PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE RONDÔNIA
DIÁRIO DA JUSTIÇA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANO XXXVII | NÚMERO 081 | PORTO VELHO-RO, SEXTA-FEIRA, 03 DE MAIO DE 2019

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
COMPOSIÇÃO BIÊNIO 2018/2019

PRESIDENTE
Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior

VICE-PRESIDENTE
Desembargador Renato Martins Mimessi

CORREGEDOR-GERAL
Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz

TRIBUNAL PLENO
Des. Eurico Montenegro Júnior
Des. Renato Martins Mimessi
Des. Valter de Oliveira
Des. Roosevelt Queiroz Costa
Des. Rowilson Teixeira
Des. Sansão Saldanha
Des. Kiyochi Mori
Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Des. Miguel Monico Neto
Des. Raduan Miguel Filho
Des.ª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Des. Alexandre Miguel
Des. Daniel Ribeiro Lagos
Des. Gilberto Barbosa Batista dos Santos
Des. Oudivanil de Marins
Des. Isaias Fonseca Moraes
Des. Valdeci Castellar Citon
Des. Hiram Souza Marques
Des. José Jorge Ribeiro da Luz
Juiz Convocado José Antônio Robles

1ª CÂMARA CÍVEL
Desembargador Raduan Miguel Filho (Presidente)
Des. Sansão Saldanha
Desembargador Rowilson Teixeira

2ª CÂMARA CÍVEL
Des. Alexandre Miguel (Presidente)
Des. Kiyochi Mori
Des. Isaias Fonseca Moraes
Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS
Des. Raduan Miguel Filho (Presidente)
Des. Sansão Saldanha
Des. Kiyochi Mori
Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Des. Alexandre Miguel
Des. Isaías Fonseca Moraes
Des. Rowilson Teixeira

1ª CÂMARA CRIMINAL
Des. Daniel Ribeiro Lagos (Presidente)
Juiz Convocado José Antônio Robles
Des. Valter de Oliveira

2ª CÂMARA CRIMINAL
Desembargador Valdeci Castellar Citon (Presidente)
Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Desembargador Miguel Monico Neto

CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS
Desembargador Daniel Ribeiro Lagos (Presidente)
Desembargador Miguel Monico Neto
Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Desembargador Valdeci Castellar Citon
Juiz Convocado José Antônio Robles
Desembargador Valter de Oliveira

1ª CÂMARA ESPECIAL
Desembargador Gilberto Barbosa Batista dos Santos (Presidente)
Desembargador Oudivanil de Marins
Desembargador Eurico Montenegro Júnior

2ª CÂMARA ESPECIAL
Desembargador Roosevelt Queiroz Costa (Presidente)
Des. Hiram Souza Marques
Desembargador Renato Martins Mimessi

CÂMARAS ESPECIAIS REUNIDAS
Desembargador Roosevelt Queiroz Costa (Presidente)
Desembargador Renato Martins Mimessi
Desembargador Gilberto Barbosa Batista dos Santos
Desembargador Oudivanil de Marins
Des. Hiram Souza Marques
Desembargador Eurico Montenegro Júnior

SECRETARIA GERAL
Juiz de Direito Sérgio William Domingues Teixeira
Secretário-Geral

DIRETOR DA DIGRAF
Administrador Enildo Lamarão Gil

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PRESIDÊNCIA

ATOS DO PRESIDENTE

Instrução n. 030/2019-PR

Dispõe sobre a concessão de gozo de férias e o pagamento das vantagens pecuniárias dela decorrentes aos servidores do Poder Judiciário do Estado de Rondônia.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o constante nos artigos 110 a 115 c/c o artigo 98 da Lei Complementar n. 68/1992;

CONSIDERANDO a otimização do fluxo das informações geradas pelo Sistema Integrado de Gestão de Pessoas (e-Gesp), que permitirá simplicidade e maior agilidade nas solicitações;

CONSIDERANDO o Processo n. 0006433-29.2019,

R E S O L V E:

Art. 1º Para a concessão de férias e o pagamento das vantagens pecuniárias dela decorrentes aos servidores do Poder Judiciário do Estado de Rondônia deverá ser observado o que dispõe esta Instrução.

CAPÍTULO I

DO DIREITO E DA CONCESSÃO

Art. 2º O servidor fará jus a 30 (trinta) dias de férias, conforme previsão legal.

§ 1º Para fruição do primeiro período aquisitivo de férias, serão exigidos 12 (doze) meses de efetivo exercício.

§ 2º Cumprido o disposto no parágrafo anterior, o período subsequente de férias poderá ser usufruído desde que iniciado o respectivo período aquisitivo.

§ 3º O período de 30 (trinta) dias de férias poderá ser usufruído consecutivamente ou parceladamente, das seguintes formas:

I – 2 (dois) períodos de 15 (quinze) dias;

II – 3 (três) períodos de 10 (dez) dias;

III – 1 (um) período de 10 (dez) e 1 (um) período de 20 (vinte) dias.

§ 4º Nos casos de parcelamento de férias, o servidor poderá indicar apenas o período que gozará, podendo requerer o saldo remanescente em momento oportuno.

§ 5º Em caso de parcelamento, o servidor receberá o valor adicional previsto no inciso XVII do art. 7º da Constituição Federal (1/3 das férias), quando da utilização do primeiro período.

§ 6º O abono pecuniário poderá ser pago junto com o primeiro ou segundo período de gozo, conforme solicitado pelo servidor.

§ 7º No ato do agendamento das férias, o servidor deverá indicar o período que irá laborar para fazer jus ao abono pecuniário.

§ 8º Não será possível requerer o abono pecuniário caso o servidor possua menos de 20 (vinte) dias de saldo no período aquisitivo.

§ 9º Será permitido ao servidor agendar o gozo de férias no período máximo de 2 (dois) anos, a partir data de solicitação.

Art. 2º-A O servidor que opera direta e permanentemente com equipamento de Raio-X ou substâncias radioativas gozará, obrigatoriamente, 20 (vinte) dias consecutivos de férias por semestre de atividade profissional, proibida, em qualquer hipótese, a acumulação.

§ 1º A fruição dos 20 (vinte) dias de férias radiológicas ocorrerá sempre no semestre subsequente ao que lhe concedeu o direito.

§ 2º Para cada período de gozo de férias será antecipado ao servidor o valor correspondente a 1/3 (um terço) da sua remuneração, não fazendo jus à concessão de abono pecuniário de que trata o § 2º do artigo 8º desta Instrução.

Art. 3º O servidor que não tenha completado 12 (doze) meses de efetivo exercício e que entrar em licença por um dos motivos abaixo especificados terá que completar o referido período quando retornar ao labor, para fazer jus ao período de férias:

I - tratamento de saúde de pessoa da família, quando não remunerado;

II - atividade política, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e à véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral;

III - tratamento da própria saúde que exceder o prazo de 24 meses;

IV - por motivo de afastamento do cônjuge;

V - tratar de interesse particular.

Art. 4º O servidor poderá requerer o gozo de suas férias em aba específica do Portal do Servidor, com antecedência mínima de 01 (um) dia, constando autorização do titular da unidade de lotação.

§ 1º O titular da unidade de lotação poderá analisar posteriormente o usufruto, porém, em caso de indeferimento, será gerada falta para o servidor caso ele efetivamente se afaste sem a autorização do titular da unidade no seu pedido.

§ 2º Caso o período para inclusão de novos lançamentos na folha de pagamento estejam encerrados, o pagamento de 1/3 (um terço) de férias e o abono pecuniário, caso solicitado, serão pagos na folha de pagamento do mês subsequente.

§ 3º O termo inicial das férias do servidor será sempre em dia útil.

§ 4º As chefias são responsáveis pela harmonia entre a previsão de serviços das respectivas unidades e a quantidade de servidores que gozarão férias.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO, INTERRUPÇÃO E ACUMULAÇÃO DAS FÉRIAS

Art. 5º As férias agendadas poderão ser alteradas indefinidamente, antes do início do gozo do período agendado, devendo o servidor ajustar com o titular da unidade de lotação o novo período de fruição para que possa emitir sua autorização.

Parágrafo único. A alteração do gozo de férias poderá ser solicitada pelo servidor ou pelo titular da unidade de lotação, sempre com a ciência do servidor ou autorização da chefia, conforme o caso.

Art. 6º Restará resguardado ao servidor o direito de solicitar a alteração ou interrupção do gozo das férias quando o fato ocorrer antes do início ou durante o gozo das suas férias, nos seguintes casos:

I - licença para tratamento da própria saúde ou licença por motivo de doença em pessoa da família;

II - licença maternidade, paternidade ou adotante;

III - para participar de cursos de capacitação do servidor oferecidos pelo TJRO quando coincidir com o período de férias;

IV - calamidade pública;

V - comoção interna;

VI - convocação para júri;

VII - convocação para serviço militar ou eleitoral; ou

VIII - superior interesse público.

§ 1º As licenças por motivo de qualquer natureza somente serão concedidas após o término das férias, exceto aquelas citadas nos incisos I a VIII, quando o saldo remanescente será novamente agendado mediante solicitação do servidor, respeitadas as condições impostas pelo art. 5º desta instrução.

§ 2º No caso da licença elencada no inciso I, a interrupção das férias somente será concedida naquelas licenças médicas com períodos mínimos de 5 (cinco) dias e homologadas pela junta médica, nos casos de urgência/emergência.

§ 3º Quando da alteração ou interrupção das férias, deverá ser indicado novo período de gozo, sendo vedada a indicação para gozo oportuno.

Art. 7º É vedada a acumulação de férias, salvo por absoluta necessidade de serviço, devidamente justificada pelo titular da unidade de lotação do servidor, por no máximo 2 (dois) períodos aquisitivos.

§ 1º Verificada a acumulação dos períodos de férias, o servidor será notificado para agendar as férias, que ajustará o calendário de gozo junto com o titular da unidade de lotação.

§ 2º Caso o servidor não se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação, caberá à Administração marcar as férias de ofício.

CAPÍTULO III

DA REMUNERAÇÃO E DA INDENIZAÇÃO

Art. 8º A remuneração das férias de servidores ocupantes de cargo efetivo ou em comissão será correspondente à remuneração do período do gozo de férias, tomando-se por base a sua situação funcional no respectivo período.

§ 1º Por ocasião do gozo de férias será pago ao servidor adicional de 1/3 (um terço) da remuneração correspondente ao respectivo período.

§ 2º É facultado ao servidor converter 1/3 (um terço) das férias em abono pecuniário.

§ 3º No cálculo do abono pecuniário será considerado o valor constitucional do adicional de férias.

§ 4º Serão pagos na folha de pagamento precedente ao mês de férias, observando-se o § 6º do art. 2º desta Instrução, 1/3 (um terço) de férias e o abono pecuniário.

§ 5º Em caso de parcelamento de férias, a remuneração respectiva será correspondente à situação funcional do servidor no primeiro período de gozo.

Art. 9º No caso de transferência do período de férias, de acordo com as hipóteses elencadas no art. 6º, em que o servidor tenha recebido os benefícios dela decorrentes, não haverá ressarcimento por parte do servidor.

Art. 10. O servidor exonerado de cargo efetivo, bem como de cargo comissionado, perceberá indenização relativa ao período de férias a que tiver direito e, caso se trate de período aquisitivo incompleto, será pago na proporção de um doze avos (1/12) por mês de efetivo exercício, ou fração igual ou superior a quinze dias acrescida do respectivo adicional de férias.

Art. 11 A indenização de servidor exonerado que não tenha completado doze meses de efetivo exercício se dará na forma do artigo anterior.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Os casos omissos serão decididos pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

Art. 13. Revoga-se a Instrução n. 002/2014-PR e demais disposições em contrário.

Art. 14. Esta instrução entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 02/05/2019, às 12:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 1183514e o código CRC ED3048BF.

Ato Nº 653/2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015, e Resolução 012/2018-PR, DJE 038, de 28/2/2018;

Considerando o que consta na Instrução n. 001/2018-PR, de 27/06/2018;

Considerando o constante no Processo SEI nº 0006909-67.2019.8.22.8000,

R E S O L V E :

I - CONCEDER cinco diárias e meia, bem como passagens aéreas ao Desembargador MIGUEL MONICO NETO, Membro da 2ª Câmara Criminal, em virtude do deslocamento para participar do "14º Congresso de Direito Ambiental de Países de Língua Portuguesa e Espanhola - 24º Congresso de Direito Ambiental", no período de 25 a 29/5/2019, na cidade de São Paulo/SP, com saída no dia 24/5/2019 e retorno no dia 29/5/2019.

II – O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 15 e 16 da instrução n. 01/2018, implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário, nos termos do artigo 17 da instrução normativa.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 02/05/2019, às 12:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 1168876e o código CRC 369B6C83.

Ato Nº 654/2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015, e Resolução 012/2018-PR, DJE 038, de 28/2/2018;

Considerando o que consta na Instrução n. 001/2018-PR, de 27/06/2018;

Considerando o constante no Processo SEI nº 0006907-97.2019.8.22.8000,

R E S O L V E :

I - CONCEDER quatro diárias e meia, passagens aéreas, bem como indenização de deslocamento intermunicipal – IDI (ida/volta) ao Juiz LEONEL PEREIRA DA ROCHA, titular da 1ª Vara Genérica da Comarca de Espigão d'Oeste, em virtude do deslocamento para participar do XXIV Encontro Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção - ENAPA, que será realizado no período de 20 a 22 de junho de 2019, na cidade de Blumenau/SC, com saída no dia 19/6/2019 e retorno no dia 23/6/2019.

II – Mantendo-se ao mesmo o Acesso Remoto, nos termos do Provimento nº 009/2017-CG, disponibilizado no D.J.E. Nº 72 de 20/4/2017.

III – O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 15 e 16 da instrução n. 01/2018, implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário, nos termos do artigo 17 da instrução normativa.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 02/05/2019, às 12:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 1168919e o código CRC A251576D.

Ato Nº 655/2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015, e Resolução 012/2018-PR, DJE 038, de 28/2/2018;

Considerando o que consta na Instrução n. 001/2018-PR, de 27/06/2018;

Considerando o constante no Processo SEI nº 0006869-85.2019.8.22.8000,

R E S O L V E :

I - CONCEDER seis diárias e meia ao Juiz FABIANO PEGORARO FRANCO, Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, em virtude do deslocamento para proceder a correição na serventia extrajudicial nos Municípios de Espigão d'Oeste, Mirante da Serra, Nova União e Teixeirópolis, com saída no dia 5/5/2019 e retorno no dia 11/5/2019.

II – O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 15 e 16 da instrução n. 01/2018, implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário, nos termos do artigo 17 da instrução normativa.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 02/05/2019, às 12:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 1168926e o código CRC 11F13537.

Ato Nº 657/2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

CONSIDERANDO que o artigo 66 da LOMAN garante o direito a férias anuais de 60 (sessenta) dias ao magistrado;

CONSIDERANDO os termos da Resolução n. 018/2013-PR, publicada no DJE n. 153, de 20/08/2013, que normatiza o gozo de férias dos magistrados desse Poder;

CONSIDERANDO que a escala de férias dos magistrados do 1º Grau será apreciada pela Presidência, após ser ouvida a Corregedoria-Geral, conforme o art. 9º, parágrafo único da Resolução n. 018/2013-PR, publicada no DJE n. 153, de 20/08/2013;

CONSIDERANDO o Ofício Circular CGJ n. 13/2019;

CONSIDERANDO as informações contidas no SEI n. 0000679-34.2019.8.22.8800,

R E S O L V E :

I – Aprovar a Escala de Férias dos Magistrados de 1º Grau, referente ao 2º semestre do ano de 2019, elaborada pela Corregedoria-Geral de Justiça, nos termos do artigo 67 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional e da Resolução Nº 018/2013-PR, disponibilizada no DJE Nº 153, 20/08/2013.

1ª SEÇÃO JUDICIÁRIA

COMARCA DE PORTO VELHO

MAGISTRADOS	VARA	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO		ABONO
			INÍCIO	FIM	
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza	8ª Vara Cível	2019/2020-2	8/7/2019	17/7/2019	Sim
Francisco Borges Ferreira Neto	1ª Vara Criminal	2019/2020-2	2/9/2019	21/9/2019	Não
Edvino Preczevski	2ª Vara Criminal	2019/2020-2	1/7/2019	20/7/2019	Não
Roberto Gil de Oliveira	1º Juizado Especial Criminal	2019/2020-2	17/9/2019	1/10/2019	Não
			31/10/2019	14/11/2019	
José Gonçalves da Silva Filho	2ª Vara do Tribunal do Júri	2014/2015-1	4/11/2019	13/11/2019	Não
Fabíola Cristina Inocêncio	1ª Vara de Execuções Fiscais	2019/2020-2	1/7/2019	10/7/2019	Não
Aldemir de Oliveira	3ª Vara de Família	2016/2017-1	1/7/2019	20/7/2019	Não
João Adalberto Castro Alves	2ª Vara da Família	2017/2018-1	1/7/2019	10/7/2019	Sim
			7/8/2019	16/8/2019	
João Luiz Rolim Sampaio	1º Juizado Especial Cível	2018/2019-2	8/7/2019	27/7/2019	Não
José Torres Ferreira	2º Juizado Especial Cível	2017/2018-1	15/7/2019	24/7/2019	Não
Bruno Sérgio de Menezes Darwich	Vara de Execuções Penais - VEP	2019/2020-2	15/7/2019	3/8/2019	Não

1ª SEÇÃO JUDICIÁRIA

COMARCA DE GUAJARÁ-MIRIM

MAGISTRADOS	VARA	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO		ABONO
Karina Miguel Sobral	1ª Vara Cível	2013/2014-1	1/7/2019	30/7/2019	Não

JUÍZES DE 3ª ENTRÂNCIA DA 1ª SEÇÃO JUDICIÁRIA		PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO		ABONO
Luís Antônio Sanada Rocha	Comarca de Porto Velho/RO	2019/2020-2	14/10/2019	2/11/2019	Sim
Danilo Augusto Kanthack Paccini	Comarca de Porto Velho/RO	2017/2018-2	28/10/2019	11/11/2019	Não
			26/11/2019	10/12/2019	Não
Áureo Virgílio Queiroz	Comarca de Porto Velho/RO	2019/2020-2	8/10/2019	17/10/2019	Não
			10/12/2019	19/12/2019	
Sandra Beatriz Merenda	Comarca de Porto Velho/RO	2019/2020-2	15/7/2019	3/8/2019	Não
			10/12/2019	19/12/2019	
Flávio Henrique de Melo	Comarca de Porto Velho/RO	2019/2020-2	8/7/2019	22/7/2019	Não
			12/8/2019	26/8/2019	
Acir Teixeira Grécia	Comarca de Porto Velho/RO	2018/2019-2	4/11/2019	13/11/2019	Não
José Augusto Alves Martins	Comarca de Porto Velho/RO	2019/2020-2	30/11/2019	19/12/2019	Sim
Kerley Regina Ferreira de Arruda Alcantara	Comarca de Porto Velho/RO	2019/2020-1	15/7/2019	24/7/2019	Sim

JUÍZES SUBSTITUTOS 1ª SEÇÃO JUDICIÁRIA		PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO		ABONO
Gleucival Zeed Estevão	Comarca de Porto Velho/RO	2019/2020-2	4/11/2019	13/11/2019	Sim
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro	Comarca de Porto Velho/RO	2018/2019-1	7/8/2019	16/8/2019	Não
Luciane Sanches	Comarca de Porto Velho/RO	2018/2019-1	2/9/2019	11/9/2019	Não
		2018/2019-2	12/9/2019	21/9/2019	Não
Angélica Ferreira de Oliveira Freire	Comarca de Porto Velho/RO	2018/2019-2	31/7/2019	9/8/2019	Não
			5/11/2019	14/11/2019	
Pedro Sillas Carvalho	Comarca de Porto Velho/RO	2019/2020-2	1/10/2019	20/10/2019	Não

2ª SEÇÃO JUDICIÁRIA
COMARCA DE ARIQUEMES

MAGISTRADOS	VARA	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO		ABONO
Edilson Neuhaus	4ª Vara Cível	2019/2020-2	15/7/2019	3/8/2019	Não
Márcia Cristina Rodrigues Masioli Morais	Juizado Especial Cível e Criminal	2019/2020-2	12/8/2019	21/8/2019	Não
			7/10/2019	16/10/2019	
			4/11/2019	13/11/2019	
Juliana Couto Matheus Maldonado Martins	3ª Vara Criminal	2019/2020-2	10/12/2019	19/12/2019	Não
Cláudia Mara da Silva Faleiros Fernandes	2ª Vara Criminal	2019/2020-2	8/7/2019	17/7/2019	Não
		2018/2019-1	3/9/2019	12/9/2019	Não

COMARCA DE JARU

MAGISTRADOS	VARA	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO		ABONO
Elsi Antônio Dalla Riva	2ª Vara Cível	2019/2020-1	11/10/2019	30/10/2019	Sim

COMARCA DE MACHADINHO D'OESTE

MAGISTRADO	VARA	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO		ABONO
Muhammad Hijazi Zaglout	Vara Única	2018/2019-1	18/7/2019	27/7/2019	Não

JUÍZES SUBSTITUTOS DA 2ª SEÇÃO JUDICIÁRIA		PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO		ABONO
José de Oliveira Barros Filho	Comarca de Ariquemes/RO	2019/2020-2	31/7/2019	9/8/2019	Não
		2018/2019-2	2/12/2019	11/12/2019	Não

3ª SEÇÃO JUDICIÁRIA
COMARCA DE JI-PARANÁ

MAGISTRADOS	VARA	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO		ABONO
Haruo Mizusaki	1ª Vara Cível	2019/2020-2	1/7/2019	10/7/2019	Sim
			18/11/2019	27/11/2019	
Edewaldo Fantini Júnior	2ª Vara Criminal	2015/2016-2	19/8/2019	2/9/2019	Não
Ana Valéria de Queiroz Santiago Zipparro	2ª Vara Cível	2017/2018-2	1/7/2019	10/7/2019	Não
		2019/2020-2	4/11/2019	18/11/2019	Não
Marcos Alberto Oldakowski	5ª Vara Cível	2012/2013-2	1/7/2019	20/7/2019	Não
Silvio Viana	4ª Vara Cível	2007/2008-2 (saldo)	14/8/2019	23/8/2019	Não

COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE

MAGISTRADOS	VARA	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO		ABONO
Glauco Antônio Alves	Juizado Especial Cível e Criminal	2015/2016-1	30/11/2019	19/12/2019	Não

COMARCA DE PRESIDENTE MÉDICI

MAGISTRADO	VARA	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO		ABONO
Elisângela Frota Araújo Reis	Vara Única	2019/2020-2	1/8/2019	15/8/2019	Não
			11/11/2019	25/11/2019	

COMARCA DE ALVORADA D'OESTE

MAGISTRADO	VARA	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO		ABONO
Simone de Melo	Vara Única	2019/2020-2	22/7/2019	31/7/2019	Não
		2018/2019-2	14/10/2019	23/10/2019	Não

COMARCA DE COSTA MARQUES

MAGISTRADO	VARA	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO		ABONO
Maxulene de Sousa Freitas	Vara Única	2019/2020-2	30/11/2019	19/12/2019	Não

COMARCA DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

MAGISTRADO	VARA	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO		ABONO
Artur Augusto Leite Júnior	Vara Única	2019/2020-2	26/9/2019	15/10/2019	Não

COMARCA DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

MAGISTRADO	VARA	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO		ABONO
Ligiane Zigiotto Bender	Vara Única	2019/2020-2	23/7/2019	1/8/2019	Não
			14/8/2019	2/9/2019	

4ª SEÇÃO JUDICIÁRIA

COMARCA DE CACOAL

MAGISTRADOS	VARA	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO		ABONO
Ivens dos Reis Fernandes	2ª Vara Criminal	2014/2015-2	1/7/2019	10/7/2019	Não
Mário José Milani e Silva	4ª Vara Cível	2019/2020-2	5/8/2019	3/9/2019	Não
Anita Magdelaine Perez Belém	Juizado Especial Cível e Criminal	2017/2018-1	1/7/2019	20/7/2019	Sim

COMARCA DE PIMENTA BUENO

MAGISTRADOS	VARA	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO		ABONO
Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida	2ª Vara Cível	2018/2019-2 (saldo)	1/7/2019	10/7/2019	Não
Valdirene Alves da Fonseca Clementele	1ª Vara Cível	2019/2020-2	2/7/2019	11/7/2019	Sim

COMARCA DE ESPIGÃO DO OESTE

MAGISTRADOS	VARA	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO		ABONO
Wanderley José Cardoso	2ª Vara Genérica	2018/2019-2	15/7/2019	3/8/2019	Sim
		2019/2020-1	10/12/2019	19/12/2019	Não
Leonel Pereira da Rocha	1ª Vara Genérica	2019/2020-1	24/6/2019	3/7/2019	Não
		2018/2019-2	4/7/2019	13/7/2019	Não

JUÍZES SUBSTITUTOS	VARA	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO		ABONO
Ane Bruinjé	Comarca de Cacoal/RO	2019/2020-2	4/11/2019	3/12/2019	Não

5ª SEÇÃO JUDICIÁRIA

COMARCA DE VILHENA

MAGISTRADOS	VARA	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO		ABONO
Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral	3ª Vara Cível	2019/2020-2	3/10/2019	22/10/2019	Não
Andresson Cavalcante Fecury	1ª Vara Cível	2019/2020-2	29/8/2019	17/9/2019	Não
Christian Carla de Almeida Freitas	4ª Vara Cível	2018/2019-2	30/11/2019	19/12/2019	Sim
Gilberto José Giannasi	Juizado Especial Cível e Criminal	2019/2020-2	1/07/2019	20/7/2019	Não

COMARCA DE CEREJEIRAS

MAGISTRADOS	VARA	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO		ABONO
Bruno Magalhães Ribeiro dos Santos	1ª Vara Genérica	2019/2020-2	3/7/2019	12/7/2019	Não

COMARCA DE COLORADO DO OESTE

MAGISTRADOS	VARA	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO		ABONO
Eli da Costa	1ª Vara Cível	2019/2020-2	1/7/2019	20/7/2019	Sim

JUÍZES SUBSTITUTOS	VARA	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO		ABONO
Fabrízio Amorim de Menezes	Comarca de Vilhena/RO	2019/2020-2	5/8/2019	14/8/2019	Sim
			9/9/2019	18/9/2019	
		2018/2019-1	14/10/2019	23/10/2019	Não
			18/11/2019	27/11/2019	

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 02/05/2019, às 12:55, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 1169634e o código CRC C35738DA.

Ato Nº 658/2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta do processo SEI nº 0000355-13.2019.8.22.8002,

R E S O L V E :

CONCEDER à Juíza CLÁUDIA MARA DA SILVA FALEIROS FERNANDES, titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Ariquemes, gratificação por ter exercido atividades judicantes em caráter cumulativo com a jurisdição das seguintes varas, nos termos do artigo 56, § 4º, I e II do Código de Organização Judiciária do Estado de Rondônia – COJE:

VARAS	PERÍODOS
1ª Vara Criminal da Comarca de Ariquemes	28/1/2019 a 1/2/2019
Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Ariquemes	
1ª Vara Criminal da Comarca de Ariquemes	2/2/2019 a 7/2/2019

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 02/05/2019, às 12:55, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 1170254e o código CRC A7A54F3C.

Ato Nº 661/2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015, e Resolução 012/2018-PR, DJE 038, de 28/2/2018;

Considerando o que consta na Instrução n. 001/2018-PR, de 27/06/2018;

Considerando o constante no Processo SEI nº 0000305-48.2019.8.22.8014,

R E S O L V E :

I - CONCEDER 50% (cinquenta por cento) do valor da diária inteira disciplinado pelo Anexo II da referida Resolução, por dia de afastamento, ao Juiz Substituto FABRÍZIO AMORIM DE MENEZES, lotado na 5º Seção Judiciária com sede na Comarca de Vilhena, em virtude dos deslocamentos para exercer atividades judicantes na comarca Cerejeiras, no período de 25/3/2019 a 29/3/2019, bem como indenização de deslocamento intermunicipal – IDI (ida/volta), conforme quadro detalhado abaixo:

DESLOCAMENTOS/IDI	DIAS
Vilhena/Cerejeiras (ida)	25 e 28/3/2019
Cerejeiras/Vilhena (volta)	27 e 29/3/2019

II - O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10º da instrução n. 7/2014 – PR, implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 02/05/2019, às 12:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 1170796e o código CRC 6EB3C87E.

Ato Nº 663/2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015, e Resolução 012/2018-PR, DJE 038, de 28/2/2018;

Considerando o que consta na Instrução n. 001/2018-PR, de 27/06/2018;

Considerando o constante no Processo nº 0000349-06.2019.8.22.8002,

R E S O L V E:

I - CONCEDER 50% (cinquenta por cento) do valor de uma diária, bem como, indenização de deslocamento intermunicipal – IDI (ida/volta), por dia de afastamento, ao Juiz Substituto ADIP CHAIM ELIAS HOMSI NETO, lotado na 2ª Seção Judiciária, sediada na Comarca de Ariquemes, em virtude dos deslocamentos ocorridos nos dias 21, 25, 26, 27 e 28/3/2019, para exercer atividades judicantes na Comarca de Jaru.

II – O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 15 e 16 da instrução n. 01/2018, implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário, nos termos do artigo 17 da instrução normativa.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 02/05/2019, às 12:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 1171685e o código CRC D4B90F56.

Ato Nº 667/2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta no processo eletrônico SEI n. 0001380-92.2019.8.22.8800,

R E S O L V E:

CONCEDER trinta dias de férias ao Juiz FABIANO PEGORARO FRANCO, Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, referentes ao período de 2019/2020-1, nos termos do artigo 66 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional – LOMAN.

CONVERTER um terço das referidas férias em abono pecuniário, termos do art. 113, da Lei Complementar nº 68/1992, a ser pago conforme disponibilidade orçamentária e financeira, fixando o período de 1/7/2019 a 20/7/2019 para fruição do benefício.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 02/05/2019, às 12:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 1172762e o código CRC 6042EFC6.

Ato Nº 669/2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o constante no Despacho 39586 (1170732) do Processo eletrônico SEI nº 0006444-58.2019.8.22.8000,

R E S O L V E :

RETIFICAR, parcialmente, os termos do Ato nº 617/2019, disponibilizado no D.J.E. Nº 73 de 22/4/2019, que concedeu diárias e passagens aéreas à Juíza INÊS MOREIRA DA COSTA, titular da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Porto Velho, em virtude de seu deslocamento para participar da etapa inicial do Programa de Formação de Formadores, no período de 27 a 29/5/2019, na cidade de Manaus/AM, para onde se lê: "passagem aérea somente para o trecho de ida (Foz do Iguaçu/Manaus)", leia-se: "passagens aéreas somente para o trecho (Foz do Iguaçu/Manaus/Porto Velho)", mantendo-se inalterado os demais termos do referido Ato.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 02/05/2019, às 12:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 1173398e o código CRC 94F32156.

Ato Nº 671/2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o constante no Despacho 40473 (1173834) do Processo eletrônico SEI nº 0000078-37.2019.8.22.8021,

R E S O L V E :

RETIFICAR, parcialmente, os termos do Ato nº 495, disponibilizado no D.J.E. Nº 69 de 12/4/2019, referente ao deslocamento do Juiz Substituto JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO, lotado na 2ª Seção Judiciária, sediada na Comarca de Ariquemes, para exercer atividades Judicantes na Comarca de Buritis, para excluir a concessão de diárias referente ao dia 29/1/2019, mantendo-se inalterado os demais termos do referido Ato.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 02/05/2019, às 12:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 1173929e o código CRC 6553CECE.

Ato Nº 675/2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015, e Resolução 012/2018-PR, DJE 038, de 28/2/2018;

Considerando o que consta na Instrução n. 001/2018-PR, de 27/06/2018;

Considerando o constante no Processo nº 0000389-85.2019.8.22.8002,

R E S O L V E:

I - CONCEDER 50% (cinquenta por cento) do valor de uma diária, bem como, indenização de deslocamento intermunicipal – IDI (ida/volta), por dia de afastamento, ao Juiz Substituto ADIP CHAIM ELIAS HOMSI NETO, lotado na 2ª Seção Judiciária, sediada na Comarca de Ariquemes, em virtude dos deslocamentos ocorridos nos dias 1, 2, 3 e 4/4/2019, para exercer atividades judicantes na Comarca de Jaru.

II – O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 15 e 16 da instrução n. 01/2018, implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário, nos termos do artigo 17 da instrução normativa.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 02/05/2019, às 12:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 1174985e o código CRC 19711E33.

Ato Nº 677/2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015, e Resolução 012/2018-PR, DJE 038, de 28/2/2018;

Considerando o que consta na Instrução n. 001/2018-PR, de 27/06/2018;

Considerando o constante no Processo SEI nº 0000137-34.2019.8.22.8018,

R E S O L V E :

I - CONCEDER 25% (vinte e cinco por cento) do valor de uma diária, por dia de afastamento, bem como indenização de deslocamento intermunicipal – IDI (ida/volta), à Juíza LARISSA PINHO DE ALENCAR LIMA, titular da Vara Única de Comarca de Santa Luzia d'Oeste, em virtude do deslocamento para realizar audiência concentrada na Casa da Criança no Município de Alto Alegre dos Parecis, no dia 29/3/2019.

II – Mantido a mesma o Acesso Remoto, nos termos do Provimento nº 009/2017-CG, disponibilizado no D.J.E. Nº 72 de 20/4/2017.

III – O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 15 e 16 da instrução n. 01/2018, implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário, nos termos do artigo 17 da instrução normativa.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 02/05/2019, às 12:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 1175367e o código CRC 7035BEE7.

Ato Nº 680/2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015, e Resolução 012/2018-PR, DJE 038, de 28/2/2018;

Considerando o que consta na Instrução n. 001/2018-PR, de 27/06/2018;

Considerando o constante no Processo SEI nº 0007141-79.2019.8.22.8000,

R E S O L V E :

I - CONVOCAR os Magistrados, abaixo relacionados, para participarem da Pós-Graduação Lato Sensu em Estudos Avançados sobre o Crimine Organizado e Corrupção - Disciplina: Direito Penal Eletrônico, no período de 17 a 18 de maio de 2019, com início às 8h e término às 18h10min, nesta cidade de Porto Velho/RO, com saída em duas formas: aqueles cuja distância for superior a 300 km o deslocamento deve ser durante o período matutino do dia 16/5/2019, e aqueles cuja a distância for inferior a 300 km o deslocamento deve ocorrer no período vespertino do dia 16/5/2019, com retorno no dia 19/5/2019, concedendo-lhes três diárias e meia, bem como indenização de deslocamento intermunicipal – IDI (ida/volta), conforme quadro detalhado abaixo:

Magistrados	Cargo/Função	Cadastro	Lotação	IDI
Cláudia Mara da Silva Faleiros Fernandes	Juiz(a) de Direito da 2ª Entrância	101233-9	2ª Vara Criminal da Comarca de Ariquemes	Sim
Alex Balmant	Juiz(a) de Direito da 2ª Entrância	101227-4	1ª Vara Criminal da Comarca de Ariquemes	Não
Leonardo Meira Couto	Juiz(a) de Direito da 2ª Entrância	101238-0	1ª Vara Criminal da Comarca de Guajará-Mirim	Sim
Ivens dos Reis Fernandes	Juiz(a) de Direito da 2ª Entrância	101209-6	2ª Vara Criminal da Comarca de Cacoal	Sim
Roberta Cristina Garcia Macedo	Juiz(a) de Direito da 2ª Entrância	101208-8	1ª Vara Criminal da Comarca de Pimenta Bueno	Sim
Liliane Pegoraro Bilharva	Juiz(a) de Direito da 2ª Entrância	101180-4	1ª Vara Criminal da Comarca de Vilhena	Sim
Adriano Lima Toldo	Juiz(a) de Direito da 2ª Entrância	101210-0	2ª Vara Criminal da Comarca de Vilhena	Sim
Márcia Regina Gomes Serafim	Juiz(a) de Direito da 2ª Entrância	101204-5	1ª Vara Criminal da Comarca de Colorado D'Oeste	Sim
Oscar Francisco Alves Júnior	Juiz(a) de Direito da 3ª Entrância	101157-0	3ª Vara Criminal da Comarca de Ji-Paraná	Sim

II - Mantendo-se aos mesmos o acesso remoto nos termos do Provimento nº 009/2017-CG, disponibilizado no D.J.E. Nº 72 de 20/4/2017.

III – O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 15 e 16 da instrução n. 01/2018, implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário, nos termos do artigo 17 da instrução normativa.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 02/05/2019, às 12:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 1176395e o código CRC 82DEF0EE.

Ato Nº 682/2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o constante no Processo SEI nº 0000141-59.2019.8.22.8022,

R E S O L V E :

CONCEDER ao Juiz Substituto FÁBIO BATISTA DA SILVA, lotado na 3ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Ji-Paraná, gratificação por ter exercido a Direções dos Fóruns das Comarcas conforme quadro detalhado abaixo, nos termos do artigo 56, § 4º, I e II do Código de Organização Judiciária do Estado de Rondônia – COJE:

FÓRUNS	PERÍODOS
Fórum da Comarca de São Francisco do Guaporé	1/3/2019 a 10/3/2019 23/3/2019 a 24/3/2019
Fórum da Comarca de Costa Marques Fórum da Comarca de São Francisco do Guaporé	25/3/2019 a 31/3/2019

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 02/05/2019, às 12:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 1176952e o código CRC E0258F9D.

Ato Nº 684/2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta no processo SEI nº 0000330-03.2019.8.22.8001,

R E S O L V E :

CONCEDER ao Juiz Substituto LUCAS NIERO FLORES, lotado na 1ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Porto Velho, gratificação por ter exercido atividades judicantes em caráter cumulativo a jurisdição das seguintes varas da referida Comarca, nos termos do artigo 56, § 4º, I e II do Código de Organização Judiciária do Estado de Rondônia – COJE:

VARAS	PERÍODOS
3ª Vara Criminal 1ª Vara Cível	10/12/2018 e 11/12/2018
1º e 2º Juizado da Violência Doméstica Vara da Auditoria Militar	7/1/2019 a 26/1/2019

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 02/05/2019, às 12:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 1177457e o código CRC 110D420F.

Ato Nº 685/2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o constante no Processo eletrônico SEI nº 0008116-72.2017.8.22.8000,

Considerando a decisão do egrégio Tribunal Pleno em Sessão Administrativa Extraordinária realizada em 22 de abril de 2019,

R E S O L V E :

RECONDUZIR o Juiz LUIS MARCELO BATISTA DA SILVA, titular da 1ª Vara Cível da Comarca de Jaru, às funções de Diretor do Fórum da referida Comarca, pelo período de 2 (dois) anos, nos termos do artigo 134, XXIII do Regimento Interno deste Poder, com efeitos a partir de 1º de maio de 2019.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 02/05/2019, às 12:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 1177517e o código CRC A00754EE.

Ato Nº 689/2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015, e Resolução 012/2018-PR, DJE 038, de 28/2/2018;

Considerando o que consta na Instrução n. 001/2018-PR, de 27/06/2018;

Considerando o constante no Processo SEI nº 0000276-95.2019.8.22.8014,

R E S O L V E :

I - CONCEDER 50% (cinquenta por cento) do valor da diária inteira disciplinado pelo Anexo II da referida Resolução, por dia de afastamento, ao Juiz Substituto FABRÍZIO AMORIM DE MENEZES, lotado na 5º Seção Judiciária com sede na Comarca de Vilhena, em virtude dos deslocamentos para exercer atividades judicantes na comarca Cerejeiras, no período de 18/3/2019 a 22/3/2019, bem como indenização de deslocamento intermunicipal – IDI (ida/volta), conforme quadro detalhado abaixo:

DESLOCAMENTOS/IDI	DIAS
Vilhena/Cerejeiras (ida)	18 e 21/4/2019
Cerejeiras/Vilhena (volta)	20 e 22/3/2019

II - O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10º da instrução n. 7/2014 – PR, implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 02/05/2019, às 12:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 1178477e o código CRC CF73D47E.

Ato Nº 691/2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015, e Resolução 012/2018-PR, DJE 038, de 28/2/2018;

Considerando o que consta na Instrução n. 001/2018-PR, de 27/06/2018;

Considerando o constante no Despacho - CGJ 2355 (1174970) do Processo SEI nº 0006144-96.2019.8.22.8000,

R E S O L V E :

TORNAR sem efeito o Ato nº 607/2019, disponibilizado no D.J.E. Nº 73 de 22/4/2019, que concedeu diárias e indenização de deslocamento intermunicipal – IDI (ida/volta) à Juíza KEILA ALESSANDRA ROEDER ROCHA DE ALMEIDA, titular da 2ª Vara Cível da Comarca de Pimenta Bueno e à Juíza ROBERTA CRISTINA GARCIA MACEDO, titular da 1ª Vara Criminal da Comarca de Pimenta Bueno, em virtude do deslocamento para participarem de reunião institucional, na cidade de Cacoal.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 02/05/2019, às 12:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 1178952e o código CRC 6741E774.

Ato Nº 695/2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015, e Resolução 012/2018-PR, DJE 038, de 28/2/2018;

Considerando o que consta na Instrução n. 001/2018-PR, de 27/06/2018;

Considerando o constante no Processo nº 0000116-49.2019.8.22.8021,

R E S O L V E:

I - CONCEDER 70% (setenta por cento) do valor de uma diária inteira, por dia de afastamento, ao Juiz Substituto JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO, da 2ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Ariquemes, em virtude dos deslocamentos para exercer atividades Judicantes na Comarca de Buritis, estando presente na referida Comarca nos dias 26, 27 e 28/2/2019; 1, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 31/3/2019 e 01/04/2019, bem como indenização de deslocamento intermunicipal – IDI (ida/volta), conforme quadro detalhado abaixo:

DESLOCAMENTOS/IDI	IDA	VOLTA
Ariquemes/ Buritis	26/2/2019	2/3/2019
	7/3/2019	9/3/2019
	10/3/2019	13/3/2019
	14/3/2019	14/3/2019
	17/3/2019	18/3/2019
	19/3/2019	21/3/2019
	24/3/2019	25/3/2019
	26/3/2019	26/3/2019
	27/3/2019	27/3/2019
	28/3/2019	28/3/2019
	29/3/2019	1/4/2019

II – O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 15 e 16 da instrução n. 01/2018, implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário, nos termos do artigo 17 da instrução normativa.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 02/05/2019, às 12:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 1179406e o código CRC AB229B58.

Ato Nº 697/2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o constante no Processo SEI nº 0000142-74.2019.8.22.8012,

R E S O L V E :

CONCEDER à Juíza MÁRCIA REGINA GOMES SERAFIM, titular da 1ª Vara Criminal da Comarca de Colorado do Oeste, gratificação por ter exercido atividades judicantes em caráter cumulativo com a jurisdição da 1ª Vara Cível da referida Comarca, nos dias 10/4/2018, 30/4/2018, 4/6/2018, 19/7/2018, 20/7/2018, 10, 11 e 15/10/2018; e nos períodos de 2/7/2018 a 8/7/2018, 5/12/2018 a 8/12/2018, 10/12/2018 a 19/12/2018 e 28/1/2019 a 16/2/2019, nos termos do artigo 56, § 4º, I e II do Código de Organização Judiciária do Estado de Rondônia – COJE

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 02/05/2019, às 12:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 1180418e o código CRC 3E739D3C.

Ato Nº 704/2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 96, I, letra "c" da Constituição Federal, bem como no artigo 87, III, da Constituição do Estado de Rondônia,

Considerando o constante nos Processos Administrativos nº 0001526-52.2019.8.22.0000 e 0004683-67.2018.8.22.0000,

CONSIDERANDO o que consta no Processo SEI nº 0017722-90.2018.8.22.8000,

CONSIDERANDO a decisão do egrégio Tribunal Pleno, em Sessão Administrativa Extraordinária realizada em 29 de abril de 2019,

R E S O L V E :

PROMOVER, pelo critério de MERECIMENTO, a Juíza LIGIANE ZIGIOTTO BENDER, titular da Vara Única da Comarca de São Miguel do Guaporé, 1ª Entrância, para o cargo de Juíza de Direito da 2ª Vara Genérica da Comarca de Cerejeiras, 2ª Entrância, na forma da legislação vigente.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 02/05/2019, às 12:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 1181370e o código CRC 75841094.

Ato Nº 705/2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 96, I, letra "c" da Constituição Federal, bem como no artigo 87, III, da Constituição do Estado de Rondônia,

Considerando o constante nos Processos Administrativos nº 0001527-37.2019.8.22.0000 e 004684-52.2018.8.22.0000,

CONSIDERANDO o que consta no Processo SEI nº 0017723-75.2018.8.22.8000,

CONSIDERANDO a decisão do egrégio Tribunal Pleno, em Sessão Administrativa Extraordinária realizada em 29 de abril de 2019,

R E S O L V E :

PROMOVER, pelo critério de ANTIGUIDADE, a Juíza ELISÂNGELA FROTA ARAÚJO REIS, titular da Vara Única da Comarca de Presidente Médici, 1ª Entrância, para o cargo de Juíza de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Cacoal, 2ª Entrância, na forma da legislação vigente.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 02/05/2019, às 12:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 1181436e o código CRC 56B4154F.

Ato Nº 707/2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o constante no Despacho - CGJ 2366 (1175238) do Processo SEI nº 0006264-42.2019.8.22.8000,

R E S O L V E :

TORNAR sem efeito o Ato nº 612/2019, disponibilizado no D.J.E. Nº 73 de 22/4/2019, que concedeu diárias e indenização de deslocamento intermunicipal – IDI (ida/volta) aos Magistrados João Valério Silva Neto, Glauco Antônio Alves, Rogério Montai de Lima, Elisângela Frota Araújo Reis e Jose Antonio Barretto, em virtude do deslocamento, para participarem de reunião institucional, na Comarca de Ji-Parana.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 02/05/2019, às 12:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 1181704e o código CRC 9AFF5833.

Ato Nº 710/2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 96, I, letra "c" da Constituição Federal, bem como no artigo 87, III, da Constituição do Estado de Rondônia,

Considerando o constante nos Processos Administrativos nº 0001528-22.2019.8.22.0000 e 0004687-07.2018.8.22.0000,

CONSIDERANDO o que consta no Processo SEI nº 0017725-45.2018.8.22.8000,

CONSIDERANDO a decisão do egrégio Tribunal Pleno, em Sessão Administrativa Extraordinária realizada em 29 de abril de 2019,

R E S O L V E :

PROMOVER, pelo critério de MERECIMENTO, o Juiz ALENCAR DAS NEVES BRILHANTE, titular da Vara Única da Comarca de Alta Floresta d'Oeste, 1ª Entrância, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Jaru, 2ª Entrância, na forma da legislação vigente.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 02/05/2019, às 12:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 1182276e o código CRC A2F2E30A.

Ato Nº 719/2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 136, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015, e Resolução 012/2018-PR, DJE 038, de 28/2/2018;

Considerando o que consta na Instrução n. 001/2018-PR, de 27/06/2018;

Considerando o constante no Processo SEI nº 0007656-17.2019.8.22.8000,

R E S O L V E :

I - CONCEDER duas diárias e meia, bem como passagens aéreas ao Juiz EDENIR SEBASTIÃO ALBUQUERQUE DA ROSA, titular da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Porto Velho, em virtude do deslocamento, ocorrido no período de 17/3/2019 a 20/3/2019, para participar de Reunião do Comitê do Fórum Nacional da Saúde, nos dias 18 e 19/3/2019, na cidade de São Paulo/SP.

II – Mantido ao mesmo o Acesso Remoto, nos termos do Provimento nº 009/2017-CG, disponibilizado no D.J.E. Nº 72 de 20/4/2017.

III – O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 15 e 16 da instrução n. 01/2018, implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário, nos termos do artigo 17 da instrução normativa.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 02/05/2019, às 12:55, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 1185941e o código CRC B4DD51C5.

Portaria Presidência Nº 769/2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 67 do RITJ/RO,

CONSIDERANDO que a Administração Pública é regida pelos princípios estabelecidos no artigo 37 da Constituição Federal e que a disponibilização de informações alusivas à gestão de pessoas promove a transparência, conforme estabelece o art. 1º, incisos I, III, V e §1º da Resolução 102/2009 do Conselho Nacional de Justiça,

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, inciso II da Resolução nº. 240/2016 do Conselho Nacional de Justiça que dispõe sobre a Política Nacional de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário,

CONSIDERANDO a necessidade definição de procedimentos abrangidos pelo novo sistema,

R E S O L V E:

Art. 1º Ficam instituídos o Sistema Integrado de Gestão de Pessoas – eGesp, o Portal de Gestão de Pessoas e os novos Portais dos Magistrados e Servidores no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, como canal institucional de demandas e informações relacionadas a Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

Art. 2º As solicitações de férias e de crachás realizadas pelos servidores e identidade funcional pelos magistrados, a partir de 3/5/2019, deverão ser realizadas exclusivamente via sistema eGesp.

Art. 3º Outros serviços e funcionalidades da área de pessoal serão informatizadas e disponibilizadas no novo Portal de Gestão de Pessoas.

Art. 4º Os demais sistemas do TJRO que atuam com informações de gestão de pessoas, deverão ser desabilitados na medida que o sistema eGesp for sendo implementado.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça, em 02/05/2019, às 12:54, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 1182762e o código CRC 5EDEB559.

CORREGEDORIA-GERAL

DESPACHOS

Despacho - CGJ Nº 2466/2019

Assunto: Ata de Correição realizada no Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas de Jaci-Paraná, comarca de Porto Velho/RO.

Vistos etc.

Homologo a ata de correição ordinária realizada em 26 de abril de 2019 no Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas de Jaci-Paraná, comarca de Porto Velho/RO, deflagrada pela Portaria n. 040/2019-CG, publicada no DJE n. 060 de 01/04/2019, conforme processo SEI 0001134-96.2019.8.22.8800.

Retifico o que constou na Ata no que diz respeito à duração da correição, cujos trabalhos foram iniciados e concluídos no mesmo dia.

Publique-se.

Des. JOSÉ JORGE RIBEIRO DA LUZ

Corregedor Geral da Justiça

sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por JOSÉ JORGE RIBEIRO DA LUZ, Corregedor (a) Geral da Justiça, em 30/04/2019, às 18:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.
	A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 1181398e o código CRC 3786B495.

Despacho - CGJ Nº 2469/2019

Assunto: Ata de Correição realizada no Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas de União Bandeirantes, comarca de Porto Velho/RO.

Vistos etc.

Homologo a ata de correição ordinária realizada em 25 de abril de 2019 no Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas de União Bandeirantes, comarca de Porto Velho/RO, deflagrada pela Portaria n. 040/2019-CG, publicada no DJE n. 060 de 01/04/2019, conforme processo SEI 0001136-66.2019.8.22.8800.

Publique-se.

Des. JOSÉ JORGE RIBEIRO DA LUZ

Corregedor Geral da Justiça

sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por JOSÉ JORGE RIBEIRO DA LUZ, Corregedor (a) Geral da Justiça, em 30/04/2019, às 18:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.
	A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 1181665e o código CRC BE96AD8A.

AVISOS

Aviso de Extravio de Inutilização de Selos Nº 29 / 2019 - Divaextra/Depex/SCGJ/CGJ

SEI n. 0001194-69.2019.8.22.8800

O Desembargador JOSÉ JORGE RIBEIRO DA LUZ, Corregedor Geral da Justiça do Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais,

AVISA aos MM. Juízes de Direito, Membros do Ministério Público, Advogados, Notários e Registradores, Serventuários e a quem possa interessar, sobre a inutilização de 100 (cem) Selos Digitais dos Tipos "DIGITAL NOTAS" e Sequências alfanuméricas n. L3AAE25305 a L3AAE25404, em razão de falha operacional ocorrida no sistema interno de gerenciamento da Serventia de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas do Município do Vale do Anari, comarca de Machadinho do Oeste/RO.

Publique-se no DJE.

José Jorge Ribeiro da Luz

Corregedor Geral da Justiça

Em 17 de abril de 2019.

sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por JOSÉ JORGE RIBEIRO DA LUZ, Corregedor (a) Geral da Justiça, em 30/04/2019, às 18:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.
	A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 1167011e o código CRC 1719267F.

Aviso de Extravio de Inutilização de Selos Nº 31 / 2019 - Divaextra/Depex/SCGJ/CGJ

SEI n. 0001241-43.2019.8.22.8800

O Desembargador JOSÉ JORGE RIBEIRO DA LUZ, Corregedor Geral da Justiça do Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais,

AVISA aos MM. Juízes de Direito, Membros do Ministério Público, Advogados, Notários e Registradores, Serventuários e a quem possa interessar, sobre a inutilização de 15 (quinze) Selos Digitais dos Tipos e Sequências alfanuméricas descritos na tabela abaixo, em razão de falha operacional ocorrida no sistema interno de gerenciamento da Serventia 2º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas do município de Porto Velho.

Selo Digital (Registro Civil)

A1AAB19999	
A1AAC14761	A1AAC14787
A1AAC14817	A1AAC14890
A1AAC14894	A1AAC14926
A1AAC14957	A1AAC15001

Selo Digital (Registro Civil - Isento)

A1AAC11834	
A1AAC11871	A1AAC11885

Selo Digital (NOTAS)

A1AEB20001	A1AEB20002	A1AEB20003

Publique-se no DJE.

José Jorge Ribeiro da Luz

Corregedor Geral da Justiça

Em 29 de abril de 2019.

Documento assinado eletronicamente por JOSÉ JORGE RIBEIRO DA LUZ, Corregedor (a) Geral da Justiça, em 30/04/2019, às 18:38, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 1180911e o código CRC DFF719AF.

Aviso de Extravio de Inutilização de Selos Nº 32 / 2019 - Divaextra/Depex/SCGJ/CGJ

SEI n. 0001343-65.2019.8.22.8800

O Desembargador JOSÉ JORGE RIBEIRO DA LUZ, Corregedor Geral da Justiça do Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais,

AVISA aos MM. Juízes de Direito, Membros do Ministério Público, Advogados, Notários e Registradores, Serventuários e a quem possa interessar, sobre a inutilização de 100 (cem) Selos Digitais do Tipo “Digital Notas” e Sequências alfanuméricas n. J3AAG24600 a J3AAG24699, em razão de falha operacional ocorrida no sistema interno de gerenciamento da Serventia Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas do Município de Chupinguaia, Comarca de Vilhena/RO.

Publique-se no DJE.

José Jorge Ribeiro da Luz

Corregedor Geral da Justiça

Em 29 de abril de 2019.

Documento assinado eletronicamente por JOSÉ JORGE RIBEIRO DA LUZ, Corregedor (a) Geral da Justiça, em 30/04/2019, às 18:38, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 1181045e o código CRC F7ED7BFD.

Aviso de Extravio de Inutilização de Selos Nº 33 / 2019 - Divaextra/Depex/SCGJ/CGJ

SEI n. 0000627-38.2019.8.22.8800

O Desembargador JOSÉ JORGE RIBEIRO DA LUZ, Corregedor Geral da Justiça do Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais,

AVISA aos MM. Juízes de Direito, Membros do Ministério Público, Advogados, Notários e Registradores, Serventuários e a quem possa interessar, sobre a inutilização de 02 (dois) Selos Digitais dos Tipos e Sequências alfanuméricas H7AAA33141 (Digital Imóveis-

Isento) e H7AAB33021 (Digital Imóveis), em razão de falha operacional ocorrida no sistema interno de gerenciamento da Serventia Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais, Tabelionato de Notas, Registro de Imóveis, de Títulos e Documentos Civis das Pessoas Jurídicas e Tabelionato de Protesto, comarca de Costa Marques/RO.

Publique-se no DJE.
José Jorge Ribeiro da Luz
Corregedor Geral da Justiça
Em 29 de abril de 2019.

Documento assinado eletronicamente por JOSÉ JORGE RIBEIRO DA LUZ, Corregedor (a) Geral da Justiça, em 30/04/2019, às 18:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 1181079e o código CRC ECE5D3D3.

Aviso de Extravio de Inutilização de Selos Nº 34 / 2019 - Divaextra/Depex/SCGJ/CGJ
SEI n. 0001110-68.2019.8.22.8800

O Desembargador JOSÉ JORGE RIBEIRO DA LUZ, Corregedor Geral da Justiça do Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais,

AVISA aos MM. Juízes de Direito, Membros do Ministério Público, Advogados, Notários e Registradores, Serventuários e a quem possa interessar, sobre a inutilização de 16 (dezesseis) Selos Digitais dos Tipos e Sequências alfanuméricas descritos na tabela abaixo, em razão de falha operacional ocorrida no sistema interno de gerenciamento da Serventia Registro Civil das Pessoas Naturais e Imóveis de Presidente Médici/RO.

Selo Digital (Registro Civil - Isento)

I2AAA13103	I2AAA13107
I2AAA13117	I2AAA13119
I2AAA13122	I2AAA13129
I2AAA13132	I2AAA13136
I2AAA13141	I2AAA13142
I2AAA13144	I2AAA13228
I2AAA13460	I2AAA13474
I2AAA13491	I2AAA13492

Publique-se no DJE.
José Jorge Ribeiro da Luz
Corregedor Geral da Justiça
Em 29 de abril de 2019.

Documento assinado eletronicamente por JOSÉ JORGE RIBEIRO DA LUZ, Corregedor (a) Geral da Justiça, em 30/04/2019, às 18:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 1181336e o código CRC 55CE3CC8.

Aviso de Extravio de Inutilização de Selos Nº 35 / 2019 - Divaextra/Depex/SCGJ/CGJ
SEI n. 0000672-42.2019.8.22.8800

O Desembargador JOSÉ JORGE RIBEIRO DA LUZ, Corregedor Geral da Justiça do Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais,

AVISA aos MM. Juízes de Direito, Membros do Ministério Público, Advogados, Notários e Registradores, Serventuários e a quem possa interessar, sobre a inutilização de 463 (quatrocentos e sessenta e três) Selos Digitais dos Tipos (Protesto) e Sequências alfanuméricas J0AAH48318 a J0AAH48780, em razão de falha operacional ocorrida no sistema interno de gerenciamento da Serventia Ofício de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civis das Pessoas Jurídicas d Tabelionato de Protesto de Títulos, comarca de Buritis/RO.

Publique-se no DJE.
José Jorge Ribeiro da Luz
Corregedor Geral da Justiça
Em 29 de abril de 2019.

Documento assinado eletronicamente por JOSÉ JORGE RIBEIRO DA LUZ, Corregedor (a) Geral da Justiça, em 30/04/2019, às 18:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 1181540e o código CRC 25BAFC60.

Aviso de Extravio de Inutilização de Selos Nº 36 / 2019 - Divaextra/Depex/SCGJ/CGJ

SEI n. 0001345-35.2019.8.22.8800

O Desembargador JOSÉ JORGE RIBEIRO DA LUZ, Corregedor Geral da Justiça do Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais,

AVISA aos MM. Juízes de Direito, Membros do Ministério Público, Advogados, Notários e Registradores, Serventuários e a quem possa interessar, sobre a inutilização de 03 (três) Selos Digitais dos Tipos "Digital Notas" e Sequências alfanuméricas n. B9ABD28502 a B9ABD28504, em razão de falha operacional ocorrida no sistema interno de gerenciamento da Serventia Serventia de Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas, comarca de Buritis/RO.

Publique-se no DJE.

José Jorge Ribeiro da Luz

Corregedor Geral da Justiça

Em 29 de abril de 2019.

Documento assinado eletronicamente por JOSÉ JORGE RIBEIRO DA LUZ, Corregedor (a) Geral da Justiça, em 30/04/2019, às 18:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 1181985e o código CRC 1E50AF56.

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE RONDÔNIA

PORTARIAS

Portaria Emeron Nº 6/2019

O DIRETOR DA ESCOLA DA MAGISTRATURA DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto da Emeron,

CONSIDERANDO a necessidade de coordenar as atividades relacionadas ao curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública;

CONSIDERANDO o teor da Resolução n. 006/2015-PR, publicada no DJE n. 089, de 18/05/2015;

CONSIDERANDO o que consta no processo eletrônico SEI n. 0001510-28.2018.8.22.8700

RESOLVE:

DESIGNAR o Juiz de Direito GUILHERME RIBEIRO BALDAN para exercer a função de coordenador científico do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública, com efeitos a partir de 30 de abril de 2019.

Encaminhe-se ao Departamento do Conselho da Magistratura para registros nos assentamentos funcionais.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Desembargador MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA

Diretor da Emeron

Documento assinado eletronicamente por MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA, Diretor (a) da Emeron, em 30/04/2019, às 11:25, conforme art. 1º, III, "a", da Lei 11.419/2006.
Nº de Série do Certificado: 1205063793781694265

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 1178241e o código CRC 4BDCC202.

Portaria Emeron Nº 7/2019

O DIRETOR DA ESCOLA DA MAGISTRATURA DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto da Emeron,

CONSIDERANDO a necessidade de coordenar as atividades relacionadas ao curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública;

CONSIDERANDO o teor da Resolução n. 006/2015-PR, publicada no DJE n. 089, de 18/05/2015;

CONSIDERANDO o que consta no processo eletrônico SEI n. 0001510-28.2018.8.22.8700

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora ILMA FERREIRA BRITO, cadastro 205.753-0, para exercer a função de coordenadora pedagógica do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública, com efeitos a partir de 30 de abril de 2019.

Encaminhe-se a Secretaria de Gestão de Pessoas para registros nos assentamentos funcionais.
Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.
Desembargador MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Diretor da Emeron

Documento assinado eletronicamente por MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA, Diretor (a) da Emeron, em 30/04/2019, às 11:25, conforme art. 1º, III, "a", da Lei 11.419/2006.
Nº de Série do Certificado: 1205063793781694265

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 1178285e o código CRC BCBDD3C2.

EDITAL

Edital Nº 07/2019-EMERON, de 30 de abril de 2019.

A Escola da Magistratura do Estado de Rondônia – Emeron e o Programa de Mestrado Profissional Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça – PPG/DGHJUS divulgam a abertura de inscrições para o "I Seminário Constitucionalismo, Transnacionalidade e Sustentabilidade". O Seminário ocorrerá no dia 14 de junho de 2019, em Porto Velho, Rondônia.

O evento tem como objetivo debater e apresentar à comunidade resultados de pesquisas científicas sobre problemas contemporâneos nos seguintes eixos: Constitucionalismo, Transnacionalidade e Sustentabilidade.

Serão realizadas conferências e apresentações de grupos de trabalho.

Este edital apresenta as regras para inscrições nos Grupos de Trabalho (GT) que estão divididos nas 4 áreas descritas ao final.

Durante a realização dos GT's serão apresentados textos completos de autores selecionados, com a finalidade de divulgar e debater resultados de pesquisas científicas em andamento ou conclusas nas áreas temáticas do evento.

Cada GT aprovará um máximo de 10 textos para apresentação, e cada autor terá 15 minutos para sua apresentação (se houver dois autores, esse tempo deverá ser dividido entre eles), seguido de debate mediado pelos coordenadores. Todos os textos aprovados pelo Comitê Científico do evento e apresentados serão publicados como capítulo de livro, em formato eletrônico e-book, com ISBN, por editora de circulação nacional.

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 Serão aceitos trabalhos de profissionais graduados e estudantes de pós-graduação.

1.2 Serão recebidos artigos em português, espanhol, ou inglês, os quais devem atender aos prazos e procedimentos previstos neste edital.

1.3 A apresentação do trabalho redigido em português poderá ser feita por meio da língua brasileira de sinais.

1.4 Os trabalhos podem ser escritos em coautoria (até no máximo dois autores). É obrigatória a presença de pelo menos um dos autores na apresentação para que o trabalho seja publicado. É vedada a submissão de mais de um texto por autor ou coautor.

2. PRAZOS E PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÃO

2.1 Os autores devem acessar o formulário de inscrição, por meio do link http://emeron.tjro.jus.br/inscricoes, preencher todos os dados solicitados, indicar o GT escolhido e enviar seus resumos, com no máximo 15 linhas ou 300 palavras.

2.2 Os resumos devem conter título, texto e palavras-chave (no máximo 5), além do nome completo do autor/autores e devem ser enviados, anexos ao formulário de inscrição no GT, em formato .doc (com uso do Word ou software equivalente), obedecendo as regras da ABNT. O prazo para envio é até o dia 24/05/2019. A publicação do resultado será feita no dia 31/05/2019 no site da Emeron.

2.3 Não serão permitidas inscrições em mais de um GT.

2.4 As inscrições para apresentação de trabalhos nos GTs são gratuitas.

2.5 Os trabalhos inscritos cujos autores não comparecerem às apresentações não serão publicados.

2.6 Os autores dos resumos selecionados deverão enviar para a organização do Seminário um texto completo, de no máximo 15 páginas, ou 6000 palavras, até o dia 10/06/2019.

2.6.1 Será encaminhada uma mensagem para o e-mail do autor(es) selecionado(s) na qual conterá o link para envio do texto completo, que deverá ser formatado em fonte Times New Roman 12, espaçamento entrelinhas 1,5, contendo título, resumo, palavras-chave, abstract, keywords, texto e referências, seguindo as regras da ABNT, em formato .doc (com uso do Word ou software equivalente).

2.7 Se o texto completo não for enviado na data do item 2.6 a apresentação será retirada da programação e novos autores serão convocados.

2.8 Além da publicação dos textos apresentados, os autores receberão certificado de participação.

2.9 Os autores devem acompanhar as notícias no site da Emeron (www.emeron.tjro.jus.br);

2.10 Em caso de dúvidas, os autores podem escrever para emeron.cepep@tjro.jus.br colocando no título da mensagem "Inscrição – GT".

3. COORDENAÇÃO-GERAL E COMITÊ CIENTÍFICO DO EVENTO

3.1 A coordenação-geral do evento ficará sob a responsabilidade da Professora Doutora Inês Moreira da Costa.

3.2 O Comitê Científico será constituído pelos seguintes membros:
Professor Doutor Rodolfo de Freitas Jacarandá (PPG/DHJUS/Unir)
Professor Doutor Delson Barcelos Xavier (DCJ/Unir)
Professora Doutora Inês Moreira da Costa (CEPEP/Emeron)
Professor Doutor Jorge Luiz dos Santos Leal (CEPEP/Emeron)
Professor Doutor Arlen José Silva de Souza (CEPEP/Emeron)
Professor Mestre Guilherme Ribeiro Baldan (CEPEP/Emeron)
Professor Doutor Johnny Gustavo Clemes (CEPEP/Emeron)
GRUPOS DE TRABALHO – DEFINIÇÃO
GT 1 – Direito e Sustentabilidade
Coordenadora: Drª. Inês Moreira da Costa
Transformações indispensáveis para a vida no planeta. O crescimento econômico versus o desenvolvimento sustentável. As Conferências Mundiais da ONU sobre desenvolvimento sustentável e os objetivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030. Conceito de sustentabilidade. Sustentabilidade como valor constitucional. Dimensões da sustentabilidade. Interpretação jurídica à luz do princípio da sustentabilidade.
GT 2 – Governança e Transnacionalidade
Coordenador: Dr. Jorge Luiz dos Santos Leal
Governança. Governança ambiental global. Ecopolítica ambiental. Os acordos sobre o clima e sua influência no trato com a proteção ao meio ambiente. A atuação das ONG's no Brasil. Terras protegidas na Amazônia. Transnacionalidade. Direito transnacional. Os interesses transnacionais na Amazônia. Reserva legal. A Amazônia é brasileira? Globalismo e localismo. A proteção dos direitos das comunidades tradicionais. O impacto transnacional das grandes obras na Amazônia.
GT 3 – Principiologia constitucional e Política do Direito
Coordenador: Dr. Johnny Gustavo Clemes
Como o sistema de princípios tem ocupado um campo antes dominado exclusivamente por um sistema de normas. O uso de princípios e o surgimento de uma nova interpretação constitucional. Análise dos princípios segundo o preceito da democracia. Reformas constitucionais e novas bases para a evolução de um Direito para a pós-modernidade. Os fenômenos de participação popular como paradigma para aferição da aplicação adequada do Direito. Os desafios da produção de um Direito Constitucional das diversidades, da convivência pacífica e das relações migratórias.
GT 4 – Acesso à justiça e jurisdição
Coordenador: Dr. Arlen José Silva de Souza
Justiça itinerante como veículo de cidadania; a crise do excesso de demanda judiciais e a teoria dos precedentes; o ativismo judicial como ferramenta da inafastabilidade do Poder Judiciário e suas consequências; o dano moral e o enriquecimento sem causa; a judicialização da política e o equilíbrio dos Poderes do Estado; os métodos alternativos de solução de conflitos e a litigância em massa brasileira, uma via plausível.

sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por GUILHERME RIBEIRO BALDAN, Vice-Diretor (a) da Emeron, em 30/04/2019, às 16:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.
	A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 1183787e o código CRC D42999F3.

REGIMENTO INTERNO DA PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO PÚBLICA

1177741
REGIMENTO INTERNO DA PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO PÚBLICA
TURMA 2019/2020
Capítulo I
Disposições Gerais
Art. 1º O Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Gestão Pública tem por escopo especializar, precipuamente, oficiais e praças da Polícia Militar do Estado de Rondônia, no que se refere aos modernos conceitos de reengenharia estrutural, reengenharia conceitual, governança corporativa, matriz de competências, universidade corporativa, Balanced Scorecard (BSC), dentre outros, incorporados definitivamente à gestão pública, mais especificamente à gestão de polícia, concretizando a busca pela excelência por meio da Gestão pela Qualidade.
Parágrafo único. A finalidade, os objetivos gerais e específicos constam no projeto pedagógico, autorizado o funcionamento, em caráter excepcional, pelo Conselho Estadual de Educação, por meio da Resolução CEPS/CEE/RO n. 113/19.
Art. 2º A Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública será ministrada na sede da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, em Porto Velho/RO, no período de maio de 2019 a setembro de 2020.
Capítulo II
Do Número de Vagas e do Ingresso
Art. 3º O curso terá 30 (trinta) vagas, e o ingresso dar-se-á por seleção realizada pela Polícia Militar do Estado de Rondônia, com os seguintes requisitos:
1- Ser Voluntário;
2- Se Oficial, possuir pelo menos 02 (dois) anos de efetivo serviço, completados até a data do início da Pós e no máximo 20 (vinte) anos de efetivo serviço;

3- Se Praça, possuir pelo menos 05 (cinco) anos de efetivo serviço, completados até a data do início da Pós e no máximo 20 (vinte) anos de efetivo serviço;

4- Possuir nível superior em qualquer área;

5- Estar classificado no mínimo no comportamento BOM, quando praça;

6- Não ter sido sancionado, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, por mais de uma transgressão disciplinar de natureza grave transitada em julgado;

7- Não se encontrar em gozo de Licença para Tratamento de Interesse Particular LTIP;

8- Estar "APTO" para o serviço ativo da PMRO;

9- Não ter sido punido disciplinarmente, nos 05 (cinco) anos anteriores a data de início do Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Gestão Pública, por transgressão disciplinar caracterizadora de ofensa à ética, ou por crime contra os costumes, a liberdade, a vida ou administração pública;

10- Não ter sofrido sentença condenatória, da qual esteja cumprindo pena, ou aguardando decisão em instância superior.

Capítulo III

Da Matrícula e do seu Cancelamento e do Abandono do Curso

Art. 4º Para a realização da matrícula, o indicado deverá fornecer os seguintes documentos, acompanhados de cópia:

1- Formulário de inscrição preenchido;

2- Identidade Militar;

3- CPF;

4- Comprovante de graduação – diploma e histórico escolar de graduação; ou na falta destes, apresentar declaração de conclusão de curso, com validade de 180 (cento e oitenta) dias.

5- 1 (uma) foto 3x4.

Art. 5º Os candidatos que não efetivarem sua matrícula no período estabelecido terão suas indicações rejeitadas, podendo a Instituição Parceira indicar um suplente, observado que referida indicação poderá ser realizada até o início do segundo módulo do curso.

Art. 6º A matrícula poderá ser cancelada voluntária ou compulsoriamente, sendo vedado seu trancamento, conforme Art. 88 do Regimento Interno da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia.

Art. 7º É considerado aluno especial aquele indicado pela Instituição Parceira, dentre seus membros e servidores, que se inscrever em módulos isolados para fins de aperfeiçoamento profissional;

§ 1º. A indicação de aluno especial deverá ser feita 20 (vinte) dias antes da realização do módulo.

§ 2º. A participação do aluno especial é limitada a 5 (cinco) indicações por módulo.

Art. 8º Fica o aluno especial subordinado às normas deste regimento.

Art. 9º No caso de abandono do curso, serão observadas as regras previstas em regulamento ou ato normativo próprio da Polícia Militar do Estado de Rondônia.

Capítulo IV

Da Metodologia, Avaliação, Aproveitamento e Certificação

Art. 10. As aulas serão realizadas de forma presencial, privilegiando as metodologias ativas por intermédio de discussão dos temas e exemplos de casos práticos vivenciados pelos professores e alunos, complementados pela bibliografia da respectiva disciplina, com a finalidade de promover o protagonismo dos pós-graduandos.

Art. 11. A elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) consistirá em monografia, a ser avaliada conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e apresentada de forma individual.

Art. 12. A banca de defesa do TCC será constituída por 03 (três) membros e obrigatoriamente presidida pelo professor orientador.

Art. 13. A aprovação no Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Gestão Pública dar-se-á da seguinte forma:

I - O aluno será avaliado por disciplina, por meio de trabalhos ou provas, cuja nota será atribuída na pontuação de 0 (zero) a 10,0 (dez), sendo desconsiderada a 2ª (segunda) casa decimal;

II - A nota mínima para aprovação será de 7,0 (sete) em cada um dos componentes curriculares.

III - O resultado da defesa do Trabalho de Conclusão de Curso da Emeron – TCC fica condicionado aos seguintes critérios:

- aprovado sem ressalvas, tendo 10 dias para apresentar a versão final;
- aprovado com ressalvas, tendo 30 dias para apresentar a versão final com as devidas sugestões dos membros da banca;
- reprovado, tendo que refazer o trabalho baseado nas recomendações dos membros da banca, com nova defesa a ser marcada pelo orientador.

Parágrafo único. Somente estará apto a submeter-se à banca de defesa o aluno que obtiver média mínima (7,0) no trabalho escrito, conforme disposto no inciso II, do Art. 13.

Art. 14. O resultado final do TCC dar-se-á pela média aritmética entre a nota atribuída ao trabalho escrito e a nota atribuída por ocasião da sua defesa.

Art. 15. O aluno, mediante requerimento devidamente fundamentado ao Coordenador Científico do Curso, poderá solicitar revisão nas avaliações escritas, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a entrega da prova ou trabalho corrigidos.

Parágrafo único. Admitida a revisão, o professor manterá ou modificará a nota, apresentando as razões da sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Art. 16. Aos alunos que não alcançarem a nota mínima no módulo para aprovação, será aplicado uma avaliação substitutiva na modalidade de prova escrita ou trabalho escrito, com pontuação de 0 (zero) a 10,0 (dez), sendo desconsiderada a 2ª (segunda) casa decimal.

Parágrafo único. Não haverá segunda chamada para a avaliação substitutiva.

Art. 17. O aluno reprovado poderá fazer aproveitamento das disciplinas em que foi aprovado, no caso de o curso ser ofertado novamente.

Art. 18. Fará jus ao certificado do Curso de Pós-graduação Lato Sensu Gestão Pública o aluno que integralizar as disciplinas teóricas e práticas do curso, quanto à frequência e aproveitamento, bem como obtiver aprovação no trabalho de conclusão do curso (TCC) nos termos deste regimento.

Parágrafo único. A Emeron certificará a participação do aluno especial.

Capítulo V

Da Frequência

Art. 19. Será considerado aprovado o aluno que obtiver nota mínima de 7,0 pontos e alcançar frequência mínima de 75%, em cada disciplina.

Art. 20. Aplicam-se ao Curso de Pós-graduação Lato Sensu Gestão Pública, o Decreto Federal n. 1.044/69 e a Lei Federal n. 6.202/1975, bem como as justificativas decorrentes de doenças e as apresentadas pela Instituição Parceira em relação aos seus indicados.

Parágrafo único. O aluno amparado por este artigo não será eximido do processo avaliativo de desempenho previsto neste regimento.

Art. 21. O aluno deverá justificar faltas ao Coordenador Científico do curso, mediante apresentação de atestado médico, constando o dia inicial e final do afastamento, o número do Código Internacional de Doenças (CID) sem emendas ou rasuras, o nome do médico e seu número de registro no Conselho Regional de Medicina – CRM, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após o término do prazo de afastamento recomendado pelo profissional médico, e, na hipótese de justificativa apresentada pelo Comando da Polícia Militar do Estado de Rondônia, a comunicação expedida por esta e dirigida à Emeron.

Capítulo VI

Do aproveitamento de estudos

Art. 22. O aproveitamento de estudos é aplicável aos portadores de título de pós-graduação, apenas para a disciplina de Metodologia da Pesquisa, não sendo permitido exame de proficiência.

Art. 23. A análise para fins de aproveitamento da disciplina é de competência da Coordenadoria do Curso, que levará em conta aspectos qualitativos e quantitativos.

§ 1º O aspecto quantitativo corresponde à carga horária da disciplina em análise.

§ 2º O aspecto qualitativo corresponde ao conteúdo ou ementário da disciplina em análise.

Art. 24. O aluno será dispensado da disciplina se o ementário e a carga horária cumpridos corresponderem a, no mínimo, 75 % (setenta e cinco) da disciplina.

Capítulo VII

Do Colegiado de Curso

Art. 25. O Colegiado de Curso, órgão consultivo e deliberativo, nomeado pelo Diretor da Emeron é constituído pelos seguintes membros, todos com direito a voto:

I - Coordenador Científico do Curso, que o presidirá;

II – 1 (um) membro representante da Polícia Militar do Estado de Rondônia;

III – 1 (um) professor que compõe o corpo docente, indicado pelo Diretor da Emeron;

IV - 1 (um) representante do corpo discente, eleito entre seus pares.

Parágrafo Único. O diretor da Dirca atuará como secretário.

Art. 26. Compete ao Colegiado de Curso:

I - opinar sobre assuntos referentes ao Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Gestão Pública que lhe sejam submetidos pela Direção da Emeron;

II - deliberar como órgão recursal, quanto às decisões dos professores das disciplinas;

III - emitir parecer sobre representação contra professor;

IV - aplicar aos discentes, após o contraditório, as sanções previstas no Regimento Interno da Emeron.

V – os casos omissos referentes ao conteúdo científico, desenvolvimento curricular, calendarização dos módulos e outros que não digam respeito ao relacionamento professor-aluno serão decididos pelo Colegiado do Curso, excluídos os representantes dos professores e dos alunos.

Capítulo VIII

Das Disposições Finais

Art. 27. O aluno, no início do curso, receberá cópia do calendário do Curso, contendo os ementários das disciplinas e a respectiva carga horária.

Art. 28. Este Regimento deverá ser disponibilizado virtualmente na página da EMERON, bem como o ementário do Curso, com a carga horária de cada disciplina.

Art. 29. O título do Curso de Especialização em Gestão Pública, em nível de pós-graduação lato sensu, tem validade em todo o território nacional.

Art. 30. Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação no Diário da Justiça Eletrônico.

Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia

Diretor da EMERON

Em 25 de abril de 2019.

sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA, Diretor (a) da Emeron, em 30/04/2019, às 11:25, conforme art. 1º, III, "a", da Lei 11.419/2006. Nº de Série do Certificado: 1205063793781694265
	A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 1177741e o código CRC C5875289.

SECRETARIA JUDICIÁRIA

PJE INTEGRAÇÃO

VICE- PRESIDÊNCIA

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Vice Presidência do TJRO / Gabinete Vice Presidência do TJRO
Processo: 0803249-10.2018.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO
Relator: RENATO MARTINS MIMESSI
Data distribuição: 20/11/2018 21:05:42
Polo Ativo: JOSE ALAIR MOREIRA DE MORAIS e outros
Advogado(s) do reclamante: MARCIO ANTONIO PEREIRA, NEIRELENE DA SILVA AZEVEDO
Polo Passivo: JOAO BATISTA MARIA DE JESUS
INTIMAÇÃO
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por José Alair Moreira de Morais e Rosilene Ferreira Ramos de Morais inconformados com a decisão do Juízo da Vara Única da Comarca de Nova Brasilândia do Oeste, que indeferiu o pedido de gratuidade da justiça nos autos da ação de rescisão contratual proposta em face de João Batista Maria de Jesus (autos n. 7001723-56.2018.8.22.0020).
Aduzem os Agravantes que são pessoas idosas, ambos sobrevivem da agricultura familiar, quando em setembro de 2017 optaram por vender a propriedade para migrar para zona urbana e custear tratamento de saúde. Ante a inadimplência do agravado restaram sem dinheiro e sem a terra para lavrar ou arrendar e dela tirar seu sustento.
Asseveram que apresentaram declaração de hipossuficiência e comprovaram que estão pleiteando benefício previdenciário, demonstrando assim que não dispõem de renda para arcar com as custas iniciais.
Alegam que é presumida à pessoa natural a boa-fé, bastando a mesma alegação de hipossuficiência financeira, não necessitando comprová-la.
Enfim, requer seja deferido liminarmente a tutela de urgência, suspendendo-se os efeitos da decisão agravada e deferindo-lhe a gratuidade da justiça até final do recurso e no mérito seja confirmada a liminar, reformando a decisão agravada, concedendo-lhe a benesse requerida.
Indeferido o pedido de antecipação de tutela, foi concedido efeito suspensivo ao recurso (ID 5129993).
A Procuradoria-Geral de Justiça no parecer do D. Procurador de Justiça Edmilson José de Matos Fonseca pugnou pelo conhecimento e provimento do presente agravo.
Em suas informações a Magistrada afirma que considerando o valor da área negociada e a comprovação apenas mediante a declaração de hipossuficiência, o pedido de gratuidade da justiça foi indeferido.
Os Agravantes manifestaram nos autos anuindo com o diferimento do recolhimento ao final.
É, em síntese, o relatório.
Decido.
É sabido que a concessão de tutela acautelatória em agravo de instrumento tem por objetivo resguardar a situação das partes até a solução final do litígio.
O artigo 1.019 do Novo Código de Processo Civil (Lei n. 13.105/2015), confere ao relator do agravo de instrumento competência para suspender o cumprimento da decisão agravada, desde que susceptível de causar graves danos.
Pois bem.
Inicialmente é necessário prestar alguns esclarecimentos.
Nos termos da Lei n. 1.060/50, não se exige estado de miserabilidade da parte, mas tão somente a afirmação de que a parte interessada não possui no momento disponibilidade financeira para arcar com os custos inerentes às despesas processuais e honorários advocatícios sem que isso afetasse sensivelmente sua própria mantença ou de sua família (art. 4º).
Cumpre esclarecer que a regra antes de ser revogada pelo novo Código de Processo Civil (art. 1.072, III), já não era totalmente recepcionada pela Constituição Federal que exige expressamente no art. 5º, LXXIV, a comprovação do alegado estado de hipossuficiência.
"Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;"
É certa a previsão constitucional e legal que resguarda o direito à assistência judiciária gratuita a quem dela necessite e que será deferida a quem comprovar a insuficiência de recursos.
Atualmente, a concessão da gratuidade da justiça é disciplinada nos artigos 98 e 99 do CPC.
Dispõe a norma que a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios têm direito à gratuidade, na forma da lei. O pedido ser formulado na petição inicial, na contestação ou em petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.
E concerne ao julgador inadmitir a concessão do benefício quando houver nos autos latente contradição entre seu pedido e os documentos ali contidos. É o poder do Magistrado de investigar a real situação financeira da parte, prevista no art. 99, §2º do CPC/2015.
Além disso, cumpre-nos compartilhar que é o entendimento já consolidado por esta Egrégia Corte, em sede de incidente de uniformização de jurisprudência, de que a simples declaração de pobreza aliada à situação fática apresentada pode ser o suficiente para o deferimento do benefício, como também é possível que o magistrado investigue a real situação do requerente, exigindo a respectiva prova, quando os fatos levantarem dúvidas acerca da hipossuficiência alegada. (Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 0011698-29.2014.8.22.0000, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, Câmaras Cíveis Reunidas, J. 05/12/2014).
Ressalto que, a simples declaração de pobreza não goza de presunção absoluta, mas relativa. E nesse sentido é jurisprudência desta Corte:
Gratuidade processual. Indeferida. Declaração de pobreza. Presunção não absoluta.
Por certo, em princípio, é suficiente a declaração de necessidade, tal qual dispõe o art. 4º Lei nº 1.060/50, hoje encontrada no § 3º do art. 99, CPC/15, para deferimento do benefício da gratuidade de justiça. No entanto, a presunção por ela gerada não é absoluta, cedendo ante elementos demonstrativos em contrário, tal como se dá no caso dos autos, em que configurada a necessidade da parte. Apelação, Processo nº 0006827-50.2014.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Raduan Miguel Filho, Data de julgamento: 21/06/2017
Estelionato. Presença dos elementos do Tipo. Vantagem Ilícita. Induzimento a Erro. Meio Fraudulento. Conto do Bilhete. Prejuízo da Vítima. Autoria. Materialidade. Palavra da vítima. Relevância. Substituição da pena restritiva de direitos por multa. Impossibilidade. Ao réu não cabe escolher a pena substitutiva a ser aplicada. Justiça gratuita. Advogado particular. Comerciante. Indícios de arcar com as custas processuais. Recurso não provido.

[...]
O benefício da justiça gratuita apenas pode ser concedido àqueles que não têm condições de arcar com os custos do processo, sem prejuízo para seu sustento e de sua família. A declaração de pobreza feita por pessoa física possui presunção apenas relativa de veracidade.
Recurso não provido.
Apelação, Processo nº 0002520-79.2016.822.0002, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Criminal, Relator(a) do Acórdão: Des. Miguel Monico Neto, Data de julgamento: 28/06/2017
No caso em tela, os Agravantes afirmam não possuírem condições financeiras de arcarem com as custas do processo e para tanto, limitam-se a apresentar apenas declaração de hipossuficiência.
Assevero que quando pretende a parte ser agraciada pela justiça gratuita, deve ela juntar documentos que comprovem a alegada hipossuficiência, especialmente se está insatisfeita com a decisão do Juízo a quo, conforme prevê o art. 1.017 do Código de Processo Civil, que lhe faculta a apresentação de outras peças que reputar úteis ao deferimento do pedido.
No mais, como dito acima a afirmação/declaração de hipossuficiência, de per si, não goza de presunção absoluta de veracidade, cabendo a parte interessada comprovar a falta de recursos que o impedem de custear as despesas processuais.
Verifico que as partes apenas apresentaram documento demonstrando agendamento junto ao INSS e não o extrato do benefício recebido, como também não há nenhum outro documento demonstrando a impossibilidade ou incapacidade de arcar com as custas do processo sem que hajam prejuízos aos seus sustentos, especialmente levando-se em considerando o valor pretendiam pagar pela compra do imóvel objeto da demanda.
Desta forma, entendo que tem razão o Juízo de 1ª Instância que em seu despacho, indeferiu o pedido de gratuidade da justiça por falta de comprovação da hipossuficiência alegada, estando em consonância com o dispositivo da Constituição Federal que exige expressamente a comprovação da alegada hipossuficiente para que seja concedido o benefício da justiça gratuita (art. 5º, LXXIV).
Assim, diante da ausência de comprovação da situação de hipossuficiência, não há como ser deferido o pedido da gratuidade da justiça ou até mesmo de diferir o seu recolhimento ao final, devendo ser mantida a decisão agravada.
Contudo, a fim de assegurar o acesso ao Judiciário, concedo prazo de 03 (três) dias a contar da intimação deste, para que apresente nos autos originários, os documentos que julgar necessários a concessão da benesse para que seja reanalisado o pedido pelo Juízo de origem.
Ante ao exposto, nego provimento ao recurso.
Notifique-se o juízo da causa sobre o teor desta decisão.
Sem custas.
Transitado em julgado, arquivem-se os autos.
Publique-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Desembargador RENATO MARTINS MIMESSI
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Vice Presidência do TJRO / Gabinete Vice Presidência do TJRO
Processo: 0800139-66.2019.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)
Relator: RENATO MARTINS MIMESSI
Data distribuição: 28/01/2019 13:19:14
Agravantes: CLEONICE DA SILVA XIMENES DE SOUZA e outros
Advogado do(a) AGRAVANTE: REYNALDO DINIZ PEREIRA NETO - RO4180-A
Agravado: WVL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e outros
Intimação
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Cleonice da Silva Ximenes de Souza e Eduardo Gomes Barbosa irresignados com a decisão proferida pelo Juízo da 8ª Vara Cível da Comarca da Capital que indeferiu o pedido de gratuidade da justiça nos autos da ação de rescisão contratual c/c restituição do montante pago e dano moral proposta em desfavor de WVL Empreendimentos Imobiliários Ltda e Alphaville Urbanismo S/A (autos n. 7044451-72.2018.8.22.0001).
Contam os Agravantes que os rendimentos percebidos não são suficientes para o sustento mensal da família; que as despesas superam os créditos; que o valor das custas iniciais equivale a 80% (oitenta por cento) da renda familiar; que comprovaram sua incapacidade financeira através de declaração de hipossuficiência e outros documentos, mas que não foram devidamente analisadas pelo Magistrado.
Da decisão que indeferiu a gratuidade foi oposto embargos de declaração, no qual afirmam terem esboçado planilha detalhada de todas das despesas, comprovando-as. E mesmo assim, o pedido não foi deferido.
Sustentam que a norma autoriza a concessão da gratuidade mediante simples requerimento em qualquer fase processual; que presume-se verdadeira a alegação de insuficiência de recursos quando deduzida por pessoa natural.
Enfim, requer seja recebido o presente agravo de instrumento, julgando-o provido para conceder os benefícios da justiça gratuita.
É o relatório.
Decido.
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão de 1º grau que indeferiu pedido de gratuidade da justiça.
Considerando que não foi formalizada a angularização da relação processual em 1º Instância, sendo desnecessária a manifestação da parte agravada, bem como do Juízo de origem, estando os autos aptos passo a julgá-lo.
É sabido que a concessão de tutela acautelatória em agravo de instrumento tem por objetivo resguardar a situação das partes até a solução final do litígio.
O artigo 1.019 do Novo Código de Processo Civil (Lei n. 13.105/2015), confere ao relator do agravo de instrumento competência para suspender o cumprimento da decisão agravada, desde que susceptível de causar graves danos.
Pois bem.
Antes de analisar o mérito da questão é necessário prestar alguns esclarecimentos.
Nos termos da Lei n. 1.060/50, não se exige estado de miserabilidade da parte, mas tão somente a afirmação de que não possui, no momento, disponibilidade financeira para arcar com os custos inerentes às despesas processuais e honorários advocatícios, sem que isso afete sensivelmente sua própria mantença ou de sua família (art. 4º).
Cumpre esclarecer que a regra, antes de ser revogada pelo novo Código de Processo Civil (art. 1.072, III), já não era totalmente recepcionada pela Constituição Federal, que exige expressamente no art. 5º, LXXIV, a comprovação do alegado estado de hipossuficiência.
"Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;"
É certa a previsão constitucional e legal que resguarda o direito à assistência judiciária gratuita, que será deferida a quem necessite e comprove a insuficiência de recursos.
Atualmente, a concessão da gratuidade da justiça é disciplinada nos artigos 98 e 99 do CPC.

Dispõe a norma que a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios têm direito à gratuidade, na forma da lei. O pedido ser formulado na petição inicial, na contestação ou em petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

E concerne ao julgador inadmitir a concessão do benefício quando houver nos autos latente contradição entre seu pedido e os documentos ali contidos. É o poder do Magistrado de investigar a real situação financeira da parte, prevista no art. 99, §2º do CPC/2015.

Além disso, cumpre-nos compartilhar que é o entendimento já consolidado por esta Egrégia Corte, em sede de incidente de uniformização de jurisprudência, de que a simples declaração de pobreza aliada à situação fática apresentada pode ser o suficiente para o deferimento do benefício, como também é possível que o magistrado investigue a real situação do requerente, exigindo a respectiva prova, quando os fatos levantarem dúvidas acerca da hipossuficiência alegada. (Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 0011698-29.2014.8.22.0000, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, Câmaras Cíveis Reunidas, J. 05/12/2014).

Portanto, ressalto que a simples declaração de pobreza não goza de presunção absoluta, mas relativa. E nesse sentido é jurisprudência desta Corte:

Gratuidade processual. Indeferida. Declaração de pobreza. Presunção não absoluta.

Por certo, em princípio, é suficiente a declaração de necessidade, tal qual dispõe o art. 4º Lei nº 1.060/50, hoje encontrada no § 3º do art. 99, CPC/15, para deferimento do benefício da gratuidade de justiça. No entanto, a presunção por ela gerada não é absoluta, cedendo ante elementos demonstrativos em contrário, tal como se dá no caso dos autos, em que configurada a necessidade da parte. (Apelação, Processo nº 0006827-50.2014.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Raduan Miguel Filho, Data de julgamento: 21/06/2017).

Estelionato. Presença dos Elementos do Tipo. Vantagem Ilícita. Induzimento a Erro. Meio Fraudulento. Conto do Bilhete. Prejuízo da Vítima. Autoria. Materialidade. Palavra da vítima. Relevância. Substituição da pena restritiva de direitos por multa. Impossibilidade. Ao réu não cabe escolher a pena substitutiva a ser aplicada. Justiça gratuita. Advogado particular. Comerciante. Indícios de arcar com as custas processuais. Recurso não provido.

[...]

O benefício da justiça gratuita apenas pode ser concedido àqueles que não têm condições de arcar com os custos do processo, sem prejuízo para seu sustento e de sua família. A declaração de pobreza feita por pessoa física possui presunção apenas relativa de veracidade.

Recurso não provido.

(Apelação, Processo nº 0002520-79.2016.822.0002, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Criminal, Relator(a) do Acórdão: Des. Miguel Monico Neto, Data de julgamento: 28/06/2017).

Colaciono também jurisprudência do STJ, in verbis:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JULGAMENTO MONOCRÁTICO. CABIMENTO. ARGUMENTAÇÃO RECURSAL DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. INDEFERIMENTO DO BENEFÍCIO. POSSIBILIDADE.

1. Não está o relator do recurso no Superior Tribunal de Justiça, na vigência do novo Código de Processo Civil, impedido de realizar o julgamento monocrático com base na jurisprudência dominante desta Corte. Inteligência dos arts. 932, VIII, do CPC/2015 e 253, parágrafo único, II, "b", e 255, § 4º, II, do RISTJ.

2. "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia" (Súmula 284/STF).

3. A declaração de hipossuficiência estabelecida pelo art. 4º da Lei n. 1.060/1950 goza de presunção relativa de veracidade, podendo o magistrado, em razão de fundadas razões, indeferir ou revogar o benefício. Precedentes.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1066117/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 19/12/2017)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - INDEFERIMENTO DO BENEFÍCIO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU DO AGRAVO PARA NEGAR SEGUIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DO REQUERENTE.

1. Embora milite em favor do declarante a presunção acerca do estado de hipossuficiência, essa não é absoluta, não sendo defeso ao juiz a análise do conjunto fático-probatório que circunda as alegações da parte (art. 5º, caput, da Lei n. 1.060/50).

2. Rever os fundamentos que ensejaram o indeferimento do pedido de justiça gratuita exigiria reapreciação da situação fática, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

3. "A declaração de pobreza implica simples presunção juris tantum, suscetível de ser elidida pelo magistrado se tiver fundadas razões para declarar que o requerente não se encontra no estado de miserabilidade anunciado" (REsp 1.019.233/SP, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 09/12/2008, DJe 06/02/2009).

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 808.673/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 08/02/2018, DJe 23/02/2018)

No caso em tela, os Agravantes requerem a concessão da gratuidade da justiça, afirmando não possuírem condições financeiras de arcarem com as custas do processo, sem que hajam prejuízos ao sustento da família.

É importante frisar que a declaração/afirmação de hipossuficiência, como dito acima, de per si, não goza de presunção absoluta de veracidade, cabendo a parte interessada comprovar a falta de recursos que o impede de pagar as custas processuais.

Embora os agravantes acostem vários comprovantes de despesas habituais, identifiquei nos extratos bancários ID n. 22975856 que no dia 01/10/2018 a Agravante Cleonice realizou uma aplicação na poupança no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) e no extrato ID n. 22975905 - pag. 11, dia 10/10/2018, o Agravante efetuou uma aplicação na poupança no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), tais depósitos a meu ver representam capacidade financeira. Além disso, verifica-se que o valor das Comissões do Agravante é variável.

Assevero que as partes podem requerer o benefício da gratuidade da justiça, mediante simples afirmação, mas cabe ao Magistrado averiguar a certeza dos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão da benesse.

Sendo assim, analisando detidamente os documentos, afirmo que as provas trazidas aos autos não são suficientes a demonstrar a incapacidade financeira dos Agravantes de arcarem com as custas do processo.

Assim, ante a ausência de provas que possam ratificar a alegação de insuficiência ou incapacidade financeira dos Agravantes, impõe a manutenção da decisão agravada.

Contudo, havendo interesse, as custas processuais poderão ser parceladas ou diferidas ao final, e para tanto, deverão os Agravantes manifestarem sua anuência, junto ao Juízo de origem, prazo de 03 (três) dias a contar da intimação deste.

Ante o exposto, nego provimento ao presente agravo de instrumento.

Notifique-se o juízo da causa sobre o teor desta decisão.

Custas na forma da lei.

Transitado em julgado, arquivem-se os autos.

Publique-se. Cumpra-se.

Porto Velho, 30 de abril de 2019.

Desembargador RENATO MARTINS MIMESSI

Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Vice Presidência do TJRO / Gabinete Vice Presidência do TJRO
Processo: 0800174-26.2019.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO
Relator: RENATO MARTINS MIMESSI
Data distribuição: 31/01/2019 09:39:46
Agravante: RICARDO CORREA DE ABREU e outros
Advogados do(a) AGRAVANTE: ALCIONE LOPES DA SILVA - RO5998-A, JULIANE MUNIZ MIRANDA DE LUCENA - RO1297
Agravado: CRISTINA DOS SANTOS RODRIGUES SIQUEIRA e outros
Intimação
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por R. C. de A. irresignado com a decisão proferida pelo Juízo da 4ª Vara de Família e Sucessões da Comarca da Capital que indeferiu o pedido de gratuidade da justiça nos autos da ação revisional proposta em desfavor de C.R de A. representada por C. Dos S. R. S. (autos n. 7038095-61.2018.8.22.0001).
Conta o Agravante que a decisão agravada não merece prosperar, pois não analisou as provas apresentadas nos autos; documentos capazes de demonstrar a insuficiência de recursos para arcar com as custas do processo.
Aduz em suas razões que o pedido de assistência judiciária não pode ser indeferido mesmo àqueles que são patrocinados por advogado particular; que o pedido de gratuidade pode ser feito mediante simples afirmação na peça vestibular ou no curso do processo; que o indeferimento é restringir o acesso ao Judiciário; e também sustenta que não é necessário comprovar sua condição, pois a declaração de hipossuficiência goza de presunção juris tantum de veracidade, só podendo ser ilidida pela parte contrária.
Enfim, requer seja deferido a tutela de urgência, determinando-se o prosseguimento do feito, sem o recolhimento das custas iniciais. E, no mérito requer o provimento, concedendo-lhe a gratuidade da justiça.
É que tenho a relatar.
Decido.
O recurso é próprio, tempestivo e encontra-se devidamente instruído nos termos do art. 1.017, §5º do CPC.
Estabelece o Código de Processo Civil em seu art. 101, § 1º que, estará a Agravante dispensado do recolhimento das custas até decisão final do Relator sobre a questão, preliminarmente ao julgamento do recurso de agravo de instrumento interposto contra a decisão interlocutória que indeferir a gratuidade judicial.
Embora, não tenha formado convencimento sobre o estado de hipossuficiência alegado, defiro, por ora, a gratuidade judiciária para este recurso.
Passemos a análise do pedido de antecipação.
Segundo art. 300 do NCPC, a tutela provisória fundada em urgência será concedida quando constatada a presença de seus requisitos autorizadores, quais sejam: I) Probabilidade do direito invocado; e II) Perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.
Na espécie, compulsando detidamente os autos originários, não vislumbro presente um motivo para acautelar liminarmente o futuro eventual direito pleiteado.
Sendo assim, indefiro pedido de antecipação de tutela provisória, reservando-me a possibilidade de rever essa decisão a qualquer momento, caso se apresente situação de fato que o recomende.
Entretanto, diante da possibilidade de restar prejudicado a agravante acaso sua pretensão seja apreciada apenas ao final, concedo efeito suspensivo, no qual deverão os autos dos embargos à execução permanecerem suspensos até o julgamento do mérito deste recurso.
Notifique-se o Juízo da causa sobre o teor desta decisão para que preste as informações que julgar necessárias.
Não formalizada a angularização da relação processual desnecessária a intimação da parte Agravada.
Tendo em vista que no caso, envolve interesse de menor, encaminhem-se os autos a Procuradoria-Geral de Justiça para parecer.
Após, retornem os autos conclusos.
Expeça-se o necessário.
I.
Porto Velho, 02 de maio de 2019.
Desembargador RENATO MARTINS MIMESSI
Relator

TRIBUNAL PLENO

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Tribunal Pleno / Gabinete Vice-Presidência do TJRO
Processo n. 0801174-61.2019.8.22.0000 - MANDADO DE SEGURANÇA (PJe)
IMPETRANTE: THIAGO RAFAEL ALVES
Advogado : CLEIA APARECIDA FERREIRA - OAB/SP 43.256 e OAB/RO 69-A
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DA COMARCA DE MACHADINHO DO OESTE-RO
DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 26.4.2019
Relator: Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Vistos,
Conforme Termo de Triagem e Análise ID Num. 5741945, a matéria discutida nos autos, não se enquadra às competências estabelecidas no Regimento Interno para os órgãos jurisdicionais deste Tribunal.
Examinados.
Decido.
Trata-se de Mandado de Segurança interposto por THIAGO RAFAEL ALVES em face da decisão proferida pelo juiz da 1º Vara do Juizado Especial Criminal da Comarca de Machadinho do Oeste/RO.
Tendo em vista que a referida demanda tramitou pelo procedimento do Juizado Especial, a competência para o julgamento do presente mandamus encontra-se afeta à Turma Recursal.
Posto isso, determino que a Coordenadoria do Pleno da CPE2G proceda a distribuição do presente feito no âmbito da Turma Recursal, no sistema do PJe/TJRO, com a consequente certificação do procedimento neste feito, para seu posterior arquivamento.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Desembargador Renato Martins Mimessi
Vice-Presidente do TJ/RO

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Tribunal Pleno / Gabinete Des. Paulo Kiyochi
Direta de Inconstitucionalidade n. 0801210-06.2019.8.22.0000 - PJe
Requerente: Procurador-Geral de Justiça do Estado de Rondônia
Requerido: Prefeito do Município de Ariquemes/RO
Relator: Desembargador Kiyochi Mori
Distribuído por sorteio em 29.4.2019
Vistos.
Trata-se de Ação Direta de Inconstitucionalidade com pedido de medida cautelar proposta pelo Ministério Público do Estado de Rondônia, em face do art. 1º, §2º (incluído pela Lei Municipal n.

1.838/2014) e art. 3º, Lei n. 1.225, de 23 de junho de 2006 do Município de Ariquemes, sob o fundamento de que essa norma afronta as Constituições da República e do Estado, visto autorizar a contratação de servidores sem prévia aprovação em concurso público.
De acordo com o art. 346 do RITJ/RO, na ação direta de inconstitucionalidade de competência deste Tribunal de Justiça observar-se-á, no que couber, a legislação específica aplicável ao Supremo Tribunal Federal e as normas constitucionais.
Nesse passo, considerando os termos do art. 10 da Lei n. 9.868/99, que dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, solicite-se informações do Procurador-Geral do Município, do Prefeito Municipal e do Presidente da Câmara Municipal, no prazo de cinco dias.
Por se tratar de confrontação com o Texto Constitucional Estadual, notifique-se o Procurador-Geral do Estado para também, querendo, manifestar-se no prazo legal.
Publique-se.
Após, retornem os autos conclusos para análise do pedido cautelar.
Porto Velho, 2 de maio de 2019
PAULO KIYOCHI MORI
RELATOR

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Tribunal Pleno / Gabinete Presidência do TJRO
Processo: 0801179-83.2019.8.22.0000 - HABEAS CORPUS (PJe)
Relator: Walter Waltenberg Silva Junior
Data distribuição: 26/04/2019 12:35:20
Paciente: Jose Hildeblandes Ferreira
Impetrantes (Advogados): Jose Jaziel Fernandes Dantas - OAB/CE 11.988 e Arine Rodrigues de Souza - OAB/CE 39.075
Impetrado: Juiz da 3ª Vara Federal da Comarca de Porto Velho/RO
Vistos,
Os autos foram encaminhados do Departamento de Distribuição a este gabinete com a informação de que os processos de natureza criminal estão excepcionados da tramitação processual do Pje, conforme estabelece o parágrafo único, artigo 1º da Portaria n.8/2015 PR de 29/06/2015.
Examinados.
Decido.
Trata-se de Habeas Corpus impetrado por JOSÉ JAZIEL FERNANDES DANTAS e outro em favor de JOSÉ HILDEBLANDES FERREIRA, contra ato do Juiz da 3ª Vara Federal da Comarca de Porto Velho/RO, conforme consta a inicial.
Afirmam que o paciente foi denunciado por incorrer no crime previsto no art. 33 da Lei de Drogas (Lei 11.343/06) e que por esse motivo está preso desde 12 de maio de 2018 no Presídio de Itaitinga – Ceará, apresentando portanto, como fundamento do writ, o excesso de prazo para a formação da culpa.
Sustentam que o juízo da 2ª Vara Criminal de Maracanaú/CE, declinou da competência do feito nº0003241-50.2018.8.22.06.0117, remetendo-o a 3ª Vara Federal Criminal de Rondônia.
Entretanto, em consulta realizada nos sistemas processuais deste Tribunal, bem como, no âmbito no TRF 1ª região, não foi possível observar qualquer registro em nome do paciente.
Assim, tendo em vista a interposição do remédio constitucional neste Tribunal, determino que se proceda a intimação dos impetrantes para que, no prazo de 2 (dois) dias, se manifestem quanto a origem do processo em questão, apontando corretamente a autoridade coatora, para que assim possam ser adotadas as providências com relação a distribuição e forma de seu processamento.
Publique-se.
Porto Velho, 02 de maio de 2019.
Desembargador Renato Martins Mimessi
Vice-Presidente do TJ/RO

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Tribunal Pleno / Gabinete Des. Sansão Saldanha
Processo: 0800976-24.2019.8.22.0000 - MANDADO DE SEGURANÇA (PJe)
Relator: Sansão Saldanha
Data distribuição: 10/04/2019 12:08:49
Impetrante: Jessica Eler Garcia da Silva
Advogado: Vinicius Jacome dos Santos Junior - OAB/RO 3.099
Impetrado: Governador do Estado de Rondônia
Despacho
Vistos.
Em atenção aos embargos interpostos, esclareça-se que a decisão proferida determinou ao Departamento do Estado para proceder com a inclusão da impetrante em folha, bem assim deve ser entendido que, para compor a remuneração, devem ser considerados todos os valores que percebia na data em que ocorreu a exoneração supostamente indevida, incluindo o recebimento por ocupar a função original no departamento de trânsito e no Conselho Estadual de Trânsito.
Oficie-se ao referido órgão a fim de proceder a inclusão em folha para o pagamento da referida remuneração, conforme foi decidido.
Tribunal Pleno Judiciário, abril de 2019.
Desembargador Sansão Saldanha, relator.

1ª CÂMARA CÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Coordenadoria Cível
Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
Processo: 0005626-83.2015.8.22.0002 - Recurso Especial em Apelação (PJE)
Origem: 0005626-83.2015.8.22.0002 - Ariquemes/ 3ª Vara Cível
Recorrente : Banco Votorantim S/A
Advogado : Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB/PE 21678)
Advogada : Vera Lucia Silva de Sousa (OAB/PE 14712)
Advogado : Verusk de Oliveira Vanderlei (OAB/PE 27070)
Advogada : Ana Paula Soares Pereira Gomes (OAB/SP 160825)
Advogada : Ana Paula Alves Freire (OAB/SP 240295)
Recorrida : Maria Miotto de Souza
Advogada : Cristiane Ribeiro Bissoli (OAB/RO 4848)
Advogado : Edson Luiz Ribeiro Bissoli (OAB/RO 6464)
Relator: DES. WALTER WALTENBERG SILVA JÚNIOR
Interposto em 30/04/2019
ABERTURA DE VISTA
Nos termos do provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, e dos artigos 203, § 4º c/c 1.030, ambos do CPC, fica a parte recorrida intimada para, querendo, apresentar as contrarrazões ao recurso especial, no prazo legal, via digital.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Rilia Natori
Serviço Especial/CCIVEL-CPE2G

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª Câmara Cível / Gabinete Des. Rowilson Teixeira
AÇÃO RESCISÓRIA Nº. 0801173-76.2019.8.22.0000 - (PJE)
Origem: 0014038-40.2014.8.22.0001 - Porto Velho/8ª Vara Cível
Autor: PORTO VELHO SHOPPING S.A
Advogado(a): ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO (OAB/RO 635)
Advogado(a): JAIME PEDROSA NETO (OAB/RO 4315)
Réu: HERCULES JOSE DO VALE

Relator: ROWILSON TEIXEIRA
Vistos
Trata-se de ação rescisória movida pelo Porto Velho Shopping S/A em face de Hércules José do Vale.
O Porto Velho Shopping S/A move a presente ação rescisória com o objetivo de desconstituir acórdão dos autos (de nº 0803266-1.2016.8.22.0000) do agravo de instrumento interposto pelo ora requerido em face da requerente, o qual foi provido pela 2ª Câmara Cível.
Na presente via eleita, alega ter o acórdão incorrido em contrariedade à norma (hipótese de rescindibilidade do art. 966, V, do CPC), na medida em que, em tese, é "pacificado no âmbito do STJ a admissão da prorrogação da fiança nos contratos locatícios prorrogados por prazo indeterminado, contanto que expressamente prevista no contrato".
Sob esta ótica, de existência de jurisprudência pacífica, afirma que o acórdão poderá ser rescindido. .
Ao final, requer a procedência da presente para rescindir a coisa julgada (iudicium rescindens) e, em consequência, julgar improvido o citado agravo de instrumento (iudicium rescissorium) interposto originariamente pelo requerido.
É o relatório.
Decido.
A pretensão desta rescisória se constitui na desconstituição de acórdão que deu provimento a agravo de instrumento interposto por Hércules José do Vale.
Alega, em síntese, que houve afronta a jurisprudência pacífica sobre o tema.
Pois bem, no citado recurso, discutiu-se a exclusão ou não do fiador (requerido) da execução promovida pela parte autora, tendo sido provido para excluir o requerido da execução, cujo recurso foi assim ementado.
Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Execução. Contrato de locação. Responsabilidade. Fiador. Alteração do quadro societário. Novo contrato. Garantidor. Ilegitimidade passiva. A fiança não admite interpretação extensiva. O fiador somente responde por aquilo com que se comprometeu expressamente no contrato, conforme previsão do art. 819 do CC e também da Súmula 214 do STJ.
Se, após a extinção do contrato, uma nova pessoa jurídica passou a ocupar o espaço comercial, cabia ao locador celebrar o novo contrato. Não o fazendo, a responsabilidade não pode ser imputada ao fiador do contrato anterior, já extinto pelo decurso do tempo.
Em suma, o requerente afirma que a citada decisão contraria pacífica jurisprudência sobre o tema. E tal pretensão vem baseada no art. 966, V, do CPC, que estabelece:
CAPÍTULO VII
DA AÇÃO RESCISÓRIA
Art. 966. A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando:
[…]
V - violar manifestamente norma jurídica;
Todavia, diz o § 5º do citado artigo:
[…]
§ 5º Cabe ação rescisória, com fundamento no inciso V do caput deste artigo, contra decisão baseada em enunciado de súmula ou acórdão proferido em julgamento de casos repetitivos que não tenha considerado a existência de distinção entre a questão discutida no processo e o padrão decisório que lhe deu fundamento. (g.n)
Para o deslinde da questão, convém mergulhar em alguns conceitos.
Diz o prof prof José Miguel Garcia Medina:
A ação rescisória está prevista no artigo 966 do Código de Processo Civil e é uma ação que visa desconstituir uma sentença de mérito sobre a qual ocorreu a coisa julgada material, além de ser possível a propor também, excepcionalmente, contra decisões transitadas em julgado que, embora não sejam de mérito, impeçam a nova propositura da demanda ou a admissibilidade do recurso correspondente, como excetua o paragrafo segundo, inciso primeiro e segundo referido artigo.
A natureza jurídica da ação rescisória é de ação constitutiva negativa, portanto, quando a mesma é julgada procedente, tem-se uma sentença desconstitutiva.
Atribui-se o caráter de ação desconstitutiva pois, nesta ação é possível realizar dois pedidos, o da desconstituição da coisa julgada, o chamado juízo rescindens, e o rejulgamento da causa, juízo rescissorium. Assim é considerada desconstitutiva baseada na possibilidade do primeiro pedido.
A ação rescisória é um procedimento especial que comporta três juízos, o de admissibilidade, o de anulação e o de rejulgamento. Quando configurado seus pressupostos sua cumulação é obrigatória e seu pedido deve ser formulado e expresso neste sentido.
A coisa julgada deve ser entendida como uma qualidade especial que confere imutabilidade ao comando das decisões, atribuindo estabilidade e segurança jurídica para os casos já decididos, ou seja, sem que haja ocorrido quaisquer das hipóteses elencadas no artigo 966 do Código de Processo Civil, ou em dispositivos específicos de outras leis.
Esta torna a decisão imutável e indiscutível, vendando que a mesma ação seja levada a um novo julgamento pelo Poder Judiciário, é a chamada eficácia negativa da coisa julgada
Quando a coisa julgada está desconstituída o pronunciamento rescisório se volta contra a nulidade da sentença ou da decisão e esta é declarada, revelando os efeitos ex tunc deste juízo de anulação.
Assim, tem-se que a forma para impugnar uma sentença ou decisão interlocutória de mérito transitada em julgada eivada de nulidade é através da ação rescisória.
Porém, como será visto, não é somente nos casos em que a decisão encontra-se viciada que será passível rescindi-la, como é o caso de rescindir a decisão em que se o autor obtiver documento novo, na forma expressa na lei.
Para que seja possível a rescisão da decisão judicial sobre a qual já tenha recaído a coisa julgada, o vício deve estar elencada no rol taxativamente previstos no artigo 966 do Código de processo Civil.
"Art. 966. A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando:
I - se verificar que foi proferida por força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz;
II - for proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente;
III - resultar de dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida ou, ainda, de simulação ou colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei;
IV - ofender a coisa julgada;
V - violar manifestamente norma jurídica;
VI - for fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória;
VII - obtiver o autor, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável;
VIII - for fundada em erro de fato verificável do exame dos autos.
§ 1º Há erro de fato quando a decisão rescindenda admitir fato inexistente ou quando considerar inexistente fato efetivamente ocorrido, sendo indispensável, em ambos os casos, que o fato não represente ponto controvertido sobre o qual o juiz deveria ter se pronunciado.
§ 2º Nas hipóteses previstas nos incisos do caput, será rescindível a decisão transitada em julgado que, embora não seja de mérito, impeça:
I - nova propositura da demanda; ou
II - admissibilidade do recurso correspondente.
§ 3º A ação rescisória pode ter por objeto apenas 1 (um) capítulo da decisão.
§ 4º Os atos de disposição de direitos, praticados pelas partes ou por outros participantes do processo e homologados pelo juízo, bem como os atos homologatórios praticados no curso da execução, estão sujeitos à anulação, nos termos da lei.

§ 5º Cabe ação rescisória, com fundamento no inciso V do caput deste artigo, contra decisão baseada em enunciado de súmula ou acórdão proferido em julgamento de casos repetitivos que não tenha considerado a existência de distinção entre a questão discutida no processo e o padrão decisório que lhe deu fundamento.
§ 6º Quando a ação rescisória fundar-se na hipótese do § 5º deste artigo, caberá ao autor, sob pena de inépcia, demonstrar, fundamentadamente, tratar-se de situação particularizada por hipótese fática distinta ou de questão jurídica não examinada, a impor outra solução jurídica."
A primeira hipótese trazida pelo inciso primeiro versa sobre atos tipificados no Código Penal como crimes contra a administração pública, indicando que a decisão decorreu de ato criminoso do julgador.
Assim, para sua configuração é necessária que estejam previstos todos os requisitos do tipo penal, porém não é necessário que haja condenação prévia.
Prevaricar é "retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal", artigo 319 do Código Penal.
Concussão liga-se à ideia de "exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida", artigo 316 do Código Penal.
Corrupção passiva é "solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem", artigo 217 do Código Penal.
Assim, independente do fato de haver ou não a condenação no âmbito penal, poderá ser proposta ação rescisória quando tipificado a conduta do julgador neste artigo. E ainda que este seja absolvido na esfera penal, no âmbito civil a ação poderá ser julgada procedente.
A segunda hipótese é sobre decisão proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incapaz. O juiz é impedido quando se configura alguma das previsões do artigo 144 do Código de Processo Civil.
"Art. 144. Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo:
I - em que interveio como mandatário da parte, oficiou como perito, funcionou como membro do Ministério Público ou prestou depoimento como testemunha;
II - de que conheceu em outro grau de jurisdição, tendo proferido decisão;
III - quando nele estiver postulando, como defensor público, advogado ou membro do Ministério Público, seu cônjuge ou companheiro, ou qualquer parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive;
IV - quando for parte no processo ele próprio, seu cônjuge ou companheiro, ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive;
V - quando for sócio ou membro de direção ou de administração de pessoa jurídica parte no processo;
VI - quando for herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de qualquer das partes;
VII - em que figure como parte instituição de ensino com a qual tenha relação de emprego ou decorrente de contrato de prestação de serviços;
VIII - em que figure como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, mesmo que patrocinado por advogado de outro escritório;
IX - quando promover ação contra a parte ou seu advogado.
§ 1º Na hipótese do inciso III, o impedimento só se verifica quando o defensor público, o advogado ou o membro do Ministério Público já integrava o processo antes do início da atividade judicante do juiz.
§ 2º É vedada a criação de fato superveniente a fim de caracterizar impedimento do juiz.
§ 3º O impedimento previsto no inciso III também se verifica no caso de mandato conferido a membro de escritório de advocacia que tenha em seus quadros advogado que individualmente ostente a condição nele prevista, mesmo que não intervenha diretamente no processo."
A imparcialidade do juiz é um pressuposto processual de validade. Se faltante a imparcialidade este estará impedido, e assim encontra-se diante de uma nulidade que se reflete nos atos do processo e na própria decisão final.
Assim, são passíveis de ação rescisória decisões proferidas por juízes impedidos.
O segundo aspecto deste artigo é a decisão proferida por juiz absolutamente incompetente, ou seja incompetente por razão da matéria, da pessoa ou da função, nos casos da incompetência relativa, ocorrerá sua prorrogação caso não seja alegado oportunamente, artigo 65 do Código de Processo Civil.
"Art. 65. Prorrogar-se-á a competência relativa se o réu não alegar a incompetência em preliminar de contestação.
Parágrafo único. A incompetência relativa pode ser alegada pelo Ministério Público nas causas em que atuar."
A terceira hipótese baseia-se na conduta inadequada das partes, por entender que uma das partes agiu contra a boa-fé, o que dificultou a atuação da parte contrária ou afasta o julgador da verdade dos fatos.
Para configurar esta hipótese há que ocorrer o dolo, há que se demonstrar que houve a conduta ardilosa, consistente na circunstância de haver nexo causal entre aquele e a decisão.
A coação é uma inovação trazida pelo novo código que se caracteriza pelo constrangimento praticado sobre a parte vencida
A decisão resultante de simulação e colusão entre as partes a fim de fraudar a lei também é passível de ser rescendida. Na colusão o objetivo é obter situação jurídica proibida pela lei, e na simulação as partes não em interesse em se aproveitar dos resultados do processo mas apenas, de utilizá-lo como simulacro para prejudicar terceiros.
A quarta hipótese versa sobre ofender a coisa julgada, como já dito, o pedido da sentença proferida sobre a qual recai a coisa julgada não pode ser motivo de outra ação entre as mesmas partes, assim, caso esta isto ocorra a nova decisão pode ser tida como nula, e portanto rescindível.
O inciso quinto trata-se sobre a violação manifesta da norma jurídica, essa violação não necessariamente deve ocorrer na decisão, podendo ocorrer durante o curso do processo.
Em relação a norma jurídica que foi violada, de forma unanime, há o entendimento de que tanto pode ser de norma material ou processual, em ambos os casos será passível propor ação rescisória.
Em relação as normas processuais que foram violadas, somente as violações que acarretarem em nulidade absoluta serão passiveis de seres rescindidas pela ação rescisória, excluindo assim, as violações que consistirem em anulabilidade.
Encartam-se também as violações à lei processual que digam respeito à própria sentença, ou seja vícios relativos a sua fundamentação, que pode ser ausente, insuficiente ou inadequada e à extensão do decisório, devendo a mesma se ater ao pedido, sem que haja sentenças ultra, extra ou infra petita.
As sentenças infra petita, ao deixarem de julgar o pedido do autor, não deve ser considerada nula, mas sim, inexistente, não viciando as outras decisões.
Em relação as sentenças ultra petita, a jurisprudência tem temperado de maneira acentuada a possibilidade de se desconstituírem as sentenças reduzindo-as ao pedido e não anulando-as ou rescindindo-as.
No que tange a expressão literal violação da lei, somente deverá ser levado em conta leis cuja aplicação possuem apenas uma interpretação jurisprudencial ou mesmo com uma interpretação predominantemente aceita.

Portanto não é possível propor ação rescisória frente a decisões proferidas com base na violação literal da lei caso esta lei possua diversas interpretações jurisprudenciais, como prevê a sumula 343 do STF.

"Súmula 343 - Não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais".

O inciso sexto traz a hipótese de propor a rescisória quando a sentença for baseada em uma prova falsa, cuja inautenticidade seja apurada em processo criminal ou durante a própria ação rescisória. Para que ação seja fundamentada neste inciso, é necessário haver nexo causal entre a prova falsa e a decisão rescindenda, isto é, se não houvesse tal prova a decisão teria sido outra.

O inciso sétimo diz respeito a prova nova, se posteriormente ao encerramento do processo, a parte obtiver novo elemento probatório que lhe poderia assegurar resultado favorável, admite-se a rescisão da decisão judicial.

Por prova nova deve-se entender não aquela surgida apos o encerramento do processo, mas aquela prova que já existia ao tempo do julgamento do mérito que a parte ignorava ou tenha ficado impossibilitado de utilizar.

(autor citado in Novo Código de Processo Civil Comentado, Editora RT, 3ª edição, pg 1.305)

E complementando o citado doutrinador, cito o profº Luiz Guilherme Marinoni:

O art. 485, V do código de 1973 afirmava que a decisão de mérito podia ser rescindida em caso de violação de "literal disposição de lei". A norma correspondente do Código de Processo Civil de 2015 – art. 966, V – diz que a decisão de mérito pode ser rescindida quando "violar manifestamente norma jurídica".

Salta aos olhos da comparação entre os dois artigos a relação entre "literal disposição de lei" e "norma jurídica". Seria possível imaginar que o legislador aludiu a "norma jurídica" para evidenciar que a ação rescisória não é cabível apenas em caso de violação de lei, mas também na hipótese de violação de princípio ou de norma consuetudinária. Essa ideia não é apenas simplista, mas antes de tudo reducionista da complexidade de uma questão teórica da mais alta importância.

A comparação entre "literal disposição de lei" e "norma jurídica" permite uma íntima relação da norma do inciso V do art. 966 com a evolução da teoria da interpretação.

Quando se passa a admitir que o texto legal abre oportunidade a várias interpretações, a depender de uma série de circunstâncias, torna-se não apenas equivocado, mas na verdade impossível, pensar em violação de disposição de lei. Tanto é que o Supremo Tribunal Federal, ao responder à indagação de se uma decisão viola disposição de lei, valeu-se de um conceito negativo, precisamente o de que não há violação de disposição de lei "quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais" (súmula 343-STF).

O § 5º do art. 966 afirma que pode ser rescindida a decisão "que não tenha considerado a existência de distinção" entre o caso julgado e o "padrão decisório" que foi utilizado para decidi-lo. Por "padrão decisório" entende-se a ratio decidendi – no caso de precedente Corte Suprema -, a decisão da questão de direito objeto do recurso repetitivo, as rationes decidendi ou fundamentos determinantes das decisões que deram origem à súmula, a decisão da questão de direito objeto do incidente de assunção de competência e a decisão do incidente de inconstitucionalidade.

(autor citado in Comentários ao Código de Processo Civil, X, 2ª edição, 2018, editora RT).

Compreende-se dos conceitos ilustrados que o manejo da ação rescisória com base na violação da norma jurídica, está intimamente ligada ao conteúdo estabelecido pelo parágrafo quinto que impõe que a violação deflua diretamente de contrariedade jurisprudencial firme emanada de Recursos Repetitivos, Repercussão Geral, Súmula ou incidente de inconstitucionalidade (dentre suas variantes), comprovada (quase que obrigatoriamente) pela formação do Distinguishing, o que no presente caso não ocorre inviabilizando, portanto, a pretensão rescisória.

Isso porque, a permitir qualquer controvérsia jurídica da coisa julgada, toda e qualquer decisão judicial poderia ser rescindida gerando instabilidade social na medida em que levaria à perenização do processo entre as partes.

E neste cenário que advém a Súmula 343 do STF que estabelece: Súmula 343: Não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais.

Sobre a questão já decidiu:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO INTERNO. AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO LITERAL A DISPOSITIVO DE LEI NÃO CONFIGURADA. SERVIDOR PÚBLICO DISTRITAL. REVISÃO DE APOSENTADORIA. ATO COMPLEXO. DECADÊNCIA. INEXISTÊNCIA. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NO STJ. AGRAVO INTERNO DO SERVIDOR DESPROVIDO.

1. As pretensões veiculadas nos Embargos de Declaração ora sob exame, típicas de Agravo Interno, devem ser assim examinadas, diante dos princípios da fungibilidade e economia processual.

2. O cabimento da Ação Rescisória com base em violação literal a disposição de lei somente se justifica quando a ofensa se mostre aberrante, cristalina, observada primo oculi, consubstanciada no desprezo do sistema jurídico (normas e princípios) pelo julgado rescindendo. Assim, impede-se a utilização da ação rescisória para, por via transversa, perpetuar a discussão sobre matéria que foi decidida, de forma definitiva, por este Superior Tribunal, fazendo com que prevaleça, por isso, a segurança jurídica representada pelo respeito à coisa julgada(AgRg no AR 4.310/PR, Rel. Min. MAURO CAMPBELL, DJe 1.10.2009).

3. Esse entendimento tem por suporte a constatação de que a segurança jurídica, ou a estabilidade das relações sociais, não se compraz somente com a aplicação dos ditados das normas (leis) escritas, pois são (até) mais relevantes para esse propósito a compreensão que se emita sobre o sentido, o significado e o alcance daquelas dicções positivadas; essa é a razão pela qual a coisa julgada e os precedentes judiciais devem ser enaltecidos e observados, sob pena de se estabelecer uma completa imprevisibilidade das soluções das pendências.

4. Na hipótese, as alegações do autor não evidenciam que o acórdão rescindendo haja ofendido a literalidade dos dispositivos legais invocados. Na verdade, pretende rediscutir a matéria já decidida, traduzindo-se em mero inconformismo com o deslinde da questão, o que, entretanto, não autoriza a desconstituição da coisa julgada.

5. Ademais, o acórdão rescindendo, ao reconhecer que a concessão de aposentadoria é ato complexo, razão pela qual não cabe falar em prazo decadencial para a Administração revisá-lo antes da manifestação do Tribunal de Contas, o fez alinhado à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

6. Agravo Interno do Servidor desprovido.

(STJ – PRIMEIRA SEÇÃO - EDcl nos EDcl na AR 5.335/DF, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, julgado em 02/04/2019, DJe 10/04/2019)

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. AGRAVO INTERNO NA AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO LITERAL DE DISPOSITIVOS LEGAIS. INOCORRÊNCIA. ELEIÇÃO DE UMA ENTRE AS INTERPRETAÇÕES POSSÍVEIS. AÇÃO RESCISÓRIA. NÃO CABIMENTO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - É firme o posicionamento desta Corte segundo o qual a violação literal a dispositivo de lei, capaz de ensejar o cabimento de ação rescisória, deve ser direta, evidente, ressaindo da análise do aresto rescindendo.

III - Revela-se incabível a ação rescisória quando o acórdão rescindendo elege uma dentre as interpretações possíveis, ainda que não seja a melhor, sob pena de tornar-se um mero 'recurso' com prazo de 'interposição' de dois anos.
IV - A mera interpretação de lei conferida à época do julgamento, mesmo que posteriormente modificada jurisprudencialmente, mas juridicamente aceitável, não caracteriza violação a literal dispositivo de lei, nos termos do art. 485, V, do Código de Processo Civil de 1973, reproduzido no art. 966, V, do Código de Processo Civil de 2015 ("violar manifestamente norma jurídica").
V - O Agravante não apresenta argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.
VI - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.
VII - Agravo Interno desprovido.
(STJ. PRIMEIRA SEÇÃO - AgInt na AR 5.022/SC, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, julgado em 19/03/2019, DJe 21/03/2019)
Ora, o caso exposto no agravo de instrumento, era de ausência de liame fático-jurídico do fiador em se postar no polo passivo da execução, do qual fora excluído. A decisão se postou diante da Súmula 214 do STJ (em que "O fiador na locação não responde por obrigações resultantes de aditamento ao qual não anuiu"), bem como em precedentes sobre o tema.
A autora, para relativizar o julgado e chegar à conclusão da violação normativa (e portanto, se utilizar de outra jurisprudência supostamente majoritária) mergulha na prova promovendo revolvimento fático, cujo exercício jurídico é incompatível e vedado para o manejo da presente ação rescisória, de tal modo que o presente instrumento processual é plenamente incabível.
Deste modo, não resta outra alternativa senão o obstamento da peça exordial.
Pelo exposto, nos termos do art. 968, § 3º, c/c art. 330, I, § 1º, III, ambos do NCPC, indefiro a inicial, e em consequência, extinguo o feito sem julgamento do mérito.
Consoante certidão de fl 13, não houve recolhimento de custas nem depósito prévio. Deste modo estabeleço:
a) deverá a parte autora, independentemente de qualquer desfecho, promover o imediato recolhimento das custas iniciais e finais;
b) Em caso de eventual recurso em face desta decisão, deverá a requerente promover o depósito prévio, todavia, apenas e tão somente, se não existir recurso e havendo o trânsito em julgado desta decisão, dispenso do pagamento do depósito que alude o art. 968, II, do NCPC.
Eventual recurso em face desta decisão somente será conhecido com o recolhimento dos itens a e b além do respectivo preparo.
Intime-se e dê-se ciência à PGJ.
Desembargador Rowilson Teixeira
relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª Câmara Cível / Gabinete Des. Rowilson Teixeira
AGRAVO DE INSTRUMENTO: 0801206-66.2019.8.22.0000 - (PJE)
Origem: 7007957-43.2016.8.22.0014 - VILHENA/2ª VARA CÍVEL
Agravante: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL
Advogado(a): CRISTIANE TESSARO (OAB/RO 1562)
Agravado: RONALDO RODRIGUES DE SOUZA e outros
Advogado(a): GILSON LUCAS FAGUNDES (OAB/RO 4148)
Advogado(a): SARA SAMPAIO MONTEIRO (OAB/SP 405604)
Relator: ROWILSON TEIXEIRA
Vistos.
Com urgência, solicite-se informações do juízo.
Ao mesmo tempo, intime-se os agravados para contrarrazões no prazo legal.
Cumpra-se.
Desembargador Rowilson Teixeira
relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª Câmara Cível / Gabinete Des. Rowilson Teixeira
AGRAVO DE INSTRUMENTO n. 0800047-88.2019.8.22.0000(pje)
AGRAVANTE: BANCO DA AMAZONIA SA
ADVOGADO: MICHEL FERNANDES BARROS (OAB/RO 1790)
AGRAVADOS: JOSE PAULO DOS SANTOS, ADILSON GONCALVES DE ALMEIDA
Vistos.
Diante da certidão contida na Carta de Ordem, expeça-se, gratuitamente e de ordem, ofício à Receita Federal e ao Tribunal Regional Eleitoral - TRE/RO, a fim de informar endereço do agravado Adilson Gonçalves de Almeida.
Cumpra-se.
Desembargador Rowilson Teixeira
relator

ACÓRDÃO
DATA DE JULGAMENTO: 02/04/2019
7009436-13.2016.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7009436-13.2016.8.22.0001 - Porto Velho/ 9ª Vara Cível
Apelante : Rosivaldo Barbosa Santos Martins
Advogado : Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4165)
Apelada : Centrais Elétricas de Rondônia S/A - Ceron
Advogada : Érica Cristina Claudino de Assunção (OAB/RO 6207)
Advogado : Alex Cavalcante de Souza (OAB/RO 1818)
Advogado : Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Advogado : Marcelo Rodrigues Xavier (OAB/RO 2391)
Advogada : Gabriela de Lima Torres (OAB/RO 5714)
Relator : DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 10/07/2018
Decisão: "RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
EMENTA: Responsabilidade civil. Energia elétrica. Interrupção no fornecimento. Longo período. Dano moral. Valor. Manutenção. Honorários. Majoração. A interrupção no fornecimento do serviço de energia elétrica por tempo relevante e sem justificativa plausível obriga o ofensor a compensar os danos morais experimentados pelo consumidor, cujo valor da indenização fixado em primeiro grau deve ser mantido quando observadas as circunstâncias do caso concreto e os parâmetros adotados rotineiramente pelo colegiado. Considerando o princípio da justa remuneração do trabalho, os honorários de advogados devem ser majorados para um patamar razoável.

ACÓRDÃO
DATA DE JULGAMENTO: 23/04/2019
7050886-96.2017.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7050886-96.2017.8.22.0001 - Porto Velho/ 6ª Vara Cível
Apelante : Ioshizo Tamie Fernandes Matzuda
Advogado : Arioswaldo Freitas Gil (OAB/RO 5964)
Advogada : Letícia Freitas Gil (OAB/RO 3120)
Apelado : Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Rondônia
Advogado : Hélio Vieira da Costa (OAB/RO 640)
Advogada : Maria de Lourdes de Lima Cardoso (OAB/RO 4114)
Advogada : Zenia Luciana Cernov de Oliveira (OAB/RO 641)
Relator : DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA
Distribuído por Sorteio em 30/07/2018

Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
EMENTA: Apelação cível. Desconto indevido. Devolução em dobro. Dano moral. Quantum. A repetição dos valores cobrados indevidamente deve ser realizada na forma simples, ante a inexistência de comprovação de má-fé. Quanto ao quantum indenizatório, é sabido que, na quantificação da indenização por dano moral, deve o julgador, valendo-se de seu bom senso prático e adstrito ao caso concreto, arbitrar, pautado nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, um valor justo ao ressarcimento do dano extrapatrimonial.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª Câmara Cível / Gabinete Des. Rowilson Teixeira
AGRAVO DE INSTRUMENTO: 0803569-60.2018.8.22.0000 - (PJE)
Agravante: ANGELO MARCOS FERREIRA RAMOS
Advogado(a):DEFENSOR PÚBLICO
Agravado: ADILSON LOURENCO COSMA
Advogado(a): MAIARA LIMA XIMENES TRENCH (OAB/RO 5776)
Relator: ROWILSON TEIXEIRA
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Angelo Marcos Ferreira Ramos em face de Adilson Lourenço Cosma e outros.
Angelo Marcos Ferreira Ramos ajuizou ação de investigação de paternidade em face de Angelo Antonio Cosma, e seus herdeiros Adilson Lourenço Cosma, Noeli Aparecida Cosma de Camargo, Claudio Luiz Cosma, Edenilson Antonio Cosma e Alcir Mario Cosma, tendo postulado como prova, o exame de DNA. Todavia, após o deferimento da realização de perícia e tendo sido designado perito, o magistrado de primeiro grau ao Estado de Rondônia para fazer o exame, tendo este negou-se, fato que motivou o juízo ao indeferimento da realização da prova.
Inconformado, o demandante interpõe agravo de instrumento com o objetivo reformar a decisão ao fundamento de que, segundo a disciplina processual, o custo da prova, nas hipóteses em que a parte é beneficiária da Justiça Gratuita, é do Estado, razão pela qual deve ser reformada a decisão que indeferiu a realização da prova.
Indeferida a tutela recursal antecipada (fl. 99, ID 5172544).
Informações do juízo às fls.114 (ID 5342490).
Inexistiu contrarrazões dos agravados.
O Estado de Rondônia não se manifestou.
A d. Procuradoria de Justiça, em parecer da lavra do eminente Procurador Edmilson José de Matos Fonseca, pugnou pelo provimento do recurso (fl. 27).
É o relato.
Decido.
Em síntese, o caso dos autos versa sobre o ônus do custo da prova quando houver beneficiário da Justiça Gratuita.
Pois bem, ainda que haja a benesse pelo novo CPC, tal cenário não transfere à outra parte o ônus da prova que não requereu, sendo que o "Estado" (diga-se, Poder Público) é quem arca com a condição do hipossuficiente, não podendo atribuir que este encargo não recaia sobre quem não disponibilizou tal concessão aos pobres (e seria muito injusto o Poder Público sair concedendo garantias e benefícios impondo ao particular o custo de tais atos).
Corroborando esse entendimento, Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery afirmam que:
"As despesas com o ato, originariamente apontadas como encargo do auto, no caso de ser ele beneficiário da gratuidade de justiça, devem ser suportadas pelo Estado, por meio de fundo próprio. Não se pode impor à outra parte, ainda que economicamente mais forte, o ônus de arcar com o custeio dessa despesa, pois esse ônus não lhe pertence. O juiz, diretor do processo, em percebendo a impossibilidade de o requerente da prova arcar com o seu custeio, porque beneficiário da gratuidade da justiça, deve diligenciar para que o Estado atenda à necessidade de prover, de maneira integral, os custos para a realização dessa despesa."
(Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante. 13ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013, p. 294)
E neste contexto, já se decidiu que não se pode atribuir à parte ex adversa o ônus do custo probatório.
A propósito cito:
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. BENEFICIÁRIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA SUCUMBENTE. PAGAMENTO DE HONORÁRIOS PERICIAIS. RESPONSABILIDADE DO ESTADO. PRECEDENTES.
1. O Estado de Santa Catarina afigura-se como parte legitima no feito, uma vez que cabe ao Estado o custeio dos honorários periciais diante da sucumbência de jurisdicionado sob o pálio da gratuidade de justiça.
2. Não há violação do preceito contraditório e ampla defesa quando o Estado é chamado à responsabilidade ao pagamento dos honorários periciais, haja vista que o seu dever constitucional em garantir o amplo acesso ao judiciário abrange incumbência de conferir todas as condições necessárias à efetividade processual ao beneficiário da justiça gratuita, não podendo desta maneira exigir do perito que assuma tal ônus financeiro.
3. Ainda, "conforme a jurisprudência, "as despesas pessoais e materiais necessárias para a realização da perícia estão protegidas pela isenção legal de que goza o beneficiário da gratuidade de justiça. Assim, como não se pode exigir do perito a realização do serviço gratuitamente, essa obrigação deve ser do sucumbente ou, no caso de ser o beneficiário, do Estado, a quem é conferida a obrigação de prestação de assistência judiciária aos necessitados." AgRg no AREsp 260.516/MG, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/03/2014, DJe 03/04/2014.
Agravo regimental improvido.
(STJ - AgRg no REsp 1568047/SC, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/02/2016, DJe 02/03/2016)
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PAGAMENTO DE HONORÁRIOS PERICIAIS, QUANDO O SUCUMBENTE É BENEFICIÁRIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. RESPONSABILIDADE DO ESTADO. PRECEDENTES. AÇÃO DE COBRANÇA LASTREADA EM TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. POSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.
I. Cabe ao Estado o ônus de arcar com os honorários periciais, quando a sucumbência recair sobre beneficiário da justiça gratuita. Precedentes do STJ.
II. Conforme a jurisprudência, "as despesas pessoais e materiais necessárias para a realização da perícia estão protegidas pela isenção legal de que goza o beneficiário da gratuidade de justiça. Assim, como não se pode exigir do perito a realização do serviço gratuitamente, essa obrigação deve ser do sucumbente ou, no caso de ser o beneficiário, do Estado, a quem é conferida a obrigação de prestação de assistência judiciária aos necessitados. Precedentes desta Corte Superior: REsp. 1170971/MG, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, DJE 03.03.2010 e AgRg no REsp 1.274.518/MG, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 07.03.2012" (STJ, AgRg no AREsp 352.498/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 27/09/2013).
III. A obrigação lastreada em título executivo extrajudicial pode ser exigida em ação ordinária, que gera situação menos gravosa para o devedor, com maior amplitude de defesa. Precedentes do STJ.
IV. Agravo Regimental improvido.
(STJ - AgRg no AREsp 260.516/MG, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/03/2014, DJe 03/04/2014)
DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CAUTELAR DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. INCLUSÃO DOS HONORÁRIOS DO PERITO. RESPONSABILIDADE DO ESTADO PELA SUA REALIZAÇÃO.

1. Nos termos da jurisprudência dominante deste Tribunal, os benefícios da assistência judiciária gratuita incluem os honorários do perito, devendo o Estado assumir os ônus advindos da produção da prova pericial.
2. Caso o perito nomeado não consinta em receber seus honorários futuramente, do Estado ou do réu, se este for vencido, deve o juiz nomear outro perito, devendo a nomeação recair em técnico de estabelecimento oficial especializado do ente público responsável pelo custeio da prova pericial. Precedentes.
3. Recurso especial conhecido e provido.
(STJ – Terceira Turma - REsp 1356801/MG, relª. Minª. Nancy Andrighi, em 18/06/2013).
RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS PERICIAIS. JUSTIÇA GRATUITA. RESPONSABILIDADE DO ESTADO PELA SUA REALIZAÇÃO.
1. Os benefícios da assistência judiciária gratuita incluem os honorários de perito, razão pela qual não deve ser imputado ao beneficiário da justiça gratuita o dever de adiantar tal despesa, nos termos do art. 3º, inciso V, da Lei n.º 1.060/50.
2. A parte que não requereu a realização da prova técnica não deve arcar antecipadamente com os custos dos honorários periciais, segundo o art. 33 do CPC, da mesma forma que não é razoável imputar ao profissional técnico os custos da realização de perícia, que só aproveitará aos particulares e à eficiente prestação jurisdicional.
3. Deve-se adotar uma interpretação sistemática e teleológica das normas processuais, a fim de não se esvaziar a garantia fundamental de acesso gratuito ao Judiciário, pelos jurisdicionados menos afortunados, e nem se desvirtuar completamente o princípio da causalidade, que informa a justa distribuição das despesas processuais entre as partes.
4. Dessa forma, devem os autos retornar ao Juízo a quo para a efetivação da prova. Não concordando o perito nomeado em aguardar o final do processo, para o recebimento dos honorários, deve o Juízo a quo nomear outro perito, a ser designado entre técnicos de estabelecimento oficial especializado ou repartição administrativa do ente público responsável pelo custeio da prova pericial, devendo a perícia se realizar com a colaboração do Poder Judiciário.
Precedentes: REsp 435.448/MG, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJ 04.11.2002; REsp 220.229/MG, Rel. Min. Barros Monteiro, DJ de 11.06.2001; REsp 81.901/SP, Rel. Min. Aldir Passarinho Júnior, DJ de 04.02.2002.
5. Recurso especial provido.
(STJ - REsp 1190021/MG, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/12/2011, DJe 19/12/2011)
PROCESSUAL CIVIL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. ARTS. 3º, V, E 11 DA LEI 1.060/50, 19 E 33 DO CPC. HONORÁRIOS PERICIAIS. ANTECIPAÇÃO PELO ESTADO, QUANDO O EXAME FOR REQUERIDO POR BENEFICIÁRIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. DESCABIMENTO. REALIZAÇÃO DA PERÍCIA. RESPONSABILIDADE DO ESTADO EM COLABORAÇÃO COM O PODER JUDICIÁRIO.
1. A controvérsia posta em debate diz respeito ao ônus pela antecipação dos honorários do perito em ação em que o autor da demanda, postulante da perícia, é beneficiário da justiça gratuita.
2. O fato de o beneficiário da justiça gratuita não ostentar, momentaneamente, capacidade econômica de arcar com o adiantamento das despesas da perícia por ele requerida, não autoriza, por si só, a inversão do ônus de seu pagamento.
3. Tendo em vista que o perito nomeado não é obrigado a realizar o seu trabalho gratuitamente, incumbe ao magistrado requisitar ao Estado, a quem foi conferido o dever constitucional de prestar assistência judiciária aos hipossuficientes, o ônus de promover a realização da prova técnica, por meio de profissional de estabelecimento oficial especializado ou de repartição administrativa do ente público responsável pelo custeio da produção da prova, o que deve ocorrer em colaboração com o Poder Judiciário.
4. Recurso especial provido.
(STJ - REsp 1245684/MG, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/09/2011, DJe 16/09/2011)
PROCESSUAL CIVIL - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - EXTENSÃO - HONORÁRIOS PERICIAIS - PAGAMENTO - PERÍCIA DETERMINADA DE OFÍCIO - AUTOR BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA.
1. Cinge-se a controvérsia em saber se a questão de inversão do ônus da prova acarreta a transferência ao réu do dever de antecipar as despesas que o autor não pôde suportar.
2. A inversão do ônus da prova, nos termos de precedentes desta Corte, não implica impor à parte contrária a responsabilidade de arcar com os custos da perícia solicitada pelo consumidor, mas meramente estabelecer que, do ponto de vista processual, o consumidor não tem o ônus de produzir essa prova.
3. No entanto, o posicionamento assente nesta Corte é no sentido de que a parte ré, neste caso, a concessionária, não está obrigada a antecipar os honorários do perito, mas se não o fizer, presumir-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor (REsp 466.604/RJ, Rel. Min. Ari Pargendler e REsp 433.208/RJ, Min. José Delgado).
4. Por fim, prejudicado o pedido de antecipação de tutela, em vista da não-obrigatoriedade de pagamento, pela Concessionária, dos honorários periciais.
Agravo regimental parcialmente provido.
(STJ - AgRg no REsp 1042919/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/03/2009, DJe 31/03/2009)
Processual Civil. Recurso Especial. Assistência judiciária gratuita. Inclusão dos honorários de perito. Responsabilidade do Estado pela sua realização.
- Nos termos da jurisprudência dominante neste Tribunal, os benefícios da assistência judiciária gratuita incluem os honorários de perito, devendo o Estado assumir os ônus advindos da produção da prova pericial.
- O Estado não está obrigado a adiantar as despesas com a realização da prova pericial ou reembolsar esse valor ao final da demanda. Caso o perito nomeado não consinta em realizar a prova pericial gratuitamente e/ou aguardar o final do processo, deve o juiz nomear outro perito, devendo a nomeação recair em técnico de estabelecimento oficial especializado ou repartição administrativa do ente público responsável pelo custeio da prova pericial.
Precedentes.
(STJ - REsp 435.448/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/09/2002, DJ 04/11/2002, p. 206)
Assim, como o perito (ou empresa) nomeado não é obrigado a realizar o seu trabalho sem receber imediatamente seus honorários, se este não concordar em realizar a perícia e ser remunerado futuramente, incumbe ao magistrado requisitar ao Estado, a quem foi conferido o dever constitucional de prestar assistência judiciária aos hipossuficientes, o ônus de promover a prova técnica, indicando profissional de estabelecimento oficial especializado ou de repartição administrativa do ente público responsável pelo custeio da produção da prova, o que deve ocorrer em colaboração com o Poder Judiciário.
Pelo exposto, nos termos do art. 932, V, 'b' e 'c', do novo CPC c/c Súmula 568 do STJ, dou provimento ao recurso para reformar a decisão agravada e excluir o ônus do agravante do pagamento dos honorários periciais, devendo o magistrado de primeiro grau fixar os honorários e impor ao Estado.
Intime-se.
Desembargador Rowilson Teixeira
relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª Câmara Cível / Gabinete Des. Rowilson Teixeira
Recurso Especial em Agravo de Instrumento 0802780-61.2018.8.22.0000(PJE)

Origem: 7065028-42.2016.8.22.0001 – Porto Velho/4ª Vara Cível
Recorrente: Santo Antônio Energia S/A
Advogado : Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861)
Advogada : Felipe Braga Pereira Furtado (OAB/RO 9230)
Advogada : Luciana Sales Nascimento (OAB/RO 5082)
Advogado : Everson Aparecido Barbosa (OAB/RO 2803)
Recorridos: Moisés Nobre Siqueira e outros
Advogado : Guilherme Tourinho Gaiotto (OAB/RO 6183)
Vistos.
O recurso preenche o requisito constitucional do prequestionamento quanto à matéria referente à legislação federal indicada: arts. 95 e 373, I, II, do Código de Processo Civil.
Recurso Especial, portanto, admitido.
Quanto ao pedido de efeito suspensivo, não se vislumbram nas decisões aspectos que as tornem absurdas ou manifestamente abusivas, considerando que se deve demonstrar a presença, concomitante, da plausibilidade da pretensão recursal veiculada no apelo extremo (sua probabilidade de êxito), e do risco de dano irreparável que, em uma análise objetiva, revele-se concreto e real (STJ, AgInt no TP 265 / SP, Ministro Marco Buzzi, 4º Turma, julgado em 04/05/2017), requisitos não verificados no presente pedido.
Pedido de efeito suspensivo indeferido.
Subam os autos ao Superior Tribunal de Justiça.
Publique-se. Intime-se.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2019.
(e-sig.) Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Presidente

ACÓRDÃO
DATA DE JULGAMENTO: 23/04/2019
7013719-79.2016.8.22.0001 Embargos de Declaração em Apelação (PJE)
Origem: 7013719-79.2016.8.22.0001 - Porto Velho/ 8ª Vara Cível
Embargante : Postalis Instituto de Previdência Complementar
Advogado : Leandro Augusto Ferreira Medeiros (OAB/RJ 123278)
Advogado : Carlos Roberto de Siqueira Castro (OAB/RO 5015)
Advogado : Carlos Fernando Siqueira Castro (OAB/RO 5014)
Advogado : Guilherme de Castro Barcellos (OAB/RS 56630)
Advogado : Retielle Duarte (OAB/RS 102799)
Embargado : Sebastião de Melo Brilhante
Advogado : Fernando Deseyvan Rodrigues (OAB/RO 1099)
Advogado : Walter Airam Naimaier Duarte Júnior (OAB/RO 1111)
Relator : DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA
Interpostos em 28/02/2019
Decisão: "EMBARGOS NÃO PROVIDOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
EMENTA: Embargos de declaração. Prequestionamento. Omissão, Contradição e Obscuridade inexistente. Desprovimento. Ausente no acórdão embargado qualquer omissão, contradição ou obscuridade, tendo a matéria sido devidamente enfrentada, o desprovimento dos embargos declaratórios, ainda que com caráter prequestionador, é medida que se impõe. O órgão julgador não está obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes visando à defesa da tese que apresentaram, basta enfrentar a demanda observando as questões relevantes e imprescindíveis a sua resolução. A ausência de manifestação sobre os dispositivos legais que a parte embargante entende que devam ser expressamente citados, jurisprudência ou súmulas trazidas pela parte não configura omissão. A oposição de embargos de declaração, ainda que para fins de prequestionamento, exige a demonstração inequívoca dos vícios previstos no art. 1022 do CPC/2015.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª Câmara Cível / Gabinete Des. Rowilson Teixeira
AGRAVO DE INSTRUMENTO: 0801219-65.2019.8.22.0000 - (PJE)
Origem:7000370-47.2019.8.22.0019 - Machadinho D'Oeste/Vara Única
Agravante: BANCO BMG SA
Advogado(a): ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB/PE 23255)
Agravado: JORGE RAFALSKI
Advogado(a): FERNANDO MARTINS GONCALVES (OAB/RO 834)
Advogado(a): PEDRO RIOLA DOS SANTOS JUNIOR (OAB/RO 2640)
Advogado(a): SERGIO GOMES DE OLIVEIRA FILHO (OAB/RO 7519)
Relator: ROWILSON TEIXEIRA
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo Banco BMG S.A em face de Jorge Rafalski.
Jorge Rafalski promove ação ordinária em face do banco agravante, pretendendo declaração de inexistência de débito além da reparação por danos morais, tendo requerido antecipação de tutela a fim de suspender descontos referente à cobrança de cartão de crédito, bem como abstenção de negativação em serviço de proteção ao crédito, cujo pleito inicial foi deferido, fixando-se inclusive, multa por não cumprimento da liminar no valor de R$ 200,00 até o limite de R$ 2.000,00.
Inconformado, o banco demandado agrava alegando, em síntese, que inexiste os requisitos para a medida preventiva concedida, já que não é urgente e/ou imprescindível, bem como sustenta que a decisão e a multa arbitrada são desproporcionais e desarrazoadas. Ao final, postula pela reforma da decisão.
É o relato.
Decido.
O caso dos autos retrata, em apertada síntese, questionamento da tutela concedida, bem como de pretensão de redução ou exclusão da multa (astreinte) fixada em sede de antecipação de tutela, a qual é taxada de desarrazoada e desproporcional.
Primeiramente, no que diz respeito aos requisitos da tutela antecipada deferida, destaco que a documentação acostada de fl. 47/137, há grande probabilidade da existência do direito, fato que denota a fumaça do direito, e o perigo decorre dos graves danos que decorrerão da persistência dos descontos sobre a renda ordinária da parte, bem como o efeito nefasto de eventual permissão de negativação da agravada, o que autoriza a concessão da liminar preventiva.
A propósito cito:
Ademais, a Corte de origem decidiu em conformidade com o entendimento desta Corte Superior, firme no sentido de que a tutela antecipada "presentes os seus requisitos autorizadores, consubstanciados no risco de lesão grave e verossimilhança do direito alegado, pode ela ser requerida, concedida e/ou revogada a qualquer momento, no curso da lide, e independentemente da audiência do réu.
(STJ - AgRg no REsp 1072934/MG, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/03/2009, DJe 18/03/2009).
Deste modo, a pretensão revisional da decisão, neste aspecto, é improcedente.
Com relação à multa arbitrada, melhor sorte também não lhe assiste.
No presente caso, a multa foi fixada com valor de R$ 200,00.
Pois bem, convém trazer à baila alguns conceitos:
Chamam-se "astreintes" a condenação pecuniária proferida em razão de tanto por dia de atraso (ou qualquer unidade de tempo, conforme as circunstâncias), destinada a obter do devedor o cumprimento da obrigação de fazer pela ameaça de uma pena suscetível de aumentar indefinidamente.
Constitui na realidade uma pena imposta com a finalidade cominatória, tendo como objetivo primeiro o cumprimento da obrigação no prazo fixado pelo juiz.
(Araken de Assis, in Processo Civil, Editora Rt, 8ª edição)

Analisando as peculiaridades do caso, bem como, especialmente, a jurisprudência dominante sobre o tema, tem-se que a decisão está proporcional e razoável, pois, o valor de R$ 200,00 não é exagerado.

A propósito cito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DECISÃO JUDICIAL. DESCUMPRIMENTO. MULTA DIÁRIA. DIVERGÊNCIA NÃO COMPROVADA. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Verifica-se não estar caracterizado, na forma exigida pelo art. 541, parágrafo único, do CPC c/c 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ, o dissídio jurisprudencial, estando ausentes a transcrição dos julgados confrontados e o necessário cotejo analítico a evidenciar a similitude fática entre os casos e a divergência de interpretações.

2. A análise da suposta divergência jurisprudencial quanto ao art. 461, §§ 4º e 6º, do CPC com a verificação da razoabilidade na aplicação do valor da multa pelo descumprimento de obrigação (astreintes) demandaria, necessariamente, o reexame do conjunto fático-probatório, o que não se coaduna com a via especial, a teor da Súmula 7/STJ.

3. No presente caso, o valor da multa diária foi fixada em R$ 1.000, 00 por dia de descumprimento na expedição e entrega de carteira profissional de trabalho, o que não se mostra exorbitante nem desproporcional o valor fixado, mas sim apto a obrigar o devedor a cumprir a sua obrigação.

4. Agravo regimental não provido.

(STJ - AgRg no REsp 1257248/SC, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/05/2012, DJe 10/05/2012)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO - ASTREINTES FIXADAS POR DESCUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÃO JUDICIAL - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO. INSURGÊNCIA DA RÉ.

1. De acordo com a orientação firmada nesta egrégia Corte Superior, o valor fixado a título de astreintes encontra limitações na razoabilidade e proporcionalidade, sendo possível ao juiz, nos termos do § 6º do art. 461 do CPC, "de ofício, modificar o valor ou a periodicidade da multa, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva". Isso é possível mesmo na hipótese de execução das astreintes, pois tal instituto, de natureza processual, tem como objetivo compelir o devedor renitente ao cumprimento da obrigação e não aumentar o patrimônio do credor.

2. Tendo em vista que a finalidade da multa é constranger o devedor ao efetivo cumprimento da obrigação de fazer, tal penalidade não pode vir a se tornar mais atraente para o credor do que a própria satisfação do encargo principal, de modo a proporcionar o seu enriquecimento sem causa.

3. O acórdão recorrido, ao reduzir o valor da multa em execução das astreintes de R$ 160.525,38 para R$ 10.000,00, agiu em consonância com o entendimento firmado nesta Corte Superior.

4. Agravo regimental desprovido.

(STJ - AgRg no REsp 1371369/RN, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 23/02/2016, DJe 26/02/2016)

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MULTA DIÁRIA MINORADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. ELEMENTOS DE CONVICÇÃO CONSTANTES DO PROCESSO. PREMISSAS FÁTICAS DELINEADAS NAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. SÚMULA 07/STJ. ALÍNEA "C". FALTA DE IDENTIDADE ENTRE OS PARADIGMAS. AGRAVO IMPROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte é firme na compreensão de que apenas em hipóteses excepcionais, quando manifestamente evidenciado ser irrisório ou exorbitante o arbitramento das astreintes, é possível o afastamento do óbice contido no enunciado da Súmula 07 do STJ, para possibilitar a revisão do quantum.

2. No caso concreto, o Tribunal de origem, com arrimo no acervo fático-probatório produzido no processo, manteve a redução da multa cominatória para R$ 15.000,00 (quinze mil reais), valor que não se distancia dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

3. Para se elidir as conclusões do aresto impugnado, seria necessário o revolvimento dos elementos de convicção constantes do processo, providência vedada nesta sede especial, a teor da súmula 07/STJ.

4. "Este Tribunal tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa" (EDcl no AREsp 664.588/DF, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 17/08/2015) 5. Agravo regimental desprovido.

(STJ - AgRg no AREsp 840.016/RS, Rel. Ministro OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/02/2016, DJe 02/03/2016)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 535, II, DO CPC. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INEXISTÊNCIA. ASTREINTES. REDUÇÃO DO VALOR. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. Não há falar, na hipótese, em violação ao art. 535, II, do CPC, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que o voto condutor do acórdão recorrido apreciou fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida.

II. Consoante a jurisprudência do STJ, o valor arbitrado, a título de astreintes, somente pode ser revisto excepcionalmente, quando irrisório ou exorbitante, sob pena de ofensa ao disposto na Súmula 7 desta Corte. Precedentes do STJ.

III. No caso, o Tribunal de origem manteve o valor das astreintes em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), por dia de descumprimento, invocando os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, ante o quadro fático delineado no acórdão de origem. Conclusão em contrário encontra óbice na Súmula 7/STJ.

IV. Agravo Regimental improvido.

(STJ - AgRg no AREsp 597.692/PE, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/11/2015, DJe 20/11/2015)

Isso, porque, o valor da multa (ou astreinte) pode ser revogado ou reduzido consoante o próprio comportamento da parte adversa, sendo apenas instrumento de efetivação jurisdicional, como já decidiu o col. STJ:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MULTA DIÁRIA. DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL. MANUTENÇÃO DO VALOR. SÚMULA 7/STJ.

1. É possível a redução do valor da multa por descumprimento de decisão judicial (art. 461 do CPC) quando se verificar que foi estabelecida fora dos parâmetros da razoabilidade ou quando se tornar exorbitante, o que não ocorre no caso dos autos.

2. O valor da multa cominatória não é, nesta fase processual, definitivo, pois poderá ser revisto na sentença de mérito ou em qualquer fase processual, caso se revele excessivo ou insuficiente (CPC, art. 461, § 6º).

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(STJ - AgRg no AREsp 86.591/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 03/03/2016, DJe 09/03/2016)

Neste compasso, tenho que a pretensão recursal navega contra jurisprudência dominante sobre o tema, razão pela qual o recurso é infrutífero.

Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, 'c', do CPC c/c Súmula 568 do STJ, nego provimento ao recurso.

Intime-se.

Desembargador Rowilson Teixeira
relator

ACÓRDÃO
DATA DE JULGAMENTO: 23/04/2019
7013975-56.2015.8.22.0001 Embargos de Declaração em Apelação (PJE)
Origem: 7013975-56.2015.8.22.0001 Porto Velho / 2ª Vara Cível
Embargante : Mário Jorge Ferreira Calixto
Advogada : Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Advogado : Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A)
Embargada : Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - Caerd
Advogada : Maricélia Santos Ferreira de Araújo (OAB/RO 324-B)
Advogada : Ingrid Rodrigues de Menezes Dorner (OAB/RO 1460)
Advogada : Patrícia Ferreira Rolim (OAB/RO 783)
Advogada : Ana Paula Carvalho Vedana (OAB/RO 6926)
Relator : DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA
Interpostos em 25/01/2019
Decisão: "EMBARGOS NÃO PROVIDOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
EMENTA: Processual Civil. Embargos de declaração. Inexistência de vícios. Improvimento. Os embargos de declaração são cabíveis apenas quando houver na decisão embargada erro material, omissão, obscuridade ou contradição, conforme art. 1.022 do CPC/15, não se prestando a nenhum outro desiderato, em especial, a rediscussão do mérito.

Processo: 0022644-91.2013.8.22.0001 Agravo em Recurso Extraordinário em Apelação (PJE)
Origem: 0022644-91.2013.8.22.0001 – Porto Velho/ 5ª Vara Cível
Agravante: TECNOCARD Comércio e Serviços de Telecomunicações Ltda.
Advogada: Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3511)
Advogado: Roberto Jarbas Moura de Souza (OAB/RO 1246)
Advogado: Tainara Carvalho Sombra Nogueira Borges (OAB/RO 7943)
Advogada: Meire Andréa Gomes lima (OAB/RO 1857)
Advogada: Marinalva de Paulo (OAB/RO 5142)
Advogada: Lívia Maria do Amaral Teles (OAB/RO 6294) e outros
Agravada: Brigilte Barral de Oliveira
Advogada: Juliana Medeiros Pires (OAB/RO 3302)
Advogado: Ricardo Maldonado Rodrigues (OAB/RO 2717)
Relator: DES. WALTER WALTENBERG SILVA JÚNIOR
Interposto em 29/04/2019
ABERTURA DE VISTA
Nos termos do provimento nº 001/2001-PR, de 13/09/2001, e dos artigos 203, § 4º, c/c 1042, §3º, do CPC, fica a parte agravada intimada para, querendo, apresentar contraminuta ao agravo em recurso extraordinário, no prazo legal, via digital, conforme artigo 10, §1º, da Lei Federal n. 11.419/2006.
Porto Velho, 2 de maio de 2019.
Bel. João de Deus Aguiar Filho
Técnico Judiciário da CCível – CPE2ºGRAU

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª Câmara Cível / Gabinete Des. Raduan Miguel
0000762-63.2015.8.22.0014 (Recurso Especial e Extraordinário (PJE)
Origem: 0007662-63.2015.8.22.0014 – Vilhena/ 2ª Vara Cível
Recorrente: Maristela de Melo Mazzutti
Advogado : Charles Baccan Júnior (OAB/RO 2823)
Advogada : Helida Genari Baccan (OAB/RO 2838)
Advogada : Leila Mayara Cassia Menezes (OAB/RO 6495)
Recorrido: Nerli Terezinha Rodrigues de Lara
Advogados : Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134)
Advogada : Kelly Mezzomo Crisostomo Costa (OAB/RO 3551)
Advogada : Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira (OAB/RO 3046)
Advogado : Márcio Henrique da Silva Mezzomo (OAB/RO 5836)
Recorrido: Márcia Rosane de Mello Ghisi e outra
Advogado : Roberto Carlos Mailho (OAB/RO 3047)
Recorrido: Fabiana Andreia Roque Nogueira Melo
Advogado : Roberto Jarbas Moura de Souza (OAB/RO 1246)
Recorrido: Aelakatia Santos de Melo
Advogado : Mario Gardini (OAB/RO 2.941)
Recorrido: Carmen Regina Sterchille da Rocha
Advogada : Carla Falcão Santoro (OAB/RO 616)
Advogada : Michele Machado Sant Ana Lopes (OAB/RO 6304)
Relator : DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Interpostos em 26/04/2019
ABERTURA DE VISTA
Nos termos do provimento nº 001/2001-PR, de 13/09/2001, e dos artigos 203, § 4º, c/c 1030, do CPC, ficam as partes recorridas intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões aos recurso especial e extraordinário, no prazo legal, via digital, conforme artigo 10, §1º, da Lei Federal n. 11.419/2006.
Porto Velho, 2 de maio de 2019.
Belª Greyce Avello Corrêa
Gestora de Equipe da CCível-CPE2ºGRAU

Processo: 0800959-85.2019.8.22.0000 Agravo Interno em Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 7001181-20.2018.8.22.0005 – Ji-Paraná/ 3ª Vara Cível
Agravante: HLAC Representação, Transporte e Comércio de Laticínios Ltda. - ME - EPP
Advogado: Gustavo Caetano Gomes (OAB/RO 3269)
Agravada: Agropecuária Rio Machado Indústria e Comércio Ltda.
Advogado: Nailson Nando Oliveira de Santana (OAB/RO 2634)
Agravado: Banco do Brasil S/A
Advogada: Janice de Souza Barbosa (OAB/RO 3347)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Interposto em 26/04/2019
ABERTURA DE VISTA
Nos termos do provimento nº 001/2001-PR, de 13/09/2001, e dos artigos 203, § 4º c/c 1021, § 2º ambos do CPC, ficam os agravados intimados para, querendo, apresentarem contraminuta ao Agravo Interno, no prazo legal, via digital, conforme artigo 10, §1º, da Lei Federal n. 11.419/2006.
Porto Velho, 2 de maio de 2019.
Bel. João de Deus Aguiar Filho
Técnico Judiciário da CCível-CPE2ºGRAU

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Coordenadoria Cível
Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
Processo: 7000323-41.2017.8.22.0020 - Recurso Especial em Apelação (PJE)
Origem: 7000323-41.2017.8.22.0020 – Nova Brasilândia do Oeste/ Vara Única
Recorrente: José Nilo
Advogado : Edson Vieira dos Santos (OAB/RO 4373)
Recorrido: Banco BMG S/A
Advogado : Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB/PE 23255)
Advogado : Hugo Neves de Moraes Andrade (OAB/PE 23798)
Relator: DES. WALTER WALTENBERG SILVA JÚNIOR
Interposto em 01/05/2019
ABERTURA DE VISTA
Nos termos do provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, e dos artigos 203, § 4º c/c 1.030, ambos do CPC, fica a parte recorrida intimada para, querendo, apresentar as contrarrazões ao recurso especial, no prazo legal, via digital.
Porto Velho, 2 de maio de 2019.
Rilia Natori
Serviço Especial/CCIVEL-CPE2G

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Coordenadoria Cível
Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
Processo: 0801223-05.2019.8.22.0000 - Agravo de Instrumento (PJe)
Origem: 7000402-52.2019.8.22.0019 - Machadinho do Oeste/Vara Única
Agravante: Banco BMG SA
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB/PE 23255)
Agravado: Jeremias Pereira do Nascimento
Advogado: Pedro Riola dos Santos Junior (OAB/RO 2640)
Advogado: Fernando Martins Goncalves (OAB/RO 834)
Advogado: Sergio Gomes de Oliveira Filho (OAB/RO 7519)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 29/04/2019
DECISÃO
O agravante requer deferimento de efeito suspensivo em face da decisão que determinou a suspensão de desconto consignado no benefício previdenciário, bem como a proibição de inclusão dos dados da parte agravada nos órgãos de proteção ao crédito, no entanto não há demonstração de lesão grave e ou de difícil reparação, tampouco da relevância do direito alegado, assim, indefiro o pedido.
Intime-se o agravado para contraminuta e oficie-se ao juízo de origem para que preste informações que julgar necessárias.
Após, a ordem cronológica.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Coordenadoria Cível
Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
Processo: 0801217-95.2019.8.22.0000 - Agravo de Instrumento (PJe)
Origem: 7000413-81.2019.8.22.0019 - Machadinho do Oeste / Vara Única
Agravante: Banco BMG SA
Advogada: Maria Claudia Gomes Cavalcanti de Albuquerque (OAB/PE 33774)
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB/PE 23255)
Agravado: Lourival dos Santos
Advogado: Sergio Gomes de Oliveira Filho (OAB/RO 7519)
Advogado: Pedro Riola dos Santos Junior (OAB/RO 2640)
Advogado: Fernando Martins Gonçalves (OAB/RO 834)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 29/04/2019
Decisão
O agravante requer deferimento de efeito suspensivo em face da decisão que determinou a suspensão de desconto consignado no benefício previdenciário, no entanto não há demonstração de lesão grave e ou de difícil reparação, tampouco da relevância do direito alegado, assim, indefiro o pedido.
Intime-se o agravado para contraminuta e oficie-se ao juízo de origem para que preste informações que julgar necessárias.
Após, a ordem cronológica.

ACÓRDÃO
Data do julgamento: 19/03/2019
7004665-91.2018.8.22.0010 Apelação (PJE)
Origem: 7004665-91.2018.8.22.0010 - Rolim de Moura/ 2ª Vara Cível
Apelantes : M. A. A. S. e outro
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator : DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por Sorteio em 07/11/2018
Decisão: "RECURSO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
EMENTA: Assistência judiciária gratuita. Extensão aos atos extrajudiciais. Abrangência. A concessão do benefício da assistência judiciária gratuita implica não só a inexigibilidade das custas processuais, mas também dos atos extrajudiciais diretamente ligados ao objeto da ação.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Coordenadoria Cível
Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
Processo: 0801218-80.2019.8.22.0000 - Agravo de Instrumento (PJe)
Origem: 7000442-34.2019.8.22.0019 - Machadinho do Oeste/ Vara Única
Agravante: Banco BMG SA
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB/PE 23255)
Agravado: Neci Pinheiro Barbosa
Advogado: Sergio Gomes de Oliveira Filho (OAB/RO 7519)
Advogado: Pedro Riola dos Santos Junior (OAB/RO 2640)
Advogado: Fernando Martins Gonçalves (OAB/RO 834)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 29/04/2019
DECISÃO
O agravante requer deferimento de efeito suspensivo em face da decisão que determinou a suspensão de desconto consignado no benefício previdenciário, no entanto não há demonstração de lesão grave e ou de difícil reparação, tampouco da relevância do direito alegado, assim, indefiro o pedido.
Intime-se o agravado para contraminuta e oficie-se ao juízo de origem para que preste informações que julgar necessárias.
Após, a ordem cronológica.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Coordenadoria Cível
Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
Processo: 0801255-10.2019.8.22.0000 - Agravo de Instrumento (PJe)
Origem: 7000400-82.2019.8.22.0019 - Machadinho do Oeste / Vara Única
Agravante: Banco BMG SA
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB/RO 23255)
Agravada: Raimunda Batista de Araujo Rozas
Advogado: Sergio Gomes de Oliveira Filho (OAB/RO 7519)
Advogado: Pedro Riola dos Santos Junior (OAB/RO 2640)
Advogado: Fernando Martins Gonçalves (OAB/RO 834)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 30/04/2019
Decisão
Pedido de efeito suspensivo sobre a decisão que determinou a suspensão de desconto consignado no benefício previdenciário, bem como a proibição de inclusão dos dados da parte agravada nos órgãos de proteção ao crédito. Entretanto, não há demonstração de lesão grave e ou de difícil reparação, tampouco da relevância do direito alegado, assim, indefiro o pedido.
Intime-se o agravado para contraminuta e oficie-se ao juízo de origem para que preste informações que julgar necessárias.
Após, a ordem cronológica.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Coordenadoria Cível
Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
Processo: 7010749-94.2016.8.22.0005 - Apelação (PJe)
Origem: 7010749-94.2016.8.22.0005 - Ji-Paraná/ 4ª Vara Cível
Apelante: Zenilda Domingos da Silva
Advogado: Syrne Lima Felberk de Almeida (OAB/RO 3186)
Apelada: Companhia de Aguas e Esgotos de Rondonia - CAERD
Advogada: Ana Paula Carvalho Vedana (OAB/RO 6926)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 04/04/2019
Decisão
Defiro o benefício, considerando o deferimento da gratuidade em primeira instância e a sua não revogação, o benefício se estende a todos os atos do processo.
À cronologia de julgamento.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Coordenadoria Cível
Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
Processo: 7029310-47.2017.8.22.0001 - Apelação (PJe)
Origem: 7029310-47.2017.8.22.0001 - Porto Velho/ 6ª Vara Cível
Apelante: Selva Pura Consultoria e Assessoria Ltda - ME
Advogado: André Luiz Lima (OAB/RO 6523)
Apelado: Daniel Ribeiro Lagos
Advogada: Suelen Sales da Cruz (OAB/RO 4289)
Advogado: Thiago Maia de Carvalho (OAB/RO 7472)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 25/03/2019
Despacho
Ante a ausência de comprovação do preparo no ato de interposição do recurso, fixo prazo de 5 dias para que o apelante recolha as custas em dobro, sob pena de deserção do recurso - §4º do art. 1.007, NCPC.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Coordenadoria Cível
Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
Processo: 7001238-16.2018.8.22.0001 - Apelação (PJe)
Origem: 7001238-16.2018.8.22.0001 - Porto Velho / 9ª Vara Cível
Apelante: Elizeu Peixoto de Lima
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535)
Advogada: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Apelada: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados
Advogado: Thiago Mahfuz Vezzi (OAB/RO 6476)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 02/04/2019
DECISÃO
Defiro o benefício, considerando o deferimento da gratuidade em primeira instância e a sua não revogação, o benefício se estende a todos os atos do processo.
À cronologia de julgamento.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Coordenadoria Cível
Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
Processo: 7032152-34.2016.8.22.0001 - Apelação (PJE)
Origem: 7032152-34.2016.8.22.0001 – Porto Velho/ 9ª Vara Cível
Apelantes: Orlando dos Santos Brito e Patrícia Caroline Furtado Nobre
Advogado: Marcos Antônio Rocha da Silva (OAB/RO 6.708)
Apelada: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A
Advogada: Aline Sumeck Bombonato (OAB/RO 3.728)
Advogado: Bernardo Augusto Galindo Coutinho (OAB/RO 2.991)
Advogado: Márcio Vinícius Costa Pereira (OAB/RJ 84.367)
Advogada: Luana Corina Medea Antonioli Zucchini (OAB/SP 181.375)
Advogada: Fernanda Ribeiro Branco (OAB/RJ 126.162)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 09/07/2018
DECISÃO
Indefiro o pedido de gratuidade da justiça para os apelantes, pois não resta comprovada a carência de recursos de modo a comprometer a própria subsistência e a familiar.
Concedo o prazo de 05 dias para recolhimento do preparo necessário à interposição do recurso, sob pena de deserção.
A análise do recurso está condicionada ao recolhimento do preparo.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Coordenadoria Cível
Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
Processo: 7064426-51.2016.8.22.0001 - Apelação (PJe)
Origem: 7064426-51.2016.8.22.0001 - Porto Velho/10ª Vara Cível
Apelante: Rosângela Gonzaga de Jesus Souza
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535)
Advogada: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Apelada: Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - CAERD
Advogado: Tales Mendes Mancebo (OAB/RO 6743)
Advogada: Ana Paula Carvalho Vedana (OAB/RO 6926)
Advogado: Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861)
Advogado: Thiago Costa Miranda (OAB/RO 3993)
Advogado: Alessandro Silva de Magalhães (OAB/SP 165546)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 21/03/2019
DECISÃO
Defiro o benefício, considerando o deferimento da gratuidade em primeira instância e a sua não revogação, o benefício se estende a todos os atos do processo.
À cronologia de julgamento.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Coordenadoria Cível
Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
Processo: 0023559-77.2012.8.22.0001 - Apelação (PJe)
Origem: 0023559-77.2012.8.22.0001 - Porto Velho/9ª Vara Cível
Apelante: Mario Dascalakis Martins
Advogada: Geisebel Erecilda Marcolan (OAB/RO 3.956)
Apelada: Alessandra Luz de Souza Nunes Andrade
Advogado: Mario Albertino Nunes (OAB/RJ 98.334)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 10/08/2017
DESPACHO Vistos.
Não constam nos autos a guia de recolhimento do preparo recursal nem o comprovante de pagamento do mesmo. Dessa forma, intime-se o apelante para, no prazo de 5 dias, promover o recolhimento em dobro do preparo recursal pertinente, sob pena de deserção (art. 1.007, §4º, CPC/15).
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2019.
Desembargador

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Coordenadoria Cível
Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
Processo: 7045817-83.2017.8.22.0001 - Apelação (PJe)
Origem: 7045817-83.2017.8.22.0001 - Porto Velho/ 5ª Vara Cível
Apelante: Enos Pereira da Silva
Advogada: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Apelada: Losango Promoções de Vendas Ltda
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Redistribuído por prevenção em 06/02/2019
Decisão
Defiro o benefício, considerando o deferimento da gratuidade em primeira instância e a sua não revogação, o benefício se estende a todos os atos do processo.
À cronologia de julgamento

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Coordenadoria Cível
Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
Processo: 7039051-14.2017.8.22.0001 - Apelação (PJe)
Origem: 7039051-14.2017.8.22.0001 - Porto Velho/7ª Vara Cível
Apelante: Hudson da Silva de Sousa
Advogado: Steffano José do Nascimento Rodrigues (OAB/RO 1336)
Apelada: Tim Celular S.A.
Advogado: Luis Carlos Monteiro Laurenço (OAB/BA 16780)
Advogada: Taiana Santos Azevedo (OAB/DF 22452)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Redistribuído por Sorteio em 05/04/2019
Suspeito: Des. Raduan Miguel Filho
DECISÃO
Considerando o deferimento da gratuidade em primeira instância e a sua não revogação, o benefício se estende a todos os atos do processo.

No tocante a tutela de urgência requerida pelo apelante para que não haja inclusão de seu nome nos cadastros de inadimplentes, não se constatam os pressupostos atinentes à relevância do direito e prejuízo grave, por isso indefiro o pedido.
À ordem cronológica.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Coordenadoria Cível
Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
Processo: 7001007-11.2017.8.22.0005 - Apelação (PJe)
Origem: 7001007-11.2017.8.22.0005 - Ji-Paraná/3ª Vara Cível
Apelante/Apelada: Luana Alexandre dos Santos
Advogada: Syrne Lima Felberk de Almeida (OAB/RO 3186)
Advogada: Fatima Gonçalves Novaes (OAB/RO 3268)
Apelada/Apelante: Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - CAERD
Advogado: Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 17/10/2018
DECISÃO
Recurso de apelação interposto por ambas as partes.
A apelante Luana Alexandre dos Santos, requer a assistência judiciária. Defiro a gratuidade, considerando sua concessão em primeira instância e a não revogação, o benefício se estende a todos os atos do processo.
A apelante CAERD, recolheu preparo.
À cronologia de julgamento.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Coordenadoria Cível
Central de Processos Eletrônicos Do 2º Grau
Processo: 7000575-55.2018.8.22.0005 - Apelação (PJe)
Origem: 7000575-55.2018.8.22.0005 - Ji-Paraná/1ª Vara Cível
Apelante: Elo - Cooperativa de Consumo de Rondônia
Advogada: Maria Luiza de Almeida (OAB/RO 200-B)
Apelado: Jacques de Franca e Castro
Advogada: Daniela Turcinovic Bondezan (OAB/RO 3086)
Advogado: Edilson Stutz (OAB/RO 309-B)
Advogada: Renata Alice Pessoa Ribeiro de Castro Stutz (OAB/RO 1112)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Redistribuído por prevenção em 31/01/2019
Decisão
Considerando a comprovação da inatividade da empresa apelante, defiro o pedido de gratuidade judiciária requerido para este ato, isentando a parte ao recolhimento de preparo.
À cronologia de julgamento.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Coordenadoria Cível
Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
Processo: 0800997-97.2019.8.22.0000 - Agravo de Instrumento (PJe)
Origem: 7036378-82.2016.8.22.0001 - Porto Velho/ 9ª Vara Cível
Agravante: Braz Assis Nascimento
Advogada: Cintia Barbara Paganotto Rodrigues (OAB/RO 3798)
Agravado: Zely Ignez Pietsch
Advogado: Altair Altoff da Rocha (OAB/RO 1870)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Redistribuído por prevenção em 12/04/2019
Decisão
Reconsidero a decisão de ID 5709253 que não conheceu do agravo de instrumento, para conhecê-lo, vez que a decisão agravada foi proferida em cumprimento de sentença.
Defiro o efeito suspensivo sobre a decisão que fixou multa por litigância de má-fé em face da patrona/agravante, pois evidenciada a probabilidade do direito invocado – apuração de responsabilidade disciplinar pelo órgão da classe – e a comprovação de prejuízo grave de difícil ou impossível reparação.
Intime-se para contraminuta e oficie-se o juízo de origem para prestar informações.

2ª CÂMARA CÍVEL

ACÓRDÃO
Data de JULGAMENTO: 17/04/2019
7010815-40.2017.8.22.0005 Apelação (Recurso Adesivo) (PJE)
Origem: 7010815-40.2017.8.22.0005 - Ji-Paraná / 3ª Vara Cível
Apelante/Recorrida : Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - CAERD
Advogado : Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861)
Apelada/Recorrente : Zelinda Alves de Souza
Advogado : Syrne Lima Felberk de Almeida (OAB/RO 3186)
Relator : DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 14/11/2018
Decisão: RECURSO DA CAERD PROVIDO E ADESIVO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.
Ementa: Apelação cível. Interrupção indevida do fornecimento de água em Ji-Paraná. Dano moral caracterizado. Valor da compensação. Minoração. Configurada a indevida suspensão no fornecimento de água, serviço essencial, resta caracterizado o dano moral. O valor a título de compensação por danos morais deve ser arbitrado de forma que não traga enriquecimento ilícito à parte, mas também não se torne ínfimo a ponto de abortar o escopo inibitório do qual deve se revestir as decisões judiciais. Fixada em montante exorbitante, a importância deve ser minorada.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Isaias Fonseca Moraes
Processo: 0800941-64.2019.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (PJE)
Origem: 0000181-18.2014.822.0003 - Jaru/2ª Vara Cível
Agravante: Marcos Sergio Toneto
Advogado: Mario Roberto Pereira de Souza (OAB/RO 1765)
Agravado: Cometa Comercio de Veiculos Ltda
Advogado: Marco Antonio de Oliveira Lopes (OAB/RO 1706)
Advogada: Patricia Jorge da Cunha Viana Dantas (OAB/RO 6644)
Advogada: Livia Patricio Garcia de Souza (OAB/RO 5277)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído em: 04/04/2019
Decisão
Vistos,
MARCOS SERGIO TONETO interpõe agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo em face da decisão prolatada pelo juízo da 2ª Vara Cível da comarca de Jaru, nos autos da ação de execução n. 0000181-18.2014.822.0003, ajuizada por COMETA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.
Apesar de a decisão dispor sobre o indeferimento da gratuidade da justiça, pedido de prova testemunhal, e de atos expropriatórios sobre bem imóvel, o agravante combate apenas a parte que suspende eventual ato expropriatório do bem imóvel que está sendo discutido nos autos n. 7000657-92.2018.8.22.0003, e também o indeferimento da AJG.
Assim, analiso o pedido de efeito suspensivo.
Em relação à decisão combatida, verifico que o juízo condicionou eventual ato expropriatório sobre o imóvel localizado na Rua Rio Grande do Norte, n. 2.364, Jaru/RO, ao julgamento do apelo nos autos de embargos de terceiro n. 7000657-92.2018.8.22.0003, em que Rosinei Aparecida Borri contende com a agravada.
Ocorre que publicada a decisão do apelo em 23/04/2019, decidiu-se pela manutenção da sentença que indeferiu a inicial e extinguiu o processo sem resolução do mérito, em nada cooperando para o deslinde desta execução.
No entanto, o agravante aduz que nos autos do agravo de instrumento n. 0801136-54.2016.8.22.0000, em que contende com Sebastião Miguel dos Reis, há decisão sobre o mesmo bem aqui discutido, pela qual o Desembargador Marcos Alaor Diniz Granjeia, em 09/06/2016, decidiu que o imóvel se tratava de "bem de família", portanto, impenhorável, de modo que necessária uma análise mais acurada sobre a questão, até para que não sejam tomadas decisões conflitantes entre si.

Pelo exposto, nos termos do art. 1.019, I, 1ª parte, do Código de Processo Civil, concedo o efeito suspensivo pretendido, obstando os atos expropriatórios sobre o bem discutido até o julgamento do mérito deste agravo.
Mantenho o indeferimento da AJG, uma vez que o agravante, apesar de requerer a benesse, recolheu as custas, sendo incompatível, assim, o pedido de gratuidade.
Intime-se a parte contrária para que se manifeste, no prazo legal (art. 219 c/c art. 1.019, II, ambos do CPC).
Dê-se ciência ao juízo.
Expeça-se o necessário.
P. I.
Porto Velho, 29 de abril de 2019
ISAIAS FONSECA MORAES
RELATOR

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Isaias Fonseca Moraes
Processo: 7065409-50.2016.8.22.0001 - Apelação (PJE)
Origem: 7065409-50.2016.8.22.0001 - Porto Velho/10ª Vara Cível
Apelante: Daiane de Oliveira Freitas
Advogado: Janderklei Paes de Oliveira (OAB/RO 6808)
Advogado: Jose Gomes Bandeira Filho (OAB/RO 816)
Apelado: Centrais Eletricas de Rondonia SA Ceron
Advogada: Bruna Tatiane dos Santos Pinheiro Sarmento (OAB/RO 5462)
Advogado: Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído em: 17/04/2018
Decisão
Vistos,
DAIANE DE OLIVEIRA FREITAS apela da sentença prolatada pelo Juízo da 10ª Vara Cível da comarca de Porto Velho, nos autos da ação de indenização por danos morais que move em desfavor de CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A - CERON.
A apelação (fls. 131/135) está desguarnecida do preparo.
Concedido prazo de 5 (cinco) dias para que a recorrente recolhesse o preparo recursal, em dobro, sob pena de deserção (fls. 143/144), está manteve-se inerte.
É o relatório.
Decido.
O Departamento Judiciário Cível expediu certidão atestando que transcorreu o prazo para a parte comprovar a impossibilidade in albis de recolhimento do preparo recursal em dobro ou promovê-lo (fl. 147).
Não havendo o recolhimento do preparo, o recurso não preenche os pressupostos formais de admissão, estando caracterizada a sua deserção e, ante a ausência do pressuposto processual de admissibilidade do apelo, o seu não conhecimento é medida que se impõe.
À luz do exposto, nos termos do art. 932, inc. III, do Código de Processo Civil, não conheço do recurso.
Após o trânsito em julgado, à origem.
Publique-se.
Porto Velho, 29 de abril de 2019
ISAIAS FONSECA MORAES
RELATOR

ACÓRDÃO
Data de JULGAMENTO: 24/04/2019
7010758-22.2017.8.22.0005 Apelação (PJE)
Origem: 7010758-22.2017.8.22.0005-Ji-Paraná / 4ª Vara Cível
Apelante :Maura Aparecida Pereira Barbosa
Advogado :Syrne Lima Felberk de Almeida (OAB/RO 3186)
Apelada :Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - CAERD
Advogado :Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861)
Relator :DES. ALEXANDRE MIGUEL
Distribuído por Sorteio em 25/07/2018
Decisão: RECURSO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.
Ementa: Apelação cível. Ação de indenização por dano moral. Consumidor. Concessionária de serviço público. Fornecimento de água. Suspensão. Dano moral. Indenização. Quantum. Majoração. O valor da indenização deve ser fixado com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, à capacidade econômica das partes, cabendo ao juiz orientar-se pelos critérios sugeridos na doutrina e na jurisprudência com razoabilidade, valendo-se de sua experiência e do bom senso, conforme exigência do art. 944 do CC, operando a majoração quando se mostrar irrisório.

ACÓRDÃO
Data de JULGAMENTO: 17/04/2019
0003595-37.2013.8.22.0010 Apelação (PJE)
Origem: 0003595-37.2013.8.22.0010 - Rolim de Moura / 2ª Vara Cível
Apelantes : Maria Aparecida Coutinho e outro
Advogado : Paulo Sérgio de Oliveira (OAB/RO 5988)
Apelada : Patricia Valeria de Souza Silva
Advogado : Rhenne Dutra dos Santos (OAB/RO 5270)
Advogada : Greycy Keli dos Santos (OAB/RO 8921)
Apelado : Hederson de Oliveira Santos
Advogado : Luis Ferreira Cavalcante (OAB/RO 2790)
Advogado : Renato Pereira da Silva (OAB/RO 6953)
Relator : DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 20/09/2018
Decisão: "PRELIMINAR NÃO ACOLHIDA. NO MÉRITO, RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
EMENTA: Apelação cível. Ação de reintegração de posse com pedido de anulação de ato jurídico. Interesse de agir. Condições aferidas in status assertionis. Escritura pública de compra e venda de imóvel lavrada com base em procuração. Falecimento do outorgante. Cessação dos poderes. Gratuidade da justiça. Suspensão da exigibilidade das custas e honorários de sucumbência. As condições da ação devem ser aferidas in status assertionis, ou seja, em abstrato, a partir do alegado pela parte autora na petição inicial, sem adentrar na análise do caso, sob pena de apreciação meritória. Verificado que o bem jurídico essencialmente buscado é reintegração na posse do imóvel e a declaração da ilegalidade da venda deste, resta presente, portanto, o binômio necessidade/utilidade no exercício do direito de ação, haja vista serem o pedido e a causa de pedir descritos na exordial perfeitamente factíveis, ainda que as provas carreadas aos autos eventualmente não venham a demonstrá-los. Extinta a procuração desde a data do falecimento do mandante, deve ser reconhecida a nulidade da escritura pública de compra e venda lavrada posteriormente com base nela, ante a existência de vício insanável. Ao beneficiário da gratuidade da justiça é conferida a suspensão da exigibilidade dos valores sucumbenciais, sobrestado até que a parte contrária comprove a cessação de sua miserabilidade ou até que se consume a prescrição de 5 anos, a contar da sentença final
.
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Isaias Fonseca Moraes
Processo: 0800738-05.2019.8.22.0000 - Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 7046760-66.2018.8.22.0001 - Porto Velho / 7ª Vara Cível
Embargante/Agravante: Móveis Romera Ltda.
Advogado: André da Costa Ribeiro (OAB/PR 20300)
Advogado: Ricardo Polesello (OAB/RS 55143)
Advogada: Daniele Lopes Silveira (OAB/RS 76613)
Embargada/Agravada: Deuseriva Alves de Oliveira
Advogado: Gabriel Soares de Lima (OAB/RO 7628)
Advogada: Bruna Alves Souza (OAB/RO 6107)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES

Opostos em 28/03/2019
Decisão
Vistos,
MÓVEIS ROMERA LTDA opõe embargos de declaração contra a decisão monocrática que indeferiu o pedido de efeito suspensivo ao recurso.
Alega ausência de pronunciamento sobre o art. 59, §1º, inciso IX, da Lei n. 8.245/1991, uma vez que a locação encontra-se garantida por fiança.
É o necessário. Decido.
Em que pese o embargante afirmar que o fundamento dos embargos é sanar omissão, na realidade tenta convencer que sua tese permite a revogação da liminar de despejo.
A pretensão em nada altera a decisão que não concedeu efeito suspensivo ao recurso, pois, como dito, a situação de inadimplência vem se arrastando desde 2017, sem solução.
Isso posto, rejeito estes embargos de declaração.
Com a estabilização, conclusos para decisão do mérito.
P. I.
Porto Velho, 30 de abril de 2019
ISAIAS FONSECA MORAES
RELATOR

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Isaias Fonseca Moraes
Processo: 0801756-95.2018.8.22.0000 - Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 7058923-49.2016.8.22.0001 Porto Velho / 6ª Vara Cível
Embargantes/Agravantes: Alecir Antônio de Paula e outra
Advogado : Marcus Filipe Araújo Barbedo (OAB/RO 3141)
Advogado : George Uilian Cardoso de Souza (OAB/RO 4491)
Embargada/Agravada: Gmix Concreto Ltda
Advogada: Allyana Bruna Matuda Cabral (OAB/RO 6847)
Advogado: José Vitor Costa Júnior (OAB/RO 4575)
Terceira Interessada: L & A Engenharia Ltda - EPP
Advogado: Marcus Filipe Araújo Barbedo (OAB/RO 3141)
Advogado: George Uilian Cardoso de Souza (OAB/RO 4491)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Opostos em 24/04/2019
Despacho
Vistos,
Luana Tristão de Lima e Paula e outro opõem embargos de declaração (fls. 266/270) em face do acórdão prolatado às fls. 251/255.
Dê-se vista dos autos aos embargados, a fim de que exerçam o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias, na forma do §2º, do art. 1.023, do CPC.
I.
Porto Velho, 30 de abril de 2019
ISAIAS FONSECA MORAES
RELATOR

ACÓRDÃO
Data de JULGAMENTO: 10/04/2019
7014459-19.2016.8.22.0007 Apelação (PJE)
Origem: 7014459-19.2016.8.22.0007-Cacoal / 2ª Vara Cível
Apelantes :Construtora J. F. Barbosa Ltda. - EPP e outra
Advogado :Celso Rivelino Flores (OAB/RO 2028)
Apelada :Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena - Sicredi Univales MT
Advogada :Danielle Insabralde Chaia (OAB/MS 18533)
Advogado :André de Assis Rosa (OAB/RO 7318)
Relator :DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 13/09/2018
Decisão: "RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
EMENTA: Apelação cível. Ação monitória. Embargos monitórios. Revisional de contrato. Juros moratórios capitalizados. Ilegalidade. Descaracterização da mora. É vedada a cobrança de juros moratórios capitalizados mensalmente, por falta de amparo legal. É necessário o reconhecimento da abusividade nos encargos exigidos no período da normalidade contratual (juros remuneratórios e capitalização) a descaraterizar a mora.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Isaias Fonseca Moraes
Processo: 0800982-31.2019.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (PJE)
Origem: 7001865-80.2019.8.22.0002 - Ariquemes/1ª Vara Cível
Agravante: Banco BMG S/A
Advogado: Urbano Vitalino de Melo Neto (OAB/PE 17700)
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB/PE 23255)
Agravada: Maria Paes de Oliveira
Advogado: Pedro Riola dos Santos Junior (OAB/RO 2640)
Advogado: Fernando Martins Goncalves (OAB/RO 834)
Advogado: Sergio Gomes de Oliveira Filho (OAB/RO 5750)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído em: 10/04/2019
Despacho
Vistos,
A questão em tela cinge-se na possibilidade de concessão de medida liminar de urgência para revogar a decisão agravada que determinou ao banco agravante a suspensão de desconto consignado no benefício previdenciário da agravada, referente ao contrato de cartão n. 10012746 em 48 horas, sob pena de multa pelo descumprimento no limite de R$3.000,00, exarada nos autos n. 7001865-80.2019.8.22.0002.
Ante a existência de concessão de pedido suspensivo, passo a analisá-lo.
Pois bem.
Nos termos do art. 1.019, inc. I, do CPC, indefiro o pedido de suspensão da decisão agravada, pois, num primeiro momento, esta é insuscetível de causar prejuízo à parte agravante, não havendo nos autos fato que impeça o aguardo da decisão de mérito do presente agravo, mormente pelo fato de que se faz necessária uma análise apurada do direito pleiteado.
Intime-se a parte contrária para responder ao recurso interposto, facultando-lhe juntar a documentação que entender necessária ao julgamento, no prazo legal (art. 219 c/c art. 1.019, inc. II, ambos do CPC).
Após, faça-me a conclusão.
Porto Velho, 30 de abril de 2019
ISAIAS FONSECA MORAES
RELATOR

ACÓRDÃO
Data de JULGAMENTO: 10/04/2019
7000239-49.2017.8.22.0017 Apelação (PJE)
Origem: 7000239-49.2017.8.22.0017-Alta Floresta do Oeste / Vara Única
Apelantes :Lucineide Dias do Nascimento e outros
Advogado :Daniel dos Anjos Fernandes Júnior (OAB/RO 3214)
Apelados :Onório Ávila e outra
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado :Antônio Pires Alves
Advogada :Priscila Ferraz Santos (OAB/RO 6990)
Advogado :Francisco Altamiro Pinto Júnior (OAB/RO 1296)
Advogado :Jair Ferraz dos Santos (OAB/RO 2106)
Apelado :Edemar Dias do Nascimento
Apelada :Rosângela Leila Lopes Alves
Apelado :Nelson Boroski
Apelada :Ana Raia Lopes do Nascimento
Relator :DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 09/07/2018
Decisão: "ACOLHIDA A PRELIMINAR INSTALADA, DE OFÍCIO, DE CERCEAMENTO DE DEFESA PARA DECRETAR A NULIDADE DA SENTENÇA NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

EMENTA: Apelação Cível. Nulidade De Negócio Jurídico. Simulação. Interesse Jurídico. Verificado. Doação Para Enteado. Alegação De Inoficiosidade. Possibilidade. Indeferimento Da Petição Inicial. Preliminar Suscitada De Ofício. Nulidade Da Sentença. Cerceamento De Defesa. Extinção Prematura Do Feito. Sentença Cassada. 1. Os descendentes possuem legitimidade e interesse na declaração de nulidade de negócio simulado praticado por ascendente, assim como qualquer interessado e, inclusive, o Ministério Público quando lhe couber intervir, pois trata-se de vício social do ato (arts. 167 e 168 do C.C). 2. Conforme jurisprudência do STJ, a depender das peculiaridades do caso, é possível o reconhecimento da inoficiosidade da doação a enteado, tal como ocorre na realizada de pai para filhos (REsp 1642059 / RJ). 3. No caso em exame, o indeferimento da petição inicial configurou cerceamento do direito de defesa dos apelante, pois não foi oportunizado a estes a produção das provas que lhe interessavam, para o fim de demonstrar suas alegações, tão pouco a instauração do contraditório, razão pela qual se declara, de ofício, a nulidade da sentença proferida.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Processo: 0801236-04.2019.8.22.0000 - Agravo de Instrumento (PJE)
Origem:7020129-85.2018.8.22.0001
Agravado: COENG COMERCIO E ENGENHARIA LTDA e outros
Advogado: Vinicius de Assis (OAB/MG 47751)
Advogado: Elton José Assis (OAB/RO 631)
Advogado: Raul Ribeiro Da Fonseca Filho (OAB/RO 555)
Advogado: Felippe Roberto Pestana (OAB/RO 5077)
Advogado: Thiago Da Silva Viana (OAB/RO 6227)
Agravante: Dirceu Correa Junior e outros
Advogado: Luciana Medeiros Borges De Camargo Costa Fernandes (OAB/RO 2201)
Relator: MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Distribuído em 29/04/2019 21:18:25
Decisão
Vistos,
A questão em tela cinge-se na possibilidade de concessão de medida liminar de urgência para revogar a decisão proferida nos autos de ação de obrigação de fazer com posterior outorga de escritura definitiva de bem imóvel c/c preceito cominatório n. 7020129-85.2018.8.22.0001 que deu o feito por saneado e designou a audiência de instrução para o dia 30/4/2019 às 9 horas.
Aduz que a decisão agravada foi proferida no dia 8/3/2019 e contra esta decisão foram opostos embargos de declaração, que foram rejeitados, sendo decididos no dia 29/4/2019, ou seja, 1 (um) dia antes da audiência, retirando qualquer viabilidade de se discutir a matéria.
Alega ser necessária, em medida liminar, a atribuição do efeito suspensivo ao recurso, para revogar a decisão agravada e suspender a audiência bem como a tramitação do feito em primeiro grau. Nos termos do art. 1.019, inc. I, do CPC até o deslinde deste recurso.
Pois bem.
Analisando os autos, observo que a agravante não logrou êxito em demonstrar motivo relevante apto a justificar a redesignação da audiência de instrução, bem como não vislumbro nenhum prejuízo que a realização desta poderá causar às partes, visto que nada foi trazido aos autos a comprovar a impedimento e ou impossibilidade de comparecimento à audiência.
Destaco que todas as questões trazidas neste agravo podem ser discutidas em recurso próprio. E mais, ainda que o juiz sentencie o processo, as matérias podem ser trazidas como preliminares em recurso de apelação, ou seja, o que ratifica a ausência de prejuízo à agravante a realização da audiência conforme designada pelo juízo.
Nos termos do art. 1.019, inc. I, do CPC, indefiro o pedido de suspensão da decisão agravada, pois não resta configurada a justa causa para redesignação de audiência, bem como a presença de dano irreparável ou de difícil reparação a realização desta.
Intime-se a parte contrária para responder ao recurso interposto, facultando-lhe juntar a documentação que entender necessária ao julgamento no prazo legal (art. 219 c/c art. 1.019, II, ambos do CPC).
Após, faça-me a conclusão.
Porto Velho, 29 de abril de 2019
Isaias Fonseca Moraes
Desembargador plantonista

ACÓRDÃO
Data de JULGAMENTO: 10/04/2019
7019453-11.2016.8.22.0001 Embargos de Declaração em Apelação (PJE)
Origem: 7019453-11.2016.8.22.0001-Porto Velho / 1ª Vara Cível
Embargante :Waldemir de Oliveira Silva
Advogado :Rodrigo Reis Ribeiro (OAB/RO 1659)
Embargado :Banco do Brasil S/A
Advogado :Rafael Sganzerla Durand (OAB/RO 4872)
Relator :DES. KIYOCHI MORI
Interpostos em 06/02/2019
Decisão: "EMBARGOS REJEITADOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO. ERRO MATERIAL. OMISSÃO. NÃO VERIFICADOS. Os embargos de declaração são admissíveis quando a decisão impugnada apresentar erro material, obscuridade, contradição ou for omissa sobre ponto que se deveria pronunciar. As insurgências quanto à valoração da prova ou a reconsideração da decisão devem ser feitas pelas vias recursais adequadas.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Processo: 0800901-82.2019.8.22.0000 - Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 7012764-48.2016.8.22.0001
Agravante: Santo Antonio Energia S.A.
Advogado: Clayton Conrat Kussler (OAB /RO3861)
Agravados: Arivanildo Lima de Oliveira e Outros
Advogado: Luis Guilherme Muller Oliveira (OAB /RO6815)
Advogado: Guilherme Tourinho Gaiotto (OAB /RO 6183)
Relator: MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Decisão
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Santo Antônio Energia S.A. nos autos da "ação de indenização por dano ambiental, moral e material com pedido liminar" movida por Arivanildo Lima de Oliveira, Hilda da Costa Franca de Oliveira, Charles Franca de Oliveira, Doraci Pinheiro Franca de Oliveira, Priscila Alves de Oliveira, Anaua Gomes Santiago, Izabel Pinheiro Franca, Arivanildo Lima de Oliveira 63517795291, Geovana Franca de Oliveira, G. F. d. O., A. A. G. d. O., Auana Oliveira Santiago, Leonam Oliveira Santiago, A. S. F. S. d. L, D. F. D. O.
Insurge-se contra a decisão de ID n. 24237729 (dos autos originários), complementada após Embargos de Declaração (ID 25210673 também dos autos originários), proferida pelo juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho, a seguir transcritas parcialmente:
Despacho de ID n. 24237729:
[…] DAS PROVAS
Superadas as preliminares arguidas, sendo as partes legítimas e estando devidamente representadas e a míngua de nulidades a serem supridas, considero saneado o feito.
Diante de todos os estudos e levantamentos científicos de especialistas, além de opinião de jornalistas e autoridades civis,

apresentados neste e noutros processos, discutindo o mesmo fenômeno, não há controvérsia de fato sobre a origem da enchente de 2014 ser debitada à "extraordinária quantidade de chuvas ocorridas nos andes", e o que se mostra relevante e pertinente ao deslinde desta controvérsia é a alegada influência e impactos da atividade exercida pela requerida em sua UHE Santo Antônio que tenham incrementado os efeitos de danos ocasionados a parte requerente pela cheia histórica, ou seja, a discussão é sobre a responsabilidade civil decorrente de atividade lícita. Enquanto a parte autora traz perícias judiciais e sentenças identificando suposta relação de causalidade entre os danos noticiados e a ação/omissão da requerida, esta, traz outras perícias judiciais e decisões (inclusive deste Juízo) trazendo argumentos da inexistência/insuficiência de elementos de prova sobre essa relação de causa e efeito.

Com efeito as perícias efetivadas neste e noutros juízos são superficiais (até pelo tempo e custo necessário para uma avaliação conclusiva) e se limitam a analisar dados e estudos realizados pela própria requerida e por entidades tais como CREA/RO, SENGE/RO, IBAMA, SIPAM, CPRM e MP/RO, e visitar a moradia das pessoas atingidas pela enchente para constatar e avaliar os danos. Não há nenhum levantamento empírico, pesquisa de campo sobre a alteração hidro sedimentológica do Rio Madeira, levado a efeito pelos peritos nomeados nestes processos apontando a "relação de causalidade" entre a atividade da empresa requerida e a magnitude e intensidade da enchente de 2014 a jusante da barragem da UHE Santo Antônio. O que há são interpretações de relatórios, levantamentos e estudos oficiais e nesse contexto mostra-se relevante e pertinente a evolução da batimetria do Rio Madeira a partir da implantação do empreendimento.

A matéria de fato é única e comum a cada localidade onde já se repetiram dezenas de perícias judiciais, que em tal conjuntura se revelam irrelevantes e também impertinentes para instruir este processo judicial onde se decidirá sobre o pedido formulado na inicial. O direito que as partes possuem à duração razoável do processo aliado ao dever de boa fé processual e cooperação de todos "para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva" (art. 6º, CPC) não permite a produção de provas irrelevantes e onerosas no processo, pelo que deverá o juiz indeferi-la quando não depender de conhecimento especial de técnico ou for desnecessária em vista de outras provas produzidas (art. 464, §1º, I e II, CPC).

Desta forma os pontos controvertidos pertinentes e relevantes a serem comprovados nestes autos se apresentam como sendo:

a) A caracterização da responsabilidade civil decorrente de atividade lícita da requerida pela apuração de relação de causalidade com o agravamento dos impactos da cheia do Rio Madeira de 2014;

b) Qual o cenário da cheia de 2014 sem a presença da usina de Santo Antônio;

b1) Qual o cenário da cheia de 2014 com a presença da UHE Santo Antônio operando de forma ideal em relação ao fenômeno natural;

b2) Qual o cenário da cheia de 2014 com a presença da UHE Santo Antônio operando da forma real em relação ao fenômeno natural.

c) Os efeitos e impactos do acúmulo de sedimentos na barragem transportados pela cheia a jusante ocorrida em 2014;

d) Os efeitos e impactos do retardamento intencional da redução da quantidade de água da barragem ocorrida em 2014.

e) A identificação de danos materiais e morais decorrentes da cheia de 2014 do Rio Madeira sofridos pela requerente;

f) A subsistência de obrigação de fazer para realojamento da autora em outro imóvel.

g) A comprovação e regularidade da posse/ocupação/propriedade do terreno/imóvel, tendo em vista a eventual incidência da Sumula 619 do STJ.

Diante dos pontos delineados, e considerando não haver necessidade de conhecimento especial de técnico para simples constatação e avaliação de eventuais danos, a desnecessidade de repetição de perícias limitadas a interpretação de outros estudos e levantamentos existentes, inclusive já trazidos pelas partes como prova emprestada, a possibilidade de produção de prova simplificada com a oitiva de especialistas sobre controvérsias sobre estudos e levantamentos anteriores (art. 464, § 2º, 3º e 4º, CPC), INDEFIRO desde logo a prova pericial e determino a apresentação pela requerida dos estudos atualizados de batimetria do Rio Madeira a jusante da barragem da UHE Santo Antônio dos últimos 05 (cinco) anos, no prazo de 15 (quinze) dias.

Determino ainda que as partes indiquem os elementos de provas já constantes dos autos que endossam seus posicionamentos, ficando deferida a produção da prova emprestada já trazida aos autos pelas partes, e oportunizando a juntada de documentos novos consistentes em estudos, relatórios, levantamentos pertinentes e relevantes aos pontos suscitados.

Indefiro a juntada de novas decisões de 1º grau, por se mostrarem irrelevantes à adequada discussão da matéria nestes autos.

Oportunizo ainda que indiquem eventual interesse da produção simplificada de prova técnica com a oitiva de especialistas, bem como os questionamentos que pretendem sejam esclarecidos, para eventual designação de audiência.

Outrossim, tendo em conta que o saneamento do feito como ato individual do magistrado em processos de considerável repercussão e importância quanto às matérias de fato e de direito, torna a deliberação mais suscetível a impugnação, e portanto, mais demorada e desgastante a marcha processual, considerando ainda que os dispositivos previstos no artigo 357, §§ 1º, 2º e 3º, do CPC contemplam o saneamento por cooperação, a delimitação consensual das questões de fato e de direito, e a possibilidade de se pedir esclarecimentos e ajustes ao saneamento realizado pelo magistrado, ficam as partes intimadas a se manifestarem no prazo comum de cinco dias sobre a presente decisão, após o que se estabilizará a decisão saneadora. [...]

Despacho de ID n. 25210673:

[…] No presente caso concreto, com razão a embargante quanto a falta de análise do seu pedido de inversão do ônus da prova, a qual, em se tratando de atividade potencialmente perigosa, justifica-se, transferindo-se para o empreendedor o ônus de demonstrar que não foi o causador do dano. Essa inversão tanto decorre de lei (ope legis) – art. 6º, VIII do CDC e Súmula nº 618 do STJ – como dos poderes do juiz na condução do processo (ope judicis), em prestígio aos princípios da precaução do in dubio pro natura.

Outrossim, quanto a produção de prova pericial para averiguar os danos materiais, deve ser observada que a constatação de danos deve se dar somente após a comprovação do nexo de causalidade entre as atividades da requerida ou a construção do empreendimento com as cheias de 2014. Se, com os documentos apresentados, for possível identificar este nexo de causalidade, aí sim, será o momento de se constatar os danos materiais, por meio de perícia ou de simples laudo de constatação.

Assim, acolho parcialmente os embargos somente para deferir a inversão do ônus da prova à autora.

Oportunizo a manifestação das partes quanto aos documentos apresentados, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de preclusão. [...]

Sustenta, em síntese, que a decisão agravada atenta contra o princípio da motivação (CF, art. 93, IX), por não expor fundamento concreto para conceder a inversão do ônus da prova.

Alega que o ônus da prova foi fixado em desacordo ao que determina a legislação e não cabe a inversão por constituir em prova negativa, além de que implicará no pagamento integral dos honorários periciais, por ser providência acessória.

Ainda, argui que a questão posta nos autos originários tem natureza meramente patrimonial. Defende, com isso, que deve ser aplicada ao caso a regra geral de distribuição do ônus da prova não tendo lugar nem para as regras consumeristas, o princípio da precaução e a teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, e, ainda que tivesse, não estão presentes os requisitos que autorizam a inversão.

Pede a concessão do efeito suspensivo e, no mérito, a sua reforma para afastar a aplicação do princípio da precaução para a inversão do ônus probatório.

É o relatório.
Decido.
Os autos envolvem argumentos acerca de ausência da fundamentação da decisão agravada (CF, art. 93, IX) e inversão do ônus da prova (CPC/15, art. 1.015, XI).
Inexiste nos autos demonstração de prejuízo iminente à parte que indique a concessão do efeito suspensivo ao recurso, motivo pelo qual indefiro a liminar pleiteada.
Em atenção ao disposto no art. 1.019, II do NCPC, determino a intimação dos agravados para apresentarem resposta ao recurso.
Após, remetam-se os autos à Procuradoria de Justiça para manifestação.
Após, tornem os autos conclusos para apreciação.
Publique-se.
Intime-se.
Cumpra-se.
Porto Velho – RO, 24 de abril de 2019.
Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Processo: 0801152-03.2019.8.22.0000 - Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 7044850-72.2017.8.22.0001Porto Velho/RO – 4ª Vara Cível
Agravante: Santo Antonio Energia S.A.
Advogado: CLAYTON CONRAT KUSSLER - RO3861-A
Agravado: Melquisedech Prascedes De Oliveira e Outros,
Advogados: Antonio de Castro Alves Junior (OAB/RO2811
JEANNE LEITE OLIVEIRA (OAB/RO 1068)
Relator: MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Data distribuição: 25/04/2019 10:44:21
Decisão
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Santo Antônio Energia S.A. nos autos da "Ação de obrigação de fazer cumulada com indenização por dano ambiental, perdas e danos materiais e morais, com pedido liminar", movida por Melquisedech Prascedes de Oliveira, Larissa dos Santos Oliveira, Elias dos Santos Oliveira, Beatriz dos Santos Oliveira.
Insurge-se contra a decisão proferida pelo juízo da 4ª Vara Cível da comarca de Porto Velho (ID 25802634 dos autos originários), a seguir parcialmente transcrita:
[…] Não havendo outras preliminares, as partes parecem legítimas e estão bem representadas, restam presentes os pressupostos processuais e as condições da ação, não havendo nulidade a ser decretada ou irregularidade a ser enfrentada, dou o feito por saneado.
Não sendo possível o julgamento antecipado da lide ou do processo no estado em que se encontra, bem como diante da necessidade da produção de prova oral, documental e pericial, defiro o pedido das partes para comprovação da matéria de fatos deduzidos na inicial e refutados na contestação.
Defiro, por consequência, a prova pericial pleiteada pelas partes, pois imprescindível à solução da lide, devendo os honorários periciais desse trabalho serem suportados pela empresa ré, gozando os autores do benefício da gratuidade da Justiça.
Para a realização da perícia nomeio o Engenheiro Ambiental, Sr. WALNEY FARIAS BRAGA, cuja pessoa consta do sítio do Tribunal de Justiça de Rondônia, devendo o profissional ser instado a dizer, no prazo de 10 dias, se possui algum vínculo com as partes e se aceita referido encargo, inclusive, apresentar proposta de honorários para desempenhar tal labor.
Aceitando-o, o que deverá ser certificado, intime-se a empresa Santo Antônio Energia S/A para manifestar-se, inclusive para, na hipótese de concordar com a proposta de honorários periciais, proceder o seu depósito no prazo de 10 dias, sendo que no mesmo prazo as partes deverão, querendo, apresentar quesitos e indicarem assistentes técnicos.
Fixo como pontos controvertidos: a existência de nexo de causalidade (relação de causa e efeito) entre as obras e operações da UHE Santo Antônio construída pela requerida e os supostos danos enfrentados; a eventual necessidade de desocupação do imóvel; a natureza e a extensão dos supostos danos apontados pelos autores, com a avaliação da área por eles ocupadas e eventuais benfeitorias.
Incluo ainda os pontos controvertidos apresentados pela parte requerida (ID 18444903).
Com relação à prova documental, defiro o requerimento, nos termos da legislação processual vigente (artigo 435, do CPC).
Também defiro a produção de prova testemunhal e depoimento pessoal dos autores. Para tanto, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 05-06-2019, às 11h30min, na Sala de Audiência deste Juízo (Fórum Cesar Montenegro), nela deverão comparecer os advogados das partes, que deverão convidá-las para se fazerem presentes, independentemente de intimação judicial.
Desnecessária a expedição de documentos de requisição para as testemunhas, considerando a possibilidade da utilização da prova emprestada. [...].
Argumenta que a determinação para que suporte os honorários periciais deve ser reformada, pois referida prova foi requerida por ambas as partes e deve ser rateada, nos termos do art. 95, caput, do CPC.
Defende que é possível a análise do assunto por meio de agravo de instrumento em razão da taxatividade mitigada e a manutenção da decisão causará dano grave ou de difícil reparação à agravante.
Pugna pela concessão do efeito suspensivo e, no mérito, pelo provimento do recurso a fim de que seja reformada a decisão.
É o relatório.
Decido.
Nos casos em que envolve a empresa agravante esta Câmara tem analisado de forma lateral ao tema ônus da prova o ônus pela realização da prova e o resultado é a confirmação do dispêndio pelo Consórcio Santo Antônio, a exemplo do julgado no AI n. 0801820-08.2018.822.0000, de minha relatoria, porque a prova é de eminente interesse desta em razão do suposto dano ambiental imputado.
Com efeito, recentemente, as hipóteses de cabimento do art. 1.015 do Código de Processo Civil de 2015 ganhou novos contornos pelo Superior Tribunal de Justiça, que, em sede de Recurso Especial Repetitivo (REsp 1.696.396 e REsp 1.704.520) passou a admitir que este rol tem taxatividade mitigada e admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada urgência que possa tornar inviável a análise posterior da questão quando do julgamento da apelação.
O voto vencedor, proferido pela relatora Ministra Nancy Andrighi, definiu que, para que o rol seja flexibilizado, é necessária a presença do requisito objetivo consistente na "urgência que decorre da inutilidade futura do julgamento do recurso diferido da apelação", sempre em caráter excepcional.
Portanto, para que o presente recurso seja recebido, é necessário avaliar se ele se enquadra na tese firmada pelo STJ.
No caso dos autos, a matéria discutida trata da determinação de adiantamento de honorários periciais, o que, a meu ver, não configura a urgência necessária apta a autorizar a interposição de agravo de instrumento.
Isto porque, tal como estabelecido pelo juízo a quo, a medida foi deferida considerando a hipossuficiência da consumidora comparada às condições da empresa e, por se mostrar necessária a realização da prova, bem como considerando a capacidade técnica e financeira da empresa, não está evidenciada a urgência capaz de permitir a análise deste agravo de instrumento.
Assim, considerando que o caso não demonstra caráter excepcional apto a autorizar a interposição de agravo de instrumento, não conheço do recurso por ser inadmissível, com fundamento no art. 932, III, do referido código.

Feitas as anotações necessárias, transitado em julgado, arquive-se.
Publique-se.
Intime-se.
Cumpra-se.
Porto Velho - RO, 25 de abril de 2019.
Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Processo: 0801124-35.2019.8.22.0000 - Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 7001409-07.2017.8.22.0001
Agravante: Santo Antônio Energia S.A.
Advogado: Priscila Raiana Gomes De Freitas (OAB/RO 8352)
Advogado: Marcelo Ferreira Campos (OAB/RO 3250)
Advogado: Luciana Sales Nascimento (OAB/RO 5082)
Advogado: Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861)
Agravados: Waldemir Costa Vasconcelos e Outros
Advogados: Jeanne Leite Oliveira(OAB/RO 1068)
Advogado: Antonio de Castro Alves Junior (OAB/RO 2811)
Relator: MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Decisão
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Santo Antonio Energia S.A. nos autos da "Ação de Indenização por Dano Ambiental, Perdas, e Danos Materiais, e Morais, com pedido liminar", movida por Waldemir Costa Vasconcelos, Waslley Bertony Pereira De Almeida, Ketlen, Luana Almeida Vasconcelos, Lorrana Ketuly Almeida Vasconcellos, Juliane Rhevely Almeida Vasconcellos, Rosineri Pereira De Almeida, Deivid Roberto Almeida Vasconcelos.
Insurge-se contra a decisão proferida pelo juízo da 4ª Vara Cível da comarca de Porto Velho (ID 25747791 dos autos originários), a seguir parcialmente transcrita:
[…] Não havendo outras preliminares, as partes parecem legítimas e estão bem representadas, restam presentes os pressupostos processuais e as condições da ação, não havendo nulidade a ser decretada ou irregularidade a ser enfrentada, dou o feito por saneado.
Não sendo possível o julgamento antecipado da lide ou do processo no estado em que se encontra, bem como diante da necessidade da produção de prova oral, documental e pericial, defiro o pedido das partes para comprovação da matéria de fatos deduzidos na inicial e refutados na contestação.
Defiro, por consequência, a prova pericial pleiteada pelas partes, pois imprescindível à solução da lide, devendo os honorários periciais desse trabalho serem suportados pela empresa ré, gozando os autores do benefício da gratuidade da Justiça.
Para a realização da perícia nomeio o Engenheiro Ambiental, Sr. WALNEY FARIAS BRAGA, cuja pessoa consta do sítio do Tribunal de Justiça de Rondônia, devendo o profissional ser instado a dizer, no prazo de 10 dias, se possui algum vínculo com as partes e se aceita referido encargo, inclusive, apresentar proposta de honorários para desempenhar tal labor.
Aceitando-o, o que deverá ser certificado, intime-se a empresa Santo Antônio Energia S/A para manifestar-se, inclusive para, na hipótese de concordar com a proposta de honorários periciais, proceder o seu depósito no prazo de 10 dias, sendo que no mesmo prazo as partes deverão, querendo, apresentar quesitos e indicarem assistentes técnicos.
Fixo como pontos controvertidos: a existência de nexo de causalidade (relação de causa e efeito) entre as obras e operações da UHE Santo Antônio construída pela requerida e os supostos danos enfrentados; a eventual necessidade de desocupação do imóvel; a natureza e a extensão dos supostos danos apontados pelos autores, com a avaliação da área por eles ocupadas e eventuais benfeitorias.
Incluo ainda os pontos controvertidos apresentados pelas partes autora (ID 18490402) e parte requerida (ID 18455988).
Com relação à prova documental, defiro o requerimento, nos termos da legislação processual vigente (artigo 435, do CPC).
Também defiro a produção de prova testemunhal e depoimento pessoal dos autores. Para tanto, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 05-06-2019, às 8h30min, na Sala de Audiência deste Juízo (Fórum Cesar Montenegro), nela deverão comparecer os advogados das partes, que deverão convidá-las para se fazerem presentes, independentemente de intimação judicial.
Desnecessária a expedição de documentos de requisição para as testemunhas, considerando a possibilidade da utilização da prova emprestada. [...].
Argumenta que a determinação para que suporte os honorários periciais deve ser reformada, pois referida prova foi requerida por ambas as partes e deve ser rateada, nos termos do art. 95, caput, do CPC.
Defende que é possível a análise do assunto por meio de agravo de instrumento em razão da taxatividade mitigada e a manutenção da decisão causará dano grave ou de difícil reparação à agravante.
Pugna pela concessão do efeito suspensivo e, no mérito, pelo provimento do recurso a fim de que seja reformada a decisão.
É o relatório.
Decido.
Nos casos em que envolve a empresa agravante esta Câmara tem analisado de forma lateral ao tema ônus da prova o ônus pela realização da prova e o resultado é a confirmação do dispêndio pelo Consórcio Santo Antônio, a exemplo do julgado no AI n. 0801820-08.2018.822.0000, de minha relatoria, porque a prova é de eminente interesse desta em razão do suposto dano ambiental imputado.
Com efeito, recentemente, as hipóteses de cabimento do art. 1.015 do Código de Processo Civil de 2015 ganhou novos contornos pelo Superior Tribunal de Justiça, que, em sede de Recurso Especial Repetitivo (REsp 1.696.396 e REsp 1.704.520) passou a admitir que este rol tem taxatividade mitigada e admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada urgência que possa tornar inviável a análise posterior da questão quando do julgamento da apelação.
O voto vencedor, proferido pela relatora Ministra Nancy Andrighi, definiu que, para que o rol seja flexibilizado, é necessária a presença do requisito objetivo consistente na "urgência que decorre da inutilidade futura do julgamento do recurso diferido da apelação", sempre em caráter excepcional.
Portanto, para que o presente recurso seja recebido, é necessário avaliar se ele se enquadra na tese firmada pelo STJ.
No caso dos autos, a matéria discutida trata da determinação de adiantamento de honorários periciais, o que, a meu ver, não configura a urgência necessária apta a autorizar a interposição de agravo de instrumento.
Isto porque, tal como estabelecido pelo juízo a quo, a medida foi deferida considerando a hipossuficiência da consumidora comparada às condições da empresa e, por se mostrar necessária a realização da prova, bem como considerando a capacidade técnica e financeira da empresa, não está evidenciada a urgência capaz de permitir a análise deste agravo de instrumento.
Assim, considerando que o caso não demonstra caráter excepcional apto a autorizar a interposição de agravo de instrumento, não conheço do recurso por ser inadmissível, com fundamento no art. 932, III, do referido código.
Feitas as anotações necessárias, transitado em julgado, arquive-se.
Publique-se.
Intime-se.
Cumpra-se.
Porto Velho - RO, 25 de abril de 2019.
Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Relator

ACÓRDÃO
Data de JULGAMENTO: 24/04/2019
7004904-69.2016.8.22.0009 Apelação (PJE)
Origem: 7004904-69.2016.8.22.0009-Pimenta Bueno / 2ª Vara Cível
Apelante :Ciclo Cairu Ltda.
Advogado :Renan Diego Rebouças Souza Castro (OAB/RO 6269)
Apelados :Jurandir de Oliveira Santos - ME e outros
Relator :DES. ALEXANDRE MIGUEL
Distribuído por Sorteio em 26/09/2018
Decisão: RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.
Ementa: Apelação Cível. Execução de título extrajudicial. Embargos. Instrumento particular de confissão de dívida. Juros moratórios. Abusividade. Limitação. Possibilidade. Comprovado que as taxas de juros aplicadas no instrumento particular de confissão de dívida estão muito acima da média praticada pelo mercado e adotada pela jurisprudência, mostra-se devida a revisão do contrato com a redução e fixação da taxa de juros, de modo a afastar a cobrança abusiva de juros e evitar a onerosidade excessiva ao consumidor.

ACÓRDÃO
Data de JULGAMENTO: 24/04/2019
7043314-89.2017.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7043314-89.2017.8.22.0001-Porto Velho / 6ª Vara Cível
Apelante :Rafael da Silva Guerra
Advogado :Graciliano Ortega Sanchez (OAB/RO 5194)
Apelado :Lucas Bastos Prudente
Advogado :Marcus Vinícius Prudente (OAB/RO 212)
Relator :DES. ALEXANDRE MIGUEL
Distribuído por Sorteio em 17/09/2018
Decisão: RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.
Ementa: Apelação cível. Execução de título extrajudicial. Embargos. Nota promissória. Preenchimento irregular. Higidez mantida. Liquidez. Certeza. Exigibilidade. Presunção. Ônus do embargante. Prova. Ausência. Pela dinâmica do ônus da prova, cabe ao embargante a comprovação da existência de fato extintivo do direito do autor, especialmente com relação à prova da falsidade do documento ou seu preenchimento abusivo, conforme art. 429 do CPC. Assim, havendo prova escrita, cabe ao devedor desconstituir a pretensão do credor, nos termos do art. 373, inc. II, do Código de Processo Civil.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Isaias Fonseca Moraes
Processo: 7025613-18.2017.8.22.0001 - Embargos de Declaração em Apelação (PJE)
Origem: 7025613-18.2017.8.22.0001 - Porto Velho / 1ª Vara Cível
Embargada/Apelante: Vanessa dos Santos Romera
Advogada: Maria Clara do Carmo Góes (OAB/RO 198-B)
Advogada: Nájila Pereira de Assunção (OAB/RO 5787)
Embargante/Apelada: Transportes Aéreos Portugueses S/A
Advogado: João Roberto Leitão de Albuquerque Melo (OAB/SP 245790)
Advogado: Paulo Rafael Fenelon Abrão (OAB/GO 20694)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Opostos em 15/04/2019
Despacho
Vistos.
Transportes Aéreos Portugueses S/A opõe embargos de declaração (fls. 145/148) em face do acórdão prolatado às fls. 129/136.
Dê-se vista dos autos à embargada, a fim de que exerça o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias, na forma do §2º, do art. 1.023, do CPC.
I.
Porto Velho, 30 de abril de 2019
ISAIAS FONSECA MORAES
RELATOR

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Isaias Fonseca Moraes
Processo: 7014647-27.2016.8.22.0002 - Recurso Especial em Apelação (PJE)
Origem: 7014647-27.2016.8.22.0002-Ariquemes/1ª Vara Cível
Recorrente/Apelante: Banco do Brasil S/A
Advogada: Stephani Alice Oliveira Vial (OAB/RO 4851)
Advogado: José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB/RO 6676)
Advogado: Sérvio Túlio de Barcelos (OAB/RO 6673)
Recorridos/Apelados: Altair Barreni e outro
Advogado: Pedro Henrique Gomes Peterle (OAB/RO 6912)
Advogado: Severino José Peterle Filho (OAB/RO 437)
Advogada: Luciene Peterle (OAB/RO 2760)
Advogado: Rodrigo Peterle (OAB/RO 2572)
Relator: DES. WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR
Interposto em 12/04/2019
Vistos.
Há nos presentes autos certidão de ID 5694941 - Pág. 1 informando que o acórdão transitou em julgado em 08/04/2019.
Na interposição do recurso especial houve o descumprimento do prazo previsto no § 5º do art. 1.003 do CPC/2015, conforme certidão de ID 5708572.
Portanto, não há como ser processado o recurso por ser intempestivo.
Recurso Especial não admitido.
Remeto os autos à origem.
Publique-se. Intime-se.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2019.
(e-sig.) Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Presidente

ACÓRDÃO
Data de JULGAMENTO: 17/04/2019
7053288-53.2017.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7053288-53.2017.8.22.0001 - Porto Velho / 6ª Vara Cível
Apelante : Pedro Laia Filho
Defensor Público : Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelada : Maria Célia de Lima Murici
Advogado : Alisson Arsolino Albuquerque (OAB/RO 7264)
Relator : DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 25/09/2018
Decisão: RECURSO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.
Ementa: Apelação cível. Execução de notas promissórias. Ilegitimidade passiva. Assunção da dívida por terceiro na modalidade extromissão. Comprovada a existência de acordo por meio do qual terceiro convenciona com a parte credora e o emitente das notas promissórias que ficará responsável pelo pagamento correspondente a elas, fica caracterizada a assunção da dívida na modalidade extromissão, exonerando-se o devedor originário e impondo-se reconhecer a ilegitimidade deste para figurar no polo passivo da execução.

ACÓRDÃO
Data de JULGAMENTO: 17/04/2019
7029960-94.2017.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7029960-94.2017.8.22.0001 - Porto Velho / 6ª Vara Cível
Apelante : Terezinha dos Santos Fonseca
Advogado : Victor Alípio Azevedo Borges (OAB/RO 6985)
Apelada : Vivo S/A
Advogado : Daniel Franca Silva (OAB/DF 24214)
Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB/GO 29320)
Relator : DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 26/09/2018
Decisão: RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

Ementa: Apelação cível. Execução de notas promissórias. Ilegitimidade passiva. Assunção da dívida por terceiro na modalidade extromissão. Comprovada a existência de acordo por meio do qual terceiro convenciona com a parte credora e o emitente das notas promissórias que ficará responsável pelo pagamento correspondente a elas, resta caracterizada a assunção da dívida na modalidade extromissão, exonerando-se o devedor originário e impondo-se reconhecer a ilegitimidade deste para figurar no polo passivo da execução.

ACÓRDÃO
Data de JULGAMENTO: 17/04/2019
7003188-55.2017.8.22.0014 Apelação (PJE)
Origem: 7003188-55.2017.8.22.0014 - Vilhena / 3ª Vara Cível
Apelante : Bruna Rondon de Campos Lucas
Advogada : Barbara Dellani de Assis (OAB/RO 8291)
Advogado : Bruno Trajano Pintar (OAB/RO 7533)
Apelada : Associação Vilhenense de Educação e Cultura
Relator : DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 03/09/2018
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
EMENTA: Apelação cível. Ação de reparação de danos morais e materiais. Transferência de instituição de ensino. Solicitação de pagamento de mensalidade para efetivação da matrícula. Ausência de comprovação do direito à aceitação da aluna na qualidade de beneficiária do FIES. Ilícito. Inexistência. É inexistente a demonstração do ilícito cometido por instituição de ensino ao solicitar o pagamento da mensalidade para efetivação da matrícula em caso de não comprovado o efetivo direito da parte autora quanto à sua aceitação na qualidade de beneficiária do FIES, sendo ausente o direito à reparação por danos morais e materiais.

ACÓRDÃO
Data de JULGAMENTO: 10/04/2019
7057943-05.2016.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7057943-05.2016.8.22.0001-Porto Velho / 4ª Vara Cível
Apelante :Banco BMG S/A
Advogado :Renata Mariana Brasil Feitosa (OAB/RO 6818)
Advogado :Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB/MG 63440)
Advogada :Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB/MG 109730)
Apelado :Gilmar de Sousa Castro
Advogada :Ozana Baptista Gusmão (OAB/MT 4062-O)
Advogado :Pedro Luiz Lepri Júnior (OAB/RO 4871)
Advogado :Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Advogado :Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765)
Relator :DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 15/08/2017
Decisão: "PRELIMINAR AFASTADA. NO MÉRITO, RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
EMENTA: Contratos bancários. Ação de revisão contratual. Registro de contrato. Serviços de terceiros. Seguro de proteção financeira. Tarifa de gravame eletrônico. Conforme entendimento do e. STJ consolidado no julgamento dos REsp n. 1.578.553/SP e n. 1.639.259/SP, sob o rito dos recursos repetitivos, a tarifa de serviços de terceiros é válida, ressalvadas (i) a abusividade da cobrança por serviço não efetivamente prestado; e (ii) a possibilidade de controle da onerosidade excessiva em cada caso concreto.

ACÓRDÃO
Data de JULGAMENTO: 10/04/2019
7030088-17.2017.8.22.0001 Embargos de Declaração em Apelação (PJE)
Origem: 7030088-17.2017.8.22.0001-Porto Velho / 1ª Vara Cível
Embargantes:Amarildo Ribeiro Ferreira e outros
Advogado :Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15066)
Advogado :Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Embargado :Itaú Unibanco S/A
Advogado :Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643)
Advogado :Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
Relator :DES. KIYOCHI MORI
Interpostos em 21/01/2019
Decisão: "EMBARGOS REJEITADOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO. ERRO MATERIAL. OMISSÃO. NÃO VERIFICADOS. Os embargos de declaração são admissíveis quando a decisão impugnada apresentar erro material, obscuridade, contradição ou for omissa sobre ponto que se deveria pronunciar. As insurgências quanto à valoração da prova ou a reconsideração da decisã devem ser feitas pelas vias recursais adequadas.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Isaias Fonseca Moraes
Processo: 0801155-55.2019.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (PJE)
Origem: 7025770-59.2015.8.22.0001 - Porto Velho/2ª Vara Cível
Agravante: Rucili Guiralde Rodrigues
Advogado: Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4165)
Agravado: Centrais Eletricas de Rondonia SA CERON
Advogado: Marcelo Rodrigues Xavier (OAB/RO 2391)
Advogado: Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Advogado: Alex Cavalcante de Souza (OAB/RO 1818)
Advogada: Bruna Tatiane dos Santos Pinheiro Sarmento (OAB/RO 5462)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído em: 25/04/2019
Despacho
Vistos,
A questão em tela cinge-se na possibilidade de concessão de medida liminar de urgência para revogar a decisão agravada, que determinou que a correção monetária deve ser realizada a partir do julgamento da apelação, nos autos do cumprimento de sentença n. 7025770-59.2015.8.22.0001.
Ante a existência de concessão de pedido suspensivo, passo a analisá-lo.
Pois bem.
Nos termos do art. 1.019, inc. I, do CPC, indefiro o pedido de suspensão da decisão agravada, pois, num primeiro momento, esta é insuscetível de causar prejuízo à parte agravante, não havendo nos autos fato que impeça o aguardo da decisão de mérito do presente agravo, mormente pelo fato de que se faz necessária uma análise apurada do direito pleiteado.
Intime-se a parte contrária para responder ao recurso interposto, facultando-lhe juntar a documentação que entender necessária ao julgamento, no prazo legal (art. 219 c/c art. 1.019, inc. II, ambos do CPC).
Após, faça-me a conclusão.
Porto Velho, 30 de abril de 2019
ISAIAS FONSECA MORAES
RELATOR

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Isaias Fonseca Moraes
Processo: 7044165-94.2018.8.22.0001 - APELAÇÃO (PJE)
Origem: 7044165-94.2018.8.22.0001 - Porto Velho/7ª Vara Cível
Apelantes: Ana Lucia Severo Garcez e outros
Advogado: Gleison Ribeiro Dos Santos (OAB/GO 3153400)
Advogado: Jose Manoel Alberto Matias Pires (OAB/RO 3718)
Advogado: Gustavo Gerola Marsola (OAB/RO 4164)
Apelado: Pablo Allan Miranda Moura dos Santos
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído em: 10/01/2019
Despacho

Vistos,
ANA LUCIA SEVERO GARCEZ e outros apelam (fls. 169/178) da sentença (fls.165/167), prolatada pelo juízo da 7 ª Vara Cível da comarca de Porto Velho, nos autos da ação demolitória c/c pedido de antecipação de tutela movida em desfavor ao apelado, PABLO ALLAN MIRANDA MOURA DOS SANTOS.
A apelação interposta encontra-se desguarnecida do respectivo preparo.
A comprovação do recolhimento do preparo é um dos requisitos extrínsecos de admissibilidade do recurso de apelação (CPC, art. 1.007, caput).
Assim, concedo o prazo de 5 (cinco) dias para que os apelantes recolham o preparo recursal, em dobro (CPC, art. 1.007, §4º), sob pena de deserção.
Após o prazo, com ou sem atendimento, volte-me conclusos.
Cumpra-se.
Porto Velho, 30 de abril de 2019
ISAIAS FONSECA MORAES
RELATOR

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Processo: 0801154-70.2019.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (PJE)
Origem: 70092646620198220001 Porto Velho - 1ª Vara Cível
AGRAVANTE: Irinaldo Pena Ferreira
Advogado: Eliel Soeiro Soares (OAB/RO 8442)
Advogado: Irinaldo Pena Ferreira (OAB/RO 9065)
Agravado: Banco J. Safra S.A
Advogado: Bruno Henrique de Olieira Vanderlei (OAB/PE 21678)
Relator: MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Distribuído em 25/04/2019 10:54:53
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Irinaldo Pena Ferreira contra decisão proferida pelo juízo da 1ª Vara Cível desta Comarca, nos autos da ação de busca e apreensão que lhe move BANCO J. SAFRA S.A..
Segue transcrição da decisão agravada (fls. 97/98, ID Num. 26674377, autos de origem):
Decisão
Vistos,
Trata-se de BUSCA E APREENSÃO proposta por BANCO J. SAFRA S/A em face de IRINALDO PENA FERREIRA sob o argumento de que com esse celebrou contrato de financiamento no valor de R$ 47.761,92 (quarenta e sete mil, setecentos e sessenta e um reais e noventa e dois centavos) para aquisição de veículo, garantido por alienação fiduciária.
Informou que o réu deixou de pagar a prestação com vencimento aos 21.1.2019, dando ensejo ao ajuizamento da ação.
O réu apresentou petição aduzindo que a autora incorreu em erro, pois antes mesmo da propositura da ação já estava em contato com setor financeiro e recebeu boleto para quitação da parcela cujo vencimento se deu em 21.12.2018.
Que aos 1.3.2019 recebeu boleto para pagamento. Disse que solicitou envio de outro boleto para pagamento da outra prestação em aberto, mas recebeu a informação de que isso somente poderia ocorrer a partir de 7.3.2019. Esclareceu que as partes entabularam negócio extrajudicial, ou seja, renegociação da dívida para 8.3.2019. Requereu o indeferimento da liminar.
Em decisão proferida aos 20.3.2019 (ID 25500992), o banco autor foi instado a se manifestar.
O banco esclareceu que o autor continua em mora. Que ao encaminhar notificação, deveria o réu pagar a prestação com vencimento em 21.12.2018 e as subsequentes.
Decido.
A situação dos autos é peculiar. Ainda não houve apreciação da inicial e o réu atravessou petição logo quando da propositura, desfigurando o procedimento do Decreto-lei nº 911/69.
Inicialmente, observo que a inadimplência é incontroversa. O réu deixou de pagar a prestação com vencimento aos 21.12.2018 e somente o fez aos 1.3.2019, ou seja, dois meses depois.
Durante esse período, por razões óbvias, outras prestações venceram, tanto que a parcela que ensejou o ajuizamento da demanda foi a de vencimento aos 21.1.2019 e não 21.12.2018.
Ao contrário do que argumentou o réu, não houve “negócio extrajudicial”, mas diversas solicitações do réu no sentido de efetuar o pagamento da prestação vencida.
No entanto, tratando-se de contrato garantido por alienação fiduciária, incorrendo em inadimplência, o devedor fiduciante deve pagar a integralidade da dívida pendente.
O réu queria, tão somente, pagar a prestação vencida, mas se recusou a suportar as custas e cobranças inerentes à sua inadimplência.
Por isso, indefiro o pedido do réu e determino o prosseguimento da ação de busca e apreensão (art. 3º, Decreto-lei nº 911/69).
Assim, DEFIRO liminarmente a medida de busca e apreensão do veículo, posto provado o contrato, o inadimplemento e a constituição em mora.
Proceda o Oficial de Justiça a avaliação do bem apreendido.
Cumprida a liminar, intime-se a parte ré para, em 15 (quinze) dias, contestar, sob pena de revelia. Poderá ainda a parte ré querendo, pagar a integralidade da dívida pendente no prazo de 5 (cinco) dias do cumprimento da liminar, evitando-se a consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário após esse prazo, conforme parágrafos 1º a 4º do art. 3º do Decreto-lei nº 911/1969, com redação alterada pelo art. 56 da Lei 10.931, de 02.08.2004.
SIRVA CÓPIA DESTA DECISÃO COMO MANDADO LIMINAR DE BUSCA E APREENSÃO.
DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER APREENDIDO: Marca/Modelo: HYUNDAI HB20 UNIQUE 1.0 12V FLEX 4P, COR PRETA, OHS-8124, 2019, CHASSI 9BHBG51CAKP935783, RENAVAM: 1160571934
Porto Velho - RO, 10 de abril de 2019
Jorge Luiz dos Santos Leal
Inicialmente o agravante formulou pedido de gratuidade judiciária, a fim de ser isentado das custas e despesas processuais, alegando não possuir proventos suficientes para custeá-las sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família.
A princípio, informa o agravante, em síntese, que a ação de busca e apreensão foi ajuizada em 13.03.2019 com o fim de apreender o apreender o veículo HYUNDAI HB20 UNIQUE 1.0 12V FLEX 4P, COR PRETA, OHS-8124, 2019, CHASSI 9BHBG51CAKP935783, RENAVAM: 1160571934, com base na notificação extrajudicial da parcela vencida em 21.12.2018.
Sustenta que a premissa é equivocada, pois a notificação extrajudicial foi extinta com o acordo firmado pelas partes para o pagamento em 08/03/2019 da parcela vencida em dezembro/2018, cujo boleto lhe foi enviado após contatos extrajudiciais via whatsapp no dia 01/03/2019, que na mesma oportunidade solicitou o pagamento da outra prestação vencida, sendo informado que só seria gerado novo boleto após a baixa do pagamento, no sistema, o que ocorreria somente no dia 07/03/2019, devido ao feriado de carnaval.
Informa ainda que em 24/04/2019, entregou o veículo objeto da ação de busca e apreensão, ao banco.
Pede a concessão do efeito suspensivo ao recurso para que seja determinado a suspensão da liminar de busca e apreensão restituindo a posse do veículo, e que seja reconhecida a incidência da teoria do adimplemento consubstancial.
Ao final, pleiteia a concessão do efeito suspensivo ao recurso e, no mérito, o seu provimento.
É o relatório. Decido.
Inicialmente, decido a respeito da pretensão de gratuidade judiciária.
No caso dos autos, trata-se de ação de busca e apreensão justamente ante a suposta falta de pagamento das parcelas dos

meses de dezembro/2018, janeiro e fevereiro/2019, o que se conclui que a parte não dispõe de recursos financeiros para arcar com o pagamento das custas processuais.
Assim, entendo demonstrada a hipossuficiência financeira do agravante, motivo pelo qual concedo a gratuidade judiciária.
Passo a análise do recurso.
O agravante pleiteia obter liminarmente aquilo que lhe foi negado em primeira instância, qual seja, a suspensão da liminar requerida nos autos da ação de busca e apreensão.
De acordo com o art. 1.019, I, do CPC, o relator poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal.
Contudo, para que seja concedido o pleito nos termos requeridos, em sede de antecipação de tutela, devem estar presentes os requisitos do art. 300 do CPC, ou seja, evidência da probabilidade do direito e perigo de dano.
Não obstante a argumentação do agravante, bem como os fatos apresentados, sem adentrar a um juízo de mérito, entendo não ser possível a concessão do pedido nos moldes pretendidos, porquanto, a meu ver não estão demonstrados os requisitos necessários do art. 300 do CPC, uma vez que quando do ajuizamento da ação de busca e apreensão é necessário a constituição da mora, o que ocorreu no presente caso conforme comprovado às fls. 59/61 (ID Num. 25335795, autos de origem), e pelo que se ver o agravante estava ciente do fato, razão pela qual indefiro o pedido liminar.
Em atenção ao disposto no art. 1019, II, do CPC, determino a intimação da parte agravada para apresentar resposta ao recurso.
Notifique-se o juiz da causa sobre o teor desta decisão e para que preste as informações que julgar necessárias.
Ultimadas estas providências, tornem os autos conclusos.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho – RO, 29 de abril de 2019.
Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Relator

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Processo Nº: 0800753-71.2019.8.22.0000 - Agravo de Instrumento
Origem: 0016873-69.2012.8.22.0001 - Porto Velho - 10ª Vara Cível
Agravante: Marcelo Lavocat Galvao
Advogada: Valeska Bader De Souza (OAB/RO 2905)
Advogada: Neidy Jane Dos Reis (OAB/RO 1268)
Agravado: Fausto Manoel E Silva
Advogada: Rosecleide Martins Noe (OAB/RO 793)
Advogado: Paulo Batista Duarte Filho (OAB/RO 4459)
Relator: Marcos Alaor Diniz Grangeia
Decisão
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Marcelo Lavocat Galvão contra decisão proferida nos autos da ação de cumprimento de sentença movido em face de Fausto Manoel e Silva.
Segue transcrição da decisão agravada:
[…] Indefiro pedido de penhora nos rosto dos autos de ação que tramita na 14 ª Vara Federal de Brasília, em que o executado tem créditos a receber, visto que já foi deferido nestes autos penhora sobre o salário da parte ré, conforme ofício expedido ao id nº 23037657, pois a procedência poderia causar excesso de execução. Certifique a CPE nos autos com relação ao recebimento do Ofício acima expedido. Após manifeste-se a parte autora, no prazo de 5(cinco) dias, informando o que entender de direito. [...]
O agravante faz breve histórico dos fatos e narra que é credor do agravado no importe de R$ 83.601,93 (oitenta e três mil, seiscentos e um reais e noventa e três centavos).
Informa que aguarda a finalização da demanda, sendo que o juiz a quo indeferiu pedido de penhora nos rosto dos autos que tramitam na Justiça Federal da 14ª Vara Federal Seção Judiciaria do Distrito Federal/DF, nos termos da decisão ora recorrida.
Acrescenta já existir penhora de 15% do rendimento do devedor, equivalente a R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) mensais.
Afirma que o deferimento da penhora no rosto dos autos não fere direito do devedor, porquanto o crédito continuará bloqueado até a liberação e haverá dedução do valor que está sendo descontado dos rendimentos do agravado. Tal medida priorizará a finalização da execução com celeridade processual e economia.
Esclarece que o crédito exequendo é superior ao crédito existente na demanda, pelo que não há hipótese de oneração e que, por se tratar de complemento de penhora, é certo que essa parcela não inviabilizaria o sustendo do devedor, pois possui outros rendimentos.
Pontua entendimento do STJ no sentido do que os honorários advocatícios contratuais ou sucumbenciais têm natureza alimentícia.
Formula pedido de antecipação de tutela recursal, entendendo presentes os requisitos necessários.
Adensa sua argumentação e transcreve julgados e doutrina que entende pertinentes ao caso.
Ao final, pede a concessão do efeito suspensivo para revogar na íntegra a decisão recorrida e permitir a penhora no rosto dos autos.
No mérito, requer o provimento do recurso.
É o relatório.
Decido.
Pois bem, pretendendo a antecipação da tutela recursal, caberia ao agravante demonstrar o preenchimento dos requisitos do art. 300 do CPC, quais sejam, a demonstração da existência da probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
Não obstante a argumentação do agravante, entendo inviável, a concessão da tutela antecipada, porquanto não houve demonstração dos requisitos necessários a ensejar a penhora no rosto dos autos do precatório que tramita na Justiça Federal da 14ª Vara Federal Seção Judiciaria do Distrito Federal/DF.
Ademais, não há notícia de que o referido precatório está em vias de ser pago nem há, na decisão agravada, comando ensejando iminente risco ou prejuízo ao agravante.
Portanto, não preenchidos os requisitos do art. 300 do CPC, indefiro a pretensão.
Quanto ao mérito da pretensão, será analisado após a oportunização do contraditório.
Nos termos do art. 1019, II, do NCPC, determino a intimação da parte agravada para apresentar manifestação ao recurso.
Notifique-se o juiz da causa sobre o teor desta decisão e para que preste as informações que julgar necessárias.
Ultimadas estas providências, tornem os autos conclusos.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho – RO, 26 de abril de 2019.
Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Relator

ACÓRDÃO
Data de JULGAMENTO:24/04/2019
7002504-14.2018.8.22.0009 Apelação (PJE)
Origem: 7002504-14.2018.8.22.0009-Pimenta Bueno / 2ª Vara Cível
Apelante :Albertino Valentin de Souza
Advogado :André Henrique Vieira de Souza (OAB/RO 6862)
Advogada :Crisdaine Micaeli Silva Favalessa (OAB/RO 5360)
Apelado :Banco BMG S/A
Advogada :Rhayanne Alves Lins (OAB/PE 42602)
Advogado :Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB/PE 23255)
Relator :DES. ALEXANDRE MIGUEL
Distribuído por Sorteio em 18/12/2018
Decisão: PRELIMINAR REJEITADA. NO MÉRITO, RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

EMENTA: Apelação cível. Indenização. Descontos de empréstimo. Cerceamento de defesa. Ausência. Prova da relação jurídica e da dívida. Dano moral. Inexistência. Improcedência do pedido. Litigância de má-fé.Não há cerceamento de defesa quando a robustez das provas trazidas nos autos é suficiente para convencimento do juiz. Estando comprovada nos autos a contratação, com os mesmos documentos e endereço da parte, não há dano moral, em razão da ausência de demonstração de fraude na assinatura contratual. Considera-se litigante de má-fé aquele que utiliza o processo para conseguir objetivo ilegal, podendo o juiz, de ofício ou a requerimento da parte, condenar o litigante a pagar multa entre um e dez por cento do valor corrigido da causa.

ACÓRDÃO
Data de JULGAMENTO: 10/04/2019
7009664-39.2017.8.22.0005 Apelação (PJE)
Origem: 7009664-39.2017.8.22.0005-Ji-Paraná / 4ª Vara Cível
Apelantes :Paulo Afonso Fonseca da Fonseca e outra
Advogado :Paulo Afonso Fonseca da Fonseca Júnior (OAB/RO 5477)
Advogado :Diego Rodrigo de Oliveira Domingues (OAB/RO 5963)
Apelado :José da Silva Lopes
Advogada :Dinair de Oliveira (OAB/RO 1507)
Advogado :Jacinto Dias (OAB/RO 1232)
Relator :DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 08/11/2018
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
EMENTA: Ação de rescisão. Contrato de compra e venda de imóvel. Restituição. Valores pagos. Prescrição. Prazo decenal. Art. 205 do CC/2002.
A pretensão de restituição de valores pagos em razão de desfazimento de negócio jurídico submete-se ao prazo prescricional geral de dez anos, previsto no art. 205 do CC/2002, e não ao prazo especial de três anos constante do art. 206, § 3º, IV e V, do mesmo diploma.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Isaias Fonseca Moraes
ABERTURA DE VISTA
Processo: 7007502-78.2016.8.22.0014 Recurso Especial em Apelação (PJE)
Origem: 7007502-78.2016.8.22.0014 - Vilhena / 4ª Vara Cível
Recorrente : Allan Savaris Rodrigues
Advogado : Jimmy Pierry Garate (OAB/RO 8389)
Advogado : Vinícius Pompeu da Silva Gordon (OAB/RO 5680)
Advogada : Glória Chris Gordon (OAB/RO 3399)
Recorridas : Lojas Americanas S/A e outra
Advogada : Thaisa Maria Pacheco da Silva (OAB/RJ 162202)
Advogado : Albino Melo Souza Júnior (OAB/RO 4464)
Advogado : Thiago Azevedo Lopes (OAB/RO 6745)
Advogada : Pamela Glaciele Vieira da Rocha (OAB/RO 5353)
Advogado : Marlo Henrique Nunes Coelho (OAB/RO 8642)
Advogado : Marcelo Estebanez Martins (OAB/RO 3208)
Advogada : Juliene Gomes Louzada (OAB/RO 9396)
Recorrida : Envision Indústria de Produtos Eletrônicos Ltda
Advogado : Fábio Rivelli (OAB/RO 6640)
Relator: DES. WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR
Interposto em 29/04/2019
ABERTURA DE VISTA
Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, ficam as recorridas intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Especial.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Rosimara Bergonzini
Técnica Judiciária – Cad. 203017-9

ACÓRDÃO
Data de JULGAMENTO: 17/04/2019
7017345-43.2015.8.22.0001 Apelação (Recurso Adesivo) (PJE)
Origem: 7017345-43.2015.8.22.0001 - Porto Velho / 2ª Vara Cível
Apelante/Recorrida : Vera Regina Czarnecki Mayorquim
Advogado : Robson Sancho Flausino Vieira (OAB/RO 4483)
Apelada/Recorrente : Maria da Conceição de Brito Nunes
Advogado : Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A)
Advogada : Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Relator : DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 21/11/2018
Decisão: "RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO E ADESIVO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
EMENTA: Apelação cível. Calúnia, difamação e injúria. Contradita de testemunha. Momento adequado. Período compreendido entre a qualificação e início da oitiva. Fato constitutivo do direito do autor. Comprovação. Dano moral. Quantum indenizatório. Critério de fixação.A contradita da testemunha há de ser realizada no período compreendido entre a qualificação e o início da oitiva.Logrando êxito a parte autora em comprovar os fatos constitutivos do seu direito, cumprindo com o ônus probatório, instituído pelo artigo 373, inciso I, do Código de Processo Civil, a procedência do pleito é a medida a se impor.O quantum indenizatório do dano moral deve ser fixado proporcionalmente ao grau de culpa, à capacidade econômica das partes, cabendo ao julgador orientar-se pelos critérios sugeridos na doutrina e na jurisprudência com razoabilidade, valendo-se de sua experiência e do bom senso, de modo a não se mostrar excessivo e nem irrisório.

ACÓRDÃO
Data de JULGAMENTO: 27/03/2019
7002935-25.2016.8.22.0007 Embargos de Declaração em Apelação (PJE)
Origem: 7002935-25.2016.8.22.0007-Cacoal / 2ª Vara Cível
Embargante :José Edilson da Silva
Advogada :Maria Gabriela de Assis Souza (OAB/RO 3981)
Advogado :José Enildo da Silva (OAB/RO 1554)
Advogado :José Edlson da Silva (OAB/RO 5919)
Embargada :Vemaq Veículos e Máquinas Ltda.
Advogado :Sérgio Martins (OAB/RO 3215)
Relator :DES. KIYOCHI MORI
Interpostos em 07/02/2019
Decisão: ''EMBARGOS ACOLHIDOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.''
EMENTA: Declaratórios. Omissão sanada.
Constatada omissão no acórdão embargado, acolhem-se os declaratórios para aperfeiçoar a tutela jurisdicional, mediante o acréscimo da fundamentação faltante.

ACÓRDÃO
Data de Julgamento: 17/4/2019
7038716-92.2017.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7038716-92.2017.8.22.0001 - Porto Velho / 6ª Vara Cível
Apelante : Banco do Brasil S/A
Advogado : Rafael Sganzerla Durand (OAB/RO 4872)
Apelado : David Pinto Castiel
Advogado : David Pinto Castiel (OAB/RO 1363)
Advogado : Hiran Saldanha de Macedo Castiel (OAB/RO 4235)
Relator : DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 29/11/2018
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
EMENTA: Apelação cível. Descumprimento à determinação judicial. Condenação ao pagamento de astreinte. Valor da multa diária. Razoabilidade.

A astreinte tem como escopo promover a efetividade da decisão judicial e, fixada, é devida desde o momento em que ocorre o descumprimento da determinação judicial da obrigação de fazer ou não-fazer.
O valor da multa deve representar montante expressivo, a fim de que não seja mais vantajoso para a parte descumprir o ato e pagá-la do que atender à determinação judicial que lhe foi imposta. Fixado em montante razoável, não há que se falar em redução.

ACÓRDÃO
Data de Julgamento: 17/4/2019
7007362-46.2017.8.22.0002 Apelação (PJE)
Origem: 7007362-46.2017.8.22.0002 - Ariquemes / 2ª Vara Cível
Apelante : Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Centro Brasileira Ltda
Advogada : Mariana de Jesus Lemes de Freitas (OAB/GO 38069)
Advogado : Rodnei Vieira Lasmar (OAB/GO 19114)
Apelado : Ibrahim Massuqueto Andrade Gomes de Souza
Advogado : Cloves Gomes de Souza (OAB/RO 385-B)
Relator : DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 06/11/2018
Decisão: "RECURSO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
EMENTA: Apelação cível. Instituição financeira. Cheque. Compensação. Falha na prestação do serviço. Devolução indevida. Dano moral. Verba devida. Valor. Minoração.
Evidenciado que houve falha na prestação de serviço relativo à compensação de cheque, causando, ao beneficiário, a indevida devolução do título, está configurada a responsabilidade civil da instituição financeira pelos danos morais disso decorrentes.
Minora-se o valor da indenização a título de danos morais para que se ajuste a extensão dos danos.

ACÓRDÃO
Data de JULGAMENTO: 24/04/2019
0803343-55.2018.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 7014095-91.2018.8.22.0002-Ariquemes / 3ª Vara Cível
Agravante :Administradora de Consorcio Nacional Honda Ltda.
Advogada :Roberta Beatriz do Nascimento (OAB/RO 8599)
Advogado :José Lídio Alves dos Santos (OAB/SO 8598)
Agravado :Pablo Henrique de Souza Damaceno
Relator :DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 29/11/2018
Decisão: RECURSO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.
Ementa: Agravo de instrumento. Busca e Apreensão. Deferimento da liminar. Remoção do veículo para comarca diversa. Possibilidade. Recurso parcialmente provido. É possível a remoção do bem buscado e apreendido para fora da comarca onde tramita a ação de busca e apreensão, pois inexiste dispositivo legal que vede tal ação, devendo o bem ser restituído caso haja o pagamento integral, no prazo legal de 5 (cinco) dias.

ACÓRDÃO
Data de JULGAMENTO: 03/04/2019
7008790-29.2018.8.22.0002 Apelação (PJE)
Origem: 7008790-29.2018.8.22.0002 - Ariquemes / 3ª Vara Cível
Apelante : Terezinha Mota da Silva
Advogado : Pedro Riola dos Santos Júnior (OAB/RO 2640)
Advogado : Fernando Martins Gonçalves (OAB/RO 834)
Apelado : Banco BMG S/A
Advogado : Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB/PE 23255)
Relator : DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 26/11/2018
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
EMENTA: Apelação cível. Cartão de crédito consignado. Fatura não paga integralmente. Desconto mensal do valor mínimo em folha de pagamento. Exercício regular de direito.Demonstrado que o consumidor aderiu ao cartão de crédito consignado da instituição financeira, sem comprovação do pagamento do saldo devedor da fatura mensal, mostram-se regulares os descontos dos valores mínimos convencionados entre as partes, configurando-se exercício regular de direito.

ACÓRDÃO
Data de JULGAMENTO: 24/04/2019
0800026-15.2019.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 7004221-44.2016.8.22.0005-Ji-Paraná / 1ª Vara Cível
Agravante :Christielly Moroskoski de Azevedo
Advogado :Rhuan Alves de Azevedo (OAB/RO 5125)
Agravado :Wanderson Cândido Rodrigues
Advogada :Magda Rosângela Franzin Stecca (OAB/RO 303)
Relator :DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 10/01/2019
Decisão: RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.
Ementa: Agravo de instrumento. Cumprimento de sentença. Impugnação. Rejeição das alegações. Nulidades inexistentes. Prosseguimento da execução e manutenção de penhora. Recurso desprovido. Presentes os elementos para prosseguimento de cumprimento de sentença, não há o que ser modificado em relação à decisão que rejeitou impugnação apresentada pelo devedor. Por expressa disposição do art. 835, XII, do CPC é possível a penhora do direito aquisitivo derivado da compra e venda garantido por meio de alienação fiduciária.

ACÓRDÃO
Data de JULGAMENTO: 03/04/2019
0007119-98.2015.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 0007119-98.2015.8.22.0001 - Porto Velho / 5ª Vara Cível
Apelante : Parente & Coenga Ltda - ME
Advogada : Elda Luciana Oliveira Melo (OAB/RO 3924)
Apelada : Maria do Carmo Pereira Coimbra Sauma
Advogado : Ariosvaldo Alves de Freitas (OAB/RO 2256)
Advogado : Arioswaldo Freitas Gil (OAB/RO 5964)
Advogada : Lívia Freitas Gil (OAB/RO 3769)
Advogada : Letícia Freitas Gil (OAB/RO 3120)
Terceira Interessada : Porto Velho Shopping S/A
Advogado : Rochilmer Mellho da Rocha Filho (OAB/RO 635)
Advogado : Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501)
Relator : DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 17/09/2018
Decisão: "RECURSO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
EMENTA: Ação de indenização. Danos morais. Abordagem. Furto. Shopping center. Inexistência.Prova. Condutas. Abusiva. Desrespeitosa ou Ilegal. Prepostos das requeridas. Ônus da prova.Nos termos do art. 333, I, do CPC, impõe-se ao autor provar os fatos constitutivos de seu direito.O fato de os prepostos terem pedido à apelada que os acompanhasse quando estavam tentando elucidar ocorrência de furto no interior do estabelecimento, sem prova de que tal pedido fora acompanhado de qualquer conduta agressiva, vexatória ou desrespeitosa, não enseja a reparação de indenização por danos morais.

ACÓRDÃO
Data de JULGAMENTO: 24/04/2019
7011579-83.2018.8.22.0007 Apelação (PJE)
Origem: 7011579-83.2018.8.22.0007-Cacoal / 2ª Vara Cível
Apelante :Éder Henrique Roberto do Nascimento
Advogado :Miguel Antônio Paes de Barros Filho (OAB/RO 7046)
Apelada :Centauro Vida e Previdência S/A
Relator :DES. ALEXANDRE MIGUEL
Distribuído por Sorteio em 12/03/2019
Decisão: RECURSO NÃO CONHECIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.
EMENTA: Apelação cível. Ação de cobrança. Dialeticidade. Razões dissociadas.
Havendo ofensa ao princípio recursal da dialeticidade, de modo que nenhum dos fundamentos da decisão tenham sido impugnados, não há de ser conhecido o recurso e não pode ser realizada a análise do mérito.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Paulo Kiyochi
Processo: 7012053-06.2017.8.22.0002 Apelação (PJE)
Origem: 7012053-06.2017.8.22.0002 - Ariquemes / 1ª Vara Cível
Apelante: Anderson Ari Appelt
Advogada: Josimara Ferreira da Silva Ponce (OAB/RO 7532)
Advogada: Corina Fernandes Pereira (OAB/RO 2074)
Apelado: AVM Serviços e Comércio de Soluções Web - Eireli
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído em 19/03/2019
Vistos.
Trata-se de recurso de apelação interposto por Anderson Ari Appelt contra decisão do juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes/RO.
Não recolheu o preparo recursal, nem pleiteou a assistência judiciária gratuita.
Concedido prazo para a efetuar o recolhimento do preparo em dobro, o apelante não logrou fazê-lo, recolhendo-o na forma simples, incorrendo em deserção.
À luz do exposto, nos termos do § 2º do artigo 1.007 e artigo 932, inciso III do Código de Processo Civil, não conheço do recurso.
Publique-se.
Porto Velho, 02 de maio de 2019.
DESEMBARGADOR KIYOCHI MORI
Relator

ACÓRDÃO
DATA DE JULGAMENTO: 24/04/2019
7000218-82.2017.8.22.0014 Apelação (PJE)
Origem: 7000218-82.2017.8.22.0014-Costa Marques / Vara Única
Apelante :Oditon Douglas Pereira - ME
Advogado :Gilson Vieira Lima (OAB/RO 4216)
Apelada :Friron - Comércio, Distribuição e Representação de Frios Rondônia Ltda.
Advogada :Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562)
Relator :DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 23/05/2018
Decisão: RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.
EMENTA: Apelação cível. Ação monitória. Cheque prescrito. Causa debendi. Desnecessidade. Ônus da prova. Recurso desprovido. Em ação monitória fundada em cheque prescrito, ajuizada em face do emitente, é dispensável menção ao negócio jurídico subjacente à emissão da cártula, sendo dever do embargante demonstrar os fatos impeditivos, modificativos e extintivos do direito do credor, sem o qual é de rigor a manutenção da sentença que constituiu o título executivo judicial.

ACÓRDÃO
Data de Julgamento: 17/4/2019
7002287-72.2017.8.22.0019 Apelação (PJE)
Origem: 7002287-72.2017.8.22.0019 - Machadinho do Oeste / Vara Única
Apelante : Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogada : Gabriela de Lima Torres (OAB/RO 5714)
Advogada : Vanessa Barros Silva Pimentel (OAB/RO 8217)
Advogada : Erica Cristina Claudino (OAB/RO 6207)
Advogada : Silvia de Oliveira (OAB/RO 1285)
Apelados : Ademilson Gonçalves Leite e outros
Advogada : Alex Souza de Moraes Sarkis (OAB/RO 1423)
Advogado : Rafael Burg (OAB/RO 4304)
Relator : DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 13/08/2018
Decisão: "PRELIMINARES AFASTADAS. NO MÉRITO, RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
EMENTA: Apelação cível. Rede de eletrificação rural. Custeio da obra. Incompetência e prescrição. Não ocorrência. Prova. Incorporação subestação. Obrigatoriedade. Ressarcimento devido. O pedido de ressarcimento dos valores pagos a título de participação financeira do consumidor no custeio da construção de rede elétrica rural, quando inexistente previsão contratual, prescreve em 3 anos, nos termos do art. 206, §3º, CC, por se tratar de demanda fundada em enriquecimento sem causa, na vigência do CC/2002, devendo ser contada a partir do desembolso pelo particular.
A incorporação da subestação é obrigatória, seja ela fática ou jurídica, bem como o ressarcimento ao proprietário dos valores despendidos com a construção, sob pena de enriquecimento ilícito da concessionária, conforme previsão do art. 884 do Código Civil.

ACÓRDÃO
DATA DE JULGAMENTO: 24/04/2019
7061441-12.2016.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7061441-12.2016.8.22.0001-Porto Velho / 4ª Vara Cível
Apelante :Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
Advogado :Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
Apelado :Ronaldo Lamborghini de Souza
Advogado :João Carlos Gomes da Silva (OAB/RO 7588)
Relator :DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 23/11/2017
Decisão: RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.
Ementa: Apelação cível. Ação de cobrança. Seguro DPVAT. Atropelamento animal. Nexo de causalidade. Comprovação. Recurso desprovido. O atropelamento de animal em via pública por condutor de veículo automotor configura hipótese típica de acidente de trânsito incidindo, pois, no caso, as normas insertas na Lei n. 6.194/74. É devida a indenização do seguro obrigatório DPVAT por invalidez permanente quando evidenciado nexo causal entre o acidente e as lesões alegadas.

ACÓRDÃO
DATA DE JULGAMENTO: 24/04/2019
7011721-42.2017.8.22.0001 Embargos de Declaração em Apelação (PJE)
Origem: 7011721-42.2017.8.22.0001-Porto Velho / 10ª Vara Cível
Embargante :Claro S/A
Advogada :Ana Paula Arantes de Freitas (OAB/DF 13166)
Advogado :Rafael Gonçalves Rocha (OAB/RS 41486)
Embargada :Quézia Nunes Ferraiz
Advogado :Jhonatas Emmanuel Pini (OAB/RO 4265)
Relator :DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Interpostos em 25/01/2019
Decisão: EMBARGOS REJEITADOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.
EMENTA: Embargos de declaração. Omissão. Não ocorrência. Embargos rejeitados. Rejeitam-se os embargos de declaração quando inexistente os vícios apontados pelo embargante.

ACÓRDÃO
DATA DE JULGAMENTO: 24/04/2019
7014807-18.2017.8.22.0002 Apelação (PJE)
Origem: 7014807-18.2017.8.22.0002-Ariquemes / 4ª Vara Cível
Apelante :Francisco Ronald Pimentel Lima Filho
Advogado :Edson Luiz Ribeiro Bissoli (OAB/RO 6464)
Advogada :Cristiane Ribeiro Bissoli (OAB/RO 4848)
Apelada :Centrais Elétricas de Rondônia S/A CERON
Advogada :Erica Cristina Claudino (OAB/RO 6207)
Relator :DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 18/09/2018
Decisão: RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.
EMENTA: Apelação cível. Ação declaratória e indenizatória. Notificação ao consumidor. Ônus do órgão arquivista. Recurso desprovido. Não compete ao credor, mas sim ao órgão mantenedor do cadastro de proteção ao crédito, a notificação do devedor antes de proceder à inscrição.

ACÓRDÃO
Data de Julgamento: 17/4/2019
7037347-63.2017.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7037347-63.2017.8.22.0001 - Porto Velho / 2ª Vara Cível
Apelante : Luciene Cardoso da Mota
Advogada : Carla Francielen da Costa (OAB/RO 7745)
Advogado : Everthon Barbosa Padilha de Melo (OAB/RO 3531)
Apelada : Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado : Alex Cavalcante de Souza (OAB/RO 1818)
Advogado : Marcelo Rodrigues Xavier (OAB/RO 2391)
Advogado : Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Advogada : Erica Cristina Claudino (OAB/RO 6207)
Relator : DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 15/03/2019
Decisão: "RECURSO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
EMENTA: Suspensão no fornecimento de energia elétrica. Distrito de Extrema. Dano moral. Quantum compensatório. Sentença reformada. É presumido o dano moral advindo da suspensão no fornecimento de energia elétrica, quando ausente informação prévia aos consumidores ou a comprovação de caso fortuito.
O valor a título de compensação por danos morais deve ser arbitrado de forma que não traga enriquecimento ilícito à parte, mas também não se torne ínfimo a ponto de abortar o escopo inibitório do qual deve se revestir as decisões judiciais.

ACÓRDÃO
DATA DE JULGAMENTO: 17/04/2019
7010648-23.2017.8.22.0005 Apelação (PJE)
Origem: 7010648-23.2017.8.22.0005 - Ji-Paraná / 3ª Vara Cível
Apelante : Delci Alves de Oliveira
Advogado : Renato Fioravante do Amaral (OAB/SP 349410)
Apelado : Banco Pan S/A
Advogada : Roberta Beatriz do Nascimento (OAB/SP 192649)
Advogado : José Lídio Alves dos Santos (OAB/RO 8598)
Relator : DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 13/11/2018
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
EMENTA: Apelação cível. Pedido contrário a súmulas ou acórdão proferido pelos tribunais superiores em sede de recurso repetitivo. Julgamento de improcedência liminar do pedido. Capitalização mensal de juros. Possibilidade. Uso da Tabela Price. Legalidade. Nos termos do artigo 332 do Código de Processo Civil, nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar enunciado de súmula, acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos.A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada.A utilização da Tabela Price não é ilegal, visto que os juros cobrados mensalmente são calculados sobre o capital inicial e amortizados por parte da prestação mensal, tendo o consumidor no momento da contratação, diante do valor e quantidade das parcelas fixas assumidas, ciência da onerosidade do contrato até o seu término.

ACÓRDÃO
DATA DE JULGAMENTO: 24/04/2019
7013933-70.2016.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7013933-70.2016.8.22.0001-Porto Velho / 1ª Vara Cível
Apelante :Banco Cifra S/A
Advogado :Hugo Neves de Moraes Andrade (OAB/PE 23798)
Advogado :Paulo Roberto Vigna (OAB/SP 173477)
Advogado :Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB/PE 23255)
Apelado :Pedro Paulo Rodrigues Palma
Advogado :Rozinei Teixeira Lopes (OAB/RO 5195)
Relator :DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 17/05/2018
Decisão: RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.
EMENTA: Apelação Cível. Impugnação à penhora. Cálculos da contadoria. Satisfação da obrigação. Extinção. Recurso desprovido. Constatado que os cálculos da contadoria apuraram valor remanescente para pagamento pelo executado, já bloqueados, e não havendo sua desconstituição, é de rigor a manutenção da decisão que extingue o processo pela satisfação da obrigação.

ACÓRDÃO
DATA DE JULGAMENTO: 24/04/2019
0800044-36.2019.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 7007586-84.2017.8.22.0001-Porto Velho / 7ª Vara Cível
Agravante :Santo Antônio Energia S/A
Advogado :Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861)
Advogada :Luciana Sales Nascimento (OAB/RO 5082)
Advogada :Juliana Savenhago Pereira (OAB/RO 7681)
Advogada :Priscila Raiana Gomes de Freitas Matos (OAB/RO 8352)
Agravada :Maria Livramento S. de Souza
Advogado :Robson Araújo Leite (OAB/RO 5196)
Advogado :Mateus Baleeiro Alves (OAB/RO 4707)
Relator :DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 15/01/2019
Decisão: RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.
Ementa: Agravo de instrumento. Hidrelétrica. Dano ambiental. Inversão do ônus probatório. Possibilidade. Ônus financeiro da prova. Prova pericial deferida a pedido das partes. Custeio da prova imposto somente à agravante. Recurso desprovido. Havendo a constatação do possível dano ao meio ambiente, é cabível a inversão do ônus da prova para atribuir à empresa o ônus de provar que sua atividade não é a causadora do dano, o que decorre do princípio da precaução (Lei n. 6.938/1981).

ACÓRDÃO
DATA DE JULGAMENTO: 24/04/2019
7006203-08.2016.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7006203-08.216.8.22.0001-Porto Velho / 9ª Vara Cível
Apelante :Centrais Elétricas de Rondônia S/A CERON
Advogada :Erica Cristina Claudino (OAB/RO 6207)
Advogada :Gabriela de Lima Torres (OAB/RO 5714)
Advogada :Vanessa Barros Silva Pimentel (OAB/RO 8217)
Apelado :Idirlei dos Santos
Advogado :Gustavo Nobre de Azevedo (OAB/RO 5523)
Advogado :Casimiro Ancilon de Alencar Neto (OAB/RO 4569)
Relator :DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Redistribuído por Prevenção em 22/08/2018
Decisão: PRELIMINAR REJEITADA. NO MÉRITO, RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.
Ementa: Apelação Cível. Preliminar. Prescrição. Não ocorrência. Construção de subestação de energia de rede elétrica com recursos próprios do usuário. Relação de consumo. Ação de ressarcimento. Incorporação. Recurso desprovido. O prazo prescricional para o ressarcimento de valores despendidos na construção de rede particular de energia elétrica apropriada pela concessionária de serviço público é de três anos, contados da incorporação da rede, ainda que de fato. A construção de subestação de rede elétrica pelo consumidor para o recebimento dos serviços fornecidos pela concessionária configura relação de consumo. Devem ser ressarcidos pela concessionária de energia elétrica os valores pagos pelo consumidor para o custeio de construção de subestação de rede elétrica incorporada ao seu patrimônio.

ACÓRDÃO
DATA DE JULGAMENTO: 10/04/2019
7032122-62.2017.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 732122-62.2017.8.22.0001-Porto Velho / 10ª Vara Cível
Apelantes :Berenice Soares de Freitas e outros
Advogado :Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)

Apelado :Itaú Unibanco S/A
Advogado :Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643)
Advogado :Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
Relator :DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 14/09/2018
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
EMENTA: Apelação. Expurgos inflacionários. Ação civil pública. Cautelar em cumprimento de sentença. Efeitos erga omnes. Inexistência. Suspensão da prescrição. Não ocorrência.O ajuizamento de ação cautelar incidental em processo de cumprimento de sentença e a respectiva concessão da liminar naquela não possui eficácia erga omnes a ponto de suspender e/ou interromper o prazo prescricional para ajuizamento de outras ações de cobrança (cumprimento de sentença) com base no mesmo título judicial de outros poupadores, haja vista que as ações, notadamente cautelares, possuem efeitos inter partes, porquanto são ações instrumentais e acessoriais não dispondo de qualquer influência e/ou disposição de direito material.

ACÓRDÃO
DATA DE JULGAMENTO: 24/04/2019
0250226-92.2007.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 0250226-92.2007.8.22.0001-Porto Velho / 2ª Vara Cível
Apelante :Ivonei Araújo do Nascimento Prestes
Advogado :Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A)
Advogado :Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Apelada :Celulaweb Comércio Eletrônico Ltda. - ME
Curador :Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator :DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 16/07/2018
Decisão: RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.
EMENTA: Apelação cível. Produto adquirido pela internet. Atraso na entrega. Dano moral não configurado. Recurso desprovido. A demora na entrega de produtos não essenciais à vida, adquiridos pela internet, não caracteriza dano moral, mostrando-se situação cotidiana, da vida moderna, sem força suficiente de ultrapassar as barreiras do mero dissabor.

ACÓRDÃO
DATA DE JULGAMENTO: 17/04/2019
0004959-08.2012.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 0004959-08.2012.8.22.0001 - Porto Velho / 6ª Vara Cível
Apelante : Hoston Barbosa Rodrigues
Defensor Público : Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelada : Novacap Imoveis Eireli - ME
Advogado : Marcello Henrique de Menezes Pinheiro (OAB/RO 265-B)
Advogado : Franco Omar Herrera Alviz (OAB/RO 1228)
Apelado : João Batista Lustosa de Carvalho
Apelado : Jouberth Roberto Almeida de Araújo
Relator : DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 27/09/2018
Decisão: "RECURSO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
EMENTA: Apelação cível. Extinção da demanda por abandono da causa. Defensoria Pública. Intimação pessoal. Necessidade.A extinção do processo por falta de impulso da parte, em se tratando de causa patrocinada pela Defensoria Pública, condiciona-se a sua prévia intimação pessoal para a prática do ato que lhe compete, sob pena de nulidade da sentença.

ACÓRDÃO
DATA DE JULGAMENTO: 24/04/2019
7012087-63.2017.8.22.0007 Apelação (PJE)
Origem: 7012087-63.2017.8.22.0007-Cacoal / 3ª Vara Cível
Apelante :WMB Comércio Eletrônico Ltda.
Advogado :Thiago Mahfuz Vezzi (OAB/RO 6476)
Apelante :Motorola Mobility Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda.
Advogado :Vitor Biancardi de Moraes Silva (OAB/SP 265175)
Advogado :Alexandre Fonseca de Mello (OAB/RO 9220)
Advogada :Patricia Felippe Russi Moreno (OAB/SP 247324)
Apelado :Afonso Samuel Souza Sacramento
Advogado :João Vinícius Oliveira Marcelino (OAB/RO 8330)
Advogada :Karoline Strack Benites (OAB/RO 7498)
Relator :DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 03/09/2018
Decisão: PRELIMINAR REJEITADA. NO MÉRITO, RECURSO DA MOTOROLA MOBILITY COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA. NÃO CONHECIDO E DE WMB COMÉRCIO ELETRÔNICO LTDA. NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.
EMENTA: Apelações cíveis. Apelação firmada por advogada sem procuração ou substabelecimento. Regularização intempestiva. Não conhecimento. Direito do consumidor. Aquisição de produto com defeito oculto. Responsabilidade solidária da fabricante e da comerciante do produto. Preliminar de ilegitimidade passiva afastada. Aparelho celular com defeito não resolvido. Restituição do valor. Danos morais configurados. Quantum indenizatório. Manutenção. Recurso desprovido.
Não se conhece de recurso de apelação firmado por profissional do direito sem procuração nos autos e que a regularização se deu de forma intempestiva.
Tanto o comerciante como a fabricante, independentemente dos prazos da garantia legal, contratual ou estendida, são legítimas para figurar no polo passivo e deverão responder solidariamente pelos danos pleiteados decorrentes do vício do produto.
O consumidor tem direito a restituição do valor pago a produto durável, quando este apresentar defeitos que impossibilitem o uso e não for solucionado pela assistência técnica em tempo razoável, e a demora na solução do problema na esfera administrativa causa dano moral.
Mantém-se o valor da indenização a título de danos morais quando for fixado com razoabilidade e proporcional ao dano experimentado pela vítima.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Isaias Fonseca Moraes
Processo: 7001003-44.2017.8.22.0014 - APELAÇÃO (PJE)
Origem: 7001003-44.2017.8.22.0014 - Vilhena/3ª Vara Cível
Apelantes: Alessandra Silva Fernandes e outro
Advogada: Amanda Setubal Rodrigues (OAB/RO 9164)
Advogado: Wilson Luiz Negri (OAB/RO 3757)
Advogado: Helio Daniel de Favare Baptista (OAB/SP 191212)
Advogada: Luciane Brandalise (OAB/RO 6073)
Advogada: Tatiane Guedes Cavallo Baptista (OAB/RO 6835)
Apelado: Contauto Continente Automoveis Ltda.
Advogado: Fernando Gomes dos Santos (OAB/ES 21054)
Advogado: Bruno da Luz Darcy de Oliveira (OAB/ES 11612)
Advogado: Claudio Rubens Nascimento Ramos Junior (OAB/ES 21937)
Advogado: Douglas Puziol Giuberti (OAB/ES 21041)
Apelado: Ford Motor Company Brasil Ltda.
Advogado: Alexandre Andrade Alves Correia (OAB/SP 296648)
Advogada: Karen Cristina Ruivo (OAB/SP 199660)
Advogado: Celso de Faria Monteiro (OAB/RO 7312)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído em: 18/02/2019
DECISÃO
Vistos,
ALESSANDRA SILVA FERNANDES e CARLOS JOVERCINO VIEIRA MAIA apelam da sentença prolatada pelo juízo da 3ª Vara Cível da comarca de Vilhena, na ação de reparação por danos materiais e morais que movem em face das apeladas, CONTAUTO CONTINENTE AUTOMOVEIS LTDA e FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA

Os apelantes requerem os benefícios da AJG, porém, encontrei nos autos elementos que indicam que não preenchem os pressupostos para a concessão da benesse, especialmente pelo fato de que pedido similar foi indeferido pelo juízo apelado e a decisão mantida por este Tribunal.
Ademais, os apelantes adquiriram veículo de alto custo, promoveram a sua quitação e o valor do preparo recursal não se mostra capaz de causar abalo em suas finanças.
Assim, tendo em vista que a matéria já foi resolvida por esta Corte por decisão não recorrida, INDEFIRO o pedido e concedo o prazo de 5 (cinco) dias para que os apelantes recolham o preparo recursal sob pena de deserção.
Após o prazo, volte-me conclusos.
Porto Velho, 29 de abril de 2019
ISAIAS FONSECA MORAES
RELATOR

ACÓRDÃO
DATA DE JULGAMENTO: 24/04/2019
7012813-26.2015.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7012813-26.2015.8.22.0001-Porto Velho / 1ª Vara Cível
Apelante :Sindicato dos Agentes Penitenciários de Rondônia
Advogada :Fernanda Naiara Almeida Dias (OAB/RO 5199)
Advogada :Layanna Mábia Maurício (OAB/RO 3856)
Advogada :Márcia de Oliveira Lima (OAB/RO 3495)
Advogado :Maurício Maurício Filho (OAB/RO 8826)
Advogado :Antônio Rabelo Pinheiro (OAB/RO 659)
Advogado :Cristiano Polla Soares (OAB/RO 5113)
Advogado :Gabriel de Moraes Correia Tomasete (OAB/RO 2641)
Advogado :Raul Ribeiro da Fonseca Filho (OAB/RO 555)
Advogado :Elton José Assis (OAB/RO 631)
Advogado :Vinícius de Assis (OAB/RO 1470)
Advogado :Johnny Deniz Climaco (OAB/RO 6496)
Advogada :Ane Caroline Ferreira dos Santos (OAB/RO 4309)
Advogado :Felippe Roberto Pestana (OAB/RO 5077)
Apelado :Cristo Vivifica Igreja do Evangelho Pentecostal
Advogado :Ricardo Pantoja Braz (OAB/RO 5576)
Advogada :Ana Paula Postigo Neves (OAB/RO 6287)
Advogada :Amanda Regina Dantas dos Santos (OAB/RO 8236)
Advogada :Maria da Conceição Ambrósio dos Reis (OAB/RO 674)
Advogado :Juarez Paulo Bearzi (OAB/RO 752)
Relator :DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Suspeito :Des. Rowilson Teixeira
Redistribuído por Sorteio em 22/06/2018
Decisão: RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.
EMENTA: Apelação cível. Ação de imissão na posse. Prescrição aquisitiva. Usucapião extraordinária. Não preenchimento dos requisitos. Benfeitorias voluptuárias e úteis. Posse de má-fé. Recurso desprovido.
O prazo da aquisição pela usucapião extraordinário não é reduzido a 10 (dez) anos quando a posse é exercida por pessoa jurídica e as obras edificadas são de caráter recreativo e não produtivo.
Constatada a posse de má-fé não há que se falar indenização por benfeitorias voluptuárias e úteis.

ACÓRDÃO
DATA DE JULGAMENTO: 24/04/2019
n. 63 0016364-58.2014.8.22.0005 Apelação (PJE)
Origem: 0016364-58.2014.8.22.0005-Ji-Paraná / 2ª Vara Cível
Apelantes :Betânia Cristina Souza de Assis e outros
Advogada :Magda Rosângela Franzin Stecca (OAB/RO 303)
Apelada :Salma Chagas Ribeiro Melo de Assis
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado :Banco da Amazônia S/A
Advogada :Daniele Gurgel do Amaral (OAB/RO 1221)
Advogado :Marçal Marcellino da Silva Neto (OAB/PA 5865)
Advogado :Jacir Scartezini (OAB/SC 7323)
Advogado :Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1790)
Advogado :Washington Ferreira Mendonça (OAB/RO 1946)
Relator :DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 23/08/2018
Decisão: RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.
EMENTA: Apelação cível. Ação de reparação por danos materiais e morais. Saque e transferência de valores pelo procurador após o falecimento do outorgante. Ilicitude. Dever de indenizar. Instituição financeira. Ausência de prova de que tinha conhecimento do falecimento. Recurso parcialmente provido.O procurador, sabedor do falecimento do outorgante, que praticar atos em nome deste, comete ilícito e deve responder pelos danos materiais e morais causados aos herdeiros.Para evitar a movimentação financeira de conta bancária após o falecimento do titular, cabe aos herdeiros notificar formalmente a instituição financeira, comunicando do falecimento de posse do atestado de óbito.

ACÓRDÃO
DATA DE JULGAMENTO: 24/04/2019
7003469-21.2015.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7003469-21.2015.8.22.0001-Porto Velho / 6ª Vara Cível
Apelante/Apelado: Banco Bradesco S/A
Advogado :Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875)
Advogado :Hudson Luiz Franca Mancilha (OAB/AM 4997)
Advogado :Wendel Almeida de Souza (OAB/AM 11172)
Apelada/Apelante: Maria de Fátima Marques Rebelo
Advogada :Beatriz Souza Silva (OAB/RO 7089)
Advogada :Geisebel Erecilda Marcolan (OAB/RO 3956)
Relator :DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Impedido :Des. Kiyochi Mori
Distribuído por Sorteio em 29/06/2018
Decisão: RECURSO DO BANCO BRADESCO S/A NÃO CONHECIDO E DE MARIA DE FÁTIMA MARQUES REBELO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.
EMENTA: Apelação Cível. Responsabilidade Civil. Instituição bancária. Queda de mastro em cliente. Indenização por danos materiais e morais. Quantum indenizatório. Manutenção. Recurso não provido. Evidenciada a responsabilidade do banco pela queda de mastro em cliente, responde pelos danos materiais e morais causados. Mantém-se o valor da indenização quando fixado com razoabilidade e proporcionalidade, de acordo com a extensão dos danos.

ACÓRDÃO
DATA DE JULGAMENTO: 24/04/2019
7001844-26.2018.8.22.0007 Apelação (PJE)
Origem: 7001844-26.2018.8.22.0007-Cacoal / 3ª Vara Cível
Apelante :Crefisa S/A Crédito Financiamento e Investimentos
Advogado :Alcides Ney José Gomes (OAB/MS 8659)
Advogada :Juliana Miranda Furtado (OAB/RO 5542)
Apelada :Rosana Maria de Prudêncio
Advogada :Sílvia Letícia Munin Zancan (OAB/RO 1259)
Relator :DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 23/07/2018
Decisão: RECURSO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.
EMENTA: Apelação cível. Ação revisional de contrato. Empréstimo bancário. Juros remuneratórios. Capitalização de juros. Possibilidade. Ausência de ilegalidade. Recurso provido. Segundo o STJ, as instituições financeiras não se sujeitam à limitação estipulada na Lei de Usura (Súmula 596/STF), sendo certo que, na esteira dos precedentes desta Corte, a estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade apta a possibilitar a revisão das taxas contratadas.
EMENTA
Apelação e recurso adesivo. Seguro. DPVAT. Requerimento administrativo prévio. Necessidade. Interesse de agir. Ausência. Apelação provida. Recurso adesivo prejudicado.

A inexistência de pedido administrativo configura ausência de interesse processual para a parte requerer judicialmente a cobrança do seguro obrigatório DPVAT.
O acolhimento da tese posta na apelação principal prejudica a análise do recurso adesivo.

ACÓRDÃO
DATA DE JULGAMENTO: 24/04/2019
7012246-24.2017.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7012246-24.2017.8.22.0001-Porto Velho / 9ª Vara Cível
Apelante :Maria de Jesus Alves Martins
Advogado :Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4165)
Advogada :Ellen Reis Araújo (OAB/RO 5054)
Apelada :Centrais Elétricas de Rondônia S/A CERON
Advogado :Alex Cavalcante de Souza (OAB/RO 1818)
Advogado :Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Advogada :Bruna Tatiane dos Santos Pinheiro Sarmento (OAB/RO 5462)
Relator :DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 17/08/2018
Decisão: RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.
EMENTA: Apelação Cível. Interrupção do fornecimento energia elétrica. Falha no serviço. Danos morais. Quantum indenizatório. Manutenção. Honorários advocatícios. Majoração. Juros de mora. Termo inicial. Data da citação. Recurso parcialmente provido.
Mantém-se o valor da indenização por danos morais quando fixado com razoabilidade e proporcional à extensão dos danos experimentados pela vítima.
Considerando o princípio da justa remuneração do trabalho, os honorários advocatícios devem ser majorados para um patamar razoável.
A incidência dos juros de mora, no caso de responsabilidade contratual, tem início a partir da citação.

ACÓRDÃO
DATA DE JULGAMENTO: 24/04/2019
7000252-30.2017.8.22.0023 Apelação (PJE)
Origem: 7000252-30.2017.8.22.0023-São Francisco do Guaporé / Vara Única
Apelante :Comércio de Combustíveis 3 Fronteiras Ltda. - EPP
Advogado :João Fellipe Cherri Ogrodowczyk (OAB/RO 6819)
Apelado :Francisco Paulino Carneiro
Curador :Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator :DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 13/08/2018
Decisão: RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.
EMENTA: Apelação cível. Embargos monitórios. Nulidade de citação. Acolhimento. Honorários advocatícios. Condenação. Cabimento. Recurso desprovido.
A atuação da Defensoria Pública no processo como curador especial, apresentando tese de defesa (nulidade) e obtendo a procedência dos embargos, outorga-lhe o direito de receber honorários advocatícios, nos termos da lei processual.

ACÓRDÃO
DATA DE JULGAMENTO: 24/04/2019
0003534-07.2012.8.22.0013 Apelação (PJE)
Origem: 0003534-07.2012.8.22.0013-Cerejeira / 2ª Vara Cível
Apelante :Valdyr Benedicto Navarro
Advogado :José Vitor Costa Júnior (OAB/RO 4575)
Advogada :Kelly Mezzomo Crisostomo Costa (OAB/RO 3551)
Advogado :Márcio Henrique da Silva Mezzomo (OAB/RO 5836)
Advogada :Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira (OAB/RO 3046)
Advogado :Josemario Secco (OAB/RO 724)
Advogado :Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134)
Advogado :Patrick de Souza Correa (OAB/RO 9121)
Apelada :Centrais Elétricas de Rondônia S/A CERON
Advogada :Sílvia de Oliveira (OAB/RO 1285)
Advogado :Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1571)
Advogada :Jacimar Pereira Rigolon (OAB/RO 1740)
Relator :DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 11/06/2018
Decisão: RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.
EMENTA: Apelação cível. Ampliação de rede elétrica. Indenização por dano material. Prescrição. Ocorrência. Recurso desprovido.
O prazo prescricional para o ressarcimento de valores despendidos na construção ou ampliação de rede particular de energia elétrica apropriada pela concessionária de serviço público é de três anos, contado da incorporação da rede, ainda que de fato.

ACÓRDÃO
DATA DE JULGAMENTO: 24/04/2019
7001322-67.2016.8.22.0007 Apelação (PJE)
Origem: 7001322-67.2016.8.22.0007-Cacoal / 4ª Vara Cível
Apelante :Flávio Chaves Carvalho
Curador :Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelada :Lucileia Martins
Advogada :Elenara Ues Cury (OAB/RO 6572)
Advogado :Hosney Repiso Nogueira (OAB/RO 6327)
Advogado :Anderson Fabiano Brasil (OAB/RO 5921)
Relator :DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 18/07/2018
Decisão: PRELIMINAR REJEITADA. NO MÉRITO, RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.
EMENTA: Apelação cível. Cobrança de aluguel. Preliminar. Nulidade. Citação por edital. Validade. Ônus de sucumbência. Curadoria especial. Condenação. Cabimento. Recurso desprovido.
A citação por edital pressupõe o prévio esgotamento dos meios de localização do executado, não havendo que se falar em nulidade do ato quando frustradas as tentativas de citação pessoal, encontrando-se a parte ré em lugar incerto.
A atuação da Defensoria Pública na condição de curador especial da parte citada por edital não induz à conclusão de que a parte representada se encontra em situação de hipossuficiência financeira, logo, neste caso, embora assistido pela DPE, o sucumbente deve ser condenado em custas e honorários advocatícios.

ACÓRDÃO
DATA DE JULGAMENTO: 24/04/2019
7000711-40.2018.8.22.0009 Apelação (PJE)
Origem: 7000711-40.2018.8.22.0009-Pimenta Bueno / 1ª Vara Cível
Apelantes :Oseias Rodrigues da Silva e outra
Advogado :Henrique Scarcelhi Severino (OAB/RO 2714)
Advogada :Elessandra Aparecida Ferro (OAB/RO 4883)
Apelado :Banco Itaú Veículos S/A
Advogado :Wilson Belchior (OAB/RO 6484)
Relator :DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 29/08/2018
Decisão: RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.
EMENTA: Apelação cível. Ação declaratória. Manutenção indevida. Dano moral configurado. Recurso parcialmente provido.A manutenção indevida do nome do consumidor em órgão restritivo de crédito, por prazo superior a cinco dias úteis, causa dano moral presumido.

ACÓRDÃO
DATA DE JULGAMENTO: 24/04/2019
7015803-87.2015.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7015803-87.2015.8.22.0001-Porto Velho / 5ª Vara Cível
Apelante :Banco Honda S/A
Advogada :Juliana Célia Garcia (OAB/SP 230608)
Advogado :Felipe Andres Acevedo Ibanez (OAB/SP 206339)

Advogado :Renan Thiago Pasqualotto Silva (OAB/RO 6017)
Apelada :Maria Geisa Nascimento Ribeiro
Relator :DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 17/09/2018
Decisão: RECURSO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.
EMENTA: Apelação cível. Busca e apreensão convertida em execução extrajudicial. Emenda da inicial. Planilha elaborada pelo credor. Inviabilidade de alteração pelo juiz das taxas contratadas. Recurso provido.A apuração do valor exato da obrigação, ou de seu saldo devedor, representado pela Cédula de Crédito Bancário, será feita pelo credor, por meio de planilha de cálculo.Desse modo, mostra-se inviável a insurgência pelo juiz, de ofício, para que o devedor emende à inicial apresentando planilha de cálculo da dívida em Cédula de Crédito Bancário contendo índice de atualização diverso do contratado.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Processo: 0801161-62.2019.8.22.0000 - Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 7030282-51.2016.8.22.0001 Porto Velho – 4ª Vara Cível
Agravante: Santo Antônio Energia S.A.
Advogado: Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861)
Agravados: Raimundo Pereira do Nascimento e outros
Advogado: Jonatas Rocha Sousa (OAB/RO 7819)
Advogado: Debora Pantoja Bastos (OAB/RO 7217)
Advogado: Denise Goncalves da Cruz Rocha(OAB/RO 1996)
Advogado: Valnei Gomes Da Cruz Rocha (OAB/RO 2479)
Relator: MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Distribuído em 25/04/2019 15:33:54
Decisão
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Santo Antônio Energia S.A. nos autos da "Ação de obrigação de fazer cumulada com indenização por dano ambiental, perdas e danos materiais e morais, com pedido liminar", movida por Raimundo Pereira do Nascimento, Maria Terezinha Goes de Miranda, Valdinei Miranda do Nascimento, Rosiane de Miranda do Nascimento, Jeilis de Miranda do Nascimento, Neris de Miranda do Nascimento.
Insurge-se contra a decisão proferida pelo juízo da 4ª Vara Cível da comarca de Porto Velho (ID 25858941 dos autos originários), a seguir parcialmente transcrita:
[…] Não havendo outras preliminares, as partes parecem legítimas e estão bem representadas, restam presentes os pressupostos processuais e as condições da ação, não havendo nulidade a ser decretada ou irregularidade a ser enfrentada, dou o feito por saneado.
Não sendo possível o julgamento antecipado da lide ou do processo no estado em que se encontra, bem como diante da necessidade da produção de prova oral, documental e pericial, defiro o pedido das partes para comprovação da matéria de fatos deduzidos na inicial e refutados na contestação.
Defiro, por consequência, a prova pericial pleiteada pelas partes, pois imprescindível à solução da lide, devendo os honorários periciais desse trabalho serem suportados pela empresa ré, gozando os autores do benefício da gratuidade da Justiça.
Para a realização da perícia nomeio o Engenheiro Ambiental, Sr. WALNEY FARIAS BRAGA, cuja pessoa consta do sítio do Tribunal de Justiça de Rondônia, devendo o profissional ser instado a dizer, no prazo de 10 dias, se possui algum vínculo com as partes e se aceita referido encargo, inclusive, apresentar proposta de honorários para desempenhar tal labor.
Aceitando-o, o que deverá ser certificado, intime-se a empresa Santo Antônio Energia S/A para manifestar-se, inclusive para, na hipótese de concordar com a proposta de honorários periciais, proceder o seu depósito no prazo de 10 dias, sendo que no mesmo prazo as partes deverão, querendo, apresentar quesitos e indicarem assistentes técnicos.
Fixo como pontos controvertidos: a existência de nexo de causalidade (relação de causa e efeito) entre as obras e operações da UHE Santo Antônio construída pela requerida e os supostos danos enfrentados; a eventual necessidade de desocupação do imóvel; a natureza e a extensão dos supostos danos apontados pelos autores, com a avaliação da área por eles ocupadas e eventuais benfeitorias.
Com relação à prova documental, defiro o requerimento, nos termos da legislação processual vigente (artigo 435, do CPC).
Também defiro a produção de prova testemunhal e depoimento pessoal dos autores. Para tanto, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 05-06-2019, às 9h30min, na Sala de Audiência deste Juízo (Fórum Cesar Montenegro), nela deverão comparecer os advogados das partes, que deverão convidá-las para se fazerem presentes, independentemente de intimação judicial.
Desnecessária a expedição de documentos de requisição para as testemunhas, considerando a possibilidade da utilização da prova emprestada. [...].
Argumenta que a determinação para que suporte os honorários periciais deve ser reformada, pois referida prova foi requerida por ambas as partes e deve ser rateada, nos termos do art. 95, caput, do CPC.
Defende que é possível a análise do assunto por meio de agravo de instrumento em razão da taxatividade mitigada e a manutenção da decisão causará dano grave ou de difícil reparação à agravante.
Pugna pela concessão do efeito suspensivo e, no mérito, pelo provimento do recurso a fim de que seja reformada a decisão.
É o relatório.
Decido.
Nos casos em que envolve a empresa agravante esta Câmara tem analisado de forma lateral ao tema ônus da prova o ônus pela realização da prova e o resultado é a confirmação do dispêndio pelo Consórcio Santo Antônio, a exemplo do julgado no AI n. 0801820-08.2018.822.0000, de minha relatoria, porque a prova é de eminente interesse desta em razão do suposto dano ambiental imputado.
Com efeito, recentemente, as hipóteses de cabimento do art. 1.015 do Código de Processo Civil de 2015 ganhou novos contornos pelo Superior Tribunal de Justiça, que, em sede de Recurso Especial Repetitivo (REsp 1.696.396 e REsp 1.704.520) passou a admitir que este rol tem taxatividade mitigada e admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada urgência que possa tornar inviável a análise posterior da questão quando do julgamento da apelação.
O voto vencedor, proferido pela relatora Ministra Nancy Andrighi, definiu que, para que o rol seja flexibilizado, é necessária a presença do requisito objetivo consistente na "urgência que decorre da inutilidade futura do julgamento do recurso diferido da apelação", sempre em caráter excepcional.
Portanto, para que o presente recurso seja recebido, é necessário avaliar se ele se enquadra na tese firmada pelo STJ.
No caso dos autos, a matéria discutida trata da determinação de adiantamento de honorários periciais, o que, a meu ver, não configura a urgência necessária apta a autorizar a interposição de agravo de instrumento.
Isto porque, tal como estabelecido pelo juízo a quo, a medida foi deferida considerando a hipossuficiência da consumidora comparada às condições da empresa e, por se mostrar necessária a realização da prova, bem como considerando a capacidade técnica e financeira da empresa, não está evidenciada a urgência capaz de permitir a análise deste agravo de instrumento.
Assim, considerando que o caso não demonstra caráter excepcional apto a autorizar a interposição de agravo de instrumento, não conheço do recurso por ser inadmissível, com fundamento no art. 932, III, do referido código.
Feitas as anotações necessárias, transitado em julgado, arquive-se.
Publique-se.
Intime-se.
Cumpra-se.
Porto Velho - RO, 26 de abril de 2019.
Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Isaias Fonseca Moraes
Processo: 7018046-96.2018.8.22.0001 - Apelação (PJE)
Origem: 7018046-96.2018.8.22.0001 - Porto Velho/9ª Vara Cível
Apelante/Apelada: Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvat S.A.
Advogado: Jefferson Luis Kravchychyn (OAB/RR 471)
Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
Apelado/Apelante: Miguel Lopes Mota
Advogada: Amanda Taynara Laurentino Lopes (OAB/RO 9378)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído: 21/03/2019
Despacho
Vistos,
Dê-se vista dos autos ao apelado SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, a fim de apresentar contrarrazões à apelação, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do §1º, do art. 1.010 do CPC.
I.
Após, volte-me em conclusão.
Porto Velho, 30 de abril de 2019
ISAIAS FONSECA MORAES
RELATOR

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Isaias Fonseca Moraes
Processo: 0002127-76.2015.8.22.0007 - Apelação (198)
Origem: 0002127-76.2015.8.22.0007 – Cacoal /2ª Vara Cível
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia - MPE/RO
Apelante: Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Procurador: Procuradoria Federal Especializada - Funai - Ji-Paraná/Ro
Procuradora: Giovana Catarine Almeida (OAB/MG 155427)
Apelado: R. R. D. B.
Advogada: Neilamar da Silva (OAB/RO 6942)
Terceiro Interessado: A. S. R. representada por sua genitora, R. A. S.
Relator: Des. Isaias Fonseca Moraes
Redistribuído por prevenção: 02/07/2018
Despacho
Vistos,
O presente processo necessita, na forma do art. 9º, do CPC, receber manifestação das partes, a fim de dirimir questionamento alusivo à legitimidade ativa do Ministério Público do Estado de Rondônia para o ajuizamento da presente ação, bem como da Fundação Nacional do Índio, esta última em razão do apelo interposto.
Sendo assim, intimem-se as partes, inclusive à criança por meio de sua representante legal, em respeito ao contraditório e o princípio da não surpresa, a fim de que se manifestem, no prazo de 5 (cinco) dias, acerca da legitimidade ativa do Ministério Público do Estado de Rondônia para propositura da ação, bem como da Fundação Nacional do Índio - FUNAI para apelar no feito, uma vez que se trata de ação de investigação de paternidade c/c retificação de registro.
I.
Porto Velho, 30 de abril de 2019
ISAIAS FONSECA MORAES
RELATOR

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Autos n. 7006010-51.2016.8.22.0014 Apelação (PJE)
Origem: 7006010-51.2016.8.22.0014 Vilhena – 3ª Vara Cível
Apelante: Ranulfo Neves Paulino
Advogado: José Antônio Correa (OAB/RO 5292)
Advogado: Antônio Carlos Guimarães Wiszka (OAB/PR 9958)
Advogada: Valdete Tabalipa (OAB/RO 2140)
Apelado: Flávio L Alves Construtora Eireli - EPP
Advogado: Leandro Marcio Pedot (OAB/RO 2022)
Advogada: Valdinei Luiz Bertolin (OAB/RO 6883)
Relator: DES. MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Distribuído em 04/02/2019 09:24:25
Despacho
Vistos.
A parte apelante foi intimada para demonstrar a hipossuficiência alegada a fim de obter o benefício da justiça gratuita (ID 5658548, pág. 1/3), todavia, o prazo transcorreu sem manifestação, consoante certidão de ID 5714681.
Assim, por inexistir elementos suficientes para a concessão do benefício, indefiro-o e determino que ao apelante que recolha o preparo da apelação, em 5(cinco) dias, sob pena de deserção.
Decorrido o prazo, tornem os autos conclusos para apreciação.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 25 de abril de 2019.
Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
PROCESSO Nº: 7000519-89.2018.8.22.0015 - APELAÇÃO (PJE)
ORIGEM: 7000519-89.2018.8.22.0015 - GUAJARÁ-MIRIM - 2ª VARA CÍVEL
APELANTE: DORANILDA ALVES DA SILVA BORGES - ME, DORANILDA ALVES DA SILVA BORGES
ADVOGADO: AURISON DA SILVA FLORENTINO (OAB/RO 308-B)
ADVOGADA: CHERISLENE PEREIRA DE SOUZA (OAB/RO 1015)
APELADO: SALOMÃO DIAS JACINTO
ADVOGADA: PAMELA GLACIELE VIEIRA DA ROCHA (OAB/RO 5353)
ADVOGADA: JOSEANDRA REIS MERCADO (OAB/RO 5674)
ADVOGADO: JOHNI SILVA RIBEIRO (OAB/RO 7452)
ADVOGADO: LUIS OTAVIO DE ARAUJO SILVA (OAB/RO 6972)
RELATOR: Des. MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Decisão
Doranilda Alves da Silva Borges e Doranilda Alves da Silva Borges – ME recorrem da sentença proferida nos autos da ação declaratória de nulidade de contrato c/c repetição de indébito e fixação de indenização por danos morais, que lhes moveu Salomão Dias Jacinto.
Inicialmente as apelantes pugnam pela concessão do benefício da gratuidade judiciária, sob a alegação de que nem a pessoa física e nem a pessoa jurídica possui condição financeira de arcar com as despesas do processo.
Afirmam que desde a deflagração da operação policial que desmanchou o esquema criminoso praticado por elas e por outros réus, o que originou os danos pleiteados nesta ação, vem sofrendo (a pessoa física) várias medidas cautelares e constritivas em seu desfavor, não detendo mais disponibilidade de seus bens e valores, estando inclusive cumprindo medida de prisão.
Sustentam, ainda, a existência de inúmeros débitos inscritos em dívida ativa contra a pessoa jurídica.
Relatado. Decido.
Conquanto se reconheça que o artigo 99, § 3º, do CPC/15 estabeleça a presunção de veracidade da alegação de hipossuficiência financeira, quando o pleito é feito exclusivamente por pessoa física, anoto que tal presunção é relativa e, portanto, pode ser sindicada pelo magistrado, inclusive com determinação de apresentação de documentos comprobatórios de renda e despesas.

De igual forma, quanto à pessoa jurídica, a concessão da justiça gratuita "demanda efetiva prova da impossibilidade de arcar com as custas processuais, sendo inadmitida sua presunção", conforme pacífico entendimento jurisprudencial do STJ (EREsp 1.055.037/MG, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Corte Especial, DJe 14.9.2009).
No caso dos autos, tenho que os elementos acostados ao pedido de gratuidade recursal não são suficientes para conceder o benefício, nem à pessoa física e nem à pessoa jurídica, sendo certo que a cópia da cota ministerial requerendo a indisponibilidade de bens das apelantes (ID n. 4704403) não comprova a efetiva aplicação da medida.
Registro, ainda, que não há informação de eventual aplicação de desconsideração da personalidade jurídica e a simples existência de débitos inscritos em dívida ativa contra a apelante pessoa jurídica não sugere que tenha, contra si, ações executivas ou fiscais, muito menos indicam que, neste momento, não possui condições de arcar com a despesa processual.
Ademais, em consulta processual acerca do andamento da ação penal em trâmite no 1º grau, constatei que a apelante pessoa física não mais se encontra reclusa, conforme autos n. 1002410-87.2017.8.22.0015.
Nessa perspectiva, considerando que as apelantes não lograram êxito em demonstrar situação econômica compatível com o benefício almejado, é de ser indeferida a gratuidade judiciária.
Outrossim, observo que o juízo concedeu o diferimento das custas iniciais, consoante se infere da decisão de ID n. 4704350, fazendo com que as apelantes devam recolher, além do preparo recursal, as custas iniciais diferidas, nos termos do art. 34, parágrafo único, da Lei 3.896/2016.
Desse modo, determino a intimação da apelante para recolher as custas iniciais e o preparo recursal, no prazo de cinco dias, sob pena de não conhecimento do recurso interposto.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 29 de abril de 2019.
Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
PROCESSO Nº: 0000081-98.2012.8.22.0014 - APELAÇÃO (PJE)
ORIGEM: 0000081-98.2012.8.22.0014 – VILHENA – 1ª VARA CÍVEL
APELANTES: AUTO POSTO SENA LTDA - EPP, WALTER NETO, WALTER NETO JUNIOR, BRUNA SCHMITT NETO
ADVOGADO: CEZAR BENEDITO VOLPI (OAB/RO 533)
APELADO: BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO: SERVIO TULIO DE BARCELOS (OAB/RO 6673)
ADVOGADO: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB/RO 6676)
RELATOR: MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Decisão
Vistos.
Trata-se de apelação cível interposta por Auto Posto Sena Ltda - Epp, Walter Neto, Walter Neto Junior, Bruna Schmitt Neto nos autos da ação monitória movida contra por Banco do Brasil S/A.
Os apelantes foram intimados, nos termos do art. 10 do CPC/15, por meio do DJE n. 64, de 05/01/2019 (ID 5685650) para se manifestarem sobre a intempestividade certificada nos autos, mas o prazo transcorreu in albis, consoante certificado à fl. 1 - ID 5716178.
O prazo para interposição de apelação é de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 1.003 do CPC/2015 e, no caso, a sentença foi disponibilizada no DJE n. 091, de 17/05/2018 e publicada em 18/05/2018, passando-se a contar o prazo em 21/05/2018, todavia, o recurso foi interposto somente em 25/07/2018, portanto, é intempestivo.
Por conseguinte, os honorários advocatícios recursais devem ser majorados, consoante disposto no §11 do art. 85 do CPC/2015, bem como em observância ao disposto no EDcl no AgInt no REsp 1573573/RJ (Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 04/04/2017, DJe 08/05/2017), a seguir transcrito:
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. OMISSÃO CONFIGURADA. ACOLHIMENTO DOS EMBARGOS PARA SANAR O VÍCIO. CABIMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS. REQUISITOS.
I - Para fins de arbitramento de honorários advocatícios recursais, previstos no § 11 do art. 85 do CPC de 2015, é necessário o preenchimento cumulativo dos seguintes requisitos: Direito Intertemporal: deve haver incidência imediata, ao processo em curso, da norma do art. 85, § 11, do CPC de 2015, observada a data em que o ato processual de recorrer tem seu nascedouro, ou seja, a publicação da decisão recorrida, nos termos do Enunciado 7 do Plenário do STJ: "Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC"; o não conhecimento integral ou o improvimento do recurso pelo Relator, monocraticamente, ou pelo órgão colegiado competente; a verba honorária sucumbencial deve ser devida desde a origem no feito em que interposto o recurso; não haverá majoração de honorários no julgamento de agravo interno e de embargos de declaração oferecidos pela parte que teve seu recurso não conhecido integralmente ou não provido; não terem sido atingidos na origem os limites previstos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, para cada fase do processo; não é exigível a comprovação de trabalho adicional do advogado do recorrido no grau recursal, tratando-se apenas de critério de quantificação da verba.
II - A título exemplificativo, podem ser utilizados pelo julgador como critérios de cálculo dos honorários recursais: a) respeito aos limites percentuais estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC de 2015; b) observância do padrão de arbitramento utilizado na origem, ou seja, se os honorários foram fixados na instância a quo em valor monetário, por meio de apreciação equitativa (§ 8º), é interessante que sua majoração observe o mesmo método; se, por outro lado, a verba honorária foi arbitrada na origem com base em percentual sobre o valor da condenação, do proveito econômico ou do valor atualizado da causa, na forma do § 2º, é interessante que o tribunal mantenha a coerência na majoração utilizando o mesmo parâmetro; c) aferição do valor ou do percentual a ser fixado, em conformidade com os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2º do art. 85; d) deve ser observado se o recurso é parcial, ou seja, se impugna apenas um ou alguns capítulos da sentença, pois em relação aos demais haverá trânsito em julgado, nos termos do art. 1.002 do CPC de 2015, de modo que os honorários devem ser arbitrados tendo em vista o proveito econômico que a parte pretendia alcançar com a interposição do recurso parcial; e) o efetivo trabalho do advogado do recorrido.
III - No caso dos autos, além de o recurso especial ter sido interposto quando ainda estava em vigor o CPC de 1973 e não haver sido fixada verba honorária na origem, por se tratar de decisão interlocutória, a parte ora embargante pretende o arbitramento dos honorários recursais previstos no § 11 do art. 85 do Novo CPC no âmbito do agravo interno, o que, como visto, não é cabível.
IV - Embargos de declaração acolhidos para, sem atribuição de efeitos infringentes, sanar a omissão no acórdão embargado.
(EDcl no AgInt no REsp 1573573/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 08/05/2017) – destaquei.
No caso, a sentença foi publicada após a vigência do novo CPC e o valor fixado ao ora apelante inicialmente foi de 10% sobre o valor da condenação em dano moral (ID 2474779, pág. 76)
Ante o exposto, nos termos do artigo 932, inciso III, do CPC/15, não conheço do recurso de apelação por ser intempestivo. De ofício, nos termos do art. 85, §11, do CPC/15, majoro os honorários fixados na sentença em 10% para 12%.

Feitas as anotações e comunicações necessárias, certificado o trânsito em julgado, remeta-se a origem.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 25 de abril de 2019.
Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Processo Nº: 7064022-97.2016.8.22.0001 - Apelação (Pje)
Origem: 7064022-97.2016.8.22.0001 – Porto Velho/1ª Vara Cível
Apelantes: Braz Pires Da Luz Filho E Outra
Advogada: Claudia Sunara Bezerra de Oliveira Costa (oab/ro 7997)
Advogado: Bento Manoel de Morais Navarro Filho (oab/ro 4251)
Apelados: Redyar - Otm Transportes Ltda e Outro
Advogada: Renata Prado Cipolla (oab/sp 233270)
Apelados: Erica Martins Farias e Outra
Advogado: Mario Sérgio Nogueira Barrionuevo (oab/sp 191764)
Relator: Marcos Alaor Diniz Grangeia
Distribuído em 28/03/2018 07:58:12
Despacho
Vistos.
Os apelantes não recolheu o preparo recursal e requereram a concessão de justiça gratuita, sob a alegação de que não possui condição financeira de arcar com as despesas do processo. Alternativamente pedem o diferimento do preparo.
Indefiro o pedido de diferimento do preparo, em razão da impossibilidade de concessão na fase recursal, visto que se limita à fase de prolação do resultado com a sentença. (Lei 3.896/2016, art. 34, parágrafo único).
No mais, de acordo com a jurisprudência pacificada nesta egrégia Corte, em que pese o pedido de gratuidade judiciária possa ser feito a qualquer momento e em qualquer instância, tal requerimento deve vir acompanhado de elementos que demonstrem a atual situação financeira do requerente, o que não ocorreu no caso em tela.
Isto posto, nos termos do art. 99, §2º, do NCPC, concedo aos apelantes o prazo de 5 (cinco) dias para trazerem aos autos elementos aptos a demonstrar a alteração da capacidade financeira indicada no início dos autos e a atual condição de hipossuficiência, sob pena de indeferimento do pedido.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 24 de abril de 2019.
Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Processo: 7002774-30.2016.8.22.0002 - APELAÇÃO (PJE)
Origem: 7002774-30.2016.8.22.0002
Apelante: DALTIBA AGROPECUARIA LTDA - EPP e outros
Advogado: Levi Gustavo Alves de Freitas – (OAB/RO 4634)
Apelado: Stihl Ferramentas Motorizadas Ltda.
Advogado: Karine Jung Guimaraes (OAB/RS 90175)
Relator: DES. MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Data distribuição: 17/10/2016 09:12:38
Despacho
Vistos.
Considerando a certidão de ID n. 1118184, pág. 1, determino a intimação da parte apelante para regularizar sua representação processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de não conhecimento do recurso.
Ultimadas as providências necessárias e transcorrido o prazo legal, tornem os autos conclusos para análise.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 26 de abril de 2019.
Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Isaias Fonseca Moraes
Processo: 7053274-06.2016.8.22.0001 - Embargos de Declaração em Apelação (PJE)
Origem: 7053274-06.2016.8.22.0001 Porto Velho / 2ª Vara Cível
Embargado/Apelante/Apelado : Hedilson Milhomem da Costa
Advogado : Clovis Avanço (OAB/RO 1559)
Embargante/Apelados/Apelantes : Banco Bradesco S/A e outro
Advogado : Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643)
Advogado : Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
Relator : DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Impedido : Kiyochi Mori
Opostos em 12/02/2019
Despacho
Vistos.
Intime-se o embargado para que se manifeste, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração opostos (art. 1023, §2º, CPC).
Após, volte-me em conclusão.
Porto Velho, 30 de abril de 2019
ISAIAS FONSECA MORAES
RELATOR

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Autos n. 0012538-96.2015.8.22.0002
Classe: APELAÇÃO (198)
APELANTE: VANDERLEI GARCIA RODRIGUES
Advogado(a): ANDRE STEFANO MATTGE LIMA (OAB/RO 6538000)
Advogado(a): REGINALDO FERREIRA DOS SANTOS (OAB/RO 5947)
APELADO: WAGNER JOSE DA SILVA GALVAO
Advogado(a): EDAMARI DE SOUZA (OAB/RO 4616)
Data da Distribuição: 16/02/2018 07:37:34
Despacho
Vistos.
A parte apelante não recolheu o preparo recursal e requereu a concessão de justiça gratuita, sob a alegação de que não possui condição financeira de arcar com as despesas do processo, sem comprometer o sustento próprio e o de sua família.
De acordo com a jurisprudência pacificada nesta egrégia Corte, em que pese o pedido de gratuidade judiciária possa ser feito a qualquer momento e em qualquer instância, tal requerimento deve vir acompanhado de elementos que demonstrem a atual situação financeira do requerente, o que não ocorreu no caso em tela.
Isto posto, nos termos do art. 99, §2º, do NCPC, concedo à apelante o prazo de 5 (cinco) dias para trazer aos autos elementos aptos a demonstrar sua atual condição de hipossuficiência financeira (comprovante de rendimentos e gastos), sob pena de indeferimento do pedido.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 25 de abril de 2019.
Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Relator

ACÓRDÃO
DATA DE JULGAMENTO: 24/04/2019
7000744-67.2017.8.22.0008 Apelação (PJE)
Origem: 7000744-67.2017.8.22.0008-Espigão do Oeste / 1ª Vara Cível
Apelante :Beatriz Neres Silva
Advogada :Jessini Marie Santos Silva (OAB/RO 6117)
Apelado :Banco Bradesco Financiamentos S/A

Advogado :Antônio Braz da Silva (OAB/RO 6557)
Relator :DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Impedido :Des. Kiyochi Mori
Distribuído por Sorteio em 02/02/2018
Decisão: RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.
EMENTA: Apelação cível. Busca e apreensão. Alienação fiduciária. Ausência transferência de veículo. Inexistência de óbice. Inaplicabilidade da teoria da exceção de contrato não cumprido. Recurso desprovido.A ausência de transferência do veículo no órgão de trânsito não configura óbice ao processamento da ação de busca e apreensão, quando demonstrada a notificação extrajudicial, inadimplemento contratual e mora do devedor – requisitos para o acolhimento da pretensão autoral.Não se aplica a teoria da exceção do contrato não cumprido quando a parte não cumpre a prestação que lhe competia.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Paulo Kiyochi
ABERTURA DE VISTA
Processo: 7012170-16.2016.8.22.0007 Recurso Especial em Apelação (PJE)
Origem: 7012170-16.2016.8.22.0007 Cacoal / 3ª Vara Cível
Recorrente: Residencial Nova Cacoal Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado: Francisco de Souza Rangel (OAB/RO 2464)
Advogado: Everaldo Braun (OAB/RO 6266)
Advogada: Jéssica Karolayne Souza Borges (OAB/RO 9480)
Advogada: Robislete de Jesus Barros (OAB/RO 2943)
Advogado: Almir Rogério de Souza (OAB/RO 7790)
Advogada: Raquel Jacob do Nascimento Trevizani (OAB/RO 5579)
Recorrido: Edson da Silva Amorim
Advogada: Keila Keli Diniz Gomes de Lima (OAB/RO 7969)
Relator: DES. WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR
Interposto em 30/04/2019
ABERTURA DE VISTA
Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, fica o(a) recorrido(a) intimado(a) para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Especial.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Bel. Juliana da Costa Neves Kovalhuk
Técnica Judiciária da CCível – CPE2ºGRAU

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Alexandre Miguel
7052931-10.2016.8.22.0001 Recurso Especial em Embargos de Declaração em Apelação (PJE)
Origem: 7052931-10.2016.8.22.0001 - Porto Velho / 1ª Vara Cível
Recorrente: Adilene Alves Parente de Miranda
Advogado: Reinaldo Rosa dos Santos (OAB/RO 1618)
Advogado: Ademir Dias dos Santos (OAB/RO 3774)
Recorrido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogada: Francianny Aires da Silva Ozias (OAB/RO 1190)
Advogada: Ana Caroline Romano Castelo Branco (OAB/RO 5991)
Advogado: Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Relator: DES. ALEXANDRE MIGUEL
Interposto em 02/05/2019
ABERTURA DE VISTA
Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, fica a recorrida intimada para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Especial.
Porto Velho, 2 de maio de 2019.
Lucas Oliveira Rodrigues
Técnico Judiciário da CCÍVEL - CPE2ºGRAU

ACÓRDÃO
DATA DE JULGAMENTO: 24/04/2019
7034339-15.2016.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7034339-15.2016.8.22.0001-Porto Velho / 5ª Vara Cível
Apelante :Donizete Francisco Marques
Advogado :Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4165)
Apelada :Centrais Elétricas de Rondônia S/A CERON
Advogada :Erica Cristina Claudino (OAB/RO 6207)
Advogada :Bruna Tatiane dos Santos Pinheiro Sarmento (OAB/RO 5462)
Advogado :Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Relator :DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 28/06/2018
Decisão: RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.
EMENTA: Apelação Cível. Interrupção de energia elétrica. Falha na prestação do serviço. Danos materiais. Nexo causal. Não comprovado. Dano moral. Consumidor por equiparação. Prova do dano. Improcedência. Mantida. Recurso desprovido.Não demonstrado o nexo de causalidade entre a falha na prestação de serviços da concessionária e os danos materiais suportados pelo autor, mantém-se a improcedência destes.Na interrupção do serviço de energia elétrica, o dano é presumido ao titular do serviço, ao consumidor por equiparação é necessária a prova do dano.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Autos n. 0010997-31.2015.8.22.0001
Classe: APELAÇÃO (198)
APELANTE: SAMUEL PEREIRA BRITO
Advogado(a): ELVIS DIAS PINTO (OAB/RO 3447)
Advogado(a): UELITON FELIPE AZEVEDO DE OLIVEIRA (OAB/RO 5176)
APELADO: BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A-EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL
Advogado(a): IGOR DANIEL CANDALAFT DRIMUS (OAB/SP 216196)
Advogado(a): ALLISON DILLES DOS SANTOS PREDOLIN (OAB/SP 2855260)
Advogado(a): JOSE DONIZETE SILVA JUNIOR (OAB/RO 7741)
Advogado(a): EDSON ANTONIO SOUSA PINTO (OAB/RO 4643)
Advogado(a): TAYLISE CATARINA ROGERIO SEIXAS (OAB/RO 5859)
Advogado(a): CLEVERTON REIKDAL (OAB/RO 6688)
Advogado(a): THIAGO AZEVEDO LOPES (OAB/RO 6745)
Advogado(a): BENEDICTO CELSO BENICIO JUNIOR (OAB/SP 131896)
Data da Distribuição: 25/05/2018 10:42:20
Despacho
Vistos.
As custas iniciais foram diferidas para o final do processo (ID 3830546, pág. 35), todavia o apelante não a recolheu com o preparo da apelação, e solicitou a concessão da justiça gratuita, arguindo que não tem condições de arcar com a despesa sem prejudicar seu sustento e de sua família.
De acordo com a jurisprudência pacificada nesta egrégia Corte, em que pese o pedido de gratuidade judiciária possa ser feito a qualquer momento e em qualquer instância, tal requerimento deve vir acompanhado de elementos que demonstrem a atual situação financeira do requerente (funcionário público federal do TRT-14ª), o que não ocorreu no caso em análise.
No mais, ainda que seja deferido o benefício em grau recursal, a concessão só terá efeitos a partir do pedido formulado em sede de apelação, não produzindo efeitos sobre os atos anteriores, fazendo-se concluir que o apelante terá que recolher as custas iniciais, cujo pagamento foi deferido para o final.

Neste sentido é o entendimento do STJ:
PROCESSUAL CIVIL. PESSOA JURÍDICA. GRATUIDADE PEDIDA COM A APELAÇÃO. DESERÇÃO DECRETADA PELO MAGISTRADO SINGULAR. AGRAVO DE INSTRUMENTO. REFORMA PELO TRIBUNAL ESTADUAL, COM EFEITOS EX TUNC AMPLO. PROVA. REEXAME. SÚMULA N. 7-STJ. LIMITAÇÃO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DE MODO A EXCLUIR CONDENAÇÃO PRETÉRITA. LEI N. 1.060/50, ART. 2º CPC, ART. 511. I. (...). II. Todavia, a gratuidade não opera efeitos ex tunc, de sorte que somente passa a valer para os atos ulteriores à data do pedido, não afastando a sucumbência sofrida pela parte em condenação de 1º grau, que somente pode ser revista se, porventura, acatado o mérito da sua apelação, quando do julgamento desta. III. Recurso especial conhecido em parte e nessa parte provido. (REsp 556081/SP; Relator Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR; QUARTA TURMA; DJ 28.03.2005) – destaquei.
AGRAVO REGIMENTAL. PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. IRRETROATIVIDADE DOS EFEITOS DO DEFERIMENTO. I – A gratuidade da justiça pode ser concedida em qualquer fase do processo, dada a imprevisibilidade dos infortúnios financeiros que podem atingir as partes, impossibilitando-as de suportar as custas da demanda. II – Todavia, a concessão do benefício só produzirá efeitos quanto aos atos processuais relacionados ao momento do pedido, ou que lhe sejam posteriores, não sendo admitida, portanto, sua retroatividade. Agravo improvido.(AgRg no Ag 979.812/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJ 05/11/2008) – destaquei.
E também desta Câmara:
PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. PESSOA JURÍDICA. IMPOSTO DE RENDA. DECLARAÇÃO DE EMPRESA INATIVA. MEIO HÁBIL À COMPROVAÇÃO DA NECESSIDADE. CUSTAS DIFERIDAS AO FINAL. IRRETROATIVIDADE DOS EFEITOS DO DEFERIMENTO. (…) A gratuidade da justiça pode ser concedida em qualquer fase do processo, dada a imprevisibilidade dos infortúnios financeiros que podem atingir as partes, impossibilitando-as de suportar as custas da demanda. Todavia, a concessão do benefício só produzirá efeitos quanto aos atos processuais relacionados ao momento do pedido, ou que lhe sejam posteriores, não sendo admitida, portanto, se a gratuidade foi formulada no recurso de apelação, sua retroatividade para atingir as custas diferidas ao final. (Agravo, N. 10000120070137136, Rel. Des. Kiyochi Mori, J. 07/04/2009) – destaquei.
Assim, nos termos do art. 1.007, § 4º, do CPC/2015, determino a intimação da apelante, por meio de seus advogados, para que recolha as custas diferidas, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de não conhecimento do recurso.
Por conseguinte, para a análise do pedido de gratuidade ao recurso de apelação, nos termos do art. 99, §2º, do NCPC, concedo à apelante o prazo de 5 (cinco) dias para trazer aos autos elementos aptos a demonstrar sua atual condição de hipossuficiência financeira (comprovante de rendimentos atuais e gastos), sob pena de indeferimento do pedido.
Decorrido o prazo, tornem os autos conclusos.
Publique-se.
Intime-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 26 de abril de 2019.
Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Isaias Fonseca Moraes
Processo: 7001057-57.2015.8.22.0021 - Apelação (PJE)
Origem: 7001057-57.2015.8.22.0021 - Buritis - 1ª Vara
Apelante: Banco Pan S.A.
Advogado: Hugo Neves de Moraes Andrade (OAB/PE 23798)
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB/PE 23255)
Apelada: Maria Dolores Moncao da Silva
Advogado: Juniel Ferreira de Souza (OAB/RO 6635)
Relator: Des. Isaias Fonseca Moraes
Distribuído em: 22/08/2018
Despacho
Vistos,
BANCO PAN S/A apela da sentença prolatada pelo Juízo do 1ª Juizado Especial Cível da comarca de Buritis, nos autos da ação declaratória, que lhe move MARIA DOLORES MONÇÃO DA SILVA.
A sentença (fls. 417/420) julgou parcialmente procedente os pedidos.
Decido
A parte ingressou com recurso inominado contra sentença proferida pelo Juizado Especial Cível daquela comarca, o qual não está atrelado às competências estabelecidas no Regimento Interno desta Corte.
Ante o exposto, ao Departamento, para que se proceda o encaminhamento à Turma Recursal.
Publique-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 30 de abril de 2019
ISAIAS FONSECA MORAES
RELATOR

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Processo: 0800807-37.2019.8.22.0000 - Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 0014524-59.2013.8.22.0001
Agravante: Santo Antonio Energia S.A.
Advogado: Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861)
Advogado: Antonio Celso Fonseca Pugliese (OAB/SP 155105)
Advogada: Ligia Favero Gomes E Silva (OAB/SP 235033
Agravado: Valmir Caetano Parari e Outros
Advogado: Vinícius Jacome dos Santos Júnior (OAB/RO 3099)
Advogado: Valnei Gomes da Cruz Rocha (OAB/RO 2479)
Relator: DES. MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Distribuído em 26/03/2019 16:44:04
Decisão
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Santo Antônio Energia nos autos da ação de indenização por danos material e moral movida por Valmir Caetano Parari, Valmir Mendonca Azevedo, Cristiano Pestana Barros, Alan Da Silva Sales, Pedro Rodrigues Botelho, Edinho Caetano Parari, Maria Das Gracas Correa Lima, José Benedito Cosme De Aguiar, Ezequiel Rufino Nascimento.
Insurge-se contra decisão proferida pelo juízo da 5ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho (ID 24993047, pág. 1/2 dos autos originários), a seguir transcrita:
[…] A parte requerida Santo Antônio Energia S.A suscitou impedimento do perito para atuar nos autos, em razão de decisão proferida pela 8ª Vara Cível declarando o impedimento do profissional.
Não se está alheio aos fatos ocorridos nas diversas varas cíveis, no entanto, considerando que o profissional já levantou metade dos seus honorários (fls. 2145) e que a perícia encontra-se designada para data próxima (28 de fevereiro de 2019), já com todas as partes intimadas, partes estas que residem em região ribeirinha de difícil comunicação, entendo por bem, prestigiando a economia processual e o menor ônus às partes, manter a nomeação do perito e a data da perícia já agendada.
Contudo, nada impede que a parte, com a confecção do laudo pericial nos presentes, não concordando com os termos da perícia, que ainda nem foi realizada, produza parecer lavrado por assistente técnico com conclusões diversas, já que a este não se aplicam as causas de impedimento e suspeição.
Por fim, convém destacar que o juiz não está adstrito às conclusões do perito, podendo valorá-la da forma que melhor lhe aprouver, assim como qualquer outro meio de prova, desde que motivadamente, à luz do princípio do livre convencimento e da persuasão racional.
Dito isto, rejeito o pedido da requerida.
Aguarde-se a perícia e apresentação do laudo.
Intimem-se.
A agravante aduz, em síntese, que para comprovar a inexistência do nexo de causalidade entre a construção da Usina e a diminuição na

quantidade de peixes no Rio Madeira, requereu a realização de perícia biológica por profissional experto e, para isso, foi nomeado pelo juízo o perito Orlando José Guimarães. Argumenta que referido perito foi destituído de outros processos diversos em razão da inadequada maneira na condução dos trabalhos, elaborando relatórios das perícias com plágios e pouco técnico, o que denota falta de ética e qualificação para o desenvolvimento do trabalho.

Baseado no novo entendimento do Superior Tribunal de Justiça que admitiu a mitigação da taxatividade do rol elencado no art. 1.015 do CPC, defende a possibilidade de interposição de agravo de instrumento para analisar o pedido por entender que há possibilidade de lesão grave e de difícil reparação se não acolhidos os argumentos elencados, consistente no dispêndio desnecessário de dinheiro e tempo das partes.

Pede a concessão do efeito suspensivo ao recurso e, no mérito, a reforma da decisão recorrida para que o perito seja destituído do processo e nomeado outro profissional.

É o relatório.

Decido.

O assunto não é estranho a esta Corte e era analisada sem óbices processuais ao tempo em que vigorava o CPC/73.

Todavia, com o advento da Lei 13.105/15 (novo Código de Processo Civil), um rol taxativo de possibilidades para a interposição de agravo de instrumento foi previsto, a fim de limitar seu cabimento.

Nas hipóteses restritivas, o art. 1.015 do NCPC elenca:

Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre:

I - tutelas provisórias;

II - mérito do processo;

III - rejeição da alegação de convenção de arbitragem;

IV - incidente de desconsideração da personalidade jurídica;

V - rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação;

VI - exibição ou posse de documento ou coisa;

VII - exclusão de litisconsorte;

VIII - rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio;

IX - admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros;

X - concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução;

XI - redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º;

XII - (VETADO);

XIII - outros casos expressamente referidos em lei.

Parágrafo único. Também caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário.

Recentemente, referidas hipóteses de cabimento do art. 1.015 acima transcrito ganhou novos contornos pelo Superior Tribunal de Justiça, que, em sede de Recurso Especial Repetitivo (REsp 1.696.396 e REsp 1.704.520) passou a admitir que este rol tem taxatividade mitigada e admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada urgência que possa tornar inviável a análise posterior da questão quando do julgamento da apelação.

O voto vencedor, proferido pela relatora Ministra Nancy Andrighi, definiu que, para que o rol seja flexibilizado, é necessária a presença do requisito objetivo consistente na "urgência que decorre da inutilidade futura do julgamento do recurso diferido da apelação", sempre em caráter excepcional.

Portanto, para que o presente recurso seja recebido, é necessário avaliar se ele se enquadra na tese firmada pelo STJ.

No caso dos autos, a matéria discutida trata da destituição de perito, cuja qualificação já foi confirmada por esta Corte em diversos julgados, o que por si só não configura a urgência necessária apta a autorizar a interposição de agravo de instrumento.

Isso porque, tal como estabelecido pelo juízo de primeiro grau, o juiz não fica adstrito às conclusões dispostas na perícia, sendo-lhe possível valorar as provas livremente, com vistas aos princípios do livre convencimento e da persuasão racional, além de que a parte interessada pode indicar assistente técnico para atuar nos autos.

Com efeito, as decisões que não comportam recurso de agravo de instrumento não são atingidas pela preclusão e poderão serem objetos de impugnação em eventual recurso de apelação, em garantia ao contraditório e ampla defesa.

Nessa perspectiva, considerando que o caso não demonstra caráter excepcional apto a autorizar a interposição de agravo de instrumento, não conheço do recurso por ser inadmissível, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Feitas as anotações necessárias, transitado em julgado, arquive-se.

Publique-se.

Intime-se.

Cumpra-se.

Porto Velho - RO, 24 de abril de 2019.

Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia

Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Isaias Fonseca Moraes
Processo: 7026976-40.2017.8.22.0001 - APELAÇÃO (PJE)
Origem: 7026976-40.2017.8.22.0001 - Porto Velho/6ª Vara Cível
Apelante: Gilda Rodrigues de Oliveira
Advogado: Vanessa Barros Silva Pimentel (OAB/RO 8217)
Advogado: Andre Ferreira da Cunha Neto (OAB/RO 6682)
Advogado: Evandro Junior Rocha Alencar Sales (OAB/RO 6494)
Advogado: Tiago de Brito Santos (OAB/RO 8189)
Apelado: L. F. Distribuidora de Automoveis Ltda
Advogada: Rejane Saruhashi (OAB/RO 1824)
Apelado: Seguros Sura S.A.
Advogado: Juliano Nicolau de Castro (OAB/SP 292121)
Advogada: Keila Christian Zanatta Manangao Rodrigues (OAB/RJ 84676)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído em: 31/10/2018
Decisão

Vistos,

GILDA RODRIGUES DE OLIVEIRA apela da sentença prolatada pelo juízo da 6ª Vara Cível da comarca de Porto Velho, nos autos da ação de indenização decorrente de acidente de trânsito, que move em face das apeladas, L. F. DISTRIBUIDORA DE AUTOMOVEIS LTDA e SEGUROS SURA S/A.

A apelante propôs a ação com vista a ser reparada materialmente em decorrência de acidente de trânsito, ocorrido em 20/12/2013.

Afirmou que a proprietária do veículo causador do acidente possuía seguro e foi aberto sinistro de número 1931014420 onde a seguradora propôs o pagamento do valor de R$ 26.906,00 (vinte e seis mil e novecentos e seis reais), avaliado em março de 2014 por tabela FIPE, o que não foi aceito.

Diz ter financiado o veículo pelo valor de R$ 39.700,00 (trinta e nove mil e setecentos reais), sendo que pagou efetivamente R$ 38.313,49 (trinta e oito mil e trezentos e treze reais e quarenta e nove centavos), sendo cobrada pelas parcelas posteriores ao sinistro que não pagou.

Argumenta ter tido dívidas de licenciamento após o sinistro.

Requereu a reparação.

A sentença (fls. 618/621) julgou extinto o processo sem resolução de mérito, por reconhecer coisa julgada, merecendo a seguinte parte dispositiva:

Diante do exposto, JULGO extinto o processo, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso V (coisa julgada), do Código de Processo Civil.

Isenta de custas face a gratuidade da justiça.

Determino que a parte autora efetue o pagamento dos honorários advocatícios das requeridas, estes no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) a cada requerida, nos termos do artigo 85, §8º do CPC, ficando sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas, nos termos legais, consoante o teor do art. 98, §3º do NCPC.

Na hipótese de interposição de recurso de apelação, proceda a Diretoria ao cumprimento do estabelecido no art. 1.010, §§1º, 2º e 3º do Novo Código de Processo Civil.

Transitada em julgado, arquive-se.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Na apelação (fls. 623/636) diz que restou sucumbente nas duas ações propostas contra si, tendo suportado prejuízos na ordem material na ordem de R$7.000,00 (sete mil reais).
Sustenta ter suportado danos morais ante os percalços que teve que percorrer até a solução da celeuma.
Contrarrazões (fls. 640/651) por L. F. Distribuidora de Automóveis Ltda pelo não conhecimento do recurso por ofensa ao princípio da dialeticidade, no mérito, pelo seu desprovimento.
Contrarrazões (fls. 655/668) por Seguros Sura (Brasil) S/A, pelo desprovimento do apelo.
É o relatório. Decido.
Compulsando os autos verifico que as razões de apelação são dissociadas dos fundamentos da decisão impugnada, revelando-se deficiente a argumentação recursal.
A sentença reconheceu a coisa julgada e extinguiu o feito sem apreciação de mérito.
Nas razões do recurso, a apelante não impugna especificamente os fundamentos da decisão recorrida, discorrendo sobre os prejuízos que suportou após o sinistro em razão de restar sucumbente nas ações movidas contra si, bem como sustenta a ocorrência de dano moral.
Como é cediço, não se pode conhecer de recurso que deixa de rebater o embasamento da decisão recorrida, haja vista que a falta de impugnação recursal, configura irregularidade formal e ausência de interesse recursal. Portanto, o recurso deve guardar correlação com a decisão que pretende atacar.
A propósito:
STJ. PROCESSUAL CIVIL. RAZÕES DA APELAÇÃO DISSOCIADAS DA SENTENÇA. ART. 514, INCISO II, CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. 1. No presente caso, o recorrente, ao apresentar sua apelação, limitou-se a defender o mérito da ação, qual seja, seu direito à indenização pelas benfeitorias efetuadas no imóvel, não impugnando, em qualquer momento, o fundamento da sentença apelada que extinguiu o feito, em razão da ocorrência de coisa julgada, fundamento suficiente a manter a decisão do juízo a quo. 2. A jurisprudência desta Corte Superior é no sentido de que as razões de apelação dissociadas do que decidido pela sentença equiparam-se à ausência de fundamentos de fato e de direito, exigidos pelo art. 514, II, do CPC, como requisitos de regularidade formal da apelação. 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1381583/AM, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/09/2013, DJe 11/09/2013).
Com efeito, à luz do princípio da dialeticidade, constitui ônus da apelante expor, de forma clara e precisa, a motivação ou as razões de fato e de direito de seu inconformismo, impugnando os fundamentos da decisão recorrida, de forma a amparar a pretensão recursal, hipótese diversa dos autos.
Dessa forma, a dissociação das razões recursais daquilo que restou decido em sentença, obsta a análise do recurso.
Ante o exposto, nos termos do art. 932, III, do CPC, não conheço do recurso.
Após o trânsito em julgado, à origem.
Publique-se.
Porto Velho, 2 de maio de 2019
ISAIAS FONSECA MORAES
RELATOR

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Paulo Kiyochi
ABERTURA DE VISTA
Processo: 0002609-24.2015.8.22.0007 Recurso Especial em Apelação (PJE)
Origem: 0002609-24.2015.8.22.0007-Cacoal / 1ª Vara Cível
Recorrente: Rosimar da Silva Feitosa
Advogado: Fábio Charles da Silva (OAB/RO 4898)
Advogada: Glória Chris Gordon (OAB/RO 3399)
Advogado: Vinícius Pompeu da Silva Gordon (OAB/RO 5680)
Recorrida: Gazin Indústria e Comércio de Móveis e Eletrodomésticos Ltda.
Advogada: Soraia Marcos Felisberto (OAB/RO 4968)
Advogada: Katia Carlos Ribeiro (OAB/RO 2402)
Advogado: Júlio César Tissiani Bonjorno (OAB/PR 33390)
Advogado: Armando Silva Bretas (OAB/PR 31997)
Relator: DES. WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR
Interposto em 30/04/2019
ABERTURA DE VISTA
Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, fica o(a) recorrido(a) intimado(a) para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Especial.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Bel. Juliana da Costa Neves Kovalhuk
Técnica Judiciária da CCível – CPE2ºGRAU

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Paulo Kiyochi
ABERTURA DE VISTA
Processo: 0003479-85.2014.8.22.0013 Recurso Especial em Apelação (PJE)
Origem: 0003479-85.2014.8.22.0013-Cerejeiras / 1ª Vara Genérica
Recorrente: Airton Gomes e outros
Advogado: Márcio Henrique da Silva Mezzomo (OAB/RO 5836)
Advogado: Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134)
Advogada: Kelly Mezzomo Crisostomo Costa (OAB/RO 3551)
Advogada: Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira (OAB/RO 3046)
Recorrido: Sandra Roratto Viecili
Advogado: Wagner Aparecido Borges (OAB/RO 3089)
Relator: DES. WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR
Interposto em 30/04/2019
ABERTURA DE VISTA
Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, fica o(a) recorrido(a) intimado(a) para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Especial.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Bel. Juliana da Costa Neves Kovalhuk
Técnica Judiciária da CCível – CPE2ºGRAU

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Câmaras Cíveis Reunidas / Gabinete Des. Rowilson Teixeira
MANDADO DE SEGURANÇA: 0801231-79.2019.8.22.0000 - (PJE)
Impetrante: RENAN GOMES MALDONADO DE JESUS
Advogado(a): RENAN GOMES MALDONADO DE JESUS (OAB/RO 5769)
Impetrado: JUIZ DE DIREITO DO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE PORTO VELHO
Relator: ROWILSON TEIXEIRA
Vistos,
Conforme Termo de Triagem e Análise ID Num. 5748739, a matéria discutida nos autos, não se enquadra às competências estabelecidas no Regimento Interno para os órgãos jurisdicionais deste Tribunal.
Examinados.
Decido.
Trata-se de Mandado de Segurança interposto por RENAN GOMES MALDONADO DE JESUS em face da decisão proferida pelo juiz do 3ºJuizado Especial Cível desta Comarca.
Tendo em vista que a referida demanda tramitou pelo procedimento do Juizado Especial Cível desta Comarca, a competência para o julgamento do presente mandamus encontra-se afeta à Turma Recursal.

Posto isso, determino que a Coordenadoria Cível da CPE2G proceda a distribuição do presente feito no âmbito da Turma Recursal, no sistema do PJe/TJRO, com a consequente certificação do procedimento neste feito, para seu posterior arquivamento.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Desembargador Renato Martins Mimessi
Vice-Presidente do TJ/RO

1ª CÂMARA ESPECIAL

Mandado de Segurança n° 0801212-73.2019.8.22.0000 (PJE)
Impetrante: Paulo César Santos Ramos
Advogado: Jacqueline Paes Karantino (OAB/RO 5961)
Impetrado: Secretário de Administração e Recursos Humanos do Estado de Rondônia
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia
Relator: Des. Oudivanil de Marins
Redistribuído em 29/04/2019
Decisão
Vistos.
Trata-se de mandado de segurança com pedido de liminar impetrado por Paulo César Santos Ramos contra ato do Secretário de Estado da Administração do Estado de Rondônia.
A partir de 1.11.2013, passou a ter efeitos a Lei Complementar Estadual n. 733, de 10.10.2013, que dispõe o seguinte:
Art. 50 – A Secretaria de Estado da Administração – SEAD passa do nível de Secretaria de Estado para o nível de Superintendência, adotando a denominação de Superintendência Estadual de Administração e Recursos humanos – SEARH, vinculada e subordinada à Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, que lhe sucede em todos os direitos, obrigações, competências, atribuições, inclusive, absorvendo os recursos humanos, patrimônios e acervos.
Diante disso, não mais persiste a competência originária das Câmaras Especiais desse Tribunal de Justiça, devendo os autos serem encaminhados ao primeiro grau.
Pelo exposto, declino a competência à uma das Varas da Fazenda Pública desta comarca.
Publique-se.
Porto Velho, 30 de abril de 2019
DES. OUDIVANIL DE MARINS
RELATOR

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª CÂMARA ESPECIAL
ACÓRDÃO
Processo: 0801767-27.2018.8.22.0000 Mandado de Segurança (PJe)
Impetrante: Sérgio Cardoso Gomes Ferreira
Advogado: Edir Espírito Santo Sena (OAB/RO 7124)
Advogado: José Roberto de Castro (OAB/RO 2350)
Impetrado: Secretário de Saúde do Estado de Rondônia
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procuradora: Alciléa Pinheiro Medeiros (OAB/RO 500)
Relator: DES. GILBERTO BARBOSA
Relator p/ o acórdão: Des. Oudivanil de Marins
Data de Distribuição: 26/06/2018
DECISÃO: "SEGURANÇA CONCEDIDA POR MAIORIA, VENCIDO O RELATOR."
EMENTA: Mandado de segurança. Médico. Servidor público. Progressão funcional vertical. Requisitos legais. Atendimento.
A progressão funcional vertical deve ser concedida ao servidor público quando atendidos os requisitos exigidos pela lei.
Segurança concedida.

Agravo de Instrumento n° 0801142-56.2019.8.22.0000 (PJe)
Origem: 7007920-81.2018.8.22.0002 1ª Vara Cível de Ariquemes
Agravante: João Gabriel Perez Consalter
Advogado: Robson Sancho Flausino Vieira (OAB/RO 4483)
Agravante: José Rubens Prudêncio
Advogado: Robson Sancho Flausino Vieira (OAB/RO 4483)
Agravante: Caio Junas Ribeiro Rosa
Advogado: Robson Sancho Flausino Vieira (OAB/RO 4483)
Agravante: Gean Novais da Silva
Advogado: Robson Sancho Flausino Vieira (OAB/RO 4483)
Agravado: Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia
Relator: Des. Oudivanil de Marins
Distribuído em 23/04/2019
DECISÃO
VISTOS.
Trata-se de agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo interposto por João Gabriel Perez Consalter e outros contra decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara Cível da comarca de Ariquemes que indeferiu o pedido de produção de prova testemunhal.
Relatam os agravantes que propuseram ação anultatória de ato administrativo contra o Estado de Rondônia e o Juízo a quo indeferiu a prova testemunhal sob o argumento da suficiência dos fatos estar produzida nos autos.
Alegam necessária a oitiva dos policiais que participaram da operação e se encontravam na mesma situação que as suas e visam a promoção na carreira policial, entretanto, houve um tratamento diferenciado e as testemunhas podem esclarecer a realidade fática e colaborar com a instrução da ação.
Diante dos fatos requerem a concessão do efeito suspensivo visando evitar o dano irreparável para que o Juízo de origem defira a imediata produção de prova testemunhal. Requerem ainda seja deferida a assistência judiciária (fls. 3-7).
Como os agravantes não comprovaram inicialmente a concessão da assistência judiciária em primero grau, foram intimados a comprovar tal situação ou recolher o preparo recursal. Em atendimento a determinação juntaram o despacho do Juízo a quo deferindo o benefício, motivo pelo qual estendo-o a esta jurisdição.
É o relatório.
DECIDO.
Recurso próprio e tempestivo, por isso conheço dele.
Os agravantes se insurgem contra decisão que indeferiu a produção de prova testemunhal por ser dispiciendo para solução da lide, visto tratar de matéria de direito comprovada por documentos.
Dá análise a decisão agravada se observa que o Juízo indeferiu a prova testemunhal e deferiu prazo para a juntada de novos documentos para após julgar o mérito.
Essa fase processual restringe-se à verificação da existência dos pressupostos para a concessão da tutela recursal, equivalente ao efeito suspensivo, exigindo-se a probabilidade do direito invocado e a possibilidade de dano ou o risco ao resultado útil do processo, nos moldes do artigo 300 do Novo Código de Processo Civil.
A respeito da possibilidade de concessão da antecipação dos efeitos da tutela, Theotônio Negrão, na obra "Curso de Direito Processual Civil", 38ª ed., São Paulo: Saraiva, 2006, p. 384 e 385, anota:
"A tutela antecipada deve ser correspondente à tutela definitiva, que será prestada se a ação for julgada procedente. Assim;" Medida antecipatória, consequentemente, é a que contém providência apta a assumir contornos de definitividade pela simples superveniência da sentença que julgar procedente o pedido "(STF- Pleno: RTJ 180/453; a citação é da decisão do relator, confirmada em plenário).
Trata o caso de ação anulatória de ato administrativo proposta contra o Estado de Rondônia com o objetivo de promoção na carreira policial dos agravantes, e o Juízo entendeu desnecessária a produção da prova testemunhal por ser comprovado via documentos os direitos pleiteados.
Diante dos fatos e teses recursais, não trazem os agravantes elementos comprovando a necessidade de prova testemunhal e sequer discorrem sobre o objeto da ação principal, desconfigurando

o perigo da irreversibilidade caso mantida a decisão agravada. Ademais, o Juízo de origem concedeu prazo para a juntada de novos documentos pelos autores (agravantes), visto o feito estar saneado e praticamente maduro para julgamento.
Por fim, indefiro a tutela ante a ausência dos requisitos necessários.
Notifique-se o juízo de primeiro grau para prestar informações.
Intime-se o agravado para contraminutar.
Publique-se.
Porto Velho, 30 de abril de 2019
DES. OUDIVANIL DE MARINS
RELATOR

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Gilberto Barbosa
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0801153-85.2019.8.22.0000 (PJE)
ORIGEM: 7064968-69.2016.8.22.0001 PORTO VELHO/1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
AGRAVANTE: ESTADO DE RONDÔNIA
PROCURADOR: ÍGOR ALMEIDA DA SILVA MARINHO (OAB/RO 6153)
PROCURADOR: GLÁUCIO PUIG DE MELLO FILHO (OAB/RO 6382)
PROCURADOR: LUIS EDUARDO MENDES SERRA (OAB/RO 6674)
AGRAVADO: SINDICATO MÉDICO DE RONDÔNIA
ADVOGADO: CLARIS ENEIDA PERGHER PINTO (OAB/RO 3556)
ADVOGADO: JOSE CANTÍDIO PINTO (OAB/RO 1961)
ADVOGADO: MARCOS AURELIO DE MENEZES ALVES (OAB/RO 5136-A)
RELATOR: DES. GILBERTO BARBOSA
DECISÃO Vistos etc.
Cuida-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto pelo Estado de Rondônia contra decisão interlocutória proferida pelo Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Porto Velho que, por entender ausentes os requisitos indispensáveis, indeferiu postulada suspensão de cumprimento de sentença.
Diz que se está a cuidar de cumprimento da sentença prolatada no processo nº 0012344-07.2012.8.22.0001 e que, neste processo, foi reconhecido que os médicos estaduais fazem jus à implantação de vencimento básico, de forma hierarquizada e em referências, consoante dispõe a Lei 1.067/02 (progressão vertical).
Sustenta que, ao contrário do que decidiu o magistrado de primeiro grau, impõe-se a postulada suspensão do cumprimento da sentença em comento, pois, em que pese ter reconhecido no citado processo direito à dita progressão, em caso análogo, distintamente, decidiu que os médicos do Estado não têm esse direito (proc. nº 7001906-21.2017.8.22.0001).
Argumenta que, na esteira da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, em havendo, como sustenta ter ocorrido no caso posto para exame, alteração do contexto fático-jurídico, pelo novel regramento processual é permitida a relativização da coisa julgada (art. 505, inc. I).
Conjecturando com possibilidade de grave lesão ao erário e destacando que a coisa julgada não tem caráter absoluto, postula que, com fundamento do poder geral de cautela, seja, de imediato, determinada a suspensão do cumprimento de sentença.
Lado outro, argumenta que o direito à progressão vertical – reconhecido no processo nº 0012344-07.2012.8.22.0001 – foi deferido apenas e tão somente para os médicos efetivos concursados e, portanto, não abrange os estáveis admitidos, sem concurso público, anteriormente à CF/88 (art. 19 do ADCT), tampouco aos que tenham sido demitidos pelos Decretos 8.555/2000 e 9.044/2000 e, posteriormente, readmitidos pela Lei 1.196/2003, id. 5738015.
Eis o relatório. Decido.
Mister se tenha em conta, no que respeita ao postulado efeito suspensivo, a sistemática introduzida pelo artigo 1.019 do Código de Processo Civil, no sentido de que apenas deverá ser deferido em situações que evidenciem a probabilidade do direito vindicado (fumus boni iuris) e o perigo de dano, ou risco ao resultado útil do processo (periculum in mora).
Nessa análise perfunctória, e própria para o momento, não vislumbro, como indispensável, a probabilidade do direito vindicado no que se refere à postulada suspensão do cumprimento de sentença, pois, como cediço, singela alteração de entendimento jurisprudencial não desconstitui a coisa julgada.
Ademais, ao contrário do que pretende fazer crer o agravante, o acórdão que, mantendo a sentença, reconheceu direito à progressão vertical de servidores médicos não fez distinção entre concursados e estáveis em razão de vínculo anterior à Constituição/88, tampouco aos que tenham sido readmitidos por força da Lei 1.196/2003.
A toda evidência, não se pode, neste sítio, rediscutir fundamentos da sentença exequenda, tampouco impor restrições para além do que dela consta.
Diante do exposto, indefiro o postulado efeito suspensivo.
Publique-se. Cumpra-se.
Comunique-se o Juiz da causa.
Intime-se o agravado para que ofereça resposta.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Des. Gilberto Barbosa
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Gilberto Barbosa
Agravo de Instrumento nº 0801150-33.2019.8.22.0000
Origem: Porto Velho/10ª Vara Cível
Agravante: Wellington Ferreira Mendonça (OAB/RO 1.946)
Agravado: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Procuradora: Carolina Ferreira Palma
Relator: Desembargador Gilberto Barbosa
DECISÃO Vistos etc.
Cuida-se de Agravo de Instrumento, com pedido de antecipação de tutela, interposto por Wellington Ferreira Mendonça contra decisão interlocutória proferida pelo Juízo da Décima Vara Cível da Comarca de Porto Velho que, em sítio de ação em que se busca o reestabelecimento de auxílio-doença acidentário, indeferiu postulada tutela de urgência antecipada.
Afirmando que o benefício foi interrompido de forma arbitraria, sustenta que está suficientemente comprovada a doença degenerativa e que não apresentou melhora desde a concessão inicial do auxílio-doença.
Argumentando estar em tratamento médico desde 2009, colaciona laudo médico particular de 23.04.2019, que atesta estar em tratamento medicamentoso e fisioterápico para tendinopatias e síndrome compressiva no punho bilateral (id. 5735621).
Ressaltando que o auxílio-doença acidentário deve perdurar até sua completa recuperação, pede que, de pronto, seja reestabelecido o benefício, id. 5735620.
Junta documentos.
É o relatório. Decido.
Não vislumbro, como indispensável, a probabilidade do direito postulado! É que o laudo médico juntado, para além de ter sido assinado por médico particular, se resume a atestar doença relacionada à função laboral, em nada se manifestando sobre a incapacidade temporária para o trabalho, indispensável para a concessão do postulado auxílio-doença acidentário.
Nesse contexto, forçoso admitir que o agravante não produziu prova capaz de elidir a presunção de veracidade da perícia médica oficial, que constatou inexistir incapacidade para o trabalho, ou atividade habitual (id. 25323142).
A não bastar, há notável perigo de irreversibilidade do provimento antecipado, mormente considerando o caráter alimentar das verbas previdenciárias, portanto, irrepetíveis (STJ, AgRg-AREsp 23.491, Sexta Turma, Relª Minª Assusete Magalhães, j. 16.10.2013)
Nesse contexto, não verifico presentes os pressupostos a indicar seja deferida a pretendida antecipação de tutela, razão pela qual a indefiro.
Na forma do artigo 1.019 do Código de Processo Civil, intime-se o agravado para, em quinze dias, apresentar resposta.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 29 de abril de 2019.
Des. Gilberto Barbosa
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Gilberto Barbosa
Apelação nº 7002822-21.2018.8.22.0001
Apelante: Estado de Rondônia
Procurador: Thiago Araújo Madureira de Oliveira
Apelado: Sindicato dos Delegados de Polícia Civil do Estado de Rondônia
Advogado: Cássio Esteves Jaques Vidal (OAB/RO 5649)
Advogado: Márcio Melo Nogueira (OAB/RO 2827)
Interessado (Parte Ativa): Gerente de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania (SESDEC)
Relator: Desembargador Gilberto Barbosa
DESPACHO Vistos etc.
Considerando a manifestação do Estado no sentido de ter cumprido a ordem deferida, intime-se o Sindicato dos Delegados de Polícia Civil do Estado de Rondônia para que, em cinco dias, se pronuncie sobre essa informação.
Após, volte-me concluso.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 29 de abril de 2019.
Des. Gilberto Barbosa
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Gilberto Barbosa
Apelação nº 0011654-07.2010.8.22.0014
Origem: Vilhena/4ª Vara Cível
Apelante: Melkisedek Donadon
Advogado: Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134)
Advogada: Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira (OAB/RO 3046)
Apelante: Marlon Donadon
Advogado: Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134)
Advogada: Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira (OAB/RO 3046)
Apelante: Loreni Grosbelli
Advogado: Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134)
Advogada: Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira (OAB/RO 3046)
Apelante: Roberto Pires da Costa
Advogado: Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134)
Advogada: Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira (OAB/RO 3046)
Apelante: Arijoan Cavalcante dos Santos
Advogado: Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134)
Advogada: Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira (OAB/RO 3046)
Apelante: Márcia da Silva
Advogado: Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134)
Advogada: Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira (OAB/RO 3046)
Apelante: Eduardo Fernando da Silva
Advogado: Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134)
Advogada: Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira (OAB/RO 3046)
Apelante: Renata Figueiredo de Andrade
Advogado: Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134)
Advogada: Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira (OAB/RO 3046)
Apelante: ASPLAX Instalações Elétricas Ltda.
Defensora Pública: Ilcemara Sesquim Lopes
Apelante: Ilvio Rodrigues de Oliveira
Defensora Pública: Ilcemara Sesquim Lopes
Apelante: Maurílio Modesto Alves
Defensora Pública: Ilcemara Sesquim Lopes
Apelante: Lúcio Flávio de Farias Júnior
Defensora Pública: Ilcemara Sesquim Lopes
Apelado: Ministério Público
Relator: Desembargador Gilberto Barbosa
DESPACHO
Vistos etc.
Há nos autos dois recursos de apelação distintos, o primeiro interposto por Marlon Donadon, Melkisedek Donadon, Loreni Grosbelli, Roberto Pires da Costa, Arijon Cavalcante dos Santos, Márcia da Silva, Eduardo Fernando da Silva e Renata Figueiredo Andrade (id. 2270647, pp. 17/52) e o segundo, interposto pela empresa ASPLAX Instalações Elétricas Ltda., por Ilvio Rodrigues de Oliveira, Maurílio Modesto Alves e Lúcio Flávio de Farias Júnior (id. 2270647, pp. 68/70).
Em relação ao primeiro, o Ministério Público ofertou contrarrazões, id. 2270647, pp. 58/67. Entretanto, após juntada do segundo apelo, o processo foi encaminhado a esta e. Corte, sem que se tenha facultado ao MP de primeiro grau apresentar contrarrazões, ou, pelo menos, que tenha deixado de apresenta-las.
Impõe-se, pois, o retorno do processo à instância de origem para que seja sanada essa irregularidade.
Após, volte-me concluso o processo.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Des. Gilberto Barbosa
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª CÂMARA ESPECIAL
ACÓRDÃO
Processo: 7041625-10.2017.8.22.0001 Apelação (PJe)
Origem: 7041625-10.2017.8.22.0001 Porto Velho/2ª Vara da Fazenda Pública
Apelante: Felipe Gustavo Fidelis Souza Silva Cerveira Valois
Advogado: Albino Melo Souza Junior (OAB/RO 4464)
Advogado: Jackson Chediak (OAB/RO 5000)
Advogado: Tiago Fernandes Lima da Silva(OAB/RO 6122)
Apelado: Estado de Rondônia
Procurador: Thiago Araújo Madureira de Oliveira (OAB/RO 7410)
Relator: DES. EURICO MONTENEGRO
Redistribuído por Prevenção 18/09/2018
DECISÃO: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE."
EMENTA: Apelação cível. Mandado de segurança. Exame médico. Inaptidão. Eliminação.
1. A acessibilidade aos cargos públicos é condicionada ao preenchimento dos requisitos fixados em lei, conforme disciplina no art. 37, I, da CF.
2. Existindo previsão legal que exige a aferição da aptidão física do candidato, mediante exames médicos, e sendo esse considerado inapto em decorrência da existência de prévia cirurgia articular, não há que se falar em ilegalidade do ato apontado como coator, que eliminou o candidato do certame.
3. Recurso a que se nega provimento.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª CÂMARA ESPECIAL
ACÓRDÃO
Processo: 7001938-81.2017.8.22.0015 Apelação (PJe)
Origem: 7001938-81.2017.8.22.0015 Guajará-Mirim/1ª Vara Cível
Apelante: Estado de Rondônia
Procurador: Carlos Roberto Bittencourt Silva (OAB/RO 6098)
Apelada: Glória Maria Lemos de Freitas
Advogada: Jacqueline Paes Karantino (OAB/RO 5961)
Relator: DES. OUDIVANIL DE MARINS
Distribuído por Sorteio em 29/05/2018
DECISÃO: "REJEITADA A PRELIMINAR. NO MÉRITO, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, À UNANIMIDADE."
EMENTA: Apelação cível. Ação declaratória. Progressão funcional. Regra legal.
A progressão funcional deve obedecer aos requisitos legais para concessão, bem como devem ser pagas as diferenças salariais a contar da data em que deveriam ter sido implantadas, respeitando o prazo prescricional a contar da propositura da ação.
Recurso não provido.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª CÂMARA ESPECIAL
ACÓRDÃO
Processo: 0003130-55.2014.8.22.0022 Apelação (PJe)
Origem: 0003130-55.2014.8.22.0022 São Miguel do Guaporé/Vara Única
Apelante: Município de São Miguel do Guaporé
Procuradora: Joyce Borba Defendi (OAB/RO 4030)
Apelado: Glauciano Kuster
Advogada: Aline Cristina R. dos Santos Faedo (OAB/RO 7746)
Advogada: Ligia Veronica Marmitt Guedes (OAB/RO 4195)
Apelada: Heloana Timm Augusto
Advogada: Aline Cristina R. dos Santos Faedo (OAB/RO 7746)
Advogada: Ligia Veronica Marmitt Guedes (OAB/RO 4195)
Relator: DES. OUDIVANIL DE MARINS
Data de Distribuição: 25/04/2017
DECISÃO: "RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO, À UNANIMIDADE."
EMENTA: Apelação. Indenização por danos morais. Morte de recém-nascido Pensão por morte. Responsabilidade subjetiva.
Em caso de omissão administrativa, há responsabilidade subjetiva do ente, desde que comprovado dano, dolo ou culpa e nexo causal, caso em que a indenização por danos morais deve ser fixada de acordo com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.
Recurso parcialmente provido.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª CÂMARA ESPECIAL
ACÓRDÃO
Processo: 7017777-62.2015.8.22.0001 Apelação (PJe)
Origem: 7017777-62.2015.8.22.0001 Porto Velho/2ª Vara da Fazenda Pública
Apelante: Darli de Lima da Silva
Advogado: Jéferson Nunes Arantes Führ (OAB/RO 5249)
Advogada: Adriana Longuini R. C Führ (OAB/RO 5952)
Apelado: Estado de Rondônia
Procurador: Olival Rodrigues Gonçalves Filho (OAB/RO 7141)
Relator: DES. OUDIVANIL DE MARINS
Distribuído em 08/11/2016
DECISÃO: "ACOLHIDA A PRELIMINAR COM RELAÇÃO AO NÃO CONHECER DANO MATERIAL. NO MÉRITO, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, À UNANIMIDADE."
EMENTA: Apelação. Indenização por danos morais. Responsabilidade civil. Prisão preventiva. Necessidade.
Não havendo comprovação do dano moral, não há que falar em dever de indenizar, por inexistência de responsabilidade objetiva do Estado ante a necessidade da prisão preventiva para garantir a instrução processual.
Recurso não provido.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª CÂMARA ESPECIAL
ACÓRDÃO
Processo: 0007984-06.2015.8.22.0007 Apelação (PJe)
Origem: 0007984-06.2015.8.22.0007 Cacoal/1ª Vara Cível
Apelante: Município de Cacoal
Procurador: Caio Raphael Ramalho Veche e Silva (OAB/RO 6390)
Apelada: Aldicléia Rodrigues de Azevedo Tenório
Advogado: Geraldo Eldes de Oliveira (OAB/RO 1105)
Apelado: José Aparecido Tenório
Advogado: Geraldo Eldes de Oliveira (OAB/RO 1105)
Relator: DES. OUDIVANIL DE MARINS
Data de Distribuição: 11/10/2017
DECISÃO: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE."
EMENTA: Apelação. Indenização por danos morais. Prestação do serviço público. Falta de médicos. Responsabilidade subjetiva.
Em caso de omissão administrativa há responsabilidade subjetiva do ente, desde que comprovado o dano, dolo ou culpa e nexo causal, caso em que a indenização por danos morais deve ser fixada de acordo com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.
Recurso não provido.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Coordenadoria Especial-Cpe/2ºgrau
Agravo de Instrumento n°0801039-49.2019.8.22.0000
Origem: 7008429-73.2018.822.0014 Vilhena/2ª Vara Cível
Agravante: Estado de Rondônia
Procurador: Israel Tavares Victoria (OAB/RO 7216)
Agravado: Izaias Rodrigues da Silva
Advogado: Rafael Brambila (OAB/RO 4853)
Advogado: Tulio Magnus de Mello Leonardo (OAB/RO 5284)
Relator: Desembargador Eurico Montenegro
Redistribuído em 15/04/2019
Decisão
Vistos.
O ESTADO DE RONDÔNIA interpõe agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, em face da decisão (doc. e-25714851 - autos originais) que, em sede de Ação Ordinária de n. 7008429-73.2018.8.22.0014 (2ª Vara Cível de Vilhena), movida por IZAIAS RODRIGUES DA SILVA, determinou ao Agravante o depósito de honorários periciais, em razão do Agravado ser beneficiário da gratuidade de justiça.
O processo originário (7008429-73.2018.8.22.0014) tem por objeto a implantação de "gratificação de risco de vida e insalubridade" e reflexos salariais, já que o autor está investido no cargo efetivo de auxiliar de enfermagem no quadro da SESAU.
Segue trecho da decisão recorrida:
[…] O ponto controvertido é se o autor faz juz ao adicional de insalubridade e, em caso positivo, qual o percentual cabível em razão da atividade exercida pelo autor.
A prova é eminentemente técnica, razão pela qual demanda a realização de perícia.
Considerando a necessidade de realização de perícia neste feito, nomeio perito a Sra. Heloísa Sartori para que no prazo de 05 (cinco) dias ofereça proposta de honorários e diga se aceita o encargo. Em caso positivo, designe data e hora para a realização do ato.
Com a indicação, intime-se a parte requerida a proceder ao depósito dos honorários periciais, uma vez que o autor é beneficiário da gratuidade da justiça. [...] (grifamos)
Aduz o agravante (doc. e-5707407) que o simples fato da parte ser beneficiária da justiça gratuita não gera a automática obrigação de pagamento antecipado de honorários periciais pelo Estado, mormente antes da fase final do processo, pois ao final deste aqueles se tornam débitos judiciais, com pagamento que deve observar o procedimento previsto em lei.
Argumenta que há Resolução do CNJ que limita o valor de R$1.000,00 para as perícias decorrentes da gratuidade judiciária, e que esse pagamento deve ser suportado pelo Poder Judiciário.
Sustenta ainda que a Lei n. 4.320/64 veda a realização de despesa sem prévio empenho, e que o Estado de Rondônia não possui dotação orçamentária para arcar com esse tipo de despesa, e que a decisão gera risco de grave lesão aos cofres públicos, bem como há o risco inverso do efeito multiplicador para outros processos.
Ao fim, requer a concessão de efeito suspensivo, e que no mérito seja reformada a decisão.
É o relatório. Decido.
A irresignação do Agravante se dá quanto à decisão que lhe determinou o depósito de honorários periciais, haja vista o Agravado ser beneficiário da gratuidade de justiça.
Pois bem. Cumpre analisar neste momento, a existência ou não dos pressupostos autorizadores do efeito suspensivo, a fim de compor ou não a viabilidade de sua concessão, nos termos do art. 1.019, I, do Novo CPC c/c art. 995, NCPC, quais sejam, se da imediata produção dos efeitos da decisão recorrida houver risco de dano grave, de difícil ou impossível

reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.
No caso em tela, demonstrada a probabilidade de provimento do recurso, haja vista que, nos termos de precedentes do STJ e desta Corte, não obstante ser de responsabilidade do Estado de Rondônia o pagamento da perícia em casos análogos, este deverá aguardar o fim da demanda (STJ, REsp 1355519/ ES, Ministro CASTRO MEIRA, Julgamento em 2/5/2013, DJe 10/5/2013; TJRO, Agravo de Instrumento n. 0004735-05.2014.8.22.0000, 1ª Câmara Especial, Juiz Convocado José Augusto Alves Martins, julgado em 17/7/2014; Agravo de Instrumento n. 0002313-91.2013.8.22.0000, da minha relatoria, Julgado 6/6/2013, DJe 11/6/2013) .
Também se verifica quanto à possibilidade da existência de risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, haja vista a necessidade de procedimentos próprios para custeio da perícia.
Por ora, da análise superficial própria deste momento, tenho por mais prudente o deferimento do efeito suspensivo requerido, considerando que restam comprovados nos autos os pressupostos autorizadores.
Sendo assim, defiro o efeito suspensivo ao presente agravo, até o julgamento do mérito.
Intime-se o Agravado, na forma do art. 1.019, II do NCPC, para que responda no prazo legal, podendo juntar documentos.
Notifique-se o juízo a quo da presente decisão.
Publique-se. Intimem-se.
Porto Velho – RO, 29 de abril de 2019.
Desembargador EURICO MONTENEGRO JÚNIOR
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Coordenadoria Especial-Cpe/2ºgrau
Mandado de Injunção n. 0800973-69.2019.8.22.0000 (PJe)
Impetrante: Maria de Lourdes Roberto
Advogado: Edson Furtado Alves (OAB/RO 6288)
Impetrado: Prefeito do Município de Porto Velho
Relator: DESEMBARGADOR EURICO MONTENEGRO
Distribuído em 09/04/2019
Vistos.
Trata-se de mandado de injunção impetrado por Maria de Lurdes Roberto em face do Prefeito do Município de Porto Velho sob alegação de omissão na elaboração de legislação que regulamente concessão de aposentadoria especial para os servidores municipais.
Inexiste pedido de antecipação de tutela.
Nos termos dos incisos I e II do art. 5º da Lei nº 13.300/2016, determino:
1. a notificação do impetrado para que preste as informações que julgar necessárias , no prazo de 10 (dez) dias;
2. Dê-se ciência do ajuizamento do "mandamus" à Procuradoria-Geral de Município de Porto Velho, devendo-lhe ser enviada cópia da petição inicial, para que, querendo, ingresse no feito.
Transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público, nos termos do art. 7º da mesma lei.
Publique-se.
Porto Velho, 02 de maio de 2019.
Desembargador Eurico Montenegro Júnior
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª CÂMARA ESPECIAL
ACÓRDÃO
Processo: 7010632-81.2017.8.22.0001 Apelação (PJe)
Origem: 7010632-81.2017.8.22.0001 Porto Velho/2ª Vara da Fazenda Pública
Apelante: Daniele Castro Pereira
Advogado: Sebastião Quaresma Júnior (OAB/RO 1372)
Advogado: José do Carmo (OAB/RO 6526)
Apelado: Estado de Rondônia
Procuradora: Lívia Renata de Oliveira Silva (OAB/RO 1673)
Relator: DES. EURICO MONTENEGRO
Data de Distribuição: 17/10/2017
DECISÃO: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE."
EMENTA: Apelação. Administrativo. Concurso Público. Candidato aprovado fora do número de vagas previstas no edital. Cadastro de reserva. Mera expectativa de direito. Nomeação. Direito líquido e certo. Inexistente. Sentença confirmada.
1. O candidato aprovado fora do número de vagas previstas no edital não tem direito subjetivo à nomeação, podendo a administração pública decidir de acordo com a sua conveniência e oportunidade, acerca da nomeação dos candidatos.
2. Recurso a que se nega provimento.

2ª CÂMARA ESPECIAL

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª CÂMARA ESPECIAL
ACÓRDÃO
Processo: 0800998-19.2018.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe)
Origem: 7006569-44.2016.8.22.0002 Ariquemes/1ª Vara Cível
Agravante: Estado de Rondônia
Procurador: Winston Clayton Alves Lima (OAB/RO Nº 7418)
Agravado: Agropastoril Estevam Ltda
Agravado: JBS
Advogado: Fábio Augusto Chilo (OAB/SP 221616)
Advogado: Khalil Kaddissi (OAB/SP 162626)
Advogada: Renata Siciliano Quartim Babosa (OAB/SP 118690)
Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
Distribuído em 12/04/2018
DECISÃO: "RECURSO PROVIDO, À UNANIMIDADE."
EMENTA: Agravo de instrumento. Processo civil. Execução fiscal. JBS S/A e Agropastoril Estevam LTDA. Sucessão empresarial. Redirecionamento da dívida. Recurso provido.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª CÂMARA ESPECIAL
ACÓRDÃO
Processo: 0800998-19.2018.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe)
Origem: 7006569-44.2016.8.22.0002 Ariquemes/1ª Vara Cível
Agravante: Estado de Rondônia
Procurador: Winston Clayton Alves Lima (OAB/RO Nº 7418)
Agravado: Agropastoril Estevam Ltda
Agravado: JBS
Advogado: Fábio Augusto Chilo (OAB/SP 221616)
Advogado: Khalil Kaddissi (OAB/SP 162626)
Advogada: Renata Siciliano Quartim Babosa (OAB/SP 118690)
Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
Distribuído em 12/04/2018
DECISÃO: "RECURSO PROVIDO, À UNANIMIDADE."
EMENTA: Agravo de instrumento. Processo civil. Execução fiscal. JBS S/A e Agropastoril Estevam LTDA. Sucessão empresarial. Redirecionamento da dívida. Recurso provido.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª CÂMARA ESPECIAL
ACÓRDÃO
Processo: 0802848-11.2018.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe)
Origem: 7034044-07.2018.8.22.0001 Porto Velho/2ª Vara da Fazenda Pública

Agravante: Estado de Rondônia
Procurador: Ítalo Lima de Paula Miranda (OAB/RO 5222)
Agravado: Tancredo Martins dos Santos
Defensor Público: Sérgio Muniz Neves (OAB/RJ 147320)
Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
Distribuído em 10/10/2018
DECISÃO: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE."
EMENTA: Agravo de instrumento. Ação de obrigação de fazer. Fornecimento de medicamento. Medicamento não padronizado. Políticas públicas. Judicialização do direito à saúde. Idoso. Ausência de opção nas listagens do SUS. Possibilidade. Precedentes do STF e STJ. Recurso improvido.
Pode o Poder Judiciário, no tocante ao direito à saúde, determinar ao Estado a implementação de políticas públicas quando inexistente, sem que haja violação ao poder discricionário do Poder Executivo. Devidamente comprovado não haver tratamento disponível na rede pública, ou nela havendo, que este não seja eficaz, a Suprema Corte orienta no sentido de que poderá o Judiciário determinar a sua dispensação, máxime em se tratando de paciente idoso e de rendimentos parcos.
Recente julgado do e. STJ fixou parâmetros para a distribuição de medicamentos, quais sejam: a) Comprovação, por meio de laudo médico fundamentado e circunstanciado expedido por médico que assiste o paciente, da imprescindibilidade ou necessidade do medicamento, assim como da ineficácia, para o tratamento da moléstia, dos fármacos fornecidos pelo SUS; b) incapacidade financeira de arcar com o custo do medicamento prescrito e, c) existência de registro na ANVISA do medicamento.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Especial / Gabinete Des. Renato Martins Mimessi
Processo: 7001251-09.2018.8.22.0003 - APELAÇÃO (PJe)
Origem: 7001251-09.2018.8.22.0003 2ª Vara Cível de Jaru
Apelante: MUNICÍPIO DE JARU - RO
Procurador: HUDSON DA COSTA PEREIRA (OAB/RO 6084)
Apelada: ELISANGELA CANTARELLA DE SOUSA
Advogada: KARIMA FACCIOLI CARAM (OAB/RO 3460)
Advogado: THIAGO HENRIQUE BARBOSA (OAB/RO 9583)
Relator: DES. RENATO MARTINS MIMESSI
Vistos
Elisângela Cantarella de Sousa interpõe petição incidental requerendo concessão de tutela provisória a fim de ver seu nome excluído da lista de devedores do Cartório de Protesto de Jaru, bem como seja o Banco Central do Brasil notificado para que retire do Sistema de Informação de Crédito – SCR a restrição oriunda do protesto feito pelo Município de Jaru.
Relata que o Município de Jaru ajuizou execução fiscal contra si, reclamando débito no valor de R$ 4.544,90, relativo a Imposto de Transmissão de Bem Imóvel – ITBI. Por entender que referido débito seria inexigível, pois desprovido de fato gerador, a ora peticionante interpôs Exceção de Pré-Executividade, esclarecendo que de fato chegou a firmar compromisso de compra e venda de um imóvel com consequente emissão de guia de ITBI, todavia, não houve continuidade no procedimento, razão pela qual não quitou respectivo tributo.
Ressaltou que em oportunidade posterior, renovou o lançamento e, desta vez, recolheu o tributo, levando a efeito a transferência do imóvel. Contudo, o ITBI lançado anteriormente permaneceu em aberto, o que motivou a Procuradoria Municipal a inscrevê-lo em dívida ativa e ajuizar a presente Execução Fiscal.
O juízo de origem acolheu a Exceção de Pré-Executividade para reconhecer a inexistência de fato gerador e, via de consequência, e inexigibilidade do crédito tributário. Julgou extinta a Execução e em julgamento de Embargos de Declaração, condenou o Município ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da causa.
O Município interpôs recurso de apelação alegando que os argumentos sustentados pelo apelado são desprovidos de provas. Aduz ainda que seria dever do contribuinte dar baixa no título, razão pela qual sustenta a higidez da execução que ajuizou.
Contrarrazões nos autos.
Em sua petição incidental, a parte recorrida diz sofrer prejuízos oriundos da inscrição de seu nome em serviços de restrição de crédito, destacando dificuldades em sua relação bancária em razão do protesto existente em seu nome. Requer, por isso, seja determinado ao Município, já em sede de tutela provisória, promover imediata baixa das negativações em seu nome.
É o relatório. Decido.
Para concessão de tutela provisória fundada em urgência, mister verificar a presença da plausibilidade jurídica da pretensão conjuntamente a demonstração do perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo a justificar a medida antecipada, nos termos que dispõe o art. 300 do NCPC.
Quanto à plausibilidade jurídica da pretensão, pondera-se que a inexigibilidade do débito tributário que embasa a presente execução fiscal fora declarada pelo juízo de origem ao sopesar o esclarecimento trazido pela ora apelada em sua Exceção de Pré-Executividade, na qual informa que a transmissão do bem imóvel que motivou o lançamento do primeiro ITBI, acabou por não se consumar, razão pela qual o respectivo tributo não fora quitado.
Ausente efetiva transmissão de bem imóvel, não há se falar em exigibilidade do respectivo ITBI, pais carecente do essencial fato gerador – sendo irrelevante, para fins de verificação da exigibilidade do débito, o simples fato de o contribuinte ter emitido guia para recolhimento do tributo.
Este ponto foi fartamente enfrentado pelo juízo de origem, que assim consignou:
"O exequente limita-se a condicionar o cancelamento do tributo ao requerimento do contribuinte, além de usar o disposto no paragrafo único da referida legislação tributária municipal como base de sua argumentação, ao informar que as promessas de compra e venda também são tributáveis.
Entretanto, o entendimento majoritário do Superior Tribunal de Justiça afasta a tese apresentada pelo ente municipal, visto que o fato gerador ocorrerá apenas com a tradição do bem firmada através de registro.
PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. DEVIDO ENFRENTAMENTO DAS QUESTÕES RECURSAIS. INCONFORMAÇÃO COM A TESE ADOTADA. TRIBUTÁRIO. ITBI. FATO GERADOR. PROMESSA DE COMPRA E VENDA. NÃO INCIDÊNCIA. SÚMULA 83/STJ. DECRETO 16.419/06. LEI LOCAL. SÚMULA 280/STF.
1. Inexiste violação do art. 535 do CPC quando a prestação jurisdicional é dada na medida da pretensão deduzida, com enfrentamento e resolução das questões abordadas no recurso.
2. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que o fato gerador de ITBI é o registro imobiliário da transmissão da propriedade do imóvel, sendo inexigível no contrato de promessa de compra e venda. Incide, portanto, a Súmula 83/STJ.
3. Para se aferir a procedência das alegações recursais, seria necessário proceder à interpretação de norma local, a saber, o art. 2º do Decreto 16.419/2006. O exame de normas de caráter local é inviável na via do recurso especial, em virtude da vedação prevista na Súmula 280 do STF, segundo a qual, "por ofensa a direito local, não cabe recurso extraordinário". Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 813.620/BA, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/12/2015, DJe 05/02/2016); e
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SUPOSTA OFENSA AO ARTIGOS 458 E 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. ITBI. FATO GERADOR. PROMESSA DE COMPRA E VENDA. NÃO INCIDÊNCIA. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Inexiste violação aos artigos 458 e 535 do CPC quando o Tribunal de origem soluciona a controvérsia de maneira clara e fundamentada, promovendo a integral solução da controvérsia, ainda que de forma contrária aos interesses da parte.
2. A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que o fato gerador do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis - ITBI é a transmissão do domínio do bem imóvel, nos termos do art.35, II, do CTN. Dessa forma, não incide o ITBI em promessa de compra e venda, na medida que trata-se de contrato preliminar que poderá ou não se concretizar em contrato definitivo, este sim ensejador da cobrança do aludido tributo. Precedentes. Incidência do óbice da Súmula 83/STJ.
3. Vale destacar que o óbice da Súmula 83/STJ não se restringe aos recursos especiais interpostos com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional, sendo também aplicável nos recursos fundados na alínea "a".
4. Agravo regimental não provido.
(AgRg no AREsp 659.008/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/04/2015, DJe 14/04/2015)
Por todo o exposto, reconheço a inexistência de fato gerador e JULGO EXTINTO o processo, com apreciação do mérito, na forma do artigo 487, II, do Código de Processo Civil."
Presente, pois, a plausibilidade jurídica na pretensão formulada pela ora peticionante quanto a inexibilidade do débito tributário executado pelo Município de Jaru.
De igual modo, também afigura-se notável o prejuízo sofrido pela peticionante em razão da inscrição de seu nome em registros de proteção de crédito, o que sabidamente impõe-lhe embaraços e constrangimentos na prática de atos corriqueiros e diários de consumo, bem como entraves em relacionamentos bancários, como expressamente narrado pela peticionante.
Por fim, relevante ainda destacar a fácil reversibilidade da medida em caso de provimento do recurso interposto pelo Município de Jaru, o qual não suportará nenhum prejuízo decorrente da medida ora postulada.
Face ao exposto, preenchido os requisitos legais da medida, defiro pedido de tutela provisória para determinar ao Município de Jaru que promova baixa de qualquer restrição em nome da peticionante Elisângela Cantarella de Sousa relativa ao débito tratado nestes autos, no prazo impreterível de 5 (cinco) dias úteis sob pena de multa diária que, desde já, fixo em R$ 200,00 (duzentos reais), até o limite de R$ 2.000,00 (dois mil reais).
Intime-se.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Desembargador Renato Martins Mimessi
Relator
Assinado eletronicamente por: RENATO MARTINS MIMESSI
30/04/2019 13:05:07
http://pje.tjro.jus.br:80/sg/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
ID do documento: 5749946 19043013050752200000005720942

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Especial / Gabinete Des. Renato Martins Mimessi
Processo: 7001371-27.2015.8.22.0013 - APELAÇÃO (198)
Relator: RENATO MARTINS MIMESSI
Data distribuição: 12/12/2016 17:04:47
Polo Ativo: CNOVA COMERCIO ELETRONICO S.A. e outros
Advogados do(a) APELANTE: TATIANE APARECIDA MORA XAVIER - SP243665, GUILHERME PEREIRA DAS NEVES - SP1597250, MARIA HELENA TAVARES DE PINHO TINOCO SOARES - SP1124990
Polo Passivo: ESTADO DE RONDÔNIA e outros
Despacho
Dê-se vista a d. PGJ.
Porto Velho, 30 de abril de 2019
Desembargador Renato Martins Mimessi
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Coordenadoria Especial-Cpe/2ºgrau
Processo: 7000337-43.2017.8.22.0014 - Apelação
Apelante: Sulamita Alves Rodrigues dos Santos
Advogado: Josué Alves Rodrigues dos Santos (OAB/RO 8402)
Apelado: Município de Vilhena
Procuradora: Acira Hasan Abdalla (OAB/RO 3050)
Relator: Renato Martins Mimessi
Data de distribuição: 19/06/2017
Vistos etc.
Trata-se de apelação interposta por Sulamita Alves Rodrigues dos Santos contra sentença proferida pelo juízo da 1ª Vara Cível de Vilhena que indeferiu a petição inicial do Mandado de Segurança por si manejado em face do Secretário Municipal de Terras de Vilhena, objetivando compeli-lo a aplicar a Lei n. 4.384/16, que Dispõe sobre a criação e a Regulamentação do Programa Municipal de Regularização de Posse e dá outras providências.
Na inicial da ação narrou ser proprietária de um imóvel situado naquela Urbe. Afirmou que por ali residir há 22 anos, no intuito de regularizar sua posse, se dirigiu à Secretaria de Terras (SEMTER) para pagar todos os encargos da transferência. Diz ter pago as taxas, bem como ITBI, tendo obtido informação de que em 05 dias o imóvel já estaria registrado em seu nome.
Ocorre que ao se dirigir novamente à Secretaria, desta vez no intuito de escriturar o imóvel, recebeu a informação de que não seria possível em razão de a Lei 4.384/16 (lei de regularização de posse) não estar sendo aplicada, sendo necessário aguardar que uma nova lei entrasse em vigor para que, só então, pudesse escriturar seu imóvel. Diz ter obtido informação de que a lei não estava sendo aplicada por ter a secretaria municipal acatado recomendação do Ministério Público que entendeu ser ela flagrantemente inconstitucional.
Assim, neste mandamus postulou a ordem de aplicação da lei em questão, a fim de regularizar a situação do imóvel que detém por meio de "contrato de gaveta".
A petição inicial foi indeferida por entender o magistrado a quo que não havia prova da liquidez e certeza do direito da impetrante, pontuando que o writ não poderia servir de sucedâneo para aquisição indireta da propriedade. Afirmou que a situação perpassa pela análise de situação fática, ou seja, de aferir por meio de outros elementos se, de fato, a impetrante ostenta a condição de possuidora, para que então reúna condições de ser beneficiada pela citada lei, de modo que a análise do caso em concreto apresentada demandaria dilação probatória. Desse modo, como não haveria prova pré-constituída da condição da autora, não teria como utilizar o mandamus como mecanismo de defesa dos seus interesses.
No apelo defende que a sentença deve ser reformada pois o pedido inicial não foi para aquisição indireta de propriedade, mas tão somente para que a única Lei Municipal que trata sobre a Escrituração de Imóveis seja aplicada, visto que além de estar plenamente em vigor não foi revogada por nenhuma outra. Pontua que a única razão de não ser aplicada é o termo de recomendação do Ministério Público, que não revoga lei. Discorre sobre a natureza jurídica do termo de recomendação expedido pelo promotor local, aduzindo não ser de natureza obrigacional, mas mera opinião.
Pois bem.
Da análise dos autos, sobretudo do Memorando n. 551/2016/SEMTER (id. 1895929), colho que o Secretário Municipal de Terras solicitou, em 28/11/2016, que Procuradoria do Município, com máxima urgência, providenciasse elaboração de novo projeto de lei que visa ao reconhecimento de posse dos imóveis inseridos em toda a extensão do Município, devido à quantidade de processos formulados e arquivados na secretaria, pendentes de conclusão, como é o caso do processo da apelante.
Ora, considerando o tempo já transcorrido, bem como informações obtidas, via pesquisas na internet, de que foi aprovada, em outubro de 2017, nova lei no município de Vilhena sobre a regularização de imóveis

- (https://www.folhadevilhena.com.br/2017/10/prefeita-sanciona-lei-que-cria-programa-de-regularizacao-de-imoveis-em-vilhena/) –, intime-se a apelante/impetrante para, no prazo de 05 dias, informar se persiste o interesse no julgamento desta apelação ou se houve a perda do objeto por ter, eventualmente, o processo administrativo que trata do seu imóvel se finalizado.
I.
Após voltem-me conclusos.
Porto Velho – RO, 30 de abril de 2019.
Desembargador Renato Martins Mimessi
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Especial / Gabinete Des. Renato Martins Mimessi
Processo: 7000774-60.2016.8.22.0001 - APELAÇÃO (198)
Relator: RENATO MARTINS MIMESSI
Data distribuição: 10/01/2017 15:03:41
Polo Ativo: MUNICIPIO DE PORTO VELHO e outros
Advogados do(a) APELANTE: ANDERSON MARCELINO DOS REIS - RO6452-A, ELISANDRA NUNES DA SILVA - RO5143-A
Polo Passivo: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
Despacho
Dê-se vista a d. PGJ.
Porto Velho, 30 de abril de 2019
Desembargador Renato Martins Mimessi
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Especial / Gabinete Des. Roosevelt Queiroz
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0801075-91.2019.8.22.0000 (PJE)
ORIGEM: 7002661-74.2019.8.22.0001 PORTO VELHO/2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
AGRAVANTE: ACECO TI S.A.
ADVOGADO: ADALBERTO PINTO DE BARROS NETO (OAB/DF 34964)
ADVOGADA: JOICY LEIDE MONTALVAO DE ALMEIDA (OAB/DF 59860)
AGRAVADO: ESTADO DE RONDÔNIA
PROCURADOR: PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
RELATOR: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
Decisão
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por : ACECO TI S/A contra a decisão proferida pelo Juízo da 2ª Vara da Fazenda Pública desta Capital, que nos autos da ação anulatória de débito fiscal n. 7002661-74.2019.8.22.0001, indeferiu a liminar que objetivava a suspensão da exigibilidade do crédito fiscal vinculado ao auto de infração n. 20162930506260, impedindo o fisco de proceder qualquer tipo de cobrança a ele relativo até o final da demanda, ao argumento de que as alegações não se mostram suficientes à concessão do provimento requerido em liminar, e que não há ilegalidade ou abuso de poder cometido pelo Fisco quando procedeu a autuação.
Diz a impetrante que é prestadora de serviços de construção civil do Estado de São Paulo, a qual venceu o certame na circunscrição territorial da ré para executar contrato nº 75/2015 com o Tribunal de Justiça de Rondônia.
Alega que os materiais necessários para executar o trabalho saíram de São Paulo e ao chegarem em território rondoniense passaram a ser tributados, por meio do auto de infração nº 20162930506260, nas barreiras fiscais se exigindo o pagamento de ICMS por se entender que havia diferencial de alíquota a ser recolhido.
Afirma que a empresa de construção civil não é contribuinte do imposto exigido – ICMS-DIFAL- principalmente quando transfere mercadorias da sua sede em São Paulo para o local da obra.
Requer em liminar que seja suspensa a exigibilidade do crédito fiscal vinculado ao auto da infração nº 20162930506260, de modo que impeça que o fisco proceda qualquer tipo de cobrança a ele relativo até o final da demanda.
É o breve relatório.
DECIDO.
O agravo de instrumento é a via recursal adequada para impugnação de decisões interlocutórias que versarem sobre as hipóteses previstas no artigo 1.015 do Novo CPC.
Nelson Nery Junior em Comentários ao Código de Processo Civil, esclarece o seguinte:
No CPC/1973, bastava que a decisão se encaixasse na definição de interlocutória para que dela fosse cabível o recurso de agravo, fosse por instrumento, fosse retido nos autos – sendo este último a regra do sistema. O atual CPC agora pretende manter a regra do agravo retido sob outra roupagem, a da preliminar de apelação. Porém a regra não mais se pauta pelo caráter de urgência e de prejuízo que o não julgamento da interlocutória posa ter, como ocorria no CPC/1973, mas sim por uma seleção de onze situações que parecem ser, ao legislador, as únicas nas quais se pode ter prejuízo ao devido andamento do processo caso apreciadas de imediato em segundo grau de jurisdição (Nelson Nery Junior, Rosa Maria de Andrade Nery, Comentários ao Código de Processo Civil, Editora Revista dos Tribunais, 2015, pág. 2079).
O parágrafo único do mesmo dispositivo legal também fixa que "caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário"
Nessa senda, o recurso adequado, que visa à possibilidade de uma célere reavaliação do caso pelo órgão superior, garantindo o duplo grau de jurisdição acerca de matéria prevista expressamente no dispositivo citado, é o agravo de instrumento.
É prevista, ainda, para uma análise mais rápida e eficaz da matéria pelo órgão ad quem, a possibilidade de concessão de efeito suspensivo quando do recebimento do recurso, para ver paralisada a decisão adotada pelo juízo de primeiro grau até o julgamento final do recurso, ao menos. (Art. 1.019)
Todavia, para a concessão desse efeito, o art. 995, do CPC prevê como requisitos o risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e a demonstração da probabilidade de provimento do recurso:
Art. 995. Os recursos não impedem a eficácia da decisão , salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.
Parágrafo único. A eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.
Assim, "o que interessa para a concessão de efeito suspensivo, além da probabilidade de provimento recursal (o fumus boni iuris) é a existência de perigo de na demora na obtenção do provimento recursal (periculum in mora)" (Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart, Daniel Mitidieiro, Novo Código de Processo Civil Comentado, ed. Revista dos Tribunais, 2015, pág. 929).
Pois bem.
Verifica-se pelo contrato social da empresa, que está, além de serviços de construção civil, presta vários outros serviços, como o comércio varejista. Ademais, para que não seja compelida ao recolhimento diferencial de alíquota, deverá provar que tal material possui a qualidade de insumo. Dessa forma, para ter direito a imunidade nas operações de aquisição de materiais de outro Estado da Federação, dependerá de análise de cada operação.
Portanto, apesar dos fatos narrados, do direito invocado e da documentação acostada aos autos, tenho que correta a cautela na decisão do juízo a quo que decidiu esperar a instrução processual, para então, analisando o caso de forma mais profunda.
Quanto a presença do periculum in mora, ao examinar o pressuposto da plausibilidade de resultado lesivo grave ou de difícil reparação, de igual forma, não verifico o requisito para concessão da medida antecipativa de tutela. Palmar que a concessão da medida liminar, afastando a incidência do referido imposto (ICMS - DIFAL), traria um caráter de

irreversibilidade do ato ou de difícil reparação, pois caso ao final seja a ação julgada improcedente, uma possível situação fática já estaria consolidada, recaindo sobre esta a norma proibitiva do § 3º, art. 300 do NCPC.
Importante ainda salientar que o pedido da agravante tem cunho satisfativo, se confundindo com o próprio mérito da ação, inviabilizando a antecipação da tutela.
Nesse sentido:
AGRAVO DE INSTRUMENTO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. PROVA INEQUÍVOCA. FUNDADO RECEITO DE DANO IRREPARÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO. INEXISTÊNCIA.
Para a concessão da tutela antecipada exige-se a presença de certos requisitos, materializados na prova inequívoca que convença da verossimilhança da alegação conciliada com o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, quando não evidenciado tais requisitos e, sendo incabível a conversão do presente recurso em diligência ou produção de provas, o improvido do pleito, é medida que se impõe. (TJRO, 2ª Câmara Especial, Agravo de Instrumento n. 0800371-83.2016.8.22.0000, Rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, J. em 12/04/2016.)
AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR INDEFERIDA. ANÁLISE DO FUMUS BONI JURIS QUE SE CONFUNDE COM O MÉRITO DA DEMANDA.
1. "A análise do pedido, no âmbito liminar, demanda a observância dos requisitos autorizadores para a concessão da medida, quais sejam, o fumus bonis juris e o periculum in mora." (AgRg no MS 15.104/DF , Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 8/9/2010, DJe 17/9/2010).
2. Na espécie, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da ação mandamental, o que concorre para demonstrar a natureza satisfativa do pleito apresentado a este Juízo.
3. Agravo regimental a que se nega provimento. [STJ – AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA AgRg no MS 14058 DF 2008/0285070-6].
Dessa forma, os argumentos e documentos apresentados não se prestam para infirmar a decisão agravada.
Em face do exposto, em cognição sumária, não estando presentes os pressupostos necessários para a concessão da medida liminar, indefiro a tutela antecipada recursal.
Nos termos do art. 1019, inciso II do NCPC, intime-se o agravado para, querendo, contraminutar.
Desnecessárias as informações do juízo de primeiro grau.
Dê-se vista a Douta Procuradoria Geral de Justiça.
Após, retornem os autos à conclusão.
Intimem-se, publicando.
Porto Velho, 25 de abril de 2019.
Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª CÂMARA ESPECIAL
ACÓRDÃO
Processo: 0000635-43.2015.8.22.0009 Apelação (PJe)
Origem: 0000635-43.2015.8.22.0009 Pimenta Bueno/2ª Vara Cível
Apelante: Estado de Rondônia
Procurador: Valério César Milani e Silva (OAB/RO 3934)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
Redistribuído em 03/03/2017
DECISÃO: "RECURSO PROVIDO, À UNANIMIDADE."
EMENTA: Apelação. Ação civil pública. Obrigação de fazer. Execução de reforma em quartéis e contratação de policiais. Políticas públicas. Ato discricionário do Poder Executivo. Incidência do princípio da separação dos poderes e reserva do possível. Intervenção do Poder Judiciário. Impossibilidade no caso concreto. Recurso provido.
Segundo os ditames constitucionais, em regra, não deve o Poder Judiciário se imiscuir em atividades precípuas do Executivo, a fim de impor a priorização desta ou daquela política pública em detrimento de outras, sob pena de vulneração do postulado da separação dos poderes.
A definição de políticas públicas é atribuição outorgada constitucionalmente ao Poder Executivo, de forma que este é quem realiza as escolhas trágicas e define quais são as necessidades sociais a serem atendidas, segundo os limitados recursos públicos. Logo, revela-se indevido compelir judicialmente o Estado a reformar prédios públicos e aumentar o efetivo, porquanto, apesar da relevância da pretensão, não está inserida no mínimo existencial.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª CÂMARA ESPECIAL
ACÓRDÃO
Processo: 0801603-62.2018.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe)
Origem: 7011156-60.2017.8.22.0007 Cacoal/3ª Vara Cível
Agravante: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Defensor Público: Roberson Bertone de Jesus (OAB/MG 114599)
Agravado: Estado de Rondônia
Procurador: Valério César Milani e Silva (OAB/RO 3934)
Agravado: Município de Rolim de Cacoal
Procurador: Procuradoria Geral do Município de Cacoal
Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
Distribuído em 07/06/2018
DECISÃO: "RECURSO PROVIDO, À UNANIMIDADE."
EMENTA: Agravo de instrumento. CERNIC. Atendimento de crianças e adolescentes com necessidades especiais. Tratamento fisioterápico. Drástica redução da jornada de trabalho da profissional anterior. Sequestro de valores do Estado. Continuidade de tratamento. Possibilidade. Recurso provido.
A jurisprudência pátria está orientada no sentido de conferir proteção especial à saúde, mais ainda se tratando de crianças e adolescentes com necessidades especiais.
In casu, constatando-se a redução de jornada de trabalho de profissional fisioterapeuta que atendia no Centro de Reabilitação, prudente, em sede de agravo e até julgamento final de mérito da ação originária (Ação Civil Pública), que se de continuidade ao programa de tratamento com o sequestro de valores do cofre do Estado, sob pena de perda dos avanços já conquistados pelos pacientes.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª CÂMARA ESPECIAL
ACÓRDÃO
Processo: 0800743-61.2018.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe)
Origem: 7011156-60.2017.8.22.0007 Cacoal/3ª Vara Cível
Agravante: Estado de Rondônia
Procurador: Valério César Milani e Silva (OAB/RO 3934)
Agravado: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Defensor Público: José Oliveira de Andrade (OAB/RO 111B)
Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
Redistribuído em 28/03/2018
DECISÃO: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE."
EMENTA: Agravo de instrumento. CERNIC. Atendimento de crianças e adolescentes com necessidades especiais. Tratamento fisioterápico. Drástica redução da jornada de trabalho da profissional anterior. Sequestro de valores do Estado. Continuidade de tratamento. Possibilidade. Recurso improvido.
A jurisprudência pátria está orientada no sentido de conferir proteção especial à saúde, mais ainda se tratando de crianças e adolescentes com necessidades especiais.
In casu, constatando-se a redução de jornada de trabalho de profissional fisioterapeuta que atendia no Centro de Reabilitação, prudente que se dê continuidade ao programa de tratamento com o sequestro de valores do cofre do Estado, sob pena de perda dos avanços já conquistados pelos pacientes.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª CÂMARA ESPECIAL
ACÓRDÃO
Processo: 7005318-73.2016.8.22.0007 Apelação (PJe)
Origem: 7005318-73.2016.8.22.0007 Cacoal/1ª Vara Cível
Apelante: L. G. Indústria e Comércio de Pães Ltda - ME
Defensor Público: Geones Miguel Ledesma Peixoto (OAB/MT 7568B)
Defensor Público: Roberson Bertone de Jesus (OAB/MG 114599)
Apelado: Estado de Rondônia
Procurador: Valério César Milani e Silva (OAB/RO 3934)
Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
Redistribuído em 04/09/2017
DECISÃO: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE."
EMENTA: Apelação cível. Embargos à execução. Citação por oficial de justiça. Tentativa frustrada. Empresa não localizada. Citação por edital. CPC/73 x LEF. Regra especial. Princípio da especialidade. Recurso não provido.
A lei de execução fiscal, com normativo legal de regência. exige, para citação editalícia, a tentativa frustrada de citação, que. na espécie. o oficial de justiça certificou a ocorrência, não tendo este encontrado a empresa ou informação alguma sobre o seu paradeiro, só então sobrevindo a citação ficta com publicação do edital uma só vez no órgão oficial. Válido, portanto, o ato citatório nos ditames que segue o princípio da especialidade da LEF, e não o CPC, regra de caráter geral.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª CÂMARA ESPECIAL
ACÓRDÃO
Processo: 0005756-76.2015.8.22.0001 Apelação (PJe)
Origem: 0005756-76.2015.8.22.0001 Porto Velho/10ª Vara Cível
Apelante: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Procurador Federal: Guilherme Viana Lara Alves (OAB/MG 148297)
Apelado: Air Pedro da Silva
Advogado: Hugo Evangelista da Silva (OAB/RO 194)
Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
Redistribuído em 08/09/2017
DECISÃO: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE."
EMENTA: Apelação cível. Direito previdenciário. Conversão do benefício auxílio-doença em aposentadoria por invalidez. Aspectos socioeconômicos. Incapacidade parcial permanente. Laudo conclusivo. Precedentes do STJ. Recurso não provido.
Embora o laudo pericial tenha constatado a redução da capacidade física funcional e laborativa do apelado de modo parcial, no contexto socioeconômico e profissional em que está inserido, não tem condições de concorrer, na limitação física que o aflige, no mercado competitivo de trabalho.
A jurisprudência do STJ orienta-se no sentido de que a concessão da aposentadoria por invalidez deve considerar não só os elementos previstos no art. 42 da Lei nº 8.213/91, mas também aspectos socioeconômicos, profissionais e culturais do segurado, ainda que o laudo pericial tenha concluído pela incapacidade parcial, mas de forma inequívoca assevera ser permanente e irreversível.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª CÂMARA ESPECIAL
ACÓRDÃO
Processo: 0013319-40.2014.8.22.0007 Apelação (PJe)
Origem: 0013319-40.2014.8.22.0007 Cacoal/2ª Vara Cível
Apelante: Amável Pereira Costa
Advogado: Hemerson Gomes Couto (OAB/RO 7297)
Advogado: Paulo Roberto Meloni Monteiro (OAB/RO 6427)
Advogado: Irvandro Alves da Silva (OAB/RO 5662)
Apelado: Município de Cacoal
Procurador: Caio Raphael Ramalho Veche e Silva (OAB/RO 6390)
Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
Redistribuído em 28/04/2017
DECISÃO: "REJEITADA A PRELIMINAR. NO MÉRITO, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, À UNANIMIDADE."
EMENTA: Apelação. Reclamatória trabalhista. Servidor nomeado para cargo comissionado. Verbas trabalhistas do regime CLT indevidas. Assédio moral. Não configuração. Danos morais indevidos. Recurso não provido.
O vínculo estabelecido entre a Administração Pública e o servidor nomeado para cargo comissionado possui natureza jurídica administrativa, não sendo, portanto, aplicável a legislação trabalhista.
O servidor sem vínculo efetivo nomeado para exercer cargo declarado em lei de livre nomeação e exoneração não faz jus a direitos contemplados na consolidação das leis do trabalho.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª CÂMARA ESPECIAL
ACÓRDÃO
Processo: 0001066-44.2015.8.22.0020 Apelação (PJe)
Origem: 0001066-44.2015.8.22.0020 Nova Brasilândia do Oeste/1ª Vara Cível
Apelante: Paulo Luiz Gambarti
Advogado: Salvador Luiz Paloni (OAB/RO 299A)
Advogada: Catiane Dartibale (OAB/RO 6447)
Apelado: Estado de Rondônia
Procurador: Eliabes Neves (OAB/RO 4074)
Procurador: Vagno Oliveira de Almeida (OAB/RO 5185)
Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
Distribuído em 25/04/2018
DECISÃO: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE."
EMENTA: Apelação. Ação indenizatória. Doença adquirida no ambiente de trabalho. Nexo de causalidade. Não comprovação. Responsabilidade estatal não configurada. Recurso improvido.
A responsabilidade estatal por acidente de trabalho pressupõe, além da existência do dano, a comprovação do nexo de causalidade entre a ação ou omissão do Estado e o prejuízo experimentado.
In casu, o recorrente defendeu que a doença foi adquirida durante a atividade de limpeza do forro de imóvel público, entretanto, não comprovou o nexo de causalidade entre a aquisição da doença e o exercício da função.
Em contraponto, há comprovação no sentido de que o recorrente laborava como pedreiro e agente de limpeza em diversos outros locais, fora do ambiente laboral, onde pode ter adquirido a doença, circunstância a afastar a responsabilidade estatal.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Coordenadoria Especial-Cpe/2ºgrau
0800909-59.2019.8.22.0000 - Mandado de Segurança
Impetrante: Sindicato dos Agentes Penitenciários de Rondônia
Advogada: Layanna Mabia Mauricio (OAB/RO 3856)
Impetrado: Secretária de Estado da Justiça de Rondônia
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Relator: Renato Martins Mimessi
Data de distribuição: 03/04/2019
Vistos.
Trata-se de Mandado de Segurança impetrado pelo Sindicato dos Agentes Penitenciários e Socioeducadores do Estado de Rondônia – SINGEPERON contra ato do Secretário Estadual de Justiça.
Peticiona o impetrante postulando a desistência da ação por ter perdido o objeto considerando que em 24/04/2019, a ALE – RO publicou Decreto sustando os efeitos da portaria que impugnava neste writ.
Ante o exposto, homologo a desistência e extinguo o processo sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do NCPC.
Arquive-se.
P. I. C.
Porto Velho – RO, 02 de maio de 2019.
Desembargador Renato Martins Mimessi
Relator

COORDENADORIA CIVEL DA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRONICOS DO 2º GRAU

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Tribunal de Justiça
Coordenadoria do Pleno da CPE2G
Tribunal Pleno Judiciário
Data de interposição: 17/9/2016
Data do julgamento : 15/4/2019
Agravo Interno em Recurso Especial em Apelação n. 0004103-73.2014.8.22.0001
Origem : 0004103-73.2014.8.22.0001/10ª Vara Cível/Coordenadoria Cível da CPE2G
Agravante : Bairro Novo Empreendimentos Imobiliários S.A.
Advogados : Alexandre Batista Fregonesi (OAB/SP 172.276),
Andrey Cavalcante de Carvalho (OAB/RO 303B),
Paulo Barroso Serpa (OAB/RO 4.923),
Mirele Rebouças de Queiroz Jucá Lauton (OAB/RO 3.193),
Gustavo Clemente Vilela (OAB/SP 220.907) e
Iran da Paixão Tavares Júnior (OAB/RO 5.087)
Agravada : Cirley Lira de Paula
Advogado : Felipe Góes Gomes Aguiar (OAB/RO 4.494)
Relator : Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
EMENTA
Agravo interno. Recurso especial. Negativa de seguimento. Tema 938 do STJ.
Estando a decisão de admissibilidade de acordo com o entendimento manifestado pelo STJ, em julgamentos realizados sob o rito dos recursos repetitivos, deve ser mantida a decisão que negou seguimento ao recurso especial.
Correta negativa de seguimento ao recurso interposto, conforme art. 1.030, I, "b", do Código de Processo Civil.
Agravo interno a que se nega provimento.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os desembargadores do Tribunal Pleno de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, em: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Os desembargadores Eurico Montenegro Júnior, Renato Martins Mimessi, Roosevelt Queiroz Costa, Sansão Saldanha, Kiyochi Mori, Marcos Alaor Diniz Grangeia, Miguel Monico Neto, Marialva Henriques Daldegan Bueno, Alexandre Miguel, Gilberto Barbosa, Oudivanil de Marins, Isaias Fonseca Moraes, Hiram Souza Marques, José Jorge Ribeiro da Luz e o juiz Jose Antônio Robles acompanharam o voto do relator.
Ausentes os desembargadores Valter de Oliveira, Rowilson Teixeira, Raduan Miguel Filho, Daniel Ribeiro Lagos e Valdeci Castellar Citon.
Porto Velho, 15 de abril de 2019.
DESEMBARGADOR WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR
RELATOR

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Tribunal de Justiça
Coordenadoria do Pleno da CPE2G
Tribunal Pleno Judiciário
Data de interposição: 17/9/2016
Data do julgamento : 15/4/2019
Agravo Interno em Recurso Especial em Apelação n. 0004103-73.2014.8.22.0001
Origem : 0004103-73.2014.8.22.0001/10ª Vara Cível/Coordenadoria Cível da CPE2G
Agravante : Bairro Novo Empreendimentos Imobiliários S.A.
Advogados : Alexandre Batista Fregonesi (OAB/SP 172.276),
Andrey Cavalcante de Carvalho (OAB/RO 303B),
Paulo Barroso Serpa (OAB/RO 4.923),
Mirele Rebouças de Queiroz Jucá Lauton (OAB/RO 3.193),
Gustavo Clemente Vilela (OAB/SP 220.907) e
Iran da Paixão Tavares Júnior (OAB/RO 5.087)
Agravada : Cirley Lira de Paula
Advogado : Felipe Góes Gomes Aguiar (OAB/RO 4.494)
Relator : Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
RELATÓRIO
Trata-se de agravo interno interposto com base no art. 1.030, V, § 2º, do Código de Processo Civil, contra decisão que negou seguimento ao recurso especial, por estar o acórdão recorrido em conformidade com a tese firmada pelo Superior Tribunal de Justiça no tema 938, sob o rito dos recursos repetitivos, nos seguintes termos:
Vistos.
Retornaram os autos da relatoria com a manifestação de que o acórdão dos autos encontra-se em consonância com o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, no tema 938.
Ante exposto, não admito o Recurso Especial, nos termos do inciso I do artigo 1.040 do CPC.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Aduziu a agravante que merece reforma a decisão atacada, haja vista que não há consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça e a lei federal, uma vez que estes versam que os valores pagos a título de comissão de corretagem não são passíveis de devolução nos casos em que a venda é confirmada e a adquirente possui ciência da destinação de tais valores.
Enfatizou que a matéria já foi devidamente pacificada pelo C. Superior Tribunal de Justiça por ocasião do julgamento do REsp 1.599.511/SP, o qual se deu em sede de recurso especial repetitivo.
Além disso, afirmou que não foram observados os artigos 725 e seguintes do Código de Processo Civil, que expressamente validam a cobrança da comissão de corretagem.
Art. 725. A remuneração é devida ao corretor uma vez que tenha conseguido o resultado previsto no contrato de mediação, ou ainda que este não se efetive em virtude de arrependimento das partes.
Por fim, requereu que seja provido o presente agravo, para o fim de reformar a decisão que não admitiu o Recurso Especial interposto.
É o necessário relatório.
VOTO
DESEMBARGADOR WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR
Insurge-se a agravante contra a decisão que negou seguimento ao recurso especial, por estar o acórdão recorrido em conformidade com a tese firmada pelo Superior Tribunal de Justiça no tema 938, sob o rito dos recursos repetitivos.
Pois bem.
Conheço do recurso, porquanto presentes seus pressupostos de admissibilidade.
Correta a decisão agravada, considerando que se encontra em consonância com o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, no Tema 938, uma vez que foram analisados, de forma fundamentada, os argumentos sustentados pela parte.
Por conseguinte, constatada a similitude da questão discutida no caso concreto com a tese firmada no julgamento do paradigma dos recursos repetitivos, impõe-se a negativa de seguimento do recurso especial.
Nesse sentido é o entendimento dos Tribunais pátrios:
EMENTA AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. DIREITO DO CONSUMIDOR. COBRANÇA DE COMISSÃO DE CORRETAGEM. ABUSIVIDADE CONFIGURADA. RECURSO REPETITIVO. TEMA 938. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. CLÁUSULAS CONTRATUAIS. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. 1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).
2. O acórdão recorrido não destoou do entendimento firmado por esta Corte Superior no julgamento do REsp nº 1.551.951/SP, sob o rito do art. 543-C do CPC/1973 (tema 938), no sentido de que a validade da cláusula contratual que transfere ao promitente comprador a obrigação de pagar a taxa de corretagem exige a ciência inequívoca do consumidor quanto ao valor da comissão, o que não ocorreu na hipótese. 3. Rever a conclusão do tribunal local demandaria o reexame de cláusulas contratuais e de matéria fático probatória, procedimentos inadmissíveis em recurso especial, nos termos das Súmulas nºs 5 e 7/STJ. 4. Agravo interno não provido. (STJ - AgInt no AREsd: 1011705 SP 2016/0293243-2, Relator: Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Data de Julgamento: 20/02/2018, T3 - Terceira Turma, Data de Publicação: DJe 26/02/2018).
Assim, acertada a decisão agravada, ao negar seguimento ao recurso especial, tendo em vista o adequado enquadramento das questões debatidas ao artigo 1.030, inciso I, "b", do Código de Processo Civil.
Em razão do exposto, nego provimento ao agravo interno.
É como voto.

DESPACHOS

PRESIDÊNCIA

Presidência
Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0001654-09.2018.8.22.0000
Processo de Origem : 7001355-29.2017.8.22.0005
Requerente: Jose Chaves
Advogada: Regina Lúcia Ribeiro(OAB/RO 4652)
Requerido: Município de Ji-Paraná - RO
Procurador: Procuradoria Geral do Município de Ji-Paraná - RO( )
Relator:Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Considerando que houve a quitação do presente precatório, após o cumprimento de todas as providências de praxe relativas à liquidação, cumpra-se o art. 11º da Resolução n.º 006/2017-PR/TJRO e arquive-se.
Porto Velho - RO, 26 de abril de 2019.
Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0005093-28.2018.8.22.0000
Processo de Origem : 7012937-72.2016.8.22.0001
Requerente: Alex Wanderley Dantas
Advogada: Aline Daros Ferreira(OAB/RO 3353)
Advogado: Ed Carlo Dias Camargo(OAB/RO 7357)
Requerido: Estado de Rondônia
Procuradora: Rafaella Queiroz Del Reis Conversani(OAB/RO 3666)
Relator:Des. Walter Waltenberg Silva Junior
A parte credora ALEX WANDERLEY DANTAS postulou a antecipação de pagamento a título humanitário, na condição de pessoa portadora de doença grave.
Instado a se manifestar, o Estado não se opôs ao pedido.
É a síntese do necessário.
Decido.
Considerando que a parte credora ALEX WANDERLEY DANTAS comprovou sua condição de pessoa portadora de doença considerada grave, sob o amparo do art. 13º, alínea "h", da Resolução n.º 115/2010-CNJ, e também por ausência de oposição do Estado, defiro o pedido de antecipação de pagamento.
Inclua-se a parte credora na listagem apropriada, promovendo-se o depósito se existente disponibilidade financeira, observando-se os descontos pertinentes, o limite constitucional e a legislação local que disciplina o valor da RPV.
Aguarde-se o pagamento do saldo remanescente nos termos do § 2º do art. 100 da CF.
Porto Velho - RO, 26 de abril de 2019.
Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Pedido de Antecipação de Pagamento - Nrº: 95
Número do Processo :0000903-22.2018.8.22.0000
Processo de Origem : 7031409-87.2017.8.22.0001
Requerente: Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado de Rondônia - SINJUR
Advogado: Sílvio Vinícius Santos Medeiros(OAB/RO 3015)
Advogado: Francisco Anastácio Araújo Medeiros(OAB/RO 1081)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Igor Almeida da Silva Marinho(OAB/RO 6153)
Procuradora: Ellen Cristine Alves de Melo(OAB/RO 5985)
Procurador: Luis Eduardo Mendes Serra(OAB/RO 6674)
Procurador: Gláucio Puig de Melo Filho(OAB/RO 6382)
Procuradora: Regina Coeli Soares de Maria Franco( )
Relator:Des. Walter Waltenberg Silva Junior
As partes credoras ADAILTON FERREIRA DA SILVA, ELIAS GOMES MOURA, HELOIZA HELENA ESTRINGER PEREIRA, JOSÉ RIBEIRO MENDES e LORIVAL DARIU TAVARES postularam a antecipação de pagamento a título humanitário, na condição de pessoas idosas.
Instado a se manifestar, o Estado não se opôs ao pedido.
É a síntese do necessário.
Decido.
Quanto ao assunto, a norma Constitucional assim dispõe:
Art. 100. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios
[…].
§ 2º Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais na data da expedição do precatório, ou sejam portadores de doença grave, ou pessoas com deficiência, assim definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos […]. (destaquei)
Destaca-se nesse particular a novidade trazida pela Emenda Constitucional n.º 99/2017, disposta no § 2º do art. 102 do ADCT, quanto à forma de pagamento:
Na vigência do regime especial previsto no art.101 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, as preferências relativas à idade, ao estado de saúde e à deficiência serão atendidas até o valor equivalente ao quíntuplo fixado em lei para os fins disposto no §3º do art. 100 da Constituição Federal, admitido o fracionamento para essa finalidade, e o restante será pago em ordem cronológica de apresentação do precatório." (destaquei)
E, ainda, a Resolução n.º 115/2010-CNJ, alterada pela Resolução n.º 123, com o intuito de regulamentar aspectos procedimentais para o caso, igualmente dispõe:
Art. 12. Serão considerados idosos os credores originários de qualquer espécie de precatório, que contarem com 60 (sessenta) anos de idade ou mais na data da expedição do precatório em 9 de dezembro de 2009, data da promulgação da EC 62/2009, sendo também considerados idosos, após tal data, os credores originários de precatórios alimentares que contarem com 60(sessenta) anos de idade ou mais, na data do requerimento expresso de sua condição, e que tenham requerido o benefício.
Assim, considerando que as partes ADAILTON FERREIRA DA SILVA, ELIAS GOMES MOURA, HELOIZA HELENA ESTRINGER PEREIRA, JOSÉ RIBEIRO MENDES e LORIVAL DARIU TAVARES comprovaram suas condições de pessoas idosas, nos termos da lei, defiro os pedidos de antecipações de pagamentos.
Incluam-se as partes credoras na listagem apropriada, promovendo-se o depósito se existente disponibilidade financeira, observando-se os descontos pertinentes, o limite constitucional e a legislação local que disciplina o valor da RPV.
Aguarde-se o pagamento do saldo remanescente nos termos do § 2º do art. 100 da CF.
Ultimadas as providências, arquive-se o incidente.
Porto Velho - RO, 26 de abril de 2019.
Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Pedido de Antecipação de Pagamento - Nrº: 364
Número do Processo :0007041-78.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0046255-98.1998.8.22.0001
Requerente: Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado de Rondônia - SINSEPOL
Advogado: Hélio Vieira da Costa(OAB/RO 640)
Advogada: Zênia Luciana Cernov de Oliveira(OAB/RO 641)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Valdecir da Silva Maciel(OAB/RO 390)
Procurador: Renato Condeli(OAB/RO 370)

Procuradora: Lívia Renata de Oliveira Silva(OAB/RO 1673)
Procuradora: Marcella Sanguinetti Soares Mendes(OAB/RO 5727)
Relator:Des. Walter Waltenberg Silva Junior
A parte credora DILMA DA SILVA MENDANHA requereu a antecipação de pagamento a título humanitário na condição de pessoa idosa.
Instado a se manifestar, o Estado de Rondônia se opôs ao pedido sob o fundamento de que a parte já havia sido beneficiada com a antecipação humanitária na condição de pessoa portadora de doença grave.
É a síntese do necessário.
Decido.
Salienta-se que a concessão de novo pagamento por motivo diverso do anterior não viola os ditames constitucionais vigentes, tendo em vista que o limite constitucional não abarca as duas hipóteses (doença grave e idade), mas, sim, cada uma delas, singularmente considerada.
O crédito humanitário é direito fincado na dignidade da pessoa humana e, como tal, há de ser interpretado de forma abrangente, diante dos valores que se pretendem preservar. Quanto ao assunto, a norma constitucional assim dispõe:
Art.100. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios
[…].
§ 2º Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais na data da expedição do precatório, ou sejam portadores de doença grave, ou pessoas com deficiência, assim definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos […]. (destaquei)
E, ainda, a Resolução n.º 115/2010-CNJ, alterada pela Resolução n.º 123, com o intuito de regulamentar aspectos procedimentais para o caso, igualmente dispõe:
Art. 12. Serão considerados idosos os credores originários de qualquer espécie de precatório, que contarem com 60 (sessenta) anos de idade ou mais na data da expedição do precatório em 9 de dezembro de 2009, data da promulgação da EC 62/2009, sendo também considerados idosos, após tal data, os credores originários de precatórios alimentares que contarem com 60(sessenta) anos de idade ou mais, na data do requerimento expresso de sua condição, e que tenham requerido o benefício.
Inclusive, este e. Tribunal possui decisões neste sentido:
MANDADO DE SEGURANÇA. UNICO PRECATÓRIO. IDOSO. PORTADOR DE DOENÇA GRAVE. PAGAMENTO PREFERENCIAL ANTECIPADO. PROIBIÇÃO INEXISTENTE NO ESTATUTO POLÍTICO. PRINCIPIOS CONSTITUCIONAIS DA DIGNIDADE HUMANA E DA PROTEÇÃO AOS IDOSOS. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. ORDEM CONCEDIDA. Inicialmente, somente os débitos de natureza alimentar cujos titulares tivessem 60 (sessenta) anos de idade ou mais, ou fossem portadores de doença grave, teriam preferência sobre os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo do fixado em lei para os fins do disposto no regramento constitucional, e o pagamento uma só vez, mesmo que credor em mais de um precatório. Nada obstante, o CNJ ao dispor sobre a gestão de precatórios, depois evoluindo esta Corte, pacificou o entendimento, em interpretação extensiva, a criação de uma nova classe de prioridades, independentemente seja de natureza alimentar, à classe preferencial de débitos de natureza comum cujos credores fossem idosos ou portadores de doença grave, quando estendeu o pagamento, mais de uma vez, se titular de mais de um precatório. Numa terceira via, na hipótese de o credor preferencial em precatório único, na condição de idoso, ante o princípio constitucional da proteção aos idosos, a ele antecipa o pagamento no limite legal permitido; vindo, posteriormente adquirir doença grave – mais uma vez configurando-se crédito humanitário, face o princípio constitucional da dignidade humana, tem o credor o direito de ser antecipado, mais uma vez o valor legal no mesmo precatório, mesmo porque não há óbice constitucional em tais situações tidas como excepcionais (TJ/RO MS nº 0801459-93.2015.8.22.0000 – Pje, Roosevelt Queiroz Costa, julgado em 19/09/2016, publicado no DJE).
Assim, considerando que a parte credora DILMA DA SILVA MENDANHA comprovou sua condição de pessoa idosa, nos termos da lei, defiro o pedido de antecipação de pagamento.
Inclua-se a parte credora na listagem apropriada, promovendo-se o depósito acaso haja disponibilidade financeira, observando-se os descontos pertinentes, o limite constitucional e a legislação local que disciplina o valor da RPV.
Aguarde-se o pagamento do saldo remanescente nos termos do § 2º do art. 100 da CF.
Ultimadas as providências, arquive-se o incidente.
Porto Velho - RO, 26 de abril de 2019.
Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Pedido de Antecipação de Pagamento - Nrº: 101
Número do Processo :0000903-22.2018.8.22.0000
Processo de Origem : 7031409-87.2017.8.22.0001
Requerente: Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado de Rondônia - SINJUR
Advogado: Sílvio Vinícius Santos Medeiros(OAB/RO 3015)
Advogado: Francisco Anastácio Araújo Medeiros(OAB/RO 1081)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Igor Almeida da Silva Marinho(OAB/RO 6153)
Procuradora: Ellen Cristine Alves de Melo(OAB/RO 5985)
Procurador: Luis Eduardo Mendes Serra(OAB/RO 6674)
Procurador: Gláucio Puig de Melo Filho(OAB/RO 6382)
Procuradora: Regina Coeli Soares de Maria Franco( )
Relator:Des. Walter Waltenberg Silva Junior
A parte credora FRANCISCA HORONIDES BARROSO CUSTÓDIO postulou a antecipação de pagamento a título humanitário, na condição de pessoa idosa.
Instado a se manifestar, o Estado não se opôs ao pedido.
É a síntese do necessário.
Decido.
Quanto ao assunto, a norma Constitucional assim dispõe:
Art. 100. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios
[…].
§ 2º Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais na data da expedição do precatório, ou sejam portadores de doença grave, ou pessoas com deficiência, assim definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos […]. (destaquei)
Destaca-se nesse particular a novidade trazida pela Emenda Constitucional n.º 99/2017, disposta no § 2º do art. 102 do ADCT, quanto à forma de pagamento:
Na vigência do regime especial previsto no art.101 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, as preferências relativas à idade, ao estado de saúde e à deficiência serão atendidas até o valor equivalente ao quíntuplo fixado em lei para os fins disposto no §3º do art. 100 da Constituição Federal, admitido o fracionamento para essa finalidade, e o restante será pago em ordem cronológica de apresentação do precatório.” (destaquei)
E, ainda, a Resolução n.º 115/2010-CNJ, alterada pela Resolução n.º 123, com o intuito de regulamentar aspectos procedimentais para o caso, igualmente dispõe:

Art. 12. Serão considerados idosos os credores originários de qualquer espécie de precatório, que contarem com 60 (sessenta) anos de idade ou mais na data da expedição do precatório em 9 de dezembro de 2009, data da promulgação da EC 62/2009, sendo também considerados idosos, após tal data, os credores originários de precatórios alimentares que contarem com 60(sessenta) anos de idade ou mais, na data do requerimento expresso de sua condição, e que tenham requerido o benefício.
Assim, considerando que a parte credora FRANCISCA HORONIDES BARROSO CUSTÓDIO comprovou sua condição de pessoa idosa, nos termos da lei, defiro o pedido de antecipação de pagamento.
Inclua-se a parte credora na listagem apropriada, promovendo-se o depósito se existente disponibilidade financeira, observando-se os descontos pertinentes, o limite constitucional e a legislação local que disciplina o valor da RPV.
Aguarde-se o pagamento do saldo remanescente nos termos do § 2º do art. 100 da CF.
Porto Velho - RO, 26 de abril de 2019.
Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Presidente

1ª CÂMARA CÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1ª Câmara Cível
0024563-18.2013.8.22.0001 - Apelação
Origem: 0024563-18.2013.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 1ª Vara Cível
Apte/Apda: Bairro Novo Porto Velho Empreendimento Imobiliário S/A
Advogado: Andrey Cavalcante de Carvalho (OAB/RO 303B)
Advogado: Paulo Barroso Serpa (OAB/RO 4923)
Advogado: Gustavo Clemente Vilela (OAB/SP 220907)
Advogado: Alexandre Batista Fregonesi (OAB/SP 172276)
Apdo/Apte: Neurilene Jardim Pereira
Advogada: Pollyana Júnia Muniz da Silva Nascimento (OAB/RO 5001)
Relator(a) : Desembargador Sansão Saldanha
Revisor(a) : Desembargador Raduan Miguel Filho
Considerando a petição de fl. 334/338 informando que as partes formalizaram acordo, declaro a desistência tácita da apelação para o fim de não conhecer do recurso e declarar extinto o procedimento recursal.
Remeta-se o feito à origem para análise do acordo.
Porto Velho, abril de 2019.
(e-sig) Desembargador Sansão Saldanha

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1ª Câmara Cível
0022318-97.2014.8.22.0001 - Apelação
Origem: 0022318-97.2014.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 7ª Vara Cível
Apelante: Eliane Gonçalves de Jesus
Advogada: Aparecida Francisco Tosti (OAB/RO 4287)
Advogada: Monaliza Silva Bezerra (OAB/RO 6731)
Advogado: Vagner Boscato de Almeida (OAB/RO 6737)
Advogada: Allyana Bruna Matuda Cabral (OAB/RO 6847)
Apelada: Bairro Novo Porto Velho Empreendimento Imobiliário S/a
Advogado: Andrey Cavalcante de Carvalho (OAB/RO 303B)
Advogado: Paulo Barroso Serpa (OAB/RO 4923)
Advogado: Gustavo Clemente Vilela (OAB/SP 220907)
Apelado: Terrabens Empreendimentos Imobiliários LTDA ME
Relator(a) : Desembargador Sansão Saldanha
Revisor(a) : Desembargador Raduan Miguel Filho
Recurso de apelação interposto por Eliane Gonçalves de Jesus.
Ação: Reparação de danos.
Sentença: Julgou improcedente o pedido.
Razões da apelação: Ilegalidade da transferência ao promitente comprador da obrigação de pagar a comissão de corretagem.
Contrarrazões: Pelo improvimento do recurso (fl. 188).
Decisão.
A sentença está em conformidade com a tese firmada pelo STJ no Tema 938:
Validade da cláusula contratual que transfere ao promitente comprador a obrigação de pagar a comissão de corretagem nos contratos de promessa de compra e venda de unidade autônoma em regime de incorporação imobiliária, desde que previamente informado o preço total da aquisição da unidade autônoma, com o destaque do valor da comissão de corretagem (vide REsp n. 1.599.511/SP).
O contrato firmado entre as partes prevê a cobrança de comissão de corretagem da apelante, sendo certo que ela tinha pleno conhecimento sobre a incidência, conforme se verifica da proposta de venda de fl. 19, devidamente assinada.
Ante o exposto, NEGA-SE PROVIMENTO à apelação, com base no artigo 932, IV, “b”, do CPC/2015, por ser contrário a acórdão proferido pelo STJ em julgamento de recurso repetitivo.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1ª Câmara Cível
0020185-82.2014.8.22.0001 - Apelação
Origem: 0020185-82.2014.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 8ª Vara Cível
Apte/Ação: Odebrechet Realizações Imobiliárias S.A
Advogado: Andrey Cavalcante de Carvalho (OAB/RO 303B)
Advogado: Paulo Barroso Serpa (OAB/RO 4923)
Advogado: Gustavo Clemente Vilela (OAB/SP 220907)
Apte/Apda: Bairro Novo Porto Velho Empreendimento Imobiliário S/A
Advogado: Andrey Cavalcante de Carvalho (OAB/RO 303B)
Advogado: Paulo Barroso Serpa (OAB/RO 4923)
Advogado: Gustavo Clemente Vilela (OAB/SP 220907)
Apdo/Apte: Alexandre do Vale Paiva
Advogado: Alexandre Leandro da Silva (OAB/RO 4260)
Relator(a) : Desembargador Sansão Saldanha
Revisor(a) : Desembargador Raduan Miguel Filho
Considerando a petição de fl. 510/516 informando que as partes formalizaram acordo, declaro a desistência tácita da apelação para o fim de não conhecer do recurso e declarar extinto o procedimento recursal.
Remeta-se o feito à origem para análise do acordo.
Porto Velho, abril de 2019.
(e-sig) Desembargador Sansão Saldanha

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1ª Câmara Cível
0010134-12.2014.8.22.0001 - Apelação
Origem: 0010134-12.2014.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 4ª Vara Cível
Apte/Apda: Direcional Tsc Jatuarana Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado: Humberto Rossetti Portela (OAB/MG 91263)
Advogado: Leonardo Braz de Carvalho (OAB/MG 76653)
Advogado: Valnei Gomes da Cruz Rocha (OAB/RO 2479)
Apte/Apda: Direcional Engenharia S/a
Advogado: Humberto Rossetti Portela (OAB/MG 91263)
Advogado: Leonardo Braz de Carvalho (OAB/MG 76653)
Advogado: Valnei Gomes da Cruz Rocha (OAB/RO 2479)
Apda/Apte: Ivaneide dos Santos Pereira
Advogado: Josias Rodrigues Nery (OAB/RO 6158)
Advogado: Paulo Adriano da Silva (OAB/RO 4753)

Relator(a) : Desembargador Sansão Saldanha
Revisor(a) : Desembargador Raduan Miguel Filho
A recorrente Ivaneide dos Santos Pereira requer gratuidade de justiça, todavia, não comprova ter havido mudança na capacidade econômica ostentada por ocasião do ajuizamento da ação, quando providenciou o recolhimento das custas iniciais.
Diante disso, INDEFERE-SE o pedido de justiça gratuita em sede recursal.
Intime-se para recolher o preparo, em 05 (cinco) dias, sob pena de deserção.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
(e-sig) Desembargador Sansão Saldanha.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1ª Câmara Cível
0002988-17.2014.8.22.0001 - Apelação
Origem: 0002988-17.2014.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 1ª Vara Cível
Apte/Apda: Carina Aparecida Alves Ferreira
Advogado: Ezio Pires dos Santos (OAB/RO 5870)
Advogada: Bruna Duarte Feitosa dos Santos Barros (OAB/RO 6156)
Apda/Apte: Seabra Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado: Humberto Rossetti Portela (OAB/MG 91263)
Advogado: Leonardo Braz de Carvalho (OAB/MG 76653)
Advogado: Valnei Gomes da Cruz Rocha (OAB/RO 2479)
Apda/Apte: Direcional Engenharia S/a
Advogado: Humberto Rossetti Portela (OAB/MG 91263)
Advogado: Leonardo Braz de Carvalho (OAB/MG 76653)
Advogado: Valnei Gomes da Cruz Rocha (OAB/RO 2479)
Relator(a) : Desembargador Sansão Saldanha
Revisor(a) : Desembargador Raduan Miguel Filho
Remeta-se o processo à Vice-Presidência, para os devidos fins, porquanto firmo minha suspeição, considerando a qualidade da apelante de servidora neste gabinete.
Porto Velho, abril de 2019.
(e-sig) Desembargador Sansão Saldanha

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1ª Câmara Cível
0011445-38.2014.8.22.0001 - Apelação
Origem: 0011445-38.2014.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Apte/Apda: Direcional Ambar Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado: Humberto Rossetti Portela (OAB/MG 91263)
Advogado: Leonardo Braz de Carvalho (OAB/MG 76653)
Advogado: Valnei Gomes da Cruz Rocha (OAB/RO 2479)
Apdo/Apte: João Paulo Rodrigues de Lima
Advogada: Fabiane Martini (OAB/RO 3817)
Relator(a) : Desembargador Sansão Saldanha
Revisor(a) : Desembargador Raduan Miguel Filho
Intime-se o apelante, Direcional Ambar Empreendimentos Imobiliários Ltda, para providenciar em 5 dias o complemento do preparo recursal, com base no valor atribuído à causa (R$-121.288,33), se não será decretada a deserção.
Porto Velho, abril de 2019.
(e-sig) Desembargador Sansão saldanha.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1ª Câmara Cível
0005578-27.2011.8.22.0015 - Apelação
Origem: 0005578-27.2011.8.22.0015 Guajará-Mirim / 1ª Vara Cível
Apelante: Banco da Amazônia S/A
Advogada: Aline Fernandes Barros (OAB/RO 2708)
Advogado: Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1790)
Advogada: Monamares Gomes Grossi (OAB/RO 903)
Advogado: Washington Ferreira Mendonça (OAB/RO 1946)
Interessado (Parte Passiva): Augusto Manoel da Silva
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Interessada (Parte Passiva): Associação dos Produtores Rurais do Bom Sossego ASPROBS
Curador: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Anizael José da Silva
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator(a) : Desembargador Sansão Saldanha
Revisor(a) :
Banco da Amazônia S/A interpõe apelação, mas o recurso veio desacompanhado da prova de recolhimento do preparo. De acordo com o Enunciado administrativo n. 2, aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. O apelo foi interposto contra sentença publicada sob a égide do CPC/73, quando não havia previsão de prazo para regularização de vício relativo a preparo recursal.
Ante o exposto, NÃO CONHEÇO DO RECURSO por ser deserto.
Retorne-se, à origem após o trânsito em julgado.
Porto Velho, abril de 2019.
(e-sig) Desembargador Sansão Saldanha

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1ª Câmara Cível
0014009-87.2014.8.22.0001 - Apelação
Origem:0014009-87.2014.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 1ª Vara Cível
Apelante:Banco Santander Brasil S/A
Advogado:Gustavo Dal Bosco (OAB/RO 460-A)
Advogado:Marco André Honda Flores (OAB/MS 6171)
Advogado:Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830)
Advogado:Alexandry Chekerdemian Sanchik Tulio (OAB/MT 11876-A)
Apelada:Sabrina Alves Fernandes Vidal
Advogado:Igor dos Santos Cavalcante (OAB/RO 3025)
Relator :Desembargador Sansão Saldanha
O apelante Banco Santander Brasil S/A juntou comprovante de depósito judicial no valor de R$ 600,00, referente aos honorários advocatícios (fls. 112) e requer a baixa do processo e posterior arquivamento (fls. 111).
Assim, não conheço do recurso, nos termos do art. 932, III, do CPC, face a desistência.
Retornem os autos à origem.
Porto Velho, abril de 2019.
(e-sig.) Desembargador Sansão Saldanha
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1ª Câmara Cível
0003759-60.2012.8.22.0002 - Apelação
Origem:0003759-60.2012.8.22.0002 Ariquemes / 3ª Vara Cível
Apelante:Saul Biondo
Advogado:Rodrigo Henrique Mezabarba (OAB/RO 3771)
Apelante:Jussara Adriana da Silva
Advogado:Rodrigo Henrique Mezabarba (OAB/RO 3771)
Apelado:Schons e Schons Ltda . Auto Posto Quinhentos e Quinze
Advogado:Leonardo Henrique Berkembrock (OAB/RO 4641)
Advogada:Adriana Kleinschmitt Pinto (OAB/RO 5088)
Advogada:Maria Cristina Dall'Agnol (OAB/RO 4597)
Relator:Desembargador Sansão Saldanha
Vistos. Indefiro o pedido de gratuidade judiciária formulado pelos apelantes Saul Biondo e Jussara Adriana da Silva. A taxa judiciária é tributo e sua isenção só mesmo mediante prova extreme de dúvida, que justifique a assistência estatal. A média combustível consumido pelos apelantes destoa da condição de miserabilidade que impossibilite o pagamento das custas processuais.

A simples alegação de insuficiência de recursos financeiros para arcar com as custas do processo possui presunção relativa de veracidade. Se houver nos autos elementos para aferir a condição econômica da parte deverão ser levados em consideração.
Determino o recolhimento do preparo recursal, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de deserção da apelação.
Porto Velho, abril de 2019.
(e-sig.) Desembargador Sansão Saldanha
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1ª Câmara Cível
0019371-07.2013.8.22.0001 - Apelação
Origem: 0019371-07.2013.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 10ª Vara Cível
Apelante: Direcional Tsc Jamari Empreendimentos Imobiliarios Ltda
Advogado: José Arthur de Carvalho Pereira Filho (OAB/MG 42785)
Advogado: Robledo Oliveira Castro (OAB/MG 53795)
Advogado: Marcelo Arantes Komel (OAB/MG 45366B)
Interessada (Parte Ativa): Direcional Engenharia S/a
Advogado: Humberto Rossetti Portela (OAB/MG 91263)
Apelada: Cleida Marcia Alves
Advogada: Valdenira Freitas Neves de Souza (OAB/RO 1983)
Relator(a) : Desembargador Sansão Saldanha
Revisor(a) : Desembargador Raduan Miguel Filho
Verifica-se que o recolhimento das custas iniciais foi diferido para o final, nos termos da decisão de fl. 72, pelo que deveria o apelante, sucumbente, ter comprovado no ato da interposição do recurso, o que não o fez.
"É deserto o recurso apresentado sem o recolhimento das custas iniciais que foram diferidas e não recolhidas no momento oportuno" (Resp. REsp 1647985, STJ, Data da Publicação 07/11/2018).
NÃO CONHEÇO DO RECURSO ante a deserção.
Tribunal de Justiça de Rondônia, abril de 2019.
(e-sig.) Desembargador Sansão Saldanha

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1ª Câmara Cível
0002716-18.2013.8.22.0014 - Apelação
Origem:0002716-18.2013.8.22.0014 Vilhena / 3ª Vara Cível
Apelante:Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Advogada:Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
Apelado:Marciliano da Silva Martins
Advogado:Denns Deivy Souza Garate (OAB/RO 4396)
Relator :Desembargador Sansão Saldanha
Vistos.
Em razões, o recorrente sustenta que é legítima a cobrança da tarifa de abertura de crédito e trata da impossibilidade de revisão do contrato, ante os princípios pacta sunt servanda e da boa fé objetiva, porque não comprovada a ocorrência de fato superveniente que tenha tornado excessivamente desproporcionais e onerosas as prestações. Também, defende a legalidade das cobranças de serviço de correspondente bancário, serviço de terceiro e dos juros remuneratórios. Diz que o apelado não tem direito à restituição de valores, porque legítimas as tarifas. Pugna pelo provimento do apelo, para que seja declarada a validade da tarifa de cadastro e a incidência dos juros remuneratórios sobre a respectiva tarifa.
No entanto, constata-se que este recurso não deve ser conhecido, porque não preenche os pressupostos de admissibilidade, previstos no art. 514 do CPC/73.
O apelante não rebateu objetivamente os fundamentos da sentença, apresentando assim os argumentos de fato e de direito de seu inconformismo. Impugna e faz pedido recursal de ponto da sentença que lhe é favorável.
O pedido recursal apresentado é para que seja declarada a validade da tarifa de cadastro e a incidência dos juros remuneratórios sobre a respectiva tarifa, contudo, na sentença, não foi declarada ilegal a respectiva tarifa.
Na sentença, determinou que o requerido exclua do montante financiado a quantia de R$ 820,57, referente a "serviço corrresp. Bancário" e "pagamento de serviço de terceiros", julgando improcedente o pedido declaratórios.
Nego, assim, seguimento ao recurso, por ser manifestamente inadmissível, com base no art. 557, caput, do CPC/73, ante a falta de interesse.
Porto Velho, abril de 2019.
(e-sig) Desembargador Sansão Saldanha, Relator

2ª CÂMARA ESPECIAL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
2ª Câmara Especial
0002390-85.2004.8.22.0010 - Apelação
Origem: 0002390-85.2004.8.22.0010 Rolim de Moura / 1ª Vara Cível
Apelante: I. N. C.
Advogado: Thiago Fernandes Becker (OAB/RO 6839)
Advogado: Salvador Luiz Paloni (OAB/RO 299A)
Apelante: J. K. C. & T. L.
Advogada: Regiane Teixeira Struckel (OAB/RO 3874)
Advogado: Nivaldo Vieira de Melo (OAB/RO 257A)
Apelante: O. D. T.
Advogada: Regiane Teixeira Struckel (OAB/RO 3874)
Advogado: Nivaldo Vieira de Melo (OAB/RO 257A)
Apelante: I. M.
Advogada: Regiane Teixeira Struckel (OAB/RO 3874)
Advogado: Nivaldo Vieira de Melo (OAB/RO 257A)
Apelante: I. M.
Advogada: Regiane Teixeira Struckel (OAB/RO 3874)
Advogado: Nivaldo Vieira de Melo (OAB/RO 257A)
Apelante: E. A. S. M.
Advogada: Regiane Teixeira Struckel (OAB/RO 3874)
Advogado: Nivaldo Vieira de Melo (OAB/RO 257A)
Apelante: C. T. L.
Advogada: Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira (OAB/RO 3046)
Advogado: Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134)
Apelante: J. C.
Advogada: Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira (OAB/RO 3046)
Advogado: Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134)
Apelante: I. M. C.
Advogada: Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira (OAB/RO 3046)
Advogado: Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Interessado (Parte Passiva): Município de Rolim de Moura - RO
Procurador: Procuradoria Geral do Município de Rolim de Moura RO
Relator(a) : Desembargador Hiram Souza Marques
Revisor(a) : Desembargador Renato Martins Mimessi
Vistos.
Defiro a habilitação de Ilva Mezzomo Crisóstomo, na condição de sucessora de Josué Crisóstomo.
Defiro a atuação do Procurador de Justiça Eriberto Gomes Barroso, como curador do menor incapaz Felipe Crisóstomo Seifert Espíndola, devendo Departamento observar que as intimações sejam feitas conforme requerido à fl. 6.058 – Vol. 30.
Regularizadas tais questões, passo a analisar os demais pedidos feitos pela Procuradoria de Justiça às fls. 6.016/6.022 – Vol. 30, quais sejam: a) indeferimento da pretendida extinção do feito em relação à Josué Crisóstomo; b) e intimação da defesa de Ivo Narciso Cassol para se manifestar sobre o a condenação criminal na ação penal nº 565/STF e seu reflexo na instância cível.
1. Do pedido de arquivamento dos herdeiros de Josué Crisóstomo

Eduardo Mezzomo Crisóstomo, Kelly Mezzomo Crisóstomo Costa e Guilherme Mezzomo Crisóstomo, requerem o arquivamento do feito em relação a Josué Crisóstomo, falecido, pois entendem que a ação de improbidade tem caráter personalíssimo, de modo que não pode ultrapassar o responsável e transferir aos seus sucessores.
Pois bem.
O art. 8º da Lei n. 8.429/1992 – dispositivo que disciplina a matéria posta em debate – estabelece que "o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações desta lei até o limite do valor da herança".
Acerca do alcance do referido dispositivo, o Superior Tribunal de Justiça, a partir do julgamento do REsp n. 1.407.862/RO, estabeleceu a seguinte diretriz:
[…]
4.4. As sanções de natureza pecuniária prevista na Lei de Improbidade Administrativa, especificamente a multa civil e o ressarcimento ao erário, são transferidas aos herdeiros nos limites da herança, nos termos do art. 8º da Lei 8.429/92 (REsp 951.389/SC, 1ª Seção, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe de 4.5.2011). (REsp 1407862/RO, relator Min. Mauro Campbell Marques, j. em 09/12/2014, DJe 19/12/2014).
Assim, o entendimento atual do STJ, manteve-se nessa linha, e está fixado nos seguintes termos:
ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE. FALECIMENTO DO RÉU NO CURSO DA AÇÃO. HABILITAÇÃO DOS HERDEIROS. POSSIBILIDADE.
1. Nas ações de improbidade administrativa fundadas nos arts. 9º e/ou 10 da Lei n. 8.429/1992, os sucessores do réu, falecido no curso do processo, estão legitimados a prosseguir no polo passivo da demanda, nos limites da herança, para fins de ressarcimento ao erário. Precedentes.
2. O art. 8º da Lei de Improbidade Administrativa, norteador da matéria, não contém ressalvas acerca do momento do óbito como requisito para a sua aplicação.
3. Somente com o trânsito em julgado da demanda principal é que virá à lume se os herdeiros terão de reembolsar o erário ou não, ocasião em que deverão estar habilitados no processo.
4. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 890797/RN, relator Min. Gurgel de Faria, j. em 06/12/2016, DJe 07/02/2017).
Dessa forma, como o réu Josué, a quem os requerentes sucederam, foi condenado não somente pelo art. 11, mas também com fundamento no art. 10, VIII, conforme reconhecido na sentença, não há se falar em arquivamento da forma como requerida pelos herdeiros habilitados.
Sendo assim, indefiro tal pedido, devendo os herdeiros do falecido prosseguirem no polo passivo da demanda, por ser este o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça.
2. Do trânsito em julgado da condenação criminal do réu Ivo Narciso Cassol e seu reflexo na instância cível
Pede o Ministério Público, manifestação da defesa do apelante Ivo Narciso Cassol, quanto a fato superveniente, qual seja, o trânsito em julgado da Ação Penal nº 565/STF. Pela prática de fraude à licitação, dentre eles, o Procedimento Licitatório nº 397/2001, objeto destes autos de improbidade administrativa.
Vejamos.
Tendo em vista o disposto no art. 935 do CC, bem como o decidido pelo STF na AP 565/RO quanto a autoria e materialidade dos fatos imputados ao apelante, mostra-se relevante a manifestação do mesmo, considerando que, o julgamento da presente ação civil pública diz respeito aos fatos tratados naquela Ação Penal.
Dessa forma, defiro o requerimento ministerial e, nos termos do art. 493 do CPC oportunizo à defesa do apelante manifestar-se quanto a questão superveniente no prazo de 15 (quinze) dias.
Publique-se, intimem-se e cumpra-se.
Após, retornem-me conclusos.
Porto Velho, 02 de maio de 2019.
Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
2ª Câmara Especial
0014433-03.2012.8.22.0001 - Apelação
Origem: 0014433-03.2012.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 1ª Vara da Fazenda Pública
Apelante: Santo Antônio Energia S.A
Advogado: Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861)
Advogado: Antônio Celso Fonseca Pugliese (OAB/SP 155105)
Advogada: Ligia Fávero Gomes e Silva (OAB/SP 235033)
Advogada: Rafaela Pithon Ribeiro (OAB/BA 21026)
Advogada: Bruna Rebeca Pereira da Silva (OAB/RO 4982)
Advogado: Erik Martins Sernik (OAB/SP 305254)
Interessado (Parte Ativa): Estado de Rondônia
Procurador: Evanir Antônio de Borba (OAB/RO 776)
Procurador: Ítalo Lima de Paula Miranda (OAB/RO 5222)
Procurador: Antônio Isac Nunes Cavalcante de Astrê (OAB/RO 5095)
Procurador: Bruno dos Anjos (OAB/RO 5410)
Procurador: Matheus Carvalho Dantas (OAB/RO 6391)
Interessado (Parte Ativa): Município de Porto Velho - RO
Procurador: Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998)
Procurador: Mário Jonas Freitas Guterres (OAB/RO 272B)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Interessado (Terceiro): Associação dos Produtores e Produtoras Rurais da Linha 17 e Entorno do PA Joana Darc III
Advogado: Ronaldo Assis Lima (OAB/RO 6648)
Advogado: Francisco de Freitas Nunes Oliveira (OAB/RO 3913)
Interessado (Terceiro): Cooperativa de Produtos e Serviços Agrícolas de Agricultores Familiares do Estado de Rondônia
Advogado: Ronaldo Assis Lima (OAB/RO 6648)
Advogado: Francisco de Freitas Nunes Oliveira (OAB/RO 3913)
Interessado (Terceiro): ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS ENTRE LINHAS - ASPROELI
Advogado: José Raimundo de Jesus (OAB/RO 3975)
Interessado (Terceiro): ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE CAFÉ DO JOANA D'ARC I, II E III - CAFEDARC
Advogado: José Raimundo de Jesus (OAB/RO 3975)
Interessado (Terceiro): COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROFRUTÍCOLA DE RONDÔNIA - COOP'AGROFRUTÍCOLA
Advogado: José Raimundo de Jesus (OAB/RO 3975)
Interessado (Terceiro): SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA VIDA NOVA
Advogado: José Raimundo de Jesus (OAB/RO 3975)
Interessado (Terceiro): ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO JOANA DARC II - ASPRUDARC
Advogado: José Raimundo de Jesus (OAB/RO 3975)
Interessado (Terceiro): ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA AGROVILA VENCEDORA - ASPRAV
Advogado: José Raimundo de Jesus (OAB/RO 3975)
Interessado (Terceiro): ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA LINHA 15 - ASPRORULQ
Advogado: José Raimundo de Jesus (OAB/RO 3975)
Relator(a) : Desembargador Hiram Souza Marques
Vistos.
ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES E PRODUTORAS RURAIS DA LINHA 17 E ENTORNO DO PA JOANA DARC III, COOPERATIVA DE PRODUTOS E SERVIÇOS AGRÍCOLAS DE AGRICULTORES FAMILIARES DO ESTADO DE RONDÔNIA – COOPEFARO, requerem às fls. 7.587/7.590 – 37º Vol., a reconsideração da decisão de suspensão do julgamento da presente ação civil pública, tendo em vista a extrema necessidade dos moradores remanescentes do PA Joana Darc que não aderiram e não pretendem aderir acordo junto a Santo Antônio Energia. Assim, requereram a inclusão do feito em pauta para continuação do julgamento.
Por sua vez, a Santo Antônio Energia também peticiona às fls. 7.593/7.594 – 37º Vol., onde junta os Anexos I e II do Termo de Compromisso homologado em sessão no dia 26/03/2019, bem como requer o encaminhamento dos autos ao NUPEMEC para

as tratativas de novos acordos, conforme estabelecido na mesma decisão de homologação de acordo.
Pois bem.
Com fito de prestigiar a autocomposição das partes, mantenho a suspensão estabelecida no voto de homologação do acordo celebrado fls. 7.554/7.557 – 36º Vol. Nesta feita, encaminhe-se os autos ao NUPEMEC para possibilitar eventuais novas tratativas, conforme noticiado pela apelante em petição acostada às fls. 7.554/7.557 – 36º Vol.
Pelo exposto, indefiro a petição da Associação dos Produtores e Produtoras Rurais Da Linha 17 e Entorno Do PA Joana Darc III, Cooperativa De Produtos e Serviços Agrícolas De Agricultores Familiares do Estado de Rondônia – Coopefaro (fls. 7.587/7.590 – 37º Vol) e defiro a petição da Santo Antônio Energia (ls. 7.593/7.594 – 37º Vol). No entanto, tendo em vista o longo período que estes autos estão sobrestados, a efetivação de eventuais novos acordos deverão ocorrer no prazo de 30 (dias), sendo que, após decorrido este prazo os autos deverão retornar para finalização do seu julgamento.
Publique-se, intimem-se e cumpra-se.
Porto Velho, 02 de maio de 2019.
Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Relator

1ª CÂMARA CRIMINAL

1ª Câmara Criminal
Despacho DO RELATOR
Apelação
Número do Processo :1011448-23.2017.8.22.0501
Processo de Origem : 1011448-23.2017.8.22.0501
Apelante: José Adailton Batista Magalhães
Advogada: Mirtes Lemos Valverde(OAB/RO 2808)
Apelante: Jorgiano Melo da Silva
Advogada: Mirtes Lemos Valverde(OAB/RO 2808)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator:Des. Valter de Oliveira
Vistos, etc.
Junte-se. Defiro a juntada.
Por oportuno, dê-se ciência ao peticionário que o encargo da Corte subsume-se a intimação da sessão de julgamento.
Pleito de sustentação oral deve ser requerido pela defesa, se houver interesse, na forma regimental.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 30 de abril de 2019.
Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Relator em substituição regimental

Despacho DO RELATOR
Recurso em Sentido Estrito
Número do Processo :0000276-97.2018.8.22.0006
Processo de Origem : 0000276-97.2018.8.22.0006
Recorrente: Manuel de Jesus Pereira
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia( )
Recorrido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator:Des. Valter de Oliveira
Vistos, etc.
Junte-se. Defiro vista por 05 dias.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 30 de abril de 2019.
Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Relator em substituição regimental

Despacho DO RELATOR
Habeas Corpus
Número do Processo :0001650-35.2019.8.22.0000
Paciente: Manoel Dario de Lima Junior
Impetrante(Defensor Público): Defensoria Pública do Estado de Rondônia( )
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Relator:Des. Valter de Oliveira
Vistos, etc.
Cumpre-se na integralidade o despacho de fls. 50 e verso.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 30 de abril de 2019.
Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Relator em substituição regimental

Despacho DO RELATOR
Habeas Corpus
Número do Processo :0001770-78.2019.8.22.0000
Processo de Origem : 0000316-24.2019.8.22.0013
Paciente: Francisco Jorge da Silva
Impetrante(Defensor Público): Defensoria Pública do Estado de Rondônia( )
Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Cerejeiras/RO
Relator:Des. Daniel Ribeiro Lagos
Vistos.
Trata-se de ordem de habeas corpus, com pedido de medida liminar, impetrado pela Defensoria Pública do Estado de Rondônia, em favor do paciente Francisco Jorge da Silva, acusado de ter praticado, em tese, o crime previsto no art. 147 do Código Penal, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Cerejeiras/RO.
Sustenta a impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, ao argumento que inexistem os pressupostos ensejadores da mantença da custódia da paciente, pois não há indicativo mínimo que demonstre que, livre, possa obstruir a instrução criminal e tampouco prejudicar a ordem pública, possuindo residência fixa no distrito da culpa, ocupação lícita e bons antecedentes.
Alude ao princípio da presunção de inocência, e ainda, que em caso de condenação o paciente deverá cumprir a pena em regime menos gravoso, portanto, a manutenção da prisão caracteriza antecipação da pena.
Firme nesses argumentos, pleiteia a concessão de liminar aos fins da revogação do decreto prisional, podendo, ainda, ser substituída pela prisão domiciliar ou por algumas das medidas cautelares. No mérito, requer sua confirmação, caso concedido.
Relatei. Decido.
É dos autos que no dia 22/04/2019, a autoridade dita coatora decretou a prisão preventiva do paciente, pois, segundo o caderno investigativo, a Diretora da creche E.M.E.I, localizada na cidade de Cerejeiras, procurou a autoridade policial e noticiou que alguns pais dos alunos da creche supracitada, haviam lhe comunicado que o paciente tinha a pretensão de adentrar à creche, munido de um facão e “cortar a cabeça dos alunos e atear fogo no local”.
Durante a apuração dos fatos, foram inquiridos os irmãos do paciente, João Alexandre da Silva e Orlando Severino da Silva, que asseveraram que o paciente possui histórico de distúrbios ameaçadores como que “faria como foi feito na Escola em Suzano”, em alusão ao ataque ocorrido no Estado de São Paulo, e ainda, que ele já foi diagnosticado como portador de transtorno bipolar, episódio maníaco com sintomas psicóticos.
Ademais, há informes que a Polícia Militar, recebeu várias denúncias que o paciente estava andando pelas ruas da cidade portando faca e machado.
Outrossim, em consulta ao sítio do TJ/RO constatei que o paciente possui processos em andamento, circunstância que requer maior cautela no exame da necessidade da mantença da custódia.

Portanto, ao contrário do que afirma a impetrante, não vislumbro manifesto constrangimento ilegal, a ponto de ensejar a concessão in limine da ordem, razão pela qual INDEFIRO a liminar, ressalvando melhor juízo quando do julgamento do mérito do habeas corpus.
Requisitem-se informações em até 48 horas, a serem prestadas por e-mail dejucri@tjro.jus.br ou malote digital, por questão de celeridade e economia processual. Após, dê-se vista à Procuradoria de Justiça.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 30 de abril de 2019.
Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Relator

1ª Câmara Criminal
Despacho DO RELATOR
Habeas Corpus
Número do Processo :0001799-31.2019.8.22.0000
Processo de Origem : 0003670-48.2019.8.22.0501
Paciente: Adonal dos Santos Rego
Impetrante(Advogado): Eduardo Augusto Feitosa Ceccatto(OAB/RO 5100)
Impetrante(Advogado): Jacson da Silva Sousa(OAB/RO 6785)
Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho - RO
Relator:Des. Daniel Ribeiro Lagos
Vistos.
Trata-se de ordem de habeas corpus, com pedido de liminar, em favor do paciente Adonal dos Santos Rego, acusado de ter praticado, em tese, os crimes previstos nos artigos 171, caput, por sete vezes (sete vítimas), na forma do art. 71, ambos do CP (primeiro fato); art. 168, §1º, III, por duas vezes (duas vítimas), na forma do art. 71, ambos do CP e art. 155, §4º, II, por cinco vezes (5 apólices), na forma do art. 71, ambos do CP, atento ao art. 69 do mesmo codex, apontando como autoridade coatora a 2ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho/RO.
Alega o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, ao argumento que até o presente momento, a autoridade dita coatora não realizou a audiência de custódia.
Afirma que ante a ausência da audiência de custódia, o juízo a quo, descumpriu a Resolução n° 213 do Conselho Nacional de Justiça. E ainda, que a referida audiência não se aplica tão somente para as prisões em flagrante.
Assevera também, a nítida violação ao disposto no art. 93, IX, da CF, pois não existe decisão, sequer fundamento para não realizar referida solenidade de custódia.
Firme nesses argumentos, pleiteia a concessão de liminar aos fins de liberação provisória do paciente, subsidiariamente, seja determinado que a autoridade dita coatora, aprecie o pedido de relaxamento da prisão. No mérito, requer sua confirmação, caso concedido.
Relatei. Decido.
Consta dos autos que no dia 21/03/2019 o paciente foi preso, pois, teria, em tese, praticado, vários delitos de estelionato e furto mediante fraude, aproveitando-se, para tanto, de sua função de corretor de seguros.
Segundo a denúncia, o paciente, mediante diversos tipos de artifícios junto ao sistema de contratos das corretoras, obteve vantagem, financeira e mantinha em erro (1) Rubens Ferreira de Queiroz, (2) Eurivan Maciel Ribeiro, (3) Moisés Batista de Oliveira, (4) Margarido Ferreira dos Anjos, (5) Antônio Soares Rodrigues, (6) Cátia Moreira de Moura e (7) Sônia Maria da Penha Paula, revertendo o maior prejuízo financeiro para a vítima Maria Auxiliadora.
O parquet, denunciou o paciente, pela prática, em tese, dos crimes previstos nos artigos 171, caput, por sete vezes (sete vítimas), na forma do art. 71, ambos do CP (primeiro fato); art. 168, §1º, III, por duas vezes (duas vítimas), na forma do art. 71, ambos do CP e art. 155, §4º, II, por cinco vezes (5 apólices), na forma do art. 71, ambos do CP, atento ao art. 69 do mesmo codex.
In casu, em que pese as arguições do impetrante, verifico presentes os indícios de autoria e materialidade, se amoldando a conduta do paciente, em tese, ao tipo penal indicado.
Outrossim, a análise perfunctória do conjunto probatório carreado aos autos não evidencia a ocorrência de constrangimento ilegal a justificar a concessão da ordem in limine, sendo necessário aprofundado exame dos autos para a aferição de eventual constrangimento.
Portanto, por não se vislumbrar manifesta ilegalidade, circunstâncias que, por ora, reclamam a medida imposta, INDEFIRO a liminar, ressalvando melhor juízo quando do julgamento do mérito do habeas corpus.
Requisitem-se informações em até 48 horas, a serem prestadas por e-mail dejucri@tjro.jus.br ou malote digital, por questão de celeridade e economia processual. Após, dê-se vista à Procuradoria de Justiça.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 2 de maio de 2019.
Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Relator

2ª CÂMARA CRIMINAL

2ª Câmara Criminal
Despacho DA RELATORA
Recurso em Sentido Estrito
Número do Processo :0000934-09.2018.8.22.0011
Processo de Origem : 0000934-09.2018.8.22.0011
Recorrente: Ministério Público do Estado de Rondônia
Recorrido: Jose Messias de Azevedo
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia( )
Relatora:Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Vistos.
Ante a decisão exarada pelo Exmo. Des. Vice-Presidente, nos autos do RESE n. 0000935-91.2018.8.22.0011 (cópia da decisão na contracapa), determino o encaminhamento dos autos à vice-presidência para as providências previstas no inciso III do art. 111, do RIT/RO.
I.P.C.
Porto Velho - RO, 2 de maio de 2019.
Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Relatora

2ª Câmara Criminal
Despacho DA RELATORA
Apelação
Número do Processo :1004701-02.2017.8.22.0002
Processo de Origem : 1004701-02.2017.8.22.0002
Apelante: Zeli Maria Klein Orso
Advogado: Gustavo Henrique Machado Mendes(OAB/RO 4636)
Apelante: Moisés Luiz Orso
Advogado: Gustavo Henrique Machado Mendes(OAB/RO 4636)
Advogado: Luisa Paula Nogueira Ribeiro Melo(OAB/RO 1575)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora:Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Vistos.
O recurso está pautado para a sessão do dia 08/05/2019.
Indeferido a juntada da petição, eis que inadmissível o aditamento às razões do recurso já apresentadas.
Recebo a petição, todavia, na condição de simples memoriais, devendo ser anexada na contracapa.
Extraia-se cópias encaminhando-as para os demais julgadores.
I.P.C.
Porto Velho - RO, 2 de maio de 2019.
Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Relatora

PAUTA DE JULGAMENTO

1ª CÂMARA CÍVEL

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
1ª Câmara Cível
Pauta de Julgamento
Sessão 1.858

Pauta elaborada nos termos do artigo 246 e seguintes do Regimento Interno deste Tribunal, relativa aos processos abaixo relacionados, bem como àqueles adiados de pautas já publicadas, que serão julgados em sessão que se realizará no 1º Plenário deste Tribunal, aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, às 08h30.

Obs.: 1) Para a sustentação oral, conforme previsto no art. 57, caput e § 1º do referido Regimento, os senhores advogados deverão inscrever-se, previamente, perante à Coordenadoria Cível da Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau, ou verbalmente, até o início da Sessão da 1ª Câmara Cível, observando-se, o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 271 da mesma norma.

2) O advogado que desejar promover sustentação oral por videoconferência, com respectivo teste de conexão, deverá encaminhar e-mail à Coordenadoria (ccivel-cpe2g@tjro.jus.br) até as 13 horas (horário local) do dia útil anterior ao da sessão, observando-se as demais disposições do art. 937, § 4º, do CPC e da Resolução 031/2018-PR deste tribunal.

Processo de Interesse do Ministério Público
01. 0002709-19.2014.8.22.0102 Apelação (SDSG)
Origem: 0002709-19.2014.8.22.0102 – Porto Velho/ 4ª Vara de Família e Sucessões
Apelante: D. M. C.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelada: A. C. L. C. representada por E. C. L. S.
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Pedido de vista em 30/04/2019: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 29/10/2014
Decisão parcial em 30/04/2019: APÓS O VOTO DO RELATOR NEGANDO PROVIMENTO AO RECURSO, PEDIU VISTA O DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO. O DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA AGUARDA.

Processo de Interesse do Ministério Público
02. 7000865-74.2017.8.22.0015 Apelação (PJE)
Origem: 7000865-74.2017.8.22.0015 – Guajará-Mirim/ 2ª Vara Cível
Apelante: Josias Alves de Sousa
Advogado: Alexandre dos Santos Nogueira (OAB/RO 2892)
Apelado: Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A
Advogado: Dal Bosco Advogados (OAB/RS 1405)
Advogado: Gustavo Dal Bosco (OAB/RO 6480)
Advogada: Elisa Maria Loss Medeiros (OAB/RS 19646)
Advogada: Patricia Freyer (OAB/RS 62325)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Pedido de vista em 30/04/2019: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 19/01/2018
Decisão parcial em 30/04/2019: APÓS O VOTO DO RELATOR NEGANDO PROVIMENTO AO RECURSO, PEDIU VISTA O DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO. O DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA AGUARDA.

Processo de Interesse do Ministério Público
03. 7000567-91.2017.8.22.0012 Apelação (PJE)
Origem: 7000567-91.2017.8.22.0012 – Colorado do Oeste/ 1ª Vara Cível
Apelante: José Francisco dos Santos
Advogado: Paulo Henrique Schmoller de Souza (OAB/RO 7887)
Apelada: Azul Companhia de Seguros Gerais
Advogado: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
Advogado: Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643)
Advogado: Eduardo Abilio Kerber Diniz (OAB/RO 4389)
Advogada: Adriana Pereira Carvalho Simões (OAB/SP 189730)
Advogada: Ana Paula Vita Afonso Massavelli (OAB/SP 176375)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Pedido de vista em 30/04/2019: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Redistribuído por prevenção em 14/03/2018
Decisão parcial em 30/04/2019: APÓS O VOTO DO RELATOR NEGANDO PROVIMENTO AO RECURSO, PEDIU VISTA O DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO. O DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA AGUARDA.

04. 0010474-58.2011.8.22.0001 Apelação (SDSG)
Origem: 0010474-58.2011.8.22.0001 – Porto Velho/ 2ª Vara Cível
Apelante: Marcelo Lavocat Galvão
Advogada: Neidy Jane dos Reis (OAB/RO 1268)
Advogada: Valeska Bader de Souza (OAB/RO 2905)
Advogado: Rafael Valentin Raduan Miguel (OAB/RO 4486)
Apeladas: Dulci Marques de Menezes Flores e outra
Advogada: Maria Angélica Pazdziorny (OAB/RO 777)
Advogada: Leandra Maia Melo (OAB/RO 1737)
Terceiro Interessado: Sindicato dos Policiais Civis do Ex Território Federal de Rondônia – SINPFETRO
Advogado: Rafael Valentin Raduan Miguel (OAB/RO 4486)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Impedido: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Pedido de vista em 26/03/2019: DEMSEBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA
Distribuído por sorteio em 28/02/2014
Decisão parcial em 26/03/2019: APÓS O VOTO DO RELATOR NEGANDO PROVIMENTO AO RECURSO, PEDIU VISTA O DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA. O DESEMBARGADOR ISAÍAS FONSECA MORAES AGUARDA.

05. 0000156-38.2015.8.22.0013 Apelação (SDSG)
Origem: 0000156-38.2015.8.22.0013 – Cerejeiras/ 2ª Vara Genérica
Apelante: Centrais Elétricas de Rondônia S/A – Ceron
Advogada: Gabriela de Lima Torres (OAB/RO 5714)
Advogado: Alex Cavalcante de Souza (OAB/RO 1818)
Advogado: Jonathas Coelho Baptista de Mello (OAB/RO 3011)
Advogado: Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Advogado: Marcelo Rodrigues Xavier (OAB/RO 2391)
Apelado: Romilton Silva Santos
Advogada: Deisiany Sotelo Veiber Woll (OAB/RO 3051)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Pedido de vista em 31/07/2018: DESEMBARGADOR ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por sorteio em 15/6/2016
Decisão em 31/07/2018: "APÓS O VOTO DO RELATOR REJEITANDO A PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO E NO MÉRITO DANDO PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, NO QUE FOI ACOMPANHADO PELO JUIZ RINALDO FORTI SILVA, E DO VOTO DIVERGENTE DO DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA NO SENTIDO DE ANULAR A SENTENÇA PARA QUE SEJA REABERTA A INSTRUÇÃO PROCESSUAL, PEDIU VISTA O DESEMBARGADOR ISAIAS FONSECA MORAES. O JUIZ JOHNNY GUSTAVO CLEMES AGUARDA."

Processo de Interesse do Ministério Público
06. 0000635-08.2013.8.22.0011 Apelação (SDSG)
Origem: 0000635-08.2013.8.22.0011 – Alvorada do Oeste/ 1ª Vara Cível
Apelante: Ludovico Samsel
Advogado: Felipe Wendt (OAB/RO 4590)
Apelada: Centrais Elétricas de Rondônia S/A – CERON
Advogados: Jonathas Coelho Baptista de Mello (OAB/RO 3011)

Advogado: Alex Cavalcante de Souza (OAB/RO 1818)
Advogado: Jacimar Pereira Rigolon (OAB/RO 1740)
Advogado: Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1571) Advogada: Kênia de Carvalho Mariano (OAB/RO 994)
Advogada: Sílvia de Oliveira (OAB/RO 1285)
Advogado: Alexandre Camargo (OAB/RO 704)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Suspeito: DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA
Distribuído por sorteio em 12/5/2015
Decisão parcial em 03/07/2018: "APÓS O VOTO DO RELATOR NEGANDO PROVIMENTO AO RECURSO NO QUE FOI ACOMPANHADO ANTECIPADAMENTE PELO JUIZ JOHNNY GUSTAVO CLEMES, DIVERGIU O DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO PARA RECONHECER, DE OFÍCIO, A PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO AUTORAL. EM SEGUIDA, TENDO EM VISTA O ART 942 DO CPC, DETERMINOU-SE AO DEPARTAMENTO A CONVOCAÇÃO DE DOIS JULGADORES PARA O PROSSEGUIMENTO DO JULGAMENTO."

07. 0020660-43.2011.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 0020660-43.2011.8.22.0001 – 3ª Vara Cível/ Porto Velho
Apelante: Dorvalina Vieira da Silva Medeiros
Advogado: Fernando da Silva Maia (OAB/RO 452)
Apelado: Ruy da Costa Melo
Advogada: Laiana Oliveira Melo (OAB/RO 4906)
Advogada: Elda Luciana Oliveira Melo (OAB/RO 3924)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 28/02/2018
Decisão parcial em 03/07/2018: "APÓS O VOTO DO RELATOR NEGANDO PROVIMENTO AO RECURSO NO QUE FOI ACOMPANHADO PELO DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA, DIVERGIU O DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO. EM SEGUIDA, TENDO EM VISTA O ART 942 DO CPC, DETERMINOU-SE AO DEPARTAMENTO A CONVOCAÇÃO DE DOIS JULGADORES PARA O PROSSEGUIMENTO DO JULGAMENTO."

08. 0000029-15.2010.8.22.0001 Apelação (Agravo Retido) (SDSG)
Origem: 0000029-15.2010.8.22.0001 – Porto Velho/ 2ª Vara Cível
Apelantes/Agravantes: Espólio de Edson José de Araújo Representado pelo responsável Iglé Ibanez França e outros
Advogado: Fernando Maia (OAB/RO 452)
Apelados: Elias Campelo Alexandre e outras
Advogado: Ney Luiz de Freitas Leal (OAB/RO 28-A)
Advogado: Alan Rogério Ferreira Riça (OAB/RO 1745)
Advogada: Carolina Gioscia Leal de Melo (OAB/RO 2592)
Apelada/Agravada: Construtora Castilho2 S/A
Advogado: Max Rolim (OAB/RO 984)
Interessada (Parte Passiva): Isabella do Carmo Haise e outra
Advogada: Pollyana Gabrielle Souza Vieira (OAB/SP 274381)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por prevenção em 2/12/2013
Decisão parcial em 17/07/2018: "AGRAVO RETIDO NÃO CONHECIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE E, NO MÉRITO, APÓS O VOTO DO RELATOR NEGANDO PROVIMENTO AO RECURSO, DIVERGIU O DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO PARA PROSSEGUIMENTO DO FEITO NA ORIGEM, NO QUE FOI ACOMPANHADO PELO DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA. EM SEGUIDA, TENDO EM VISTA O ART 942 DO CPC, DETERMINOU-SE AO DEPARTAMENTO A CONVOCAÇÃO DE DOIS JULGADORES PARA O PROSSEGUIMENTO DO JULGAMENTO."

Processo de Interesse do Ministério Público
09. 0005986-96.2012.8.22.0010 Apelação (Agravos Retidos) (SDSG)
Origem: 0005986-96.2012.8.22.0010 – Rolim de Moura/ 1ª Vara Cível
Apelante/Agravado/Agravado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelada/Agravante: OI S/A
Advogada: Ana Tereza Palhares Basilio (OAB/RJ 74802)
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635)
Advogado: Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501)
Advogado: Marcelo Ferreira Campos (OAB/RO 3250)
Advogada: Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240)
Apelada/Agravante: Americel S/A
Advogado: Rodrigo Badaró Almeida de Castro (OAB/DF 2221-A)
Advogada: Tatiana Maria Mello de Lima (OAB/DF 15118)
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Advogada: Flávia Pias de Oliveira Ramos (OAB/DF 31673)
Advogada: Ana Paula Arantes de Freitas Linhares (OAB/DF 13166)
Apelada: Tim Celular S/A
Advogado: Cristiano Carlos Kozan (OAB/SP 183335)
Advogada: Edilena Maria de Castro Gomes (OAB/RO 1967)
Advogada: Renata Rezetti Ambrósio (OAB/SP 296923)
Advogada: Ana Cristina Vasconcellos Santos (OAB/RJ 92756)
Relator: DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA
Impedido: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por prevenção em 14/8/2015
Decisão parcial em 31/07/2018: "AGRAVO RETIDO NÃO PROVIDO. PRELIMINARES REJEITADAS. NO MÉRITO, APÓS O VOTO DO RELATOR DANDO PROVIMENTO AO RECURSO, DIVERGIU O DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA PARA NEGAR PROVIMENTO, NO QUE FOI ACOMPANHADO PELO JUIZ JOHNNY GUSTAVO CLEMES. EM SEGUIDA, TENDO EM VISTA O ART 942 DO CPC, DETERMINOU-SE AO DEPARTAMENTO A CONVOCAÇÃO DE DOIS JULGADORES PARA O PROSSEGUIMENTO DO JULGAMENTO."

10. 0001492-35.2014.8.22.0006 Apelação (SDSG)
Origem: 0001492-35.2014.8.22.0006 – Presidente Médici/ 1ª Vara Cível
Apelante: Espólio de Edmilson Gonzaga Barbosa representado pela responsável Eliene dos Santos Barbosa
Advogado: Flávio Luís dos Santos (OAB/RO 2238)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 04/05/2015
Decisão parcial em 31/07/2018: "APÓS O VOTO DO RELATOR NEGANDO PROVIMENTO AO RECURSO, DIVERGIU O DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO, NO QUE FOI ACOMPANHADO PELO DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA. EM SEGUIDA, TENDO EM VISTA O ART 942 DO CPC, DETERMINOU-SE AO DEPARTAMENTO A CONVOCAÇÃO DE DOIS JULGADORES PARA O PROSSEGUIMENTO DO JULGAMENTO."

11. 7037673-57.2016.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7037673-57.2016.8.22.0001 – Porto Velho/ 1ª Vara Cível
Apelante: TOKIO Marine Seguradora S/A
Advogado: Fabiano Bosco Veríssimo (OAB/MG 100871)
Advogado: Bruno Sander Verissimo (OAB/MG 118620)
Advogada: Deise Steinheuser (OAB/SP 255862)
Advogado: Sérgio Roberto de Oliveira (OAB/SP 75728)
Advogada: Gislaine da Silva (OAB/SP 374686)
Advogado: Uener Eustáquio de Andrade (OAB/MG 118560)
Apelado: RIMA – Rio Madeira Aerotáxi Ltda.
Advogado: José Manoel Alberto Matias Pires (OAB/RO 3718)
Advogado: Gustavo Gerola Marsola (OAB/RO 4164)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 17/05/2017
Decisão parcial em 31/07/2018: "PRELIMINARES REJEITADAS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE E, NO MÉRITO, APÓS O VOTO DO RELATOR NEGANDO PROVIMENTO AO RECURSO NO QUE FOI ACOMPANHADO PELO DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO, DIVERGIU O DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA PARA DAR PARCIAL PROVIMENTO. EM SEGUIDA, TENDO EM VISTA O ART 942 DO CPC, DETERMINOU-SE AO DEPARTAMENTO A CONVOCAÇÃO DE DOIS JULGADORES PARA O PROSSEGUIMENTO DO JULGAMENTO."

12. 0003347-64.2014.8.22.0001 Apelação (SDSG)
Origem: 0003347-64.2014.8.22.0001 – Porto Velho/ 9ª Vara Cível
Apelante: Adriana Alves Castro
Advogado: Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4165)
Apelada: Centrais Elétricas de Rondônia S/A – Ceron
Advogado: João Diego Raphael Cursino Bonfim (OAB/RO 3669)
Advogada: Francianny Aires da Silva (OAB/RO 1190)
Advogado: Alex Cavalcante de Souza (OAB/RO 1818)
Advogado: Rodrigo Augusto Barboza Pinheiro (OAB/RO 5706)
Advogado: Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 04/02/2015
Decisão parcial em 31/07/2018: "APÓS O VOTO DO RELATOR DANDO PROVIMENTO AO RECURSO, DIVERGIU O DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO PARA RECONHECER DE OFÍCIO A ILEGITIMIDADE ATIVA DA PARTE AUTORA, NO QUE FOI ACOMPANHADO PELO DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA. EM SEGUIDA, TENDO EM VISTA O ART 942 DO CPC, DETERMINOU-SE AO DEPARTAMENTO A CONVOCAÇÃO DE DOIS JULGADORES PARA O PROSSEGUIMENTO DO JULGAMENTO."

13. 0012254-28.2014.8.22.0001 Apelação (SDSG)
Origem: 0012254-28.2014.8.22.0001 – Porto Velho/ 6ª Vara Cível
Apelante: UNIRON – União das Escolas Superiores de Rondônia Ltda.
Advogado: Thales Rocha Bordignon (OAB/RO 4863)
Advogada: Geane Portela Silva (OAB/AC 3632)
Advogado: Vivaldo Garcia Júnior (OAB/RO 4342)
Advogado: José Cristiano Pinheiro (OAB/RO 1529)
Advogada: Valéria Maria Vieira Pinheiro (OAB/RO 1528)
Apelado: Cláudio de Lima Silva
Advogada: Renata Fabris Pinto (OAB/RO 3126)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 03/06/2015
Decisão parcial em 14/08/2018: "APÓS O VOTO DO RELATOR DANDO PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, NO QUE FOI ACOMPANHADO PELO DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA, DIVERGIU O DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO. EM SEGUIDA, TENDO EM VISTA O ART 942 DO CPC, DETERMINOU-SE AO DEPARTAMENTO A CONVOCAÇÃO DE DOIS JULGADORES PARA O PROSSEGUIMENTO DO JULGAMENTO".

14. 0005938-40.2012.8.22.0010 Apelação (Recurso Adesivo) (SDSG)
Origem: 0005938-40.2012.8.22.0010 – Rolim de Moura/ 2ª Vara Cível
Apelantes/Recorridos: Viviane Lorencetti Ferreira e outro
Advogada: Maria Cristina Dall'Agnol (OAB/RO 4597)
Advogado: Raduan Celso Alves de Oliveira Nobre (OAB/RO 5893)
Advogado: Richard Campanari (OAB/RO 2889)
Advogada: Marineuza dos Santos Lopes (OAB/RO 6214)
Advogado: Leonardo Henrique Berkembrock (OAB/RO 4641)
Apelada/Recorrente: Milani & Milani Ltda. – ME
Advogada: Rhenne Dutra dos Santos (OAB/RO 5270)
Advogada: Danúbia Aparecida Vidal Petrolini (OAB/RO 3256)
Advogado: Nivaldo Vieira de Melo (OAB/RO 257-A)
Advogado: Roberta de Oliveira Lima Paes (OAB/RO 1568)
Relator: DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA
Distribuído por prevenção em 31/08/2015
Decisão parcial em 14/08/2018: "APÓS O VOTO DO RELATOR REJEITANDO A PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA, DIVERGIU O DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA PARA ACOLHER A REFERIDA PRELIMINAR, NO QUE FOI ACOMPANHADO PELO DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO. EM SEGUIDA, TENDO EM VISTA O ART. 942 DO CPC, DETERMINOU-SE AO DEPARTAMENTO A CONVOCAÇÃO DE DOIS JULGADORES PARA O PROSSEGUIMENTO DO JULGAMENTO."

15. 0003852-28.2014.8.22.0010 Apelação (SDSG)
Origem: 0003852-28.2014.8.22.0010 – Rolim de Moura/ 2ª Vara Cível
Apelantes: Viviane Lorencetti Ferreira e outro
Advogada: Maria Cristina Dall'Agnol (OAB/RO 4597)
Advogado: Raduan Celso Alves de Oliveira Nobre (OAB/RO 5893)
Advogado: Richard Campanari (OAB/RO 2889)
Advogada: Marineuza dos Santos Lopes (OAB/RO 6214)
Advogado: Leonardo Henrique Berkembrock (OAB/RO 4641)
Apelado: Ronaldo Milani Dalla Costa
Relator: Desembargador Rowilson Teixeira
Distribuído por prevenção em 31/08/2015
Decisão parcial em 14/08/2018: "APÓS O VOTO DO RELATOR REJEITANDO A PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA NA AÇÃO PRINCIPAL, DIVERGIU O DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA PARA ACOLHER A REFERIDA PRELIMINAR, NO QUE FOI ACOMPANHADO PELO DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO. PROCESSO SUSPENSO AGUARDANDO JULGAMENTO DO PROCESSO PRINCIPAL."

16. 0000610-88.2014.8.22.0001 Apelação (SDSG)
Origem: 0000610-88.2014.8.22.0001 – Porto Velho/ 3ª Vara Cível
Apelante: Banco Volkswagen S/A
Advogado: Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 4658)
Advogado: Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Advogado: Vagner Marques de Oliveira (OAB/SP 159335)
Advogado: Marcelo Brasil Saliba (OAB/RO 5258)
Advogado: João Diego Raphael Cursino Bomfim (OAB/RO 3669)
Apelada: Maria das Graças Lemos Pantoja
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 26/11/2014
Decisão parcial em 14/08/2018: "APÓS O VOTO DO RELATOR NEGANDO PROVIMENTO AO RECURSO, NO QUE FOI ACOMPANHADO PELO DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO, DIVERGIU O DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO E DETERMINAR O RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM. EM SEGUIDA, TENDO EM VISTA O ART 942 DO CPC, DETERMINOUSE AO DEPARTAMENTO A CONVOCAÇÃO DE DOIS JULGADORES PARA O PROSSEGUIMENTO DO JULGAMENTO".

Processo de Interesse do Ministério Público
17. 0016448-71.2014.8.22.0001 Apelação (SDSG)
Origem: 0016448-71.2014.8.22.0001 – Porto Velho/ 2ª Vara Cível
Apelantes: Marcela da Costa Oliveira e outros
Advogado: Rozinei Teixeira Lopes (OAB/RO 5195)
Advogado: Francisco Ribeiro Neto (OAB/RO 875)
Apelado: Serviço Social do Comércio – SESC
Advogada: Rosilene de Oliveira Zanini (OAB/RO 4542)
Advogada: Lanessa Back Thomé (OAB/RO 6360)
Advogada: Fernanda Maia Marques (OAB/RO 3034)
Advogado: Carl Teske Júnior (OAB/RO 3297)
Advogada: Pollyana Gabrielle Souza Vieira (OAB/SP 274381)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 23/06/2016
Decisão parcial em 21/08/2018: "APÓS O VOTO DO RELATOR NEGANDO PROVIMENTO AO RECURSO, NO QUE FOI ACOMPANHADO PELO DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA, DIVERGIU O DESEMBARGADOR ISAIAS FONSECA MORAES PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO E CONDENAR O APELADO AO RESSARCIMENTO DOS DANOS MORAIS. EM SEGUIDA, TENDO EM VISTA O ART. 942 DO CPC, DETERMINOU-SE AO DEPARTAMENTO A CONVOCAÇÃO DE DOIS JULGADORES PARA O PROSSEGUIMENTO DO JULGAMENTO."

18. 0019122-22.2014.8.22.0001 (SDSG)
Origem: 0019122-22.2014.8.22.0001 – Porto Velho/ 3ª Vara Cível
Apelante/Apelado: Tácito Dantas Albuquerque
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A)
Advogada: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)

Apelada/Apelante: Itapeva Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não padronizados
Advogado: Feliciano Lyra Moura (OAB/RO 5413)
Advogado: José Manoel Alberto Matias Pires (OAB/RO 3718)
Advogado: Isaias da Fonseca Quintanilha (OAB/SP 248507)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 19/05/2015
Decisão parcial em 21/08/2018: "APÓS O VOTO DO RELATOR NEGANDO PROVIMENTO AOS RECURSOS, NO QUE FOI ACOMPANHADO PELO DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA, DIVERGIU O DESEMBARGADOR ISAIAS FONSECA MORAES PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO DE TÁCITO DANTAS ALBUQUERQUE PARA MAJORAR O VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DE ITAPEVA MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS. EM SEGUIDA, TENDO EM VISTA O ART. 942 DO CPC, DETERMINOU-SE AO DEPARTAMENTO A CONVOCAÇÃO DE DOIS JULGADORES PARA O PROSSEGUIMENTO DO JULGAMENTO."

19. 0005008-41.2015.8.22.0002 Apelação (Recurso Adesivo) (SDSG)
Origem: 0005008-41.2015.8.22.0002 – Ariquemes/ 4ª Vara Cível
Apelante/Recorrida: Tim Celular S/A
Advogado: Luís Carlos Monteiro Laurenço (OAB/BA 16780)
Advogado: José Manoel Alberto Matias Pires (OAB/RO 3718)
Advogada: Taiana Santos Azevedo (OAB/DF 22452)
Advogada: Silvania Kloch (OAB/RO 4043)
Advogado: Francisco Antônio Fragata Júnior (OAB/SP 39768)
Apelada/Recorrente: Amanda Moreira de Meireles
Advogado: Belmiro Rogério Duarte Bermudes Neto (OAB/RO 5890)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Impedido: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 10/12/2015
Decisão parcial em 28/08/2018: "APÓS O VOTO DO RELATOR PARA DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DE TIM CELULAR S/A E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO DE AMANDA MOREIRA DE MEIRELES, DIVERGIU O DESEMBARGADOR ISAIAS FONSECA MORAES NO SENTIDO DE NEGAR PROVIMENTO AOS RECURSOS E MANTER A SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU EM TODOS OS SEUS TERMOS, NO QUE FOI ACOMPANHADO PELO JUIZ JOHNNY GUSTAVO CLEMES. EM SEGUIDA, TENDO EM VISTA O ART. 942 DO CPC, DETERMINOU-SE AO DEPARTAMENTO A CONVOCAÇÃO DE DOIS JULGADORES PARA O PROSSEGUIMENTO DO JULGAMENTO."

20. 0023725-41.2014.8.22.0001 Apelação (Recurso Adesivo) (SDSG)
Origem: 0023725-41.2014.8.22.0001 – Porto Velho/ 5ª Vara Cível
Apelante/Recorrida: Claro S/A
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/RO 6235)
Advogado: Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Advogada: Gabriela de Lima Torres (OAB/RO 5714)
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Advogado: Júlio Cezar de Almeida (OAB/SP 182468)
Advogada: Ana Paula Arantes de Freitas Linhares (OAB/DF 13166)
Advogada: Ana Flávia Pereira Guimarães (OAB/MG 105287)
Apelada/Recorrente: Maria de Fátima Marques de Lima
Advogada: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 17/11/2015
Decisão parcial em 28/08/2018: "APÓS O VOTO DO RELATOR PARA DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DE CLARO S/A E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO DE MARIA DE FÁTIMA MARQUES DE LIMA, NO QUE FOI ACOMPANHADO PELO DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO, DIVERGIU O JUIZ JOHNNY GUSTAVO CLEMES PARA MANTER A SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU EM TODOS OS SEU TERMOS. EM SEGUIDA, TENDO EM VISTA O ART. 942 DO CPC, DETERMINOU-SE AO DEPARTAMENTO A CONVOCAÇÃO DE DOIS JULGADORES PARA O PROSSEGUIMENTO DO JULGAMENTO."

21. 0010957-71.2014.8.22.0005 Apelação (SDSG)
Origem: 0010957-71.2014.8.22.0005 – Ji-Paraná/ 4ª Vara Cível
Apelante: OI S/A
Advogada: Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240)
Advogada: Inaiara Gabriela Penha dos Santos (OAB/RO 5594)
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635)
Advogada: Nayane Batista de Oliveira (OAB/RO 6467)
Advogado: Renêe Maria Barros Almeida de Paula (OAB/RO 5801)
Advogado: Marcelo Ferreira Campos (OAB/RO 3250)
Advogado: Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501)
Apelada: Elza Salustiano da Silva
Advogado: Milton Fugiwara (OAB/RO 1194)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 03/12/2015
Decisão parcial em 28/08/2018: "APÓS O VOTO DO RELATOR PARA DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, NO QUE FOI ACOMPANHADO PELO DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO, DIVERGIU O JUIZ JOHNNY GUSTAVO CLEMES PARA MANTER A SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU EM TODOS OS SEU TERMOS. EM SEGUIDA, TENDO EM VISTA O ART. 942 DO CPC, DETERMINOU-SE AO DEPARTAMENTO A CONVOCAÇÃO DE DOIS JULGADORES PARA O PROSSEGUIMENTO DO JULGAMENTO."

22. 0002724-60.2015.8.22.0002 Apelação (SDSG)
Origem: 0002724-60.2015.8.22.0002 – Ariquemes/ 3ª Vara Cível
Apelante: Tatiane Mariana Silva Alves
Advogado: Belmiro Rogério Duarte Bermudes Neto (OAB/RO 5890)
Apelado: Banco Bradesco S/A
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875-A)
Advogado: Sérgio Rodrigo Russo Vieira (OAB/BA 24143)
Advogado: Rafael Sganzerla Durand (OAB/RO 4872-A)
Advogado: Fábio da Costa Vilar (OAB/SP 167078)
Advogada: Karem Lúcia Corrêa da Silva Rattmann (OAB/AM 4-704)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 11/12/2015
Decisão parcial em 28/08/2018: "APÓS O VOTO DO RELATOR PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, DIVERGIU O DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO, PARA MAJORAR O DANO MORAL. NO QUE FOI ACOMPANHADO PELO JUIZ JOHNNY GUSTAVO CLEMES. EM SEGUIDA, TENDO EM VISTA O ART. 942 DO CPC, DETERMINOU-SE AO DEPARTAMENTO A CONVOCAÇÃO DE DOIS JULGADORES PARA O PROSSEGUIMENTO DO JULGAMENTO."

23. 0004094-48.2013.8.22.0001 Apelação (SDSG)
Origem: 0004094-48.2013.8.22.0001 – Porto Velho/ 6ª Vara Cível
Apelante: Natalina Menezes Pinheiro
Advogada: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A)
Apelada: BB Eletro Ltda. – EPP
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 15/09/2014
Decisão parcial em 04/09/2018: "APÓS O VOTO DO RELATOR PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, NO QUE FOI ACOMPANHADO PELO JUIZ JOHNNY GUSTAVO CLEMES, DIVERGIU O DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO. EM SEGUIDA, TENDO EM VISTA O ART. 942 DO CPC, DETERMINOU-SE AO DEPARTAMENTO A CONVOCAÇÃO DE DOIS JULGADORES PARA O PROSSEGUIMENTO DO JULGAMENTO."

24. 0001679-89.2014.8.22.0023 Apelação (SDSG)
Origem: 0001679-89.2014.8.22.0023 – São Francisco do Guaporé/ 1ª Vara Cível
Apelante: Benchimol, Irmão & Cia Ltda.
Advogado: Roberto Pereira Souza e Silva (OAB/RO 755)
Advogado: George Uilian Cardoso de Souza (OAB/RO 4491)
Advogado: Marcus Filipe Araújo Barbedo (OAB/RO 3141)
Advogado: Leri Antônio Souza e Silva (OAB/RO 269-A)
Apelado: Luiz Ormidio da Silva

Advogado: Marcelo Cantarella da Silva (OAB/RO 558)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 13/11/2015
Decisão parcial em 04/09/2018: "APÓS O VOTO DO RELATOR PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO, DIVERGIU O DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, NO QUE FOI ACOMPANHADO PELO JUIZ JOHNNY GUSTAVO CLEMES. EM SEGUIDA, TENDO EM VISTA O ART. 942 DO CPC, DETERMINOU-SE AO DEPARTAMENTO A CONVOCAÇÃO DE DOIS JULGADORES PARA O PROSSEGUIMENTO DO JULGAMENTO."

25. 0009026-45.2014.8.22.0001 Apelação Recurso Adesivo) (SDSG)
Origem: 0009026-45.2014.8.22.0001 – Porto Velho/ 2ª Vara Cível
Apelante/Recorrido: Banco do Brasil S/A
Advogado: Rafael Sganzerla Durand (OAB/RO 4872-A)
Advogada: Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB/PR 8123)
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875-A)
Advogado: Rômulo Romano Salles (OAB/RO 6094)
Advogado: Diogo Prestes Girardello (OAB/RO 5239)
Apelado/Recorrente: Manoel Cardoso dos Santos
Advogada: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 05/03/2015
Decisão parcial em 04/09/2018: "NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO DE MANOEL CARDOSO DOS SANTOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE E, APÓS O VOTO DO RELATOR DANDO PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DO BANCO DO BRASIL S/A PARA REDUZIR O CONDENAÇÃO A TÍTULO DE REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS PARA R$ 3 MIL REAIS DIVERGIU O DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, NO QUE FOI ACOMPANHADO PELO JUIZ JOHNNY GUSTAVO CLEMES. EM SEGUIDA, TENDO EM VISTA O ART. 942 DO CPC, DETERMINOU-SE AO DEPARTAMENTO A CONVOCAÇÃO DE DOIS JULGADORES PARA O PROSSEGUIMENTO DO JULGAMENTO."

26. 0024232-02.2014.8.22.0001 Apelação (SDSG)
Origem: 0024232-02.2014.8.22.0001 – Porto Velho/ 9ª Vara Cível
Apelante: Brasil Card Administradora de Cartão de Crédito Ltda.
Advogado: Adrienes Bernardes da Silva (OAB/MG 155898)
Advogado: Neyir Silva Baquião (OAB/MG 129504)
Advogado: Timóteo Luís Martins de Souza (OAB/MG 152799)
Advogado: Caio Saldanha da Silveira (OAB/RO 6392)
Advogada: Camila Chaul Aidar Pereira (OAB/RO 5777)
Apelado: Ueslei José Pinheiro
Advogada: Dulcinéia Bacinello Ramalho (OAB/RO 1088)
Advogada: Daiane Kelli Joslin (OAB/RO 5736)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 16/12/2015
Decisão parcial em 18/09/2018: "APÓS O VOTO DO RELATOR DANDO PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DIVERGIU O DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NO QUE FOI ACOMPANHADO PELO JUIZ JOHNNY GUSTAVO CLEMES. EM SEGUIDA, TENDO EM VISTA O ART. 942 DO CPC, DETERMINOUSE AO DEPARTAMENTO A CONVOCAÇÃO DE DOIS JULGADORES PARA O PROSSEGUIMENTO DO JULGAMENTO."

Processo de Interesse do Ministério Público
27. 0010315-64.2015.8.22.0005 Apelação (SDSG)
Origem: 0010315-64.2015.8.22.0005 – Ji-Paraná/ 3ª Vara Cível
Apelante: R. B. M.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: R. F. da S.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 02/09/2016
Decisão parcial em 04/09/2018: "APÓS O VOTO DO RELATOR NEGANDO PROVIMENTO AO RECURSO, DIVERGIU O DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO, NO QUE FOI ACOMPANHADO PELO JUIZ JOHNNY GUSTAVO CLEMES. EM SEGUIDA, TENDO EM VISTA O ART. 942 DO CPC, DETERMINOU-SE AO DEPARTAMENTO A CONVOCAÇÃO DE DOIS JULGADORES PARA O PROSSEGUIMENTO DO JULGAMENTO."

Processo de Interesse do Ministério Público
28. 0000524-83.2015.8.22.0001 Apelação (SDSG)
Origem: 0000524-83.2015.8.22.0001 – Porto Velho/ 6ª Vara Cível
Apelante: Lazara Nunes de Freitas
Advogado: Rafael Magalhães da Silva Timóteo (OAB/RO 5447)
Advogada: Jéssica Peixoto Cantanhêde (OAB/RO 2275)
Advogada: Ácsa Liliane Carvalho Brito Souza (OAB/RO 5882)
Apelado: Banco Finasa S/A
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 18/05/2015
Decisão parcial em 11/09/2018: "APÓS O VOTO DO RELATOR DANDO PROVIMENTO AO RECURSO, DIVERGIU O DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, NO QUE FOI ACOMPANHADO PELO JUIZ JOHNNY GUSTAVO CLEMES. EM SEGUIDA, TENDO EM VISTA O ART. 942 DO CPC, DETERMINOUSE AO DEPARTAMENTO A CONVOCAÇÃO DE DOIS JULGADORES PARA O PROSSEGUIMENTO DO JULGAMENTO."

29. 0004065-40.2010.8.22.0021 Apelação (SDSG)
Origem: 0004065-40.2010.8.22.0021 – Buritis/ 1ª Vara
Apelante: Lucinéia Marquardt
Advogada: Michelle Souza Pires Stegmann (OAB/RO 4110)
Advogada: Valquiria Marques da Silva (OAB/RO 5297)
Apelada: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
Advogado: Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894)
Advogado: Edyen Valente Calepis (OAB/MS 8767)
Advogada: Andréia Alves da Silva Bolson (OAB/RO 4608)
Advogado: Ernesto Borges Filho (OAB/MS 379)
Advogado: Renato Chagas Corrêa da Silva (OAB/MS 5871)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 16/1/2015
Decisão parcial em 18/09/2018: "APÓS O VOTO DO RELATOR NEGANDO PROVIMENTO AO RECURSO DIVERGIU O DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO. O JUIZ JOHNNY GUSTAVO CLEMES ACOMPANHOU O VOTO DO RELATOR. EM SEGUIDA, TENDO EM VISTA O ART. 942 DO CPC, DETERMINOUSE AO DEPARTAMENTO A CONVOCAÇÃO DE DOIS JULGADORES PARA O PROSSEGUIMENTO DO JULGAMENTO."

30. Apelação n. 0003111-91.2010.8.22.0021 (SDSG)
Origem: 0003111-91.2010.8.22.0021 – Buritis/ 2ª Vara
Apelante: Usoschiton Candeias da Silva
Advogada: Michelle Souza Pires Stegmann (OAB/RO 4110)
Advogada: Valquiria Marques da Silva (OAB/RO 5297)
Advogada: Karina Tavares Sena Ricardo (OAB/RO 4085)
Apelada: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
Advogada: Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5017)
Advogada: Luciana Veríssimo Gonçalves (OAB/MS 8270)
Advogado: Levi Gustavo Alves de Freitas (OAB/RO 4634)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 29/01/2015
Decisão parcial em 18/09/2018: "APÓS O VOTO DO RELATOR NEGANDO PROVIMENTO AO RECURSO DIVERGIU O DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO. O JUIZ JOHNNY GUSTAVO CLEMES ACOMPANHOU O VOTO DO RELATOR. EM SEGUIDA, TENDO EM VISTA O ART. 942 DO CPC, DETERMINOUSE AO DEPARTAMENTO A CONVOCAÇÃO DE DOIS JULGADORES PARA O PROSSEGUIMENTO DO JULGAMENTO"

Processo de Interesse do Ministério Público
31. 0002296-57.2015.8.22.0009 Apelação (SDSG)
Origem: 0002296-57.2015.8.22.0009 – Pimenta Bueno/ 1ª Vara Cível
Apelante: V. N. de A.
Advogado: Victor Alexsandro do Nascimento Custódio (OAB/RO 5155)
Apelados: J. de O. C e outro
Advogado: Hevandro Scarcelli Severino (OAB/RO 3065)
Advogado: Sammuel Valentim Borges (OAB/RO 4356)
Relator: DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA
Distribuído por sorteio em 09/12/2016

Processo com Interesse do Ministério Público
32. 0006519-19.2011.8.22.0001 Apelação (SDSG)
Origem: 0006519-19.2011.8.22.0001 – Porto Velho/ 5ª Vara Cível
Apelante: Orfilia Souza da Silva
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelados: José Afonso Florêncio e outra
Curador: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA
Distribuído por sorteio em 17/11/2015

Processo com Interesse do Ministério Público
33. 0012683-87.2013.8.22.0014 Apelação (SDSG)
Origem: 0012683-87.2013.8.22.0014 – Vilhena/ 4ª Vara Cível
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelada: C. M. M. R.
Advogada: Beatriz Bianquini Ferreira Barlette (OAB/RO 3602)
Terceira Interessada: V. M. R.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA
Distribuído por sorteio em 20/07/2015

Processo com Interesse do Ministério Público
34. 0002737-22.2012.8.22.0016 Apelação (SDSG)
Origem: 0002737-22.2012.8.22.0016 – Costa Marques/ 1ª Vara Cível
Apelante: Messias Cardoso Saraiva
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA
Distribuído por sorteio em 11/07/2016

Processo de Interesse do Ministério Público
35. 0003955-04.2015.8.22.0009 Apelação (SDSG)
Origem: 0003955-04.2015.8.22.0009 – Pimenta Bueno/ 1ª Vara Cível
Apelante: Companhia de Seguros Aliança do Brasil
Advogado: Jaime Augusto Freire de Carvalho Marques (OAB/BA 9446)
Advogado: Gustavo Gerola Marzolla (OAB/RO 4164)
Advogado: Orival Grahl (OAB/SC 6266)
Advogado: Adair Marzolla (OAB/RO 3026)
Advogado: José Manoel Alberto Matias Pires (OAB/RO 3718)
Apelante: Banco do Brasil S/A
Advogado: Sérvio Túlio de Barcelos (OAB/RO 6673)
Advogado: José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB/RO 6676)
Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
Advogado: Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Apelado: N. A. C. B. representado por sua representante M. de F. B. B.
Advogado: Sebastião Cândido Neto (OAB/RO 1826)
Relator: DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA
Distribuído por sorteio em 05/09/2016

Processo de Interesse do Ministério Público
36. 7035330-54.2017.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7035330-54.2017.8.22.0001 – Porto Velho/ 10ª Vara Cível
Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
Advogado: Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
Apelado: E. B. J. da R representado por sua genitora E. J. da R.
Advogado: Genival Fernandes de Lima (OAB/RO 2366)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 16/11/2018

Processo de Interesse do Ministério Público
37. 7006103-50.2016.8.22.0002 Apelação (PJE)
Origem: 7006103-50.2016.8.22.0002 – Ariquemes/ 2ª Vara Cível
Apelante: Rivanda Nogueira Silva
Advogado: Bruno Alves da Silva Cândido (OAB/RO 5825)
Apelado: Banco Itau BMG Consignado S/A
Advogado: José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB/RO 9174)
Advogada: Ana Tereza Guimarães Alves (OAB/RN 9552)
Advogado: Ricardo Riei Chinen (OAB/SP 257127)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 01/11/2018

Processo de Interesse do Ministério Público
38. 7015100-54.2018.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7015100-54.2018.8.22.0001 – Porto Velho/ 5ª Vara Cível
Apelante: Banco BMG S/A
Advogado: José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB/RO 9174)
Advogada: Rosana Farto Rotta (OAB/SP 190494)
Advogada: Patricia Gurgel Portela Mendes (OAB/RN 5424)
Apelada: Aurea Paiva Cardozo
Advogada: Lidiany Fabiula Moreira Marques (OAB/RO 6505)
Advogado: Felipe Góes Gomes de Aguiar (OAB/RO 4494)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 18/12/2018

Processo de Interesse do Ministério Público
39. 7018346-58.2018.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7018346-58.2018.8.22.0001 – Porto Velho/ 9ª Vara Cível
Apelante: Vanir Soares de Lima
Advogado: Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4165)
Apelada: Centrais Elétricas de Rondônia S/A – Ceron
Advogada: Érica Cristina Claudino (OAB/RO 6207)
Advogada: Silvia de Oliveira (OAB/RO 1285)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 03/10/2018

Processo de Interesse do Ministério Público
40. 7002140-28.2016.8.22.0004 Apelação (PJE)
Origem: 7002140-28.2016.8.22.0004 – Ouro Preto do Oeste/ 1ª Vara Cível
Apelante: J. P. L.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: J. Y. L. L. representado por sua genitora T. L. N.
Advogado: Ricardo Oliveira Junqueira (OAB/RO 4477)
Advogada: Ariane Maria Guarido Xavier (OAB/RO 3367)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 08/01/2018

Processo de Interesse do Ministério Público
41. 7004700-43.2016.8.22.0003 Apelação (PJE)
Origem: 7004700-43.2016.8.22.0003 – Jaru/ 1ª Vara Cível
Apelantes: J. C. C. P. T. e outros representados por sua genitora J. C.
Advogado: Mário Roberto Pereira de Souza (OAB/RO 1765)
Apelado: W. P. T.
Advogado: Maurício Tadeu da Cruz (OAB/RO 3569)
Advogado: Célio da Cruz (OAB/RO 5443)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 27/12/2017

Processo de Interesse do Ministério Público
42. 7015166-31.2018.8.22.0002 Apelação (PJE)
Origem: 7015166-31.2018.8.22.0002 – Ariquemes/ 3ª Vara Cível
Apelante: Maria Alves Costa
Advogado: Fernando Martins Gonçalves (OAB/RO 834)
Advogado: Pedro Riola dos Santos Júnior (OAB/RO 2640)
Apelado: Banco BMG S/A
Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB/PE 23255)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 25/03/2019

Processo de Interesse do Ministério Público
43. 7013456-10.2017.8.22.0002 Apelação (PJE)
Origem: 7013456-10.2017.8.22.0002 – Ariquemes/ 3ª Vara Cível
Apelante: Saldino Marinho Pereira
Advogado: Marcos Roberto Faccin (OAB/RO 1453)
Apelado: Banco Itau BMG Consignado S/A
Advogado: Wilson Belchior (OAB/RO 6484)
Advogado: Emerson Eduardo Carneiro Gregório (OAB/SP 295653)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 17/09/2018

Processo de Interesse do Ministério Público
44. 7010830-37.2016.8.22.0007 Apelação (Recurso Adesivo) (PJE)
Origem: 7010830-37.2016.8.22.0007 – Cacoal/ 2ª Vara Cível
Apelante/Recorrido: Banco Cruzeiro do Sul S/A – em Liquidação Extrajudicial
Advogado: Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB/SP 98628)
Advogado: Yael Anna Simha (OAB/SP 140278)
Apelado/Recorrente: José Flor de Oliveira
Advogada: Allana Felicio da Silva Guaitolini (OAB/RO 8035)
Advogada: Marli Quartezani Salvador (OAB/RO 5821)
Advogada: Rosana Cristina Koppenhagen (OAB/RO 5056)
Advogado: José Júnior Barreiros (OAB/RO1405)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 19/03/2019

Processo de Interesse do Ministério Público
45. 0801165-36.2018.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 0008363-21.2013.8.22.0102 – Porto Velho/ 3ª Vara de Família e Sucessões
Agravante: S. M. P. G.
Advogada: Nathasha Maria Braga Arteaga Santiago (OAB/RO 4965)
Advogado: Felipe Gurjão Silveira (OAB/RO 5320)
Agravado: J. C. e S. F.
Advogado: Ricardo Maldonado Rodrigues (OAB/RO 2717)
Advogada: Juliana Medeiros Pires (OAB/RO 3302)
Agravada: M. C. N. e S.
Advogada: Maria Eugênia de Oliveira (OAB/RO 494-A)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Redistribuído por sorteio em 11/04/2019

Processo de Interesse do Ministério Público
46. 0800214-08.2019.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 7003855-40.2018.8.22.0003 – Jaru/ 2ª Vara Cível
Agravante: V. R. da S.
Advogada: Fernanda Machado Daniel Prenszler (OAB/RO 9227)
Agravada: T. da A. R.
Advogado: Denilson dos Santos Manoel (OAB/RO 7524)
Advogado: Calliugidan Pereira de Souza Silva (OAB/RO 8848)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 03/02/2019

47. 0007621-87.2013.8.22.0007 Apelação (SDSG)
Origem: 0007621-87.2013.8.22.0007 – Cacoal/ 1ª Vara Cível
Apelante: J. C. N.
Advogado: Paulo Luiz de Laia Filho (OAB/RO 3857)
Apelada: M. R. C.
Advogada: Maria de Lourdes Batista dos Santos (OAB/RO 5465)
Advogado: Márcio Valério de Sousa (OAB/RO 4976)
Advogada: Nathaly da Silva Gonçalves (RO 6212)
Relator: DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA
Distribuído por sorteio em 01/08/2016

48. 0009591-54.2015.8.22.0007 Apelação (SDSG)
Origem: 0009591-54.2015.8.22.0007 – Cacoal/ 4ª Vara Cível
Apelante: A. F. S. representada por sua mãe M. D. de S.
Advogado: Charles Baccan Júnior (OAB/RO 2823)
Advogada: Hélida Genari Baccan (OAB/RO 2838)
Advogada: Leila Mayara Cassia Menezes (OAB/RO 6495)
Apelado: F. C. S.
Advogado: Paulo Batista Duarte Filho (OAB/RO 4459)
Advogado: João Paulo das Virgens Lima (OAB/RO 4072)
Relator: DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA
Distribuído por sorteio em 25/08/2016

49. 0004977-50.2013.8.22.0015 Apelação (SDSG)
Origem: 0004977-50.2013.8.22.0015 – Guajará-Mirim/ 2ª Vara Cível
Apelantes: Maria Aleida Lopes Sabala e outro
Advogado: Erick Allan da Silva Barroso (OAB/RO 4624)
Advogada: Francyelen Alpire Germano (OAB/RO 7195)
Apelada: Acrópolis Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Advogada: Karlynete de Souza Assis (OAB/AC 3797)
Terceiro Interessado: Geraldo Pinheiro Brito
Curador: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Terceiro Interessado: Nemias de Lima Viana
Terceiro Interessado: Izeuda Tavares de Aquino
Relator: DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA
Distribuído por sorteio em 17/06/2016

50. 0002257-60.2010.8.22.0001 Apelação (SDSG)
Origem: 0002257-60.2010.8.22.0001 – Porto Velho/ 1ª Vara Cível
Apelante: Espólio de Greice Ane Batalha Sanders representado pelo responsável Ronaldo da Silva Sanders
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A)
Advogada: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Apelado: Carlos Jamal de Paula Futado
Advogado: Beniamine Gegle de Oliveira Chaves (OAB/RO 123-B)
Apelada: Clineron – Clínica Renal de Rondônia Ltda.
Advogada: Jane das Chagas Lebre (OAB/RO 4137)
Relator: DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA
Distribuído por sorteio em 02/09/2016

51. 0000021-15.2013.8.22.0007 Apelação (Recurso Adesivo) (SDSG)
Origem: 0000021-15.2013.8.22.0007 – Cacoal/ 2ª Vara Cível
Apelante/Recorrido: Mario Nunes Malinoski
Advogado: Luiz Carlos Ribeiro da Fonseca (OAB/RO 920)
Apelado/Recorrente: João Nilton Pessoa
Advogado: Luís Ferreira Cavalcante (OAB/RO 2790)
Recorrido: Ismael Augusto Soares
Advogado: Seneval Viana da Cunha (OAB/RO 2149)
Relator: DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA
Distribuído por sorteio em 09/06/2016

52. 0019365-63.2014.8.22.0001 Apelação (SDSG)
Origem: 0019365-63.2014.8.22.0001 – Porto Velho/ 3ª Vara Cível
Apelante: Tassiana Gonçalves
Advogado: Albino Melo Souza Júnior (OAB/RO 4464)
Advogado: Marcelo Estebanez Martins (OAB/RO 3208)
Advogada: Vanessa de Souza Camargo Fernandes (OAB/RO 5651)
Apelada: Porto Veículos Ltda.
Advogada: Manuela Gadelha Pereira de Carvalho (OAB/PE 24592)
Advogada: Maria Kátia Batista Martins (OAB/AM 9581)
Advogado: Fábio Marcelo Cordeiro da Silva (OAB/PE 19278)
Relator: DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA
Distribuído por sorteio em 31/08/2016

53. 0023609-35.2014.8.22.0001 Apelação (Recurso Adesivo) (SDSG)
Origem: 0023609-35.2014.8.22.0001 – Porto Velho/ 9ª Vara Cível
Apelantes/Recorridas: Seabra Empreendimentos Imobiliários Ltda. e outra
Advogado: Roberto Jarbas Moura de Souza (OAB/RO 1246)
Advogada: Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3511)
Advogado: Humberto Rossetti Portela (OAB/MG 91263)
Advogado: Leonardo Braz de Carvalho (OAB/MG 76653)
Advogado: Carlos Eduardo Ferreira Levy (OAB/RO 6930)
Advogado: Valnei Gomes da Cruz Rocha (OAB/RO 2479)
Advogada: Kenucy Neves de Lima (OAB/RO 2475)
Apelada/Recorrente: Maria da Conceição Lemos de Farias

Advogado: Thiago de Souza Gomes Ferreira (OAB/RO 4412)
Advogado: Alexandre Leandro da Silva (OAB/RO 4260)
Relator: DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA
Distribuído por sorteio em 31/08/2016

54. 0002812-38.2014.8.22.0001 Apelação (SDSG)
Origem: 0002812-38.2014.8.22.0001 – Porto Velho/ 8ª Vara Cível
Apelantes/Apelados: Denis Richard de Melo e outra
Advogada: Luzinete Xavier de Souza (OAB/RO 3525)
Advogada: Adriana Amaral Rodrigues (OAB/RO 7218)
Apeladas/Apelantes: Direcional Tsc Jatuarana Empreendimentos Imobiliários Ltda. e outra
Advogado: Roberto Jarbas Moura de Souza (OAB/RO 1246)
Advogada: Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3511)
Advogada: Kenucy Neves de Lima (OAB/RO 2475)
Advogada: Gisele Santana Eller (OAB/RO 7213)
Advogado: Robledo Oliveira Castro (OAB/MG 53795)
Advogado: José Arthur de Carvalho Pereira Filho (OAB/MG 42785)
Advogado: Marcelo Arantes Komel (OAB/MG 45366-B)
Advogado: Humberto Rossetti Portela (OAB/MG 91263)
Advogado: Gabriel Elias Bichara (OAB/RO 6905)
Apelada: Daniele de Paula Pereira
Advogado: Jorge Honorato (OAB/RO 2043)
Apelado: Wilson Domingos e Silva
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA
Redistribuído por sorteio em 01/07/2016

55. 0011007-97.2014.8.22.0005 Apelação (SDSG)
Origem: 0011007-97.2014.8.22.0005 – Ji-Paraná/ 1ª Vara Cível
Apelante: Anselmo Luiz da Silva e outra
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelada: Imobiliária Santo Antônio Ltda.
Curador: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA
Distribuído por sorteio em 01/07/2016

56. 0018878-98.2011.8.22.0001 Apelação (SDSG)
Origem: 0018878-98.2011.8.22.0001 – Porto Velho/ 6ª Vara Cível
Apelante: OM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Advogada: Rosany Soares da Silva Costa (OAB/SP 184214)
Advogado: Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
Advogado: Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Advogado: Mário Ricardo Branco (OAB/SP 206159)
Advogada: Fabiana Soares Rocha (OAB/SP 337974)
Advogado: Gunnars Silverio (OAB/SP 246457)
Advogada: Claudia Adriana da Cunha (OAB/SP 308898)
Apelada: Reyjane Chaves de Melo
Advogado: Rodrigo Luciano Alves Nestor (OAB/RO 1644)
Advogado: Trumans Assunção Godinho (OAB/RO 1979)
Relator: DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA
Distribuído por sorteio em 20/06/2016

57. 0005504-10.2014.8.22.0001 Apelação (SDSG)
Origem: 0005504-10.2014.8.22.0001 – Porto Velho/ 10ª Vara Cível
Apelante/Apelada: Porto Madeira Turismo Ltda. EPP
Advogado: José Cristiano Pinheiro (OAB/RO 1529)
Advogado: José Dantas Ageu (OAB/RO 6872)
Apelada/Apelante: Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A
Advogado: Rafael Micheletti de Souza (OAB/SP 186496)
Advogada: Maria Heloísa Bisca Bernardi (OAB/RO 5758)
Relator: DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA
Distribuído por sorteio em 11/03/2016

58. 0006681-82.2009.8.22.0001 Apelação (SDSG)
Origem: 0006681-82.2009.8.22.0001 – Porto Velho/ 3ª Vara Cível
Apelante: Antônia Teixeira Barreto
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelada: Jaú S/A Construtora e Incorporadora
Advogada: Natália Medeiros (OAB/SP 310045)
Apelado: Juliano Hey
Advogado: Edson Matos da Rocha (OAB/RO 1208)
Advogada: Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846)
Relator: DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA
Distribuído por sorteio em 30/08/2016

59. 0001255-62.2014.8.22.0018 Apelação (SDSG)
Origem: 0001255-62.2014.8.22.0018 – Santa Luzia do Oeste/ 1ª Vara Cível
Apelante: Construtora Coparo Eireli Epp
Advogado: José Manoel Alberto Matias Pires (OAB/RO 3718)
Advogado: Gustavo Gerola Marzolla (OAB/RO 4164)
Apelada: Britamar Extração de Pedras e Areia Ltda.
Advogada: Ketllen Keity Gois Pettenon (OAB/RO 6028)
Advogada: Manuelle Freitas de Almeida (OAB/RO 5987)
Advogado: Marcelo Estebanez Martins (OAB/RO 3208)
Advogado: Albino Melo Souza Júnior (OAB/RO 4464)
Relator: DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA
Distribuído por sorteio em 22/02/2016

60. 0004737-45.2014.8.22.0009 Apelação (SDSG)
Origem: 0004737-45.2014.8.22.0009 – Pimenta Bueno/ 1ª Vara Cível
Apelante: I. R. M. Madeiras Ltda.
Advogado: Ruy Carlos Freire Filho (OAB/RO 1012)
Apelada: DLH Nordisk A/S
Advogado: Mário Augusto Vieira de Oliveira (OAB/PA 5526)
Advogada: Débora Cristina Moraes (OAB/RO 6049)
Advogada: Ana Karina Tuma Mélo (OAB/PA 8724)
Relator: DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA
Redistribuído por prevenção em 26/02/2016

61. 0019842-86.2014.8.22.0001 Apelação (SDSG)
Origem: 0019842-86.2014.8.22.0001 – Porto Velho/ 7ª Vara Cível
Apelante: Tereza de Castro Tavares
Advogado: Rafael Valentin Raduan Miguel (OAB/RO 4486)
Advogada: Margarete Geiareta da Trindade (OAB/RO 4438)
Apelado: Banco Bradesco S/A
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875-A)
Relator: DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA
Impedido: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 06/07/2016

62. 0008224-69.2013.8.22.0005 Apelação (SDSG)
Origem: 0008224-69.2013.8.22.0005 – Ji-Paraná/ 2ª Vara Cível
Apelante/Apelada: Guaporé Máquinas e Equipamentos Ltda.
Advogado: Sandro Ricardo Salonski Martins (OAB/RO 1084)
Advogado: Renato Avelino de Oliveira Neto (OAB/RO 3249)
Advogada: Larissa Lopes Nunes (OAB/RO 5469)
Advogado: Silvane Secagno (OAB/RO 5020)
Apelado/Apelante: Leonardo Cruvinel Borges
Advogado: Gilberto Piselo do Nascimento (RO 78-B)
Advogado: Edson Ferreira do Nascimento (OAB/RO 296-B)
Advogada: Jane Regiane Ramos Nascimento (OAB/RO 813)
Apelado: Banco de Lage Landen Financial Brasil S A
Advogado: Rafael Bicca Machado (OAB/RS 44096)
Advogado: Luciano Benetti Timm (OAB/SP 170628-A)
Advogado: Thiago da Silva Viana (OAB/RO 6227)
Relator: DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA
Distribuído por sorteio em 12/02/2016

63. 0012737-12.2015.8.22.0005 Apelação (SDSG)
Origem: 0012737-12.2015.8.22.0005 – Ji-Paraná/ 3ª Vara Cível
Apelante: Márcia Cristina da Silva Izel França
Advogado: Gilson Mariano Noelves (OAB/RO 6446)
Apelado: Banco Itaucard S/A
Relator: DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA
Distribuído por sorteio em 01/09/2016

64. 0004362-68.2014.8.22.0001 Apelação (SDSG)
Origem: 0004362-68.2014.8.22.0001 – Porto Velho / 2ª Vara Cível
Apelante: Sabenauto – Comércio de Veículos Ltda.
Advogado: Marcos Rodrigo Bentes Bezerra (OAB/RO 644)
Advogado: Antônio Cândido de Oliveira (OAB/RO 2311)
Advogada: Izabel Celina Pessoa Bezerra Cardoso (OAB/RO 796)
Advogada: Cíntia Bárbara Paganotto Rodrigues (OAB/RO 3798)
Apelado: Enock Marques da Costa Júnior
Advogado: Adriel Pedroso dos Reis (OAB/RO 4736)
Advogado: Marcos Aurélio de Menezes Alves (OAB/RO 5136)
Apelada: General Motors do Brasil Ltda.
Advogado: Carlos Roberto de Siqueira Castro (OAB/RO 5015)
Advogado: Bruno Novaes Bezerra Cavalcanti (OAB PE 19353)
Advogada: Ácsa Liliane Carvalho Brito Souza (OAB/RO 5882)
Advogada: Ana Carolina Sarmento Vidal Meneses (OAB/PE 37623)
Advogado: Carlos Fernando Siqueira Castro (OAB/RO 5014)
Relator: DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA
Distribuído por sorteio em 11/03/2016

65. 0001298-59.2015.8.22.0019 Apelação (SDSG)
Origem: 0001298-59.2015.8.22.0019 – Machadinho do Oeste/ 1ª Vara Cível
Apelante: Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia – Caerd
Advogado: Armando Nogueira Leite (OAB/RO 2579)
Advogada: Maricélia Santos Ferreira de Araújo (OAB/RO 324-B)
Apelada: Jaqueline Alves Fidelis de Lima
Advogado: Ronaldo de Oliveira Couto (OAB/RO 2761)
Relator: DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA
Distribuído por sorteio em 08/06/2016

66. 0003321-08.2015.8.22.0009 Apelação (SDSG)
Origem: 0003321-08.2015.8.22.0009 – Pimenta Bueno/ 2ª Vara Cível
Apelante: Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia – CAERD
Advogado: Armando Nogueira Leite (OAB/RO 2579)
Apelado: Ricardo Vinícius Arrais Oliveira
Advogada: Priscila Moraes Borges (OAB/RO 6263)
Advogado: Noel Nunes de Andrade (OAB/RO 1586)
Relator: DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA
Redistribuído por sorteio em 01/09/2016

67. 0006037-27.2014.8.22.0014 Apelação (SDSG)
Origem: 0006037-27.2014.8.22.0014 – Vilhena/ 3ª Vara Cível
Apelante: Lidiane Tomaz de Oliveira
Advogada: Camila Domingos (OAB/RO 5567)
Advogada: Danielle Kristina Domingos Cordeiro (OAB/RO 5588)
Advogada: Diandria Aparecida Fantuci Araújo Pereira (OAB/RO 5910)
Apelados: Raimundo José dos Santos e outra
Advogado: Roberley Rocha Finotti (OAB/RO 690)
Apelada: Centrais Elétricas de Rondônia S/A – Ceron
Advogado: Alex Cavalcante de Souza (OAB/RO 1818)
Advogado: Jonathas Coelho Baptista de Mello (OAB/RO 3011)
Advogado: Marcelo Rodrigues Xavier (OAB/RO 2391)
Relator: DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA
Distribuído por sorteio em 19/07/2016

68. 0002842-97.2015.8.22.0014 Apelação (SDSG)
Origem: 0002842-97.2015.8.22.0014 – Vilhena/ 3ª Vara Cível
Apelante: Ivete Mendes da Silva
Advogado: Roberto Carlos Martins Machado (OAB/RO 1263)
Apelada: Apoena Centro de Formação de Vigilantes Ltda. – ME
Curador: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA
Distribuído por sorteio em 30/08/2016

69. 0002605-68.2012.8.22.0014 Embargos de Declaração em Apelação (SDSG)
Origem: 0002605-68.2012.8.22.0014 – Vilhena/ 1ª Vara Cível
Embargante: Fábio Paschoalino de Campos
Advogado: Roniéder Trajano Soares Silva (OAB/RO 3694)
Advogada: Rayana Vedana Scarmocin (OAB/RO 6260)
Embargada: Ipiranga Produtos de Petróleo S/A
Advogada: Jocyéle Monteiro de Araújo (OAB/RO 5418)
Advogado: Jayme Ferreira Correa de Souza (OAB/RJ 54665)
Advogado: Marcelo Dias Wanderwegen (OAB/RJ 91221)
Relator: DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA
Interpostos em 12/04/2019

70. 0000026-09.2010.8.22.0018 Apelação (SDSG)
Origem: 0000026-09.2010.8.22.0018 – Santa Luzia do Oeste/ 1ª Vara Cível
Apelante: Maria José Fagundes da Rocha
Advogado: Salvador Luiz Paloni (OAB/RO 299-A)
Advogada: Marta Martins Ferraz Paloni (OAB/RO 1602)
Apelado: Espólio de José Velho representado pelo inventariante Nelson José Velho
Advogado: José de Almeida Júnior (OAB/RO 1370)
Advogado: Carlos Eduardo Rocha Almeida (OAB/RO 3593)
Apelado: Agnaldo José da Costa
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 09/07/2014

71. 0007269-66.2012.8.22.0007 Apelação (SDSG)
Origem: 0007269-66.2012.8.22.0007 – Cacoal/ 2ª Vara Cível
Apelante: Francisco de Assis Costa
Advogado: Antônio Paulo dos Santos (OAB/RO 199-A)
Advogado: Flávio Luís dos Santos (OAB/RO 2238)
Advogada: Soraia Marcos Felisberto (OAB/RO 4968)
Apelados: Vilma Alves de Souza
Advogado: Luís Ferreira Cavalcante (OAB/RO 2790)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 10/11/2014

72. 0012211-62.2012.8.22.0001 Apelação (SDSG)
Origem: 0012211-62.2012.8.22.0001 – Porto Velho/ 9ª Vara Cível
Apelantes: Israel de Jesus Costa e outra
Advogado: Firmino Gisbert Banus (OAB/RO 163)
Apelada: Elivane Cunha Figueiredo
Advogada: Patrícia Silva dos Santos (OAB/RO 4089)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 20/01/2014

73. 0003107-25.2012.8.22.0008 Apelação (SDSG)
Origem: 0003107-25.2012.8.22.0008 – Espigão do Oeste/ 2ª Vara
Apelante: Josil Binow
Advogado: Aécio de Castro Barbosa (OAB/RO 4510)
Apelado: Ivan Schwanz
Advogado: Francisco Valter dos Santos (OAB/RO 3583)
Advogada: Celma Aléssio de Barros (OAB/RO 3612)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 24/06/2014

74. 0000687-91.2014.8.22.0003 Apelação (SDSG)
Origem: 0000687-91.2014.8.22.0003 – Jaru/ 2ª Vara Cível
Apelantes: M V M Comércio de Combustível Ltda. e outro
Advogada: Ilizandra Sumeck Carminatti (OAB/RO 3977)
Apelada: Cooperativa de Crédito Rural de Jaru Ltda. – Jarucredi
Advogada: Magali Ferreira da Silva (OAB/RO 646-A)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 03/11/2014

75. 0010340-94.2012.8.22.0001 Apelação (Agravo Retido) (SDSG)
Origem: 0010340-94.2012.8.22.0001 – Porto Velho/ 1ª Vara Cível
Apelante/Apelada/Agravante: Gafisa SPE 85 Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Advogado: Rodrigo Borges Soares (OAB/RO 4712)
Advogada: Fernanda Maia Marques (OAB/RO 3034)
Advogada: Marta Turola de Araujo Penna (OAB/SP 300884)
Advogado: Diogo da Silva Cardoso (OAB/PA 15250)

Apelado/Apelante/Agravado: Fábio Lira de Queiroz
Advogado: Paulo César Rodrigues de Araújo (OAB/RO 3182)
Advogado: Neilton Messias dos Santos (OAB/RO 4387)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 14/04/2014

76. 0014089-51.2014.8.22.0001 Apelação (SDSG)
Origem: 0014089-51.2014.8.22.0001 – Porto Velho/ 9ª Vara Cível
Apelante: Gafisa SPE 85 Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Advogada: Fernanda Maia Marques (OAB/RO 3034)
Advogado: Rodrigo Borges Soares (OAB/RO 4712)
Advogada: Júnia Maisa Gontijo Cardoso (OAB/RO 7888)
Apelados: Jessika Gomes Bussolo Ribeiro e outro
Advogado: Bento Manoel de Morais Navarro Filho (OAB/RO 4251)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por prevenção em 19/09/2016

77. 0005708-88.2013.8.22.0001 Apelação (SDSG)
Origem: 0005708-88.2013.8.22.0001 – Porto Velho/ 9ª Vara Cível
Apelante: Bairro Novo Porto Velho Empreendimentos Imobiliários S/A
Advogado: Andrey Cavalcante (OAB/RO 303-B)
Advogado: Paulo Barbosa Serpa (OAB/RO 4923)
Advogado: Gustavo Clemente Vilela (OAB/SP 220907)
Apelada: Verônica de Oliveira Michalski
Advogada: Mirleni de Oliveira Mariano Meira (OAB/RO 5708)
Advogado: Walmar Meira Paes Barreto Neto (OAB/RO 2047)
Advogado: José Eduvirge Alves Mariano (OAB/RO 324-A)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 27/08/2014

78. 0005563-32.2013.8.22.0001 Apelação (SDSG)
Origem: 0005563-32.2013.8.22.0001 – Porto Velho/ 6ª Vara Cível
Apelante: Bairro Novo Porto Velho Empreendimento Imobiliário S/A
Advogado: Andrey Cavalcante (OAB/RO 303-B)
Advogado: Paulo Barbosa Serpa (OAB/RO 4923)
Advogado: Gustavo Clemente Vilela (OAB/SP 220907)
Apelado: Doglas Pinheiro de Araújo
Advogada: Mirleni de Oliveira Mariano Meira (OAB/RO 5708)
Advogado: Walmar Meira Paes Barreto Neto (OAB/RO 2047)
Advogado: José Eduvirge Alves Mariano (OAB/RO 324-A)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 12/02/2015

79. 0015724-04.2013.8.22.0001 Apelação (SDSG)
Origem: 0015724-04.2013.8.22.0001 – Porto Velho/ 10ª Vara Cível
Apelante: Bairro Novo Porto Velho Empreendimento Imobiliário S/A
Advogado: Andrey Cavalcante (OAB/RO 303-B)
Advogado: Paulo Barbosa Serpa (OAB/RO 4923)
Advogado: Gustavo Clemente Vilela (OAB/SP 220907)
Apelado: Camilo Castedo da Luz
Advogada: Alciene Lourenço de Paula Costa (OAB/RO 4632)
Advogado: Luís Sérgio de Paula Costa (OAB/RO 4558)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 30/12/2014

80. 0008709-47.2014.8.22.0001 Apelação (SDSG)
Origem: 0008709-47.2014.8.22.0001 – Porto Velho/ 5ª Vara Cível
Apelante: Bairro Novo Porto Velho Empreendimento Imobiliário S/A
Advogado: Andrey Cavalcante (OAB/RO 303-B)
Advogado: Paulo Barbosa Serpa (OAB/RO 4923)
Advogado: Gustavo Clemente Vilela (OAB/SP 220907)
Apelada: Maiara Cristely Souza Santos
Advogado: Daniel Camilo Araripe (OAB/RO 2806)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 06/07/2015

81. 0010484-97.2014.8.22.0001 Apelação (Recurso Adesivo) (SDSG)
Origem: 0010484-97.2014.8.22.0001 – Porto Velho/ 3ª Vara Cível
Apelantes/Recorridos: Bairro Novo Porto Velho Empreendimento Imobiliário S/A e outra
Advogado: Gilliard Nobre Rocha (OAB/RO 4864)
Advogado: Thales Rocha Bordigon (OAB/RO 4863)
Advogado: Andrey Cavalcante (OAB/RO 303-B)
Advogado: Paulo Barbosa Serpa (OAB/RO 4923)
Advogado: Gustavo Clemente Vilela (OAB/SP 220907)
Advogado: Iran da Paixão Tavares Júnior (OAB/RO 5087)
Advogado: Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643)
Advogado: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
Apelado/Recorrente: Gildo Ajala
Advogado: Heliton Santos de Oliveira (OAB/RO 5792)
Advogado: Vinícius Jácome dos Santos Júnior (OAB/RO 3099)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 08/01/2016

82. 0000459-25.2014.8.22.0001 Apelação (SDSG)
Origem: 0000459-25.2014.8.22.0001 – Porto Velho/ 6ª Vara Cível
Apelante: Bairro Novo Porto Velho Empreendimento Imobiliário S/A
Advogado: Andrey Cavalcante (OAB/RO 303-B)
Advogado: Paulo Barbosa Serpa (OAB/RO 4923)
Advogado: Gustavo Clemente Vilela (OAB/SP 220907)
Apelada: Mariluce Oliveira de Andrade
Advogado: Cleber dos Santos (OAB/RO 3210)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 08/01/2016

83. 0005473-87.2014.8.22.0001Apelação (SDSG)
Origem: 0005473-87.2014.8.22.0001 – Porto Velho/ 9ª Vara Cível
Apelante: Zoghbi Negócios Imobiliários Ltda.
Advogada: Waldeneide de Araújo Câmara (OAB/RO 2036)
Advogado: José Roberto da Silva Santos (OAB/RO 6755)
Apelante: Bairro Novo Porto Velho Empreendimento Imobiliário S/A
Advogado: Andrey Cavalcante (OAB/RO 303-B)
Advogado: Paulo Barbosa Serpa (OAB/RO 4923)
Advogado: Gustavo Clemente Vilela (OAB/SP 220907)
Apelada: Sandra Lúcia Lima Campos
Advogada: Soráia Silva de Sousa (OAB/RO 5169)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 06/11/2015

84. 0022679-51.2013.8.22.0001 Apelação (SDSG)
Origem: 0022679-51.2013.8.22.0001 – Porto Velho/ 1ª Vara Cível
Apelante: Bairro Novo Porto Velho Empreendimento Imobiliário S/A
Advogado: Andrey Cavalcante (OAB/RO 303-B)
Advogado: Paulo Barbosa Serpa (OAB/RO 4923)
Advogado: Gustavo Clemente Vilela (OAB/SP 220907)
Apelado: Felipe Belarmino dos Santos Silva
Advogado: Leony Fabiano dos Santos Tavares (OAB/RO 5200)
Advogado: Sheidson da Silva Ardaia (OAB/RO 5929)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 10/07/2015

85. 0012226-60.2014.8.22.0001 Apelação (Recurso Adesivo) (SDSG)
Origem: 0012226-60.2014.8.22.0001 – Porto Velho/ 6ª Vara Cível
Apelante/Recorrido: Bairro Novo Porto Velho Empreendimento Imobiliário S/A
Advogado: Andrey Cavalcante (OAB/RO 303-B)
Advogado: Paulo Barbosa Serpa (OAB/RO 4923)
Advogado: Gustavo Clemente Vilela (OAB/SP 220907)
Apelada/Recorrente: Mirian Escolastica de Almeida
Advogado: Daniel Mendonça Leite de Souza (OAB/RO 6115)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 01/10/2015

86. 0014732-09.2014.8.22.0001 Apelação (SDSG)
Origem: 0014732-09.2014.8.22.0001 – Porto Velho/ 8ª Vara Cível
Apelante/Apelado: Bairro Novo Porto Velho Empreendimento Imobiliário S/A
Advogado: Andrey Cavalcante (OAB/RO 303-B)
Advogado: Paulo Barbosa Serpa (OAB/RO 4923)
Advogado: Gustavo Clemente Vilela (OAB/SP 220907)

Apelado/Apelante: José do Carmo Góes
Advogada: Nájila Pereira de Assunção (OAB/RO 5787)
Advogada: Maria Clara do Carmo Góes (OAB/RO 198-B)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por prevenção em 26/10/2015

87. 0017651-05.2013.8.22.0001 Apelação (Recuso Adesivo) (SDSG)
Origem: 0017651-05.2013.8.22.0001 – Porto Velho/ 10ª Vara Cível
Apelante/Recorrida: Direcional TSC Rio Madeira Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Advogado: Humberto Rosseti Portela (OAB/MG 91263)
Advogado: Valnei Gomes da Rocha (OAB/RO 2479)
Advogado: Leonardo Braz de Carvalho (OAB/MG 76653)
Apelados/Recorrentes: Toniweider Bezerra de Queiroz e outra
Advogado: Erivaldo Monte da Silva (OAB/RO 1247)
Terceiro Interessado: Condomínio Garden Club
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 03/12/2014

88. 0017891-91.2013.8.22.0001 Apelação (SDSG)
Origem: 0017891-91.2013.8.22.0001 – Porto Velho/ 8ª Vara Cível
Apelante: Direcional TSC Rio Madeira Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Advogado: Robledo Oliveira Castro (OAB/MG 53795)
Advogado: José Arthur de Carvalho Pereira Filho (OAB/MG 42785)
Advogado: Marcelo Arantes Komel (OAB/MG 45366-B)
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875-A)
Apelado: Sidney Lopes de Oliveira
Advogado: Alessandro Silva de Magalhães (OAB/SP 165546)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 20/10/2014

89. 0022074-08.2013.8.22.0001 Apelação (SDSG)
Origem: 0022074-08.2013.8.22.0001 – Porto Velho/ 7ª Vara Cível
Apelante: Direcional Âmbar Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Advogado: José Arthur de Carvalho Pereira Filho (OAB/MG 42785)
Advogado: Robledo Oliveira Castro (OAB/MG 53795)
Advogado: Marcelo Arantes Komel (OAB/MG 45366-B)
Apelado: Carlos Renato Ferreira
Advogado: José Ademir Alves (OAB/RO 618)
Advogada: Laura Maria Braga Araruna (OAB/RO 3730)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por prevenção em 20/01/2015

90. 0012056-47.2012.8.22.0005 Apelação (SDSG)
Origem: 0012056-47.2012.8.22.0005 – Ji-Paraná/ 5ª Vara Cível
Apelante: Lindomar Ferreira da Costa
Advogado: Adilson Prudente de Oliveira (OAB/RO 5314)
Advogado: Geneci Alves Apolinário (OAB/RO 1007)
Apelada: Sociedade Rolimourense de Educação e Cultura Ltda.
Advogado: Fábio José Reato (OAB/RO 2061)
Advogado: Aírton Pereira de Araújo (OAB/RO 243)
Apelada: Fundação Universidade do Tocantins – Unitins
Advogada: Joicy Silva Lustosa (OAB/TO 5092)
Advogado: Fabrícyo Teixeira Noleto (OAB/TO 2937)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 21/01/2014

91. 0006476-04.2015.8.22.0014 Apelação (SDSG)
Origem: 0006476-04.2015.8.22.0014 – Vilhena/ 4ª Vara Cível
Apelante: Oi S/A
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635)
Advogado: Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501)
Advogada: Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240)
Apelado: Jean Marcel Viana
Advogada: Eduarda da Silva Almeida (OAB/RO 1581)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 25/05/2016

92. 0010206-50.2015.8.22.0005 Apelação (SDSG)
Origem: 0010206-50.2015.8.22.0005 – Ji-Paraná/ 2ª Vara Cível
Apelante: Oi S/A
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635)
Advogado: Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501)
Advogada: Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240)
Apelado: André Estevam da Motta
Advogado: Lucileide Oliveira dos Santos (OAB/RO 7281)
Advogado: Evandro Alves dos Santos (OAB/RO 6095)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 09/05/2016

93. 0022867-10.2014.8.22.0001 Apelação (SDSG)
Origem: 0022867-10.2014.8.22.0001 – Porto Velho/ 7ª Vara Cível
Apelante: Oi S/A
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635)
Advogado: Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501)
Advogada: Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240)
Apelado: Cícero Reinaldo da Silva
Advogado: Douglas Ricardo Aranha da Silva (OAB/RO 1779)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 22/03/2016

94. 0002999-09.2015.8.22.0002 Apelação (SDSG)
Origem: 0002999-09.2015.8.22.0002 – Ariquemes/ 3ª Vara Cível
Apelante: Jacir Luiz Posselt
Advogado: Izaque Lopes da Silva (OAB/RO 6735)
Apelada: Oi S/A
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635)
Advogada: Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240)
Advogada: Inaiara Gabriela Penha dos Santos (OAB/RO 5594)
Advogado: Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501)
Advogado: Marcelo Ferreira Campos (OAB/RO 3250)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 14/03/2016

95. 0005026-53.2015.8.22.0005 Apelação (SDSG)
Origem: 0005026-53.2015.8.22.0005 – Ji-Paraná/ 4ª Vara Cível
Apelante: Oi S/A
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635)
Advogado: Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501)
Advogada: Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240)
Advogada: Virgília Maria Barbosa Mendonça Stábile (OAB/RO 2292)
Advogado: Marcelo Ferreira Campos (OAB/RO 3250)
Apelado: Irton Paulo Locatelli
Advogada: Jane Regiane Ramos Nascimento (OAB/RO 813)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 02/03/2016

96. 0008986-29.2015.8.22.0001 Apelação (Recuso Adesivo) (SDSG)
Origem: 0008986-29.2015.8.22.0001 – Porto Velho/ 10ª Vara Cível
Apelante/Recorrida: Oi S/A
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635)
Advogada: Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240)
Advogado: Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501)
Advogado: Marcelo Ferreira Campos (OAB/RO 3250)
Apelado/Recorrente: Diego Rafael dos Santos
Advogado: Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4165)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por prevenção em 04/02/2016

97. 0018526-38.2014.8.22.0001 Apelação (Recuso Adesivo) (SDSG)
Origem: 0018526-38.2014.8.22.0001 – Porto Velho/ 7ª Vara Cível
Apelante/Recorrida: OI S/A
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635)
Advogada: Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240)
Advogado: Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501)
Advogado: Marcelo Ferreira Campos (OAB/RO 3250)
Apelado/Recorrente: Davi Gomes Rodrigues

Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A)
Advogada: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 19/01/2016

98. 0019677-39.2014.8.22.0001 Apelação (SDSG)
Origem: 0019677-39.2014.8.22.0001 – Porto Velho/ 7ª Vara Cível
Apelante: Oi Móvel S/A
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635)
Advogada: Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240)
Advogado: Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501)
Advogado: Marcelo Ferreira Campos (OAB/RO 3250)
Advogada: Inaiara Gabriela Penha Santos (OAB/RO 5594)
Apelado: Alex Monteiro dos Santos
Advogado: Elvis Dias Pinto (OAB/RO 3447)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 17/02/2016

99. 7014375-70.2015.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7014375-70.2015.8.22.0001 – Porto Velho/ 4ª Vara e Família
Apelante: D. S. de A.
Advogado: Márcio Pereira Bassani (OAB/RO 1699)
Apelado: I. V. da S.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 12/3/2017

100. 0021648-59.2014.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 0021648-59.2014.8.22.0001 – Porto Velho/ 3ª Vara Cível
Apelante: João Bosco Mendes
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelada: Leilane Oliveira Santos
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 28/06/2017

101. 0244982-17.2009.8.22.0001 Apelação (Recursos Adesivos e Agravo Retido) (PJE)
Origem: 0244982-17.2009.8.22.0001 – Porto Velho – 7ª Vara Cível
Apelante/Recorrido/Agravado: Higor Ferrer dos Santos Araújo
Advogado: Welison Nunes da Silva (OAB/PR 58395)
Advogada: Maria do Socorro Gadelha dos Santos (OAB/RO 1884)
Advogada: Erika Camargo Gerhardt (OAB/RO 1911)
Apelado/Recorrente/Recorrido/Agravante: Mario Lúcio Machado Profeta Filho e outros
Advogado: Mário Lúcio Machado Profeta (OAB/RO 820)
Advogado: Pascoal Cahulla Neto (OAB/RO 6571)
Advogado: Elizeu dos Santos Paulino (OAB/AC 3650)
Advogada: Junia Maisa Gontijo Cardoso (OAB/RO 7888)
Recorrido/Recorrente/Agravado: Afonso Lopes Martins
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Redistribuído por prevenção em 17/08/2018

102. 0003010-14.2015.8.22.0010 Apelação (PJE)
Origem: 0003010-14.2015.8.22.0010 – Rolim de Moura/ 2ª Vara Cível
Apelante: Luzia Martins de Araújo
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelados: Nivan Viana de Medeiros e outra
Advogado: Olimpia Miranda dos Santos (OAB/RO 6041)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 13/02/2017

103. 7011478-17.2016.8.22.0007 Apelação (PJE)
Origem: 7011478-17.2016.8.22.0007 – Cacoal/ 1ª Vara Cível
Apelante: Oziel Rodrigues
Curador: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Wilson Fernandes
Advogado: Herisson Moreschi Richter (OAB/RO 3045)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 21/09/2018

104. 7006562-46.2016.8.22.0004 Apelação (PJE)
Origem: 7006562-46.2016.8.22.0004 – Ouro Preto do Oeste/ 1ª Vara Cível
Apelante: Juvelina da Silva Barros
Advogado: Celso Ceccatto (OAB/RO 111)
Advogado: Eduardo Augusto Feitosa Ceccatto (OAB/RO 5100)
Apelado: HSBC Bank Brasil S/A – Banco Multiplo
Advogado: Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB/MG 91811)
Advogado: Juscelino Adson de Souza Filho (OAB/MG 122345)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 10/07/2017

105. 7000672-72.2016.8.22.0022 Apelação (PJE)
Origem: 7000672-72.2016.8.22.0022 – São Miguel do Guaporé/ Vara Única
Apelante: Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Advogada: Carla Passos Melhado (OAB/RO 5401)
Advogado: Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
Apelada: Tatiana Aparecida Alves
Advogada: Gláucia Elaine Fenali (OAB/RO 5332)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 14/03/2017

106. 7005383-77.2016.8.22.0004 Apelação (PJE)
Origem: 7005383-77.2016.8.22.0004 – Ouro Preto do Oeste/ 1ª Vara Cível
Apelante: Joaquim de Barros
Advogado: Eduardo Augusto Feitosa Ceccatto (OAB/RO 5100)
Apelado: HSBC Bank Brasil S/A – Banco Múltiplo
Advogado: Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB/MG 91811)
Advogado: Juscelino Adson de Souza Filho (OAB/MG 122345)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Redistribuído por prevenção em 31/102018

107. 7002293-70.2016.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7002293-70.2016.8.22.0001 – Porto Velho/ 3ª Vara Cível
Apelante: Banco Itaucard S/A
Advogado: José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB/RO 9174)
Advogado: Ricardo Riei Chinen (OAB/SP 257127)
Apelado: Raimundo Luiz da Silva
Advogada : Marjorie Lagos Tiossi (OAB/RO 6919)
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655-A)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 28/01/2019

108. 7019038-62.2015.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7019038-62.2015.8.22.0001 – Porto Velho/ 6ª Vara Cível
Apelante: Banco Itaucard S/A
Advogada: Cristiane Belinati Garcia Lopes (OAB/RO 4778)
Advogado: Pio Carlos Ferreira Júnior (OAB/PR 50945)
Advogada: Mirela Moreira (OAB/SP 265440)
Advogado: André Alexandre Jorge Guapo (OAB/SP 252736)
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Advogada: Carla Passos Melhado (OAB/SP 187329)
Advogado: Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
Apelado: Liomar Grangeiro da Silva
Advogado: Haroldo Lopes Lacerda (OAB/RO 962)
Advogado: Hugo André Rios Lacerda (OAB/RO 5717)
Advogada: Verônica Virginia Domingos Rios Lacerda (OAB/RO 5165)
Advogada: Jéssica Caroline Rios Lacerda (OAB/RO 6853)
Advogado: Renan de Sousa e Silva (OAB/RO 6178)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Redistribuído por prevenção em 09/03/2017

109. 7026341-30.2015.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7026341-30.2015.8.22.0001 – Porto Velho/ 1ª Vara Cível
Apelante: Itaú Unibanco S/A
Advogado: José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB/RN 392-A)
Advogado: Ricardo Riei Chinen (OAB/SP 257127)

Advogado: Bruno Crepaldi (OAB/SP 247053)
Advogada: Aline Anhezini de Souza (OAB/SP 188322)
Advogada: Patrícia Gurgel Portela Mendes (OAB/RN 5424)
Apelado: Celei Martins Ferreira
Advogado: Victor Alípio Azevedo Borges (OAB/RO 6985)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 24/03/2017

110. 7010004-87.2016.8.22.0014 Apelação (PJE)
Origem: 7010004-87.2016.8.22.0014 – Vilhena/1ª Vara Cível
Apelante: Banco do Brasil S/A
Advogado: Rafael Sganzerla Durand (OAB/RO 4872-A)
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875-A)
Advogado: Romulo Romano Salles (OAB/RO 6094)
Apelada: Sisilia Maria Soares
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 17/03/2017

111. 7050210-51.2017.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7050210-51.2017.8.22.0001 – Porto Velho/ 6ª Vara Cível
Apelante: Raimunda Lima Pereira
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655-A)
Advogado: Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Apelado: Banco do Brasil S/A
Advogado: Sérvio Túlio de Barcelos (OAB/RO 6673)
Advogado: José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB/RO 6676)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 29/11/2018

112. 7004307-24.2016.8.22.0002 Apelação (PJE)
Origem: 7004307-24.2016.8.22.0002 – Ariquemes/ 1ª Vara Cível
Apelante: José Júlio da Silva
Advogado: Hamilton Júnior Constantino Andrade Trondoli (OAB/RO 6856)
Apelado: Banco Cetelem S/A
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/RO 6235)
Advogada: Priscila Calvo Gonçalves (OAB/SP 287659)
Apelado: Banco BMG S/A
Advogado: José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB/RN 392-A)
Advogado: Leandro Gonzales (OAB/SP 224244)
Advogado: Leandro Siqueira Araújo (OAB/RO 7696)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 27/08/2018

113. 7050918-38.2016.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7050918-38.2016.8.22.0001 – Porto Velho/ 4ª Vara Cível
Apelante: BV Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento
Advogado: Alexandre Pasquali Parise (OAB/SP 112409)
Advogado: Gustavo Pasquali Parise (OAB/SP 155574)
Advogado: Paquali Parise e Gasparini Júnior (OAB/SP 4752)
Advogada: Mariana de Araújo Ribeiro (OAB/SP 351456)
Advogado: Welson Gasparini Júnior (OAB/SP 116196)
Advogado: Hudson José Ribeiro (OAB/SP 150060)
Apelado: Lucas Barbosa da Silva
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 13/03/2017

114. 7007837-73.2015.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7007837-73.2015.8.22.0001 – Porto Velho/ 3ª Vara Cível
Apelante: Manoel de Oliveira Domiense
Advogada: Bruna Duarte Feitosa dos Santos Barros (OAB/RO 6156)
Advogado: Ezio Pires dos Santos (OAB/RO 5870)
Apelado: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados PCG-Brasil Multicarteira
Advogado: Carlos Eduardo Coimbra Donegatti (OAB/SP 290089)
Advogado: Renato Vellozo Ribeiro (OAB/SP 290890)
Advogado: Eduardo Montenegro Dotta (OAB/SP 155456)
Advogada: Elgislane Matos Borges da Silva Cordeiro (OAB/RO 5575)
Advogado: Danilo Lacerda de Souza Ferreira (OAB/SP 272633)
Advogado: Igor Pereira Torres (OAB/SP 278781)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 22/02/2017

115. 7001862-02.2017.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7001862-02.2017.8.22.0001 – Porto Velho/ 5ª Vara Cível
Apelante: Maria da Conceição Barros
Advogada: Bruna Duarte Feitosa dos Santos Barros (OAB/RO 6156)
Advogado: Ezio Pires Dos Santos (OAB/RO 5870)
Apelado: Sabemi Seguradora S/A
Advogado: Vitor Moura Vilarinho (OAB/RJ 177597)
Advogado: Bernardo Vieira de Castro (OAB/RJ 132128)
Advogado: Juliano Martins Mansur (OAB/RJ 113786)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 17/09/2018

116. 0003498-66.2015.8.22.0010 Apelação (PJE)
Origem: 0003498-66.2015.8.22.0010 – Rolim de Moura/ 1ª Vara Cível
Apelante/Apelado: Fábio Augusto Negreiros Parente Capela Sampaio
Advogado: André Bonifácio Ragnini (OAB/RO 1119)
Apelada/Apelante: Centrais Elétricas de Rondônia S/A – Ceron
Advogado: Denner de Barros Mascarenhas Barbosa (OAB/RO 7828)
Advogada: Érica Cristina Claudino (OAB/RO 6207)
Advogado: Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Advogado: Augusto Felipe da Silveira Lopes de Andrade (OAB/MG 10119)
Advogada: Silvia de Oliveira (OAB/RO 1285)
Advogado: Alex Cavalcante de Souza (OAB/RO 1818)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 24/02/2017

117. 7009681-24.2016.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7009681-24.2016.8.22.0001 – Porto Velho/ 8ª Vara Cível
Apelante/Apelada: Elizete Pereira Sampaio
Advogado: Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4165)
Apelado/Apelante: Centrais Elétricas de Rondônia S/A – Ceron
Advogada: Érica Cristina Claudino (OAB/RO 6207)
Advogado: Jonathas Coelho Baptista de Mello (OAB/RO 3011)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 08/03/2017

118. 7023626-78.2016.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7023626-78.2016.8.22.0001 – Porto Velho/ 10ª Vara Cível
Apelante: Gilza Flor da Silva
Advogada: Silvana Felix da Silva Sena (OAB/RO 4169)
Advogada: Evelin Thainara Ramos Augusto (OAB/RO 7258)
Apelada: Claro S/A
Advogado: Rafael Gonçalves Rocha (OAB/RS 41486)
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Advogada: Ana Paula Arantes de Freitas (OAB/DF 13166)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 24/02/2017

119. 0007238-20.2015.8.22.0014 Apelação (PJE)
Origem: 0007238-20.2015.8.22.0014 – Vilhena/ 2ª Vara Cível
Apelante: Facebook Serviços Online do Brasil Ltda.
Advogado: Celso de Faria Monteiro (OAB/RO 7312)
Advogado: Edilson Alves de Hungria Júnior (OAB/RO 5002)
Advogada: Janaína Castro Félix Nunes (OAB/SP 148263)
Advogado: Wagner Lúcio Batista (OAB/SP 287731)
Apelada: Weslaine Cristina de Amorim
Advogado: Márcio de Paula Holanda (OAB/RO 6357)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 20/03/2017

120. 7000502-54.2016.8.22.0005 Apelação (PJE)
Origem: 7000502-54.2016.8.22.0005 – Ji-Paraná/ 3ª Vara Cível
Apelante: Tam Linhas Aéreas S/A
Advogado: Fábio Rivelli (OAB/RO 6640)
Advogado: Rafael Goto Foja (OAB/SP 232369)
Advogada: Tatiane Marques dos Reis (OAB/SP 273914)
Advogada: Ana Luíza de Paiva Baptistella (OAB/SP 251716)
Advogado: Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Apelado: Alessandro de Brito Cunha
Advogado: Alessandro de Brito Cunha (OAB/RO 6502)
Advogado: Thiago da Silva Viana (OAB/RO 6227)

Advogado: André Henrique Torres Soares de Melo (OAB/RO 5037)
Advogada: Mariana Pinheiro Chaves de Souza (OAB/GO 32647)
Advogada: Indyanara Muller de Oliveira (OAB/RO 6653)
Advogado: Felippe Roberto Pestana (OAB/RO 5077)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 01/03/2017

121. 7006270-67.2016.8.22.0002 Apelação (PJE)
Origem: 7006270-67.2016.8.22.0002 – Ariquemes/ 3ª Vara Cível
Apelante: Editora e Distribuidora Educacional S/A
Advogada: Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB/MG10973)
Advogado: Marcelo Toste de Castro Maia (OAB/MG 63440)
Advogada: Gabriela Cristina da Silva (OAB/PR 61536)
Advogado: Fábio Aires de Toledo Silva (OAB/PR 56679)
Advogado: Decio Funari de Senna Neto (OAB/PR 55465)
Advogado: Eduardo Luiz Bermejo (OAB/PR 44952)
Apelada: Marlene Helena de Souza
Advogado: Jônis Tôrres Tatagiba (OAB/RO 4318)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 23/02/2017

122. 7008698-13.2016.8.22.0005 Apelação (PJE)
Origem:7008698-13.2016.8.22.0005 – Ji-Paraná/ 5ª Vara Cível
Apelante: Claudeir Rogério Teixeira
Advogada: Mirian Rafael Carauba (OAB/RO 3364)
Apelada: Editora e Distribuidora Educacional S/A
Advogada: Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB/MG10973)
Advogado: Marcelo Toste de Castro Maia (OAB/MG 63440)
Advogada: Gabriela Cristina da Silva (OAB/PR 61536)
Advogado: Fábio Aires de Toledo Silva (OAB/PR 56679)
Advogado: Decio Funari de Senna Neto (OAB/PR 55465)
Advogado: Eduardo Luiz Bermejo (OAB/PR 44952)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Distribuído por sorteio em 24/02/2017

123. 0042852-20.2009.8.22.0007 Embargos de Declaração em Apelação (SDSG)
Origem: 0042852-20.2009.8.22.0007 – Cacoal/ 1ª Vara Cível
Embargante: Luiz Alberto Goebel
Advogado: Nelson Canedo Morra (OAB/RO 2721)
Advogado: Newton Schramm de Souza (OAB/RO 2947)
Advogado: Roberley Rocha Finotti (OAB/RO 690)
Embargado: Valdomiro Corá
Advogado: Luiz Carlos Ribeiro da Fonseca (OAB/RO 920)
Advogada: Eliany Sampaio Maldonado da Fonseca (OAB/RO 4018)
Embargado: Francisco de Assis Silva
Advogado: Luís Ferreira Cavalcante (OAB/RO 2790)
Embargado: Charles Dias dos Santos
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Interpostos em 01/04/2019

124. 0043468-92.2009.8.22.0007 Embargos de Declaração em Apelação (SDSG)
Origem: 0043468-92.2009.8.22.0007 – Cacoal/ 1ª Vara Cível
Embargante: Luiz Alberto Goebel
Advogado: Nelson Canedo Morra (OAB/RO 2721)
Advogado: Newton Schramm de Souza (OAB/RO 2947)
Advogado: Roberley Rocha Finotti (OAB/RO 690)
Embargado: Valdomiro Corá
Advogado: Luiz Carlos Ribeiro da Fonseca (OAB/RO 920)
Advogada: Eliany Sampaio Maldonado da Fonseca (OAB/RO 4018)
Embargado: Dione Wesley Pereira Silva
Advogado: Luís Ferreira Cavalcante (OAB/RO 2790)
Embargado: Charles Dias dos Santos
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Interpostos em 01/04/2019

125. 0000729-76.2015.8.22.0013 Agravo em Apelação (SDSG)
Origem: 0000729-76.2015.8.22.0013 – Cerejeiras/ 1ª Vara
Agravante: Banco Cruzeiro do Sul S/A – em Liquidação Extrajudicial
Advogada: Taylise Catarina Rogério Seixas (OAB/RO 5859)
Advogada: Neide Cristina Rizzi (OAB/RO 6071)
Advogado: Igor Daniel Candalaft Drimus (OAB/SP 216196)
Advogado: Allison Dilles dos Santos Predolin (OAB/SP 285526)
Agravada: Ivonete Dornelles do Nascimento
Advogado: Luiz Carlos Barbosa Miranda (OAB/RO 2435)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Interposto em 18/03/2019

126. 0019653-45.2013.8.22.0001 Agravo em Apelação (SDSG)
Origem: 0019653-45.2013.8.22.0001 – Porto Velho/ 5ª Vara Cível
Agravante: Banco Cruzeiro do Sul S/A – em Liquidação Extrajudicial
Advogada: Taylise Catarina Rogério Seixas (OAB/RO 5859)
Advogado: Thiago Azevedo Lopes (OAB/RO 6745)
Advogada: Juliana Maia Correa (OAB/RO 7677)
Advogado: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
Agravado: Antônio Hélio da Costa Gomes
Advogado: Rodrigo Augusto Barboza Pinheiro (OAB/RO 5706)
Terceiro Interessado: Banco Santander S/A
Advogado: Ney José Campos (OAB/MG 44243)
Advogado: Fábio Korenblum (PR 68743)
Advogado: Marco André Honda Flores (OAB/PA 20599-A)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Interposto em 18/03/2019

127. 0018699-62.2014.8.22.0001 Agravo em Apelação (SDSG)
Origem: 0018699-62.2014.8.22.0001 – Porto Velho/ 1ª Vara Cível
Agravante: Banco Cruzeiro do Sul S/A – em Liquidação Extrajudicial
Advogada: Taylise Catarina Rogério Seixas (OAB/RO 5859)
Advogado: Renan Thiago Pasqualotto Silva (OAB/RO 6017)
Advogado: Cleverton Reikdal (OAB/RO 6688)
Agravada: Socorro Maria dos Santos Silva
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655-A)
Advogado: Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Interposto em 18/03/2019

128. 0024476-62.2013.8.22.0001 Agravo em Apelação (SDSG)
Origem: 0024476-62.2013.8.22.0001 – Porto Velho/ 3ª Vara Cível
Agravante: Banco Cruzeiro do Sul S/A – em Liquidação Extrajudicial
Advogada: Taylise Catarina Rogério Seixas (OAB/RO 5859)
Advogada: Emanuela Diniz Rocha (OAB/RO 7110)
Advogado: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
Agravada: Maria Conceição Mascarenhas
Advogado: Anderson Leal Alves Marinho (OAB/RO 4666)
Advogada: Nádia Alves da Silva (OAB/RO 3609)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Interposto em 18/03/2019

129. 0002461-65.2014.8.22.0001 Agravo em Apelação (SDSG)
Origem: 0002461-65.2014.8.22.0001 – Porto Velho/ 4ª Vara Cível
Agravante: Banco Cruzeiro do Sul S/A – em Liquidação Extrajudicial
Advogada: Taylise Catarina Rogério Seixas (OAB/RO 5859)
Advogado: Benedicto Celso Benício Júnior (OAB/SP 131896)
Advogado: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
Agravado: Leandro Fernandes de Souza
Advogado: Rodrigo Augusto Barboza Pinheiro (OAB/RO 5706)
Advogado: Leandro Fernandes de Souza (OAB/RO 7135)
Terceiro Interessado: Banco do Brasil S/A
Advogado: Sérvio Túlio de Barcelos (OAB/RO 6673-A)
Advogado: José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB/RO 6676-A)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Interposto em 18/03/2019

130. 0001518-11.2015.8.22.0002 Agravo em Apelação (SDSG)
Origem: 0001518-11.2015.8.22.0002 – Ariquemes/ 2ª Vara Cível
Agravante: Banco Cruzeiro do Sul S/A – em Liquidação Extrajudicial
Advogada: Taylise Catarina Rogério Seixas (OAB/RO 5859)
Advogado: Cleverton Reikdal (OAB/RO 6688)
Advogado: Allison Dilles dos Santos Predolin (OAB/SP 285526)
Agravada: Claudene Melo Oliveira
Advogado: Elizeu Leite Consoline (OAB/RO 5712)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Interposto em 18/03/2019

131. 0023325-61.2013.8.22.0001 Agravo em Apelação (SDSG)
Origem: 0023325-61.2013.8.22.0001 – Porto Velho/ 7ª Vara Cível
Agravante: Banco Cruzeiro do Sul S/A – em Liquidação Extrajudicial
Advogada: Taylise Catarina Rogério Seixas (OAB/RO 5859)
Advogado: Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643)
Advogado: Gustavo Nagalli Guedes de Camargo (OAB/SP 306029)
Agravada: Azely Teixeira Aguiar de Pinho
Advogada: Glaci Kern Hartmann (OAB/RO 3643)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Interposto em 18/03/2019

132. 0000636-93.2013.8.22.0010 Agravo em Apelação (SDSG)
Origem: 0000636-93.2013.8.22.0010 Rolim de Moura / 1ª Vara Cível
Agravante: Banco Cruzeiro do Sul S/A – em Liquidação Extrajudicial
Advogada: Taylise Catarina Rogério Seixas (OAB/RO 5859)
Advogado: Cleverton Reikdal (OAB/RO 6688)
Agravado: Manoel de França
Advogado: Matheus Duques da Silva (OAB/RO 6318)
Advogado: Fabiana Cristina Cizmoski (OAB/RO 6404)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Interposto em 18/03/2019

133. 0020091-71.2013.8.22.0001 Agravo em Apelação (SDSG)
Origem: 0020091-71.2013.8.22.0001 – Porto Velho/ 2ª Vara Cível
Agravante: Banco Cruzeiro do Sul S/A – em Liquidação Extrajudicial
Advogada: Taylise Catarina Rogério Seixas (OAB/RO 5859)
Advogado: Maurício Izzo Losco (OAB/SP 148562)
Advogado: Renan Thiago Pasqualotto Silva (OAB/RO 6017)
Advogado: Benedicto Celso Benício Júnior (OAB/SP 131896)
Agravada: Maria Enice Tavares Monteiro
Advogado: Washington Ferreira Mendonça (OAB/RO 1946)
Advogado: Ramiro de Souza Pinheiro (OAB/RO 2037)
Terceiro Interessado: Banco Santander
Advogado: Marco André Honda Flores (OAB/MS 6171)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Interposto em 18/03/2019

134. 0000832-22.2015.8.22.0001 Agravo em Apelação (SDSG)
Origem: 0000832-22.2015.8.22.0001 – Porto Velho/ 9ª Vara Cível
Agravante: Banco Cruzeiro do Sul S/A – em Liquidação Extrajudicial
Advogada: Taylise Catarina Rogério Seixas (OAB/RO 5859)
Advogado: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
Advogado: Benedicto Celso Benício Júnior (OAB/SP 131896)
Agravada: Sueli Silva de Oliveira
Advogada: Sueli Silva de Oliveira (OAB/RO 6172)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Interposto em 15/03/2019

135. 0800094-62.2019.8.22.0000 Agravo Interno em Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 7049818-77.2018.8.22.0001 – Porto Velho/ 9ª Vara Cível
Agravante: Ameron – Assistência Médica Rondônia S/A
Advogado: Márcio Melo Nogueira (OAB/RO 2827)
Advogado: Rocha Filho Nogueira e Vasconcelos Advogados (OAB/RO 0016/1995)
Advogado: Jaime Pedrosa dos Santos Neto (OAB/RO 4315)
Agravados: Oftalmo Center Ltda. – ME e outro
Advogado: Thiago Fernandes Becker (OAB/RO 6839)
Relator: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Interposto em 05/02/2019

136. 7030288-87.2018.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7030288-87.2018.8.22.0001 – Porto Velho/ 3ª Vara Cível
Apelante: Mauro Berberian
Advogada: Mara Luiza Gonçalves (OAB/RO 4215)
Advogado: Marco Aurélio Gonçalves (OAB/RO 1447)
Apelado: Ex Presidente da Companhia de Águas e Esgoto de Rondônia – Caerd
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 12/11/2018

137. 7044149-14.2016.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7044149-14.2016.8.22.0001 – Porto Velho/ 7ª Vara Cível
Apelante: Antônio Martins Rodrigues
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelados: João Victor Macedo de Oliveira e outros
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 19/11/2018

138. 7001729-97.2017.8.22.0020 Apelação (PJE)
Origem: 7001729-97.2017.8.22.0020 – Nova Brasilândia do Oeste/ Vara Única
Apelante: Vanilton Lima dos Santos
Advogado: Luiz Carlos Rettmann (OAB/RO 5647)
Apelado: Vamiltom Lima dos Santos
Advogado: Tiago Schultz de Morais (OAB/RO 6951)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 21/06/2018

139. 7002662-12.2017.8.22.0007 Apelação (PJE)
Origem: 7002662-12.2017.8.22.0007 – Cacoal/ 2ª Vara Cível
Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
Advogado: Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
Apelado: Clézio Hammer dos Santos
Advogado: Douglas Tosta Feitosa (OAB/RO 8514)
Advogado: Ronilson Wesley Pelegrine Barbosa (OAB/RO 4688)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 22/06/2018

140. 7005919-24.2017.8.22.0014 Apelação (PJE)
Origem: 7005919-24.2017.8.22.0014 – Vilhena/ 3ª Vara Cível
Apelante: Telefônica Brasil S/A
Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB/GO 29320)
Advogado: Daniel França Silva (OAB/DF 24214)
Apelada: Lucineia Longhini de Andrade
Advogada: Andréa Melo Romão Comim (OAB/RO 3960)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 05/09/2018

141. 7000303-61.2018.8.22.0005 Apelação (PJE)
Origem: 7000303-61.2018.8.22.0005 – Ji-Paraná/ 4ª Vara Cível
Apelante: Paulo dos Santos
Advogado: Milton Fugiwara (OAB/RO 1194)
Apelada: Telefônica Brasil S/A
Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB/GO 29320)
Advogado: Daniel França Silva (OAB/DF 24214)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 11/09/2018

142. 7003852-79.2018.8.22.0005 Apelação (Recurso Adesivo) (PJE)
Origem: 7003852-79.2018.8.22.0005 – Ji-Paraná/ 4ª Vara Cível
Apelante/Recorrida: Telefônica Brasil S/A
Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB/GO 29320)
Advogado: Daniel França Silva (OAB/DF 24214)
Apelada/Recorrente: Marilza Rodrigues dos Reis
Advogado: Milton Fugiwara (OAB/RO 1194)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 06/11/2018

143. 7037536-41.2017.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7037536-41.2017.8.22.0001 – Porto Velho/ 9ª Vara Cível
Apelante: Telefônica Brasil S/A
Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB/GO 29320)
Advogado: Daniel França Silva (OAB/DF 24214)
Advogado: Carlos Alberto Cantanhêde de Lima Júnior (OAB/RO 8100)
Apelada: Maria Aurelina de França
Advogado: Victor Alipio Azevedo Borges (OAB/RO 6985)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 27/06/2018

144. 7044501-69.2016.8.22.0001 Apelação (Recurso Adesivo) (PJE)
Origem: 7044501-69.2016.8.22.0001 – Porto Velho/ 5ª Vara Cível
Apelante/Recorrida: Telefônica Brasil S/A
Advogado: Daniel França Silva (OAB/DF 24214)
Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB/GO 29320)
Advogado: Eduardo Abilio Kerber Diniz (OAB/RO 4389)
Apelada/Recorrente: Célia dos Santos Paula
Advogada: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 17/09/2018

145. 7001222-62.2018.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7001222-62.2018.8.22.0001 – Porto Velho/ 6ª Vara Cível
Apelante: Luiz Mario de Arruda Victório Júnior
Advogada: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A)
Apelada: Telefônica Brasil S/A
Advogado: Daniel França Silva (OAB/DF 24214)
Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB/GO 29320)
Advogado: Harthuro Yacintho Alves Carneiro (OAB/GO 45458)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 16/11/2018

146. 7057635-66.2016.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7057635-66.2016.8.22.0001 – Porto Velho/ 3ª Vara Cível
Apelante: Brunilda Vivian Alpires Vaca
Advogada: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A)
Apelada: Telefônica Brasil S/A
Advogado: Daniel França Silva (OAB/DF 24214)
Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB/GO 29320)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 21/08/2018

147. 7065204-21.2016.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7065204-21.2016.8.22.0001 – Porto Velho/ 3ª Vara Cível
Apelante: Raimundo Roelson do Nascimento Freitas
Advogada: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A)
Apelada: Claro S/A
Advogado: Rafael Gonçalves Rocha (OAB/RS 41486)
Advogado: Stephan Jordano Alves Farias Camelo de Freitas (OAB/DF 41082)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 21/11/2018

148. 7000369-24.2016.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7000369-24.2016.8.22.0001 – Porto Velho/ 2ª Vara Cível
Apelante: Claro S/A
Advogado: Rafael Gonçalves Rocha (OAB/RS 41486)
Advogado: Stephan Jordano Alves Farias Camelo de Freitas (OAB/DF 41082)
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/RO 6235)
Apelado: Rosivaldo Gomes de Souza
Advogado: Victor Alipio Azevedo Borges (OAB/RO 6985)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 19/10/2018

149. 7004648-41.2016.8.22.0005 Apelação (PJE)
Origem: 7004648-41.2016.8.22.0005 Ji-Paraná/ 3ª Vara Cível
Apelante: Wilson França Ferreira
Advogado: Milton Fugiwara (OAB/RO 1194)
Advogado: Juliano Moreira de Sousa Minari (OAB/RO 7608)
Apelada: Claro S/A
Advogada: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Advogado: Rafael Gonçalves Rocha (OAB/RS 41486)
Advogado: André Luís Gonçalves (OAB/RO 1991)
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/RO 6235)
Advogada: Ana Paula Arantes de Freitas (OAB/DF 13166)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 18/10/2018

150. 7025729-24.2017.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7025729-24.2017.8.22.0001 – Porto Velho/ 10ª Vara Cível
Apelante: Aurilândio Cavalcante Santos
Advogada: Ana Paula de Carvalho Vedana (OAB/RO 6926)
Advogado: Wilson Vedana Júnior (OAB/RO 6665)
Apelada: Claro S/A
Advogado: Rafael Gonçalves Rocha (OAB/RS 41486)
Advogado: Stephan Jordano Alves Farias Camelo de Freitas (OAB/DF 41082)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 13/11/2018

151. 7029275-87.2017.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7029275-87.2017.8.22.0001 – Porto Velho/ 7ª Vara Cível
Apelante: Salt Lake Corretora de Seguros S/S Ltda. – ME
Advogada: Carlene Teodoro da Rocha (OAB/RO 6922)
Advogado: Erivaldo Monte da Silva (OAB/RO 1247)
Apelada: OI S/A
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635)
Advogado: Márcio Melo Nogueira (OAB/RO 2827)
Advogado: Diego de Paiva Vasconcelos (OAB/RO 2013)
Advogado: Rocha Filho Nogueira e Vasconcelos Advogados (OAB/RO 0016/1995)
Advogado: Eladio Bruno Lobato Teixeira (OAB/PA 14123)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 06/12/2018

152. 7029631-19.2016.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7029631-19.2016.8.22.0001 – Porto Velho/ 3ª Vara Cível
Apelante: Tiago Ezequiel Barnabe
Advogada: Aline Silva Correa (OAB/RO 4696)
Advogada: Graziela Zanella de Corduva (OAB/RO 4238)
Apelada: OI S/A
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635)
Advogado: Márcio Melo Nogueira (OAB/RO 2827)
Advogado: Diego de Paiva Vasconcelos (OAB/RO 2013)
Advogado: Rocha Filho Nogueira e Vasconcelos Advogados (OAB/RO 0016/1995)
Advogada: Leilane Cindy Gomes de Souza (OAB/PA 17584)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 06/12/2018

153. 7002530-92.2016.8.22.0005 Apelação (PJE)
Origem: 7002530-92.2016.8.22.0005 – Ji-Paraná/ 1ª Vara Cível
Apelante: F M Branco & Cia Ltda. – ME
Advogado: Juliano Moreira de Sousa Minari (OAB/RO 7608)
Advogado: Milton Fugiwara (OAB/RO 1194)
Apelada: OI S/A
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635)
Advogado: Márcio Melo Nogueira (OAB/RO 2827)
Advogado: Diego de Paiva Vasconcelos (OAB/RO 2013)
Advogado: Rocha Filho Nogueira e Vasconcelos Advogados (OAB/RO 0016/1995)
Advogada: Leilane Cindy Gomes de Souza (OAB/PA 17584)
Advogada: Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 04/12/2018

154. 7026218-61.2017.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7026218-61.2017.8.22.0001 – Porto Velho/ 7ª Vara Cível
Apelante: OI Móvel S/A
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635)
Advogado: Márcio Melo Nogueira (OAB/RO 2827)
Advogado: Diego de Paiva Vasconcelos (OAB/RO 2013)

Advogado: Rocha Filho Nogueira e Vasconcelos Advogados (OAB/RO 0016/1995)
Apelado: Amarildo Queiroz de Araújo
Advogada: Carla Francielen da Costa (OAB/RO 7745)
Advogado: Everthon Barbosa Padilha de Melo (OAB/RO 3531)
Advogado: Wilmo Alves (OAB/RO 6469)
Advogada: Marcia Berenice Simas Antonetti (OAB/RO 1028)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 23/11/2018

155. 7018617-04.2017.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7018617-04.2017.8.22.0001 – Porto Velho/ 10ª Vara Cível
Apelante: Andreia Carmo Matos
Advogado: Victor Alipio Azevedo Borges (OAB/RO 6985)
Apelada: Embratel TVSAT Telecomunicações S/A
Advogado: Rafael Gonçalves Rocha (OAB/RS 41486)
Advogado: Stephan Jordano Alves Farias Camelo De Freitas (OAB/DF 41082)
Apelada: OI S/A
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635)
Advogado: Márcio Melo Nogueira (OAB/RO 2827)
Advogado: Diego de Paiva Vasconcelos (OAB/RO 2013)
Advogado: Rocha Filho Nogueira e Vasconcelos Advogados (OAB/RO 0016/1995)
Advogado: Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 13/11/2018

156. 0012448-91.2015.8.22.0001 Apelação (Recurso Adesivo) (PJE)
Origem: 0012448-91.2015.8.22.0001 – Porto Velho/ 9ª Vara Cível
Apelante/Recorrida: Gazin Indústria e Comércio de Móveis e Eletrodomésticos Ltda.
Advogado: Armando Silva Bretas (OAB/PR 31997)
Advogado: Celso Nobuyuki Yokota (OAB/PR 33389)
Advogado: Júlio César Tissiani Bonjorno (OAB/PR 33390)
Advogado: Francisco José Gonçalves de Camargo Filho (OAB/RO 2764)
Apelado/Recorrente: Cledeilson dos Santos Manso
Advogada: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo(OAB/RO 535-A)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 25/05/2018

157. 7024971-16.2015.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7024971-16.2015.8.22.0001 – Porto Velho/ 2ª Vara Cível
Apelantes: Alphaville Urbanismo S/A e outra
Advogada: Luciana Nazima (OAB/SP 169451)
Advogado: Luís Cláudio Kakazu (OAB/SP 181475)
Advogada: Gisele Casal Kakazu (OAB/SP 213416)
Advogada: Karina Matrone Canfora (OAB/SP 211300)
Advogado: Felipe Oliveira de Castro Rodriguez Alvarez (OAB/SP 303605)
Advogado: Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417)
Apelado: Oscar Toshimi Narimato
Advogada: Érica Vargas Volpon (OAB/RO 1960)
Advogada: Cristiane Vargas Volpon Robles (OAB/RO 1401)
Terceira Interessada: Associação Alphaville Porto Velho
Advogado: Marcos Donizetti Zani (OAB/RO 613)
Advogada: Morghanna Thalita dos Santos Amaral (OAB/RO 6850)
Advogada: Rafaella Fernanda Matos Silverio (OAB/RO 8364)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Redistribuído por prevenção em 07/05/2018

158. 7001070-87.2018.8.22.0009 Apelação (PJE)
Origem: 7001070-87.2018.8.22.0009 – Pimenta Bueno/ 2ª Vara Cível
Apelante: Eliza Pereira Brito Catune
Advogado: Luciano Alves Rodrigues dos Santos (OAB/RO 8205)
Apelado: Banco BMG S/A
Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB/PE 23255)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 17/12/2018

159. 7011785-86.2016.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7011785-86.2016.8.22.0001 – Porto Velho/ 6ª Vara Cível
Apelante: Abraão Pereira Costa
Advogado: Augusto de Almeida Maia (OAB/RO 7390)
Apelado: Banco BMG S/A
Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB/PE 23255)
Advogado: Hugo Neves de Moraes Andrade (OAB/PE 23798)
Advogado: Renan Thiago Pasqualotto Silva (OAB/RO 6017)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 21/08/2018

160. 7003735-97.2018.8.22.0002 Apelação (PJE)
Origem: 7003735-97.2018.8.22.0002 – Ariquemes/ 2ª Vara Cível
Apelante: Osmira Alvina Cardoso
Advogado: Fernando Martins Gonçalves (OAB/RO 834)
Advogado: Pedro Riola dos Santos Júnior (OAB/RO 2640)
Apelado: Banco BMG S/A
Advogada: Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB/MG 109730)
Advogado: Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB/MG 63440)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 08/03/2019

161. 0011613-06.2015.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 0011613-06.2015.8.22.0001 – Porto Velho/ 6ª Vara Cível
Apelante: Banco BMG SA
Advogada: Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB/MG 109730)
Advogado: Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB/MG 63440)
Advogado: Jaime Pedrosa dos Santos Neto (OAB/RO 4315)
Advogada: Renata Mariana Brasil Feitosa (OAB/RO 6818)
Apelado: Pedro Vieira Uchoa
Advogada: Aline Cunha Galhardo (OAB/RO 6809)
Advogada: Dayâne Souza Figueiredo do Nascimento (OAB/RO 7469)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 05/12/2018

162. 7003197-93.2017.8.22.0021 Apelação (PJE)
Origem: 7003197-93.2017.8.22.0021 – Buritis/ 2ª Vara Genérica
Apelante: Lucas Gomes de Freitas
Advogado: Ademir Guizolf Adur (OAB/RO 3730)
Advogado: Juniel Ferreira de Souza (OAB/RO 6635)
Apelada: Centrais Elétricas de Rondônia S/A – Ceron
Advogada: Érica Cristina Claudino (OAB/RO 6207)
Advogada: Gabriela de Lima Torres (OAB/RO 5714)
Advogado: Alex Cavalcante de Souza (OAB/RO 1818)
Advogado: Jonathas Coelho Baptista de Mello (OAB/RO 3011)
Advogado: Marcelo Rodrigues Xavier (OAB/RO 2391)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 08/06/2018

163. 7015621-96.2018.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7015621-96.2018.8.22.0001 – Porto Velho/ 10ª Vara Cível
Apelante: Centrais Elétricas de Rondônia S/A – Ceron
Advogada: Érica Cristina Claudino (OAB/RO 6207)
Advogada: Silvia de Oliveira (OAB/RO 1285)
Advogada: Dalila Pereira de Oliveira Bezerra (OAB/RO 9603)
Advogado: Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Apelada: Alverina Ribeiro Farias
Advogado: Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4165)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 20/02/2019

164. 7000823-30.2018.8.22.0002 Apelação (Recurso Adesivo) (PJE)
Origem: 7000823-30.2018.8.22.0002 – Ariquemes/ 3ª Vara Cível
Apelante/Recorrida: Centrais Elétricas de Rondônia S/A – Ceron
Advogada: Érica Cristina Claudino (OAB/RO 6207)
Advogada: Silvia de Oliveira (OAB/RO 1285)
Advogada: Gabriela de Lima Torres (OAB/RO 5714)

Apelado/Recorrente: João Gabriel Perez Consalter
Advogado: Marcos Rodrigues Cassetari Júnior (OAB/RO 1880)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 20/02/2019

165. 7004073-71.2018.8.22.0002 Apelação (PJE)
Origem: 7004073-71.2018.8.22.0002 – Ariquemes/ 1ª Vara Cível
Apelante: Centrais Elétricas de Rondônia S/A – Ceron
Advogada: Érica Cristina Claudino (OAB/RO 6207)
Advogada: Silvia de Oliveira (OAB/RO 1285)
Advogada: Francisca Jacirema Fernandes Souza (OAB/RO 1434)
Advogada: Dalila Pereira de Oliveira Bezerra (OAB/RO 9603)
Advogado: Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Advogado: Vitor Penha De Oliveira Guedes (OAB/RO 8985)
Apelado: Antônio Amario Bezerra
Advogada: Karine Reis Silva (OAB/RO 3942)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 19/03/2019

166. 7002596-13.2018.8.22.0002 Apelação (PJE)
Origem: 7002596-13.2018.8.22.0002 – Ariquemes/ 3ª Vara Cível
Apelante: Centrais Elétricas de Rondônia S/A – Ceron
Advogada: Dalila Pereira de Oliveira Bezerra (OAB/RO 9603)
Advogada: Érica Cristina Claudino (OAB/RO 6207)
Advogada: Silvia de Oliveira (OAB/RO 1285)
Apelados: Renato Aparecido Figueira e outra
Advogado: Belmiro Rogerio Duarte Bermudes Neto (OAB/RO 5890)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 30/01/2019

167. 7013901-94.2018.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7013901-94.2018.8.22.0001 – Porto Velho/ 9ª Vara Cível
Apelante: Geremias Domingos Mazario
Advogado: Diego Diniz Cenci (OAB/RO 7157)
Apelada: Centrais Elétricas de Rondônia S/A – Ceron
Advogada: Érica Cristina Claudino (OAB/RO 6207)
Advogada: Silvia de Oliveira (OAB/RO 1285)
Advogado: Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 08/01/2019

168. 7001956-47.2017.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7001956-47.2017.8.22.0001 – Porto Velho/ 3ª Vara Cível
Apelante: Tokio Marine Seguradora S/A
Advogada: Deborah Sperotto da Silveira (OAB/RS 51634)
Apelada: Centrais Elétricas de Rondônia S/A – Ceron
Advogada: Érica Cristina Claudino (OAB/RO 6207)
Advogado: Alex Cavalcante de Souza (OAB/RO 1818)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 07/01/2019

169. 7001006-56.2018.8.22.0016 Apelação (PJE)
Origem: 7001006-56.2018.8.22.00016 – Costa Marques/ Vara Única
Apelante: Centrais Elétricas de Rondônia S/A – Ceron
Advogado: Denner de Barros Mascarenhas Barbosa (OAB/RO 7828)
Advogada: Dalila Pereira de Oliveira Bezerra (OAB/RO 9603)
Advogada: Érica Cristina Claudino (OAB/RO 6207)
Advogado: Augusto Felipe da Silveira Lopes de Andrade (OAB/MG 10119)
Apelado: Leonidio Tesch
Advogada: Poliana Potin (OAB/RO 7911)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 15/03/2019

170. 7001405-34.2017.8.22.0012 Apelação (PJE)
Origem: 7001405-34.2017.8.22.0012 – Colorado do Oeste/ 1ª Vara Cível
Apelante: Centrais Elétricas de Rondônia S/A – Ceron
Advogado: Denner de Barros Mascarenhas Barbosa (OAB/RO 7828)
Advogada: Érica Cristina Claudino (OAB/RO 6207)
Advogado: Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Advogado: Augusto Felipe da Silveira Lopes de Andrade (OAB/MG 10119)
Apelados: Eva Delfina de Souza e outra
Advogado: Valmir Burdz (OAB/RO 2086)
Advogado: Leandro Augusto da Silva (OAB/RO 3392)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 04/10/2018

171. 7009052-32.2016.8.22.0007 Apelação (PJE)
Origem: 7009052-32.2016.8.22.0007 – Cacoal/ 2ª Vara Cível
Apelante: Centrais Elétricas de Rondônia S/A – Ceron
Advogado: Denner de Barros Mascarenhas Barbosa (OAB/RO 7828)
Advogado: Augusto Felipe da Silveira Lopes de Andrade (OAB/MG 10119)
Advogada: Vanessa Barros Silva Pimentel (OAB/RO 8217)
Advogada: Gabriela de Lima Torres (OAB/RO 5714)
Apelado: Reginaldo Soares da Silva
Advogado: Whalysson Oliveira Lima Guedes (OAB/RO 4647)
Advogada: Sandra Cristina dos Santos Bahia (OAB/RO 6486)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 18/6/2018

172. 7001708-69.2017.8.22.0005 Apelação (PJE)
Origem: 7001708-69.2017.8.22.0005 – Ji-Paraná/ 4ª Vara Cível
Apelantes: Paulo de Cerqueira César e outro
Advogado: Hiram César Silveira (OAB/RO 547)
Apelada: Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia – Caerd
Advogada: Roberta de Oliveira Lima Paes (OAB/RO 1568)
Advogado: Tales Mendes Mancebo (OAB/RO 6743)
Advogada: Maricélia Santos Ferreira de Araújo (OAB/RO 324-B)
Advogada: Patrícia Ferreira Rolim (OAB/RO 783)
Advogado: Marco Aurélio Gonçalves (OAB/RO 1447)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 25/05/2018

173. 7012056-83.2016.8.22.0005 Apelação (PJE)
Origem: 7012056-83.2016.8.22.0005 – Ji-Paraná/ 1ª Vara Cível
Apelante: Raimunda da Silva Ferreira
Advogada: Estefania Souza Marinho (OAB/RO 7025)
Advogado: Lucas Gatelli de Souza (OAB/RO 7232)
Apelada: Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia – Caerd
Advogada: Maricélia Santos Ferreira de Araújo (OAB/RO 324-B)
Advogado: Márcio Fábio Alves da Silva Júnior (OAB/RO 8624)
Advogada: Patrícia Ferreira Rolim (OAB/RO 783)
Advogado: Marco Aurélio Gonçalves (OAB/RO 1447)
Advogada: Fátima Gonçalves Novaes (OAB/RO 3268)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 25/05/2018

174. 7003564-41.2017.8.22.0014 Apelação (PJE)
Origem: 7003564-41.2017.8.22.0014 – Vilhena/ 4ª Vara Cível
Apelante: Associação dos Servidores Municipais de Vilhena – ASMUV
Advogado: Luiz Carlos Barbosa Miranda (OAB/RO 2435)
Apelado: Creison Rodrigues da Silva
Advogada: Andreia Caroline da Silva de Oliveira (OAB/RO 7553)
Advogada: Elivania Fernandes de Lima (OAB/RO 5433)
Advogada: Pamela Daiana Abdalla Costa Ghisi (OAB/RO 5916)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 12/06/2018

175. 7025477-89.2015.8.22.0001 Embargos de Declaração em Apelação (PJE)
Origem: 7025477-89.2015.8.22.0001 – Porto Velho/ 3ª Vara Cível
Embargante: Raimundo Júnior da Silva Caitano
Advogada: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)

Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A)
Embargado: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados NPL I
Advogado: Luciano da Silva Buratto (OAB/SP 179235)
Advogado: Alan de Oliveira Silva (OAB/SP 208322)
Advogada: Samara de Oliveira Souza (OAB/RO 7298)
Advogada: Thais Cristina Guimarães Rodrigues (OAB/SP 327246)
Advogada: Bruna Martins Avelaneda (OAB/SP 355681)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Interpostos em 08/02/2019

176. 0800145-73.2019.8.22.0000 Agravo Interno em Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 7001936-20.2017.8.22.00013 – Cerejeiras/ 1ª Vara Genérica
Agravante: Gilmar da Silva Alles
Advogada: Naiara Gleiciele da Silva Sousa (OAB/RO 8388)
Advogado: Denns Deivy Souza Garate (OAB/RO 4396)
Agravada: Maria Helena Rodrigues de Paula Vicente
Advogado: Truman Gomer de Souza Corcino (OAB/RO 3755)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Interposto em 27/02/2019

177. 0800298-09.2019.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 7015016-50.2018.8.22.0002 – Ariquemes/ 1ª Vara Cível
Agravante: Banco BMG S/A
Advogada: Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB/MG 109730)
Advogado: Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB/MG 63440)
Agravado: José Olímpio Fogaça
Advogado: Sérgio Gomes de Oliveira Filho (OAB/RO 7519)
Advogado: Pedro Riola dos Santos Júnior (OAB/AC 2195-A)
Advogado: Fernando Martins Gonçalves (OAB/RO 834-A)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 08/02/2019

178. 0800239-21.2019.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 7001499-12.2018.8.22.0023 – São Francisco do Guaporé/ Vara Única
Agravante: Banco BMG S/A
Advogada: Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB/MG 109730)
Advogado: Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB/MG 63440)
Agravado: Nelson da Cunha Marques
Advogada: Cristiane Xavier (OAB/RO 1846)
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 05/02/2019

179. 0803590-36.2018.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 7048554-25.2018.8.22.0001 – Porto Velho/ 6ª Vara Cível
Agravante: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. e outros
Advogado: José Lídio Alves dos Santos (OAB/RO 8598)
Advogada: Roberta Beatriz do Nascimento (OAB/RO 8599)
Agravado: Fulgencio Torres Baptista
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 19/12/2018

180. 0803266-46.2018.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 7042740-32.2018.8.22.0001 – Porto Velho/ 9ª Vara Cível
Agravante: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda.
Advogado: José Lídio Alves dos Santos (OAB/RO 8598)
Advogada: Roberta Beatriz do Nascimento (OAB/RO 8599)
Agravado: José Nilson Pereira
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por sorteio em 22/11/2018

Porto Velho, 02 de maio de 2019.

Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente em substituição regimental da 1ª Câmara Cível

2ª CÂMARA ESPECIAL

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
2ª Câmara Especial
Pauta de Julgamento
Sessão 634

Pauta elaborada nos termos do artigo 246 e seguintes do Regimento Interno deste Tribunal, relativa aos processos abaixo relacionados, bem como aqueles adiados de pautas já publicadas, que serão julgados em sessão que se realizará no Plenário II deste Tribunal, aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, às 08h30.

Obs.:1) Para a sustentação oral, conforme previsto no art. 57 caput e parágrafo 1º do referido Regimento, os senhores advogados deverão inscrever-se, previamente, junto à Coordenadoria Especial da Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau - CPE2G, ou verbalmente, até o início da Sessão, observando-se, o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 271 da mesma norma.

2) O advogado que desejar promover sustentação oral por videoconferência, com respectivo teste de conexão, deverá encaminhar e-mail à Coordenadoria Especial da Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau - CPE2G (cesp-cpe2g@tjro.jus.br) até as 13 horas (horário local) do dia útil anterior ao da sessão, observando-se as demais disposições do art. 937, parágrafo 4º, do CPC e da Resolução 031/2018-PR deste Tribunal.

n. 01 0000213-80.2015.8.22.0005 Apelação (SDSG)
Origem: 0000213-80.2015.8.22.0005 Ji-Paraná/1ª Vara Cível, Reg. Púb. e Correg. dos Cart. Extra
Apelante: Estado de Rondônia
Procuradora: Caroline Mezzomo Barroso Bittencourt (OAB/RO 2267)
Procuradora: Rafaella Queiroz Del Reis Conversani (OAB/RO 3666)
Apelado: Cooperativa de Serviços Médicos e Hospitalares - COOPMEDH
Advogada: Elaine Cristina Barbosa dos Santos Franco (OAB/RO 1627)
Advogado: Alecsandro Rodrigues Fukumura (OAB/RO 6575)
Relator: DES. HIRAM SOUZA MARQUES
Assunto: Serviços Hospitalares/Ação de Cobrança
Distribuído por Sorteio em 10/02/2016
Impedido: Des. Roosevelt Queiroz Costa
Pedido de Vista em 20/11/2018 pelo Desembargador Gilberto Barbosa:
Decisão Parcial: "REJEITADAS AS PRELIMINARES, POR UNANIMIDADE. APÓS O VOTO DO RELATOR DANDO PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, PEDIU VISTA ANTECIPADAMENTE DES. GILBERTO BARBOSA, DES. RENATO MIMESSI AGUARDA."

PROCESSO DE INTERESSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO
n. 02 0001456-65.2015.8.22.0003 Apelação (SDSG)
Origem: 0001456-65.2015.8.22.0003 Jaru/2ª Vara Cível
Apelante: Sônia Cordeiro de Souza Araújo
Advogado: Kinderman Gonçalves (OAB/RO 1541)
Apelante: Jean Carlos dos Santos
Advogado: Wudson Siqueira de Andrade (OAB/RO 1658)
Apelado: Município de Jaru
Procurador: Mário Roberto Pereira de Souza (OAB/RO 1765)
Procurador: Merquizedks Moreira (OAB/RO 501)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. RENATO MARTINS MIMESSI
Assunto: Dano ao Erário/Improbidade Administrativa
Redistribuído em 12/09/2016
Impedimento: Des. Roosevelt Queiroz Costa

n. 03 0012343-35.1997.8.22.0005 Apelação (PJe)
Origem: 0012343-35.1997.8.22.0005 Ji-Paraná/4ª Vara Cível
Apelante: Estado de Rondônia
Procuradora: Rafaella Queiroz Del Reis Conversani (OAB/RO 3666)
Apelado: Laran Laminados e Madeira de Rondônia LTDA
Advogado: Ruy Carlos Freire Filho (OAB/RO 1012)
Advogado: Ivan Francisco Machiavelli (OAB/RO 83)
Advogado: Wagner Almeida Baredo (OAB/RO 31)
Advogado: Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40)
Relator: DES. RENATO MARTINS MIMESSI
Assunto: Execução Fiscal/Bloqueio de Valores/Prescrição
Distribuído em 11/12/2017
Impedimento: Des. Roosevelt Queiroz Costa

PROCESSO DE INTERESSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO
n. 04 7000080-28.2016.8.22.0022 Apelação (PJe)
Origem: 7000080-28.2016.8.22.0022 São Miguel do Guaporé/Vara Única
Apelante: Raimunda Almeida Polletini
Advogado: Admir Teixeira (OAB/RO 2282)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. RENATO MARTINS MIMESSI
Assunto: Ação Civil Pública/Improbidade Administrativa
Redistribuído em 21/08/2017

PROCESSO DE INTERESSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO
n. 05 0003392-88.2012.8.22.0017 Apelação (PJe)
Origem: 0003392-88.2012.8.22.0017 Alta Floresta do Oeste/1ª Vara Cível
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado: Daniel Deina
Advogado: Roberto Araújo Júnior (OAB/RO 4084)
Apelado: Valdir Silvério
Advogado: Roberto Araújo Júnior (OAB/RO 4084)
Apelado: Sadi Francisco Possa
Advogado: Salvador Luiz Paloni (OAB/RO 299)
Apelada: Neide Maria Riboli Possa
Advogado: Salvador Luiz Paloni (OAB/RO 299)
Apelada: Vanice Cruz
Advogado: Roberto Araújo Júnior (OAB/RO 4084)
Apelado: Josevaldo Montenegro de Souza
Advogado: Roberto Araújo Júnior (OAB/RO 4084)
Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
Assunto: Ação Civil Pública/Improbidade Administrativa/Acórdão TCE/RO
Distribuído em 01/12/2018

PROCESSO DE INTERESSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO
n. 06 0009141-29.2015.8.22.0002 Apelação (PJe)
Origem: 0009141-29.2015.8.22.0002 Ariquemes/1ª Vara Cível
Apelante: Maria Ediméia de Andrade
Advogado: Clayton de Souza Pinto (OAB/RO 6908)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. RENATO MARTINS MIMESSI
Assunto: Ação Civil Pública/Improbidade Administrativa
Distribuído em 14/03/2017

PROCESSO DE INTERESSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO
n. 07 7001481-05.2015.8.22.0020 Apelação (PJe)
Origem: 7001481-05.2015.8.22.0020 Nova Brasilândia do Oeste/ Vara Única
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado: Gerson Neves
Advogado: Tiago Schultz de Morais (OAB/RO 6951)
Advogado: Jakson Junior Serafim Caetano (OAB/RO 6956)
Apelada: Vanisa Maria Pereira de Souza
Advogado: Tiago Schultz de Morais (OAB/RO 6951)
Advogado: Jakson Junior Serafim Caetano (OAB/RO 6956)
Relator: DES. RENATO MARTINS MIMESSI
Assunto: Ação Civil Pública/Improbidade Administrativa
Distribuído em 11/07/2017

PROCESSO DE INTERESSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO
n. 08 0003333-04.2015.8.22.0015 Apelação (PJe)
Origem: 0003333-04.2015.8.22.0015 Guajará-Mirim/2ª Vara Cível
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia.
Apelado: Município de Guajará-Mirim
Procurador: Jordão Demétrio Almeida (OAB/RO 2754)
Apelado: Município de Nova Mamoré
Procurador: Flávio Conesuque Filho (OAB/RO 1009)
Procurador: Miqueias José Teles Figueiredo (OAB/RO 4962)
Apelado: Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON
Advogado: Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB/RO 6540)
Advogada: Clara Sabry Azar Marques (OAB/RO 4681)
Advogado: Alex Cavalcante de Souza (OAB/RO 1818)
Advogada: Camila Chaul Aidar Pereira (OAB/RO 5777)
Advogado: Rodrigo Augusto Barboza Pinheiro (OAB/RO 5706)
Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
Assunto: Ação Civil Pública/COSIP
Redistribuído em 23/10/2018

PROCESSO DE INTERESSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO
n. 09 7028577-47.2018.8.22.0001 Apelação (PJe)
Origem: 7028577-47.2018.8.22.0001 Porto Velho/2ª Vara de Fazenda Pública
Apelante: Município de Porto Velho
Procurador: Jefferson de Souza (OAB/RO 1139)
Apelado: Sérgio William Domingues Teixeira
Advogada: Cíntia Bárbara Paganotto (OAB/RO 3798)
Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
Assunto: Mandado de Segurança/Cobrança de Foros/Ilegalidade da Cobrança
Distribuído em 22/11/2018

PROCESSO DE INTERESSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO
n. 10 7003287-59.2016.8.22.0014 Reexame Necessário (PJe)
Origem: 7003287-59.2016.8.22.0014 Vilhena/1ª Vara Cível
Interessado (Parte Ativa): Oengenharia Ltda
Advogado: Marcelo Hugo de Oliveira Campos (OAB/MG 135140)
Advogado: Guilherme de Almeida Henriques (OAB/MG 82957)
Interessado (Parte Passiva): Delegado da Receita Estadual de Rondônia da 3ª Delegacia Regional da Receita Estadual de Vilhena
Interessado (Parte Passiva): Chefe do Posto Fiscal/3ª DDRE (Posto Fiscal Wilson Souto)
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Relator: DES. HIRAM SOUZA MARQUES
Assunto: Mandado de Segurança/ICMS/Retenção de Mercadorias/ Multa Administrativa
Distribuído em 27/10/2017

PROCESSO DE INTERESSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO
n. 11 0802921-80.2018.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe)
Origem: 7011029-88.2018.8.22.0007 Cacoal/1ª Vara Cível
Agravante: Estado de Rondônia
Procurador: Valério César Milani e Silva (OAB/RO 3934)
Agravada: I.K.F.D.S. Representada por sua genitora Márcia Regina Funck
Defensor Público: Yassuo Trojanhn Hayashi
Relator: DES. RENATO MARTINS MIMESSI
Assunto: Fornecimento de Alimentação Enteral/Aptamil 2
Distribuído em 19/10/2018

PROCESSO DE INTERESSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO
n. 12 7001107-60.2017.8.22.0006 Apelação (PJe)
Origem: 7001107-60.2017.8.22.0006 Presidente Medici/Vara Única
Apelante: Câmara Municipal de Presidente Medici
Procurador: João Valdivino dos Santos (OAB/RO 2319)
Apelada: Vânia Braz Soares Leonardeli
Advogado: Luiz Carlos de Oliveira (OAB/RO 1032)
Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
Assunto: Mandado de Segurança/Servidora Comissionada/Estabilidade Gestação/Remuneração
Redistribuído em 07/03/2018

PROCESSO DE INTERESSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO
n. 13 7011919-45.2018.8.22.0001 Apelação (PJe)
Origem: 7011919-45.2018.8.22.0001 Porto Velho/2ª Vara de Fazenda Pública
Apelante: Luciano Figueiredo Silva
Advogada: Karlynete de Souza Assis (OAB/RO 8049)
Advogada: Franciere Pagnossin Silva (OAB/RO 8769)
Apelado: Estado de Rondônia
Procurador: Fábio José Gobbi Duran (OAB/RO 632)
Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
Assunto: Mandado de Segurança/Nomeação/Posse/Professor
Distribuído em 28/10/2018

PROCESSO DE INTERESSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO
n. 14 7006209-78.2017.8.22.0001 Apelação (PJe)
Origem: 7006209-78.2017.8.22.0001 Porto Velho/1ª Vara da Fazenda Pública
Apelante: Reginaldo Fernandes Lourenço
Advogada: Erinelda Bezerra Kitahara (OAB/RO 6195)
Apelado: Estado de Rondônia
Procuradora: Livia Renata de Oliveira Silva (OAB/RO 1673)
Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
Assunto: Mandado de Segurança/Servidor Publico/Progressão
Distribuído em 03/11/2017

PROCESSO DE INTERESSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO
n. 15 7005078-63.2016.8.22.0014 Apelação (PJe)
Origem: 7005078-63.2016.8.22.0014 Vilhena/3ª Vara Cível
Apelante: Iracema Fontinelli Castro
Advogado: João Paulo das Virgens Lima (OAB/RO 4072)
Advogado: Paulo Batista Duarte Filho (OAB/RO 4459)
Apelado: Município de Vilhena
Procuradora: Marlene Fróis Pereira Schmitt (OAB/RO 3406)
Relator: DES. RENATO MARTINS MIMESSI
Assunto: Concurso Público/Posse/Nomeação/Pedagoga
Distribuído em 11/05/2017

n. 16 7000481-54.2016.8.22.0013 Apelação (PJe)
Origem: 7000481-54.2016.8.22.0013 Cerejeiras/2ª Vara Genérica
Apelante: Município de Cerejeiras
Procuradora: Luciana Bussolaro Baraba (OAB/RO 5466)
Apelado: Sebastião Gerlach Campoe
Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
Assunto: Ação Civil Pública/Improbidade Administrativa/Ressarcimento/Prescrição
Distribuído em 04/09/2018

n. 17 0802455-23.2017.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe)
Origem: 7006967-94.2017.8.22.0021 Buritis/2ª Vara
Agravante: Estado de Rondônia
Procurador: Evanir Antônio de Borba (OAB/RO 776)
Agravada: Ana Rodrigues Coelho
Defensor Público: Elizio Pereira Mendes Júnior (OAB/MT 9853)
Relator: DES. RENATO MARTINS MIMESSI
Assunto: Fornecimento de Medicamento
Distribuído em 11/09/2017

n. 18 7002601-25.2015.8.22.0007 Apelação (PJe)
Origem: 7002601-25.2015.8.22.0007 Cacoal/4ª Vara Cível
Apelante: Estanislau Pitwak Junior
Advogado: Rafael Costa Viana (OAB/RO 8129)
Apelado: Município de Cacoal
Procurador: Silvério dos Santos Oliveira (OAB/RO 616)
Procurador: Caio Rafael Ramalho Veche e Silva (OAB/RO 7259)
Relator: DES. RENATO MARTINS MIMESSI
Assunto: Servidor Público/Médico/Verbas de Representação/Gratificação
Distribuído em 24/10/2017

n. 19 0003256-66.2013.8.22.0014 Apelação (PJe)
Origem: 0003256-66.2013.8.22.0014 Vilhena/1ª Vara Cível
Apelante: Município de Vilhena
Procuradora: Marlene Fróis Pereira Schmitt (OAB/RO 3096)
Apelado: Federação Unitária dos Trabalhadores no Serviço Público no Estado de Rondônia - FUNSPRO
Advogada: Cleide Claudino de Pontes (OAB/RO 539)
Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
Assunto: Contribuição Sindical Obrigatória/Repasse
Distribuído em 11/07/2017

n. 20 7042639-63.2016.8.22.0001 Apelação (PJe)
Origem: 7042639-63.2016.8.22.0001 Porto Velho/1ª Vara da Fazenda Pública
Apelante: Município de Candeias do Jamari
Procuradora: Meire Andréa Gomes (OAB/RO 1857)
Apelado: Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Candeias do Jamari
Advogado: Fábio Melo do Lago (OAB/RO 5734)
Advogado: Tiago Fernandes Lima da Silva (OAB/RO 6122)
Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
Assunto: Progressão Funcional
Redistribuído em 05/04/2018

n. 21 0058032-75.1997.8.22.0014 Apelação (PJe)
Origem: 0058032-75.1997.8.22.0014 Vilhena/1ª Vara Cível
Apelante: Estado de Rondônia
Procurador: Antônio José dos Reis Júnior (OAB/RO 281B)
Procurador: Seiti Roberto Mori (OAB/RO 215B)
Apelada: Cerâmica Oriente Ltda
Defensora Pública: Ilcemara Sesquim Lopes
Terceiro Interessado: Banco do Estado de Rondônia S/A - BERON
Advogado: Valdir Antonazzi (OAB/RO 231-A)
Advogada: Rejane Saruhashi (OAB/RO 1824)
Advogado: Marcelo Maldonado Rodrigues (OAB/RO 2080)
Advogado: Lenine Apolinário de Alencar (OAB/RO 2219)
Advogada: Aline Fernandes Barros (OAB/RO 2708)
Advogada: Daniele Gurgel do Amaral (OAB/RO 1221)
Advogado: Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1790)
Relator: DES. RENATO MARTINS MIMESSI
Assunto: Execução Fiscal
Distribuído em 20/10/2017

n. 22 7039915-86.2016.8.22.0001 Apelação (PJe)
Origem: 7039915-86.2016.8.22.0001 Porto Velho/1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Apelante: Reabilitação Ambiental Nascentes Fernandes Ltda
Advogada: Yasmin Vieira de Oliveira Riegert (OAB/MG 144882)
Advogado: Magnus Brugnara (OAB/MG 96769)
Advogado: Wander Brugnara (OAB/SC 30904)
Advogada: Tatiana Ferreira Dos Santos (OAB/MG 124990)
Advogado: Antônio José Ferreira Levenhagen (OAB/MG 176435)
Apelado: Estado de Rondônia
Procurador: Daniel Leite Ribeiro (OAB/RO 7142)
Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
Assunto: Execução Fiscal/Embargos à Execução
Distribuído em 19/06/2017

n. 23 7042169-95.2017.8.22.0001 Apelação/Reexame Necessário (PJe)
Origem: 7042169-95.2017.8.22.0001 Porto Velho/2ª Vara de Fazenda Pública
Apelante/Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Sérgio Fernandes de Abreu Júnior (OAB/RO 6629)
Procuradora: Mônica Aparecida Eustáchio (OAB/RO 7935)
Apelado/Interessado (Parte Ativa): Guaporé Carne S/A
Advogado: Luhan Marcos Roman Bergamim (OAB/MT 16759)
Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
Assunto: Execução Fiscal/Anulação de Débito Fiscal
Distribuído em 10/10/2018

n. 24 7052062-47.2016.8.22.0001 Apelação (PJe)
Origem: 7052062-47.2016.8.22.0001 Porto Velho/1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Apelante: Estado de Rondônia
Procurador: Valdecir da Silva Maciel (OAB/RO 390)
Apelado: Nilceu Antônio Barretta
Advogado: Antônio Paulo Bertani (OAB/RS 25822)
Advogado: Rogério Vargas dos Santos (OAB/RS 32926)
Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
Assunto: Execução Fiscal/Impugnação ao Valor da Causa/Embargos à Execução
Distribuído em 09/10/2018

n. 25 0046812-18.2008.8.22.0007 Apelação (PJe)
Origem: 0046812-18.2008.8.22.0007 Cacoal/1ª Vara Cível
Apelante: Estado de Rondônia
Procurador: Valério César Milani e Silva (OAB/RO 3934)
Apelado: Rainha das Embalagens Ltda – ME
Defensor Público: Geones Miguel Ledemsa Peixoto
Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
Assunto: Execução Fiscal/Remissão
Redistribuído em 23/10/2018

n. 26 0803116-65.2018.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe)
Origem: 0068746-84.2007.8.22.0001 Porto Velho/1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Agravante: Estado de Rondônia
Procurador: Tiago Cordeiro Nogueira (OAB/RO 7770)
Agravado: Palmira José de Souza
Advogado: Maguis Umberto Correia (OAB/RO 1214)
Advogado: Allan Pereira Guimarães (OAB/RO 1046)
Advogado: Lester Pontes de Menezes Júnior (OAB/RO 2657)
Advogada: Sicilia Maria Andrade Tanaka (OAB/RO 5940)
Relator: DES. HIRAM SOUZA MARQUES
Assunto: Execução Fiscal/Exceção de Pré-executividade
Distribuído em 07/11/2018

n. 27 0014389-10.2005.8.22.0007 Apelação (SDSG)
Origem: 0014389-10.2005.8.22.0007 Cacoal/3ª Vara Cível
Apelante: Estado de Rondônia
Procurador: Valério César Milani e Silva (OAB/RO 3934)
Apelado: Pavin & Pavin Ltda
Defensor Público: José Oliveira de Andrade (OAB/RO 111B)
Relator: DES. HIRAM SOUZA MARQUES
Assunto: Dívida Ativa/Prescrição
Distribuído em 15/07/2015

n. 28 0002263-64.2015.8.22.0010 Apelação (SDSG)
Origem: 0002263-64.2015.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível
Apelante: Município de Rolim de Moura
Procurador: Jônathas Siviero (OAB/RO 4861)
Procurador: Alan Oliveira Bruschi (OAB/RO 6350)
Procuradora: Florisbela Lima (OAB/RO 3138)
Apelado: Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Advogada: Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
Advogado: Gerson da Silva Oliveira (OAB/MT 8350)
Relator: DES. HIRAM SOUZA MARQUES
Assunto: Dívida Ativa/Embargos à Execução/Nulidade
Distribuído em 15/07/2015

n. 29 0002138-68.2012.8.22.0021 Apelação (PJe)
Origem: 0002138-68.2012.8.22.0021 Buritis/1ª Vara Cível
Apelante: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Procuradora Federal: Patrícia Freire de Alencar Carvalho (OAB/PE 24628)
Apelado: Adilson Custódio Bragança
Advogado: Dilney Eduardo Barrionuevo Alves (OAB/RO RO 301)
Advogada: Eurianne de Souza Passos Barrionuevo Alves (OAB/RO 3894)
Relator: DES. RENATO MARTINS MIMESSI
Assunto: Auxílio-Doença/Aposentadoria por Invalidez Acidentária
Distribuído em 21/02/2019

n. 30 0003057-02.2012.8.22.0007 Apelação (PJe)
Origem: 0003057-02.2012.8.22.0007 Cacoal/1ª Vara Cível
Apelante: Paulo Mendonça da Silva
Advogado: Vinícius Pompeu da Silva Gordon (OAB/RO 5680)
Advogada: Glória Chris Gordon (OAB/RO 3399)
Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Procuradora Federal: Luciana Laura Carvalho Costa Dias (OAB/DF 20142)
Relator: DES. RENATO MARTINS MIMESSI
Assunto: Auxílio-Doença/Aposentadoria por Invalidez Acidentária
Distribuído em 13/03/2019

n. 31 0005770-31.2013.8.22.0001 Apelação (PJe)
Origem: 0005770-31.2013.8.22.0001 Porto Velho/10ª Vara Cível
Apelante: Daniel Gonçalves Galvão
Advogada: Rosecleide Martins Noé (OAB/RO 793)
Advogado: Vitor Martins Noé (OAB/RO 3035)
Advogada: Jaqueline Joice Rebouças Pires Noé (OAB/RO 5481)
Advogada: Camila Varela Gregório (OAB/RO 4133)
Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Procurador Federal: Marcelo Mendes Tavares (OAB/DF 19451)
Procuradora Federal: Patricia Freire de Alencar Carvalho (OAB/PE 24628)
Procurador Federal: Guilherme Viana Lara Alves (OAB/MG 148297)
Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
Assunto: Auxílio-Doença/Aposentadoria por Invalidez Acidentária
Distribuído em 09/10/2018

n. 32 0007159-87.2014.8.22.0010 Apelação (PJe)
Origem: 0007159-87.2014.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível
Apelante/Apelado: Mauro da Silva de Almeida
Advogada: Lídia Ferreira Freming Quispilaya (OAB/RO 4928)
Apelado/Apelante: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Procurador Federal: Roger Hampel da Cunha (OAB/RS 56567)
Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
Assunto: Auxílio-Doença/Aposentadoria por Invalidez Acidentária
Distribuído em 04/10/2018

n. 33 7003103-27.2016.8.22.0007 Apelação (PJe)
Origem: 7003103-27.2016.8.22.0007 Cacoal/3ª Vara Cível
Apelante/Apelada: Elizângela Pereira dos Santos
Advogada: Glória Chris Gordon (OAB/RO 3399)
Advogado: Fábio Charles da Silva (OAB/RO 4898)
Advogado: Vinícius Pompeu da Silva Gordon (OAB/RO 5680)
Apelado/Apelante: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Procurador Federal: Rodrigo Santos de Araújo (OAB/MG 106117)
Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
Assunto: Auxílio-Doença/Aposentadoria por Invalidez Acidentária
Redistribuído em 15/10/2018

n. 34 7017970-43.2016.8.22.0001 Apelação (PJe)
Origem: 7017970-43.2016.8.22.0001 Porto Velho/9ª Vara Cível
Apelante: Leonilson de Souza Coelho
Advogado: Emerson Baggio (OAB/RO 4272)
Advogado: Thiago de Assis da Silva (OAB/RO 6878)
Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Procurador Federal: Guilherme Viana Lara Alves (OAB/MG 148297)
Relator: DES. HIRAM SOUZA MARQUES
Assunto: Auxílio-Doença/Aposentadoria por Invalidez Acidentária
Distribuído em 21/02/2019

n. 35 7025842-12.2016.8.22.0001 Apelação (PJe)
Origem: 7025842-12.2016.8.22.0001 Porto Velho/6ª Vara Cível
Apelante: Mesias Josimar Miranda Silva
Advogado: Wilson Molina Porto (OAB/RO 6291)
Advogado: Thomaz Henrique Rodrigues de Carvalho (OAB/RO 6275)
Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Procurador Federal: Paulo Henrique Alves de Andrade (OAB/RO 8218)
Relator: DES. HIRAM SOUZA MARQUES
Assunto: Auxílio-Doença/Aposentadoria por Invalidez Acidentária
Distribuído em 22/02/2019

n. 36 0000835-20.2015.8.22.0019 Apelação (PJe)
Origem: 0000835-20.2015.8.22.0019 Machadinho do Oeste/1ª Vara Cível
Apelante: Município de Machadinho do Oeste
Procurador: Luciano Douglas Ribeiro dos Santos Silva (OAB/RO 3091)
Apelada: Cleici Oliveira Ross
Advogado:Halmério Joaquim Carneiro Brito Bandeira de Melo (OAB/RO 770)
Relator: DES. RENATO MARTINS MIMESSI
Assunto: Acidente de Trânsito/Indenização por Dano Material
Redistribuído em 05/10/2017

n. 37 0049835-26.2009.8.22.0010 Apelação (PJe)
Origem: 0049835-26.2009.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível
Apelante: Devalmir Tavares da Silva
Advogada: Paula Daiane Rocha (OAB/RO 3979)
Apelado: Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes do Estado de Rondônia - DER
Procurador: Jorge William Fredi (OAB/RO 4525)
Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
Assunto: Servidor Público/Hora Extras/Recebimento
Distribuído em 12/06/2017

n. 38 0802963-32.2018.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe)
Origem: 7001578-15.2018.8.22.0015 Guajará-Mirim/2ª Vara Cível
Agravante/Agravante: Estado de Rondônia
Procurador: Kherson Maciel Gomes Soares (OAB/RO 7139)
Agravado/Agravado: H. G. S. G, representado por sua genitora M. I. de A. S.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: DES. HIRAM SOUZA MARQUES
Assunto: Exame Pericial/Exame DNA
Distribuído em 24/10/2018
Interposto em 23/01/2019

n. 39 0002990-81.2014.8.22.0002 Apelação (SDSG)
Origem: 0002990-81.2014.8.22.0002 Ariquemes/2ª Vara Cível
Apelante: Maria Lúcia Duarte
Advogado: Wilson Marcelo Minini de Castro (OAB/RO 4769)
Advogada: Viviane Andressa Moreira (OAB/RO 5525)
Apelante: Paulo Patricio Duarte
Advogado: Wilson Marcelo Minini de Castro (OAB/RO 4769)
Advogada: Viviane Andressa Moreira (OAB/RO 5525)
Apelada: Vanvera Administração de Negócios Ltda - EPP
Advogado: Arlindo Frare Neto (OAB/RO 3811)
Apelado: Município de Ariquemes
Procurador: Michel Eugênio Madella (OAB/RO 3390)
Procurador: Vergílio Pereira Rezende (OAB/RO 4068)
Relator: DES. RENATO MARTINS MIMESSI
Assunto: Nulidade/Vício Redibitório/Restituição de Valores/Danos Morais
Distribuído em 03/11/2016

n. 40 0005675-69.2011.8.22.0001 Apelação (SDSG)
Origem: 0005675-69.2011.8.22.0001 Porto Velho/2ª Vara da Fazenda Pública
Apelante: Sindicato dos Motoristas Profissionais Oficiais do Estado de Rondônia - SIMPORO
Advogado: Hélio Vieira da Costa (OAB/RO 640)
Advogada: Zênia Luciana Cernov de Oliveira (OAB/RO 641)
Advogada: Maria de Lourdes de Lima Cardoso (OAB/RO 4114)
Advogada: Ludmila Moretto Sbarzi Guedes (OAB/RO 4546)
Advogado: Dailor Weber (OAB/RO 5084)
Apelado: Estado de Rondônia
Procurador: Luís Eduardo Mendes Serra (OAB/RO 6674)
Procuradora: Lia Torres Dias (OAB/RO 2999)
Procurador: Sávio de Jesus Gonçalves (OAB/RO 519A)
Procuradora: Patrícia Barros Capeleiro (OAB/RO 5226)
Procurador: Manuel Jasmim Correia Barros (OAB/RO 5229)
Procurador: Ítalo Lima de Paula Miranda (OAB/RO 5222)
Procuradora: Marcella Sanguinetti Soares Mendes (OAB/RO 5727)
Relator: DES. RENATO MARTINS MIMESSI
Assunto: Impugnação/Embargos à Execução/Isonomia/ Equivalência Salarial/Prescrição
Distribuído em 12/12/2016

n. 41 7008077-57.2018.8.22.0001 Apelação (PJe)
Origem: 7008077-57.2018.8.22.0001 Porto Velho/1ª Vara de Fazenda Pública
Apelante: Reginaldo Fernandes da Silva
Advogada: Ludmila Moretto Sbarzi Guedes (OAB/RO 4546)
Advogada: Bruna Giselle Ramos (OAB/RO 4706)
Apelado: Estado de Rondônia
Procurador: Carlos Roberto Bittencourt Silva (OAB/RO 6098)
Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
Assunto: Servidor Público/Adicional de Periculosidade/Retroativos
Distribuído em 12/09/2018

n. 42 7028771-52.2015.8.22.0001 Apelação (PJe)
Origem: 7028771-52.2015.8.22.0001 Porto Velho/2ª Vara de Fazenda Pública
Apelante: Estado de Rondônia
Procurador: Sávio de Jesus Gonçalves (OAB/RO 519A)
Procurador: Carlos Roberto Bittencourt Silva (OAB/RO 6098)
Apelante: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - IPERON
Procurador: Róger Nascimento (OAB/RO 6099)
Procuradora: Nair Ortega Rezende dos Santos Bonfim (OAB/RO 7999)
Apelado: Nomitor Ferreira de Morais
Advogado: Nilson Aparecido de Souza (OAB/RO 3883)
Advogada: Arly dos Anjos Silva (OAB/RO 3616)
Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
Assunto: Servidor Público/Indenização por Danos Morais e Materiais
Distribuído em 17/09/2018

n. 43 0000490-48.2015.8.22.0021 Apelação (PJe)
Origem: 0000490-48.2015.8.22.0021 Buritis/2ª Vara Cível
Apelante: Estado de Rondônia
Procuradora: Alciléia Pinheiro Medeiros

Apelada: Rosângela Barbosa Silva
Advogada: Sandra Mirele Barros de Souza Amaral (OAB/RO 6642)
Advogado: Robson Clay Floriano Amaral (OAB/RO 6965)
Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
Assunto: Servidor Público/Adicional de Periculosidade/ Insalubridade
Redistribuído em 04/10/2018

n. 44 7008654-40.2015.8.22.0001 Apelação (PJe)
Origem: 7008654-40.2015.8.22.0001 Porto Velho/ 2ª Vara de Fazenda Pública
Apelante: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - IPERON
Procurador: Róger Nascimento (OAB/RO 6099)
Apelante: Estado de Rondônia
Procurador: Fábio José Gobbi Duran (OAB/RO 632)
Apelado: Ivo Harmatiuk
Advogada: Carolina Gioscia Leal de Melo (OAB/RO 2592)
Advogada: Acsa Liliane Carvalho Brito (OAB/RO 5882)
Relator: DES. HIRAM SOUZA MARQUES
Assunto: Incorporação da Gratificação de Produtividade
Distribuído em 17/08/2016
Retirado em 26/02/2019

n. 45 7000727-55.2018.8.22.0021 Apelação (PJe)
Origem: 7000727-55.2018.8.22.0021 Buritis/1ª Vara Genérica
Apelante: Estado de Rondônia
Procurador: Ítalo Lima de Paula Miranda (OAB/RO 5222)
Apelado: José Ribeiro
Defensor Público: Elizio Pereira Mendes Junior (OAB/MT 9853/O)
Defensora Pública: Lara Maria Tortola Flores Vieira (OAB/PR 76894)
Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
Assunto: Fornecimento de Medicamentos
Distribuído em 22/08/2018

n. 46 0018992-66.2013.8.22.0001 Apelação (SDSG)
Origem: 0018992-66.2013.8.22.0001 Porto Velho/1ª Vara da Fazenda Pública
Apelante: Departamento Estadual do Estado de Trânsito de Rondônia - DETRAN/RO
Procurador: Jorge Júnior Miranda de Araújo (OAB/RO 4073)
Procurador: Claudino Sérgio de Alencar Ribeiro (OAB/RO 288B)
Procurador: Plínio Ramalho Sobrinho (OAB/RO 287B)
Procuradora: Cleuzemer Sorene Uhlendorf (RO 549)
Procuradora: Luciene Cristina Staut (OAB/RO 212B)
Procurador: Jorge Junior Miranda de AraÚjo (OAB/RO 4073)
Procurador: Marlon Gonçalves Holanda Júnior (OAB/RO 3650)
Procuradora: Renata Leiras Teixeira (OAB/RO 2690)
Procurador: Ronel Camurça da Silva (OAB/RO 1459)
Procuradora: Katia Cilene da Silva Santos (OAB/RO 1987)
Procuradora: Deuzeni de Freitas Santiago (OAB/RO 2217)
Procuradora: Christianne Gonçalves Garcez (OAB/RO 3697)
Procurador: Saulo Rogério de Souza (OAB/RO 1556)
Procurador: Eliabes Neves (OAB/RO 4074)
Procuradora: Edilaine Cecilia Dalla Martha (OAB/RO 1466)
Procurador: Fernando Nunes Madeira (OAB/RO 4595)
Procuradora: Tainá Almeida Casanovas (OAB/RO 3665)
Apelado: Conselho Regional dos Despachantes Documentalistas do Estado de Rondônia e Acre - CRDD/RO-AC
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: DES. HIRAM SOUZA MARQUES
Assunto: Nulidade de Portaria/Vícios
Distribuído em 15/07/2015

n. 47 7045107-63.2017.8.22.0001 Apelação (PJe)
Origem: 7045107-63.2017.8.22.0001 Porto Velho/2ª Vara de Fazenda Pública
Apelante: Ivan Luiz de Souza Rodrigues
Advogado: Salomão Santos Neto (OAB/RO 8328)
Advogada: Brenda Moraes Santos (OAB/RO 8933)
Advogada: Larissa Silva Ponte (OAB/RO 8929)
Apelado: Estado de Rondônia
Procuradora: Marta Carolina Fahel Lôbo (OAB/RO 6105)
Procurador: Kherson Maciel Gomes Soares (OAB/RO 7139)
Procurador: Evanir Antônio de Borba (OAB/RO 776)
Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
Assunto: Apenado/Acidente/Indenização por Danos Morais
Distribuído em 27/09/2018

n. 48 1000396-46.2015.8.22.0001 Embargos de Declaração em Apelação (SDSG)
Origem: 1000396-46.2015.8.22.0001 Porto Velho/1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Embargante/Embargado: Estado de Rondônia
Procuradora: Ellen Cristine Alves de Melo (OAB/RO 5985)
Procurador: Daniel Leite Ribeiro (OAB/RO 7142)
Embargado/Embargante: AMBEV S.A.
Advogado: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
Advogado: Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643)
Advogado: Luiz Gustavo Antônio Silva Bichara (OAB/RJ 112310)
Advogado: Fernando Gomes de Souza e Silva (OAB/RJ 116966)
Advogado: Daniel Olympio Pereira (OAB/RJ 133045)
Advogado: Vinícius Faria Pereira (OAB/RJ 165365)
Advogada: Lais Estebanez de Mello (OAB/RJ 190266)
Advogada: Luciana Martins Oliveira Severo da Costa (OAB/RJ 104427)
Advogado: Carlos Eduardo Ferreira Levy (OAB/RO 6930)
Advogado: Poliana Gonçalves do Nascimento (OAB/RO 8.493)
Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
Assunto: Omissão/Prequestionamento
Opostos em 29/11/2018
Opostos em 11/12/2018

Porto Velho, 29 de abril de 2019

Exmo. Des. Roosevelt Queiroz Costa
Presidente da 2ª Câmara Especial

CÂMARAS ESPECIAIS REUNIDAS

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RONDÔNIA
COORDENADORIA ESPECIAL - CPE/2º GRAU

CAMARAS ESPECIAIS REUNIDAS

COMUNICADO

O Desembargador Roosevelt Queiroz Costa, Presidente das Câmaras Especiais Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, comunica os Excelentíssimos Desembargadores que compõem as e. Câmaras, o Representante do Ministério Público do Estado de Rondônia, Senhores Advogados e às demais partes interessadas que não haverá a Sessão de Julgamento do dia 10/05/2019 (sexta-feira).

Porto Velho, 02 de Maio de 2019.

Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Presidente das Câmaras Especiais Reunidas

2ª CÂMARA CRIMINAL

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
2ª Câmara Criminal
Pauta de Julgamento
Sessão 407

Pauta elaborada nos termos do artigo 246 e seguintes do Regimento Interno deste Tribunal, relativa aos processos abaixo relacionados, bem como àqueles adiados de pautas já publicadas, que serão julgados em sessão, que se realizará no Plenário I deste Tribunal, no dia 15 de maio de 2019, às 8h30.

Observações:
1) Para a sustentação oral, conforme previsto no artigo 57, caput, e § 1º, do referido Regimento, os senhores advogados com procuração nos autos, deverão inscrever-se, previamente, no 2º Departamento Judiciário Criminal ou, verbalmente, até o início da Sessão, observando-se o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 271 da mesma norma.

2) O advogado que desejar promover sustentação oral por videoconferência, com respectivo teste de conexão, deverá encaminhar e-mail ao Departamento (dejucri2@tjro.jus.br) até as 13 horas (horário local) do dia útil anterior ao da sessão, observando-se as demais disposições do art. 937, § 4º, do CPC e da Resolução 031/2018-PR deste Tribunal.

n.1 0004610-25.2014.8.22.0004 Apelação
Origem: 00046102520148220004 - Ouro Preto do Oeste/1ª Vara Criminal
Apelante: Reginaldo Teixeira das Neves
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Revisor: Des. Miguel Monico Neto
Distribuído por sorteio em 11/03/2019
Pedido de vista formulado na sessão do dia 24/04/2018
Decisão parcial: APÓS O VOTO DO RELATOR, AFASTANDO A PRELIMINAR, PEDIU VISTA O DESEMBARGADOR MIGUEL MONICO NETO. A DESEMBARGADORA MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO ANTECIPOU O VOTO ACOLHENDO A PRELIMINAR.

n.2 0007384-98.2018.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 10022878620178220501 - Porto Velho/1ª Vara de Execuções e Contravenções Penais
Agravante: José Diamantino Rodrigues de Lima
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravante: Raimundo Batista Valente
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravante: Gilmar Garcia da Silva
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: DESª. MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO
Distribuído por Prevenção em 19/12/2018
Pedido de vista formulado na sessão do dia 24/04/2018
Decisão parcial: APÓS O VOTO DA RELATORA AFASTANDO AS PRELIMINARES, PEDIU VISTA ANTECIPADA O DESEMBARGADOR MIGUEL MONICO NETO. O DESEMBARGADOR VALDECI CASTELLAR CITON AGUARDA.

n.3 0007224-73.2018.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 10022878620178220501 Porto Velho/1ª Vara de Execuções e Contravenções Penais
Agravante: Raimundo Batista Valente
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravante: Gilmar Garcia da Silva
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravante: José Diamantino Rodrigues de Lima
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: DESª. MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO
Distribuído por Sorteio em 12/12/2018
Pedido de vista formulado na sessão do dia 24/04/2018
Decisão parcial: APÓS O VOTO DA RELATORA AFASTANDO AS PRELIMINARES, PEDIU VISTA ANTECIPADA O DESEMBARGADOR MIGUEL MONICO NETO. O DESEMBARGADOR VALDECI CASTELLAR CITON AGUARDA.

n.4 0241556-82.2009.8.22.0005 Apelação
Origem: 02415568220098220005 Ji-Paraná/1ª Vara Criminal
Apelante: Paulo Roberto Figueira de Lima
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Revisor: Des. Miguel Monico Neto
Distribuído por Sorteio em 19/03/2019

n.5 0001288-19.2018.8.22.0501 Apelação
Origem: 00012881920188220501 Porto Velho/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Apelante: Ronivaldo de Souza Dias
Advogada: Eudislene Mendes de Oliveira (OAB/RO 1462)
Advogado: Morel Marcondes Santos (OAB/RO 3832)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO
Revisora: Desª. Marialva Henriques Daldegan Bueno
Distribuído por Sorteio em 04/07/2018

n.6 0004563-24.2018.8.22.0000 Apelação
Origem: 00010803420158220018 Santa Luzia do Oeste/1ª Vara Criminal
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado: Francisco Marcolino Santos
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relatora: DESª. MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por Prevenção em 10/08/2018

n.7 0001892-86.2013.8.22.0005 Apelação
Origem: 00018928620138220005 Ji-Paraná/1ª Vara Criminal
Apelante: Dionatan Brito
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Revisor: Des. Miguel Monico Neto
Distribuído por Sorteio em 06/02/2019

n.8 0016585-37.2016.8.22.0501 Apelação
Origem: 00165853720168220501 Porto Velho/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Apelante: Gabriela de Macedo Brito
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelante: Rozimar de Souza Freire
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO
Revisora: Desª. Marialva Henriques Daldegan Bueno
Distribuído por Prevenção em 28/02/2019

n.9 7000661-66.2017.8.22.0003 Apelação
Origem: 70006616620178220003 Jaru/2ª Vara Cível (Juizado Infância e Juventude)
Apelante: F. A. B.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: DESª. MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO
Distribuído por Sorteio em 29/10/2018

n.10 0001835-61.2015.8.22.0017 Apelação
Origem: 00018356120158220017 Alta Floresta do Oeste/1ª Vara Criminal
Apelante: Jhone Amaral da Silva
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Revisor: Des. Miguel Monico Neto
Distribuído por Sorteio em 13/03/2019

n.11 0019073-67.2013.8.22.0501 Apelação
Origem: 00190736720138220501 Porto Velho/2ª Vara Criminal
Apelante: Cledson Sena Pereira
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO
Distribuído por Sorteio em 14/02/2019

n.12 1003733-60.2017.8.22.0005 Apelação
Origem: 10037336020178220005 Ji-Paraná/1ª Vara Criminal
Apelante: Juciely Romana de Brito
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: DESª. MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por Sorteio em 16/10/2018

n.13 0001715-19.2018.8.22.0015 Apelação
Origem: 00017151920188220015 Guajará-Mirim/2ª Vara Criminal
Apelante: Jonadabe Souza Bezerra
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Revisor: Des. Miguel Monico Neto
Distribuído por Sorteio em 27/03/2019

n.14 1001096-94.2017.8.22.0019 Apelação
Origem: 10010969420178220019 Machadinho do Oeste/1ª Vara Criminal
Apelante: José Aparecido Gomes Ferreira
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO
Distribuído por Sorteio em 09/11/2018

n.15 0009565-63.2014.8.22.0501 Apelação
Origem: 00095656320148220501 Porto Velho/1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher
Apelante: Robson da Silva Furtado Cutrim
Advogada: Juliane Muniz Miranda de Lucena Lima (OAB/RO 1297)
Advogado: Almir Rodrigues Gomes (OAB/RO 7711)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: DESª. MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO
Distribuído por Sorteio em 05/10/2018

n.16 0000344-14.2018.8.22.0017 Apelação
Origem: 00003441420188220017 Alta Floresta do Oeste/1ª Vara Criminal
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado: Sidinei Camargo Fernandes
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Revisor: Des. Miguel Monico Neto
Distribuído por Sorteio em 20/03/2019

n.17 0000325-29.2018.8.22.0010 Apelação
Origem: 00003252920188220010 Rolim de Moura/1ª Vara Criminal
Apelante: Maicon Gomes Rossini
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO
Revisora: Desª. Marialva Henriques Daldegan Bueno
Distribuído por Sorteio em 19/12/2018

n.18 0000924-50.2018.8.22.0015 Apelação
Origem: 00009245020188220015 Guajará-Mirim/1ª Vara Criminal
Apelante: Walida Ester Marques do Nascimento
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: DESª. MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por Sorteio em 23/10/2018

n.19 1000980-12.2017.8.22.0012 Apelação
Origem: 10009801220178220012 Colorado do Oeste/1ª Vara Criminal
Apelante: Milton Teixeira Amorim
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Revisor: Des. Miguel Monico Neto
Distribuído por Sorteio em 02/04/2019

n.20 0001532-74.2015.8.22.0008 Apelação
Origem: 00015327420158220008 Espigão do Oeste/1ª Vara
Apelante: Moises Moreira de Andrade
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO
Distribuído por Sorteio em 26/03/2019

n.21 1014472-59.2017.8.22.0501 Apelação
Origem: 10144725920178220501 Porto Velho/2ª Vara Criminal
Apelante: Uílian Alves da Silva
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: DESª. MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por Sorteio em 23/10/2018

n.22 1000429-02.2017.8.22.0701 Apelação
Origem: 10004290220178220701 Porto Velho/2º Juizado da Infância e da Juventude
Apelante: E. de S. F.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Revisor: Des. Miguel Monico Neto
Distribuído por Sorteio em 22/02/2019

n.23 0001356-11.2014.8.22.0015 Apelação
Origem: 00013561120148220015 Guajará-Mirim/1ª Vara Criminal
Apelante: Noemia de Souza Fonseca
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: DESª. MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por Sorteio em 10/10/2018

n.24 0034330-21.2002.8.22.0501 Apelação
Origem: 00343302120028220501 Porto Velho/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Apelante: Dário de Sá Soares
Advogada: Adriana Nobre Belo Vilela (OAB/RO 4408)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Revisor: Des. Miguel Monico Neto
Distribuído por Sorteio em 11/03/2019

n.25 1004962-64.2017.8.22.0002 Apelação
Origem: 10049626420178220002 Ariquemes/3ª Vara Criminal
Apelante: Antonio Lenio Montalvão Junior
Advogado: Reginaldo Ferreira dos Santos (OAB/RO 5947)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO
Revisora: Desª. Marialva Henriques Daldegan Bueno
Distribuído por Sorteio em 03/04/2019

n.26 0001545-62.2013.8.22.0002 Apelação
Origem: 00015456220138220002 Ariquemes/2ª Vara Criminal
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado: L. T. F.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Wagner de Melo
Advogado: Cloves Gomes de Souza (OAB/RO 385B)
Advogado: Wanderley Antonio de Melo (OAB/RO 5215)
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Revisor: Des. Miguel Monico Neto
Distribuído por Prevenção em 29/01/2019

n.27 1000305-34.2017.8.22.0017 Apelação
Origem: 10003053420178220017 Alta Floresta do Oeste/1ª Vara Criminal
Apelante: Elson Brasil de Oliveira
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: DESª. MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por Sorteio em 23/10/2018

n.28 0014159-63.2013.8.22.0014 Apelação
Origem: 00141596320138220014 Vilhena/1ª Vara Criminal
Apelante: Jair Ozorio Buchemann
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Distribuído por Sorteio em 25/03/2019

n.29 1000380-61.2017.8.22.0021 Apelação
Origem: 10003806120178220021 Buritis/1ª Vara
Apelante: Alex Melo de Abreu
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: DESª. MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por Sorteio em 13/11/2018

n.30 0003688-06.2018.8.22.0501 Apelação
Origem: 00036880620188220501 Porto Velho/2º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher
Apte/apdo: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apte/apdo: Edilson Lima Mendes
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Distribuído por Sorteio em 14/02/2019

n.31 0000162-58.2018.8.22.0007 Apelação
Origem: 00001625820188220007 Cacoal/2ª Vara Criminal
Apelante: Cleverson Alves Antunes
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO
Revisora: Desª. Marialva Henriques Daldegan Bueno
Distribuído por Sorteio em 26/03/2019

n.32 1000906-52.2017.8.22.0013 Apelação
Origem: 10009065220178220013 Cerejeiras/1ª Vara
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado: Eliar Celso Negri
Advogada: Andréa Melo Romão Comim (OAB/RO 3960)
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Distribuído por Sorteio em 20/03/2019

n.33 0000197-88.2018.8.22.0016 Apelação
Origem: 00001978820188220016 Costa Marques/1ª Vara Criminal
Apelante: Jean Feitosa de Lima
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: DESª. MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO
Distribuído por Sorteio em 08/11/2018

n.34 1004639-50.2017.8.22.0005 Apelação
Origem: 10046395020178220005 Ji-Paraná/2ª Vara Criminal
Apelante: Welder Filgueira de Oliveira
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Distribuído por Sorteio em 27/02/2019

n.35 0010351-68.2018.8.22.0501 Apelação
Origem: 00103516820188220501 Porto Velho/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Apelante: Gilvanir Coelho Pires
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO
Revisora: Desª. Marialva Henriques Daldegan Bueno
Distribuído por Sorteio em 05/04/2019

n.36 1002868-31.2017.8.22.0007 Apelação
Origem: 10028683120178220007 Cacoal/2ª Vara Criminal
Apelante: Tiago Henrique Taveira da Silva
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Distribuído por Sorteio em 28/03/2019

n.37 1015089-19.2017.8.22.0501 Apelação
Origem: 10150891920178220501 Porto Velho/2ª Vara Criminal
Apelante: Antônio Carlos Moraes Pereira
Advogado: Dimas Queiroz de Oliveira Junior (OAB/RO 2622)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: DESª. MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO
Distribuído por Sorteio em 16/10/2018

n.38 1001236-49.2017.8.22.0013 Apelação
Origem: 10012364920178220013 Cerejeiras/1ª Vara
Apelante: Jefferson Luiz Skovronski
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Distribuído por Sorteio em 11/03/2019

n.39 0009313-21.2018.8.22.0501 Apelação
Origem: 00093132120188220501 Porto Velho/2ª Vara Criminal
Apelante: Cristiano Pereira dos Santos
Advogada: Glícia Laila Gomes Oliveira (OAB/RO 6899)
Advogado: Marcio Santana de Oliveira (OAB/RO 7238)
Apelante: Ronei Santanna de Matos
Advogada: Glícia Laila Gomes Oliveira (OAB/RO 6899)
Advogado: Marcio Santana de Oliveira (OAB/RO 7238)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO
Revisora: Desª. Marialva Henriques Daldegan Bueno
Distribuído por Sorteio em 19/03/2019

n.40 7044468-11.2018.8.22.0001 Apelação
Origem: 70444681120188220001 Porto Velho/1º Juizado da Infância e da Juventude
Apelante: J. G. de O. V.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelante: L. G. G. da S.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Distribuído por Sorteio em 11/03/2019

n.41 1001334-49.2017.8.22.0008 Apelação
Origem: 10013344920178220008 Espigão do Oeste/1ª Vara Criminal
Apelante: Iracy Flotz
Advogada: Inês da Consolação Côgo (OAB/RO 3412)
Advogada: Ana Rita Côgo (OAB/RO 660)
Apelante: Elma Miler Foltz Ullig

Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: DESª. MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO
Distribuído por Sorteio em 29/10/2018

n.42 0001309-09.2019.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 00006831520148220501 Porto Velho/1ª Vara de Execuções e Contravenções Penais
Agravante: Alex da Silva Lima
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Distribuído por Prevenção em 27/03/2019

n.43 0000447-66.2018.8.22.0002 Apelação
Origem: 00004476620188220002 Ariquemes/3ª Vara Criminal
Apelante: Rafael Santos de Souza
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: DESª. MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO
Distribuído por Sorteio em 18/10/2018

n.44 0000877-87.2019.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 00043386320128220501 Porto Velho/1ª Vara de Execuções e Contravenções Penais
Agravante: Paulo Gabriel
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Distribuído por Prevenção em 21/02/2019

n.45 0005834-68.2018.8.22.0000 Agravo em Mandado de Segurança
Origem: 10008349220178220004 Ouro Preto do Oeste/1ª Vara Criminal
Agravante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogada: Bianca Bart Souza (OAB/RO 9715)
Advogado: Lucas Helano Rocha Magalhães (OAB/CE 29373)
Advogado: Vagner Messias da Silva (OAB/RO 8969)
Advogado: Gilberto Antonio Fernandes Pinheiro Júnior (OAB/CE 27722)
Advogado: Antonio Cezar de Freitas Ferreira Filho (OAB/CE 32328B)
Advogado: Jorge Júnior Sodré de Araújo (OAB/RJ 126396)
Advogado: Gustavo Guimarães de Sales (OAB/RJ 142.101)
Advogada: Daniele Gontijo Batista Gasiglia (OAB/RJ 183.074)
Advogado: José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque (OAB/CE 4.040)
Advogado: Rapheel Ayres de Moura Chaves (OAB/CE 16.077)
Advogado: Daniel Maia OAB/CE (OAB/CE 19.409)
Advogado: Gilberto Antônio Fernandes Pinheiro Junior (OAB/CE 27.722)
Advogado: Fábio Eduardo Sousa Costa (OAB/CE 30.612)
Advogado: Marcelo Luiz B. Oliveira (OAB/CE 17.829)
Advogada: Luana R. R. Braga (OAB/CE 27.958)
Advogado: Lucas helano R. Magalhães (OAB/CE 29.373)
Advogada: Suilana Nunes Schmitt (OAB/CE 26.230)
Agravado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO
Interposto em 09/04/2019

n.46 0007614-30.2006.8.22.0011 Agravo em Recurso em Sentido Estrito
Origem: 00076143020068220011 Alvorada do Oeste/1ª Vara Criminal
Agravante: Izanerio Vieria Santos
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Interposto em 04/04/2019

n.47 0000780-55.2018.8.22.0022 Recurso em Sentido Estrito
Origem: 00007805520188220022 São Miguel do Guaporé/1ª Vara Criminal
Recorrente: Ministério Público do Estado de Rondônia
Recorrido: Erci José de Souza
Advogado: João Francisco Matara Júnior (OAB/RO 6226)
Recorrido: Willian Pinheiro de Oliveira
Advogado: Fábio de Paula Nunes da Silva (OAB/RO 8713)
Recorrido: Claudecir Lopes dos Santos
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Recorrido: Dhione Clayton da Silva Borba
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relatora: DESª. MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO
Distribuído por Sorteio em 14/01/2019

n.48 0005832-98.2018.8.22.0000 Agravo em Mandado de Segurança
Origem: 10016195420178220004 Ouro Preto do Oeste/1ª Vara Criminal
Agravante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogada: Bianca Bart Souza (OAB/RO 9715)
Advogado: Lucas Helano Rocha Magalhães (OAB/CE 29373)
Advogado: Vagner Messias da Silva (OAB/RO 8969)
Advogado: Gilberto Antonio Fernandes Pinheiro Júnior (OAB/CE 27722)
Advogado: Antonio Cezar de Freitas Ferreira Filho (OAB/CE 32328B)
Advogado: Jorge Júnior Sodré de Araújo (OAB/RJ 126396)
Advogado: Gustavo Guimarães de Sales (OAB/RJ 142.101)
Advogada: Daniele Gontijo Batista Gasiglia (OAB/RJ 183.074)
Advogado: José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque (OAB/CE 4.040)
Advogado: Rapheel Ayres de Moura Chaves (OAB/CE 16.077)
Advogado: Daniel Maia OAB/CE (OAB/CE 19.409)
Advogado: Gilberto Antônio Fernandes Pinheiro Junior (OAB/CE 27.722)
Advogado: Fábio Eduardo Sousa Costa (OAB/CE 30.612)
Advogado: Marcelo Luiz B. Oliveira (OAB/CE 17.829)
Advogada: Luana R. R. Braga (OAB/CE 27.958)
Advogado: Lucas helano R. Magalhães (OAB/CE 29.373)
Advogada: Suilana Nunes Schmitt (OAB/CE 26.230)
Agravado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO
Interposto em 09/04/2019

n.49 0001586-47.2018.8.22.0004 Apelação
Origem: 00015864720188220004 Ouro Preto do Oeste/1ª Vara Criminal
Apelante: Bruno Henrique Rocha de Melo
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Revisor: Des. Miguel Monico Neto
Distribuído por Prevenção em 02/04/2019

n.50 0007671-13.2018.8.22.0501 Apelação
Origem: 00076711320188220501 Porto Velho/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Apelante: Fábio da Silva de Lima
Advogado: Adelio Ribeiro Lara (OAB/RO 6929)
Advogada: Marizete Albino Marta (OAB/RO 8350)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DESª MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por Sorteio em 30/10/2018

n.51 0002891-59.2015.8.22.0008 Apelação
Origem: 00028915920158220008 Espigão do Oeste/1ª Vara
Apelante: Anderson Pagel Hammer
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO
Distribuído por Sorteio em 28/03/2019

n.52 0003401-91.2018.8.22.0000 Apelação
Origem: 00003326820168220017 Alta Floresta do Oeste/1ª Vara Criminal
Apelante: José Walter Alves dos Santos
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelante: Valteir Ferreira da Silva
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: DESª. MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por Prevenção em 22/06/2018

Porto Velho, 02 de maio de 2019.

Desembargador VALDECI CASTELLAR CITON
Presidente da 2ª Câmara Criminal

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS

1ª CÂMARA CÍVEL

Data de interposição: 19/03/2019 e 22/03/2019
Data do julgamento: 23/04/2019
0008654-93.2014.8.22.0002 - Embargos de Declaração em Apelação
Origem: 0008654-93.2014.8.22.0002 - Ariquemes/ 3ª Vara Cível
Embargante/Embargada: Visa do Brasil Empreendimentos Ltda.
Advogada : Carolina Neves do Patrocinio Nunes (OAB/SP 249937)
Embargada/Embargante: Mirian Delfino da Silva Costa
Advogado : Clécio Silva dos Santos (OAB/RO 4993)
Embargados: Banco Bradesco S/A e outro
Advogados: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
Saionara Mari (OAB/MT 5225)
Embargadas: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A e outra
Advogados: Márcio Vinícius Costa Pereira (OAB/RJ 84367)
Bernardo Augusto Galindo Coutinho (OAB/RO 2991)
Aline Sumeck Bombonato (OAB/RO 3728)
Weverton Jefferson Teixeira Heringer (OAB/RO 2514)
Luana Corina Medéa Antonioli Zucchini(OAB/SP181375)
Relator : Desembargador Sansão Saldanha
Embargos de declaração. Omissão. Contradição. Obscuridade. Erro material.
Inexistindo omissão, contradição, obscuridade ou erro material no acórdão, os embargos devem ser rejeitados.
POR UNANIMIDADE, NÃO ACOLHER OS EMBARGOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de interposição: 19/03/2019
Data do julgamento: 23/04/2019
0009821-96.2015.8.22.0007 - Embargos de Declaração em Apelação
Origem : 00098219620158220007 Cacoal/RO (2ª Vara Cível)
Embargante : Claro S/A
Advogado : Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/RO 6235)
Advogado : André Luís Gonçalves (OAB/RO 1991)
Advogada : Ana Paula Arantes de Freitas Linhares (OAB/DF 13166)
Advogada : Patrícia Marino Silva (OAB/MG 124219)
Advogada : Eliara Vieira Brant (OAB/MG 125391)
Advogado : Rafael Gonçalves da Rocha (OAB/PA 16538A)
Embargada : Cláudia Helaine Piva Vatanabe
Advogada : Paula Daiane Rocha Passareli (OAB/RO 3979)
Advogado : Telmo de Moura Passareli (OAB/RO 1286)
Relator : Desembargador Sansão Saldanha
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de interposição: 19/03/2019
Data do julgamento: 23/04/2019
0026370-10.2012.8.22.0001 - Embargos de Declaração em Apelação
Origem : 00263701020128220001 Porto Velho/RO (9ª Vara Cível)
Embargante : Franco Omar Herrera Alviz & Marcello Henrique de Menezes Pinheiro Advogados Associados
Advogada : Denise Paulino Barbosa (OAB/RO 3002)
Advogado : Franco Omar Herrera Alviz (OAB/RO 1228)
Embargada : Tim Celular S/A
Advogado : Marcel Davidman Papadopol (OAB/RO 5064)
Advogado : Matheus Evaristo Santana (OAB/RO 3230)
Relator : Desembargador Sansão Saldanha
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de interposição: 26/03/2019
Data do julgamento: 23/04/2019
0015856-95.2012.8.22.0001 – Embargos de Declaração em Embargos de
Declaração em Apelação
Origem: 0015856-95.2012.8.22.0001 – Porto Velho (1ª Vara Cível)
Embargante : Banco Bradesco S.A.
Advogados : José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570)
Iris Elena da Cunha Gomes da Silva (OAB/RO 5833)
Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830)
Pedro Pereira de Moraes Salles (OAB/SP 228166)
Regiane Cristina Marujo (OAB/SP 240977)
Paulo Eduardo Prado (OAB/RO 4881)
Reinaldo Luís Tadeu Rondina Mandaliti (OAB/RO 4873)
Embargada : J.G.C. Telefonia Celular Ltda. - ME
Advogados : Suelen Sales da Cruz (OAB/RO 4289)
Arquilau de Paula (OAB/RO 1-B)
Relator : Desembargador Sansão Saldanha
POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 16/07/2014
Data do julgamento: 23/04/2019
0017379-11.2013.8.22.0001 - Apelação
Origem : 00173791120138220001 Porto Velho/RO (7ª Vara Cível)
Apelante : Augustinha Denaide da Silva Batista
Advogado : José Bruno Ceconello (OAB/RO 1855)
Advogado : Francisco Nunes Neto (OAB/RO 158)
Apelada : Sônia Regina Gomes da Silva
Relator : Desembargador Sansão Saldanha
Processo civil. Apelação. Embargos de terceiro. Ilegitimidade ativa. Adquirente de bem sob litígio. Recurso não provido.
A pessoa que adquire bem litigioso não possui a qualidade de terceiro e, portanto, não tem legitimidade para opor embargos de terceiro, buscando defender tal bem em execução movida contra quem o alienou.
O adquirente de qualquer imóvel pode obter certidões que mostram a situação pessoal dos alienantes, bem como do próprio imóvel e, com isso, cientificar-se da existência de eventuais demandas e ônus sobre o objeto do contrato.
Recurso não provido.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 31/07/2014
Data do julgamento: 23/04/2019
0002418-32.2013.8.22.0012 Apelação
Origem: 0002418-32.2013.8.22.0012 - Colorado do Oeste/ 1ª Vara Cível
Apelantes : Banco do Brasil S/A e outra
Advogado : Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
Advogado : Luiz Carlos Icety Antunes (OAB/RO 6143)
Advogada : Carolina Gioscia Leal (OAB/RO 2592)
Apelado : Adelmo Vargas
Advogado : Mauri Carlos Mazutti (OAB/RO 312 B)
Relator : Desembargador Sansão Saldanha
Processo civil. Apelação. Embargos à execução. Extinção sem mérito. Continência. Omissão deliberada. Sucumbência. Causalidade. Reformatio in pejus. Impossibilidade. Recurso não provido.
Pelas regras da sucumbência e causalidade, aquele que propõe execução de título extrajudicial deixando de informar a existência de ação anulatória do título proposta anteriormente pelo executado, deve suportar o ônus da sucumbência por ter dado causa à oposição de embargos do devedor e, consequentemente, à extinção destes sem resolução de mérito ante o reconhecimento de continência.

É vedada a reformatio in pejus da sentença em relação à parte que, exclusivamente, interpôs apelação.
Recurso não provido.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 06/04/2015
Data do julgamento: 23/04/2019
0003293-91.2011.8.22.0005 - Apelação
Origem : 00032939120118220005 Ji-Paraná/RO (2ª Vara Cível)
Apelante : Banco Bradesco S/A
Advogado : Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Advogada : Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
Advogada : Lucyanne Carratte Brandt Hitzeschky (OAB/RO 4659)
Advogado : Elias Malek Hanna (OAB/RO 356B)
Advogado : Júlio César Pettarin Sicheroli (OAB/RO 2299)
Advogado : Marlon Tramontina Cruz Urtozini (OAB/SP 203963)
Advogado : Thiago Andrade Cesar (OAB/SP 237705)
Advogada : Jocieli da Silva Vargas (OAB/RO 5180)
Advogada : Renata Alice Pessôa Ribeiro de Castro Stutz (OAB/RO 1112)
Advogada : Nara Lima Carvalho (OAB/RO 5416)
Advogada : Saionara Mari (OAB/MT 5225)
Apelada : Carmelinda Aparecida Dalle Laste
Apelado : Dalle Laste & Schweig Campagnoni Ltda ME
Relator : Desembargador Sansão Saldanha
Apelação. Execução. Extinção do processo. Pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo. Interesse de agir. Desistência da penhora de bem imóvel.
A desistência da penhora do único bem localizado do devedor, sem indicar outra providência suficiente e consistente para satisfazer o crédito, enseja a extinção do processo, sem resolução do mérito, por falta do interesse de agir.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de interposição: 27/03/2019
Data do julgamento: 23/04/2019
0008016-50.2011.8.22.0007 - Embargos de Declaração em Agravo em Apelação
Origem : 0008016-50.2011.8.22.0007 Cacoal/RO (2ª Vara Cível)
Embargante : Lindomar Rodrigues da Silva
Advogados: Glória Chris Gordon (OAB/RO 3399) e
Fábio Charles da Silva (OAB/RO 4898)
Embargada : Marqueslu Comércio de Livros Ltda - ME
Advogados: Iracema Souza de Góis (OAB/RO 2044),
Antônio Henrique Bogiani (OAB/SP 233694) e
Fábio Gener Marsolla (OAB/SP 233717)
Relator: Desembargador Sansão Saldanha
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 03/07/2014
Data do julgamento: 23/04/2019
0009648-61.2013.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0009648-61.2013.8.22.0001 Porto Velho/RO (9ª Vara Cível)
Apelante : Polyart Comércio e Serviços Ltda
Advogada : Maria Heloísa Bisca Bernardi (OAB/RO 5758)
Apelado : Cooperativa de Crédito Rural de Porto Velho Ltda - PORTOCREDI
Advogados: Wyliano Alves Correia (OAB/RO 2715)
Francisco de Freitas Nunes Oliveira (OAB/RO 3913)
Relator: Desembargador Sansão Saldanha
Processo civil. Apelação. Embargos à execução. Inconstitucionalidade da Lei n. 10.931/2004 e do artigo 5º da MP n. 2.170-36/2000. Incidência do CDC. Relação de consumo. Excesso de execução. Recurso não provido.
Embora o artigo primeiro da Lei n.º 10.931/2004 tenha sido restrito, sua ementa indicou claramente todos os elementos componentes do seu amplo objeto, incluindo entre eles as cédulas de crédito bancário.
Título criado por lei em vigor, votada e promulgada em processo legislativo regular é válido. Nos termos da Lei n. 10.931/2004, a cédula de crédito bancário tem natureza de título executivo.
Os requisitos de relevância e urgência previstos no art. 62 da Constituição Federal estão presentes na Medida Provisória 2.170-36/2001, que autoriza a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano nas operações realizadas pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional (Tema 33).
A legislação consumerista fica afastada na hipótese em que, além de não demonstrada a hipossuficiência da parte, a pessoa natural ou jurídica toma empréstimo para implementar ou incrementar sua atividade negocial.
A tese de excesso de execução formulada na inicial dos embargos à execução, consoante dispunha o §5º do artigo 739-A do CPC/73, vigente à época, exige a indicação do valor que entende devido, bem como a memória de cálculo.
Recurso não provido.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de interposição: 28/03/2019
Data do julgamento: 23/04/2019
0013571-61.2014.8.22.0001 – Embargos de Declaração em Apelação (SDSG)
Origem: 0013571-61.2014.8.22.0001 – Porto Velho (9ª Vara Cível)
Embargante : Direcional Âmbar Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Advogados : Roberto Jarbas Moura de Souza (OAB/RO 1246)
Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3511)
Thales Rocha Bordignon (OAB/RO 4863)
Mirele Rebouças de Queiroz (OAB/RO 3193)
Embargado : Condomínio Águas do Madeira Residencial Clube
Advogados : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875)
Tiago Barbosa de Araújo (OAB/RO 7693)
Nelson Sérgio da Silva Maciel Junior (OAB/RO 4763)
Tassia Maria Araujo Rodrigues (OAB/RO 7821)
Relator : Desembargador Sansão Saldanha
Recurso não provido.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 27/05/2014
Data do julgamento: 23/04/2019
0011805-04.2013.8.22.0002 Apelação
Origem: 0011805-04.2013.8.22.0002 - Ariquemes/ 2ª Vara Cível
Apelante : Ihida e Santos Ltda.
Advogado : Eriney Sidemar de Oliveira Lucena (OAB/RO 1849)
Apelada : Kapitão Motos e Soldas Ltda - ME
Advogada : Kelly Renata de Jesus Damasceno (OAB/RO 5090)
Relator : Desembargador Sansão Saldanha
Processo civil. Apelação. Embargos à execução. Irresignação sem fundamento. Sentença devidamente fundamentada. Ausência de erro de procedimento e de julgamento. Recurso não provido.
O fato de a sentença ser contrária aos interesses da parte autora não constitui elemento jurídico para modificar o resultado do julgado, sobretudo quando há subsídios para sustentar a conclusão à que chegou o magistrado.
O segundo grau de instância deve pautar a atuação adstrito à análise da existência de erro de procedimento ou de julgamento na sentença. O juiz natural da causa é o magistrado de primeiro grau. Não sendo a hipótese de erro de procedimento ou de julgamento, a sentença deve ser mantida nos termos em que foi prolatada.
Recurso não provido.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de interposição: 27/03/2019
Data do julgamento: 23/04/2019
0003484-91.2015.8.22.0007 - Embargos de Declaração em Apelação
Origem: 0003484-91.2015.8.22.0007 - Cacoal/ 3ª Vara Cível
Embargante: Negresco S/A Crédito Financiamento
Advogados: Carlos Henrique de Sousa Rodrigues (OAB/PR 29409)
Leonardo Fabris Souza (OAB/RO 6217)
Guilherme Torinho Gaiotto (OAB/RO 6183)
Embargada : Marilda Santos de Lima
Advogada : Flávia Aparecida Flores (OAB/RO 3111)
Terceira interessada: Liberatti Móveis e Eletrodomésticos
Relator : Desembargador Sansão Saldanha
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 26/06/2014
Data do julgamento: 23/04/2019
0002164-58.2010.8.22.0014 Apelação
Origem: 0002164-58.2010.8.22.0014 - Vilhena/ 4ª Vara Cível
Apelante : P.B. Comércio de Petróleo Ltda.
Advogado : Leandro Márcio Pedot (OAB/RO 2022)
Advogado : Josemário Secco (OAB/RO 724)
Advogado : Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Apelada : Terezinha de Jesus do Prado
Advogado : Cezar Benedito Volpi (OAB/RO 533)
Relator : Desembargador Sansão Saldanha
Processo civil. Apelação. Embargos à execução. Alegação de fato extintivo, modificativo ou impeditivo. Ônus da prova pertencente ao réu. Não satisfação. Recurso não provido.
A tese de defesa apresentada no bojo de contestação e repetida nas razões de apelação, por constituir fato modificativo, extintivo ou impeditivo do direito alegado na inicial da execução de título extrajudicial, confere o ônus da prova à parte requerida. Não satisfeito, a procedência dos embargos à execução é a solução jurídica adequada.
Recurso não provido.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 19/09/2016
Data do julgamento: 23/04/2019
0009042-44.2015.8.22.0007 – Apelação
Origem: 0009042-44.2015.8.22.0007 – Cacoal (1ª Vara Cível)
Apelante : Jamilson Oliveira de Araújo
Advogadas : Vanusa Alvarenga Estenier (OAB/RO 5661)
Renata Pezzin da Silva (OAB/RO 4925)
Apelada : Cervejaria Petrópolis S.A.
Advogados : Otto Medeiros de Azevedo Junior (OAB/MT 7683)
Katia Carlos Ribeiro (OAB/RO 2402)
Maria da Penha Pereira dos Santos (OAB/SP 301700)
Josy Anne Menezes Gonçalves de Souza (OAB/MT 10070)
Thaísa Gimenes Branco (OAB/SP 282727)
Luciane Bordignon da Silva (OAB/MT 13282)
Paulo Oliveira de Paula (OAB/RO 6586)
Relator : Desembargador Rowilson Teixeira
Apelação cível. Indenização. Gratuidade. Renovação do pedido. Ausência. Recolhimento do preparo. Hipossuficiência. Mudança da condição. Denunciação à lide. Explanação. Ilegitimidade passiva. Reconhecimento. Extinção.
Se, apesar de o apelante citar a não apreciação do pedido de justiça gratuita, silenciou-se quanto à renovação do pedido, realizando o pagamento do preparo, entende-se que sua condição de hipossuficiente mudou, razão pela qual, deve ser indeferido o pedido de gratuidade.
A denunciação à lide é hipótese de intervenção de terceiro, cabível nos casos taxativamente previstos no art. 125 do CPC/2015.
Impõe-se a extinção do processo sem apreciação do mérito, se a ação foi proposta contra quem não está legitimado para figurar no polo passivo da demanda.
POR UNANIMIDADE, REJEITAR AS PRELIMINARES E, NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 26/09/2016
Data do julgamento: 23/04/2019
0001504-94.2015.8.22.0012 - Apelação
Origem: 0001504-94.2015.8.22.0012 - Colorado do Oeste/ 1ª Vara Cível
Apelante : Sicoob Credisul Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sul da Amazônia Ltda.
Advogados: Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562)
José da Cruz Del Pino (OAB/RO 6277)
Apelada : Vanuza Félix de Oliveira
Advogada : Simoni Rocha (OAB/RO 2966)
Apelado : Nafé de Jesus de Oliveira
Advogados : Estevan Soletti (OAB/RO 3702)
Gilson Ely Chaves de Matos (OAB/RO 1733)
Relator : Desembargador Rowilson Teixeira
Apelação cível. Protesto indevido. Dano moral in re ipsa. Quantum Indenizatório. Razoável e Proporcional. Responsabilidade do Tabelião não caracterizada. Recurso Desprovido.
No caso dos autos, a autora não figurou como avalista, prestando apenas sua outorga marital no contrato de empréstimo da empresa da qual seu marido era sócio.
Como é sabido, nos contratos de empréstimos bancários, a esposa do avalista tão somente assina para autorizar a garantia prestada pelo parceiro na forma de aval/fiança, conforme prevê o art. 1.647 do Código Civil, em razão dos reflexos que pode gerar no patrimônio do casal, não possuindo força obrigacional para incluí-la como coobrigada na dívida, sendo, portanto indevido o protesto realizado em seu nome.
Esta Corte, bem como o STJ possuem entendimento uniforme no sentido de que o protesto indevido enseja o dano moral in re ipsa, ou seja, dano vinculado à própria existência do ato ilícito, cujos resultados são presumidos, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica.
Mantém-se o quantum indenizatório fixado quando não se revela exacerbado e desproporcional ao caso.
Quanto à responsabilidade do Tabelião de Protesto, constata-se que tão somente cumpriu o seu ofício, protestando o nome das pessoas constantes no documento enviado pela cooperativa de crédito.
Recurso desprovido.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 28/05/2015
Data de redistribuição: 08/08/2017
Data do julgamento: 23/04/2019
0020205-78.2011.8.22.0001 - Apelação
Origem: 0020205-78.2011.8.22.0001 - Porto Velho/ 7ª Vara Cível
Apelante : Rosana Lídia Penga
Advogado : João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433-A)
Apelado : Banco Santander Leasing S/A Arrendamento Mercantil
Advogados: João Carlos de Almeida Zanini (OAB/SP 270476)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB/SP 115665)
Relator : Desembargador Rowilson Teixeira
Apelação cível. Reintegração de posse de veículo. Contrato de arrendamento mercantil. Ação revisional. Suspensão dos efeitos da mora. Não ocorrência. Súmula 380, do STJ. Mora caracterizada. Resolução contratual cabível.

É certo que o inadimplemento contratual de uma das partes faz nascer a possibilidade de resolução do contrato, com os devidos consectários, nos termos do art. 475 do CC.
Consoante Súmula 380 do STJ, a simples propositura de ação revisional não inibe a caracterização da mora.
POR UNANIMIDADE, REJEITAR AS PRELIMINARES E, NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 06/10/2016
Data de redistribuição: 16/01/2018
Data do julgamento: 23/04/2019
0004885-38.2014.8.22.0015 – Apelação
Origem: 0004885-38.2014.8.22.0015 – Guajará-Mirim (1ª Vara Cível)
Apelante : Aldemir Vargas da Costa
Advogado : Deivid Crispim de Oliveira (OAB/RO 6913)
Apelada : Eidy Azogue Dorado
Advogado : Ademir Dias dos Santos (RO 3774)
Relator : Desembargador Rowilson Teixeira
Ação possessória. Reintegração de posse. Requisitos. Exercício da posse anterior pela autora. Esbulho. Ocorrência. Comprovação. Comprovados os requisitos para proteção possessória, com a demonstração da existência da posse anterior e do esbulho, deve ser deferida a medida, por meio da ação de reintegração de posse.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de interposição: 18/03/2019 e 20/03/2019
Data do julgamento: 23/04/2019
0003611-18.2013.8.22.0001 – Embargos de Declaração em Apelação
Origem: 0003611-18.2013.8.22.0001 – Porto Velho (5ª Vara Cível)
Embte/Embdo: Banco Volkswagen S.A.
Advogados: João Francisco Alves Rosa (OAB/BA 17023)
Adriano Ferreira Costa (SSP/SP 190562)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 4658)
Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Gabriela de Lima Torres (OAB/RO 5714)
Embda/Embte: Paulicélia de Carvalho Dermoni
Advogados: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A)
Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Relator : Desembargador Rowilson Teixeira
Embargos de declaração. Contradição. Inexistência. Revisão. Impossibilidade.
Os embargos de declaração não se prestam a obter a revisão do julgado.
Ausente no acórdão embargado omissão, obscuridade ou contradição, o não provimento dos embargos declaratórios é medida que se impõe.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 11/10/2016
Data do julgamento: 23/04/2019
0024561-14.2014.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0024561-14.2014.8.22.0001 Porto Velho/RO (7ª Vara Cível)
Apte/Recdo : Banco Bradesco Cartões S. A.
Advogados : André Nieto Moya (OAB/RS 100622 A) e
Mabiagina Mendes de Lima (OAB/RO 3912)
Apdo/Recte : Espolio de Claudimir Catiari Representado pela inventariante
Arlete Pardo da Costa Catiari
Advogado: David Alves Moreira (OAB/RO 299 B)
Relator: Desembargador Rowilson Teixeira
Apelação. Ação de cobrança. Cartão de crédito. Indícios de fraude. Ausência de comprovação de solicitação de cartão e uso. Improcedência dos pedidos. Parte substituída pelo espólio. Reconvenção. Contrato nulo. Danos morais não demonstrados. Honorários. Distribuição.
A sentença deve ser mantida quanto à improcedência da ação de cobrança quando não comprovada a existência de contrato válido ou de que tenha sido o requerido quem utilizou os créditos do cartão, havendo indícios de fraude.
O uso fraudulento do cartão de crédito do consumidor por terceiros, por si só, não é capaz de configurar dano moral, sobretudo se o fato não trouxe maiores desdobramentos enquanto o de cujus ainda vivo, ou tenham seus herdeiros se insurgido da cobrança.
Devem ser fixados os ônus da sucumbência na ação principal e na reconvenção em separado. Se cada litigante for, em parte, vencedor e vencido, serão proporcionalmente distribuídas entre eles as despesas.
POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DO BANCO BRADESCO CARTÕES S. A. E DAR PROVIMENTO AO RECURSO DO ESPÓLIO DE CLAUDIMIR PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 18/09/2015
Data de redistribuição: 19/07/2017
Data do julgamento: 23/04/2019
0009247-28.2014.8.22.0001 – Apelação
Origem: 0009247-28.2014.8.22.0001 – Porto Velho (9ª Vara Cível)
Apelante : N.C. Games e Arcades Comércio Importação Exportação e Locação de Fitas e Máquinas Ltda.
Advogados : João Paulo Fogaça de Almeida Fagundes (OAB/SP 154384)
Eduardo Vital Chaves (OAB/SP 257874)
Shirlei Oliveira da Costa (OAB/RO 4294)
Thiago de Souza Gomes Ferreira (OAB/RO 4412)
Apelada : Portosoft Informática Ltda.
Advogados : Iran da Paixão Tavares Junior (OAB/RO 5087)
Paulo Barroso Serpa (OAB/RO 4923)
Andrey Cavalcante de Carvalho (OAB/RO 303-B)
Relator : Desembargador Rowilson Teixeira
Apelação cível. Protesto indevido. Dano moral. Caracterização. Quantum indenizatório. Manutenção.
Evidenciada a ilicitude do ato praticado pela parte que protestou o nome do autor indevidamente, causando-lhe lesão à honra e reputação, caracterizado está o dano moral puro, do qual exsurge o dever de indenizar.
No tocante ao quantum indenizatório, é sabido que, na quantificação da indenização por dano moral, deve o julgador, valendo-se de seu bom senso prático e adstrito ao caso concreto, arbitrar, pautado nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, um valor justo ao ressarcimento do dano extrapatrimonial.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

1ª CÂMARA ESPECIAL

Data de distribuição: 18/01/2016
Data do julgamento: 25/04/2019
0008657-96.2015.8.22.0007 - Apelação
Origem : 00086579620158220007 Cacoal/RO (4ª Vara Cível)
Apelante : Estado de Rondônia
Procurador : Lúcio Junior Bueno Alves (OAB/RO 6.454)
Procurador : Pedro Henrique Moreira Simões (OAB/RO 5491)
Apelado : Total Flex Indústria e Comércio de Estofados

Def. Público: Roberson Bertone de Jesus
Relator : Desembargador Oudivanil de Marins
Recurso de apelação. Prescrição. Ocorrência.
A regra legal estabelece a ocorrência da prescrição quando decorrerem mais de cinco anos entre a lavratura do auto de infração e a inscrição em dívida ativa.
Inviabilidade da fixação de honorários advocatícios à Defensoria Pública quando atuar contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença.
Recurso parcialmente provido.
POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO.

Data de interposição: 15/10/2015
Data do julgamento: 25/04/2019
0001079-79.2011.8.22.0021 - Agravo em Apelação
Origem: 0001079-79.2011.8.22.0021 Buritis/1ª Vara
Agravante: Estado de Rondônia
Procuradores: Pedro Henrique Moreira Simões (OAB/RO 5491)
Eder Luiz Guarnieri (OAB/RO 398B)
Israel Tavares Victoria (OAB/RO 7216)
Agravada: V. S. de Almeida Hora e Cia Ltda ME
Relator: Desembargador Oudivanil de Marins
Agravo interno em apelação. Ausência de processo administrativo. Desnecessário. Prosseguimento da ação de execução fiscal.
A regra legal dispensa a obrigatoriedade de constar na certidão de dívida ativa o número do processo administrativo, não sendo este requisito necessário para validade do título e cobrança do crédito em questão.
Recurso provido.
POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

Data de distribuição: 21/09/2015
Data do julgamento: 25/04/2019
0019943-31.2011.8.22.0001 - Apelação
Origem : 00199433120118220001 Porto Velho/RO
(1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis)
Apelante : Estado de Rondônia
Procurador : Eder Luiz Guarnieri (OAB/RO 398B)
Procurador : Thiago Denger Queiroz (OAB/RO 2360)
Procuradora : Ivanilda Maria Ferraz Gomes (OAB/RO 219)
Apelado : Renato Antônio de Souza Lima
Advogada : Renata Siqueira Xavier de Souza (OAB/DF 40904)
Advogado : Diego de Paiva Vasconcelos (OAB/RO 2013)
Advogado : Márcio Melo Nogueira (OAB/RO 2827)
Advogado: Amadeu Guilherme Matzenbacher Machado (OAB/RO 004-B)
Relator : Desembargador Oudivanil de Marins
Recurso de apelação. Título executivo. Ausência dos requisitos. Nulidade.
A regra legal estabelece indispensável a presença do número do auto de infração ou do processo administrativo na certidão de dívida ativa, e na ausência de um ou outro, resta configurada a nulidade.
Recurso não provido.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

Data de distribuição: 12/04/2016
Data do julgamento: 25/04/2019
0011635-64.2015.8.22.0001 - Apelação
Origem : 00116356420158220001 Porto Velho/RO
(1ª Vara da Fazenda Pública)
Apelante : Maria do Carmo de Albuquerque Raposo
Advogado : Adriel Pedroso dos Reis (OAB/RO 4736)
Advogado: Marcos Aurélio de Menezes Alves (OAB/RO 5136)
Apelado : Município de Porto Velho/RO
Procurador : Moacir de Souza Magalhães (OAB/RO 1129)
Relator : Desembargador Oudivanil de Marins
Apelação. Ação de cobrança. Gratificação de incentivo à saúde. Incorporação. Lei Complementar Municipal n. 390/90.
A Administração Pública pode alterar critérios de cálculo, extinguir, criar vantagens ou gratificações, desde que não ocorra redução do valor nominal percebido.
Resguardado direito adquirido e não havendo redução remuneratória, o servidor não faz jus a continuar recebendo valor relativo à gratificação de incentivo já incorporada
Recurso não provido.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

2ª CÂMARA CRIMINAL

Data: 02/05/2019
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
2ª Câmara Criminal

Data de distribuição :28/08/2018
Data do julgamento : 24/04/2019
0005965-92.2018.8.22.0501 Apelação
Origem: 00059659220188220501 Porto Velho (3ª Vara Criminal)
Apelante: Eliandro Marques de Jesus
Advogado: Marcos Antônio Faria Vilela de Carvalho (OAB/RO 84)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Miguel Monico Neto
Revisora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Latrocínio. Concurso de Agentes. Pleito de Reforma da pena. Participação de menor importância. Impossibilidade. Presença dos Eelementos do Concurso. Prova de Auxílio Direto. Aceitação do Resultado. Circunstâncias desfavoráveis. Recurso não provido.
No concurso eventual de agentes, o crime é único para o autor, coautores e partícipes, na forma da teoria monista adotada pelo Direito Penal brasileiro. Respondem pelo mesmo crime inclusive aqueles que não praticaram atos executórios.
Hipótese em que o agente, além de adentrar na residência das vítimas, dirigiu o veículo que a todos deu fuga após o latrocínio, assim como auxiliou a incendiá-lo para não deixar vestígios e dificultar a investigação. daí que incabível proceder-se a consideração de participação de menor importância. .
A prova é suficiente para comprovar a autoria do crime, se inexiste dúvida razoável acerca da participação do agente na própria execução do crime, sobretudo se demonstrado pelos demais autores, declarações das vítimas e depoimentos que o agente aceitou o resultado, nãop só ao dirigir o veículo que deu fuga a todos, assim como ao auxiliar no incêndio do veículo de propriedade das vítimas.
Observa-se na hipótese, que o crime foi praticado em concurso de agentes, com a presença de todos os seus elementos: a) pluralidade de condutas; b; relevância causal destas; c) adesão de vontades; e, d) crime único. Assim, nos termos do art. 29, caput, do CP é de rigor a condenação de todos os envolvidos.
Recurso não provido.

(a) Belª Maria Socorro Furtado Marques
Diretora do 2DEJUCRI

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Extrato de Contrato Simplificado
CONTRATO SIMPLIFICADO Nº 136/2019
1 – CONTRATADA: PRISMA PAPELARIA EIRELI – ME
2 - PROCESSO: 0311/1084/19
3 - OBJETO: Fornecimento de material de consumo (envelope em papel alcalino), visando atender as necessidades do Poder Judiciário/RO
4 – BASE LEGAL: Pregão Eletrônico n° 014/2019 – DEC
5 – VIGÊNCIA: A partir da data de sua última assinatura pelas partes em 02/05/2019 até 31/12/2019
6 – VALOR: R$ 4.200,00
7 - NOTA DE EMPENHO: 2019NE00741
8 - RECURSOS: Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários.
9 - FUNÇÃO PROGRAMÁTICA: 02.122.2073.2223
10 - ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30
11 – ASSINAM: Juiz Sérgio William Domingues Teixeira – Secretário-Geral do Tribunal de Justiça de Rondônia e Marco Antonio Ferreira da Costa– Representante Legal.

Documento assinado eletronicamente por CARLOS JOSÉ NASCIMENTO DE CASTRO, Diretor (a) de Departamento, em 02/05/2019, às 10:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 1185061e o código CRC 7C8EDFA6.

Extrato de Contrato Simplificado
CONTRATO SIMPLIFICADO Nº 138/2019
1 – CONTRATADA: GRITZ COMÉRCIO DE BRINDES E EMBALAGENS EIRELI – ME
2 - PROCESSO: 0311/1085/19
3 - OBJETO: Fornecimento de material de consumo (Capa de Proteção para processo), visando atender as necessidades do Poder Judiciário/RO
4 – BASE LEGAL: Pregão Eletrônico n° 014/2019 – DEC
5 – VIGÊNCIA: A partir da data de sua última assinatura pelas partes em 02/05/2019 até 31/12/2019
6 – VALOR: R$ 4.296,00
7 - NOTA DE EMPENHO: 2019NE00740
8 - RECURSOS: Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários.
9 - FUNÇÃO PROGRAMÁTICA: 02.122.2073.2223
10 - ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30
11 – ASSINAM: Juiz Sérgio William Domingues Teixeira – Secretário-Geral do Tribunal de Justiça de Rondônia e Erick Gritzbach Massei – Representante Legal.

Documento assinado eletronicamente por CARLOS JOSÉ NASCIMENTO DE CASTRO, Diretor (a) de Departamento, em 02/05/2019, às 10:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 1184683e o código CRC D7A96BDC.

Extrato de Contrato Simplificado
Nº 133/2019
1 – CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORÇAMENTO PÚBLICO.
2 - PROCESSO: 0311/1043/19.
3 - OBJETO: Contratação da Associação Brasileira de Orçamento Público – ABOP para ministrar, in company, o curso "Avaliação da Governança Corporativa Aplicada ao Setor Público: com base no Guia do TCU", para servidores deste Tribunal de Justiça.
4 – BASE LEGAL: Art. 25, inciso II, c/c art. 13, inciso VI, da Lei n. 8.666/93.
5 – VIGÊNCIA: A partir da data de sua última assinatura pelas partes 30/04/2019 até 31/12/2019.
6 – VALOR: R$ 26.000,00
7 - NOTA DE EMPENHO: 2019NE00734.
8 - RECURSOS: Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários.
9 - FUNÇÃO PROGRAMÁTICA: 02.128.2062.1365
10 - ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39.
11 – ASSINAM: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia - Diretor da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia – EMERON e Manoel Gomes de Lima – Representante Legal

Documento assinado eletronicamente por CARLOS JOSÉ NASCIMENTO DE CASTRO, Diretor (a) de Departamento, em 02/05/2019, às 10:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 1183397e o código CRC EFC6C7F1.

Extrato de Contrato Simplificado
CONTRATO SIMPLIFICADO Nº 130/2019
1 - CONTRATADA: BE ON UP SOFTWARE, PRODUTOS E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA
2 - PROCESSO: 0311/0987/19
3 – OBJETO: Contratação da empresa Be On Up Software, Produtos e Serviços em Tecnologia da Informação Ltda – EPP, para ministrar, in company, o "Treinamento OTRS", para servidores deste Tribunal de Justiça
4 – BASE LEGAL: Art. 25, inciso II, c/c art. 13, inciso VI, da Lei n. 8.666/93
5 – VIGÊNCIA: A partir da data de sua última assinatura pelas partes 30/04/2019 até 31/12/2019
6 – VALOR: R$ 17.000,00
7 - NOTA DE EMPENHO: 2019NE00720
8 - RECURSOS: Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários.
9 - FUNÇÃO PROGRAMÁTICA: 02.128.2062.1365
10 - ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39
11 - ASSINAM: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia – Diretor da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia – EMERON/TJRO e José Roberto Ribeiro Junior – Representante Legal

Documento assinado eletronicamente por CARLOS JOSÉ NASCIMENTO DE CASTRO, Diretor (a) de Departamento, em 02/05/2019, às 10:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 1183368e o código CRC FBF29AA1.

TERCEIRA ENTRÂNCIA

COMARCA DE PORTO VELHO

1º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

1º Cartório do Juizado Especial Criminal

Proc.: 1001351-52.2017.8.22.0601
Ação: Termo Circunstanciado (Juizado Criminal)
Assunto: Crimes de Trânsito
Vítima: Incolumidade Pública
Autor do fato: Jeferson Machado da Silva
Advogado: Gilmarinho Lobato Muniz OAB/RO 3823DESPACHO: "Vistos, etc. R. A. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 31.05.2019, às 08h30min. Cite-se e intime-se. Requisite-se os antecedentes. Intime-se e requisite-se as testemunhas. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, quinta-feira, 28 de março de 2019." (a) Roberto Gil de Oliveira - Juiz de Direito

Proc.: 1003000-52.2017.8.22.0601
Ação: Termo Circunstanciado (Juizado Criminal)
Assunto: Desacato
Vítima: Administracao Publica
Autora do fato: Angela Cristina Rodrigues Gomes
Advogado: Telson Monteiro de Souza OAB/RO 1051DESPACHO: "Vistos, etc. R. A. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 31.05.2019, às 09h. Cite-se e intime-se. Requisite-se os antecedentes. Intime-se e requisite-se as testemunhas. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, quinta-feira, 28 de março de 2019." (a) Roberto Gil de Oliveira - Juiz de Direito
Ana Paula dos Reis Rodrigues

Diretora de Cartório

VARA DA AUDITORIA MILITAR

1º Cartório da Auditoria Militar
Vara da Auditoria Militar
Juiz: Carlos Augusto Teles Negreiros
Diretora de Cartório: Marlene Jacinta Dinon
Endereço eletrônico: pvh1militar@tjro.jus.br

Proc.: 0012623-35.2018.8.22.0501
Ação:Procedimento Ordinário (Militar)
Requerente:Davi Debrie Cujui
Advogado:LUIZ GUSTAVO FERREIRA SANTANA (OAB/RO 8595)
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado: Procuradoria Geral do Estado
SENTENÇA:(...).ISTO POSTO e considerando tudo mais que dos autos consta JULGO IMPROCEDENTE os pedidos formulados na ação anulatória de ato administrativo com pedido de liminar proposta por Davi Debrie Cujui em face do Estado de Rondônia, que visa anular o ato disciplinar punitivo decorrente do PADS nº 047/2ª CIA PO/5 BPM-2013, extinguindo o processo, com resolução de MÉRITO, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, o que faço conforme as razões expostas na fundamentação. Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e honorários que fixo em 20% sobre o valor da causa, na forma do art. 85, §2º, inciso I, do Código de Processo Civil, considerando a complexidade da demanda.Diligencie-se pelo necessário.Com o trânsito, arquivem-se.P.R.I.C.Porto Velho-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.Carlos Augusto Teles de Negreiros Juiz de Direito

Proc.: 0007660-52.2016.8.22.0501
Ação:Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Jânio Souza da Rocha
Advogado:Israel Ferreira de Oliveira (OAB/RO 7968) DESPACHO:Realizada a audiência de instrução no dia 05 de dezembro de 2018 (f. 228-229), diligências requeridas pelo MP (f. 239), sem pedido pela defesa (f. 241). No entanto, com vista dos autos para alegações finais, o Ministério Público pugnou pela oitiva da TEN PM Bárbara Alvez Munhoz, mencionada no interrogatório do acusado 3º SGT PM Jânio Souza da Rocha, testemunha que teria conhecimento sobre os fatos apurados na denúncia, requerendo sua inquirição como testemunha do juízo (f. 242-244).É o breve relato. Decido.De acordo com o princípio da verdade real, é lícito ao magistrado ouvir as testemunhas que entender necessárias a melhor compreensão da causa, em razão do poder instrutório que lhe reveste, já que no processo penal não se comporta como mero espectador. Em nome do referido princípio, é facultado ao juiz requerer, ex officio, diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante (art. 156 do CPP), encontrando ainda amparo no art. 209 do CPP, o qual dispõe ser lícito ao juiz a oitiva de testemunhas além daquelas indicadas pelas partes.Considerando que a acusação justificou a importância da referida testemunha, referida durante a instrução, que poderá auxiliar no esclarecimento da verdade, converto o julgamento em diligência para que a TEN PM Bárbara Alvez Munhoz seja inquirida na qualidade de testemunha do juízo, o que faço com fundamento no art. 156, inciso II c/c art. 209 ambos do Código de Processo Penal e art. 430 do Código de Processo Penal Militar.Designo a audiência de instrução para o dia 11/06/2019 às 10h30.Intime-se. Diligencie-se, pelo necessário. Porto Velho-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.Carlos Augusto Teles de Negreiros Juiz de Direito

Proc.: 0003870-55.2019.8.22.0501
Ação:Carta Precatória (Criminal)
Autor:Ministerio Publico do Estado de Minas Gerais
Réu:Evando Fernandes Leite
Advogado:Leomar Silva Pereira (OAB/MG 105.166) DESPACHO:Vistos.R. A. Cumpra-se, expedindo-se ofício ao Dr. Leonardo Magela Bernardes, solicitando a designação de dia e hora para que preste seu depoimento como testemunha. Para tentar conciliar nossa conturbada pauta sugira-lhe a data de 13/05/2019, às 10h40min, nesta vara. Vindo indicada outra data voltem os autos conclusos.Diligencie-se pelo necessário.PUBLIQUE-SE. Porto Velho-RO, quinta-feira, 4 de abril de 2019.Carlos Augusto Teles de Negreiros Juiz de Direito

Proc.: 0002029-78.2012.8.22.0013
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Adilson Volnei Gorczak, Janerson dos Santos, Leandro Barbosa Carneiro
Advogado:Gilvan Rocha Filho (OAB/RO 2650), Osmar Guarnieri (OAB/RO 6519), Rafael Pires Guarnieri (OAB/RO 8184), Janes Cristina Oliveira Cagnini (OAB/RO 8257)
DECISÃO:(...)Ante o exposto, RECEBO O ADITAMENTO À DENÚNCIA nos termos da manifestação ministerial com aproveitamento de todas as provas já produzidas.Dê-se vista ao Ministério Público para manifestação quanto as preliminares arguidas pela defesa dos acusados Adilson e Leandro.Intime-se. Diligencie-se pelo necessário.Porto Velho-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.Carlos Augusto Teles de Negreiros Juiz de Direito

Proc.: 0011503-54.2018.8.22.0501
Ação:Procedimento Ordinário (Militar)
Requerente:Davi Debrie Cujui
Advogado:LUIZ GUSTAVO FERREIRA SANTANA (OAB/RO 8595)
Requerido:Estado de Rondonia
Advogado: Procuradoria Geral do Estado

SENTENÇA:(...)ISTO POSTO e considerando tudo mais que dos autos consta, confirmo a tutela de urgência concedida liminarmente e JULGO PROCEDENTE os pedidos formulados na ação anulatória de atos administrativos disciplinares proposta por Davi Debrie Cujui em face do Estado de Rondônia, para o fim de reconhecer a prescrição em relação aos fatos apurados nos PADS N° 060/SJD/5º BPM/2010 e 042/SJD/5º BPM/2015, anulando-os na sua totalidade, para devolver ao autor, em relação ao primeiro processo disciplinar, 02 (dois) pontos que lhe foram subtraídos em decorrência a punição de detenção e, em relação ao segundo processo disciplinar, 04 (quatro) pontos em razão da punição de prisão, devendo ser retirado de seus assentamentos funcionais (ficha individual) toda e qualquer anotação sobre os procedimentos prescritos, extinguindo o processo, com resolução de MÉRITO, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, o que faço conforme as razões expostas na fundamentação.Condeno o réu ao pagamento de honorários sucumbenciais que fixo em 20% sobre o valor da causa, na forma do artigo 85 do Código de Processo Civil, considerando a complexidade da demanda. Nos termos do art. 496, §3º, inciso II, fica dispensada a remessa necessária.Diligencie-se pelo necessário.Com o trânsito, arquivem-se.P.R.I.C.Porto Velho-RO, segunda-feira, 29 de abril de 2019.Carlos Augusto Teles de Negreiros Juiz de Direito

Marlene Jacinta Dinon

Diretora de Cartório

VARA DE DELITOS DE TÓXICOS

1º Cartório de Delitos de Tóxico
Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho-RO
Juiz: Dr. Glodner Luiz Pauletto
Diretor de Cartório: Alexandre Marcel Silva
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao juiz ou contate-nos via internet.
Endereço eletrônico:
pvhtoxico@tjro.jus.br
1º Cartório de Delitos de Tóxico
EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO
Prazo: 15 dias.
Processo: 0013065-98.2018.8.22.0501
Classe: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Assunto: Tráfico de Drogas e Condutas Afins
Parte Autora: Ministério Público de Rondônia
Parte Ré: Franciel Pereira das Neves e outros
Juiz de Direito: Glodner Luiz Pauletto
Inquérito Policial: 3207/2018/PP
CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DE:
1-FRANCIEL PEREIRA DAS NEVES, vulgo “GUEBE”, brasileiro, solteiro, nascido em 28/01/1999, natural de Humaitá/AM, filho de Marilene Pereira das Neves e Francisco das Neves Siqueira, residente na Rua Amsterdã, S/N, esquina com Rua Rondônia, em Porto Velho/RO.
FINALIDADE: CITAR o denunciado supracitado do recebimento da Denúncia e INTIMAR o mesmo a comparecer na sala de audiência (Sala 28) deste juízo no Fórum Criminal, localizado na Av. Rogério Weber, 1924, Centro, Porto Velho/RO, CEP: 76801-030. Fone: (69) 3217-1225, no dia 22 de maio de 2019, às 12h10min, para audiência de interrogatório, instrução e julgamento, referente à ação acima mencionada, tudo conforme DESPACHO abaixo transcrito.
DECISÃO: “(...) Por isso, recebo a denúncia. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 22 de maio de 2019, às 12h10min. Cite (m)-se/Intimem-se MP, defensor/a (s), testemunha (s) e ré/u (s). Requisite (m)-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 15 de março de 2019. Glodner Luiz Pauletto - Juiz de Direito.”
Capitulação: Art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06.
Porto Velho/RO, 02 de maio de 2019.
Alexandre Marcel Silva Gadia
Diretor de Cartório
Cad.: 204.972-4
/jm/

Proc.: 0005109-94.2019.8.22.0501
Ação:Liberdade Provisória com ou sem fiança (Criminal)
Requerente:Claudinei dos Santos Moraes
Advogado:Inara Regina Matos dos Santos (OAB/RO 2921)
DECISÃO:
Advogada: Inara Regina Matos dos Santos - OAB/RO 2921Trata-se de pedido formulado por CLAUDINEI DOS SANTOS MORAES, devidamente representado por sua procuradora Inara Regina Matos dos Santos (OAB/RO 2921), pleiteando a revogação de sua prisão preventiva.Juntou documentos (fls. 09/42).Sustenta o requerente que foi preso em 27.03.2019 durante abordagem policial que resultou na apreensão de 13 invólucors de drogas do tipo cacaína. Alega ser pequena a quantidade de droga apreendida, circunstância que minimizaria eventual gravidade do delito pelo qual o requerente foi preso. Alega ainda a defesa a inexistências dos requisitos para a segregação cautelar.Em parecer, o Ministério Público pugna pelo indeferimento do pleito (fls. 33/44).É o relato. Decido.Em que pese a argumentação da defesa, verifico que pretende discutir antecipadamente, em momento processual inadequado, a própria materialidade por parte do acusado.Com efeito, na presente fase processual a persecução é vista sob a ótica de indícios de autoria e materialidade do delito, elementos que só poderiam ser afastados por prova cabal e segura de ausência de justa causa, o que não é o presente caso.Conforme se extraem dos documentos juntados aos autos, o requente, apos visualizar a viatura da policia militar que estava em simples patrulhamento de rotina, tentou se esconder atrás de uma maquina de jogos que se encontrava em um bar. Após essas suspeitas, a policia militar efetuou busca pessoal no acusado, bem como no seu veíulo a qual resultou na apreensão de 13 invólucros de substância entorpecente. O acusado, durante a abordagem, disse que estava em livramento condicional e que por isso se escondeu da viatura militar, bem como disse que aos agentes da lei que estava comercializando a substância pela quantia de R$ 15,00. Registre-se que foram apreendidos 13 (treze) invólucros de substância entorpecente análoga a cocaína, perfazendo, no total, cerca de 6,03 gramas, acondicionada em plastico,bem como um telefone celular, um capacete, além da quantia, em espécie, de R$ 47,00 em notas fracionadas.Ante os fatos apresentados, a simples argumentação de que a droga é de pequena quantidade, por si só, não ilide os elementos indiciários até agora amealhados na investigação.Muito embora a quantidade de droga apreendida não seja tão elevada se comparada com o que normalmente é apreendido na Comarca, fato é que o requerente possui condenações criminais por tráfico de drogas, roubo majorado e receptação.Assim, a prisão é, ao menos por ora, a medida mais eficaz para evitar a reiteração da prática criminosa, pois, mesmo cumprimento pena pela prática de crimes graves, o requerente voltou a se envolver em notícias de crimes. Vale registrar que, neste momento inicial, o contexto da prisão, conforme se infere do depoimento das testemunhas (fase indiciária), revela, ao menos em tese, a prática do crime de tráfico, não havendo provas suficientes para, de plano, entender que a droga apreendida destinava-se ao consumo próprio do requerente ou que pertencia a outra pessoa.Portanto, as condições pessoais do requerente não são favoráveis. Todavia, mesmo que fossem, estas informações não são suficientes para justificar a revogação da prisão preventiva, pois a forma de agir potencializa a gravidade

do crime. Cabe, portanto, ao Judiciário retirar pessoas que cometam tais delitos do convívio social, sob pena de comprometimento da própria Justiça.Nesse sentido é o entendimento do e. Tribunal de Justiça de Rondônia:Habeas corpus. Associação. TRÁFICO ilícito de ENTORPECENTES. Flagrante convertido em prisão preventiva. Garantia da ordem publica e aplicabilidade da lei penal. Condições pessoais favoráveis do paciente. Irrelevância. A gravidade concreta do crime e a periculosidade do agente, evidenciadas pelas circunstâncias em que se deram os fatos, traduzem a necessidade de se garantir a ordem pública e a aplicabilidade da lei penal e diante disso autorizam a manutenção da custódia cautelar, caso em que se afiguram irrelevantes as suas condições pessoais favoráveis. (TJ-RO - HC: 00089851820138220000, Relator: Desembargador Valter de Oliveira, Data de Julgamento: 10/10/2013)Observa-se, portanto, que a presença do fumus comissi delicti e do periculum libertatis está evidenciada, de modo que a prisão cautelar da requerente se faz necessária pelos fundamentos expostos.Isso posto, por efeito da imprescindibilidade da prisão preventiva, eis que se revela como a medida mais eficaz para o fim de resguardar a ordem pública, mantenho a DECISÃO que decretou a prisão preventiva, e, por consequência lógica, INDEFIRO o pedido formulado por CLAUDINEI DOS SANTOS MORAES.Intime-se. E após o trânsito em julgado da DECISÃO, arquivem-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 2 de maio de 2019.Glodner Luiz Pauletto Juiz de Direito

Proc.: 0005339-39.2019.8.22.0501
Ação:Liberdade Provisória com ou sem fiança (Criminal)
Requerente:Juscelino Henrique de Lima
Advogado:Oscar Luchesi (OAB/RO 109)
DECISÃO:
Advogado: Oscar Luchesi (OAB/RO 109); Daves Macklin Mota Caetano (OAB/RO 8359)Vistos.JUSCELINO HENRIQUE DE LIMA, qualificado nos autos, por meio de advogado constituído, requer a revogação de sua prisão preventiva, alegando excesso de prazo. O Ministério Público manifestou-se pelo indeferimento do pedido.É o relatório. Passo a decidir.De início, registro que a defesa não juntou a documentação necessária para uma melhor análise do caso concreto, todavia, entendo que não há motivos para rever a DECISÃO que decretou a prisão preventiva do requerente.Ademais, verifica-se que Juscelino fora preso em flagrante, no dia 20 de outubro de 2018, enquanto transportava, em concurso com outros agentes, cerca de 10 kg de cocaína, 404 munições de calibre 556, intactas, e outras 20 munições de calibre 380.Destaco, ainda, que a abordagem e a consequente apreensão dos ilícitos, que resultou na prisão em flagrante dos envolvidos, deu-se em razão de prévia investigação realizada pelo Departamento de Narcóticos DENARC, inclusive com a utilização de interceptação das comunicações telefônicas.Posteriormente, a autoridade policial requereu a prorrogação do prazo para CONCLUSÃO do inquérito policial, haja vista a complexidade dos fatos investigados, o que foi deferido por este juízo após parecer favorável do órgão ministerial.Na sequência, o inquérito foi relatado e encaminhado ao MP, oportunidade em que seu representante postulou o declínio de competência para a Justiça Federal, em razão da transnacionalidade do delito envolvendo as munições apreendidas, todavia, indeferido por este juízo.Após, o órgão ministerial apresentou denúncia e essa foi recebida por este juízo no dia 16 de janeiro de 2019, oportunidade em que foi aplicado o rito ordinário, em razão da imputação de crimes com ritos diversos. Foi determinada a citação dos acusados, todavia, em relação a José Antônio de Souza, vulgo Soldado, ocorreu por meio de Carta Precatória enviada à Comarca de Guajará-Mirim/RO. Atualmente, o feito está na Defensoria Pública para resposta à acusação dos réus remanescentes.Portanto, a alegação defensiva de excesso de prazo não encontra respaldo.Com efeito, excesso de prazo não é situação que se resume a uma verificação meramente cronológica, isto é, de tempo decorrido. Pelo contrário. Havendo aspectos capazes de conduzir a uma tramitação processual menos célere do que a habitual, estes devem ser considerados na determinação do excesso.Em outras palavras, os prazos processuais não são rígidos, podendo a complexidade do fato e as peculiaridades do caso concreto justificar eventual necessidade de prazos maiores para o deslinde do feito. No presente caso, como visto, houve a necessidade de diligências serem feitas mediante Carta Precatória e que, por si só, não são suficientes a evidenciar excesso de prazo e se mostrar apto a configurar um constrangimento ilegal, ainda mais pela complexidade do caso, o qual, inclusive, ensejou a duplicação do prazo para encerramento do inquérito policial.Além disso, a quantidade de droga apreendida na posse dos acusados é vultosa, cerca de 10 kg de cocaína, além da presença de 404 de munições de calibre 556 e outras 20 munições de calibre 380, razão pela qual a custódia cautelar encontra-se justificada na garantia da ordem pública, bem como constitui indicativo de gravidade concreta, de sorte que as medidas cautelares alternativas à prisão também não se mostram suficientes e adequadas.Observa-se, portanto, que a presença do fumus comissi delicti e do periculum libertatis está evidenciada, de modo que a prisão cautelar do requerente se faz necessária pelos fundamentos expostos.Isso posto, por efeito da imprescindibilidade da prisão preventiva, eis que se revela como a medida mais eficaz para o fim de resguardar a ordem pública, mantenho a DECISÃO que decretou a prisão preventiva, e, por consequência lógica, INDEFIRO o pedido formulado por JUSCELINO HENRIQUE DE LIMA.Intime-se. E após o trânsito em julgado da DECISÃO, arquivem-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 2 de maio de 2019.Glodner Luiz Pauletto Juiz de Direito

Proc.: 0014032-46.2018.8.22.0501
Ação:Procedimento Especial da Lei Antitóxicos (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Luciano Ferreira de Araújo
SENTENÇA:
Advogado: Edivaldo Soares da SIlva OAB/RO 3082O Ministério Público do Estado de Rondônia ofereceu denúncia em desfavor de LUCIANO FERREIRA DE ARAÚJO, já qualificado nos autos, imputando-lhe a conduta que, em tese, teria violado o disposto no artigo 330 do Código Penal, artigo 311 c.c artigo 298, III, ambos do Código de Trânsito Brasileiro e artigo 33, caput, da L. 11.343/06.I – Relatório:I.1 – Síntese da acusação:1º Fato: No dia 29 de setembro de 2018, durante a tarde, na rua Abóbora com rua Carambola, s/n, B. Cohab Floresta, Porto Velho/RO, Luciano Ferreira de Araújo desobedeceu a ordem legal emanada de policiais militares que compunham a equipe de patrulhamento. 2º Fato: Nas mesmas circunstâncias de tempo e lugar, descritas no 1º Fato, Luciano Ferreira de Araújo trafegou em velocidade incompatível com a segurança, em via pública, onde havia grande movimentação de pessoas, gerando perigo de dano. 3º Fato: Ainda nas mesmas circunstâncias de tempo e lugar dos fatos anteriores, Luciano Ferreira de Araújo trazia consigo, sem autorização e em desacordo com determinação legal, com a FINALIDADE de comércio, 02 porções de drogas do tipo Cocaína, pesando aproximadamente 24 gramas.I.2 – Principais ocorrências no processo:Preso na data dos fatos, o acusado foi solto em 30.09.2018 durante a análise da prisão no plantão judiciário. Oferecida a denúncia pelo MP, o acusado foi notificado e apresentou defesa preliminar. A denúncia, por preencher os requisitos legais, foi recebida em 19.12.2018. Em seguida, o réu foi citado. Iniciada a instrução, foi ouvida uma testemunha e interrogado o acusado.Encerrada a fase de coleta de provas, o Ministério Público ofereceu suas alegações finais, oportunidade em que requereu apenas a desclassificação da conduta de tráfico para aquela do art. 28, da Lei de Drogas, mantendo as demais acusações nos termos iniciais da denúncia. A defesa pugnou o acompanhamento das alegações do Parquet, requerendo a desclassificação para o art. 28 da L. 11.343/03.É o relatório. Decido. II – Fundamentação:Ante a ausência de questões prejudiciais ou preliminares, passo direto ao exame do MÉRITO.A materialidade dos delitos está comprovada no Auto de Apresentação e Apreensão (f. 10) e no Exame Químico Toxicológico Definitivo (f.

33), o qual atestou que as substâncias apreendidas tratam-se de COCAÍNA, cujo uso é proscrito.Relativamente à autoria, cumpre analisar a conduta praticada.Em seu interrogatório judicial, o réu Luciano Ferreira de Araújo negou o crime de tráfico de drogas, alegando que se destinava apenas ao consumo pessoal. Disse trabalhar com climatização e obter renda de R$ 1.000,00. Comprou a droga naquele local com uma pessoa. Fugiu da Polícia Militar. Compra em grandes quantidades para usar apenas em sua residência e não ter que sair para busca mais. De outro lado, o policial/militar Jamilson Rodrigues de Freitas relatou em juízo que estavam em patrulhamento no bairro Cohab. Avistou o acusado em uma motocicleta. O acusado, ao perceber a viatura, demonstrou certo nevosismo. Deu ordem de para ao acusado. Acionou todos os sinais luminosos e sonoros da viatura. O acusado fugiu e não obedeceu a ordem de parada. O acusado furou diversos sinais vermelhos, bem como passou por dentro do estacionamento do supermercado Irmãos Gonçalves. O acusado adentrou em uma residência na rua Algodoeiro. Efetuaram a prisão do acusado. Enquanto realizava abordagem do acusado, receberam pelo CIOP informações que o individuo perseguido teria jogado um embrulho no estacionamento dos Irmãos Gonçalves. O acusado apenas disse que pegou a droga em uma residência no B. Castanheira e que efetuaria o transporte. Portanto, em relação ao crime de tráfico de drogas, em análise às provas produzidas, verifica-se que não restou demonstrado, de forma convincente, a sua consumação, inclusive o próprio órgão acusador se manifestou pela desclassificação para o delito de posse de drogas para consumo pessoal.Com efeito, a abordagem ocorreu de forma ocasional, pelo simples fato do acusado avistar a patrulha policial e sair com sua motocicleta em outra direção, fazendo com que a polícia realizasse o acompanhamento e, logo em seguida, a abordagem.Ademais, nesta abordagem, constataram que o acusado estava não estava de posse de drogas. Não havia dinheiro, materiais para endolamento ou informações prévias de que o acusado realizava o transporte para terceiro ou a mercancia, sendo que a droga foi encontrada no estacionamento dos Irmãos Gonçalves após informações do CIOP. O policial ouvido em juízo relatou que o acusado alegou que iria transportar aquela substância entre locais distintos nesta capital, sendo que este fato não ficou devidamente comprovado em sede judicial. Então, o que se tem, é apenas a apreensão de uma pequena quantidade mas sem maiores indícios de que essa substância se destinava ao comércio. A quantidade de droga, por si só, no presente caso, não é suficiente para ensejar a condenação por tráfico, haja vista a inexistência de quaisquer outros elementos da traficância.O acusado até poderia ter a FINALIDADE de efetuar a venda da substância entorpecente apreendida ou, ainda, apenas realizar o transporte para terceiro, todavia, tratar-se-ia somente de uma presunção, pois não há elementos concretos aptos a confirmarem isso, de modo que, na dúvida, deve o réu ser beneficiado.Diante dos fatos narrados e do conjunto de provas apresentadas, verifico que não existem elementos concretos de que o acusado daria para a droga uma destinação diversa do consumo próprio, de modo que a conduta descrita na denúncia deve ser desclassificada para o porte de drogas para consumo pessoal.Outrossim, a respeito do crime de condução de veículo automotor sem habilitação, o acusado assumiu que não possuía o citado documento, bem como fugiu da viatura policial, todavia, o policial militar ressaltou que Luciano fugiu ao receber ordem de parada, conduzindo sua motocicleta causando perigos às demais pessoas na via e transeuntes. Inclusive o acusado ultrapassou sinais vermelhos durante sua fuga, bem como utilizou o estacionamento do supermercado como rota de fuga. Com efeito, sabe-se que o crime do art. 309, do CTB, exige, para sua ocorrência, a existência de um perigo de dano, de modo que haverá delito ao condutor inabilitado que conduz o veículo de maneira anormal, colocando em risco outros usuários da via, O perigo de dano não pode ser presumido, mas deve ser comprovado como ocrreu no presente caso. Não obstante, o próprio policial disse que a condução foi anormal, expondo a perigo as demais pessoas que frequentavam a via pública.Assim sendo, o acusado deve condenado nessa imputação, incluindo a agravante da falta da permissão ou inabilitação para dirigir nos termos do art. 298, III do CTB.Em relação ao crime de desobediência, o acusado também deve ser condenado nos termos do art. 330 do CP.Convém registrar que o depoimento do policial foi categórico e uníssono desde a fase policial, restando corroboradas em juízo as informações produzidas no inquérito, não havendo nada nos autos que desmereça suas declarações.Os agentes gozam de presunção de legitimidade, sendo pacífico o entendimento jurisprudencial sobre a validade e eficácia do depoimento prestado pelo policial, o qual deve ser tido por verdadeiro até prova em contrário, uma vez que sua condição funcional não o torna testemunha inidônea ou suspeita (STF - HC nº 73518/SP). É irresponsável a atitude do réu ao não parar com a ordem dos policias durante diligência para simples averiguação. Extrai-se, igualmente, da prova que os policiais militares agindo como agentes da lei, estavam realizando patrulhamento na localidade e em determinado momento avistaram o acusado e que este se portou de modo temerário perante os Policias. Deste modo, como base no art. 240 do CPP, efetuaram ordem de parada ao acusado, porém esse resolveu tentar fugir da abordagem, desrespeitando assim a ordem legal dos agentes. É indiscutível a existência de elementos concretos a desautorizar a abordagem e revista, não havendo indícios de ilicitude ou de qualquer arbitrariedade por parte do policias. Assim sendo, comprovada a materialidade e a autoria delitiva, a ação penal deve ser julgada parcialmente procedente nos termos das alegações finais.III – DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a pretensão punitiva deduzida na denúncia e, por consequência, DESCLASSIFICO a conduta inicialmente imputada ao denunciado LUCIANO FERREIRA DE ARAÚJO, já qualificado, adequando-a, formalmente, ao disposto no artigo 28 da Lei n.º 11.343/06, bem como o CONDENO na imputação de violação ao ano artigo 330 do Código Penal e artigo 311 c.c artigo 298, III, ambos do Código de Trânsito Brasileiro.Considerando que o artigo 28, da Lei n.º 11.343/06, não prevê pena privativa de liberdade e que o acusado foi solto na custódia, aplico-lhe a penalidade de 03 (três) meses de prestação de serviço à comunidade.Do artigo 330, do Código Penal:À vista das circunstâncias analisadas, em especial pelas consequências do crime, fixo a pena-base em 03 (três) meses de detenção.Na segunda fase, compenso a atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência genérica, mantendo a pena anteriormente dosada.Na terceira fase, não concorrem causas de diminuição ou aumento de pena, de modo que torno a pena-base em definitiva.Do artigo 311, do CTB:À vista das circunstâncias analisadas, em especial pelas consequências do crime, fixo a pena-base em 06 (seis) meses de detenção.Na segunda fase, compenso a atenuante da confissão espontânea com a agravante prevista no art. 298, III do CTB. Na terceira fase, não concorrem causas de diminuição ou aumento de pena, de modo que torno a pena-base em definitiva.Em sendo aplicável a regra do concurso material, prevista no artigo 69 do Código Penal, fica o réu condenado, definitivamente, a pena de 09 (nove) meses de detenção.No tocante à pena de detenção, com fundamento no artigo 33, § 2º, alínea "c", do CP, o réu deverá iniciar seu cumprimento em regime aberto. Considerando o disposto no artigo 44, do CP, defiro em favor do acusado a substituição desta pena de detenção por uma restritiva de direito, consistente na prestação de serviços à comunidade (art. 43, IV c/c 46) pelo tempo da condenação, cujas condições serão fixadas oportunamente pelo juízo da execução na audiência admonitória, devendo ser somada àquela penalidade imposta em razão da condenação pelo crime do art. 28, da Lei de Drogas. Considerando a pena aplicada revogo as cautelares fixada na sua soltura. Determino a incineração da droga.Isento das custas. Certificado o trânsito em julgado desta DECISÃO ou do eventual recurso que a confirme, promovam-se as anotações e comunicações de praxe, inclusive ao eg. TRE-RO, arquivando-se os autos oportunamente. Porto Velho-RO, quinta-feira, 2 de maio de 2019. Glodner Luiz Pauletto Juiz de Direito

Proc.: 0001978-14.2019.8.22.0501
Ação:Inquérito Policial (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Indiciado:Fabiano Marques Alves
Advogado:Clemildo Espiridião de Jesus (OAB/RO 1576)
DESPACHO:
Advogado: Clemildo Espiridião de Jesus OAB/RO 1576V i s t o s,Recebo a defesa preliminar de folhas 71/77. Examinando os autos observo que a denúncia preenche os requisitos previstos no artigo 41, do Código de Processo Penal, e vem instruída com inquérito policial, no qual consta lastro probatório suficiente para deflagração de ação penal, pelo (s) crime (s) imputado (s).Não verifico, prima facie, alguma das hipóteses previstas no artigo 395, do Código de Processo Penal.Por isso, recebo a denúncia. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 06 de junho de 2019, às 09hs30min. Quanto ao pedido de revogação da prisão preventiva do acusado, verifico que foi recentemente analisado nos autos n. 0002542-90.2019.822.0501, não havendo motivos para rever a DECISÃO proferida.Cite (m)-se/Intimem-se MP, defensor/a (s), testemunha (s) e ré/u (s). Requisite (m)-se. Porto Velho-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.Glodner Luiz Pauletto Juiz de Direito

Proc.: 0001777-22.2019.8.22.0501
Ação:Inquérito Policial (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Indiciado:Júlio Sérgio Lopes, Eduardo Rosas Marinho Gama, Adriano Mendes de Lima
Advogado:Tiago Victor Nascimento da Silva (OAB/RO 7914)
DESPACHO:
Advogados: Tiago Victor Nascimento da Silva OAB/RO 7914; Cíntia Venancio Marcolan OAB/RO 9682V i s t o s,Recebo as defesas preliminares de folhas 118/125, 146, 148 e 150. No entanto, considerando à intempestividade da defesa de Júlio, indefiro o rol de testemunhas apresentado às fls. 147.Examinando os autos observo que a denúncia preenche os requisitos previstos no artigo 41, do Código de Processo Penal, e vem instruída com inquérito policial, no qual consta lastro probatório suficiente para deflagração de ação penal, pelos crimes imputados.Não verifico, prima facie, alguma das hipóteses previstas no artigo 395, do Código de Processo Penal.Assim, recebo a denúncia.Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 30 de maio de 2019, às 10hs40min. Quanto ao pedido da defesa de Adriano, no que se refere a realização de exame toxicológico no acusado, não verifico necessária a realização da mencionada diligência, uma vez que mesmo que o exame resulte positivo, o fato de o acusado alegar ser usuário de drogas não o exime da condição de traficante, pois é comum a concomitância da condição de usuário e traficante, até mesmo para alimentar o próprio vício.Em consequência não deve ser reconhecida a tese de desclassificação para o delito de posse para uso de droga, isso porque o momento processual não é adequado para a discussão do MÉRITO, uma vez que tais questões deverão ser apreciadas no julgamento de MÉRITO da ação penal, após a regular instrução processual, assegurando-se todas as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa. Por fim, registro que a internação para tratamento de dependência química é ato voluntário do próprio usuário e pode, ainda, ser requerido pela família do mesmo. Nessa esteira, não verifico nos autos nenhum documento que demonstre que o acusado tenha procurado tratamento para dependência química antes dos fatos descritos na exordial, fato este que vem a sustentar o indeferimento do requerimento da defesa. Verifico que não consta nos autos procuração da advogada Cíntia Venancio Marcolan OAB/RO 9682, apesar de ter apresentado defesa preliminar em relação aos três acusados. Sendo assim, defiro o prazo de 5 dias para a juntada. Cite (m)-se/Intimem-se MP, defensor/a (s), testemunha (s) e ré/u (s). Requisite (m)-se. Porto Velho-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.Glodner Luiz Pauletto Juiz de Direito

Proc.: 0001391-89.2019.8.22.0501
Ação:Inquérito Policial (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Indiciado:Renato Vinicius da Silva, Wendell Deyvile da Silva
Advogado:Laed Alvares Silva (OAB/RO 263A)DESPACHO:
Advogado: Laed Álvares Silva OAB/RO 263-AV i s t o s,Recebo as defesas preliminares de folhas 55/57 e 60/63.Em relação ao pedido de dilação de prazo para apresentação da defesa preliminar de fls. 58, sob o argumento de que durante o prazo comum os autos estavam em carga para a Defensoria Pública, defiro o requerimento e consequentemente, a oitiva das testemunhas arroladas às fls. 62.Examinando os autos observo que a denúncia preenche os requisitos previstos no artigo 41, do Código de Processo Penal, e vem instruída com inquérito policial, no qual consta lastro probatório suficiente para deflagração de ação penal, pelo (s) crime (s) imputado (s).Não verifico, prima facie, alguma das hipóteses previstas no artigo 395, do Código de Processo Penal.Por isso, recebo a denúncia. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 05 de junho de 2019, às 09hs15min.Quanto ao requerimento da defesa de Wendell, de que seja realizada perícia na balança apreendida para atestar sua eficiência e utilização, verifico que tal exame já foi realizado, tendo como resultado preliminar às fls. 18 “01 (uma) balança digital portátil, de cor cinza-prateada, com inscrição ‘made in China’, em perfeito funcionamento, portando duas pilhas, sem resquícios de substância entorpecente”. Com a vinda do Laudo Definitivo, este resultado poderá ser confirmado. Requisite-se o Laudo Toxicológico Definitivo. Cite (m)-se/Intimem-se MP, defensor/a (s), testemunha (s) e ré/u (s). Requisite (m)-se. Porto Velho-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.Glodner Luiz Pauletto Juiz de Direito

Proc.: 0005338-54.2019.8.22.0501
Ação:Liberdade Provisória com ou sem fiança (Criminal)
Requerente:Bruno Henrique Barros Soares
Advogado:Jussara dos Santos Ramos (OAB/RO 6758)
DECISÃO:
Advogada: Jussara dos Santos Ramos (OAB/RO 6758)Vistos. BRUNO HENRIQUE BARROS SOARES, qualificado nos autos, por meio de advogada, requer a revogação da sua prisão preventiva.O Ministério Público se manifestou pelo não conhecimento.É o relatório. Decido.Compulsando os autos principais, verifico que o requerente fora condenado, no dia 08 de abril de 2019, pela prática do crime de tráfico de drogas, sendo-lhe aplicada uma pena final de 05 anos e 09 meses de reclusão, no regime fechado, inclusive, na ocasião, foi-lhe negada a possibilidade de recorrer em liberdade. Dessa forma, com a prolação da SENTENÇA, este juízo encerrou sua atividade jurisdicional a respeito da matéria e o pleito perdeu o seu objeto, muito pela ausência de modificação de fato ou de direito apta a ensejar nova análise.Assim, não conheço do pedido formulado.Intime-se. Após as providências de praxe, arquive-se o presente processo.Porto Velho-RO, quinta-feira, 2 de maio de 2019.Glodner Luiz Pauletto Juiz de Direito

Proc.: 0005362-82.2019.8.22.0501
Ação:Liberdade Provisória com ou sem fiança (Criminal)
Requerente:Nubia Pereira do Nascimento
Advogado:Dener Duarte Oliveira (OAB/RO 6698)
DECISÃO:
Advogado: Dener Duarte - OAB/RO 6698 Vistos.NUBIA PEREIRA DO NASCIMENTO, qualificado nos autos, por meio de advogado, requer a revogação da sua prisão preventiva.O Ministério Público se manifestou pelo deferimentoÉ o relatório. Decido.Compulsando os autos principais (0005846-97.2019.822.0501) verifica-se que a requerente foi solta na audiência de custódia em 25 de abril de 2019 mediante o cumprimento de cautelares diversas da prisão.

Dessa forma, com a prolação da liberdade provisória nos autos principais, este juízo encerrou sua atividade jurisdicional a respeito da matéria e o pleito perdeu o seu objeto.Assim, não conheço do pedido formulado.Intime-se. Após as providências de praxe, arquive-se o presente processo.Porto Velho-RO, quinta-feira, 2 de maio de 2019.Glodner Luiz Pauletto Juiz de Direito

Proc.: 0001266-24.2019.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Rafael Tavares da Silva, Israel Tavares Alves
Advogado:Ana Paula Luna Novais ( )DESPACHO:
Advogada: Ana Paula Luna Novais OAB/RO 8507; Edson Luiz de Arruda OAB/RO 9142Vistos, A defesa dos acusados pugnou pela rejeição da denúncia por falta de pressuposto processual para o exercício da ação penal, uma vez que não há provas de que os acusados tenham praticado os crimes imputados na exordial. No entanto, a denúncia já foi recebida e não vislumbro na(s) resposta(s) do(s) acusado(s) alguma das hipóteses do artigo 397, do Código de Processo Penal.O recebimento da denúncia pressupõe a presença dos requisitos do artigo 41, do Código de Processo Penal, e a existência de lastro probatório suficiente (justa causa) para deflagração de ação penal pelo(s) delito(s) imputado(s).Sendo assim, declaro saneado o processo e designo audiência de instrução e julgamento para o dia 30 de maio de 2019, às 09h20min.Intime(m)-se.Requisite(m)-se e/ou depreque (m)-se, se for o caso.Diligencie-se, pelo necessário.Porto Velho-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.Glodner Luiz Pauletto Juiz de Direito

Proc.: 0005350-68.2019.8.22.0501
Ação:Liberdade Provisória com ou sem fiança (Criminal)
Requerente:Vanderléia Moreira de Sá
Advogado:Noé de Jesus Lima (OAB/RO 9407)
DECISÃO:
Advogado: Noe de Jesus Lima OAB/RO 9407Vistos.VANDERLEIA MOREIRA DE SA, qualificado nos autos, por meio de advogado, requer a revogação da sua prisão preventiva.O Ministério Público se manifestou pelo não conhecimento.É o relatório. Decido. Compulsando os autos principais (0005492-72.2019.822.0501) verifica-se que a requerente teve a concessão da prisão domiciliar com monitoramento eletrônico.Dessa forma, com a prolação da prisão domiciliar nos autos principais, este juízo encerrou sua atividade jurisdicional a respeito da matéria e o pleito perdeu o seu objeto.Assim, não conheço do pedido formulado.Intime-se. Após as providências de praxe, arquive-se o presente processo.Porto Velho-RO, quinta-feira, 2 de maio de 2019.Glodner Luiz Pauletto Juiz de Direito

Proc.: 0005371-44.2019.8.22.0501
Ação:Liberdade Provisória com ou sem fiança (Criminal)
Requerente:Linda Inês Lurisi Silva
Advogado:Gabriel Martins Monteiro (OAB RO 9839), Elvis Alves dos Santos (RO 9895)
DECISÃO:
Advogado: Gabriel Martins Monteiro - OAB/RO 9839Advogado ÉLvis Alves dos Santos OAB/RO 9895Vistos.LINDA INÊS LURISI SILVA, qualificado nos autos, por meio de advogados, requer a revogação da sua prisão preventiva.O Ministério Público se manifestou pelo deferimento.É o relatório. Decido.Compulsando os autos principais (0005852-07.2019.822.0501) verifica-se que a requerente foi solta na audiência de custódia em 25 de abril de 2019 mediante o cumprimento de cautelares diversas da prisão.Dessa forma, com a prolação da liberdade provisória nos autos principais, este juízo encerrou sua atividade jurisdicional a respeito da matéria e o pleito perdeu o seu objeto.Assim, não conheço do pedido formulado. Intime-se. Após as providências de praxe, arquive-se o presente processo.Porto Velho-RO, quinta-feira, 2 de maio de 2019.Glodner Luiz Pauletto Juiz de Direito

Proc.: 0005372-29.2019.8.22.0501
Ação:Liberdade Provisória com ou sem fiança (Criminal)
Requerente:Francilane Martins Resky
Advogado:Gabriel Martins Monteiro (OAB RO 9839), Elvis Alves dos Santos (RO 9895)
DECISÃO:
Advogado: Élvis Alves dos Santos OAB/RO 9895Advogado: Gabriel Martins Monteiro OAB/RO 9839Vistos.FRANCILANE MARTINS RESKY, qualificado nos autos, por meio de advogado, requer a revogação da sua prisão preventiva.O Ministério Público se manifestou pelo deferimentoÉ o relatório. Decido.Compulsando os autos principais (0005855-59.2019.822.0501) verifica-se que a requerente foi solta na audiência de custódia em 25 de abril de 2019 mediante o cumprimento de cautelares diversas da prisão. Dessa forma, com a prolação da liberdade provisória nos autos principais, este juízo encerrou sua atividade jurisdicional a respeito da matéria e o pleito perdeu o seu objeto.Assim, não conheço do pedido formulado.Intime-se. Após as providências de praxe, arquive-se o presente processo.Porto Velho-RO, quinta-feira, 2 de maio de 2019.Glodner Luiz Pauletto Juiz de Direito

Proc.: 0014723-60.2018.8.22.0501
Ação:Procedimento Especial da Lei Antitóxicos (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Clindelena Bastos de Assis, Jeneide Palheta Macedo
Advogado:RODRIGO FERREIRA BATISTA (OAB/RO 2840)
SENTENÇA:
Defensoria PúblicaAdvogado(s): Rodrigo Ferreira Batista OAB/RO 2840; Janus Pantoja OAB/RO 1339; O Ministério Público do Estado de Rondônia ofereceu denúncia em desfavor de CLINDELENA BASTOS DE ASSIS e JENEIDE PALHETA MACEDO, qualificadas nos autos, imputando-lhes a conduta que, em tese, teria violado o disposto no artigo 33, caput, da Lei n.º 11.343/06.I RelatórioI.1 Síntese da acusação:Consta na denúncia que, no dia 16 de novembro de 2018, durante a manhã, em frente ao “Supermercado Volfe”, no distrito de Jaci-Paraná, nesta comarca, as denunciadas, agindo em concurso e unidas com o mesmo propósito, traziam consigo, sem autorização, em desacordo com determinação legal e com a FINALIDADE de comércio, 02 (duas) porções do tipo cocaína, pesando cerca de 169,20 g (cento e sessenta e nove gramas e vinte centigramas). I.2 Principais ocorrências no processo:Presas em flagrante delito no dia dos fatos, as acusadas foram soltas na audiência de custódia, mediante o cumprimento de medidas cautelares diversas da prisão. Oferecida a denúncia pelo Ministério Público, as acusadas foram notificadas e apresentaram defesa preliminar. A denúncia, por preencher os requisitos legais, foi recebida em 15.03.2019. As rés foram devidamente citadas. Iniciada a instrução, foi ouvida uma testemunha e interrogadas os rés.Encerrada a fase de coleta de provas, o Ministério Público ofereceu suas alegações finais, oportunidade em que requereu a procedência parcial da denúncia, com a condenação de Clindilena Bastos de Assis pela prática do crime de tráfico de drogas e a absolvição de Jeneide Palheta Macedo por ausência de provas. A defesa de Clindelena Bastos de Assis requereu a sua absolvição, nos termos do artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. Subsidiariamente, pugnou pela desclassificação do crime de tráfico de drogas para a conduta tipificada no artigo 28 da Lei n. 11.343/2006. Em caso de condenação pelo crime de tráfico, pediu a fixação da pena mínima, bem como a concessão da causa especial de diminuição de pena prevista no artigo 33, §4º da Lei de drogas. A defesa de Jeneide Palheta Macedo requereu a absolvição da acusada, com fundamento no termos do artigo 386, inciso V, do CPP. É o relatório. Decido. II FundamentaçãoAnte a ausência de questões prejudiciais ou preliminares, passo direto ao exame do MÉRITO.A materialidade do delito está comprovada no Auto de Apresentação e Apreensão (f. 34/35) e no Exame Químico Toxicológico Definitivo (f. 88), o qual atestou que a substância apreendida tratava-se de COCAÍNA, pesando 164,57 gramas, cujo uso é proscrito.Relativamente à autoria, cumpre analisar a conduta

praticada.Interrogada na fase judicial, a ré Clindelena Bastos de Assis negou a propriedade da droga, aduzindo que pertencia à corré Jeneide. No entanto, esclareceu que usariam a cocaína juntas. Ressaltou que, no momento da abordagem, os entorpecentes estavam na posse de Jeneide. Questionada sobre a balança de precisão, a acusada negou que fosse sua. Informou que trabalhava como garota de programa e que recebia cerca de R$ 120,00 (cento e vinte reais) por programa. Ressaltou que é comum os usuários compartilharem drogas com outros usuários na região dos fatos. A ré Jeneide Palheta Macedo, por sua vez, atribuiu a propriedade de droga à corré Clindelena. Declarou que não usa e nem vende entorpecentes. Negou que fornecesse drogas para a corré. Disse que é aposentada e recebe um salário-mínimo por mês. Esclareceu que, no momemo da abordagem, estava conversando com Clindelena perto do mercado, ocasião em a polícia encontrou a cocaína com esta. Disse que a corré tem um bar localizado no Distrito de Jaci-Paraná. Acerca dos fatos, a policial militar Vanessa Santos Araújo Bandeira relatou em seu depoimento judicial que, no dia dos fatos, recebeu informações de que Jeneide repassaria certa quantidade de drogas para Clindelena na frente de um supermercado, razão peal qual foram realizadas diligência no local indicado, oportunidade em que Clindelena e Jeneide foram identificadas e abordadas. Disse que, no momento da abordagem, Clindelena, ao perceber a presença policial, tentou se desfazer da droga. A testemunha destacou que Clindelena é conhecida na região por envolvimento com o tráfico de drogas, uma vez no bar dela funciona uma boca de fumo. Com relação a corré Jeneide, informou que não tinha conhecimento de que esta fosse envolvida com substâncias entorpecentes. Segundo a testemunha, após a abordagem e a apreensão da droga, foram realizadas buscas no bar e na residência de Clindelena, oportunidade em que foram encontrados diversos objetos de origem duvidosa e uma balança de precisão. Portanto, em que pese os argumentos expostos pela acusada Clindelena, a autoria do delito é certa e recai sobre ela, pois as provas e as circunstâncias do fato confirmam a prática criminosa.De início, ressalto que o depoimento da policial é categórico e corrobora em juízo todas as informações produzidas fase policial, não havendo nada nos autos a fim de desmerecer suas declarações. Ademais, os agentes gozam de presunção de legitimidade, sendo pacífico o entendimento jurisprudencial sobre a validade e eficácia do depoimento prestado pelo policial, o qual deve ser tido por verdadeiro até prova em contrário, uma vez que sua condição funcional não o torna testemunha inidônea ou suspeita (STF - HC nº 73518/SP). Importante destacar que a abordagem não ocorreu de forma ocasional, uma vez que já havia informações de que Jeneide repassaria cerca quantidade de drogas para Clindelena, sendo que, durante diligências no local indicado, ambas foram abordadas e encontrada a droga na posse de Clindelena, a qual, segundo a testemunha policial, era proprietária de um bar onde funcionava uma boca de fumo. Não bastasse, foram apreendidos diversos objetos de origem duvidosa e balança de precisão no interior da residência e do bar de Clindelena. Ademais, a acusada quer fazer crer que toda a droga destinava-se ao seu consumo, no entanto, a quantidade de cocaína apreendida é incompatível com tal alegação, considerando que foram apreendidos mais de 160 g de cocaína. Dessa forma, conclui-se que as provas dos autos são suficientes para condenar Clindelena Bastos de Assis pelo crime de tráfico de drogas.De outro lado, em relação à ré Jeneide Palheta Macedo, entendo que as provas produzidas não foram suficientes para confirmarem sua participação no crime praticado por Clindelena.Como visto, a abordagem se deu em razão do recebimento de informações que indicavam que Jeneide entregaria certa quantidade de drogas para Clindelena na frente de um supermercado localizado no Distrito de Jaci-Paraná, sendo que, em seguida, os policiais lograram êxito em abordar ambas no local indicado, ocasião em que a droga foi encontrada na posse de Clindelena. Cabe destacar que, segundo a testemunha, não havia informações anteriores acerca do envolvimento de Jeneide com o tráfico de drogas, ao contrário de Clindelene, que era proprietária de um bar em que funcionava uma boca de fumo. Ademais, em que pese as informações recedidas no dia dos fatos sobre a negociação que ocorreria entre as acusadas, fato é que toda a droga foi apreendida na posse de Clindelena e, a testemunha ouvida em juízo, declarou não ter visto Jeneide repassando nada para Clindelena. Importante destacar que foram realizadas buscas na residência de Jeneide e nada de ilícito foi encontrado. Dessa forma, não desconheço os fortes indícios de que Jeneide tenha envolvimento com a droga apreendida na posse de Clindelena, uma vez as informações recebidas indicavam que Jeneide faria uma entrega para Clindelena no local exato local em que foram abordadas. No entanto, as provas produzidas em juízo não foram capazes de comprovar, de forma segura, o envolvimento da ré com a cocaína apreendida na posse de Clindelena. Portanto, entendo que as provas existentes nos autos não foram suficientes para fundamentar uma DECISÃO condenatória, pois o contexto fático faz surgir, em favor de Jeneide Palheta, dúvida razoável. Nos dizeres de Gustavo Badaró, em sua obra Ônus da prova no processo penal (2003), para a imposição de uma SENTENÇA condenatória, é necessário provar, eliminando qualquer dúvida razoável, o contrário do que é garantido pela presunção de inocência, impondo a necessidade da certeza. Nesse sentido já decidiu o TJRO:"Apelação criminal. Receptação. Autoria. Insuficiência de provas. In dubio pro reo. Absolvição. Possibilidade. Se os indícios circunstanciais não forem corroborados na instrução do feito e persistir dúvida razoável quanto à participação do réu nos delitos, a absolvição é medida que se impõe, em observância ao princípio in dubio pro reo."(Ap. Crim. n.º: 0004651-22.2015.8.22.0015, j. em 10.08.2017) grifei. Diante dos fatos narrados e do conjunto de informações apresentadas, a CONCLUSÃO é pela absolvição de Jeneide Palheta. III DISPOSITIVO Diante do que foi exposto, julgo parcialmente procedente o pedido condenatório formulado na denúncia e, por consequência, CONDENO CLINDELENA BASTOS DE ASSIS, já qualificada, como incursa nas penas dos artigos 33, caput, da Lei n.º 11.343/06, e ABSOLVO JENEIDE PALHETA MACEDO da imputação de violação aos artigos 33, caput, da Lei n.º 11.343/06, nos termos do artigo 386, inciso VII, do CPP. Passo a dosar as penas.A ré CLINDELENA BASTOS DE ASSIS tem 49 anos e não registra antecedentes criminais.Considerando as circunstâncias judiciais ditadas pelo artigo 59 e 68 do Código Penal c/c artigo 42, da Lei n.º 11.343/06, atendendo à culpabilidade (agiu com plena consciência da ilicitude do seu ato e dos malefícios que a droga dissemina na sociedade); antecedentes (não há registro); à conduta social (a acusada não comprovou trabalho lícito); aos motivos (ditados pela ganância de obter lucro fácil e imediato, e considerando as peculiaridades do caso concreto, entendo que os motivos são inerentes ao crime, conforme já decidiu o STF ao julgar o HC n º 107.532 - lucro fácil); às circunstâncias (inerentes ao tipo); personalidade (escolheu sobreviver do ilícito, pouco se importando para os malefícios que sua conduta produziria em detrimento da saúde pública, em especial aos jovens que são tragados ao nefasto vício, por ações de traficantes de varejo como no caso em exame); consequências do crime (remontam às circunstâncias do tipo, através da disseminação de droga na sociedade. Conforme já decidiu o STF ao julgar o HC nº 107.605, o efeito disruptivo e desagregador da prática do tráfico de drogas, este associado a um mundo de violência, desespero e morte para as suas vítimas e para as comunidades afetadas, justifica tratamento jurídico mais rigoroso em relação aos agentes por eles responsáveis); comportamento da vítima (a vítima e a própria sociedade, para o crime de tráfico de modo geral, não incentivou nem contribuiu para a prática do crime, contrariamente, exige pronta e exemplar punição). Assim, fixo a pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão e pagamento de 500 (quinhentos) dias-multa, no valor dia de 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época dos fatos.Na segunda fase, não há circunstâncias atenuante e agravantes a serem consideradas.Na terceira fase, considerando que a ré é primária e não consta que se dedique a atividades criminosas, nem integre organização criminosa, nos termos do § 4º do art. 33, da Lei 11.343/06, reduzo

a pena em 1/5 (um quinto), sendo tal patamar suficiente em razão das circunstâncias em que ocorreram os fatos, em especial pela quantidade elevada de entorpecente (cerca de 164 gramas de cocaína) aliada à apreensão de uma balança de precisão, de modo que torno a pena em 04 (quatro) anos de reclusão e pagamento de 400 dias-multa.Ressalte-se que a aferição deste quantum é de livre convencimento do juízo, desde que fundamentado, conforme o caso em espécie. Neste sentido é o Informativo 703 do STF:"(...) 1. Pedido de aplicação da causa especial de diminuição de pena previsto no art. 33, §4º, da Lei 11.343/06, no patamar máximo (2/3). 2. Compete ao Juízo de origem, dentro do seu livre convencimento e segundo as peculiaridades do caso, aplicar, de forma suficientemente motivada, redução da pena de 1/6 a 2/3". (HC 108.388-SP. Rel. Min. Gilmar Mendes).Assim, ante a ausência de outras causas modificadoras, torno a pena definitiva em 04 (quatro) anos de reclusão, além do pagamento de 400 dias-multa. IV Considerações FinaisEm consonância com o disposto pelo artigo 33, § 2º, alínea "c", do Código Penal, a sentenciada deverá iniciar o cumprimento de sua pena de reclusão em regime aberto. Considerando o disposto na Resolução n.º 05 de 2012, do Senado Federal, de 15/02/2012 e artigo 44, do Código Penal, e ainda, as razões expostas quando do reconhecimento em favor do réu da circunstância legal específica prevista no art. 33, §4º da Lei n. 11.343/06, defiro a substituição da pena privativa de liberdade por duas restritivas de direitos, consistente a primeira na prestação de serviços à comunidade (art. 43, IV c/c 46) pelo tempo da condenação e a segunda na interdição temporária de direitos (arts. 43, V c/c 47 do CP), pelo mesmo período, cujas condições gerais serão oportunamente fixadas na audiência admonitória.Considerando a pena aplicada, revogo as medidas cautelares diversas da prisão impostas às rés na audiência de custódia. Determino a incineração da droga e dos apetrechos.Considerando a absolvição de Jeneide Palheta Macedo, determino a restituição do aparelho celular e dos valores apreendidos na sua posse, conforme descrito no auto de apresentação e apreensão de folhas 34/35. Por outro lado, nos termos do art. 5º, XLV, XLVI, b, e parágrafo único, do art. 243, ambos da CF, c.c. art. 63, da Lei 11.343/06, decreto a perda dos valores e bens apreendido na posse de Clindelena Bastos de Assis, em favor do Estado para aplicação nos trabalhos voltados à prevenção do uso indevido, na atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas. A destinação específica será feita oportunamente.Isento de custas.Certificado o trânsito em julgado desta DECISÃO ou do eventual recurso que a confirme, promovam-se as anotações e comunicações de praxe, inclusive ao eg. TRE-RO, arquivando-se os autos oportunamente. Porto Velho-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.Glodner Luiz Pauletto Juiz de Direito

Proc.: 0017285-42.2018.8.22.0501
Ação:Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Leomar Jose Trigo Junior, Gilberto Oliveira Ribeiro
DECISÃO:
Advogado: Alexandre Barneze (OAB/RO 2660)Vistos.GILBERTO OLIVEIRA RIBEIRO, qualificado nos autos, por meio de advogado constituído, requer a revogação de sua prisão preventiva, alegando excesso de prazo. O Ministério Público manifestou-se pelo indeferimento do pedido.É o relatório. Passo a decidir.Em que pese a argumentação da defesa, entendo, todavia, que não há motivos para rever a DECISÃO que converteu a prisão em flagrante em preventiva.Compulsando os autos, verifica-se que o acusado foi preso em flagrante, no dia 09 de dezembro de 2018, no posto da PRF Km 806, nesta Comarca, por ter praticado, em tese, o crime de tráfico interestadual de drogas, com auxílio do corréu Leomar José Trigo Junior.Posteriormente, o MP ofereceu denúncia, as defesas apresentaram resposta à acusação e, na sequência, a inicial foi recebida no dia 05 de abril de 2019, oportunidade em que foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 30 do mesmo mês.Iniciada a fase probatória, os acusados foram devidamente interrogados. Todavia, as testemunhas de acusação e defesa, por estarem em outras Comarcas, ainda não foram ouvidas, pois foi necessária a expedição Carta Precatória para sua inquirição. Então, a alegação defensiva de excesso de prazo não encontra respaldo.Com efeito, excesso de prazo não é situação que se resume a uma verificação meramente cronológica, isto é, de tempo decorrido. Pelo contrário. Havendo aspectos capazes de conduzir a uma tramitação processual menos célere do que a habitual, estes devem ser considerados na determinação do excesso.Em outras palavras, os prazos processuais não são rígidos, podendo a complexidade e as peculiaridades do caso concreto justificar eventual necessidade de prazos maiores para o deslinde do feito. No presente caso, como visto, há diligências necessárias a serem feitas e que, por si só, não são suficientes a evidenciar excesso de prazo e se mostrar apto a configurar um constrangimento ilegal.Além disso, a quantidade de droga apreendida na posse dos acusados é vultosa, cerca de 89 kg de cocaína, razão pela qual a custódia cautelar encontra-se justificada na garantia da ordem pública, bem como constitui indicativo de gravidade concreta, de sorte que as medidas cautelares alternativas à prisão também não se mostram suficientes e adequadas.Observa-se, portanto, que a presença do fumus comissi delicti e do periculum libertatis está evidenciada, de modo que a prisão cautelar do acusado se faz necessária pelos fundamentos expostos.Isso posto, por efeito da imprescindibilidade da prisão preventiva, eis que se revela como a medida mais eficaz para o fim de resguardar a ordem pública, mantenho a DECISÃO que decretou a prisão preventiva, e, por consequência lógica, INDEFIRO o pedido formulado por GILBERTO OLIVEIRA RIBEIRO. Intime-se. E após o trânsito em julgado da DECISÃO, arquivem-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 2 de maio de 2019.Glodner Luiz Pauletto Juiz de Direito

Proc.: 0001141-56.2019.8.22.0501
Ação:Inquérito Policial (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Indiciado:Talisson Borges de Araujo, Ubiracy Alves de Lima
Advogado:Waldecir Brito da Silva (OAB/RO 6015)DESPACHO:
Advogado: Waldecir Brito da Silva OAB/RO 6015V i s t o s,Recebo as defesas preliminares de folhas 80/84 e 89/91. No entanto, considerando à intempestividade da defesa de Talisson, indefiro o rol de testemunhas apresentado às fls. 84.Examinando os autos observo que a denúncia preenche os requisitos previstos no artigo 41, do Código de Processo Penal, e vem instruída com inquérito policial, no qual consta lastro probatório suficiente para deflagração de ação penal, pelos crimes imputados.Não verifico, prima facie, alguma das hipóteses previstas no artigo 395, do Código de Processo Penal.Assim, recebo a denúncia. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 04 de junho de 2019, às 10hs45min. Quanto ao pedido da defesa de Talisson, no que se refere a realização de exame toxicológico para comprovação da dependência química do acusado, não verifico necessária a realização da mencionada diligência, uma vez que mesmo que o exame resulte positivo, o fato de o acusado alegar ser usuário de drogas não o exime da condição de traficante, pois é comum a concomitância da condição de usuário e traficante, até mesmo para alimentar o próprio vício.Em consequência não deve ser reconhecida a tese de desclassificação para o delito de posse para uso de droga, isso porque o momento processual não é adequado para a discussão do MÉRITO, uma vez que tais questões deverão ser apreciadas no julgamento de MÉRITO da ação penal, após a regular instrução processual, assegurando-se todas as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa. Por fim, registro que a internação para tratamento de dependência química é ato voluntário do próprio usuário e pode, ainda, ser requerido pela família do mesmo. Nessa esteira, não verifico nos autos nenhum documento que demonstre que o acusado tenha procurado tratamento para dependência

química antes dos fatos descritos na exordial, fato este que vem a sustentar o indeferimento do requerimento da defesa. Cite (m)-se/ Intimem-se MP, defensor/a (s), testemunha (s) e ré/u (s). Requisite (m)-se. Porto Velho-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.Glodner Luiz Pauletto Juiz de Direito
Alexandre Marcel Silva

Escrivã Judicial

VARA DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER

Cartório do 2º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher

EXPEDIENTE DO DIA 02/05/2019
Proc.: 1002299-03.2017.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:M. P. do E. de R.
Denunciado:C. da S. G.
Advogado: Rudgélio Antônio Van Horn Avila, OAB/RO 6664
FINALIDADE: INTIMAR o advogado acima nominado do DESPACHO prolatado nos autos conforme transcrito.
"Considerando a petição de fls. 93, a qual o patrono do réu renuncia aos poderes concedidos, nomeio a Defensoria Pública para atuar no presente ato. Ainda, diante da ausência do réu à presente audiência, em que pese devidamente intimado (fls. 86v), decreto-lhe a revelia, nos termos do artigo 367 do CPP. Ainda, designo nova audiência para o dia 12/06/2019 às 08h45min. Intime-se o advogado via DJE para que comprove se procedeu à prévia noticiação do réu quanto à renúncia aos poderes que lhe foram concedidos".
Porto Velho/RO, 02 de maio de 2019
Muzamar Maria Rodrigues Soares
Diretora de Cartório

EXPEDIENTE 11/01/2019
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
Prazo: 10 (dez) dias
Proc.: 1006614-74.2017.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:M. P. do E. de R.
Vítima: E. G. da S.
Denunciado: Alexandre dos Santos, brasileiro, nascido aos 16/06/1995, em Monte Negro/RO, filho de Lizete Souza dos Santos e Nemias Pereira dos Santos, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: INTIMAR as partes supra citadas da SENTENÇA prolatada aos 12/04/2019, a qual transcreve-se abaixo:
SENTENÇA:
DO DISPOSITIVO ISSO POSTO, e considerando tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão punitiva estatal aduzida na denúncia, ABSOLVENDO o acusado ALEXANDRE DOS SANTOS, já qualificado nos autos, com base no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.Julgo, ainda, IMPROCEDENTE o pedido de danos morais expresso na denúncia para que fosse imposta ao acusado uma indenização mínima pelos danos morais suportados com as supostas práticas criminosas.Transitada em julgado, expeça-se o que necessário se fizer, com as comunicações de estilo, arquivando-se ao final. Sem custas. Caso as partes não seja localizadas, desde já, determino sua intimação por edital, com prazo de 10 (dez) dias. P. R. I. Porto Velho-RO, sexta-feira, 12 de abril de 2019.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito.
Porto Velho/RO, 11 de Janeiro de 2019
Muzamar Maria Rodrigues Soares
Diretora de Cartório
Certifico e dou fé que a SENTENÇA de fls. 73/75 foi disponibilizado(a) no DJ Nº 81 de 03/05/2019, considerando-se como data de publicação o dia 06/05/2019, primeiro dia útil posterior à disponibilização, iniciando-se a contagem do prazo processual em 07/05/2019, primeiro dia útil seguinte à data considerada de publicação (artigo 4º, §§ 3º e 4º, da Lei n. 11.419/2006, c/c art. 6º, caput e § 1º, da Resolução n. 007/2007-PR-TJRO).

EXPEDIENTE 04/05/2019
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
Prazo: 10 (dez) dias
Proc.: 0019082-92.2014.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:M. P. do E. de R.
Vítima: L. B.C. C. M.
Denunciado: Daniel Moreira de Moraes, brasileiro, casado, serralheiro, nascido aos 31/07/1990, natural de Ipixuna/AM, filho de Virgíno de Moraes e Marnice Moreira de Moraes, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: INTIMAR as partes supra citadas da SENTENÇA prolatada aos 05/10/2018, a qual transcreve-se abaixo:
SENTENÇA:
DO DISPOSITIVO ISSO POSTO, e considerando tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão punitiva estatal aduzida na denúncia, ABSOLVENDO o acusado DANIEL MOREIRA DE MORAES, já qualificado, com base no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.Julgo, ainda, IMPROCEDENTE o pedido de danos morais expresso na denúncia para que fosse imposta ao acusado uma indenização mínima pelos danos morais suportados com as supostas práticas criminosas. Transitada em julgado, expeça-se o que necessário se fizer, com as comunicações de estilo, arquivando-se ao final. Sem custas. Caso as partes não seja localizadas, desde já, determino sua intimação por edital, com prazo de 10 (dez) dias. P. R. I. Porto Velho-RO, sexta-feira, 12 de abril de 2019.Áureo Virgílio Queiroz-Juiz de Direito.
Porto Velho/RO, 02 de Maio de 2019
Muzamar Maria Rodrigues Soares
Diretora de Cartório
Certifico e dou fé que a SENTENÇA de fls. 105/107 foi disponibilizado(a) no DJ Nº 81 de 03/05/2019, considerando-se como data de publicação o dia 06/05/2019, primeiro dia útil posterior à disponibilização, iniciando-se a contagem do prazo processual em 07/05/2019, primeiro dia útil seguinte à data considerada de publicação (artigo 4º, §§ 3º e 4º, da Lei n. 11.419/2006, c/c art. 6º, caput e § 1º, da Resolução n. 007/2007-PR-TJRO).

EXPEDIENTE 11/01/2019
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
Prazo: 10 (dez) dias
Proc.: 1005134-61.2017.8.22.0501
Ação:Inquérito Policial (Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Vítima: G. A. P
Denunciado: Fernando Diniz, brasileiro, servente de pedreiro, nascido em 24/08/1991, em Palmeirândia/MA, filha de Maria da Luz Rodrigues Diniz, atualmente em lugar incerto e desconhecido.
SENTENÇA:
DO DISPOSITIVO ISSO POSTO, e considerando tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão punitiva estatal aduzida na denúncia, ABSOLVENDO o acusado FERNANDO DINIZ, já qualificado nos autos, com base no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.Julgo, ainda, IMPROCEDENTE o pedido de danos morais expresso na denúncia para que fosse imposta ao acusado uma indenização mínima pelos danos morais

suportados com as supostas práticas criminosas.Transitada em julgado, expeça-se o que necessário se fizer, com as comunicações de estilo, arquivando-se ao final. Sem custas. Caso as partes não seja localizadas, desde já, determino sua intimação por edital, com prazo de 10 (dez) dias. P. R. I. Porto Velho-RO, sexta-feira, 12 de abril de 2019.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito.
Porto Velho/RO, 02 de Maio de 2019
Muzamar Maria Rodrigues Soares
Diretora de Cartório
Certifico e dou fé que a SENTENÇA de fls. 82/84 foi disponibilizado(a) no DJ Nº 81 de 03/05/2019, considerando-se como data de publicação o dia 06/05/2019, primeiro dia útil posterior à disponibilização, iniciando-se a contagem do prazo processual em 07/05/2019, primeiro dia útil seguinte à data considerada de publicação (artigo 4º, §§ 3º e 4º, da Lei n. 11.419/2006, c/c art. 6º, caput e § 1º, da Resolução n. 007/2007-PR-TJRO).

Proc.: 0005131-55.2019.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:M. P. do E. de R.
Denunciado:V. F. da C.
Advogado: Clemilson Benarroque Garcia (OAB/RO 6420)
FINALIDADE: Intimar o Advogado supracitado da seguinte DECISÃO: Recebo a denúncia, pois não vislumbro nenhuma das hipóteses do art. 395 CPP.Cite-se o acusado para responder à acusação, por intermédio de advogado particular ou Defensor Público (art. 396-A do CPP), no prazo de 10 (dez) dias, podendo alegar tudo que interessar à defesa, inclusive arrolar testemunhas. Deverá o acusado indicar o nome do seu advogado particular.Na impossibilidade de constituir advogado particular, deverá o acusado comparecer pessoalmente à Defensoria Pública do Estado de Rondônia, situada a rua Padre Chiquinho, nº 913, bairro Pedrinhas, Porto Velho/RO, telefones: 69 3216-7289/ 3216-5052. Para que seja apresentada a defesa no prazo acima citado. Não vindo a defesa no prazo legal, abra-se vista dos autos à Defensoria Pública para este fim (§2º do artigo 396-A, do CPP).Atenda-se a cota do MP. Deve ser providenciado o necessário para seu atendimento. Passo a análise da prisão do acusado: O acusado encontra-se preso desde o dia 14/04/2019, pela suposta prática dos delitos de ameaça e lesão corporal, contra sua companheira, delitos puníveis com pena de detenção. A manutenção da prisão cautelar é medida excepcional, contudo, já transcorridos 18 (dezoito) dias da prisão do denunciado, entendo ser esse tempo suficiente para refletir sobre suas ações, razão pela qual, não vislumbro, no atual momento, a necessidade de sua segregação do meio social, fazendo jus a revogação de sua prisão preventiva, desde que cumpra com as medidas cautelares. Em que pese a revogação da prisão preventiva do acusado, em análise ao termo de declarações da vítima, assim como os motivos que levaram à prisão do mesmo, por tratar-se de violência, em tese, praticada no âmbito doméstico, entendo que, a fim de resguardar a integridade física e psicológica da vítima, deve ser aplicada ao suposto infrator medida cautelar de monitoramento eletrônico. Isto posto, com fundamento no art. 316 do CPP, REVOGO a prisão preventiva do acusado VAURIS FELIPE DA CUNHA, brasileiro, convivente, desempregado, filho de Valdeci Pereira da Cunha e Maria Belém Felipe da Silva, nascido em 11/06/1999, na cidade de Porto Velho/RO, portador do RG nº 1351770 SESDEC/RO, residente e domiciliado a Rua Mané Garrincha, nº 3830, bairro Socialista, nesta Comarca, mediante cumprimento das seguintes medidas cautelares (art. 319 CPP):I- comparecimento imediato, até o dia 06/05/2019, junto ao setor psicossocial deste juizado para inclusão e frequência obrigatória no Projeto Abraço/Projeto Semeadura, desenvolvido pela equipe multidisciplinar;II - proibição de ausentar-se da Comarca sem prévia comunicação e autorização do juízo e obrigação de informar qualquer mudança de endereço dentro da Comarca;III - comparecimento a todos os atos do processo;III- proibição do acusado aproximar-se da residência da vítima, num limite mínimo de 100 (cem) metros de distância, devendo ser monitorado mediante o uso de tornozeleira eletrônica (Rua Águas Caiari, nº 9682, bairro Socialista, nesta Comarca). Fica alertado de que não deve remover, violar, modificar, danificar de qualquer forma o DISPOSITIVO (tornozeleira) de monitoração eletrônica ou permitir que outrem o faça, bem como abster-se de qualquer comportamento que possa afetar o normal funcionamento da vigilância eletrônica, especialmente atos tendentes a impedi-la ou dificultá-la, a eximir-se dela, a iludir, mentir, omitir ao servidor responsável pelo monitoramento. Fica ciente o beneficiado de que todas as condições acima impostas são inerentes à liberdade concedida e o descumprimento de qualquer delas gerará a decretação de sua prisão preventiva.Sirva-se da presente DECISÃO como alvará de soltura (nº. _____), salvo por AL estiver preso, bem como Termo de Compromisso e MANDADO DE CITAÇÃO DO ACUSADO.Comunique-se à Delegacia de Polícia, bem como à vítima. Intime-se e cumpra-se.Ao Sr.(a) Oficial de Justiça: Indagar o acusado SE O MESMO POSSUI ADVOGADO, CERTIFICANDO O TEOR DA RESPOSTA. Porto Velho-RO, quinta-feira, 2 de maio de 2019.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito.
Porto Velho, 02 de maio de 2019.
Muzamar Maria Rodrigues Soares
Diretora de Cartório

EXPEDIENTE 11/01/2019
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
Prazo: 60 (sessenta) dias
Proc.: 0015568-92.2018.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:M. P. do E. de R.
Condenado:Rosivan Mota da Conceição, vulgo “Pará”, brasileiro, casado, autônomo, nascido aos 07/06/1982, em Monte Alegre/PA, RG: 69606280 e CPF: 008.689.062-80, filho de Salima Mota da Conceição, atualmente em lugar incerto e desconhecido.
SENTENÇA:
- DO DISPOSITIVO.Isto posto, JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal aduzida na denúncia, para o fim de CONDENAR o réu ROSIVAN MOTA DA CONCEIÇÃO, já qualificado nos autos, como incurso no artigo 24-A da Lei 11.340/2006.Passo à dosagem das penas, atento às diretrizes do artigo 59 do Código Penal e considerando, sobretudo, as circunstâncias que, in casu, reputo decisivas para a dosagem da pena.O grau de culpabilidade é pertinente as contravenções e ao delito. O réu é primário (fls. 93/94). Quanto a conduta social e personalidade não existem elementos suficientes que possa desaboná-las, o que milita a seu favor. As circunstâncias são normais para os tipos. As consequências dos crimes não foram graves. Não restou comprovado nos autos que os comportamento da vítima tenham contribuído para o resultado.Posto isto, para o crime de descumprimento de medida protetiva, fixo-lhe a pena base no mínimo legal, em 3 (três) meses de detenção, a qual torno definitiva, à míngua de outras causas capazes de influenciar em sua quantificação. DOS DANOS MORAIS Julgo IMPROCEDENTE o pedido de danos morais. DAS DEMAIS DELIBERAÇÕESImponho a ré o regime aberto. Atento ao disposto no artigo 44 do CP e por entender suficiente à prevenção e repreensão do crime, substituo a pena privativa de liberdade por uma pena restritiva de direito, qual seja: participação obrigatória do sentenciado no Projeto Abraço, desenvolvido pelo NUPSI deste Juizado, a ser acompanhado pela VEPEMA. Assim, decido, em que pese a Súmula do Superior Tribunal de Justiça, já que não há estruturação de Casa do Albergado e apenas assinar presenças seria inócuo e antipedagógico, muito aquém do que se possibilita com a inserção no Projeto mencionado, para dizer o mínimo.Transitada em julgado, expeça-se Guia de Execução e mais o que necessário se fizer ao cumprimento, bem como deverá ser lançado o nome do réu no Livro do Rol dos Culpados e feitas as comunicações de estilo, inclusive INI/DF, II/RO, TRE/RO etc.

Intimem-se o réu. Caso não seja localizado, desde já, determino sua intimação por edital, com prazo de 60 (sessenta) dias. Cumpridas as deliberações supra, arquivem-se os autos.Isento de custas. P. R. I. Porto Velho-RO, quarta-feira, 10 de abril de 2019.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito.
Porto Velho/RO, 02 de Maio de 2019
Muzamar Maria Rodrigues Soares
Diretora de Cartório
Certifico e dou fé que a SENTENÇA de fls. 95/98 foi disponibilizado(a) no DJ Nº 81 de 03/05/2019, considerando-se como data de publicação o dia 06/05/2019, primeiro dia útil posterior à disponibilização, iniciando-se a contagem do prazo processual em 07/05/2019, primeiro dia útil seguinte à data considerada de publicação (artigo 4º, §§ 3º e 4º, da Lei n. 11.419/2006, c/c art. 6º, caput e § 1º, da Resolução n. 007/2007-PR-TJRO).

Cartório do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher
Cartório do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE PORTO VELHO
JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

EXPEDIENTE DO DIA 1º/08/2016
EXPEDIENTE DO DIA 02/04/2019
Proc.: 0011394-40.2018.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:M. P. do E. de R.
Denunciado:Rubens Ramos de Souza
Advogado: Ed Carlos Dias Camargo (OAB/RO - 7357)
FINALIDADE: INTIMAR o(s) advogado(s) supra citado(s) da SENTENÇA prolatada nos autos em epígrafe, no dia 15/04/2019, cuja parte dispositiva segue abaixo:
SENTENÇA:
POSTO ISSO, com fulcro no art. 397, inciso III, do Código de Processo Penal, ABSOLVO SUMARIAMENTE o denunciado quanto ao crime previsto no art. 24-A, da Lei 11.340/2006. Sem Custas. Àlvaro Kálix Ferro - Juiz de Direito.
Porto Velho/RO, 02 de maio de 2019
Muzamar Maria Rodrigues Soares
Diretora de Cartório
Certifico e dou fé que a DECISÃO de fls. 197/198 foi disponibilizado(a) no DJ Nº 81 de 03/05/2019, considerando-se como data de publicação o dia 06/05/2019, primeiro dia útil posterior à disponibilização, iniciando-se a contagem do prazo processual em 07/05/2019, primeiro dia útil seguinte à data considerada de publicação (artigo 4º, §§ 3º e 4º, da Lei n. 11.419/2006, c/c art. 6º, caput e § 1º, da Resolução n. 007/2007-PR-TJRO).

EXPEDIENTE DIA 02/05/2019
INTIMAÇÃO DE MPU
PRAZO: 05 (cinco) dias
Proc.: 0004434-34.2019.8.22.0501
Ação:Medidas Protetivas de urgencia (Lei Maria da Penha)
Requerente:M. H. C. U.
Requerido: PEDRO RODRIGUES DO NASCIMENTO, CPF nº 662.843.092-87, RG 590831 SSP/RO, brasileiro, solteiro, opintor, nascido aos 23/01/1979, natural de Ji-Paraná/RO, filho de Francisco Rodrigues do Nascimento e Maria Lindaura da Conceição ou Maria Lindalva da Conceição.
FINALIDADE: INTIMAR o requerido acima qualificado da DECISÃO que concedeu as Medidas Protetivas em favor da requerente, válidas por 8 (oito) meses a contar de 10/04/2019, conforme transcrita abaixo:
Desta forma, acolhendo o pedido da vítima e requerente, defiro as seguintes medidas protetivas, pelo prazo de 8 (oito) meses a contar da data desta DECISÃO:
a) proibição do requerido de se aproximar da requerente a menos de 100 (cem) metros, bem como de seus genitores; b) proibição de entrar em contato com a requerente por qualquer meio de comunicação, inclusive telefônico, redes sociais, dentre outros; c) determino, de ofício, a proibição de frequentar a residência, o lar, o local de convivência da requerente e de seus genitores.
Tudo isso sob pena de, se eventualmente estiver solto, ser decretada a sua prisão preventiva, no caso de descumprimento dessas medidas. Fica ciente, ainda, que o descumprimento de medida protetiva de urgência caracteriza o crime previsto no art. 24-A da Lei 11.340/2006 (redação dada pela Lei Federal n. 13.641/2018), que inclusive veda a aplicação de fiança pela autoridade policial na hipótese de flagrante. Esclarece-se às partes que eventual dissolução da união, referente aos seus direitos como companheiros, deverá ser discutida em uma das varas de família da capital, por meio de advogado ou defensor público. A presente DECISÃO não restringe qualquer direito do requerido e da requerente com relação ao direito de visitas aos filhos menores. As partes deverão eleger um membro da família ou amigo íntimo para fazer a mediação quanto à visitação dos filhos durante a vigência das medidas, de modo que não haja contato entre requerido e requerente, até que se resolva a questão da guarda, alimentos e direito de visitas em definitivo, perante o juízo competente (vara de família), por meio de advogado ou defensor público.
Porto Velho, 02 de Maio de 2019.
Muzamar Maria Rodrigues Soares
Diretora de Cartório
Certifico e dou fé que o ato ordinario de fls. 8/10 foi disponibilizado(a) no DJ Nº 81 de 03/05/2019, considerando-se como data de publicação o dia 06/05/2019, primeiro dia útil posterior à disponibilização, iniciando-se a contagem do prazo processual em 07/05/2019, primeiro dia útil seguinte à data considerada de publicação (artigo 4º, §§ 3º e 4º, da Lei n. 11.419/2006, c/c art. 6º, caput e § 1º, da Resolução n. 007/2007-PR-TJRO).
EXPEDIENTE DIA 02/05/2019

INTIMAÇÃO DE MPU
PRAZO: 05 (cinco) dias
Proc.: 0004386-75.2019.8.22.0501
Ação:Medidas Protetivas de urgencia (Lei Maria da Penha)
Requerente: R. P. S.
Requerido: JHONES DOS PASSOS, filho de Valdemarina Desmarest dos Possos, nascido aos 02/06/1986.
FINALIDADE: INTIMAR as partes acima qualificadas da DECISÃO que concedeu as Medidas Protetivas em favor da requerente, válidas por 8 (oito) meses a contar de 09/04/2019, conforme transcrita abaixo:
Desta forma, acolhendo o pedido da vítima e requerente, defiro as seguintes medidas protetivas, pelo prazo de 8 (oito) meses a contar da data desta DECISÃO:
a) proibição do requerido de se aproximar da requerente a menos de 100 (cem) metros de distância; b) proibição de entrar em contato com a requerente por qualquer meio de comunicação, inclusive telefônico, redes sociais, dentre outros.
Tudo isso sob pena de, se eventualmente estiver solto, ser decretada a sua prisão preventiva, no caso de descumprimento dessas medidas. Fica ciente, ainda, que o descumprimento de medida protetiva de urgência caracteriza o crime previsto no art. 24-A da Lei 11.340/2006 (redação dada pela Lei Federal n. 13.641/2018), que inclusive veda a aplicação de fiança pela autoridade policial na hipótese de flagrante. Esclarece-se às partes

que eventual dissolução da união, referente aos seus direitos como companheiros, deverá ser discutida em uma das varas de família da capital, por meio de advogado ou defensor público.
Porto Velho, 02 de Maio de 2019.
Muzamar Maria Rodrigues Soares
Diretora de Cartório
Certifico e dou fé que o ato ordinario de fls. 8/10 foi disponibilizado(a) no DJ Nº 81 de 03/05/2019, considerando-se como data de publicação o dia 06/05/2019, primeiro dia útil posterior à disponibilização, iniciando-se a contagem do prazo processual em 07/05/2019, primeiro dia útil seguinte à data considerada de publicação (artigo 4º, §§ 3º e 4º, da Lei n. 11.419/2006, c/c art. 6º, caput e § 1º, da Resolução n. 007/2007-PR-TJRO).

Proc.: 0005471-96.2019.8.22.0501
Ação:Liberdade Provisória com ou sem fiança (Criminal)
Requerente:A. C. L.
Advogado:Artur Luiz Ribeiro de Lima (OAB/RO 1984)
FINALIDADE: Intimar o Advogado supracitado da seguinte DECISÃO: DECISÃO Trata-se de pedido de liberdade provisória onde o requerente, neste ato representado por seu advogado constituído, aduz que a prisão cautelar não é medida adequada ao caso, por não estarem presentes os requisitos e fundamentos do art. 312 do CPP, fazendo jus a concessão de medidas cautelares diversas da prisão.Instado a se manifestar, o Ministério Público deu parecer pelo indeferimento do pedido, ressaltando a periculosidade do requerente afastam a aplicação das medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP, o que poderá ser reanalisado por ocasião da audiência de instrução do processo. Pois bem. O requerente foi preso em flagrante delito no dia 14/04/2018, em razão da suposta prática do crime de lesão corporal, ameaça e invasão de domicílio em desfavor da vítima, sua ex-companheira.Em que pese o pedido de liberdade provisória do requerente, entendo que a DECISÃO que converteu sua prisão preventiva deve ser mantida.Ao que consta, teria ele invadido a residência da amiga da vítima para agredi-la com socos e empurrões, bem como para ameaçá-la de morte, dizendo que iria cortá-la em pedacinhos.Não se pode olvidar que o comportamento adotado pelo requerente, frente ao inconformismo com o término do relacionamento, causou fundado temor na vítima. Assim, diversamente do que alega a defesa, os requisitos e fundamentos autorizadores do decreto de sua prisão persistem, pois presentes os indícios da autoria e materialidade dos delitos por ele perpetrado, em tese, contra a vítima.Ademais, dentre os fundamentos para sua prisão preventiva, encontram-se a garantia da ordem pública, a aplicação da lei penal e para resguardar a integridade física e psicológica da vítima.Não se pode olvidar que, ao revés do que argumenta o pedido do requerente, a incidência de jurisprudência no sentido concessão de liberdade provisória ou de medida cautelar diversa da prisão, não afasta do Juiz a possibilidade de, ante o caso concreto e constatando-se os requisitos autorizadores da custódia cautelar, manter sua prisão, sem ofensa a qualquer direito fundamental. Conforme entendimento do STJ, a prisão preventiva é lícita com o fundamento para a garantida da ordem pública e pode ser decretada ainda quando houverem indícios suficientes da conduta reiterada de violência no âmbito doméstico e familiar contra a mulher, o que se denota diante dos relatos constantes nos autos.Isto posto, entendendo presentes os requisitos dispostos no artigo 312 do CPP, indefiro o pedido de liberdade provisória, mantendo-se a prisão preventiva do requerente, o que poderá ser reanalisado nos autos principais, quando da realização da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 13/05/2019 às 11h30min. Int. Após, ao arquivo, certificando-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.Álvaro Kalix Ferro Juiz de Direito.
Porto Velho, 02 de maio de 2019.
Muzamar Maria Rodrigues Soares
Diretora de Cartório
Muzamar Maria Rodrigues Soares

Escrivã Judicial

2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

2º Cartório do Tribunal do Júri
2º Cartório do Tribunal do Júri
Juiz de Direito: José Gonçalves da Silva Filho
Escrivã Judicial: Sandra Mª L. Cantanhêde de Vasconcellos
Endereço eletrônico: pvh2juri@tjro.jus.br

Proc.: 0002558-44.2019.8.22.0501
Ação: Ação Penal - crime doloso contra a vida
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu: Teilor Henrique Rodrigues Malagueta
Advogadas: Maria da C. Souza Vera (OAB/RO 573) e Ingrid Oliveira Castro Rodrigues (OAB/RO 9359)
FINALIDADE: Intimar as advogadas Maria da C. Souza Vera (OAB/RO 573) e Ingrid Oliveira Castro Rodrigues (OAB/RO 9359) da designação da audiência de instrução relativa aos autos n.° 0002558-44.2019.8.22.0501, onde figura como réu Teilor Henrique Rodrigues Malagueta, a ser realizada em 15 de maio de 2019, às 08h30min, na Sala de Audiências da 2ª Vara do Tribunal do Júri de Porto Velho/RO.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019
Sandra Maria Lima Cantanhede
Diretora de Cartório
Sandra Maria Lima Cantanhêde de Vasconcellos

Escrivã Judicial

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Sugestões ou reclamações, façam-nos pessoalmente
ao Juiz ou contate-nos via internet
Endereço eletrônico:
Escrivão: phv1criminal@tjro.jus.br

Proc.: 1011225-70.2017.8.22.0501
Ação:Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência d
Querelante: Jackson Chediak
Querelado: Valbran Carvalho da Silva Junior
Advogados: Jackson Chediak (OAB/RO 5000); Cássio Esteves Jaques Vidal (OAB/RO 5649); Abdiel Neves Toledo (OAB/RO 10020)
DECISÃO: Vistos.O querelante não compareceu na audiência destinada à tentativa de reconciliação entre partes, designada para o dia 28 de fevereiro de 2019.Todavia, justificou a ausência na solenidade alegando que está sofrendo sérios problemas de saúde, em especial, o acentuado estado de depressão, e ao final, pede a designação de nova audiência com aquela FINALIDADE.No entanto, a justificativa e o pedido não merecem acolhida.De início, ressalto que o requerente não juntou documento hábil a comprovar as alegações quanto ao seu estado de saúde. Além disso, verifico que apesar do deferimento ao pedido de parcelamento para o recolhimento das custas judiciais ter ocorrido em outubro de 2018, verifico que o cupom bancário acostado às fls. 63, se refere apenas a agendamento, sem confirmação do efetivo recolhimento das custas relacionadas a estes autos, conforme extrato de Controle de Custas Processuais, juntado às fls. 79/81. Como cediço, a prerrogativa de intentar a ação penal privada é exercido mediante condições, dentre elas, o recolhimento das custas judiciais, conforme dispõe o artigo 806, caput, do Código de Processo Penal, excetuando-se o caso daquele considerado hipossuficiente (pobre) nos termos da lei. Art.806. Salvo o caso do art. 32, nas ações intentadas mediante queixa, nenhum ato ou diligência se realizará, sem que seja depositada em cartório a importância das custas. As custas, portanto, possuem natureza jurídica de taxa de serviço (prestado

pelo PODER JUDICIÁRIO) e serão calculadas e cobradas em compasso com as normas expedidas pela União ou pelos entes federativos.Nesse sentido, competia ao querelante o ônus de comprovar satisfeita a condição, promovendo o recolhimento das custas Judiciais na forma deferida que, nesta altura, já deveriam ter sido recolhidas em sua totalidade, observando-se as regras institucionais e as disciplinas normativas do devido processo legal. Assim, devido à ausência de comprovação do recolhimento das custas iniciais, a rejeição da queixa-crime se impõe, haja vista que não foi satisfeito um dos pressupostos processuais, ou seja, da regularidade formal em respeito ao processo previsto em lei. Considerando que o prazo decadencial de 06 (seis) meses para a propositura da ação penal privada já expirou, outra solução não há, se não declarar extinta a punibilidade. Por todo exposto, REJEITO a queixa-crime, nos termos do artigo 395, inciso II do Código de Processo Penal e, em razão da decadência, DECLARO extinta a punibilidade dos fatos imputados ao querelado Valbran Carvalho da Silva, com base no que dispõe o artigo 107, inciso IV, do Código Penal.Em face do indício de falsidade das informações contidas no comprovante de recolhimento das custas iniciais (fls. 63), decorrido o prazo para eventual recurso, encaminhem-se os autos ao Ministério Público para eventuais providencias cabíveis.Após, ARQUIVEM-SE, com as anotações e baixas pertinentes.Porto Velho-RO, sexta-feira, 29 de março de 2019.Francisco Borges Ferreira Neto Juiz de Direito
Élia Massumi Okamoto

Diretora de Cartório

2ª VARA CRIMINAL

2º Cartório Criminal

Proc.: 0003466-38.2018.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Orlando Sampaio Monteiro, Marcos Ribeiro Amaral, Alexandre Ribeiro Amaral
Advogado:Jose Jorge da Silva (RO 5839)
Reiterar a intimação para os advogados apresentarem Alegações Finais no prazo legal, desde já ficando o causídico notificado de que a não apresentação caracterizará abandono do processo, com a consequente aplicação de multa prevista no art. 265, do CPP.

Proc.: 0000068-20.2017.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu:Alexmar Souza Silva
Advogado: Hermenegildo L. da Silva, OAB/RO 1497
FINALIDADE: Reiterar a intimação para o(s) advogado(s) apresentar(em) alegações finais no prazo legal, desde já ficando o causídico notificado de que a não apresentação caracterizará abandono do processo, com a consequente aplicação de multa prevista no art. 265, do CPP.

Proc.: 0017715-91.2018.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado:Kedson Lima Santos, Jéfren Oliveira Constâncio, Alvaro Pereira da Costa
Advogado: Marlucio Lima Paes OAB/RO-9904; Richard Martins Silva OAB/RO-9844
FINALIDADE: Intimar advogado da SENTENÇA abaixo:
SENTENÇA:III D I S P O S I T I V OPOSTO ISSO e considerando tudo o que mais dos autos consta, julgo PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal e, em consequência, CONDENO Kedson Lima Santos, Jéfren Oliveira Constâncio e Álvaro Pereira Costa, todos qualificados nos autos, por infração aos artigos 14, caput, da Lei 10.826/03, e 244-B, da Lei 8.069/90, na forma do artigo 70, do Código Penal.Passo a dosar as penas, seguindo as diretrizes dos artigos 59 e 68, ambos do Código Penal.III 1. JéfrenA culpabilidade (lato sensu), entendida, agora, como o juízo de reprovabilidade social dos fatos e dos seus autores, revela-se acentuada. Esse sentenciado estava “cumprindo” pena e voltou a se envolver em infração penal, o que torna as suas condutas ainda mais reprováveis. Jéfren registra antecedente criminal negativo, posto que já fora condenado, irrecorrivelmente, por crimes de roubo (duas vezes, em ações penais distintas), tráfico de drogas e porte ilegal de arma (v. certidão acostada aos autos e confirmação no SAP/TJRO). A condenação proferida nos autos nº 1014943-75.2017.8.22.0501 (porte ilegal de arma), cuja SENTENÇA transitou em julgado no dia 20/04/2018 e a punibilidade ainda não foi extinta, só será considerada na 2ª fase de aplicação da pena, porque caracteriza reincidência. As outras condenações serão consideradas maus antecedentes e servirão para exasperação das penas bases. A par disso, esse condenado tem várias outras passagens pela Justiça Criminal, desde a adolescência, por delitos diversos, sobretudo por crime de roubo, o que traz indícios de personalidade desvirtuada e demonstra má conduta social. As demais circunstanciais judiciais integram a própria tipicidade dos crimes cometidos.Desta forma, ponderadas as circunstâncias judiciais, com destaque negativo para os maus antecedentes, fixo a pena base do crime de porte ilegal de arma em 02 (dois) anos e 10 (dez) meses de reclusão + 20 (vinte) dias-multa e a pena base do crime de corrupção de menores em 01 (um) ano e 06 (seis) meses de reclusão.Agravo em 05 (cinco) meses + 05 (cinco) dias-multa a pena do crime de porte ilegal de arma e em 03 (três) meses a pena do crime de corrupção de menores por causa da reincidência em crime doloso.À falta de outras circunstâncias legais (agravantes ou atenuantes) e/ou causas de aumento e/ou de diminuição, fixo a pena definitiva do crime de porte ilegal de arma em 03 (três) anos e 03 (três) meses de reclusão + 25 (vinte e cinco) dias-multa e a pena definitiva do crime de corrupção de menores em 01 (um) ano e 09 (nove) meses de reclusão.Na forma do artigo 70, do Código Penal, aplico tão somente a pena do crime de porte ilegal de arma (a mais grave), aumentada de 1/6 (um sexto), totalizando a sanção em 03 (três) anos, 09 (nove) meses e 15 (quinze) dias de reclusão + 29 (vinte e nove) dias-multa, pena esta que entendo necessária e suficiente para prevenção e reprovação dos crimes cometidos. Esclareço que para exasperação mínima de 1/6 (um sexto) levei em consideração o número de crimes concorrentes (dois).Atento a condição econômica desse condenado (declarou renda mensal de um salário-mínimo) fixo o valor do dia multa no mínimo legal, ou seja, em 1/30 (um trigésimo) do valor do salário-mínimo vigente ao tempo dos fatos, que deverá ser atualizado, quando da execução, pelos índices de correção monetária, nos termos do artigo 49, §2º, do Código Penal.O regime inicial será o semiaberto (CP, art. 33, § 2º, ‘b’, c/c o §3º), porque Jéfren é reincidente em crime doloso (específico) e existem circunstâncias judiciais desfavoráveis, destacando-se os maus antecedentes.III 2. KedsonA culpabilidade (lato sensu), entendida, agora, como o juízo de reprovabilidade social dos fatos e dos seus autores, está evidenciada. Kedson registra antecedente criminal negativo, posto que já fora condenado, irrecorrivelmente, várias vezes por crimes diversos, sobretudo por delitos de roubo majorado e furto qualificado (v. certidão acostada aos autos e confirmação no SAP/TJRO). A condenação proferida nos autos nº 0006978-97.2016.8.22.0501 (furto), cuja SENTENÇA transitou em julgado no dia 15/07/2016 e a punibilidade ainda não foi extinta, só será considerada na 2ª fase de aplicação da pena, porque caracteriza reincidência. As outras condenações serão consideradas maus antecedentes e servirão para exasperação das penas bases. A par disso, esse sentenciado tem outras passagens pela Justiça Criminal, inclusive noutras Comarcas, o que traz indícios de personalidade desvirtuada e demonstra má conduta social. As demais circunstanciais judiciais integram a própria

tipicidade dos crimes cometidos.Desta forma, ponderadas as circunstâncias judiciais, com destaque negativo para os péssimos antecedentes, fixo a pena base do crime de porte ilegal de arma em 02 (dois) anos e 10 (dez) meses de reclusão + 20 (vinte) dias-multa e a pena base do crime de corrupção de menores em 01 (um) ano e 06 (seis) meses de reclusão.Agravo em 05 (cinco) meses + 05 (cinco) dias-multa a pena do crime de porte ilegal de arma e em 03 (três) meses a pena do crime de corrupção de menores, por causa da reincidência em crime doloso.Na falta de outras circunstâncias legais (agravantes ou atenuantes) e/ou causas de aumento e/ou de diminuição, fixo a pena definitiva do crime de porte ilegal de arma em 03 (três) anos e 03 (três) meses de reclusão + 25 (vinte e cinco) dias-multa e a pena definitiva do crime de corrupção de menores em 01 (um) ano e 09 (nove) meses de reclusão.Na forma do artigo 70, do Código Penal, aplico tão somente a pena do crime de porte ilegal de arma (a mais grave), aumentada de 1/6 (um sexto), totalizando a sanção em 03 (três) anos, 09 (nove) meses e 15 (quinze) dias de reclusão + 29 (vinte e nove) dias-multa, pena esta que entendo necessária e suficiente para prevenção e reprovação dos crimes cometidos. Esclareço que para exasperação mínima de 1/6 (um sexto) levei em consideração o número de crimes concorrentes (dois).Atento a condição financeira desse condenado (declarou renda mensal de um salário-mínimo) fixo o valor do dia-multa no mínimo legal, ou seja, em 1/30 (um trigésimo) do valor do salário-mínimo vigente ao tempo dos fatos, que deverá ser atualizado, quando da execução, pelos índices de correção monetária, nos termos do artigo 49, §2º, do Código Penal.O regime inicial será o semiaberto (CP, art. 33 § 2º 'b'), porque esse condenado é reincidente em crime doloso (genérico) e existem circunstâncias judiciais desfavoráveis, destacando-se os péssimos antecedentes.III 3. ÁlvaroA culpabilidade (lato sensu), entendida, agora, como o juízo de reprovabilidade social dos fatos e dos seus autores, revela-se acentuada. Esse condenado estava cumprindo pena e voltou a se envolver em infração penal, o que torna as suas condutas ainda mais reprováveis. Álvaro registra antecedente criminal negativo, posto que já fora condenado, irrecorrivelmente, por crime de roubo majorado (v. certidão acostada aos autos e confirmação no SAP/TJRO). Essa condenação, no entanto, cuja SENTENÇA transitou em julgado no dia 30/11/2017 (antes dos fatos apurados nestes autos), só será considerada na 2ª fase de aplicação da pena, porque caracteriza reincidência. Não há elementos nos autos indicando desvio de personalidade e a conduta social, na falta de melhores informações, presume-se boa. As demais circunstanciais judiciais integram a própria tipicidade dos crimes cometidos.Desta forma, ponderadas as circunstâncias judiciais, com destaque negativo apenas para a culpabilidade, fixo a pena base do crime de porte ilegal de arma em 02 (dois) anos e 04 (quatro) meses de reclusão + 15 (quinze) dias-multa e a pena base do crime de corrupção de menores em 01 (um) ano e 02 (dois) meses de reclusão.Agravo em 04 (quatro) meses + 05 (cinco) dias-multa a pena do crime de porte ilegal de arma e em 02 (dois) meses a pena do crime de corrupção de menores por causa da reincidência em crime doloso.Na falta de outras circunstâncias legais (agravantes ou atenuantes) e/ou causas de aumento e/ou de diminuição, fixo a pena definitiva do crime de porte ilegal de arma em 02 (dois) anos e 08 (oito) meses reclusão + 20 (vinte) dias-multa e a pena definitiva do crime de corrupção de menores em 01 (um) ano e 04 (quatro) meses de reclusão.Na forma do artigo 70, do Código Penal, aplico tão somente a pena do crime de porte ilegal de arma (a mais grave), aumentada de 1/6 (um sexto), totalizando a sanção em 03 (três) anos, 01 (um) mês e 10 (dez) dias de reclusão + 23 (vinte e três) dias-multa, pena esta que entendo necessária e suficiente para prevenção e reprovação dos crimes cometidos. Esclareço que para exasperação mínima de 1/6 (um sexto) levei em consideração o número de crimes concorrentes (dois).Atento a condição financeira desse condenado (declarou renda mensal de um salário-mínimo) fixo o valor do dia-multa no mínimo legal, ou seja, em 1/30 (um trigésimo) do valor do salário-mínimo vigente ao tempo dos fatos, que deverá ser atualizado, quando da execução, pelos índices de correção monetária, nos termos do artigo 49, §2º, do Código Penal. Por oportuno, esclareço ao il. Defensor desse sentenciado que o Juiz não pode isentar o réu hipossuficiente financeiramente do pagamento de pena de multa.(...)Doravante, no entanto, deverá ser observado o regime prisional imposto nesta SENTENÇA. Oficie-se, podendo os sentenciados ser transferidos para o regime semiaberto, se por outros motivos não tiverem de permanecer no fechado. Decreto a perda das armas e das munições apreendidas, as quais deverão ser encaminhadas ao Exército, para fins de destruição, nos termos do artigo 25, da Lei 10.826/03.Os demais bens relacionados no Auto de Apreensão de fl. 32 poderão ser restituídos, mediante a comprovação da propriedade, o que deverá ocorrer no prazo de 10 (dez), sob pena de perdimento em favor do Estado e posterior doação a entidade pública ou privada com destinação social, cadastrada neste Juízo. Após o trânsito em julgado deverá ser expedida a documentação necessária, para fins de execução. Isento o condenado Jéfren do pagamento de custas processuais em razão da sua condição de juridicamente necessitado, assistido pela Defensoria Pública. Os condenados Kedson e Álvaro deverão pagar 1/3 (um) terço cada um.Os valores das penas de multa e das custas processuais deverão ser recolhidos no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em dívida ativa, nos termos do artigo 51, do Código Penal. (...).

Proc.: 0000128-22.2019.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Teimisson Veloso da Silva
Advogado:Renner Paulo Carvalho (OAB/RO 3740)
FINALIDADE: Intimar advogado para apresentar alegações finais no prazo legal.

Proc.: 0014558-81.2016.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Agromad Indústria e Comércio de Madeiras Ltda Me, Edmilson Jonas Rafael.
Advogado:Silvio Machado (OAB/RO 3355).
FINALIDADE: Intimar os acusados por intermedio do seu advogado para audiência especial visando a suspensão condicional do processo, no dia 31 de maio de 2019, às 10h00min. e intimar o advogado do DESPACHO.DESPACHO:D. R. e A.A denúncia preenche os requisitos do artigo 41, do Código de Processo Penal, e vem instruída com inquérito policial, no qual consta lastro probatório suficiente para deflagração de ação penal pelo(s) delito(s) imputado(s).Por isso, RECEBO-A.Ordeno a CITAÇÃO do/a(s) acusado/a(s) para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. Na resposta, o/a(s) acusado/a(s) poderá(ão) arguir preliminares e alegar tudo o que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.No mesmo ato o/a(s) denunciado/a(s) deverá(ão) ser indagado/a(s) se possui (em) defensor e informar sobre eventual impossibilidade de constituir. Não podendo o/a(s) acusado/a(s) constituir defensor, ou não sendo apresentada a(s) resposta(s) à acusação no prazo legal, dê-se vista à Defensoria Pública para fazê-lo, no prazo de 10 (dez) dias.O/A(s) acusado/a(s) Agromad Indústria e Comércio de Madeiras Ltda Me, em tese, preenche(m) os requisitos do artigo 89, da Lei 9.099/95, razão pela qual designo o dia 31 de maio de 2019, às 10h00min, para audiência especial visando a suspensão condicional do processo. INTIME(M)-SE.Considerando que a aceitação da proposta de suspensão condicional do processo é uma faculdade do/a acusado/a (s), desde logo, fica(m) ele(s) ciente(s) de que, em caso de rejeição do benefício, deverá(ão) responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da audiência supracitada, ocasião em que poderá(ão) arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à(s) sua(s) defesa(s), oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e

arrolar testemunhas, qualificando-as, quando necessário.Se o/a(s) denunciado/a(s) não for(em) encontrado/a(s), CITE (M)-SE por edital, com prazo de 15 (quinze) dias. Antes, porém, de se proceder à citação ficta, proceda-se a pesquisa junto ao SIEL (Sistema de Informações Eleitorais) e, se obtido(s) endereço(s) distinto(s) do(s) indicado(s) na inicial, CITE(M)-SE no(s) endereço(s) obtido(s). Defiro as diligências requeridas pelo Ministério Público.Diligencie-se, pelo necessário.Porto Velho-RO, segunda-feira, 11 de março de 2019.Edvino Preczevski Juiz de Direito
Kauê Alexsandro Lima

Escrivão Judicial

3ª VARA CRIMINAL

3º Cartório Criminal
3ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho-RO
Juiz: Franklin Vieira dos Santos
Escrivã Judicial: Rosimar Oliveira Melocra
Endereço eletrônico: pvh3criminal@tjro. jus. br

Proc.: 1012862-56.2017.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Joana Joanôra das Neves
Advogado:Vagner Boscato de Almeida (OAB/RO 6737)
SENTENÇA:
Vistos. JOANA JOANORA DAS NEVES, qualificada nos autos, foi denunciada pelo Ministério Público e dada como incursa nas penas do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 8.137/90.Sustenta a inicial acusatória que no período compreendido entre 1º de janeiro de 2004 a 31 de dezembro de 2008, na 1ª Delegacia Regional da Receita Estadual, nesta Capital, JOANA, na qualidade de sócia-proprietária e administradora da empresa Dikas Comércio de Confecções e Calçados Ltda., com sede na Avenida Joaquim Nabuco, nº 2105, Centro, nesta Capital, suprimiu arrecadação de tributos estaduais ICMS, ao omitir informações às autoridades fazendárias, conforme descrito no auto de infração nº 20093100100005.A denúncia foi recebida em 28.09.2017.Pessoalmente citada apresentou resposta à acusação através de defensor constituído, que foi analisada pelo juízo e designada audiência de instrução e julgamento. Na instrução que se seguiu foi determinada a suspensão do feito em relação ao parcelamento do débito pela acusada. Documentos apresentados pelo Ministério Público às fls. 143/144 comprovando a quitação do débito. O Ministério Público apresentou alegações finais postulando pela extinção do feito em razão do pagamento do débito tributário, o que foi acompanhado pela Defesa. A seguir vieram-me os autos conclusos. É o relatório. DECIDO. A questão é tratada no art. 86 da Lei n. 9.430/1996, com as mudanças implementadas pela Lei n. 12.382, de 2011, onde se faz constar:Art. 83. A representação fiscal para fins penais relativa aos crimes contra a ordem tributária previstos nos arts. 1o e 2o da Lei no 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e aos crimes contra a Previdência Social, previstos nos arts. 168-A e 337-A do Decreto-Lei no2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), será encaminhada ao Ministério Público depois de proferida a DECISÃO final, na esfera administrativa, sobre a exigência fiscal do crédito tributário correspondente. (Redação dada pela Lei nº 12.350, de 2010)§ 1o Na hipótese de concessão de parcelamento do crédito tributário, a representação fiscal para fins penais somente será encaminhada ao Ministério Público após a exclusão da pessoa física ou jurídica do parcelamento. (Incluído pela Lei nº 12.382, de 2011).§ 2o É suspensa a pretensão punitiva do Estado referente aos crimes previstos no caput, durante o período em que a pessoa física ou a pessoa jurídica relacionada com o agente dos aludidos crimes estiver incluída no parcelamento, desde que o pedido de parcelamento tenha sido formalizado antes do recebimento da denúncia criminal. (Incluído pela Lei nº 12.382, de 2011). § 3o A prescrição criminal não corre durante o período de suspensão da pretensão punitiva. (Incluído pela Lei nº 12.382, de 2011).§ 4o Extingue-se a punibilidade dos crimes referidos no caput quando a pessoa física ou a pessoa jurídica relacionada com o agente efetuar o pagamento integral dos débitos oriundos de tributos, inclusive acessórios, que tiverem sido objeto de concessão de parcelamento. (Incluído pela Lei nº 12.382, de 2011).§ 5o O disposto nos §§ 1o a 4o não se aplica nas hipóteses de vedação legal de parcelamento. (Incluído pela Lei nº 12.382, de 2011).§ 6o As disposições contidas no caput do art. 34 da Lei no 9.249, de 26 de dezembro de 1995, aplicam-se aos processos administrativos e aos inquéritos e processos em curso, desde que não recebida a denúncia pelo juiz. (Renumerado do Parágrafo único pela Lei nº 12.382, de 2011).Pelo que se faz constar na lei, nos termos do §4º, se o agente pagar o débito, a qualquer tempo, extingue-se a punibilidade. Esse é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Vejamos: HABEAS CORPUS. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. TESE NÃO ANALISADA PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO PELA SUPREMA CORTE. INADMISSÍVEL SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRECEDENTES. NÃO CONHECIMENTO DO WRIT. REQUERIMENTO INCIDENTAL DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE DO PACIENTE PELO PAGAMENTO INTEGRAL DO DÉBITO TRIBUTÁRIO CONSTITUÍDO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTE. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO. 1. Não tendo sido analisada pelo Superior Tribunal de Justiça defesa fundada no princípio da insignificância, é inviável a análise originária desse pedido pela Suprema Corte, sob pena de supressão de instância, em afronta às normas constitucionais de competência. 2. Não se conhece do habeas corpus. 3. O pagamento integral de débito devidamente comprovado nos autos - empreendido pelo paciente em momento anterior ao trânsito em julgado da condenação que lhe foi imposta é causa de extinção de sua punibilidade, conforme opção político-criminal do legislador pátrio. Precedente. 4. Entendimento pessoal externado por ocasião do julgamento, em 9/5/13, da AP nº 516/DF-ED pelo Tribunal Pleno, no sentido de que a Lei nº 12.382/11, que regrou a extinção da punibilidade dos crimes tributários nas situações de parcelamento do débito tributário, não afetou o disposto no § 2º do art. 9º da Lei 10.684/03, o qual prevê a extinção da punibilidade em razão do pagamento do débito, a qualquer tempo. 5. Ordem concedida de ofício para declarar extinta a punibilidade do paciente. (STF - HC 116828 SP, Relator: Ministro DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 13/08/2013, PRIMEIRA TURMA, Publicação: Dje-2016 de 17/10/2013)Portanto, uma vez comprovada a quitação do débito fiscal, deve a tese da defesa ser acolhida. DISPOSITIVO. ANTE O EXPOSTO, e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE da acusada JOANA JOANORA DAS NEVES, com base no art. 86, da Lei nº 9.340/1996.Após o trânsito em julgado desta DECISÃO, arquivem-se estes autos, fazendo-se as anotações e comunicações necessárias.P.R.I.Porto Velho-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.
Franklin Vieira dos Santos Juiz de Direito

Proc.: 0003155-13.2019.8.22.0501
Ação:Restituição de Coisas Apreendidas-Criminal
Requerente:Indústria e Comércio de Madeiras Rondomad Ltda
Advogado:Douglas Tadeu Chiquetti (OAB/RO 3946)
DECISÃO:
Vistos. Compulsando os autos verifico que não consta procuração da empresa requerente MADEIREIRA TAMARINO LTDA - EEP outorgando poderes ao advogado subscritor do pedido de fls. 03/06. Desta feita, intime-se a defesa para promover a regularização da representação processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de indeferimento do pedido. Porto Velho-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.Franklin Vieira dos Santos Juiz de Direito

Proc.: 0008762-41.2018.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado:Jó Anemias Barbosa da Silva
Advogado:Nilton Barreto Lino de Moraes (OAB/RO 3974)
DECISÃO:
Vistos. Recebo o recurso interposto pela defesa do réu, eis que tempestivo. Intime-se a defesa para o oferecimento das razões de recurso no prazo legal.Após ao Ministério Publico para contra-arrazoar.Com razões e contrarrazões, encaminhe-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia com as homenagens deste Juízo. Intimem-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.Franklin Vieira dos Santos Juiz de Direito

Proc.: 0017650-96.2018.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Ismaik do Nascimento Ferreira
Advogado:Waldecir Brito da Silva (OAB/RO 6015)
DECISÃO:
Vistos. As alegações preliminares apresentadas pela defesa do acusado não aduzem nenhuma das hipóteses contidas no art. 397 do CPP.Ante a inexistência de causa que fundamente absolvição sumária, declaro saneado o feito e designo o dia 29 de julho de 2019, às 08h30min, para audiência de instrução e julgamento.Em conformidade com o art. 403 do CPP, as alegações finais virão na forma oral.Intimem-se e expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.Franklin Vieira dos Santos Juiz de Direito

Proc.: 0005626-02.2019.8.22.0501
Ação:Restituição de Coisas Apreendidas-Criminal
Requerente:Eduardo Vieira Ramos
Advogado:Ângelo Luiz Santos de Carvalho (OAB/RO 5363), Renilson Mercado Garcia (OAB/RO 2730)DESPACHO:
Vistos. Ao Ministério Público para manifestação. Porto Velho-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.Franklin Vieira dos Santos Juiz de Direito

Proc.: 0014766-65.2016.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Ânderson Leonardo de Souza Marques, Cristian Marques Souza Ribeiro
Advogado:Fadricio Silva dos Santos (OAB/RO 6703)
SENTENÇA:
Vistos. ANDERSON LEONARDO DE SOUZA MARQUES e CRISTIAN MARQUES SOUZA RIBEIRO, qualificados nos autos, foram denunciados pelo Ministério Público e dados como incursos nas penas do artigo 157, §2º, incisos I e II, do Código Penal, em concurso formal (com redação anterior a lei nº 13.654/2018). Sustenta a inicial acusatória que no dia 28 de janeiro de 2016, por volta das 22h00min, na Rua José Camacho, Bairro São Cristóvão, nesta Capital, ANDERSON e CRISTIAN, em comunhão de esforços e vontades e mediante grave ameaça exercida com o emprego de arma de fogo, subtraíram para eles, com ânimo de assenhoramento definitivo, um aparelho celular, uma carteira porta cédulas e um veículo Voyage de propriedade da vítima Thiago da S., bem como um aparelho celular de propriedade da vítima Marcelo H., empreendendo fuga logo em seguida. A denúncia foi recebida em 22.06.2018.Pessoalmente citados apresentaram suas respostas à acusação através da Defensoria Pública, que foram analisadas pelo juízo, sendo designada audiência de instrução e julgamento. Nas instruções que se seguiram, foram ouvidas três testemunhas arroladas pela acusação, uma testemunha do juízo e os acusados foram interrogados. Em sede de alegações finais, o Ministério Público sustentou a absolvição de CRISTIAN com fundamento no art. 386, inciso IV, do CPP e a condenação de ANDERSON nas penas do art. 157, §2º, incisos I e II, do CP, em concurso formal. A Defesa de CRISTIAN sustentou a absolvição do acusado nos termos do artigo 386, inciso IV, do CPP.A Defesa de ANDERSON sustentou a desclassificação do crime de roubo majorado para o crime de receptação. A seguir, vieram-me os autos conclusos.É o relatório. DECIDO. Trata-se de ação penal pública para apuração de crime de roubo majorado pelo emprego de arma de fogo e concurso de pessoas, em concurso formal. “Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência: Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.(...) § 2º - A pena aumenta-se de um terço até metade:I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;II - se há o concurso de duas ou mais pessoas;”A materialidade do delito está comprovada pela ocorrência policial nº 16E1002001399/1ªDP, pelos autos de reconhecimento de pessoa e pelo termo de restituição, que com os informes testemunhais constituem o corpo do delito. Em relação a autoria, passo a análise das provas produzidas.Os acusados negaram a prática do crime perante a autoridade policial. Perante o Juiz, Benigno afirma que sobre o roubo não sabe de nada. Está preso por conta de drogas. Não sabe se o Cristian conhece o Anderson. Não sabe se ele tinha o veículo Voyage. Os policiais tiraram ele e incluíram como testemunha, mas não tem nenhum conhecimento. Sobre o depoimento da fase policial, afirma que a casa era alugada para os rapazes. Costumava ir para aquela casa usar drogas. Confirma o seu depoimento na fase policial. O pessoal usava o apartamento para curtir. Conhece o Ualasse que andava no apartamento para fumar. A vítima Thiago disse que foi pego próximo ao Banco do Brasil, estava conversando com os amigos e eles apareceram. Entregaram os pertences e eles foram embora. Dias depois um amigo do Marcelo ofereceu os objetos do furto. Foi até lá e encontrou a casa deles, na Lauro Sodré. Ele passou todas as informações que eles estavam com drogas e que tinha arma e quem era o mandante. Ficaram de olho neles uns três dias. O Deivid descobriu que um deles estava de pulseira, acredita que era o Cristian, e ligou para o monitoramento. A polícia abordou eles na Rio de Janeiro. Eles tentaram se desfazer da droga esfarelando no chão do carro. Eles foram recolhidos. Entraram e recuperou a sua carteira e Dvd. Tinha muita bolsa de mulher e chave de carros no local. Lá também foi encontrado uma escopeta. O Cristian era o dono do peugeot era o mandante e morava lá. Reconheceu o Anderson e o Tiririca. O Cristian deixava os rapazes de carro e depois resgatava. Na hora do assalto os dois estavam de cara limpa. O Cristian ficou dentro do carro. Após o reconhecimento em juízo, afirma que não viu ele no assalto, recebeu informação que ele estava no carro. Quem passou informação foi o rapaz que tentou vender para o seu amigo. Sobre o dia do roubo, foi por volta de dez horas. Estava com duas pessoas, roubaram as coisas de duas pessoas apenas. Foi abordado por duas pessoas, o Anderson e outro que não encontraram. O Cristian não anunciou o assalto e não viu ele. A apreensão dos objetos ocorreu dias depois. O APC Henrique afirma que recorda da situação mas não lembra de detalhes. No boletim de ocorrência já constava o nome dos suspeitos. Tinha uma testemunha e ele informou o nome de vários deles, um era o dono do Peugeot. Lembra que levou a vítima para fazer reconhecimento fotográfico. Não foi na casa que encontraram as drogas. Interrogado, CRISTIAN negou os fatos, não sabe porque está envolvido. Não rouba, não tem participação com roubo. Acredita que o seu nome apareceu porque comprou os pertences das pessoas. Comprou do Baiano, que já vendeu várias coisas. O Anderson conhece da rua, ele também vendeu, pegou drogas. Vendia droga nessa época. Não recorda se o Anderson levou os objetos dessas pessoas, só sabe que ele sempre levava. Estava preso desde 27 de janeiro, aguardando audiência de custódia. No dia 28 saiu monitorado duas horas da tarde. O peugeot era seu. Eles costumavam levar objetos porque negociavam por drogas. Nunca praticou outros crimes com essas pessoas. O Ônix e Alisson caíram com ele no tráfico. O Benigno frequentava o local. O PM Teide disse que lembra da ocorrência. Que receberam informação de que tinha uma casa no

Bairro São João Bosco. Sabiam que o acusado estava monitorado. A abordagem foi feita no Areal e com ele foi encontrado pequena quantidade de droga. Com ciência da residência, e informações de que eles estavam praticando roubos, diversos objetos foram encontrados e apreendidos. Foram feitas diligências para encontrar um veículo Voyage. Provavelmente a vítima reconheceu os objetos como sendo deles. Que não tinha a identificação de ninguém, mas sabia que o veículo foi visto praticando roubo, e tinham a placa dele. Não verificou pelo monitoramento se o acusado estava no suposto local do roubo. Só ficou sabendo do roubo depois. Sobre os objetos, não justificaram. Negaram a autoria dos delitos. Confirma o depoimento prestado na delegacia, acerca das mensagens no celular do acusado. Acredita que um informante prestou as informações. Não sabe se era amigo da vítima. Acredita que os acusados foram condenados na Vara de Tóxicos. Não buscou informações acerca do roubo, o foco era a casa e o veículo diante das informações do cometimento de crimes de roubo e tráfico de drogas. A dona do imóvel disse que o acusado e o colega tinham alugado o apartamento. Não se recorda do Anderson, mas lembra que eram quatro que estariam dentro do veículo.Novamente interrogado, CRISTIAN disse que não são verdades os fatos. Foi preso em outra ocorrência, e foram encontrados documentos pessoais do mesmo, que foram juntos com os objetos e trocados por drogas. O local era uma boca. No local morava ele e o outro rapaz. O Anderson e outras pessoas chegaram com produtos, mas não sabe se eram esses. Anderson não trabalhava no local, apenas comprava drogas dele. Anderson não estava no local na data do fato. Dentro do carro estavam quatro pessoas, mas Anderson não estava. O carro era dele. Sobre a prisão no crime de tráfico, foram interceptados no Areal e foram encontrados porções de drogas com os outros. Com o acusado não foi encontrado nada. Feito deslocamento até a casa do acusado, os policiais só queriam saber de drogas. Que não rouba, apenas trafica. Quanto aos objetos, não sabe nada. Que fez negócios com outras pessoas, mas que não sabe da procedência dos objetos. Interrogado, ANDERSON disse que a participação dele no fato foi um aparelho reconhecido pela vítima. Que comprou de um rapaz em troca de droga. O aparelho de som estava dentro de uma bolsinha pequena. Abriu a bolsa e só viu o aparelho. Pagou 25 gramas de fumo pelo aparelho de som. É usuário de drogas. Não sabe dizer se Cristian é envolvido em roubo, só sabe que vendia droga. Pegou o objeto com "Filó", que conhece porque fumava com ele às vezes. Quando chegava com os objetos na boca de fumo do Cristian, disse que tinha comprado e que não servia para ele. Cristian falava que não era para levar nada de procedência duvidosa. Em relação a CRISTIAN, a prova produzida nos autos não é suficiente.CRISTIAN negou os fatos tanto na fase policial quanto em juízo. A vítima, em determinado momento, afirma que CRISTIAN era quem estava dirigindo o carro, enquanto o outro rapaz praticava o crime, porém admite que não chegou a vê-lo dentro do veículo, apenas recebeu esse indicativo de uma terceira pessoa. Sendo assim, tal afirmação está no campo da suposição, o que não é suficiente para imputar o crime ao acusado. Durante o reconhecimento, a vítima apenas reconheceu o outro denunciado. Sendo assim, não há indícios suficientes de autoria em relação a CRISTIAN. Quanto ao acusado ANDERSON, a instrução toma outro rumo. CRISTIAN afirma que ANDERSON e outras pessoas apareceram no local para trocar os objetos, referidos nos autos, por drogas e, em que pese a alegação de ANDERSON, de não ter praticado o roubo, o reconhecimento da vítima o leva até o momento do crime. A palavra da vítima aliada aos demais depoimentos testemunhais produzidos na instrução criminal, deram segurança ao juízo, não deixando dúvidas de ser ANDERSON o autor do roubo a ele imputado. A palavra da vítima é prova de suma importância para a solução de casos como esse, como reiteradamente tem decidido o Tribunal de Justiça deste Estado: Roubo. Concurso de pessoas. Consumação. Confissão. Reconhecimento. Absolvição. Impossibilidade. No crime de roubo, a palavra da vítima é prova relevante e suficiente para fundamentar o decreto condenatório, principalmente se o acusado é reconhecido como um dos elementos que participou ativamente do evento criminoso. (TJ/RO – AP N. 00124230920108220501, Rel. Juiz Daniel Ribeiro Lagos, J. 20/07/2011)No mesmo sentido o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. 1. DEPOIMENTO EXCLUSIVO DA VÍTIMA. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE APROFUNDAMENTO NA PROVA. 2. REGIME INICIAL FECHADO. PENA-BASE. MÍNIMO LEGAL. FUNDAMENTAÇÃO. GRAVIDADE ABSTRATA. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS FAVORÁVEIS. DIREITO AO REGIME MENOS GRAVOSO. SÚMULAS 718 E 719 DO STF E SÚMULA 440 DO STJ. ORDEM CONCEDIDA EM PARTE. 1. As declarações da vítima, apoiadas nos demais elementos dos autos, em se tratando de crimes cometidos sem a presença de outras pessoas, é prova válida para a condenação, mesmo ante a palavra divergente do réu. (...) (HC 195.467/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 14/06/2011, DJe 22/06/2011)Dessa forma, comprovada a autoria do delito. A majorante do emprego de arma não restou configurada, pois apesar da vítima mencionar a abordagem com arma na fase extrajudicial, e de ter sido apreendida uma arma de fogo durante a investigação policial, esta informação não foi confirmada em juízo, portanto deve ser afastada. Por outro lado, restou comprovada a majorante do concurso de pessoas, pois apurando-se dos autos que na execução do roubo foi de fundamental importância a conjugação de esforços dos assaltantes, justificando a incidência da majorante respectiva.Por fim, comprovou-se nos autos a subtração de bens pertencentes a dois patrimônios diversos, ou seja, os bens das vítimas Thiago e Marcelo. A jurisprudência amplamente dominante que entende que a definição do concurso de crime no roubo está vinculado ao patrimônio atingido. Nesse sentido a posição do TJRO: "ROUBO. AÇÃO ÚNICA. VÍTIMAS DISTINTAS. CONCURSO FORMAL. SE O AGENTE, DENTRO DE UM MESMO CONTEXTO FÁTICO, SUBTRAI BENS DE PATRIMÔNIOS PERTENCENTES A VÍTIMAS DIVERSAS, CARACTERIZA O CONCURSO FORMAL DE CRIMES. PENA INFERIOR A OITO ANOS. RÉU PRIMÁRIO. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS FAVORÁVEIS. REGIME FECHADO. ALTERAÇÃO. POSSIBILIDADE. Em sendo o réu primário, com as circunstâncias judiciais parcialmente favoráveis e condenado a uma pena inferior a oito anos de reclusão, pode iniciar o cumprimento da pena em regime semiaberto." (Ap. Criminal, n. 10010002819220068220501, Rel. Desª Zelite Andrade Carneiro, J. 19/08/2010). "ROUBO. DUAS CAUSAS DE AUMENTO. AÇÃO ÚNICA. VÍTIMAS DISTINTAS. CONCURSO FORMAL DE CRIMES. EXCLUSÃO. IMPOSSIBILIDADE. A ação que, dentro de um mesmo contexto fático, atinge patrimônios distintos pertencentes à vítimas diversas, caracteriza o concurso formal de crimes. (Ap. Criminal, n. 10050120010007836, Relator: Desembargador CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES, publicado no dia 16/10/2008). Portanto, com uma única conduta ANDERSON atingiu dois patrimônios distintos, produzindo, portanto, dois resultados também distintos, constituindo o concurso formal de crimes, capitulado igualmente na inicial (art. 70, caput, do Código Penal). Conclui-se que ANDERSON incorreu no crime descrito no art. 157, §2º, inciso II, do Código Penal, em concurso formal (com redação anterior a lei nº 13.654/2018). Não existem no presente caso, excludentes de ilicitude ou dirimentes de culpabilidade. Da dosimetria da pena de ANDERSON. Culpabilidade normal para o tipo. Registra antecedentes criminais com condenação nos autos nº 0001114-54.2011.8.22.0501 e 0015739-93.2011.8.22.0501. Inexistem informação quanto a conduta sociofamiliar do acusado, tampouco do motivo que o levou a prática do delito. As circunstâncias e consequências do delito não lhe são desfavoráveis. A vítima em nada contribuiu para a ocorrência do crime. Neste caso, nos termos do art. 59 do Código Penal, considerando os antecedentes criminais do réu, fixo-lhe a pena base em 4 (quatro) anos e 6 (seis) meses de reclusão e 11 (onze) dias multa para cada um dos roubos. Não há circunstâncias atenuantes a considerar. Presente a circunstância agravante da

reincidência, pois o réu já foi condenado pelo crime de furto qualificado nos autos nº 0007466-23.2014.8.22.0501 da 1ª Vara Criminal desta Capital, cuja SENTENÇA transitou em julgado em 13.03.2015. Dessa forma, agravo as penas em 6 (seis) meses de reclusão e 1 (um) dia multa. Presente a causa especial de aumento de pena do concurso de pessoas razão pela qual elevo as penas aplicadas de um terço, que resultam em 6 (seis) anos e 8 (oito) meses de reclusão e 16 (dezesseis) dias multa, para cada um dos roubos.Não há causas de diminuição de pena a considerar. Considerando o concurso formal entre os dois roubos, aumento a pena de um deles em 1/6, tornando-a definitiva em 7 (sete) anos, 9 (nove) meses e 10 (dez) dias de reclusão. O aumento deu-se em 1/6 em razão do número de crimes, no caso dois roubos. A respeito do tema Damásio E. de Jesus preleciona: "Dentro do limite mínimo e máximo do aumento o juiz pode impor o acréscimo que lhe parecer correto. Note-se que o DISPOSITIVO fala em aumento de um sexto a dois terços. E o aumento varia de acordo com o número de crimes... O Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo aplica os seguintes princípios: 1º) dois crimes: acréscimo de um sexto: 2º) três delitos: um quinto; 3º) quatro crimes: um quarto: 4º) cinco delitos: um terço: 5º) seis crimes: metade: 6º) sete delitos ou mais: dois terços..." Código Penal Anotado, Editora Saraiva, 8ª Edição, 1998, página 215. Nos termos do artigo 72 do Código Penal a pena de multa resulta em 32 (trinta e dois) dias multa. Imponho ao condenado o regime inicial fechado, conforme disposto no art. 33, §3º, do Código Penal, em razão da reincidência.Fixo o valor do dia multa em 1/30 do salário-mínimo, ou seja, R$ 33,27, que resulta em R$1.064,64.Condeno-o ao pagamento das custas processuais no valor de R$ 263,92 (1/2 de R$ 527,85).O crime foi praticado mediante grave ameaça, o que impossibilita a substituição da pena imposta, aliado ainda ao regime imposto. O réu encontra-se solto por este processo e assim poderá permanecer até o trânsito em julgado ou sua confirmação em segundo grau. DISPOSITIVO. Ao exposto, com fundamento no artigo 381 do CPP, julgo parcialmente procedente o pedido constante na denúncia inaugural para:a) condenar ANDERSON LEONARDO DE SOUZA MARQUES, qualificado nos autos, como incurso nas penas do artigo 157, §2º, II, duas vezes, na forma do artigo 70, todos do Código Penal, a uma pena de 7 (sete) anos, 9 (nove) meses e 10 (dez) dias de reclusão, a ser cumprida em regime inicial fechado, e 32 (trinta e dois) dias multa; b) absolver CRISTAN MARQUES SOUZA RIBEIRO, qualificado nos autos, da imputação constida na denúncia, nos termos do art. 386, inciso IV, do CPP. Certificado o trânsito em julgado desta SENTENÇA ou do eventual recurso que a confirme, expeça-se guia de recolhimento, cuja cópia instruída na forma da lei e com ciência ministerial devem ser encaminhada ao douto Juízo especializado para execução da pena e promovam-se as anotações e comunicações pertinentes, inclusive ao TRE-RO. Comunique-se à vítima, pela forma mais célere, nos termos do artigo 201, §2º, do Código de Processo Penal. Ainda, expeça-se o necessário para cobrança das custas e multa do processo. Cumpridas as deliberações supra, arquivem-se os autos.P.R.I.Porto Velho-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.Franklin Vieira dos Santos Juiz de Direito

Rosimar Oliveira Melocra

Escrivã Judicial

1º CARTÓRIO DE EXECUÇÕES FISCAIS

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 7015970-65.2019.8.22.0001
ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
VALDIR VALMIR DROSS
DESPACHO INICIAL
Vistos,
Entre a data de lavratura do auto de infração (01/2012, 01/2013, 01/2014) e a propositura da execução fiscal (01/2017, 01/2018, 01/2019) decorreu prazo superior a cinco anos.
Conforme disposto no art. 10 do CPC, intime-se a Fazenda Pública para se manifestar quanto à prescrição, no prazo de dez dias.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 7016878-25.2019.8.22.0001
ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
JUNIOR DOS SANTOS CHAGAS
DESPACHO INICIAL
Vistos,
Entre a data de lavratura do auto de infração (01/2012, 01/2013, 01/2014) e a propositura da execução fiscal (01/2017, 01/2018, 01/2019) decorreu prazo superior a cinco anos.
Conforme disposto no art. 10 do CPC, intime-se a Fazenda Pública para se manifestar quanto à prescrição, no prazo de dez dias.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal:0213034-62.2006.8.22.0001
EXEQUENTE: F. P. D. E. D. R.
EXECUTADO: ANTONIO ALVES DA SILVADESPACHO /OFÍCIO
Vistos,
1. Determino a transferência do valor incontroverso.
2. No prazo máximo de dez dias, transfira o valor de R$ 11.870,20, depositado na conta judicial vinculada à estes autos (2848 / 040 / 01623824-4), BANCO DO BRASIL, Agência 3231-x
Conta 26.526-8, de titularidade de Daniele Macedo Lazzarotto (CPF 002.103.102-94).
3. Após, o Juízo deverá ser informado, com remessa dos respectivos comprovantes.
4. Decorrido o lapso temporal, solicite informações quanto à comprovação das transferências.
5. Ultimadas as providências, retornem conclusos para análise quanto à remessa do feito à Contadoria Judicial, tendo em vista que, conforme se observa do estrato em anexo, incidem mensalmente juros e atualização monetária sobre o valor depositado na conta judicial.
Cumpra-se. A cópia servirá de OFÍCIO.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal: 0019934-69.2011.8.22.0001
EXEQUENTE: E. D. R. - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: M. C. D. S. A. - ADVOGADO DO EXECUTADO: ROBERTO JARBAS MOURA DE SOUZA OAB nº RO1246, MANUELA GSELLMANN DA COSTA OAB nº RO3511DESPACHO
Vistos,
Defiro o pedido de (ID 24612108).
Intime-se o Executado para, no prazo de quinze dias, indique a exata localização dos veículos, sob pena de deferimento dos pedidos formulados pela Exequente.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 0041085-96.2008.8.22.0001
EXEQUENTE: E. D. R. - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: R. J. D. O. - ADVOGADO DO EXECUTADO: HUDSON DELGADO CAMURCA LIMA OAB nº MS6792, JOSE DE ALMEIDA JUNIOR OAB nº RO1370, CARLOS EDUARDO ROCHA ALMEIDA OAB nº RO3593DESPACHO
Vistos,
Defiro o pleito da Exequente.
Para realização de diligências no âmbito administrativo, suspendo o trâmite processual por noventa dias.
Decorrido o lapso temporal, intime-se a Fazenda para que se manifeste em termos de efetivo prosseguimento em cinco dias, sob pena de aplicação do disposto no art. 40 da LEF.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 7038648-79.2016.8.22.0001
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN-RO - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA AUTÁRQUICA DO DETRAN/RO
MARIO JORGE CAMPOS DE SOUZA - ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIADESPACHO
Vistos,
A consulta ao sistema Bacenjud foi infrutífera.
Encaminhem-se os autos à Exequente para, no prazo de cinco dias, requerer o que entender de direito ou se manifestar em termos de efetivo andamento do feito sob pena de aplicação do disposto no art. 40 da LEF.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 7002864-36.2019.8.22.0001
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN-RO - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA AUTÁRQUICA DO DETRAN/RO
EDILAINE CECILIA DALLA MARTA OAB nº RO1466
GILVAN RODRIGUES DE SOUZA - ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Vistos,
1. A consulta ao sistema Bacenjud foi infrutífera.
2. Providencie o necessário para inclusão do nome da parte executada, GILVAN RODRIGUES DE SOUZA CPF nº 844.374.482-00, nos cadastros do Serasajud. O valor atualizado da dívida até 11/04/2019 é de R$ 1.695,58.
3. Encaminhem-se os autos à Exequente para, no prazo de cinco dias, requerer o que entender de direito ou se manifestar em termos de efetivo andamento do feito sob pena de aplicação do disposto no art. 40 da LEF.
Cumpra-se. A cópia servirá de OFÍCIO.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 7042868-52.2018.8.22.0001
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN-RO - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA AUTÁRQUICA DO DETRAN/RO
SEARA COMERCIAL EIRELI - ME - ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Vistos,
1. A consulta ao sistema Bacenjud foi infrutífera.
2. Providencie o necessário para inclusão do nome da parte executada, SEARA COMERCIAL EIRELI - ME CNPJ nº 17.016.188/0001-69, nos cadastros do Serasajud. O valor atualizado da dívida até 10/04/2019 é de R$ 1.236,44.
3. Após, encaminhem-se os autos à Exequente para, no prazo de cinco dias, requerer o que entender de direito ou se manifestar em termos de efetivo andamento do feito sob pena de aplicação do disposto no art. 40 da LEF.
Cumpra-se. A cópia servirá de OFÍCIO.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br. Execução Fiscal: 1000307-91.2013.8.22.0001
EXEQUENTE: F. P. D. E. D. R. - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADOS: JOAO BATISTA NETO, CASPARELO & SOUZA LTDA, KENIDY ROGERIO RODRIGUES ALVES - ADVOGADOS DOS EXECUTADOS:
SENTENÇA
Vistos, etc.,
Trata-se de execução fiscal movida pela Fazenda Pública do Estado de Rondônia em desfavor de CASPARELO & SOUZA LTDA (CNPJ n. 01.211.435/0001-48) para cobrança do crédito tributário descrito na CDA n. 20120200001510.
O ajuizamento da ação ocorreu em 06/03/2013.
O débito objeto da CDA exequenda se refere ao Auto de Infração n. 010377236, lavrado em 23/12/2004.
Intimada para se manifestar quanto à prescrição e comprovar a não ocorrência, a Fazenda Pública quedou silente.
Vieram conclusos. Decido.
Nos termos do art. 174 do CTN, a ação para cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados de sua constituição definitiva.
Em se tratando de tributos de competência do Estado de Rondônia aplica-se o art. 121 da Lei 688/96 c/c art. 160 do CTN, que dispõe que o crédito tributário é considerado definitivamente constituído trinta dias após a lavratura do Auto de Infração sem a apresentação de defesa administrativa. Confira-se:
Lei 688/96
Art. 121. O prazo para apresentação de defesa é de 30 (trinta) dias, contados da data da intimação do auto de infração.
CTN
Art. 160. Quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, o vencimento do crédito ocorre trinta dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento.
O tema já foi objeto de discussão pelo TJRO na ocasião do julgamento do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas nº 0803446-33.2016.8.22.0000, que trata acerca da suspensão do prazo prescricional do crédito tributário em razão da instauração, de ofício, do processo administrativo, previsto na Lei Estadual 688/96 (art. 97).
Nesses termos, a ementa da DECISÃO do incidente supramencionado:
INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. TRIBUTÁRIO. FIXAÇÃO DE TESE JURÍDICA. PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO INSTAURADO DE OFÍCIO PELA FAZENDA PÚBLICA. NÃO SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. APLICABILIDADE IMEDIATA EM PROCESSOS EM TRÂMITE E FUTUROS. A constituição definitiva dos créditos tributários lançados por auto de infração ocorre, em regra, após o decurso de 30 dias de sua lavratura. É desnecessária a instauração de processo administrativo para a constituição definitiva do crédito, pois esta ocorre com o simples fato de o contribuinte não apresentar defesa em relação ao auto de infração lavrado. A revisão de ofício de que trata o art. 149, I, do Código Tributário Nacional menciona a hipótese das leis regulamentadoras dos tributos em espécie a possibilidade de constituir crédito sem auxílio do contribuinte ou de revisar aqueles que normalmente deveriam ser feitos por homologação, mas que, em razão da constatação de alguma irregularidade ou inexatidão, serão efetuados e revistos de ofício. O recurso de ofício a que se refere o art. 145, II, do CTN trata da hipótese em que, impugnado o lançamento pelo sujeito passivo, a DECISÃO de primeira instância é prejudicial ao Fisco e, portanto, em razão da indisponibilidade do direito público, o processo será remetido à segunda instância para reanálise da matéria. Tais DISPOSITIVO s não se confundem com o recurso automaticamente iniciado pelo Fisco após lavratura do auto de infração (art. 97 da Lei n. 688/96). Este recurso não tem o condão de suspender a exigibilidade do crédito e, com isso, impedir o início do prazo recursal. Tese jurídica fixada no sentido de que o Processo Administrativo Tributário instaurado de ofício pela Fazenda Pública não suspende o prazo prescricional. Nos termos do art. 985, I e II, do CPC, a referida tese jurídica será aplicada a todos os processos individuais ou coletivos em trâmite ou futuros que versem sobre idêntica questão de direito e que tramitem na área de jurisdição deste Tribunal, inclusive àqueles que transitem nos juizados especiais. (Processo: 0803446-33.2016.8.22.0000 – INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (12085), Relator: HIRAM SOUZA MARQUES substituído por WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Data distribuição: 17/10/2016, Data julgamento: 18/05/2018) [grifo nosso]
Assim, o crédito tributário é considerado definitivamente constituído, para os fins do art. 174 do CTN, a partir do 31º dia após a notificação da lavratura do Auto de Infração, desde que o contribuinte não apresente defesa voluntária (recurso administrativo fiscal).
Frise-se que o STJ também possui o referido entendimento acerca do tema (AgInt no REsp 1647677/RO, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, Data do Julgamento: 13/06/2017, DJe 22/06/2017).
No caso dos autos, a lavratura do auto de infração ocorreu em 23/12/2004, enquanto que o ajuizamento da demanda fiscal ocorreu em 06/03/2013.
Contados trinta dias após a lavratura do Auto de Infração (23/12/2004), conclui-se que o crédito tributário foi constituído definitivamente em 23/01/2005, sendo este o termo inicial da contagem do prazo prescricional. O prazo final para ajuizamento da Execução Fiscal foi em 23/01/2010, entretanto só foi ajuizada em 06/03/2013.
Oportunamente, importante esclarecer que a Fazenda não se desincumbiu do ônus de comprovar a eventual existência de causa suspensiva da exigibilidade do crédito ou interruptiva do prazo prescricional.
Portanto, conclui-se que decorreu lapso temporal superior a cinco anos entre a constituição definitiva do crédito tributário e o respectivo ajuizamento da demanda fiscal, motivo por que deve ser declarada a prescrição do crédito tributário, nos termos do art. 174 do CTN.
Ante o exposto, declaro a prescrição do crédito tributário e, consequentemente, julgo extinta a execução fiscal, com fulcro no art. 156, V do CTN c/c 487, II e 924, III, ambos do CPC/2015 e julgamento do IRDR n. 0803446-33.2016.8.22.0000.
Sem remessa necessária, nos termos do art. 496, §3º, II e §4º, III do CPC.
Após o trânsito em julgado, arquivem-se com as baixas de estilo.
P. R. I. C.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 7016874-85.2019.8.22.0001
ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADEMIR RIBEIRO SALES
DESPACHO INICIAL

Vistos,
Entre a data de lavratura do auto de infração (01/2013, 01/2014) e a propositura da execução fiscal (01/2018, 01/2019) decorreu prazo superior a cinco anos.
Conforme disposto no art. 10 do CPC, intime-se a Fazenda Pública para se manifestar quanto à prescrição, no prazo de dez dias.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal: 7013896-72.2018.8.22.0001
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: COMANDO DIESEL TRANSPORTE E LOGISTICA - EIRELI
ADVOGADO DO EXECUTADO: CAROLINA MIRANDA DE SOUZA CASTRO KRITZ OAB/RJ 158.516DESPACHO
Vistos,
1. Há notícia de pagamento do débito principal bem como dos honorários advocatícios.
2. Intime-se a parte Executada por intermédio de sua advogada para que comprove, em dez dias, o pagamento das custas processuais, nos seguintes termos:
a) custas processuais por meio de boleto bancário, obtido no site do TJRO, na aba “Boleto Bancário”, opção “Custas Judiciais”. Na página seguinte, selecionar “Emissão de guia de recolhimento VINCULADA AO PROCESSO” (link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/custas/custasInicio.jsf). Após a inserção do número do processo judicial, deverão ser selecionadas as opções “Custa inicial 1%” (cod. 1001.1), “Custa inicial adiada +1%” (cod. 1001.2) e “Custa final - Satisfação da execução” (cod. 1004.2).
3. Com ou sem manifestação, retorne concluso para deliberações.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Embargos à Execução: 7050183-34.2018.8.22.0001
EMBARGANTES: MARGARETH COIMBRA RIBEIRO, ADEMAR RIBEIRO - ADVOGADOS DOS EMBARGANTES: ERICH ENDRILLO SANTOS SIMAS OAB nº DF15853, JOICY LEIDE MONTALVAO DE ALMEIDA OAB nº DF59860
EMBARGADO: F. P. D. E. D. R. - ADVOGADO DO EMBARGADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIADESPACHO
Vistos,
O embargos são tempestivos e o juízo encontra-se garantido.
Intime-se a Fazenda para impugnação em trinta dias.
Após, retorne concluso para providências.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 7044239-85.2017.8.22.0001
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN-RO
ANDENICE SOARES DA SILVA - ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Vistos,
1. A consulta ao sistema Bacenjud resultou na penhora do valor integral do débito.
2. À CPE: autorize-se a visualização da consulta ao Bacenjud (em anexo) às partes.
3. Intime-se o executado, por carta, acerca da constrição, bem como do prazo de trinta dias (art. 16, III, Lei 6.830/80) para oferecimento de embargos.
4. Decorrido o prazo sem manifestação, encaminhem-se os autos à Exequente para, no prazo de dez dias, requerer o que entender de direito ou se manifestar em termos de efetivo andamento do feito sob pena de aplicação do disposto no art. 40 da LEF.
Cumpra-se. Serve o DESPACHO como CARTA.
Endereço: R. FREI CANECA N° 8605, SOCIALISTA, CEP 76829276, PORTO VELHO/RO.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 7021829-33.2017.8.22.0001
ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
CARLOS VENICIUS PARRA MOTTA - ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Vistos,
1. A consulta ao sistema Bacenjud foi infrutífera.
2. Providencie o necessário para inclusão do nome da parte executada, CARLOS VENICIUS PARRA MOTTA CPF nº 860.456.527-20, nos cadastros do Serasajud. O valor atualizado da dívida até 10/04/2019 é de R$ 36.330,47.
3. Encaminhem-se os autos à Exequente para, no prazo de cinco dias, requerer o que entender de direito ou se manifestar em termos de efetivo andamento do feito sob pena de aplicação do disposto no art. 40 da LEF.
Cumpra-se. A cópia servirá de OFÍCIO.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 7001785-22.2019.8.22.0001
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: JONAS QUIRINO DA SILVA
ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Vistos, A consulta aos convênios resultou em endereço diverso ao já diligenciado. 1. Cite-se JONAS QUIRINO DA SILVA, CPF n. 665.347-712-68, localizado à RUA PRUDENTE DE MORAES, S/N, SETOR 08, BURITIS - RO, CEP: 76880-000; para pagar o

valor atualizado do débito, incluindo encargos (custas e honorários advocatícios), ou oferecer bens à penhora no prazo de cinco dias. 2. Não havendo manifestação, proceda o Oficial de Justiça a PENHORA em tantos bens quantos bastem para o pagamento do principal, juros, custas e honorários advocatícios. 3. Após, AVALIE-SE os bens, INTIMANDO-SE o executado da penhora e do valor da avaliação; bem como para, querendo, oferecer EMBARGOS no prazo de trinta dias, contados da data da intimação da penhora. 4. RESPONSÁVEL PELAS DESPESAS E CUSTAS: Isenta (art. 39 da Lei 6.830/1980). Se o r. Juízo Deprecado assim não entender, fica esclarecido que eventuais custas e diligências do oficial de justiça, deverão ser dirigidas à respectiva Procuradoria Geral desse Estado, conforme Cláusula Quarta do Termo de Cooperação Técnica, firmado entre as Procuradorias Gerais dos Estados e do Distrito Federal, em 1º de julho de 2016, a seguir: "CLÁUSULA QUARTA - Qualquer das partes signatárias, a pedido de outra, acompanhará o cumprimento de cartas precatórias e fornecerá informações a respeito do seu andamento, efetuando, se necessário, o pagamento de custas e diligências para o imediato impulso da missiva, ficando assegurada a compensação das despesas ocorridas ou o reembolso daquelas excedentes". 5. Processo: 7001785-22.2019.8.22.0001; CDA: 20180200028589; Valor da Ação: R$ 263.217,53 - Atualizado até 10/04/2019 (Principal: R$ 232.935,87; Honorários 10%: R$ 23.293,59; Custas processuais 3%: R$ 6.988,08). 6. Observações para pagamento:

a) Para impressão da guia de pagamento do débito principal (DARE), acessar o site da SEFIN-RO (link: https://www.sefin.ro.gov.br). Em "Serviços Públicos" escolher a opção "Impressão de DARE". Em seguida, selecionar "Impressão pelo Nº do Complemento" e digitar o número da Certidão de Dívida Ativa (CDA). Tratando-se de débito cuja origem é auto de infração, com imposto e multa, serão demonstradas, na tela seguinte, as duas guias a recolher. Deve ser escolhida a guia e informada a data para pagamento. Caso a opção seja o parcelamento do débito, por meio de acesso à àrea restrita do portal do contribuinte (com senha), deverá ser escolhida a opção "Parcelamento de Dívida Ativa" e escolhida a quantidade de parcelas;

b) O pagamento dos honorários advocatícios, no percentual de 10%, deve ser feito via depósito na conta do CENTRO DE ESTUDOS DA PGE, inscrita no CNPJ sob o n. 19.907.343/0001-62, junto ao Banco do Brasil, agência 2757-X, c/c 9769-1;

c) As custas processuais por meio de boleto bancário, obtido no site do TJRO, na aba "Boleto Bancário", opção "Custas Judiciais". Na página seguinte, selecionar "Emissão de guia de recolhimento VINCULADA AO PROCESSO" (link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/custas/custasInicio.jsf). Após a inserção do número do processo judicial, deverão ser selecionadas as opções "Custa inicial 1%" (cod. 1001.1), "Custa inicial adiada +1%" (cod. 1001.2) e "Custa final - Satisfação da execução" (cod. 1004.2).

7. Anexos: Inicial (ID 24116479), CDA (ID 24116481), Petição (ID 26229987), e Termo de Cooperação Técnica.

Cumpra-se. A cópia servirá como CARTA PRECATÓRIA. Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.

Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 7017681-08.2019.8.22.0001
ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
JOSE CLEIDO DOS REIS
DESPACHO INICIAL

1. Cite-se no endereço da inicial para pagar a dívida com os juros e encargos, bem como as custas processuais inicias e finais e honorários advocatícios, ou indicar bens à penhora, no prazo de cinco dias.
2. A citação será feita pelo correio, com aviso de recebimento, se não for requerida por outra forma (art. 8º, inciso I, da Lei n. 6.830/80).
3. Caso o AR retorne negativo por "ausência", renove o ato.
4. Na hipótese do aviso de recebimento não retornar no prazo de 15 dias da entrega da carta à agência postal ou retornar com a informação de endereço não procurado, a citação será feita por MANDADO (inciso III).
5. Expeça Carta Precatória para endereço fora da comarca.
6. Não localizado o devedor, encaminhem-se à Fazenda, para em cinco dias, informar endereço atual/correto ou se manifestar em termos de efetivo prosseguimento do feito.
7. Em caso de pronto pagamento, que deverá ser comunicado nos autos, fixo os honorários advocatícios em 10% sobre o valor do débito.
8. Inexistindo pagamento ou indicação de bens à penhora, dê-se vista à Exequente para atualização do débito, incluindo custas e honorários. Em seguida, retornem os autos conclusos para início das medidas coercitivas para busca de patrimônio.

Cumpra-se. Sirva o presente como CARTA/MANDADO.

Observações para pagamento:

1. Para impressão da guia de pagamento (DARE), acessar o site da SEFIN-RO (link: https://www.sefin.ro.gov.br). Em "Serviços Públicos" escolher a opção "Impressão de DARE". Em seguida, selecionar "Impressão pelo Nº do Complemento" e digitar o número da Certidão de Dívida Ativa (CDA). Tratando-se de débito cuja origem é auto de infração, com imposto e multa, serão demonstradas, na tela seguinte, as duas guias a recolher. Deve ser escolhida a guia e informada a data para pagamento. Caso a opção seja o parcelamento do débito, por meio de acesso à àrea restrita do portal do contribuinte (com senha), deverá ser escolhida a opção "Parcelamento de Dívida Ativa" e escolhida a quantidade de parcelas.
2. O pagamento dos honorários, no percentual de 10%, deve ser feito via depósito na conta do CENTRO DE ESTUDOS DA PGE, inscrita no CNPJ sob o n. 19.907.343/0001-62, junto ao Banco do Brasil, agência 2757-X, c/c 9769-1;
3. As custas processuais por meio de boleto bancário, obtido no site do TJRO, na aba "Boleto Bancário", opção "Custas Judiciais". Na página seguinte, selecionar "Emissão de guia de recolhimento VINCULADA AO PROCESSO" (link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/custas/custasInicio.jsf). Após a inserção do número do processo judicial, deverão ser selecionadas as opções "Custa inicial 1%" (cod. 1001.1), "Custa inicial adiada +1%" (cod. 1001.2) e "Custa final - Satisfação da execução" (cod. 1004.2).

Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.

Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 0208320-45.1995.8.22.0001
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: ANTONIO CLAREL ROZAO PINTO - ADVOGADO DO EXECUTADO: ODAIR MARTINI OAB nº RO30B, TIAGO HENRIQUE MUNIZ ROCHA OAB nº RO7201
DECISÃO

Vistos, etc.,
1. Ciente da interposição do Agravo de Instrumento, mantenho a DECISÃO por seus próprios fundamentos.
2. Indefiro o imediato levantamento do valor bloqueado em favor do Executado, uma vez que a DECISÃO ID 22190664 é objeto de discussão nos autos do Agravo de Instrumento n. 0800644-57.2019.8.22.0000. Proceder a devolução do valor nessa fase processual poderia esvaziar o objeto do referido recurso perante o TJRO.
3. Ademais, consoante restou consignado na DECISÃO ID 22190664, "Inexistindo pedido de tutela de urgência, condiciono a liberação ao decurso do prazo recursal da Fazenda".
4. Intime-se a Exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de dez dias.
Intimem-se. Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Carta Precatória Cível: 7017729-64.2019.8.22.0001
EXEQUENTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
EXECUTADOS: JILMARQUE FERREIRA, SANDRO LAERCIO WAGNER, ADEMIR TERTULIANO DE AMORIM, JOSE EURIPEDES CLEMENTE, LUIZ CARLOS SANTOS GALDINO - ADVOGADOS DOS EXECUTADOS:
DESPACHO
Vistos,
Cumpra-se os atos deprecados (ID 26825530). A cópia servirá de MANDADO.
Após, devolva-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 7017834-41.2019.8.22.0001
ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
IGOR HIDEKI NOGUCHI
DESPACHO INICIAL
1. Cite-se no endereço da inicial para pagar a dívida com os juros e encargos, bem como as custas processuais inicias e finais e honorários advocatícios, ou indicar bens à penhora, no prazo de cinco dias.
2. A citação será feita pelo correio, com aviso de recebimento, se não for requerida por outra forma (art. 8º, inciso I, da Lei n. 6.830/80).
3. Caso o AR retorne negativo por "ausência", renove o ato.
4. Na hipótese do aviso de recebimento não retornar no prazo de 15 dias da entrega da carta à agência postal ou retornar com a informação de endereço não procurado, a citação será feita por MANDADO (inciso III).
5. Expeça Carta Precatória para endereço fora da comarca.
6. Não localizado o devedor, encaminhem-se à Fazenda, para em cinco dias, informar endereço atual/correto ou se manifestar em termos de efetivo prosseguimento do feito.
7. Em caso de pronto pagamento, que deverá ser comunicado nos autos, fixo os honorários advocatícios em 10% sobre o valor do débito.
8. Inexistindo pagamento ou indicação de bens à penhora, dê-se vista à Exequente para atualização do débito, incluindo custas e honorários. Em seguida, retornem os autos conclusos para início das medidas coercitivas para busca de patrimônio.
Cumpra-se. Sirva o presente como CARTA/MANDADO.
Observações para pagamento:
1. Para impressão da guia de pagamento (DARE), acessar o site da SEFIN-RO (link: https://www.sefin.ro.gov.br). Em "Serviços Públicos" escolher a opção "Impressão de DARE". Em seguida, selecionar "Impressão pelo Nº do Complemento" e digitar o número da Certidão de Dívida Ativa (CDA). Tratando-se de débito cuja origem é auto de infração, com imposto e multa, serão demonstradas, na tela seguinte, as duas guias a recolher. Deve ser escolhida a guia e informada a data para pagamento. Caso a opção seja o parcelamento do débito, por meio de acesso à àrea restrita do portal do contribuinte (com senha), deverá ser escolhida a opção "Parcelamento de Dívida Ativa" e escolhida a quantidade de parcelas.
2. O pagamento dos honorários, no percentual de 10%, deve ser feito via depósito na conta do CENTRO DE ESTUDOS DA PGE, inscrita no CNPJ sob o n. 19.907.343/0001-62, junto ao Banco do Brasil, agência 2757-X, c/c 9769-1;
3. As custas processuais por meio de boleto bancário, obtido no site do TJRO, na aba "Boleto Bancário", opção "Custas Judiciais". Na página seguinte, selecionar "Emissão de guia de recolhimento VINCULADA AO PROCESSO" (link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/custas/custasInicio.jsf). Após a inserção do número do processo judicial, deverão ser selecionadas as opções "Custa inicial 1%" (cod. 1001.1), "Custa inicial adiada +1%" (cod. 1001.2) e "Custa final - Satisfação da execução" (cod. 1004.2).
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Carta Precatória Cível: 7017882-97.2019.8.22.0001
DEPRECANTE: TD COMERCIO DE BEBIDAS LTDA - ADVOGADO DO DEPRECANTE:
DEPRECADO: BELTRAO & MARTINS COMERCIO DE BEBIDAS LTDA ME - ADVOGADO DO DEPRECADO:
DESPACHO
Vistos,
Cumpra-se os atos deprecados (ID 26841163). A cópia servirá de MANDADO.
Após, devolva-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal: 7026838-73.2017.8.22.0001
EXEQUENTES: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS, RODAGENS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - DER/RO, D. D. E. R. I. E. S. P. D. E. D. R. -. D. - ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: PROCURADORIA AUTÁRQUICA DO DER/RO
EXECUTADO: CONSTRUTORA E INCORPORADORA KAZUMA LTDA - EPP - ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIADESPACHO
vVistos,
A CPE: autorize a visualização do espelho a consulta ao sistema Renajud, as partes.
Após, intime-se a Exequente para que se manifeste em termos de efetivo prosseguimento da execução, no prazo de dez dias.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal: 0079632-45.2007.8.22.0001
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: J M S SOUZA - ME - ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIADESPACHO
Vistos,
Intime-se a Fazenda Pública para se manifestar em termos de efetivo prosseguimento no prazo de dez dias, sob pena de aplicação do disposto no art. 40 da Lei 6.830/80.
Silente, retornem conclusos para suspensão.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 7041348-91.2017.8.22.0001
ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
TECH CELL COMERCIAL LTDA - ME - ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Vistos,
1. A consulta aos sistemas Bacenjud, Renajud e Infojud foi infrutífera.
2. Encaminhem-se os autos à Exequente para, no prazo de cinco dias, requerer o que entender de direito ou se manifestar em termos de efetivo andamento do feito sob pena de aplicação do disposto no art. 40 da LEF.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal: 0118528-89.2009.8.22.0001
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: MERIDIONAL COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP - ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIADESPACHO
Vistos,
A CPE: certifique-se o trânsito em julgado da SENTENÇA (ID 25095677).
Com isso, proceda a imediata remoção do nome do Executado, MERIDIONAL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-EPP, CNPJ n.05.521.215/0001-71, do cadastro do sistema Serasajud, em relação a estes autos.
Após, arquive-se com as baixas de estilo.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 7038875-35.2017.8.22.0001
ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
LAMINADOS ALVES LTDA - ME - ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIADESPACHO
Vistos,
1. A consulta ao sistema Bacenjud foi infrutífera.
2. Encaminhem-se os autos à Exequente para, no prazo de cinco dias, requerer o que entender de direito ou se manifestar em termos de efetivo andamento do feito sob pena de aplicação do disposto no art. 40 da LEF.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal:0034418-31.2007.8.22.0001

EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADOS: PATRICIA GASPAR PIRES FIGUEIREDO, MATHEUS JOSE FIGUEIREDO JUNIOR, AMAZONMED COMERCIAL LTDADESPACHO /OFÍCIO
Vistos,
1. No prazo máximo de dez dias, transfira o valor da conta judicial vinculada à estes autos, referente ao ID 072018000008699948, para a Fazenda Pública do Estado de Rondônia.
2. A transferência deverá ser realizada via DARE - PGE, disponibilizado no site da Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia – SEFIN (http://www.portal.sefin.ro.gov.br). CDA n. 20060200987734, Código de Receita 5519. Contribuinte: AMAZONMED COMERCIAL LTDA, CNPJ n. 03.074.875/0001-26.
3. Após, o Juízo deverá ser informado, com remessa dos respectivos comprovantes, inclusive da cópia física do DARE.
4. Decorrido o lapso temporal, solicite informações quanto à comprovação das transferências.
5. Ultimadas as providências, intime-se a Exequente para se manifestar em termos prosseguimento da execução, no prazo de dez dias.
Cumpra-se. A cópia servirá de OFÍCIO.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 7047246-85.2017.8.22.0001
EXEQUENTE: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN-RO - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA AUTÁRQUICA DO DETRAN/RO
EXECUTADO: MARIA HELENA SOARES CONDE - ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, ERCI FRANCISCO DE AGUIAR NETO OAB nº RO8659A
DECISÃO
Vistos, etc.,
MARIA HELENA SOARES CONDÉ apresenta exceção de pré-executividade na execução fiscal movida pelo DETRAN-RO, que visa a cobrança do débito oriundo de multa por infração de trânsito, processo administrativo n. 19672/2015, inscrita em dívida ativa no dia 01/10/2015, por meio da Certidão n. 20150205829265.
Aduz ser parte ilegítima para figurar no polo passivo da lide, uma vez que a multa é referente ao ano de 2015, época em que o veículo não mais lhe pertencia.
Explica que realizou a venda do veículo em 12/03/2008, tendo comunicado o departamento de trânsito em 12/08/2010.
Ainda, sustenta que a petição inicial e CDA que instruem a Execução Fiscal são nulas, pois estão sem as assinaturas da autoridade competente.
Juntou documentos.
Intimada, a Excepta rebateu que a infração se deu em 02/07/2010, enquanto o comunicado de venda foi registrado somente em 12/08/2010 (ID 23615514), ou seja, mais de um mês após a incidência da infração, implicando na responsabilização da Excipiente pela multa.
Argumenta que o comunicado de venda por si só não tem o condão de transferir a titularidade do veículo, servindo apenas para isentar o vendedor de responsabilização solidária por multa de trânsito registradas após a realização do comunicado.
Por fim, informa que a CDA integra a peça da petição inicial, trata-se de documento único que foi assinado digitalmente, conforme ID 14249731.
Breve relatório. Decido.
Cinge-se a controvérsia sobre a possibilidade de se imputar ao antigo proprietário de veículo automotor as infrações cometidas após a alienação do veículo. Sobre o tema, o Código Nacional de Trânsito possui a seguinte redação:
Art. 134. No caso de transferência de propriedade, o proprietário antigo deverá encaminhar ao órgão executivo de trânsito do Estado, dentro de um prazo de trinta dias, cópia autenticada do comprovante de transferência de propriedade, devidamente assinado e datado, sob pena de ter que se responsabilizar solidariamente pelas penalidades impostas e suas reincidências até a data da comunicação.
Pela leitura da norma, conclui-se que o antigo proprietário torna-se responsável pelo pagamento da sanção em caso de eventual não-comunicação da transferência ao Detran, assumindo a culpa, pela sua desídia.
Somente após comunicado o órgão de trânsito sobre transferência da propriedade, fica a Administração compelida a fazer as anotações nos registros do veículo, para efeito de responsabilizar o novo proprietário de eventuais infrações cometidas (Precedente: REsp 1024815/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/08/2008, DJe 04/09/2008).
No caso dos autos, a multa foi imputada antes da comunicação da venda do veículo. Os documentos apontam que a infração de trânsito data 02/07/2010 e a comunicação da alineação se deu somente em 12/08/2010.
Ademais, de forma geral, o proprietário é responsabilizado pelo pagamento das multas.
Excepcionalmente elas podem recair sobre o condutor do veículo, desde que seja informado ao Departamento de Trânsito em quinze dias, a contar da data que receber a notificação, conforme determina o art. 257, § 7º, do CTB. Todavia, a Excipiente não de desincumbiu de comprovar ter realizado tal conduta.
Em relação à nulidade da CDA, tem-se por desnecessária a assinatura do Gerente de Arrecadação no caso em análise. Isso porque, a competência para assinar a CDA, bem como, para ajuizar a ação executiva pertence à Procuradoria da Autárquica do DETRAN-RO.
Como se pode observar no ID 14249731, a CDA e petição inicial (documentos únicos), foram assinados digitalmente, além de terem observado estritamente os requisitos de constituição estabelecidos pela Lei 6830/80.
Pelo exposto, rejeito os argumentos de MARIA HELENA SOARES CONDÉ em sede de exceção de pré-executividade e determino o prosseguimento da execução fiscal.
Deixo de condenar a Excipiente ao pagamento de honorários por tratar-se de DECISÃO interlocutória.
Intime-se a Credora para prosseguimento em cinco dias.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 1000366-11.2015.8.22.0001
F. P. D. E. D. R. - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
RODRIGO CHIACCHIO ORTIINHO - ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Vistos,
1. A consulta ao sistema Bacenjud foi infrutífera (protocolo 20190003381993).

2. Encaminhe ao arquivo provisório até março de 2024, independentemente de nova intimação da Fazenda Pública.
3. Após o prazo de cinco anos, intime-se a Exequente para que se manifeste acerca do advento da prescrição, comprovando, de logo, em sendo o caso, eventual causa interruptiva e/ou suspensiva do mencionado instituto.
4. Ressalta-se que a credora poderá pleitear o retorno do trâmite dos autos, a qualquer tempo, desde que encontrados bens suficientes à penhora.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 0045536-67.2008.8.22.0001
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADOS: AGRICOLA MONTE SANTO LTDA - ME, MANOEL BARBOSA DA SILVA, ORELIA INIDINA DOS SANTOS
DECISÃO
Vistos,
As tentativas de localização de bens via Bacenjud foram infrutíferas e a parte Credora não se manifesta nos autos, mesmo intimada. Além disso, o nome da executada já foi inserido nos cadastros do Serasajud.
Assim, com fulcro no art. 40 da LEF suspendo a tramitação do feito por um ano.
Decorrido o lapso temporal, certifique e, em não havendo manifestação da Exequente (§3º do artigo 40 da LEF), encaminhe ao arquivo provisório, independentemente de nova intimação.
Superado o quinquênio, o que também deverá ser certificado, dê-se vista para manifestação sobre prescrição intercorrente.
A credora poderá pleitear o retorno do trâmite dos autos, a qualquer tempo, desde que encontrados bens suficientes à penhora.
Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho - RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal: 7002899-93.2019.8.22.0001
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: JHV IMPLEMENTOS RODOVIARIOS LTDA - ADVOGADO DO EXECUTADO: HENRIQUE DA CUNHA TAVARES OAB/ES 10.159DESPACHO
Vistos,
Intime-se a Exequente para que se manifeste em relação ao bem indicado à penhora como garantia do juízo, no prazo de dez dias.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 0004809-61.2011.8.22.0001
ESTADO DE RONDÔNIA
LIVALDO BELTINO DE QUEIROZ - ADVOGADO DO EXECUTADO:
DESPACHO
Vistos,
1. A consulta ao sistema Bacenjud resultou na penhora do valor integral do débito.
2. À CPE: autorize-se a visualização da consulta ao Bacenjud (em anexo) às partes.
3. Intime-se o executado, através de vistas à Defensoria Pública (curadora especial), acerca da constrição, bem como do prazo de trinta dias (art. 16, III, Lei 6.830/80) para oferecimento de embargos.
4. Decorrido o prazo sem manifestação, encaminhem-se os autos à Exequente para, no prazo de dez dias, requerer o que entender de direito ou se manifestar em termos de efetivo andamento do feito sob pena de aplicação do disposto no art. 40 da LEF.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 7017840-48.2019.8.22.0001
ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
JOKEBED LIMA TAVEIRA
DESPACHO INICIAL
1. Cite-se no endereço da inicial para pagar a dívida com os juros e encargos, bem como as custas processuais inicias e finais e honorários advocatícios, ou indicar bens à penhora, no prazo de cinco dias.
2. A citação será feita pelo correio, com aviso de recebimento, se não for requerida por outra forma (art. 8º, inciso I, da Lei n. 6.830/80).
3. Caso o AR retorne negativo por “ausência”, renove o ato.
4. Na hipótese do aviso de recebimento não retornar no prazo de 15 dias da entrega da carta à agência postal ou retornar com a informação de endereço não procurado, a citação será feita por MANDADO (inciso III).
5. Expeça Carta Precatória para endereço fora da comarca.
6. Não localizado o devedor, encaminhem-se à Fazenda, para em cinco dias, informar endereço atual/correto ou se manifestar em termos de efetivo prosseguimento do feito.
7. Em caso de pronto pagamento, que deverá ser comunicado nos autos, fixo os honorários advocatícios em 10% sobre o valor do débito.
8. Inexistindo pagamento ou indicação de bens à penhora, dê-se vista à Exequente para atualização do débito, incluindo custas e honorários. Em seguida, retornem os autos conclusos para início das medidas coercitivas para busca de patrimônio.
Cumpra-se. Sirva o presente como CARTA/MANDADO.
Observações para pagamento:
1. Para impressão da guia de pagamento (DARE), acessar o site da SEFIN-RO (link: https://www.sefin.ro.gov.br). Em “Serviços Públicos” escolher a opção “Impressão de DARE”. Em seguida,

selecionar “Impressão pelo Nº do Complemento” e digitar o número da Certidão de Dívida Ativa (CDA). Tratando-se de débito cuja origem é auto de infração, com imposto e multa, serão demonstradas, na tela seguinte, as duas guias a recolher. Deve ser escolhida a guia e informada a data para pagamento. Caso a opção seja o parcelamento do débito, por meio de acesso à àrea restrita do portal do contribuinte (com senha), deverá ser escolhida a opção “Parcelamento de Dívida Ativa” e escolhida a quantidade de parcelas.
2. O pagamento dos honorários, no percentual de 10%, deve ser feito via depósito na conta do CENTRO DE ESTUDOS DA PGE, inscrita no CNPJ sob o n. 19.907.343/0001-62, junto ao Banco do Brasil, agência 2757-X, c/c 9769-1;
3. As custas processuais por meio de boleto bancário, obtido no site do TJRO, na aba “Boleto Bancário”, opção “Custas Judiciais”. Na página seguinte, selecionar “Emissão de guia de recolhimento VINCULADA AO PROCESSO” (link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/custas/custasInicio.jsf). Após a inserção do número do processo judicial, deverão ser selecionadas as opções “Custa inicial 1%” (cod. 1001.1), “Custa inicial adiada +1%” (cod. 1001.2) e “Custa final - Satisfação da execução” (cod. 1004.2).
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal:0169610-62.2009.8.22.0001
EXEQUENTES: F. P. D. E. D. R., F. P. D. E. D. R.
EXECUTADO: AUTO POSTO JESSICA LTDA - MEDESPACHO
Vistos,
Intime-se a Fazenda Pública para se manifestar em termos de efetivo prosseguimento no prazo de dez dias, sob pena de aplicação do disposto no art. 40 da Lei 6.830/80.
Silente, retornem conclusos para suspensão.
Cumpra-se.
Porto Velho - RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Carta Precatória Cível: 7017687-15.2019.8.22.0001
AUTOR: MARIA DE LOURDES GOMES PAULINO - ADVOGADO DO AUTOR: MAURA ESTER FONSECA DIAS OAB nº RO9674, JONATA BRENO MOREIRA SANTANA OAB nº RO9856, LARA MARIA MONTEIRO FRANCHI NUNES OAB nº RO9106, TEREZINHA MOREIRA SANTANA OAB nº RO6132
RÉU: NILTON DA SILVA AUGUSTO - ADVOGADO DO RÉU:
DESPACHO
Vistos,
Cumpra-se os atos deprecados (ID 26817612). A cópia servirá de MANDADO.
Após, devolva-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 7017849-10.2019.8.22.0001
ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DAVID A D VASCONCELOS - ME
DESPACHO INICIAL
1. Cite-se no endereço da inicial para pagar a dívida com os juros e encargos, bem como as custas processuais inicias e finais e honorários advocatícios, ou indicar bens à penhora, no prazo de cinco dias.
2. A citação será feita pelo correio, com aviso de recebimento, se não for requerida por outra forma (art. 8º, inciso I, da Lei n. 6.830/80).
3. Caso o AR retorne negativo por “ausência”, renove o ato.
4. Na hipótese do aviso de recebimento não retornar no prazo de 15 dias da entrega da carta à agência postal ou retornar com a informação de endereço não procurado, a citação será feita por MANDADO (inciso III).
5. Expeça Carta Precatória para endereço fora da comarca.
6. Não localizado o devedor, encaminhem-se à Fazenda, para em cinco dias, informar endereço atual/correto ou se manifestar em termos de efetivo prosseguimento do feito.
7. Em caso de pronto pagamento, que deverá ser comunicado nos autos, fixo os honorários advocatícios em 10% sobre o valor do débito.
8. Inexistindo pagamento ou indicação de bens à penhora, dê-se vista à Exequente para atualização do débito, incluindo custas e honorários. Em seguida, retornem os autos conclusos para início das medidas coercitivas para busca de patrimônio.
Cumpra-se. Sirva o presente como CARTA/MANDADO.
Observações para pagamento:
1. Para impressão da guia de pagamento (DARE), acessar o site da SEFIN-RO (link: https://www.sefin.ro.gov.br). Em “Serviços Públicos” escolher a opção “Impressão de DARE”. Em seguida, selecionar “Impressão pelo Nº do Complemento” e digitar o número da Certidão de Dívida Ativa (CDA). Tratando-se de débito cuja origem é auto de infração, com imposto e multa, serão demonstradas, na tela seguinte, as duas guias a recolher. Deve ser escolhida a guia e informada a data para pagamento. Caso a opção seja o parcelamento do débito, por meio de acesso à àrea restrita do portal do contribuinte (com senha), deverá ser escolhida a opção “Parcelamento de Dívida Ativa” e escolhida a quantidade de parcelas.
2. O pagamento dos honorários, no percentual de 10%, deve ser feito via depósito na conta do CENTRO DE ESTUDOS DA PGE, inscrita no CNPJ sob o n. 19.907.343/0001-62, junto ao Banco do Brasil, agência 2757-X, c/c 9769-1;
3. As custas processuais por meio de boleto bancário, obtido no site do TJRO, na aba “Boleto Bancário”, opção “Custas Judiciais”. Na página seguinte, selecionar “Emissão de guia de recolhimento VINCULADA AO PROCESSO” (link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/custas/custasInicio.jsf). Após a inserção do número do processo judicial, deverão ser selecionadas as opções “Custa inicial 1%” (cod. 1001.1), “Custa inicial adiada +1%” (cod. 1001.2) e “Custa final - Satisfação da execução” (cod. 1004.2).
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 1000198-09.2015.8.22.0001

F. P. D. E. D. R. - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
WASHINGTON LUIZ MARQUES - ADVOGADO DO EXECUTADO: DALMO JACOB DO AMARAL JUNIOR OAB nº AM1027DESPACHO
Vistos,
1. A consulta ao sistema Bacenjud e Renajud foi infrutífera.
2. Encaminhem-se os autos à Exequente para, no prazo de cinco dias, requerer o que entender de direito ou se manifestar em termos de efetivo andamento do feito sob pena de aplicação do disposto no art. 40 da LEF.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 7017838-78.2019.8.22.0001
ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
LACI COLARES DE LIMA
DESPACHO INICIAL
1. Cite-se no endereço da inicial para pagar a dívida com os juros e encargos, bem como as custas processuais inicias e finais e honorários advocatícios, ou indicar bens à penhora, no prazo de cinco dias.
2. A citação será feita pelo correio, com aviso de recebimento, se não for requerida por outra forma (art. 8º, inciso I, da Lei n. 6.830/80).
3. Caso o AR retorne negativo por "ausência", renove o ato.
4. Na hipótese do aviso de recebimento não retornar no prazo de 15 dias da entrega da carta à agência postal ou retornar com a informação de endereço não procurado, a citação será feita por MANDADO (inciso III).
5. Expeça Carta Precatória para endereço fora da comarca.
6. Não localizado o devedor, encaminhem-se à Fazenda, para em cinco dias, informar endereço atual/correto ou se manifestar em termos de efetivo prosseguimento do feito.
7. Em caso de pronto pagamento, que deverá ser comunicado nos autos, fixo os honorários advocatícios em 10% sobre o valor do débito.
8. Inexistindo pagamento ou indicação de bens à penhora, dê-se vista à Exequente para atualização do débito, incluindo custas e honorários. Em seguida, retornem os autos conclusos para início das medidas coercitivas para busca de patrimônio.
Cumpra-se. Sirva o presente como CARTA/MANDADO.
Observações para pagamento:
1. Para impressão da guia de pagamento (DARE), acessar o site da SEFIN-RO (link: https://www.sefin.ro.gov.br). Em "Serviços Públicos" escolher a opção "Impressão de DARE". Em seguida, selecionar "Impressão pelo Nº do Complemento" e digitar o número da Certidão de Dívida Ativa (CDA). Tratando-se de débito cuja origem é auto de infração, com imposto e multa, serão demonstradas, na tela seguinte, as duas guias a recolher. Deve ser escolhida a guia e informada a data para pagamento. Caso a opção seja o parcelamento do débito, por meio de acesso à àrea restrita do portal do contribuinte (com senha), deverá ser escolhida a opção "Parcelamento de Dívida Ativa" e escolhida a quantidade de parcelas.
2. O pagamento dos honorários, no percentual de 10%, deve ser feito via depósito na conta do CENTRO DE ESTUDOS DA PGE, inscrita no CNPJ sob o n. 19.907.343/0001-62, junto ao Banco do Brasil, agência 2757-X, c/c 9769-1;
3. As custas processuais por meio de boleto bancário, obtido no site do TJRO, na aba "Boleto Bancário", opção "Custas Judiciais". Na página seguinte, selecionar "Emissão de guia de recolhimento VINCULADA AO PROCESSO" (link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/custas/custasInicio.jsf). Após a inserção do número do processo judicial, deverão ser selecionadas as opções "Custa inicial 1%" (cod. 1001.1), "Custa inicial adiada +1%" (cod. 1001.2) e "Custa final - Satisfação da execução" (cod. 1004.2).
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 7017855-17.2019.8.22.0001
ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
LUCIANO C. CAMPOS DISTRIBUIDORA - ME
DESPACHO INICIAL
1. Cite-se no endereço da inicial para pagar a dívida com os juros e encargos, bem como as custas processuais inicias e finais e honorários advocatícios, ou indicar bens à penhora, no prazo de cinco dias.
2. A citação será feita pelo correio, com aviso de recebimento, se não for requerida por outra forma (art. 8º, inciso I, da Lei n. 6.830/80).
3. Caso o AR retorne negativo por "ausência", renove o ato.
4. Na hipótese do aviso de recebimento não retornar no prazo de 15 dias da entrega da carta à agência postal ou retornar com a informação de endereço não procurado, a citação será feita por MANDADO (inciso III).
5. Expeça Carta Precatória para endereço fora da comarca.
6. Não localizado o devedor, encaminhem-se à Fazenda, para em cinco dias, informar endereço atual/correto ou se manifestar em termos de efetivo prosseguimento do feito.
7. Em caso de pronto pagamento, que deverá ser comunicado nos autos, fixo os honorários advocatícios em 10% sobre o valor do débito.
8. Inexistindo pagamento ou indicação de bens à penhora, dê-se vista à Exequente para atualização do débito, incluindo custas e honorários. Em seguida, retornem os autos conclusos para início das medidas coercitivas para busca de patrimônio.
Cumpra-se. Sirva o presente como CARTA/MANDADO.
Observações para pagamento:
1. Para impressão da guia de pagamento (DARE), acessar o site da SEFIN-RO (link: https://www.sefin.ro.gov.br). Em "Serviços Públicos" escolher a opção "Impressão de DARE". Em seguida, selecionar "Impressão pelo Nº do Complemento" e digitar o número da Certidão de Dívida Ativa (CDA). Tratando-se de débito cuja origem é auto de infração, com imposto e multa, serão demonstradas, na tela seguinte, as duas guias a recolher. Deve ser escolhida a guia e informada a data para pagamento. Caso a opção seja o parcelamento do débito, por meio de acesso à àrea restrita do portal do contribuinte (com senha), deverá ser escolhida a opção "Parcelamento de Dívida Ativa" e escolhida a quantidade de parcelas.
2. O pagamento dos honorários, no percentual de 10%, deve ser feito via depósito na conta do CENTRO DE ESTUDOS DA PGE, inscrita no CNPJ sob o n. 19.907.343/0001-62, junto ao Banco do Brasil, agência 2757-X, c/c 9769-1;
3. As custas processuais por meio de boleto bancário, obtido no site do TJRO, na aba "Boleto Bancário", opção "Custas Judiciais". Na página seguinte, selecionar "Emissão de guia de recolhimento VINCULADA AO PROCESSO" (link: http://webapp.tjro.jus.br/

custas/pages/custas/custasInicio.jsf). Após a inserção do número do processo judicial, deverão ser selecionadas as opções “Custa inicial 1%” (cod. 1001.1), “Custa inicial adiada +1%” (cod. 1001.2) e “Custa final - Satisfação da execução” (cod. 1004.2).
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal:7043907-84.2018.8.22.0001
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: C.R. COMERCIO E REPRESENTACAO DE TRANSPORTES EIRELI - MEDESPACHO
Vistos,
Intime-se a Fazenda Pública para se manifestar em termos de efetivo prosseguimento no prazo de dez dias, sob pena de aplicação do disposto no art. 40 da Lei 6.830/80.
Silente, retornem conclusos para suspensão.
Cumpra-se.
Porto Velho - RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal: 7013468-90.2018.8.22.0001
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: MARCELO SOARES DE LIMA - ADVOGADO DO EXECUTADO: SANDRO ROBERTO BERLANGA NIGRO OAB nº SP178391DESPACHO
Vistos,
1. Proceda a penhora e avaliação de um TRATOR, marca/modelo: SCANIA/T113 H 4X2 360, PLACA: CLQ 2416, RENAVAM: 00670908380, cora azul.
2. Intime-se o executado acerca da penhora e do valor da avaliação; bem como para, querendo, oferecer EMBARGOS no prazo de trinta dias, contados da data da intimação da penhora.
3. RESPONSÁVEL PELAS DESPESAS E CUSTAS: Isenta (art. 39 da Lei 6.830/1980). Se o r. Juízo Deprecado assim não entender, fica esclarecido que eventuais custas e diligências do oficial de justiça, deverão ser dirigidas à respectiva Procuradoria Geral desse Estado, conforme Cláusula Quarta do Termo de Cooperação Técnica, firmado entre as Procuradorias Gerais dos Estados e do Distrito Federal, em 1º de julho de 2016, a seguir: “CLÁUSULA QUARTA - Qualquer das partes signatárias, a pedido de outra, acompanhará o cumprimento de cartas precatórias e fornecerá informações a respeito do seu andamento, efetuando, se necessário, o pagamento de custas e diligências para o imediato impulso da missiva, ficando assegurada a compensação das despesas ocorridas ou o reembolso daquelas excedentes”.
4. Processo: 7013468-90.2018.8.22.0001, CDA n. 20180200003345; Classe: Execução Fiscal; Exequente: Estado de Rondônia; Executado: Marcelo Soares de Lima.
Cumpra-se. Sirva o DESPACHO como CARTA PRECATÓRIA.
Endereço: Praça dos Emancipadores, n. 142, Bairro Centro, Juquitiba/SP.
Valor atualizado da dívida até 23/05/2018: R$ 17.113,73.
ANEXOS: CDA, petição (ID 19222217; ID 22920478), termo de cooperação técnica entre as Procuradorias-Gerais dos Estados e do Distrito Federal.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal:7050129-39.2016.8.22.0001
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: COMERCIAL PIRANHA IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDADESPACHO
Vistos,
Intime-se a Fazenda Pública para se manifestar em termos de efetivo prosseguimento no prazo de dez dias, sob pena de aplicação do disposto no art. 40 da Lei 6.830/80.
Silente, retornem conclusos para suspensão.
Cumpra-se.
Porto Velho - RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 7016793-39.2019.8.22.0001
ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
CONSTRUTORA AMIL LTDA
DESPACHO INICIAL
1. Cite-se no endereço da inicial para pagar a dívida com os juros e encargos, bem como as custas processuais inicias e finais e honorários advocatícios, ou indicar bens à penhora, no prazo de cinco dias.
2. A citação será feita pelo correio, com aviso de recebimento, se não for requerida por outra forma (art. 8º, inciso I, da Lei n. 6.830/80).
3. Caso o AR retorne negativo por “ausência”, renove o ato.
4. Na hipótese do aviso de recebimento não retornar no prazo de 15 dias da entrega da carta à agência postal ou retornar com a informação de endereço não procurado, a citação será feita por MANDADO (inciso III).
5. Expeça Carta Precatória para endereço fora da comarca.
6. Não localizado o devedor, encaminhem-se à Fazenda, para em cinco dias, informar endereço atual/correto ou se manifestar em termos de efetivo prosseguimento do feito.
7. Em caso de pronto pagamento, que deverá ser comunicado nos autos, fixo os honorários advocatícios em 10% sobre o valor do débito.
8. Inexistindo pagamento ou indicação de bens à penhora, dê-se vista à Exequente para atualização do débito, incluindo custas e honorários. Em seguida, retornem os autos conclusos para início das medidas coercitivas para busca de patrimônio.
Cumpra-se. Sirva o presente como CARTA/MANDADO.
Observações para pagamento:
1. Para impressão da guia de pagamento (DARE), acessar o site da SEFIN-RO (link: https://www.sefin.ro.gov.br). Em “Serviços Públicos” escolher a opção “Impressão de DARE”. Em seguida, selecionar “Impressão pelo Nº do Complemento” e digitar o

número da Certidão de Dívida Ativa (CDA). Tratando-se de débito cuja origem é auto de infração, com imposto e multa, serão demonstradas, na tela seguinte, as duas guias a recolher. Deve ser escolhida a guia e informada a data para pagamento. Caso a opção seja o parcelamento do débito, por meio de acesso à àrea restrita do portal do contribuinte (com senha), deverá ser escolhida a opção "Parcelamento de Dívida Ativa" e escolhida a quantidade de parcelas.
2. O pagamento dos honorários, no percentual de 10%, deve ser feito via depósito na conta do CENTRO DE ESTUDOS DA PGE, inscrita no CNPJ sob o n. 19.907.343/0001-62, junto ao Banco do Brasil, agência 2757-X, c/c 9769-1;
3. As custas processuais por meio de boleto bancário, obtido no site do TJRO, na aba "Boleto Bancário", opção "Custas Judiciais". Na página seguinte, selecionar "Emissão de guia de recolhimento VINCULADA AO PROCESSO" (link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/custas/custasInicio.jsf). Após a inserção do número do processo judicial, deverão ser selecionadas as opções "Custa inicial 1%" (cod. 1001.1), "Custa inicial adiada +1%" (cod. 1001.2) e "Custa final - Satisfação da execução" (cod. 1004.2).
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 7048956-09.2018.8.22.0001
F. P. D. E. D. R. - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
C & D MOTORS AVANT LTDA - EPP - ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Vistos,
1. A consulta ao sistema Bacenjud resultou em bloqueio parcial. Intime-se o executado, por carta, acerca do bloqueio parcial. Em atendimento ao artigo 16 da LEF, embargos à execução fiscal só serão admitidos em caso de reforço da penhora.
2. À CPE: autorize-se a visualização da consulta ao convênio (em anexo) às partes.
3. Após, encaminhem-se os autos à Exequente para, no prazo de cinco dias, requerer o que entender de direito ou se manifestar em termos de efetivo andamento do feito sob pena de aplicação do disposto no art. 40 da LEF.
Cumpra-se. A cópia servirá de CARTA.
Endereço: AV. T 63, CASA 125, SETOR BELA LESTE, CEP 74823345, GOIÂNIA/GO.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 0211040-96.2006.8.22.0001
ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
FLORISVALDO TEIXEIRA PINTO - ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Vistos,
A consulta ao sistema Bacenjud foi infrutífera.
Encaminhem-se os autos à Exequente para, no prazo de cinco dias, requerer o que entender de direito ou se manifestar em termos de efetivo andamento do feito sob pena de aplicação do disposto no art. 40 da LEF.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 7037336-34.2017.8.22.0001
ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
MARIA DAS GRACAS DO NASCIMENTO, NET CHIP DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA LTDA - ME - ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: DESPACHO
Vistos,
A consulta ao sistema Bacenjud foi infrutífera.
Encaminhem-se os autos à Exequente para, no prazo de cinco dias, requerer o que entender de direito ou se manifestar em termos de efetivo andamento do feito sob pena de aplicação do disposto no art. 40 da LEF.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal:1000428-85.2014.8.22.0001
EXEQUENTE: F. P. D. E. D. R.
EXECUTADO: INDUSTRIA ALIMENTICIA DO VALE LTDA MEDESPACHO
Vistos,
Intime-se a Fazenda Pública para se manifestar em termos de efetivo prosseguimento no prazo de dez dias, sob pena de aplicação do disposto no art. 40 da Lei 6.830/80.
Silente, retornem conclusos para suspensão.
Cumpra-se.
Porto Velho - RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Carta Precatória Cível: 7017658-62.2019.8.22.0001
EXEQUENTE: RECON ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: ALYSSON TOSIN OAB nº MG86925

EXECUTADO: IVAN GOMES PINHEIRO - ADVOGADO DO EXECUTADO:DESPACHO
Vistos,
Intime-se a requerente para comprovar o recolhimento das custas das diligências da Carta Precatória no prazo de cinco dias sob pena de devolução da missiva. Silente, devolva-se.
Satisfeita a determinação supra, cumpra-se os atos deprecados.
A cópia servirá de MANDADO.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 7016551-80.2019.8.22.0001
ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
IDTCORP COMERCIO E TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI - EPP
DESPACHO INICIAL
1. Cite-se no endereço da inicial para pagar a dívida com os juros e encargos, bem como as custas processuais inicias e finais e honorários advocatícios, ou indicar bens à penhora, no prazo de cinco dias.
2. A citação será feita pelo correio, com aviso de recebimento, se não for requerida por outra forma (art. 8º, inciso I, da Lei n. 6.830/80).
3. Caso o AR retorne negativo por "ausência", renove o ato.
4. Na hipótese do aviso de recebimento não retornar no prazo de 15 dias da entrega da carta à agência postal ou retornar com a informação de endereço não procurado, a citação será feita por MANDADO (inciso III).
5. Expeça Carta Precatória para endereço fora da comarca.
6. Não localizado o devedor, encaminhem-se à Fazenda, para em cinco dias, informar endereço atual/correto ou se manifestar em termos de efetivo prosseguimento do feito.
7. Em caso de pronto pagamento, que deverá ser comunicado nos autos, fixo os honorários advocatícios em 10% sobre o valor do débito.
8. Inexistindo pagamento ou indicação de bens à penhora, dê-se vista à Exequente para atualização do débito, incluindo custas e honorários. Em seguida, retornem os autos conclusos para início das medidas coercitivas para busca de patrimônio.
Cumpra-se. Sirva o presente como CARTA/MANDADO.
Observações para pagamento:
1. O pagamento dos honorários, no percentual de 10%, deve ser feito via depósito na conta do CENTRO DE ESTUDOS DA PGE, inscrita no CNPJ sob o n. 19.907.343/0001-62, junto ao Banco do Brasil, agência 2757-X, c/c 9769-1;
2. As custas processuais por meio de boleto bancário, obtido no site do TJRO, na aba "Boleto Bancário", opção "Custas Judiciais". Na página seguinte, selecionar "Emissão de guia de recolhimento VINCULADA AO PROCESSO" (link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/custas/custasInicio.jsf). Após a inserção do número do processo judicial, deverão ser selecionadas as opções "Custa inicial 1%" (cod. 1001.1), "Custa inicial adiada +1%" (cod. 1001.2) e "Custa final - Satisfação da execução" (cod. 1004.2).
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 7035255-78.2018.8.22.0001
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: CHR SISTEMAS EIRELI - ME - ADVOGADO DO EXECUTADO: FRANCISCO RICARDO VIEIRA OLIVEIRA OAB nº RO1959
DECISÃO
Vistos e etc.,
CHR Sistemas Eireli Me promove exceção de pré-executividade em desfavor de Fazenda Pública do Estado de Rondônia.
Argumenta a nulidade do título executivo em virtude da inexistência de fato gerador na operação realizada.
Pede a extinção do feito.
Junta documentos.
Em sede de impugnação a Fazenda Pública noticiou que a Empresa foi autuada em virtude do descumprimento de obrigação acessória.
Deste modo, pede a manutenção da cobrança.
É o breve relatório. Decido.
As matérias apresentadas são passíveis discussão pela via escolhida, portanto, passo a análise.
Neste caso, convém distinguir as obrigações principais das obrigações acessórias ou instrumentais.
Enquanto as obrigações principais possuem no núcleo do seu fato gerador um dever de pagar um tributo ou penalidade, as obrigações acessórias se tratam de deveres do contribuinte previstos na legislação tributária que se traduzem em um fazer ou não-fazer, tudo isso voltado a facilitar a fiscalização e, portanto, a própria atuação dos Entes tributantes.
Nesse sentido, confira-se o disposto no art. 113 do CTN:
Art. 113. A obrigação tributária é principal ou acessória.
§ 1º A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
§ 2º A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
§ 3º A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.
No caso em comento, em análise ao Auto de Infração juntado pela excipiente (ID:23470894, p. 6) percebe-se que a parte foi autuada por não possuir Inscrição Estadual no Estado de Rondônia.
A obrigação encontra-se prevista no art. 117, I do RICMS RO:
Art. 117. São obrigações, entre outras, do contribuinte do imposto e demais pessoas físicas ou jurídicas, definidas como tal neste regulamento, observados a forma e prazos estabelecidos na Legislação Tributária, além de pagar o imposto e, sendo o caso, os acréscimos legais (Lei 688/96, art. 59):
I – inscrever-se na repartição fazendária antes do início das atividades, inclusive o produtor rural, mediante declaração cadastral específica;
Verifica-se que a Excipiente não comprovou a existência da mencionada inscrição durante a passagem pelo posto fiscal de Vilhena. Nesse passo, é valida a cobrança de multa pelo descumprimento da obrigação instrumental.
Ademais, é desnecessária a discussão quanto a existência de fato gerador do ICMS pois o tributo não é cobrado na CDA de n. 20180200023860, apenas a multa fixada no art. 77, inciso VII, "c", item 1 da Lei 688/96. Observe:
Art. 77. As infrações e as multas correspondentes são as seguintes: (NR Lei nº 3583, de 9/7/15 – efeitos a partir de 01/07/15)

II - infrações relacionadas às operações com mercadorias ou bens ou, ainda, aos casos de prestações de serviços: (NR dada pela Lei nº 3756, de 30.12.15)
c) multa de 15% (quinze por cento):
1. do valor da operação, pela aquisição ou saída de mercadorias ou bens por estabelecimento em situação cadastral irregular ou não cadastrado:
Por fim, a Excipiente não apresentou argumentos suficientes para ilidir as presunções de certeza e liquidez do título executivo (art. 3º da LEF) sendo necessário o prosseguimento do executivo fiscal.
Ante o exposto, rejeito os argumentos de CHR Sistemas Eireli Me em sede de exceção e determino o prosseguimento do executivo fiscal.
Deixo de condenar a excipiente ao pagamento de honorários advocatícios por tratar-se de DECISÃO interlocutória.
Intime-se a Fazenda para prosseguimento do feito em cinco dias.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 7044319-49.2017.8.22.0001
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN-RO - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA AUTÁRQUICA DO DETRAN/RO
DEENE SANDRA DE SOUZA CRUZ - ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Vistos,
1. A consulta ao sistema Bacenjud foi infrutífera.
2. Providencie o necessário para inclusão do nome da parte executada, DEENE SANDRA DE SOUZA CRUZ CPF nº 005.703.882-10, nos cadastros do Serasajud. O valor atualizado da dívida até 10/04/2019 é de R$ 1.244,81.
3. Após, encaminhem-se os autos à Exequente para, no prazo de cinco dias, requerer o que entender de direito ou se manifestar em termos de efetivo andamento do feito sob pena de aplicação do disposto no art. 40 da LEF.
Cumpra-se. A cópia servirá de OFÍCIO.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 7016853-12.2019.8.22.0001
ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
CLEIDIVAN CIPRIANO DE OLIVEIRA COSTA
DESPACHO INICIAL
Vistos,
Entre a data de lavratura do auto de infração (01/2012, 01/2013, 01/2014) e a propositura da execução fiscal (01/2017, 01/2018, 01/2019) decorreu prazo superior a cinco anos.
Conforme disposto no art. 10 do CPC, intime-se a Fazenda Pública para se manifestar quanto à prescrição, no prazo de dez dias.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Carta Precatória Cível: 7018060-46.2019.8.22.0001
DEPRECANTES: ROSANE SCHUMANN, JOCEMAR SCHUMANN, LAERCIO SCHUMANN, CARMEN DE SOUZA SCHUMANN - ADVOGADOS DOS DEPRECANTES:
DEPRECADOS: LICELDA MARIA PICCININI, EUCLYDES LEOPOLDO PICCININI - ADVOGADOS DOS DEPRECADOS:
DESPACHO
Vistos,
Cumpra-se os atos deprecados (ID 26872369). A cópia servirá de MANDADO.
Após, devolva-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Carta Precatória Cível: 7013117-54.2017.8.22.0001
DEPRECANTE: JONIS TORRES TATAGIBA - ADVOGADO DO DEPRECANTE: JONIS TORRES TATAGIBA OAB nº RO4318
DEPRECADO: MARIA DAJUDA GOMES SOARES - ADVOGADO DO DEPRECADO: ENEIAS BRAGA FARAGE OAB nº RO5307DESPACHO
Vistos,
Em análise aos autos, verifica-se que os atos deprecados foram cumpridos, o que culminou com a devolução da missiva ao Juízo Deprecante via Malote Digital (ID 9678461 e ID 10071291).
Em verdade, uma vez devolvida a Carta Precatória, encerra-se a atuação do Juízo deprecado, sendo vedado proceder a análise dos pedidos realizados posteriormente pela Requerente.
O requerimento Id 25259432 poderá ser feito junto ao juízo deprecante (Segunda Vara Cível da Comarca de Ariquemes/RO – Proc. n. 0009533-66.2015.8.22.0002).
À CPE: devolva-se ao arquivo.
Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal: 0090050-47.2004.8.22.0001
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: C A DA SILVA ANTERO - ME - ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Vistos, etc.,
Trata-se de execução fiscal que a Fazenda Pública do Estado de Rondônia propôs contra C da Silva Antero Me (CNPJ n. 84.749.399/0001-06) para cobrança do crédito tributário descrito na CDA n. 2004020000775.

Intimada para se manifestar quanto à prescrição intercorrente, a Fazenda afirma que não houve inércia da Credora para solicitação de providências e pede o prosseguimento do feito.
É o breve relatório. Decido.
Em execução fiscal, a prescrição intercorrente está preconizada no art. 40 da Lei 6.830/80, nos seguintes termos:
Art. 40 – O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição.
§1º – Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública.
§2º – Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos.
§3º – Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução.
§4º – Se da DECISÃO que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004).
Infere-se, assim, que decorrido o prazo de cinco anos, contados a partir do término da suspensão de um ano determinada pelo magistrado, sem que sejam localizados bens do devedor, extingue-se o direito do credor pela ocorrência da prescrição intercorrente.
Frise-se que o STJ pacificou, em julgamento submetido ao rito dos recursos repetitivos, que o termo inicial da contagem do prazo da prescrição intercorrente inicia-se automaticamente após o término da suspensão de 1 ano determinada pelo Juízo, independentemente de remessa ao arquivo provisório. A propósito, confira-se as teses aprovadas no referido julgado de 12/09/2018 (REsp n. 1.340.553/RS). Confira-se:
RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80).
1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do
PODER JUDICIÁRIO ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais.
2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente".
3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege.
4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973):
4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução;
4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo DESPACHO ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução.
4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronuciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato;
4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo – mesmo depois de escoados os referidos prazos –, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição que requereu a providência frutífera.
4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa.
5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp n. 1.340.553/RS, Rel. Min. Mauro Campbell, PRIMEIRA SEÇÃO, Julgamento em 12/09/2018, DJe 16/10/2018).
Tratando-se de julgamento de recurso especial submetido ao rito dos recursos repetitivos, a tese firmada pelo Tribunal Superior deverá ser aplicada pelos Tribunais e juízes de primeiro grau, consoante determina o art. 1.040 do CPC/2015. Vejamos:
Art. 1.040. Publicado o acórdão paradigma:
III – os processos suspensos em primeiro e segundo graus de jurisdição retomarão o curso para julgamento e aplicação da tese firmada pelo tribunal superior;
Desta feita, sendo certo que a tese firmada deve ser aplicada por este Juízo, passa-se a análise dos autos.
O Juízo determinou a suspensão do feito por 1 ano em 05/06/2012, nos termos do artigo 40 da LEF (fls. 31). A Fazenda foi intimada pessoalmente acerca da suspensão do feito, registrando ciência em 28/06/2012 (fls. 32).
Aplicando o entendimento do STJ retro citado, conclui-se que o prazo da prescrição intercorrente iniciou-se de forma automática a partir do dia seguinte ao término da suspensão de 1 ano, independentemente da data de remessa ao arquivo. Portanto, o termo inicial do prazo da prescrição intercorrente ocorreu em 29/06/2013, enquanto que o termo final se deu em 29/06/2018.

Imperioso destacar que inexiste, nos autos, causa de interrupção do prazo prescricional, mormente por que não se localizou bens penhoráveis do devedor nesse interstício temporal, sendo certo que as diligências infrutíferas realizadas não tem o condão de interromper o curso do prazo prescricional (STJ, AgInt no REsp 1.361.038/RJ, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 12/09/2016).
A prescrição intercorrente prevista no art. 40 da LEF se trata de modalidade de prescrição cujo reconhecimento deve ser declarado, não como sanção à Exequente por sua inércia, mas em razão do ordenamento jurídico vedar o prolongamento das relações jurídicas ad eternum, inclusive quanto aos créditos tributários dos Entes Públicos.
A intenção é proteger a segurança jurídica, evitando que as relações jurídicas da sociedade perdurem por tempo indeterminado.
Trata-se de interpretação consentânea com o princípio da duração razoável do processo, previsto tanto na Constituição Federal (art. 5º, LXXVIII), como na atual legislação processual (art. 4º, NCPC).
É certo que a norma prevista no CPC, inclusive, deixa claro que a razoável duração do processo se aplica, inclusive, em relação às atividades satisfativas.
Assim, conclui-se que decorreu prazo superior a cinco anos contados a partir do dia seguinte ao término da suspensão de 1 ano sem a indicação de bens penhoráveis, motivo por que deve ser declarada a prescrição intercorrente prevista no art. 40 da Lei 6.830/80 e, consequentemente, extinta a demanda executiva fiscal.
Ante o exposto, nos termos do art. 40, §4º da Lei 6.830/80 c/c art. 156, V do CTN, declaro a prescrição intercorrente e julgo extinta a execução fiscal, nos termos da fundamentação supra.
Sem remessa necessária, tendo em vista que o julgado se ampara em tese firmada em recurso especial submetido ao rito dos recursos repetitivos (art. 496, §4º, II do CPC/2015).
Destaca-se que a liminar proferida em sede de agravo (ID:23934527) não foi cumprida em razão do feito já estar prescrito na época.
Após o trânsito em julgado, liberem-se as constrições eventualmente existentes e arquive-se o feito com as baixas de estilo.
P. R. I. C.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Embargos à Execução: 7018300-69.2018.8.22.0001
EMBARGANTE: COOPERATIVA DOS TRANSPORTADORES AUTONOMOS DE CARGAS DE SAO CARLOS - SP - COOPERTRANSC
EMBARGADO: F. P. D. E. D. R.
DECISÃO
Vistos,
Cooperativa dos Transportadores Autônomos de Cargas de São Carlos promove embargos de declaração em desfavor de SENTENÇA que julgou improcedentes os argumentos da parte.
Afirma que a DECISÃO encontra-se com erro material pois não considerou que ao sair do Estado de origem o protocolo que determinava a emissão da nota não se encontrava vigente.
Além disso, pleiteia a redução da multa.
Os embargos são tempestivos.
É o breve relatório. Decido.
Conheço dos embargos de declaração porquanto presentes os pressupostos genéricos e específicos de admissibilidade recursal, inclusive a tempestividade.
Destaco que o recurso escolhido tem cabimento unicamente quando a DECISÃO apresentar erro material, omissão, obscuridade ou contradição, conforme dispõe o art. 1.022 do Novo Código de Processo Civil.
Nesse passo, não se vislumbra o erro material apontado pelo Embargante.
Os argumentos da parte são semelhantes aos apresentados na inicial, o que demonstra seu inconformismo com o julgamento. Porém, a via estreita dos embargos de declaração não é cabível para reforma ou revisão da DECISÃO embargada, tampouco para rediscutir os fundamentos adotados.
Neste sentido, não vislumbro qualquer defeito na SENTENÇA.
Ante o exposto, conheço dos embargos de declaração, no entanto NEGO-LHES PROVIMENTO, mantendo a DECISÃO nos termos em que foi proferida.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Porto Velho - RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal: 0031712-80.2004.8.22.0001
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: IMPELCO COMERCIO E IMPORTACAO DE ELETRODOMESTICOS LTDA - ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Advogados: Dilney Eduardo Barrionoevo Alves, OAB/RO 301-B, Isabele Lobato Reis, OAB/RO 3216.DESPACHO
Vistos,
Constato a ausência de intimação da empresa na pessoa de seus patronos.
Para evitar alegação futura de nulidade e em atendimento ao disposto no art. 10 do CPC, intime-se a empresa executada, por intermédio de seu patrono, acerca do pedido de unificação das execuções fiscais que tramitam neste juízo. (prazo: 5 dias).
Silente, retornem conclusos para DECISÃO.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal:7022501-07.2018.8.22.0001
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: SEARA ALIMENTOS NORTE LTDADESPACHO
Vistos,
Inexiste citação válida nos autos, deste modo, indefiro por ora, a consulta ao sistema Bacenjud.
Intime-se a Exequente para, no prazo de dez dias, indicar a localização atual da Executada ou comprovar a inexistência de endereço diverso do já diligenciado.
Cumpra-se.
Porto Velho - RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 7002885-12.2019.8.22.0001
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: OLIVEIRA TRANSPORTES LTDA - EPP - ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Vistos,
Em cumprimento aos princípios da economia e da celeridade processual, assim como para evitar futuras alegações de nulidades (art. 256, §3º, NCPC), este Juízo procedeu a consulta do endereço do Executado no sistema Infojud, obtendo novo endereço.
1. Cite-se para pagar a dívida com os juros e encargos (custas processuais e honorários advocatícios) ou indicar bens à penhora, no prazo de cinco dias.
2. Não localizado o devedor, encaminhem-se à Fazenda, para em cinco dias, informar endereço atual/correto ou se manifestar em termos de efetivo prosseguimento do feito.
3. Inexistindo pagamento ou indicação de bens à penhora, retornem os autos conclusos para início das medidas coercitivas para busca de patrimônio.
Cumpra-se. Sirva o DESPACHO como CARTA.
Endereço: RODOVIA LEONARDO BIALECK, Nº 2558, LINHA BATISTA, CRICIUMA - SC, CEP: 88813-580.
Observações para pagamento:
1. Para impressão da guia de pagamento (DARE), acessar o site da SEFIN-RO (www.sefin.ro.gov.br). Em “Serviços Públicos” escolher a opção “Impressão de DARE”. Em seguida, selecionar “Impressão pelo Nº do Complemento” e digitar o número da Certidão de Dívida Ativa (CDA). Tratando-se de débito cuja origem é auto de infração, com imposto e multa, serão demonstradas, na tela seguinte, as duas guias a recolher. Deve ser escolhida a guia e informada a data para pagamento. Caso a opção seja o parcelamento do débito, por meio de acesso à àrea restrita do portal do contribuinte (com senha), deverá ser escolhida a opção “Parcelamento de Dívida Ativa” e escolhida a quantidade de parcelas.
2. O pagamento dos honorários será feito via depósito judicial por guia emitida no site do TJRO, na aba “Boleto Bancário”, opção “Depósito Judicial” (link: https://www.tjro.jus.br/sisdejud/pages/boleto/emissaoBoletoParcelas.jsf).
3. As custas processuais por meio de boleto bancário, obtido no site do TJRO, na aba “Boleto Bancário”, opção “Custas Judiciais”. Na página seguinte, selecionar “Emissão de guia de recolhimento VINCULADA AO PROCESSO” (link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/custas/custasInicio.jsf). Após a inserção do número do processo judicial, deverão ser selecionadas as opções “Custa inicial 1%” (cod. 1001.1), “Custa inicial adiada +1%” (cod. 1001.2) e “Custa final - Satisfação da execução” (cod. 1004.2).
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 7016879-10.2019.8.22.0001
ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
UILIAN ALVES CARDOSO
DESPACHO INICIAL
Vistos,
Entre a data de lavratura do auto de infração (01/2012, 01/2013, 01/2014) e a propositura da execução fiscal (01/2017, 01/2018, 01/2019) decorreu prazo superior a cinco anos.
Conforme disposto no art. 10 do CPC, intime-se a Fazenda Pública para se manifestar quanto à prescrição, no prazo de dez dias.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 7017143-27.2019.8.22.0001
ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EDNALDO DA SILVA BATISTA
DESPACHO INICIAL
Vistos,
Entre a data de lavratura do auto de infração (01/2012, 01/2013, 01/2014) e a propositura da execução fiscal (01/2017, 01/2018, 01/2019) decorreu prazo superior a cinco anos.
Conforme disposto no art. 10 do CPC, intime-se a Fazenda Pública para se manifestar quanto à prescrição, no prazo de dez dias.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal:0107609-46.2006.8.22.0001
EXEQUENTE: E. D. R.
EXECUTADO: B. T. E. R. L. -. E.DESPACHO /OFÍCIO
Vistos,
1. No prazo máximo de dez dias, transfira o valor da conta judicial vinculada à estes autos, referente aos ID 072018000009316546 e ID 072018000009704503, para a Fazenda Pública do Estado de Rondônia.
2. A transferência deverá ser realizada via DARE-PGE, disponibilizado no site da Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia – SEFIN (http://www.portal.sefin.ro.gov.br). CDA nº 20050200003227, Código de Receita 5519. Contribuinte: BOTUVERA TRANSPORTE E REPR. LTDA CNPJ nº 32.650.636/0001-90.
3. Após, o Juízo deverá ser informado, com remessa dos respectivos comprovantes, inclusive da cópia física do DARE.
4. Decorrido o lapso temporal, solicite informações quanto à comprovação das transferências.
5. Ultimadas as providências, intime-se a Exequente para se manifestar em termos prosseguimento da execução, no prazo de dez dias.
Cumpra-se. A cópia servirá de OFÍCIO.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal:7013480-07.2018.8.22.0001

EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: GERSON EMANUEL GOMES VAZ - MEDESPACHO /OFÍCIO
Vistos,
1. No prazo máximo de dez dias, transfira o valor da conta judicial vinculada à estes autos, referente ao ID 072018000016410668 e ID 072018000016410676, para a Fazenda Pública do Estado de Rondônia.
2. A transferência deverá ser realizada via DARE - PGE, disponibilizado no site da Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia – SEFIN (http://www.portal.sefin.ro.gov.br). CDA n. 20180200003341, Código de Receita 5519. Contribuinte: GERSON EMANUEL GOMES VAZ ME, CNPJ n. 05.161.701/0001-26.
3. Após, o Juízo deverá ser informado, com remessa dos respectivos comprovantes, inclusive da cópia física do DARE.
4. Decorrido o lapso temporal, solicite informações quanto à comprovação das transferências.
5. Ultimadas as providências, intime-se a Exequente para se manifestar em termos prosseguimento da execução, no prazo de dez dias.
Cumpra-se. A cópia servirá de OFÍCIO.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal: 7035049-64.2018.8.22.0001
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: J. R. FONSECA DE SOUZA - ME DESPACHO
Vistos,
1. Consulte-se o SREI para obtenção de informações acerca da existência de imóveis em nome do executado.
2. Por questões operacionais, a pesquisa ficará restrita ao Estado de Rondônia, nos cartórios conveniados.
3. Anexadas as informações, dê-se vista dos autos à exequente para que se manifeste em termos de efetivo prosseguimento no prazo de dez dias, sob pena de suspensão nos termos do art. 40 da Lei 6.830/80.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal: 7046246-16.2018.8.22.0001
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: DOMINGOS SILVA COSTA - ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Vistos,
Há notícia do falecimento do executado em data anterior à citação.
Em dez dias, diga a Fazenda Pública quanto à extinção do feito por ausência de pressupostos processuais.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal: 1000064-50.2013.8.22.0001
EXEQUENTE: F. P. D. E. D. R. - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: VELOSO E OLIVEIRA INDUSTRIA E DESPACHO
Vistos,
1. Consulte o SREI para obtenção de informações acerca da existência de imóveis em nome do executado.
2. Por questões operacionais, a pesquisa ficará restrita ao Estado de Rondônia, nos cartórios conveniados.
3. Anexadas as informações, dê-se vista dos autos à exequente para que se manifeste em termos de efetivo prosseguimento no prazo de dez dias, sob pena de suspensão nos termos do art. 40 da Lei 6.830/80.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal: 0059038-10.2007.8.22.0001
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: BB ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO S A - ADVOGADO DO EXECUTADO: JOAO DI ARRUDA JUNIOR OAB nº RO5788, NELSON SERGIO DA SILVA MACIEL JUNIOR OAB nº RO4763, ROMULO ROMANO SALLES OAB nº RO6094, NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB nº SP128341, RAFAEL SGANZERLA DURAND OAB nº MT12208A, ANTONIO PEDRO DA SILVA MACHADO OAB nº DF1739DESPACHO
Vistos,
Intime-se a Exequente para que se manifeste em termos de efetivo prosseguimento da execução, no prazo de dez dias.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Embargos à Execução: 7017948-14.2018.8.22.0001

EMBARGANTE: GLAUCIA MENEZES TAVARES SANTOS - ADVOGADO DO EMBARGANTE: JOSE ADEMIR ALVES OAB nº RO618A
EMBARGADO: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN-RO - ADVOGADO DO EMBARGADO: PROCURADORIA AUTÁRQUICA DO DETRAN/RODESPACHO
Vistos,
1. Intime-se a Embargante para se manifestar quanto à impugnação apresentada pelo DETRAN/RO (Id 25181072), no prazo de dez dias.
2. Oportunamente, apresente as provas que entender pertinentes e, se houver, a cópia do Comunicado de Venda do veículo GM/ CELTA 2002/2003, cor preta, placa NCA7409.
3. Decorrido o prazo, com ou sem manifestações, retornem conclusos.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Carta Precatória Cível: 7017658-62.2019.8.22.0001
EXEQUENTE: RECON ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: ALYSSON TOSIN OAB nº MG86925
EXECUTADO: IVAN GOMES PINHEIRO - ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Vistos,
Intime-se a requerente para comprovar o recolhimento das custas das diligências da Carta Precatória no prazo de cinco dias sob pena de devolução da missiva. Silente, devolva-se.
Satisfeita a determinação supra, cumpra-se os atos deprecados.
A cópia servirá de MANDADO.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Carta Precatória Cível: 7017652-55.2019.8.22.0001
EXEQUENTE: LUCIA VITORIA PAGANINI VIEIRA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
EXECUTADO: FABIANO RODRIGUES VIEIRA - ADVOGADO DO EXECUTADO:
DECISÃO
Vistos,
Nos moldes do inciso II do art. 1, da Resolução nº 016/2006-PR deste Tribunal, este juízo não possui competência para processar a presente carta precatória em razão da matéria ser de família.
Redistribua a uma das Varas de Família e Sucessões.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 0035406-52.2007.8.22.0001
ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
NORTE SUL DISTRIBUIDORA LTDA - ME, FRANCISCO DE ARAUJO CHAVES - ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIADESPACHO
Vistos,
1. Estão presentes os requisitos autorizadores da medida prevista no art. 185-A, do CTN. Devidamente citada, a parte devedora não indicou bens à penhora e não foram encontrados bens penhoráveis. Assim, decreto a indisponibilidade dos bens da parte executada NORTE SUL DISTRIBUIDORA LTDA - ME, FRANCISCO DE ARAUJO CHAVES, pelo prazo de cinco anos, abrangendo eventuais bens presentes e futuros. A medida foi operacionalizada por meio da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB (https://www.indisponibilidade.org.br).
2. A consulta ao sistema Infojud abrangeu os três últimos exercícios fiscais. A juntada dos espelhos fica condicionada à existência de declaração na base de dados da Receita Federal.
3. Os comprovantes das consultas frutíferas seguem juntados sob sigilo.
4. À CPE: autorize-se a visualização das consultas aos convênios (em anexo) às partes.
5. Providencie o necessário para inclusão do nome da parte executada, NORTE SUL DISTRIBUIDORA LTDA - ME CNPJ nº 01.677.720/0001-59, FRANCISCO DE ARAUJO CHAVES CPF nº 052.259.572-34, nos cadastros do Serasajud. O valor atualizado da dívida até 15/04/2019 é de R$ 610.593,87.
6. Encaminhem-se os autos à Exequente para, no prazo de cinco dias, requerer o que entender de direito ou se manifestar em termos de efetivo andamento do feito sob pena de aplicação do disposto no art. 40 da LEF.
Cumpra-se. A cópia servirá de OFÍCIO.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal:0243249-50.2008.8.22.0001
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: ALAN KARDEC DOS SANTOS LIMADESPACHO / OFÍCIO
Vistos,
1. No prazo máximo de dez dias, transfira o valor da conta judicial vinculada à estes autos, referente ao ID 049284800611803125, para a Fazenda Pública do Estado de Rondônia.
2. A transferência deverá ser realizada via DARE - PGE, disponibilizado no site da Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia – SEFIN (http://www.portal.sefin.ro.gov.br). CDA n. 20080200005559, Código de Receita 5511. Contribuinte: ALAN KARDEC DOS SANTOS LIMA, CPF n. 084.748.772-53.
3. Após, o Juízo deverá ser informado, com remessa dos respectivos comprovantes, inclusive da cópia física do DARE.
4. Decorrido o lapso temporal, solicite informações quanto à comprovação das transferências.

5. Ultimadas as providências, intime-se a Exequente para se manifestar em termos prosseguimento da execução, no prazo de dez dias.
Cumpra-se. A cópia servirá de OFÍCIO.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal: 0021148-42.2004.8.22.0001
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: FERGEL FERRO E ACO EIRELI - EPP
ADVOGADO DO EXECUTADO: EULINA PEREIRA DA SILVA OAB nº DESCONHECIDO, FRANCIANY D ALESSANDRA DIAS DE PAULA OAB nº RO349B, MICHELE LUANA SANCHES OAB nº RO2910, MOZART LUIZ BORSATO KERNE OAB nº RO272, SUELEN SALES DA CRUZ OAB nº RO4289A
MARCELLI REBOUÇAS DE QUEIROZ JUCÁ BARROS OAB/RO 1.759DESPACHO
Vistos,
1. Intime-se a parte Executada por intermédio de seu advogado para que comprove, em cinco dias, o pagamento das últimas 4 (quatro) parcelas referente aos honorários advocatícios.
2. Decorrido o prazo com ou sem manifestação, vista à Fazenda para prosseguimento em dez dias.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal: 7044474-52.2017.8.22.0001
EXEQUENTE: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN-RO - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA AUTÁRQUICA DO DETRAN/RO
EXECUTADO: SILVIA APARECIDA DO VALE FERREIRA - ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Vistos,
Determino ao IDARON que, no prazo de dez dias úteis, informe se há reses cadastradas em nome de SILVIA APARECIDA DO VALE FERREIRA CPF nº 528.089.042-15. Em caso afirmativo, determino o bloqueio de transferência do rebanho.
Com a juntada da resposta, dê-se vista à Exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de dez dias.
Cumpra-se. A cópia servirá de OFÍCIO.
Endereço: Av. Farquar, 2986, Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Cautário, 5º Andar, Curvo 2, Pedrinhas, CEP: 76801-470.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal: 0166240-85.2003.8.22.0001
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADOS: VANILTOM NUNES MACHADO, SEBASTIAO EUGENIO, SANTEX - COMERCIO E IMPORTACAO LTDA - ME - ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: JAQUELIZE APARECIDA GONCALVES OAB nº RO723, SARAH MELENDES LEMOS QUEIROZ OAB nº RO287, DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES OAB nº RO301BDESPACHO
Vistos,
Consulte o SREI para obtenção de informações acerca da existência de imóveis em nome do executado.
Por questões operacionais, a pesquisa ficará restrita ao Estado de Rondônia, nos cartórios conveniados.
Anexadas as informações, dê-se vista dos autos à exequente para que se manifeste em termos de efetivo prosseguimento no prazo de dez dias, sob pena de suspensão nos termos do art. 40 da Lei 6.830/80.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal: 0106157-98.2006.8.22.0001
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADOS: PAX ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS LTDA, TALMOR ERASMO FERNANDESDESPACHO
Vistos,
Diante do trânsito em julgado da SENTENÇA Id 23461107, procedo a imediata devolução do valor constrito em conta judicial em favor do Executado.
1. No prazo máximo de dez dias, transfira o valor da conta judicial vinculada a estes autos, referente ao ID 072018000011935347 e ID 072018000011935339, para a conta poupança 2795-0, agência 2290-X, Banco do Brasil, titularidade de Talmor Erasmo Fernandes (CPF n. 139.147.159-87).
2. Após, o Juízo deverá ser informado, com remessa dos respectivos comprovantes.
3. Decorrido o lapso temporal, solicite informações quanto à comprovação das transferências.
4. À CPE: ultimadas as providências supras, providencie o necessário para remoção do nome de Talmor Erasmo Fernandes do cadastro do Serasajud.
Cumpra-se COM URGÊNCIA. A cópia servirá de OFÍCIO.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 7047106-17.2018.8.22.0001
EXEQUENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUA DO OESTE - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE, HUDSON DELGADO CAMURCA LIMA OAB nº MS6792, JOSE ALBERTO ANISIO OAB nº RO6623

EXECUTADO: MARY LOURDES BERTOZO DE LUCENA - ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Vistos,
1. Cite-se para pagar a dívida com os juros e encargos (custas processuais e honorários advocatícios) ou indicar bens à penhora, no prazo de cinco dias.
2. Não localizado o devedor, encaminhem-se à Fazenda, para em cinco dias, informar endereço atual/correto ou se manifestar em termos de efetivo prosseguimento do feito.
3. Inexistindo pagamento ou indicação de bens à penhora, retornem os autos conclusos para início das medidas coercitivas para busca de patrimônio.
Cumpra-se. Sirva o DESPACHO como MANDADO.
Endereço: AV. COSTA E SILVA, 1656 Bairro: CENTRO Complemento.: TERREO - ITAPUA DO OESTE - RO. - CEP: 76861000
Anexo: ID. 24431293
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 1000307-57.2014.8.22.0001
EXEQUENTE: F. P. D. E. D. R.
EXECUTADO: ROSALEN COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA
MEDESPACHO
Vistos,
Há notícia do adimplemento do parcelamento efetuado administrativamente.
Assim, defiro o pedido da Exequente e suspendo o trâmite processual por seis meses.
Decorrido o prazo, encaminhe à Fazenda para manifestação sobre o término do pagamento das parcelas ou para requerer o que entender de direito em dez dias.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal: 0009041-24.2008.8.22.0001
EXEQUENTE: E. D. R. - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: M. G. L. -. M. - ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Vistos,
Consulte o SREI para obtenção de informações acerca da existência de imóveis em nome da executada.
Por questões operacionais, a pesquisa ficará restrita ao Estado de Rondônia, nos cartórios conveniados.
Anexadas as informações, dê-se vista dos autos à exequente para que se manifeste em termos de efetivo prosseguimento no prazo de dez dias, sob pena de suspensão nos termos do art. 40 da Lei 6.830/80.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Carta Precatória Cível: 7017587-60.2019.8.22.0001
EXEQUENTES: J. V. L. B., J. B. - ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: CATIANE DARTIBALE OAB nº RO6447, SALVADOR LUIZ PALONI OAB nº RO299A
EXECUTADO: A. D. S. D. - ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos,
Nos moldes do inciso II do art. 1, da Resolução nº 016/2006-PR deste Tribunal, este juízo não possui competência para processar a presente carta precatória em razão da matéria ser de família.
Redistribua a uma das Varas de Família e Sucessões.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Carta Precatória Cível: 7017677-68.2019.8.22.0001
EXEQUENTES: A. E. P. Q., A. V. P. Q. - ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
EXECUTADO: A. J. Q. D. O. - ADVOGADO DO EXECUTADO:
DECISÃO
Vistos,
Nos moldes do inciso II do art. 1, da Resolução nº 016/2006-PR deste Tribunal, este juízo não possui competência para processar a presente carta precatória em razão da matéria ser de família.
Redistribua a uma das Varas de Família e Sucessões.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Carta Precatória Cível: 7017579-83.2019.8.22.0001
DEPRECANTE: MUNICIPIO DE SAQUAREMA - ADVOGADO DO DEPRECANTE:
DEPRECADO: JUVELINO FERREIRA DOS REIS - ADVOGADO DO DEPRECADO:
DESPACHO
Vistos,
Cumpra-se os atos deprecados (ID 26795335). A cópia servirá de MANDADO.
Após, devolva-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal: 0244927-66.2009.8.22.0001
EXEQUENTE: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN-RO - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA AUTÁRQUICA DO DETRAN/RO
EXECUTADO: GILVAN CORDEIRO LEITE - ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIADESPACHO
Vistos,
1. Ao IDARON para que informe, no prazo de dez dias úteis, se há reses cadastradas em nome de GILVAN CORDEIRO LEITE (CPF 258.821.204-20). Em caso afirmativo, determino o bloqueio de transferência do rebanho.
2. Decorrido o lapso temporal, requisite informações quanto ao cumprimento desta ordem.
3. Com a juntada da resposta, dê-se vista à Exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de cinco dias.
Cumpra-se. A cópia servirá de OFÍCIO.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Carta Precatória Cível: 7017568-54.2019.8.22.0001
REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S.A. - ADVOGADO DO REQUERENTE: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB nº SP128341
REQUERIDOS: SIDNEI RODRIGUES DE MATOS, MARCIA CRISTINA RODRIGUES DE MATOS - ADVOGADOS DOS REQUERIDOS:
DESPACHO
Vistos,
Cumpra-se os atos deprecados (ID 26795829). A cópia servirá de MANDADO.
Após, devolva-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal: 0191868-42.2004.8.22.0001
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: VALDECI GOMES DE MOURA - ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Vistos,
1. Proceda a penhora e avaliação do veículo: VW/PARATI CL 1.8, placa KBE6390, de propriedade de Valdeci Gomes de Moura (CPF n. 100.899.501-00).
2. Após, intime-se o executado Valdeci Gomes de Moura (CPF n. 100.899.501-00) acerca da penhora e do valor da avaliação; bem como para, querendo, oferecer EMBARGOS no prazo de trinta dias, contados da data da intimação da penhora.
3. RESPONSÁVEL PELAS DESPESAS E CUSTAS: Isenta (art. 39 da Lei 6.830/1980). Se o r. Juízo Deprecado assim não entender, fica esclarecido que eventuais custas e diligências do oficial de justiça, deverão ser dirigidas à respectiva Procuradoria-Geral desse Estado, conforme Cláusula Quarta do Termo de Cooperação Técnica, firmado entre as Procuradorias Gerais dos Estados e do Distrito Federal, em 1º de julho de 2016, a seguir: "CLÁUSULA QUARTA - Qualquer das partes signatárias, a pedido de outra, acompanhará o cumprimento de cartas precatórias e fornecerá informações a respeito do seu andamento, efetuando, se necessário, o pagamento de custas e diligências para o imediato impulso da missiva, ficando assegurada a compensação das despesas ocorridas ou o reembolso daquelas excedentes".
4. Observações: Os valores referentes aos honorários deverão ser depositados na conta do Centro de Estudos da PGE, CNPJ n. 19.907.343/0001-62, do Banco do Brasil S/A, Agência 2757-X, conta-corrente n. 9769-1. As custas processuais, correspondente a 3% do valor atualizado, deverão ser pagas por meio boleto bancário, obtido no site deste Poder (www.tjro.jus.br). Para outras informações entrar em contato com a PROCURADORIA FISCAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, localizada na Av. Farquar, n. 2986 – Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira, Edifício Pacaás Novos, 3º andar, CEP 76.803-470, em Porto Velho/RO. Telefones: (069) 3223-2855 e 3223-2856.
5. Processo: 0191868-42.2004.8.22.0001, CDA: 20040200001976; Classe: Execução Fiscal; Natureza: tributária; Exequente: Estado de Rondônia; Executado: Valdeci Gomes de Moura (CPF n. 100.899.501-00).
6. Valor da Ação: R$ 167.937,43 – atualizado até 07/03/2019 (Valor pago: R$ 15.065,09; Principal remanescente: R$ 146.884,04; Honorários 10%: R$ 16.194,91; Custas processuais 3%: R$ 4.858,47).
7. ANEXOS: CDA (fl. 3), DESPACHO Id 24833136, documento Id 24833220, petição ID 25178324 e termo de cooperação técnica entre as Procuradorias-Gerais dos Estados e do Distrito Federal.
Cumpra-se. A cópia servirá como CARTA PRECATÓRIA.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 7017669-91.2019.8.22.0001
ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
TULIO E MAISA REPRESENTACOES LTDA - EPP
DESPACHO INICIAL
1. Cite-se no endereço da inicial para pagar a dívida com os juros e encargos, bem como as custas processuais inicias e finais e honorários advocatícios, ou indicar bens à penhora, no prazo de cinco dias.
2. A citação será feita pelo correio, com aviso de recebimento, se não for requerida por outra forma (art. 8º, inciso I, da Lei n. 6.830/80).
3. Caso o AR retorne negativo por "ausência", renove o ato.
4. Na hipótese do aviso de recebimento não retornar no prazo de 15 dias da entrega da carta à agência postal ou retornar com a informação de endereço não procurado, a citação será feita por MANDADO (inciso III).
5. Expeça Carta Precatória para endereço fora da comarca.

6. Não localizado o devedor, encaminhem-se à Fazenda, para em cinco dias, informar endereço atual/correto ou se manifestar em termos de efetivo prosseguimento do feito.
7. Em caso de pronto pagamento, que deverá ser comunicado nos autos, fixo os honorários advocatícios em 10% sobre o valor do débito.
8. Inexistindo pagamento ou indicação de bens à penhora, dê-se vista à Exequente para atualização do débito, incluindo custas e honorários. Em seguida, retornem os autos conclusos para início das medidas coercitivas para busca de patrimônio.
Cumpra-se. Sirva o presente como CARTA/MANDADO.
Observações para pagamento:
1. Para impressão da guia de pagamento (DARE), acessar o site da SEFIN-RO (link: https://www.sefin.ro.gov.br). Em "Serviços Públicos" escolher a opção "Impressão de DARE". Em seguida, selecionar "Impressão pelo Nº do Complemento" e digitar o número da Certidão de Dívida Ativa (CDA). Tratando-se de débito cuja origem é auto de infração, com imposto e multa, serão demonstradas, na tela seguinte, as duas guias a recolher. Deve ser escolhida a guia e informada a data para pagamento. Caso a opção seja o parcelamento do débito, por meio de acesso à àrea restrita do portal do contribuinte (com senha), deverá ser escolhida a opção "Parcelamento de Dívida Ativa" e escolhida a quantidade de parcelas.
2. O pagamento dos honorários, no percentual de 10%, deve ser feito via depósito na conta do CENTRO DE ESTUDOS DA PGE, inscrita no CNPJ sob o n. 19.907.343/0001-62, junto ao Banco do Brasil, agência 2757-X, c/c 9769-1;
3. As custas processuais por meio de boleto bancário, obtido no site do TJRO, na aba "Boleto Bancário", opção "Custas Judiciais". Na página seguinte, selecionar "Emissão de guia de recolhimento VINCULADA AO PROCESSO" (link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/custas/custasInicio.jsf). Após a inserção do número do processo judicial, deverão ser selecionadas as opções "Custa inicial 1%" (cod. 1001.1), "Custa inicial adiada +1%" (cod. 1001.2) e "Custa final - Satisfação da execução" (cod. 1004.2).
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 7057439-96.2016.8.22.0001
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN-RO - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA AUTÁRQUICA DO DETRAN/RO
ALCI NONATO DA SILVA - ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIADESPACHO
Vistos,
A consulta ao sistema Infojud foi infrutífera.
Encaminhem-se os autos à Exequente para, no prazo de cinco dias, requerer o que entender de direito ou se manifestar em termos de efetivo andamento do feito sob pena de aplicação do disposto no art. 40 da LEF.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 7041840-83.2017.8.22.0001
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: T. D. S. COMERCIO E BENEFICIAMENTO DE MADEIRAS EIRELI - EPP - ADVOGADO DO EXECUTADO:
DECISÃO
Vistos,
Com fulcro no caput do artigo 40 da LEF e na Súmula 314 do STJ, suspendo o trâmite processual por um ano.
Decorrido o lapso temporal, certifique-se e encaminhe ao arquivo provisório, independentemente de nova intimação.
Após o prazo de cinco anos, intime-se a Exequente para que se manifeste acerca do advento da prescrição, comprovando, de logo, em sendo o caso, eventual causa interruptiva e/ou suspensiva do mencionado instituto.
A credora poderá pleitear o retorno do trâmite dos autos, a qualquer tempo, desde que encontrados bens suficientes à penhora.
Intime-se e cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal: 7011104-48.2018.8.22.0001
EXEQUENTE: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN-RO - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA AUTÁRQUICA DO DETRAN/RO
EXECUTADO: LUDMA LEILA TRIVERIO -DESPACHO
Vistos,
Custas processuais pagas.
Arquive-se com as baixas de estilo.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal:0076544-96.2007.8.22.0001
EXEQUENTE: E. D. R.
EXECUTADO: M. D. P. S. V. B. -. M.DESPACHO /OFÍCIO
Vistos,
1. No prazo máximo de dez dias, transfira o valor da conta judicial vinculada à estes autos, 2848 / 040 / 01541804-4, para a Fazenda Pública do Estado de Rondônia.
2. A transferência deverá ser realizada via DARE - PGE, disponibilizado no site da Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia – SEFIN (http://www.portal.sefin.ro.gov.br). CDA nº 20060200989975, Código de Receita 5519. Contribuinte: M. D. P. S. V. B. -. M. CNPJ nº 84.714.880/0001-58.
3. Após, o Juízo deverá ser informado, com remessa dos respectivos comprovantes.
4. Decorrido o lapso temporal, solicite informações quanto à comprovação das transferências.

5. Ultimadas as providências, intime-se a Exequente para se manifestar em termos prosseguimento da execução, no prazo de dez dias.
Cumpra-se. A cópia servirá de OFÍCIO.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 0085007-90.2008.8.22.0001
ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
LUIZ CLAUDIO DE MESQUITA DA SILVA, MESQUITA E MESQUITA LTDA - ME - ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIADESPACHO
Vistos,
1. Estão presentes os requisitos autorizadores da medida prevista no art. 185-A, do CTN. Devidamente citada, a parte devedora não indicou bens à penhora e não foram encontrados bens penhoráveis. Assim, decreto a indisponibilidade dos bens da parte executada LUIZ CLAUDIO DE MESQUITA DA SILVA, MESQUITA E MESQUITA LTDA - ME, pelo prazo de cinco anos, abrangendo eventuais bens presentes e futuros. A medida foi operacionalizada por meio da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB (https://www.indisponibilidade.org.br).
2. A consulta ao sistema Infojud foi infrutífera.
3. Providencie o necessário para inclusão do nome da parte executada, LUIZ CLAUDIO DE MESQUITA DA SILVA CPF nº 386.765.832-34, MESQUITA E MESQUITA LTDA - ME CNPJ nº 04.393.944/0001-27, nos cadastros do Serasajud. O valor atualizado da dívida até 15/04/2019 é de R$ 334.106,41.
4. Encaminhem-se os autos à Exequente para, no prazo de cinco dias, requerer o que entender de direito ou se manifestar em termos de efetivo andamento do feito sob pena de aplicação do disposto no art. 40 da LEF.
Cumpra-se. A cópia servirá de OFÍCIO.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br. Embargos à Execução: 7035317-21.2018.8.22.0001
EMBARGANTE: TV ALLAMANDA LTDA - EPP - ADVOGADO DO EMBARGANTE: ITALO JOSE MARINHO DE OLIVEIRA OAB nº RO7708, SUELEN SALES DA CRUZ OAB nº RO4289A, BRENO DIAS DE PAULA OAB nº RO399, PRISCILA DE CARVALHO FARIAS OAB nº RO8466
EMBARGADO: F. N. - ADVOGADO DO EMBARGADO:
SENTENÇA
Vistos, etc.,
Trata-se de Embargos à Execução apresentado por TV ALLAMANDA LTDA EPP como defesa aos débitos tributários descritos na CDA n. 20170200004389, cobrados nos autos da Execução Fiscal n. 7031760-60.2017.8.22.0001.
Sustenta a Embargante, em suma: I) inépcia da petição inicial nos autos da demanda fiscal, pois a CDA não teria informado a origem e natureza do crédito tributário, o que teria dificultado sua defesa; II) nulidade por ausência de juntada do Processo Administrativo; III) a não-incidência de ICMS sobre bens utilizados na prestação de serviço e para uso e consumo próprio, uma vez que escaparia à hipótese de incidência do referido gravame por não se tratar de mercadoria; IV) nulidade da cobrança de diferencial de alíquotas, pois afirma ser contribuinte cadastrado no Simples Nacional, modelo dentro do qual o recolhimento dos tributos ocorreria em uma única guia em que estariam englobados todos os referidos débitos tributários; e V) nulidade na aplicação de juros de mora e correção do débito exequendo, pois seria critérios ilegais.
A Embargante foi notificada pelo Estado de Rondônia para regularização de sua situação fiscal, sob pena de cancelamento do cadastro no Simples Nacional.
Deferida tutela de urgência com ordem para expedição de certidão positiva com efeito de negativa, bem como para o Estado não excluir a Embargante do Simples Nacional ou restringir, de qualquer modo, os benefícios dali decorrentes (Id 22707675).
A Fazenda rebateu os argumentos da Embargante, aduzindo, em suma: I) que a CDA é título executivo cujo débito é presumidamente líquido e exigível, o que dispensaria a juntada de processo administrativo; II) que inexistem provas de que a mercadoria que foi autuada foi destinada a uso e/ou consumo final; III) que a Lei Complementar 123/2006 determina a cobrança de diferencial de alíquota de ICMS de forma separada do regime do Simples Nacional.
No mais, noticiou o cumprimento da liminar deferida por este juízo.
Intimada para apresentar as provas que entendesse oportunas, a Embargante reiterou os argumentos dos Embargos e afirmou que as provas já foram juntadas nos autos (Id 25116999).
Certificada a garantia e tempestividade dos Embargos (Id 21256402).
É o breve relatório. Decido.
A inexistência dos requisitos de formação do título executivo, descritos no artigo 2º §5º da Lei 6.830/80, acarreta cerceamento de defesa e inviabiliza ao magistrado a compreensão da formação do título executivo, não sendo possível verificar sua exequibilidade.
Em análise à CDA exequenda, possível verificar que o título preenche todos os requisitos legais, sendo possível deduzir a natureza, origem e fundamento do débito fiscal (ICMS), o devedor, possíveis corresponsáveis tributários, o valor da dívida, os critérios de correção monetária, a aplicação de juros de mora e demais encargos legais, assim como a data e número da inscrição em dívida ativa.
Assim, afasto a preliminar de inépcia da inicial.
Quanto ao processo administrativo, é entendimento pacificado perante o STJ que a disponibilidade do processo administrativo na repartição fiscal inviabiliza a alegação de cerceamento de defesa. Confira-se:
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. ALEGAÇÃO DE VÍCIOS NA CDA. CERCEAMENTO DE DEFESA. JUNTADA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. TESES REFUTADAS PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. MULTA. CARÁTER CONFISCATÓRIO. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. TAXA SELIC. LEGITIMIDADE. PRONUNCIAMENTO DA PRIMEIRA SEÇÃO SOB O RITO DO ART. 543-C DO CPC/1973.
1. “A juntada do processo administrativo fiscal na execução fiscal é determinada segundo juízo de conveniência do magistrado, quando reputado imprescindível à alegação da parte executada. A disponibilidade do processo administrativo na repartição fiscal impede a alegação de cerceamento de defesa.” (REsp 1.180.299/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 8/4/2010)
2. “A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, a respeito da regularidade da CDA que fundamenta o processo de execução fiscal, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo

fático-probatório constante dos autos, providência vedada em sede de recurso especial, a teor do óbice previsto na Súmula 7/STJ" (AgRg no AREsp 318.585/PE. Rel. Ministro Sérgio Kukina. Primeira Turma. DJe 4/2/2014).
3. Extrapola o limite de competência do recurso especial, ex vi do art. 105, III, da CF/1988, enfrentar a tese recursal autoral, acerca da multa aplicada pelo descumprimento da obrigação tributária, fundada no princípio constitucional do não confisco (AgRg no Ag 1.394.332/RS. Rel. Ministro Benedito Gonçalves. Primeira Turma. DJe 26/5/2011).
4. Quanto à aplicação da SELIC, a Primeira Seção, no julgamento do REsp 1.111.175/SP, em 10/6/2009, feito submetido à sistemática do art. 543-C do CPC/1973, decidiu pela legalidade da incidência da taxa Selic para fins tributários. Incide ao caso a Súmula 568/STJ.
5. Agravo interno não provido.
(AgInt no REsp 1505813/RS, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, Data do Julgamento 22/05/2018, DJe 30/05/2018).
O ajuizamento da execução fiscal demanda, apenas, a juntada do título executivo (CDA) que ampara o processo executivo, sendo desnecessária a juntada do processo administrativo. Daí por que o ônus probatório de provar vícios ou nulidades no curso de processo administrativo fiscal é incumbência do contribuinte, seja pela presunção de liquidez e exigibilidade da CDA, seja pela inexistência de elementos concretos nos autos que permitam deduzir a alegada ofensa ao contraditório ou ampla defesa.
Frise-se que, embora intimada para apresentar as provas que julgasse pertinente (Id 24553038), a Embargante não juntou a cópia do processo administrativo fiscal, cujo documento poderia ter sido feita junto à repartição fiscal do Estado de Rondônia (SEFIN/RO).
Desta forma, afasta-se a preliminar de nulidade por ausência de juntada do processo administrativo.
No MÉRITO, a Embargante argumenta que os bens autuados pela Fazenda eram insumos e destinados a uso próprio.
Consoante outorga constitucional, é de competência dos Estados Federados e do Distrito Federal a instituição de ICMS, os quais possuem como fatos geradores: I) circulação de mercadoria; II) transporte interestadual e intermunicipal de bens; III) serviços onerosos de comunicação e IV) importação (art. 155, II e §2º, IX, alínea "a" da CF).
No caso em apreço, a incidência do ICMS somente alcança bens que sejam qualificados como "mercadorias". Importante dizer, todavia, que nem todos os bens são considerados mercadorias.
Mercadorias são bens destinados à mercância, levados ao mercado e disponibilizados à venda e revenda perante a sociedade, sendo necessário o intuito mercantil da operação (precedentes: RE n. 32.203/RJ).
É certo, assim, que o ICMS não incide sobre a circulação de bens adquiridos a uso próprio, sob pena de alargamento da competência tributária descrita no art. 155, §2º da Constituição Federal.
Em que pese as premissas assentadas acima, a Embargante não comprovou que os bens foram destinados a uso próprio, não se desincumbindo de seu ônus probatório.
Destaque-se que a Embargante foi previamente intimada para apresentar as provas que entendesse pertinente, à luz do art. 10 do CPC. Todavia, não apresentou provas dos fatos aduzidos em sua peça inicial.
Desta feita, afasto o argumento de não-incidência tributária por ausência de provas nos autos nesse sentido.
No que se refere à alegação de impossibilidade de cobrança de diferencial de alíquota às empresas cadastradas no Simples Nacional, o argumento fica prejudicado. Explica-se.
O débito descrito em dívida ativa não se trata de diferencial de alíquota como a Embargante alega, mas sim de ICMS declarado mensalmente pela própria contribuinte, referente aos meses 05/2016 e 06/2016 (Id 21121200 – pág. 8 de 10).
Ainda assim, importante frisar a existência de previsão legal que viabiliza a cobrança de diferencial de alíquota às empresas cadastradas no Simples Nacional no que se refere a alguns tributos, dentre eles o ICMS. Confira-se a LC 123/2006:
Art. 13. O Simples Nacional implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, dos seguintes impostos e contribuições:
VII – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS;
§ 1o O recolhimento na forma deste artigo não exclui a incidência dos seguintes impostos ou contribuições, devidos na qualidade de contribuinte ou responsável, em relação aos quais será observada a legislação aplicável às demais pessoas jurídicas:
XIII – ICMS devido:
g) nas operações com bens ou mercadorias sujeitas ao regime de antecipação do recolhimento do imposto, nas aquisições em outros Estados e Distrito Federal:
2. sem encerramento da tributação, hipótese em que será cobrada a diferença entre a alíquota interna e a interestadual, sendo vedada a agregação de qualquer valor;
h) nas aquisições em outros Estados e no Distrito Federal de bens ou mercadorias, não sujeitas ao regime de antecipação do recolhimento do imposto, relativo à diferença entre a alíquota interna e a interestadual;
§5º A diferença entre a alíquota interna e a interestadual de que tratam as alíneas g e h do inciso XIII do § 1º deste artigo será calculada tomando-se por base as alíquotas aplicáveis às pessoas jurídicas não optantes pelo Simples Nacional.
Quanto ao critério utilizado na correção monetária e aplicação dos juros de mora e demais encargos legais, tampouco se vislumbra qualquer ilegalidade. Ao contrário, os encargos legais incidentes sobre o crédito tributário foram aplicados com fulcro nos artigos 46 e 51 da Lei 688/96.
Ademais, as alegações de excesso de execução devem ser acompanhadas pelo valor que o Embargante julgar correto, apresentado o respectivo demonstrativo discriminado e atualizado de seu cálculo, sob pena de rejeição liminar ou não conhecimento da matéria (art. 917, §§3º e 4º, ambos do CPC).
No caso dos autos, a Embargante se limitou a fazer afirmações genéricas quanto à ilegalidade da cobrança, não indicando, todavia, o valor que reputa ser o correto, tampouco apresentando qualquer planilha de débito, motivo por que rejeito os argumentos da Embargante.
Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTES os Embargos à Execução Fiscal nos termos da fundamentação supra e determino o prosseguimento da demanda fiscal n. 7031760-60.2017.8.22.0001.
REVOGO a liminar anteriormente deferida na DECISÃO Id 22707675.
Nos termos do art. 85, §2º e §13º do CPC/2015, condeno a Embargante ao pagamento de 10% sobre o valor atualizado do débito, cujo montante deverá ser acrescido no valor principal e cobrado nos autos da Execução Fiscal.
À secretaria: com o trânsito em julgado, certifique-se e traslade-se cópia desta SENTENÇA e da respectiva certidão aos autos da Execução Fiscal n. 7031760-60.2017.8.22.0001.
Após o trânsito em julgado, arquive-se com as baixas de estilo.
P. R. I. C.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 7017134-65.2019.8.22.0001
ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
MARCELLO JEFFERSON SEBA DOS SANTOS
DESPACHO INICIAL
Vistos,
Entre a data de lavratura do auto de infração (01/2014) e a propositura da execução fiscal (01/2019) decorreu prazo superior a cinco anos.
Conforme disposto no art. 10 do CPC, intime-se a Fazenda Pública para se manifestar quanto à prescrição, no prazo de dez dias.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal: 0021148-42.2004.8.22.0001
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: FERGEL FERRO E ACO EIRELI - EPP
ADVOGADO DO EXECUTADO: EULINA PEREIRA DA SILVA OAB nº DESCONHECIDO, FRANCIANY D ALESSANDRA DIAS DE PAULA OAB nº RO349B, MICHELE LUANA SANCHES OAB nº RO2910, MOZART LUIZ BORSATO KERNE OAB nº RO272, SUELEN SALES DA CRUZ OAB nº RO4289A
MARCELLI REBOUÇAS DE QUEIROZ JUCÁ BARROS OAB/RO 1.759DESPACHO
Vistos,
1. Intime-se a parte Executada por intermédio de seu advogado para que comprove, em cinco dias, o pagamento das últimas 4 (quatro) parcelas referente aos honorários advocatícios.
2. Decorrido o prazo com ou sem manifestação, vista à Fazenda para prosseguimento em dez dias.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Carta Precatória Cível: 7017429-05.2019.8.22.0001
REQUERENTE: FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO FDE - ADVOGADO DO REQUERENTE:
REQUERIDO: VILAGE EMPREENDIMENTOS E CONTRUÇOES LTDA - ME - ADVOGADO DO REQUERIDO: DESPACHO
Vistos,
Intime-se a requerente para comprovar o recolhimento das custas das diligências da Carta Precatória, apresentar a petição inicial e a procuração no prazo de cinco dias sob pena de devolução da missiva. Silente, devolva-se.
Satisfeita a determinação supra, cumpra-se os atos deprecados.
A cópia servirá de MANDADO.
Porto Velho-RO, 30 de abril de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br. Embargos à Execução: 7035317-21.2018.8.22.0001
EMBARGANTE: TV ALLAMANDA LTDA - EPP - ADVOGADO DO EMBARGANTE: ITALO JOSE MARINHO DE OLIVEIRA OAB nº RO7708, SUELEN SALES DA CRUZ OAB nº RO4289A, BRENO DIAS DE PAULA OAB nº RO399, PRISCILA DE CARVALHO FARIAS OAB nº RO8466
EMBARGADO: F. N. - ADVOGADO DO EMBARGADO:
SENTENÇA
Vistos, etc.,
Trata-se de Embargos à Execução apresentado por TV ALLAMANDA LTDA EPP como defesa aos débitos tributários descritos na CDA n. 20170200004389, cobrados nos autos da Execução Fiscal n. 7031760-60.2017.8.22.0001.
Sustenta a Embargante, em suma: I) inépcia da petição inicial nos autos da demanda fiscal, pois a CDA não teria informado a origem e natureza do crédito tributário, o que teria dificultado sua defesa; II) nulidade por ausência de juntada do Processo Administrativo; III) a não-incidência de ICMS sobre bens utilizados na prestação de serviço e para uso e consumo próprio, uma vez que escaparia à hipótese de incidência do referido gravame por não se tratar de mercadoria; IV) nulidade da cobrança de diferencial de alíquotas, pois afirma ser contribuinte cadastrado no Simples Nacional, modelo dentro do qual o recolhimento dos tributos ocorreria em uma única guia em que estariam englobados todos os referidos débitos tributários; e V) nulidade na aplicação de juros de mora e correção do débito exequendo, pois seria critérios ilegais.
A Embargante foi notificada pelo Estado de Rondônia para regularização de sua situação fiscal, sob pena de cancelamento do cadastro no Simples Nacional.
Deferida tutela de urgência com ordem para expedição de certidão positiva com efeito de negativa, bem como para o Estado não excluir a Embargante do Simples Nacional ou restringir, de qualquer modo, os benefícios dali decorrentes (Id 22707675).
A Fazenda rebateu os argumentos da Embargante, aduzindo, em suma: I) que a CDA é título executivo cujo débito é presumidamente líquido e exigível, o que dispensaria a juntada de processo administrativo; II) que inexistem provas de que a mercadoria que foi autuada foi destinada a uso e/ou consumo final; III) que a Lei Complementar 123/2006 determina a cobrança de diferencial de alíquota de ICMS de forma separada do regime do Simples Nacional.
No mais, noticiou o cumprimento da liminar deferida por este juízo.
Intimada para apresentar as provas que entendesse oportunas, a Embargante reiterou os argumentos dos Embargos e afirmou que as provas já foram juntadas nos autos (Id 25116999).
Certificada a garantia e tempestividade dos Embargos (Id 21256402).
É o breve relatório. Decido.
A inexistência dos requisitos de formação do título executivo, descritos no artigo 2º §5º da Lei 6.830/80, acarreta cerceamento de defesa e inviabiliza ao magistrado a compreensão da formação do título executivo, não sendo possível verificar sua exequibilidade.
Em análise à CDA exequenda, possível verificar que o título preenche todos os requisitos legais, sendo possível deduzir a natureza, origem e fundamento do débito fiscal (ICMS), o devedor,

possíveis corresponsáveis tributários, o valor da dívida, os critérios de correção monetária, a aplicação de juros de mora e demais encargos legais, assim como a data e número da inscrição em dívida ativa.

Assim, afasto a preliminar de inépcia da inicial.

Quanto ao processo administrativo, é entendimento pacificado perante o STJ que a disponibilidade do processo administrativo na repartição fiscal inviabiliza a alegação de cerceamento de defesa. Confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. ALEGAÇÃO DE VÍCIOS NA CDA. CERCEAMENTO DE DEFESA. JUNTADA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. TESES REFUTADAS PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. MULTA. CARÁTER CONFISCATÓRIO. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. TAXA SELIC. LEGITIMIDADE. PRONUNCIAMENTO DA PRIMEIRA SEÇÃO SOB O RITO DO ART. 543-C DO CPC/1973.

1. “A juntada do processo administrativo fiscal na execução fiscal é determinada segundo juízo de conveniência do magistrado, quando reputado imprescindível à alegação da parte executada. A disponibilidade do processo administrativo na repartição fiscal impede a alegação de cerceamento de defesa.” (REsp 1.180.299/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 8/4/2010)

2. “A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, a respeito da regularidade da CDA que fundamenta o processo de execução fiscal, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em sede de recurso especial, a teor do óbice previsto na Súmula 7/STJ” (AgRg no AREsp 318.585/PE. Rel. Ministro Sérgio Kukina. Primeira Turma. DJe 4/2/2014).

3. Extrapola o limite de competência do recurso especial, ex vi do art. 105, III, da CF/1988, enfrentar a tese recursal autoral, acerca da multa aplicada pelo descumprimento da obrigação tributária, fundada no princípio constitucional do não confisco (AgRg no Ag 1.394.332/RS. Rel. Ministro Benedito Gonçalves. Primeira Turma. DJe 26/5/2011).

4. Quanto à aplicação da SELIC, a Primeira Seção, no julgamento do REsp 1.111.175/SP, em 10/6/2009, feito submetido à sistemática do art. 543-C do CPC/1973, decidiu pela legalidade da incidência da taxa Selic para fins tributários. Incide ao caso a Súmula 568/STJ.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1505813/RS, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, Data do Julgamento 22/05/2018, DJe 30/05/2018).

O ajuizamento da execução fiscal demanda, apenas, a juntada do título executivo (CDA) que ampara o processo executivo, sendo desnecessária a juntada do processo administrativo. Daí por que o ônus probatório de provar vícios ou nulidades no curso de processo administrativo fiscal é incumbência do contribuinte, seja pela presunção de liquidez e exigibilidade da CDA, seja pela inexistência de elementos concretos nos autos que permitam deduzir a alegada ofensa ao contraditório ou ampla defesa.

Frise-se que, embora intimada para apresentar as provas que julgasse pertinente (Id 24553038), a Embargante não juntou a cópia do processo administrativo fiscal, cujo documento poderia ter sido feita junto à repartição fiscal do Estado de Rondônia (SEFIN/RO).

Desta forma, afasta-se a preliminar de nulidade por ausência de juntada do processo administrativo.

No MÉRITO, a Embargante argumenta que os bens autuados pela Fazenda eram insumos e destinados a uso próprio.

Consoante outorga constitucional, é de competência dos Estados Federados e do Distrito Federal a instituição de ICMS, os quais possuem como fatos geradores: I) circulação de mercadoria; II) transporte interestadual e intermunicipal de bens; III) serviços onerosos de comunicação e IV) importação (art. 155, II e §2º, IX, alínea “a” da CF).

No caso em apreço, a incidência do ICMS somente alcança bens que sejam qualificados como “mercadorias”. Importante dizer, todavia, que nem todos os bens são considerados mercadorias.

Mercadorias são bens destinados à mercância, levados ao mercado e disponibilizados à venda e revenda perante a sociedade, sendo necessário o intuito mercantil da operação (precedentes: RE n. 32.203/RJ).

É certo, assim, que o ICMS não incide sobre a circulação de bens adquiridos a uso próprio, sob pena de alargamento da competência tributária descrita no art. 155, §2º da Constituição Federal.

Em que pese as premissas assentadas acima, a Embargante não comprovou que os bens foram destinados a uso próprio, não se desincumbindo de seu ônus probatório.

Destaque-se que a Embargante foi previamente intimada para apresentar as provas que entendesse pertinente, à luz do art. 10 do CPC. Todavia, não apresentou provas dos fatos aduzidos em sua peça inicial.

Desta feita, afasto o argumento de não-incidência tributária por ausência de provas nos autos nesse sentido.

No que se refere à alegação de impossibilidade de cobrança de diferencial de alíquota às empresas cadastradas no Simples Nacional, o argumento fica prejudicado. Explica-se.

O débito descrito em dívida ativa não se trata de diferencial de alíquota como a Embargante alega, mas sim de ICMS declarado mensalmente pela própria contribuinte, referente aos meses 05/2016 e 06/2016 (Id 21121200 – pág. 8 de 10).

Ainda assim, importante frisar a existência de previsão legal que viabiliza a cobrança de diferencial de alíquota às empresas cadastradas no Simples Nacional no que se refere a alguns tributos, dentre eles o ICMS. Confira-se a LC 123/2006:

Art. 13. O Simples Nacional implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, dos seguintes impostos e contribuições:

VII – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS;

§ 1o O recolhimento na forma deste artigo não exclui a incidência dos seguintes impostos ou contribuições, devidos na qualidade de contribuinte ou responsável, em relação aos quais será observada a legislação aplicável às demais pessoas jurídicas:

XIII – ICMS devido:

g) nas operações com bens ou mercadorias sujeitas ao regime de antecipação do recolhimento do imposto, nas aquisições em outros Estados e Distrito Federal:

2. sem encerramento da tributação, hipótese em que será cobrada a diferença entre a alíquota interna e a interestadual, sendo vedada a agregação de qualquer valor;

h) nas aquisições em outros Estados e no Distrito Federal de bens ou mercadorias, não sujeitas ao regime de antecipação do recolhimento do imposto, relativo à diferença entre a alíquota interna e a interestadual;

§5º A diferença entre a alíquota interna e a interestadual de que tratam as alíneas g e h do inciso XIII do § 1º deste artigo será calculada tomando-se por base as alíquotas aplicáveis às pessoas jurídicas não optantes pelo Simples Nacional.

Quanto ao critério utilizado na correção monetária e aplicação dos juros de mora e demais encargos legais, tampouco se vislumbra qualquer ilegalidade. Ao contrário, os encargos legais incidentes sobre o crédito tributário foram aplicados com fulcro nos artigos 46 e 51 da Lei 688/96.

Ademais, as alegações de excesso de execução devem ser acompanhadas pelo valor que o Embargante julgar correto, apresentado o respectivo demonstrativo discriminado e atualizado de seu cálculo, sob pena de rejeição liminar ou não conhecimento da matéria (art. 917, §§3º e 4º, ambos do CPC).

No caso dos autos, a Embargante se limitou a fazer afirmações genéricas quanto à ilegalidade da cobrança, não indicando, todavia, o valor que reputa ser o correto, tampouco apresentando qualquer planilha de débito, motivo por que rejeito os argumentos da Embargante.

Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTES os Embargos à Execução Fiscal nos termos da fundamentação supra e determino o prosseguimento da demanda fiscal n. 7031760-60.2017.8.22.0001.
REVOGO a liminar anteriormente deferida na DECISÃO Id 22707675.
Nos termos do art. 85, §2º e §13º do CPC/2015, condeno a Embargante ao pagamento de 10% sobre o valor atualizado do débito, cujo montante deverá ser acrescido no valor principal e cobrado nos autos da Execução Fiscal.
À secretaria: com o trânsito em julgado, certifique-se e traslade-se cópia desta SENTENÇA e da respectiva certidão aos autos da Execução Fiscal n. 7031760-60.2017.8.22.0001.
Após o trânsito em julgado, arquive-se com as baixas de estilo.
P. R. I. C.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)
ID do Documento 26855642 Por FABIOLA CRISTINA INOCENCIO Em 02/05/2019 07:49:23 Tipo de Documento DESPACHO Documento DESPACHO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Embargos à Execução: 7017948-14.2018.8.22.0001
EMBARGANTE: GLAUCIA MENEZES TAVARES SANTOS - ADVOGADO DO EMBARGANTE: JOSE ADEMIR ALVES OAB nº RO618A
EMBARGADO: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN-RO - ADVOGADO DO EMBARGADO: PROCURADORIA AUTÁRQUICA DO DETRAN/RODESPACHO
Vistos,
1. Intime-se a Embargante para se manifestar quanto à impugnação apresentada pelo DETRAN/RO (Id 25181072), no prazo de dez dias.
2. Oportunamente, apresente as provas que entender pertinentes e, se houver, a cópia do Comunicado de Venda do veículo GM/CELTA 2002/2003, cor preta, placa NCA7409.
3. Decorrido o prazo, com ou sem manifestações, retornem conclusos.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal: 7009605-34.2015.8.22.0001
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: LINEIDE MARTINS DE CASTRO - ADVOGADO DO EXECUTADO: SERGIO ARAUJO PEREIRA OAB nº RO6539ADESPACHO
Vistos,
Em análise ao contexto fático dos autos, verifico a impossibilidade de busca e apreensão das pedras. Isto porque os bens não poderão ficar em posse da Credora, em razão de sua natureza.
Neste sentido, entende-se pela tentativa de alienação das esmeraldas e em caso positivo o Adjudicante deverá resgatá-las no endereço indicado pelo representante da devedora (AVENIDA 7 DE SETEMBRO, 1239, ESQUINA COM RUA MARECHAL DEODORO, CENTRO, PORTO VELHO - RO).
Ademais, tendo em vista o teor do Ato n. 1008/2018 editado pelo TJRO, cujo objeto foi a formação de Cadastro Eletrônico de Perito, Tradutor, Intérprete e Órgãos Técnicos e Científicos (CPTEC), procedo a nomeação de leiloeira devidamente cadastrado perante este Tribunal de Justiça.
Designe datas para a realização da venda judicial.
Nomeio leiloeira a senhora Vera Lúcia Aguiar de Sousa, que deverá ser intimada para exercer seu mister. Respeite-se a porcentagem de 5% sobre o valor da arrematação, a título de comissão da leiloeira.
O leilão deverá ocorrer na modalidade eletrônica, junto ao site www.veraleiloes.com.br.
Em atendimento ao art. 891, parágrafo único do CPC/2015, respeite-se o preço mínimo de cinquenta por cento do valor da avaliação (ID: 9068728; 9068753; 9068774; 9068787; 9068787).
Cumpra-se. Expedientes necessários.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal: 7033830-16.2018.8.22.0001
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: CARLOS ALBERTO CANOSA - ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Vistos,
Postergo a homologação do acordo.
Intime-se a Exequente para que esclareça se as CDAS indicadas na petição de ID: 25309172, p. 1 encontram-se ajuizadas. Em caso negativo, a parte deverá juntar suas cópias para emenda à inicial.
Por fim indique, no prazo de dez dias, o valor total do débito.
Após, retorne concluso para providências.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)
Ofício nº 982/2019 – C.ESPECIAL - CPE/2º GRAU
Ofício nº 982/2019 – C.ESPECIAL - CPE/2º GRAU

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 7016538-81.2019.8.22.0001
ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
RONAM BATISTA MIRANDA
DESPACHO INICIAL
1. Cite-se no endereço da inicial para pagar a dívida com os juros e encargos, bem como as custas processuais inicias e finais e honorários advocatícios, ou indicar bens à penhora, no prazo de cinco dias.

2. A citação será feita pelo correio, com aviso de recebimento, se não for requerida por outra forma (art. 8º, inciso I, da Lei n. 6.830/80).
3. Caso o AR retorne negativo por "ausência", renove o ato.
4. Na hipótese do aviso de recebimento não retornar no prazo de 15 dias da entrega da carta à agência postal ou retornar com a informação de endereço não procurado, a citação será feita por MANDADO (inciso III).
5. Expeça Carta Precatória para endereço fora da comarca.
6. Não localizado o devedor, encaminhem-se à Fazenda, para em cinco dias, informar endereço atual/correto ou se manifestar em termos de efetivo prosseguimento do feito.
7. Em caso de pronto pagamento, que deverá ser comunicado nos autos, fixo os honorários advocatícios em 10% sobre o valor do débito.
8. Inexistindo pagamento ou indicação de bens à penhora, dê-se vista à Exequente para atualização do débito, incluindo custas e honorários. Em seguida, retornem os autos conclusos para início das medidas coercitivas para busca de patrimônio.
Cumpra-se. Sirva o presente como CARTA/MANDADO.
Observações para pagamento:
1. Para impressão da guia de pagamento (DARE), acessar o site da SEFIN-RO (link: https://www.sefin.ro.gov.br). Em "Serviços Públicos" escolher a opção "Impressão de DARE". Em seguida, selecionar "Impressão pelo Nº do Complemento" e digitar o número da Certidão de Dívida Ativa (CDA). Tratando-se de débito cuja origem é auto de infração, com imposto e multa, serão demonstradas, na tela seguinte, as duas guias a recolher. Deve ser escolhida a guia e informada a data para pagamento. Caso a opção seja o parcelamento do débito, por meio de acesso à àrea restrita do portal do contribuinte (com senha), deverá ser escolhida a opção "Parcelamento de Dívida Ativa" e escolhida a quantidade de parcelas.
2. O pagamento dos honorários, no percentual de 10%, deve ser feito via depósito na conta do CENTRO DE ESTUDOS DA PGE, inscrita no CNPJ sob o n. 19.907.343/0001-62, junto ao Banco do Brasil, agência 2757-X, c/c 9769-1;
3. As custas processuais por meio de boleto bancário, obtido no site do TJRO, na aba "Boleto Bancário", opção "Custas Judiciais". Na página seguinte, selecionar "Emissão de guia de recolhimento VINCULADA AO PROCESSO" (link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/custas/custasInicio.jsf). Após a inserção do número do processo judicial, deverão ser selecionadas as opções "Custa inicial 1%" (cod. 1001.1), "Custa inicial adiada +1%" (cod. 1001.2) e "Custa final - Satisfação da execução" (cod. 1004.2).
Porto Velho-RO, 30 de abril de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal: 0076815-18.2001.8.22.0001
EXEQUENTE: E. D. R. - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: A. K. D. S. L. - ADVOGADO DO EXECUTADO: Cássia Akemi Mizusaki Funada, OAB/RO 337-BDESPACHO
Vistos,
Intime-se a representante da junta comercial para que indique, no prazo de dez dias, a pertinência para vinculação da JUCER ao feito com a devida fundamentação.
Após, dê-se vista à Fazenda para ciência em dez dias.
Por fim, retorne concluso.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 30 de abril de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

Processo: 7032839-74.2017.8.22.0001
Classe: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261)
REQUERENTE: TEXTRON FINANCIAL CORPORATION
ADVOGADOS: CARLA CHRISTINA SCHNAPP - OAB/SP 139.242, RICARDO BERNARDI OAB/SP 119.576 e BRUNA KELLY ARAÚJO DUDAS OAB/SP 254.058
REQUERIDOS: TROPICAL TAXI AEREO LTDDA - EPP, JOAO CARLOS DE MARCO, ROSMARY ARAUJO DE MARCO, MARIO CALIXTO FILHO, MARLY CACULAKIS RIVA CALIXTO, ANNARIO ROCHA QUINTINO, THEREZINHA CALDERAN QUINTINO
Advogado: SÉRGIO ARAÚJO PEREIRA - OAB/RO 6539
Credor Fiduciário: BANCO DA AMAZÔNIA S/A
Advogados: MARCELO LONGO DE OLIVEIRA OAB/RO 1.096
Intimação
Ficam as partes intimadas, dos leilões negativos realizados (ID 26468329 e 26764170), bem como para, no prazo de cinco dias, apresentarem manifestação, sob pena de devolução.
Porto Velho-RO, 30 de abril de 2019.
ELIVALDA RAMOS NOGUEIRA
Técnica Judiciária
(assinado conforme Portaria n. 003/2017/PVH1EFI)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 7017169-25.2019.8.22.0001
ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
TELEFONICA BRASIL S.A.
DESPACHO INICIAL
1. Cite-se no endereço da inicial para pagar a dívida com os juros e encargos, bem como as custas processuais inicias e finais e honorários advocatícios, ou indicar bens à penhora, no prazo de cinco dias.
2. A citação será feita pelo correio, com aviso de recebimento, se não for requerida por outra forma (art. 8º, inciso I, da Lei n. 6.830/80).
3. Caso o AR retorne negativo por "ausência", renove o ato.
4. Na hipótese do aviso de recebimento não retornar no prazo de 15 dias da entrega da carta à agência postal ou retornar com a informação de endereço não procurado, a citação será feita por MANDADO (inciso III).
5. Expeça Carta Precatória para endereço fora da comarca.
6. Não localizado o devedor, encaminhem-se à Fazenda, para em cinco dias, informar endereço atual/correto ou se manifestar em termos de efetivo prosseguimento do feito.
7. Em caso de pronto pagamento, que deverá ser comunicado nos autos, fixo os honorários advocatícios em 10% sobre o valor do débito.
8. Inexistindo pagamento ou indicação de bens à penhora, dê-se vista à Exequente para atualização do débito, incluindo custas e honorários. Em seguida, retornem os autos conclusos para início das medidas coercitivas para busca de patrimônio.
Cumpra-se. Sirva o presente como CARTA/MANDADO.
Observações para pagamento:
1. Para impressão da guia de pagamento (DARE), acessar o site da SEFIN-RO (link: https://www.sefin.ro.gov.br). Em "Serviços Públicos" escolher a opção "Impressão de DARE". Em seguida, selecionar "Impressão pelo Nº do Complemento" e digitar o número da Certidão de Dívida Ativa (CDA). Tratando-se de débito cuja origem é auto de infração, com imposto e multa, serão demonstradas, na tela seguinte, as duas guias a recolher. Deve ser escolhida a guia e informada a data para pagamento. Caso a opção seja o parcelamento do débito, por meio de acesso à àrea restrita do portal do contribuinte (com senha), deverá ser escolhida a opção "Parcelamento de Dívida Ativa" e escolhida a quantidade de parcelas.

2. O pagamento dos honorários, no percentual de 10%, deve ser feito via depósito na conta do CENTRO DE ESTUDOS DA PGE, inscrita no CNPJ sob o n. 19.907.343/0001-62, junto ao Banco do Brasil, agência 2757-X, c/c 9769-1;
3. As custas processuais por meio de boleto bancário, obtido no site do TJRO, na aba “Boleto Bancário”, opção “Custas Judiciais”. Na página seguinte, selecionar “Emissão de guia de recolhimento VINCULADA AO PROCESSO” (link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/custas/custasInicio.jsf). Após a inserção do número do processo judicial, deverão ser selecionadas as opções “Custa inicial 1%” (cod. 1001.1), “Custa inicial adiada +1%” (cod. 1001.2) e “Custa final - Satisfação da execução” (cod. 1004.2).
Porto Velho-RO, 30 de abril de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Carta Precatória Cível: 7017495-82.2019.8.22.0001
DEPRECANTE: EDMUNDO VIANA PALHARES - ADVOGADO DO DEPRECANTE:
DEPRECADO: LACY GUIMARAES DE ANDRADE - ADVOGADO DO DEPRECADO:
DESPACHO
Vistos,
Cumpra-se os atos deprecados (ID 26784764). A cópia servirá de MANDADO.
Após, devolva-se.
Porto Velho-RO, 30 de abril de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 7016835-88.2019.8.22.0001
ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
A. J. VIEIRA COMERCIO DE UTILIDADE DOMESTICA - ME
DESPACHO INICIAL
1. Cite-se no endereço da inicial para pagar a dívida com os juros e encargos, bem como as custas processuais inicias e finais e honorários advocatícios, ou indicar bens à penhora, no prazo de cinco dias.
2. A citação será feita pelo correio, com aviso de recebimento, se não for requerida por outra forma (art. 8º, inciso I, da Lei n. 6.830/80).
3. Caso o AR retorne negativo por “ausência”, renove o ato.
4. Na hipótese do aviso de recebimento não retornar no prazo de 15 dias da entrega da carta à agência postal ou retornar com a informação de endereço não procurado, a citação será feita por MANDADO (inciso III).
5. Expeça Carta Precatória para endereço fora da comarca.
6. Não localizado o devedor, encaminhem-se à Fazenda, para em cinco dias, informar endereço atual/correto ou se manifestar em termos de efetivo prosseguimento do feito.
7. Em caso de pronto pagamento, que deverá ser comunicado nos autos, fixo os honorários advocatícios em 10% sobre o valor do débito.
8. Inexistindo pagamento ou indicação de bens à penhora, dê-se vista à Exequente para atualização do débito, incluindo custas e honorários. Em seguida, retornem os autos conclusos para início das medidas coercitivas para busca de patrimônio.
Cumpra-se. Sirva o presente como CARTA/MANDADO.
Observações para pagamento:
1. Para impressão da guia de pagamento (DARE), acessar o site da SEFIN-RO (link: https://www.sefin.ro.gov.br). Em “Serviços Públicos” escolher a opção “Impressão de DARE”. Em seguida, selecionar “Impressão pelo Nº do Complemento” e digitar o número da Certidão de Dívida Ativa (CDA). Tratando-se de débito cuja origem é auto de infração, com imposto e multa, serão demonstradas, na tela seguinte, as duas guias a recolher. Deve ser escolhida a guia e informada a data para pagamento. Caso a opção seja o parcelamento do débito, por meio de acesso à àrea restrita do portal do contribuinte (com senha), deverá ser escolhida a opção “Parcelamento de Dívida Ativa” e escolhida a quantidade de parcelas.
2. O pagamento dos honorários, no percentual de 10%, deve ser feito via depósito na conta do CENTRO DE ESTUDOS DA PGE, inscrita no CNPJ sob o n. 19.907.343/0001-62, junto ao Banco do Brasil, agência 2757-X, c/c 9769-1;
3. As custas processuais por meio de boleto bancário, obtido no site do TJRO, na aba “Boleto Bancário”, opção “Custas Judiciais”. Na página seguinte, selecionar “Emissão de guia de recolhimento VINCULADA AO PROCESSO” (link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/custas/custasInicio.jsf). Após a inserção do número do processo judicial, deverão ser selecionadas as opções “Custa inicial 1%” (cod. 1001.1), “Custa inicial adiada +1%” (cod. 1001.2) e “Custa final - Satisfação da execução” (cod. 1004.2).
Porto Velho-RO, 30 de abril de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 7017668-09.2019.8.22.0001
ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
COSMOPOLITAN CONSTRUTORA EIRELI - ME
DESPACHO INICIAL
1. Cite-se no endereço da inicial para pagar a dívida com os juros e encargos, bem como as custas processuais inicias e finais e honorários advocatícios, ou indicar bens à penhora, no prazo de cinco dias.
2. A citação será feita pelo correio, com aviso de recebimento, se não for requerida por outra forma (art. 8º, inciso I, da Lei n. 6.830/80).
3. Caso o AR retorne negativo por “ausência”, renove o ato.
4. Na hipótese do aviso de recebimento não retornar no prazo de 15 dias da entrega da carta à agência postal ou retornar com a informação de endereço não procurado, a citação será feita por MANDADO (inciso III).
5. Expeça Carta Precatória para endereço fora da comarca.
6. Não localizado o devedor, encaminhem-se à Fazenda, para em cinco dias, informar endereço atual/correto ou se manifestar em termos de efetivo prosseguimento do feito.
7. Em caso de pronto pagamento, que deverá ser comunicado nos autos, fixo os honorários advocatícios em 10% sobre o valor do débito.
8. Inexistindo pagamento ou indicação de bens à penhora, dê-se vista à Exequente para atualização do débito, incluindo custas e honorários. Em seguida, retornem os autos conclusos para início das medidas coercitivas para busca de patrimônio.

Cumpra-se. Sirva o presente como CARTA/MANDADO.
Observações para pagamento:
1. Para impressão da guia de pagamento (DARE), acessar o site da SEFIN-RO (link: https://www.sefin.ro.gov.br). Em “Serviços Públicos” escolher a opção “Impressão de DARE”. Em seguida, selecionar “Impressão pelo Nº do Complemento” e digitar o número da Certidão de Dívida Ativa (CDA). Tratando-se de débito cuja origem é auto de infração, com imposto e multa, serão demonstradas, na tela seguinte, as duas guias a recolher. Deve ser escolhida a guia e informada a data para pagamento. Caso a opção seja o parcelamento do débito, por meio de acesso à àrea restrita do portal do contribuinte (com senha), deverá ser escolhida a opção “Parcelamento de Dívida Ativa” e escolhida a quantidade de parcelas.
2. O pagamento dos honorários, no percentual de 10%, deve ser feito via depósito na conta do CENTRO DE ESTUDOS DA PGE, inscrita no CNPJ sob o n. 19.907.343/0001-62, junto ao Banco do Brasil, agência 2757-X, c/c 9769-1;
3. As custas processuais por meio de boleto bancário, obtido no site do TJRO, na aba “Boleto Bancário”, opção “Custas Judiciais”. Na página seguinte, selecionar “Emissão de guia de recolhimento VINCULADA AO PROCESSO” (link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/custas/custasInicio.jsf). Após a inserção do número do processo judicial, deverão ser selecionadas as opções “Custa inicial 1%” (cod. 1001.1), “Custa inicial adiada +1%” (cod. 1001.2) e “Custa final - Satisfação da execução” (cod. 1004.2).
Porto Velho-RO, 30 de abril de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 7017172-77.2019.8.22.0001
ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
CONSTRUTORA VALE DO OURO EIRELI
DESPACHO INICIAL
1. Cite-se no endereço da inicial para pagar a dívida com os juros e encargos, bem como as custas processuais inicias e finais e honorários advocatícios, ou indicar bens à penhora, no prazo de cinco dias.
2. A citação será feita pelo correio, com aviso de recebimento, se não for requerida por outra forma (art. 8º, inciso I, da Lei n. 6.830/80).
3. Caso o AR retorne negativo por “ausência”, renove o ato.
4. Na hipótese do aviso de recebimento não retornar no prazo de 15 dias da entrega da carta à agência postal ou retornar com a informação de endereço não procurado, a citação será feita por MANDADO (inciso III).
5. Expeça Carta Precatória para endereço fora da comarca.
6. Não localizado o devedor, encaminhem-se à Fazenda, para em cinco dias, informar endereço atual/correto ou se manifestar em termos de efetivo prosseguimento do feito.
7. Em caso de pronto pagamento, que deverá ser comunicado nos autos, fixo os honorários advocatícios em 10% sobre o valor do débito.
8. Inexistindo pagamento ou indicação de bens à penhora, dê-se vista à Exequente para atualização do débito, incluindo custas e honorários. Em seguida, retornem os autos conclusos para início das medidas coercitivas para busca de patrimônio.
Cumpra-se. Sirva o presente como CARTA/MANDADO.
Observações para pagamento:
1. Para impressão da guia de pagamento (DARE), acessar o site da SEFIN-RO (link: https://www.sefin.ro.gov.br). Em “Serviços Públicos” escolher a opção “Impressão de DARE”. Em seguida, selecionar “Impressão pelo Nº do Complemento” e digitar o número da Certidão de Dívida Ativa (CDA). Tratando-se de débito cuja origem é auto de infração, com imposto e multa, serão demonstradas, na tela seguinte, as duas guias a recolher. Deve ser escolhida a guia e informada a data para pagamento. Caso a opção seja o parcelamento do débito, por meio de acesso à àrea restrita do portal do contribuinte (com senha), deverá ser escolhida a opção “Parcelamento de Dívida Ativa” e escolhida a quantidade de parcelas.
2. O pagamento dos honorários, no percentual de 10%, deve ser feito via depósito na conta do CENTRO DE ESTUDOS DA PGE, inscrita no CNPJ sob o n. 19.907.343/0001-62, junto ao Banco do Brasil, agência 2757-X, c/c 9769-1;
3. As custas processuais por meio de boleto bancário, obtido no site do TJRO, na aba “Boleto Bancário”, opção “Custas Judiciais”. Na página seguinte, selecionar “Emissão de guia de recolhimento VINCULADA AO PROCESSO” (link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/custas/custasInicio.jsf). Após a inserção do número do processo judicial, deverão ser selecionadas as opções “Custa inicial 1%” (cod. 1001.1), “Custa inicial adiada +1%” (cod. 1001.2) e “Custa final - Satisfação da execução” (cod. 1004.2).
Porto Velho-RO, 30 de abril de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Carta Precatória Cível: 7017428-20.2019.8.22.0001
DEPRECANTE: MUNICIPIO DE ARIQUEMES - ADVOGADO DO DEPRECANTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES
DEPRECADO: ANIBAL GOMES PINTO - ADVOGADO DO DEPRECADO:
DESPACHO
Vistos,
Cumpra-se os atos deprecados (ID 26773085). A cópia servirá de MANDADO.
Após, devolva-se.
Porto Velho-RO, 30 de abril de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Carta Precatória Cível: 7016945-87.2019.8.22.0001
DEPRECANTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A - ADVOGADO DO DEPRECANTE: JULIANA MELO DE PINHO OAB nº CE21413, FELIPE DANTAS DE CARVALHO OAB nº PB15132
DEPRECADO: ERICK IANINO ROCHA - ADVOGADO DO DEPRECADO:DESPACHO
Vistos,
Intime-se a requerente para comprovar o recolhimento correto das custas das diligências da Carta Precatória, de acordo com a tabela de custas processuais deste Tribunal, no prazo de cinco dias sob pena de devolução da missiva.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 29 de abril de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 7017672-46.2019.8.22.0001
ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
HAIDE BEATRIZ LERMEN
DESPACHO INICIAL
1. Cite-se no endereço da inicial para pagar a dívida com os juros e encargos, bem como as custas processuais inicias e finais e honorários advocatícios, ou indicar bens à penhora, no prazo de cinco dias.
2. A citação será feita pelo correio, com aviso de recebimento, se não for requerida por outra forma (art. 8º, inciso I, da Lei n. 6.830/80).
3. Caso o AR retorne negativo por "ausência", renove o ato.
4. Na hipótese do aviso de recebimento não retornar no prazo de 15 dias da entrega da carta à agência postal ou retornar com a informação de endereço não procurado, a citação será feita por MANDADO (inciso III).
5. Expeça Carta Precatória para endereço fora da comarca.
6. Não localizado o devedor, encaminhem-se à Fazenda, para em cinco dias, informar endereço atual/correto ou se manifestar em termos de efetivo prosseguimento do feito.
7. Em caso de pronto pagamento, que deverá ser comunicado nos autos, fixo os honorários advocatícios em 10% sobre o valor do débito.
8. Inexistindo pagamento ou indicação de bens à penhora, dê-se vista à Exequente para atualização do débito, incluindo custas e honorários. Em seguida, retornem os autos conclusos para início das medidas coercitivas para busca de patrimônio.
Cumpra-se. Sirva o presente como CARTA/MANDADO.
Observações para pagamento:
1. Para impressão da guia de pagamento (DARE), acessar o site da SEFIN-RO (link: https://www.sefin.ro.gov.br). Em "Serviços Públicos" escolher a opção "Impressão de DARE". Em seguida, selecionar "Impressão pelo Nº do Complemento" e digitar o número da Certidão de Dívida Ativa (CDA). Tratando-se de débito cuja origem é auto de infração, com imposto e multa, serão demonstradas, na tela seguinte, as duas guias a recolher. Deve ser escolhida a guia e informada a data para pagamento. Caso a opção seja o parcelamento do débito, por meio de acesso à àrea restrita do portal do contribuinte (com senha), deverá ser escolhida a opção "Parcelamento de Dívida Ativa" e escolhida a quantidade de parcelas.
2. O pagamento dos honorários, no percentual de 10%, deve ser feito via depósito na conta do CENTRO DE ESTUDOS DA PGE, inscrita no CNPJ sob o n. 19.907.343/0001-62, junto ao Banco do Brasil, agência 2757-X, c/c 9769-1;
3. As custas processuais por meio de boleto bancário, obtido no site do TJRO, na aba "Boleto Bancário", opção "Custas Judiciais". Na página seguinte, selecionar "Emissão de guia de recolhimento VINCULADA AO PROCESSO" (link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/custas/custasInicio.jsf). Após a inserção do número do processo judicial, deverão ser selecionadas as opções "Custa inicial 1%" (cod. 1001.1), "Custa inicial adiada +1%" (cod. 1001.2) e "Custa final - Satisfação da execução" (cod. 1004.2).
Porto Velho-RO, 30 de abril de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Carta Precatória Cível: 7017566-84.2019.8.22.0001
DEPRECANTE: SOEG SOCIEDADE EXPANSIONISTA GONCALENSE LTDA - ADVOGADO DO DEPRECANTE:
DEPRECADO: MUNICIPIO DE SAQUAREMA - ADVOGADO DO DEPRECADO:
DESPACHO
Vistos,
Cumpra-se os atos deprecados (ID 26795319). A cópia servirá de MANDADO.
Após, devolva-se.
Porto Velho-RO, 30 de abril de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 7017405-74.2019.8.22.0001
ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
MIQUEIAS PEREIRA DA SILVA
DESPACHO INICIAL
Vistos,
Entre a data de lavratura do auto de infração (01/2014) e a propositura da execução fiscal (01/2019) decorreu prazo superior a cinco anos.
Conforme disposto no art. 10 do CPC, intime-se a Fazenda Pública para se manifestar quanto à prescrição, no prazo de dez dias.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 30 de abril de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Carta Precatória Cível: 7017380-61.2019.8.22.0001
DEPRECANTE: DAVID JOHN RICHARDSON E VIVIANE CASSIA HEIMBURGER RICHARDSON - ADVOGADO DO DEPRECANTE:
DEPRECADO: CARLOS LACERDA, JAMES ANTONIO MEDEIROS, JOÃO CARLOS CÂMARA, JOEL MARIANO, JULIA SATURNINO DA SILVA - ADVOGADO DO DEPRECADO:
DESPACHO
Vistos,
Cumpra-se os atos deprecados (ID 26764032). A cópia servirá de MANDADO.
Após, devolva-se.
Porto Velho-RO, 30 de abril de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 7017661-17.2019.8.22.0001

ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
FRANZ CHAINA MIRANDA 23501709854
DESPACHO INICIAL
1. Cite-se no endereço da inicial para pagar a dívida com os juros e encargos, bem como as custas processuais inicias e finais e honorários advocatícios, ou indicar bens à penhora, no prazo de cinco dias.
2. A citação será feita pelo correio, com aviso de recebimento, se não for requerida por outra forma (art. 8º, inciso I, da Lei n. 6.830/80).
3. Caso o AR retorne negativo por "ausência", renove o ato.
4. Na hipótese do aviso de recebimento não retornar no prazo de 15 dias da entrega da carta à agência postal ou retornar com a informação de endereço não procurado, a citação será feita por MANDADO (inciso III).
5. Expeça Carta Precatória para endereço fora da comarca.
6. Não localizado o devedor, encaminhem-se à Fazenda, para em cinco dias, informar endereço atual/correto ou se manifestar em termos de efetivo prosseguimento do feito.
7. Em caso de pronto pagamento, que deverá ser comunicado nos autos, fixo os honorários advocatícios em 10% sobre o valor do débito.
8. Inexistindo pagamento ou indicação de bens à penhora, dê-se vista à Exequente para atualização do débito, incluindo custas e honorários. Em seguida, retornem os autos conclusos para início das medidas coercitivas para busca de patrimônio.
Cumpra-se. Sirva o presente como CARTA/MANDADO.
Observações para pagamento:
1. Para impressão da guia de pagamento (DARE), acessar o site da SEFIN-RO (link: https://www.sefin.ro.gov.br). Em "Serviços Públicos" escolher a opção "Impressão de DARE". Em seguida, selecionar "Impressão pelo Nº do Complemento" e digitar o número da Certidão de Dívida Ativa (CDA). Tratando-se de débito cuja origem é auto de infração, com imposto e multa, serão demonstradas, na tela seguinte, as duas guias a recolher. Deve ser escolhida a guia e informada a data para pagamento. Caso a opção seja o parcelamento do débito, por meio de acesso à àrea restrita do portal do contribuinte (com senha), deverá ser escolhida a opção "Parcelamento de Dívida Ativa" e escolhida a quantidade de parcelas.
2. O pagamento dos honorários, no percentual de 10%, deve ser feito via depósito na conta do CENTRO DE ESTUDOS DA PGE, inscrita no CNPJ sob o n. 19.907.343/0001-62, junto ao Banco do Brasil, agência 2757-X, c/c 9769-1;
3. As custas processuais por meio de boleto bancário, obtido no site do TJRO, na aba "Boleto Bancário", opção "Custas Judiciais". Na página seguinte, selecionar "Emissão de guia de recolhimento VINCULADA AO PROCESSO" (link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/custas/custasInicio.jsf). Após a inserção do número do processo judicial, deverão ser selecionadas as opções "Custa inicial 1%" (cod. 1001.1), "Custa inicial adiada +1%" (cod. 1001.2) e "Custa final - Satisfação da execução" (cod. 1004.2).
Porto Velho-RO, 30 de abril de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Carta Precatória Cível: 7017429-05.2019.8.22.0001
REQUERENTE: FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO FDE - ADVOGADO DO REQUERENTE:
REQUERIDO: VILAGE EMPREENDIMENTOS E CONTRUÇOES LTDA - ME - ADVOGADO DO REQUERIDO: DESPACHO
Vistos,
Intime-se a requerente para comprovar o recolhimento das custas das diligências da Carta Precatória, apresentar a petição inicial e a procuração no prazo de cinco dias sob pena de devolução da missiva. Silente, devolva-se.
Satisfeita a determinação supra, cumpra-se os atos deprecados.
A cópia servirá de MANDADO.
Porto Velho-RO, 30 de abril de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal: 0035735-30.2008.8.22.0001
EXEQUENTE: E. D. R.
EXECUTADO: M. Z. M. D. S. -. M.DESPACHO
Vistos,
1. Há notícia de pagamento do débito principal.
2. Intime-se a parte Executada para que comprove, em dez dias, o pagamento das custas e honorários advocatícios com base no valor pago no parcelamento R$ 51.120,99, nos seguintes termos:
a) custas processuais por meio de boleto bancário, obtido no site do TJRO, na aba "Boleto Bancário", opção "Custas Judiciais". Na página seguinte, selecionar "Emissão de guia de recolhimento VINCULADA AO PROCESSO" (link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/custas/custasInicio.jsf). Após a inserção do número do processo judicial, deverão ser selecionadas as opções "Custa inicial 1%" (cod. 1001.1), "Custa inicial adiada +1%" (cod. 1001.2) e "Custa final - Satisfação da execução" (cod. 1004.2).
b) 10% a título de honorários advocatícios para a conta do CENTRO DE ESTUDOS DA PGE, inscrita no CNPJ sob o n. 19.907.343/0001-62, junto ao Banco do Brasil, agência 2757-X, c/c 9769-1.
3. Decorrido o prazo sem manifestação, vista à Fazenda para prosseguimento em dez dias.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 30 de abril de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)
Processo: 7028623-70.2017.8.22.0001
Exequente: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS, RODAGENS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - DER/RO
Executado: PORTO GRANDE ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA - EPPDESPACHO
Vistos,
Intime-se a executada para que informe, no prazo de dez dias, a localização do automóvel ofertado à penhora.
Após, retorne concluso.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 30 de abril de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal: 0148555-31.2004.8.22.0001

EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADOS: ANTONIO LOPES CAMPOS, D. M. OLIVEIRA COMERCIO LTDA. - ME, DORACILDA MARTINS DE OLIVEIRA - ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Edison Oliveira de Souza Junior Advogado OAB/MT 18255/ BDESPACHO
Vistos,
Intime-se o Autor da peça de ID: 25476823, por intermédio de seu representante, para que proceda a distribuição correta dos Embargos de Terceiros como demanda autônoma no prazo de dez dias.
Após, excluam-se os documentos de ID: 25476823; 25476828; 25476829;25476829; 25476826: 25476824; 25485426; 25485432; 25485430 e 25485430.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 29 de abril de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)
Processo: 7026843-61.2018.8.22.0001
Exequente: C. A. RURAL LTDA
Executado: ANDRE HERINGER SAUER e outros (4)DESPACHO
Vistos,
O pleito indicado pela requerente (ID:25105155) ultrapassa a esfera de atuação deste juízo deprecado.
Devolva-se para providências.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 30 de abril de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 7016537-96.2019.8.22.0001
ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
ROBERTIM JOSE BEIRA DA FE
DESPACHO INICIAL
1. Cite-se no endereço da inicial para pagar a dívida com os juros e encargos, bem como as custas processuais inicias e finais e honorários advocatícios, ou indicar bens à penhora, no prazo de cinco dias.
2. A citação será feita pelo correio, com aviso de recebimento, se não for requerida por outra forma (art. 8º, inciso I, da Lei n. 6.830/80).
3. Caso o AR retorne negativo por "ausência", renove o ato.
4. Na hipótese do aviso de recebimento não retornar no prazo de 15 dias da entrega da carta à agência postal ou retornar com a informação de endereço não procurado, a citação será feita por MANDADO (inciso III).
5. Expeça Carta Precatória para endereço fora da comarca.
6. Não localizado o devedor, encaminhem-se à Fazenda, para em cinco dias, informar endereço atual/correto ou se manifestar em termos de efetivo prosseguimento do feito.
7. Em caso de pronto pagamento, que deverá ser comunicado nos autos, fixo os honorários advocatícios em 10% sobre o valor do débito.
8. Inexistindo pagamento ou indicação de bens à penhora, dê-se vista à Exequente para atualização do débito, incluindo custas e honorários. Em seguida, retornem os autos conclusos para início das medidas coercitivas para busca de patrimônio.
Cumpra-se. Sirva o presente como CARTA/MANDADO.
Observações para pagamento:
1. Para impressão da guia de pagamento (DARE), acessar o site da SEFIN-RO (link: https://www.sefin.ro.gov.br). Em "Serviços Públicos" escolher a opção "Impressão de DARE". Em seguida, selecionar "Impressão pelo Nº do Complemento" e digitar o número da Certidão de Dívida Ativa (CDA). Tratando-se de débito cuja origem é auto de infração, com imposto e multa, serão demonstradas, na tela seguinte, as duas guias a recolher. Deve ser escolhida a guia e informada a data para pagamento. Caso a opção seja o parcelamento do débito, por meio de acesso à àrea restrita do portal do contribuinte (com senha), deverá ser escolhida a opção "Parcelamento de Dívida Ativa" e escolhida a quantidade de parcelas.
2. O pagamento dos honorários, no percentual de 10%, deve ser feito via depósito na conta do CENTRO DE ESTUDOS DA PGE, inscrita no CNPJ sob o n. 19.907.343/0001-62, junto ao Banco do Brasil, agência 2757-X, c/c 9769-1;
3. As custas processuais por meio de boleto bancário, obtido no site do TJRO, na aba "Boleto Bancário", opção "Custas Judiciais". Na página seguinte, selecionar "Emissão de guia de recolhimento VINCULADA AO PROCESSO" (link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/custas/custasInicio.jsf). Após a inserção do número do processo judicial, deverão ser selecionadas as opções "Custa inicial 1%" (cod. 1001.1), "Custa inicial adiada +1%" (cod. 1001.2) e "Custa final - Satisfação da execução" (cod. 1004.2).
Porto Velho-RO, 30 de abril de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 7016804-68.2019.8.22.0001
ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
PASINATO & CIA LTDA - ME
DESPACHO INICIAL
1. Cite-se no endereço da inicial para pagar a dívida com os juros e encargos, bem como as custas processuais inicias e finais e honorários advocatícios, ou indicar bens à penhora, no prazo de cinco dias.
2. A citação será feita pelo correio, com aviso de recebimento, se não for requerida por outra forma (art. 8º, inciso I, da Lei n. 6.830/80).
3. Caso o AR retorne negativo por "ausência", renove o ato.
4. Na hipótese do aviso de recebimento não retornar no prazo de 15 dias da entrega da carta à agência postal ou retornar com a informação de endereço não procurado, a citação será feita por MANDADO (inciso III).
5. Expeça Carta Precatória para endereço fora da comarca.
6. Não localizado o devedor, encaminhem-se à Fazenda, para em cinco dias, informar endereço atual/correto ou se manifestar em termos de efetivo prosseguimento do feito.
7. Em caso de pronto pagamento, que deverá ser comunicado nos autos, fixo os honorários advocatícios em 10% sobre o valor do débito.
8. Inexistindo pagamento ou indicação de bens à penhora, dê-se vista à Exequente para atualização do débito, incluindo custas e honorários. Em seguida, retornem os autos conclusos para início das medidas coercitivas para busca de patrimônio.
Cumpra-se. Sirva o presente como CARTA/MANDADO.
Observações para pagamento:
1. Para impressão da guia de pagamento (DARE), acessar o site da SEFIN-RO (link: https://www.sefin.ro.gov.br). Em "Serviços

Públicos" escolher a opção "Impressão de DARE". Em seguida, selecionar "Impressão pelo Nº do Complemento" e digitar o número da Certidão de Dívida Ativa (CDA). Tratando-se de débito cuja origem é auto de infração, com imposto e multa, serão demonstradas, na tela seguinte, as duas guias a recolher. Deve ser escolhida a guia e informada a data para pagamento. Caso a opção seja o parcelamento do débito, por meio de acesso à àrea restrita do portal do contribuinte (com senha), deverá ser escolhida a opção "Parcelamento de Dívida Ativa" e escolhida a quantidade de parcelas.
2. O pagamento dos honorários, no percentual de 10%, deve ser feito via depósito na conta do CENTRO DE ESTUDOS DA PGE, inscrita no CNPJ sob o n. 19.907.343/0001-62, junto ao Banco do Brasil, agência 2757-X, c/c 9769-1;
3. As custas processuais por meio de boleto bancário, obtido no site do TJRO, na aba "Boleto Bancário", opção "Custas Judiciais". Na página seguinte, selecionar "Emissão de guia de recolhimento VINCULADA AO PROCESSO" (link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/custas/custasInicio.jsf). Após a inserção do número do processo judicial, deverão ser selecionadas as opções "Custa inicial 1%" (cod. 1001.1), "Custa inicial adiada +1%" (cod. 1001.2) e "Custa final - Satisfação da execução" (cod. 1004.2).
Porto Velho-RO, 30 de abril de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Carta Precatória Cível: 7017452-48.2019.8.22.0001
DEPRECANTE: ELIZETE DOS SANTOS SOUZA - ADVOGADO DO DEPRECANTE:
DEPRECADO: TEREZA FERREIRA DE PAULA SOUZA - ADVOGADO DO DEPRECADO:
DESPACHO
Vistos,
Cumpra-se os atos deprecados (ID 26775718). A cópia servirá de MANDADO.
Após, devolva-se.
Porto Velho-RO, 30 de abril de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 7017468-02.2019.8.22.0001
ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
NATIPLAST TECNOLOGIA EM POLIMEROS LTDA - EPP
DESPACHO INICIAL
1. Cite-se no endereço da inicial para pagar a dívida com os juros e encargos, bem como as custas processuais inicias e finais e honorários advocatícios, ou indicar bens à penhora, no prazo de cinco dias.
2. A citação será feita pelo correio, com aviso de recebimento, se não for requerida por outra forma (art. 8º, inciso I, da Lei n. 6.830/80).
3. Caso o AR retorne negativo por "ausência", renove o ato.
4. Na hipótese do aviso de recebimento não retornar no prazo de 15 dias da entrega da carta à agência postal ou retornar com a informação de endereço não procurado, a citação será feita por MANDADO (inciso III).
5. Expeça Carta Precatória para endereço fora da comarca.
6. Não localizado o devedor, encaminhem-se à Fazenda, para em cinco dias, informar endereço atual/correto ou se manifestar em termos de efetivo prosseguimento do feito.
7. Em caso de pronto pagamento, que deverá ser comunicado nos autos, fixo os honorários advocatícios em 10% sobre o valor do débito.
8. Inexistindo pagamento ou indicação de bens à penhora, dê-se vista à Exequente para atualização do débito, incluindo custas e honorários. Em seguida, retornem os autos conclusos para início das medidas coercitivas para busca de patrimônio.
Cumpra-se. Sirva o presente como CARTA/MANDADO.
Observações para pagamento:
1. Para impressão da guia de pagamento (DARE), acessar o site da SEFIN-RO (link: https://www.sefin.ro.gov.br). Em "Serviços Públicos" escolher a opção "Impressão de DARE". Em seguida, selecionar "Impressão pelo Nº do Complemento" e digitar o número da Certidão de Dívida Ativa (CDA). Tratando-se de débito cuja origem é auto de infração, com imposto e multa, serão demonstradas, na tela seguinte, as duas guias a recolher. Deve ser escolhida a guia e informada a data para pagamento. Caso a opção seja o parcelamento do débito, por meio de acesso à àrea restrita do portal do contribuinte (com senha), deverá ser escolhida a opção "Parcelamento de Dívida Ativa" e escolhida a quantidade de parcelas.
2. O pagamento dos honorários, no percentual de 10%, deve ser feito via depósito na conta do CENTRO DE ESTUDOS DA PGE, inscrita no CNPJ sob o n. 19.907.343/0001-62, junto ao Banco do Brasil, agência 2757-X, c/c 9769-1;
3. As custas processuais por meio de boleto bancário, obtido no site do TJRO, na aba "Boleto Bancário", opção "Custas Judiciais". Na página seguinte, selecionar "Emissão de guia de recolhimento VINCULADA AO PROCESSO" (link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/custas/custasInicio.jsf). Após a inserção do número do processo judicial, deverão ser selecionadas as opções "Custa inicial 1%" (cod. 1001.1), "Custa inicial adiada +1%" (cod. 1001.2) e "Custa final - Satisfação da execução" (cod. 1004.2).
Porto Velho-RO, 30 de abril de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Carta Precatória Cível: 7017473-24.2019.8.22.0001
DEPRECANTE: JOAO HENRIQUE DAMACENO NEVES - ADVOGADO DO DEPRECANTE:
DEPRECADO: D. E. D. T. - ADVOGADO DO DEPRECADO:
DESPACHO
Vistos,
Cumpra-se os atos deprecados (ID 26779317). A cópia servirá de MANDADO.
Após, devolva-se.
Porto Velho-RO, 30 de abril de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 0079651-17.2008.8.22.0001
ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
MASCARPONE COM E IND DE PROD ALIMENTICIOS LTDA, LUDMILLA FIGUEIREDO DE MORAIS NAVARRO, BENTO MANOEL DE MORAIS NAVARRO FILHO - ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: BENTO MANOEL DE MORAIS NAVARRO FILHO OAB nº RO4251DESPACHO
Vistos,
Trata-se de execução fiscal ajuizada em desfavor de Mascarpone Comércio e Indústria de Produtos Alimentícios Ltda.
O feito foi redirecionado os sócios Bento Manoel de Moraes, citado por AR (ID:14473588) e a sócia Ludmilla Figueiredo, citada por AR (ID:16741100).
Irresignados quanto ao redirecionamento, os corresponsáveis apresentaram agravo de instrumento, recebido sem efeito suspensivo.
Pelo exposto, defiro a consulta ao sistema Infojud em nome da empresa e de seus sócios. A juntada dos espelhos fica condicionada à existência de declaração na base de dados da Receita Federal.
Após, intime-se a Fazenda para prosseguimento em dez dias.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal: 0034760-42.2007.8.22.0001
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: E. GOMES CONFECCOES - ME - ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Vistos,
Dê-se vista à Fazenda Pública para apresentar planilha atualizada do débito, em dez dias.
Após, retornem conclusos para cumprimento da DECISÃO Monocrática de ID 25083355.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Embargos à Execução: 7000146-66.2019.8.22.0001
EMBARGANTE: ANEDINO CARLOS PEREIRA JUNIOR - ADVOGADO DO EMBARGANTE: GILVAN ROCHA FILHO OAB nº RO2650
EMBARGADO: ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EMBARGADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIADESPACHO
Vistos,
Dê-se vista à Fazenda Pública para que, em cinco dias, diga quanto à oferta de garantia do juízo, considerando o informado na petição de ID 24948241.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br. Execução Fiscal: 0004733-37.2011.8.22.0001
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: JUCELIS FREITAS DE SOUSA - ADVOGADO DO EXECUTADO: CORNELIO LUIZ RECKTENVALD OAB nº RO2497, CARLOS SILVIO VIEIRA DE SOUZA OAB nº RO5826, RISOLENE ELIANE GOMES DA SILVA OAB nº RO3963, FABIANE MARTINI OAB nº RO3817, VIVIANE HELENA VIZZOTTO OAB nº RO4481, JOAO BOSCO VIEIRA DE OLIVEIRA OAB nº RO2213, FRANCISCO RICARDO VIEIRA OLIVEIRA OAB nº RO1959
SENTENÇA
Vistos, etc.,
Trata-se de Execução Fiscal movida pela Fazenda Pública do Estado de Rondônia em desfavor de Jucelis Freitas de Sousa para cobrança do débito espelhado na CDA nº 20100200031581.
Em consulta ao sistema de automação processual, verifica-se que foi proposta outra execução contra a mesma parte, que se encontra na mesma fase processual, além de possuir objeto de cobrança semelhante.
Com base no art. 28 da Lei 6.830/80 e por medida de economia e celeridade processual, será realizada a unificação das execuções com a reunião das CDAs em único processo.
Ante o exposto, com fundamento no art. 485, inciso VI, do Código de Processo Civil, julgo extinto o feito e determino o translado da CDA n. 20100200031581 (fls. 37) para a execução de nº 7013144-71.2016.8.22.0001.
Custas e honorários indevidos. Proceda a liberação das constrições efetivadas nestes autos.
Após, arquivem-se.
P. R. I. C.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal: 7053744-03.2017.8.22.0001
EXEQUENTE: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN-RO - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA AUTÁRQUICA DO DETRAN/RO
EXECUTADO: EVERSON FERNANDES - ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO

Vistos,
1. Proceda-se a penhora e avaliação do veículo placa NEA6620, MARCA/MODELO 2808-HONDA/CG 150 TITAN ES (Nacional), FABRICAÇÃO/MODELO 2008/2008 COR 2-AZUL.
2. Intime-se o executado acerca da penhora, bem como do prazo para oferecimento de embargos.
3. Após, encaminhem-se os autos à Exequente para, no prazo de dez dias, se manifestar em termos de efetivo andamento do feito, sob pena de aplicação do disposto no art. 40 da LEF.
Cumpra-se. Sirva o DESPACHO como MANDADO.
Endereço: RUA PASTOR EURICO ALFREDO NELSON, Nº 2045, AGENOR DE CARVALHO, CEP. 76.820-374, PORTO VELHO/RO.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Carta Precatória Cível: 7016274-98.2018.8.22.0001
DEPRECANTE: 9. V. C. D. C. D. P. V. - ADVOGADO DO DEPRECANTE: ALEX MOTA CORDEIRO OAB nº RO2258
DEPRECADO: J. D. D. D. V. D. P. C. D. C. D. G. - ADVOGADO DO DEPRECADO: DESPACHO
Vistos,
Cumpra-se o DESPACHO de ID 17963323.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal: 0005116-15.2011.8.22.0001
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: JAILSON MENDES MACHADO - ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIADESPACHO
Vistos,
O extrato de consulta ao Bacenjud encontra-se no ID 11211872, tendo sido liberada a visualização pela Fazenda Pública em 16/03/2018.
Dê-se vista à credora para requerer o que entender de direito em cinco dias.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal: 1000494-02.2013.8.22.0001
EXEQUENTE: F. P. D. E. D. R. - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: ANTONIO CARLOS VIVEIROS ME - ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Vistos,
A CPE: exclua a petição (ID 24362476) uma vez que não pertence ao feito.
Após, intime-se a Exequente para que se manifeste em termos de efetivo prosseguimento da execução no prazo de dez dias, sob pena de aplicação do disposto no art. 40 da LEF.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal: 0063450-81.2007.8.22.0001
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: PETRONIO FERREIRA SOARES - ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIADESPACHO
Vistos,
O feito tramita desde 2007 e todas as tentativas de penhorar bens do executado restaram infrutíferas, mesmo lhe sendo oportunizado por diversas vezes quitar o débito.
Em casos como tais, a impenhorabilidade do salário é relativa e deve ser mitigado tal princípio visando a satisfação do credor, fim do processo judicial, sob pena de descrédito da justiça. Além disso, se realizada sobre pequena parcela dos vencimentos auferidos, a medida não implica em prejuízo à dignidade da devedora.
Nesse sentido já se pronunciou o Superior Tribunal de Justiça:
PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. PENHORA. VALORES PROVENIENTES DE SALÁRIO. SÚMULAS N. 7 E 83 DO STJ. PRECLUSÃO PRO JUDICATO. SÚMULA N. 284 DO STF. 1. É inadmissível o recurso especial quando a fundamentação que lhe dá suporte não guarda relação de pertinência com o conteúdo do acórdão recorrido. 2. A regra geral da impenhorabilidade inscrita no art. 649, IV, do CPC pode ser mitigada, em nome dos princípios da efetividade e da razoabilidade, nos casos em que ficar demonstrado que a penhora não afeta a dignidade do devedor. Precedentes. 3. Não se conhece do recurso especial se o exame da suposta contrariedade do julgado a DISPOSITIVO s de lei estiver condicionado à (re)avaliação de premissa fático-probatória já definida no âmbito das instâncias ordinárias. 4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1473848/MS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/09/2015, DJe 25/09/2015)
Ainda sobre o mesmo tema: REsp 1285970/SP, DJe 08/09/14 e REsp 1497214/DF, DJe 09/5/16.
O mesmo entendimento foi recentemente aplicado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia:
APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PENHORA DE PERCENTUAL DE SALÁRIO. POSSIBILIDADE. BLOQUEIO INTEGRAL. REDUÇÃO. A penhora sobre proventos encontra limitações na regra de proibição de restrição prevista no art. 7º, X, da Constituição Federal, e art. 649, IV, do CPC/1973, contudo, a regra da impenhorabilidade pode ser relativizada quando a hipótese concreta dos autos permitir que se penhore parte dos rendimentos do devedor, preservando-se o suficiente para garantir sua

manutenção e de sua família. É cabível a penhora de percentual do salário do devedor para pagamento de seus débitos, desde que não comprometa a sua subsistência ou de seus familiares. (Apelação, Processo nº 0004054-26.2014.822.0003, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Rowilson Teixeira, Data de julgamento: 31/05/2017)
Na situação em destaque, a Declaração de Imposto de Renda do devedor noticia o recebimento anual de R$ 161.276,22 (ID: 19998380) a título de vencimentos, de modo que a constrição em parte de seu pagamento não comprometeria sua sobrevivência ou de seus familiares.
Destarte, defiro a penhora de 10% dos vencimentos líquidos de Petronio Ferreira Soares, CPF n. 141.152.394-68.
A fundação pagadora, deverá ser intimada para efetuar a retenção dos valores e seu depósito judicial na Caixa Econômica Federal até satisfação de todo o crédito, devendo informar a este juízo a conta do depósito, a qual deverá ser vinculada a estes autos bem como cada parcela deverá ser atualizada monetariamente quando do depósito.
O desconto deverá ser efetuado a partir da primeira remuneração posterior à intimação da fonte pagadora, sob pena de crime de desobediência, nos termos do art. 529, § 1º, do CPC.
Intime-se o executado acerca da constrição. Em atendimento ao artigo 16 da LEF, embargos à execução fiscal só serão admitidos em caso de garantia integral do débito.
Intime-se. Cumpra-se. A cópia servirá de OFÍCIO/MANDADO.
Valor atualizado da execução R$ 15.943,38.
Endereço: Fundação Nacional de Saúde, situada à Rua Festejo, nº 167, Bairro Costa e Silva, CEP: 78.903-843, nesta cidade de Porto Velho (RO).
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal: 7047013-54.2018.8.22.0001
EXEQUENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUA DO OESTE - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE, HUDSON DELGADO CAMURCA LIMA OAB nº MS6792, JOSE ALBERTO ANISIO OAB nº RO6623
EXECUTADO: ROMILDA FERREIRA DE LIMA - ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Vistos,
Arquive-se com as baixas de estilo.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal: 7026840-43.2017.8.22.0001
EXEQUENTE: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS, RODAGENS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - DER/RO - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA AUTÁRQUICA DO DER/RO
EXECUTADO: MAP TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES LTDA - ME - ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIADESPACHO
Vistos,
Indefiro o pedido de alteração do gravame no RENAJUD para restrição de circulação.
O sistema não permite a imposição de restrições administrativas cumulativas, apenas eletiva e para viabilizar o deferimento da substituição da restrição administrativa para circulação, se faz necessário local para depósito do veículo. Assim, foi determinado a restrição de licenciamento por ser a mais eficaz e adequada ao caso concreto.
Ademais, não é razoável agravar a situação da Executada com eventuais ônus quanto as despesas geradas no pátio de DETRAN ou da PRF, tampouco quanto a depreciação do bem apreendido.
Intime-se a credora para indicar o endereço onde o veículo pode ser encontrado ou requerer o que entender de direito, no prazo de dez dias.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal: 7020250-16.2018.8.22.0001
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, FABIO DE SOUSA SANTOS OAB nº RO5221, TIAGO CORDEIRO NOGUEIRA OAB nº RO7770
EXECUTADOS: ALBUQUERQUE ENGENHARIA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA, MARCOS AURELIO FERREIRA LIMA, RENATO ANTONIO DE SOUZA LIMA - ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: DESPACHO
Vistos,
O Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o Resp n. 1.712.484 em que se discute a "possibilidade de prática de atos constritivos em face da empresa em recuperação judicial em sede de execução fiscal" afetou o tema ao rito dos recursos repetitivos e determinou a suspensão de todos os feitos que versem sobre o tema.
Deste modo, suspendo o andamento da execução até o julgamento do Resp. n. 1.712.484.
Decorrido o prazo de seis meses, retorne concluso para providências.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Embargos de Terceiro: 7048013-26.2017.8.22.0001
EMBARGANTE: VICENTE ANISIO DE SOUSA MAIA GONCALVES - ADVOGADO DO EMBARGANTE: MARCOS OLIVEIRA DE MATOS OAB nº RO6602
EMBARGADOS: TEODORO SARAIVA FILHO, EDILSON SOUZA CAMPOS - ADVOGADOS DOS EMBARGADOS: JOAO FRANCISCO DOS SANTOS OAB nº RO3926DESPACHO

Vistos,
Em virtude da ausência de réplica, mantenho a DECISÃO de ID: 21818914 como lançada nos autos.
Intimem-se.
Após, encaminhe-se o feito ao juízo competente.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Execução Fiscal: 7048843-26.2016.8.22.0001
ESTADO DE RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
FABIO DE SOUSA SANTOS OAB nº RO5221
ESPÓLIO DE INACIO WASHINGTON LUIS GOUVEIA - ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Vistos,
1. A consulta ao sistema Bacenjud foi infrutífera.
2. Encaminhem-se os autos à Exequente para, no prazo de cinco dias, requerer o que entender de direito ou se manifestar em termos de efetivo andamento do feito sob pena de aplicação do disposto no art. 40 da LEF.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Bairro Costa e Silva, CEP 76.802-449, Porto Velho, RO
Fone: (69)3217-1360/1383 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Carta Precatória Cível: 7049236-77.2018.8.22.0001
DEPRECANTE: ESTADO DO ACRE - ADVOGADO DO DEPRECANTE:
DEPRECADO: S & A COMERCIO E TRANSPORTES LTDA - EPP - ADVOGADO DO DEPRECADO: DESPACHO
Vistos,
Designe datas para a realização da venda judicial.
Nomeio leiloeira a senhora Vera Lúcia Aguiar de Sousa, que deverá ser intimada para exercer seu mister. Respeite-se a porcentagem de 5% sobre o valor da arrematação, a título de comissão da leiloeira.
O leilão deverá ocorrer na modalidade eletrônica, junto ao site.
Em atendimento ao art. 891, parágrafo único do CPC/2015, respeite-se o preço mínimo de cinquenta por cento do valor da avaliação.
Cumpra-se. Expedientes necessários.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

2º CARTÓRIO DE EXECUÇÕES FISCAIS

2ª Vara de Execuções Fiscal e Registros Públicos

Proc.: 0032042-34.2005.8.22.0101
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Porto Velho - RO
Executado: Fernando da Silva Maia (OAB/RO 452)
FINALIDADE: Intimação para devolução dos autos em epígrafe à luz do art. 234, §2º do CPC, fica a parte intimada a devolver os autos no prazo de 03 dias, que se encontram com carga além do prazo, sob pena de busca e apreensão dos mesmos. Carga: 14/08/2018
Fernando da Silva Maia (OAB/RO 452)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Execuções Fiscais e Registros Públicos
Avenida 7 de setembro, nº 1044, Bairro Centro, CEP 76.801-097, Porto Velho, RO 0142093-15.2005.8.22.0101
Execução Fiscal
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
EXECUTADO: DELSON DE MATOS PIEDADE
ADVOGADO DO EXECUTADO: RAISSA CAROLINE BARBOSA CORREA OAB nº RO7824ADESPACHO
Manifeste-se a Fazenda Pública, no prazo de 15 (quinze) dias.
Após tornem conclusos para deliberação.
Por oportuno, providencia a escrivania a habilitação da procuradora RAÍSSA CAROLINE BARBOSA CORRÊA - OAB/RO 7824, conforme requerido.
Porto Velho, 2 de maio de 2019
Audarzean Santana da Silva
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Execuções Fiscais e Registros Públicos
Avenida 7 de setembro, nº 1044, Bairro Centro, CEP 76.801-097, Porto Velho, RO 7017719-20.2019.8.22.0001
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil
REQUERENTE: WALDIR NASCIMENTO DOS SANTOS
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIADESPACHO
Emende o(a) autor(a) a inicial sob pena de indeferimento, providenciando e juntando aos autos:
I - Declaração de 2 (duas) testemunhas, com firma reconhecida, que o conheçam há bastante tempo e possam confirmar os fatos narrados na inicial, prestando declarações.
II - Encaminho WALDIR NASCIMENTO DOS SANTOS ao IICC (Instituto de Identificação Civil e Criminal), localizado à Rua das flores nº 4384, Bairro Costa e Silva, nesta Capital, para coleta de suas impressões digitais e pesquisas onomásticas civil e criminal, enviando ao juízo, cópia de toda documentação porventura existente.
Ao cartório de registro civil competente, determino que envie a este Juízo a cópia da folha do livro ou certidão negativa do assento de nascimento de WALDIR NASCIMENTO DOS SANTOS
Assinalo o prazo de 10 (dez) dias para o cumprimento das diligências.

Após, vista ao Ministério Público para manifestação.
SERVE O PRESENTE DE OFÍCIO/MANDADO /CARTA/ INTIMAÇÃO, instruindo-se com os documentos do processo necessários ao cumprimento da ordem.
Porto Velho, quinta-feira, 2 de maio de 2019
Audarzean Santana da Silva
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Execuções Fiscais e Registros Públicos
Avenida 7 de setembro, nº 1044, Bairro Centro, CEP 76.801-097, Porto Velho, RO 7019613-65.2018.8.22.0001
Execução Fiscal
EXEQUENTE: M. D. P. V.
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
EXECUTADOS: CARTORIO DO 2 TABELIONATO DE PROTESTO DE TITULOS, DINALVA ALVES DE SOUZA REZENDE
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: ITALO JOSE MARINHO DE OLIVEIRA OAB nº RO7708, SUELEN SALES DA CRUZ OAB nº RO4289A, BRENO DIAS DE PAULA OAB nº RO399, MANOEL VERISSIMO FERREIRA NETO OAB nº RO3766DESPACHO
Manifeste-se a Fazenda Pública, no prazo de 30 (trinta) dias.
Após tornem conclusos para deliberação.
Porto Velho, 2 de maio de 2019
Audarzean Santana da Silva
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Execuções Fiscais e Registros Públicos
Avenida 7 de setembro, nº 1044, Bairro Centro, CEP 76.801-097, Porto Velho, RO 7008240-42.2015.8.22.0001
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil
REQUERENTE: MARIA LUÍZA BOMFIM DE SOUSA RODRIGUES
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REQUERIDO: FULANO DE TAL
ADVOGADO DO REQUERIDO: DESPACHO
Vista dos autos ao Ministério Público.
Porto Velho, 2 de maio de 2019
Audarzean Santana da Silva
Juiz(a) de Direito

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO Procedimento do Juizado Especial Cível 7017056-71.2019.8.22.0001
AUTOR: LUCIO AUGUSTO BARAUNA CPF nº 068.033.342-87, RUA ALEXANDRE GUIMARÃES, 5415 AGENOR DE CARVALHO - 76820-238 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: RODRIGO ADRIANO DE OLIVEIRA SILVA OAB nº RO9700, ALEXANDRE DO CARMO BATISTA OAB nº RO4860, ANDREA GOMES DE ARAUJO OAB nº RO9401
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL CNPJ nº DESCONHECIDO, AVENIDA CALAMA, 2167 SÃO JOÃO BOSCO - 76803-745 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
Vistos e etc...,
Trata-se de ação declaratória de inexistência de vínculo jurídico/ contratual (contratos de empréstimos - "BB crédito automático" - valor R$ 11.903,17 e "BB crédito 13º Salário – valor R$ 2.655,40), com consequente declaração de inexistência/inexigibilidade de débitos (48 parcelas mensais de R$ 759,54 e parcela única de R$ 3.488,89), em decorrência de contratação fraudulenta, cumulada com reparação de dano material relativo a valores subtraídos de conta bancária por estelionatários (R$ 2.459,25), bem como indenização por danos morais decorrentes da falha no sistema de segurança e prestação de serviço bancário pelo réu, conforme fatos narrados na inicial e de acordo com a documentação anexada, havendo pleito de tutela antecipada para fins de imediata abstenção de inscrição do nome do autor nos cadastros de inadimplentes e suspensão da cobrança das parcelas dos empréstimos em conta-salário.
Contudo, analisando os termos iniciais e os documentos apresentados, verifico que não há como a demanda ser conhecida, tutelada e julgada por este juízo, dada a ocorrência de incompetência absoluta (ratione valoris).
Em que pese o autor atribuir à causa o valor de R$ 37.093,02, sua real pretensão econômica não é esta, sendo que a vantagem econômica a atingir ultrapassa efetivamente o teto estabelecido para julgamento nos Juizados Especiais.
Isto porque o autor pretende que seja declarada a inexistência de relação contratual referente a dois empréstimos e consequentemente a inexistência/inexigibilidade de débitos, quais sejam, 48 (quarenta e oito) parcelas mensais de R$ 759,54 (setecentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos) e uma parcela única de R$ 3.488,89 (três mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta e nove centavos), os quais somados correspondem à R$ 39.946,81 (trinta e nove mil, novecentos e quarenta e seis reais e oitenta e um centavos), sem prejuízo da pretensa reparação de danos materiais, liquidados em R$ 2.459,25 (dois mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e vinte e cinco centavos), e indenização compensatória por danos morais, no importe reclamado de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais).
Deste modo, a verdadeira pretensão econômica da parte autora, somada, corresponde à R$ 60.406,06 (sessenta mil, quatrocentos e seis reais e seis centavos), o que impossibilita o prosseguimento do feito na seara dos Juizados Especiais, dada a extrapolação da alçada máxima permitida e equivalente à quarenta salários-mínimos, não se podendo olvidar que o CPC é expresso quanto o dever de somatória dos valores quando houver cumulação de pedidos (art. 292, VI, CPC).
Há que se observar os limites legais, valendo relembrar o Enunciado Cível FONAJE nº. 39, in verbis:
"Em observância ao art. 2º da Lei 9.099/1995, o valor da causa corresponderá à pretensão econômica objeto do pedido".
A pretensão econômica do demandante, inquestionavelmente, suplanta a alçada fixada por lei específica, quando somados todos os valores do proveito econômico da ação, não sendo diferente a orientação do Código de Processo Civil (CPC/2015).
Por questão de equidade, justiça e coerência, não pode este juízo julgar alguns casos e deixar outros à margem, de modo que o critério a ser observado deve ser sempre o objetivo e o imparcial, até porque a própria Lei assim disciplina, sendo oportuno transcrever os arts. 3º e 8º, da LF 9099/95:
"Art. 3º - O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:
I- as causas cujo valor não excede a quarenta vezes o salário mínimo;
II- as enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil;
III- a ação de despejo para uso próprio;
IV- as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo.

§ 1º – omissis;
§ 2º - omissis;
§ 3º - omissis.
Art. 8º Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.
§ 1º Somente serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial: I - as pessoas físicas capazes, excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas;
II - as microempresas, assim definidas pela Lei no 9.841, de 5 de outubro de 1999;
III - as pessoas jurídicas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, nos termos da Lei no 9.790, de 23 de março de 1999;
IV - as sociedades de crédito ao microempreendedor, nos termos do art. 1o da Lei no 10.194, de 14 de fevereiro de 2001.
§ 2º omissis".
Veja-se, portanto, que as causas e as legitimidades ativa e passiva devem ser bem definidas e delimitadas, não sendo possível o conhecimento e julgamento de ações superiores ao valor da alçada (ratione valoris) ou fora do rol ratione materiae. Não se conhece, por exemplo, de uma ação de despejo por falta de pagamento, sem que o requerente não pretenda a desocupação do imóvel para uso próprio, assim como de pedido de cessionário de crédito de pessoas jurídicas (por mais irrisório que seja o valor reclamado), ou ainda das possessórias que versem sobre bens imóveis de valor superior à atual alçada (quarenta salários-mínimos).
A informalidade e celeridade dos Juizados não pode ser sustentada em prejuízo da competência, sendo constante a referida preocupação nos Fóruns e Encontros de Juízes Coordenadores de Juizados Especiais, que primam em manter intacta a competência do Juízo e o sistema dos Juizados Especiais, rejeitando ações superiores à alçada ou ações ingressadas por pessoas não legitimadas:
"Lei local não poderá ampliar a competência do Juizado Especial" (Enunciado Cível FONAJE nº 03)";
"As ações cíveis sujeitas aos procedimentos especiais não são admissíveis nos Juizados Especiais" (Enunciado Cível FONAJE nº 08)";
"Na hipótese de pedido de valor até 20 salários mínimos, é admitido pedido contraposto no valor superior ao da inicial, até o limite de 40 salários mínimos, sendo obrigatória a assistência de advogados às partes" (Enunciado Cível FONAJE nº 27)";
"A Lei 10.259/01 não altera o limite da alçada previsto no artigo 3º, inciso I, da Lei 9.099/95" (Enunciado Cível FONAJE nº 87)".
Deve, portanto, o artigo 3º, da LF 9099/95, ser cumprido fielmente, sob pena de se gerar sérios e indesejáveis precedentes, não sendo possível nem mesmo o remédio de qualquer emenda.
Deste modo, o indeferimento da petição inicial é medida que se impõe, ficando prejudicados todos os demais pleitos contidos na inicial, devendo a parte postular, caso ainda persista no desideratum, sua pretensão perante uma das Varas Cíveis comuns.
POSTO ISSO, com fulcro nos arts. 3º e 6º, da LF 9.099/95, RECONHEÇO DE OFÍCIO A INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DESTE JUIZADO, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL E JULGO, por conseguinte e nos termos do art. 3º e 51, caput e II, da LJE (LF 9.099/95), e 485, I, cpc/2015, EXTINTO O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, devendo o cartório arquivar o processo com as cautelas e movimentações devidas.
Cancele-se a audiência agendada automaticamente pelo sistema.
Sem custas.
Intime-se e CUMPRA-SE.
Sirva-se a presente de MANDADO /CARTA DE INTIMAÇÃO, via sistema PJe (LF 11.419/2006) ou via diligência de Oficial de Justiça.
Porto Velho/RO, data do registro.
JOÃO LUIZ ROLIM SAMPAIO
Juiz de Direito

ADVERTÊNCIAS:
1) A PARTE, EM NÃO CONCORDANDO COM O TEOR DA DECISÃO /SENTENÇA, TERÁ 10 (DEZ) DIAS PARA OFERTAR RECURSO INOMINADO E RESPECTIVAS RAZÕES, NOS MOLDES DO ART. 42, caput, DA LF 9.099/95, A CONTAR DA CIÊNCIA DO ATO JUDICIAL; 2) O PREPARO (RECOLHIMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS) DEVERÁ SER FEITO, INDEPENDENTEMENTE DE INTIMAÇÃO, NAS QUARENTA E OITO HORAS SEGUINTES À INTERPOSIÇÃO, SOB PENA DE DESERÇÃO; 3) O PEDIDO DE GRATUIDADE JUDICIÁRIA, FEITO NOS MOLDES RIGOROSOS DA LEI, DISPENSA O PREPARO, PODENDO O JUÍZO, DE QUALQUER MODO, EXIGIR PROVA DA HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO Procedimento do Juizado Especial Cível
7014995-43.2019.8.22.0001
AUTOR: ELDER THOME CPF nº 006.542.309-78, RUA CHARLES SHOCKNESS 5192 FLODOALDO PONTES PINTO - 76820-598 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: FABIO HENRIQUE FURTADO COELHO DE OLIVEIRA OAB nº RO5105
RÉUS: ATIVOS S.A. SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS CNPJ nº 05.437.257/0001-29, QUADRA SEPN 504 BLOCO A salas 101 106 ASA NORTE - 70730-521 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL, BANCO DO BRASIL SA CNPJ nº 00.000.000/2191-18, RUA DOM PEDRO II 433, BANCO DO BRASIL S.A SÃO CRISTÓVÃO - 76804-091 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS RÉUS:
Vistos e etc...,
I – Trata-se de "AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DECORRENTES DOS TRANSTORNOS, EXPOSIÇÃO PERANTE TERCEIROS CAUSADOS PELO BLOQUEIO INDEVIDO DE CARTÃO CRÉDITO C/C PEDIDO LIMINAR E DECLARAÇÃO DE QUITAÇÃO", conforme pedido inicial e documentos apresentados, havendo pleito de tutela antecipada para fins de imediata reativação dos serviços prestados pelo litisconsorte Banco do Brasil;
II – Contudo, analisando a narrativa fática e a documentação apresentada, verifico que o feito não está em ordem, carecendo de emenda para propiciar o recebimento, processamento e final julgamento da demanda. O autor pleiteia declaração de quitação de dívida em nome de empresa que não faz parte da lide e reclama litisconsórcio passivo que, a priori, não se justifica. As duas instituições financeiras são distintas e, muito embora possam ter alguma conexão com o pedido de indenização por danos morais (o Banco do Brasil S/A teria bloqueado linhas e serviços de crédito em prol do demandante, em razão de dívidas existentes/pendentes de pessoa jurídica - da qual o requerente é sócio - com a financeira Ativos S/A, a qual não teria dado quitação de renegociação havida e honrada), deve o autor melhor delimitar seu pedido, alinhado-o com a responsabilidade de uma demandada eleita, não se justificando o atual litisconsórcio passivo;
III - Por conseguinte e nos termos dos arts. 2º, 6º e 13, todos da LF 9.099/95, intime-se à emenda, em 15 (quinze) dias e sob pena de indeferimento liminar, com consequente extinção do feito sem resolução do MÉRITO, para melhor adequação do polo passivo ativo (se apenas o autor ou ele e a pessoa jurídica da qual é sócio), do polo passivo (ATIVOS S.A. SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS ou BANCO DO BRASIL SA) e do consequente pedido (declaratória de inexistência/inexigibilidade de débito, quitação, dano moral ou indenização por danos morais);
IV – Quanto à marcha processual, deve o cartório abster-se, por ora, de expedir carta/MANDADO de citação da instituição financeira, não havendo necessidade de se cancelar liminarmente a audiência de conciliação agendada pelo sistema (02/07/2019 às 10h40min) dado

o lapso temporal razoável que ainda perdura, sendo presumível a possibilidade de oferta e recebimento da eventual emenda determinada, bem como a expedição dos atos e expedientes necessários à citação e formação da relação processual;
V - Cumpra-se.
Porto Velho, RO, 30 de abril de 2019
João Luiz Rolim Sampaio
JUIZ DE DIREITO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO Cumprimento de SENTENÇA
7007697-19.2014.8.22.0601
EXEQUENTE: NORMA RIPARDO GOMES CPF nº 670.938.252-49, RUA PRINCESA IZABEL 1688, - ATÉ 1740/1741 AREAL - 76804-314 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: JHONATAS EMMANUEL PINI OAB nº RO4265
EXECUTADO: MERIDIANO - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS MULTISEGMENTOS - NAO PADRONIZADO CNPJ nº 09.163.026/0001-25, AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA 1355, ANDAR 3 JARDIM PAULISTANO - 01452-002 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO EXECUTADO: CAUE TAUAN DE SOUZA YAEGASHI OAB nº SP357590
Vistos e etc...,
I - Em atenção ao transcurso do prazo certificado pela escrivania, DEFERI a requisição eletrônica de valores monetários conforme espelho anexo, posto que a penhora on line representa bloqueio judicial de ativos financeiros do executado, o que significa a constrição de dinheiro em espécie, que goza de ordem preferencial, nos moldes dos arts. 52 e 53, caput, LF 9.099/95, e 854, CPC (LF 13.105/2015).
II - Aguardado o decurso de prazo, efetivei nova consulta no sistema BACENJUD (espelho anexo) e constatei o bloqueio total do valor requisitado e equivalente ao crédito exequendo, de modo que determinei a respectiva transferência para conta judicial remunerada, tornando sem efeito as demais ordens de bloqueio e liberando os valores excedentes;
III - Por conseguinte, DETERMINO que, independentemente da confirmação de transferência judicial dos valores bloqueados, intime-se o(a) executado(a) para, dentro do prazo de 15 (quinze) dias e querendo, ofertar impugnação, nos exatos termos do art. 525, §1º, do CPC. O silêncio importará na conversão do bloqueio em penhora judicial e na consequente liberação/levantamento de valores pelo(a) exequente
IV - Promovida a intimação e transcorrido in albis o prazo fixado, fica desde logo convertida a indisponibilidade financeira (bloqueio) em penhora, dispensando-se a respectiva lavratura de termo, devendo o cartório certificar a inércia e, tão logo confirmada a transferência judicial determinada, expedir alvará de levantamento em prol do(a) exequente, vindo os autos ao final para extinção (arts. 52, caput, LF 9.099/95, e 924, II e III, CPC);
V – Sirva-se o presente DESPACHO de MANDADO /CARTA DE INTIMAÇÃO, via sistema PJe (LF 11.419/2006), diligência de Oficial de Justiça ou DJe.
VI - CUMPRA-SE.
Porto Velho, RO, 30 de abril de 2019
João Luiz Rolim Sampaio
JUIZ DE DIREITO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO Procedimento do Juizado Especial Cível
7015098-50.2019.8.22.0001
AUTORES: LETHICIA MILLENY ARAUJO DE ALBUQUERQUE CPF nº 059.017.262-00, RUA BANANEIRA 6366 CASTANHEIRA - 76811-500 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, VICTOR EMANUEL ARAUJO FERREIRA CPF nº 061.899.314-21, RUA BANANEIRA 6366 CASTANHEIRA - 76811-500 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, LUCIELY INACIO ARAUJO DA SILVA CPF nº 046.176.444-07, RUA BANANEIRA 6366 CASTANHEIRA - 76811-500 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: KARELINE STAUT DE AGUIAR OAB nº RO10067
RÉU: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A CNPJ nº 09.296.295/0001-60, AVENIDA DOUTOR MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES 939, ANDAR 9 EDIF. JATOBA COND. CASTELO BRANCO TAMBORÉ - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO
ADVOGADO DO RÉU:
Vistos e etc...,
Trata-se de ação indenizatória por danos morais decorrentes de falha na prestação do serviço aéreo contrato, conforme petição inicial e documentos apresentados.
Contudo, constato que os autores são menores, relativamente capazes e assistidos pela respectiva genitora, razão pela qual não há como a demanda ser recepcionada, conhecida e julgado pelos Juizados Especiais, posto que não pode o incapaz ser parte ativa nos JECIV´s, nos moldes do art. 8º, §1º, I ao IV, da LF 9.099/95, in verbis:
“Art. 8º Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.
§ 1o Somente serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial:
I - as pessoas físicas capazes, excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas;
II - as pessoas enquadradas como microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte na forma da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
III - as pessoas jurídicas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, nos termos da Lei no 9.790, de 23 de março de 1999;
IV - as sociedades de crédito ao microempreendedor, nos termos do art. 1o da Lei no 10.194, de 14 de fevereiro de 2001” (grifo nosso).
Trata-se de condição especial de legitimidade ativa prevista expressamente na Lei Especial e que se revela intransponível, posto que o rito sumaríssimo dos juizados especiais não admite representação de incapaz (art. 8º, LJE). Quem demanda nesta Justiça Especialíssima, deve se contentar e se amoldar às peculiaridades e exigências legais, não se podendo confundir a simplicidade com a falta de mínima formalidade e observância das condições da ação e pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo.
Definitivamente, o indeferimento da inicial é medida que se impõe, não se revelando nem mesmo prática e cabível a oportunização de eventual emenda, devendo a parte ingressar com a presente ação em uma das varas cíveis comuns.
POSTO ISSO, com fulcro no art. 8 º da LF 9099/95, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL com fulcro nos arts. 51, IV, LF 9.099/95, e 485, I, CPC (LF 13.105/2015), JULGANDO EXTINTO O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, devendo o cartório, cancelar a audiência automaticamente agendada pelo sistema e, após, promover o respectivo arquivamento do processo, observadas as cautelas e movimentações de praxe.
Sem custas, nos moldes dos arts. 54 e 55, LF 9.099/95.
INTIME-SE, fazendo-se CÓPIA DA PRESENTE SERVIR DE CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO via sistema PJe (LF 11.419/2006), DJE ou diligência de Oficial de Justiça, conforme o caso.
CUMPRA-SE.
Porto Velho, RO, 30 de abril de 2019
João Luiz Rolim Sampaio
JUIZ DE DIREITO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO Execução de Título Extrajudicial
7015359-15.2019.8.22.0001
EXEQUENTE: RIO 7 COMERCIO DE MOVEIS LTDA CNPJ nº 02.295.529/0001-05, RUA MARECHAL DEODORO 2186, - DE 1808/1809 A 2274/2275 CENTRO - 76801-098 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: CELIA DE FATIMA RIBEIRO MICHALZUK OAB nº RO7005, ANDREA GODOY OAB nº RO9913
EXECUTADO: RAYANE FORTES TEIXEIRA CPF nº 028.642.682-05, RUA AMÉRICA CENTRAL 2894 TRÊS MARIAS - 76812-708 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Vistos e etc.…,
I – Trata-se de ação de execução de título extrajudicial (art. 784,III, CPC), nos moldes do art. 53 e seguintes, da LF 9.099/95, conforme pedido inicial (ID26461668) e documento particular assinado pelo devedor e por 2 (duas) testemunhas (ID26461674), apresentando a empresa poderes e documentos constitutivos (ID26461669 e 26461671);
II – Contudo, o feito não está em ordem, visto que a empresa exequente não comprova a condição de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) – art. 8º, §1º, II, LF 9.099/95. Deste modo, determino a intimação da empresa credora para, em 15 (quinze) dias e sob pena de arquivamento dos autos, apresentar a documentação exigida.
III – Transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, retornem conclusos para impulso (DESPACHO) ou arquivamento (SENTENÇA);
IV – Cumpra-se.
Porto Velho, RO, 30 de abril de 2019
João Luiz Rolim Sampaio
JUIZ DE DIREITO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Jorge Teixeira, 2472, esquina com a Rua Quintino Bocaiúva, Bairro São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76820-892 Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Processo nº: 7049398-72.2018.8.22.0001
REQUERENTE: Nome: RESIDENCIAL CIDADE DE TODOS 3
Endereço: Rua Mané Garrincha, 4303, - de 4121/4122 ao fim, Jardim Santana, Porto Velho - RO - CEP: 76828-642
Advogado do(a) EXEQUENTE: JETER BARBOSA MAMANI - RO5793
REQUERIDA(O): Nome: RAFAELA VIEIRA DIAS
Endereço: Rua Mané Garrincha, 4303, Residencial Cidade para Todos 3, apto 302 D, Jardim Santana, Porto Velho - RO - CEP: 76828-642
Vistos e etc...,
Trata-se de ação de execução de título extrajudicial, nos moldes do art. 53 e seguintes, da LF 9.099/95, sendo determinada a emenda pontual e expressa, conforme DESPACHO judicial (ID23550454).
Contudo, o(a) exequente não atentou para os comandos judiciais, razão pela qual há que se arquivar o processo por falta de cumprimento ao comando judicial, sendo obrigação da parte apresentar petição inicial em termos e apta a reclamar o provimento judicial e a tutela estatal.
A oportunidade de correção e de diligenciamento para deixar o processo em ordem fora concedida, mas não restara aproveitada a contento.
POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos conste, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e nos moldes dos arts. 53, caput, LF 9.099/95, e 924, I, CPC/2015, INDEFIRO LIMINARMENTE A INICIAL, EXTINGUINDO A EXECUÇÃO, devendo o cartório, após o trânsito em julgado desta, arquivar imediatamente o processo, observadas as cautelas e movimentações de praxe.
Sem custas.
CUMPRA-SE.
Porto Velho/RO, data do registro.
JOÃO LUIZ ROLIM SAMPAIO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO Cumprimento de SENTENÇA
7039510-79.2018.8.22.0001
EXEQUENTES: NATALY CARDOSO BRITO CPF nº 051.488.882-29, RUA JARDINS 905, 69 BAIRRO NOVO - 76817-001 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, JOSINETE FERNANDES DE OLIVEIRA CARDOSO CPF nº 736.842.792-34, RUA JARDINS 905, 69 BAIRRO NOVO - 76817-001 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, REGINALDO SOARES LOPES CPF nº 705.984.361-20, RUA JARDINS 905, 69 BAIRRO NOVO - 76817-001 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR OAB nº RO3099
EXECUTADO: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD CNPJ nº 05.914.254/0001-39, AVENIDA PINHEIRO MACHADO 2.112-B, CAERD SÃO CRISTÓVÃO - 76804-046 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: CLAYTON CONRAT KUSSLER OAB nº RO3861
Vistos e etc...,
FUNDAMENTAÇÃO.
Trata-se de impugnação oposta por COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD (ID25987830) que deve ser efetivamente conhecida, uma vez que tempestiva (arts. 52 e seguintes da LF 9.099/95, 523 e 525, do Novo Código de Processo Civil) e fundada em arguição de “penhora incorreta”, de modo que preenchidos os requisitos intrínseco e extrínseco.
Aduz a empresa impugnante, em suma, que suas contas e bens são impenhoráveis, já que é sociedade de economia mista prestadora de serviço público essencial. Ademais disto, e por prestar serviço essencial e não concorrencial, postula a aplicação do regime de precatório e a extinção da execução.
Pois bem!
Analisando os argumentos esposados pela empresa executada, verifico que a razão não assiste a impugnante, posto que o regime de precatório previsto no art. 100 da CF/88 é um privilégio instituído em favor da Fazenda Pública, que não é aplicado as sociedade de economia mista, nos termos do artigo 173, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, não fazendo jus, portanto, aos privilégios concedidos à Fazenda Pública, tais como, a impenhorabilidade de seus bens e a execução via precatório.
Ademais disto, decidiu o STF “As empresas públicas e sociedades de economia mista não têm direito à prerrogativa de execução via precatório. STF. 1ª Turma. RE 851711 AgR/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 12/12/2017 (Info 888)”.
Desse modo, não há óbice para o prosseguimento regular da execução em face da sociedade de economia mista prestadora de serviço público - CAERD- mediante pagamento de tarifas, que não se equipara a situação peculiar da Empresa de Correios e Telégrafos.
Esta é a DECISÃO que mais justa e equânime emerge para o caso concreto (art. 6º, LF 9.099/95).
POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos conste, REJEITO A IMPUGNAÇÃO OPOSTA COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS

DE RONDONIA CAERD e JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, com fulcro no artigo 924, II e III, do CPC, determinando, após o trânsito em julgado, a expedição de alvará da quantia penhorada em prol do(a) credor(a).
Cumpridas as diligências necessárias, arquivem-se os autos observadas as cautelas e movimentações de praxe.
Sirva-se a presente de MANDADO /CARTA DE INTIMAÇÃO, via sistema PJe (LF 11.419/2006) ou via diligência de Oficial de Justiça.
Sem custas.
Intimem-se e Cumpra-se.
Porto Velho, RO, 30 de abril de 2019
João Luiz Rolim Sampaio
JUIZ DE DIREITO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO Cumprimento de SENTENÇA
7039468-30.2018.8.22.0001
EXEQUENTE: BRUNO SILVA ARAUJO CPF nº 984.832.002-44, RUA JARDINS 905, CASA191- GARDENIA BAIRRO NOVO - 76817-001 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR OAB nº RO3099
EXECUTADO: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD CNPJ nº 05.914.254/0001-39, AVENIDA PINHEIRO MACHADO 2.112-B, CAERD SÃO CRISTÓVÃO - 76804-046 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: CLAYTON CONRAT KUSSLER OAB nº RO3861
Vistos e etc…,
FUNDAMENTAÇÃO.
Trata-se de impugnação oposta por COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD (ID26188302) que deve ser efetivamente conhecida, uma vez que tempestiva (arts. 52 e seguintes da LF 9.099/95, 523 e 525, do Novo Código de Processo Civil) e fundada em arguição de "inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação", de modo que preenchidos os requisitos intrínseco e extrínseco.
Aduz a empresa impugnante, em suma, que suas contas e bens são impenhoráveis, já que é sociedade de economia mista prestadora de serviço público essencial. Ademais disto e por prestar serviço essencial e não concorrencial postula a aplicação do regime de precatório e a extinção da execução com a liberação dos valores penhorados.
O impugnado, por seu turno (id 25124582), pugnou pela improcedência dos pleitos da impugnante.
Pois bem!
Analisando os argumentos esposados pela empresa executada, verifico que a razão não assiste a impugnante, posto que o regime de precatório previsto no art. 100 da CF/88 é um privilégio instituído em favor da Fazenda Pública, que não é aplicado as sociedades de economia mista, nos termos do artigo 173, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, não fazendo jus, portanto, aos privilégios concedidos à Fazenda Pública, tais como, a impenhorabilidade de seus bens e a execução via precatório.
Ademais disto, decidiu o STF "As empresas públicas e sociedades de economia mista não têm direito à prerrogativa de execução via precatório. STF. 1ª Turma. RE 851711 AgR/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 12/12/2017 (Info 888)".
Desse modo, não há óbice para o prosseguimento regular da execução em face da sociedade de economia mista prestadora de serviço público – CAERD-mediante pagamento de tarifas, que não se equipara a situação peculiar da Empresa de Correios e Telégrafos.
Esta é a DECISÃO que mais justa e equânime emerge para o caso concreto (art. 6º, LF 9.099/95). A regra vigente nos Juizados Especiais é a do efeito recursal meramente devolutivo.
POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos conste, JULGO IMPROCEDENTE A IMPUGNAÇÃO OPOSTA POR COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD e JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, com fulcro nos arts. 52, caput, LJE (LF 9.099/95), e 924, II, CPC (LF 13.105/2015), devendo o cartório, após o trânsito em julgado, expedir alvará em prol do credor.
Cumpridas as diligências necessárias, arquivem-se os autos independentemente de nova CONCLUSÃO e observadas as cautelas e movimentações de praxe.
Sirva-se o presente DESPACHO de MANDADO /CARTA DE INTIMAÇÃO, via sistema PJe (LF 11.419/2006), via diligência de Oficial de Justiça ou DJe.
CUMPRA-SE.
Porto Velho, RO, 30 de abril de 2019
João Luiz Rolim Sampaio
JUIZ DE DIREITO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO Cumprimento de SENTENÇA
7053364-77.2017.8.22.0001
EXEQUENTE: CAROLINE FERREIRA DOS SANTOS CPF nº 010.675.642-76, AVENIDA PINHEIRO MACHADO 4541, - DE 4325 A 4561 - LADO ÍMPAR FLODOALDO PONTES PINTO - 76820-403 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ELISABETE APARECIDA DE OLIVEIRA OAB nº RO7535
EXECUTADO: SKY BRASIL SERVICOS LTDA CNPJ nº 72.820.822/0001-20, AVENIDA MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES 1000 TAMBORÉ - 06543-001 - SANTANA DE PARNAÍBA - SÃO PAULO
ADVOGADO DO EXECUTADO: WILSON BELCHIOR OAB nº AC4215, DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB nº MS6835
Vistos e etc...,
Não conheço da "impugnação à penhora" oposta por SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA LTDA (ID26501271), posto que flagrantemente intempestiva, uma vez que a empresa executada fora intimada em 19/03/2019 (DJe nº 051, disp:19/03/2019, pub:20/03/2019), de sorte que o exaurimento do prazo ocorrera em 10/04/2019.
Desse modo, e como referida impugnação fora protocolizada somente em 17/04/2019 (ID26501271) está a mesma totalmente extemporânea, solidificando a preclusão temporal.
POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos conste, NÃO CONHEÇO A IMPUGNAÇÃO INTERPOSTA POR SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA LTDA.
Sem prejuízo e considerando que, apesar da ordem comandada no sistema BACENJUD, o numerário penhorado não foi efetivamente transferido para conta judicial junto à CEF (conforme extrato - ID26557228), DETERMINO que a CPE oficie a Caixa Econômica Federal e o Banco Bradesco S/A para que esclareçam a falha operacional ocorrida e diligenciem no sentido de localizar o valor bloqueado e disponibilizá-lo em conta judicial da CEF vinculada ao presente feito, consignando-se nos referidos ofícios que as respostas deverão vir acompanhadas dos respectivos comprovantes no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de desobediência.
Instrua-se o expediente a ser formalizado com cópia do presente decisum e do espelho da penhora via BACENJUD (ID25441272).
Sirva-se a presente de OFÍCIO/MANDADO /CARTA DE INTIMAÇÃO, via sistema PJe (LF 11.419/2006), via diligência de Oficial de Justiça ou DJe.
Sem custas.
Intimem-se e Cumpra-se.
Porto Velho, RO, 30 de abril de 2019
João Luiz Rolim Sampaio
JUIZ DE DIREITO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO Procedimento do Juizado Especial Cível
7039674-44.2018.8.22.0001
REQUERENTE: MICHAEL DEVARLINO DE ALENCAR TIRADENTES CPF nº 038.627.546-77, RUA JARDINS 905, CASA204- GARDENIA BAIRRO NOVO - 76817-001 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR OAB nº RO3099
REQUERIDO: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD CNPJ nº 05.914.254/0001-39, AVENIDA PINHEIRO MACHADO 2.112-B, CAERD SÃO CRISTÓVÃO - 76804-046 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: CLAYTON CONRAT KUSSLER OAB nº RO3861
Vistos e etc...,
FUNDAMENTAÇÃO.
Trata-se de impugnação oposta por COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD (ID26188310) que deve ser efetivamente conhecida, uma vez que tempestiva (arts. 52 e seguintes da LF 9.099/95, 523 e 525, do Novo Código de Processo Civil) e fundada em arguição de "penhora incorreta", de modo que preenchidos os requisitos intrínseco e extrínseco.
Aduz a empresa impugnante, em suma, que suas contas e bens são impenhoráveis, já que é sociedade de economia mista prestadora de serviço público essencial. Ademais disto, e por prestar serviço essencial e não concorrencial, postula a aplicação do regime de precatório e a extinção da execução.
Pois bem!
Analisando os argumentos esposados pela empresa executada, verifico que a razão não assiste a impugnante, posto que o regime de precatório previsto no art. 100 da CF/88 é um privilégio instituído em favor da Fazenda Pública, que não é aplicado às sociedades de economia mista, nos termos do artigo 173, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, não fazendo jus, portanto, aos privilégios concedidos à Fazenda Pública, tais como, a impenhorabilidade de seus bens e a execução via precatório.
Ademais disto, decidiu o STF "As empresas públicas e sociedades de economia mista não têm direito à prerrogativa de execução via precatório. STF. 1ª Turma. RE 851711 AgR/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 12/12/2017 (Info 888)".
Desse modo, não há óbice para o prosseguimento regular da execução em face da sociedade de economia mista prestadora de serviço público - CAERD- mediante pagamento de tarifas, que não se equipara á situação peculiar da Empresa de Correios e Telégrafos, por exemplo.
Esta é a DECISÃO que mais justa e equânime emerge para o caso concreto (art. 6º, LF 9.099/95).
POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos conste, REJEITO A IMPUGNAÇÃO OPOSTA COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD e JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, com fulcro no artigo 924, II e III, do CPC, determinando, após o trânsito em julgado, a expedição de alvará da quantia penhorada em prol do(a) credor(a).
Cumpridas as diligências necessárias, arquivem-se os autos observadas as cautelas e movimentações de praxe.
Sirva-se a presente de MANDADO /CARTA DE INTIMAÇÃO, via sistema PJe (LF 11.419/2006) ou via diligência de Oficial de Justiça.
Sem custas.
Intimem-se e Cumpra-se.
Porto Velho, RO, 30 de abril de 2019
João Luiz Rolim Sampaio
JUIZ DE DIREITO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO Procedimento do Juizado Especial Cível
7034884-17.2018.8.22.0001
REQUERENTE: MARIA DA PIEDADE DE SOUSA DA SILVA FILHA CPF nº 337.625.748-55, RUA JARDINS 1227, CASA 220, CONDOMÍNIO HORTÊNCIA BAIRRO NOVO - 76817-001 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: EZIO PIRES DOS SANTOS OAB nº RO5870, BRUNA DUARTE FEITOSA DOS SANTOS BARROS OAB nº RO6156
REQUERIDO: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD CNPJ nº 05.914.254/0001-39, AVENIDA PINHEIRO MACHADO N. 2112, CAERD SÃO CRISTÓVÃO - 76804-046 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: CLAYTON CONRAT KUSSLER OAB nº RO3861
Vistos e etc...,
FUNDAMENTAÇÃO.
Trata-se de impugnação oposta por COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD (ID25087902) que deve ser efetivamente conhecida, uma vez que tempestiva (arts. 52 e seguintes da LF 9.099/95, 523 e 525, do Novo Código de Processo Civil) e fundada em arguição de "penhora incorreta", de modo que preenchidos os requisitos intrínseco e extrínseco.
Aduz a empresa impugnante, em suma, que suas contas e bens são impenhoráveis, já que é sociedade de economia mista prestadora de serviço público essencial. Ademais disto, e por prestar serviço essencial e não concorrencial, postula a aplicação do regime de precatório e a extinção da execução.
Pois bem!
Analisando os argumentos esposados pela empresa executada, verifico que a razão não assiste a impugnante, posto que o regime de precatório previsto no art. 100 da CF/88 é um privilégio instituído em favor da Fazenda Pública, que não é aplicado às sociedades de economia mista, nos termos do artigo 173, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, não fazendo jus, portanto, aos privilégios concedidos à Fazenda Pública, tais como, a impenhorabilidade de seus bens e a execução via precatório.
Ademais disto, decidiu o STF "As empresas públicas e sociedades de economia mista não têm direito à prerrogativa de execução via precatório. STF. 1ª Turma. RE 851711 AgR/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 12/12/2017 (Info 888)".
Desse modo, não há óbice para o prosseguimento regular da execução em face da sociedade de economia mista prestadora de serviço público - CAERD - mediante pagamento de tarifas, que não se equipara á situação peculiar da Empresa de Correios e Telégrafos, por exemplo.
Esta é a DECISÃO que mais justa e equânime emerge para o caso concreto (art. 6º, LF 9.099/95).
POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos conste, REJEITO A IMPUGNAÇÃO OPOSTA COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD e JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, com fulcro no artigo 924, II e III, do CPC, determinando, após o trânsito em julgado, a expedição de alvará da quantia penhorada em prol do(a) credor(a).
Cumpridas as diligências necessárias, arquivem-se os autos observadas as cautelas e movimentações de praxe.
Sirva-se a presente de MANDADO /CARTA DE INTIMAÇÃO, via sistema PJe (LF 11.419/2006) ou via diligência de Oficial de Justiça.
Sem custas.
Intimem-se e Cumpra-se.
Porto Velho, RO, 30 de abril de 2019
João Luiz Rolim Sampaio
JUIZ DE DIREITO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO Cumprimento de SENTENÇA
7040330-98.2018.8.22.0001
EXEQUENTES: ELENILDA CAETANO DA CONCEICAO CPF nº 683.571.172-87, RUA JARDINS 905, 97 BAIRRO NOVO - 76817-001 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, ALEX CRUZ GOMES CPF nº 623.579.722-20, RUA JARDINS 905, 97 BAIRRO NOVO - 76817-001 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR OAB nº RO3099
EXECUTADO: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD CNPJ nº 05.914.254/0001-39, AVENIDA PINHEIRO MACHADO 2.112-B, CAERD SÃO CRISTÓVÃO - 76804-046 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: CLAYTON CONRAT KUSSLER OAB nº RO3861
Vistos e etc...,
FUNDAMENTAÇÃO.
Trata-se de impugnação oposta por COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD (ID25987820) que deve ser efetivamente conhecida, uma vez que tempestiva (arts. 52 e seguintes da LF 9.099/95, 523 e 525, do Novo Código de Processo Civil) e fundada em arguição de "penhora incorreta", de modo que preenchidos os requisitos intrínseco e extrínseco.
Aduz a empresa impugnante, em suma, que suas contas e bens são impenhoráveis, já que é sociedade de economia mista prestadora de serviço público essencial. Ademais disto, e por prestar serviço essencial e não concorrencial, postula a aplicação do regime de precatório e a extinção da execução.
Pois bem!
Analisando os argumentos esposados pela empresa executada, verifico que a razão não assiste a impugnante, posto que o regime de precatório previsto no art. 100 da CF/88 é um privilégio instituído em favor da Fazenda Pública, que não é aplicado as sociedade de economia mista, nos termos do artigo 173, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, não fazendo jus, portanto, aos privilégios concedidos à Fazenda Pública, tais como, a impenhorabilidade de seus bens e a execução via precatório.
Ademais disto, decidiu o STF "As empresas públicas e sociedades de economia mista não têm direito à prerrogativa de execução via precatório. STF. 1ª Turma. RE 851711 AgR/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 12/12/2017 (Info 888)".
Desse modo, não há óbice para o prosseguimento regular da execução em face da sociedade de economia mista prestadora de serviço público - CAERD- mediante pagamento de tarifas, que não se equipara a situação peculiar da Empresa de Correios e Telégrafos.
Esta é a DECISÃO que mais justa e equânime emerge para o caso concreto (art. 6º, LF 9.099/95).
POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos conste, REJEITO A IMPUGNAÇÃO OPOSTA COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD e JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, com fulcro no artigo 924, II e III, do CPC, determinando, após o trânsito em julgado, a expedição de alvará da quantia penhorada em prol do(a) credor(a).
Cumpridas as diligências necessárias, arquivem-se os autos observadas as cautelas e movimentações de praxe.
Sirva-se a presente de MANDADO /CARTA DE INTIMAÇÃO, via sistema PJe (LF 11.419/2006) ou via diligência de Oficial de Justiça.
Sem custas.
Intimem-se e Cumpra-se.
Porto Velho, RO, 30 de abril de 2019
João Luiz Rolim Sampaio
JUIZ DE DIREITO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO Procedimento do Juizado Especial Cível
7033944-52.2018.8.22.0001
REQUERENTE: JACKELLYNE REIS FERNANDES DE OLIVEIRA CPF nº 009.898.822-09, RUA JARDINS n. 1227, N. 1227, CASA 218, CONDOMÍNIO HORTÊNICA BAIRRO NOVO - 76817-001 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: EZIO PIRES DOS SANTOS OAB nº RO5870, BRUNA DUARTE FEITOSA DOS SANTOS BARROS OAB nº RO6156
REQUERIDO: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD CNPJ nº 05.914.254/0001-39, AVENIDA PINHEIRO MACHADO 2112, - DE 1964 A 2360 - LADO PAR SÃO CRISTÓVÃO - 76804-046 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: CLAYTON CONRAT KUSSLER OAB nº RO3861
Vistos e etc...,
FUNDAMENTAÇÃO.
Trata-se de impugnação oposta por COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD (ID26186383) que deve ser efetivamente conhecida, uma vez que tempestiva (arts. 52 e seguintes da LF 9.099/95, 523 e 525, do Novo Código de Processo Civil), de modo que preenchidos os requisitos intrínseco e extrínseco.
Aduz a empresa impugnante, em suma, que suas contas e bens são impenhoráveis, já que é sociedade de economia mista prestadora de serviço público essencial. Ademais disto, e por prestar serviço essencial e não concorrencial, postula a aplicação do regime de precatório e a extinção da execução.
Pois bem!
Analisando os argumentos esposados pela empresa executada, verifico que a razão não assiste a impugnante, posto que o regime de precatório previsto no art. 100 da CF/88 é um privilégio instituído em favor da Fazenda Pública, que não é aplicado às sociedades de economia mista, nos termos do artigo 173, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, não fazendo jus, portanto, aos privilégios concedidos à Fazenda Pública, tais como, a impenhorabilidade de seus bens e a execução via precatório.
Ademais disto, decidiu o STF "As empresas públicas e sociedades de economia mista não têm direito à prerrogativa de execução via precatório. STF. 1ª Turma. RE 851711 AgR/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 12/12/2017 (Info 888)".
Desse modo, não há óbice para o prosseguimento regular da execução em face da sociedade de economia mista prestadora de serviço público - CAERD - mediante pagamento de tarifas, que não se equipara á situação peculiar da Empresa de Correios e Telégrafos, por exemplo.
Esta é a DECISÃO que mais justa e equânime emerge para o caso concreto (art. 6º, LF 9.099/95).
POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos conste, REJEITO A IMPUGNAÇÃO OPOSTA COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD e JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, com fulcro no artigo 924, II e III, do CPC, determinando, após o trânsito em julgado, a expedição de alvará da quantia penhorada em prol do(a) credor(a).
Cumpridas as diligências necessárias, arquivem-se os autos observadas as cautelas e movimentações de praxe.
Sirva-se a presente de MANDADO /CARTA DE INTIMAÇÃO, via sistema PJe (LF 11.419/2006) ou via diligência de Oficial de Justiça.
Sem custas.
Intimem-se e Cumpra-se.
Porto Velho, RO, 30 de abril de 2019
João Luiz Rolim Sampaio
JUIZ DE DIREITO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO Cumprimento de SENTENÇA
7039484-81.2018.8.22.0001
EXEQUENTES: ANA PAULA NERES ALEXANDRE DO NASCIMENTO CPF nº 677.982.762-20, RUA JARDINS 115, COND. AZALEIA CS 36 BAIRRO NOVO - 76817-001 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, FAGNER SILVA DO NASCIMENTO CPF nº 715.547.182-87, RUA JARDINS 115, RES AZALEIA CASA 36 BAIRRO NOVO - 76817-001 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR OAB nº RO3099
EXECUTADO: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD CNPJ nº 05.914.254/0001-39, AVENIDA PINHEIRO MACHADO 2.112-B, CAERD SÃO CRISTÓVÃO - 76804-046 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: CLAYTON CONRAT KUSSLER OAB nº RO3861
Vistos e etc...,
FUNDAMENTAÇÃO.
Trata-se de impugnação oposta por COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD (ID25825307) que deve ser efetivamente conhecida, uma vez que tempestiva (arts. 52 e seguintes da LF 9.099/95, 523 e 525, do Novo Código de Processo Civil) e fundada em arguição de "penhora incorreta", de modo que preenchidos os requisitos intrínseco e extrínseco.
Aduz a empresa impugnante, em suma, que suas contas e bens são impenhoráveis, já que é sociedade de economia mista prestadora de serviço público essencial. Ademais disto, e por prestar serviço essencial e não concorrencial, postula a aplicação do regime de precatório e a extinção da execução.
Pois bem!
Analisando os argumentos esposados pela empresa executada, verifico que a razão não assiste a impugnante, posto que o regime de precatório previsto no art. 100 da CF/88 é um privilégio instituído em favor da Fazenda Pública, que não é aplicado às sociedades de economia mista, nos termos do artigo 173, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, não fazendo jus, portanto, aos privilégios concedidos à Fazenda Pública, tais como, a impenhorabilidade de seus bens e a execução via precatório.
Ademais disto, decidiu o STF "As empresas públicas e sociedades de economia mista não têm direito à prerrogativa de execução via precatório. STF. 1ª Turma. RE 851711 AgR/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 12/12/2017 (Info 888)".
Desse modo, não há óbice para o prosseguimento regular da execução em face da sociedade de economia mista prestadora de serviço público - CAERD- mediante pagamento de tarifas, que não se equipara á situação peculiar da Empresa de Correios e Telégrafos, por exemplo.
Esta é a DECISÃO que mais justa e equânime emerge para o caso concreto (art. 6º, LF 9.099/95).
POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos conste, REJEITO A IMPUGNAÇÃO OPOSTA COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD e JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, com fulcro no artigo 924, II e III, do CPC, determinando, após o trânsito em julgado, a expedição de alvará da quantia penhorada em prol do(a) credor(a).
Cumpridas as diligências necessárias, arquivem-se os autos observadas as cautelas e movimentações de praxe.
Sirva-se a presente de MANDADO /CARTA DE INTIMAÇÃO, via sistema PJe (LF 11.419/2006) ou via diligência de Oficial de Justiça.
Sem custas.
Intimem-se e Cumpra-se.
Porto Velho, RO, 30 de abril de 2019
João Luiz Rolim Sampaio
JUIZ DE DIREITO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO Procedimento do Juizado Especial Cível
7035192-87.2017.8.22.0001
REQUERENTE: AUREA DOS SANTOS FRANCA SHOCKNESS CPF nº 902.706.657-49, RUA RUTH SHOCKESS 2010 TRIÂNGULO - 76805-748 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: FABIO HENRIQUE FURTADO COELHO DE OLIVEIRA OAB nº RO5105
REQUERIDO: NATURA COSMETICOS S/A CNPJ nº 71.673.990/0001-77, AVENIDA ALEXANDRE COLARES 1188 PARQUE ANHANGÜERA - 05106-000 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REQUERIDO: FABIO RIVELLI OAB nº BA34908
SENTENÇA
(impugnação à execução)
Vistos e etc...,
Relatório dispensado na forma da lei (art. 38, da LF 9.099/95).
FUNDAMENTAÇÃO.
Trata-se de impugnação com pedido de efeito suspensivo oposta por NATURA COSMÉTICOS S/A (ID26029858) que deve ser efetivamente conhecida, uma vez que tempestiva (arts. 52 e seguintes da LF 9.099/95, 523 e 525 do CPC/2015) e fundada em arguição de "inexequibilidade do título judicial e excesso de execução", de modo que preenchidos os requisitos intrínseco e extrínseco.
Aduz a empresa impugnante, em suma, inexequibilidade do título judicial dada a inexistência de intimação válida dos advogados para fins de ciência dos termos do Acórdão da r. Turma Recursal, que apenas foi disponibilizado nos autos dias após a sessão de julgamento, razão pela qual postula seja reconhecida como indevida in casu a multa do art.523 do CPC.
Contudo, o inconformismo não merece guarida, uma vez que a parte executada não se insurgiu no momento oportuno para reclamar a publicização nos autos do acórdão dias antes firmado, enquanto o processo ainda estava sob responsabilidade da Turma Recursal, de modo que a r. SENTENÇA (ID17083285 - confirmada pela Turma Recursal – ID25360338) representa título executivo judicial, conforme art. 515, do CPC/2015, sendo líquido, certo e exigível, estando revestido pela res judicata.
Ademais disto, a este juízo não compete deliberar sobre eventual nulidade de intimação ou demora na disponibilização de acórdão ocorrida no juízo ad quem (Turma Recursal) por uma questão óbvia (inversão de instância). Desse modo, deve a execução sincrética prosseguir, não havendo que se falar na aplicação do pretendido efeito suspensivo.
Finalmente, analisando a planilha de cálculo apresentada pela empresa executada (ID25360338), verifico que as datas utilizadas para definição do período de correção monetária (27/03/2018 – 01/02/2019) não guardam relação com a realidade processual (SENTENÇA – 23/03/2018), devendo efetivamente prevalecer os cálculos apresentados pela credora.
POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos conste, REJEITO A IMPUGNAÇÃO OPOSTA POR NATURA COSMÉTICOS S/A e JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, com fulcro no artigo 924, II e III, do CPC, determinando, após o trânsito em julgado, a expedição de alvará da quantia penhorada em prol do(a) credor(a).
Cumpridas as diligências necessárias, arquivem-se os autos observadas as cautelas e movimentações de praxe.
Sirva-se a presente de MANDADO /CARTA DE INTIMAÇÃO, via sistema PJe (LF 11.419/2006) ou via diligência de Oficial de Justiça.
Sem custas.
Intimem-se e Cumpra-se.
Porto Velho, RO, 30 de abril de 2019
João Luiz Rolim Sampaio
JUIZ DE DIREITO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO Procedimento do Juizado Especial Cível
7043622-91.2018.8.22.0001
REQUERENTE: CLEUDOMAR OLIVEIRA DOS SANTOS CPF nº 729.075.332-15, RUA RUBENS NONATO 5811 CASTANHEIRA - 76811-302 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: SILVIO VINICIUS SANTOS MEDEIROS OAB nº RO3015
REQUERIDO: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. CNPJ nº 61.074.175/0001-38, RUA DA BEIRA 7670, SALA 3 ELDORADO - 76811-738 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI OAB nº PE21678
Vistos e etc...,
Rejeito liminarmente os pretensos embargos de declaração opostos (ID25570985), dada ausência dos requisitos intrínsecos expressos no art. 48, da LF 9.099/95.
A alegação obscuridade e omissão consignada nos embargos (ausência de assinatura em documento, dispensa de audiência de instrução, incumbência do ônus probatório, etc) não dizem respeito ao julgado em si, mas à análise dos elementos dispostos nos autos, bem como à fundamentação do decisum guerreado, de sorte que não há que se falar em imperfeição técnica do provimento judicial.
Os embargos se prestam a corrigir imperfeição técnica do julgado (o objetivo é aprimorar o provimento judicial), jamais para o fim de discutir a validade dos argumentos da SENTENÇA ou da fundamentação judicial externada.
O provimento judicial é claro e inteligível, não havendo qualquer obscuridade ou omissão entre os requisitos do decisum e, muito menos, contradição ou dúvida.
A matéria albergada pelos pretensos embargos deve ser consignada e demonstrada em recurso próprio, observados os requisitos próprios, principalmente a tempestividade, a regularidade recursal (dialeticidade) e o preparo.
POSTO ISSO, REJEITO OS EMBARGOS OPOSTOS e, por conseguinte, determino que o cartório cumpra fielmente os termos da r. SENTENÇA guerreada (ID24800770).
Sirva-se a presente de MANDADO /CARTA DE INTIMAÇÃO, via sistema PJe (LF 11.419/2006), diligência de Oficial de Justiça ou DJe.
Intimem-se e CUMPRA-SE.
Porto Velho, RO, 30 de abril de 2019
João Luiz Rolim Sampaio
JUIZ DE DIREITO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO Cumprimento de SENTENÇA
7039570-52.2018.8.22.0001
EXEQUENTES: LUCIENE MARTINS MERCADO CPF nº 013.870.802-96, RUA JARDINS 905, CASA 16- GARDENIA BAIRRO NOVO - 76817-001 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, MIRIAN MARTINS DE SOUZA CPF nº 753.443.002-04, RUA JARDINS 905, CASA 16- GARDENIA BAIRRO NOVO - 76817-001 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR OAB nº RO3099
EXECUTADO: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD CNPJ nº 05.914.254/0001-39, AVENIDA PINHEIRO MACHADO 2.112-B, CAERD SÃO CRISTÓVÃO - 76804-046 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: CLAYTON CONRAT KUSSLER OAB nº RO3861
Vistos e etc...,
FUNDAMENTAÇÃO.
Trata-se de impugnação oposta por COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD (ID25823431) que deve ser efetivamente conhecida, uma vez que tempestiva (arts. 52 e seguintes da LF 9.099/95, 523 e 525, do Novo Código de Processo Civil) e fundada em arguição de "penhora incorreta", de modo que preenchidos os requisitos intrínseco e extrínseco.
Aduz a empresa impugnante, em suma, que suas contas e bens são impenhoráveis, já que é sociedade de economia mista prestadora de serviço público essencial. Ademais disto, e por prestar serviço essencial e não concorrencial, postula a aplicação do regime de precatório e a extinção da execução.
Pois bem!
Analisando os argumentos esposados pela empresa executada, verifico que a razão não assiste a impugnante, posto que o regime de precatório previsto no art. 100 da CF/88 é um privilégio instituído em favor da Fazenda Pública, que não é aplicado as sociedade de economia mista, nos termos do artigo 173, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, não fazendo jus, portanto, aos privilégios concedidos à Fazenda Pública, tais como, a impenhorabilidade de seus bens e a execução via precatório.
Ademais disto, decidiu o STF "As empresas públicas e sociedades de economia mista não têm direito à prerrogativa de execução via precatório. STF. 1ª Turma. RE 851711 AgR/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 12/12/2017 (Info 888)".
Desse modo, não há óbice para o prosseguimento regular da execução em face da sociedade de economia mista prestadora de serviço público - CAERD- mediante pagamento de tarifas, que não se equipara a situação peculiar da Empresa de Correios e Telégrafos.
Esta é a DECISÃO que mais justa e equânime emerge para o caso concreto (art. 6º, LF 9.099/95).
POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos conste, REJEITO A IMPUGNAÇÃO OPOSTA COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD e JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, com fulcro no artigo 924, II e III, do CPC, determinando, após o trânsito em julgado, a expedição de alvará da quantia penhorada em prol do credor.
Cumpridas as diligências necessárias, arquivem-se os autos observadas as cautelas e movimentações de praxe.
Sirva-se a presente de MANDADO /CARTA DE INTIMAÇÃO, via sistema PJe (LF 11.419/2006) ou via diligência de Oficial de Justiça.
Sem custas.
Intimem-se e Cumpra-se.
Porto Velho, RO, 30 de abril de 2019
João Luiz Rolim Sampaio
JUIZ DE DIREITO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO Execução de Título Extrajudicial
7048753-47.2018.8.22.0001
EXEQUENTE: AGROPECUARIA PICA-PAU COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA CNPJ nº 04.064.870/0001-85, RUA JOÃO GOULART 1350 NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS - 76804-172 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ANTONIO JUAREZ BEZERRA MAIA OAB nº RO8309, CAREN RANILE MOURA DE SOUZA OAB nº RO7485, FRANK MENEZES DA SILVA OAB nº RO7240
EXECUTADO: JOAO BATISTA DAS NEVES XIMENES CPF nº 340.884.312-00, AVENIDA CARLOS GOMES 1055, - DE 1280 A 1514 - LADO PAR CENTRO - 76801-108 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: LUIS GUILHERME SISMEIRO DE OLIVEIRA OAB nº RO6700
Vistos e etc...,

Não conheço os pretensos "embargos à execução" opostos por AGROPECUARIA PICA-PAU COMERCIO E REPRESENTAÇAO LTDA, posto que o Oficial de Justiça não promoveu qualquer penhora patrimonial (ID25120090), de modo que não garantida a execução e autorizada a aplicação do entendimento sedimentado no Fórum Nacional de Juizados Especiais - FONAJE 117, in verbis:
"É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial" (Enunciado Cível n.º 117)."
Trata-se de entendimento que visa manter a integridade do sistema dos Juizados Especiais, principalmente a celeridade e presteza na entrega da prestação jurisdicional e na satisfação do direito perseguido, sendo certo que a parte devedora fora cientificada da necessidade de garantia do juízo quando da assinatura do MANDADO de citação e penhora (ID25120091).
POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos conste, NÃO CONHEÇO OS EMBARGOS À EXECUÇÃO OPOSTOS POR AGROPECUARIA PICA-PAU COMERCIO E REPRESENTAÇAO LTDA, e determino que intime o credor para, em 10 (dez) dias e sob pena de arquivamento, apresentar planilha atualizada do crédito exequendo para posteriores diligência via BACENJUD.
Sirva-se a presente de MANDADO /CARTA DE INTIMAÇÃO, via sistema PJe (LF 11.419/2006), via diligência de Oficial de Justiça ou DJe.
Sem custas.
Intimem-se e Cumpra-se.
Porto Velho, RO, 30 de abril de 2019
João Luiz Rolim Sampaio
JUIZ DE DIREITO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO Cumprimento de SENTENÇA
7039743-76.2018.8.22.0001
EXEQUENTES: ROGERIO DE SOUZA SILVA CPF nº 595.255.922-00, RUA JARDINS 905, CASA206- GARDENIA BAIRRO NOVO - 76817-001 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, VENILCE SENA BATISTA CPF nº 906.549.432-49, RUA JARDINS 905, CASA206- GARDENIA BAIRRO NOVO - 76817-001 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR OAB nº RO3099
EXECUTADO: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD CNPJ nº 05.914.254/0001-39, AVENIDA PINHEIRO MACHADO 2.112-B, CAERD SÃO CRISTÓVÃO - 76804-046 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: CLAYTON CONRAT KUSSLER OAB nº RO3861
Vistos e etc...,
FUNDAMENTAÇÃO.
Trata-se de impugnação oposta por COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD (ID25824399) que deve ser efetivamente conhecida, uma vez que tempestiva (arts. 52 e seguintes da LF 9.099/95, 523 e 525, do Novo Código de Processo Civil) e fundada em arguição de "penhora incorreta", de modo que preenchidos os requisitos intrínseco e extrínseco.
Aduz a empresa impugnante, em suma, que suas contas e bens são impenhoráveis, já que é sociedade de economia mista prestadora de serviço público essencial. Ademais disto, e por prestar serviço essencial e não concorrencial, postula a aplicação do regime de precatório e a extinção da execução.
Pois bem!
Analisando os argumentos esposados pela empresa executada, verifico que a razão não assiste a impugnante, posto que o regime de precatório previsto no art. 100 da CF/88 é um privilégio instituído em favor da Fazenda Pública, que não é aplicado as sociedade de economia mista, nos termos do artigo 173, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, não fazendo jus, portanto, aos privilégios concedidos à Fazenda Pública, tais como, a impenhorabilidade de seus bens e a execução via precatório.
Ademais disto, decidiu o STF "As empresas públicas e sociedades de economia mista não têm direito à prerrogativa de execução via precatório. STF. 1ª Turma. RE 851711 AgR/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 12/12/2017 (Info 888)".
Desse modo, não há óbice para o prosseguimento regular da execução em face da sociedade de economia mista prestadora de serviço público - CAERD- mediante pagamento de tarifas, que não se equipara á situação peculiar da Empresa de Correios e Telégrafos, por exemplo.
Esta é a DECISÃO que mais justa e equânime emerge para o caso concreto (art. 6º, LF 9.099/95).
POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos conste, REJEITO A IMPUGNAÇÃO OPOSTA COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD e JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, com fulcro no artigo 924, II e III, do CPC, determinando, após o trânsito em julgado, a expedição de alvará da quantia penhorada em prol do(a) credor(a).
Cumpridas as diligências necessárias, arquivem-se os autos observadas as cautelas e movimentações de praxe.
Sirva-se a presente de MANDADO /CARTA DE INTIMAÇÃO, via sistema PJe (LF 11.419/2006) ou via diligência de Oficial de Justiça.
Sem custas.
Intimem-se e Cumpra-se.
Porto Velho, RO, 30 de abril de 2019
João Luiz Rolim Sampaio
JUIZ DE DIREITO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO Cumprimento de SENTENÇA
7039459-68.2018.8.22.0001
EXEQUENTES: ANDERSON SANSAO DE SOUZA CPF nº 041.458.902-56, RUA JARDINS 1641, COND LIRIO TORRE 27 AP 102 BAIRRO NOVO - 76817-001 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, BHEATRIZ SANSAO DE SOUZA CPF nº 053.891.572-22, RUA JARDINS 1641, COND LIRIO TORRE 27 AP 102 BAIRRO NOVO - 76817-001 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, ELIZA EVANGELISTA SANSAO DE SOUZA CPF nº 847.476.252-91, RUA JARDINS 1641, COND LIRIO TORRE 27 AP 102 BAIRRO NOVO - 76817-001 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, ANGELO MAXIMO ALVES DE SOUZA CPF nº 645.872.582-53, RUA JARDINS 1641, COND. LIRIO TORRE 27 AP102 BAIRRO NOVO - 76817-001 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR OAB nº RO3099
EXECUTADO: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD CNPJ nº 05.914.254/0001-39, AVENIDA PINHEIRO MACHADO 2.112-B, CAERD SÃO CRISTÓVÃO - 76804-046 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: CLAYTON CONRAT KUSSLER OAB nº RO3861
Vistos e etc…,
FUNDAMENTAÇÃO.
Trata-se de impugnação oposta por COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD (id25987825) que deve ser efetivamente conhecida, uma vez que tempestiva (arts. 52 e seguintes da LF 9.099/95, 523 e 525, do Novo Código de Processo Civil) e fundada em arguição de "inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação", de modo que preenchidos os requisitos intrínseco e extrínseco.
Aduz a empresa impugnante, em suma, que suas contas e bens são impenhoráveis, já que é sociedade de economia mista prestadora

de serviço público essencial. Ademais disto e por prestar serviço essencial e não concorrencial postula a aplicação do regime de precatório e a extinção da execução com a liberação dos valores penhorados.
Pois bem!
Analisando os argumentos esposados pela empresa executada, verifico que a razão não assiste a impugnante, posto que o regime de precatório previsto no art. 100 da CF/88 é um privilégio instituído em favor da Fazenda Pública, que não é aplicado as sociedades de economia mista, nos termos do artigo 173, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, não fazendo jus, portanto, aos privilégios concedidos à Fazenda Pública, tais como, a impenhorabilidade de seus bens e a execução via precatório.
Ademais disto, decidiu o STF "As empresas públicas e sociedades de economia mista não têm direito à prerrogativa de execução via precatório. STF. 1ª Turma. RE 851711 AgR/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 12/12/2017 (Info 888)".
Desse modo, não há óbice para o prosseguimento regular da execução em face da sociedade de economia mista prestadora de serviço público - CAERD- mediante pagamento de tarifas, que não se equipara a situação peculiar da Empresa de Correios e Telégrafos.
Esta é a DECISÃO que mais justa e equânime emerge para o caso concreto (art. 6º, LF 9.099/95). A regra vigente nos Juizados Especiais é a do efeito recursal meramente devolutivo.
POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos conste, JULGO IMPROCEDENTE A IMPUGNAÇÃO OPOSTA POR CAERD - COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA e JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, com fulcro no artigo 924, II e III, do CPC, determinando, após o trânsito em julgado, a expedição de alvará da quantia penhorada em prol do credor (id 25440418).
Cumpridas as diligências necessárias, arquivem-se os autos., observadas as cautelas e movimentações de praxe.
Custas pela impugnante, sendo indevidos os honorários advocatícios (arts. 54 e 55, LF 9.099/95).
Sirva-se a presente de MANDADO /CARTA DE INTIMAÇÃO, via sistema PJe (LF 11.419/2006)diligência de Oficial de Justiça ou DJe, conforme o caso.
Intimem-se e Cumpra-se.
Porto Velho, RO, 30 de abril de 2019
João Luiz Rolim Sampaio
JUIZ DE DIREITO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº 7017056-71.2019.8.22.0001
AUTOR: LUCIO AUGUSTO BARAUNA
Advogados do(a) AUTOR: ALEXANDRE DO CARMO BATISTA - RO4860, ANDREA GOMES DE ARAUJO - RO9401, RODRIGO ADRIANO DE OLIVEIRA SILVA - RO9700
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL
Intimação
Vistos e etc...,
Trata-se de ação declaratória de inexistência de vínculo jurídico/contratual (contratos de empréstimos - "BB crédito automático" - valor R$ 11.903,17 e "BB crédito 13º Salário – valor R$ 2.655,40), com consequente declaração de inexistência/inexigibilidade de débitos (48 parcelas mensais de R$ 759,54 e parcela única de R$ 3.488,89), em decorrência de contratação fraudulenta, cumulada com reparação de dano material relativo a valores subtraídos de conta bancária por estelionatários (R$ 2.459,25), bem como indenização por danos morais decorrentes da falha no sistema de segurança e prestação de serviço bancário pelo réu, conforme fatos narrados na inicial e de acordo com a documentação anexada, havendo pleito de tutela antecipada para fins de imediata abstenção de inscrição do nome do autor nos cadastros de inadimplentes e suspensão da cobrança das parcelas dos empréstimos em conta-salário.
Contudo, analisando os termos iniciais e os documentos apresentados, verifico que não há como a demanda ser conhecida, tutelada e julgada por este juízo, dada a ocorrência de incompetência absoluta (ratione valoris).
Em que pese o autor atribuir à causa o valor de R$ 37.093,02, sua real pretensão econômica não é esta, sendo que a vantagem econômica a atingir ultrapassa efetivamente o teto estabelecido para julgamento nos Juizados Especiais.
Isto porque o autor pretende que seja declarada a inexistência de relação contratual referente a dois empréstimos e consequentemente a inexistência/inexigibilidade de débitos, quais sejam, 48 (quarenta e oito) parcelas mensais de R$ 759,54 (setecentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos) e uma parcela única de R$ 3.488,89 (três mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta e nove centavos), os quais somados correspondem à R$ 39.946,81 (trinta e nove mil, novecentos e quarenta e seis reais e oitenta e um centavos), sem prejuízo da pretensa reparação de danos materiais, liquidados em R$ 2.459,25 (dois mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e vinte e cinco centavos), e indenização compensatória por danos morais, no importe reclamado de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais).
Deste modo, a verdadeira pretensão econômica da parte autora, somada, corresponde à R$ 60.406,06 (sessenta mil, quatrocentos e seis reais e seis centavos), o que impossibilita o prosseguimento do feito na seara dos Juizados Especiais, dada a extrapolação da alçada máxima permitida e equivalente à quarenta salários-mínimos, não se podendo olvidar que o CPC é expresso quanto o dever de somatória dos valores quando houver cumulação de pedidos (art. 292, VI, CPC).
Há que se observar os limites legais, valendo relembrar o Enunciado Cível FONAJE nº. 39, in verbis:
"Em observância ao art. 2º da Lei 9.099/1995, o valor da causa corresponderá à pretensão econômica objeto do pedido".
A pretensão econômica do demandante, inquestionavelmente, suplanta a alçada fixada por lei específica, quando somados todos os valores do proveito econômico da ação, não sendo diferente a orientação do Código de Processo Civil (CPC/2015).
Por questão de equidade, justiça e coerência, não pode este juízo julgar alguns casos e deixar outros à margem, de modo que o critério a ser observado deve ser sempre o objetivo e o imparcial, até porque a própria Lei assim disciplina, sendo oportuno transcrever os arts. 3º e 8º, da LF 9099/95:
"Art. 3º - O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:
I- as causas cujo valor não excede a quarenta vezes o salário mínimo;
II- as enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil;
III- a ação de despejo para uso próprio;
IV- as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo.
§ 1º – omissis;
§ 2º - omissis;
§ 3º - omissis.
Art. 8º Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.
§ 1º Somente serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial: I - as pessoas físicas capazes, excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas;
II - as microempresas, assim definidas pela Lei no 9.841, de 5 de outubro de 1999;
III - as pessoas jurídicas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, nos termos da Lei no 9.790, de 23 de março de 1999;

IV - as sociedades de crédito ao microempreendedor, nos termos do art. 1o da Lei no 10.194, de 14 de fevereiro de 2001.
§ 2º omissis".
Veja-se, portanto, que as causas e as legitimidades ativa e passiva devem ser bem definidas e delimitadas, não sendo possível o conhecimento e julgamento de ações superiores ao valor da alçada (ratione valoris) ou fora do rol ratione materiae. Não se conhece, por exemplo, de uma ação de despejo por falta de pagamento, sem que o requerente não pretenda a desocupação do imóvel para uso próprio, assim como de pedido de cessionário de crédito de pessoas jurídicas (por mais irrisório que seja o valor reclamado), ou ainda das possessórias que versem sobre bens imóveis de valor superior à atual alçada (quarenta salários-mínimos).
A informalidade e celeridade dos Juizados não pode ser sustentada em prejuízo da competência, sendo constante a referida preocupação nos Fóruns e Encontros de Juízes Coordenadores de Juizados Especiais, que primam em manter intacta a competência do Juízo e o sistema dos Juizados Especiais, rejeitando ações superiores à alçada ou ações ingressadas por pessoas não legitimadas:
"Lei local não poderá ampliar a competência do Juizado Especial" (Enunciado Cível FONAJE nº 03)";
"As ações cíveis sujeitas aos procedimentos especiais não são admissíveis nos Juizados Especiais" (Enunciado Cível FONAJE nº 08)";
"Na hipótese de pedido de valor até 20 salários mínimos, é admitido pedido contraposto no valor superior ao da inicial, até o limite de 40 salários mínimos, sendo obrigatória a assistência de advogados às partes" (Enunciado Cível FONAJE nº 27)";
"A Lei 10.259/01 não altera o limite da alçada previsto no artigo 3º, inciso I, da Lei 9.099/95" (Enunciado Cível FONAJE nº 87)".
Deve, portanto, o artigo 3º, da LF 9099/95, ser cumprido fielmente, sob pena de se gerar sérios e indesejáveis precedentes, não sendo possível nem mesmo o remédio de qualquer emenda.
Deste modo, o indeferimento da petição inicial é medida que se impõe, ficando prejudicados todos os demais pleitos contidos na inicial, devendo a parte postular, caso ainda persista no desideratum, sua pretensão perante uma das Varas Cíveis comuns.
POSTO ISSO, com fulcro nos arts. 3º e 6º, da LF 9.099/95, RECONHEÇO DE OFÍCIO A INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DESTE JUIZADO, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL E JULGO, por conseguinte e nos termos do art. 3º e 51, caput e II, da LJE (LF 9.099/95), e 485, I, cpc/2015, EXTINTO O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, devendo o cartório arquivar o processo com as cautelas e movimentações devidas.
Cancele-se a audiência agendada automaticamente pelo sistema.
Sem custas.
Intime-se e CUMPRA-SE.
Sirva-se a presente de MANDADO /CARTA DE INTIMAÇÃO, via sistema PJe (LF 11.419/2006) ou via diligência de Oficial de Justiça.
Porto Velho/RO, data do registro.
JOÃO LUIZ ROLIM SAMPAIO
Juiz de Direito
ADVERTÊNCIAS:
1) A PARTE, EM NÃO CONCORDANDO COM O TEOR DA DECISÃO /SENTENÇA, TERÁ 10 (DEZ) DIAS PARA OFERTAR RECURSO INOMINADO E RESPECTIVAS RAZÕES, NOS MOLDES DO ART. 42, caput, DA LF 9.099/95, A CONTAR DA CIÊNCIA DO ATO JUDICIAL; 2) O PREPARO (RECOLHIMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS) DEVERÁ SER FEITO, INDEPENDENTEMENTE DE INTIMAÇÃO, NAS QUARENTA E OITO HORAS SEGUINTES À INTERPOSIÇÃO, SOB PENA DE DESERÇÃO; 3) O PEDIDO DE GRATUIDADE JUDICIÁRIA, FEITO NOS MOLDES RIGOROSOS DA LEI, DISPENSA O PREPARO, PODENDO O JUÍZO, DE QUALQUER MODO, EXIGIR PROVA DA HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO Procedimento do Juizado Especial Cível
7000393-47.2019.8.22.0001
REQUERENTE: FABIO MARCELINO TEIXEIRA 03652857909 CNPJ nº 17.954.724/0001-77, RUA PAULO LEAL 1483, - DE 1416/1417 AO FIM NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS - 76804-146 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LARISSA LOUISE VIEIRA DOS SANTOS OAB nº RO9416
REQUERIDO: CHESLAINE FARIAS DE ALMEIDA CPF nº 010.951.972-82, AVENIDA SETE DE SETEMBRO 2148, - DE 1734 A 2200 - LADO PAR NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS - 76804-124 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
SENTENÇA
Vistos e etc...,
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38 da LF 9.099/95).
FUNDAMENTAÇÃO.
Trata-se de ação de cobrança de valores residuais (R$ 2.076,62 – já corrigido – saldo histórico – R$ 1.570,00) decorrentes da contrato de produção fotográfica e serviços correlatos e decoração de formatura, não honrados no tempo e modo pactuados, nos moldes do pedido inicial (ID 23890182) e documentos apresentados (ID's 23890184, 23890186, 23890203 e 23890202).
O caso efetivamente comporta julgamento no estado em que se encontra, posto que a requerida, apesar de devidamente citada, cientificada e advertida quanto à necessidade de sua presença em audiência de conciliação e aos efeitos da revelia (ID 24750385, 24819781 e 24819782, em 18/02/2019), não compareceu à referida solenidade (ID 25678130 - em 26/03/2019), autorizando o decreto judicial desfavorável.
Nesse prumo, impõe-se a aplicação do artigo 20, da LF 9.099/95, valendo ressaltar que o comparecimento pessoal das partes é obrigatório (Enunciado Cível FONAJE nº 20) e que o efeito mais forte da revelia é tornar incontroverso o fato narrado na inicial em prejuízo do faltoso.
A pretensão da autora procede e encontra amparo no ordenamento jurídico, devendo os fatos alegados serem acolhidos em sua totalidade, reconhecendo-se os efeitos da revelia, mormente quando são apresentadas provas (contrato de cobertura fotográfica e serviços correlatos de cobertura de formatura – ID 23890203).
Deve a ré arcar com o pedido reclamado como forma de evitar o enriquecimento sem causa (Código Civil, art. 884), valendo ressaltar que, embora conste na inicial da requerente e no contrato firmado com a requerida elevada multa (cláusula leonina), verifico que o débito de R$ 1.570,00 (hum mil, quinhentos e setenta reais) data de junho de 2017, de sorte que o importe total reclamado (R$ 2.076,62) não levou em consideração referida cláusula penal, conforme rápida consulta ao sistema on line de cálculo processual do sítio oficial do TJRO (https://www.tjro.jus.br – janela "cálculo processual"). Isto significa dizer que o quantum reclamado é justo e levou em consideração tão somente a correção monetária do período de inadimplência, assim como juros mensal legal de 1% (um por cento).
Por conseguinte e dado o bojo probante dos autos, devem os fatos articulados ser presumidos verdadeiros, uma vez que não contestados, não representando o pleito qualquer absurdo ou impossível jurídico, de modo que competia a requerida impugnar os fatos, sob pena de presunção de veracidade, aplicando-se os DISPOSITIVO s legais pertinentes (422 e seguintes, Código Civil).
Definitivamente, a procedência do pleito é medida que se impõe, devendo as obrigações e contratos serem cumpridos (pacta sunt servanda).
POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos constem, com fulcro no art. 6º e 20 da Lei 9.099/95, RECONHEÇO OS EFEITOS DA REVELIA E JULGO PROCEDENTE o pedido inicial,

CONDENANDO a requerida CHESLAINE FARIAS DE ALMEIDA, já qualificada nos autos, A PAGAR à empresa autora FABIO MARCELINO TEIXEIRA FORMATURAS E EVENTOS – ME (MEGA FORMATURAS E EVENTOS), igualmente qualificada, O VALOR TOTAL DE R$ 2.076,62 (DOIS MIL E SETENTA E SEIS REAIS E SESSENTA E DOIS CENTAVOS), acrescidos de juros legais, simples e moratórios, de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação, bem como correção monetária (Tabela Oficial TJ/RO) desde o ajuizamento da presente ação.

Por conseguinte, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos arts. 51, caput, da LF 9.099/95, e 487, I, CPC/2015, devendo a parte ré, após o trânsito em julgado, ser intimada para pagar o valor determinado no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de incidência da multa legal de inadimplência de 10% (dez por cento) ad valorem (arts. 52, caput, LF 9.099/95, e 523, §1º, CPC/2015).

O valor da condenação obrigatoriamente deverá ser depositado junto a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), com a devida e tempestiva comprovação no processo, sob pena de ser considerado inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do artigo 4º do Provimento Conjunto n.º 006/2015-PR-CG, incidindo a referida pena de inadimplência, prevista no artigo 523, §1º, CPC/2015.

Ocorrida a satisfação voluntária do quantum, expeça-se imediatamente alvará de levantamento em prol da parte credora, independentemente de prévia CONCLUSÃO, devendo os autos serem arquivados ao final, observadas as cautelas, movimentações e registros de praxe. Não ocorrendo o pagamento e havendo requerimento de execução sincrética pela parte credora, devidamente acompanhada de memória de cálculo (elaborada por advogado ou pelo cartório, conforme a parte possua ou não advogado), venham conclusos para possível penhora on line de ofício (sistema BACENJUD - Enunciado Cível FONAJE nº 147).

Caso contrário, arquive-se e aguarde-se eventual pedido de cumprimento de SENTENÇA.

Sem custas ou honorários advocatícios, ex vi lege.

INTIME-SE na forma do art. 346, CPC/2015.

CUMPRA-SE.

Porto Velho, RO, 1 de maio de 2019

{{orgao_julgador.magistrado}}

JUIZ DE DIREITO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO Procedimento do Juizado Especial Cível 7017285-31.2019.8.22.0001

REQUERENTE: DILES MLAK CPF nº 664.422.492-04, RUA AROEIRA 4246, CASA A CONCEIÇÃO - 76808-290 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

ADVOGADO DO REQUERENTE: JOELMA ALBERTO OAB nº RO7214

RÉU: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

ADVOGADO DO RÉU:

Vistos e etc...,

I – Trata-se, em verdade, de ação declaratória de nulidade de ato administrativo e consequentemente inexistência/inexigibilidade de débito (recuperação de consumo – R$ 698,02 e R$ 870,64 – processos administrativos nº 2018/37501 e 2018/18195 – vencimentos respectivos em 26/04/2019), cumulada com indenizatória por danos morais decorrentes da cobrança alegada abusiva, tudo conforme petição inicial e documentos apresentados, havendo pleito de tutela antecipada para fins de imediata abstenção de anotação desabonadora em nome do(a) requerente nos órgãos arquivistas e de proibição de suspensão do fornecimento de energia elétrica na unidade consumidora em questão;

II – E, neste ponto, tratando-se de impugnação de procedimento administrativo e de inexigibilidade dos débitos cobrados e relativos à recuperação de consumo, faz-se necessário e até mesmo aconselhável que se suspenda referida cobrança, posto que prejuízo algum advirá à empresa concessionária, uma vez que se trata de valores decorrentes de diferença de faturamento e de consumo antigo, podendo o serviço continuar a ser mensurado e cobrado mensalmente, com eventual possibilidade de "corte" e anotações restritivas em caso de inadimplência de outros débitos, desde que promovidas as devidas notificações prévias. Tratando-se de serviço e produto essencial na vida moderna – energia elétrica – há que se resguardar o consumidor até final solução da demanda. Mesma CONCLUSÃO ocorre com a temida restrição creditícia, posto que os cadastros informadores do crédito são de acesso público e facilitado às empresas credenciadas/conveniadas e demais entes do comércio em geral, o que evidencia a ocorrência de grave dano à honorabilidade do(a) requerente se comandada a restrição. POSTO ISSO, e em atenção à vulnerabilidade do(a) consumidor(a) e à ausência de perigo de irreversibilidade da providência reclamada, sendo inegável a presunção de maiores danos à pessoa do(a) autor(a) se efetivada a suspensão no fornecimento de energia elétrica ou a anotação desabonadora nas empresas arquivistas, CONCEDO A TUTELA ANTECIPADA, com fulcro no art. 6º, da LF 9.099/95, e arts. 83 e 84, do CDC (LF 8.078-90), para o FIM DE DETERMINAR QUE A REQUERIDA CERON – CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A (ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA S/A) – ABSTENHA-SE DE PROMOVER, EM RAZÃO UNICAMENTE DOS DÉBITOS IMPUGNADOS (R$ 698,02 e R$ 870,64 - processos administrativos nº 2018/37501 e 2018/18195), INTERRUPÇÃO NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NA UNIDADE CONSUMIDORA EM ANÁLISE (RUA AROEIRA, Nº 4246, CASA A, BAIRRO CONCEIÇÃO, CEP 76.808-290 - PORTO VELHO/RO – CÓDIGO ÚNICO 1222989-0), E/OU DE EFETIVAR RESTRIÇÃO CREDITÍCIA NAS EMPRESAS ARQUIVISTAS (CDL-SPC/SERASA) REFERENTE AO DÉBITO IMPUGNADO, ATÉ FINAL SOLUÇÃO DA DEMANDA, SOB PENA DE PAGAMENTO DE MULTA COMINATÓRIA DIÁRIA DE R$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS), ATÉ O LIMITE INDENIZATÓRIO DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS) EM PROL DO(A) REQUERENTE, SEM PREJUÍZO DOS PLEITOS CONTIDOS NA INICIAL, DE ELEVAÇÃO DE ASTREINTES E DE DETERMINAÇÃO DE OUTRAS MEDIDAS JUDICIAIS QUE SE FAÇAM NECESSÁRIAS. CASO JÁ TENHA OCORRIDO O TEMIDO "CORTE", FICA FIXADO O PRAZO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS PARA O RESTABELECIMENTO DOS SERVIÇOS REGULARES DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NA UNIDADE CONSUMIDORA EM QUESTÃO, SOB PENA DE PAGAMENTO DAS MESMAS ASTREINTES DIÁRIAS E INDENIZATÓRIAS RETRO FIXADAS. PARA A HIPÓTESE DE JÁ HAVER OCORRIDO A RESTRIÇÃO CREDITÍCIA, FICA DESDE LOGO DETERMINADA A EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO A TODAS AS EMPRESAS ARQUIVISTAS, DEVENDO O CARTÓRIO REQUISITAR A "BAIXA/RETIRADA" EM ATÉ 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, SOB PENA DE CRIME DE DESOBEDIÊNCIA, UTILIZANDO OS SISTEMAS ON LINE DISPONÍVEIS ("SERASAJUD", e-mail SCPC, CDL-SPC) E FAZENDO ATÉ MESMO A PRESENTE SERVIR DE OFÍCIO REQUISITANTE. O cumprimento da obrigação (comprovação de imediata religação, em caso de "corte") deverá ser comprovado nos autos, sob pena de se acolher eventualmente como verídico qualquer reclame ou argumento do(a) autor(a) de descumprimento por parte do(a) ré(u), mediante exibição da certidão restritiva;

III – Expeça-se MANDADO de concessão de tutela antecipada, concentrado com a citação da requerida, para que cumpra a "liminar", tome conhecimento dos termos do processo e compareça à audiência de conciliação já agendada automaticamente pelo sistema (DATA: 02/08/2019, às 10h - LOCAL: Fórum da Turma Recursal, Juizados Especiais e Centros de Conciliação - Avenida Jorge Teixeira, 2472, esquina com a Rua Quintino Bocaiúva, Bairro São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76820-892 – SALAS

DE AUDIÊNCIA CEJUSC JUIZADOS ESPECIAIS - TÉRREO). Consigne-se as recomendações e advertências de praxe, bem como anote-se no ato citatório a possibilidade/necessidade expressa de inversão do ônus da prova (art. 6º, CDC);
IV – Sirva-se a presente de MANDADO /CARTA DE INTIMAÇÃO/ CITAÇÃO, via sistema PJe (LF 11.419/2006) e/ou via diligência de Oficial de Justiça; e
V - CUMPRA-SE.
Porto Velho/RO, data do registro.
JOÃO LUIZ ROLIM SAMPAIO
Juiz de Direito
A D V E R T Ê N C I A S PARA O REQUERENTE E REQUERIDO (conf. Provimento Conjunto Presidência e Corregedoria nº 001/2017):
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo; II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos; III – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar; IV – a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; V – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; VI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; VII – o não comparecimento injustificado do autor implicará na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; VIII – o não comparecimento do requerido a quaisquer das audiências designadas implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; IX – deverão comparecer à audiência designada munidos de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; X – a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas até o ato da audiência de conciliação; XI – na mesma oportunidade, o autor deverá se manifestar, em até 10 (dez) minutos, sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados; XII – não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento; XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO Procedimento do Juizado Especial Cível
7016097-03.2019.8.22.0001
AUTOR: REGINEIDE ALVES CUNHA CPF nº 272.406.732-00, RUA VILA MARIANA 9638, - DE 9407/9408 A 9837/9838 MARIANA - 76813-484 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: JOSE GOMES BANDEIRA FILHO OAB nº RO816
RÉU: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO-PADRONIZADOS NPL I CNPJ nº 09.263.012/0001-83, RUA GOMES DE CARVALHO 1195, 4 ANDAR VILA OLÍMPIA - 04547-004 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO RÉU:
Vistos e etc...,
I – Trata-se, em verdade, de inexistência/inexigibilidade de débitos (SCPC - R$ 2.206,89 e SPC - R$ 1.984,03), cumulada com repetição de indébito, em dobro (R$ 1.740,64 + R$ 2.206,89 + R$ 1.984,03) e indenização por danos morais decorrentes de restrição creditícia de dívida renegociada e já quitada, conforme fatos narrados na inicial e de acordo com os documentos apresentados, havendo pleito de tutela antecipada para fins de imediata baixa de restrição nas empresas arquivistas;
II – Contudo, analisados os documentos que fundamentam a pretensão (extratos de restrição creditícia) não tenho, a priori e em sede de juízo de prelibação, como verossímil a alegação do autor, posto que não há nenhuma comprovação de pagamento da suposta renegociação de dívida ocorrida no ano de 2016. Deste modo, o regular trâmite da ação é medida que se impõe ao caso concreto, recomendando-se a melhor instrução da causa pelo(a) autor(a) e a oitiva das partes para fins de conciliação, objetivo primordial dos Juizados. POSTO ISSO, com fulcro no art. 6º, da LF 9.099/95, NÃO CONCEDO A TUTELA ANTECIPADA reclamada, devendo o feito prosseguir em seus ulteriores termos;
III – Cite-se o Banco deMANDADO para que tome conhecimento dos termos do processo e compareça à audiência de conciliação já agendada automaticamente pelo sistema (DATA: 18/07/2019 às 16h - LOCAL: Fórum da Turma Recursal, Juizados Especiais e Centros de Conciliação - Avenida Jorge Teixeira, 2472, esquina com a Rua Quintino Bocaiúva, Bairro São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76820-892 – SALAS DE AUDIÊNCIA CEJUSC JUIZADOS ESPECIAIS - TÉRREO). Consigne-se as recomendações e advertências de praxe, bem como anote-se no ato citatório a possibilidade/necessidade expressa de inversão do ônus da prova (discriminação do débito inscrito; prova de persistência do débito; “telas e espelhos” do banco interno de dados e cadastro do consumidor, etc... –art. 6º, CDC);
IV – Sirva-se a presente de MANDADO /CARTA DE INTIMAÇÃO/ CITAÇÃO, via sistema PJe (LF 11.419/2006) e/ou diligência de Oficial de Justiça, conforme o caso; e
V – CUMPRA-SE.
Porto Velho/RO, data do registro.
JOÃO LUIZ ROLIM SAMPAIO
Juiz de Direito
A D V E R T Ê N C I A S PARA O REQUERENTE E REQUERIDO (conf. Provimento Conjunto Presidência e Corregedoria nº 001/2017):
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo; II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos; III – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar; IV – a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; V – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; VI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; VII – o

não comparecimento injustificado do autor implicará na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; VIII – o não comparecimento do requerido a quaisquer das audiências designadas implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; IX – deverão comparecer à audiência designada munidos de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; X – a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas até o ato da audiência de conciliação; XI – na mesma oportunidade, o autor deverá se manifestar, em até 10 (dez) minutos, sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados; XII – não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento; XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO Procedimento do Juizado Especial Cível
7017738-26.2019.8.22.0001
AUTOR: ANA FRANCA FEITOSA CPF nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO AUTOR: NILTON BARRETO LINO DE MORAES OAB nº RO3974, LEONARDO FERREIRA DE MELO OAB nº RO5959, JOSE JANDUHY FREIRE LIMA JUNIOR OAB nº RO6202
RÉU: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO RÉU:
Vistos e etc...,
I – Trata-se de "ação declaratória de nulidade de ato administrativo e inexigibilidade de débito" (vencimento referente ao mês de fevereiro/2019 – valor de R$ 1.292,50), cumulada com indenizatória por danos morais decorrentes de corte no fornecimento de energia elétrica e em razão de cobrança abusiva, conforme petição inicial e documentação anexada, havendo pleito de tutela antecipada e específica para fins de imediato restabelecimento do serviço de fornecimento de energia elétrica no imóvel residencial da autora e proibição de efetivação de restrição creditícia nas empresas arquivistas;
II – E, neste ponto, tratando-se de impugnação de débitos e havendo comprovante de pagamento de fatura relativa ao mês de fevereiro/2019 (no valor de R$ 210,74 – ID. 26828366 – p.2), bem como discussão acerca da legalidade do procedimento da requerida, faz-se necessário e até mesmo aconselhável que se suspenda referida cobrança, posto que prejuízo algum advirá à empresa concessionária, uma vez que as faturas e mensuração do serviço prestado são mensais, já havendo ocorrido a instalação de novo relógio medidor na residência da requerente. Ademais disto, as faturas exibidas com a inicial dão conta de que inexistem outros débitos e a demanda está a versar somente sobre o débito impugnado, não se estendendo para outros valores futuros que eventualmente a consumidora impute elevados, desproporcional ao consumo ou abusivos. Deste modo e Tratando-se de serviço e produto essencial na vida moderna – energia elétrica – há que se resguardar a requerente até final solução da demanda, mormente quando inúmeras são as demandas contra a mesma concessionária de serviço público, que tem a obrigação de bem prestar o referido serviço (art. 22, CDC), sendo certo que não há o perigo de irreversibilidade da medida. O fornecimento de energia há que ser restabelecido, competindo à requerida zelar pela fiscalização das medições e cobranças futuras. Mesma sorte ocorre com a temida restrição creditícia, posto que os serviços de informação e proteção ao crédito representam ferramenta de extrema valia nas relações comerciais, mas são igualmente nocivos ao consumidor, uma vez que as informações são de acesso público e facilitado, de modo que ofendem inquestionavelmente a honorabilidade pessoal e comercial. Não há perigo de dano reverso, pois a tutela é revogável a qualquer momento e não está a se afirmar ou declarar liminarmente como inexistentes ou inexigíveis os débitos impugnados. Em sendo julgada improcedente a pretensão externada, poderá a concessionária promover todas as ações e exercícios regulares de direito para cobrar o montante devido, efetivando restrições restritivas e promovendo cobranças judiciais/extrajudiciais que lhe interessar. POSTO ISSO, e em atenção à vulnerabilidade do(a) consumidor(a) e à ausência de perigo de irreversibilidade da providência reclamada, sendo inegável a presunção de maiores danos à pessoa do(a) autor(a) se mantida a suspensão no fornecimento de energia elétrica e se efetivada a anotação desabonadora, DEFIRO A TUTELA ANTECIPADA, com fulcro no art. 6º da LF 9.099/95 e arts. 83 e 84, do CDC (LF 8.078-90), para o FIM DE DETERMINAR QUE A EMPRESA CERON – CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A (ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA S/A):
A) PROMOVA O RESTABELECIMENTO DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NA RESIDÊNCIA E UNIDADE CONSUMIDORA DA REQUERENTE (RUA ALEXANDRE GUIMARÃES, Nº 9807, BAIRRO JARDIM SANTANA, CEP 78-900-000 - PORTO VEHO/RO, CÓDIGO ÚNICO – 1114184-0), DENTRO DO PRAZO IMPRORROGÁVEL DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, FICANDO TERMINANTEMENTE PROIBIDA DE EFETIVAR NOVO "CORTE" EM RAZÃO DO DÉBITO IMPUGNADO (FATURA EXCLUSIVA DO MÊS DE JANEIRO DE 2019 – R$ 1.292,50), SOB PENA DE PAGAMENTO DE MULTA COMINATÓRIA DIÁRIA DE R$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS) ATÉ O LIMITE INDENIZATÓRIO DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), SEM PREJUÍZO DE ELEVAÇÃO DAS ASTREINTES, ADOÇÃO DE OUTRAS MEDIDAS E APRECIAÇÃO DOS PLEITOS CONTIDOS NA INICIAL. O cumprimento da obrigação (religação de cortado) deverá ser comprovado nos autos, sob pena de se acolher eventualmente como verídico qualquer reclame ou argumento da parte autora de descumprimento por parte do(a) ré(u).
B) ABSTENHA-SE DE EFETIVAR RESTRIÇÃO CREDITÍCIA NAS EMPRESAS ARQUIVISTAS (CDL-SPC/SERASA) REFERENTE AO DÉBITO ORA IMPUGNADO (FATURA EXCLUSIVA DO MÊS DE JANEIRO DE 2019 – R$ 1.292,50), ATÉ FINAL SOLUÇÃO DA DEMANDA, SOB PENA DE PAGAMENTO DAS MESMAS ASTREINTES DIÁRIAS E INDENIZATÓRIAS FIXADAS ACIMA. PARA A HIPÓTESE DE JÁ HAVER OCORRIDO A RESTRIÇÃO CREDITÍCIA, FICA DESDE LOGO DETERMINADA A EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO A TODAS AS EMPRESAS ARQUIVISTAS, DEVENDO O CARTÓRIO REQUISITAR A "BAIXA/RETIRADA" EM ATÉ 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, SOB PENA DE CRIME DE DESOBEDIÊNCIA, UTILIZANDO OS SISTEMAS ON LINE DISPONÍVEIS ("SERASAJUD", e-mail SCPC, CDL-SPC) E FAZENDO ATÉ MESMO A PRESENTE SERVIR DE OFÍCIO REQUISITANTE;
III - Expeça-se MANDADO de concessão de tutela antecipada concentrado com a citação do(a) requerido(a), para que cumpra a "liminar", tome ciência dos termos do processo e compareça à audiência de conciliação já agendada automaticamente pelo sistema (DATA: 09/08/2019, às 08h – LOCAL: Fórum da Turma Recursal, Juizados Especiais e Centros de Conciliação - Avenida Jorge Teixeira, 2472, esquina com a Rua Quintino Bocaiúva, Bairro São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76820-892 – SALAS DE AUDIÊNCIA CEJUSC JUIZADOS ESPECIAIS - TÉRREO). Consigne-se as recomendações e advertências de praxe, bem como inclua-se no ato citatório a possibilidade/necessidade expressa de inversão do ônus da prova;

IV - Sirva-se a presente de MANDADO /CARTA DE INTIMAÇÃO/ CITAÇÃO, via sistema PJe (LF 11.419/2006) e/ou via diligência de Oficial de Justiça; e
V - CUMPRA-SE.
Porto Velho/RO, data do registro.
JOÃO LUIZ ROLIM SAMPAIO
Juiz de Direito
A D V E R T Ê N C I A S PARA O REQUERENTE E REQUERIDO (conf. Provimento Conjunto Presidência e Corregedoria nº 001/2017):
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo; II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos; III – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar; IV – a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; V – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; VI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; VII – o não comparecimento injustificado do autor implicará na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; VIII – o não comparecimento do requerido a quaisquer das audiências designadas implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; IX – deverão comparecer à audiência designada munidos de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; X – a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas até o ato da audiência de conciliação; XI – na mesma oportunidade, o autor deverá se manifestar, em até 10 (dez) minutos, sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados; XII – não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento; XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO Procedimento do Juizado Especial Cível 7016998-68.2019.8.22.0001
AUTOR: FRANCISCO JULIANO FERREIRA DA SILVA CPF nº 752.392.302-00, AVENIDA MAMORÉ 2870, - DE 2614 A 3056 - LADO PAR JUSCELINO KUBITSCHEK - 76829-460 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ARLEN MATOS MEIRELES OAB nº RO7903
REQUERIDO: BANCO BRADESCO S.A. CNPJ nº 60.746.948/0001-12, BANCO BRADESCO S.A. S/N, RUA BENEDITO AMÉRICO DE OLIVEIRA, S/N VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ
ADVOGADO DO REQUERIDO:
Vistos e etc...,
I – Trata-se de ação de obrigação de fazer (abstenção de descontos em conta bancária do autor a título de “tarifas” e envio de cartão de crédito/débito para residência do autor), cumulada com repetição de indébito, em dobro (R$ 1.682,00), relativo aos descontos não reconhecidos em conta bancária, bem como indenização por danos morais (R$ 8.000,00) decorrentes dos referidos descontos impugnados, causando prejuízos financeiros ao demandante, conforme fatos relatados na inicial e documentos apresentados, havendo pleito de tutela antecipada para fins de imediata suspensão dos descontos coMANDADO s em conta-corrente;
II – Contudo, analisando os fatos e os documentos apresentados, verifico que não é possível a concessão da tutela reclamada, uma vez que não restou comprovado, ao menos em sede de juízo de prelibação, o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação em caso de entrega do provimento judicial somente ao final da demanda. A parte autora relata que desde maio/2016 percebeu a cobrança de valores pela manutenção dos serviços bancários, aumentando a tarifa para R$ 58,00 (cinquenta e oito reais) em janeiro/2017, assim persistindo até hoje, o que evidencia que a alegada cobrança indevida vem ocorrendo há anos, sem afetar efetivamente o orçamento doméstico do demandante. Isto significa dizer que inexiste verossimilhança no alegado perigo de dano irreparável ou de difícil reparação que justifique a tutela antecipada. Em sendo julgada procedente a demanda, a parte autora terá a restituição dos valores descontados indevidamente (anteriores à demanda e ocorrentes no curso da ação), com as devidas compensações e consectários legais, além da eventual indenização compensatória, caso reconhecido o sustentado dano moral. Por fim, vale relembrar que é de conhecimento público e notório que as instituições bancárias cobram taxas e pacotes de serviço por suas atividades de gestão e manutenção de contas bancárias e concessão de limites especiais (os extratos exibidos - apesar da pouca legibilidade e visualização - dão a entender que o autor possui crédito de limite especial em conta corrente), de modo que a análise do contrato e tabela de tarifas do Banco devem ocorrer para melhor compreensão da questão fática e concreta. Sendo assim, não estando preenchidos os requisitos mínimos para concessão da medida, impõe-se o regular trâmite, recomendando-se até mesmo a oitiva das partes para fins de conciliação, objetivo primordial dos Juizados. POSTO ISSO, com fulcro no art. 6º, da LF 9.099/95, NÃO CONCEDO A TUTELA ANTECIPADA reclamada, devendo o feito prosseguir em seus ulteriores termos;
III – Expeça-se MANDADO de citação do(a) requerido(a) para que tome conhecimento dos termos do processo e compareça à audiência de conciliação já agendada automaticamente pelo sistema (DATA: 31/07/2019, às 10h – LOCAL: Fórum da Turma Recursal, Juizados Especiais e Centros de Conciliação - Avenida Jorge Teixeira, 2472, esquina com a Rua Quintino Bocaiúva, Bairro São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76820-892 – SALAS DE AUDIÊNCIA CEJUSC JUIZADOS ESPECIAIS - TÉRREO). Consigne-se as recomendações e advertências de praxe, bem como inclua-se no ato citatório a possibilidade/necessidade expressa de inversão do ônus da prova (art. 6º, CDC);
IV – Sirva-se a presente de MANDADO /CARTA DE INTIMAÇÃO/ CITAÇÃO, via sistema PJe (LF 11.419/2006) e/ou via diligência de Oficial de Justiça; e
V – CUMPRA-SE.
Porto Velho/RO, data do registro.
JOÃO LUIZ ROLIM SAMPAIO
Juiz de Direito
A D V E R T Ê N C I A S PARA O REQUERENTE E REQUERIDO (conf. Provimento Conjunto Presidência e Corregedoria nº 001/2017):
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo; II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de

intimação cumprido no endereço constante dos autos; III – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar; IV – a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; V – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; VI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; VII – o não comparecimento injustificado do autor implicará na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; VIII – o não comparecimento do requerido a quaisquer das audiências designadas implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; IX – deverão comparecer à audiência designada munidos de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; X – a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas até o ato da audiência de conciliação; XI – na mesma oportunidade, o autor deverá se manifestar, em até 10 (dez) minutos, sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados; XII – não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento; XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO Cumprimento de SENTENÇA
7022479-17.2016.8.22.0001
EXEQUENTE: CLEIDA MARCIA ALVES CPF nº 408.785.622-49, RUA JAMARY 1713, - DE 1754/1755 A 2069/2070 PEDRINHAS - 76801-492 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: KAMILA ARAUJO PRADO OAB nº RO7371, ALEXANDRE LEANDRO DA SILVA OAB nº RO4260
EXECUTADO: TERMOAR CLIMATIZACAO LTDA - EPP CNPJ nº 12.965.862/0001-38, AVENIDA PINHEIRO MACHADO 1070, - DE 685 A 1147 - LADO ÍMPAR OLARIA - 76801-235 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: GLICIA LAILA GOMES OLIVEIRA OAB nº RO6899, PRYSCILA LIMA ARARIPE OAB nº RO7480, MARCIO SANTANA DE OLIVEIRA OAB nº RO7238
Vistos e etc…,
Intime-se o credor para, em finais 10 (dez) dias e sob pena de arquivamento, impulsar o feito e indicar bens penhoráveis ou requerer outras diligências.
Consigno, por oportuno, que não havendo resultados positivos, expedirá o juízo certidão de crédito e promoverá o arquivamento do feito, em atenção aos princípios norteadores dos Juizados Especiais (celeridade, razoável duração do processo e arquivamento de execuções não exitosas).
Sirva-se o presente de MANDADO /CARTA DE INTIMAÇÃO, via sistema PJe (LF 11.419/2006), via diligência de Oficial de Justiça ou DJe.
CUMPRA-SE.
Porto Velho, RO, 2 de maio de 2019
João Luiz Rolim Sampaio
JUIZ DE DIREITO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº 7015085-51.2019.8.22.0001
REQUERENTE: CENTRO PROFISSIONALIZANTE SIMONE ARAUJO LTDA - ME
Advogado do(a) REQUERENTE: TAIARA DAVIS MOTA LOURENCO - RO6868
REQUERIDO: JORGE ADRIANO SANTOS DE SANTI
Intimação
Vistos e etc…,
I – Trata-se de ação de execução de título extrajudicial (art. 784, I, CPC/2015), nos moldes do art. 53 e seguintes, da LF 9.099/95, conforme pedido (ID 26422905) e notas promissórias (ID 26422906), comprovando a empresa credora a regular representação em juízo.
II – Com relação à liquidação do crédito exequendo, constato que a nota promissória de junho/2016 fora protestada, razão pela qual deve a parte credora observar que a correção monetária é devida a partir do vencimento do título cambial e os juros moratórios a partir da data do protesto do referido título;
III - Quanto às demais nota promissórias, a inclusão de juros moratórios na liquidação do crédito exequendo é indevida, uma vez que não estão previstos/pactuados no título de crédito apresentado (e nem poderiam estar – art. 890, CCB – LF 10.406/2002);
IV - Deste modo, deve o cartório promover as retificações determinadas e intimar o(a) exequente para, em 15 (quinzw) dias e sob pena de indeferimento liminar da inicial e consequente arquivamento dos autos, retificar a memória de cálculo;
V – SIRVA-SE O PRESENTE de MANDADO JUDICIAL/CARTA DE INTIMAÇÃO, via sistema PJe (LF 11.419/2006), diligência de Oficial de Justiça ou DJE, conforme o caso;
VI - Cumpra-se.
Porto Velho, RO, 29 de abril de 2019
João Luiz Rolim Sampaio
JUIZ DE DIREITO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº: 7028459-42.2016.8.22.0001.
REQUERENTE: MARCOS ROBERTO DA SILVA SANTOS
REQUERIDO: VRG LINHAS AEREAS S.A.
Advogados do(a) REQUERIDO: BERNARDO AUGUSTO GALINDO COUTINHO - RO2991, ALINE SUMECK BOMBONATO - RO3728
Intimação À PARTE REQUERIDA (VIA DJE)
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, a apresentar o acordo firmado com o requerente devidamente assinado por ambas as partes,no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Porto Velho (RO), 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO Procedimento do Juizado Especial Cível
7016749-20.2019.8.22.0001
REQUERENTE: CRISTIANO LECIO DA SILVA CPF nº 071.546.787-55, AVENIDA GUAPORÉ 6035, - DE 5923 AO FIM - LADO ÍMPAR RIO MADEIRA - 76821-431 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ROSANGELA BARBOSA DOS SANTOS OAB nº RO7682

REQUERIDO: GENEVIEVVE MIRANDA SILVA ME - ME CNPJ nº 16.904.713/0001-10, RUA CAÇAPAVA 1219 TRÊS MARIAS - 76812-356 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
Vistos e etc...,
I – Trata-se de ação de obrigação de fazer (entrega do veículo Citroen/ Picasso, placa ART 4941, de Porto Velho/RO para Barra Mansa/ RJ), cumulada com indenização por danos morais decorrentes de descumprimento contratual, conforme fatos narrados no pedido inicial e de acordo com documentos apresentados, havendo pleito de tutela antecipada para fins de imediata entrega do veículo na cidade de Barra Mansa/RJ;
II – Contudo, analisados os documentos que fundamentam a pretensão, não vejo como conceder a medida antecipatória reclamada, posto que o pleito reclamado possui caráter satisfativo (entrega do veículo na cidade de destino), bem como não há iminência de dano irreparável e perigo da demora. Sendo assim, deve a parte autora aguardar a análise do MÉRITO da ação, momento em que será constatado se houve abusividade e/ou descumprimento contratual, assim como eventual dano moral a ser compensado financeiramente. Deste modo, o regular trâmite da ação é medida que se impõe ao caso concreto, ouvindo-se as partes para fins de conciliação, objetivo primordial dos Juizados. POSTO ISSO, com fulcro no art. 6º, da LF 9.099/95, NÃO CONCEDO A TUTELA ANTECIPADA reclamada, devendo o feito prosseguir em seus ulteriores termos;
III – Cite-se a demandada para os termos do processo e para que compareça à audiência de conciliação (DATA: 29/07/2019 às 11h20min – LOCAL: Fórum da Turma Recursal, Juizados Especiais e Centros de Conciliação - Avenida Jorge Teixeira, 2472, esquina com a Rua Quintino Bocaiúva, Bairro São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76820-892 – SALAS DE AUDIÊNCIA CEJUSC JUIZADOS ESPECIAIS - TÉRREO). Consigne-se as recomendações e advertências de praxe, bem como inclua-se no ato citatório a possibilidade/necessidade expressa de inversão do ônus da prova;
IV – Sirva-se a presente de MANDADO /CARTA DE INTIMAÇÃO/ CITAÇÃO, via sistema PJe (LF 11.419/2006) e/ou via diligência de Oficial de Justiça; e
V – CUMPRA-SE.
Porto Velho/RO, data do registro.
JOÃO LUIZ ROLIM SAMPAIO
Juiz de Direito
A D V E R T Ê N C I A S PARA O REQUERENTE E REQUERIDO (conf. Provimento Conjunto Presidência e Corregedoria nº 001/2017): I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo; II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos; III – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar; IV – a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; V – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; VI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; VII – o não comparecimento injustificado do autor implicará na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; VIII – o não comparecimento do requerido a quaisquer das audiências designadas implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; IX – deverão comparecer à audiência designada munidos de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; X – a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas até o ato da audiência de conciliação; XI – na mesma oportunidade, o autor deverá se manifestar, em até 10 (dez) minutos, sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados; XII – não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento; XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO Procedimento do Juizado Especial Cível
7016919-89.2019.8.22.0001
REQUERENTE: EZEQUIAS DUARTE NOGUEIRA JUNIOR GOMES DA COSTA CPF nº 632.525.112-15, AVENIDA GUAPORÉ 6056, - DE 5950 AO FIM - LADO PAR APTO 304 RIO MADEIRA - 76821-430 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JOSE CLAUDIO NOGUEIRA DE CARVALHO OAB nº RO8906, ANA CRISTINA FORTALEZA INACIO OAB nº RO7369
REQUERIDO: UBER DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA. CNPJ nº 17.895.646/0001-87, AVENIDA PINHEIRO MACHADO 1495, - DE 1171 A 1535 - LADO ÍMPAR OLARIA - 76801-247 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
Vistos e etc...,
I – Trata-se de ação de obrigação de fazer (reintegração do autor como motorista do aplicativo de transporte urbano UBER), cumulado com lucro cessante (R$ 14.000,00), cobrança de promessa/conquista de prêmio (R$ 400,00) e indenização por danos morais decorrentes de desligamento imotivado do autor do cadastro de motoristas habilitados pelo aplicativo UBER, conforme fatos narrados no pedido inicial e de acordo com documentos apresentados, havendo pleito de tutela antecipada para fins de imediata reintegração/reabilitação do autor como motorista do referido aplicativo;
II – Contudo, analisados os documentos que fundamentam a pretensão, não vejo como conceder a medida antecipatória reclamada, posto que o pleito reclamado possui caráter satisfativo (reintegração como motorista de aplicativo), bem como não há iminência de dano irreparável e perigo da demora (o autor narra que atualmente é motorista de aplicativo concorrente - URBANO NORTE). O descadastramento ou inabilitação do aplicativo ocorrera em dezembro/2018, sendo protocolizada a demanda somente em 25/04/2019. Sendo assim, deve a parte autora aguardar a análise do MÉRITO da ação, momento em que será constatado se houve abusividade e/ou descumprimento contratual, assim como eventual dano moral a ser compensado financeiramente. A análise dos termos contratuais (não trazidos com a inicial) e as eventuais anotações feitas em ficha ou prontuário do motorista devem ser verificados com a manifestação da parte contrária, de modo que o regular trâmite da ação é medida que se impõe ao caso concreto, mormente quando a ouvida dos litigantes para fins de conciliação representa objetivo primordial dos Juizados. POSTO ISSO, com fulcro no art. 6º, da LF 9.099/95, NÃO CONCEDO A TUTELA ANTECIPADA reclamada, devendo o feito prosseguir em seus ulteriores termos;

III – Cite-se a demandada para os termos do processo e para que compareça à audiência de conciliação (DATA: 30/07/2019 às 12h – LOCAL: Fórum da Turma Recursal, Juizados Especiais e Centros de Conciliação - Avenida Jorge Teixeira, 2472, esquina com a Rua Quintino Bocaiúva, Bairro São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76820-892 – SALAS DE AUDIÊNCIA CEJUSC JUIZADOS ESPECIAIS - TÉRREO). Consigne-se as recomendações e advertências de praxe, bem como inclua-se no ato citatório a possibilidade/necessidade expressa de inversão do ônus da prova;
IV – Sirva-se a presente de MANDADO /CARTA DE INTIMAÇÃO/ CITAÇÃO, via sistema PJe (LF 11.419/2006) e/ou via diligência de Oficial de Justiça; e
V – CUMPRA-SE.
Porto Velho/RO, data do registro.
JOÃO LUIZ ROLIM SAMPAIO
Juiz de Direito
A D V E R T Ê N C I A S PARA O REQUERENTE E REQUERIDO (conf. Provimento Conjunto Presidência e Corregedoria nº 001/2017): I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo; II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos; III – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar; IV – a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; V – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; VI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; VII – o não comparecimento injustificado do autor implicará na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; VIII – o não comparecimento do requerido a quaisquer das audiências designadas implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; IX – deverão comparecer à audiência designada munidos de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; X – a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas até o ato da audiência de conciliação; XI – na mesma oportunidade, o autor deverá se manifestar, em até 10 (dez) minutos, sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados; XII – não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento; XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca.

2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº: 7043427-09.2018.8.22.0001
Requerente: WILSON CEZAR BROIANO
Advogados do(a) REQUERENTE: SILVIO RODRIGUES BATISTA - RO5028, CLEBER DOS SANTOS - RO3210
Requerido(a): Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogado do(a) REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462
Intimação À PARTE RECORRIDA
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº: 7052400-21.2016.8.22.0001
REQUERENTE: MARIA LUIZ PINTO
Advogados do(a) REQUERENTE: TAMARA LUCIA LACERDA - RO5341, ROBSON JOSE MELO DE OLIVEIRA - RO4374
REQUERIDO: AVISTA S/A ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO
Intimação À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Por determinação do juízo, FICA A PARTE AUTORA INTIMADA a atualizar o crédito exequendo incluindo a multa de 10% (dez por cento), conforme artigo 523, § 1º do CPC.
Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº: 7051037-28.2018.8.22.0001
Requerente: OSMAR PUKOSKI RAMOS
Advogados do(a) REQUERENTE: BRUNA DUARTE FEITOSA DOS SANTOS BARROS - RO6156, EZIO PIRES DOS SANTOS - RO5870
Requerido(a): BAIRRO NOVO PORTO VELHO EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO S/A e outros
Advogados do(a) REQUERIDO: ANDREY CAVALCANTE DE CARVALHO - RO303-B, PAULO BARROSO SERPA - RO4923, GUSTAVO CLEMENTE VILELA - SP220907
Advogados do(a) REQUERIDO: ANDREY CAVALCANTE DE CARVALHO - RO303-B, PAULO BARROSO SERPA - RO4923, GUSTAVO CLEMENTE VILELA - SP220907
Intimação À PARTE RECORRIDA
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº: 7051347-34.2018.8.22.0001
Requerente: HALITO BALAREZ ANTUNES
Advogados do(a) REQUERENTE: BRUNA DUARTE FEITOSA DOS SANTOS BARROS - RO6156, EZIO PIRES DOS SANTOS - RO5870
Requerido(a): BAIRRO NOVO PORTO VELHO EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO S/A e outros
Advogados do(a) REQUERIDO: ANDREY CAVALCANTE DE CARVALHO - RO303-B, PAULO BARROSO SERPA - RO4923, GUSTAVO CLEMENTE VILELA - SP220907
Advogados do(a) REQUERIDO: ANDREY CAVALCANTE DE CARVALHO - RO303-B, PAULO BARROSO SERPA - RO4923, GUSTAVO CLEMENTE VILELA - SP220907
Intimação À PARTE RECORRIDA
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo n°: 7049979-87.2018.8.22.0001
REQUERENTE: DAVID BARBOSA DE SOUZA
Advogados do(a) REQUERENTE: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA - RO1073, CARLOS ALBERTO TRONCOSO JUSTO - RO535-A
REQUERIDO: BANCO CETELEM S.A.
Advogados do(a) REQUERIDO: Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa - OAB/MS 6835
Intimação AO REQUERIDO (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada a se manifestar acerca da petição de ID n. 26219047 NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS sob pena de arquivamento.
Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
NOTIFICAÇÃO DA PARTE RECORRENTE
Processo nº: 7046721-06.2017.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: TATIANA OLIVEIRA GONCALVES
Advogado do(a) REQUERENTE: JHONATAS EMMANUEL PINI - RO4265
REQUERIDO: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO-PADRONIZADOS NPL I
Advogados do(a) REQUERIDO: ALAN DE OLIVEIRA SILVA - SP208322, LUCIANO DA SILVA BURATTO - SP179235
Com base em acórdão proferido pela Turma Recursal, fica vossa senhoria notificada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais, sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto extrajudicial. O Valor das custas é de 1% um por cento, nos termos do art. 12, III, da Lei Estadual nº 3.896 de 2016 (Regimento de Custas). Assim, para gerar o boleto de pagamento, utilize o link abaixo.
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=Tx7niP9iEw7gdde9QtEMNn_CnNejhosUMo1nxE8.wildfly01:custas1.1
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO PROCESSO: 7006417-91.2019.8.22.0001
AUTOR: VANESSA CAROLINE BERSCH CPF nº 971.324.202-59, RUA MAGÉ 371 ELDORADO - 76811-840 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: SHEIDSON DA SILVA ARDAIA OAB nº RO5929
RÉU: GOL LINHAS AÉREAS CNPJ nº 06.164.253/0001-87, AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO S/N, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: ALINE SUMECK BOMBONATO OAB nº RO3728
SENTENÇA
Vistos etc.
Relatório dispensado na forma da lei.
A parte autora desistiu da ação conforme se detém da petição anexa ao ID 26500485.
Ressalto, por oportuno, que o Enunciado nº 90 do FONAJE autoriza em sede de Juizados Especiais a extinção do processo sem expressa anuência do réu mesmo citado.
Ante o exposto, HOMOLOGO referido pedido de desistência e, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do MÉRITO.
Sem custas e sem honorários na forma da lei.
Intimem-se.
Após, arquive-se.
Serve a presente SENTENÇA como intimação no DJE/carta/MANDADO.
ADVERTÊNCIAS: 1) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).

PROCESSO: 7017055-86.2019.8.22.0001
AUTOR: ELISMARA LUZ FERNANDES DOS ANJOS MARTINS CPF nº 563.812.392-04, RUA JOÃO PAULO I 2700, - DE 2400/2401 A 2699/2700 NOVO HORIZONTE - 76810-154 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: NILVA SALVI OAB nº RO4340A
RÉU: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. CNPJ nº 33.885.724/0001-19, BANCO ITAÚ S.A., RUA BOA VISTA 176 CENTRO - 01014-919 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
A parte autora deverá emendar a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, para o fim de apresentar certidão de inscrição no SCPC, emitida pela Associação Comercial de Rondônia - ACR, por se tratar de órgão distinto de proteção ao crédito e de abrangência nacional, para melhor análise do abalo creditício alegado, conforme Enunciado FOJUR n. 29.

Intime-se.
ADVERTÊNCIAS: 1) PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).
Porto Velho, data inserida na movimentação.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO PROCESSO: 7017328-65.2019.8.22.0001
AUTOR: ENEI GUIMARAES DE FREITAS CPF nº 045.853.482-04, RUA DO CANAL 4801, RUA C FLORESTA - 76806-654 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: JOSE GOMES BANDEIRA FILHO OAB nº RO816
RÉU: BANCO PAN S.A. CNPJ nº 59.285.411/0001-13, AVENIDA PAULISTA 2240, - DE 2134 AO FIM - LADO PAR BELA VISTA - 01310-300 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO RÉU:
DECISÃO
Vistos etc
Presentes os requisitos legais exigidos à concessão da tutela de urgência de natureza antecipada, especialmente porque há evidências quanto à probabilidade do direito e perigo de dano, bem como a DECISÃO se reveste de reversibilidade, com fulcro no art. 300, do Código de Processo Civil, DEFIRO o pedido de tutela de urgência de natureza antecipada incidental, desta forma, determino a expedição de ofício ao SCPC para que promova a exclusão do nome da parte autora de seus bancos de dados, relativamente à documentação acostada à exordial – ID 26758867/PJE, com imediata comunicação a este Juízo, cientificando-se réu no ato da citação.
Cumpra-se, Cite(m)-se e intime(m)-se desta DECISÃO e da audiência designada, conforme dados abaixo:
Audiência: Conciliação - Data: 11/06/2019 - Hora: 10:40, a ser realizada na sala de audiências da CEJUSC, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, CEP: 76.820-842, na cidade de Porto Velho/RO.
Advertências:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IV – a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
V – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
VI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
VII – o não comparecimento injustificado do autor implicará na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
VIII – o não comparecimento do requerido a quaisquer das audiências designadas implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;
IX – deverão comparecer à audiência designada munidos de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
X – a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas até o ato da audiência de conciliação;
XI – na mesma oportunidade, o autor deverá se manifestar, em até 10 (dez) minutos, sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados;
XII – não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca.
Serve a presente DECISÃO como comunicação/carta/MANDADO.

PROCESSO: 7025028-29.2018.8.22.0001
EXEQUENTE: RUI BARBOSA OLIVEIRA CARNEIRO CPF nº 579.982.052-53, RUA SANTA CATARINA 342, - DE 1957/1958 A 1957/1958 NOVA FLORESTA - 76807-300 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: KEILA MARIA DA SILVA OLIVEIRA OAB nº RO2128
EXECUTADO: SALES BRANDAO DOS SANTOS CPF nº 157.426.488-55, RUA SUCUPIRA 3948, - DE 4928/4929 AO FIM NOVA FLORESTA - 76807-436 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Aguarde-se manifestação da parte autora por 30 (trinta) dias corridos.
Decorrido o prazo sem manifestação, volte o feito concluso para extinção e condenação em custas.
Serve o presente DESPACHO como intimação no DJE/carta/MANDADO.
ADVERTÊNCIAS: 1) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO
PROCESSO: 7006890-77.2019.8.22.0001
AUTOR: NAIARA OLIVEIRA SILVA CPF nº 003.525.852-77, RUA FLORA RICA 2269 CASTANHEIRA - 76811-366 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: NAIARA OLIVEIRA SILVA OAB nº RO7614
RÉUS: DENTAL MEDICA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA CNPJ nº 05.593.405/0001-02, RUA MARECHAL DEODORO 2512, - DE 2350/2351 A 2620/2621 CENTRO - 76801-106 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, LUIZ GONZAGA DA COSTA CPF nº 130.626.384-00, RUA ELIAS GORAYEB 3483, - DE 3093/3094

AO FIM LIBERDADE - 76803-852 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, TANIA REGINA VEDANA DA COSTA CPF nº 547.334.489-53, RUA ELIAS GORAYEB 3483, - DE 3093/3094 AO FIM LIBERDADE - 76803-852 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS RÉUS:
SENTENÇA
Vistos etc.
Relatório dispensado na forma da lei.
Tratando-se de direito disponível e sendo as partes capazes, HOMOLOGO O ACORDO de vontades celebrado entre as partes o qual será regido pelas cláusulas e condições indicadas na ata de audiência anexa ao ID 26706071, para que surta seus jurídicos e legais efeitos de direito.
Ante o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, com fundamento na alínea 'b' do inciso III do artigo 487 do Código de Processo Civil.
Sem custas e sem honorários nesta instância.
Arquive-se o feito.

PROCESSO: 7004488-28.2016.8.22.0001
REQUERENTE: MAURICIO MATHEUS MENDES NEGREIROS CPF nº 898.738.902-20, RUA SENADOR ÁLVARO MAIA 2395 SÃO JOÃO BOSCO - 76803-760 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JOAO LUIS SISMEIRO DE OLIVEIRA JUNIOR OAB nº RO5379
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S.A. CNPJ nº 00.000.000/0001-91, RUA DOM PEDRO II 607 CAIARI - 76801-151 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB nº AC6673DESPACHO
Determino que a parte credora retifique a planilha de cálculos anexa ao ID 26180510/PJE, no prazo de 05 (cinco) dias, para o fim de excluir os honorários de execução, haja vista a demanda processa em primeiro grau do Juizado Especial, hipótese em que não cabe o arbitramento, conforme artigo 55 da Lei 9.099/1995 e Enunciado Fonaje n. 97.
Apresentada a planilha, nos termos acima, com fundamento no artigo 52, incisos III e IV, da Lei n. 9099/1995, proceda-se a intimação da parte devedora, para pagar o valor do débito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de acréscimo de multa de 10% (dez por cento).
Decorrido o prazo sem manifestação ou não apresentada a planilha conforme determinada, volte o feito concluso para extinção.
Intime-se.
Serve o presente DESPACHO como intimação no DJE/carta/MANDADO.
ADVERTÊNCIAS: 1) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO PROCESSO: 7007201-68.2019.8.22.0001
REQUERENTE: JULIA CAROLINE AZEVEDO REIS CPF nº 025.007.272-62, ESTRADA DA PENAL 44005, - DE 4525 A 4555 - LADO ÍMPAR RIO MADEIRA - 76821-331 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JOSE MARIA ALVES LEITE OAB nº RO7691
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S.A. CNPJ nº 00.000.000/0001-91, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 3660, - DE 3366 A 3678 - LADO PAR OLARIA - 76801-222 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB nº AC6673
SENTENÇA
Vistos etc.
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/95.
Da preliminar de inépcia da inicial
A preliminar confunde-se com o MÉRITO, o qual será analisado doravante.
Da gratuidade da justiça
Em sede de Juizados Especiais não há recolhimento de custas processuais em primeiro grau, de modo que se deliberará a respeito do pleito por ocasião da interposição de eventual recurso inominado.
Do MÉRITO
Trata-se de pedido de indenização no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) pelos danos morais suportados em virtude do demasiado tempo em que a autora teria passado aguardando atendimento em fila de espera na agência bancária do réu nos dias 11/04/2018, 29/06/2018, 10/08/2018, 21/08/2018 e 12/09/2018.
Há prova por meio dos documentos que instruem a petição inicial de que a autora esteve na agência bancária do réu nos dias supracitados e demorou mais de duas horas para ser atendida em quase todas as ocasiões.
O banco réu, por sua vez, não trouxe qualquer comprovação de tratamento adequado e digno a consumidora ou mesmo a fiel comprovação de que as operações financeiras/bancárias efetivadas poderiam ser realizadas por outros meios disponibilizados pelo próprio banco (via terminal/caixa eletrônico, Internet Banking, etc), o que poderia, eventualmente, eximir a responsabilidade civil imputada.
Resta evidente, pois, que a autora aguardou atendimento por excessivo período de tempo, o que é injustificado.
Assim, não há dúvida de que o banco réu agiu em total desrespeito à Lei Municipal vigente, de n.º 1.877, de 19 de Maio de 2010, que prevê em artigo 1.º, § 3º:
"§ 3º. Para efeitos desta lei, considera-se como tempo razoável para atendimento o computo, via senha eletrônica, desde a entrada do consumidor na fila de espera até o início do efetivo atendimento, não podendo exceder:
I – vinte (20) minutos em dias de expediente normal;
II – vinte e cinco (25) minutos às vésperas e depois de feriados;
III – trinta (30) minutos nos dias de pagamento a servidores municipais, estaduais, federais, aposentados e pensionistas".
Desta forma, ainda que admitida a hipótese prevista no inciso III, do referido parágrafo, o tempo aguardado para atendimento é deveras excessivo, o que materializa em transtorno significativo e desgaste psicológico, que autoriza indenização.
No direito brasileiro, para a caracterização da responsabilidade civil, é necessária a presença concomitante de três elementos: um ato culposo ou doloso, um dano e o nexo de causalidade entre o dano e a culpa. Insta salientar que o dano moral não necessita ser provado, sendo simplesmente presumido, decorrendo dos fatos em si.
O Colendo Superior Tribunal de Justiça, em reiterados julgados, já pacificou o entendimento de que o dano moral independe de prova, havendo necessidade apenas de se demonstrar o fato que o gerou.
Configurou-se no caso em análise a existência de ato ilícito, pois o banco réu desafiou Lei Municipal, a exemplo de outras que vigoram em Unidades da Federação, o que demonstra total desrespeito aos consumidores que residem neste município.
A culpa do banco réu restou demonstrada no processo e a sua conduta negligente possibilitou a caracterização do fato alegado na inicial.
O nexo de causalidade entre o dano sofrido pela autora e a culpa do réu é, igualmente, inquestionável, pois não fosse sua conduta

negligente ao oferecer de forma insuficiente e precária estrutura e pessoal para atendimento da demanda de clientes, não haveria tamanha demora em seu atendimento, consequentemente, não ocasionaria o dano.
Assim, tenho que caracterizada a responsabilidade civil do réu pelo dano moral experimentado pela autora, analisada de acordo com o fato narrado na petição inicial e o documento apresentado. Resta apenas fixar o valor da indenização, que é a tarefa mais árdua em se tratando de indenização por dano moral, uma vez que a um só tempo lidamos com duas grandezas absolutamente distintas: uma imaterial (a dor sofrida) e outra material (o dinheiro).
A jurisprudência tem oferecido critérios para quantificar o valor do dano moral, havendo entendimento majoritário no sentido de que se leve em consideração a intensidade da ofensa, a capacidade financeira do ofensor, o tempo e a condição econômica do ofendido, de forma que a reparação não represente a ruína para o devedor, nem constitua fonte de enriquecimento sem causa para o credor.
Necessário ressaltar que, especificamente neste caso, o dano moral ocorreu. Tal afirmação é embasada no fato do expressivo tempo em que a consumidora aguardou na fila de atendimento do banco réu.
Por fim, considerando os argumentos expostos, os elementos constantes no feito, a condição econômico-financeira da autora, a repercussão do ocorrido e, ainda, a culpa e capacidade financeira do réu, fixo o dano moral em R$ 2.000,00 (dois mil reais), por entender que referida quantia seja suficiente para atender os objetivos reparatórios e punitivos, sem gerar enriquecimento sem causa da consumidora e empobrecimento do réu.
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO INICIAL e, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, dou por extinto o feito, com resolução de MÉRITO, para o fim de condenar o réu a pagar a autora, a título de indenização por dano moral, o valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), atualizado monetariamente e acrescidos de juros legais a partir da publicação desta DECISÃO.
Sem custas e sem honorários na forma da lei.
Nos moldes do artigo 52, incisos III e IV, da Lei 9.099/95, o devedor fica intimado a pagar, após o trânsito em julgado, independente de nova intimação, o valor da condenação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento).
O valor da condenação obrigatoriamente deverá ser depositado junto a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), com a devida e tempestiva comprovação no processo, sob pena de ser considerando inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do artigo 4º do Provimento Conjunto n.º 006/2015-PR-CG, incidindo a pena prevista no artigo 523, § 1º, do CPC, além de juros e correção monetária previstas em Lei.
Havendo pagamento voluntário, desde logo fica autorizado o levantamento, independente de nova CONCLUSÃO.
Decorrido o prazo para pagamento espontâneo, não havendo manifestação da autora, arquive-se.
Intimem-se.
Serve a presente SENTENÇA como intimação no DJE/carta/MANDADO.
ADVERTÊNCIAS: 1) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO
PROCESSO: 7006899-39.2019.8.22.0001
REQUERENTE: FABIO MARCELINO TEIXEIRA 03652857909 CNPJ nº 17.954.724/0001-77, RUA PAULO LEAL 1483, - DE 1416/1417 AO FIM NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS - 76804-146 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LARISSA LOUISE VIEIRA DOS SANTOS OAB nº RO9416
REQUERIDO: LUCIA BELEM DE SOUZA CPF nº 964.482.022-34, RUA IDALVA FRAGA MOREIRA 3345, - DE 3036/3037 A 3350/3351 JUSCELINO KUBITSCHEK - 76829-440 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
SENTENÇA
Vistos etc.
Relatório dispensado na forma da lei.
Tratando-se de direito disponível e sendo as partes capazes, HOMOLOGO O ACORDO de vontades celebrado entre as partes o qual será regido pelas cláusulas e condições indicadas na petição anexa ao ID 26105282, para que surta seus jurídicos e legais efeitos de direito.
Ante o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, com fundamento na alínea 'b' do inciso III do artigo 487 do Código de Processo Civil.
Sem custas e sem honorários nesta instância.
Arquive-se o feito.

PROCESSO: 7017528-72.2019.8.22.0001
AUTOR: CLAUDIO JOSE SOARES CPF nº 722.682.550-34, CONDOMÍNIO FRANÇA 1511, RUA HEBERT DE AZEVEDO 1511, APTO. 1002 OLARIA - 76801-914 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: NICOLE DIANE MALTEZO MARTINS OAB nº RO7280, CAROLINA HOULMONT CARVALHO ROSA DE PAULA OAB nº RO7066, THIAGO VALIM OAB nº RO6320
RÉU: BANCO ITAÚ CNPJ nº 60.701.190/0001-04, PRAÇA ALFREDO EGYDIO DE SOUZA ARANHA, 100 110, TORRE OLAVO SETUBAL PARQUE JABAQUARA - 04344-902 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
A parte autora deverá emendar a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, para o fim de apresentar certidão de inscrição no SCPC, emitida pela Associação Comercial de Rondônia - ACR, por se tratar de órgão distinto de proteção ao crédito e de abrangência nacional que não se comunica com outros bancos de dados, para melhor análise do abalo creditício alegado, conforme Enunciado FOJUR n. 29.
Intime-se.
ADVERTÊNCIAS: 1) PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).
Porto Velho, data inserida na movimentação.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
2ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiúva, 3061, esquina com Av. Jorge Teixeira, bairro Embratel, CEP: 76820-842, email: pvh2jespcivel@tjro.jus.br.
Processo nº: 7003439-44.2019.8.22.0001
Parte Autora: Nome: CONNECTION IMPORTADORA, EXPORTADORA & COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - EPP
Endereço: Rua Edmilson de Alencar, 4953, Nova Esperança, Porto Velho - RO - CEP: 76821-590

Parte Requerida: Nome: SG SUPERMERCADOS LTDA
Endereço: Avenida Tancredo Neves, 2411, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-854
Advogado do(a) REQUERIDO: PAULO TIMOTEO BATISTA - RO2437
SENTENÇA
Vistos etc.
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/95.
A empresa autora ajuizou a presente ação com o objetivo de receber do supermercado réu o valor do débito atualizado no importe de R$ 17.996,50 (dezessete mil, novecentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos) referente a venda de ração e produtos alimentícios.
Na contestação anexa ao ID 25895613, o réu reconheceu o inadimplemento e informou que pretende pagar a quantia dos boletos vencidos e não pagos.
Na hipótese vertente há prova da existência da dívida consistente nas notas fiscais e boletos que instruem a petição inicial, devidamente subscritos pelo réu. Por outro lado, não foi apresentado documento apto a demonstrar a quitação deste valor, o que era de sua responsabilidade, conforme ônus da prova disposto no inciso II do artigo 373 do Código de Processo Civil.
Tal circunstância revela a obrigação do réu de pagar a quantia pleiteada na inicial, tanto que a ré em sua defesa não negou a dívida.
Ante a comprovada existência da dívida, a procedência do pedido inicial é de rigor.
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL e, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, dou por extinto o feito com resolução de MÉRITO, para o fim de condenar o réu a pagar à empresa autora, a quantia de R$ 17.996,50 (dezessete mil, novecentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos), corrigida monetariamente a partir do ajuizamento da ação e acrescida de juros legais devidos a partir da citação.
Sem custas e sem honorários nesta instância, na forma do artigo 55 da Lei 9.099/95.
Nos moldes do artigo 52, incisos III e IV, da Lei 9.099/95, o devedor fica intimado a pagar, independente de nova intimação, após o trânsito em julgado, o valor da condenação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento).
O valor da condenação obrigatoriamente deverá ser depositado junto a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), com a devida e tempestiva comprovação no processo, sob pena de ser considerando inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do artigo 4º do Provimento Conjunto n.º 006/2015-PR-CG, incidindo a pena prevista no artigo 523, § 1º, do CPC, além de juros e correção monetária previstas em Lei.
Havendo pagamento voluntário, desde logo fica autorizado o levantamento, independente de nova CONCLUSÃO.
Decorrido o prazo para pagamento espontâneo, não havendo manifestação da parte autora, arquive-se.
Intimem-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO PROCESSO: 7052185-11.2017.8.22.0001
EXEQUENTE: DENILSON TEIXEIRA COSTA CPF nº 508.009.302-15, JOSE VIEIRA CAULA 4681, - DE 4681 A 4951 - LADO ÍMPAR F PONTES PINTO - 76820-529 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE:
EXECUTADO: EMPRESA TELEFÔNICA DO BRASIL S/A CNPJ nº 02.558.157/0015-68, RUA GETÚLIO VARGAS 1.941, - DE 1679 A 2099 - LADO ÍMPAR KM 1 - 76804-097 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES OAB nº GO29320
DECISÃO
Requisitei bloqueio on line do valor de R$ 1.154,85 (um mil, cento e cinquenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos).
Determinei transferência do valor supracitado referente a penhora on line comandada.
Intime-se a parte executada para, querendo, apresentar embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 52, IX, da Lei 9.099/95.
Ocorrendo manifestação, intime-se a parte exequente para contraminuta, no prazo de 10 (dez) dias.
Transcorrido o prazo e, não havendo apresentação de embargos, volte-me concluso para determinação de expedição de levantamento do valor bloqueado em favor da parte exequente.
PROCESSO: 7017489-75.2019.8.22.0001
REQUERENTE: WALDILEIA SANTOS DA SILVA CPF nº 879.668.167-53, RUA DINAMARCA 2403 PEDRINHAS - 76801-562 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: WALDEATLAS DOS SANTOS BARROS OAB nº RO5506
REQUERIDO: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. CNPJ nº 33.885.724/0075-55, BANCO ITAÚ S.A., RUA BOA VISTA 176 CENTRO - 01014-919 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REQUERIDO: DESPACHO
A parte autora deverá emendar a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, para o fim de:
a) apresentar as suas fichas financeiras dos anos de 2013 a 2018; e
b) apresentar certidão de inscrição no SERASA, emitida diretamente pelo SERASA e certidão de inscrição no SCPC, emitida diretamente pela Associação Comercial de Rondônia - ACR, por se tratarem de órgãos distintos de proteção ao crédito e de abrangência nacional, que não se comunicam entre si, para melhor análise do alegado abalo creditício, conforme Enunciado FOJUR n. 29.
Intime-se.
Serve o presente DESPACHO como intimação no DJE/carta/MANDADO.
ADVERTÊNCIAS: 1) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO PROCESSO: 7013583-48.2017.8.22.0001
REQUERENTE: LIGIA SORAIA VESLASCO DA COSTA CPF nº 830.217.282-00, RUA PERNAMBUCO 5822 NOVA ESPERANÇA - 76822-040 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REQUERIDO: LUA BARBOSA DOS SANTOS CPF nº 912.737.302-91, RUA ENRICO CARUSO 7196, - DE 6977/6978 AO FIM APONIÃ - 76824-158 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DECISÃO
Vistos etc
Analisando o feito, verifico que não restou demonstrado de imediato à presença dos requisitos constantes do artigo 300 do Código de Processo Civil.
Do que se extrai da petição inicial e dos documentos apresentados, a venda do veículo ocorreu na data de 18/04/2012, porém, somente agora, depois de mais de 07 (sete) anos, é que a autora

vem reclamar medida urgente para que a parte requerida realize a transferência do veículo, bem como pague todos os débitos daí resultantes. Fato esse que impede a concessão da tutela de urgência para essa FINALIDADE, pois não evidenciado o perigo de dano.
Ante o exposto, INDEFIRO a tutela de urgência de natureza antecipada incidental, por ausência dos requisitos legais constantes do artigo 300 do Código de Processo Civil.
No mais, determino a designação de nova audiência de conciliação.
Definida a data, Citem-se e intimem-se as partes via MANDADO, inclusive desta DECISÃO.
Advertências:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IV – a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
V – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
VI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
VII – o não comparecimento injustificado do autor implicará na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
VIII – o não comparecimento do requerido a quaisquer das audiências designadas implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;
IX – deverão comparecer à audiência designada munidos de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
X – a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas até o ato da audiência de conciliação;
XI – na mesma oportunidade, o autor deverá se manifestar, em até 10 (dez) minutos, sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados;
XII – não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca.
Serve a presente DECISÃO como comunicação/carta/MANDADO.

PROCESSO: 7038632-91.2017.8.22.0001
REQUERENTE: JULIANA MENDES WANDERLEY CPF nº 005.898.302-36, RUA JORGE CHAVES 3344 CUNIÃ - 76824-510 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: BRUNA VASCONCELOS DE OLIVEIRA OAB nº RO6845
REQUERIDO: TRANSPORTES AEREOS PORTUGUESES SA CNPJ nº 33.136.896/0011-61, BUSINESS CONVENTION HOTEL E FLATS - BRASIL XXI S/N, SHS QUADRA 6, CONJ. A BLOCO C, SALA 709, 710 E 711 ASA SUL - 70322-915 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
ADVOGADO DO REQUERIDO: PAULO RAFAEL FENELON ABRAO OAB nº GO20694DESPACHO
Expeça-se alvará judicial em nome da autora e sua advogada (procuração anexa ao ID 12770624/PJE) para levantamento da quantia depositada (extrato anexo ao ID 26791422/PJE), haja vista o pagamento parcial da condenação.
Intime-se para levantamento.
Após, volte o feito concluso para penhora online do valor remanescente, conforme petição anexa ao ID 26584250/PJE..
Serve o presente DESPACHO como intimação no DJE/carta/MANDADO.
ADVERTÊNCIAS: 1) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).

PROCESSO: 7039737-06.2017.8.22.0001
REQUERENTE: FIRMINO OLIVEIRA FILHO CPF nº 285.778.172-53, AVENIDA DOS IMIGRANTES S/N, - DE 1201 A 1615 - LADO ÍMPAR SÃO SEBASTIÃO - 76801-719 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JOSE ASSIS OAB nº RO2332
REQUERIDO: BANCO BRADESCO SA CNPJ nº 60.746.948/1551-59, AVENIDA CARLOS GOMES 741, - DE 611 A 965 - LADO ÍMPAR CAIARI - 76801-147 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI OAB nº RO5546DESPACHO
Expeça-se alvará judicial em nome da parte autora e seu advogado com poderes para recebimento (procuração anexa ao ID 12945124/PJE) para levantamento da quantia depositada (guia anexa ao ID 26557989/PJE).
Levantado o alvará e nada requerido, volte o feito concluso para extinção.
Intime-se.
Serve o presente DESPACHO como intimação no DJE/carta/MANDADO.
ADVERTÊNCIAS: 1) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO
PROCESSO: 7054802-41.2017.8.22.0001
EXEQUENTE: RINALDO FORTI DA SILVA CPF nº 629.933.489-49, RUA SEBASTIÃO BARROSO 1433, RESIDENCIAL PORTO MADEIRA PEDRINHAS - 76801-514 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RAIMUNDO GONCALVES DE ARAUJO OAB nº RO3300

EXECUTADOS: CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS SA CNPJ nº 10.760.260/0001-19, RUA GERTRUDES DE LIMA 51/53 CENTRO - 09020-000 - SANTO ANDRÉ - SÃO PAULO
TRANSPORTES AEREOS PORTUGUESES SA CNPJ nº 33.136.896/0001-90, AVENIDA PAULISTA 453, 14 ANDAR BELA VISTA - 01311-000 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: PAULO RAFAEL FENELON ABRAO OAB nº GO20694, GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU OAB nº SP117417
SENTENÇA
Vistos etc.
Expeça-se alvará judicial em nome da parte autora e seus advogados (procuração anexa ao ID 15420154/PJE) para levantamento da quantia depositada proveniente de penhora on line (comprovante bacenjud anexo ao ID 25993027/PJE), haja vista a concordância da parte executada.
Considerando que a parte credora recebeu o crédito e com fundamento no inciso II do artigo 924 do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO.
Após o levantamento, arquive-se.
Intime-se.
ADVERTÊNCIAS: 1) PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/ MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).
Porto Velho, data inserida na movimentação.

PROCESSO: 7006282-79.2019.8.22.0001
REQUERENTE: CARLOS HENRIQUE TELES DE NEGREIROS CPF nº 508.476.352-87, R JÚLIO DE CASTILHO OLARIA - 76801-238 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: CARLOS HENRIQUE TELES DE NEGREIROS OAB nº RO3185
REQUERIDOS: BRT DO BRASIL OPERADORA TURISTICA LTDA - ME CNPJ nº DESCONHECIDO, AVENIDA RIO BRANCO 817, - DE 826 AO FIM - LADO PAR (7 ANDAR, SALA 702) CENTRO - 88015-204 - FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA
TAM LINHAS AEREAS S/A. CNPJ nº DESCONHECIDO, RUA VERBO DIVINO 2001, - DE 999/1000 AO FIM (ANDARES 3 AO 6) CHÁCARA SANTO ANTÔNIO (ZONA SUL) - 04719-002 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: FABIO RIVELLI OAB nº BA34908DESPACHO
Aguarde-se manifestação da parte autora por 30 (trinta) dias corridos.
Decorrido o prazo sem manifestação, volte o feito concluso para extinção e condenação em custas.
Serve o presente DESPACHO como intimação no DJE/carta/ MANDADO.
ADVERTÊNCIAS: 1) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO PROCESSO: 7039852-90.2018.8.22.0001
REQUERENTE: LICIAS FERREIRA DOS SANTOS CPF nº 548.575.543-72, RUA LUIZ FONTES 4943, APTO 202, ED SALVADOR AGENOR DE CARVALHO - 76820-266 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JOANNES PAULUS DE LIMA SANTOS OAB nº RO4244, ROBERTA GONCALVES MENDES OAB nº RO8991
REQUERIDO: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD CNPJ nº 05.914.254/0001-39, AVENIDA PINHEIRO MACHADO 2112, - DE 1925 A 2243 - LADO ÍMPAR SÃO CRISTÓVÃO - 76804-047 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: CLAYTON CONRAT KUSSLER OAB nº RO3861
SENTENÇA
Vistos etc.
Tratam-se de Embargos à Execução de COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD em face de bloqueio judicial (ID 25686022/PJE) promovido por provocação de LICIAS FERREIRA DOS SANTOS.
Sustenta a parte embargante que é empresa com capital majoritário público, que presta um serviço público, e que seus bens são impenhoráveis.
Decido.
A executada é Sociedade de Economia Mista (SEM), de acordo com o Decreto nº 4334/89. Assim, sua atuação no polo passivo nos Juizados Especiais é legal. As SEM possuem parte de seu capital público e outro privado, não havendo restrição legal alguma para a penhora de seus ativos financeiros em caso de dívida judicial.
Sobre o tema, compartilho interessante julgado:
AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. EXECUÇÃO JUROS SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. JUROS DE MORA APLICABILIDADE. 1. Hipótese em que o Tribunal regional consignou que -A ré, sociedade de economia mista controlada pelo Estado integra a Administração Pública Indireta, não sendo, portanto, Fazenda Pública para efeito de aplicação do art. 1º-F da Lei 9.494/97. A prestação de serviços exclusivos da União não serve, por si só, para transmudar sua natureza jurídica-. 2. Nesse contexto, não se configura a alegada violação do art. 5º, caput, da Lei Maior, porquanto tal DISPOSITIVO não versa sobre a matéria em debate, relativa à aplicação do art. 1º-F da Lei 9494/97 às sociedades de economia mista. 3. Não socorre à reclamada a indigitada afronta aos arts. 5º, LIV e LV, e 37, da Carta Magna, trazida na minuta de agravo de instrumento, porquanto inovatória em relação ao recurso de revista. Agravo de instrumento conhecido e não provido.
(TST - AIRR: 14320081199950010023, Relator: Hugo Carlos Scheuermann, Data de Julgamento: 08/10/2014, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 17/10/2014).
Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES OS EMBARGOS À EXECUÇÃO e mantenho a penhora on-line havida nas contas da embargante (comprovante bacenjud – ID 25686023/PJE).
Após, decorridos 10 (dez) dias e nada sendo requerido, expeça-se alvará judicial em favor da parte embargada – autora – e seus advogados (procuração anexa ao ID 21982945/PJE) para levantamento do valor penhorado (ID 25686023/PJE).
Cumprida a determinação acima, volte o feito concluso para extinção.
Intimem-se.
Serve a presente SENTENÇA como intimação no DJE/carta/ MANDADO.
ADVERTÊNCIAS: 1) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO PROCESSO: 7002681-65.2019.8.22.0001
AUTORES: JOSE ANTONIO CONCEICAO PEREIRA CPF nº 272.232.132-72, RUA DOS CISNES SN, QUADRA 629, LOTE 0079, PLANO 07 - RESID. TROPICAL CIDADE DO LOBO - 76900-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, JAQUELINE SERAFIM DA SILVA CPF nº 002.176.502-28, RUA DOS CISNES SN, QUADRA 629, LOTE 0079, PLANO 07 - RESID. TROPICAL CIDADE DO LOBO - 76900-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, EVERSON GUSTAVO DE BARROS PEREIRA CPF nº 002.666.842-46, RUA DOS CISNES SN, QUADRA 629, LOTE 0079, PLANO 07 - RESID. TROPICAL CIDADE DO LOBO - 76900-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: AUGUSTO DE ALMEIDA MAIA OAB nº RO7390
REQUERIDO: RESIDENCIAL CASA LOBO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA CNPJ nº 19.813.498/0001-30, AVENIDA CARLOS GOMES 981, N 981 PARTE B CENTRO - 76801-123 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
SENTENÇA
Vistos etc.
O autor ajuizou a presente ação visando, em sede de antecipação de tutela, a obtenção de provimento jurisdicional determinando que a requerida forneça água potável encanada, e no MÉRITO, que a tutela de urgência fosse confirmada, além da condenação em danos morais e materiais.
Pois bem!
Analisando o contrato de compromisso de compra e venda de imóvel, em sua cláusula vigésima (ID 24268888/PJE, pág. 10), verifico que o autor foi devidamente cientificado de que a rede de distribuição de água potável e outras obras de infraestrutura serão realizadas no prazo de até 24 (vinte e quatro) meses.
O contrato foi assinado em 13/04/2018, logo, a ré tem até 13/04/2020 para entregar, de forma efetiva, a rede de distribuição de água potável/água potável encanada.
Desse modo, não há que se falar, ao menos por ora, em qualquer conflito de interesses caracterizado por uma pretensão resistida (lide), circunstância que inviabiliza o prosseguimento da presente demanda na forma como se requer, já que ao autor, falta interesse processual, devendo ser indeferida a petição inicial, nos exatos termos do art. 485, VI, do CPC.
Saliento que o contrato de fornecimento de água (ID 24268860/PJE) nada dispõe sobre água encanada, presumindo-se, em tese, que a ré pode fornecer água por outras formas, como por exemplo: carro pipa. Porém, o autor, requer especificamente o fornecimento de água potável encanada, o que esbarra no prazo contratual acima explanado.
Ante o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução do MÉRITO, com fundamento no art. 485, VI, do Código de Processo Civil c/c art. 51, II, da Lei nº 9.099/95.
Sem custas e sem honorários na forma da lei.
Após o trânsito em julgado da SENTENÇA, proceda-se a baixa definitiva do processo.
Intime-se.
Serve a presente SENTENÇA como intimação no DJE/carta/MANDADO.
ADVERTÊNCIAS: 1) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO
PROCESSO: 7007976-20.2018.8.22.0001
REQUERENTE: JOSE FERNANDO DO NASCIMENTO OLIVEIRA CPF nº 002.380.862-40, RUA QUIRINÓPOLIS 2106 MARCOS FREIRE - 76814-092 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: RICARDO MALDONADO RODRIGUES OAB nº RO2717, JULIANA MEDEIROS PIRES OAB nº RO3302
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S.A. CNPJ nº 00.000.000/0001-91, SAUN QUADRA 5 LOTE B TORRE I BlocoC, LOTE 32, EDIFÍCIO SEDE III ASA NORTE - 70040-912 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
ADVOGADO DO REQUERIDO: SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB nº AC6673
SENTENÇA
Vistos etc.
Expeça-se alvará judicial em nome da parte autora e seus advogados (procuração anexa ao ID 16644335/PJE) para levantamento da quantia depositada proveniente de penhora on line (comprovante bacenjud anexo ao ID 26005771/PJE), haja vista a concordância da parte executada.
Considerando que a parte credora recebeu o crédito e com fundamento no inciso II do artigo 924 do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO.
Após o levantamento, arquive-se.
Intime-se.
ADVERTÊNCIAS: 1) PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).
Porto Velho, data inserida na movimentação.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO PROCESSO: 7033159-90.2018.8.22.0001
REQUERENTE: MARIA ALZIRA GONCALVES DA SILVA CPF nº 078.643.292-68, RUA BARTOLOMEU PEREIRA 3163, - DE 2623/2624 A 3321/3322 ELETRONORTE - 76808-554 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ALINE CUNHA GALHARDO OAB nº RO6809, DAYANE SOUZA FIGUEIREDO OAB nº RO7469
REQUERIDO: TAM LINHAS AEREAS S/A. CNPJ nº DESCONHECIDO, RUA VERBO DIVINO 2001, - DE 999/1000 AO FIM CHÁCARA SANTO ANTÔNIO (ZONA SUL) - 04719-002 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REQUERIDO: TATIANE MARQUES DOS REIS OAB nº SP273914
SENTENÇA
Vistos etc.
Expeça-se alvará judicial em nome da parte autora e suas advogadas (procuração anexa ao ID 20770605/PJE) para levantamento da quantia depositada (guia anexa ao ID 26645126/PJE), haja vista o pagamento da condenação.
Considerando que a parte credora recebeu o crédito e com fundamento no inciso II do artigo 924 do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO.
Após o levantamento, arquive-se.
Intime-se.

ADVERTÊNCIAS: 1) PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).
Porto Velho, data inserida na movimentação.

PROCESSO: 7004710-88.2019.8.22.0001
AUTOR: DIVINA ETERNA DA COSTA CPF nº 312.633.562-49, RUA JOSÉ VIEIRA CAÚLA 7162, - DE 6151 A 6541 - LADO ÍMPAR ESPERANÇA DA COMUNIDADE - 76825-049 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: RICARDO MALDONADO RODRIGUES OAB nº RO2717, JULIANA MEDEIROS PIRES OAB nº RO3302
RÉU: ANTONIO DE BARROS NETO CPF nº 221.268.302-25, CONDOMÍNIO SOLAR DE BRASÍLIA, QUADRA 02, CONJUNTO 08, CASA 22, LAGO SUL SETOR HABITACIONAL JARDIM BOTÂNICO (LAGO SUL) - 71680-349 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
Considerando que não foi encontrada a via física do AR/MP conforme certidão anexa ao feito ID 26566410/PJE, Determino, portanto, a redesignação da audiência de conciliação.
Definida a data, cite-se e intimem-se as partes.
Serve o presente DESPACHO como intimação no DJE/carta/MANDADO.
ADVERTÊNCIAS: 1) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).

PROCESSO: 7023768-82.2016.8.22.0001
REQUERENTE: ANDREIA ARRUDA DE MACEDO CPF nº 037.050.654-59, RUA DO MERCÚRIO 3605, (CJ MAL. RONDON) FLODOALDO PONTES PINTO - 76820-682 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MARCOS HENRIQUE SILVA DIAS OAB nº RO87186, HIANARA DE MARILAC BRAGA OCAMPO OAB nº RO4783
REQUERIDO: OI / SA CNPJ nº 76.535.764/0323-47, AVENIDA LAURO SODRÉ 3290 COSTA E SILVA - 76803-460 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: ALESSANDRA MONDINI CARVALHO OAB nº RO4240, ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO OAB nº RO635DESPACHO
Indefiro o pedido de reconsideração anexo ao ID 26541147/PJE, uma vez que a parte requerente não trouxe aos autos elementos novos aptos para modificar a SENTENÇA anexa ao Id 26321228.
Certifique-se o trânsito em julgado e cumpra-se as determinações contidas na parte final da SENTENÇA anexa ao ID: 26321228/PJE.
Intimem-se.
Serve o presente DESPACHO como intimação no DJE/carta/MANDADO.
ADVERTÊNCIAS: 1) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo n°: 7017897-66.2019.8.22.0001
REQUERENTE: GRAZIELI ALVES BRILHANTE
Advogado do(a) REQUERENTE: MARY TEREZINHA DE SOUZA DOS SANTOS - RO1994
REQUERIDO: TIM CELULAR
Intimação À PARTE REQUERENTE
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA a regularizar a petição inicial (em razão de endereço insuficiente para citação) no prazo de 5 (cinco) dias.
Porto Velho (RO), 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
2ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiúva, 3061, esquina com Av. Jorge Teixeira, bairro Embratel, CEP: 76820-842, email: pvh2jespcivel@tjro.jus.br.
Processo nº: 7046948-59.2018.8.22.0001
Parte Autora: Nome: BS2G CONSULTORIA LTDA - EPP
Endereço: Rua Elvira Jonhson, 4848, sala 03, Flodoaldo Pontes Pinto, Porto Velho - RO - CEP: 76820-470
Advogado do(a) REQUERENTE: MARIA LIDIA BRITO GONCALVES - RO318-B
Parte Requerida: Nome: TAM LINHAS AEREAS S/A.
Endereço: Avenida dos Imigrantes, 3001, - de 1268 a 1438 - lado par, Pedrinhas, Porto Velho - RO - CEP: 76801-436DESPACHO
Em que pese o feito estar concluso para SENTENÇA, a empresa autora deverá, em 5 (cinco) dias, apresentar documento que comprove sua qualidade de LTDA-ME ou EPP em vista da legitimidade ativa prevista no §1º do artigo 8º da Lei 9.099/1995.
Intime-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO PROCESSO: 7007075-18.2019.8.22.0001
AUTOR: PATRICIA SILVA PRATES CPF nº 084.056.496-11, RUA JARDINS 1641, RESIDENCIAL LÍRIO T, 33 AP 303 BAIRRO NOVO - 76817-001 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: LARISSA PALOSCHI BARBOSA OAB nº RO7836, RAYLAN ARAUJO DA SILVA OAB nº RO7075
RÉU: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD CNPJ nº 05.914.254/0001-39, AVENIDA PINHEIRO MACHADO, 2112-B SÃO CRISTÓVÃO - 76804-046 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: CLAYTON CONRAT KUSSLER OAB nº RO3861
SENTENÇA
Vistos etc.
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/95.
A autora ajuizou a presente ação com o objetivo de receber da ré indenização por danos morais no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) em razão de suspensão indevida do fornecimento de água encanada em sua residência. Afirma que no dia 15/01/2018 se deparou com a suspensão repentina do fornecimento de água,

retornando o abastecimento somente no dia 27/01/2018, ou seja, 10 (dez) dias sem o respectivo serviço de abastecimento de água.
Em contestação, a ré afirma que no período de 15 a 20/01/2018, o abastecimento na localidade da autora ficou reduzido devido à queima da bomba de um dos poços, mas para que os usuários não ficassem sem abastecimento, foi fornecido caminhão-pipa para encher os reservatórios e abastecer os imóveis.
Cumpre esclarecer que o feito deve ser analisado à luz do Código de Defesa do Consumidor e aos princípios a ele inerentes, posto que a relação contratual que se estabeleceu entre os litigantes é inegavelmente de consumo, competindo à empresa concessionária de água encanada o ônus operacional e administrativo, bem como o conhecimento técnico necessário e as ações de fiscalização para garantir a prestação do serviço. Trata-se, no caso em apreço, de responsabilidade objetiva na forma prevista no artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor, cabendo apenas a análise do dano e do nexo de causalidade entre o fornecimento do serviço e o evento danoso descrito na exordial.
A tese de defesa, em que justifica a falha no fornecimento de água pela queima de uma bomba, não deve ser acolhida, pois a consumidora não deve arcar com o ônus de falhas operacionais e administrativas de responsabilidade da concessionária de serviço público. Logo, a existência de problemas técnicos operacionais não exime a ré de responder civilmente pelos danos morais decorrentes desse fato, que se trata de fortuito interno compreendido no risco da atividade, e que não é apto a afastar sua responsabilidade objetiva.
É incontroverso que houve falha na prestação de serviços de responsabilidade da ré, a qual se enquadra na qualidade de fornecedora, nos termos do artigo 3º, caput, do Código de Defesa do Consumidor. Ela própria confirma em sua contestação a ocorrência do desabastecimento de água no período de 15 a 20/01/2018 (ID 26710802 - Pág. 3). Por outro lado, a ré não comprovou no feito que supriu a residência da autora com água através de caminhão-pipa.
Todos os fatos e argumentos trazidos ao processo demonstram claramente a ofensa ao direito de personalidade da autora, de modo que possui direito à percepção de indenização moral, pois a interrupção do serviço foi injustificada e abusiva, sem contar as interrupções anteriores e esporádicas, como é sabido.
É incontroverso que a falta de água em uma residência por todo esse tempo, não se trata de mero aborrecimento comum, mas de significativo transtorno a afetar demasiadamente a tranquilidade de seus moradores e que merece reparação, mormente em vista da essencialidade do serviço prestado, como o da ré, o qual interfere na própria manutenção da dignidade da pessoa humana.
Desse modo, a suspensão do fornecimento do serviço contratado e pago, ocorreu de forma abusiva e por tempo desarrazoado, em razão da atitude negligente da ré, merecendo a autora a reparação pelo dano moral em razão dos prejuízos experimentados.
Presente o dano moral, devem ser observados os parâmetros norteadores do valor da indenização, quais sejam, a capacidade econômica do agente, as condições sociais do ofendido, o grau de reprovabilidade da conduta, bem como a proporcionalidade.
O valor a ser recebido a título de indenização não pode ser tão alto a ponto de levar a um enriquecimento sem causa por parte da autora, mas também não pode ser tão baixo a ponto de não cumprir o seu papel punitivo e pedagógico em relação ao causador da lesão.
Sua fixação, segundo a doutrina e jurisprudência dominantes, deve, entre outras circunstâncias, se ater às consequências do fato, servir como desestímulo para a prática de novas condutas lesivas semelhantes, observando-se sempre a capacidade financeira do obrigado a indenizar, de forma que o quantum não implique em enriquecimento da outra parte. Fixo para o caso, por entender justo e razoável, o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais).
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido inicial e, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, dou por EXTINTO o feito, com resolução de MÉRITO, para condenar a ré a pagar a autora, a título de indenização por danos morais, o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), atualizado monetariamente e acrescido de juros legais, a partir da publicação desta DECISÃO.
Sem custas e sem honorários nesta instância, por se tratar de DECISÃO proferida em primeiro grau de jurisdição no âmbito dos Juizados Especiais, na forma dos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado desta DECISÃO, a ré deverá cumprir com o pagamento determinado, no prazo de 15 (quinze) dias, independente de nova intimação, sob pena da incidência de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito atualizado, na forma do artigo 52, incisos III e IV, da Lei 9.099/95.
O valor da condenação obrigatoriamente deverá ser depositado junto a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), com a devida e tempestiva comprovação no processo, sob pena de ser considerando inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do artigo 4º do Provimento Conjunto n.º 006/2015-PR-CG, incidindo a pena prevista no artigo 523, § 1º, do CPC, além de juros e correção monetária previstas em Lei.
Havendo pagamento voluntário, desde logo fica autorizado o levantamento, independente de nova CONCLUSÃO.
Decorrido o prazo para pagamento espontâneo, não havendo manifestação da autora, arquive-se.
Intimem-se.
Serve a presente SENTENÇA como intimação no DJE/carta/MANDADO.
ADVERTÊNCIAS: 1) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).

PROCESSO: 7009788-63.2019.8.22.0001
AUTOR: LOURAYNNE LOPES DE CASTRO CPF nº 031.735.812-02, RUA JARDINS 112, CASA 22 BAIRRO NOVO - 76817-001 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: VANESSA MARIA DA SILVA MELO OAB nº RO9851
REQUERIDO: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A CNPJ nº 09.296.295/0001-60, AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: BEATRIZ RAPOSO DE MEDEIROS TAVARES MARTINS OAB nº SP374591DESPACHO
A parte autora deverá, em 02 (dois) dias, apresentar procuração ou substabelecimento do Advogado Domingos Barbosa da Silva - OAB/RO 364-A, sob pena de não homologação do acordo apresentado (ID 26704413/PJE).
Intime-se.
Serve o presente DESPACHO como intimação no DJE/carta/MANDADO.
ADVERTÊNCIAS: 1) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).

PROCESSO: 7039327-11.2018.8.22.0001
EXEQUENTE: VANESSA OLIVEIRA DE MORAIS CPF nº 745.930.132-91, R CALCÁRIO 4505 FLODOALDO PONTES PINTO - 76820-694 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: VANESSA OLIVEIRA DE MORAIS OAB nº RO5595
EXECUTADO: LAURICELIA DE OLIVEIRA E SILVA CPF nº 591.830.042-20, RUA RAIMUNDO GOMES DE OLIVEIRA 4100, (CJ SANTO ANTÔNIO) SÃO JOÃO BOSCO - 76803-804 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Ao autor para, no prazo de 05 (cinco dias), apresentar a planilha acrescido da multa de 10 % (Dez por cento), posto que já decorrido o prazo para pagamento espontâneo.
Apresentada planilha nos termos acima, volte concluso para penhora online.
Decorrido o prazo sem apresentação da planilha volte concluso para extinção.
Serve o presente DESPACHO como intimação no DJE/carta/MANDADO.
ADVERTÊNCIAS: 1) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO PROCESSO: 7016990-91.2019.8.22.0001
REQUERENTE: CARLOS BISPO PEREIRA DOS SANTOS CPF nº 032.498.182-16, RUA CARLOS REIS 9679, - DE 9396/9397 A 9747/9748 MARIANA - 76813-526 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: NANDO CAMPOS DUARTE OAB nº RO7752
REQUERIDO: L. A. M. FOLINI COBRANCAS - ME CNPJ nº 07.979.729/0001-09, AVENIDA NOVE DE JULHO 1555, - DE 1001 A 1555 - LADO ÍMPAR CENTRO - 13201-020 - JUNDIAÍ - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DECISÃO
Vistos etc
Presentes os requisitos legais exigidos à concessão da tutela de urgência de natureza antecipada, especialmente porque há evidências quanto à probabilidade do direito e perigo de dano, bem como a DECISÃO se reveste de reversibilidade, com fulcro no art. 300, do Código de Processo Civil, DEFIRO o pedido de tutela de urgência de natureza antecipada incidental, desta forma, determino à CPE que expeça ofícios ao SPC e ao SCPC para que promova a exclusão do nome da parte autora de seus bancos de dados, relativamente à documentação acostada à exordial – ID 26711267/PJE (SPC) e ID 26711268/PJE (SCPC), com imediata comunicação a este Juízo, cientificando-se réu no ato da citação.
Cite(m)-se e intime(m)-se desta DECISÃO e da audiência designada, conforme dados abaixo:
Audiência: Conciliação - Data: 10/06/2019 - Hora: 12:00, a ser realizada na sala de audiências da CEJUSC, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, CEP: 76.820-842, na cidade de Porto Velho/RO.
Advertências:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IV – a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
V – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
VI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
VII – o não comparecimento injustificado do autor implicará na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
VIII – o não comparecimento do requerido a quaisquer das audiências designadas implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;
IX – deverão comparecer à audiência designada munidos de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
X – a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas até o ato da audiência de conciliação;
XI – na mesma oportunidade, o autor deverá se manifestar, em até 10 (dez) minutos, sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados;
XII – não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca.
Serve a presente DECISÃO como comunicação/carta/MANDADO.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº 7010918-88.2019.8.22.0001
AUTOR: SILVIA DE FATIMA MARTINS FERRO
Advogado do(a) AUTOR: ARTHUR BAGDER DA SILVA SCHIAVE - RO7683
REQUERIDO: IRESOLVE COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS S.A.
Intimação DAS PARTES - AUDIÊNCIA
PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), a comparecerem à AUDIÊNCIA deste processo a ser realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: Sala B - 2º Juizado Especial Cível Data: 13/06/2019 Hora: 12:00

OBSERVAÇÕES: 1) A contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas ATÉ o ato da audiência de conciliação. Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento; 2) Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca; 3) Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; 4) Fica(m) Vossa(s) Senhoria(s), ainda, devidamente cientificada(s) de que, nos termos do que dispõe o Art. 20, da referida lei, o seu não comparecimento a qualquer das audiências designadas, implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial.
ADVERTÊNCIAS: 1) Por força da lei 9.099/95 e da Portaria Conjunta nº 001/2017, a jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer na audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da referida lei, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação de poderes servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia. 2) Os prazos processuais neste juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 42, lf 9099/95); 3) As partes deverão comparecer às audiências designadas munidas dos números de suas respectivas contas bancárias para eventual formalização e efetivação do acordo, evitando-se o uso da conta judicial; 4) As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art 19, §2º, lf 9099/95); 5) Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova, (art. 6º, cdc). 6) As partes deverão comparecer às audiências designadas na data, horário e endereço em que ser realizará a audiência, e que procuradores e preposto deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar; 7) EM SE TRATANDO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, As partes poderão trazer para a audiência até três testemunhas – independentemente de intimação – e a documentação que julgarem necessárias para instruir do feito.
Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº 7037800-24.2018.8.22.0001
REQUERENTE: ELISANGELA CARVALHO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME
Advogados do(a) REQUERENTE: JOSE ROBERTO DA SILVA SANTOS - RO6755, WALDENEIDE DE ARAUJO CAMARA - RO2036
REQUERIDO: PALOMA CRISTINA LIMA
Intimação DAS PARTES - AUDIÊNCIA
PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), a comparecerem à AUDIÊNCIA deste processo a ser realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: Sala A - 2º Juizado Especial Cível Data: 14/06/2019 Hora: 08:40
OBSERVAÇÕES: 1) A contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas ATÉ o ato da audiência de conciliação. Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento; 2) Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca; 3) Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; 4) Fica(m) Vossa(s) Senhoria(s), ainda, devidamente cientificada(s) de que, nos termos do que dispõe o Art. 20, da referida lei, o seu não comparecimento a qualquer das audiências designadas, implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial.
ADVERTÊNCIAS: 1) Por força da lei 9.099/95 e da Portaria Conjunta nº 001/2017, a jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer na audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da referida lei, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação de poderes servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia. 2) Os prazos processuais neste juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 42, lf 9099/95); 3) As partes deverão comparecer às audiências designadas munidas dos números de suas respectivas contas bancárias para eventual formalização e efetivação do acordo, evitando-se o uso da conta judicial; 4) As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art 19, §2º, lf 9099/95); 5) Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova, (art. 6º, cdc). 6) As partes deverão comparecer às audiências designadas na data, horário e endereço em que ser realizará a audiência, e que procuradores e preposto deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar; 7) EM SE TRATANDO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, As partes poderão trazer para a audiência até três testemunhas – independentemente de intimação – e a documentação que julgarem necessárias para instruir do feito.
Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO
PROCESSO: 7001933-33.2019.8.22.0001
AUTOR: DAVID PINTO CASTIEL CPF nº 161.816.542-91, RUA JOSÉ DO PATROCÍNIO 766, - DE 661/662 AO FIM CENTRO - 76801-068 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: HIRAN SALDANHA DE MACEDO CASTIEL OAB nº RO4235, DAVID PINTO CASTIEL OAB nº RO1363
REQUERIDO: GOL Linhas Aéreas, VRG Linhas Aéreas S/A CNPJ nº 07.575.651/0001-59, PRAÇA SENADOR SALGADO FILHO s/n, AEROPORTO SANTOS DUMONT, ENTRE EIXOS 46/O-P CENTRO - 20021-340 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO
ADVOGADO DO REQUERIDO: BERNARDO AUGUSTO GALINDO COUTINHO OAB nº RO2991, GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO OAB nº RJ186458

DECISÃO:
Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso interposto (ID 26298266/PJE) com efeito devolutivo.
Tendo em vista que a parte recorrida já apresentou as contrarrazões, remeta-se à Turma Recursal com as nossas homenagens.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO PROCESSO: 7047432-74.2018.8.22.0001
EXEQUENTES: SORAYA KALINE RAMOS ROSA CPF nº 018.631.902-95, RUA 22 DE SETEMBRO 433 UNIÃO - 76860-000 - CANDEIAS DO JAMARI - RONDÔNIA, OSVALDO CEZARIO FEITOSA CPF nº 748.604.532-04, RUA 22 DE SETEMBRO 433 UNIÃO - 76860-000 - CANDEIAS DO JAMARI - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES:
EXECUTADO: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A CNPJ nº 09.296.295/0001-60, AVENIDA DOUTOR MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES 939, ANDAR 9, EDIFÍCIO JATOBÁ COND. CASTELO BRANCO OFFI TAMBORÉ - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO
ADVOGADO DO EXECUTADO: LUCIANA GOULART PENTEADO OAB nº SP167884
DECISÃO
Requisitei bloqueio on line do valor de R$ 11.230,47 (onze mil, duzentos e trinta reais e quarenta e sete centavos).
Determinei transferência do valor supracitado referente a penhora on line comandada.
Intime-se a parte executada para, querendo, apresentar embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 52, IX, da Lei 9.099/95.
Ocorrendo manifestação, intime-se a parte exequente para contraminuta, no prazo de 10 (dez) dias.
Transcorrido o prazo e, não havendo apresentação de embargos, volte-me concluso para determinação de expedição de levantamento do valor bloqueado em favor da parte exequente.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO
PROCESSO: 7049300-87.2018.8.22.0001
REQUERENTE: UELDER MENDES DE OLIVEIRA CPF nº 968.120.522-72, AVENIDA RIO MADEIRA 3427, - DE 3383 A 3775 - LADO ÍMPAR EMBRATEL - 76820-713 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: KEILA TOMASI DA SILVA OAB nº RO7445
REQUERIDO: TAM LINHAS AEREAS S/A. CNPJ nº 02187521729, RUA VERBO DIVINO 2001, - DE 999/1000 AO FIM CHÁCARA SANTO ANTÔNIO (ZONA SUL) - 04719-002 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REQUERIDO: FABIO RIVELLI OAB nº BA34908
SENTENÇA
Vistos etc.
Relatório dispensado na forma da lei.
Tratando-se de direito disponível e sendo as partes capazes, HOMOLOGO O ACORDO de vontades celebrado entre as partes o qual será regido pelas cláusulas e condições indicadas na petição anexa ao ID 26316058, para que surta seus jurídicos e legais efeitos de direito.
Ante o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, com fundamento na alínea 'b' do inciso III do artigo 487 do Código de Processo Civil.
Sem custas e sem honorários nesta instância.
Arquive-se o feito.

PROCESSO: 7038818-80.2018.8.22.0001
REQUERENTE: RENATO DE MORAES RAMALHO CPF nº 007.240.262-82, RUA SANTOS DUMONT 1632 PEDRINHAS - 76801-462 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: RENATO DE MORAES RAMALHO OAB nº RO8962
REQUERIDO: SARAIVA E SICILIANO S/A CNPJ nº 61.365.284/0001-04, CONDOMÍNIO EDIFÍCIO HENRIQUE SCHAUMANN 270, RUA HENRIQUE SCHAUMANN, 270, 7 ANDAR CERQUEIRA CÉSAR - 05413-909 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REQUERIDO: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU OAB nº SP117417DESPACHO
Considerando que a parte requerida não foi intimada da SENTENÇA de MÉRITO, intime-se a empresa ré Via DJE.
Intime-se.
Serve o presente DESPACHO como intimação no DJE/carta/MANDADO.
ADVERTÊNCIAS: 1) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).

PROCESSO: 7017011-67.2019.8.22.0001
AUTOR: BENEDITA SOUSA COSTA CPF nº 388.230.552-53, RUA PADRE ÂNGELO CERRI 3493, - DE 2351/2352 AO FIM LIBERDADE - 76803-865 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ISABELA CAVALCANTE MENDANHA OAB nº RO8540, IGOR JUSTINIANO SARCO OAB nº RO7957
RÉU: ELIAS GONZAGA DA SILVA CPF nº 862.369.382-53, AVENIDA MAMORÉ 5672, - DE 5450 A 5808 - LADO PAR ESPERANÇA DA COMUNIDADE - 76825-084 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
A parte exequente deverá emendar a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, para o fim de apresentar planilha detalhada do débito.
Serve o presente DESPACHO como intimação no DJE/carta/MANDADO.
ADVERTÊNCIAS: 1) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).

PROCESSO: 7041142-77.2017.8.22.0001
REQUERENTE: MARIA INEZ MARQUES DE LIMA CPF nº 579.825.462-34, RUA PAULO LEAL 203, AP 12 CENTRO - 76801-094 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DENISE PAULINO BARBOSA OAB nº RO3002, LAERCIO BATISTA DE LIMA OAB nº RO843
REQUERIDO: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A CNPJ nº 09.296.295/0001-60, AVENIDA DOUTOR MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES 939, 9 ANDAR EDIF JATOBA TAMBORÉ - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REQUERIDO: LUCIANA GOULART PENTEADO OAB nº SP167884, ITALLO GUSTAVO DE ALMEIDA LEITE OAB nº MT7413ODESPACHO

A parte autora deverá, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar planilha de cálculos detalhada, com a inclusão da multa de 10% (dez por cento), posto que já decorrido o prazo para pagamento espontâneo, sem a comprovação do adimplemento.
Com a apresentação da planilha, nos termos acima, volte o feito concluso para penhora online.
No caso de não manifestação da parte credora, arquive-se o feito.
Intime-se.
Serve o presente DESPACHO como intimação no DJE/carta/MANDADO.
ADVERTÊNCIAS: 1) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
NOTIFICAÇÃO DA PARTE RECORRENTE
Processo nº: 7023488-77.2017.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: RAMIRO MENDES RAMOS
Advogado do(a) REQUERENTE: CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES - RO8381
REQUERIDO: BANCO BRADESCO CARTOES S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - RO4875
Com base em acórdão proferido pela Turma Recursal, fica vossa senhoria notificada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais, sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto extrajudicial. O Valor das custas é de 1% um por cento, nos termos do art. 12, III, da Lei Estadual nº 3.896 de 2016 (Regimento de Custas). Assim, para gerar o boleto de pagamento, utilize o link abaixo.
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=Tx7niP9iEw7gdde9QtEMNn_CnNejhosUMo1nxE8.wildfly01:custas1.1
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.

PROCESSO: 7036982-72.2018.8.22.0001
REQUERENTE: GASPARINO EUGENIO RODRIGUES CPF nº 559.668.292-68, RUA VESPAZIANO RAMOS 3198, - DE 3098/3099 AO FIM AGENOR DE CARVALHO - 76820-366 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE:
REQUERIDO: OI MOVEL CNPJ nº 05.423.963/0001-11, 202 SCS, QUADRA 02, BLOCO E, 11 ANDAR S/N ASA SUL - 74845-090 - GOIÂNIA - GOIÁS
ADVOGADO DO REQUERIDO: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO OAB nº RO635, MARCIO MELO NOGUEIRA OAB nº RO2827, DIEGO DE PAIVA VASCONCELOS OAB nº RO2013DESPACHO
Analisando o feito, verifico que não há qualquer determinação deste Juízo quanto à designação da audiência marcada para o dia 02/05/2019.
Portanto, chamo o feito à ordem e torno sem efeito a audiência de conciliação designada, devendo a CPE proceder ao imediato cancelamento da solenidade.
Por fim, a CPE deverá intimar as partes da SENTENÇA de MÉRITO anexa ao ID 24760085/PJE.
Cumpra-se.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
2ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiúva, 3061, esquina com Av. Jorge Teixeira, bairro Embratel, CEP: 76820-842, email: pvh2jespcivel@tjro.jus.br.
Processo nº: 7001329-72.2019.8.22.0001
Parte Autora: Nome: SOLAN COMERCIO DO VESTUARIO LTDA - EPP
Endereço: Rua Duque de Caxias, 1835, - de 1568/1569 a 1852/1853, São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76804-082
Advogado do(a) REQUERENTE: MARCELLINO VICTOR RAQUEBAQUE LEAO DE OLIVEIRA - RO8492
Parte Requerida: Nome: JEAN CARLOS RODRIGUES DE SENA
Endereço: Avenida Governador Jorge Teixeira, 2639, - de 2407 a 2663 - lado ímpar, Liberdade, Porto Velho - RO - CEP: 76803-877
SENTENÇA
Vistos etc.
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/95.
Cuida-se de ação de cobrança em que a parte autora pede a condenação da parte ré no valor atualizado de R$ 572,53 (quinhentos e setenta e dois reais e cinquenta e três centavos), referente ao saldo remanescente do débito do contrato de renegociação firmado pelas partes anexo ao ID 24053033.
O réu não compareceu à audiência inaugural, embora regularmente citado e intimado (AR anexo ao ID 24335812), bem como não justificou sua ausência à solenidade.
Nesse contexto, impõe-se a aplicação da regra estampada no art. 20, da Lei nº 9.099/95, que prevê:
"Art. 20. Não comparecendo o deMANDADO à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do juiz" (grifei).
Assim, não atendido o chamamento judicial, a parte ré deve arcar com o ônus dessa omissão, nos moldes do artigo supracitado, mormente porque a parte autora, ao contrário, foi cautelosa e se fez presente regularmente na audiência, representada por preposto.
O mais forte efeito da revelia é tornar incontroverso o fato narrado na inicial em prejuízo do faltoso, principalmente quando há prova do direito pretendido.
Por outro lado, verifico que não consta do feito, prova que contrarie o fato apresentado pela parte autora, nem documento que comprove a quitação do débito em questão, justamente em razão da revelia.
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL e, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, dou por extinto o feito, com resolução de MÉRITO, para o fim de condenar a parte ré a pagar à parte autora, a quantia de R$ 572,53 (quinhentos e setenta e dois reais e cinquenta e três centavos), corrigida monetariamente a partir da data do ajuizamento da ação (18/01/2019) e acrescida de juros legais devidos a partir da citação.
Sem custas ou honorários advocatícios na forma da Lei dos Juizados Especiais.
Nos moldes do artigo 52, incisos III e IV, da Lei 9.099/95, a parte devedora fica ciente de pagar, independente de nova intimação, após o trânsito em julgado, o valor da condenação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento).
O valor da condenação obrigatoriamente deverá ser depositado junto a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), com a devida e tempestiva comprovação no processo, sob pena de ser considerando inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do artigo 4º do Provimento Conjunto n.º 006/2015-PR-CG, incidindo a pena prevista no artigo 523, § 1º, do CPC, além de juros e correção monetária previstas em Lei.
Havendo pagamento voluntário, desde logo fica autorizado o levantamento, independente de nova CONCLUSÃO.
Decorrido o prazo para pagamento espontâneo, não havendo manifestação da parte autora, arquive-se.
Intimem-se as partes.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
2ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiúva, 3061, esquina com Av. Jorge Teixeira, bairro Embratel, CEP: 76820-842, email: pvh2jespcivel@tjro.jus.br.
Processo nº: 7049928-76.2018.8.22.0001
Parte Autora: Nome: VALTER CARLOS DE SIQUEIRA
Endereço: Avenida Rio de Janeiro, 4170, bloco 3, apto 22, Nova Porto Velho, Porto Velho - RO - CEP: 76820-195
Advogado do(a) REQUERENTE: LEONARDO ALENCAR MOREIRA - RO5799
Parte Requerida: Nome: LUIZ MALESKI
Endereço: Área Rural, linha maravilha, linha maravilha km 08, Área Rural de Porto Velho, Porto Velho - RO - CEP: 76815-800
DESPACHO
Converto o julgamento da lide em diligência para determinar que o autor apresente a perícia anexa ao ID 23442246, de forma integral, com a CONCLUSÃO, no prazo de 3 (três) dias. Decorrido o prazo, retorne concluso para SENTENÇA. Intime-se.

PROCESSO: 7007168-78.2019.8.22.0001
REQUERENTE: WELLINGTON NOGUEIRA SANTOS CPF nº 023.925.732-47, ROSALINA GOMES 9331, - ATÉ 9350/9351 SAO FRANCISCO - 76813-336 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE:
REQUERIDO: NETFLIX ENTRETENIMENTO BRASIL LTDA. CNPJ nº 13.590.585/0001-99, AVENIDA BERNARDINO DE CAMPOS 98, 4 ANDAR - SALA 36 PARAÍSO - 04004-040 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REQUERIDO: FABIO RIVELLI OAB nº BA34908DESPACHO
Acolho a justificativa da parte autora, pois, devidamente comprovada (ID 26751912/PJE).
Assim, determino a designação de nova audiência de conciliação.
Definida a nova data, intimem-se as partes.
Serve o presente DESPACHO como intimação no DJE/carta/MANDADO.
ADVERTÊNCIAS: 1) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO PROCESSO: 7007868-88.2018.8.22.0001
REQUERENTE: PAULO ROBSON BATISTA DE SOUSA CPF nº 842.558.702-68, RUA GOIÁS 165, - ATÉ 349/350 TUCUMANZAL - 76804-508 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: PAULA JAQUELINE DE ASSIS MIRANDA OAB nº RO4245A
REQUERIDO: GOL TRANSPORTES AEREOS S.A. CNPJ nº 04.020.028/0001-41, RUA TAMOIOS 246, - ATÉ 489/490 JARDIM AEROPORTO - 04630-000 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REQUERIDO: MARCIO VINICIUS COSTA PEREIRA OAB nº RJ84367, BERNARDO AUGUSTO GALINDO COUTINHO OAB nº RO2991, ALINE SUMECK BOMBONATO OAB nº RO3728
SENTENÇA
Vistos etc.
Expeça-se alvará judicial em nome da parte autora e seu advogado (procuração anexa ao ID 16627141/PJE) para levantamento da quantia depositada (guia anexa ao ID 26615644/PJE), haja vista o pagamento da condenação.
Considerando que a parte credora recebeu o crédito e com fundamento no inciso II do artigo 924 do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO.
Após o levantamento, arquive-se.
Intime-se.
ADVERTÊNCIAS: 1) PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).
Porto Velho, data inserida na movimentação.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO PROCESSO: 7032774-79.2017.8.22.0001
REQUERENTE: JOSE DELSON RIBEIRO CPF nº 528.766.916-04, RUA POMPÉIA 1995, (CJ RIO CANDEIAS) AEROCLUBE - 76811-078 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: NOEMIA FERNANDES SALTAO OAB nº RO1355
REQUERIDO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. CNPJ nº DESCONHECIDO, RUA JOSÉ DE ALENCAR 3022, - DE 2322/2323 A 2637/2638 CENTRO - 76801-036 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM OAB nº ES18694
SENTENÇA
Vistos etc.
Expeça-se alvará judicial em nome da parte autora e seu advogado (procuração anexa ao ID 11920062/PJE) para levantamento da quantia depositada (guia anexa ao ID 26692642/PJE), haja vista o pagamento da condenação.
Considerando que a parte credora recebeu o crédito e com fundamento no inciso II do artigo 924 do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO.
Após o levantamento, arquive-se.
Intime-se.
ADVERTÊNCIAS: 1) PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).
Porto Velho, data inserida na movimentação.

PROCESSO: 7017324-28.2019.8.22.0001
AUTOR: ERALDO ROGELIO RAISVELLER CPF nº 817.717.972-15, RUA JARDINS 140, RESIDENCIAL BAIRRO NOVO - 76817-001 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: JONAS PINHEIRO DE OLIVEIRA FILHO OAB nº RO9309
RÉU: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
A parte autora deverá emendar a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, para o fim de:
a) apresentar o histórico de consumo/detalhamento de débitos da unidade consumidora, atualizado e expedido diretamente pela requerida;
b) apresentar certidão de inscrição no SERASA, emitida diretamente pelo SERASA, e certidão de inscrição no SCPC, emitida diretamente pela Associação Comercial de Rondônia - ACR, por se tratarem de órgãos distintos de proteção ao crédito e de abrangência nacional, que não se comunicam entre si, para melhor análise do alegado abalo creditício, conforme Enunciado FOJUR n. 29.
Intime-se.
Serve o presente DESPACHO como intimação no DJE/carta/MANDADO.
ADVERTÊNCIAS: 1) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo n°: 7045089-08.2018.8.22.0001
EXEQUENTE: FRANCISCA NAY LUANNY VITURIANO BEZERRA
Advogado do(a) EXEQUENTE: JHONATAS EMMANUEL PINI - RO4265
EXECUTADO: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A.
Advogado do(a) EXECUTADO: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884
Intimação À PARTE REQUERENTE/REQUERIDA (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO PROCESSO: 7044365-04.2018.8.22.0001
REQUERENTE: ALEXSANDER SANTA ROSA GOMES - ME CNPJ nº 14.599.527/0001-99, RUA PRESIDENTE MÉDICI 425 CENTRO - 76860-000 - CANDEIAS DO JAMARI - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JOAO RICARDO DOS SANTOS CALIXTO OAB nº RO9602
REQUERIDO: V. A. RONCONI Z. SOUZA - ME CNPJ nº 08.233.209/0001-07, RUA JOSÉ BEZERRA 1597, - ATÉ 1618/1619 NOVA BRASÍLIA - 76908-428 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
SENTENÇA
Vistos etc.
Relatório dispensado na forma da lei.
Verifico no feito que a parte autora estava intimada da audiência de conciliação designada para o dia 29/04/2019, e ainda assim não compareceu à solenidade, tampouco, justificou sua ausência antecipadamente.
No Juizado Especial a presença pessoal da parte à audiência de conciliação é indispensável ao desenvolvimento do processo. Assim, dispõe o artigo 51, I, da Lei 9.099/95: “Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo”.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 51, I, da Lei 9.099/95, julgo EXTINTO o processo, sem resolução do MÉRITO.
Condeno a parte autora ao pagamento de custas processuais, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição em dívida ativa, nos termos do Enunciado nº 28 do Fórum Nacional dos Juizados Especiais, que transcrevo: ‘Havendo extinção do processo com base no inciso I, do art. 51, da Lei 9.099/95, é necessária condenação em custas’ c/c a Lei Estadual n. 3.896/2016 (Regimento de Custas).
Arquive-se imediatamente o feito, independente de intimação.
ADVERTÊNCIAS: 1) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).

PROCESSO: 7046887-04.2018.8.22.0001
REQUERENTES: LINDOMAR MODESTO QUADROS CPF nº 000.672.982-73, RUA JOSÉ RODRIGUES 1196 NOVO JACI - 76840-000 - JACI PARANÁ (PORTO VELHO) - RONDÔNIA
SEBASTIAO PEREIRA DA SILVA CPF nº 060.734.172-68, AC JACI PARANÁ 1196, RUA JOSÉ RODRIGUES, BAIRRO NOVO JACI CENTRO - 76840-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: RAIMUNDO GONCALVES DE ARAUJO OAB nº RO3300
REQUERIDO: JOAGRESSON ALEX LIMA SILVA CPF nº DESCONHECIDO, RUA JOSÉ SALER s/n, BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR CENTRO - 76840-000 - JACI PARANÁ (PORTO VELHO) - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: DESPACHO
Considerando pedido da parte autora (ID:25595012), determino a designação de nova audiência de conciliação.
Definida a nova data, cite-se e intimem-se as partes, devendo requerido ser intimado no Comando Geral da PM/RO, Av. Tiradentes, n° 3360, Bairro Embratel, Porto Velho-RO.
Intime-se.
Serve o presente DESPACHO como intimação no DJE/carta/MANDADO.
ADVERTÊNCIAS: 1) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).

PROCESSO: 7017214-29.2019.8.22.0001
AUTOR: ORLANDO ALVES DOS SANTOS CPF nº 909.416.082-04, RUA PAU FERRO 601, - DE 591/592 A 790/791 ELDORADO - 76811-666 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ROBSON VIEIRA LEBKUCHEN OAB nº RO4545, FLAVIA FERNANDA DA SILVA MARTINS OAB nº RO9550
REQUERIDO: CLARO S.A. CNPJ nº 40.432.544/0446-08, AVENIDA CARLOS GOMES 2262, - DE 1900 A 2350 - LADO PAR SÃO CRISTÓVÃO - 76804-038 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: DESPACHO

A parte autora deverá emendar a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial, para o fim de apresentar a certidão de inscrição no SERASA/SPC, expedida diretamente pelo SERASA, por se tratar de órgão de restrição de crédito distinto e de âmbito nacional que não se comunica com outros bancos de dados, para melhor análise do abalo creditício alegado, conforme Enunciado FOJUR n. 29.
Intime-se.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
2ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiúva, 3061, esquina com Av. Jorge Teixeira, bairro Embratel, CEP: 76820-842, email: pvh2jespcivel@tjro.jus.br.
Processo nº: 7049829-09.2018.8.22.0001
Parte Autora: Nome: GABRIEL DOS SANTOS BALEEIRO
Endereço: Rua Mário Tavares, 5441, Flodoaldo Pontes Pinto, Porto Velho - RO - CEP: 76820-614
Advogados do(a) REQUERENTE: IVON JOSE DE LUCENA - RO251, IVAN JOSE DE LUCENA - RO7617
Parte Requerida: Nome: GOL LINHAS AÉREAS
Endereço: Avenida Governador Jorge Teixeira, 6490, - de 6320/6321 ao fim, Aeroporto, Porto Velho - RO - CEP: 76803-250
Advogados do(a) REQUERIDO: BERNARDO AUGUSTO GALINDO COUTINHO - RO0002991A, GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - SP186458
SENTENÇA
Vistos etc.
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/1995.
O autor narra que adquiriu passagem da ré, de Porto Velho/RO com destino à Recife/PE, para realizar viagem de férias com a família. A ida estava programada para o dia 29 de dezembro de 2018 às 13h50min, todavia, de forma unilateral a ré alterou o voo para o dia 30 de dezembro de 2018 com saída de Porto Velho às 21h50min chegando ao destino final apenas no dia 31 de dezembro de 2018 às 9h25, ou seja, mais de trinta e cinco horas depois do programado. Pugna pela condenação da ré em dano material, no importe de R$ 720,00 (setecentos e vinte reais) referente à duas diárias de aluguel de temporada, e em dano moral no importe de R$ 10.000,00 (dez mil reais).
. A ré não negou que houve o cancelamento, apenas justificou que a alteração ocorreu por fatos alheios a sua vontade, mais precisamente por necessidade de readequação da malha aérea e que comunicou o autor com antecedência e o realocou para voo no outro dia. Sustenta que a situação experimentada não passa de mero aborrecimento cotidiano e que não há prova do dano moral experimentado. Pleiteia pela improcedência dos pedidos iniciais.
Em análise aos fatos, fundamentos e documentos apresentados, vê-se que o pedido inicial merece procedência em parte.
A versão da defesa não merece acolhimento porque a ré desenvolve atividade de transporte aéreo por concessão de serviço público e deveria ser dotada de infraestrutura suficiente para prestar o serviço aéreo contratado de forma eficaz e satisfatória.
Tanto sob o ângulo da relação de consumo, quanto em consideração da teoria do risco administrativo, a responsabilidade objetiva somente não se dá por rompimento do nexo de causalidade, em razão de culpa exclusiva de terceiro. Não ficaram caracterizadas as excludentes de responsabilidade. O caso fortuito, ainda que se fosse provado – o que não ocorreu - não se insere dentre as hipóteses legais de excludente de responsabilidade nas relações de consumo ou nas relações com concessionária de serviço público.
Restou incontroversa a má prestação do serviço de transporte aéreo pela requerida, em face do cancelamento injustificado do voo, pois submeteu o consumidor a voo mais longo e lhe fez perder dois dias de programação de férias.
Trata de atraso enquadrado no chamado “fortuito interno”, inerente à atividade empreendida pela ré, não exonerando a empresa aérea do ressarcimento dos prejuízos sofridos por seus passageiros.
O consumidor confiou, como, aliás, confia a maioria das pessoas, que, com as passagens em mãos e o voo marcado, viajaria sem maiores problemas, o que não ocorreu, em razão da injustificada alteração do voo. A companhia aérea, por seu turno, não provou que tomou, por seus prepostos, todas as medidas necessárias para que não se produzisse o dano, ou que não foi possível tomá-las, portanto, ressoa evidente o dever da ré de reparar os danos morais causados ao consumidor.
Aduz o artigo 927 do Código Civil pátrio: “Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem”. (grifo nosso)
A responsabilidade da ré está demonstrada, porque sem o adiamento arbitrário do bilhete de passagem, o autor não teria sofrido os prejuízos narrados na exordial, logo, a indenização moral é o que se impõe.
As aflições e transtornos enfrentados fogem à condição de mero dissabor do cotidiano, já que a conduta abusiva da ré impediu o autor de chegar ao destino final no dia e hora marcados. O dano moral ressoa evidente, o passageiro certamente sofreu aborrecimento e transtorno que abalou o seu bem-estar psíquico. Nesse sentido são os recentes julgados da Turma Recursal do Estado de Rondônia:
DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO TRANSPORTE AÉREO. DESCUMPRIMENTO. ALTERAÇÃO MALHA AÉREA. CASO FORTUITO INTERNO. ATRASO DE 12 HORAS NA CHEGADA AO DESTINO FINAL. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. QUANTUM COMPENSATÓRIO MAJORADO. VALOR RAZOÁVEL E PROPORCIONAL AO CASO CONCRETO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO INOMINADO, Processo nº 7034609-68.2018.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz Arlen Jose Silva de Souza, Data de julgamento: 21/03/2019
CONSUMIDOR. COMPANHIA AÉREA. ATRASO DE VOO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. INDENIZAÇÃO ADEQUADA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO INOMINADO, Processo nº 7018080-71.2018.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz Arlen Jose Silva de Souza, Data de julgamento: 21/03/2019
Nessa trilha, inexorável a CONCLUSÃO de que a hipótese vertente se amolda ao conceito amplo do dano moral, pois os constrangimentos e transtornos impingidos ao consumidor não são daqueles que configuram “mero dissabor”, conforme dito.
Presentes os pressupostos da responsabilidade civil objetiva – prestação inadequada de serviço, dano e nexo de causalidade, com fundamento nos artigos 20 e 22 do Código de Defesa do Consumidor deve ser afirmada a obrigação de indenizar do agente causador do dano, no caso a ré.
Em se tratando da valoração da indenização, adotam-se os critérios informados pela doutrina e jurisprudência, atento ao grau de culpa, extensão do dano e efetiva compensação pelo injusto sofrido, além do fator desestímulo, evitando-se, contudo, o enriquecimento ilícito.
A fixação do dano moral, segundo a doutrina e jurisprudência dominantes, deve, entre outras circunstâncias, se ater às consequências do fato, servir como desestímulo para a prática de novas condutas lesivas, observando-se sempre a capacidade financeira do obrigado a indenizar, de forma que o quantum que não implique em enriquecimento indevido do ofendido. Referido valor passa, invariavelmente, pelo arbítrio do juiz.
Portanto, diante das circunstâncias do caso já expostas, em razão da alteração unilateral do voo e dos problemas gerados em razão da má prestação de serviço e desorganização da empresa aérea, fixa-se a indenização pelos danos morais em R$ 10.000,00 (dez mil reais) conforme pleiteado na petição inicial. A quantia

é justa e razoável para servir de lenitivo ao transtorno sofrido pelo consumidor, bem como tem o caráter de prevenir condutas semelhantes por parte da companhia aérea.
Quanto ao dano material a autora não logrou êxito em comprovar a existência, tendo em vista que o contrato anexo ao ID 23560319 está em nome de terceiro estranho à lide. Não há nenhum comprovante que o autor tenha desembolsado a quantia de R$ 720,00 (setecentos e vinte reais).
É pacífico na jurisprudência que não deve proceder, no mundo jurídico, qualquer pretensão de reparação material daquilo que não se comprovou existir efetivamente no plano fático, não são danos presumíveis. A informalidade do Juizado Especial não se presta a admitir pedidos desprovidos da necessária comprovação, de modo que a este Juízo não incumbe deduzir como ocorreram os fatos.
Os documentos juntados não trouxeram elementos mínimos de convicção para o fim de lastrear a afirmação de dano material na forma pretendida.
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO INICIAL e com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, dou por extinto o feito, com resolução de MÉRITO para o fim de condenar a ré a pagar ao autor, pelos danos morais causados, o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), atualizado monetariamente e acrescido de juros legais a partir da publicação desta DECISÃO.
Sem custas e sem honorários nesta instância, haja vista tratar-se de DECISÃO proferida em primeiro grau de jurisdição, no âmbito dos Juizados Especiais, na forma dos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/1995.
Nos moldes do artigo 52, incisos III e IV, da Lei 9.099/1995, a parte ré fica ciente de pagar o valor determinado, após o trânsito em julgado, no prazo de 15 (quinze) dias, independente de nova intimação, sob pena de multa de 10% (dez por cento).
O valor da condenação obrigatoriamente deverá ser depositado junto a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), com a devida e tempestiva comprovação no processo, sob pena de ser considerando inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do artigo 4º do Provimento Conjunto n.º 006/2015-PR-CG, incidindo a pena prevista no artigo 523, §1º, do CPC, além de juros e correção monetária previstas em Lei.
Havendo pagamento voluntário, desde logo fica autorizado o levantamento, independente de nova CONCLUSÃO. Decorrido o prazo para pagamento espontâneo, não havendo manifestação da parte autora, arquive-se.
Intimem-se.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
NOTIFICAÇÃO DA PARTE RECORRENTE
Processo nº: 7034930-06.2018.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: JOSE CARLOS CHADDAD
Advogado do(a) REQUERENTE: JOSE CARLOS CHADDAD - RO8467
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: RAFAEL SGANZERLA DURAND - MT12208-A
Com base em acórdão proferido pela Turma Recursal, fica vossa senhoria notificada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais, sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto extrajudicial. O Valor das custas é de 1% um por cento, nos termos do art. 12, III, da Lei Estadual nº 3.896 de 2016 (Regimento de Custas). Assim, para gerar o boleto de pagamento, utilize o link abaixo.
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=Tx7niP9iEw7gdde9QtEMNn_CnNejhosUMo1nxE8.wildfly01:custas1.1
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
NOTIFICAÇÃO DA PARTE RECORRENTE
Processo nº: 7039987-39.2017.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: ANGELA MARIA BRAZ LIMA
Advogado do(a) REQUERENTE: TAIS SOUZA GONCALVES - RO7122
REQUERIDO: BANCO BMG CONSIGNADO S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA - SP327026
Com base em acórdão proferido pela Turma Recursal, fica vossa senhoria notificada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais, sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto extrajudicial. O Valor das custas é de 1% um por cento, nos termos do art. 12, III, da Lei Estadual nº 3.896 de 2016 (Regimento de Custas). Assim, para gerar o boleto de pagamento, utilize o link abaixo.
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=Tx7niP9iEw7gdde9QtEMNn_CnNejhosUMo1nxE8.wildfly01:custas1.1
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
NOTIFICAÇÃO DA PARTE RECORRENTE
Processo nº: 7040070-21.2018.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: IVANILDE MONTEIRO DA SILVA, FRANCISCO OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE, MEIRIANE SOUZA DA SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: EDUARDO TEIXEIRA MELO - RO9115
Advogado do(a) REQUERENTE: EDUARDO TEIXEIRA MELO - RO9115
Advogado do(a) REQUERENTE: EDUARDO TEIXEIRA MELO - RO9115
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: HIANARA DE MARILAC BRAGA OCAMPO - RO4783
Com base em acórdão proferido pela Turma Recursal, fica vossa senhoria notificada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais, sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto extrajudicial. O Valor das custas é de 1% um por cento, nos termos do art. 12, III, da Lei Estadual nº 3.896 de 2016 (Regimento de Custas). Assim, para gerar o boleto de pagamento, utilize o link abaixo.
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=Tx7niP9iEw7gdde9QtEMNn_CnNejhosUMo1nxE8.wildfly01:custas1.1
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
NOTIFICAÇÃO DA PARTE RECORRENTE
Processo nº: 7007377-81.2018.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: SALDANHA AR CONDICIONADO LTDA - ME
Advogado do(a) REQUERENTE: EDUARDO HENRIQUE DA FONSECA ZEFERINO DA SILVA - MT15863
REQUERIDO: SALDANHA COMERCIO E SERVICOS DE REFRIGERACAO PARA CAMINHOES EIRELI - ME
Advogado do(a) REQUERIDO: HERMINIO RODRIGUES DE SOUSA - RO3068
Com base em acórdão proferido pela Turma Recursal, fica vossa senhoria notificada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais, sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto extrajudicial. O Valor das custas é de 1% um por cento, nos termos do art. 12, III, da Lei Estadual nº 3.896 de 2016 (Regimento de Custas). Assim, para gerar o boleto de pagamento, utilize o link abaixo.
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=Tx7niP9iEw7gdde9QtEMNn_CnNejhosUMo1nxE8.wildfly01:custas1.1
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
NOTIFICAÇÃO DA PARTE RECORRENTE
Processo nº: 7007947-04.2017.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: DANIEL NUNES LIRA BARBOSA
REQUERIDO: TIM CELULAR
Advogados do(a) REQUERIDO: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES - RO6235-A, RUBENS GASPAR SERRA - SP119859
Com base em acórdão proferido pela Turma Recursal, fica vossa senhoria notificada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais, sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto extrajudicial. O Valor das custas é de 1% um por cento, nos termos do art. 12, III, da Lei Estadual nº 3.896 de 2016 (Regimento de Custas). Assim, para gerar o boleto de pagamento, utilize o link abaixo.
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=Tx7niP9iEw7gdde9QtEMNn_CnNejhosUMo1nxE8.wildfly01:custas1.1
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
NOTIFICAÇÃO DA PARTE RECORRENTE
Processo nº: 7027396-11.2018.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: ALAILSON DA COSTA MENDONCA
Advogado do(a) REQUERENTE: ELIEL SOEIRO SOARES - RO8442
REQUERIDO: TAM LINHAS AÉREAS S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: FABIO RIVELLI - SP297608
Com base em acórdão proferido pela Turma Recursal, fica vossa senhoria notificada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais, sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto extrajudicial. O Valor das custas é de 1% um por cento, nos termos do art. 12, III, da Lei Estadual nº 3.896 de 2016 (Regimento de Custas). Assim, para gerar o boleto de pagamento, utilize o link abaixo.
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=Tx7niP9iEw7gdde9QtEMNn_CnNejhosUMo1nxE8.wildfly01:custas1.1
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
NOTIFICAÇÃO DA PARTE RECORRENTE
Processo nº: 7025421-85.2017.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: MARCLEIDE DURGO NASCIMENTO
REQUERIDO: BANCO CITIBANK S A
Advogados do(a) REQUERIDO: FLAVIA GIACHETTO GASPARO FELIPE - SP259124, PAULO EDUARDO PRADO - RO4881, DANIEL DE CASTRO CORREA - SP291854, FERNANDO MARINHO MANDELLI HARTEN - SP265653, FERNANDO NAZARETH DURAO - SP211922, JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO - RO4570, REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI - RO4873, DIEGO FERRAZ DE AGUIRRA DAMINELLO - SP297140, KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI - RO0004571A-A
Com base em acórdão proferido pela Turma Recursal, fica vossa senhoria notificada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais, sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto extrajudicial. O Valor das custas é de 1% um por cento, nos termos do art. 12, III, da Lei Estadual nº 3.896 de 2016 (Regimento de Custas). Assim, para gerar o boleto de pagamento, utilize o link abaixo.
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=Tx7niP9iEw7gdde9QtEMNn_CnNejhosUMo1nxE8.wildfly01:custas1.1
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo n°: 7019957-80.2017.8.22.0001
REQUERENTE: CLEBISSON TEIXEIRA DO NASCIMENTO
Advogado do(a) REQUERENTE: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA - MT13741
REQUERIDO: OI S.A
Intimação À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, a requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº: 7040058-07.2018.8.22.0001
Requerente: ROBERTO NAVI MELGAR
Advogados do(a) REQUERENTE: GABRIELA TEIXEIRA SANTOS - RO9076, LUCIO AFONSO DA FONSECA SALOMAO - RO1063
Requerido(a): Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogado do(a) REQUERIDO: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318
Intimação À PARTE RECORRIDA
FINALIDADE: Por determinação do juízo, ficam Vossas Senhorias intimadas para, no prazo legal, apresentarem as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019.

PROCESSO: 7004488-28.2016.8.22.0001
REQUERENTE: MAURICIO MATHEUS MENDES NEGREIROS CPF nº 898.738.902-20, RUA SENADOR ÁLVARO MAIA 2395 SÃO JOÃO BOSCO - 76803-760 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JOAO LUIS SISMEIRO DE OLIVEIRA JUNIOR OAB nº RO5379
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S.A. CNPJ nº 00.000.000/0001-91, RUA DOM PEDRO II 607 CAIARI - 76801-151 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB nº AC6673DESPACHO
Determino que a parte credora retifique a planilha de cálculos anexa ao ID 26180510/PJE, no prazo de 05 (cinco) dias, para o fim de excluir os honorários de execução, haja vista a demanda processa em primeiro grau do Juizado Especial, hipótese em que não cabe o arbitramento, conforme artigo 55 da Lei 9.099/1995 e Enunciado Fonaje n. 97.
Apresentada a planilha, nos termos acima, com fundamento no artigo 52, incisos III e IV, da Lei n. 9099/1995, proceda-se a intimação da parte devedora, para pagar o valor do débito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de acréscimo de multa de 10% (dez por cento).
Decorrido o prazo sem manifestação ou não apresentada a planilha conforme determinada, volte o feito concluso para extinção.
Intime-se.
Serve o presente DESPACHO como intimação no DJE/carta/MANDADO.
ADVERTÊNCIAS: 1) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
NOTIFICAÇÃO DA PARTE RECORRENTE
Processo nº: 7052227-60.2017.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: PAULO CESAR GUIMARAES SIQUEIRA
Advogado do(a) REQUERENTE: VIVALDO GARCIA JUNIOR - RO4342
REQUERIDO: CLARO S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: RAFAEL GONCALVES ROCHA - RS41468
Com base em acórdão proferido pela Turma Recursal, fica vossa senhoria notificada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais, sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto extrajudicial. O Valor das custas é de 1% um por cento, nos termos do art. 12, III, da Lei Estadual nº 3.896 de 2016 (Regimento de Custas). Assim, para gerar o boleto de pagamento, utilize o link abaixo.
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=Tx7niP9iEw7gdde9QtEMNn_CnNejhosUMo1nxE8.wildfly01:custas1.1
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.

PROCESSO: 7009788-63.2019.8.22.0001
AUTOR: LOURAYNNE LOPES DE CASTRO CPF nº 031.735.812-02, RUA JARDINS 112, CASA 22 BAIRRO NOVO - 76817-001 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: VANESSA MARIA DA SILVA MELO OAB nº RO9851
REQUERIDO: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A CNPJ nº 09.296.295/0001-60, AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: BEATRIZ RAPOSO DE MEDEIROS TAVARES MARTINS OAB nº SP374591DESPACHO
A parte autora deverá, em 02 (dois) dias, apresentar procuração ou substabelecimento do Advogado Domingos Barbosa da Silva - OAB/RO 364-A, sob pena de não homologação do acordo apresentado (ID 26704413/PJE).
Intime-se.
Serve o presente DESPACHO como intimação no DJE/carta/MANDADO.
ADVERTÊNCIAS: 1) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº: 7052227-60.2017.8.22.0001
REQUERENTE: PAULO CESAR GUIMARAES SIQUEIRA
Advogado do(a) REQUERENTE: VIVALDO GARCIA JUNIOR - RO4342
REQUERIDO: CLARO S.A.
Intimação À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Por determinação do juízo, FICA A PARTE AUTORA INTIMADA a atualizar o crédito exequendo incluindo a multa de 10% (dez por cento), conforme artigo 523, § 1º do CPC.
Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019.
PROCESSO: 7025028-29.2018.8.22.0001
EXEQUENTE: RUI BARBOSA OLIVEIRA CARNEIRO CPF nº 579.982.052-53, RUA SANTA CATARINA 342, - DE 1957/1958 A 1957/1958 NOVA FLORESTA - 76807-300 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

ADVOGADO DO EXEQUENTE: KEILA MARIA DA SILVA OLIVEIRA OAB nº RO2128
EXECUTADO: SALES BRANDAO DOS SANTOS CPF nº 157.426.488-55, RUA SUCUPIRA 3948, - DE 4928/4929 AO FIM NOVA FLORESTA - 76807-436 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Aguarde-se manifestação da parte autora por 30 (trinta) dias corridos.
Decorrido o prazo sem manifestação, volte o feito concluso para extinção e condenação em custas.
Serve o presente DESPACHO como intimação no DJE/carta/MANDADO.
ADVERTÊNCIAS: 1) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).

3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto velho, RO 7032277-31.2018.8.22.0001
EXEQUENTE: ELEUCIANE DA SILVA NOGUEIRA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: BRUNA DUARTE FEITOSA DOS SANTOS BARROS OAB nº RO6156, EZIO PIRES DOS SANTOS OAB nº RO5870
EXECUTADO: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
ADVOGADO DO EXECUTADO: CLAYTON CONRAT KUSSLER OAB nº RO3861
DECISÃO Em atenção ao pedido da parte autora (penhora on line) bem como levando em consideração a execução formalizada e os princípios da satisfação do crédito exequendo, da celeridade e da economia processual, DEFIRO a requisição eletrônica de valores monetários, nos moldes dos arts. 835, I do NCPC. Deste modo, efetivei o referido bloqueio conforme requisição feita via BACENJUD (espelho escaneado em anexo), considerando o cálculo apresentado pela parte autora.
Sendo assim, intime-se parte executada para opor, caso queira e em 5 (cinco) dias, impugnação do valor bloqueado. Não havendo apresentação de impugnação ou havendo concordância com o bloqueio realizado, certifique-se e expeça-se alvará de levantamento da quantia disponível em prol da parte credora. Satisfeito o crédito exequendo (bloqueio total), retornem os autos conclusos para prolação de SENTENÇA de extinção (art. 869 do Código de Processo Civil). Serve o presente como comunicação (intimação via sistema, carta, MANDADO). Cumpra-se. Porto Velho, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto velho, RO 7006254-14.2019.8.22.0001
REQUERENTES: ADRIANA DE CASSIA DA SILVA BELO, RUA RIO URUPÁ 19 TRIÂNGULO - 76805-786 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, ANDERSON LIMA DOS SANTOS, RUA ÁRTEMIS 157 TRIÂNGULO - 76805-758 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES:
REQUERIDOS: CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS SA, RUA DAS FIGUEIRAS 501, 8 ANDAR JARDIM - 09080-370 - SANTO ANDRÉ - SÃO PAULO, FRANZ ALBERT NEGRON LANGERVISCH - ME, DOM PEDRO II 637, LOJA 13 CENTRO - 76801-151 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU OAB nº SP117417, OSCAR DIAS DE SOUZA NETTO, OAB nº RO3567, MARIA ORISLENE MOTA DE SOUSA, OAB nº RO3292
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei nº 9.099/95.
Trata-se de Ação de Indenização por Danos Materiais e Morais promovida por Anderson Lima dos Santos e Adriana Cássia da Silva Belo contra CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens e Franz Albert Negron Langervisch – ME.
Consta dos autos que os requerentes adquiriram passagem aérea pela primeira requerida, por meio da segunda requerida, no trecho Porto Velho/RO a Macapá/AP, com conexão em Belo Horizonte/MG. Quando já estavam na capital mineira foram informados de que seus bilhetes tinham sido cancelados pela CVC. Não conseguiram contato com as requeridas, e foram enviados de volta a Porto Velho pela companhia aérea.
Consta no sistema Pje ações movidas pelos requerentes contra a Azul Linhas Aéreas S/A, buscando reparação por dano moral, tendo sido uma delas, inclusive, julgada procedente neste juízo (7051763-02.2018.8.22.0001). Os fatos narrados nesses três processos são idênticos, vale dizer, impedimento dos requerentes de prosseguir o voo, mesmo após iniciar a viagem, e sem aviso prévio. Assim, a condenação de dano moral sofrida pela empresa aérea pode ser cobrada regressivamente das requeridas.
A condenação das requeridas em dano moral neste processo poderia ser um caso típico de bis in idem, o que é totalmente coibido pelo direito.
Em relação ao dano material, acolho a preliminar levantada pela segunda requerida de ilegitimidade ativa de ambos os requerentes, pois o contrato foi firmado entre as requeridas e o Sr. Vanicelio da Silva Maia, pessoa estranha aos autos. O ressarcimento por valores pagos deve ser feito a quem figurava como titular da relação jurídica.
Ante o exposto, DETERMINO A EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 485, VI do CPC.
Ocorrido o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Serve a presente DECISÃO como MANDADO /intimação/comunicação, dispensando-se expedição de ofício ou outro ato ordinatório do juízo.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto velho, RO 7053289-38.2017.8.22.0001
REQUERENTE: LUCIANA FREIRE NEVES
ADVOGADO DO REQUERENTE: KAMILA ARAUJO PRADO OAB nº RO7371, ALEXANDRE LEANDRO DA SILVA OAB nº RO4260
REQUERIDO: TAM LINHAS AEREAS S/A.
ADVOGADO DO REQUERIDO: FABIO RIVELLI OAB nº BA34908
DECISÃO Em atenção ao pedido da parte autora (penhora on line) bem como levando em consideração a execução formalizada e os princípios da satisfação do crédito exequendo, da celeridade e da economia processual, DEFIRO a requisição eletrônica de valores monetários, nos moldes dos arts. 835, I do NCPC. Deste modo, efetivei o referido bloqueio conforme requisição feita via BACENJUD (espelho escaneado em anexo), considerando o cálculo apresentado pela parte autora.

Sendo assim, intime-se parte executada para opor, caso queira e em 5 (cinco) dias, impugnação do valor bloqueado. Não havendo apresentação de impugnação ou havendo concordância com o bloqueio realizado, certifique-se e expeça-se alvará de levantamento da quantia disponível em prol da parte credora. Satisfeito o crédito exequendo (bloqueio total), retornem os autos conclusos para prolação de SENTENÇA de extinção (art. 869 do Código de Processo Civil). Serve o presente como comunicação (intimação via sistema, carta, MANDADO). Cumpra-se. Porto Velho, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto velho, RO 7007452-86.2019.8.22.0001
REQUERENTE: ANA MARIA DA SILVA ARAUJO, RUA TUCUNARÉ 477, CASA 21 LAGOA - 76812-048 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: WALMAR MEIRA PAES BARRETO NETO OAB nº RO2047
REQUERIDO: TAM LINHAS AEREAS S/A., AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: FABIO RIVELLI OAB nº BA34908
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/1.995.
A parte autora ajuizou a presente ação, afirmando que houve cancelamento do seu voo (LA 3563 de Recife/PE - São Paulo (GRU) - voo São Paulo (GRU), emitindo bilhetes para o dia seguinte, aumentando seu tempo de viagem para mais de 48 horas, conforme documentos em anexo (id 25005705/25005709/25005710/25005711/25005713).
A empresa requerida em defesa alegou necessidade de readequação da passagem da autora por conta de más condições climáticas, ou seja, ocorrência de caso fortuito, fora de seu alcance de resolução. Alegou ainda que não há o que se falar em responsabilidade da empresa ré.
Pois bem, consigno, por oportuno, que a questão deve ser analisada à luz do Código de Defesa do Consumidor e aos princípios a ele inerentes, não se aplicando as disposições do Código Brasileiro de Aeronáutica – CBA, sendo a matéria já pacificada nas discussões jurídicas há alguns anos (REsp 740968/RS, STJ).
O cerne da demanda reside basicamente na falta de administração e má execução dos serviços contratados e prestados pela ré.
Por óbvio que a justificativa apresentada pela ré não se revela plausível para o cancelamento/alteração do voo nos moldes ocorridos, até mesmo porque não há documento que ampare a tese defendida, conforme dito, a requerida não demonstrou a ocorrência de mau tempo no dia do voo da parte autora.
Entendo, portanto, que a tese levantada pela requerida, de exclusão de responsabilidade, ante ao caso fortuito não merece prosperar, vez que desprovida de força comprobatória capaz de demonstrar a ausência de culpabilidade.
A questão deve ser examinada à luz do CDC, vez que trata-se de relação de consumo.
No caso em questão, resta caracterizada falha na prestação do serviço e a falta de informação segura, o que representa sem sombra de dúvidas fatos ofensivos à estabilidade emocional e psicológica do consumidor, ofendendo-se a dignidade humana.
O consumidor, acreditando na credibilidade do serviço contratado, programou-se previamente para a viagem, onde há todo o planejamento necessário e de praxe.
A ré é fornecedora de produtos e prestadora de serviços, de modo que conta com o risco operacional, devendo responder objetivamente pelos danos que der causa. Deve melhor se equipar e se preparar para receber e tutelar o consumidor, fornecendo informações precisas e corretas, a fim de assegurar a segurança do serviço prestado e evitar desencontros e maiores frustrações.
Assim, não havendo prova de isenção de responsabilidade, nos moldes do art. 14, § 2º, II, do CDC, deve triunfar a responsabilidade civil objetiva.
O aborrecimento sofrido pela autora foi significativo, pois conforme consta no processo, houve alteração de seu voo inicial, para mais de 3 dias da data contratada, tempo insofismavelmente grande para entregar o passageiro ao seu destino, conforme o contratado entre as partes.
A condenação nestas circunstâncias deve ter também caráter pedagógico, mesmo porque atinge grande coletividade de pessoas, e beneficia economicamente sobremaneira as empresas que agem dessa forma, ou seja, com descaso demasiado.
Tem-se percebido que a requerida tem reiterado na prática de atrasos/cancelamentos de voos sem justificativa plausível em aeroportos no Brasil, como exemplo cito os processos: 7041923 65.2018.8.22.0001,703847924.2018.8.22.0001e702332563.201 8.8.22.0001,704978405.2018.8.22.0001, além de muitos outros processos não mencionados por número.
Portanto, diante da reiteração de conduta da requerida, fixo a indenização pelos danos morais no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), que entendo justa e razoável para servir de lenitivo ao transtorno sofrido pela demandante, bem como tem o caráter de prevenir condutas semelhantes por parte da ré, como por exemplo, a reincidência da conduta ilícita que vem ocorrendo com os consumidores.
Por essa razão, é procedente o pedido de indenização pelos danos morais sofridos, caracterizados pelo cancelamento/alteração e sofrimento causado a parte autora, conforme pacífica jurisprudência do STJ e do TJ/RO (100.001.2004.013940-8 Apelação Cível).
Fixo a indenização por dano moral em R$ 15.000,00 (quinze mil reais) de modo a disciplinar a requerida e dar satisfação pecuniária à parte demandante.
Esta é a DECISÃO que mais justa se revela para o caso concreto, nos termos do art. 6º da LF 9.099/95.
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial formulado pela parte autora, em face de TAM LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A, partes qualificadas, e, por via de consequência:
Ante o exposto, julgo PROCEDENTE o pedido inicial, e CONDENO a ré, a pagar a parte autora (ANA MARIA DA SILVA ARAÚJO MARIANO), a quantia de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) a título de danos morais, acrescidos de juros e correção monetária a partir da publicação desta DECISÃO, consoante precedentes recentes do Superior Tribunal de Justiça.
Por conseguinte, julgo extinto o processo com resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil.
Com o trânsito em julgado, independente de nova intimação, a parte devedora deverá efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 523 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, não sendo aplicável a parte final do §1° do referido artigo, no que tange à condenação em honorários advocatícios, conforme Enunciado 97 do FONAJE.
Consigno que o pagamento deverá ocorrer em conta judicial da Caixa Econômica Federal S/A, já que esta é a instituição financeira oficial para manutenção e gerenciamento das contas judiciais da Comarca de Porto Velho (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), sob pena de ser considerando inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do artigo 4º do Provimento Conjunto n. 006/2015-PR-CG, publicado no DJE n.o 115/2015, incidindo, inclusive, as penas previstas no artigo 523 do CPC, além de juros e correção monetária previstas em Lei.
Decorrido o prazo sem pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, conforme determina o art. 525 do CPC.
Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, no pedido de cumprimento de SENTENÇA o credor deverá apresentar planilha

de cálculos com a inclusão da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito (artigo 523, §1º, do CPC), bem como dizer se pretende que o Judiciário pesquise bases de dados públicas e privadas, praticando atos de penhora, registro e expropriação (BACENJUD e RENAJUD) e se deseja ver protestado o devedor, quando não forem localizados bens (SERASAJUD).
Após o trânsito em julgado, havendo pagamento voluntário por meio de depósito judicial, independente de nova CONCLUSÃO, desde logo fica autorizada a expedição de alvará de levantamento dos valores depositados em prol da parte credora, assim como os acréscimos devidos, intimando-a para retirar a ordem no prazo de 10 (dez) dias.
Transcorrido o decêndio sem qualquer manifestação, transfira o numerário para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Acir Teixeira Grécia
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto velho, RO 7005664-37.2019.8.22.0001
REQUERENTES: JEOVANY FREIRE LIMA, AROEIRA 5596, - DE 5216/5217 AO FIM COHAB FLORESTA III - 76808-020 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, MARY CLAUDIA NUNES DA SILVA, AROEIRA 5596, - DE 5216/5217 AO FIM COHAB III - 76808-020 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES:
REQUERIDO: GOL Linhas Aéreas, VRG Linhas Aéreas S/A, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6320, ANGENCIA AEROPORTO - 76803-250 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO OAB nº RO10059, BERNARDO AUGUSTO GALINDO COUTINHO OAB nº RO2991
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38, da LF 9.099/95).
Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais promovida por Jeovany Freire Lima e Mary Cláudia Nunes da Silva em face de Gol Linhas Aéreas S/A.
Os autores tinham passagem aérea de Recife/PE a Porto Velho/RO, com conexões. Eles sairiam da capital pernambucana no dia 03/02/2019 às 19h15, com chegada no destino final às 03h20 do dia 04/02. Todavia, o voo foi cancelado, e o embarque reprogramado para o dia 04/02 às 12h20, com chegada às 22h00 do mesmo dia, um atraso de cerca de 7 horas.
A empresa requerida em defesa alegou necessidade de readequação da malha aérea como motivo do atraso do voo.
Verifico está o processo pronto para SENTENÇA antecipada de MÉRITO.
Consigno, por oportuno, que a questão deve ser analisada à luz do Código de Defesa do Consumidor e aos princípios a ele inerentes, não se aplicando as disposições do Código Brasileiro de Aeronáutica – CBA, sendo a matéria já pacificada nas discussões jurídicas há alguns anos (REsp 740968/RS, STJ).
O cerne da demanda reside basicamente na falta de administração e má execução dos serviços contratados e prestados pela, delongando em 7 (sete) horas a chegada ao destino e prejudicando a programação dos requerentes.
Todavia, entendo que o motivo apresentado pela requerida para o atraso diz respeito à organização interna da ré, não podendo os passageiros estarem sujeito a cancelamentos de seus voos, sob pena de caracterização de má prestação do serviço por desorganização da empresa aérea.
Com relação ao dano moral, neste caso, restou configurado, pois é certo que a parte autora sofreu aborrecimentos e transtornos que extrapolam a normalidade ou o que é corriqueiro, principalmente porque tinha a empresa ré o dever de boa prestação dos serviços contratados, incluindo o de pontualidade, ou ao menos de reparação dos transtornos com a adoção de todas as medidas previstas pela própria Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.
A respeito desse assunto, transcrevo o seguinte:
"CONSUMIDOR. TRANSPORTE AÉREO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. CDC. CANCELAMENTO DO VÔO. TRATAMENTO INADEQUADO AOS PASSAGEIROS. AUSÊNCIA DE PROVA DE FORÇA MAIOR. DANO MORAL CONFIGURADO. REDUZIDO O QUANTUM INDENIZATÓRIO. Havendo cancelamento de vôo, após horas de espera, e permanecendo o passageiro sem informações adequadas, bem como sem acomodação satisfatória, durante o feriado de carnaval, aguardando a decolagem para enfim confirmar-se a frustração da viagem, está-se inequivocamente diante de tratamento inadequado ao consumidor, o que configura o abalo moral e a necessidade de reparação pela empresa de transporte aéreo. Responsabilidade objetiva do transportador aéreo. Dano moral configurado. Quantum reduzido. Recurso parcialmente provido. Unânime". (Recurso Cível Nº 71001546464, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: João Pedro Cavalli Junior, Julgado em 27/03/2008).
Na esteira do art. 14 do Código de Defesa do Consumidor "o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre fruição e riscos".
Nessa seara, para se configurar o dever de indenizar, basta a existência concorrente de dois elementos: a) o dano efetivo, moral e/ou patrimonial; e, b) o nexo causal entre o defeito do serviço e a lesão sofrida pelo consumidor.
Em resumo, presentes os pressupostos da responsabilidade civil objetiva – prestação inadequada de serviço, dano e nexo de causalidade, com fundamento nos artigos 20 e 22 do Código de Defesa do Consumidor deve ser afirmada a obrigação de indenizar do agente causador do dano, que no caso, é a empresa ré.
Em se tratando da valoração da indenização, adotam-se os critérios informados pela doutrina e jurisprudência, com destaque para a análise do binômio necessidade-possibilidade, atento ao grau de culpa, extensão do dano e efetiva compensação pelo injusto sofrido, além do fator desestímulo, evitando-se, contudo, o enriquecimento ilícito.
Considerando que o autor comprovou satisfatoriamente a existência de ato ilícito cometido pela ré, que é fato constitutivo de seu direito, cabia a esta última, na forma do artigo 373, inciso II, do CPC, comprovar a legitimidade do ato, como fato impeditivo do direito alegado, o que não o fez.
Com efeito, concluo que a narrativa do autor merece acolhimento, acarretando as consequências jurídicas aplicáveis ao caso, uma vez que ela certamente confiou, como, aliás, confiam a maioria das pessoas, que, com a passagem comprada e o voo marcado, viajaria sem maiores problemas, como fora previsto.
Além do mais, a atividade de transporte é concessão do Poder Público, que impõe ao concessionário a responsabilidade objetiva pelos prejuízos causados ao passageiro (artigo 37, CF). Somente exclui esta responsabilidade, a culpa exclusiva da vítima, o que evidentemente não é o caso.
A fixação do dano moral, segundo a doutrina e jurisprudência dominantes, deve, entre outras circunstâncias, se ater às consequências do fato, servir como desestímulo para a prática de novas condutas lesivas, observando-se sempre a capacidade financeira do obrigado a indenizar, de forma que o quantum que não implique em enriquecimento indevido do ofendido. Referido valor passa, invariavelmente, pelo arbítrio do juiz.
O aborrecimento sofrido pela parte autora foi significativo, como abordado em linhas acima, no entanto entendo que o dano experimentado pela autora foi somente pelo fato de ter de suportar a falta de resolução em um tempo razoável dos problemas pela empresa aérea, não havendo nenhum prejuízo de perda de compromisso urgente.

A condenação nestas circunstâncias deve ter também caráter pedagógico, mesmo porque atinge grande coletividade de pessoas, e beneficia economicamente sobremaneira as empresas que agem dessa forma, ou seja, com descaso demasiado.
Portanto, diante das circunstâncias do caso, que acarretaram consideráveis transtornos à autora, fixo a indenização pelos danos morais no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), para cada um dos requerentes, que entendo justa e razoável para servir de lenitivo ao transtorno sofrido pela demandante, bem como tem o caráter de prevenir condutas semelhantes por parte da ré.
Ante o exposto, julgo PROCEDENTE o pedido inicial formulado pela parte autora e CONDENO a ré a pagar a parte autora a quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), para cada um dos requerentes, a título de danos morais, acrescidos de juros e correção monetária a partir da publicação desta DECISÃO, consoante precedentes recentes do Superior Tribunal de Justiça.
Por conseguinte, julgo extinto o processo com resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil.
Com o trânsito em julgado, independente de nova intimação, a parte devedora deverá efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 523 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, não sendo aplicável a parte final do §1° do referido artigo, no que tange à condenação em honorários advocatícios, conforme Enunciado 97 do FONAJE.
Consigno que o pagamento deverá ocorrer em conta judicial da Caixa Econômica Federal S/A, já que esta é a instituição financeira oficial para manutenção e gerenciamento das contas judiciais da Comarca de Porto Velho (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), sob pena de ser considerando inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do artigo 4º do Provimento Conjunto n. 006/2015-PR-CG, publicado no DJE n.o 115/2015, incidindo, inclusive, as penas previstas no artigo 523 do CPC, além de juros e correção monetária previstas em Lei.
Decorrido o prazo sem pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, conforme determina o art. 525 do CPC.
Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, no pedido de cumprimento de SENTENÇA o credor deverá apresentar planilha de cálculos com a inclusão da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito (artigo 523, §1º, do CPC), bem como dizer se pretende que o Judiciário pesquise bases de dados públicas e privadas, praticando atos de penhora, registro e expropriação (BACENJUD e RENAJUD) e se deseja ver protestado o devedor, quando não forem localizados bens (SERASAJUD).
Após o trânsito em julgado, havendo pagamento voluntário por meio de depósito judicial, independente de nova CONCLUSÃO, desde logo fica autorizada a expedição de alvará de levantamento dos valores depositados em prol da parte credora, assim como os acréscimos devidos, intimando-a para retirar a ordem no prazo de 10 (dez) dias.
Transcorrido o decêndio sem qualquer manifestação, transfira o numerário para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Serve a presente DECISÃO como MANDADO /intimação/ comunicação, dispensando-se expedição de ofício ou outro ato ordinatório do juízo.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto velho, RO 7005713-78.2019.8.22.0001
REQUERENTE: LENIERTAN MARIANO, RUA JOSÉ DE ALENCAR 4672 PEDRINHAS - 76801-454 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: AYLA MARIA DOS SANTOS OAB nº RO3637
REQUERIDO: CLARO S.A., AVENIDA CARLOS GOMES 2262, - DE 1900 A 2350 - LADO PAR SÃO CRISTÓVÃO - 76804-038 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: RAFAEL GONCALVES ROCHA OAB nº PA16538
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei nº 9.099/95.
Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer c/c Indenização por Danos Morais promovida por Leniertan Mariano contra Claro S/A.
Consta dos autos que a parte requerente teve seu celular perdido/ extraviado em 12/12/2018. Alega que logo no dia seguinte pediu o bloqueio do chip do aparelho. Todavia, no mês de janeiro de 2019 descobriu que seu chip estava sendo usado por outra pessoa, vale dizer, que a requerida não havia feito o bloqueio solicitado.
A requerida disse que só recebeu pedido de bloqueio do chip em 29/01/2019, sendo que as faturas emitidas até então são legítimas, já que o número estava normalmente habilitado em favor da requerente.
Analisando as provas constantes nos autos, não é possível ver nenhum documento que comprove que a requerente informou a requerida sobre a perda do chip no dia seguinte. Os protocolos de atendimento trazidos aos autos são todos do final de janeiro e começo de fevereiro.
O bloqueio do chip, com a desvinculação do nome da requerente com o número (69) 3221-3644, já foi conseguido com ingresso da ação logo em meados de fevereiro.
Vê-se que a requerida não agiu com morosidade ou abusividade no trato com a requerente, pois não foi informada da perda/extravio do chip da requerente. Assim, se um terceiro teve acesso a ele e vendeu para outra pessoa não poderia ser culpa da ré. O bloqueio do número só poderia ser feito pela requerida a partir da notificação feita pela proprietária da linha, que no caso é a autora.
Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, para DETERMINAR a manutenção da desvinculação do nome da requerente ao terminal (69) 3221-3644, considerando ter sido o chip vinculado a esse número extraviado e está sendo utilizado por terceiros, sem autorização da requerente.
Confirmo os efeitos da tutela de urgência de Id 24975951.
Por conseguinte, julgo extinto o processo com resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil.
Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Serve a presente DECISÃO como MANDADO /intimação/ comunicação, dispensando-se expedição de ofício ou outro ato ordinatório do juízo.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto velho, RO 7036643-16.2018.8.22.0001
EXEQUENTE: LISGARDENIA DA SILVA AGUIAR
ADVOGADO DO EXEQUENTE: JOSE GOMES BANDEIRA FILHO OAB nº RO816
EXECUTADO: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
ADVOGADO DO EXECUTADO: CLAYTON CONRAT KUSSLER OAB nº RO3861
DECISÃO Em atenção ao pedido da parte autora (penhora on line) bem como levando em consideração a execução formalizada e os princípios da satisfação do crédito exequendo, da celeridade e da economia processual, DEFIRO a requisição eletrônica de valores monetários, nos moldes dos arts. 835, I do NCPC. Deste modo, efetivei o referido bloqueio conforme requisição feita via BACENJUD (espelho escaneado em anexo), considerando o cálculo apresentado pela parte autora.

Sendo assim, intime-se parte executada para opor, caso queira e em 5 (cinco) dias, impugnação do valor bloqueado. Não havendo apresentação de impugnação ou havendo concordância com o bloqueio realizado, certifique-se e expeça-se alvará de levantamento da quantia disponível em prol da parte credora. Satisfeito o crédito exequendo (bloqueio total), retornem os autos conclusos para prolação de SENTENÇA de extinção (art. 869 do Código de Processo Civil). Serve o presente como comunicação (intimação via sistema, carta, MANDADO). Cumpra-se. Porto Velho, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto velho, RO 7006144-15.2019.8.22.0001
REQUERENTE: ENIO RICHARD DE MARCHI CARVALHO, BR 364 Km 1056, SÍTIO LACERDA ZONA RURAL - 76848-000 - NOVA CALIFÓRNIA (PORTO VELHO) - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MICHELLE CORREIA DA SILVA OAB nº RO9333, JHONATAN KLACZIK OAB nº RS107673
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, CERON INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
SENTENÇA
Trata-se de Embargos à Execução de Centrais Elétricas de Rondônia em face de execução que move Ênio Richard de Marchi Carvalho.
A execução se baseia em contrato de Incorporação de Rede Particular firmado entre as partes, em que a executada se comprometeu em pagar R$ 6.943,49 (seis mil, novecentos e quarenta e três reais e quarenta e nove centavos), três meses após a efetiva incorporação da rede elétrica.
Reclama, no entanto, o exequente que a incorporação já foi realizada em janeiro de 2018 mesmo e até agora a remuneração prometida não foi paga. Disse, também, que ao procurar a executada, foi informado de que os pagamentos desses contratos estavam suspensos, e que as pessoas teriam que ingressar com ação judicial para receber o valor devido.
A executada em seus embargos nada refutou sobre isso, nem mesmo demonstrou quando ocorreu realmente a incorporação, vale dizer, a utilização da rede elétrica construída pelo exequente.
Pela fatura de energia elétrica de Id 24801454, é possível ver que o exequente paga cobrança de energia elétrica à executada há alguns anos pelo menos, o que leva a crer que a incorporação de fato pode ter ocorrido antes mesmo da assinatura do contrato. De qualquer forma, essa prova técnica de que a rede não está ainda incorporada deve ser feita pela executada, o que foi ocorreu neste processo.
Dessa forma, CONHEÇO DOS EMBARGOS, mas no MÉRITO JULGO-OS IMPROCEDENTES, determinando a intimação da executada para pagamento no prazo de 3 (três) dias o valor da execução, considerando que ainda não foi feita esta intimação.
Sem pagamento no prazo acima delineado, deverá a parte exequente impulsionar a execução, sob pena de extinção.
Intime-se. Cumpra-se.
Serve a presente DECISÃO como MANDADO /intimação/ comunicação, dispensando-se expedição de ofício ou outro ato ordinatório do juízo.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto velho, RO 7004925-64.2019.8.22.0001
AUTOR: EDSON PEREIRA DE SOUZA
ADVOGADO DO AUTOR: GILBER ROCHA MERCES OAB nº RO5797, UILIAN HONORATO TRESSMANN OAB nº RO6805
RÉU: JEAN DOUGLAS BARBOSA
ADVOGADO DO RÉU: SHISLEY NILCE SOARES DA COSTA OAB nº RO1244
DESPACHO Considerando que o processo é praticamente de matéria de fato, bem ainda o que diz o art. 148 do Código Civil, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 13 de junho de 2019 às 09h00, a ser realizada na sede deste Juízo, localizado na Rua Quintino Bocaiúva n. 3061, esquina com Av. Jorge Teixeira, bairro Embratel, Porto Velho-RO (SALA DE AUDIÊNCIA DO 3º JEC - 1º ANDAR), devendo as partes produzirem provas quanto aos fatos controvertidos, no ato da audiência de instrução e julgamento. Na oportunidade, as partes poderão trazer as provas que pretendem produzir, inclusive testemunhais, até o máximo de três para cada parte, na forma do art. 33 e 34 da Lei 9.099/95. INTIMEM-SE as partes. Serve este DESPACHO como comunicação/MANDADO / intimação (Provimento 001/2017 CGJ/RO). Cumpra-se Porto Velho, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto velho, RO 7005914-70.2019.8.22.0001
REQUERENTES: CARMEN SANDRA SILVA, RUA JARDINS 906, CASA 60 - BROMÉLIA BAIRRO NOVO - 76817-001 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, ESDRAS FARIAS, RUA JARDINS 906, CASA 60 - BROMÉLIA BAIRRO NOVO - 76817-001 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: FRANCINE DE FREITAS FERNANDE OAB nº RO9382
REQUERIDO: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD, AVENIDA PINHEIRO MACHADO 2112B, - DE 1964 A 2360 - LADO PAR SÃO CRISTÓVÃO - 76804-046 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
SENTENÇA
Trata-se de ação de reparação por danos morais por Esdras Farias e Carmen Sandra Silva contra Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - CAERD, alegando, em síntese, que foram vítimas de descaso, omissão e negligência, haja vista ter sofrido com a falta no fornecimento de água encanada em sua residência por 10 (dez) dias seguidos.
Com base nos fatos narrados, pugnam que seja julgado procedente o pedido inicial, para condenar a requerida a indenizar cada um dos requerentes no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).
Foi dada a oportunidade para a apresentação de defesa e produção de provas pela ré.
No presente caso, entendo desnecessária a produção de novas provas, comportando o feito julgamento no estado em que se encontra e, conforme entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça, presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do Juiz, e não mera faculdade, assim proceder. (STJ B 40 Turma, Resp. 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14.08.1990, e publicado no DJU em 17.09.90, p. 9.513).
Conforme previsão doutrinária e jurisprudencial, tem-se que o fornecimento de água potável, constitui serviço essencial, pois atende a uma das necessidades básicas dos cidadãos, constituindo, em tempos modernos, como essencial a uma vida digna.
Não se olvida que todo serviço público deve possuir de forma ínsita algum grau de essencialidade; no entanto, também é escorreito declinar que se considera essencial determinado serviço público quando diz respeito mais diretamente a uma necessidade inadiável e vital dos cidadãos, relacionada a um dever primordial incidente sobre o Estado.
A doutrina frequentemente utiliza a Lei Federal n. 7.783/89, como parâmetro para avaliar a essencialidade de um serviço público.
Logo, para efeito de disciplinar o direito de greve, o seu art. 10 define quais são os serviços ou atividades essenciais que dispõe sobre as necessidades inadiáveis da coletividade, e como não poderia deixar de ser, a distribuição de água potável à população recebe atenção:

"Art. 10 - São considerados serviços ou atividades essenciais: I - Tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica; gás e combustíveis (...)."
A Lei n. 8.987/95 que dispõe sobre a permissão e concessão do serviço público, em seu art. 6º, parágrafo 1º, estabelece:
"Art. 6º. Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.
Parágrafo 1º – Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas."
Tem-se que o fornecimento de água encanada deve ser compreendido desde o princípio, como dever primordial de um Estado, comprometido com o bem estar social, postura esta assumida pela República Federativa do Brasil, através da Constituição de 1988.
Desse modo, fica evidente que além de estar ligada à seara consumerista, a prestação do serviço em comento se encontra fortemente jungida à noção de cidadania.
Volvendo ao caso dos autos, ainda que se fosse considerar que a suspensão inicial do fornecimento de água decorreu e razão da queima da bomba do poço que abastece a região em que mora a parte autora, devemos também levar em consideração o longo prazo para restabelecimento dos serviços, que segundo narrado na inicial, ocorreu por dez dias seguidos, o que ultrapassa o razoável, deixando a parte autora, efetiva consumidora sem água tratada para beber, tomar banho e fazer comida.
Embora a parte requerida tenha afirmado que providenciou o abastecimento do reservatório central do bairro novo por meio caminhões-pipa, disse que como o condomínio da parte requerente é um dos últimos, a água não chegou com força.
A justificativa da requerida só vem a reforçar o fato de falha na prestação do serviço. Não importa se o condomínio em que a requerente mora é o primeiro ou o último, o serviço precisa ser prestado.
A responsabilidade da empresa ré deve ser decidida sob o abrigo da responsabilidade objetiva, uma vez que se trata de concessionária de serviço público, e a relação entre as partes é regida pelo Código de Defesa do Consumidor, haja vista ser típica a relação de consumo, de modo que compete à requerida comprovar que não é sua responsabilidade pelo ressarcimento dos danos, em que pese, apesar de ser caso de responsabilidade objetiva, subsistirem inalterados alguns pressupostos para se configurar o dever de indenizar, a saber: o dano e o nexo de causalidade.
A requerida, portanto, responde pelos danos causados a seus usuários, desde que comprovados o dano e o nexo de causalidade, a não ser que comprove fato de terceiro ou culpa exclusiva do consumidor, o que aqui não se verifica. A demora para o restabelecimento do serviço essencial ultrapassou o razoável
Comprovado está o nexo causal entre o dano experimentado pela autora.
Não se trata de mera eventualidade, uma vez que a interrupção durou longo período. A responsabilidade avulta pela falha do serviço verificada não só em razão da interrupção, mas também da falta de restabelecimento em curto espaço de tempo, o que firma o nexo de causalidade entre o dano experimentado pelo requerente e a conduta da requerida.
Resta fixar o valor da indenização, que é a tarefa mais árdua em se tratando de indenização por dano moral, uma vez que a um só tempo lidamos com duas grandezas absolutamente distintas, uma imaterial (o abalo sofrido) e outra material (o dinheiro).
Compatibilizar o abalo à honra objetiva com um valor monetário que, de alguma forma, represente não um pagamento, mas um lenitivo, é muito difícil.
A jurisprudência tem oferecido alguns critérios para quantificar o valor do dano moral, havendo entendimento majoritário no sentido de que se leve em consideração a intensidade da ofensa, a capacidade financeira do ofensor e condição econômica do ofendido, de forma que a reparação não represente a ruína para o devedor, nem constitua fonte de enriquecimento sem causa para o credor, devendo ser estabelecida criteriosamente.
No presente caso concreto, considerando a condição econômica da autora, bem como a repercussão do ocorrido, a culpa grave da requerida e a capacidade financeira desta, fixo o dano moral no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais). Todavia, a indenização será paga somente ao titular da relação jurídica com a requerida, vale dizer, o primeiro requerente.
DISPOSITIVO
Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, para o fim de CONDENAR a requerida a pagar somente ao primeiro requerente R$ 3.000,00 (três mil reais), a título de danos morais, acrescido de correção monetária e juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da presente condenação (Súmula 362, Superior Tribunal de Justiça).
Por conseguinte, declaro EXTINTO O PROCESSO, com resolução do MÉRITO, nos termos do art. 487, inciso I do CPC.
Com o trânsito em julgado, independente de nova intimação, a parte devedora deverá efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 523 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, não sendo aplicável a parte final do §1° do referido artigo, no que tange à condenação em honorários advocatícios, conforme Enunciado 97 do FONAJE.
Consigno que o pagamento deverá ocorrer em conta judicial da Caixa Econômica Federal S/A, já que esta é a instituição financeira oficial para manutenção e gerenciamento das contas judiciais da Comarca de Porto Velho (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), sob pena de ser considerando inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do artigo 4º do Provimento Conjunto n. 006/2015-PR-CG, publicado no DJE n.o 115/2015, incidindo, inclusive, as penas previstas no artigo 523 do CPC, além de juros e correção monetária previstas em Lei.
Decorrido o prazo sem pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, conforme determina o art. 525 do CPC.
Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, no pedido de cumprimento de SENTENÇA o credor deverá apresentar planilha de cálculos com a inclusão da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito (artigo 523, §1º, do CPC), bem como dizer se pretende que o Judiciário pesquise bases de dados públicas e privadas, praticando atos de penhora, registro e expropriação (BACENJUD e RENAJUD) e se deseja ver protestado o devedor, quando não forem localizados bens (SERASAJUD).
Após o trânsito em julgado, havendo pagamento voluntário por meio de depósito judicial, independente de nova CONCLUSÃO, desde logo fica autorizada a expedição de alvará de levantamento dos valores depositados em prol da parte credora, assim como os acréscimos devidos, intimando-a para retirar a ordem no prazo de 10 (dez) dias.
Transcorrido o decêndio sem qualquer manifestação, transfira o numerário para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Serve a presente DECISÃO como MANDADO /intimação/ comunicação, dispensando-se expedição de ofício ou outro ato ordinatório do juízo.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto velho, RO 7006564-20.2019.8.22.0001
REQUERENTE: IZANA MENDES DA SILVA GARCIA, RUA CARDEAL 4059, - DE 3859/3860 A 4058/4059 CALADINHO - 76808-146 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MARIA ORISLENE MOTA DE SOUSA OAB nº RO3292

REQUERIDO: TAM LINHAS AEREAS S/A., AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO 6490, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA AEROPORTO AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: FABIO RIVELLI OAB nº BA34908
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38, da LF 9.099/95).
Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais promovida por Izana Mendes da Silva Garcia em face de Tam Linhas Aéreas S/A.
Relata a autora que tinha passagem aérea de Porto Velho/RO para Vitória/ES, com conexão em Guarulhos/SP. O voo chegaria ao destino final às 5h45 do dia 18/10/2018, mas por conta de um atraso em São Paulo, chegou ao destino final somente às 12h05.
No destino final sua bagagem despachada não chegou no mesmo voo, mas somente cerca das 23h00, ou seja, onze horas depois.
A empresa requerida em defesa alegou problemas operacionais no aeroporto da conexão como motivo do atraso. Sobre a bagagem a requerida não explicou o motivo do atraso na chegada e consequente entrega à autora.
Verifico está o processo pronto para SENTENÇA antecipada de MÉRITO.
Consigno, por oportuno, que a questão deve ser analisada à luz do Código de Defesa do Consumidor e aos princípios a ele inerentes, não se aplicando as disposições do Código Brasileiro de Aeronáutica – CBA, sendo a matéria já pacificada nas discussões jurídicas há alguns anos (REsp 740968/RS, STJ).
O cerne da demanda reside basicamente na falta de administração e má execução dos serviços contratados e prestados pela ré, delongando em mais de 6 (seis) horas a chegada ao destino final.
Todavia, entendo que o motivo apresentado pela requerida para o atraso diz respeito à organização interna da ré, não podendo os passageiros estarem sujeitos a cancelamentos de seus voos, sob pena de caracterização de má prestação do serviço por desorganização da empresa aérea.
Com relação ao dano moral, neste caso, restou configurado, pois é certo que a parte autora sofreu aborrecimentos e transtornos que extrapolam a normalidade ou o que é corriqueiro, principalmente porque tinha a empresa ré o dever de boa prestação dos serviços contratados, incluindo o de pontualidade, ou ao menos de reparação dos transtornos com a adoção de todas as medidas previstas pela própria Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.
A respeito desse assunto, transcrevo o seguinte:
"CONSUMIDOR. TRANSPORTE AÉREO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. CDC. CANCELAMENTO DO VÔO. TRATAMENTO INADEQUADO AOS PASSAGEIROS. AUSÊNCIA DE PROVA DE FORÇA MAIOR. DANO MORAL CONFIGURADO. REDUZIDO O QUANTUM INDENIZATÓRIO. Havendo cancelamento de vôo, após horas de espera, e permanecendo o passageiro sem informações adequadas, bem como sem acomodação satisfatória, durante o feriado de carnaval, aguardando a decolagem para enfim confirmar-se a frustração da viagem, está-se inequivocamente diante de tratamento inadequado ao consumidor, o que configura o abalo moral e a necessidade de reparação pela empresa de transporte aéreo. Responsabilidade objetiva do transportador aéreo. Dano moral configurado. Quantum reduzido. Recurso parcialmente provido. Unânime". (Recurso Cível Nº 71001546464, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: João Pedro Cavalli Junior, Julgado em 27/03/2008).
Na esteira do art. 14 do Código de Defesa do Consumidor "o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre fruição e riscos".
Nessa seara, para se configurar o dever de indenizar, basta a existência concorrente de dois elementos: a) o dano efetivo, moral e/ou patrimonial; e, b) o nexo causal entre o defeito do serviço e a lesão sofrida pelo consumidor.
Em resumo, presentes os pressupostos da responsabilidade civil objetiva – prestação inadequada de serviço, dano e nexo de causalidade, com fundamento nos artigos 20 e 22 do Código de Defesa do Consumidor deve ser afirmada a obrigação de indenizar do agente causador do dano, que no caso, é a empresa ré.
Em se tratando da valoração da indenização, adotam-se os critérios informados pela doutrina e jurisprudência, com destaque para a análise do binômio necessidade-possibilidade, atento ao grau de culpa, extensão do dano e efetiva compensação pelo injusto sofrido, além do fator desestímulo, evitando-se, contudo, o enriquecimento ilícito.
Considerando que o autor comprovou satisfatoriamente a existência de ato ilícito cometido pela ré, que é fato constitutivo de seu direito, cabia a esta última, na forma do artigo 373, inciso II, do CPC, comprovar a legitimidade do ato, como fato impeditivo do direito alegado, o que não o fez.
Com efeito, concluo que a narrativa do autor merece acolhimento, acarretando as consequências jurídicas aplicáveis ao caso, uma vez que ela certamente confiou, como, aliás, confiam a maioria das pessoas, que, com a passagem comprada e o voo marcado, viajaria sem maiores problemas, como fora previsto.
Além do mais, a atividade de transporte é concessão do Poder Público, que impõe ao concessionário a responsabilidade objetiva pelos prejuízos causados ao passageiro (artigo 37, CF). Somente exclui esta responsabilidade, a culpa exclusiva da vítima, o que evidentemente não é o caso.
A fixação do dano moral, segundo a doutrina e jurisprudência dominantes, deve, entre outras circunstâncias, se ater às consequências do fato, servir como desestímulo para a prática de novas condutas lesivas, observando-se sempre a capacidade financeira do obrigado a indenizar, de forma que o quantum que não implique em enriquecimento indevido do ofendido. Referido valor passa, invariavelmente, pelo arbítrio do juiz.
O aborrecimento sofrido pela parte autora foi significativo, como abordado em linhas acima, no entanto entendo que o dano experimentado pela autora foi somente pelo fato de ter de suportar a falta de resolução em um tempo razoável dos problemas pela empresa aérea, não havendo nenhum prejuízo de perda de compromisso urgente.
A condenação nestas circunstâncias deve ter também caráter pedagógico, mesmo porque atinge grande coletividade de pessoas, e beneficia economicamente sobremaneira as empresas que agem dessa forma, ou seja, com descaso demasiado.
Portanto, diante das circunstâncias do caso, que acarretaram consideráveis transtornos á autora, fixo a indenização pelos danos morais no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais) que entendo justa e razoável para servir de lenitivo ao transtorno sofrido pela demandante, bem como tem o caráter de prevenir condutas semelhantes por parte da ré.
Ante o exposto, julgo PROCEDENTE o pedido inicial formulado pela parte autora e CONDENO a ré a pagar a parte autora a quantia de R$ 12.000,00 (doze mil reais) a título de danos morais, acrescidos de juros e correção monetária a partir da publicação desta DECISÃO, consoante precedentes recentes do Superior Tribunal de Justiça.
Por conseguinte, julgo extinto o processo com resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil.
Com o trânsito em julgado, independente de nova intimação, a parte devedora deverá efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 523 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, não sendo aplicável a parte final do §1° do referido artigo, no que tange à condenação em honorários advocatícios, conforme Enunciado 97 do FONAJE.
Consigno que o pagamento deverá ocorrer em conta judicial da Caixa Econômica Federal S/A, já que esta é a instituição financeira oficial para manutenção e gerenciamento das contas judiciais da Comarca de Porto Velho (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), sob

pena de ser considerando inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do artigo 4º do Provimento Conjunto n. 006/2015-PR-CG, publicado no DJE n.o 115/2015, incidindo, inclusive, as penas previstas no artigo 523 do CPC, além de juros e correção monetária previstas em Lei.
Decorrido o prazo sem pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, conforme determina o art. 525 do CPC.
Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, no pedido de cumprimento de SENTENÇA o credor deverá apresentar planilha de cálculos com a inclusão da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito (artigo 523, §1º, do CPC), bem como dizer se pretende que o Judiciário pesquise bases de dados públicas e privadas, praticando atos de penhora, registro e expropriação (BACENJUD e RENAJUD) e se deseja ver protestado o devedor, quando não forem localizados bens (SERASAJUD).
Após o trânsito em julgado, havendo pagamento voluntário por meio de depósito judicial, independente de nova CONCLUSÃO, desde logo fica autorizada a expedição de alvará de levantamento dos valores depositados em prol da parte credora, assim como os acréscimos devidos, intimando-a para retirar a ordem no prazo de 10 (dez) dias.
Transcorrido o decêndio sem qualquer manifestação, transfira o numerário para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Serve a presente DECISÃO como MANDADO /intimação/comunicação, dispensando-se expedição de ofício ou outro ato ordinatório do juízo.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto velho, RO 7012314-08.2016.8.22.0001
EXEQUENTE: VITOR ALMEIDA DE AGUIAR
ADVOGADO DO EXEQUENTE:
EXECUTADO: OI S.A
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO OAB nº RO635
DESPACHO Intimem-se a parte requerida para se manifeste sobre a proposta de acordo da parte autora (ID 26572541), no prazo de 10 (dez) dias.
Serve cópia deste DESPACHO como MANDADO /ofício/intimação.
Porto Velho, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto velho, RO 7050106-25.2018.8.22.0001
REQUERENTES: CELSO CECCATTO JUNIOR, RUA PIXINGUINHA 115, (JARDIM DAS PALMEIRAS) PEDRINHAS - 76801-448 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, CARLA BIZERRA DE MEDEIROS, RUA PIXINGUINHA 115, (JARDIM DAS PALMEIRAS) PEDRINHAS - 76801-448 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: EDUARDO AUGUSTO FEITOSA CECCATTO OAB nº RO5100A, WANUSA CAZELOTTO DIAS DOS SANTOS OAB nº RO4284
REQUERIDO: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A, AVENIDA DOUTOR MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES 939, 9 ANDAR COND. CASTELO BRANCO OFFICE PARK TAMBORÉ - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REQUERIDO: LUCIANA GOULART PENTEADO OAB nº SP167884
DECISÃO
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9099/1995.
Os autores interpuseram embargos de declaração, sob o argumento de omissão na SENTENÇA, que não apontou a individualização dos danos morais.
A SENTENÇA condenou a requerida no pagamento de danos morais de R$5.000,00 (cinco mil reais), sem mencionar se o valor seria único, ou para cada litigante.
De fato, constato omissão no julgado, pois deixou de apreciar o quantitativo de autores.
Assim, acolho os embargos de declaração para aclarar omissão, e corrijo o DISPOSITIVO da SENTENÇA, nos seguintes termos, que deverá fazer parte do julgado: "Diante o exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL e como consequência, condeno a parte requerida ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), PARA CADA AUTOR, a título de danos morais, acrescido de correção monetária e juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da presente condenação (Súmula 362, Superior Tribunal de Justiça)."
Publicado e registrado eletronicamente.
Cumpra-se.
Serve como MANDADO /intimação/comunicação, dispensando-se expedição de ofício ou outro ato ordinatório do juízo.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto velho, RO 7005734-54.2019.8.22.0001
AUTOR: RONEI PINTO FIGUEIREDO, RUA MARINEIDE 6826, (JARDIM IPANEMA) - DE 6560/6561 A 6969/6970 CUNIÃ - 76824-428 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: JOSE GOMES BANDEIRA FILHO OAB nº RO816
RÉU: GOL LINHAS AÉREAS, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6201, AEROPORTO COSTA E SILVA - 76803-281 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: GUSTAVO ANTÔNIO FERES PAIXÃO OAB nº RO10059, BERNARDO AUGUSTO GALINDO COUTINHO OAB Nº RO2991
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei nº 9.099/95.
Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer c/c Indenização por Danos Morais promovida por Ronei Pinto Figueiredo contra Gol Linhas Aéreas S/A.
Consta dos autos que o requerente teria comprado uma passagem para fazer uma viagem das férias de seus sonhos, saindo em 16/10/2018 de João Pessoa/PB a São Paulo/SP, com localizador WLJYQW. Todavia, a empresa ré teria cancelado sem justificativa o bilhete.
A requerida alega necessidade de conexão desse processo com o nº 7005731-02.2019.8.22.0001. Rejeito o pedido, pois embora a narrativa fática seja parecida, mas as pessoas envolvidas são diferentes, com particularidades um pouco diferentes entre um caso e outro.
Analisando os documentos que foram juntados pelas partes ao processo, percebe-se que o requerente não consegue provar suas alegações. Os comprovantes de aquisição de passagem juntados são em nome de passageiro e código localizador diversos.
Não há, também, comprovante de que a requerida cancelou o bilhete, mesmo aquele juntado, que como já dito, está em nome de outra pessoa (Ezequiel Bezerra Farias) e com código localizado diferente do mencionado na inicial.
O único comprovante de cancelamento constate nos autos (Id 24737967) é de uma passagem de São Paulo/SP a João Pessoa/PB em nome de Ezequiel Sostenes Bezerra Farias, comprada por meio de milhas do programa "Smiles", e cancelada após pedido do próprio titular da conta "Smiles", no caso o requerente.

Mesmo considerando que o requerente tenha errado ao escrever o código localizado na inicial, conclui-se que a passagem não era para o requerente, como mencionado na inicial, e que foi emitida utilizando milhas do requerente. Este cancelou a operação, recebendo a restituição das milhas. Não ocorreu o cancelamento da passagem pela requerida.
Não vislumbra-se neste caso qualquer ato ilícito ou abusivo cometido pela requerida.
Posto isso, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial.
Por conseguinte, julgo extinto o processo com resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil.
Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Serve a presente DECISÃO como MANDADO /intimação/ comunicação, dispensando-se expedição de ofício ou outro ato ordinatório do juízo.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto velho, RO 7005731-02.2019.8.22.0001
AUTOR: ROSIANNE SOUSA SERIQUE, RUA CASTRO ALVES 5758 SÃO SEBASTIÃO - 76801-620 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: JOSE GOMES BANDEIRA FILHO OAB nº RO816
RÉU: GOL LINHAS AÉREAS, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6201, AEROPORTO COSTA E SILVA - 76803-281 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: GUSTAVO ANTÔNIO FERES PAIXÃO OAB nº RO10059, BERNARDO AUGUSTO GALINDO COUTINHO OAB nº RO2991
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei nº 9.099/95.
Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer c/c Indenização por Danos Morais promovida por Rosianne Souza Serique contra Gol Linhas Aéreas S/A.
Consta dos autos que a requerente teria comprado uma passagem para fazer uma viagem das férias de seus sonhos, saindo em 11/10/2018 de João Pessoa/PB a São Paulo/SP, com localizador BKLMRG. Todavia, a empresa ré teria cancelado sem justificativa o bilhete.
A requerida alega necessidade de conexão desse processo com o nº 7005734-54.2019.8.22.0001. Rejeito o pedido, pois embora a narrativa fática seja parecida, mas as pessoas envolvidas são diferentes, com particularidades um pouco diferentes entre um caso e outro.
Analisando os documentos que foram juntados pelas partes ao processo, percebe-se que a requerente não consegue provar suas alegações. Os comprovantes de aquisição de passagem juntados são em nome de passageiro e código localizador diversos.
Não há, também, comprovante de que a requerida cancelou o bilhete, mesmo aquele juntado, que como já dito, está em nome de outra pessoa (Ubirajara Mariano) e com código localizado diferente do mencionado na inicial.
Não há comprovante de cancelamento do bilhete, para se aferir se foi realizado pela empresa aérea ou pela própria requerente, proprietária das milhas, pois a compra fora realizada em sua conta pessoal do site “Smiles”.
Não vislumbra-se neste caso qualquer ato ilícito ou abusivo cometido pela requerida.
Posto isso, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial.
Por conseguinte, julgo extinto o processo com resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil.
Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Serve a presente DECISÃO como MANDADO /intimação/ comunicação, dispensando-se expedição de ofício ou outro ato ordinatório do juízo.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto velho, RO 7023513-56.2018.8.22.0001
REQUERENTE: RAIMUNDO RAMOS DE FREITAS, ACAR 1747 SÃO CRISTOVAO - 69800-000 - HUMAITÁ - AMAZONAS
ADVOGADO DO REQUERENTE: ELINE MARCELO DA SILVA SANTOS OAB nº AC4058, HUESLEI MORAES MARIANO OAB nº RO5992
REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, RUA MARECHAL DEODORO 2711, - DE 2672/2673 A 2990/2991 OLARIA - 76801-260 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: JOSE HENRIQUE BARROSO SERPA OAB nº RO9117, PAULO BARROSO SERPA OAB nº RO4923, IRAN DA PAIXAO TAVARES JUNIOR OAB nº RO5087
SENTENÇA
Trata-se de Embargos de Declaração em que a parte embargante alega contradição da SENTENÇA de Id 24634611, pois o critério para fixação da correção monetária e juros legais é contrária à Sumula 580 e 426 do Superior Tribunal de Justiça.
Analisando o processo, vê-se que é necessária a reforma.
Isto posto, CONHEÇO DOS EMBARGOS, uma vez que são tempestivos, e no MÉRITO ACOLHO-OS, passando a parte dispositiva da SENTENÇA a ter a seguinte redação:
“Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, para CONDENAR a requerida a PAGAR ao requerente o valor de R$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta e cinco reais) corrigido monetariamente desde a data de óbito da esposa do embargante, vale dizer, 15/03/2017, e com juros legais a partir da data da citação.”
Intimem-se as partes.
Serve a presente DECISÃO como MANDADO /intimação/ comunicação, dispensando-se expedição de ofício ou outro ato ordinatório do juízo.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
NOTIFICAÇÃO DA PARTE RECORRENTE
Processo nº: 7007594-27.2018.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: ILDSON CHRISTIAN BARROSO FERNANDES
Advogados do(a) REQUERENTE: BIANCA HONORATO DE MATOS - RO8119, MARINA FERNANDES MAMANNY - RO8124
REQUERIDO: BANCO ITAUCARD S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: WILSON BELCHIOR - CE17314
Com base em acórdão proferido pela Turma Recursal, fica vossa senhoria notificada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais, sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto extrajudicial. O Valor das custas é de 1% um por cento, nos termos do art. 12, III, da Lei Estadual nº 3.896 de 2016 (Regimento de Custas). Assim, para gerar o boleto de pagamento, utilize o link abaixo.
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=Tx7niP9iEw7gdde9QtEMNn_CnNejhosUMo1nxE8.wildfly01:custas1.1
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
NOTIFICAÇÃO DA PARTE RECORRENTE
Processo nº: 7034005-44.2017.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: MOACYR DE PAULA JUNIOR
Advogados do(a) REQUERENTE: JUACY DOS SANTOS LOURA JUNIOR - RO656-A, DANILO HENRIQUE ALENCAR MAIA - RO7707
REQUERIDO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Advogado do(a) REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462
Com base em acórdão proferido pela Turma Recursal, fica vossa senhoria notificada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais, sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto extrajudicial. O Valor das custas é de 1% um por cento, nos termos do art. 12, III, da Lei Estadual nº 3.896 de 2016 (Regimento de Custas). Assim, para gerar o boleto de pagamento, utilize o link abaixo.
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=Tx7niP9iEw7gdde9QtEMNn_CnNejhosUMo1nxE8.wildfly01:custas1.1
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
COMARCA PORTO VELHO
3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo n.: 7002907-70.2019.8.22.0001
Parte requerente: Nome: EDSON MARQUES DA SILVA FILHO
Endereço: Avenida Farquar, 3120, - de 3398 a 4030 - lado par, Pedrinhas, Porto Velho - RO - CEP: 76801-432
Advogado (a): Advogado do(a) REQUERENTE: JHONATAS EMMANUEL PINI - RO4265
Parte requerida: Nome: BANCO DO BRASIL S/A
Endereço: Rua José de Alencar, 3115, - de 2978/2979 a 3272/3273, Caiari, Porto Velho - RO - CEP: 76801-154
Advogado (a): Advogado do(a) REQUERIDO: RAFAEL SGANZERLA DURAND - RO4872
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/95.
A parte autora, EDSON MARQUES DA SILVA FILHO, ajuizou a presente ação visando a condenação do Banco do Brasil S/A ao pagamento de indenização por dano moral em virtude de excessiva permanência na fila para atendimento no dia 28/01/20198, pois aguardou por mais de uma hora, o que extrapolou o razoável.
A requerida em sua defesa alegou que o tipo de atendimento que o requerente necessitou realizar é realmente demorado devido sua natureza, e que, portanto, o tempo razoável para atendimento deve ser aplicado somente em relação aos atendimento normais como pagamentos, transferências e outras operações.
Decido.
A presente contenda apresenta pedido de indenização por dano moral em virtude do demasiado tempo em que a parte autora teria passado aguardando atendimento em fila de espera na agência bancária do réu.
Conforme restou demonstrado no feito, por meio dos documentos anexos ao feito, em especial pela senha de atendimento, a autora somente teve realizado seu atendimento depois de ficar aguardando por mais de uma hora.
Resta evidente, pois, que a parte autora aguardou atendimento por exacerbado período de tempo, o que é injustificado e viola deveres anexos da boa-fé, assim como configura violação à dignidade da pessoa humana, ao oferecer um serviço ao consumidor mediante a condição de esperar por tempo indeterminado.
Convém lembrar que, embora não sejam aplicáveis à espécie para estabelecer prazo mínimo de espera, tanto a Lei Municipal nº 1.877/2010 como a Lei Estadual nº 3.522/2015 fixam em até 30 (trinta) minutos o prazo aceitável para um atendimento bancário. E isso revela que o prazo que o requerente esperou para ser atendido extrapolou o razoável.
É importante dizer que não importa se o atendimento é negocial ou para realizações de operações bancárias corriqueiras. Devem as instituições bancárias fornecerem o número de atendentes suficientes para que a espera não imponha ao cliente o fardo da espera demasiada como se vê comumente.
Ademais, se deve valorar que tem se notado considerável aumento de demandas desta espécie, com pedidos análogos nesta Justiça, o que tem revelado que as instituições bancárias, entre elas o réu, tem se apresentado como contumazes descumpridoras da Lei Municipal aqui invocada, devendo imediatamente se adequar à Legislação pertinente, investindo em infraestrutura e pessoal, de forma a atender seus clientes de forma mais de digna e em razoável tempo.
O caso envolve relação de consumo, pela qual o requerido prestou ao requerente um serviço bancário defeituoso, ou seja, a forma indigna como o serviço fora prestado expôs o requerente a uma espera além do razoável. E, nesse caso, aplica-se a responsabilidade objetiva prevista no art. 14 do CDC, pela qual se dispensa a existência de culpa.
Insta salientar que o dano moral em questão é in re ipsa, sendo relativamente presumido por decorre do fato.
O Colendo Superior Tribunal de Justiça, em reiterados julgados, já pacificou o entendimento de que o dano moral independe de prova, havendo necessidade apenas de se demonstrar o fato que o gerou. É neste sentido o Recurso Especial nº 233076/RJ, que teve como relator o Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, julgado em 16.11.1999 e publicado no DJU em 28.02.2000, p. 089.
Configurou-se, no caso em análise, a existência do dano moral, sendo que o banco réu se desincumbiu de provar causa excludente de sua responsabilidade.
O nexo de causalidade entre a dor sofrida pela parte autora e o serviço defeituoso prestado pelo réu é, igualmente, inquestionável, pois não fosse o modo pelo qual presta o serviço, de forma insuficiente e precária estrutura de pessoal para atendimento da demanda de clientes, não haveria tamanha demora em seu atendimento, consequentemente, não ocasionaria o dano.
Assim, tenho que caracterizada a responsabilidade civil do réu pelo dano moral experimentado pela autora, analisada de acordo com os fatos, documentos e a própria defesa do réu.
Resta apenas fixar o valor da indenização, que é a tarefa mais árdua em se tratando de indenização por dano moral, uma vez que a um só tempo lidamos com duas grandezas absolutamente distintas: uma imaterial (a dor sofrida) e outra material (o dinheiro).
A jurisprudência tem oferecido critérios para quantificar o valor do dano moral, havendo entendimento majoritário no sentido de que se leve em consideração a intensidade da ofensa, a capacidade financeira do ofensor, o tempo e a condição econômica do ofendido, de forma que a reparação não represente a ruína para ao devedor, nem constitua fonte de enriquecimento sem causa para o credor.
Necessário ressaltar que, especificamente neste caso, o dano moral ocorreu. Tal afirmação é embasada no fato do expressivo tempo em que a autora aguardou na fila de atendimento do banco réu.
Por fim, considerando os argumentos expostos, os elementos constantes no feito, a repercussão do ocorrido e, ainda, a culpa e capacidade financeira do réu, fixo o dano moral em quantia que entendo ser suficiente para atender os objetivos reparatórios e punitivos, sem gerar enriquecimento sem causa da parte autora e empobrecimento do réu.
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial formulado pela parte autora para CONDENAR o requerido a PAGAR à parte requerente o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), a título de indenização por dano moral, atualizados monetariamente e

acrescidos de juros legais a partir da publicação desta DECISÃO.
Por conseguinte, declaro EXTINTO O PROCESSO, com resolução do MÉRITO, nos termos do art. 487, inciso I do CPC.
Intime-se as partes da SENTENÇA. Ocorrido o trânsito em julgado, a parte devedora deverá, independente de nova intimação, efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 52, inciso III e IV da Lei 9.099/95, subsidiariamente ao artigo 523, §1º do Código de Processo Civil, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito.
O Valor da condenação obrigatoriamente deverá ser depositado na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), com comprovação tempestiva nos autos, sob pena de incidência da multa descrita anteriormente.
Caso haja pagamento espontâneo, expeça-se o respectivo alvará.
Sem custas e sem honorários por se trata de DECISÃO em primeiro grau de jurisdição, nos termos dos artigos 54/55 da Lei 9.099/1995.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto velho, RO 7054284-51.2017.8.22.0001
EXEQUENTES: LUCAS CALVI AKL, KAROLINE COSTA MONTEIRO
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: LUCAS CALVI AKL OAB nº RO7539, KAROLINE COSTA MONTEIRO OAB nº RO3905
EXECUTADO: GEAP FUNDACAO DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB nº SP128341
DESPACHO Excepcionalmente, concedo o prazo de 2 (dois) dias para que a exequente comprove o que alega.
Serve cópia deste DESPACHO como MANDADO /ofício/ intimação.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto velho, RO 7001679-60.2019.8.22.0001
REQUERENTE: JEREMIAS MOURA DOS SANTOS, RUA IBRAHIM SUED 2798, - DE 2 A 4800 - LADO PAR SOCIALISTA - 76828-890 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MARCIO SILVA DOS SANTOS OAB nº RO838
REQUERIDO: SKY SERVICOS DE BANDA LARGA LTDA., RUA FLORES DA CUNHA, - ATÉ 4218/4219 COSTA E SILVA - 76803-608 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
Vistos, etc.
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9099/1995.
FUNDAMENTO E DECIDO.
A parte autora objetiva indenização por danos morais (R$ 10.000,00) e devolução do valor pago (R$ 4.725,00), diante da má prestação de serviços de internet banda larga prestado pela empresa ré.
Sem maiores delongas, deve ser aplicada a regra insculpida no artigo 20 da Lei 9.099/1995.
Apesar dos efeitos da revelia, é cediço que os mesmos não geram efeitos absolutos, devendo sempre a DECISÃO final ser norteada à luz do livre convencimento motivado do Juízo.
Os fatos narrados trazem ao conhecimento que a autora contratou o serviço em fevereiro de 2015 (SKY LIGHT HD 15) no valor de R$ 135,00, onde a empresa se comprometia a fornecer 4 megabytes de internet. No entanto, a velocidade oscila entre 80 a 390 kbytes por segundo, muito abaixo do contratado.
Da ordem de serviço, datada de 05/02/13, constata-se que o pacote contratado refere a serviço de internet Banda Larga SFW, e fatura indica PACOTE SKY DIGITAL, sendo, portanto, unicamente serviço de internet.
Também consta dos autos "captura de tela", onde a velocidade da internet do autor é de 360kbps, muito abaixo do contratado.
Verifica-se que a pretensão da parte autora merece sucesso, ao menos em parte, pois quanto a restituição da quantia já paga até o presente momento, não prospera a tese, considerando que a parte autora usufruiu do serviço prestado e a restituição integral, causaria evidente enriquecimento sem causa.
No entanto, quanto ao defeito na prestação do serviço de internet, a medida que se impõe é a procedência, vez que pela presunção de veracidade do fato aliado aos demais documentos juntados na exordial, demonstram o nexo de causalidade e o dano ao consumidor, não havendo qualquer excludente do nexo de causalidade.
Dito isso, e restando incontroversos os fatos relatados na exordial, verifica-se que o consumidor passou por situação que ultrapassou a esfera do mero dissabor, pois pagou por serviço acreditando na velocidade contratada, quando na verdade, a velocidade sequer chegou a 1Mega.
A Turma Recursal possui entendimento consolidado acerca da ocorrência de dano extrapatrimonial nos casos de perda do tempo útil do consumidor face a um problema gerado pela empresa fornecedora, sem a devida resolução administrativa do mesmo, aplicando-se a Teoria do Desvio Produtivo do Consumidor.
Neste sentido:
"Consumidor. Falha na prestação do serviço. Responsabilidade objetiva do fornecedor. Danos morais devidos. Quantum indenizatório. Redução. 1 - O fornecedor responde objetivamente pela falha na prestação de seu serviço, cabendo ao mesmo comprovar que tal fato se deu por culpa exclusiva da vítima, sob pena de ser reconhecida sua responsabilidade. 2 – O valor arbitrado a título de indenização por danos morais deve ser adequado ao prejuízo efetivamente suportado pelo consumidor.RECURSO INOMINADO, Processo nº 7050123-95.2017.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de julgamento: 29/03/2019."
No referido precedente, o dano moral foi fixado no patamar de R$ 3.000,00 (três mil reais), valor que se mostra justo e razoável para reparar o dano suportado pelo consumidor, em especial por se adequar aos demais precedentes da Turma.
Ante o exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, e CONDENO a ré a pagar a parte autora a quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de danos morais, acrescidos de juros e correção monetária a partir da publicação desta DECISÃO, consoante precedentes recentes do Superior Tribunal de Justiça.
Por conseguinte, julgo extinto o processo com resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil.
Intime-se as partes da SENTENÇA.
Com o trânsito em julgado, a parte devedora deverá efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 523 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, não sendo aplicável a parte final do §1° do referido artigo, no que tange à condenação em honorários advocatícios, conforme Enunciado 97 do FONAJE.
Consigno que o pagamento deverá ocorrer em conta judicial da Caixa Econômica Federal S/A, já que esta é a instituição financeira oficial para manutenção e gerenciamento das contas judiciais da Comarca de Porto Velho (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), sob pena de ser considerando inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do artigo 4º do Provimento Conjunto n. 006/2015-PR-CG, publicado no DJE n.o 115/2015, incidindo, inclusive, as penas previstas no artigo 523 do CPC, além de juros e correção monetária previstas em Lei.
Decorrido o prazo sem pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, conforme determina o art. 525 do CPC.
Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, no pedido de cumprimento de SENTENÇA o credor deverá apresentar planilha

de cálculos com a inclusão da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito (artigo 523, §1º, do CPC), bem como dizer se pretende que o Judiciário pesquise bases de dados públicas e privadas, praticando atos de penhora, registro e expropriação (BACENJUD e RENAJUD) e se deseja ver protestado o devedor, quando não forem localizados bens (SERASAJUD).
Após o trânsito em julgado, havendo pagamento voluntário por meio de depósito judicial, independente de nova CONCLUSÃO, desde logo fica autorizada a expedição de alvará de levantamento dos valores depositados em prol da parte credora, assim como os acréscimos devidos, intimando-a para retirar a ordem no prazo de 10 (dez) dias.
Transcorrido o decêndio sem qualquer manifestação, transfira o numerário para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Publicado e registrado eletronicamente.
Cumpra-se.
Serve como MANDADO /intimação/comunicação, dispensando-se expedição de ofício ou outro ato ordinatório do juízo.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Luís Delfino César Júnior
Juiz Substituto

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº 7007617-36.2019.8.22.0001
REQUERENTE: BRAZ & SILVA LTDA - ME
Advogado do(a) REQUERENTE: ANA PAULA COSTA SENA - RO8949
REQUERIDO: SOUZA & AGUIAR PROJETOS E EXECUCOES LTDA - ME
Intimação DAS PARTES - AUDIÊNCIA
PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), a comparecerem à AUDIÊNCIA deste processo a ser realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: Sala A - 3º Juizado Especial Cível Data: 01/08/2019 Hora: 16:40
OBSERVAÇÕES: 1) A contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas ATÉ o ato da audiência de conciliação. Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento; 2) Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca; 3) Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; 4) Fica(m) Vossa(s) Senhoria(s), ainda, devidamente cientificada(s) de que, nos termos do que dispõe o Art. 20, da referida lei, o seu não comparecimento a qualquer das audiências designadas, implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial.
ADVERTÊNCIAS: 1) Por força da lei 9.099/95 e da Portaria Conjunta nº 001/2017, a jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer na audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da referida lei, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação de poderes servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia. 2) Os prazos processuais neste juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 42, lf 9099/95); 3) As partes deverão comparecer às audiências designadas munidas dos números de suas respectivas contas bancárias para eventual formalização e efetivação do acordo, evitando-se o uso da conta judicial; 4) As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art 19, §2º, lf 9099/95); 5) Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova, (art. 6º, cdc). 6) As partes deverão comparecer às audiências designadas na data, horário e endereço em que ser realizará a audiência, e que procuradores e preposto deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar; 7) EM SE TRATANDO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, As partes poderão trazer para a audiência até três testemunhas – independentemente de intimação – e a documentação que julgarem necessárias para instruir do feito.
Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº 7007743-86.2019.8.22.0001
AUTOR: FRANCIANE DIAS DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: ANA SUZY GOMES CABRAL - RO9231
RÉU: TECNOLOGIA BANCARIA S.A., CREFISA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS
Advogado do(a) RÉU: LAZARO JOSE GOMES JUNIOR - MS8125
Intimação DAS PARTES - AUDIÊNCIA
PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), a comparecerem à AUDIÊNCIA deste processo a ser realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: Sala B - 3º Juizado Especial Cível Data: 01/08/2019 Hora: 16:00
OBSERVAÇÕES: 1) A contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas ATÉ o ato da audiência de conciliação. Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento; 2) Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca; 3) Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; 4) Fica(m) Vossa(s) Senhoria(s), ainda, devidamente cientificada(s) de que, nos termos do que dispõe o Art. 20, da referida lei, o seu não comparecimento a qualquer das audiências designadas, implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial.
ADVERTÊNCIAS: 1) Por força da lei 9.099/95 e da Portaria Conjunta nº 001/2017, a jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer na audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da referida lei, sendo

que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação de poderes servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia. 2) Os prazos processuais neste juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 42, lf 9099/95); 3) As partes deverão comparecer às audiências designadas munidas dos números de suas respectivas contas bancárias para eventual formalização e efetivação do acordo, evitando-se o uso da conta judicial; 4) As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art 19, §2º, lf 9099/95); 5) Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova, (art. 6º, cdc). 6) As partes deverão comparecer às audiências designadas na data, horário e endereço em que ser realizará a audiência, e que procuradores e preposto deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar; 7) EM SE TRATANDO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, As partes poderão trazer para a audiência até três testemunhas – independentemente de intimação – e a documentação que julgarem necessárias para instruir do feito.

Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº 7001911-72.2019.8.22.0001
AUTOR: LEONARDO FERREIRA DE MELO
Advogado do(a) AUTOR: LEONARDO FERREIRA DE MELO - RO5959
REQUERIDO: JEAN CHARLES ASSIS PINHEIRO
Intimação DAS PARTES - AUDIÊNCIA
PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), a comparecerem à AUDIÊNCIA deste processo a ser realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: Sala B - 3º Juizado Especial Cível Data: 01/08/2019 Hora: 16:40
OBSERVAÇÕES: 1) A contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas ATÉ o ato da audiência de conciliação. Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento; 2) Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca; 3) Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; 4) Fica(m) Vossa(s) Senhoria(s), ainda, devidamente cientificada(s) de que, nos termos do que dispõe o Art. 20, da referida lei, o seu não comparecimento a qualquer das audiências designadas, implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial.
ADVERTÊNCIAS: 1) Por força da lei 9.099/95 e da Portaria Conjunta nº 001/2017, a jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer na audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da referida lei, sendo

que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação de poderes servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia. 2) Os prazos processuais neste juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 42, lf 9099/95); 3) As partes deverão comparecer às audiências designadas munidas dos números de suas respectivas contas bancárias para eventual formalização e efetivação do acordo, evitando-se o uso da conta judicial; 4) As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art 19, §2º, lf 9099/95); 5) Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova, (art. 6º, cdc). 6) As partes deverão comparecer às audiências designadas na data, horário e endereço em que ser realizará a audiência, e que procuradores e preposto deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar; 7) EM SE TRATANDO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, As partes poderão trazer para a audiência até três testemunhas – independentemente de intimação – e a documentação que julgarem necessárias para instruir do feito.
Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº 7002931-98.2019.8.22.0001
AUTOR: ALMIR NUNES DE SOUZA
Advogados do(a) AUTOR: THIAGO VALIM - RO6320, CAROLINA HOULMONT CARVALHO ROSA DE PAULA - RO7066, NICOLE DIANE MALTEZO MARTINS - RO7280
RÉU: HEVANDRO CARLOS SCHREINER
Intimação DAS PARTES - AUDIÊNCIA
PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), a comparecerem à AUDIÊNCIA deste processo a ser realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: Sala A - 3º Juizado Especial Cível Data: 02/08/2019 Hora: 09:20
OBSERVAÇÕES: 1) A contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas ATÉ o ato da audiência de conciliação. Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento; 2) Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca; 3) Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; 4) Fica(m) Vossa(s) Senhoria(s), ainda, devidamente cientificada(s) de que, nos termos do que dispõe o Art. 20, da referida lei, o seu não comparecimento a qualquer das audiências designadas, implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial.
ADVERTÊNCIAS: 1) Por força da lei 9.099/95 e da Portaria Conjunta nº 001/2017, a jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer na audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de

revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da referida lei, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação de poderes servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia. 2) Os prazos processuais neste juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 42, lf 9099/95); 3) As partes deverão comparecer às audiências designadas munidas dos números de suas respectivas contas bancárias para eventual formalização e efetivação do acordo, evitando-se o uso da conta judicial; 4) As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art 19, §2º, lf 9099/95); 5) Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova, (art. 6º, cdc). 6) As partes deverão comparecer às audiências designadas na data, horário e endereço em que ser realizará a audiência, e que procuradores e preposto deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar; 7) EM SE TRATANDO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, As partes poderão trazer para a audiência até três testemunhas – independentemente de intimação – e a documentação que julgarem necessárias para instruir do feito.
Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº 7002021-71.2019.8.22.0001
REQUERENTE: PORTO REAL COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - EPP
Advogado do(a) REQUERENTE: CARLENE TEODORO DA ROCHA - RO6922
REQUERIDO: VAGNER ALMEIDA VASCONCELOS - ME
Intimação DAS PARTES - AUDIÊNCIA
PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), a comparecerem à AUDIÊNCIA deste processo a ser realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: Sala A - 3º Juizado Especial Cível Data: 01/08/2019 Hora: 17:20
OBSERVAÇÕES: 1) A contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas ATÉ o ato da audiência de conciliação. Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento; 2) Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca; 3) Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; 4) Fica(m) Vossa(s) Senhoria(s), ainda, devidamente cientificada(s) de que, nos termos do que dispõe o Art. 20, da referida lei, o seu não comparecimento a qualquer das audiências designadas, implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial.
ADVERTÊNCIAS: 1) Por força da lei 9.099/95 e da Portaria Conjunta nº 001/2017, a jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer na audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da referida lei, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação de poderes servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia. 2) Os prazos processuais neste juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 42, lf 9099/95); 3) As partes deverão comparecer às audiências designadas munidas dos números de suas respectivas contas bancárias para eventual formalização e efetivação do acordo, evitando-se o uso da conta judicial; 4) As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art 19, §2º, lf 9099/95); 5) Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova, (art. 6º, cdc). 6) As partes deverão comparecer às audiências designadas na data, horário e endereço em que ser realizará a audiência, e que procuradores e preposto deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar; 7) EM SE TRATANDO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, As partes poderão trazer para a audiência até três testemunhas – independentemente de intimação – e a documentação que julgarem necessárias para instruir do feito.
Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo n°: 7006887-59.2018.8.22.0001
EXEQUENTE: LOC-MAQ LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP
Advogado do(a) EXEQUENTE: LEONARDO GUIMARAES BRESSAN SILVA - RO1583
EXECUTADO: STI SERVICOS TECNICOS INDUSTRIAIS LTDA
Intimação À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, a apresentar o endereço atualizado da parte requerida para a expedição de MANDADO de penhora de bens, no prazo de 5 (cinco) dias.
Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
NOTIFICAÇÃO DA PARTE RECORRENTE
Processo nº: 7030263-11.2017.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: CICERO OLIVEIRA SOBRINHO
Advogados do(a) EXEQUENTE: BRUNO PAIVA OLIVEIRA - RO8056, JEANDERSON LUIZ VALERIO ALMEIDA - RO6863
EXECUTADO: BANCO BMG CONSIGNADO S/A
Advogado do(a) EXECUTADO: FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA - MG109730
Com base em acórdão proferido pela Turma Recursal, fica vossa senhoria notificada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais, sob pena de inscrição em

dívida ativa e protesto extrajudicial. O Valor das custas é de 1% um por cento, nos termos do art. 12, III, da Lei Estadual nº 3.896 de 2016 (Regimento de Custas). Assim, para gerar o boleto de pagamento, utilize o link abaixo.
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=Tx7niP9iEw7gdde9QtEMNn_CnNejhosUMo1nxE8.wildfly01:custas1.1
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto velho, RO 7040203-63.2018.8.22.0001
REQUERENTE: LUIZ FERNANDO TEIXEIRA SALGADO, AVENIDA GUAPORÉ 6100, AP 404 RIO MADEIRA - 76821-430 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ALECSANDRO DE OLIVEIRA FREITAS OAB nº RJ190137, MARIA DA CONCEICAO AGUIAR LEITE DE LIMA OAB nº RO5932, LUIZ GUILHERME DE CASTRO OAB nº RO8025
REQUERIDO: TELEFONICA BRASIL S.A., AVENIDA NOSSA SENHORA DA PENHA 275, PARTE A SANTA HELENA - 29055-022 - VITÓRIA - ESPÍRITO SANTO
ADVOGADO DO REQUERIDO: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES OAB nº GO29320
SENTENÇA
Trata-se de Embargos de Declaração em que a parte embargante alega omissão da SENTENÇA de Id 24824983, especificamente no que concerne a não indicação do índice de correção monetária, bem ainda pede esclarecimento sobre a obrigação de fazer determinada.
O índice de correção monetária é sempre utilizado o da tabela oficial de Tribunal de Justiça de Rondônia. Sobre a obrigação de fazer, vê-se que a SENTENÇA foi clara em dizer que a requerida tem de manter a cobranças das faturas no limite contratado, vale dizer, cobrar o valor do pacote contratado somente. Valores extras somente quando houve a utilização ou contratação legal.
Isto posto, CONHEÇO DOS EMBARGOS, uma vez que são tempestivos, e no MÉRITO ACOLHO-OS, nos termos acima mencionados.
Serve a presente DECISÃO como MANDADO /intimação/comunicação, dispensando-se expedição de ofício ou outro ato ordinatório do juízo.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto velho, RO 7021038-98.2016.8.22.0001
EXEQUENTE: TELEFONICA BRASIL S.A.
ADVOGADO DO EXEQUENTE: EDUARDO MATZENBACHER ZARPELON OAB nº RS56214, HENRIQUE DE DAVID OAB nº RS84740
EXECUTADO: CAICO VEICULOS LTDA - ME
ADVOGADO DO EXECUTADO: ADRIANO MICHAEL VIDEIRA DOS SANTOS OAB nº RO4788
DESPACHO Arquivem-se.
Serve cópia deste DESPACHO como MANDADO /ofício/intimação.
Porto Velho, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto velho, RO 7022243-94.2018.8.22.0001
EXEQUENTE: CIDELIO JOSE DE CARVALHO JUNIOR, RUA PRINCIPAL 06, RUA01 QUADRA 02 RESIDENCIAL MORADAS SUL NOVO HORIZONTE - 76810-160 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DENERVAL JOSE DE AGNELO OAB nº RO7134
EXECUTADO: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD, AVENIDA PINHEIRO MACHADO 2112, - DE 1964 A 2360 - LADO PAR SÃO CRISTÓVÃO - 76804-046 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: CLAYTON CONRAT KUSSLER OAB nº RO3861
SENTENÇA
Trata-se de Embargos de Declaração em que a parte embargante alega necessidade de desfazimento da penhora de ativos financeiros da embargada, conforme relatório do sistema Bacen-jud de Id 23995589.
Analisando o processo, verifica-se que a executada por duas vezes seguidas apresentou embargos à execução sob a mesma fundamentação. Inicialmente (na fase de cumprimento de SENTENÇA) a tese foi totalmente rechaçada, mas, mesmo assim, a executada apresentou a impugnação ao bloqueio via Bacen-jud sustentando as mesmas alegações da impugnação ao cumprimento de SENTENÇA.
O Código de Processo Civil (CPC), em seu art. 80, V, diz que "considera-se litigante de má-fé aquele que proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo". O inciso VII fala também que "considera-se litigante de má-fé aquele que interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório".
A argumentação apresentada pela executada já havia sido analisada, e a SENTENÇA transitada em julgado. Assim, não caberia a executada interpor novamente embargos alegando a mesma tese. Isso é considerado incidente temerário, com intuito manifestamente protelatório.
A Lei nº 9.099/95, em seu art. 55 diz que "a SENTENÇA de primeiro grau não condenará o vencido em custas e honorários de advogado, ressalvados os casos de litigância de má-fé". O parágrafo único, I, do mesmo artigo diz que "na execução não serão contadas custas, salvo quando reconhecida a litigância de má-fé".
Isto posto, CONHEÇO DA IMPUGNAÇÃO, uma vez que é tempestiva, mas NÃO A ACOLHO.
Ademais, CONDENO a executada/embargante, Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia (CAERD) a PAGAR ao exequente o percentual de 5% do valor atualizado da causa, a título de multa por litigância de má-fé.
Também, condeno a executada no pagamento das custas.
Intime-se as partes da SENTENÇA. Ocorrido o trânsito em julgado, a parte executada deverá, independente de nova intimação, efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 52, inciso III e IV da Lei 9.099/95, subsidiariamente ao artigo 523, §1º do Código de Processo Civil, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito.
O Valor da condenação obrigatoriamente deverá ser depositado na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), com comprovação tempestiva nos autos, sob pena de incidência da multa descrita anteriormente.
Caso haja pagamento espontâneo, expeça-se o respectivo alvará.
Serve a presente DECISÃO como MANDADO /intimação/comunicação, dispensando-se expedição de ofício ou outro ato ordinatório do juízo.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto velho, RO 7044913-29.2018.8.22.0001
REQUERENTE: EMILLY SASHA LAZARI PINTO, RUA BENJAMIN CONSTANT 3143, - DE 2741 A 2895 - LADO ÍMPAR LIBERDADE - 76803-899 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MAIRA CELIE MADUREIRA SERRA OAB nº RO7966

REQUERIDO: OPEN CREDIT COBRANCA E ASSESSORIA LTDA - ME, AVENIDA PREFEITO SEBASTIÃO FERNANDES 443, 4 ANDAR CENTRO - 33200-000 - VESPASIANO - MINAS GERAIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: ANA CARLINE MACIEL TOLEDO OAB nº SP314758
SENTENÇA
Trata-se de Embargos de Declaração promovidos por Open Credit Cobrança e Assessoria LTDA em que a parte embargante alega omissão e erro material na SENTENÇA de Id 24865122.
Em relação à alegação de que não houve análise da assistência judiciária gratuita, tem-se que como a justiça já é gratuita no primeiro grau de jurisdição, só há a necessidade de apreciação desse pedido quando há recurso inominado interposto pela parte que pede o mencionado benefício, já que no segundo grau de jurisdição a justiça não é franquiada.
Sobre a alegação de não apreciação da preliminar de inépcia da inicial, é importante lembrar que nos Juizados opera o princípio da informalidade e oralidade, o que implica na aceitação de somente um pedido inicial, e nem uma petição inicial, vale dizer, não são necessárias as formalidades exigidas pelo Código de Processo Civil para a petição inicial. Assim, nos Juizados não há o que se falar em inépcia da inicial, considerando que um simples pedido inicial, feito muitas vezes por pessoas sem formação jurídica é aceito.
Sobre os outros pontos dos embargos, o que percebe-se é uma tentativa de forçar este juízo a realizar o reexame da matéria fática no processo, algo totalmente incabível em sede de Embargos de Declaração, como demonstra este julgado:
PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. REJEIÇÃO. REEXAME DA MATÉRIA DECIDIDA. RECURSO NÃO PROVIDO.
O acolhimento dos embargos de declaração está condicionado à presença dos pressupostos específicos listados no artigo 535 do Código de Processo Civil. Nesse sentido, são incabíveis embargos de declaração com a FINALIDADE de revolver a matéria fática dos autos. Embargos de declaração conhecidos e não providos. (Processo: EMD1 201500202436661 Agravo de Instrumento, Relator(a): ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO, Julgamento: 16/03/2016, Órgão Julgador: 6ª Turma Cível, Publicação: Publicado no DJE: 31/03/2016. Pág.: 333.
A SENTENÇA é bem clara nos motivos pelos quais a embargante, mesmo sendo apenas uma empresa de cobrança, está sendo condenada a pagar indenização por danos morais.
Isto posto, CONHEÇO DOS EMBARGOS, uma vez que são tempestivos, e no MÉRITO JULGO-OS IMPROCEDENTES.
Intimem-se as partes.
Serve a presente DECISÃO como MANDADO /intimação/ comunicação, dispensando-se expedição de ofício ou outro ato ordinatório do juízo.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto velho, RO 7063914-68.2016.8.22.0001
EXEQUENTE: JOSUELSO ALVES FERREIRA, RUA JARDINS 1641, CONDOMÍNIO LÍRIO, TORRE24, APT.103 BAIRRO NOVO - 76817-001 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ANA LIDIA DA SILVA OAB nº RO4153
EXECUTADO: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD, AVENIDA PINHEIRO MACHADO 2112 SÃO CRISTÓVÃO - 76804-046 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: TALES MENDES MANCEBO OAB nº RO6743
SENTENÇA
Trata-se de Embargos de Declaração em que a parte embargante alega necessidade de desfazimento da penhora de ativos financeiros da embargada, conforme relatório do sistema Bacen-jud de Id 23737295.
Analisando o processo, verifica-se que a executada por duas vezes seguidas apresentou embargos à execução sob a mesma fundamentação. Inicialmente (na fase de cumprimento de SENTENÇA) a tese foi totalmente rechaçada, mas, mesmo assim, a executada apresentou a impugnação ao bloqueio via bacen-jud sustentando as mesmas alegações da impugnação ao cumprimento de SENTENÇA.
O Código de Processo Civil (CPC), em seu art. 80, V, diz que "considera-se litigante de má-fé aquele que proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo". O inciso VII fala também que "considera-se litigante de má-fé aquele que interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório".
A argumentação apresentada pela executada já havia sido analisada, e a SENTENÇA transitada em julgado. Assim, não caberia a executada interpor novamente embargos alegando a mesma tese. Isso é considerado incidente temerário, com intuito manifestamente protelatório.
A Lei nº 9.099/95, em seu art. 55 diz que "a SENTENÇA de primeiro grau não condenará o vencido em custas e honorários de advogado, ressalvados os casos de litigância de má-fé". O parágrafo único, I, do mesmo artigo diz que "na execução não serão contadas custas, salvo quando reconhecida a litigância de má-fé".
Isto posto, CONHEÇO DA IMPUGNAÇÃO, uma vez que é tempestiva, mas NÃO A ACOLHO.
Ademais, CONDENO a executada/embargante, Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia (CAERD) a PAGAR ao exequente o percentual de 5% do valor atualizado da causa, a título de multa por litigância de má-fé.
Também, condeno a executada no pagamento das custas.
Intime-se as partes da SENTENÇA. Ocorrido o trânsito em julgado, a parte executada deverá, independente de nova intimação, efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 52, inciso III e IV da Lei 9.099/95, subsidiariamente ao artigo 523, §1º do Código de Processo Civil, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito.
O Valor da condenação obrigatoriamente deverá ser depositado na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), com comprovação tempestiva nos autos, sob pena de incidência da multa descrita anteriormente.
Caso haja pagamento espontâneo, expeça-se o respectivo alvará.
Serve a presente DECISÃO como MANDADO /intimação/ comunicação, dispensando-se expedição de ofício ou outro ato ordinatório do juízo.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto velho, RO 7038530-35.2018.8.22.0001
EXEQUENTE: DIEGO LEMOS MAUS
ADVOGADO DO EXEQUENTE: AMANDA SIMOES BATISTA DO NASCIMENTO OAB nº RO8722
EXECUTADO: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
ADVOGADO DO EXECUTADO: CLAYTON CONRAT KUSSLER OAB nº RO3861
DECISÃO Em atenção ao pedido da parte autora (penhora on line) bem como levando em consideração a execução formalizada e os princípios da satisfação do crédito exequendo, da celeridade e da economia processual, DEFIRO a requisição eletrônica de valores monetários, nos moldes dos arts. 835, I do NCPC. Deste modo, efetivei o referido bloqueio conforme requisição feita via BACENJUD (espelho escaneado em anexo), considerando o cálculo apresentado pela parte autora.
Sendo assim, intime-se parte executada para opor, caso queira e em 5 (cinco) dias, impugnação do valor bloqueado. Não havendo apresentação de impugnação ou havendo concordância com o bloqueio realizado, certifique-se e expeça-se alvará de

levantamento da quantia disponível em prol da parte credora. Satisfeito o crédito exequendo (bloqueio total), retornem os autos conclusos para prolação de SENTENÇA de extinção (art. 869 do Código de Processo Civil). Serve o presente como comunicação (intimação via sistema, carta, MANDADO). Cumpra-se. Porto Velho, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto velho, RO 7039515-04.2018.8.22.0001
EXEQUENTES: HUDSON ADAM REIS CLEMENTE PEREIRA, THAIS APARECIDA SILVA PEREIRA
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR OAB nº RO3099
EXECUTADO: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
ADVOGADO DO EXECUTADO: CLAYTON CONRAT KUSSLER OAB nº RO3861
DECISÃO Em atenção ao pedido da parte autora (penhora on line) bem como levando em consideração a execução formalizada e os princípios da satisfação do crédito exequendo, da celeridade e da economia processual, DEFIRO a requisição eletrônica de valores monetários, nos moldes dos arts. 835, I do NCPC. Deste modo, efetivei o referido bloqueio conforme requisição feita via BACENJUD (espelho escaneado em anexo), considerando o cálculo apresentado pela parte autora.
Sendo assim, intime-se parte executada para opor, caso queira e em 5 (cinco) dias, impugnação do valor bloqueado. Não havendo apresentação de impugnação ou havendo concordância com o bloqueio realizado, certifique-se e expeça-se alvará de levantamento da quantia disponível em prol da parte credora. Satisfeito o crédito exequendo (bloqueio total), retornem os autos conclusos para prolação de SENTENÇA de extinção (art. 869 do Código de Processo Civil). Serve o presente como comunicação (intimação via sistema, carta, MANDADO). Cumpra-se. Porto Velho, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto velho, RO 7046804-22.2017.8.22.0001
EXEQUENTES: ARACELY RIBEIRO DE ARRUDA LEITE, RUA SUCUPIRA, 4198 NOVA FLORESTA - 76807-146 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, PAULO ROBERTO COELHO LEITE, RUA SUCUPIRA, 4198 NOVA FLORESTA - 76807-146 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: HIANARA DE MARILAC BRAGA OCAMPO OAB nº RO4783
EXECUTADO: GOL LINHAS AÉREAS, AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: MARCIO VINICIUS COSTA PEREIRA OAB nº RJ84367, BERNARDO AUGUSTO GALINDO COUTINHO OAB nº RO2991
SENTENÇA
Trata-se de Embargos à Execução de Gol Linhas Aéreas S/A em face de bloqueio judicial de Id 24974480 promovido por provocação de Paulo Roberto Coelho Leite.
A parte embargante alega que realizou o pagamento da condenação em sua totalidade dentro do prazo para cumprimento de SENTENÇA, e que, portanto, essa execução é abusiva.
A embargada lembrou que a condenação foi para pagamento de R$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada um dos autores da ação. A embargante pagou como se a condenação fosse singular, ou seja, o valor único para os dois requerentes.
Decido.
Verifico que realmente que o pagamento voluntário foi parcial, vale dizer, ainda existia realmente um valor residual.
Todavia, ocorreu, também, excesso de bloqueio, na medida em que ocorreram dois bloqueios judiciais via sistema Bacen-jud (Ids 24974480 e 22557987). Um desses deve ser liberado por meio de Alvará de Levantamento à parte embargada, enquanto que outro, especificamente aquele a que se refere a certidão cartorária de Id 26616602, liberado na conta bancária da embargante.
Dessa forma, RECONHEÇO DOS EMBARGOS, e no MÉRITO JULGO-OS PROCEDENTES EM PARTE, determinando:
a)expedição de Alvará de Levantamento em favor de Paulo Roberto Coelho Leite, e advogados com poderes específicos, em relação ao valor bloqueado junto ao Id 24974480, e constante em conta judicial;
b) expedição de Ofício ao Banco do Sergipe S/A para que retire o bloqueio do valor de R$ 11.946,02 (Id 22557987), considerando que o valor ainda está na conta da parte embargada, Gol Linhas Aéreas S/A.
Intime-se. Cumpra-se.
Serve a presente DECISÃO como MANDADO /intimação/ comunicação, dispensando-se expedição de ofício ou outro ato ordinatório do juízo.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto velho, RO 7043412-74.2017.8.22.0001
EXEQUENTE: NEILA SOUZA DE LIMA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ANDERSON ADRIANO DA SILVA OAB nº RO3331
EXECUTADO: VANESSA ARAUJO DE SOUSA
ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DECISÃO Em atenção ao pedido da parte autora (penhora on line), efetivei o referido bloqueio, conforme requisição feita via BACENJUD (espelho escaneado em anexo), porém a penhora não foi concretizada em razão de insuficiência de valores na conta bancária da parte devedora.
Assim, intime-se a parte autora do resultado da ordem de restrição negativo/bloqueio de valores irrisórios, bem como para impulsionar o feito, no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento por ausência de indicação de bens penhoráveis.
Serve o presente como comunicação (intimação via sistema, carta, MANDADO). Porto Velho, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto velho, RO 7008489-56.2016.8.22.0001
EXEQUENTE: QUEIROZ MUSIC COMERCIO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA - ME
ADVOGADO DO EXEQUENTE: EVERTON MELO DA ROSA OAB nº RO6544A
EXECUTADOS: HOT-SOUND INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA - EPP, MARCIA GOMES DE MORAES, JOSE ROBERTO MANDRO, JOAO PAULO MANDRO
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: ALEANDRO TIAGO PINHEIRO DE OLIVEIRA OAB nº SP270576, EDERSON MARCELO VALENCIO OAB nº SP125704
DECISÃO Em atenção ao pedido da parte autora (penhora on line), efetivei o referido bloqueio, conforme requisição feita via BACENJUD (espelho escaneado em anexo), porém a penhora não foi concretizada em razão de insuficiência de valores na conta bancária da parte devedora.

Assim, intime-se a parte autora do resultado da ordem de restrição negativo/bloqueio de valores irrisórios, bem como para impulsionar o feito, no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento por ausência de indicação de bens penhoráveis.
Serve o presente como comunicação (intimação via sistema, carta, MANDADO). Porto Velho, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto velho, RO 7029013-06.2018.8.22.0001
REQUERENTE: JOSAFA DA SILVEIRA CUNHA, RUA CENTRO-OESTE 5846 CASTANHEIRA - 76811-278 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: GRAZIELA ZANELLA DE CORDUVA OAB nº RO4238, ALINE SILVA CORREA OAB nº RO4696
REQUERIDO: SAGA AMAZONIA COMERCIO DE VEICULOS LTDA, RUA DA BEIRA 7230 ELDORADO - 76811-760 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: MAGDA ZACARIAS DE MATOS OAB nº RO8004A, SELMA FERNANDES DA CUNHA OAB nº MT15600
DESPACHO A parte credora pediu o levantamento de valor depositado na conta centralizadora, administrada pelo TJRO. Trata-se de situação prevista no § 8º, do art. 447 das Diretrizes Gerais Judiciais, com alterações do provimento 016/2010-PR, portanto em cumprimento proceda-se a transferência do respectivo valor a uma conta judicial. Expeça-se, depois, alvará de levantamento. Cumpra-se. Serve cópia deste DESPACHO como MANDADO / ofício/intimação. Porto Velho, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto velho, RO 7008803-94.2019.8.22.0001
AUTOR: ALESSANDRA MACIEL PEREIRA, AVENIDA RIO MADEIRA 1952, - DE 1652 A 2286 - LADO PAR AGENOR DE CARVALHO - 76820-370 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR:
REQUERIDO: GOL LINHAS AÉREAS, AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO 6490, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: WANDERLAN DA COSTA MONTEIRO OAB nº RO3991, GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO OAB nº RJ186458
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38, da LF 9.099/95).
Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais promovida por ALESSANDRA MACIEL PEREIRA em face de GOL LINHAS AÉREAS S/A, onde a requerente pede pela reparação por danos morais sofridos em decorrência de conduta imprudente da parte requerida que não providenciou todo o necessário para minimizar os prejuízos ocasionados pelo cancelamento do voo por mais de 24 horas, conforme relatado em petição inicial e documentos.
A empresa requerida em defesa alegou que o cancelamento do voo, decorreu de alteração na malha aérea.
Verifico está o processo pronto para SENTENÇA antecipada de MÉRITO.
Consigno, por oportuno, que a questão deve ser analisada à luz do Código de Defesa do Consumidor e aos princípios a ele inerentes, não se aplicando as disposições do Código Brasileiro de Aeronáutica – CBA, sendo a matéria já pacificada nas discussões jurídicas há alguns anos (REsp 740968/RS, STJ).
O cerne da demanda reside basicamente na falta de administração e má execução dos serviços contratados e prestados pela ré quando o voo do trecho Porto Velho/Recife delongando em mais de 24 horas a chegada ao destino e prejudicando a programação do dia da requerente.
Todavia, entendo que questões de readequação da malha aérea e intenso tráfego aéreo diz respeito à organização interna da ré, não podendo os passageiros estarem sujeito a cancelamentos de seus voos, sob pena de caracterização de má prestação do serviço por desorganização da empresa aérea.
A requerida deveria ter tentado a possibilidade de realocar logo em seguida o requerente em voo de outra companhia aérea, uma vez que existem uma diversidade de voos entre as companhias aéreas.
Com relação ao dano moral, neste caso, restou configurado, pois é certo que a parte autora sofreu aborrecimentos e transtornos que extrapolam a normalidade ou o que é corriqueiro, principalmente porque tinha a empresa ré o dever de boa prestação dos serviços contratados, incluindo o de pontualidade, ou ao menos de reparação dos transtornos com a adoção de todas as medidas previstas pela própria Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.
A respeito desse assunto, transcrevo o seguinte:
"CONSUMIDOR. TRANSPORTE AÉREO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. CDC. CANCELAMENTO DO VÔO. TRATAMENTO INADEQUADO AOS PASSAGEIROS. AUSÊNCIA DE PROVA DE FORÇA MAIOR. DANO MORAL CONFIGURADO. REDUZIDO O QUANTUM INDENIZATÓRIO. Havendo cancelamento de vôo, após horas de espera, e permanecendo o passageiro sem informações adequadas, bem como sem acomodação satisfatória, durante o feriado de carnaval, aguardando a decolagem para enfim confirmar-se a frustração da viagem, está-se inequivocamente diante de tratamento inadequado ao consumidor, o que configura o abalo moral e a necessidade de reparação pela empresa de transporte aéreo. Responsabilidade objetiva do transportador aéreo. Dano moral configurado. Quantum reduzido. Recurso parcialmente provido. Unânime". (Recurso Cível Nº 71001546464, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: João Pedro Cavalli Junior, Julgado em 27/03/2008).
Na esteira do art. 14 do Código de Defesa do Consumidor "o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre fruição e riscos".
Nessa seara, para se configurar o dever de indenizar, basta a existência concorrente de dois elementos: a) o dano efetivo, moral e/ou patrimonial; e, b) o nexo causal entre o defeito do serviço e a lesão sofrida pelo consumidor.
Em resumo, presentes os pressupostos da responsabilidade civil objetiva – prestação inadequada de serviço, dano e nexo de causalidade, com fundamento nos artigos 20 e 22 do Código de Defesa do Consumidor deve ser afirmada a obrigação de indenizar do agente causador do dano, que no caso, é a empresa ré.
Em se tratando da valoração da indenização, adotam-se os critérios informados pela doutrina e jurisprudência, com destaque para a análise do binômio necessidade-possibilidade, atento ao grau de culpa, extensão do dano e efetiva compensação pelo injusto sofrido, além do fator desestímulo, evitando-se, contudo, o enriquecimento ilícito.
Considerando que o autor comprovou satisfatoriamente a existência de ato ilícito cometido pela ré, que é fato constitutivo de seu direito, cabia a esta última, na forma do artigo 373, inciso II, do CPC, comprovar a legitimidade do ato, como fato impeditivo do direito alegado, o que não o fez.
Com efeito, concluo que a narrativa do autor merece acolhimento, acarretando as consequências jurídicas aplicáveis ao caso, uma vez que ela certamente confiou, como, aliás, confiam a maioria das pessoas, que, com a passagem comprada e o voo marcado, viajaria sem maiores problemas, como fora previsto.
Além do mais, a atividade de transporte é concessão do Poder Público, que impõe ao concessionário a responsabilidade objetiva

pelos prejuízos causados ao passageiro (artigo 37, CF). Somente exclui esta responsabilidade, a culpa exclusiva da vítima, o que evidentemente não é o caso.
A fixação do dano moral, segundo a doutrina e jurisprudência dominantes, deve, entre outras circunstâncias, se ater às consequências do fato, servir como desestímulo para a prática de novas condutas lesivas, observando-se sempre a capacidade financeira do obrigado a indenizar, de forma que o quantum que não implique em enriquecimento indevido do ofendido. Referido valor passa, invariavelmente, pelo arbítrio do juiz.
O aborrecimento sofrido pela parte autora foi significativo, como abordado em linhas acima, no entanto entendo que o dano experimentado pela autora foi somente pelo fato de ter de suportar a falta de resolução em um tempo razoável dos problemas pela empresa aérea, não havendo nenhum prejuízo de perda de compromisso urgente.
A condenação nestas circunstâncias deve ter também caráter pedagógico, mesmo porque atinge grande coletividade de pessoas, e beneficia economicamente sobremaneira as empresas que agem dessa forma, ou seja, com descaso demasiado.
Tem-se percebido que a requerida tem reiterado na prática de atrasos/cancelamentos de voos sem justificativa plausível em aeroportos no Brasil, como exemplo cito os processos: 7041923-65.2018.8.22.0001,7051355-11.2018.8.22.0001, além de muitos outros processos não mencionados por número.
Portanto, diante da reiteração de conduta da requerida, fixo a indenização pelos danos morais no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) que entendo justa e razoável para servir de lenitivo ao transtorno sofrido pela demandante, bem como tem o caráter de prevenir condutas semelhantes por parte da ré, como por exemplo, a reincidência da conduta ilícita que vem ocorrendo com os consumidores.
Ante o exposto, julgo PROCEDENTE o pedido inicial formulado por ALESSANDRA MACIEL PEREIRA a ré GOL LINHAS AÉREAS a pagar ao requerente a quantia de R$ 15.000,00 quinze mil reais) a título de danos morais, acrescidos de juros e correção monetária a partir da publicação desta DECISÃO, consoante precedentes recentes do Superior Tribunal de Justiça.
Por conseguinte, julgo extinto o processo com resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil.
Com o trânsito em julgado, independente de nova intimação, a parte devedora deverá efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 523 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, não sendo aplicável a parte final do §1° do referido artigo, no que tange à condenação em honorários advocatícios, conforme Enunciado 97 do FONAJE.
Consigno que o pagamento deverá ocorrer em conta judicial da Caixa Econômica Federal S/A, já que esta é a instituição financeira oficial para manutenção e gerenciamento das contas judiciais da Comarca de Porto Velho (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), sob pena de ser considerando inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do artigo 4º do Provimento Conjunto n. 006/2015-PR-CG, publicado no DJE n.o 115/2015, incidindo, inclusive, as penas previstas no artigo 523 do CPC, além de juros e correção monetária previstas em Lei.
Decorrido o prazo sem pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, conforme determina o art. 525 do CPC.
Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, no pedido de cumprimento de SENTENÇA o credor deverá apresentar planilha de cálculos com a inclusão da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito (artigo 523, §1º, do CPC), bem como dizer se pretende que o Judiciário pesquise bases de dados públicas e privadas, praticando atos de penhora, registro e expropriação (BACENJUD e RENAJUD) e se deseja ver protestado o devedor, quando não forem localizados bens (SERASAJUD).
Após o trânsito em julgado, havendo pagamento voluntário por meio de depósito judicial, independente de nova CONCLUSÃO, desde logo fica autorizada a expedição de alvará de levantamento dos valores depositados em prol da parte credora, assim como os acréscimos devidos, intimando-a para retirar a ordem no prazo de 10 (dez) dias.
Transcorrido o decêndio sem qualquer manifestação, transfira o numerário para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto velho, RO 7011859-72.2018.8.22.0001
EXEQUENTE: FRANCISCO DAS CHAGAS FROTA LIMA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MARCOS CESAR DE MESQUITA DA SILVA OAB nº RO4646, FRANCISCO DAS CHAGAS FROTA LIMA OAB nº RO1166
EXECUTADO: GOL LINHAS AÉREAS
ADVOGADO DO EXECUTADO: MARCIO VINICIUS COSTA PEREIRA OAB nº RJ84367, BERNARDO AUGUSTO GALINDO COUTINHO OAB nº RO2991
DECISÃO Em atenção ao pedido da parte autora (penhora on line) bem como levando em consideração a execução formalizada e os princípios da satisfação do crédito exequendo, da celeridade e da economia processual, DEFIRO a requisição eletrônica de valores monetários, nos moldes dos arts. 835, I do NCPC. Deste modo, efetivei o referido bloqueio conforme requisição feita via BACENJUD (espelho escaneado em anexo), considerando o cálculo apresentado pela parte autora.
Sendo assim, intime-se parte executada para opor, caso queira e em 5 (cinco) dias, impugnação do valor bloqueado. Não havendo apresentação de impugnação ou havendo concordância com o bloqueio realizado, certifique-se e expeça-se alvará de levantamento da quantia disponível em prol da parte credora. Satisfeito o crédito exequendo (bloqueio total), retornem os autos conclusos para prolação de SENTENÇA de extinção (art. 869 do Código de Processo Civil). Serve o presente como comunicação (intimação via sistema, carta, MANDADO). Cumpra-se. Porto Velho, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto velho, RO 7006494-03.2019.8.22.0001
REQUERENTE: MARILIA PROLIK, RUA JARDINS 805, CASA 16, CONDOMÍNIO DÁLIA BAIRRO NOVO - 76817-001 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: EZIO PIRES DOS SANTOS OAB nº RO5870, BRUNA DUARTE FEITOSA DOS SANTOS BARROS OAB nº RO6156
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: MARCIO MELO NOGUEIRA OAB nº RO2827
DESPACHO Consta dos autos apenas trechos do Termo de Ocorrênca e Inspeção (TOI), que já se percebe que o medidor estava sem alguns lacres.
Assim, determino que a requerida, no prazo de 5 (cinco) dias, junte ao processo todo o TOI e outros documentos que fizem parte do processo administrativo de recuperação de consumo ora em análise.
Serve cópia deste DESPACHO como MANDADO /ofício/intimação.
Porto Velho, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto velho, RO 7001273-39.2019.8.22.0001
REQUERENTE: GUSTAVO LUAN SANTOS DA SILVA, ÁREA RURAL 114, CONDOMÍNIO ANGÉLICA BAIRRO NOVO - 76815-800 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MAYRON LOPES RODRIGUES OAB nº RO9072, VERONICA ESTELA DANTAS REIS OAB nº RO9781, EDCLECIA RAIARA FERNANDES GOMES OAB nº RO9905
REQUERIDO: BANCO BRADESCARD S.A, ALAMEDA RIO NEGRO 585, ED PADAUIRI, 4 ANDAR BLOCO B 4 ANDAR ALPHAVILLE INDUSTRIAL - 06454-000 - BARUERI - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REQUERIDO: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI OAB nº RO5546
SENTENÇA
Trata-se de Embargos de Declaração promovidos por Telefônica Brasil S/A em que a parte embargante alega contradição na SENTENÇA de Id 25365877, pois alega que o ato judicial embargado deixou de apreciar os argumentos defensivos de que não houve o dano moral.
A SENTENÇA analisou os argumentos da contestação, anotando, inclusive, frase em que o próprio embargante diz que o cartão de crédito existente em nome da parte embargada está cancelado e sem saldo devedor. Não havia, portanto, motivo para o lançamento do nome do embargante nos órgãos de proteção ao crédito.
O que percebe-se na referida peça processual é uma tentativa de forçar este juízo a realizar o reexame da matéria fática no processo, algo totalmente incabível em sede de Embargos de Declaração, como demonstra este julgado:
PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. REJEIÇÃO. REEXAME DA MATÉRIA DECIDIDA. RECURSO NÃO PROVIDO.
O acolhimento dos embargos de declaração está condicionado à presença dos pressupostos específicos listados no artigo 535 do Código de Processo Civil. Nesse sentido, são incabíveis embargos de declaração com a FINALIDADE de revolver a matéria fática dos autos. Embargos de declaração conhecidos e não providos. (Processo: EMD1 201500202436661 Agravo de Instrumento, Relator(a): ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO, Julgamento: 16/03/2016, Órgão Julgador: 6ª Turma Cível, Publicação: Publicado no DJE: 31/03/2016. Pág.: 333.
Isto posto, CONHEÇO DOS EMBARGOS, uma vez que são tempestivos, e no MÉRITO JULGO-OS IMPROCEDENTES.
Intimem-se as partes.
Serve a presente DECISÃO como MANDADO /intimação/ comunicação, dispensando-se expedição de ofício ou outro ato ordinatório do juízo.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto velho, RO 7047644-95.2018.8.22.0001
EXEQUENTE: ELIXANDRA MARQUES DA CONCEICAO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: CRISTIAN JOSE DE SOUSA DELGADO OAB nº RO4600
EXECUTADO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
ADVOGADO DO EXECUTADO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB nº RO5462DESPACHO
Intime-se a parte devedora para pagar o valor da condenação, conforme pedido da parte credora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de acréscimo de multa de 10% (dez por cento), conforme disposição do artigo 523 do Código de Processo Civil. Decorrido o prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, conforme determina o art. 525 do CPC. Desde já fica autorizada a expedição de alvará, em caso de pagamento espontâneo. Cumpra-se. Intime-se. Serve este DESPACHO como MANDADO /ofício/ intimação. Porto Velho, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto velho, RO 7005993-49.2019.8.22.0001
REQUERENTE: JOSIMAR RODRIGUES DE OLIVEIRA, AVAI 2702, CASA CALADINHO - 76808-106 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE:
REQUERIDOS: GEVERSON DA COSTA DIAS, RUA JOSÉ AMADOR DOS REIS 3064, - DE 3044/3045 A 3253/3254 JUSCELINO KUBITSCHEK - 76829-428 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, VRG LINHAS AEREAS S.A., AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, DIAS & BARROSO LTDA - ME, RUA JOSÉ AMADOR DOS REIS 3661, - DE 3629/3630 A 4044/4045 TANCREDO NEVES - 76829-580 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO, OAB nº RO10059, BERNARDO AUGUSTO GALINDO COUTINHO OAB nº RO2991
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei nº 9.099/95.
Rejeito a alegação preliminar de incompetência territorial. O requerente assinou declaração de endereço e realizou o ingresso da ação pessoalmente no Centro Judiciário de Solução de Conflitos desda Comarca, oportunidade em que são realizadas todas as verificações documentais necessárias.
Importante frisar, ainda, que nos Juizados Especiais operam os princípios da informalidade e oralidade, o que tornam dispensáveis algumas formalidade documentais do Código de Processo Civil.
Trata-se de Ação de Indenização por Danos Materiais proposta por Josimar Rodrigues de Oliveira em face de Aerotur Viagens e Turismo, Gol Linhas Aéreas S/A e Gerverson da Costa Dias. No entanto, pediu o autor desistência da ação em relação ao primeiro e ao terceiro requeridos, pelo que homologo.
Consta dos autos que o autor comprou uma passagem aérea co uma agência de viagens junto à requerida, recendo o código localizador dos bilhetes. Entretanto, semanas depois soube que a agência de viagem não teria pago à requerida a reserva, e esta teria cancelado os bilhetes sem qualquer tipo de ressarcimento ou indenização.
A empresa ré disse que a culpa é exclusiva da agência de viagens, não tendo recebido nenhum valor referente à venda realizada por esse terceiro.
Verifico que o processo está pronto para SENTENÇA, considerando se tratar de matéria eminentemente de direito.
Vê-se pelos documentos e narrativas constantes dos autos que o requerente adquiriu de boa-fé uma passagem aérea, tendo realizado o pagamento, e tendo recebido o código localizador emitido pela requerida. Assim, tinham uma legítima expectativa de viajar.
A requerida realiza convênios/acordos com agências de viagens pelo país, permitindo que o valor das vendas sejam pagas diretamente à agência, cabendo a este, depois, repassar os numerários recebidos. Tal mecanismo possibilita a realização de fraudes como a dos autos. A requerida é a responsável por eleger seus representantes para venda de passagens, e de escolher a forma em que os pagamentos serão aceitos.
Desse modo entendo pela responsabilização da parte requerida por meio do instituto da culpa in eligendo.
Com relação ao dano moral, entende-se pacificamente nos corredores jurídicos que os danos morais estão consubstanciados nos próprios fatos que causaram aborrecimentos e constrangimentos

ao jurisdicionado. Trata-se de sensação e, portanto, direito subjetivo que se projeta de várias formas nas diferentes pessoas que compõem o meio social.

"Neste ponto, a razão se coloca ao lado daqueles que entendem que o dano moral está ínsito na própria ofensa, decorre da gravidade do ilícito em si. Se a ofensa é grave e de repercussão, por si só justifica a concessão de uma satisfação de ordem pecuniária ao lesado. Em outras palavras, o dano moral existe in re ipsa; deriva inexoravelmente do próprio fato ofensivo, de tal modo que, provada a ofensa, ipso facto está demonstrado o dano moral à guisa de uma presunção natural, uma presunção hominis ou facti, que decorre das regras da experiência comum.

O sentimento sofrido pela parte requerente de ter planejado uma viagem com sua família, pago as passagens, com a presunção de que estava tudo certo, pois recebeu, inclusive, o número de localizador das reservas criado pela ré, e depois descobrir que os bilhetes foram cancelados sem qualquer possibilidade de realização da viagem, é por si só capaz de ensejar dano moral (dano moral in re ipsa).

Na mensuração do quantum indenizatório, acompanho o seguinte entendimento da jurista e Magistrada Helena Elias:

"O princípio da exemplaridade foi recentemente adotado na jurisprudência do STJ. Luiz Roldão de Freitas Gomes defende, em sede doutrinária, a aplicação de tal princípio. Após afirmar que, 'sob a égide da atual Carta Magna, a reparação dos danos morais é ampla e desprovida de limitações, que não sejam as decorrentes de sua causalidade', anota que, com a expressa previsão constitucional, aquela reparação ganhou autonomia, 'deixando de ter por fundamento exclusivamente a culpa, que inspirava uma de suas FINALIDADE s: servir de exemplaridade ao infrator. Em consulta ao dicionário Aurélio, encontra se, para o verbete exemplaridade, o significado de 'qualidade ou caráter de exemplar'. Exemplar, por seu turno, é aquilo 'que serve ou pode servir de exemplo, de modelo'. O critério de exemplaridade parece estar apto a substituir o dano punição do ofensor na avaliação do dano moral, por oferecer a vantagem se amoldar, com maior grau de adequação e aceitabilidade, ao ordenamento jurídico pátrio, sem o inconveniente, apontado por Humberto Theodoro Júnior, de ensejar uma pena sem prévia cominação legal. Em recente acórdão, da relatoria do Min. Luiz Fux, o STJ adotou expressamente o princípio da exemplaridade, ao assentar que a 'fixação dos danos morais deve obedecer aos critério da solidariedade e da exemplaridade, que implica na vaporação da proporcionalidade do quantum e na capacidade econômica do sucumbente".

Assim, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, condenando a parte requerida a pagar ao requerente:

a) R$ 2.090,00 (dois mil de noventa reais), corrigidos monetariamente desde o ingresso da ação, e com juros legais desde a citação;

b) R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de indenização por danos morais, corrigidos monetariamente e com juros legais a partir da data de disponibilização da SENTENÇA no Pje.

Por conseguinte, julgo extinto o processo com resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil.

Com o trânsito em julgado, independente de nova intimação, a parte devedora deverá efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 523 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, não sendo aplicável a parte final do §1° do referido artigo, no que tange à condenação em honorários advocatícios, conforme Enunciado 97 do FONAJE.

Consigno que o pagamento deverá ocorrer em conta judicial da Caixa Econômica Federal S/A, já que esta é a instituição financeira oficial para manutenção e gerenciamento das contas judiciais da Comarca de Porto Velho (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), sob pena de ser considerando inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do artigo 4º do Provimento Conjunto n. 006/2015-PR-CG, publicado no DJE n.o 115/2015, incidindo, inclusive, as penas previstas no artigo 523 do CPC, além de juros e correção monetária previstas em Lei.

Decorrido o prazo sem pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, conforme determina o art. 525 do CPC.

Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, no pedido de cumprimento de SENTENÇA o credor deverá apresentar planilha de cálculos com a inclusão da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito (artigo 523, §1º, do CPC), bem como dizer se pretende que o Judiciário pesquise bases de dados públicas e privadas, praticando atos de penhora, registro e expropriação (BACENJUD e RENAJUD) e se deseja ver protestado o devedor, quando não forem localizados bens (SERASAJUD).

Após o trânsito em julgado, havendo pagamento voluntário por meio de depósito judicial, independente de nova CONCLUSÃO, desde logo fica autorizada a expedição de alvará de levantamento dos valores depositados em prol da parte credora, assim como os acréscimos devidos, intimando-a para retirar a ordem no prazo de 10 (dez) dias.

Transcorrido o decêndio sem qualquer manifestação, transfira o numerário para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO.

Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.

Serve a presente DECISÃO como MANDADO /intimação/ comunicação, dispensando-se expedição de ofício ou outro ato ordinatório do juízo.

Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto velho, RO 7005053-84.2019.8.22.0001
AUTOR: MARCELO ALVES DE AZEVEDO, AVENIDA DOS IMIGRANTES 5850, BLOCO 06 APTO 204 RIO MADEIRA - 76821-356 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MONICA JAPPE GOLLER KUHN OAB nº RO8828, MICHEL FERNANDES BARROS OAB nº RO1790
RÉU: OI MOVEL, EDIFÍCIO TELEBRASÍLIA, SCN QUADRA 3 BLOCO A ASA NORTE - 70713-900 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
ADVOGADO DO RÉU: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO OAB nº RO635, DIEGO DE PAIVA VASCONCELOS OAB nº RO2013, MÁRCIO MELO NOGUEIRA OAB nº RO2827
SENTENÇA

Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei nº 9.099/95.

Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Indenização por Danos Morais e Repetição do Indébito.

Consta dos autos que a parte requerente tinha contrato com a requerida, e que o cancelou, segundo ele, em fevereiro de 2016, e que, mesmo assim, passou a receber cobranças referentes a três fatura emitidas em fevereiro e março de 2018.

A requerida alega que o cancelamento do contrato ocorreu somente em setembro de 2018, por conta de falta de pagamento de faturas, exatamente as que continuaram sendo cobradas depois do cancelamento do contrato.

O requerente diz que no período de dezembro de 2015 a dezembro de 2016 vivia em endereço diferente do constante no cadastro da requerida. Todavia, tal argumentação não servem para embasar a procedência da ação, considerando que as cobranças que ora estão sendo questionadas foram emitidas em 2018.

Analisando o processo pelas regras do ônus da prova, vê-se que o requerente teria de provar que pediu o cancelamento da linha telefônica em fevereiro de 2016, ou então que a requerida confessasse isso durante o processo, o que não ocorreu. Os documentos apresentados pela ré apontam que a retirada da linha ocorreu em setembro de 2018.

Como não há prova que sustente as afirmações autorais, entende-se que as cobranças foram válidas, já que se referiam ao tempo em que o contrato entre as partes tinha vigor.

Posto isso, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial.
Por conseguinte, julgo extinto o processo com resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil.
Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Serve a presente DECISÃO como MANDADO /intimação/ comunicação, dispensando-se expedição de ofício ou outro ato ordinatório do juízo.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto velho, RO 7032480-90.2018.8.22.0001
EXEQUENTE: MARIA JANEIDE CARVALHO SILVA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: BRUNA DUARTE FEITOSA DOS SANTOS BARROS OAB nº RO6156, EZIO PIRES DOS SANTOS OAB nº RO5870
EXECUTADO: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
ADVOGADO DO EXECUTADO: CLAYTON CONRAT KUSSLER OAB nº RO3861
DECISÃO Em atenção ao pedido da parte autora (penhora on line) bem como levando em consideração a execução formalizada e os princípios da satisfação do crédito exequendo, da celeridade e da economia processual, DEFIRO a requisição eletrônica de valores monetários, nos moldes dos arts. 835, I do NCPC. Deste modo, efetivei o referido bloqueio conforme requisição feita via BACENJUD (espelho escaneado em anexo), considerando o cálculo apresentado pela parte autora.
Sendo assim, intime-se parte executada para opor, caso queira e em 5 (cinco) dias, impugnação do valor bloqueado. Não havendo apresentação de impugnação ou havendo concordância com o bloqueio realizado, certifique-se e expeça-se alvará de levantamento da quantia disponível em prol da parte credora. Satisfeito o crédito exequendo (bloqueio total), retornem os autos conclusos para prolação de SENTENÇA de extinção (art. 869 do Código de Processo Civil). Serve o presente como comunicação (intimação via sistema, carta, MANDADO). Cumpra-se. Porto Velho, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto velho, RO 7006155-44.2019.8.22.0001
REQUERENTE: ENEIAS CORDEIRO LIRA, HILÁRIO MAIA S/N CENTRO - 76840-000 - JACI PARANÁ (PORTO VELHO) - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: EDUARDO AUGUSTO FEITOSA CECCATTO OAB nº RO5100A
REQUERIDO: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A., CANTEIRO DE OBRAS UHE SANTO ANTÔNIO - MARGEM ESQUERDA s/n, BLOCO 01 ZONA RURAL PORTO VELHO RO - 76805-812 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: CLAYTON CONRAT KUSSLER OAB nº RO3861
SENTENÇA
Trata-se de ação de cobrança promovida por Enéias Cordeiro Lira contra Santo Antônio Energia S/A.
Consta dos autos que as partes fizeram um acordo em que a requerida pagaria como indenização o valor de R$ 8.456,06 (oito mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e seis centavos). No entanto, pagou somente R$ 7.000,00 (sete mil reais), sendo a diferença retido como imposto de renda. Todavia, o requerente sustenta que valores atinentes à indenização por desapropriação não são tributadas, conforme a Súmula 42 do Conselho Administrativo da Receita Federal.
Analisando detidamente os documentos que instruem o processo, percebo que o autor não tem nenhum interesse a ser satisfeito nesta demanda, de acordo com os pedidos da inicial.
O valor pago/retido a título de imposto de renda indevidamente é ressarcido quando da Declaração Anual do Imposto de Renda. Se a Receita Federal entender que o valor não deve ser ressarcido, cabe ação competente na esfera federal, que analisará verdadeiramente se o valor deve ou não ser ressarcido ou não.
Questão importante é que na própria Escritura Pública feita pelas partes, o pagamento de imposto de renda estava previsto. Também convém lembrar que esse valor não fica com a requerida, mas sim é pago para a Receita Federal.
Assim, firme nas ponderações acima, acolho a preliminar de falta de interessem processual, e por conta disso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 485, VI, do CPC.
Intime-se as partes desta SENTENÇA. Com o trânsito em julgado, arquive-se.
Sem custas e honorários por se tratar de DECISÃO em primeiro grau de jurisdição dos Juizados Especiais Cíveis.
Serve a presente DECISÃO como MANDADO /intimação/ comunicação, dispensando-se expedição de ofício ou outro ato ordinatório do juízo.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto velho, RO 7006043-75.2019.8.22.0001
REQUERENTE: JAQUESON EGUEZ AYALA, MADRESI SILVA 3648, - DE 3649/3650 AO FIM CONCEICAO - 76808-330 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE:
REQUERIDO: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD, - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: CLAYTON CONRAT KUSSLER OAB nº RO3861
SENTENÇA
Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer c/c Indenização por Danos Morais proposta por Jaqueson Eguez Ayala em face de Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia.
Consta dos autos que a parte requerente fez pedido de ligação dos serviços de água encanada em sua residência, pois a água que ele utilizava de um poço artesiano comunitário passou a ser administrador pela requerida. Todavia, a ré passou três meses para realizar a ativação da ligação, e mesmo assim, chegava a enviar faturas de cobranças.
A requerida apresentou defesa genérica, e, quando fugiu a esta regra, refutou fatos que nada tinha a ver com os fatos narrados na inicial.
Verifico que no caso dos autos houve inegável falha na prestação do serviço. A requerida fraquejou claramente na prestação de seus serviços.
O requerente passou três meses sem poder utilizar a água encanada que antes usava, dependendo da ajuda de vizinhos que tinham água encanada em casa. Água encanada é item de primeira necessidade, sendo direito de cada cidadão ter seu pedido de ligação prontamente atendido.
Por entender ter ocorrido neste caso falha na prestação do serviço, ocasionando uma série de irritações pelo consumidor, que teve que buscar a guarida do judiciário para ver seu direito amparado, inegável, então, a ocorrência de danos morais. Colaciono, inclusive, julgado neste respeito:
APELAÇÃO CÍVEL - INSCRIÇÃO INDEVIDA - FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO - DANO MORAL - MAJORAÇÃO. Restando evidenciado nos autos a negativação indevida do nome da parte requerente por débito quitado, mostra-se patente o dever de indenizar em virtude da falha na prestação de serviço, nos termos

do art. 14, do Código de Defesa do Consumidor. A indenização por dano moral deve ser fixada em observância aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, sendo suficiente para reparar dano, como se extrai do art. 944, caput do Código Civil, observando, ainda, a peculiaridade de cada caso, bem como ao grau de culpa e o porte econômico das partes. Sendo valor indenizatório é irrisório é cabível sua majoração.

O próprio Código de Defesa do Consumidor no art. 14 preceitua expressamente que o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

Com relação ao dano moral, entende-se pacificamente nos corredores jurídicos que estão consubstanciados nos próprios fatos que causaram aborrecimentos e constrangimentos ao jurisdicionado. Trata-se de sensação e, portanto, direito subjetivo que se projeta de várias formas nas diferentes pessoas que compõem o meio social.

"Neste ponto, a razão se coloca ao lado daqueles que entendem que o dano moral está ínsito na própria ofensa, decorre da gravidade do ilícito em si. Se a ofensa é grave e de repercussão, por si só justifica a concessão de uma satisfação de ordem pecuniária ao lesado. Em outras palavras, o dano moral existe in re ipsa; deriva inexoravelmente do próprio fato ofensivo, de tal modo que, provada a ofensa, ipso facto está demonstrado o dano moral à guisa de uma presunção natural, uma presunção hominis ou facti, que decorre das regras da experiência comum.

Na mensuração do quantum indenizatório, acompanho o seguinte entendimento da jurista e Magistrada Helena Elias:

"O princípio da exemplaridade foi recentemente adotado na jurisprudência do STJ. Luiz Roldão de Freitas Gomes defende, em sede doutrinária, a aplicação de tal princípio. Após afirmar que, 'sob a égide da atual Carta Magna, a reparação dos danos morais é ampla e desprovida de limitações, que não sejam as decorrentes de sua causalidade', anota que, com a expressa previsão constitucional, aquela reparação ganhou autonomia, 'deixando de ter por fundamento exclusivamente a culpa, que inspirava uma de suas FINALIDADE s: servir de exemplaridade ao infrator. Em consulta ao dicionário Aurélio, encontra se, para o verbete exemplaridade, o significado de 'qualidade ou caráter de exemplar'. Exemplar, por seu turno, é aquilo 'que serve ou pode servir de exemplo, de modelo'. O critério de exemplaridade parece estar apto a substituir o dano punição do ofensor na avaliação do dano moral, por oferecer a vantagem se amoldar, com maior grau de adequação e aceitabilidade, ao ordenamento jurídico pátrio, sem o inconveniente, apontado por Humberto Theodoro Júnior, de ensejar uma pena sem prévia cominação legal. Em recente acórdão, da relatoria do Min. Luiz Fux, o STJ adotou expressamente o princípio da exemplaridade, ao assentar que a 'fixação dos danos morais deve obedecer aos critério da solidariedade e da exemplaridade, que implica na vaporação da proporcionalidade do quantum e na capacidade econômica do sucumbente".

Assim, considerando todo o abordado acima, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL para condenar a requerida, a pagar ao requerente a quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de indenização por danos morais, corrigidos monetariamente e com juros legais deste a data de registro desta SENTENÇA no sistema Pje.

Por conseguinte, julgo extinto o processo com resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil.

Com o trânsito em julgado, independente de nova intimação, a parte devedora deverá efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 523 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, não sendo aplicável a parte final do §1° do referido artigo, no que tange à condenação em honorários advocatícios, conforme Enunciado 97 do FONAJE.

Consigno que o pagamento deverá ocorrer em conta judicial da Caixa Econômica Federal S/A, já que esta é a instituição financeira oficial para manutenção e gerenciamento das contas judiciais da Comarca de Porto Velho (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), sob pena de ser considerando inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do artigo 4º do Provimento Conjunto n. 006/2015-PR-CG, publicado no DJE n.o 115/2015, incidindo, inclusive, as penas previstas no artigo 523 do CPC, além de juros e correção monetária previstas em Lei.

Decorrido o prazo sem pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, conforme determina o art. 525 do CPC.

Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, no pedido de cumprimento de SENTENÇA o credor deverá apresentar planilha de cálculos com a inclusão da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito (artigo 523, §1º, do CPC), bem como dizer se pretende que o Judiciário pesquise bases de dados públicas e privadas, praticando atos de penhora, registro e expropriação (BACENJUD e RENAJUD) e se deseja ver protestado o devedor, quando não forem localizados bens (SERASAJUD).

Após o trânsito em julgado, havendo pagamento voluntário por meio de depósito judicial, independente de nova CONCLUSÃO, desde logo fica autorizada a expedição de alvará de levantamento dos valores depositados em prol da parte credora, assim como os acréscimos devidos, intimando-a para retirar a ordem no prazo de 10 (dez) dias.

Transcorrido o decêndio sem qualquer manifestação, transfira o numerário para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO.

Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.

Serve a presente DECISÃO como MANDADO /intimação/ comunicação, dispensando-se expedição de ofício ou outro ato ordinatório do juízo.

Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto velho, RO 7005234-85.2019.8.22.0001
REQUERENTE: MARIA CLEUNILDE FERREIRA DA SILVA, RUA MILTON COSTA 7988 ESPERANÇA DA COMUNIDADE - 76825-098 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: CELSO LUIZ MUTZ DA CRUZ OAB nº RO7822
REQUERIDO: CREFISA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS, RUA CANADÁ 387 JARDIM AMÉRICA - 01436-000 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REQUERIDO: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR OAB nº MS8125
SENTENÇA

Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei nº 9.099/95.

A parte requerente, Maria Cleunilde Ferreira da Silva, ajuizou a presente Ação de Repetição do Indébito c/c Indenização por Danos Morais em face de Crefisa Crédito Financiamento e Investimento.

Alega a parte requerente que realizou um contrato de financiamento com a ré, mas reclama que lhe foram cobradas valores além do pactuado, vale dizer, o contrato previa 12 parcelas de R$ 490,00, mas que teriam sido descontadas 15 parcelas desse valor. Além do mais, alega que o percentual das parcelas sobre o valor da sua aposentadoria estava elevado demais.

Tenho que a matéria apresenta complexidade a exigir a produção de prova técnica para sua solução, não sendo possível dirimir a controversa matéria fática apenas com as provas apresentadas, a qual, inclusive, poderia ser produzida por ambas as partes e não ensejariam um juízo de certeza apto a embasar uma solução justa para a hipótese.

A respeito, colaciono as decisões a seguir transcritas:
REVISÃO DE CONTRATO BANCÁRIO E REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ALEGAÇÃO DE ENCARGOS ABUSIVOS. COMPLEXIDADE INCOMPATÍVEL COM OS PRINCÍPIOS DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. PROCESSO EXTINTO. (Recurso Cível Nº 71000486753, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Leandro Figueira Martins, Julgado em 26/05/2004) (TJ-RS - Recurso Cível: 71000486753 RS, Relator: Leandro Figueira Martins, Data de Julgamento: 26/05/2004, Segunda Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia)
REVISÃO DE CONTRATO. ALEGAÇÃO DE INCIDÊNCIA DE TAXA DE JUROS ABUSIVOS. CAPITALIZAÇÃO. REVELIA. COMPLEXIDADE INCOMPATÍVEL COM OS PRINCÍPIOS DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. RECURSO PROVIDO. PROCESSO EXTINTO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. (Recurso Cível Nº 71000554667, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Leandro Figueira Martins, Julgado em 10/11/2004) (TJ-RS - Recurso Cível: 71000554667 RS, Relator: Leandro Figueira Martins, Data de Julgamento: 10/11/2004, Segunda Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia)
Analisando os extratos apresentados pela requerente para provar o alegado pagamento a maior, vê-se que a aferição desse valor não é simples tarefa, pois alguns pagamentos foram feitos parcial, o que ocasionaria a cobrança de juros nas parcelas seguintes. Realmente precisa haver uma perícia contábil.
Desta feita, torna-se inviável o prosseguimento da presente lide nesta Justiça Especial, razão pela qual o processo merece ser extinto, por ausência de pressupostos de desenvolvimento válido e regular.
Ante o exposto, com fundamento no art. 51, II, da Lei 9.099/95 c/c art. 485, IV, do CPC, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do MÉRITO.
em custas e sem honorários nesta instância, na forma da lei.
Transitada em julgado esta DECISÃO, proceda-se a baixa definitiva do processo.
Sai a presente SENTENÇA devidamente registrada.
Intimem-se.
Serve a presente DECISÃO como MANDADO /intimação/ comunicação, dispensando-se expedição de ofício ou outro ato ordinatório do juízo.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto velho, RO 7037124-76.2018.8.22.0001
REQUERENTE: HEMERSON DE SOUSA PEREIRA
ADVOGADO DO REQUERENTE: EZIO PIRES DOS SANTOS OAB nº RO5870, BRUNA DUARTE FEITOSA DOS SANTOS BARROS OAB nº RO6156
REQUERIDO: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
ADVOGADO DO REQUERIDO: CLAYTON CONRAT KUSSLER OAB nº RO3861
DECISÃO Em atenção ao pedido da parte autora (penhora on line) bem como levando em consideração a execução formalizada e os princípios da satisfação do crédito exequendo, da celeridade e da economia processual, DEFIRO a requisição eletrônica de valores monetários, nos moldes dos arts. 835, I do NCPC. Deste modo, efetivei o referido bloqueio conforme requisição feita via BACENJUD (espelho escaneado em anexo), considerando o cálculo apresentado pela parte autora.
Sendo assim, intime-se parte executada para opor, caso queira e em 5 (cinco) dias, impugnação do valor bloqueado. Não havendo apresentação de impugnação ou havendo concordância com o bloqueio realizado, certifique-se e expeça-se alvará de levantamento da quantia disponível em prol da parte credora. Satisfeito o crédito exequendo (bloqueio total), retornem os autos conclusos para prolação de SENTENÇA de extinção (art. 869 do Código de Processo Civil). Serve o presente como comunicação (intimação via sistema, carta, MANDADO). Cumpra-se. Porto Velho, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto velho, RO 7002019-04.2019.8.22.0001
REQUERENTE: PORTO REAL COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - EPP, RUA CANÁRIAS 1300, - ATÉ 1652/1653 TRÊS MARIAS - 76812-518 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: CARLENE TEODORO DA ROCHA OAB nº RO6922
REQUERIDO: MARLY APARECIDA FERREIRA SANCHO 45225281168, RUA JOSE CALBI 250, COMERCIAL FERREIRA JACY- PARANA - 76840-000 - JACI PARANÁ (PORTO VELHO) - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DESPACHO Antes de apreciar o MÉRITO da ação, intimem-se a parte autora para informar a origem das notas promissórias e qual a relação com as notas fiscais, dada a possível duplicidade no somatória, a fim de valor da cobrança, no prazo de 5 (cinco) dias. 2 de maio de 2019

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto velho, RO 7025009-23.2018.8.22.0001
REQUERENTE: PAULO EDUARDO CARDOZO FERREIRA, RUA GLAUBER ROCHA 5000, - DE 4761/4762 AO FIM RIO MADEIRA - 76821-458 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MATEUS FERNANDES LIMA DA SILVA OAB nº RO9195, GABRIELA TEIXEIRA SANTOS OAB nº RO9076
REQUERIDO: A. C. D. A. IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 374, - ATÉ 216 - LADO PAR NOVA PORTO VELHO - 76820-096 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: JOSE HENRIQUE ALEXANDRE DE OLIVEIRA OAB nº AC1940
DESPACHO Deixa a parte autora de apresentar documentação hábil capaz de provar a falta de recursos financeiros para pagar as despesas do processo.
O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal estabelece que o Estado preste assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, com o que, desde a Edição da Constituição de 1988, a insuficiência de recursos deve ser demonstrada.
A Assistência Judiciária Gratuita destina-se às pessoas pobres e necessitadas, situação na qual não provou se enquadrar a parte autora, ainda, a concessão indiscriminada do benefício, a quem não necessita, traz como consequência a inviabilização do acesso ao
PODER JUDICIÁRIO daquelas pessoas destituídas de suficiência econômica e que efetivamente necessitam da AJG.
Desta forma, indefiro o pedido de justiça gratuita.
Contudo, como o pedido não fora analisado na SENTENÇA, deixo de julgar deserto o recurso e abro o prazo de 48h para a juntada do devido preparo, sob pena de deserção.
Caso ocorra o pagamento em tempo hábil, remeta-se a Turma Recursal para análise do recurso.
Eventual pedido de reconsideração, não suspende o prazo acima concedido.
Cumpra-se.
Serve cópia deste DESPACHO como MANDADO /ofício/intimação.
Porto Velho, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto velho, RO 7012278-58.2019.8.22.0001
REQUERENTE: GABRIELA DA ROCHA BRANCO SILVEIRA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MARCOS CESAR DE MESQUITA DA SILVA OAB nº RO4646, BRENDA FERRARI LOTTO OAB nº RO9000, LAURA CRISTINA LIMA DE SOUSA OAB nº RO6666
REQUERIDO: RAYSSA CALZAVARA FERNEDA
ADVOGADO DO REQUERIDO: DESPACHO
Indefiro o pedido de reconsideração da DECISÃO anexada no ID 26100681, mantendo a DECISÃO por seus próprios fundamentos.
Aguarde-se audiência de conciliação.
Porto Velho/RO, data inserida na movimentação.
Acir Teixeira Grécia
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto velho, RO 7029125-72.2018.8.22.0001
EXEQUENTE: RAFAEL DOMINGUES DZIECHEIARZ
ADVOGADO DO EXEQUENTE: EZIO PIRES DOS SANTOS OAB nº RO5870, BRUNA DUARTE FEITOSA DOS SANTOS BARROS OAB nº RO6156
EXECUTADO: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
ADVOGADO DO EXECUTADO: CLAYTON CONRAT KUSSLER OAB nº RO3861
DECISÃO Em atenção ao pedido da parte autora (penhora on line) bem como levando em consideração a execução formalizada e os princípios da satisfação do crédito exequendo, da celeridade e da economia processual, DEFIRO a requisição eletrônica de valores monetários, nos moldes dos arts. 835, I do NCPC. Deste modo, efetivei o referido bloqueio conforme requisição feita via BACENJUD (espelho escaneado em anexo), considerando o cálculo apresentado pela parte autora.
Sendo assim, intime-se parte executada para opor, caso queira e em 5 (cinco) dias, impugnação do valor bloqueado. Não havendo apresentação de impugnação ou havendo concordância com o bloqueio realizado, certifique-se e expeça-se alvará de levantamento da quantia disponível em prol da parte credora. Satisfeito o crédito exequendo (bloqueio total), retornem os autos conclusos para prolação de SENTENÇA de extinção (art. 869 do Código de Processo Civil). Serve o presente como comunicação (intimação via sistema, carta, MANDADO). Cumpra-se. Porto Velho, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto velho, RO 7006295-78.2019.8.22.0001
REQUERENTE: MIGUEL ALVES FERREIRA, RUA GETÚLIO VARGAS 2373 BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO - 76900-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MARCELLINO VICTOR RAQUEBAQUE LEAO DE OLIVEIRA OAB nº RO8492
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO OAB nº RO635
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma da Lei nº 9.099/95.
Trata-se de Ação Declaratória de Inexigibilidade de Débito c/c Indenização por Danos Morais proposta por Miguel Alves Ferreira em face de Centrais Elétricas de Rondônia S/A.
Consta dos autos que o autor recebeu uma fatura no valor de R$ 3.704,86 (quatro mil, setecentos e quatro reais e oitenta e seis centavos), referente a um processo de fiscalização feita por técnicos da requerida no padrão de energia elétrica usado pela requerente, que constataram a existência de irregularidades na ligação.
A requerida notificou a parte autora acerca de uma recuperação de consumo, nos termos do art. 130, III, da Resolução 414/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vale dizer, utilizando como parâmetro para o cálculo da recuperação de consumo a média dos 3 (três) maiores valores disponíveis de consumo de energia elétrica, proporcionalizados em 30 dias, e de demanda de potências ativas e reativas excedentes, ocorridos em até 12 (doze) ciclos completos de medição regular, imediatamente anteriores ao início da irregularidade.
Ocorre que a parte requerente demonstra sua insatisfação com a recuperação de consumo. A requerente não é clara em afirmar e comprovar se pagou ou não a fatura.
No MÉRITO, analisando a dita resolução da ANEEL, percebo que o critério utilizado pela requerida foi correto.
A fiscalização foi feita com a presença de morador, que no caso foi o próprio requerente. O medidor foi enviado para laboratório oficial credenciado, em que foi constatado que a tampa principal do medidor estava violada, pontos de selagem rompidos, com acesso aos componentes internos, além de dois lacres destruídos e um outro violado. O medidor foi posto em envelope lacrado, e o lacre só foi rompido quando da realização dos testes no laborário.
A recuperação de consumo é devida. A carga gasta deve ser aferida de forma aproximada por critérios equilibrados e transparentes.
A ANEEL tem competência para regulamentar a matéria, cabendo ao Judiciário, nos casos em que não houver outra disposição legal superior que contrarie a resolução, preservar pela obediência a esta, sob pena de não ser mantida a segurança jurídica nos negócios.
Dessa forma, firme nas discussões acima, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL.
Por conseguinte, julgo extinto o processo com resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil.
Intime-se as partes da SENTENÇA. Ocorrido o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.
Sem custas e sem honorários por se trata de DECISÃO em primeiro grau de jurisdição, nos termos dos artigos 54/55 da Lei 9.099/1995.
Serve a presente DECISÃO como MANDADO /intimação/ comunicação, dispensando-se expedição de ofício ou outro ato ordinatório do juízo.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto velho, RO 7031378-33.2018.8.22.0001
REQUERENTE: MARIA ZENEIDE MACHADO AGUIAR
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEBORAH INGRID MATOSO RIBAS NONATO OAB nº RO5458
REQUERIDOS: JOAQUIM EVANDRO DE SOUZA REIS, RAFAEL CARPINA FARIAS REIS
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS:
DEBORAH INGRID MATOSO RIBAS NONATO OAB/RO 5458, GLEYSON BELMONT DUARTE DA COSTA OAB/RO 5775
DESPACHO Foi constatado defeito no áudio gravado durante a audiência realizada no dia 27/02/19, além da ausência da gravação do depoimento pessoal da parte autora e da testemunha Diego Wesley da Silva Araújo de Aguiar.
Determinei providência para tentar obter o arquivo, por meio (SEI) nº 0001437-82.2019.8.22.8001, onde foi juntado o laudo da empresa KENTA, que atestou a impossibilidade de recuperação.
Diante da impossibilidade de recuperação do arquivo referente ao depoimento pessoal da parte autora e da testemunha Diego

Wesley da Silva Araújo de Aguiar, converto o feito em diligência para intimar ambas as partes para que manifeste interesse na repetição da produção das referidas provas, com designação de nova audiência de instrução e julgamento, no prazo de 5 (cinco), sob pena de julgamento do feito no estado em que se encontra.
Serve cópia desta DECISÃO como comunicação/MANDADO / ofício/intimação.
Porto Velho, 2 de maio de 2019.

4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho PROCESSO: 7016548-62.2018.8.22.0001
EXEQUENTE: ROCIO MARQUES SOARES ALMEIDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: AMANDA AZEVEDO REIS OAB nº RO7096, IGOR AZEVEDO REIS OAB nº RO9275
EXECUTADO: BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADO DO EXECUTADO: RUBENS GASPAR SERRA OAB nº AC119859, FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES OAB nº AC6235, JULIA JOHANN WUST OAB nº RO8676
ADVOGADO DO EXECUTADO: RUBENS GASPAR SERRA OAB nº AC119859, FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES OAB nº AC6235, JULIA JOHANN WUST OAB nº RO8676
DECISÃO / PENHORA ON LINE TOTAL
Foi requisitado bloqueio on line do valor de R$ 865,85 (oitocentos e sessenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos), conforme requerido pela parte exequente.
Em seguida, foi determinada a transferência da quantia bloqueada na conta bancária da devedora.
Aguarde-se a transferência. Após, intime-se a parte executada para manifestação em 05 (cinco) dias.
Decorrido o prazo ou havendo concordância com o bloqueio realizado,expeça-se alvará judicial em favor da parte exequente da quantia disponibilizada e penhorada via BACENJUD, assim como eventuais acréscimos, devendo referida parte ser intimada a efetuar o levantamento da ordem no prazo de 10(dez) dias.
Não havendo o oportuno levantamento, transfira o numerário para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO.
Cumprida as diligências acima, voltem os autos conclusos para extinção.
Serve o presente como comunicação.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019
Marisa de Almeida
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho PROCESSO: 7032277-65.2017.8.22.0001
EXEQUENTE: MARIA SUELI DA SILVA RIBEIRO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DANIELE RODRIGUES DE ARAUJO OAB nº RO7543, DENIZE RODRIGUES DE ARAUJO PAIAO OAB nº RO6174
EXECUTADO: MARIA DE FÁTIMA V. FRAZÃO
ADVOGADO DO EXECUTADO:
ADVOGADO DO EXECUTADO:
DECISÃO
DEFIRO a quebra do sigilo fiscal por meio do sistema INFOJUD.
As informações anexas a este DESPACHO devem ser juntadas nos autos com advertência de sigiloso, para manuseio exclusivo dos advogados das partes, mediante acesso ao PJe.
Intime-se a parte exequente a se manifestar acerca dos documentos fiscais solicitados, no prazo de 10 (dez) dias. Devendo a CPE dar acesso do referido documento à parte exequente/advogado(a).
Após o prazo, acima delimitado, os documentos fiscais devem ser excluídos dos autos.
Intime-se. Cumpra-se.
Serve cópia deste DESPACHO como MANDADO /ofício/ intimação.
Porto Velho, data inserida na movimentação.
Marisa de Almeida
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho PROCESSO: 7053360-40.2017.8.22.0001
EXEQUENTE: ELIANA TELLES DE MENEZES
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ROSIANE DE LIMA LUNA RODRIGUES OAB nº RO6968, ANTONIO AUGUSTO SOUZA DIAS OAB nº RO596
EXECUTADO: ANTONIO ALVES MAIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: IRLAN ROGERIO ERASMO DA SILVA OAB nº RO1683
ADVOGADO DO EXECUTADO: IRLAN ROGERIO ERASMO DA SILVA OAB nº RO1683
DECISÃO / PENHORA ON LINE TOTAL
Foi requisitado bloqueio on line do valor de R$ 3.475,90 (três mil quatrocentos e setenta e cinco reais e noventa centavos), conforme requerido pela parte exequente.
Em seguida, foi determinada a transferência da quantia bloqueada na conta bancária da devedora.
Aguarde-se a transferência. Após, intime-se a parte executada para manifestação em 05 (cinco) dias.
Decorrido o prazo ou havendo concordância com o bloqueio realizado,expeça-se alvará judicial em favor da parte exequente da quantia disponibilizada e penhorada via BACENJUD, assim como eventuais acréscimos, devendo referida parte ser intimada a efetuar o levantamento da ordem no prazo de 10(dez) dias.
Não havendo o oportuno levantamento, transfira o numerário para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO.
Cumprida as diligências acima, voltem os autos conclusos para extinção.
Serve o presente como comunicação.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019
Marisa de Almeida
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 4ª Vara do Juizado Especial Cível Processo n. 7017002-08.2019.8.22.0001
REQUERENTE: DIEGO MOREIRA DA SILVA, RUA PASTOR EURICO ALFREDO NELSON 1197, - ATÉ 1228/1229 AGENOR DE CARVALHO - 76820-206 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REQUERENTE: DIEGO MOREIRA DA SILVA CPF nº 031.023.752-19
ADVOGADO DO REQUERENTE: IGOR JUSTINIANO SARCO OAB nº RO7957
REQUERIDO: GAZIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA, RUA DOM PEDRO II, - DE 1160 A 1404 - LADO PAR CENTRO - 76801-102 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO:

DECISÃO / TUTELA DE URGÊNCIA
O pedido de antecipação da tutela há que restar deferido, com fulcro no art. 300 do CPC, eis que presentes os pressupostos estabelecidos pelo referido DISPOSITIVO, pois o pedido de urgência decorre da relação estabelecida entre as partes (probabilidade do direito) e a negativação poderá causar prejuízos e constrangimentos à parte autora (perigo de dano).
Havendo impugnação do débito, deve a restrição de crédito ser "baixada" até final julgamento da demanda, já que os cadastros informadores do crédito são de acesso público e facilitado, ofendendo a honorabilidade da pessoa (física ou jurídica).
A medida não trará danos irreparáveis à requerida, não havendo que se falar em irreversibilidade da medida imposta que ora se defere, de maneira que atende aos requisitos estabelecidos pela legislação processual (art. 300, §3°, CPC).
Ante o exposto, presente a verossimilhança das alegações, com fulcro no art. 300 do CPC, DEFIRO o pedido de tutela provisória urgente satisfativa (antecipada) reclamada pela parte demandante, devendo o cartório oficiar o(s) órgão(s) de restrição para que promova(m) a "baixa" da restrição comandada e efetivada, e imediata comunicação a este juízo.
Serve a presente como MANDADO, devendo o Sr.(a) Oficial(a) de Justiça citar e intimar as partes da presente DECISÃO, bem como da audiência de conciliação designada para o dia 11/06/2019 às 08h00, no CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA, localizado na Rua Quintino Bocaiúva n. 3061, esquina com Av. Jorge Teixeira, bairro Embratel, Porto Velho-RO.
Advertências:I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos;III – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;IV – a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;V – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;VI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;VII – o não comparecimento injustificado do autor implicará na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;VIII – o não comparecimento do requerido a quaisquer das audiências designadas implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;IX – deverão comparecer à audiência designada munidos de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;X – a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas até o ato da audiência de conciliação;XI – na mesma oportunidade, o autor deverá se manifestar, em até 10 (dez) minutos, sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados;XII – não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento;XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca.
OBSERVAÇÃO: Este processo tramita por meio do sistema de Processo Judicial Eletrônico. Para visualizar a petição inicial e se informar sobre as vantagens de se cadastrar neste sistema, entre no site http:/pje.tjro.jus.br ou compareça na sede deste juízo. Documentos (procurações, cartas de preposição, contestações) devem ser trazidos ao juízo em formato digital (CD, PEN DRIVE, etc.) em arquivos com no máximo 1MB cada.
Serve a presente como comunicação.
Porto Velho, 30 de abril de 2019
Marisa de Almeida
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho PROCESSO: 7008993-91.2018.8.22.0001
REQUERENTES: MARIA CRISLANE ARAGAO DE LIMA, CLAUDETE MOREIRA DE LIMA, MARIA MOREIRA ARAGAO
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: LEONY FABIANO DOS SANTOS TAVARES OAB nº RO5200
REQUERIDO: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A
ADVOGADO DO REQUERIDO: ITALLO GUSTAVO DE ALMEIDA LEITE OAB nº MT7413O
ADVOGADO DO REQUERIDO: ITALLO GUSTAVO DE ALMEIDA LEITE OAB nº MT7413O
DECISÃO / PENHORA ON LINE TOTAL
Foi requisitado bloqueio on line do valor de R$ 37.918,11 (trinta e sete mil novecentos e dezoito reais e onze centavos), conforme requerido pela parte exequente.
Em seguida, foi determinada a transferência da quantia bloqueada na conta bancária da devedora.
Aguarde-se a transferência.
Em análise aos autos, verifica-se que a parte exequente informou um depósito judicial realizado pela parte executada, conta judicial 2848/040/01695399-7. Assim, expeça-se alvará judicial do valor depositado pela empresa em favor da parte exequente, intimando-a para retirar a ordem de pagamento. Quanto ao valor penhorado, expeça-se alvará judicial em favor da parte EXECUTADA.
Decorrido os prazos e não havendo levantamento, transfira o numerário para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO.
Cumprida as diligências acima, voltem os autos conclusos para extinção.
Serve o presente como comunicação.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019
Marisa de Almeida
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 4ª Vara do Juizado Especial Cível Processo n. 7015754-07.2019.8.22.0001
AUTOR: KAROLINE FERREIRA ADAMANTE, RUA CIRO MONTEIRO 7508 TANCREDO NEVES - 76829-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ELBER VIEIRA MUDREY OAB nº RO6209
RÉU: L. A. M. FOLINI COBRANCAS - ME, AVENIDA NOVE DE JULHO 1555 JARDIM STÁBILE - 16200-700 - BIRIGÜI - SÃO PAULO
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
Observa-se a existência de diversos órgãos de proteção ao crédito, sendo que nem todos comunicam entre si seus bancos de dados. Assim, faz-se necessária a juntada das certidões de inscrição emitidas pelos principais órgãos, de forma a aferir a existência do perigo de dano, bem como do efetivo abalo ilegítimo do crédito ou da incidência da Súmula n. 385 do STJ, sendo esta providência cabível à parte autora.

Assim, intime-se a parte demandante para o fim de apresentar a certidão de inscrição do SCPC, emitida diretamente pela Associação Comercial de Rondônia – ACR, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento liminar e imediata extinção do feito.
Ressalte-se que este juízo adotou o entendimento de que a comprovação da negativação deve ser feita por documento oficial emitido diretamente pelo órgão de proteção ao crédito (consultas de balcão).
Serve o presente como comunicação.
Porto Velho, 30 de abril de 2019
Marisa de Almeida
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº: 7041450-16.2017.8.22.0001.
REQUERENTE: MATHEUS CARVALHO
REQUERIDO: KELY MARIA HOLANDA BARROS DO NASCIMENTO - ME, GOL LINHAS AEREAS
Advogado do(a) REQUERIDO: JHONATAS EMMANUEL PINI - RO4265
Advogados do(a) REQUERIDO: MARCIO VINICIUS COSTA PEREIRA - RJ84367, BERNARDO AUGUSTO GALINDO COUTINHO - RO2991
Intimação À PARTE REQUERIDA (VIA DJE)
Por força e em cumprimento do juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, por intermédio de seu advogado, cumprir espontaneamente a SENTENÇA, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuando o pagamento do valor, obrigatoriamente junto a Caixa Econômica Federal (Provimento 001/2008 PR TJ/RO c/c Art. 840, I, do CPC), conforme Planilha de Cálculo anexa, sob pena de acréscimo de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor apresentado da dívida, conforme disposto no art. 523, § 1º, do Código de Processual Civil.
ADVERTÊNCIAS: 1) O VALOR DA CONDENAÇÃO OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER DEPOSITADO JUNTO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PROVIMENTO 001/2008 PR TJ/RO C/C ART. 840, I DO CPC), COM A DEVIDA E TEMPESTIVA COMPROVAÇÃO NO PROCESSO, SOB PENA DE SER CONSIDERANDO INEXISTENTE O PAGAMENTO REALIZADO ATRAVÉS DE OUTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 4º DO PROVIMENTO CONJUNTO N.º 006/2015-PR-CG, PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA ESTADUAL N.º 115/2015, INCIDINDO, INCLUSIVE, AS PENAS PREVISTAS NO ARTIGO 475-J DO CPC, ALÉM DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA PREVISTAS EM LEI. 2) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 3) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).
Porto Velho (RO), 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº: 7021720-82.2018.8.22.0001.
REQUERENTE: JEAN LEGAL LOPES
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL SA
Advogado do(a) REQUERIDO: SERVIO TULIO DE BARCELOS - RO6673
Intimação À PARTE REQUERIDA (VIA DJE)
Por força e em cumprimento do juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, por intermédio de seu advogado, cumprir espontaneamente a SENTENÇA, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuando o pagamento do valor, obrigatoriamente junto a Caixa Econômica Federal (Provimento 001/2008 PR TJ/RO c/c Art. 840, I, do CPC), conforme Planilha de Cálculo anexa, sob pena de acréscimo de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor apresentado da dívida, conforme disposto no art. 523, § 1º, do Código de Processual Civil.
ADVERTÊNCIAS: 1) O VALOR DA CONDENAÇÃO OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER DEPOSITADO JUNTO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PROVIMENTO 001/2008 PR TJ/RO C/C ART. 840, I DO CPC), COM A DEVIDA E TEMPESTIVA COMPROVAÇÃO NO PROCESSO, SOB PENA DE SER CONSIDERANDO INEXISTENTE O PAGAMENTO REALIZADO ATRAVÉS DE OUTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 4º DO PROVIMENTO CONJUNTO N.º 006/2015-PR-CG, PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA ESTADUAL N.º 115/2015, INCIDINDO, INCLUSIVE, AS PENAS PREVISTAS NO ARTIGO 475-J DO CPC, ALÉM DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA PREVISTAS EM LEI. 2) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 3) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).
Porto Velho (RO), 2 de maio de 2019.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 4ª Vara do Juizado Especial Cível Processo n. 7014987-66.2019.8.22.0001
AUTOR: LUANA PRISCILA DOS SANTOS, SEM ENDEREÇO
AUTOR: LUANA PRISCILA DOS SANTOS CPF nº 004.116.362-19
ADVOGADO DO AUTOR: PAULO FRANCISCO DE MATOS OAB nº RO1688, ERICA APARECIDA SOUSA DE MATOS OAB nº RO9514
RÉU: CLARO S.A., SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO RÉU:
DECISÃO / TUTELA DE URGÊNCIA
DEFIRO o pedido de antecipação da tutela, com fulcro no art. 300 do CPC, eis que a negativação poderá causar prejuízos e constrangimentos à parte autora, inclusive não abrangidos na inicial.
Havendo impugnação do débito, devem a cobrança (inclusive por terceiros – órgãos de cobrança terceirizados) e a restrição de crédito ser evitadas até final julgamento da demanda, já que os cadastros informadores do crédito são de acesso público e facilitado, ofendendo a honorabilidade da pessoa (física ou jurídica).
A medida não trará danos irreparáveis à parte requerida, não havendo que se falar em irreversibilidade da medida imposta que ora se defere.
Ante o exposto, presente a verossimilhança das alegações, com fulcro no art. 300 do CPC, DEFIRO A TUTELA ANTECIPADA reclamada pela parte demandante, e, por via de consequência, DETERMINO à parte requerida que se ABSTENHA de efetivar qualquer restrição creditícia nas empresas arquivistas, referente aos débitos oriundos do telefone móvel sob o nº (69) 99384-8636,

até final solução da demanda, sob pena de multa diária de R$ 100,00 (cem reais), até o limite indenizatório de R$ 2.000,00 (dois mil reais), sem prejuízo dos pleitos contidos na inicial, de elevação de astreintes e de determinação de outras medidas judiciais que se façam necessárias.
Caso já tenha ocorrido a restrição temida, fica fixado o prazo de 10 (dez) dias, para a efetiva "baixa"/retirada da restrição de crédito efetivada.
Cite-se/intimem-se as partes, consignando-se as advertências e recomendações de praxe (artigos 20 e 51, I, ambos da LF 9.099/95), bem como incluindo a possibilidade de inversão do ônus da prova.
Serve a presente como MANDADO, devendo o Sr.(a) Oficial(a) de Justiça citar e intimar as partes da presente DECISÃO, bem como da audiência de conciliação designada para o dia 03 de junho de 2019, às 10h00, no CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA, localizado na Rua Quintino Bocaiúva n. 3061, esquina com Av. Jorge Teixeira, bairro Embratel, Porto Velho-RO.
Advertências:I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos;III – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;IV – a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;V – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;VI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;VII – o não comparecimento injustificado do autor implicará na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;VIII – o não comparecimento do requerido a quaisquer das audiências designadas implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;IX – deverão comparecer à audiência designada munidos de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;X – a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas até o ato da audiência de conciliação;XI – na mesma oportunidade, o autor deverá se manifestar, em até 10 (dez) minutos, sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados;XII – não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento;XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca.
OBSERVAÇÃO: Este processo tramita por meio do sistema de Processo Judicial Eletrônico. Para visualizar a petição inicial e se informar sobre as vantagens de se cadastrar neste sistema, entre no site http:/pje.tjro.jus.br ou compareça na sede deste juízo. Documentos (procurações, cartas de preposição, contestações) devem ser trazidos ao juízo em formato digital (CD, PEN DRIVE, etc.) em arquivos com no máximo 1MB cada.
Serve a presente como comunicação.
Porto Velho, 26 de abril de 2019
Marisa de Almeida
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO
Processo n. 7014327-72.2019.8.22.0001
Parte requerente: AUTOR: ADAIR PIRES DA SILVA, RUA ALFREDO VOLPI, 7871 ESPERANÇA DA COMUNIDADE - 76825-104 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: RANUSE SOUZA DE OLIVEIRA OAB nº RO6458
Parte requerida: REQUERIDO: GILMAR GOMES BARRETO, RUA PRUDENTE DE MORAES 1820, - DE 1658 A 2076 - LADO PAR AREAL - 76804-294 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DECISÃO
Não obstante os argumentos apresentados pela parte autora em sua peça vestibular, não verifico a presença dos requisitos constantes do artigo 300 do CPC, ao menos em um juízo de cognição sumária.
Desse modo, o regular trâmite da ação é medida que se impõe, recomendando-se oitiva das partes para fins de conciliação, objetivo primordial dos Juizados Especiais.
Ante o exposto, com fulcro no art. 300 do CPC, INDEFIRO A TUTELA ANTECIPADA reclamada pela parte demandante, devendo o feito prosseguir em seus ulteriores termos.
Cite-se e intimem-se às partes da presente DECISÃO, bem como da audiência de conciliação designada para o dia 31 de maio de 2019, às 16h00, no CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA, localizado na Rua Quintino Bocaiúva n. 3061, esquina com Av. Jorge Teixeira, bairro Embratel, Porto Velho-RO,consignando-se as advertências e recomendações de praxe (artigos 20 e 51, I, ambos da LF 9.099/95), bem como incluindo a possibilidade de inversão do ônus da prova.
Advertências:I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos;III – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;IV – a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;V – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;VI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;VII – o não comparecimento injustificado do autor implicará na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;VIII – o não comparecimento do requerido a quaisquer das audiências

designadas implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;IX – deverão comparecer à audiência designada munidos de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;X – a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas até o ato da audiência de conciliação;XI – na mesma oportunidade, o autor deverá se manifestar, em até 10 (dez) minutos, sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados;XII – não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento;XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca.
OBSERVAÇÃO: Este processo tramita por meio do sistema de Processo Judicial Eletrônico. Para visualizar a petição inicial e se informar sobre as vantagens de se cadastrar neste sistema, entre no site http:/pje.tjro.jus.br ou compareça na sede deste juízo. Documentos (procurações, cartas de preposição, contestações) devem ser trazidos ao juízo em formato digital (CD, PEN DRIVE, etc.) em arquivos com no máximo 1MB cada.
Serve a presente como comunicação.
Porto Velho, 30 de abril de 2019
Marisa de Almeida

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo n°: 7057669-41.2016.8.22.0001
EXEQUENTE: BANCO ITAUCARD S.A.
Advogados do(a) EXEQUENTE: JOSE ALMIR DA ROCHA MENDES JUNIOR - RN392, SERGIO CARDOSO GOMES FERREIRA JUNIOR - RO4407
EXECUTADO: MARIO DAVY ARAGAO
Intimação À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, a informar o número da residência do requerido, posto que o endereço apresentado no ID está incompleto. Devendo a informação ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Porto Velho (RO), 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO
DECISÃO / TUTELA DE URGÊNCIA
Processo n. 7015685-72.2019.8.22.0001
Parte requerente: AUTOR: IZABEL FERNANDES LIMA, RUA BUENOS AIRES 1890, - DE 1820 A 2188 - LADO PAR EMBRATEL - 76820-820 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: SILVANA FERNANDES MAGALHAES PEREIRA OAB nº RO3024
Parte requerida: RÉU: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD, AVENIDA PINHEIRO MACHADO 2112, - DE 3186 A 3206 - LADO PAR EMBRATEL - 76820-838 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU:
A autora pretende em sede de tutela antecipada que a requerida seja compelida a refazer a calçada removida para instalação de hidrômetro.
Entretanto, não obstante os argumentos apresentados pela parte autora em sua peça vestibular, não verifico a presença dos requisitos constantes do artigo 300 do CPC, ao menos em um juízo de cognição sumária.
Desse modo, o regular trâmite da ação é medida que se impõe, recomendando-se a oitiva das partes para fins de conciliação, objetivo primordial dos Juizados Especiais.
Ante o exposto, com fulcro no art. 300 do CPC, INDEFIRO A TUTELA ANTECIPADA reclamada pela parte demandante, devendo o feito prosseguir em seus ulteriores termos.
Cite-se e intimem-se às partes da presente DECISÃO, bem como da audiência de conciliação designada para o dia 05 de junho de 2019, às 16h00, no CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA, localizado na Rua Quintino Bocaiúva n. 3061, esquina com Av. Jorge Teixeira, bairro Embratel, Porto Velho-RO,consignando-se as advertências e recomendações de praxe (artigos 20 e 51, I, ambos da LF 9.099/95), bem como incluindo a possibilidade de inversão do ônus da prova.
Advertências:I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos;III – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;IV – a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;V – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;VI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;VII – o não comparecimento injustificado do autor implicará na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;VIII – o não comparecimento do requerido a quaisquer das audiências designadas implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;IX – deverão comparecer à audiência designada munidos de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;X – a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas até o ato da audiência de conciliação;XI – na mesma oportunidade, o autor deverá se manifestar, em até 10 (dez) minutos, sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados;XII – não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento;XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca.
OBSERVAÇÃO: Este processo tramita por meio do sistema de Processo Judicial Eletrônico. Para visualizar a petição inicial e se informar sobre as vantagens de se cadastrar neste sistema, entre no site http:/pje.tjro.jus.br ou compareça na sede deste juízo. Documentos (procurações, cartas de preposição, contestações) devem ser trazidos ao juízo em formato digital (CD, PEN DRIVE, etc.) em arquivos com no máximo 1MB cada.
Serve a presente como comunicação.
Porto Velho, 30 de abril de 2019
Marisa de Almeida

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
INTIMAÇÃO DA PARTE RECORRENTE
Processo nº: 7056199-72.2016.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERIDO: BANCO BRADESCO S.A.
Advogados do(a) REQUERIDO: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - RO5546, EDSON ANTONIO SOUSA PINTO - RO4643
Com base em acórdão proferido pela Turma Recursal, fica vossa senhoria notificada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais, sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto extrajudicial. O Valor das custas é de 1% um por cento, nos termos do art. 12, III, da Lei Estadual nº 3.896 de 2016 (Regimento de Custas). Assim, para gerar o boleto de pagamento, utilize o link abaixo.
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=Tx7niP9iEw7gdde9QtEMNn_CnNejhosUMo1nxE8.wildfly01:custas1.1
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 4ª Vara do Juizado Especial Cível Processo n. 7021433-22.2018.8.22.0001
EXEQUENTE: RENAN GOMES MALDONADO DE JESUS, RUA RAFAEL VAZ E SILVA 1040, - DE 980/981 A 1309/1310 NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS - 76804-162 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ELIANE MARA DE MIRANDA OAB nº RO7904
EXECUTADO: DEILDO SILVA ALMEIDA, SÍTIO LINHA AFONSO BRASIL, CHÁCARA NOVA ALIANÇA 39 ZONA RURAL - 76900-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
DECISÃO
DEFIRO a quebra do sigilo fiscal por meio do sistema INFOJUD.
As informações anexas a este DESPACHO devem ser juntadas nos autos com advertência de sigiloso, para manuseio exclusivo dos advogados das partes, mediante acesso ao PJe.
Intime-se a parte exequente a se manifestar acerca dos documentos fiscais solicitados, no prazo de 10 (dez) dias. Devendo a CPE dar acesso ao referido documento à parte exequente/advogado(a).
Após o prazo, acima delimitado, os documentos fiscais devem ser excluídos dos autos.
Intime-se. Cumpra-se.
Serve cópia deste DESPACHO como MANDADO /ofício/ intimação.
Porto Velho, 24 de abril de 2019.
Marisa de Almeida

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº 7001553-10.2019.8.22.0001
EXEQUENTE: NATALICIA FELIPES GONCALVES 55115667215
Advogados do(a) EXEQUENTE: NILTON MENEZES SOUZA CORTES - RO8172, MARCELO BOMFIM DE ALMEIDA - RO8169
EXECUTADO: GEMA GALGANI LOPES
Intimação DA PARTE EXEQUENTE - AUDIÊNCIA
PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, fica a parte exequente intimada, por intermédio de seus patronos, a comparecer à AUDIÊNCIA deste processo a ser realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação pós-penhora; Sala: Sala B - 4º Juizado Especial Cível; Data: 14/06/2019; Hora: 16:00.
ADVERTÊNCIAS: 1) Por força da lei 9.099/95 e da Portaria Conjunta nº 001/2017, a jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer na audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da referida lei, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação de poderes servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia. 2) Os prazos processuais neste juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 42, lf 9099/95); 3) As partes deverão comparecer às audiências designadas munidas dos números de suas respectivas contas bancárias para eventual formalização e efetivação do acordo, evitando-se o uso da conta judicial; 4) As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art 19, §2º, lf 9099/95); 5) Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova, (art. 6º, cdc). 6) As partes deverão comparecer às audiências designadas na data, horário e endereço em que ser realizará a audiência, e que procuradores e preposto deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar; 7) EM SE TRATANDO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, As partes poderão trazer para a audiência até três testemunhas – independentemente de intimação – e a documentação que julgarem necessárias para instruir do feito.
Porto Velho (RO), 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo n°: 7008993-91.2018.8.22.0001
REQUERENTES: MARIA CRISLANE ARAGAO DE LIMA, CLAUDETE MOREIRA DE LIMA, MARIA MOREIRA ARAGAO
Advogado das REQUERENTES: LEONY FABIANO DOS SANTOS TAVARES - RO5200
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.
Intimação À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA a apresentar instrumento de procuração no prazo de 5 (cinco) dias.
Porto Velho (RO), 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº 7006009-03.2019.8.22.0001
AUTOR: VINICIUS VALENTIN RADUAN MIGUEL
Advogados do(a) AUTOR: VINICIUS VALENTIN RADUAN MIGUEL - RO4150, MARGARETE GEIARETA DA TRINDADE - RO4438

REQUERIDO: SAMUEL MILET
Advogado do(a) REQUERIDO: SAMUEL MILET - RO2117
Intimação DAS PARTES - AUDIÊNCIA
PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), a comparecerem à AUDIÊNCIA deste processo a ser realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: Sala B - 4º Juizado Especial Cível Data: 13/06/2019 Hora: 11:20
OBSERVAÇÕES: 1) A contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas ATÉ o ato da audiência de conciliação. Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento; 2) Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca; 3) Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; 4) Fica(m) Vossa(s) Senhoria(s), ainda, devidamente cientificada(s) de que, nos termos do que dispõe o Art. 20, da referida lei, o seu não comparecimento a qualquer das audiências designadas, implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial.
ADVERTÊNCIAS: 1) Por força da lei 9.099/95 e da Portaria Conjunta nº 001/2017, a jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer na audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da referida lei, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação de poderes servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia. 2) Os prazos processuais neste juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 42, lf 9099/95); 3) As partes deverão comparecer às audiências designadas munidas dos números de suas respectivas contas bancárias para eventual formalização e efetivação do acordo, evitando-se o uso da conta judicial; 4) As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art 19, §2º, lf 9099/95); 5) Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova, (art. 6º, cdc). 6) As partes deverão comparecer às audiências designadas na data, horário e endereço em que ser realizará a audiência, e que procuradores e preposto deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar; 7) EM SE TRATANDO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, As partes poderão trazer para a audiência até três testemunhas – independentemente de intimação – e a documentação que julgarem necessárias para instruir do feito.
Porto Velho (RO), 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº 7016741-43.2019.8.22.0001
REQUERENTE: NIVEA RIBEIRO DE SANTANA
Advogado do(a) REQUERENTE: ROGERIO SILVA SANTOS - RO7891
REQUERIDO: MANV COMERCIO CONFECCOES LTDA - ME, NELSON GONTIJO LUCAS
IntimaçãoD
DECISÃO / TUTELA DE URGÊNCIA
Processo n. 7016741-43.2019.8.22.0001
Parte requerente: REQUERENTE: NIVEA RIBEIRO DE SANTANA, RUA ITAPETINGA 5413 CASTANHEIRA - 76811-374 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ROGERIO SILVA SANTOS OAB nº RO7891
Parte requerida: REQUERIDOS: NELSON GONTIJO LUCAS, RUA DA BEIRA 7411, BR 364 KM 02 LAGOA - 76900-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, MANV COMERCIO CONFECCOES LTDA - ME, RUA DA BEIRA 7411 LAGOA - 76900-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS:
A autora pretende que seja deferida a medida liminarmente, com o objetivo de bloquear bens suficientes a garantir um futuro cumprimento de SENTENÇA, nos limites da dívida atualizada e no montante do valor da causa até o final da ação.
Entretanto, não obstante os argumentos apresentados pela parte autora em sua peça vestibular, não verifico a presença dos requisitos para concessão da tutela, ao menos em um juízo de cognição sumária.
Desse modo, o regular trâmite da ação é medida que se impõe, recomendando-se a conciliação das partes, objetivo primordial dos Juizados
Ante o exposto, com fulcro no art. 300 do CPC, INDEFIRO A TUTELA ANTECIPADA reclamada pela parte demandante, devendo o feito prosseguir em seus ulteriores termos.
Cite-se e intimem-se às partes da presente DECISÃO, bem como da audiência de conciliação designada para o dia 10 de junho de 2019, às 09h20 no CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA, localizado na Rua Quintino Bocaiúva n. 3061, esquina com Av. Jorge Teixeira, bairro Embratel, Porto Velho-RO,consignando-se as advertências e recomendações de praxe (artigos 20 e 51, I, ambos da LF 9.099/95), bem como incluindo a possibilidade de inversão do ônus da prova.
Advertências:I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos;III – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;IV – a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;V – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;VI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;VII – o não comparecimento injustificado do autor implicará na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;VIII – o não comparecimento do requerido a quaisquer das audiências designadas implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;IX – deverão comparecer à audiência designada munidos de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;X – a contestação e demais

provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas até o ato da audiência de conciliação;XI – na mesma oportunidade, o autor deverá se manifestar, em até 10 (dez) minutos, sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados;XII – não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento;XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca.
OBSERVAÇÃO: Este processo tramita por meio do sistema de Processo Judicial Eletrônico. Para visualizar a petição inicial e se informar sobre as vantagens de se cadastrar neste sistema, entre no site http:/pje.tjro.jus.br ou compareça na sede deste juízo. Documentos (procurações, cartas de preposição, contestações) devem ser trazidos ao juízo em formato digital (CD, PEN DRIVE, etc.) em arquivos com no máximo 1MB cada.
Serve a presente como comunicação.
Porto Velho, 30 de abril de 2019
Marisa de Almeida

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº: 7003089-56.2019.8.22.0001
Requerido(a): BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM - RJ62192
Intimação À PARTE RECORRIDA
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
INTIMAÇÃO DA PARTE RECORRENTE
Processo nº: 7001470-28.2018.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERIDO: BANCO BRADESCO SA
Advogado do(a) REQUERIDO: WILSON BELCHIOR - CE17314
Com base em acórdão proferido pela Turma Recursal, fica vossa senhoria notificada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais, sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto extrajudicial. O Valor das custas é de 1% um por cento, nos termos do art. 12, III, da Lei Estadual nº 3.896 de 2016 (Regimento de Custas). Assim, para gerar o boleto de pagamento, utilize o link abaixo.
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=Tx7niP9iEw7gdde9QtEMNn_CnNejhosUMo1nxE8.wildfly01:custas1.1
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76.820-842
Processo nº: 7044349-50.2018.8.22.0001
Requerente: ADEMIR APARECIDO NOGUEIRA
Advogados do(a) REQUERENTE: WALDENEIDE DE ARAUJO CAMARA - RO2036, JOSE ROBERTO DA SILVA SANTOS - RO6755, JESSICA VILAS BOAS DE PAULA - RO7373
Intimação À PARTE RECORRIDA
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 2 de maio de 2019.

1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO Obrigação de Fazer / Não Fazer, Base de Cálculo, Piso Salarial
Processo 7006741-81.2019.8.22.0001
REQUERENTE: MARIA ROSILENE VAZ DA SILVA MONTEIRO
ADVOGADO DO REQUERENTE: DOUGLAS GOMES DA SILVA CRUZ OAB nº RO9802, ALECSANDRO RODRIGUES FUKUMURA OAB nº RO6575, JOVANA ALVES CANTAREIRA OAB nº RO5781
REQUERIDO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CANDEIAS DO JAMARIDESPACHO
Cite-se com prazo de defesa de 30 dias, ficando ciente de que se desejar a produção de provas deverá apresentar na peça defensiva tal requerimento com todas as informações necessárias quais sejam, sob pena de perda do direito de produzi-las.
1- Testemunhal: nomes e endereços;
2- Pericial: nome, telefone e e-mail de eventual assistente técnico, além dos quesitos;
3- Exibição de documento ou fornecimento de informações: identificação do documento, descrição de seu conteúdo, bom como onde e com quem está depositado).
Quanto a produção de provas o mesmo vale para a parte requerente, no entanto, com o prazo de 10 dias, para manifestação.
Intime-se a parte requerente (DJe), servindo cópia do presente de expediente para comunicação do ato.
A citação será realizada por sistema, servindo cópia do presente de MANDADO. Fica a parte requerida advertida de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Porto Velho, 29/04/2019
Johnny Gustavo Clemes

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE PORTO VELHO - RO
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS - JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA
Rua Quintino Bocaiuva, nº. 3061 esquina com Av. Jorge Teixeira (BR -319), 2º Andar - Bairro São Cristóvão - Porto Velho/RO - CEP 76820-842
Processo nº: 7035724-95.2016.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN-RO

EXECUTADO: JOSE WILLIAM AIRES DE ALMEIDA, TELMA FERREIRA DA SILVA
Advogado dos Executados: ANDERSON DE MOURA E SILVA - RO 2819
FINALIADE: Intimar a parte autora para ciência do DESPACHO abaixo transcrito:DESPACHO
Diante do pedido de execução de honorários de sucumbência e multa formulado pelo DETRAN/RO, intimem-se as partes executadas, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestem sobre os cálculos apresentados, bem como, caso concordem, realize o pagamento no mesmo prazo, depositando a importância nas contas indicadas (Agência 2757- X, Conta 23.307-2 e Conta 8.741-6, ambas do Banco do Brasil) e juntando comprovantes nos autos.
Havendo concordância e pagamento dos honorários de sucumbências, arquivem-se os autos.
Em havendo impugnação, retornem-me os autos conclusos para "julgamento - embargos".
Transcorrendo o prazo sem manifestação da parte executada e independentemente de novo DESPACHO, expeça-se ofício para (Diretor Geral e Coordenadora de Recursos Humanos – DETRAN/RO - ENDEREÇO: Rua Dr. José Adelino, n. 4477, Costa e Silva, Porto Velho/RO), para que se realize descontos mensais (limitados a 30% da remuneração líquida) na folha de pagamento dos servidores José William Aires de Almeida R$ 1.308,04 e Telma Ferreira da Silva R$ 1.308,04.
Intimem-se as partes, via sistema PJe.
Após realizados os atos acima, arquivem-se os autos.
Porto Velho, 29/04/2019.
Juiz Johnny Gustavo Clemes, assinado digitalmente.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
7038122-78.2017.8.22.0001
REQUERENTE: JOAO ALBERTO BATISTA DE OLIVEIRA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MANOEL RIVALDO DE ARAUJO OAB nº RO315B
REQUERIDOS: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN-RO, BANCO ITAULEASING S.A., CECY PEDRAZA DE MACEDO
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: PROCURADORIA AUTÁRQUICA DO DETRAN/RO, WILSON BELCHIOR OAB nº AC4215
SENTENÇA
Vistos etc,
Trata-se de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos pelo DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/RO, em face da SENTENÇA proferida id. 19804436.
O embargante, alega que houve "omissão na determinação de transferência do veículo para a litisconsorte passiva necessária CECY PEDRAZA, isso diante de pedido expresso da autora, e, que pode ocasionar tumulto no cumprimento da DECISÃO ".
Os autos vieram-me conclusos.
Conheço dos presentes Embargos Declaratórios, eis que opostos tempestivamente.
Com razão o DETRAN/RO.
Reconheço da omissão, nos termos do artigo 1.022, II do CPC, na parte dispositiva da SENTENÇA embargada, devendo ser aplicado o efeito integrativo no presente.
Posto isto, ACOLHO os embargos de declaração para acrescer ao DISPOSITIVO da SENTENÇA a seguinte ordem, sem prejuízo das disposições anteriores:
e) DETERMINAR que o DETRAN/RO proceda a transferência da titularidade do veículo automotor HONDA/Civic LX, Ano: 2005/2006, cor Prata, Placa: NDR 2320, CHASSI: 93HS15506Z107454, de JOÃO ALBERTO BATISTA DE OLIVEIRA, para CECY PEDRAZA DE MACEDO.
Cópia da presente serve de MANDADO de intimação para cumprimento da ordem.
Intimem-se.
Agende-se decurso de prazo.
Porto Velho, 29/04/2019
Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA
COMARCA DE PORTO VELHO - RO
Rua Quintino Bocaiuva, 3061 - Bairro São Cristóvão, esquina com Avenida Jorge Teixeira, 2º Andar - Porto Velho/RO - CEP 76820-842 - Fone: 3217-5065
Processo (Carta Precatória) nº: 7002777-80.2019.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
REQUERENTE (S): BRUNA MARIA BARATELA
Advogados do(a) AUTOR: JEANDERSON LUIZ VALERIO ALMEIDA - RO6863, BRUNO PAIVA OLIVEIRA - RO8056
REQUERIDO (S): RÉU: CRISTHIANE TAIMARA HAITO, ESTADO DE RONDÔNIA
Certidão
Certifico e dou fé que, por determinação verbal do MM. Juiz de Direito JOHNNY GUSTAVO CLEMES, promovo a retirada do sigilo da contestação apresentada pela parte requerida CRISTHIANE TAIMARA HAITO e documentos anexados. Porto Velho/RO, 26 de abril de 2019.
ELISANGELA OLIVEIRA SILVA
Gestora de Equipe
(Assinado Digitalmente)

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
7038122-78.2017.8.22.0001
REQUERENTE: JOAO ALBERTO BATISTA DE OLIVEIRA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MANOEL RIVALDO DE ARAUJO OAB nº RO315B
REQUERIDOS: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN-RO, BANCO ITAULEASING S.A., CECY PEDRAZA DE MACEDO
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: PROCURADORIA AUTÁRQUICA DO DETRAN/RO, WILSON BELCHIOR OAB nº AC4215
SENTENÇA
Vistos etc,
Trata-se de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos pelo DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/RO, em face da SENTENÇA proferida id. 19804436.
O embargante, alega que houve "omissão na determinação de transferência do veículo para a litisconsorte passiva necessária CECY PEDRAZA, isso diante de pedido expresso da autora, e, que pode ocasionar tumulto no cumprimento da DECISÃO ".
Os autos vieram-me conclusos.
Conheço dos presentes Embargos Declaratórios, eis que opostos tempestivamente.
Com razão o DETRAN/RO.
Reconheço da omissão, nos termos do artigo 1.022, II do CPC, na parte dispositiva da SENTENÇA embargada, devendo ser aplicado o efeito integrativo no presente.
Posto isto, ACOLHO os embargos de declaração para acrescer ao DISPOSITIVO da SENTENÇA a seguinte ordem, sem prejuízo das disposições anteriores:

e) DETERMINAR que o DETRAN/RO proceda a transferência da titularidade do veículo automotor HONDA/Civic LX, Ano: 2005/2006, cor Prata, Placa: NDR 2320, CHASSI: 93HS15506Z107454, de JOÃO ALBERTO BATISTA DE OLIVEIRA, para CECY PEDRAZA DE MACEDO.
Cópia da presente serve de MANDADO de intimação para cumprimento da ordem.
Intimem-se.
Agende-se decurso de prazo.
Porto Velho, 29/04/2019
Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7010429-51.2019.8.22.0001
Requerente/Exequente: AUTOR: GUILHERME SUSSUARANA TERRA
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO AUTOR: ROD DANIEL GOMES SUSSUARANA DO NASCIMENTO OAB nº RO8498
Requerido/Executado: RÉU: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
DESPACHO
Vistos.
Converto o julgamento em diligência para convocar as partes a comparecerem devidamente acompanhadas por seus advogados na sala n. 103 (sala de audiência do Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Porto Velho), em NOVO ENDEREÇO, sito à Rua Quintino Bocaiuva, nº 3061, esquina com Av. Jorge Teixeira, bairro Embratel, Porto Velho- Rondônia –, para audiência de instrução e julgamento a realizar-se em 02 de julho de 2019, às 09h.
As partes e testemunhas deverão se apresentar ao Secretário de Gabinete, na sala de Audiências, com 15 (quinze) minutos de antecedência dos horários da audiência, portando documento de identificação com foto para fins de qualificação.
As testemunhas comparecerão à audiência de instrução e julgamento em número máximo de três para cada parte.
Ao requerente, Art. 455. Cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo.
O Município de Porto Velho tem o prazo de 05 dias para apresentar rol de testemunhas, caso seja necessária a intimação destas pelo juízo, sob pena de preclusão.
Apresentado o rol no prazo determinado a CPE deverá promover a intimação por MANDADO das testemunhas arroladas, servindo-se desta como MANDADO /Ofício/Carta.
Intime-se pelo sistema PJe, servindo a presente de expediente/ comunicação/ intimação/ Carta-AR/ MANDADO / ofício.
Agende-se decurso de prazo.
Porto Velho, 29/04/2019.
Juiz Johnny Gustavo Clemes, assinado digitalmente.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA
COMARCA DE PORTO VELHO - RO
Rua Quintino Bocaiuva, 3061 - Bairro São Cristóvão, esquina com Avenida Jorge Teixeira, 2º Andar - Porto Velho/RO - CEP 76820-842 - Fone: 3217-5065
Processo (Carta Precatória) nº: 7002777-80.2019.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
REQUERENTE (S): BRUNA MARIA BARATELA
Advogados do(a) AUTOR: JEANDERSON LUIZ VALERIO ALMEIDA - RO6863, BRUNO PAIVA OLIVEIRA - RO8056
REQUERIDO (S): RÉU: CRISTHIANE TAIMARA HAITO, ESTADO DE RONDÔNIA
Certidão
Certifico e dou fé que, por determinação verbal do MM. Juiz de Direito JOHNNY GUSTAVO CLEMES, promovo a retirada do sigilo da contestação apresentada pela parte requerida CRISTHIANE TAIMARA HAITO e documentos anexados. Porto Velho/RO, 26 de abril de 2019.
ELISANGELA OLIVEIRA SILVA
Gestora de Equipe
(Assinado Digitalmente)

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
7005997-23.2018.8.22.0001
REQUERENTE: JOZIVAN OLIVEIRA FERREIRA
ADVOGADO DO REQUERENTE: NICOLE DIANE MALTEZO MARTINS OAB nº RO7280, THIAGO VALIM OAB nº RO6320
REQUERIDOS: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN-RO, DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN-RO
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: PROCURADORIA AUTÁRQUICA DO DETRAN/RO, PROCURADORIA AUTÁRQUICA DO DETRAN/RO
SENTENÇA
Vistos, etc.
O embargante reclama pela via dos embargos declaratórios a concessão da assistência judiciária, argumentando que fez tal requerimento na inicial e na peça recursal. Sustenta que a mera afirmação gera presunção de hipossuficiência.
DECIDO
Os embargos de declaração servem para vícios de obscuridade, omissão e ou contradição.
O caso em tela não é relativo a qualquer das hipóteses, portanto, a via escolhida é rejeitada.
O STJ já tem jurisprudência firmada no sentido de que é preciso demonstrar a condição de hipossuficiência, logo, o advogado do embargante não se enquadrou a tal exigência, de modo que a deliberação pelo indeferimento da gratuidade deve ser mantida.
Ante o exposto, REJEITO os presentes embargos.
Em decorrência da falta de recolhimento do preparo, DECLARO DESERTO o recurso interposto que consta no ID 22341911.
Intimem-se.
Agende-se decurso de prazo.
Porto Velho, 29/04/2019
Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Quintino de Bocaiúva, nº 3061, Bairro Embratel, CEP 76.820-842, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE PORTO VELHO - RO
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS - JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA
Rua Quintino Bocaiuva, nº. 3061 esquina com Av. Jorge Teixeira (BR -319), 2º Andar - Bairro São Cristóvão - Porto Velho/RO - CEP 76.820-842
Processo nº: 7013730-40.2018.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
EXEQUENTE: ANESIA AMARA GOES VELTEN
Advogado do(a) EXEQUENTE: ANGELA MARIA MENDES DOS SANTOS - RO2651
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA

Certidão
(JUNTAR PETIÇÃO INICIAL E MANDADO COM CERTIDÃO DE CITAÇÃO)
Certifico que não há nos autos juntada de petição inicial do processo de conhecimento, bem como certidão do oficial de justiça informando a data de efetiva citação do requerido/executado.
Diante do exposto, promovo a intimação da parte autora/exequente para juntar, no prazo de cinco dias, a petição inicial, bem como o MANDADO com a ciência do requerido e com a certidão do oficial de justiça, com indicação da data da citação.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
JUNIOR CONDE SHOCKNESS SERNAJOTO
Técnico(a) Judiciário(a)
(Assinado Digitalmente)

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE PORTO VELHO - RO
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS - JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA
Rua Quintino Bocaiuva, nº. 3061 esquina com Av. Jorge Teixeira (BR -319), 2º Andar - Bairro São Cristóvão - Porto Velho/RO - CEP 76.820-842
Processo nº: 7034439-96.2018.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: ALEX APARECIDO DA ROSA
Advogados do(a) EXEQUENTE: MATEUS FERNANDES LIMA DA SILVA - RO9195, LAURO FERNANDES DA SILVA JUNIOR - RO6797, TIAGO FERNANDES LIMA DA SILVA - RO6122
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA
Intimação AO EXEQUENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Intimar a parte exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestar sobre a petição apresentada pela parte executada ID nº 26750565. Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA
COMARCA DE PORTO VELHO - RO
Rua Quintino Bocaiuva, 3061 - Bairro São Cristóvão, esquina com Avenida Jorge Teixeira, 2º Andar - Porto Velho/RO - CEP 76820-842 - Fone: 3217-5065
Processo nº: 7020359-30.2018.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: SHEILA CRISTIANE BARROZO DA SILVA
Advogados do(a) EXEQUENTE: VANESSA AZEVEDO MACEDO - RO2867, IGOR MARTINS RODRIGUES - RO6413
EXECUTADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI
ATO ORDINATÓRIO
Intimar as partes para, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestarem sobre os cálculos apresentados pela contadoria judicial. Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE PORTO VELHO - RO
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS - JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA
Rua Quintino Bocaiuva, nº. 3061 esquina com Av. Jorge Teixeira (BR -319), 2º Andar - Bairro São Cristóvão - Porto Velho/RO - CEP 76.820-842
Processo nº: 7040524-35.2017.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: AURIONE KENEDDY DA COSTA
Advogados do(a) REQUERENTE: JEOVAL BATISTA DA SILVA - RO5943, SERGIO LUIZ PACIFICO - RO8152
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA, DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN-RO, SAMUEL RIBEIRO MARQUES
Intimação AO EXEQUENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Intimar a parte exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestar sobre a certidão do oficial de justiça ID nº 25534446. Porto Velho/RO, 24 de abril de 2019.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE PORTO VELHO - RO
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS - JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA
Rua Quintino Bocaiuva, nº. 3061 esquina com Av. Jorge Teixeira (BR -319), 2º Andar - Bairro São Cristóvão - Porto Velho/RO - CEP 76.820-842
Processo nº: 7009799-92.2019.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (1114)
EXEQUENTE: PAULO ESTEVAN FARIA LEITE
Advogado do(a) EXEQUENTE: TIAGO VICTOR NASCIMENTO DA SILVA - RO7914
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA
Intimação AO EXEQUENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Intimar a parte exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestar sobre a petição apresentada pela parte executada ID nº 26779993. Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE PORTO VELHO - RO
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS - JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA
Rua Quintino Bocaiuva, nº. 3061 esquina com Av. Jorge Teixeira (BR -319), 2º Andar - Bairro São Cristóvão - Porto Velho/RO - CEP 76.820-842
Processo nº: 7015735-69.2017.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: IZULEIDE ALVES DA SILVA
Advogado do(a) EXEQUENTE: PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR - RO2394
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA
Intimação AO EXEQUENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Intimar a parte exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestar sobre a petição apresentada pela parte executada ID nº 26737857. Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.

1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara da Fazenda Pública 0001547-69.2012.8.22.0001
AUTORES: M. P. D. E. D. R., RUA JAMARY 1555 OLARIA - 76801-917 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, ESTADO DE RONDÔNIA, SEM ENDEREÇO - ADVOGADOS DOS AUTORES: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
RÉU: JOSE MILTON DE SOUSA BRILHANTE, RUA 15 DE SETEMBRO, N.335 OU 1902 335, GURGEL/CASTANHEIRAS - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA - ADVOGADO DO

RÉU: VIVALDO GARCIA JUNIOR OAB nº RO4342, JOSE D ASSUNCAO DOS SANTOS OAB nº RO1226 DESPACHO
Ao MP para ciência e manifestação quanto ao teor da certidão de id n. 26830980 e documentos anexos.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Inês Moreira da Costa
Juíza de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: 3217-1328
7001152-11.2019.8.22.0001
PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: FERTISOLO COMERCIAL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
Advogado do(a) AUTOR: SHISLEY NILCE SOARES DA COSTA CAMARGO - RO0001244A
RÉU: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
INTIMAÇÃO
Por ordem do(a) juiz(a) de direito INES MOREIRA DA COSTA, fica a parte autora intimada para, querendo, impugnar a(s) contestação(ões) apresentada(s) nos autos.
Prazo: 15 dias
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
CESARIO DOS SANTOS FERREIRA
Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara da Fazenda Pública 7014836-03.2019.8.22.0001
REQUERENTE: EVANIR MARIA KELM, CHACARA S/n RO481 KM 04 - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA - ADVOGADO DO REQUERENTE: ZENIA LUCIANA CERNOV DE OLIVEIRA OAB nº RO641
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA, SEM ENDEREÇO - ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA DESPACHO:
Trata-se de Ação Ordinária proposta por EVANIR MARIA KELM em face do ESTADO DE RONDÔNIA, pretendendo a conversão de licença prêmio não gozada em pecúnia, atribuindo valor a causa de R$ 14.091,99.
Vieram autos, em razão de terminação do Juizado Especial da Fazenda Pública (Id 2639331).
Ocorreu que o valor atribuído à causa não ultrapassa 60 (sessenta) salários mínimos (art. 2º Lei 12.153/2009), bem como não se verifica nenhuma das exceções previstas no § 1º do mesmo DISPOSITIVO legal.
Ante o exposto, evitando possível nulidade processual decorrente de ato praticado por juízo incompetente, remetam-se os autos ao Juizado Especial da Fazenda Pública.
Cumpra-se.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Inês Moreira da Costa
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara da Fazenda Pública
7017592-82.2019.8.22.0001 Cumprimento de SENTENÇA
POLO ATIVO
EXEQUENTE: JOADI DE MELO LACERDA JUNIOR, RUA PAULO FORTES 5993, - ATÉ 6276/6277 APONIÃ - 76824-046 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: SINTIA MARIA FONTENELE OAB nº RO3356
POLO PASSIVO
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos, etc.
Trata-se de execução individual de SENTENÇA coletiva promovida por JOADI DE MELO LACERDA JÚNIOR em face do Estado de Rondônia, na qual pleiteia a implantação em folha de pagamento da obrigação concedida na ação ordinária coletiva n. 0196615-93.2008.8.22.0001.
Aduz que o Sindicato dos Trabalhadores no Poder Executivo de Rondônia – SINTRAER ajuizou ação ordinária declaratória de direitos em face do Estado de Rondônia (0196615-93.2008.8.22.0001), restando condenado a implementar em folha de pagamento dos servidores/substituídos, conforme unidades de saúde especificadas no pedido, adicional de insalubridade, observando-se os cargos e os respectivos graus insalubres consignados no laudo pericial e, pagamento dos valores retroativos observando a prescrição quinquenal.
Noticia que ocupa o cargo de Cargo de Agente de Atividades Administrativa, admitido em 15/02/2018, lotado no Hospital Infantil Cosme e Damião e, cargo descrito no laudo pericial da ação ordinária, por isso tem direito ao recebimento das verbas concedidas.
Com a inicial vieram as documentações.
É o necessário. Passa-se a DECISÃO.
O pedido comporta julgamento imediato, porquanto os elementos coligidos permitem chegar a uma CONCLUSÃO segura acerca da controvérsia, não havendo necessidade de produção de provas em audiência.
Nos termos do art. 8º, III, da CF, é assegurado aos sindicatos a possibilidade de substituição processual ampla e irrestrita, para agir no interesse de toda a categoria, pois o sindicato detém legitimidade para ajuizar, como substituto processual, ação pleiteando a tutela de direitos e interesses individuais homogêneos, oriundos de causa comum, que atinge os trabalhadores substituídos.
No caso dos autos a exequente tem como objetivo executar título judicial obtido em ação coletiva proposta pelo SINTRAER, sindicato representativo dos servidores públicos que trabalham no Poder Executivo Estadual, não assistidos por sindicato específico, dessa forma sua representação é ampla e residual tendo como base territorial toda a extensão do Estado.
Destarte, há categoria de trabalhadores que apesar de laborar no Executivo possuem sindicatos específicos, como é caso dos Médicos (SIMERO), os trabalhadores da saúde (SINDSAÚDE) e profissionais de enfermagem (SINTRAER). O desmembramento é perfeitamente possível em razão do princípio da especialidade sindical.
É cediço que a categoria possui sindicato próprio e específico nesta unidade federativa, qual seja, Sindicato dos Trabalhadores em Saúde no Estado de Rondônia (SINDSAÚDE), cuja abrangência encontra-se devidamente delimitada, conforme previsão no artigo 2º de seu Estatuto Social nos seguintes termos:
Art. 2º – A representação do SINDSAÚDE abrange os trabalhadores da saúde da rede pública direta e indireta a nível federal, estadual e municipal, além de todos os alcançados pela Emenda Constitucional 60, de 11 de novembro de 2009, que dispõe sobre a Transposição, vinculados a regime estatutário, comissionado, celetista, temporário, emergencial ou especial, dentre eles, Administrador Hospitalar, Agente de Endemia, Agente Comunitário de Saúde, Auxiliar em Radiologia, Biólogo, Biomédico, Cirurgião Dentista, Enfermeiro (exceto celetistas), Farmacêutico, Farmacêutico Bioquímico, Fisioterapeuta, Fonoaodiólogo, Médico, Médico Veterinário, Nutricionista, Psicólogo, Sanitarista, Terapeuta Ocupacional, Assistente Social, Agente de Serviço de Saúde, Técnico em Enfermagem (exceto celetistas), Técnico em Equipamentos e Aparelhos Médicos, Técnico em Higiene Dental, Técnico em Radiologia, Auxiliar em Laboratório, Técnico em

Nutrição e Dietética, Técnico em Ortopedia, Técnico em Radiologia, Auxiliar em Radiologia, Técnico em Nutrição e Dietética, Técnico em Reabilitação, Técnico em Serviços de Saúde, Auxiliar em enfermagem (exceto celetistas), Atendente de Enfermagem (exceto celetistas), Parteiras, Auxiliar em Serviços de Saúde, Auxiliar em Serviços Gerais, Auxiliar Administrativo, Técnico Administrativo, Motorista, Técnico em Manutenção, Oficial de Manutenção, Maqueiros, Auxiliar de Gesso lotados na Secretaria de Estado da Saúde, ou policlínicas como também os demais profissionais de saúde da rede hospitalar privada, técnicos específicos e não específicos, auxiliares específicos e não específicos, ligados ao Sistema Único de Saúde (S.U.S).

Cumpre ressaltar que em decorrência do princípio da unicidade sindical, segundo o qual apenas um sindicato poderá representar determinada categoria específica, resta impossível que outros sindicatos atuem na defesa dos mesmos interesses, dessa forma, uma vez tendo os servidores optado por constituir sindicato próprio não poderão ser mais representados por outros sindicatos, nem executar SENTENÇA que foi proferida em favor de outro sindicato.

Nesse sentido vejamos alguns julgados:

EXECUÇÃO DE SENTENÇA. SERVIDOR FEDERAL. CATEGORIA ESPECÍFICA. SINDICATO PRÓPRIO. ILEGITIMIDADE. Os servidores que pertencem a categoria específica que optou por constituir sindicato próprio que melhor represente e atenda aos seus interesses específicos deixam de ser representados por quaisquer outros sindicatos. Vige a regra da unicidade sindical: somente um sindicato pode representar determinada categoria. Consequentemente, a liberdade associativa se restringe à possibilidade de se filiar ou não ao único sindicato que representa a sua categoria, não havendo alternativa de filiar-se a outro. - Reconhecida a ilegitimidade ativa da parte exequente para executar título executivo deve ser mantida a SENTENÇA que extinguiu o feito com base no artigo 485, VI, do CPC. (TRF4, AC 5078039-89.2015.4.04.7100, TERCEIRA TURMA, Relatora Maria Izabel Pezzi Klein)

ADMINISTRATIVO. REPRESENTAÇÃO SINDICAL EM JUÍZO. SINDISERF. DEFERIDA AO SINDICATO ESPECÍFICO. INDEFERIDA AO SINDICATO DE MAIOR ABRANGÊNCIA NA MESMA BASE TERRITORIAL. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA NÃO EXAMINADA PELA SENTENÇA. PRINCÍPIO TRANSLATIVO DA APELAÇÃO. - Em face do princípio translativo do recurso de apelação, presente no par. 1º do artigo 514, CPC, todas as questões suscitadas e discutidas no processo serão objeto de apreciação pelo tribunal, mesmo que a SENTENÇA não as tenha julgado por inteiro. Dessa forma, não tendo sido a preliminar de ilegitimidade ativa ad causam do sindicato autor examinada pela SENTENÇA, foi transferida a análise desta questão para o tribunal de apelação. - Constatada a existência de sindicato específico para determinada categoria profissional ou segmento de trabalhadores, deve ser deferida a este a representação dos interesses da classe que representa, impedindo-se que outros entes sindicais, de maior abrangência, na mesma base territorial, atuem na defesa dos mesmos interesses. Precedente desta Corte – AC 5001254-62.2010.404.7100/RS. (TRF 4 – APELAÇÃO CÍVEL AC 50651703620114047100 RS 5065170-36.2011.404.7100).

PROCESSO CIVIL. REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINAR: ILEGITIMIDADE ATIVA DO IMPETRANTE. EXISTÊNCIA DE SINDICATO COM REPRESENTAÇÃO ESPECÍFICA DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DE COMBATE ÀS EPIDEMIAS. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA UNICIDADE SINDICAL. RECONHECIMENTO DA ILEGITIMIDADE DO SINDSAÚDE PARA REPRESENTAR A CATEGORIA. ACOLHIMENTO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ART. 485, VI DO CPC. (TJ-RN – AC: 20150081886 RN, Relator: Des. Ibanez Monteiro, Data de Julgamento: 10/10/2017, 2ª Câmara Cível).

Na relação processual originária, a declaração de direitos abarcou somente os substituídos do SINTRAER, para extensão a outras categoria era necessária a participação do legítimo representante da categoria profissional. Vale dizer, tendo a categoria instituído sindicato específico deixam de ser representado por quaisquer outros, e como decorrência lógica a categoria não tem legitimidade para requerer cumprimento de obrigações conquistada por outras corporações, tendo em vista a ausência de pertinência subjetiva com a demanda.

Ante o exposto, extingo o presente feito executivo sem resolução do MÉRITO, nos termos do art. 485, VI, do CPC.

Custas de lei, a ser paga pelo exequente, pois apesar do cumprimento de SENTENÇA ser fase processual, a presente lide tem natureza de processo autônomo, visto que não há SENTENÇA que beneficie o requerente.

Sem honorários advocatícios.

SENTENÇA não sujeita a remessa necessária, oportunamente arquivem-se. Vindo recurso voluntário, intime-se a parte contrária para apresentar as contrarrazões e remetam-se ao e. TJRO.

Publique-se e registre-se eletronicamente. Intimem-se.

Porto Velho, 30 de abril de 2019.

Inês Moreira da Costa

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO

Porto Velho - 1ª Vara da Fazenda Pública 7012137-39.2019.8.22.0001

IMPETRANTE: MARCELLA GOMES DE OLIVEIRA SOUZA, RUA CAUCHEIRO 1877, - DE 1623/1624 A 2079/2080 NOVA BRASÍLIA - 76908-508 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA - ADVOGADO DO IMPETRANTE: FRANK ANDRADE DA SILVA OAB nº RO8878

IMPETRADO: S. E. D. G. D. P., AVENIDA FARQUAR 2986, - DE 2882 A 3056 - LADO PAR PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA - ADVOGADO DO IMPETRADO:

DESPACHO

Notifique-se a autoridade tida como coatora para prestar informações. Prazo: 10 dias.

Dê-se ciência à Procuradoria do Estado de Rondônia, enviando-lhe cópia da inicial sem documentos, para que, querendo, ingresse no feito. Prazo: 10 dias. Oportunamente, dê-se vista ao Ministério Público para parecer. Prazo: 10 dias. Finalmente, venham os autos conclusos para julgamento. Intimem-se

Porto Velho, 30 de abril de 2019.

Inês Moreira da Costa

Juíza de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça de Rondônia

Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública

Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: 3217-1328 7049945-15.2018.8.22.0001

PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)

AUTOR: ELAINE FREITAS DE ARAUJO, LUCAS JOSE DA SILVA, ELOI PINTO DE ARAUJO

Advogados do(a) AUTOR: MARCOS ANTONIO METCHKO - RO1482, LAERCIO BATISTA DE LIMA - RO843

Advogados do(a) AUTOR: MARCOS ANTONIO METCHKO - RO1482, LAERCIO BATISTA DE LIMA - RO843

Advogado do(a) AUTOR: ELBA CERQUINHA BARBOSA - RO0006155A

RÉU: ESTADO DE RONDÔNIA

Intimação
Por ordem do(a) juiz(a) de direito, Dra. INÊS MOREIRA DA COSTA, fica a parte autora intimada para, querendo, impugnar a(s) contestação(ões) apresentada(s) nos autos.
Prazo: 15 dias
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
JOÃO BATISTA ALMEIDA DE OLIVEIRA
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: 3217-1328
7011475-12.2018.8.22.0001
PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: CRISTINA MICHELE DENNY
Advogado do(a) AUTOR: ANTONIO SANTANA MOURA - RO531
RÉU: MUNICIPIO DE PORTO VELHO e outros (2)
Advogado do(a) RÉU: RAFAEL SGANZERLA DURAND - MT12208-A
Intimação
Por ordem do(a) juiz(a) de direito, Dra. INÊS MOREIRA DA COSTA, fica a parte autora intimada para, querendo, impugnar a(s) contestação(ões) apresentada(s) nos autos.
Prazo: 15 dias
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
JOÃO BATISTA ALMEIDA DE OLIVEIRA
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: 3217-1328
7049945-15.2018.8.22.0001
PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ELAINE FREITAS DE ARAUJO, LUCAS JOSE DA SILVA, ELOI PINTO DE ARAUJO
Advogados do(a) AUTOR: MARCOS ANTONIO METCHKO - RO1482, LAERCIO BATISTA DE LIMA - RO843
Advogados do(a) AUTOR: MARCOS ANTONIO METCHKO - RO1482, LAERCIO BATISTA DE LIMA - RO843
Advogado do(a) AUTOR: ELBA CERQUINHA BARBOSA - RO0006155A
RÉU: ESTADO DE RONDÔNIA
Intimação
Por ordem do(a) juiz(a) de direito, Dra. INÊS MOREIRA DA COSTA, fica a parte autora intimada para, querendo, impugnar a(s) contestação(ões) apresentada(s) nos autos.
Prazo: 15 dias
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
JOÃO BATISTA ALMEIDA DE OLIVEIRA
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: 3217-1328
7041434-28.2018.8.22.0001
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: ELISANGELA BATISTA SOBREIRA
Advogado do(a) EXEQUENTE: ANE CAROLINE FERREIRA DOS SANTOS - RO0004309A
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA
Intimação
Por ordem do(a) juiz(a) de direito, Dra. INÊS MOREIRA DA COSTA, fica a parte autora intimada para, querendo, impugnar a(s) contestação(ões) apresentada(s) nos autos.ES
Prazo: 15 dias
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
JOÃO BATISTA ALMEIDA DE OLIVEIRA
Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara da Fazenda Pública
7046343-16.2018.8.22.0001 Procedimento Comum
POLO ATIVO
AUTOR: ADAIR MARZOLLA, RUA NORTON CARPES 2252 AGENOR DE CARVALHO - 76820-302 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: JOSE MANOEL ALBERTO MATIAS PIRES OAB nº RO3718, GUSTAVO GEROLA MARSOLA OAB nº RO4164
POLO PASSIVO
RÉU: INSTITUTO DE PREV DOS SERV PUBLICOS DO EST DE RONDONIA
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA DO IPERON
SENTENÇA
Trata-se de Ação Revisional de Proventos de Aposentadoria movida por Adair Marzolla em face do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia.
Noticia que no ano de 2017 requereu aposentadoria voluntária, por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais e paridade, o que foi concedido pelo Estado de Rondônia, mas questionado pelo deMANDADO o motivo da majoração das verbas denominadas vantagem pessoal no ano de 2013, o que fez com que fosse lhe concedido a aposentadoria com a exclusão da vantagem pessoal em outubro de 2018, por meio do ato nº 728, de 29.10.2018.
Afirma que sua a aposentadoria não foi concedida com valor integral, vez que os proventos foram fixados em R$14.877,06 (quatorze mil, oitocentos e setenta e sete reais e seis centavos), enquanto que a última remuneração percebida na ativa, sobre a qual incidia a contribuição previdenciária foi igual a R$27.324,52 (vinte e sete mil, trezentos e vinte e quatro reais e cinquenta e dois centavos), motivando a interposição da presente lide para revisão dos valores, já que administrativamente não teve êxito.
Com a inicial vieram as documentações.
Indeferido pedido liminar por este Juízo (id. 23249892), o qual foi reformado pelo e. TJRO em julgamento liminar de agravo de instrumento (id. 25104551).
Contestação apresentada pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia – IPERON (id. 25444858), na qual, preliminarmente, impugna o valor dado a causa e, no MÉRITO, afirma que a lei nº 3.034/2013 não deveria regular o pagamento de vantagem pessoal, sem a possibilidade de recolhimento da contribuição de verbas que nunca foram base de cálculo para aposentadoria.
Réplica apresentada em id. 26345536.
Sem mais provas pelas partes.
É o relatório. Passa-se a DECISÃO.
I – Da Preliminar
Impugna a parte demandada o valor da causa, sob fundamento de que não foram confeccionados cálculos que justificasse o valor apontado na exordial.
No entanto, como não existiam valores retroativos, desnecessário apresentar uma planilha de cálculos, com demonstração da metodologia utilizada.
Isso porque se trata de um simples cálculo matemático, qual seja, multiplicação do valor mensal controverso sobre a aposentadoria pelos doze meses vincendos (12 x R$12.447,46 = R$149.369,12), nos termos do § 2º do Art. 292 do CPC.
Assim, correto o valor dado à causa pelo autor.
Afasta-se a preliminar de MÉRITO aduzida.

II – Do MÉRITO
Cinge a lide em possível concessão de aposentadoria sem que fosse observado a integralidade, o que teria causado redução salarial indevida ao autor.
Percebe-se que desde o ano de 2013 vinha sendo pago ao autor a vantagem pessoal, sendo que em abril de 2017 o autor possuía em sua remuneração o valor de R$ 13.556,37 a título de vantagem pessoal, sobre a qual vinha realizando o recolhimento da contribuição previdenciária (id. 22944543 pag. 12).
É justamente a referida vantagem que o autor pretende que seja mantida em sua aposentadoria.
No entanto, antes de se adentrar ao MÉRITO, quanto a aposentadoria integral, necessário que seja analisada a origem da referida vantagem pessoal.
A) Da Vantagem Pessoal
A vantagem pessoal concedida ao autor decorre da Lei Estadual nº 3.034/2013, que assim prescreve, in verbis:
"Art. 1°. Fica assegurada a irredutibilidade da remuneração do servidor ativo do Quadro de Pessoal Efetivo da Assembleia Legislativa exonerado depois de ter exercido por mais de 10 (dez) anos ininterruptos cargos de direção superior ou chefia intermediária da Assembleia Legislativa.
§ 1°. A irredutibilidade da remuneração, nas condições estabelecidas nesta Lei, ocorrerá mediante concessão de vantagem pessoal ao servidor no valor da gratificação correspondente ao cargo de nível mais elevado exercido por mais de 5 (cinco) anos ininterruptos.
§ 2°. Caso nenhum dos cargos tenha sido exercido por mais de 5 (cinco) anos ininterruptos, o valor da vantagem pessoal concedida corresponderá à média ponderada das gratificações dos cargos."
Analisando a referida lei, percebe-se que a vantagem pessoal que vinha sendo paga ao autor desde o ano de 2013 decorre de valores que lhe eram pagos por função gratificada que possuía há mais de 10 anos na administração pública.
A evolução salarial demonstrada pela ficha financeira do autor, referente ao ano de 2013, comprova a origem da referida verba (id. 22944543 pag. 7).
Quando sua função gratificada foi extinta, passou a receber os referidos valores como vantagem pessoal.
A Constituição Federal estabelece em seu art. 37, inciso V, que "as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento".
Relevante informar que os cargos em comissão e as funções de confiança são de livre nomeação e exoneração, segundo a inteligência do inciso II do mesmo diploma legal retro citado, isto é, o gestor público responsável pela nomeação tem o poder discricionário para escolha da pessoa que irá ocupar o cargo em comissão e/ou a função pública.
Temos, portanto, na Constituição Federal dois conceitos distintos: funções de confiança e cargos em comissão.
Primeiramente, importante mencionar que a função é inerente ao próprio cargo, pois não existe cargo sem função. No entanto, poderá a função ser especial, quando destinada a cargos de direção, chefia e assessoramento, momento que possibilitará ao agente público receber uma gratificação especial pelo grau de responsabilidade dada àquela.
O inciso V, do art. 37, restringiu essa investidura, limitando o exercício de função de confiança a servidores ocupantes de cargo efetivo e a investidura em cargo em comissão a servidores de carreira, nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, devendo as atribuições de tais funções e cargos destinar-se apenas à chefia, direção e assessoramento. A norma ora vigente limita a investidura, em cargos em comissão, de pessoas que não pertencem aos quadros públicos, com o que se procurará evitar tantos casos de imoralidade e nepotismo existentes em todos os setores da Administração. (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 25ª ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 607)
Percebe-se que a função gratificada, destinadas a servidores de carreira, decorre da ocupação de posição de chefia, direção e assessoramento.
Conforme destaca o e. Ministro Marco Aurélio, no MS nº 33.084/DF, "as funções gratificadas consistem em um conjunto de atribuições especiais assumidas em caráter excepcional e temporário por ocupantes de cargos de provimento efetivo em acréscimo àquelas inerentes aos postos titularizados".
O cargo em comissão é a unidade individual de atribuições, prevista na estrutura organizacional do estado, para execução de atribuição de direção, chefia ou assessoramento, ou seja, funções que exigem a confiança direta e pessoal da autoridade pública. (CARVALHO, Matheus. Manual de direito administrativo. 3 ed. Salvador: JusPODIVM, 2016. P 755) (g.n.)
A lei nº 3.034/2013, ao prescrever sobre requisitos da irredutibilidade salarial àqueles que já estivessem em cargos de direção superior ou chefia intermediária da Assembleia Legislativa, por determinado período, incluiu tanto os servidores efetivos que ocupam cargos comissionados, como os servidores efetivos que ocupam função gratificada..
Importante mencionar que referida lei foi declarada constitucional pelo e. TJRO, que assim decidiu em ação direta de inconstitucionalidade de lei, in verbis:
"Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei Estadual n. 3.034/2013. Dispõe sobre a irredutibilidade da remuneração do servidor exonerado depois de ter exercido cargo de direção superior e chefia intermediária por mais de 10 anos ininterruptos. Iniciativa da Assembleia Legislativa. Usurpação de reserva legislativa não verificada. Violação aos princípios constitucionais que norteiam a Administração Pública decorrentes da precariedade do cargo em comissão. Não ocorrência. Lei destinada apenas ao servidor ativo do quadro efetivo da ALE. Estabilidade financeira. Inconstitucionalidade inexistente. Ação improcedente. 1. A iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo é restrita às matérias elencadas exaustivamente no artigo 39, §1º, da Constituição Estadual, harmônico com o artigo 61, § 1º, da Constituição Federal. 2. A concessão de vantagem pecuniária ao servidor ativo do quadro efetivo da ALE que venha a ser exonerado depois de exercer cargo de direção superior e chefia intermediária por mais de 10 anos ininterruptos, como forma de assegurar a irredutibilidade de sua remuneração, não constitui alteração de regime jurídico, tampouco se enquadra no rol de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, verificando-se que a norma atendeu ao preceito do art. 29, III, da Constituição do Estado, que prevê competir privativamente à Assembleia Legislativa dispor sobre a política remuneratória de seus próprios servidores. 3. O estabelecimento de vantagem pessoal a servidor efetivo que exerce cargo em comissão por determinado lapso temporal não se confunde com a proibição de que trata o art. 37, XIV, da Constituição Federal, constituindo a chamada "estabilidade financeira", prevista legalmente para os casos de servidores que exercem a função ou cargo comissionado sob referidas condições, não ofendendo, pois, os princípios da isonomia, impessoalidade, proporcionalidade e moralidade que regem a Administração Pública. (DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE, Processo nº 0804202-42.2016.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Presidência, Relator(a) do Acórdão: Des. Valter de Oliveira, Data de julgamento: 01/02/2018)"(grifo nosso)
A DECISÃO acima em apreço deixa claro que a manutenção dos valores por meio da instituição da vantagem pessoal se aplica apenas àqueles detentores de cargos efetivo, que executem funções gratificadas de chefia, direção e assessoramento.
Como dito anteriormente, o autor era possuidor de função gratificada, pois ocupava cargo em comissão ou função de confiança.
Tal fato é verificado por meio da análise de sua ficha funcional, id. 22944543 pag. 27/230, na qual consta que o requerente já exerceu função gratificada de assistente de gabinete (1991), cargo comissionado de chefe do setor de apoio parlamentar (2001), cargo comissionado de secretário legislativo (2007), cargo comissionado de diretor do departamento de apoio à produção parlamentar

(2007), cargo comissionado de secretário legislativo (2011), sendo que a instituição de vantagem pessoal em sua folha de pagamento, a partir do ano de 2013, se deu nos termos do que prescreve a lei nº 3.034/2013.

Sobre o tema, o Superior Tribunal de Justiça tem entendimento consolidado quanto à natureza jurídica de vantagem pessoal das gratificações incorporadas em razão do exercício da função gratificada de direção, de chefia ou assessoramento, depois de cumprido o período expresso na lei como requisito.

AÇÃO RESCISÓRIA. PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. DECADÊNCIA. TERMO INICIAL. TRÂNSITO EM JULGADO DA ÚLTIMA DECISÃO PROFERIDA NOS AUTOS ORIGINÁRIOS. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO INCORPORADA EM RAZÃO DO EXERCÍCIO DE CARGO DE DIREÇÃO, CHEFIA OU ASSESSORAMENTO. VANTAGEM DE NATUREZA PESSOAL. NÃO VINCULAÇÃO AO TETO REMUNERATÓRIO CONSTITUCIONAL. ACÓRDÃO RESCINDENDO FUNDADO NA JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA DO STJ. VIOLAÇÃO LITERAL DE LEI. NÃO OCORRÊNCIA. 1. O prazo decadencial da ação rescisória só se inicia quando não for cabível qualquer recurso do último pronunciamento judicial (Súmula 401/STJ). 2. O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento consolidado quanto à natureza jurídica de vantagem pessoal das gratificações incorporadas em razão do exercício da função gratificada de direção, de chefia ou assessoramento, depois de cumprido o período expresso na lei como requisito. 3. Mutatis mutandis, é o que ocorre com os chamados quintos ou décimos, quando o servidor incorpora parcela em razão do exercício da função gratificada de direção, chefia ou assessoramento, a qual passa a ter natureza de vantagem pessoal, inclusive, após a extinção mediante lei, continuam os servidores a percebê-la sob o título de vantagem pessoal nominalmente identificada - VPNI. 4. Uma vez que o acórdão rescindendo adotou a melhor interpretação aplicável ao caso, alinhada ao entendimento da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, não há falar em violação literal de DISPOSITIVO de lei, nos termos do art. 485, V, do Código de Processo Civil, que justifique a desconstituição do julgado. 5. Ação rescisória improcedente. (AR 4.440/PI, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 14/05/2014, DJe 28/05/2014) (grifo nosso)

Cuida a hipótese acima, do instituto da estabilidade financeira de servidores estaduais ocupantes de cargo em comissão, transformada em gratificação nominalmente identificada.

Cumpre salientar, por oportuno, que o colendo Supremo Tribunal Federal já firmou entendimento de que as vantagens de natureza pessoal são apenas as decorrentes de situação funcional própria do servidor e as que representem uma situação individual ligada à natureza ou às condições de seu trabalho (ADI 14, Rel. Min. Célio Borja, DJ de 30/11/89) (RE nº 312.026/SP, DJU de 14.11.2002, Rel. Min. Ilmar Galvão).

Assim, possível constatar que o autor possui direito ao recebimento da vantagem pessoal instituída em sua folha de pagamento visando a estabilidade financeira, o que permite àquele, mesmo após exonerado da função, permanecer recebendo tais valores.

Aqui, importante mencionar que a lei nº 3.034/2013 em nenhum momento trata da natureza das verbas e se tais valores poderiam integrar a aposentadoria dos servidores, discussão esta oportuna, por se tratar de vantagem oriunda de verbas de natureza não salarial.

B) Da Natureza Contributiva da Gratificação por Função e Vantagem Pessoal

Fácil constatar que o questionamento realizado pelo deMANDADO que gerou a exclusão da referida verba da aposentadoria do autor, decorre do fato de que o Estado (contribuinte) passou a realizar a contribuição sobre tais valores apenas com o pagamento da vantagem, sendo que não vinha realizando a contribuição sobre os valores que eram pagos a título de função gratificada, conforme faz prova a ficha financeira acostada em id. 22944543.

A Lei Complementar nº 432/2008, que regula a organização do regime próprio de previdência social dos servidores públicos civis e militares do Estado de Rondônia, prescreve que o fato gerador da contribuição são os valores pagos como proventos pelo Ente ao servidor, sendo aquele responsável pela dedução obrigatória em folha de pagamento de seus colaboradores:

"Art. 65. Constituirá fato gerador das contribuições para o regime de previdência do Estado, a percepção efetiva ou a aquisição pelo segurado da disponibilidade econômica ou jurídica de remuneração, a qualquer título, inclusive de remunerações ou proventos, oriundos dos cofres públicos estaduais ou das autarquias, das fundações públicas ou Universidades, tomando-se como base de cálculo as parcelas estabelecidas no art. 13."

No entanto, o art. 13, da LCE nº 432/2008, aponta que os valores pagos a título de função gratificada não devem servir como base de cálculo para incidência obrigatória da contribuição previdenciária:

"Art. 13. Considera-se base de cálculo das contribuições, o valor constituído pela totalidade da remuneração do segurado, excluídas:

I – a parcela recebida em decorrência do exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

II – as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho;

III - as diárias para viagens;

IV - as parcelas de caráter indenizatório;

V - o salário-família; e

VI – o abono de permanência;" (grifo nosso)

O fato de não ter o Estado de Rondônia recolhido a contribuição sobre os valores da função gratificada decorre da lei (LCE nº 432/2008), sendo que a instituição de vantagem pessoal a título de irredutibilidade salarial (lei nº 3.034/2013) possibilitou que apenas os valores pagos pelo cargo em comissão/função gratificada incorporassem a remuneração do servidor mesmo que aquele fosse exonerado do cargo, não tratando sobre a natureza das verbas e nem sobre a possibilidade de integração na aposentadoria dos servidores. Veja-se, inclusive, que o art. 6º da referida lei previu expressamente que "as despesas decorrentes desta Lei serão suportadas por dotação orçamentária própria da Assembleia Legislativa".

Alias, o próprio e. STJ entende que os valores pagos aos servidores a título de vantagens decorrente de cargo em comissão ou função gratificada não possuem natureza salarial, não servindo de parâmetro para concessão da aposentadoria, senão vejamos, in verbis:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. INOVAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. BASE DE CÁLCULO. FUNÇÃO COMISSIONADA. NÃO INCIDÊNCIA. 1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC. 2. É inadmissível Recurso Especial quanto à questão (art. 176 do CTN), que não foi apreciada pelo Tribunal de origem, a despeito da oposição de Embargos Declaratórios. Incidência da Súmula 211/STJ. 3. Relativamente ao art. 176 do CTN, a fundamentação adotada pela Corte local (de que apenas as parcelas comprovadamente sem natureza remuneratória por ocasião da aposentadoria estão desoneradas da contribuição previdenciária) demonstra a desnecessidade de seu exame para compor a lide 4. A jurisprudência do STJ é no sentido de que não incide contribuição previdenciária sobre parcela percebida em decorrência do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança. 5. Agravo Regimental não provido. (AgRg no Ag 1394751/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/06/2011, DJe 10/06/2011) (grifo nosso)

Assim, tendo em vista que a vantagem pessoal visa apenas a manutenção do valor da remuneração do servidor para evitar a redução salarial e sabendo-se que sua origem é da gratificação de função, têm-se que aquela não possui natureza salarial, conforme julgado acima, não podendo integrar a aposentadoria do servidor, salvo observado período mínimo de contribuição sobre tais valores.

C) Da Integralidade da Aposentadoria – Período Mínimo de Contribuição

Em regra, a aposentadoria voluntária é amparada pela alínea "a", do inciso II, do §1ª do art. 40 da Constituição Federal, que assim prescreve, in verbis:

"Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17:

III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;"

No entanto, o art. 40 da Constituição federal, o qual rege a concessão de aposentadoria, sofreu modificações, inclusive quanto à aposentadoria voluntária, o que pode ser observado pelo teor das Emendas Constitucionais nº 20/98, EC nº 41/03 e EC nº 47/05.

Para os servidores que ingressaram no serviço público antes da entrada em vigor das referidas Emendas Constitucionais, e na data da vigência daquelas ainda não haviam cumprido todos os requisitos para a aposentadoria pelas normas então vigentes, aplicar-se-ão as regras de transição ou as permanentes, se mais benéficas.

No âmbito do Estado de Rondônia, a Lei Complementar nº 423/2008, resguarda o direito à aposentadoria voluntária por idade e tempo de serviço, inclusive regulando a integralidade na concessão do benefício, senão vejamos, in verbis:

"Art. 46. Ressalvado o direito de opção às aposentadorias dos artigos 22, 23, 24 e 47, o segurado que tenha ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2003, fará jus à aposentadoria voluntária por tempo de contribuição com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, quando, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no art. 24, vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:

I – 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher;

II - 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem, e 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher;

III – 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público; e

IV – 10 (dez) anos de carreira e 5 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria." (grifo nosso)

O art. 40 da Constituição federal, já descrito anteriormente, ao tratar da concessão do benefício de aposentadoria por idade e tempo de contribuição, "estabelece o equilíbrio financeiro e atuário, ao lado do caráter contributivo e solidário, como princípio fundamental da estruturação e organização do Regime Próprio da Previdência Social, mandamento cuja carga normativa impõe a sua observância tanto por parte do legislador, na definição das regras que os disciplinam, como por parte dos administradores públicos, na sua gestão". (NOGUEIRA, Narlon Gutierre. O Equilíbrio Financeiro e Atuarial dos RPPS: de Princípio Constitucional a Política Pública de Estado. Coleção Previdência Social. Série Estudos. Ministério da Previdência Social. v. 34, p. 187, 2012)

A previdência social, para atingir sua FINALIDADE, deve "ser organizada sobre bases econômicas sólidas, de forma que as despesas com os pagamentos das prestações e a administração do sistema sejam suportadas pelo montante arrecadado. Sendo a previdência social um método da gestão da economia coletiva destinada ao enfrentamento dos riscos sociais, a ideia reitora do princípio do equilíbrio financeiro e atuarial é a de que as prestações possam ser efetivamente honradas, no presente e no futuro, em razão de o sistema de financiamento e suas fontes estarem dimensionados de forma a permitir o cumprimento dos compromissos assumidos ao longo do tempo". (ROCHA, Daniel Machado da. Comentários ao art. 40. In: Canotilho, JJ Gomes; MENDES, Gilmar F.; SARLET, Ingo W.; STRECK, Lenio L (Coords). Comentários à Constituição do Brasil. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013, p. 978)

Tanto na Constituição Federal como na legislação Estadual, apesar de haver previsão da aposentadoria integral, não se pode afastar que o mesmo decorre do sistema contributivo previdenciário, como prescreve tanto o art. 40, da CF/88, como o art. 46 da LCE nº 423/2008.

No caso em exame, percebe-se que apenas a partir de maio de 2013 vem sendo pago ao autor a vantagem pessoal, sendo que em abril de 2017 o autor possuía em sua remuneração o valor de R$ 13.556,37 a título de vantagem pessoal, sobre a qual vinha realizando o recolhimento da contribuição previdenciária (id. 22944543 pag. 12), ou seja, contribuiu por um período de 3 anos e 10 meses.

O autor pretende receber valores que contribuiu apenas por um período de 3 anos e 10 meses, o que causa lesão ao princípio contributivo constante no art. 40 da CF/88.

O art. 201, da CF/88, prescreve que "a previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei".

Por sua vez, a Lei Federal nº 10.887/2004, que dispõe sobre a aplicação das condições da Emenda Constitucional nº 41/2003, em seu art. 1º, assim prescreve, in verbis:

"Art. 1º No cálculo dos proventos de aposentadoria dos servidores titulares de cargo efetivo de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, previsto no § 3o do art. 40 da Constituição Federal e no art. 2o da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência".

Apesar de ter contribuído para previdência com base nos valores a título de vantagem pessoal nos últimos anos, a concessão de sua aposentadoria com a integração de tais valores geraria um dano imensurável à autarquia, o que poderá influenciar na sobrevivência desta ao longo do tempo, além de não ser razoável na relação existente entre as partes, em seu particular, no equilíbrio financeiro previsto em norma constitucional como já apontado.

Na maior parte do tempo o servidor nunca veio a contribuir sobre os valores pagos a título de função gratificada, posteriormente transformada em vantagem pessoal, sendo que sua aposentadoria integral deveria observar um tempo mínimo de contribuição, como regra previdenciária constitucional, inclusive prevista em norma federal.

Entender no sentido contrário, possibilitando a integração da vantagem pessoal auferida com fundamento no §1º, do art. 1º, da lei nº 3.034/2013, importaria em flagrante violação ao princípio do equilíbrio financeiro e atuarial, previsto no art. 201, da CF/88.

Oportuno dizer que nada impede que a vantagem pessoal possa compor o cálculo de sua aposentadoria, mas de forma proporcional, tendo em vista o período em que tal verba serviu de base contributiva à previdência.

Ocorre que julgar pela concessão da vantagem pessoal de forma proporcional, levando em consideração o período de contribuição, caracterizaria SENTENÇA extra petita.

A SENTENÇA é considerada extra petita quando a providência jurisdicional deferida é diversa da que foi postulada.

Desta forma, impossível o reconhecimento do pagamento proporcional da vantagem pessoal, levando em consideração o período de contribuição, pois não foi objeto pretendido pelo autor, nem mesmo de forma subsidiária.

Assim, sabendo-se da natureza indenizatória da gratificação por função, que tem origem na vantagem pessoal, como tratado em tópico anterior, assim como do princípio da contributivo e equilíbrio financeiro atuário, afeto à regra constitucional que regula a concessão da aposentadoria aos servidores públicos, indevida é a concessão de aposentadoria com a integração da vantagem como pretendido pelo autor.
DISPOSITIVO:
Ante o exposto, julga-se improcedente a ação.
Resolve-se o MÉRITO, nos termos do art. 487, I, do CPC.
Custas de lei. Honorários advocatícios a serem pagos pela parte sucumbente, o qual arbitro em 10% sobre o valor dado a causa, nos termos do art. 85, §3º, I, do CPC.
SENTENÇA não sujeita a remessa necessária, oportunamente arquivem-se. Vindo recurso voluntário, intime-se a parte contrária para apresentar contrarrazões e remetam-se ao e. TJRO.
A CPE deverá informar ao Gabinete do Des. Eurico Montenegro, 1º Câmara Especial, nos autos do Agravo de Instrumento nº 0800159-57.2019.8.22.0000, sobre a presente SENTENÇA, tendo em vista possibilidade da perda do objeto do recurso em apreço.
Publique-se e registre-se eletronicamente. Intimem-se.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Inês Moreira da Costa
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara da Fazenda Pública PROCESSO 0000434-75.2015.8.22.0001
CLASSE Procedimento Comum
POLO ATIVO: AUTOR: COOPERATIVA AGROPECUARIA E FLORESTAL DO PROJETO RECA, BR 364, KM 107 107 X - 76848-000 - NOVA CALIFÓRNIA (PORTO VELHO) - RONDÔNIA
POLO PASSIVO: RÉU: ESTADO DE RONDÔNIA, SEM ENDEREÇO
DESPACHO
Intime-se a parte executada para pagar a dívida no prazo de 15 dias, sob pena de penhora imediata e incidência de multa de 10% e honorários advocatícios de 10% sobre os valores devidos, conforme preceitua o artigo 523, §1º, do Código de Processo Civil.
Decorrido o prazo sem comprovação do pagamento, façam-se conclusos para DECISÃO.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA / MANDADO / PRECATÓRIA / OFÍCIO
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Inês Moreira da Costa
Juíza de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara da Fazenda Pública
7051295-38.2018.8.22.0001 Cumprimento de SENTENÇA
POLO ATIVO
EXEQUENTE: LAISA SANTOS CONCEICAO FERRARI, RUA GUANABARA 2753, APARTAMENTO 2101 SÃO JOÃO BOSCO - 76803-765 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LUAN ICAOM DE ALMEIDA AMARAL OAB nº RO7651, PABLO ROSA CORREA CARNEIRO DE ANDRADE OAB nº RO4635
POLO PASSIVO
EXECUTADO: G. D. E. D. R.
ADVOGADO DO EXECUTADO:
SENTENÇA
Trata-se de execução individual de SENTENÇA coletiva promovida por LAISA SANTOS CONCEIÇÃO FERRARI em face do Estado de Rondônia, na qual pleiteia a implantação em folha de pagamento da obrigação concedida no MS coletivo n. 0010124-31.2015.8.22.0001, referente à implementação do reajuste de 5,87% – concedido pela Lei Estadual n. 3.343/2014 – sobre todas as vantagens pessoais, individuais e abrangentes, e seus reflexos sobre os adicionais, assim como o pagamento dos valores retroativos e o destacamento dos honorários contratuais no pagamento administrativo das 12 (doze) primeiras parcelas.
O Estado de Rondônia foi chamado para impugnar a execução, e peticionou informando o envio de ofício à SEGEP para o cumprimento da ordem.
É o necessário. Passa-se a DECISÃO.
Necessário abordar a ilegitimidade, nos autos de origem – MS coletivo n. 0010124-31.2015.8.22.0001 –, o Estado de Rondônia foi condenado a implementar o reajuste de 5,87% – concedido pela Lei Estadual n. 3.343/2014 – sobre todas as vantagens pessoais, individuais e abrangentes, e seus reflexos sobre os adicionais, em favor de todos os integrantes das categorias representadas pelos sindicatos impetrantes – a saber, Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Rondônia (SINTERO), Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado de Rondônia (SINSEPOL), Sindicato dos Motoristas Profissionais Oficiais do Estado de Rondônia (SIMPORO) e Sindicato dos Trabalhadores em Saúde no Estado de Rondônia (SINDSAÚDE).
Nos termos do art. 8º, III, da CF, é assegurado aos sindicatos a possibilidade de substituição processual ampla e irrestrita, para agir no interesse de toda a categoria, pois o sindicato detém legitimidade para ajuizar, como substituto processual, ação pleiteando a tutela de direitos e interesses individuais homogêneos, oriundos de causa comum, que atinge os trabalhadores substituídos.
Ocorre que a parte exequente não se encontra abrangida pelas categorias profissionais representados pelos sindicatos impetrantes do MS coletivo em tela.
É cediço que a categoria dos médicos possui sindicato próprio e específico nesta unidade federativa, qual seja, o Sindicato Médico do Estado de Rondônia (SIMERO).
O legítimo representante da categoria profissional dos médicos no âmbito do Estado de Rondônia vem a ser o SIMERO e tal sindicato não figurou no polo ativo dos autos de origem.
Importante mencionar que o SIMERO, legítimo representante da categoria dos médicos no Estado de Rondônia, impetrou MS coletivo próprio, na condição de substituto processual, para obter o reajuste no percentual de 5,87% sobre as vantagens pessoais, ação registrada sob o n. 7042432-93.2018.8.22.0001, que se encontra em grau de recurso perante o e. TJRO.
Não se trata de ilegitimidade da parte, mas falta de interesse processual na pretensão executiva, pois nem mesmo existe título executivo judicial constituído que beneficie a categoria dos profissionais médicos do Estado de Rondônia, pois o sindicato representante da categoria não era parte do MS coletivo n. 0010124-31.2015.8.22.0001.
Assim, conheço da falta de interesse processual, extinguindo-se o presente feito executivo sem resolução do MÉRITO, nos termos do art. 485, VI, do CPC.
Custas de lei, a ser paga pelo exequente, pois apesar do cumprimento de SENTENÇA ser fase processual, a presente lide tem natureza de processo autônomo, visto que não há SENTENÇA que beneficie o requerente.
Honorários advocatícios pela parte sucumbente, o qual arbitro em 10% sobre o valor dado a causa.

SENTENÇA não sujeita a remessa necessária, oportunamente arquivem-se. Vindo recurso voluntário, intime-se a parte contrária para apresentar as contrarrazões e remetam-se ao e. TJRO.
Publique-se e registre-se eletronicamente. Intimem-se.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Inês Moreira da Costa
Juíza de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: 3217-1328
7033415-33.2018.8.22.0001
PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: MARYSON DA SILVA RIBEIRO
Advogados do(a) AUTOR: DANIELLE ROSAS GARCEZ BONIFÁCIO DE MELO DIAS - RO2353, MARCOS AURELIO DE MENEZES ALVES - RO0005136A
RÉU: ESTADO DE RONDÔNIA
Intimação
Por ordem do(a) juiz(a) de direito, Dra. INÊS MOREIRA DA COSTA, fica a parte autora intimada para, querendo, impugnar a(s) contestação(ões) apresentada(s) nos autos.
Prazo: 15 dias
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
JOÃO BATISTA ALMEIDA DE OLIVEIRA
Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara da Fazenda Pública
7041665-55.2018.8.22.0001 Cumprimento de SENTENÇA
POLO ATIVO
EXEQUENTE: NATALIA COSTA MIRANDA, RUA MOSTEIRO 2475 FLODOALDO PONTES PINTO - 76820-508 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ANE CAROLINE FERREIRA DOS SANTOS OAB nº RO4309A
POLO PASSIVO
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Cuida-se de execução individual de SENTENÇA coletiva promovida por NATÁLIA COSTA MIRANDA em face do Estado de Rondônia, na qual pleiteia a implantação em folha de pagamento da obrigação concedida na ação ordinária coletiva n. 0196615-93.2008.8.22.0001.
Aduz que o Sindicato dos Trabalhadores no Poder Executivo de Rondônia – SINTRAER ajuizou ação ordinária declaratória de direitos em face do Estado de Rondônia (0196615-93.2008.8.22.0001), restando condenado a implementar em folha de pagamento dos servidores/substituídos, conforme unidades de saúde especificadas no pedido, adicional de insalubridade, observando-se os cargos e os respectivos graus insalubres consignados no laudo pericial e, pagamento dos valores retroativos observando a prescrição quinquenal.
Noticia que ocupa Cargo de Técnica de enfermagem, admitida em 08.06.2004 e, cargo descrito no laudo pericial da ação ordinária, por isso tem direito ao recebimento das verbas concedidas.
Com a inicial vieram as documentações.
Em resposta, o Estado de Rondônia requereu a suspensão do feito para análise de documentos dos autos principais, porém, foi indeferido tal pedido, e, determinado o cumprimento. A SEGEP informou que procederia a implantação na folha de pagamento do mês de março manifestou anuindo com os cálculos, porém requereu a intimação da exequente para comprovar o exercício funcional nas condições e grau de insalubridade conforme consignado em SENTENÇA.
É o necessário. Passa-se a DECISÃO.
O pedido comporta julgamento imediato, porquanto os elementos coligidos permitem chegar a uma CONCLUSÃO segura acerca da controvérsia, não havendo necessidade de produção de provas em audiência.
Nos termos do art. 8º, III, da CF, é assegurado aos sindicatos a possibilidade de substituição processual ampla e irrestrita, para agir no interesse de toda a categoria, pois o sindicato detém legitimidade para ajuizar, como substituto processual, ação pleiteando a tutela de direitos e interesses individuais homogêneos, oriundos de causa comum, que atinge os trabalhadores substituídos.
No caso dos autos a exequente tem como objetivo executar título judicial obtido em ação coletiva proposta pelo SINTRAER, sindicato representativo dos servidores públicos que trabalham no Poder Executivo Estadual, não assistidos por sindicato específico, dessa forma sua representação é ampla e residual tendo como base territorial toda a extensão do Estado.
Destarte, há categoria de trabalhadores que apesar de laborar no Executivo possuem sindicatos específicos, como é caso dos Médicos (SIMERO) e profissionais de enfermagem (SINDERON). O desmembramento é perfeitamente possível em razão do princípio da especialidade sindical.
É cediço que a categoria dos enfermeiro(a)s, técnico(a)s em enfermagem e auxiliares de enfermagem possui sindicato próprio e específico nesta unidade federativa, qual seja, o Sindicato dos Profissionais de Enfermagem de Rondônia (SINDERON), cuja abrangência encontra-se devidamente delimitada, conforme previsão no artigo 2º de seu Estatuto Social nos seguintes termos:
Art. 2º – O SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM DE RONDÔNIA, entidade sindical de primeiro grau, constituído por tempo indeterminado e sem fins lucrativos, representa a categoria dos profissionais de enfermagem, ativos e inativos, compreendendo os enfermeiros, técnicos de enfermagem e auxiliares de enfermagem que atuam no serviço público Municipal, estadual e federal, independentemente do regime jurídico de contratação (estatutários, celetista, emergenciais, etc.), assim como também os que atuam na iniciativa privada.
Cumpre ressaltar que em decorrência do princípio da unicidade sindical, segundo o qual apenas um sindicato poderá representar determinada categoria específica, resta impossível que outros sindicatos atuem na defesa dos mesmos interesses, dessa forma, uma vez tendo os servidores optado por constituir sindicato próprio não poderão ser mais representados por outros sindicatos, nem executar SENTENÇA que foi proferida em favor de outro sindicato.
Nesse sentido vejamos alguns julgados:
EXECUÇÃO DE SENTENÇA. SERVIDOR FEDERAL. CATEGORIA ESPECÍFICA. SINDICATO PRÓPRIO. ILEGITIMIDADE. Os servidores que pertencem a categoria específica que optou por constituir sindicato próprio que melhor represente e atenda aos seus interesses específicos deixam de ser representados por quaisquer outros sindicatos. Vige a regra da unicidade sindical: somente um sindicato pode representar determinada categoria. Consequentemente, a liberdade associativa se restringe à possibilidade de se filiar ou não ao único sindicato que representa a sua categoria, não havendo alternativa de filiar-se a outro. - Reconhecida a ilegitimidade ativa da parte exequente para executar título executivo deve ser mantida a SENTENÇA que extinguiu o feito com base no artigo 485, VI, do CPC. (TRF4, AC 5078039-89.2015.4.04.7100, TERCEIRA TURMA, Relatora Maria Izabel Pezzi Klein)
ADMINISTRATIVO. REPRESENTAÇÃO SINDICAL EM JUÍZO. SINDISERF. DEFERIDA AO SINDICATO ESPECÍFICO. INDEFERIDA AO SINDICATO DE MAIOR ABRANGÊNCIA NA MESMA BASE TERRITORIAL. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA NÃO EXAMINADA PELA SENTENÇA. PRINCÍPIO

TRANSLATIVO DA APELAÇÃO. - Em face do princípio translativo do recurso de apelação, presente no par. 1º do artigo 514, CPC, todas as questões suscitadas e discutidas no processo serão objeto de apreciação pelo tribunal, mesmo que a SENTENÇA não as tenha julgado por inteiro. Dessa forma, não tendo sido a preliminar de ilegitimidade ativa ad causam do sindicato autor examinada pela SENTENÇA, foi transferida a análise desta questão para o tribunal de apelação. - Constatada a existência de sindicato específico para determinada categoria profissional ou segmento de trabalhadores, deve ser deferida a este a representação dos interesses da classe que representa, impedindo-se que outros entes sindicais, de maior abrangência, na mesma base territorial, atuem na defesa dos mesmos interesses. Precedente desta Corte – AC 5001254-62.2010.404.7100/RS. (TRF 4 – APELAÇÃO CÍVEL AC 50651703620114047100 RS 5065170-36.2011.404.7100).
PROCESSO CIVIL. REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINAR: ILEGITIMIDADE ATIVA DO IMPETRANTE. EXISTÊNCIA DE SINDICATO COM REPRESENTAÇÃO ESPECÍFICA DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DE COMBATE ÀS EPIDEMIAS. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA UNICIDADE SINDICAL. RECONHECIMENTO DA ILEGITIMIDADE DO SINDSAÚDE PARA REPRESENTAR A CATEGORIA. ACOLHIMENTO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ART. 485, VI DO CPC. (TJ-RN – AC: 20150081886 RN, Relator: Des. Ibanez Monteiro, Data de Julgamento: 10/10/2017, 2ª Câmara Cível).
Na relação processual originária, a declaração de direitos abarcou somente os substituídos do SINTRAER, para extensão a outras categoria era necessária a participação do legítimo representante da categoria profissional. Vale dizer, tendo a categoria instituído sindicato específico deixam de ser representado por quaisquer outros, e como decorrência lógica a categoria não tem legitimidade para requerer cumprimento de obrigações conquistada por outras corporações, tendo em vista a ausência de pertinência subjetiva com a demanda.
Ante o exposto, extingo o presente feito executivo sem resolução do MÉRITO, nos termos do art. 485, VI, do CPC.
Torne-se sem efeito a determinação contida no DESPACHO inicial.
Custas de lei, a ser paga pelo exequente, pois apesar do cumprimento de SENTENÇA ser fase processual, a presente lide tem natureza de processo autônomo, visto que não há SENTENÇA que beneficie o requerente.
Sem honorários advocatícios.
SENTENÇA não sujeita a remessa necessária, oportunamente arquivem-se. Vindo recurso voluntário, intime-se a parte contrária para apresentar as contrarrazões e remetam-se ao e. TJRO.
Publique-se e registre-se eletronicamente. Intimem-se.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Inês Moreira da Costa
Juíza de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara da Fazenda Pública 0187023-88.2009.8.22.0001
Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTES: ELIANETE SALES DA SILVA, RUA 13(PARQUE DOS PIQUIAS I-BLOCO A- APTº 402, ALPHAVILLE - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, FERNANDO LIMA FERNANDES, RUA DUQUE DE CAXIAS 3075 EMBRATEL - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, JAMES DE SOUZA RENDEIRO, RUA GREGÓRIO ALEGRE 5840, APONIÃ - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, JANE GURGEL DO AMARAL CECATTO, RUA DOM PEDRO II, NO 2517, SAO CRISTOVAO - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, FRANCISCO CARLOS SOARES, RUA PRINCIPAL, Nº 175 175 NOVO HORIZONTE - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, MARIA ISABEL BALARIN, RUA ANTONIO LACERDA, Nº 4238 4238, BLOCO A - APT 201 INDUSTRIAL - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, SIMONE CRISTINA FERREIRA DE SOUZA, RUA HENRIQUE SORO,5978 -, 04 DE JANEIRO - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, ALDINO FRANCA DA COSTA, JOSÉ CAMACHO 585, AV. LAURO SODRÉ Nº 1872 JARDIM AMÉRICA OLARIA - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA, SEM ENDEREÇO
CPF/CNPJ: XXXX
DECISÃO
1. Torno sem efeito a DECISÃO de id n. 26732887, que trata sobre remessa dos autos a outro Juízo, tendo em vista que lançada por equívoco. Sem prejuízo, realizei o bloqueio judicial pelo sistema BACEN-JUD EM 26/04/2019, com o acréscimo da multa de 10% e honorários advocatícios de 10% sobre os valores devidos, nos termos do artigo 854, do CPC, e, nesta data realizei o desdobramento, conforme se verifica do documento anexo.
2. Considerando o resultado parcial (positivo em relação a alguns executados e negativo em relação a outros executados), intime-se o Exequente, para que manifeste-se em relação ao prosseguimento do feito e, se for o caso, indique outros bens passíveis de penhora.
2.2. Tendo em vista que houve bloqueio de alguns executados, intimem-se, na pessoa de seu advogado ou, não o tendo, pessoalmente, para os termos do art. 854, § 3º, do CPC.
3. Transcorrido o prazo sem impugnação, defiro a transferência dos valores para conta indicada pelo exequente na exordial (id. 7160949, p. 2), devendo a Secretaria oficiar à Caixa Econômica Federal para realização da transferência e comprovação nos autos no prazo de 10 dias.
4. Com a comprovação nos autos, dê-se vistas ao exequente para ciência e manifestação em 05 dias.
5. Intimem-se. Cumpra-se.
SERVE DE CARTA/MANDADO /OFÍCIO/PRECATÓRIA
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Inês Moreira da Costa
Juíza de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara da Fazenda Pública 0181799-58.1998.8.22.0001
EXEQUENTES: M. P. D. E. D. R., RUA JAMARI 1555 OLARIA - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, ESTADO DE RONDÔNIA, SEM ENDEREÇO - ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADOS: DIONIZIO RODRIGUES LOPES, RUA DO RUTILO 4721, CONJUNTO MARECHAL RONDON FLODOALDO PONTES PINTO - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, ROBERTO CARVALHO DOS SANTOS, SEM ENDEREÇO, MANOEL MESSIAS VIVEIROS, RUA GENERAL OSORIO, 183 - FUNDOS, - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, DOMENICO LAURITO, AV. JI-PARANA N.1031, OU RUA PADRE ADOLFO, Nº 465 - CENTRO - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, ALBINO FALCAO CARVALHO, RUA: GETULIO VARGAS, N. 3537, - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, ARI MIGUEL TEIXEIRA OTT, RUA PARTICULAR, N.4712, APTº 303 RIO MADEIRA - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, ISAIAS VIEIRA DOS SANTOS, RUA MANAUS NO 268 OU, VIA 07, 80 - CALADINHO - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA - ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: SANDOVAL RODRIGUES LOPES OAB nº RO804, MANOEL FLAVIO MEDICI JURADO OAB nº RO12A, ODAIR MARTINI OAB nº RO30B, WELSER RONY

ALENCAR ALMEIDA OAB nº RO1506, JOSE ALVES PEREIRA FILHO OAB nº RO647, MARLEN DE OLIVEIRA SILVA OAB nº RO2928 DESPACHO
À CPE para cumprir integralmente a DECISÃO de id n. 26732900, tendo em vista o resultado parcial do bacenjud (anexo).
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Inês Moreira da Costa
Juíza de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara da Fazenda Pública
7006497-55.2019.8.22.0001 Cumprimento de SENTENÇA
POLO ATIVO
EXEQUENTE: ERIVALDO SOARES DE SOUZA, AC BURITIS 85, RUA CERES SETOR 3 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ALICE NEREIDE SANTANA DE ARAUJO OAB nº RO8437
POLO PASSIVO
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos, etc.
Trata-se de execução individual de título judicial movida por Erivaldo Soares de Sousa em face do Estado de Rondônia, pretendendo executar DECISÃO transitada em julgado nos autos da ação coletiva nº 0196615-93.2008.8.22.0001.
Com a inicial vieram as documentações.
Em resposta, o Estado de Rondônia (id. 26396625) afirma ser a parte ilegítima para executar a SENTENÇA coletiva, buscando a extinção do feito sem resolução do MÉRITO.
A parte exequente pediu desistência da lide (id.26432985).
É o necessário. Passa-se a DECISÃO.
O pedido comporta julgamento imediato, porquanto os elementos coligidos permitem chegar a uma CONCLUSÃO segura acerca da controvérsia, não havendo necessidade de produção de provas em audiência.
Nos termos do art. 8º, III, da CF, é assegurado aos sindicatos a possibilidade de substituição processual ampla e irrestrita, para agir no interesse de toda a categoria, pois o sindicato detém legitimidade para ajuizar, como substituto processual, ação pleiteando a tutela de direitos e interesses individuais homogêneos, oriundos de causa comum, que atinge os trabalhadores substituídos.
No caso dos autos a exequente tem como objetivo executar título judicial obtido em ação coletiva proposta pelo SINTRAER, de forma que este sindicato é específico, representante de classe profissional específica.
Percebe-se que há categorias de trabalhadores que possuem sindicatos específicos, como é caso dos Médicos (SIMERO) e profissionais de enfermagem (SINDERON). O desmembramento é perfeitamente possível em razão do princípio da especialidade sindical.
É cediço que a categoria dos motoristas possui sindicato próprio e específico nesta unidade federativa, qual seja, o Sindicato dos Motoristas Profissionais do Estado de Rondônia (SIMPORO).
Cumpre ressaltar que em decorrência do princípio da unicidade sindical, segundo o qual apenas um sindicato poderá representar determinada categoria específica, resta impossível que outros sindicatos atuem na defesa dos mesmos interesses, dessa forma, uma vez tendo os servidores optado por constituir sindicato próprio não poderão ser mais representados por outros sindicatos, nem executar SENTENÇA que foi proferida em favor de outro sindicato.
Nesse sentido vejamos alguns julgados:
EXECUÇÃO DE SENTENÇA. SERVIDOR FEDERAL. CATEGORIA ESPECÍFICA. SINDICATO PRÓPRIO. ILEGITIMIDADE. Os servidores que pertencem a categoria específica que optou por constituir sindicato próprio que melhor represente e atenda aos seus interesses específicos deixam de ser representados por quaisquer outros sindicatos. Vige a regra da unicidade sindical: somente um sindicato pode representar determinada categoria. Consequentemente, a liberdade associativa se restringe à possibilidade de se filiar ou não ao único sindicato que representa a sua categoria, não havendo alternativa de filiar-se a outro. - Reconhecida a ilegitimidade ativa da parte exequente para executar título executivo deve ser mantida a SENTENÇA que extinguiu o feito com base no artigo 485, VI, do CPC. (TRF4, AC 5078039-89.2015.4.04.7100, TERCEIRA TURMA, Relatora Maria Izabel Pezzi Klein)
ADMINISTRATIVO. REPRESENTAÇÃO SINDICAL EM JUÍZO. SINDISERF. DEFERIDA AO SINDICATO ESPECÍFICO. INDEFERIDA AO SINDICATO DE MAIOR ABRANGÊNCIA NA MESMA BASE TERRITORIAL. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA NÃO EXAMINADA PELA SENTENÇA. PRINCÍPIO TRANSLATIVO DA APELAÇÃO. - Em face do princípio translativo do recurso de apelação, presente no par. 1º do artigo 514, CPC, todas as questões suscitadas e discutidas no processo serão objeto de apreciação pelo tribunal, mesmo que a SENTENÇA não as tenha julgado por inteiro. Dessa forma, não tendo sido a preliminar de ilegitimidade ativa ad causam do sindicato autor examinada pela SENTENÇA, foi transferida a análise desta questão para o tribunal de apelação. - Constatada a existência de sindicato específico para determinada categoria profissional ou segmento de trabalhadores, deve ser deferida a este a representação dos interesses da classe que representa, impedindo-se que outros entes sindicais, de maior abrangência, na mesma base territorial, atuem na defesa dos mesmos interesses. Precedente desta Corte – AC 5001254-62.2010.404.7100/RS. (TRF 4 – APELAÇÃO CÍVEL AC 50651703620114047100 RS 5065170-36.2011.404.7100).
PROCESSO CIVIL. REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINAR: ILEGITIMIDADE ATIVA DO IMPETRANTE. EXISTÊNCIA DE SINDICATO COM REPRESENTAÇÃO ESPECÍFICA DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DE COMBATE ÀS EPIDEMIAS. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA UNICIDADE SINDICAL. RECONHECIMENTO DA ILEGITIMIDADE DO SINDSAÚDE PARA REPRESENTAR A CATEGORIA. ACOLHIMENTO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ART. 485, VI DO CPC. (TJ-RN – AC: 20150081886 RN, Relator: Des. Ibanez Monteiro, Data de Julgamento: 10/10/2017, 2ª Câmara Cível).
Na relação processual originária, a declaração de direitos abarcou somente os substituídos do SINTRAER, sendo que para extensão a outras categorias era necessária a participação do legítimo representante da categoria profissional.
Vale dizer, tendo a categoria instituído sindicato específico deixam de ser representado por quaisquer outros, e como decorrência lógica a categoria não tem legitimidade para requerer cumprimento de obrigações conquistada por outras corporações, tendo em vista a ausência de pertinência subjetiva com a demanda.
Quanto ao pedido de desistência, o mesmo ocorreu quando apresentado impugnação à execução pela executada, sendo que o reconhecimento e arquivamento do processo com tal fundamento dependeria do consentimento do Estado de Rondônia, o que não ocorreu, visto que o executado em sua defesa, inclusive, busca a condenação do demandante em honorários advocatícios.
Ante o exposto, extingo o presente feito executivo sem resolução do MÉRITO, nos termos do art. 485, VI, do CPC.
Torne-se sem efeito a determinação contida no DESPACHO inicial (id. 24875032).
Tendo em vista a parte ser hipossuficiente, o que se comprova pelas fichas financeiras acostadas aos autos (id. 24852783 pag. 7), excepcionalmente defere-se o benefício da justiça gratuita.

Custas de lei, a ser paga pelo exequente, pois apesar do cumprimento de SENTENÇA ser fase processual, a presente lide tem natureza de processo autônomo, visto que não há SENTENÇA que beneficie o requerente. Honorários advocatícios pela parte sucumbente, o qual arbitro em 10% sobre o valor dado a causa. No entanto, deverá ser observada a suspensão da exigibilidade de tais valores (custas e honorários) tendo em vista a concessão do benefício da justiça gratuita, nos termos do art. 98, §3º, do CPC.
SENTENÇA não sujeita a remessa necessária, oportunamente arquivem-se. Vindo recurso voluntário, intime-se a parte contrária para apresentar as contrarrazões e remetam-se ao e. TJRO.
Publique-se e registre-se eletronicamente. Intimem-se.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Inês Moreira da Costa
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara da Fazenda Pública 7049040-10.2018.8.22.0001
REQUERENTE: MUNICIPIO DE PORTO VELHO, SEM ENDEREÇO - ADVOGADO DO REQUERENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
REQUERIDOS: VIA NORTE TRANSPORTES, COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 1228, - DE 700 A 1228 - LADO PAR NOVA PORTO VELHO - 76820-116 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, FLECHA TRANSPORTES E TURISMO LTDA, RUA ALTO MADEIRA 4757-A, - DE 4748/4749 AO FIM INDUSTRIAL - 76821-082 - PORTO VELHO - RONDÔNIA - ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: RENATO JULIANO SERRATE DE ARAUJO OAB nº AC4705, JANUS PANTOJA OLIVEIRA DE AZEVEDO OAB nº RO1339, RODRIGO FERREIRA BATISTA OAB nº RO2840 DESPACHO:
Defiro o requerimento da empresa Via Norte Transportes, Comércio e Serviços Ltda. (Id 26743928), prorrogando o prazo por mais 10 dias para se manifestar quanto as informações, nos termos do DESPACHO (Id 26589840).
Após esse prazo, venham conclusos.
Intimem-se.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Inês Moreira da Costa
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara da Fazenda Pública
7006905-46.2019.8.22.0001 Cumprimento de SENTENÇA
POLO ATIVO
EXEQUENTE: FERNANDO JOSE DOS SANTOS RAMOS, RUA RIO TAPAJÓS 5612 NOVA ESPERANÇA - 76822-604 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ALICE NEREIDE SANTANA DE ARAUJO OAB nº RO8437
POLO PASSIVO
EXECUTADO: G. D. R.
ADVOGADO DO EXECUTADO:
SENTENÇA
Vistos, etc.
Cuida-se de execução individual de SENTENÇA coletiva promovida por Fernando José dos Santos Ramos em face do Estado de Rondônia na qual pleiteia a implantação em folha de pagamento da obrigação concedida na ação ordinária coletiva n. 0196615-93.2008.8.22.0001.
Aduz que o Sindicato dos Trabalhadores no Poder Executivo de Rondônia – SINTRAER ajuizou ação ordinária declaratória de direitos em face do Estado de Rondônia (0196615-93.2008.8.22.0001), restando condenado a implementar em folha de pagamento dos servidores/substituídos, conforme unidades de saúde especificadas no pedido, adicional de insalubridade, observando-se os cargos e os respectivos graus insalubres consignados no laudo pericial e, pagamento dos valores retroativos observando a prescrição quinquenal.
Noticia que ocupa Cargo de Auxiliar de Enfermagem, cargo descrito no laudo pericial da ação ordinária, por isso tem direito ao recebimento das verbas concedidas.
Com a inicial vieram as documentações.
Em resposta, o Estado de Rondônia (id. 26051789) aduziu ilegitimidade da exequente visto que é representada por sindicato específico e, assim pugnou pela extinção do feito e a condenação em honorários.
Manifestação da exequente (id 26438942) requerendo a desistência da execução e o deferimento da gratuidade judiciária.
É o necessário. Passa-se a DECISÃO.
O pedido comporta julgamento imediato, porquanto os elementos coligidos permitem chegar a uma CONCLUSÃO segura acerca da controvérsia, não havendo necessidade de produção de provas em audiência.
Nos termos do art. 8º, III, da CF, é assegurado aos sindicatos a possibilidade de substituição processual ampla e irrestrita, para agir no interesse de toda a categoria, pois o sindicato detém legitimidade para ajuizar, como substituto processual, ação pleiteando a tutela de direitos e interesses individuais homogêneos, oriundos de causa comum, que atinge os trabalhadores substituídos.
No caso dos autos a exequente tem como objetivo executar título judicial obtido em ação coletiva proposta pelo SINTRAER, sindicato representativo dos servidores públicos que trabalham no Poder Executivo Estadual, não assistidos por sindicato específico, dessa forma sua representação é ampla e residual tendo como base territorial toda a extensão do Estado.
Destarte, há categoria de trabalhadores que apesar de laborar no Executivo possuem sindicatos específicos, como é caso dos Médicos (SIMERO) e profissionais de enfermagem (SINDERON). O desmembramento é perfeitamente possível em razão do princípio da especialidade sindical.
É cediço que a categoria dos enfermeiro(a)s, técnico(a)s em enfermagem e auxiliares de enfermagem possui sindicato próprio e específico nesta unidade federativa, qual seja, o Sindicato dos Profissionais de Enfermagem de Rondônia (SINDERON), cuja abrangência encontra-se devidamente delimitada, conforme previsão no artigo 2º de seu Estatuto Social nos seguintes termos:
Art. 2º – O SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM DE RONDÔNIA, entidade sindical de primeiro grau, constituído por tempo indeterminado e sem fins lucrativos, representa a categoria dos profissionais de enfermagem, ativos e inativos, compreendendo os enfermeiros, técnicos de enfermagem e auxiliares de enfermagem que atuam no serviço público Municipal, estadual e federal, independentemente do regime jurídico de contratação (estatutários, celetista, emergenciais, etc.), assim como também os que atuam na iniciativa privada.
Cumpre ressaltar que em decorrência do princípio da unicidade sindical, segundo o qual apenas um sindicato poderá representar determinada categoria específica, resta impossível que outros sindicatos atuem na defesa dos mesmos interesses, dessa forma, uma vez tendo os servidores optado por constituir sindicato próprio não poderão ser mais representados por outros sindicatos, nem executar SENTENÇA que foi proferida em favor de outro sindicato.
Nesse sentido vejamos alguns julgados:
EXECUÇÃO DE SENTENÇA. SERVIDOR FEDERAL. CATEGORIA ESPECÍFICA. SINDICATO PRÓPRIO. ILEGITIMIDADE. Os servidores que pertencem a categoria específica que optou por constituir sindicato próprio que melhor represente e atenda aos seus interesses específicos deixam de ser representados por quaisquer outros sindicatos. Vige a regra da unicidade sindical: somente um sindicato pode representar determinada categoria.

Consequentemente, a liberdade associativa se restringe à possibilidade de se filiar ou não ao único sindicato que representa a sua categoria, não havendo alternativa de filiar-se a outro. - Reconhecida a ilegitimidade ativa da parte exequente para executar título executivo deve ser mantida a SENTENÇA que extinguiu o feito com base no artigo 485, VI, do CPC. (TRF4, AC 5078039-89.2015.4.04.7100, TERCEIRA TURMA, Relatora Maria Izabel Pezzi Klein)

ADMINISTRATIVO. REPRESENTAÇÃO SINDICAL EM JUÍZO. SINDISERF. DEFERIDA AO SINDICATO ESPECÍFICO. INDEFERIDA AO SINDICATO DE MAIOR ABRANGÊNCIA NA MESMA BASE TERRITORIAL. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA NÃO EXAMINADA PELA SENTENÇA. PRINCÍPIO TRANSLATIVO DA APELAÇÃO. - Em face do princípio translativo do recurso de apelação, presente no par. 1º do artigo 514, CPC, todas as questões suscitadas e discutidas no processo serão objeto de apreciação pelo tribunal, mesmo que a SENTENÇA não as tenha julgado por inteiro. Dessa forma, não tendo sido a preliminar de ilegitimidade ativa ad causam do sindicato autor examinada pela SENTENÇA, foi transferida a análise desta questão para o tribunal de apelação. - Constatada a existência de sindicato específico para determinada categoria profissional ou segmento de trabalhadores, deve ser deferida a este a representação dos interesses da classe que representa, impedindo-se que outros entes sindicais, de maior abrangência, na mesma base territorial, atuem na defesa dos mesmos interesses. Precedente desta Corte – AC 5001254-62.2010.404.7100/RS. (TRF 4 – APELAÇÃO CÍVEL AC 50651703620114047100 RS 5065170-36.2011.404.7100).

PROCESSO CIVIL. REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINAR: ILEGITIMIDADE ATIVA DO IMPETRANTE. EXISTÊNCIA DE SINDICATO COM REPRESENTAÇÃO ESPECÍFICA DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DE COMBATE ÀS EPIDEMIAS. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA UNICIDADE SINDICAL. RECONHECIMENTO DA ILEGITIMIDADE DO SINDSAÚDE PARA REPRESENTAR A CATEGORIA. ACOLHIMENTO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ART. 485, VI DO CPC. (TJ-RN – AC: 20150081886 RN, Relator: Des. Ibanez Monteiro, Data de Julgamento: 10/10/2017, 2ª Câmara Cível).

Na relação processual originária, a declaração de direitos abarcou somente os substituídos do SINTRAER, para extensão a outras categoria era necessária a participação do legítimo representante da categoria profissional. Vale dizer, tendo a categoria instituído sindicato específico deixam de ser representado por quaisquer outros, e como decorrência lógica a categoria não tem legitimidade para requerer cumprimento de obrigações conquistada por outras corporações, tendo em vista a ausência de pertinência subjetiva com a demanda.

Quanto ao pedido de desistência, o mesmo ocorreu quando apresentado impugnação à execução pela executada, sendo que o reconhecimento e arquivamento do processo com tal fundamento dependeria do consentimento do Estado de Rondônia, o que não ocorreu, visto que o executado em sua defesa, inclusive, busca a condenação do demandante em honorários advocatícios.

Ante o exposto, extingo o presente feito executivo sem resolução do MÉRITO, nos termos do art. 485, VI, do CPC.

Torne-se sem efeito a determinação contida no DESPACHO inicial.

Custas de lei, a ser paga pelo exequente, pois apesar do cumprimento de SENTENÇA ser fase processual, a presente lide tem natureza de processo autônomo, visto que não há SENTENÇA que beneficie o requerente, bem como ausente o requisitos para concessão do benefício da gratuidade judiciária.

Condeno e exequente ao pagamento de honorários advocatícios fixados a base de 10% do valor atribuído a causa.

SENTENÇA não sujeita a remessa necessária, oportunamente arquivem-se. Vindo recurso voluntário, intime-se a parte contrária para apresentar as contrarrazões e remetam-se ao e. TJRO.

Publique-se e registre-se eletronicamente. Intimem-se.

Porto Velho, 30 de abril de 2019.

Inês Moreira da Costa

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO

Porto Velho - 1ª Vara da Fazenda Pública 7017476-76.2019.8.22.0001

AUTOR: ATAYDE DOS SANTOS, RUA OSVALDO LACERDA 5795 FLODOALDO PONTES PINTO - 76820-574 - PORTO VELHO - RONDÔNIA - ADVOGADO DO AUTOR: WILLIAM FERNANDES MORAES DE SOUZA OAB nº RO5698

RÉU: I. D. P. E. A. D. S. D. M. D. P. V. I., RUA VENEZUELA 2774 EMBRATEL - 76820-810 - PORTO VELHO - RONDÔNIA - ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO

Cuida-se de Ação Ordinária de Cobrança proposta por Atayde dos Santos em face do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho - IPAM em que pretende o recebimento de valores retroativos sobre direitos reconhecidos no MANDADO de Segurança n. 7004019-79.2016.8.22.0001.

Por ser tratar de pessoa acima de 60 anos, nos termos do art. 1.048 inc. I do CPC e art. 71 da Lei n.10.741/2003, À CPE para anotar a prioridade na tramitação processual.

Custas iniciais recolhidas id 26791116.

Cite-se o requerido para apresentar contestação no prazo legal.

Apresentada a contestação, manifeste-se o Autor, prazo de 15 (quinze) dias.

Tendo em vista que o pedido de produção de provas devem ocorrer com a inicial (art. 319, VI, CPC), em contestação (art. 336, CPC) ou em réplica (arts. 350 e 351, do CPC), após réplica venham conclusos para análise da necessidade de novas provas requeridas ou julgamento antecipado da lide nos termos do art. 355, do CPC.

Cite-se. Intime-se. Expeça-se o necessário.

Porto Velho, 30 de abril de 2019.

Inês Moreira da Costa

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO

Porto Velho - 1ª Vara da Fazenda Pública PROCESSO 7019669-06.2015.8.22.0001 MANDADO de Segurança Cível

IMPETRANTE: ALLISON KELVIS DE ALMEIDA PRIHL, RUA PRINCESA IZABEL 2280 AREAL - 76804-336 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

ADVOGADO DO IMPETRANTE: ALBANISA PEREIRA PEDRACA OAB nº RO3201

IMPETRADOS: ESTADO DE RONDÔNIA, SEM ENDEREÇO, S. E. D. R. H., AVENIDA FARQUAR 2986, - DE 2882 A 3056 - LADO PAR PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

ADVOGADOS DOS IMPETRADOS: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA DESPACHO

1. Intime-se o Executado nos termos do art. 535 do CPC.

2. Havendo reconhecimento da obrigação, e, anuência do Executado aos cálculos apresentados pela parte Exequente, expeça-se ofício requisitório de pagamento. Após, intime-se o Executado para pagamento da RPV, ou encaminhe-se o precatório para o e. TJ/RO.

3. Havendo impugnação, intime-se o Exequente para manifestação no prazo de 05 dias. Após, à contadoria, e, vista às partes.
4. Decorrido o prazo sem impugnação, conclusos.
Porto Velho, 12 de fevereiro de 2019.
Inês Moreira da Costa
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara da Fazenda Pública
7050577-41.2018.8.22.0001 Cumprimento de SENTENÇA
POLO ATIVO
EXEQUENTE: FRANCISCA GOMES DA CUNHA, RUA MÁRIO DE ANDRADE 5786 SÃO SEBASTIÃO - 76801-624 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ANE CAROLINE FERREIRA DOS SANTOS OAB nº RO4309A
POLO PASSIVO
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos, etc.
Cuida-se de execução individual de SENTENÇA coletiva promovida por FRANCISCA GOMES DA CUNHA em face do Estado de Rondônia, na qual pleiteia a implantação em folha de pagamento da obrigação concedida na ação ordinária coletiva n. 0196615-93.2008.8.22.0001.
Aduz que o Sindicato dos Trabalhadores no Poder Executivo de Rondônia – SINTRAER ajuizou ação ordinária declaratória de direitos em face do Estado de Rondônia (0196615-93.2008.8.22.0001), restando condenado a implementar em folha de pagamento dos servidores/substituídos, conforme unidades de saúde especificadas no pedido, adicional de insalubridade, observando-se os cargos e os respectivos graus insalubres consignados no laudo pericial e, pagamento dos valores retroativos observando a prescrição quinquenal.
Noticia que ocupa o cargo de Auxiliar de Serviço de Saúde, admitida em 27 de setembro de 1983, cargo descrito no laudo pericial da ação ordinária, por isso tem direito ao recebimento das verbas concedidas.
Com a inicial vieram as documentações.
Em resposta, o Estado de Rondônia (id.24717600) requereu a intimação da exequente para comprovar o exercício funcional nas condições e grau de insalubridade conforme consignado em SENTENÇA.
Embora intimada (id. 26176177) a exequente quedou-se inerte.
É o necessário. Passa-se a DECISÃO.
O pedido comporta julgamento imediato, porquanto os elementos coligidos permitem chegar a uma CONCLUSÃO segura acerca da controvérsia, não havendo necessidade de produção de provas em audiência.
Nos termos do art. 8º, III, da CF, é assegurado aos sindicatos a possibilidade de substituição processual ampla e irrestrita, para agir no interesse de toda a categoria, pois o sindicato detém legitimidade para ajuizar, como substituto processual, ação pleiteando a tutela de direitos e interesses individuais homogêneos, oriundos de causa comum, que atinge os trabalhadores substituídos.
No caso dos autos a exequente tem como objetivo executar título judicial obtido em ação coletiva proposta pelo SINTRAER, sindicato representativo dos servidores públicos que trabalham no Poder Executivo Estadual, não assistidos por sindicato específico, dessa forma sua representação é ampla e residual tendo como base territorial toda a extensão do Estado.
Destarte, há categoria de trabalhadores que apesar de laborar no Executivo possuem sindicatos específicos, como é caso dos Médicos (SIMERO) e profissionais de enfermagem (SINDERON). O desmembramento é perfeitamente possível em razão do princípio da especialidade sindical.
É cediço que a categoria possui sindicato próprio e específico nesta unidade federativa, qual seja, Sindicato dos Trabalhadores em Saúde no Estado de Rondônia (SINDSAÚDE), cuja abrangência encontra-se devidamente delimitada, conforme previsão no artigo 2º de seu Estatuto Social nos seguintes termos:
Art. 2º – A representação do SINDSAÚDE abrange os trabalhadores da saúde da rede pública direta e indireta a nível federal, estadual e municipal, além de todos os alcançados pela Emenda Constitucional 60, de 11 de novembro de 2009, que dispõe sobre a Transposição, vinculados a regime estatutário, comissionado, celetista, temporário, emergencial ou especial, dentre eles, Administrador Hospitalar, Agente de Endemia, Agente Comunitário de Saúde, Auxiliar em Radiologia, Biólogo, Biomédico, Cirurgião Dentista, Enfermeiro (exceto celetistas), Farmacêutico, Farmacêutico Bioquímico, Fisioterapeuta, Fonoaodiólogo, Médico, Médico Veterinário, Nutricionista, Psicólogo, Sanitarista, Terapeuta Ocupacional, Assistente Social, Agente de Serviço de Saúde, Técnico em Enfermagem (exceto celetistas), Técnico em Equipamentos e Aparelhos Médicos, Técnico em Higiene Dental, Técnico em Radiologia, Auxiliar em Laboratório, Técnico em Nutrição e Dietética, Técnico em Ortopedia, Técnico em Radiologia, Auxiliar em Radiologia, Técnico em Nutrição e Dietética, Técnico em Reabilitação, Técnico em Serviços de Saúde, Auxiliar em enfermagem (exceto celetistas), Atendente de Enfermagem (exceto celetistas), Parteiras, Auxiliar em Serviços de Saúde, Auxiliar em Serviços Gerais, Auxiliar Administrativo, Técnico Administrativo, Motorista, Técnico em Manutenção, Oficial de Manutenção, Maqueiros, Auxiliar de Gesso lotados na Secretaria de Estado da Saúde, ou policlínicas como também os demais profissionais de saúde da rede hospitalar privada, técnicos específicos e não específicos, auxiliares específicos e não específicos, ligados ao Sistema Único de Saúde (S.U.S).
Cumpre ressaltar que em decorrência do princípio da unicidade sindical, segundo o qual apenas um sindicato poderá representar determinada categoria específica, resta impossível que outros sindicatos atuem na defesa dos mesmos interesses, dessa forma, uma vez tendo os servidores optado por constituir sindicato próprio não poderão ser mais representados por outros sindicatos, nem executar SENTENÇA que foi proferida em favor de outro sindicato.
Nesse sentido vejamos alguns julgados:
EXECUÇÃO DE SENTENÇA. SERVIDOR FEDERAL. CATEGORIA ESPECÍFICA. SINDICATO PRÓPRIO. ILEGITIMIDADE. Os servidores que pertencem a categoria específica que optou por constituir sindicato próprio que melhor represente e atenda aos seus interesses específicos deixam de ser representados por quaisquer outros sindicatos. Vige a regra da unicidade sindical: somente um sindicato pode representar determinada categoria. Consequentemente, a liberdade associativa se restringe à possibilidade de se filiar ou não ao único sindicato que representa a sua categoria, não havendo alternativa de filiar-se a outro. - Reconhecida a ilegitimidade ativa da parte exequente para executar título executivo deve ser mantida a SENTENÇA que extinguiu o feito com base no artigo 485, VI, do CPC. (TRF4, AC 5078039-89.2015.4.04.7100, TERCEIRA TURMA, Relatora Maria Izabel Pezzi Klein)
ADMINISTRATIVO. REPRESENTAÇÃO SINDICAL EM JUÍZO. SINDISERF. DEFERIDA AO SINDICATO ESPECÍFICO. INDEFERIDA AO SINDICATO DE MAIOR ABRANGÊNCIA NA MESMA BASE TERRITORIAL. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA NÃO EXAMINADA PELA SENTENÇA. PRINCÍPIO TRANSLATIVO DA APELAÇÃO. - Em face do princípio translativo do recurso de apelação, presente no par. 1º do artigo 514, CPC, todas as questões suscitadas e discutidas no processo serão objeto de apreciação pelo tribunal, mesmo que a SENTENÇA não as tenha julgado por inteiro. Dessa forma, não tendo sido a preliminar de ilegitimidade ativa ad causam do sindicato autor examinada pela SENTENÇA, foi transferida a análise desta questão para o tribunal de apelação. - Constatada a existência de sindicato

específico para determinada categoria profissional ou segmento de trabalhadores, deve ser deferida a este a representação dos interesses da classe que representa, impedindo-se que outros entes sindicais, de maior abrangência, na mesma base territorial, atuem na defesa dos mesmos interesses. Precedente desta Corte – AC 5001254-62.2010.404.7100/RS. (TRF 4 – APELAÇÃO CÍVEL AC 50651703620114047100 RS 5065170-36.2011.404.7100).
PROCESSO CIVIL. REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINAR: ILEGITIMIDADE ATIVA DO IMPETRANTE. EXISTÊNCIA DE SINDICATO COM REPRESENTAÇÃO ESPECÍFICA DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DE COMBATE ÀS EPIDEMIAS. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA UNICIDADE SINDICAL. RECONHECIMENTO DA ILEGITIMIDADE DO SINDSAÚDE PARA REPRESENTAR A CATEGORIA. ACOLHIMENTO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ART. 485, VI DO CPC. (TJ-RN – AC: 20150081886 RN, Relator: Des. Ibanez Monteiro, Data de Julgamento: 10/10/2017, 2ª Câmara Cível).
Na relação processual originária, a declaração de direitos abarcou somente os substituídos do SINTRAER, para extensão a outras categoria era necessária a participação do legítimo representante da categoria profissional. Vale dizer, tendo a categoria instituído sindicato específico deixam de ser representado por quaisquer outros, e como decorrência lógica a categoria não tem legitimidade para requerer cumprimento de obrigações conquistada por outras corporações, tendo em vista a ausência de pertinência subjetiva com a demanda.
Ante o exposto, extingo o presente feito executivo sem resolução do MÉRITO, nos termos do art. 485, VI, do CPC.
Custas de lei, a ser paga pelo exequente, pois apesar do cumprimento de SENTENÇA ser fase processual, a presente lide tem natureza de processo autônomo, visto que não há SENTENÇA que beneficie o requerente.
Sem honorários advocatícios.
SENTENÇA não sujeita a remessa necessária, oportunamente arquivem-se. Vindo recurso voluntário, intime-se a parte contrária para apresentar as contrarrazões e remetam-se ao e. TJRO.
Publique-se e registre-se eletronicamente. Intimem-se.
Porto Velho, 2 de maio de 2019.
Inês Moreira da Costa
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: 3217-1328
7002838-38.2019.8.22.0001
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: KARINA THAIS DAMASCENO DOS SANTOS
Advogado do(a) EXEQUENTE: SINTIA MARIA FONTENELE - RO3356
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA
INTIMAÇÃO
Por ordem do(a) juiz(a) de direito INES MOREIRA DA COSTA, fica intimado(a) o exequente para ciência e manifestação acerca do(a) petição do executado.
Prazo: 05(cinco) dias.
Porto Velho, 2 de maio de 2019.
JOAO GABRIEL LISBOA MAFORTE
Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara da Fazenda Pública 7018003-28.2019.8.22.0001 - MANDADO de Segurança Cível
POLO ATIVO
IMPETRANTE: PAULO CESAR SANTOS RAMOS, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO IMPETRANTE: JACQUELINE PAES KARANTINO OAB nº RO5961
POLO PASSIVO
IMPETRADO: S. E. D. A. E. R. H. -. S., SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO IMPETRADO:
DECISÃO:
Trata-se de MANDADO de Segurança impetrado por Paulo Cesar Santos Ramos em face do Secretário de Administração e Recursos Humanos do Estado de Rondônia, no qual buscam a implantação da Gratificação de Atividade Específica - GAE em sua remuneração.
Relata que ocupa o cargo de Médico Veterinário desde 15/07/1997, e que sempre recebeu a gratificação de produtividade e que com o advento da Lei nº 1067/2002 passou a ser denominada GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE ESPECÍFICA (GAE), passando a receber a (GAE) em sua ficha financeira desde 2004.
Relata, ainda, que a GAE foi suprimida em sua totalidade de sua remuneração em março/20119, sem processo administrativo e sem qualquer explicação, não oportunizando o contraditório e ampla defesa, violando assim, seu direito líquido e certo.
Requer liminarmente seja restabelecido o pagamento da Gratificação de Atividade Específica instituída pelo artigo 19 da Lei 1.067/2002.
Com a inicial vieram as documentações. Entretanto, observa-se que o Impetrante recolheu as custas a menor em discordância com o disposto no art. 12, inc. I, da Lei nº 3896/2016.
É o necessário. Passa-se a DECISÃO.
O deferimento de liminar em MANDADO de segurança pressupõe o preenchimento dos requisitos previstos no art. 7º, III da Lei 12.016/2009, quais sejam, o fundamento relevante, bem como que do ato impugnado possa resultar ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida.
Na hipótese dos autos, em que pese a plausibilidade do direito alegado, tendo em vista o atual entendimento da jurisprudência, sobretudo do STJ, não há perigo na demora. Explica-se.
Periculum in mora consubstancia hipótese em que há possibilidade de o provimento jurisdicional tornar-se inócuo quando diferido para o exame de MÉRITO.
No caso, quando da prolação da SENTENÇA, caso concedida a segurança, o impetrado será compelido a cumprir a ordem, para o fim de implantar na remuneração do impetrante o pagamento da gratificação vindicada, tendo o direito a perceber a diferença dos valores devidos a título de retroatividade desde a propositura do writ.
Neste passo, inexiste perigo da demora no provimento buscado, posto que não há, como já assentado, risco de ineficácia do provimento jurisdicional.
Ademais, na espécie, o pedido liminar confunde-se com o MÉRITO. Logo, sendo deferido de plano, implicará o exaurimento precoce do mandamus, o que se afigura impossível.
Nessa esteira, confira-se o seguinte julgado do E. TJRO:
PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS AUTORIZADORES. IMPOSSIBILIDADE DA ANÁLISE DE ARGUMENTOS QUE IMPLIQUEM JULGAMENTO DO PRÓPRIO MÉRITO DA LIDE PRINCIPAL. IMPROVIDO. Em sede de agravo de instrumento sobre o não deferimento de liminar em 1º grau, deve o julgador se ater à análise dos requisitos autorizadores da antecipação dos efeitos da tutela, previstos no art. 273 do CPC, de modo que a ausência de um desses elementos implica na sua não concessão. Estes pressupostos devem ser evidenciados conjuntamente, pelo que, em via oblíqua, tornar-se-á defesa a concessão da liminar. A medida cautelar que, na prática, demonstra ter caráter nitidamente satisfativo, não se mostra compatível com a natureza da tutela cautelar, que existe apenas como instrumento assecuratório para uma melhor e mais eficaz atuação do processo de MÉRITO. (TJRO - 2ª Câmara Especial - Agravo de Instrumento nº. 0014912-67.20108.22.0000 – Rel. Des. Rowilson Teixeira – j. 29 de março de 2011)
Ante o exposto, indefere-se o pedido liminar.
Tendo em vista que o Impetrante recolheu as custas a menor em discordância com o estabelecido no art. 12, inc I, da Lei nº

3896/2016, intime-se o impetrante para, no prazo de 15 dias, complementar o valor recolhido a título de custas iniciais, sob pena de extinção sem análise do MÉRITO.
Após, decorrido o prazo com o recolhimento, notifique-se a autoridade tida como coatora para prestar informações em 10 dias.
Dê-se ciência a Procuradoria Geral do Estado de Rondônia, enviando-lhe cópia da inicial sem documentos, para que, querendo, ingresse no feito.
Após, dê-se vista ao Ministério Público, para parecer.
Notifique-se. Intimem-se.
Porto Velho, 2 de maio de 2019.
Inês Moreira da Costa
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara da Fazenda Pública 7010979-46.2019.8.22.0001 - Procedimento Comum
POLO ATIVO
AUTOR: ADMINISTRADORA SILVESTRE LTDA - ME, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 1296, TERMINAR RODOVIARIO, SALA 001 EMBRATEL - 76820-844 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: VALNEI GOMES DA CRUZ ROCHA OAB nº RO2479
POLO PASSIVO
RÉU: AGENCIA REGULADORA DOS SERVICOS DE SANEAMENTO DAS BACIAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAI, RUA JOSÉ DO PATROCÍNIO 822, - DE 661/662 AO FIM CENTRO - 76801-068 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU:
DECISÃO
Trata-se de Ação Anulatória de Ato Administrativo movida pela Administradora Silvestre Ltda - ME em face do Estado de Rondônia e Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia – AGERO, pretendendo, liminarmente, suspender os efeitos do acórdão AC2-TC 00011/18, no Processo Administrativo n. 01934/14, exarada na data de 09.02.2018, pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia; bem como suspender os efeitos da DECISÃO Administrativa que Revogou o 2º Termo Aditivo do Contrato n. 59/2014/GJ/DER-RO, por meio da Resolução nº 034/2018, de 21 de novembro de 2018.
Noticia ter sido contratada para prestar serviço de Concessão, Conservação, Manutenção e Operação do Terminal Rodoviário de Porto Velho/RO, por meio do contrato nº 059/2014/GJ/DER-RO, de 06.08.2014, processo administrativo de concorrência pública nº 008/2014/CPLO/SUPEL.
Afirma que o preço contratado corresponderia a R$ 1,47, sendo pago para segunda demandada, que se responsabilizaria pelo repasse de 70% do total da tarifa à contratada. O primeiro termo aditivo foi celebrado em 19.07.2017. O segundo termo aditivo foi celebrado em 31.07.2017, no qual o valor contratado foi modificado para R$ 1,58. O terceiro termo aditivo, firmado em 08.08.2017 modificou o valor para R$ 1,80.
Alega que foi proferido pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia o Acórdão AC2-TC 00011/18, referente ao processo 01937/14, no qual foi reconhecida ilegalidade no procedimento licitatório que culmino com a contratação, sem a pronúncia de nulidade do Edital de Licitação de Concorrência Pública n.008/2014/CPLO/SUPEL/RO e o Contrato n. 59/2014/GJ/DER-RO.
Defende que em nenhum momento foi chamado para exercer o direito ao contraditório e ampla defesa no referido processo.
Com base na DECISÃO do TCE/RO a AGERO realizou a revogação do 2º aditivo contratual, dando fim ao contrato de forma unilateral e, 21.11.2018, sem dá oportunidade para que a parte contratada se manifestasse, além de levar em consideração que já se encontrava em andamento o 3º aditivo contratual.
Busca, no MÉRITO, a anulação do ato administrativo e da DECISÃO do TCE/RO. Liminarmente busca a suspensão dos efeitos do ato administrativo e da DECISÃO do TCE/RO.
Com a inicial vieram as documentações.
É o relatório. Passa-se a DECISÃO.
Não obstante os autos terem sido distribuídos e tramitados perante esta Vara da Fazenda Pública, constata-se que nos termos do § 4º, art. 2º, da Lei 12.153/2009, a competência para processar e julgar a presente causa é, em caráter absoluto, do Juizado Especial da Fazenda Pública, não sendo verificada a existência das exceções previstas no § 2º, do mesmo DISPOSITIVO legal, que justificassem a interposição da demanda perante esta Vara da Fazenda Pública.
Ademais, verifica-se que, conforme as documentações colacionadas aos autos (contrato social – id. 25657424 – e Inscrição no CNPJ), a demandante se trata de Microempresa, sendo que as ME/EPP podem ser parte legítimas a figurarem no polo ativo em demandas de competência do Juizado Especial da Fazenda Pública, nos termos do art. 5º, I, da Lei 12.153/2009.
Não sendo acolhida a competência, o juízo declinado, nos termos do parágrafo único do art. 66 do CPC, deverá suscitar o conflito, salvo se atribuir a outro juízo.
Ante o exposto, evitando possível nulidade processual decorrente de ato praticado por juízo incompetente, remetam-se os autos ao Juizado Especial da Fazenda Pública.
Intime-se.
Porto Velho, 2 de maio de 2019.
Inês Moreira da Costa
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO
Tribunal de Justiça de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69)
Processo nº 7016139-23.2017.8.22.0001
EXEQUENTE: JAQUELINE SAMPAIO SOARES, ANDERSON SILVA PINHEIRO, ROMULO ALBERTO LOBATO RODRIGUES
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA
Intimação Por ordem da Excelentíssima Juíza de direito da 1ª Vara de Fazenda Pública da comarca de Porto Velho, Inês Moreira da Costa, ficam os autores, no prazo de 05 (cinco) dias, intimados a manifestarem-se sobre o pagamento da RPV pelo Estado de Rondônia.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Sônia Regina Gonçalves Espaki
Chefe de Secretaria

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara da Fazenda Pública 7011647-56.2015.8.22.0001
AUTOR: VALDECI RAFAEL, AVENIDA CALAMA 5062, RUA MANOEL FÉLIX FLODOALDO PONTES PINTO - 76820-611 - PORTO VELHO - RONDÔNIA - ADVOGADO DO AUTOR: MARIA DE LOURDES DE LIMA CARDOSO OAB nº RO4114, LUZILEIDE ALVES DA SILVA OAB nº RO5296
RÉU: M. D. P. V., AC CENTRAL DE PORTO VELHO 826, PALÁCIO TANCREDO NEVES, PRAÇA PE. JOÃO NICOLETTI CENTRO - 78900-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA - ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO DESPACHO

Intime-se o executado, Valdeci Rafael, para ciência e manifestação sobre a contraproposta oferecida pelo exequente, no prazo de 05 dias, acaso concorde deverá indicar o dia do mês em que se realizará o depósito.
Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 2 de maio de 2019.
Inês Moreira da Costa
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: 3217-1328
7047850-12.2018.8.22.0001
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: JOSE AMANCIO DA COSTA
Advogado do(a) EXEQUENTE: ANDERSON FELIPE REUSING BAUER - RO5530
EXECUTADO: SUPERINTENDENTE DE RECURSOS HUMANOS DO GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA e outros (2)
INTIMAÇÃO
Por ordem do(a) juiz(a) de direito INES MOREIRA DA COSTA, fica o(a) exequente intimado(a) para, querendo, nos termos do § 2º do Art 1.023 do CPC, manifestar sobre os embargos opostos. Prazo: 05(cinco) dias. Porto Velho, 2 de maio de 2019.
JOAO GABRIEL LISBOA MAFORTE
Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara da Fazenda Pública 0002009-28.2014.8.22.0010
AUTOR: LDM LOCACOES DE EQUIPAMENTOS LTDA, AV. NORTE SUL 6869, NÃO CONSTA PLANALTO - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA - ADVOGADO DO AUTOR: DANILO CONSTANCE MARTINS DURIGON OAB nº RO5114, FABIO JOSE REATO OAB nº RO2061A, CRISTOVAM COELHO CARNEIRO OAB nº RO115, AIRTON PEREIRA DE ARAUJO OAB nº RO243, DANIEL DOS ANJOS FERNANDES JUNIOR OAB nº RO3214
RÉUS: FUNDO PARA INFRA ESTRUTURA DE TRANSPORTES E HABITAÇÃO FITHA, RUA DUQUE DE CAXIAS 2840 SÃO CRISTOVÃO - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES DO ESTADO DE RONDÔNIA - DER/RO, AVENIDA FARQUAR 2986 PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA - ADVOGADOS DOS RÉUS: MARIANA CALVI AKL MONTEIRO OAB nº RO5721 DESPACHO
Foi dispensado depoimento pessoal das partes, sendo que a autora pugnou pela produção de prova testemunhal (id. 25109655 pag. 4).
Foi deferida a oitiva testemunhal por meio de carta precatória (id. 25109655 pag. 5), a qual foi distribuída para Comarca do Município de Rolim de Moura – RO, momento que deu origem aos autos nº 7005620-25.2018.
Sabendo-se que a testemunha prestou seu depoimento em 04.02.2018 (id. id. 25109655 pag. 19), tendo ocorrido a devolução da carta precatória em 14.02.2018, as partes deveriam ser intimadas a realizar suas alegações finais, visto a existência de prova pericial e testemunhal, o que não foi observado.
Assim, evitando-se nulidade processual, necessária intimação para manifestação.
Observa-se que a parte demandada já apresentou suas alegações finais (id. 26280782), sendo, prudente, apenas a intimação da autora para, da mesma forma, o fazer.
Intime-se a autora para apresentação das alegações finais no prazo legal, sob pena de preclusão.
Após, venham conclusos para SENTENÇA.
Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 2 de maio de 2019.
Inês Moreira da Costa
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara da Fazenda Pública 7029599-48.2015.8.22.0001
AUTORES: ESTADO DE RONDÔNIA, AC ESPLANADA DAS SECRETARIAS s/n PEDRINHAS - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA, M. P. D. E. D. R., MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA 1555, RUA JAMARI OLARIA - 76801-917 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, A. L. D. E., RUA MAJOR AMARANTE, - DE 1320/1321 AO FIM PANAIR - 76801-368 - PORTO VELHO - RONDÔNIA - ADVOGADOS DOS AUTORES: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, LEME BENTO LEMOS OAB nº PR308, CELSO CECCATTO OAB nº RO111
RÉU: JAIR MIOTTO, SEM ENDEREÇO - ADVOGADO DO RÉU: IGOR HABIB RAMOS FERNANDES OAB nº RO5193 DESPACHO
Diante do pedido do Parquet (ID: 26779679), intimem-se as partes para que, no prazo de 10 (dez) dias, caso queiram, retirem a mídia digital, com a gravação da citada audiência, junto ao gabinete deste juízo, situado na Av. Lauro Sodré, nº. 1.728, neste capital. Após o citado prazo, abra-se vista para apresentação de alegações finais.
Por fim, retornem conclusos para SENTENÇA.
Porto Velho, 2 de maio de 2019.
Inês Moreira da Costa
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara da Fazenda Pública 7004588-75.2019.8.22.0001 - Procedimento Comum
POLO ATIVO
AUTOR: JOANA CASTRO DANTAS, RUA GUIANA 2785, - ATÉ 2826/2827 EMBRATEL - 76820-762 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
POLO PASSIVO
RÉU: ESTADO DE RONDÔNIA, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO:
Trata-se de ação ordinária de obrigação de fazer c/c tutela de urgência ajuíza por Joana Castro Dantas em face do Estado de Rondônia, pretendendo ser submetida a procedimento cirúrgico de urgência denominado de colecistectomia, pelo Sistema Único de Saúde - SUS.
Relata que foi diagnosticada com calculose biliar (K.80.2) há 5 anos tendo crises de cólicas ocasionais, porém há três meses teve uma piora no seu quadro clínico com dor intensa e incapacitantes para exercer suas atividades laborais, tendo sido encaminhada para fazer procedimento cirúrgico, porém está aguardando desde 2014, sendo frequentemente informada que não há vaga para o procedimento.
Requer, nessas razões, seja determinado ao requerido realizar procedimento cirúrgico denominado colecistectomia, bem como todos os insumos necessários ao procedimento.
O pedido de tutela de urgência foi indeferido (Id 24569026).

O Estado de Rondônia contestou a ação (Id 24894067), aduzindo que a Constituição garante o direito à saúde, porém o acesso está condicionado a politicas sociais e econômicas, sendo que sua atuação deve se dar de forma global e criteriosa, sem preconceitos ou privilégios. Ademais, a Constituição impõe obediência aos princípios da universalidade do atendimento, da eficiência da Administração Pública, igualdade da assistência, bem como razoabilidade e proporcionalidade. Diz que o direito à saúde encontra limites no princípio da reserva do possível, vez que os recursos financeiros e materiais são limitados.
Réplica (Id 25918969). A parte autora pugna pela reconsideração da DECISÃO que indeferiu o pedido de tutela. Contudo não vejo a existência de fatos novos que possam ensejar a modificação da DECISÃO prolatada.
Processo regularmente constituído, presentes os pressupostos processuais e condições da ação, dou o feito por saneado.
A parte autora pugnou pela oitiva de testemunhas, desta feita designo audiência de instrução e julgamento para o dia 04 de Junho de 2019, às 09:00 horas. Expeça-se o necessário.
Intime-se a testemunha tempestivamente arrolada (Id25918969, p. 2), considerando tratar-se de médico servidor público, deve ser requisitado à respectiva repartição, art. 455, § 4º, inc. III, CPC.
Cumpra-se.
Porto Velho, 2 de maio de 2019.
Inês Moreira da Costa
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara da Fazenda Pública 7009780-28.2015.8.22.0001
EMBARGANTE: ANA MARIA SILVA CRUZ, SEM ENDEREÇO - ADVOGADO DO EMBARGANTE: HUGO WATARU KIKUCHI YAMURA OAB nº RO3613
EMBARGADO: ESTADO DE RONDÔNIA, SEM ENDEREÇO - ADVOGADO DO EMBARGADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA DESPACHO:
Em atenção a DECISÃO do egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia (Id 25301344), oficie-se ao 1º Ofício de Registro de Imóvel de Porto Velho para liberar da constrição sobre o imóvel sub judice, registrado sob o n. 17.530.
Cumpra-se. Após, arquivem-se.
Porto Velho, 2 de maio de 2019.
Inês Moreira da Costa
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara da Fazenda Pública 7018074-30.2019.8.22.0001
AUTOR: GIOVANE SANTOS SILVA, SEM ENDEREÇO - ADVOGADO DO AUTOR: ELBER VIEIRA MUDREY OAB nº RO6209
RÉU: ESTADO DE RONDÔNIA, SEM ENDEREÇO - ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA DESPACHO
Apesar de requerer o benefício da justiça gratuita, alegando ser pobre, não comprova a sua real situação econômica, com apresentação de sua remuneração e gastos mensais, não podendo se presumir a hipossuficiência da parte.
Assim, intime-se a parte autora para que, no prazo de até 15 dias, apresente provas de sua hipossuficiência ou comprove o recolhimento das custas processuais, sob pena de indeferimento da inicia, nos termos do parágrafo único do art. 321 c/c art. 481, ambos do CPC.
Após, venham para DECISÃO.
Intime-se.
Porto Velho, 2 de maio de 2019.
Inês Moreira da Costa
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: 3217-
13287012546-49.2018.8.22.0001
PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: MARCOS HENRIQUE PEREIRA CHAVES
RÉU: ESTADO DE RONDÔNIA e outros
Certidão
Certifico, para os devidos fins de direito, que nesta data junto aos autos a ata da audiência realizada em 16/04/2019, juntada com atraso tendo em vista falha do sistema na marcação da audiência (chamados Poraqui n. 10179657 e 10181340).
Porto Velho, 2 de maio de 2019.
ADRIANA DA SILVA ARCANJO VALNIER
Técnico Judiciário

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara da Fazenda Pública
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO 7016967-48.2019.8.22.0001
IMPETRANTE: FREITAS & CIA LTDA
ADVOGADO DO IMPETRANTE: MARCELO ESTEBANEZ MARTINS OAB nº RO3208
IMPETRADOS: SECRETARIA ESTADUAL DE FINANÇAS - SEFIN, D. R. D. S. D. F. D. E. D. R.
ADVOGADOS DOS IMPETRADOS: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de MANDADO DE SEGURANÇA com pedido liminar, impetrado por FREITAS & CIA LTDA contra suposto ato coator praticado pelo DELEGADO REGIONAL TRIBUTÁRIO NO ESTADO DE RONDÔNIA e outros.
Os autos vieram redistribuídos (ID 26728039).
Na petição ID 26709786, a Impetrante requer a desistência do feito, e sua consequente extinção e arquivamento.
Assim, considerando o pedido da Impetrante, homologo a desistência da ação, sendo certo que em se tratando de MANDADO de Segurança o procedimento pode ser adotado a qualquer tempo e, em consequência, julgo extinto o processo sem resolução do MÉRITO, com fundamento no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil.
Sem honorários na regra do art. 25 da Lei n. 12.016/2009.
Sem custas.
SENTENÇA não sujeita a reexame necessário, certifique-se e arquive-se.
Porto Velho-RO, 30 de abril de 2019
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: 3217-
13297017085-24.2019.8.22.0001

PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: LUCICLEA CHIANCA LAUREANO
Advogado do(a) AUTOR: SILVIO VINICIUS SANTOS MEDEIROS - RO3015
RÉU: ESTADO DE RONDÔNIA
Intimação
Por ordem do(a) juiz(a) de direito, Dr. EDENIR SEBASTIÃO ALBUQUERQUE DA ROSA, fica o Requerente intimado para ciência e manifestação acerca do DESPACHO ID 26803479.
Prazo: 15 dias.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
JOÃO BATISTA ALMEIDA DE OLIVEIRA
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo n.: 7017727-94.2019.8.22.0001
Classe: MANDADO de Segurança Cível
Assunto:Abuso de Poder, Acordo de Exclusividade, Edital, Adjudicação
IMPETRANTE: AMPARO VIACAO E TURISMO LTDA, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO IMPETRANTE: CONSTANTINO AUGUSTO TORK BRAHUNA JUNIOR OAB nº DESCONHECIDO
IMPETRADO: P. D. C. G. D. L. D. M. D. P. V. S. L. D. A., SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO IMPETRADO:
Valor da causa:R$1.000,00
DECISÃO
Trata-se de MANDADO DE SEGURANÇA impetrado contra ato da Presidenta da Comissão Permanente de Licitação da Superintendência Municipal de Licitações do Município de Porto Velho-RO, Iraneiva Silva Costa, responsável pela Concorrência Pública n. 001/2019/CPL-GERAL/SML/PVH.
Compete ao juízo da Fazenda Pública, privativamente, processar e julgar as causas de interesse do Estado, entidades autárquicas, empresas públicas, estaduais e dos municípios da Comarca de Porto Velho, conforme disciplina o art. 97, I do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado de Rondônia - COJE, como no caso em apreço, e, em sendo assim, declino da competência, determinando a remessa destes autos a uma das Varas da Fazenda Pública de Porto Velho.
Dê-se as baixas necessárias e redistribua-se.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Rinaldo Forti Silva
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara da Fazenda Pública 7017298-30.2019.8.22.0001
REQUERENTE: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A.
ADVOGADO DO REQUERENTE: TIAGO BATISTA RAMOS OAB nº RO7119, ANA LETICIA CARVALHO DOS SANTOS OAB nº DF52903, ALEX JESUS AUGUSTO FILHO OAB nº SP314946, FELIPE NOBREGA ROCHA OAB nº SP286551, RODRIGO DE BITTENCOURT MUDROVITSCH OAB nº RO5536, DANIEL NASCIMENTO GOMES OAB nº DF47649
REQUERIDOS: SERGIO FERNANDES DE ABREU JUNIOR, JOSÉ LUIS HORN, AMARILDO IBIAPINA ALVARENGA, DARLENE AMARAL DE SOUZA, GILBERTO OLIVEIRA JUNIOR, DANIEL ANTONIO DE CASTRO, ANTONIO CARLOS ALENCAR DO NASCIMENTO, WILSON CEZAR DE CARVALHO, CÉSAR LUIS SALLES DE SOUZA, MARIO JORGE DE ALMEIDA REBELO
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: DESPACHO
Trata-se de AÇÃO DE NOTIFICAÇÃO JUDICIAL ajuizada por ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL em desfavor de MÁRIO JORGE DE ALMEIDA REBELO E OUTROS.
Inicialmente, cumpre salientar que a competência das Varas da Fazenda Pública é restrita às causas de interesse da Fazenda Pública ou MANDADO s de segurança contra atos de autoridades estaduais e municipais, conforme art. 97 do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado de Rondônia - COJE:
Art. 97. Compete aos juízes das Varas da Fazenda Pública, processar e julgar: (Nova redação dada pela Lei Complementar n. 146, de 22 de dezembro de 1995 - D.O.E. de 22/12/1995 - Efeitos a partir 21/1/1996).
I - as causas de interesse da Fazenda Pública do Estado, do Município de Porto Velho, entidades autárquicas, empresas públicas, estaduais e dos municípios da Comarca de Porto Velho;
II - os MANDADO s de segurança contra atos de autoridades estaduais e municipais da Comarca de Porto Velho.
No presente caso, verifica-se que a Fazenda Pública não está incluída na lide. Todas as pessoas constantes no polo passivo são pessoas físicas. Ressalta-se que, apesar de serem servidores públicos, isso por si só não atribui a competência a este Juízo, haja vista não tratar-se de MANDADO de segurança.
Assim, antes da declaração de incompetência, diante da possibilidade de inclusão da Fazenda Pública no polo passivo, intime-se a parte autora para apresentar manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias.
SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO.
Porto Velho, 30 de abril de 2019
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: 3217-13297008542-03.2017.8.22.0001
PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: JOSE ERIVALDO GUEDES DE CARVALHO
Advogado do(a) AUTOR: FABRICIO MATOS DA COSTA - RO3270
RÉU: ESTADO DE RONDÔNIA e outros
Intimação
Intimar a Requerente para manifestar sobre a proposta dos honorários periciais, no prazo de 05 (cinco) dias.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
CESARIO DOS SANTOS FERREIRA
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: 3217-13297037333-45.2018.8.22.0001
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA
EXEQUENTE: ODAIR DA SILVA
Advogado do(a) EXEQUENTE: TAIARA DAVIS MOTA LOURENCO - RO6868
Intimação
Por ordem do(a) juiz(a) de direito EDENIR SEBASTIÃO ALBUQUERQUE DA ROSA, fica a parte executada intimada para pagar o débito espontaneamente, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 523, § 1º, do NCPC (10%), e fixação de honorários na fase de cumprimento do julgado (10%), conforme DESPACHO:DESPACHO: Vistos, 1 - Fica intimada para que, por meio de seu advogado, no prazo de quinze dias, pague o débito espontaneamente, sob pena de aplicação da multa prevista no art.

523, § 1º, do NCPC (10%), e fixação de honorários na fase de cumprimento do julgado (10%). 2 - Decorrido o prazo do Executado, intime-se o Exequente para que diga o que pretende em termos de andamento processual. 3 - Cumpra-se a determinação constante do ID n. 25765424, com o envio da certidão das custas processuais para protesto. SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/ OFÍCIO. Int.
Prazo: 15(quinze) dias.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
CRISTINA RODRIGUES COSTA
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: 3217-13290009474-18.2014.8.22.0001
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: EDUARDO DE OLIVEIRA
Advogado do(a) EXEQUENTE: TECIANA MECHORA DOS SANTOS - RO5971
EXECUTADO: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
Intimação
Por ordem do(a) juiz(a) de direito EDENIR SEBASTIÃO ALBUQUERQUE DA ROSA, fica o(a) a parte executada quanto aos honorários provenientes da SENTENÇA de impugnação, intimado(a) para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar a dívida, sob pena de incidência de multa de 10% (dez por cento) e honorários de advogado, bem como de penhora imediata, conforme preceitua o artigo 523 CPC, conforme DESPACHO: "Expeça-se PRECATÓRIO para pagamento do valor devido.Quanto aos honorários de sucumbência devidos em razão da impugnação apresentada, intime-se a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar a dívida, sob pena de incidência de multa de 10% (dez por cento) e honorários de advogado, bem como de penhora imediata, conforme preceitua o artigo 523, do Código de Processo Civil.Em não havendo pronto pagamento, realize-se o bloqueio judicial pelo sistema BACEN-JUD, atentando aos princípios da celeridade, da efetividade da tutela jurisdicional, da economia processual e da satisfação do crédito exequendo.Aguarde-se por 10 (dez) dias respostas das instituições bancárias/financeiras.Nada sendo informado, ou havendo bloqueio de quantia irrisória, intime-se o Exequente, para que indique outros bens passíveis de penhora. (Retifique-se a classe processual.)SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO.2 de abril de 2019 Edenir Sebastião A. da Rosa Juiz(a) de Direito"
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
CRISTINA RODRIGUES COSTA
Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara da Fazenda Pública
7039435-74.2017.8.22.0001
EMBARGANTES: INELINO BRASIL DE CARVALHO, MACSUED CARVALHO NEVES
ADVOGADOS DOS EMBARGANTES: MACSUED CARVALHO NEVES OAB nº RO4770A
EMBARGADOS: ESTADO DE RONDÔNIA, SORAYA VERZELETTI OLIVEIRA, EGO EMPRESA GERAL DE OBRAS S A
ADVOGADOS DOS EMBARGADOS: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, EDERSON HASSEGAWA MOSCOSO ROHR OAB nº RO8869, GLEIDSON SANTOS OLIVEIRA OAB nº RO8479, IGOR JUSTINIANO SARCO OAB nº RO7957
DECISÃO
Trata-se de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO interpostos pelo ESTADO DE RONDÔNIA, alegando contradição na SENTENÇA ID 25052214.
Aduz que a condenação do Estado ao pagamento dos honorários não deverá ser mantida, uma vez que não deu causa à constrição equivocada sobre o imóvel e ao ajuizamento dos embargos de terceiro.
Afirma que o imóvel objeto da lide pertencia de forma integral à empresa executada e, somente após o desmembramento, uma parte passou a pertencer aos autores.
Alega que a penhora equivocada do imóvel dos autores se deu por um erro material do Cartório de Registro de Imóveis, uma vez que a certidão do imóvel de origem deixou de observar o desmembramento da área e as novas localizações.
Requer o provimento dos embargos declaratórios para suprir a contradição e, por consequência, reconsiderar a condenação do Estado ao pagamento dos honorários sucumbenciais ou, em caráter subsidiário, determinar que os honorários sucumbenciais sejam rateados de forma proporcional entre o Estado de Rondônia e a empresa executada EGO – Empresa Geral de Obras S/A, uma vez que a empresa apresentou contestação aos Embargos de Terceiro e deixou de reconhecer o equívoco ocorrido na penhora e arrematação do imóvel.
Intimada a se manifestar, a empresa EGO – Empresa Geral de Obras alega que a matéria foi amplamente examinada e esgotada em sintonia com as teses apresentadas e as provas constantes dos autos. Requer o improvimento dos embargos, bem como a aplicação de multa pela procrastinação dos embargantes e indenização por litigância de má-fé.
Apesar de intimados, os autores quedaram-se inertes.
Vieram os autos conclusos. Decido.
A pretensão tem amparo no art. 994, IV, e 1022 a 1026, do CPC. É tempestiva, na forma do art. 1023 do CPC. É consabido que os embargos de declaração são cabíveis quando houver na DECISÃO obscuridade ou contradição, quando for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o julgador, ou ainda, houver erro material.
Pelo exposto, considerando os pressupostos recursais, conheço dos embargos de declaração, com fundamento no art. 1022, Inc. I e II, do CPC.
O embargante alega contradição na SENTENÇA, uma vez que o equívoco na penhora do imóvel não se originou por culpa do Estado de Rondônia, razão pela qual não cabe a condenação ao pagamento de honorários sucumbenciais.
Inicialmente, importa mencionar que, segundo entendimento pacífico do STJ, "a contradição que autoriza o manejo dos embargos de declaração é a contradição interna, verificada entre os elementos que compõem a estrutura da DECISÃO judicial, e não entre a solução alcançada e a solução que almejava o jurisdicionado" (REsp 1.250.367/RJ, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe de 22/8/2013).
Razão não assiste ao Estado de Rondônia na sua alegação de existência de contradição na SENTENÇA. Inexiste contradição, pois a SENTENÇA apresenta-se completa, expondo todos os fundamentos que motivaram o julgamento.
Dessarte, ao requerer sejam declarados indevidos os honorários sucumbenciais, o Estado de Rondônia pretende em verdade obter nova DECISÃO, ou seja, dar-lhe efeito modificativo, portanto, inviável segundo a via eleita. Por isso, é inadequado a interposição dos embargos de declaração, eis que o recurso correto no caso seria a interposição do recurso de apelação.
Vejamos julgado do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia nesse sentido:
"AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. VIA INADEQUADA. OMISSÃO ACERCA DA LEI. INOCORRÊNCIA. INAPLICABILIDADE DA LEGISLAÇÃO SUSCITADA NO CASO CONCRETO. RECURSOS NÃO PROVIDOS. Os embargos de declaração são cabíveis somente para sanar omissão, obscuridade ou contradição contida no julgamento, ou ainda, para sanar erro material. Ausente qualquer dessas hipóteses, devem ser rejeitados. O inconformismo da parte em relação ao conteúdo da DECISÃO deve ser objeto de recurso próprio, não se prestando os embargos

para rediscutir a matéria. Recurso não provido. (AI, processo nº 0802067-57.2016.822.000. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Especial. Relator Desembargador Walter Waltenberg Silva Júnior. Julgamento em 17/04/2017)."
O Embargante depreendeu suficientemente os fundamentos e a CONCLUSÃO da DECISÃO, no entanto, não vejo vícios que possam ser aclarados pelo manejo do presente recurso. Os motivos estão expostos. Nada mais há para ser esclarecido.
Deixo de aplicar a multa requerida pela empresa Ego por não estar caracterizado o objetivo de protelar o feito, tampouco há elementos suficientes a caracterizar a litigância de má-fé.
Sendo assim, conheço, porém NÃO ACOLHO os presentes embargos de declaração para a contradição mencionada.
Mantenho a SENTENÇA na íntegra como lançada.
Publique-se. Intime-se.
SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO
Porto Velho, 30 de abril de 2019
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara da Fazenda Pública 7017197-61.2017.8.22.0001
EXEQUENTE: M. P. D. E. D. R.
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADOS: PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), PT (Partido dos Trabalhadores), PSB (Partido Socialista Brasileiro), PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO, PR (Partido da República), PSC (Partido Social Cristão), PTC (Partido Trabalhista Cristão), PRB PARTIDO REPUBLICANO BRASILLEIRO, PP - PARTIDO PROGRESSISTA, PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), PRP (Partido Republicano Progressista), PARTIDO POPULAR SOCIALISTA PPS - DIRECAO REGIONAL, PDT (Partido Democrático Trabalhista), PARTIDO VERDE - PV, PC do B - PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, DIRETORIO ESTADUAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA CRISTAO, DEM (Democratas), PSL - PARTIDO SOCIAL LIBERAL, PTN (Partido Trabalhista Nacional), PHS - PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE, PMN - PARTIDO DA MOBILIZACÃO NACIONAL, PT do B (Partido Trabalhista do Brasil)
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: IGOR HABIB RAMOS FERNANDES OAB nº RO5193, JOSE DE ALMEIDA JUNIOR OAB nº RO1370, FABIANA BACK LOCKS OAB nº RO5321, THIAGO FERNANDES BECKER OAB nº RO6839, MARCIO MELO NOGUEIRA OAB nº RO2827, ROSA MARIA DAS CHAGAS OAB nº RO391, PAULA MARCIA DE JESUS MENEZES OAB nº RO6371, ANDRE LUIZ DELGADO OAB nº RO1825A, ERNANDE DA SILVA SEGISMUNDO OAB nº RO532 DESPACHO
Considerando o pedido ID 23618114 do Partido Progressista, bem como a manifestação positiva do Ministério Público, designo audiência de conciliação para o dia 19 de junho de 2019 às 11:00 horas. Intime-se o Ministério Público e o Partido Progressista para comparecimento.
No mais, intime-se o Partido Verde – PV, para que constitua nos presentes autos novo procurador, e informe acerca do pagamento da multa indenizatória, no prazo de 05 (cinco) dias.
30 de abril de 2019
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara da Fazenda Pública
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO AUTOS DO PROCESSO Nº 7005410-64.2019.8.22.0001
IMPETRANTE: RESIDENCIAL PARK BELMONT EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA
IMPETRADO: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, HABIRAÇÃO E URBANISMO DE PORTO VELHO
SENTENÇA
Trata-se de MANDADO DE SEGURANÇA impetrado por RESIDENCIAL PARK BELMONT EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA., contra suposto ato coator do SECRETÁRIO MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, HABIRAÇÃO E URBANISMO DE PORTO VELHO - SEMUR.
Informa que, estando com toda a documentação regularizada, requereu a emissão de Licença de Construção junto ao Município de Porto Velho, sendo que em 31/10/2016, foi efetuado o pagamento das respectivas taxas, vez que o empreendimento já contava com a Licença Ambiental.
Alega que foi determinada a realização de vistoria no local do empreendimento em 27.03.2018, contudo os Fiscais ao chegarem no local em 05.04.2018, se depararam com o portão de acesso fechado, razão pela qual não foi possível a realização da vistoria, depois é de anotar não ter havido qualquer comunicação prévia ao interessado, razão de fazer diversos apontando ao findamento de ilegais no decurso do procedimento administrativo, seguindo de novas exigências.
Requer, nestas razões, seja liberada a Licença de Construção requerida, afirmando que está tendo prejuízos de ordem financeira, bem como temor pelo risco de invasão em sua propriedade.
Em DECISÃO foi indeferido o pedido liminar (ID-24789202).
AUTORIDADE COATORA apresenta informações (ID-26020774), onde afirma autuação do PA n. 18.05017/2016, ressaltando que de fato a empresa possui projeto urbanístico aprovado, contudo aguarda a Licença para Execução do Loteamento em razão de pendências apontadas por meio de Notificações, Termo de Embargo, Relatório Técnico de Fiscalização e Parecer Técnico, requerendo a denegação da segurança.
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA manifesta-se em parecer (ID-26506817), pela denegação da segurança, pois ausente o necessário direito líquido e certo a ensejar a medida judicial.
Vieram os autos em CONCLUSÃO.
É o relatório. DECIDO.
Cuida-se de ação mandamental tendo como objeto a liberação de Licença de Construção/Execução de Obras de Empreendimento, ao argumento de ter apresentado todos os documentos, logo afirma prejuízo por ato do Impetrado ao fazer novas exigências, além do fato de colocar em risco sua propriedade com a possibilidade de invasão e, consequente esbulho.
O MANDADO de segurança, como remédio constitucional, destina-se a proteger direito líquido e certo, não amparável por habeas corpus ou habeas data contra ato (ou omissão) marcado de ilegalidade ou abuso de poder, de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público (art. 5º, LXIV da Constituição Federal).
MÉRITO.
O cerne da questão cinge-se em exigir da empresa todos os documentos exigidos em lei em se tratando de Licença de Construção, em conformidade com a Lei n. 684 de 17.10.2017, que trata de Código de Obras, Licença Ambiental de Instalação:
Art. 25. Para obtenção da Licença de Obras, o interessado apresentará à Prefeitura os seguintes documentos, além dos estabelecidos em regulamento:
II - Para as edificações qualificadas como de impacto ambiental, de trânsito ou de vizinhança:

a) requerimento; b) três cópias do projeto arquitetônico; c) título de propriedade ou comprovante de posse do imóvel junto ao cadastro municipal; d) RRT ou ART do(s) autor(es) de todos os projetos e do executante, devidamente registradas; e) licença ambiental de instalação – LAI, quando for o caso; f) Licença do órgão competente para aferição do impacto sobre o trânsito, quando for o caso; g) Relatório de Impacto de Vizinhança aprovado pelo Município, quando for o caso; h) Certidão negativa de débitos do lote.

E, ainda há de observar o que estabelece a RESOLUÇÃO COMDEMA N. 07 de 12.11.2018, a saber:

Art. 6º. Para o processo de Licenciamento Regular, referente a obtenção da Licença Ambiental de Instalação - LAI, os empreendimentos ou atividades classificadas segundo o inciso II do artigo 6º da Lei nº 684 de 17.10.2017, deverão apresentar os seguintes documentos, projetos mínimos e termos de referência:

- Preenchimento do requerimento junto ao "Sistema On Line" solicitando a LAI;
- Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil - PGRCC, com ART quando referentes a obras ou reformas com demolição a partir de 10 m3 ou preenchimento da declaração conforme Anexo I desta resolução;
- Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, com ART, para geração de resíduos acima de 100 L/dia ou que gerem Resíduos Classe I de acordo com a NBR 10.004/2004 ou em caso de não geração, preenchimento da declaração conforme Anexo I desta resolução;
- Projeto Hidros sanitário para empreendimento com mais de 25 funcionários ou consumo superior a 2500 litros/dia;
- Comprovação da Publicação de Pedidos de Licenciamento, na forma impressa ou digital, em quaisquer de suas modalidades, sua renovação e a respectiva concessão conforme Resolução CONAMA nº 06/1984;
- Plano de Controle Ambiental - PCA, com ART's conforme ANEXO III desta Resolução; - Comprovante de Ligação Predial com a Concessionaria de água ou Dispensa/Outorga da captação de água;
- Atendimento as Condicionantes da Licença Ambiental Previa; - Comprovante de ligação com a rede pública de esgoto ou Projeto do Sistema de tratamento de efluentes conforme resolução COMDEMA 04/2016 e suas alterações;
- Comprovante de recolhimento de taxa de LAI pertinente a categoria pretendida;

Parágrafo único. Outros documentos e projetos poderão ser solicitados pela SEMA para o processo de licenciamento, no máximo através de uma notificação e referendada por embasamento técnico.

Nessa premissa fez constar das Notificações expedidas pelo Impetrado, a saber:

NOTIFICAÇÃO Nº 002160 de 28.01.2019 - solicitamos ao contribuinte supracitado para que compareça a SEMUR — Divisão de Análise de Projeto — DIAP, para o atendimento das exigências e adequações a serem realizadas conforme PARECER TÉCNICO "PAT Nº 022/2018 — DIAL de 09 de novembro de 2018. (Infringência art. 16 e 43 c/c 49 da Lei Complementar n. 560.2014) – Processo n. 18.05017/2016.

NOTIFICAÇÃO Nº 002161 de 06/02/2019: solicitamos ao contribuinte supracitado para que compareça a SEMUR — Divisão de Análise de Projeto — DIAP, para o atendimento das exigências e adequações a serem realizadas conforme PARECER TÉCNICO "PAT Nº 022/2018 — DIAL de 09 de novembro de 2018. (Infringência art. 16 e 43 c/c 49 da Lei Complementar n. 560.2014) – Processo n. 18.05017/2016.

NOTIFICAÇÃO Nº 002162 de 06/02/2019: solicitamos ao contribuinte supracitado para que se abstenha de promover qualquer tipo de propaganda referente à venda de lotes do empreendimento - LOTEAMENTO RESIDENCIAL PARK BELMONT", conforme processo 18.05017/2016 — em nome de CESAR TEIXEIRA SATURNINO. O empreendimento constante do processo supracitado encontra-se com exigências legais que impedem a sua comercialização, portanto, toda propaganda em rádio, televisão, jornal, redes sociais, internet devem ser retiradas uma vez que o empreendimento encontra-se sem a devida licença (Alvará de Execução de Loteamento) para iniciar as suas obras. (Infringência art. 16 e 43 c/c 49 da Lei Complementar n. 560/2014 c/c art. 27, I e II da Lei Complementar n. 097/99).

TERMO DE EMBARGO N. 000175 de 28.01.2019 – constando dentre as irregularidades: A construção está sendo executada sem Licença; (art. 50, I c/c Anexo único, Item 1.3 da LC n. 560/2014 e art. 128, V da LC n. 097/99 alterado pela LC n. 470/2012)

Como observado, para liberação da pretendida Licença de Construção, é necessário que se cumpra as exigências relacionadas a Licença Ambiental, uma vez que a mesma é imprescindível para liberação da Licença de Construção, logo o Impetrado nenhuma arbitrariedade cometeu, pois vinculado ao princípio da legalidade, de modo que não é possível agir de outra forma.

Nessa premissa, tem-se que a negativa do Impetrado está fincada em regramento normativo, com o fim de assegurar o cumprimento legal, ou seja, voltada ao interesse público enquanto responsável pela segurança do estabelecimento.

Desse modo, não é possível reconhecer a ocorrência de ato abusivo ou ilegal informado, entendimento contrário acabaria por dar guarita em edificações irregulares e, consequentemente, a possibilidade de risco evidente.

Nesse seguimento o e. TJRO, se posicionou pela legalidade da exigência, in verbis:

Apelação. MANDADO de segurança. Construção. Pavimento superior. Lei municipal. Não atendimento. Expedição de alvará de construção. Impossibilidade. A mera aprovação do projeto não obriga a Administração Pública a expedir a licença de construção quando o projeto se encontra em desacordo com legislação municipal que dispõe sobre o desenvolvimento urbano. Recurso que se nega provimento. Apelação, Processo nº 0004202-59.2013.822.0007, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Oudivanil de Marins, Data de julgamento: 08/02/2019.

DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO TERMINATIVA EM APELAÇÃO RECEBIDO COMO RECURSO DE AGRAVO. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. POSSIBILIDADE. PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS JÁ APROVADO EM DESARMONIA COM SUPERVENIÊNCIA DE LEI POSTERIOR. ANULAÇÃO DA APROVAÇÃO. EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO. AUSÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO OU LÍQUIDO E CERTO. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Ao caso em tela deve ser aplicado o princípio da fungibilidade recursal em vista da hostilização recair sobre DECISÃO terminativa atacável pela via de recurso de agravo. 2. Não há como reconhecer o pretendido direito líquido e certo ou ainda, direito adquirido do impetrante relativo à expedição do alvará de construção nos termos do pedido. A mera aprovação do projeto não obriga a Administração Pública a expedir a licença de construção quando o projeto se encontra em desacordo com a nova legislação da edilidade. 3. O projeto apresentado pelo impetrante restou anulado porque não se encontrava em harmonia com a Lei nº. 16.786/2002. É de sabença geral que a Administração Pública deve sempre estar submissa à ordem legal, devendo, inclusive, anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais ou ainda revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, conforme Súmula 473, do STF. 4. O Poder Público pode e deve realizar as alterações nas normas concernentes às posturas municipais sempre que necessário, inclusive, revendo critérios de urbanização. É certo que o direito de propriedade consiste em uma das garantias fundamentais do homem conforme previsão contida na Carta Constitucional, entretanto, em que pese seu cunho privatístico, esse direito acha-se passível da interferência do Estado, ante os reclamos de interesse público. 5.Direito Líquido e certo teria o impetrante caso comprovasse que seu projeto se encontrava moldado pelos critérios da nova legislação e a

municipalidade lhe tivesse negando o alvará de construção, o que não é o caso dos autos. 6. O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça apenas reconhecem haver afronta ao direito adquirido quando a revogação de licença de construção se dá posteriormente ao início da obra. Recurso de Agravo improvido. DECISÃO unânime. (Processo: AGR 0009902-80.2010.8.17.0000 PE 0009902-80.2010.8.17.0000; Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível; Publicação: 38/2011; Julgamento: 17 de fevereiro de 2011; Relator: José Ivo de Paula Guimarães; Tribunal de Justiça de Pernambuco TJ-PE - Agravo Regimental: AGR 0009902-80.2010.8.17.0000 PE 0009902-80.2010.8.17.0000)

Repisa-se, o Município de Porto Velho está apenas dando cumprimento ao regramento legal, razão pela qual não há que se falar direito líquido e certo se ausente o ato coator alegado.

DISPOSITIVO.

Ante o exposto, DENEGO A SEGURANÇA, pois ausente direito líquido e certo conforme afirmado pela Impetrante, se ausente o necessário ato coator, logo é de ter por legitima as exigências em se tratando de Alvará de Construção e, em consequência, RESOLVO o feito nos termos do art. 487, I do CPC. Sem honorários na orientação do art. 25 da Lei n. 12016/09. Custas de lei.

PRIC. Sem reexame necessário, após decorrido o prazo para recurso voluntário, arquive-se.

Porto Velho-RO, 30 de abril de 2019.

Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Porto Velho - 2ª Vara da Fazenda Pública

Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO AUTOS DO PROCESSO Nº 7003174-42.2019.8.22.0001

IMPETRANTE: SILVA FERREIRA LTDA – EPP E FILIAL

IMPETRADO: COORDENADOR DA RECEITA ESTADUAL DA SECRETARIA DE FINANÇAS DO ESTADO DE RONDÔNIA E ESTADO DE RONDÔNIA

SENTENÇA

Trata-se de MANDADO de Segurança impetrado por SILVA FERREIRA LTDA EPP e sua Filial contra suposto ato coator do COORDENADOR DA RECEITA ESTADUAL DA SECRETARIA DE FINANÇAS DO ESTADO DE RONDÔNIA E ESTADO DE RONDÔNIA.

Dizem que são sociedades empresárias voltada ao comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios e, optante do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições instituídos pelo Lei Complementar n. 123/2006.

Dizem que o Simples Nacional estabeleceu uma cobrança única, centralizada e menos onerosa do montante total resultante da tributação de dois impostos e quatro contribuições da União, um imposto de competência estadual e um imposto de competência municipal.

Dizem que receberam da impetrada notificação de exclusão de ofício do simples nacional de n. 78487, com efeitos a partir de 01/01/20019, nos termos do art. 17, V, da LC nº 123/06 c/c artigos 17 e 18 do anexo VIII do RICMS/RO.

Requer, nestas razões, seja declarado a ilegalidade do ato que a excluiu do regime diferenciado de apuração tributária, determinando que seja efetuada a reinclusão junto ao Sistema do Simples Nacional de forma retroativa.

Em DECISÃO foi indeferido o pedido liminar (ID-24492677).

ESTADO DE RONDÔNIA ingressa no feito (ID-25030434).

AUTORIDADE COATORA apresenta informações (ID-25166596), onde afirma que atuação administrativa se deu no estrito cumprimento da lei, pois o contribuinte é devedor da Fazenda Estadual, logo de ato coator não se trata, requerendo a denegação da ordem.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA manifesta-se em parecer (ID-26293272), pela denegação da segurança, pois ausente o necessário direito líquido e certo.

Vieram os autos em CONCLUSÃO.

É o relatório. DECIDO.

Cuida-se de ação mandamental em que as Impetrantes pretendem, na condição de optantes do Simples Nacional, serem reintegrada junto ao sistema, uma vez que foram excluídas em razão de débitos junto a Fazenda Estadual, conforme Notificação n. 78487 de 28.10.2018.

O MANDADO de segurança, como remédio constitucional, destina-se a proteger direito líquido e certo, não amparável por habeas corpus ou habeas data contra ato (ou omissão) marcado de ilegalidade ou abuso de poder, de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público (art, 5º, LXIV da Constituição Federal).

Pontua-se, inicialmente que o Simples Nacional consiste no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme Lei Complementar n. 123 de 14 de dezembro de 2006.

Assim, trata-se de Regime Especial instituído em 2006, que tem como fim a regulamentação do art. 146, inciso III, alínea “d” e parágrafo único, da Constituição Federal de 1988, estabelecendo que cabe a lei complementar estabelecer normas gerais em matéria tributária no que se refere ao tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte.

Anota-se, ainda, que o Decreto Estadual n. 16406/2011, trata da exclusão de ofício das Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte do Simples Nacional – EPP, nas hipóteses previstas no art. 5.º da Resolução CGSN n.º 15, de 23 de julho de 2007.

Pois bem.

Incontroverso que fora expedida Notificação n. 78487 de 28.10.2018, concedendo o prazo de trinta dias para regularização da inadimplência tributária informada, oportunizando inclusive o parcelamento de referido crédito fazendário, a saber:

Fica o contribuinte notificado quanto à exclusão do Simples Nacional, com efeitos a partir de 01/01/2019, em razão da existência de débito(s) com o Estado de Rondônia, gravado(s) como não pago(s) no sistema de informações da Coordenadoria da Receita Estadual.

Base Legal: inciso V do artigo 17 da Lei Complementar 123/06, c/c artigos 17 e 18 do Anexo VIII do RICMS/RO.

Será tornada sem efeitos a presente notificação caso a empresa regularize em sua totalidade, dentro de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta notificação, os débitos existentes, ou seja, o contribuinte continuará no Simples Nacional, não havendo necessidade de comparecimento em uma Agência da Receita Estadual para qualquer procedimento adicional.

Reiteramos que a não regularização (pagamento/parcelamento) das pendências apontadas dentro do prazo estipulado ensejará exclusão de ofício do Simples Nacional.

Repisa-se que a empresa optante do Simples Nacional é vedado possuir débito com o Instituto Nacional do Seguro Social, Fazenda Públicas Federal, Estadual ou Municipal, cuja exigibilidade não esteja suspensa, conforme art. 17, V, da Lei Complementar nº 123/06: “Art. 17.

Art. 17. Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte:

V – que possua débito com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, ou com as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

Dessa forma, a exclusão das Impetrantes do Simples Nacional deu-se com observância as disposições legais, tendo sido oportunizado prazo de 30 (trinta) dias para pagar os débitos existentes e ou mesmo parcelar, contudo nenhuma medida adotou.

Nessa expectativa, em examine ao procedimento adotado pelo fisco estadual, não tenho por revelado alegado ato coator, pois observado regramento legal em se tratando de exclusão do Simples Nacional, segundo regramento legal, conforme orientação:

Constitucional. Tributário. Simples Nacional. Microempresa. ICMS. Diferencial de alíquota. Constitucionalidade. Compensação de créditos. Descabimento. É cabível o recolhimento do diferencial de alíquota de ICMS por microempresa filiada ao Simples Nacional nas operações interestaduais de circulação de mercadorias. É constitucional a vedação à compensação de créditos nestas operações, porquanto o Simples Nacional estabelece suas próprias benesses. Embargos de Declaração, Processo nº 1017776-92.2009.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Francisco Prestello de Vasconcellos, Data de julgamento: 23/06/2010.

Nestas razões, insta anotar que a Impetrante não se reveste de liquidez e certeza conforme inicial, elementos indispensáveis segundo a via eleita.

DISPOSITIVO.

Ante o exposto, e na forma da Lei 12.016/2009, DENEGO A SEGURANÇA, pois ausentes os pressupostos autorizadores, quais sejam, liquidez e certeza do direito alegado, não havendo elementos jurídicos que possam sustentar os argumentos da Impetrante, portanto inexistente ato coator a ser combalido pelo judiciário. RESOLVO o feito de acordo com o art.487, I do CPC. Sem honorários na orientação do art. 25 da Lei n. 12.016/2009. Custa de lei.

P.R.I. Sem reexame necessário. Decorrido o prazo de recurso voluntário, certifique-se e arquive-se.

Porto Velho-RO., 30 de abril de 2019.

Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa

Juiz de Direito

AUTOS DO PROCESSO Nº 7003174-42.2019.8.22.0001

IMPETRANTE: SILVA FERREIRA LTDA – EPP E FILIAL

IMPETRADO: COORDENADOR DA RECEITA ESTADUAL DA SECRETARIA DE FINANÇAS DO ESTADO DE RONDÔNIA E ESTADO DE RONDÔNIA

SENTENÇA

Trata-se de MANDADO de Segurança impetrado por SILVA FERREIRA LTDA EPP e sua Filial contra suposto ato coator do COORDENADOR DA RECEITA ESTADUAL DA SECRETARIA DE FINANÇAS DO ESTADO DE RONDÔNIA E ESTADO DE RONDÔNIA.

Dizem que são sociedades empresárias voltada ao comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios e, optante do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições instituídos pelo Lei Complementar n. 123/2006.

Dizem que o Simples Nacional estabeleceu uma cobrança única, centralizada e menos onerosa do montante total resultante da tributação de dois impostos e quatro contribuições da União, um imposto de competência estadual e um imposto de competência municipal.

Dizem que receberam da impetrada notificação de exclusão de ofício do simples nacional de n. 78487, com efeitos a partir de 01/01/20019, nos termos do art. 17, V, da LC nº 123/06 c/c artigos 17 e 18 do anexo VIII do RICMS/RO.

Requer, nestas razões, seja declarado a ilegalidade do ato que a excluiu do regime diferenciado de apuração tributária, determinando que seja efetuada a reinclusão junto ao Sistema do Simples Nacional de forma retroativa.

Em DECISÃO foi indeferido o pedido liminar (ID-24492677).

ESTADO DE RONDÔNIA ingressa no feito (ID-25030434).

AUTORIDADE COATORA apresenta informações (ID-25166596), onde afirma que atuação administrativa se deu no estrito cumprimento da lei, pois o contribuinte é devedor da Fazenda Estadual, logo de ato coator não se trata, requerendo a denegação da ordem.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA manifesta-se em parecer (ID-26293272), pela denegação da segurança, pois ausente o necessário direito líquido e certo.

Vieram os autos em CONCLUSÃO.

É o relatório. DECIDO.

Cuida-se de ação mandamental em que as Impetrantes pretendem, na condição de optantes do Simples Nacional, serem reintegrada junto ao sistema, uma vez que foram excluídas em razão de débitos junto a Fazenda Estadual, conforme Notificação n. 78487 de 28.10.2018.

O MANDADO de segurança, como remédio constitucional, destina-se a proteger direito líquido e certo, não amparável por habeas corpus ou habeas data contra ato (ou omissão) marcado de ilegalidade ou abuso de poder, de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público (art, 5º, LXIV da Constituição Federal).

Pontua-se, inicialmente que o Simples Nacional consiste no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme Lei Complementar n. 123 de 14 de dezembro de 2006.

Assim, trata-se de Regime Especial instituído em 2006, que tem como fim a regulamentação do art. 146, inciso III, alínea "d" e parágrafo único, da Constituição Federal de 1988, estabelecendo que cabe a lei complementar estabelecer normas gerais em matéria tributária no que se refere ao tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte.

Anota-se, ainda, que o Decreto Estadual n. 16406/2011, trata da exclusão de ofício das Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte do Simples Nacional – EPP, nas hipóteses previstas no art. 5.º da Resolução CGSN n.º 15, de 23 de julho de 2007.

Pois bem.

Incontroverso que fora expedida Notificação n. 78487 de 28.10.2018, concedendo o prazo de trinta dias para regularização da inadimplência tributária informada, oportunizando inclusive o parcelamento de referido crédito fazendário, a saber:

Fica o contribuinte notificado quanto à exclusão do Simples Nacional, com efeitos a partir de 01/01/2019, em razão da existência de débito(s) com o Estado de Rondônia, gravado(s) como não pago(s) no sistema de informações da Coordenadoria da Receita Estadual.

Base Legal: inciso V do artigo 17 da Lei Complementar 123/06, c/c artigos 17 e 18 do Anexo VIII do RICMS/RO.

Será tornada sem efeitos a presente notificação caso a empresa regularize em sua totalidade, dentro de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta notificação, os débitos existentes, ou seja, o contribuinte continuará no Simples Nacional, não havendo necessidade de comparecimento em uma Agência da Receita Estadual para qualquer procedimento adicional.

Reiteramos que a não regularização (pagamento/parcelamento) das pendências apontadas dentro do prazo estipulado ensejará exclusão de ofício do Simples Nacional.

Repisa-se que a empresa optante do Simples Nacional é vedado possuir débito com o Instituto Nacional do Seguro Social, Fazenda Públicas Federal, Estadual ou Municipal, cuja exigibilidade não esteja suspensa, conforme art. 17, V, da Lei Complementar nº 123/06: "Art. 17.

Art. 17. Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte:

V – que possua débito com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, ou com as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

Dessa forma, a exclusão das Impetrantes do Simples Nacional deu-se com observância as disposições legais, tendo sido oportunizado prazo de 30 (trinta) dias para pagar os débitos existentes e ou mesmo parcelar, contudo nenhuma medida adotou.

Nessa expectativa, em examine ao procedimento adotado pelo fisco estadual, não tenho por revelado alegado ato coator, pois observado regramento legal em se tratando de exclusão do Simples Nacional, segundo regramento legal, conforme orientação:

Constitucional. Tributário. Simples Nacional. Microempresa. ICMS. Diferencial de alíquota. Constitucionalidade. Compensação de créditos. Descabimento. É cabível o recolhimento do diferencial de alíquota de ICMS por microempresa filiada ao Simples Nacional

nas operações interestaduais de circulação de mercadorias. É constitucional a vedação à compensação de créditos nestas operações, porquanto o Simples Nacional estabelece suas próprias benesses. Embargos de Declaração, Processo nº 1017776-92.2009.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Francisco Prestello de Vasconcellos, Data de julgamento: 23/06/2010.

Nestas razões, insta anotar que a Impetrante não se reveste de liquidez e certeza conforme inicial, elementos indispensáveis segundo a via eleita.

DISPOSITIVO.

Ante o exposto, e na forma da Lei 12.016/2009, DENEGO A SEGURANÇA, pois ausentes os pressupostos autorizadores, quais sejam, liquidez e certeza do direito alegado, não havendo elementos jurídicos que possam sustentar os argumentos da Impetrante, portanto inexistente ato coator a ser combalido pelo judiciário. RESOLVO o feito de acordo com o art.487, I do CPC. Sem honorários na orientação do art. 25 da Lei n. 12.016/2009. Custa de lei.

P.R.I. Sem reexame necessário. Decorrido o prazo de recurso voluntário, certifique-se e arquive-se.

Porto Velho-RO., 30 de abril de 2019.

Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa

Juiz de Direito

AUTOS DO PROCESSO Nº 7003174-42.2019.8.22.0001

IMPETRANTE: SILVA FERREIRA LTDA – EPP E FILIAL

IMPETRADO: COORDENADOR DA RECEITA ESTADUAL DA SECRETARIA DE FINANÇAS DO ESTADO DE RONDÔNIA E ESTADO DE RONDÔNIA

SENTENÇA

Trata-se de MANDADO de Segurança impetrado por SILVA FERREIRA LTDA EPP e sua Filial contra suposto ato coator do COORDENADOR DA RECEITA ESTADUAL DA SECRETARIA DE FINANÇAS DO ESTADO DE RONDÔNIA E ESTADO DE RONDÔNIA.

Dizem que são sociedades empresárias voltada ao comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios e, optante do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições instituídos pelo Lei Complementar n. 123/2006.

Dizem que o Simples Nacional estabeleceu uma cobrança única, centralizada e menos onerosa do montante total resultante da tributação de dois impostos e quatro contribuições da União, um imposto de competência estadual e um imposto de competência municipal.

Dizem que receberam da impetrada notificação de exclusão de ofício do simples nacional de n. 78487, com efeitos a partir de 01/01/20019, nos termos do art. 17, V, da LC nº 123/06 c/c artigos 17 e 18 do anexo VIII do RICMS/RO.

Requer, nestas razões, seja declarado a ilegalidade do ato que a excluiu do regime diferenciado de apuração tributária, determinando que seja efetuada a reinclusão junto ao Sistema do Simples Nacional de forma retroativa.

Em DECISÃO foi indeferido o pedido liminar (ID-24492677).

ESTADO DE RONDÔNIA ingressa no feito (ID-25030434).

AUTORIDADE COATORA apresenta informações (ID-25166596), onde afirma que atuação administrativa se deu no estrito cumprimento da lei, pois o contribuinte é devedor da Fazenda Estadual, logo de ato coator não se trata, requerendo a denegação da ordem.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA manifesta-se em parecer (ID-26293272), pela denegação da segurança, pois ausente o necessário direito líquido e certo.

Vieram os autos em CONCLUSÃO.

É o relatório. DECIDO.

Cuida-se de ação mandamental em que as Impetrantes pretendem, na condição de optantes do Simples Nacional, serem reintegrada junto ao sistema, uma vez que foram excluídas em razão de débitos junto a Fazenda Estadual, conforme Notificação n. 78487 de 28.10.2018.

O MANDADO de segurança, como remédio constitucional, destina-se a proteger direito líquido e certo, não amparável por habeas corpus ou habeas data contra ato (ou omissão) marcado de ilegalidade ou abuso de poder, de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público (art, 5º, LXIV da Constituição Federal).

Pontua-se, inicialmente que o Simples Nacional consiste no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme Lei Complementar n. 123 de 14 de dezembro de 2006.

Assim, trata-se de Regime Especial instituído em 2006, que tem como fim a regulamentação do art. 146, inciso III, alínea “d” e parágrafo único, da Constituição Federal de 1988, estabelecendo que cabe a lei complementar estabelecer normas gerais em matéria tributária no que se refere ao tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte.

Anota-se, ainda, que o Decreto Estadual n. 16406/2011, trata da exclusão de ofício das Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte do Simples Nacional – EPP, nas hipóteses previstas no art. 5.º da Resolução CGSN n.º 15, de 23 de julho de 2007.

Pois bem.

Incontroverso que fora expedida Notificação n. 78487 de 28.10.2018, concedendo o prazo de trinta dias para regularização da inadimplência tributária informada, oportunizando inclusive o parcelamento de referido crédito fazendário, a saber:

Fica o contribuinte notificado quanto à exclusão do Simples Nacional, com efeitos a partir de 01/01/2019, em razão da existência de débito(s) com o Estado de Rondônia, gravado(s) como não pago(s) no sistema de informações da Coordenadoria da Receita Estadual.

Base Legal: inciso V do artigo 17 da Lei Complementar 123/06, c/c artigos 17 e 18 do Anexo VIII do RICMS/RO.

Será tornada sem efeitos a presente notificação caso a empresa regularize em sua totalidade, dentro de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta notificação, os débitos existentes, ou seja, o contribuinte continuará no Simples Nacional, não havendo necessidade de comparecimento em uma Agência da Receita Estadual para qualquer procedimento adicional.

Reiteramos que a não regularização (pagamento/parcelamento) das pendências apontadas dentro do prazo estipulado ensejará exclusão de ofício do Simples Nacional.

Repisa-se que a empresa optante do Simples Nacional é vedado possuir débito com o Instituto Nacional do Seguro Social, Fazenda Públicas Federal, Estadual ou Municipal, cuja exigibilidade não esteja suspensa, conforme art. 17, V, da Lei Complementar nº 123/06: “Art. 17.

Art. 17. Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte:

V – que possua débito com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, ou com as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

Dessa forma, a exclusão das Impetrantes do Simples Nacional deu-se com observância as disposições legais, tendo sido oportunizado prazo de 30 (trinta) dias para pagar os débitos existentes e ou mesmo parcelar, contudo nenhuma medida adotou.

Nessa expectativa, em examine ao procedimento adotado pelo fisco estadual, não tenho por revelado alegado ato coator, pois observado regramento legal em se tratando de exclusão do Simples Nacional, segundo regramento legal, conforme orientação:

Constitucional. Tributário. Simples Nacional. Microempresa. ICMS. Diferencial de alíquota. Constitucionalidade. Compensação de créditos. Descabimento. É cabível o recolhimento do diferencial de alíquota de ICMS por microempresa filiada ao Simples Nacional nas operações interestaduais de circulação de mercadorias. É constitucional a vedação à compensação de créditos nestas operações, porquanto o Simples Nacional estabelece suas próprias benesses. Embargos de Declaração, Processo nº 1017776-92.2009.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Francisco Prestello de Vasconcellos, Data de julgamento: 23/06/2010.

Nestas razões, insta anotar que a Impetrante não se reveste de liquidez e certeza conforme inicial, elementos indispensáveis segundo a via eleita.
DISPOSITIVO.
Ante o exposto, e na forma da Lei 12.016/2009, DENEGO A SEGURANÇA, pois ausentes os pressupostos autorizadores, quais sejam, liquidez e certeza do direito alegado, não havendo elementos jurídicos que possam sustentar os argumentos da Impetrante, portanto inexistente ato coator a ser combalido pelo judiciário. RESOLVO o feito de acordo com o art.487, I do CPC. Sem honorários na orientação do art. 25 da Lei n. 12.016/2009. Custa de lei.
P.R.I. Sem reexame necessário. Decorrido o prazo de recurso voluntário, certifique-se e arquive-se.
Porto Velho-RO., 30 de abril de 2019.
Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa
Juiz de Direito

AUTOS DO PROCESSO Nº 7003174-42.2019.8.22.0001
IMPETRANTE: SILVA FERREIRA LTDA – EPP E FILIAL
IMPETRADO: COORDENADOR DA RECEITA ESTADUAL DA SECRETARIA DE FINANÇAS DO ESTADO DE RONDÔNIA E ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de MANDADO de Segurança impetrado por SILVA FERREIRA LTDA EPP e sua Filial contra suposto ato coator do COORDENADOR DA RECEITA ESTADUAL DA SECRETARIA DE FINANÇAS DO ESTADO DE RONDÔNIA E ESTADO DE RONDÔNIA.
Dizem que são sociedades empresárias voltada ao comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios e, optante do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições instituídos pelo Lei Complementar n. 123/2006.
Dizem que o Simples Nacional estabeleceu uma cobrança única, centralizada e menos onerosa do montante total resultante da tributação de dois impostos e quatro contribuições da União, um imposto de competência estadual e um imposto de competência municipal.
Dizem que receberam da impetrada notificação de exclusão de ofício do simples nacional de n. 78487, com efeitos a partir de 01/01/20019, nos termos do art. 17, V, da LC nº 123/06 c/c artigos 17 e 18 do anexo VIII do RICMS/RO.
Requer, nestas razões, seja declarado a ilegalidade do ato que a excluiu do regime diferenciado de apuração tributária, determinando que seja efetuada a reinclusão junto ao Sistema do Simples Nacional de forma retroativa.
Em DECISÃO foi indeferido o pedido liminar (ID-24492677).
ESTADO DE RONDÔNIA ingressa no feito (ID-25030434).
AUTORIDADE COATORA apresenta informações (ID-25166596), onde afirma que atuação administrativa se deu no estrito cumprimento da lei, pois o contribuinte é devedor da Fazenda Estadual, logo de ato coator não se trata, requerendo a denegação da ordem.
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA manifesta-se em parecer (ID-26293272), pela denegação da segurança, pois ausente o necessário direito líquido e certo.
Vieram os autos em CONCLUSÃO.
É o relatório. DECIDO.
Cuida-se de ação mandamental em que as Impetrantes pretendem, na condição de optantes do Simples Nacional, serem reintegrada junto ao sistema, uma vez que foram excluídas em razão de débitos junto a Fazenda Estadual, conforme Notificação n. 78487 de 28.10.2018.
O MANDADO de segurança, como remédio constitucional, destina-se a proteger direito líquido e certo, não amparável por habeas corpus ou habeas data contra ato (ou omissão) marcado de ilegalidade ou abuso de poder, de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público (art, 5º, LXIV da Constituição Federal).
Pontua-se, inicialmente que o Simples Nacional consiste no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme Lei Complementar n. 123 de 14 de dezembro de 2006.
Assim, trata-se de Regime Especial instituído em 2006, que tem como fim a regulamentação do art. 146, inciso III, alínea "d" e parágrafo único, da Constituição Federal de 1988, estabelecendo que cabe a lei complementar estabelecer normas gerais em matéria tributária no que se refere ao tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte.
Anota-se, ainda, que o Decreto Estadual n. 16406/2011, trata da exclusão de ofício das Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte do Simples Nacional – EPP, nas hipóteses previstas no art. 5.º da Resolução CGSN n.º 15, de 23 de julho de 2007.
Pois bem.
Incontroverso que fora expedida Notificação n. 78487 de 28.10.2018, concedendo o prazo de trinta dias para regularização da inadimplência tributária informada, oportunizando inclusive o parcelamento de referido crédito fazendário, a saber:
Fica o contribuinte notificado quanto à exclusão do Simples Nacional, com efeitos a partir de 01/01/2019, em razão da existência de débito(s) com o Estado de Rondônia, gravado(s) como não pago(s) no sistema de informações da Coordenadoria da Receita Estadual.
Base Legal: inciso V do artigo 17 da Lei Complementar 123/06, c/c artigos 17 e 18 do Anexo VIII do RICMS/RO.
Será tornada sem efeitos a presente notificação caso a empresa regularize em sua totalidade, dentro de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta notificação, os débitos existentes, ou seja, o contribuinte continuará no Simples Nacional, não havendo necessidade de comparecimento em uma Agência da Receita Estadual para qualquer procedimento adicional.
Reiteramos que a não regularização (pagamento/parcelamento) das pendências apontadas dentro do prazo estipulado ensejará exclusão de ofício do Simples Nacional.
Repisa-se que a empresa optante do Simples Nacional é vedado possuir débito com o Instituto Nacional do Seguro Social, Fazenda Públicas Federal, Estadual ou Municipal, cuja exigibilidade não esteja suspensa, conforme art. 17, V, da Lei Complementar nº 123/06: "Art. 17.
Art. 17. Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte:
V – que possua débito com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, ou com as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal, cuja exigibilidade não esteja suspensa;
Dessa forma, a exclusão das Impetrantes do Simples Nacional deu-se com observância as disposições legais, tendo sido oportunizado prazo de 30 (trinta) dias para pagar os débitos existentes e ou mesmo parcelar, contudo nenhuma medida adotou.
Nessa expectativa, em examine ao procedimento adotado pelo fisco estadual, não tenho por revelado alegado ato coator, pois observado regramento legal em se tratando de exclusão do Simples Nacional, segundo regramento legal, conforme orientação:
Constitucional. Tributário. Simples Nacional. Microempresa. ICMS. Diferencial de alíquota. Constitucionalidade. Compensação de créditos. Descabimento. É cabível o recolhimento do diferencial de alíquota de ICMS por microempresa filiada ao Simples Nacional nas operações interestaduais de circulação de mercadorias. É constitucional a vedação à compensação de créditos nestas operações, porquanto o Simples Nacional estabelece suas próprias benesses. Embargos de Declaração, Processo nº 1017776-92.2009.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Francisco Prestello de Vasconcellos, Data de julgamento: 23/06/2010.
Nestas razões, insta anotar que a Impetrante não se reveste de liquidez e certeza conforme inicial, elementos indispensáveis segundo a via eleita.
DISPOSITIVO.

Ante o exposto, e na forma da Lei 12.016/2009, DENEGO A SEGURANÇA, pois ausentes os pressupostos autorizadores, quais sejam, liquidez e certeza do direito alegado, não havendo elementos jurídicos que possam sustentar os argumentos da Impetrante, portanto inexistente ato coator a ser combalido pelo judiciário. RESOLVO o feito de acordo com o art.487, I do CPC. Sem honorários na orientação do art. 25 da Lei n. 12.016/2009. Custa de lei.

P.R.I. Sem reexame necessário. Decorrido o prazo de recurso voluntário, certifique-se e arquive-se.

Porto Velho-RO., 30 de abril de 2019.

Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa
Juiz de Direito

AUTOS DO PROCESSO Nº 7003174-42.2019.8.22.0001
IMPETRANTE: SILVA FERREIRA LTDA – EPP E FILIAL
IMPETRADO: COORDENADOR DA RECEITA ESTADUAL DA SECRETARIA DE FINANÇAS DO ESTADO DE RONDÔNIA E ESTADO DE RONDÔNIA

SENTENÇA

Trata-se de MANDADO de Segurança impetrado por SILVA FERREIRA LTDA EPP e sua Filial contra suposto ato coator do COORDENADOR DA RECEITA ESTADUAL DA SECRETARIA DE FINANÇAS DO ESTADO DE RONDÔNIA E ESTADO DE RONDÔNIA.

Dizem que são sociedades empresárias voltada ao comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios e, optante do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições instituídos pelo Lei Complementar n. 123/2006.

Dizem que o Simples Nacional estabeleceu uma cobrança única, centralizada e menos onerosa do montante total resultante da tributação de dois impostos e quatro contribuições da União, um imposto de competência estadual e um imposto de competência municipal.

Dizem que receberam da impetrada notificação de exclusão de ofício do simples nacional de n. 78487, com efeitos a partir de 01/01/20019, nos termos do art. 17, V, da LC nº 123/06 c/c artigos 17 e 18 do anexo VIII do RICMS/RO.

Requer, nestas razões, seja declarado a ilegalidade do ato que a excluiu do regime diferenciado de apuração tributária, determinando que seja efetuada a reinclusão junto ao Sistema do Simples Nacional de forma retroativa.

Em DECISÃO foi indeferido o pedido liminar (ID-24492677).

ESTADO DE RONDÔNIA ingressa no feito (ID-25030434).

AUTORIDADE COATORA apresenta informações (ID-25166596), onde afirma que atuação administrativa se deu no estrito cumprimento da lei, pois o contribuinte é devedor da Fazenda Estadual, logo de ato coator não se trata, requerendo a denegação da ordem.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA manifesta-se em parecer (ID-26293272), pela denegação da segurança, pois ausente o necessário direito líquido e certo.

Vieram os autos em CONCLUSÃO.

É o relatório. DECIDO.

Cuida-se de ação mandamental em que as Impetrantes pretendem, na condição de optantes do Simples Nacional, serem reintegrada junto ao sistema, uma vez que foram excluídas em razão de débitos junto a Fazenda Estadual, conforme Notificação n. 78487 de 28.10.2018.

O MANDADO de segurança, como remédio constitucional, destina-se a proteger direito líquido e certo, não amparável por habeas corpus ou habeas data contra ato (ou omissão) marcado de ilegalidade ou abuso de poder, de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público (art, 5º, LXIV da Constituição Federal).

Pontua-se, inicialmente que o Simples Nacional consiste no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme Lei Complementar n. 123 de 14 de dezembro de 2006.

Assim, trata-se de Regime Especial instituído em 2006, que tem como fim a regulamentação do art. 146, inciso III, alínea "d" e parágrafo único, da Constituição Federal de 1988, estabelecendo que cabe a lei complementar estabelecer normas gerais em matéria tributária no que se refere ao tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte.

Anota-se, ainda, que o Decreto Estadual n. 16406/2011, trata da exclusão de ofício das Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte do Simples Nacional – EPP, nas hipóteses previstas no art. 5.º da Resolução CGSN n.º 15, de 23 de julho de 2007.

Pois bem.

Incontroverso que fora expedida Notificação n. 78487 de 28.10.2018, concedendo o prazo de trinta dias para regularização da inadimplência tributária informada, oportunizando inclusive o parcelamento de referido crédito fazendário, a saber:

Fica o contribuinte notificado quanto à exclusão do Simples Nacional, com efeitos a partir de 01/01/2019, em razão da existência de débito(s) com o Estado de Rondônia, gravado(s) como não pago(s) no sistema de informações da Coordenadoria da Receita Estadual.

Base Legal: inciso V do artigo 17 da Lei Complementar 123/06, c/c artigos 17 e 18 do Anexo VIII do RICMS/RO.

Será tornada sem efeitos a presente notificação caso a empresa regularize em sua totalidade, dentro de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta notificação, os débitos existentes, ou seja, o contribuinte continuará no Simples Nacional, não havendo necessidade de comparecimento em uma Agência da Receita Estadual para qualquer procedimento adicional.

Reiteramos que a não regularização (pagamento/parcelamento) das pendências apontadas dentro do prazo estipulado ensejará exclusão de ofício do Simples Nacional.

Repisa-se que a empresa optante do Simples Nacional é vedado possuir débito com o Instituto Nacional do Seguro Social, Fazenda Públicas Federal, Estadual ou Municipal, cuja exigibilidade não esteja suspensa, conforme art. 17, V, da Lei Complementar nº 123/06: "Art. 17.

Art. 17. Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte:

V – que possua débito com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, ou com as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

Dessa forma, a exclusão das Impetrantes do Simples Nacional deu-se com observância as disposições legais, tendo sido oportunizado prazo de 30 (trinta) dias para pagar os débitos existentes e ou mesmo parcelar, contudo nenhuma medida adotou.

Nessa expectativa, em examine ao procedimento adotado pelo fisco estadual, não tenho por revelado alegado ato coator, pois observado regramento legal em se tratando de exclusão do Simples Nacional, segundo regramento legal, conforme orientação:

Constitucional. Tributário. Simples Nacional. Microempresa. ICMS. Diferencial de alíquota. Constitucionalidade. Compensação de créditos. Descabimento. É cabível o recolhimento do diferencial de alíquota de ICMS por microempresa filiada ao Simples Nacional nas operações interestaduais de circulação de mercadorias. É constitucional a vedação à compensação de créditos nestas operações, porquanto o Simples Nacional estabelece suas próprias benesses. Embargos de Declaração, Processo nº 1017776-92.2009.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Francisco Prestello de Vasconcellos, Data de julgamento: 23/06/2010.

Nestas razões, insta anotar que a Impetrante não se reveste de liquidez e certeza conforme inicial, elementos indispensáveis segundo a via eleita.

DISPOSITIVO.

Ante o exposto, e na forma da Lei 12.016/2009, DENEGO A SEGURANÇA, pois ausentes os pressupostos autorizadores, quais sejam, liquidez e certeza do direito alegado, não havendo elementos jurídicos que possam sustentar os argumentos da

Impetrante, portanto inexistente ato coator a ser combalido pelo judiciário. RESOLVO o feito de acordo com o art.487, I do CPC. Sem honorários na orientação do art. 25 da Lei n. 12.016/2009. Custa de lei.
P.R.I. Sem reexame necessário. Decorrido o prazo de recurso voluntário, certifique-se e arquive-se.
Porto Velho-RO., 30 de abril de 2019.
Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa
Juiz de Direito

AUTOS DO PROCESSO Nº 7003174-42.2019.8.22.0001
IMPETRANTE: SILVA FERREIRA LTDA – EPP E FILIAL
IMPETRADO: COORDENADOR DA RECEITA ESTADUAL DA SECRETARIA DE FINANÇAS DO ESTADO DE RONDÔNIA E ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de MANDADO de Segurança impetrado por SILVA FERREIRA LTDA EPP e sua Filial contra suposto ato coator do COORDENADOR DA RECEITA ESTADUAL DA SECRETARIA DE FINANÇAS DO ESTADO DE RONDÔNIA E ESTADO DE RONDÔNIA.
Dizem que são sociedades empresárias voltada ao comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios e, optante do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições instituídos pelo Lei Complementar n. 123/2006.
Dizem que o Simples Nacional estabeleceu uma cobrança única, centralizada e menos onerosa do montante total resultante da tributação de dois impostos e quatro contribuições da União, um imposto de competência estadual e um imposto de competência municipal.
Dizem que receberam da impetrada notificação de exclusão de ofício do simples nacional de n. 78487, com efeitos a partir de 01/01/20019, nos termos do art. 17, V, da LC nº 123/06 c/c artigos 17 e 18 do anexo VIII do RICMS/RO.
Requer, nestas razões, seja declarado a ilegalidade do ato que a excluiu do regime diferenciado de apuração tributária, determinando que seja efetuada a reinclusão junto ao Sistema do Simples Nacional de forma retroativa.
Em DECISÃO foi indeferido o pedido liminar (ID-24492677).
ESTADO DE RONDÔNIA ingressa no feito (ID-25030434).
AUTORIDADE COATORA apresenta informações (ID-25166596), onde afirma que atuação administrativa se deu no estrito cumprimento da lei, pois o contribuinte é devedor da Fazenda Estadual, logo de ato coator não se trata, requerendo a denegação da ordem.
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA manifesta-se em parecer (ID-26293272), pela denegação da segurança, pois ausente o necessário direito líquido e certo.
Vieram os autos em CONCLUSÃO.
É o relatório. DECIDO.
Cuida-se de ação mandamental em que as Impetrantes pretendem, na condição de optantes do Simples Nacional, serem reintegrada junto ao sistema, uma vez que foram excluídas em razão de débitos junto a Fazenda Estadual, conforme Notificação n. 78487 de 28.10.2018.
O MANDADO de segurança, como remédio constitucional, destina-se a proteger direito líquido e certo, não amparável por habeas corpus ou habeas data contra ato (ou omissão) marcado de ilegalidade ou abuso de poder, de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público (art, 5º, LXIV da Constituição Federal).
Pontua-se, inicialmente que o Simples Nacional consiste no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme Lei Complementar n. 123 de 14 de dezembro de 2006.
Assim, trata-se de Regime Especial instituído em 2006, que tem como fim a regulamentação do art. 146, inciso III, alínea "d" e parágrafo único, da Constituição Federal de 1988, estabelecendo que cabe a lei complementar estabelecer normas gerais em matéria tributária no que se refere ao tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte.
Anota-se, ainda, que o Decreto Estadual n. 16406/2011, trata da exclusão de ofício das Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte do Simples Nacional – EPP, nas hipóteses previstas no art. 5.º da Resolução CGSN n.º 15, de 23 de julho de 2007.
Pois bem.
Incontroverso que fora expedida Notificação n. 78487 de 28.10.2018, concedendo o prazo de trinta dias para regularização da inadimplência tributária informada, oportunizando inclusive o parcelamento de referido crédito fazendário, a saber:
Fica o contribuinte notificado quanto à exclusão do Simples Nacional, com efeitos a partir de 01/01/2019, em razão da existência de débito(s) com o Estado de Rondônia, gravado(s) como não pago(s) no sistema de informações da Coordenadoria da Receita Estadual.
Base Legal: inciso V do artigo 17 da Lei Complementar 123/06, c/c artigos 17 e 18 do Anexo VIII do RICMS/RO.
Será tornada sem efeitos a presente notificação caso a empresa regularize em sua totalidade, dentro de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta notificação, os débitos existentes, ou seja, o contribuinte continuará no Simples Nacional, não havendo necessidade de comparecimento em uma Agência da Receita Estadual para qualquer procedimento adicional.
Reiteramos que a não regularização (pagamento/parcelamento) das pendências apontadas dentro do prazo estipulado ensejará exclusão de ofício do Simples Nacional.
Repisa-se que a empresa optante do Simples Nacional é vedado possuir débito com o Instituto Nacional do Seguro Social, Fazenda Públicas Federal, Estadual ou Municipal, cuja exigibilidade não esteja suspensa, conforme art. 17, V, da Lei Complementar nº 123/06: "Art. 17.
Art. 17. Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte:
V – que possua débito com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, ou com as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal, cuja exigibilidade não esteja suspensa;
Dessa forma, a exclusão das Impetrantes do Simples Nacional deu-se com observância as disposições legais, tendo sido oportunizado prazo de 30 (trinta) dias para pagar os débitos existentes e ou mesmo parcelar, contudo nenhuma medida adotou.
Nessa expectativa, em examine ao procedimento adotado pelo fisco estadual, não tenho por revelado alegado ato coator, pois observado regramento legal em se tratando de exclusão do Simples Nacional, segundo regramento legal, conforme orientação:
Constitucional. Tributário. Simples Nacional. Microempresa. ICMS. Diferencial de alíquota. Constitucionalidade. Compensação de créditos. Descabimento. É cabível o recolhimento do diferencial de alíquota de ICMS por microempresa filiada ao Simples Nacional nas operações interestaduais de circulação de mercadorias. É constitucional a vedação à compensação de créditos nestas operações, porquanto o Simples Nacional estabelece suas próprias benesses. Embargos de Declaração, Processo nº 1017776-92.2009.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Francisco Prestello de Vasconcellos, Data de julgamento: 23/06/2010.
Nestas razões, insta anotar que a Impetrante não se reveste de liquidez e certeza conforme inicial, elementos indispensáveis segundo a via eleita.
DISPOSITIVO.
Ante o exposto, e na forma da Lei 12.016/2009, DENEGO A SEGURANÇA, pois ausentes os pressupostos autorizadores, quais sejam, liquidez e certeza do direito alegado, não havendo elementos jurídicos que possam sustentar os argumentos da

Impetrante, portanto inexistente ato coator a ser combalido pelo judiciário. RESOLVO o feito de acordo com o art.487, I do CPC. Sem honorários na orientação do art. 25 da Lei n. 12.016/2009. Custa de lei.
P.R.I. Sem reexame necessário. Decorrido o prazo de recurso voluntário, certifique-se e arquive-se.
Porto Velho-RO., 30 de abril de 2019.
Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara da Fazenda Pública
7005303-20.2019.8.22.0001
REQUERENTE: SINDICATO MEDICO DE RONDONIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: Danielle Rosas Garcez Bonifácio de Melo Dias OAB nº RO2353, MARCOS AURELIO DE MENEZES ALVES OAB nº RO5136A
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO:
Vistos etc.
Concedida a antecipação da tutela provisória de urgência antecipada em caráter antecedente, em audiência, realizada em 15 de março de 2019, iniciou-se, nesta ocasião o prazo para aditamento pela parte requerente e recurso/manifestação por parte do requerido.
Desta forma, determino à CPE que promova ao decurso de prazo para eventual manifestação das partes, ou seja, 15 dias para aditamento pela parte autora e 30 dias para recurso da parte ré, considerando a prerrogativa da Fazenda Pública, do prazo em dobro, para fins de verificação de estabilização da DECISÃO, na forma do artigo 304 do CPC.
Se estabilizada a DECISÃO, determino a intimação do autor para que se manifeste sobre a continuidade do processo em busca da tutela definitiva ou se já está satisfeito com a tutela antecipada estabilizada, não se opondo a extinção do processo, na forma do parágrafo 1º do artigo 304 do CPC.
Neste sentido, cito o Enunciado n. 582 do Fórum Permanente de Processualistas que entende possível a estabilização da antecipação da tutela em face da Fazenda Pública.
Enunciado n. 582. (arts. 304, caput; 5º, caput e inciso XXXV, CF): "Cabe estabilização da tutela antecipada antecedente contra a Fazenda Pública."
SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO.
Porto Velho, 30 de abril de 2019
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara da Fazenda Pública
7014690-59.2019.8.22.0001
AUTOR: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A.
ADVOGADO DO AUTOR: TIAGO BATISTA RAMOS OAB nº RO7119, ANA LETICIA CARVALHO DOS SANTOS OAB nº DF52903, ALEX JESUS AUGUSTO FILHO OAB nº SP314946, FELIPE NOBREGA ROCHA OAB nº SP286551, RODRIGO DE BITTENCOURT MUDROVITSCH OAB nº RO5536, DANIEL NASCIMENTO GOMES OAB nº DF47649
RÉU: ESTADO DE RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
O Autor apresenta pedido ID: 26828323 requerendo extensão da DECISÃO ID: 26668827 para determinar a expedição de ofício ao cartório de protesto para suspender os respectivos protestos CDAs nº 20190200020527, 20190200020528, 20190200020524, 20190200020529, 20190200021340, 20190200020522, 20190200020525 e 20190200020530, uma vez que no momento da propositura da ação não havia informação da concretização dos respectivos protestos.
Considerando que a DECISÃO liminar ID: 26668827 determinou a suspensão da exigibilidade do crédito tributário e dos respectivos protestos. Defiro o pedido, determinando a CPE que expeça-se ofício ao 2º Tabelionato de Protesto de Porto Velho (Rua Dom Pedro II, nº 637, Salas 905 e 907, 9º andar, Ed. Centro) para proceder a suspensão dos protestos realizados das CDAs nº 20190200020527, 20190200020528, 20190200020524, 20190200020529, 20190200021340, 20190200020522, 20190200020525 e 20190200020530.
SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO
Porto Velho, 30 de abril de 2019
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara da Fazenda Pública 7010838-27.2019.8.22.0001
AUTOR: JANAINA DOMICIANO
ADVOGADO DO AUTOR: AGNALDO ARAUJO NEPOMUCENO OAB nº RO1605
RÉU: G. D. E. D. R.
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
Trata-se de AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO ADMINISTRATIVO proposta por JANAINA DOMICIANO em desfavor do ESTADO DE RONDÔNIA, requerendo anulação de ato administrativo.
A Requerente informa que o processo administrativo que se pretende anular teve origem no auto de infração nº 007023/2014, aplicado na PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LIMA – LTDA –ME, CNPJ. 253.601.302-00.
Afirma que a multa foi aplicada na PESSOA JURÍDICA por supostamente ter apresentado informações parcialmente falsas em sistema oficial. Com base no art. 82 do Decreto 6.514/08, foi lavrada uma multa no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais).
Destaca que, em razão do auto de infração 007023/2014, foi formalizado o processo administrativo nº 1801/04489/2014 em nome de JANAINA DOMICILIANO, sendo o mesmo julgado procedente e a Requerente condenada ao pagamento do valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais).
Afirma que o débito foi inscrito na divida ativa e a CDA 201880200007657 executada, por meio do processo nº 7022073-25.2018.8.22.001, da primeira Vara de Execuções Fiscais de Porto Velho/RO, em desfavor de JANAINA DOMICILIANO. A execução compreende o valor do principal atualizado com juros e correção, mais honorários e custas totalizando o valor de R$ 151.420,00 (cento e cinquenta e um mil e quatrocentos e vinte reais).
Pondera que a infração foi cometia pela pessoa jurídica, de forma que não poderia ser responsabilizada pessoalmente pelo pagamento da multa.
Ingressou com a presente ação requerendo em tutela antecipada seja determinada a suspensão dos efeitos do processo administrativo nº 1801/04489/2014 que condenou a requente ao pagamento de multa, e, por consequência, a suspensão dos efeitos da inscrição na divida ativa, CDA 201880200007657, até julgamento final da demanda. Juntou documentos.
É o relatório. Decido.

Ab initio, é sabido que para a parte obter a tutela antecipada, mister a comprovação da existência de probabilidade do direito por ela afirmado e o perigo de dano existente caso tenha de aguardar o trâmite normal do processo.
Desde já, destaco que o presente caso trata de matéria sensível, que é o Direito Ambiental. Nesse sentido, certo é que a execução fiscal não está restrita somente à matéria fiscal, mas também ao tema ambiental, pois a CDA originou-se da prática infração ambiental.
Consabidamente os princípios que norteiam o direito ambiental são amplos e abrangentes, gerando maior resguardo ao tema ambiental, inclusive sendo comum a responsabilização dos sócios/proprietários de empresas pelos danos/infrações por ela praticados.
Em tal raciocínio, os elementos até então apresentados não são suficientes para autorizar a concessão da tutela antecipada, notadamente se considerar que a Administração Pública goza da legitimidade de seus atos, bem como os fiscais que atuaram no auto de infração, presume-se, o fizeram dentro de sua expertisse.
Logo, para a formação do juízo de convencimento, o feito merece uma análise mais aprofundada, devendo ser levado ao debate entre as partes, necessitando de instrução processual.
Dessa forma, apesar dos fatos narrados na inicial, não vejo a presença dos elementos autorizadores à concessão da tutela requerida. Os elementos probatórios não são suficientes para demonstrar a verossimilhança das alegações iniciais.
A causa insta pela necessidade de prova complementar em equilíbrio com DECISÃO a ser proferida ao final. Assim, é recomendado que se espere pelo provimento final, momento em que já estarão colacionadas aos autos as provas produzidas.
Por certo, deve o julgador ter a cautela de não agir de forma a inviabilizar a atuação da máquina estatal.
Nestes termos, merece indeferimento o pedido antecipatório, vez que ausentes os elementos autorizadores à sua concessão.
Por tudo que foi exposto, INDEFIRO A TUTELA ANTECIPADA, visto a necessidade de maiores informações para análise do MÉRITO.
Ainda, quanto ao atendimento da determinação contida no art. 334 do Novo Código de Processo Civil, comporta assentar:
É certo que as causas afetas a este juízo são de interesse do Município de Porto Velho e do Estado de Rondônia e, em tese, consolidam direitos patrimoniais indisponíveis. Ademais, anoto não haver lei que autorize a transação ou conciliação sobre tais interesses, especialmente no que se refere às causas que possuem valor superior a 60 (sessenta) salários mínimos. Nestes termos, dispensa-se o ato de encaminhamento dos autos para a realização de audiência de conciliação.
Quanto a isso, observo que o próprio art. 334, § 4º, II, do NCPC, dispensa a realização da audiência de conciliação nos casos em que não seja possível a auto composição. Logo, considerando a matéria discutida no feito, determino a citação do Requerido.
Assim, cite-se o Requerido para, querendo, contestar a ação no prazo legal, nos termos do artigo 183 do Novo Código de Processo Civil.
Apresentada a contestação, manifeste-se o Autor, prazo de 15 (quinze) dias.
Sem prejuízo de eventual julgamento antecipado da lide, especifiquem as partes provas que pretendem produzir, justificando -as, no prazo de 05 (cinco) dias.
Porto Velho, 30 de abril de 2019
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara da Fazenda Pública 7017779-90.2019.8.22.0001
AUTOR: PAULO CEZAR LEMOS DE SOUZA
ADVOGADO DO AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
RÉU: ESTADO DE RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Considerando os termos da Lei n. 12.153/2009, determinando a competência absoluta do Juizado Especial da Fazenda Pública, observada a natureza da ação e o valor da causa, tenho por determinar a correta distribuição do feito.
Proceda-se a baixa e redistribua-se os autos ao Juizado Especial da Fazenda Pública.
Intime-se. Cumpra-se.
SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO
30 de abril de 2019
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara da Fazenda Pública 0135934-17.1995.8.22.0001
EXEQUENTE: E. D. R.
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADOS: M. V. D. F., A. F. F., E. F. F., F. J. F. F.
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: ROSANGELA BARBOSA DOS SANTOS OAB nº RO7682, RAYANA TALITA BATISTA MENDES OAB nº RO8065, EDISON FERNANDO PIACENTINI OAB nº RO978, LAED ALVARES SILVA OAB nº RO263A DESPACHO
Considerando a petição ID 26509309, defiro o prazo de 30 (trinta) dias para o Estado de Rondônia se manifestar.
Porto Velho, 30 de abril de 2019
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara da Fazenda Pública
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO AUTOS DO PROCESSO Nº 7039337-55.2018.8.22.0001
REQUERENTE: LATER ENGENHARIA S/A
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de AÇÃO ANULATÓRIA DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO proposta por LÁTER ENGENHARIA S/A em desfavor do ESTADO DE RONDÔNIA.
Informa ser pessoa jurídica sediada no Município de Goiânia – Estado de Goiás, que se destina a execução, reformas e manutenção em serviços de terraplanagem, pavimentações, obras de arte, estradas vicinais, instalações e construções em geral e outras atividades de engenharia civil em geral.
Alega que foi inscrita em Dívida Ativa e levada a Pprotesto pela Fazenda Estadual, referente a suposto crédito tributário, lançado por meio dos Autos de Infração de n. 20163000100268 e n. 20131601274615, que atribuiu a contribuinte o não recolhimento de ICMS diferencial de alíquota correspondente à aquisição de bem móvel, constantes das Notas Fiscais de n. 1.074 e n. 1058.
Aduz no entanto, que as operações que foram objeto dos lançamentos fiscais, referem-se à transferência de bem do ativo imobilizado, utilizadas tão somente, para a execução da obra no canteiro em Porto Velho - Estado de Rondônia, conforme nota fiscal, operação esta que não constitui hipótese de incidência do ICMS, razão da necessidade de serem declarado nulo o Processo Administrativo n. 20163000100268, do qual se quer foi notificada, logo violado o devido processo legal.

Requer, nestas razões, seja o Requerido compelido a suspender a exigibilidade do recolhimento do crédito tributário lançado em Dívida Ativa, determinando, ainda, a retirada da inscrição de Protesto, e que se abstenha, por seus agentes, da prática de qualquer outro ato punitivo tendente à cobrança por qualquer meio, judicial ou administrativo, devendo ainda, ser expedida Certidão Positiva de Débitos Tributários (CND), inscrições em órgãos de controle, até o final.

Em DECISÃO foi deferida parcialmente a tutela antecipada (ID-22462889).

Interposto agravo de instrumento, foi deferida a antecipação de tutela, razão da suspensão temporária do protesto (ID-22966128).

ESTADO DE RONDÔNIA apresenta contestação (ID-23710999), afirmando o cumprimento da medida liminar e no MÉRITO pela inexistência de nulidade de AI, pois legalmente constituído, uma vez que todas as medidas foram adotadas com o fim de notificá-la, sendo ao final adotada a notificação via Edital.

Informa, ainda, não haver comprovação de recolhimento de alíquota cheia na origem, aliás não há comprovação de pagamento do ICMS, ou seja, não há prova de recolhimento da carga tributária referente a operação informada.

Ressalta-se em fundamento que a empresa não pode querer valer-se da condição de contribuinte de Rondônia, com o único fim de pagar alíquota e reduzida, razão da cobrança da diferença pelo fisco estadual, como consta das decisões pelo tribunal local, requerendo ao final a improcedência do feito.

Réplica (ID-24555277).

Sem provas complementares pelas partes (ID-26442067 e 26468143).

Vieram os autos em CONCLUSÃO.

É o relatório. DECIDO.

Cuida-se de ação declaratória de inexistência de obrigação tributária ao fundamento de que não foi notificada da cobrança em procedimento administrativo tributário e, portanto violado o devido processo legal, além do fato de referidos bens comporem seu ativo imobilizado e, portanto livre da cobrança do diferencial de alíquota.

Do Ponto Controverso:

O cerne da questão centra-se em autuações realizadas pela Fazenda Estadual, ao fundamento de estar transportando mercadoria de forma irregular, a saber:

O Sujeito Passivo acima identificado deixou de recolher o ICMS Diferencial de Alíquota, devido em razão da aquisição interestadual do produto constante do DANFE n. 1074, anexo.

Do Processo Administrativo Tributário:

Do Processo Tributário n. 6219/2016, consta: Autos de Infração 20163700100320 de 06.05.2016, Planilha de Cálculo do Crédito Tributário no valor de R$ 22.921,38, Designação de Fiscalização de Estabelecimento DEF n. 20162500100072 de 29.02.2016, Nota Fiscal n. 000.01.074 de 16.09.2013 – retroescavadeira ano 2013, Relatório Fiscal de 06.05.2016, Termo de Prorrogação de Ação Fiscal de 02.05.2016, Conta Corrente Contribuinte de 16.05.2016, comprovante AR em nome de LATER ENGENHARIA S/A de 23.05.2016, Notificação DOE n. 103 de 08.06.2016, Termo de Revelia anotando que o Contribuinte não apresentou defesa e nem efetuou o pagamento de 18.07.2016, Certidão de Dívida Ativa n. 20180200011745 de 09.05.2018, Requerimento Carga do PAT de 01.08.2018.

Da forma apresentada não é possível afirmar violação ao devido processo legal, pois enviado o AR para o endereço informado junto a inscrição estadual, sendo certo que qualquer alteração nesse sentido caberia a empresa promover a necessária atualização, logo de cerceamento de defesa e contraditório não se trata.

Digo isso, pois considerando que a obrigação tributária só pode resultar de lei e, a partir desta, a efetiva obrigação de seu cumprimento pelo contribuinte, logo não encontra abrigo o pleito em inicial, por se apresentar contrário às determinações legais, senão veja:

Tributário. Apelação. MANDADO de segurança. Processo administrativo tributário. Auto de infração. Intimação. Presunção de veracidade. Apelo não provido. 1. O auto de infração é ato administrativo e, como tal, goza de presunção de veracidade e legitimidade, cabendo ao infrator o ônus de provar conduta diversa da ali descrita. 2. Nos termos do art. 23, inc. I, do Decreto 70.235/72 e do art. 210, inc. I do Código Tributário Municipal de Porto Velho, no processo administrativo fiscal, far-se-á a intimação pessoal, pelo autor do procedimento ou por agente do órgão preparador, na repartição ou fora dela, provada com a assinatura do sujeito passivo, seu mandatário ou preposto, ou, no caso de recusa, com declaração escrita de quem o intimar. 3. Apelo não provido. ACÓRDÃO. Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os desembargadores da 1ª Câmara Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, em: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. Os desembargadores Gilberto Barbosa e o juiz José Augusto Alves Martins acompanharam o voto do relator. Porto Velho, 25 de fevereiro de 2016. DESEMBARGADOR GILBERTO BARBOSA. RELATOR.

Agravo retido. Apelação cível. Ação civil pública. Cerceamento de defesa. Ausência. Lide. Julgamento antecipado. Provas suficientes. Dano ambiental. Madeira de castanheira. Venda. Exploração. Transporte. Espécie declarada e transportada. Divergência. Auto de infração. Fé pública. Veracidade. Presunção. Prova. Réu. Ônus. Dano presumido. Responsabilidade objetiva. Danos materiais e morais. Reparação. Replantio. Bis in idem. Ausência. [...] Os autos de infração e boletim de ocorrência são provas suficientes, porquanto se tratam de documentos emitidos por agentes públicos fiscalizadores competentes, que possuem fé pública, presunção de veracidade e legitimidade dos atos administrativos, cabendo ao requerido a produção de prova em contrário, nos termos do art. 333, II, do CPC. [...] (TJRO AC nº 0003664-90.2013.8.22.0003, 2ª Câmara Cível, Rel. Des. Kiyochi Mori, j. 08.04.2015).

Dano ambiental. Presunção de validade do auto de infração. Desmatamento. Lote específico localizado em certo município. Responsabilidade objetiva. O auto de infração é ato administrativo que goza de presunção de veracidade e legitimidade, cabendo ao particular o ônus de demonstrar o que entende por vício. [...] Cabe aos réus a prova da conduta diversa da descrita no laudo de infração. (TJRO AC nº 0002236-48.2010.8.22.0013, 1ª Câmara Cível, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, j. 10.03.2015).

AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL. AUTO DE INFRAÇÃO. PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE E DE VERACIDADE. CRÉDITO TRIBUTÁRIO. ICMS. PRESUNÇÃO NÃO AFASTADA. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA NÃO-CUMULATIVIDADE NÃO VERIFICADA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AUSÊNCIA DE CONDENAÇÃO. APRECIAÇÃO EQÜITATIVA. O ato de lavratura do Auto de Infração, por ter sido consignado por fiscal pertencente aos quadros da Administração Pública, considera-se ato administrativo e, como tal, reveste-se do atributo da presunção de legitimidade e veracidade, cujo afastamento reclama prova inequívoca a cargo do interessado. (TJMG AC nº 10024082517087001, 4ª Câmara Cível, Rel. Des. Dárcio Lopardi Mendes, j. 17.01.2013).

Frisa-se, pela analise documental trazida com a inicial e contestação, a validade do processo administrativo tributário, descaracterizando o pedido de nulidade de ato sob o argumento de estar ele revestido de vício processual, em prejuízo ao contribuinte, pois obstado de praticar direito constitucional, a exemplo dos princípios do contraditório e ampla defesa.

Da Atividade Empresarial:

A sociedade tem como objeto social o projeto, execução, reformas e manutenção em serviços de terraplanagem, pavimentações, obras de arte, estradas vicinais, instalações e construções em geral e outras atividades em engenharia civil em geral, bem como projeto, execuções, manutenção e reforma de serviços de eletrificações, telecomunicações e tecnologia em pavimentações e terraplanagem e atividades laborativas afins, consultoria em terraplanagem, pavimentações, engenharia civil e eletrônica em geral e locação de máquinas.

Com efeito, a teor do objeto social não é possível afirmar que a empresa mantenha outra atividade senão a de construção civil essencialmente.
É sabido que o
PODER JUDICIÁRIO já firmou o entendimento na hipótese de que não pode os Estados contrariar as regras impostas pelo Decreto n° 406/68, quando utilizam bens e insumos em suas obras, conforme já manifestou o Supremo Tribunal de Justiça:
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – Alíquota Diferenciada – Diferença – Cobrança – Construtora. As construtoras são, de regra, contribuintes, considerados o tributo municipal – Imposto sobre Serviços. Adquirido material em Estado que pratique alíquota mais favorável, não estão compelidas, uma vez empregadas as mercadorias em obra, a satisfazer a diferença em virtude de alíquota maior do Estado destinatário. Interpretação do disposto no art. 155, § 2°, inciso VII, da Constituição Federal. (AG. REG. Em AG. DE INST. Relator Min. Marco Aurélio – 16/10/1999).
Pontua-se, não haver discordância quanto o entendimento de que a incidência de ICMS em relação a material de insumo utilizado por empresas de construção civil na execução de obra de sua responsabilidade, é pela inexigibilidade.
Noutro ponto, tem que ao tempo da aquisição estaria a empresa obrigada ao recolhimento de alíquota cheia, ou seja, o recolhimento compulsório em favor do Estado de origem, o que neste feito não é revelado.
Anota-se que a empresa ao utilizar do documento fiscal de transferência de bem imobilizado, não poderia deixar de comprovar o correspondente pagamento do ICMS, a fim de evitar o diferencial de alíquota, contudo não o fez, logo seus fundamentos se mostram insuficientes ao fim que se propõe.
Repisa-se, a empresa ao deixar de responder pela alíquota interna no Estado de origem, responde pela cobrança do diferencial do ICMS pelo Estado de Rondônia, pois de mesmo modo que é ilegal a bitributação é também ilegal a utilização do benefício enquanto empresa de construção civil venha adquirir mercadoria como contribuinte, conforme já decidiu o e. TJRO conforme já decidiu o e. TJRO em mesma situação:
MANDADO de segurança. Empresa atuante no ramo de transporte. Compra de veículo em outra unidade da Federação. Cobrança do diferencial de alíquota de ICMS. Possibilidade. Apresentação como contribuinte. Recolhimento com alíquota reduzida. Denegação da segurança. Na aquisição de produtos em outra unidade da Federação, a empresa só estará desobrigada de pagar o diferencial de alíquota caso comprove ter adquirido a mercadoria com tributação cheia, isto é, sem a incidência da alíquota interestadual. Impõe-se a denegação da segurança quando a impetrante não comprova violação ao seu direito líquido e certo. (Não Cadastrado, N. 00051770520138220000, Rel. Des. Waltenberg Junior, J. 18/10/2013).
Tributário. Empresa de construção civil. ICMS. Diferencial de alíquota. Cobrança devida. Prova da transação. Contribuinte do imposto. Estado de origem. A empresa de contrução civil está sujeita à cobrança de ICMS ao efetuar compra, venda ou transporte de mercadorias, inclusive quando se declarar contribuinte do referido imposto no início da transação, qual seja, Estado de origem. (Não Cadastrado, N. 00148421320118220001, Rel. Juiz Oudivanil de Marins, J. 22/08/2013).
Agravo de instrumento. Anulatória de débito fiscal. ICMS. Empresa atuante no ramo da construção civil. Compra de mercadoria em outra unidade da federação. Cobrança do diferencial de alíquota. Possibilidade. Não provimento do recurso. Impõe-se o não provimento do agravo de instrumento quando a parte não demonstra os requisitos necessários para reforma da DECISÃO agravada. As empresas atuantes no ramo da construção civil só estão desobrigadas de pagar o diferencial de alíquota caso comprovem ter adquirido a mercadoria com tributação cheia, isto é, sem a incidência da alíquota interestadual. (Não Cadastrado, N. 00055105420138220000, Rel. Des. Waltenberg Junior, J. 30/07/2013).
Nos fundamentos expostos, a pretensão da Requerente no que pretende a não incidência do diferencial de alíquota nas operações interestaduais comportaria acolhimento somente com a restrição de que nessas operações tivesse incidido a alíquota interna (cheia) no Estado de origem, contudo não é o que revelam os documentos neste feito.
DISPOSITIVO.
Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial, pois examinado o feito sobre seus diferentes vertentes, não tenho por revelada a ilegalidade informada, logo tenho pela correção do Processo Administrativo Tributário, pois observado o devido processo legal e, ainda, não é comprovado pagamento de ICMS no Estado de origem, razão da cobrança da diferença de alíquota. Resolvo o feito nos termos do art. 487, I do CPC. Condeno a Requerente em honorários que fixo em 10% do valor da causa e custas.
PRIC. SENTENÇA não sujeita ao reexame necessário. Oportunamente arquivem-se. Vindo recurso voluntário, intime-se a parte contrária para apresentar contrarrazões, remetendo-se os autos ao e. TJRO.
Porto Velho-RO, 30 de abril de 2019.
Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara da Fazenda Pública
7016160-28.2019.8.22.0001
IMPETRANTE: NIVEA PAULA RODRIGUES MARTINS DACZKOVSKI
ADVOGADO DO IMPETRANTE: ADRIANA BEZERRA DOS SANTOS OAB nº RO5822
IMPETRADO: SAMIR FOUAD ABBOUD
ADVOGADO DO IMPETRADO:
DECISÃO
Trata-se de MANDADO de Segurança com pedido liminar impetrado por Nívea Paula Rodrigues Martins Daczkovski contra suposto ato coator do Delegado Geral da Polícia Civil do Estado de Rondônia.
Diz a Impetrante ser servidora pública do Estado de Rondônia, ocupante do cargo de Agente de Polícia Civil – Matrícula 300148497 – lotada na 1ª Delegacia de Polícia Civil de Nova Brasilândia DOeste/RO, desde março de 2018. E seu esposo, JONAS JUNIOR SAMPAIO DACZKOVSKI, também servidor público do Estado, ocupante do cargo de Policial Militar desde 01/12/2010, atualmente com a patente de 3º sargento. Casados desde 06/05/2011 e possuem um filho que está com dois anos de idade.
Afirma que seu cônjuge estava lotado no 3º Pelotão de Polícia de Fronteira (3º PO Fron/1ª Cia PO Fron/10º BPM), que fica nesta cidade Nova Brasilândia D'Oeste/RO. Ocorre que este foi transferido "ex-offício" para o Comando Regional de Policiamento III, na cidade de Vilhena/RO, no dia 26 de março de 2019, conforme Portaria nº 2219/2019/PM-CP2.
Que apresentou requerimento ao superior imediato solicitando sua remoção para umas das unidades de Polícia Civil na cidade de Vilhena/RO. O Delegado de Polícia Civil titular da unidade policial de Nova Brasilândia DOeste deu parecer favorável, por haver base legal, e encaminhou o requerimento para seu superior hierárquico. O Delegado Geral da Polícia Civil - DGPC, ao receber o requerimento, solicitou "análise técnica e demais providências atuais cabíveis à solicitação". A assessoria técnica do DGPC também apresentou parecer favorável. No entanto, o Delegado Geral indeferiu o requerimento da Impetrante, sob o argumento de que "a saída da servidora agravará ainda mais o déficit de servidores da Delegacia de Polícia Civil de Nova Brasilândia do Oeste".
Requer em liminar seja determinado ao Delegado Geral da Polícia a promover a remoção da impetrante para uma das unidades da Polícia Civil da cidade de Vilhena/RO.
É o relatório. Decido.

Impende salientar que a análise a ser proferida nesta sede cinge-se, pura e simplesmente, à aferição de existência concorrente dos pressupostos necessários à concessão da medida pleiteada em sede liminar.
Para obter a tutela liminar de urgência, mister a comprovação da existência de probabilidade do direito por afirmado e o perigo de dano existente ou o risco ao resultado útil do processo caso tenha de aguardar o trâmite normal do processo.
O direito alegado deve estar suficientemente demonstrado quando do pleito da medida liminar. A simples alegação da existência de um direito, desacompanhada de elementos fortes que corroborem a pretensão, não satisfaz a exigência.
Por conseguinte é obrigatório o primeiro requisito, probabilidade do direito, estar somado a um dos requisitos, perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Consequentemente possuir apenas um elemento isoladamente não é autorizador da medida liminar, além disso, o grau de probabilidade será apreciado pelo juiz, prudentemente e atento à gravidade da medida a ser concedida.
Nota-se que a causa versa sobre anular a ato administrativo que indeferiu o pedido de remoção apresentado pela impetrante para acompanhar o cônjuge que foi removido no interesse da Administração Pública para outra localidade.
Requer em liminar que seja determinado a sua imediata remoção para uma das unidades da Polícia Civil na cidade de Vilhena/RO.
Inequívoco que as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia aplicam-se as integrantes da Polícia Civil, conforme art. 94, da Lei Complementar nº 076/1993:
"Art. 94. Aplicam-se aos integrantes do grupo atividades da Polícia Civil, todas as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia."
A Lei Complementar nº 68/92, Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia, disciplinar as forma de remoção no art. 49, I, II e III:
"A remoção processar-se-á:
II- a pedido do interessado nos seguintes casos:
a) sendo ambos servidores, o cônjuge removido no interesse do serviço público para outras localidade, assegurado o aproveitamento do outro em serviço estadual na mesma localidade;
b) para acompanhar o cônjuge que fixe residência em outra localidade, em virtude de deslocamento compulsório, devidamente comprovado;
c) por motivo de tratamento de saúde do próprio servidor, do cônjuge ou dependente, desde que fiquem comprovadas, em caráter definitivo pelo órgão médico oficial, as razões apresentadas pelo servidor, independente de vaga."
No art. 50, do mesmo diploma, ressalva que não haverá a remoção de servidores em estágio probatório, que é o caso da impetrante que teve admissão na Polícia Civil em 11 de abril de 2018, ressalvados os casos previstos em lei:
"Art. 50. Não haverá remoção de servidores em estágio probatório, ressalvados os casos previstos na alínea 'b' do inciso II, e no inciso III, do artigo 49."
Portanto, pela previsão legal, não haverá remoção de servidores em estágio probatório, ressalvados os casos previstos na lei. O pedido de remoção da impetrante, art. 49, II, 'a', não está ressalvado pela previsão legal.
No entanto, poder-se-ia adequar o pedido de remoção da impetrante, preenchendo todos os requisitos legais, no art. 49, inciso, II 'b", ressalvado pela lei. Podendo, nesse caso, ainda que esteja no período do estágio probatório, ser removida para acompanhar o seu cônjuge.
Porém, ainda que possa adequar-se o pedido da impetrante no art. 49, inciso, II, 'b', no presente momento, em sede de medida liminar, prematuro é admitir-se uma situação jurídica, sem que haja indícios robustos da plausibilidade do contexto fático narrado pela impetrante.
Por isso, torna-se despiciendo adentrar no exame do requisito do periculum in mora, haja vista que, para o deferimento da medida liminar, tal pressuposto deve vir acompanhado da relevância dos fundamentos da autora, ora inexistente.
Ainda, é importante ressaltar que o pedido liminar requerido demonstra-se de cunho satisfativo e se confunde com o próprio MÉRITO da ação, visto que a remoção para a cidade de Vilhena/RO, caso deferido em liminar, satisfaz por completo sua pretensão.
Consabidamente não é admitida a concessão da liminar que tenha cunho satisfativo. O entendimento é pacífico:
"AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR INDEFERIDA. ANÁLISE DO FUMUS BONI JURIS QUE SE CONFUNDE COM O MÉRITO DA DEMANDA. 1. A análise do pedido, no âmbito liminar, demanda a observância dos requisitos autorizadores para a concessão da medida, quais sejam, o fumus bonis juris e o periculum in mora. (AgRg no MS 15.104/DF, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 8/9/2010, DJe 17/9/2010) 2. Na espécie, o pedido liminar confunde-se com o próprio MÉRITO da ação mandamental, o que concorre para demonstrar a natureza satisfativa do pleito apresentado a este Juízo. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ. AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA AgRg no MS 14058 DF 2008/0285070-6)."
Assim, pelo que se vislumbra nos documentos acostados pela impetrante não compreendo estarem suficientemente configurados os requisitos necessários à concessão da liminar. Prudente aguardar a chegada das informações da autoridade coatora e parecer do Ministério Público.
Por tudo que foi exposto, INDEFIRO A TUTELA LIMINAR, visto a necessidade de informações complementares.
Intime-se a impetrante da DECISÃO.
Notifique-se o Impetrado (Delegado Geral da Polícia Civil, Av. Farquar, nº 1603, Bairro Centro) para apresentar as informações no prazo legal.
Em cumprimento ao art. 7º, II da Lei n. 12.016 de 7 de agosto de 2009, dê-se ciência do feito ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, para querendo, ingresse no feito.
Após, ao Ministério Público do Estado de Rondônia para parecer.
Intimem-se.
SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO
Porto Velho, 30 de abril de 2019
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara da Fazenda Pública
7017896-81.2019.8.22.0001
AUTOR: EDILSON ALMEIDA DE SOUZA
ADVOGADO DO AUTOR: FABIO ANTONIO MOREIRA OAB nº RO1553
RÉU: G. D. R.
ADVOGADO DO RÉU:
DECISÃO
Trata-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO RETROATIVO proposto por EDILSON ALMEIDA DE SOUZA em desfavor do ESTADO DE RONDÔNIA, requerendo pagamento de valores.
O autor informa que é integrante do Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, exercendo o cargo de Perito Criminal, admitido em 05/01/1994. Como tal, está regido pela Lei Estadual n. 68/1992 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia), bem como pela Lei n. 1041/2002, a qual dispõe sobre a remuneração dos integrantes da carreira de Policial Civil do Estado de Rondônia.
Aponta que em 16 de novembro de 2001, foi jugada procedente a Ação Ordinária nº 0046255-98.1988.8.22.0001, proposta pelo sindicato dos Servidores da Policia Cível do Estado de Rondônia - SINSEPOL – concedendo a categoria o direito ao recebimento da verba Adicional de Isonomia.

Ressalta que no momento da implantação do "adicional"aos vencimentos dos servidores públicos do Estado de Rondônia, houve deliberada omissão do Poder Executivo estadual em relação a determinadas categorias profissionais, inclusive a dos Policiais Civis, que não receberam a isonomia devida.
Afirma que no ano de 1998 o sindicato dos Servidores da Policia Cível do Estado de Rondônia socorreu-se dos meios judiciais, ajuizando demanda que veio a ser julgada procedente no ano de 2001, e transitada em julgado apenas em 2008 - após diversos recursos protelatórios por parte do Estado de Rondônia, que só então se viu sem outra saída a não ser implantar o legítimo adicional de isonomia para os servidores públicos da Polícia Civil. Posteriormente, foi promulgada a Lei Estadual n° 2.453, de 10 de Maio de 2011, que veio a autorizar a unificação dos vencimentos – o vencimento "base" e o vencimento de isonomia.
Aduz que, apesar da autorização legal, o Estado de Rondônia não realizou a unificação de fato dos dois vencimentos senão no ano de 2015, mais especificamente no mês de Agosto, como se pode observar das Fichas Financeiras Anuais do Autor. Estes documentos também demonstram que, até então, o segundo vencimento era discriminado em apartado no contracheque do Autor, sob a rubrica "VENCIMENTO D.J. (Adic. de Isonomia)". Vale dizer, desde logo, que inobstante a denominação que lhe pespegaram, não se trata de um "adicional" no sentido jurídico do termo.
Assevera que reiteradas decisões do TJRO reconheceram sua natureza de vencimento, como será demonstrado oportunamente. Ocorre que, porque se encontrava separado do primeiro, sobre aquele segundo vencimento não foram acrescidas as evoluções salariais devidas pela Progressão Funcional por mudança de classe, o que é devido aos Peritos Criminais a cada quatro anos, por força do Artigo 293, Parágrafo Único,dajá citada LC n. 68/1992. Isso significa dizer que o vencimento de "Adicional de Isonomia"permanecia imutável e idêntico para todas as classes funcionais, pois lhe fora negado o aumento correto, ou seja, na mesma proporção em que fora reajustado o primeiro vencimento, como era de se esperar.
Ademais,durante o período em que o adicional de isonomia foi pago, incidiram sobre o mesmo apenas os percentuais de revisões gerais concedidos pelo Estado de Rondônia, não sendo aplicadas as mudanças de classe do servidor em razão da regular promoção, nos termos do Parágrafo Único do Artigo 293 da Lei Complementar nº 68 de 09 de dezembro de 1992, combinado com a tabela da salarial e suas alterações/reajustes constantes no anexo da Tabela de vencimento da Lei 1041/2002. Com isso, o Autor acumula perdas mensais e crescentes em sua remuneração, injustiça que ora se pretende reparar.
Assim, ingressou com a presente ação requerendo em tutela antecipada seja determinada a imediata implantação, no contracheque do autor, dos aumentos remuneratórios devidos como reflexo da Progressão Funcional do Autor sobre o Vencimento Básico e Adicional de Isonomia. Juntou documentos.
É o relatório. DECIDO.
Ab initio, é sabido que para a parte obter a tutela antecipada, mister a comprovação da existência de probabilidade do direito por ela afirmado e o perigo de dano existente caso tenha de aguardar o trâmite normal do processo.
Logo, para a formação do juízo de convencimento, o feito merece uma análise mais aprofundada, devendo ser levado ao debate entre as partes, necessitando de instrução processual.
Dessa forma, apesar dos fatos narrados na inicial, não vejo a presença dos elementos autorizadores à concessão da tutela requerida. Os elementos probatórios não são suficientes para demonstrar a verossimilhança das alegações iniciais.
A causa insta pela necessidade de prova complementar em equilíbrio com DECISÃO a ser proferida ao final. Assim, é recomendado que se espere pelo provimento final, momento em que já estarão colacionadas aos autos as provas produzidas.
Outrossim, a Administração Pública goza da presunção de legitimidade de seus atos. Por certo, deve o julgador ter a cautela de não agir de forma a inviabilizar a atuação da máquina estatal. Dessarte, é imperioso que se espere pelo provimento final do feito.
Do mesmo modo, é importante acentuar que, ao menos parcialmente, o pedido tem cunho satisfativo e se confunde com o próprio MÉRITO da ação, visto que a implementação do pagamento dos valores, o que é requerido em antecipação de tutela, satisfaz parte da pretensão inicial. Consabidamente não é admitida a concessão da liminar que tenha cunho total ou parcialmente satisfativo. O entendimento é pacífico.
Noutro ponto, é imperioso observar a vedação da concessão de liminares contra o Poder Público, sempre que houver a adição de valores ou resultar em impactos financeiros a serem suportados pelo erário.
Da forma que se apresenta a pretensão, resta patente a inviabilidade da concessão do provimento antecipatório, já que insubsistente os seus elementos autorizadores.
Logo, apesar dos fatos narrados e do direito invocado, tenho por bem esperar a instrução do processo e então, analisando o caso de forma mais profunda, manifestar-me sobre o pleito do Requerente.
Por tudo que foi exposto, INDEFIRO A TUTELA ANTECIPADA, visto a necessidade de maiores informações para análise do MÉRITO.
Ainda, quanto ao atendimento da determinação contida no art. 334 do Novo Código de Processo Civil, comporta assentar:
É certo que as causas afetas a este juízo são de interesse do Município de Porto Velho e do Estado de Rondônia e, em tese, consolidam direitos patrimoniais indisponíveis. Ademais, anoto não haver lei que autorize a transação ou conciliação sobre tais interesses, especialmente no que se refere às causas que possuem valor superior a 60 (sessenta) salários mínimos. Nestes termos, dispensa-se o ato de encaminhamento dos autos para a realização de audiência de conciliação.
Quanto a isso, observo que o próprio art. 334, § 4º, II, do NCPC, dispensa a realização da audiência de conciliação nos casos em que não seja possível a auto composição. Logo, considerando a matéria discutida no feito, determino a citação do Requerido.
Assim, cite-se o Requerido para, querendo, contestar a ação no prazo legal, nos termos do artigo 183 do Novo Código de Processo Civil.
Apresentada a contestação, manifeste-se o Autor, prazo de 15 (quinze) dias.
Sem prejuízo de eventual julgamento antecipado da lide, especifiquem as partes provas que pretendem produzir, justificando -as, prazo de 05 (cinco) dias.
Porto Velho, 30 de abril de 2019
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara da Fazenda Pública
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO 7014377-98.2019.8.22.0001
IMPETRANTE: LEANDRO FERNANDES DE SOUZA
ADVOGADO DO IMPETRANTE: LEANDRO FERNANDES DE SOUZA OAB nº RO7135
IMPETRADO: P. D. I. D. P. D. S. P.
ADVOGADO DO IMPETRADO:
DECISÃO
Trata-se de MANDADO DE SEGURANÇA com pedido de liminar, impetrado por LEANDRO FERNANDES DE SOUZA contra suposto ato coator do Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia.
Defiro a gratuidade de Justiça requerida.
Narra o impetrante em sua peça inicial que foi servidor público do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, tendo sido

aposentado por invalidez, com proventos proporcionais, em função de SENTENÇA proferida nos autos do Processo n. 7024974-34.2016.8.22.0001, em junho de 2017.
Que, em função de tal DECISÃO, ingressou com o Processo Administrativo n. 2201.03425-0000/2017 junto ao ente público, postulando a reversão da aposentadoria por invalidez, tendo o pedido sido indeferido e objeto de Recurso Administrativo, a DECISÃO foi mantida, arguindo a nulidade/arbitrariedade da DECISÃO por ausência de fundamentação lógica, bem como falta da análise de todo o conjunto probatório.
Afirma, assim, haver laudo médico de diversos profissionais, oficiais e particulares, atestando a capacidade laborativa do impetrante, sustentando, assim, ilegalidade e arbitrariedade na DECISÃO do Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia que negou o pedido de reversão de aposentadoria.
Pois bem.
É o relatório. Decido.
Impende salientar que a análise a ser proferida nesta sede cinge-se, pura e simplesmente, à aferição de existência concorrente dos pressupostos necessários à concessão da medida pleiteada em sede liminar.
Para a concessão da medida liminar, é necessário analisarmos a existência de seus pressupostos ensejadores: fumus boni iuris e periculum in mora.
Trata-se o fumus boni iuris da existência de plausibilidade do direito substancial invocado por quem pretende a segurança.
Incertezas ou imprecisões acerca do direito material do postulante não podem assumir a força de impedir-lhe o acesso à tutela cautelar.
Caso, em um primeiro momento, a parte tenha possibilidade de exercer o direito de ação e se o fato narrado, em tese, lhe assegura provimento de MÉRITO favorável, presente se acha o fumus boni juris, em grau capaz de autorizar a proteção das medidas preventivas.
Assim, não é evidente a existência de seus pressupostos ensejadores: expressão relevante do direito invocado que deve transparecer liquidez e certeza, e existência, consistência e risco de dano de irreversibilidade ou de prejuízo de extrema gravidade se não concedida liminarmente.
A utilização da via especial do MANDADO de segurança impõe ao Impetrante o ônus em revelar de premissa a expressão exuberante do direito que alega.
De outro lado, conforme assentado, a pretensão de concessão liminar, mormente sem ouvir a parte contrária, é de restar consubstanciada em elementos reveladores de risco, valendo fixar-se que o pedido é contra a Administração Pública que tem em seu favor a presunção de legitimidade dos seus atos.
Ressalto que o pedido se relaciona à alegação da parte autora de que houve violação ao seu direito líquido e certo pelo fundamento de não ter sido realizada a correta análise dos documentos que instruíram o pedido de reversão de aposentadoria, bem como ausência de fundamentação da DECISÃO proferida.
O Juízo, mesmo diante dos documentos acostados aos autos, tem o dever de agir com cautela, a fim de prestar a tutela jurisdicional dentro da legalidade, não podendo em fase preliminar, adentrar ao MÉRITO para assegurar um direito que o impetrante alega estar sendo violado, sem que contudo essa certeza reste cristalina, esclarecendo, ainda, que o ato de aposentação do impetrante se deu em função de SENTENÇA judicial proferida nos autos do Processo n. 7024974-34.2016.8.22.0000, que se quer foi localizada como instruindo o presente mandamus, esclarecendo que, tratando-se de MANDADO de Segurança as provas pré-constituídas devem instruir a peça inicial, não havendo dúvidas que, se o ato que deu origem ao pedido administrativo do impetrante foi a SENTENÇA judicial, dedutível que essa é documento essencial, se não, todo aquele feito, até porque, ao que se vislumbra, numa análise superficial, é que o objetivado é a rescisão daquela SENTENÇA.
Por outro lado, ressalte-se que se, ao final, havendo direito, esse será devidamente cumprido; entratanto, sem a oitiva da parte contrária, não se pode confirmar a certeza o enquadramento aos requisitos exigidos.
Assim, em que pese as alegações do impetrante, tem-se que as mesmas não se mostram suficientes à concessão do provimento requerido em liminar, sendo pedido que requer, indispensavelmente, a análise do MÉRITO da causa, com análise mais criteriosa acerca das alegações iniciais.
Imperioso aguardar pelo provimento final, momento em que já estarão colacionadas aos autos as informações pertinentes, bem como o parecer do Ministério Público, evitando assim seja concedida uma liminar e, verificando a inexistência do direito, seja posteriormente revogada.
Outrossim, é importante acentuar que o pedido do autor tem cunho satisfativo, pois necessitaria de análise meritória.
AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR INDEFERIDA. ANÁLISE DO FUMUS BONI JURIS QUE SE CONFUNDE COM O MÉRITO DA DEMANDA. 1. "A análise do pedido, no âmbito liminar, demanda a observância dos requisitos autorizadores para a concessão da medida, quais sejam, o fumus bonis juris e o periculum in mora." (AgRg no MS 15.104/DF, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 8/9/2010, DJe 17/9/2010) 2. Na espécie, o pedido liminar confunde-se com o próprio MÉRITO da ação mandamental, o que concorre para demonstrar a natureza satisfativa do pleito apresentado a este Juízo. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. [STJ - AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA AgRg no MS 14058 DF 2008/0285070-6].
Ainda, tal medida preventiva não comporta deferimento diante do que dispõe o art. 7° § 2° da Lei 12.016/09.
Nesta controvérsia não entendo que comporte o deferimento da liminar pretendida, pois não configurados plenamente os requisitos, ao menos nesta fase preliminar.
Posto isso, INDEFIRO O PEDIDO LIMINAR, para aguardar a vinda de informações.
Notifique-se a Impetrada para apresentar informações no prazo legal.
Em cumprimento ao art. 7º, II da Lei n. 12.016 de 7 de agosto de 2009, dê-se ciência do feito ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, enviando-lhe cópia da inicial sem documentos, para querendo, ingresse no feito.
Após, ao Ministério Público do Estado de Rondônia para parecer.
SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO.
Cumpra-se.
Porto Velho, 30/04/2019
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara da Fazenda Pública
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO 7017506-14.2019.8.22.0001
AUTOR: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
ADVOGADO DO AUTOR: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
RÉU: TATIANA MACIEL CARVALHO
ADVOGADO DO RÉU:
SENTENÇA
Trata-se de Ação Demolitória proposta pelo Município de Porto Velho em Face de Tatiana Maciel Carvalho.
O autor requerer a desistência do processo, com sua extinção sem resolução do MÉRITO ID: 26813220.
Dessarte, ante a desnecessidade de intimação da parte contrária para se manifestar sobre o pedido de desistência, acolho e EXTINGO o processo sem julgamento do MÉRITO, com fundamento no art. 316 e 485, VIII do Código de Processo Civil. Sem honorários. Sem custas.
Arquive-se.
SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO.
30 de abril de 2019
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara da Fazenda Pública
7017487-08.2019.8.22.0001
AUTOR: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
ADVOGADO DO AUTOR: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
RÉU: ARONI DA SILVA GOMES
ADVOGADO DO RÉU:
DECISÃO
Trata-se Ação Demolitória com pedido liminar proposta pelo Município de Porto Velho em face de Aroni da Silva Gomes.
Diz que houve denúncia sobre edificação de imoveis residenciais em área de interesse ambiental, próximo Areá de Preservação Permanente – APP. Em diligência realizada em 21/03/2017, os fiscais da Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMA, notificaram a Requerida, por meio do AI nº 0022042.
Durante a fiscalização fora realizada medição do imóvel em relação ao igarapé, ficando constatado que o muro da residência está ha 01(um) metro da borda da calha do igarapé, constatando ainda que a residência encontra-se dentro da APP. Existindo dois pontos com medidas diferentes em relação ao canal denominado o primeiro como ponto 1, onde a distância é de 3,20 (três vírgula vinte) metros, já no denominado ponto 2 a distância é de 9,70 (nove vírgula setenta metros).
Afiram que a requerida foi informada que se trata-se de área de preservação permanente e que não poderia ser ocupada para fins de moradia, tendo em vista estar na faixa não edificada de 0 a 15 metros. Embora devidamente notificada não demoliu a edificação que esta a quem do limite permitido por Lei.
Aduz que as sequelas a flora e a fauna pela intervenção em área de preservação permanente em razão de construções ilegais, na maioria das vezes, são irreparáveis. Então, ante a irregularidade apontada por este Ente e devido à resistência da requerida em proceder às ordens que foi determinado junto a fiscalização da SEMA, e em desacordo com a legislação correlata, não resta alternativa senão buscar guarida ao
PODER JUDICIÁRIO para impedir que a requerida continue infringindo as normas vigentes.
Requer em liminar seja proibida a proprietária de novas construções e paralisação imediata de lançamentos de dejetos e esgoto no referido córrego, sob pena de multa.
É o relatório. Decido.
Impende salientar que a análise a ser proferida nesta sede cinge-se, pura e simplesmente, à aferição de existência concorrente dos pressupostos necessários à concessão da medida pleiteada em sede de tutela antecipada.
“Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.”
Para obter a tutela liminar de urgência, mister a comprovação da existência de probabilidade do direito por afirmado e o perigo de dano existente ou o risco ao resultado útil do processo caso tenha de aguardar o trâmite normal do processo.
Por conseguinte é obrigatório o primeiro requisito, probabilidade do direito, estar somado a um dos requisitos, perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Consequentemente possuir apenas um elemento isoladamente não é autorizador da medida liminar, além disso, o grau de probabilidade será apreciado pelo juiz, prudentemente e atento à gravidade da medida a ser concedida.
Nota-se que a causa versa sobre o pedido da Municipalidade de demolição de construção irregular realizada pelo requerido dentro de Área de Preservação Permanente.
Verifica-se pelos documentos acostados possível irregularidade na edificação dentro da faixa de APP, construída em desacordo com a legislação municipal, visando interesse individual.
Em situação como esta, deve-se pontuar o interesse da Municipalidade que busca a defesa da proteção ambiental.
Por isso, atento aos elementos autorizadores à concessão da tutela requerida, veja-se que o requerente, por meio das alegações e documentos acostados aos autos, demonstra a probabilidade do direito que alega e o perigo de dano, estando presente os requisitos para a concessão da tutela vindicada.
Logo, em medida de ponderação, a fim de resguardar o direito à moradia da requerida, mas, também, que se evite a ocorrência de dano de difícil reparação, durante o lapso temporal necessário para melhor avaliação e elucidação da situação da construção irregular no curso da demanda, a medida liminar deve ser deferida.
Portanto, considerando que a construção ocorreu em possível faixa de Área de Preservação Permanente, impõe-se ao particular dever de não fazer, consistente em abster-se de nova edificação nesta área.
Pelo exposto DEFIRO A TUTELA LIMINAR para determinar que a requerido se abstenha de promover qualquer construção, modificação, inovação na área, bem como, de paralisar o lançamento de dejetos e esgoto, sob pena das sanções legais pertinentes.
Cite-se a requerida para, querendo, contestar a ação no prazo de 15 (quinze) dias. Bem como intimá-la da DECISÃO liminar proferida. (Aroni da Silva Gomes, CPF: 823.570.132-49, Rua Ponta Negra, nº 7247, Bairro Três Marias)
Apesentada a contestação manifeste-se o Autor, no prazo de 15 (quinze) dias, observado o art. 183 do Código de Processo Civil.
Sem prejuízo de eventual julgamento antecipado da lide, ficam as partes intimadas a especificarem as provas que ainda pretendem produzir, justificando-as no prazo de 05 (cinco) dias.
Sirva como carta/MANDADO /ofício.
Porto Velho, 30 de abril de 2019
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara da Fazenda Pública 7031824-70.2017.8.22.0001
EXEQUENTE: M. P. D. E. D. R.
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADOS: CARLOS ROGERIO LUZ BURTON, MOACIR CAETANO DE SANT ANA
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: ELIZEU DOS SANTOS PAULINO OAB nº RO3650 DESPACHO
Considerando a petição ID 26500384, defiro o prazo de 30 (trinta) dias para o Ministério Público apresentar manifestação.
Porto Velho, 30 de abril de 2019
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara da Fazenda Pública 7048235-57.2018.8.22.0001
IMPETRANTES: ISAIAS BORGES VITORINO, MARCIO FERNANDES NUNES
ADVOGADOS DOS IMPETRANTES: Fernando Albino do Nascimento OAB nº RO6311
IMPETRADOS: PRESIDENTE DA COMISSÃO DO PROCESSO DE SELEÇÃO INTERNA PARA O ESTÁGIO DE HABILITAÇÃO À SARGENTO PM MÚSICO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA, ESTADO DE RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS IMPETRADOS: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

SENTENÇA
Trata-se de MANDADO DE SEGURANÇA com pedido liminar impetrado por MARCIO FERNANDES NUNES e outro, contra suposto ato coator praticado pelo PRESIDENTE DA COMISSÃO DO PROCESSO DE SELEÇÃO INTERNA PARA O ESTÁGIO DE HABILITAÇÃO À SARGENTO PM MÚSICO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA.
Os impetrantes informam que são policiais militares desde 25/04/2018, possuindo atualmente a graduação de SOLDADO PM. Em outubro de 2018 o Comandante Geral da Polícia Militar de Rondônia publicou o EDITAL Nº 25/COORDEN/2018, onde fez saber do Processo Seletivo Interno (PSI) para o preenchimento de vagas de Terceiro Sargento PM do Quadro de Praças Especialistas Músicos da Polícia Militar do Estado de Rondônia.
Destacam que, segundo o referido Edital, o certame tem como referência regulamentar o Decreto nº 716, de 07 de dezembro de 1982, que dispõe sobre as qualificações militares das praças policiais militares da PMRO. Ainda, o Edital trouxe requisitos e condições para inscrição, conforme disposto no ITEM 3.
Afirmam que, conforme o edital, verifica-se que a letra 'c' do Subitem 3.3, exige que o candidato possua no mínimo 02 (dois) anos de efetivo serviço na Corporação, além de ser Cabo PM, Cabo PM Músico ou Soldado PM. Entretanto, o Decreto 716/82, que trata sobre o assunto traz requisitos claros e taxativos sobre as condições de ingresso no Quadro Policial Militar Particular, sendo que não é previsto o requisito de tempo de efetivo serviço.
Os impetrantes afirmam que já integram a Banda de Música da PMRO, onde servem desde que tomaram posse no cargo público. Contudo, tiveram sua inscrição no certame indeferida por não possuirem o tempo de serviço exigido pelo Edital, o que motivou a impetração da presente ação mandamental.
Ingressaram com a presente ação requerendo seja concedida liminar medida de urgência com o fim de, afastando o critério de tempo de serviço mínimo de 02 (dois) anos na corporação, determinar que a autoridade coatora que receba e realize a inscrição dos impetrantes no Processo de Seleção Interna para o preenchimento de vagas de 3º Sargento PM Músico. Juntou documentos.
A liminar foi indeferida na DECISÃO ID 23340228.
O Ministério Público apresentou parecer pela concessão da segurança (ID 26232996).
A autoridade coatora apresentou manifestação (ID 26563277) informando que o certame foi anulado.
Pois bem.
De acordo com o que informado pela autoridade, o Comando Geral da PM publicou a Portaria nº 6640/2018/PM-COORDENDPTOENSINO.
Referido documento oficializou a anulação do processo de seleção interna, conforme art. 1º:
Art. 12 - ANULAR o PROCESSO DE SELEÇÃO INTERNA PARA O PREENCHIMENTO DE VAGAS DE TERCEIRO-SARGENTOS PM DO QUADRO DE PRAÇAS ESPECIALISTAS MÚSICOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA, regido pelo EDITAL N2 25/COORDEN/2018;
Logo, com a anulação do PSI, é notória a perda do objeto da causa.
Assim, considerando a perda do objeto, EXTINGO o feito sem resolução do MÉRITO, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Sem honorários. Custas de lei.
Decorrido o prazo para recurso, nada sendo requerido, certifique-se e arquivem-se.
30 de abril de 2019
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara da Fazenda Pública 7017682-90.2019.8.22.0001
AUTORES: THIAGO MARTE ROCHA DA SILVA, PAULO ROBERTO DIAS SILVA, PAULO HENRIQUE ALVES DA COSTA SILVA, MARLON LIMA DE ARAUJO, LUIS FERNANDO RAMOS MORAES, LEANDRO FIGUEREDO BARBOSA DE ARAUJO, JOSE ELIANEO DE SOUZA PEREIRA, JONATHAN SANTOS DA SILVA, HUEVERTON LUIZ VIDAL BORSUK, HELINGTON SILVANO CAMPOS SAMPAIO, FRANTZ SALES GAMA, FELIPE ALEXANDRE LIMA DOS SANTOS, EDSON MARQUES DA SILVA, DARIO MACEL LIMA DA COSTA, CRISTON NERES DOS SANTOS, ALEX ALFAIA DE ALMEIDA
ADVOGADOS DOS AUTORES: LUIZ ALBERTO CONTI FILHO OAB nº PR7716
RÉUS: E. D. R., C. G. D. P. M. D. E. D. R.
ADVOGADOS DOS RÉUS: DESPACHO
Os impetrantes não apresentaram comprovante de pagamento das custas processuais.
Intimem-se os impetrantes para recolherem as devidas custas processuais, anexando o boleto bancário e o comprovante de pagamento.
Lembrando que nas causas afetas a esse juízo não há audiência de conciliação e mediação art. 334, 4º, II, do Código de Processo Civil.
O autor dever recolher as devidas custas processuais no percentual de 2%, com observância do art. 12, I, da Lei n. 3.896/2016.
Prazo: 15 (quinze) dias. Sob pena de indeferimento da inicial.
SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO.
Porto Velho, 30 de abril de 2019
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: 3217-13297014902-80.2019.8.22.0001
MANDADO DE SEGURANÇA (120)
IMPETRANTE: RRX FORNECIMENTO DE REFEICOES LTDA - ME
Advogado do(a) IMPETRANTE: MATEUS FERNANDES LIMA DA SILVA - RO9195
IMPETRADO: SAMARA ROCHA DO NASCIMENTO
MANDADO DE INTIMAÇÃO
Por ordem do(a) juiz(a) de direito EDENIR SEBASTIAO ALBUQUERQUE DA ROSA, ficam intimados às partes para ciência e manifestação acerca da SENTENÇA Id 26590646 prolatada nos autos.
Prazo: 15(cinco) dias.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
CESÁRIO DOS SANTOS FERREIRA
Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara da Fazenda Pública 7017481-98.2019.8.22.0001
AUTOR: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
ADVOGADO DO AUTOR: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
RÉU: UANDERSON GINO MONTENEGRO
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
Intime-se o Município de Porto Velho para anexar os documentos necessários para propositura da ação, sob pena de indeferimento da inicial.

Prazo: 15 (quinze) dias.
SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO.
Porto Velho, 30 de abril de 2019
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: 3217-1328
7034626-07.2018.8.22.0001
PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: SID ORLEANS CRUZ
Advogados do(a) AUTOR: LUIZ FELIPE DA SILVA ANDRADE - RO6175, ERIKA CAMARGO GERHARDT - RO1911, RICHARD CAMPANARI - RO2889
RÉU: ESTADO DE RONDÔNIA
INTIMAÇÃO
Por ordem do(a) juiz(a) de direito EDENIR SEBASTIAO ALBUQUERQUE DA ROSA, fica a parte autora intimada para, querendo, impugnar a(s) contestação(ões) apresentada(s) nos autos.
Prazo: 15 dias
Porto Velho, 2 de maio de 2019.
ERACLIDES PEREIRA DA SILVA VIEIRA
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: 3217-1328
7049136-93.2016.8.22.0001
PETIÇÃO (241)
REQUERENTE: VANDERSON SILVA DA CONCEICAO, ANDIANE DO NASCIMENTO MACHADO, NYCOLAS SILVA MACHADO
Advogado do(a) REQUERENTE: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA - RO1073
Advogado do(a) REQUERENTE: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA - RO1073
Advogado do(a) REQUERENTE: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA - RO1073
REQUERIDO: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
INTIMAÇÃO
Por ordem do(a) juiz(a) de direito EDENIR SEBASTIAO ALBUQUERQUE DA ROSA, fica a parte autora intimada para, querendo, impugnar a(s) contestação(ões) apresentada(s) nos autos.
Prazo: 15 dias
Porto Velho, 2 de maio de 2019.
ERACLIDES PEREIRA DA SILVA VIEIRA
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: 3217-1328
7048218-21.2018.8.22.0001
JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: HELDER SILVA FLORENCIO
Advogado do(a) REQUERENTE: MARCIO SILVA DOS SANTOS - RO838
REQUERIDO: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
INTIMAÇÃO
Por ordem do MM. Juiz de Direito Dr. EDENIR SEBASTIAO ALBUQUERQUE DA ROSA, fica a parte Requerente, por meio de seu advogado, intimada para, querendo, impugnar a(s) contestação(ões) apresentada(s) nos autos, no prazo de 15 dias.
Porto Velho - RO, 25 de abril de 2019.
FRANCISCA DAS CHAGAS DAS NEVES
Gestora de Equipe/CPE

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: 3217-1328
13290020106-06.2014.8.22.0001
MANDADO DE SEGURANÇA (120)
IMPETRANTE: MONICA TURRINI DIAS DE OLIVEIRA
Advogado do(a) IMPETRANTE: CAROLINA GIOSCIA LEAL DE MELO - RO2592
IMPETRADO: ESTADO DE RONDÔNIA e outros
INTIMAÇÃO
Por ordem do(a) juiz(a) de direito EDENIR SEBASTIAO ALBUQUERQUE DA ROSA, ficam as partes intimadas para ciência e manifestação acerca do retorno dos autos do Tribunal de Justiça.
Prazo: 5 dias.
Porto Velho, 2 de maio de 2019.
ERACLIDES PEREIRA DA SILVA VIEIRA
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: 3217-1328
13290022396-91.2014.8.22.0001
MANDADO DE SEGURANÇA (120)
IMPETRANTE: ANDRADE MIGUEL DA SILVA, ADIMILSON OLIVEIRA SILVA, OZIEL ALFREDO DE AQUINO, ANTONIO ERMISSON LEMOS DE LIMA, ANDERSON EDER OLIVEIRA BITENCOURT, LIDIANA DA SILVA NEVES, ELTON WILSON DA SILVA SOUZA, FRANCY LEILA VASCONCELOS DA SILVA, ROBERT JAMES DA COSTA BORDALO
Advogado do(a) IMPETRANTE: FRANCISCO BARROSO SOBRINHO - RO5678
Advogado do(a) IMPETRANTE: FRANCISCO BARROSO SOBRINHO - RO5678
Advogado do(a) IMPETRANTE: FRANCISCO BARROSO SOBRINHO - RO5678
Advogado do(a) IMPETRANTE: FRANCISCO BARROSO SOBRINHO - RO5678
Advogado do(a) IMPETRANTE: FRANCISCO BARROSO SOBRINHO - RO5678
Advogado do(a) IMPETRANTE: FRANCISCO BARROSO SOBRINHO - RO5678
Advogado do(a) IMPETRANTE: FRANCISCO BARROSO SOBRINHO - RO5678
Advogado do(a) IMPETRANTE: FRANCISCO BARROSO SOBRINHO - RO5678
Advogado do(a) IMPETRANTE: FRANCISCO BARROSO SOBRINHO - RO5678
IMPETRADO: ESTADO DE RONDÔNIA e outros
INTIMAÇÃO
Por ordem do(a) juiz(a) de direito EDENIR SEBASTIAO ALBUQUERQUE DA ROSA, ficam as partes intimadas para ciência e manifestação acerca do retorno dos autos do Tribunal de Justiça.
Prazo: 5 dias.
Porto Velho, 2 de maio de 2019.
ERACLIDES PEREIRA DA SILVA VIEIRA
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: 3217-1328
7050054-29.2018.8.22.0001
PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: EDUARDO SHITOKO TOMA
Advogados do(a) AUTOR: OSVALDO NAZARENO SILVA BARBOSA - RO6944, CLEBER DOS SANTOS - RO3210, LAERCIO JOSE TOMASI - RO0004400A
RÉU: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
INTIMAÇÃO
Por ordem do(a) juiz(a) de direito EDENIR SEBASTIAO ALBUQUERQUE DA ROSA, ficam as partes intimadas para, querendo, especificarem as provas que pretendem produzir, justificando-as, sob pena de indeferimento.
Prazo: 05 dias.
Porto Velho, 2 de maio de 2019.
FABIANA ARAUJO SILVA
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: 3217-1329
PROCESSO:7005434-92.2019.8.22.0001
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: ADENILSON NASCIMENTO PEREIRA, ADILSON MANSKE, ADILSON VOLNEI GORCZAK, ADRISON CLAY DA CRUZ ASSUNCAO, ANDERSON NOGUEIRA DA SILVA, BENEDITO DA SILVA DE BRITO, GERSON DE MACEDO ARAUJO, GESU NASCIMENTO DA SILVA, JOSE CARLOS FLORES DE OLIVEIRA, SLOWVYCK DUTRA DA ROCHA
Advogado do(a) EXEQUENTE: ALLAN MONTE DE ALBUQUERQUE - RO5177
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA
INTIMAÇÃO
Por ordem do(a) juiz(a) de direito EDENIR SEBASTIAO ALBUQUERQUE DA ROSA, ficam as partes EXEQUENTES intimadas para ciência e manifestação acerca da impugnação apresentada pelo Estado de Rondônia (ID-26323348).
Prazo: 05(cinco) dias.
Porto Velho- RO2 de maio de 2019
FABIANA ARAUJO SILVA
Técnico Judiciário
ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública
Processo: 7023403-28.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: LUFEM CONSTRUCOES EIRELI - EPP
Advogado do(a) AUTOR: DOUGLACIR ANTONIO EVARISTO SANT ANA - RO287
RÉU: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
ATO ORDINATÓRIO
Por determinação do MM.Juiz de Direito Dr. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa, fica a parte autora intimada, via seu advogado, para apresentar manifestação nos autos quanto ao laudo pericial apresentado pelo perito, conforme certidão id n. 26874312, no prazo de 05 dias.
Porto Velho, 2 de maio de 2019.
Francisca das Chagas das Neves
Gestora de Equipe/CPE

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: 3217-13297000944-61.2018.8.22.0001
MANDADO DE SEGURANÇA (120)
IMPETRANTE: MARIA CLARA DE ARAUJO RODRIGUES PEREIRA
Advogado do(a) IMPETRANTE: RENAN THIAGO PASQUALOTTO SILVA - RO6017
IMPETRADO: ESTADO DE RONDÔNIA e outros (2)
INTIMAÇÃO
Por ordem do(a) juiz(a) de direito EDENIR SEBASTIAO ALBUQUERQUE DA ROSA, ficam as partes intimadas para ciência e manifestação acerca do retorno dos autos do Tribunal de Justiça.
Prazo: 5 dias.
Porto Velho, 2 de maio de 2019.
FABIANA ARAUJO SILVA
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: 3217-13290009544-17.2014.8.22.0007
MANDADO DE SEGURANÇA (120)
IMPETRANTE: ISAIAS GONSALVES SIQUEIRA
Advogado do(a) IMPETRANTE: ROSIMEIRY MARIA DE LIMA - RO2504
IMPETRADO: ESTADO DE RONDÔNIA e outros
INTIMAÇÃO
Por ordem do(a) juiz(a) de direito EDENIR SEBASTIAO ALBUQUERQUE DA ROSA, ficam as partes intimadas para ciência e manifestação acerca do retorno dos autos do Tribunal de Justiça.
Prazo: 5 dias.
Porto Velho, 2 de maio de 2019.
FABIANA ARAUJO SILVA
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: 3217-13290004734-80.2015.8.22.0001
EMBARGOS À EXECUÇÃO (172)
EMBARGANTE: ESTADO DE RONDÔNIA
EMBARGADO: SINDICATO DOS DELEGADOS DE POLICIA DO ESTADO DE RONDONI
Advogados do(a) EMBARGADO: DAILOR WEBER - RO5084, DAGMAR DE JESUS CABRAL RODRIGUES - RO2934, MARIA DE LOURDES DE LIMA CARDOSO - RO4114, ZENIA LUCIANA CERNOV DE OLIVEIRA - RO641, HELIO VIEIRA DA COSTA - RO640
INTIMAÇÃO
Por ordem do(a) juiz(a) de direito EDENIR SEBASTIAO ALBUQUERQUE DA ROSA, ficam as partes intimadas para ciência e manifestação acerca do retorno dos autos do Tribunal de Justiça.
Prazo: 5 dias.
Porto Velho, 2 de maio de 2019.
FABIANA ARAUJO SILVA
Técnico Judiciário

1ª VARA DE FAMÍLIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO Processo nº: 7017715-80.2019.8.22.0001
Classe: Alvará Judicial - Lei 6858/80
REQUERENTE: MARIA APARECIDA GARCIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: PABLO EDUARDO SOLLER OAB nº RO7197
ADVOGADOS DOS: DESPACHO
Vistos e examinados.
Trata-se de pleito de alvará sucessório na forma do art. 666 do CPC/2015 e da Lei nº 6.858/80.
1. Seja emendada a inicial para que a parte requerente:
a) indique se há outros bens deixados pelo falecido, especificando-os e comprovando-os;
b) não havendo outros bens, apresente declaração negativa de bens e herdeiros (podendo socorrer-se de modelo disponível na Secretaria deste Juízo);
c) instrua o processo com certidão de existência ou não de dependentes perante o INSS ou órgão ao qual era o falecido vinculado;
d) informe eventual ingresso de inventário ou outra ação de alvará sucessório anterior, indicando o respectivo juízo e numeração do processo;
2. Intime-se a parte interessada, para a providência, em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial e imediato arquivamento do feito.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO Processo nº: 7064334-73.2016.8.22.0001
Classe: Inventário
REQUERENTES: ELISNEY SOUZA ARAUJO, FABIANA DE SOUZA SIMINHUK, ADRIANA DE SOUZA ARAUJO VICTOR, ELISMAR DE SOUZA ARAUJO, TATIANA DE SOUZA ARAUJO, ELISCLEY SOUZA ARAUJO
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: JOANNES PAULUS DE LIMA SANTOS OAB nº RO4244, EDMAR DA SILVA SANTOS OAB nº RO1069
INVENTARIADOS: ELIZEU MIRANDA DE ARAUJO, ADERENICE ROSA DA SILVA
ADVOGADOS DOS INVENTARIADOS: DENERVAL JOSE DE AGNELO OAB nº RO7134 DESPACHO
Vistos e examinados.
1. Trata-se de inventário dos bens deixados por ELIZEU MIRANDA DE ARAÚJO, tendo como herdeiros:
a) ADRIANA DE SOUZA ARAÚJO (filha e inventariante);
b) ELISMAR DE SOUZA ARAUJO (filho – representado pela inventariante);
c) ELISCLEY SOUZA ARAÚJO (filho – representado pela inventariante);
d) ELISNEY SOUZA ARAUJO (filho – representado pela inventariante);
e) FABIANA DE SOUZA ARAUJO (filha – representada pela inventariante);
f) TATIANA DE SOUZA ARAUJO (filha – representada pela inventariante);
g) ADERENICE ROSA DA SILVA (companheira – não representada pela inventariante).
1.1. Bens que integram o espólio:
a) Imóvel residencial urbano, localizado na Av. Neuriza Guedes, n. 3541, Bairro Tancredo Neves, Porto Velho/RO – em nome de Aderenice (ID: 17217913);
b) Veículo, Marca GM, Modelo Classic LS, Ano 2011/2012, Cor Vermelha, Placa NCY 4335 - Num. 7752876 - Pág. 1.
1.2. As certidões negativas fiscais encontram-se no Num. 7752919 - Pág. 1 (Municipal), Num. 7752909 - Pág. 1 (Estadual) e Num. 7752932 - Pág. 1 (Federal).
Primeiras declarações no Num. 12367155.
Cálculo do imposto no Num. 12367181.
Impugnação da herdeira não representada no ID: 23017568.
Manifestação da inventariante no ID: 23723633.
1.3. Pendente: pagamento do ITCD e remessa à Fazenda Estadual.
2. Na DECISÃO de Num. 24749871 foi deferida a venda do veículo Marca GM, Modelo Classic LS, Ano 2011/2012, Cor Vermelha, Placa NCY 4335 pelo valor de R$ 18.000,00, conforme proposta juntada no ID: 16562972.
Alvará expedido no Num. 24966859 e a inventariante não mais se manifestou.
3. Intime-se a inventariante, novamente via advogado, para, em 10 (dez) dias, trazer aos autos o contrato de compra e venda, além do comprovante de depósito do montante.
Não ocorrendo manifestação, intime-se via AR, excepcionalmente (ADRIANA DE SOUZA ARAÚJO, residente nesta cidade, na Av. Pinheiro Machado, nº 4680, Bairro Flodoaldo Pontes Pinto).
4. O direito real de habitação é assegurado ao cônjuge/companheiro sobrevivente, conforme teor do art. 1.831 do CC e em tese de forma vitalícia.
Todavia, o artigo 7º, páragrafo único da Lei 9.278/1996 dispõe:
Art. 7° Dissolvida a união estável por rescisão, a assistência material prevista nesta Lei será prestada por um dos conviventes ao que dela necessitar, a título de alimentos.
Parágrafo único. Dissolvida a união estável por morte de um dos conviventes, o sobrevivente terá direito real de habitação, enquanto viver ou não constituir nova união ou casamento, relativamente ao imóvel destinado à residência da família.
Logo, assegurado à companheira Aderenice o direito real de habitação enquanto esta não constituir nova união ou casamento.
Pois bem.
A inventariante manifestou-se no ID: 23723633 noticiando e comprovando que a herdeira não representada mantém-se em novo relacionamento.
Portanto, imprescindível, antes de qualquer DECISÃO, que a companheira do falecido se manifeste quanto aos fatos trazidos, em 15 (quinze) dias, devendo apresentar documentação do que for alegar.
Intime-se.
5. Após, conclusos. Ressalto que em caso de nova inércia das partes será determinado o arquivamento provisório dos autos.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Angélica Ferreira de Oliveira Freire
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO Processo nº: 7017929-71.2019.8.22.0001
Classe: Divórcio Litigioso
REQUERENTE: E. F. V.
ADVOGADO DO REQUERENTE: LEVI DE OLIVEIRA COSTA OAB nº RO3446
REQUERIDO: L. P. C.
ADVOGADO DO REQUERIDO: DESPACHO
Vistos e examinados.
1. O processo deve ser emendado pela parte requerente, quanto ao valor da causa estipulado.
Importante e aplicável na hipótese o ensinamento de Yussef Said Cahali quanto ao valor da causa.
"O valor da ação de alimentos, consoante a regra do art. 259, VI, do CPC, corresponde a doze prestações mensais pedidas pelo

autor; tratando-se de ação de exoneração, o mesmo entendimento é de ser aplicado, por analogia, devendo assim o valor da causa corresponder ao valor ânuo da pensão de cujo pagamento pretende liberar-se o autor; assim, tanto nas ações de alimentos como nas em que se pleiteia a exoneração daquele encargo, o valor do procedimento será igual, …
Tratando-se de revisional de alimentos, parece-nos razoável o critério preconizado por Brandão Lima, como sendo o correspondente à diferença (para mais ou para menos) entre o valor pleiteado e aquele que vem sendo pago, no total de doze meses" (Dos Alimentos. 4ª ed. São Paulo: RT, 2002). Nesse sentido: RT 722150).
2. Ainda quanto a inicial, afirma ter bens móveis e imóveis, desta forma, deverão ser acostado aos autos os documentos dos mesmos (certidão de inteiro teor do imóvel, contrato de compra e venda, etc), esclarecendo se entende ser o bem imóvel objeto de partilha neste divórcio ou não, sendo que o valor da causa retificado será a somatória dos itens 1 e 2.
3. Tendo o acima declinado como premissa, necessária a emenda à inicial, atribuindo-se valor à causa, nos termos do art. 292, III e VI, do Código de Processo Civil/2015.
Prazo: 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Angélica Ferreira de Oliveira Freire
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO
Processo nº: 7046134-47.2018.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
AUTOR: C. C. N.
ADVOGADO DO AUTOR: ROGERIO SILVA SANTOS OAB nº RO7891
RÉU: M. P. D. E. D. R.
ADVOGADO DO RÉU: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos e examinados.
Determinada a emenda da petição inicial, a parte requerente não atendeu a determinação.
Portanto, deve ser a exordial indeferida por inábil a dar início à relação jurídica processual.
Posto isso, com fundamento no art. 321, parágrafo único, do CPC/2015, INDEFIRO a petição inicial e JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO.
Arquivem-se os autos independentemente de trânsito em julgado.
Sem custas e/ou honorários.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Angélica Ferreira de Oliveira Freire
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1312 e-mail: 1vfamcpe@tjro.jus.br
TERMO DE CURATELA
CURADOR(A): MONICA CONCEIÇÃO FRANCISCO e JOÃO RAIMUNDO SOBRINHO.
CURATELADO (A): MÁRIO SÉRGIO CONCEIÇÃO SOBRINHO
PROCESSO Nº: 7041003-28.2017.8.22.0001
Aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, nesta cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, no Fórum Juíza Sandra Nascimento, presentes o MM. Juiz de Direito da 1ª Vara de Família e Sucessões; MÔNICA CONCEIÇÃO FRANCISCO, brasileiro(a), portadora da RG nº 551.106 SSP/RO e CPF nº 027.425.176-00, residente e domiciliado(a) na Rua Rua Bandolin, nº 1769, APTO 01, Bairro Castanheira, nesta Capital, e JOÃO RAIMUNDO SOBRINHO, brasileiro, solteiro, pedreiro (autônomo), portador do RG nº 182.623 e devidamente inscrito no CPF sob o nº 115.793.902-34, residente e domiciliado na Rua Serra da Costa, nº 3015, Bairro Eletronorte, CEP 76808-564, a quem o MM. Juiz deferiu o compromisso na forma da lei, debaixo do qual o encarregou de bem e fielmente servir, sem dolo e sem malícia, com pura e sã consciência, o cargo de Curador(a) do Curatelado(a): MARIO SERGIO CONCEIÇÃO SOBRINHO, brasileiro(a), portador do RG nº 1122822 SSP/RO e CPF nº 012.439.472-84, portador de portador de transtorno mental e comportamental devido ao uso de Canabinoides (CID10 F12.2) e Esquizofrenia (CID10 F20.0), tornando-se incapaz para os atos da vida civil, sem qualquer das restrições previstas nos arts. 1772 e 1782 do Código Civil. Fica ciente das seguintes limitações e autorização: À curatela são aplicáveis as regras da tutela (art. 1.781 do Código Civil). Desta forma, se o(a) Curatelado(a) for possuidor ou proprietário de imóveis ou móveis, não poderão ser vendidos pelo(a) Curador(a) nem tampouco poderá retirar valores existentes em instituição bancária, a não ser mediante autorização judicial (arts. 1.750 e 1.754 do Código Civil). Não poderá também o(a) Curador(a) contrair dívidas em nome do(a) Curatelado(a), inclusive para abatimento direto em seu benefício previdenciário, a não ser por expressa e específica autorização judicial (art. 1.748, I, do Código Civil). Fica autorizado ao(a) Curador(a) receber o benefício previdenciário do(a) Curatelado(a), nos termos do art. 1.747, II, do Código Civil. Assim, tudo sob as penas e na forma da lei, prometeu cumprir. Assim, para constar, mandou lavrar este termo que, depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado.
Porto Velho - RO, 13 de dezembro de 2018.
CURADORA:
Katyane Viana Lima Meira
Juíza de Direito
CURADOR:

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO
Processo nº: 7010588-28.2018.8.22.0001
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: PAULO DAVI NUNES PINHEIRO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: EDESIO VASCONCELOS DE RESENDE OAB nº RO7513
EXECUTADO: PAULO DAVI DE OLIVEIRA PINHEIRO
ADVOGADO DO EXECUTADO:
SENTENÇA
Vistos e examinados.
Tratando-se de inexistência de bens para penhora, observa-se a ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, ensejando sua extinção, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, podendo a parte buscar, querendo, em outro momento seu crédito.
Conforme jurisprudência do E. TJ/RO, o processo executivo não pode se manter indefinidamente suspenso ante a não-localização de bens do executado passíveis de penhora. Não se localizando bens para penhora e decorrendo prazo razoável para o exequente, o juiz poderá julgar extinto o processo sem apreciação de MÉRITO. Nesse sentido, tem-se a Apelação Cível n. 100.001.1998.016652-8, relator Des. Moreira Chagas, DECISÃO unânime.
Eis outro julgado, também acerca do tema:

Data de distribuição: 15/12/2015
Data do julgamento: 19/09/2017
0021655-90.2010.8.22.0001 - Apelação
Origem: 0021655-90.2010.8.22.0001 Porto Velho/RO (1ª Vara Cível)
Apelante: Pemaza S.A.

Advogada: Karina Rocha Prado (OAB/RO 1776)
Apelado: C. Dias da Cunha - Me
Relator: Desembargador Rowilson Teixeira
Apelação cível. Execução. Extinção do processo sem julgamento do MÉRITO. Ausência de bens penhoráveis. Extinção. Diante da ausência de bens à penhora, e transcorridos longo período do início da execução, excepcionalmente é cabível a extinção do feito em razão da perda superveniente do interesse de agir. POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Isto posto, JULGO EXTINTO O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos dos artigos 485, inciso IV e 771, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil/2015.
EXPEÇA-SE ALVARÁ JUDICIAL EM FAVOR DA PARTE CREDORA PARA LEVANTAMENTO DO VALOR PENHORADO VIA BACENJUD NO Num. 23212261.
Após, arquive-se o Feito, independentemente de trânsito em julgado.
Sem custas.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Angélica Ferreira de Oliveira Freire
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO Processo nº: 7006058-83.2015.8.22.0001
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: I. V. L. F. D. S.
ADVOGADO DO EXEQUENTE: STENIO CAIO SANTOS LIMA OAB nº RO5930
EXECUTADO: C. C. D. S.
ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA DESPACHO
Vistos e examinados.
Há agravo pendente de julgamento.
1. O prazo reclamado é demasiadamente longo, de modo que DEFIRO EM PARTE o pedido de suspensão do processo, concedendo prazo de 20 (vinte) dias para o exequente requerer o que entender de direito, indicando outros bens para penhora ou localização de outros valores que venha a indicar.
2. Transcorrido o prazo e independente de nova intimação, deve a parte manifestar-se no Feito, sob pena de extinção.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Angélica Ferreira de Oliveira Freire
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO Processo nº: 7045908-13.2016.8.22.0001
Classe: Inventário
REQUERENTES: JOAO BATISTA FELIX DA CONCEICAO JUNIOR, MAYCON ALVES FELIX, MICHELE ALVES FELIX DOS SANTOS, MISSILENE ALVES FELIX BATISTA, HELIO BATISTA ALVES FELIX
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: PAULO FRANCISCO DE MATOS OAB nº RO1688, VANIA OLIVEIRA CARVAJAL OAB nº RO2122
INVENTARIADO: JOÃO BATISTA FÉLIX DA CONCEIÇÃO
ADVOGADO DO INVENTARIADO: DESPACHO
Vistos e examinados.
1. O inventariante atua com desídia, uma vez que não está atendendo aos DESPACHO s, quedando inerte às intimações realizadas.
2. Intime-se os herdeiros não representados para manifestarem-se a respeito e indicar um herdeiro para assumir o encargo de inventariante.
Prazo: 10 (dez) dias.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Angélica Ferreira de Oliveira Freire
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO Processo nº: 7017914-05.2019.8.22.0001
Classe: Interdição
REQUERENTES: ROSIELEM DINIZ LOPES, DANIELE DINIZ LOPES, ROSILANE DINIZ LOPES, SILVIA CRISTINA DINIS DA SILVA BARROS
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: FRANCISCO ALVES PINHEIRO FILHO OAB nº RO568
REQUERIDO: ROSANA DINIZ DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERIDO: DESPACHO
Vistos e examinados.
1. A considerar a nova Lei nº 13.146/2015, que deu nova redação a DISPOSITIVO s do Código Civil, e que conferiu apenas a incapacidade relativa aos curatelados e especificamente para certos atos ou à maneira de os exercer (artigo 4º, III, do CC), a teor do artigo 1.772 do CC, impôs à parte autora, nas ações de curatela, que o pedido deva ser ESPECÍFICO no que pertine a QUAL ATO não tem o requerido capacidade plena para o exercício, não cabendo mais pedido genérico de interdição.
A nova legislação impôs ao Juízo, igualmente, a limitação da curatela, julgando procedentes ou improcedentes os pleitos especificados.
O Estatuto da Pessoa com Deficiência é expresso ao afirmar que a curatela é extraordinária e restrita a atos de conteúdo patrimonial ou econômico, desaparecendo assim, a figura de interdição completa e do curador com poderes ilimitados. Dessa forma, o procedimento da curatela continuará existindo, ainda que em nova perspectiva.
Portanto, podemos observar que com o advento da Lei nº 13.146/2015, pessoas com deficiência mental ou intelectual deixaram de ser consideradas absolutamente incapazes. Todavia, em situações excepcionais, a pessoa com deficiência mental ou intelectual poderá ser submetida a curatela, no seu interesse exclusivo e não de parentes ou terceiros. Essa curatela, ao contrário da interdição total anterior, deve ser, de acordo com o art. 84 do Estatuto da Pessoa com Deficiência, proporcional às necessidades e circunstâncias de cada caso. Tem natureza de medida protetiva e não de interdição de exercício de direitos.
Nesse prumo, não há que se falar mais em “interdição”, que, em nosso direito, sempre teve por FINALIDADE vedar o exercício, pela pessoa com deficiência mental ou intelectual, de todos os atos da vida civil, impondo-se a mediação ou atuação exclusiva de seu curador. Agora, cuida-se apenas de curatela específica para determinados atos.
A exemplo, em decorrência do encargo, deverá o curador representar o curatelado nos atos que importem na administração de bens e valores, celebração de contratos e outros que exijam maior capacidade intelectual, além dos atos previstos no art. 1.782, caput, do Código Civil (emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser deMANDADO e atos que não sejam de mera administração), na forma do art. 84, § 1º, da Lei nº 13.146/2015.
2. Desse modo, deverá a requerente ESPECIFICAR os atos para os quais está a requerida limitada ao exercício, na forma circunscrita às restrições constantes do artigo 1.782 do Código Civil.
3. Sem prejuízo do acima:
a) indique de forma minuciosa se existem bens imóveis, móveis, valores, contas bancárias, benefícios previdenciários ou expectativa de direitos pleiteados em ação judicial em favor da parte requerida;

Caso positivo, deverá ser juntado aos autos os respectivos documentos comprobatórios (certidão de imóveis junto ao Cartório de Registro ou Prefeitura, número de conta bancária e saldo atualizado, extrato de benefício previdenciário, etc). Caso negativo, deverão ser juntadas certidões negativas dos Cartórios de Imóveis e Prefeitura.
b) apresente a procuração das autoras Rosilane, Rosielem e Daniele;
c) apresente cópia do título de eleitor da parte requerida, bem como certidão de quitação eleitoral a ser obtida perante a Justiça Eleitoral;
d) apresente certidões negativas dos cartórios distribuidores cíveis, criminal (estadual e federal) e trabalhista, da parte requerente e requerida;
e) traga cópia dos 3 (três) últimos comprovantes de rendimentos de cada autora, de modo a demonstrar a afeição aos benefícios da justiça gratuita reclamada. Não havendo adequação fática e documental com a situação legal prevista, deverá ser realizado o recolhimento das custas iniciais.
4. Intime-se a parte interessada para a providência, em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial e imediato arquivamento do feito.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Angélica Ferreira de Oliveira Freire
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO Processo nº: 7009811-09.2019.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
AUTOR: G. R. D. S.
ADVOGADO DO AUTOR: BRENDA MORAES SANTOS OAB nº RO8933, LARISSA SILVA PONTE OAB nº RO8929
RÉUS: G. A. J. L., E. G. D. S. L., E. G. D. S. L.
ADVOGADOS DOS RÉUS:
SENTENÇA
Vistos e examinados.
Verifica-se que a parte autora apresentou petição desistindo do prosseguimento da ação, não havendo interesse no prosseguimento da demanda.
Tem-se que não há óbice para a extinção, considerando os poderes outorgados à(s) sua(s) patrona(s).
POSTO ISSO, com fundamento no artigo 485, VIII, do Novo Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo o processo ser arquivado, observadas as cautelas e movimentações de praxe.
Sem custas e/ou honorários.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Angélica Ferreira de Oliveira Freire
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO
Processo nº: 0000176-24.2013.8.22.0102
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: V. C. D. O.
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RAQUEL OLIVEIRA DE HOLANDA GALLI OAB nº RO363, VALESKA REGINA GIL MENEZES OAB nº RO8024, PATRICIA OLIVEIRA DE HOLANDA ROCHA OAB nº RO3582A
EXECUTADO: C. R. F.
ADVOGADO DO EXECUTADO: VERONICA FATIMA BRASIL DOS SANTOS REIS CAVALINI OAB nº RO1248, GILSON LUIZ JUCA RIOS OAB nº RO178, JOSELIA VALENTIM DA SILVA OAB nº RO198
SENTENÇA
Vistos e examinados.
Tratando-se de inexistência de bens para penhora, observa-se a ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, ensejando sua extinção, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, podendo a parte buscar, querendo, em outro momento seu crédito.
Conforme jurisprudência do E. TJ/RO, o processo executivo não pode se manter indefinidamente suspenso ante a não-localização de bens do executado passíveis de penhora. Não se localizando bens para penhora e decorrendo prazo razoável para o exequente, o juiz poderá julgar extinto o processo sem apreciação de MÉRITO. Nesse sentido, tem-se a Apelação Cível n. 100.001.1998.016652-8, relator Des. Moreira Chagas, DECISÃO unânime.
Eis outro julgado, também acerca do tema:

Data de distribuição: 15/12/2015
Data do julgamento: 19/09/2017
0021655-90.2010.8.22.0001 - Apelação
Origem: 0021655-90.2010.8.22.0001 Porto Velho/RO (1ª Vara Cível)
Apelante: Pemaza S.A.
Advogada: Karina Rocha Prado (OAB/RO 1776)
Apelado: C. Dias da Cunha - Me
Relator: Desembargador Rowilson Teixeira
Apelação cível. Execução. Extinção do processo sem julgamento do MÉRITO. Ausência de bens penhoráveis. Extinção. Diante da ausência de bens à penhora, e transcorridos longo período do início da execução, excepcionalmente é cabível a extinção do feito em razão da perda superveniente do interesse de agir. POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Isto posto, JULGO EXTINTO O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos dos artigos 485, inciso IV e 771, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil/2015.
Arquive-se o Feito, independentemente de trânsito em julgado.
Sem custas.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Angélica Ferreira de Oliveira Freire
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO Processo nº: 7015559-22.2019.8.22.0001
Classe: Divórcio Consensual
A. G. D. S. A., A. R. O. D. A.
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: CARLOS EDUARDO VILARINS GUEDES OAB nº RO10007
ADVOGADOS DOS:
DECISÃO
Vistos e examinados.
Retifique-se o valor da causa para R$65.672,00.
1. Há pleito de gratuidade de justiça.
Neste caso, é necessária a demonstração de motivo justificador do pleito, não tendo os autores condições de pagamento, sem que comprometa o sustento próprio ou da família.
Nada em tal sentido fora alegado, havendo singelo pleito de gratuidade da justiça.
A autora realmente declara não possuir rendimentos - conforme Declaração de Num.26820163,p.1/2. No entanto, o autor tem profissão regular e dois empregos (contracheques de Num.26820162,p.1, 26820164,p.1, 26820165,p.1, 26820167,p.1, 26820169,p.1 e 26820170,p.1), tendo inclusive declinado rendas mensais líquidas de R$3.684,85 – média do Estado e variáveis no município – tendo recebido líquido até mesmo o montante de R$7.236,18 em Num.26820165,p.1, além de possuírem advogado particular.

Tais circunstâncias indicam que o requerente não se enquadra na impossibilidade de arcar com os custos processuais, e sendo o processo consensual, como parte autora poderá arcar com as custas.
E este é o entendimento do E. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia:
"Justiça gratuita. Indeferimento de plano. Ausência de provas. Não-recolhimento das custas processuais.
É faculdade do magistrado conceder ou não o benefício da assistência judiciária, sendo-lhe vedado apenas deixar de indicar seus elementos de convicção.
Havendo elementos que demonstram que a parte interessada detém condições de suportar as despesas do processo, deve o juiz indeferir o benefício da assistência judiciária, ainda mais quando a parte é funcionária pública e for pequeno o valor atribuído à causa" (Ap Civ 100.010.2006000031-7, unân., julg. em 26-07-2006, Rel. Juiz Jorge Luiz M. Gurgel do Amaral).
AGRAVO. GRATUIDADE DA JUSTIÇA. ELEMENTOS.
INCOMPATIBILIDADE. PEDIDO. SITUAÇÃO ECONÔMICA DA PARTE
REQUERENTE. BENEFÍCIO NEGADO.
Diante da existência de elementos que indiquem a incompatibilidade do pedido de gratuidade da justiça e a situação econômica da parte requerente, a concessão da benesse resta prejudicada.
(DJE.N.212/2008-12denovembrode2008.100.001.2007.026950-4 Agravo de Instrumento. Relator: Desembargador Moreira Chagas. DECISÃO: "AGRAVO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE").

Data de distribuição:09/12/2009
Data do julgamento: 03/02/2010
0004208-29.2009.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00853951720098220014 Vilhena/RO (4ª Vara Cível)
Agravante: Ronnie Gordon Bardales
Advogada: Glória Chris Gordon (OAB/RO 3.399)
Agravada: Refrimon A. Ltda.
Relator: Juiz Glodner Luiz Pauletto
DECISÃO:"POR UNANIMIDADE, negar provimento ao RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa: Gratuidade judiciária. Possibilidade de arcar com despesas
processuais. Benefício negado.
O benefício de gratuidade judiciária destina-se a garantir ao beneficiários que preencham os requisitos da lei o acesso à tutela jurisdicional. Havendo possibilidade de arcar com as despesas processuais sem prejuízo à subsistência da parte, não há que se falar em direito à gratuidade.
Dado todo o acima exposto, indefiro o pedido de gratuidade elencado na petição Num.26820158,p.1/6.
2. Intimem-se a parte autora para recolhimento das custas iniciais, em 15 (quinze) dias, pena de indeferimento e extinção.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019
Angélica Ferreira de Oliveira Freire
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1312 e-mail: 1vfamcpe@tjro.jus.br
Processo nº 7014582-30.2019.8.22.0001
AUTOR: R. M. C.
Advogado do(a) AUTOR: EDUARDO AUGUSTO FEITOSA CECCATTO - RO0005100A
RÉU: L. W. F. C. C.
Intimação DO REQUERENTE
FICA A PARTE AUTORA INTIMADA, por intermédio de seu advogado(a), a comparecer a AUDIÊNCIA deste processo a ser realizada na Sala de audiência da 1ª Vara de Família, localizada na Rua. Rogério Weber, nº 1872, Centro, em frente ao Bingol Clube, Porto Velho, Rondônia, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Instrução e Julgamento Sala: CONCILIAÇÕES, INSTRUÇÕES E JULGAMENTOS Data: 17/06/2019 Hora: 09:30.
OBSERVAÇÃO: Em se tratando de Audiência de Instrução e Julgamento, as partes poderão trazer para a audiência até três testemunhas – independentemente de intimação – e a documentação que julgarem necessárias para instruir do feito.
Porto Velho (RO), 2 de maio de 2019.
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO Processo nº: 7017991-14.2019.8.22.0001
Classe: Divórcio Consensual
REQUERENTES: P. M. G. D. N., L. L. D. A.
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: JEOVAL BATISTA DA SILVA OAB nº RO5943, MARIVALDO BATISTA DOS PASSOS OAB nº RO3837
ADVOGADOS DOS: DESPACHO
Vistos e examinados.
Para análise do pleito de gratuidade, tragam aos autos cópia dos 3 (três) últimos comprovantes de rendimentos de ambos os requerentes, de modo a demonstrar a afeição aos benefícios da justiça gratuita reclamada.
Em sendo o caso de profissional autônomo e/ou profissional liberal podem comprovar rendimento mensal de várias maneiras:
Contrato de prestação de serviços e recibos de comprovantes de depósitos;
Declaração do sindicato, cooperativa ou associação;
Decore com DARF (se o valor estiver acima do limite de isenção). Este documento só pode ser emitido por um contador registrado;
Recibo de Pagamento de Autônomo (RPA);
Extrato do seu banco dos últimos três meses;
Declaração Anual do Imposto de Renda ou comprovante de isenção.
Não havendo adequação fática e documental com a situação legal prevista, deverá ser realizado o recolhimento das custas iniciais, devendo atentar-se para o valor mínimo de recolhimento (R$ 105,57), nos termos do artigo 12, § 1º da Lei 3.896/2016 (Regimento de Custas do TJ/RO) e artigo 2º, § 1º do Provimento Corregedoria n. 017/2018.
Prazo: 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Angélica Ferreira de Oliveira Freire
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1312 e-mail: pvh1famil@tjro.jus.br
Processo: 7052912-67.2017.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: L. G. P. S.
EXECUTADO: JOAO SARAIVA DA SILVA
Intimação DA PARTE REQUERIDA -
FINALIDADE: intimação da Parte Requerida acerca da determinação de inscrição (art. 43, § 2º, do CDC) de seu nome no cadastro da SERASA EXPERIAN, bem como de que deverá noticiar a este Juízo a quitação integral do débito e com a comprovação respectiva, requerendo o cancelamento da inscrição, em analogia ao § 4º do art. 517 do CPC/2015, nos termos do DESPACHO de id Nº 26841230: "Vistos e examinados.
O DÉBITO ATUALIZADO É DE R$ 13.303,62
Houve pleito para inscrição no SERASAJUD (Petição de Num.26332755,p.1).

Acerca do pedido passo a deliberar.
I - DA INSCRIÇÃO NO SERASAJUD
1. Acerca do pedido de inscrição do nome da parte executada nos órgãos de proteção ao crédito (SPC e SERASA), o art. 782, § 3º, do CPC/2015, enuncia que "A requerimento da parte, o juiz pode determinar a inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes". O DISPOSITIVO está inserido no Livro II do Código de Processo Civil e que trata do processo de execução, o qual se aplica, no que couber, ao cumprimento de SENTENÇA.
Portanto, superada na doutrina e jurisprudência a questão, sendo hoje legalmente possível a inserção do nome do devedor de alimentos no rol das empresas arquivistas de crédito, não havendo que se falar em medida ilegal ou invasora da intimidade/privacidade. Ademais, havendo choque entre o direito fundamental à intimidade/privacidade e o direito fundamental da parte exequente à dignidade e vida, concretizado pelos alimentos, a toda obviedade prevalece este último, porquanto sobrelevam-se os interesses de pessoa menor de idade.
Considerando que este E. TJ/RO, em convênio com o CNJ, recentemente implementou o sistema SERASAJUD/CNJ, ferramenta esta a auxiliar os juízos na rápida inscrição sem maiores custos e de caráter nacional, determino a inscrição da parte executada somente na SERASA EXPERIAN.
1.1. Oficie-se a empresa (via sistema SERASAJUD/CNJ) para que proceda com a inscrição do nome da parte executada no rol de maus pagadores, devendo constar do registro apenas a informação acerca da existência deste processo de cumprimento de SENTENÇA de alimentos e o valor da dívida, consignando que a inscrição deverá vigorar pelo prazo de 5 (cinco) anos, aplicando-se de forma analógica o art. 43, § 1º, do CDC.
1.2. Intime-se a parte executada (via publicação deste DESPACHO no Diário da Justiça para início da contagem do prazo de impugnação, que é de 15 (quinze) dias, na forma do art. 346 do CPC/2015 – "Art. 346. Os prazos contra o revel que não tenha patrono nos autos fluirão da data de publicação do ato decisório no órgão oficial. Parágrafo único. O revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar".) com o fim de cientificá-la desta determinação de inscrição (art. 43, § 2º, do CDC), bem como de que deverá noticiar a este Juízo a quitação integral do débito e com a comprovação respectiva, requerendo o cancelamento da inscrição na SERASA EXPERIAN, em analogia ao § 4º do art. 517 do CPC/2015.
1.3. Intime-se também a parte exequente, que requereu a inscrição, quanto ao deferimento, bem como de que deverá noticiar a este juízo imediatamente se houver o pagamento do débito, a teor do § 4º do art. 782 do CPC/2015, para possibilitar a emissão de ordem de cancelamento.
1.4. Havendo notícia de quitação da dívida, promova a CPE a imediata CONCLUSÃO do Feito, de forma destacada, para análise e determinação de cancelamento da inscrição.
2. Havendo a extinção deste processo por qualquer motivação, DEVERÁ A CPE, DENTRE TODAS AS PROVIDÊNCIAS DE PRAXE, OFICIAR À SERASA (VIA SISTEMA SERASAJUD/CNJ – anexando aos autos o "espelho" do sistema) para o cancelamento da inscrição acima determinada. O processo não deverá ser arquivado sem tal providência.
3. Em seguida, colha-se parecer do Ministério Público e voltem conclusos para DECISÃO.
4. Cumpra-se com atenção. Oportunamente, conclusos.
SERVE ESTE COMO OFÍCIO/MANDADO DE INTIMAÇÃO/MANDADO DE PENHORA/CARTA INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/NOTIFICAÇÃO.
Nome: JOÃO SARAIVA DA SILVA CPF: xxxxxxxxxx
Endereço do local de trabalho: Torneadora Ricol, rua Guanabara, n.956, bairro Nossa Sra. das Graças,
Porto Velho/RO, telefone (69) xxxxxxxxxxxx
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Angélica Ferreira de Oliveira Freire
Juiz(a) de Direito"
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1312
e-mail: 1vfamcpe@tjro.jus.br
Processo: 7001260-40.2019.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- ARROLAMENTO COMUM (30)
REQUERENTE: EDSON GABRIEL FEITOSA PAULI
Advogado do(a) REQUERENTE: ANTONIO FRACCARO - RO1941
REQUERIDO: INVENTARIADO
Intimação AO AUTOR -DESPACHO
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da Parte Autora acerca do DESPACHO de ID-26824820:
"[...] 2. Não cumprido o DESPACHO de Num.25384545,p.1/2:
2.1. Não esclarecido pelo inventariante se houve SENTENÇA que reconheceu Edleia Feitosa dos Santos como companheira do falecido conforme alegado na petição inicial, e, não havendo ainda, o número do processo e o atual andamento de referida ação.
Também não esclarecido pelo inventariante quanto ao imóvel rural: lote de terra (uma chácara) medindo 50 metros de frente por 150 metros de fundos, localizado em Candeias do Jamari-RO, na região dos chacareiros. Esta chacará é a mesma noticiada na petição de Num.25420663,p.1/2
2.2. Intime-se o inventariante para se manifestar quanto aos documento do Banco do Brasil de Num.25426001,p.1, 25426002,p.1/2, 25426003,p.1/9, 25426004,p.1/10 e documento do Banco em Num.26230351,p.1, se já houve o pagamento do seguro DPVAT e Licenciamento Anual junto ao DETRAN (Doc de Num.24893874,p.1) e acerca do item 2.1.
Intime-se. Prazo para cumprimento: 15 dias....
... 3.1. Quanto ao processo 7004262-18.2019.8.22.0001, o mesmo teve designação de audiência de justificação prévia do alegado, nos termos do art. 300, §2º do CPC, para o dia 03 de maio de 2019, às 9h, para análise quanto ao pedido de tutela de imissão na posse de Joelma, na chácara localizada em Candeias do Jamari, na região dos chacareiros, tendo os filhos Edson Gabriel e Matias Henrique se habilitado nos autos, inclusive com o mesmo patrono destes autos, em Num.26658711, portanto já cientes da existência da ação de reconhebimento de união estável "post mortem", ao contrário do que fora alegado em petição de Num.26171292,p.1.
3.2. Insta frisar que há conflito de interesses entre este inventário e o reconhecimento de união estável "post mortem", pois, uma vez que julgado procedente o pleito na Ação Declaratória, haverá reflexo sucessório, assim, após a análise da manifestação dos itens 2, 2.1 e 2.2, venham os autos conclusos para análise, devendo ser prestado pelo inventariante os devidos esclarecimentos quanto ao resultado da audiência de justificação indicada no item 3.1., no mesmo prazo do item 2, 2.1 e 2.2, tendo em vista ser imprescindível esta informação, diante de tudo o acima declinado.
3.3. Intime-se.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Angélica Ferreira de Oliveira Freire
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO Processo nº: 7041154-57.2018.8.22.0001
Classe: Execução de Alimentos
C. D. C. F. D. S.
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
C. R. D. S.
ADVOGADO DO EXECUTADO: LEOMAGNO GONCALVES OAB nº RO9388

DECISÃO
Vistos e examinados.
1. Decretada a prisão civil do executado pelo débito de R$ 3.166,63, atualizado até março de 2019 (Num. 26696153).
Portanto, considerando que a pensão alimentícia vence todo dia 30 de cada mês, deve ser acrescido o mês de abril de 2019 (R$ 459,08), totalizando, então R$ 3.625,71.
O executado manifestou-se no Num. 26830772 informando a quitação do débito alimentar.
O comprovante de R$ 250,00 do dia 12/03/2019 não serve para abater débito desta demanda, uma vez que serviu no processo n. 7041153-72.2018.8.22.0001.
O comprovante de R$ 250,00 do dia 09/04/2019 e o de R$ 3.177,05 do dia 30/04/2019 devem servir para abatimento neste processo, total de R$ 3.427,05.
Logo, do débito de R$ 3.625,71, abatendo R$ 3.427,05, resta débito de R$ 198,66 (atualizado até ABRIL DE 2019).
2. Portanto, intime-se o executado, através do seu advogado, para que, no prazo de 3 (três) dias, se manifeste quanto ao valor remanescente (R$ 198,66), bem como de eventuais prestações que se vencerem no curso da demanda (§§ 5º e 7º do art. 527 do CPC/2015), apresentando a documentação que julgar pertinente.
3. Nada vindo no tríduo, expeça-se MANDADO de prisão do executado e com prazo de custódia de 3 (três) meses (§ 3º do mesmo artigo).
Vindo manifestação, tornem conclusos para extinção.
4. Expeça-se o necessário.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019
Angélica Ferreira de Oliveira Freire
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: 1vfamcpe@tjro.jus.br
Processo: 7009864-24.2018.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: T. F. G. D. S. e outros
Advogado do(a) EXEQUENTE: ROSIMAR FRANCELINO MACIEL - RO2860
Advogado do(a) EXEQUENTE: ROSIMAR FRANCELINO MACIEL - RO2860
EXECUTADO: J.S.D.S.
Intimação AO(S) EXEQUENTE(S) - DESPACHO
FINALIDADE: INTIMAÇÃO do(a)s exequente(s), por intermédio de sua advogada, acerca do DESPACHO de ID 26329915 - Pág. 2/3: "(...) 4. Seja intimada a parte exequente para indicar bens à penhora, trazendo prova concreta da propriedade e localização dos bens ou valores que venha a indicar, ou para que pleiteie o que mais entender pertinente. Deverá, inclusive, manifestar-se quanto a inexequibilidade do débito neste. momento, salientando-se que não tratar-se-ia de qualquer alteração do direito, que permanece resguardado. Prazo: 15 dias, pena de arquivamento. Porto Velho/RO, 12 de abril de 2019. (a) Tânia Mara Guirro, Juíza de Direito."
Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019.
Técnico Judiciário
(Assinado Digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO Processo nº: 0272661-60.2007.8.22.0001
Classe: Interdição
E. P. D. S.
ADVOGADO DO REQUERENTE: DENIZE RODRIGUES DE ARAUJO PAIAO OAB nº RO6174
DANIELE RODRIGUES DE ARAUJO OAB nº RO7543
DALGOBERT MARTINEZ MACIEL OAB nº RO1358
F. D. S. L.
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DECISÃO
Vistos e examinados.
1. Processo já sentenciado (Num. 18864862, p. 77-81).
2. Vieram os autos conclusos para análise de prestação de contas apresentadas pela curadora ELCIA PEREIRA DE SOUZA, curadora de FAUSTO DA SILVA LEAL, falecido em 27/01/2019, conforme Certidão de Óbito trazida aos autos (Num. 25266972).
Oportunizado, o Ministério Público oficiou pela homologação (Num. 26700282).
É o relatório. Decido.
Adoto como razão de decidir o parecer ministerial, pois vê-se que as medidas foram cumpridas com regularidade, tendo os valores levantados sido utilizados em benefício do próprio curatelado.
Posto isso, homologo a prestação de contas apresentadas no evento de Num. 25266312, p. 1-2, e documentos de Num. 25266974, p. 1-7.
Intime-se.
Após, arquivem-se os autos.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019
Angélica Ferreira de Oliveira Freire
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO Processo nº: 7027991-10.2018.8.22.0001
Classe: Execução de Alimentos
EXEQUENTE: J. J. D. C. R.
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ELIENE PATRICIA ALVES DOS SANTOS OAB nº RO8839, ROXANE FERNANDES RIBEIRO OAB nº RO8666
EXECUTADO: R. R.
ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Vistos e examinados.
1. O executado apresentou impugnação, afirmando que não possui condições de arcar com o pagamento à vista, propondo o parcelamento do débito (Num. 23320174).
A exequente, por sua vez, não aceitou o parcelamento na forma proposta pelo executado, fazendo, assim, uma contraproposta com valor maior de entrada (Num. 23644011).
Intimado para manifestação acerca da contraproposta da parte exequente (Num. 24560559, o executado quedou-se inerte.
Oportunizado, o Ministério Público se manifestou pelo prosseguimento da execução (Num. 26568377).
2. Assim, intime-se a parte exequente, através de seu patrono, para que requeira o que de direito para o prosseguimento da execução, trazendo, inclusive, planilha atualizada do débito.
Prazo: 15 (quinze) dias, sob pena de extinção.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Angélica Ferreira de Oliveira Freire
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO Processo nº: 7016455-65.2019.8.22.0001
Classe: Alvará Judicial
REQUERENTES: DIEGO QUINTELA MODKOVSKI, TEREZINHA SUELI MODKOVSKI
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: WANIA APARECIDA LEONCIO OAB nº RO8285
ADVOGADOS DOS: DESPACHO
Vistos e examinados.
Trata-se de pleito de alvará sucessório na forma do art. 666 do CPC/2015 e da Lei nº 6.858/80.
1. Quanto ao pedido de gratuidade, adotando os ensinamentos de Maria Berenice Dias (Manual das Sucessões. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008, p. 531), lembra-se que a responsabilidade pelo pagamento dos encargos processuais é do

espólio e não dos herdeiros ou beneficiários, pelo que irrelevante a situação financeira destes. Verificados bens suficientes e capazes de suportar os encargos do processo, é de se indeferir a concessão da gratuidade. Contudo, possível o deferimento do pagamento ao final, ante a inexistência de bens com liquidez imediata (TJ-RS. 7ª Câmara Cível. AI 70022778799, Rel. Ricardo Raupp Ruschel, j. em 07/04/2008).
Assim, fica o recolhimento de custas diferido ao final.
2. Deve ser emendada a inicial para que a parte requerente:
a) considerando as informações constantes da Certidão de Óbito (Num. 26572577), de que o falecido deixou 5 (cinco) filhos, traga aos autos certidão de existência ou não de dependentes perante o órgão previdenciário do de cujus;
b) não havendo dependentes e beneficiários cadastrados na previdência, os filhos do falecido são igualmente legitimados a integrar a lide. Sendo o caso, deve a requerente apresentar pedido inicial em termos, solicitando a citação de todos os filhos e incluindo-os no polo passivo da ação OU apresentar procuração com outorga de poderes de todos eles, incluindo-os no polo ativo, dispensando-se a citação e primando-se pela celeridade e economicidade processual;
c) indique se há outros bens móveis deixados pelo falecido, especificando-os e comprovando-os;
d) caso não haja outros bens, apresente declaração negativa de bens (podendo socorrer-se de modelo disponível na Secretaria deste Juízo);
e) junte as informações referentes às verbas trabalhistas devidas pelo órgão empregador do falecido, bem como extratos de conta(s) bancária(s), porquanto somente procederá o Juízo diligências se comprovada a recusa na obtenção dos documentos;
f) informe eventual ingresso de inventário ou outra ação de alvará sucessório anterior, indicando o respectivo juízo e numeração do processo.
3. Intime-se a parte interessada, para a providência, em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial e imediato arquivamento do feito.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Angélica Ferreira de Oliveira Freire
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO Processo nº: 7010816-66.2019.8.22.0001
Classe: Divórcio Litigioso
REQUERENTE: FRANCIYLTON SILVA DE FARIAS
ADVOGADO DO REQUERENTE: ALEXANDRE CARNEIRO MORAES OAB nº RO6739
REQUERIDO: TAILANDA VELOZO DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERIDO: DESPACHO
Vistos e examinados.
Registre em segredo de justiça (art. 189, II, do CPC/2015) e com gratuidade.
1. Quanto a ausência de documentos dos bens indicados para partilha, pertinente trazer à baila DECISÃO deste E. Tribunal de Justiça de Rondônia a respeito do tema:
Apelação cível. Dissolução de sociedade de fato. Partilha. Necessidade de provas. Propriedade dos bens. Para que seja deferida a partilha dos bens ao término da união estável, é imprescindível que haja provas da propriedade dos bens, bem como que estes foram adquiridos na constância da convivência. Inteligência do art. 333, inc. I, do CPC.
DECISÃO Unân. 100.007.2005.006413-0 Apelação Cível (Agravo Retido). Origem: 00720050064130 Cacoal/RO (2ª Vara Cível). Apelante/Agravante: J. X. do N. Apelada/Agravada: A. J. Relator: Desembargador Gabriel Marques de Carvalho.
2. Sobre o pedido de afastamento da requerida do lar, não se verificam presentes os requisitos necessários para a concessão da medida, quais sejam, probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (art. 300 do CPC/2015), isso porque todas as informações trazidas pelo requerente na inicial demandam dilação probatória, não vindo qualquer documento mínimo corroborante do alegado, sequer boletins de ocorrência.
Ademais, o autor já saiu da residência, não havendo motivação, então, para o afastamento da requerida do lar.
Posto isso, INDEFIRO o pedido de tutela provisória de urgência.
2.1. Designo, desde logo, audiência de tentativa de conciliação para o dia 11/06/2019, às 10h45, a ser realizada no CEJUSC (Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Família e Criminal – Av. Rogério Weber, n. 1.872, Centro, Fórum Sandra Nascimento, Porto Velho/RO).
Encaminhe-se ao CEJUSC para conciliação.
3. Não obtida a conciliação, o prazo para contestação, que é de 15 (quinze) dias (art. 335, caput, do CPC/2015), começará a fluir a partir da data da audiência, mesmo se a parte requerida citada e intimada não comparecer para o ato (art. 335, I, do CPC/2015).
Consigne-se, no expediente de citação, as advertências do artigos 334, §§ 8º, 9º e 10, 341 e 344, todos do CPC/2015.
3.1. Apresentada a contestação, intime-se a parte requerente para manifestação em réplica, no prazo de 15 (quinze) dias.
3.2. Após, intimem-se ambas as partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando a pertinência e necessidade de produção, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 357 do CPC/2015).
Acaso desejem a produção de prova oral, no mesmo prazo apresentem o rol de testemunhas e observando a limitação do § 6º do artigo retro mencionado, mesmo que venham independente de intimação, sob pena de não serem admitidas (§ 4º do mesmo artigo).
Deverão, inclusive, observar o regramento do art. 455 do CPC/2015, se aplicável.
Havendo pleito de provas, voltem conclusos para saneamento e organização do processo. Do contrário, nada havendo a ser produzido como prova, colha-se parecer do Ministério Público, acaso sua manifestação se mostre necessária, e venham conclusos.
3.3. Em caso de não apresentação da contestação, na forma do art. 344 do CPC/2015, desde logo fica reconhecida a revelia da parte requerida e com os efeitos que lhe são inerentes, ressalvadas as hipóteses trazidas no art. 345 do mesmo Codex.
3.4. Em seguida, colha-se parecer do Ministério Público, acaso sua manifestação se mostre necessária, e venham conclusos.
3.5. Até esta fase processual, a Escrivania deverá proceder com as intimações e remessas determinadas independente de CONCLUSÃO dos autos, salvo se houver algum pedido das partes nesse sentido ou ocorrer outra situação não abarcada acima.
4. Cite-se a parte requerida e intimem-se AMBAS AS PARTES. Serve este DESPACHO como MANDADO /CARTA PRECATÓRIA.
Esclareça o Oficial de Justiça à parte requerida que deverá comparecer à audiência acompanhada de advogado e, não tendo condições de constituir, poderá procurar a Defensoria Pública da Comarca (Rua Padre Chiquinho, 913, bairro Pedrinhas, próximo ao Centro Político Administrativo – CPA).
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Angélica Ferreira de Oliveira Freire
Juiz(a) de Direito
REQUERENTE: FRANCIYLTON SILVA DE FARIAS, residente e domiciliado na Rua Petrópolis, nº. 3450, Bairro Eletronorte, CEP: 76.808-460, Porto Velho/RO.
REQUERIDA: TAILANDA VELOSO DA SILVA, residente e domiciliada na Rua Petrópolis, nº. 3441 ou 3480, Bairro Eletronorte, CEP: 76.808-460, Porto Velho/RO, contato: 69 – 9601-5562.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO Processo nº: 7009374-02.2018.8.22.0001

Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
AUTOR: A. C. D. D. O. J.
ADVOGADO DO AUTOR: AGENOR NUNES DA SILVA NETO OAB nº RO5512, HELITON SANTOS DE OLIVEIRA OAB nº RO5792, VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR OAB nº RO3099, ORLANDO LEAL FREIRE OAB nº RO5117, CARLOS FREDERICO MEIRA BORRE OAB nº RO3010
RÉU: R. S. C. C.
ADVOGADO DO RÉU: OTAVIO AUGUSTO LANDIM OAB nº RO9548, CARLOS EDUARDO ROCHA ALMEIDA OAB nº RO3593, JOSE DE ALMEIDA JUNIOR OAB nº RO1370, DANTIELEM NASCIMENTO DA SILVA OAB nº RO9110, JAIRO FERNANDES DA SILVA OAB nº AM3317 DESPACHO
Vistos e examinados.
1. Veio aos autos nova informação técnica do Setor Psicossocial no Num. 26591087, noticiando a ausência das partes nas entrevistas agendadas para realização do estudo determinado.
2. Posto isso, intimem-se as partes, VIA ADVOGADO, para comparecerem ao Setor Psicossocial das Varas de Família para entrevistas no dia 30/05/2019, às 9h, devendo o requerente vir acompanhado da filha.
3. Vindo o relatório ou qualquer outra informação do setor psicossocial, colha-se parecer do Ministério Público e, após, tornem os autos conclusos.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Angélica Ferreira de Oliveira Freire
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1312 e-mail: 1vfamcpe@tjro.jus.br
Processo nº 7028400-83.2018.8.22.0001
EXEQUENTE: C. M. M. R.
Advogado do(a) EXEQUENTE: DANIEL MENDONCA LEITE DE SOUZA - RO6115
EXECUTADO: W. M. R.
Advogados do(a) EXECUTADO: GIAN DOUGLAS VIANA DE SOUZA - RO5939, MARIVONE FACHINELLO COLLINS - RO9122, JEAN KLEBER NASCIMENTO COLLINS - RO1617, ANTONIA MARIA DA CONCEICAO ALVES BIANCHI - RO8150
Intimação DAS PARTES
FINALIDADE: Ficam as partes autora e requerida, intimadas para ciência e manifestação acerca do DESPACHO de ID-26843063:DESPACHO
Vistos e examinados.
Veio aos autos, petição da parte executada de Num.26506922,p.1/2, informando o pagamento do valor de R$795,41 (Guia de depósito e comprovante de pagamento de Num.26506927,p.1 e 26506928,p.1), pleiteando a extinção do Feito e a imediata expedição de alvará de soltura, pois alega que a parte exequente deixou de informar que a pensão referente ao mês de junho de 2018 foi devidamente quitada mediante depósito na conta-corrente da mesma em 07/06/2018 (comprovante de Num.26506923,p.1, no valor de R$954,00).
Ocorre que somando todos os valores acima elencados, o total fica no importe de R$1.749,41, sendo que a exequente informa que o saldo remanescente do débito alimentar é no valor de R$1.860,67 (Petição de Num.25342896,p.1/3).
Frisa-se que o executado tem outros processos executórios correndo nesta vara, conforme informado na petição da exequente de Num.25342896,p.1/3, podendo o valor de Num.26506923,p.1, ter sido pago como quitação de débito em outro processo, como já fora até demonstrado pela exequente na referida petição, acerca de valores anteriormente pagos e acostados a este processo que não se referiam a estes autos.
Intimem-se as partes para requerer o que entender de direito, em 05 (cinco) dias, desde já esclarecendo a exequente se o comprovante de Num.26506923,p.1 - no valor de R$954,00, foi efetivamente pago para este cumprimento de SENTENÇA, bem como apresentando planilha com os descontos dos valores já pagos pelo executado, demonstrando o quantum que entende quitado e os pendentes.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Angélica Ferreira de Oliveira Freire
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1312 e-mail: pvh1famil@tjro.jus.br
Processo: 7041154-57.2018.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- EXECUÇÃO DE ALIMENTOS (1112)
EXEQUENTE: C. D. C. F. D. S.
EXECUTADO: C. R. D. S.
Advogado: LEOMAGNO GONCALVES - OAB/RO 9.388
Intimação DA PARTE EXECUTADA
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica a parte executada, por meio de seu advogado INTIMADA para, no prazo de 3 (três) dias, manifestar-se nos termos do DESPACHO de ID 26843060, item 2:
DECISÃO
Vistos e examinados.
1. Decretada a prisão civil do executado pelo débito de R$ 3.166,63, atualizado até março de 2019 (Num. 26696153).
Portanto, considerando que a pensão alimentícia vence todo dia 30 de cada mês, deve ser acrescido o mês de abril de 2019 (R$ 459,08), totalizando, então R$ 3.625,71.
O executado manifestou-se no Num. 26830772 informando a quitação do débito alimentar.
O comprovante de R$ 250,00 do dia 12/03/2019 não serve para abater débito desta demanda, uma vez que serviu no processo n. 7041153-72.2018.8.22.0001.
O comprovante de R$ 250,00 do dia 09/04/2019 e o de R$ 3.177,05 do dia 30/04/2019 devem servir para abatimento neste processo, total de R$ 3.427,05.
Logo, do débito de R$ 3.625,71, abatendo R$ 3.427,05, resta débito de R$ 198,66 (atualizado até ABRIL DE 2019).
2. Portanto, intime-se o executado, através do seu advogado, para que, no prazo de 3 (três) dias, se manifeste quanto ao valor remanescente (R$ 198,66), bem como de eventuais prestações que se vencerem no curso da demanda (§§ 5º e 7º do art. 527 do CPC/2015), apresentando a documentação que julgar pertinente.
3. Nada vindo no tríduo, expeça-se MANDADO de prisão do executado e com prazo de custódia de 3 (três) meses (§ 3º do mesmo artigo).
Vindo manifestação, tornem conclusos para extinção.
4. Expeça-se o necessário.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019
Angélica Ferreira de Oliveira Freire
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO Processo nº: 7017774-68.2019.8.22.0001
Classe: Tutela e Curatela - Remoção e Dispensa
G. R. D. S.
ADVOGADO DO REQUERENTE: FRANKLIN MOREIRA DUARTE OAB nº RO5748
A. D. J. S.
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DECISÃO
Vistos e examinados.
Trata-se de ação cautelar de busca e apreensão ajuizada por GIRLANE ROZENHA DOS SANTOS em face de ALEXANDRE DE JESUS SILVA, ambos já qualificados. Aduz, em síntese, que é genitora do menor DAVI RYAN LEX SANTOS SILVA e que a

sua guarda é compartilhada, com lar referencial na residência do genitor. Informa que o menor vem sofrendo agressões por parte da sua madrasta. Pleiteia, portanto, a medida liminar de busca e apreensão. Juntou procuração e documentos.
É o relatório. Decido.
Quanto ao pedido de liminar pleiteado, justificado pela fumaça do bom direito e pelo perigo da demora, por ora, não vislumbro que estejam presentes para deferimento nesta análise inicial, considerando que os boletins de ocorrência juntados são provas produzidas unilateralmente e que todas as informações trazidas pela requerente na inicial demandam dilação probatória.
Não há elementos junto à inicial para a concessão da liminar de busca e apreensão, o que não impede que a requerente, comprovando os fatos alegados na instrução deste feito, seja-lhe deferida a medida buscada.
Diante de todo o exposto e da falta de qualquer notícia grave que demande qualquer providência antecipada do Juízo, ainda pela falta dos requisito do fumus boni iuris e do periculum in mora, face a falta de comprovação suficiente dos fatos alegados na inicial, INDEFIRO A LIMINAR PLEITEADA.
Designo audiência para prévia justificação do alegado para o dia 13/05/2019, às 11h30.
A parte autora deverá providenciar a vinda de suas testemunhas, independentemente de intimação. Intime-se, via advogado.
Cite-se a parte requerida para contestação no prazo legal, bem como seja ela intimada a comparecer na solenidade supra mencionada.
Sem prejuízo, seja realizado estudo técnico do caso, pelo Setor Psicossocial deste Juízo, devendo o relatório vir aos autos em até 3 (três) dias antes da solenidade agendada, considerado regular dia de expediente forense. Acaso constatada qualquer situação periclitante ou grave, deverá o Setor Técnico, de pronto, comunicar o Juízo para a adoção de providências cabíveis, mesmo com apresentação de relatório parcial.
Serve esta como MANDADO. Cumpra-se pelo Plantão.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019
Angélica Ferreira de Oliveira Freire
Juiz(a) de Direito
REQUERIDO: ALEXANDRE DE JESUS SILVA, residente e domiciliado na Rua Sorriso, nº 1187, esquina com a Rua do Sol, bairro Centro, Trinfo do Candeias, Distrito do Município de Candeias do Jamari/RO.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1312
e-mail: 1vfamcpe@tjro.jus.br
Processo: 7017774-68.2019.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- TUTELA E CURATELA - REMOÇÃO E DISPENSA (1122)
REQUERENTE: G. R. D. S.
Advogado: FRANKLIN MOREIRA DUARTE - OAB/RO 5.748
REQUERIDO: A. D. J. S.
Intimação AO AUTOR - DESPACHO
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da Parte Autora acerca do DESPACHO de ID: 26846468:
DECISÃO
Vistos e examinados.
Trata-se de ação cautelar de busca e apreensão ajuizada por G. R. D. S. em face de A. D. J. S., ambos já qualificados. Aduz, em síntese, que é genitora do menor D. R..L. S. S. e que a sua guarda é compartilhada, com lar referencial na residência do genitor. Informa que o menor vem sofrendo agressões por parte da sua madrasta. Pleiteia, portanto, a medida liminar de busca e apreensão. Juntou procuração e documentos.
É o relatório. Decido.
Quanto ao pedido de liminar pleiteado, justificado pela fumaça do bom direito e pelo perigo da demora, por ora, não vislumbro que estejam presentes para deferimento nesta análise inicial, considerando que os boletins de ocorrência juntados são provas produzidas unilateralmente e que todas as informações trazidas pela requerente na inicial demandam dilação probatória.
Não há elementos junto à inicial para a concessão da liminar de busca e apreensão, o que não impede que a requerente, comprovando os fatos alegados na instrução deste feito, seja-lhe deferida a medida buscada.
Diante de todo o exposto e da falta de qualquer notícia grave que demande qualquer providência antecipada do Juízo, ainda pela falta dos requisito do fumus boni iuris e do periculum in mora, face a falta de comprovação suficiente dos fatos alegados na inicial, INDEFIRO A LIMINAR PLEITEADA.
Designo audiência para prévia justificação do alegado para o dia 13/05/2019, às 11h30.
A parte autora deverá providenciar a vinda de suas testemunhas, independentemente de intimação. Intime-se, via advogado.
Cite-se a parte requerida para contestação no prazo legal, bem como seja ela intimada a comparecer na solenidade supra mencionada.
Sem prejuízo, seja realizado estudo técnico do caso, pelo Setor Psicossocial deste Juízo, devendo o relatório vir aos autos em até 3 (três) dias antes da solenidade agendada, considerado regular dia de expediente forense. Acaso constatada qualquer situação periclitante ou grave, deverá o Setor Técnico, de pronto, comunicar o Juízo para a adoção de providências cabíveis, mesmo com apresentação de relatório parcial.
Serve esta como MANDADO. Cumpra-se pelo Plantão.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019
Angélica Ferreira de Oliveira Freire
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1312
e-mail: 1vfamcpe@tjro.jus.br
Processo nº 7017774-68.2019.8.22.0001
REQUERENTE: G. R. D. S.
Advogado do(a) REQUERENTE: FRANKLIN MOREIRA DUARTE - RO5748
REQUERIDO: A. D. J. S.
Intimação DO REQUERENTE
Fica A PARTE AUTORA INTIMADA, por intermédio de seu advogado(a), a comparecer a AUDIÊNCIA deste processo a ser realizada na Sala de audiência da 1ª Vara de Família, localizada na Rua. Rogério Weber, nº 1872, Centro, em frente ao Bingol Clube, Porto Velho, Rondônia, conforme informações abaixo:
Tipo: Justificação Sala: Conciliação, Instrução e Julgamento Data: 13/05/2019 Hora: 11:30.
OBSERVAÇÃO: A parte autora deverá providenciar a vinda de suas testemunhas, independentemente de intimação – e a documentação que julgarem necessárias para instruir do feito.
Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019.
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO Processo nº: 7030810-51.2017.8.22.0001
Classe: Inventário
REQUERENTES: YUJI FURUKAWA, JEVERSON LEANDRO COSTA, IVANETE RODRIGUES DE LIMA PEREIRA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: LINDOLFO CARDOSO LOPES JUNIOR OAB nº RO4974, MARIANNE ALMEIDA E VIEIRA DE FREITAS PEREIRA OAB nº RO3046, KELLY MEZZOMO CRISOSTOMO COSTA OAB nº RO3551, MARCIO HENRIQUE DA SILVA MEZZOMO OAB nº RO5836, JEVERSON LEANDRO COSTA OAB nº RO3134

INVENTARIADO: LAURINETE MORAIS FURUKAWA
ADVOGADO DO INVENTARIADO: DESPACHO
Vistos e examinados.
CUSTAS AO FINAL DO PROCESSO.
1. Diante do pedido do Juízo Deprecado de São José dos Campos/SP, em Num.26726020,p.1., intimem-se os requerentes, para que viabilizem a citação dos herdeiros colaterais de Hélio Furukawa (Constantes no DESPACHO de Num.25833881,p.1/6), diligenciando acerca de seu atual endereço ou requerendo o que entender de direito, sendo que, caso desejando a busca de endereço por meio eletrônico, a parte autora deverá requerê-lo de modo expresso, recolhendo as custas devidas de diligência.
2. Prazo para cumprimento: 15 (quinze) dias.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Angélica Ferreira de Oliveira Freire
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO Processo nº: 7016332-67.2019.8.22.0001
Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
AUTOR: MARCIO GLEI MORAES ROSAS
ADVOGADO DO AUTOR: ROBSON GONCALVES DE MENEZES OAB nº AM3895
RÉU: MATEUS GUSTAVO SILVA ROSAS
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
Vistos e examinados.
1.Trata-se de ação revisional de alimentos c/c pedido de exoneração de alimentos ajuizada por MARCIO GLEI DE MORAES ROSAS e em face de MATEUS GUSTAVO SILVA ROSAS, ambos já qualificados.
1.2.Compulsando os autos, verifica-se que não há coerência entre a proposição da inicial: revisional de alimentos c/c pedido de exoneração de alimentos, com o pedido realizado, pois o pedido somente pugna pela exoneração, mas não fala quanto a revisão dos alimentos.
1.3.Frisa-se que quanto ao pedido de revisional de alimentos e exoneração de alimentos: o primeiro tem o valor utilizado como BASE para apurar-se o valor ânuo dos alimentos, no caso de revisão de alimentos, deve ser a DIFERENÇA entre o valor atualmente pago e o valor que se pretende revisionar, para mais ou para menos, enquanto que o segundo visa extinguir a obrigação fixada a título de alimentos e tem como BASE para apurar-se apenas o valor ânuo dos alimentos.
2. Posto isso, intime-se a parte autora para os devidos esclarecimentos no prazo 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial, sendo que, caso necessário, retifique-se o valor da causa.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Angélica Ferreira de Oliveira Freire
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO Processo nº: 7017075-77.2019.8.22.0001
Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
AUTORES: D. G. D. C., R. B. A.
ADVOGADOS DOS AUTORES: RAIMUNDO SOARES DE LIMA NETO OAB nº RO6232
RÉU: F. D. T.
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
Vistos e examinados.
1. Para análise do pleito de gratuidade, seja emendada a inicial para que o requerente apresente cópia dos 3 (três) últimos comprovantes de rendimentos, de modo a demonstrar afeição aos benefícios da justiça gratuita reclamada. Não havendo adequação fática e documental com a situação legal prevista, deverá ser realizado o recolhimento das custas iniciais.
É nesse sentido o entendimento do STJ e TJRO:
STJ. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. REVOGAÇÃO DE BENEFÍCIO, PARA POSTERIOR COMPROVAÇÃO DE NECESSIDADE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. POSSIBILIDADE. 1. A declaração de pobreza, para fins de obtenção da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa de veracidade, admitindo-se prova em contrário. 2. Quando da análise do pedido da justiça gratuita, o magistrado poderá investigar sobre a real condição econômico-financeira do requerente, solicitando que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 329.910/AL, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/05/2014, DJe 13/05/2014). (Grifei).
TJRO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM. PROVA DA HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. EXIGÊNCIA. POSSIBILIDADE. A simples declaração de pobreza, conforme as circunstâncias dos autos, é o que basta para a concessão do benefício da justiça gratuita, porém, por não se tratar de direito absoluto, uma vez que a afirmação de hipossuficiência implica presunção juris tantum, pode o magistrado exigir prova da situação, mediante fundadas razões de que a parte não se encontra no estado de miserabilidade declarado. (Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 0011698-29.2014.8.22.0000, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, Câmaras Cíveis Reunidas, J. 05/12/2014). (Grifei).
2. Prazo para cumprimento das determinações: 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Angélica Ferreira de Oliveira Freire
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO Processo nº: 7016962-26.2019.8.22.0001
Classe: Execução de Alimentos
R. B. L. D. O.
ADVOGADO DO EXEQUENTE: IZIDORO CELSO NOBRE DA COSTA OAB nº RO3361
A. H. R. S.
ADVOGADO DO EXECUTADO:
DECISÃO
Vistos e examinados.
Sem maiores digressões, observa-se que tramitou processo de ação de alimentos, com as mesmas partes, na 2ª Vara de Família e Sucessões (autos n.0003506-58.2015.8.22.0102), inclusive tendo sido informado este número como distribuição por dependência, na inicial de Num.26709279,p.1/7, sendo aquele Juízo, portanto, o competente para o conhecimento da demanda proposta, dada a prevenção.
Promova-se a redistribuição do feito, com as cautelas e movimentações que se fizerem necessárias.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019
Angélica Ferreira de Oliveira Freire
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO Processo nº: 7016582-03.2019.8.22.0001
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: ANA CRISTINA PEREIRA DE SA DOS SANTOS
ADVOGADO DO EXEQUENTE: BRENDA STEFANE GONCALVES COELHO OAB nº RO8630

EXECUTADO: VALDEMAR ALVES DOS SANTOS FILHO
ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Vistos e examinados.
1. Deve a inicial ser emendada para que a exequente apresente cópia dos 3 (três) últimos contracheques, de modo a demonstrar afeição aos benefícios da justiça gratuita reclamada. Em sendo o caso de profissional autônomo e/ou profissional liberal pode comprovar rendimento mensal de várias maneiras:
Contrato de prestação de serviços e recibos de comprovantes de depósitos;
Declaração do sindicato, cooperativa ou associação;
Decore com DARF (se o valor estiver acima do limite de isenção). Este documento só pode ser emitido por um contador registrado;
Recibo de Pagamento de Autônomo (RPA);
Extrato do seu banco dos últimos três meses;
Declaração Anual do Imposto de Renda.
Não havendo adequação fática e documental com a situação legal prevista, deverá, no mesmo prazo, ser realizado o recolhimento das custas iniciais.
É nesse sentido o entendimento do STJ e TJRO:
STJ. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. REVOGAÇÃO DE BENEFÍCIO, PARA POSTERIOR COMPROVAÇÃO DE NECESSIDADE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. POSSIBILIDADE. 1. A declaração de pobreza, para fins de obtenção da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa de veracidade, admitindo-se prova em contrário. 2. Quando da análise do pedido da justiça gratuita, o magistrado poderá investigar sobre a real condição econômico-financeira do requerente, solicitando que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 329.910/AL, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/05/2014, DJe 13/05/2014). (Grifei).
TJRO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM. PROVA DA HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. EXIGÊNCIA. POSSIBILIDADE. A simples declaração de pobreza, conforme as circunstâncias dos autos, é o que basta para a concessão do benefício da justiça gratuita, porém, por não se tratar de direito absoluto, uma vez que a afirmação de hipossuficiência implica presunção juris tantum, pode o magistrado exigir prova da situação, mediante fundadas razões de que a parte não se encontra no estado de miserabilidade declarado. (Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 0011698-29.2014.8.22.0000, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, Câmaras Cíveis Reunidas, J. 05/12/2014). (Grifei).
2. Intime-se a parte exequente para a providência, em 15 (quinze) dias, sob pena de extinção.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Angélica Ferreira de Oliveira Freire
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO
Processo nº: 0005609-38.2015.8.22.0102
Classe: Execução de Alimentos
EXEQUENTES: I. D. J. F. A. J., L. B. F.
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: LILIAN FRANCO SILVA OAB nº RO6524
EXECUTADO: I. D. J. F. A.
ADVOGADO DO EXECUTADO:
SENTENÇA
Vistos e examinados.
1. Não localizado o executado para efetuar a custódia civil (certidão e termo de baixa e remessa dos autos da carta precatória, em Num.18806873,p.57) e considerando o transcurso do prazo in albis para manifestação da parte exequente (Intimação de Num.24219797, p.1), a extinção do processo é medida que se impõe, resguardando seu direito de ação oportunamente.
2. Posto isso, JULGO EXTINTO O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, com fulcro nos artigos 485, inciso IV, e 771, parágrafo único, ambos do CPC/2015.
Providencie a CPE as baixas pertinentes no BNMP.
Arquivem-se os autos independentemente de trânsito em julgado.
Sem custas, dada a gratuidade.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Angélica Ferreira de Oliveira Freire
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO Processo nº: 7016950-12.2019.8.22.0001
Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
AUTORES: R. L. D. S. N., V. C. E. S.
ADVOGADOS DOS AUTORES: MARILIA LISBOA BENINCASA MORO OAB nº RO2252
ADVOGADOS DOS: DESPACHO
Vistos e examinados
1. Intimem-se os requerentes para que apresentem a SENTENÇA originária de fixação dos alimentos.
Prazo:15 dias. Pena de não homologação do acordo.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Angélica Ferreira de Oliveira Freire
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO Processo nº: 7016029-53.2019.8.22.0001
Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
AUTORES: GRACIETE DOS SANTOS MORAIS DA SILVA, LUIZ RODRIGUES DA SILVA
ADVOGADOS DOS AUTORES: LAYANNA MABIA MAURICIO OAB nº RO3856
RÉUS: GLEYDSON ALMEIDA DOS SANTOS, LADSON ALMEIDA DOS SANTOS
ADVOGADOS DOS RÉUS: DESPACHO
Vistos e examinados.
1. Deve a inicial ser emendada para que os requerentes apresentem cópia dos 3 (três) últimos contracheques, de modo a demonstrar afeição aos benefícios da justiça gratuita reclamada. Não havendo adequação fática e documental com a situação legal prevista, deverá, no mesmo prazo, ser realizado o recolhimento das custas iniciais.
É nesse sentido o entendimento do STJ e TJRO:
STJ. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. REVOGAÇÃO DE BENEFÍCIO, PARA POSTERIOR COMPROVAÇÃO DE NECESSIDADE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. POSSIBILIDADE. 1. A declaração de pobreza, para fins de obtenção da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa de veracidade, admitindo-se prova em contrário. 2. Quando da análise do pedido da justiça gratuita, o magistrado poderá investigar sobre a real condição econômico-financeira do requerente, solicitando que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 329.910/AL, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/05/2014, DJe 13/05/2014). (Grifei).

TJRO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM. PROVA DA HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. EXIGÊNCIA. POSSIBILIDADE. A simples declaração de pobreza, conforme as circunstâncias dos autos, é o que basta para a concessão do benefício da justiça gratuita, porém, por não se tratar de direito absoluto, uma vez que a afirmação de hipossuficiência implica presunção juris tantum, pode o magistrado exigir prova da situação, mediante fundadas razões de que a parte não se encontra no estado de miserabilidade declarado. (Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 0011698-29.2014.8.22.0000, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, Câmaras Cíveis Reunidas, J. 05/12/2014). (Grifei).
2. O valor da causa deve corresponder ao valor ânuo dos alimentos pleiteados, consoante disposição do art. 292, III, do CPC.
Importante e aplicável na hipótese o ensinamento de Yussef Said Cahali quanto ao valor da causa.
"O valor da ação de alimentos, consoante a regra do art. 259, VI, do CPC, corresponde a doze prestações mensais pedidas pelo autor; tratando-se de ação de exoneração, o mesmo entendimento é de ser aplicado, por analogia, devendo assim o valor da causa corresponder ao valor ânuo da pensão de cujo pagamento pretende liberar-se o autor; assim, tanto nas ações de alimentos como nas em que se pleiteia a exoneração daquele encargo, o valor do procedimento será igual, …Tratando-se de revisional de alimentos, parece-nos razoável o critério preconizado por Brandão Lima, como sendo o correspondente à diferença (para mais ou para menos) entre o valor pleiteado e aquele que vem sendo pago, no total de doze meses" (Dos Alimentos. 4ª ed. São Paulo: RT, 2002). Nesse sentido: RT 722150).
Tendo o acima declinado como premissa, necessária a emenda à inicial, retificando-se o valor da causa, nos termos do art. 292, III, do Código de Processo Civil/2015.
3. Na oportunidade, anexe aos autos os documentos de identificação dos requeridos e a SENTENÇA que fixou os alimentos que se pretende exonerar.
4. Intimem-se os autores para as providências, em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial e imediato arquivamento do feito.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Angélica Ferreira de Oliveira Freire
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO Processo nº: 7007839-04.2019.8.22.0001
Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
AUTORES: ADRIELE NAIARA CAPOBIANCO COSTA OLIVEIRA, MATEUS HENRIQUE CAPOBIANCO CAJAZEIRAS, ELISSANDRA LIBNI CAPOBIANCO CAJAZEIRAS
ADVOGADOS DOS AUTORES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
RÉU: ELISSANDRO COSTA CAJASEIRAS
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
Audiência realizada conforme Ata anexa ao movimento anterior.
Cumpram-se as determinações feitas em audiência.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Angélica Ferreira de Oliveira Freire
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO Processo nº: 7016808-08.2019.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
AUTOR: RAMON SANTOS BANUS
ADVOGADO DO AUTOR: RENAN GOMES MALDONADO DE JESUS OAB nº RO5769, ELIANE MARA DE MIRANDA OAB nº RO7904
RÉU: FIRMINO GISBERT BANUS
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
Vistos e examinados.
Deve a inicial ser emendada para que a parte autora qualifique o requerido e informe o endereço para citação.
Prazo: 15 (quinze) dias.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Angélica Ferreira de Oliveira Freire
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO Processo nº: 0004144-62.2013.8.22.0102
Classe: Execução de Alimentos
EXEQUENTES: J. L. S. V. P., J. D. S. V. P.
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: GERALDO TADEU CAMPOS OAB nº MG553, GISELE ZAMBOTTO OAB nº RO5041, PAULO HENRIQUE GURGEL DO AMARAL OAB nº RO1361
EXECUTADO: J. A. V. P.
ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Vistos e examinados.
1. Defiro o pedido de pesquisa no sistema RENAJUD, em cuja pesquisa fora encontrado registro de um veículo no CPF do devedor, contudo já com restrição de circulação, inclusive referente a este processo (vide relatório anexo).
Dessa forma, desejando a parte credora a penhora do veículo deverá indicar a EXATA LOCALIZAÇÃO do bem, a fim de viabilizar o ato de penhora, via Oficial de Justiça, nos moldes do CPC.
Prazo: 15 (quinze) dias.
2. Caso contrário, seja intimada a parte exequente para APRESENTAR O DÉBITO ATUALIZADO e indicar bens à penhora, trazendo prova concreta da propriedade e localização dos bens ou valores que venha a indicar, ou para que pleiteie o que mais entender pertinente. Deverá, inclusive, manifestar-se quanto a inexequibilidade do débito neste momento, salientando-se que não tratar-se-ia de qualquer alteração do direito, que permanece resguardado. Prazo: 15 dias, pena de arquivamento.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Angélica Ferreira de Oliveira Freire
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO Processo nº: 7017333-87.2019.8.22.0001
Classe: Inventário
REQUERENTES: ALFREDO RODRIGUES MAIA FILHO, ESTHER RODRIGUES MAIA COUTO, JACILIA IZABEL RODRIGUES MAIA NOBRE
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: MARIA CLEONICE GOMES DE ARAUJO OAB nº RO1608A
INVENTARIADO: ALFREDO MAIA RODRIGUES
ADVOGADO DO INVENTARIADO: DESPACHO
Vistos e examinados.
1. Declaro aberto o inventário de ALFREDO MAIA RODRIGUES.
2. O valor da causa corresponde aos bens do espólio, sobre o qual incidirá as custas processuais e eventual tributo causa mortis.
3. Na forma do art. 617, I, do CPC/2015, nomeio inventariante a Sra. JACÍLIA IZABEL RODRIGUES MAIA NOBRE,

2ª VARA DE FAMÍLIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Comarca de Porto Velho
2ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO
Fone: (69) 3217-1312 - Email:pvh2famil@tjro.jus.brProcesso n. 7014967-75.2019.8.22.0001
Classe: Alvará Judicial - Lei 6858/80
REQUERENTES: VANESSA DE SOUZA LEITAO, EDHILLAN SOUSA DE OLIVEIRA, CATIELE APARECIDA DE SOUZA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: PAULO FRANCISCO DE MATOS OAB nº RO1688, ERICA APARECIDA SOUSA DE MATOS OAB nº RO9514
INTERESSADO: JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA
ADVOGADO DO INTERESSADO:
DECISÃO
Considerando que as custas foram recolhidas (id. 26779009), promova-se a pesquisa no Bacenjud, de modo a reunir eventuais valores depositados nas instituições financeiras em nome de MARIA DALVANI DE SOUZA, CPF 183.207.832-91, em uma conta judicial única, evitando-se que se expeça requisições desnecessárias e atrase o processamento do feito.
Aguarde-se a resposta em gabinete.
Porto Velho-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019
João Adalberto Castro Alves
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Comarca de Porto Velho
2ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO
Fone: (69) 3217- 1246 - Email:pvh2famil@tjro.jus.brProcesso n. 7010348-05.2019.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
AUTOR: H. M. R.
ADVOGADO DO AUTOR: JEFERSON DE SOUZA RODRIGUES OAB nº RO7544
RÉUS: A. E. R., D. E. R. F.
ADVOGADOS DOS RÉUS: DESPACHO
Trata-se de ação de reconhecimento da união estável post mortem. O autor afirma que viveu em união estável de 01/08/1978 a 16/10/2018 com LUZIA EVANGELISTA RIBEIRO, falecida em 16/10/2018. No polo passivo foram incluídos os dois filhos do então casal, os quais também outorgaram poderes ao patrono do autor, demonstrando que o pedido é consensual entre as partes.
Se assim, considerando que os elementos apresentados nos autos não evidenciam de forma inconteste o período da união estável alegada pelo requerente, devem as partes, no prazo de 5 dias, apresentar rol de testemunhas a serem ouvidas pelo juízo, oportunamente, em audiência a ser designada.
Int. C.
Porto Velho-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019
João Adalberto Castro Alves
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Comarca de Porto Velho
2ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO
Fone: (69) 3217-1312 - Email:pvh2famil@tjro.jus.brProcesso n. 7017295-75.2019.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
AUTOR: F. R. D. S.
ADVOGADO DO AUTOR: POMPILIA ARMELINA DOS SANTOS OAB nº RO1318
RÉU: Q. R. R. E. S.
ADVOGADO DO RÉU:
DECISÃO
Trata-se de ação de INTERDIÇÃO PROVISÓRIA E CURATELA C/C INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA.
Consultando a movimentação do processo no sistema PJE, verificou-se que a distribuição desta ação deu-se por DEPENDÊNCIA a esta vara, pelo fato de aqui tramitar os autos de modificação de guarda n. 7017295-75.2019.8.22.0001, envolvendo o filho das partes nestes autos.
Constata-se a inadequação de tal procedimento, porquanto não há qualquer das situações do artigo 286 do CPC.
Ademais, as partes não podem escolher e indicar o Juízo onde tramitará o feito.
Portanto, deixo de receber a inicial e determino que a escrivania promova a redistribuição por SORTEIO após as devidas baixas e anotações.
Cumpra-se.
Int.
Porto Velho-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019
João Adalberto Castro Alves
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Comarca de Porto Velho
2ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO
Fone: (69) 3217- 1246 - Email:pvh2famil@tjro.jus.brProcesso n. 7017507-96.2019.8.22.0001
Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
AUTOR: L. C. A. D. S., AVENIDA SETE DE SETEMBRO 7117, - DE 7460 AO FIM - LADO PAR ESCOLA DE POLÍCIA - 76824-804 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MARIA DE FATIMA DE SOUZA MAIA OAB nº RO7062
RÉU: M. A. D. D. O., RUA TAMARINEIRA, - DE 6467/6468 AO FIM CASTANHEIRA - 76811-520 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU:
DECISÃO SERVINDO COMO MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO
Trata-se de ação de alimentos promovida por C. H. A. D e A. A. D. em face de MÁRCIO ALESSANDRO DIAS DE OLIVER.
Em consulta no sistema PJE/SAP, contatou-se que tramitou ação de alimentos com as mesmas partes, na 1ª Vara de Família desta comarca, sendo o feito extinto sem julgamento de MÉRITO (processo n. 0001148-91.2013.8.22.0102).
Assim, a competência para processamento da ação ora proposta, diante da prevenção insculpida no art. 286, II do CPC, é daquele juízo.
Portanto, deixo de receber a inicial, para declinar a competência para o Juízo da 1ª Vara de Família e Sucessões.
Promova a CPE a redistribuição ao referido Juízo.
Int. C.
Porto Velho-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019
João Adalberto Castro Alves
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: 2vfamcpe@tjro.jus.br
Processo nº: 7017289-68.2019.8.22.0001
AUTOR: H C S C M, M DE S M F
Advogados do(a) AUTOR: SANGELA ROCHA AMORIM GUERRA - RO9157, RUTH GIL DO NASCIMENTO LIMA - RO6749, ANDRE FERREIRA DA CUNHA NETO - RO6682, EVANDRO JUNIOR ROCHA ALENCAR SALES - RO6494
Intimação AUDIÊNCIA

FINALIDADE: Fica a parte Autora INTIMADA do DESPACHO de ID 26838439.designo audiência de conciliação para o dia 28 de junho de 2019 às 10:30 horas.
Defiro a gratuidade.
2. Recebo a presente ação apenas como modificação de guarda com alimentos, deixando de receber o pedido de nulidade de partilha homologada por este juízo.
É que as partes, consensualmente, requereram a decretação de seu divórcio perante este juízo (autos n. 7039978-77.2017.8.22.0001), informando, à época, que inexistiam bens a partilhar. Na oportunidade, a pretensão das partes foi chancelada pelo Judiciário, que proferiu SENTENÇA homologatória, a qual já se encontra acobertada pelo manto da coisa julgada. Se assim, por se tratar de coisa julgada, não pode a parte autora, por meio desta ação, simplesmente alegar que foi enganada pelo requerido e requerer a partilha de bens supostamente amealhados na constância do casamento. A propósito, esse é o entendimento da jurisprudência:
APELAÇÃO CÍVEL. EXTINÇÃO DE CONDOMÍNIO. PLEITO DE RECONHECIMENTO DE IMÓVEL EM MANCOMUNHÃO, COM PEDIDO DE PARTILHA E EXTINÇÃO DE CONDOMÍNIO. IMPOSSIBILIDADE. ACORDO HOMOLOGATÓRIO TRANSITADO EM JULGADO, COM REGISTRO DE INEXISTÊNCIA DE BENS A PARTILHAR. AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA EXTINTIVA. Caso dos autos em que a existência de acordo homologatório firmado entre as partes quando da ação de divórcio litigioso em que afirmado a inexistência de bem a partilhar, transitou em julgado na data de 29/04/2004, cujas razões apresentadas pela autora se traduzem, em mero arrependimento posterior de um acordo desfavorável à apelante. Inadmissível a chancela do judiciário de eventual acordo verbal informal entre as partes, para justificar a desconstituição às avessas, de título judicial transitado em julgado, inclusive sob pena de violação dos princípios do contraditório e da ampla defesa. Apelação desprovida. (Apelação Cível Nº 70077610202, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: José Antônio Daltoe Cezar, Julgado em 04/10/2018). (Grifou-se).
SEPARAÇÃOJUDICIAL.REVISÃO.MODIFICAÇÃODECLÁUSULA REFERENTE À PARTILHA DE BENS. INADMISSIBILIDADE. INICIAL INEPTA POR IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. As obrigações e cláusulas referentes à partilha de bens homologadas na separação judicial não são passíveis de revisão ou modificação, porquanto contraídas de comum acordo por ocasião da separação e devidamente homologadas. A inicial é inepta, porinadmissibilidade jurídica do pedido (TJDF, Apelação Cível nº 34.079/94, Rel.Des. Nívio Gonçalves). (Grifou-se).
3. No mais, designo audiência de conciliação para o dia 28 de junho de 2019 às 10:30 horas.
Intimem-se as partes acima qualificadas (autora e requerida) para comparecerem à solenidade, que se realizará na sede deste Juízo.
Cite-se o(a) requerido(a), para responder a ação no prazo de 15 (quinze) dias. O prazo para contestar fluirá da data da audiência de conciliação, ainda que a solenidade não seja realizada (art. 697, c/c art. 335, I, CPC).
Advertência: Não sendo contestada a ação no prazo de 15 dias, presumir-se-ão aceitos pelo requerido (a), como verdadeiros, os fatos alegados pelo (a) autor (a). (art. 344, CPC).
Cumpra-se. Serve o presente como MANDADO de citação e intimação, observando-se o art. 212, § 2º, do CPC.
Dê-se ciência ao Ministério Público.
OBSERVAÇÃO: Não tendo condições de constituir advogado, poderá a parte requerida procurar a Defensoria Pública de Rondônia, sito na Rua Padre Chiquinho, n. 913, bairro Pedrinhas – tel: 3216-7289.
Porto Velho-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019
João Adalberto Castro Alves
Juiz(a) de Direito
Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019.
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: 2vfamcpe@tjro.jus.br
Processo nº: 7017630-94.2019.8.22.0001
EXEQUENTE: G. G. C., J. R. G.
Advogado do(a) EXEQUENTE: LIS REGINA FERNANDES DE MENEZES BEZERRA - RO10106
Intimação
FINALIDADE: Fica a parte Autora INTIMADA a se manifestar acerca DESPACHO de ID-26837130.DESPACHO
Emende-se a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento (art. 321, CPC), devendo o(a) autor(a) informar a conta bancária da representante legal dos menores, a fim de possibilitar o depósito dos valores da pensão alimentícia.
Int. C.
Porto Velho-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019
João Adalberto Castro Alves
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: 2vfamcpe@tjro.jus.br
Processo nº 7016382-98.2016.8.22.0001.
AUTOR: MARIA DA CONCEICAO ALVES DE SOUZA
RÉU: JOÃO PEDRO ALENCAR BEZERRA. OZICLÉIA MACEDO DE ALENCAR (REPRESENTANTE), BRENDA FERNANDA ALENCAR BEZERRA, ELLISON CAMPOS MACHADO BEZERRA, SAMANTHA DE SOUZA BEZERRA, PRISCILA SOUSA BEZERRA DA COSTA, IAN MOTTA FELÍCIO, IUDI MOTTA FELÍCIO
Advogados do(a) RÉU: TACIANE CRISTINE GARCIA DOS SANTOS ALMEIDA - RO0006356A, CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA - RO6375, ROBERTA AGNES CASARA FERNANDES DE AGUIAR - RO6352
Advogados do(a) RÉU: ANTONIO CANDIDO DE OLIVEIRA - RO2311, IZABEL CELINA PESSOA BEZERRA CARDOSO - RO796, SAMANTHA DE SOUZA BEZERRA - RO8111
INTIMAÇÃO
Por determinação do juízo, FICA A PARTE REQUERIDA INTIMADA, por intermédio de seu advogado(a), a comparecer a AUDIÊNCIA deste processo a ser realizada na Sala de audiência da 2ª Vara de Família, localizada na Rua. Rogério Weber, nº 1872, Centro, em frente ao Bingol Clube, Porto Velho, Rondônia, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Instrução e Julgamento Sala: 2ª FAMÍLIA Data: 18/07/2019 Hora: 08:30.
OBSERVAÇÃO: Em caso de Audiência de Instrução e Julgamento, as partes poderão trazer para a audiência até três testemunhas – independentemente de intimação – e a documentação que julgarem necessárias para instruir do feito.
Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019.
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Comarca de Porto Velho
2ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO
Fone: (69) 3217- 1246 - Email:pvh2famil@tjro.jus.br7028877-09.2018.8.22.0001
Separação Litigiosa
AUTOR: N. M. R. E.
ADVOGADO DO AUTOR: NOEMIA FERNANDES SALTAO OAB nº RO1355

RÉU: S. G. L. S.
ADVOGADO DO RÉU: LUCIO AFONSO DA FONSECA SALOMAO OAB nº RO1063
SENTENÇA
Nauara Maria Rodrigues Ewerton promoveu ação de reconhecimento e dissolução de união estável c.c. guarda, alimentos, regulamentação de visitas de menor e partilha de bens em face de Saulo Giordane Lopes Serra. Alegou, em síntese, que conviveram em união estável por um período de 11 (onze) anos, entre julho de 2007 e 15 de junho de 2018; que da união advieram 2 filhos, L. R. E. S. e L. L. R. E. S.; que na constância da convivência amealharam bens a serem partilhados. Requereu a fixação de alimentos provisórios para si e para os filhos; a partilha dos bens; o reconhecimento e dissolução do período de convivência em união estável. Juntou Documentos
Realizada a audiência de conciliação, restou frutífera quanto ao reconhecimento do período de convivência, alimentos entre as partes, bem como quanto a guarda, visitas e alimentos dos filhos. A lide prosseguiu quanto a partilha de bens (ID:21240844).
Citado (ID: 21091271), o requerido apresentou contestação (ID:21675279), onde alegou a falta de provas quanto a real situação e propriedade do bens elencados pela requerente na petição inicial; alegou que alguns bens foram adquiridos a título de empréstimo com pessoas parceiras do requerido; que a empresa pertencente ao requerido foi constituída antes da convivência do casal e opera com dificuldades financeiras; que os bens móveis que guarneciam a residência do casal foram devidamente divididos entre ambos, sendo vendidos pela requerente; que a parceria agrícola mencionada pela requerente existiu porém houve sérios prejuízos ao requerido. Requereu total improcedência da ação.
A parte autora apresentou impugnação (ID:22500617).
Facultada às partes a produção de outras provas, a parte autora arrolou testemunha, enquanto o requerido quedou-se inerte.
No DESPACHO saneador de id.23179786, restou definido o ponto controvertido da demanda, qual seja, apuração dos bens adquiridos na constância da união estável, patrimônio das partes e a partilha dos mesmos.
Realizada a audiência de conciliação, instrução e julgamento, foi ouvida uma testemunha da parte autora, Sra. Fabíola França Azzi Paranhos. O requerido não compareceu à solenidade (id.24865273).
A parte autora apresentou alegações finais no id.25129728.
É o relatório. Decido.
Trata-se de ação de reconhecimento e dissolução de união estável com partilha de bens.
O período da união estável vivida pelas partes foi objeto de conciliação, onde as partes concordaram que a convivência deu-se no período de julho de 2007 e 15 de junho de 2018. Assim, quanto à existência e o período da união, não há mais o que ser considerado ou discutido.
Superada a questão do reconhecimento e dissolução da união estável, passa-se à análise do acervo patrimonial e da eventual partilha dos bens.
Definidos os marcos de início e fim da convivência sob o regime de união estável, no que tange à partilha, se aplica ao caso as regras do regime da comunhão parcial de bens, a teor do art. 1.725, do Código Civil, ao passo que se comunicam os bens que sobrevierem ao casal na constância da união, com as ressalvas do artigo 1.659, do Código Civil, devem ser partilhados na proporção de cinquenta por cento para cada uma das partes.
O ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito, e ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 373). Assim, os fatos e provas dos autos serão analisados à luz dessa regra.
A respeito dos bens adquiridos na constância da união estável, a requerente indicou os seguintes bens:
a) 1 (uma) motocicleta Honda NXR 150 ano 2008/2008 placa NEB 1295 avaliada em R$ 5.000,00; b) 1 (um) veículo, tipo VW/KOMBI, ano fabricação 1996 e modelo 1997, cor branco, Combustível Gasolina, placa, NBL8640, livre e desembaraçado de quaisquer ônus ou dividas, avaliada em R$ 8.000,00; c) 2 (duas) bicicletas profissionais pretas cromadas avaliadas em R$ 2.800,00 cada uma, totalizando R$ 5.600,00; d) 2 (duas) bicicletas profissionais azul media avaliadas em R$ 2.800,00 cada uma, totalizando R$ 5.600,00; e) 2 (duas) bicicletas profissionais specialized avaliadas em R$ 3.800,00 cada uma, totalizando R$ 7.600,00; f) 3 (três) bicicletas profissionais caloi cross avaliadas em R$ 750,00 cada uma, totalizando R$ 2.250,00; g) 1 (uma) bicicleta profissionais giart avaliada em R$ 4.200,00; h) 2 (duas) pranchas standup avaliadas em R$ 1.600,00 cada uma, totalizando R$ 3.200,00; i) 2 (dois) caiaques duplos avaliados em R$ 2.600,00 cada uma, totalizando R$ 5.200,00; j) 1 (um) caiaque pequeno avaliado em R$ 1.000,00; l) 18 (dezoito) caiaques simples avaliados em R$ 1.300,00 cada uma, totalizando R$ 23.400,00; m) 7 (sete) boias cros avaliadas em R$ 970,00 cada uma, totalizando R$ 6.790,00; n) 1 (um) Big Jump avaliado em R$ 7.500,00; o) 6 (seis) capacetes specialized verdes avaliados em R$ 260,00 cada um, totalizando R$1.560,00; p) 1 (um) capacete specialized laranja avaliado em R$ 360,00; k) capital social investidos na compra de uma cafeteria R$ 40.000,00; r) capital investido em contrato de parceria agrícola R$ 35.000,00; e bens que guarnecem a residência do casal.
Passa-se, então, à apuração do que ficou comprovado em relação a cada um dos itens retrocitados.
1) Motocicleta Honda NXR 150 placa NEB 1295 e VW/KOMBI placa, NBL8640.
A autora comprovou documentalmente a existência dos veículos (id.20008853, id.20008858, id.20008865).
Em que pese a Kombi estar em nome de terceiros, a autora trouxe aos autos recibo de compra e venda do bem (id.20008858), o que foi corroborado com a oitiva da testemunha que confirmou que o requerido utiliza o veículo constantemente. Cediço, no Direito Civil, presume-se a propriedade de quem detiver a posse dos bens móveis.
Não há divergência a respeito da aquisição da motocicleta porque o próprio réu concordou com tal situação, conforme pode ser visto na contestação apresentada.
Quanto à Kombi, permanecendo inerte o requerido quanto ao referido bem, presume-se que anuiu com a partilha do mesmo.
Assim, a motocicleta Honda e Kombi acima descritas devem ser partilhadas.
2) Duas bicicletas profissionais pretas cromadas, duas bicicletas profissionais azul media, duas bicicletas profissionais specialized, três bicicletas profissionais caloi cross, uma bicicleta profissional giart, duas pranchas standup, dois caiaques duplos, um caiaque pequeno, dezoito caiaques simples, sete boias cros, um Big Jump, seis capacetes specialized verdes e um capacete specialized laranja.
Conforme se infere dos autos, referidos bens, compõem, na verdade, a empresa Amazônia Adventure Turismo e Esportes Radicais, empresa que explora atividade de turismo ecológico em Rondônia (vide site http://globoesporte.globo.com/ro/noticia/2013/09/perto-de-completar-10-anos-amazonia-adventure-ja-e-referencia-esportiva.html).
Tal assertiva também se extrai da prova testemunhal trazida pela própria autora, que em diversos momentos de seu depoimento, afirma que os bens (bicicletas, pranchas etc) são alugados para realização de trilhas e eventos do requerido.
Nos termos do artigo 1.142 do Código Civil, um estabelecimento empresarial é formado pelo conjunto de bens (máquinas, marca, tecnologia, imóvel, móveis etc.) que o empresário ou sociedade empresária reúne para a exploração da atividade econômica.
Em que pese a testemunha ter informado que esse trabalho desenvolvido pelo requerido na empresa Amazonia Adventure tenha começado após o início da união, este juízo, tendo a necessidade de apurar a data de constituição da empresa, diligenciou no site da Receita Federal, onde constatou-se por simples pequisa (pública), que a empresa foi regularizada em 17/05/2006, conforme comprovante de inscrição e de situação cadastral em anexo, ou seja, antes do início da união estável, de modo que esta não deve ser partilhada, tampouco os bens que a compõem, vez que são utilizados para a exploração da atividade empresarial.

Frise-se, por oportuno, que a prova testemunhal não pode se sobrepor à certidão oficial emitida pela Fazenda Federal.
Ademais, no tocante aos objetos descritos neste item, não se tem qualquer prova nos autos, de que os mesmos pertencem ao requerido e, a eventual pretensão de que se realize a apuração de sua existência/propriedade foge à competência deste juízo, já que trata-se de matéria empresarial e diversa da relação familiar.
Assim, considerando que os bens móveis indicados na inicial pertencem à empresa constituída antes da união estável e que não existe pedido de partilha da valorização das cotas sociais da empresa titulada pelo requerido, no período de duração da união, indefiro a partilha daqueles.
3) Capital social investido em uma cafeteria.
Com referência ao suposto empreendimento, apesar da pretensão em partilhá-los, a autora não colacionou prova de sua existência, tampouco informou o nome do estabelecimento. O requerido, quando manifestou-se nos autos, informou que a cafeteria pertenceu à sua genitora, o que torna inequívoca a sua existência, fato este corroborado pela testemunha ouvida, que afirmou que fornecia salgados para o estabelecimento.
Contudo, as provas produzidas na instrução processual não são suficientes para a comprovação do capital social investido pelo requerido, partindo-se somente de ilações, principalmente quando houve impugnação por parte do réu.
Convém ressaltar que, a autora não juntou nenhum documento que demonstrasse o investimento e participação do requerido na cafeteria ou sequer mencionou a data em que foi constituída, situação que impossibilita a partilha pleiteada.
No ponto, pertinente trazer a lume DECISÃO do egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia a respeito do tema:
Apelação cível. Dissolução de sociedade de fato. Partilha. Necessidade de provas. Propriedade dos bens. Para que seja deferida a partilha dos bens ao término da união estável, é imprescindível que haja provas da propriedade dos bens, bem como que estes foram adquiridos na constância da convivência. Inteligência do art. 333, inc. I, do CPC. DECISÃO Unân. 100.007.2005.006413-0 Apelação Cível (Agravo Retido). Origem: 00720050064130 Cacoal/RO (2ª Vara Cível). Apelante/Agravante: J. X. do N. Apelada/Agravada: A. J. Relator: Desembargador Gabriel Marques de Carvalho.
Assim, referido pedido também deve ser excluído do rol de bens partilháveis.
4) Bens que guarnecem a residência.
Na inicial a autora indicou extensa lista de bens móveis que guarnecem a residência do ex-casal (id.20008824 p. 8/9). O requerido, por sua vez, informou que "os bens móveis que guarneciam a residência do casal, foram devidamente divididos entre ambos", o que não foi refutado pela autora quando manifestou-se em réplica.
No ponto, novamente a autora não juntou nenhum documento que demonstrasse a existência e propriedade dos bens que pretende o reconhecimento e a partilha. E, conforme jurisprudência do E. Tribunal de Justiça local, indicada no item 4, "para que seja deferida a partilha dos bens ao término da união estável, é imprescindível que haja provas da propriedade dos bens, bem como que estes foram adquiridos na constância da convivência". Portanto, também devem ser excluídos da partilha. Assim, referidos bens deverão ser excluídos do rol de bens partilháveis.
5) Capital social investido em Contrato de Parceria agrícola.
A autora comprovou documentalmente a existência da parceria agrícola tendo como um dos parceiros, o requerido (id.20008869). Ademais, o próprio réu concordou com tal situação. Contudo, relatou que não auferiu nenhum ganho correspondente ao investimento que foi realizado, tendo somente prejuízos.
É incontroverso, diante da concordância do requerido e da prova documental produzida, da existência do contrato de parceria, assinado em junho de 2014 com duração mínima de 02 anos e do valor investido durante a existência da união.
Porém, eventuais lucros ou prejuízos foram auferidos quando o casal ainda vivia em união estável, pelo que se presume o seu aproveitamento em benefício daqueles.
Registre-se que as dívidas ou investimentos realizados durante a união estável por um dos companheiros presumem-se contraídas em prol da família. Em razão dessa presunção, tem-se que, nos termos do art. 1.658, do CC/02, as dívidas, contraídas durante a união estável, devem ser partilhadas na proporção da cota-parte de cada convivente, salvo prova de que o débito não resultou em prol da família.
Na espécie, verifica-se que o requerido investiu, durante a união estável que manteve com a autora, valores para exploração de produção de pirarucu e seus derivados (id.20008869 p.1). Não há nos autos qualquer prova a derruir que tal investimento não foi injetado em prol da família, ônus que incumbia à parte autora (art. 333, I, do CPC). A testemunha trazida, em nada acrescentou quanto a este ponto.
Assim, como a dissolução da sociedade findou em junho de 2018, presume-se que, o contrato assinado em 2014, trouxe benefícios (ou prejuízos) durante a constância da união estável.
Nesse sentido, com as devidas modificações, o TJ/RO posicionou-se:
Divórcio. Partilha de bens. Venda de bem. Constância do casamento. Quanto aos bens alienados na constância do casamento, entende-se que revertido o ganho para a família. Para que um bem seja incluído na partilha necessária se faz a prova de sua existência e propriedade. (Apelação, Processo nº 0005178-44.2014.822.0003, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator (a) do Acórdão: Des. Alexandre Miguel, Data de julgamento: 30/05/2016) (TJ-RO - APL: 00051784420148220003 RO 0005178-44.2014.822.0003, Relator: Desembargador Alexandre Miguel, Data de Publicação: Processo publicado no Diário Oficial em 03/06/2016.)
E demais tribunais:
CIVIL. FAMÍLIA. DIVÓRCIO LITIGIOSO. REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL. PARTILHA. BENS ADQUIRIDOS NA CONSTÂNCIA DO CASAMENTO. PRESUNÇÃO DE ESFORÇO COMUM. ART. 1.660 DO CC. VEÍCULO ALIENADO DURANTE O VINCULO CONJUGAL. PRODUTO DA VENDA REVERTIDO EM BENEFICIO DO CASAL. PRESUNÇÃO NÃO AFASTADA. ÔNUS DA APELANTE. IMPOSSIBILIDADE DE PARTILHA. RECURSO IMPROVIDO. 1. Apelação contra SENTENÇA que decretou o divórcio e julgou parcialmente procedente o pedido de partilha de bens do casal. 1.1. Nesta sede, o cônjuge virago pleitea a inclusão de bem excluído da partilha pela SENTENÇA. 1.2. Sustenta que o veículo em análise foi adquirido no decorrer do matrimônio e deve ser partilhado, não tendo o autor se desincumbido do ônus de comprovar que a aquisição havia sido feita pela sua genitora e que era ela quem utilizava o veículo. 2. Nos termos do artigo 1.658 do Código Civil, no regime de comunhão parcial, comunicam-se os bens que adquiridos na constância do casamento, salvo exceções. 2.1. Excluem-se da comunhão, dentre outros, os bens que "que cada cônjuge possuir ao casar, e os que lhe sobrevierem, na constância do casamento, por doação ou sucessão, e os sub-rogados em seu lugar", nos termos do art. 1659, inc. I, do Código Civil. 3. Nada obstante as alegações de que veículo foi adquirido no decorrer no matrimônio, o que se verifica dos autos é que o mesmo também foi alienado durante o matrimonio, não tendo a apelante logrado demonstrar que o produto da venda do veículo não se reverteu em benefício de ambos, o que ensejaria sua partilha. 3.1. Precedente: Presume-se que o valor arrecadado com a alienação do bem imóvel comum, efetuada no curso da união e com a ciência de ambos os companheiros, tenha sido revertido em prol da família, salvo prova em contrário a demonstrar o ânimo do alienante em frustrar a meação do consorte. 4.Recurso de apelação conhecido e não provido. (20130810053030APC, Relator: Simone Lucindo, 1ª Turma Cível, DJE: 12/11/2014). 5. A obrigação de partilhar os bens adquiridos na constância do casamento, ainda que em nome de um dos cônjuges, face a presunção do esforço comum para a

sua aquisição (Art. 1.660, I, do CC), vigora a presunção de que o produto da venda obtido com a alienação de bem realizada na constância do casamento também são usufruídos em prol da família, razão pela qual merece ser confirmada a SENTENÇA que excluiu o referido veículo da partilha. 6. Apelação não provida. (TJ-DF 00033953920168070011 - Segredo de Justiça 0003395-39.2016.8.07.0011, Relator: JOÃO EGMONT, Data de Julgamento: 20/03/2019, 2ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no PJe: 22/03/2019).
Assim, considerando que a autora não se desincumbiu do ônus de provar que o investimento realizado pelo requerido não foi revertido em favor da família, pouco importando se houve ou não aporte financeiro, excluo referido item da partilha.
Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I do CPC, JULGO PROCEDENTE em parte o pedido de partilha de bens e determino a partilha, na proporção de 50% para cada uma das partes, dos seguintes bens: 1. Motocicleta Honda NXR 150 placa NEB 1295 e 2. VW/KOMBI placa, NBL 8640.
Por haver a autora sucumbido em parte dos pedidos, condeno o requerido a pagar honorários advocatícios no importe de 10% do proveito econômico obtido (meação auferida), na forma do §2º do art. 85 do CPC. Condeno, igualmente, a autora a pagar honorários que fixo em 10%, referente ao valor em que sucumbiu.
Custas pro rata.
Transitada em julgado, expeça-se o necessário e, nada sendo requerido em 15 dias, arquive-se.
PRIC.
Porto Velho-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019
João Adalberto Castro Alves
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Comarca de Porto Velho
2ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO
Fone: (69) 3217- 1246 - Email:pvh2famil@tjro.jus.brProcesso n. 7028099-39.2018.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
AUTORES: MARIA DE FATIMA DOS SANTOS AMARAL, FLAVIO AMARAL RODRIGUES, FABRICIO AMARAL RODRIGUES
ADVOGADOS DOS AUTORES: ADRIANA AMARAL RODRIGUES OAB nº RO7218
RÉU: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS URBANAS RO
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
Trata-se de alvará judicial.
Por haver interesse de incapaz, dê-se vista ao MP para manifestação, no prazo de 05 dias.
C.
Porto Velho-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019
João Adalberto Castro Alves
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Comarca de Porto Velho
2ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO
Fone: (69) 3217- 1246 - Email:pvh2famil@tjro.jus.brProcesso n. 7064279-25.2016.8.22.0001
Classe: Inventário
REQUERENTES: MARIA FERREIRA DE FARIAS, EUDES NOGUEIRA DE FARIAS
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: ANA PAULA LUCAS DE AMORIM ALVES OAB nº RO4480
INVENTARIADO: MARIO JORGE FERREIRA DE FARIAS
ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Manifestem-se os autores quanto à petição de id. 26717214, no prazo de 05 dias.
Int. C.
Porto Velho-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019
João Adalberto Castro Alves
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Comarca de Porto Velho
2ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO
Fone: (69) 3217- 1246 - Email:pvh2famil@tjro.jus.brProcesso n. 7015254-38.2019.8.22.0001
Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
AUTOR: J. M. N. D. L.
ADVOGADO DO AUTOR: MARIA LUIZA DE JESUS FEITOSA OAB nº RO8990
RÉU: M. T. M. A. D. L.
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
Mantenho a DECISÃO proferida no id 26804011, pois não há prova nos autos que a requerida tenha condições de prover o próprio sustento. A informação existente em rede social no sentido de que a requerida trabalha não é suficiente para concluir ser atual e verdadeira a alegação, até mesmo por não haver nos autos quaisquer dados referentes aos rendimentos supostamente recebidos pela requerida.
Registre-se que a requerida tem apenas 20 (vinte) anos e está estudando em Curso de Nível Superior, não sendo razoável a imediata suspensão dos alimentos sem a instalação do contraditório e que a mesma possa se manifestar acerca do pedido e, se o caso, demonstrar suas necessidades de continuar a receber os alimentos.
Aguarde-se a citação da requerida.
Int. C.
Porto Velho-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019
João Adalberto Castro Alves
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Comarca de Porto Velho
2ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO
Fone: (69) 3217- 1246 - Email:pvh2famil@tjro.jus.brProcesso n. 7004502-41.2018.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
AUTOR: ANDERSON BARBOSA DE JESUS, RUA RIO GRANDE DO SUL 4100, - DE 3800/3801 AO FIM CONCEIÇÃO - 76808-318 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
RÉUS: LUZIA DE SOUZA LIMA NETA, Rua Alvino Gomes Teixeira nº 495, Condomínio Príncipe de Andorra, bloco 05, apto. 108, bairro Vila Furquim, no município de Presidente Prudente-SP
ADVOGADOS DOS RÉUS: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, RICARDO TURESSO OAB nº RO154A
DESPACHO SERVINDO COMO CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO
Trata-se de ação de modificação de guarda com pedido de tutela de urgência (guarda provisória) do menor H.V.L.D.J (8 anos) e K.V.L.D.J. (15 anos) promovido por ANDERSON BARBOSA DE JESUS (pai) em face de LUZIA DE SOUZA LIMA NETA (mãe).
A requerida foi citada por edital e foi apresentada contestação por negativa geral (id 19146849 - Pág. 1).
Posteriormente, a ré adentrou ao processo devidamente representada por advogado (id. 19914932).
Foi elaborado estudo social com o autor e o menor K.V.L.D.J., sob id. 20991094.

Elaborou-se relatório de estudo psicológico com a requerida e a menor H.V.L.D.J, sob id. 25527200, p. 10/28.
O ponto controvertido se restringe à guarda dos menores e exoneração dos alimentos fixados em favor destes. Serão admitidos como meios de provas o depoimento pessoal das partes, oitiva de testemunhas e documentos. O ônus da prova obedecerá a regra do art. 373 do CPC.
Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 16 de julho de 2017 às 8h30.
Determino o depoimento pessoal do autor, sob pena de confesso (art. 385, §1º, CPC).
Serve o presente como MANDADO de intimação do autor, com os benefícios do art. 212, § 2º do CPC.
Serve o presente como carta precatória de intimação da requerida para a audiência a ser realizada neste juízo, com os benefícios do art. 212, § 2º do CPC.
As partes não requereram prova testemunhal.
Intimem-se as partes e o MP.
Int. C.
Porto Velho-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019
João Adalberto Castro Alves
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Comarca de Porto Velho
2ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO
Fone: (69) 3217- 1246 - Email:pvh2famil@tjro.jus.brProcesso n. 7013560-73.2015.8.22.0001
Classe: Inventário
REQUERENTE: JUDITE LINA DOS ANJOS LONGHI
ADVOGADO DO REQUERENTE: PAOLA FERREIRA DA SILVA LONGHI OAB nº RO5710
INVENTARIADO: MOACIR LONGHI DESPACHO
Ante o levantamento de numerário, referente a verbas rescisórias do decujo para pagamento das custas, apresente a inventariante, novo esboço de partilha, com as devidas retificações, no prazo de 15 (quinze) dias.
Int.C.
Porto Velho-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019
João Adalberto Castro Alves
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Comarca de Porto Velho
2ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO
Fone: (69) 3217- 1246 - Email:pvh2famil@tjro.jus.brProcesso n. 7044252-50.2018.8.22.0001
Classe: Alvará Judicial - Lei 6858/80
REQUERENTES: ANTONIO BARBOSA ASSIS DE SOUZA, MIGUEL ASSIS DE SOUZA, LUIZ PEREIRA DE SOUZA, MARIA PEREIRA DE SOUZA, ALEXANDRE BERNALDINO DE SOUZA, JANAINA BERNALDINO SOUZA, ELIANA SOUZA BERNALDINO
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: LEANE ABIORANA DE MACEDO OAB nº RO1359 DESPACHO
Manifeste-se a parte autora, acerca da resposta da 1ª Vara da Justiça Federal (id. 26839864), no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção.
Int.C.
Porto Velho-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019
João Adalberto Castro Alves
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Comarca de Porto Velho
2ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO
Fone: (69) 3217- 1246 - Email:pvh2famil@tjro.jus.brProcesso n. 7043788-26.2018.8.22.0001
Classe: Arrolamento Comum
REQUERENTES: ALACILDA GUSMAO DA SILVA COSTA, MARIA LUCIA DA SILVA, ANA ROSA DA SILVA, E. C. G., ROSICLEIDE CORTEZ GUSMÃO, SONIA MARIA CORTEZ GUSMÃO, L. C. G.
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: CRISTIANE PATRICIA HURTADO MADUENO OAB nº RO1013
REQUERIDO: HELENA GUSMAN DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERIDO: DESPACHO
Ante a manifestação favorável do agente do Ministério Público de id 26729297, defiro o requerimento de id 26788160 e determino a expedição de alvará judicial específico para o pagamento das guias apresentadas de custas processuais (id 26788161) e ITCD (id 26788162 e 26788163), devendo os pagamentos serem demonstrados nos autos no prazo de 5 dias.
Considerando que uma das guias vence dia 02/05/2019, expeça-se o alvará com urgência.
Int. C.
Porto Velho-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019
João Adalberto Castro Alves
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Comarca de Porto Velho
2ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO
Fone: (69) 3217- 1246 - Email:pvh2famil@tjro.jus.brProcesso n. 7022672-61.2018.8.22.0001
Classe: Inventário
REQUERENTES: TEREZINHA DAS CHAGAS GOMES, ANTONIO CHAGAS
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: CARL TESKE JUNIOR OAB nº RO3297
INVENTARIADO: RAIMUNDO CHAGAS DESPACHO
Verifica-se que o inventariante não atendeu a todas as determinações contidas no DESPACHO de emenda lançado id. 25446748, assim deve a requerente faze-lo, no prazo derradeiro de mais 5 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento do feito.
Int. C.
Porto Velho-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019
João Adalberto Castro Alves
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Comarca de Porto Velho
2ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO
Fone: (69) 3217- 1246 - Email:pvh2famil@tjro.jus.brProcesso n. 7017873-38.2019.8.22.0001
Classe: Divórcio Consensual
REQUERENTES: F. A. A. D. S., K. D. S. M.
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: KARLA DE SOUSA MAXIMO GONCALVES OAB nº DF28507, DIVANILCE DE SOUSA ANDRADE OAB nº RO8835, KEYLA DE SOUSA MAXIMO OAB nº RO4290 DESPACHO
Emende-se a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento (art. 321, CPC), devendo os autores recolherem as custas ou fundamentar o pedido de gratuidade judiciária, demonstrando, documentalmente a impossibilidade de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo ao sustento próprio e/ou da sua família.
Registre-se, por oportuno, que, quanto ao pedido de concessão da gratuidade judiciária formulado na petição inicial, nos termos do §2º do art. 99 do CPC, é insuficiente para o deferimento do pedido a simples alegação de pobreza, pois o art. 5º, Inciso LXXIV, da Constituição Federal estabelece que o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

Nesse sentido:
INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM. PROVA DA HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. EXIGÊNCIA. POSSIBILIDADE. A simples declaração de pobreza, conforme as circunstâncias dos autos é o que basta para a concessão do benefício da justiça gratuita, porém, por não se tratar de direito absoluto, uma vez que a afirmação de hipossuficiência implica presunção juris tantum, pode o magistrado exigir prova da situação, mediante fundadas razões de que a parte não se encontra no estado de miserabilidade declarado. (TJRO Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 0011698-29.2014.8.22.0000. Relator: Des. Raduan Miguel Filho. Data de Julgamento: 05/12/2014. Publicado em 17/12/2014.)
Se assim, a mera declaração não tem o condão de suprir a exigência constitucional e não há nos autos comprovantes de rendimentos e despesas mensais aptas à tal comprovação.
Int. C.
Porto Velho-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019
João Adalberto Castro Alves
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Comarca de Porto Velho
2ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO
Fone: (69) 3217- 1246 - Email:pvh2famil@tjro.jus.brProcesso n. 7003298-59.2018.8.22.0001
Classe: Inventário
REQUERENTES: SIRLENE MENDONCA GOMES DE OLIVEIRA, ALINE GOMES DE OLIVEIRA, SIMONE GOMES DE OLIVEIRA, MARISSOL GOMES DE OLIVEIRA, DANIELI APARECIDA DE OLIVEIRA DOS SANTOS
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: FLAVIA LAIS COSTA NASCIMENTO OAB nº RO6911, MANOEL JAIRO BATISTA DE LIMA JUNIOR OAB nº RO7423, ROBERTA GONCALVES MENDES OAB nº RO8991, JOANNES PAULUS DE LIMA SANTOS OAB nº RO4244, SIMONE ALMEIDA DE OLIVEIRA OAB nº SP410020
INVENTARIADO: JOSE ATALICIO GOMES DE OLIVEIRA MENDONCA
ADVOGADO DO INVENTARIADO: DESPACHO
1. Trata-se de inventário dos bens deixados por JOSE ATALICIO GOMES DE OLIVEIRA MENDONÇA.
2. A inventariante retificou as primeiras declarações, tendo havido a concordância dos demais herdeiros e do agente do Ministério Público.
3. Deve a inventariante demonstrar o pagamento das dívidas estaduais que impedem a expedição da certidão negativa de débitos, bem como, deve promover o recolhimento das custas processuais e do ITCD, ou requerer o que de direito para a CONCLUSÃO do feito, no prazo de 5 dias.
Int. C.
Porto Velho-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019
João Adalberto Castro Alves
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Comarca de Porto Velho
2ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO
Fone: (69) 3217- 1246 - Email:pvh2famil@tjro.jus.brProcesso n. 7017602-29.2019.8.22.0001
Classe: Inventário
REQUERENTES: ANA ROSA SILVA DOS SANTOS, LEONARDA MENDES DOS SANTOS MOREIRA, MARIA ALVINHA DOS SANTOS
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: SEBASTIAO LIMA DE SOUZA OAB nº RO6789, JOAO DAMASCENO BISPO DE FREITAS OAB nº RO979
INVENTARIADOS: MARIA SILVA DOS SANTOS, LEONARDO ROQUE DOS SANTOS DESPACHO
1) Trata-se de inventário dos bens deixados por LEONARDO ROQUE DOS SANTOS e MARIA SILVA DOS SANTOS, proposta pelos filhos de ambos.
1.1) O artigo 672 do CPC preconiza que é licita a cumulação de inventários para a partilha de heranças de pessoas diversas quando houver: "I - identidade de pessoas entre as quais devam ser repartidos os bens;[...]". O texto legal não deixa dúvidas acerca da possibilidade de cumulação de inventários. No presente caso, os bens serão adjudicados em favor da mesma pessoa, daí porque defiro a cumulação de inventários pretendida.
2) Nomeio a requerente MARIA ALVINHA DOS SANTOS, inventariante, que prestará compromisso em 05 dias.
2.1) Deverá o inventariante prestar as primeiras declarações (art. 620, CPC), em 20 dias, após prestar o compromisso. No mesmo prazo deverá providenciar as certidões negativas de tributos da Fazenda Pública Federal, Municipal e Estadual em nome dos decujos.
3. Compulsando a inicial e os documentos acostados, verifica-se que na certidão de óbito de Maria Silva dos Santos (id 26801410 p. 4), informa que a falecida deixou 04 filhos. Assim, devem os interessados, incluir o herdeiro da falecida Maria Silva dos Santos no polo ativo, juntando cópia da documentação e procuração de cada um deles. Não sendo representado pelo mesmo advogado, deve o requerente informar a qualificação e endereço do herdeiro, promovendo a citação, a fim de que sejam habilitados nos autos.
Int. C.
Porto Velho-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019
João Adalberto Castro Alves
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: 2vfamcpe@tjro.jus.br
Processo: 7010871-17.2019.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- EXECUÇÃO DE ALIMENTOS (1112)
EXEQUENTE: H. S. M. S.
Advogado do(a) EXEQUENTE: NELSON SERGIO DA SILVA MACIEL - RO624
INTIMAÇÃO AO AUTOR
FINALIDADE: INTIMAR a parte autora para se manifestar acerca do documento ID 26604124 juntado pelo executado, no prazo legal.
Porto Velho (RO), 2 de maio de 2019.
Técnico Judiciário
(assinado digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: 2vfamcpe@tjro.jus.br
Processo: 7035325-95.2018.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- EXECUÇÃO DE ALIMENTOS (1112)
EXEQUENTE: J. G. d eA. N.
Advogados do(a) EXEQUENTE: ITALO FERNANDO SILVA PRESTES - RO7667, JESSICA PEIXOTO CANTANHEDE - RO2275, RENAN THIAGO PASQUALOTTO SILVA - RO6017, HELON MENDES DE SANTANA - RO6888
INTIMAÇÃO AO AUTOR
FINALIDADE: INTIMAR a parte autora, por intermédio de seus advogados, para se manifestar acerca da certidão de id. n.

26864340: “Certifico e dou fé que, procedo a juntada da pesquisa realizada no sistema RENAJUD, a qual restou infrutífera, visto que o veículo registrado em nome do requerido, já consta RESTRIÇÃO.
Porto Velho (RO), 2 de maio de 2019.
Técnico Judiciário
(assinado digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: 2vfamcpe@tjro.jus.br
Processo: 7006981-70.2019.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- ABERTURA, REGISTRO E CUMPRIMENTO DE TESTAMENTO (51)
REQUERENTE: M R C D A
Advogado do(a) REQUERENTE: NOEMIA FERNANDES SALTAO - RO1355
REQUERIDO: J P G D A
INTIMAÇÃO AO AUTOR - SENTENÇA
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da Parte Autora acerca da SENTENÇA de ID26041014: “[...] Ante o exposto, DECLARO A VALIDADE DO TESTAMENTO firmado por J P G D A, e determino seu registro e arquivamento, na forma do art 736 e 735, §2º do CPC. Considerando que não há testamenteiro nomeado, nomeio testamenteira dativa a herdeira J C G d A, nos termos do disposto no art. 735, §4º do CPC, c/c art. 1.984 do CC.”
Porto Velho (RO), 2 de maio de 2019.
Técnico Judiciário
(Assinado Digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Comarca de Porto Velho
2ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO
Fone: (69) 3217- 1246 - Email:pvh2famil@tjro.jus.brProcesso n. 7012291-57.2019.8.22.0001
Classe: Alvará Judicial - Lei 6858/80
REQUERENTES: PAULO ROBERTO LEAL OTTO BARBOZA, PAMELLA VANESSA LUCIA OTTO BARBOZA, VANELMA GOMES CARVALHO
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: SILVIO MACHADO OAB nº RO3355
INTERESSADOS: PAULA DE CARVALHO BARBOZA CORREIA BRANCO, MICHELE DE CARVALHO BARBOZA BRANCO, LEONARDO DE CARVALHO BARBOZA, SOLANGE DE CARVALHO BARBOZA
ADVOGADOS DOS INTERESSADOS: DESPACHO
Trata-se de Alvará Judicial promovido por Vanelma Gomes Carvalho, Pamella Vanessa Lucia Otto Barboza e Paulo Roberto Leal Otto Barboza, para levantamento de valores pertencentes a Paulo Roberto Otto Barboza, falecido.
A parte autora Sra. Vanelma Gomes se qualificou como viúva, enquanto os autores Pamella Vanessa e Paulo Roberto como filhos; alegaram existir valores, em nome do falecido, proveniente dos Autos de n. 96.00.01306-3 - 1ª Vara da Justiça Federal da Seção Judiciária de Rondônia; alegaram que os referidos valores já haviam sido transferidos para conta judicial vinculada ao Processo n. 7030011-71.2018.8.22.0001, o qual tramitou nesta 2ª Vara de Família e Sucessões e foi extinto sem resolução de MÉRITO. Requereram o levantamento daqueles valores em cotas iguais. Juntaram documentos.
Intimados a prestar esclarecimentos quanto aos herdeiros apontados na certidão de ID: 25978023 e apresentar Certidão de Casamento do decujo e da Sra. Vanelma Gomes Carvalho (ID: 26130314), os interessados se restringiram a informar que não teriam como qualificar os demais herdeiros e não apresentaram a documentação requisitada por este juízo.
Posteriormente, espontaneamente se apresentaram e requereram habilitação nos autos os herdeiros Solange de Carvalho Barboza, Leonardo de Carvalho Barboza, Michele de Carvalho Barboza Branco e Paula de Carvalho Barboza Branco (ID: 26492577).
Registre-se que no ato do requerimento de habilitação a Sra. Solange Monteiro, qualificou-se como viúva do decujo, bem como apresentou Certidão de Casamento (ID: 26492582 p. 2 de 3).
1. Se assim defiro a habilitação dos herdeiros Solange de Carvalho Barboza, Leonardo de Carvalho Barboza, Michele de Carvalho Barboza Branco e Paula de Carvalho Barboza Branco nos presentes autos;
2. Considerando a situação apresentada devem os autores se manifestarem quanto à petição de ID: 26492577, bem como apresentar comprovação inequívoca da condição de viúva da Sra. Vanelma Gomes Carvalho, no prazo de 05 (cinco) dias.
Int. C.
Porto Velho-RO, quinta-feira, 2 de maio de 2019
João Adalberto Castro Alves
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Comarca de Porto Velho
2ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO
Fone: (69) 3217- 1246 - Email:pvh2famil@tjro.jus.brProcesso n. 7023822-14.2017.8.22.0001
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: S. S. D. S.
ADVOGADO DO EXEQUENTE: NADIA SILVEIRA DA SILVA OAB nº RO7129
EXECUTADO: A. S. F.
ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA DESPACHO
1. Trata-se de cumprimento de SENTENÇA de alimentos pelo rito da penhora, cujo débito é de R$1.721,40.
2. Houve bloqueio via BacenJud (R$ 201,20 - id 22848117- Pág. 1/3) e o requerido foi intimado na pessoa do seu Curador Especial, que deixou de impugnar a execução (id 23456680).
3. Realizado o levantamento do numerário, a parte autora informou o valor atualizado da dívida (R$ 1520,00) e requereu nova penhora on line via Bacenjud (id. 2643676).
4. Indefiro requerimento de id. 2643676, visto que transcorrido menos de 06 meses do último bloqueio realizado em 12/11/2018. Sendo assim, é admissível a realização de nova penhora on line, conquanto haja, junto ao pedido demonstração de novas provas ou indícios de modificação na situação econômica do executado.
5. Se assim, manifeste-se a parte autora em prosseguimento, requerendo o que de direito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção.
Int.
Porto Velho-RO, quinta-feira, 2 de maio de 2019
João Adalberto Castro Alves
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Comarca de Porto Velho
2ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO
Fone: (69) 3217- 1246 - Email:pvh2famil@tjro.jus.brProcesso n. 7017618-80.2019.8.22.0001
Classe: Arrolamento Sumário
REQUERENTES: MARIA CLAUDETE SILVERIO, CLAUDEMIR SILVERIO, ALDORI SILVERIO, CLAUDIR SILVERIO
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: REINALDO ROSA DOS SANTOS OAB nº RO1618, ADEMIR DIAS DOS SANTOS OAB nº RO3774

REQUERIDO: JANDIRA SILVERIO
ADVOGADO DO REQUERIDO: DESPACHO
Trata-se de inventário, pelo rito do arrolamento, dos bens deixados por AMILTON SILVERIO. Os herdeiros, todos maiores e capazes, apresentaram certidões negativas de débitos fiscais.
Nomeio inventariante o herdeiro CLAUDIR SILVERIO, independentemente da expedição de termo.
Emende-se a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento (art. 321, CPC), devendo o(a) autor(a):
1. Apresentar certidão de inteiro teor atualizada do imóvel rural;
2. Apresentar documento atualizado do veículo;
3. Recolher as custas processuais, eis que indefiro a gratuidade judiciária, pois, nos inventários e arrolamentos as custas são suportadas pelas forças da herança, não importando as condições dos beneficiários.
4. Recolher as custas processuais de R$ 15,00, necessárias para a realização de pesquisa junto ao BacenJud.
Int. C.
Porto Velho-RO, quinta-feira, 2 de maio de 2019
João Adalberto Castro Alves
Juiz(a) de Direito

3ª VARA DE FAMÍLIA

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1728, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: 3vfamcpe@tjro.jus.br
Processo nº 7013083-11.2019.8.22.0001
AUTOR: P. H. S. L. D.
Advogado do(a) AUTOR: ALBERTO JUNIOR DE SOUZA CALDEIRA - RO8411
Advogado do(a) AUTOR: ALBERTO JUNIOR DE SOUZA CALDEIRA - RO8411
RÉU: W. D. M. D.S F.
Intimação DO REQUERENTE
FICA A PARTE AUTORA INTIMADA, por intermédio de seu advogado(a), a comparecer a AUDIÊNCIA deste processo a ser realizada na Sala 1 do Setor Psicossocial, localizada na Rua. Rogério Weber, nº 1872, Centro, em frente ao Bingool Clube, Porto Velho, Rondônia, conforme informações abaixo:
Tipo: sessão de mediação Sala: sala 1 do Setor Psicossocial Data: 26/06/2019 Hora: 10:30
Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO PROCESSO Nº 7017287-98.2019.8.22.0001
CLASSE: Divórcio Litigioso
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
REQUERENTE: ARMANDO ALFREDO WELKE
REQUERIDO: MARIA GREICE AUZIER
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO:
1. Processe-se em segredo e com gratuidade da Justiça.
2. Designo audiência de conciliação para o dia 5 de junho de 2019, às 9h.
3. CITE-SE a parte requerida, consignando-se que o prazo para contestar é de 15 dias úteis e fluirá da data da audiência de conciliação, ficando ciente que, não sendo apresentada a contestação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte requerente.
4. INTIMEM-SE requerente e requerido para a audiência designada, devendo comparecer acompanhados de seus advogados.
5. Ciência ao Ministério Público.
6. Sirva-se de MANDADO. O Oficial de Justiça deverá informar que, não tendo condições de constituir advogado, a parte requerida deverá procurar a Defensoria Pública da Comarca.
Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019
Assinado eletronicamente
Aldemir de Oliveira
Juiz de Direito
ENDEREÇOS:
REQUERENTE:
REQUERENTE: ARMANDO ALFREDO WELKE, RUA 22 DE SETEMBRO 127 SATÉLITE - 76860-000 - CANDEIAS DO JAMARI - RONDÔNIA
REQUERIDO:
REQUERIDO: MARIA GREICE AUZIER, BR 364 s/n, SENTIDO CUIABÁ, PAMAS ZONA RURAL - 76900-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
SEDE DO JUIZO: Fórum JUIZA SANDRA NASCIMENTO – 3ª Vara de Família, Rua Rogério Weber, nº 1872, Centro, Porto Velho/RO - Fone 3217-1316 – e-mail: pvh3famil@tjro.jus.br.
DEFENSORIA PÚBLICA: Rua Padre Chiquinho, nº 913, Bairro Pedrinhas;

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1728, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: 3vfamcpe@tjro.jus.br
Processo: 7051463-74.2017.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- INTERDIÇÃO (58)
REQUERENTE: JOSE DE ARRUDA FILHO
REQUERIDO: ELIANE CEZARIO DE ARRUDA
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE CURATELA
PRAZO: 10 (dez) DIAS
CURATELA DE
Nome: ELIANE CEZARIO DE ARRUDA
Endereço: Rua Joaquim Nabuco, - de 1840 a 2300 - lado par, KM 1, Porto Velho - RO - CEP: 76804-104
FINALIDADE: FAZ SABER a todos quantos que foi processado por este Juízo e Cartório da 3ª Vara de Família, a ação de CURATELA, em que JOSE DE ARRUDA FILHO, requer a decretação de Curatela de ELIANE CEZARIO DE ARRUDA, conforme se vê da SENTENÇA a seguir transcrita: “.....”
Vistos e etc.
JOSE DE ARRUDA FILHO, por meio de advogados regulamente constituídos, propôs a presente ação de Curatela em face de ELIANE CEZÁRIO DE ARRUDA, ambos qualificados. Alegou, em síntese, que: a) é irmão da requerida; b) a requerida é portadora do Transtorno Afetivo Bipolar, sendo incapaz para os atos da vida civil. Juntou documentos. Requereu a decretação da interdição e a sua nomeação como curador. Emendou a petição inicial, esclarecendo que a requerida não possui bens e anexando comprovante de rendimentos do requerente e o titulo eleitoral da requerida (id nº 16178598, id. n° 16178599, id. n° 16178600 - pp. 1-3, id. n° 16178601, id. n° 16178603 e id. n° 16178604 - pp. 1-3). Emenda a petição inicial, comunicando que a requerida recebeu alta médica hospitalar e comprovando o recolhimento das custas iniciais (id. n° 16613048, id. n° 16613062 e id. n° 16613066). Citada e intimada (id nº 17598391), a requerida foi apresentada à entrevista. O requerente foi ouvido em audiência (id. nº 17922208 - pp. 1-5). O Curador Especial apresentou contestação por negativa geral sustentando que em caso de procedência, deve ser observado os limites da curatela, em razão das inovações da lei nº 13.146/2015 (id nº 18707605 - pp. 1-3). O requerente apresentou impugnação à contestação (id. n° 19848668 - pp. 1-2). Laudo pericial psiquiátrico (id nº 20185763 - pp. 2-4). O requerente concordou com o laudo

pericial e requereu a procedência do pedido (id nº 20803939). O Ministério Público manifestou-se pela procedência do pedido (id nº 21803383 - pp. 1-4). É o relatório. Fundamento e decido. Trata-se de ação de curatela. O processo comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, inc. I do CPC. A interdição e a submissão dos interditos à curatela destinam-se à proteção daqueles que, embora maiores, não apresentem condições mínimas de regência da própria vida e da administração de seu patrimônio, conforme dispõe o art. 1.767 do CC, transcrito abaixo: Art. 1.767. Estão sujeitos a curatela: I - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade; II – (Revogado); III – os ébrios habituais e os viciados em tóxicos; IV – (Revogado); V- os pródigos. Até a aprovação da Lei 13.146/2015, a interdição tinha como causa determinante as pessoas acometidas de moléstia mental ou psiquiátrica e, em consequência, eram vistas como incapazes, portanto, impossibilitadas ou inabilitadas, por completo, para gerir os próprios bens e praticar os demais atos da vida civil. Com o advento do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), foi criado um sistema normativo inclusivo, que homenageia o princípio da dignidade da pessoa humana em diversos níveis. O Estatuto retira a pessoa com deficiência da categoria de incapaz, ou seja, a pessoa com deficiência não deve ser mais tecnicamente incapaz, na medida em que a deficiência não afeta a plena capacidade. Dessa forma, após a vigência da nova Lei, o conceito de capacidade civil foi reconstruído e ampliado, com reflexos significativos no instituto da interdição e curatela, uma vez que estabelece novo paradigma para o conceito de deficiência, conceituando tal termo em seu artigo 2º, que transcrevo: Art. 2º - Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Sobre o tema, o posicionamento de Nelson Rosenvald: [...] A incapacidade relativa será materializada alternativamente pelas técnicas da representação e assistência. Em outros termos, a pessoa com deficiência, que pelo Código Civil de 2002 eram consideradas absolutamente incapazes em uma terminologia reducionista, tornam-se relativamente incapazes, a partir da vigência da Lei 13.146/2015. [...] (ROSENVALD, Nelson. A tomada da DECISÃO apoiada - primeiras linhas sobre um novo modelo jurídico promocional da pessoa com deficiência. In: Revista IBDEFAM: família e sucessões, Belo Horizonte, IBDFAM, 2015, v. 10). O Novo Código de Processo Civil, que começou a vigorar em 18 de março do ano de 2016, tratou a interdição na seção IX, a partir do art. 747. Entre os legitimados a promovê-la estão os parentes da interditanda, como no presente caso em que o requerente é o irmão da curatelada. No caso em análise, a prova produzida é suficiente para concluir-se que a requerida necessita de ajuda de terceiros para praticar as atividades da vida civil. De plano, deve ser estabelecido que a entrevista foi realizada. Além disso, outros elementos de prova foram trazidos ao processo, afastando qualquer dúvida sobre situação da requerida. A propósito, a perícia psiquiátrica, que estabeleceu a incapacidade da requerida: [...] LAUDO PERICIAL PSIQUIÁTRICO a) O(A) interditando(a) é portador(a) de doença nervosa ou mental Qual RESPOSTA: Sim. Conforme CID -10: F31 (Transtorno Afetivo Bipolar) b). O(A) interditando(a) é portador(a) de doença ou deficiência que o impede de exprimir sua vontade Qual RESPOSTA: Sim. Conforme CID -10: F31 (Transtorno Afetivo Bipolar) c) O(A) interditando(a), apesar da doença ou deficiência, é inteiramente capaz de reger sua pessoa e administrar seus bens RESPOSTA: Não. d) O(A) interditando(a), apesar da doença ou deficiência, tem apenas reduzida a capacidade de reger sua pessoa a administrar seus bens RESPOSTA: Oriento pela incapacidade total e permanente. e) A impossibilidade para exprimir a vontade é transitória ou permanente RESPOSTA: Permanente. f) Qual tempo provável de cura do(a) interditando(a), se submetido(a) a tratamento adequado RESPOSTA: Não se pode precisar tempo e oriento pela incapacidade total e permanente. [...] (id nº 8557615 - págs. 2/3 - laudo pericial psiquiátrico). Nesse passo, não se tem dúvida que a requerida, realmente, necessita da nomeação de terceiro para que possa representá-la na prática de atos da vida civil. O Promotor de Justiça que oficiou nos autos, de igual modo, opinou pela procedência do pedido, destacando: Dessa feita, verifica-se que estão reunidos todos os requisitos autorizadores para nomeação de curador à requerida, sendo o requerente pessoa legítima ao exercício do encargo (CPC, art. 747, II), consoante as provas encartadas nos autos, devendo lhe ser advertidas as restrições impostas por lei, sobretudo a que consta do artigo 85, da Lei Federal 13.146/15. [...] Ante o exposto, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, por meio de seu Promotor de Justiça signatário, manifesta-se pela TOTAL PROCEDÊNCIA dos pedidos iniciais, a fim de que o Sr. José de Arruda Filho seja nomeado curador da incapaz, Eliane Cezário de Arruda, devendo bem desempenhar o encargo, nos termos da legislação civil, advertindo-lhe as restrições impostas por lei, sobretudo a que consta do artigo 85, da Lei Federal 13.146/15. [...] (id nº 21803383 - pp. 3-4). Assim, há que se estabelecer a adequada curatela para manutenção de seu bem-estar e gerir seu patrimônio. Sobre o alcance da curatela, com as inovações introduzidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, destaco trechos da SENTENÇA proferida pela Juíza Coraci Pereira da Silva, em 21/03/2016, nos autos 1831/2015-201502991920, Comarca de Rio Verde-GO: [...] O Estatuto da Pessoa com Deficiência é expresso ao afirmar que a Curatela é extraordinária e restrita a atos de conteúdo patrimonial ou econômico, desaparecendo assim, a figura de interdição completa e do curador com poderes ilimitados. Dessa forma, o procedimento da curatela continuará existindo, ainda que em nova perspectiva. Quanto as provas produzidas aos autos, deverão ser analisadas com prudência para se chegar a uma DECISÃO justa, de forma a preservar de maneira primordial os direitos inerentes à personalidade e a liberdade do interditando e também patrimonial. Para isso, o legislador deixou ao julgador a liberdade de formar seu juízo de valor com base no livre convencimento motivado, dispondo no artigo 371 do CPC. A interdição de uma pessoa para os atos da vida civil é uma medida grave, que deve se cercar de todas as cautelas, devendo vir escorada num juízo pleno de certeza e segurança, sob pena de se retirar aquilo que há de mais valioso na vida de cada um, e de transformar um ser humano, que deveria ser livre, em um prisioneiro da sua própria vida. A propósito, o entendimento jurisprudencial: EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - INTERDIÇÃO c/c CURATELA - PROVA TÉCNICA - PERÍCIA - INCAPACIDADE PARCIAL DEMONSTRADA. A FINALIDADE da curatela é principalmente conceder proteção aos incapazes no tocante a seus interesses, seja concernente aos aspectos pessoais, ou aos elementos patrimoniais, assim como garantir a preservação de seus negócios. A interdição, pela própria natureza do instituto, demanda extrema cautela e o máximo rigor na aplicação da lei, pois envolve a perspectiva de tolher ao interditando a livre condução da vida civil como um todo, pelo que não se pode admitir a sua decretação sem que tenha sido dada a oportunidade de defesa àquele a quem se pretende declarar incapaz, de acordo com o previsto no art. 1.770 do Código Civil. Embora o Magistrado não esteja adstrito ao laudo pericial podendo, até mesmo, decidir de forma contrária a ele, diante da ausência de outros elementos probatórios que lhe permitam fazê-lo, é de se acolher a CONCLUSÃO da prova técnica, no sentido de que o interditando necessita de assistência de terceiros para alguns atos da vida civil. (TJMG - Apelação Cível 1.0210.13.000089-1/001, Relator(a): Des.(a) Dárcio Lopardi Mendes, 4ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 03/03/2016, publicação da súmula em 10/03/2016). Portanto, podemos observar que com o advento da Lei 13.146/2015, pessoas com deficiência mental ou intelectual deixaram de ser consideradas absolutamente incapazes. Todavia, em situações excepcionais, a pessoa com deficiência mental ou intelectual poderá ser submetida a curatela, no seu interesse exclusivo e não de parentes ou terceiros. Essa curatela, ao contrário da interdição anterior, deve ser, de acordo com o artigo 84 do Estatuto da Pessoa com Deficiência, proporcional

à necessidades e circunstâncias de cada caso. Tem natureza, portanto, protetiva e não de interdição de exercício de direitos. Com esta nova mentalidade, a Lei veio efetivar o princípio da dignidade da pessoa humana, direcionando o olhar para o ser com limitação para seus negócios, de forma a visualizá-lo como sujeito de direitos e não como objeto caracterizado como incapaz, termo este de cunho pejorativo que pode ser definido como: "impossibilitado, inapto, inepto, inábil". Atributos estes que dirigidos a uma pessoa, com o mínimo de discernimento, poderá ferir seu caráter, honra e afetar negativamente, sua personalidade e auto estima. A curatela apenas afetará os negócios jurídicos relacionados aos direitos de natureza patrimonial, não alcança nem restringe os direitos de família (inclusive de se casar, de ter filhos e exercer os direitos da parentalidade), do trabalho, eleitoral (de votar e ser votado), de ser testemunha e de obter documentos oficiais de interesse da pessoa com deficiência. Assim, não há que se falar mais em "interdição", que, em nosso direito, sempre teve por FINALIDADE vedar o exercício, pela pessoa com deficiência mental ou intelectual, de todos os atos da vida civil, impondo-se a mediação ou atuação exclusiva de seu curador. Cuidar-se-á, apenas, de curatela específica para determinados atos. [...] Nessa nova perspectiva, analisando a prova produzida, conclui-se que a requerida não detém a capacidade necessária para realização de qualquer ato de caráter patrimonial ou negocial (art. 85 da Lei 13.146/2015. Consigna-se que os bens da curatelada não poderão ser vendidos pelo curador, a não ser mediante autorização judicial (artigos 1.750 e 1.754, ambos do Código Civil). Não poderá também o curador contrair dívidas em nome da curatelada, inclusive para abatimento direto em eventual benefício previdenciário, a não ser por expressa e específica autorização judicial (art. 1.748, I, do Código Civil). Além da impossibilidade de realização de atos patrimoniais e negociais, verifica-se que, na verdade, a requerida não tem discernimento necessário para outros atos da vida civil, incluído o exercício do voto, conforme expressamente destaca o laudo pericial psiquiátrico: [...] m) O(A) interditando(a), apesar da doença ou deficiência constatada, tem discernimento e capacidade para manifestar sua vontade e exercer poder de escolha na esfera política, ou seja, exercitar livremente seu direito de voto RESPOSTA: Não. [...] (id nº 20185763 - p. 3) A possibilidade de suspensão dos direitos políticos é matéria a ser verificada pela Justiça Eleitoral, até porque já houve deliberação a respeito pelo TSE, nos autos de Processo Administrativo nº 114-71.2016.6.00.0000 – CLASSE 26 – SALVADOR – BAHIA, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, em que se concluiu pela cessação das anotações das suspensões de direitos políticos, após o advento da Lei nº 13.146/2015, destacando: a) a comunicação recebida no âmbito desta Justiça especializada, relativa à suspensão de direitos políticos decorrente da incapacidade civil absoluta consagrada no inciso II do art. 15 da Constituição, por força da nova redação do art. 3º do Código Civil dada pelo Estatuto das Pessoas com Deficiência, não mais deverá ser anotada nos históricos de eleitores no cadastro; [...] No mesmo sentido, o Provimento Nº 4/2016 – CRE/COORCRE, do Corregedor Regional Eleitoral do TRE/RO, estabelecendo: [...] Art. 3º Acrescentar os seguintes incisos ao item 11.9 do Manual de Práticas Cartorárias: VII – Devem as zonas eleitorais absterem-se de promover anotações de suspensão de direitos políticos por incapacidade civil absoluta no cadastro eleitoral, ainda que decretada anteriormente à entrada em vigor da Lei 13.146/2015. [...] Assim, de nada adiantaria este juízo decidir a respeito do assunto, já que não teria qualquer efetividade ante a deliberação administrativa do TRE/RO pela não anotação nos cadastros daquela justiça especializada. Por outro lado, não se pode olvidar que existe situação de fato, pois a curatelada não tem discernimento necessário para votar, de modo que o exercício desse direito poderá trazer prejuízos a ela própria. Para exemplificar, cito as seguintes situações: a) a clara probabilidade de ser ela usada por terceiro para votar nesse ou naquele candidato; b) aplicação de sanções em decorrência de não exercitar o direito de votar. Diante desse quadro, não me resta outro caminho senão encaminhar cópia da presente SENTENÇA e do laudo psiquiátrico ao Corregedor Regional Eleitoral e ao Procurador Regional Eleitoral, para que tomem as providências que entendam cabíveis à proteção do curatelado. DISPOSITIVO Em face do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO e, em consequência, nomeio JOSE DE ARRUDA FILHO, para exercer o encargo de curador de sua irmã ELIANE CEZÁRIO DE ARRUDA, alcançando a curatela os atos de caráter patrimonial ou negocial (art. 85 da Lei 13.146/2015). Oficie-se, incontinenti, ao Corregedor Regional Eleitoral e Procurador Regional Eleitoral, remetendo cópias desta SENTENÇA e do laudo psiquiátrico, para que sejam tomadas as providências que entendam necessárias, com referência ao exercício do voto por parte da curatelada. Expeça-se o termo de curatela, especificando, EM DESTAQUE, as seguintes limitações: Ficará AUTORIZADO o curador a: a) receber e administrar os vencimentos ou benefício previdenciário da curatelada, nos termos do art. 1.747, II, do Código Civil. Outros valores que não aqueles (vencimentos e benefícios previdenciários), deverão ser depositados em conta poupança, somente movimentável mediante alvará judicial; b) representar a curatelada em órgãos administrativos e judiciais, em qualquer justiça e instância, para preservação de seu direito, sendo que qualquer valor recebido em ação administrativa ou judicial deverá ser depositado em conta poupança, igualmente movimentável mediante alvará judicial; Outras situações particulares deverão ser reclamadas de forma individualizada no feito. Os valores somente poderão ser utilizados em benefício exclusivo da curatelada, lembrando que a qualquer instante poderá o curador ser instado para prestação de contas, pelo que deverá ter cuidado no armazenamento de notas, recibos, comprovantes etc. Na forma do que dispõe o § 3º do artigo 755 do CPC, publique-se esta DECISÃO por três vezes apenas no Diário da Justiça, com intervalo de 10 (dez) dias. Em obediência ao disposto no art. 755, § 3º do CPC, inscreva-se a presente SENTENÇA no Registro Civil (art. 29, V, Lei 6.015/73). SENTENÇA com resolução de MÉRITO nos termos do art. 487, inc. I do CPC. Custas iniciais já recolhidas (id. n° 16613062). Sem custas finais e sem honorários. Transitada em julgado, após o cumprimento integral das determinações, arquivem-se. P. R. I. C. Porto Velho (RO), 9 de outubro de 2018 Assinado eletronicamente Aldemir de Oliveira Juiz de Direito

Endereço do Juízo: Fórum JUIZA SANDRA NASCIMENTO - 3ª Vara de Família e Sucessões, Rua. Rogério Weber, nº 1872, Centro, em frente ao Bingol Clube, Porto Velho - RO.

Este Edital Judicial foi expedido e assinado por ordem do MM. Juiz de Direito desta Vara, nos termos do Provimento nº 012/2007 CG e da Portaria nº 001/2005 - 3ª Vara de Família.

Porto Velho, 30 de abril de 2019

Técnico Judiciário

(assinado digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Porto Velho - 3ª Vara de Família

Avenida Rogério Weber, 1728, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: 3vfamcpe@tjro.jus.br

Processo: 7023643-46.2018.8.22.0001

Classe: FAMÍLIA- INVENTÁRIO (39)

REQUERENTE: MARIA DUCIENE DA COSTA DE FARIAS e outros (2)

Advogados do(a) REQUERENTE: LEIDE DIANA SEMLER DE VARGAS CHIQUETTI - RO4225, DOUGLAS TADEU CHIQUETTI - RO3946

INVENTARIADO: JOAO ALVES TENORIO e outros

Intimação A INVENTARIANTE - DESPACHO

FINALIDADE: INTIMAÇÃO da INVENTARIANTE acerca do DESPACHO de ID: 26604413 "[...] INTIME-SE a inventariante, para que, em 15 dias, tome as seguintes providências:

a) apresentar as últimas declarações e esboço de partilha (art. 636, CPC);

b) comprovar o pagamento das custas processuais;

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1728, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: 3vfamcpe@tjro.jus.br
Processo: 7048813-20.2018.8.22.0001
Classe: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69)
AUTOR: V. D. S. B. M.
RÉU: L. V. M.
Advogado do(a) RÉU: MARCIA APARECIDA DE MELLO ARTUSO - RO3987
Intimação DA PARTE REQUERIDA - SENTENÇA
FINALIDADE: intimação da Parte Requerida acerca da SENTENÇA ID 26835422.
[...] DISPOSITIVO
Em face do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido e, em consequência, condeno o requerido LUAN V. M. a pagar ao sua filha VICTÓRIA DE S. B. M., ambos qualificados nos autos, a pensão alimentícia mensal no valor equivalente a 35% (trinta e cinco por cento) do salário mínimo, reajustável pelo mesmo índice, que deverá ser descontado diretamente da folha de pagamento do pai e depositado na conta bancária da mãe - conta nº 0951-2, agência 63.019-5, Banco do Brasil.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1728, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: 3vfamcpe@tjro.jus.br
Processo: 7048813-20.2018.8.22.0001
Classe: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69)
AUTOR: V. D. S. B. M.
Advogado do(a) AUTOR: CARLOS ALBERTO CANTANHEDE DE LIMA JUNIOR - RO8100
RÉU: L. V. M.
Intimação AO AUTOR - SENTENÇA
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da Parte Autora acerca da SENTENÇA de ID 26835422.
[...] DISPOSITIVO
Em face do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido e, em consequência, condeno o requerido LUAN V. M. a pagar ao sua filha VICTÓRIA DE S. B. M., ambos qualificados nos autos, a pensão alimentícia mensal no valor equivalente a 35% (trinta e cinco por cento) do salário mínimo, reajustável pelo mesmo índice, que deverá ser descontado diretamente da folha de pagamento do pai e depositado na conta bancária da mãe - conta nº 0951-2, agência 63.019-5, Banco do Brasil.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1728, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: 3vfamcpe@tjro.jus.br
Processo: 7038233-28.2018.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- EXECUÇÃO DE ALIMENTOS (1112)
EXEQUENTE: E. D. S. L.
Advogado do(a) EXEQUENTE: JOAO CARLOS GOMES DA SILVA - RO7588
EXECUTADO: J. R. L.
Intimação AO AUTOR - SENTENÇA
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da Parte Autora acerca da SENTENÇA de ID 26654621.
[...] Em face do exposto, nos termos do inciso III do artigo 485 do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo sem julgamento de MÉRITO.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1728, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: 3vfamcpe@tjro.jus.br
Processo: 7038233-28.2018.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- EXECUÇÃO DE ALIMENTOS (1112)
EXEQUENTE: E. D. S. L.
EXECUTADO: J. R. L.
Advogados do(a) EXECUTADO: LEIDE DIANA SEMLER DE VARGAS CHIQUETTI - RO4225, DOUGLAS TADEU CHIQUETTI - RO3946
Intimação DA PARTE REQUERIDA - SENTENÇA
FINALIDADE: intimação da Parte Requerida acerca da SENTENÇA ID 26654621.
[...] Em face do exposto, nos termos do inciso III do artigo 485 do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo sem julgamento de MÉRITO.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO PROCESSO Nº 7000254-32.2018.8.22.0001
CLASSE: Inventário
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: CLEMILSON BENARROQUE GARCIA OAB nº RO6420, HERMENEGILDO LUCAS DA SILVA OAB nº RO1497, KELEN ZARDINI DOS SANTOS FREITAS OAB nº MG93964, JOSELITO JACINTO DA SILVA OAB nº GO29506, ERNANE DA SILVA ATANASIO OAB nº MG87089
ADVOGADO DO INVENTARIADO:
REQUERENTES: IWRY MATEUS SARQUES, IVONETE CAETANO MIRANDA, FRANCISCA SARQUES BARBARA COELHO, DIVINO ETERNO DA SILVA, ITELVANIA MATEUS SARQUES ULACIA
INVENTARIADO: ILTON SARQUES DESPACHO:
PETIÇÕES DE ID. Nº 25732142 E ID. Nº 25733301: Considerando que a inventariante pretende que seja designada audiência de conciliação, manifestem-se os demais herdeiros se tem interesse na composição, em 05 dias. Após, concluso para deliberação.
Int.
Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019
Assinado eletronicamente
Aldemir de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1728, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: 3vfamcpe@tjro.jus.br
Processo: 7017320-88.2019.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- DIVÓRCIO LITIGIOSO (99)
REQUERENTE: E. P. A.
Advogado do(a) REQUERENTE: CLECIO ARAUJO DE SOUZA - RO6135
REQUERIDO: M. C. A. DE S.
Intimação AO AUTOR -DESPACHO
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da Parte Autora acerca do DESPACHO de ID-26837125: DESPACHO:
Intime-se a parte autora para emendar a inicial, juntando cópia dos documentos que comprovem a propriedade do imóvel que pretende partilhar (certidão de inteiro teor do Registro de Imóveis e/ou situação perante o serviço fundiário do município).
Em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento (art. 321, parágrafo único, CPC).
Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019
Assinado eletronicamente
Aldemir de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO PROCESSO Nº 7046772-80.2018.8.22.0001
CLASSE: Inventário
ADVOGADO DO REQUERENTE: GEREMIAS CARMO NOVAIS OAB nº RO5365
ADVOGADO DO INVENTARIADO:
REQUERENTE: THIAGO LIRA BORGES FREITAS
INVENTARIADO: RAQUEL FREITAS SERRA
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO:
PETIÇÃO DE ID. Nº 26789109: O inventariante informou que desconhece o endereço do meeiro, porém possui a informação de que ele está sob a custódia do Estado na Unidade Prisional Pandinha. Assim, cite-se o meeiro para os termos do inventário, querendo, apresentar impugnação às primeiras declarações, em 15 dias (art. 626 do CPC).
Com relação ao requerimento de reconsideração da gratuidade da justiça, já houve deliberação, sem que houvesse impugnação, ocorrendo a preclusão (id. nº 23919847).
Serve o presente como MANDADO de citação do meeiro.
Int.
Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019
Assinado eletronicamente
Aldemir de Oliveira
Juiz de Direito
ENDEREÇOS:
ADSON ARAÚJO BELO - brasileiro, viúvo, filho de Altemar dos Santos Belo e Maria Luíza Souza Araújo, recolhido na Unidade Prisional Pandinha, KM, 4,5, s/n, Zona Rural, Porto Velho/RO
SEDE DO JUÍZO: Fórum JUÍZA SANDRA NASCIMENTO – 3ª Vara de Família, Rua Rogério Weber, nº 1872, Centro, Porto Velho/RO - Fone 3217-1246 – e-mail: pvh3famil@tjro.jus.br.
DEFENSORIA PÚBLICA: Rua Padre Chiquinho, nº 913, Bairro Pedrinhas;

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO PROCESSO Nº 7041548-64.2018.8.22.0001
CLASSE: Tutela e Curatela - Nomeação
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: ANTONIO SANTANA MOURA OAB nº RJ531, RENATO PINA ANTONIO OAB nº RO343922
ADVOGADO DO INTERESSADO:
REQUERENTES: F. D. O. B., A. L. C.
INTERESSADO: U. D. S. C. DESPACHO:
OFÍCIO DE ID. Nº 26492951: Considerando que o requerido não compareceu à perícia psiquiátrica, intime-se o requerente para manifestar-se informando se tem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, em 5 dias.
Int.
Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019
Assinado eletronicamente
Aldemir de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO PROCESSO Nº 7025192-28.2017.8.22.0001
CLASSE: Inventário
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: FRANCISCO ASSIS FELIX DA SILVA SALVATIERRA OAB nº RO7710, IZABELLA BARROS DE MACEDO OAB nº RO7654
ADVOGADO DO INVENTARIADO:
REQUERENTES: JOSE REINALDO SILVA CAMPOS, ELISANGELA DE LIMA CANELLA SANTANA, WELITON DE LIMA CASTRO
INVENTARIADO: MARLI GERALDA DE LIMA CASTRO
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO::
1. PETIÇÃO DE ID. Nº 18530815: Defiro o requerimento, exclua-se a petição do PJe.
2. PETIÇÃO DE ID. Nº 25699522: Ante o teor da certidão de id. nº 24070857, defiro o requerimento, cite-se o meeiro/companheiro José Reinaldo Silva Campos para os termos dos autos de FAMÍLIA-INVENTÁRIO, dos bens deixados em razão do falecimento de MARLI GERALDA DE LIMA CASTRO, na qual figura como inventariante ELISANGELA DE LIMA CANELLA SANTANA, bem como para acompanhar o processo por meio de seu advogado, em todos os seus termos, atos e incidentes, até a sua final partilha e homologação, tudo sob as penas da lei. Em caso de suspeita de ocultação, o Oficial de Justiça deverá proceder à citação por hora certa.
2.1 O prazo para responder a ação é de 15 (quinze) dias úteis, da abertura de vistas às partes, em cartório, após a CONCLUSÃO das citações, conforme estabelece o art. 627 do CPC.
2.2 Não sendo contestada, incidirão os efeitos da revelia, presumindo-se aceitos como sendo verdadeiros os fatos articulados pela parte autora.
2.3 O meeiro/companheiro não tendo condições de constituir advogado, deverá procurar a Defensoria Pública em sua comarca.
3. Serve o presente como MANDADO de citação;
4. Int.
Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019
Assinado eletronicamente
Aldemir de Oliveira
Juiz de Direito
ENDEREÇOS:
JOSÉ REINALDO SILVA CAMPOS: brasileiro, solteiro, agricultor, residente na Rua Caetano Donizete, nº 6634, bairro Aponiã.
SEDE DO JUÍZO: Fórum JUÍZA SANDRA NASCIMENTO – 3ª Vara de Família, Rua Rogério Weber, nº 1872, Centro, Porto Velho/RO - Fone 3217-1246 – e-mail: pvh3famil@tjro.jus.br.
DEFENSORIA PÚBLICA: Rua Padre Chiquinho, nº 913, Bairro Pedrinhas;

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1728, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: 3vfamcpe@tjro.jus.br
Processo: 7014949-88.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: C G B
Advogados do(a) AUTOR: MATHEUS BARBOSA LIMA MOURA - RO9372, VALDINEIA ROLIM MEIRELES - RO0003851A
RÉU: A M A DA S
Intimação AO AUTOR -DESPACHO
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da Parte Autora acerca do DESPACHO:
1. Atento à informação do Serviço Psicossocial (id. nº 25741040) e considerando que é o pai quem detém a custódia física da criança Yã K. A. B. (id. n° 23528418 - pp. 1-2) e, ainda, a necessidade de amparo material e social, defiro o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, concedendo ao requerente C G B a guarda provisória do filho Yã K. A. B. Expeça-se o termo de compromisso, com prazo de 180 dias.
2. Procedi à pesquisa pesquisa no cadastro do TRE/RO, pelo sistema SIEL, constatando que a requerida é cadastrada e possui o seguinte endereço: Rua Café Filho, n° 485, Bairro Satélite, Município de Candeias do Jamari/RO, conforme relatório anexo.
3. Cite-se a requerida para responder em 15 (quinze) dias úteis,

advertindo-a que se não for contestada a ação, incidirão os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na inicial, prosseguindo o processo independentemente de sua intimação para os demais atos.
4. Ciência ao Ministério Público.
5. O Oficial de Justiça deverá informar que, não tendo condições de constituir advogado, a parte requerida deverá procurar a Defensoria Pública da Comarca.
Porto Velho (RO), 29 de abril de 2019
Assinado eletronicamente
Aldemir de Oliveira
Juiz de Direito
Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019.
Técnico Judiciário
(Assinado Digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO PROCESSO Nº 7037082-27.2018.8.22.0001
CLASSE: Tutela e Curatela - Nomeação
ADVOGADO DO REQUERENTE: POMPILIA ARMELINA DOS SANTOS OAB nº RO1318
ADVOGADO DO INTERESSADO:
REQUERENTE: I. F. P. C.
INTERESSADO: R. D. S. C. DESPACHO:
PETIÇÃO DE ID. Nº 26578632: Considerando que o Termo de Compromisso só vencerá no dia 23 de julho de 2019, indefiro, por ora, a renovação do termo. Em caso de vencimento, antes da prolação de SENTENÇA, desde já fica autorizada a expedição de novo termo, com prazo de 6 meses.
Intime-se a requerente para, querendo, manifestar-se sobre o relatório social, em 05 dias.
Dê-se vista ao Curador Especial para a apresentação de contestação e manifestação quanto ao relatório social.
Após, ao Ministério Público.
Int.
Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019
Assinado eletronicamente
Aldemir de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO PROCESSO Nº 7009924-60.2019.8.22.0001
CLASSE: Embargos de Terceiro
ADVOGADO DO EMBARGANTE: ITAMAR JORGE DE JESUS OLAVO OAB nº AM2862
ADVOGADOS DOS EMBARGADOS:
EMBARGANTE: SANDER PATRICK TENORIO PENA
EMBARGADOS: JANDERSON PINHEIRO DE SOUZA, JOERLANE GOMES DE SOUZA, ROSE MARA PINHEIRO GOMES DESPACHO:
A parte autora não deu total cumprimento às determinações da DECISÃO de id. nº 25721547.
Assim, concedo novo prazo para a parte autora emendar a inicial, manifestando-se e tomando as providências necessárias sobre os seguintes pontos:
a) estabelecer o valor da causa;
b) juntar a cópia do auto de penhora referente ao processo nº 7023928-10.2018.8.22.0001.
Em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento (art. 321, parágrafo único, CPC).
Int.
Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019
Assinado eletronicamente
Aldemir de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO PROCESSO Nº 7024318-09.2018.8.22.0001
CLASSE: Regulamentação de Visitas
ADVOGADO DO REQUERENTE: PATRICIA DANIELA LOPEZ OAB nº RO3464
ADVOGADO DO REQUERIDO: MARILIA LISBOA BENINCASA MORO OAB nº RO2252
REQUERENTE: A. M. M. D.
REQUERIDO: J. M. C. DESPACHO:
Ao Ministério Público, para manifestação.
Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019
Assinado eletronicamente
Aldemir de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO PROCESSO Nº 7049694-94.2018.8.22.0001
CLASSE: Separação Consensual
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: DELCIMAR SILVA DE ALMEIDA OAB nº RO9085, PEDRO PEREIRA DE OLIVEIRA OAB nº RO4282
ADVOGADO DO REQUERIDO: ALCIONE LOPES DA SILVA OAB nº RO5998
REQUERENTES: J. M. D. S. F., L. C. D. S. F., H. C. B. D. S.
REQUERIDO: J. M. F. DESPACHO:
1. Retifiquem-se os registros do PJe, pois trata-se de procedimento comum.
2. PETIÇÃO DE ID. Nº 26539344: Ante a apresentação de acordo, intimem-se as partes para assinarem o acordo (id. nº 26539346 - pp. 1-5), em 15 dias.
3. Cumprido o item supra, dê-se vista ao Ministério Público, para manifestação.
4. Int.
Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019
Assinado eletronicamente
Aldemir de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1728, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1246 - e-mail: 3vfamcpe@tjro.jus.br
EDITAL DE VENDA JUDICIAL
PRAZO: 20 (vinte)dias
O Juiz de Direito da 3ª Vara de Família, torna público que será realizada a venda do bem a seguir descrito referente a Execução que ora se menciona.

PROCESSO Nº: 7029490-34.2015.8.22.0001
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
AUTOR:MARIA INACIA RIBEIRO COSTA
RÉU: WILSON DAMACENO MARTINS
DESCRIÇÃO DOS BENS:1 imóvel urbano, registrado no Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Porto Velho, matrícula 6.762, situado na rua Curitiba, nº 3703, Conjunto Residencial Buritis, Bairro Caladinho, nesta, no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).
DATA PARA O PRIMEIRO LEILÃO:14/06/2019 às 9h30min.
LOCAL DO LEILÃO: Átrio do Fórum Sandra Nascimento, Rua Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, em frente ao Bingool Motos. Porto Velho. CEP: 76.901.030

Intimação de: MARIA INÁCIA RIBEIRO COSTA e WILSON DAMACENO MARTINS, ficam por este ato intimados se não o forem pessoalmente.
COMUNICAÇÃO: Se o bem não alcançar o lance igual ou superior à avaliação, prosseguir-se-á no dia 01/07/2019 às 09h30min, no mesmo local, a fim de que o mesmo seja arrematado por quem maior preço lançar, desde que a oferta não seja vil.
OBS: Eventuais débitos, impostos, multas, ou taxas que recaírem sobre os bens objetos do leilão/praça, serão suportados pelo Arrematante.
* Caso a data designada para o leilão/praça recair em dia não útil, será realizada no primeiro dia útil seguinte, no mesmo horário.
SEDE DO JUÍZO: FÓRUM SANDRA NASCIMENTO, Rua Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, em frente ao Bingool Motos. Porto Velho. CEP: 76.901.030, Porto Velho – RO.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Diretor de Secretaria
Gestora de Equipe

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1728, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: 3vfamcpe@tjro.jus.br
Processo: 7016923-97.2017.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- INVENTÁRIO (39)
REQUERENTE: GEORGE CARLOS PINHEIRO DA SILVA e outros (2)
Advogado do(a) REQUERENTE: GEORGE CARLOS PINHEIRO DA SILVA - RO9417
INVENTARIADO: LADIR SELMA PINHEIRO
Intimação AO INVENTARIANTE - DESPACHO
FINALIDADE: INTIMAÇÃO acerca do DESPACHO de ID: 26433380
"[...]
2. Assim, deve o inventariante, no prazo de 60 dias,adotar as seguintes providências:
2.1. proceder ao pagamento das custas processuais;
2.2. calcular e recolher o ITCD e anexar a DIEF, observando a nova sistemática adotada pela Fazenda Pública do Estado de Rondônia, que poderá ser verificada no sítio eletrônico www.sefin.ro.gov.br;
2.3. requerer a exclusão do rol de bens ou anexar os documentos que comprovem a titularidade do espólio nos seguintes bens imóveis: a) terreno situado na Rua Almirante Barroso, 2624, bairro Nossa Senhora das Graças, com inscrição municipal nº 02.04.059.0080.001; b)terreno localizado na Rua Duque de Caxias, 1808, bairro São Cristóvão, inscrição municipal sob o nº 03.02.016.0020.001, destacando-se que a transferência para o nomes dos herdeiros somente poderá ocorrer após a homologação da partilha e do pagamento do imposto ITBI;
2.4.comprovar o pagamento dos débitos fiscais em nome da falecida ou apresentar plano de quitação;
2.5. anexar a certidão negativa de débitos com a Fazenda Pública do Município de Porto Velho/RO;
2.6. apresentar esboço de partilha de forma mercantil, estabelecendo claramente o valor individualizados dos bens partilhável e a parte cabível a cada contemplado, conforme estabelece o art. 653 do CPC;

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO PROCESSO Nº 7047929-88.2018.8.22.0001
CLASSE: Alvará Judicial - Lei 6858/80
ADVOGADO DO REQUERENTE: EVA LIDIA DA SILVA OAB nº RO6518
ADVOGADO DO INTERESSADO: ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO EM RONDÔNIA
REQUERENTE: MARIA HELENA BRAZ DA SILVA
INTERESSADO: A. G. D. U. -. A. DESPACHO:
1. Proceda a CPE a correção do polos no PJe, incluindo no polo ativo todos os requerentes e no polo passivo excluindo a Advocacia Geral da União, e incluindo a inventariada Joanita Braz Nóbrega de Lima.
2. Defiro o requerimento de id. nº 26220902 pp. 1-2, concedendo ao requerente o prazo de 30 dias para promover os atos necessários para o processamento da ação, sob pena de indeferimento.
3. Decorrido o prazo, venham-me os autos conclusos para deliberação, independentemente de manifestação da parte.
4. Int.
Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019
Assinado eletronicamente
Aldemir de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO PROCESSO Nº 7017049-79.2019.8.22.0001
CLASSE: Divórcio Consensual
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: JONATAS JOEL MORETES SILVESTRE OAB nº RO10021
ADVOGADO DO REQUERENTE:
REQUERENTES: A. F. P., G. R. D. S. V. P.
REQUERENTE: F. D. T.
DECISÃO:
Trata-se de ação de divórcio consensual em que os interessados requerem os benefícios da Justiça Gratuita, com fundamento na Lei 1.060/50, declarando não poder arcar com as custas processuais sem prejuízo do próprio sustento.
Estabelece o artigo 4º da Lei nº 1.060/50:
Artigo 4º - A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.
No entanto, tal declaração não gera presunção absoluta, podendo o magistrado indeferir os benefícios da gratuidade judiciária se não encontrar fundamentos que confirmem o estado de hipossuficiência do autor.
Aliás, o art. 99, § 2º do CPC é expresso no sentido da possibilidade de indeferimento, quando ausentes os pressupostos legais para a concessão.
Nesse sentido, o entendimento dos Tribunais pátrios, conforme pode ser inferido dos seguintes julgados:
Agravo em apelação. Assistência judiciária gratuita. Simples alegação da hipossuficiência. Necessidade de comprovação. Benefício indeferido. A simples afirmação da parte de que não possui condições de arcar com o pagamento das custas processuais não é suficiente para a concessão da assistência judiciária gratuita, existindo a necessidade da comprovação do estado de hipossuficiência para sua concessão, conforme previsão contida no art. 5º, inc. LXXIV, da Constituição Federal. Havendo elementos nos autos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão da gratuidade, pode o julgador indeferir o pedido. (Agravo, Processo nº 0002173-83.2015.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Kiyochi Mori, Data de julgamento: 08/09/2017 - destaquei)
AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUSTIÇA GRATUITA. Declaração de pobreza. Presunção relativa. DESPACHO inicial do recurso que determinou a apresentação documentos capazes de comprovar a alegada hipossuficiência. Parte agravante que se quedou inerte. Gratuidade incabível. DECISÃO mantida. Recolhimento das custas e do preparo devido. Recurso não provido, com determinação. (TJ-SP 22426981320178260000 SP 2242698-13.2017.8.26.0000, Relator: Walter Barone, Data de Julgamento: 27/02/2018, 24ª Câmara de Direito Privado, Data da Publicação: 27/02/2018 - destaquei)

O STJ, também, já se manifestou sobre a matéria:
Civil. Agravo no agravo de instrumento. Pedido de assistência judiciária gratuita negado. Análise da situação fática relacionada à alegada pobreza da parte. Possibilidade de recusa do benefício, se demonstrada sua desnecessidade. Inviabilidade do reexame das provas em recurso especial. - O juiz pode negar o benefício da assistência judiciária gratuita, apesar do pedido expresso da parte que se declara pobre, se houver motivo para tanto, de acordo com as provas dos autos. - É inviável o reexame de provas em recurso especial. Agravo no agravo de instrumento não provido. (AgRg no Ag 909.225/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2007, DJ 12/12/2007, p. 419 - negritei).
Assim, havendo indícios de capacidade econômica, a hipossuficiência deve ser demonstrada.
Além disso, uma falsa afirmação de hipossuficiência pode caracterizar o crime do art. 299 do CP e ensejar condenação no pagamento do valor das custas, multiplicado por até dez vezes (art. 4º, § 1º da Lei 1060/50 e art. 100, parágrafo único, CPC).
No caso concreto, o rol de bens indicado para partilha indica que os requerentes podem suportar o ônus de pagar as custas processuais sem prejuízo do próprio sustento. Assim, INDEFIRO o pedido de gratuidade da justiça.
Desse modo, Intime-se a parte autora para emendar a inicial, manifestando-se e tomando as providências necessárias sobre os seguintes pontos:
a) estabelecer individualmente o valor de todos os bens que pretende partilhar;
b) ajustar o valor da causa, que deverá corresponder ao valor total dos bens que pretende partilhar acrescido de 12 (doze) vezes o valor da pensão alimentícia pleiteada (art. 292, inc. III do CPC);
c) comprovar o pagamento das custas iniciais.
Em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento (art. 321, parágrafo único, CPC).
Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019
Assinado eletronicamente
Aldemir de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO PROCESSO Nº 7011209-88.2019.8.22.0001
CLASSE: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
ADVOGADO DO AUTOR: ANNE BIANCA DOS SANTOS PIMENTEL OAB nº RO8490A
ADVOGADO DO RÉU:
AUTOR: J. A. N.
RÉU: Y. G. O. N. DESPACHO:
Considerando a informação de que a requerente Suelen C. O. S. está sendo assistida pela Defensoria Pública do Estado de Rondônia, encaminhe-se os autos à DPE para emenda à inicial com o fim de regularizar a representação processual, juntando-se procuração.
Em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento (art. 321, parágrafo único, CPC).
Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019
Assinado eletronicamente
Aldemir de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO PROCESSO Nº 7017320-88.2019.8.22.0001
CLASSE: Divórcio Litigioso
ADVOGADO DO REQUERENTE: CLECIO ARAUJO DE SOUZA OAB nº RO6135
ADVOGADO DO REQUERIDO:
REQUERENTE: ENILSON PEREIRA ARAUJO
REQUERIDO: MARIA CILENE ARAUJO DE SOUZA DESPACHO: Intime-se a parte autora para emendar a inicial, juntando cópia dos documentos que comprovem a propriedade do imóvel que pretende partilhar (certidão de inteiro teor do Registro de Imóveis e/ou situação perante o serviço fundiário do município).
Em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento (art. 321, parágrafo único, CPC).
Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019
Assinado eletronicamente
Aldemir de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO PROCESSO Nº 7015020-56.2019.8.22.0001
CLASSE: Divórcio Litigioso
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
REQUERENTE: SANDRA DA SILVA RAPOSO GOMES
REQUERIDO: EDILSON GOMES DA SILVA RAPOSO
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO:
1. Processe-se em segredo e com gratuidade da Justiça.
2. Designo audiência de conciliação para o dia 06 de junho de 2019, às 11h.
3. CITE-SE a parte requerida, consignando-se que o prazo para contestar é de 15 dias úteis e fluirá da data da audiência de conciliação, ficando ciente que, não sendo apresentada a contestação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte requerente.
4. INTIMEM-SE requerente e requerido para a audiência designada, devendo comparecer acompanhados de seus advogados.
5. Ciência ao Ministério Público.
6. Sirva-se de MANDADO. O Oficial de Justiça deverá informar que, não tendo condições de constituir advogado, a parte requerida deverá procurar a Defensoria Pública da Comarca.
Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019
Assinado eletronicamente
Aldemir de Oliveira
Juiz de Direito
ENDEREÇOS:
REQUERENTE:
REQUERENTE: SANDRA DA SILVA RAPOSO GOMES, RUA SOIN 7045 ELDORADO - 76811-642 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REQUERIDO:
REQUERIDO: EDILSON GOMES DA SILVA RAPOSO, RUA CACOAL 44 NOVA FLORESTA - 76900-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
SEDE DO JUIZO: Fórum JUIZA SANDRA NASCIMENTO – 3ª Vara de Família, Rua Rogério Weber, nº 1872, Centro, Porto Velho/RO - Fone 3217-1316 – e-mail: pvh3famil@tjro.jus.br.
DEFENSORIA PÚBLICA: Rua Padre Chiquinho, nº 913, Bairro Pedrinhas;

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1728, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: 3vfamcpe@tjro.jus.br
Processo: 7012136-54.2019.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- ARROLAMENTO COMUM (30)
REQUERENTE: M. S. DE P.
Advogado do(a) REQUERENTE: THIAGO DE SOUZA GOMES FERREIRA - RO4412
REQUERIDO: N. R. DOS S. e outros

Intimação AO AUTOR -DESPACHO
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da Parte Autora acerca do DESPACHO de ID 26835948:
"[...].2. No caso dos autos, considerando os fatos alegados na petição inicial e a documentação acostada aos autos, em especial a DECISÃO do juízo do 2º Juizado da Infância e Juventude desta Comarca, deferindo ao pai a guarda provisória da criança (id. nº 26403313 p. 1-3), e termo de entrega de criança sob termo de responsabilidade (id. nº 25930139), DEFIRO PARCIALMENTE A TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA, determinando a suspensão do desconto em folha de pagamento do autor M. S. de P., da pensão alimentícia em favor de seu filho A. M. R. dos S. P., até DECISÃO definitiva. Encaminhe-se o ofício em anexo para suspensão dos descontos. 3. Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 11 de junho de 2019, às 9h. 3.1. CITE-SE o requerido. INTIMEM-SE requerente e requerido para comparecerem à audiência acima designada, devendo comparecer acompanhados de seus advogados. 3.2. Para a audiência advirta-se a parte autora que seu não comparecimento implicará no arquivamento do feito e a parte requerida que não comparecendo terá a revelia decretada, presumindo-se então verdadeiros os fatos descritos na inicial. A contestação deverá ser apresentada até o início da audiência..3. Advirta-se também as partes de que não havendo conciliação o feito será na mesma data instruído e julgado, pelo que deverão comparecer à audiência acompanhadas das provas que tiverem, sendo que testemunhas serão admitidas no máximo três para cada parte, que deverá trazê-las independentemente de intimação, tudo nos termos dos arts. 7º e 8º da Lei de Alimentos (Lei 5.478/68). 3.4. O requerente deverá ser intimado para a audiência de conciliação na pessoa do seu advogado, nos termos do art. 334, §3º do CPC. 4. Intimem-se todos, inclusive o MP. 5. Sirva-se de MANDADO de citação e intimação da parte requerida. O Oficial de Justiça deverá informar que, não tendo condições de constituir advogado, a parte deverá procurar a Defensoria Pública da Comarca. Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019 Assinado eletronicamente Aldemir de Oliveira Juiz de Direito.
Porto Velho (RO), 2 de maio de 2019.
Técnico Judiciário
(Assinado Digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1728, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: 3vfamcpe@tjro.jus.br
Processo: 7021312-91.2018.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- EXECUÇÃO DE ALIMENTOS (1112)
EXEQUENTE: A. G. G. D. S. e outros
EXECUTADO: A. F. P. da S.
Advogado do(a) EXECUTADO: LENIERTAN MARIANO - RO380
Intimação DA PARTE REQUERIDA
FINALIDADE: intimação da Parte Requerida acerca do DESPACHO de ID 26803117: "Acolho a cota do Ministério Público (id. n°26650937 pp. 1-2). Intimem-se as partes para retificarem o acordo inicial, apontando a forma como o restante da dívida será paga, em 05 (cinco) dias.".
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1728, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: 3vfamcpe@tjro.jus.br
Processo: 7021312-91.2018.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- EXECUÇÃO DE ALIMENTOS (1112)
EXEQUENTE: A. G. G. D. S. e outros
Advogados do(a) EXEQUENTE: JESSICA PEIXOTO CANTANHEDE - RO2275, HELON MENDES DE SANTANA - RO6888, ITALO FERNANDO SILVA PRESTES - RO7667, RENAN THIAGO PASQUALOTTO SILVA - RO6017
EXECUTADO: A. F. P. da S.
Intimação AO AUTOR -DESPACHO
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da Parte Autora acerca do DESPACHO de ID 26803117: "Acolho a cota do Ministério Público (id. n°26650937 pp. 1-2). Intimem-se as partes para retificarem o acordo inicial, apontando a forma como o restante da dívida será paga, em 05 (cinco) dias.".
Porto Velho (RO), 2 de maio de 2019.
Técnico Judiciário
(Assinado Digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1728, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: 3vfamcpe@tjro.jus.br
Processo nº 7029552-69.2018.8.22.0001
EXEQUENTE: M. I. G.
Advogado do(a) EXEQUENTE: NEIDSONIA MARIA DE FATIMA FERREIRA - RO5283
EXECUTADO: L. M. C.
Intimação AUTOR - ALVARÁ
FINALIDADE: Fica Vossa Senhoria INTIMADA acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido.
Porto Velho (RO), 2 de maio de 2019.
Técnico Judiciário
(assinado digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1728, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: 3vfamcpe@tjro.jus.br
Processo nº 7039472-04.2017.8.22.0001
REQUERENTE: FRANCISCA JOSEFA DA SILVA AZEVEDO HADDOCK DE ALMEIDA, SUARA COUTO DE ALMEIDA, SUAN COUTO DE ALMEIDA, GLEDSON HADDOCK ALVES, NAGILA CARDOSO DE ALMEIDA, SUAME COUTO DE ALMEIDA
Advogados do(a) REQUERENTE: AMANDA BRAZ GOMES PETERLE - RO5238, RODRIGO DALLAGASSA GONTIJO DE OLIVEIRA - RO5724
Advogado do(a) REQUERENTE: RENNER PAULO CARVALHO - RO3740
INVENTARIADO: CLECY HADDOCK MONTES DE ALMEIDA
Intimação AUTOR - ALVARÁ
FINALIDADE: Fica Vossa Senhoria INTIMADA acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido.
Porto Velho (RO), 2 de maio de 2019.
Técnico Judiciário
(assinado digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO PROCESSO Nº 7033098-06.2016.8.22.0001
CLASSE: Inventário
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: RAINA COSTA DE FIGUEIREDO OAB nº RO6704, PAULO FLAMINIO MELO DE FIGUEIREDO LOCATTO OAB nº RN9437, GUILHERME CAVALCANTE NERI DE SOUZA OAB nº GO42092, JOHNATHAN GONCALVES DE SOUZA VILELA OAB nº GO42076
ADVOGADO DO INVENTARIADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA

REQUERENTES: JUDITH DA SILVA CASTRO, DANIEL CESAR MATINADA, DILVANIA CESAR MATINADA
INVENTARIADO: DIVINO FERREIRA MATINADA DESPACHO:
PETIÇÃO DE ID. Nº ID: 25782521: Este juízo não desconhece a possibilidade de a renúncia da herança ser realizada por termo nos autos. Aliás, o art. 1.806 do CC dispõe expressamente a respeito. Ocorre, porém, que houve DECISÃO do TJ/RO sobre o caso concreto. Assim, antes de analisar a renovada pretensão de designação de audiência, deverá a inventariante anexar cópia do acórdão do TJ/RO que decidiu a questão, até para que se analise a extensão do julgamento, em 5 dias.
Int.
Porto Velho (RO), 2 de maio de 2019
Assinado eletronicamente
Aldemir de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1728, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: 3vfamcpe@tjro.jus.br
Processo: 7025322-81.2018.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: JAINARA IRIS DUARTE DE SOUZA
EXECUTADO: JAIRO RODRIGUES DE SOUZA
Intimação DA PARTE REQUERIDA
FINALIDADE: FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA a apresentar impugnação à PENHORA realizada no ID: 26876302, NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS.
Porto Velho (RO), 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO PROCESSO Nº 7011709-57.2019.8.22.0001
CLASSE: Adoção
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: LUIZ FLAVIANO VOLNISTEM OAB nº RO2609, PABLO DIEGO MARTINS COSTA OAB nº RO8139
ADVOGADO DO REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
REQUERENTES: CLAUNICE BUCZKOWSKI, HECTORE LORRINI
REQUERIDO: M. P. D. E. D. R. DESPACHO:
Trata-se de ação proposta por Hetore L. e Claunice B. em que pretendem a adoção do maior e capaz Rafael J. dos S. dos S., estrangeiro, natural do Paraguai. Requerem também a retificação de registro público de nascimento para a inclusão dos pais adotantes e dos avós, todos qualificados nos autos.
Ocorre, porém, que os requerentes não juntaram documentos que indiquem a situação regular de estrangeiro de RAFAEL no Brasil, como, por exemplo, a carteira de identidade para estrangeiro (RNE). Aliás, os próprios requerentes estabelecem como fim principal do deferimento do pedido a regularização e expedição dos documentos do requerente RAFAEL neste país, destacando-se:
"Ocorre Excelência, que o Sr. Rafael hoje já é maior de idade e não está conseguindo tirar seus documentos pessoais, nem tão pouco se ingressar em uma universidade, fato que veio à tona apenas com a CONCLUSÃO do ensino médio, pois até então com os documentos que possuía, apenas conseguiu ser matriculado na escola de nível fundamental e médio, sendo que para ingressar em uma universidade os documentos que possui atualmente não são reconhecidos pelo Governo Brasileiro e nem pelas universidade, sendo este necessário à carteira de identidade RG e CPF, para que seja declarado pessoal natural.
Na tentativa de solucionar o problema os Adotantes fizeram o trasladado dos documentos, mas mesmo assim não conseguiu emitir seus documentos pessoais, não restando aos Requerentes outra opção senão buscar no Judiciário a regularização da adoção de pessoa Maior
[...]
IV - DO PEDIDO
[...]
b) O deferimento da adoção do maior em caráter de urgência, depois de cumpridas as formalidades legais, tendo em vista o mesmo estar aguardando para iniciar os seus estudos em uma universidade." (id. nº 25765235 p. 3 e 7)
Inicialmente, destaco que o instituto da adoção é o procedimento legal pelo qual alguém assume como filho um menor ou maior de idade, criando a relação jurídica de pai/mãe e filho e estabelecendo direitos civis e hereditários e compromissos legais. Desse modo, a ação de adoção não pode ser utilizada com o fim de regularizar situação de estrangeiro no país, sob pena de subverter-se a natureza do instituto.
Assim, nos termos do art. 10 do CPC, intimem-se os requerentes para manifestarem-se a respeito, emendar a inicial e tomar as providências necessárias sobre os seguintes pontos:
a) manifestar-se sobre o prosseguimento da ação, ante a falta de interesse de agir na modalidade adequação, porquanto a ação de adoção não é o procedimento adequado para regularização de documentos pessoais de estrangeiro no país;
b) incluir no polo passivo a genitora do requerente RAFAEL, devidamente qualificada, ou apresentar termo de consentimento, na forma do art. 45 da Lei nº 8.069/90;
c) juntar comprovantes de rendimentos para análise do pedido de gratuidade da justiça. De forma alternativa, poderá requerer a desconsideração do pedido de gratuidade da justiça e juntar comprovante de pagamento das custas iniciais.
d) esclarecer sobre o desfecho da ação nº 7001929-09.2018.8.22.0008, assim como a razão pela qual o nova ação foi ajuizada nesta Capital.
Em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento (art. 321, parágrafo único, CPC).
Proceda a CPE a correção dos cadastros no PJe, excluindo o Ministério Público do Estado de Rondônia do polo passivo da ação, já que não é parte deste processo, e incluindo o requerente Rafael J. dos S. dos S. no polo ativo da ação.
Porto Velho (RO), 2 de maio de 2019
Assinado eletronicamente
Aldemir de Oliveira
Juiz de Direito

4ª VARA DE FAMÍLIA

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: pvh4famil@tjro.jus.br
Processo: 7010580-17.2019.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS (194)
REQUERENTE: LUIS CLAUDIO GERHARDT STEGLICH
Advogado do(a) REQUERENTE: LUIS CLAUDIO GERHARDT STEGLICH - RS59579
REQUERIDO: ALINE SILVA COSTA
INTIMAÇÃO AO AUTOR - SENTENÇA
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da Parte Autora acerca da SENTENÇA: "[...]SENTENÇA

L. C. G. S. propôs ação de guarda c/c alimentos e visitas em face de A. S. C..
Devidamente intimado a cumprir o DESPACHO de ID 25690885 e proceder com a emenda a inicial, a parte autora peticionou informando o seu descontamento quanto o atendimento pelo cartório da 4ª Vara de Família ao solicitar ajuda para emitir a guia para pagamento das custas complementares.
Foi esclarecido por este Juízo que os setores responsáveis tanto pela expedição quanto pelo recebimento de documentos são respectivamente a CPE e o Cartório Distribuidor, bem como o atendimento das partes, e que tais setores não são subordinados a este Juízo, e que em caso de reclamação a parte deveria faze-lá junto a CGJ.
Não obstante a estes fatos o Juízo determinou que a CPE retificasse o valor da causa, como de fato foi cumprido, e orientou que após a retificação seria possível a emissão da guia pela parte, para que esta desse cumprimento ao DESPACHO de emenda da inicial.
Contudo, na petição de ID 26745023 a parte limitou-se em externar seu descontentamento com o judiciário, especificamente a esta Vara de família, pedindo o cancelamento da distribuição e encaminhamento de cópia do processo a CGJ, bem como a OAB.
Indefiro os pedidos quanto ao cancelamento do processo, por não ser possível, bem como de envio de cópias dos mesmos a CGJ e a OAB, pois caso a parte deseja manifestar seu descontentamento, deve procurar os meios próprios.
Indefiro a inicial na forma do parágrafo único do artigo 321 do CPC.
SENTENÇA sem resolução de MÉRITO na forma do inciso I do artigo 485 do CPC.
Custas pela parte autora.
P.R.I.C.
Porto Velho / RO, 30 de abril de 2019.
Danilo Augusto Kanthack Paccini
Juiz de Direito.
Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019.
Técnico Judiciário
(Assinado Digitalmente)

Processo: 7010580-17.2019.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS (194)
REQUERENTE: LUIS CLAUDIO GERHARDT STEGLICH
Advogado do(a) REQUERENTE: LUIS CLAUDIO GERHARDT STEGLICH - RS59579
REQUERIDO: ALINE SILVA COSTA
INTIMAÇÃO AO AUTOR - CUSTAS
Fica Vossa Senhoria INTIMADA, por meio de seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais. O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa Estadual.
A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOH7Y7i
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Técnico Judiciário
(assinado digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO - Fone:(3217-1341)Processo: 7017595-37.2019.8.22.0001
Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
AUTOR: M. M. M.
ADVOGADO DO AUTOR: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA OAB nº RO1073
RÉU: J. M. M.
ADVOGADO DO RÉU:
Vistos,
Emende a inicial para juntar cópia dos documentos de ID 26799127 - Pág. 23 e Pág. 24 de forma legível.
Em 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Porto Velho / RO, 30 de abril de 2019.
Danilo Augusto Kanthack Paccini
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: pvh4famil@tjro.jus.br
Processo: 7017685-45.2019.8.22.0001
Classe: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69)
AUTOR: M. V. O. C.
Advogado do(a) AUTOR: ERICA APARECIDA SOUSA DE MATOS - RO9514
RÉU: ARLINDO DA CONCEIÇÃO CORREIA
Intimação AO AUTOR -DESPACHO
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da Parte Autora acerca do DESPACHO: "[...]Vistos,
Emende a inicial para:
a) Esclarecer se o endereço do Requerido é nesta Capital ou em Epitaciolândia/AC;
b) Quanto ao pedido de concessão da gratuidade judiciária formulado na petição inicial, nos termos do §2º do art. 99 do CPC, é insuficiente para o deferimento do pedido a simples alegação de pobreza, pois o art. 5º, Inciso LXXIV, da Constituição Federal estabelece que o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, nesse sentido:
INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM. PROVA DA HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. EXIGÊNCIA. POSSIBILIDADE. A simples declaração de pobreza, conforme as circunstâncias dos autos é o que basta para a concessão do benefício da justiça gratuita, porém, por não se tratar de direito absoluto, uma vez que a afirmação de hipossuficiência implica presunção juris tantum, pode o magistrado exigir prova da situação, mediante fundadas razões de que a parte não se encontra no estado de miserabilidade declarado. (TJRO Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 0011698-29.2014.8.22.0000. Relator: Des. Raduan Miguel Filho. Data de Julgamento: 05/12/2014. Publicado em 17/12/2014.)
PROCESSUAL CIVIL. CIVIL. […] GRATUIDADE DE JUSTIÇA. HIPOSSUFICIÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. RECOLHIMENTO DE CUSTAS. NECESSIDADE. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.[...]
2. O benefício da assistência judiciária gratuita pode ser deferido à pessoa física ou jurídica, desde que comprovada a impossibilidade de arcar com as despesas do processo sem prejuízo próprio, sendo necessário, no entanto, o recolhimento das custas processuais enquanto não apreciado e deferido o pedido, sob pena de ser considerado deserto o recurso no caso de não recolhimento.[...]
(STJ -EDcl no AREsp 571.875/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/02/2015, DJe 20/02/2015).
Ressalta-se que a mera declaração nesse sentido não tem o condão de suprir a exigência constitucional e não há nos autos comprovantes de despesas mensais aptas à tal comprovação.
De qualquer sorte, a fim de afastar a aparente capacidade financeira da parte requerente, autorizo a emenda à inicial, a fim de que ela

demonstre, documentalmente a impossibilidade de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo ao sustento próprio e/ou da sua família. Poderá, ainda, no prazo concedido, proceder ao recolhimento das custas processuais.
Prazo: 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Porto Velho / RO, 30 de abril de 2019.
Danilo Augusto Kanthack Paccini
Juiz de Direito.
Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019.
Técnico Judiciário
(Assinado Digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4º Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1341Processo: 7017603-14.2019.8.22.0001
Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
AUTOR: F. A. R.
ADVOGADO DO AUTOR: CLAUDIO JOSE UCHOA LIMA OAB nº RO8892, MAYLLA GRACIOSA COUTINHO CIARINI MORAIS OAB nº RO7878
RÉU: EDUARDO DO NASCIMENTO DE AQUINES
ADVOGADO DO RÉU:
Vistos,
Emende a inicial para esclarecer o valor pretendido a título de alimentos, considerando a divergência na parte inicial da petição de ID 26797207 - Pág. 9 com o item "e" dos pedidos.
Em 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Porto Velho / RO, 30 de abril de 2019.
Danilo Augusto Kanthack Paccini
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: pvh4famil@tjro.jus.br
Processo: 7017494-97.2019.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: RODRIGO DE SOUZA CORDEIRO
Advogado do(a) AUTOR: FABIO VILLELA LIMA - RO7687
RÉU: BRUNA APARECIDA FELISBERTO
Intimação AO AUTOR -DESPACHO
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da Parte Autora acerca do DESPACHO: "[...]Esclareça o requerente se o que pretende com o processo é a modificação do regime de visitas, visto que já foi acordada nos autos de nº 7040937-48.2017.8.22.0001, ou o cumprimento de SENTENÇA.
Traga o requerente cópia do acordo que foi homologado.
Quanto ao pedido de concessão da gratuidade judiciária formulado na petição inicial, nos termos do §2º do art. 99 do CPC, é insuficiente para o deferimento do pedido a simples alegação de pobreza, pois o art. 5º, Inciso LXXIV, da Constituição Federal estabelece que o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, nesse sentido:
INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM. PROVA DA HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. EXIGÊNCIA. POSSIBILIDADE. A simples declaração de pobreza, conforme as circunstâncias dos autos é o que basta para a concessão do benefício da justiça gratuita, porém, por não se tratar de direito absoluto, uma vez que a afirmação de hipossuficiência implica presunção juris tantum, pode o magistrado exigir prova da situação, mediante fundadas razões de que a parte não se encontra no estado de miserabilidade declarado. (TJRO Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 0011698-29.2014.8.22.0000. Relator: Des. Raduan Miguel Filho. Data de Julgamento: 05/12/2014. Publicado em 17/12/2014.)
PROCESSUAL CIVIL. CIVIL. […] GRATUIDADE DE JUSTIÇA. HIPOSSUFICIÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. RECOLHIMENTO DE CUSTAS. NECESSIDADE. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.[...]
2. O benefício da assistência judiciária gratuita pode ser deferido à pessoa física ou jurídica, desde que comprovada a impossibilidade de arcar com as despesas do processo sem prejuízo próprio, sendo necessário, no entanto, o recolhimento das custas processuais enquanto não apreciado e deferido o pedido, sob pena de ser considerado deserto o recurso no caso de não recolhimento.[...]
(STJ -EDcl no AREsp 571.875/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/02/2015, DJe 20/02/2015).
Ressalta-se que a mera declaração nesse sentido não tem o condão de suprir a exigência constitucional e não há nos autos comprovantes de rendimentos e despesas mensais aptas à tal comprovação.
É importante ressaltar que R$ 1.000,00 (mil reais) e o valor dado à causa na inicial é irrisório além do fato da parte ser patrocinada por advogado, evidenciando que dificilmente o pagamento das custas importará em prejuízo para o seu sustento.
De qualquer sorte, a fim de afastar a aparente capacidade financeira da parte requerente, autorizo a emenda à inicial, a fim de que ela demonstre, documentalmente a impossibilidade de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo ao sustento próprio e/ou da sua família. Poderá, ainda, no prazo concedido, proceder ao recolhimento das custas processuais.
Prazo: 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Porto Velho / RO, 30 de abril de 2019.
Danilo Augusto Kanthack Paccini
Juiz de Direito
Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019.
Técnico Judiciário
(Assinado Digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: pvh4famil@tjro.jus.br
Processo: 7017692-37.2019.8.22.0001
Classe: AVERIGUAÇÃO DE PATERNIDADE (123)
REQUERENTE: RAIAN CAMARA DE ARAUJO
Advogado do(a) REQUERENTE: MICHELE NOGUEIRA DE SOUZA - RO9706
REQUERIDO: GEICIANE NASCIMENTO SOUSA
Intimação AO AUTOR -DESPACHO
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da Parte Autora acerca do DESPACHO: "[...]Quanto ao pedido de concessão da gratuidade judiciária formulado na petição inicial, nos termos do §2º do art. 99 do CPC, é insuficiente para o deferimento do pedido a simples alegação de pobreza, pois o art. 5º, Inciso LXXIV, da Constituição Federal estabelece que o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, nesse sentido:
INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM. PROVA DA HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. EXIGÊNCIA. POSSIBILIDADE. A simples declaração de pobreza, conforme as circunstâncias dos autos é o que basta para a concessão do benefício da justiça gratuita, porém, por não se tratar de direito absoluto, uma vez que a afirmação de hipossuficiência implica presunção juris tantum, pode o magistrado exigir prova da situação, mediante fundadas razões de que a parte não se encontra no estado de miserabilidade declarado.

(TJRO Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 0011698-29.2014.8.22.0000. Relator: Des. Raduan Miguel Filho. Data de Julgamento: 05/12/2014. Publicado em 17/12/2014.)
PROCESSUAL CIVIL. CIVIL. […] GRATUIDADE DE JUSTIÇA. HIPOSSUFICIÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. RECOLHIMENTO DE CUSTAS. NECESSIDADE. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.[...]
2. O benefício da assistência judiciária gratuita pode ser deferido à pessoa física ou jurídica, desde que comprovada a impossibilidade de arcar com as despesas do processo sem prejuízo próprio, sendo necessário, no entanto, o recolhimento das custas processuais enquanto não apreciado e deferido o pedido, sob pena de ser considerado deserto o recurso no caso de não recolhimento.[...]
(STJ -EDcl no AREsp 571.875/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/02/2015, DJe 20/02/2015).
Ressalta-se que a mera declaração nesse sentido não tem o condão de suprir a exigência constitucional e não há nos autos comprovantes de despesas mensais aptas à tal comprovação.
É importante ressaltar que o valor dado à causa na inicial é irrisório além do fato da parte ser patrocinada por advogado, evidenciando que dificilmente o pagamento das custas importará em prejuízo para o seu sustento.
De qualquer sorte, a fim de afastar a aparente capacidade financeira da parte requerente, autorizo a emenda à inicial, a fim de que ela demonstre, documentalmente a impossibilidade de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo ao sustento próprio e/ou da sua família. Poderá, ainda, no prazo concedido, proceder ao recolhimento das custas processuais.
Prazo: 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Porto Velho / RO, 30 de abril de 2019.
Danilo Augusto Kanthack Paccini
Juiz de Direito.
Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019.
Técnico Judiciário
(Assinado Digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO - Fone:(3217-1341)Processo: 7011307-73.2019.8.22.0001
Classe: Execução de Alimentos
EXEQUENTE: R. P. M.
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ZILIO CEZAR POLITANO OAB nº RO489
EXECUTADO: S. M. D. S.
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Vistos,
Emende a inicial para juntar planilha de débito dos meses que pretende executar.
Em 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Porto Velho / RO, 30 de abril de 2019.
Danilo Augusto Kanthack Paccini
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO - Fone:(3217-1341)Processo: 7016423-02.2015.8.22.0001
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: GELSON ANDRADE DOS SANTOS
ADVOGADO DO EXEQUENTE: UELITON FELIPE AZEVEDO DE OLIVEIRA OAB nº RO5176
EXECUTADO: ILKA RODRIGUES PINTO
ADVOGADO DO EXECUTADO: FLORIANO VIEIRA DOS SANTOS OAB nº RO544
Vistos,
Deve ser regularizada a representação processual da executada para homologação do acordo, em 5 dias.
Intime-se do bloqueio como determinado.
Porto Velho / RO, 30 de abril de 2019.
Danilo Augusto Kanthack Paccini
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO - Fone:(3217-1341)Processo: 7035385-68.2018.8.22.0001
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: RAISSA CAROLINE BARBOSA CORREA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RAISSA CAROLINE BARBOSA CORREA OAB nº RO7824A
EXECUTADO: ANTONIO FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Vistos,
A parte informa que em outro processo, em trâmite em outro juízo, houve acordo para pagamento do débito executado neste processo e pede a suspensão da execução.
Suspendo o feito pelo prazo de 1 (um) ano, nos termos do inciso III, § 1º do artigo 921 do CPC.
Fica o exequente intimado a dar andamento no feito após o decurso de prazo, quando se iniciará a contagem da prescrição intercorrente, nos termo do art. 921, § 4º do CPC.
Aguarde-se os autos no arquivo, com identificação da pasta respectiva (processo arquivado, aguardando início da prescrição intercorrente a partir de tal data).
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Danilo Augusto Kanthack Paccini
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: 4vfamcpe@tjro.jus.br
Processo nº 7032899-13.2018.8.22.0001
AUTOR: DENESTEN RIBEIRO PANTOJA
Advogados do(a) AUTOR: CARLOS SILVIO VIEIRA DE SOUZA - RO5826, FRANCISCO RICARDO VIEIRA OLIVEIRA - RO1959, JOAO BOSCO VIEIRA DE OLIVEIRA - RO2213
RÉU: TEREZINHA FELIX DE BRITO PANTOJA, ALINE FELIX BRITO
INTIMAÇÃO
FINALIDADE: Proceder a INTIMAÇÃO da parte autora, por via do seu advogado, no prazo de 05 dias, a providenciar a remessa de Carta Precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.
Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019.
Técnico Judiciário
(assinado digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: 4vfamcpe@tjro.jus.br
Processo nº 7029292-89.2018.8.22.0001
REQUERENTE: ALCIDES MENDES AZEVEDO
Advogado do(a) REQUERENTE: ANGELA MARIA MENDES DOS SANTOS - RO2651
Intimação AUTOR - ALVARÁ

FINALIDADE: Fica Vossa Senhoria INTIMADA acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido.
Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019.
Técnico Judiciário
(assinado digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: pvh4famil@tjro.jus.br
Processo: 7014662-91.2019.8.22.0001
Classe: ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80 (74)
REQUERENTE: H. D. M. B.
Advogado do(a) REQUERENTE: SILVANA FELIX DA SILVA SENA - RO4169
Intimação AO AUTOR -DESPACHO
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da Parte Autora acerca do DESPACHO de ID: 26836031 "...Vistos,Tendo em vista a não comprovação, por documentos, sobre a necessidade de justiça gratuita, indefiro o pedido de gratuidade.Intime-se a parte autora para comprovar o recolhimento das custas judiciais e, ainda, considerando que trata-se de pedido de levantamento de saldo em conta, juntar as certidões negativas dos cartórios de registro de imóveis (todos os ofícios) e prefeitura, em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial. /,.Porto Velho RO 30 de abril de 2019 Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito...".
Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019.
Técnico Judiciário
(Assinado Digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: pvh4famil@tjro.jus.br
Processo: 0012296-02.2013.8.22.0102
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: D.. C. M. B. P. e outros
Advogado do(a) EXEQUENTE: CRISTIANE PATRICIA HURTADO MADUENO - RO1013
EXECUTADO: A. C. P.
Intimação AO AUTOR -DESPACHO
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da Parte Autora acerca do DESPACHO de ID: 26811922 "...Vistos, Embora o processo possua numeração antiga, referente aos autos físicos, já foi digitalizado e migrado para o PJE, não sendo necessário o recolhimento de taxa de desarquivamento. Porto Velho RO 30 de abril de 2019, Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito...".
Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019.
Técnico Judiciário
(Assinado Digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: pvh4famil@tjro.jus.br
Processo: 7040238-23.2018.8.22.0001
Classe: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69)
AUTOR: R. R. P. e outros (2)
Advogados do(a) AUTOR: RAPHAEL TAVARES COUTINHO - RO9566, QUENEDE CONSTANCIO DO NASCIMENTO - RO3631
Advogados do(a) AUTOR: RAPHAEL TAVARES COUTINHO - RO9566, QUENEDE CONSTANCIO DO NASCIMENTO - RO3631
Advogados do(a) AUTOR: RAPHAEL TAVARES COUTINHO - RO9566, QUENEDE CONSTANCIO DO NASCIMENTO - RO3631
RÉU: LUCILENE RODRIGUES
Intimação AO AUTOR -DESPACHO
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da Parte Autora acerca do DESPACHO: "[...]Vistos,
Intime-se as partes para dizerem se tem provas a produzir, em 05 (cinco) dias.
Porto Velho / RO, 30 de abril de 2019.
Danilo Augusto Kanthack Paccini
Juiz de Direito.
Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019.
Técnico Judiciário
(Assinado Digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: pvh4famil@tjro.jus.br
Processo: 7047446-92.2017.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- INVENTÁRIO (39)
REQUERENTE: TIAGO DE CASTRO GAZONI e outros
Advogado do(a) REQUERENTE: SERGIO ARAUJO PEREIRA - RO0006539A
Advogado do(a) REQUERENTE: SERGIO ARAUJO PEREIRA - RO0006539A
INVENTARIADO: EDISON GAZONI
Intimação AO AUTOR -DESPACHO
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da Parte Autora acerca do DESPACHO: "[...]Vistos,
Indefiro o pedido de ID 18731910, para expedição de alvará, pois não há qualquer comprovação de que as referidas dívidas existam e estejam em nome do falecido, não integrando a dívida do espólio.
Em relação à empresa, junte cópia da última alteração contratual registrada na junta comercial com documento expedido por essa que ateste ser, de fato, a última alteração contratual.
Junte cópia da carteira de trabalho da funcionária alegada, assim como documento que comprove os cálculos trabalhistas.
Cumpra o inventariante a DECISÃO de ID 14359910, integralmente, viabilizando meios de prosseguimento do feito para expedição de certidões negativas em 05 (cinco) dias.
Porto Velho / RO, 30 de abril de 2019.
Danilo Augusto Kanthack Paccini
Juiz de Direito.
Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019.
Técnico Judiciário
(Assinado Digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: pvh4famil@tjro.jus.br
Processo: 7037428-46.2016.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- INVENTÁRIO (39)
REQUERENTE: EPITACIO RODRIGUES DE OLIVEIRA e outros (3)
Advogado do(a) REQUERENTE: FELIPE GODINHO CREVELARO - RO7441
Advogado do(a) REQUERENTE: FELIPE GODINHO CREVELARO - RO7441
Advogado do(a) REQUERENTE: FELIPE GODINHO CREVELARO - RO7441
Advogado do(a) REQUERENTE: FELIPE GODINHO CREVELARO - RO7441

INVENTARIADO: FRANCISCA FIGUEIRA DA SILVA e outros
Intimação AO AUTOR -DESPACHO
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da Parte Autora acerca do DESPACHO: "[...]Vistos,
Considerando que as tentativas de intimação da meeira restaram infrutíferas, intime-se o inventariante para comprovar o recolhimento do ITCMD em 05 (cinco) dias.
Porto Velho / RO, 30 de abril de 2019.
Danilo Augusto Kanthack Paccini
Juiz de Direito.
Porto Velho (RO), 30 de abril de 2019.
Técnico Judiciário
(Assinado Digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: 4vfamcpe@tjro.jus.br
Processo: 7051157-71.2018.8.22.0001
Classe: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69)
AUTOR: L. V. J. D. S. e outros (2)
RÉU: TIAGO DA SILVA RODRIGUES
Advogado do(a) RÉU: ANTONIO MANOEL REBELLO DAS CHAGAS - RO1592
Intimação DA PARTE REQUERIDA - SENTENÇA
FINALIDADE: intimação da Parte Requerida acerca da SENTENÇA: "[...]Ante o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido, e resolvo o MÉRITO na forma do art. 487, I do CPC, para condenar o réu a pagar 20% (vinte por cento) do valor do salário mínimo, para cada uma das autoras, a título de alimentos, com vencimento até o dia 10 de cada mês. ".
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: 4vfamcpe@tjro.jus.br
Data: 30 de abril de 2019
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 20 (vinte) DIAS
DE: RAIMUNDO PEREIRA DE LIMA, brasileiro, filho de Raimunda Rodrigues de Lima, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAR, o requerido acima qualificado, para em 03 (três) dias, efetuar o pagamento dos meses de dezembro de 2017 a janeiro de 2018 no valor de R$ 609,56 e os que se vencerem no curso do processo, nos termos da Súmula 309 do STJ. Pelo MM. Juiz foi dito: "...Advirta-se o executado que a apresentação de comprovante de entrega de envelope bancário, não será aceito como prova de pagamento, tendo em vista que este depende de validação pelo banco. Havendo justificativa, intime-se a exequente para manifestar em 05 (cinco) dias. Decorrido o prazo e não havendo prova digna de pagamento do débito e tampouco comprovação da impossibilidade de fazê-lo, desde já decreto a prisão civil do executado, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, devendo salientar no MANDADO que deverá pagar também as parcelas vencidas no curso da execução até a data da efetiva quitação..."
Processo: 7004338-76.2018.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- EXECUÇÃO DE ALIMENTOS (1112)
Assunto: [Alimentos]
Exequente: R. P. D. S.
Executado: RAIMUNDO PEREIRA DE LIMA
Sede do Juízo: Fórum Sandra Nascimento, 4ª Vara de Família e Sucessões, Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro Porto Velho/RO - CEP: 76.801-030 - Fone: 3217 1246.
Este Edital de Intimação foi expedido e assinado por ordem do MM. Juiz de Direito desta Vara, nos termos do Provimento nº 011/2007 CG e da Portaria nº 001/2005 - 4ª Vara de Família.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019
Técnico judiciário
(assinado judicialmente)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: pvh4famil@tjro.jus.br
Processo: 7016423-02.2015.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: GELSON ANDRADE DOS SANTOS
Advogado do(a) EXEQUENTE: UELITON FELIPE AZEVEDO DE OLIVEIRA - RO5176
EXECUTADO: ILKA RODRIGUES PINTO
Intimação AO AUTOR -DESPACHO
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da Parte Autora acerca do DESPACHO: "[...]Vistos,
Deve ser regularizada a representação processual da executada para homologação do acordo, em 5 dias.
Intime-se do bloqueio como determinado.
Porto Velho / RO, 30 de abril de 2019.
Danilo Augusto Kanthack Paccini
Juiz de Direito.
Porto Velho (RO), 1 de maio de 2019.
Técnico Judiciário
(Assinado Digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: pvh4famil@tjro.jus.br
Processo: 7047261-54.2017.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- INVENTÁRIO (39)
REQUERENTE: LINEIDE MARTINS DE CASTRO e outros (2)
Advogado do(a) REQUERENTE: SERGIO ARAUJO PEREIRA - RO0006539A
Advogado do(a) REQUERENTE: SERGIO ARAUJO PEREIRA - RO0006539A
Advogado do(a) REQUERENTE: SERGIO ARAUJO PEREIRA - RO0006539A
INVENTARIADO: ESPÓLIO DE BRUNO DE CASTRO GAZONI
INTIMAÇÃO AO AUTOR - SENTENÇA
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da Parte Autora acerca da SENTENÇA: "[...]Ante o exposto, julgo por SENTENÇA partilha dos bens (cotas societárias) deixados em razão do falecimento de BRUNO DE CASTRO GAZONI, atribuindo os quinhões aos herdeiros, salvos erros, omissões ou direitos de terceiros, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para LINEIDE MARTINS DE CASTRO GAZONI e 50% (cinquenta por cento) para o espólio de EDISON GAZONI, e resolvo o MÉRITO na forma do art. 487, I, do CPC".
Porto Velho (RO), 1 de maio de 2019.
Técnico Judiciário
(Assinado Digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: pvh4famil@tjro.jus.br
Processo: 7008378-67.2019.8.22.0001
Classe: FAMÍLIA- INTERDIÇÃO (58)

REQUERENTE: VANILDA RODRIGUES DE SOUZA e outros (2)
Advogado do(a) REQUERENTE: EFSON FERREIRA DOS SANTOS RODRIGUES - RO4952
Advogado do(a) REQUERENTE: EFSON FERREIRA DOS SANTOS RODRIGUES - RO4952
Advogado do(a) REQUERENTE: EFSON FERREIRA DOS SANTOS RODRIGUES - RO4952
REQUERIDO: CAROLINE SOUZA DUARTE
Intimação AO AUTOR -DESPACHO
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da Parte Autora acerca do DESPACHO: "[...]Vistos,
Intime-se a parte autora para manifestar-se sobre a certidão de ID 26715313.
Porto Velho / RO, 30 de abril de 2019.
Danilo Augusto Kanthack Paccini
Juiz de Direito.
Porto Velho (RO), 1 de maio de 2019.
Técnico Judiciário
(Assinado Digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: 4vfamcpe@tjro.jus.br
Processo nº: 7036079-37.2018.8.22.0001
Data: 1 de maio de 2019
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 20 (vinte) DIAS
DE: IDALINA GONÇALVES DOS SANTOS NETA,brasileira, natural de Coronel Fabriciano/MG, nascida em 18/08/1986, filha de João Gonçalves dos Santos e Maria das Graças Cardoso dos Santos, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAR, o requerido acima qualificado, para contestar no prazo legal. e INTIMÁ-LO da DECISÃO que fixou alimentos provisórios o valor ofertado na inicial de 30% do salário mínimo, devidos desde a fixação. Pelo MM. Juiz foi dito no ID 24258048: "... Cite-se o requerido por edital, com prazo de 20 (vinte) dias, para apresentar contestação no prazo legal. Não havendo manifestação, desde já nomeio curador especial para o requerido o Defensor designado para tal, nos termos do inciso II do art. 72 do CPC. Intime-o da nomeação..."
Processo: 7036079-37.2018.8.22.0001
Classe: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69)
Requerente: ALMIR MELLO DOS SANTOS
Advogado:
Requerido: MARIA EDUARDA MELLO DOS SANTOS
Sede do Juízo: Fórum Sandra Nascimento, 4ª Vara de Família e Sucessões, Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro Porto Velho/RO - CEP: 76.801-030 - Fone: 3217 1246.
Este Edital de Intimação foi expedido e assinado por ordem do(a) MM(a) Juiz(a) de Direito desta Vara, nos termos do Provimento nº 011/2007 CG e da Portaria nº 001/2005 - 4ª Vara de Família.
Porto Velho/RO, 1 de maio de 2019
Técnico judiciário
(assinado judicialmente)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: 4vfamcpe@tjro.jus.br
Processo nº 7010797-94.2018.8.22.0001
EXEQUENTE: ELIETE DE JESUS PEREIRA
Advogado do(a) EXEQUENTE: SANDRA STEPHANOVICHI BRESOLIN - RO4627
EXECUTADO: MARCELLIN CHAMPAGNAT MACEDO DE MEDEIROS
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
FINALIDADE:Por força e em cumprimento a determinação deste Juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção e arquivamento.
Porto Velho (RO), 1 de maio de 2019.
Técnico Judiciário
(assinado digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, - de 1752/1753 a 2026/2027, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: 4vfamcpe@tjro.jus.br
Processo nº 7046821-24.2018.8.22.0001
REQUERENTE: ROSENEIDE DA SILVA ALBUQUERQUE, DANIEL ESPINDOLA SANTOS, LUNA AQUILA ALBUQUERQUE ESPINDOLA, MAYCK ALEJANDRO ALBUQUERQUE ESPINDOLA, JOAO VITOR MAGALHAES CORREA, RODRIGO MAGALHAES CORREA
Advogado do(a) REQUERENTE: ELZI RAIMUNDA DA SILVA - RO7977
Advogado do(a) REQUERENTE: ELZI RAIMUNDA DA SILVA - RO7977
Advogado do(a) REQUERENTE: ELZI RAIMUNDA DA SILVA - RO7977
Advogado do(a) REQUERENTE: ELZI RAIMUNDA DA SILVA - RO7977
Advogado do(a) REQUERENTE: ELZI RAIMUNDA DA SILVA - RO7977
Advogado do(a) REQUERENTE: ELZI RAIMUNDA DA SILVA - RO7977
REQUERIDO: BELINO ESPINDOLA CORREA
Intimação AUTOR
FINALIDADE: Fica Vossa Senhoria INTIMADA acerca do TERMO DE INVENTARIANTE expedido.
Porto Velho (RO), 1 de maio de 2019.
Técnico Judiciário
(assinado digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO - Fone:(3217-1341)Processo: 7031821-81.2018.8.22.0001
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: NICOLLY LAUANA MONTEIRO DOS SANTOS
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
EXECUTADO: ROBENILDO MONTEIRO MORAES
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Vistos,
NICOLLY LAUANA MONTEIRO DOS SANTOS, representado por sua genitora, propôs cumprimento de SENTENÇA em face de ROBENILDO MONTEIRO MORAES.
Foram realizadas tentativas de localização de bens do executado. Não houve êxito na penhora de veículos (ID 25104635), bloqueio de valores (ID 25104927) e de saldo de FGTS 26609129. Cumpre ressaltar que não houve expedição de MANDADO de penhora por não ter o réu sido encontrado para intimação pessoal.
Tratando-se de inexistência de bens penhoráveis, verifica-se a ausência superveniente do interesse de agir pois não há utilidade no processo executivo sem que exista bens penhoráveis, ensejando sua extinção sem resolução de MÉRITO, podendo a parte buscar em outro momento a satisfação de seu crédito.

A esse respeito o Tribunal de Justiça de Rondônia já se manifestou no sentido de que " [..] O processo executivo não pode se manter indefinidamente suspenso ante a não-localização de bens do executado passíveis de penhora[...] Não se localizando bens para penhora, e decorrendo prazo razoável para o exeqüente, o juiz poderá julgar extinto o processo sem apreciação de MÉRITO. Apelação Cível, Processo nº 1016652-60.1998.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Moreira Chagas.
No mesmo sentido:
Apelação cível. Execução. Extinção do processo sem julgamento do MÉRITO. Ausência de bens penhoráveis. Extinção. Diante da ausência de bens à penhora, e transcorridos longo período do início da execução, excepcionalmente é cabível a extinção do feito em razão da perda superveniente do interesse de agir. Apelação, Processo nº 0021655-90.2010.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Rowilson Teixeira, Data de julgamento: 20/09/2017.
Ante o exposto, extingo o cumprimento de SENTENÇA sem resolução de MÉRITO na forma inciso VI do art. 485 c/c parágrafo único do art. 771 do CPC, ambos do código de Processo Civil.
Custas e honorários pelo executado, os últimos fixo em 10% do valor da causa, ambos com exigibilidade suspensa diante da gratuidade que ora estendo ao executado.
Porto Velho, 2 de maio de 2019.
Danilo Augusto Kanthack Paccini
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4º Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(3217-1341)7008903-49.2019.8.22.0001
Procedimento Comum
Reconhecimento / Dissolução
AUTOR: O. L. D. S. S.
ADVOGADO DO AUTOR: SANDRA MARIA MESQUITA RODRIGUES OAB nº RO4900
RÉUS: S. P. G., S. L. D. M., S. L. D. M.
ADVOGADOS DOS RÉUS:
Vistos,
Emende a requerente a inicial para:
a) corrigir o valor da causa, que deve ser compatível ao bem de vida almejado, no caso o valor do invetário judicial que pretende ver anulado.
b) corrigido o valorda causa, deverá recolher as custas juduciais.
Prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Porto Velho, 02 de maio de 2018.
Danilo Augusto Kanthack Paccini

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4º Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(3217-1341)7002924-09.2019.8.22.0001
Procedimento Comum
Guarda, Abandono Material, Abandono Intelectual
AUTOR: M. D. G. G. D. M. B.
ADVOGADO DO AUTOR: IZIDORO CELSO NOBRE DA COSTA OAB nº RO3361
RÉU: S. A. D.
ADVOGADO DO RÉU: VANESSA RODRIGUES ALVES MOITA OAB nº RO5120
Vistos,
Trata-se de procedimento de tutela cautelar antecedente movido por M. G. G. M. Bo em face de S. A. D., partes qualificadas.
Em síntese, sustenta ser avó paterna da adolscente S. A. O. L. e que o genitor exercia a quarda unioateral da filha. Afirma que o filho faleceu recentemente e que a requerida abandou intelectual, material e afetivamente a filha, motivo pelo qual pretende exercer a guarda da neta. Entendendo presentes os requisitos para a concessão da tutela cautelar, pugna pela concessão da guarda da neta.
Como destacado na DECISÃO de id nº 25432892, há divergência entre o nome da requerente na certidão de nascimento da adolscente, bem como na certidão de óbito do filho e seus documentos pessoais.
Entretanto, a requerida apresentou contestação (id nº 26687416) e confirmou o parentesco, bem como que a filha reside atualmente com a avó.
Inexiste nos autos qualquer elemento de prova que demonstre que a requerida abandonou de alguma forma sua filha. Pelos conversas de whattsapp juntadas, muito embora demonstrem certa indiferença da adolescente com a mãe, verifica-se que a genitora procura a filha com certa regularidade, ao contrário do que fora afirmado na inicial.
É importe lembrar que o exercício da guarda é consectário lógico do poder familiar e o seu exercício por quem não seja pai e mãe é exceção à regra.
Assim, ausente na espécie os requisitos do art. 300 do CPC, especialmente a probabilidade do direito alegado, indefiro o pedido de tutela cautelar antecedente pleiteado.
É importante esclarecer que a DECISÃO sobre quem reúne melhores condições para exercer a quarda da infante deve ser analisado sob aplo contraditório e com a realização de avaliasção psicossoal do caso.
Nos termos do art. 303, §6º, do CPC, providencie a requerente a emenda da inicial, complementando a inicial para o pedido de guarda e, querendo, juntando novos documentos, no prazo de 5 dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Porto Velho, quinta-feira, 2 de maio de 2019
Danilo Augusto Kanthack Paccini

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO Processo: 7012674-35.2019.8.22.0001
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: ITAMAR DOS SANTOS FERREIRA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: TIAGO FERNANDES LIMA DA SILVA OAB nº RO6122
EXECUTADO: WILLYANE NUNES COSTA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Vistos,
Vistos,
O CPC de 2015, com foco na duração razoável do processo, inovou ao dispor sobre a cisão da SENTENÇA em capítulose a possibilidade de cumprimento definitivo de SENTENÇA sobre a parcela incontroversa da decisção, conform disciplinado pelo art. 523 do CPC.
Assim, na espécie, não há que se falar em cumprimento provisório da SENTENÇA e sim definitivo, em relação à partilha do veículo.
Entretanto, a SENTENÇA limitou-se a estabelecer o condomínio sobre a propriedade do bem, inexistindo obrigação para a requerida indenizar a parte do autor.
No caso em apreço, pretende o requerente ver extinto o condomínio existente sobre bem já partilhado.
Em que pese a distribuição do processo a este Juízo de Família por dependência aos autos de reconhecimento e dissolução de união estável, esta vara especializada não tem competência para conhecimento e julgamento de ação de dissolução de condomínio.
Isso se deve ao fato de que a parte incontroversa da SENTENÇA que julgou a ação de reconhecimento e dissolução de união estável e instituiu o condomínio sobre o veículo, exauriu-se em si mesma ao dividir os bens em partes iguais.
Após a SENTENÇA que decretou a partilha o bem já não pertence aos ex-companheiros em razão da meação, mas sim em razão do condomínio formado pela DECISÃO judicial, não havendo mais questionamento a cerca do direito de família.

O conflito não está mais relacionado à sociedade conjugal, a qual já foi dissolvida judicialmente, mas à existência de condomínio entre os ex companheiros e à necessidade de sua dissolução, mediante a venda do bem.
Portanto, extinguindo-se a união estável e pondo-se fim ao regime de bens, se o bem do casal permaneceu por determinação judicial em condomínio indiviso, até a sua alienação, as relações entre os condôminos passam a ser reguladas pelo regime pertinente ao condomínio, e não mais pelo regime de comunhão de bens.
Vale ressaltar que não se trata de cumprimento de SENTENÇA homologatória da partilha, mas sim a extinção do condomínio, mediante a venda do bem já partilhado.
A jurisprudência tem se posicionado que para tal pedido é competente as varas cíveis genéricas:
EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. CONDOMÍNIO RESULTANTE DE ACORDO HOMOLOGADO NA AÇÃO DE DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL. INEXISTÊNCIA DE MATÉRIA AFETA AO DIREITO DE FAMÍLIA. RELAÇÃO MERAMENTE PATRIMONIAL EVIDENCIADA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA VARA CÍVEL.
I - Conforme entendimento jurisprudencial emanado do Colendo STJ, admite-se que decisões judiciais adotem manifestações exaradas no processo em outras peças, desde que haja um mínimo de fundamento, com transcrição de trechos das peças às quais há indicação (per relationem). Precedentes (REsp 1399997/AM).
II - Compete ao Juízo da Vara Cível, e não da Vara de Família, processar e julgar ação judicial aforada com vistas a extinção de condomínio resultante de partilha de bens realizada em separação consensual, pois cuida-se de tema sujeito a regras próprias, estranhas ao Direito de Família.
III - Ainda que a formação do condomínio decorra de partilha de bens, a competência para processar e julgar a ação de alienação de coisa comum é da Vara Cível.
IV - Conflito julgado improcedente.
(TJ-AM, Câmaras Reunidas, CC nº 0009328-78.2014.8.04.0000, Rel. Des. Wellington José de Araújo).
EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXTINÇÃO DE CONDOMÍNIO APÓS A SEPARAÇÃO JUDICIAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO CÍVEL.
1. Reconhece-se a competência do juízo cível para processar e julgar o cumprimento de SENTENÇA proferida em ação de separação judicial que, em verdade, encerra a pretensão de extinguir o condomínio constituído, nos termos do art. 25 da Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal, conjugada com a ausência de fixação da competência em casos tais para o juízo de família, dentre as hipóteses especificadas no art. 27 do mesmo diploma legal. precedentes.
2. Conflito julgado procedente.
(TJ-DFT, 2ª Câmara Cível, Processo nº 0012601-57.2009.8.07.0000, Rel. Des. Cruz Macedo, DJ 11/03/2010, p. 55); e
EMENTA: CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE SENTENÇA. PARTES SEPARADAS JUDICIALMENTE. ACORDO HOMOLOGADO. CONDIÇÃO DO BEM QUE PASSOU DE COMUNHÃO PARA CONDOMÍNIO. INTELIGÊNCIA DO ART. 32, INCISO VI, DA LEI COMPLR ESTADUAL Nº 165/99. VARA CÍVEL COMPETENTE PARA APRECIAR E JULGAR O FEITO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITANTE. PRECEDENTES. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CONDOMÍNIO. AÇÃO DE ALIENAÇÃO DE COISA COMUM. VARA CÍVEL E VARA DE FAMÍLIA.
Ainda que o condomínio tenha sido instituído em razão de partilha, a competência para processar e julgar a ação de alienação de coisa comum é da Vara Cível. Ação em que se discute a possibilidade de extinção de condomínio, na forma do art. 1.322 do CCB/2002. Matéria estranha à competência privativa das Varas de Família. Precedentes. CONFLITO DE COMPETÊNCIA JULGADO PROCEDENTE DE PLANO.
(TJ-RN, Tribunal Pleno, Processo nº 87371 RN 2010.008737-1, Rel. Des. João Rebouças, j. 24/11/2010).
Destaque-se ainda que o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia caminha no mesmo sentido ao julgar situação semelhante:
OBRIGAÇÃO DE FAZER. COMPETÊNCIA. VARA CÍVEL E VARA DE FAMÍLIA. ACORDO HOMOLOGADO EM VARA DE FAMÍLIA. RELAÇÃO OBRIGACIONAL. TRANSFERÊNCIA DE VEÍCULO.
Homologada a partilha dos bens, completou-se a prestação jurisdicional do Juízo de Família, estando exaurida, portanto, a competência para a análise e julgamento do pedido de obrigação de fazer, cujo caráter é nitidamente patrimonial, passando a competência para o Juízo Cível.
Considerando que por ocasião da partilha de bens a motocicleta coube a companheira, ficando a seu encargo o pagamento das parcelas vincendas, deve proceder a transferência do bem para o seu nome, e quitar os débitos originados depois da transmissão da posse para si.
(TJ-RO, 1ª Câmara Cível, Apelação, Processo nº 0012045-93.2013.822.0001, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, j. 17/08/2016).
Sobre a fixação de aluguel por uso exclusivo de bem comum, já partilhado por vara de família, já decidiu o Tribunal de Justiça de Rondônia que a competência é das varas cíveis genéricas:
Conflito negativo de competência. Ação de arbitramento de aluguéis. Ex-cônjuges. Bens já partilhados. Ação de cunho patrimonial. Ausência de relação familiar. Competência da Vara Cível genérica.
A ação que envolve pedido de arbitramento de aluguéis referente ao uso de imóvel comum ainda ocupado por ex-esposa, que nele reside sem contraprestação pecuniária, não se enquadra em nenhuma das hipóteses descritas no art. 96 do COJE/RO, que dispõe sobre a competência das Varas de Família.
Após a separação e a partilha de bens, deixa de existir comunhão entre os ex-cônjuges, dessa forma, a pretensão de fixação de aluguel tem cunho meramente patrimonial.
Já encerrada a separação, e já feita a partilha de bens, a pretensão posterior de arbitrar aluguéis pelo uso exclusivo de bem partilhado não atrai competência do juízo de família.
Declarada a competência do Juízo suscitado.
(TJRO - Conflito de Competência n. 0801777-42.2016.8.22.0000, julgado em 30/08/2016, Relator o Des. Walter Waltenberg Silva Junior).
Tendo em vista que a matéria debatida nestes autos não está elencada no rol do art. 96 do COJE/RO, que bem delimita a competência dos juízos das Varas de Família, a competência é das varas cíveis genéricas.
Ante o exposto, determino a distribuição do processo para uma das varas cíveis da capital.
Intime-se.
Porto Velho / RO, 2 de maio de 2019.
Danilo Augusto Kanthack Paccini
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO - Fone:(3217-1341)Processo: 7017717-50.2019.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
AUTORES: S. K. C. C., M. S. B. DA C.
ADVOGADOS DOS AUTORES: CLOVIS AVANCO OAB nº RO1559
RÉU: T. V. C. B.
ADVOGADO DO RÉU:
Vistos,
Emende a inicial para:

a) Comprovar o parentesco da autora (bisavó) com a infante;
b) Esclarecer se houve erro de digitalização nos ID 26822545 - Pág. 2, 4, 5, 6, 8 e 10;
c) Juntar cópia do documento de ID 26822545 - Pág. 9 de forma legível.
Em 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Porto Velho / RO, 2 de maio de 2019.
Danilo Augusto Kanthack Paccini
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO - Fone:(3217-1341)Processo: 0004343-21.2012.8.22.0102
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: F. R. P. D. C.
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MARCIO SILVA DOS SANTOS OAB nº RO838, VANESSA RODRIGUES ALVES MOITA OAB nº RO5120
EXECUTADO: A. D. C. F.
ADVOGADO DO EXECUTADO: TUANNY IAPONIRA PEREIRA BRAGA OAB nº RO2820, LUIZ FERNANDO COUTINHO DA ROCHA OAB nº RO307, JOSE ALVES PEREIRA FILHO OAB nº RO647, ROMILTON MARINHO VIEIRA OAB nº RO633, PITAGORAS CUSTODIO MARINHO OAB nº RO4700
Vistos,
Suspendo, por ora, a determinação de expedição de alvará.
Manifeste-se o exequente sobre a penhora realizada em 5 dias.
Porto Velho / RO, 2 de maio de 2019.
Danilo Augusto Kanthack Paccini
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família e Sucessões
Av. Rogério Weber, nº 1872, Bairro Centro, CEP 76.801-906, Porto Velho, RO - Fone:(69) 3217-1341Processo: 7012085-43.2019.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
AUTOR: J. M. T.
ADVOGADO DO AUTOR: NEONILDE SANTOS DA ROCHA OAB nº RO3357
RÉU: E. G. L.
ADVOGADO DO RÉU:
Não ficou claro na petição inicial se atualmente a criança está com uma tia em Porto Velho ou se com a genitora em Manicoré. Portanto, esclareça onde e com quem a criança está.
Caso esteja em Manicoré, manifeste-se sobre a incompetência deste juízo.
Quanto ao pedido de concessão da gratuidade judiciária formulado na petição inicial, nos termos do §2º do art. 99 do CPC, é insuficiente para o deferimento do pedido a simples alegação de pobreza, pois o art. 5º, Inciso LXXIV, da Constituição Federal estabelece que o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, nesse sentido:
INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM. PROVA DA HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. EXIGÊNCIA. POSSIBILIDADE. A simples declaração de pobreza, conforme as circunstâncias dos autos é o que basta para a concessão do benefício da justiça gratuita, porém, por não se tratar de direito absoluto, uma vez que a afirmação de hipossuficiência implica presunção juris tantum, pode o magistrado exigir prova da situação, mediante fundadas razões de que a parte não se encontra no estado de miserabilidade declarado. (TJRO Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 0011698-29.2014.8.22.0000. Relator: Des. Raduan Miguel Filho. Data de Julgamento: 05/12/2014. Publicado em 17/12/2014.)
PROCESSUAL CIVIL. CIVIL. […] GRATUIDADE DE JUSTIÇA. HIPOSSUFICIÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. RECOLHIMENTO DE CUSTAS. NECESSIDADE. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.[...]
2. O benefício da assistência judiciária gratuita pode ser deferido à pessoa física ou jurídica, desde que comprovada a impossibilidade de arcar com as despesas do processo sem prejuízo próprio, sendo necessário, no entanto, o recolhimento das custas processuais enquanto não apreciado e deferido o pedido, sob pena de ser considerado deserto o recurso no caso de não recolhimento.[...]
(STJ -EDcl no AREsp 571.875/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/02/2015, DJe 20/02/2015).
Ressalta-se que a mera declaração nesse sentido não tem o condão de suprir a exigência constitucional e não há nos autos comprovantes de rendimentos e despesas mensais aptas à tal comprovação.
É importante ressaltar que e o valor dado à causa na inicial é irrisório além do fato da parte ser patrocinada por advogado, evidenciando que dificilmente o pagamento das custas importará em prejuízo para o seu sustento.
De qualquer sorte, a fim de afastar a aparente capacidade financeira da parte requerente, autorizo a emenda à inicial, a fim de que ela demonstre, documentalmente a impossibilidade de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo ao sustento próprio e/ou da sua família. Poderá, ainda, no prazo concedido, proceder ao recolhimento das custas processuais.
Prazo: 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Porto Velho / RO, 2 de maio de 2019.
Danilo Augusto Kanthack Paccini
Juiz de Direito

1ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7013467-08.2018.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: EDUARDO REINHEIMER JUNIOR
Advogado do(a) EXEQUENTE: KARINA ROCHA PRADO - RO0001776A
EXECUTADO: EMPRESA CINEMATOGRAFICA ARACATUBA LTDA
Advogados do(a) EXECUTADO: MARCELO ESTEBANEZ MARTINS - RO3208, DANIELE MEIRA COUTO - RO2400, PAULO HENRIQUE DE SOUZA FREITAS - SP102546
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida, na pessoa de seu(ua) advogado(a), notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7044186-41.2016.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: ICATU SEGUROS S/A
Advogado do(a) EXEQUENTE: FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR - PE23289
EXECUTADO: CONSTRUTORA AMPERES LTDA
Advogado do(a) EXECUTADO: LAERCIO BATISTA DE LIMA - RO843
INTIMAÇÃO
Para fins de atendimento ao pleito da parte AUTORA, fica esta intimada para que, no prazo de 05 dias, proceda ao prévio recolhimento das custas para cada requerido e para cada diligência pleiteada, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7040169-88.2018.8.22.0001
Classe: CÍVEL - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
Advogado do(a) AUTOR: ANTONIO BRAZ DA SILVA - RO6557
RÉU: HUDSON KONIECZNA CARVALHO
INTIMAÇÃO
As custas recolhidas pela parte autora se referem à diligência "comum urbana", no valor de R$ 100,62
No entanto, em se tratando de MANDADO de Busca e apreensão, que envolve mais de um ato processual, as custas da renovação de diligência serão nos valores de: para MANDADO de Execução R$ 131,85 (urbana/composta) ou 281,04 (rural/composta), e para MANDADO de Busca e Apreensão serão no valor de R$ 149,19 (1008.6) ou 242,88 (1008.7), nos termos do Provimento nº 017/2009-CG/TJRO (https://www.tjro.jus.br/submenu-provimentos/menu-provimentos-2009/item/2015-provimento-n-017-09-cg).
Portanto existe uma diferença a complementada. Fica a parte exequente intimada, para, complementar a diligência solicitada.
Art. 402 - Das Diretrizes Judiciais:
I – Comum urbano (1008.2), quando a diligência envolver até duas pessoas ou se referir a um único ato processual a ser praticado na zona urbana; II – Comum rural (1008.4), quando a diligência envolver até duas pessoas ou se referir a um único ato processual a ser praticado na zona rural (distância superior a 25 km da sede da Comarca); III – Composto urbano (1008.3), quando a diligência envolver mais de duas pessoas ou se referir a atos processuais diversos a serem praticados na zona urbana; IV – Composto Rural (1008.5), quando a diligência envolver mais de duas pessoas ou se referir a atos processuais diversos a serem praticados na zona rural (distância superior a 25 km da sede da Comarca); V – Complexo simples (1008.6), quando se tratar do cumprimento de MANDADO s urbanos ou rurais, relativos a liminares, despejo, busca e apreensão, remoção, manutenção ou reintegração de posse, condução coercitiva e prisão civil, envolvendo até duas pessoas e/ou se referir a ato processual único. VI – Complexo especial (1008.7), quando se tratar do cumprimento de MANDADO s urbanos ou rurais, relativos a liminares, despejo, busca e apreensão, remoção, manutenção ou reintegração de posse, condução coercitiva e prisão civil, envolvendo mais de duas pessoas e/ou atos processuais diversos.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1305, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7010750-91.2016.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: WIRLEN FERNANDO KULL e outros
Advogado do(a) EXEQUENTE: LAED ALVARES SILVA - RO0000263A
Advogado do(a) EXEQUENTE: LAED ALVARES SILVA - RO0000263A
EXECUTADO: Lidiane Maria da Silva Araújo e outros (2)
Advogado do(a) EXECUTADO: LELIA DE OLIVEIRA RIBEIRO GOMES NETA - RO4308
Advogado do(a) EXECUTADO: LELIA DE OLIVEIRA RIBEIRO GOMES NETA - RO4308
Advogado do(a) EXECUTADO: REYNALDO DINIZ PEREIRA NETO - RO4180
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada a dar regular andamento ao feito no prazo de 5 dias, sob pena de extinção/arquivamento, em caso de pedido de diligência deverá juntar o valor das respectivas custas.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível - Fórum Cível Processo nº 7029852-31.2018.8.22.0001
Assunto: Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução
Classe: Embargos à Execução
EMBARGANTE: ALERCIO DIAS
ADVOGADO DO EMBARGANTE: CRISTOPHER CAPPER MARIANO DE ALMEIDA OAB nº AC3604
EMBARGADO: CARLOS ALBERTO ALVES GOMES
ADVOGADO DO EMBARGADO: GUSTAVO GEROLA MARSOLA OAB nº RO4164
Valor: R$0,00
Aguarde-se a audiência de instrução. Naquela oportunidade farei a análise dos embargos de declaração.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 2 de maio de 2019
Jorge Luiz dos Santos Leal
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo nº: 7040821-08.2018.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Seguro
AUTOR: JOSIMAR MALDONATO DOS SANTOS
ADVOGADO DO AUTOR: JOAO CARLOS GOMES DA SILVA OAB nº RO7588
RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
ADVOGADO DO RÉU: PAULO BARROSO SERPA OAB nº RO4923, IRAN DA PAIXAO TAVARES JUNIOR OAB nº RO5087, JOSE HENRIQUE BARROSO SERPA OAB nº RO9117
SENTENÇA
Houve depósito espontâneo do valor determinado na condenação, na forma do art. 523, do NCPC, não havendo impugnação.
Considerando o pedido de extinção do feito pela satisfação de sua pretensão, julgo extinta a obrigação e o presente processo, nos termos do art. 924, II, do NCPC.

Expeça-se alvará de levantamento da quantia depositada nos autos favor do credor. Passados 30 dias sem comparecimento da parte interessada para retirar o alvará, transfiram-se os valores para Conta Centralizadora do Tribunal de Justiça/RO.
Após as anotações de estilo, dê-se baixa e arquive-se de imediato.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019
Jorge Luiz dos Santos Leal
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível - Fórum Cível 7027494-93.2018.8.22.0001
Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: JOSE CRISTIANO PINHEIRO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: JOSE CRISTIANO PINHEIRO OAB nº RO1529
EXECUTADO: HARLON REGIS BARBOSA DE SA
ADVOGADO DO EXECUTADO: FRANCINEIDE COSTA DE SOUZA OAB nº RO5936, JUSSIER COSTA FIRMINO OAB nº RO3557A
Valor: R$2.136,18
DECISÃO
HARLON REIGS BARBOSA DE SÁ apresentou impugnação ao cumprimento de SENTENÇA em face de JOSÉ CRISTIANO PINHEIRO sustentando que a cobrança é ilegítima, considerando que apesar de condenado o impugnante foi beneficiado pela Justiça Gratuita.
Manifestação do impugnado (ID: 25555884)
Vieram-me os autos conclusos.
Relatados. Decido.
O impugnado pretende o recebimento dos honorários fixados na SENTENÇA no valor atualizado de R$ 2.136,18.
Contudo, analisando os autos, verifica-se que os benefícios da justiça gratuita foram deferidos ao impugnante, suspendendo a exigibilidade pelo período de 5 anos, na forma que atualmente rege o § 3º do art. 98 do CPC:
Art. 98 (...) § 3º Vencido o beneficiário, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da DECISÃO que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.
Para esclarecer, informo que o fato de ser concedida a justiça gratuita à parte requerida não afasta sua obrigação por honorários advocatícios em prol do vencedor, somente restando ressalvado que a correspondente satisfação estará condicionada à existência de patrimônio expropriável e enquanto não sobrevier a prescrição regulada pelo disposto no art.12 da Lei 1.060/1950.
Portanto, concedido o benefício da justiça gratuita a execução da condenação nos ônus da sucumbência ficará suspensa, até o prazo máximo de cinco anos, desde que haja mudança na situação de necessitado.
Ante ao exposto, dou provimento a impugnação ao cumprimento de SENTENÇA, e julgo extinta a fase de cumprimento de SENTENÇA.
Publique-se, intime-se e procedam-se as anotações necessárias.
Porto Velho - RO, 2 de maio de 2019
Jorge Luiz dos Santos Leal
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7019004-53.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: JOSE MARIA ALVES DE SOUZA
Advogado do(a) AUTOR: GUSTAVO CAETANO GOMES - RO3269
RÉU: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. e outros
Advogados do(a) RÉU: DANIEL NASCIMENTO GOMES - SP356650, RODRIGO DE BITTENCOURT MUDROVITSCH - RO5536, FELIPE NOBREGA ROCHA - SP286551, ALEX JESUS AUGUSTO FILHO - SP314946
Advogado do(a) RÉU: CLAYTON CONRAT KUSSLER - RO3861
INTIMAÇÃO
Ficam as partes requerente e requerida intimadas, por intermédio de seus respectivos patronos, no prazo de 05 dias, manifestarem-se acerca da petição do Perito Judicial (ID 26848736), bem como tomar ciência da data e local da realização da perícia, confirmada as diligências periciais para o dia 08/05/2019 como solicitado em justificativa anterior e devidamente acolhida..

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1305, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 0015932-51.2014.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: Alfredo de Oliveira Leal
EXECUTADO: CRISTINO ALVES DE ARAUJO SILVA
Advogado do(a) EXECUTADO: JOAO ROBERTO LEMES SOARES - RO2094
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada a dar regular andamento ao feito no prazo de 5 dias, sob pena de extinção/arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7011177-54.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: EVILASIO DE SOUZA COELHO e outros
Advogados do(a) AUTOR: ANTONIO DE CASTRO ALVES JUNIOR - RO2811, JEANNE LEITE OLIVEIRA - RO1068
Advogados do(a) AUTOR: JEANNE LEITE OLIVEIRA - RO1068, ANTONIO DE CASTRO ALVES JUNIOR - RO2811
RÉU: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
Advogado do(a) RÉU: CLAYTON CONRAT KUSSLER - RO3861
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente intimada, no prazo de 05 dias, para manifestação quanto aos Embargos de Declaração apresentados.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7002209-98.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)

AUTOR: ROGERIO NASCIMENTO DOS SANTOS
Advogado do(a) AUTOR: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA - RO1073
RÉU: CLARO S.A.
Advogado do(a) RÉU: RAFAEL GONCALVES ROCHA - RS41468
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida, na pessoa de seu(ua) advogado(a), notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível - Fórum Cível Processo nº 7009365-06.2019.8.22.0001
Assunto: DIREITO DO CONSUMIDOR, Fornecimento de Energia Elétrica
Classe: Procedimento Comum
AUTOR: INEZ TENORIO PEREIRA
ADVOGADO DO AUTOR: ARLEN MATOS MEIRELES OAB nº RO7903
RÉU: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
ADVOGADO DO RÉU: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO OAB nº RO635
Valor: R$15.260,36
DECISÃO
Trata-se de embargos de declaração por meio do qual a parte requerente afirma que houve omissão na DECISÃO que concedeu a tutela antecipada no tocante ao pedido liminar de suspensão da cobrança da fatura do mês de fevereiro de 2019. Afirma, também, que houve equívoco no DESPACHO inicial no tocante à menção a fatura no valor de R$ 260,36 (duzentos e sessenta reais e trinta e seis centavos). Requereu a juntada de prova emprestada dos autos 7027946-06.2018.8.22.0001.
Ao analisar a petição verifico que patrono da parte autora é de difícil compreensão. Opôs embargos, com o intento de sanar omissão e eventual erro contidos no DESPACHO inicial, mas faz menção aos meses de março, abril e maio, sem mencionar o ano a que se refere. Requereu juntada de provas dos autos 7027946-06.2018.8.22.0001, mas não informa em que consiste a controvérsia daqueles autos. É difícil concluir o que realmente está questionando na presente ação.
Os fatos não estão claro o suficiente para permitir a concessão de antecipação de tutela para suspensão da conta do M~es de fevereiro de 2019, afastando a verossimilhança das alegações da parte autora. Isso será melhor analisado no curso do processo, após ampla defesa.
Desta forma, REJEITO os embargos apresentados.
Intime-se a parte requerente para, querendo, apresentar réplica à contestação.
No mesmo prazo, deverá o requerente informar o Juízo em que consiste a ação que tramita nos 7027946-06.2018.8.22.0001 (objeto, partes, causa de pedir e pedidos) em que o autor pleiteia a juntada de provas emprestadas.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 2 de maio de 2019
Jorge Luiz dos Santos Leal
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 0001808-97.2013.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ASSOCIACAO DOS FUNCIONARIOS DO PODER JUD DO EST DE RO
Advogado do(a) AUTOR: IGOR HABIB RAMOS FERNANDES - RO5193
RÉU: CLARO - AMERICEL S/A
Advogados do(a) RÉU: ANA PAULA ARANTES DE FREITAS - DF13166, FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES - RO6235-A, ISRAEL AUGUSTO ALVES FREITAS DA CUNHA - RO2913
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida, na pessoa de seu(ua) advogado(a), notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1305, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 0012107-65.2015.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: FERNANDO BRISOLA DE ALMEIDA BUENO
Advogado do(a) EXEQUENTE: SHELDON ROMAIN SILVA DA CRUZ - RO4432
EXECUTADO: UNIVERSO ONLINE S/A
Advogados do(a) EXECUTADO: ALESSANDRA BRIZOTTI MAZZIERI DE LIMA - SP217199, TECIANA MECHORA DOS SANTOS - RO5971, VANESSA VILARINO LOUZADA - SP215089, ROSELY CRISTINA MARQUES CRUZ - SP178930
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada a dar regular andamento ao feito no prazo de 5 dias, sob pena de extinção/arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
E-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7036289-88.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ANA LUCIA MEDEIROS DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: THIAGO DE ASSIS DA SILVA - RO6878
RÉU: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado do(a) RÉU: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - RO5369
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente intimada, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7004938-63.2019.8.22.0001
Classe: DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO CUMULADO COM COBRANÇA (94)
AUTOR: CLEIDE ROSEMAR PERSONA RAMOS REINALDO e outros
Advogados do(a) AUTOR: LETICIA AQUILA SOUZA FERNANDES DE OLIVEIRA - RO9405, FLAEZIO LIMA DE SOUZA - RO3636
Advogados do(a) AUTOR: LETICIA AQUILA SOUZA FERNANDES DE OLIVEIRA - RO9405, FLAEZIO LIMA DE SOUZA - RO3636
RÉU: SUZANE FEITOSA GOMES e outros
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora INTIMADA a se manifestar acerca da certidão do AR NEGATIVO NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS.
1) Caso queira nova diligência por oficial de justiça, deverá proceder o recolhimento da taxa, que deverá ser o valor da diligência do oficial de justiça positiva (urbana ou rural / liminar/comum: simples ou composta), gerando o boleto para pagamento no link abaixo descriminado, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=MlUemieeJXHJRLgVw2OOAp_bZ65KzfhrXqOHVab-.wildfly01:custas1.1,
Art. 402 - Das Diretrizes Judiciais:
I – Comum urbano (1008.2), quando a diligência envolver até duas pessoas ou se referir a um único ato processual a ser praticado na zona urbana; II – Comum rural (1008.4), quando a diligência envolver até duas pessoas ou se referir a um único ato processual a ser praticado na zona rural (distância superior a 25 km da sede da Comarca); III – Composto urbano (1008.3), quando a diligência envolver mais de duas pessoas ou se referir a atos processuais diversos a serem praticados na zona urbana; IV – Composto Rural (1008.5), quando a diligência envolver mais de duas pessoas ou se referir a atos processuais diversos a serem praticados na zona rural (distância superior a 25 km da sede da Comarca); V – Complexo simples (1008.6), quando se tratar do cumprimento de MANDADO s urbanos ou rurais, relativos a liminares, despejo, busca e apreensão, remoção, manutenção ou reintegração de posse, condução coercitiva e prisão civil, envolvendo até duas pessoas e/ou se referir a ato processual único. VI – Complexo especial (1008.7), quando se tratar do cumprimento de MANDADO s urbanos ou rurais, relativos a liminares, despejo, busca e apreensão, remoção, manutenção ou reintegração de posse, condução coercitiva e prisão civil, envolvendo mais de duas pessoas e/ou atos processuais diversos.
2) Em caso de solicitação de busca de endereços, bloqueios on line e assemelhados, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO 7015860-71.2016.8.22.0001
Busca e Apreensão
Cumprimento de SENTENÇA
R$2.087,90
05/07/2016
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA OAB nº MG87318, MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO OAB nº RO4658
EXEQUENTE: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO
ADVOGADO DO EXECUTADO: FRANCISCO ROGERIO DA COSTA MARQUES OAB nº RO5773
EXECUTADO: PEDRO ROBERTO RENON
DECISÃO Vistos.
Analisando a nova sistemática processual adotada pelo Código de Processo Civil, destaca-se o art. 921, que versa sobre o arquivamento da execução, in verbis:
“Art. 921. Suspende-se a execução:
[...]
III - quando o executado não possuir bens penhoráveis;
§ 2º Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano sem que seja localizado o executado ou que sejam encontrados bens penhoráveis, o juiz ordenará o arquivamento dos autos.
Dessa forma, tendo em vista que o processo encontra-se suspenso desde 2017, encaminhem-se os autos ao arquivo, nos termos do art. 921 do CPC.
Cumpra-se.
quinta-feira, 2 de maio de 2019
Jorge Luiz dos Santos Leal

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível - Fórum Cível Processo nº 7064292-24.2016.8.22.0001
Assunto: Indenização por Dano Moral, Dano Ambiental, Indenização por Dano Material
Classe: Procedimento Comum
AUTORES: FRANCISCO EDEMIR FERREIRA FARIAS, RAIMUNDO MARCIO FERREIRA LOPES
ADVOGADOS DOS AUTORES: GUILHERME TOURINHO GAIOTTO OAB nº RO6183
RÉU: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
ADVOGADO DO RÉU: CLAYTON CONRAT KUSSLER OAB nº RO3861
Valor: R$90.000,00
DECISÃO
Vistos, etc.
SANTO ANTÔNIO ENERGIA S/A interpôs EMBARGOS DE DECLARAÇÃO em face da SENTENÇA alegando omissão. Alegou que o Juízo, por força de disposição constitucional e legal tem o dever de fundamentar todas as decisões sob pena de nulidade e que na hipótese dos autos o conteúdo probatório foi apreciado genericamente. Que para fundamentar a procedência dos pedidos, baseou-se em parecer inconclusivo do laudo pericial, o qual deixou série de lacunas técnicas e necessárias à segurança. Além disso, que houve omissão quanto à natureza jurídica da posse do imóvel afetado, de propriedade da União, bem ainda quanto ao conjunto probatório que lhe é favorável, tais como pareceres técnicos, relatórios e depoimentos de especialistas em dinâmica fluvial. Reiterou os argumentos lançados na defesa, no sentido de que sua operação está totalmente fora de qualquer influência ou interferência na vazão de água do rio Madeira. Apontou supostas contradições. Requereu, por fim, que sejam sanadas as omissões e contradições.
É o breve relatório. Decido.
Presentes os requisitos de admissibilidade, conheço dos embargos de declaração.
No MÉRITO, entendo que devem ser rejeitados, e isso porque resta claro que a irresignação manifestada por intermédio do presente recurso é simplesmente contra o entendimento adotado pelo Juízo, contrário aos interesses dos Embargantes, e não que a DECISÃO é obscura, omissa, contraditória ou com erro material (art. 1.022, CPC). Pretende o embargante, tão somente, reanálise do conteúdo decisório. Para tanto, cabe intentar recurso próprio.
Importante destacar que o juiz é o destinatário das provas.
Atento ao argumento de que o Juízo teria deixado de apreciar suas teses ou argumentos, bem ainda estudos, laudos e análises técnicas que lhe são favoráveis, cumpre destacar que o Superior Tribunal de Justiça possui entendimento pacificado acerca da desnecessidade do julgador responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir

DECISÃO (STJ, 1ª Seção. Edcl no MS 21.315-DF, Rel. Min. Diva Malerbi (Desembargadora convocada do TRF da 3ª Região), julgado em 8/6/2016.
No caso, como consignado na SENTENÇA, com respaldo em laudo pericial, entendi que o lançamento de sedimentos no rio pela Embargante em níveis tais constituiu fator relevante e apto a ensejar sua responsabilidade civil, de modo que se mostra suficiente para a solução da lide.
Foram ainda fundamentadas as razões daquele entendimento, inclusive quanto à aplicação da responsabilidade objetiva pautada pela teoria do risco integral.
Assim, diante da ausência de qualquer dos vícios relacionados no art. 1.022, NCPC, de rigor a rejeição dos Embargos de Declaração.
Ante ao exposto, rejeito os embargos de declaração apresentados, mantendo a SENTENÇA inalterada.
Publique-se, intime-se e procedam-se as anotações necessárias.
Porto Velho - RO, 2 de maio de 2019
Jorge Luiz dos Santos Leal
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível - Fórum Cível 7017613-58.2019.8.22.0001
Procedimento Comum
AUTOR: IDALINA LOURENCO DA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: ARIOSWALDO FREITAS GIL OAB nº RO5964, LETICIA FREITAS GIL OAB nº RO3120
RÉU: BANCO BMG CONSIGNADO S/A
ADVOGADO DO RÉU:
Valor: R$11.218,10
DESPACHO
Vistos, etc.
1- Defiro a Justiça Gratuita.
2- INDEFIRO o pedido de tutela de urgência requerida, pois o contrato do empréstimo e do ano de 2017, não há necessidade de urgência.
Considerando a natureza da causa, determino que a Diretoria da vara designe audiência de tentativa de conciliação junto à CEJUSC.
As partes deverão comparecer à audiência a ser designada, pessoalmente ou por representante, que não seus advogados, com poderes especiais para transigir. No caso de eventual não comparecimento injustificado de qualquer das partes, restará sujeito o faltoso à multa prevista no art. 334, § 8º, CPC/2015:
Art. 334, § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.
Cite-se a parte requerida para, querendo, apresentar resposta no prazo legal, destacando que o termo para oferecimento de contestação será de 15 (quinze) dias úteis, iniciando a contagem a partir da data de audiência de tentativa de conciliação, caso frustrada, ressalvadas as hipóteses dos incisos II e III do art. 335, CPC/2015:
Art. 335. O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data:
I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição;
II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I;
III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos.
Caso a parte requerida não possua interesse na realização da audiência de conciliação (art. 335, CPC/2015), deverá informar nos autos por petição, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, antes da solenidade, ocasião em que o prazo para defesa será iniciado no primeiro dia útil subsequente ao protocolo da petição.
Frisa-se que as partes têm livre acesso à íntegra do processo diretamente pelo website do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
ADVERTÊNCIA: Não havendo apresentação de defesa no prazo de 15 dias, presumir-se-ão aceitos como sendo verdadeiros os fatos articulados pela parte autora na inicial.
SIRVA A CÓPIA DESTA DECISÃO COMO CARTA OU MANDADO, SE NECESSÁRIO.
Porto Velho - RO, 2 de maio de 2019
Jorge Luiz dos Santos Leal
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
E-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7011968-52.2019.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: FRANCISCO ILTON CAMPOS
Advogados do(a) EXEQUENTE: JOSE ERNESTO ALMEIDA CASANOVAS - RO2771, WELINGTON DE BRITO WERLANG - RO6167, GUILBER DINIZ BARROS - RO3310
EXECUTADO: BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A-EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimada para querendo, apresentar se manifestar quanto a impugnação ao cumprimento de SENTENÇA, no prazo de 15 (quinze) dias.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível - Fórum Cível 7061398-75.2016.8.22.0001
Procedimento Comum
AUTOR: ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA SECCAO RONDONIA
ADVOGADO DO AUTOR: MORGHANNA THALITA SANTOS AMARAL FERREIRA OAB nº RO6850, MARCOS DONIZETTI ZANI OAB nº RO613
RÉU: CAROLINE SALOMAO VASCONCELOS
ADVOGADO DO RÉU:
SENTENÇA
Vistos.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA - SECCIONAL RONDÔNIA - ABO/RO, propôs a presente AÇÃO DE COBRANÇA em face de CAROLINE SALOMÃO VASCONCELOS SANTOS alegando, em síntese, alegando, em síntese, ser credor da parte Requerida, na quantia de R$ 24.906,85 (vinte e quatro mil, novecentos e seis reais e oitenta e cinco centavos) oriunda da inadimplência do contrato de curso de pós-graduação em ortodontia.
Com base nessa retórica, mormente por defender a ausência no pagamento da dívida contraída, requereu a procedência da ação, para que a requerida seja condenada ao pagamento da quantia, atualizada, bem ainda nas verbas de sucumbência.
Com a inicial, juntou procuração e documentos.
Citada pela via editalícia, a parte Requerida deixou escoar in albis o prazo para apresentar defesa, razão pela qual lhe foi nomeado curador especial, o qual devolveu sem impugnação.

Vieram-me os autos conclusos.
É o breve relatório.
Conforme entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder". (STJ – 4ª Turma, Resp 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14.08.1990, e publicado no DJU em 17.09.90, p. 9.513.)
No presente caso, a questão de MÉRITO dispensa a produção de prova em audiência, logo, há que se promover o julgamento antecipado da causa, na forma do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil.
Feita tal consideração, passo ao cerne dos autos.
Trata-se de ação de cobrança por meio da qual pretende a autora o recebimento, em face da requerida, da quantia de R$ 24.906,85 (vinte e quatro mil, novecentos e seis reais e oitenta e cinco centavos) – atualizados até 1/12/2016, oriunda da inadimplência do contrato de curso de pós-graduação em ortodontia.
Da análise, verifico que a manifestação do curador de ausentes é genérica, incapaz de impedir, modificar e extinguir o direito da parte autora.
É basilar o princípio que aquele que contraiu a obrigação deve adimpli-la.
Neste sentido ressoa o artigo 422 do Código Civil, in verbis:
Art. 422. Os contratantes são obrigados a guardar, assim na CONCLUSÃO do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé.
Ora, restando devidamente demonstrado o negócio jurídico que deu origem aos débitos vindicados na exordial, bem ainda, por entender que quem assume responsabilidade de pagar valor determinado, deve, e como tal seu é o ônus de comprovar o seu regular pagamento, tenho que a autora faz jus ao recebimento da quantia de R$ 24.906,85 (vinte e quatro mil, novecentos e seis reais e oitenta e cinco centavos),corrigida a partir de 1/12/2016 juros de mora de 1% ao mês da citação.
Do exposto, JULGO PROCEDENTE a presente AÇÃO ORDINÁRIA, e por consequência, condeno a requerida ao pagamento, em favor da autora da quantia de R$ 24.906,85 (vinte e quatro mil, novecentos e seis reais e oitenta e cinco centavos), corrigida a partir de 1/12/2016 e juros de mora de 1% ao mês da citação.
Sucumbente, condeno a parte requerida ao pagamento das custas, despesas processuais, além dos honorários advocatícios, que com fundamento no art. 85, § 2º, do CPC, arbitro-lhe em 10% (dez por cento) do valor total da condenação.
Registrando-se o pagamento espontâneo deverá ser intimada a parte vencedora ao respectivo recebimento, providenciando o que for necessário.
Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA, proceda-se às baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado.
Pagas as custas ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
2 de maio de 2019
Jorge Luiz dos Santos Leal
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO 7013318-75.2019.8.22.0001
Busca e Apreensão
REQUERENTE: B. A. D. C. L.
ADVOGADO DO REQUERENTE: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO OAB nº BA46617
REQUERIDO: N. M. I. E. C. D. M. E. -. M.
ADVOGADO DO REQUERIDO:
SENTENÇA
Vistos e examinados.
Verifica-se que a parte autora apresentou petição desistindo do prosseguimento da ação, não havendo interesse no prosseguimento da demanda.
POSTO ISSO, com fundamento no artigo 485, VIII, do Novo Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo o processo ser arquivado, observadas as cautelas e movimentações de praxe.
Solicite ao Sr. Oficial de Justiça a imediata devolução do MANDADO.
Sem custas e/ou honorários.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
2 de maio de 2019
Jorge Luiz dos Santos Leal

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível - Fórum Cível Processo nº 7046278-55.2017.8.22.0001
Assunto: Aposentadoria por Invalidez, Incapacidade Laborativa Parcial, Aposentadoria por Invalidez Acidentária
Classe: Procedimento Comum
AUTOR: EVERALDO ARAUJO DA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: RISOLENE ELIANE GOMES DA SILVA OAB nº RO3963
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Valor: R$3.500,00
DECISÃO
A parte autora opôs embargos de declaração apontando erro material consistente na homologação de proposta de acordo que não foi aceita pelo embargante, o qual em sua manifestação apresentou contraproposta, mas a parte requerida não fora intimada para se manifestar.
Com razão o embargante. Verifica-se que, de fato, houve erro material, uma vez que não houve concordância com os termos da contraproposta apresentada.
ISTO POSTO e excepcionalmente, ACOLHO os embargos de declaração para, nos termos do art. 494, inc. I, do CPC, tornar sem efeito a SENTENÇA de ID: 25737048 e determinar a intimação da Autarquia requerida para no prazo de 10 (dez dias) manifestar-se sobre a contraproposta apresentada pela parte requerente.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 2 de maio de 2019
Jorge Luiz dos Santos Leal
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível - Fórum Cível 7003298-25.2019.8.22.0001
Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
AUTOR: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A
ADVOGADO DO AUTOR: THATIANE TUPINAMBA DE CARVALHO OAB nº RR5086
RÉU: EDSON LEONEL
ADVOGADO DO RÉU:
Valor: R$82.793,34

DESPACHO
Conforme a certidão da Central de MANDADO s, de ID: 2630924, intime-se novamente o Oficial de Justiça para o mesmo devolver o MANDADO expedido, sob pena de responder administrativamente conforme as normas do TJ/RO.
Porto Velho - RO, 2 de maio de 2019
Jorge Luiz dos Santos Leal
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível - Fórum Cível Processo n. 7044752-19.2018.8.22.0001
AUTOR: ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO NO ESTADO DE RONDONIA - ASPER
ADVOGADO DO AUTOR: MARCELO ESTEBANEZ MARTINS OAB nº RO3208
RÉU: WALMIR FERNANDES DA SILVA
ADVOGADO DO RÉU:
Valor da causa: R$5.195,66 DESPACHO
Considerando o interesse da parte ré, bem como que a lei preconiza a constante busca pela solução conciliatória (art. 125, IV do CPC), determino que a CPE agende a audiência para tentativa de conciliação que acontecerá no CEJUSC, localizado à Av. Governador Jorge Teixeira esquina com a Rua Quintino Bocaiúva.
Após, intimem-se as partes.
Porto Velho - RO, 2 de maio de 2019.
Jorge Luiz dos Santos Leal
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7003186-90.2018.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: ASSOCIACAO TIRADENTES DOS POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DE RONDONIA
Advogado do(a) EXEQUENTE: FREDSON AGUIAR RODRIGUES - RO7368
EXECUTADO: EUGENIO NACELIO SAMPAIO SILVA
INTIMAÇÃO
Considerando o pedido para expedição/desentranhamento do MANDADO, fica a parte autora, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimado(a) para no prazo de 5 (cinco) dias, proceder o recolhimento da taxa, que deverá ser o valor da diligência do oficial de justiça positiva (urbana ou rural / liminar/comum: simples ou composta), conforme Art. 402 - Das Diretrizes Judiciais, abaixo transcrito. Gerando o boleto para pagamento no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=MlUemieeJXHJRLgVw2OOAp_bZ65KzfhrXqOHVab-.wildfly01:custas1.1, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
Art. 402 - Das Diretrizes Judiciais:
I – Comum urbano (1008.2), quando a diligência envolver até duas pessoas ou se referir a um único ato processual a ser praticado na zona urbana; II – Comum rural (1008.4), quando a diligência envolver até duas pessoas ou se referir a um único ato processual a ser praticado na zona rural (distância superior a 25 km da sede da Comarca); III – Composto urbano (1008.3), quando a diligência envolver mais de duas pessoas ou se referir a atos processuais diversos a serem praticados na zona urbana; IV – Composto Rural (1008.5), quando a diligência envolver mais de duas pessoas ou se referir a atos processuais diversos a serem praticados na zona rural (distância superior a 25 km da sede da Comarca); V – Complexo simples (1008.6), quando se tratar do cumprimento de MANDADO s urbanos ou rurais, relativos a liminares, despejo, busca e apreensão, remoção, manutenção ou reintegração de posse, condução coercitiva e prisão civil, envolvendo até duas pessoas e/ou se referir a ato processual único. VI – Complexo especial (1008.7), quando se tratar do cumprimento de MANDADO s urbanos ou rurais, relativos a liminares, despejo, busca e apreensão, remoção, manutenção ou reintegração de posse, condução coercitiva e prisão civil, envolvendo mais de duas pessoas e/ou atos processuais diversos.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 0007082-71.2015.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: EDUARDO OLIVEIRA DE SOUZA
Advogados do(a) AUTOR: CASSIO ESTEVES JAQUES VIDAL - RO5649, INDIELE DE MOURA - RO6747, MARCIO MELO NOGUEIRA - RO2827
RÉU: BOSQUES DO MADEIRA EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO SPE LTDA
Advogados do(a) RÉU: EDUARDO ABILIO KERBER DINIZ - RO4389, EDSON ANTONIO SOUSA PINTO - RO4643, GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - RO5546
INTIMAÇÃO
Para fins de atendimento ao pleito da parte AUTORA, fica esta intimada para que, no prazo de 05 dias, proceda ao prévio recolhimento das custas para cada requerido e para cada diligência pleiteada, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo nº 7046283-43.2018.8.22.0001
EXEQUENTE: EINSTEIN INSTITUIÇÃO DE ENSINO LTDA. EPP
Advogado do(a) EXEQUENTE: IGOR JUSTINIANO SARCO - RO7957
EXECUTADO: JEFFERSON DE MORAIS BORGES, GRACIELA BALESTRIN
Intimação
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Porto Velho - 1º Vara Cível, fica a parte REQUERENTE intimada a se manifestar sobre o DESPACHO /SENTENÇA /DECISÃO, transcrito abaixo, no prazo de 10 dias.DESPACHO /SENTENÇA /DECISÃO: “Não havendo manifestação da parte executada nos prazos acima assinalados, o exequente deverá, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar quanto ao prosseguimento da execução, apresentando planilha atualizada do débito e meio alternativo para execução, sob pena de extinção e arquivamento.”
Porto Velho, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br

Processo: 7053942-74.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: RAINERE DE SOUZA LEMOS
Advogados do(a) AUTOR: KATIA AGUIAR MOITA - RO6317, ANTONIA MARIA DA CONCEICAO ALVES BIANCHI - RO8150
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a Audiência de Conciliação do Mutirão DPVAT/INSS, na data abaixo, a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC/CIVEL sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO. Por favor, observar as disposições contidas no DESPACHO inicial.
DATA/HORA: 10/06/2019 16:30
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 2 de maio de 2019.
JOAO AFRO MARIANO VIEIRA

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7016664-34.2019.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: GENILSON SILVA CORREIA
Advogado do(a) AUTOR: HUGO WATARU KIKUCHI YAMURA - RO3613
RÉU: SKY SERVICOS DE BANDA LARGA LTDA.
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que a AUDIÊNCIA designada para o dia 05/07/2019 deste processo foi antecipada para o dia informado abaixo, a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC/CÍVEL Porto Velho - 1ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Data/hora da audiência de Conciliação: 27/06/2019 08:00
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 2 de maio de 2019.
JOAO AFRO MARIANO VIEIRA

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 0006092-80.2015.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: MARIA DIVINA SILVA E SILVA BRASIL
Advogado do(a) EXEQUENTE: RAFAEL MAGALHAES DA SILVA TIMOTEO - RO5447
EXECUTADO: CONDOMINIO RESIDENCIAL VILAS DO PORTO
Advogados do(a) EXECUTADO: ADRIANA LEITE DE OLIVEIRA MAIA - RO3161, POLLYANA JUNIA MUNIZ DA SILVA NASCIMENTO - RO0005001A
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida, na pessoa de seu(ua) advogado(a), notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo nº 7035713-32.2017.8.22.0001
EXEQUENTE: AGROPECUARIA GRENDENE LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: JANAINA DE OLIVEIRA MISSAGLIA - RS57815
EXECUTADO: WISTON GEORGE SAITA
Intimação
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Porto Velho - 1º Vara Cível, fica a parte REQUERENTE intimada da expedição/disponibilização da Certidão Premonitória nos termos do art. 828 do CPC, saliento que caso não seja a certidão requerida, deverá requerer com as especificações necessárias.
Porto Velho, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307 email: 1civelcpe@tjro.jus.br
COMARCA: PORTO VELHO
ÓRGÃO EMITENTE: 1ª VARA CÍVEL
EDITAL DE CITAÇÃO (Prazo: 20 dias)
DE: LOCS MAIS COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME - CNPJ: 84.605.583/0001-74, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAR e INTIMAR o(a) Executado(a) acima mencionado, para que efetue pagamento do débito em 03 (três) dias úteis ou no prazo de 15 (quinze) dias úteis, opor Embargos à Execução, a contar da publicação deste edital, independentemente de penhora, depósito ou caução, observando-se o disposto no art. 827, § 1º § 2º do NCPC. Honorários fixados em 10% salvo embargos. Caso haja pagamento integral da dívida no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º do NCPC). Não efetuado o pagamento no prazo de 03 (três) dias úteis, proceder-se-á de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o Executado.
PRAZO: O prazo para opor embargos do Devedor será de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste edital.
ADVERTÊNCIA: Em caso de revelia, será nomeado curador especial nos termos do art. 257, IV do NCPC.
DÍVIDA CORRIGIDA: R$ 55.816,34
Processo: 7001621-91.2018.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado do(a) EXEQUENTE: ACACIO FERNANDES ROBOREDO - SP89774
EXECUTADO: LOCS MAIS COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME
DESPACHO de ID 26271309: “Converto a presente ação de busca e apreensão em execução de título extrajudicial. Cite-se e intime-se por edital a parte executada, para que, no prazo de três dias, efetue o pagamento da dívida, contados a partir da citação (art. 829 e 231 §3º do CPC), ou, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, opor embargos à execução, independentemente de penhora, depósito ou caução, observando-se o disposto no artigo 827, §1º §º2º do CPC. Fixo honorários em 10%, salvo embargos. Conste-se do MANDADO que, caso haja o pagamento integral da dívida, no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º do CPC). Não efetuado o pagamento no prazo de 3 (três) dias úteis, munido da segunda via do MANDADO, o Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, a parte executada. Restando infrutífera a tentativa

de citação ou penhora de bens, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando-se quanto ao impulsionamento do feito e indicação de bens passíveis a satisfação da obrigação, o feito será extinto, sem resolução do MÉRITO, nos termos do art. 485, III e §1º do CPC. Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje. O Prazo processual terá início com a publicação via Sistema/Portal, para a parte devidamente representada nos autos, ressalvadas as exceções legais." JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL, Juiz de Direito.
Sede do Juízo: Fórum Cível, Av. Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - Fórum Cível RO, 76803-686
Porto Velho, 16 de abril de 2019.
Caracteres: 3152
Preço por caractere: 0,01940
Total(R$): 61,15

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo nº 7045818-34.2018.8.22.0001
EXEQUENTE: CONDOMINIO RESIDENCIAL JEQUITIBA
Advogado do(a) EXEQUENTE: CARLOS FREDERICO MEIRA BORRE - RO3010
EXECUTADO: ALEXANDRE BRITO DA SILVA
Advogado do(a) EXECUTADO: DIEGO DE PAIVA VASCONCELOS - RO2013
Intimação
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Porto Velho - 1ª Vara Cível, fica a parte requerente intimada a se manifestar no prazo de 10 dias sobre a última parte do DESPACHO: "Não havendo manifestação da parte executada nos prazos acima assinalados, o exequente deverá, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar quanto ao prosseguimento da execução, apresentando planilha atualizada do débito e meio alternativo para execução, sob pena de extinção e arquivamento."
1) Em caso de solicitação de busca de endereços, bloqueios on line e assemelhados, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.
Porto Velho, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
E-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 0006092-80.2015.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: MARIA DIVINA SILVA E SILVA BRASIL
Advogado do(a) EXEQUENTE: RAFAEL MAGALHAES DA SILVA TIMOTEO - RO5447
EXECUTADO: CONDOMINIO RESIDENCIAL VILAS DO PORTO
Advogados do(a) EXECUTADO: ADRIANA LEITE DE OLIVEIRA MAIA - RO3161, POLLYANA JUNIA MUNIZ DA SILVA NASCIMENTO - RO0005001A
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente intimada, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1305, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7025861-47.2018.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: ANTONIO CARLOS NEVES MOREIRA
Advogado do(a) EXEQUENTE: FELIPE GOES GOMES DE AGUIAR - RO4494
EXECUTADO: RONDON MAQUINAS RECONDICIONAMENTO E COMERCIO DE PECAS NOVAS E USADAS PARA TRATORES LTDA - ME e outros
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada a dar regular andamento ao feito no prazo de 5 dias, sob pena de extinção/arquivamento.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível - Fórum Cível Processo nº 7016507-32.2017.8.22.0001
Assunto: Esbulho / Turbação / Ameaça
Classe: Reintegração / Manutenção de Posse
REQUERENTES: FLAVIO ANAPURUS DE CARVALHO, ZENY GALDINO MENDES, CHARLES GALDINO MENDES, CHARMENE GALDINO MENDES ANAPURUS DE CARVALHO
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: Fernando Albino do Nascimento OAB nº RO6311
REQUERIDO: ROSINEIDE GOMES DE BRITO AGUIAR
ADVOGADO DO REQUERIDO:
Valor: R$1.000,00
DECISÃO
Trata-se de embargos de declaração por meio do qual os autores apontam erro material contido na SENTENÇA. Alega que constou na SENTENÇA que a ordem de reintegração de posse deveria ser cumprida no lote 29, mas o lote ocupado pela parte requerida e que fora objeto da presente ação é lote 30, conforme emenda à inicial recebida nos autos (ID: 10591385).
Verifico que assiste razão aos embargantes. Os autores apresentaram petição apresentando emenda à inicial, oportunidade em que informaram que a parte requerida ocupa o Lote 30, que correspondente a 9064,68 m².
O processo teve seguimento com indicação do lote 30.
Dessa forma, presente a hipótese de erro material na SENTENÇA, que considerou indevidamente como sendo ocupado indevidamente o lote 29.
Pelo Exposto, ACOLHO os embargos de declaração apresentados para corrigir erro material contido na SENTENÇA para fazer constar expressamente que o lote a ser desocupado é o lote n. 30.
Mantenho a SENTENÇA em seus demais termos.
Intimem-se a ré ou os atuais ocupantes da área acima referida para desocupação voluntária, no prazo de 15 dias, sob pena de que seja feita coercitivamente. Desde já autorizo o reforço policial, se necessário, devendo o Sr. Oficial de Justiça certificar-se de estar cumprido a ordem no Lote correto (30), a fim de evitar cumprimento em imóvel vizinho.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 2 de maio de 2019
Jorge Luiz dos Santos Leal
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br

Processo nº 7038073-03.2018.8.22.0001
AUTOR: FABIO BIASOTTO FEITOSA
Advogados do(a) AUTOR: JOSE CARLOS LINO COSTA - RO1163, ANTONIO RUAN LUIZ DE ARAUJO SILVA FERREIRA - RO8252
RÉU: ITAPEVA VII MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS
Advogado do(a) RÉU: PAULO EDUARDO PRADO - RO4881
Intimação
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Porto Velho - 1º Vara Cível, ficam as partes REQUERENTE e REQUERIDA intimadas a especificarem provas que pretendem produzir, indicando a necessidade e pertinência, no prazo 15 dias.
Porto Velho, 2 de maio de 2019.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível - Fórum Cível 7044214-38.2018.8.22.0001
Procedimento Comum
AUTOR: JESSICA CRISTINA LIMA DOS SANTOS
ADVOGADO DO AUTOR: DIEGO DINIZ CENCI OAB nº RO7157, THIAGO FERNANDES BECKER OAB nº RO6839
RÉU: AMERON ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA RONDONIA S/A
ADVOGADO DO RÉU: MARCIO MELO NOGUEIRA OAB nº RO2827
Valor: R$5.000,00
DECISÃO SANEADORA
Vistos,
Processo em ordem. Não ocorrendo qualquer das hipóteses de extinção do processo (art. 354, NCPC), julgamento antecipado e/ou julgamento antecipado parcial (art. 355 e 356, NCPC).
Rejeito a preliminar levantada pela defesa no tocante à irregularidade de representação da parte autora. A parte em destaque no instrumento de procuração juntado aos autos (ID: 22647539) em que ESPECIFICA PARA PEDIR LIMINAR PARA LIBERAÇÃO DE GUIAS ATENDIMENTO DE PLANO DE SAÚDE AMERON, refere-se tão somente a permissão para substabelecimento, de modo que no tocante à representação processual, por ora, não se vislumbra qualquer irregularidade. Demais disso, a parte requerida não demonstrou prejuízo suportado em razão da suposta irregularidade levantada, razão pela qual rejeito a preliminar.
Superada a preliminar levantada, declaro o processo saneado.
Considerando as informações trazidas pela parte requerida de que, supostamente, existe questão de fundo que vai além dos reais interesses apontados pela parte autora em sua petição inicial, mormente no tocante a atuação em conluio do patrono da parte autora e Médico conveniado com o plano de saúde da requerida. Considerando, ainda, que a parte autora não compareceu não audiência de conciliação (ID: 24158707), determino a produção de prova, consistente no depoimento pessoal da parte autora e demais testemunhas que possam ser arroladas pelas partes. A parte autora deverá comparecer à audiência pessoalmente, sob pena de confesso. O prazo para arrolar testemunhas é de 15 dias a partir desta DECISÃO.
Para tanto, designo audiência conciliação, instrução e julgamento a ser realizada na data 13/06/2019, às 11h00mim.
As testemunhas eventualmente arroladas pelas partes devem ser intimadas ou informadas pelos advogados das partes do dia, hora e local da audiência designada, dispensando-se a intimação pelo juízo, na forma do art. 455, NCPC.
O parágrafo primeiro do mesmo DISPOSITIVO ainda acrescenta que essa intimação deverá ser realizada por carta (com AR), cumprindo ao advogado juntar aos autos, com antecedência de pelo menos 03 dias da data da audiência, cópia da correspondência de intimação e do comprovante de recebimento.
Por fim, no caso a testemunha não compareça, presume-se que a parte desistiu de sua inquirição.
A parte autora fica intimada a comparecer à solenidade através de seus patronos.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 2 de maio de 2019
Jorge Luiz dos Santos Leal
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1305, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7027489-08.2017.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: CENTRO EDUCACIONAL MODERNO LTDA - ME
Advogado do(a) EXEQUENTE: SAMIA GABRIELA NUNES ROCHA - RO0007064A
EXECUTADO: ANDREZA RODRIGUES DE SOUSA
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada a requerer o que entender de direito, apresentando planilha de debito atualizada no prazo de 5 dias.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Execução de Título Extrajudicial
0005140-04.2015.8.22.0001
EXEQUENTE: BANCO DAYCOVAL S/A
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ALCIDES NEY JOSE GOMES OAB nº MS8659, LAZARO JOSE GOMES JUNIOR OAB nº MS8125
EXECUTADO: ALESNILTON MARTINS DOS REIS
ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, EDUARDO PONTES QUEIROZ OAB nº BA35903DESPACHO
Defiro a pesquisa através do sistema RENAJUD.
Intime-se o credor para que se manifeste sobre o resultado da pesquisa realizada através do sistema RENAJUD, no prazo de 5(cinco) dias.
2 de maio de 2019
Jorge Luiz dos Santos Leal

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO 7008957-20.2016.8.22.0001
Execução de Título Extrajudicial
UNICRED PORTO VELHO - COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DE PORTO VELHO E REGIAO NORTE DE RONDONIA LTDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: KENIA FRANCIELI DOMBROSKI DOS SANTOS OAB nº RO9154
F.J. BARRETO EIRELI - ME
ADVOGADO DO EXECUTADO:
DESPACHO
Defiro o bloqueio de valores por meio do Sistema BACENJUD.
Considerando a inexistência de ativos fianceiros para a penhora através do sistema BACENJUD, bem como a resposta negativa no sistema RENAJUD. Intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias, quanto ao prosseguimento da execução, requerendo meio para satisfação da obrigação e apresentado na oportunidade planilha atualizada do débito, sob pena de suspensão e arquivamento, nos termos do artigo 921 do CPC.
2 de maio de 2019
Jorge Luiz dos Santos Leal
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível - Fórum Cível 7015719-47.2019.8.22.0001
Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: ASSOCIACAO DE CREDITO CIDADAO DE RONDONIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: KARINA DA SILVA SANDRES OAB nº RO4594
EXECUTADOS: KAUE REIZER FURTADO, MARCIO JUNIOR FRAGOSO
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS:
SENTENÇA
Vistos, etc...
O Exeqüente desistiu da presente demanda, antes mesmo da citação da parte Executada, informando que houve a quitação do débito Dessa forma, homologo a desistência manifestada e, conseqüentemente, julgo extinto este processo, sem julgamento do MÉRITO, nos termos do art. 924, II, do NCPC.
Se houve valor depositado nos autos, expeça-se alvará de levantamento em favor do Credor.
Dê-se baixa e arquive-se de imediato.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
2 de maio de 2019
Jorge Luiz dos Santos Leal
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Cumprimento de SENTENÇA
0017705-39.2011.8.22.0001
EXEQUENTE: GEISIANE GOMES DA SILVA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: CARLOS ALBERTO TRONCOSO JUSTO OAB nº RO535A, MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA OAB nº RO1073
EXECUTADO: DIGITI BRASIL COMERCIO DE LIVROS EIRELI - ME
ADVOGADO DO EXECUTADO: LUCAS DIAS ASTOLPHI OAB nº SP225957DESPACHO
Defiro a pesquisa através do sistema RENAJUD.
Intime-se o credor para que se manifeste sobre o resultado da pesquisa realizada através do sistema RENAJUD, no prazo de 5(cinco) dias.
2 de maio de 2019
Jorge Luiz dos Santos Leal

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7012921-16.2019.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: CENTRO FARMA - COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
Advogados do(a) AUTOR: ISRAEL AUGUSTO ALVES FREITAS DA CUNHA - RO2913, IGRAINE SILVA AZEVEDO MACHADO - RO9590
RÉU: FURTADO & FURTADO LTDA - ME
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC/CÍVEL Porto Velho - 1ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Data/hora da audiência de Conciliação: 11/07/2019 10:30
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 2 de maio de 2019.
JOAO AFRO MARIANO VIEIRA

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível - Fórum Cível 7003291-33.2019.8.22.0001
Procedimento Comum
AUTOR: FELIPE ALEXANDRE OLIVEIRA DOS SANTOS
ADVOGADO DO AUTOR: ROMULO BRANDAO PACIFICO OAB nº RO8782
RÉUS: VANDERLEI FERREIRA DA CRUZ, CESAR IVAM DE ARAUJO
ADVOGADOS DOS RÉUS:
DESPACHO
Defiro a realização de pesquisa de endereços da parte demandada por meio do Sistema INFOJUD.
Intime-se o credor para que se manifeste sobre o resultado da pesquisa realizada no sistema INFOJUD (anexadas neste DESPACHO), no prazo de 5(cinco) dias.
Porto Velho-RO, 2 de maio de 2019.
Jorge Luiz dos Santos Leal
Juiz de direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo nº: 7025642-34.2018.8.22.0001
Classe: Consignação em Pagamento
Assunto: Pagamento em Consignação
AUTOR: FAMILIA FARIA HOLDING LTDA.
ADVOGADO DO AUTOR: VANESSA MICHELE ESBER SERRATE OAB nº RO3875, RENATO JULIANO SERRATE DE ARAUJO OAB nº AC4705
RÉU: RITA CASSIA CASEMIRO LEITAO - ME
ADVOGADO DO RÉU:
Chamo o feito a ordem.
Analisando os autos, verifica-se que trata-se de consignação em pagamento, contudo, não houve o depósito da quantia em discussão.
Dessa forma, determino que a parte realize o depósito da quantia em discussão, devendo ser efetivado no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 542, I, do CPC/15, devidamente corrigida.
Efetuado o depósito, intime-se o credor para levantá-lo. Em caso de recebimento e quitação, incidirão honorários de 10% (dez por cento) sobre o valor da quantia, bem como custas e despesas (art. 547, parágrafo único), que deverão ser retidas no ato, descontando-se do montante do pagamento.
Após, voltem os autos conclusos para SENTENÇA.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Jorge Luiz dos Santos Leal
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO 7047374-71.2018.8.22.0001
Monitória
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
ADVOGADO DO AUTOR: ACACIO FERNANDES ROBOREDO OAB nº DF89774, JONATHAN MIKE GONCALVES OAB nº SP410812
DANIEL EUDES E SILVA
ADVOGADO DO RÉU:
DESPACHO
Defiro o bloqueio de valores por meio do Sistema BACENJUD.
Considerando a inexistência de ativos fianceiros para a penhora através do sistema BACENJUD, bem como a resposta no sistema RENAJUD. Intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias, quanto ao prosseguimento da execução, requerendo meio para satisfação da obrigação e apresentado na oportunidade planilha atualizada do débito, sob pena de suspensão e arquivamento, nos termos do artigo 921 do CPC.
2 de maio de 2019
Jorge Luiz dos Santos Leal
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7041923-36.2016.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: ANTONIO PEREIRA DA SILVA
Advogado do(a) EXEQUENTE: ANTONIO PEREIRA DA SILVA - RO0000802A
EXECUTADO: ANTONIO FERREIRA FROTA FILHO
Advogado do(a) EXECUTADO: LEONARDO OLIVEIRA DO NASCIMENTO - RO754
INTIMAÇÃO
Para fins de atendimento ao pleito da parte AUTORA, fica esta intimada para que, no prazo de 05 dias, proceda ao prévio recolhimento das custas para cada requerido e para cada diligência pleiteada, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível - Fórum Cível 7063850-58.2016.8.22.0001
Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: SEBASTIAO FRANCISCO REGIS
ADVOGADO DO EXEQUENTE: GLACI KERN HARTMANN OAB nº RO3643
EXECUTADO: HOTEL ERA DOURADA LTDA - ME
ADVOGADO DO EXECUTADO: RAIMUNDO GONCALVES DE ARAUJO OAB nº RO3300
SENTENÇA
Vistos, etc...
Proposta a presente ação, as partes noticiaram a realização de composição amigável extrajudicial e o submeteram para homologação e extinção do feito.
Presentes os requisitos legais, homologo o acordo celebrado entre as partes, para que tenha validade legal e reconheço a satisfação da obrigação, julgando extinto o feito na forma do artigo 487, III, alínea "b" do NCPC.
Se houve valor depositado nos autos, expeça-se alvará de levantamento nos termos do acordo.
Em face da grande quantidade de processos em andamento na vara e da necessidade de melhor orientar as rotinas cartorárias, assim como o fato de que eventual continuação do feito poderá ser feita nos próprios autos, mediante simples pedido de desarquivamento, providencie-se desde logo o arquivamento do feito.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
Face ao princípio da preclusão lógica, considero o trânsito em julgado nesta data.
2 de maio de 2019
Jorge Luiz dos Santos Leal
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO 7011031-42.2019.8.22.0001
Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: SS PORTO VELHO ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS E COMERCIO DE MAQUINAS LTDA - ME
ADVOGADO DO EXEQUENTE: HENRIQUE COSTA MARQUES BARBOSA OAB nº RO9510
EXECUTADO: WANDIRA DA SILVA PINHEIRO MEDEIROS
ADVOGADO DO EXECUTADO:
SENTENÇA
Verifica-se que a parte executada compareceu pessoalmente na empresa autora e efetuou o pagamento da condenação.
Ante a satisfação da obrigação, JULGO EXTINTO O FEITO, nos termos do art. 924, II, do CPC/2015.
Intime-se o executado para recolhimento das custas finais, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa.
Após o trânsito em julgado, procedido ao pagamento das custas ou sua inscrição em dívida ativa, arquivem-se os autos, com as cautelas devidas.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
2 de maio de 2019
Jorge Luiz dos Santos Leal
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível - Fórum Cível Processo nº 7037138-60.2018.8.22.0001
Assunto: Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens
Classe: Embargos de Terceiro
EMBARGANTE: INSTITUTO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA DE RONDONIA
ADVOGADO DO EMBARGANTE: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI OAB nº RO5546
EMBARGADOS: CELIO VICENTE BIAVATI, SIRLEI DE FAVERE BIAVATI, GILSON NAZIF RASUL
ADVOGADOS DOS EMBARGADOS: MAGUIS UMBERTO CORREIA OAB nº RO1214, SHELDON ROMAIN SILVA DA CRUZ OAB nº RO4432, REJANE MARIA DE LIRA CAVALCANTI OAB nº RO1090, ANTONIO OSMAN DE SA OAB nº Não informado no PJE
Valor: R$52.578,76
DECISÃO
Trata-se de embargos de declaração por meio do qual a embargante alega que houve omissão na DECISÃO que julgou improcedentes seus embargos de terceiros opostos em face dos embargados e GILSON NAZIF RASUL, CÉLIO VICENTE BIAVATI e SIRLEI DE FAVERE BIAVATI. Afirma que o Juízo não se manifestou sobre as alegações e argumentos levantados referente ao imóvel da embargante quanto ao tipo do negócio jurídico (compra e venda e não doação), bem como quanto a data anterior à ação da finalização do negócio.

Sem razão o embargante, consta na DECISÃO que a alienação do imóvel se efetivou por meio de compra e venda, mas após a propositura de ação em face do alienante, que, inclusive, já havia sido citado quando ocorreu a alienação.
O argumento de que o Juízo não apreciou todos os argumentos trazidos na inicial também não prospera, eis que o julgador não está obrigado a responder todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir DECISÃO, nesse sentido já decidiu o Superior Tribunal de Justiça (STJ. 1ª Seção. EDcl no MS 21.315-DF, Rel. Min. Diva Malerbi (Desembargadora convocada do TRF da 3ª Região), julgado em 8/6/2016 (Info 585).
Com tais considerações, REJEITO os embargos de declaração opostos nos autos, mantendo inalterada a DECISÃO embargada.
Porto Velho - RO, 2 de maio de 2019
Jorge Luiz dos Santos Leal
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível - Fórum Cível 7051770-91.2018.8.22.0001
Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
AUTOR: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
ADVOGADO DO AUTOR: ANTONIO BRAZ DA SILVA OAB nº AC6557
RÉU: EDGAR TAFAREL BRITO SARCO
ADVOGADO DO RÉU:
SENTENÇA
Vistos.
Vistos, etc...
I - RELÁTORIO
Trata-se de AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO COM PEDIDO LIMINAR ajuizada por BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS em face de TIAGO SILVA DE OLIVEIRA com fundamento no Decreto-Lei n° 911/1969, sob o argumento de que firmou com o requerido contrato de financiamento para pagamento em 48 parcelas mediante alienação fiduciária de um veículo de Marca/Modelo PEUGEOT, 307 HATCH FLEX, 2010, PRETA, NDR 8439, 8AD3CN6BTBG009671.
Informou o banco que durante o contrato, a requerida deixou de efetuar o pagamento das prestações, e que a mora está devidamente caracterizada por meio de notificação, tendo esgotado todos os meios para resolver a questão amigavelmente sem qualquer solução.
Requereu, inicialmente, a concessão de MANDADO de busca e apreensão do bem alineado fiduciariamente, e, ao final, pela procedência dos pedidos, seja a liminar confirmada, consolidando-se a posse do bem em suas mãos, além da condenação da parte requerida no pagamento das verbas de sucumbência.
A liminar foi deferida, oportunidade em que o bem descrito na inicial foi apreendido e a parte requerida regularmente citada. (ID: 25068451)
Citada, a parte requerida quedou-se inerte em apresentar defesa.
Vieram-me os autos conclusos.
É o relatório. Decido.
II - FUNDAMENTAÇÃO
Julgo antecipadamente o feito, nos moldes do art. 355, I do Novo Código de Processo Civil, uma vez que desnecessária dilação probatória.
Estando implementados os pressupostos processuais e condições da ação, bem como não tendo sido aventada pelas partes, outra questão prejudicial, passo diretamente ao exame do meritum causae.
Trata-se de ação de busca e apreensão ajuizada com base em contrato de financiamento com garantia de alienação fiduciária.
Logo, não tendo havido contestação pelo réu, o que foi certificado pela Escrivania, manifesta-se no âmbito processual o fenômeno da revelia, deduzindo que os fatos narrados na inicial são presumidamente verdadeiros, conforme autoriza o art. 344 do Código de Processo Civil.
No caso, a instituição financeira autora demonstrou existir relação jurídica entre as partes decorrente da celebração de contrato de financiamento. Comprovou ainda a inadimplência por meio de notificação extrajudicial e juntada de planilha de demonstrativo de débitos.
O requerido, em contrapartida, além de não ter apresentado contestação, após a busca e apreensão do veículo, não pagou qualquer valor que seja a fim de purgar a mora e ter o bem oferecido em garantia restituído ou evitar sua venda a terceiros.
Nesse panorama, portanto, apreendido o objeto litigioso e não havendo prova do pagamento integral da dívida – prestações vencidas e vincendas –, resta apenas, na estrutura da ação de busca e apreensão, consolidar em poder da parte autora o domínio e a posse do mesmo.
III – DISPOSITIVO
Diante do exposto, pelos fundamentos expendidos alhures, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial tornando definitiva a liminar deferida em DECISÃO inaugural, consolidando nas mãos da instituição financeira o domínio e a posse exclusivos do bem apreendido, para todos os efeitos legais.
Cumpra-se o disposto no art. 2º, do Decreto-lei nº 911/69, oficiando-se ao DETRAN-RO, informando estar a requerente autorizada a proceder a transferência do bem apreendido a terceiros que indicar, devendo permanecer nos autos os títulos a eles trazidos.
Sucumbente, condeno o réu ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios, que arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais), na forma do art. 85, § 2º, do CPC.
Certificado o trânsito em julgado, no prazo de quinze dias, não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA, proceda-se às baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado.
Pagas as custas ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
2 de maio de 2019
Jorge Luiz dos Santos Leal
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1305, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7040477-95.2016.8.22.0001
Classe: CÍVEL - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA.
Advogado do(a) AUTOR: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR - SP107414-A
RÉU: RODRIGO FERREIRA DE SOUSA
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada a dar regular andamento ao feito no prazo de 5 dias, sob pena de extinção/arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO 7034005-10.2018.8.22.0001

Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: CONDOMINIO RESIDENCIAL VILLAS DO RIO MADEIRA II
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LUIS GUILHERME SISMEIRO DE OLIVEIRA OAB nº RO6700
EXECUTADO: SAULO ELISANGELO SCHMIDT
ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Indefiro a pesquisa postulada a através do Sistema de Informações Eleitorais (SIEL), uma vez que o sistema é sigiloso e não serve para esse tipo de informação.
Intime-se a parte autora a dar prosseguimento no feito no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento do feito.
2 de maio de 2019
Jorge Luiz dos Santos Leal

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Busca e Apreensão
7043914-76.2018.8.22.0001
REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO DO REQUERENTE: RAFAEL SGANZERLA DURAND OAB nº MT12208A
REQUERIDO: PEDRO LUCAS CAETANO
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DECISÃO
Defiro a pesquisa através do sistema RENAJUD.
Realizei nesta data a restrição do veículo (comprovante anexo) junto ao sistema Renajud.
Intime-se pessoalmente o devedor para, querendo, apresentar impugnação à penhora no prazo de 15 (quinze) dias.
2 de maio de 2019
Jorge Luiz dos Santos Leal

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7027710-88.2017.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: ASSOCIACAO TIRADENTES DOS POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DE RONDONIA
Advogado do(a) EXEQUENTE: JEFERSON DE SOUZA RODRIGUES - RO7544
EXECUTADO: PAULO ALVES DE VASCONCELOS
INTIMAÇÃO
Para fins de atendimento ao pleito da parte AUTORA, fica esta intimada para que, no prazo de 05 dias, proceda ao prévio recolhimento das custas para cada requerido e para cada diligência pleiteada, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível - Fórum Cível 7017498-37.2019.8.22.0001
Procedimento Comum
AUTOR: IDALINA LOURENCO DA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: ARIOSVALDO ALVES DE FREITAS OAB nº RO2256, ARIOSWALDO FREITAS GIL OAB nº RO5964, LETICIA FREITAS GIL OAB nº RO3120
RÉU: BANRISUL
ADVOGADO DO RÉU:
Valor: R$14.290,00
DESPACHO
Vistos, etc.
1- Defiro a Justiça Gratuita.
2- INDEFIRO o pedido de tutela de urgência porque os descontos são antigos, desde 2017, o que demonstra não haver necessidade de atuação imediata do
PODER JUDICIÁRIO .
Considerando a natureza da causa, determino que a Diretoria da vara designe audiência de tentativa de conciliação junto à CEJUSC.
As partes deverão comparecer à audiência a ser designada, pessoalmente ou por representante, que não seus advogados, com poderes especiais para transigir. No caso de eventual não comparecimento injustificado de qualquer das partes, restará sujeito o faltoso à multa prevista no art. 334, § 8º, CPC/2015:
Art. 334, § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.
Cite-se a parte requerida para, querendo, apresentar resposta no prazo legal, destacando que o termo para oferecimento de contestação será de 15 (quinze) dias úteis, iniciando a contagem a partir da data de audiência de tentativa de conciliação, caso frustrada, ressalvadas as hipóteses dos incisos II e III do art. 335, CPC/2015:
Art. 335. O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data:
I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição;
II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I;
III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos.
Caso a parte requerida não possua interesse na realização da audiência de conciliação (art. 335, CPC/2015), deverá informar nos autos por petição, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, antes da solenidade, ocasião em que o prazo para defesa será iniciado no primeiro dia útil subsequente ao protocolo da petição.
Frisa-se que as partes têm livre acesso à íntegra do processo diretamente pelo website do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
ADVERTÊNCIA: Não havendo apresentação de defesa no prazo de 15 dias, presumir-se-ão aceitos como sendo verdadeiros os fatos articulados pela parte autora na inicial.
SIRVA A CÓPIA DESTA DECISÃO COMO CARTA OU MANDADO, SE NECESSÁRIO.
Porto Velho - RO, 2 de maio de 2019
Jorge Luiz dos Santos Leal
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível - Fórum Cível 7007952-55.2019.8.22.0001
Monitória
Correção Monetária
AUTOR: T. DE J. MARICATO EIRELI - ME ADVOGADO DO AUTOR: RICHARD MARTINS SILVA OAB nº RO9844
RÉU: DEUSILENE PINHEIRO RIBEIRO
Endereço: Av. 19 de Abril, nº 3640, bairro Santa Luzia - Nova Mamoré/RO
SENTENÇA
Trata-se de ação monitória promovida por AUTOR: T. DE J. MARICATO EIRELI - ME em face de DEUSILENE PINHEIRO RIBEIRO.

Devidamente citada,a requerida não efetuou o pagamento, nem ofereceu embargos,quedando-se inerte e revelando-se revel.
Segundo inteligência do artigo 701, §2º do Código de Processo Civil: "§ 2º Constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade, se não realizado o pagamento e não apresentados os embargos previstos no art. 702, observando-se, no que couber, o Título II do Livro I da Parte Especial."
Ante o exposto, não cumprido o MANDADO de pagamento e não oferecendo os embargos, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial com fulcro no art. 487, inciso I c/c art. 701, §2º, ambos do CPC, para constituir de pleno direito o título executivo judicial, condenando a empresa requerida a pagar a requerente à importância de R$ 9.150,00 (nove mil, cento e cinquenta reais) acrescidos de juros de 1% ao mês a partir da citação e correção monetária partir do inadimplemento.
Condeno a ré ao pagamento das custas processuais e honorários de advogado, estes fixados em 10% sobre o valor da condenação, nos termos do §2º do artigo 85 do CPC.
Transitada em julgado esta DECISÃO, certifique-se e intime-se o autor a dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Em caso de inércia, arquivem-se os autos.
Intimem-se.
Porto Velho, quinta-feira, 2 de maio de 2019
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível - Fórum Cível Processo nº 7051026-67.2016.8.22.0001
Assunto: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: GLEICE PEREIRA DE SOUSA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA OAB nº RO1073
EXECUTADO: OI MOVEL
ADVOGADO DO EXECUTADO: INAIARA GABRIELA PENHA SANTOS OAB nº RO5594, ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO OAB nº RO635
Valor: R$13.146,57DESPACHO
1- Houve depósito espontâneo de parte dos valores determinados na condenação, não havendo impugnação. A parte autora pleiteou o levantamento dos valores depositados e o prosseguimento do feito com relação ao saldo remanescente.
2- Assim, expeça-se alvará de levantamento da quantia depositada nos autos em favor da parte Credora.
3- Após, intime-se o Devedor para efetuar o pagamento do saldo remanescente, no prazo de 15 dias, sob pena de penhora, acrescida da multa de 10%, bem como honorários em execução, que fixo em 10%, nos termos do art. 523 do NCPC, in verbis:
Art. 523. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de DECISÃO sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da SENTENÇA far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver.
§ 1o Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do caput, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento.
§ 2o Efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no caput, a multa e os honorários previstos no § 1o incidirão sobre o restante.
§ 3o Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, MANDADO de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação.
4- Intime-se.
Porto Velho - RO, 2 de maio de 2019
Jorge Luiz dos Santos Leal
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7039234-82.2017.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: MARCOS PESSOA JORDAO
Advogado do(a) EXEQUENTE: ELIZABETH FONSECA - RO4445
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente intimada, no prazo de 5 dias, a apresentar manifestação acerca dos documentos juntados pela parte adversa (cálculos).

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1305, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7011094-72.2016.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: IVANI APARECIDA DA SILVA DAMACENO - ME
Advogado do(a) EXEQUENTE: ANDERSON DE MOURA E SILVA - RO2819
EXECUTADO: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogados do(a) EXECUTADO: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada a dar regular andamento ao feito no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1305, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7000959-93.2019.8.22.0001
Classe: BUSCA E APREENSÃO (181)
REQUERENTE: BV FINANCEIRA S/A
Advogado do(a) REQUERENTE: HUDSON JOSE RIBEIRO - SP150060
REQUERIDO: WEVERSON ARAUJO DA SILVA
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada a dar regular andamento ao feito no prazo de 5 dias, sob pena de extinção/arquivamento.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível - Fórum Cível 7012310-68.2016.8.22.0001
Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: RAIFRAN PIMENTEL DE LIMA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA OAB nº RO1073
EXECUTADOS: SADE EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA - ME, DEMETRIO FERNANDES DE SOUZA, SAULO FERNANDES DE SOUZA
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: BRUNO THIAGO BATTAGELLO OAB nº SP312822, RENAN BATTAGELLO OAB nº SP336557, LARISSA FERNANDES FERREIRA DA SILVA OAB nº RO6769, FERNANDO CEZAR SILVA JUNIOR OAB nº SP392525, NAIARA BIANCHI DOS SANTOS SILVA OAB nº SP368300, MAYARA CHRISTIANE LIMA GARCIA OAB nº SP345102, RAFAEL PEREIRA LIMA OAB nº SP262151

SENTENÇA
Vistos, etc...
SADE EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA e OUTOS protocolaram impugnação à penhora de ID 24399995 alegando, em síntese, que houve duplicidade de bloqueio. Além disso, alegou que a penhora excedeu o limite de 40 salários mínimos previsto no art. 833, X do CPC. Disse que o valor penhorado seria utilizado para pagamento de funcionários. Concluiu pleiteando o desbloqueio do valor penhorado em duplicidade, bem como a declaração de impenhorabilidade dos valores bloqueados.
Devidamente intimado, o Impugnado disse que a penhora em duplicidade realizada pelo BacenJud já foi desbloqueada e que isso é regra nos bloqueios judiciais. Alegou que o art. 833, X, do CPC não se aplica ao caso e concluiu pleiteando a manutenção da penhora e ainda o bloqueio do saldo remanescente de R$ 3.770,76 pois a penhora não contabilizou a multa do art. 523, § 1º do CPC e honorários em fase de cumprimento de SENTENÇA.
É o relatório.
Decido.
Analisando os autos, vejo que não tem razão a Impugnante.
O disposto no art. 833, X do NCPC não se aplica ao presente feito pois trata exclusivamente de valores depositados em caderneta de poupança, o que evidentemente não é o caso dos autos, já que a própria parte devedora informa que os valores seriam utilizados para pagamento de funcionários, além de tratar-se de conta corrente.
Além disso, a alegação de que os valores penhorados haviam sido separados para pagamento de pessoal não garante a sua impenhorabilidade. Além disso, a porte não trouxe qualquer prova desse fato.
Outrossim, a alegada penhora em duplicidade não ocorreu. Os bloqueios no sistema BACENJUD são originados através do CPF ou CNPJ dos Executados e registra o bloqueio da quantia executada em todas as contas bancárias existentes. Ao analisar os bloqueios, o magistrado desbloqueia o remanescente e mantém apenas o valor discutido no processo. Isto ocorre em todos os feitos e, conforme se vê, a penhora on line foi mantida apenas sobre o valor executado (Id. 24399995).
Por conta disso não vejo outra solução a dar ao caso senão a improcedência da impugnação e manutenção da penhora.
O Credor, em sua impugnação, alega que existe saldo remanescente a ser penhorado no importe de R$ 3.770,76, pois a penhora não contabilizou a multa do art. 523, § 1º do CPC e honorários em fase de cumprimento de SENTENÇA, trazendo aos autos o seguinte cálculo:
No entanto, analisando os autos, vejo que a penhora foi realizada corretamente, contabilizado a multa de 10% e os honorários em fase de cumprimento de SENTENÇA, de acordo com os cálculos do próprios Credor (ID. 22181263):
Sendo assim, não há que se falar em excesso de execução, devendo o feito ser extinto pelo cumprimento da obrigação, nos termos do art. 924, II do CPC.
ISTO POSTO, julgo improcedente a impugnação proposta de ID. 24320403 e, considerando que a penhora realizada equivale exatamente ao valor pleiteado pelo Credor (Id. 22181263), julgo extinta a obrigação pelo pagamento, nos termos do art. 924, II, do CPC.
Com o trânsito em julgado, expeça-se alvará em favor do Credor da quantia penhorada nos autos.
Após, dê-se baixa e arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
2 de maio de 2019
Jorge Luiz dos Santos Leal
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7019004-53.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: JOSE MARIA ALVES DE SOUZA
Advogado do(a) AUTOR: GUSTAVO CAETANO GOMES - RO3269
RÉU: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. e outros
Advogados do(a) RÉU: DANIEL NASCIMENTO GOMES - SP356650, RODRIGO DE BITTENCOURT MUDROVITSCH - RO5536, FELIPE NOBREGA ROCHA - SP286551, ALEX JESUS AUGUSTO FILHO - SP314946
Advogado do(a) RÉU: CLAYTON CONRAT KUSSLER - RO3861
INTIMAÇÃO
Ficam as partes requerente e requerida intimadas, por intermédio de seus respectivos patronos, no prazo de 05 dias, manifestarem-se acerca da petição do Perito Judicial (ID 26848736), bem como tomar ciência da data e local da realização da perícia, confirmada as diligências periciais para o dia 08/05/2019 como solicitado em justificativa anterior e devidamente acolhida..

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível - Fórum Cível 7008680-96.2019.8.22.0001
Procedimento Comum
AUTOR: GENIVAL FERNANDES DE LIMA
ADVOGADO DO AUTOR: GENIVAL FERNANDES DE LIMA OAB nº RO2366
RÉU: OI MOVEL S.A
ADVOGADO DO RÉU:
DECISÃO
Vistos.
Presentes os requisitos legais, recebo a petição inicial.
Trata-se de pedido de tutela provisória de urgência cumulado com requerimento de baixa de inscrição negativa nos órgãos de restrição ao crédito.
Pois bem.
Com efeito, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Havendo perigo de irreversibilidade dos efeitos da tutela de urgência de natureza antecipada, esta não será concedida, o que não é o caso dos autos (art. 300, § 3º, CPC).
Verifica-se, no caso em tela, que a probabilidade do direito reside no fato de que a parte autora sustentou que encontra-se com restrição cadastral interna por dívida já considerada inexiste por SENTENÇA judicial.
Resguardadas as limitações inerentes a essa fase de cognição sumária, verificam-se presentes os requisitos exigidos pelo art. 300, do CPC/2015, razão pela qual DEFIRO o pedido de tutela de urgência de natureza antecipada e, via de consequência, determino que a requerida retire a restrição cadastral interna em nome do autor, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da ciência desta ordem, consignando a proibição de proceder à nova inclusão pela mesma suposta dívida em discussão, até o julgamento final da lide.
Considerando a natureza da causa, determino que a Diretoria da vara designe audiência de tentativa de conciliação junto à CEJUSC-CÍVEL, localizado na Rua Quintino Bocaiúva, n. 3061, Bairro Embratel, esquina com Av. Jorge Teixeira.
As partes deverão comparecer à audiência a ser designada, pessoalmente ou por representante, que não seus advogados, com poderes especiais para transigir. No caso de eventual não comparecimento injustificado de qualquer das partes, restará sujeito o faltoso à multa prevista no art. 334, § 8º, CPC/2015:

Art. 334, § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.
Cite-se a parte requerida para, querendo, apresentar resposta no prazo legal, destacando que o termo para oferecimento de contestação será de 15 (quinze) dias úteis, iniciando a contagem a partir da data de audiência de tentativa de conciliação, caso frustrada, ressalvadas as hipóteses dos incisos II e III do art. 335, CPC/2015:
Art. 335. O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data:
I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição;
II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I;
III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos.
Caso a parte requerida não possua interesse na realização da audiência de conciliação (art. 335, CPC/2015), deverá informar nos autos por petição, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, antes da solenidade, ocasião em que o prazo para defesa será iniciado no primeiro dia útil subsequente ao protocolo da petição.
Frisa-se que as partes têm livre acesso à íntegra do processo diretamente pelo website do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
ADVERTÊNCIA: Não havendo apresentação de defesa no prazo de 15 dias, presumir-se-ão aceitos como sendo verdadeiros os fatos articulados pela parte autora na inicial.
Em atenção à nova legislação que regulamenta a cobrança de custas judiciais, verifiquei que a parte autora depositou apenas 1% sobre valor da causa a título de custas iniciais. Na oportunidade, a parte autora já fica intimada que, caso não haja acordo na audiência de conciliação, deverá depositar o restante das custas judiciais no prazo de 05 (cinco) dias após a realização da audiência, conforme preceitua o art. 12, inciso I, da Lei estadual 3896/2016, sob pena de extinção.
SIRVA A CÓPIA DESTA DECISÃO COMO CARTA OU MANDADO, SE NECESSÁRIO.
30 de abril de 2019
Jorge Luiz dos Santos Leal
Juiz de Direito
RÉU: OI MOVEL S.A, AVENIDA LAURO SODRÉ 3290, - DE 3290 A 3462 - LADO PAR COSTA E SILVA - 76803-460 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível - Fórum Cível 7018773-26.2016.8.22.0001
Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA SECCAO RONDONIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: VANTUILO GEOVANIO PEREIRA DA ROCHA OAB nº RO6229, JOSIMAR OLIVEIRA MUNIZ OAB nº RO912
EXECUTADO: MARLUIZ NUNES DE FREITAS
ADVOGADO DO EXECUTADO: RENATO CESAR LOPES DA CRUZ OAB nº AC2963
Valor: R$6.581,65
DESPACHO
O valor constante nos autos está informando no Id. 26410572.
Intime-se o Credor para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento.
Porto Velho - RO, 30 de abril de 2019
Jorge Luiz dos Santos Leal
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1305, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7041146-80.2018.8.22.0001
Classe: CÍVEL - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A
Advogado do(a) AUTOR: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA - SP115665
RÉU: VALDENO BRITO DE SOUZA
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada a dar regular andamento ao feito no prazo de 5 dias, sob pena de extinção/arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1305, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7028335-59.2016.8.22.0001
Classe: MONITÓRIA (40)
AUTOR: GUANAIR DE SOUZA TEIXEIRA
Advogado do(a) AUTOR: DIEGO DINIZ CENCI - RO7157
RÉU: MARIA VENAS MATIAS DE SOUZA
Advogado do(a) RÉU: WANDERLEY DE SIQUEIRA - RO909
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada a dar regular andamento ao feito no prazo de 5 dias, sob pena de extinção/arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
COMARCA: PORTO VELHO
ÓRGÃO EMITENTE: 1ª VARA CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO CUSTAS JUDICIAIS
(Prazo: 20 dias)
DE: EMBRA COMERCIAL LTDA - ME, CNPJ: 01.480.880/0001-03, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: Fica o(a) Requerido(a) acima mencionado(a), NOTIFICADO(A) para pagar as custas judiciais do processo em epígrafe, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do término do prazo de 20 (vinte dias) da data de publicação deste edital. O não pagamento integral ensejará a expedição de Certidão de Débito Judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa.
Processo: 7046026-18.2018.8.22.0001
Classe: MONITÓRIA (40)
AUTOR: MINAS DISTRIB. DE PROD. FARMACEUTICOS E PERF. LTDA

Advogado do(a) AUTOR: MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA LOPES - RO1706
RÉU: EMBRA COMERCIAL LTDA - ME
Sede do Juízo: Fórum Cível, Av. Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho Fórum Cível RO, 76803-686 3217-1307 e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível - Fórum Cível 7030342-87.2017.8.22.0001
Procedimento Comum
AUTORES: FRANCISCO SEMAO NETO, RUDNEI SOUZA SEMAO
ADVOGADOS DOS AUTORES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
RÉU: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
ADVOGADO DO RÉU: MARCIO MELO NOGUEIRA OAB nº RO2827, ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO OAB nº RO635
Valor: R$29.255,55
DESPACHO
Intime-se a parte requerida para efetuar o pagamento dos honorários periciais em favor do expert.
Após, venham os autos conclusos para a SENTENÇA.
Porto Velho - RO, 30 de abril de 2019
Jorge Luiz dos Santos Leal
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7000490-18.2017.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: SUDOESTE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
Advogado do(a) EXEQUENTE: JESUS CLEZER CUNHA LOBATO - RO2863
EXECUTADO: ANTONIO SOARES DOS SANTOS
INTIMAÇÃO
Para fins de atendimento ao pleito da parte AUTORA, fica esta intimada para que, no prazo de 05 dias, proceda ao prévio recolhimento das custas para cada requerido e para cada diligência pleiteada, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7042144-48.2018.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: HELENMAQ COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP
Advogado do(a) EXEQUENTE: ROBERTO JARBAS MOURA DE SOUZA - RO1246
EXECUTADO: ATUAL COMUNICACAO VISUAL SERVICOS E COMERCIO LTDA - ME
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora INTIMADA a se manifestar acerca da certidão do AR NEGATIVO NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS.
1) Caso queira nova diligência por oficial de justiça, deverá proceder o recolhimento da taxa, que deverá ser o valor da diligência do oficial de justiça positiva (urbana ou rural / liminar/comum: simples ou composta), gerando o boleto para pagamento no link abaixo descriminado, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=MlUemieeJXHJRLgVw2OOAp_bZ65KzfhrXqOHVab-.wildfly01:custas1.1,
Art. 402 - Das Diretrizes Judiciais:
I – Comum urbano (1008.2), quando a diligência envolver até duas pessoas ou se referir a um único ato processual a ser praticado na zona urbana; II – Comum rural (1008.4), quando a diligência envolver até duas pessoas ou se referir a um único ato processual a ser praticado na zona rural (distância superior a 25 km da sede da Comarca); III – Composto urbano (1008.3), quando a diligência envolver mais de duas pessoas ou se referir a atos processuais diversos a serem praticados na zona urbana; IV – Composto Rural (1008.5), quando a diligência envolver mais de duas pessoas ou se referir a atos processuais diversos a serem praticados na zona rural (distância superior a 25 km da sede da Comarca); V – Complexo simples (1008.6), quando se tratar do cumprimento de MANDADO s urbanos ou rurais, relativos a liminares, despejo, busca e apreensão, remoção, manutenção ou reintegração de posse, condução coercitiva e prisão civil, envolvendo até duas pessoas e/ou se referir a ato processual único. VI – Complexo especial (1008.7), quando se tratar do cumprimento de MANDADO s urbanos ou rurais, relativos a liminares, despejo, busca e apreensão, remoção, manutenção ou reintegração de posse, condução coercitiva e prisão civil, envolvendo mais de duas pessoas e/ou atos processuais diversos.
2) Em caso de solicitação de busca de endereços, bloqueios on line e assemelhados, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível - Fórum Cível 7015017-38.2018.8.22.0001
Despejo
AUTOR: JOAO LUIZ CARVALHO CRUZ
ADVOGADO DO AUTOR: OCTAVIA JANE LEDO SILVA OAB nº RO1160, RAIMISSON MIRANDA DE SOUZA OAB nº RO5565
RÉU: LUIZ HENRIQUE DOS SANTOS CASTRO
ADVOGADO DO RÉU: RAFAELA CARVALHO DE SOUSA OAB nº RO9815
Valor: R$3.600,00
DESPACHO
Os autos vieram conclusos para análise da petição de ID 23498505, a qual se trata de embargos de declaração que já foram analisados pelo Juízo (ID: 26160864).
Nada mais tendo sido requerido, arquivem-se os autos.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 30 de abril de 2019
Jorge Luiz dos Santos Leal
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7036664-60.2016.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: FLYTOUR AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA.
Advogado do(a) EXEQUENTE: DENISE MARIN - SP141662

EXECUTADO: A V L VIAGENS LTDA e outros (2)
INTIMAÇÃO
Para fins de atendimento ao pleito da parte AUTORA, fica esta intimada para que, no prazo de 05 dias, proceda ao prévio recolhimento das custas para cada requerido e para cada diligência pleiteada, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7005214-94.2019.8.22.0001
Classe: MONITÓRIA (40)
AUTOR: ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO NO ESTADO DE RONDONIA - ASPER
Advogado do(a) AUTOR: MARCELO ESTEBANEZ MARTINS - RO3208
RÉU: DIZELINDA MARIA DE JESUS
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora INTIMADA a se manifestar acerca da certidão do AR NEGATIVO NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS.
1) Caso queira nova diligência por oficial de justiça, deverá proceder o recolhimento da taxa, que deverá ser o valor da diligência do oficial de justiça positiva (urbana ou rural / liminar/comum: simples ou composta), gerando o boleto para pagamento no link abaixo descriminado, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=MlUemieeJXHJRLgVw2OOAp_bZ65KzfhrXqOHVab-.wildfly01:custas1.1,
Art. 402 - Das Diretrizes Judiciais:
I – Comum urbano (1008.2), quando a diligência envolver até duas pessoas ou se referir a um único ato processual a ser praticado na zona urbana; II – Comum rural (1008.4), quando a diligência envolver até duas pessoas ou se referir a um único ato processual a ser praticado na zona rural (distância superior a 25 km da sede da Comarca); III – Composto urbano (1008.3), quando a diligência envolver mais de duas pessoas ou se referir a atos processuais diversos a serem praticados na zona urbana; IV – Composto Rural (1008.5), quando a diligência envolver mais de duas pessoas ou se referir a atos processuais diversos a serem praticados na zona rural (distância superior a 25 km da sede da Comarca); V – Complexo simples (1008.6), quando se tratar do cumprimento de MANDADO s urbanos ou rurais, relativos a liminares, despejo, busca e apreensão, remoção, manutenção ou reintegração de posse, condução coercitiva e prisão civil, envolvendo até duas pessoas e/ou se referir a ato processual único. VI – Complexo especial (1008.7), quando se tratar do cumprimento de MANDADO s urbanos ou rurais, relativos a liminares, despejo, busca e apreensão, remoção, manutenção ou reintegração de posse, condução coercitiva e prisão civil, envolvendo mais de duas pessoas e/ou atos processuais diversos.
2) Em caso de solicitação de busca de endereços, bloqueios on line e assemelhados, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7020304-79.2018.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA - DEPARTAMENTO REGIONAL DE RONDONIA
Advogados do(a) EXEQUENTE: JAQUELINE FERNANDES SILVA - RO8128, ELIEZER BELCHIOR DANTAS - RO7644, MILEISI LUCI FERNANDES - RO3487
EXECUTADO: JEAN KAITON BALBINO
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora INTIMADA a se manifestar acerca da certidão do AR NEGATIVO NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS.
1) Caso queira nova diligência por oficial de justiça, deverá proceder o recolhimento da taxa, que deverá ser o valor da diligência do oficial de justiça positiva (urbana ou rural / liminar/comum: simples ou composta), gerando o boleto para pagamento no link abaixo descriminado, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=MlUemieeJXHJRLgVw2OOAp_bZ65KzfhrXqOHVab-.wildfly01:custas1.1,
Art. 402 - Das Diretrizes Judiciais:
I – Comum urbano (1008.2), quando a diligência envolver até duas pessoas ou se referir a um único ato processual a ser praticado na zona urbana; II – Comum rural (1008.4), quando a diligência envolver até duas pessoas ou se referir a um único ato processual a ser praticado na zona rural (distância superior a 25 km da sede da Comarca); III – Composto urbano (1008.3), quando a diligência envolver mais de duas pessoas ou se referir a atos processuais diversos a serem praticados na zona urbana; IV – Composto Rural (1008.5), quando a diligência envolver mais de duas pessoas ou se referir a atos processuais diversos a serem praticados na zona rural (distância superior a 25 km da sede da Comarca); V – Complexo simples (1008.6), quando se tratar do cumprimento de MANDADO s urbanos ou rurais, relativos a liminares, despejo, busca e apreensão, remoção, manutenção ou reintegração de posse, condução coercitiva e prisão civil, envolvendo até duas pessoas e/ou se referir a ato processual único. VI – Complexo especial (1008.7), quando se tratar do cumprimento de MANDADO s urbanos ou rurais, relativos a liminares, despejo, busca e apreensão, remoção, manutenção ou reintegração de posse, condução coercitiva e prisão civil, envolvendo mais de duas pessoas e/ou atos processuais diversos.
2) Em caso de solicitação de busca de endereços, bloqueios on line e assemelhados, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7036358-23.2018.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: BANCO ITAÚ
Advogado do(a) EXEQUENTE: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI - PE21678
EXECUTADO: SHANGAI COMERCIO DE BIJUTERIAS E ACESSORIOS LTDA - ME e outros
INTIMAÇÃO
Para fins de atendimento ao pleito da parte AUTORA, fica esta intimada para que, no prazo de 05 dias, proceda ao prévio recolhimento das custas para cada requerido e para cada diligência pleiteada, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 0024390-57.2014.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: L & M COMERCIO DE MOVEIS LTDA - EPP
Advogado do(a) EXEQUENTE: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - RO5546
EXECUTADO: CENTRO DE CUIDADOS DA MAMAE LTDA - ME

INTIMAÇÃO
Considerando o pedido para expedição/desentranhamento do MANDADO, fica a parte autora, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimado(a) para no prazo de 5 (cinco) dias, proceder o recolhimento da taxa, que deverá ser o valor da diligência do oficial de justiça positiva (urbana ou rural / liminar/comum: simples ou composta), conforme Art. 402 - Das Diretrizes Judiciais, abaixo transcrito. Gerando o boleto para pagamento no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=MlUemieeJXHJRLgVw2OOAp_bZ65KzfhrXqOHVab-.wildfly01:custas1.1, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
Art. 402 - Das Diretrizes Judiciais:
I – Comum urbano (1008.2), quando a diligência envolver até duas pessoas ou se referir a um único ato processual a ser praticado na zona urbana; II – Comum rural (1008.4), quando a diligência envolver até duas pessoas ou se referir a um único ato processual a ser praticado na zona rural (distância superior a 25 km da sede da Comarca); III – Composto urbano (1008.3), quando a diligência envolver mais de duas pessoas ou se referir a atos processuais diversos a serem praticados na zona urbana; IV – Composto Rural (1008.5), quando a diligência envolver mais de duas pessoas ou se referir a atos processuais diversos a serem praticados na zona rural (distância superior a 25 km da sede da Comarca); V – Complexo simples (1008.6), quando se tratar do cumprimento de MANDADO s urbanos ou rurais, relativos a liminares, despejo, busca e apreensão, remoção, manutenção ou reintegração de posse, condução coercitiva e prisão civil, envolvendo até duas pessoas e/ou se referir a ato processual único. VI – Complexo especial (1008.7), quando se tratar do cumprimento de MANDADO s urbanos ou rurais, relativos a liminares, despejo, busca e apreensão, remoção, manutenção ou reintegração de posse, condução coercitiva e prisão civil, envolvendo mais de duas pessoas e/ou atos processuais diversos.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1305, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7018414-08.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ANDREIA GOMES
Advogado do(a) AUTOR: VICTOR ALIPIO AZEVEDO BORGES - RO6985
RÉU: RECI FOTO X STUDIO FOTOGRAFICO LTDA - ME
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada a dar regular andamento ao feito no prazo de 5 dias, sob pena de extinção/arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7036305-42.2018.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: SOCIEDADE DE PESQUISA EDUCACAO E CULTURA, DR. APARICIO CARVALHO DE MORAES LTDA
Advogados do(a) EXEQUENTE: CAMILA BEZERRA BATISTA - RO7212, IZABEL CELINA PESSOA BEZERRA CARDOSO - RO796
EXECUTADO: TALITA ANDREZA FERNANDES DANTAS e outros
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora INTIMADA a se manifestar acerca da certidão do AR NEGATIVO NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS.

1) Caso queira nova diligência por oficial de justiça, deverá proceder o recolhimento da taxa, que deverá ser o valor da diligência do oficial de justiça positiva (urbana ou rural / liminar/comum: simples ou composta), gerando o boleto para pagamento no link abaixo descriminado, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=MlUemieeJXHJRLgVw2OOAp_bZ65KzfhrXqOHVab-.wildfly01:custas1.1,
Art. 402 - Das Diretrizes Judiciais:
I – Comum urbano (1008.2), quando a diligência envolver até duas pessoas ou se referir a um único ato processual a ser praticado na zona urbana; II – Comum rural (1008.4), quando a diligência envolver até duas pessoas ou se referir a um único ato processual a ser praticado na zona rural (distância superior a 25 km da sede da Comarca); III – Composto urbano (1008.3), quando a diligência envolver mais de duas pessoas ou se referir a atos processuais diversos a serem praticados na zona urbana; IV – Composto Rural (1008.5), quando a diligência envolver mais de duas pessoas ou se referir a atos processuais diversos a serem praticados na zona rural (distância superior a 25 km da sede da Comarca); V – Complexo simples (1008.6), quando se tratar do cumprimento de MANDADO s urbanos ou rurais, relativos a liminares, despejo, busca e apreensão, remoção, manutenção ou reintegração de posse, condução coercitiva e prisão civil, envolvendo até duas pessoas e/ou se referir a ato processual único. VI – Complexo especial (1008.7), quando se tratar do cumprimento de MANDADO s urbanos ou rurais, relativos a liminares, despejo, busca e apreensão, remoção, manutenção ou reintegração de posse, condução coercitiva e prisão civil, envolvendo mais de duas pessoas e/ou atos processuais diversos.
2) Em caso de solicitação de busca de endereços, bloqueios on line e assemelhados, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1305, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 0003855-73.2015.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: IVANILDO DE OLIVEIRA e outros
Advogado do(a) EXEQUENTE: DANIELLE ROSAS GARCEZ BONIFÁCIO DE MELO DIAS - RO2353
Advogado do(a) EXEQUENTE: DANIELLE ROSAS GARCEZ BONIFÁCIO DE MELO DIAS - RO2353
EXECUTADO: GM SPE-03 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
Advogados do(a) EXECUTADO: GILLIARD NOBRE ROCHA - AC2833, THALES ROCHA BORDIGNON - RO4863
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada a dar regular andamento ao feito no prazo de 5 dias, sob pena de extinção/arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7029918-79.2016.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: ASSOCIACAO DE CREDITO CIDADAO DE RONDONIA
Advogado do(a) EXEQUENTE: KARINA DA SILVA SANDRES - RO4594
EXECUTADO: ESCALY MARTINEZ AYALA e outros (2)

INTIMAÇÃO
Para fins de atendimento ao pleito da parte AUTORA, fica esta intimada para que, no prazo de 05 dias, proceda ao prévio recolhimento das custas para cada requerido e para cada diligência pleiteada, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7040177-36.2016.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S.A.
Advogado do(a) EXEQUENTE: MAURO PAULO GALERA MARI - RO4937-S
EXECUTADO: AGILIZA TERRAPLANAGEM E CONSTRUCAO CIVIL LTDA - ME e outros
INTIMAÇÃO
Para fins de atendimento ao pleito da parte AUTORA, fica esta intimada para que, no prazo de 05 dias, proceda ao prévio recolhimento das custas para cada requerido e para cada diligência pleiteada, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível - Fórum Cível 7017648-18.2019.8.22.0001 Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: ALISSON GUSTAVO GOMES DE FREITAS
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ERIVALDO MONTE DA SILVA OAB nº RO1247
EXECUTADO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Vistos.
Na forma dos artigos 513 e 523, CPC/2015, intime-se a parte devedora para, querendo, efetuar e comprovar o pagamento voluntário da condenação, sob pena de incorrer em multa de 10% (dez por cento) e, ainda, honorários advocatícios de cumprimento de SENTENÇA também fixados em 10%, salvo oposição de embargos. Deve ser frisado que em caso de não comprovação nos autos do pagamento eventualmente efetivado a parte executada estará sujeita a cobrança da multa e dos honorários de cumprimento de SENTENÇA.
A intimação se dará por meio do Diário da Justiça nos termos do § 2º do artigo 513 do CPC/2015, ou por meio eletrônico caso haja advogado cadastrado no sistema do PJE.
Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias úteis sem que haja o pagamento voluntário, haverá início imediato do prazo para apresentação de impugnação, independentemente de nova intimação ou penhora, nos termos do art. 525 do CPC/2015.
Não havendo manifestação da parte executada nos prazos acima assinalados, o exequente deverá, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar quanto ao prosseguimento da execução, apresentando planilha atualizada do débito e meio alternativo para execução, sob pena de extinção e arquivamento.
Proceda-se com a evolução da classe processual para cumprimento de SENTENÇA.
SIRVA CÓPIA DESTA DECISÃO COMO CARTA/MANDADO.
30 de abril de 2019
Jorge Luiz dos Santos Leal
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível - Fórum Cível
7017546-93.2019.8.22.0001 7017546-93.2019.8.22.0001
Procedimento Comum Procedimento Comum
AUTOR: SERGIO LUIZ DA SILVA AUTOR: SERGIO LUIZ DA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: GENIVAL FERNANDES DE LIMA OAB nº RO2366 ADVOGADO DO AUTOR: GENIVAL FERNANDES DE LIMA OAB nº RO2366
RÉUS: CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A ELETRONORTE, MARCEL ROSA GOMES RÉUS: CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A ELETRONORTE, MARCEL ROSA GOMES
ADVOGADOS DOS RÉUS: ADVOGADOS DOS RÉUS:
Valor: R$30.000,00DESPACHO
Vistos. Trata-se de ação de indenização decorrente de acidente de trânsito.
Presentes os requisitos legais, recebo a petição inicial.
Considerando a natureza da causa, determino que a Diretoria da vara designe audiência de tentativa de conciliação junto à CEJUSC-CÍVEL, localizado na Rua Quintino Bocaiúva, n. 3061, Bairro Embratel, esquina com Av. Jorge Teixeira.
As partes deverão comparecer à audiência a ser designada, pessoalmente ou por representante, que não seus advogados, com poderes especiais para transigir. No caso de eventual não comparecimento injustificado de qualquer das partes, restará sujeito o faltoso à multa prevista no art. 334, § 8º, CPC/2015:
Art. 334, § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.
Cite-se a parte requerida para, querendo, apresentar resposta no prazo legal, destacando que o termo para oferecimento de contestação será de 15 (quinze) dias úteis, iniciando a contagem a partir da data de audiência de tentativa de conciliação, caso frustrada, ressalvadas as hipóteses dos incisos II e III do art. 335, CPC/2015:
Art. 335. O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data:
I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição;
II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I;
III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos.
Caso a parte requerida não possua interesse na realização da audiência de conciliação (art. 335, CPC/2015), deverá informar nos autos por petição, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, antes da solenidade, ocasião em que o prazo para defesa será iniciado no primeiro dia útil subsequente ao protocolo da petição.
Frisa-se que as partes têm livre acesso à íntegra do processo diretamente pelo website do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
ADVERTÊNCIA: Não havendo apresentação de defesa no prazo de 15 dias, presumir-se-ão aceitos como sendo verdadeiros os fatos articulados pela parte autora na inicial.
Defiro a assistência judiciária gratuita, considerando a comprovação da hipossuficiência financeira da parte autora.
SIRVA A CÓPIA DESTA DECISÃO COMO CARTA OU MANDADO, SE NECESSÁRIO.
Porto Velho - RO, 30 de abril de 2019
Jorge Luiz dos Santos Leal
Juiz de Direito
RÉUS: CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A ELETRONORTE CNPJ nº 00.357.038/0039-99, RUA MAJOR

AMARANTE 513, - ATÉ 444/445 CENTRO - 76801-004 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, MARCEL ROSA GOMES CPF nº 800.220.141-87, RUA MIGUEL DE CERVANTE 261 AEROCLUBE - 76811-003 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível - Fórum Cível 7016111-26.2015.8.22.0001
Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: MARCIA MACHADO DE LIMA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RAIMUNDO GONCALVES DE ARAUJO OAB nº RO3300
EXECUTADOS: AGUINALDO ALVES VALENTIM, PROJET COMÉRCIO E NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA.
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: GUSTAVO NOBRE DE AZEVEDO OAB nº RO5523A
Valor: R$128.627,43
DESPACHO
Intime-se o Devedor para, no prazo de 05(cinco) indicar bens passíveis de penhora, nos termos do art. 774, V do NCPC.
Porto Velho - RO, 30 de abril de 2019
Jorge Luiz dos Santos Leal
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível - Fórum Cível 7029057-30.2015.8.22.0001
Monitória
AUTOR: UNIÃO DAS ESCOLAS SUPERIORES DE RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: BRUNA CADIJA VIANA RAYA OAB nº GO24256
RÉU: DAVID ROGERIO FIORI
ADVOGADO DO RÉU:
SENTENÇA
Trata-se de AÇÃO MONITÓRIA em que a parte ré, devidamente citada por Carta Precatória, não apresentou defesa.
Dessa forma, considerando a alteração da legislação processual civil, constituo de pleno direito, por SENTENÇA, o pedido em título executivo judicial.
Converto o MANDADO inicial em MANDADO executivo, que poderá ser executado, na forma do art. 523, do NCPC.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
30 de abril de 2019
Jorge Luiz dos Santos Leal
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo nº: 7041836-80.2016.8.22.0001
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
Assunto: Direito de Imagem, Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes, Antecipação de Tutela / Tutela Específica, Liminar
EXEQUENTE: HANNYELLER BRAGADO ALECRIM
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FABIO HENRIQUE FURTADO COELHO DE OLIVEIRA OAB nº RO5105
EXECUTADO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
ADVOGADO DO EXECUTADO: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI OAB nº AC3400
SENTENÇA
Houve depósito espontâneo do valor determinado na condenação, na forma do art. 523, do NCPC, não havendo impugnação.
Considerando o pedido de extinção do feito pela satisfação de sua pretensão, julgo extinta a obrigação e o presente processo, nos termos do art. 924, II, do NCPC.
Expeça-se alvará de levantamento da quantia depositada nos autos favor do credor. Passados 30 dias sem comparecimento da parte interessada para retirar o alvará, transfiram-se os valores para Conta Centralizadora do Tribunal de Justiça/RO.
Após as anotações de estilo, dê-se baixa e arquive-se de imediato.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019
Jorge Luiz dos Santos Leal
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7022785-15.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: JOSE FREIRE LOBO
Advogados do(a) AUTOR: ALESSANDRA KARINA CARVALHO GONGORA - RO8610, WANDERSON MODESTO DE BRITO - RO4909
RÉU: LI SERVICOS DE ENGENHARIA E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP e outros (4)
Advogado do(a) RÉU: CHRISTIANNE DI FELICIO FERREIRA DA SILVA - AM3631
Advogados do(a) RÉU: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318, ERICA CRISTINA CLAUDINO - RO6207
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora INTIMADA a se manifestar acerca da certidão do AR NEGATIVO NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS.
1) Caso queira nova diligência por oficial de justiça, deverá proceder o recolhimento da taxa, que deverá ser o valor da diligência do oficial de justiça positiva (urbana ou rural / liminar/comum: simples ou composta), gerando o boleto para pagamento no link abaixo descriminado, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=MlUemieeJXHJRLgVw2OOAp_bZ65KzfhrXqOHVab-.wildfly01:custas1.1,
Art. 402 - Das Diretrizes Judiciais:
I – Comum urbano (1008.2), quando a diligência envolver até duas pessoas ou se referir a um único ato processual a ser praticado na zona urbana; II – Comum rural (1008.4), quando a diligência envolver até duas pessoas ou se referir a um único ato processual a ser praticado na zona rural (distância superior a 25 km da sede da Comarca); III – Composto urbano (1008.3), quando a diligência envolver mais de duas pessoas ou se referir a atos processuais diversos a serem praticados na zona urbana; IV – Composto Rural (1008.5), quando a diligência envolver mais de duas pessoas ou se referir a atos processuais diversos a serem praticados na zona rural (distância superior a 25 km da sede da Comarca); V – Complexo simples (1008.6), quando se tratar do cumprimento de MANDADO s urbanos ou rurais, relativos a liminares, despejo, busca e apreensão, remoção, manutenção ou reintegração de posse, condução coercitiva e prisão civil, envolvendo até duas pessoas e/ou se referir a ato processual único. VI – Complexo especial (1008.7), quando se tratar do cumprimento de MANDADO s urbanos ou rurais, relativos a liminares, despejo, busca e

apreensão, remoção, manutenção ou reintegração de posse, condução coercitiva e prisão civil, envolvendo mais de duas pessoas e/ou atos processuais diversos.
2) Em caso de solicitação de busca de endereços, bloqueios on line e assemelhados, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO DECISÃO
Vistos,
Trata-se de processo de execução de título extrajudicial o qual encontra-se em tramitação desde 2011, ou seja, há 08 anos, sem que tenha havido qualquer providência concreta no sentido do pagamento do débito.
Nestes autos, foram realizadas pesquisas nos sistemas INFOJUD, RENAJUD e BACENJUD, as quais todas apresentaram resultado negativo.
Além disso, desde a propositura da demanda, o executado não demonstrou nenhum interesse em solucionar o feito. Não apresentou proposta de acordo, pagamento parcial e parcelado, tampouco ofereceu bens à penhora.
Conforme pontuado pela parte exequente, os processos de execução de título executivo são, de acordo com dados divulgados pelo CNJ, os principais responsáveis pelas taxas de congestionamento do Judiciário, justamente em razão do longo período de tramitação.
Segundo o relatório do CNJ "Justiça em Números", publicado em 2016, o tempo médio de tramitação dos processos pendentes no 1º grau é de 8 (oito) anos e 6 (seis) meses, parâmetro certamente incompatível com a razoável duração do processo (art. 5º, LXXVIII, CF/88) e efetividade processual, inclusive satisfativa (art. 4º, CPC).
Pois bem.
O art. 139, IV, CPC faculta do Juízo determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária.
Da mesma forma, a Escola Nacional da Magistratura – ENFAM, ao dar interpretação do DISPOSITIVO acima, aprovou o enunciado nº 48, segundo o qual:
O artigo 139, inciso IV, traduz um poder geral de efetivação, permitindo a aplicação de medidas atípicas para garantir o cumprimento de qualquer ordem judicial, inclusive no âmbito do cumprimento de SENTENÇA e no processo de execução baseado em títulos.
Logo, admite-se a adoção de medidas atípicas/alternativas a fim de assegurar o cumprimento de obrigações, observando-se sempre a proporcionalidade e razoabilidade.
No âmbito da jurisprudência, é possível encontrar decisões que determinam o recolhimento de CNH, passaportes, suspensão da utilização de cartão de crédito, dentre outras providências. No entanto, no âmbito do STJ não há densa jurisprudência acerca do assunto, salvo em relação à aplicação de multas (RMS 55.109/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 07/11/2017, DJe 17/11/2017).
No âmbito da jurisprudência do TJ/RO, observa-se orientação no sentido que a providência a ser determinada deve ser capaz de ensejar o cumprimento da obrigação. Nesse sentido, o seguinte julgado:
Agravo de instrumento. Cumprimento da SENTENÇA. Bem de família indivisível. Medidas indutivas e coercitivas. Utilidade. O imóvel indivisível protegido pela impenhorabilidade do bem de família deve sê-lo em sua integralidade, sob pena de tornar inócua a proteção legal. Embora o art. 139, IV, do CPC/2015 permita ao juiz determinar medidas atípicas para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária, no caso vertente, os elementos coligidos não convencem de que as providências em questão serão úteis ao atingimento do fim colimado na execução. AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0800111-69.2017.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Kiyochi Mori, Data de julgamento: 25/07/2017
Por isso, considerando a longa tramitação do feito, a realização de diversas e frustradas tentativas de localização patrimonial e, ainda, a ausência de qualquer postura proativa do executado no sentido de quitar o débito, com fundamento no art. 139, IV, CPC, defiro o pedido formulado e determino:
1. A expedição de ofício ao DETRAN-RO para que suspenda a Carteira Nacional de Habilitação – CNH, fazendo-se as anotações necessárias.
2. A anotação, via sistema SERASAJUD, do débito existente nos autos.
Após essas providências, suspendo o feito pelo prazo de 1 ano, a partir do que o processo deverá ser arquivado provisoriamente, na forma do artigo 921 do NCPC.
Intime-se. Cumpra-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO 7017699-29.2019.8.22.0001
Procedimento Comum
AUTOR: AUTOVEMA VEICULOS LTDA
ADVOGADO DO AUTOR: JOSE CRISTIANO PINHEIRO OAB nº RO1529
RÉUS: FLAVIO HENRIQUE TEIXEIRA ORLANDO, FRANCINEI OLIVEIRA DA SILVA, SIND TRAB EMP TRANSP URBANOS PASSAG NO EST DE RONDONIA
ADVOGADOS DOS RÉUS: DESPACHO
Vistos.
Na forma dos artigos 319, 320 e 321 do CPC/2015, determino a intimação da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, emendar a petição inicial a fim de recolher as custas processais iniciais, sob pena de indeferimento.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação da parte autora, retornem-me os autos conclusos.
30 de abril de 2019
Jorge Luiz dos Santos Leal

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível - Fórum Cível 7035294-46.2016.8.22.0001
Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: Einstein Instituição de ensino Ltda. EPP
ADVOGADO DO EXEQUENTE: IGOR JUSTINIANO SARCO OAB nº RO7957
EXECUTADO: WANDERLEI DA SILVA PUREZA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Valor: R$1.876,29
DESPACHO
Defiro a dilação de prazo por 5 dias, a fim de que as partes juntem os autos os termos do acordo que dizem ter firmado, a fim de que seja homologado.
Porto Velho - RO, 30 de abril de 2019
Jorge Luiz dos Santos Leal
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo nº 7006393-34.2017.8.22.0001

EXEQUENTE: ASSOCIACAO DE CREDITO CIDADAO DE RONDONIA
Advogado do(a) EXEQUENTE: KARINA DA SILVA SANDRES - RO4594
EXECUTADO: LEOCIR BRAUN BRAUTZ, DARCI APARECIDA VIEIRA DA SILVA, JOELSO JERONIMO
Intimação
Fica a parte REQUERENTE. intimada sobre a juntada da Carta Precatória Negativa, e a requerer o que entender de direito no prazo de 05 dias.
Porto Velho, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7010440-80.2019.8.22.0001
Classe: DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO CUMULADO COM COBRANÇA (94)
AUTOR: PORTO VELHO SHOPPING S.A
Advogado do(a) AUTOR: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO - RO635
RÉU: GRASIELLE FEIJO ROSA e outros
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora INTIMADA a se manifestar acerca da certidão do AR NEGATIVO NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS.
1) Caso queira nova diligência por oficial de justiça, deverá proceder o recolhimento da taxa, que deverá ser o valor da diligência do oficial de justiça positiva (urbana ou rural / liminar/comum: simples ou composta), gerando o boleto para pagamento no link abaixo descriminado, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=MlUemieeJXHJRLgVw2OOAp_bZ65KzfhrXqOHVab-.wildfly01:custas1.1,
Art. 402 - Das Diretrizes Judiciais:
I – Comum urbano (1008.2), quando a diligência envolver até duas pessoas ou se referir a um único ato processual a ser praticado na zona urbana; II – Comum rural (1008.4), quando a diligência envolver até duas pessoas ou se referir a um único ato processual a ser praticado na zona rural (distância superior a 25 km da sede da Comarca); III – Composto urbano (1008.3), quando a diligência envolver mais de duas pessoas ou se referir a atos processuais diversos a serem praticados na zona urbana; IV – Composto Rural (1008.5), quando a diligência envolver mais de duas pessoas ou se referir a atos processuais diversos a serem praticados na zona rural (distância superior a 25 km da sede da Comarca); V – Complexo simples (1008.6), quando se tratar do cumprimento de MANDADO s urbanos ou rurais, relativos a liminares, despejo, busca e apreensão, remoção, manutenção ou reintegração de posse, condução coercitiva e prisão civil, envolvendo até duas pessoas e/ou se referir a ato processual único. VI – Complexo especial (1008.7), quando se tratar do cumprimento de MANDADO s urbanos ou rurais, relativos a liminares, despejo, busca e apreensão, remoção, manutenção ou reintegração de posse, condução coercitiva e prisão civil, envolvendo mais de duas pessoas e/ou atos processuais diversos.
2) Em caso de solicitação de busca de endereços, bloqueios on line e assemelhados, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7058398-67.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: VALDIR JOSE POSSELT
Advogados do(a) AUTOR: CLAUDETE FURQUIM DE SOUSA - RO6009, LINCOLN JOSE PICCOLI DUARTE - RO731
RÉU: LINHA VERDE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
Advogados do(a) RÉU: GUILHERME VILELA DE PAULA - MG69306, ROBERTO VENESIA - MG103541
INTIMAÇÃO
Ficam as partes Requerente e Requerida intimadas a manifestarem-se quanto a DECISÃO do agravo de instrumento no prazo de 5 dias.
Porto Velho, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7008680-96.2019.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: GENIVAL FERNANDES DE LIMA
Advogado do(a) AUTOR: GENIVAL FERNANDES DE LIMA - RO2366
RÉU: OI MOVEL S.A
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC/CÍVEL Porto Velho - 1ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Data/hora da audiência de Conciliação: 11/07/2019 08:00
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 2 de maio de 2019.
JUCILEIDE DO CARMO RODRIGUES MOURA

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7017546-93.2019.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: SERGIO LUIZ DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: GENIVAL FERNANDES DE LIMA - RO2366
RÉU: MARCEL ROSA GOMES e outros
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC/CÍVEL Porto Velho - 1ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Data/hora da audiência de Conciliação: 10/07/2019 16:30
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 2 de maio de 2019.
JOAO AFRO MARIANO VIEIRA

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível - Fórum Cível 7017648-18.2019.8.22.0001
Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: ALISSON GUSTAVO GOMES DE FREITAS
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ERIVALDO MONTE DA SILVA OAB nº RO1247
EXECUTADO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
Advogados do(a) EXECUTADO: ANNE BOTELHO CORDEIRO - RO4370, MAURO PAULO GALERA MARI - RO4937-SDESPACHO

Vistos.
Na forma dos artigos 513 e 523, CPC/2015, intime-se a parte devedora para, querendo, efetuar e comprovar o pagamento voluntário da condenação, sob pena de incorrer em multa de 10% (dez por cento) e, ainda, honorários advocatícios de cumprimento de SENTENÇA também fixados em 10%, salvo oposição de embargos. Deve ser frisado que em caso de não comprovação nos autos do pagamento eventualmente efetivado a parte executada estará sujeita a cobrança da multa e dos honorários de cumprimento de SENTENÇA.
A intimação se dará por meio do Diário da Justiça nos termos do § 2º do artigo 513 do CPC/2015, ou por meio eletrônico caso haja advogado cadastrado no sistema do PJE.
Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias úteis sem que haja o pagamento voluntário, haverá início imediato do prazo para apresentação de impugnação, independentemente de nova intimação ou penhora, nos termos do art. 525 do CPC/2015.
Não havendo manifestação da parte executada nos prazos acima assinalados, o exequente deverá, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar quanto ao prosseguimento da execução, apresentando planilha atualizada do débito e meio alternativo para execução, sob pena de extinção e arquivamento.
Proceda-se com a evolução da classe processual para cumprimento de SENTENÇA.
SIRVA CÓPIA DESTA DECISÃO COMO CARTA/MANDADO.
30 de abril de 2019
Jorge Luiz dos Santos Leal
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7022562-62.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: GILDOMAR AIRES LIMA
Advogados do(a) AUTOR: FELIPE GOES GOMES DE AGUIAR - RO4494, MARCIA YUMI MITSUTAKE - RO7835, TERESA CRISTINA ARANHA DE BRITO - RO5798
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO
Ficam as partes Requerente e Requerida intimadas a manifestarem-se quanto ao laudo pericial apresentado no prazo de 15 dias.
Porto Velho, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7025431-95.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: EDMAR VIEIRA GOMES
Advogado do(a) AUTOR: WILSON MOLINA PORTO - RO6291
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO
Ficam as partes Requerente e Requerida intimadas a manifestarem-se quanto ao laudo pericial apresentado no prazo de 15 dias.
Porto Velho, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 0021880-76.2011.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: Banco Bradesco S. A.
Advogado do(a) EXEQUENTE: MAURO PAULO GALERA MARI - RO4937-S
EXECUTADO: MARIO ARRUDA DE FRANCA e outros (2)
DECISÃO
Vistos,
Trata-se de processo de execução de título extrajudicial o qual encontra-se em tramitação desde 2011, ou seja, há 08 anos, sem que tenha havido qualquer providência concreta no sentido do pagamento do débito.
Nestes autos, foram realizadas pesquisas nos sistemas INFOJUD, RENAJUD e BACENJUD, as quais todas apresentaram resultado negativo.
Além disso, desde a propositura da demanda, o executado não demonstrou nenhum interesse em solucionar o feito. Não apresentou proposta de acordo, pagamento parcial e parcelado, tampouco ofereceu bens à penhora.
Conforme pontuado pela parte exequente, os processos de execução de título executivo são, de acordo com dados divulgados pelo CNJ, os principais responsáveis pelas taxas de congestionamento do Judiciário, justamente em razão do longo período de tramitação.
Segundo o relatório do CNJ "Justiça em Números", publicado em 2016, o tempo médio de tramitação dos processos pendentes no 1º grau é de 8 (oito) anos e 6 (seis) meses, parâmetro certamente incompatível com a razoável duração do processo (art. 5º, LXXVIII, CF/88) e efetividade processual, inclusive satisfativa (art. 4º, CPC).
Pois bem.
O art. 139, IV, CPC faculta do Juízo determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária.
Da mesma forma, a Escola Nacional da Magistratura – ENFAM, ao dar interpretação do DISPOSITIVO acima, aprovou o enunciado nº 48, segundo o qual:
O artigo 139, inciso IV, traduz um poder geral de efetivação, permitindo a aplicação de medidas atípicas para garantir o cumprimento de qualquer ordem judicial, inclusive no âmbito do cumprimento de SENTENÇA e no processo de execução baseado em títulos.
Logo, admite-se a adoção de medidas atípicas/alternativas a fim de assegurar o cumprimento de obrigações, observando-se sempre a proporcionalidade e razoabilidade.
No âmbito da jurisprudência, é possível encontrar decisões que determinam o recolhimento de CNH, passaportes, suspensão da utilização de cartão de crédito, dentre outras providências. No entanto, no âmbito do STJ não há densa jurisprudência acerca do assunto, salvo em relação à aplicação de multas (RMS 55.109/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 07/11/2017, DJe 17/11/2017).
No âmbito da jurisprudência do TJ/RO, observa-se orientação no sentido que a providência a ser determinada deve ser capaz de ensejar o cumprimento da obrigação. Nesse sentido, o seguinte julgado:
Agravo de instrumento. Cumprimento da SENTENÇA. Bem de família indivisível. Medidas indutivas e coercitivas. Utilidade. O imóvel indivisível protegido pela impenhorabilidade do bem de família deve sê-lo em sua integralidade, sob pena de tornar inócua a proteção legal. Embora o art. 139, IV, do CPC/2015 permita ao juiz determinar medidas atípicas para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária, no caso vertente, os elementos coligidos não convencem de que as providências em questão serão úteis ao atingimento do fim colimado na execução. AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0800111-69.2017.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Kiyochi Mori, Data de julgamento: 25/07/2017
Por isso, considerando a longa tramitação do feito, a realização de diversas e frustradas tentativas de localização patrimonial e, ainda,

a ausência de qualquer postura proativa do executado no sentido de quitar o débito, com fundamento no art. 139, IV, CPC, defiro o pedido formulado e determino:
1. A expedição de ofício ao DETRAN-RO para que suspenda a Carteira Nacional de Habilitação – CNH, fazendo-se as anotações necessárias.
2. A anotação, via sistema SERASAJUD, do débito existente nos autos.
Após essas providências, suspendo o feito pelo prazo de 1 ano, a partir do que o processo deverá ser arquivado provisoriamente, na forma do artigo 921 do NCPC.
Intime-se. Cumpra-se.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7016829-18.2018.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS UNIRONDÔNIA LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - RO5546
EXECUTADO: PAULA MARCIA DE JESUS MENEZES e outros
INTIMAÇÃO
Para fins de atendimento ao pleito da parte AUTORA, fica esta intimada para que, no prazo de 05 dias, proceda ao prévio complemento das custas para cada requerido e para cada diligência pleiteada, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7043696-19.2016.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: ASSOCIACAO DE CREDITO CIDADAO DE RONDONIA
Advogado do(a) EXEQUENTE: KARINA DA SILVA SANDRES - RO4594
EXECUTADO: LEILA DE SOUSA CARVALHO e outros
INTIMAÇÃO
Para fins de atendimento ao pleito da parte AUTORA, fica esta intimada para que, no prazo de 05 dias, proceda ao prévio recolhimento das custas para cada requerido e para cada diligência pleiteada, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7008843-81.2016.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: ADRIANO DA CRUZ MENDES
Advogado do(a) EXEQUENTE: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA - RO1073
EXECUTADO: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogados do(a) EXECUTADO: MARCIO MELO NOGUEIRA - RO2827, ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO - RO635
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida, na pessoa de seu(ua) advogado(a), notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.

2ª VARA CÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível
7010474-60.2016.8.22.0001
Indenização por Dano Moral
EXEQUENTE: MARIA DE FATIMA OLIVEIRA CPF nº 510.177.769-20, JOSÉ VALDIR PEREIRA 1984 CENTRO - 76861-000 - ITAPUÃ DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FAUSTO SCHUMAHER ALE OAB nº RO273516
EXECUTADO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137 INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: VITOR PENHA DE OLIVEIRA GUEDES OAB nº RO8985, CARLOS ALBERTO CANTANHEDE DE LIMA JUNIOR OAB nº RO8100, GABRIELA DE LIMA TORRES OAB nº RO5714, ERICA CRISTINA CLAUDINO OAB nº RO6207, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA OAB nº MG87318, MARCELO RODRIGUES XAVIER OAB nº RO2391, ALEX CAVALCANTE DE SOUZA OAB nº RO1818
SENTENÇA
Vistos.
Considerando o bloqueio total do valor exequendo sem impugnação da parte executada, com fundamento no inciso II do art. 924, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA a ação de execução movida por EXEQUENTE: MARIA DE FATIMA OLIVEIRA contra EXECUTADO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, ambos qualificados nos autos.
Autorizo a expedição de alvará em favor da parte credora do valor penhorado no ID nº 25798863.
Com a expedição do alvará, intime-se a parte credora para recebimento no prazo de cinco dias.
Em caso de inércia, proceda-se a transferência do referido valor para conta judicial de titularidade do TJRO n. 01529904-5, operação 040, agência 2848, Caixa Econômica Federal, conforme provimento n. 016/2010-CG.
Custas pela executada.
Certificado o trânsito em julgado, e pagas as custas ou inscritas em dívida ativa em caso de não pagamento, o que deverá ser certificado, arquivem-se.
P. R.I.C.
Porto Velho 2 de maio de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível
7004865-91.2019.8.22.0001
Dano Ambiental, Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Ambiental
AUTORES: GILVAN DA COSTA ARANHA CPF nº 541.532.802-59, RAMAL SAMAUMA LH 02 S/N ZONA RURAL - 76840-000 -

JACI PARANÁ (PORTO VELHO) - RONDÔNIA, LEANE MOURA RODRIGUES CPF nº 897.884.002-72, RAMAL SAMAUMA LH 02 S/N ZONA RURAL - 76840-000 - JACI PARANÁ (PORTO VELHO) - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: CARLOS FREDERICO MEIRA BORRE OAB nº RO3010, VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR OAB nº RO3099
RÉU: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A. CNPJ nº 09.391.823/0001-60, AVENIDA CALAMA 2.755 LIBERDADE - 76803-883 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU:
DECISÃO
Vistos.
Tratam-se de embargos de declaração em que a parte embargante alega ser isenta do recolhimento de custas em decorrência do disposto no artigo 290 do CPC, tendo assim, a SENTENÇA judicial, vício de contradição.
É o breve relatório.
Decido.
Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração quando houver na DECISÃO obscuridade, contradição, omissão ou erro material.
No presente caso, não assiste razão o embargante, uma vez que, conforme por ele mesmo trazido em suas razões, o caso em análise não se trata de cancelamento da distribuição, tendo o feito sido extinto por ausência dos pressupostos processuais válidos por ausência de emenda da inicial, que não se restringiu a apenas a comprovação de hipossuficiência, possuindo cerca de 08 itens (ID nº 24776475).
Isso posto, à míngua dos elementos do artigo 1.022 do CPC, REJEITO os presentes embargos de declaração, persistindo a SENTENÇA tal como lançada.
Por fim, se o embargante entende que houve análise equivocada, os embargos não são a sede adequada para revisão ou nulidade da DECISÃO, cabendo a ele deduzir sua insatisfação perante o Egrégio Tribunal de Justiça, pelos meios legais próprios.
Porto Velho 2 de maio de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 2civelcpe@tjro.jus.br
COMARCA: PORTO VELHO
ÓRGÃO EMITENTE: 2ª VARA CÍVEL
EDITAL DE CITAÇÃO (Prazo: 20 dias)
CITAÇÃO DE: ADENILDO BARROS DE LIMA CPF: 650.855.072-15, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAR e INTIMAR o(a) Executado(a) acima mencionado, para que efetue pagamento do débito em 03 (três) dias úteis ou no prazo de 15 (quinze) dias úteis, opor Embargos à Execução, a contar da publicação deste edital, independentemente de penhora, depósito ou caução, observando-se o disposto no art. 827, § 1º § 2º do NCPC. Honorários fixados em 10% salvo embargos. Caso haja pagamento integral da dívida no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º do NCPC). Não efetuado o pagamento no prazo de 03 (três) dias úteis, proceder-se-á de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o Executado.
PRAZO: O prazo para opor embargos do Devedor será de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste edital.
ADVERTÊNCIA: Em caso de revelia, será nomeado curador especial nos termos do art. 257, IV do NCPC.
DÍVIDA CORRIGIDA: R$ 716,80 (setecentos e dezesseis reais e oitenta centavos) atualizado até 11/04/2018.
Processo:0005965-45.2015.8.22.0001
Classe:EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Exequente:ASSOCIACAO DE CREDITO CIDADAO DE RONDONIA CPF: 05.034.322/0001-75, KARINA DA SILVA SANDRES CPF: 420.473.902-49
Executado: ADENILDO BARROS DE LIMA CPF: 650.855.072-15
DESPACHO de ID 25667791: Vistos. Atento a todo o contexto dos autos, certo é que merece acolhimento o pedido de citação por edital, pois frustrada(s) a(s) tentativa(s) de localizar a parte Requerida/Executada para fins de citação, restando evidenciado que no caso em comento a parte Executada está em local incerto e não sabido. Desta forma, DEFIRO a realização da citação por edital, nos termos do art. 256 e 257, inciso III, do NCPC, no prazo de 20 (vinte) dias úteis. Providencie o CPE/Cartório a expedição do necessário. Após, intime-se a parte Exequente para retirar o expediente via internet, no prazo de 05 (cinco) dias, bem como comprovar o recolhimento das custas para a publicação DJE junto ao CPE, realizando a publicação do edital no prazo máximo de 15 (quinze) dias, 01 (uma) vez no órgão oficial e pelo menos 02 (duas) vezes em jornal local, onde houver, haja vista que até o momento não fora implantada a plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça. Expeça-se o necessário.
Sede do Juízo: Fórum Cível, Av. Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho Fórum Cível RO, 76803-686 3217-1307 e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br
Porto Velho, 27 de março de 2019.
Carlos Gonçalves Tavares
Gestor de Equipe CPE
Data e Hora
27/03/2019 08:18:35
a
2980
Caracteres
2500
Preço por caractere
0,01940
Total (R$)
48,50

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO 7004048-27.2019.8.22.0001
Indenização por Dano Moral
AUTOR: LUIZA VITORIA CIONI CPF nº 033.397.802-18, RUA IPÊ 291, - ATÉ 327 - LADO ÍMPAR CAFEZINHO - 76913-185 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ANNA LUIZA SOARES DINIZ DOS SANTOS OAB nº RO5841
RÉU: TAM LINHAS AEREAS S/A. CNPJ nº DESCONHECIDO, RUA VERBO DIVINO 2001, ANDAR 3 4 5 6 8 10 12 13 15 16 17 CONJ 31 32 42 51 CHÁCARA SANTO ANTÔNIO (ZONA SUL) - 04719-002 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO RÉU: FABIO RIVELLI OAB nº BA34908
SENTENÇA
Vistos.
Considerando a petição onde as partes noticiam o acordo formulado e as condições de seu cumprimento, requerendo a extinção do feito, homologo por SENTENÇA o acordo e em consequência JULGO EXTINTO o processo supra referido, onde figuram como partes AUTOR: LUIZA VITORIA CIONI e RÉU: TAM LINHAS AEREAS S/A., com análise do MÉRITO, nos termos do art. 487, III, do CPC. Sem custas finais.

Com o depósito dos valores pela parte requerida, expeça-se alvará em favor da parte requerente, para o levantamento.
Com a expedição do alvará, intime-se a parte autora para recebimento no prazo de cinco dias.
Em caso de inércia, proceda-se a transferência do referido valor para conta judicial de titularidade do TJRO n. 01529904-5, operação 040, agência 2848, Caixa Econômica Federal, conforme provimento n. 016/2010-CG.
P.R.I.
Porto Velho 2 de maio de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível
7017917-57.2019.8.22.0001
Títulos de Crédito, Correção Monetária
EXEQUENTE: PLANETA DISTRIBUIDORA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA CNPJ nº 07.661.744/0001-04, AVENIDA RIO MADEIRA 2583, - DE 2395 A 2637 - LADO ÍMPAR EMBRATEL - 76820-767 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: HENRIQUE COSTA MARQUES BARBOSA OAB nº RO9510
EXECUTADOS: ROQUE WILLIANS VIOLA CPF nº 689.526.781-68, RUA DAS PITANGUEIRAS ESQUINA AV. BRASIL 145, CASA DE CARNE VIOLA DISTRITO DE SANTO ANTONIO DO MATUPÍ - 69280-000 - MANICORÉ - AMAZONAS, R P VIOLA - ME CNPJ nº 18.297.370/0001-06, RUA DAS PITANGUEIRAS ESQUINA AV. BRASIL 145, CASA DE CARNE VIOLA DISTRITO DE SANTO ANTONIO DO MATUPÍ - 69280-000 - MANICORÉ - AMAZONAS
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: DESPACHO
Vistos.
Cite-se a parte executada para, no prazo de 3 (três) dias (art. 829 do NCPC), efetuar o pagamento da dívida, cujo valor atualizado alcança o montante de trinta e quatro mil, quinhentos e sessenta e seis reais e quarenta e dois centavos ou, querendo, oferecer embargos (sem efeito suspensivo), no prazo de 15 (quinze) dias, art. 915 do NCPC.
Acrescente-se ao MANDADO de citação penhora e avaliação a advertência de que, reconhecendo o crédito da parte exequente, poderá a parte executada, comprovando o depósito de pelo menos 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários de advogado, apresentar proposta de pagamento do restante, por meio de advogado, em ate 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. 916 do CPC.
Fixo os honorários da execução em 10% (dez por cento) do valor do débito exequendo, nos termos do art. 827, caput, do CPC, sendo que, em caso de integral pagamento no tríduo legal, a mencionada verba honorária será reduzida pela metade (CPC, art. 827, § 1º).
Não efetuado o pagamento, deverá o Sr. oficial de justiça proceder de imediato a penhora de bens e a sua avaliação (CPC, art. 829, § 1º), atento à natureza dos bens disponíveis conforme ordem de prioridade legal, bem como a impenhorabilidade dos bens listados na lei federal n. 8009/90 - bem de família -, lavrando-se respectivo auto, e de tais atos intimar, na mesma oportunidade, o executado.
Recaindo a penhora em bens imóveis, intime-se também o cônjuge da parte executada ou, conforme o caso, o senhorio direto, o credor com garantia real ou com penhora anteriormente averbada.
Não encontrando bens, de ofício, fica INTIMADA a parte executada para indicar onde se encontram os bens sujeitos à execução, exibir a prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus, bem como abster-se de qualquer atitude que dificulte ou embarace a realização da penhora, sob as penas da lei.
Caso a parte executada não seja localizada para intimação da penhora, certifique o Sr. oficial de justiça, detalhadamente, as diligências realizadas.
Não encontrando a parte devedora, proceda-se o arresto de tantos bens quantos bastem para garantir a execução, cumprindo as exigências do art. 830 e § 1º do CPC.
Efetuado o arresto, fica INTIMADA a parte credora para, no prazo de 15 (quinze) dias, requerer a citação por edital da parte devedora, CPC, art. 830 § 2º. Findo o prazo do edital, terá a parte devedora o prazo a que se refere o art. 829 do CPC, convertendo-se o arresto em penhora em caso de não pagamento.
Após, requeira a parte exequente o que entender de direito, referente a eventual adjudicação, alienação por iniciativa particular ou em hasta pública, o usufruto de bem móvel ou imóvel, tudo nos termos do art. 825 do CPC.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO:
a) CARTA / MANDADO / CITAÇÃO / PENHORA / AVALIAÇÃO, observando-se o seguinte endereço ou em quaisquer outros dentro desta jurisdição:
7017917-57.2019.8.22.0001 EXECUTADOS: ROQUE WILLIANS VIOLA CPF nº 689.526.781-68, RUA DAS PITANGUEIRAS ESQUINA AV. BRASIL 145, CASA DE CARNE VIOLA DISTRITO DE SANTO ANTONIO DO MATUPÍ - 69280-000 - MANICORÉ - AMAZONAS, R P VIOLA - ME CNPJ nº 18.297.370/0001-06, RUA DAS PITANGUEIRAS ESQUINA AV. BRASIL 145, CASA DE CARNE VIOLA DISTRITO DE SANTO ANTONIO DO MATUPÍ - 69280-000 - MANICORÉ - AMAZONAS
Expeça-se o necessário.
Se necessário, requisite-se força policial para o cumprimento da diligência.
Autorizo, ao oficial de justiça, os benefícios do artigo 212,§§ 1º e 2º, do NCPC.
Porto Velho 2 de maio de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível Processo nº 0015214-54.2014.8.22.0001
Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: COIMBRA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA CNPJ nº 06.151.921/0001-31, AV. MAMORÉ 415, FONE: (69) 3216-2600 TRÊS MARIAS - 76812-415 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: CAROLINE CARRANZA FERNANDES OAB nº RO1915A
EXECUTADOS: D. F. COMERCIO DE CELULARES EIRELI - ME CNPJ nº 08.846.349/0004-01, AVENIDA CARLOS GOMES 1439, - DE 8834/8835 A 9299/9300 CENTRO - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, PONTO DO CELULAR EIRELI - ME CNPJ nº 15.700.034/0001-66, JOSE BONIFACIO 108, LOJA 10 CENTRO - 76801-074 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos,
Realizada tentativa de bloqueio de ativos financeiros da parte executada junto ao sistema BACEN-JUD, considerando o resultado negativo, uma vez que não houve bloqueio de valores, fica parte exequente intimada para indicar outros bens passíveis de penhora, impulsionando validamente o feito no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção/arquivamento.
Porto Velho, 2 de maio de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 7034465-94.2018.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Compra e Venda
AUTOR: COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO CARGA PESADA LTDA - ME
ADVOGADO DO AUTOR: ISRAEL AUGUSTO ALVES FREITAS DA CUNHA OAB nº RO2913, MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS OAB nº RO6140, ANA GABRIELA ROVER OAB nº RO5210
RÉU: RONDONORTE TRANSPORTES E TURISMO LTDA - EPP
ADVOGADO DO RÉU: JOSE CRISTIANO PINHEIRO OAB nº RO1529
SENTENÇA
Vistos.
Nos termos do artigo 321 do CPC, verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos exigidos nos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de MÉRITO, determinará que o autor a emende, ou a complete, no prazo de 15 (quinze) dias.
Acerca da necessidade de pagamento das custas, dispõe o art. 82 do CPC: Salvo as disposições concernentes à gratuidade da justiça, incumbe às partes prover as despesas dos atos que realizarem ou requererem no processo, antecipando-lhes o pagamento, desde o início até a SENTENÇA final ou, na execução, até a plena satisfação do direito reconhecido no título. [...]
Sendo assim, a distribuição da inicial é ato judicial sujeito a preparo e não havendo o adiantamento das custas iniciais, o indeferimento de plano não depende de intimação pessoal do autor, porquanto o processo não se forma validamente (art. 485, IV do CPC).
In casu, a parte autora foi intimada no ID nº 22265184 sobre o indeferimento do pagamento das custas ao final da ação e sobre o deferimento do pagamento das custas judiciais em quatro parcelas mensais e sucessivas, ressalvando que o inadimplemento de qualquer das parcelas, no prazo estipulado, implica na revogação do benefício e cancelamento da distribuição (art. 290 do CPC).
Contudo, limitou-se ao pagamento da primeira parcela, postura que autoriza o indeferimento da petição inicial, nos termos do art. 321, parágrafo único do CPC e, sobretudo por ausência de requisito para o regular processamento do feito.
PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL. NÃO COMPLEMENTAÇÃO DAS CUSTAS INICIAIS NO PRAZO DETERMINADO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. INDERERIMENTO DA INICIAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Por padecer a inicial de defeito, foi determinado ao autor que a emendasse, o que, de fato, não foi sanado com o recolhimento das custas complementares para adequação do valor da causa. 2. Não havendo recurso da DECISÃO que determinou a emenda à inicial, possível o seu indeferimento com a extinção do feito quando a parte, regularmente intimada, no caso pela DECISÃO de fls. 24/25 e fl. 33, publicado em 08.03.2010, no DJ nº 6.521, deixa de fazê-lo, operando-se, assim a preclusão consumativa. 3. Recurso conhecido e improvido. (TJ/PI – Apelação Cível 0013025-61.2009.818.0140 – Julgado em 22/01/2014)
APELAÇÃO. AÇÃO REVISIONAL. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DAS CUSTAS INICIAIS. EXTINÇÃO DO FEITO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO NA FORMA DO ART. 267, I E 257 DO CPC. CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO. INCONFORMISMO DA PARTE AUTORA QUE NÃO MERECE PROSPERAR. 1. DECISÃO de indeferimento do pedido de gratuidade de justiça que restou irrecorrida. Preclusão. 2. Autora que foi devidamente intimada através de seu patrono, pelo D.O., para recolhimento das custas devidas sob pena de cancelamento da distribuição, quedando-se inerte. 3. Ausência do regular recolhimento das despesas iniciais que constitui óbice ao desenvolvimento regular do processo. 4. O cancelamento da distribuição por ausência de pagamento das custas iniciais é regido pelo art. 257 do CPC, sem que haja, para isso, previsão legal de intimação pessoal do autor da demanda. Precedentes do STJ e desta Corte. 5. SENTENÇA MANTIDA. APELAÇÃO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. (TJ-RJ - APL: 00436339320138190004 RJ 0043633-93.2013.8.19.0004, Relator: DES. MARCELO CASTRO ANATOCLES DA SILVA FERREIRA, Data de Julgamento: 28/01/2015, VIGÉSIMA TERCEIRA CAMARA CIVEL/ CONSUMIDOR, Data de Publicação: 30/01/2015 00:00) (Grifou-se).
EMENDA À INICIAL. INTIMAÇÃO. INÉRCIA. INDEFERIMENTO DA INICIAL. A ausência de cumprimento da intimação para emenda à inicial, a fim de comprovação de hipossuficiência ou recolhimento das custas processuais, impõe o indeferimento da petição inicial, ante a inércia do autor. (TJRO; APL 0011475-78.2011.8.22.0001; Rel. Des. Moreira Chagas; DJERO 29/08/2013; Pág. 107)
Ressalta-se ainda que, conforme julgado acima colacionado, o artigo 290 do CPC, determina que, não sendo recolhidas as custas no prazo de 15 (quinze) dias, deve-se cancelar a distribuição. Logo, tem-se que o pagamento das custas referente ao presente feito, apenas será exigível, caso a autora opte por ajuizar nova demanda, nos termos do artigo 486 do CPC.
Ante o exposto, considerando a inércia da parte autora em promover ato que lhe foi determinado, indefiro a petição inicial, JULGANDO EXTINTO O FEITO, sem resolução de MÉRITO, nos termos do artigo 485, inciso I combinado com o art. 321, parágrafo único, ambos do CPC.
Sem custas.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transcorrido o prazo para interposição de recurso voluntário, arquivem-se os autos com baixa.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO 7017907-13.2019.8.22.0001
Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA S.A.
ADVOGADO DO EXEQUENTE: JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS OAB nº DF273843
EXECUTADO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
ADVOGADO DO EXECUTADO:
SENTENÇA
A parte exequente apresentou esta ação para dar início à fase de cumprimento de SENTENÇA proferida nos autos 7046335-10.2016.8.22.0001. Ocorre que o processo principal ainda está ativo e em andamento, sendo desnecessário o ajuizamento destes autos para dar início a esta fase, encontrando-se ausente o interesse de agir.
Diante do exposto, com fundamento no art. 485, VI, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo.
Arquivem-se.
Porto Velho, 02/05/2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível 7022327-32.2017.8.22.0001
Valor da Execução / Cálculo / Atualização
EXEQUENTE: SOCIEDADE DE PESQUISA EDUCACAO E CULTURA, DR. APARICIO CARVALHO DE MORAES LTDA CNPJ nº 01.129.686/0001-88, RUA DAS ARARAS 241, - DE 1/2 A 240/241 ELDORADO - 76811-678 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MARCOS RODRIGO BENTES BEZERRA OAB nº RO644, CAMILA BEZERRA BATISTA OAB nº RO7212, IZABEL CELINA PESSOA BEZERRA CARDOSO OAB nº RO796
EXECUTADOS: FRANCIELDE LOPES DE ARAUJO CPF nº 004.619.142-98, RUA CLÓVES MACHADO 3102, - ATÉ 3301/3302 JUSCELINO KUBITSCHEK - 76829-450 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, FRANCISCO MARQUES DE ARAUJO CPF nº 221.229.152-34, RUA CLÓVES MACHADO 3102, - ATÉ 3301/3302 JUSCELINO KUBITSCHEK - 76829-450 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: DESPACHO
Vistos.
A diligência negativa pode até não ser culpa da parte exequente, mas também não pode ser indevidamente imputada ao Judiciário. O oficial de justiça esteve no local da diligência, mencionou o dias e horários, e a diligência não se realizou por não encontrar o executado no local. Assim, indefiro o desentranhamento do MANDADO independente do recolhimento de custas.
Expeça-se novo MANDADO, no endereço indicado na inicial, mediante o recolhimento de custas do oficial de justiça, no prazo de 10 dias, sob pena de extinção por ausência de citação.
Porto Velho 2 de maio de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO
7033295-87.2018.8.22.0001
Despejo por Denúncia Vazia
AUTOR: VANIA MARIA MEDEIROS DE ALMEIDA CPF nº 221.953.862-15, RUA DUQUE DE CAXIAS 1330, - DE 1280/1281 A 1522/1523 CENTRO - 76801-110 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: BENIAMINE GEGLE DE OLIVEIRA CHAVES OAB nº RO123
RÉU: RAIMUNDA COSTA MENDES CPF nº 771.682.832-00, RUA DAVI CANABARRO 4047, APTO. B COSTA E SILVA - 76803-632 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
Vistos.
I - Cuida-se de cumprimento de SENTENÇA. Altere-se a classe processual.
II - INTIME-SE a parte devedora a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, satisfaça a obrigação, adimplindo o montante da condenação, corrigido e atualizado nos termos da SENTENÇA, sob pena de aplicação de honorários em execução e multa de 10% prevista no artigo 523, §1º, do CPC.
III - Advirta-se, desde já, o(a) executado(a) de que eventuais impugnações, deverão ser opostos(as) nos próprios autos, no prazo de 15 (quinze) dias, bem ainda delimitar e demonstrar especificamente os valores impugnados, bem como ser instruídos com os documentos que se fizerem necessário à demonstração do alegado, sob pena de preclusão e de imediato julgamento da impugnação, nos termos do artigo 525, §1º, do CPC.
Havendo impugnação, INTIME-SE a parte exequente para manifestar-se sobre a impugnação ao cumprimento de SENTENÇA, no prazo de 15 (quinze) dias.
IV - Decorrido o prazo para impugnação sem manifestação, certifique-se nos autos, e não havendo a satisfação da obrigação, o que deverá ser certificado, INTIME-SE a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, atualizar o débito e para que dê prosseguimento normal ao feito, observando a ordem preferencial disposta no art. 835 do CPC.
V - Havendo pagamento, expeça-se o competente alvará judicial em nome da parte e/ou advogado (se o instrumento de procuração autorizar) para levantamento dos valores com juros/correções/rendimentos, sob pena de envio dos respectivos valores depositados na conta judicial para a conta centralizadora. (Obs.: aguarde-se, em cartório, o decurso do prazo de vencimento do alvará).
VI - Posteriormente, por ato ordinatório, INTIME-SE a parte exequente, por meio de seu(s) advogado(s), para informar a satisfação do crédito e/ou requerer o que de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de aceitação dos valores depositados como sendo o pagamento integral da obrigação.
VII - Por fim, mantendo-se inerte a parte exequente, envie-me os autos conclusos para SENTENÇA de extinção.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO /CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS AO CUMPRIMENTO DESTE observando-se o(s) seguinte(s) endereço(s) para localização:
Nome: RÉU: RAIMUNDA COSTA MENDES
Endereço: RÉU: RAIMUNDA COSTA MENDES, RUA DAVI CANABARRO 4047, APTO. B COSTA E SILVA - 76803-632 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Expeça-se o necessário.
Porto Velho 2 de maio de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível 7046287-80.2018.8.22.0001 Seguro
AUTORES: DAVI DE ARAUJO SANTOS JUNIOR CPF nº 039.476.352-14, RUA JOSÉ TOLEDO 7501 TIRADENTES - 76824-626 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, DANILO DE ARAUJO SANTOS CPF nº 520.839.772-20, RUA JOSÉ TOLEDO 7501 TIRADENTES - 76824-626 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: FERNANDO DA SILVA MAIA OAB nº RO452A
RÉU: BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A CNPJ nº 51.990.695/0001-37, AVENIDA SETE DE SETEMBRO 711, - DE 521 A 941 - LADO ÍMPAR CENTRO - 76801-073 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: PAULO EDUARDO PRADO OAB nº AL11819 DESPACHO
Vistos.
Autorizo a expedição de alvará em favor da parte requerente para levantamento dos valores depositados no ID nº 26698776 - p. 3 e ID Num. 26698777 - p. 1.
Com a expedição do alvará, intime-se a parte autora para levantamento no prazo de cinco dias.
Em caso de inércia, proceda-se a transferência do valor depositado para conta judicial de titularidade do TJRO n. 01529904-5, operação 040, agência 2848, Caixa Econômica Federal, conforme provimento n. 016/2010-CG.
Após, arquivem-se os autos.
Porto Velho 2 de maio de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível
Processo nº 7008734-33.2017.8.22.0001
Monitória
AUTOR: CAIXA CONSORCIOS S.A. ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS CNPJ nº 05.349.595/0001-09, SHN QUADRA 1 BLOCO E S/N, CJ. A BLOCO E, SALA 1101 ASA NORTE - 70701-050 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
ADVOGADO DO AUTOR: ALBERTO BRANCO JUNIOR OAB nº SP86475, MARIA DAS GRACAS RIBEIRO DE MELO OAB nº SP96226, FRANCISCO ROLANDO DE BIASI FILHO OAB nº SP388326, JOSE FRANCISCO DA SILVA OAB nº RJ88492
RÉU: WESLLEY CRISTOVAO DOS SANTOS CPF nº 015.225.882-56, RODOVIA BR-364 905, - DO KM 4,500 AO KM 6,500 CIDADE JARDIM - 76815-800 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
Vistos.
Considerando as diligências realizadas junto aos sistemas INFOJUD e RENAJUD, manifeste-se a parte requerente, no prazo de 15 (quinze) dias, impulsionando o feito validamente, sob pena de extinção e arquivamento.
Porto Velho, 2 de maio de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível 7035577-69.2016.8.22.0001
Auxílio-Acidente (Art. 86), Incapacidade Laborativa Permanente, Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88), Auxílio-Doença Acidentário, Data de Início de Benefício (DIB), Parcelas de benefício não pagas, Concessão, Restabelecimento
AUTOR: FRANCISCO ANGELO BEZERRA JUNIOR CPF nº 815.118.252-00, RUA ROSALINA GOMES 9582, - DE 9392/9393 A 9819/9820 MARIANA - 76813-524 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: LUZINETE XAVIER DE SOUZA OAB nº RO3525
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL CNPJ nº 29.979.036/0001-40, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA DESPACHO
Vistos.
Considerando que a responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é do INSS, conforme DECISÃO de fls. ID Num. 16882501, intime-se a autarquia para que se manifeste quanto aos honorários periciais e a forma de pagamento. Prazo de 15 dias. Após, tornem os autos conclusos.
Porto Velho 2 de maio de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível
7006416-09.2019.8.22.0001
Dano Ambiental, Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Ambiental
AUTOR: OSEIAS FERNANDES DA COSTA CPF nº 006.809.541-47, LINHA F 25, DISTRITO DISTRITO JACY PARANÁ - 76841-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: CARLOS FREDERICO MEIRA BORRE OAB nº RO3010, VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR OAB nº RO3099
RÉU: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A. CNPJ nº 09.391.823/0001-60, AVENIDA CALAMA 2.755 LIBERDADE - 76803-883 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU:
DECISÃO
Vistos.
Tratam-se de embargos de declaração em que a parte embargante alega ser isenta do recolhimento de custas em decorrência do disposto no artigo 290 do CPC, tendo assim, a SENTENÇA judicial, vício de contradição.
É o breve relatório.
Decido.
Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração quando houver na DECISÃO obscuridade, contradição, omissão ou erro material.
No presente caso, não assiste razão o embargante, uma vez que, conforme por ele mesmo trazido em suas razões, o caso em análise não se trata de cancelamento da distribuição, tendo o feito sido extinto por ausência dos pressupostos processuais válidos por ausência de emenda da inicial, que não se restringiu a apenas a comprovação de hipossuficiência, possuindo cerca de 06 itens (ID nº 24864495).
Isso posto, à míngua dos elementos do artigo 1.022 do CPC, REJEITO os presentes embargos de declaração, persistindo a SENTENÇA tal como lançada.
Por fim, se o embargante entende que houve análise equivocada, os embargos não são a sede adequada para revisão ou nulidade da DECISÃO, cabendo a ele deduzir sua insatisfação perante o Egrégio Tribunal de Justiça, pelos meios legais próprios.
Porto Velho 2 de maio de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível 7017940-03.2019.8.22.0001
Esbulho / Turbação / Ameaça
REQUERENTES: MIRIAN DA SILVA SANTOS CPF nº 800.385.902-63, DISTRITO. AVENIDA 14 DE JULHO S/N, DISTRITO UNIÃO BANDEIRANTE - 76841-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, VALDIR MESSIAS DE LANA CPF nº 536.334.826-87, RUA RAIMUNDO CATANHEDE 1069 CENTRO - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: GECILENE ANTUNES FAUSTINO OAB nº RO2474
REQUERIDOS: IBANEIDISON "VEIO" CPF nº DESCONHECIDO, TRAVESSÃO DA LINHA 09, KM 01, CASA ROSA, DISTRITO UNIÃO BANDEIRANTES ZONA RURAL - 76841-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, CEGUINHO CPF nº DESCONHECIDO, LINHA 11 KM 10, SITIO ALTA FLORESTA S/N, DISTRITO ZONA RURAL - 76841-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, LORRAINE SILVA DE LANA CPF nº 030.143.832-36, LINHA 11 KM 10, SITIO ALTA FLORESTA, DISTRITO ZONA RURAL - 76841-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: DESPACHO
Vistos,
Emende-se a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, devendo a parte autora comprovar a alegação de incapacidade financeira mediante a apresentação de comprovante de renda mensal hábil para atestar suas alegações. Isso porque, não obstante o novo CPC, em seu art. 99, §3º, presumir verdadeira a alegação de hipossuficiência quando deduzida por pessoa física, pode o magistrado exigir que o pretendente junte documentos que permitam a avaliação de sua incapacidade financeira, nos termos do art. 99, §2º do NCPC.
Porto Velho 2 de maio de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível
Processo nº 7034452-66.2016.8.22.0001
Procedimento Comum
AUTOR: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA CNPJ nº 84.596.170/0001-70, RUA ALEXANDRE GUIMARÃES 1927 AREAL - 76804-373 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO OAB nº RO3831
RÉU: PATRICIA DOS SANTOS DE ARAUJO CPF nº 851.963.202-53, AVENIDA CAMPOS SALES 1221 AREAL - 76847-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
Vistos,
Considerando a diligência realizada junto ao sistema BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, segue minuta em anexo dos endereços encontrados.
Manifeste-se a parte exequente/requerente, no prazo de 15 (quinze) dias, impulsionando o feito validamente, sob pena de extinção e arquivamento.
Porto Velho, 2 de maio de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1320 - e-mail: pvh2civel@tjro.jus.br
Processo: 7035439-68.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: CECILIA RODRIGUES DOS SANTOS
Advogado do(a) AUTOR: LEANDRO CAVOL - RO473-A
RÉU: BANCO DO BRASIL SA
Advogado do(a) RÉU: RAFAEL SGANZERLA DURAND - MT12208-A
Intimação
Fica a parte Requerente, na pessoa de seu(ua) advogado(a), notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 0220120-84.2006.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: FRANCISCO DUARTE MOREIRA
Advogados do(a) EXEQUENTE: EDSON DE OLIVEIRA CAVALCANTE - RO1510, DAGUIMAR LUSTOSA NOGUEIRA CAVALCANTE - RO4120
EXECUTADO: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL
Advogados do(a) EXECUTADO: LUIZ RICARDO DE CASTRO GUERRA - PE17598, JOAO ANDRE SALES RODRIGUES - PE19186, JOSE FRANCISCO DE OLIVEIRA SANTOS - MG74659, VERONICA FATIMA BRASIL DOS SANTOS REIS CAVALINI - RO1248, POLYANNA FERREIRA SILVA VILANOVA - DF19273, CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO - RO5015, JOSELIA VALENTIM DA SILVA - RO198, JORGE MACHADO ANTUNES DE SIQUEIRA - DF33524, BERNARDO AUGUSTO GALINDO COUTINHO - RO2991, CLAUDINEI ALVES FERREIRA - PR41242, ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO - RO635, TATIANA FEITOSA DA SILVEIRA - RO4733, ERIKA CAMARGO GERHARDT - RO1911, GUSTAVO DANDOLINI - RO3205, MARCOS ANTONIO ARAUJO DOS SANTOS - RO846, DEIVIS MARCON ANTUNES - PR31600, CANDICE FERNANDA DA CUNHA OLIVEIRA PEREIRA - DF23508, FABIO COUTINHO KURTZ - RJ58285, MARCELO COELHO DE SOUZA - RJ88637
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente intimada, no prazo de 15 (quinze) dias, a apresentar manifestação acerca dos cálculos juntados pela contadora judicial.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7033407-56.2018.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: VITOR ALMEIDA DE AGUIAR
Advogado do(a) EXEQUENTE: FABIO HENRIQUE DOS SANTOS LEAO - RO4402
EXECUTADO: JUCIMAR MARTINS
Intimação
Considerando o pedido para expedição/desentranhamento do MANDADO, fica a parte autora, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimado(a) para no prazo de 5 (cinco) dias, proceder o recolhimento da taxa, que deverá ser o valor da diligência do oficial de justiça positiva, gerando o boleto para pagamento no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=MlUemieeJXHJRLgVw2OOAp_bZ65KzfhrXqOHVab-.wildfly01:custas1.1, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 0220120-84.2006.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: FRANCISCO DUARTE MOREIRA
Advogados do(a) EXEQUENTE: EDSON DE OLIVEIRA CAVALCANTE - RO1510, DAGUIMAR LUSTOSA NOGUEIRA CAVALCANTE - RO4120
EXECUTADO: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL
Advogados do(a) EXECUTADO: LUIZ RICARDO DE CASTRO GUERRA - PE17598, JOAO ANDRE SALES RODRIGUES - PE19186, JOSE FRANCISCO DE OLIVEIRA SANTOS - MG74659, VERONICA FATIMA BRASIL DOS SANTOS REIS CAVALINI - RO1248, POLYANNA FERREIRA SILVA VILANOVA - DF19273, CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO - RO5015, JOSELIA VALENTIM DA SILVA - RO198, JORGE MACHADO ANTUNES DE SIQUEIRA - DF33524, BERNARDO AUGUSTO GALINDO COUTINHO - RO2991, CLAUDINEI ALVES FERREIRA - PR41242, ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO - RO635, TATIANA FEITOSA DA SILVEIRA - RO4733, ERIKA CAMARGO GERHARDT - RO1911, GUSTAVO DANDOLINI - RO3205, MARCOS ANTONIO ARAUJO DOS SANTOS - RO846, DEIVIS MARCON ANTUNES - PR31600, CANDICE FERNANDA DA CUNHA OLIVEIRA PEREIRA - DF23508, FABIO COUTINHO KURTZ - RJ58285, MARCELO COELHO DE SOUZA - RJ88637

INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida intimada, no prazo de 15 (quinze) dias, a apresentar manifestação acerca dos cálculos juntados pela contadora judicial.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7047548-80.2018.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: VITORIO BERGAMASCHI FILHO e outros
Advogados do(a) EXEQUENTE: VELCI JOSE DA SILVA NECKEL - RO0003844A, LEIVANDO SOARES FARIAS - RO5969
EXECUTADO: AUTOVEMA VEICULOS LTDA
Advogados do(a) EXECUTADO: JOSE CRISTIANO PINHEIRO - RO1529, VALERIA MARIA VIEIRA PINHEIRO - RO1528
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente, por seu patrono, no prazo de 15 dias, intimada para se manifestar da petição id nº 26615826.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7036500-61.2017.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: BRUNO OLIVEIRA GALDIANO e outros
Advogado do(a) EXEQUENTE: SAMUEL DOS SANTOS JUNIOR - RO0001238A
Advogado do(a) EXEQUENTE: SAMUEL DOS SANTOS JUNIOR - RO0001238A
EXECUTADO: DIRECIONAL ENGENHARIA S/A e outros
Advogados do(a) EXECUTADO: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA - MG91263, ROBLEDO OLIVEIRA CASTRO - MG53795, FRANCIMEYRE RUBIO PASSOS - MT24681-B, LEONARDO BRAZ DE CARVALHO - MG76653, MARCELO ARANTES KOMEL - MG45366, ROBERTO JARBAS MOURA DE SOUZA - RO1246, LIVIA MARIA DO AMARAL TELES - RO6924, KENUCY NEVES DE LIMA - RO2475, GISELE SANTANA ELLER - RO7213, MANUELA GSELLMANN DA COSTA - RO3511, MIRELE REBOUCAS DE QUEIROZ JUCA - RO3193, GLEIDSON SANTOS OLIVEIRA - RO8479, ELLEN CAVALCANTE ANDRADE - RO7685, RAFAELA RAMIRO PONTES - RO9689, LEANDRO ALVES GUIMARAES - GO49112, THALES ROCHA BORDIGNON - RO4863
Advogados do(a) EXECUTADO: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA - MG91263, ROBLEDO OLIVEIRA CASTRO - MG53795, FRANCIMEYRE RUBIO PASSOS - MT24681-B, LEONARDO BRAZ DE CARVALHO - MG76653, MARCELO ARANTES KOMEL - MG45366, ROBERTO JARBAS MOURA DE SOUZA - RO1246, LIVIA MARIA DO AMARAL TELES - RO6924, KENUCY NEVES DE LIMA - RO2475, GISELE SANTANA ELLER - RO7213, MANUELA GSELLMANN DA COSTA - RO3511, MIRELE REBOUCAS DE QUEIROZ JUCA - RO3193, GLEIDSON SANTOS OLIVEIRA - RO8479, ELLEN CAVALCANTE ANDRADE - RO7685, RAFAELA RAMIRO PONTES - RO9689, LEANDRO ALVES GUIMARAES - GO49112
INTIMAÇÃO
Tendo em vista a solicitação da petição id nº 26029879, certifico que já foi resolvido o problema, fica novamente a parte Requerida, na pessoa de seu(ua) advogado(a), notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7043401-79.2016.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - DEPARTAMENTO REGIONAL DE RONDONIA
Advogados do(a) EXEQUENTE: JAQUELINE FERNANDES SILVA - RO8128, MILEISI LUCI FERNANDES - RO3487, DEISE LUCIA DA SILVA SILVINO VIRGOLINO - RO615
EXECUTADO: ELBANIZE FELISE DE ARAUJO DE MATTOS
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada a dar regular andamento ao feito no prazo de 5 dias, sob pena de extinção/arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7012011-86.2019.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: AUTO POSTO XII DE OUTUBRO LTDA
Advogado do(a) AUTOR: ISRAEL AUGUSTO ALVES FREITAS DA CUNHA - RO2913
RÉU: E J M DE ARAUJO
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada a dar regular andamento ao feito no prazo de 5 dias, sob pena de extinção/arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7011940-84.2019.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: BARBARA PEREA TAVARES
Advogado do(a) AUTOR: OMILSON CLAYTON DIAS TAVARES - RO3463
RÉU: GOL LINHAS AÉREAS
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente, por seu patrono, no prazo de 15 dias, intimada para recolher as custas iniciais - cód. 1001-1 - Custa inicial (1%) - Distribuição da ação no 1º grau de jurisdição.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7045918-57.2016.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado do(a) EXEQUENTE: RAFAEL SGANZERLA DURAND - SP211.648 / RO4872
EXECUTADO: DOMINGOS DIAS DA SILVA - ME e outros

INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente, por seu patrono, no prazo de 05 dias, intimada para se manifestar do ofício SERASA id nº 26214828.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7043657-85.2017.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: ASSOCIACAO DE CREDITO CIDADAO DE RONDONIA
Advogado do(a) EXEQUENTE: KARINA DA SILVA SANDRES - RO4594
EXECUTADO: HELISON MASCARENHAS LABORDA e outros
Intimação
Considerando o pedido para expedição/desentranhamento do MANDADO, fica a parte autora, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimado(a) para no prazo de 5 (cinco) dias, proceder o recolhimento da taxa, que deverá ser o valor da diligência do oficial de justiça positiva, gerando o boleto para pagamento no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=MlUemieeJXHJRLgVw2OOAp_bZ65KzfhrXqOHVab-.wildfly01:custas1.1, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7053630-98.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: FRANCISCO ANDERSON ABADIA GOMES
Advogado do(a) AUTOR: GENIVAL FERNANDES DE LIMA - RO2366
RÉU: SIVALDO PEREIRA COSTA DOS SANTOS
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 2ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA - CEJUSC/CÍVEL Data: 05/07/2019 Hora: 08:00
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 2 de maio de 2019.
GIGLIANE LIMA SILVA

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7018873-44.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: FABIO SILVA DELFINO
Advogado do(a) AUTOR: VICTOR ALIPIO AZEVEDO BORGES - RO6985
RÉU: BRASIL CARD ADMINISTRADORA DE CARTAO DE CREDITO LTDA
Advogado do(a) RÉU: NEYIR SILVA BAQUIAO - MG129504
INTIMAÇÃO
Ficam as partes intimadas a se manifestarem acerca do laudo pericial, no prazo de 15 dias.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7009443-34.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: SILVIA REGINA FERNANDES DAS NEVES
Advogados do(a) AUTOR: THIAGO DE OLIVEIRA SA - RO3889, ANTONIO OSMAN DE SA - RO56
RÉU: BARROS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - ME e outros (2)
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora INTIMADA a se manifestar acerca da certidão do AR NEGATIVO no PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS.
Em caso de solicitação de busca de endereços, bloqueios on line e assemelhados, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 2civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7060165-43.2016.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: JOSE BERNADINO CORREIA
Advogado do(a) EXEQUENTE: PEDRO DA FONSECA E SILVA NETO - MT22447
EXECUTADO: BANCO ITAÚ
Advogados do(a) EXECUTADO: WILSON BELCHIOR - CE17314, PETTERSON LANYNE COELHO ALEXANDRE VAZ - RO8494
INTIMAÇÃO
Decorrido o prazo para pagamento espontâneo, fica a Exequente, no prazo de 05 dias, intimada a atualizar o débito e dar prosseguimento no feito atentando-se que em caso de consultas por meio de sistemas judiciais (BACEN, RENAJUD e outros) o pedido deverá ser acompanhado de custas nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7022957-88.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: AMARILDO GOMES MAIA
Advogados do(a) AUTOR: FELIPE GOES GOMES DE AGUIAR - RO4494, LIDIANY FABIULA MOREIRA MARQUES - RO6505, TERESA CRISTINA ARANHA DE BRITO - RO5798, MARCIA YUMI MITSUTAKE - RO7835
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada a dar regular andamento ao feito no prazo de 5 dias.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível
7017723-57.2019.8.22.0001
Transação
EXEQUENTE: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA CNPJ nº 84.596.170/0001-70, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: EDIJANE CEOBANIUC DA SILVA OAB nº RO6897

EXECUTADO: MARCOS MAURICIO SOARES DE OLIVEIRA CPF nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Vistos.
Aguarde-se, pelo prazo de 15 dias, o recolhimento das custas iniciais pela parte autora, tendo em vista não ter comprovado o cumprimento da respectiva providência.
Ressalto que de acordo com a Lei Estadual 3896/16 (Nova Lei de Custas), as custas inicias devem ser recolhidas no importe de 2% sobre o valor da causa, uma vez que o presente feito não é caso de realização de audiência preliminar.
Decorrido in albis, o que deverá ser devidamente certificado, voltem os autos conclusos.
Comprovado o recolhimento, o cartório deverá cumprir os demais itens do presente DESPACHO.
Cite-se a parte executada para, no prazo de 3 (três) dias (art. 829 do NCPC), efetuar o pagamento da dívida, cujo valor atualizado alcança o montante de quatorze mil, trezentos e quarenta e seis reais e vinte e sete centavos ou, querendo, oferecer embargos (sem efeito suspensivo), no prazo de 15 (quinze) dias, art. 915 do NCPC.
Acrescente-se ao MANDADO de citação penhora e avaliação a advertência de que, reconhecendo o crédito da parte exequente, poderá a parte executada, comprovando o depósito de pelo menos 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários de advogado, apresentar proposta de pagamento do restante, por meio de advogado, em ate 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. 916 do CPC.
Fixo os honorários da execução em 10% (dez por cento) do valor do débito exequendo, nos termos do art. 827, caput, do CPC, sendo que, em caso de integral pagamento no tríduo legal, a mencionada verba honorária será reduzida pela metade (CPC, art. 827, § 1º).
Não efetuado o pagamento, deverá o Sr. oficial de justiça proceder de imediato a penhora de bens e a sua avaliação (CPC, art. 829, § 1º), atento à natureza dos bens disponíveis conforme ordem de prioridade legal, bem como a impenhorabilidade dos bens listados na lei federal n. 8009/90 - bem de família -, lavrando-se respectivo auto, e de tais atos intimar, na mesma oportunidade, o executado.
Recaindo a penhora em bens imóveis, intime-se também o cônjuge da parte executada ou, conforme o caso, o senhorio direto, o credor com garantia real ou com penhora anteriormente averbada.
Não encontrando bens, de ofício, fica INTIMADA a parte executada para indicar onde se encontram os bens sujeitos à execução, exibir a prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus, bem como abster-se de qualquer atitude que dificulte ou embarace a realização da penhora, sob as penas da lei.
Caso a parte executada não seja localizada para intimação da penhora, certifique o Sr. oficial de justiça, detalhadamente, as diligências realizadas.
Não encontrando a parte devedora, proceda-se o arresto de tantos bens quantos bastem para garantir a execução, cumprindo as exigências do art. 830 e § 1º do CPC.
Efetuado o arresto, fica INTIMADA a parte credora para, no prazo de 15 (quinze) dias, requerer a citação por edital da parte devedora, CPC, art. 830 § 2º. Findo o prazo do edital, terá a parte devedora o prazo a que se refere o art. 829 do CPC, convertendo-se o arresto em penhora em caso de não pagamento.
Após, requeira a parte exequente o que entender de direito, referente a eventual adjudicação, alienação por iniciativa particular ou em hasta pública, o usufruto de bem móvel ou imóvel, tudo nos termos do art. 825 do CPC.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO:
a) CARTA / MANDADO / CITAÇÃO / PENHORA / AVALIAÇÃO, observando-se o seguinte endereço ou em quaisquer outros dentro desta jurisdição:
7017723-57.2019.8.22.0001 EXECUTADO: MARCOS MAURICIO SOARES DE OLIVEIRA CPF nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO
Expeça-se o necessário.
Se necessário, requisite-se força policial para o cumprimento da diligência.
Autorizo, ao oficial de justiça, os benefícios do artigo 212,§§ 1º e 2º, do NCPC.
Porto Velho 30 de abril de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível 7017809-28.2019.8.22.0001
Acidente de Trânsito
AUTOR: CHARLES JOSE DO NASCIMENTO PEREIRA CPF nº 084.480.782-68, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO AUTOR: IZIDORO CELSO NOBRE DA COSTA OAB nº RO3361
RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA CNPJ nº 09.248.608/0001-04, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
Vistos,
Emende-se a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, devendo a parte autora comprovar a alegação de incapacidade financeira mediante a apresentação de comprovante de renda mensal hábil para atestar suas alegações. Isso porque, não obstante o novo CPC, em seu art. 99, §3º, presumir verdadeira a alegação de hipossuficiência quando deduzida por pessoa física, pode o magistrado exigir que o pretendente junte documentos que permitam a avaliação de sua incapacidade financeira, nos termos do art. 99, §2º do NCPC.
Porto Velho 30 de abril de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível
7017649-03.2019.8.22.0001
Transação
EXEQUENTE: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA CNPJ nº 84.596.170/0001-70, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: EDIJANE CEOBANIUC DA SILVA OAB nº RO6897
EXECUTADO: EDUARDO GONCALVES JUNIOR CPF nº 967.774.272-87, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Vistos.
Para a pretendida executividade, o contrato deve ser acompanhado de prova inequívoca do cumprimento das obrigações que caberiam à parte exequente. No caso, tal adimplemento parece depender de demonstração de que a executada usufruiu dos serviços prestados pela exequente. Por isso, emende-se a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção.
No mesmo prazo e sob a mesma penalidade, recolher as custas judiciais.
Porto Velho 30 de abril de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível
Processo nº 0023669-08.2014.8.22.0001
Procedimento Comum
AUTORES: KMR COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP CNPJ nº 10.373.374/0001-06, AVENIDA PINHEIRO MACHADO 744, NÃO INFORMADO CENTRO - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, FERNANDO NAZARE FERNANDES CPF nº 725.245.452-53, RUA AFONSO PENA 705, - DE 8834/8835 A 9299/9300 CENTRO - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, JIOJI COMERCIO DE ROUPAS E ACESSORIOS LTDA - ME CNPJ nº 10.337.861/0001-13, AVENIDA RIO MADEIRA, 3288, LOJA 108-01, PORTO VELHO SHOPPING (69) 3218-8174 FLODOALDO PONTES PINTO - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, MORENINHA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME CNPJ nº 09.721.105/0001-04, AV. RIO MADEIRA 3288, LOJA 305/06 NÃO INFORMADO - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, M. A. A. DO VALLE COMERCIO DE ALIMENTOS - ME CNPJ nº 09.361.947/0001-00, AVENIDA RIO MADEIRA 3288 FLODOALDO PONTES PINTO - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, BCS2 COMERCIO DE CONFECCOES LTDA CNPJ nº 34.760.686/0001-30, NÃO INFORMADO Não informado, NÃO INFORMADO NÃO INFORMADO - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, PORTO VELHO RESTAURANTE E CHOPERIA EIRELI - ME CNPJ nº 17.704.236/0001-01, AV. RIO MADEIRA 3288, LOJA 106/109 FLODOALDO PONTES PINTO - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, TRINDADE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME CNPJ nº 18.402.605/0001-74, NÃO INFORMADO Não informado, NÃO INFORMADO NÃO INFORMADO - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, AVILA & PIRES ALIMENTOS LTDA - ME CNPJ nº 19.077.422/0001-93, NÃO INFORMADO Não informado, NÃO INFORMADO NÃO INFORMADO - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, MBF COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME CNPJ nº 10.201.923/0001-65, NÃO INFORMADO Não informado, NÃO INFORMADO NÃO INFORMADO - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, PARENTE & COENGA LTDA - ME CNPJ nº 15.260.626/0001-04, NÃO INFORMADO Não informado, NÃO INFORMADO NÃO INFORMADO - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, TAS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME CNPJ nº 10.268.771/0001-18, NÃO INFORMADO Não informado, NÃO INFORMADO NÃO INFORMADO - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, M. F. ITO - EPP CNPJ nº 14.362.146/0001-91, NÃO INFORMADO Não informado, NÃO INFORMADO NÃO INFORMADO - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, MOTTA LIMA E VIANA COMERCIO LTDA - ME CNPJ nº 10.338.650/0001-03, NÃO INFORMADO Não informado, NÃO INFORMADO NÃO INFORMADO - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, EMPORIO MCR COMERCIO DE VESTUARIO LTDA. - ME CNPJ nº 17.641.900/0001-10, NÃO INFORMADO Não informado, NÃO INFORMADO NÃO INFORMADO - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, STARWALKER COMERCIO DE VESTUARIO LTDA CNPJ nº DESCONHECIDO, NÃO INFORMADO Não informado, NÃO INFORMADO NÃO INFORMADO - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, R & A COMERCIO DE CALCADOS LTDA - EPP CNPJ nº 17.975.098/0001-03, NÃO INFORMADO Não informado, NÃO INFORMADO NÃO INFORMADO - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, BENTES & CARDOSO LTDA - EPP CNPJ nº 09.596.955/0001-28, NÃO INFORMADO Não informado, NÃO INFORMADO NÃO INFORMADO - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: EDSON ANTONIO SOUSA PINTO OAB nº RO4643, GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI OAB nº RO5546
RÉU: PORTO VELHO SHOPPING S.A CNPJ nº 08.781.731/0003-95, AVENIDA RIO MADEIRA 3288 FLODOALDO PONTES PINTO - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO OAB nº RO635, ALDO GUILHERME DA COSTA TOURINHO TEIXEIRA SOUZA OAB nº RO6848, JAIME PEDROSA DOS SANTOS NETO OAB nº RO4315, MARCELO LESSA PEREIRA OAB nº RO1501
DECISÃO
Vistos,
O feito estava suspenso por determinação da SENTENÇA de ID nº 19770384 - Pág. 2, desde outubro de 2017, aguardando a realização da perícia nos autos de nº 0022972-84.2014.8.22.0001, em trâmite na 8ª Vara Cível da comarca de Porto Velho/RO.
Os autos vieram conclusos em decorrência da petição da autora KMR Comércio de Alimentos Ltda – Me (ID nº 25535527 – 20/03/2019) em que informa que foi noticiado nos autos a realização de dois depósitos, para o pagamento de honorários periciais, realizados equivocadamente nestes autos, que deveriam ter sido direcionados para o processo nº 0022972-84.2014.8.22.0001, em trâmite na 8ª Vara Cível desta comarca, tendo pugnado pela transferência de valores para aquele juízo. Informa que apenas um dos depósitos foi transferido para os autos apontado. Aduz que, com relação ao o outro valor (R$ 32.600,00), foi determinada a expedição de alvará em favor da parte requerida (Porto Velho Shopping). Informa que não se insurge quanto aos levantamento de valores referentes a consignação de consumo de energia, mas que o deMANDADO levantou muito mais do que lhe era efetivamente devido. Requer que a requerida seja intimada para promover a devolução dos valores, transferindo-os ao perito e comprovando no feito a realização da providência.
Intimada a se manifestar, a requerida (ID nº 26398572 – 15/04/2019) informa que todo o valor que foi depositado nos autos, somente foi levantando por se tratar de consignação em pagamento. Afirma que, uma vez convencida do erro, não se opõe a devolução da quantia requerida.
A parte autora, novamente (ID nº 26705416) vem aos autos pugnando pela análise das petições de ID nº 25535527 e 26496276, uma vez que a requerida não se opôs a devolução dos valores indevidamente levantados.
É o relatório necessário das últimas manifestações.
Decido.
Tratam-se os autos de ação de indenização por dano moral c/c pedido de reconhecimento de repetição de indébito, onde havia pedido de consignação de valores, sendo esse último extinto, conforme DECISÃO de ID nº 19770382 – p. 66.
Considerando a confusão existente no feito, necessário se faz pontuar as principais manifestações e decisões referentes a controvérsia dos honorários periciais depositados equivocadamente:
I - A situação apontada pela parte autora na petição de ID nº 25535527, iniciou-se em 18/05/2016 (ID nº 19770371 - Pág. 18 – fls. 1.907 e 1.909 dos autos físicos), em decorrência de um depósito equivocado, realizado pela própria KMR Comércio de Alimentos Ltda – EPP (ID nº 19770371 - Pág. 19 – Conta corrente: 01626488-1 – R$ 32.600,00);
II – Na petição de ID nº 19770371 - Pág. 22 (fls. 1.910 dos autos físicos), de 24/05/2016, a autora KMR Comércio de Alimentos Ltda – EPP vem informando do equívoco e pugnando pela desconsideração da referida petição e do depósito, requerendo o seu desentranhamento;
III – A DECISÃO de ID nº 19770371 - Pág. 24 (fls. 1.911 dos autos físicos), DEFERIU o que foi requerido no item II desta DECISÃO;
IV – No ID nº 19770371 - Pág. 79, há ofício da 8ª Vara Cível solicitando a transferência dos valores depositados por equívoco nestes autos;
V – O item I da DECISÃO de ID nº 19770371 - Pág. 81 (fls. 1.958) DEFERIU a transferência dos valores (mencionados no item I desta DECISÃO) para a 8ª Vara Cível desta comarca;
VI – No ID nº 19770376 – Pág. 28, novo ofício da 8ª Vara Cível, solicitando novamente a transferência de valores da conta-corrente nº 01626488-1 e informando a existência de outro depósito equivocado na conta-corrente nº 01630093-4, também referente a honorários periciais;

VII – A DECISÃO de ID nº 19770376 - Pág. 30, DEFERIU o requerido no ofício citado no item VI desta DECISÃO;
VIII – Novamente a autora KMR, na petição de ID nº 19770376 - Pág. 38 (fls. 2.002), pugna pela transferência dos valores citados no item VI desta DECISÃO.
IX – No ID nº 19770376 – Pág. 47 a 53, datada de 17/11/2016, petição CONJUNTA das autoras e da requerida, pugnando por levantamento dos valores consignados em favor da requerida;
X – OFÍCIO nº 747/2016 (ID nº 19770379 - Pág. 93 – página 2.155 dos autos físicos) para a Caixa Econômica, do dia 25/11/2016, determinando a transferência de valores das contas nº 01630093-4 e 01626488-1, para a 8ª Vara Cível.
XI - No ID nº 19770382 - Pág. 18 a 20 (fls. 2.177 a 2.179), datada de 30/11/2016, petição alegada em conjunto, pugnando pela expedição de alvará em favor das requeridas dos valores depositados no processo, conforme relação constante no item 5 da referida manifestação, onde consta relacionada, como primeira conta, a de nº 01630093-4. (ANEXO – I)
XII – DECISÃO de ID nº 19770382 - Pág. 25 (fls. 2.183) deferiu a expedição dos alvará conforme o solicitado na petição apontada no item XI desta DECISÃO – publicada no DJE do dia 13/12/2016.
XIII – Alvarás, conforme item XII desta DECISÃO, nos IDs nº 19770382 - Pág. 27 a 31, do dia 30/11/2016;
XIV – Certidão do cartório deste Juízo (ID nº 19770382 - Pág. 32 – fls. 2.189), datada de 15/12/2016, informando que deixou de expedir alvará referente ao valor depositado na conta nº 01630093-4, por estar zerada.
XV – No ID nº 19770382 – Pág. 34, nova manifestação EM CONJUNTO pugnando pela expedição de alvará em favor da requerida, dos valores depositados pela autora Bentes e Cardoso Ltda.
XVI – No ID nº 19770382 – Pág. 46 (fls. 2.201), ofício da Caixa Econômica Federal, datado de 07/12/2016, informando que deixou de promover a transferência de valores da conta nº 01630093-4, por ter sido zerada em decorrência do alvará nº 764/2016 (comprovante – ID nº 19770382 – Pág. 50) e comprovando a transferência para a 8ª Vara Cível dos valores constantes na conta nº 01626488-1 (comprovante no ID nº 19770382 – Pág. 48).
XVII – Petição das autoras (ID nº 19770382 – Pág. 59 – 07/02/2017) requerendo a análise da petição apontada no item VII, pugnando pela transferência do total de R$ 65.200,00 para o processo da 8ª Vara Cível;
XVIII – DECISÃO de ID nº 19770382 – Pág. 66 a 67 (fls. 2.217 a 2.218), do dia 10/02/2017, no seu item II, informa quanto ao pedido da petição de fls. 2.002, que os valores constantes na conta nº 01626488-1 foi transferido para a 8º Vara Cível e os constantes na conta nº 01630093-4 havia sido zerado pelo alvará levantando pelo PV Shopping, em decorrência de requerimento expresso. Acrescenta ainda que, as providências necessárias para reaver os valores dos honorários periciais deveriam ser pleiteadas junto a 8ª Vara Cível.
XIX – No ID nº 19770382 – Pág. 82 a 84, cópia da petição EM CONJUNTO apresentada nos autos nº 0022972-84.2014.8.22.0001 (8ª Vara Cível), informando que haviam solicitado em conjunto a esta 2ª Vara Cível a expedição de alvará para levantamento integral dos valores controversos ou não, em favor do réu (item 3 da petição mencionada) (petição indicada no item XI desta DECISÃO).
CONCLUSÃO
Conforme o exaustivamente enumerado acima, os valores da conta-corrente nº 01630093-4, que a parte autora pugna pela transferência já não estão mais disponíveis nestes autos desde o dia 30/11/2016, conforme o que foi informado no ofício da Caixa Econômica Federal. Questão que foi minuciosamente enfrentada pela DECISÃO de ID nº 19770382 – Pág. 66 a 67 (fls. 2.217 a 2.218).
De fato o levantamento foi realizado pela parte requerida, Porto Velho Shopping, em decorrência do alvará nº 764/2016, cuja a expedição foi deferida em razão da petição de ID nº 19770382 - Pág. 18 a 20 (fls. 2.177 a 2.179). Saliento que os pedidos desta petição foram, inclusive, reafirmados por ambas as partes no processo em trâmite da 8ª Vara Cível, conforme item XIX desta DECISÃO.
Por diversas vezes foi deferido por este juízo a transferência dos valores, sendo o cumprimento da DECISÃO por diversas vezes tumultuado pelos diversos peticionamentos de ambas as partes no feito. Quando enfim o ofício de transferência foi expedido (25/11/2016), no dia 29/11/2016, foi atravessada petição, com informação contrária, pugnando para que os valores depositados em várias contas, inclusive os da conta 01630093-4, fossem levantados pela requerida, tendo sido deferido conforme o requerimento.
A vontade das partes, constante na petição mencionada foi, inclusive, reafirmada nos autos do processo da 8ª Vara Cível, conforme item XIX desta manifestação judicial. Portanto, considerando que o depósito equivocado foi realizado pela parte autora, bem como que ambas as partes induziram este juízo a erro, reitero o que foi decidido no ID nº 19770382 – Pág. 66 a 67 (fls. 2.217 a 2.218), que restou irrecorrida, devendo todas as providências com relação ao ressarcimento/ recuperação dos valores que foram levantados equivocadamente serem tomados no juízo responsável pela produção da prova.
Oficie-se ao Juízo da 8ª Vara Cível quanto ao teor desta DECISÃO e, na oportunidade, solicite-se informações quanto a realização da perícia nos autos nº 0022972-84.2014.8.22.0001 e 0024630-46.2014.8.22.0001, uma vez que não foi possível localizá-los no PJE pela numeração antiga.
Porto Velho, 30 de abril de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível
7017190-98.2019.8.22.0001
Cédula de Crédito Bancário
EXEQUENTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. CNPJ nº 90.400.888/0001-42, AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK 2041, - DE 953 AO FIM - LADO ÍMPAR VILA NOVA CONCEIÇÃO - 04543-011 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ACACIO FERNANDES ROBOREDO OAB nº DF89774
EXECUTADO: MARIO FERNANDO LANZIANI BALESTIERI CPF nº 818.455.962-34, RUA FRANCISCO OTERO RIO MADEIRA - 76821-342 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Vistos.
Cite-se a parte executada para, no prazo de 3 (três) dias (art. 829 do NCPC), efetuar o pagamento da dívida, cujo valor atualizado alcança o montante de quatrocentos e dezenove mil, quinhentos e treze reais e setenta e dois centavos ou, querendo, oferecer embargos (sem efeito suspensivo), no prazo de 15 (quinze) dias, art. 915 do NCPC.
Acrescente-se ao MANDADO de citação penhora e avaliação a advertência de que, reconhecendo o crédito da parte exequente, poderá a parte executada, comprovando o depósito de pelo menos 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários de advogado, apresentar proposta de pagamento do restante, por meio de advogado, em ate 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. 916 do CPC.
Fixo os honorários da execução em 10% (dez por cento) do valor do débito exequendo, nos termos do art. 827, caput, do CPC, sendo que, em caso de integral pagamento no tríduo legal, a mencionada verba honorária será reduzida pela metade (CPC, art. 827, § 1º).
Não efetuado o pagamento, deverá o Sr. oficial de justiça proceder de imediato a penhora de bens e a sua avaliação (CPC, art. 829, § 1º), atento à natureza dos bens disponíveis conforme ordem de

prioridade legal, bem como a impenhorabilidade dos bens listados na lei federal n. 8009/90 - bem de família -, lavrando-se respectivo auto, e de tais atos intimar, na mesma oportunidade, o executado.
Recaindo a penhora em bens imóveis, intime-se também o cônjuge da parte executada ou, conforme o caso, o senhorio direto, o credor com garantia real ou com penhora anteriormente averbada.
Não encontrando bens, de ofício, fica INTIMADA a parte executada para indicar onde se encontram os bens sujeitos à execução, exibir a prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus, bem como abster-se de qualquer atitude que dificulte ou embarace a realização da penhora, sob as penas da lei.
Caso a parte executada não seja localizada para intimação da penhora, certifique o Sr. oficial de justiça, detalhadamente, as diligências realizadas.
Não encontrando a parte devedora, proceda-se o arresto de tantos bens quantos bastem para garantir a execução, cumprindo as exigências do art. 830 e § 1º do CPC.
Efetuado o arresto, fica INTIMADA a parte credora para, no prazo de 15 (quinze) dias, requerer a citação por edital da parte devedora, CPC, art. 830 § 2º. Findo o prazo do edital, terá a parte devedora o prazo a que se refere o art. 829 do CPC, convertendo-se o arresto em penhora em caso de não pagamento.
Após, requeira a parte exequente o que entender de direito, referente a eventual adjudicação, alienação por iniciativa particular ou em hasta pública, o usufruto de bem móvel ou imóvel, tudo nos termos do art. 825 do CPC.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO:
a) CARTA / MANDADO / CITAÇÃO / PENHORA / AVALIAÇÃO, observando-se o seguinte endereço ou em quaisquer outros dentro desta jurisdição:
7017190-98.2019.8.22.0001 EXECUTADO: MARIO FERNANDO LANZIANI BALESTIERI CPF nº 818.455.962-34, RUA FRANCISCO OTERO RIO MADEIRA - 76821-342 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Expeça-se o necessário.
Se necessário, requisite-se força policial para o cumprimento da diligência.
Autorizo, ao oficial de justiça, os benefícios do artigo 212,§§ 1º e 2º, do NCPC.
Porto Velho 30 de abril de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível
7039694-69.2017.8.22.0001
Transação
Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: FRANCISCO J. G. SOARES - ME CNPJ nº 03.016.279/0001-90, RUA ANGICO 2720 ELETRONORTE - 76808-526 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ALEXANDRE CAMARGO OAB nº RO704
EXECUTADO: R. CECCON DA SILVA & CIA LTDA - ME CNPJ nº 10.449.928/0001-01, AVENIDA RIO MADEIRA 3288, AV PREFEITO CHIQUILITO ERSE FLODOALDO PONTES PINTO - 76820-408 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Vistos.
Quanto ao pedido de ID nº 26272312, observando a normativa do art. 866 e seguintes do CPC, deve a parte exequente indicar administrador – depositário, que deverá cumprir a determinação do §2º do referido artigo, apresentado a forma de sua atuação, no prazo de 20 (vinte) dias, sob pena de preclusão e indeferimento do pedido de penhora na boca do caixa.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível
7056805-03.2016.8.22.0001
Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
AUTOR: MANUS JEAN PIERRE CPF nº 544.947.702-30, RUA JACY PARANÁ 1343, - DE 1161/1162 A 1485/1486 AREAL - 76804-360 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA OAB nº RO1073
RÉU: CLARO S.A. CNPJ nº 40.432.544/0001-47, RUA FLÓRIDA 1970 CIDADE MONÇÕES - 04565-001 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO RÉU: RAFAEL GONCALVES ROCHA OAB nº PA16538 DESPACHO
Vistos.
Considerando as alegações da inicial e da contestação e o pedido genérico de provas, especifiquem circunstanciadamente as provas que pretendem produzir, indicando sua relevância e pertinência. Prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de preclusão.
Saliento que caso proteste pela produção de prova pericial, logo no seu requerimento deve a parte indicar o tipo de perícia pretendida, a sua FINALIDADE, indicar o assistente técnico e apresentar os quesitos, sob pena de indeferimento da prova pretendida.
Porto Velho 30 de abril de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307 e-mail: 2civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7021083-68.2017.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: IVAN SOUZA DOS SANTOS e outros (4)
Advogados do(a) EXEQUENTE: RICARDO MALDONADO RODRIGUES - RO2717, JULIANA MEDEIROS PIRES - RO3302
EXECUTADO: RITA SOUZA DE OLIVEIRA e outros
Advogados do(a) EXECUTADO: PAULO FERNANDO LERIAS - RO3747, PAULO ROBERTO DA SILVA MACIEL - RO4132
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 2ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA - CEJUSC/CÍVEL Data: 25/06/2019 Hora: 12:00
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 26 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO 7043648-60.2016.8.22.0001
Defeito, nulidade ou anulação

AUTORES: IDA MARIA CHAVES TERCO CPF nº 339.788.402-00, AVENIDA SETE DE SETEMBRO 2140, PORTO VELHO RESIDENCE SERVICE - SALA 06 NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS - 76804-123 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, MARIA AGUIAR CHAVES CPF nº 558.520.332-00, AVENIDA SETE DE SETEMBRO 2140, PORTO VELHO RESIDENCE SERVICE - SALA 06 NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS - 76804-123 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: PAMELA NATALIA COSTA MOREIRA OAB nº RO7529, RAFAELA SILVA MACHADO OAB nº RO6975
RÉUS: LORENA LEINA FERREIRA DIAS CPF nº 877.391.782-68, SEM ENDEREÇO, ANDRE TRINDADE DIAS CPF nº 790.105.552-91, SEM ENDEREÇO
ADVOGADOS DOS RÉUS: JETER BARBOSA MAMANI OAB nº RO5793 DESPACHO
Vistos.
Considerando a juntada de documento novo em réplica à contestação, manifeste-se a parte requerida, nos termos do art. 437, §1º do CPC, no prazo de 15 dias.
Sem prejuízo, especifiquem as partes circunstanciadamente as provas que pretendem produzir, indicando sua relevância e pertinência. Prazo de 15 dias, sob pena de preclusão.
Porto Velho 30 de abril de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível
Processo nº 7060107-40.2016.8.22.0001
Procedimento Comum
AUTOR: EMBRASCON EMPRESA BRASILEIRA DE CONSTRUCAO CIVIL LTDA CNPJ nº 05.915.889/0003-12, RUA SENADOR ÁLVARO MAIA 797, - DE 773/774 A 1122/1123 OLARIA - 76801-288 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: EDUARDO AUGUSTO FEITOSA CECCATTO OAB nº RO5100A, ALAN ROGERIO FERREIRA RICA OAB nº RO1745, CELSO CECCATTO OAB nº RO111
RÉUS: MARCELO SOARES ALVES DE QUEIROZ CPF nº 840.261.385-34, RUA DANIELA 2126, APTO 18 BL 01 PARK JAMARY LAGOINHA - 76829-818 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, GRACIELE DE QUEIROZ DA SILVA SOARES CPF nº 790.120.602-06, RUA DANIELA 2126, APTO 18 BL 01 PARK JAMARY LAGOINHA - 76829-818 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS RÉUS: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de tutela antecipada em caráter antecedente proposta por Embrascon – Empresa Brasileira de Construção Civil Ltda em face de Graciele de Queiroz da Silva Soares e Marcelo Soares Alves de Queiroz sob a alegação de que firmou contrato de compra e venda de imóvel pelo valor de R$ 64.500,00, a ser pago R$ 12.900,00 de entrada e financiando R$ 51.600,00, por financiamento. Afirma que a financiadora autorizou somente o valor de R$ 46.600,00 e acreditando não ter recebido o saldo remanescente R$ 5.000,00, notificou os requeridos para apresentação do comprovante de pagamento, mas os requeridos mantiveram-se silentes, razão pela qual ajuizaram a presente ação, com o objetivo de que os requeridos comprovem o pagamento do saldo remanescente. Diz que caso não comprovado o pagamento pelos réus, pretende efetivar a cobrança. Requer seja concedida a liminar determinando à requerida que exiba o comprovante de pagamento do saldo residual de R$ 5.000,00, referente a quitação do instrumento particular de promessa de compra e venda do imóvel apartamento n. 18 do Bloco B-1 do Condomínio Residencial Park Jamary.
A liminar foi deferida no ID Num. 8490751.
Apesar das diligências realizadas para a localização da parte requerida, todas foram infrutíferas, motivo pelo qual foi realizada a citação por edital, com a manifestação da curadoria por negativa geral.
É o necessário relatório.
Decido.
O art. 305 e seguintes do CPC prevê o procedimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente e preleciona que:
Art. 306. O réu será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, contestar o pedido e indicar as provas que pretende produzir.
Art. 307. Não sendo contestado o pedido, os fatos alegados pelo autor presumir-se-ão aceitos pelo réu como ocorridos, caso em que o juiz decidirá dentro de 5 (cinco) dias.
Parágrafo único. Contestado o pedido no prazo legal, observar-se-á o procedimento comum.
Os requeridos, citados por edital, limitaram-se a optar pela negativa geral, quando deveriam provar que a dívida não teve origem ou que houve pagamento. Como não fez uma coisa nem outra, é evidente que a pretensão do autor deve ser acolhida, sendo efetivada a tutela cautelar.
Assim, efetivada a tutela cautelar, oportunizo que o autor, no prazo de 30 dias, apresente o pedido principal nos autos, sob pena de preclusão.
Porto Velho, 30 de abril de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

7016695-93.2015.8.22.0001
Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
AUTOR: THIAGO CARDOSO DO NASCIMENTO CPF nº 016.160.252-55, RUA TUCUMÃ 3068 NACIONAL - 76802-150 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA OAB nº RO1073
RÉU: LOSANGO PROMOCOES DE VENDAS LTDA CNPJ nº 05.281.313/0175-88, ANHANGUERA 5271, QD 21,LT 29 E,PARTE CENTRO - 74043-011 - GOIÂNIA - GOIÁS
ADVOGADO DO RÉU: EDSON ANTONIO SOUSA PINTO OAB nº RO4643, GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI OAB nº RO5546 DESPACHO
Vistos.
I - Cuida-se de cumprimento de SENTENÇA. Altere-se a classe processual.
II - INTIME-SE a parte devedora a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, satisfaça a obrigação, adimplindo o montante da condenação, corrigido e atualizado nos termos da SENTENÇA, sob pena de aplicação de honorários em execução e multa de 10% prevista no artigo 523, §1º, do CPC.
III - Advirta-se, desde já, o(a) executado(a) de que eventuais impugnações, deverão ser opostos(as) nos próprios autos, no prazo de 15 (quinze) dias, bem ainda delimitar e demonstrar especificamente os valores impugnados, bem como ser instruídos com os documentos que se fizerem necessário à demonstração do alegado, sob pena de preclusão e de imediato julgamento da impugnação, nos termos do artigo 525, §1º, do CPC.
Havendo impugnação, INTIME-SE a parte exequente para manifestar-se sobre a impugnação ao cumprimento de SENTENÇA, no prazo de 15 (quinze) dias.
IV - Decorrido o prazo para impugnação sem manifestação, certifique-se nos autos, e não havendo a satisfação da obrigação, o que deverá ser certificado, INTIME-SE a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, atualizar o débito e para que dê prosseguimento normal ao feito, observando a ordem preferencial disposta no art. 835 do CPC.
V - Havendo pagamento, expeça-se o competente alvará judicial em nome da parte e/ou advogado (se o instrumento de procuração autorizar) para levantamento dos valores com juros/correções/rendimentos, sob pena de envio dos respectivos valores depositados na conta judicial para a conta centralizadora. (Obs.: aguarde-se, em cartório, o decurso do prazo de vencimento do alvará).

VI - Posteriormente, por ato ordinatório, INTIME-SE a parte exequente, por meio de seu(s) advogado(s), para informar a satisfação do crédito e/ou requerer o que de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de aceitação dos valores depositados como sendo o pagamento integral da obrigação.
VII - Por fim, mantendo-se inerte a parte exequente, envie-me os autos conclusos para SENTENÇA de extinção.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO CARTA/ MANDADO /CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS AO CUMPRIMENTO DESTE observando-se o(s) seguinte(s) endereço(s) para localização:
Nome: RÉU: LOSANGO PROMOCOES DE VENDAS LTDA
Endereço: RÉU: LOSANGO PROMOCOES DE VENDAS LTDA, ANHANGUERA 5271, QD 21,LT 29 E,PARTE CENTRO - 74043-011 - GOIÂNIA - GOIÁS
Expeça-se o necessário.
Porto Velho 30 de abril de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7050292-48.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)
AUTOR: SIRLEI FERREIRA SANTOS DO NASCIMENTO e outros (4)
Advogado do(a) AUTOR: JOSE GOMES BANDEIRA FILHO - RO816
Advogado do(a) AUTOR: JOSE GOMES BANDEIRA FILHO - RO816
Advogado do(a) AUTOR: JOSE GOMES BANDEIRA FILHO - RO816
Advogado do(a) AUTOR: JOSE GOMES BANDEIRA FILHO - RO816
Advogado do(a) AUTOR: JOSE GOMES BANDEIRA FILHO - RO816
RÉU: BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A
Advogado do(a) RÉU: PAULO EDUARDO PRADO - RO4881
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida intimada a requerer o que entender de direito, no prazo de 5 dias, tendo em apresentação de CONTESTAÇÃO após juntada de MINUTA DE ACORDO ID n. 26023820 HOMOLOGADO por SENTENÇA ID n. 26691821.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível 7023057-09.2018.8.22.0001
Cheque
AUTOR: PAULINA DAS NEVES XIMENES RIOS - ME CNPJ nº 22.863.500/0001-90, AV JATUARANA 3615 CONCEIÇÃO - 76900-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: SANDRA MARIA MESQUITA RODRIGUES OAB nº RO4900
RÉU: CLEOZEMIR TEIXEIRA LIMA CPF nº 085.265.592-49, RUA COBRE 3613, CONJ MARECHAL RONDON FLODOALDO PONTES PINTO - 76900-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU:
SENTENÇA
Vistos.
AUTOR: PAULINA DAS NEVES XIMENES RIOS - ME propôs a presente ação monitória em desfavor de RÉU: CLEOZEMIR TEIXEIRA LIMA, ambos com qualificação nos autos, alegando ser credor do valor indicado na exordial.
Citada, a parte requerida deixou transcorrer o prazo legal para a apresentação de sua defesa, caracterizando a sua revelia. Assim, merece aplicação o disposto no art. 701, § 2º, do Código de Processo Civil.
Ante o exposto, com fundamento no art. 487, I do código de processo civil, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na INICIAL e CONSTITUO DE PLENO DIREITO o título executivo judicial e determino a conversão da ação em execução, prosseguindo-se esta na forma prevista em lei.
Condeno a parte requerida no pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes que arbitro em 10% sobre o valor da causa.
Como a parte requerida não compareceu à audiência de conciliação designada nos autos, mesmo sendo intimada e citada e nos termos do parágrafo único do artigo 274, também não justificou a sua ausência, com fundamento no artigo 334, §8º do CPC, aplico multa de 1% sobre o valor da causa, que deverá ser revertida em favor do Estado.
Não havendo o pagamento espontâneo e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA dentro do prazo de quinze dias do trânsito em julgado, proceda a escrivania a atualização e alteração do valor da causa, intimando-se, em seguida, para pagamento. Se não pagas, inscreva-se em dívida ativa e arquivem os autos.
P.R.I.
Porto Velho 30 de abril de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307 e-mail: 2civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7021083-68.2017.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: IVAN SOUZA DOS SANTOS e outros (4)
Advogados do(a) EXEQUENTE: RICARDO MALDONADO RODRIGUES - RO2717, JULIANA MEDEIROS PIRES - RO3302
EXECUTADO: RITA SOUZA DE OLIVEIRA e outros
Advogados do(a) EXECUTADO: PAULO FERNANDO LERIAS - RO3747, PAULO ROBERTO DA SILVA MACIEL - RO4132
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 2ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA - CEJUSC/CÍVEL Data: 25/06/2019 Hora: 12:00
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 26 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7030945-97.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: FELICIANO SARAIVA
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Perito: Victor Hugo Fini Junior, CPF: 633.867.552-91
advogado(s): CÁSSIO BRUNO CASTRO SOUZA - RO00007936; FERNANDA DE OLIVEIRA SOUZA - RO00008533.

INTIMAÇÃO
Fica O Perito intimado, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7040987-40.2018.8.22.0001
Classe: DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO (93)
AUTOR: ROBERTO DE SOUZA FONSECA
Advogado do(a) AUTOR: MARIA ALMEIDA DE JESUS - RO663
RÉU: EVERLAINE DIOGENES FRANCA
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente intimada, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7011135-39.2016.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: CLAUDIO DOS SANTOS LIMA
Advogado do(a) EXEQUENTE: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA - RO1073
EXECUTADO: CLARO S.A.
Advogados do(a) EXECUTADO: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES - RO6235-A, RAFAEL GONCALVES ROCHA - RS41468
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente intimada, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7065401-73.2016.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: LEIDE DAIANE PEREIRA DE SOUZA
Advogado do(a) EXEQUENTE: JOSE GOMES BANDEIRA FILHO - RO816
EXECUTADO: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogados do(a) EXECUTADO: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318, ERICA CRISTINA CLAUDINO - RO6207, MARCELO RODRIGUES XAVIER - RO2391
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente intimada, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 0014396-05.2014.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: SILVIA ALMEIDA DE LIMA OLIVEIRA
Advogados do(a) EXEQUENTE: CARINA GASSEN MARTINS CLEMES - RO3061, LUCIANA MOZER DA SILVA DE OLIVEIRA - RO6313
EXECUTADO: AFRANIO PATROCINIO DE ANDRADE
Advogado do(a) EXECUTADO: PEDRO PEREIRA DE OLIVEIRA - RO4282
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente intimada, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7027501-56.2016.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: QUELISSON DE ANDRADE VIANA
Advogado do(a) EXEQUENTE: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA - RO1073
EXECUTADO: CLARO S.A.
Advogados do(a) EXECUTADO: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES - RO6235-A, ISRAEL AUGUSTO ALVES FREITAS DA CUNHA - RO2913, RAFAEL GONCALVES ROCHA - RS41468
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente intimada, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 0001183-97.2012.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXECUTADO: SAGA AMAZONIA COMERCIO DE VEICULOS LTDA e outros (2)

Advogados do(a) EXECUTADO: ANDERSON ADRIANO DA SILVA - RO3331, ODAILTON KNORST RIBEIRO - RO652
Advogado do(a) EXECUTADO: CELSO MARCON - RO3700
Advogados do(a) EXECUTADO: ELDA LUCIANA OLIVEIRA MELO - RO0003924A, LAIANA OLIVEIRA MELO - RO4906, ALBERTO LOURENCO RODRIGUES NETO - SP150586
EXEQUENTE: MARCIO ALEXANDRE DOS SANTOS MOREIRA
Advogado do(a) EXEQUENTE: RENATO SPADOTO RIGHETTI - RO1198
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente intimada, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 0011107-30.2015.8.22.0001
Classe: MONITÓRIA (40)
AUTOR: BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A-EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL
Advogados do(a) AUTOR: EDSON ANTONIO SOUSA PINTO - RO4643, TAYLISE CATARINA ROGERIO SEIXAS - RO5859, JOSE EDUARDO PIRES ALVES - RO6171, RENAN THIAGO PASQUALOTTO SILVA - RO6017, BENEDICTO CELSO BENICIO JUNIOR - SP131896
RÉU: GRACE APARECIDA FERNANDES SILVA
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente, na pessoa de seu(ua) advogado(a), notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7044685-25.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ADRIELE MONTEIRO DA SILVA
Advogados do(a) AUTOR: THIAGO DE ASSIS DA SILVA - RO6878, EMERSON BAGGIO - RO4272
RÉU: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogados do(a) RÉU: JOSE HENRIQUE BARROSO SERPA - RO9117, IRAN DA PAIXAO TAVARES JUNIOR - RO5087, WILSON VEDANA JUNIOR - RO6665
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente intimada, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7019322-36.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: PAMELA DAIANE CORREIA MARTINS
Advogado do(a) AUTOR: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA - RO1073
RÉU: BENCHIMOL IRMAO & CIA LTDA
Advogado do(a) RÉU: GEORGE UILIAN CARDOSO DE SOUZA - RO4491
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente, por seu patrono, no prazo de 5 (cinco) dias, intimada para efetuar o pagamento de 5% do valor da causa corrigido, a título de multa (artigo 81 do CPC), pela litigância de má-fé.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7033404-04.2018.8.22.0001
Classe: MONITÓRIA (40)
AUTOR: BANCO DO BRASIL S/A
Advogado do(a) AUTOR: RAFAEL SGANZERLA DURAND - MT12208-A
RÉU: TERRAPLANAGEM PROGRESSO LTDA - EPP e outros
Advogado do(a) RÉU: AMARAL BORGES DA SILVA - RO2465
Advogado do(a) RÉU: AMARAL BORGES DA SILVA - RO2465
INTIMAÇÃO
Fica a parte autora intimada, para no prazo de 15 dias, responder aos embargos, consoante o art. 702, §5º, CPC/15.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7064594-53.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: SCARLETE PEREIRA SANTOS
Advogado do(a) AUTOR: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA - RO1073
RÉU: BANCO BRADESCO CARTOES S.A.
Advogado do(a) RÉU: MAURO PAULO GALERA MARI - RO4937-S
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida intimada a, no prazo de 15 dias, apresentar contrarrazões e/ou Recurso Adesivo ao recurso de apelação.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7043217-89.2017.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: ALEXANDRE CAMARGO - RO704
EXECUTADO: JUCELINA CORDEIRO DE SOUZA
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente intimada, no prazo de 05 dias, a apresentar manifestação acerca da petição de id. 26775981 juntada pela parte adversa.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307 e-mail: 2civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7018265-12.2018.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: SEABRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
Advogados do(a) EXEQUENTE: SERVIO TULIO DE BARCELOS - RO6673, MARCELO CANDIOTTO FREIRE - MG104784
EXECUTADO: DANILO PAIXAO ALVES SANTANA
INTIMAÇÃO
Para fins de atendimento ao pleito da parte AUTORA, fica esta intimada para que, no prazo de 05 dias, proceda ao prévio recolhimento das custas para cada requerido e de cada diligência pleiteada, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7006447-29.2019.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: RAIMUNDO RIBEIRO DA SILVA
Advogados do(a) AUTOR: CARLOS FREDERICO MEIRA BORRE - RO3010, VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR - RO3099
RÉU: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida intimada, no prazo de 05 dias, para manifestação quanto aos Embargos de Declaração apresentados.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7012998-59.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: LEONCIO DA SILVA SANTANA
Advogados do(a) AUTOR: MARIA HELOISA BISCA BERNARDI - RO5758, GUSTAVO BERNARDO HADAMES BERNARDI MONTEIRO - RO0005275A
RÉU: COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOSTOS DE RONDÔNIA - CAERD e outros
Advogado do(a) RÉU: CLAYTON CONRAT KUSSLER - RO3861
Advogado do(a) RÉU: WILSON BELCHIOR - CE17314
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida intimada a, no prazo de 15 dias, apresentar contrarrazões e/ou Recurso Adesivo ao recurso de apelação.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7012998-59.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: LEONCIO DA SILVA SANTANA
Advogados do(a) AUTOR: MARIA HELOISA BISCA BERNARDI - RO5758, GUSTAVO BERNARDO HADAMES BERNARDI MONTEIRO - RO0005275A
RÉU: COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOSTOS DE RONDÔNIA - CAERD e outros
Advogado do(a) RÉU: CLAYTON CONRAT KUSSLER - RO3861
Advogado do(a) RÉU: WILSON BELCHIOR - CE17314
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida intimada a, no prazo de 15 dias, apresentar contrarrazões e/ou Recurso Adesivo ao recurso de apelação.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7002467-74.2019.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO - RO3831
EXECUTADO: ADILIO ALVES CORREIA
Intimação
Considerando o pedido para expedição/desentranhamento do MANDADO, fica a parte autora, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimado(a) para no prazo de 5 (cinco) dias, proceder o recolhimento da taxa, que deverá ser o valor da diligência do oficial de justiça positiva, gerando o boleto para pagamento no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=MlUemieeJXHJRLgVw2OOAp_bZ65KzfhrXqOHVab-.wildfly01:custas1.1, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7049912-59.2017.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: ASSOCIACAO DE CREDITO CIDADAO DE RONDONIA
Advogado do(a) EXEQUENTE: KARINA DA SILVA SANDRES - RO4594
EXECUTADO: KATIELE PITTERI DOS SANTOS e outros (2)
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente intimada, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7005302-06.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: NATANAEL MARTINS DOS SANTOS
Advogados do(a) AUTOR: EVERTHON BARBOSA PADILHA DE MELO - RO3531, CARLA FRANCIELEN DA COSTA - RO7745
RÉU: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogados do(a) RÉU: GABRIELA DE LIMA TORRES - RO5714, ERICA CRISTINA CLAUDINO - RO6207, ANA CAROLINE ROMANO CASTELO BRANCO - RO5991, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318, MARCELO RODRIGUES XAVIER - RO2391
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente intimada, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu

levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível 7035484-38.2018.8.22.0001
Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
AUTOR: DANIEL FERREIRA DOS SANTOS CPF nº 716.374.782-91, RUA DO CRAVO 3207, - DE 2909/2910 AO FIM COHAB - 76807-874 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ALEXANDRE AZEVEDO ANTUNES OAB nº MT8843
RÉU: TELEFONICA BRASIL S.A. CNPJ nº 02.558.157/0001-62, TELEFONICA BRASIL S/A 1376, AV. ENGENHEIRO LUI CARLOS CIDADE MONÇÕES - 04571-936 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO RÉU: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES OAB nº GO29320 DESPACHO
Vistos.
I - Autorizo a expedição de alvará em favor do perito judicial para levantamento de 50% do valor depositado no ID nº 25180327.
Com a expedição do alvará, intime-se o expert para levantamento no prazo de cinco dias.
II - Fica a parte autora intimada para comparecer à Rua Joaquin Nabuco nº. 3200, sala 202 Bairro São Cristovão (Prédio do Medical Center), no dia 10/05/2019 às 09h00, portando os originais de seus documentos pessoais (RG, CPF, CTPS, Título de Eleitor e outros que contenha sua assinatura) para a Coleta de Material Grafoscópico.
Porto Velho 2 de maio de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7048100-45.2018.8.22.0001
Classe: CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO (32)
AUTOR: LD COMUNICACAO E SERVICOS LTDA - EPP
Advogados do(a) AUTOR: RAFAEL NEVES ALVES - RO9797, BENTO MANOEL DE MORAIS NAVARRO FILHO - RO4251
RÉU: BANCO DO BRASIL S/A
Advogados do(a) RÉU: SERVIO TULIO DE BARCELOS - RO6673, JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - RO6676
INTIMAÇÃO
Fica(m) a(s) parte(s) Requerente e Requerida no prazo de 15 (quinze) dias, especificar as provas que pretendem produzir, inclusive arrolando testemunhas, se assim entenderem, postulando e indicando a necessidade de prova pericial, uma vez que após a Réplica será saneado o feito e já apreciados os pedidos acerca das provas a serem produzidas, inclusive com a audiência de instrução e julgamento, se for o caso.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível 7063838-44.2016.8.22.0001
Prestação de Serviços
EXEQUENTE: Einstein Instituição de ensino Ltda. EPP CNPJ nº 05.919.287/0001-71, PAULO FREIRE 4767 FLODOALDO PONTES PINTO - 76801-330 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: IGOR JUSTINIANO SARCO OAB nº RO7957
EXECUTADO: CLAUDIO CESAR MARCOLINO RIBEIRO CPF nº 036.142.598-89, SANTA CATARINA 3655 SANTA FELICIDADE - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Vistos.
Este Juízo não tem depositário / administrador para indicar, motivo pelo qual foi determinada indicação pela parte exequente. Cumpra-se, pois, a parte exequente, o DESPACHO de ID Num. 25832820, no prazo de 10 dias, sob pena de preclusão.
Porto Velho 2 de maio de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO 7029480-19.2017.8.22.0001
Contratos Bancários, Expurgos Inflacionários / Planos Econômicos
EXEQUENTES: ANISIO ARNAUT CPF nº 140.604.189-00, RUA SANTA CATARINA 3.130, - ATÉ 3222/3223 SETOR 05 - 76870-544 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, DIONISIO PERIOTO CPF nº 085.192.508-15, AV. MARCEHAL RONDON 2.542 CENTRO - 76888-000 - MONTE NEGRO - RONDÔNIA, EDUARDO IOCCA CPF nº 239.861.829-34, RUA BAOBÁ 106 PARQUE PALMEIRAS - 87023-650 - MARINGÁ - PARANÁ, GERTRUDES MARIA MINETTO BRONDANI CPF nº 313.696.340-72, RUA FRANCISCO PRESTE 2.481 CENTRO - 76888-000 - MONTE NEGRO - RONDÔNIA, JOSE ANTONIO TORRES DE CASTRO CPF nº 011.530.722-20, BR 421 KM58 LOTE 14 Gleba 40 CENTRO - 76888-000 - MONTE NEGRO - RONDÔNIA, JOSE TENORIO CERQUEIRA CPF nº 160.910.197-91, AV. NATAL, SETOR 3 2.060 CENTRO - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, LUIZ DE MIRANDA CPF nº 102.942.872-72, ALAMEDA VITÓRIA-RÉGIA 2.206, - ATÉ 2235/2236 SETOR 04 - 76873-488 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, MARIA DAS DORES FERNANDES MAIA CPF nº 326.357.022-68, AVENIDA JK 1.924 CENTRO - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, RAIMUNDO DIAS DA COSTA CPF nº 350.739.692-00, RUA MACAÚBA, SETOR 09 4.687 CENTRO - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, ELIO RODRIGUES CPF nº 085.292.802-53, RUA MACEIÓ 2.290, - DE 2791/2792 AO FIM SETOR 03 - 76870-458 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: DIRCEU RIBEIRO DE LIMA OAB nº RO3471
EXECUTADO: ITAU UNIBANCO S.A. CNPJ nº 60.701.190/0705-79, AVENIDA RIO MADEIRA 3283 EMBRATEL - 76820-741 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
DECISÃO
Vistos,
Promova o cartório a associação dos patronos da parte executada, após, intime-se para apresentar contrarrazões da apelação apresentada, uma vez que não há prejuízo para a referida parte quanto a SENTENÇA de ID nº 24380569.
Porto Velho 2 de maio de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO 7007775-91.2019.8.22.0001
1/3 de férias, Dano Ambiental, Indenização por Dano Moral
Procedimento Comum
AUTOR: KELVIN FERNANDES DA SILVA CPF nº 024.145.532-43, JOSE SALES S/N JACY PARANÁ - 76840-000 - JACI PARANÁ (PORTO VELHO) - RONDÔNIA

ADVOGADO DO AUTOR: CARLOS FREDERICO MEIRA BORRE OAB nº RO3010, VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR OAB nº RO3099
RÉU: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A. CNPJ nº 09.391.823/0001-60, AVENIDA CALAMA 2.755 LIBERDADE - 76803-883 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU:
SENTENÇA
Vistos.
Sob o ID nº 25165281 foi oportunizado o prazo de quinze dias para a parte autora se manifestar sobre a existência da ação nº 7030232-54.2018.8.22.0001, ajuizada em 01/08/2018 e em trâmite perante a 5ª Vara Cível desta Comarca, a qual possui as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido, pelo que a autora se manifestou no ID nº 26368804, limitando-se a requerer a suspensão do processo até o dia 25/04/2019.
Com efeito, ocorre a litispendência quando a ação proposta tem os mesmos elementos de uma ação que já se encontra em curso (art. 337, §§§1º, 2º e 3º do CPC).
Posto isso, julgo extinto o presente feito, sem a resolução do MÉRITO, com base no art. 485, V, do Código de Processo Civil, ante a manifesta litispendência havida entre esta ação e os autos nº 7030232-54.2018.8.22.0001.
Sem custas processuais e sem honorários advocatícios.
P.R.I. Arquivem-se oportunamente.
Porto Velho 2 de maio de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível 7026635-48.2016.8.22.0001
Correção Monetária
EXEQUENTE: RAISUL LOGISTICA - FABRICACAO E REFORMA DE CAMARAS FRIGORIFICAS LTDA CNPJ nº 09.057.912/0002-55, HORTIFRUTIGRANJEIRO BR 364, KM13, BR 364 KM13 ZONA RURAL - 76815-991 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA CAHULLA OAB nº RO4117, TIAGO FAGUNDES BRITO OAB nº RO4239
EXECUTADO: ADRIANO DA SILVA LEITE CPF nº 849.490.232-68, AVENIDA GOIÂNIA 5210 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Vistos.
Autorizo a expedição de alvará em favor da parte exequente para levantamento do valor penhorado no ID nº 14186927.
Com a expedição do alvará, intime-se a parte exequente para levantamento no prazo de cinco dias.
Em caso de inércia, proceda-se a transferência do valor depositado para conta judicial de titularidade do TJRO n. 01529904-5, operação 040, agência 2848, Caixa Econômica Federal, conforme provimento n. 016/2010-CG.
Após, diga a parte exequente em termos de prosseguimento válido do feito, no prazo de quinze dias, sob pena de extinção e arquivamento.
Porto Velho 2 de maio de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 0025771-71.2012.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: GILMAR ANTONIO CAMILLO
Advogados do(a) EXEQUENTE: CLEBER DOS SANTOS - RO3210, LAERCIO JOSE TOMASI - RO0004400A
EXECUTADO: Catarina Augusta Vaquer Araujo e outros
Advogados do(a) EXECUTADO: FRANCISCO ALVES PINHEIRO FILHO - RO568, EVERTON MELO DA ROSA - RO0006544A, LUIS OTAVIO DE ARAUJO SILVA - RO6972, CESARO MACEDO DE SOUZA - RO6358
INTIMAÇÃO
Fica a parte Exequente intimada a dar regular andamento ao feito no prazo de 5 dias, sob pena de extinção/arquivamento.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível
7011497-07.2017.8.22.0001
Cobrança de Aluguéis - Sem despejo
AUTOR: COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO PLANALTO EIRELI - ME CNPJ nº 02.349.554/0001-24, RUA JOSÉ CAMACHO 7950, - DE 3095/3096 AO FIM EMBRATEL - 76820-886 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ISRAEL AUGUSTO ALVES FREITAS DA CUNHA OAB nº RO2913
RÉU: GILCIRLEIDE DE SOUZA OLIVEIRA CPF nº 767.991.072-34, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 4612, - DE 4240 AO FIM - LADO PAR PEDRINHAS - 76801-478 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: TAIRIS FRANCA MOREIRA OAB nº RO8105 DESPACHO
Vistos.
Nos termos do art. 12, I da Lei Estadual 3.896/16, fica a parte autora intimada a proceder o recolhimento da complementação das custas iniciais, prazo de 5 dias, sob pena de extinção.
Porto Velho 30/04/2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível
7017480-16.2019.8.22.0001
Transação
EXEQUENTE: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA CNPJ nº 84.596.170/0001-70, RUA ALEXANDRE GUIMARÃES 1927, - DE 1927 A 2067 - LADO ÍMPAR AREAL - 76804-373 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: EDIJANE CEOBANIUC DA SILVA OAB nº RO6897
EXECUTADO: INGRID LESNE SOUZA MACIEL CPF nº 030.980.532-59, RUA ANA OLIVEIRA 2028, - DE 2021/2022 A 2181/2182 CASCALHEIRA - 76813-099 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Vistos.
Para a pretendida executividade, o contrato deve ser acompanhado de prova inequívoca do cumprimento das obrigações que caberiam à parte exequente. No caso, tal adimplemento parece depender de demonstração de que a executada usufruiu dos serviços prestados pela exequente. Por isso, emende-se a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção.
No mesmo prazo e sob a mesma penalidade, recolher as custas judiciais, no importe de 2% sob o valor da causa.
Porto Velho 30 de abril de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível 7049828-92.2016.8.22.0001
Esbulho / Turbação / Ameaça
REQUERENTE: VANIMAR DE PAULA GOUVEA LOPES CPF nº 457.328.172-04, RUA QUINZE DE NOVEMBRO 3367, - DE 3206/3207 A 3565/3566 CONCEIÇÃO - 76808-378 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: CLAUDIO FON ORESTES OAB nº RO6783, LENINE APOLINARIO DE ALENCAR OAB nº RO2219
REQUERIDOS: JOSE OLIVEIRA DE ANDRADE CPF nº 133.762.171-49, RUA THALES BENEVIDES 5355, APTO 204 RIO MADEIRA - 76821-348 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, LUZ MAIDES WANDERLEY FRANCA CPF nº 300.277.721-87, GOIAS 429 CENTRO - 76720-000 - ARAGUAPAZ - GOIÁS
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: FRANCISCO CARLOS DO PRADO OAB nº RO2701 DESPACHO
Vistos.
Fica a parte requerida intimada a promover a citação da denunciada no prazo de 15 dias, sob pena de preclusão.
Porto Velho 30 de abril de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7062343-62.2016.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
AUTOR: CAMILA RUFINO DE OLIVEIRA
Advogado do(a) AUTOR: CRISTIAN DE SOUZA ARAUJO - RO6563
RÉU: FEDERACAO DAS UNIMEDS DA AMAZONIA-FED. DAS SOC. COOP. DE TRAB. MED. DO ACRE,AMAPA,AMAZONAS,PARA,RONDO E RORAIMA e outros
Advogados do(a) RÉU: RODRIGO SANTOS DA SILVA - AM10696, JULIANA FERREIRA CORREA - AM7589
Advogado do(a) RÉU: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - RO5546
INTIMAÇÃO
Para fins de atendimento ao pleito da parte AUTORA, fica esta intimada para que, no prazo de 05 dias, proceda ao prévio recolhimento das custas para cada requerido e de cada diligência pleiteada, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
INTIMAÇÃO
Processo: 7019763-46.2018.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: SOCIEDADE DE PESQUISA EDUCACAO E CULTURA, DR. APARICIO CARVALHO DE MORAES LTDA
Advogados do(a) EXEQUENTE: IZABEL CELINA PESSOA BEZERRA CARDOSO - RO796, SAMIR RASLAN CARAGEORGE - RO9301, CAMILA BEZERRA BATISTA - RO7212
EXECUTADO: THIAGO SILVA DE SOUZA e outros
Fica a parte Autora INTIMADA a se manifestar acerca da certidão do Oficial de Justiça no PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS, bem como para requerer em termos de prosseguimento, sob pena de extinção/arquivamento.
1) Caso queira o desentranhamento do MANDADO ou apresente novo endereço para nova diligência, deverá proceder o recolhimento da taxa, que deverá ser o valor da diligência do oficial de justiça positiva, gerando o boleto para pagamento no link abaixo descriminado, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=MlUemieeJXHJRLgVw2OOAp_bZ65KzfhrXqOHVab-.wildfly01:custas1.1,
2) Em caso de solicitação de busca de endereços, bloqueios on line e assemelhados, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7051483-31.2018.8.22.0001
Classe: INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA (12119)
REQUERENTE: JOCSAN DE OLIVEIRA MORAES
Advogado do(a) REQUERENTE: REYNALDO DINIZ PEREIRA NETO - RO4180
REQUERIDO: A. F. DE FRANCA - ME e outros (4)
Advogado do(a) REQUERIDO: JURACI APARECIDA VALENTE DA SILVA - RO0000156A
Advogado do(a) REQUERIDO: JURACI APARECIDA VALENTE DA SILVA - RO0000156A
Advogado do(a) REQUERIDO: JURACI APARECIDA VALENTE DA SILVA - RO0000156A
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimada para querendo, apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias.
1) Considerando que não houve a autocomposição entre as partes, nos termos do art. 12, inc.I, da Lei nº 3.896/2016 (Lei de Custas do TJRO), deverá(ão) a(os) autora/autores efetuar o recolhimento de mais 1% sobre o valor da causa a título de custas iniciais, comprovando-o nos autos no prazo de até 05 (cinco) dias após a audiência de conciliação, exceto se beneficiados(s) pela concessão da justiça gratuita.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 0199562-91.2006.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: CAIMEX EQUIPAMENTOS PARA MINERACAO E CONSTRUCAO LTDA.
Advogados do(a) EXEQUENTE: CLAUDIA ALVES - SP181029, ARMANDO JOSE BERTI - SP141386
EXECUTADO: PERFURACAO ARTESIANA LTDA - ME e outros (2)
INTIMAÇÃO
Ficam as partes intimadas, por intermédio de seus respectivos patronos, no prazo de 05 dias, tomar ciência das datas das hastas públicas designadas no ID 26838757, sendo o 1º hasta judicial: 02 de julho de 2019, às 10h00;
2º hasta judicial: 16 de julho de 2019, às 10h00 (caso seja necessário).

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 0021803-48.2003.8.22.0001

Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: EMBRASCON EMPRESA BRASILEIRA DE CONSTRUCAO CIVIL LTDA
Advogados do(a) EXEQUENTE: EDUARDO AUGUSTO FEITOSA CECCATTO - RO0005100A, ALAN ROGERIO FERREIRA RICA - RO1745, CELSO CECCATTO - RO111, WANUSA CAZELOTTO DIAS DOS SANTOS - RO0002326A
EXECUTADO: HEDDLAH FONSECA MORAES
Advogados do(a) EXECUTADO: ALEXANDRE PAIVA CALIL - RO2894, MARILCEIA RODRIGUES DE LIMA - RO2848, HONORIO MORAES ROCHA NETO - RO3736
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada a se manifestar acerca da impugnação apresentada, no prazo de 5 dias.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7034093-48.2018.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: Einstein Instituição de ensino Ltda. EPP
Advogado do(a) EXEQUENTE: IGOR JUSTINIANO SARCO - RO7957
EXECUTADO: MARCUS ANTONIO GOMES DA SILVA
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada a dar regular andamento ao feito no prazo de 5 dias, sob pena de extinção/arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7006553-88.2019.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: FRANCISCO JOSE DE MOURA MIRANDA
Advogados do(a) AUTOR: VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR - RO3099, CARLOS FREDERICO MEIRA BORRE - RO3010
RÉU: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida intimada, no prazo de 05 dias, para manifestação quanto aos Embargos de Declaração apresentados.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7034997-68.2018.8.22.0001
Classe: USUCAPIÃO (49)
AUTOR: FATIMA GOMES MOREIRA
Advogado do(a) AUTOR: MANOEL ONILDO ALVES PINHEIRO - RO852
RÉU: GUILHERME BOTELHO GUIMARAES
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimada para querendo, apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível
Processo nº 7047065-84.2017.8.22.0001
Reintegração / Manutenção de Posse
REQUERENTE: ROSELI TURMINA CPF nº 438.088.402-34, LINHA C 95 S/N, DISTRITO DE RIO PARDO ZONA RURAL, KM40 - 76900-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ELIEL SOEIRO SOARES OAB nº RO8442, CARLOS REINALDO MARTINS OAB nº RO6923
REQUERIDO: JOSE DE FATIMA ALVARENGA CPF nº 494.311.299-49, RUA EKOS 4322 RESIDENCIAL ELDORADO - 76874-090 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: EDAMARI DE SOUZA OAB nº RO4616
DECISÃO
Vistos.
Considerando que o documento de ID nº 23537207 demonstra que tramita na 10ª Vara Cível dessa Comarca ação de interdito proibitório envolvendo as mesmas partes e o mesmo imóvel, autuada sob o n. 7041470-07.2017.8.22.0001, verifica-se, conforme artigo 55 do Código de Processo Civil, a existência de conexão.
Haja vista que, em consulta ao Processo Judicial Eletrônico, fora constatado que o processo que tramita na 10ª Vara Cível foi distribuído em 20/09/2017, enquanto o presente em 30/10/2017, nos termos do art. 59 do CPC, tornou-se prevento o Juízo da 10ª Vara Cível.
Isto posto, com fulcro no artigo 55 do CPC, redistribuam-se os autos àquele Juízo com as nossas homenagens.
Porto Velho, 30 de abril de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível
7016140-08.2017.8.22.0001
Rescisão / Resolução, Rescisão do contrato e devolução do dinheiro
AUTOR: VIA VERDE TRANSPORTES E SERVICOS EIRELI - ME CNPJ nº 10.339.496/0001-86, AVENIDA CALAMA 5252, SALA 01 FLODOALDO PONTES PINTO - 76820-594 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: RENATO JULIANO SERRATE DE ARAUJO OAB nº AC4705
RÉU: IDEAL LOCADORA DE EQUIPAMENTOS LTDA CNPJ nº 11.432.814/0001-11, RUA CAPARARI 112 NOVA PORTO VELHO - 76820-016 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: FABIO CAMARGO LOPES OAB nº MG8807, MARLENE SOFIA DA SILVA NASCIMENTO OAB nº RO7990 DESPACHO
Vistos.
O requerimento de parcelamento de custas, não pressupõe o deferimento de assistência judiciária gratuita, pelo que defiro o parcelamento do restante das custas em 4 parcelas mensais. Recolha-se a primeira parcela no prazo de 15 dias (art. 290 do NCPC). Com o cumprimento integral, certifique o cartório e remetam-se conclusos.
Porto Velho 30 de abril de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307

Processo: 7030644-53.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: DORIEDSON DOS SANTOS
Advogado do(a) AUTOR: MARCOS ANTONIO SILVA PEREIRA - RO0000367A-A
RÉU: AUTOVEMA VEICULOS LTDA e outros
Advogado do(a) RÉU: JOSE CRISTIANO PINHEIRO - RO1529
Advogado do(a) RÉU: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES - RO6235-A
INTIMAÇÃO
Ficam as partes Requerente e Requerida, por seus patronos, intimadas acerca da petição ID 25109372 do Perito, a qual informa data e local de perícia.
Ficam ainda intimadas as Requeridas, para no prazo de 5 dias, proceder ao depósito dos honorários periciais.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível 0009319-20.2011.8.22.0001 Perdas e Danos, Rescisão do contrato e devolução do dinheiro
EXEQUENTE: PAULO ROBERTO DA SILVA CPF nº 334.747.617-49, AV. CALAMA, 2.615 OU, RUA 07, 157 - JD AMERICA LIBERDADE - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: INDIELE DE MOURA OAB nº RO6747, RAMIRES ANDRADE DE JESUS OAB nº RO9201, MAYRA MARINHO MIARELLI OAB nº RO4963, MARCIO MELO NOGUEIRA OAB nº RO2827, EUDES COSTA LUSTOSA OAB nº RO3431, DIEGO DE PAIVA VASCONCELOS OAB nº RO2013
EXECUTADO: MARIA RODRIGUES RIBEIRO DA SILVA CPF nº 028.308.922-91, RUA JOAQUIM NABUCO 2601, CENTRO - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: MIRLENI DE OLIVEIRA MARIANO MEIRA OAB nº RO5708, WALMAR MEIRA PAES BARRETO NETO OAB nº RO2047, JOSE EDUVIRGE ALVES MARIANO OAB nº RO324 DESPACHO
Vistos,
Cumpra-se a parte final da SENTENÇA de Id nº 25773799.
Porto Velho 30 de abril de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7015854-59.2019.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ANTONIO MARCOS ANGELO
Advogado do(a) AUTOR: JUSCELIO ANGELO RUFFO - RO8133
RÉU: CERON CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 2ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA - CEJUSC/CÍVEL Data: 30/05/2019 Hora: 12:00
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 30 de abril de 2019.
GABRIEL MILHOMEM MELO MARINHO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível
Processo nº 7010053-70.2016.8.22.0001
Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: H. V. COMERCIAL LTDA - ME CNPJ nº 11.773.333/0001-70, AVENIDA AMAZONAS 7137 CUNIÃ - 76824-451 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: NILTON DANTAS DA SILVA OAB nº RO243
EXECUTADO: BRIZA INDUSTRIA E COMERCIO DE DOCES LTDA CNPJ nº 44.764.587/0001-80, AVENIDA TIRADENTES 812 JARDIM SANTA CECÍLIA - 13733-015 - MOCOCA - SÃO PAULO
ADVOGADO DO EXECUTADO: GILBERTO LOPES THEODORO OAB nº MG166305, WAGNER CHIODI JUNIOR OAB nº SP286396
DECISÃO
Vistos,
Realizado bloqueio do valor total exequendo em ativos financeiros da parte executada junto ao sistema BACEN-JUD, com o acréscimo de 10% do valor da obrigação a título de multa, pois já decorrido o prazo de 15 dias para o pagamento voluntário, nos termos do §1º do art. 523, do CPC e 10% a título de honorários advocatícios, CONVOLO-O em penhora.
Fica a parte executada intimada na forma do § 1º do art. 841 c/c § 3º do art. 854 do Código de Processo Civil (5 dias).
Havendo manifestação nos termos do § 3º do art. 854 do CPC, dê-se vista ao exequente. Decorrido o prazo sem manifestação do executado, certifique-se e tornem conclusos.
Porto Velho, 30 de abril de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO
7000269-69.2016.8.22.0001
Administração de herança, DIREITO DO CONSUMIDOR, Indenização por Dano Moral, Irregularidade no atendimento
AUTOR: FRANCISCA MARINHO MARQUES CPF nº 555.783.903-82, RUA CEMETRON 1782 SÃO FRANCISCO - 76900-999 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: FRANCISCO DIONE MARIM AMANCIO OAB nº RO7287, VALDISMAR MARIM AMANCIO OAB nº RO5866
RÉU: BANCO DO BRASIL S.A. CNPJ nº 00.000.000/0001-91, AVENIDA AMAZONAS 2623, - DE 1885 A 2347 - LADO ÍMPAR NOVA PORTO VELHO - 76820-115 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: RAFAEL SGANZERLA DURAND OAB nº MT12208A DESPACHO
Vistos.
I - Cuida-se de cumprimento de SENTENÇA. Altere-se a classe processual.
II - Considerando o requerimento de IDs nº 25850806 e 25850809, INTIME-SE a parte devedora a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, satisfaça a obrigação, adimplindo o montante da condenação, corrigido e atualizado nos termos da SENTENÇA, sob pena de aplicação de honorários em execução e multa de 10% prevista no artigo 523, §1º, do CPC.
III - Advirta-se, desde já, o(a) executado(a) de que eventuais impugnações, deverão ser opostos(as) nos próprios autos, no prazo de 15 (quinze) dias, bem ainda delimitar e demonstrar especificamente os valores impugnados, bem como ser instruídos com os documentos que se fizerem necessário à demonstração do alegado, sob pena de preclusão e de imediato julgamento da impugnação, nos termos do artigo 525, §1º, do CPC.
Havendo impugnação, INTIME-SE a parte exequente para manifestar-se sobre a impugnação ao cumprimento de SENTENÇA, no prazo de 15 (quinze) dias.
IV - Decorrido o prazo para impugnação sem manifestação, certifique-se nos autos, e não havendo a satisfação da obrigação, o que deverá ser certificado, INTIME-SE a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, atualizar o débito e para que dê prosseguimento normal ao feito, observando a ordem preferencial disposta no art. 835 do CPC.
V - Havendo pagamento, expeça-se o competente alvará judicial em nome da parte e/ou advogado (se o instrumento de procuração

autorizar) para levantamento dos valores com juros/correções/ rendimentos, sob pena de envio dos respectivos valores depositados na conta judicial para a conta centralizadora. (Obs.: aguarde-se, em cartório, o decurso do prazo de vencimento do alvará).
VI - Posteriormente, por ato ordinatório, INTIME-SE a parte exequente, por meio de seu(s) advogado(s), para informar a satisfação do crédito e/ou requerer o que de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de aceitação dos valores depositados como sendo o pagamento integral da obrigação.
VII - Por fim, mantendo-se inerte a parte exequente, envie-me os autos conclusos para SENTENÇA de extinção.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO CARTA/ MANDADO /CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS AO CUMPRIMENTO DESTE observando-se o(s) seguinte(s) endereço(s) para localização:
Nome: RÉU: BANCO DO BRASIL S.A.
Endereço: RÉU: BANCO DO BRASIL S.A., AVENIDA AMAZONAS 2623, - DE 1885 A 2347 - LADO ÍMPAR NOVA PORTO VELHO - 76820-115 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Expeça-se o necessário.
Porto Velho 30 de abril de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível
7052510-83.2017.8.22.0001
Rescisão / Resolução, Corretagem, Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material
AUTORES: LUIZ GUSTAVO DE ALMEIDA CALDEIRA CPF nº 955.188.861-87, AVENIDA GUAPORÉ 6035, APTO 201 D RIO MADEIRA - 76821-431 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, ROZANE MARIA FREITAS CPF nº 027.415.111-10, AVENIDA GUAPORÉ 6035, APTO 201 D RIO MADEIRA - 76821-431 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: FABIO HENRIQUE DOS SANTOS LEAO OAB nº RO4402
RÉUS: INCORPORADORA IMOBILIARIA PORTO VELHO LTDA CNPJ nº 04.793.899/0001-06, ESTRADA DA PENAL, - ATÉ 4366 - LADO PAR FLODOALDO PONTES PINTO - 76820-710 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, CIPASA DESENVOLVIMENTO URBANO S.A. CNPJ nº 05.262.743/0001-53, RUA JOAQUIM FLORIANO 466, EDIIFÍCIO CORPORATE ITAIM BIBI - 04534-000 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DOS RÉUS: GUILHERME LEITE DA CUNHA OAB nº SP365233, MAURICIO ROBERTTI NETO OAB nº SP398865, PEDRO SCUDELLARI FILHO OAB nº SP194574, MARCELO PELEGRINI BARBOSA OAB nº DF41774
SENTENÇA
Vistos.
Luiz Gustavo de Almeirda Caldeira e Rozane Maria Freitas Caldeira propuseram ação de rescisão contratual com restituição de valores pagos c/c pedido de danos morais em face de Incorporadora Imobiliária Porto Velho Ltda e Cipasa Desenvolvimento Urbano S.A. alegando que em julho de 2015 compraram um lote residencial das requeridas, mais precisamente o Lote 49, Quadra 544, do loteamento Residencial Aliança, identificado como Verana Porto Velho/RO, no valor de R$ 86.242,62, sendo pago um sinal no valor de R$ 3.483,27, restando um saldo devedor de R$ 82.759,35, pagos da seguinte forma R$ 56.124,00, divididos em 180 prestações mensais e sucessivas de R$ 651,59 e R$ 26.635,35 divididos em 15 parcelas anuais e sucessivas no valor R# 3.910,72, conforme contrato de compra e venda. Aduzem que no momento da compra foram informados que o prazo para entrega do loteamento seria até junho de 2016, podem ser prorrogado por mais 06 meses da data da assinatura do contrato, ou seja, até janeiro de 2016. Argumentam que realizaram a compra com o intuito de construir sua residência, pois moram de aluguel e que, em decorrência disso, pagavam religiosamente as parcelas do financiamento. Aduzem, todavia, que o prazo da entrega do imóvel já se esgotou a mais de um ano, tendo esgotado, inclusive, o prazo do alvará do loteamento, vencido em janeiro de 2017. Alegam nulidade da cláusula de tolerância. Informam que em decorrência do referido atraso, não possuem mais interesse no lote adquirido, tendo comunicado as requeridas para proceder a rescisão contratual, porem, sem sucesso. Ante a negativa, afirma que protocolaram petição junto ao Procon, tendo a requerida CIPASA se limitado a dizer que pela natureza jurídica da alienação, não é possível realizar a rescisão contratual e que falta apenas a CONCLUSÃO das calçadas e a autorização da SEMTRAN, contudo, mais uma vez não especifica uma data para a entrega. Aduzem que quem deu causa ao desfazimento do contrato foi a requerida e que, dessa forma, devem devolver o valor de R$ 31.962,10, acrescidos de juros e correção monetária, referente aos valores já pagos, bem como os que vierem a ser pagos no decorrer da presente ação. Afirmam ainda que pagaram a título de corretagem a quantia de R$ 6.470,90, que deve ser restituída com juros e correção monetária desde a época do seu desembolso. Argumentam que tiveram a sua esfera da intimidade atingida, uma vez que tiveram seus planos de construir a casa própria interrompido. Requerem a procedência da ação, declarando a resilição contratual, condenando as requeridas a restituírem aos autos os valores pagos até o final da presente ação, que se encontram, quando da propositura, na quantia de R$ 31.962,10, devidamente atualizados, retendo-se, se for o caso, o percentual de 10% de tais valores, pugnam também pela isenção de eventual taxa de transferência do imóvel mediante o cartório competente. Requerem também a condenação das requeridas em indenizá-los na quantia de R$ 5.000,00, para cada autor, pelos danos morais sofridos, bem como a ressarci-los pela corretagem paga, na quantia de R$ 6.470,90. Juntam documentos.
DECISÃO de ID nº 17361336 deferiu a tutela antecipada.
Regularmente citadas, as requeridas apresentaram contestação (ID nº 20613802) alegando que a expectativa inicial para CONCLUSÃO da obra em comento era de 36 meses, a contar do mês de junho de 2013, data do início das obras, porém a parte autora sempre teve ciência da aplicação do prazo previsto na Lei nº 6.766/1979, fato que pode ensejar a prorrogação dos prazos pela prefeitura local. Afirma que é impossível a rescisão do contrato, uma vez que o contrato celebrado entre as partes não é um mero compromisso de compra e venda, mais sim contrato gravado de garantia real, consistente em cláusula de alienação fiduciária. Argumenta ainda que, caso seja procedente a rescisão contratual, necessário será fixar o percentual de retenção em 30% dos valores pagos pelos requerentes, deduzindo-se a comissão de intermediação imobiliária e demais rubricas não restituíveis. Afirma ainda que é indevida a devolução dos valores pagos a título de IPTU, Taxas Associativas e ITBI. Acrescenta que caso seja reconhecida a rescisão, os requerentes devem ser condenados ao pagamento da taxa de ocupação de 1% ao mês sobre o valor atualizado do contrato. Aduz que os autores não comprovam a ocorrência dos danos morais alegados e que mero dissabor não enseja na sua reparação. Quanto a taxa de corretagem, informa que foi expresso no contrato que a responsabilidade pelo pagamento era dos compradores, não havendo de se falar na sua restituição, principalmente pelo fato do serviço ter sido devidamente prestado. Requer a improcedência dos pedidos da inicial, por inexistência da mora na CONCLUSÃO das obras.
Réplica no ID nº 22755125.
Determinada a manifestação das partes quanto a eventuais provas que ainda pretendiam produzir, ambas informaram que não havia mais.
É o relatório necessário.
Decido.
Trata-se de Ação Ordinária Indenizatória que o autor move em desfavor da empresa requerida, argumentando que o excessivo atraso na entrega do empreendimento lhe causou dano moral e prejuízo material.

O ponto nevrálgico da questão consiste em apurar a respeito do atraso na entrega da obra e as consequências daí advindas, notadamente se há ou não dever de indenizar em razão do alegado atraso e se acarreta na rescisão do contrato.

Pois bem. Resta incontroverso a existência de contrato entre as partes em que a requerida se comprometeu a entregar o imóvel à autora em 36 meses (ID nº 15107720, 15107740 - Pág. 11,) e considerando a carência (180 dias – cláusula 5.3.2 - fl. 35) a data limite para a entrega das chaves dar-se-ia em 01/2013, sendo que a entrega nunca ocorreu.

A cláusula 10.1.1. afirma que as obras de implantação e infraestrutura seriam entregues de acordo com o cronograma aprovado pela Prefeitura Municipal de Porto Velho/RO e a cláusula 10.2.1 afirma que as obras complementares (clube, portaria, paisagismo e muro), seriam entregues no prazo máximo de 6 (seis) meses após a entrega das obras de implantação e infraestrutura (15107740 - Pág. 11 e 12).

O cronograma estimado das obras (ID nº 15107827 - Pág. 2) aponta como início das obras o mês de junho de 2013 e duração de 36 meses, ou seja, deveria ser finalizado no mês de junho de 2016. Acrescido o prazo para as obras complementares, o empreendimento deveria ter sido entregue em janeiro de 2017. Verifica-se assim, que estes seis meses não são cláusula de tolerância, e sim, parte do cronograma de realização das obras do empreendimento.

Portanto, o prazo final para que a requerida entregasse a obra era dezembro de 2016, no entanto, o HABITE-SE apenas foi emitido pela prefeitura no dia 19/12/2017, conforme Id nº 20613863 - Pág. 1, apesar do requerimento ter sido protocolado no dia 01/11/2016 (20613858 - Pág. 2) e a SEMTRAN ter recebido as ruas e calçadas no dia 10/12/2016 (ID nº 20613856 - Pág. 1).

Não ilide a responsabilidade do construtor a indenizar, a demora na expedição do 'habite-se' do imóvel, se sua entrega ocorreu em data muito posterior aquela que foi prevista no instrumento contratual como a de satisfação da obrigação. Neste sentido:

APELAÇÃO CÍVEL. PROMESSA DE COMPRA E VENDA. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ATRASO NA ENTREGA DO IMÓVEL. INADIMPLEMENTO DA PROMITENTE VENDEDORA. FATO SUFICIENTEMENTE COMPROVADO. Demonstrado a extrapolação do prazo de CONCLUSÃO da obra, devidamente ajustado no contrato, possível a condenação da parte ré ao pagamento dos prejuízos materiais advindos da mora. Fatores externos, como escassez de mão-de-obra, de material de construção, greve, embargo da obra, atraso do poder público na execução de obras de infra-estrutura ou demora na expedição de habite-se, dentre outros, nenhuma relação têm com caso fortuito ou força maior, relacionando-se com os riscos do empreendimento, não podendo, assim, a empreendedora, dividir esses riscos com o promitente comprador. CONDENAÇÃO DA PARTE RÉ AO REEMBOLSO DE ALUGUEIS PAGOS DURANTE O PERÍODO DE MORA. POSSIBILIDADE. GASTOS DEVIDAMENTE COMPROVADOS. NEGARAM PROVIMENTO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70079910014, Décima Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Pedro Celso Dal Pra, Julgado em 28/03/2019)

Mantenho, portanto, a validade do contrato celebrado entre as partes, notadamente quanto a cláusula 10.2.1, definindo como prazo final para entrega do imóvel o mês de janeiro de 2017, termo inicial da mora da requerida, sendo que a própria requerida afirma na contestação que o "Habite-se" foi emitido somente em dezembro de 2017, portanto com 12 (doze) meses de atraso.

Apesar da alegação de que o consumidor está submisso ao disposto no artigo 18, inciso V da Lei nº 6.766/1979, esta não merece prosperar, uma vez que esta vincula, única e exclusivamente o empresário loteador a administração municipal, sendo relação jurídica diversa da existente com o consumidor. Portanto, este prazo não pode ser transferido aos consumidores, posto que estes não possuem nenhuma ingerência na tramitação dos processos.

Não haveria o porquê da prorrogação de entrega se não fosse justamente pra que a demandante sanasse problemas não previstos durante a construção em prazo considerável.

Permitir que a requerida prorrogue a seu bel-prazer a cláusula em questão não pode ser compactuada pelo

PODER JUDICIÁRIO , pois demonstra vantagem excessiva da construtora em face do consumidor, pessoa vulnerável e, por isso, resguardada pelo Código de Defesa do Consumidor.

Reconhecida a culpa da requerida pelo atraso na entrega da obra, passemos a análise dos pedidos correlacionados.

De um lado temos a parte autora que realiza a aquisição de um bem imóvel "em fase de construção", se comprometendo ao pagamento das parcelas previamente pactuadas e de outro lado, temos a parte requerida que se compromete a construir e entregar o bem imóvel na data aprazada.

A única alegação sobre defeito ou vício no negócio jurídico realizado entre as partes já foi decidido, assim, reconheço o contrato como válido, devendo suas cláusulas e condições, juntamente aos DISPOSITIVO s legais pertinentes, nortear essa DECISÃO.

A requerente afirma que até a data da propositura da ação o imóvel não lhe havia sido entregue. A parte requerida, por sua vez, afirma que as obras já foram concluídas, contando com Habite-se desde dezembro de 2017.

Pelas razões supra articuladas, tem-se que a parte Requerida, por sua culpa única e exclusiva, inadimpliu cláusula contratual, uma vez que não entregou o imóvel no prazo avençado, dando causa, portanto, à rescisão contratual.

Destarte, estabelecida a existência de causa justificadora da rescisão contratual, torna-se rescindido o contrato firmado entre os litigantes.

Verificada a rescisão contratual, passa-se a analisar a existência dos danos materiais pleiteados e as demais repercussões.

Restando incontroverso que a requerida deixou de atender, sem razão plausível para tanto, o prazo estabelecido para entrega da unidade imobiliária negociada por meio de contrato de promessa de compra e venda, deve-se acolher o pedido de condenação da construtora à restituição dos valores pagos pela autora.

Significa dizer que, estando incontroversa a ausência de entrega do imóvel, diante da inadimplência da requerida, não pode ficar a contratante, ora requerente, prejudicada por não receber a unidade imobiliária em que investiu.

Convém aqui ressaltar que não tem razão de ser as alegações da requerida, no sentido de que faz jus à retenção de parte dos valores pagos pela requerente.

É que, embora haja cláusula contratual expressa nesse sentido, a culpa da requerida pela rescisão operada, ora reconhecida, impede que se admita a retenção por ela pretendida, mesmo porque, conforme se infere da leitura do contrato celebrado, as hipóteses em que é cabível a retenção de valores por parte da construtora foram estabelecidas para a rescisão operada por culpa do consumidor.

Muito embora na solução de litígios dessa ordem seja pacífico o posicionamento da jurisprudência no sentido de que é devida a restituição dos valores pagos pelo comprador, com a retenção de uma percentagem destes valores pela construtora, deve o juízo levar em consideração as particularidades de cada caso, a fim de evitar abuso ou injustiça.

No caso em tela, não se trata de mera desistência do consumidor, ou mesmo do advento de circunstância cuja responsabilidade seja a ele imputável, mas sim de rescisão operada em razão da negligência da construtora na concretização do empreendimento e, por isso, não há como se admitir o direito dela à retenção dos valores pagos no ajuste. Nesse sentido:

"DIREITO DO CONSUMIDOR. ATRASO NA ENTREGA DE IMÓVEL ADQUIRIDO NA PLANTA. RESCISÃO DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA. 1. O comprador de imóvel em construção, que, inclusive, paga o sinal, não pode ser submetido a aguardar eventual assinatura do contrato de financiamento com o agente financeiro para que seja estabelecida a data da entrega do bem. Cláusula desse jaez cria privilégio ao fornecedor, devendo, pois, ser considerada abusiva (artigo 51, IV, do CDC) pela exagerada desvantagem em detrimento do consumidor. Ademais, a CONCLUSÃO da obra não

depende dos financiamentos a serem tomados pelos compradores. São coisas distintas que não se misturam. Dispõe o inciso XII do art. 39 do CDC que se considera abusiva a conduta do fornecedor consistente em 'deixar de estipular prazo para o cumprimento de sua obrigação ou deixar a fixação de seu termo inicial a seu exclusivo critério'. 2. Não merecem prevalência as estipulações contratuais que determinam a retenção, em caso de rescisão da avença, de percentuais para cobrir despesas administrativas, de publicidade e de comercialização, bem como do valor pago a título de sinal, quando a parte não está simplesmente desistindo do empreendimento sem justificativa, mas, ao revés, busca a rescisão do contrato por culpa da construtora, que não edificou no prazo convencionado. 3. Recurso conhecido e não provido." (TJ/DF 2ª Turma Cível, Acórdão n. 788596, AC n. 20120710333517, Rel. Waldir Leôncio Lopes Júnior, julg. em 07/05/2014, pub. no DJE de 15/05/2014, pág. 149 – grifei).

"CONSUMIDOR. PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. ATRASO NA ENTREGA DO IMÓVEL. CULPA EXCLUSIVA DA CONSTRUTORA. COMISSÃO DE CORRETAGEM. DEVOLUÇÃO. PRESCRIÇÃO TRIENAL. LUCROS CESSANTES. VALOR DE LOCAÇÃO. RETENÇÃO DE VALORES. IMPOSSIBILIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. DATA DO EFETIVO PREJUÍZO. O prazo prescricional que fulmina a pretensão de ressarcimento de cobrança a título de comissão de corretagem é o trienal, nos termos do artigo 206, §3°, inciso IV, do Código Civil. Uma vez ultrapassado o prazo de tolerância de 180 dias previsto no contrato, o consumidor tem direito aos lucros cessantes, equivalentes ao aluguel mensal do imóvel, e que, em tese, obteria, caso estivesse alugado, para compensar os prejuízos acarretados ao consumidor, em decorrência do atraso na entrega da unidade. Não é razoável que o consumidor seja penalizado com a retenção de valores pagos na aquisição do imóvel, se este agiu de forma irretocável durante o cumprimento do contrato, imputando-se a culpa pela rescisão do contrato exclusivamente à construtora. Por ter a correção monetária o escopo de recompor os efeitos deletérios da inflação, deve incidir sobre os valores devidos, a título de lucros cessantes, a partir da data em que cada parcela passou a ser devida, por ser este o momento do efetivo prejuízo." (TJ/DF 6ª Turma Cível, Acórdão n. 776521, AC n. 20130111049048, Rel. Esdras Neves, julg. em 02/04/2014, pub. no DJE de 08/04/2014, pág. 257 – grifei).

O valor a ser restituído à requerente, portanto, deve ser aquele que ele transferiu à requerida em decorrência da negociação havida entre as partes, ou seja, R$ 31.962,10 e sobre ele, como explicado, não pode ser aplicada a retenção pretendida pela requerida.

A correção monetária deve se dar pela tabela do Tribunal de Justiça do estado de Rondônia a partir de cada desembolso e os juros moratórios devem ser aplicados na forma simples, no percentual de 1% (um por cento) ao mês, a partir da mora em que incorreu a requerida.

Assim, o prazo final para entrega da unidade adquirida pela requerente é Janeiro de 2017 e somente a partir de fevereiro de 2017 é que devem incidir os juros.

Quanto a restituição da taxa de corretagem, em recente DECISÃO, o STJ validou a cobrança da taxa de corretagem pelas empresas que negociam os imóveis, desde que informado de forma explícita e prévia ao consumidor, conforme se vê abaixo:

RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA. VENDA DE UNIDADES AUTÔNOMAS EM ESTANDE DE VENDAS. CORRETAGEM. CLÁUSULA DE TRANSFERÊNCIA DA OBRIGAÇÃO AO CONSUMIDOR. VALIDADE. PREÇO TOTAL. DEVER DE INFORMAÇÃO. SERVIÇO DE ASSESSORIA TÉCNICO-IMOBILIÁRIA (SATI). ABUSIVIDADE DA COBRANÇA. I - TESE PARA OS FINS DO ART. 1.040 DO CPC/2015: 1.1. Validade da cláusula contratual que transfere ao promitente-comprador a obrigação de pagar a comissão de corretagem nos contratos de promessa de compra e venda de unidade autônoma em regime de incorporação imobiliária, desde que previamente informado o preço total da aquisição da unidade autônoma, com o destaque do valor da comissão de corretagem. 1.2. Abusividade da cobrança pelo promitente-vendedor do serviço de assessoria técnico-imobiliária (SATI), ou atividade congênere, vinculado à celebração de promessa de compra e venda de imóvel. II - CASO CONCRETO: 2.1. Improcedência do pedido de restituição da comissão de corretagem, tendo em vista a validade da cláusula prevista no contrato acerca da transferência desse encargo ao consumidor. Aplicação da tese 1.1. 2.2. Abusividade da cobrança por serviço de assessoria imobiliária, mantendo-se a procedência do pedido de restituição. Aplicação da tese 1.2. III - RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO. (Processo: REsp 1599511 / SP - RECURSO ESPECIAL 2016/0129715-8 – Relator (a): Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO (1144) - Órgão Julgador: S2 - SEGUNDA SEÇÃO - Data do Julgamento: 24/08/2016 - Data da Publicação/Fonte: DJe 06/09/2016

O Código de Defesa do Consumidor, ao consagrar os princípios da boa-fé objetiva, da transparência, do dever de informar e da vulnerabilidade do consumidor, trouxe importantes inovações no âmbito das relações contratuais, permitindo, assim, estabelecer igualdade e equilíbrio entre o consumidor e o fornecedor, uma vez que este dispõe comumente de melhores condições técnicas, econômicas e intelectuais para o desempenho de suas atividades.

A DECISÃO do STJ se embasa no próprio Código de Defesa do Consumidor. O art. 46 do reconheceu o dever de informar sobre o conteúdo do contrato a ser firmado, ao dispor que "os contratos que regulam as relações de consumo não obrigarão os consumidores, se não lhes for dada a oportunidade de tomar conhecimento prévio de seu conteúdo, ou se os respectivos instrumentos forem redigidos de modo a dificultar a compreensão de seu sentido e alcance."

Assim, como já houve deliberação de órgão superior quanto a matéria apresentada, não há como ser dado procedência ao pedido, tendo em vista que o autor assinou contrato de promessa de compra e venda que prevê o pagamento da taxa de corretagem na cláusula 2., ID Num. 15107720 - Pág. 9

Quanto ao pleito por danos morais, também não assiste razão à parte autora, pois, nesse caso de inadimplemento contratual, o dano moral não é presumido pelo simples fato, mas demanda comprovação nos autos e não restou demonstrada situação de gravidade que justifique condenação por dano moral.

Imperioso destacar que é ônus do demandante provar a existência do direito exigido, vez que para que se configure o dano moral e se torne possível a reparação, deve restar provado, ao menos, o fato constitutivo do direito do autor, conforme determina o art. 373, inciso I do CPC: "O ônus da prova incumbe: I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito", ou seja, o autor deveria demonstrar que a conduta da demandada lhe causou um prejuízo de ordem moral, o que não restou evidenciado.

Ademais, segundo o Superior Tribunal de Justiça, em recentíssimo precedente, manifestou-se no sentido de que o atraso na entrega de imóvel, em regra, não dá direito a dano moral. Veja-se:

RECURSOS ESPECIAIS. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS NA PLANTA. ENTREGA DA OBRA. ATRASO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. PROPRIETÁRIO PERMUTANTE. LEGITIMIDADE. CLÁUSULA PENAL. RECIPROCIDADE. LUCROS CESSANTES. CUMULAÇÃO. POSSIBILIDADE. EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO. PROVA. ÔNUS. RÉU. EXCESSO DE CHUVAS. ESCASSEZ DE MÃO DE OBRA. CASO FORTUITO. FORÇA MAIOR. NÃO CONFIGURAÇÃO. LUCROS CESSANTES. TERMO FINAL. REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/ STJ. INADIMPLEMENTO CONTRATUAL. DANOS MORAIS. 1. [c]. 2. [...]. 3. [...] 4. [...]. 6. [c] 7. [...]. 8. [...]. 9. O simples inadimplemento contratual não é capaz, por si só, de gerar dano moral indenizável, devendo haver consequências fáticas que repercutam na esfera de dignidade da vítima, o que não se constatou no caso concreto. 10. Recursos especiais parcialmente conhecidos e não providos. (REsp n. 1.536,354 – DF (2015/0133040-3). Julgado em 07/06/2016. Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva).

No caso em apreço, não se vislumbra qualquer situação que tenha transbordado a fronteira dos percalços e transtornos excepcionais a justificar reparação moral.

Com fulcro no artigo 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados pela parte autora na inicial, para:
a) DECLARAR rescindido contrato de Promessa de Compra e Venda entabulado entre as partes, acostado às ID Num. 15107720.
b) DETERMINO à requerida que restitua à requerente, os valores pagos pela aquisição do imóvel ID nº 15107861, com correção monetária pela tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, a partir de cada pagamento, e juros simples de 1% (um por cento) ao mês, a partir de fevereiro de 2017.
c) CONFIRMAR a tutela de urgência concedida no Id nº 17361336.
Declaro improcedente o pedido de indenização por danos morais e de restituição da taxa de corretagem.
Custas, despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados, na forma do §2º do art. 82 do CPC, em 15% (quinze por cento) da condenação e, considerando que cada litigante foi em parte vencedor e em parte vencido, a proporção será de 70% a cargo da parte autora e 30% a cargo das requeridas, nos termos do art. 86 do CPC, sendo vedada a compensação, nos termos do §14 do art. 85 do CPC e ressalvando a circunstância dos § § 2º e 3º do art. 98 do CPC.
Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA, procedam-se as baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado.
Em caso de interposição de apelação ou de recurso adesivo, intime-se o recorrido para apresentar suas contrarrazões no prazo de 15 dias. Com a apresentação das contrarrazões ou o decurso do referido prazo, subam os autos ao E. TJ/RO, conforme disciplina o art. 1.010, §§1º, 2º e 3º do Código de Processo Civil.
Certificado o trânsito em julgado, e pagas as custas ou inscritas em dívida ativa em caso de não pagamento, o que deverá ser certificado, arquivem-se.
P.R.I.
Porto Velho 30 de abril de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 0009464-37.2015.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: PAULO AUGUSTO DE SOUSA
Advogado do(a) EXEQUENTE: LECI SABINO DA SILVA - RO5445
EXECUTADO: BANCO GERADOR S.A
Advogados do(a) EXECUTADO: MARIA CAROLINA DA FONTE DE ALBUQUERQUE SILVA - PE20795, SERGIO CARDOSO GOMES FERREIRA JUNIOR - RO4407
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente intimada, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível
7062354-91.2016.8.22.0001
Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
EXEQUENTE: GAZIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA CNPJ nº 77.941.490/0001-55, RODOVIA ANTÔNIO PEDROSO S/N CENTRO - 87485-000 - DOURADINA - PARANÁ
ADVOGADO DO EXEQUENTE: CELSO NOBUYUKI YOKOTA OAB nº PR33389, FRANCISCO JOSE GONCALVES DE CAMARGO FILHO OAB nº RO2764, ARMANDO SILVA BRETAS OAB nº AC31997, JULIO CESAR TISSIANI BONJORNO OAB nº PR33390
EXECUTADO: ELIONAI PASSOS SOARES CPF nº 011.602.982-03, RUA GREGÓRIO ALEGRE 7473, - DE 7510/7511 AO FIM PLANALTO - 76825-512 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: LUCAS ARABE GOMES DA SILVA OAB nº RO8170, VICTOR ALIPIO AZEVEDO BORGES OAB nº MT6985 DESPACHO
Vistos.
Considerando a diligência pretendida no ID nº 25392007, deve a parte exequente recolher as custas referentes ao art. 17 a 19 da Lei Estadual n. 3.896/16 e apresentar planilha detalhada e atualizada do débito, no prazo de cinco dias, sob pena de indeferimento do requerimento.
Porto Velho 30 de abril de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 0009464-37.2015.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: PAULO AUGUSTO DE SOUSA
Advogado do(a) EXEQUENTE: LECI SABINO DA SILVA - RO5445
EXECUTADO: BANCO GERADOR S.A
Advogados do(a) EXECUTADO: MARIA CAROLINA DA FONTE DE ALBUQUERQUE SILVA - PE20795, SERGIO CARDOSO GOMES FERREIRA JUNIOR - RO4407
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida, na pessoa de seu(ua) advogado(a), notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO 7008572-04.2018.8.22.0001
Pagamento em Consignação
AUTOR: jose de ribamar silva CPF nº 044.612.662-49, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 2686, SALA 101 EMBRATEL - 76820-892 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

ADVOGADO DO AUTOR: jose de ribamar silva OAB nº RO4071
RÉU: BV FINANCEIRA S/A CNPJ nº 01.149.953/0001-89, AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS, - DE 12997 A 17279 - LADO ÍMPAR VILA GERTRUDES - 04794-000 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO RÉU: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI OAB nº PE21678DESPACHO
Vistos.
Defiro a transferência dos valores depositados nos autos pelo autor para a conta indicada pela parte requerida no ID n. 26707546, expedindo-se o necessário.
Porto Velho 30 de abril de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO 0064093-05.2008.8.22.0001
Reintegração
EXEQUENTE: COMPANHIA DE MINERACAO DE RONDONIA CNPJ nº 04.418.471/0001-75, AVENIDA CALAMA, 1917 1917 SÃO JOÃO BOSCO - 76803-745 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: JONATHAS COELHO BAPTISTA DE MELLO OAB nº RO3011
EXECUTADO: EMAL EMPRESA DE MINERACAO ARIPUANA LTDA CNPJ nº 44.026.037/0006-79, ESTRADA DO CALCÁRIO Km 84 CENTRO - 76804-120 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: RODRIGO HENRIQUE PIRES OAB nº MG143096, PAULO HONORIO DE CASTRO JUNIOR OAB nº MG140220DESPACHO
Vistos.
Embora o valor do débito que foi bloqueado nestes autos, já tenha sido levantado, após DECISÃO transitada em julgado, a determinação do Segundo Grau era a de suspender o levantamento, caso ainda não tivesse ocorrido (ID n. 26745468).
Portanto, estando o Juízo adstrito à ordem emanada pela Segunda Instância, indefiro o pedido de imediata restituição, sob pena de Bacenjud, pois dos argumentos trazidos não decorre logicamente a diligência pretendida.
Porto Velho 30 de abril de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO 7041062-79.2018.8.22.0001
Dissolução, Inventário e Partilha, Levantamento de Valor, Causas Supervenientes à SENTENÇA
REQUERENTE: ADEMAR JANES DANELUZ CPF nº 629.320.122-15, RUA RIBEIRA 1527 CASCALHEIRA - 76813-080 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MARIA CONCEICAO GOMES DE OLIVEIRA OAB nº RO7397
INTERESSADO: B. D. B., AVENIDA CALAMA 2167, - DE 1663 A 2167 - LADO ÍMPAR SÃO JOÃO BOSCO - 76803-745 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO INTERESSADO:
SENTENÇA
Vistos.
Ademar Janes Daneluz ajuiza o presente procedimento para concessão de alvará judicial para levantamento do saldo em conta corrente e em conta poupança depositado em nome da falecida Elaina Santana da Silva Daneluz, junto ao Banco do Brasil, AG nº 2290-x. Junta documentos.
É o breve relatório. Decido.
Conforme se infere das provas dos autos o requerente é o único herdeiro da falecida.
Às fls. ID Num. 26267255 consta documento do banco informando o saldo das contas da falecida.
A Lei sob nº 6.858/80 regulamenta sobre o pagamento, aos dependentes ou sucessores, de valores não recebidos em vida pelos respectivos titulares, onde, em seu artigo 2º dispõe que "o disposto nesta lei se aplica às restituições relativas ao imposto de renda e outros tributos, recolhidos por pessoa física, e, não existindo outros bens sujeitos a inventário, aos saldos bancários e de contas de cadernetas de poupança e fundos de investimento de valor até 500 (quinhentas) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional".
O Decreto nº 85.845/81, que regulamenta a Lei sob nº 6.858/80, em seu artigo 1º, dispõe que os valores não recebidos em vida pelos respectivos titulares, serão pagos, em quotas iguais, aos seus dependentes habilitados na forma do artigo 2, isto é, através de declaração fornecida em documento pela instituição de previdência ou pelo órgão encarregado do processamento do benefício por morte.
O disposto no Decreto é aplicado às quantias devidas a qualquer título pelos empregadores a seus empregados (art. 1º, inciso I), a quaisquer valores devidos, em razão de cargo ou emprego, pela União, Estado, Distrito Federal, Territórios, Municípios e suas autarquias, aos respectivos servidores (inciso II), saldos do FGTS e do PIS-PASEP (inciso III), restituições relativas ao Imposto sobre a renda e demais tributos recolhidos por pessoas físicas (inciso IV), e saldos de contas bancárias, de cadernetas de poupança e contas de Fundos de Investimento, desde que não ultrapassem o valor de 500 OTN e não existam, na sucessão, outros bens sujeitos a inventário (inciso V).
O referido diploma legal estabelece que ante ao falecimento do titular do crédito existente, este pode ser requerido por seus dependentes e, somente na falta destes pelos sucessores.
Compulsando os autos, constata-se que a falecida deixou como sucessor apenas o requerente, fazendo eles jus ao recebimento do crédito pleiteado.
Isto posto e por tudo o mais que dos autos consta, julgo procedente o pedido para deferir o levantamento da integralidade dos valores existentes em conta-corrente e poupança consoante documentos de fls. ID Num. 26267255. Expeça-se o competente alvará judicial, com fulcro no artigo 2º da Lei nº 6.858/80, c/c artigo 1º, incisos III e artigo 5º do Decreto nº 85.845/81.
Dispenso a prestação de contas, considerando o valor a ser levantado.
Custas finais pela parte autora.
Como não existe contrariedade ao pedido e nem parte passiva, deixo de arbitrar verba honorária.
P. R. I. Após, arquive-se.
Porto Velho 30 de abril de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7018944-46.2017.8.22.0001
Classe: CÍVEL - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: BANCO GMAC S.A.
Advogado do(a) AUTOR: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES - RO4778
RÉU: MARIA DE FATIMA FRANCISCA DA ROCHA
Advogado do(a) RÉU: EDESIO VASCONCELOS DE RESENDE - RO7513
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente intimada, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível
0023944-88.2013.8.22.0001
Alienação Fiduciária
EXEQUENTE: BANCO VOLKSWAGEN S.A. CNPJ nº 59.109.165/0001-49, RUA VOLKSWAGEN 291 BAIRRO PARQUE JABAQUARA - 04344-020 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ARIOSMAR NERIS OAB nº MG168819, DANIEL NUNES ROMERO OAB nº SP168016, MARCELO BRASIL SALIBA OAB nº AC5258, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA OAB nº MG87318
EXECUTADO: CLARISMUNDO VIRGINIO DA SILVA FILHO CPF nº 792.374.282-00, RUA FLORIANÓPOLIS 5650 NOVA ESPERANÇA - 76822-050 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de cumprimento de SENTENÇA / execução promovida por EXEQUENTE: BANCO VOLKSWAGEN S.A. em desfavor de EXECUTADO: CLARISMUNDO VIRGINIO DA SILVA FILHO.
Compulsando os autos verifico que as diligências promovidas não foram suficientes para que o feito tivesse resultado útil.
Segundo a jurisprudência do E.TJRO, em não sendo localizados bens do devedor passíveis de penhora, o juiz poderá extinguir o processo pela perda superveniente do interesse processual.
A propósito:
"Apelação cível. Execução. Extinção do processo sem julgamento do MÉRITO. Ausência de bens penhoráveis. Extinção. Diante da ausência de bens à penhora, e transcorridos longo período do início da execução, excepcionalmente é cabível a extinção do feito em razão da perda superveniente do interesse de agir. (Apelação, Processo nº 0021655-90.2010.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Rowilson Teixeira, Data de julgamento: 20/09/2017)."
"Apelação cível. Execução. Extinção do processo sem julgamento do MÉRITO. Ausentes pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. Ausência de bens penhoráveis. Extinção. Quando a extinção do processo ocorrer em razão de ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, nos termos do art. 267, IV, do CPC, ao fundamento de que na falta de atendimento a pressupostos processuais ou mesmo condições da ação, em que a parte, mesmo intimada, não atende às solicitações judiciais, fica claro sua completa desídia (falta de interesse de agir) e falhas dos requisitos intrínsecos da relação processual (pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo). Diante da ausência de bens à penhora, e transcorridos longo período do início da execução, excepcionalmente é cabível a extinção do feito em razão da perda superveniente do interesse de agir. (TJ/RO, 1ª Câmara Cível, AC n. 0228932-47.2008.8.22.0001, Rel. Des. Rowilson Teixeira, pub. no DJE n. 198 de 26/10/2017)."
"Apelação Cível. Ação de execução de título extrajudicial. Localização de bens. Ausência. Meios possíveis. Esgotamento. Interesse de agir. Excepcional perda superveniente. Extinção do feito. Autor. Intimação pessoal. Desnecessidade. A necessidade de intimação pessoal da parte para extinção do processo sem julgamento de MÉRITO, consoante disposto no art. 267, § 1º, do CPC/73, se refere apenas às hipóteses de abandono processual, elencadas nos incs. II e III do referido DISPOSITIVO legal." (TJ/RO, 2ª Câmara Cível, AC n. 0002486-28.2012.8.22.0008, Rel. Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, julg. em 14/02/2018 e pub. no DJE n. 035 de 23/02/2018)."
"Apelação cível. Cumprimento de SENTENÇA. Ausência de bens penhoráveis. Perda superveniente do interesse de agir. Recurso não provido. Esgotados os meios de localização de bens do devedor passíveis de penhora, tornando-se a tramitação do feito ação inócua, impõe-se a extinção ante a excepcional perda superveniente do interesse de agir, sobretudo pelo fato de o prolongamento ineficaz do processo configurar violação aos princípios da efetividade e da primazia da tutela específica." (TJ/RO, 2ª Câmara Cível, AC n. 0002412-63.2010.8.22.0001, Rel. Des. Isaias Fonseca Moraes, julg. em 07/02/2018 e pub. no DJE n. 034 de 22/02/2018)."
Ante o exposto, extingo o cumprimento de SENTENÇA /execução sem resolução de MÉRITO na forma inciso VI do art. 485 c/c parágrafo único do art. 771 do CPC, ambos do código de Processo Civil.
Considerando que a tutela jurisdicional não foi prestada, dispensado está do pagamento das custas finais.
Consigne-se que, encontrados bens de propriedade do devedor passíveis de constrição, o credor poderá requerer a retomada da execução / cumprimento de SENTENÇA, por meio de petição, independentemente de novo recolhimento de custas de desarquivamento.
Com o trânsito em julgado, arquivem-se.
P.R.I.C.
Porto Velho 30 de abril de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO 7009984-67.2018.8.22.0001
Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S.A. CNPJ nº 60.746.948/0001-12, BANCO BRADESCO S.A., RUA BENEDITO AMÉRICO DE OLIVEIRA, S/N VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ
ADVOGADO DO EXEQUENTE: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB nº SP128341
EXECUTADO: EDUARDO OGANDO CHAGAS CPF nº 337.956.735-34, AVENIDA RIO MADEIRA 1962, - DE 1652 A 2286 - LADO PAR - APTO 502 AGENOR DE CARVALHO - 76820-370 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
DECISÃO
Vistos.
Considerando que em diligência junto ao Sistema de Informações Eleitorais foi constatado que o endereço da parte executada é o mesmo indicado na inicial, conforme minuta em anexo, promova a parte exequente a citação da mesma no prazo de quinze dias, sob pena de extinção e arquivamento.
Porto VelhoRO 30 de abril de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO 7053661-21.2016.8.22.0001
Aposentadoria por Invalidez, Indenização por Dano Moral, Assistência Judiciária Gratuita, Antecipação de Tutela / Tutela Específica
AUTOR: JEFFESON MARTINS DE MELO CPF nº 438.059.302-91, AVENIDA CALAMA 8444, - DE 8303 AO FIM - LADO ÍMPAR PLANALTO - 76825-401 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: TERESA CRISTINA ARANHA DE BRITO OAB nº RO5798, FELIPE GOES GOMES DE AGUIAR OAB nº RO4494, CLARA REGINA DO CARMO GOES OAB nº RO653
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL CNPJ nº 29.979.036/0001-40, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIADESPACHO

Vistos.
Diligencie a CPE a juntada do ofício encaminhado à Procuradoria Federal a fim de viabilizar a disponibilização das autorizações de pagamento dos honorários periciais, conforme DECISÃO de ID n. 16866247.
Após, analisarei o pedido de ID n. 16866247.
Porto Velho 30 de abril de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 0010574-71.2015.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: INSTITUTO JOAO NEORICO
Advogados do(a) EXEQUENTE: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA CAHULLA - RO4117, TIAGO FAGUNDES BRITO - RO4239
EXECUTADO: Fernanda de Souza Haise
Advogados do(a) EXECUTADO: KAZUNARI NAKASHIMA JUNIOR - RO2685, FIRMINO GISBERT BANUS - RO163
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente intimada, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO 7048802-88.2018.8.22.0001
DIREITO DO CONSUMIDOR, Indenização por Dano Moral, Produto Impróprio, Transporte Aéreo, Cancelamento de vôo, Práticas Abusivas
AUTORES: CLARICE MELO CAMURCA CPF nº 063.174.372-38, ESTRADA SANTO ANTÔNIO, 4763 4763, RESIDENCIAL VOLPI, CASA 27 TRIÂNGULO - 76805-903 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, VALENTIN MELO CAMURCA CPF nº 043.810.772-10, ESTRADA SANTO ANTÔNIO, 4763 4763, RESIDENCIAL VOLPI, CASA 27 TRIÂNGULO - 76805-903 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: HIANARA DE MARILAC BRAGA OCAMPO OAB nº RO4783, EDUARDO TEIXEIRA MELO OAB nº RO9115
RÉU: LATAM AIRLINES GROUP S/A CNPJ nº 33.937.681/0001-78, AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO S/N, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: FABIO RIVELLI OAB nº BA34908
SENTENÇA
Vistos.
Considerando a ata de audiência onde as partes noticiam o acordo formulado e as condições de seu cumprimento, requerendo a extinção do feito, homologo por SENTENÇA o acordo e em consequência JULGO EXTINTO o processo supra referido, onde figuram como partes AUTORES: CLARICE MELO CAMURCA, VALENTIN MELO CAMURCA e RÉU: LATAM AIRLINES GROUP S/A, com análise do MÉRITO, nos termos do art. 487, III, do CPC.
Sem custas finais. Com o trânsito em julgado arquivem-se os autos, que poderão serem desarquivados, a qualquer momento, no caso de descumprimento do ajuste.
P.R.I.
Porto Velho 30 de abril de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7034997-68.2018.8.22.0001
Classe: USUCAPIÃO (49)
AUTOR: FATIMA GOMES MOREIRA
Advogado do(a) AUTOR: MANOEL ONILDO ALVES PINHEIRO - RO852
RÉU: GUILHERME BOTELHO GUIMARAES
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente por seu patrono, no prazo de 05 (cinco) dias, intimada para PROMOVER a citação do Requerido GUILHERME BOTELHO GUIMARÃES.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO 7046971-73.2016.8.22.0001
Correção Monetária
EXEQUENTE: ISLANDIA SOCORRO DOS SANTOS ANCHIETA CPF nº 127.717.888-70, RUA GOVERNADOR ARI MARCOS 1595 AGENOR DE CARVALHO - 76820-341 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: WALTER GUSTAVO DA SILVA LEMOS OAB nº RO655A, JESSICA VILAS BOAS DE PAULA OAB nº RO7373
EXECUTADO: BANCO BMG CONSIGNADO S/A CNPJ nº 61.186.680/0001-74, AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA 3477 ITAIM BIBI - 04538-133 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO EXECUTADO: PAULO ROBERTO VIGNA OAB nº SP173477DESPACHO
Vistos.
O valor que foi bloqueado nos autos deveria ser devolvido para o banco executado, pois já havia feito o pagamento nos autos físicos, conforme determinado na SENTENÇA de ID n. 233385540.
Após a SENTENÇA embora tenha sido realizada a tentativa de transferência e cobrada uma taxa para a TED de R$ 17,50, o novo depósito realizado é justamente a devolução do valor original menos o valor da taxa da TED (R$ 613,22 - R$ 17,50 = R$ 595,72).
Assim, embora a certidão de ID n. 25863374 diga que o ofício foi cumprido, isso não é a realidade do feito.
Compulsando-se detidamente os autos percebe-se que a informação constante no ofício de ID n. 25863352, quanto ao CNPJ do banco requerido está incorreta.
Desta forma, considerando que houve erro na tentativa de transferência, expeça-se ofício com os dados corretos da parte requerida para a transferência do valor, conforme já determinado nos autos, sem a cobrança de nova taxa (R$ 17,50).
Indefiro o pedido de ID n. 26225816, pois o valor não pertence à parte autora.
Porto Velho 30 de abril de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível
7000824-81.2019.8.22.0001
Inadimplemento
AUTOR: C. S. COMERCIO DE COSMETICOS E PERFUMARIA LTDA CNPJ nº 15.540.157/0001-87, RUA SALGADO FILHO 2446, - DE 2365/2366 A 2704/2705 SÃO CRISTÓVÃO - 76804-054 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: REYNALDO DINIZ PEREIRA NETO OAB nº RO4180

RÉU: ELIETE PEDROZA DA SILVA CPF nº 884.003.012-34, AVENIDA CALAMA 8535, - DE 8303 AO FIM - LADO ÍMPAR PLANALTO - 76825-401 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
Vistos.
Considerando que a requerida foi citada e intimada no ID nº 25239285, cumpra-se as determinações contidas no ID nº 23997336.
Porto Velho 30 de abril de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO 0010362-84.2014.8.22.0001
Nota Promissória
EXEQUENTE: JOSE INALDO FELIX DE ALMEIDA CPF nº 361.845.198-91, AV. RIO MADEIRA 8555, PRÓXIMO AO PARQUE ECOLÓGICO NOVA ESPERACANÇA - 76847-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ELVIS DIAS PINTO OAB nº RO3447, UELITON FELIPE AZEVEDO DE OLIVEIRA OAB nº RO5176
EXECUTADO: ISRAELSON DA SILVA DIAS CPF nº 797.132.112-00, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIADESPACHO
Vistos.
Embora tenha sido definido o valor do débito, nenhuma das partes apresentou data para o inicio ou não do pagamento de parcelas ou da incidência de juros.
É de se notar que já houve SENTENÇA homologatória nos autos, que foi anulada uma vez.
Existe outra SENTENÇA que agora é extintiva, por que as partes deixaram de se manifestar tempestivamente.
O feito está extinto e embora as duas partes pretendam o homologação de um acordo, ainda faltam as referidas cláusulas para uma possível homologação, sendo imprescindível a exatidão delas pois regerão o pretendido acordo, são elas: planilha com o débito atualizado (datas e valor do débito principal), datas das parcelas (primeira a última), cláusula penal em caso de não pagamento.
Assim, devem as partes se manifestar em termos de andamento válido, no prazo de 05 dias, sob pena de arquivamento.
Porto Velho 30 de abril de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível
Processo nº 7001651-63.2017.8.22.0001
Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: DISMOURAO TRUCK CENTER - COMERCIO DE PNEUS EIRELI - EPP CNPJ nº 23.005.977/0001-05, AVENIDA JATUARANA 6158, - DE 6002 A 6254 - LADO PAR ELDORADO - 76811-894 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: SHELDON ROMAIN SILVA DA CRUZ OAB nº RO4432
EXECUTADO: AVELINO BERTOLO JUNIOR EIRELI CNPJ nº 05.859.403/0001-04, RUA DA BEIRA 7400, - DE 7400 AO FIM - LADO PAR ELDORADO - 76811-738 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Vistos,
Considerando a diligência realizada junto ao sistema BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, segue minuta em anexo dos endereços encontrados.
Manifeste-se a parte exequente/requerente, no prazo de 15 (quinze) dias, impulsionando o feito validamente, sob pena de extinção e arquivamento.
Porto Velho, 30 de abril de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
INTIMAÇÃO
Processo: 7011604-85.2016.8.22.0001
Classe: MONITÓRIA (40)
AUTOR: INBRANDS S.A
Advogados do(a) AUTOR: TECIANA MECHORA DOS SANTOS - RO5971, CAIO MARCELO GREGOLIN SAMPAIO - SP317046, DOUGLAS ALVES VILELA - SP264173, ROSELY CRISTINA MARQUES CRUZ - SP178930
RÉU: DENACALI FERRARI COMERCIO DE CONFECCOES LTDA - ME e outros
Fica a parte Autora INTIMADA a se manifestar acerca da certidão do Oficial de Justiça no PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS, sob pena de arquivamento/extinção.
1) Caso queira o desentranhamento do MANDADO ou apresente novo endereço para nova diligência, deverá proceder o recolhimento da taxa, que deverá ser o valor da diligência do oficial de justiça positiva, gerando o boleto para pagamento no link abaixo descriminado, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=MlUemieeJXHJRLgVw2OOAp_bZ65KzfhrXqOHVab-.wildfly01:custas1.1,
2) Em caso de solicitação de busca de endereços, bloqueios on line e assemelhados, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível - Fórum Cível
7017839-63.2019.8.22.0001
Correção Monetária
AUTOR: ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO NO ESTADO DE RONDONIA - ASPER CNPJ nº 14.000.409/0001-12, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO AUTOR: ALEXANDRE PAIVA CALIL OAB nº RO2894
RÉU: PEDRO ALEXANDRE TEIXEIRA DE ANDRADE CPF nº 894.730.432-87, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
Vistos.
Aguarde-se, pelo prazo de 15 dias, o recolhimento das custas iniciais pela parte Autora, tendo em vista não ter comprovado o cumprimento da respectiva providência.
Ressalto que de acordo com a Lei Estadual 3896/16 (Nova Lei de Custas), as custas inicias devem ser recolhidas no importe de 2% sobre o valor da causa, uma vez que o presente feito não é caso de realização de audiência preliminar.
Decorrido in albis, o que deverá ser devidamente certificado, voltem os autos concluso para SENTENÇA de extinção.
Comprovado o recolhimento, o cartório deverá cumprir os demais itens do presente DESPACHO.

Cite-se a parte requerida para no prazo de 15 dias proceda ao pagamento da quantia ora pleiteada, bem como honorários advocatícios de 5% sobre o valor da causa (art. 701 CPC), podendo, em igual prazo opor, nos próprios autos, embargos à monitória (art. 702 CPC), sendo que, se estes não forem opostos, o MANDADO inicial ficará convertido em MANDADO de execução, atendendo ao rito processual previsto no art. 701, §2º do Código de Processo Civil.
Saliente-se ao(à) requerido (ré) que, em efetuando o pagamento no prazo estabelecido alhures, ficará isento das custas processuais. (art. 701, §1º do CPC).
Havendo embargos, intime-se o Autor para responder a este no prazo de 15 (quinze) dias (art. 702, §5º do CPC).
Cumpridas as determinações acima, retorne os autos conclusos.
O Prazo processual terá início com a publicação via Sistema/Portal, para a parte devidamente representada nos autos, ressalvadas as exceções legais.
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO atendendo aos requisitos dos arts. 248, 249 e 250.
Requerido: 7017839-63.2019.8.22.0001 RÉU: PEDRO ALEXANDRE TEIXEIRA DE ANDRADE CPF nº 894.730.432-87, SEM ENDEREÇO
Porto Velho 30 de abril de 2019
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7050449-89.2016.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: RAYMUNDA RODRIGUES DA CRUZ SILVA
Advogado do(a) EXEQUENTE: RAIMUNDO GONCALVES DE ARAUJO - RO3300
EXECUTADO: BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A-EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL
Advogado do(a) EXECUTADO: CARLA DA PRATO CAMPOS - AC4848
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida, na pessoa de seu(ua) advogado(a), notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.

3ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 0007413-53.2015.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer
AUTOR: WANDERSON CESAR DE ALMEIDA
ADVOGADO DO AUTOR: TAISA ALESSANDRA DOS SANTOS SOUZA OAB nº RO5033
RÉU: VINICIUS ALEXANDRE GODOY
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
Intime-se as partes para promoverem o regular andamento ao feito, no prazo de 10 dias.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7040435-12.2017.8.22.0001
Classe Embargos à Execução
Assunto Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução
EMBARGANTE: S. GUIMARAES FERREIRA - ME
ADVOGADO DO EMBARGANTE: DANILO CARVALHO ALMEIDA OAB nº RO8451, LENO FERREIRA ALMEIDA OAB nº RO6211
EMBARGADO: MARIA GILSA PEREIRA GONCALVES
ADVOGADO DO EMBARGADO: ROGERIO LIMA BARROS OAB nº AC4687
Vistos,
1 - Trata-se de cumprimento de SENTENÇA que tem por origem DECISÃO exarada nestes autos, em que a parte sucumbente não foi intimada para cumprir espontaneamente o julgado.
2 - Assim, ficam intimados os Executados para que, por meio de seu advogado (se houver), no prazo de quinze dias, pague o débito espontaneamente, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 523, § 1º, do NCPC (10%), e fixação de honorários na fase de cumprimento do julgado (10%).
Na hipótese do executado ter sido assistido pela Defensoria Pública na fase de conhecimento, a intimação deverá ser por carta com aviso de recebimento, conforme disposto no art. 513, II do NCPC.
3 - Transcorrido tal prazo de 15 (quinze) dias, sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação (CPC, art. 525).
4 - Decorrido o prazo do Executado, intime-se o Exequente para que diga o que pretende em termos de andamento processual, bem como, para que junte comprovante de pagamento das diligênciais que se fizerem necessárias, sob pena de suspensão processual.
5 - Altere-se a classe processual.
6 - Em caso de inércia do causídico da parte exequente, intime-se o exequente pessoalmente para, no prazo de 5 (cinco) dias, constituir novo advogado e dar andamento ao feito, sob pena de suspensão da execução por 1 (um) ano, nos termos do art. 921, III, § 1º do NCPC.
7 - Cumpridas todas as determinações, volte os autos conclusos.
Int.
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO
Nome:
Endereço:
FINALIDADE: INTIMADA para que pague espontaneamente o valor da condenação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de multa de 10% ao montante da condenação mais 10% de honorários advocatícios. Transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente nos próprios autos sua impugnação.
PRAZO: 15 (quinze) dias úteis.
ADVERTÊNCIA: O prazo para pagamento espontâneo é de 15 (quinze) dias úteis. O prazo para impugnação ao cumprimento

de SENTENÇA é de 15 dias após decorrido o prazo do art. 523 do CPC. Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, MANDADO de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação.
As informações do processo poderão ser consultadas no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje
Porto Velho, quinta-feira, 2 de maio de 2019
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 0008792-63.2014.8.22.0001
Classe Procedimento Comum
Assunto Pagamento
AUTOR: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
ADVOGADO DO AUTOR: DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO OAB nº RO3831, ALEXANDRE CARNEIRO MORAES OAB nº RO6739
RÉU: GABRIELA SANTOS SCABINI
ADVOGADO DO RÉU: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Vistos,
Especifiquem as partes, no prazo de 10 dias, as provas que pretendem produzir, justificando acerca de suas necessidades.
Após, com ou sem manifestações, tornem-me conclusos.
Int.
Porto Velho quinta-feira, 2 de maio de 2019
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7030719-92.2016.8.22.0001
Classe Procedimento Comum
Assunto Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material
AUTOR: VITORINO LOPES GONCALVES
ADVOGADO DO AUTOR: MARJORIE LAGOS TIOSSI OAB nº RO6919, PAMELA GLACIELE VIEIRA DA ROCHA OAB nº RO5353, WALTER GUSTAVO DA SILVA LEMOS OAB nº RO655A
RÉU: SABEMI SEGURADORA SA
ADVOGADO DO RÉU: FERNANDO HACKMANN RODRIGUES OAB nº RS18660
Vistos,
1 - Trata-se de cumprimento de SENTENÇA que tem por origem DECISÃO exarada nestes os autos, em que a parte sucumbente não foi intimada para cumprir espontaneamente o julgado.
2 - Assim, ficam intimados os Executados para que, por meio de seu advogado (se houver), no prazo de quinze dias, pague o débito espontaneamente, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 523, § 1º, do NCPC (10%), e fixação de honorários na fase de cumprimento do julgado (10%).
Na hipótese do executado ter sido assistido pela Defensoria Pública na fase de conhecimento, a intimação deverá ser por carta com aviso de recebimento, conforme disposto no art. 513, II do NCPC.
3 - Transcorrido tal prazo de 15 (quinze) dias, sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação (CPC, art. 525).
4 - Decorrido o prazo do Executado, intime-se o Exequente para que diga o que pretende em termos de andamento processual, bem como, para que junte comprovante de pagamento das diligênciais que se fizerem necessárias, sob pena de suspensão processual.
5 - Altere-se a classe processual.
6 - Em caso de inércia do causídico da parte exequente, intime-se o exequente pessoalmente para, no prazo de 5 (cinco) dias, constituir novo advogado e dar andamento ao feito, sob pena de suspensão da execução por 1 (um) ano, nos termos do art. 921, III, § 1º do NCPC.
7 - Cumpridas todas as determinações, volte os autos conclusos.
Int.
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO
Nome:
Endereço:
FINALIDADE: INTIMADA para que pague espontaneamente o valor da condenação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de multa de 10% ao montante da condenação mais 10% de honorários advocatícios. Transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente nos próprios autos sua impugnação.
PRAZO: 15 (quinze) dias úteis.
ADVERTÊNCIA: O prazo para pagamento espontâneo é de 15 (quinze) dias úteis. O prazo para impugnação ao cumprimento de SENTENÇA é de 15 dias após decorrido o prazo do art. 523 do CPC. Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, MANDADO de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação.
As informações do processo poderão ser consultadas no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje
Porto Velho, quinta-feira, 2 de maio de 2019
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1305.
Processo: 7036124-41.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: C. S. COMERCIO DE COSMETICOS E PERFUMARIA LTDA
Advogado do(a) AUTOR: REYNALDO DINIZ PEREIRA NETO - RO4180
RÉU: ANA PAULA PEREIRA DE LIMA MARQUES
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada a dar regular andamento ao feito, no prazo de 5 dias, apresentando novo endereço para citação da parte requerida.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 0007897-10.2011.8.22.0001
Classe: Desapropriação
Assunto: Imissão
AUTOR: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
ADVOGADO DO AUTOR: BIANCA PAOLA CAMARGO DE OLIVEIRA OAB nº RO4020, GELCA MARIA DE OLIVEIRA PEREIRA OAB nº RO4786
RÉU: ESPÓLIO DE LUIZ DO NASCIMENTO PEREIRA
ADVOGADO DO RÉU: JOSE RAIMUNDO DE JESUS OAB nº RO3975 DESPACHO
Intime-se as partes para dar regular prosseguimento ao feito, no prazo de 10 dias.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 7035292-76.2016.8.22.0001
Classe: Reintegração / Manutenção de Posse
Assunto: Esbulho / Turbação / Ameaça, Imissão na Posse
REQUERENTE: RAIMUNDA MENEZES DO NASCIMENTO
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REQUERIDO: JUCICLEIA PEREIRA DE SOUZA
ADVOGADO DO REQUERIDO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA DESPACHO
Ante a certidão de id 23990666, manifestem-se as partes em 05 dias.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 0006227-34.2011.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Indenização por Dano Material, Reivindicação
AUTOR: LINA DA SILVA CANUTO
ADVOGADO DO AUTOR: KALBIO DOS SANTOS OAB nº MS9557
RÉUS: LUIZ JOSE DA SILVA, APARECIDA DOS SANTOS SILVA
ADVOGADOS DOS RÉUS: CARLOS EDUARDO ROCHA ALMEIDA OAB nº RO3593, JOSE DE ALMEIDA JUNIOR OAB nº RO1370 DESPACHO
Intime-se as partes para dar regular andamento ao feito, no prazo de 10 dias.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 7037885-10.2018.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Indenização por Dano Material, Práticas Abusivas
AUTOR: TRX COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME
ADVOGADO DO AUTOR: ERIDAN FERNANDES FERREIRA OAB nº RO3072
RÉUS: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA, SAGA AMAZONIA COMERCIO DE VEICULOS LTDA
ADVOGADOS DOS RÉUS: MAGDA ZACARIAS DE MATOS OAB nº RO8004A DESPACHO
Intime-se a parte autora para, querendo, manifestar-se sobre a contestação, no prazo de 05 dias.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível Processo n. 7011873-61.2015.8.22.0001
AUTOR: TIAGO FERREIRA
ADVOGADO DO AUTOR: BRUNA DUARTE FEITOSA DOS SANTOS BARROS OAB nº RO6156, EZIO PIRES DOS SANTOS OAB nº RO5870
RÉU: ATIVOS S.A. SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS
ADVOGADO DO RÉU: ROSANGELA DA ROSA CORREA OAB nº AC5398
Valor da causa: R$5.000,00 DESPACHO
Ficam as partes intimadas a se manifestar acerca do retorno dos autos do TJ/RO, no prazo de 05 dias.
Porto Velho, 2 de maio de 2019.
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7035661-02.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)
AUTOR: TARLEI SANTOS CAETANO
Advogado do(a) AUTOR: ROSEMILDO MEDEIROS DE CAMPOS - RO0003363A
RÉU: fabricio tiago moraes dos santos
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 3ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA - CEJUSC/CÍVEL Data: 30/05/2019 Hora: 08:30
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 2 de maio de 2019.
ANDERSON PINTO DE OLIVEIRA

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7016473-57.2017.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: SEABRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: SERVIO TULIO DE BARCELOS - RO6673
EXECUTADO: CELIA MARIA DE ARAUJO
INTIMAÇÃO
Considerando o pedido para expedição/desentranhamento do MANDADO, fica a parte autora, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimado(a) para no prazo de 5 (cinco) dias, proceder o recolhimento da taxa, que deverá ser o valor da diligência do oficial de justiça positiva, gerando o boleto para pagamento no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=MlUemieeJXHJRLgVw2OOAp_bZ65KzfhrXqOHVab-.wildfly01:custas1.1, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7051056-34.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)
AUTOR: CONSTRULOC COMERCIO E LOCACAO DE MAQUINAS LTDA - ME
Advogados do(a) AUTOR: MIRELLY VIEIRA MACEDO DE ALMEIDA - RO5174, EVELYN NARYHAN MENDONCA SANCHES - RO9027, ALAN DE ALMEIDA PINHEIRO DA SILVA - RO7495
RÉU: MEZAQUE ROCHA DO COUTO
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 3ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA - CEJUSC/CÍVEL Data: 30/05/2019 Hora: 11:00
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 2 de maio de 2019.
ANDERSON PINTO DE OLIVEIRA

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7023033-78.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: VAGNER DANTAS MOREIRA
Advogados do(a) AUTOR: LARISSA TEIXEIRA RODRIGUES FERNANDES - RO7095, GESSICA DANDARA DE SOUZA - RO7192, MICHEL MESQUITA DA COSTA - RO6656, RALENSON BASTOS RODRIGUES - RO8283
RÉU: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA e outros
Advogado do(a) RÉU: CARLOS FERNANDO DE SIQUEIRA CASTRO - RO5014-A
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 3ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA - CEJUSC/CÍVEL Data: 04/07/2019 Hora: 08:30
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 2 de maio de 2019.
ANDERSON PINTO DE OLIVEIRA

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 7000403-91.2019.8.22.0001
Assunto: Pagamento, Espécies de Contratos
Classe Processual: Monitória
AUTOR: ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS PUBLICOS
ADVOGADO DO AUTOR: VINICIUS SOARES SOUZA OAB nº RO4926
RÉU: JOSE CARLOS COSTA DE CARVALHO
ADVOGADO DO RÉU:
SENTENÇA
Determinada a emenda para recolher custas iniciais, a parte autora não atentou para os termos do DESPACHO. Considerando que a parte autora deixou de cumprir determinação processual, confirme certidão de ID 26873963, nos termos do artigo 330, IV c/c o artigo 485, I do CPC, indefiro a inicial e julgo extinto o processo, sem resolução do MÉRITO.
Sem custas.
P.R.I. Arquive-se
Porto Velho 2 de maio de 2019
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 7024137-08.2018.8.22.0001
Assunto: Locação de Imóvel
Classe Processual: Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança
AUTOR: RAIMUNDO MARTINS FARIAS
ADVOGADO DO AUTOR: HELON MENDES DE SANTANA OAB nº RO6888, RENAN THIAGO PASQUALOTTO SILVA OAB nº RO6017, JESSICA PEIXOTO CANTANHEDE OAB nº RO2275, PETERSON HENRIQUE NASCIMENTO LIMA OAB nº RO6509
RÉU: FRANCISCO DE JESUS ALVES VIEIRA
ADVOGADO DO RÉU:
SENTENÇA
Homologo o acordo celebrado nos termos da ata de audiência, para que surta seus jurídicos e legais efeitos e, em consequência, com fundamento nos termos do art. 487, III-b do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o processo, e ordeno seu arquivamento.
Sem custas - art. 8º, III da lei 3.896/2016).
Honorários advocatícios conforme acordado.
Homologo a renúncia ao prazo recursal.
Por se observar fatores que ensejam a preclusão lógica, considero o trânsito em julgado a partir desta data, procedam-se às baixas e comunicações pertinentes e arquivem-se os autos.
Publique-se. Registre-se. Intime-se
Porto Velho 2 de maio de 2019
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 7043272-06.2018.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Desconsideração da Personalidade Jurídica
AUTOR: MIRLIAN SILVA MALUF COSTA
ADVOGADO DO AUTOR: JOSE ALEXANDRE CASAGRANDE OAB nº RO379A
RÉU: CARROS.COM COMERCIO DE VEICULOS LTDA - ME
ADVOGADO DO RÉU:
SENTENÇA
Intimada a promover o regular andamento ao feito, a autora quedou-se inerte, abandonando a causa.
Ante o exposto, julgo extinto o feito, sem resolução de MÉRITO, com fundamento no art. 485, inciso III do Código de Processo Civil.
Atente-se a escrivania quanto ao recolhimento das custas.
Publique-se. Registre-se. Intime-se e arquive-se.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo n.: 7033386-80.2018.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto:Duplicata, Honorários Advocatícios
EXEQUENTE: M. S. COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA DE ALIMENTOS LTDA, AVENIDA ANTÔNIO CORREA DA COSTA 2440 SERRARIA - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FLAVIANA LETICIA RAMOS MOREIRA OAB nº MT4867
EXECUTADO: FERREIRA & VIANA LTDA - ME, RUA DA ESPERANÇA 229, PANIFICADORA MURIEL FLORESTA - 76806-620 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Valor da causa:R$8.962,30
DECISÃO
Vistos, etc.
1 - Realizado bloqueio parcial de ativos financeiros da parte executada, junto ao sistema BACEN-JUD, com o acréscimo de 10% do valor da obrigação a título de multa, pois já decorrido o prazo de 15 dias para o pagamento voluntário, nos termos do §1º do art. 523, do CPC e 10% a título de honorários advocatícios, CONVOLO-O em penhora.
2 - DEFIRO o requerimento para consulta por meio do sistema RENAJUD para localizar possíveis veículos automotores do(s) executado(s), devendo ser efetuada, em caso positivo, restrição à transferência/circulação de eventuais veículos automotores de propriedade do(s) executado(s).
3 - Conforme informação retro acostada, obtida através do sistema RENAJUD, foi encontrado 01 veículo em nome do executado, sobre o qual, efetuei a restrição conforme tela em anexo.
4 – Fica a parte executada intimada na forma do § 1º do art. 841 c/c § 3º do art. 854 do Código de Processo Civil, bem como o exequente intimada para indicar outros bens passíveis de penhora, impulsionando validamente o feito no prazo de 30 (trinta) dias.
5 - Decorrido o prazo assinalado sem manifestação do exequente, considerando que restaram infrutíferas as diligências de localização de bens do devedor, que a jurisprudência superior aponta para a aplicabilidade do art. 921, III do CPC, nos termos dos seguintes julgados (TJ/RO, Apelação Cível n. 100.001.1997.005972-9, Relator Juiz Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa, julgado em 30-07-2008 e Apelação Cível n. 100.001.2004.008078-0, Relator Desembargador Alexandre Miguel, julgado em 18-01-2006; STJ, REsp 1.231.544/ RJ, Relator Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27-03-2012, DJe 27/04/2012), ressalvado entendimento pessoal do magistrado, fica determinada a suspensão e arquivamento, por ora, do feito, com a remessa dos presentes autos ao arquivo.
6 - Havendo manifestação nos termos do § 3º do art. 854 do CPC, dê-se vista ao exequente. Decorrido o prazo sem manifestação do executado, certifique-se e expeça-se alvará em favor da parte exequente para levantamento do valor penhorado.
7 - Com a expedição do alvará, intime-se a parte exequente para levantamento no prazo de cinco dias.
8 - Em caso de inércia, proceda-se a transferência do valor depositado para conta judicial de titularidade do TJRO n. 01529904-5, operação 040, agência 2848, Caixa Econômica Federal, conforme provimento n. 016/2010-CG.
Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7025310-38.2016.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: JOAO AMERICO XAVIER DOS SANTOS
Advogado do(a) EXEQUENTE: FRANCINEIDE COSTA DE SOUZA - RO5936
EXECUTADO: M C SANTANA - ME e outros
Advogados do(a) EXECUTADO: MARLEN DE OLIVEIRA SILVA - RO2928, ANDERSON FELIPE REUSING BAUER - RO5530
Advogados do(a) EXECUTADO: MARCELO LESSA PEREIRA - RO1501, ANDERSON FELIPE REUSING BAUER - RO5530
INTIMAÇÃO
Ficam as partes intimadas para, manifestarem-se sobre os cálculos da contadoria, no prazo de 10 (dez) dias.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7025310-38.2016.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: JOAO AMERICO XAVIER DOS SANTOS
Advogado do(a) EXEQUENTE: FRANCINEIDE COSTA DE SOUZA - RO5936
EXECUTADO: M C SANTANA - ME e outros
Advogados do(a) EXECUTADO: MARLEN DE OLIVEIRA SILVA - RO2928, ANDERSON FELIPE REUSING BAUER - RO5530
Advogados do(a) EXECUTADO: MARCELO LESSA PEREIRA - RO1501, ANDERSON FELIPE REUSING BAUER - RO5530
INTIMAÇÃO
Ficam as partes intimadas para, manifestarem-se sobre os cálculos da contadoria, no prazo de 10 (dez) dias.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7006933-53.2015.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: GILSON GUIMARAES DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: FAUSTO SCHUMAHER ALE - RO4165
RÉU: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogado do(a) RÉU: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente intimada, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7017436-94.2019.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: MENDOINA DE LIMA DA ROCHA
Advogado do(a) EXEQUENTE: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA - RO1073
EXECUTADO: OLIVEIRA & CUSTODIO LTDA
Advogado do(a) EXECUTADO: LEVY CARVALHO FERRAZ - RO1901DESPACHO

1. Evolua-se a classe deste processo para cumprimento de SENTENÇA.
2. Na forma do artigo 513 §2º, intime-se o executado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague o valor indicado pelo exequente no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, acrescido de custas, se houver. Intime-se observando-se o disposto no §2º do art. 513 do diploma processual.
Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do artigo 523 do CPC, o débito será acrescido de multa de 10% e, também,10% de honorários de fase de cumprimento de SENTENÇA.
3. Havendo impugnação, fica INTIMADA a parte Exequente para manifestar-se sobre a impugnação ao cumprimento de SENTENÇA, no prazo de 15 (quinze) dias.
4. Decorrido o prazo para impugnação sem manifestação, INTIME-SE a parte exequente em termos de prosseguimento do cumprimento de SENTENÇA, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção. Se houver interesse em proceder às pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, apresente a parte exequente, no prazo de 5 (cinco) dias, o comprovante de pagamento de taxa referente a cada diligência judicial requerida, nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigos 2º, VIII e 17, publicada no DOE nº 158, de 24/08/2016.
5. Em caso de pagamento, INTIME-SE a parte Exequente, por meio de seu(s) advogado(s), para informar a satisfação do crédito e/ou requerer o que de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de presunção de aceitação tácita quanto aos valores depositados como sendo o pagamento integral da obrigação.
Após, volvam conclusos para SENTENÇA de extinção.
SERVE A PRESENTE COMO:
CARTA /MANDADO DE INTIMAÇÃO DA(S) PARTE(S) EXECUTADA(S);
Ou EDITAL COM PRAZO DE 20 DIAS DE INTIMAÇÃO DA(S) PARTE(S) EXECUTADA(S) para efetuar o pagamento acima e impugnar; desde logo nomeio curador especial ao intimado por edital, na pessoa do defensor público que exerce tal função, intimando-se-o.
Expeça-se o necessário.
Endereço do Executado: EXECUTADO: OLIVEIRA & CUSTODIO LTDA, ALAMEDA DO IPÊ 1743, SETOR 1 SETOR 01 - 76870-074 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Porto Velho 30 de abril de 2019
Osny Claro de Oliveira Júnior
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307.
Processo: 0154206-68.2009.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: Maria Elizabete Sanches
Advogado do(a) EXEQUENTE: ALEXANDRE PAIVA CALIL - RO2894
EXECUTADO: Blanca Teresa Hurtado de Castilho e outros
Advogado do(a) EXECUTADO: CRISTIANE PATRICIA HURTADO MADUENO - RO1013
Advogado do(a) EXECUTADO: CRISTIANE PATRICIA HURTADO MADUENO - RO1013
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida, na pessoa de seu(ua) advogado(a), notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1305.
Processo: 7054793-79.2017.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: JOEL FELICIO
Advogados do(a) EXEQUENTE: MARIA CLARA DO CARMO GOES - RO198, NAJILA PEREIRA DE ASSUNCAO - RO5787
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada para se manifestar sobre a petição de id 26069969, requerendo o que pretende de direito. Prazo de 05 (cindo dias).

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 0014946-97.2014.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: JOAO FERREIRA DA SILVA e outros (3)
Advogados do(a) EXEQUENTE: LEIVANDO SOARES FARIAS - RO5969, VELCI JOSE DA SILVA NECKEL - RO0003844A
EXECUTADO: Banco do Brasil S. A.
Advogados do(a) EXECUTADO: RAFAEL SGANZERLA DURAND - MT12208-A, NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - RO4875
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente intimada, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7052913-52.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)
AUTOR: EVANILDO PEREIRA DA SILVA
Advogados do(a) AUTOR: PABLO ROSA CORREA CARNEIRO DE ANDRADE - RO4635, ANDERSON FELIPE REUSING BAUER - RO5530, MARX SILVERIO ROSA CORREA CARNEIRO - RO8611
RÉU: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado do(a) RÉU: LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO - RO5017
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente intimada, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu

levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO VARA CÍVEL
Processo n.: 7005612-12.2017.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Perdas e Danos, Indenização por Dano Moral, Custas, Indenização do Prejuízo
Valor da causa: R$88.473,19 (oitenta e oito mil, quatrocentos e setenta e três reais e dezenove centavos)
Parte autora: MARIA FERNANDES MIRANDA, RUA EUCLIDES DA CUNHA 1459 BAIXA UNIÃO - 76805-876 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MARIA CLARA DO CARMO GOES OAB nº RO198, SEM ENDEREÇO
Parte requerida: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A., AVENIDA AMAZONAS 3156, - DE 3096 A 3416 - LADO PAR AGENOR DE CARVALHO - 76820-364 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: CLAYTON CONRAT KUSSLER OAB nº RO3861, AV. CALAMA 2755 LIBERDADE - 76803-883 - PORTO VELHO - RONDÔNIADESPACHO
Ante a certidão, intime-se as partes para dar andamento ao feito, no prazo de 10 dias.
Porto Velho quinta-feira, 2 de maio de 2019 às 09:08.
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO VARA CÍVEL
Processo n.: 7004912-36.2017.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Indenização por Dano Moral
Valor da causa: R$15.000,00 (quinze mil reais)
Parte autora: MARIO LIMA KORILO, LINHA 0000 ZONA RURAL - 76840-000 - JACI PARANÁ (PORTO VELHO) - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ERIVALDO FERREIRA LIMA OAB nº RO8376, RUA PAVINE 328 FLORESTA - 76806-134 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, FABIO FEITOSA BERNARDO OAB nº RO3264, SEM ENDEREÇO
Parte requerida: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A., BR 364 0000 ZONA RURAL - 76840-000 - JACI PARANÁ (PORTO VELHO) - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: ALEX JESUS AUGUSTO FILHO OAB nº SP314946, RUA MAJOR AMARANTE 230, - ATÉ 444/445 CENTRO - 76801-004 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, RODRIGO DE BITTENCOURT MUDROVITSCH OAB nº RO5536, - 76847-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, FELIPE NOBREGA ROCHA OAB nº SP286551, MARCELO TUPINAMBA 50, CASA 33 JARDIM PARAVENTI - 07120-160 - GUARULHOS - SÃO PAULO, DANIEL NASCIMENTO GOMES OAB nº DF47649, DO ITAIM 4802 JD CASA GRANDE - 04865-000 - SÃO PAULO - SÃO PAULODESPACHO
Ante a certidão, intime-se as partes para se dar andamento ao feito, no prazo de 10 dias.
Porto Velho quinta-feira, 2 de maio de 2019 às 09:12.
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO VARA CÍVEL
Processo n.: 7010616-30.2017.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Indenização por Dano Moral, Dano Ambiental, Litisconsórcio e Assistência, Intimação / Notificação, Antecipação de Tutela / Tutela Específica, Provas, Multa Cominatória / Astreintes
Valor da causa: R$50.000,00 (cinquenta mil reais)
Parte autora: AMELIA JESUINA DE ALBUQUERQUE, R. VIA 03 01 QD 03 s/n, RESIDENCIAL BURITIS ZONA RURAL - 76840-000 - JACI PARANÁ (PORTO VELHO) - RONDÔNIA, MARIA PIMENTEL, LINHA DO IBAMA s/n ZONA RURAL - 76840-000 - JACI PARANÁ (PORTO VELHO) - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR OAB nº RO3099, SEM ENDEREÇO, HELITON SANTOS DE OLIVEIRA OAB nº RO5792, RUA DIMARCI OLIVEIRA 1465 SÃO JOÃO BOSCO - 76803-692 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, ORLANDO LEAL FREIRE OAB nº RO5117, RUA DIMARCI OLIVEIRA 1465 SÃO JOÃO BOSCO - 76803-692 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, CARLOS FREDERICO MEIRA BORRE OAB nº RO3010, RUA DIMARCI OLIVEIRA 1465 SÃO JOÃO BOSCO - 76803-692 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Parte requerida: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A., ESTRADA SANTO ANTÔNIO s/n, A CANTEIRO DE OBRAS UHE SANTO ANTONIO MARGEM ESQUE TRIÂNGULO - 76805-812 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A., RODOVIA BR-364, KM 824 S/NO S/N, RODOVIA BR-364, KM 824 S/NO DISTRITO DE JACI PARANA - 76840-000 - JACI PARANÁ (PORTO VELHO) - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS RÉUS: ALEX JESUS AUGUSTO FILHO OAB nº SP314946, - 76847-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, CLAYTON CONRAT KUSSLER OAB nº RO3861, RUA DOM PEDRO II 1971 - 76804-116 - PORTO VELHO - RONDÔNIADESPACHO
Ante a certidão, intime-se as partes para se dar andamento ao feito, no prazo de 10 dias.
Porto Velho quinta-feira, 2 de maio de 2019 às 09:15.
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 0007317-38.2015.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: YARA LISIANE SANTOS
Advogados do(a) EXEQUENTE: HIANARA DE MARILAC BRAGA OCAMPO - RO4783, MARCOS HENRIQUE SILVA DIAS - PR87186
EXECUTADO: BANCO DO BRASIL
Advogados do(a) EXECUTADO: CAROLINA GIOSCIA LEAL DE MELO - RO2592, GUSTAVO AMATO PISSINI - SP261030-A, RAFAEL SGANZERLA DURAND - MT12208-A
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente intimada, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1305.
Processo: 7053473-91.2017.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: MARIA DE FATIMA PEREIRA DA SILVA
Advogado do(a) EXEQUENTE: ALONSO JOAQUIM DA SILVA - RO753
EXECUTADO: ANA MARIA COSTA DOS SANTOS
Advogado do(a) EXECUTADO: ODAIR ELIAS HELLMANN - RO4375
INTIMAÇÃO
Fica a parte exequente intimada para apresentar planilha atualizada do seu crédito e indicar bens à penhora no prazo de 5 dias, sob pena de extinção/arquivamento.
Caso queira, poderá requerer consulta de bens por meio dos sistemas BACENJUD e RENAJUD, nesta ordem, mediante recolhimento das custas (art. 17 da Lei 3896/2016).

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7040556-06.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: SANDRO MARCELO FONSECA DE SOUZA
Advogado do(a) AUTOR: THIAGO DA SILVA VIANA - RO6227
RÉU: EUCATUR-EMPRESA UNIAO CASCAVEL DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA
Advogado do(a) RÉU: VILMA ELISA MATOS NASCIMENTO - MT15719
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimada para querendo, apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1305.
Processo: 7046463-59.2018.8.22.0001
Classe: CÍVEL - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
Advogado do(a) AUTOR: ANTONIO BRAZ DA SILVA - RO6557
RÉU: RAFAEL ZANCHIM DOS SANTOS
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada sobre a disponibilização de guia de custas complementar do Oficial de Justiça no ID 26865599. Prazo de 05 (cinco) dias.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível
PROCESSO: 7018148-21.2018.8.22.0001
ASSUNTO:Espécies de Contratos, Planos de Saúde, Antecipação de Tutela / Tutela Específica
CLASSE PROCESSUAL:Procedimento Comum
AUTOR: STEFANY CANDIDO PIRES
ADVOGADO DO AUTOR: ALEXSANDRA MANOEL GARCIA OAB nº SP315805
RÉU: BRADESCO SAUDE S/A
ADVOGADO DO RÉU: PAULO EDUARDO PRADO OAB nº AL11819
DESPACHO
Oportunizo o prazo de 10 (dez) dias para que as partes digam se pretendem produzir outras provas, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.
Intimem-se.
quinta-feira, 2 de maio de 2019
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO 7048905-32.2017.8.22.0001
Direito de Imagem, Fornecimento de Energia Elétrica
Procedimento Comum
AUTOR: ULISSES JOSE DOS SANTOS
ADVOGADO DO AUTOR: DIEGO DINIZ CENCI OAB nº RO7157
RÉU: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
ADVOGADO DO RÉU: ERICA CRISTINA CLAUDINO OAB nº RO6207
DESPACHO
Intime-se a parte autora para cumprir o item 1 do DESPACHO de ID 23050778, recolhendo as custas pertinentes, no prazo de 10 dias.
Porto Velho, 02 de maio de 2019.
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1305.
Processo: 7053793-44.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: JOSE CARLOS DE OLIVEIRA
Advogado do(a) AUTOR: FABIO ANTONIO MOREIRA - RO1553
RÉU: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado do(a) RÉU: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - RO5369
SENTENÇA
JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA ajuizou ação de cobrança de seguro DPVAT em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, alegando que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 18.11.2014. Assevera que sofreu lesões sobre o membro inferior direito (Joelho). Requer condenação da ré ao pagamento do valor do seguro decorrente da lesão incapacitante e permanente decorrente do sinistro.
Citada, a requerida ofereceu resposta alegando, preliminarmente ausência de documento indispensável à propositura da ação. No MÉRITO, sustenta ausência de comprovação do nexo causal entre os danos e os fatos, em caso de procedência, os honorários advocatícios devem ser fixados no patamar máximo de 15%.
Realizada perícia médica com a apresentação do laudo pericial.
É o relatório.
FUNDAMENTO E DECIDO.
Não merecem acolhimento a preliminar suscitadas pela ré. Afasto a preliminar de ausência de documentação da parte autora referente a data da ocorrência dos fatos. Afastada a preliminar, passa-se à apreciação do MÉRITO.
No MÉRITO, a ação é procedente.
Dúvida não há acerca da ocorrência do acidente e da lesão dele decorrente, tratando-se de lesão permanente, ainda que parcial.
O laudo de ID17255228 – fls.1 e 2, apresentou limitação funcional do membro superior direito. Assim, a indenização deverá ser fixada com base no percentual de invalidez apurada.

É esse o entendimento consolidado na súmula 474 do Superior Tribunal de Justiça, que assim dispõe: “a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez”.
Faz jus, portanto, o autor ao recebimento da indenização equivalente 75% do membro inferior direito da indenização máxima, R$13.500,00, ou seja, tem o autor o direito a receber a diferença de R$7.087,50 a título de indenização do seguro obrigatório por invalidez parcial.
Ante o exposto e considerando o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE esta ação de cobrança e condeno a ré a pagar ao autor indenização no valor de R$7.087,50 (sete mil, oitenta e sete reais e cinquenta centavos) incidindo a correção a partir do ajuizamento da ação e os juros de mora de 1% ao mês a partir da citação.
Condeno a ré no pagamento das custas, despesas processuais, bem como honorários advocatícios no percentual de 20% sobre o valor da condenação.
PRI.
Porto Velho, Quinta-feira, 02 de Agosto de 2018
OSNY CLARO DE OLIVEIRA JUNIOR
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1305.
Processo: 7053793-44.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: JOSE CARLOS DE OLIVEIRA
Advogado do(a) AUTOR: FABIO ANTONIO MOREIRA - RO1553
RÉU: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado do(a) RÉU: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - RO5369
INTIMAÇÃO
SENTENÇA
JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA ajuizou ação de cobrança de seguro DPVAT em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, alegando que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 18.11.2014. Assevera que sofreu lesões sobre o membro inferior direito (Joelho). Requer condenação da ré ao pagamento do valor do seguro decorrente da lesão incapacitante e permanente decorrente do sinistro.
Citada, a requerida ofereceu resposta alegando, preliminarmente ausência de documento indispensável à propositura da ação. No MÉRITO, sustenta ausência de comprovação do nexo causal entre os danos e os fatos, em caso de procedência, os honorários advocatícios devem ser fixados no patamar máximo de 15%.
Realizada perícia médica com a apresentação do laudo pericial.
É o relatório.
FUNDAMENTO E DECIDO.
Não merecem acolhimento a preliminar suscitadas pela ré. Afasto a preliminar de ausência de documentação da parte autora referente a data da ocorrência dos fatos. Afastada a preliminar, passa-se à apreciação do MÉRITO.
No MÉRITO, a ação é procedente.
Dúvida não há acerca da ocorrência do acidente e da lesão dele decorrente, tratando-se de lesão permanente, ainda que parcial.
O laudo de ID17255228 – fls.1 e 2, apresentou limitação funcional do membro superior direito. Assim, a indenização deverá ser fixada com base no percentual de invalidez apurada.
É esse o entendimento consolidado na súmula 474 do Superior Tribunal de Justiça, que assim dispõe: “a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez”.
Faz jus, portanto, o autor ao recebimento da indenização equivalente 75% do membro inferior direito da indenização máxima, R$13.500,00, ou seja, tem o autor o direito a receber a diferença de R$7.087,50 a título de indenização do seguro obrigatório por invalidez parcial.
Ante o exposto e considerando o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE esta ação de cobrança e condeno a ré a pagar ao autor indenização no valor de R$7.087,50 (sete mil, oitenta e sete reais e cinquenta centavos) incidindo a correção a partir do ajuizamento da ação e os juros de mora de 1% ao mês a partir da citação.
Condeno a ré no pagamento das custas, despesas processuais, bem como honorários advocatícios no percentual de 20% sobre o valor da condenação.
PRI.
Porto Velho, Quinta-feira, 02 de Agosto de 2018
OSNY CLARO DE OLIVEIRA JUNIOR
Juíz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível
PROCESSO: 7023304-87.2018.8.22.0001
ASSUNTO:Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Moral
CLASSE PROCESSUAL:Procedimento Comum
AUTOR: ANGELA MARIA COSTA DE HOLANDA
ADVOGADO DO AUTOR: EVERTHON BARBOSA PADILHA DE MELO OAB nº RO3531, CARLA FRANCIELEN DA COSTA OAB nº RO7745
RÉU: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
ADVOGADO DO RÉU: ERICA CRISTINA CLAUDINO OAB nº RO6207
DESPACHO
Oportunizo o prazo de 10 (dez) dias para que as partes digam se pretendem produzir outras provas, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.
Intimem-se.
quinta-feira, 2 de maio de 2019
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível
PROCESSO: 7054437-84.2017.8.22.0001
ASSUNTO:Vícios de Construção, Antecipação de Tutela / Tutela Específica, Obrigação de Fazer / Não Fazer
CLASSE PROCESSUAL:Nunciação de Obra Nova
NUNCIANTE: EMBRASCON EMPRESA BRASILEIRA DE CONSTRUCAO CIVIL LTDA
ADVOGADO DO NUNCIANTE: SANDRO LUCIO DE FREITAS NUNES OAB nº AC4529
NUNCIADO: MARIA AUXILIADORA ALVES LINHARES
ADVOGADO DO NUNCIADO: SHEIDSON DA SILVA ARDAIA OAB nº RO5929
DESPACHO
Oportunizo o prazo de 10 (dez) dias para que as partes digam se pretendem produzir outras provas, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.
Intimem-se.
quinta-feira, 2 de maio de 2019
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO/RO
10ª VARA CÍVEL
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO - Telefone: (69) 3217-1285

PROCESSO Nº: 7024140-65.2015.8.22.0001
CLASSE: Usucapião
AUTOR: MARIA HELENA MARQUES MENEZES
ADVOGADO DO AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
RÉU: SUL SOLIMOES URBANIZADORA LTDA
ADVOGADO DO RÉU: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIADESPACHO
Nos termos do artigo 1023, § 2º, do CPC, fica INTIMADO(A) o(a) Embargado(a) para, querendo, manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, pois eventual acolhimento implicará em modificação da DECISÃO guerreada.
Após, concluso para deliberação.
Cumpra-se.
Porto Velho/RO, quinta-feira, 2 de maio de 2019
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7017559-92.2019.8.22.0001
Classe: REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE (1707)
REQUERENTE: GLEICIENE BONIFACIO DE FREITAS
Advogado do(a) REQUERENTE: GREYCIANE BRAZ BARROSO - RO5928
REQUERIDO: MARIA APARECIDA PEREIRA DE SOUZA
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 3ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA - CEJUSC/CÍVEL Data: 29/05/2019 Hora: 17:00
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 2 de maio de 2019.
ANDERSON PINTO DE OLIVEIRA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO VARA CÍVEL
Processo n.: 7036178-07.2018.8.22.0001
Classe: Usucapião
Assunto: Usucapião Extraordinária
Valor da causa: R$10.000,00 (dez mil reais)
Parte autora: JOSE RICARDO SANTANA FONSECA, AVENIDA PINHEIRO MACHADO 4650, APT. 06 FLODOALDO PONTES PINTO - 76820-502 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: LINCOLN JOSE PICCOLI DUARTE OAB nº RO731, AVENIDA LAURO SODRÉ 1259, CASA 06 OLARIA - 76801-289 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, CLAUDETE FURQUIM DE SOUSA OAB nº RO6009, SEM ENDEREÇO
Parte requerida: ESPÓLIO FLORENTINO JOVINO OLIVEIRA, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO RÉU: NILTON LEITE JUNIOR OAB nº RO8651, AVENIDA PADRE ADOLPHO ROHL 2297, GALERIA AUTO POSTO CENTRAL, BOX 03 SETOR 01 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA, ATALICIO TEOFILO LEITE OAB nº RO7727, AUTO POSTO CENTRAL 2297, INTERMEDIAÇÕES AUTO POSTO CENTRAL SETOR 01 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIADESPACHO
Intime-se a parte autora para se manifestar sobre a contestação, no prazo de 10 dias.
Porto Velho quinta-feira, 2 de maio de 2019 às 09:44.
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1305.
Processo: 7044943-98.2017.8.22.0001
Classe: BUSCA E APREENSÃO (181)
REQUERENTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
Advogado do(a) REQUERENTE: ANTONIO BRAZ DA SILVA - RO6557
REQUERIDO: RITIELE DE SOUZA ORTIZ
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada sobre a disponibilização de guia de custas remanescentes do Oficial de Justiça no ID. Prazo de 05 (cinco) dias.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7049893-19.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ZENILDO SOUZA DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: OSVALDO PEREIRA RIBEIRO - RO5869
RÉU: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogado do(a) RÉU: MARCIO MELO NOGUEIRA - RO2827
Intimação
(Provas)
Ficam as partes, por via de seus advogados, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, intimadas a especificarem provas que pretendem produzir.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307.
Processo: 0022643-43.2012.8.22.0001
Classe: EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA (228)
AUTOR: JOAO FRUTUOSO FILHO
Advogados do(a) AUTOR: PEDRO LUIZ LEPRI JUNIOR - RO4871, CARLOS ALBERTO VIEIRA DA ROCHA - RO4741, NELSON VIEIRA DA ROCHA JUNIOR - RO3765
RÉU: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogados do(a) RÉU: CELSO MARCON - RO3700, GABRIEL DA COSTA ALEXANDRE - RO4986, DAGUIMAR LUSTOSA NOGUEIRA CAVALCANTE - RO4120, MARCO ANDRE HONDA FLORES - MS6171-A
INTIMAÇÃO
Fica a parte autora, na pessoa de seu(ua) advogado(a), notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível Processo n. 0010638-18.2014.8.22.0001
AUTORES: ANA KARLA DA SILVA FEITOZA SANTOS, ANDERSON FABIANO SANTOS
ADVOGADOS DOS AUTORES: ERONIDES JOSE DE JESUS OAB nº RO5840
RÉUS: BAIRRO NOVO PORTO VELHO EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO S/A, LOPES E OLIVEIRA ASSESSORIA IMOBILIARIA LTDA

ADVOGADOS DOS RÉUS: PAULO BARROSO SERPA OAB nº RO4923, ANDREY CAVALCANTE DE CARVALHO OAB nº RO303, GUSTAVO CLEMENTE VILELA OAB nº SP220907, FELIPE NOBREGA ROCHA OAB nº SP286551, RODRIGO DE BITTENCOURT MUDROVITSCH OAB nº RO5536, LEANDRO DIAS PORTO BATISTA OAB nº DF36082, ALEX JESUS AUGUSTO FILHO OAB nº SP314946, MARCELO ESTEBANEZ MARTINS OAB nº RO3208, DANIELE MEIRA COUTO OAB nº RO2400
Valor da causa: R$15.000,00 DESPACHO
Ficam as partes intimadas a se manifestar acerca do retorno dos autos do TJ/RO, no prazo de 05 dias.
Porto Velho, 2 de maio de 2019.
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7017611-88.2019.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: VEZENEIBE DE SOUZA GERALDO
Advogados do(a) AUTOR: ED CARLO DIAS CAMARGO - RO7357, CARLA SOARES CAMARGO - RO10044
RÉU: NETFLIX ENTRETENIMENTO BRASIL LTDA.
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 3ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA - CEJUSC/CÍVEL Data: 08/07/2019 Hora: 08:30
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 2 de maio de 2019.
ANDERSON PINTO DE OLIVEIRA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 0010820-04.2014.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
EXEQUENTE: BANCO LOSANGO SA - BANCO MÚLTIPLO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MELANIE GALINDO MARTINHO AZZI OAB nº RO3793, ANTONIO BRAZ DA SILVA OAB nº AC6557
EXECUTADO: JOSUE CLEUSIMAR FONSECA MELLO
ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Vistos.
Recolhidas as custas, expeça-se o MANDADO.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 7054481-06.2017.8.22.0001
Assunto: Seguro, Seguro
Classe Processual: Procedimento Comum
AUTORES: ALMIR MONTEIRO DUARTE, MARINES MONTEIRO DUARTE, NATALIS PEREIRA DOS REIS
ADVOGADOS DOS AUTORES: RODRIGO DE SOUZA COSTA OAB nº RO8656
RÉU: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
ADVOGADO DO RÉU: EDUARDO CHALFIN OAB nº AC4580
DECISÃO
Em análise dos autos, verifica-se que o autor já propôs uma demanda em 05/10/2017, com a mesma causa de pedir sob o número 7043885-60.2017.8.22.0001, que tramitou na 7ª Varal Cível desta comarca.
Assim, a demanda em comento não está abrangida pela competência deste Juízo e deveria ser distribuída por dependência àqueles autos, conforme se denota pela redação do art. 286, II NCPC:
Art. 286. Serão distribuídas por dependência as causas de qualquer natureza:
(…) II – quando, tendo sido extinto o processo sem resolução de MÉRITO, for reiterado o pedido, ainda que em litisconsórcio com outros autores ou que sejam parcialmente alterados os réus da demanda
Ademais, consigno que o referido processo foi em que ocorreu a primeira distribuição/registro, estando aquele Juízo prevento, nos termos do art. 59 do Código de Processo Civil.
Ante o exposto, declaro a incompetência deste juízo para processar e julgar o feito, declinando a competência para o 7ª Vara Cível desta comarca com os nossos cumprimentos.
Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho 2 de maio de 2019
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7023785-50.2018.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: ASSOCIACAO DE CREDITO CIDADAO DE RONDONIA
Advogado do(a) EXEQUENTE: KARINA DA SILVA SANDRES - RO4594
EXECUTADO: CLEDSON ALMEIDA DE SOUZA e outros
INTIMAÇÃO
Para fins de atendimento ao pleito da parte AUTORA, fica esta intimada para que, no prazo de 05 dias, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7022165-08.2015.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: ASSOCIACAO EDUCACIONAL DE RONDONIA
Advogados do(a) EXEQUENTE: DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO - RO3831, LILIAN MARIANE LIRA - RO3579
EXECUTADO: TAINA CAROLINE REBOUCAS LIMA

Intimação
Fica a parte Autora intimada, por seu advogado, no prazo de 05 dias, a apresentar planilha do débito atualizada nos termos os termos do Provimento 0013/2014-CG, devendo constar conforme segue:
DISCRIMINAÇÃO DE VALORES
Principal: R$ XXX;
Atualização monetária: R$ XXX;
Multa do art. 523, §1º:R$ XXXX;
Honorários sucumbenciais: R$ XXX
VALOR TOTAL DA DÍVIDA PARA EFEITOS DE PROTESTO
1) Com honorários sucumbenciais: R$ XXX
2) Sem honorários sucumbenciais: R$ XXX
Atualizado até: XX/XX/XXXX

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo n.: 0009491-88.2013.8.22.0001
Classe: Despejo
Assunto:Locação de Imóvel
AUTOR: REGILSON DA SILVA OLIVEIRA, RUA AMAZONAS 3435, NOVA PORTO VELHO AGENOR DE CARVALHO - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: NELSON SERGIO DA SILVA MACIEL OAB nº RO624
JANIO SERGIO DA SILVA MACIEL OAB nº RO1950
RÉU: UNIAO NORTE DISTRIBUIDORA LTDA - EPP, AVENIDA AMAZONAS 1748 TIRADENTES - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU:
Valor da causa:R$54.000,00
DESPACHO
Intimem-se as partes para promoverem o regular andamento ao feito, no prazo de 10 dias.
SERVE O PRESENTE DE MANDADO /CARTA.
Porto Velho/RO, 02 de maio de 2019.
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 7029456-88.2017.8.22.0001
Assunto: Correção Monetária, Serviços Hospitalares
Classe Processual: Procedimento Comum
AUTOR: ASSOCIACAO TIRADENTES DOS POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO AUTOR: JEFERSON DE SOUZA RODRIGUES OAB nº RO7544
RÉU: JOSE CIRIACO DE QUEIROZ
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
Proceda o gestor de cartório com alteração da classe processual para cumprimento de SENTENÇA.
A parte exequente deverá se manifestar quanto ao prosseguimento da execução no prazo impreterível de 05 (cinco) dias, indicando na oportunidade meio efetivo para satisfação da obrigação. No silêncio, cumpra-se o art. 485, §1º, do Código de Processo Civil, intime-se a parte autora pessoalmente para promover o regular andamento do feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção do processo do feito.
Porto Velho 2 de maio de 2019
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 7026809-91.2015.8.22.0001
Assunto: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
Classe Processual: Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: RAIMUNDO CELESTINO DOS SANTOS
ADVOGADO DO EXEQUENTE: NAIANA ELEN SANTOS MELLO OAB nº RO7460, PITAGORAS CUSTODIO MARINHO OAB nº RO4700
EXECUTADO: LOSANGO PROMOÇOES DE VENDAS LTDA
ADVOGADO DO EXECUTADO: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB nº SP128341 DESPACHO
Manifeste-se o requerido, no prazo de 5 dias, sobre a petição ID 26694717.
Após, conclusos para DECISÃO.
Porto Velho 2 de maio de 2019
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 7003782-40.2019.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Rescisão / Resolução, Rescisão do contrato e devolução do dinheiro
AUTOR: SILVIO MARCIO ALMEIDA
ADVOGADO DO AUTOR: GUILHERME TOURINHO GAIOTTO OAB nº RO6183
RÉUS: L & M COMERCIO DE MOVEIS LTDA - EPP, TODESCHINI SA INDUSTRIA E COMERCIO
ADVOGADOS DOS RÉUS:
HOMOLOGO o acordo celebrado entre nos termos da ata de audiência, ID 26846081 para que surta seus jurídicos e legais efeitos e, em consequência, com fundamento na alínea b do inciso III do art. 487 do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO, com resolução de MÉRITO, o processo movido por CONDOMINIO GIRASSOL - QUADRA 08 em face de ADILMA ALMEIDA DA COSTA, e outros, todos qualificados nos autos e ordeno seu arquivamento.
Sem custas - art. 8º, III da lei 3.896/2016).
Honorários advocatícios conforme acordado.
Homologo a renúncia ao prazo recursal.
Certifique-se o trânsito em julgado desta DECISÃO, procedam-se às baixas e comunicações pertinentes e arquivem-se os autos.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Porto Velho, 02 de maio de 2019
Osny Claro de Oliveira Junior
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 7013386-59.2018.8.22.0001
Assunto: Direito de Imagem
Classe Processual: Procedimento Comum
AUTOR: IRACEMA APARECIDA BARBOSA
ADVOGADO DO AUTOR: DIEGO DINIZ CENCI OAB nº RO7157
RÉU: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
ADVOGADO DO RÉU: ERICA CRISTINA CLAUDINO OAB nº RO6207
SENTENÇA

Vistos, etc...
I – RELATÓRIO
IRACEMA APARECIDA BARBOSA propôs AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS em face de ELETROBRÁS CERON – CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA alegando em síntese que reside na cidade de Vila Alegre de Abunã e, que aos 01/02/2016 houve interrupção no fornecimento de energia, que somente foi restabelecida seis horas após. Argumentou que durante esse tempo em que ficou sem energia experimentou danos morais, exatamente por se ver privada de utilizar eletrodomésticos. Com base nessas alegações, requereu a condenação da requerida ao pagamento de compensação por danos morais, além das verbas de sucumbência.
Regularmente citada, a ré apresentou contestação, alegando preliminarmente litispendência ao processo n. 7013385-74.2018.8.22.0001. Disse que interrupções emergenciais são impossíveis de serem previstas. A duração da interrupção foi de 14 horas e 59 minutos.Informa que as interrupções são programadas. Ao final, argumentando ainda não ter agido de forma negligente ou indiferente com a situação da localidade, tampouco em relação à população, requereu a total improcedência dos pedidos, invertendo-se o ônus da sucumbência.
Houve réplica.
Vieram-me os autos conclusos.
É o relatório. Decido.
II – FUNDAMENTAÇÃO
Do Julgamento Antecipado da lide
No caso, atento ao conteúdo dos autos, tenho que nele há elementos suficientes a ensejar o convencimento do juízo, sobretudo a permitir seu julgamento antecipado na forma do art. 355, inciso I, NCPC. Dispensável, portanto, qualquer dilação probatória.
Preliminar
Afasto a preliminar levantada em contestação eis que não há litispendência na medida em que esta ação e aquela se baseiam, cada qual, em causa de pedir diversa, ou seja, a prática de ato imputado à parte adversa, ainda que ocorridas dentro do mesmo contexto fático, e com as mesmas partes de modo a não se verificar identidade dos elementos da ação, mesmas partes nos mesmos polos, mesma causa de pedir e pedido para configuração da litispendência aventada, havendo somente relação de conexidade entre as demandas a impor a reunião para tramitação e julgamento conjunto. Pelo narrado na inicial, é o ora réu legitimado para responder no pólo passivo pois a ele é imputado a prática da conduta ilícita que se alega geradora do dano moral indenizável, cuja procedência ou não encerra matéria de MÉRITO.
Do MÉRITO
Da análise dos autos, sobretudo em razão da retórica deduzida na contestação, além das inúmeras outras demandas já apreciadas pelo Juízo acerca de matéria semelhante à tratada nos autos, tenho que estou satisfatoriamente demonstrado – art. 374, inciso III, NCPC – a interrupção de energia mencionado na inicial, restando por saber se tal período de privação do serviço de energia elétrica é motivo bastante a ensejar compensação por danos morais.
Pois bem. Os pedidos procedem.
O art. 3º, XVI, da Resolução nº 024 da ANEEL considera interrupção de 'longa duração' aquela que ultrapassa 3(três) minutos, in verbis:
'XVI – Interrupção de Longa Duração – Toda interrupção do sistema com duração maior ou igual a 3(três) minutos)'
É considerado serviço essencial o fornecimento de energia elétrica. A vida moderna é inviável sem a satisfatória prestação deste serviço. Com o aquecimento global é quase impossível viver de uma forma agradável sem a utilização de ar-condicionado ou ventiladores. A necessidade de informação é tolhida quando falta a energia elétrica, face à impossibilidade de utilização meios de comunicação como televisão, rádio e internet.
Até mesmo a utilização do aparelho celular fica comprometida com falta do serviço, pois sem energia elétrica é impossível recarregar a bateria.
Assim, é claro que a insatisfatória prestação do serviço de abastecimento de energia elétrica causa abalo moral ao consumidor. Outro não é o entendimento pacificado no nosso Tribunal de Justiça/RO, vejamos:
'Julgamento antecipado. Peculiaridades da causa. Cerceamento de defesa. Não ocorrência. Energia elétrica. Falha na prestação de serviço. Interrupção no fornecimento. Vários dias. Dano moral. Prova. Prescindibilidade. Valor. Fixação. Inexiste cerceamento de defesa quando, da análise do caso concreto, verifica-se ser desnecessária a produção de outras provas além daquelas já constantes dos autos. É devida a indenização por dano moral decorrente de falha no fornecimento de energia elétrica que priva o consumidor por dias de utilizar serviço essencial, dano este que prescinde de prova, tratando-se de espécie de dano moral presumido. O arbitramento da indenização decorrente de dano moral deve ser feito caso a caso, com bom senso, moderação e razoabilidade, atentando-se à proporcionalidade com relação ao grau de culpa, à extensão e à repercussão dos danos, à capacidade econômica, às características individuais e ao conceito social das partes.100.001. Apelação Cível (TJ-RO - AC: 10000120070243416 RO 100.001.2007.024341-6, Relator: Desembargador Gabriel Marques de Carvalho, Data de Julgamento: 12/05/2009, 7ª Vara Cível)'
Vejo que o tempo sem energia elétrica mencionado na inicial e confirmado pela concessionária ré ultrapassa, em muito, a característica de interrupção de 'longa duração', de acordo com as normas da ANEEL. Este fato, por si só, é capaz de comprovar o dano moral suscitado na exordial.
A parte autora permaneceu várias horas sem poder usufruir deste serviço, por culpa exclusiva da Ré, que implantou sistema insatisfatório às necessidades da população de Vista Alegre do Abunã.
E não é só. Não obstante tenha justificado as razões que levaram às interrupções de energias alegadas na inicial, noto que todas elas são inerentes às atividade desenvolvidas na atividade de energia elétrica. Não há relatos de casos de força maior ou fortuitos externos, mas sim, problemas operações na Usina local, situação que, por si só, não tem o condão de afastar sua responsabilidade.
Assim, feitas tais ponderações e para que haja proporcionalidade entre a ofensa e o valor do ressarcimento, sem que haja enriquecimento ilícito do Requerente, arbitro o valor da indenização por danos morais em R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).
III – DISPOSITIVO
Isto posto e considerando tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTES os pedidos iniciais e condeno a Ré CERON – CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA ao pagamento de indenização por danos morais à parte autora no valor, já atualizado, de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).
Sucumbente, condeno ainda a ré ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 20% (vinte por cento) sobre o total da condenação na forma do art. 85, §2º, CPC.
Não havendo pagamento e nem requerimento do credor para o cumprimento da SENTENÇA no prazo de 30 (trinta) dias, dê-se baixa e arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Porto Velho 2 de maio de 2019
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 7017862-09.2019.8.22.0001
Assunto: Correção Monetária
Classe Processual: Monitória
AUTOR: ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO NO ESTADO DE RONDONIA - ASPER

ADVOGADO DO AUTOR: ALEXANDRE PAIVA CALIL OAB nº RO2894
RÉU: PURA MORENO DOMINGUES
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
1. Emende o requerente a inicial para proceder ao recolhimento integral das custas iniciais, no importe de 2% sobre o valor da causa, ou no mínimo o valor de R$ 105,57, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Pagas as custas, cumpra-se o item 2.
2. Nos termos do art. 700 e 701 do Código de Processo Civil, cite-se a parte requerida para pagar voluntariamente o débito e os honorários advocatícios no montante de cinco por cento do valor atribuído à causa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, no valor de R$ 1.791,49.
Este DESPACHO servirá como carta/MANDADO, assim, neste ato, vossa senhoria está sendo citada para efetuar o pagamento ou apresentar embargos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a citação ou a intimação for pelo correio, ou da data de juntada aos autos do MANDADO cumprido, quando a citação ou a intimação for por oficial de justiça.
Rejeitados os embargos ou caso não haja o cumprimento da obrigação, "constituir-se-á, de pleno direito, título executivo judicial" (CPC, art. 702, §8º).
3. Sendo apresentado embargos no prazo legal, intime-se a parte autora para impugnar em 15 (quinze) dias úteis, (art. 702 §5º do NCPC), sendo vedada reconvenção sucessiva, nos termos do §6º do mesmo artigo.
Depois, os autos virão conclusos para SENTENÇA, nos termos dos artigos 702, §8º e seguintes do NCPC, caso as partes não peçam produção de outras provas.
4. Caso o réu satisfaça a obrigação no prazo supracitado, ficará isento de custas, subsistindo, entretanto, dever de pagar 5% do valor da dívida a título de honorários advocatícios (art. 701, do NCPC).
5. Efetuado o depósito, intime-se a parte autora para manifestar-se quanto ao pagamento, no prazo de 05 dias, sob pena de presunção de concordância dos valores depositados como sendo o pagamento integral da obrigação.
6. Para o caso de não cumprimento, fixo honorários em 10% (dez por cento) do valor da dívida.
A petição inicial poderá ser consultada pelo endereço eletrônico: http://pje.tjro.jus.br/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.
seam (nos termos do artigo 19 e 20 da Resolução 185, de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça). Não tendo condições de constituir advogado a parte deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, nesta.
Requerida: Pura Moreno Domingues
Endereço: Rua Jardins, n. 114, casa 38 (condomínio Alfazema), Bairro Novo, CEP 76.814-118, Porto Velho/RO,
Porto Velho 2 de maio de 2019
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 7017806-73.2019.8.22.0001
Assunto: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
Classe Processual: Procedimento Comum
AUTOR: FERNANDA CARVALHO MONTEIRO
ADVOGADO DO AUTOR: EDGAR FERREIRA DE SOUZA OAB nº MT17664
RÉU: ART E ARTES ESTUDIO FOTOGRAFICO LTDA - ME
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
O Novo Código de Processo Civil em seu art. 99,§ 2º determina que não de convencendo o juiz de que a parte faz juz aos benefícios da gratuidade da justiça, deverá determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos, antes de indeferir o pedido. Assim, intime-se a autora para no prazo de 15 (quinze) dias, comprove que preenche os pressupostos legais à concessão da gratuidade da justiça, na forma do art. 99, § 2º do NCPC.
No mesmo prazo, considerando que a autora questiona a restrição de crédito decorrente da inserção dos seus dados em cadastro de inadimplentes, impedindo-a de realizar compras no comércio local, faz-se necessária a juntada das certidões de inscrição emitidas pelos principais órgãos proteção ao crédito (consulta de balcão) atualizada, de forma a analisar o pedido de tutela e aferir a existência do efetivo abalo ilegítimo do crédito, sendo esta providência cabível à parte autora.
Prazo 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição.
Intime-se.
Porto Velho 2 de maio de 2019
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7053277-24.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ISAC RODRIGUES DA SILVA e outros (6)
Advogado do(a) AUTOR: RAFAEL OLIVEIRA CLAROS - RO0003672A
Advogado do(a) AUTOR: RAFAEL OLIVEIRA CLAROS - RO0003672A
Advogado do(a) AUTOR: RAFAEL OLIVEIRA CLAROS - RO0003672A
Advogado do(a) AUTOR: RAFAEL OLIVEIRA CLAROS - RO0003672A
Advogado do(a) AUTOR: RAFAEL OLIVEIRA CLAROS - RO0003672A
Advogado do(a) AUTOR: RAFAEL OLIVEIRA CLAROS - RO0003672A
Advogado do(a) AUTOR: RAFAEL OLIVEIRA CLAROS - RO0003672A
RÉU: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
Advogados do(a) RÉU: IRAN DA PAIXAO TAVARES JUNIOR - RO5087, PAULO BARROSO SERPA - RO4923, ANDREY CAVALCANTE DE CARVALHO - RO303-B, THALINE ANGELICA DE LIMA - RO7196
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida, por seu patrono, no prazo de 10 (dez) dias, intimada para efetivar o depósito dos honorários periciais, conforme proposta apresentada pelo perito ID 26807509

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo n.: 0022226-27.2011.8.22.0001
Classe: Interdito Proibitório
Assunto:Indenização por Dano Material, Posse
REQUERENTES: AURELIO RODRIGUES DA SILVA, AURELIANO COUTINHO,43 AP. 122 S. CECILIA, - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, ROSA MARIA RODRIGUES DA SILVA, RUA DUQUE DE CAXIAS, 1588, SAO CRISTOVAO - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, ALBA LUCIA RODRIGUES DA SILVA, RUA DUQUE DE CAXIAS, 1588 - CENTRO, - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, PAULO RODRIGUES DA SILVA, RUA DUQUE DE CAXIAS, N. 1588, SAO CRISTOVAO,

SAO CRISTOVAO - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, AURILENE INACIO DA SILVA, RUA DO CONTORNO, 4808, CONJUNTO MARECHAL RONDON FLODOALDO PONTES PINTO - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: PAULO RODRIGUES DA SILVA OAB nº RO509
MARCOS ANTONIO METCHKO OAB nº RO1482
MARCOS ANTONIO ARAUJO DOS SANTOS OAB nº RO846
REQUERIDO: JOSE RIBAMAR DINIZ SERRA, ESTRADA DA PENAL, SÍTIO BOA FÉ, RAMAL 21 DE ABRIL AO LADO DA CERÂMICA RONDÔNIA - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: ALONSO JOAQUIM DA SILVA OAB nº RO753
Valor da causa:R$10.000,00
DESPACHO
Intime-se as partes para que promovam o regular andamento ao feito, no prazo de 10 dias.
SERVE O PRESENTE DE MANDADO /CARTA.
Porto Velho/RO, 02 de maio de 2019.
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307.
Processo: 7043789-79.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: LOUISSAINT JEAN PIERRE
Advogados do(a) AUTOR: ANDREIA COSTA AFONSO PIMENTEL - RO4927, MARCIO SILVA DOS SANTOS - RO838
RÉU: E N GOMES COMERCIO DE CONFECCOES - ME
Advogado do(a) RÉU: EDNA DA FRANCA SILVA GOMES - PI12660
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida, na pessoa de seu(ua) advogado(a), notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais(iniciais a finais). A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 7017628-27.2019.8.22.0001
Assunto: Correção Monetária
Classe Processual: Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: RONDONIA GRAFICA E COMUNICACAO VISUAL EIRELI
ADVOGADO DO EXEQUENTE: IZIDORO CELSO NOBRE DA COSTA OAB nº RO3361
EXECUTADO: LUIZ CLAUDIO PEREIRA ALVES
ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
O Novo Código de Processo Civil em seu art. 99,§ 2º determina que não de convencendo o juiz de que a parte faz juz aos benefícios da gratuidade da justiça, deverá determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos, antes de indeferir o pedido.
Portando, no que se refere à gratuidade judiciária, especialmente quando se refere a pessoa jurídica, não basta a simples alegação de que a empresa não tem condições de arcar com as despesas processuais.
Com efeito, é necessário demonstrar que a pessoa jurídica esteja enfrentando dificuldades financeiras e não tenha possibilidade de arcar com as custas processuais.
Assim, intime-se a autor, para que comprove que preenche os pressupostos legais à concessão da gratuidade da justiça no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 99, § 2º do NCPC, sob pena de indeferimento do pedido de justiça gratuita e, por consequência, o cancelamento da distribuição - (art. 290 CPC), ou, querendo, recolher as custas processuais correspondentes.
Porto Velho 30 de abril de 2019
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 0000795-34.2011.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: Cavalcante & Alexandre Ltda
Advogado do(a) EXEQUENTE: ALBENISIA FERREIRA PINHEIRO - RO3422
EXECUTADO: ARY MONTEIRO PRESTES e outros
INTIMAÇÃO
Para fins de atendimento ao pleito da parte AUTORA, fica esta intimada para que, no prazo de 05 dias, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.
OBS: O valor de R$15,83 (quinze reais e oitenta e três centavos) para cada uma delas.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 7017426-50.2019.8.22.0001
Assunto: Causas Supervenientes à SENTENÇA
Classe Processual: Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: PEDRO VILSON DIAS PINHEIRO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: NADIA ALVES DA SILVA OAB nº RO3609
EXECUTADO: BANCO BASA S/A
ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Trata-se de cumprimento de SENTENÇA, assim nos termos do art. 516-II do CPC, proceda a escrivania com a redistribuição do feito para Vara competente.
Porto Velho 30 de abril de 2019
Osny Claro de Oliveira Júnior
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 0000079-70.2012.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: ANTONIO CARLOS AIDAR PEREIRA
Advogados do(a) EXEQUENTE: RAFAEL VALENTIN RADUAN MIGUEL - RO4486, HIRAN SALDANHA DE MACEDO CASTIEL - RO4235, MARGARETE GEIARETA DA TRINDADE - RO4438
EXECUTADO: JOAO BATISTA PAULINO DE LIMA e outros (2)
Advogados do(a) EXECUTADO: EZIO PIRES DOS SANTOS - RO5870, MARCEL DOS REIS FERNANDES - RO4940
Advogado do(a) EXECUTADO: MARCEL DOS REIS FERNANDES - RO4940

INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente, por seu patrono, intimada para impulsionar o processo, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 7017139-87.2019.8.22.0001
Assunto: Auxílio-Doença Acidentário, Aposentadoria por Invalidez Acidentária, Liminar
Classe Processual: Procedimento Comum
AUTOR: FRANCISCO DAS CHAGAS GONCALVES
ADVOGADO DO AUTOR: RAIMUNDO GONCALVES DE ARAUJO OAB nº RO3300
RÉU: I. -. I. N. D. S. S.
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Trata-se de AÇÃO PARA RESTABELECIMENTO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ OU AUXÍLIO-DOENÇA C/C PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA, por meio do qual o(a) autor(a) requer a manutenção do benefício de aposentadoria por invalidez em sua integralidade, sem redução ou cessação futura.
O caso é de deferimento do pedido formulado pelo(a) requerente.
Como se sabe, a tutela provisória de urgência pode ser antecipada (satisfativa) ou cautelar. Ambas podem ser formuladas e deferidas em caráter antecedente (isto é, antes que o pedido principal tenha sido apresentado ou, ao menos, antes que ele tenha sido apresentado com a argumentação completa) ou incidental (quando o pedido principal já houver sido formulado).
A tutela antecipada satisfaz, no todo ou em parte, a pretensão formulada pelo autor, concedendo-lhe os efeitos ou consequências jurídicas que ele pretende obter com o ajuizamento da demanda. Possui natureza satisfativa, pois permite que o magistrado já defira os efeitos que, sem ela, só poderia conceder ao final.
Nos termos do artigo 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida, liminarmente ou mediante justificação, quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
No tocante à probabilidade do direito, é preciso que o requerente aparente ser o titular do direito que está sob ameaça, e que esse direito aparente merecer proteção. A cognição é sempre sumária, feita com base em mera probabilidade. Como bem explica Fredie Didier Jr., "é necessária a verossimilhança fática, com a constatação de que há um considerável grau de plausibilidade em torno da narrativa dos fatos trazida pelo autor. [...] Junto a isso, deve haver uma plausibilidade jurídica, com a verificação de que é provável a subsunção dos fatos à norma invocada, conduzido aos efeitos pretendidos" (DIDIER JR., Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. Curso de Direito Processual Civil: teoria da prova, direito probatório, ações probatórias, DECISÃO, precedente, coisa julgada e antecipação dos efeitos da tutela. 10. Ed. Salvador, Juspodivm, 2015, v.2, p. 596).
A tutela provisória de urgência pressupõe, além disso, "a existência de elementos que evidenciem o perigo que a demora no oferecimento da prestação jurisdicional (periculum in mora) representa para a efetividade da jurisdição e a eficaz realização do direito". O perigo de dano deve ser concreto (certo), atual e grave (com aptidão para prejudicar o impedir a fruição do direito). Além disso, o dano deve ser irreparável (cujas consequências são irreversíveis) ou de difícil reparação (que provavelmente não será ressarcido) (DIDIER JR., Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. Curso de Direito Processual Civil: teoria da prova, direito probatório, ações probatórias, DECISÃO, precedente, coisa julgada e antecipação dos efeitos da tutela. 10. Ed. Salvador, Juspodivm, 2015, v.2, p. 597).
Cumpre ressaltar que é necessária a presença simultânea dos requisitos acima destacados, isto é, além dos elementos que evidenciem a probabilidade do direito, impõe-se, também, a demonstração do perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
Nesse sentido, são os seguintes julgados do Tribunal de Justiça de São Paulo: AI 2181120-49.2017.8.26.0000, Rel. Gilberto dos Santos, 11ª Câmara de Direito Privado, j. 26/10/2017; AI 2144675-32.2017.8.26.0000; Rel. Bonilha Filho, 26ª Câmara de Direito Privado, j. 24/08/2017; AI 2079625-59.2017.8.26.0000, Rel. Francisco Casconi, 31ª Câmara de Direito Privado, j.25/07/2017.
Por fim, oportuno destacar que a vedação à irreversibilidade da concessão da tutela de urgência não deve prevalecer nas hipóteses em que o dano ou o risco que se quer evitar ou minimizar for qualitativamente mais importante para o requerente do que para o requerido, como é o caso dos autos.
In casu, verifico, mediante juízo de cognição sumária, que estão presentes os requisitos para a concessão da tutela provisória de urgência pleiteada pela requerente.
Da leitura das alegações constantes da petição inicial, bem como dos documentos que instruem a peça de ingresso, conclui-se que o(a) autor(a) desincumbiu-se do ônus de demonstrar a probabilidade do direito invocado.
Neste momento processual, em que a análise dos fatos e do direito da parte é superficial, verifico que é verossímil e plausível a alegação de que estão presentes os requisitos para o restabelecimento do pagamento da aposentadoria por invalidez previstos no artigo 47, inciso II, da Lei n.º 8.213/1991, que assim dispõe:
Art. 47. Verificada a recuperação da capacidade de trabalho do aposentado por invalidez, será observado o seguinte procedimento:
I - quando a recuperação ocorrer dentro de 5 (cinco) anos, contados da data do início da aposentadoria por invalidez ou do auxílio-doença que a antecedeu sem interrupção, o benefício cessará:
a) de imediato, para o segurado empregado que tiver direito a retornar à função que desempenhava na empresa quando se aposentou, na forma da legislação trabalhista, valendo como documento, para tal fim, o certificado de capacidade fornecido pela Previdência Social; ou
b) após tantos meses quantos forem os anos de duração do auxílio-doença ou da aposentadoria por invalidez, para os demais segurados;
II - quando a recuperação for parcial, ou ocorrer após o período do inciso I, ou ainda quando o segurado for declarado apto para o exercício de trabalho diverso do qual habitualmente exercia, a aposentadoria será mantida, sem prejuízo da volta à atividade:
a) no seu valor integral, durante 6 (seis) meses contados da data em que for verificada a recuperação da capacidade;
b) com redução de 50% (cinqüenta por cento), no período seguinte de 6 (seis) meses;
c) com redução de 75% (setenta e cinco por cento), também por igual período de 6 (seis) meses, ao término do qual cessará definitivamente.
O DISPOSITIVO legal em questão trata das "mensalidades de recuperação, procurando assegurar ao ex-aposentado por invalidez um retorno à atividade com certa tranquilidade, em especial ao segurado que, por não ser empregado, não tem direito de reassumir a mesma função exercida antes desta aposentadoria" (BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo; ROCHA, Daniel Machado da. Comentários à Lei de Benefícios da Previdência Social. 15. Ed. São Paulo: Atlas, 2017, p. 305).
Quando a capacidade para o trabalho é recuperada dentro dos 5 (cinco) anos contados da data do inicio da aposentadoria por invalidez (ou, se for o caso, do auxílio-doença que a antecedeu), há 2 (dois) termos finais diferentes:
a) de imediato, para o segurado empregado que tiver direito a retornar à função que desempenhava na empresa ao se aposentar; ou b) após tantos meses quantos forem os anos de duração da aposentadoria por invalidez ou do auxílio-doença para os demais segurados.

Lado outro, caso a capacidade para o trabalho seja recuperada parcialmente, ou após os 5 (cinco) anos anteriormente referidos, ou, ainda, se o segurado for declarado apto para o exercício de atividade diversa da que habitualmente exercia quando se aposentou por invalidez, o pagamento do benefício por invalidez deverá cessar gradualmente, nos seguintes termos:
a) será pago de forma integral, durante 6 (seis) meses, contados da data em que for verificada a recuperação da capacidade;
b) após esses 6 (seis) meses, será pago com redução de 50%, no período seguinte de 6 (seis) meses;
c) após esses 12 (doze) meses, será pago com redução de 75%, também por igual período de 6 meses;
d) decorridos esses 18 (dezoito) meses, o benefício será definitivamente cessado.
No caso dos autos, o requerente foi contemplado com o benefício da aposentadoria por invalidez, com termo inicial em 27/10/2011 (data em que foi prolatada SENTENÇA no processo 0015220-03.2010.8.22.0001). O autor foi submetido a perícia médica, que emitiu parecer contrário à continuação do pagamento do benefício, tendo a autarquia previdenciária em fevereiro/2019 reduziu o valor do benefício em 50%(cinquenta por cento) e a partir de setembro/2019 reduzirá em 75%(setenta e cinco por cento) até o seu encerramento.
Destarte, ao menos nesta etapa procedimental, verifico que se encontram presentes os requisitos para a manutenção do pagamento do benefício previsto no inciso II, do artigo 47, da Lei n.º 8.213/1991, razão pela qual o autor faz jus à aposentadoria por invalidez, no valor integral, até comprovada, por perícia deste juízo, a incapacidade parcial.
O perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo também é notório, por se tratar de verba de natureza alimentar, necessária à subsistência do requerente.
Ademais, a medida é absolutamente reversível, podendo o pagamento cessar em caso de reforma desta DECISÃO ou caso a presente demanda venha a ser julgada improcedente, não havendo que se falar em prejuízo para a parte requerida.
No mais, cite-se e intime-se o Instituto requerido, pelo mesmo MANDADO no legal, fazendo constar expressamente no MANDADO os efeitos da revelia (art. 344 do CPC).
Observem-se as prerrogativas conferidas à parte Ré quanto a forma de citação, intimação e prazos diferenciados.
Ofertada ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas à autora para impugnação, nos termos do art.351 do CPC.
Em seguida, venham os autos conclusos.
Defiro os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita, nos termos dos arts. 5º, LXXIV da CF e 4º da Lei 1.060/50 c/c art. 129, parágrafo único, da Lei 8.213/91.
Cumpra-se.
Porto Velho 30 de abril de 2019
Osny Claro de Oliveira Júnior
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 7017679-38.2019.8.22.0001
Assunto: Transação
Classe Processual: Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: EDIJANE CEOBANIUC DA SILVA OAB nº RO6897
EXECUTADO: ELFY MARIANO DOS SANTOS
ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
1. Emende o exequente a inicial para proceder ao recolhimento integral das custas iniciais, no importe de 2% sobre o valor da causa, neste momento, ou no mínimo o valor de R$ 105,57, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Pagas as custas, cumpra-se o item 2.
2. Cite-se em execução para que, no prazo de três dias, efetue o pagamento da dívida no valor de R$ 4.974,42 + honorários, contados a partir da citação (art. 829 e 231 §3º do CPC), ou, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, opor embargos à execução, independentemente de penhora, depósito ou caução, observando-se o disposto no artigo 827, §1º §º2º do CPC.
Fixo honorários em 10%, salvo embargos. Conste-se do MANDADO que, caso haja o pagamento integral da dívida, no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º do CPC).
Não efetuado o pagamento no prazo de 3 (três) dias úteis, munido da segunda via do MANDADO, o Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado.
Autorizo o Oficial de Justiça a utilizar-se das prerrogativas do art. 252 do CPC. Caso não seja encontrado o devedor, deverá o Oficial de Justiça, arrestar-lhe tantos bens quanto sejam necessários para garantir a execução, cumprindo o disposto no artigo 830, § 1º do CPC.
3. O executado pode requerer a substituição da penhora no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato, desde que atendido os requisitos do art. 847 e seguintes do CPC.
Feito o pedido de substituição o exequente deverá ser intimado a se manifestar em 5 (cinco) dias úteis. Caso aceita a substituição, inclusive pela não manifestação no prazo de 3 dias, tome-se ela por termo (art. 853 e 849 do CPC).
4. No mesmo prazo dos embargos, a parte executada pode reconhecer o crédito do exequente, e requerer, desde que comprovado o depósito de 30% do valor da execução acrescidos de custas e honorários, o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas as subsequentes de correção monetária e juros de 1% de ao mês (art. 916 CPC). Nesta hipótese, o credor deverá ser intimado para se manifestar quanto ao depósito e logo em seguida os autos virão conclusos para DECISÃO.
5. Se houver interesse em proceder às pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, apresente a parte exequente, no prazo de 5 (cinco) dias, o comprovante de pagamento de taxa referente a cada diligência judicial requerida, nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigos 2º, VIII e 17, publicada no DOE nº 158, de 24/08/2016, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção.
6. Restando infrutífera a tentativa de citação ou penhora de bens, deverá a parte exequente ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento, no prazo de 5 (cinco) dias. Silenciando-se quanto ao impulso do feito e indicação de bens passíveis a satisfação da obrigação, o feito será extinto, sem resolução do MÉRITO, nos termos do art. 485, III e §1º do CPC.
Não promovendo a citação do requerido, o feito será extinto, sem resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 485, IV do CPC.
VIAS DESTE DESPACHO SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO.
A petição inicial poderá ser consultada pelo endereço eletrônico: http://pje.tjro.jus.br/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.
seam (nos termos do artigo 19 e 20 da Resolução 185, de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça). Não tendo condições de constituir advogado a parte deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, nesta.
Endereço do executado: ELFY MARIANO DOS SANTOS, portador do CPF n. 030.936.633-00, residente e domiciliado na rua Sebastião Soares, N. 3380, bairro Lagoinha, CEP 76829-814, na cidade de Porto Velho-RO, TEL 69 9 9322-4314.
Porto Velho 30 de abril de 2019
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307.
Processo: 7025009-91.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: GAIA ALIMENTACAO NATURAL LTDA - ME e outros (2)
Advogados do(a) AUTOR: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - RO5546, EDSON ANTONIO SOUSA PINTO - RO4643
Advogados do(a) AUTOR: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - RO5546, EDSON ANTONIO SOUSA PINTO - RO4643
Advogados do(a) AUTOR: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - RO5546, EDSON ANTONIO SOUSA PINTO - RO4643
RÉU: PORTO VELHO SHOPPING S.A
Advogados do(a) RÉU: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO - RO635, MARCELO LESSA PEREIRA - RO1501, JAIME PEDROSA DOS SANTOS NETO - RO4315
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente, na pessoa de seu(ua) advogado(a), notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 7017655-10.2019.8.22.0001
Assunto: Transação
Classe Processual: Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: EDIJANE CEOBANIUC DA SILVA OAB nº RO6897
EXECUTADO: EDUARDO OLIVEIRA MAIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
1. Emende o exequente a inicial para proceder ao recolhimento integral das custas iniciais, no importe de 2% sobre o valor da causa, neste momento, ou no mínimo o valor de R$ 105,57, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Pagas as custas, cumpra-se o item 2.
2. Cite-se em execução para que, no prazo de três dias, efetue o pagamento da dívida no valor de R$ 2.144,02, contados a partir da citação (art. 829 e 231 §3º do CPC), ou, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, opor embargos à execução, independentemente de penhora, depósito ou caução, observando-se o disposto no artigo 827, §1º §º2º do CPC.
Fixo honorários em 10%, salvo embargos. Conste-se do MANDADO que, caso haja o pagamento integral da dívida, no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º do CPC).
Não efetuado o pagamento no prazo de 3 (três) dias úteis, munido da segunda via do MANDADO, o Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado.
Autorizo o Oficial de Justiça a utilizar-se das prerrogativas do art. 252 do CPC. Caso não seja encontrado o devedor, deverá o Oficial de Justiça, arrestar-lhe tantos bens quanto sejam necessários para garantir a execução, cumprindo o disposto no artigo 830, § 1º do CPC.
3. O executado pode requerer a substituição da penhora no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato, desde que atendido os requisitos do art. 847 e seguintes do CPC.
Feito o pedido de substituição o exequente deverá ser intimado a se manifestar em 5 (cinco) dias úteis. Caso aceita a substituição, inclusive pela não manifestação no prazo de 3 dias, tome-se ela por termo (art. 853 e 849 do CPC).
4. No mesmo prazo dos embargos, a parte executada pode reconhecer o crédito do exequente, e requerer, desde que comprovado o depósito de 30% do valor da execução acrescidos de custas e honorários, o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas as subsequentes de correção monetária e juros de 1% de ao mês (art. 916 CPC). Nesta hipótese, o credor deverá ser intimado para se manifestar quanto ao depósito e logo em seguida os autos virão conclusos para DECISÃO.
5. Se houver interesse em proceder às pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, apresente a parte exequente, no prazo de 5 (cinco) dias, o comprovante de pagamento de taxa referente a cada diligência judicial requerida, nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigos 2º, VIII e 17, publicada no DOE nº 158, de 24/08/2016, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção.
6. Restando infrutífera a tentativa de citação ou penhora de bens, deverá a parte exequente ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento, no prazo de 5 (cinco) dias. Silenciando-se quanto ao impulso do feito e indicação de bens passíveis a satisfação da obrigação, o feito será extinto, sem resolução do MÉRITO, nos termos do art. 485, III e §1º do CPC.
Não promovendo a citação do requerido, o feito será extinto, sem resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 485, IV do CPC.
VIAS DESTE DESPACHO SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO.
A petição inicial poderá ser consultada pelo endereço eletrônico: http://pje.tjro.jus.br/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.
seam (nos termos do artigo 19 e 20 da Resolução 185, de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça). Não tendo condições de constituir advogado a parte deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, nesta.
Executado: EDUARDO OLIVEIRA MAIA
Endereço: Rua Marechal Deodoro, N. 2672, bairro Olaria, CEP 76801-260, na cidade de Porto Velho-RO, TEL 69 9 9397-2121.
Porto Velho 30 de abril de 2019
Osny Claro de Oliveira Júnior
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 7017436-94.2019.8.22.0001
Assunto: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
Classe Processual: Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: MENDOINA DE LIMA DA ROCHA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA OAB nº RO1073
EXECUTADO: OLIVEIRA & CUSTODIO LTDA
ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
1. Evolua-se a classe deste processo para cumprimento de SENTENÇA.
2. Na forma do artigo 513 §2º, intime-se o executado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague o valor indicado pelo exequente no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, acrescido de custas, se houver. Intime-se observando-se o disposto no §2º do art. 513 do diploma processual.
Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do artigo 523 do CPC, o débito será acrescido de multa de 10% e, também,10% de honorários de fase de cumprimento de SENTENÇA.

3. Havendo impugnação, fica INTIMADA a parte Exequente para manifestar-se sobre a impugnação ao cumprimento de SENTENÇA, no prazo de 15 (quinze) dias.
4. Decorrido o prazo para impugnação sem manifestação, INTIME-SE a parte exequente em termos de prosseguimento do cumprimento de SENTENÇA, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção. Se houver interesse em proceder às pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, apresente a parte exequente, no prazo de 5 (cinco) dias, o comprovante de pagamento de taxa referente a cada diligência judicial requerida, nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigos 2º, VIII e 17, publicada no DOE nº 158, de 24/08/2016.
5. Em caso de pagamento, INTIME-SE a parte Exequente, por meio de seu(s) advogado(s), para informar a satisfação do crédito e/ou requerer o que de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de presunção de aceitação tácita quanto aos valores depositados como sendo o pagamento integral da obrigação.
Após, volvam conclusos para SENTENÇA de extinção.
SERVE A PRESENTE COMO:
CARTA /MANDADO DE INTIMAÇÃO DA(S) PARTE(S) EXECUTADA(S);
Ou EDITAL COM PRAZO DE 20 DIAS DE INTIMAÇÃO DA(S) PARTE(S) EXECUTADA(S) para efetuar o pagamento acima e impugnar; desde logo nomeio curador especial ao intimado por edital, na pessoa do defensor público que exerce tal função, intimando-se-o.
Expeça-se o necessário.
Endereço do Executado: EXECUTADO: OLIVEIRA & CUSTODIO LTDA, ALAMEDA DO IPÊ 1743, SETOR 1 SETOR 01 - 76870-074 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Porto Velho 30 de abril de 2019
Osny Claro de Oliveira Júnior
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 7017611-88.2019.8.22.0001
Assunto: Direito de Imagem
Classe Processual: Procedimento Comum
AUTOR: VEZENEIBE DE SOUZA GERALDO
ADVOGADO DO AUTOR: ED CARLO DIAS CAMARGO OAB nº RO7357, CARLA SOARES CAMARGO OAB nº RO10044
RÉU: NETFLIX ENTRETENIMENTO BRASIL LTDA.
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
Defiro os benefícios da gratuidade da justiça
Cite-se a parte requerida para, nos termos do art. 334 do CPC, comparecer à audiência de conciliação que ocorrerá na Central de Conciliação, sito à Rua Quintino Bocaiúva, n. 3061, esquina com Avenida Jorge Teixeira, Bairro Embratel, em Porto Velho (RO), telefone: (69) 3217-1346, e-mail: pvh3civel@tjro.jus.br, devendo as partes se fazer acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º).
AO CARTÓRIO: Agende-se data para audiência utilizando-se o sistema automático do PJE. Após, certifique-se, intime-se a parte autora via Sistema Eletrônico, e encaminhando como anexo à parte requerida.
A intimação do autor para a audiência será feita na pessoa do seu advogado (art. 334, § 3º, CPC/2015).
O prazo para contestar, 15 dias, fluirá da data da realização da audiência supradesignada, ou, caso o Requerido manifeste o desinteresse na realização, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II). Tal pedido deverá ser apresentado com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º).
A petição inicial poderá ser consultada pelo endereço eletrônico: http://pje.tjro.jus.br/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.
seam (nos termos do artigo 19 e 20 da Resolução 185, de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça). Não tendo condições de constituir advogado a parte deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, nesta.
Este DESPACHO servirá como carta/MANDADO, assim, neste ato, vossa senhoria está sendo citada para comparecer à audiência e apresentar sua defesa, ficando advertidas as partes que o não comparecimento na audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º).
Adverte-se a parte requerida que, se não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344, CPC/2015).
Apresentada a contestação, intime-se a parte autora para manifestar-se em réplica, no prazo de 15 dias.
Após, autorizo que à CPE proceda a intimação de ambas as partes, no prazo de 05 dias, para que digam se pretendem produzir provas, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.
Sem pedido de especificação de provas, volvam conclusos para julgamento; se efetuado pedido de produção de provas, volvam conclusos para saneador.
Endereço do Requerido: RÉU: NETFLIX ENTRETENIMENTO BRASIL LTDA., AVENIDA BERNARDINO DE CAMPOS 98, 4 ANDAR, SALA 36 PARAÍSO - 04004-040 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
Porto Velho 30 de abril de 2019
Osny Claro de Oliveira Júnior
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307.
Processo: 7004909-18.2016.8.22.0001
Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO (172)
EMBARGANTE: RAIMUNDO LOURENCO DE OLIVEIRA
Advogado do(a) EMBARGANTE: MARCIO PEREIRA BASSANI - RO1699
EMBARGADO: BANCO DA AMAZONIA SA
Advogado do(a) EMBARGADO: MARCELO LONGO DE OLIVEIRA - RO1096
INTIMAÇÃO
Fica a parte Embargante, na pessoa de seu(ua) advogado(a), notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 0015970-34.2012.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: BANCO DA AMAZONIA SA
Advogados do(a) EXEQUENTE: MARCELO LONGO DE OLIVEIRA - RO1096, ALINE FERNANDES BARROS - RO2708, MICHEL FERNANDES BARROS - RO1790
EXECUTADO: ASSOCIACAO DOS PRODUTORES E PRODUTORAS RURAIS DA LINHA 9 DO PROJETO DE ASSENTAMENTO JOANA D'ARC I e outros (2)
Advogado do(a) EXECUTADO: MARCIO PEREIRA BASSANI - RO1699

Advogado do(a) EXECUTADO: MARCIO PEREIRA BASSANI - RO1699
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente, por seu patrono, no prazo de 5 (cinco) dias, intimada para dar andamento ao feito.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 7036896-04.2018.8.22.0001
Assunto: Correção Monetária
Classe Processual: Monitória
AUTOR: ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO NO ESTADO DE RONDONIA - ASPER
ADVOGADO DO AUTOR: MARCELO ESTEBANEZ MARTINS OAB nº RO3208
RÉU: MARIA ENILSA PEREIRA PEROTE
ADVOGADO DO RÉU:
SENTENÇA
Homologo o acordo nos termos do ID 26766007 e com fundamento nos arts. 487, III-b do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO, o processo com resolução de MÉRITO e ordeno seu arquivamento, em caso de eventual inadimplemento os autos poderão ser desarquivados, dando-se prosseguimento ao feito, já que a SENTENÇA homologatória de transação é um título executivo judicial, previsto no art. 515, III, do Código de Processo Civil.
Sem custas (Art. 8º, III da lei 3.896/2016).
Honorários conforme acordado.
Homologo a renúncia ao prazo recursal.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Porto Velho 30 de abril de 2019
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7026610-35.2016.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: Einstein Instituição de ensino Ltda. EPP
Advogado do(a) EXEQUENTE: IGOR JUSTINIANO SARCO - RO7957
EXECUTADO: ELENI NOGUEIRA CAETANO
Advogado do(a) EXECUTADO: JACKSON CHEDIAK - RO5000
INTIMAÇÃO
Fica a parte Executada intimada a, no prazo de 15 dias, apresentar contrarrazões ao recurso de apelação.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307.
Processo: 7028540-25.2015.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: RAFAELA FREIRE DE OLIVEIRA
Advogado do(a) AUTOR: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA - RO1073
RÉU: Tim Celular
Advogado do(a) RÉU: LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO - BA16780
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida, na pessoa de seu(ua) advogado(a), notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7015600-86.2019.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: AMANDA FABRICIA DE LIMA
Advogados do(a) AUTOR: LUIZ ROBERTO LIMA DA SILVA - RO3834, ARTHUR PAULO DE LIMA - RO1669
RÉU: CERON CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 3ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA -- CEJUSC/CÍVEL Data: 01/07/2019 Hora: 08:30
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 30 de abril de 2019.
THIAGO LUIZ PINHEIRO LIMA

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7028540-25.2015.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: RAFAELA FREIRE DE OLIVEIRA
Advogado do(a) AUTOR: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA - RO1073
RÉU: Tim Celular
Advogado do(a) RÉU: LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO - BA16780
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente intimada, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7064540-87.2016.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: CONDOMINIO RESIDENCIAL VEREDAS DO MADEIRA
Advogados do(a) EXEQUENTE: TIAGO BARBOSA DE ARAUJO - RO7693, ISRAEL FERREIRA DE OLIVEIRA - RO7968
EXECUTADO: MAC DONALD RIVERO JUNIOR
INTIMAÇÃO
Fica a parte autora intimada para, esclarecer a diligência pretendida, visto que juntou tela de informações do sistema de controle de custas. Prazo (cinco) dias.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7003240-27.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: NILTON WALDEMAR CASTOLDI
Advogado do(a) AUTOR: MARIA ALMEIDA DE JESUS - RO663
RÉU: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogados do(a) RÉU: MARCO ANDRE HONDA FLORES - MS6171-A, JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM - RJ62192
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente intimada, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 0010752-20.2015.8.22.0001
Assunto: Compromisso
Classe Processual: Monitória
AUTOR: BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A-EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL
ADVOGADO DO AUTOR: TAYLISE CATARINA ROGERIO SEIXAS OAB nº AC5859, EDSON ANTONIO SOUSA PINTO OAB nº RO4643
RÉU: ALUIZIO JOSE BARROS NERY
ADVOGADO DO RÉU: KALIANA ANISSA PRADO NERY OAB nº RO5654A
SENTENÇA
O autor foi intimado, através de seu patrono, para proceder o recolhimento das custas iniciais, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, o que não o fez. ISTO POSTO, indefiro a petição inicial nos termos do artigo 485, inciso I, e artigo 330, IV, ambos do Código de Processo Civil, julgando extinto o feito, sem resolução do MÉRITO, uma vez que o autor não cumpriu/emendou a Inicial. Sem custas. Após as anotações e baixas de estilo, arquive-se.
Porto Velho 30 de abril de 2019
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 0004939-46.2014.8.22.0001
Assunto: Interpretação / Revisão de Contrato
Classe Processual: Procedimento Comum
AUTOR: TEREZA DIAS OLIVEIRA
ADVOGADO DO AUTOR: HELITON SANTOS DE OLIVEIRA OAB nº RO5792
RÉU: BANCO ITAÚCARD S/A
ADVOGADO DO RÉU: MELANIE GALINDO MARTINHO AZZI OAB nº RO3793, ANTONIO BRAZ DA SILVA OAB nº AC6557
SENTENÇA
HOMOLOGO o acordo celebrado entre as partes, ID 22240089 pág 38/39 para que surta seus jurídicos e legais efeitos o que faço com fundamento no art. 515, II, do Código de Processo Civil e, em consequência, nos termos da b do inciso III do art. 487 do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO, com resolução de MÉRITO e ordeno seu arquivamento.
Sem custas finais.
Honorários advocatícios conforme acordado.
Homologo a renúncia ao prazo recursal.
Por se observar fatores que ensejam a preclusão lógica, considero o trânsito em julgado a partir desta data, procedam-se às baixas e comunicações pertinentes e arquivem-se os autos.
Publique-se. Registre-se. Intime-se
Porto Velho 30 de abril de 2019
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307.
Processo: 7003240-27.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: NILTON WALDEMAR CASTOLDI
Advogado do(a) AUTOR: MARIA ALMEIDA DE JESUS - RO663
RÉU: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogados do(a) RÉU: MARCO ANDRE HONDA FLORES - MS6171-A, JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM - RJ62192
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida, na pessoa de seu(ua) advogado(a), notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 7064296-61.2016.8.22.0001
Assunto: Indenização por Dano Moral, Dano Ambiental, Indenização por Dano Material
Classe Processual: Procedimento Comum
AUTOR: MARIA NILCIA NUNES COSTA
ADVOGADO DO AUTOR: GUILHERME TOURINHO GAIOTTO OAB nº RO6183, LUIS GUILHERME MULLER OLIVEIRA OAB nº RO6815
RÉU: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
ADVOGADO DO RÉU: CLAYTON CONRAT KUSSLER OAB nº RO3861 DESPACHO
Vistos.
Diante da certidão retro. Intime-se as partes para dar regular andamento ao feito, no prazo de 10 dias.
Porto Velho 30 de abril de 2019
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 7000252-96.2017.8.22.0001
Assunto: Indenização por Dano Moral, Dano Ambiental, Indenização por Dano Material
Classe Processual: Procedimento Comum
AUTORES: VALDENETE FLORIANO MONTEIRO MOREIRA, MARILEUDO VAZ MOREIRA
ADVOGADOS DOS AUTORES: GUILHERME TOURINHO GAIOTTO OAB nº RO6183, LUIS GUILHERME MULLER OLIVEIRA OAB nº RO6815

RÉU: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
ADVOGADO DO RÉU: CLAYTON CONRAT KUSSLER OAB nº RO3861 DESPACHO
Vistos.
Diante da certidão retro. Intime-se as partes para dar regular andamento ao feito, no prazo de 10 dias.
30 de abril de 2019
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 7016938-95.2019.8.22.0001
Assunto: Aposentadoria por Invalidez, Auxílio-Acidente (Art. 86), Aposentadoria por Invalidez Acidentária
Classe Processual: Procedimento Comum
AUTOR: JOSE ANTONIO FERREIRA PACHECO
ADVOGADO DO AUTOR: ELBER VIEIRA MUDREY OAB nº RO6209
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA PACHÊCO propôs AÇÃO PREVIDENCIÁRIA DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE em face do Instituto Nacional de Previdência Social, ambos já qualificados, alegando em síntese, que Autor é segurado da Previdência Social e conta hoje com 60 anos, e nesta qualidade requereu a prorrogação do benefício por incapacidade em 17 de agosto de 2018, entretanto, na última perícia o douto perito atestou que não foi reconhecido o direito à prorrogação e que o pagamento do benefício iria até 13 de setembro de 2018. Diante da negativa da prorrogação em sede administrativa, outra alternativa não restou, senão recorrer a este douto juízo para que tal erro seja sanado. Ao final, requereu a antecipação dos efeitos da tutela para determinar que a autarquia previdenciária seja condenada a implantar imediatamente o benefício ora requerido e, no MÉRITO, a conceder a aposentadoria por invalidez ao requerente, com majoração de 25%. Trouxe documentos.
Relatados, DECIDO.
Com efeito, o Eg. Superior Tribunal de Justiça, à luz do disposto no art. 109, I, da Constituição Federal, bem como diante de recentes julgados proferidos em sede de conflitos negativos, vem consolidando entendimento no sentido de que "que a concessão do estabelecimento de auxilio-doença e conversão em aposentadoria por invalidez, é de natureza previdenciária, e não acidentária típica, o que torna competente a Justiça Federal para o processamento e julgamento do feito, afastando-se a aplicação da súmula 15/STJ." (AgRg no CC 108.477/MS, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJe 10/12/2010).
Digno de nota, ainda, o recente acordão do Eg. STJ, de 10 de outubro de 2012:
PREVIDENCIÁRIO. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA ESTADUAL E JUSTIÇA FEDERAL. BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE. ACIDENTE DE TRABALHO. AÇÃO REVISIONAL. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 15/STJ. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. PRECEDENTES.
- Conforme o entendimento firmado pela Terceira Seção desta Corte, compete à Justiça Federal processar e julgar as ações objetivando a concessão ou revisão dos benefícios de pensão por morte, ainda que decorrentes de acidente de trabalho.
- Conflito conhecido para declarar competente o Juízo Federal do Juizado Especial Cível e Criminal da Seção Judiciária do Estado do Amazonas, o suscitado.
(CC 119921/AM, Rel. Ministra MARILZA MAYNARD (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/SE), TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 10/10/2012, DJe 19/10/2012).
Nesse sentido ainda: CC n.106669/MG, 3ª Seção, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, j. em 14.09.2009, DJE. De 22.10.2009; CC n.97.404/RS, 3ª Seção, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, j. em 29.08.2008, DJE. de 05.09.2008; CC n.89.282/RS, 3ª Seção, Rel. Min. Jane Silva, j. em 26.09.2007, DJE. de 18.10.2007; CC n.62.531/RJ, 3ª Seção, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, j. em 28.02.2007, DJE. de 26.03.2007; CC n.45.321/SP, 2ª Seção, Rel. Min. César Asfor Rocha, j. Em 27.10.2004, DJE. De 17.12.2004.
Diante dessa orientação, não há como sustentar a competência para processamento e julgamento de tal matéria perante a Justiça Estadual de primeiro grau, o que excepcionalmente poderia ocorrer nas hipóteses de competência federal delegada, nos termos da CF, art.109, §3º, com recurso para o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o que evidentemente não é o caso dos autos, visto que a Comarca de Porto Velho possui Vara da Justiça Federal (Juizado Especial Federal Cível de Porto Velho).
Desta forma, por incompetência absoluta do Juízo Estadual em razão da matéria, e determino a remessa dos autos à Justiça Federal.
Ante o exposto, declino da competência para Seção Judiciária do Estado de Rondônia, bem como determino a remessa dos autos a uma das Vara Federais da Justiça Federal, sediada em nesta Comarca, o que faço com lastro no artigo 64, § 1º do CPC, em virtude da incompetência absoluta deste juízo.
Como a Justiça Federal possui sistema judicial diverso do Tribunal de Justiça de Rondônia, o ônus da remessa e distribuição dos autos naquela jurisdição compete a parte exequente. Caso tenha interesse que a remessa seja efetuada pela CPE, deve arcar com as custas de impressão/autenticação das cópias do processo, nos termos do regimento de custas Lei no 3896/2016, que serão encaminhados em autos físicos, considerando a incompatibilidade para distribuição nos sistemas judicias eletrônicos.
Providencie-se as baixas necessárias.
Procedam-se às comunicações de estilo e baixas necessárias.
Intimem-se e cumpra-se.
Porto Velho 30 de abril de 2019
Osny Claro de Oliveira Júnior
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 7007605-90.2017.8.22.0001
Assunto: Indenização por Dano Moral, Dano Ambiental, Indenização por Dano Material
Classe Processual: Procedimento Comum
AUTOR: JOSE LUIZ MIRANDA LIMA
ADVOGADO DO AUTOR: ROBSON ARAUJO LEITE OAB nº RO5196
RÉU: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
ADVOGADO DO RÉU: CLAYTON CONRAT KUSSLER OAB nº RO3861 DESPACHO
Intime-se as partes para dar regular andamento ao feito no prazo de 10 dias.
Porto Velho 30 de abril de 2019
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 7015600-86.2019.8.22.0001
Assunto: Energia Elétrica
Classe Processual: Procedimento Comum
AUTOR: AMANDA FABRICIA DE LIMA
ADVOGADO DO AUTOR: LUIZ ROBERTO LIMA DA SILVA OAB nº RO3834, ARTHUR PAULO DE LIMA OAB nº RO1669

RÉU: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
ADVOGADO DO RÉU:
DECISÃO
Recebo a emenda.
Defiro os benefícios da justiça gratuita.
Trata-se de ação de obrigação de fazer com preceito cominatório e pedido de tutela específica c/c dano moral ajuizada por AMANDA FABRÍCIA DE LIMA contra ELETROBRÁS CERON/ENERGISA, ambos qualificados.
Narrou a autora que no dia 01/04/2019 foi interrompido o fornecimento de energia elétrica do apartamento em que se reside sem qualquer notificação.
Disse que no mesmo dia efetuou o pagamento das faturas vencidas e ato contínuo deslocou-se ao escritório de atendimento da requerida para requerer o restabelecimento da energia.
No local foi oferecido serviço para religação da energia dando conta que se fosse pago a taxa de R$ 56,00 a religação ocorreria em 4 horas e caso fosse R$ 10,00 seria em 24 horas, tendo optado por esta última.
Decorrido mais de 72 horas sem a religação, a autora retornou no dia 04/04/2019 ao referido escritório e nesta oportunidade foi informado que o restabelecimento poderia ocorrer até o dia 26/04/2019.
Por fim, discorreu sobre o tratamento desumano dispensado, pois poderia esperar mais de 20 dias desde a quitação dos débitos, bem como noticiou que os alimentos acondicionados na geladeira se perderam.
É o sucinto relatório.
Nos termos do art. 300 do CPC, a tutela de urgência tem cabimento quando presentes os requisitos da probabilidade do direito, perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo e os efeitos da DECISÃO puderem ser reversíveis.
No presente caso, a probabilidade do direito favorece a requerente visto que juntou no ID 26778416 as contas de energia bem como os comprovantes de pagamento.
O perigo de dano por sua vez resta evidente, tendo em vista que a falta da energia elétrica abala a dignidade da pessoa humana, sobretudo porque as faturas foram pagas no mesmo dia do corte e o prazo para restabelecimento destoa do razoável, visto ser o fornecimento de energia pela empresa concessionária de serviço público condição necessária ao mínimo existencial garantido pela Constituição Federal.
Ademais, os efeitos da DECISÃO não contrariam o efeito negativo previsto no §3º do art. 300 do CPC.
Ante o exposto, CONCEDO a TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE e DETERMINO à parte requerida CERON CENTRAIS ELÉTRICAS, promova, dentro do prazo de 24 horas, a religação ou restabelecimento dos serviços de fornecimento de energia elétrica na unidade consumidora identificada na inicial sob o Código Único 12023868, localizada na avenida chiquilito erse, 2531, apt 06, embratel, nesta cidade, contado da ciência desta ordem, sob pena de multa diária correspondente a R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), sem prejuízo da apuração de eventual crime de desobediência, nos termos do art.330, CP.
O cumprimento da obrigação (restabelecimento do serviço de fornecimento de energia elétrica) deverá ser comprovado nos autos, sob pena de se acolher como verídico eventual reclame ou argumento da requerente de descumprimento por parte da requerida.
INDEFIRO a intimação do Ministério Público. A própria autora poderá levar a notitia criminis à Polícia Judiciária.
Intime-se, via Oficial de Justiça, a parte requerida a cumprir a presente DECISÃO.
Nos termos do art. 334, DETERMINO a designação de audiência de conciliação para data a ser indicada pelo CPE/Cartório, cuja solenidade realizar-se-á no CEJUSC/Cìvel, localizado na BR 319 (Avenida Jorge Teixeira), esquina com Rua Quintino Bocaiuva, nº 3061, bairro Embratel, Porto Velho/RO, devendo as partes comparecerem acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º, CPC).
À CPE/Ao Cartório: Agende-se data para audiência utilizando-se o sistema automático do PJE e, após, certifique-se nos autos. Posteriormente, intime-se a parte Autora, via Diário da Justiça Eletrônico, e cite-se e intime-se a parte Requerida, via correios ou oficial de justiça.
Cite-se com as advertências constantes nos artigos 344, 336 e 319 do CPC, salientando que o prazo para contestar fluirá da data da realização da audiência supradesignada, ou, caso o Requerido manifeste o desinteresse na realização da mesma, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II). Tal pedido deverá ser apresentado com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º, CPC)
Ficará o Autor intimado via DJE (por seu advogado) a comparecer na audiência designada (art. 334, §3º, CPC).
As partes ficam intimadas que o não comparecimento na audiência designada caracterizará ato atentatório à dignidade da justiça e incidirá multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, revertida em favor do Estado (art. 334, § 8º, do CPC), independentemente de eventual concessão de gratuidade da justiça (art. 98, § 4º, do CPC).
Não havendo conciliação, vindo ou não a contestação certifique-se quanto à tempestividade.
A solenidade somente não será realizada se também houver desinteresse expresso da parte Requerida nos autos (art. 334, § 4º, I, do CPC).
Havendo pedido de dispensa pela(s) parte(s), desde já determino o cancelamento da audiência, sendo possível a liberação dos autos à parte demandada para oferecer contestação no prazo legal, a contar do protocolo do pedido expresso da parte Requerida de não realização de audiência conciliatória (art. 335, II, do CPC).
Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abre-se vistas dos autos à parte Autora para réplica.
Consigno que ambas as partes ficam intimadas que tanto em contestação como em réplica deverão especificar as provas que pretendem produzir, inclusive arrolando testemunhas, se entenderem, postulando e indicando a necessidade de prova pericial, uma vez que após a réplica será saneado o feito e já apreciados os pedidos acerca das provas a serem produzidas, inclusive com a audiência de instrução e julgamento, se for o caso.
Não havendo acordo na audiência de conciliação, deverá a parte Autora proceder, no prazo de 5 (cinco) dias, a complementação das custas iniciais, conforme estabelecido no artigo 12, inciso I, da Lei Estadual n. 3896/2016 (Lei de Custas), exceto em caso de gratuidade de justiça.
Fica a parte autora, desde já, intimada do inteiro teor desta, por meio de seu advogado.
Cumpridas as determinações acima, retornem os autos conclusos.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO MANDADO:
a) DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, nos termos do artigo 248 do CPC, para a parte requerida, inclusive, quanto a audiência designada, observando o seguinte endereço para o seu cumprimento:
Nome: ELETROBRÁS/CERON/ENERGISA (Companhia de Energia Elétrica de Rondônia), com sede nesta cidade na Avenida Imigrantes, 4137, Industrial, Porto Velho - RO, com CNPJ sob nº 05.914.4650/0001-66,
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC, caso a citação proceda mediante os termos dos artigos 249 e 250 mesmo Códex, expedindo-se o necessário para tal desiderato.
Porto Velho 30 de abril de 2019
Osny Claro de Oliveira Júnior
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 0016614-06.2014.8.22.0001
Assunto: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
Classe Processual: Procedimento Comum
AUTOR: JEFERSON PEREIRA DO NASCIMENTO
ADVOGADO DO AUTOR: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA OAB nº RO1073, CARLOS ALBERTO TRONCOSO JUSTO OAB nº RO535A
RÉU: MAMORE PNEUS COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - ME
ADVOGADO DO RÉU: LERI ANTONIO SOUZA E SILVA OAB nº RO269, GEORGE UILIAN CARDOSO DE SOUZA OAB nº RO4491
DESPACHO
Vistos.
Verifica-se que o perito peticionou informando a redução dos honorários para o valor de R$ 1.400,00 (mil e quatrocentos) reais, conforme ID nº: 25472317.
Intime-se a parte requerida, para efetuar o pagamento dos honorários periciais, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de preclusão.
Com o pagamento dos honorários, intime-se o perito para a realização da perícia.
Intime-se e Cumpra-se.
Porto Velho 30 de abril de 2019
Osny Claro de Oliveira Júnior
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 7009075-88.2019.8.22.0001
Assunto: Assistência Judiciária Gratuita, Antecipação de Tutela / Tutela Específica
Classe Processual: Procedimento Comum
AUTOR: MAUREO RODRIGUES DE OLIVEIRA CARRICO
ADVOGADO DO AUTOR: FLAVIANA LETICIA RAMOS MOREIRA OAB nº MT4867
RÉU: UNIMED DE RONDONIA - COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO
ADVOGADO DO RÉU:
SENTENÇA
Trata-se de tutela provisória de urgência antecipada em caráter antecedente proposta por Maureo Rodrigues de Oliveira Carriço em face de Unimed de Rondônia – Cooperativa de Trabalho Médico, para determinar que a requerida seja compelida a fornecer todo o material necessário para o procedimento cirúrgico, já autorizado, incluindo a luva para câmara.
Determinada a emenda à petição inicial para autor apresentar a negativação da requerida, no que se refere ao não fornecimento do material necessário para procedimento cirúrgico, entre eles a luva para câmara, sob pena de não ser analisada a tutela, o requerente, intimado, limitou-se a requerer dilação de prazo. A legislação não permite o prosseguimento do processo sem que sejam atendidas todas as determinações legais no ato da propositura da ação, de modo que, determinada a adequação, não tendo sido a inicial completada no prazo fixado, a extinção é medida que se impõe, já que, a qualquer tempo, depois de regularizada a situação e de posse do documento faltante, o autor poderá promover novo pedido. Ante o exposto, indefiro a petição inicial com fulcro no art. 321, parágrafo único, c/c art. 330, IV, do NCPC e, por consequência, julgo extinto o processo sem resolução do MÉRITO, conforme dispõe o art. 485, I, do Novo Código de Processo Civil.
Sem custas.
Após as anotações e baixas de estilo, arquive-se
Porto Velho 30 de abril de 2019
Osny Claro de Oliveira Júnior
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo n.: 7004736-23.2018.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto:Concurso de Credores
EXEQUENTE: ASSOCIACAO DE CREDITO CIDADAO DE RONDONIA, RUA JOÃO GOULART 2182, - DE 1923/1924 A 2251/2252 SÃO CRISTÓVÃO - 76804-034 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: KARINA DA SILVA SANDRES OAB nº RO4594
EXECUTADOS: TEREZA NEVES DA SILVA, RUA GUILHERME HENRIQUE 480 SOCIALISTA - 76804-120 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, JOICILENE CARVALHO LOPES DE MORAES, RUA 03 22, PORTO MADERO 3, BLOCO 5 BAIRRO SOCIALISTA - 76804-120 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, ELISANGELA DOS SANTOS CARDOZO, RUA HIGIENÓPOLIS 8792, - DE 8346/8347 A 8791/8792 SÃO FRANCISCO - 76813-266 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS:
Valor da causa:R$4.087,08
DECISÃO
Vistos, etc.
Conforme tela em anexo, não restou comprovado o recolhimento total das custas para pesquisa de endereço junto ao Bacen-Jud portanto, deverá a parte interessada recolher as custas referentes a cada pesquisa de endereço junto ao Bacenjud, no valor de R$15,29 por CPF ou CNPJ, em 15 dias, nos termos do artigo 17, da Lei nº 3.896/16, sob pena de extinção do processo (art.485,IV, CPC).
No silêncio, intime-se o autor para promover o efetivo andamento no feito no prazo de 05(cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento do feito, na forma do art. 485, § 1º do CPC.
Comprovado o recolhimento das custas, voltem os autos conclusos para pesquisa junto ao Bacen-Jud, o que fica desde já deferido.
Intimem-se e cumpra-se.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Osny Claro de Oliveira Junior
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 7017064-48.2019.8.22.0001
Assunto: Esbulho / Turbação / Ameaça
Classe Processual: Reintegração / Manutenção de Posse
REQUERENTE: VALDIR FELIX DE SOUZA
ADVOGADO DO REQUERENTE: EDUARDO DOUGLAS DA SILVA MOTTA OAB nº RO7944
REQUERIDOS: ANSELMO E OUTROS, RUBENS E OUTROS, GELSON,
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS:
DECISÃO
Defiro à parte autora a gratuidade da justiça
Trata-se de ação de reintegração de posse com pedido de liminar ajuizado por Valdir Felix de Souza em face de Gelson do Bote, Rubens, Anselmo e outros.
Relata o autor que é proprietária do imóvel denominado Sítio Caracol lote nº 15 Gleba Caracol setor BPF – Alto Madeira, Jaci Paraná, Porto Velho/RO, com área de 244.9491 hectares. Alega o autor que encontra-se turbado na posse do imóvel, denominado lote 15, conforme planta topográfica auferida pelo croqui de localização inserido o processo. Assevera o autor que foi surpreendido com a invasão que perdura por algum tempo e mesmo tentando negociar com os invasores não obteve êxito.
Requer o autor a concessão da liminar para que seja reintegrado na posse da parcela do imóvel esbulhado, sob pena de multa diária.
Brevemente relatado.

Passo à análise do pedido liminar para reintegração de posse
Conforme o disposto nos artigos 560 e 561 do CPC, o possuidor tem direito de ser reintegrado na posse do imóvel em caso de esbulho, incumbindo a ele provar: a) a posse do imóvel; b) o esbulho praticado pelo réu; c) a data do esbulho d) a efetiva perda da posse.
Para a concessão da liminar de reintegração da posse, sem a oitiva da parte contrária, é necessário que o esbulho tenha ocorrido a menos de ano e dia do ajuizamento da ação, caso contrário, será designada audiência de mediação, nos termos dos artigos 565 e 558 do CPC.
O requerente afirma que a invasão perdura por algum tempo, sem especificar data, contudo, consta no processo ocorrência policial nº 2354/2014, referente ao esbulho, com data de registro em 27/06/2014, ID 26721557.
Pois bem.
A reintegração na posse se presta a restituir a posse àquele que dela foi esbulhado ou turbado, sendo que a liminar só será concedida se comprovada que a perda ocorreu a menos de ano e dia, independentemente do justo título.
Pelo que consta do pedido inicial, a suposta turbação/esbulho ocorreu em junho/2014, trata-se portanto de força velha, não há como, nesta fase processual, deferir a liminar que se pretende.
Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de reintegração de posse do imóvel descrito na inicial.
Portanto, considerando os termos da inicial, por ora, não será designada audiência conciliatória prevista no art. 334 do CPC, podendo a conciliação ocorrer a qualquer tempo a pedidos das partes ou nos termos do § 3º, do art. 3º e 139, V do CPC.
Assim, cite-se os requeridos para, querendo, apresentem defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar expressamente no MANDADO os efeitos da revelia (art. 335 e 344 do CPC) e os benefícios do art. 212 § 2º e 252/253 todos do CPC.
Apresentada contestação, manifeste-se o autor, no prazo de 10 dias.
Sem prejuízo de eventual julgamento antecipado da lide, especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, justificando-as, no prazo de 10 dias.
Decorrido os prazos retornem-se conclusos.
Porto Velho 30 de abril de 2019
Osny Claro de Oliveira Júnior
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 7017559-92.2019.8.22.0001
Assunto: Esbulho / Turbação / Ameaça, Imissão
Classe Processual: Reintegração / Manutenção de Posse
REQUERENTE: GLEICIENE BONIFACIO DE FREITAS
ADVOGADO DO REQUERENTE: GREYCIANE BRAZ BARROSO OAB nº RO5928
REQUERIDO: MARIA APARECIDA PEREIRA DE SOUZA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DECISÃO
Defiro os benefícios da gratuidade da justiça
Trata-se de Ação de reintegração de posse com pedido de concessão de liminar para reintegração do imóvel descrito na inicial, proposta por Gleiciene Bonifácio de Freitas em face de Maria Aparecida Pereira de Souza.
Esclarece a autora que o imóvel objeto da demanda foi partilhado na ação de reconhecimento e dissolução de união estável consensual, com partilha de bens junto a 4ª Vara de Família da Comarca de Porto Velho/RO. Aduz que na declaração consensual foi estabelece que o patrimônio situado na Rua Vitória, nº 4323, seria dividido ao meio, e que a parte da requerente seria o lado esquerdo na qual tem uma cozinha, um quarto e um banheiro, varanda dos dois lados, conforme documento em anexo.
Relata a autora: ".... que em 03 de março de 2017, a autora ficou presa e deixou sua irmã na parte que lhe cabia da residência, tendo em vista que morava junto com a requerente, conforme SENTENÇA em anexo, diante do fato o antigo companheiro da requerente exigiu que a mesma saísse do local de propriedade da autora, informando que se tratava desta e não dela conforme documento entregue a mesma, pelo qual a notificou para que a mesma deixasse a residência, afirmando ser dele, em anexo. Ocasião que foi entregue a chave do seu quarto que ficava na parte da varanda, pelas circunstância que per pendurava, na verdade ouve um aproveitamento da situação, e desde então o Sr. Rodrigo, (ex companheiro da autora), entregou a chave para a requerida morar. No dia 29 de junho de 2017, a requerente foi posta em liberdade (em anexo SENTENÇA criminal), e ao chegar em casa teve conhecimento que não possuía mais a varanda dos dois lados, conforme tinha acordado.".
Relata ainda: "... No momento em que a autora saiu da carceragem e retornou ao imóvel se deparou com a requerida morando na parte do quintal do lado que lhe pertencia. Momento no qual, ficou ciente de que seu ex companheiro, exigiu que fosse entregue a chave para ele, e desta forma entregou para terceira pessoa morar sendo esta sua sogra, parte que não lhe pertencia de direito. Importante mencionar, que, até o momento em que a autora foi presa, a mesma ocupava a referida fração do terreno sem qualquer oposição (inclusive era quarto de sua irmã), tendo em vista o acordo que fora feito, entre a autora e seu ex companheiro, no processo de partilha de bens, em anexo.''.
Requer o autor a reintegração de posse, determinando a exepdção de MANDADO para cumprimento.
Brevemente relatado.
Passo à análise do pedido liminar para reintegração de posse
Conforme o disposto nos artigos 560 e 561 do NCPC, o possuidor tem direito de ser reintegrado na posse do imóvel em caso de esbulho, incumbindo a ele provar: a) a posse do imóvel; b) o esbulho praticado pelo réu; c) a data do esbulho d) a efetiva perda da posse.
Para a concessão da liminar de reintegração da posse, sem a oitiva da parte contrária, é necessário que o esbulho tenha ocorrido a menos de ano e dia do ajuizamento da ação, caso contrário, será designada audiência de mediação, nos termos dos artigos 565 e 558 do NCPC.
Pois bem.
A reintegração na posse se presta a restituir a posse àquele que dela foi esbulhado ou turbado, sendo que a liminar só será concedida se comprovada que a perda ocorreu a menos de ano e dia, independentemente do justo título.
Pelo que consta do pedido inicial, a suposta turbação/esbulho ocorreu em meados de 2017, trata-se portanto de força velha, não há como, nesta fase processual, deferir a liminar que se pretende.
Com relação ao pedido para concessão da liminar para expedição de mandadao de reintegração na posse, não revelam a prova inequívoca da verossimilhança da alegação nem tampouco sinalizam o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.
Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de reintegração de posse do imóvel descrito na inicia e determino a citação da requerida nos termos do art. 334 do CPC, para comparecer à audiência de conciliação a ser agendada pelo gestor de cartório e realizada nas dependências do CEJUSC, Central de Conciliação/MEDIAÇÃO, localizada na Avenida Jorge Teixeiram devendo as partes se fazer acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º).
Ficam as partes advertidas, desde já, que o não comparecimento pessoal da parte na audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º), sendo que o comparecimento do advogado não supre a exigência de comparecimento pessoal.
O prazo para contestar fluirá da data da realização da audiência supradesignada, ou, caso o Requerido manifeste o desinteresse

na realização da mesma, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II). Tal pedido deverá ser apresentado com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º).
Cite-se e Intime-se.
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO.
Porto Velho 30 de abril de 2019
Osny Claro de Oliveira Júnior
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307.
Processo: 7025009-91.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: GAIA ALIMENTACAO NATURAL LTDA - ME e outros (2)
Advogados do(a) AUTOR: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - RO5546, EDSON ANTONIO SOUSA PINTO - RO4643
Advogados do(a) AUTOR: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - RO5546, EDSON ANTONIO SOUSA PINTO - RO4643
Advogados do(a) AUTOR: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - RO5546, EDSON ANTONIO SOUSA PINTO - RO4643
RÉU: PORTO VELHO SHOPPING S.A
Advogados do(a) RÉU: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO - RO635, MARCELO LESSA PEREIRA - RO1501, JAIME PEDROSA DOS SANTOS NETO - RO4315
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida, na pessoa de seu(ua) advogado(a), notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais(iniciais e finais). A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 7017702-81.2019.8.22.0001
Assunto: Alienação Fiduciária
Classe Processual: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
AUTOR: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A
ADVOGADO DO AUTOR: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA OAB nº AC115665
RÉU: RAFAEL DA SILVA MORAIS
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
1. Emende o requerente a inicial para proceder ao recolhimento das custas iniciais, no importe de 2% sobre o valor da causa, neste momento, ou no mínimo o valor de R$ 105,57 (cento e cinco reais e cinquenta e sete centavos), no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Pagas as custas, cumpra-se o item 2.
2. Trata-se de ação de busca e apreensão regido pelo Decreto-Lei 911/1969. Sabe-se que com o advento do novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), extinguiram-se as ações cautelares. No caso dos autos, embora trate-se de procedimento especial do Decreto-Lei 911/1969, aplica-se concomitantemente aos requisitos específicos do artigo 3º do aludido Decreto, também os requisitos legais para concessão da TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA (SATISFATIVA/ANTECIPADA), prevista no artigo 300 do NCPC, quais sejam: risco de dano, probabilidade do direito e reversibilidade da medida.
A probabilidade do direito sobre o qual se baseia o pedido de urgência evidencia-se pela Cédula de Crédito Bancário devidamente assinado pela parte ré e a notificação informando a respeito do inadimplemento da obrigação. De outro lado, o perigo de dano decorre da prejudicialidade na depreciação do veículo caso haja demora na restituição do mesmo à posse do requerente. Ainda, deve-se considerar que a providência pretendida não se apresenta irreversível, de maneira que, caso o requerido purgue a mora no prazo de 5 (cinco) dias, lhe será devolvido o veículo.
Ante o exposto, determino liminarmente a busca, apreensão, vistoria e avaliação do veículo objeto do contrato firmado entre as partes, conforme descrição constante na inicial e contrato, depositando-se o bem em mãos do autor ou de pessoa por ele autorizada.
No prazo de 15 dias, a contar da citação, o devedor fiduciante poderá apresentar contestação, atentando-se ao disposto no art. 231, II do NCPC. O ato processual deverá obedecer ao disposto no art. 212, §2º do NCPC.
3. Executada a liminar, cite-se a parte ré para que, no prazo de 5 dias, efetue o pagamento integral da dívida pendente, sob pena de consolidar-se a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do Credor Fiduciário (§§1º e 2º, art. 3º, do Decreto-Lei 911/69 com a redação dada pelo art. 56 da Lei 10.931/04).
4. Efetuado o pagamento, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 05 dias.
5. Ocorrendo concordância com o valor depositado, deverá o autor restituir o veículo à parte ré, comprovando nos autos.
VIAS DESTA DECISÃO SERVEM COMO MANDADO DE BUSCA, APREENSÃO, CITAÇÃO E INTIMAÇÃO.
A petição inicial poderá ser consultada pelo endereço eletrônico: http://pje.tjro.jus.br/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.
seam (nos termos do artigo 19 e 20 da Resolução 185, de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça). Não tendo condições de constituir advogado a parte deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, nesta.
6. Caso o endereço de citação esteja localizado em outro Estado da Federação, defiro, desde logo, que a petição inicial sirva como Carta Precatória com prazo de 30 dias, ficando a parte autora intimada para comprovar a distribuição e o andamento da Carta Precatória, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção.
Endereço do Requerido: RAFAEL DA SILVA MORAIS, portador da cédula de identidade RG nº. 899092, Órgão Expedidor: SSP/RO, e do CPF n.º 860.943.782-53, residente e domiciliado (a) na R RIBEIRAO PRETO 6502, CUNIA - PORTO VELHO/RO – CEP: 76824432.
Automóvel marca Hyndai, modelo HB20 confort 1.0 FLE, modelo 2016, cor preto, placa PYN 6147, chassi 9BHBG51CAHP687862, renavam 001100805238.
Porto Velho 30 de abril de 2019
Osny Claro de Oliveira Júnior
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7006593-07.2018.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: DANIEL FARIAS DE OLIVEIRA
Advogado do(a) EXEQUENTE: EDUARDO AUGUSTO FEITOSA CECCATTO - RO0005100A
EXECUTADO: N. A. P. FARIAS - EPP

INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente intimada, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7006897-69.2019.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: MARIA DOS SANTOS DA SILVA e outros (2)
Advogado do(a) AUTOR: MARCUS AUGUSTO LEITE DE OLIVEIRA - RO0007493A
Advogado do(a) AUTOR: MARCUS AUGUSTO LEITE DE OLIVEIRA - RO0007493A
Advogado do(a) AUTOR: MARCUS AUGUSTO LEITE DE OLIVEIRA - RO0007493A
RÉU: FAMILIA BANDEIRANTE PREVIDENCIA PRIVADA e outros (4)
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 3ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA - CEJUSC/CÍVEL Data: 05/07/2019 Hora: 08:30
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 2 de maio de 2019.
CRISTINA MOREIRA DOS REIS GONZAGA

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 0037803-16.2009.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: ACALANTO MATERNAL E JARDIM DE INFANCIA LTDA LTDA
Advogados do(a) EXEQUENTE: JONATAS DE SOUZA RONDON JUNIOR - RO3749, VALNEI FERREIRA GOMES - RO3529
EXECUTADO: MARCELA RODRIGUES DE SOUZA
Advogado do(a) EXECUTADO: FRANCISCO MANUEL DA SILVA - RO1810
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente intimada, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 0015133-76.2012.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: SOCIEDADE DE EDUCACAO E CULTURA DE PORTO VELHO LTDA SC - EPP
Advogado do(a) EXEQUENTE: ALEXANDRE CAMARGO - RO704
EXECUTADO: Ralf Keoma Travezani Mallmann
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente intimada, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7053923-34.2017.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: AILTON RAFAEL PEREIRA DA SILVA
Advogado do(a) EXEQUENTE: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA - RO1073
EXECUTADO: BANCO BRADESCO S.A.
Advogado do(a) EXECUTADO: MAURO PAULO GALERA MARI - RO4937-S
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente intimada, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

4ª VARA CÍVEL

Processo nº: 7005380-97.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Autor: AUTOR: JOAO ALBINO DO NASCIMENTO, MARIA TEODORICO DOS SANTOS
Advogado: Advogados do(a) AUTOR: VALNEI GOMES DA CRUZ ROCHA - RO2479, JONATAS ROCHA SOUSA - RO7819, DENISE GONCALVES DA CRUZ ROCHA - RO1996
Advogados do(a) AUTOR: VALNEI GOMES DA CRUZ ROCHA - RO2479, JONATAS ROCHA SOUSA - RO7819, DENISE GONCALVES DA CRUZ ROCHA - RO1996
Réu: RÉU: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
Advogado: Advogado do(a) RÉU: CLAYTON CONRAT KUSSLER - RO3861
Intimação
Fica a parte Requerida intimada para, no prazo de 10 dias, se manifestar acerca da proposta de honorários de ID. 26868285, caso aceite, deverá efetuar o depósito dos honorários no prazo de 10 dias.
Porto Velho/RO, Quinta-feira, 02 de Maio de 2019
MARCOS ANTONIO NOBRE DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO Processo: 7039157-73.2017.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Contratos Bancários
Requerente (s): BANCO DO BRASIL S.A. CNPJ nº 00.000.000/0001-91, AC ALVORADA DO OESTE 5117, RUA GUIMARAES ROSA 5051 CENTRO - 76930-970 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
Advogado (s): SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB nº AC6673
Requerido (s): SALMERON TERTULIANO NOGUEIRA CPF nº 629.312.102-34, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 4100, APTO 62 OLARIA - 76801-326 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ANDREA CRISTINA NOGUEIRA CPF nº 438.173.602-82, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 4100, APTO 62 OLARIA - 76801-326 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado (s): DESPACHO
Em atenção ao requerimento de ID Num. 23349345, expeça-se o competente MANDADO de penhora e avaliação do bem indicado, intimando-se o(a) executado(a) acerca do prazo para embargos.
Não realizada a penhora ou apresentados embargos, abra-se vista ao exequente para manifestação.
Em caso de inércia do executado, manifeste-se o(a) exequente em 5 dias, requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção/arquivamento.
SIRVA A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO /PRECATÓRIA DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO E DEMAIS ATOS.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Miria Nascimento De Souza
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO Processo: 0000403-65.2009.8.22.0001
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
Assunto: Nota Promissória
Parte autora: EXEQUENTE: JOSE DOS REIS FERREIRA
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO EXEQUENTE: DANIEL NASCIMENTO GOMES OAB nº DF47649
Parte requerida: EXECUTADO: ESPÓLIO DE SWAMI OTTO BARBOSA
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Vistos,
DEFIRO o pedido de ID 23232595.
Proceda o Cartório com a substituição do patrono da parte exequente, conforme requerido.
Sem prejuízo, proceda-se com o cadastramento da patrona da parte executada.
Atente-se o Cartório de que a presente intimação deverá ser feita em nome dos advogados cadastrados, sob pena de nulidade.
No mais, tendo em vista que já transcorrido o prazo conferido no DESPACHO de ID 21729113 - pág. 23, INTIME-SE a parte exequente para que, no prazo de 10(dez) dias, informe o andamento dos autos de inventário n. 0005164-25.2012.8.22.0102, com o detalhamento de sua movimentação e descrição de sua fase atual, esclarecendo, ainda, se seu crédito restou adimplido.
Decorrido o prazo acima, com ou sem manifestação, volvam os autos conclusos para deliberação.
Pratique-se o necessário.
Intime-se.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Luciane Sanches
Juíza Substituta

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO Processo: 7039157-73.2017.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Contratos Bancários
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S.A. CNPJ nº 00.000.000/0001-91, AC ALVORADA DO OESTE 5117, RUA GUIMARAES ROSA 5051 CENTRO - 76930-970 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB nº AC6673
EXECUTADOS: SALMERON TERTULIANO NOGUEIRA CPF nº 629.312.102-34, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 4100, APTO 62 OLARIA - 76801-326 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, ANDREA CRISTINA NOGUEIRA CPF nº 438.173.602-82, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 4100, APTO 62 OLARIA - 76801-326 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS:
Vistos.
1. Chamo o feito à ordem para tornar sem efeito o DESPACHO de Id. 26870136.
2. Em atenção à certidão do Oficial de Justiça de Id. 22983804, fica o exequente intimado a especificar o endereço atualizado dos executados, no prazo de 15 (quinze) dias.
3. Cumprida a determinação, cite-se nos moldes do determinado no ID. 20502064.
Porto Velho, 2 de maio de 2019
Miria Nascimento De Souza
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO Processo: 0000317-17.1997.8.22.0001
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
Assunto: DIREITO DO CONSUMIDOR
Parte autora: EXEQUENTE: ERICO QUEIROZ
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO EXEQUENTE: AGLICO JOSE DOS REIS OAB nº GO650, VALESKA BADER DE SOUZA OAB nº RO2905, DOUGLAS TADEU CHIQUETTI OAB nº RO3946, NEIDY JANE DOS REIS OAB nº RO1268, DELSON FERNANDO BARCELLOS XAVIER OAB nº RO795
Parte requerida: EXECUTADOS: MARIO CESAR HEY, HEY CONSTRUCOES CIVIS LTDA, LUIS CARLOS HEY
Advogado da parte requerida: ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: JOSE CRISTIANO PINHEIRO OAB nº RO1529, VALERIA MARIA VIEIRA PINHEIRO OAB nº RO1528DESPACHO
Vistos,
INDEFIRO o pedido de ID 22011476 e 22011504, tendo em vista que ainda não fora realizado o levantamento e individualização da área penhorada.
Sendo assim, considerando que até a presente data não houve resposta ao Ofício n. 11/2018, INTIME-SE a parte exequente para que, no prazo de 5(cinco) dias, apresente cálculo atualizado do débito.
Após, independente de nova CONCLUSÃO, OFICIE-SE, novamente, ao INCRA, requisitando o nome do profissional apto a fazer levantamento e individualização da área penhora (parte menor de um todo), a qual deverá ser livre de benfeitorias, o que é necessário para que o feito tenha prosseguimento, com a posterior tentativa de venda judicial, sob pena de crime de desobediência. Prazo – 20(vinte) dias.
Com a resposta, INTIME-SE as partes para que se manifestem no prazo comum de 5(cinco) dias.
Decorrido o prazo, volvam os autos conclusos para deliberação.
Sem prejuízo, CUMPRA à Escrivania com a expedição de Certidão de Objeto e pé requerida pela parte executada no ID 21898811 – pág. 1.
Pratique-se o necessário.

Intime-se.
CÓPIA DESTE SERVE COMO MANDADO DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA E AVALIAÇÃO, OFÍCIO.
Dados para cumprimento:
Diretoria Executiva da autarquia previdenciária, localizada na Avenida Governador Jorge Teixeira, nº. 3325, esquina com Avenida dos Imigrantes, Bairro Liberdade, Porto Velho – RO, CEP 76.803-859.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Luciane Sanches
Juíza Substituta
Processo nº: 7029827-18.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Autor: AUTOR: ANDREIA ALVES DE SOUSA
Advogado: Advogado do(a) AUTOR: ELISA COGHETTO - RO9558
Réu: RÉU: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado: Advogado do(a) RÉU: JOSE HENRIQUE BARROSO SERPA - RO9117
Intimação
Fica a parte autora/exequente intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, se manifestar acerca da petição de ID.26237230, Silenciando, os autos serão remetidos ao Arquivo Geral.
Porto Velho/RO, Quinta-feira, 02 de Maio de 2019
MARCOS ANTONIO NOBRE DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 0088235-73.2008.8.22.0001
Classe Procedimento Comum
Assunto Cédula de Crédito Bancário
AUTORES: WILSON FRANCISCO REIS AZEVEDO, VALDINEI REIS DE AZEVEDO, EDMILSON REIS DE AZEVEDO, LILIAN REIS AZEVEDO, JOSIANE REIS AZEVEDO, JAFE PEREIRA DE AZEVEDO, JADILSON REIS AZEVEDO, JENILSON REIS DE AZEVEDO
ADVOGADOS DOS AUTORES: POMPILIA ARMELINA DOS SANTOS OAB nº RO1318, ALINE DAROS FERREIRA OAB nº RO3353
RÉU: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO DO RÉU: JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO OAB nº RO4570
Vistos,
Diante do documento de ID 21717887, o IPERON informou que a competência para informar sobre descontos incidentes sobre a remuneração de servidores, é da Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas.
Assim, oficie-se a Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas para informar os valores das contraprestações do seguro em nome da sra. Benedita Sérgia Reis de Azevedo, bem como prestar qualquer informação acerca do capital segurado contratado e eventual valores devidos a título de indenização.
Após, voltem os autos conclusos para deliberações.
Int.
Porto Velho, quinta-feira, 2 de maio de 2019
Luciane Sanches
Juíza Substituta

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO Processo: 7045061-11.2016.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Cartão de Crédito
AUTOR: BANCO BRADESCO CARTOES S.A.
ADVOGADO DO AUTOR: ANDRE NIETO MOYA OAB nº DF42839
RÉU: JOSE ANTONIO DA SILVA
ADVOGADO DO RÉU:
DECISÃO
AUTOR: BANCO BRADESCO CARTOES S.A. opõe Embargos de Declaração contra SENTENÇA proferida por este juízo alegando contradição, pois no acordo celebrado houve o pedido de suspensão da execução até o efetivo adimplemento, sendo que a SENTENÇA extinguiu o feito.
É o relatório. Decido.
Prescreve a nova regra processual que cabem os embargos de declaração contra qualquer DECISÃO judicial para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual deveria se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, corrigir erro material (art. 1.022, CPC).
Assim, constitui pressuposto de admissibilidade dessa espécie de recurso há existência de obscuridade ou contradição na DECISÃO, ou omissão de algum ponto sobre que devia pronunciar-se.
Por conseguinte, a sua FINALIDADE consiste em completar a DECISÃO omissa ou ainda, de aclará-la, dissipando obscuridades, contradições ou omissões. Portanto, os embargos de declaração têm caráter integrativo ou aclaratório da DECISÃO embargada.
MARCATO ensina quanto à configuração destes vícios que:
Nesse passo, ocorre a obscuridade quando a redação do julgado não for clara, dificultando, pois a correta interpretação do pronunciamento judicial. Já a contradição existe em razão da incerteza quanto aos termos do julgado, pelo uso de proposições inconciliáveis, podendo acarretar, inclusive, dificuldades a seu cumprimento. Por fim, a omissão se dá quando o julgado não aprecia ponto ou questão que deveria ter sido dirimida. (Código de Processo Civil Interpretado, Atlas, 3ª ed., 2008, p. 1800)
Primeiramente, registra-se a desnecessidade de intimação do embargado no caso dos autos, tendo em vista que a presente DECISÃO não alterará o MÉRITO dos embargos.
Verifica-se, no caso concreto, ao contrário do alegado pelo embargante, a inexistência de contradição na SENTENÇA combatida, eis que não há necessidade de sobrestamento do feito, pois em caso de descumprimento do acordo entabulado, a parte interessada poderá, nos próprios autos, requerer a continuidade do feito quanto ao saldo remanescente do acordo homologado.
Pelos argumentos expendidos, o embargante, na realidade, está inconformado com a SENTENÇA e pretende sua modificação. Contudo, conforme mencionado alhures, este recurso não é próprio para esse fim, devendo o embargante socorrer-se das vias adequadas para salvaguardar seus direitos.
Ante o Exposto, com fundamento no art. 1.022 do Código de Processo Civil, NÃO ACOLHO os embargos de declaração e mantenho a SENTENÇA inalterada.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Miria Nascimento De Souza
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7019198-82.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
Advogado do(a) AUTOR: ZOIL BATISTA DE MAGALHAES NETO - RO0001619A

RÉU: ISANGELA DE SOUZA DUARTE
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 4ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA - CEJUSC/CÍVEL Data: 10/07/2019 Hora: 08:30
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 2 de maio de 2019.
MARCOS ANTONIO NOBRE DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 0309371-45.2008.8.22.0001
Classe Cumprimento de SENTENÇA
Assunto Cheque
EXEQUENTE: L & M COMERCIO DE MOVEIS LTDA - EPP
ADVOGADO DO EXEQUENTE: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI OAB nº RO5546, EDSON ANTONIO SOUSA PINTO OAB nº RO4643
EXECUTADO: M. C. DE ALBUQUERQUE - ME
ADVOGADO DO EXECUTADO: JOSÉ BRUNO CECONELLO OAB nº RO1855, FRANCISCO NUNES NETO OAB nº RO158
DESPACHO
Vistos e examinados.
Trata-se de Cumprimento de SENTENÇA movida por L & M COMERCIO DE MOVEIS LTDA - EPP, em face de M. C. DE ALBUQUERQUE - ME.
Intimada pra dar andamento no feito, a parte exequente pugnou pela suspensão dos autos pelo prazo de 90 dias (ID 21990578).
Posto isto, considerando que o pedido de suspensão se deu em 30 agosto de 2018, decorrido mais de 90 dias, intime-se novamente a parte exequente para se manifestar nos autos, no prazo de 10 (dez) dias requerendo o que entender de direito, sob de arquivamento.
Pratique-se o necessário.
SERVE O PRESENTE DESPACHO DE CARTA PRECATÓRIA/ MANDADO /CARTA/OFÍCIO.
Porto Velho, quinta-feira, 2 de maio de 2019
Luciane Sanches
Juíza Subtituta

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 0011126-07.2013.8.22.0001
Classe Monitória
Assunto Cheque
AUTOR: CEREALISTA NACIONAL LTDA - EPP
ADVOGADO DO AUTOR: NILTON LEITE JUNIOR OAB nº RO8651, ATALICIO TEOFILO LEITE OAB nº RO7727
RÉUS: KELLY CRISTINA MORAES LOPES, SUPREMO SABORE LTDA - ME, DAILCIO AIRES RODRIGUES
ADVOGADOS DOS RÉUS:
SENTENÇA
Vistos, etc.
I – Relatório
CEREALISTA NACIONAL LTDA. ingressou com a presente ação monitória em desfavor de PERES & RODRIGUES LTDA ME, KELLY CRISTINA MORAES PERES e DAILCIO AIRES RODRIGUES, todos com qualificação nos autos, aduzindo, em síntese, ser credor do requerido na importância atualizada de R$ (), representada pelos cheques que acompanham a inicial.
A petição inicial foi instruída com documentos.
DESPACHO inicial (Id: 21161042 p. 32 de 100).
A requerida Peres & Rodrigues Ltda. ME, foi devidamente citada, conforme certidão de id 21161042 p. 89 de 100).
As diversas tentativas de citação dos requeridos Dailcio Aires Rodrigues e Kelly Cristina Moraes Peres restaram infrutíferas, deferindo-se a citação por edital (id 21161060 p. 25 de 49) que foi concretizada (id 21161060 p. 41 de 49).
Os requeridos citados por edital apresentaram embargos monitórios por intermédio da Defensoria Pública pela negativa geral (Id 25803563).
A parte autora se manifestou quanto aos embargos (id 26582798).
A requerida Perez& Rodrigues Ltda.-ME não apresentou embargos.
É o relatório. Decido.
II – Fundamentação
O Julgamento Conforme o Estado do Processo.
Nos termos do §1º do art. 702 do CPC, opostos embargos monitórios pela parte ré, o procedimento deixa de ser especial, para se tornar comum.
No caso em apreço, o feito comporta julgamento antecipado, pois a matéria fática veio comprovada por documentos, evidenciando-se despiciente a designação de audiência de instrução ou a produção de outras provas (CPC, art. 355, I).
MÉRITO
A requerida Peres & Rodrigues Ltda. ME, embora regularmente citada, deixou de apresentar embargos monitórios. E os demais requeridos apresentaram embargos por negativa geral.
Considerando que não houve a inversão do ônus da prova no curso da demanda e que, segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, aludida inversão é regra de instrução e não técnica de julgamento, cabe à parte autora provar os fatos constitutivos do direito pleiteado, recaindo sobre a parte ré o ônus de provar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito de crédito almejado, nos termos do artigo 373, I e II do CPC.
Visando provar os fatos constitutivos do direito vindicado, o requerente juntou os títulos que embasam a pretensão (cheques).
Nada obstante a necessidade de se nomear curador especial em casos tais e a reconhecida dificuldade de se aviar defesa sem entrevista com o requerido ou contato com outras provas que não as produzidas pela parte autora, forçoso é o reconhecimento da pouca ou nenhuma efetividade de embargos ofertados nessas condições.
Nenhum argumento socorre a embargante.
De igual modo, o requerente não abandonou o processo.
III - DISPOSITIVO
Pelo exposto, e por tudo mais que dos autos constam, nos termos dos artigos 702 e 487, do NCPC, rejeito os embargos monitórios e JULGO PROCEDENTE o pedido inicial que CEREALISTA NACIONAL LTDA. endereça a PERES & RODRIGUES LTDA ME, KELLY CRISTINA MORAES PERES e DAILCIO AIRES RODRIGUES, constituindo de pleno direito o título executivo judicial, condenando a requerida ao pagamento da importância de R$ 33.042,54 (trinta e três mil quarenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos), acrescida de juros remuneratórios nos termos do contrato, juros de mora de 1% ao mês e corrigido monetariamente pelos índices oficialmente utilizados pelo TJ/RO a partir data da citação.
Condeno a parte requerida ao pagamento honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 85, §2º do CPC, observando-se, no mais, o artigo 98, §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil.
Observadas as formalidades legais, transitada em julgado, arquivem-se.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Porto Velho, quinta-feira, 2 de maio de 2019
Luciane Sanches
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7029206-21.2018.8.22.0001
Classe Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Assunto Alienação Fiduciária
AUTOR: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
ADVOGADO DO AUTOR: ANTONIO BRAZ DA SILVA OAB nº AC6557
RÉU: RENAN PEREIRA PANTOJA DE MELLO
ADVOGADO DO RÉU:
SENTENÇA
Vistos.
BANCO BRADESCO FINANCIMENTOS ingressou com a presente ação monitória em desfavor de RENAN PEREIRA PANTOJA DE MELLO, com fundamento no Decreto-Lei nº 911/69. Conta o autor que firmou um contrato de alienação fiduciária com o requerido, contudo, este, não adimpliu com os pagamentos. Postulou a rescisão do contrato e a posse definitiva do objeto nas mãos do autor. Juntou documentos.
O DESPACHO inicial deferiu a medida liminar, oportunidade em que o veículo alienado fiduciariamente foi apreendido e entregue a representante do autor.
Devidamente citada, a parte demandada deixou transcorrer "in albis" o prazo legal, sem apresentar contestação.
É o sucinto Relatório.
Passo a decidir, na forma do art. 93, inc. IX, da Constituição da República e arts. 489 do Estatuto Processual Civil. Prefacialmente, cumpre registrar, que não tendo a parte requerida apresentado antítese à ação, restou caracterizada a revelia que, além de autorizar o julgamento, nos moldes do art. 355, inciso II, do Estatuto Processual Civil, importa, em ficta confessio dos fatos articulados na inicial, a teor do preceito inserto no art. 344 do codex.
Trata-se de ação de busca e apreensão ajuizada com base em contrato de financiamento com garantia de alienação fiduciária, por meio do qual, se pretende a busca e apreensão do veículo dado em garantia e que a posse e propriedade dele sejam consolidadas nas mãos do requerente.
Com efeito, a documentação coligida aos autos, comprova a existência do negócio jurídico com cláusula de alienação e que a mora da parte devedora restou satisfatoriamente demonstrada pela falta de pagamento de sua contraprestação pecuniária, esta consubstanciada pela notificação.
Diante do exposto, pelos fundamentos expendidos alhures, julgo procedente o pedido formulado na peça vestibular, confirmando a liminar a seu tempo deferida e consolidando nas mãos do requerente o domínio e a posse exclusiva do bem apreendido, para todos os efeitos legais.
Cumpra-se o disposto no art. 2º, do Decreto-lei nº 911/69, oficiando-se ao DETRAN-RO, informando estar o requerente autorizado a proceder a transferência do bem apreendido a terceiros que indicar, devendo permanecer nos autos os títulos a eles trazidos.
Julgo extinto o processo, com resolução do MÉRITO, na forma do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil de 2015.
Atento ao princípio da sucumbência condeno a parte requerida ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 10% do valor da causa, na forma do art. 85, §2º, do Estatuto Processual Civil.
A requerida deverá proceder ao pagamento das custas finais, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir do trânsito em julgado, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa, cuja guia deverá ser gerada pelo endereço eletrônico: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
P. R. I. e, após o trânsito em julgado, procedido ao pagamento das custas ou sua inscrição em dívida ativa, arquivem-se os autos, com as cautelas devidas, caso a parte autora não tenha manifestado interesse no cumprimento de SENTENÇA.
Porto Velho, quinta-feira, 2 de maio de 2019
Luciane Sanches
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO Processo: 0000243-59.2017.8.22.0001
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
Assunto: Mensalidades
EXEQUENTE: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA CNPJ nº 84.596.170/0001-70, JUSCELINO KUBITSCHEK 1154 CENTRO - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO OAB nº RO3831
EXECUTADO: DAIANE DUARTE PEREIRA CPF nº 809.253.082-34, RUA EDUARDO LIMA E SILVA 1324 AGENOR DE CARVALHO - 76820-360 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Vistos.
Chamo o feito à ordem.
O pedido do exequente é para que sejam penhorados/bloqueados 30% (trinta por cento) dos rendimentos da executada junto à sua empregadora (Id. 23495488).
Ocorre que, compulsando os autos, nota-se que a executada não foi intimada do início do cumprimento de SENTENÇA, vez que os MANDADO s expedidos com aviso de recebimento retornaram todos negativos. Não há falar em ciência do cumprimento de SENTENÇA pela assinatura do acordo, de modo que se impõe a observância do regramento do art. 51, §2º, inciso II do CPC.
Assim, intime-se a exequente para que forneça o endereço atualizado da executada, no prazo de 15 (quinze) dias.
Com a apresentação do endereço, intime-se na forma determinada no DESPACHO de Id. 9707852.
Porto Velho, 2 de maio de 2019
Miria Nascimento De Souza
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO Processo: 0000627-27.2014.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
Parte autora: AUTOR: ELIANE DOS SANTOS SOUZA
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO AUTOR: CARLOS ALBERTO TRONCOSO JUSTO OAB nº RO535A, MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA OAB nº RO1073
Parte requerida: RÉU: BELCORP DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE COSMETICOS LTDA.
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO RÉU: RUBENS DUFFLES MARTINS OAB nº SP57904, FLAVIA MARTINS FUZARO POLYCARPO OAB nº SP202344, ALMIR POLYCARPO OAB nº MG170506, NELSON GILBERTO CAMPOS FEIJO OAB nº PR62179, PRISCILA CONTINI MARCONDES OAB nº RS62640DESPACHO
Vistos,
Verifica-se dos autos que os valores depositados referem-se ao recolhimento das custas finais pela parte devedora.
Contudo, conforme se atesta da Certidão de ID 23941889, em vez da parte promover o pagamento de boleto específico, realizou depósito do montante nos autos.

Sendo assim, OFICIE-SE a Caixa Econômica Federal para que promova a transferência dos referidos valores para conta de titularidade do FUJU (Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento), agência 2848, encerrando a conta judicial destes autos.
Com a transferência, uma vez já satisfeita a obrigação, arquivem-se, com baixa na distribuição.
Pratique-se o necessário.
Intime-se.
CÓPIA DESTE SERVE COMO MANDADO DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA E AVALIAÇÃO, OFÍCIO.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Luciane Sanches
Juíza Substituta

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7005728-47.2019.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: RAIMUNDO NONATO BATISTA
Advogado do(a) AUTOR: THIAGO DE ASSIS DA SILVA - RO6878
RÉU: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado do(a) RÉU: JOSE HENRIQUE BARROSO SERPA - RO9117
PERITO: Victor Hugo Fini Júnior
ADVOGADA DO PERITO: Fernanda de Oliveira Souza, OAB/RO 8533
INTIMAÇÃO
Fica a advogada do perito intimada, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 0001411-67.2015.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Perdas e Danos
Parte autora: AUTOR: CARINA BEZERRA SOARES
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO AUTOR: JHONATAS EMMANUEL PINI OAB nº RO4265
Parte requerida: RÉU: MANUFATURA DE BRINQUEDOS ESTRELA S A
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO RÉU: NATASJA DESCHOOLMEESTER OAB nº AM2140, FABIO MARCOS PATARO TAVARES OAB nº SP208094, ADEMIR BUITONI OAB nº SP25271 DESPACHO
Vistos,
Manifeste-se a parte vencedora quanto a eventual interesse no cumprimento de SENTENÇA, em 15(quinze) dias, que prosseguirá nestes próprios autos.
Deverá o sucumbente proceder ao pagamento das custas finais, no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa, cuja guia deverá ser gerada pelo endereço eletrônico: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
Pagas ou inscritas as custas e não tendo manifestação quanto ao cumprimento de SENTENÇA, arquive-se os autos, com baixa na distribuição.
Intime-se.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Luciane Sanches
Juíza de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7005512-86.2019.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: HERCULES ALEXANDRE HONORIO DOS SANTOS
Advogado do(a) AUTOR: JOAO CARLOS GOMES DA SILVA - RO7588
RÉU: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogados do(a) RÉU: PAULO BARROSO SERPA - RO4923, IRAN DA PAIXAO TAVARES JUNIOR - RO5087, JOSE HENRIQUE BARROSO SERPA - RO9117
PERITO: VICTOR HUGO FINI JUNIOR
ADVOGADA DO PERITO: Fernanda de Oliveira Souza, OAB/RO 8.533
INTIMAÇÃO
Fica o perito intimado, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7007971-03.2015.8.22.0001
Classe Petição Cível
Assunto Adimplemento e Extinção
REQUERENTE: CONDOMINIO RESIDENCIAL PORTO DO SOL
ADVOGADO DO REQUERENTE: ARTUR LOPES DE SOUZA OAB nº RO6231A
REQUERIDO: ELEVADORES OTIS LTDA
ADVOGADO DO REQUERIDO: EDILSON ALVES DE HUNGRIA JUNIOR OAB nº AC5002
Vistos,
1 - Trata-se de cumprimento de SENTENÇA, em que a parte sucumbente não foi intimada para cumprir espontaneamente o julgado.
2 - Assim, fica intimada a parte Executada para que, por meio de seu advogado (se houver), no prazo de quinze dias, pague o débito espontaneamente, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 523, § 1º, do NCPC (10%), e fixação de honorários na fase de cumprimento do julgado (10%). Na hipótese da parte executada ter sido assistido pela Defensoria Pública na fase de conhecimento, a intimação deverá ser por carta com aviso de recebimento, conforme disposto no art. 513, II do NCPC.
3 - Transcorrido tal prazo de 15 (quinze) dias, sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que a parte devedora, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação (CPC, art. 525).
4 - Decorrido o prazo, intime-se a parte Exequente para que diga o que pretende em termos de andamento processual, bem como, para que junte comprovante de pagamento das diligenciais que se fizerem necessárias, sob pena de suspensão processual.
5 - Altere-se a classe processual.
6 - Em caso de inércia do causídico da parte exequente, intime-se o exequente pessoalmente para, no prazo de 5 (cinco) dias, constituir novo advogado e dar andamento ao feito, sob pena de arquivamento e/ou extinção do processo conforme disposto no art. 485, III, §1º NCPC.
7 - Cumpridas todas as determinações, volte os autos conclusos.
Int.
Porto Velho, quinta-feira, 2 de maio de 2019
Luciane Sanches
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7003618-75.2019.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: JUCICLEIDE FERREIRA DOS SANTOS
Advogado do(a) AUTOR: BRUNO VINICIUS MACHADO PARREIRA - RO8097
RÉU: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado do(a) RÉU: JOSE HENRIQUE BARROSO SERPA - RO9117
PERITO: VICTOR HUGO FINI JUNIOR
ADVOGADA DO PERITO: Fernanda de Oliveira Souza OAB/RO 8.533,
INTIMAÇÃO
Fica o Perito intimado, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7002120-41.2019.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ELISA FONGARO LEANDRO
Advogado do(a) AUTOR: ANNE BIANCA DOS SANTOS PIMENTEL - RO0008490A
RÉU: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado do(a) RÉU: JOSE HENRIQUE BARROSO SERPA - RO9117
PERITO: VICTOR HUGO FINI JUNIOR,
ADVOGADA DO PERITO: FERNANDA DE OLIVEIRA SOUZA, OAB/RO 8.533
INTIMAÇÃO
Fica o perito intimado, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO Processo: 0000928-37.2015.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Perdas e Danos
Parte autora: AUTOR: FRANCISCO DAS CHAGAS MARTINS SOARES
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Parte requerida: RÉU: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO RÉU: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB nº RO5462, ALEX CAVALCANTE DE SOUZA OAB nº RO1818, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA OAB nº MG87318DESPACHO
Vistos,
Altere-se a classe para Cumprimento de SENTENÇA.
Certifique a escrivania o andamento do processo originário e após, se for o caso, INTIME-SE a parte devedora para, no prazo de 15(quinze) dias úteis, efetuar o pagamento da condenação e custas, sob pena de incorrer em multa de 10%(dez por cento) e, ainda, honorários advocatícios também de 10%(dez por cento) sobre o débito, ficando ainda sujeito a atos de expropriação (§3º do art. 523 do CPC).
Também, fica a parte executada desde já ciente de que, com o transcurso do prazo para pagamento voluntário, nos termos do art. 525 do CPC (independentemente de penhora ou nova intimação), inicia-se o prazo de 15(quinze) dias úteis para que, querendo, apresente impugnação ao cumprimento de SENTENÇA.
Havendo inércia da parte executada, defiro o pedido de penhora on-line, considerando que o exequente já apresentou o cálculo atualizado do crédito.
Pratique-se o necessário.
Cumpra-se e Intime-se.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Luciane Sanches
Juíza Substituta

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 4civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7008269-87.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)
AUTOR: CARMEM TEREZINHA DE OLIVEIRA TELLES e outros
Advogado do(a) AUTOR: MARCELO CARDOSO MACHADO - MG67401
Advogado do(a) AUTOR: MARCELO CARDOSO MACHADO - MG67401
RÉU: MARCUS HERLANIO FONSECA PINHEIRO
Advogado do(a) RÉU: ZAQUEU NOUJAIM - PR8856
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente intimada, no prazo de 05 dias, para manifestação quanto aos Embargos de Declaração apresentados.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7040390-42.2016.8.22.0001
Classe Cumprimento de SENTENÇA
Assunto Multa de 10%
EXEQUENTE: FRANCIANA VIEIRA DE MORAES TEIXEIRA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ALAN KARDEC DOS SANTOS LIMA OAB nº RO333, DAVID ALEXANDER CARVALHO GOMES OAB nº RO6011
EXECUTADO: FUNDACAO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS - UNITINS
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE TOCANTINS, WALTER GUSTAVO DA SILVA LEMOS OAB nº RO655A
Vistos,
Compulsando os autos, verifica-se que foi declarada a incompetência deste Juízo e determinada a remessa do feito ao Cartório Distribuidor da Seção Judiciária de Rondônia, no ID 22773186. Portanto, não é competente este Juízo para decidir sobre eventual levantamento de valores bloqueados para qualquer das partes.
Por tal razão, determino que os valores bloqueados via Bacenjud sejam transferidos para conta judicial junto a Caixa Econômica Federal, agência 2848.

Oficie-se à Caixa Econômica Federal, informando-os de que os valores depositados em conta judicial vinculado a estes autos deverão ser transferidos para a Justiça Federal Seção Judiciária do Estado de Rondônia, a ser vinculado ao processo informado por eles.
No mais, cumpra-se o DESPACHO de ID 22773186.
Porto Velho, quinta-feira, 2 de maio de 2019
Juliana Paula Silva da Costa Brandão
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7037252-67.2016.8.22.0001
Classe Procedimento Comum
Assunto Indenização por Dano Moral, Dano Ambiental, Indenização por Dano Material, Desapropriação Indireta
AUTOR: FERNANDA FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: DENISE GONCALVES DA CRUZ ROCHA OAB nº RO1996
RÉU: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
ADVOGADO DO RÉU: CLAYTON CONRAT KUSSLER OAB nº RO3861
Vistos,
Considerando que no processo de n. 7047541-59.2016.8.22.0001, há informações acerca da impossibilidade de comparecimento das testemunhas Lioberto Caetano (não reside mais em Rondônia) e Ana Cristina Strava (estará de férias no mês de maio/2019), retiro o presente processo da pauta de audiências.
Considerando que ambas as testemunhas também foram arroladas para serem ouvidas neste processo e por verificar que a presente demanda não versa sobre a cheia de 2014 – tratando-se de desapropriação indireta - diga a parte requerida se ainda pretende que se realize o depoimento pessoal da autora e a oitiva das referidas testemunhas, notadamente por ter manifestado na petição no ID 15640447 não ter outras provas a produzir.
Int.
Porto Velho, quinta-feira, 2 de maio de 2019
Juliana Paula Silva da Costa Brandão
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7017861-24.2019.8.22.0001
Classe Monitória
Assunto Correção Monetária
AUTOR: ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO NO ESTADO DE RONDONIA - ASPER
ADVOGADO DO AUTOR: ALEXANDRE PAIVA CALIL OAB nº RO2894
RÉU: RAIMUNDA CONCEBIDA DO COUTO
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
A lei possibilita o recolhimento de apenas 1% do valor no momento da distribuição da ação e o diferimento do 1% remanescente para após a audiência de conciliação, caso não reste frutífera.
Essa sistemática, contudo, aplica-se tão somente aos processos sob a égide do rito comum, vez que não há previsão de audiência obrigatória para os processos de execução de título extrajudicial ou procedimentos especiais.
Assim sendo, determino à parte autora que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial, acostando aos autos o comprovante de recolhimento das custas iniciais, uma vez que estas devem perfazer o quantum de 2% (dois por cento) incidentes sobre o valor da causa, devendo ser respeitado o valor mínimo previsto na Lei de Custas (art.12, §1º, Lei 3.896/2016), sob pena de extinção e arquivamento.
Decorrido in albis, o que deverá ser devidamente certificado, voltem os autos conclusos para SENTENÇA de extinção.
Comprovado o recolhimento, o cartório deverá cumprir os demais itens da presente DECISÃO.
Considerando que a parte requerente apresentou prova escrita sem eficácia de título executivo, com fundamento no art. 701, do NCPC, defiro a expedição do MANDADO MONITÓRIO para pagamento da quantia de R$4.176,10 (quatro mil, cento e setenta e seis reais e dez centavos) referente ao valor principal R$3.977,23 (três mil, novecentos e setenta e sete reais e vinte e três centavos) somado aos honorários advocatícios em 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, podendo, em igual prazo opor, nos próprios autos, embargos à monitória (art. 702 CPC), sendo que, se estes não forem opostos, o MANDADO inicial ficará convertido em MANDADO de execução, atendendo ao rito processual previsto no art. 701, §2º do Código de Processo Civil.
Saliente-se ao(à) requerido (ré) que, em efetuando o pagamento no prazo estabelecido alhures, ficará isento das custas processuais. (art. 701, §1º do CPC).
Havendo embargos, intime-se o autor para responder a este no prazo de 15 (quinze) dias (art. 702, §5º do CPC).
Cumpridas as determinações acima, retorne os autos conclusos.
Restando infrutífera a tentativa de citação por carta pelos motivos: ausente, não procurado e endereço insuficiente, expeça-se MANDADO de citação.
Restando infrutífera a tentativa de citação por carta e/ou MANDADO, deverá a parte autora ser instada a se manifestar em termos de prosseguimento do feito.
Em caso de inércia do causídico da parte autora, intime-se o autor pessoalmente para, no prazo de 5 (cinco) dias, constituir novo advogado e dar andamento ao feito, sob pena de arquivamento e/ou extinção do processo conforme disposto no art. 485, III, §1º NCPC.
O prazo processual terá início com a publicação via Sistema/Portal, para a parte devidamente representada nos autos, ressalvadas as exceções legais.
VIAS DESTE DESPACHO SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO
NOME: RÉU: RAIMUNDA CONCEBIDA DO COUTO CPF nº 084.558.212-72
ENDEREÇO: Rua Capricórnio, n. 11788, Bairro Ulisses Guimarães, Cep 76.813-860, no município de Porto Velho – Rondônia, Telefone: (69) 99358-2100
FINALIDADE: CITAR a parte requerida para que PAGUE a importância de R$4.176,10 (quatro mil, cento e setenta e seis reais e dez centavos), no prazo de 15 (quinze) dias conforme art. 701 do NCPC, podendo oferecer embargos no mesmo prazo (art. 702 do NCPC).
ADVERTÊNCIAS: O prazo para apresentação de defesa ou cumprimento do MANDADO de pagamento, além do pagamento de honorários advocatícios é de quinze dias, contados da data da juntada do aviso de recebimento/MANDADO nos autos. Não sendo apresentado embargos à monitória, presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora.
As informações do processo poderão ser consultadas no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
Porto Velho, quinta-feira, 2 de maio de 2019.
Juliana Paula Silva da Costa Brandão
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7017939-18.2019.8.22.0001
Classe Execução de Título Extrajudicial
Assunto Contratos Bancários

EXEQUENTE: BANCO BONSUCESSO CONSIGNADO S/A
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RODRIGO GAGO FREITAS VALE BARBOSA OAB nº ES17355
EXECUTADO: ISAAC COSTA ARAUJO FILHO
ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
1 - A lei possibilita o recolhimento de apenas 1% do valor no momento da distribuição da ação e o diferimento do 1% remanescente para após a audiência de conciliação, caso não reste frutífera.
Essa sistemática, contudo, aplica-se tão somente aos processos sob a égide do rito comum, vez que não há previsão de audiência obrigatória para os processos de execução de título extrajudicial ou procedimentos especiais.
Assim, sendo, determino à parte autora que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial, acostando aos autos o comprovante de recolhimento das custas iniciais, uma vez que estas devem perfazer o quantum de 2% (dois por cento) incidentes sobre o valor da causa, devendo ser respeitado o valor mínimo previsto na Lei de Custas (art.12, §1º, Lei 3.896/2016).
Decorrido in albis, o que deverá ser devidamente certificado, voltem os autos conclusos para SENTENÇA de extinção.
Comprovado o recolhimento, o cartório deverá cumprir os demais itens da presente DECISÃO.
2 - Cite-se em execução para que, no prazo de três dias, efetue o pagamento da dívida e dos honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito (art. 829, do NCPC).
Caso haja o pagamento integral da dívida, no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º do NCPC).
Saliento que, a teor do art. 915, do NCPC, eventual defesa através de embargos deverá ser oferecida no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 231 do NCPC.
3 - Na hipótese do Executado residir em comarca diversa desta, e por se tratar de Execução de Título Extrajudicial por quantia certa em que a própria Lei determina que a citação deverá ser feita por MANDADO (Ar. 829, §1º NCPC), desde já defiro a expedição de carta precatória, após, intime-se o Exequente para sua retirada, bem como, para comprovar sua distribuição no prazo de 30 (trinta) dias.
4 - Restando infrutífera a tentativa de citação ou penhora de bens, deverá a parte autora apresentar novo endereço sob pena de extinção e arquivamento.
Cumpridas as determinações acima, retornem-me os autos conclusos.
O prazo processual terá início com a publicação via Sistema/Portal, para a parte devidamente representada nos autos, ressalvadas as exceções legais.
Int.
VIAS DESTE DESPACHO SERVIRÃO COMO MANDADO /CARTA PRECATÓRIA
NOME: EXECUTADO: ISAAC COSTA ARAUJO FILHO CPF nº 630.920.932-91
Endereço: Rua Alexandre Guimarães, n. 2317, Mato Grosso - Porto Velho/RO.
FINALIDADE: Pagar em 03 (três) dias, a importância de R$99.564,70 (noventa e nove mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e setenta centavos) referente ao valor principal, R$90.513,36 noventa mil, quinhentos e treze reais e trinta e seis centavos acrescido de 10% (dez por cento) de honorários advocatícios, ou nomear bens à penhora, sob pena de, não o fazendo, serem-lhes penhorados tantos bens quantos bastem a integral quitação do débito. E, querendo, poderá apresentar embargos no prazo legal. Obs. havendo penhora, intime-a desta, para, querendo, oferecer Embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme art. 231 do NCPC.
PRAZO: 15 (quinze) dias.
ADVERTÊNCIA: Não sendo apresentados embargos, presumir-se-ão aceitos pelo réu, como verdadeiros os fatos articulados pelo autor. Caso haja o pagamento integral da dívida, no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, §1º, do NCPC). Saliento que, a teor do art. 915, do NCPC, eventual defesa através de embargos deverá ser oferecida no prazo de quinze dias, contados, conforme art. 231, do CPC).
As informações do processo poderão ser consultadas no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje
Porto Velho, quinta-feira, 2 de maio de 2019
Juliana Paula Silva da Costa Brandão
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7017871-68.2019.8.22.0001
Classe Monitória
Assunto Correção Monetária
AUTOR: ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO NO ESTADO DE RONDONIA - ASPER
ADVOGADO DO AUTOR: ALEXANDRE PAIVA CALIL OAB nº RO2894
RÉU: PEDRO SANTOS PINTO
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
A lei possibilita o recolhimento de apenas 1% do valor no momento da distribuição da ação e o diferimento do 1% remanescente para após a audiência de conciliação, caso não reste frutífera.
Essa sistemática, contudo, aplica-se tão somente aos processos sob a égide do rito comum, vez que não há previsão de audiência obrigatória para os processos de execução de título extrajudicial ou procedimentos especiais.
Assim sendo, determino à parte autora que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial, acostando aos autos o comprovante de recolhimento das custas iniciais, uma vez que estas devem perfazer o quantum de 2% (dois por cento) incidentes sobre o valor da causa, devendo ser respeitado o valor mínimo previsto na Lei de Custas (art.12, §1º, Lei 3.896/2016), sob pena de extinção e arquivamento.
Decorrido in albis, o que deverá ser devidamente certificado, voltem os autos conclusos para SENTENÇA de extinção.
Comprovado o recolhimento, o cartório deverá cumprir os demais itens da presente DECISÃO.
Considerando que a parte requerente apresentou prova escrita sem eficácia de título executivo, com fundamento no art. 701, do NCPC, defiro a expedição do MANDADO MONITÓRIO para pagamento da quantia de R$2.343,20 (dois mil, trezentos e quarenta e três reais e vinte centavos), referente ao valor principal R$2.231,62 (dois mil, duzentos e trinta e um reais e sessenta e dois centavos) somado aos honorários advocatícios em 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, podendo, em igual prazo opor, nos próprios autos, embargos à monitória (art. 702 CPC), sendo que, se estes não forem opostos, o MANDADO inicial ficará convertido em MANDADO de execução, atendendo ao rito processual previsto no art. 701, §2º do Código de Processo Civil.
Saliente-se ao(à) requerido (ré) que, em efetuando o pagamento no prazo estabelecido alhures, ficará isento das custas processuais. (art. 701, §1º do CPC).
Havendo embargos, intime-se o autor para responder a este no prazo de 15 (quinze) dias (art. 702, §5º do CPC).
Cumpridas as determinações acima, retorne os autos conclusos.
Restando infrutífera a tentativa de citação por carta pelos motivos: ausente, não procurado e endereço insuficiente, expeça-se MANDADO de citação.
Restando infrutífera a tentativa de citação por carta e/ou MANDADO, deverá a parte autora ser instada a se manifestar em termos de prosseguimento do feito.
Em caso de inércia do causídico da parte autora, intime-se o autor pessoalmente para, no prazo de 5 (cinco) dias, constituir novo advogado e dar andamento ao feito, sob pena de arquivamento e/ou extinção do processo conforme disposto no art. 485, III, §1º NCPC.

O prazo processual terá início com a publicação via Sistema/Portal, para a parte devidamente representada nos autos, ressalvadas as exceções legais.
VIAS DESTE DESPACHO SERVIRÃO COMO CARTA/ MANDADO
NOME: RÉU: PEDRO SANTOS PINTO CPF nº 862.371.282-04
ENDEREÇO: Rua João Pessoa, n. 427, Bairro Pedacinho de Chão, Cep 76.820.716, no município de Porto Velho – Rondônia, Telefone: (69) 99945-7034,
FINALIDADE: CITAR a parte requerida para que PAGUE a importância de R$2.343,20 (dois mil, trezentos e quarenta e três reais e vinte centavos), no prazo de 15 (quinze) dias conforme art. 701 do NCPC, podendo oferecer embargos no mesmo prazo (art. 702 do NCPC).
ADVERTÊNCIAS: O prazo para apresentação de defesa ou cumprimento do MANDADO de pagamento, além do pagamento de honorários advocatícios é de quinze dias, contados da data da juntada do aviso de recebimento/MANDADO nos autos. Não sendo apresentado embargos à monitória, presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora.
As informações do processo poderão ser consultadas no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
Porto Velho, quinta-feira, 2 de maio de 2019.
Juliana Paula Silva da Costa Brandão
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - Email:pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7017980-82.2019.8.22.0001
Classe Procedimento Comum
Assunto Mandato
AUTOR: RUITH CARLOS DA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: BRUNO VINICIUS MACHADO PARREIRA OAB nº RO8097
RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
ADVOGADO DO RÉU:
Vistos,
DEFIRO os benefícios da justiça gratuita com fulcro no art. 98 NCPC/15 e Lei 1.060/50.
Trata-se de ação de cobrança de seguro DPVAT, na qual a parte autora alega que se envolveu em acidente de trânsito e que em decorrência deste sofreu lesões que lhe acarretaram sequelas, razão pela qual, tem direito a receber indenização.
Pois bem. Neste tipo de ação é quase sempre necessária a realização de perícia para aferir o grau das lesões sofridas pela parte autora.
Por iniciativa de nossa Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça, houve a realização de mutirões, e outros por iniciativa deste juízo. Todos surtiram efeitos acima do esperado, posto que em quase todos os processos pautados houveram SENTENÇA s de MÉRITO ou acordo. Os únicos que não restaram solucionados foram os que as partes autoras não compareceram para perícia.
Assim, considerando o sucesso dos mutirões passados, designo uma nova data para realizar outro mutirão nesta vara. Com efeito, cite-se e intime-se a parte ré, nos termos dos art. 334 e 335 do NCPC, para comparecer à audiência no dia 08/08/2019, às 9h15min, em mutirão realizado pela Central de Conciliação - CEJUSC (Avenida Jorge Teixeira, (BR319) esquina com Quintino Bocaiúva, n. 2472, bairro Embratel - Porto Velho/RO, CEP: 76.804-008).
A ela deverão comparecer os advogados das partes, os quais, querendo, deverão convidá-las para se fazerem presentes.
Determino, desde logo, a realização de perícia na parte autora, a ser paga pela Seguradora, a fim de apurar o grau de invalidez. Faculto às partes trazerem assistentes técnicos para acompanharem o exame e apresentarem suas manifestações em separado.
A realização da perícia será na data da audiência, com o perito a ser nomeado pela própria CEJUSC, em conformidade com a disponibilidade dos peritos na data. Ficará sob responsabilidade da CEJUSC proceder com a intimação do perito, bem como, certificar nos autos a sua intimação.
Tratando-se de mutirão que será realizado no âmbito desta vara, fixo os honorários do perito em R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), que deverão ser pagos através de depósito judicial nestes autos até a data da audiência.
Deverá, ainda, ser instado o referido profissional de medicina para dizer se aceita o encargo. Em caso de aceite, expeça-se Ofício de Transferência em favor do expert (caso apresente conta bancária de sua titularidade) ou alvará de levantamento, após a realização da perícia.
É muito importante frisar que esta importância arbitrada não acarretará à pessoa da requerida a menor onerosidade, máxime diante de seu reconhecido poder econômico e, ainda, por ser certo que seu é o grande desejo de ver resolvido, no menor tempo possível, a presente lide e, ainda, da mesma forma por não lhe interessar espécie alguma de conflito judicial.
Na solenidade deverá comparecer a parte ré, e a parte autora com todos os documentos e laudos médicos realizados em razão do seu acidente, além dos respectivos advogados e prepostos com poderes para transigir.
Caberá ao advogado comunicar ao respectivo autor/cliente a data da conciliação e perícia. No caso do não comparecimento do autor, sem justificativa legal na solenidade, os autos serão extintos sem julgamento de MÉRITO, por falta de pressuposto de constituição válido e regular do processo.
Em caso de inércia do causídico da parte autora, intime-se o autor pessoalmente para, no prazo de 5 (cinco) dias, constituir novo advogado e dar andamento ao feito, sob pena de arquivamento e/ou extinção do processo conforme disposto no art. 485, III, §1º NCPC.
Expeça-se o necessário.
Int.
Porto Velho/RO, quinta-feira, 2 de maio de 2019
Juliana Paula Silva da Costa Brandão
Juiz(a) de Direito
VIAS DESTE DESPACHO SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO
Nome: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA CNPJ nº 09.248.608/0001-04
Endereço: Rua da Assembleia nº 100 –18º andar, bairro Centro - (Edifício Citybank) – estado do Rio de Janeiro – CEP 20.011904
FINALIDADE: Cite-se e intime-se a parte ré, nos termos dos art. 334 e 335 do NCPC, para comparecer na audiência de Conciliação supramencionada, bem como para contestar a ação.
ADVERTÊNCIA: O prazo para responder à ação é de 15 (quinze) dias, contados da audiência de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição (artigo 335, inciso I, NCPC). Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7017773-83.2019.8.22.0001
Classe Procedimento Comum
Assunto DIREITO DO CONSUMIDOR, Bancários
AUTOR: ELIOMAR MENDES DA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL OAB nº RO8217, JUSCELIO ANGELO RUFFO OAB nº RO8133
RÉUS: BANCO ITAUCARD S.A., AUTOVEMA VEICULOS LTDA

Vistos,
1 - DEFIRO os benefícios da justiça gratuita, com fulcro no art. 98 NCPC/15 e Lei 1.060/50;
2-ELIOMAR MENDES DA SILVA propôs AÇÃO DE DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE NEGÓCIO JURÍDICO C/C COM REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS em face de AUTOVEMA VEÍCULOS LTDA e BANCO ITAUCARD S.A., alegando, em síntese, que no dia 21/02/2019 as partes celebraram um negócio jurídico para aquisição de um veículo no valor de R$75.000,00 (setenta e cinco mil reais).
Explica o requerente que entregou como entrada à requerida Autovema um veículo no valor de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) e financiou o restante mediante um contrato com o banco requerido.
Aduz o requerente, ainda, que não é alfabetizado, mas sabe escrever o próprio nome, razão pela qual não teve entendimento acerca dos termos do contrato que assinou, não se atentando ao valor das parcelas no importe de R$1.400,00 (um mil e quatrocentos reais), visto que apenas entendeu que pagaria a diferença entre os veículos no valor de R$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais) e não o valor R$108.040,80 (cento e oito mil, quarenta reais e oitenta centavos).
Sustenta também, que celebrou o contrato no dia 21/02/2019, contudo recebeu a segunda via do contrato no dia 25/02/2019 e, somente após, tomou ciência do valor das parcelas do financiamento, as quais não caberiam em seu orçamento já que recebe uma renda mensal de aproximadamente R$1.700,00 (um mil e setecentos reais).
Explica que, ao tentar desfazer o negócio, o requerente se dirigiu até à Autovema, sendo informado que seria possível o desfazimento do contrato mediante solicitação por escrito, razão pela qual pediu a um terceiro que redigisse o pedido, no entanto, após apresentar o requerimento de cancelamento à gerente, foi surpreendido de que não seria possível rescindir o contrato.
Pretende o autor, em sede de antecipação dos efeitos da tutela, a suspensão das cobranças referentes às parcelas do financiamento, bem como se abstenham as requeridas de promoverem a inscrição do nome do autor nos cadastros de inadimplentes.
No MÉRITO, pugna pela anulação do contrato, restituição do veículo equivalente à entrada no valor de R$24.000,00 (vinte e quatro mil reais), bem como condenação ao pagamento de danos morais, além das custas e honorários advocatícios.
Com a inicial, foram juntados procuração e documentos.
Vieram-me os autos conclusos.
Como sabido, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Havendo perigo de irreversibilidade dos efeitos da tutela de urgência de natureza antecipada, esta não será concedida, o que não é o caso dos autos (art. 300, § 3º, CPC).
Entendo, in casu, não ser possível o deferimento da medida pleiteada, ante a não demonstração da verossimilhança dos fatos alegados pelo autor, visto que o autor trouxe aos autos o contrato de financiamento celebrado entre as partes, no qual consta, na primeira página, de forma clara, todos os dados firmados entre as partes, bem como consta a sua assinatura logo abaixo desses dados ID. 26831698.
Desta forma, indefiro o pedido de antecipação dos efeitos da tutela.
3 - Determino que a CPE faça a designação de audiência de conciliação, em conformidade com a pauta da CEJUSC.
4 - Cite-se e Intime-se o réu para a audiência de conciliação, na forma do artigo 334 do Novo Código de Processo Civil, podendo vir acompanhada de advogado ou Defensor Público.
O prazo para oferecimento da contestação é de 15 (quinze) dias, a iniciar da data da audiência de tentativa de conciliação, caso frustrada, salvo hipóteses dos incisos II e III do art. 335 do CPC.
Na hipótese de desinteresse na realização de audiência de conciliação, deverá a parte requerida fazê-lo expressamente com antecedência mínima de 10 (dez) dias de sua realização, ocasião em que o prazo para defesa se iniciará do protocolo da petição.
Se a parte requerida não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344 do CPC).
5 - Intime-se a parte autora por meio de seu advogado (art. 334, 3º, do CPC).
6 - Advirto às partes, também, que na hipótese de não comparecimento injustificado a tal audiência de conciliação, que estarão sujeitas a uma multa equivalente a até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (CPC, art. 334, § 8º).
7 - Havendo contestação, intime-se o autor para apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias.
8 - Após, intimem-se as partes para dizer que provas pretendem produzir, justificando sua necessidade e conveniência, no prazo de 15 (quinze) dias.
Na hipótese das partes requererem julgamento antecipado da lide, ou não se manifestarem, retornem os autos conclusos para SENTENÇA.
9 - Havendo manifestação para produção de provas, retornem os autos conclusos para saneamento.
10 - Restando infrutífera a tentativa de citação por carta pelos motivos: ausente, não procurado e endereço insuficiente, expeça-se MANDADO de citação.
11 - Restando infrutífera a tentativa de citação por carta e/ou MANDADO, deverá a parte autora ser instada a se manifestar em termos de prosseguimento do feito.
12 - Em caso de inércia do causídico da parte autora, intime-se o autor pessoalmente para, no prazo de 5 (cinco) dias, constituir novo advogado e dar andamento ao feito, sob pena de arquivamento e/ou extinção do processo conforme disposto no art. 485, III, §1º NCPC
Expeça-se o necessário.
Int.
Porto Velho, quinta-feira, 2 de maio de 2019
Juliana Paula Silva da Costa Brandão
Juíza de Direito
VIAS DESTE DESPACHO SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO
NOME: AUTOVEMA VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.968.287/0001-36
ENDEREÇO: Av. Gov. Jorge Texeira, n. 700, Bairro Nova Porto Velho, Porto Velho-RO.
NOME: BANCO ITAUCARD S.A., inscrita no CNPJ nº 17.192.451/0001-70
ENDEREÇO: Alameda Pedro Calil, n. 43, Vila das Acácias, CEP: 08557-900, Poa/SP.
FINALIDADE: CITAR o réu para responder a ação, bem como para comparecer na audiência de conciliação acima designada.
ADVERTÊNCIAS: Se a parte requerida não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344 do CPC).
As informações do processo poderão ser consultadas no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - Email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7017781-60.2019.8.22.0001
Classe Procedimento Comum
Assunto DIREITO DO CONSUMIDOR, Fornecimento de Energia Elétrica
AUTOR: ANA CRISTINA DA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
RÉU: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON

Vistos,
1 - Defiro o pedido de Gratuidade da Justiça.
2 - Trata-se de REVISIONAL DE DÉBITO proposta por ANA CRISTINA DA SILVA contra a, em síntese, que reside do imóvel localizado na Rua Ribeiro Preto, n. 6691, Bairro Cuniã, CEP: 76.824-432, nesta capital, com a unidade consumidora n. 318399-8 e uma média de consumo de 457,20KWH, no entanto, no meses de abril, maio e julho de 2018 a média de consumo foi exorbitante.
Aduz, ainda, que nesses meses o consumo de energia gerou em torno de 1.307 KWH e não condiz com a realidade da parte autora, uma vez que reside em uma casa simples e humilde com 5 (cinco) cômodos, exerce atividade laboral como confeiteira, possuindo como renda familiar o valor de R$1.646,41 (um mil, seiscentos e quarenta e seis reais e quarenta e um centavos).
Assevera também, que os meses de janeiro, fevereiro e março de 2018 são objetos da ação ordinária n. 7019601-51.2018.8.22.0001 que tramita na 5ª Vara Cível de Porto Velho-RO.
Ao final, pretende a parte autora, em sede de antecipação dos efeitos de tutela, a suspensão de qualquer procedimento de cobrança ou execução das faturas dos meses de abril, maio e julho de 2018, bem como que a requerida se abstenha de interromper o fornecimento de energia elétrica na unidade consumidora da autora, tampouco a inclua nos órgãos de proteção ao crédito.
No MÉRITO, pugna pela anulação das faturas referente aos meses mencionados, bem como condenar a requerida a refazer os cálculos em relação ao consumo nesse período, além de inversão do ônus da prova e condenação da requerida ao pagamento de honorários advocatícios.
Com a inicial vieram procuração e documentos.
Vieram-me os autos conclusos.
DECIDO.
Como sabido, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Havendo perigo de irreversibilidade dos efeitos da tutela de urgência de natureza antecipada, esta não será concedida (art. 300, § 3o, CPC). Assim, considerando a natureza do bem de consumo fornecido, em face de sua essencialidade, da qual não pode prescindir o cidadão, entendo por bem a manutenção do fornecimento de energia, enquanto o débito se encontrar em discussão.
Presentes, pois, os requisitos exigidos pelo art. 300, do Novo Código de Processo Civil, DEFIRO o pedido de tutela de urgência de natureza antecipada formulado pela parte autora em face de CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, a fim de que a requerida suspenda qualquer tipo de cobrança ou execução nas faturas relativas aos meses de abril, maio e julho de 2018, bem como que se abstenha de interromper o fornecimento de energia elétrica na unidade consumidora n. 318399-8 e de incluí-la nos órgãos de proteção ao crédito, sob pena de multa diária de R$500,00 (quinhentos reais), até o limite de 20 (vinte) dias, podendo tal valor ser majorado em caso de descumprimento.
3 - É notório que a parte requerida não comparece nas audiências de conciliação, bem como não possui interesse em confabular acordos, portanto, deixo de designar audiência de conciliação.
4 - CITE-SE o réu para responder, caso queira, a ação no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da citação. Advirta-o que na hipótese de revelia, resumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344 do CPC).
5 - Fica advertida a parte autora, desde já, a sua obrigatoriedade de recolher e comprovar nestes autos, no prazo de 5 (cinco) dias, improrrogável, o recolhimento do remanescente das custas iniciais, no equivalente a 1% do valor da causa, na hipótese de insucesso da conciliação, independentemente, portanto, de nova intimação, sob pena de extinção do processo.
6 - Havendo contestação, intime-se o autor para apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias.
7 - Após, intimem-se as partes para dizer que provas pretendem produzir, justificando sua necessidade e conveniência, no prazo de 15 (quinze) dias.
Na hipótese das partes requererem julgamento antecipado da lide, ou não se manifestarem, retornem os autos conclusos para SENTENÇA.
8 - Havendo manifestação para produção de provas, retornem os autos conclusos para saneamento.
9 - Em caso de inércia do causídico da parte autora, intime-se o autor pessoalmente para, no prazo de 5 (cinco) dias, constituir novo advogado e dar andamento ao feito, sob pena de arquivamento e/ou extinção do processo conforme disposto no art. 485, III, §1º NCPC
Expeça-se o necessário.
Int.
Porto Velho, quinta-feira, 2 de maio de 2019
Juliana Paula Silva da Costa Brandão
Juíza de Direito
VIAS DESTE DESPACHO SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO
NOME: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, inscrita no CNPJ sob nº. 05.914.650/0001-66
ENDEREÇO: Avenida dos Imigrantes n. 4137, bairro Industrial, CEP: 76.821-063, Porto Velho-RO.
FINALIDADE: INTIMAR a Requerida para cumprimento imediato da Concessão da Liminar acima mencionada. Bem como, para CITAÇÃO E INTIMAÇÃO do Requerido, comparecer na audiência de Conciliação acima designada e, querendo, apresentar Resposta.
ADVERTÊNCIAS: Se a parte requerida não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344 do CPC).
As informações do processo poderão ser consultadas no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7017773-83.2019.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ELIOMAR MENDES DA SILVA
Advogados do(a) AUTOR: VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL - RO8217, JUSCELIO ANGELO RUFFO - RO8133
RÉU: AUTOVEMA VEICULOS LTDA e outros
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 4ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA - CEJUSC/CÍVEL Data: 15/07/2019 Hora: 08:30
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 2 de maio de 2019.
JOAO AFRO MARIANO VIEIRA

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7020352-38.2018.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA - DEPARTAMENTO REGIONAL DE RONDONIA
Advogados do(a) EXEQUENTE: JAQUELINE FERNANDES SILVA - RO8128, MILEISI LUCI FERNANDES - RO3487, ELIEZER BELCHIOR DANTAS - RO7644
EXECUTADO: KLAUS VICENTE FONSECA

INTIMAÇÃO
Para fins de atendimento ao pleito da parte AUTORA, fica esta intimada para que, no prazo de 05 dias, proceda ao prévio recolhimento das custas para cada requerido e para cada diligência pleiteada, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7010747-34.2019.8.22.0001
Classe Execução de Título Extrajudicial
Assunto Cédula de Crédito Bancário
EXEQUENTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FERNANDO DENIS MARTINS OAB nº DF36054
EXECUTADOS: WALDEMIRO RODRIGUES DA SILVA, COMERCIAL COLUMBIA LTDA DESPACHO
1 - BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A propôs EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA DE ARRESTO LIMINAR em face de COMERCIAL COLUMBIA LTDA e WALDEMIRO RODRIGUES DA SILVA, alegando, em síntese, ser credora das executadas no valor de R$99.000,00 (noventa e nove mil reais), em razão da Cédula de Crédito Bancário - Capital de Giro n.º 00333253300000008360 (operação 3253000008360300170) celebrado entre as partes, figurando como avalista o Sr. WALDEMIRO RODRIGUES DA SILVA.
Aduz, ainda, que os executados não honraram integralmente com o débito restando adimplentes com o pagamento total das parcelas, o qual perfaz o valor de R$124.717,59 (cento e vinte e quatro mil, setecentos e dezessete reais e cinquenta e nove centavos), atualizado até 30/09/2018.
Ao final, pretende a parte autora, em sede de liminar o arresto on line, por meio do sistema Bacenjud, dos ativos financeiros encontrados sob titularidade dos executados no valor de R$124.717,59 (cento e vinte e quatro mil, setecentos e dezessete reais e cinquenta e nove centavos) ou, alternativamente, caso seja verificada a insuficiência dos valores arrestados, seja deferido o uso dos sistemas Infojud e Renajud, a fim de localizar os bens passíveis de arresto.
No, MÉRITO, pugna pela procedência da presente ação de execução, condenando os executados ao pagamento do valor devido, devidamente atualizado, além da condenação em honorários advocatícios e custas.
Com a inicial, vieram procuração e documentos.
Com relação ao pedido cautelar, entendo ser o caso de indeferimento, uma vez que diferentemente do denominado arresto executivo (artigo 830 do atual Código de Processo Civil), o arresto cautelar de bens no processo executivo encontra seu fundamento de validade nos artigos 301 e 799, inciso VIII, ambos do atual Código de Processo Civil e será deferido em favor do credor que demonstrar a probabilidade do direito invocado e risco de dano à satisfação da dívida executada.
No caso dos autos, a parte autora não apresentou nenhuma prova capaz de comprovar a insolvabilidade dos réus, ficando prejudicada a avaliação do risco ao resultado final da ação, tendo em vista que o contexto probatório apresentado não justifica a imediata decretação de arresto.
Desta forma, indefiro o pedido de liminar.
2 - Cite-se em execução para que, no prazo de três dias, efetue o pagamento da dívida e dos honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito (art. 829, do NCPC).
Caso haja o pagamento integral da dívida, no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º do NCPC).
Saliento que, a teor do art. 915, do NCPC, eventual defesa através de embargos deverá ser oferecida no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 231 do NCPC.
3 - Na hipótese do executado residir em comarca diversa desta, e por se tratar de Execução de Título Extrajudicial por quantia certa em que a própria Lei determina que a citação deverá ser feita por MANDADO (Art. 829, §1º NCPC), desde já defiro a expedição de carta precatória, após, intime-se o exequente para sua retirada, bem como, para comprovar sua distribuição no prazo de 30 (trinta) dias.
4 - Restando infrutífera a tentativa de citação ou penhora de bens, deverá a parte autora apresentar novo endereço sob pena de extinção e arquivamento.
5 - Em caso de inércia do causídico da parte exequente, intime-se o exequente pessoalmente para, no prazo de 5 (cinco) dias, constituir novo advogado e dar andamento ao feito, sob pena de arquivamento e/ou extinção do processo conforme disposto no art. 485, III, §1º NCPC.
Cumpridas as determinações acima, retornem-me os autos conclusos.
O prazo processual terá início com a publicação via Sistema/Portal, para a parte devidamente representada nos autos, ressalvadas as exceções legais.
Int.
VIAS DESTE DESPACHO SERVIRÃO COMO MANDADO /CARTA PRECATÓRIA
NOME: COMERCIAL COLUMBIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 04.285.284/0001-60
ENDEREÇO: Avenida Carlos Gomes, n.º 1750, São Cristóvão, CEP: 76.804-086, Porto Velho - RO.
NOME: WALDEMIRO RODRIGUES DA SILVA, inscrito no CPF/MF sob n.º 033.371.971-91
ENDEREÇO: Avenida Campos Sales, n.º 410, Tucumanzal, CEP 76.804-510, Porto Velho - RO e/ou Rua Quintino Bocaiuva, n.º 1439, Olaria, CEP: 76.801-250, Porto Velho – RO.
FINALIDADE: Pagar em 03 (três) dias, a importância de R$ 137.189,35 (cento e trinta e sete mil, cento e oitenta e nove reais e trinta e cinco centavos) referente ao valor principal, R$124.717,59 (cento e vinte e quatro mil, setecentos e dezessete reais e cinquenta e nove centavos) acrescido de 10% (dez por cento) de honorários advocatícios, ou nomear bens à penhora, sob pena de, não o fazendo, serem-lhes penhorados tantos bens quantos bastem a integral quitação do débito. E, querendo, poderá apresentar embargos no prazo legal. Obs. havendo penhora, intime-a desta, para, querendo, oferecer Embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme art. 231 do NCPC.
PRAZO: 15 (quinze) dias.
ADVERTÊNCIA: Não sendo apresentados embargos, presumir-se-ão aceitos pelo réu, como verdadeiros os fatos articulados pelo autor. Caso haja o pagamento integral da dívida, no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, §1º, do NCPC). Saliento que, a teor do art. 915, do NCPC, eventual defesa através de embargos deverá ser oferecida no prazo de quinze dias, contados, conforme art. 231, do CPC).
As informações do processo poderão ser consultadas no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje
Porto Velho, quinta-feira, 2 de maio de 2019
Juliana Paula Silva da Costa Brandão
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7021723-37.2018.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO NO ESTADO DE RONDONIA - ASPER
Advogados do(a) EXEQUENTE: MICHELE LUANA SANCHES - RO2910, ALCIONE COSTA DE MATTOS TURESSO - RO2837, ALEXANDRE PAIVA CALIL - RO2894

EXECUTADO: MIRIAM DE JESUS DANTAS
Advogados do(a) EXECUTADO: ISABELLE MORAIS PACIFICO - MA18563, SHEILA CRISTINA BARROS MOREIRA - RO4588
INTIMAÇÃO
Fica a parte exequente intimada, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7021111-36.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: LUCYETE MAIO SILVA
Advogados do(a) AUTOR: CARLOS ALBERTO TRONCOSO JUSTO - RO535-A, MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA - RO1073
RÉU: TAM LINHAS AÉREAS S/A
Advogados do(a) RÉU: FABIO RIVELLI - SP297608, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 4civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7051427-95.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: EVANILDO BITENCOURT E SILVA
Advogados do(a) AUTOR: JUCYMAR GOMES CARDOSO - RO3295, ADRIANA DESMARET SPINET - RO4293, DIOMAR APARECIDA DA SILVA GODINHO - RO1962
RÉU: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado do(a) RÉU: JOSE HENRIQUE BARROSO SERPA - RO9117
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente intimada, no prazo de 05 dias, para manifestação quanto aos Embargos de Declaração apresentados.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1305
Processo: 7013197-52.2016.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: FRANKLIN JOSE DE LIMA SOUSA
Advogado do(a) EXEQUENTE: RICARDO PANTOJA BRAZ - RO5576
EXECUTADO: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogados do(a) EXECUTADO: JONATHAS COELHO BAPTISTA DE MELLO - RO3011, ALEX CAVALCANTE DE SOUZA - RO1818, SILVIA DE OLIVEIRA - RO1285
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada para dizer o que entende de direito, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção/arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7007807-33.2018.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: M. L. SIQUEIRA COMERCIO DE PRODUTOS VETERINARIOS - EPP
Advogados do(a) EXEQUENTE: MIRELLY VIEIRA MACEDO DE ALMEIDA - RO5174, ALAN DE ALMEIDA PINHEIRO DA SILVA - RO7495
EXECUTADO: R. S. DA SILVA FILHO
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente intimada, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 0011297-27.2014.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: SIDINEY FELIX DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: SILVANA FELIX DA SILVA SENA - RO4169
RÉU: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogados do(a) RÉU: UERLEI MAGALHAES DE MORAIS - RO3822, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318, ALEX CAVALCANTE DE SOUZA - RO1818
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7035489-94.2017.8.22.0001
Classe Cumprimento de SENTENÇA
Assunto Cartão de Crédito
EXEQUENTE: CARLOS AUGUSTO CUTRIM
ADVOGADO DO EXEQUENTE: URYELTON DE SOUSA FERREIRA OAB nº RO6492
EXECUTADO: BANCO ITAUCARD S.A.

ADVOGADO DO EXECUTADO: SERGIO CARDOSO GOMES FERREIRA JUNIOR OAB nº RO4407, JOSE ANTONIO FRANZZOLA JUNIOR OAB nº SP208109, ALINE ANHEZINI DE SOUZA OAB nº SP188322
Vistos,
Diante da manifestação das partes concordando com os cálculos apresentados pelo contador judicial ID. 26010564, fls. 80/81, nos termos do art. 924, II do CPC, JULGO EXTINTO este processo, movido por CARLOS AUGUSTO CUTRIM CONTRA BANCO ITAUCARD S.A. e, em consequência, ordeno o seu arquivamento.
Expeça-se alvará em favor do exequente no valor de R$ 3.408,05 (três mil, quatrocentos e oito reais e cinco centavos) e rendimentos, bem como expeça-se alvará em favor da parte executada no valor de R$ 737,77 (setecentos e trinta e sete reais e setenta e sete centavos) e rendimentos.
A concordância das partes acerca do cálculo apresentado pela contadoria, tem o condão de caracterizar a ausência de interesse recursal, portanto, entendo que em razão da preclusão lógica esta SENTENÇA transita em julgado nesta data.
Sem custas.
P. R. I.
Porto Velho, terça-feira, 30 de abril de 2019
Miria Nascimento De Souza
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7000108-88.2018.8.22.0001
Classe Monitória
Assunto Nota Promissória
AUTOR: JOAO FLORINDO VIEIRA
ADVOGADO DO AUTOR: NILTON MENEZES SOUZA CORTES OAB nº RO8172, MARCELO BOMFIM DE ALMEIDA OAB nº RO8169
RÉU: JOSE ROBERTO SANTOS DO NASCIMENTO
ADVOGADO DO RÉU:
Vistos,
Tendo em vista que a parte exequente, embora intimada pessoalmente para dar andamento neste feito, conforme intimação ID 25489711, sob pena de extinção do processo, deixou escoar o prazo legal sem qualquer manifestação.
Assim, nos termos do art. 485, IV, do CPC, JULGO EXTINTO, sem resolução do MÉRITO, este processo em que são partes JOAO FLORINDO VIEIRA em face de JOSE ROBERTO SANTOS DO NASCIMENTO, ambos qualificados nos autos e ordeno seu arquivamento.
Determino os levantamentos necessários.
Sem custas finais, conforme art. 8º, III da lei de custas n. 3.896/2016.
Com o trânsito em julgado, arquive-se.
P.R.I.
Porto Velho, terça-feira, 30 de abril de 2019
Miria Nascimento De Souza
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7003695-21.2018.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: GRAND FACTORING LTDA - EPP
Advogado do(a) EXEQUENTE: JEANNIE KARLEY OLIVEIRA CAVALCANTE MURICY - RO5926
EXECUTADO: TECVEL AUTO CENTRO, COMERCIO DE PECAS E MANUTENCAO DE VEICULOS LTDA - ME e outros
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora INTIMADA a se manifestar acerca da certidão do AR NEGATIVO NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 485, parágrafo 1º, do NCPC.
Em caso de solicitação de busca de endereços, bloqueios on line e assemelhados, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7046165-67.2018.8.22.0001
Classe Monitória
Assunto Duplicata
AUTOR: AGROPECUARIA PICA-PAU COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA
ADVOGADO DO AUTOR: ANTONIO JUAREZ BEZERRA MAIA OAB nº RO8309, CAREN RANILE MOURA DE SOUZA OAB nº RO7485, FRANK MENEZES DA SILVA OAB nº RO7240
RÉU: ELZA PACHECO DE AGUIAR
ADVOGADO DO RÉU:
SENTENÇA
Vistos.
Determinada a emenda à petição inicial (ID 25852106), a parte requerente, devidamente intimada, quedou-se inerte.
Isso posto, indefiro a petição inicial com fulcro no art. 321, parágrafo único, do CPC, em consequência, JULGO EXTINTO o processo, sem apreciação do MÉRITO, conforme dispõe o art. 485, I, do mesmo DISPOSITIVO legal.
Sem custas.
Com o trânsito em julgado, arquive-se.
P.R.I.
Porto Velho, terça-feira, 30 de abril de 2019
Miria Nascimento De Souza
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7033495-31.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: GABRIELE MOREIRA GASPAR
Advogado do(a) AUTOR: WALTER GUSTAVO DA SILVA LEMOS - RO655-A
RÉU: FACULDADE INTEGRADA DE GOIÁS - FIG e outros (2)
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora INTIMADA a se manifestar acerca da certidão do AR NEGATIVO NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS.
Em caso de solicitação de busca de endereços, bloqueios on line e assemelhados, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7014825-42.2017.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: UNIRON
Advogado do(a) EXEQUENTE: ALESSANDRA SOARES DA COSTA MELO - DF29047
EXECUTADO: LAURA GASPAR PIRES PIEDADE e outros

INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora INTIMADA a se manifestar acerca da certidão do AR NEGATIVO NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 485, parágrafo 1º, do NCPC.
Em caso de solicitação de busca de endereços, bloqueios on line e assemelhados, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7000759-86.2019.8.22.0001
Classe Procedimento Comum
Assunto Inadimplemento
AUTOR: C. S. COMERCIO DE COSMETICOS E PERFUMARIA LTDA
ADVOGADO DO AUTOR: REYNALDO DINIZ PEREIRA NETO OAB nº RO4180
RÉU: DANIEL ADELINO DE ARRUDA
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
Vistos.
1 - Realizada a consulta do endereço do requerido por meio do sistema informatizado INFOJUD, esta restou frutífera, espelho em anexo.
Indefiro a consulta ao sistema Siel visto que este Juízo não possui convênio com o mesmo.
2 - Intime-se o Requerente para recolher custas da diligência do Oficial de Justiça, salvo se beneficiário de gratuidade judicial, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de indeferimento da diligência e consequente arquivamento do feito.
3 - Com a juntada de custas, cumpram as demais determinações deste DESPACHO.
4 - DETERMINO que a CPE faça a designação de audiência de conciliação, em conformidade com a pauta da CEJUSC.
A ela deverão comparecer os advogados das partes, os quais, querendo, deverão convidá-las para se fazerem presentes.
5 - CITE-SE e INTIME-SE o réu para a audiência de conciliação, na forma do artigo 334 do Novo Código de Processo Civil. Bem como, para comparecer a audiência acima, acompanhada de advogado ou Defensor Público.
O prazo para oferecimento da contestação é de 15 (quinze) dias, a iniciar da data da audiência de tentativa de conciliação, caso frustrada, salvo hipóteses dos incisos II e III do art. 335 do CPC.
Na hipótese de desinteresse na realização de audiência de conciliação, deverá a parte requerida fazê-lo expressamente com antecedência mínima de 10 (dez) dias de sua realização, ocasião em que o prazo para defesa se iniciará do protocolo da petição.
Se a parte requerida não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344 do CPC).
6 - Intime-se a parte autora por meio de seu advogado (art. 334, 3º, do CPC).
Fica advertida a parte autora, desde já, a sua obrigatoriedade de recolher e comprovar nestes autos, no prazo de 5 (cinco) dias, improrrogável, o recolhimento do remanescente das custas iniciais, no equivalente a 1% do valor da causa, na hipótese de insucesso da conciliação, independentemente, portanto, de nova intimação, sob pena de extinção do processo.
7 - Advirto as partes, também, que na hipótese de não comparecimento injustificado a tal audiência de conciliação, que estarão sujeitas a uma multa equivalente a até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (CPC, art. 334, § 8º).
8 - Havendo Contestação, intime-se o Autor para apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias.
9 - Após, intimem-se as partes para dizer que provas pretendem produzir, justificando sua necessidade e conveniência, no prazo de 15 (quinze) dias.
Na hipótese das partes requererem julgamento antecipado da lide, ou não se manifestarem, retornem os autos conclusos para SENTENÇA.
10 - Havendo manifestação para produção de provas, retornem os autos conclusos para saneamento.
11 - Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte Autora ser instada a se manifestar em termos de prosseguimento do feito. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 485, §1º do NCPC.
12 - Caso o Autor requeira novas diligências, - e não sendo beneficiário da gratuidade judicial -, já deverá o fazer, com o devido recolhimento das custas.
13 - Tornem os autos conclusos, oportunamente.
Int.
VIAS DESTE DESPACHO SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO /CARTA PRECATÓRIA
NOME: RÉU: DANIEL ADELINO DE ARRUDA CPF nº 421.564.242-68
ENDEREÇO: Rua Uruguai, n. 5898, Aponiã - Porto Velho/RO. Fone: (69) 99202-7076 e 99260-4152
FINALIDADE: Citar a parte Requerida para comparecer à audiência de conciliação juntamente com seu advogado ou Defensor Público. Bem como, responder a ação no prazo de 15 dias a partir da audiência de conciliação, em caso de desinteresse na realização da mesma, deverá a parte requerida fazê-lo expressamente com antecedência mínima de 10 (dez) dias de sua realização, ocasião em que o prazo para defesa se iniciará do protocolo da petição.
ADVERTÊNCIAS: Se a parte requerida não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora.
As informações do processo poderão ser consultadas no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
Porto Velho - terça-feira, 30 de abril de 2019
Miria Nascimento De Souza
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 0002955-27.2014.8.22.0001
Classe Execução de Título Extrajudicial
Assunto Compromisso
EXEQUENTE: Einstein Instituição de ensino Ltda. EPP
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ANTONIO RICARDO CARNEIRO ANDRADE OAB nº RO6347, IGOR JUSTINIANO SARCO OAB nº RO7957, EDUARDO ABILIO KERBER DINIZ OAB nº RO4389
EXECUTADO: SIMONE GOMES RIOS
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Vistos,
Citada por edital (ID. 25165047 - fl. 194), não houve manifestação da parte executada, razão pela qual nos termos do artigo 257, IV, do CPC rementam-se os autos à Defensoria Pública para nomeação de Curador Especial - membro da Defensoria Pública.
Tornem-me os autos conclusos oportunamente.
Int.
Porto Velho, terça-feira, 30 de abril de 2019
Miria Nascimento De Souza
Juíza de Direito
Processo nº: 7059968-88.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Autor: AUTOR: SONIA SILVA RIBEIRO
Advogado: Advogados do(a) AUTOR: DAYNNE FRANCYELLE DE GODOI PEREIRA - GO30368, CRISTIANA FONSECA AFFONSO - RO5361
Réu: RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado:

Intimação
Fica a parte autora intimada para, no prazo de 15 dias, se manifestar acerca do Laudo Pericial de ID. 26722835.
Porto Velho/RO, Terça-feira, 30 de Abril de 2019
MARCOS ANTONIO NOBRE DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7004199-90.2019.8.22.0001
Classe: MONITÓRIA (40)
AUTOR: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
Advogado do(a) AUTOR: ALEXANDRE CAMARGO - RO704
RÉU: MARIA APARECIDA PEREIRA
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora INTIMADA a se manifestar acerca da certidão do AR NEGATIVO NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 485, parágrafo 1º, do NCPC.
Em caso de solicitação de busca de endereços, bloqueios on line e assemelhados, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 0023526-24.2011.8.22.0001
Classe Execução de Título Extrajudicial
Assunto Compromisso
EXEQUENTES: FRANSIMAR LUIZ DE SOUZA, ROSA MARIA TORQUATO DE SOUZA
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: IZIDORO CELSO NOBRE DA COSTA OAB nº RO3361, LUCIANE GIMAX HENRIQUE OAB nº RO5300, GISELE LOPES SA CANDIDO MARCULINO OAB nº RO5429, JOSE RAIMUNDO DE JESUS OAB nº RO3975
EXECUTADO: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
ADVOGADO DO EXECUTADO: FRANCISCO DE FREITAS NUNES OLIVEIRA OAB nº RO3913, GELCA MARIA DE OLIVEIRA PEREIRA OAB nº RO4786, BIANCA PAOLA CAMARGO DE OLIVEIRA OAB nº RO4020, EVERSON APARECIDO BARBOSA OAB nº RO2803, CLAYTON CONRAT KUSSLER OAB nº RO3861
Vistos,
Intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 dias, manifestar-se acerca da impugnação ID. 26758965.
Sustentando a executada inexistir saldo remanescente a ser pago, ao passo que o exequente afirma que o valor remanescente apresentado para pagamento está correto, determino a remessa dos autos à Contadoria Judicial para elaboração de cálculos, tornando assim possível vislumbrar quem está com a razão.
Tornem-me os autos conclusos oportunamente.
Int.
Porto Velho, terça-feira, 30 de abril de 2019
Miria Nascimento De Souza
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7013448-65.2019.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: JORGE FERNANDO DE OLIVEIRA FREITAS
Advogado do(a) EXEQUENTE: RAISSA JAMILE PRESTES LIMA - RO8879
EXECUTADO: RONDONIAGORA COMUNICACOES LTDA - ME
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora INTIMADA a se manifestar acerca da certidão do AR NEGATIVO NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 485, parágrafo 1º, do NCPC.
Em caso de solicitação de busca de endereços, bloqueios on line e assemelhados, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7065112-43.2016.8.22.0001
Classe Cumprimento de SENTENÇA
Assunto Despesas Condominiais, Direitos / Deveres do Condômino
EXEQUENTE: Condominio Brisas do madeira
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DANIEL CAMILO ARARIPE OAB nº RO2806
EXECUTADOS: ANDESSON DE MELO BRAGA, VANDERLICE SANTANA PONTES
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS:
Vistos, etc.
Homologo o acordo celebrado entre as partes ID. 26781271, para que produza seus jurídicos e legais efeitos e, em consequência, com fundamento no artigo 487, III, b) c/c art. 924, III, ambos do Código de Processo Civil/2015, JULGO EXTINTO o presente processo, e ordeno o seu arquivamento.
Sem custas.
P. R. I.
Porto Velho, terça-feira, 30 de abril de 2019
Miria Nascimento De Souza
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7004648-19.2017.8.22.0001
Classe Procedimento Comum
Assunto Perdas e Danos, Defeito, nulidade ou anulação
AUTORES: MONICA CRISTINA FERREIRA RUBI, TELMIRA MARIA MATOS FERREIRA
ADVOGADOS DOS AUTORES: IANA MICHELE BARRETO DE OLIVEIRA OAB nº RO7491, LUCIANA COSTA DAS CHAGAS OAB nº RO6205
RÉU: MARA JULIA FERREIRA RUBI BOTELHO
ADVOGADO DO RÉU: LESTER PONTES DE MENEZES JUNIOR OAB nº RO2657
SENTENÇA
Vistos,
Trata-se de ação anulatória de alteração de contrato social c/c danos morais e materiais em que Monica Cristina Ferreira Rubi e Telmira Maria Matos Ferreira demandam em face de Mara Julia Ferreira Rubi Botelho.
Realizada audiência de conciliação (ID 23109950), a autora Monica Cristina Ferreira Rubi requereu a desistência do feito o que foi aceito pela parte requerida e homologadoa sua desistência em ata.
Foi informado ainda o falecimento da segunda autora Telmira Maria Matos Ferreira e requerido prazo para juntada de certidão de óbito e habilitação dos sucessores da de cujus.
Decorridos seis meses após a audiência, verifico que nenhuma providência foi tomada, uma vez que não foi juntada certidão de óbito nos autos e nem houve habilitação dos herdeiros.
Inexiste habilitação dos herdeiros por meio do procedimento próprio previsto no Código de Processo Civil. Por outro lado, não é o caso de habilitação independentemente de SENTENÇA que deve ser promovida pelo cônjuge e herdeiros necessários (artigo 1060, I, do CPC).

A ausência de habilitação configura abandono da causa, nesse sentido o seguinte julgado:
"Ação de cobrança. Extinção do processo. Substituição processual. Habilitação. Configura abandono do processo, merecendo a extinção, a hipótese em que não é feita no prazo estipulado a substituição processual, por falecimento da parte-autora. (TJRO, 02614549820068220001, rel. Des. Sansão Saldanha, Rev. Des. Moreira Chagas, julg. 23/02/2010).
Diante do exposto, com lastro no art. 267, inciso III do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o presente feito, sem resolução do MÉRITO, em que Telmira Maria Matos Ferreira demanda contra Mara Julia Ferreira Rubi Botelho.
Sem custas ou honorários advocatícios.
Transitada esta em julgado, expeça-se o necessário e arquivem-se.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Porto Velho, terça-feira, 30 de abril de 2019
Miria Nascimento De Souza
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7025310-72.2015.8.22.0001
Classe Execução de Título Extrajudicial
Assunto Prestação de Serviços
EXEQUENTE: HOLANDA E CAVALCANTI LTDA - ME
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PATRICIA OLIVEIRA DE HOLANDA ROCHA OAB nº RO3582A
EXECUTADO: JOSE ANTONIO DA SILVA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Vistos,
Intime-se a parte credora para, no prazo de 15 dias, comprovar a publicação do edital conforme determinado na DECISÃO ID. 19893595.
Após, aguarde-se o decurso de prazo para manifestação da parte executada, e caso a parte devedora mantenha-se silente, nos termos do artigo 257, IV, do CPC rementam-se os autos à Defensoria Pública para nomeação de Curador Especial - membro da Defensoria Pública.
Tornem-me os autos conclusos oportunamente.
Int.
Porto Velho, terça-feira, 30 de abril de 2019
Miria Nascimento De Souza
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307, e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7009311-40.2019.8.22.0001
Classe: CÍVEL - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A
Advogado do(a) AUTOR: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA - SP115665
RÉU: JOSEANE SCHUMANN
INTIMAÇÃO
Para fins de atendimento ao pleito da parte AUTORA, fica esta intimada para que, no prazo de 05 dias, proceda ao prévio recolhimento das custas para cada requerido e para cada diligência pleiteada, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7046488-43.2016.8.22.0001
Classe Execução de Título Extrajudicial
Assunto Duplicata
EXEQUENTE: MARIANO DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RODRIGO MARCHETTO OAB nº RO4292, HELDER GUIMARAES MARIANO OAB nº MS18941, FERNANDO FREITAS FERNANDES OAB nº MS19171
EXECUTADO: TRES MARIAS TRANSPORTES LTDA.
ADVOGADO DO EXECUTADO: GEORGE UILIAN CARDOSO DE SOUZA OAB nº RO4491, MARCUS FILIPE ARAUJO BARBEDO OAB nº RO3141, ROBERTO PEREIRA SOUZA E SILVA OAB nº RO755
Vistos,
Indefiro o pedido de Id. 26496942, eis que o feito estava suspenso por mais de 180 (cento e oitenta) dias, tempo suficiente para a localização de bens em nome do devedor.
Assim, determino a suspensão da execução por 1 (um) ano, nos termos do art. 921, III, § 1º do CPC.
Ressalto que os autos poderão ser desarquivados para o prosseguimento da execução na hipótese de serem encontrados bens penhoráveis do executado, conforme art. 921, § 3º do CPC.
Decorrido o prazo de 1 (um) ano sem que seja localizado bens penhoráveis, o feito será remetido ao arquivo, independentemente de nova intimação, iniciando-se a contagem do prazo da prescrição intercorrente.
Int.
Porto Velho, terça-feira, 30 de abril de 2019
Miria Nascimento De Souza
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7017360-70.2019.8.22.0001
Classe Monitória
Assunto Juros de Mora - Legais / Contratuais
AUTOR: SOCIEDADE DE PESQUISA EDUCACAO E CULTURA, DR. APARICIO CARVALHO DE MORAES LTDA
ADVOGADO DO AUTOR: IZABEL CELINA PESSOA BEZERRA CARDOSO OAB nº RO796, CAMILA BEZERRA BATISTA OAB nº RO7212, RENATA ZONATTO LOPES OAB nº PR7767
RÉU: ROSILENE CASTRO BEZERRA DESPACHO
A lei possibilita o recolhimento de apenas 1% do valor no momento da distribuição da ação e o diferimento do 1% remanescente para após a audiência de conciliação, caso não reste frutífera.
Essa sistemática, contudo, aplica-se tão somente aos processos sob a égide do rito comum, vez que não há previsão de audiência obrigatória para os processos de execução de título extrajudicial ou procedimentos especiais.
Assim sendo, determino à parte autora que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial, acostando aos autos o comprovante de recolhimento das custas iniciais, uma vez que estas devem perfazer o quantum de 2% (dois por cento) incidentes sobre o valor da causa, devendo ser respeitado o valor mínimo previsto na Lei de Custas (art.12, §1º, Lei 3.896/2016), sob pena de extinção e arquivamento.
Decorrido in albis, o que deverá ser devidamente certificado, voltem os autos conclusos para SENTENÇA de extinção.
Comprovado o recolhimento, o cartório deverá cumprir os demais itens da presente DECISÃO.

Considerando que a parte requerente apresentou prova escrita sem eficácia de título executivo, com fundamento no art. 701, do NCPC, defiro a expedição do MANDADO MONITÓRIO para pagamento da quantia de R$ 11.908,64 (onze mil, novecentos e oito reais e sessenta e quatro centavos), referente ao valor principal R$ 11.341,56 (onze mil, trezentos e quarenta e um reais e cinquenta e seis centavos) somado aos honorários advocatícios em 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, podendo, em igual prazo opor, nos próprios autos, embargos à monitória (art. 702 CPC), sendo que, se estes não forem opostos, o MANDADO inicial ficará convertido em MANDADO de execução, atendendo ao rito processual previsto no art. 701, §2º do Código de Processo Civil.
Saliente-se ao(à) requerido (ré) que, em efetuando o pagamento no prazo estabelecido alhures, ficará isento das custas processuais. (art. 701, §1º do CPC).
Havendo embargos, intime-se o autor para responder a este no prazo de 15 (quinze) dias (art. 702, §5º do CPC).
Cumpridas as determinações acima, retorne os autos conclusos.
Restando infrutífera a tentativa de citação por carta pelos motivos: ausente, não procurado e endereço insuficiente, expeça-se MANDADO de citação.
Restando infrutífera a tentativa de citação por carta e/ou MANDADO, deverá a parte autora ser instada a se manifestar em termos de prosseguimento do feito.
Em caso de inércia do causídico da parte autora, intime-se o autor pessoalmente para, no prazo de 5 (cinco) dias, constituir novo advogado e dar andamento ao feito, sob pena de arquivamento e/ou extinção do processo conforme disposto no art. 485, III, §1º NCPC.
O prazo processual terá início com a publicação via Sistema/Portal, para a parte devidamente representada nos autos, ressalvadas as exceções legais.
VIAS DESTE DESPACHO SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO
NOME: ROSILENE CASTRO BEZERRA, inscrita no CPF sob o nº 221.105.002- 63
ENDEREÇO: Rua Banzo, nº 2155, Bairro Castanheira, CEP 76.811-204, Porto Velho - RO.
FINALIDADE: CITAR a parte requerida para que PAGUE a importância de R$ 11.908,64 (onze mil, novecentos e oito reais e sessenta e quatro centavos), no prazo de 15 (quinze) dias conforme art. 701 do NCPC, podendo oferecer embargos no mesmo prazo (art. 702 do NCPC).
ADVERTÊNCIAS: O prazo para apresentação de defesa ou cumprimento do MANDADO de pagamento, além do pagamento de honorários advocatícios é de quinze dias, contados da data da juntada do aviso de recebimento/MANDADO nos autos. Não sendo apresentado embargos à monitória, presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora.
As informações do processo poderão ser consultadas no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
Porto Velho, terça-feira, 30 de abril de 2019.
Miria Nascimento De Souza
Juíza de Direito
Processo nº: 7048668-61.2018.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Autor: EXEQUENTE: BRASIL DISTRIBUIDORA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA
Advogado: Advogados do(a) EXEQUENTE: DENIS AUGUSTO MONTEIRO LOPES - RO2433, DEVONILDO DE JESUS SANTANA - RO8197, MAIELE ROGO MASCARO - RO5122, MARIO LACERDA NETO - RO7448, NATIANE CARVALHO DE BONFIM - RO6933, SERGIO FERNANDO CESAR - RO7449
Réu: EXECUTADO: NATALINA S DE OLIVEIRA - ME
Advogado:
Intimação
Fica a parte autora/exequente intimada para no prazo de 05 (cinco) dias úteis, se manifestar acerca da Certidão do Oficial de Justiça de ID. 23983777, a qual informa que a parte executada fez uma proposta para quitação da dívida.
Porto Velho/RO, Terça-feira, 30 de Abril de 2019
MARCOS ANTONIO NOBRE DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7002394-39.2018.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: FRANCISCO BISPO DE OLIVEIRA
Advogados do(a) EXEQUENTE: EVERTHON BARBOSA PADILHA DE MELO - RO3531, CARLA FRANCIELEN DA COSTA - RO7745
EXECUTADO: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogado do(a) EXECUTADO: ERICA CRISTINA CLAUDINO - RO6207
INTIMAÇÃO
Fica a parte Exequente intimada, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7022415-07.2016.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: ASSOCIACAO DE CREDITO CIDADAO DE RONDONIA
Advogado do(a) EXEQUENTE: KARINA DA SILVA SANDRES - RO4594
EXECUTADO: ALINE SANTIAGO DE SOUSA e outros (2)
INTIMAÇÃO
Fica a parte Exequente intimada, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 0019966-69.2014.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: DOUGLAS THIAGO DUARTE DE VASCONCELOS
Advogados do(a) EXEQUENTE: KAMILA ARAUJO PRADO - RO7371, ALEXANDRE LEANDRO DA SILVA - RO4260
EXECUTADO: SEABRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e outros
Advogados do(a) EXECUTADO: ROBERTO JARBAS MOURA DE SOUZA - RO1246, MANUELA GSELLMANN DA COSTA - RO3511, LEONARDO BRAZ DE CARVALHO - MG76653, HUMBERTO ROSSETTI PORTELA - MG91263

Advogados do(a) EXECUTADO: ROBERTO JARBAS MOURA DE SOUZA - RO1246, MANUELA GSELLMANN DA COSTA - RO3511, HUMBERTO ROSSETTI PORTELA - MG91263, LEONARDO BRAZ DE CARVALHO - MG76653
INTIMAÇÃO
Fica a parte Exequente intimada, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7009376-40.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: JOSE ROBERTO DE SOUZA
Advogado do(a) AUTOR: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA - RO1073
RÉU: BANCO BRADESCO S.A.
Advogado do(a) RÉU: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - RO4875
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso 7017373-69.2019.8.22.0001
Classe Procedimento Comum
Assunto Cartão de Crédito, Cartão de Crédito
AUTOR: BANCO BRADESCO CARTOES S.A.
ADVOGADO DO AUTOR: WANDERLEY ROMANO DONADEL OAB nº GO18703
RÉU: FRANCISCO RIBEIRO MACIEL
Vistos,
1 - Compulsando os autos verifico que não há recolhimento das custas.
Ademais a lei possibilita o recolhimento de apenas 1% do valor no momento da distribuição da ação e o diferimento do 1% remanescente para após a audiência de conciliação, caso não reste frutífera. Essa sistemática se aplica aos processos sob a égide do rito comum, vez que há previsão de audiência de conciliação.
Assim sendo, determino à parte autora que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial, acostando aos autos o comprovante de recolhimento das custas iniciais, uma vez que estas devem perfazer o quantum de 1% (um por cento) incidentes sobre o valor da causa, devendo ser respeitado o valor mínimo previsto na Lei de Custas (art.12, §1º, Lei 3.896/2016), sob pena de extinção e arquivamento.
2 - Se, não houver manifestação da parte autora, voltem os autos conclusos.
3 - Com a juntada do comprovante de recolhimento das custas, deverá o cartório proceder a citação do Requerido e intimação das partes, nos demais termos do DESPACHO que seguem abaixo:
4 - Determino que a CPE faça a designação de audiência de conciliação, em conformidade com a pauta da CEJUSC.
A ela deverão comparecer os advogados das partes, os quais, querendo, deverão convidá-las para se fazerem presentes.
5 - Cite-se e Intime-se o réu para a audiência de conciliação, na forma do artigo 334 do Novo Código de Processo Civil, acompanhada de advogado ou Defensor Público.
O prazo para oferecimento da contestação é de 15 (quinze) dias, a iniciar da data da audiência de tentativa de conciliação, caso frustrada, salvo hipóteses dos incisos II e III do art. 335 do CPC.
Na hipótese de desinteresse na realização de audiência de conciliação, deverá a parte requerida fazê-lo expressamente com antecedência mínima de 10 (dez) dias de sua realização, ocasião em que o prazo para defesa se iniciará do protocolo da petição.
Se a parte requerida não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344 do CPC).
6 - Intime-se a parte autora por meio de seu advogado (art. 334, 3º, do CPC).
Fica advertida a parte autora, desde já, a sua obrigatoriedade de recolher e comprovar nestes autos, no prazo de 5 (cinco) dias, improrrogável, o recolhimento do remanescente das custas iniciais, no equivalente a 1% do valor da causa, na hipótese de insucesso da conciliação, independentemente, portanto, de nova intimação, sob pena de extinção do processo.
7 - Advirto às partes, também, que na hipótese de não comparecimento injustificado a tal audiência de conciliação, que estarão sujeitas a uma multa equivalente a até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (CPC, art. 334, § 8º).
8 - Havendo Contestação, intime-se o autor para apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias.
9 - Após, intimem-se as partes para dizer que provas pretendem produzir, justificando sua necessidade e conveniência, no prazo de 15 (quinze) dias.
Na hipótese das partes requererem julgamento antecipado da lide, ou não se manifestarem, retornem os autos conclusos para SENTENÇA.
10 - Havendo manifestação para produção de provas, intimem-se as partes para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem os pontos controvertidos.
11 - Restando infrutífera a tentativa de citação por carta pelos motivos: ausente, não procurado e endereço insuficiente, expeça-se MANDADO de citação.
12 - Restando infrutífera a tentativa de citação por carta e/ou MANDADO, deverá a parte autora ser instada a se manifestar em termos de prosseguimento do feito.
13 - Em caso de inércia do causídico da parte autora, intime-se o autor pessoalmente para, no prazo de 5 (cinco) dias, constituir novo advogado e dar andamento ao feito, sob pena de arquivamento e/ou extinção do processo conforme disposto no art. 485, III, §1º NCPC.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, retornem os autos conclusos para saneamento.
Int.
VIAS DESTE DESPACHO SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO
NOME: FRANCISCO RIBEIRO MACIEL, inscrito no CPF sob o nº 285.252.139-34
ENDEREÇO: Rua Galiléia, n. 680, CEP: 76.808-646, Porto Velho - RO.
FINALIDADE: Citar a parte requerida para comparecer à audiência de conciliação juntamente com seu advogado ou Defensor Público. Bem como, responder a ação no prazo de 15 dias a partir da audiência de conciliação, em caso de desinteresse na realização da mesma, deverá a parte requerida fazê-lo expressamente com antecedência mínima de 10 (dez) dias de sua realização, ocasião em que o prazo para defesa se iniciará do protocolo da petição.

ADVERTÊNCIAS: Se a parte requerida não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora.
As informações do processo poderão ser consultadas no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
Porto Velho, 30 de abril de 2019
Miria Nascimento De Souza
Juiz(a) de Direito
Processo nº: 7005352-61.2019.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Autor: EXEQUENTE: COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS INTEGRANTES DAS CARREIRAS JURIDICAS E DOS SERVENTUARIOS DE ORGAOS DA JUSTICA E AFINS, RONDONIA - CREDJURD
Advogado: Advogado do(a) EXEQUENTE: ROBERTO JARBAS MOURA DE SOUZA - RO1246
Réu: EXECUTADO: SANDRA DE FATIMA VIRGINIO DA SILVA
Advogado:
Intimação
Fica a parte autora/exequente intimada para manifestar em termos de prosseguimento no prazo de 05 (cinco) dias úteis. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 485, parágrafo 1º, do NCPC.
Porto Velho/RO, Terça-feira, 30 de Abril de 2019
MARCOS ANTONIO NOBRE DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7017156-26.2019.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: WESLEY PRESTES PINTO
Advogados do(a) AUTOR: DALMAN CANDIDO PEREIRA - RO7121, GIAN DOUGLAS VIANA DE SOUZA - RO5939
RÉU: MULTIMARCAS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 4ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA - CEJUSC/CÍVEL Data: 09/07/2019 Hora: 11:00
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 30 de abril de 2019.
JOAO AFRO MARIANO VIEIRA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7017636-04.2019.8.22.0001
Classe Busca e Apreensão
Assunto Alienação Fiduciária
REQUERENTE: BANCO ITAUCARD S.A.
ADVOGADO DO REQUERENTE: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES OAB nº AC4778
REQUERIDO: ANTONIO GEORDES DE ARAUJO MOURA
Vistos,
1 - Compulsando os autos, verifico que não há recolhimento das custas.
Assim sendo, determino à parte autora que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial, acostando aos autos o comprovante de recolhimento das custas iniciais, uma vez que estas devem perfazer o quantum de 2% (dois por cento) incidentes sobre o valor da causa, devendo ser respeitado o valor mínimo previsto na Lei de Custas (art.12, §1º, Lei 3.896/2016), sob pena de extinção e arquivamento.
2 - Se, não houver manifestação da parte autora, voltem os autos conclusos.
3 - Com a juntada do comprovante de recolhimento das custas, deverá o cartório cumprir os demais termos do DESPACHO que seguem abaixo:
4 - Diante da argumentação apresentada pelo autor e a documentação colacionada, vislumbro os requisitos legais previstos no art. 3º do Dec. lei 911/69. Assim, determino liminarmente a busca, apreensão e vistoria do veículo objeto do contrato firmado entre as partes, depositando-se o bem em mãos do representante legal do autor, com a ressalva de que o veículo não deverá ser retirado da Comarca até a consolidação da posse.
5 - Determino também a citação da requerida para, em 05 (cinco) dias, comprovar o pagamento integral da dívida pendente, sob pena de consolidar-se a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do Credor Fiduciário (§ § 1º e 2º, art. 3º, do Decreto-Lei 911/69 com a redação dada pelo art. 56 da Lei 10.931/04).
6 - Comprovado o pagamento, o requerente deverá restituir o veículo ao requerido, comprovando nos autos.
No prazo de 15 (quinze) dias a contar da citação o devedor fiduciante poderá apresentar contestação.
7 - Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora, no prazo de 10 (dez) dias, indicar novo endereço para que a relação jurídico-processual seja estabelecida (art. 240, § 2º, NCPC), sob pena de extinção e arquivamento do feito por ausência de pressuposto processual de existência.
8 - Em caso de inércia do causídico da parte autora/exequente, intime-se, o autor/exequente pessoalmente, para, no mesmo prazo acima indicado, constituir novo advogado e dar andamento ao feito, sob pena de arquivamento e/ou extinção do processo conforme disposto no conforme art. 485, III, §1º NCPC.
Defiro os benefícios contidos no § 2º do art. 212, do Novo Código de Processo Civil.
Intime-se.
Porto Velho terça-feira, 30 de abril de 2019
Juliana Paula Silva da Costa Brandão
VIAS DESTA DECISÃO SERVIRÃO COMO MANDADO
NOME: ANTONIO GEORDES ARAUJO MOURA, inscrito(a) no CNPJ/CPF sob nº 014.295.33269
ENDEREÇO: Rua CEDRO BRANCO, n. 07841, Bairro NACIONAL, CEP: 76.802-142, PORTO VELHO-RO.
FINALIDADE: Proceda o Senhor Oficial de Justiça a BUSCA E APREENSÃO E VISTORIA do veículo a saber: Marca/Modelo: FIAT/PALIO (FL)FIRE ECO(C, Fab/Mod: 2010/2010, Cor: CINZA, Chassi: 9BD17164LA5617291, Placa: NCH8462, Renavan: 202767671, que se encontra em poder e guarda da parte requerida, passando-o ao representante legal do autor. Ato contínuo, CITE-SE a parte requerida, oportunizando que pague a dívida pendente ou conteste a ação, no prazo legal.
OBSERVAÇÃO: Informar a apreensão do bem a advogada Cristiane Belinati Garcia Lopes OAB/RO 4778, com endereço Rua João Paulino Vieira filho 625, 12º andar – Sala 1201 Bairro: Zona 07 CEP: 87020025 Maringá/PR e endereço eletrônico: intimacoes@bellinatiperez.com.br.
Advertência: Caso a parte requerida queira impedir a consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem pelo Credor Fiduciário, deverá comprovar o pagamento integral da dívida pendente, no prazo de 05 (cinco) dias, da data de cumprimento da liminar. O prazo para contestar será de 15 (quinze) dias, contado da juntada do MANDADO nos autos do processo. Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como sendo verdadeiro os fatos articulados pela parte autora.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7002338-69.2019.8.22.0001
Classe: REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE (1707)
REQUERENTE: OSMAR FERNANDES MORAIS
Advogado do(a) REQUERENTE: ODUVALDO GOMES CORDEIRO - RO6462
REQUERIDO: M. INDUSTRIA DE AGUA MINERAL E REFRIGERANTES LTDA - EPP e outros (3)
Advogado do(a) REQUERIDO: AUGUSTO DE ALMEIDA MAIA - RO7390
Advogado do(a) REQUERIDO: AUGUSTO DE ALMEIDA MAIA - RO7390
Advogado do(a) REQUERIDO: AUGUSTO DE ALMEIDA MAIA - RO7390
Advogado do(a) REQUERIDO: AUGUSTO DE ALMEIDA MAIA - RO7390
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.
Processo nº: 7006141-60.2019.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)
Autor: AUTOR: RONILSON MEMORIA DA SILVA
Advogado: Advogados do(a) AUTOR: MICHELLE CORREIA DA SILVA - RO9333, JHONATAN KLACZIK - RO9338
Réu: RÉU: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado: Advogado do(a) RÉU: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - RO5369
Intimação
Fica a parte Requerida intimada para, no prazo de 05 dias, comprovar nos autos o depósito dos honorários do perito.
Porto Velho/RO, Quinta-feira, 02 de Maio de 2019
MARCOS ANTONIO NOBRE DA SILVA
Processo nº: 7005336-10.2019.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Autor: AUTOR: ROSANA PINHEIRO
Advogado: Advogados do(a) AUTOR: BRUNA DUARTE FEITOSA DOS SANTOS BARROS - RO6156, EZIO PIRES DOS SANTOS - RO5870
Réu: RÉU: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado: Advogado do(a) RÉU: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - RO5369
Intimação
Fica a parte Requerida intimada para, no prazo de 05 dias, comprovar nos autos o depósito dos honorários do perito.
Porto Velho/RO, Quinta-feira, 02 de Maio de 2019
MARCOS ANTONIO NOBRE DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7027115-26.2016.8.22.0001
Classe Execução de Título Extrajudicial
Assunto Cheque
EXEQUENTE: DIMAS QUEIROZ DE OLIVEIRA JUNIOR
ADVOGADO DO EXEQUENTE: TELSON MONTEIRO DE SOUZA OAB nº RO1051
EXECUTADO: RENATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME
ADVOGADO DO EXECUTADO: JULIANA GONCALVES DAS NEVES OAB nº RO5953
Vistos,
Trata-se de feito em fase de cumprimento de SENTENÇA, em razão do descumprimento do acordo homologado ID. 20605623.
Assim, intime-se a parte executada na pessoa do advogado habilitado nos autos para que, no prazo de quinze dias, pague o débito espontaneamente, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 523, § 1º, do CPC (10%), e fixação de honorários na fase de cumprimento do julgado (10%). Transcorrido tal prazo de quinze dias, sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação (CPC, art. 525).
Altere-se a classe processual.
Int.
Porto Velho, quinta-feira, 2 de maio de 2019
Juliana Paula Silva da Costa Brandão
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7033298-76.2017.8.22.0001
Classe Execução de Título Extrajudicial
Assunto Imissão na Posse
EXEQUENTES: JOSE CARLOS ALVES GOVEIA, LUCIA PRESTES PANTOJA
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: FABIO HENRIQUE DOS SANTOS LEAO OAB nº RO4402
EXECUTADO: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
ADVOGADO DO EXECUTADO: CLAYTON CONRAT KUSSLER OAB nº RO3861
Vistos,
Intimem-se as partes exequentes para, no prazo de 15 (quinze) dias, dar prosseguimento no feito e requerer o que entender de direito, sob pena de suspensão da execução por 1 (um) ano, nos termos do art. 921, III, § 1º do CPC.
Tornem-me os autos conclusos, oportunamente.
Int.
Porto Velho, quinta-feira, 2 de maio de 2019
Juliana Paula Silva da Costa Brandão
Juíza de Direito
Processo nº: 7034315-16.2018.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Autor: EXEQUENTE: VICTOR JARA SOUZA CALASANS
Advogado: Advogados do(a) EXEQUENTE: FELIPE GOES GOMES DE AGUIAR - RO4494, MARCIA YUMI MITSUTAKE - RO7835, TERESA CRISTINA ARANHA DE BRITO - RO5798
Réu: EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado:
Intimação
Fica a parte autora/exequente intimada para, no prazo de 05 dias, juntar nos autos procuração com poderes pra receber e dar quitação para posterior expedição do alvará judicial determinado em SENTENÇA.
Porto Velho/RO, Quinta-feira, 02 de Maio de 2019
MARCOS ANTONIO NOBRE DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7025902-48.2017.8.22.0001
Classe Execução de Título Extrajudicial
Assunto Cédula de Crédito Bancário
EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ACACIO FERNANDES ROBOREDO OAB nº DF89774
EXECUTADOS: JOSE FAID RIBEIRO DE FARIAS, CONSTRUTORA ARAGUAIA LTDA - ME
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS:
Vistos,
Defiro o pedido da parte exequente ID. 26491824 e determino a expedição de ofício para os cartórios de Registro Civil da Comarca de Porto Velho, para que informem acerca da eventual existência de certidão de óbito em nome do executado JOSÉ FAID RIBEIRO DE FARIAS.
Com a juntada das respostas, intime-se a parte credora para, no prazo de 15 (quinze) dias dar prosseguimento no feito e requerer o que entender de direito.
Decorrido o prazo, em caso de inércia, determino a suspensão da execução por 1 (um) ano, nos termos do art. 921, III, § 1º do CPC.
Ressalto que os autos poderão ser desarquivados para o prosseguimento da execução na hipótese de serem encontrados bens penhoráveis do executado, conforme art. 921, § 3º do CPC.
Decorrido o prazo de 1 (um) ano sem que seja localizado bens penhoráveis, o feito será remetido ao arquivo, independentemente de nova intimação, iniciando-se a contagem do prazo da prescrição intercorrente.
Int.
Porto Velho, quinta-feira, 2 de maio de 2019
Juliana Paula Silva da Costa Brandão
Juíza de Direito
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO
Nome: CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE NOTAS E DE REGISTRO CIVIL E NOTAS DA COMARCA DE PORTO VELHO - RO.
Endereço: Av. Carlos Gomes, 900 - Caiari, Porto Velho - RO, 76801-150.
Nome: CARTÓRIO CARVAJAL - 2º OFÍCIO DE NOTAS E DE REGISTRO CIVIL E NOTAS DA COMARCA DE PORTO VELHO - RO.
Endereço: R. Dom Pedro II, 637 - Caiari, Porto Velho - RO, 76801-151.
Nome: CARTÓRIO GENTIL - 3º OFÍCIO DE NOTAS E DE REGISTRO CIVIL E NOTAS DA COMARCA DE PORTO VELHO - RO.
Endereço: Av. Carlos Gomes, 2827 - São Cristóvão, Porto Velho - RO, 78901-200.
Nome: CARTÓRIO DO 4º OFÍCIO DE NOTAS E DE REGISTRO CIVIL DA COMARCA DE PORTO VELHO - RO.
Endereço: R. Dom Pedro II, 1039 - Centro, Porto Velho - RO, 76801-117.
Nome: CARTÓRIO DO 5º OFÍCIO DE NOTAS E DE REGISTRO CIVIL DA COMARCA DE PORTO VELHO - RO.
Endereço: Av. Sete de Setembro, 2347 - Nossa Sra. das Graças, Porto Velho - RO, 76804-141.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7043174-89.2016.8.22.0001
Classe Execução de Título Extrajudicial
Assunto Espécies de Contratos
EXEQUENTE: ASSOCIACAO DE CREDITO CIDADAO DE RONDONIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: KARINA DA SILVA SANDRES OAB nº RO4594
EXECUTADOS: FERNANDO MARQUES DOS SANTOS, LEANDRO ALVES DA SILVA JESUS
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS:
Vistos,
Defiro o pedido da parte exequente e determino a expedição de ofício ao empregador da parte devedora (IRMÃOS GONÇALVES COMÉRCIO E INDUSTRIA LTDA –, inscrito do CNPJ n. 04.082.624/0001-56), a fim de esclarecer que o total do débito perfaz a quantia de R$3.314,40 (três mil trezentos e quatorze reais e quarenta centavos), e não quantia apontada na petição ID. 25380520 (R$ 2.755,57), bem como determinar que as quantias descontadas deverão ser depositadas em conta judicial, com comprovação nestes autos mês a mês.
Expeça-se alvará em favor da parte credora para levantamento do valor depositado ID. 25380520 e seus rendimentos.
Tornem-me os autos conclusos, oportunamente.
Intimem-se os executados.
Porto Velho, quinta-feira, 2 de maio de 2019
Juliana Paula Silva da Costa Brandão
Juíza de Direito
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO
Empregador: SUPERMERCADO IRMÃO GONÇALVES.
Endereço: Avenida Governador Jorge Teixeira 2408 Porto Velho, RO 76803-877.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7006111-25.2019.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: KEKY ROSBERG MOURA DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: RAPHAEL TAVARES COUTINHO - RO9566
RÉU: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado do(a) RÉU: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - RO5369
PERITO: VITOR HUGO FINI JUNIOR
ADVOGADA DO PERITO: FERNANDA DE OLIVEIRA SOUZA, OAB/RO 8.533
INTIMAÇÃO
Fica o Perito intimado, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora. A advogada do perito pode efetuar o levantamento do alvará mediante a apresentação junto a Caixa Econômica da procuração juntada nos autos.
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7050333-15.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ADAO GERALDO BATISTA
Advogado do(a) AUTOR: JOAO CARLOS GOMES DA SILVA - RO7588

RÉU: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogados do(a) RÉU: JOSE HENRIQUE BARROSO SERPA - RO9117, PAULO BARROSO SERPA - RO4923, IRAN DA PAIXAO TAVARES JUNIOR - RO5087
PERITO: HEMANOEL FERNANDO DOS ANJOS FERRO
ADVOGADA DO PERITO: FERNANDA DE OLIVEIRA SOUZA, OAB/RO 8.533
INTIMAÇÃO
Fica o perito, por seu patrono, intimado para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora, a advogada do perito pode efetuar o levantamento do alvará na Caixa Econômica mediante a apresentação da procuração juntada nos autos
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7046273-96.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: JEANNY GASTAO DE CARVALHO
Advogado do(a) AUTOR: LUAN ICAOM DE ALMEIDA AMARAL - RO7651
RÉU: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado do(a) RÉU: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - RO5369
PERITO: HEMANOEL FERNANDO DOS ANJOS FERRO
ADVOGADO DO PERITO: FERNANDA DE OLIVEIRA SANTOS, OAB/RO 8.533
INTIMAÇÃO
Fica o Perito intimado, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora. Advogada do perito pode efetuar o levantamento do alvará mediante a apresentação junto a Caixa Econômica da procuração juntada nestes autos.
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7047541-59.2016.8.22.0001
Classe Procedimento Comum
Assunto Indenização por Dano Moral, Dano Ambiental, Indenização por Dano Material
AUTORES: MARIA GENEVA ALVES DO BOMFIM TRINDADE, MARIA FARIAS GOMES, ANA CLEIDE COSTA DOS SANTOS, IRENE RIBEIRO SILVA, MARIA APARECIDA DO NASCIMENTO OLIVEIRA
ADVOGADOS DOS AUTORES: JEANNE LEITE OLIVEIRA OAB nº RO1068, ANTONIO DE CASTRO ALVES JUNIOR OAB nº RO2811
RÉU: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
ADVOGADO DO RÉU: CLAYTON CONRAT KUSSLER OAB nº RO3861
SENTENÇA
Vistos, etc.

I – RELATÓRIO
PETIÇÃO INICIAL (ID.6023379): MARIA FARIAS GOMES, ANA CLEIDE COSTA DOS SANTOS, MARIA GENEVA ALVES DO BONFIM, MARIA APARECIDA DO NASCIMENTO OLIVEIRA E IRENE RIBEIRO SILVA AMORIM ajuizaram AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL, PERDAS E DANOS MATERIAIS E MORAIS COM PEDIDO LIMINAR em face de SANTO ANTÔNIO ENERGIA S/A, todos qualificados nos autos, alegando, em síntese, serem comerciantes e desempenhavam suas atividades no Shopping Popular, no município de Porto Velho/RO, especificamente área jusante da barragem da UHE Santo Antônio, local que teria sido atingido pela atividade da empresa requerida.
Narram, que "encontram-se em situação de abandono e desespero, visto que a requerida, responsável pelos danos de toda ordem que sofreram e sofrem, não lhes prestou nenhum auxílio após a inundação/2014, estando os mesmos vivendo como fugitivos dos fiscais da prefeitura, expulsos de todo local onde tentam desempenhar o exercício de seu comércio, estão em situação de miséria".
Aduzem que no ano de 2014, o Rio Madeira, teve o nível de suas águas à jusante da barragem da UHE Santo Antônio tragicamente elevado, em virtude do represamento promovido pela empresa requerida, o que teria sido agravado pelo assoreamento, decorrente da grande quantidade de sedimentos lançados no rio.
Asseveram que devido à vazão de águas acima do limite suportado pela calha do rio houve a descarga de enorme volume de sedimentos acumulados, ocasionando a inundação com grande quantidade de barro, que destruiu tudo o que possuíam nos seus estabelecimentos comerciais.
Relatam amargarem de forma cruel e dolorosa e perda irreparável "por conta da destruição de seus BOXES de venda de produtos, os Requerentes foram impedidos de continuar mantendo seu negócio, enquanto perdura a impropriedade de utilização do local de comércio [...]", atingindo a dignidade humana, moral, imagem e intimidade.
Requerem a procedência dos pedidos iniciais para que a requerida seja, em sede de medida liminar, compelida a proceder a realocação dos autores da localidade impactada para um local seguro, além de fornecer auxílio mensal no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) a cada requerente até a data da prolação da SENTENÇA de MÉRITO; indenização pelos danos causados e lucro cessantes a ser apurada por perícia; pagamento de indenização por danos morais, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) por box impactado, além de condenação nas verbas de sucumbência.
Apresentaram documentos. Pugnaram pela gratuidade da justiça.
DESPACHO INICIAL: (Id n. 61199165) indeferido o pedido liminar e designou-se audiência de conciliação com a determinação de citação da requerida e concessão da gratuidade da justiça.
CONCILIAÇÃO PREJUDICADA (id. 6751896).
CONTESTAÇÃO (Id n. 7052209), alegando, em preliminar: a) falta do interesse agir; b) litisconsórcio passivo necessário com a União; c) ilegitimidade ativa e passiva; d) denunciação da lide em face do município de Porto Velho.
No MÉRITO alegou a impossibilidade jurídica do pedido ao argumento de que o local de moradia dos requerentes seria de domínio da União e, portanto, não seriam passíveis de indenização ou usucapião.
Sustentou, ainda, que os fenômenos como enchentes e "terras caídas" já assolavam a cidade de Porto Velho e comunidade do Baixo Madeira mesmo antes do início das atividades da Usina de Santo Antônio.
Comparou os fatos narrados na inicial a evento ocorrido há mais de 3 (três) décadas e ressaltou que apesar de os moradores da área atribuírem os fatos à usina, o CPRM já teria esclarecido que se trata de fenômeno natural.
Apresentou laudos produzidos pelos experts José Eduardo Guidi (autos n. 0024348 76.2012.8.22.0001, 7ª Vara Cível); Marconi Rocha Bezerra (autos n. 003220-06.2013.4.01.4100 – 5ª Vara

Federal de Porto Velho) e Antônio Monteiro de Lima (processo 0011896-97.2013.8.22.0001 – 2ª Vara Cível de Porto Velho), que apontaria a inexistência de nexo de causalidade entre as atividades das usinas e os danos narrados pelos requerentes.
Destacou recentes decisões pela improcedência de pedidos similares aos dos autores, junto aos Juízos da 2ª e 5ª Varas Cíveis de Porto Velho/RO.
Requereu a produção de prova emprestada relativa a depoimentos testemunhais prestados por profissionais do SIPAM e do CPRM junto ao Juízo da 7ª Vara Cível (autos n. 0011892-60.2013.8.22.0001), além do depoimento de seus assistentes técnicos, do perito Luiz Guilherme Lima Ferraz junto ao Juízo da 8ª Vara Cível (autos n. 0016449-90.2013.8.22.0001) e juntada de laudos periciais produzidos em feitos de natureza análoga.
Requereu a extinção da demanda diante da assunção da responsabilidade de reparação de danos decorrentes da cheia história do Rio Madeira, pelo poder público. Apresentou diversos laudos periciais que comprovariam a inexistência de nexo de causalidade entre as atividades da requerida e os fatos narrados na inicial.
Destacou o informe técnico n. 023/2014 do Censipam e apresentou laudos de contraprova pericial.
Arguiu, ainda, a inexistência de comprovação do nexo de causalidade entre o dano e suas atividades.
Por fim, alegou não estarem configurados os danos material e moral.
Requereu o acolhimento das preliminares com extinção do feito sem a resolução de MÉRITO e, alternativamente, a improcedência dos pedidos iniciais.
Contestação acompanhada de documentos de representação, atos constitutivos, vídeos e laudos periciais produzidos em feitos semelhantes.
Intimados os autores a apresentarem réplica (id 7071751), deixaram transcorrer in albis o prazo, sem manifestação (certidão de id 10384774).
DESPACHO (Id. 13781113) determinando a especificação de provas. Manifestação da requerida (Id. 14513152) e dos requerentes (Id. 14822319).
DECISÃO INTERLOCUTÓRIA (id 25248776) enfrentamento das preliminares, com nomeação de perito e designação de data para ouvida de testemunhas.
Vieram os autos conclusos.
É a síntese do necessário.
II – FUNDAMENTAÇÃO
II.1 Do Julgamento Antecipado do MÉRITO
Considerando que em processos similares a este esta Magistrada já proferiu SENTENÇA de forma antecipada; considerando, ainda, a atual fase dos presentes autos, a vasta quantidade de provas emprestadas juntado pelas partes e o tempo de tramitação nesta Vara (desde o ano de 2016), entendo que há elementos suficientes para o julgado do MÉRITO e passo a proferir a seguinte SENTENÇA de forma fundamentada.
In casu, atenta ao bojo dos autos, vislumbro que nele há elementos de provas suficientemente inequívocos a ensejar convencimento do juízo, mormente a possibilitar o seu julgamento antecipado. Por consequência, dispensável qualquer dilação processual.
Conquanto este Juízo tenha determinado a realização de prova pericial (id 25248776), tenho que os diversos documentos apresentados por ambas as partes, resultantes de perícias realizadas em casos de mesma natureza, e os depoimentos prestados por profissionais do SIPAM e do CPRM, também em demandas de mesma natureza, dispensam a realização de nova perícia.
Impende ressaltar também que, ainda que realizada prova pericial, as conclusões deste Juízo acerca da demanda não estariam adstritas ao laudo pericial, tendo em vista que as provas devem ser apreciadas independentemente de quem as houver promovido e as razões para acolhimento ou desacolhimento das conclusões do expert, apontadas em sede de SENTENÇA (art. 479 c/c art. 371, ambos no CPC).
Portanto, tratando-se de prova onerosa para ambas as partes e demorada para a demanda e considerando, ainda, que os documentos que a instruem são capazes de proporcionar a este Juízo CONCLUSÃO acerca dos pedidos iniciais, torno sem efeito a DECISÃO que determinou a produção de prova pericial.
Aliás, sobre tal entendimento, vejamos a jurisprudência:
"Presentes nos autos elementos documentais suficientes à elucidação da matéria de fato efetivamente controvertida, nada importa que o juiz tenha previamente consultado as partes sobre a produção de mais provas, e alguma delas a tenha requerido. A opção pela antecipação ou não do julgamento pertence exclusivamente ao Juiz, que pode saber, e só ele pode, da suficiência ou insuficiência dos dados disponíveis para o seu convencimento. [...]" (RJTJRGS, 133/355)
Do corpo deste último aresto trago ainda à colação a seguinte passagem:
"[...] O Juiz, e somente ele, como destinatário da prova que é, detém, com exclusividade, o poder de optar pela antecipação do julgamento ou pela remessa do processo à dilação probatória. Seu é o convencimento a ser formado, e seu, portanto, há de ser também o juízo quanto à suficiência ou não dos elementos já coligidos para a consolidação desse convencimento. Por outras palavras, não é às partes que cabe aquilatar do cabimento ou descabimento da aplicação do art. 330 do CPC, mas o Juiz. A prova em audiência faz-se ou deixa-se de fazer não porque as partes desejam ou prefiram esta ou aquela alternativa, mas porque o Juiz ainda precisa ou não precisa mais esclarecer-se quanto à matéria de fato. [...]".
II.2 – MÉRITO
a) Da Responsabilidade Objetiva da requerida
Inicialmente cumpre ressaltar que a função de concessionária de serviço e uso do bem público para exploração e geração de energia elétrica no Rio Madeira impõe à requerida o regime da responsabilidade objetiva, de modo que deva ser responsabilizada por eventuais danos causados tanto ao poder concedente quanto aos usuários e terceiros, nos termos do art. 37, § 6º c/c art. 25, lei 8.987/95.
À tal premissa soma-se o fato de que a reparação civil ora pleiteada decorre de dano ambiental, o que implica, conforme jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, a aplicação da Teoria do Risco Integral. Isto é: a aferição da responsabilidade independe da existência de culpa, de modo que aquele que cria o risco deve reparar os danos advindos de seu empreendimento, bastando a prova da ação ou omissão, dano e nexo de causalidade, o que torna incabível a invocação das excludentes de responsabilidade civil para afastar a obrigação de indenizar. Veja-se:
RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO AMBIENTAL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. DANOS DECORRENTES DO ROMPIMENTO DE BARRAGEM. ACIDENTE AMBIENTAL OCORRIDO, EM JANEIRO DE 2007, NOS MUNICÍPIOS DE MIRAÍ E MURIAÉ, ESTADO DE MINAS GERAIS. TEORIA DO RISCO INTEGRAL. NEXO DE CAUSALIDADE. 1. Para fins do art. 543-C do Código de Processo Civil: a) a responsabilidade por dano ambiental é objetiva, informada pela teoria do risco integral, sendo o nexo de causalidade o fator aglutinante que permite que o risco se integre na unidade do ato, sendo descabida a invocação, pela empresa responsável pelo dano ambiental, de excludentes de responsabilidade civil para afastar sua obrigação de indenizar; b) em decorrência do acidente, a empresa deve recompor os danos materiais e morais causados e c) na fixação da indenização por danos morais, recomendável que o arbitramento seja feito caso a caso e com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, ao nível socioeconômico do autor, e, ainda, ao porte da empresa, orientando-se o juiz pelos critérios sugeridos pela doutrina e jurisprudência, com razoabilidade, valendo-se de sua experiência e bom senso, atento à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso, de modo que, de um lado, não haja enriquecimento sem causa de quem recebe a indenização e, de outro, haja efetiva compensação pelos danos morais experimentados por aquele que fora lesado. 2. No

caso concreto, recurso especial a que se nega provimento. (REsp 1374284/MG. Rel.: LUIS FELIPE SALOMÃO Órgão Julgador, S2 – SEGUNDA SEÇÃO Data do Julgamento27/08/2014, DJe 05/09/2014. Grifo nosso).

Além disso, a reparabilidade do dano prescinde de demonstração de legalidade do ato, o que implica dizer que, ainda que o ato praticado esteja acobertado pela autorização estatal e que tenha sido praticado nos limites desta, aquele que o praticou deve ser responsabilizado na medida do dano causado.

Exatamente à hipótese supracitada se subsume o caso em apreço. Veja-se: o ato praticado pela requerida é lícito, posto que decorre de contrato de concessão amparado por Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), ambos ratificados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente.

Portanto, a apreciação do MÉRITO da causa pressupõe a aferição do nexo de causalidade entre o alagamento ocorrido no lote ocupado pelos requerentes e o funcionamento da usina hidrelétrica de Santo Antônio, notadamente a formação de seu reservatório.

b) Da Impossibilidade Jurídica do Pedido

A alegação de impossibilidade jurídica formulada pela requerida remete à natureza da posse da área em que os requerentes residiam. Argumenta que, em se tratando de área de dominialidade da União seriam insuscetíveis de posse e de aquisição por usucapião.

Em que pesem os argumentos da requerida, entendo que a discussão da natureza da posse em nada afeta a análise do MÉRITO da demanda que se cinge à reparação civil.

A própria União declarou desinteresse ao ser instada a se manifestar em feito de natureza análoga, afastando, assim, sua jurisdição considerando não ser pretensão autoral possessória ou de desapropriação, de modo que não gerar impacto ao seu patrimônio (vide autos n. 0025001-78.2012.8.22.0001).

Por tal razão, não merece prosperar a tese preliminar.

c) Dos Danos Morais

Em apertada síntese, os requerentes pretendem ser indenizados pelo alagamento de sua área comercial (shopping popular) que teria sido atingida pela inundação decorrente do aumento do nível do rio, fenômeno que teria sido ocasionado pela construção do reservatório em cursos d'água para a geração de energia elétrica por parte da requerida.

Os documentos indicam que os autores exercem atividades comercial nos imóveis descritos na inicial, bem como as fotografias apresentadas comprovam a ocorrência do alagamento, conforme informado na inicial, conforme informado.

Em sede de contestação, a requerida sustenta que a tragédia experimentada pelos requerentes não guardaria qualquer relação direta e imediata com a operação das usinas do Complexo do Rio Madeira, mas sim a anormal quadro de convergência de diversos fatores climáticos.

Ressaltou que fenômenos como enchentes e "terras caídas" já assolavam Porto Velho e comunidades do baixo madeira antes mesmo do início das atividades da Usina de Santo Antônio, bem como não haveria estudos que comprovassem a ligação das usinas com a cheia do Rio Madeira.

Inicialmente cumpre destacar que o local de comércio dos autores é altamente suscetível a alagamentos, posto que se trata de "planície de inundação" ou "várzea". Isto é, terrenos baixios que, atuando na manutenção do equilíbrio hidrológico da bacia, são alagados quando ocorrem cheias ou enchentes. Pois bem.

Os fatos narrados na inicial e os pedidos formulados se referem à cheia do Rio Madeira, ocorrida em 2014, de modo que, ainda que a área de comércio dos autores tenha sido atingida por reflexos dos fenômenos de "terras caídas" e desbarrancamento, a demanda deve se limitar aos pedidos iniciais, ou seja, danos morais decorrentes da cheia supostamente ocasionada pela atividade da requerida Santo Antônio Energia.

Assim, ainda que a área de comércio dos autores tenha sido atingida por reflexos dos fenômenos de "terras caídas" e desbarrancamento, a demanda deve se limitar aos pedidos iniciais, ou seja, danos morais e materiais decorrentes da cheia supostamente ocasionada pela atividade da requerida Santo Antônio Energia.

Alguns laudos periciais apresentados por ambas as partes, a exemplo dos elaborados pelo perito Luiz Guilherme Lima Ferraz, Antônio Monteiro e José Eduardo Guidi, se referem propriamente aos fenômenos de desbarrancamento e terras caídas, limitando a matéria atinente às cheias ao papel coadjuvante.

Em análise a laudo de lavra do perito Ricardo Pimentel, apresentado pela requerida, acerca do qual as autoras puderam se manifestar em réplica, observei que o próprio expert afasta o evento danoso descrito na inicial pelos autores de causas artificiais reconhecendo tratar-se de fenômeno puramente natural:

1. O evento ocorrido no Rio Madeira no ano de 2014, se trata de enchente devido as chuvas ocorridas ou se trata de evento conhecido como 'inundação artificial'

R – Foi devido a grande quantidade e intensidade de chuvas ocorridas no período, ou seja, foi decorrente de fenômeno natural de acordo com parecer do SIPAM e o CENSIPAM.

No mesmo sentido, em quesito posterior o expert foi além e afastou a hipótese de cheia estar relacionada à construção da hidrelétrica de Santo Antônio, diante da ausência de comprovação técnica e do fenômeno climatológico:

4. A construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio contribuiu para o processo de inundação no local Por qual motivo

R – Os estudos da CPRM e da ANA/SIPAM, além de outros, indicam que a causa da enchente de 2013/2014 foi a intensidade das chuvas nas cabeceiras dos rios Beni, Madre de Dios e Mamoré. Caso o rio Madeira estivesse assoreado, a ponto de provocar inundações (transbordamento de suas margens), nos anos posteriores, teriam ocorridas novas inundações.

15. Há nexo causal com a construção da Usina de Santo Antônio e as suas atividades com os danos causados e suportados pelos Autores no ano de 2014

R – Não há nexo causal, pois, tecnicamente não se comprova que as atividades da usina hidrelétrica tenham provocado algum efeito danoso naquela Comunidade. O que ficou evidenciado e comprovado é que em função dos altos índices pluviométricos, ocorreu uma inundação das margens, ao longo do rio Madeira, somado a uma grande vazão do rio, carreando muito sedimento para o interior das margens, que fez com que várias casas recebessem essa carga de sedimento, levando a um soterramento de nível médico nos imóveis dos Autores.

Ambos os peritos ratificam tal CONCLUSÃO esclarecem que o volume de água na ocasião da enchente não se relaciona com a construção das barragens da usina e que o tipo de barragem da usina hidrelétrica de Santo Antônio ("a fio d'água") não teria a capacidade de alterar, aumentando ou reduzindo a vazão de água do rio:

7. Quais as consequências que podem ocorrer a jusante da barragem de Santo Antônio em caso de vazões acima do limite estabelecido pela ANA – Agência Nacional de Águas

R – A Barragem é a fio d'água (sic), portanto a vazão que entra, sai. A ANA (Agência Nacional de Águas) não estabelece vazões que vão passar pela barragem. No caso específico da enchente de 2014, a vazão do rio Madeira atingiu um valor muito grande e as consequências foram desastrosas, ainda mais quando nenhuma providência preventiva foi tomada pelos governos (municipal, estadual e federal), apesar dos avisos da defesa civil e os órgãos que monitoram o rio. (Ricardo Pimentel).

A maior característica da barragem "a fio d'água" é o fato de não dispor de reservatórios de água ou mesmo possuí-los em proporção menor, pressupondo os mesmos níveis de afluente (volume de água que entra) e defluente (volume de água que sai).

Questionado acerca da influência do assoreamento, o transbordamento do rio e a enchente ocorrida em 2014 o perito Ricardo Pimentel concluiu pela ausência de nexo de causalidade entre a cheia ocorrida no ano de 2014 e a construção da usina de Santo Antônio:

14. Caso seja positivo a resposta acima, quando a calha de um rio encontra-se assoreada, ainda que o índice pluviométrico de chuvas se mantenha dentro da normalidade em suas épocas, há riscos de transbordamento de suas águas para além das margens direita e esquerda

R – Dependendo do nível do assoreamento, pode ocorrer o transbordamento. Mas no caso do ocorrido na cheia de 2014, não se comprova tecnicamente que houve assoreamento a ponto de ocasionar inundação e todas as afirmativas é que a inundação se deu em função do fenômeno climatológico […]

A corroborar as conclusões do laudo pericial, a requerida apresentou em sede de contestação termos de depoimento prestados junto ao Juízo da 7ª Vara Cível em feito de natureza similar (autos n. 0011892-60.2013.8.22.0001). Acerca da produção de tal prova emprestada os requerentes tiveram a oportunidade de se manifestar em sede de réplica e deixaram transcorrer in albis o prazo legal.

Conquanto o feito do qual se faz prova emprestada se refira a fenômeno diverso ("terras caídas"), o objeto das perguntas postas aos profissionais do SIPAM – o regime de chuvas no período das cheias – muito se presta à resolução da presente controvérsia constituindo-se em robusto meio de prova das alegações da requerida.

Isso, pois quando questionados acerca da influência das atividades da requerida sobre o nível das águas do rio Madeira, ambos os engenheiros do SIPAM (Ana Cristina Strava Corrêa e Francisco de Assis dos Reis Barbosa) foram enfáticos ao atribuir a cheia a fenômeno natural, notadamente às chuvas acima da média nas bacias do Rio Beni e Mamoré. Ipsis litteris:

[…] a construção da barragem de Santo Antônio não influenciou na cheia do rio madeira; sabe informar que a partir de 32.000,00 metros cúbicos por segundo de vazão a usina é obrigada a operar sem reter e nem liberar excedentes de água, operando a 'fio d'água'; esclarece, quanto a cheia de 2014, foi criada dentro do SIPAM uma 'sala de situação' para dar apoio à Defesa Civil, podendo afirmar a depoente que, após estudos aprofundados sobre o tema, referida cheia do rio madeira foi decorrente de fenômeno natural, isto é, chuvas acima a média nas bacias do rio Beni e Mamoré, esclarecendo, ainda, que o rio Guaporé também sofreu influência das chuvas citadas; […]

Os depoimentos indicam, ainda, a inexistência de alteração significativa da dinâmica fluvial do rio que pudesse significar o aumento de seu nível e, por conseguinte cheias maiores que as comumente observadas:

[…] o curso e a velocidade do fluxo de água do rio Madeira, bem como sua vazão, estavam dentro do esperado para aquele período do ano; os dados acima citados, após comparação com série histórica, mostrou que a barragem de Santo Antônio, até então, não influenciou na dinâmica fluvial do rio Madeira; […]

Registre-se que cheias na região amazônica não é propriamente uma anomalia. Antes, constitui uma constante, fazendo parte do regime climático da região. Historicamente algumas cheias são excepcionais e superam as expectativas ordinárias, mas tais ocorrências não podem ser atribuídas à requerida, pois já se verificavam antes de sua instalação, conforme se depreende da seguinte reportagem exibida pela Rede Globo no início de 1982: https://www.youtube.com/watch v=rCTnhnC2sXg

Urge ressaltar também que, apesar de os autores imputarem os danos ocorridos em seu local de comércio (shopping popular) em decorrência cheia do rio Madeira à implantação e funcionamento da hidrelétrica de Santo Antônio, não apresentam nenhuma comprovação técnica ou estudos científicos que indiquem precisamente nexo de causalidade entre a atividade da UHE SAE e os danos ocorridos em seu imóvel.

Diante disso, considerando a ausência de comprovação de nexo de causalidade entre os danos e a atividade da usina hidrelétrica, além das vastas evidências de que o fenômeno ocorrido no local de comércio das partes requerentes não teria vínculo direto com a atividade da UHE Santo Antônio, entendo que os pedidos iniciais merecem a improcedência.

No mesmo sentido, a pretensão de reparação por danos morais também compreende a CONCLUSÃO do nexo de causalidade entre os fatos narrados na inicial e as atividades da empresa requerida, de modo que, inexistindo tal CONCLUSÃO no caso em apreço, conforme já explanado alhures, o pedido de reparação por dano moral merece igualmente a improcedência.

III – DISPOSITIVO

Diante do exposto, com fundamento no art. 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos contidos na inicial e condeno os autores ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa (art. 85, §2º do CPC), observada a condição suspensiva prevista no art. 98, § 3º, CPC.

Observadas as formalidades legais e transitada em julgado a presente SENTENÇA, arquivem-se.

Em caso de interposição de apelação ao de recurso adesivo, intime-se o recorrido para apresentar suas contrarrazões no prazo de 15 dias. Com a apresentação das contrarrazões ou o decurso do referido prazo, subam os autos ao E. TJ/RO, conforme disciplina o art. 1.010, §§1º, 2º e 3º do NCPC.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Porto Velho, quinta-feira, 2 de maio de 2019

Miria Nascimento De Souza

Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível

Processo: 7010392-58.2018.8.22.0001

Classe/Assunto: Embargos de Terceiro / Alienação Fiduciária

Distribuição: 22/03/2018

Requerente: EMBARGANTE: BANCO ITAÚ, PRAÇA ALFREDO EGYDIO DE SOUZA ARANHA, 100 100 PARQUE JABAQUARA - 04344-902 - SÃO PAULO - SÃO PAULO

Advogado (a) Requerente: ADVOGADO DO EMBARGANTE: ALBERTO IVAN ZAKIDALSKI OAB nº MT285218

Requerido: EMBARGADO: CENTRO FARMA - COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA, AVENIDA RIO MADEIRA 5124, - DE 7231/7232 A 7783/7784 NOVA ESPERANÇA - 76823-002 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

Advogado (a) Requerida: ADVOGADO DO EMBARGADO: ISRAEL AUGUSTO ALVES FREITAS DA CUNHA OAB nº RO2913

DESPACHO

1. Intime-se o embargado para manifestação acerca dos documentos juntados pelo embargante, no prazo de 15 (quinze) dias.

2. No mesmo prazo, especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, manifestando-se sobre a sua conveniência e necessidade, de modo justificado, sob pena de preclusão/indeferimento.

Intimem-se.

Porto Velho RO quinta-feira, 2 de maio de 2019

Juiz (a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Porto Velho - 4ª Vara Cível

Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307

Processo: 7014453-25.2019.8.22.0001

Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)

AUTOR: CENTRO FARMA - COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA

Advogados do(a) AUTOR: ISRAEL AUGUSTO ALVES FREITAS DA CUNHA - RO2913, IGRAINE SILVA AZEVEDO MACHADO - RO9590

RÉU: GUMS & OLIVEIRA LTDA - ME

CERTIDÃO/INTIMAÇÃO

Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 4ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:

Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA - CEJUSC/CÍVEL Data: 09/07/2019 Hora: 16:30
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 30 de abril de 2019.
JOAO AFRO MARIANO VIEIRA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7017156-26.2019.8.22.0001
Classe Procedimento Comum
Assunto Rescisão do contrato e devolução do dinheiro
AUTOR: WESLEY PRESTES PINTO
ADVOGADO DO AUTOR: DALMAN CANDIDO PEREIRA OAB nº RO7121, GIAN DOUGLAS VIANA DE SOUZA OAB nº RO5939
RÉU: MULTIMARCAS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA
Vistos,
1 - DEFIRO os benefícios da justiça gratuita com fulcro no art. 98 NCPC/15 e Lei 1.060/50;
2 - WESLEY PRESTES PINTO propôs AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/ RESTITUIÇÃO DE VALORES COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA em face de MULTIMARCAS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA – MULTIMARCAS CONSÓRCIOS, alegando, em síntese, que celebrou o contrato de adesão n. 374173 com a requerida para aquisição de um veículo, no dia 07/03/2018, na qualidade de consorciado.
Aduz, ainda, que a proposta apresentada foi de uma entrada no valor R$ 2.528,06 (dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e seis centavos), devidamente paga pelo autor, e parcelas no valor de R$767,21 (setecentos e sessenta e sete reais e vinte e um centavos), mas ao receber a primeira parcela verificou o valor de R$ 956,03 (novecentos e cinquenta e seis reais e três centavos), razão pela qual formulou uma reclamação na empresa requerida, mas o segundo boleto fora apresentado no valor R$1.942,65 (mil, novecentos e quarenta e dois reais e sessenta e cinco centavos).
Sustenta também, que tentou cancelar o contrato e receber o valor investido, contudo, até o presente momento não obteve êxito. Assevera, ainda, que acionou o PROCON com reclamação de n. 11.001.009.18-0013163.
Ao final, pretende o autor, em sede de antecipação dos efeitos de tutela, que a requerida se abstenha de incluir o nome do autor nos órgãos de cadastro de inadimplentes e, no MÉRITO, pugna pela rescisão do contrato celebrado entre as partes, condenação da requerida a restituir o valor pago que corresponde a R$2.528,06 (dois mil quinhentos e vinte e oito reais e seis centavos), devidamente atualizado e acrescido de juros, bem como condenar a requerida ao pagamento de custas e honorários advocatícios.
Com a inicial vieram procuração e documentos.
Vieram-me os autos conclusos.
Como sabido, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Havendo perigo de irreversibilidade dos efeitos da tutela de urgência de natureza antecipada, esta não será concedida, o que não é o caso dos autos (art. 300, § 3º, CPC).
Entendo, in casu, que a probabilidade do direito está no fato de que a parte autora trouxe aos autos o contrato celebrado entre as partes. Por sua vez, o perigo de dano se evidencia pelos possíveis prejuízos que a inscrição do nome do autor possa vir a lhe causar.
Presentes, pois, os requisitos exigidos pelo art. 300 do Novo Código de Processo Civil, DEFIRO o pedido de tutela de urgência de natureza antecipada formulada pela parte autora e, no prazo de 5 (cinco) dias, DETERMINO que a empresa requerida se abstenha de incluir o nome do autor nos cadastros de inadimplentes (SPC/SERASA e outros), apenas referente ao contrato mencionado nestes autos, sob as penas da lei.
3 - Determino que a CPE faça a designação de audiência de conciliação, em conformidade com a pauta da CEJUSC.
4 - Cite-se e Intime-se o réu para a audiência de conciliação, na forma do artigo 334 do Novo Código de Processo Civil, podendo vir acompanhada de advogado ou Defensor Público.
O prazo para oferecimento da contestação é de 15 (quinze) dias, a iniciar da data da audiência de tentativa de conciliação, caso frustrada, salvo hipóteses dos incisos II e III do art. 335 do CPC.
Na hipótese de desinteresse na realização de audiência de conciliação, deverá a parte requerida fazê-lo expressamente com antecedência mínima de 10 (dez) dias de sua realização, ocasião em que o prazo para defesa se iniciará do protocolo da petição.
Se a parte requerida não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344 do CPC).
5 - Intime-se a parte autora por meio de seu advogado (art. 334, 3º, do CPC).
6 - Advirto às partes, também, que na hipótese de não comparecimento injustificado a tal audiência de conciliação, que estarão sujeitas a uma multa equivalente a até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (CPC, art. 334, § 8º).
7 - Havendo contestação, intime-se o autor para apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias.
8 - Após, intimem-se as partes para dizer que provas pretendem produzir, justificando sua necessidade e conveniência, no prazo de 15 (quinze) dias.
Na hipótese das partes requererem julgamento antecipado da lide, ou não se manifestarem, retornem os autos conclusos para SENTENÇA.
9 - Havendo manifestação para produção de provas, retornem os autos conclusos para saneamento.
10 - Restando infrutífera a tentativa de citação por carta pelos motivos: ausente, não procurado e endereço insuficiente, expeça-se MANDADO de citação.
11 - Restando infrutífera a tentativa de citação por carta e/ou MANDADO, deverá a parte autora ser instada a se manifestar em termos de prosseguimento do feito.
12 - Em caso de inércia do causídico da parte autora, intime-se o autor pessoalmente para, no prazo de 5 (cinco) dias, constituir novo advogado e dar andamento ao feito, sob pena de arquivamento e/ou extinção do processo conforme disposto no art. 485, III, §1º NCPC
Expeça-se o necessário.
Int.
Porto Velho, terça-feira, 30 de abril de 2019
Juliana Paula Silva da Costa Brandão
Juíza de Direito
VIAS DESTE DESPACHO SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO
NOME: MULTIMARCAS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA–MULTIMARCAS CONSÓRCIOS, inscrita no CNPJ sob o n° 04.124.922/0001-61, na pessoa do seu representante legal
ENDEREÇO: Avenida Amazonas, nº 126, Centro, Belo Horizonte/MG, CEP 30180-001, telefone 31- 98465-6414 e 31-3036-1666 (atendimento ao cliente), e-mail: multimarcas@multimarcasconsorcios.com.br, com representação comercial na Rua Dom Pedro II, nº 637, Sala 409, Centro Empresarial, Bairro Caiari, Telefone 3223- 3088, Porto Velho - RO, CEP. 76.801-131, e-mail: contratosmasterrondonia@hotmail.com.
FINALIDADE: CITAR o réu para responder a ação, INTIMAR o réu para cumprir o DETERMINADO em Tutela Antecipada, bem como para comparecer na audiência de conciliação acima designada.
ADVERTÊNCIAS: Se a parte requerida não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344 do CPC).
As informações do processo poderão ser consultadas no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
INTIMAÇÃO
Processo: 7013539-29.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: EMPRESA DE AGUAS KAIARY LTDA
Advogado do(a) AUTOR: LUIZ ALBERTO CONTI FILHO - RO7716
RÉU: DMG2 - ENTRETENIMENTOS LTDA e outros (7)
Advogado do(a) RÉU: MARCIO MELO NOGUEIRA - RO2827
Fica a parte Autora INTIMADA a se manifestar acerca da certidão do Oficial de Justiça (cumprimento parcial) NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 485, parágrafo 1º, do NCPC.
1) Caso queira o desentranhamento do MANDADO ou apresente novo endereço para nova diligência, deverá proceder o recolhimento da taxa, que deverá ser o valor da diligência do oficial de justiça positiva, gerando o boleto para pagamento no link abaixo descriminado, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=MlUemieeJXHJRLgVw2OOAp_bZ65KzfhrXqOHVab-.wildfly01:custas1.1,
2) Em caso de solicitação de busca de endereços, bloqueios on line e assemelhados, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.
Processo nº: 7050700-39.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Autor: AUTOR: MARIA MEYRE COSTA
Advogado: Advogado do(a) AUTOR: JOSE GOMES BANDEIRA FILHO - RO816
Réu: RÉU: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogado: Advogado do(a) RÉU: MARCIO MELO NOGUEIRA - RO2827
Intimação
Ficam as partes intimadas para, no prazo de 15 dias, especificarem as provas que pretendem produzir, justificando acerca de sua necessidade..
Porto Velho/RO, Terça-feira, 30 de Abril de 2019
MARCOS ANTONIO NOBRE DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - Email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7014453-25.2019.8.22.0001
Classe Procedimento Comum
Assunto Compra e Venda
AUTOR: CENTRO FARMA - COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
ADVOGADO DO AUTOR: ISRAEL AUGUSTO ALVES FREITAS DA CUNHA OAB nº RO2913, IGRAINE SILVA AZEVEDO MACHADO OAB nº RO9590
RÉU: GUMS & OLIVEIRA LTDA - ME DESPACHO
Vistos,
1 - Determino que a CPE faça a designação de audiência de conciliação, em conformidade com a pauta da CEJUSC.
A ela deverão comparecer os advogados das partes, os quais, querendo, deverão convidá-las para se fazerem presentes.
2 - Cite-se e Intime-se o réu para a audiência de conciliação, na forma do artigo 334 NCPC, para querendo, comparecer na mesma, acompanhada de advogado ou Defensor Público.
O prazo para oferecimento da contestação é de 15 (quinze) dias, a iniciar da data da audiência de tentativa de conciliação, caso frustrada, salvo hipóteses dos incisos II e III do art. 335 do CPC.
Se a parte requerida não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344 do CPC).
3 - Na hipótese de desinteresse na realização de audiência de conciliação, deverá a parte requerida fazê-lo expressamente com antecedência mínima de 10 (dez) dias de sua realização, ocasião em que o prazo para defesa se iniciará do protocolo da petição.
4 - Intime-se a parte autora por meio de seu advogado (art. 334, 3º, do CPC).
Fica advertida a parte autora, desde já, a sua obrigatoriedade de recolher e comprovar nestes autos, no prazo de 5 (cinco) dias, improrrogável, o recolhimento do remanescente das custas iniciais, no equivalente a 1% do valor da causa, na hipótese de insucesso da conciliação, independentemente, portanto, de nova intimação, sob pena de extinção do processo.
5 - Advirto às partes, também, que na hipótese de não comparecimento injustificado a tal audiência de conciliação, que estarão sujeitas a uma multa equivalente a até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (CPC, art. 334, § 8º).
6 - Havendo contestação, intime-se o autor para apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias.
7 - Após, intimem-se as partes para dizer que provas pretendem produzir, justificando sua necessidade e conveniência, no prazo de 15 (quinze) dias.
Na hipótese das partes requererem julgamento antecipado da lide, ou não se manifestarem, retornem os autos conclusos para SENTENÇA.
8 - Havendo manifestação para produção de provas, retornem os autos conclusos para saneamento.
9 - Restando infrutífera a tentativa de citação por carta pelos motivos: ausente, não procurado e endereço insuficiente, expeça-se MANDADO de citação.
10 - Restando infrutífera a tentativa de citação por carta e/ou MANDADO, deverá a parte autora ser instada a se manifestar em termos de prosseguimento do feito.
11 - Em caso de inércia do causídico da parte autora, intime-se o autor pessoalmente para, no prazo de 5 (cinco) dias, constituir novo advogado e dar andamento ao feito, sob pena de arquivamento e/ou extinção do processo conforme disposto no art. 485, III, §1º NCPC.
Expeça-se o necessário.
Int.
VIAS DESTE DESPACHO SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO
NOME: GUMS OLIVEIRA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 18.145.692/0001-21,
ENDEREÇO: Rua José Amador dos Reis, n° 2873, Bairro JK III, CEP: 76.829-422, Porto Velho-RO.
FINALIDADE: Citar a parte requerida para comparecer à audiência de conciliação juntamente com seu advogado ou Defensor Público. Bem como, responder a ação no prazo de 15 dias a partir da audiência de conciliação, em caso de desinteresse na realização da mesma, deverá a parte requerida fazê-lo expressamente com antecedência mínima de 10 (dez) dias de sua realização, ocasião em que o prazo para defesa se iniciará do protocolo da petição.
ADVERTÊNCIAS: Se a parte requerida não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora.
As informações do processo poderão ser consultadas no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
Porto Velho, terça-feira, 30 de abril de 2019
Juliana Paula Silva da Costa Brandão
Juíza de Direito
Processo nº: 7026515-39.2015.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Autor: EXECUTADO: VISAO GLOBAL CONSULTORIA CONTABIL E EMPRESARIAL EIRELI - ME

Advogado: Advogado do(a) EXECUTADO: FRANCISCO DE ASSIS FORTE DE OLIVEIRA - RO3661
Réu: EXEQUENTE: POLO FRIO AR CONDICIONADOS E IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
Advogado: Advogado do(a) EXEQUENTE: SAMUEL DOS SANTOS JUNIOR - RO0001238A
Intimação
Fica o Advogado da parte exequente intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, esclarecer a petição de ID. 26805430, haja vista que os dados informados na petição se referem a outro processo.
Porto Velho/RO, Terça-feira, 30 de Abril de 2019
MARCOS ANTONIO NOBRE DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7017359-85.2019.8.22.0001
Classe Execução de Título Extrajudicial
Assunto Despesas Condominiais
EXEQUENTE: Associação Alphaville Porto Velho
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MORGHANNA THALITA SANTOS AMARAL FERREIRA OAB nº RO6850
EXECUTADO: V.S.GUASTALA - ME DESPACHO
Vistos,
1 - A parte autora requereu o diferimento das custas, alegando que se encontra momentaneamente impossibilitada de efetuar o recolhimento das custas iniciais.
Nos termos do art. 34, da Lei nº 3.896/2016 o recolhimento das custas judiciais será diferido ao final quando comprovada, por meio idôneo, a momentânea impossibilidade financeira do seu recolhimento, ainda que parcial, nas ações de alimentos e nas revisionais de alimentos; nas ações de reparação de dano por ato ilícito extracontratual, quando promovidas pelos herdeiros da vítima, e se decorrente de lei ou fato justificável, mediante DECISÃO judicial.
No caso dos autos, o pedido de diferimento das custas não se enquadra em nenhuma das possibilidades descritas na referida lei, razão pela qual indefiro tal pedido.
A lei possibilita o recolhimento de apenas 1% do valor no momento da distribuição da ação e o diferimento do 1% remanescente para após a audiência de conciliação, caso não reste frutífera.
Essa sistemática, contudo, aplica-se tão somente aos processos sob a égide do rito comum, vez que não há previsão de audiência obrigatória para os processos de execução de título extrajudicial ou procedimentos especiais.
Assim sendo, determino à parte autora que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial, acostando aos autos o comprovante de recolhimento das custas iniciais, uma vez que estas devem perfazer o quantum de 2% (dois por cento) incidentes sobre o valor da causa, devendo ser respeitado o valor mínimo previsto na Lei de Custas (art.12, §1º, Lei 3.896/2016).
Decorrido in albis, o que deverá ser devidamente certificado, voltem os autos conclusos para SENTENÇA de extinção.
Comprovado o recolhimento, o cartório deverá cumprir os demais itens da presente DECISÃO.
2 - Cite-se em execução para que, no prazo de três dias, efetue o pagamento da dívida e dos honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito (art. 829, do NCPC).
Caso haja o pagamento integral da dívida, no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º do NCPC).
Saliento que, a teor do art. 915, do NCPC, eventual defesa através de embargos deverá ser oferecida no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 231 do NCPC.
3 - Na hipótese do executado residir em comarca diversa desta, e por se tratar de Execução de Título Extrajudicial por quantia certa em que a própria Lei determina que a citação deverá ser feita por MANDADO (Art. 829, §1º NCPC), desde já defiro a expedição de carta precatória, após, intime-se o exequente para sua retirada, bem como, para comprovar sua distribuição no prazo de 30 (trinta) dias.
4 - Restando infrutífera a tentativa de citação ou penhora de bens, deverá a parte autora apresentar novo endereço sob pena de extinção e arquivamento.
Cumpridas as determinações acima, retornem-me os autos conclusos.
O prazo processual terá início com a publicação via Sistema/Portal, para a parte devidamente representada nos autos, ressalvadas as exceções legais.
Int.
VIAS DESTE DESPACHO SERVIRÃO COMO MANDADO /CARTA PRECATÓRIA
]
NOME: V. S GUASTALA ME (MIRAGE MOTEL), inscrita no CNPJ sob o n. 01.027.285/0001-17
ENDEREÇO: Rua Ulisses Guimarães com Rua Brasília, s/n, Bairro Santa Letícia, CEP: 76.860-000, Candeias do Jamari/RO, endereço eletrônico viniciusgoldem@hotmail.com
FINALIDADE: Pagar em 03 (três) dias, a importância de R$ 26.226,97 (vinte e seis mil, duzentos e vinte e seis reais e noventa e sete centavos) referente ao valor principal, R$23.842,70 vinte e três mil, oitocentos e quarenta e dois reais e setenta centavos acrescido de 10% (dez por cento) de honorários advocatícios, ou nomear bens à penhora, sob pena de, não o fazendo, serem-lhes penhorados tantos bens quantos bastem a integral quitação do débito. E, querendo, poderá apresentar embargos no prazo legal. Obs. havendo penhora, intime-a desta, para, querendo, oferecer Embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme art. 231 do NCPC.
PRAZO: 15 (quinze) dias.
ADVERTÊNCIA: Não sendo apresentados embargos, presumir-se-ão aceitos pelo réu, como verdadeiros os fatos articulados pelo autor. Caso haja o pagamento integral da dívida, no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, §1º, do NCPC). Saliento que, a teor do art. 915, do NCPC, eventual defesa através de embargos deverá ser oferecida no prazo de quinze dias, contados, conforme art. 231, do CPC).
As informações do processo poderão ser consultadas no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje
Porto Velho, terça-feira, 30 de abril de 2019
Juliana Paula Silva da Costa Brandão
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível.
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7040986-55.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: DAYANA BOTELHO CAMPOS VALADARES
Advogado do(a) AUTOR: RODRIGO LUCIANO ALVES NESTOR - RO1644
RÉU: ADEMIR ERNANI HAGEMANN
INTIMAÇÃO
Considerando o pedido para expedição/desentranhamento do MANDADO, fica a parte autora, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimado(a) para no prazo de 5 (cinco) dias, proceder o recolhimento da taxa, que deverá ser o valor da diligência do oficial de justiça positiva, gerando o boleto para pagamento no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=MlUemieeJXHJRLgVw2OOAp_bZ65KzfhrXqOHVab-.wildfly01:custas1.1, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.

Processo nº: 7005877-43.2019.8.22.0001
Classe: CÍVEL - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
Autor: AUTOR: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A
Advogado: Advogado do(a) AUTOR: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA - SP115665
Réu: RÉU: REGINALDO ALVES DE LUCENA
Advogado: Advogado do(a) RÉU: AGNALDO ARAUJO NEPOMUCENO - RO1605
Intimação
Fica a parte autora/exequente intimada para manifestar em termos de prosseguimento no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
Porto Velho/RO, Terça-feira, 30 de Abril de 2019
MARCOS ANTONIO NOBRE DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7017636-04.2019.8.22.0001
Classe Busca e Apreensão
Assunto Alienação Fiduciária
REQUERENTE: BANCO ITAUCARD S.A.
ADVOGADO DO REQUERENTE: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES OAB nº AC4778
REQUERIDO: ANTONIO GEORDES DE ARAUJO MOURA
Vistos,
1 - Compulsando os autos, verifico que não há recolhimento das custas.
Assim sendo, determino à parte autora que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial, acostando aos autos o comprovante de recolhimento das custas iniciais, uma vez que estas devem perfazer o quantum de 2% (dois por cento) incidentes sobre o valor da causa, devendo ser respeitado o valor mínimo previsto na Lei de Custas (art.12, §1º, Lei 3.896/2016), sob pena de extinção e arquivamento.
2 - Se, não houver manifestação da parte autora, voltem os autos conclusos.
3 - Com a juntada do comprovante de recolhimento das custas, deverá o cartório cumprir os demais termos do DESPACHO que seguem abaixo:
4 - Diante da argumentação apresentada pelo autor e a documentação colacionada, vislumbro os requisitos legais previstos no art. 3º do Dec. lei 911/69. Assim, determino liminarmente a busca, apreensão e vistoria do veículo objeto do contrato firmado entre as partes, depositando-se o bem em mãos do representante legal do autor, com a ressalva de que o veículo não deverá ser retirado da Comarca até a consolidação da posse.
5 - Determino também a citação da requerida para, em 05 (cinco) dias, comprovar o pagamento integral da dívida pendente, sob pena de consolidar-se a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do Credor Fiduciário (§ § 1º e 2º, art. 3º, do Decreto-Lei 911/69 com a redação dada pelo art. 56 da Lei 10.931/04).
6 - Comprovado o pagamento, o requerente deverá restituir o veículo ao requerido, comprovando nos autos.
No prazo de 15 (quinze) dias a contar da citação o devedor fiduciante poderá apresentar contestação.
7 - Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora, no prazo de 10 (dez) dias, indicar novo endereço para que a relação jurídico-processual seja estabelecida (art. 240, § 2º, NCPC), sob pena de extinção e arquivamento do feito por ausência de pressuposto processual de existência.
8 - Em caso de inércia do causídico da parte autora/exequente, intime-se, o autor/exequente pessoalmente, para, no mesmo prazo acima indicado, constituir novo advogado e dar andamento ao feito, sob pena de arquivamento e/ou extinção do processo conforme disposto no conforme art. 485, III, §1º NCPC.
Defiro os benefícios contidos no § 2º do art. 212, do Novo Código de Processo Civil.
Intime-se.
Porto Velho terça-feira, 30 de abril de 2019
Juliana Paula Silva da Costa Brandão
VIAS DESTA DECISÃO SERVIRÃO COMO MANDADO
NOME: ANTONIO GEORDES ARAUJO MOURA, inscrito(a) no CNPJ/CPF sob nº 014.295.33269
ENDEREÇO: Rua CEDRO BRANCO, n. 07841, Bairro NACIONAL, CEP: 76.802-142, PORTO VELHO-RO.
FINALIDADE: Proceda o Senhor Oficial de Justiça a BUSCA E APREENSÃO E VISTORIA do veículo a saber: Marca/Modelo: FIAT/PALIO (FL)FIRE ECO(C, Fab/Mod: 2010/2010, Cor: CINZA, Chassi: 9BD17164LA5617291, Placa: NCH8462, Renavan: 202767671, que se encontra em poder e guarda da parte requerida, passando-o ao representante legal do autor. Ato contínuo, CITE-SE a parte requerida, oportunizando que pague a dívida pendente ou conteste a ação, no prazo legal.
OBSERVAÇÃO: Informar a apreensão do bem a advogada Cristiane Belinati Garcia Lopes OAB/RO 4778, com endereço Rua João Paulino Vieira filho 625, 12º andar – Sala 1201 Bairro: Zona 07 CEP: 87020025 Maringá/PR e endereço eletrônico: intimacoes@bellinatiperez.com.br.
Advertência: Caso a parte requerida queira impedir a consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem pelo Credor Fiduciário, deverá comprovar o pagamento integral da dívida pendente, no prazo de 05 (cinco) dias, da data de cumprimento da liminar. O prazo para contestar será de 15 (quinze) dias, contado da juntada do MANDADO nos autos do processo. Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como sendo verdadeiro os fatos articulados pela parte autora.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7017281-91.2019.8.22.0001
Classe Procedimento Comum
Assunto Auxílio-Doença Acidentário, Restabelecimento
AUTOR: JOAO DE DEUS SOUSA
ADVOGADO DO AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Vistos,
1. DEFIRO os benefícios da justiça gratuita, com fulcro no art. 98 NCPC/15 e Lei 1.060/50;
2. JOÃO DE DEUS SOUSA propôs a presente AÇÃO DE RESTABELECIMENTO/CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA em face de INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL – INSS, sustentando, em síntese, ter sofrido um acidente de trabalho no dia 20/05/2018, o qual lhe incapacitou para o exercício de seus atividades laborativas, porém o empregador não realizou a Comunicação de Acidente de Trabalho-CAT.
Aduz, ainda, que em decorrência de seu afastamento laboral, passou a receber o auxílio-doença (B31), nos períodos de 31/08/2018 a 05/11/2018, mas referido benefício foi cessado em janeiro de 2019, sem receber as parcelas já vencidas nos meses de novembro e dezembro de 2018. Assevera, ainda, que ao solicitar a prorrogação do referido benefício, em 05/12/2018, tal pedido lhe foi negado sob a justificativa de que não constatada a incapacidade laborativa do autor.

Ao final, com base nessa retórica, pugna em sede de antecipação dos efeitos da tutela que a autarquia requerida proceda à implantação do auxílio-doença acidentário B91. Demais, no MÉRITO, requer pela confirmação da liminar eventualmente concedida, bem como a condenação da requerida ao pagamento do retroativo referente aos meses de novembro e dezembro de 2018 e, também, dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2019, com juros, atualmente no valor de R$12.243,92 (doze mil, duzentos e quarenta e três reais e noventa e dois centavos), bem como as que se vencerem no curso do processo.

Com a inicial, foram apresentados procuração e documentos.

Vieram-me os autos conclusos.

DECIDO.

Como sabido, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Havendo perigo de irreversibilidade dos efeitos da tutela de urgência de natureza antecipada, esta não será concedida (art. 300, §3º, CPC).

Pois bem. A probabilidade do direito e o perigo de dano estão presentes no presente caso, em razão da natureza assistencial do benefício (caráter alimentar). Ademais, tendo a parte autora acostado aos autos o "laudo médico" ID. 26753356, com a anotação de que está "dispensado para o trabalho CID: M 23.2/ M23.5", entendo devida a antecipação dos efeitos da tutela para a implantação do benefício de auxílio-doença acidentário (espécie 91).

Resguardadas as limitações inerentes a essa fase de cognição sumária, presentes os requisitos exigidos pelo art. 300 do Novo Código de Processo Civil, antecipo os efeitos da tutela para determinar que a parte requerida (INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS) estabeleça o auxílio-doença acidentário (espécie 91), em favor da parte autora.

3. Em homenagem aos princípios da economia e celeridades processuais e efetividade, bem ainda considerando o teor das Recomendações Conjuntas n. 01, de 15.12.2015 e n. 04, de 17.05.2012, ambas do CNJ e foi realizada reunião entre a Corregedoria de Justiça do Eg. TJ/RO e o INSS, para padronizar fluxo de processos sobre o objeto desta ação, sendo aberto SEI sob o n. 0002680-60.2017.8.22.8800. Em face destas, o fluxo processual ocorrerá conforme alinhavado adiante.

4. Considerando que a natureza da presente demanda evidencia a necessidade de realização de prova pericial, determino a expedição de OFÍCIO à Policlínica Oswaldo Cruz (encaminhando em anexo fotocópia da petição inicial e dos documentos que a acompanham), requisitando a indicação de profissional ortopedista apto a fazê-la gratuitamente, bem como a indicação de dia, hora e local para realização dos trabalhos, com antecedência mínima de 40 (quarenta) dias. O cartório deverá providenciar os atos necessários para designação da perícia, no prazo de 05(cinco) dias.

O laudo deverá ser entregue no prazo máximo de 1 (um) mês, devendo informar ao Juízo a data de início dos trabalhos com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, a fim de viabilizar a intimação das partes.

Ao juízo, o perito deverá esclarecer, nos termos da Recomendação Conjunta n. 01/CNJ, de 15/12/2015, os seguintes quesitos:

I – Exame clínico e considerações médico-periciais sobre a patologia

a) Queixa que o(a) periciado apresenta no ato da perícia.

b) Doença, lesão ou deficiência diagnosticada por ocasião da perícia (com CID).

c) Causa provável da(s) doença/moléstia(a)/incapacidade.

d) Doença/moléstia ou lesão decorrem do trabalho exercido Justifique indicando o agente de risco ou agente nocivo causador.

e) A doença/moléstia ou lesão decorrem de acidente de trabalho Em caso positivo, circunstanciar o fato, com data e local, bem como se reclamou assistência médica e/ou hospitalar.

f) Doença/moléstia ou lesão torna o(a) periciado(a) incapacitado(a) para o exercício do último trabalho ou atividade habitual Justifique a resposta, descrevendo os elementos nos quais se baseou a CONCLUSÃO.

g) Sendo positiva a resposta ao quesito anterior, a incapacidade do(a) periciado(a) é de natureza permanente ou temporária Parcial ou total

h) Data provável do início da(s) doença/lesão/moléstia() que acomete(m) o (a) periciado(a).

i) Data provável de início da incapacidade identificada. Justifique.

j) Incapacidade remonta à data de início da(s) doença/moléstia(s) ou decorre de progressão ou agravamento dessa patologia Justifique.

k) É possível afirmar se havia incapacidade entre a data do indeferimento ou da cessão do benefício administrativo e a data da realização da perícia judicial Se positivo, justificar apontando os elementos para esta CONCLUSÃO.

l) Caso se conclua pela incapacidade parcial e permanente, é possível afirmar se o(a) periciado(a) está apto para o exercício de outra atividade profissional ou para a reabilitação Qual atividade

m) Sendo positiva a existência de incapacidade total e permanente, o(a) periciado(a) necessita de assistência permanente de outra pessoa para as atividades diárias A partir de quando

n) Qual ou quais são os exames clínicos, laudos ou elementos considerados para o presente ato médico pericial

o) O(a) periciado(a) está realizando tratamento Qual a previsão de duração do tratamento Há previsão ou foi realizado tratamento cirúrgico O tratamento é oferecido pelo SUS

p) É possível estimar qual o tempo e o eventual tratamento necessários para que o(a) periciado(a) se recupere e tenha condições de voltar a exercer seu trabalho ou atividade habitual (data de cessação da incapacidade)

q) Preste o perito demais esclarecimentos que entenda serem pertinentes para melhor elucidação da causa.

r) Pode o perito afirmar se existe qualquer indício ou sinais de dissimulação ou de exacerbação de sintomas Responda apenas em caso afirmativo.

II – Quesitos específicos: auxílio-acidente

a) O(a) periciado(a) é portador de lesão ou perturbação funcional que implique redução de sua capacidade para o trabalho Qual

b) Se houver lesão ou perturbação funcional, decorre de acidente de trabalho ou de qualquer natureza Em caso positivo, indique o agente causador ou circunstancie o fato, com data e local, bem como indique se o(a) periciado(a) reclamou assistência médica e/ ou hospitalar.

c) O(a) periciado(a) apresenta sequelas de acidente de qualquer natureza, que causam dispêndio de maior esforço na execução da atividade habitual

d) Se positiva a resposta ao quesito anterior, quais são as dificuldades encontradas pelo(a) periciado(a) para continuar desempenhando suas funções habituais Tais sequelas são permanentes, ou seja, não passíveis de cura

e) Houve alguma perda anatômica Qual A força muscular está mantida

f) A mobilidade das articulações está preservada

g) A sequela ou lesão porventura verificada se enquadra em alguma das situações discriminadas no Anexo III do Decreto 3.048/1999

5. CITE-SE parte requerida para apresentar sua defesa, no prazo de 30 dias (art. 335, CPC/15), cujo prazo se iniciará após ciência do resultado da perícia. No prazo de defesa o requerido deverá apresentar cópia do procedimento administrativo referente ao benefício previdenciário pleiteado pelo requerente. Ficando advertida a parte que, se não contestar a ação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344, CPC/2015).

6. Com a apresentação do laudo, dê-se vistas as partes para manifestação e eventual acordo. Prazo: 15(quinze) dias. A petição inicial poderá ser consultada pelo endereço eletrônico: http://pje.tjro.jus.br/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam (nos termos do artigo 19 e 20 da Resolução 185, de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça).

7.Em caso de inércia do causídico da parte autora, intime-se o autor pessoalmente para, no prazo de 5 (cinco) dias, constituir novo advogado e dar andamento ao feito, sob pena de arquivamento e/ou extinção do processo conforme disposto no art. 485, III, §1º NCPC
Expeça-se o necessário.
SERVE COMO OFÍCIO/CARTA/MANDADO
Endereço: POLICLINICA OSWALDO CRUZ: AVENIDA JORGE TEIXEIRA, No 3682, BAIRRO INDUSTRIAL, PORTO VELHO/RO, CEP: 76.821-096.
Endereço: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS: Av. Jorge Teixeira c/ Imigrantes, Porto Velho/RO
Endereço: GERENTE APS/ADJ - Avenida Campos Sales, n. 3132, Olaria - Porto Velho/RO. Fone (69) 3533-5147 / 3533-5000. email: neder.silva@inss.gov.br.
Porto Velho, terça-feira, 30 de abril de 2019
Juliana Paula Silva da Costa Brandão
Juíza de Direito

Processo nº: 7050693-47.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Autor: AUTOR: CLELIA MARIA PIRES DOS SANTOS
Advogado: Advogado do(a) AUTOR: JOSE GOMES BANDEIRA FILHO - RO816
Réu: RÉU: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogado: Advogados do(a) RÉU: MARCIO MELO NOGUEIRA - RO2827, DIEGO DE PAIVA VASCONCELOS - RO2013, ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO - RO635
Intimação
Ficam as partes intimadas para, no prazo de 15 dias, especificarem as provas que pretendem produzir, justificando acerca de sua necessidade.
Porto Velho/RO, Terça-feira, 30 de Abril de 2019
MARCOS ANTONIO NOBRE DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7045883-97.2016.8.22.0001
Classe Cumprimento de SENTENÇA
Assunto Causas Supervenientes à SENTENÇA
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS FUNCIONARIOS DA CARGILL
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RENATA MARTINEZ GALDAO DE ALBUQUERQUE OAB nº SP200274
EXECUTADO: RAIMUNDO DAS GRACAS OARES PASSOS
ADVOGADO DO EXECUTADO: PAULO FERREIRA LUZ OAB nº RO605
Vistos,
1 - Defiro a consulta ao Renajud e Infojud.
2 - Realizada a consulta no sistema INFOJUD, esta restou infrutífera, ante a não localização de bens em nome do executado.
3 - Realizada a consulta no sistema RENAJUD, esta restou frutífera. Manifeste-se o exequente sobre o resultado da consulta, no prazo de 15 (quine) dias, sob pena de liberação do veículo e suspensão da execução.
Manifestando-se o exequente pela liberação do veículo ou em caso de inércia, retornem os autos conclusos para DECISÃO jud's.
4 - Decorrido o prazo sem manifestação, considerando que restaram infrutíferas as diligências de localização de bens do devedor, que a jurisprudência superior aponta para a aplicabilidade do art. 921, inciso III do CPC, nos termos dos seguintes julgados (TJ/RO, Apelação Cível n. 100.001.1997.005972-9, Relator Juiz Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa, julgado em 30-07-2008; Apelação Cível n. 100.001.2004.008078-0, Relator Desembargador Alexandre Miguel, julgado em 18-01-2006; TJ RO, Apelação Cível n. 0001385-53.2012.822.0008, Rel. Des. Isaias Fonseca Moraes. Julgado em 24/11/2016; STJ, REsp 1.231.544/ RJ, Relator Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27-03-2012, DJe 27/04/2012), ressalvado entendimento pessoal do magistrado, fica determinada a suspensão da execução por 1 (um) ano.
5 - Ressalto que os autos poderão ser desarquivados para o prosseguimento da execução na hipótese de serem encontrados bens penhoráveis do executado, conforme art. 921, §3º do CPC.
6 - Decorrido o prazo de 1 (um) ano sem que seja localizado bens penhoráveis, o feito será remetido ao arquivo, independentemente de nova intimação, iniciando-se a contagem do prazo da prescrição intercorrente.
Int.
Porto Velho, terça-feira, 30 de abril de 2019
Miria Nascimento De Souza
Juiz(a) de Direito

Processo nº: 0002713-68.2014.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Autor: EXEQUENTE: MANOEL ALVES DOS SANTOS
Advogado: Advogado do(a) EXEQUENTE: FAUSTO SCHUMAHER ALE - RO4165
Réu: EXECUTADO: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogado: Advogados do(a) EXECUTADO: MARCIO MELO NOGUEIRA - RO2827, DIEGO DE PAIVA VASCONCELOS - RO2013, ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO - RO635, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318
Vistos,
Expeça-se novo alvará judicial em favor da parte requerida, observando que, para fins de levantamento do alvará pelos advogados que subscrevem a peça de ID 265077981, necessária se faz a juntada de substabelecimento com poderes específicos para levantamento de valores.
Caso não haja o levantamento dos valores no prazo legal, deverá a CPE proceder com a transferência do quantum para a conta centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, arquivando-se os autos oportunamente.
Com relação ao pedido de inclusão no Sistema PJe dos advogados subscritores da peça de ID 26507781 para futuras intimações e demais comunicados, também fica condicionado à juntada de substabelecimento, devendo, na sequência, a CPE proceder a devida inclusão.
Int.
Porto Velho, terça-feira, 30 de abril de 2019
Juliana Paula Silva da Costa Brandão
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7051850-55.2018.8.22.0001
Classe Procedimento Comum
Assunto Erro Médico, Erro Médico
AUTORES: FRANCISCO DE ASSIS FELIX DA SILVA FILHO, EFIGENIA DE OLIVEIRA CAMURCA
ADVOGADOS DOS AUTORES: ALINE CUNHA GALHARDO OAB nº RO6809
RÉUS: HOSPITAL 9 DE JULHO S/S LTDA, ISABELA CAMARGO FILHO, THIAGO PATTA DA SILVA
ADVOGADOS DOS RÉUS:
Vistos,
Diante da justificativa apresentada pelo requerido Thiago Patta da Silva, inclusive com a devida documentação anexada, defiro o pedido e determino que a Cejusc redesigne a audiência de conciliação para uma data posterior ao dia 19-05-2019. Após o agendamento, intimem-se as demais partes com urgência.
Int.
Porto Velho, terça-feira, 30 de abril de 2019
Miria Nascimento De Souza
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7053715-50.2017.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: VALDIR TICO
Advogado do(a) EXEQUENTE: GENIVAL FERNANDES DE LIMA - RO2366
EXECUTADO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado do(a) EXECUTADO: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - RO5369
INTIMAÇÃO
Fica a parte Exequente intimada, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7044953-11.2018.8.22.0001
Classe Execução de Título Extrajudicial
Assunto Duplicata, Honorários Advocatícios, Correção Monetária
EXEQUENTE: ELETROTEL ELETRICIDADES E TELECOMUNICACOES LTDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PEDRO LUIZ LEPRI JUNIOR OAB nº RO4871
EXECUTADO: BRITAMAR EXTRACAO DE PEDRAS E AREIA LTDA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Vistos,
Indefiro o pedido (ID. 25364858), eis que o feito foi extinto (ID. 24035543).
Assim, determino que a CPE certifique eventual decurso de prazo para interposição de recurso, arquivem-se os autos oportunamente.
Int.
Porto Velho, terça-feira, 30 de abril de 2019
Miria Nascimento De Souza
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 0022305-69.2012.8.22.0001
Classe Execução de Título Extrajudicial
Assunto Compromisso
EXEQUENTE: JAPURA PNEUS LTDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: KARINA ROCHA PRADO OAB nº RO1776A
EXECUTADO: EVALDO PEREIRA DOS SANTOS JUNIOR
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Vistos,
Defiro o pedido de expedição de ofício ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, para que, após realizar consulta em seu banco de dados, informe a este juízo se a parte executada, Evaldo Pereira do Santos Junior CPF n.º 229.131.652-49, possui vínculo empregatício, e, em caso positivo, especifique a fonte pagadora.
Com a juntada das informações, intime-se a parte exequente para manifestar-se no prazo de 15 dias.
Em caso de inércia, determino a suspensão da execução por 1 (um) ano, nos termos do art. 921, III, § 1º do CPC.
Ressalto que os autos poderão ser desarquivados para o prosseguimento da execução na hipótese de serem encontrados bens penhoráveis do executado, conforme art. 921, § 3º do CPC.
Decorrido o prazo de 1 (um) ano sem que seja localizado bens penhoráveis, o feito será remetido ao arquivo, independentemente de nova intimação, iniciando-se a contagem do prazo da prescrição intercorrente.
Tornem-me os autos conclusos oportunamente.
Int.
Porto Velho, terça-feira, 30 de abril de 2019
Miria Nascimento De Souza
Juíza de Direito
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO MANDADO
Intimação do INSS: Av. Campos Sales, 3132 - Olaria, Porto Velho - RO, 78900-000.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7015591-95.2017.8.22.0001
Classe Execução de Título Extrajudicial
Assunto Cédula de Crédito Bancário
EXEQUENTE: B. B.
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ANNE BOTELHO CORDEIRO OAB nº RO4370, CARMEN ENEIDA DA SILVA ROCHA OAB nº AC3846, MAURO PAULO GALERA MARI OAB nº AC4937
EXECUTADO: MARCELO GUIMARAES
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Vistos,
Indefiro o pedido da parte exequente ID. 25392954, uma vez que a diligência requerida já foi realizada, conforme verifica-se por meio dos documentos ID.25053469.
Assim, intime-se a parte credora para no prazo de 15 (quinze) dias dar prosseguimento no feito e requerer o que entender de direito.
Decorrido o prazo, em caso de inércia da parte exequente em indicar bens passíveis de constrição, determino a suspensão da execução por 1 (um) ano, nos termos do art. 921, III, § 1º do CPC.
Ressalto que os autos poderão ser desarquivados para o prosseguimento da execução na hipótese de serem encontrados bens penhoráveis do executado, conforme art. 921, § 3º do CPC.
Decorrido o prazo de 1 (um) ano sem que seja localizado bens penhoráveis, o feito será remetido ao arquivo, independentemente de nova intimação, iniciando-se a contagem do prazo da prescrição intercorrente.
Int.
Porto Velho, terça-feira, 30 de abril de 2019
Miria Nascimento De Souza
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7014390-39.2015.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: JULIANA MORAES DA SILVA
Advogados do(a) EXEQUENTE: KAMILA ARAUJO PRADO - RO7371, ALEXANDRE LEANDRO DA SILVA - RO4260
EXECUTADO: DIRECIONAL ENGENHARIA S/A e outros
Advogado do(a) EXECUTADO: MANUELA GSELLMANN DA COSTA - RO3511

Advogados do(a) EXECUTADO: MARCELO FEITOSA ZAMORA - AC4711, MIRELE REBOUCAS DE QUEIROZ JUCA - RO3193, THALES ROCHA BORDIGNON - RO4863, MANUELA GSELLMANN DA COSTA - RO3511
INTIMAÇÃO
Fica a parte Exequente intimada, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7045966-79.2017.8.22.0001
Classe Execução de Título Extrajudicial
Assunto Transação
EXEQUENTE: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ZOIL BATISTA DE MAGALHAES NETO OAB nº RO1619A, FABIO RICHARD DE LIMA RIBEIRO OAB nº RO7932
EXECUTADO: KEROLYN CHRISTINA DE MORAES SANTANA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Vistos, etc.
Em razão da petição ID. 26430864, verifico estarem presentes os requisitos legais, razão pela qual homologo o acordo celebrado entre as partes ID. 26430865, para que produza seus efeitos jurídicos e legais e, em consequência, com fundamento no artigo 487, III, b), do CPC, JULGO EXTINTO, com resolução do MÉRITO, o presente processo e ordeno o seu arquivamento.
Sem honorários.
Custas pela parte executada.
Procedam as baixas e comunicações pertinentes.
Cumpra-se.
P. R. I.
Porto Velho, terça-feira, 30 de abril de 2019
Miria Nascimento De Souza
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7002986-49.2019.8.22.0001
Classe Execução de Título Extrajudicial
Assunto Compra e Venda
EXEQUENTE: DIRECIONAL TSC JATUARANA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB nº AC6673
EXECUTADO: WALCICLEIDE PINHEIRO DUARTE
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Vistos,
Defiro o pedido da parte exequente, e suspendo a tramitação do feito por 30 dias, para que as partes possam concluir as tratativas do acordo extrajudicial.
Após o decurso de prazo, intime-se a parte credora para, no prazo de 15 dias, dar prosseguimento no feito e requerer o que entender de direito, sob pena de extinção.
Int.
Porto Velho, terça-feira, 30 de abril de 2019
Miria Nascimento De Souza
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 0019414-07.2014.8.22.0001
Classe Execução de Título Extrajudicial
Assunto Compromisso
EXEQUENTE: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO OAB nº RO3831
EXECUTADO: KARINA MARTINS
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Vistos,
Considerando o tempo pelo qual o feito já tramita (mais de 5 anos), sem que o exequente obtenha êxito na satisfação de seu crédito, indefiro o pedido de suspensão (ID. 26277430).
1- Arquivem-se provisoriamente dado ser improvável que volte a tramitar, aguardando-se o decurso do prazo da prescrição intercorrente (art. 921, §4º do CPC).
2- Expeça-se certidão de crédito nos termos do art. 828, CPC.
Int.
Porto Velho, terça-feira, 30 de abril de 2019
Miria Nascimento De Souza
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7034111-69.2018.8.22.0001
Classe Execução de Título Extrajudicial
Assunto Prestação de Serviços
EXEQUENTE: Einstein Instituição de ensino Ltda. EPP
ADVOGADO DO EXEQUENTE: IGOR JUSTINIANO SARCO OAB nº RO7957
EXECUTADO: RODRIGO NOGUEIRA DA SILVA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Vistos,
Defiro o pedido da parte credora para citação da parte devedora nos endereços indicados na petição ID. 26290474, por meio de MANDADO, e de carta precatória, a ser expedida com prazo de 30 dias art. 261 do CPC.
Tornem-me os autos conclusos oportunamente.
Int.
Porto Velho, terça-feira, 30 de abril de 2019
Miria Nascimento De Souza
Juíza de Direito
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO
Nome: R. Nelson Tremea, 179 - Centro, Vilhena - RO, 76980-000.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7016405-78.2015.8.22.0001
Classe Execução de Título Extrajudicial
Assunto Espécies de Contratos
EXEQUENTE: ASSOCIACAO DE CREDITO CIDADAO DE RONDONIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: KARINA DA SILVA SANDRES OAB nº RO4594
EXECUTADOS: RAIMUNDO JOSE FERREIRA, MARIA DA CONCEICAO FREIRE SILVA DE MESQUITA
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS:
Vistos,

1- Trata-se de cumprimento de SENTENÇA, referente ao acordo homologado ID. 16257238, em que a parte sucumbente não foi intimada para cumprir espontaneamente o julgado.
2 - Assim, considerando que a parte devedora não foi citada no processo de execução de título extrajudicial, e também não possui advogado habilitado nos autos, deverá a parte credora, no prazo de 15 dias, fornecer o endereço para intimação.
3- Vindo a informação do endereço, expeça-se MANDADO de intimação, para que a parte devedora no prazo de quinze dias, pague o débito espontaneamente, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 523, § 1º, do CPC (10%), e fixação de honorários na fase de cumprimento do julgado (10%).
4 - Transcorrido tal prazo de 15 (quinze) dias, sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação (CPC, art. 525).
5 - Decorrido o prazo do Executado, intime-se o exequente para que diga o que pretende em termos de andamento processual, bem como, para que junte comprovante de pagamento das diligências que se fizerem necessárias, sob pena de suspensão processual.
6 - Altere-se a classe processual.
7 - Em caso de inércia do causídico da parte exequente, intime-se o exequente pessoalmente para, no prazo de 5 (cinco) dias, dar prosseguimento no feito feito, sob pena de suspensão da execução por 1 (um) ano, nos termos do art. 921, III, § 1º do CPC.
8 - Cumpridas todas as determinações, volte os autos conclusos.
Int.
Porto Velho, terça-feira, 30 de abril de 2019
Miria Nascimento De Souza
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7046516-11.2016.8.22.0001
Classe Execução de Título Extrajudicial
Assunto Cédula de Crédito Bancário
EXEQUENTE: BANCO DA AMAZONIA SA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MARCELO LONGO DE OLIVEIRA OAB nº RO1096, DANIELE GURGEL DO AMARAL OAB nº RO1221
EXECUTADOS: JONATAS SIRIOLI BRANDAO, LUCINEIA SIRIOLI BRANDAO, GLOBAL CONSTRUCOES E TERRAPLANAGEM LTDA
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS:
Vistos,
Considerando a manifestação da parte exequente ID. 26337955, dizendo não ter interesse na proposta de acordo ofertada pela parte devedora GLOBAL CONSTRUÇÕES ID. 25745510, defiro o pedido da parte credora, e determino a expedição de MANDADO para citação/penhora do executado JONATAS SIRIOLI BRANDÃO no endereço indicado na petição de ID. 24950803.
Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte credora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento do feito, sob pena de extinção do feito quanto a referida parte.
Int.
Porto Velho, terça-feira, 30 de abril de 2019
Miria Nascimento De Souza
Juíza de Direito
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO
EXECUTADO: JONATAS SIRIOLI BRANDÃO
ENDEREÇO: Rua Francisco P. Coelho Filho, 2673, Bairro São João Bosco, Porto Velho/RO - CEP: 76.803-820.
BENS INDICADOS A PENHORA:
1- Uma escavadeira de esteira marca DOOSAN, modelo DX225LC-A, PESO OPERACIONAL 22 TON, Motor Diesel modelo DB58TIS, 6 cilindros, 148 HP e 1900 rpm;
2- Uma motoniveladora Caterpilar, modelo 12k, ano 2010Série CAT0012KCJJA00241.
3- Lote de terra urbano 492, quadra 3, setor 09, com 629,17m²,, localizado na Rua Elias Gorayeb, 338, Bairro Liberdade, Porto Velho/RO, objeto da matrícula 33102, junto ao CRI do 2º Ofício de Porto Velho.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7062370-45.2016.8.22.0001
Classe: MONITÓRIA (40)
AUTOR: CASA HAMID LTDA - ME
Advogado do(a) AUTOR: ALCIENE LOURENCO DE PAULA COSTA - RO4632
RÉU: CRISCIUANE CAVALCANTE XAVIER
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora INTIMADA a se manifestar acerca da certidão do AR NEGATIVO NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 485, parágrafo 1º, do NCPC.
Em caso de solicitação de busca de endereços, bloqueios on line e assemelhados, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7018835-95.2018.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: CARMOSINHA MIGUEL DA ROCHA
Advogados do(a) EXEQUENTE: EVERTHON BARBOSA PADILHA DE MELO - RO3531, CARLA FRANCIELEN DA COSTA - RO7745
EXECUTADO: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogados do(a) EXECUTADO: ERICA CRISTINA CLAUDINO - RO6207, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318, JOAO DIEGO RAPHAEL CURSINO BOMFIM - RO3669, ALEX CAVALCANTE DE SOUZA - RO1818
INTIMAÇÃO
Fica a parte Exequente intimada, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7051494-31.2016.8.22.0001
Classe Execução de Título Extrajudicial
Assunto Compra e Venda, Promessa de Compra e Venda
EXEQUENTE: W2M EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FLAEZIO LIMA DE SOUZA OAB nº RO3636
EXECUTADO: GLEICY DE AVILA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Vistos,
Em análise dos autos, verifico que a parte exequente foi intimada pessoalmente para dar prosseguimento no feito ID. 12188585, mas quedou-se inerte conforme certificado ID. 12406866, razão pela qual foi exarada SENTENÇA de extinção ID. 12557190.

Então, revejo os DESPACHO s ID. 18808163, 19645619, 19990044 e 19990017), e indefiro o pedido de citação por edital (ID. 26489647).
Assim, considerando que já houve decurso de prazo para interposição de recurso, arquivem-se os autos.
Int.
Porto Velho, terça-feira, 30 de abril de 2019
Miria Nascimento De Souza
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 0016546-90.2013.8.22.0001
Classe Embargos à Execução
Assunto Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução
EMBARGANTE: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
ADVOGADO DO EMBARGANTE: BRUNA REBECA PEREIRA DA SILVA OAB nº RO4982, ARIANE DINIZ DA COSTA OAB nº MG131774, CLAYTON CONRAT KUSSLER OAB nº RO3861
EMBARGADO: SERVILHA COSTA DA SILVA
ADVOGADO DO EMBARGADO: TADEU AGUIAR NETO OAB nº RO1161, IZIDORO CELSO NOBRE DA COSTA OAB nº RO3361, JOSE RAIMUNDO DE JESUS OAB nº RO3975, LUCIANE GIMAX HENRIQUE OAB nº RO5300, FLAVIO HENRIQUE TEIXEIRA ORLANDO OAB nº RO2003
Vistos,
Diante do teor do ofício de ID 25980295, bem como do requerimento da parte credora de ID 26131417, expeça-se alvará judicial em favor da parte embargante e seus advogados, para levantamento do saldo remanescente do depósito de ID 21991156, com os rendimentos legais.
Arquivem-se os autos oportunamente.
Int.
Porto Velho, terça-feira, 30 de abril de 2019
Miria Nascimento De Souza
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7053304-07.2017.8.22.0001
Classe Execução de Título Extrajudicial
Assunto Correção Monetária, Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens
EXEQUENTE: S A COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - EPP
ADVOGADO DO EXEQUENTE: VALESKA BADER DE SOUZA OAB nº RO2905, JOANE CRISTINA NASCIMENTO EVANGELISTA OAB nº RO7090
EXECUTADO: CESARINO FERREIRA NETO
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Vistos,
INDEFIRO a citação da parte executada por edital, por se tratar de medida excepcional, admitida, apenas e tão-somente, após a comprovação de que a parte exequente realizou todas as diligências que estavam ao seu alcance para encontrar o endereço da parte, o que não se evidencia nestes autos.
Neste sentido:
AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CITAÇÃO POR EDITAL. ESGOTAMENTO DAS DILIGÊNCIAS PARA LOCALIZAÇÃO DA PARTE EXECUTADA. ENDEREÇO NÃO DILIGENCIADO. NULIDADE DA CITAÇÃO. AGRAVO PROVIDO. 1. A REALIZAÇÃO DA CITAÇÃO POR EDITAL DEPENDE DO ESGOTAMENTO DAS DILIGÊNCIAS POSSÍVEIS E ADEQUADAS PARA A BUSCA DE LOCALIZAÇÃO DA PARTE EXECUTADA. 2. É NULA A CITAÇÃO POR EDITAL QUANDO AINDA EXISTIR ENDEREÇOS APONTADOS NOS AUTOS E AINDA NÃO DILIGENCIADOS. 3. DOU PROVIMENTO AO AGRAVO. (TJ-DF - AGI: 20140020048642 DF 0004894-62.2014.8.07.0000, Relator: GISLENE PINHEIRO, Data de Julgamento: 02/04/2014, 5ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE: 10/04/2014. Pág.: 206).
Defiro o pedido da parte exequente, e determino a expedição de MANDADO para citação da parte executada, nos endereços indicados ID. 24473443.
Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento do feito. Silenciando, intime-se nos moldes do artigo 485, parágrafo 1º, do CPC.
Int.
Porto Velho, terça-feira, 30 de abril de 2019
Miria Nascimento De Souza
Juíza de Direito
VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO /CARTA.
EXECUTADO: CESARINO FERREIRA NETO
ENDEREÇOS:
1 – Rua Eudoxia Barros, n° 6336, Bairro Aponiã, Cep.: 76.824-080, nesta capital.
2 – Rua Anari, 5389, Bairro Floresta, Cep.: 76.806- 090, nesta capital.
3 – Rua Panamá, n° 1863, Aptº 201, Bairro Nova Porto Velho, Cep.: 76.820-158, nesta capital.
4 – Rua Anari, 5358, Bloco 10, Apt° 102, Condomínio Vista Bella, Bairro Floresta, Cep.: 76.806-090, nesta capital.
5 – Rua Buenos Aires, n° 1585, Bairro Nova Porto Velho, Cep.: 76.820-137, nesta capital.
Telefones pertencentes ao Executado: (69)98113-1813; (69)3225-0179; (69)3222-7668; (69)3210-1923 e (69)99122-4142.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 0019962-32.2014.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: RENATA CASSIA NEVES SOUZA
Advogados do(a) EXEQUENTE: KAMILA ARAUJO PRADO - RO7371, ALEXANDRE LEANDRO DA SILVA - RO4260
EXECUTADO: DIRECIONAL ENGENHARIA S/A e outros
Advogados do(a) EXECUTADO: ROBERTO JARBAS MOURA DE SOUZA - RO1246, MANUELA GSELLMANN DA COSTA - RO3511, VALNEI GOMES DA CRUZ ROCHA - RO2479, GRACA JACQUELINE DA CUNHA LIMA - RO626, LEONARDO BRAZ DE CARVALHO - MG76653, HUMBERTO ROSSETTI PORTELA - MG91263
Advogados do(a) EXECUTADO: MARCELO FEITOSA ZAMORA - AC4711, MIRELE REBOUCAS DE QUEIROZ JUCA - RO3193, THALES ROCHA BORDIGNON - RO4863, ROBERTO JARBAS MOURA DE SOUZA - RO1246, HUMBERTO ROSSETTI PORTELA - MG91263, LEONARDO BRAZ DE CARVALHO - MG76653
INTIMAÇÃO
Fica a parte Exequente intimada, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7030509-41.2016.8.22.0001
Classe Execução de Título Extrajudicial
Assunto Inadimplemento, Correção Monetária, Juros
EXEQUENTE: DALL'AGNOL E BERKEMBROCK ADVOGADOS ASSOCIADOS
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LEONARDO HENRIQUE BERKEMBROCK OAB nº RO4641
EXECUTADOS: ANTONIO JACUBOSKI FONTOURA, PATRICIA BALARINI FONTOURA
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Vistos,
Considerando as informações constantes na certidão ID. 25296935, expeça-se novo MANDADO para intimação pessoalmente do executado ANTÔNIO JACUBOSKI FONTOURA para, no prazo de 15 dias, dizer se concorda com a contra proposta de acordo constante no ID 23113142, no prazo de 15 (quinze) dias.
Intime-se a parte exequente, para no prazo de 15 dias, promover a citação da executada PATRICIA BALARINI FONTOURA, sob pena de extinção do feito em relação a referida parte.
Int.
Porto Velho, terça-feira, 30 de abril de 2019
Miria Nascimento De Souza
Juíza de Direito
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO
Executado: ANTÔNIO JACUBOSKI FONTOURA
Endereço: LINHA 04, P.A MINAS NOVA, PORTO VELHO/RO.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7027618-76.2018.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS SERVIDORES DO PO
Advogado do(a) EXEQUENTE: ROZINEI TEIXEIRA LOPES - RO5195
EXECUTADO: DANIEL VITOR BELARMINO VENANCIO
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora INTIMADA a se manifestar acerca da certidão do AR NEGATIVO NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 485, parágrafo 1º, do NCPC.
Em caso de solicitação de busca de endereços, bloqueios on line e assemelhados, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7005021-79.2019.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ROBERTA BARROSO DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: LAMIR FARIAS - RO2108
RÉU: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado do(a) RÉU: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - RO5369
Perito: VICTOR HUGO FINI JÚNIOR
Advogada do Perito: FERNANDA DE OLIVEIRA SOUZA, OAB/RO 8.533
INTIMAÇÃO
Fica o Sr. Perito intimado, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora, o alvará poderá ser levantado pela advogada do perito junto a Caixa Econômica, mediante a apresentação da procuração juntada nestes autos.
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 0006453-05.2012.8.22.0001
Classe Execução de Título Extrajudicial
Assunto Atos executórios
EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADO DO EXEQUENTE: CARMEN ENEIDA DA SILVA ROCHA OAB nº AC3846, MAURO PAULO GALERA MARI OAB nº AC4937, SAMARA DE OLIVEIRA SOUZA OAB nº RO7298
EXECUTADOS: RDA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, ARI SENA HURTADO
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Vistos,
Indefiro o pedido da parte exequente ID. 26657877, uma vez que tal diligência já foi realizada e restou infrutífera ID. 26062941.
Intime-se a parte exequente para no prazo de 15 (quinze) dias dar prosseguimento no feito e requerer o que entender de direito.
Decorrido o prazo, em caso de inércia da parte exequente em indicar bens passíveis de constrição, determino a suspensão da execução por 1 (um) ano, nos termos do art. 921, III, § 1º do CPC.
Ressalto que os autos poderão ser desarquivados para o prosseguimento da execução na hipótese de serem encontrados bens penhoráveis do executado, conforme art. 921, § 3º do CPC.
Decorrido o prazo de 1 (um) ano sem que seja localizado bens penhoráveis, o feito será remetido ao arquivo, independentemente de nova intimação, iniciando-se a contagem do prazo da prescrição intercorrente.
Int.
Porto Velho, terça-feira, 30 de abril de 2019
Miria Nascimento De Souza
Juíza de Direito
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Área Cível
Processo nº: 0049933-92.1996.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Autor: EXEQUENTE: CLEUSA RIELING, JUNIOR RIELIN CHAGAS, TIAGO RIELING CHAGAS
Advogado: Advogados do(a) EXEQUENTE: ISABEL MOREIRA DOS SANTOS - RO4171, SANDRA ISLENE DE ASSIS - PR51913
Advogados do(a) EXEQUENTE: SANDRA ISLENE DE ASSIS - PR51913, ISABEL MOREIRA DOS SANTOS - RO4171
Advogados do(a) EXEQUENTE: SANDRA ISLENE DE ASSIS - PR51913, ISABEL MOREIRA DOS SANTOS - RO4171
Réu: EXECUTADO: Arlindo Buch
Advogado: Advogado do(a) EXECUTADO: ADRIANA MARTINS DE PAULA - RO3605
Fica a parte autora/exequente intimada para manifestar em termos de prosseguimento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de extinção e arquivamento.
Porto Velho/RO, Terça-feira, 30 de Abril de 2019
MARCOS ANTONIO NOBRE DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7002990-57.2017.8.22.0001
Classe Procedimento Comum
Assunto Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
AUTOR: ANDERSON DA SILVA GONZAGA
ADVOGADO DO AUTOR: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA OAB nº RO1073
RÉU: CLARO S.A.
ADVOGADO DO RÉU: RAFAEL GONCALVES ROCHA OAB nº PA16538
Vistos,
Expeça-se alvará judicial em favor da parte autora para levantamento do quantum depositado a título de pagamento (ID 20074687). Após, intime-se a parte requerida para que deposite o saldo remanescente apurado pela Contadoria Judicial valor de R$ 557,32 no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de penhora on line.
Int.
Porto Velho, terça-feira, 30 de abril de 2019
Miria Nascimento De Souza
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 78.904-300, Porto Velho, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7002338-69.2019.8.22.0001
Classe Reintegração / Manutenção de Posse
Assunto Esbulho / Turbação / Ameaça
REQUERENTE: OSMAR FERNANDES MORAIS
ADVOGADO DO REQUERENTE: ODUVALDO GOMES CORDEIRO OAB nº RO6462
REQUERIDOS: MARIA DO SOCORRO PEREIRA, CLEONILDO MELO, LUIZ CLAUDIO, M. INDUSTRIA DE AGUA MINERAL E REFRIGERANTES LTDA - EPP
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: AUGUSTO DE ALMEIDA MAIA OAB nº RO7390
SENTENÇA
Vistos,
O pedido de desistência da ação, formulado pela parte autora, deverá ser homologado e, por consequência, o feito ser extinto.
Primeiro, porque à parte autora, por força do disposto no art. 485, inc. VIII, do CPC, é facultado o direito de desistir da ação; segundo, porque referida desistência não ocasionará espécie alguma de prejuízo à parte ré, uma vez que já tendo apresentado contestação, surge para a mesma, ao menos em tese, direito ao ônus da sucumbência, tanto é que, previamente ouvida, manifestou-se favoravelmente à desistência (Id. 26500741).
Diante do exposto, com fundamento no art. 485, VIII, do CPC, homologo o pedido de desistência da presente ação judicial e JULGO EXTINTA a presente ação.
Por consequência, CONDENO a parte autora ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que com fundamento no art. 85, § 8º, do CPC, arbitro em R$ 2.000,00 (dois mil reais).
P.R.I.
Porto Velho, terça-feira, 30 de abril de 2019
Miria Nascimento De Souza
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7031646-87.2018.8.22.0001
Classe: MONITÓRIA (40)
AUTOR: ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO NO ESTADO DE RONDONIA - ASPER
Advogado do(a) AUTOR: MARCELO ESTEBANEZ MARTINS - RO3208
RÉU: LEOMAR ROZA RODRIGUES
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora INTIMADA a se manifestar acerca da certidão do AR NEGATIVO NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 485, parágrafo 1º, do NCPC.
Em caso de solicitação de busca de endereços, bloqueios on line e assemelhados, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

5ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7042969-89.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ROVEMA LOCADORA DE VECULOS LTDA
Advogado do(a) AUTOR: JOSE CRISTIANO PINHEIRO - RO1529
RÉU: LENILDO ALVES DA SILVA
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA - CEJUSC/CÍVEL - Data: 03/07/2019 Hora: 09:00
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 2 de maio de 2019.
MARCIA PIRES SARAIVA

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7005683-77.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ISRAEL BARBOSA DIAS
Advogado do(a) AUTOR: LUCIO AFONSO DA FONSECA SALOMAO - RO1063
RÉU: BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A.
Advogado do(a) RÉU: DANTE MARIANO GREGNANIN SOBRINHO - SP31618
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente/ intimada a, no prazo de 15 dias, apresentar contrarrazões ao recurso de apelação.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307

e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7035602-14.2018.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: M.A.C. IDIOMAS LTDA - ME
Advogado do(a) EXEQUENTE: FABIO COIMBRA RIBEIRO - RO0006841A
EXECUTADO: KARLA ANDREA BANDEIRA PINTO
Advogados do(a) EXECUTADO: ALEXANDRE CAMARGO - RO704, ZOIL BATISTA DE MAGALHAES NETO - RO0001619A
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada a dar regular andamento ao feito no prazo de 5 dias, sob pena de extinção/arquivamento.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível - Fórum Cível Processo n. 7007688-77.2015.8.22.0001
AUTOR: ALCIONE OLIVEIRA SANTOS
ADVOGADO DO AUTOR: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA OAB nº RO1073
RÉU: SKY BRASIL SERVICOS LTDA
ADVOGADO DO RÉU: RICHARD LEIGNEL CARNEIRO OAB nº RN9555, WILSON BELCHIOR OAB nº AC4215, DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB nº MS6835
Valor da causa: R$10.000,00 DESPACHO
Considerando o saldo remanescente informado pela parte autora, proceda-se a intimação da requerida para que comprove o depósito nos autos, caso concorde, ou apresente impugnação.
Ressalto que, na hipótese de inércia do executado e, caso o exequente pretenda a pesquisa de bens via sistemas conveniados ao TJRO, deve comprovar o pagamento da taxa respectiva, salvo se beneficiário da gratuidade judiciária (art. 17, lei 3.896/16), bem como cálculo atualizado de seu crédito.
Porto Velho, 2 de maio de 2019.
Luciane Sanches
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7010480-96.2018.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: JONATAS LUIZ DA SILVA SALES e outros (2)
Advogados do(a) EXEQUENTE: ALAN DE ALMEIDA PINHEIRO DA SILVA - RO7495, MIRELLY VIEIRA MACEDO DE ALMEIDA - RO5174
Advogados do(a) EXEQUENTE: ALAN DE ALMEIDA PINHEIRO DA SILVA - RO7495, MIRELLY VIEIRA MACEDO DE ALMEIDA - RO5174
Advogados do(a) EXEQUENTE: ALAN DE ALMEIDA PINHEIRO DA SILVA - RO7495, MIRELLY VIEIRA MACEDO DE ALMEIDA - RO5174
EXECUTADO: EMERSON DE OLIVEIRA ALBUQUERQUE
Intimação
Fica a parte exequente, por meio de seu(ua) advogado(a), intimado(a) a apresentar comprovante de pagamento referente as diligências judiciais requeridas (penhora online, BacenJud, Renajud), no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos da Lei 3896, de 24/08/2016, artigos 2º, VIII e 17, publicada no DOE N. 158, de 24/08/2016.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 7015807-56.2017.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Condomínio, Administração, Despesas Condominiais, Direitos / Deveres do Condômino, Multa
Parte autora: AUTOR: RESIDENCIAL CIDADE DE TODOS 9
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO AUTOR: LAYANNA MABIA MAURICIO OAB nº RO3856
Parte requerida: RÉU: KEYLANE RAMALHO DE CARVALHO DE OLIVEIRA
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
Altere-se a classe processual para cumprimento de SENTENÇA.
Nos termos do art. 523 do Código de Processo Civil, fica o executado intimado para pagar voluntariamente o débito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios, também em 10% (dez por cento) sobre o débito, ficando ainda sujeito a atos de expropriação (§3º do art. 523 do CPC).
A intimação se dará por carta com aviso de recebimento/meio do advogado constituídos nos autos/ por edital, nos termos do §2º do art. 513 do diploma processual.
Também, fica a parte executada desde já ciente de que, com o transcurso do prazo para pagamento voluntário, nos termos do art. 525 do CPC (independentemente de penhora ou nova intimação), inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que, querendo, apresente impugnação ao cumprimento de SENTENÇA.
Havendo impugnação, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre a impugnação ao cumprimento de SENTENÇA, no prazo de 15 (quinze) dias.
Não havendo impugnação, intime-se a parte exequente para atualizar o débito e requerer o que entender de direito, atentando para que, caso ocorra o pagamento parcial do débito, a multa e os honorários advocatícios estabelecidos incidirão sobre o remanescente da dívida. Se houver interesse em proceder às pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, apresente a parte exequente, no prazo de 5 (cinco) dias, o comprovante de pagamento de taxa referente a cada diligência judicial requerida, nos termos da Lei n. 3.896/2016, artigos 2º, VIII e 17.
Em caso de pagamento voluntário, intime-se a parte exequente, por meio de seu(s) advogado(s), para informar a satisfação do crédito e/ou requerer o que de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de presunção de aceitação tácita quanto aos valores depositados como sendo o pagamento integral da obrigação.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO DA(S) PARTE(S) EXECUTADA(S);
Endereço do executado: RÉU: KEYLANE RAMALHO DE CARVALHO DE OLIVEIRA, RUA OSWALDO RIBEIRO S/N, BLOCO K, APTO 202 SOCIALISTA - 76829-210 - PORTO VELHO - RONDÔNIA RÉU: KEYLANE RAMALHO DE CARVALHO DE OLIVEIRA, RUA OSWALDO RIBEIRO S/N, BLOCO K, APTO 202 SOCIALISTA - 76829-210 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
quinta-feira, 2 de maio de 2019
Luciane Sanches
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo nº: 7005157-76.2019.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material, Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material, Liminar

AUTOR: ALVES & COGO LTDA
ADVOGADO DO AUTOR: ROBERTO JARBAS MOURA DE SOUZA OAB nº RO1246
RÉUS: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA, SAGA ASIA COMERCIO DE VEICULOS, PECAS E SERVICOS LTDA
ADVOGADOS DOS RÉUS: MAGDA ZACARIAS DE MATOS OAB nº RO8004A
SENTENÇA
Verifica-se que a parte autora foi notificada na audiência de conciliação a efetuar o recolhimento de mais 1% sobre o valor da causa a título de custas iniciais e até o momento não juntou o comprovante do pagamento.
O art. 12, I da Lei Complementar Estadual 3.896/16 (Regimento de Custas), dispõe que em ações ordinárias, os 2% de custas iniciais, podem ser parcelados em 1% na distribuição mais 1% após a audiência inicial de conciliação, se não resultar em acordo.
Note-se que o recolhimento de custas é pressuposto processual, dessa forma atrai a aplicabilidade do art. 485, IV do CPC: "O juiz não resolverá o MÉRITO quando: verificar a ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido do processo".
Por esta feita, julgo extinto o processo, por SENTENÇA sem resolução de MÉRITO, com fundamento no art. 485, IV, do Código de Processo Civil.
Fica intimado o requerente a proceder ao recolhimento em complementação das custas iniciais, através do seguinte link, sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
Desde logo se consigna que, no caso de eventual recurso, a parte autora deverá recolher a parcela de complementação das custas iniciais, bem como o preparo do recurso, sob pena de ser considerado deserto.
Sem custas finais.
Considerando que a parte contrária fora citada, constituiu advogado e apresentou defesa, condeno a parte autora ao pagamento de honorários advocatícios que fixo em R$ 300,00 em favor do patrono de cada parte requerida (art. 85, §6º do CPC).
Em sendo interposto recurso de apelação, promova-se a CONCLUSÃO.
Doutro modo, certificado o trânsito em julgado, não havendo pedido de cumprimento de SENTENÇA, pagas as custas ou inscritas em dívida ativa, arquive-se.
P.R.I.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Luciane Sanches
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 0017678-85.2013.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: FUNDACAO DOS ECONOMIARIOS FEDERAIS FUNCEF
Advogado do(a) EXEQUENTE: WILSON BELCHIOR - CE17314
EXECUTADO: NELSON DE OLIVEIRA
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada a dar regular andamento ao feito no prazo de 5 dias, sob pena de extinção/arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7005759-09.2015.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOSTOS DE RONDÔNIA - CAERD
Advogados do(a) EXEQUENTE: MARICELIA SANTOS FERREIRA DE ARAUJO - RO324-B, CLAYTON CONRAT KUSSLER - RO3861
EXECUTADO: QUEILA CORREA DA COSTA
Advogado do(a) EXECUTADO: HUESLEI MORAES MARIANO - RO5992
Intimação
Fica a parte Requerente intimada, no prazo de 05 dias, a apresentar manifestação acerca dos documentos juntados pela parte adversa.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7062938-61.2016.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: ASSOCIACAO EDUCACIONAL DE RONDONIA
Advogados do(a) EXEQUENTE: LILIAN MARIANE LIRA - RO3579, DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO - RO3831
EXECUTADO: CHARLENE CAROLINA SOUZA DIAS
INTIMAÇÃO
Considerando o pedido para expedição/desentranhamento do MANDADO, fica a parte autora, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimado(a) para no prazo de 5 (cinco) dias, proceder o recolhimento da taxa, que deverá ser o valor da diligência do oficial de justiça positiva, gerando o boleto para pagamento no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=MlUemieeJXHJRLgVw2OOAp_bZ65KzfhrXqOHVab-.wildfly01:custas1.1, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 0018630-30.2014.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: LUCIO DA SILVA TEIXEIRA e outros
Advogados do(a) AUTOR: ALCIENE LOURENCO DE PAULA COSTA - RO4632, JOSIMA ALVES DA COSTA JUNIOR - RO4156
Advogados do(a) AUTOR: LUIS SERGIO DE PAULA COSTA - RO4558, JOSIMA ALVES DA COSTA JUNIOR - RO4156
RÉU: SIVALDO SANTOS ROCHA
Advogado do(a) RÉU: JORGE FELYPE COSTA DE AGUIAR DOS SANTOS - RO2844
INTIMAÇÃO
Fica a parte /Requerida, na pessoa de seu(ua) advogado(a), notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:

http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7040512-21.2017.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: JONILSON ALVES DA SILVA
Advogados do(a) EXEQUENTE: CARLOS FREDERICO MEIRA BORRE - RO3010, ORLANDO LEAL FREIRE - RO5117
EXECUTADO: CAHU & OLIVEIRA LTDA - ME
Advogado do(a) EXECUTADO: RENNER PAULO CARVALHO - RO3740
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada a dar regular andamento ao feito no prazo de 5 dias, sob pena de extinção/arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7020815-48.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: MAX WILLIAN LIMA BRITO e outros
Advogado do(a) AUTOR: DENISE GONCALVES DA CRUZ ROCHA - RO1996
Advogado do(a) AUTOR: DENISE GONCALVES DA CRUZ ROCHA - RO1996
RÉU: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
Advogado do(a) RÉU: CLAYTON CONRAT KUSSLER - RO3861
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida intimada a, no prazo de 15 dias, apresentar contrarrazões ao recurso de apelação.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7034632-14.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: MARCELO BRITO DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: JULIANA GONCALVES DAS NEVES - RO5953
RÉU: BANCO ITAUCARD S.A.
Advogado do(a) RÉU: LARISSA SENTO SE ROSSI - BA16330
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente intimada a, no prazo de 15 dias, apresentar contrarrazões ao recurso de apelação.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7037748-96.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: JOSE UELITON DA SILVA e outros
Advogado do(a) AUTOR: ROBSON ARAUJO LEITE - RO5196
Advogado do(a) AUTOR: ROBSON ARAUJO LEITE - RO5196
RÉU: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
Advogado do(a) RÉU: CLAYTON CONRAT KUSSLER - RO3861
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida intimada, no prazo de 05 dias, para manifestação quanto aos Embargos de Declaração apresentados.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 0023283-75.2014.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Repetição de indébito
Parte autora: AUTOR: ROGER NEPITALI ALENCAR PARDO
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO AUTOR: DAVID ALVES MOREIRA OAB nº RO299B
Parte requerida: RÉUS: BAIRRO NOVO PORTO VELHO EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO S/A, TERRABENS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - ME
Advogado da parte requerida: ADVOGADOS DOS RÉUS: ANDREY CAVALCANTE DE CARVALHO OAB nº RO303, PAULO BARROSO SERPA OAB nº RO4923, LEANDRO DIAS PORTO BATISTA OAB nº DF36082, LUCAS FABER DE ALMEIDA ROSA OAB nº DF38651, ALEX JESUS AUGUSTO FILHO OAB nº SP314946, ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA BRUM OAB nº RO6927A
Vistos,
RETIFIQUE-SE A CLASSE PROCESSUAL PARA CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, INVERTENDO-SE OS POLOS DA LIDE.
1- Considerando que o acórdão reformou a SENTENÇA proferida nos autos, invertendo o ônus sucumbencial: “Ante o exposto, nego provimento ao recurso da autora e dou provimento ao recurso da requerida Bairro Novo Porto Velho Empreendimento Imobiliário S/A. para reformar a SENTENÇA e julgar improcedentes os pedidos iniciais. Inverto o ônus da sucumbência nos termos do art. 85 §2º, do CPC, os quais fixo em 10%”;
2- Considerando ainda que o autor, agora réu (executado), informou o pagamento da condenação financeira, comprovando o depósito judicial tocante aos honorários advocatícios (IDs 25547684 e 25547687);
Torno sem efeito o DESPACHO por ato ordinatório de ID26066152, vez que a intimação se deu de forma equivocada. Deveria ter sido o réu, agora exequente (Bairro Novo Porto Velho Empreendimentos S.A.), intimado para se manifestar sobre o depósito.
Sendo assim, proceda a Escrivania à intimação do ora credor (Bairro Novo Porto Velho Empreendimentos S.A.) para que se manifeste, no prazo de 5 dias, acerca do depósito efetivado pelo ora devedor Roger Nepitali.
CONCLUSÃO dos autos oportunamente.
Intimem-se.
quinta-feira, 2 de maio de 2019
Luciane Sanches
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7030585-65.2016.8.22.0001

Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: PORTO JUNIOR CONSTRUCOES LTDA - ME
Advogados do(a) EXEQUENTE: RICARDO MALDONADO RODRIGUES - RO2717, JULIANA MEDEIROS PIRES - RO3302
EXECUTADO: MOLAS PARAIBANAS LTDA - EPP e outros
Advogado do(a) EXECUTADO: MARCELLINO VICTOR RAQUEBAQUE LEAO DE OLIVEIRA - RO8492
Vistos,
Ad cautelam, faculto ao executado GONCALVES E RIBEIRO LTDA - ME apresentar resposta sobre a manifestação de Porto Junior Construções Ltda-ME (ID24301647).
Prazo de 10 dias.
Com ou sem resposta, tornem-me para DECISÃO, para análise da impugnação ao cumprimento de SENTENÇA.
Intimem-se.
terça-feira, 30 de abril de 2019
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 0008350-63.2015.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: BANCO BRADESCO SA
Advogado do(a) EXEQUENTE: MAURO PAULO GALERA MARI - RO4937-S
EXECUTADO: B G ALBUQUERQUE LOCACAO DE MAQUINAS PESADAS - EPP e outros
Intimação
Fica a parte exequente, por meio de seu(ua) advogado(a), intimado(a) a apresentar comprovante de pagamento referente as diligências judiciais requeridas (penhora online, BacenJud, Renajud), no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos da Lei 3896, de 24/08/2016, artigos 2º, VIII e 17, publicada no DOE N. 158, de 24/08/2016.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 0013432-46.2013.8.22.0001
Classe: REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE (1707)
REQUERENTE: COOPERATIVA DOS TRANSPORTADORES DE VEICULOS E DE CARGAS EM GERAL
Advogados do(a) REQUERENTE: LILIA PIMENTEL DINELLY - SP204320, KARLA SANTOS NUNES - SP261355
REQUERIDO: Desconhecidos
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente intimada, por seu patrono, que fora remetido a CERTIDÃO DE DÉBITO JUDICIAL - Nº 003283/2019, para o tabelionato de protesto, de acordo com a Lei 3.896, de 24/08/2016, art. 35, § 2º. CERTIDÃO DE DÉBITO JUDICIAL - Nº 003283/2019.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 7014606-97.2015.8.22.0001
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
Assunto: Correção Monetária
Parte autora: EXEQUENTE: MARIANA BELANDI SCHEFFER DE OLIVEIRA
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO EXEQUENTE: GUSTAVO NOBRE DE AZEVEDO OAB nº RO5523A
Parte requerida: EXECUTADOS: TANIA BENTO, OTONIO MARTINS LIMA
Advogado da parte requerida: ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA DESPACHO
1. Para possibilitar o deferimento do pedido do exequente de inclusão de restrição no veículo, concedo o prazo de 10 (dez) dias para que apresente nos autos comprovante de recolhimento das custas, nos termos do art. 17 da Lei n. 3.896/2016 (Regimento de Custas).
Art. 17. O requerimento de buscas de endereços, bloqueio de bens ou quebra de sigilo fiscal, telemático e assemelhados, ainda que por meio eletrônico, deverá ser instruído com comprovante do pagamento da diligência, no valor de R$15,00 (quinze reais) para cada uma delas.
No mesmo prazo deverá apresentar planilha atualizada.
2. Sem prejuízo, expeça-se novo MANDADO de penhora e avaliação do veículo Peugeot 207 Passion XR 2010/2011, cor cinza, placa NCG 0419, a ser cumprido no endereço do executado Otonio Martins Lima (R. Pedro Albeniz, n. 6150, Aponiã).
3. Deverá o oficial, também, realizar a penhora e avaliação do imóvel indicado pelo credor, de matrícula n. 31031, sito à Rua Beira Sul, n. 7755, Bairro Três Marias, Porto Velho/RO, de propriedade da executada Tânia Bento.
4. Quanto ao pedido de notificação do patrono para acompanhar diligência, cabe a ele acompanhar o andamento processual e entrar em contato com o Oficial de Justiça após a expedição do MANDADO.
Intimem-se.
quinta-feira, 2 de maio de 2019
Luciane Sanches
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7038912-28.2018.8.22.0001
Classe: CÍVEL - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A
Advogado do(a) AUTOR: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA - SP115665
RÉU: ARLAN THIAGO SIQUEIRA LIMA
Intimação
Fica a parte exequente, por meio de seu(ua) advogado(a), intimado(a) a apresentar comprovante de pagamento referente as diligências judiciais requeridas (penhora online, BacenJud, Renajud), no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos da Lei 3896, de 24/08/2016, artigos 2º, VIII e 17, publicada no DOE N. 158, de 24/08/2016.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 7044000-18.2016.8.22.0001
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
Assunto: Perdas e Danos, Indenização por Dano Moral
Parte autora: EXEQUENTE: LISANDRA VANNESKA MONTEIRO NASCIMENTO SANTOS

Advogado da parte autora: ADVOGADO DO EXEQUENTE: ROMILTON MARINHO VIEIRA OAB nº RO633
Parte requerida: EXECUTADO: HIRAN SALDANHA DE MACEDO CASTIEL
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO EXECUTADO: HIRAN SALDANHA DE MACEDO CASTIEL OAB nº RO4235
Vistos,
Tendo em vista que o executado mesmo intimado não se manifestou acerca da contraproposta apresentada, deve a parte exequente indicar bens à penhora no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento.
Intimem-se.
quinta-feira, 2 de maio de 2019
Luciane Sanches
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 7050750-65.2018.8.22.0001
Classe: Alvará Judicial - Lei 6858/80
Assunto: Levantamento de Valor
Parte autora: REQUERENTES: HELIO HENRIQUE SANTOS DA SILVA, LUIS GONZAGA DOS SANTOS FILHO, ANDREIA ALVES DOS SANTOS, LUCICLEIA ALVES DOS SANTOS, LEOMAR ALVES SANTOS, LEONILDO ALVES SANTOS, LUCILENE ALVES SANTOS
Advogado da parte autora: ADVOGADOS DOS REQUERENTES: CARLOS ALBERTO CANTANHEDE LIMA OAB nº RO3206A
Parte requerida::
Advogado da parte requerida: ADVOGADOS DOS:
Vistos,
Trata-se de Embargos de Declaração opostos por HELIO HENRIQUE SANTOS DA SILVA e outros em face da SENTENÇA de id. 26232288. Aduz haver contradição e obscuridade. Pretende que sejam sanadas as irregularidades.
O incidente é tempestivo, razão pela qual dele conheço.
É o breve relatório.
DECIDO.
De acordo com o art. 1.022, incisos I a III, do CPC, só cabem embargos de declaração para: a) esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; b) suprir omissão ou ponto sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; c) corrigir erro material;
A análise dos embargos deixa evidente que a intenção da embargante é a reforma da SENTENÇA embargada. Se a pretensão da embargante é a reavaliação, deve valer-se do expediente adequado, jamais a estreita via dos embargos de declaração.
Mostra-se evidente, portanto, que a SENTENÇA embargada não possui nenhuma contradição ou obscuridade a ser sanada, sendo que o verdadeiro intuito da embargante é a revisão dos fundamentos da SENTENÇA guerreada em relação à convicção deste juízo.
Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração opostos, mantendo em todos os seus termos e por seus próprios fundamentos a SENTENÇA hostilizada.
Intime-se.
quinta-feira, 2 de maio de 2019
Luciane Sanches
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 0007672-87.2011.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: RILZAMAR DA LUZ PEREIRA
Advogado do(a) EXEQUENTE: ISABEL SILVA - RO3896
EXECUTADO: REAL MAIA TRANSPORTE EIRELI - ME
Advogados do(a) EXECUTADO: MICHELE LUANA SANCHES - RO2910, EDWALDO TAVARES RIBEIRO - GO12660, ALEXANDRE PAIVA CALIL - RO2894, MARIA CRISTINA LOZOVEY - GO24199
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada a dar regular andamento ao feito no prazo de 5 dias, sob pena de extinção/arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7048890-29.2018.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: BANCO DE LAGE LANDEN BRASIL S.A.
Advogado do(a) EXEQUENTE: CARLOS EDUARDO MENDES ALBUQUERQUE - PE18857
EXECUTADO: MAURILO JOSE DE MELO
INTIMAÇÃO
Considerando o pedido para expedição/desentranhamento do MANDADO, fica a parte autora, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimado(a) para no prazo de 5 (cinco) dias, proceder o recolhimento da taxa, que deverá ser o valor da diligência do oficial de justiça positiva, gerando o boleto para pagamento no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=MlUemieeJXHJRLgVw2OOAp_bZ65KzfhrXqOHVab-.wildfly01:custas1.1, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7017839-34.2017.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S.A.
Advogado do(a) EXEQUENTE: MAURO PAULO GALERA MARI - RO4937-S
EXECUTADO: G. MENDES DA SILVA - ME
Intimação
Fica a parte exequente, por meio de seu(ua) advogado(a), intimado(a) a apresentar comprovante de pagamento referente as diligências judiciais requeridas (penhora online, BacenJud, Renajud), no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos da Lei 3896, de 24/08/2016, artigos 2º, VIII e 17, publicada no DOE N. 158, de 24/08/2016.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7023659-34.2017.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: ALEXANDRE CAMARGO - RO704
EXECUTADO: FRANCINEIDE LUCINDO CORTEZ

INTIMAÇÃO
Fica a parte exequente intimada, no prazo de 05 dias,complementar o valor recolhido referente ao pagamento para distribuição da Carta Precatória, conforme art. 30 da Lei nº 3.896, de 24 de agosto de 2016 e Provimento Corregedoria nº 008/2017 (DJ 072 de 20/04/2017).

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 7001509-88.2019.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Indenizaçao por Dano Moral
Parte autora: AUTOR: LICIANE DA SILVA BENTES
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO AUTOR: ED CARLO DIAS CAMARGO OAB nº RO7357
Parte requerida: RÉU: EDMAR ALTOE
Vistos,
Defiro a expedição de Carta Precatória, preferencialmente por meio eletrônico (CPC, art. 263), sendo a parte autora beneficiária da AJG.
Conste os seguintes endereços do requerido:
(i) Ana Nery, nº 1233, bairro Liberdade, CEP nº 76920-000, Ouro Preto D'Oeste/RO, telefone nº 99382-0093
(ii) Rua João Paulo I, nº 163, Centro, Ouro Preto D'Oeste/RO, CEP nº 76920-000, ou ainda na,
(iii) Linha 05, TB -40, Lote 35/C, Gleba 25, Setor 05, Colina Verde, Cacaulândia/RO.
Não sendo possível a expedição por meio eletrônico, o diretor de cartório deverá fazer contato com o cartório distribuidor da comarca deprecada para obter endereço eletrônico para transmissão da carta que, uma vez enviada, deverá ter seu recebimento confirmado, identificando-se o servidor que a tenha recebido e sendo a confirmação juntada nos autos.
Decorridos mais de 30 (trinta) dias sem qualquer providência, deverá a parte autora ser intimada pessoalmente para, querendo, impulsionar o feito no prazo de 48 horas, sob pena de extinção do processo, nos termos do artigo 485, §1º do CPC.

Data de audiência para conciliação: 10/07/2019, às 10h:30min, na sala de audiência deste juízo, a qual deve constar na precatória.
Prazo para cumprimento: 30 (trinta) dias.
quinta-feira, 2 de maio de 2019
Luciane Sanches
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7016614-76.2017.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: Banco Bradesco
Advogado do(a) EXEQUENTE: MAURO PAULO GALERA MARI - RO4937-S
EXECUTADO: CARNEIRO & CIA LTDA - ME e outros
Advogado do(a) EXECUTADO: DOUGLAS TADEU CHIQUETTI - RO3946
Intimação
Fica a parte exequente, por meio de seu(ua) advogado(a), intimado(a) a apresentar comprovante de pagamento referente as diligências judiciais requeridas (penhora online, BacenJud, Renajud), no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos da Lei 3896, de 24/08/2016, artigos 2º, VIII e 17, publicada no DOE N. 158, de 24/08/2016.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7064950-48.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: CARLOS FELIPE MOURAO DA CONCEICAO
Advogado do(a) AUTOR: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA - RO1073
RÉU: GORETTI COMERCIO DE CONFECCOES LTDA
Advogado do(a) RÉU: CAROLINE CARRANZA FERNANDES - RO0001915A
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida intimada a, no prazo de 15 dias, apresentar contrarrazões ao recurso de apelação.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 7064952-18.2016.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
Parte autora: AUTOR: CARLOS FELIPE MOURAO DA CONCEICAO
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO AUTOR: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA OAB nº RO1073
Parte requerida: RÉU: BANCO HONDA S/A.
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO RÉU: AILTON ALVES FERNANDES OAB nº DF16854 DESPACHO
Com razão a parte autora.
Não fora observado a pendência de prazo para impugnação ao laudo pericial. Dito isto, torno sem efeito a SENTENÇA de id. 25437746.
Concedo o prazo de 15 (quinze) dias para as partes ratificarem ou apresentarem impugnação ao laudo pericial.
Decorrido o prazo, intime-se o perito para manifestação. Após, tornem os autos para análise.
Em relação ao pedido de realização de audiência de instrução e julgamento, indefiro o pedido do autor, porquanto a prova oral não tem o condão de suprir a prova grafotécnica, visto tratar-se de questão técnica.
Sem prejuízo, expeça-se alvará em favor do perito para levantamento dos honorários periciais (id. 22749898).
Intimem-se.
quinta-feira, 2 de maio de 2019
Luciane Sanches
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 0018890-15.2011.8.22.0001
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
Assunto: Cheque
Parte autora: EXEQUENTE: AUTOVEMA VEICULOS LTDA
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO EXEQUENTE: VALERIA MARIA VIEIRA PINHEIRO OAB nº RO1528, JOSE CRISTIANO PINHEIRO OAB nº RO1529, ERMELINO ALVES DE ARAUJO NETO OAB nº RO4317, FABIO CAMARGO LOPES OAB nº MG8807
Parte requerida: EXECUTADO: MARCIO ROBERTO ALVES DE SOUSA
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA

Vistos,
Considerando a petição do exequente, concedo prazo de 10 dias para indicar bens passíveis de constrição, sob pena de arquivamento.
Intimem-se.
quinta-feira, 2 de maio de 2019
Luciane Sanches
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7040514-25.2016.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: OMNI S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Advogado do(a) EXEQUENTE: GIULIO ALVARENGA REALE - RO6980
EXECUTADO: VALTER SANTOS CAMARA
INTIMAÇÃO
Considerando o pedido para expedição/desentranhamento do MANDADO, fica a parte autora, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimado(a) para no prazo de 5 (cinco) dias, proceder o recolhimento da taxa, que deverá ser o valor da diligência do oficial de justiça positiva, gerando o boleto para pagamento no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=MlUemieeJXHJRLgVw2OOAp_bZ65KzfhrXqOHVab-.wildfly01:custas1.1, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 0002544-18.2013.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Compromisso
Parte autora: EXEQUENTES: JULIANE GALVAO COSTA, WHANDERLEY DA SILVA COSTA
Advogado da parte autora: ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: RODRIGO REIS RIBEIRO OAB nº RO1659
Parte requerida: EXECUTADOS: THIAGO ALBERTO BARROS FERREIRA, Ted Wilson de Almeida Ferreira
Advogado da parte requerida: ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: RUTH GIL DO NASCIMENTO LIMA OAB nº RO6749, CAETANO VENDIMIATTI NETTO OAB nº RO1853
DECISÃO
Considerando as diversas tentativas inexitosas de localizar bens do executado passíveis de constrição, determino a suspensão da execução por 1 (um) ano, nos termos do art. 921, III, § 1º do NCPC.
Ressalto que os autos poderão ser desarquivados para o prosseguimento da execução na hipótese de serem encontrados bens penhoráveis do executado, conforme art. 921, § 3º do NCPC.
Decorrido o prazo de 1 (um) ano sem que seja localizado bens penhoráveis, o feito será remetido ao arquivo, independentemente de nova intimação, iniciando-se a contagem do prazo da prescrição intercorrente.
Intimem-se.
terça-feira, 30 de abril de 2019
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 7005236-60.2016.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
Parte exequente: AUTOR: GLEISON DIAS DOS SANTOS
Advogado da parte exequente: ADVOGADO DO AUTOR: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA OAB nº RO1073
Parte executada: RÉU: CLARO S.A.
Advogado da parte executada: ADVOGADO DO RÉU: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES OAB nº AC6235
SENTENÇA
Atento à manifestação de id. 26220353, ante o pagamento total do débito, com fundamento nos arts. 513 e 771, ambos do Novo Código de Processo Civil, e inciso II do artigo 924, do referido diploma legal, julgo extinta a obrigação no cumprimento de SENTENÇA movido por AUTOR: GLEISON DIAS DOS SANTOS AUTOR: GLEISON DIAS DOS SANTOS em face de RÉU: CLARO S.A., ambos qualificados nos autos.
Custas já recolhidas (id. 25826749/25826750).
EXPEÇA-SE alvará, em favor da parte autora/credora, para levantamento da quantia depositada nos autos (id. 25828801).
Ciente a parte, desde já, que o não levantamento da importância, no prazo de validade do alvará, implicará na imediata transferência do valor para conta a cargo do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, conforme disposto no §7º do art. 447 das Diretrizes Gerais Judiciais.
Considerando a preclusão lógica, o feito transita em julgado na data de hoje. Assim, procedam-se às anotações necessárias e baixas, arquivando-se os autos após o levantamento do alvará. Expeça-se o necessário.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
terça-feira, 30 de abril de 2019
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7019800-10.2017.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: MICHELLE VICTORIA MORAES CARDOSO TORQUATO
Advogados do(a) EXEQUENTE: MANOEL DENYS CARVALHO RIBEIRO REINALDO - RO6330, HENRIQUE EDUARDO DA COSTA SOARES - RO7363, IVONE SOUZA DE CASTRO - RO7392
EXECUTADO: MEGA CARRINHOS EIRELI - ME
Intimação
Fica a parte exequente, por meio de seu(ua) advogado(a), intimado(a) a apresentar comprovante de pagamento referente as diligências judiciais requeridas (penhora online, BacenJud, Renajud), no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos da Lei 3896, de 24/08/2016, artigos 2º, VIII e 17, publicada no DOE N. 158, de 24/08/2016.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7042060-47.2018.8.22.0001

Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: ORGAO GESTOR DE MAO DE OBRA DO TRABALHO PORTUARIO AVULSO DO PORTO DE PORTO VELHO
Advogados do(a) EXEQUENTE: WESLEY OLIVEIRA DA SILVA - RO6294, MILENA CONESUQUE - RO6970
EXECUTADO: E C DE ARAUJO NAVEGA O - ME
Advogado do(a) EXECUTADO: VITORIA JOVANA DA SILVA UCHOA - RO9233
INTIMAÇÃO
Fica a parte Exequente, por seu patrono, no prazo de 15 dias, intimada para manifestar acerca da Impugnação ao cumprimento de SENTENÇA (id 26834173).

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7006770-34.2019.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ANA LUCIA FERREIRA COSTA
Advogado do(a) AUTOR: MARLI SALVAGNINI - RO8050
RÉU: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogados do(a) RÉU: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO - RO635, MARCIO MELO NOGUEIRA - RO2827
INTIMAÇÃO
Considerando que não houve a autocomposição entre as partes, nos termos do art. 12, inc.I, da Lei nº 3.896/2016 (Lei de Custas do TJRO), deverá(ão) a(os) autora/autores efetuar o recolhimento de mais 1% sobre o valor da causa a título de custas iniciais, comprovando-o nos autos no prazo de até 05 (cinco) dias, exceto se beneficiados(s) pela concessão da justiça gratuita.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7003909-75.2019.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
Advogado do(a) AUTOR: ZOIL BATISTA DE MAGALHAES NETO - RO0001619A
RÉU: JOSILEYDE CRISTINA DE MENEZES NUNES
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora INTIMADA a se manifestar acerca da certidão do AR NEGATIVO NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS.
Em caso de solicitação de busca de endereços, bloqueios on line e assemelhados, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 7009724-87.2018.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Transação
Parte autora: EXEQUENTE: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO EXEQUENTE: ZOIL BATISTA DE MAGALHAES NETO OAB nº RO1619A
Parte requerida: EXECUTADO: AGLENE MARQUES
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DECISÃO
Em que pesem os argumentos da parte credora, entendo que o caso não se amolda ao disposto no art. 313, V, “a”.
Isso porque, trata-se de hipótese de suspensão para a prolação de “SENTENÇA de MÉRITO ”, o que não é o caso dos autos, visto tratar-se de execução de título extrajudicial, dispensando-se análise de conhecimento no feito.
Assim, concedo o prazo de 15 (quinze) dias para o credor indicar bens à penhora, sob pena de suspensão da execução, na forma do art. 921, III, do CPC.
Intimem-se.
quinta-feira, 2 de maio de 2019
Luciane Sanches
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7047102-77.2018.8.22.0001
Classe: DESAPROPRIAÇÃO (90)
AUTOR: JULIANA MARIA MACHADO COCO
Advogado do(a) AUTOR: FRANCISCO DE FREITAS NUNES OLIVEIRA - RO3913
RÉU: ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A. - ESBR
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA - CEJUSC/CÍVEL Data: 03/07/2019 Hora: 16:30
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7052327-15.2017.8.22.0001
Classe: MONITÓRIA (40)
AUTOR: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA-ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO RONDONIA S/A.
Advogado do(a) AUTOR: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318
RÉU: LEA CLARA PENSE DA LUZ
Advogado do(a) RÉU: MAURICIO COELHO LARA - RO845
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente intimada, no prazo de 05 dias, para manifestação quanto aos Embargos de Declaração apresentados.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 7011448-92.2019.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
Parte autora: AUTOR: FABIANO ALEXSANDRO SOUSA DOS SANTOS
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO AUTOR: EDGAR FERREIRA DE SOUZA OAB nº MT17664

Parte requerida: RÉU: VIVO S/A
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO RÉU:
SENTENÇA
AUTOR: FABIANO ALEXSANDRO SOUSA DOS SANTOS ajuizou a presente ação em face de RÉU: VIVO S/A, sendo indeferido o benefício da justiça gratuita, determinando-se a comprovação da hipossuficiência e apresentar certidões detalhadas de negativações, sob pena de indeferimento da inicial (id.25799240).
Regularmente intimada, a parte demandante quedou-se inerte.
É o relatório.
A parte requerente foi instada a emendar a petição inicial no prazo legal estabelecido pelo Código de Processo Civil, entretanto, deixou de atender a determinação do Juízo, dando causa ao indeferimento da inicial, face a ausência de comprovação de sua hipossuficiência ou recolhimento das custas cabíveis.
Ante o exposto, com fundamento no parágrafo único do art. 321 c/c o art. 330, IV, do Novo Código de Processo Civil, indefiro a petição inicial apresentada por AUTOR: FABIANO ALEXSANDRO SOUSA DOS SANTOS em face de RÉU: VIVO S/A e, em consequência, nos termos do inciso I do art. 485 do mesmo Código, julgo extinto o processo, sem resolução de MÉRITO.
Sem custas.
Não havendo apelação, certifique-se o trânsito em julgado e intime-se o Réu dos termos da SENTENÇA, conforme disposto no art. 331, § 3° do NCPC, após procedam-se às baixas e comunicações pertinentes, arquivando-se os autos.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
terça-feira, 30 de abril de 2019
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7041927-05.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ANTONIO AGNALDO DA CUNHA MAFRA
Advogados do(a) AUTOR: NAYLIN NICOLLE PAIXAO NUNES - RO9228, REGINA CELIA SANTOS TERRA CRUZ - RO1100, CAROLINE FRANCA FERREIRA BATISTA - RO2713
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO
Fica as partes intimadas a, no prazo de 15 dias, apresentarem as razões finais.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
COMARCA: PORTO VELHO
ÓRGÃO EMITENTE: 5ª VARA CÍVEL
EDITAL DE CITAÇÃO (Prazo: 20 dias)
(Execução de Título Extrajudicial)
DE: JULIANE OURO DA SILVA CPF: 511.770.802-49, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAR e INTIMAR o(a) Executado(a) acima mencionado, para que efetue pagamento do débito em 03 (três) dias úteis ou no prazo de 15 (quinze) dias úteis, opor Embargos à Execução, a contar da publicação deste edital, independentemente de penhora, depósito ou caução, observando-se o disposto no art. 827, § 1º § 2º do NCPC. Honorários fixados em 10% salvo embargos. Caso haja pagamento integral da dívida no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º do NCPC). Não efetuado o pagamento no prazo de 03 (três) dias úteis, proceder-se-á de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o Executado.
PRAZO: O prazo para opor embargos do Devedor será de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste edital.
ADVERTÊNCIA: Em caso de revelia, será nomeado curador especial nos termos do art. 257, IV do NCPC.
DÍVIDA CORRIGIDA: R$ 11.979,07, equivalente à Divida Principal (R$ 10.890,06 + 10% de honorários advocatícios) atualizado até 19/03/2014.
Processo: 0014177-89.2014.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
Advogados do(a) EXEQUENTE: DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO - RO3831, THIAGO VALIM - RO6320, JESUS CLEZER CUNHA LOBATO - RO2863
EXECUTADO: JULIANE OURO DA SILVA
DESPACHO de ID 24482404: " Vistos. Considerando as tentativas frustradas de localizar os requeridos para fins de citação, defiro o pleito de id 24141286 e determino a citação editalícia nos termos do art. 256 e art. 257, III do NCPC, no prazo de 30 (trinta) dias úteis. Deverá o (a) requerente, em 5 (cinco) dias, comprovar o recolhimento das custas para a publicação do edital no site do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, que deve ser certificada nos autos.Intimem-se. quarta-feira, 6 de fevereiro de 2019 Dalmo Antônio de Castro Bezerra Juiz de Direito"
Sede do Juízo: Fórum Cível, Av. Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho Fórum Cível RO, 76803-686 3217-1307 e-mail: 7civelcpe@tjro.jus.br
Porto Velho, 26 de fevereiro de 2019.
Carlos Gonçalves Tavares
Gestor de Equipe/CPE 206976-8

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7009547-94.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: LEANDRO SILVA CARDOZO
Advogado do(a) AUTOR: JANAINA GUARACIARA MENDES DA SILVA - RO5997
RÉU: JOSE REINALDO DE OLIVEIRA e outros
INTIMAÇÃO VIA DJ
Fica a parte Autora intimada a dar regular andamento ao feito no prazo de 5 dias, sob pena de extinção.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 2civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 0014177-89.2014.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
Advogados do(a) EXEQUENTE: JESUS CLEZER CUNHA LOBATO - RO2863, THIAGO VALIM - RO6320, DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO - RO3831

EXECUTADO: JULIANE OURO DA SILVA
CERTIDÃO Certifico que nesta data cadastrei na plataforma de editais do TJ/RO, o edital de citação retro com o registro do código Nº 5806.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7035983-22.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: MARCOS SOUZA DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: GENIVAL FERNANDES DE LIMA - RO2366
RÉU: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado do(a) RÉU: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - RO5369
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente intimada, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 0008761-09.2015.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXECUTADO: COMPANIA PANAMENA DE AVIACION S/A
Advogados do(a) EXECUTADO: SYLVAN BESSA DOS REIS - RO0001300A, RICARDO SIQUEIRA GONCALVES - RJ107192, EMANUELA DINIZ ROCHA - RO7110
EXEQUENTE: JAIR ROSSI DE MENDONCA
Advogados do(a) EXEQUENTE: VERONICA VERGINIA DOMINGOS RIOS LACERDA - RO5165, HAROLDO LOPES LACERDA - RO962
INTIMAÇÃO
Fica a parte Exequente intimada, por meio de seu patrono, a manifestar-se no prazo de 05 dias sobre o Depósito Judicial comprovado nos autos, ID 2675579.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7025757-55.2018.8.22.0001
Classe: MONITÓRIA (40)
AUTOR: BANCO BRADESCO S.A.
Advogado do(a) AUTOR: MAURO PAULO GALERA MARI - RO4937-S
RÉU: CARLOS KAILER NOGUEIRA e outros
INTIMAÇÃO VIA DJE
Fica a parte Autora intimada a dar regular andamento ao feito no prazo de 5 dias, sob pena de extinção.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7022903-93.2015.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: BANCO ITAÚ
Advogado do(a) EXEQUENTE: JOSE ALMIR DA ROCHA MENDES JUNIOR - RN392
EXECUTADO: FRANCISCO RODRIGUES MACEDO
Advogado do(a) EXECUTADO: VICTOR ALIPIO AZEVEDO BORGES - RO6985
Intimação
Fica a parte exequente, por meio de seu(ua) advogado(a), intimado(a) a apresentar comprovante de pagamento referente as diligências judiciais requeridas (penhora online, BacenJud, Renajud), no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos da Lei 3896, de 24/08/2016, artigos 2º, VIII e 17, publicada no DOE N. 158, de 24/08/2016.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 0010840-58.2015.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ELIZETE RODRIGUES BARROS
Advogados do(a) AUTOR: RAFAEL OLIVEIRA CLAROS - RO0003672A, MIRIAM PEREIRA MATEUS - RO5550
RÉU: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
Advogados do(a) RÉU: CLAYTON CONRAT KUSSLER - RO3861, EVERSON APARECIDO BARBOSA - RO2803, LUCIANA SALES NASCIMENTO - RO5082
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida intimada a, no prazo de 15 dias, apresentar contrarrazões ao recurso de apelação.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7010175-83.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: GABRIELA CASTRO DO CARMO
Advogado do(a) AUTOR: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA - RO1073
RÉU: LOSANGO PROMOÇOES DE VENDAS LTDA
Advogados do(a) RÉU: EDSON ANTONIO SOUSA PINTO - RO4643, GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - RO5546
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida, por seu patrono, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o depósito referente ao valor remanescente dos honorários periciais (R$ 1.000,00).

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7030002-80.2016.8.22.0001

Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: JHON KLEBY MAXIMO VIEIRA DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA - RO1073
RÉU: OLIVEIRA & CUSTODIO LTDA
Advogado do(a) RÉU: LEVY CARVALHO FERRAZ - RO1901
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida intimada a, no prazo de 15 dias, apresentar contrarrazões ao recurso de apelação.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307 e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7015175-30.2017.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: W & C SERVICOS LTDA - ME
Advogado do(a) EXEQUENTE: WANDERLEY DE SIQUEIRA - RO909
EXECUTADO: Banco Bradesco
Advogado do(a) EXECUTADO: WILSON BELCHIOR - CE17314
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida intimada, por meio de seu patrono, a manifestar-se no prazo de 05 dias sobre o Depósito Judicial comprovado nos autos, ID 26826863.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307 e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7036030-93.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: C. S. COMERCIO DE COSMETICOS E PERFUMARIA LTDA
Advogado do(a) AUTOR: REYNALDO DINIZ PEREIRA NETO - RO4180
RÉU: ADRIANA DA SILVA BEZERRA VEIGA
INTIMAÇÃO
Considerando o pedido para expedição/desentranhamento do MANDADO, fica a parte autora, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimado(a) para no prazo de 5 (cinco) dias, proceder o recolhimento da taxa, que deverá ser o valor da diligência do oficial de justiça positiva, gerando o boleto para pagamento no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=MlUemieeJXHJRLgVw2OOAp_bZ65KzfhrXqOHVab-.wildfly01:custas1.1, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307 e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7006730-52.2019.8.22.0001
Classe: MONITÓRIA (40)
AUTOR: ASSOCIACAO EDUCACIONAL LAURA VICUNA
Advogado do(a) AUTOR: ALEXANDRE CARNEIRO MORAES - RO6739
RÉU: RAIMUNDO NONATO SOARES
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora INTIMADA a se manifestar acerca da certidão do Oficial de Justiça NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS.
1) Caso queira o desentranhamento do MANDADO ou apresente novo endereço para nova diligência, deverá proceder o recolhimento da taxa, que deverá ser o valor da diligência do oficial de justiça positiva, gerando o boleto para pagamento no link abaixo descriminado, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=MlUemieeJXHJRLgVw2OOAp_bZ65KzfhrXqOHVab-.wildfly01:custas1.1,
2) Em caso de solicitação de busca de endereços, bloqueios on line e assemelhados, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307 e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7029652-58.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ANGLEZIANE ANTUNES SOUZA
Advogado do(a) AUTOR: VICTOR ALIPIO AZEVEDO BORGES - RO6985
RÉU: L. A. M. FOLINI COBRANCAS - ME
Advogados do(a) RÉU: GUSTAVO HENRIQUE STABILE - SP251594, PETERSON HENRIQUE NASCIMENTO LIMA - RO6509
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente, na pessoa de seu(ua) advogado(a), notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento de multa de litigância de má-fé no valor de 5% (cinco por cento) do valor da causa. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307 e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 0016522-62.2013.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: CARLOS ANDRE AGUIAR e outros
Advogado do(a) AUTOR: JOAO PAULO SILVINO AGUIAR - RO8087
RÉU: Manoel Silvino de Aguiar e outros
Advogado do(a) RÉU: FRANCISCO CARLOS DO PRADO - RO2701
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente, na pessoa de seu(ua) advogado(a), notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7008609-36.2015.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: AMARILDO LUIZ DO NASCIMENTO SABINI
Advogados do(a) EXEQUENTE: JAQUELINE JOICE REBOUCAS PIRES NOE - RO5481, VITOR MARTINS NOE - RO3035
EXECUTADO: BRASIL FLEET PARTICIPACOES LTDA e outros (2)
Advogado do(a) EXECUTADO: LUIS MARCELO BENITES GIUMMARRESI - MS5119
Advogado do(a) EXECUTADO: ANDRE LUIS XAVIER MACHADO - MS7676
INTIMAÇÃO
Fica a parte Executada, por seu patrono, no prazo de 05 dias, intimada para manifestar acerca da petição da parte Exequente (id 24923187).

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 0005775-19.2014.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: FERNANDO APARECIDO SOLTOVSKI
Advogado do(a) AUTOR: FERNANDO APARECIDO SOLTOVSKI - RO3478
RÉU: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado do(a) RÉU: NANCI CAMPOS - SP83577
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente intimada, por seu patrono, que foi procedido a remessa da Certidão de Débito Judicial n.º 003234/2019, para o tabelionato de protesto, de acordo com a Lei 3.896, de 24/08/2016, art. 35, § 2º.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7028412-34.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: MANOEL MENDES BARBOSA e outros (9)
Advogados do(a) AUTOR: ANTONIO DE CASTRO ALVES JUNIOR - RO2811, JEANNE LEITE OLIVEIRA - RO1068
Advogados do(a) AUTOR: ANTONIO DE CASTRO ALVES JUNIOR - RO2811, JEANNE LEITE OLIVEIRA - RO1068
Advogados do(a) AUTOR: JEANNE LEITE OLIVEIRA - RO1068, ANTONIO DE CASTRO ALVES JUNIOR - RO2811
Advogados do(a) AUTOR: JEANNE LEITE OLIVEIRA - RO1068, ANTONIO DE CASTRO ALVES JUNIOR - RO2811
Advogados do(a) AUTOR: JEANNE LEITE OLIVEIRA - RO1068, ANTONIO DE CASTRO ALVES JUNIOR - RO2811
Advogados do(a) AUTOR: JEANNE LEITE OLIVEIRA - RO1068, ANTONIO DE CASTRO ALVES JUNIOR - RO2811
Advogados do(a) AUTOR: JEANNE LEITE OLIVEIRA - RO1068, ANTONIO DE CASTRO ALVES JUNIOR - RO2811
Advogados do(a) AUTOR: ANTONIO DE CASTRO ALVES JUNIOR - RO2811, JEANNE LEITE OLIVEIRA - RO1068
Advogados do(a) AUTOR: ANTONIO DE CASTRO ALVES JUNIOR - RO2811, JEANNE LEITE OLIVEIRA - RO1068
RÉU: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
Advogado do(a) RÉU: CLAYTON CONRAT KUSSLER - RO3861
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida intimada a, no prazo de 15 dias, apresentar contrarrazões ao recurso de apelação.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 0018507-66.2013.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: Tudorondonia.com.br e outros (4)
Advogado do(a) EXEQUENTE: ROBSON SOUZA DE OLIVEIRA - RO2310
Advogado do(a) EXEQUENTE: ELIANIO DE NAZARE NASCIMENTO - RO3626
Advogado do(a) EXEQUENTE: ELIANIO DE NAZARE NASCIMENTO - RO3626
Advogado do(a) EXEQUENTE: PEDRO FRANCISCO DO NASCIMENTO NETO - RO286-B
EXECUTADO: MARCELO NASCIMENTO BESSA
Advogados do(a) EXECUTADO: VALNEI GOMES DA CRUZ ROCHA - RO2479, DENISE GONCALVES DA CRUZ ROCHA - RO1996, CARLOS EDUARDO FERREIRA LEVY - RO6930
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente intimada, por seu patrono, da a remessa da CERTIDÃO DE DÉBITO JUDICIAL - Nº 003236/2019, para o tabelionato de protesto, de acordo com a Lei 3.896, de 24/08/2016, art. 35, § 2º.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 7007937-86.2019.8.22.0001
Classe: Monitória
Assunto: Espécies de Títulos de Crédito
Parte autora: AUTOR: JOSE DE SOUZA NETO
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO AUTOR: JOSE ROBERTO WANDEMBRUCK FILHO OAB nº RO5063
Parte requerida: RÉU: ROBERTO AMBROSIO DA SILVA
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO RÉU:
SENTENÇA
AUTOR: JOSE DE SOUZA NETO ajuizou a presente ação em face de RÉU: ROBERTO AMBROSIO DA SILVA, sendo indeferido o benefício da justiça gratuita, determinando-se a comprovação do recolhimento das custas pertinentes, sob pena de indeferimento da inicial (id. 26009477).
Regularmente intimada, a parte demandante quedou-se inerte.
É o relatório.
A parte requerente foi instada a emendar a petição inicial no prazo legal estabelecido pelo Código de Processo Civil, entretanto, deixou de atender a determinação do Juízo, dando causa ao indeferimento da inicial, face a ausência de comprovação do recolhimento das custas cabíveis.
Ante o exposto, com fundamento no parágrafo único do art. 321 c/c o art. 330, IV, do Novo Código de Processo Civil, indefiro a petição inicial apresentada por AUTOR: JOSE DE SOUZA NETO em face de RÉU: ROBERTO AMBROSIO DA SILVA e, em consequência, nos termos do inciso I do art. 485 do mesmo Código, julgo extinto o processo, sem resolução de MÉRITO.
Sem custas.

Não havendo apelação, certifique-se o trânsito em julgado e intime-se o Réu dos termos da SENTENÇA, conforme disposto no art. 331, § 3° do NCPC, após procedam-se às baixas e comunicações pertinentes, arquivando-se os autos.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
terça-feira, 30 de abril de 2019
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 7017503-59.2019.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Transação
Parte autora: EXEQUENTE: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO EXEQUENTE: EDIJANE CEOBANIUC DA SILVA OAB nº RO6897
Parte requerida: EXECUTADO: KAROLAINE VIEIRA DA SILVA
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO EXECUTADO:
Vistos,
Não obstante a parte exequente tenha apresentado o contrato firmado com a parte executada, no caso específico dos autos, considerando a natureza da obrigação, deverá comprovar a efetiva prestação dos serviços educacionais. Neste sentido, a jurisprudência:
CIVIL E PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO. conTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS. OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA. TÍTULO EXECUTIVO. COMPROVAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO PELA INSTITUIÇÃO DE ENSINO CREDORA. PRECEDENTES DO STJ. EXECUÇÃO. CPC, 615, IV. PROVIMENTO. I - Para contrato de prestação de serviços educacionais tornar-se hábil a instruir processo de execução, é necessário que represente obrigação líquida, certa e exigível, nos termos do art. 586 do Código de Processo Civil com a comprovação do cumprimento da obrigação pelo credor (art. 615, IV, do CPC); II - apelação provida.(TJ-MA - AC: 181262010 MA, Relator: CLEONES CARVALHO CUNHA, Data de Julgamento: 17/08/2010, SAO LUIS).
Dito isso, a exequente deverá trazer aos autos documentos hábeis a demonstrar a utilização dos serviços pela executada (por exemplo: histórico das notas, frequência nas aulas), no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Intime-se.
terça-feira, 30 de abril de 2019
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 7013954-80.2015.8.22.0001
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
Assunto: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
Parte autora: EXEQUENTE: OMNI S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO EXEQUENTE: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO OAB nº DF96864
Parte requerida: EXECUTADO: ALIOMAR HONORATO SILVA
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO EXECUTADO: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA OAB nº RO1073
DESPACHO
Concedo o prazo de 15 (quinze) dias para o credor indicar bens à penhora, sob pena de arquivamento.
Intimem-se.
quinta-feira, 2 de maio de 2019
Luciane Sanches
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 7014708-22.2015.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Adimplemento e Extinção, Perdas e Danos, Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material, Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
Parte exequente: AUTORES: VERA MONICA QUEIROZ FERNANDES AGUIAR, PAULO ANTONIO CAVALCANTE AGUIAR
Advogado da parte exequente: ADVOGADOS DOS AUTORES: VERA MONICA QUEIROZ FERNANDES AGUIAR OAB nº AC2358
Parte executada: RÉUS: AGUIAR PRE MOLDADOS LTDA EPP - EPP, BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado da parte executada: ADVOGADOS DOS RÉUS: RAFAEL SGANZERLA DURAND OAB nº MT12208A, JOANNES PAULUS DE LIMA SANTOS OAB nº RO4244
SENTENÇA
Atento à manifestação de id. 26704576, ante o pagamento total do débito e satisfação dos exequentes, com fundamento nos arts. 513 e 771, ambos do Novo Código de Processo Civil, e inciso II do artigo 924, do referido diploma legal, julgo extinta a obrigação no cumprimento de SENTENÇA movido por AUTORES: VERA MONICA QUEIROZ FERNANDES AGUIAR, PAULO ANTONIO CAVALCANTE AGUIAR em face de RÉUS: AGUIAR PRE MOLDADOS LTDA EPP - EPP, BANCO DO BRASIL S.A., ambos qualificados nos autos.
Custas pela parte executada, devendo proceder o pagamento, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa, cuja guia deverá ser gerada pelo endereço eletrônico: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
EXPEÇA-SE alvará, em favor da parte autora/credora, para levantamento da quantia depositada nos autos (id.26575737).
Ciente a parte, desde já, que o não levantamento da importância, no prazo de validade do alvará, implicará na imediata transferência do valor para conta a cargo do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, conforme disposto no §7º do art. 447 das Diretrizes Gerais Judiciais.
Considerando a preclusão lógica, o feito transita em julgado na data de hoje. Assim, procedam-se às anotações necessárias e baixas, arquivando-se os autos após o levantamento do alvará e recolhimento de custas. Proceda a escrivania nos termos do Provimento Conjunto nº. 005/2016-PR-CG, arquive-se. Expeça-se o necessário.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
quinta-feira, 2 de maio de 2019
Luciane Sanches
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 7003268-24.2018.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Adimplemento e Extinção
Parte autora: EXEQUENTE: AHD ENSINOS ODONTOLOGICOS LTDA - ME
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO EXEQUENTE: CLEIDE GUEDES DA CRUZ OAB nº RO8177, EVA LIDIA DA SILVA OAB nº RO6518
Parte requerida: EXECUTADO: KAYLA SAMPAIO CAPILLA
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO EXECUTADO: Fernando Albino do Nascimento OAB nº RO6311 DESPACHO
Altere-se a classe processual para cumprimento de SENTENÇA.
Nos termos do art. 523 do Código de Processo Civil, fica o executado intimado para pagar voluntariamente o débito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios, também em 10% (dez por cento) sobre o débito, ficando ainda sujeito a atos de expropriação (§3º do art. 523 do CPC).
A intimação se dará por carta com aviso de recebimento/meio do advogado constituídos nos autos/ por edital, nos termos do §2º do art. 513 do diploma processual.
Também, fica a parte executada desde já ciente de que, com o transcurso do prazo para pagamento voluntário, nos termos do art. 525 do CPC (independentemente de penhora ou nova intimação), inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que, querendo, apresente impugnação ao cumprimento de SENTENÇA.
Havendo impugnação, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre a impugnação ao cumprimento de SENTENÇA, no prazo de 15 (quinze) dias.
Não havendo impugnação, intime-se a parte exequente para atualizar o débito e requerer o que entender de direito, atentando para que, caso ocorra o pagamento parcial do débito, a multa e os honorários advocatícios estabelecidos incidirão sobre o remanescente da dívida. Se houver interesse em proceder às pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, apresente a parte exequente, no prazo de 5 (cinco) dias, o comprovante de pagamento de taxa referente a cada diligência judicial requerida, nos termos da Lei n. 3.896/2016, artigos 2º, VIII e 17.
Em caso de pagamento voluntário, intime-se a parte exequente, por meio de seu(s) advogado(s), para informar a satisfação do crédito e/ou requerer o que de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de presunção de aceitação tácita quanto aos valores depositados como sendo o pagamento integral da obrigação.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE COMO:
a) CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO DA(S) PARTE(S) EXECUTADA(S);
b) ou EDITAL COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS DE INTIMAÇÃO DA(S) PARTE(S) EXECUTADA(S) para efetuar o pagamento acima e impugnar; desde logo nomeio curador especial ao intimado por edital, na pessoa do Defensr Público que exerce tal função, intimando-se-o.
Endereço do executado: EXECUTADO: KAYLA SAMPAIO CAPILLA, RUA SENADOR ÁLVARO MAIA 5358, - DE 1266/1267 A 1644/1645 OLARIA - 76801-270 - PORTO VELHO - RONDÔNIA EXECUTADO: KAYLA SAMPAIO CAPILLA, RUA SENADOR ÁLVARO MAIA 5358, - DE 1266/1267 A 1644/1645 OLARIA - 76801-270 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
quinta-feira, 2 de maio de 2019
Luciane Sanches
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 7010388-55.2017.8.22.0001
Classe: Monitória
Assunto: Contratos Bancários
Parte autora: AUTOR: BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A-EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO AUTOR: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO OAB nº SP98628
Parte requerida: RÉU: DIANA BRAZ PIMENTEL DE OLIVEIRA
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO RÉU: CAMILLA ALENCAR ASSIS SILVA OAB nº RO8645, VALERIA MOREIRA DE ALENCAR RAMALHO OAB nº RO3719 DESPACHO
Para possibilitar o recebimento do cumprimento de SENTENÇA deverá a parte credora cumprir o disposto no art. 524 do CPC, apresentando demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, contendo todos os requisitos dos incisos do mencionado artigo.
Prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento.
Intimem-se.
quinta-feira, 2 de maio de 2019
Luciane Sanches
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 7024768-49.2018.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Abatimento proporcional do preço
Parte autora: AUTOR: ALCIONE BENTO PROENCA DE OLIVEIRA
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO AUTOR: ROBERIO RODRIGUES DE CASTRO OAB nº SP348669
Parte requerida: RÉU: BANCO PAN S.A.
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO RÉU: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES OAB nº AC4778 DESPACHO
Manifeste-se a parte requerida acerca de proposta de id. 26187075, no prazo de 10 (dez) dias.
Intimem-se.
quinta-feira, 2 de maio de 2019
Luciane Sanches
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 7042608-43.2016.8.22.0001
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Assunto: Alienação Fiduciária
Parte autora: AUTOR: BANCO PAN S.A.
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO AUTOR: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR OAB nº GO7317
Parte requerida: RÉU: ALERSON CAVALCANTE FARIAS PEREIRA
Vistos,
O endereço para qual foi enviado a notificação de id. 22106419, diverge do qual houve a citação (id. 18307352).
Assim, a notificação para recolhimento das custas judicias deve ser direcionado para o endereço RUA MURIAÉ, 11.307 – BAIRRO: MARCOS FREIRE – PORTO VELHO/RO – 76.814-072.
De outro lado, deve a parte vencedora se manifestar acerca de eventual interesse no cumprimento de SENTENÇA, em 15 (quinze) dias, que prosseguirá nestes próprios autos.

Pagas ou inscritas as custas e não tendo manifestação quanto ao cumprimento de SENTENÇA, arquive-se.
Intimem-se.
quinta-feira, 2 de maio de 2019
Luciane Sanches
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 7014207-34.2016.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Indenização por Dano Moral
Parte autora: AUTOR: RANDRESSON UELISSON ALVES DE MELO
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO AUTOR: FAUSTO SCHUMAHER ALE OAB nº RO273516
Parte requerida: RÉU: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO RÉU: ERICA CRISTINA CLAUDINO OAB nº RO6207 DESPACHO
Nos termos do art. 523 do Código de Processo Civil, fica o executado intimado para pagar voluntariamente o débito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios, também em 10% (dez por cento) sobre o débito, ficando ainda sujeito a atos de expropriação (§3º do art. 523 do CPC).
A intimação se dará por carta com aviso de recebimento/meio do advogado constituídos nos autos/ por edital, nos termos do §2º do art. 513 do diploma processual.
Também, fica a parte executada desde já ciente de que, com o transcurso do prazo para pagamento voluntário, nos termos do art. 525 do CPC (independentemente de penhora ou nova intimação), inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que, querendo, apresente impugnação ao cumprimento de SENTENÇA.
Havendo impugnação, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre a impugnação ao cumprimento de SENTENÇA, no prazo de 15 (quinze) dias.
Não havendo impugnação, intime-se a parte exequente para atualizar o débito e requerer o que entender de direito, atentando para que, caso ocorra o pagamento parcial do débito, a multa e os honorários advocatícios estabelecidos incidirão sobre o remanescente da dívida. Se houver interesse em proceder às pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, apresente a parte exequente, no prazo de 5 (cinco) dias, o comprovante de pagamento de taxa referente a cada diligência judicial requerida, nos termos da Lei n. 3.896/2016, artigos 2º, VIII e 17.
Em caso de pagamento voluntário, intime-se a parte exequente, por meio de seu(s) advogado(s), para informar a satisfação do crédito e/ou requerer o que de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de presunção de aceitação tácita quanto aos valores depositados como sendo o pagamento integral da obrigação.
Intimem-se.
Endereço do executado: RÉU: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137 INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA RÉU: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137 INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
quinta-feira, 2 de maio de 2019
Luciane Sanches
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível - Fórum Cível Processo n. 7017737-12.2017.8.22.0001
AUTOR: BANCO BRADESCO CARTOES S.A.
ADVOGADO DO AUTOR: ANDRE NIETO MOYA OAB nº DF42839
RÉU: JUCILENE DE SOUZA DUARTE
ADVOGADO DO RÉU:
Valor da causa: R$75.636,59 DESPACHO
1- Fica a parte autora intimada, via DJ, para apresentar contrarrazões ao recurso de apelo no prazo de 15 dias, nos termos do art. 1.010, §1º do CPC.
2- Havendo apresentação de Recurso Adesivo, intime-se conforme §2º do art. 1.010 do mesmo diploma legal.
3- Após, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça para análise do juízo de admissibilidade recursal (§3º).
Porto Velho - RO, 2 de maio de 2019.
Luciane Sanches
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7045496-48.2017.8.22.0001
Classe: CÍVEL - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
Advogado do(a) AUTOR: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO - SP192649
RÉU: CAIO ESTEVAM DE OLIVEIRA
INTIMAÇÃO
Considerando o pedido para expedição/desentranhamento do MANDADO, fica a parte autora, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimado(a) para no prazo de 5 (cinco) dias, proceder o recolhimento da taxa, que deverá ser o valor da diligência do oficial de justiça positiva, gerando o boleto para pagamento no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=MlUemieeJXHJRLgVw2OOAp_bZ65KzfhrXqOHVab-.wildfly01:custas1.1, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7016780-74.2018.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: EURISMAR RODRIGUES DOS SANTOS
Advogado do(a) EXEQUENTE: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA - RO1073
EXECUTADO: LOJAS RENNER S.A.
Advogado do(a) EXECUTADO: JULIO CESAR GOULART LANES - RO4365
INTIMAÇÃO
Fica a parte /Requerida, na pessoa de seu(ua) advogado(a), notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:

http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 0021009-41.2014.8.22.0001
Classe: PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXIGIDAS (45)
AUTOR: CASA DO PADEIRO DE RONDONIA EIRELI
Advogado do(a) AUTOR: SABRINA PUGA - RO4879
RÉU: BANCO DA AMAZONIA SA
Advogados do(a) RÉU: DANIELE GURGEL DO AMARAL - RO1221, GILBERTO SILVA BOMFIM - RO1727, LAURO LUCIO LACERDA - RO3919, WASHINGTON FERREIRA MENDONCA - RO1946, MICHEL FERNANDES BARROS - RO1790, FABRICIO DOS REIS BRANDAO - PA11471
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente intimada a, no prazo de 15 dias, apresentar contrarrazões ao recurso de apelação.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 7049497-76.2017.8.22.0001
Classe: Monitória
Assunto: Cheque
Parte autora: AUTOR: AUTO POSTO IRMAOS BATISTA LTDA
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO AUTOR: ANDRE RICARDO STRAPAZZON DETOFOL OAB nº RO4234
Parte requerida: RÉU: FRANCISCO CHAGAS BARRETO
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO RÉU:
Vistos,
Indefiro o pedido de id. 26795435, em razão dos motivos encartados no id. 19718145.
Com efeito, é incumbência da parte diligenciar e pode, caso queira, solicitar pesquisa via BACENJUD para pesquisa da parte contrária, desde que recolha as custas, nos termos do art. 17 da Lei n. 3.896/2016 (Regimento de Custas).
Intimem-se.
quinta-feira, 2 de maio de 2019
Luciane Sanches
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7026999-20.2016.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: EUDES KANG TOURINHO
Advogado do(a) EXEQUENTE: CASSIO ESTEVES JAQUES VIDAL - RO5649
EXECUTADO: WANMIX CONCRETO LTDA. e outros
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada a dar regular andamento ao feito no prazo de 5 dias, sob pena de extinção/arquivamento.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 7017505-97.2017.8.22.0001
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
Assunto: Cédula de Crédito Comercial
Parte autora: EXEQUENTE: DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS RONDOBRAS LTDA
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO EXEQUENTE: LENO FERREIRA ALMEIDA OAB nº RO6211
Parte requerida: EXECUTADO: MARIA CICERA DE ASSIS
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO EXECUTADO:
DESPACHO:
Trata-se de feito em fase de cumprimento de SENTENÇA, cujo desarquivamento pode ser feito a qualquer tempo mediante simples requerimento.
Assim, diante da inércia da parte credora, ao arquivo com as anotações necessárias.
Intime-se.
quinta-feira, 2 de maio de 2019
Luciane Sanches
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 7012927-23.2019.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Juros
Parte autora: EXEQUENTE: ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA A CULTURA NA AMAZONIA MOACYR GRECHI - AASCAM
Advogado da parte exequente: ADVOGADO DO EXEQUENTE: RAFAEL NEVES ALVES OAB nº RO9797
Parte requerida: EXECUTADO: RAFAELA TANIA MELO TORRICO
Advogado da parte executada: ADVOGADO DO EXECUTADO:
DESPACHO
Cite-se em execução para que, no prazo de três dias, efetue o pagamento da dívida, contados a partir da citação (art. 829 e 231 §3º do NCPC), ou, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, opor embargos à execução, independentemente de penhora, depósito ou caução, observando-se o disposto no artigo 827, §1º §º2º do NCPC.
Fixo honorários em 10%, salvo embargos. Conste-se do MANDADO que, caso haja o pagamento integral da dívida, no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º do NCPC).
Valor atualizado da dívida: R$3.766,06 + 10% de honorários advocatícios.
Não efetuado o pagamento no prazo de 3 (três) dias úteis, munido da segunda via do MANDADO, o Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado.
Autorizo o Oficial de Justiça a utilizar-se das prerrogativas do art. 252 do NCPC.
Caso não seja encontrado o devedor, deverá o Oficial de Justiça, arrestar-lhe tantos bens quanto sejam necessários para garantir a execução, cumprindo o disposto no art. 830, §1º, do CPC.
O executado pode requerer a substituição da penhora no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato, desde que atendido os requisitos do art. 847 e ss do NCPC.
Feito o pedido de substituição o exequente deverá ser intimado a se manifestar em 5 (cinco) dias úteis.
Caso aceita a substituição, inclusive pela não manifestação no prazo de 3 dias, tome-se ela por termo (art. 853 e 849 do CPC).
No mesmo prazo dos embargos, a parte executada pode reconhecer o crédito do exequente, e requerer, desde que comprovado o depósito de 30% do valor da execução acrescidos de custas

e honorários, o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas as subsequentes de correção monetária e juros de 1% de ao mês (art. 916 NCPC). Nesta hipótese, o credor deverá ser intimado para se manifestar quanto ao depósito e logo em seguida os autos virão conclusos para DECISÃO.
Se houver interesse em proceder às pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, apresente a parte exequente, no prazo de 5 (cinco) dias, o comprovante de pagamento de taxa referente a cada diligência judicial requerida, nos termos da Lei n. 3.896/2016, arts. 2º, VIII e 17.
Restando infrutífera a tentativa de citação ou penhora de bens, deverá a parte exequente ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento, no prazo de 5 (cinco) dias. Silenciando-se quanto à citação do executado, o feito será extinto, sem resolução do MÉRITO, nos termos do ar. 485, IV, do CPC.
Fica a parte executada advertida que a petição inicial, e documentos que a instruem poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO.
Endereço da parte requerida: EXECUTADO: RAFAELA TANIA MELO TORRICO, RUA DA CASSITERITA 4758, - DE 4618/4619 AO FIM FLODOALDO PONTES PINTO - 76820-674 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
quinta-feira, 2 de maio de 2019
Luciane Sanches
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível - Fórum Cível Processo: 7023088-29.2018.8.22.0001
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
Assunto: Cheque
Parte autora: EXEQUENTE: JOAQUIM OLIVEIRA
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO EXEQUENTE: LELIA DE OLIVEIRA RIBEIRO GOMES NETA OAB nº RO4308
Parte requerida: EXECUTADO: ROVER DISTRIBUIDORA - IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO EXECUTADO: ANA GABRIELA ROVER OAB nº RO5210, ISRAEL AUGUSTO ALVES FREITAS DA CUNHA OAB nº RO2913
Vistos,
Remetam-se os à Contadoria Judicial para realização de laudo contábil dirimindo assim, as controvérsias levantadas nas petições de id. 22688488 e 19023819, acerca da incidência de juros de mora e a correção monetária.
Intimem-se.
quinta-feira, 2 de maio de 2019
Luciane Sanches
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

6ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7002734-46.2019.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: CLEANE BARROS MOREIRA
Advogados do(a) AUTOR: TIAGO JOSE ROTUNO VIEIRA - RO9787, ROBERTO BARBOSA SANTOS - AC4703
RÉU: RESIDENCIAL VIENA INCORPORACOES SPE 01 LTDA
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 6ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA - CEJUSC/CÍVEL- Data: 08/07/2019 Hora: 17:00
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7008790-95.2019.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: JEFERSON FEITOSA MULLER
Advogados do(a) AUTOR: LEANDRO NASCIMENTO DA CONCEICAO - RO10068, POLLYANA JUNIA MUNIZ DA SILVA NASCIMENTO - RO0005001A
RÉU: RESIDENCIAL VIENA INCORPORACOES SPE 01 LTDA
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 6ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA - CEJUSC/CÍVEL- Data: 08/07/2019 Hora: 11:30
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7000220-23.2019.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: RANUSE SOUZA DE OLIVEIRA
Advogado do(a) AUTOR: RANUSE SOUZA DE OLIVEIRA - RO6458
RÉU: G DA COSTA DIAS TURISMO e outros
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 6ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA - CEJUSC/CÍVEL Data: 08/07/2019 Hora: 09:00
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 0018684-64.2012.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: MARILUCE GONDIM BARRETO
Advogado do(a) EXEQUENTE: MARIA DA CONCEICAO SOUZA VERA - RO0000573A

EXECUTADO: LIMA E FACANHA REPRESENTACOES LTDA - EPP e outros
Advogado do(a) EXECUTADO: VALTER RINCOLATO - RO0002768A
Advogados do(a) EXECUTADO: DANIELE MEIRA COUTO - RO2400, PAULO ROBERTO DEMARCHI - SP184458
INTIMAÇÃO
Ficam as partes MARILUCE GONDIM BARRETO e CERAMICA VILLAGRES LTDA, por seus patronos, no prazo de 15 (quinze dias) dias, intimadas para recolher as custas iniciais devidamente atualizadas, conforme DECISÃO ID22796370. Saliento que a Central de Atendimento Cível-CAC situada no Fórum Cível (Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686) poderá auxiliar na emissão de guia rateada.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7014439-41.2019.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: CENTRO FARMA - COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
Advogados do(a) AUTOR: ISRAEL AUGUSTO ALVES FREITAS DA CUNHA - RO2913, IGRAINE SILVA AZEVEDO MACHADO - RO9590
RÉU: FARMACIA NACIONAL COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - ME
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 6ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA - CEJUSC/CÍVEL Data: 08/07/2019 Hora: 16:00
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 0018684-64.2012.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: MARILUCE GONDIM BARRETO
Advogado do(a) EXEQUENTE: MARIA DA CONCEICAO SOUZA VERA - RO0000573A
EXECUTADO: LIMA E FACANHA REPRESENTACOES LTDA - EPP e outros
Advogado do(a) EXECUTADO: VALTER RINCOLATO - RO0002768A
Advogados do(a) EXECUTADO: DANIELE MEIRA COUTO - RO2400, PAULO ROBERTO DEMARCHI - SP184458
INTIMAÇÃO
Ficam as partes MARILUCE GONDIM BARRETO e CERAMICA VILLAGRES LTDA, por seus patronos, no prazo de 15 (quinze dias) dias, intimadas para recolher as custas iniciais devidamente atualizadas, conforme DECISÃO ID22796370. Saliento que a Central de Atendimento Cível-CAC situada no Fórum Cível (Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686) poderá auxiliar na emissão de guia rateada.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7005350-91.2019.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: MARA ROSANE PEREIRA DA SILVA
Advogados do(a) AUTOR: DIMAS FILHO FLORENCIO LIMA - RO7845, CAIO VINICIUS CORBARI - RO8121, JONATTAS AFONSO OLIVEIRA PACHECO - RO8544
RÉU: BANCO BONSUCESSO S.A.
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 6ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA - CEJUSC/CÍVEL Data: 08/07/2019 Hora: 11:30
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
INTIMAÇÃO
Processo: 7003856-94.2019.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
Advogado do(a) AUTOR: ZOIL BATISTA DE MAGALHAES NETO - RO0001619A
RÉU: MARIANA REIS BARRETO
Fica a parte Autora INTIMADA a se manifestar acerca da certidão do Oficial de Justiça NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS, sob pena de arquivamento/extinção.
1) Caso queira o desentranhamento do MANDADO ou apresente novo endereço para nova diligência, deverá proceder o recolhimento da taxa, que deverá ser o valor da diligência do oficial de justiça positiva, gerando o boleto para pagamento no link abaixo descriminado, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=MlUemieeJXHJRLgVw2OOAp_bZ65KzfhrXqOHVab-.wildfly01:custas1.1,
2) Em caso de solicitação de busca de endereços, bloqueios on line e assemelhados, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 0008727-68.2014.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: TAPAJOS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
Advogados do(a) EXEQUENTE: MARCELO ESTEBANEZ MARTINS - RO3208, JULIANA SAVENHAGO PEREIRA - RO7681, JOSE NONATO DE ARAUJO NETO - RO6471
EXECUTADO: E.M.C COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA - ME e outros (2)
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora INTIMADA a se manifestar acerca da certidão do AR NEGATIVO NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS.
Em caso de solicitação de busca de endereços, bloqueios on line e assemelhados, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7008601-88.2017.8.22.0001

Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: LUIZ WANDERLEY BRITO ROLA
Advogado do(a) AUTOR: VICTOR ALIPIO AZEVEDO BORGES - RO6985
RÉU: CLUB MAIS ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA.
Advogado do(a) RÉU: VALERIA CRISTINA BAGGIO DE CARVALHO RICHTER - MT4676
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente, por seu patrono, no prazo de 05 dias, intimada para informar a satisfação do crédito e/ou requerer o que de direito, sob pena de aceitação dos valores depositados como sendo o pagamento integral da obrigação.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 0011309-07.2015.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: MARIO MARCELO GONCALVES DA SILVA
Advogados do(a) EXEQUENTE: WILMO ALVES - RO6469, MARCIA BERENICE SIMAS ANTONETTI - RO1028, EVERTHON BARBOSA PADILHA DE MELO - RO3531
EXECUTADO: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogados do(a) EXECUTADO: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318, JONATHAS COELHO BAPTISTA DE MELLO - RO3011, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida intimada, por seu patrono, para apresentar poderes e retirar o alvará ou informar conta para deposito, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7013465-43.2015.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: BR CONSORCIOS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA
Advogados do(a) EXEQUENTE: JEFFERSON DO CARMO ASSIS - PR4680, PABLO JAVAN SILVA DANTAS - RO6650
EXECUTADO: GLAUBER ARAUJO CARVALHO
Advogado do(a) EXECUTADO: RAIMUNDO GONCALVES DE ARAUJO - RO3300
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora/Exequente, por meio de seu(s) advogado(s), para informar a satisfação do crédito e/ou requerer o que de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de aceitação dos valores depositados como sendo o pagamento integral da obrigação.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 0026107-75.2012.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: Banco do Brasil S. A.
Advogados do(a) EXEQUENTE: GABRIELA DE LIMA TORRES - RO5714, CARLOS ALBERTO CANTANHEDE DE LIMA JUNIOR - RO8100, JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - RO6676, SERVIO TULIO DE BARCELOS - RO6673, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318
EXECUTADO: FATIMA APARECIDA DE SOUZA MAIA QUEIROGA e outros (2)
Advogado do(a) EXECUTADO: LUCIO AFONSO DA FONSECA SALOMAO - RO1063
Advogados do(a) EXECUTADO: RAIMUNDO GONCALVES DE ARAUJO - RO3300, SALETE BENVENUTTI BERGAMASCHI - RO2230, PATRICIA BERGAMASCHI DE ARAUJO - RO4242
INTIMAÇÃO
Fica a parte Exequente intimada, no prazo de 05 (cinco) dias, para atualizar o débito, bem como, requerer o que entender de direito.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
PROCESSO Nº7033027-33.2018.8.22.0001
CLASSE:Recuperação judicial e Falência, Classificação de créditos
REQUERENTE: ANDREIA DE SOUZA ROCHA, CELIO ROBERTO DE LIMA SILVA
ADVOGADO(A) DO(A) AUTOR(A): FRANCISCO RIBEIRO NETO OAB nº RO875A, RENAN DE SOUZA CAMPOS OAB nº MT951
REQUERIDO(A): TRES MARIAS TRANSPORTES LTDA.
ADVOGADO(A) DO REQUERIDO(A): DESPACHO
Trata-se de impugnação de crédito proposta por ANDREIA DE SOUZA ROCHA, CELIO ROBERTO DE LIMA SILVA em desfavor da Recuperanda TRES MARIAS TRANSPORTES LTDA., requerendo alteração do quadro geral de credores.
Dessa forma, nos termos do art. 11 da Lei 11.101/2005, fica intimada a Recuperanda para contestar os pedidos iniciais, no prazo de 05 (cinco) dias, podendo, caso queira, juntar os documentos que julgue pertinente, bem como indicar outras provas que repute necessárias.
Findo o prazo, deverá a CPE intimar o Administrador Judicial para emitir parecer, em 5 (cinco) dias (art. 12, parágrafo único, Lei 11.101/2005).
Transcorrido o prazo supracitado, fica intimada a parte Impugnante para se manifestar em 5 (cinco) dias (art. 12, Lei 11.101/2005).
Por fim, dê-se vistas dos autos ao Ministério Público para se manifestar.
Após, volvam os autos conclusos.
Porto velho/RO, {{data.extenso}}
Gleucival Zeed Estevão
Juiz de Direito
Fórum Cível da Comarca de Porto Velho
Av. Lauro Sodré, Nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7043967-91.2017.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: MATRA COMERCIO DE MAQUINAS E TRATORES LTDA - EPP
Advogado do(a) EXEQUENTE: PAULO JOSE MACHADO GUEDES - PR42932
EXECUTADO: GERALDO GERA e outros
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada para retirar a Carta Precatória e comprovar a distribuição em 10 dias, ficando a seu encargo o acompanhamento da precatória, devendo, inclusive, sempre manter este Juízo informado quanto ao estágio da mesma.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7015397-66.2015.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO - RO3831
EXECUTADO: ALDENIS RODRIGUES DO NASCIMENTO FILHO
INTIMAÇÃO
Fica a parte Exequente intimada, no prazo de 05 (cinco) dias, a se manifestar quanto ao documento juntado ID 26123196, bem como, dar prosseguimento ao feito.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 0004474-03.2015.8.22.0001
Classe: MONITÓRIA (40)
AUTOR: BANCO ITAÚ
Advogados do(a) AUTOR: MARIA SOCORRO ARAUJO SANTIAGO - CE1870, DARLEN SANTIAGO - RO8044, ROSEANY ARAUJO VIANA ALVES - CE10952, ROGERIO PINTO MARTINS - CE31084
RÉU: MARCIA DA SILVA FURTADO PASSOS e outros (2)
INTIMAÇÃO
Fica a parte requerente, por seu patrono, no prazo de 05 (cinco) dias, intimada para informar requerer o que entender de direito, uma vez que recolheu custas sem informar a diligência desejada.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7013757-23.2018.8.22.0001
Classe: CÍVEL - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
Advogado do(a) AUTOR: ANTONIO BRAZ DA SILVA - RO6557
RÉU: CARLOS WALNEY DE OLIVEIRA
Advogado do(a) RÉU: VITOR MARTINS NOE - RO3035
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida intimada, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 15 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7005725-92.2019.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: RAFAELE DE SOUZA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: THIAGO DE ASSIS DA SILVA - RO6878
RÉU: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado do(a) RÉU: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - RO5369
INTIMAÇÃO
Fica o perito intimado, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7012154-12.2018.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: Einstein Instituição de ensino Ltda. EPP
Advogado do(a) EXEQUENTE: IGOR JUSTINIANO SARCO - RO7957
EXECUTADO: JOSE LUCAS FURTADO CUTRIM DE CARVALHO e outros
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente intimada, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
INTIMAÇÃO
Processo: 7039425-30.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: THIAGO MARTINS ALMEIDA
RÉU: ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS RENASCER
Fica a parte Autora INTIMADA a se manifestar acerca da certidão do Oficial de Justiça NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS, sob pena de arquivamento/extinção.
1) Caso queira o desentranhamento do MANDADO ou apresente novo endereço para nova diligência, deverá proceder o recolhimento da taxa, que deverá ser o valor da diligência do oficial de justiça positiva, gerando o boleto para pagamento no link abaixo descriminado, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=MlUemieeJXHJRLgVw2OOAp_bZ65KzfhrXqOHVab-.wildfly01:custas1.1,
2) Em caso de solicitação de busca de endereços, bloqueios on line e assemelhados, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO/RO
6ª VARA CÍVEL, FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO - Telefone: (69) 3217-1326
PROCESSO Nº: 0008561-41.2011.8.22.0001
CLASSE: Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: PEDRO ORIGA E SANTANA ADVOGADOS ASSOCIADOS - EPP
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DOUGLACIR ANTONIO EVARISTO SANT ANA OAB nº RO287, PEDRO ORIGA OAB nº RO1953
EXECUTADO: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
ADVOGADO DO EXECUTADO: ADILSON DE OLIVEIRA SILVA OAB nº ES16705, ANA PAULA CARVALHO VEDANA OAB nº RO6926, ALESSANDRO SILVA DE MAGALHAES OAB nº RO165546, THIAGO COSTA MIRANDA OAB nº RO3993

DECISÃO
Trata-se de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA deflagrado por PEDRO ORIGA E SANTANA ADVOGADOS ASSOCIADOS EPP em face de COMPANHIA DE AGUAS E ESGOSTOS DE RONDÔNIA – CAERD, onde a exequente busca receber verba honorária.
Está pendente de análise o requerimento de Id: 21553929, protocolado pela parte executada. Em resumo, a CAERD pede que a forma atual de execução seja modificada para aquela prevista no nos arts. 534 e seguintes, do CPC (cumprimento de SENTENÇA contra a fazenda pública), com expedição de precatório.
Diz, ainda, que a forma atual de execução, qual seja, com apreensão diária de dinheiro em sua conta bancária, está onerando em demasia o serviço público.
A parte executada se manifestou pugnando pela manutenção da forma de execução.
DECIDO:
Se as bruxas existem ou não – parafraseando a manifestação das partes -, neste processo deve prevalecer o direito, que procurarei aplicar com coerência e integridade.
Pois bem.
O título executivo nestes autos (SENTENÇA homologatória de acordo extrajudicial) foi submetido ao eg. TJRO por mais de uma vez, conforme se vê ao longo da leitura das mais de mil páginas deste processo. Em todos os pronunciamentos a Corte manteve íntegra a SENTENÇA homologatória e o próprio acordo entabulado pelas partes.
Igualmente, foi submetido ao crivo do TJRO a forma de execução do acordo, sendo que a Corte, em mais de um pronunciamento, ao analisar decisões deste juízo, manteve a execução na forma atual, qual seja, na forma prevista no art. 523 e seguintes do CPC, inclusive com possibilidade de penhora sobre faturamento da empresa devedora.
Mas não é só. Foi tentada ação rescisória do título executivo, também rejeitada pelo TJRO; tentada ação anulatória, arquivada por este juízo.
Dessa forma, já que não se comprova qualquer alteração fática, a coerência, com a devida vênia, está em manter aquilo que já vem sendo decidido no processo, isto é, manter a execução na forma como está.
Por outro lado, a integridade está relacionada com o respeito à aplicação do direito ao caso concreto. Na hipótese sob julgamento, rever o posicionamento pura e simplesmente levaria este juízo a reformar DECISÃO do Tribunal, que, como dito acima (e se pode confirmar ao longo do processo), em mais de uma ocasião manteve a execução como está.
Evidentemente que não cabe ao juízo de primeiro grau, quando tem DECISÃO mantida pelo Tribunal de Justiça, simplesmente rever seu posicionamento e mudar o rumo do processo, pois, nesse caso, a DECISÃO superior substituiu a inferior e, com isso, a mudança de rumo pretendida pela executada levaria, invariavelmente, à reforma anômala, digamos assim, de DECISÃO de instância superior pela inferior.
Com essas considerações, pedindo vênia aos que pensam de forma diversa, INDEFIRO o pedido formulado pela executada no Id 21553929 (mudar o procedimento da execução para aquela contra a fazenda pública), mantendo, então, a execução na forma como se encontra.
Suspendo o processo pelo prazo de seis meses.
Decorrido o prazo da suspensão, diga o exequente se o acordo vem sendo cumprido.
Porto Velho/RO, 05 de maio de 2019.
Int.
Juiz Gleucival Zeed Estevão

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falência e Concordata - Fórum Cível Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 7019465-54.2018.8.22.0001
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: AD BENTES DO AMARAL
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA OAB nº RO1073
EXECUTADO: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
ADVOGADO DO EXECUTADO: MARICELIA SANTOS FERREIRA DE ARAUJO OAB nº RO324B, ARMANDO NOGUEIRA LEITE OAB nº RO2579
DECISÃO
Atento ao contexto dos autos, verifico que, do valor anteriormente penhorado (ID 21956328), constava o correspondente às custas processuais, vez que inseridas no cálculo do valor devido. Ocorre que o exequente, ao levantar os valores depositados, o fez também quanto às custas, que, por óbvio, não lhe pertencem (ID 23156022).
Assim, para o levantamento do alvará correspondente ao saldo remanescente bloqueado, o exquente deverá, previamente, pagar as custas do processo.
Esclareço que, inerte a parte executada em efetuar ao pagamento espontâneo do valor remanescente, foi determinada penhora on line de eventuais ativos financeiros existentes em nome desta, com espeque nos arts. 293 e 523 do CPC, cujo resultado positivo, conforme protocolo anexo.
Dessa forma, manifeste-se o executado caso queira quanto a penhora em 5 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 854, § 3º do NCPC.
Vindo ou não a manifestação da parte executada, posicione-se a parte exequente requerendo o que entender de direito.
Porto Velho, 2 de maio de 2019.
Gleucival Zeed Estevão
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7050567-31.2017.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA - DEPARTAMENTO REGIONAL DE RONDONIA
Advogados do(a) EXEQUENTE: JAQUELINE FERNANDES SILVA - RO8128, MILEISI LUCI FERNANDES - RO3487, ELIEZER BELCHIOR DANTAS - RO7644
EXECUTADO: LINCOLN ALEXANDRE DE CASTRO
INTIMAÇÃO
Fica a parte Exequente intimada, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 0014376-48.2013.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: VANESSA DE LIMA MARTINS
Advogados do(a) EXEQUENTE: LINCOLN JOSE PICCOLI DUARTE - RO731, CLAUDETE FURQUIM DE SOUSA - RO6009
EXECUTADO: BRG DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA.
Advogados do(a) EXECUTADO: RAFAEL BERTACHINI MOREIRA JACINTO - SP235654, RENATA MOQUILLAZA DA ROCHA - SP291997, MONIZE NATALIA SOARES DE MELO FREITAS - RO3449

INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida intimada, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO/RO
6ª VARA CÍVEL, FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO - Telefone: (69) 3217-1326
PROCESSO Nº: 7051710-55.2017.8.22.0001
CLASSE: Monitória
AUTOR: UNICRED PORTO VELHO - COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DE PORTO VELHO E REGIAO NORTE DE RONDONIA LTDA
ADVOGADO DO AUTOR: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI OAB nº RO5546
RÉU: NILTON PETERSON DOS SANTOS
ADVOGADO DO RÉU:
DECISÃO
Defiro o pleito de ID: 23978322 - Pág. 1, atentando-se a CPE quanto a DECISÃO constante do ID: 14970896 - Págs. 1/2 (agendamento de nova de audiência de conciliação), e DETERMINO a expedição de carta precatória no endereço indicado.
À CPE: O ônus da instrução e expedição (remessa) da carta precatória será de responsabilidade da Central de Processamento Eletrônico (CPE) deste Juízo Deprecante e deverá ser executada nos termos do artigo 152, incisos I e II, e artigos 260 ao 268, todos do CPC, in verbis:
"Art. 152. Incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria:
I - redigir, na forma legal, os ofícios, os MANDADO s, as cartas precatórias e os demais atos que pertençam ao seu ofício;
II - efetivar as ordens judiciais, realizar citações e intimações, bem como praticar todos os demais atos que lhe forem atribuídos pelas normas de organização judiciária;"
(...)
Art. 260. São requisitos das cartas de ordem, precatória e rogatória:
I - a indicação dos juízes de origem e de cumprimento do ato;
II - o inteiro teor da petição, do DESPACHO judicial e do instrumento do mandato conferido ao advogado;
III - a menção do ato processual que lhe constitui o objeto;
IV - o encerramento com a assinatura do juiz.
(...)
Art. 261. (...)
§ 2º Expedida a carta, as partes acompanharão o cumprimento da diligência perante o juízo destinatário, ao qual compete a prática dos atos de comunicação.
§ 3º A parte a quem interessar o cumprimento da diligência cooperará para que o prazo a que se refere o caput seja cumprido.
(...).
Art. 263. As cartas deverão, preferencialmente, ser expedidas por meio eletrônico, caso em que a assinatura do juiz deverá ser eletrônica, na forma da lei.
Art. 264. A carta de ordem e a carta precatória por meio eletrônico, por telefone ou por telegrama conterão, em resumo substancial, os requisitos mencionados no art. 250, especialmente no que se refere à aferição da autenticidade.
Art. 265. O secretário do tribunal, o escrivão ou o chefe de secretaria do juízo deprecante transmitirá, por telefone, a carta de ordem ou a carta precatória ao juízo em que houver de se cumprir o ato, por intermédio do escrivão do primeiro ofício da primeira vara, se houver na comarca mais de um ofício ou de uma vara, observando-se, quanto aos requisitos, o disposto no art. 264.
§ 1º O escrivão ou o chefe de secretaria, no mesmo dia ou no dia útil imediato, telefonará ou enviará mensagem eletrônica ao secretário do tribunal, ao escrivão ou ao chefe de secretaria do juízo deprecante, lendo-lhe os termos da carta e solicitando-lhe que os confirme.
§ 2º Sendo confirmada, o escrivão ou o chefe de secretaria submeterá a carta a DESPACHO.
Art. 266. Serão praticados de ofício os atos requisitados por meio eletrônico e de telegrama, devendo a parte depositar, contudo, na secretaria do tribunal ou no cartório do juízo deprecante, a importância correspondente às despesas que serão feitas no juízo em que houver de praticar-se o ato.
(...)
Art. 268. Cumprida a carta, será devolvida ao juízo de origem no prazo de 10 (dez) dias, independentemente de traslado, pagas as custas pela parte.
Ressalta-se que é de responsabilidade da parte Requerente o recolhimento das custas de distribuição e todas as despesas necessárias neste ou no Juízo Deprecado, bem como acompanhar e viabilizar o seu cumprimento perante o Juízo deprecado, devendo, inclusive, sempre manter este Juízo informado quanto ao estágio do cumprimento da mesma, sob pena de extinção do processo por ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.
A parte Autora/Exequente fica intimada da presente, via DJE, por meio de seu advogado.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
Cumpra-se, procedendo-se com o necessário.
Porto Velho/RO, quinta-feira, 2 de maio de 2019
Gleucival Zeed Estevão
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7052406-91.2017.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA - DEPARTAMENTO REGIONAL DE RONDONIA
Advogados do(a) EXEQUENTE: JAQUELINE FERNANDES SILVA - RO8128, MILEISI LUCI FERNANDES - RO3487, ELIEZER BELCHIOR DANTAS - RO7644
EXECUTADO: NAARA GALVAO DE MELO CASTRO
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora INTIMADA a se manifestar acerca da certidão do AR NEGATIVO NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS.
Em caso de solicitação de busca de endereços, bloqueios on line e assemelhados, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7062347-02.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: FAGNER CAJAZEIRA DE SOUZA
Advogado do(a) AUTOR: VICTOR ALIPIO AZEVEDO BORGES - RO6985
RÉU: TELEFONICA BRASIL S.A.
Advogado do(a) RÉU: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES - GO29320
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida intimada, por seu patrono, para apresentar poderes e proceder a retirada do alvará expedido ou informar conta para depósito judicial, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7033776-84.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ANTONIA SELMA BRAGA LIMA e outros (2)
Advogados do(a) AUTOR: DENISE GONCALVES DA CRUZ ROCHA - RO1996, DEBORA PANTOJA BASTOS - RO7217
Advogados do(a) AUTOR: DENISE GONCALVES DA CRUZ ROCHA - RO1996, DEBORA PANTOJA BASTOS - RO7217, VALNEI GOMES DA CRUZ ROCHA - RO2479
Advogados do(a) AUTOR: DEBORA PANTOJA BASTOS - RO7217, DENISE GONCALVES DA CRUZ ROCHA - RO1996, VALNEI GOMES DA CRUZ ROCHA - RO2479
RÉU: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
Advogado do(a) RÉU: CLAYTON CONRAT KUSSLER - RO3861
INTIMAÇÃO
Ficam as partes Requerente/Requerida intimadas, no prazo de 10 dias, a apresentarem manifestação acerca dos documentos juntados pelo Perito do Juízo ID 26584351.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1305
Processo: 0021442-45.2014.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: INSTITUTO JOAO NEORICO
Advogados do(a) EXEQUENTE: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA CAHULLA - RO4117, ELIANE CARNEIRO DE ALCANTARA - RO4300
EXECUTADO: GEISIANE SANTOS MARINHO
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada a dar regular andamento ao feito no prazo de 5 dias, sob pena de extinção/arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falência e Concordata - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO 7013020-20.2018.8.22.0001
Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: SANDRA MARIA DE OLIVEIRA MAIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA OAB nº RO1073
EXECUTADO: MARIA ALZENIRA TARGINA DA SILVA
DECISÃO
Em consulta via sistema RENAJUD, constatou-se a existência de veículo cadastrado em nome do Executado, o qual fora inserida restrição de circulação, conforme demonstrativo em anexo.
Considerando a busca frutífera, manifeste-se a Exequente, no prazo de 15 dias, requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Gleucival Zeed Estevão
Juiz de Direito
Gleucival Zeed Estevão
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falência e Concordata - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 0004685-44.2012.8.22.0001
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTES: FRANCIRLENE BELO MENDES DE SANTANA, JOSE FERREIRA DE SANTANA NETO
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: DANIELE MEIRA COUTO OAB nº RO2400, MARCELO ESTEBANEZ MARTINS OAB nº RO3208
EXECUTADO: GAFISA SPE-85 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.
ADVOGADO DO EXECUTADO: RODRIGO BORGES SOARES OAB nº RO4712, ROSILENE DE OLIVEIRA ZANINI OAB nº RO4542
DECISÃO
Inerte a parte executada em efetuar ao pagamento espontâneo, foi determinada penhora on line de eventuais ativos financeiros existentes em nome desta, com espeque nos arts. 293 e 523 do CPC, cujo resultado foi parcialmente positivo, conforme protocolo anexo.
Dessa forma, manifeste-se o executado caso queira quanto a penhora em 5 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 854, § 3º do NCPC.
Vindo ou não a manifestação da parte executada, posicione-se a parte exequente requerendo o que entender de direito.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Gleucival Zeed Estevão
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO/RO
6ª VARA CÍVEL, FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO - Telefone: (69) 3217-1326
PROCESSO Nº: 7000220-23.2019.8.22.0001
CLASSE: Procedimento Comum
AUTOR: RANUSE SOUZA DE OLIVEIRA
ADVOGADO DO AUTOR: RANUSE SOUZA DE OLIVEIRA OAB nº RO6458
RÉUS: BEST WAY TRIPS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA, DIAS & BARROSO LTDA - ME
ADVOGADOS DOS RÉUS: DESPACHO
Recebo o aditamento da inicial e promovo a deflagração da continuidade do feito em respeito ao contido no artigo 303, § 1º, inciso II, do CPC.
Nos termos do art. 334, DETERMINO a designação de audiência de conciliação para data a ser indicada pelo CPE, cuja solenidade realizar-se-á no CEJUSC/Cìvel, localizado na BR 319 (Avenida Jorge Teixeira), esquina com Rua Quintino Bocaiuva, nº 3061, bairro Embratel, Porto Velho/RO, devendo as partes comparecerem acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º, CPC).
À CPE: Agende-se data para audiência utilizando-se o sistema automático do PJE e, após, certifique-se nos autos. Posteriormente, intime-se a parte Autora, via Diário da Justiça Eletrônico, e cite-se e intime-se a parte Requerida, via correios ou oficial de justiça.
Cite-se com as advertências constantes nos artigos 344, 336 e 319 do CPC, salientando que o prazo para contestar fluirá da data da realização da audiência supradesignada, ou, caso o Requerido manifeste o desinteresse na realização da mesma, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II). Tal pedido deverá ser apresentado com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º, CPC)
Fica o(a) Autor(a) intimado(a), por seu advogado(a), a comparecer para a audiência designada (art. 334, §3º, CPC).
As partes ficam intimadas que o não comparecimento na audiência designada caracterizará ato atentatório à dignidade da justiça e incidirá multa de até 2% da vantagem econômica

pretendida, revertida em favor do Estado (art. 334, § 8º, do NCPC), independentemente de eventual concessão de gratuidade da justiça (art. 98, § 4º, do NCPC).
Não havendo acordo na audiência de conciliação, deverá a parte Autora proceder, no prazo de 5 (cinco) dias, a complementação das custas iniciais, conforme estabelecido no artigo 12, inciso I, da Lei Estadual n. 3896/2016 (Lei de Custas), exceto em caso de gratuidade de justiça.
A solenidade somente não será realizada se também houver desinteresse expresso da parte Requerida nos autos (art. 334, § 4º, I, do NCPC).
Havendo pedido de dispensa pela(s) parte(s), desde já determino o cancelamento da audiência, sendo possível a liberação dos autos à parte demandada para oferecer contestação no prazo legal, a contar do protocolo do pedido expresso da parte Requerida de não realização de audiência conciliatória (art. 335, II, do NCPC).
Não havendo conciliação, vindo ou não a contestação certifique-se quanto à tempestividade.
Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abre-se vistas dos autos à parte Autora para réplica.
Consigno que ambas as partes ficam intimadas que tanto em contestação como em réplica deverão especificar as provas que pretendem produzir, inclusive arrolando testemunhas, se entenderem, postulando e indicando a necessidade de prova pericial, uma vez que após a réplica será saneado o feito e já apreciados os pedidos acerca das provas a serem produzidas, inclusive com a audiência de instrução e julgamento, se for o caso.
Fica a parte autora, desde já, intimada do inteiro teor desta, por meio de seu advogado.
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO:
a) CARTA / MANDADO / DE CITAÇÃO /DE INTIMAÇÃO, nos termos do artigo 248 do CPC, para a parte requerida, inclusive, quanto a audiência designada, observando o seguinte endereço para o seu cumprimento:
RÉUS: BEST WAY TRIPS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA CNPJ nº 01.365.194/0001-91, AVENIDA PRESIDENTE AFFONSO CAMARGO 330, - ATÉ 568/0569 JARDIM BOTÂNICO - 80060-090 - CURITIBA - PARANÁ, DIAS & BARROSO LTDA - ME CNPJ nº 14.000.808/0001-83, RUA JOSÉ AMADOR DOS REIS 3064, - DE 3044/3045 A 3253/3254 JUSCELINO KUBITSCHEK - 76829-428 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC, caso a citação proceda mediante os termos dos artigos 249 e 250 mesmo Códex, expedindo-se o necessário para tal desiderato.
Cumpridas as determinações acima, retorne-me os autos conclusos.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
Porto Velho/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019
Gleucival Zeed Estevão
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO/RO
6ª VARA CÍVEL, FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO - Telefone: (69) 3217-1326
PROCESSO Nº: 7002734-46.2019.8.22.0001
CLASSE: Procedimento Comum
AUTOR: CLEANE BARROS MOREIRA
ADVOGADO DO AUTOR: ROBERTO BARBOSA SANTOS OAB nº AC4703, TIAGO JOSE ROTUNO VIEIRA OAB nº RO9787
RÉU: RESIDENCIAL VIENA INCORPORACOES SPE 01 LTDA
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
Considerando que a matéria debatida em sede de tutela é a mesma a ser discutida no MÉRITO da lide, se torna temerária a concessão do pedido de tutela de urgência consistente em suspender imediatamente a obrigatoriedade do depósito e/ou pagamento de quaisquer parcelas firmadas no contrato entre as partes que se pretende ver rescindido, ainda mais quando sequer se vislumbra perigo de dano capaz de causar prejuízo à Autora, o que afasta a necessidade/viabilidade do deferimento liminar da medida extrema.
Nos termos do art. 334, DETERMINO a designação de audiência de conciliação para data a ser indicada pelo CPE, cuja solenidade realizar-se-á no CEJUSC/Cìvel, localizado na BR 319 (Avenida Jorge Teixeira), esquina com Rua Quintino Bocaiuva, nº 3061, bairro Embratel, Porto Velho/RO, devendo as partes comparecerem acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º, CPC).
À CPE: Agende-se data para audiência utilizando-se o sistema automático do PJE e, após, certifique-se nos autos. Posteriormente, intime-se a parte Autora, via Diário da Justiça Eletrônico, e cite-se e intime-se a parte Requerida, via correios ou oficial de justiça.
Cite-se com as advertências constantes nos artigos 344, 336 e 319 do CPC, salientando que o prazo para contestar fluirá da data da realização da audiência supradesignada, ou, caso o Requerido manifeste o desinteresse na realização da mesma, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II). Tal pedido deverá ser apresentado com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º, CPC)
Fica o(a) Autor(a) intimado(a), por seu advogado(a), a comparecer para a audiência designada (art. 334, §3º, CPC).
As partes ficam intimadas que o não comparecimento na audiência designada caracterizará ato atentatório à dignidade da justiça e incidirá multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, revertida em favor do Estado (art. 334, § 8º, do NCPC), independentemente de eventual concessão de gratuidade da justiça (art. 98, § 4º, do NCPC).
Não havendo acordo na audiência de conciliação, deverá a parte Autora proceder, no prazo de 5 (cinco) dias, a complementação das custas iniciais, conforme estabelecido no artigo 12, inciso I, da Lei Estadual n. 3896/2016 (Lei de Custas), exceto em caso de gratuidade de justiça.
A solenidade somente não será realizada se também houver desinteresse expresso da parte Requerida nos autos (art. 334, § 4º, I, do NCPC).
Havendo pedido de dispensa pela(s) parte(s), desde já determino o cancelamento da audiência, sendo possível a liberação dos autos à parte demandada para oferecer contestação no prazo legal, a contar do protocolo do pedido expresso da parte Requerida de não realização de audiência conciliatória (art. 335, II, do NCPC).
Não havendo conciliação, vindo ou não a contestação certifique-se quanto à tempestividade.
Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abre-se vistas dos autos à parte Autora para réplica.
Consigno que ambas as partes ficam intimadas que tanto em contestação como em réplica deverão especificar as provas que pretendem produzir, inclusive arrolando testemunhas, se entenderem, postulando e indicando a necessidade de prova pericial, uma vez que após a réplica será saneado o feito e já apreciados os pedidos acerca das provas a serem produzidas, inclusive com a audiência de instrução e julgamento, se for o caso.
Fica a parte autora, desde já, intimada do inteiro teor desta, por meio de seu advogado.
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO:
a) CARTA / MANDADO / DE CITAÇÃO /DE INTIMAÇÃO, nos termos do artigo 248 do CPC, para a parte requerida, inclusive, quanto a audiência designada, observando o seguinte endereço para o seu cumprimento:
RÉU: RESIDENCIAL VIENA INCORPORACOES SPE 01 LTDA CNPJ nº 15.200.930/0001-66, RODOVIA BR-364 km 6, - DO KM 4,500 AO KM 6,500 CIDADE JARDIM - 76815-800 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC, caso a citação proceda mediante os termos dos artigos 249 e 250 mesmo Códex, expedindo-se o necessário para tal desiderato.

Cumpridas as determinações acima, retorne-me os autos conclusos.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
Porto Velho/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019
Gleucival Zeed Estevão
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falência e Concordata - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO 7025897-89.2018.8.22.0001
Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA - DEPARTAMENTO REGIONAL DE RONDONIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ELIEZER BELCHIOR DANTAS OAB nº RO7644, MILEISI LUCI FERNANDES OAB nº RO3487, JAQUELINE FERNANDES SILVA OAB nº RO8128
EXECUTADO: ANTONIO RITO COSTA FARIAS
DECISÃO
Em consulta ao sistema RENAJUD, foram localizados bens em nome do executado, conforme resultado a frente.
No entanto, todos já possuem restrições, razão pela qual não foi realizada nenhuma restrição pelo Juízo.
Por esta razão e considerando os limites de atuação judicial, intime-se a parte exequente, para que indique bens livres e desembaraçados da parte devedora ou requeira o que entender de direito no prazo de 15 (quinze) dias.
Porto Velho, 30 de abril de 2019
Gleucival Zeed Estevão
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falência e Concordata - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO 7005447-28.2018.8.22.0001
Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: ASSOCIACAO DE CREDITO CIDADAO DE RONDONIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: KARINA DA SILVA SANDRES OAB nº RO4594
EXECUTADOS: NEIVA MARTINS EVANGELISTA, ODAIZA MARTINS DA SILVA, ELIZEU VIEIRA DE SOUZA
DECISÃO
Em consulta via sistema RENAJUD, constatou-se a existência de veículo cadastrado em nome do Executado, o qual fora inserida restrição de circulação, conforme demonstrativo em anexo.
Considerando a busca frutífera, manifeste-se a Exequente, no prazo de 15 dias, requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Gleucival Zeed Estevão
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falência e Concordata - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 7041632-36.2016.8.22.0001
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MAURO PAULO GALERA MARI OAB nº AC4937
EXECUTADO: ANTONIO AURISMAR SANTOS BATISTA
DECISÃO
Em consulta aos sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD foram localizados vários endereços da parte executada, conforme resultado anexo.
Desta forma, manifeste-se o exequente no prazo de 05 dias, sob pena de arquivamento.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Gleucival Zeed Estevão
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO/RO
6ª VARA CÍVEL, FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO - Telefone: (69) 3217-1326
PROCESSO Nº: 7012341-83.2019.8.22.0001
CLASSE: Procedimento Comum
AUTOR: CLEITON DOS SANTOS SIMOES
ADVOGADO DO AUTOR: ANNA LUIZA SOARES DINIZ DOS SANTOS OAB nº RO5841
RÉU: CLARO S.A.
ADVOGADO DO RÉU:
DECISÃO
CLEITON DOS SANTOS SIMOES ingressou com a presente AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO COM DANO MORAL C/C RESCISÃO CONTRATUAL C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO em face de CLARO S.A. contendo pedido de tutela de urgência para que a parte Autora se abstenha de incluir o nome do Autor no cadastro de inadimplentes por supostos débitos, oriundos da utilização de plano pós-pago no numeral (69) 9320-1394, referentes ao período de 05/06/2017 à 10/06/2017.
Juntou-se documentos (ID's: 25984654 a 25984696).
Vieram os autos conclusos.
É o relatório. Decido.
Passo a analisar o pedido de tutela de urgência.
Para fins de concessão da antecipação de tutela, é necessário que estejam presentes os pressupostos do art. 300 do NCPC:
"Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
§ 1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.
§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.
§ 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da DECISÃO."
Na hipótese em exame, vislumbro a probabilidade do direito e o perigo do dano alegado pela parte Autora, pois é entendimento corrente que, em se tratando de débito antigo - no presente caso datado do período de 05/06/2017 à 10/06/2017 -, objeto de discussão judicial, é cabível a suspensão da anotação.
Portanto, enquanto o(s) débito(s) estiver(em) pendente(s) de discussão na presente ação, DETERMINO, por ora, que a parte Requerida abstenha-se de inserir o(s) nome(s) do(a) devedor(a) nos órgãos restritivos de crédito por supostos débitos, oriundos da utilização de plano de telefonia no numeral (69) 9320-1394, referentes ao período de 05/06/2017 à 10/06/2017, devendo-se aguardar a análise do MÉRITO da questão.
Outrossim, não há que se falar em prejuízo e/ou perigo de irreversibilidade dos efeitos da presente DECISÃO, pois a parte Requerida poderá comprovar eventual exercício regular de seu direito e efetivar a cobrança de eventuais faturas em aberto do plano pós-pago no numeral (69) 9320-1394 referentes ao período de 05/06/2017 à 10/06/2017, bem como ativar a negativação (se necessário).

Dessa forma, em um exame sumário, entendo ser caso de deferimento da tutela de urgência no presente momento, conforme acima descrito.
À CPE: utilize-se do sistema SERAJUD para cumprimento da ordem, subsiariamente, servirá a presente como MANDADO / OFÍCIO.
Em continuidade e nos termos do art. 334, DETERMINO a designação de audiência de conciliação para data a ser indicada pelo CPE, cuja solenidade realizar-se-á no CEJUSC/Cìvel, localizado na BR 319 (Avenida Jorge Teixeira), esquina com Rua Quintino Bocaiuva, nº 3061, bairro Embratel, Porto Velho/RO, devendo as partes comparecerem acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º, CPC).
À CPE: Agende-se data para audiência utilizando-se o sistema automático do PJE e, após, certifique-se nos autos. Posteriormente, intime-se a parte Autora, via Diário da Justiça Eletrônico, e cite-se e intime-se a parte Requerida, via correios e/ou oficial de justiça.
Cite-se com as advertências constantes nos artigos 344, 336 e 319 do CPC, salientando que o prazo para contestar fluirá da data da realização da audiência supradesignada, ou, caso o Requerido manifeste o desinteresse na realização da mesma, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II). Tal pedido deverá ser apresentado com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º, CPC).
Fica o(a) Autor(a) intimado(a), por seu advogado(a), a comparecer para a audiência designada (art. 334, §3º, CPC).
As partes ficam intimadas que o não comparecimento na audiência designada caracterizará ato atentatório à dignidade da justiça e incidirá multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, revertida em favor do Estado (art. 334, § 8º, do NCPC), independentemente de eventual concessão de gratuidade da justiça (art. 98, § 4º, do NCPC).
Não havendo acordo na audiência de conciliação, deverá a parte Autora proceder, no prazo de 5 (cinco) dias, a complementação das custas iniciais, conforme estabelecido no artigo 12, inciso I, da Lei Estadual n. 3896/2016 (Lei de Custas), exceto em caso de gratuidade de justiça.
A solenidade somente não será realizada se também houver desinteresse expresso da parte Requerida nos autos (art. 334, § 4º, I, do NCPC).
Havendo pedido de dispensa pela(s) parte(s), desde já determino o cancelamento da audiência, sendo possível a liberação dos autos à parte demandada para oferecer contestação no prazo legal, a contar do protocolo do pedido expresso da parte Requerida de não realização de audiência conciliatória (art. 335, II, do NCPC).
Não havendo conciliação, vindo ou não a contestação certifique-se quanto à tempestividade.
Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abre-se vistas dos autos à parte Autora para réplica.
Consigno que ambas as partes ficam intimadas que tanto em contestação como em réplica deverão especificar as provas que pretendem produzir, inclusive arrolando testemunhas, se entenderem, postulando e indicando a necessidade de prova pericial, uma vez que após a réplica será saneado o feito e já apreciados os pedidos acerca das provas a serem produzidas, inclusive com a audiência de instrução e julgamento, se for o caso.
Fica a parte autora, desde já, intimada do inteiro teor desta, por meio de seu advogado.
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA / OFÍCIO / MANDADO / CARTA PRECATÓRIA:
a) DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, nos termos do artigo 248 do CPC, para a parte requerida, inclusive, quanto a audiência designada, observando o seguinte endereço para o seu cumprimento:
RÉU: CLARO S.A. CNPJ nº 40.432.544/0001-47, RUA FLÓRIDA 1970, BAIRRO BROOKLIN CIDADE MONÇÕES - 04565-001 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC, caso a citação proceda mediante os termos dos artigos 249 e 250 mesmo Códex, expedindo-se o necessário para tal desiderato.
Cumpridas as determinações acima, retorne-me os autos conclusos.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
Porto Velho/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019
Gleucival Zeed Estevão
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falência e Concordata - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 0005667-53.2015.8.22.0001
Classe: Monitória
AUTOR: D'ALUMINIO COMERCIO LTDA
ADVOGADO DO AUTOR: SERGIO ARAUJO PEREIRA OAB nº RO6539A
RÉUS: MARIANA ISABEL LORENZETTI, ROZIWELTY GALVAO QUEIROZ
ADVOGADOS DOS RÉUS: DOUGLAS TADEU CHIQUETTI OAB nº RO3946
DECISÃO
Indefiro o pleito de bloqueio judicial via BACENJUD nas contas da executada Mariana, vez que trata-se de ação monitória.
Lado outro, considerando que o juízo encontra-se sem acesso ao sistema SIEL, fora realizadas consultas aos sistemas BACENJUD e INFOJUD, foram localizados vários endereços da parte executada Roziwelt, conforme resultado anexo.
Desta forma, manifeste-se o requerente no prazo de 05 dias, sob pena de arquivamento.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Gleucival Zeed Estevão
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO/RO
6ª VARA CÍVEL, FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO - Telefone: (69) 3217-1326
PROCESSO Nº: 7008790-95.2019.8.22.0001
CLASSE: Procedimento Comum
AUTOR: JEFERSON FEITOSA MULLER
ADVOGADO DO AUTOR: POLLYANA JUNIA MUNIZ DA SILVA NASCIMENTO OAB nº RO5001A, LEANDRO NASCIMENTO DA CONCEICAO OAB nº RO10068
RÉU: RESIDENCIAL VIENA INCORPORACOES SPE 01 LTDA
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
Atentando aos documentos de ID: 25908456 a 25908461, aliado à informação de que a parte Autora está desempregada, defiro os benefícios da gratuidade judiciária.
No mais, quanto ao pedido de tutela de urgência, considero que a matéria debatida é a mesma a ser discutida no MÉRITO da lide, se tornando temerária a concessão do pedido de suspensão imediata de pagamento das parcelas vincendas do contrato que se pretende ver rescindindo, ainda mais quando sequer se vislumbra perigo de dano capaz de causar prejuízo à Autora, o que afasta a necessidade/viabilidade do deferimento liminar da medida extrema.
Nos termos do art. 334, DETERMINO a designação de audiência de conciliação para data a ser indicada pelo CPE, cuja solenidade realizar-se-á no CEJUSC/Cìvel, localizado na BR 319 (Avenida Jorge Teixeira), esquina com Rua Quintino Bocaiuva, nº 3061, bairro Embratel, Porto Velho/RO, devendo as partes comparecerem acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º, CPC).
À CPE: Agende-se data para audiência utilizando-se o sistema automático do PJE e, após, certifique-se nos autos. Posteriormente, intime-se a parte Autora, via Diário da Justiça Eletrônico, e cite-se e intime-se a parte Requerida, via correios ou oficial de justiça.

Cite-se com as advertências constantes nos artigos 344, 336 e 319 do CPC, salientando que o prazo para contestar fluirá da data da realização da audiência supradesignada, ou, caso o Requerido manifeste o desinteresse na realização da mesma, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II). Tal pedido deverá ser apresentado com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º, CPC)
Fica o(a) Autor(a) intimado(a), por seu advogado(a), a comparecer para a audiência designada (art. 334, §3º, CPC).
As partes ficam intimadas que o não comparecimento na audiência designada caracterizará ato atentatório à dignidade da justiça e incidirá multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, revertida em favor do Estado (art. 334, § 8º, do NCPC), independentemente de eventual concessão de gratuidade da justiça (art. 98, § 4º, do NCPC).
Não havendo acordo na audiência de conciliação, deverá a parte Autora proceder, no prazo de 5 (cinco) dias, a complementação das custas iniciais, conforme estabelecido no artigo 12, inciso I, da Lei Estadual n. 3896/2016 (Lei de Custas), exceto em caso de gratuidade de justiça.
A solenidade somente não será realizada se também houver desinteresse expresso da parte Requerida nos autos (art. 334, § 4º, I, do NCPC).
Havendo pedido de dispensa pela(s) parte(s), desde já determino o cancelamento da audiência, sendo possível a liberação dos autos à parte demandada para oferecer contestação no prazo legal, a contar do protocolo do pedido expresso da parte Requerida de não realização de audiência conciliatória (art. 335, II, do NCPC).
Não havendo conciliação, vindo ou não a contestação certifique-se quanto à tempestividade.
Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abre-se vistas dos autos à parte Autora para réplica.
Consigno que ambas as partes ficam intimadas que tanto em contestação como em réplica deverão especificar as provas que pretendem produzir, inclusive arrolando testemunhas, se entenderem, postulando e indicando a necessidade de prova pericial, uma vez que após a réplica será saneado o feito e já apreciados os pedidos acerca das provas a serem produzidas, inclusive com a audiência de instrução e julgamento, se for o caso.
Fica a parte autora, desde já, intimada do inteiro teor desta, por meio de seu advogado.
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO:
a) CARTA / MANDADO / DE CITAÇÃO /DE INTIMAÇÃO, nos termos do artigo 248 do CPC, para a parte requerida, inclusive, quanto a audiência designada, observando o seguinte endereço para o seu cumprimento:
RÉU: RESIDENCIAL VIENA INCORPORACOES SPE 01 LTDA CNPJ nº 15.200.930/0001-66, PORTO SHOPPING 1223, AVENIDA CARLOS GOMES, SALA 412, 4 ANDAR CENTRO - 76801-909 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC, caso a citação proceda mediante os termos dos artigos 249 e 250 mesmo Códex, expedindo-se o necessário para tal desiderato.
Cumpridas as determinações acima, retorne-me os autos conclusos.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
Porto Velho/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019
Gleucival Zeed Estevão
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO/RO
6ª VARA CÍVEL, FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO - Telefone: (69) 3217-1326
PROCESSO Nº: 7008709-49.2019.8.22.0001
CLASSE: Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: EMPRESA DE AGUAS KAIARY LTDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: WELSER RONY ALENCAR ALMEIDA OAB nº RO1506
EXECUTADO: ELCY FELIX
ADVOGADO DO EXECUTADO:
SENTENÇA
Trata-se de cumprimento de SENTENÇA promovida por EMPRESA DE AGUAS KAIARY LTDA em face de ELCY FELIX.
Compulsando os autos, verifico que a DECISÃO de ID 25698691 intimou a parte autora, sob pena de indeferimento da inicial, para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos: a) documentos que comprovem a posse da parte requerida no imóvel mencionado; e, b) esclarecimentos quanto a situação atual e se a situação tem se agravado no decorrer do tempo, considerando que os fatos narrados datam de maio 2015.
Ocorre que, a parte interessada não procedeu com as diligências necessárias e não emendou a inicial.
Ademais, consta dos autos (25228090 p. 3) certidão de arquivamento da fase de cumprimento de SENTENÇA promovida em 2010, que a reintegração foi devidamente cumprida e consequentemente os autos foram arquivados definitivamente em novembro de 2015.
Desta forma, ressalto que o desatendimento à determinação judicial de emenda acarreta o indeferimento da inicial e a consequente extinção do processo, sem resolução de MÉRITO, nos termos dos artigos 321 e 485, inciso IV, ambos do Novo Código de Processo Civil.
Nesse sentido é a jurisprudência:
"APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. DESATENDIMENTO À DETERMINAÇÃO DE EMENDA. - O desatendimento à determinação de emenda acarreta o indeferimento da inicial e a consequente extinção do processo, sem resolução de MÉRITO. Inteligência do Parágrafo único do art. 321 e do art. 485, IV, ambos do CPC. SENTENÇA que indeferiu a inicial mantida. APELO DESPROVIDO." (Apelação Cível Nº 70075255737, Décima Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Gelson Rolim Stocker, Julgado em 23/11/2017) (Grifei).
Diante do exposto, indefiro a petição inicial e JULGO extinto o feito, sem julgamento de MÉRITO, nos termos dos artigos 485, inciso IV, c/c 321, ambos do NCPC.
Em caso de reiteração de pedido, fica o presente juízo prevento, nos termos do artigo 286, inciso II, do NCPC.
Considerando tratar-se de processo eletrônico, arquive-se os autos com baixa na distribuição.
Sem custas e sem honorários.
Desnecessária a intimação da parte Requerida desta SENTENÇA.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Porto Velho/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019
Gleucival Zeed Estevão
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falência e Concordata - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO 7062205-95.2016.8.22.0001
Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: SOCIEDADE DE PESQUISA EDUCACAO E CULTURA, DR. APARICIO CARVALHO DE MORAES LTDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: CAMILA BEZERRA BATISTA OAB nº RO7212, IZABEL CELINA PESSOA BEZERRA CARDOSO OAB nº RO796
EXECUTADO: VANJA RAQUEL BENTES DE SOUSA
DECISÃO
Em consulta via sistema RENAJUD, constatou-se a existência de veículo cadastrado em nome do Executado, o qual fora inserida restrição de circulação, conforme demonstrativo em anexo.

Considerando a busca frutífera, manifeste-se a Exequente, no prazo de 15 dias, requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Gleucival Zeed Estevão
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO/RO
6ª VARA CÍVEL, FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO - Telefone: (69) 3217-1326
PROCESSO Nº: 0024324-48.2012.8.22.0001
CLASSE: Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE:
EXECUTADO: EGO EMPRESA GERAL DE OBRAS S A
ADVOGADO DO EXECUTADO: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI OAB nº RO5546, EDUARDO ABILIO KERBER DINIZ OAB nº RO4389DESPACHO
Trata-se de cumprimento de SENTENÇA.
A parte demandante teria que comprovar sua condição de hipossuficiência financeira para fazer uso das benesses da justiça gratuita, o que não restou demonstrado nos autos.
Assim, INDEFIRO o pedido constante da alínea "a" da petição de ID 11803851 (p. 1), oportunizando a comprovação do recolhimento de cada diligência requerida (INFOJUD, BACENJUD E RENAJUD).
Por conseguinte, em relação ao pedido da alínea "e", oportunizo a exequente a apresentar certidão de inteiro teor dos imóveis que pretende a penhora e sobre o pedido de penhora de veículos, este é realizada através do sistema Renajud, que deve ser precedido do pagamento da custas da diligência, nos termos da lei estadual de custas.
Em continuidade aos pedidos da parte exequente, especialmente as alíneas "g" e "h" da petição de ID 11803851 (p. 2), nota-se que a própria DECISÃO judicial serve como MANDADO de registro da usucapião para o Cartório de Registro de Imóveis (ID 11592656 p. 6), de forma que não há que se falar em expedição de MANDADO de averbação.
Assim, o interessado deve encaminhar o MANDADO /SENTENÇA de registro da usucapião para o Cartório de Registro de Imóveis respectivo, e, se for apresentada alguma nota técnica, discutir seus parâmetros no Juízo Corregedor dos Cartórios Extrajudiciais, tendo em vista o posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia já está pacificado quanto a desnecessidade do georreferenciamento, senão vejamos:
USUCAPIÃO. BEM IMÓVEL URBANO. PRESSUPOSTOS DE CONSTITUIÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. PREENCHIMENTO. POSSIBILIDADE JURÍDICA. BEM AFORADO. Por se tratar de usucapião relativo a imóvel urbano, torna-se impertinente a exigência de georreferenciamento, assim como não se exige a matrícula individualizada do bem a ser usucapido, sobretudo se o pedido foi instruído com documentos que o identificam, razão por que a ação não pode ser extinta, sem resolução do MÉRITO, por ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular. É possível o reconhecimento de usucapião do domínio útil de bem público sobre o qual tinha sido anteriormente instituída enfiteuse, pois, nessa circunstância, existe apenas a substituição do enfiteuta pelo usucapiente, o que não gera prejuízo à pessoa jurídica de direito público.(Apelação 0019460-30.2013.822.0001, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, TJ/RO: 1ª Câmara Cível, julgado em 27/09/2017. Publicado no Diário Oficial em 11/10/2017).
Desta forma, resta claro que em relação ao pedido das alíneas "g" e "h" da petição de ID 11803851 (p. 2) a discussão seria meramente de caráter registral o que não comporta o cumprimento de SENTENÇA, já que este deve ser precedido junto ao cartório de registro de imóveis.
Dito isto, EXPEÇA-SE ofício à SEMUR, nos termos da SENTENÇA de ID 11592656 (p. 6). Repito, sendo realizado ou não o registro pelo cartório de registro de imóveis, a discussão é meramente de caráter registral, que escapa da competência deste juízo.
Ressalva-se que estes autos tramita apenas em relação a execução de honorários sucumbenciais.
Por fim, EXPEÇA-SE MANDADO de penhora e avaliação de tantos bens quanto bastem para a satisfação do crédito em desfavor da executada, cujo valor está atrelado ao cálculo apresentado pelo exequente (ID 11803851 p. 3 de 3), no valor total de R$ 2.263,26, atentando-se quanto à impenhorabilidade sobre os bens de família, Lei nº 8.009/90, oportunidade em que poderá a parte executada, se manifestar, em 10 (dez) dias.
Devendo constar no expediente que, não sendo encontrados bens ou o devedor, o Oficial deverá certificar detalhadamente as diligências realizadas, descrevendo na certidão os bens que guarnecem a residência ou o estabelecimento do devedor, devendo intimar o executado para que, no prazo de 05 (cinco) dias, indique a localização de bens sujeitos à penhora, sob pena de ser considerado ato atentatório à dignidade da justiça, com a consequente aplicação de multa, nos termos do art. 774, inciso V e p. único do NCPC, bem como, se necessário, requisite-se força policial para o cumprimento da diligência.
Intime-se a parte Exequente (DPE) do teor da presente DECISÃO, podendo acompanhar a diligência do oficial de justiça (se entender necessário).
Após, não havendo embargos à execução, não indicados quaisquer bens pela parte devedora, e caso todas as demais diligências restem infrutíferas, intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar quanto ao prosseguimento do feito, requerendo o que de direito, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, §1º, do NCPC.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
Porto Velho/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019
Gleucival Zeed Estevão
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falência e Concordata - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO 7020915-66.2017.8.22.0001
Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: SOCIEDADE DE PESQUISA EDUCACAO E CULTURA, DR. APARICIO CARVALHO DE MORAES LTDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: CAMILA BEZERRA BATISTA OAB nº RO7212, IZABEL CELINA PESSOA BEZERRA CARDOSO OAB nº RO796
EXECUTADOS: GERCIANE NUNES SOUSA, LARISSA DE SOUZA DUTRA
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DECISÃO
Em consulta ao sistema RENAJUD, foram localizados bens em nome dos executados, conforme resultado a frente.
No entanto, todos já possuem restrições (roubo), razão pela qual não foi realizada nenhuma restrição pelo Juízo.
Por esta razão e considerando os limites de atuação judicial, intime-se a parte exequente, para que indique bens livres e desembaraçados da parte devedora ou requeira o que entender de direito no prazo de 15 (quinze) dias.
Porto Velho, 30 de abril de 2019
Gleucival Zeed Estevão
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falência e Concordata - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO 7005249-88.2018.8.22.0001
Execução de Título Extrajudicial

EXEQUENTE: ASSOCIACAO DE CREDITO CIDADAO DE RONDONIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: KARINA DA SILVA SANDRES OAB nº RO4594
EXECUTADOS: JEANE COSTA SOARES, EDVALDO SOARES, IZIDORA DO ROSARIO MENDONCA COSTA
DECISÃO
Realizada consulta ao sistema RENAJUD, foi obtida a informação do mesmo endereço da parte requerida já constante dos autos, conforme resultado em anexo.
Desta forma, promova a parte requerente o regular andamento do feito, atentando-se que a executada Izidora fora localizada no endereço de seu esposa Edvaldo, conforme ID 25270903, pleiteando o que de direito no prazo de 15 dias, sob pena de extinção.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Gleucival Zeed Estevão
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO/RO
6ª VARA CÍVEL, FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO - Telefone: (69) 3217-1326
PROCESSO Nº: 0011850-45.2012.8.22.0001
CLASSE: Exibição de Documento ou Coisa
AUTOR: ALLANN ALVES PINHEIRO
ADVOGADO DO AUTOR: WALTER GUSTAVO DA SILVA LEMOS OAB nº RO655A
RÉU: BV FINANCEIRA S/A
ADVOGADO DO RÉU: CELSO MARCON OAB nº AC3266DESPACHO
Cuida-se de cumprimento de SENTENÇA - honorários de sucumbência.
Determino à CPE que altere a classe processual.
Fica INTIMADA a parte devedora, por meio de seu advogado, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, satisfaça a obrigação, adimplindo o montante da condenação, corrigido e atualizado nos termos da SENTENÇA, sob pena de aplicação de honorários em execução e multa de 10% prevista no artigo 523, §1º, do CPC.
Advirta-se, desde já, a parte Executada de que eventuais impugnações, deverão ser opostos(as) nos próprios autos, no prazo de 15 (quinze) dias, bem ainda delimitar e demonstrar especificamente os valores impugnados, bem como ser instruídos com os documentos que se fizerem necessário à demonstração do alegado, sob pena de preclusão e de imediato julgamento da impugnação, nos termos do artigo 525, §1º, do CPC.
Havendo impugnação, fica INTIMADA a parte Exequente para manifestar-se sobre a impugnação ao cumprimento de SENTENÇA, no prazo de 15 (quinze) dias.
Decorrido o prazo para impugnação sem manifestação, certifique-se nos autos, e não havendo a satisfação da obrigação, o que deverá ser certificado, fica INTIMADA a parte Exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, atualizar o débito e para que dê prosseguimento normal ao feito, observando a ordem preferencial disposta no art. 835 do CPC.
Havendo pagamento, expeça-se o competente alvará judicial em nome da parte e/ou advogado (se o instrumento de procuração autorizar) para levantamento dos valores com juros/correções/rendimentos, sob pena de envio dos respectivos valores depositados na conta judicial para a conta centralizadora. (Obs. Aguarde-se, em cartório, o decurso do prazo de vencimento do alvará).
Posteriormente, por ato ordinatório, INTIME-SE a parte Exequente, por meio de seu(s) advogado(s), para informar a satisfação do crédito e/ou requerer o que de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de aceitação dos valores depositados como sendo o pagamento integral da obrigação.
Por fim, mantendo-se inerte a parte exequente, envie-me os autos conclusos para SENTENÇA de extinção.
SIRVA A PRESENTE COMO:
a) CARTA / MANDADO / DE INTIMAÇÃO DA(S) PARTE(S) EXECUTADA(S), observando-se o(s) seguinte(s) endereço(s) para localização:
RÉU: BV FINANCEIRA S/A CNPJ nº 01.149.953/0001-89, AV. NAÇÕES UNIDAS 14171, TORRE A, 8º ANDAR CONJUNTO 82 - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Expeça-se o necessário.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
Porto Velho/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019
Gleucival Zeed Estevão
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falência e Concordata - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO 7040121-66.2017.8.22.0001
Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: EDIMAQ EMPRESA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE MAQ LTDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ALEXANDRE CAMARGO OAB nº RO704
EXECUTADO: WILLIAN MAX DE SOUZA - ME
DECISÃO
Em consulta via sistema RENAJUD constatando-se a inexistência de veículos cadastrados em nome do Executado, conforme demonstrativo em anexo.
Considerando a busca infrutífera, manifeste-se a Exequente, no prazo de 15 dias, requerendo o que entender de direito.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Gleucival Zeed Estevão
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falência e Concordata - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 7016572-56.2019.8.22.0001
Classe: Embargos à Execução
EMBARGANTE: ANTONIO OLIVEIRA ARRAIS
ADVOGADO DO EMBARGANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
EMBARGADO: BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADO DO EMBARGADO: ANDRE DE ASSIS ROSA OAB nº GO36488DESPACHO
Nos termos do art. 919 do NCPC e, ainda, por não constatar os requisitos para a concessão de tutela provisória, deixo, por ora, de atribuir efeito suspensivo aos embargos.
Assim, fica intimado o Exequente/Embargado para manifestar-se acerca dos embargos à execução, no prazo de 15 dias.
Gleucival Zeed Estevão
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO/RO
6ª VARA CÍVEL, FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO - Telefone: (69) 3217-1326
PROCESSO Nº: 0009171-43.2010.8.22.0001
CLASSE: Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: MEZZO LTDA - ME
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LOURENNIR BARBOSA CAVALCANTE OAB nº RO2954
EXECUTADO: ANDERSON FERREIRA DA COSTA
ADVOGADO DO EXECUTADO: EDJANE SANTOS ARAUJO ALMEIDA OAB nº RO3984

SENTENÇA
Compulsando os autos, verifica-se na petição de ID 26816839 que as partes anunciaram celebração de acordo.
Pois bem. Conforme preceitua o Código Civil, em seu artigo 840 e seguintes, uma das formas da extinção do litígio consiste na transação, entendida como estabelecimento de concessões mútuas com vistas à extinção do litígio.
Simultaneamente, prevê o Código de Processo Civil que a transação deve ser homologada, extinguindo-se o processo respectivo com resolução do MÉRITO.
Ademais, o pedido de homologação judicial do acordo revela-se numa demonstração inequívoca de que desejam fazer a autocomposição independentemente de interferência estatal.
Diante do exposto, por vislumbrar os pressupostos legais, HOMOLOGO, por SENTENÇA, o acordo entabulado, a fim de que este produza seus efeitos jurídicos e legais. Sendo assim, JULGO EXTINTO o feito, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, na forma do artigo 487, III, "b", do CPC.
Ante a preclusão lógica, a presente DECISÃO transita em julgado nesta data.
Fica dispensada o pagamento das custas processuais remanescentes (se houver), conforme inteligência do artigo 90, §3º, do CPC.
Não há necessidade de sobrestamento do feito, pois em caso de descumprimento do acordo entabulado, a parte interessada poderá, nos próprios autos, requerer a continuidade do feito quanto ao saldo remanescente do acordo homologado.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019
Gleucival Zeed Estevão
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO/RO
6ª VARA CÍVEL, FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO - Telefone: (69) 3217-1326
PROCESSO Nº: 7045113-36.2018.8.22.0001
CLASSE: Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica
REQUERENTE: POLISOLDAS COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
ADVOGADO DO REQUERENTE: CARLOS ALBERTO CANTANHEDE LIMA OAB nº RO3206A
REQUERIDOS: WARNER ANTONIO BAMBOZZI, HEDER LUIZ BAMBOZZI, ANTONIO BAMBOZZI, BRUNO BAMBOZZI FILHO, AGROPECUARIA BAMBOZZI S A
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: DESPACHO
Em atenção ao contido no artigo 485, §1º, do CPC, fica INTIMADO(A) a parte Autora/Exequente, por meio de seu(s) advogado(s), para dar andamento normal ao feito, requerendo o que de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento e/ou extinção do processo.
Em caso de inércia do causídico da parte autora/exequente, intime-se pessoalmente POLISOLDAS COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA para, no mesmo prazo acima indicado, promova o regular andamento ao feito, sob pena de arquivamento e/ou extinção do processo.
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO:
a) CARTA / MANDADO / DE INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA/EXEQUENTE, observando-se, para tanto, o seguinte endereço ou quaisquer outros em que a parte possa ser encontrada nesta jurisdição:
REQUERENTE: POLISOLDAS COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA, RUA ALMIRANTE BARROSO 1721, - DE 1701 A 2299 - LADO ÍMPAR NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS - 76804-129 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Expeça-se o necessário.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
Porto Velho/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019
Gleucival Zeed Estevão
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO/RO
6ª VARA CÍVEL, FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO - Telefone: (69) 3217-1326
PROCESSO Nº: 7005350-91.2019.8.22.0001
CLASSE: Procedimento Comum
AUTOR: MARA ROSANE PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: JONATTAS AFONSO OLIVEIRA PACHECO OAB nº RO8544, CAIO VINICIUS CORBARI OAB nº RO8121, DIMAS FILHO FLORENCIO LIMA OAB nº RO7845
RÉU: BANCO BONSUCESSO S.A.
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
Considerando que a matéria debatida em sede de tutela é a mesma a ser discutida no MÉRITO da lide, se torna temerária a concessão do pedido de tutela de suspensão/cancelamento de desconto consignado em contracheque da Autora em favor do BANCO BONSUCESSO CARTÃO DE CRÉDITO, ainda mais quando o direito vindicado na inicial, ao menos por ora, não se apresenta provável.
Nos termos do art. 334, DETERMINO a designação de audiência de conciliação para data a ser indicada pelo CPE, cuja solenidade realizar-se-á no CEJUSC/Cìvel, localizado na BR 319 (Avenida Jorge Teixeira), esquina com Rua Quintino Bocaiuva, nº 3061, bairro Embratel, Porto Velho/RO, devendo as partes comparecerem acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º, CPC).
À CPE: Agende-se data para audiência utilizando-se o sistema automático do PJE e, após, certifique-se nos autos. Posteriormente, intime-se a parte Autora, via Diário da Justiça Eletrônico, e cite-se e intime-se a parte Requerida, via correios ou oficial de justiça.
Cite-se com as advertências constantes nos artigos 344, 336 e 319 do CPC, salientando que o prazo para contestar fluirá da data da realização da audiência supradesignada, ou, caso o Requerido manifeste o desinteresse na realização da mesma, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II). Tal pedido deverá ser apresentado com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º, CPC)
Fica o(a) Autor(a) intimado(a), por seu advogado(a), a comparecer para a audiência designada (art. 334, §3º, CPC).
As partes ficam intimadas que o não comparecimento na audiência designada caracterizará ato atentatório à dignidade da justiça e incidirá multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, revertida em favor do Estado (art. 334, § 8º, do NCPC), independentemente de eventual concessão de gratuidade da justiça (art. 98, § 4º, do NCPC).
Não havendo acordo na audiência de conciliação, deverá a parte Autora proceder, no prazo de 5 (cinco) dias, a complementação das custas iniciais, conforme estabelecido no artigo 12, inciso I, da Lei Estadual n. 3896/2016 (Lei de Custas), exceto em caso de gratuidade de justiça.
A solenidade somente não será realizada se também houver desinteresse expresso da parte Requerida nos autos (art. 334, § 4º, I, do NCPC).
Havendo pedido de dispensa pela(s) parte(s), desde já determino o cancelamento da audiência, sendo possível a liberação dos autos à parte demandada para oferecer contestação no prazo legal, a contar do protocolo do pedido expresso da parte Requerida de não realização de audiência conciliatória (art. 335, II, do NCPC).
Não havendo conciliação, vindo ou não a contestação certifique-se quanto à tempestividade.
Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abre-se vistas dos autos à parte Autora para réplica.

Consigno que ambas as partes ficam intimadas que tanto em contestação como em réplica deverão especificar as provas que pretendem produzir, inclusive arrolando testemunhas, se entenderem, postulando e indicando a necessidade de prova pericial, uma vez que após a réplica será saneado o feito e já apreciados os pedidos acerca das provas a serem produzidas, inclusive com a audiência de instrução e julgamento, se for o caso.
Fica a parte autora, desde já, intimada do inteiro teor desta, por meio de seu advogado.
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO:
a) CARTA / MANDADO / DE CITAÇÃO /DE INTIMAÇÃO, nos termos do artigo 248 do CPC, para a parte requerida, inclusive, quanto a audiência designada, observando o seguinte endereço para o seu cumprimento:
RÉU: BANCO BONSUCESSO S.A. CNPJ nº 71.027.866/0001-34, RUA ALVARENGA PEIXOTO 974, - ATÉ 1179/1180 LOURDES - 30180-120 - BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC, caso a citação proceda mediante os termos dos artigos 249 e 250 mesmo Códex, expedindo-se o necessário para tal desiderato.
Cumpridas as determinações acima, retorne-me os autos conclusos.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
Porto Velho/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019
Gleucival Zeed Estevão
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falência e Concordata - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO 7026641-55.2016.8.22.0001
Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: SUDOESTE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
ADVOGADO DO EXEQUENTE: TIAGO DE AGUIAR MOREIRA OAB nº RO5915, JESUS CLEZER CUNHA LOBATO OAB nº RO2863
EXECUTADO: R. ALMEIDA CHAVES PADARIA EIRELI - ME
ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DECISÃO
Em consulta via sistema RENAJUD, verifiquei a inexistência de veículos cadastrados em nome do Executado, conforme demonstrativo em anexo.
Considerando a busca infrutífera, manifeste-se a Exequente, no prazo de 15 dias, requerendo o que entender de direito.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Gleucival Zeed Estevão
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO/RO
6ª VARA CÍVEL, FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO - Telefone: (69) 3217-1326
PROCESSO Nº: 7009722-83.2019.8.22.0001
CLASSE: Procedimento Comum
AUTOR: VIA NORTE TRANSPORTES, COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME
ADVOGADO DO AUTOR: JOSE CRISTIANO PINHEIRO OAB nº RO1529
RÉU: CLARO S.A.
ADVOGADO DO RÉU:
DECISÃO
VIA NORTE TRANSPORTES, COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME ingressaram com a presente AÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO CUMULADO COM OBRIGAÇÃO DE FAZER E TUTELA DE URGÊNCIA em face de CLARO S.A..
A Autora informa que em 20/03/2018 contratou junto à Requerida o Plano Total Share Claro Total, no valor mensal de R$ 463,60 (Quatrocentos e sessenta e três reais e sessenta centavos) e mais o valor de R$ 105,00 (cento e cinco reais) referentes aos equipamentos, redundando no valor total de R$ 568,60 (Quinhentos e sessenta e oito reais e sessenta centavos) mensais, porém, a partir do mês de outubro de 2018 os valores passaram a vir superiores a mil reais, chegando próximo a dois mil reais.
Afirmou que a Requerida pretendia a cobrança das mensalidades dos meses: a) de outubro de 2018 no valor de R$ 1.105,71; b) de novembro de 2018 no valor de R$ 1.980,48 (mil e novecentos e oitenta reais e quarenta e oito centavos); c) de dezembro de 2018 no valor de R$ 1.703,00 (mil e setecentos e três reais); d) de janeiro de 2019 no valor de R$ 1.387,60 (mil e trezentos e oitenta e sete reais e sessenta centavos) e e) de fevereiro no valor de R$ 1.187,60 (mil e cento e oitenta e sete reais e sessenta centavos), no entanto, por não concordar com os valores deixou de pagar os boletos, eis que são valores muito acima do contratado.
Juntou-se documentos (ID's: 25407394 a 25408406).
Vieram os autos conclusos.
É o relatório. Decido.
Para fins de concessão da antecipação de tutela, é necessário que estejam presentes os pressupostos do art. 300 do NCPC:
"Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
§ 1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.
§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.
§ 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da DECISÃO."
Na própria dicção do referido diploma legal, I) a presença da probabilidade do direito; e, II) do perigo de dano ou do risco ao resultado do processo.
Segundo Jaqueline Mielke Silva:
"a probabilidade do direito nada mais é do que a verossimilhança, também denominada pela doutrina de fumus boni juris. O conhecimento das matérias para a concessão da tutela provisória (antecipatória ou cautelar) é perfunctório, superficial, não havendo a necessidade do exaurimento do conhecimento. A verossimilhança, por sua vez, deve considerar: (a) o valor do bem jurídico ameaçado; (b) a dificuldade de o autor provar a sua alegação; (c) a credibilidade, de acordo com as regras de experiência, da alegação e (d) a própria urgência descrita." (In A Tutela Provisória no Novo Código de Processo Civil. Tutela de Urgência e Tutela de Evidência: Verbo Jurídico, 2015, p. 77).
A probabilidade do direito alegado associada ao perigo de dano ou ao risco ao resultado útil do processo são requisitos que devem ser preenchidos para o deferimento da referida medida. A probabilidade do direito remete a sua plausibilidade de existência e suas chances de êxito de ser reconhecido – verossimilhança fática e plausibilidade jurídica.
Na lição de Fredie Didier Jr:
A probabilidade do direito a ser provisoriamente satisfeito/realizado ou acautelado é a plausibilidade de existência desse mesmo direito. O bem conhecido fumus boni iuris (ou fumaça do bom direito).
O magistrado precisa avaliar se há "elementos que evidenciem" a probabilidade de ter acontecido o que foi narrado e quais as chances do êxito do demandante (art. 300, CPC).
Inicialmente, é necessária a verossimilhança fática, com a constatação de que há um considerável grau de plausibilidade em torno da narrativa dos fatos trazida pelo autor. É preciso que se visualize, nessa narrativa, uma verdade provável sobre os fatos, independentemente da produção de prova.

Junto a isso, deve haver uma plausibilidade jurídica, com a verificação de que é provável a subsunção dos fatos à norma invocada, conduzindo aos efeitos pretendidos. (DIDIER JÚNIOR; Fredie; BRAGA, Paulo Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. Curso de Direito Processual Civil. Vol. 2. 11ª ed. rev., ampl. e atual. Salvador: Jus Podivm, 2016, p. 608.)

Outrossim, necessária a existência de elementos que permitam inferir o perigo que a demora na prestação jurisdicional (periculum in mora) acarretará na efetividade da jurisdição e na eficaz realização do direito.

Na hipótese dos autos, os requisitos legais para o deferimento da tutela de urgência não foram suficientemente preenchidos.

Com efeito, da análise dos autos não é possível depreender, com segurança, a abusividade dos valores das faturas do Plano Total Share Claro Total expedidas pela parte Requerida. Outrossim, constata-se que a parte Autora sequer efetivou consignação em pagamento/depósitos judiciais de valores que entende devido mensalmente, qual seja, R$ 568,60 (quinhentos e sessenta e oito reais e sessenta centavos) e já está em débito desde o mês de outubro de 2018.

Embora enfáticas as alegações dos Autores, mostra-se temerário o deferimento do pedido sem a formação do contraditório, com maiores elementos que possam ensejar o convencimento do julgador.

Dessa forma, em um exame sumário, neste momento processual, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência.

Em continuidade e nos termos do art. 334, DETERMINO a designação de audiência de conciliação para data a ser indicada pelo CPE, cuja solenidade realizar-se-á no CEJUSC/Cìvel, localizado na BR 319 (Avenida Jorge Teixeira), esquina com Rua Quintino Bocaiuva, nº 3061, bairro Embratel, Porto Velho/RO, devendo as partes comparecerem acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º, CPC).

À CPE: Agende-se data para audiência utilizando-se o sistema automático do PJE e, após, certifique-se nos autos. Posteriormente, intime-se a parte Autora, via Diário da Justiça Eletrônico, e cite-se e intime-se a parte Requerida, via correios e/ou oficial de justiça.

Cite-se com as advertências constantes nos artigos 344, 336 e 319 do CPC, salientando que o prazo para contestar fluirá da data da realização da audiência supradesignada, ou, caso o Requerido manifeste o desinteresse na realização da mesma, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II). Tal pedido deverá ser apresentado com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º, CPC).

Fica o(a) Autor(a) intimado(a), por seu advogado(a), a comparecer para a audiência designada (art. 334, §3º, CPC).

As partes ficam intimadas que o não comparecimento na audiência designada caracterizará ato atentatório à dignidade da justiça e incidirá multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, revertida em favor do Estado (art. 334, § 8º, do NCPC), independentemente de eventual concessão de gratuidade da justiça (art. 98, § 4º, do NCPC).

Não havendo acordo na audiência de conciliação, deverá a parte Autora proceder, no prazo de 5 (cinco) dias, a complementação das custas iniciais, conforme estabelecido no artigo 12, inciso I, da Lei Estadual n. 3896/2016 (Lei de Custas), exceto em caso de gratuidade de justiça.

A solenidade somente não será realizada se também houver desinteresse expresso da parte Requerida nos autos (art. 334, § 4º, I, do NCPC).

Havendo pedido de dispensa pela(s) parte(s), desde já determino o cancelamento da audiência, sendo possível a liberação dos autos à parte demandada para oferecer contestação no prazo legal, a contar do protocolo do pedido expresso da parte Requerida de não realização de audiência conciliatória (art. 335, II, do NCPC).

Não havendo conciliação, vindo ou não a contestação certifique-se quanto à tempestividade.

Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abre-se vistas dos autos à parte Autora para réplica.

Consigno que ambas as partes ficam intimadas que tanto em contestação como em réplica deverão especificar as provas que pretendem produzir, inclusive arrolando testemunhas, se entenderem, postulando e indicando a necessidade de prova pericial, uma vez que após a réplica será saneado o feito e já apreciados os pedidos acerca das provas a serem produzidas, inclusive com a audiência de instrução e julgamento, se for o caso.

Fica a parte autora, desde já, intimada do inteiro teor desta, por meio de seu advogado.

VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA / OFÍCIO / MANDADO / CARTA PRECATÓRIA:

a) DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, nos termos do artigo 248 do CPC, para a parte requerida, inclusive, quanto a audiência designada, observando o seguinte endereço para o seu cumprimento:

RÉU: CLARO S.A. CNPJ nº 40.432.544/0446-08, AVENIDA CARLOS GOMES 2262, - DE 1900 A 2350 - LADO PAR SÃO CRISTÓVÃO - 76804-038 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC, caso a citação proceda mediante os termos dos artigos 249 e 250 mesmo Códex, expedindo-se o necessário para tal desiderato.

Cumpridas as determinações acima, retorne-me os autos conclusos.

Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.

Porto Velho/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019

Gleucival Zeed Estevão

Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falência e Concordata - Fórum Cível

Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO 7020920-54.2018.8.22.0001 AUTOR: BRUNA ANDREIA PEREIRA DE BRITO MARTINS

ADVOGADO DO AUTOR: JOSE NEY MARTINS JUNIOR OAB nº RO2280

RÉU: UNIMED DE RONDONIA - COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

ADVOGADO DO RÉU: EDSON BERNARDO ANDRADE REIS NETO OAB nº RO1207, EURICO SOARES MONTENEGRO NETO OAB nº RO1742

SENTENÇA

I – RELATÓRIO:

BRUNA ANDRÉIA PREIRA DE BRITO MARTINS, já qualificada nos autos, propôs, em desfavor de COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO – UNIMED, pessoa jurídica igualmente identificada nos autos, “ação de obrigação de fazer c/c pedido de tutela antecipada de urgência”, que foi autuada sob o número: 7020920-54.2018.8.22.0001.

Suma do(s) pedido(s):

Afirmando que contratou com a requerida plano de saúde em favor da sua filha, a menor Isabelly Augusta Pereira Martins - que sofre de hidrocefalia -, porém, ao precisar de atendimento médico, teve o acesso ao plano negado pela requerida, pede: 1) em caráter liminar, a manutenção do plano de saúde contratado sob o n.º: 99019204/2016; 2) no MÉRITO, a confirmação da liminar, para que a beneficiária do plano possa usufruir de todas as benesses contratadas; e, condenação da ré a pagar o valor de R$10.000,00 (dez mil reais) a título de reparação por dano moral.

Suma da resposta:

Regularmente citada, a requerida aduziu em sua defesa que: 1) o plano de saúde de n.º: 99019204/2016 foi cancelado por falta de pagamento por prazo superior a 60 (sessenta) dias; 2) que realizou as notificações para informar a respeito do cancelamento; 3) que não praticou ato ilícito que tenha causado dano à requerente; 4) pugnou pela rejeição dos pedidos formulados na inicial e revogação da interlocutória que concedeu a tutela antecipada (fls. 82-89).

Principais ocorrências:

Os benefícios da AJG foram deferidos, assim como a tutela de urgência para manter ativo o plano de saúde de n.º: 99019204/2016 até posterior DECISÃO do juízo (fls. 66-68).
Conciliação infrutífera (f. 78); réplica apresentada (fls. 150-152); saneador elaborado (fls. 153-154); na AIJ – audiência de instrução e julgamento – foi ouvida a preposta da requerida (conforme mídia arquivada em juízo), e, na sequência, as partes apresentaram alegações remissivas às manifestações já lançadas nos autos (fls.).
Vieram os autos conclusos.
II – FUNDAMENTAÇÃO:
Não há obstáculo ao conhecimento do MÉRITO, razão pela qual avanço.
Tenho como incontroverso nos autos:
1) relação contratual entre as partes, referente ao plano de saúde de n.º: 99019204/2016 (f. 23);
2) renegociação de dívida no ano de 2017, onde ficou estipulado que atraso superior a sessenta dias levaria ao cancelamento do plano (f. 137);
3) confissão da autora quanto ao atraso no pagamento de parcelas (vide inicial);
4) confissão da demandante quanto à ciência sobre o cancelamento do contrato (7ª e 8ª linhas do 2º parágrafo, do item "I – Considerações fáticas", da inicial);
5) notificação de débito enviada ao endereço fornecido pela própria requerente (fls. 137 c.c 146-147);
6) edital de notificação da requerente publicado em jornal de grande circulação local, datado de 15.05.2018 (f. 149).
Pois bem.
A autora alega que, sabendo do cancelamento do plano de saúde, procurou a requerida em 19.05.2018, cujo objetivo era pagar as parcelas em aberto, porém, a emissão do boleto teria sido negada em razão de cancelamento prévio do contrato. Assim sendo - penso eu - a questão primeira é saber se o cancelamento do plano foi legítimo ou não, nos termos da Lei 9.656/98 c/c o Código de Defesa do Consumidor.
Com efeito, diante dos pontos incontroversos acima elencados, a requerente, após reativar o plano em razão de inadimplência anterior (outubro/2017 – fls. 139-140), estava ciente de que o atraso superior a sessenta dias (consecutivos ou não) levaria ao cancelamento do contrato.
Nesse caminhar, verifico do relatório financeiro de f. 85 (e boleto de f. 27) que, após o acordo acima mencionado (datado de outubro/2017), a demandante realizou os pagamentos das mensalidades da seguinte forma: 1) a mensalidade, com vencimento em 15.01.2018, foi quitada em 12.03.2018; 2) a que vencia em 15.02.2018, em 20.04.2018.
Outras moras ocorreram até a requerente procurar a requerida (o que se deu em 19.05.2018, segundo a inicial), como por exemplo, as mensalidades vencidas em 15.03.2018 e 15.04.2018 (e talvez até a de 15.05.2018).
Dessa forma, vejo como preenchido, digamos assim, o primeiro requisito previsto no art. 13, II, da Lei 9.656/98, para a rescisão unilateral do contrato firmado entre as partes desta ação.
De outro canto, confrontando os documentos de fls. 23/25/139-140/146-147, verifico que, tanto sobre a mora quanto a sobre a possibilidade de cancelamento do contrato, a requerida notificou a requerente no endereço fornecido pela própria, que, por acaso, é a sede do escritório de advocacia do pai da demandante.
Além da notificação pelos correios (cuja comprovação do envio já é suficiente), a requerida demonstra ter publicado edital de notificação, que foi publicado em jornal de circulação regional no dia 15.05.2018 (f. 149).
Dessa forma, tenho que o segundo requisito previsto em lei para a rescisão unilateral do contrato também foi satisfeito, razão pela qual, com a devida vênia, verifico que a demandada agiu regularmente ao negar atendimento à demandante.
Em casos análogos, assim vem decidindo o eg. TJRO:
"Apelação cível. Rescisão do contrato de plano de saúde. Inadimplência. Notificação prévia concretizada acerca da mora e da possibilidade de rescisão do contrato. Negado provimento ao recurso.
O STJ entende como regular a rescisão contratual por parte da operadora do plano de saúde quando o beneficiário for notificado previamente acerca da mora e da possibilidade de cancelamento.
APELAÇÃO, Processo nº 0008927-02.2015.822.0014, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Alexandre Miguel, Data de julgamento: 11/04/2019" destaquei.
"Apelação cível. Plano de saúde. Inadimplência. Cancelamento após sessenta dias e mediante notificação prévia do consumidor.
Nos termos do inciso II do parágrafo único do artigo 13 da Lei n. 9.656/1998, a rescisão unilateral do contrato por falta de pagamento de mensalidades deve ocorrer após sessenta dias, mediante comprovação de que o consumidor foi notificado até o quinquagésimo dia de inadimplência.
APELAÇÃO, Processo nº 7023510-72.2016.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Kiyochi Mori, Data de julgamento: 25/04/2019" destaquei.
Nessa toada, vez que a conduta da requerida não foi considerada ilícita (negativa de atendimento), perde o objeto, por falta de fundamentação, o pedido indenizatório.
III – CONCLUSÃO:
Isso posto, nos termos do art. 487, I, do CPC, c.c. art. 13, II, da Lei 9.656/98, REJEITO os pedidos formulados na inicial.
Por efeito do resultado do julgamento, revogo a DECISÃO interlocutória de fls. 65-68, essa que concedeu a tutela de urgência em favor da parte sucumbente.
Por efeito da sucumbência, condenado a requerente ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios do patrono da parte requerida, esses que fixo em 10% (dez por cento) do valor da causa, nos termos do §2º, do art. 85, c.c. §2º, do art. 98, ambos do CPC. Não obstante a condenação nas despesas processuais, em favor da demandante foram deferidos os benefícios da AJG, aplicando-se, portanto, os efeitos do §3º, do art. 98, do CPC.
Disposições finais:
Não sendo o(a/s) Sucumbente(s) beneficiário(a/s) da justiça gratuita, fica(m) intimado(a/s) a realizar o pagamento das custas finais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa.
Opostos embargos de declaração, voltem conclusos.
Em atenção ao disposto no §§ 1º e 3º do art. 1.010, do CPC/, caso seja interposto recurso de apelação, mediante ato ordinatório, dê-se vista à parte recorrida para contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias.
Concluídas as intimações e decorridos os prazos, remetam-se os autos ao eg. TJRO para análise do recurso.
Certificado o trânsito em julgado, a fase de "cumprimento de SENTENÇA " somente iniciará com o prévio requerimento da parte credora, nos termos do art. 523, do CPC; havendo pagamento no prazo de quinze dias contados do trânsito em julgado, a parte credora deverá ser intimada para se manifestar sobre o pagamento, expedindo-se o competente alvará para levantamento, caso o depósito tenha sido feito em juízo. Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA, procedam-se às baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, conforme se observa do artigo 31, parágrafo único, da Lei 3896, de 24 de agosto de 2016.
Pagas as custas ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, arquive-se.
SENTENÇA registrada eletronicamente, via PJe; Intimem-se.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Juiz Gleucival Zeed Estevão

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO/RO
6ª VARA CÍVEL, FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO - Telefone: (69) 3217-1326
PROCESSO Nº: 7020145-73.2017.8.22.0001
CLASSE: Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: WANDERSON DE FREITAS PAVAO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MAGNALDO SILVA DE JESUS OAB nº RO3485
EXECUTADO: EDIMAR DE JESUS SILIVERIO
ADVOGADO DO EXECUTADO: GEISEBEL ERECILDA MARCOLAN OAB nº RO3956
SENTENÇA
Compulsando os autos, verifica-se na petição de ID 26701582 que as partes anunciaram celebração de acordo.
Pois bem. Conforme preceitua o Código Civil, em seu artigo 840 e seguintes, uma das formas da extinção do litígio consiste na transação, entendida como estabelecimento de concessões mútuas com vistas à extinção do litígio.
Simultaneamente, prevê o Código de Processo Civil que a transação deve ser homologada, extinguindo-se o processo respectivo com resolução do MÉRITO.
Ademais, o pedido de homologação judicial do acordo revela-se numa demonstração inequívoca de que desejam fazer a autocomposição independentemente de interferência estatal.
Diante do exposto, por vislumbrar os pressupostos legais, HOMOLOGO, por SENTENÇA, o acordo entabulado, a fim de que este produza seus efeitos jurídicos e legais. Sendo assim, JULGO EXTINTO o feito, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, na forma do artigo 487, III, "b", do CPC.
Ante a preclusão lógica, a presente DECISÃO transita em julgado nesta data.
Fica dispensada o pagamento das custas processuais remanescentes (se houver), conforme inteligência do artigo 90, §3º, do CPC.
Sem honorários sucumbenciais.
Não há necessidade de sobrestamento do feito, pois em caso de descumprimento do acordo entabulado, a parte interessada poderá, nos próprios autos, requerer a continuidade do feito quanto ao saldo remanescente do acordo homologado.
Lado outro, expeça-se alvará judicial em favor do exequente, referente ao valores bloqueados ao ID 25697410, com as formalidades legais.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019
Gleucival Zeed Estevão
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO/RO
6ª VARA CÍVEL, FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO - Telefone: (69) 3217-1326
PROCESSO Nº: 7029580-42.2015.8.22.0001
CLASSE: Procedimento Comum
AUTOR: GILMAR PEREIRA BISPO
ADVOGADO DO AUTOR: JOANNES PAULUS DE LIMA SANTOS OAB nº RO4244, EDMAR DA SILVA SANTOS OAB nº RO1069
RÉU: MIGUEL SENA FILHO
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
Analisando o(s) pedido(s) de diligência(s) de endereços nos registros das empresas de telefonia e outras, tais como: OI, VIVO, CLARO, TIM, NET, CAERD, CERON, RECEITA FEDERAL e outros(as), consigno que cabe à parte interessada tal ônus, razão pela qual determino que a Requerente/Exequente providencie o requerimento de informações às empresas concessionárias de serviço público de telefonia fixa e móvel, água/esgoto/energia elétrica do Estado de Rondônia, para atendimento às exigências do art. 256, §3º do CPC, fazendo constar que a resposta deverá ser encaminhada diretamente para a Central de Processamento Eletrônico - CPE, via e-mail: 6civelcpe@tjro.jus.br, ficando a seu cargo eventuais despesas cobradas pelo informante.
O ofício poderá ser instruído com cópia deste DESPACHO, válido como autorização, comprovando-se nos autos, no prazo de 05 (cinco) dias, o atendimento aos termos deste DESPACHO, sob pena de extinção.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
Proceda-se com o necessário.
Porto Velho/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019
Gleucival Zeed Estevão
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO/RO
6ª VARA CÍVEL, FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO - Telefone: (69) 3217-1326
PROCESSO Nº: 7015661-44.2019.8.22.0001
CLASSE: Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: M J DE FIGUEREDO TENORIO COMERCIAL DE PAPEIS - ME
ADVOGADO DO EXEQUENTE: JOSE ADEMIR ALVES OAB nº RO618A
EXECUTADO: SIND DOS SERV PUBLICOS DO MUNICIPIO DE PORTO VELHO RO SINDEPROF
ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Cite-se a parte executada para, no prazo de 3 (três) dias (art. 829 do NCPC), efetuar o pagamento da dívida, cujo valor atualizado alcança o montante de R$56.071,77 (cinquenta e seis mil, setenta e um reais e setenta e sete centavos) ou, querendo, oferecer embargos (sem efeito suspensivo), no prazo de 15 (quinze) dias, art. 915 do NCPC.
Acrescente-se ao MANDADO de citação penhora e avaliação a advertência de que, reconhecendo o crédito da parte exequente, poderá a parte executada, comprovando o depósito de pelo menos 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários de advogado, apresentar proposta de pagamento do restante, por meio de advogado, em ate 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. 916 do NCPC.
Fixo os honorários da execução em 10% (dez por cento) do valor do débito exequendo, nos termos do art. 827, caput, do NCPC, sendo que, em caso de integral pagamento no tríduo legal, a mencionada verba honorária será reduzida pela metade (NCPC, art. 827, § 1º).
Saliento que o valor dos honorários poderá ser elevado até vinte por cento, quando rejeitados os embargos à execução, podendo a majoração, caso não opostos os embargos, ocorrer ao final do procedimento executivo, levando-se em conta o trabalho realizado pelo advogado do exequente (NCPC, art. 827, § 2º).
Não efetuado o pagamento no tríduo legal, deverá o Sr. oficial de justiça proceder de imediato a penhora de bens e a sua avaliação (NCPC, art. 829, § 1º), atento à natureza dos bens disponíveis conforme ordem de prioridade legal, bem como a impenhorabilidade dos bens listados na lei federal n. 8009/90 - bem de família -, lavrando-se respectivo auto, e de tais atos intimar, na mesma oportunidade, o executado.
Recaindo a penhora em bens imóveis, intime-se também o cônjuge da parte executada ou, conforme o caso, o senhorio direto, o credor com garantia real ou com penhora anteriormente averbada.
Não encontrando bens, de ofício, fica INTIMADA a parte executada para indicar onde se encontram os bens sujeitos à execução, exibir a prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus, bem como abster-se de qualquer atitude que dificulte ou embarace a realização da penhora, sob as penas da lei.

Caso a parte executada não seja localizada para intimação da penhora, certifique o Sr. oficial de justiça, detalhadamente, as diligências realizadas.
Não encontrando a parte devedora, proceda-se o arresto de tantos bens quantos bastem para garantir a execução, cumprindo as exigências do art. 830 e § 1º do NCPC.
Efetuado o arresto, fica INTIMADA a parte credora para, no prazo de 15 (quinze) dias, requerer a citação por edital da parte devedora, NCPC, art. 830 § 2º. Findo o prazo do edital, terá a parte devedora o prazo a que se refere o art. 829 do NCPC, convertendo-se o arresto em penhora em caso de não pagamento.
Após, requeira a parte exequente o que entender de direito, referente a eventual adjudicação, alienação por iniciativa particular ou em hasta pública, o usufruto de bem móvel ou imóvel, tudo nos termos do art. 825 do NCPC.
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO:
a) CARTA / MANDADO / DE CITAÇÃO /DE INTIMAÇÃO / DE PENHORA / DE AVALIAÇÃO, observando o endereço descrito abaixo ou em quaisquer outros dentro desta jurisdicão que o Oficial de Justiça tiver conhecimento durante a diligência:
EXECUTADO: SIND DOS SERV PUBLICOS DO MUNICIPIO DE PORTO VELHO RO SINDEPROF CNPJ nº 34.752.477/0001-45, RUA VINTE E QUATRO DE JANEIRO 43 MOCAMBO - 76804-268 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Se necessário, requisite-se força policial para o cumprimento da diligência.
Autorizo, ao oficial de justiça, os benefícios do artigo 212,§§ 1º e 2º, do NCPC.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
Porto Velho/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019
Gleucival Zeed Estevão
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO/RO
6ª VARA CÍVEL, FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO - Telefone: (69) 3217-1326
PROCESSO Nº: 7014439-41.2019.8.22.0001
CLASSE: Procedimento Comum
AUTOR: CENTRO FARMA - COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
ADVOGADO DO AUTOR: ISRAEL AUGUSTO ALVES FREITAS DA CUNHA OAB nº RO2913, IGRAINE SILVA AZEVEDO MACHADO OAB nº RO9590
RÉU: FARMACIA NACIONAL COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - ME
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
DETERMINO a designação de audiência de conciliação para data a ser indicada pelo CPE, cuja solenidade realizar-se-á no CEJUSC/Cìvel, localizado na BR 319 (Avenida Jorge Teixeira), esquina com Rua Quintino Bocaiuva, nº 3061, bairro Embratel, Porto Velho/RO, devendo as partes comparecerem acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º, CPC).
À CPE: Agende-se data para audiência utilizando-se o sistema automático do PJE e, após, certifique-se nos autos. Posteriormente, intime-se a parte Autora, via Diário da Justiça Eletrônico, e cite-se e intime-se a parte Requerida, via correios ou oficial de justiça.
Cite-se com as advertências constantes nos artigos 344, 336 e 319 do CPC, salientando que o prazo para contestar fluirá da data da realização da audiência supradesignada, ou, caso o Requerido manifeste o desinteresse na realização da mesma, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II). Tal pedido deverá ser apresentado com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º, CPC)
Fica o(a) Autor(a) intimado(a), por seu advogado(a), a comparecer para a audiência designada (art. 334, §3º, CPC).
As partes ficam intimadas que o não comparecimento na audiência designada caracterizará ato atentatório à dignidade da justiça e incidirá multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, revertida em favor do Estado (art. 334, § 8º, do NCPC), independentemente de eventual concessão de gratuidade da justiça (art. 98, § 4º, do NCPC).
Não havendo acordo na audiência de conciliação, deverá a parte Autora proceder, no prazo de 5 (cinco) dias, a complementação das custas iniciais, conforme estabelecido no artigo 12, inciso I, da Lei Estadual n. 3896/2016 (Lei de Custas), exceto em caso de gratuidade de justiça.
A solenidade somente não será realizada se também houver desinteresse expresso da parte Requerida nos autos (art. 334, § 4º, I, do NCPC).
Havendo pedido de dispensa pela(s) parte(s), desde já determino o cancelamento da audiência, sendo possível a liberação dos autos à parte demandada para oferecer contestação no prazo legal, a contar do protocolo do pedido expresso da parte Requerida de não realização de audiência conciliatória (art. 335, II, do NCPC).
Não havendo conciliação, vindo ou não a contestação certifique-se quanto à tempestividade.
Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abre-se vistas dos autos à parte Autora para réplica.
Consigno que ambas as partes ficam intimadas que tanto em contestação como em réplica deverão especificar as provas que pretendem produzir, inclusive arrolando testemunhas, se entenderem, postulando e indicando a necessidade de prova pericial, uma vez que após a réplica será saneado o feito e já apreciados os pedidos acerca das provas a serem produzidas, inclusive com a audiência de instrução e julgamento, se for o caso.
Fica a parte autora, desde já, intimada do inteiro teor desta, por meio de seu advogado.
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO:
a) CARTA / MANDADO / DE CITAÇÃO /DE INTIMAÇÃO, nos termos do artigo 248 do CPC, para a parte requerida, inclusive, quanto a audiência designada, observando o seguinte endereço para o seu cumprimento:
RÉU: FARMACIA NACIONAL COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - ME CNPJ nº 18.170.244/0001-88, AVENIDA BELO HORIZONTE 2568, - DE 2312 A 2638 - LADO PAR CENTRO - 76963-710 - CACOAL - RONDÔNIA
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC, caso a citação proceda mediante os termos dos artigos 249 e 250 mesmo Códex, expedindo-se o necessário para tal desiderato.
Cumpridas as determinações acima, retorne-me os autos conclusos.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
Porto Velho/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019
Gleucival Zeed Estevão
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO/RO
6ª VARA CÍVEL, FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO - Telefone: (69) 3217-1326
PROCESSO Nº: 7000761-56.2019.8.22.0001
CLASSE: Procedimento Comum
AUTOR: C. S. COMERCIO DE COSMETICOS E PERFUMARIA LTDA
ADVOGADO DO AUTOR: REYNALDO DINIZ PEREIRA NETO OAB nº RO4180
RÉU: CAIO LEONARDO NEVES CRUZ
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
Defiro o pedido de dilação de prazo de 30 (trinta) dias, nos termos da petição de ID: 26774880 - Pág. 1.

Decorrido o prazo sem manifestação, em atenção ao contido no artigo 485, §1º, do CPC, fica INTIMADO(A) a parte Autora/ Exequente, por meio de seu(s) advogado(s), para dar andamento normal ao feito, requerendo o que de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento e/ou extinção do processo.
Em caso de inércia do causídico da parte autora/exequente, intime-se pessoalmente C. S. COMERCIO DE COSMETICOS E PERFUMARIA LTDA para, no mesmo prazo acima indicado, promova o regular andamento ao feito, sob pena de arquivamento e/ou extinção do processo.
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO:
a) CARTA / MANDADO / DE INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA/ EXEQUENTE, observando-se, para tanto, o seguinte endereço ou quaisquer outros em que a parte possa ser encontrada nesta jurisdição:
AUTOR: C. S. COMERCIO DE COSMETICOS E PERFUMARIA LTDA, RUA SALGADO FILHO 2446, - DE 2365/2366 A 2704/2705 SÃO CRISTÓVÃO - 76804-054 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Expeça-se o necessário.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
Porto Velho/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019
Gleucival Zeed Estevão
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7035109-08.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: NATALIA SOUZA COSTA
Advogado do(a) AUTOR: VICTOR ALIPIO AZEVEDO BORGES - RO6985
RÉU: NATURA COSMETICOS S/A
Advogado do(a) RÉU: FABIO RIVELLI - SP297608
INTIMAÇÃO
Ficam as partes Requerente e Requerida intimadas a manifestarem-se quanto ao laudo pericial complementar apresentado, no prazo de 05 (cinco) dias.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falência e Concordata - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 7017646-48.2019.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: EDIJANE CEOBANIUC DA SILVA OAB nº RO6897
EXECUTADO: EDILAURA PEREIRA DA SILVADESPACHO
Aguarde-se, pelo prazo de 15 dias, o recolhimento das custas iniciais pela parte autora, tendo em vista não ter comprovado o cumprimento da respectiva providência.
Ressalto que de acordo com a Lei Estadual 3896/16 (Nova Lei de Custas), as custas inicias devem ser recolhidas no importe de 2% sobre o valor da causa, uma vez que o presente feito não é caso de realização de audiência preliminar.
Decorrido in albis, o que deverá ser devidamente certificado, voltem os autos conclusos.
Comprovado o recolhimento, o cartório deverá cumprir os demais itens do presente DESPACHO.
Cite-se a parte executada para, no prazo de 3 (três) dias (art. 829 do NCPC), efetuar o pagamento da dívida, cujo valor atualizado alcança o montante de R$11.221,38 (reais) ou, querendo, oferecer embargos (sem efeito suspensivo), no prazo de 15 (quinze) dias, art. 915 do NCPC.
Acrescente-se ao MANDADO de citação penhora e avaliação a advertência de que, reconhecendo o crédito da parte exequente, poderá a parte executada, comprovando o depósito de pelo menos 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários de advogado, apresentar proposta de pagamento do restante, por meio de advogado, em ate 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. 916 do NCPC.
Fixo os honorários da execução em 10% (dez por cento) do valor do débito exequendo, nos termos do art. 827, caput, do NCPC, sendo que, em caso de integral pagamento no tríduo legal, a mencionada verba honorária será reduzida pela metade (NCPC, art. 827, § 1º).
Não efetuado o pagamento, deverá o Sr. oficial de justiça proceder de imediato a penhora de bens e a sua avaliação (NCPC, art. 829, § 1º), atento à natureza dos bens disponíveis conforme ordem de prioridade legal, bem como a impenhorabilidade dos bens listados na lei federal n. 8009/90 - bem de família -, lavrando-se respectivo auto, e de tais atos intimar, na mesma oportunidade, o executado.
Recaindo a penhora em bens imóveis, intime-se também o cônjuge da parte executada ou, conforme o caso, o senhorio direto, o credor com garantia real ou com penhora anteriormente averbada.
Não encontrando bens, de ofício, fica INTIMADA a parte executada para indicar onde se encontram os bens sujeitos à execução, exibir a prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus, bem como abster-se de qualquer atitude que dificulte ou embarace a realização da penhora, sob as penas da lei.
Caso a parte executada não seja localizada para intimação da penhora, certifique o Sr. oficial de justiça, detalhadamente, as diligências realizadas.
Não encontrando a parte devedora, proceda-se o arresto de tantos bens quantos bastem para garantir a execução, cumprindo as exigências do art. 830 e § 1º do NCPC.
Efetuado o arresto, fica INTIMADA a parte credora para, no prazo de 15 (quinze) dias, requerer a citação por edital da parte devedora, NCPC, art. 830 § 2º. Findo o prazo do edital, terá a parte devedora o prazo a que se refere o art. 829 do NCPC, convertendo-se o arresto em penhora em caso de não pagamento.
Após, requeira a parte exequente o que entender de direito, referente a eventual adjudicação, alienação por iniciativa particular ou em hasta pública, o usufruto de bem móvel ou imóvel, tudo nos termos do art. 825 do NCPC.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO:
a) CARTA / MANDADO / CITAÇÃO / PENHORA / AVALIAÇÃO, observando-se o seguinte endereço ou em quaisquer outros dentro desta jurisdição:
EXECUTADO: EDILAURA PEREIRA DA SILVA, brasileira, portadora do CPF n. 634.686.542-00, residente e domiciliada na rua João Paulo I, N. 2400, Condominio Riviera, Qd 04, casa 19, bairro novo Horizonte, CEP 76810-154, na cidade de Porto Velho-RO, TEL 69 9 9225-1476.
Se necessário, requisite-se força policial para o cumprimento da diligência.
Autorizo, ao oficial de justiça, os benefícios do artigo 212,§§ 1º e 2º, do NCPC.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Gleucival Zeed Estevão
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falência e Concordata - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 7017637-86.2019.8.22.0001
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: D. -. D. P. D. E. D. R.
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE RONDONIA
EXECUTADO: JOSE AFONSO FLORENCIO

DECISÃO
Trata-se de cumprimento de SENTENÇA proposto pela Defensoria Pública do Estado de Rondônia em face de José Afonso Florencio, em razão de SENTENÇA prolatada nos autos de nº 0001987-65.2012.8.22.0001.
Considerando que o processo tramitou na 10ª Vara Cível, sendo este o juízo prolator da SENTENÇA, determino a remessa dos autos para esta Vara, com as baixas de estilo.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Gleucival Zeed Estevão
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7016867-93.2019.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: MARCIA ANDREIA SILVA DA COSTA
Advogado do(a) AUTOR: JHONATAS EMMANUEL PINI - RO4265
RÉU: LATAM AIRLINES GROUP S/A
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 6ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA - CEJUSC/CÍVEL Data: 01/07/2019 Hora: 11:30
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falência e Concordata - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 7017641-26.2019.8.22.0001
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
AUTOR: B. F. S.
ADVOGADO DO AUTOR: HUDSON JOSE RIBEIRO OAB nº SP150060
RÉU: H. P. S.
DECISÃO
Aguarde-se, pelo prazo de 15 dias, o recolhimento das custas iniciais pela parte Autora, tendo em vista não ter comprovado o cumprimento da respectiva providência.
Ressalto que de acordo com a Lei Estadual 3896/16 (Nova Lei de Custas), as custas inicias devem ser recolhidas no importe de 2% sobre o valor da causa, uma vez que o presente feito não é caso de realização de audiência preliminar.
Decorrido in albis, o que deverá ser devidamente certificado, voltem os autos conclusos para SENTENÇA de extinção.
Comprovado o recolhimento das custas, o cartório deverá cumprir os demais itens do presente DESPACHO.
Trata-se de ação de busca e apreensão regido pelo Decreto-Lei 911/1969.
No caso dos autos, embora trate-se de procedimento especial do Decreto-Lei 911/1969, aplica-se concomitantemente aos requisitos específicos do artigo 3º do aludido Decreto, também os requisitos legais para concessão da TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA, prevista no artigo 300 do NCPC, quais sejam: risco de dano, probabilidade do direito e reversibilidade da medida.
A probabilidade do direito sobre o qual se baseia o pedido de urgência evidencia-se pela Cédula de Crédito Bancário devidamente assinado pela parte requerida e a notificação informando a respeito do inadimplemento da obrigação.
De outro lado, o perigo de dano decorre da prejudicialidade na depreciação do veículo caso haja demora na restituição do mesmo à posse do requerente.
Ainda, deve-se considerar que a providência pretendida não se apresenta irreversível, de maneira que, caso o requerido purgue a mora no prazo de 5 (cinco) dias, lhe será devolvido o veículo
Isso posto, determino liminarmente a busca, apreensão, vistoria e avaliação do veículo objeto do contrato firmado entre as partes, conforme descrição constante da exordial e contrato, depositando-se o bem em mãos do(a) Autor(a), com a ressalva de que o veículo não deverá ser retirado da Comarca até o decurso do prazo de cinco dias fixados em lei para a consolidação da posse, sob pena de multa diária de dois salários mínimos até o limite do valor do veículo.
Executada a liminar, cite-se a parte Requerida para, em 05 dias efetuar o pagamento integral da dívida pendente sob pena de consolidar-se a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do Credor Fiduciário (§§1º e 2º, art. 3º, do Decreto-Lei 911/69 com a redação dada pelo art. 56 da Lei 10.931/04).
Efetuado o pagamento a parte Requerente deverá restituir o veículo à parte Requerida, comprovando nos autos.
No prazo de 15 dias, a contar da citação, a devedora fiduciante poderá apresentar contestação, atentando-se ao disposto no art. 231, II do NCPC.
O ato processual deverá obedecer ao disposto no art. 212, §2º do NCPC
A parte Requerida poderá ter acesso integral aos autos do processo, com digitação do número dos autos em epígrafe, por meio do link a seguir:http://www.tjro.jus.br/inicio-pje
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO.
REQUERIDO: HELENA PEREIRA SANTOS, brasileiro(a),, portador(a) da Cédula de Identidade RG n e do CPF n 14953692268, residente na cidade de PORTO VELHO, Estado de RO,na Rua R EDUARDO L E SILVA, número 5082, bairro CIDADE NOVA,cep 76810596,Endereço Comercial na cidade,na Rua, número,bairro,cep,Email: adriano2018soaress@gmail.com
Porto Velho, 30 de abril de 2019
Gleucival Zeed Estevão
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falência e Concordata - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 7017817-05.2019.8.22.0001
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
AUTOR: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
ADVOGADO DO AUTOR: ANTONIO BRAZ DA SILVA OAB nº AC6557
RÉU: RENATO ALVES SILVESTRE
DECISÃO
Aguarde-se, pelo prazo de 15 dias, o recolhimento das custas iniciais pela parte Autora, tendo em vista não ter comprovado o cumprimento da respectiva providência.
Ressalto que de acordo com a Lei Estadual 3896/16 (Nova Lei de Custas), as custas inicias devem ser recolhidas no importe de 2% sobre o valor da causa, uma vez que o presente feito não é caso de realização de audiência preliminar.
Decorrido in albis, o que deverá ser devidamente certificado, voltem os autos conclusos para SENTENÇA de extinção.
Comprovado o recolhimento das custas, o cartório deverá cumprir os demais itens do presente DESPACHO.
Trata-se de ação de busca e apreensão regido pelo Decreto-Lei 911/1969.
No caso dos autos, embora trate-se de procedimento especial do Decreto-Lei 911/1969, aplica-se concomitantemente aos requisitos específicos do artigo 3º do aludido Decreto, também os requisitos legais para concessão da TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA, prevista no artigo 300 do NCPC, quais sejam: risco de dano, probabilidade do direito e reversibilidade da medida.
A probabilidade do direito sobre o qual se baseia o pedido de urgência evidencia-se pela Cédula de Crédito Bancário devidamente assinado pela parte requerida e a notificação informando a respeito do inadimplemento da obrigação.

De outro lado, o perigo de dano decorre da prejudicialidade na depreciação do veículo caso haja demora na restituição do mesmo à posse do requerente.
Ainda, deve-se considerar que a providência pretendida não se apresenta irreversível, de maneira que, caso o requerido purgue a mora no prazo de 5 (cinco) dias, lhe será devolvido o veículo
Isso posto, determino liminarmente a busca, apreensão, vistoria e avaliação do veículo objeto do contrato firmado entre as partes, conforme descrição constante da exordial e contrato, depositando-se o bem em mãos do(a) Autor(a), com a ressalva de que o veículo não deverá ser retirado da Comarca até o decurso do prazo de cinco dias fixados em lei para a consolidação da posse, sob pena de multa diária de dois salários mínimos até o limite do valor do veículo.
Executada a liminar, cite-se a parte Requerida para, em 05 dias efetuar o pagamento integral da dívida pendente sob pena de consolidar-se a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do Credor Fiduciário (§§1º e 2º, art. 3º, do Decreto-Lei 911/69 com a redação dada pelo art. 56 da Lei 10.931/04).
Efetuado o pagamento a parte Requerente deverá restituir o veículo à parte Requerida, comprovando nos autos.
No prazo de 15 dias, a contar da citação, a devedora fiduciante poderá apresentar contestação, atentando-se ao disposto no art. 231, II do NCPC.
O ato processual deverá obedecer ao disposto no art. 212, §2º do NCPC
A parte Requerida poderá ter acesso integral aos autos do processo, com digitação do número dos autos em epígrafe, por meio do link a seguir:http://www.tjro.jus.br/inicio-pje
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO.
REQUERIDO: RENATO ALVES SILVESTRE, BRASILEIRO, SOLTEIRO, MOTORISTA, inscrito(a) no CPF sob o nº 840.898.302-49, residente e domiciliado na Av Mamore, 7963, Teixeirao, Porto Velho - RO, CEP: 76825-314 R
Porto Velho, 30 de abril de 2019
Gleucival Zeed Estevão
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO/RO
6ª VARA CÍVEL, FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO - Telefone: (69) 3217-1326
PROCESSO Nº: 0219825-13.2007.8.22.0001
CLASSE: Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS
ADVOGADO DO EXEQUENTE: KHARINA MIELKE OAB nº RO2906, MAYRE NUBIA NEVES DE MELO OAB nº RO1162, MARCUS VINICIUS PRUDENTE OAB nº RO212, KENIA MICHELLY GOMES SCUR OAB nº RO4202
EXECUTADO: CMP COMUNICACAO E ASSESSORIA LTDA - ME
ADVOGADO DO EXECUTADO: ALEXANDRO ICHINOSEKI DAHAS OAB nº RO2162, JUACY DOS SANTOS LOURA JUNIOR OAB nº RO656A, MONICA PATRICIA MORAES BARBOSA OAB nº RO5763, DANILO HENRIQUE ALENCAR MAIA OAB nº RO7707DESPACHO
Trata-se de cumprimento de SENTENÇA.
Regular tramitação dos autos, sobreveio pedido do exequente requerendo a venda, em leilão, dos veículos apontados na restrição realizada através do sistema Renajud (ID 23653935).
Pois bem!
A restrição realizada através do sistema Renajud impede o registro da mudança da propriedade do veículo, um novo licenciamento no sistema RENAVAM, como também impede a sua circulação e autoriza o seu recolhimento a depósito.
Ocorre que para o leilão do veículo com restrição de circulação, deve ser precedido do ato de penhora, avaliação e remoção para que seja colocado à disposição do leiloeiro.
Desta forma, fica intimada a parte autora exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, indicar o local do veículo com a FINALIDADE de expedição de auto de penhora e avaliação do bem, de forma a possibilitar o leilão, sob pena de extinção.
Com a vinda da localização do bem, desde já defiro a expedição do auto de penhora e avaliação.
Defiro ao Sr. Oficial de Justiça cumprir o MANDADO nos termos do artigo 212 do CPC.
Caso a diligência reste negativa, proceda-se à intimação da parte exequente para dar impulso ao processo.
Proceda-se com o necessário.
Porto Velho/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019
Gleucival Zeed Estevão
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO/RO
6ª VARA CÍVEL, FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO - Telefone: (69) 3217-1326
PROCESSO Nº: 7003619-60.2019.8.22.0001
CLASSE: Procedimento Comum
AUTOR: JOAO PAULO MALELE ROMAN
ADVOGADO DO AUTOR: RAPHAEL TAVARES COUTINHO OAB nº RO9566
RÉU: GENTE SEGURADORA SA
ADVOGADO DO RÉU:
SENTENÇA
Vistos, etc.
Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT proposta por JOAO PAULO MALELE ROMAN em face de GENTE SEGURADORA SA.
O DESPACHO de ID: 24520416 - Págs. 1/2 determinou a emenda à inicial para que a Autora demonstrasse a referida incapacidade financeira, mediante a apresentação de comprovantes de rendimentos, de gastos, bem como documentos que achar pertinentes que atestem suas alegações e, ainda, para que esclareçesse o motivo da distribuição da presente demanda nesta comarca, vez que o acidente ocorreu e fora registrado na comarca de Guajará Mirim/RO, mesmo lugar de domicílio do autor.
A petição de emenda e esclarecimento aportou ao ID: 26529953 - Pág. 1.
Conforme o DESPACHO de ID: 26652668 - Págs. 1/3 e em uma primeira análise perfunctória, entendi que em se tratando de ação de cobrança do seguro DPVAT, de acordo com a Súmula 540, do STJ, seria facultado ao autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou do domicílio do Requerido e, no caso dos autos, vislumbrei, a princípio, que a parte Autora optou por ajuizar a ação no foro da agência/sucursal da Requerida, de acordo com as regras gerais de competência (arts. 46 e 53, III, a, do CPC), devendo este Juízo, em tese, acolher a sua escolha e dar seguimento aos tramites processuais.
Em tempo e em análise ao conflito de competência nº 0800876-69.2019.8.22.0000, chamei o feito à ordem e procedi a CONCLUSÃO com a FINALIDADE de revogar o DESPACHO anterior e garantir que o ajuizamento da lide nesta Capital não caracterize burla ao princípio do juiz natural, expressamente previsto no art. 5º, XXXVII e LIII, da Constituição Federal.
É o relatório.
Decido.
Prima facie, CHAMO o feito à ordem e REVOGO o DESPACHO de ID: 26652668 - Págs. 1/3 com a FINALIDADE de garantir que o ajuizamento da lide nesta Comarca não caracterize burla ao princípio do juiz natural, expressamente previsto no art. 5º, XXXVII e LIII, da Constituição Federal.
Explico.
A parte Autora deflagrou ação de cobrança de seguro DPVAT em desfavor da GENTE SEGURADORA S.A, apontando como CNPJ o de n.º: 90.180.605./0001-02, e endereço nesta capital.

Consigno que a parte Demandante é domiciliada na Comarca de Guajará-Mirim e lá ocorreu o suposto acidente de trânsito narrado na inicial.

Na reenálise dos autos, externo a preocupação que deve ter o PODER JUDICIÁRIO com possíveis escolhas dos juízos pelos jurisdicionados litigantes, pois, embora, via de regra, a competência seja relativa, cada juiz brasileiro deve zelar pela adequada aplicação do princípio constitucional do "juiz natural", esse, sim, absoluto. Evidentemente que está inserido no referido princípio, não só a exigência de juiz competente, mas, também, julgador com condições de julgar conhecendo a causa em sua plenitude, o que significa dizer que tal julgamento deve se realizar, data vênia, pelo juiz mais próximo dos fatos, com possibilidade de conhecer a "verdade real".

Devidamente frisado acima, o(a) Autor(a) é domiciliado(a) na Comarca de Guajará-Mirim e lá ocorreu o suposto sinistro indenizável, sendo certo que historicamente/normalmente a competência seria do Juízo do local do fato e/ou do domicílio do Autora, pois revelam-se como os melhores para a colheita de provas e, por óbvio, menos oneroso à/ao Demandante. No entanto, observa-se que houve a opção pelo ajuizamento da ação no foro da agência/sucursal da Requerida, em tese, de acordo com as regras gerais de competência (arts. 46 e 53, III, a, do CPC), ocultando, ao meu sentir, a real opção, e sem a devida fundamentação, de propor a demanda no juízo onde se localiza a sede do escritório de advocacia (vide Procuração de ID: 24425363 - Pág. 1) do causídico da parte Autora.

Certamente, juízo diverso, tanto de onde os fatos ocorreram quanto do domicílio do autor, terá conhecimento reduzido dos fatos, prejudicando o bem maior do processo, qual seja, a pacificação social a partir da correta e completa compreensão dos fatos e das provas, para, assim, proferir justa DECISÃO.

Considerações sobre a opção de ajuizamento da ação no foro da agência/sucursal da Requerida.

O c. STJ, ao julgar o REsp n.º: 1.357.813, apreciado sob o regime do art. 543-C, do CPC, fixou a seguinte tese: "Em ação de cobrança objetivando indenização decorrente de Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os seguintes foros para ajuizamento da ação: o do local do acidente ou o do seu domicílio (parágrafo único do art. 100 do Código de Processo Civil); bem como, ainda, o do domicílio do réu (art. 94 do mesmo Diploma)."

Posteriormente, foi editada a Súmula 540, do mesmo Tribunal Superior.

Pois bem.

Ainda que a parte Autora possa escolher o juízo (e, ao fazê-lo para o do domicílio do Requerido, injustificadamente, abre mão de um favor legal que facilitaria, digamos assim, sua vida processual), no caso concreto, não pode ser eleito, com a devida vênia, o local da sede do escritório de advocacia que patrocina o demandante – sem nenhum deMÉRITO aos nobres causídicos -, pois, nessa hipótese, acaso o juízo suscitado acolhesse tal opção, estaria deixando de zelar pelo princípio do juiz natural, que estaria sendo alterado pelo capricho da parte.

Nesse sentido, colaciono aresto:

AGRAVO INTERNO. DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA. 1. Sendo o domicílio do autor e o local do acidente situados em outro Estado da Federação, descabe ajuizar demanda para cobrança de indenização securitária perante a Justiça deste Estado, sob pena de afronta ao princípio do juiz natural. Art. 5º, XXXVII e LIII, da Constituição Federal. 2. Ao autor não é facultado escolher aleatoriamente uma Comarca para demandar. Tampouco o foro do domicílio de seu advogado possui o condão de fixar a competência. Inaplicabilidade, no caso concreto, da Súmula N. 33 do STJ. 3. Ausente qualquer argumento a justificar a modificação do posicionamento adotado, resta mantida a DECISÃO recorrida. RECURSO DESPROVIDO, POR MAIORIA. (Agravo Nº 70042944850, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 22/06/2011) (Grifei).;

A propósito do tema, assim manifestou-se o em. Min Paulo de Tarso Sanseverino, ao proferir voto no REsp. n.º: 1.475.7131:

"Não se mostra lógico manter o processamento dessas demandas no juízo do escritório dos patronos dos demandantes, quando poderia ter sido ajuizada no domicílio do autor ou no local do acidente, o que, inclusive, facilitaria a colheita da prova. E causa mais espanto, ainda, o fato de o autor, que bem ou mal é beneficiado com a determinação de processamento da ação no foro do seu domicílio, percorrer todas as instâncias para manter a ação em São José do Rio Preto, cidade situada a cerca de 400km de distância de sua residência" (Grifei).

No caso concreto, a distância entre Guajará-Mirim e Porto Velho são 327 Km, aproximadamente. Some-se a isso o fato de que, contraditoriamente, o(a) Autor(a) da ação pede assistência judiciária gratuita afirmando não poder dispor de recursos para custear o processo sem prejuízo da sua subsistência. Ora, como, então, ele virá de Guajará-Mirim para realizar a perícia médica e para ser interrogado, tendo em vista que na exordial protestou pela produção de provas por todos os meios admitidos, inclusive depoimento pessoal.

Mas não é só.

Apesar de o(a) Requerente ter indicado o endereço da Requerida nesta Capital, é fácil observar, pelo seu CNPJ (n.º: 90.180.605./0001-02), que a sede da GENTE SEGURADORA S.A fica na rua Marechal Floriano Peixoto, 450 - Centro Histórico Porto Alegre - Cep: 90.020-060, DDD: 51 - Tel: 30238888 - Fax: 30238888 (informação emitida pelo site da SUSEP: http://www.susep.gov.br/menu/informacoes-ao-publico/mercado-supervisonado/entidades-supervisionadas, acessado em 29.04.2019).

Dessa forma, ainda que este Juízo suscitado deixasse de observar o principio do juiz natural (e aqui me refiro ao sentido latu), a ação aqui não poderia ser proposta, pois, segundo entendimento do c. STJ, o "domicílio da pessoa jurídica é o local de sua sede, não sendo possível o ajuizamento da ação em locais nos quais a recorrente mantém suas filiais se a obrigação não foi contraída em nenhuma delas (...)" (REsp 1608700/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/03/2017, DJe 31/03/2017) (Grifei).

De fato, nos termos do art. 75, IV, c.c. §1º, do CC, o domicílio da seguradora Requerida, no caso concreto, é Porto Alegre/RS, não tendo sido praticado nenhum ato através da filial de Porto Velho, tanto que os documentos que instruem a inicial referem-se à Seguradora Líder, com sede no Rio de Janeiro/RJ.

Destarte, por todos os ângulos, este Juízo suscitado não seria, realmente, o competente para julgar a causa proposta.

Do verbete n.º: 33, da Súmula do STJ:

O Colendo Superior Tribunal de Justiça editou a súmula 33, cujo enunciado é: "A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício." Com a devida vênia, tal enunciado não se aplica ao caso concreto, pois, como dito acima, não estamos diante de competência relativa, mas, sim, absoluta.

Com efeito, a primeira vista, a competência seria relativa por ser, o critério, territorial. Ocorre que, se de critério territorial se tratasse, o Juízo suscitado deveria ter alguma relação com a causa, seja por ser o "território do fato", ou, seja por ser o "território de qualquer das partes" (autor ou Requerido). Porém, como dito acima, este Juízo não é território vinculado à causa, já que o domicílio da seguradora requerida é Porto Alegre/RS, e, não, Porto Velho/RO.

A propósito do tema, o eg. TJRO, ao julgar caso semelhante ao destes autos, onde a ação de cobrança de seguro DPVAT foi proposta em Comarca que não atendia a nenhuma das hipóteses do art. 53, III, a, e V, do CPC, - ou seja, não era domicilio da autor, nem seda da ré e muito menos local do fato -, assim já se pronunciou:

"Ação de cobrança. Seguro DPVAT. Foros competentes. Escolha diversa. Processo. Extinção. Na cobrança do seguro DPVAT é facultado ao autor propor a ação no foro do seu domicílio ou no do

réu bem como no do local dos fatos, razão por que, se proposta, em comarca estranha à relação jurídica apontada, cabe a extinção do feito por ofensa ao princípio do juiz natural (APELAÇÃO, Processo nº 7011864-13.2017.822.0007, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Raduan Miguel Filho, Data de julgamento: 25/02/2019)" (Grifei).
Do voto do em Relator do Acórdão acima ementado, transcrevo o seguinte trecho:
"Ocorre que, no caso, pelos documentos juntados, depreende-se que o acidente automobilístico, que motivou a cobrança do seguro DPVAT, ocorreu em São Miguel do Guaporé; o apelante (autor) reside em Alvorada do Oeste e o endereço da seguradora demandada é no Rio de Janeiro, conforme declarado na petição inicial. Logo, não se justifica a propositura da ação na comarca de Cacoal, cuja escolha tem apenas o cunho de favorecer o patrono da parte-autora, onde possui escritório profissional, a teor do conteúdo da procuração que lhe fora outorgada.
Enfim, a comarca eleita para ajuizamento do feito não figura dentre os foros indicados na Súmula 540 do e. Superior Tribunal de Justiça nem na lei processual civil, art. 53, V, além de que a escolha da comarca de Cacoal viola o princípio do juiz natural, daí, porque, deve ser mantida a SENTENÇA de extinção do processo." (Grifei).
No mesmo sentido foi o resultado do julgamento da Apelação n.º: 7012410-68.2017.8.22.00074.
Portanto, o verbete de n.º: 33 não se aplica ao caso concreto e, considerando que o caso concreto envolve aplicação do princípio do juiz natural, a extinção do feito é medida de rigor em razão da ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.
Diante do exposto, julgo EXTINTO O PRESENTE PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 485, inciso IV, do NCPC.
Sem Custas e honorários sucumbenciais, ante a gratuidade de justiça que ora segue deferida.
Tendo em vista que o §3º do artigo 1.010 do Código de Processo Civil retirou o juízo de admissibilidade deste 1º grau de jurisdição, uma vez interposto recurso de apelação, caberá à CPE abrir vista à parte contrária para contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante artigo 1.010, §1º, do mencionado Diploma.
Idêntico procedimento deverá ser adotado na hipótese de recurso adesivo, conforme §2º do artigo supramencionado.
Após as formalidades, os autos deverão ser remetidos imediatamente ao Tribunal de Justiça.
Desnecessária a intimação da parte Requerida desta SENTENÇA.
Dê-se baixa e arquivem-se os autos.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019
Gleucival Zeed Estevão
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falência e Concordata - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 7017848-25.2019.8.22.0001
Classe: Monitória
AUTOR: ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO NO ESTADO DE RONDONIA - ASPER
ADVOGADO DO AUTOR: ALEXANDRE PAIVA CALIL OAB nº RO2894
RÉU: REBECA ZOREKDESPACHO
Aguarde-se, pelo prazo de 15 dias, o recolhimento das custas iniciais pela parte Autora, tendo em vista não ter comprovado o cumprimento da respectiva providência.
Ressalto que de acordo com a Lei Estadual 3896/16 (Nova Lei de Custas), as custas inicias devem ser recolhidas no importe de 2% sobre o valor da causa, uma vez que o presente feito não é caso de realização de audiência preliminar.
Decorrido in albis, o que deverá ser devidamente certificado, voltem os autos concluso para SENTENÇA de extinção.
Comprovado o recolhimento, o cartório deverá cumprir os demais itens do presente DESPACHO.
Cite-se a parte requerida para no prazo de 15 dias proceda ao pagamento da quantia ora pleiteada, bem como honorários advocatícios de 5% sobre o valor da causa (art. 701 CPC), podendo, em igual prazo opor, nos próprios autos, embargos à monitória (art. 702 CPC), sendo que, se estes não forem opostos, o MANDADO inicial ficará convertido em MANDADO de execução, atendendo ao rito processual previsto no art. 701, §2º do Código de Processo Civil.
Saliente-se ao(à) requerido (ré) que, em efetuando o pagamento no prazo estabelecido alhures, ficará isento das custas processuais. (art. 701, §1º do CPC).
Havendo embargos, intime-se o Autor para responder a este no prazo de 15 (quinze) dias (art. 702, §5º do CPC).
Cumpridas as determinações acima, retorne os autos conclusos.
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO atendendo aos requisitos dos arts. 248, 249 e 250.
Requerido: REBECA ZOREK, brasileira, servidora pública, portadora do RG 1329448 SSP/RO, inscrita no CPF sob o n. 680.821.422-00, residente e domiciliada na Rua das Orquídeas, n. 5735, Bairro Eldorado, CEP 76.811-844, Porto Velho – Rondônia
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Gleucival Zeed Estevão
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO/RO
6ª VARA CÍVEL, FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO - Telefone: (69) 3217-1326
PROCESSO Nº: 7043602-37.2017.8.22.0001
CLASSE: Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: INSTITUTO JOAO NEORICO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: TIAGO FAGUNDES BRITO OAB nº RO4239
EXECUTADO: RENAN MIQUELETTI BUENO
ADVOGADO DO EXECUTADO:
DECISÃO
A ação foi distribuída como "execução de título extrajudicial", envolvendo as partes acima nominadas.
Instada, a parte exequente recolheu as custas referente à expedição de carta precatória (fls. 54/57); a diligência foi negativa na Comarca deprecada (f. 61); novas diligências para localizar o devedor foram requeridas e deferidas (fls. 65-68).
Novo pedido de expedição de carta precatória foi realizado (f. 77), sendo que, deferido o pleito, consignou-se no DESPACHO que caberia ao exequente retirar a carta precatória e comprovar sua distribuição, sob pena de extinção do processo (f. 78).
A exequente, insatisfeita com o encargo de ter de distribuir a precatória no juízo deprecado, veio aos autos e pediu a distribuição eletrônica, declinado ser atribuição do
PODER JUDICIÁRIO tal encargo (fls. 82-83).
Pelo juízo foi indeferido o pedido de distribuição eletrônica da deprecata, reafirmando, assim, que caberia ao interessado fazê-lo, sob pena de extinção do processo (f. 83).
Decorrido o prazo para cumprimento do encargo atribuído à exequente, ante o silêncio do interessado, sobreveio SENTENÇA de extinção do processo (fls. 87-88).
A SENTENÇA acima referida foi prolatada as 18h22min, do dia 11.04.2019; no dia 23.04.2019 foi juntado aos autos o malote digital enviado pelo TJRO, no interesse do Agravo de Instrumento de n.º: 0800992-75.2019.8.22.0000, solicitando informações a este juízo (fls. 89-92).
No malote acima referido consta DECISÃO do Eminente Desembargador Relator, datada de 18.04.2019, solicitando informações (f. 92).

Nas fls. 95-101, a parte exequente opõe embargos de declaração pedindo que seja tornada sem efeito a SENTENÇA de extinção e, sucessivamente, que se suspendam seus efeitos.
Eis o que importava relatar.
DECIDO:
Conheço dos declaratórios, vez que tempestivos.
No MÉRITO, analisando detidamente a irresignação do embargante, penso ser o caso de atribuir efeitos infringentes aos declaratórios, nos termos do §2º, do art. 1.023, do CPC.
Com efeito, creio ter laborado em "error in procedendo" ao atribuir à parte exequente o ônus de ter de distribuir a carta precatória quando, na verdade, o CNJ desenvolveu, para o Judiciário brasileiro, a ferramenta do Malote Digital. A propósito, consta da Resolução n.º: 100/2009 daquele eg. Conselho:
"Art. 1º As comunicações oficiais entre o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, o Conselho da Justiça Federal - CJF, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT e os tribunais descritos no Art. 92, II a VII, da Constituição Federal, inclusive entre estes tribunais, serão realizadas com a utilização do Sistema Hermes - Malote Digital, nos termos desta Resolução e da regulamentação constante do seu Anexo.
(...)
§ 3.º O Sistema Hermes - Malote Digital deve ser utilizado, entre outros, para expedição e devolução de Cartas Precatórias entre juízos de tribunais diversos, salvo se deprecante e deprecado utilizarem ferramenta eletrônica específica para esse fim." (grifei)
A resolução vem ao encontro das disposições do CPC que, como frisado pela parte embargante, atribui ao judiciário o encargo de expedir atos de comunicação processual, entre eles a carta precatória, nos termos do art. 152, I e II, do Código mencionado.
Sem embargo da previsão contida nas Diretrizes Gerais Judiciais deste Tribunal, no sentido de que cabe à parte interessada comprovar a distribuição da precatória (art. 79), creio, com a devida vênia, que interpretação deve ser sistemática, isto é, a regra é a expedição pelo
PODER JUDICIÁRIO (arts. 74 e 75), mas, acaso a parte pretenda o cumprimento mais expedito, pode solicitar que a deprecata lhe seja entregue, nos termos do art. 77, também das Diretrizes mencionadas.
Nesse sentido, aliás, foi o pronunciamento da c. 2ª Câmara Especial do TJRO, cujo Relator foi o Vice Decano, Des. Renato Mimessi:
"Agravo de Instrumento. Expedição, encaminhamento e Distribuição de Carta Precatória. Atribuição do Escrivão. Recurso Provido
É atribuição do escrivão judicial a expedição e encaminhamento para a distribuição de carta precatória, da carta precatória e da intimação, não configurando tais tarefas incumbência do exequente ou credor, conforme estabelecido no art. 152 do CPC" (AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0800048-10.2018.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Renato Martins Mimessi, Data de julgamento: 19/04/2018) destaquei.
Nessa toada, creio que seja, via de regra, ônus do
PODER JUDICIÁRIO , por meio do malote digital, expedir a precatória para o Juízo de destino, aplicando-se aqui o entendimento já pacificado no Processo Penal, qual seja, uma vez encaminhada a carta precatória, deve-se intimar o interessado para acompanhar e diligenciar o cumprimento do ato no juízo deprecado.
Assim sendo, razão assiste ao embargante e, havendo "error in procedendo", é possível ao prolator tonar sem efeito a SENTENÇA que extinguiu equivocadamente o processo sem resolução do MÉRITO, aplicando-se ao caso o princípio da máxima efetividade da jurisdição.
CONCLUSÃO:
Diante do exposto, nos termos do art. 1.022, II e §2º, do CPC, ACOLHO os embargos de declaração opostos pela parte exequente para o fim de, reconhecendo ter agido com equívoco na aplicação das regras processuais, tornar sem efeito a SENTENÇA extintiva de fls. 87-88.
Uma vez que houve deferimento da expedição da carta precatória para o endereço constante na f. 77/Id: 20425231 (f. 78 – Id: 21532267), determino à CPE que, observadas as disposições do art. 260 e seguintes do CPC, mediante malote digital, encaminhe a deprecata ao Juízo da Comarca de Porto Alegre/RS, com prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para cumprimento; após, certifique o ato nos autos e, na sequência, intime-se o exequente para acompanhar a distribuição e cumprimento do ato no Juízo deprecado (pagamento de custas por ventura cobradas pelo Juízo deprecado compete ao interessado).
Considerando que a precatória é citatória, nos termos do art. 313, VI e VIII, do CPC, suspendo o processo pelo prazo de trinta dias, cabendo ao exequente, nesse prazo, informar o juízo a respeito do andamento da carta no Juízo deprecado. Decorrido o prazo sem manifestação, volte conclusos para extinção.
Com urgência, encaminhe-se cópia desta DECISÃO ao Des. Relator do Agravo de Instrumento de n.º: 0800992-75.2019.8.22.0000, informando que a pretensão do Agravante foi atendida pelo juízo.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Juiz Gleucival Zeed Estevão - Assinado eletronicamente.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO/RO
6ª VARA CÍVEL, FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO - Telefone: (69) 3217-1326
PROCESSO Nº: 7026283-22.2018.8.22.0001
CLASSE: Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: AGROPECUARIA RANCHO PATO LTDA - ME
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ROBERTO FRANCO DA SILVA OAB nº RO835
EXECUTADO: JOSE EDIMAR DE SOUZA
ADVOGADO DO EXECUTADO: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI OAB nº RO5546, PEDRO MIRANDA OAB nº RO2199
SENTENÇA
Compulsando os autos, verifica-se na petição de ID 26745412 que as partes anunciaram celebração de acordo.
Pois bem. Conforme preceitua o Código Civil, em seu artigo 840 e seguintes, uma das formas da extinção do litígio consiste na transação, entendida como estabelecimento de concessões mútuas com vistas à extinção do litígio.
Simultaneamente, prevê o Código de Processo Civil que a transação deve ser homologada, extinguindo-se o processo respectivo com resolução do MÉRITO.
Ademais, o pedido de homologação judicial do acordo revela-se numa demonstração inequívoca de que desejam fazer a autocomposição independentemente de interferência estatal.
Diante do exposto, por vislumbrar os pressupostos legais, HOMOLOGO, por SENTENÇA, o acordo entabulado, a fim de que este produza seus efeitos jurídicos e legais. Sendo assim, JULGO EXTINTO o feito, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, na forma do artigo 487, III, "b", do CPC.
Ante a preclusão lógica, a presente DECISÃO transita em julgado nesta data.
Custas finais pelo executada, conforme cópia de SENTENÇA dos autos principais de ID 19635670.
Sem honorários sucumbenciais.
Não há necessidade de sobrestamento do feito, pois em caso de descumprimento do acordo entabulado, a parte interessada poderá, nos próprios autos, requerer a continuidade do feito quanto ao saldo remanescente do acordo homologado.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019
Gleucival Zeed Estevão
Juiz de Direito

7ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 7civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7049815-25.2018.8.22.0001
Classe: CÍVEL - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA.
Advogado do(a) AUTOR: PEDRO ROBERTO ROMAO - SP209551
RÉU: NOVA VIDA COMERCIO E SERVICOS DE TELEFONIA LTDA - ME
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora INTIMADA a se manifestar acerca da certidão do Oficial de Justiça NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS.
1) Caso queira o desentranhamento do MANDADO ou apresente novo endereço para nova diligência, deverá proceder o recolhimento da taxa, que deverá ser o valor da diligência do oficial de justiça positiva, gerando o boleto para pagamento no link abaixo descriminado, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=MlUemieeJXHJRLgVw2OOAp_bZ65KzfhrXqOHVab-.wildfly01:custas1.1,
2) Em caso de solicitação de busca de endereços, bloqueios on line e assemelhados, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 7civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 0003759-58.2015.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: OZIEL CARDOSO DE LIMA
Advogados do(a) EXEQUENTE: CARLOS ALBERTO TRONCOSO JUSTO - RO535-A, MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA - RO1073
EXECUTADO: RENOVA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS S.A.
Advogados do(a) EXECUTADO: ALAN DE OLIVEIRA SILVA - SP208322, LUCIANO DA SILVA BURATTO - SP179235, WILSON VEDANA JUNIOR - RO6665
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida, na pessoa de seu(ua) advogado(a), notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 7civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7043098-31.2017.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS MDM LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: TIAGO HENRIQUE MUNIZ ROCHA - RO7201
EXECUTADO: GILSON DUARTE DA SILVA
INTIMAÇÃO
Para fins de atendimento ao pleito da parte AUTORA, fica esta intimada para que, no prazo de 05 dias, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 7civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7029112-73.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: MARIA CELIA PEREIRA SOUZA
Advogados do(a) AUTOR: RENATO JULIANO SERRATE DE ARAUJO - RO4705, VANESSA MICHELE ESBER SERRATE - RO3875
RÉU: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO SAGA LTDA
Advogados do(a) RÉU: THAYSA LALLI RIBEIRETE - PR61459, JEFFERSON DO CARMO ASSIS - PR4680
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimada para querendo, apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias.
1) Considerando que não houve a autocomposição entre as partes, nos termos do art. 12, inc.I, da Lei nº 3.896/2016 (Lei de Custas do TJRO), deverá(ão) a(os) autora/autores efetuar o recolhimento de mais 1% sobre o valor da causa a título de custas iniciais, comprovando-o nos autos no prazo de até 05 (cinco) dias após a audiência de conciliação, exceto se beneficiados(s) pela concessão da justiça gratuita.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 7civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7032215-25.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ROGERIO BATISTA LIMA
Advogados do(a) AUTOR: DEBORA PANTOJA BASTOS - RO7217, VALNEI GOMES DA CRUZ ROCHA - RO2479, DENISE GONCALVES DA CRUZ ROCHA - RO1996, MARIENE CAROLINE DA COSTA MACIEL - ES37091
RÉU: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
Advogado do(a) RÉU: CLAYTON CONRAT KUSSLER - RO3861
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida intimada a, no prazo de 15 dias, apresentar contrarrazões ao recurso de apelação.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 7civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7019936-70.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: IRACI DIAS FERREIRA
Advogados do(a) AUTOR: JACIMAR PEREIRA RIGOLON - RO1740, DENIELE RIBEIRO MENDONCA - RO3907, JOSE NEY MARTINS JUNIOR - RO2280
RÉU: BANCO BMG CONSIGNADO S/A
Advogado do(a) RÉU: FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA - MG109730

INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida, na pessoa de seu(ua) advogado(a), notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7009480-27.2019.8.22.0001
Classe: BUSCA E APREENSÃO (181)
REQUERENTE: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL GAZIN LTDA
Advogado do(a) REQUERENTE: PEDRO ROBERTO ROMAO - SP209551
REQUERIDO: CRISTIAN BENTO LIMA
Intimação
As custas recolhidas pela parte autora se referem à diligência "comum urbana", no valor de R$ 100,62
Contudo, em se tratando de MANDADO de Execução ou Busca e Apreensão, que envolve mais de um ato processual, as custas da renovação de diligência serão no valor de R$ 131,85 - referentes à renovação de diligência urbana composta, nos termos do Provimento nº 017/2009-CG/TJRO (https://www.tjro.jus.br/submenu-provimentos/menu-provimentos-2009/item/2015-provimento-n-017-09-cg).
Sendo assim, fica intimada a parte autora para complementar o valor das custas, no importe de R$ 31,23.
Prazo: 05 dias.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307 e-mail: 7civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7027801-47.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ALAN DE SOUZA BANDEIRA
Advogado do(a) AUTOR: TAYLOR BERNARDO HUTIM - RO9274
RÉU: GOL LINHAS AÉREAS
Advogado do(a) RÉU: BERNARDO AUGUSTO GALINDO COUTINHO - RO2991
INTIMAÇÃO
Ficam as partes Requerente e Requerida intimadas a, no prazo de 15 dias, apresentar contrarrazões ao recurso de apelação.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO
VISTOS ETC
Trata-se de ação indenizatória ajuizada por RENATA OLIVEIRA DA SILVA em desfavor de FUNDAÇÃO PIO XII e BRADESCO SAÚDE S/A.
A Requerente aduz ser usuária do plano de saúde coletivo por adesão contratado pelo primeiro réu junto ao segundo réu e que vem adimplindo ordinariamente desde julho/16, no entanto, a cirurgia agendada por seu médico de confiança foi negada pela segunda ré ante o argumento de cancelamento do serviço.
Afirma estar sofrendo prejuízo, ante a necessidade urgente de realização da cirurgia.
Pugna por liminar para reestabelecer a cobertura securitária com reintegração da autora no plano de assistência à saúde fornecido pela segunda ré e no MÉRITO pela confirmação da tutela de urgência.
Juntou além de instrumento de representação, documentos relativos aos fatos narrados na peça de ingresso.
DESPACHO inicial (id. 16706594) relegando a apreciação da tutela de urgência para após a angularização da da ação.
A ré Fundação Pio XII ofertou contestação no id. 17178342 e a ré Bradesco Seguros S/A no id. 17791718.
A tutela de urgência foi concedida no id. 17867769.
Réplica pela autora (id. 18849395).
Instados a especificarem provas a autora quedou-se inerte, enquanto a primeira ré requestou pelo julgamento antecipado da lide e a segunda ré restou silente.
Vieram-me concluso para proferir SENTENÇA.
É O RELATÓRIO.
FUNDAMENTO E DECIDO
Trata-se de ação indenizatória ajuizada por RENATA OLIVEIRA DA SILVA em desfavor de FUNDAÇÃO PIO XII e BRADESCO SAÚDE S/A.
Antes de efetivamente enfrentar o MÉRITO analiso as matérias processuais arguidas pelas partes.
A ré Bradesco Seguros S/A impugnou o valor da causa apontando que o valor dado a causa pela autora de R$149.652,33 seria exorbitante.
A autora em sede de impugnação à contestação nada falou acerca da impugnação ao valor da causa.
Em análise a peça de ingresso, vislumbra-se que o pedido se restringe a obrigação de fazer de reintegrar a autora no plano de saúde coletivo e fornecimento do serviço de cobertura da cirurgia previamente agendada.
Assim sendo, entendo que o valor está correto, haja vista que de acordo com o benefício econômico pretendido, valor do procedimento cirúrgico.
Assim a Jurisprudência:
"EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA - PLANO DE SAÚDE - FORNECIMENTO DE TRATAMENTO DE RADIOTERAPIA E RADIOCIRURGIA - BENEFÍCIO ECONÔMICO PRETENDIDO. 1- A fixação do valor da causa em ação de obrigação de fazer, havendo pedido determinado, deverá corresponder ao conteúdo econômico perseguido pelo autor." (TJMG - 10ª CÂMARA CÍVEL - Apelação Cível 1.0694.11.005842-7/001 0058427-25.2011.8.13.0694 (1) - Três Pontas, Rel. Des.(a) Claret de Moraes j. 18/07/17)
Rejeito-a, pois.
Ao MÉRITO.
Nos termos do artigo 355, I do CPC não havendo necessidade de outras provas, até pelo entendimento sedimentado dos tribunais, em sintonia com o artigo 5º, LXXVIII da Constituição Federal que assegura duração razoável do processo passo ao julgamento antecipado da lide.
Observa-se que o contrato e aditivo firmados entre as partes (id.16483255 e id.17791721) se refere a contrato coletivo por adesão de pessoas jurídicas, registrado sob o n. xxxxxxxxxxxx008.
Sabe-se que os planos de saúde devem obedecer ao que preconiza o Código de Defesa do Consumidor, conforme nos ensina a Súmula n. 469 do Superior Tribunal de Justiça, in verbis: "Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde."
Todavia, a rescisão unilateral nos contratos de plano de saúde coletivo não é vedada, pois a regra estabelecida no artigo 13 da Lei n. 9.656/98, lei que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, é restrita aos contratos individuais.
Aliás, este é o entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça:
"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. RESCISÃO UNILATERAL IMOTIVADA. FUNDAMENTO CENTRAL E AUTÔNOMO DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO REBATIDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/

STF. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que é possível a resilição unilateral do contrato coletivo de saúde, uma vez que a norma inserta no art. 13, II, b, parágrafo único, da Lei 9.656/98 aplica-se exclusivamente a contratos individuais ou familiares. Precedentes. (...)" (STJ, AgRg no REsp n. 1477859/SP, Relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 05/05/2015).

"Civil. Econômico. Recurso especial. Agravo de instrumento. Agravo regimental. Plano de saúde coletivo. Possibilidade de resilição unilateral. Art. 13, parágrafo único, II, b, da Lei n. 9.656/98. Enunciado n. 83/STJ. Negativa de prestação jurisdicional. Não ocorrência. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no Ag 1157856/RJ, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 21/06/2011, DJe 27/06/2011)."

Impende destacar que o contrato coletivo ajustado pela primeira ré com a segunda ré é datado, segundo informação da autora, em 10/07/16 quando já vigente a Lei nº. 9.656/98

Deste modo, conclui-se que a vedação do artigo 13 não atinge o contrato coletivo encetado pelas rés e que a autora é usuária.

Desta forma, verifica-se que a segunda Requerida tem o direito de rescindir o contrato coletivo por adesão em questão, aplicando-se ao caso ora em análise o que prevê a RN da ANS nº. 195/09.

"Subseção II

Da Rescisão ou Suspensão Art. 17 As condições de rescisão do contrato ou de suspensão de cobertura, nos planos privados de assistência à saúde coletivos por adesão ou empresarial, devem também constar do contrato celebrado entre as partes. Parágrafo único. Os contratos de planos privados de assistência à saúde coletivos por adesão ou empresarial somente poderão ser rescindidos imotivadamente após a vigência do período de doze meses e mediante prévia notificação da outra parte com antecedência mínima de sessenta dias."

A notificação foi juntada aos autos pela segunda ré no id. 17791724 e 17791726. e as condições gerais do contrato prevê a hipótese de cancelamento.

Em razão disso, a improcedência dos pedidos contidos na inicial é medida adequada ao caso em exame.

Assim a Jurisprudência:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. CLÁUSULA DE NÃO RENOVAÇÃO. LEGALIDADE. AUSÊNCIA DE DIVERGÊNCIA ENTRE A DECISÃO MONOCRÁTICA E A MATÉRIA DISCUTIDA NOS AUTOS. ALEGAÇÃO GENÉRICA QUANTO À EXISTÊNCIA DE LIMINAR. AGRAVO IMPROVIDO. 1. Nos termos da jurisprudência do STJ, não é abusiva a cláusula constante de contrato de seguro de vida em grupo que dispõe sobre a possibilidade de não renovação automática por qualquer das partes, mediante notificação prévia. 2. Alegação genérica de existência de liminar, sem indicação do processo em que teria sido deferida e das partes beneficiadas, não é apta a alterar o conteúdo da DECISÃO monocrática agravada. 3. Agravo interno não provido." (STJ – Quarta Turma - AgRg no AREsp 538252 / SP

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 2014/0144677-8 – Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, j. 08/09/15)

Diante do exposto, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos da presente Ação ajuizada por Renata Oliveira da Silva em face de Bradesco Saúde S/A e Fundação Pio XII, por consequência, revogo a liminar deferida no id. 17811273.

CONDENO a parte autora no pagamento das custas judiciais e honorários advocatícios que arbitro em R$2.000,00 (dois mil reais) (art. 85, § 8º do Código de Processo Civil).

Por encontrar-se sob o pálio da assistência judiciária gratuita (fls. 38), as custas e despesas processuais, além da verba honorária, ficará suspensa a cobrança, por força do artigo 98 § 3º do NCPC. Assim é o entendimento do E.TJRO (Apelação 12646-31.2015, 2ª Câmara Cível, Rel. Des. Kiyochi Mori, j. 06/07/17).

DECLARO EXTINTO o feito com resolução do MÉRITO, conforme artigo 487, inciso I, do mesmo Codex.

Publique-se, registre-se, intimem-se e cumpra-se.

Porto Velho, 2 de maio de 2019.

LUÍS DELFINO CÉSAR JÚNIOR

JUIZ SUBSTITUTO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 7civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7021030-53.2018.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S.A.
Advogado do(a) EXEQUENTE: MAURO PAULO GALERA MARI - RO4937-S
EXECUTADO: LOCADORA DE VEICULOS TRANSPORTES E REPRESENTACOES CURUMIM LTDA - ME e outros
INTIMAÇÃO
Manifeste-se o Autor em termos de prosseguimento, no prazo de 05 dias.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 7civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7015356-02.2015.8.22.0001
Classe: CÍVEL - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
Advogado do(a) AUTOR: ANTONIO BRAZ DA SILVA - RO6557
RÉU: J.R.DE BARROS LTDA - ME
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada proceder o recolhimento de custas no valor restante, visto que já pagou uma parcela(ID 26057722), para publicação do Edital no DJ, no prazo de 05 dias, devendo aguardar nova intimação para publicação do edital em jornais de grande circulação. O boleto pode ser obtido através do site do TJRO: Página Inicial/Boleto Bancário/Boletos Diversos/Receitas Administrativas - Gráfica (Editais, laudas, etc) - https://www.tjro.jus.br/boleto/faces/jsp/boletoGraficaForm1.jsp

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 7civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7052315-98.2017.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL SA
Advogado do(a) EXEQUENTE: RAFAEL SGANZERLA DURAND - MT12208-A
EXECUTADO: SEVEN STAR PROMOCOES E EVENTOS LTDA - ME
INTIMAÇÃO
Decorrido o prazo para pagamento espontâneo, fica a Exequente, no prazo de 05 dias, intimada a atualizar o débito e dar prosseguimento no feito atentando-se que em caso de consultas por meio de sistemas judiciais (BACEN, RENAJUD e outros) o pedido deverá ser acompanhado de custas nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 7civelcpe@tjro.jus.br

Processo: 0013457-59.2013.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: CONDOMINIO RESIDENCIAL VILA DA ELETRONORTE SETOR OESTE
Advogados do(a) EXEQUENTE: VICENTE ANISIO DE SOUSA MAIA GONCALVES - RO943, MARCOS ANTONIO ARAUJO DOS SANTOS - RO846, MARCOS ANTONIO METCHKO - RO1482
EXECUTADO: ANTINEIA FRANCA DA SILVA
Advogado do(a) EXECUTADO: MAIRA BENARROSH MACEDO - RO9402
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente, por seu patrono, no prazo de 15 dias, intimada da petição ID 26519967.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307 e-mail: 7civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7042216-69.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: JORGE EDUARDO ALVES DE ARAUJO
Advogado do(a) AUTOR: VICTOR ALIPIO AZEVEDO BORGES - RO6985
RÉU: CLARO S.A.
Advogado do(a) RÉU: RAFAEL GONCALVES ROCHA - RS41468
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da 7ª Vara Cível, sito à Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686, conforme informações abaixo:
Tipo: Instrução e Julgamento Sala: Sala de Audiências - 7ª Vara Cível - SALA JUIZ Data: 13/06/2019 Hora: 08:00
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307 e-mail: 7civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7002961-07.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ANTONIO MATIAS DOS SANTOS FILHO
Advogado do(a) AUTOR: JULIANA GONCALVES DAS NEVES - RO5953
RÉU: BANCO PAN S.A.
Advogado do(a) RÉU: EDUARDO CHALFIN - PR58971
SENTENÇA
Ante o cumprimento da obrigação, com fundamento no inciso II do art. 924 do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o processo movido por ANTONIO MATIAS DOS SANTOS FILHO contra BANCO PAN S/A, ambos qualificados no feito e, em consequência, DETERMINO o seu arquivamento.
Segue abaixo alvará em favor da parte exequente.
Intime-se a parte executada para recolher as custas finais, em 15 (quinze) dias, sob pena de protesto e inscrição na dívida ativa do Estado. O boleto de pagamento das custas pode ser acessado pelo link http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf
Recolhido o valor, arquive-se.
Não havendo recolhimento, cumpra a Central o disposto no artigo 35 e seguintes da Lei n. 3.896/16 e art. 2º do Provimento Conjunto n. 002/2017-PR-CG. Após, arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Ilisir Bueno Rodrigues
Juiz de Direito
CÓPIA DESTA DECISÃO SERVIRÁ DE ALVARÁ JUDICIAL para levantamento do valor depositado no processo, com validade de 30 (trinta) a contar da assinatura da SENTENÇA.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 7ª Vara Cível - Fórum Cível Processo n. 0008236-95.2013.8.22.0001
AUTOR: LOURIVAL RIBEIRO DA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
RÉU: V & F ENPREENDEDORA & COMERCIO LTDA - EPP
ADVOGADO DO RÉU: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA (CURADORIA ESPECIAL)
Valor da causa: R$8.529,09
Distribuição: 25/07/2017
SENTENÇA
I – RELATÓRIO
LOURIVAL RIBEIRO DA SILVA ajuizou ação de cobrança contra V & F EMPREENDEDORA & COMERCIO LTDA – EPP (FACILITA), ambos qualificados no processo, pretendendo a condenação da requerida ao pagamento de R$ 8.529,09. Segundo o requerente, ele celebrou com a requerida contrato de consórcio de motocicleta, comprometendo-se a pagar a requerida 48 parcelas de R$ 247,00 entre 10/7/06 a 20/7/12. Disse que efetuou o pagamento de todas as parcelas. Afirmou que em 09/12 recebeu um e-mail da requerida informando que estava em liquidação e extinção da empresa, sendo que até o dia 21/8/12 entregaria a carta de crédito. Porém a requerida não cumpriu a obrigação. Afirmou que o débito é de R$ 8.529,09. Postulou a condenação da requerida ao pagamento de R$ 8.529,09. Apresentou documentos.
Expedido edital de citação (ID n. 14429147 e 14490017), a requerida não apresentou contestação, sendo-lhe nomeado curador especial (ID n. 18493253), o qual apresentou manifestação optando pela negativa geral dos fatos (ID n. 18742059).
Em réplica (ID n. 19085822), o requerente postulou a procedência do pedido inicial.
É o relatório.
II – FUNDAMENTAÇÃO
O pedido inicial deve ser acolhido.
O autor comprovou ter celebrado em 7/7/06 contrato de consórcio com a parte requerida (ID n. 11869984, p. 7), comprometendo-se ao pagamento de 48 prestações para, ao final, retirar carta de crédito para aquisição de uma motocicleta Honda CG 150 Es. De igual sorte, o requerente comprovou o pagamento integral das parcelas do consórcio, conforme documento constante no ID n. 11869984, p. 21/22.
Entretanto, embora o requerente tenha efetuado o pagamento de todas as parcelas, a requerida não emitiu a carta de crédito, conforme acordado e esperado.
Sendo assim, considerando que foi apresentado o contrato que demonstra a relação jurídica entre as partes, que o requerente comprovou o pagamento integral das parcelas do consórcio, que ao tempo da contemplação o veículo estava avaliado em R$ 7.706,00 (ID n. 11869984, p. 23), que a parte requerida não demonstrou fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, de rigor a procedência dos pedidos iniciais.
III – CONCLUSÃO
Ante o exposto, com fundamento no inciso I do artigo 487 do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTES os pedidos iniciais formulados por LOURIVAL RIBEIRO DA SILVA contra V & F EMPREENDEDORA & COMERCIO LTDA – EPP (FACILITA),

ambos qualificados no processo e, em consequência, CONDENO a requerida ao pagamento de R$ 7.706,00, corrigido a partir de 12/9/12 (ID n. 11869984) pela tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (INPC) e com juros simples de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação (10/11/17 – ID n. 14490017). CONDENO a parte requerida ao pagamento de custas, despesas processuais e honorários advocatícios da parte autora, estes arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da condenação, considerando a simplicidade e natureza da ação e o tempo exigido para o serviço (§2º do art. 85 do CPC).
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Ilisir Bueno Rodrigues
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 7civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7002961-07.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ANTONIO MATIAS DOS SANTOS FILHO
Advogado do(a) AUTOR: JULIANA GONCALVES DAS NEVES - RO5953
RÉU: BANCO PAN S.A.
Advogado do(a) RÉU: EDUARDO CHALFIN - PR58971
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida, na pessoa de seu(ua) advogado(a), notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 7civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7028576-96.2017.8.22.0001
Classe: USUCAPIÃO (49)
AUTOR: WELITON DE LIMA CASTRO
Advogado do(a) AUTOR: FRANCISCO ASSIS FELIX DA SILVA SALVATIERRA - RO7710
RÉU: Espólio de José Benedito da Silva rep por seu inventariante Antonio Carlos F e Silva
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada para retirar a Carta Precatória e comprovar a distribuição em 10 dias, ficando a seu encargo o acompanhamento da precatória, devendo, inclusive, sempre manter este Juízo informado quanto ao estágio da mesma.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 7civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7020125-82.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: JOSE BARROS
Advogado do(a) AUTOR: ELGISLANE MATOS BORGES DA SILVA CORDEIRO - RO5575
RÉU: SAGA AMAZONIA COMERCIO DE VEICULOS LTDA
Advogado do(a) RÉU: MAGDA ZACARIAS DE MATOS - RO0008004A
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida intimada a, no prazo de 15 dias, apresentar contrarrazões ao recurso de apelação.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 7civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7020247-95.2017.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: SOCIEDADE DE PESQUISA EDUCACAO E CULTURA, DR. APARICIO CARVALHO DE MORAES LTDA
Advogados do(a) EXEQUENTE: CAMILA BEZERRA BATISTA - RO7212, CAMILA GONCALVES MONTEIRO - RO8348, IZABEL CELINA PESSOA BEZERRA CARDOSO - RO796
EXECUTADO: FRANCISCA RODRIGUES DAMAS e outros
INTIMAÇÃO
Manifeste-se a parte autora em termos de prosseguimento do prazo de 05 dias.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 7civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7008082-45.2019.8.22.0001
Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO (172)
EMBARGANTE: PONTO TECNICO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA - EPP
Advogado do(a) EMBARGANTE: ANDERSON DE MOURA E SILVA - RO2819
EMBARGADO: CONDOMINIO AQUARELLE RESIDENCE
Advogado do(a) EMBARGADO: PABLO DIEGO MARTINS COSTA - RO8139
INTIMAÇÃO
Fica a parte Embargante, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimada para querendo, no prazo de 15 dias, manifestar acerca da Impugnação À Execução apresentada.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 7civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7014518-20.2019.8.22.0001
Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO (172)
EMBARGANTE: FRANCISCO HIDALGO FARINA e outros
Advogado do(a) EMBARGANTE: VICTOR DE OLIVEIRA SOUZA - RO7265
Advogado do(a) EMBARGANTE: VICTOR DE OLIVEIRA SOUZA - RO7265
EMBARGADO: CONDOMINIO - BELIZE RESIDENCIAL
Advogado do(a) EMBARGADO: NAYARA SIMEAS PEREIRA RODRIGUES - RO1692
INTIMAÇÃO
Fica a parte embargada intimada, por meio de seus advogados, para apresentar impugnação em prazo de 15 (quinze) dias.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 7civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 0012028-57.2013.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: UNIRON - União das Escolas Superiores de Rondônia Ltda
Advogados do(a) EXEQUENTE: ALESSANDRA SOARES DA COSTA MELO - DF29047, JOICE SANTOS LEVEL - RO7058, ALINE NOVAIS CONRADO DOS SANTOS - SP415428
EXECUTADO: Rossilene Fernandes Moreira de Oliveira e outros
Advogado do(a) EXECUTADO: JULIANA SAVENHAGO PEREIRA - RO7681
INTIMAÇÃO
Diante da juntada dos cálculos pela contadoria judicial, ficam as partes intimadas para, querendo, manfiestarem-se em 10 (dez) dias e requererem o que entender de direito.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 7civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7064864-77.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: IDO DA CUNHA MELO CURSINO
Advogado do(a) AUTOR: CELIO OLIVEIRA CORTEZ - RO3640
RÉU: COMERCIAL DE ALIMENTOS BONI LTDA - ME
Advogado do(a) RÉU: GUILHERME MARCEL JAQUINI - RO4953
INTIMAÇÃO
Ficam as partes intimadas do reagendamento de audiência para oitiva de testemunha conforme ID 25842528.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 7ª Vara Cível - Fórum Cível Processo n. 0006734-53.2015.8.22.0001
Procedimento Comum
AUTOR: Isaac da Silva Souza
ADVOGADO DO AUTOR: MATEUS BALEEIRO ALVES OAB nº RO4707, ROBSON ARAUJO LEITE OAB nº RO5196
RÉU: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
ADVOGADO DO RÉU: YANARA OLIVEIRA DE VASCONCELOS OAB nº RO5989, CLAYTON CONRAT KUSSLER OAB nº RO3861
Valor da causa: R$499.760,00DESPACHO
Indefiro o pedido de suspeição do perito formulado na petição ID n. 15947775 - p. 67, uma vez que o prazo para impugnação à nomeação do perito está precluso, conforme I do § 1º do art. 465 do CPC que, inclusive, já foi decidida consoante ID n. 15947601 - p. 56 e DESPACHO ID n. 15947666 - p. 35.
Intime-se o perito para, em 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca dos quesitos complementares indicados nas petições de ID's n. 15947807 - p. 51 e 15947837 - p. 94.
Apresentado laudo pericial complementar, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, apresentarem razões finais escritas complementares.
Cumpridas as determinações, tornem o processo concluso para SENTENÇA.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Ilisir Bueno Rodrigues
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 7ª Vara Cível - Fórum Cível Processo n. 0004470-63.2015.8.22.0001
AUTOR: EDSON LIMA DOS SANTOS
ADVOGADO DO AUTOR: FLAVIO HENRIQUE TEIXEIRA ORLANDO OAB nº RO2003
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Valor da causa: R$20.000,00
Distribuição: 10/08/2017
SENTENÇA
I – RELATÓRIO
EDSON LIMA DOS SANTOS ajuizou ação acidentária contra INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL – INSS, ambos qualificados no processo, argumentando que trabalhou na função de motorista de ônibus coletivo na empresa Transporte Coletivo Rio Madeira Ltda, adquirindo lesões no exercício da função (degeneração discal L5-S1 com hérnia discal posterior e central). Aduziu que requereu e recebeu o benefício auxílio-doença, sendo este indevidamente cessado em 28/10/2014, embora estivesse incapacitado para o trabalho. Requereu a antecipação dos efeitos da tutela, para restabelecimento do benefício auxílio-doença n. 6071017800. Pugnou, ao final, pela concessão da aposentadoria por invalidez ou, alternativamente, o restabelecimento do auxílio-doença ou, ainda, alternativamente, seja restabelecido o auxílio-doença e convertido em auxílio-acidente. Apresentou quesitos e documentos.
Recebida a petição inicial, a antecipação de tutela foi indeferida, sendo designada a realização de perícia médica e determinada a citação do requerido (ID n. 12312224 – p. 1/2).
Regularmente citado (ID n. 12312224 – p. 10), o requerido apresentou contestação (ID n. 12312224 – p. 12/27), argumentando, em síntese, pela ausência dos pressupostos autorizadores da concessão de auxílio-doença, aposentadoria por invalidez ou auxílio-acidente, uma vez que a incapacidade laborativa do requerente não ficou demonstrada. Pugnou, ao final, pela improcedência dos pedidos formulados na petição inicial. Apresentou quesitos e documentos.
Laudo pericial (ID n. 12312224 – p.56/59), sobre o qual as partes não se manifestaram (ID n. 12312224 – p. 61).
Intimadas as partes para apresentarem alegações finais, mantiverem-se inertes (ID n. 12312224 – p. 62).
O INSS apresentou proposta de acordo, da qual a parte autora, mesmo intimada, não se manifestou.
É o relatório.
II – FUNDAMENTAÇÃO
Segundo o art. 19 da Lei n. 8.213/1991, constitui acidente de trabalho a lesão corporal ou perturbação funcional que cause morte, perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho, quando decorrente do exercício do trabalho a serviço do empregador.
A aposentadoria por invalidez, por sua vez, na forma do art. 42 da mencionada lei, ocorre quando o segurado for considerado incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, estando ou não em gozo de auxílio-doença.
No caso, a simples leitura do laudo pericial produzido na instrução processual é suficiente para afastar a possibilidade de aposentadoria por invalidez, uma vez que o requerente "não está incapacitado para o exercício laboral, exercido a época do evento, porém a capacidade laboral do periciando está reduzida" (ID n. 12312224 - p. 56).
Da mesma forma, não é o caso de concessão de auxílio-doença, uma vez que este, nos termos do art. 59 da Lei n. 8.213/1991, só é cabível quando o segurado ficar incapacitado para o seu trabalho ou para sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.

Conforme o laudo pericial produzido no processo (ID n. 1231224 – p. 57), o autor não está incapacitado para sua atividade laboral, apenas necessita de maior esforço para exercê-la.
Em sendo assim, resta avaliar a possibilidade do auxílio-acidente.
Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.213/1991, o auxílio-acidente será concedido, como indenização, quando o segurado, após consolidadas as lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade laborativa exercida.
Então, os pressupostos da concessão do benefício que aqui se pleiteia, são a diminuição da capacidade laboral e a existência de nexo causal entre a atividade laborativa do segurado e a mencionada diminuição de capacidade.
A análise da prova pericial produzida no processo (ID n. 12312224 – p. 56/59), deixa claro ambos os pressupostos, demonstrando que o requerente faz jus ao recebimento do benefício de auxílio-acidente.
O laudo pericial demonstra que, em razão das lesões já consolidadas, para o exercício de sua atividade laboral (motorista), o requerente precisa de maior esforço para exercê-la.
Assim sendo, não restam dúvidas de que o acidente/doença ocupacional que causou as lesões na coluna do autor, resultou na necessidade do trabalhador expender maior esforço para a consecução das atividades inerentes à sua profissão, ocasionando a redução da capacidade para o trabalho.
O fato do autor continuar trabalhando, mesmo após o evento, não lhe retira o direito à percepção do auxílio-acidente, uma vez que para que o benefício seja concedido basta que as sequelas oriundas do acidente impliquem na redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.
A propósito, o seguinte julgado:
"PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AUXÍLIO-ACIDENTE. REVERSIBILIDADE DA MOLÉSTIA. FATOR IMPEDITIVO. NÃO-OCORRÊNCIA. NEXO CAUSAL PRESENTE. AUSÊNCIA DE REEXAME DE PROVAS. PRECEDENTE DA TERCEIRA SEÇÃO. AGRAVO IMPROVIDO. 1. 'Será devido o auxílio-acidente quando demonstrado o nexo de causalidade entre a redução de natureza permanente da capacidade laborativa e a atividade profissional desenvolvida, sendo irrelevante a possibilidade de reversibilidade da doença. Precedentes do STJ' (REsp 1.112.886/SP, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, julgado em 25/11/09, acórdão pendente de publicação). 2. Conclusões nesse sentido não se qualificam como reexame de provas, mas, sim, como valoração. 3. Agravo regimental improvido." (STJ, 5ª Turma, AgRg no REsp 798.913/SP, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, julgado em 15/12/2009, DJe 01/02/2010)"
Desta forma, nos termos do § 2º do art. 86 da Lei n. 8.213/1991, o auxílio-acidente é devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença.
No que concerne ao percentual dos juros moratórios, estes devem ser os da caderneta de poupança, na forma do art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997, desde a citação e a correção monetária a partir de quando era devida cada parcela, por aplicação da Súmula 148 do STJ.
A propósito, o seguinte julgado:
"PREVIDENCIÁRIO. REAJUSTE DE BENEFÍCIO. CRITÉRIO DE EQUIVALÊNCIA SALARIAL. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO ART. 58 DO ADCT. BENEFÍCIO CONCEDIDO NA VIGÊNCIA DO ART. 41 DA LEI 8.213/91. TERMO INICIAL, CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. LEI Nº 6.899/81. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 148 E 204 DESTE SUPERIOR TRIBUNAL. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA PARTE, PROVIDO. 1. O critério de equivalência salarial estabelecido no art. 58 do ADCT aplica-se somente aos benefícios em manutenção em outubro de 1988. A regra de transição abarca o período compreendido entre abril de 1989 e dezembro de 1991, data da promulgação da Lei de Planos de Benefícios da Previdência Social. 2. Aos benefícios de prestação continuada, concedidos depois da vigência do Lei nº 8.213/91, aplicar-se-ão as regras elencadas em seu artigo 41, que estabeleceu índices próprios de reajustamento dos benefícios previdenciários, para fins de preservação do valor real. 3. A correção monetária, dado o caráter alimentar do benefício, deverá incidir desde quando as parcelas em atraso passaram a ser devidas, ainda que em período anterior ao ajuizamento da demanda. Incidência do enunciado sumular 148/STJ. 4. Nas ações previdenciárias, os juros de mora serão devidos a partir da citação válida, a teor da Súmula 204/STJ. 5. Recurso conhecido em parte e, nessa extensão, parcialmente provido tão-somente para determinar a exclusão da equivalência salarial como critério de reajuste do benefício previdenciário, mantendo-se, porém, a aplicação dos índices previstos no art. 41 da Lei nº 8.213/91." (STJ, 6ª Turma, REsp n. 218.862/RN, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, julg. em 26/04/2007, pub. no DJ de 28/05/2007, pág. 402 – grifei)"
Quanto aos honorários advocatícios, estes deverão incidir apenas sobre as parcelas vencidas até a prolação da SENTENÇA, nos termos do que dispõe a Súmula 111 do STJ.
III – CONCLUSÃO
Ante o exposto, com fundamento no inciso I do art. 487 do CPC e no art. 86 da Lei n. 8.213/91, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial formulado por EDSON LIMA DOS SANTOS contra INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL – INSS, ambos qualificados no processo e, em consequência, CONDENO o requerido ao pagamento de auxílio-acidente mensal e vitalício ao requerente, no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do salário de contribuição, devido a partir da cessão do auxílio-doença (28/10/2014 - ID n. 12312181 - p. 29). As prestações vencidas deverão ser pagas de uma só vez, com os juros aplicados à caderneta de poupança, desde a citação e, correção monetária a partir de quando era devida cada parcela, na forma do art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997, bem como por aplicação da Súmula 148 do STJ. CONDENO o requerido ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios da parte contrária, estes arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da condenação, excluídas as prestações vincendas (Súmula 111 do STJ), considerando a natureza e simplicidade da causa.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Ilisir Bueno Rodrigues
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307 e-mail: 7civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7045985-22.2016.8.22.0001
Classe: MONITÓRIA (40)
AUTOR: OSMIR JOSE LORENSSETTI
Advogado do(a) AUTOR: OSMIR JOSE LORENSSETTI - RO6646
RÉU: PLENAMERICA - EXTRACAO E EXPORTACAO DE PEDRAS PRECIOSAS LTDA - ME
INTIMAÇÃO
Tendo em vista a publicação do Edital no DJ, fica a parte Autora intimada a proceder a publicação do expediente em jornais de grande circulação, no prazo de 10 dias.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 7ª Vara Cível - Fórum Cível Processo n. 0013774-23.2014.8.22.0001
AUTOR: DANIELE PARAGUASSU FAGUNDES DE SOUZA
ADVOGADO DO AUTOR: ANDERSON ADRIANO DA SILVA OAB nº RO3331
RÉU: ANA CLARA MEDEIROS DE ALMEIDA - ME
ADVOGADO DO RÉU: FIRMINO GISBERT BANUS OAB nº RO163
Valor da causa: R$28.000,00
Distribuição: 28/02/2018

SENTENÇA
I – RELATÓRIO
DANIELLE PARAGUASSU FAGUNDES DE SOUZA ajuizou ação declaratória cumulada com reparação por danos contra ANA CLARA MEDEIROS DE ALMEIDA - ME, ambas qualificadas no processo, pretendendo a declaração de rescisão contratual, a devolução dos valores pagos e a condenação da requerida a indenizar por dano material e ofensa moral. Sustentou que as partes firmaram contrato em 19/01/2013 para elaboração de projeto, fabricação e instalação de móveis planejados, no valor total de R$ 23.000,00, com uma entrada no valor de R$ 3.000,00 e saldo em 10 (dez) parcelas de R$ 2.000,00. Argumentou que os prazos de entrega e instalação não foram observados pela requerida, bem como os produtos não apresentaram a qualidade contratada e, que, em razão disso, contratou terceiro para realizar reparos paliativos. Alega que comunicou a requerida para tomar providências, das quais a requerida se manteve inerte. Diante disso, alegou que a conduta da requerida lhe impôs transtorno e desgaste emocional, causando abalo psicológico. Requereu, ao fim, a procedência dos pedidos formulados na petição inicial. Apresentou documentos.
Recebida a petição inicial, foi determinada a citação da parte requerida (ID n. 16542168 – p. 24).
Regularmente citada (ID n. 16542168 – p. 31), a parte requerida apresentou contestação (ID n. 16542168 – p. 37/56), reconhecendo a existência da relação jurídica contratual. Alegou que o contrato foi cumprido conforme o memorial descritivo fornecido para a parte autora, inclusive, com assinatura da vistoria de finalização. Sustentou que as fotos apresentadas pela autora foram tiradas durante a instalação e que atendeu as solicitações da autora. Argumentou que a manutenção dos móveis por terceiro ensejou a perda da garantia. Aduziu que os pressupostos caracterizadores da responsabilidade civil não estão presentes, não se falando em reparação de quaisquer danos. Pugnou pela condenação por litigância de má-fé e, ao final, a improcedência dos pedidos formulados na petição inicial. Apresentou documentos.
Foi realizada audiência preliminar, no qual as propostas conciliatórias restaram inexistosas, o processo foi saneado com a fixação dos pontos controvertidos e o deferimento de prova pericial (ID n. 16542168 – p. 63).
Apresentado laudo pericial (ID n. 16542171 – p. 8/18), as partes foram intimadas para se manifestarem, sendo que a parte autora concordou com o parecer (ID n. 17958946) e requerida se manteve inerte.
Intimadas as partes para apresentarem alegações finais (ID n. 18166358), a parte autora se manteve inerte e, por sua vez, requerida impugnou o laudo pericial (ID n. 18200666).
É o relatório.
II – FUNDAMENTAÇÃO
A análise do processo conduz à procedência parcial dos pedidos formulados na petição inicial.
A relação jurídica material existente entre as partes é incontroversa.
A parte autora apresentou contrato (ID n. 16542166 – p. 4/6), memorial descritivo dos móveis planejados (ID n. 16542166 – p. 7/30) e os comprovantes de pagamentos (ID n. 16542166 – p. 32/39).
Atrelado a isso, a autora apresentou fotografias demonstrando os vícios dos produtos e da prestação de serviço fornecido pela requerida (ID's n. 16542166 – p. 52/100 e 16542168 – p. 1/13).
A requerida, por sua vez, apresentou fotos (ID n. 16542168 – p. 40/53) demonstrando o estado que os móveis foram entregues, segundo ela, sem vícios e de acordo com o contrato firmado.
No entanto, o perito nomeado neste processo, foi categórico ao afirmar que os móveis adquirido pela autora continham erros de projeto e montagem, dos quais resultaram na entrega de produto e serviço com qualidade não condizente com o memorial descritivo. No laudo pericial, o perito afirma que os produtos apresentam diversos problemas de qualidade em razão da má instalação, o que, inclusive, gera riscos de acidente (ID n. 16542171 – p. 8/18).
Diante disso, cabia à parte requerida, então, comprovar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da autora (art. 373, II, do CPC). Todavia, não se desincumbiu a contento do ônus que lhe cabia, deixando de demonstrar que os móveis não tiveram erro de projeto e montagem e, ainda, que foram entregues sem vícios ou, ainda, que foram solucionados.
O Código de Defesa do Consumidor em seu art. 30 dispõe que toda informação acerca do serviço a ser oferecido integra o contrato celebrado e, ainda, o Código Civil no art. 427 estabelece que a proposta obriga o proponente, em atenção aos princípios da autonomia da vontade e da força obrigatória dos contratos. Logo, os produtos e o serviço deveriam ter sido fornecidos nos exatos termos do contrato e do memorial descritivo.
Os art. 18 e 20 do Código de Defesa do Consumidor que os fornecedores de produtos e serviços respondem pelos vícios de qualidade que os tornem impróprios ao consumo ou lhes diminuam o valor. A parte autora comprovou que notificou a requerida para sanar os vícios (ID n. 16542166 – p. 41/48) que, no entanto, manteve-se inerte.
Diante disso, com fundamento no incisos II dos artigos 18 e 20, os valores pagos pela parte autora devem ser restituídos, assim como os valores despendidos com o serviço de terceiro para manutenção dos móveis (ID n. 16542168 – p. 15/20).
Com relação ao dano moral pleiteado, a situação apresentada não é suficiente para ensejar reparação por ofensa moral. A parte autora não demonstrou que a conduta da requerida lhe causou impacto que pudessem atingir a sua honra, imagem ou qualquer outro bem imaterial, tratando-se mero dissabor decorrente das relações consumeristas a que todos estão sujeitos.
III – CONCLUSÃO
Ante ao exposto, com fundamento no art. 487 inciso I do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial formulado por DANIELLE PARAGUASSU FAGUNDES DE SOUZA contra ANA CLARA MEDEIROS DE ALMEIDA – ME, ambas qualificadas no processo e, em consequência, DECLARO resolvido o contrato firmado entre as partes (ID n. 16542166 – p. 4/5). CONDENO a parte requerida a devolução de R$ 23.000,00, corrigidos desde a data de cada desembolso pela tabela do Tribunal de Justiça de Rondônia (INPC) e com juros simples de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação (a requerida fica autorizada, a partir do pagamento da condenação, a retirar os móveis da residência da autora). CONDENO a parte requerida ao pagamento de R$ 350,00 a título de dano material, corrigido desde a data do desembolso pela tabela do Tribunal de Justiça de Rondônia (INPC) e com juros simples de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação. Na forma do art. 86 do CPC, em face da sucumbência recíproca, cada parte arcará com metade do pagamento das custas e das despesas processuais, bem como com os honorários advocatícios da parte contrária (§14 do art. 85 do CPC), estes arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da condenação em favor do advogado da autora, e 10% (dez por cento) do valor do pedido de dano moral (R$ 4.650,00) em favor do advogado da parte requerida, considerando a simplicidade e natureza da ação e o tempo exigido para o serviço (§2º do art. 85 do CPC). No caso dos honorários advocatícios em favor do advogado da parte requerida, correção monetária pela tabela do Tribunal de Justiça de Rondônia (INPC) e juros simples de 1% (um por cento) ao mês, ambos a partir desta data.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Ilisir Bueno Rodrigues
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO
Manifeste-se o perito acerca da entrega do laudo.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 7ª Vara Cível - Fórum Cível Processo n. 7034720-86.2017.8.22.0001
AUTOR: MARIA MARTA MENESES AGUIAR
ADVOGADO DO AUTOR: FIRMINO GISBERT BANUS OAB nº RO163

RÉU: BANCO BRADESCO SA
ADVOGADO DO RÉU: MAURO PAULO GALERA MARI OAB nº AC4937
Valor da causa: R$38.560,00
Distribuição: 04/08/2017
SENTENÇA
I – RELATÓRIO
MARIA MARTA MENESES AGUIAR, devidamente qualificada no processo, ajuizou ação de reparação de danos contra BANCO BRADESCO S.A, igualmente qualificado no processos, pretendendo a declaração de indenização por danos materiais e morais. Afirmou que, em 07/11/2016, compareceu ao banco requerido, acompanhada com seu filho de colo e, ao adentrar a porta giratória, o segurança do banco travou a porta, alegando suspeita dos objetos do interior da bolsa, causando-lhe desespero e transtornos. Informou que, antes de passar pela porta giratória, deixou seu aparelho telefônico na caixa coletora ao lado da porta, porém, quando foi pegá-lo notou que não estava mais no lugar, registrando ocorrência policial. Ressalta que o gerente da instituição financeira portou-se com total descaso ante a situação e, mesmo solicitando as imagens das câmeras de circuito interno para identificar a pessoa que pegou seu aparelho, não o forneceu. Aduz que após comunicar os fatos à família, compareceram à agência bancária solicitando as gravações dos fatos ao gerente e, ao terem acesso, viram uma pessoa pegando o celular na caixa coletora. Ao final, pugnou pela procedência do pedido inicial, sendo condenada a requerida a reparar os danos morais no importe de R$ 37.480,00 e danos materiais no importe de R$ 1.080,00 (ID n.12187499). Apresentou documentos.
Recebida a petição inicial, foi designada audiência de conciliação e determinada a citação da parte requerida (ID n. 12484314).
A requerida apresentou contestação (ID n. 13693361) alegando que não praticou qualquer ato ilícito. Aduz que o travamento da porta giratória é automático, tratando-se de medida de segurança para todos, portanto não pode ser penalizado por isso. Argumenta que não possui responsabilidade por objetos pessoais esquecidos ou largados no interior de suas agências. Sustenta a ausência de provas dos prejuízos sofridos e da existência de dano moral. Pugnou pela improcedência dos pedidos. Impugnou os documentos juntados pela requerente. Apresentou documentos.
Realizada a audiência de conciliação, as propostas de acordo restaram infrutíferas (ID n. 16670688).
Em impugnação à contestação, a parte autora reiterou os pedidos iniciais, sustentando a ocorrência de dano moral e patrimonial decorrentes da conduta da requerida. Requereu o julgamento antecipado da lide (ID n. 14755909).
Intimadas as partes para se manifestarem quanto a produção de provas, a parte autora postulou a o depoimento do gerente da agência da parte requerida, a oitiva de testemunhas e a apresentação das gravações do circuito interno pela requerida (ID n. 15526343). A parte demandada informou que não há mais provas a serem produzidas (ID n. 15576679).
Realizada audiência de instrução e julgamento, foram colhidos os depoimentos de duas testemunhas (ID n. 19152819) arroladas pela requerente.
Intimadas as partes a apresentarem alegações finais (ID n. 19511782). A parte autora reiterou o pedido de procedência total dos pedidos (ID n.19930661). A parte requerida sustentou a ausência de responsabilidade civil, sob o fundamento de que adota medidas preventivas de proteção aos seus clientes, pugnou pela improcedência dos pedidos (ID n. 20376486).
É o relatório.
II – FUNDAMENTAÇÃO
Trata-se o processo de pedido de indenização por danos materiais e morais em que a parte autora alega que perdeu seu aparelho celular depositado na caixa coletora da porta giratória da agência bancária.
A análise dos autos conduz à procedência parcial do pedido.
Como é cediço, o depósito de bens metálicos na caixa coletora é obrigatório para que se possa adentrar à agência bancária. Assim, é inegável que o requerido assume a responsabilidade pelo bens ali depositados, devendo garantir que os objetos estejam assegurados enquanto os clientes passam pela porta giratória.
Nesse sentido:
"DANO MORAL. AGÊNCIA BANCÁRIA. PORTA GIRATÓRIA. CAIXA COLETORA DE OBJETOS METÁLICOS. FURTO. RESPONSABILIDADE DO BANCO. CULPA CONCORRENTE. INOCORRÊNCIA. QUANTUM RAZOÁVEL. CONFIRMAÇÃO. 1. A utilização de porta giratória com detector de metais é justificada pela necessidade de garantir a segurança dos usuários e funcionários da agência bancária. 2. Ao exigir o depósito de objetos metálicos em local próprio, antes de franquear o acesso dos usuários, assume o banco a responsabilidade pelos bens, mormente quando destaca funcionário para fiscalizar e controlar a entrada da agência. 3. Não se mostra razoável exigir do consumidor que aguarde a retirada de todos os objetos depositados anteriormente por terceiros, quando tal conduta não é fomentada pelos funcionários da instituição financeira. 4. O mecanismo da porta giratória dificulta ao consumidor observar continuamente os objetos que depositou no local próprio.5. O dano moral deve ser fixado em montante suficiente à reparação do prejuízo, levando-se em conta a moderação e a prudência do Juiz, segundo o critério de razoabilidade para evitar o enriquecimento sem causa, e a ruína do réu, em observância, ainda, às situações das partes. 6. Recurso conhecido e improvido. SENTENÇA confirmada" (TJDFT, 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, acórdão n.315047, 20070410114349ACJ, Relator SANDOVAL OLIVEIRA, Data de Julgamento: 24/06/2008, Publicado no DJE: 06/08/2008. Pág.: 123)
O risco faz parte da atividade bancária, sendo necessário a segurança específica, uma vez que a própria requerida exige que seus clientes depositem seus objetos pessoais na caixa coletora antes de ingressar na agência. Assim, o prejuízo material sofrido pela autora deve ser ressarcido pela requerida.
Desta forma, considerando o nexo causal entre a exigência do requerido e o dano patrimonial sofrido pela autora, de rigor a procedência do pedido de reparação por dano material, comprovado por meio de nota fiscal (ID n. 12187561).
Quanto à reparação por danos morais, os elementos produzidos no processo não possibilitam o seu acolhimento.
Não há nos autos a demonstração de conduta de prepostos da requerida que tenha sido ofensiva à autora. O simples travamento da porta giratória detectora de metais não é suficiente para caracterizar ofensa moral. Além disso, não há prova nos autos de que a autora tenha sido tratada de forma grosseira, desrespeitosa ou ofensiva pelos prepostos do requerido, sendo que o fato narrado caracteriza mero contratempo e dissabor a que estão sujeitas as pessoas nas suas relações e atividades do cotidiano.
O dano moral se caracteriza pelo abalo de sentimentos mais íntimos do indivíduo, causando-lhe humilhação, vergonha e constrangimento. Da situação narrada na petição inicial, contudo, não se vislumbra a violação dos direitos da personalidade da autora, mas tão somente limitando-se à esfera patrimonial.
Dessa forma, ausentes elementos que corrobore a dor moral alegada pela autora, pois, embora tenha experimentado transtornos/incômodos com a circunstâncias, não implica em reconhecimento da ofensa moral alegada.
III – CONCLUSÃO
Ante o exposto, com fundamento no inciso I do artigo 487 do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial formulado neste processo por MARIA MARTA MENESES AGUIAR, qualificada no processo e, em consequência, CONDENO o requerido a pagar a parte autora, a título de danos materiais, o importe de R$ 1.080,00 (mil e oitenta reais), conforme nota apresentada no ID n. 12187561, corrigido monetariamente pela tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (INPC) a partir da data do evento danoso (7/11/2016) e com juros simples

de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação. Na forma do art. 86 do CPC, em face da sucumbência recíproca, cada parte arcará com metade do pagamento das custas e das despesas processuais, bem como com os honorários advocatícios da parte contrária (§14 do art. 85 do CPC), estes arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da condenação, considerando a natureza da ação e a simplicidade do caso (§2º do art. 85 do CPC), sendo a autora com a ressalva do §3º do art. 98 do CPC.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
ILISIR BUENO RODRIGUES
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 7civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7008983-52.2015.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: IZELAND BARBOSA DE OLIVEIRA e outros (3)
Advogado do(a) AUTOR: JEANNE LEITE OLIVEIRA - RO1068
Advogado do(a) AUTOR: JEANNE LEITE OLIVEIRA - RO1068
Advogado do(a) AUTOR: JEANNE LEITE OLIVEIRA - RO1068
Advogado do(a) AUTOR: JEANNE LEITE OLIVEIRA - RO1068
RÉU: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
Advogado do(a) RÉU: CLAYTON CONRAT KUSSLER - RO3861
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida intimada a pagar os honorários periciais, no prazo de 10 dias, sob pena de dispensa da prova e, também, de se considerarem verdadeiros os fatos que a parte autora pretendem comprovar (DECISÃO de Id 24974436).

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 7civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 0205387-79.2007.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: MERCEDES CAMPOS DE MELO MONTEIRO
Advogado do(a) EXEQUENTE: SUELY NEVES MONTEIRO - RO4669
EXECUTADO: Norma Administradora de Bens
Advogados do(a) EXECUTADO: ANTONIO HENRIQUES LEMOS LEITE - RO135, SUELY NEVES MONTEIRO - RO4669
INTIMAÇÃODESPACHO
Manifeste-se a parte autora, em 15 (quinze) dias, quanto o ofício constante no ID n. 23632783.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, venha o processo concluso.
Porto Velho, 26 de março de 2019.
Ilisir Bueno Rodrigues
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 7civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7010364-27.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: JARDEL MARQUES
Advogado do(a) AUTOR: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA - RO1073
RÉU: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado do(a) RÉU: JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM - RJ62192
INTIMAÇÃO
Ficam as partes Requerente e Requerida intimadas a manifestarem-se quanto ao laudo pericial complementar apresentado no prazo de 10 dias.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 7ª Vara Cível - Fórum Cível Processo n. 7064519-14.2016.8.22.0001
AUTOR: SILVANA ALVES DA COSTA
ADVOGADO DO AUTOR: MONICA JAPPE GOLLER KUHN OAB nº RO8828, MICHEL FERNANDES BARROS OAB nº RO1790
RÉU: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
ADVOGADO DO RÉU: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA OAB nº MG87318, GABRIELA DE LIMA TORRES OAB nº RO5714
Valor da causa: R$6.000,00
Distribuição: 08/02/2017
SENTENÇA
I – RELATÓRIO
SILVANA ALVES DA COSTA ajuizou ação de reparação de danos contra CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA SA – CERON, ambas qualificadas no processo, pretendendo a condenação da requerida a indenizar danos morais (R$ 6.000,00). Segundo a requerente, a requerida, sem comunicação prévia e enquanto ausente da sua residência, no dia 22/7/15, suspendeu o fornecimento de energia elétrica. Alega que não havia débitos pendentes de pagamento na ocasião. Ao chegar em casa, percebeu a suspensão do serviço. Assim, ligou para a requerida a fim de obter esclarecimentos quanto ao ocorrido (protocolo n. 5368115), ao que a requerida não soube justificar o corte, religando o fornecimento no mesmo dia. Postulou a condenação da requerida ao pagamento de indenização por danos morais (R$ 6.000,00). Apresentou documentos.
Realizada audiência de conciliação, as propostas conciliatórias restaram inexitosas (ID n. 15020103).
Regularmente citada, a requerida apresentou contestação (ID n. 15799813) afirmando que o corte foi realizado em 16/3/15 em razão do inadimplemento das faturas vencidas em 03 e 12/2014 e 01/2015, que somente foram adimplidas pela requerente em 07/2015. Disse que a requerente foi notificada do corte na fatura de energia. Afirmou que a lei permite a interrupção do serviço em caso de inadimplemento do usuário. Disse que a requerente não demonstrou a existência de culpa da requerida e nexo causal entre a conduta da requerida e eventuais danos sofridos, afastando o dever de indenizar. Postulou pela improcedência dos pedidos iniciais. Apresentou documentos.
A requerente apresentou réplica (ID n. 16695340) reafirmando os fatos e fundamentos constantes na petição inicial.
Designada audiência preliminar (ID n. 19525067), somente a autora compareceu (ID n. 19952433), ocasião em que afirmou não ter provas a produzir.
A requerida, antes da audiência, apresentou petição informando que não ter provas a produzir (ID n. 19762234).
É o relatório.
II – FUNDAMENTAÇÃO
De início, no que se refere a inversão do ônus da prova, conquanto se trate de relação de consumo e, também, que haja previsão legal para tanto (art. 6º, VIII do CDC e art. 373, §1º do CPC), não há motivo para a inversão pretendida.
As peculiaridades da causa não exigem que se modifique a distribuição do ônus da prova estabelecidos nos incisos I e II do art. 373 do CPC, na medida em que a requerente possui capacidade para comprovar os fatos aduzidos na petição inicial.

Assim, o processo será julgado seguindo a distribuição ordinária do ônus da prova, uma vez que não há impossibilidade ou excessiva dificuldade para a consumidora, ora requerente, provar os fatos que alegou.
Da análise dos documentos constantes no processo, verifica-se que a improcedência dos pedidos inicias é medida que se impõe, uma vez que a requerente não demonstrou a interrupção do serviço de energia elétrica, a ilegalidade da interrupção e os danos morais decorrentes de interrupção indevida.
Neste sentido, o Boletim de Ocorrência apresentado (ID n. 7766719) não tem o condão de comprovar a interrupção do serviço, na medida em que foi redigido com base, exclusivamente, em declaração da autora, sendo prova produzida unilateralmente por ela.
Os comprovantes de pagamento apresentados pela autora no ID n. 7766722 encontram-se ilegíveis, não sendo possível atestar os dados constantes em tais documentos.
O protocolo de atendimento citado pela requerente (n. 5368115 – ID n. 7766724) refere-se a informações gerais, nada constando sobre interrupção do fornecimento de energia. Por outro lado, o protocolo constante no ID n. 7766725, de 15/5/15, diz respeito a religação de energia elétrica devido a corte. Todavia, a causa de pedir da requerente neste processo refere-se a corte ocorrido no dia 22/7/15, e não no dia 15/5/15.
Desta forma, verifica-se que a requerente não demonstrou o fato constitutivo do direito vindicado, não se verificando qualquer conduta ilícita praticada pela requerida capaz de gerar danos morais ou materiais, na medida em que não restou demonstrada a suspensão no fornecimento de energia elétrica narrada na petição inicial.
III – CONCLUSÃO
Ante o exposto, com fundamento no inciso I do artigo 487 do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos iniciais formulados por SILVANA ALVES DA COSTA contra CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA SA – CERON, ambas qualificadas no processo e, em consequência, DETERMINO o arquivamento do processo. Com a ressalva do §3º do art. 98 do CPC, CONDENO a requerente ao pagamento de custas, despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% sobre o valor atualizado da causa, na forma do § 2º do art. 85 do CPC, considerando a natureza da ação e a simplicidade do caso. Correção monetária pela tabela do Tribunal de Justiça de Rondônia (INPC) e juros simples de 1% (um por cento) ao mês, ambos a partir desta data.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Ilisir Bueno Rodrigues
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 7ª Vara Cível - Fórum Cível Processo n. 7033309-08.2017.8.22.0001
AUTOR: LUCIENE DINAH SIMOES BARBOSA
ADVOGADO DO AUTOR: THIAGO DA SILVA VIANA OAB nº RO6227
RÉU: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
ADVOGADO DO RÉU: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA OAB nº MG87318
Valor da causa: R$39.519,31
Distribuição: 28/07/2017
DECISÃO
Trata-se de ação declaratória de revisão de faturas de energia elétrica cumulada com pedido de reparação de danos ajuizada por LUCIENE DINAH SIMOES BARBOSA contra CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A, pretendendo a declaração de inexistência dos valores excedentes.
O processo encontrava-se concluso para julgamento por este juízo, no entanto, verifico que as provas colacionadas no feito não são suficientes para julgamento. Portanto, reabro a instrução processual para produção de prova essencial.
O feito se encontra em ordem. As partes são legítimas e estão devidamente representadas, inexistindo nulidades ou irregularidades a serem supridas.
As condições da ação restaram demonstradas. Inexistindo questões prejudiciais e preliminares a serem analisadas. DOU O FEITO POR SANEADO.
Na forma do art. 357 do Código de Processo Civil, fixo como pontos controvertidos:
a) a regularidade do relógio medidor de energia elétrica instalado na unidade consumidora da parte autora;
b) a quantidade de carga instalada na unidade consumidora da parte autora;
c) se a cobrança por estimativa realizada pela requerida observou a média de consumo da unidade consumidora da parte autora.
Na forma do art. 370 do CPC, determino a realização de prova pericial, cujo ônus deverá ser suportado pela parte requerida, ante a hipossuficiência reconhecida em relação a autora. No caso está se invertendo o ônus do custo da prova.
Nomeio perito do juízo o engenheiro eletricista Tiago Souza Franco (CREA/RO 7629), que deverá ser intimado por telefone (69) 9340-0335 ou e-mail: thiagosouzafranco@bol.com.br, para tomar ciência da nomeação. Arbitro honorários periciais em R$1.497,00, que deverão ser depositados pela parte requerida em 15 (quinze) dias, sob pena de se presumirem como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora..
Depositados os honorários, deverá ser intimado o perito para agendar data para realização da perícia, cientificando-o que deverá informar ao juízo a data de início dos trabalhos com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, a fim de viabilizar a intimação das partes. O laudo deverá ser entregue em até 30 dias, contados do início dos trabalhos (art. 465 do CPC).
As partes poderão apresentar quesitos e indicar assistentes técnicos no prazo de 15 (quinze) dias (art. 465, §1º, III do CPC).
A parte autora deverá franquear o ingresso do perito no imóvel.
Com a vinda do laudo pericial, intimem-se ambas partes a manifestarem-se a seu respeito, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 477, §1º do CPC), na mesma oportunidade devendo apresentar suas alegações finais.
Intimem-se.
ILISIR BUENO RODRIGUES
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307 e-mail: 7civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 0017645-66.2011.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS RONDOBRAS LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: RODRIGO TOSTA GIROLDO - RO4503
EXECUTADO: Rodonorte Implem. de Transportes Ltda e outros
INTIMAÇÃO
Ante a petição do Executado, manifeste-se o Autor em 10 dias em termos de prosseguimento.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 7civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7000514-80.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: DAUCILIA VINHOS DOS SANTOS
Advogados do(a) AUTOR: PAULO ROBERTO DA SILVA MACIEL - RO4132, PAULO FERNANDO LERIAS - RO3747, CYANIRA DE FATIMA SOUSA OLIVEIRA MACIEL - RO5449, CLAIR BORGES DOS SANTOS - RO7688
RÉU: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
Advogado do(a) RÉU: CLAYTON CONRAT KUSSLER - RO3861
INTIMAÇÃO
Ficam as partes Requerente e Requerida intimadas a manifestarem-se quanto ao laudo pericial apresentado no prazo de 15 dias.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 7civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7027308-07.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: GILSON SIMAO DOS SANTOS
Advogados do(a) AUTOR: FELIPE GOES GOMES DE AGUIAR - RO4494, MARCIA YUMI MITSUTAKE - RO7835, TERESA CRISTINA ARANHA DE BRITO - RO5798, LIDIANY FABIULA MOREIRA MARQUES - RO6505
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimada para querendo, apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias. Aguarda prazo.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 7civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7043201-38.2017.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: ALEXANDRE CAMARGO - RO704
EXECUTADO: RAFAEL LEAO DA ROCHA MOURA
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente, por seu patrono, no prazo de 05 dias, intimada a dar prosseguimento do feito.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 7civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 0011990-79.2012.8.22.0001
Classe: MONITÓRIA (40)
AUTOR: ASSOCIACAO DE CREDITO CIDADAO DE RONDONIA
Advogado do(a) AUTOR: KARINA DA SILVA SANDRES - RO4594
RÉU: PEDRO SIDNEY DE ANDRADE
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente, por seu patrono, no prazo de 15 dias, intimada da petição do Requerido, ID 25858693.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 7ª Vara Cível - Fórum Cível Processo n. 0025383-37.2013.8.22.0001
Procedimento Comum
AUTOR: Alcindo Cristóvão de Miranda
ADVOGADO DO AUTOR: ROBERTO EGMAR RAMOS OAB nº RO5409
RÉUS: Rondoniagora.com, Rondoniaovivo.com, Jaruonline.com.br, Newsrondonia.com.br, Ariquemesagora.com.br, Rondonoticias.com.br
ADVOGADOS DOS RÉUS: MONICA PATRICIA MORAES BARBOSA OAB nº RO5763, IURE AFONSO REIS OAB nº RO5745, EVERTON CAMPOS DE QUEIROZ OAB nº RO2982, ALEX SOUZA DE MORAES SARKIS OAB nº RO1423
Valor da causa: R$678,00DESPACHO
A requerida Rondonoticias.com.br nas duas diligências realizadas no processo não foi localizada. Todavia, no DESPACHO do ID n. 16051153, o juízo confundiu a requerida Rondonoticias.com.br com a demandada Rondôniaaovivo.com, sendo que esta já foi citada.
Assim, verifica-se que todas as requeridas foram citadas, com exceção da demandada Rondonoticias.com.br. Nesse sentido, promova a parte autora a citação da demandada acima, em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial.
Intime-se.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Ilisir Bueno Rodrigues
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 7civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7007768-36.2018.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: AUREO VIRGILIO QUEIROZ e outros
Advogado do(a) EXEQUENTE: DANIELLE ROSAS GARCEZ BONIFÁCIO DE MELO DIAS - RO2353
Advogado do(a) EXEQUENTE: DANIELLE ROSAS GARCEZ BONIFÁCIO DE MELO DIAS - RO2353
EXECUTADO: GAFISA SPE-85 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.
Advogados do(a) EXECUTADO: RODRIGO BORGES SOARES - RO4712, CARL TESKE JUNIOR - RO3297, POLLYANA GABRIELLE SOUZA VIEIRA - SP274381
INTIMAÇÃO
Ficam as partes, por intermédio de seus respectivos patronos, intimadas acerca da petição do Perito Judicial (ID 26808302), bem como tomar ciência da data e local da realização da perícia (20/05/2019, às 10h30min,
endereço: Av.Lauro Sodré, 423, Condomínio Reserva do Bosque– Torre Botânica, Aptº 704-Bairro SãoJoão Bosco, nesta capital).
Porto Velho, 30 de abril de 2019

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 7civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7006912-72.2018.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)

EXEQUENTE: GOL Linhas Aéreas, VRG Linhas Aéreas S/A e outros
Advogados do(a) EXEQUENTE: FERNANDA RIBEIRO BRANCO - RJ126162, BERNARDO AUGUSTO GALINDO COUTINHO - RO2991
Advogado do(a) EXEQUENTE: CELSO DE FARIA MONTEIRO - SP138436
EXECUTADO: ROSA MITSUE FURUKAWA
Advogado do(a) EXECUTADO: FRANCISCO LOPES COELHO - RO0000678A
SENTENÇA
I – RELATÓRIO
TOZZINI, FREIRE, TEIXEIRA E SILVA ADVOGADOS, patronos de TVLX Viagens e Turismo LTDA, devidamente qualificada no processo, apresentou embargos de declaração contra a SENTENÇA de ID n. 23462137, alegando que a referida DECISÃO foi omissa, já que a executada não cumpriu a sua obrigação integralmente, deixando de efetuar o pagamento dos honorários advocatícios a ele devidos. Requereu, por isso, seja suprida a referida omissão, para reanálise da DECISÃO proferida.
É a síntese necessária.
II – FUNDAMENTAÇÃO
Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração quando houver, na DECISÃO, obscuridade, contradição, omissão ou erro material.
No caso, a simples leitura do processo confirma as alegações da embargante, uma vez que efetivamente há erro material no julgado.
Analisando o processo, verificou-se que, na verdade, na SENTENÇA extintiva proferida houve erro material, isto porque a DECISÃO judicial mencionada considerou integralmente quitada a obrigação da executada, sendo que ela somente efetuou o pagamento dos honorários advocatícios dos advogados da exequente GOL LINHAS AÉREAS S/A.
Desse modo, considerando que ainda remanesce a obrigação de pagamento dos honorários dos advogados da exequente TVLX Viagens e Turismo S/A – conforme determinado na SENTENÇA de ID n. 20802982 e requerido no ID n. 2311430, o nome desta parte constou equivocadamente na SENTENÇA atacada.
Nesse sentido, a SENTENÇA de ID n. 23462137 deve ser retificada a fim de corrigir o erro material observado.
III – CONCLUSÃO
Ante o exposto, com fundamento no inciso III do art. 1.022 do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTES os embargos de declaração ofertados por TOZZINI, FREIRE, TEIXEIRA E SILVA ADVOGADOS e, em consequência, retifico a SENTENÇA proferida no ID n. para corrigir o erro material existente nos seguintes termos:
"Ante o cumprimento da obrigação, com fundamento no inciso II do art. 924 do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o processo movido por GOL LINHAS AÉREAS S/A contra ROSA MITSUE FURUKAWA, ambos qualificados no processo e, em consequência DETERMINO o prosseguimento do feito em relação a TVLX VIAGENS E TURISMO S/A".
Mantenho inalterados os demais termos da DECISÃO.
Considerando o pedido de cumprimento de SENTENÇA já formulado pelos patronos de TVLX VIAGENS E TURISMO S/A (ID n. 23114301), nos termos do art. 523 do CPC, intime-se a parte executada para pagar voluntariamente o débito indicado no processo, em 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios, também de 10% (dez por cento), ficando ainda sujeito a atos de expropriação (§3º do art. 523 do CPC).
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Porto Velho, 15 de janeiro de 2019.
Ilisir Bueno Rodrigues
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 7civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7021779-70.2018.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: BHEATRIZ CARDOSO RODRIGUES
Advogado do(a) EXEQUENTE: BRUNO VINICIUS MACHADO PARREIRA - RO8097
EXECUTADO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado do(a) EXECUTADO: JOSE HENRIQUE BARROSO SERPA - RO9117
SENTENÇA
Proceda-se a mudança de classe do processo para constar cumprimento de SENTENÇA.
Ante o cumprimento da obrigação, com fundamento no inciso II do art. 924 do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o processo movido por BHEATRIZ CARDOSO RODRIGUES contra SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, ambos qualificados no feito e, em consequência, DETERMINO o seu arquivamento.
Custas finais recolhidas.
Segue abaixo alvará em favor da parte exequente.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Ilisir Bueno Rodrigues
Juiz de Direito
CÓPIA DESTA DECISÃO SERVIRÁ DE ALVARÁ JUDICIAL para levantamento do valor depositado no processo, com validade de 30 (trinta) a contar da publicação da SENTENÇA.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 7civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7024856-87.2018.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S.A.
Advogado do(a) EXEQUENTE: MAURO PAULO GALERA MARI - RO4937-S
EXECUTADO: C. N. R. HURTADO - ME e outros
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente intimada, no prazo de 05 dias, a apresentar manifestação acerca dos documentos juntados.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7028836-42.2018.8.22.0001
Classe: CÍVEL - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado do(a) AUTOR: ROBERVAL VIEIRA JUNIOR - SP244234
RÉU: A. J. GOMES DE SOUZA - ME e outros
Intimação
As custas recolhidas pela parte autora se referem à diligência "comum urbana", no valor de R$ 100,62
Contudo, em se tratando de MANDADO de Execução ou Busca e Apreensão, que envolve mais de um ato processual, as

custas da renovação de diligência serão no valor de R$ 131,85 - referentes à renovação de diligência urbana composta, nos termos do Provimento nº 017/2009-CG/TJRO (https://www.tjro.jus.br/submenu-provimentos/menu-provimentos-2009/item/2015-provimento-n-017-09-cg).
Sendo assim, fica intimada a parte autora para complementar o valor das custas, no importe de R$ 31,23.
Prazo: 15 dias.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 7civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7006707-48.2015.8.22.0001
Classe: CÍVEL - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: BANCO RODOBENS S.A.
Advogados do(a) AUTOR: GILSON SANTONI FILHO - SP217967, FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA - MG109730
RÉU: ANDERSON CAPISTRANO CANDIDO
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada a dar regular andamento ao feito no prazo de 5 dias, sob pena de extinção/arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO
VISTOS EM SANEADOR
Estando o feito na fase procedimental de estabilização processual, mister a apreciação das preliminares levantadas, que se relacionam aos pressupostos processuais e condições da ação.
No caso em tela a única matéria processual suscitada se refere a ausência de interesse de agir do autor, formulada pela ré COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL.
Sustentou que o autor em momento algum procurou a seguradora para resolver o conflito administrativamente.
Em que pese a tese adotada pela ré, entendo que esta não merece sucesso, eis que para a caracterização desta espécie de condição da ação, basta a presença do binômio necessidade-adequação, pois o interesse processual é inerente a uma relação de necessidade, ou seja, a resistência de uma pessoa em atender a pretensão de outra torna indispensável a intervenção do Judiciário como forma de solucionar o conflito.
Entrementes, não basta a necessidade de intervenção jurisdicional para a caracterização do interesse de agir, exige-se, ainda, que o provimento solicitado seja adequado a reparar a lesão que ensejou a procura ao
PODER JUDICIÁRIO , que é o caso dos autos.
O artigo 5o inciso XXXV da Constituição da Republica, indica o principio da inafastabilidade da jurisdição, senão vejamos: “a lei não excluirá da apreciação do
PODER JUDICIÁRIO lesão ou ameaça a direito;”.
Rejeito-a, pois.
Nada mais havendo a sanar, dou o feito por SANEADO, já que presentes os pressupostos processuais e condições da ação.
Trata-se de ação indenizatória movida pela parte autora aduzindo que celebrou contrato de financiamento junto a ré no importe de R$24.402,89.
Aduz que no mencionado contrato, lhe foi cobrada taxa de serviço indevida, especificamente cobrança de seguro no valor de R$1.584,32 e quantias superiores em razão da cobrança de juros sobre a quantia que entende ser indevida.
Requesta ao final pela procedência da ação com declaração de nulidade da cláusula contratual que prevem acerca da cobrança de seguro, e condenação da parte ré na repetição do indébito e restituição dos juros cobrados sobre essa quantia.
Friso que o autor ajuizou a presente ação em 06/08/18, antes porém, ajuizou a mesma ação no 3º Juizado Especial desta Capital e teve contra si, SENTENÇA de extinção sem resolução do MÉRITO (05/07/18), ante a necessidade de elaboração de laudo pericial em relação aos cálculos das quantias pugnadas pelo autor.
Deste modo, com intuito de se evitar futura alegação de cerceamento de defesa, sem prejuízo de eventual julgamento antecipado da lide, especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, justificando-as, no prazo de 10 (dez) dias.
Intimar as partes.
Porto Velho, 2 de maio de 2019.
LUÍS DELFINO CÉSAR JÚNIOR
JUIZ SUBSTITUTO

8ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7049548-24.2016.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado do(a) EXEQUENTE: RAFAEL SGANZERLA DURAND - MT12208-A
EXECUTADO: DEGRAUS-INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS P/CONSTRUCAO LTDA - ME e outros (2)
Intimação
Fica a parte Requerente intimada proceder o recolhimento de custas para publicação do Edital no DJ, no prazo de 05 dias, devendo aguardar nova intimação para publicação do edital em jornais de grande circulação.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
{{orgao_julgador.nome}}
Processo nº: 7032192-45.2018.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Seguro
AUTOR: VANIA MEIRE DA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: GENIVAL FERNANDES DE LIMA OAB nº RO2366
RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
ADVOGADO DO RÉU: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES OAB nº RO5369
SENTENÇA
Vistos, etc.
1) Evolua-se a classe para cumprimento de SENTENÇA
2) Ante a satisfação da obrigação informada nos autos, determina-se:
a) a extinção do feito, nos termos do art. 924, II, do CPC/2015;
3) Custas finais já foram recolhidas (ID 24120648).
P. R. I. e, após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com as cautelas devidas.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br

Processo: 7040842-81.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: MARIA DA CONCEICAO GELTRUDES DOS SANTOS
Advogado do(a) AUTOR: FAUSTO SCHUMAHER ALE - RO4165
RÉU: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogados do(a) RÉU: ERICA CRISTINA CLAUDINO - RO6207, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318DESPACHO
1) Cadastre-se os patronos do requerido, conforme instrumento de substabelecimento (ID 24667901, pág.10)
2) Oportunizo o prazo de 05 (cinco) dias para que as partes digam se pretendem produzir outras provas, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.
3) Sem pedido de especificação de provas, volvam conclusos para julgamento.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7032192-45.2018.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: VANIA MEIRE DA SILVA
Advogado do(a) EXEQUENTE: GENIVAL FERNANDES DE LIMA - RO2366
EXECUTADO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado do(a) EXECUTADO: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - RO5369
Intimação Fica a parte Requerente intimada, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, que se encontra na SENTENÇA de ID 26843074, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO
Processo nº: 7006206-55.2019.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: DIREITO DO CONSUMIDOR, Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material, Práticas Abusivas
AUTOR: ANTONIO ARISTEU PRADO JUNIOR
ADVOGADO DO AUTOR: GUSTAVO MARCEL SARMENTO DUARTE OAB nº RO6165
RÉU: ESAB - ESCOLA SUPERIOR ABERTA DO BRASIL EIRELI - EPP
ADVOGADO DO RÉU:
D E C I S Ã O
Vistos.
A concessão dos benefícios da justiça gratuita decorre de expressa previsão legal contida no artigo 5º, inciso LXXIV da Lei maior deste país (CF/88), que diz que o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita, desde que haja comprovação da insuficiência de recursos pela parte: "Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) LXXIV – o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos."
Decorre do texto constitucional que o jurisdicionado que pretender o benefício deverá comprovar sua condição de hipossuficiência.
O novo CPC, em seu art. 99, §3º, diz presumir-se verdadeira a alegação de hipossuficiência quando deduzida por pessoa física.
A leitura do aludido DISPOSITIVO, no entanto, deve ser feita em consonância com o texto da Carta Magna, sob pena de ser tido por inconstitucional.
Portanto, a única leitura possível do texto, é no sentido de que pode o magistrado exigir que o pretendente junte documentos que permitam a avaliação de sua incapacidade financeira, nos termos do art. 99, §2º do CPC/2015.
Logo, não basta dizer que é pobre nos termos da lei, deve ser apresentado aos autos elementos mínimos a permitir que o magistrado avalie tal condição.
O artigo 2º da Resolução nº 34 da Defensoria Pública do Estado de Rondônia apresenta alguns parâmetros para que possa ser indicada a hipossuficiência econômica da parte, a saber:
Art. 2º:Presume-se necessitada a pessoa natural integrante de núcleo familiar que atenda, cumulativamente às seguintes condições:
I - aufira renda familiar mensal não superior a três salários mínimos federais;
II - não seja proprietária, titular de aquisição, herdeira, legatária ou usufrutuaria de bens móveis, imóveis ou direitos, cujos valores ultrapassem a quantia equivalente 120 salários mínimos federais;
III - não possua recursos financeiros em aplicações ou investimentos em valor superior a 12 (doze) salários mínimos federais.
§ 1º. Os mesmos critérios acima se aplicam para a aferição da necessidade de pessoa natural não integrante de núcleo familiar.
§ 2º. O limite do valor da renda familiar previsto no inciso I deste artigo será de quatro salários mínimos federais, quando houver fatores que evidenciem exclusão social, tais como:
a) núcleo familiar composto por mais de 5 (cinco) membros;
b) gastos mensais comprovados com tratamento médico por doença grave ou aquisição de medicamento de uso contínuo;
c) núcleo familiar composto por pessoa com deficiência ou transtorno global de desenvolvimento;
d) núcleo familiar composto por idoso ou egresso do sistema prisional;
e) núcleo familiar com renda advinda de agricultura familiar;
Sabe-se que esses indicativos não são critérios fixos, mas apenas um parâmetro a ser utilizado por este juízo, no intuito da definir de forma mais justa possível quem pode ser ou não beneficiado.
A jurisdição é atividade complexa e de alto custo para o Estado. A concessão indiscriminada dos benefícios da gratuidade tem potencial de tornar inviável o funcionamento da instituição, que tem toda a manutenção de sua estrutura (salvo folha de pagamento) custeado pela receita oriunda das custas judiciais e extrajudiciais.
Sendo um dos Poderes da República, o custo de sua manutenção concorre com as demais atividades do Estado, de modo que mais recursos para o
PODER JUDICIÁRIO significa menos recursos para infraestrutura, segurança, educação, saúde...
Não é justo, portanto, que tendo condições de custear a demanda, o jurisdicionado imponha tal custo àquele que não está demandando.
Portanto, em que pesem os argumentos do autor, a documentação por ele juntada, contra-cheque no valor de R$ 3.190,78, não comprova a alegada hipossuficiência financeira para o recolhimento de custas iniciais, não se adequando assim os elementos trazidos pelo autor aos parâmetros para o deferimento da benesse.
Ante o exposto e com fundamento nos argumentos desfiados no DESPACHO proferido anteriormente INDEFIRO o pedido de concessão da Justiça Gratuita.

Ademais, menciona-se ainda a inviabilidade de pagamento de custas ao final do processo, vez que ausentes quaisquer das hipóteses previstas no artigo 34, inciso III, da Lei n. 3.896/16.
Fica, portanto, o autor intimado para recolher o valor das custas iniciais, comprovando-se nos autos, sob pena de indeferimento da exordial e extinção do feito (art. 321, parágrafo único do NCPC), além de inscrição em dívida ativa pelas custas iniciais.
Prazo: 15 (quinze) dias.
Intimem-se.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juiz (a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível - Fórum Cível
Processo nº: 7004276-02.2019.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Assunto: Rescisão do contrato e devolução do dinheiro
AUTOR: DOMINGOS ARLINDO FARIAS CARDOSO
ADVOGADO DO AUTOR: PRISCILA DE CARVALHO FARIAS OAB nº RO8466
RÉU: embrasystem, RUA RAUL NAREZZI 98, GALPÃO 01 DISTRITO INDUSTRIAL NOVA ERA - 13347-398 - INDAIATUBA - SÃO PAULO
ADVOGADO DO RÉU:
D E C I S Ã O
Vistos.
1. Defere-se a gratuidade da justiça.
2. Trata-se de ação de rescisão contratual com devolução de valores e pedido de indenização por danos materiais. Pede-se tutela provisória de urgência (tutela antecipada).
O art. 300 do CPC autoriza provimento dessa natureza quando houver elementos que evidenciam a probabilidade do direito alegado e o perigo de dano à esfera jurídica da parte. No caso, não há a possibilidade de realizar-se a indisponibilidade de quaisquer valores em nome da requerida, tendo em vista que referida medida já fora adotada por outro juízo em relação a todo o patrimônio da requerida, não havendo risco de dilapidação. Por outro lado, a concessão da liminar pretendida não tem o condão de garantir preferência ao autor no recebimento de eventual crédito a ser reconhecido.
Ademais, a ação principal que trata da regularidade da atividade comercial da requerida, encontra-se em grau de recurso, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1).
Com esses fundamentos, ao menos por ora, indefiro a antecipação de tutela.
3. Como há patente hipossuficiência do requerente em relação à empresa requerida, uma vez que a empresa, de porte nacional, possui condições financeiras e técnicas de muito maior amplitude que a parte, decreta-se a inversão do ônus da prova (art. 6º, inciso VIII, do CDC).
4. Cite-se a parte requerida para, nos termos do art. 334 do CPC, comparecer à audiência de conciliação que ocorrerá na Central de Conciliação, sito à Rua Quintino Bocaiúva, n. 3061, esquina com Avenida Jorge Teixeira, Bairro Embratel, em Porto Velho (RO), telefone: (69) 3217-1346, e-mail: pvh8civel@tjro.jus.br, devendo as partes se fazer acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º).
AO CARTÓRIO: Agende-se data para audiência utilizando-se o sistema automático do PJE. Após, certifique-se, intime-se a parte autora via Sistema Eletrônico, e encaminhando como anexo à parte requerida.
A intimação do autor para a audiência será feita na pessoa do seu advogado (art. 334, § 3º, CPC/2015).
O prazo para contestar fluirá da data da realização da audiência supradesignada, ou, caso o Requerido manifeste o desinteresse na realização, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II). Tal pedido deverá ser apresentado com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º).
5. Este DESPACHO servirá como carta/MANDADO, assim, neste ato, vossa senhoria citada para comparecer à audiência e apresentar sua defesa, ficando advertidas as partes que o não comparecimento na audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º).
Adverte-se a parte requerida que, se não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344, CPC/2015).
A petição inicial poderá ser consultada pelo endereço eletrônico: http://pje.tjro.jus.br/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.
seam usando o código:: 19020715060321500000022959697 (nos termos do artigo 19 e 20 da Resolução 185, de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça). Não tendo condições de constituir advogado a parte deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, nesta.
6. Apresentada a contestação, intime-se a parte autora para manifestar-se em réplica, no prazo de 15 dias.
7. Após, autorizo que à CPE proceda a intimação de ambas as partes, no prazo de 05 dias, para que digam se pretendem produzir provas, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.
8. Sem pedido de especificação de provas, volvam conclusos para julgamento; se efetuado pedido de produção de provas, volvam conclusos para saneador.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juiz (a) de Direito
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 8ª Vara Cível - Fórum Cível Processo nº: 7017617-95.2019.8.22.0001
Classe: Embargos de Terceiro
Assunto: Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens
EMBARGANTE: JULIANA EDILUCIA RIBEIRO VEDANA
ADVOGADO DO EMBARGANTE: JADIR GILBERTO CARVALHO OAB nº RO8661, ROSIMERY DO VALE SILVA RIPKE OAB nº RO8805
EMBARGADOS: JOSYLEIA SILVA DOS SANTOS MELO, MARCIO JOSE DA SILVA, HENRIQUE LUDOVICO GAIO
ADVOGADOS DOS EMBARGADOS: DESPACHO
Vistos.
Determino que a parte autora apresente comprovantes da alegada hipossuficiência, incluindo seus rendimentos e despesas, sob pena de indeferimento da assistência judiciária e, por consequência, da inicial, em face do não recolhimento das custas.
Inclusive já posicionamento adotado neste tribunal, e julgados semelhantes:
TJRO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM. PROVA DA HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. EXIGÊNCIA. POSSIBILIDADE. A simples declaração de pobreza, conforme as circunstâncias dos autos, é o que basta para a concessão do benefício da justiça gratuita, porém, por não se tratar de direito absoluto, uma vez que a afirmação de hipossuficiência implica presunção juris tantum, pode o magistrado exigir prova da situação, mediante fundadas razões de que a parte não se encontra no estado de miserabilidade declarado. (Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 0011698-29.2014.8.22.0000, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, Câmaras Cíveis Reunidas, J. 05/12/2014).
STJ. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. REVOGAÇÃO DE BENEFÍCIO, PARA POSTERIOR COMPROVAÇÃO DE NECESSIDADE DA SITUAÇÃO

ECONÔMICO-FINANCEIRA. POSSIBILIDADE. 1. A declaração de pobreza, para fins de obtenção da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa de veracidade, admitindo-se prova em contrário. 2. Quando da análise do pedido da justiça gratuita, o magistrado poderá investigar sobre a real condição econômico-financeira do requerente, solicitando que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 329.910/AL, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/05/2014, DJe 13/05/2014)

Prazo de 15 (quinze) dias para regularização, nos termos do artigo 321 do CPC/15, sob pena de indeferimento da inicial e consequente condenação em custas iniciais.

Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.

Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza

Juiz (a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO

Porto Velho - 8ª Vara Cível - Fórum Cível Processo nº: 7025259-56.2018.8.22.0001

Classe: Monitória

Assunto: Contratos Bancários

AUTOR: BANCO DO BRASIL S/A

ADVOGADO DO AUTOR: RAFAEL SGANZERLA DURAND OAB nº MT12208A

RÉUS: ANA CRISTINA SERAFIM DE SANTANA MACEDO, WALCLERISTON MACEDO DO NASCIMENTO, W.J.C ASSESSORIA ADMINISTRATIVA LTDA - ME

ADVOGADOS DOS RÉUS: GUILBER DINIZ BARROS OAB nº RO3310

SENTENÇA

Vistos, etc.

I – Relatório

BANCO DO BRASIL S/A ingressou com a presente Ação Monitória em desfavor de W. J. C ASSESSORIA ADMINISTRATIVA LTDA – ME, WALCLERISTON MACEDO DO NASCIMENTO e ANA CRISTINA SERAFIM DE SANTANA MACEDO, ambas as partes com qualificações nos autos, sob o argumento de que teria firmado com os requeridos, em 30/03/2012, um CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO – BB GIRO EMPRESA FLEX nº 010.205.884, vinculado à Conta Corrente 000.043.238-5, da Agência 0102-3, vencível em 25/03/2013, para a concessão de um crédito rotativo até o limite de R$ 100.000,00 (cem mil reais), com previsão de renovações automáticas por períodos de 12 meses. Aduziu que os requeridos WALCLERISTON e ANA CRISTINA subscreveram o contrato assumindo o ônus de fiadores. Contou que os requeridos quedaram inadimplentes, o que teria ensejado o vencimento do contrato e a configuração da mora destes em 25/09/2016. Narrou que o valor atualizado do débito seria e R$ 101.072,72 (cento e um mil, setenta e dois reais e setenta e dois centavos). Postulou pela expedição de MANDADO de pagamento. Requereu a constituição do título executivo no caso de não pagamento. Juntou documentos.

DESPACHO inicial sob o ID. 19455543.

Manifestação dos requeridos informando que apresentaram embargos monitórios em 11/09/2018, porém, em autos apartados (nº 7036680-43.2018.8.22.0001). Sustentam a tempestividade e postulam pelo recebimento dos embargos em apreço ao princípio da fungibilidade (ID 21731117) e requereram a juntada da cópia integral dos autos iniciados com a apresentação dos embargos monitórios.

Nos embargos os requeridos sustentam excesso na cobrança, e ilegalidade na incidência de juros e correção monetária logo no início da ação. Afirmam prejuízo à defesa sob o argumento de que o autor não apresentou planilha de cálculos demonstrando a evolução do débito, e que os extratos de conta estariam ilegíveis. Aduz que foram cobrados encargos abusivos no período de normalidade do contrato, o que deveria ensejar o afastamento da mora. Arguiram, sob tópico intitulado de reconvenção, a prescrição quinquenal do crédito, pois teria ocorrido o vencimento do contrato em 25/03/2013, motivo pelo qual a data limite para cobrança seria 25/03/2018, enquanto que a monitória teria sido proposta em 29/06/2018, operada a citação em 13/07/2018. Postularam pela improcedência dos pedidos.

Impugnação aos embargos monitórios apresentada sob o ID. 22441562.

Oportunizada a especificação de provas, ambas as partes postularam pelo julgamento antecipado.

DECISÃO saneadora sob o ID. 24356255.

Apresentados os contratos e propostas de utilização de crédito, anexos à petição sob ID. 25564271, conforme determinado na DECISÃO saneadora.

Os requeridos impugnaram a juntada de documentos.

É o relatório.

Decido.

II – Fundamentos

1. Da alegada violação ao devido processo legal e lealdade processual

Intimados a se manifestarem acerca dos documentos juntados pelo autor, os embargantes verberaram a violação aos princípios do Devido Processo Legal e da Lealdade Processual.

Todavia, não se atentaram ao fato de que a juntada dos documentos – Instrumentos contratuais firmados entre as partes – fora decorrente de determinação do juízo em sede de DECISÃO saneadora, isso maior lastro probatório da relação contratual em seus termos e encargos para melhor subsídio da formação do convencimento do juízo.

Diante disso, não vislumbro qualquer violação.

2. O Julgamento Antecipado do MÉRITO

Consoante entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder (STJ - 4ª Turma, Resp 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14.08.1990, e publicado no DJU em 17.09.90, p. 9.513).

O presente caso dispensa a produção de outras provas, razão pela qual passo, doravante, a conhecer diretamente do pedido, nos termos do art. 355, I do Código de Processo Civil/2015.

3. Do MÉRITO

Trata-se de ação Monitória através da qual a instituição financeira autora afirma ser credora dos requeridos em decorrência do inadimplemento contratual das prestações mensais da transação bancária firmada para Abertura de Crédito para Capital de Giro.

4. Da inaplicabilidade do CDC

Primacialmente, convém frisar que a relação jurídica material existente entre os litigantes não se enquadra como relação de consumo, nos termos dos arts. 2º e 3º, §2º do Código de Defesa do Consumidor, vez que dispõe:

"Art. 2º Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.

Art. 3º Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

2º Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista."

Não fora evidenciada a posição dos requeridos como destinatário final do serviço contratado, que se destinou ao fomento da atividade comercial desenvolvida pela primeira requerida.

Vejamos DECISÃO acerca de caso semelhante ao dos presentes autos:

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.320.308 - PR (2018/0163137-3) RELATORA: MINISTRA MARIA ISABEL

GALLOTTI AGRAVANTE: PIN INDÚSTRIA DE VESTUÁRIO LTDA ME SOCIEDADE LIMITADA ADVOGADO: LOUISE HAGE CERKUNVIS - PR042231 AGRAVADO: BANCO DO BRASIL S/A ADVOGADOS: FABIULA MULLER KOENIG - PR022819 GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI - PR056918 NORIMAR CHARLAU OKU - PR067243 DECISÃO Trata-se de agravo interposto por PIN INDÚSTRIA DE VESTUÁRIO LTDA ME SOCIEDADE LIMITADA contra a DECISÃO que negou seguimento ao seu recurso especial, fundamentado nas alíneas a e c do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado em face de acórdão proferido pela Décima Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (fls. 154/155): AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. CRÉDITO ADVINDO DO CARTÃO BNDES. VALORES DESTINADOS AO FOMENTO DA ECONOMIA E AO INCREMENTO DA ATIVIDADE COMERCIAL DAS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (MPMES), DOS EMPRESÁRIOS E MICROEMPRESÁRIOS INDIVIDUAIS. INAPLICABILIDADE DAS NORMAS DO MICROSSISTEMA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. AUSÊNCIA DO DESTINATÁRIO FINAL DA RELAÇÃO DE CONSUMO, NOS TERMOS DA TEORIA FINALISTA DA AÇÃO. AUSÊNCIA DE VULNERABILIDADE DO MUTUANTE, EM RAZÃO DAS DIVERSAS VANTAGENS CREDITÓRIAS OFERECIDAS. APLICAÇÃO DA MESMA RAZÃO DE DECIDIR DOS CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE CRÉDITO DO FINAME/BNDES. APLICAÇÃO DO BROCARDO, "UBI EADEM RATIO IBI EADEM LEGIS DISPOSITIO" (ONDE EXISTE A MESMA RAZÃO, AÍ SE APLICA O MESMO DISPOSITIVO LEGAL). RECURSO DESPROVIDO. Os embargos de declaração opostos foram parcialmente acolhidos para análise da alegação de ocorrência de cerceamento de defesa com o julgamento antecipado da lide, sem alteração no resultado do julgamento (fls. 191/198). A agravante sustenta, nas razões de recurso especial, ofensa aos artigos 373, II, e 464 do Código de Processo Civil, bem como divergência jurisprudencial, alegando a ocorrência de cerceamento de defesa com o julgamento antecipado da lide e a aplicabilidade da legislação consumerista aos contratos de mútuo bancário celebrado por microempresas para obtenção de capital de giro. Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir. Primeiramente, ressalto que o magistrado é o destinatário da prova e a ele cabe a análise sobre a necessidade de sua produção. Por esse motivo, a adoção de entendimento diverso por este Superior Tribunal, quanto à suficiência de elementos para ensejar o julgamento antecipado da lide, esbarra no óbice da Súmula 7 do STJ. Nesse sentido: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. CERCEAMENTO DE DEFESA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. PROVA PERICIAL. SÚMULA 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA. 1. "Na linha dos precedentes desta Corte, não configura cerceamento de defesa o julgamento da causa, sem a produção de prova pericial, quando o Tribunal de origem entender substancialmente instruído o feito, declarando a existência de provas suficientes para seu convencimento. Há de se considerar, nesses casos, o princípio do livre convencimento motivado do juiz que, em termos práticos, reporta à análise de matéria fática e à incidência da Súmula 07/STJ" (AgRg no REsp 1126477/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/05/2013, DJe 03/06/2013). 2. No presente caso, a Corte local concluiu pela desnecessidade de prova pericial ante a suficiência das provas apresentadas nos autos. Desse modo, o acolhimento da pretensão recursal demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos do enunciado da Súmula 7 do STJ. 3. Agravo regimental de fls. 1.196-1.201 interposto por Marcelo Genovese Soares não provido. (AgRg no AREsp 592.202/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 29.10.2014); AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO BANCÁRIO. CERCEAMENTO DE DEFESA. PERÍCIA TÉCNICA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ. 1. Não configura cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide, devidamente fundamentado, sem a produção de perícia considerada dispensável pelo juízo, uma vez que cabe ao magistrado dirigir a instrução e deferir a produção probatória que entender necessária à formação do seu convencimento. 2. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula 7/STJ). 3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1082894/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 28.11.2017). O acórdão recorrido negou provimento ao agravo de instrumento interposto pela agravante, sob o entendimento de que não se aplica o Código de Defesa do Consumidor à relação jurídica existente entre as partes, pelos seguintes fundamentos (fl. 157): 6. Em primeiro lugar, insta salientar que assim como nos contratos de fornecimento de crédito pelo FINAME (Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais), não devem ser aplicadas as normas do microssistema do Código de Defesa do Consumidor aos contratos de Cartão BNDES, porquanto os valores obtidos destinam-se ao fomento da economia e ao incremento da atividade comercial das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), dos empresários e microempreendedores individuais. 7. Assim, nos termos da teoria finalista, não há a figura do destinatário final da relação de consumo. De outro vértice, em razão das diversas vantagens oferecidas ao cliente, não há que se verificar qualquer vulnerabilidade do cliente a fim de ensejar a aplicação do CDC. Aplica-se o brocardo, "ubi eadem ratio ibi eadem legis dispositio", que significa, "onde existe a mesma razão, aí se aplica o mesmo DISPOSITIVO legal." A jurisprudência desta Corte, no mesmo sentido do acórdão recorrido, orienta que não se aplica a legislação consumerista à pessoa jurídica que celebra contrato de mútuo bancário com a FINALIDADE de obtenção de capital de giro, porquanto não se enquadra no conceito de consumidor final previsto no art. 2º do CDC. Nesse sentido: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ARRENDAMENTO MERCANTIL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. 1. A agravante não impugnou, como seria de rigor, todos os fundamentos da DECISÃO ora agravada, circunstância que obsta, por si só, a pretensão recursal, porquanto aplicável o entendimento exarado na Súmula 182 do STJ, que dispõe: "É inviável o agravo do art. 545 do Código de Processo Civil que deixa de atacar especificamente os fundamentos da DECISÃO agravada." 2. Nas operações de mútuo bancário para obtenção de capital de giro, não são aplicáveis as disposições da legislação consumerista, uma vez que não se trata de relação de consumo, pois não se vislumbra na pessoa da empresa tomadora do empréstimo a figura do consumidor final, tal como prevista no art. 2º, do do Código de Defesa do Consumidor. 3. Dissídio jurisprudencial não demonstrado. Relativamente à variação cambial pelo dólar, incide na espécie o enunciado sumular nº 83 desta Corte Superior. 4. Agravo regimental não provido, com aplicação de multa. (AgRg no REsp 956.201/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 24.8.2011); RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE MÚTUO BANCÁRIO. EMPRESA. CAPITAL DE GIRO. INAPLICABILIDADE DO CDC. PRECEDENTES. Não se aplica o CDC ao contrato de mútuo tomado por empresa junto à instituição financeira destinado ao fomento da atividade empresarial. Precedentes da Corte. Recurso Especial improvido. (REsp 773.927/MG, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJe 14.12.2009); AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. HIPÓTESE DE CONSUMO INTERMEDIÁRIO. INAPLICABILIDADE DO CDC. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO VEDADO. AGRAVO IMPROVIDO. 1. O Tribunal de origem assentou que o vultuoso aporte financeiro obtido junto à instituição financeira objetivava dinamizar a atividade produtiva da agravante, de modo que, em se tratando de hipótese de consumo intermediário, não se aplica o Código de Defesa do Consumidor. 2. Ademais, vale salientar que a Corte a quo, com base nos elementos de fato e prova dos autos, concluiu que os recursos obtidos foram utilizados

como capital de giro pela sociedade empresária, de sorte que a pretensão da ora agravante, em aduzir que os valores não foram alocados como fomento da atividade empresarial, não pode ser reapreciada em sede de recurso especial, sob pena de reexame fático-probatório, vedado nos termos do verbete n.º 7 da Súmula do STJ. 3. Agravo improvido. (AgRg nos EDcl no REsp 936.997/ES, Rel. Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, QUARTA TURMA, DJ 3.12.2007). Ressalto que o acórdão recorrido afastou a condição de hipossuficiência da agravante, mormente porque se trata de linha de crédito subsidiária, com taxa de juros e encargos reduzidos, e que a mera desigualdade de porte econômico entre as partes não caracteriza automaticamente a hipossuficiência do tomador do empréstimo bancário. Em face do exposto, nego provimento ao agravo. Intimem-se. Brasília/DF, 23 de agosto de 2018. (STJ - AREsp: 1320308 PR 2018/0163137-3, Relator: Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Data de Publicação: DJ 04/09/2018)".

Assim, não é aplicável o Código de Defesa do Consumidor ao presente caso.

5. Da incidência de correção monetária e juros moratórios

Os embargantes verberaram a tese teratológica de que não é possível corrigir o débito em período anterior ao ajuizamento da ação, tampouco deveria incidir juros moratório, e esse argumento não encontra guarida em qualquer norma ou entendimento jurisprudencial, porquanto a correção monetária consiste na recomposição do poder de compra da moeda, e tratando-se de obrigação contratual líquida e certa para pagamento em prestações sucessivas com vencimentos preestabelecidos a mora se constitui a cada vencimento de parcela não paga e posteriormente com o vencimento antecipado do débito ante o inadimplemento, momentos estes que se revelam como fato ensejador da incidência dos juros moratórios.

Por conseguinte, a não incidência dos juros moratórios ou a não correção do quantum importaria em benefício indevido ao devedor o que se coadunaria em seu enriquecimento ilícito, e este encontra vedação expressa em nosso ordenamento jurídico (art. 884, CC).

Nesse ínterim, não há azo ao acolhimento do argumento.

6. Dos índices aplicáveis

A parte embargante fez alegações genéricas acerca dos índices aplicados, aduzindo não terem sido demonstrados na planilha apresentada pela instituição autora e que os extratos estariam inelegíveis, o que redundaria em seu prejuízo de defesa. Sustentou não ser devida a incidência de correção monetária em período anterior ao ajuizamento da ação e juros de mora antes da citação. Narrou a cobrança de encargos abusivos no período de normalidade do contrato, o que deveria afastar a mora.

6.1. Jurisprudência correlata

Vejamos ainda alguns posicionamentos jurisprudenciais acerca das taxas de juros e comissão de permanência:

"AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 560.989 - PR (2014/0183813-0) RELATORA: MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI AGRAVANTE: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO ADVOGADOS: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES VIRGINIA MAZZUCCO E OUTRO (S) AGRAVADO: KARLA PATRÍCIA NATIO ADVOGADO: GILBERTO ADRIANE DA SILVA DECISÃO Trata-se de agravo manifestado por BV Financeira S/A Crédito Financiamento e investimento contra DECISÃO que negou seguimento a recurso especial, no qual se alega violação dos arts. 5º da Medida Provisória nº 1.963-17/2000, 52, § 2º, do CDC e 20 do CPC, além de dissídio jurisprudencial, sob o fundamento de que é permitida a incidência da capitalização mensal dos juros. O acórdão recorrido está retratado na seguinte ementa (fls. 355/357): AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - FINANCIAMENTO DE VEÍCULO AUTOMOTOR - CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS CLARAMENTE EVIDENCIADA, POR MEIO DE VERIFICAÇÃO FEITA NOS REGISTROS E ESTIPULAÇÕES CONTIDOS NO PRÓPRIO CONTEXTO DA AVENÇA, REPRESENTADA PELA DIFERENÇA DA TAXA ANUAL DE JUROS QUE ULTRAPASSA O DUODÉCUPLO DA TAXA MENSAL - VEDAÇÃO QUE DERIVA DA SÚMULA Nº 121 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DA LEI DE USURA - AUSÊNCIA DA INSERÇÃO, EM CLÁUSULA PRÓPRIA DO CONTRATO, DO PERMISSIVO PARA A COBRANÇA DE JUROS CAPITALIZADOS, À LUZ DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.087-30/2.001, DEPOIS REEDITADA PELA DE Nº 2.170-36/2.001, CUJA VALIDADE TEM SIDO REFERENDADA PELA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - SENTENÇA QUE NÃO AUTORIZOU A DEVOLUÇÃO DE VALORES - MANUTENÇÃO DOS JUROS REFERENTES A PARCELAS VINCENDAS QUE NÃO SE MOSTRA POSSÍVEL PORQUE DIANTE DA LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DO CONTRATO TEM A AUTORA O DIREITO À REDUÇÃO DOS ENCARGOS, CONSOANTE É PREVISTO NO ARTIGO 52, § 2º, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, LEGISLAÇÃO ESSA QUE É APLICÁVEL À HIPÓTESE DESTES AUTOS - TUTELA ANTECIPADA QUE DETERMINOU A ABSTENÇÃO DA INSCRIÇÃO DO NOME DA AUTORA NOS CADASTROS DE INADIMPLENTES QUE SE MOSTRA ESCORREITA, NA MEDIDA EM QUE NÃO SE PODE CONFIRMAR O VALOR EXATO DA DÍVIDA ATÉ QUE SEJA EFETUADO O RECÁLCULO DO SALDO DO CONTRATO, APÓS OS DEVIDOS ABATIMENTOS - RECURSO ADESIVO DA AUTORA QUE DEVE SER ADMITIDO, VISTO QUE A MATÉRIA QUE DELE É OBJETO NÃO PRECISA GUARDAR CORRELAÇÃO COM AQUELA ALUSIVA AO RECURSO PRINCIPAL - PACTO PREVENDO EXPRESSAMENTE O PERCENTUAL DE JUROS DAS PARCELAS QUE COMPÕEM A DÍVIDA NELE DESCRITA QUE NÃO APRESENTA NENHUMA ABUSIVIDADE, À FALTA DE PROVA NESSE SENTIDO - ADMISSIBILIDADE DA ADOÇÃO DA COMISSÃO DE PERMANÊNCIA, NA FASE DE INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL, POR NÃO CONTER A SUA DEFINIÇÃO NENHUMA POTESTATIVIDADE, JÁ QUE A TAXA MÉDIA DE MERCADO, QUE GUIA A FIXAÇÃO DO SEU VALOR, ESTÁ AFETA AO BANCO CENTRAL DO BRASIL - PERMISSIVO PARA O USO DA MESMA QUE SE AMOLDA TAMBÉM À ORIENTAÇÃO DA SÚMULA Nº 294 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA QUE FOI ADEQUADAMENTE FIXADA NA SENTENÇA, NÃO COMPORTANDO QUALQUER ALTERAÇÃO - RECURSO DO RÉU DESPROVIDO E RECURSO ADESIVO DA AUTORA CONHECIDO E NÃO PROVIDO. Inicialmente, o recurso não prospera quanto ao tema da liquidação antecipada do saldo devedor, amparado na suposta violação do art. 52, § 2º, do CDC, pois a despeito da recorrente ter mencionado o referido DISPOSITIVO, não explicitou de que forma teria sido violado pelo Tribunal de origem, o que faz incidir o óbice do enunciado 284 da Súmula do STF. No MÉRITO, reconheça-se a submissão das instituições financeiras aos princípios e regras do CDC, conforme cada situação, e a possibilidade de revisão judicial do contrato, de acordo com a reiterada jurisprudência do STJ (enunciado 297 da Súmula). Acerca da taxa de juros capitalizados, a Segunda Seção adotou, para os efeitos do art. 543-C do CPC, o entendimento de que "A capitalização de juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada" (2ª Seção, REsp 973.827/RS, acórdão de minha relatoria, DJe de 24.9.2012). No caso dos autos, houve previsão de taxa mensal de 3, 12%, e de taxa efetiva anual de 44,58% (fl. 362). Dessa forma, legítima a cobrança da taxa efetiva anual de juros remuneratórios, tal como convencionada. Em face do exposto, conheço do agravo e dou parcial provimento ao recurso especial para que sejam observados os juros remuneratórios nas taxas mensal e anual efetiva, como pactuados. Diante da sucumbência mínima da instituição financeira, condeno a recorrida nas custas e ao pagamento dos honorários advocatícios no valor de R$ 700,00 (setecentos reais), ônus suspensos no caso de beneficiária da Justiça gratuita. (STJ - AREsp: 560989 PR 2014/0183813-0, Relator: Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Data de Publicação: DJ 27/11/2014).

"Agravo interno. Recurso de apelação. Revisional de contrato. Capitalização de juros. Negado seguimento. DECISÃO

monocrática. Precedentes jurisprudenciais. No REsp. 973.827, sob o rito dos recursos repetitivos, o STJ fixou a seguinte tese para os efeitos do art. 543-C do CPC: 1- "É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada." 2- "A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada". Agravo interno a que se nega provimento, porque se ajusta aos precedentes do STJ e desta Corte que compõe a fundamentação da DECISÃO monocrática que, ao negar seguimento ao apelo, manteve a SENTENÇA que julgou improcedente o pedido de revisão de contrato, mantendo a cobrança capitalizada dos juros, expressamente prevista no contrato celebrado com a instituição financeira. (TJ-RO - AGV: 00031939020128220009 RO 0003193-90.2012.822.0009, Relator: Desembargador Sansão Saldanha, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: Processo publicado no Diário Oficial em 23/03/2015.)"
"Agravo interno. Revisional de contrato. Capitalização de juros. Possibilidade. DECISÃO. Jurisprudência. Tribunal superior. Manutenção. Constatado nos autos que a DECISÃO monocrática se encontra de acordo com a jurisprudência de tribunal superior, proferida sob o rito dos recursos repetitivos, mantém-se a DECISÃO monocrática que julgou improcedentes os pedidos de declaração de ilegalidade da cobrança de capitalização de juros nos contratos celebrados entre as partes. (TJ-RO - AGV: 00020574820138220001 RO 0002057-48.2013.822.0001, Relator: Desembargador Alexandre Miguel, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: Processo publicado no Diário Oficial em 29/01/2016.)"
"RECURSO ESPECIAL Nº 1.675.450 - MG (2017/0127277-5) RELATOR: MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA RECORRENTE: WANDERLEY DE CASTRO MORAIS ADVOGADOS: LEONARDO JAMEL SALIBA DE SOUZA - MG115946 JOAO PAULO RODRIGUES CARNEIRO E OUTRO (S) - MG122776 RECORRIDO: BV FINANCEIRA SA CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO ADVOGADOS: IVAN JUNQUEIRA RIBEIRO E OUTRO (S) - MG069461 ANDRE CHEREM RAMALHO - MG097647 DECISÃO Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão assim ementado (e-STJ fl. 248): REVISIONAL DE CONTRATO - JUROS REMUNERATÓRIOS - LIMITAÇÃO A 12% AO ANO - CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIA - CAPITALIZAÇÃO DE JUROS - COMISSÃO DE PERMANÊNCIA - LIMITES - TAXA DE ABERTURA DE CRÉDITO - TAXA DE EMISSÃO DE BOLETO - REPETIÇÃO EM DOBRO DO INDÉBITO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA - COMPENSAÇÃO. (..) 2. Nos contratos bancários sujeitos ao Código de Defesa do Consumidor, é válida a cláusula que institui comissão de permanência para viger após o vencimento da dívida. 3. A importância cobrada a título de comissão de permanência não poderá ultrapassar a soma dos encargos remuneratórios e moratórios previstos no contrato, ou seja: a) juros remuneratórios à taxa média de mercado, não podendo ultrapassar o percentual contratado para o período de normalidade da operação; b) juros moratórios até o limite de 12% ao ano; e c) multa contratual limitada a 2% do valor da prestação, nos termos do art. 52, § 1º, do CDC. 4. Constatada abusividade dos encargos pactuados na cláusula de comissão de permanência, deverá o juiz decotá-los, preservando, tanto quanto possível, a vontade das partes manifestada na celebração do contrato, em homenagem ao princípio da conservação dos negócios jurídicos consagrado nos arts. 139 e 140 do Código Civil alemão e reproduzido no art. 170 do Código Civil brasileiro. (...) (REsp n. 1.058.114/RS e 1.063.343/RS, Relator para acórdão Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, julgados em 12/8/2009, DJe 16/11/2010). Assim, havendo previsão contratual, é válida a cobrança da comissão de permanência no período de inadimplemento, desde que não cumulada com correção monetária nem com outros encargos remuneratórios ou moratórios. Afora isso, o valor exigido a esse título não pode ultrapassar a soma da taxa de juros remuneratórios pactuada para a vigência do contrato, dos juros de mora e da multa contratual, nos termos das Súmulas n. 30, 294, 296 e 472 do STJ. No caso concreto, afigura-se viável a cobrança da comissão de permanência, nas condições definidas pela jurisprudência do STJ, sendo vedada sua cumulação com os demais encargos moratórios. Ante o exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso especial, para autorizar a cobrança isolada da comissão de permanência. Em relação à taxa de abertura de crédito, determino o retorno dos autos ao Tribunal de origem, a fim de se analisar a legalidade de sua cobrança perante as orientações firmadas no julgamento dos Recursos Especiais n. 1.251.331/RS e 1.255.573/RS (Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, julgados em 28/8/2013, DJe 24/10/2013), submetidos ao rito do art. 543-C do CPC/1973. (STJ - REsp: 1675450 MG 2017/0127277-5, Relator: Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Data de Publicação: DJ 29/06/2018)"
6.2. Dos juros e da capitalização de juros
Na cláusula "oitava" do contrato, há a previsão de que os encargos financeiros incidiriam à taxa de juros mensal indicada na proposta de utilização de crédito, firmada por ocasião das liberações, equivalentes à taxa efetiva anual, bem como previu a capitalização destes encargos.
As disponibilizações de crédito apontadas no extrato apresentado pelo autor/embargado, foram:
a) R$ 50.000,00 em 03/03/2015 para pagamento em 24 parcelas a uma taxa de juros mensal de 2,332%, e anual de 31,867%;
b) R$ 50.000,00 em 15/06/2015 para pagamento em 24 parcelas a uma taxa de juros mensal de 2,527%, e anual de 34,915%;
c) R$ 60.000,00 em 17/03/2016 para pagamento em 24 parcelas a uma taxa de juros mensal de 3,869%, e anual de 57,7%;
d) R$ 9.000,00 em 03/08/2016 para pagamento em 12 parcelas a uma taxa de juros mensal de 3,134%, e anual de 44,818%;
No "Demonstrativo de Conta Vincula", resta delineado de maneira detalhada que a taxa de juros moratórios aplicada a cada período mensal quando da normalidade do contrato, referente aos valores tomados a partir de 04/03/2015 variou de 1,755% a 2,160% ao mês (ID. 19435816 - Pág. 1).
Não houve impugnação específica quanto aos valores constantes nos extratos de conta vinculada. Ademais, em sede de audiência de conciliação o segundo requerido, representante da primeira requerida, afirmou a responsabilidade pelo débito.
No que tange à possibilidade de capitalização de juros, é assente o entendimento sumulado no seguinte verbete publicado pelo STJ:
"Súmula 539 - É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior à anual em contratos celebrados com instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional a partir de 31/3/2000 (MP n. 1.963-17/2000, reeditada como MP n. 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada. (Súmula 539, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/06/2015, DJe 15/06/2015)".
Portanto, a capitalização de juros é plenamente aceitável na jurisprudência, inclusive em período inferior ao anual, desde que prevista expressamente no contrato.
Da análise dos índices de juros remuneratórios e moratórios aplicados, por utilização da base de cálculo indicados no contrato juntado aos autos, bem como da análise das taxas médias disponíveis no portal do BACEN, não vislumbro abusividade, bem como tendo em vista que foram expressamente pactuados devem prevalecer.
6.3. Da comissão de permanência
A comissão de permanência consiste em um encargo complexo que abarca os juros moratórios, remuneratórios, multa moratória e atualização monetária, que se afigura exigível em situações de inadimplência. E por englobar todos esses encargos não se admite sua cumulação com quaisquer destes considerados isoladamente ou em conjunto com um outro. É o entendimento da Corte Cidadã expresso no enunciado da Súmula 472.
Não houve cumulação da comissão de permanência com outros encargos, o que a torna exigível.

III – DISPOSITIVO
Ante o exposto, com fundamento no art. 487, do código de processo civil, JULGO PROCEDENTE, por SENTENÇA com resolução de MÉRITO, o pedido formulado na inicial da presente ação monitória para reconhecer a existência da obrigação de pagar da parte requerida, em favor da instituição autora, e constituo de pleno direito o título executivo, no valor de R$ 101.072,72 (cento e um mil, setenta e dois reais e setenta e dois centavos), sem prejuízo da atualização monetária do quantum desde o ajuizamento da ação, bem como da incidência de juros legais em percentual de 1%.
Sucumbente, condeno a parte requerida ao pagamento de custas e horários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor do título executivo que ora se constitui.
Pagas as custas processuais ou inscritas em dívida ativa em caso de não pagamento, arquive-se.
P.R.I.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO
Processo nº: 7064277-55.2016.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Indenização por Dano Moral, Dano Ambiental, Indenização por Dano Material
AUTOR: AMARILEUDO DE SOUZA CAMELO
ADVOGADO DO AUTOR: GUILHERME TOURINHO GAIOTTO OAB nº RO6183, LUIS GUILHERME MULLER OLIVEIRA OAB nº RO6815
RÉU: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
ADVOGADO DO RÉU: LUCIANA SALES NASCIMENTO OAB nº RO5082, CLAYTON CONRAT KUSSLER OAB nº RO3861
D E C I S Ã O
Vistos.
I – Da preliminar de falta de interesse de agir
Preliminarmente a requerida alega falta de interesse de agir da parte autora, uma vez que o Estado destinou habitação e auxílios a moradores da região afetada onde reside a parte autora.
Sustenta que a parte autora residia em imóvel alugado, sequer detém a propriedade ou posse do bem.
Argumenta que o autor já fora atendido pelo poder público com auxílios financeiros onde é possível identificar que os autores já foram beneficiados.
Afasto a indigitada preliminar eis que os auxílios fornecidos pelo poder público não tem o condão de afastar o interesse de agir das partes, inclusive há emenda a inicial em que o autor desistiu do pedido de dano material (ID 8477055).
II – Da Impossibilidade jurídica do pedido.
Argumenta o requerido que o autor não detém a propriedade do imóvel sobre o qual estão edificadas benfeitorias.
Afasto a preliminar ventilada, uma vez que em que pese o autor não ser proprietário do imóvel atingido, o fato alegado pelo autor de residir no local no momento da inundação, demonstra a legitimidade e interesse em ser indenizado.
III – Da preliminar de litisconsórcio passivo necessário
Postulou o litisconsórcio passivo necessário com a União, eis que a hipótese em exame seria de ato ilícito contra a pretensa propriedade de um particular sobre um bem integrante do patrimônio da União.
Noutros processos envolvendo essa mesma controvérsia, a União manifestara não ter interesse na lide. Houve decisões reiteradas desta Corte afastando essa preliminar, das quais transcrevo abaixo fragmento de uma fundamentação, a qual replico suas razões de decidir, em termos de verticalização de jurisprudência, para afastar a preliminar:
(...) A requerida Energia Sustentável do Brasil S/A sustenta a incompetência da justiça estadual para processar e julgar o presente feito, argumentando que o interesse da União deslocaria a competência para a Justiça Federal. A despeito do alegado, verifica-se que razão não assiste à requerida, porque versando a presente ação sobre danos materiais e morais supostamente causados aos autores em decorrência do empreendimento (construção das barragens), encontra-se a pretensão lastreada em relação jurídica eminentemente privada, inserida no âmbito de competência da justiça estadual. Registre-se não haver na presente lide qualquer discussão quanto ao empreendimento em si, limitando-se a controvérsia aos efeitos negativos dele decorrente na vida e atividade dos autores, sendo essa discussão, como já dito, de natureza exclusivamente privada. Assim, rejeito a preliminar. (TJ/RO, 2ª Câmara Cível, Agravo de Instrumento 0002566-11.2015.822.0000, Rel. Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, julgamento 06/05/2015)
Ademais, mesmo que se reconheça a propriedade da União sobre o bem, e que haja eventual interesse em discutir o dano no imóvel (o que não é o caso), não se trataria de litisconsórcio necessário já que não se amolda ao disposto no art. 114 do CPC: "O litisconsórcio será necessário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da SENTENÇA depender da citação de todos que devam ser litisconsortes".
IV – Da preliminar de ilegitimidade ativa
Alega ainda a requerida ilegitimidade ativa aduzindo ser indevida indenização por quem adquiriu posse de terreno pertencente à União.
Tal argumento deve ser afastado, pois não há pedido de indenização pela propriedade, e sim dano morais sofridos pelo autor decorrente de dano ambiental.
Assim, rejeito a preliminar de legitimidade ativa.
V - Da preliminar de ilegitimidade passiva
Alegou ainda que a Defesa Civil e o Município de Porto Velho seriam responsáveis pela fiscalização, monitoramento e reassentamento dos autores para lugares seguros, o que afastaria a sua responsabilidade.
Embora o poder público, por meio da Defesa Civil, possua responsabilidade de fiscalização e monitoramento das áreas de risco, não tem obrigação legal de indenizar os afetados por catástrofes ou por danos causados por terceiros.
Pois bem, pelo exposto, afasto a preliminar de ilegitimidade passiva, por ser a requerida, legal e contratualmente responsável por eventuais indenizações.
VI – Da denunciação à lide ao município de Porto Velho
A denunciação da lide teria justificativa na hipótese de direito de regresso (art. 125 do CPC). Na hipótese vertente, no entanto, o requerido não busca obter o reconhecimento do direito de regresso, mas sim fazer com que a Municipalidade venha a integrar o polo passivo da lide, reivindicando seja reconhecida a eventual omissão da Prefeitura quanto a providências com a FINALIDADE de evitar desastres, o que não se mostra admissível.
Não verificada nenhuma das hipóteses previstas no art. 125 do CPC/2015, aliado ao fato de que o requerido não busca obter o reconhecimento do direito de regresso, mas sim fazer com que a Municipalidade venha a integrar o polo passivo da lide, reivindicando seja reconhecida eventual omissão da Prefeitura de Porto Velho-RO quanto a providências para evitar desastres, indefiro a denunciação à lide pretendida.
Assim, afastadas as preliminares, reconheço presentes se encontram os pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, bem como as condições da ação, inexistindo, também falhas ou irregularidade a suprir, declaro saneado o feito e fixo como principais pontos controvertidos: a) comprovação dos danos ocorridos aos requerentes e sua extensão; b) existência de eventual relação da atividade e construção realizada pela empresa requerida com os danos provocados.
VII - Da inversão do ônus da prova

Preliminar já superada em sede de Recurso Especial nº 1.760.683-RO (ID 4969408) em que em atenção ao princípio da precaução e com base na teoria do risco integral reconheceu o direito do autor à inversão do ônus da prova.
Contudo, caberá aos requerentes provar a potencialidade lesiva, ou seja, a que título residem na área, se exerciam atividade laborativa no local, sua fonte de renda e modo de subsistência, benfeitorias e bens móveis que guarneciam o local e foram danificados.
Precedentes jurisprudenciais:
DIREITO AMBIENTAL E PROCESSUAL CIVIL. DANO AMBIENTAL. LUCROS CESSANTES AMBIENTAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA INTEGRAL. DILAÇÃO PROBATÓRIA. INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO. CABIMENTO. 1. A legislação de regência e os princípios jurídicos que devem nortear o raciocínio jurídico do julgador para a solução da lide encontram-se insculpidos não no códice civilista brasileiro, mas sim no art. 225, § 3º, da CF e na Lei 6.938/81, art. 14, § 1º, que
adotou a teoria do risco integral, impondo ao poluidor ambiental responsabilidade objetiva integral. Isso implica o dever de reparar independentemente de a poluição causada ter-se dado em decorrência de ato ilícito ou não, não incidindo, nessa situação, nenhuma excludente de responsabilidade. Precedentes. 2. Demandas ambientais, tendo em vista respeitarem bem público de titularidade difusa, cujo direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é de natureza indisponível, com incidência de responsabilidade civil integral objetiva, implicam uma atuação jurisdicional de extrema complexidade. 3. O Tribunal local, em face da complexidade probatória que envolve demanda ambiental, como é o caso, e diante da hipossuficiência técnica e financeira do autor, entendeu pela inversão do ônus da prova. Cabimento. 4. A agravante, em seu arrazoado, não deduz argumentação jurídica nova alguma capaz de modificar a DECISÃO ora agravada, que se mantém, na íntegra, por seus próprios fundamentos. 5. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1412664/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 11/02/2014, DJe 11/03/2014)
AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC) - NA ORIGEM, TRATA-SE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NO BOJO DE AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS DECORRENTES DE CONTAMINAÇÃO PROVENIENTE DO DESCARTE DE MATERIAL DE LIMPEZA DE TANQUES DA PETROBRÁS NO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO (SP) - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU DO AGRAVO PARA DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL A FIM DE AFASTAR A OBRIGAÇÃO PELO ADIANTAMENTO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS DECORRENTE DA INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO. IRRESIGNAÇÃO DA EMPRESA PETROLÍFERA. 1. Responsabilidade civil por lesão individual causada, supostamente, por contaminação do solo (descarte impróprio de material poluente). Alegada inexistência de conduta ilícita imputável à sociedade petrolífera ré. A responsabilidade civil por dano ambiental (público ou privado) é objetiva, fundada na teoria do risco integral, à luz do disposto no artigo 14, § 1º, da Lei nº 6.938/81. Assim, "sendo o nexo de causalidade o fator aglutinante que permite que o risco se integre na unidade do ato", revela-se "descabida a invocação, pela empresa responsável pelo dano ambiental, de excludentes de responsabilidade civil para afastar a sua obrigação de indenizar" (REsp 1354536/SE, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/03/2014, DJe 05/05/2014, sob o rito dos recursos repetitivos) 2. Inversão do ônus da prova no âmbito de ação de indenização por dano ambiental. Acórdão estadual que, corroborando a DECISÃO saneadora, considerou cabida a inversão do ônus probatório, ante a constatação da verossimilhança do direito alegado (tendo em vista a responsabilidade objetiva decorrente do risco da atividade econômica empreendida e a notoriedade do acidente ambiental), bem assim a hipossuficiência técnica e financeira da vítima/autor. Incidência da súmula 7/STJ. 3. Responsabilidade pelo adiantamento dos honorários do perito. Não é lícito obrigar a parte contra quem o ônus da prova foi invertido a custear os honorários do perito, porque lhe assiste a faculdade de não produzir a prova pericial e arcar com as consequências processuais da omissão. Precedentes. 4. O recurso apresentado às fls. 656-662 não é admissível em razão da violação ao princípio da unirrecorribilidade, a ensejar a aplicação do óbice da preclusão consumativa. 5. Agravo regimental desprovido e petitório de fls. 656-662 não conhecido. (AgRg no AgRg no AREsp 153.797/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 05/06/2014, DJe 16/06/2014)
VIII - Pontos controvertidos
Assim presentes se encontram os pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, bem como as condições da ação, inexistindo, também falhas ou irregularidade a suprir, declaro saneado o feito e fixo como principais pontos controvertidos: a) comprovação da ocupação e sua natureza jurídica; b) comprovação dos danos ocorridos ao requerente e sua extensão; c) existência de eventual relação da atividade e construção realizada pela empresa requerida com os danos provocados.
VIII - Provas:
1. Em petição de ID 26699342 o autor manifestou-se pelo desinteresse em produção de prova pericial, vez que residia em casa alugada.
2. Defiro a produção das provas pedidas pelas partes, autorizando que sejam trazidos aos autos, como prova emprestada, bem como apresentar aos autos documentos relacionado à problemática da lide, especificamente aqueles mencionados e que são de caráter público, devem ser apresentados pelas partes, já que, não há exigência de que este Juízo oficie a órgãos para que sejam disponibilizados, podendo ser providenciados pelas partes. Prazo de 15 dias.
Indefiro o pedido de oitiva do perito para esclarecimento, uma vez que o laudo pericial reúne, de forma satisfatória as informações necessárias à elucidação do objeto controvertido.
3. Designo audiência de instrução para o dia 11 de junho de 2019, às 10 horas, com a colheita do depoimento pessoal do autor sob pena de confesso. O curador deverá estar presente no dia agendado.
4. Determino a juntada a estes autos e a todos os demais processos, em trâmite neste juízo, que se referente a desbarrancamento, terras caídas e alagamento dos Estudos de Viabilidade Técnico-Econômica e Ambiental – EVTEA e projeto básico e executivo para melhoramentos na hidrovia do Rio Madeira, Mamoré e Guaporé, realizado pelo DNIT, por meio de DVD a ser juntado em cada processo, com regra de segurança para não edição ou alteração de seu teor, devendo as partes se manifestarem sobre o documento no prazo de 15 dias, bem como o perito, nos processos em que a perícia já tenha sido concluída ou se encontre em andamento.
Intimem-se.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juiz (a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível - Fórum Cível Processo nº: 7017553-85.2019.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Assunto: Promessa de Compra e Venda
AUTOR: ENESSA DADIANY FARIAS ROCHA
ADVOGADO DO AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
RÉU: VANDERLEI DIAS MORAIS, AVENIDA TERESINA 4079, NOVA DIMENSÃO CENTRO - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
1. Concedo o benefício da justiça gratuita a autora, vez que é representada pelo Defensoria, órgão que previamente já realiza avalização socioeconômica de seus representados.
2.Trata-se de ação de rescisão contratual com cobrança e pedido liminar de reintegração de posse.

Para a concessão da tutela de urgência, necessário que fique demonstrando a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (art. 300, NCPC), desde que não haja perigo de irreversibilidade dos efeitos da DECISÃO.
A parte requerente comprovou a existência de contrato particular de compra e venda, e argumenta que o requerido se encontra inadimplente com as parcelas fixas no valor de R$ 300,00, afirmação esta que deve ser levada em conta, nesta fase inicial. Assim, presente o requisito da probabilidade do direito.
Entretanto o autor não demonstrou o perigo de dano, já que quanto as contas de energia que teve que arcar, poderia ter realizado a transferência para o nome do requerido, assim como é feito em caso de locação.
Desta forma, indefiro a antecipação de tutela pleiteada pelo autor.
3. Cite-se a parte requerida para, nos termos do art. 334 do CPC, comparecer à audiência de conciliação que ocorrerá na Central de Conciliação, sito à Rua Quintino Bocaiúva, n. 3061, esquina com Avenida Jorge Teixeira, Bairro Embratel, em Porto Velho (RO), telefone: (69) 3217-1307, e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br, devendo as partes se fazer acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º).
AO CARTÓRIO: Agende-se data para audiência utilizando-se o sistema automático do PJE. Após, certifique-se, intime-se a parte autora via Sistema Eletrônico, e encaminhando como anexo à parte requerida.
A intimação do autor para a audiência será feita na pessoa do seu advogado (art. 334, § 3º, CPC/2015).
O prazo para contestar, 15 dias, fluirá da data da realização da audiência supradesignada, ou, caso o Requerido manifeste o desinteresse na realização, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II). Tal pedido deverá ser apresentado com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º).
Este DESPACHO servirá como carta/MANDADO, assim, neste ato, vossa senhoria está sendo citada para comparecer à audiência e apresentar sua defesa, ficando advertidas as partes que o não comparecimento na audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º).
Adverte-se a parte requerida que, se não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344, CPC/2015).
4. Apresentada a contestação, intime-se a parte autora para manifestar-se em réplica, no prazo de 15 dias.
5. Após, autorizo que à CPE proceda a intimação de ambas as partes, no prazo de 05 dias, para que digam se pretendem produzir provas, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.
6. Sem pedido de especificação de provas, volvam conclusos para julgamento; se efetuado pedido de produção de provas, volvam conclusos para saneador.
A petição inicial poderá ser consultada pelo endereço eletrônico: http://pje.tjro.jus.br/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.
seam usando o código: g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam x=19042915271031200000025139219 Número do documento: 19042915271031200000025139219 (nos termos do artigo 19 e 20 da Resolução 185, de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça). Não tendo condições de constituir advogado a parte deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, nesta.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo nº: 7006408-32.2019.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Perdas e Danos, Defeito, nulidade ou anulação, Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material
AUTOR: ELIZANGELA DE OLIVEIRA
ADVOGADO DO AUTOR: KHARIN DE CAMARGO OAB nº RO2150
RÉUS: GILSON, GUSTAVO ABILIO MARINHO BARBOSA, RODRIGO CÉSAR MARINHO BARBOSA, SACHA RITA DOS SANTOS BARBOSA, BRENDA CÁSSIA DOS SANTOS BARBOSA
ADVOGADOS DOS RÉUS: DESPACHO
Vistos.
1) Considerando que a autora comprova estar desempregada, conforme CTPS (ID 25433932, pág.1), defiro provisoriamente a gratuidade processual.
2) Para melhor análise da tutela de urgência, determino que a parte autora apresente certidão de inteiro teor do imóvel objeto da demanda, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Intime-se.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juiz (a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível - Fórum Cível Processo nº: 7017530-42.2019.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial Assunto: Contratos Bancários
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S.A.
ADVOGADO DO EXEQUENTE: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB nº SP128341
EXECUTADO: MARIA ADRIANA CARVALHO DOS SANTOS, SEM ENDEREÇO
ENDEREÇO: BR 319, KM 55, Linha C 30, KM 11, Lote 16, Zona Rural, na cidade de Porto Velho/RO, CEP 78903- 029. DESPACHO
Vistos.
1. Emende o exequente a inicial para proceder ao recolhimento integral das custas iniciais remanescentes, no importe de 1% sobre o valor da causa, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Cumpra-se o item 2.
2. Cite-se em execução para que, no prazo de três dias, efetue o pagamento da dívida no valor de R$118.639,24 mais honorários abaixo fixados, contados a partir da citação (art. 829 e 231 §3º do CPC/2015), ou, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, opor embargos à execução, independentemente de penhora, depósito ou caução, observando-se o disposto no artigo 827, §1º §º2º do NCPC.
Fixo honorários em 10%, salvo embargos. Conste-se da carta/MANDADO que, caso haja o pagamento integral da dívida, no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º do NCPC).
Não efetuado o pagamento no prazo de 3 (três) dias úteis, munido da segunda via do MANDADO, o Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado.
Autorizo o Oficial de Justiça a utilizar-se das prerrogativas do art. 252 do CPC.
Caso não seja encontrado o devedor, deverá o Oficial de Justiça, arrestar-lhe tantos bens quanto sejam necessários para garantir a execução, cumprindo o disposto no artigo 830, § 1º do CPC.
3. O executado pode requerer a substituição da penhora no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato, desde que atendido os requisitos do art. 847 e seguintes do CPC.
Feito o pedido de substituição o exequente deverá ser intimado a se manifestar em 5 (cinco) dias úteis.
Caso aceita a substituição, inclusive pela não manifestação no prazo de 3 dias, tome-se ela por termo (art. 853 e 849 do CPC).

4. No mesmo prazo dos embargos, a parte executada pode reconhecer o crédito do exequente, e requerer, desde que comprovado o depósito de 30% do valor da execução acrescidos de custas e honorários, o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas as subsequentes de correção monetária e juros de 1% de ao mês (art. 916 NCPC). Nesta hipótese, o credor deverá ser intimado para se manifestar quanto ao depósito e logo em seguida os autos virão conclusos para DECISÃO.
5. Havendo a citação e não sendo efetuado o pagamento da dívida, a parte credora poderá requerer a pesquisa via sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, nesta ordem. Desde que previamente proceda ao recolhimento no valor de R$ 15,83 para cada sistema solicitado, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção.
6. Restando infrutífera a tentativa de citação ou penhora de bens, deverá a parte exequente ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento, no prazo de 5 (cinco) dias.
Silenciando-se quanto ao impulso do feito e indicação de bens passíveis a satisfação da obrigação, o feito será extinto, sem resolução do MÉRITO, nos termos do art. 485, III e §1º do NCPC.
Não promovendo a citação do requerido, o feito será extinto, sem resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 485, IV do NCPC.
VIAS DESTE DESPACHO SERVIRÃO COMO CARTA/ MANDADO
A petição inicial poderá ser consultada pelo endereço eletrônico: http://pje.tjro.jus.br/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.
seam usando o código:: 19042914242601300000025135665 (nos termos do artigo 19 e 20 da Resolução 185, de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça). Não tendo condições de constituir advogado a parte deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, nesta.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7027708-84.2018.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE TRANSPORTE E MOTORISTAS AUTONOMOS DO ESTADO DE RONDONIA LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: GEISEBEL ERECILDA MARCOLAN - RO3956
EXECUTADO: CRISTIANO DE SOUZA BENICIO
Intimação
Fica a parte autora, por seu patrono, no prazo de 05 dias, intimada a apresentar novo endereço para citação.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7026533-55.2018.8.22.0001
Classe: MONITÓRIA (40)
AUTOR: ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO NO ESTADO DE RONDONIA - ASPER
Advogado do(a) AUTOR: MARCELO ESTEBANEZ MARTINS - RO3208
RÉU: CLONILDE SANTOS DOS SANTOS
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada a se manifestar, no prazo de 05 dias, acerca do AR negativo.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível - Fórum Cível Processo nº: 7004269-10.2019.8.22.0001
Classe: Avarias Assunto: Acidente de Trânsito, Indenização por Dano Material, Acidente de Trânsito
REQUERENTE: MARIANA SANCHEZ GRABNER
ADVOGADO DO REQUERENTE: CAIO CESAR CHIANCA LEITE OAB nº RO8161A
REQUERIDO: DILMA BERNARDA DA SILVA, RUA ELIAS GORAYEB 1117, - DE 1106/1107 A 1513/1514 NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS - 76804-144 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: DESPACHO
1. Custas iniciais pagas no importe de 1% (ID 25423548, Pág.2). A segunda parcela equivalente a 1% sobre valor da causa, deverá ser paga em até 5 (cinco) dias, se não houver acordo, a partir da audiência de conciliação, sob pena de indeferimento da inicial.
Cumpra-se o item 2.
2. Cite-se a parte requerida para, nos termos do art. 334 do CPC, comparecer à audiência de conciliação que ocorrerá na Central de Conciliação, sito à Rua Quintino Bocaiúva, n. 3061, esquina com Avenida Jorge Teixeira, Bairro Embratel, em Porto Velho (RO), telefone: (69) 3217-1307, e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br, devendo as partes se fazer acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º).
AO CARTÓRIO: Agende-se data para audiência utilizando-se o sistema automático do PJE. Após, certifique-se, intime-se a parte autora via Sistema Eletrônico, e encaminhando como anexo à parte requerida.
A intimação do autor para a audiência será feita na pessoa do seu advogado (art. 334, § 3º, CPC/2015).
O prazo para contestar, 15 dias, fluirá da data da realização da audiência supradesignada, ou, caso o Requerido manifeste o desinteresse na realização, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II). Tal pedido deverá ser apresentado com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º).
Este DESPACHO servirá como carta/MANDADO, assim, neste ato, vossa senhoria está sendo citada para comparecer à audiência e apresentar sua defesa, ficando advertidas as partes que o não comparecimento na audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º).
Adverte-se a parte requerida que, se não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344, CPC/2015).
3. Apresentada a contestação, intime-se a parte autora para manifestar-se em réplica, no prazo de 15 dias.
4. Após, autorizo que à CPE proceda a intimação de ambas as partes, no prazo de 05 dias, para que digam se pretendem produzir provas, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.
5. Sem pedido de especificação de provas, volvam conclusos para julgamento; se efetuado pedido de produção de provas, volvam conclusos para saneador.
A petição inicial poderá ser consultada pelo endereço eletrônico: http://pje.tjro.jus.br/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.
seam usando o código:: 19020714494992100000022958943 (nos termos do artigo 19 e 20 da Resolução 185, de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça). Não tendo condições de constituir advogado a parte deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, nesta.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo nº: 7017856-02.2019.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
AUTOR: VANDERSON CUNHA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: EDGAR FERREIRA DE SOUZA OAB nº MT17664
RÉU: BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
Vistos.
1. Determino que a parte autora apresente comprovantes da alegada hipossuficiência, incluindo seus rendimentos e despesas, sob pena de indeferimento da assistência judiciária e, por consequência, da inicial, em face do não recolhimento das custas.
Inclusive já posicionamento adotado neste tribunal, e julgados semelhantes:
TJRO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM. PROVA DA HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. EXIGÊNCIA. POSSIBILIDADE. A simples declaração de pobreza, conforme as circunstâncias dos autos, é o que basta para a concessão do benefício da justiça gratuita, porém, por não se tratar de direito absoluto, uma vez que a afirmação de hipossuficiência implica presunção juris tantum, pode o magistrado exigir prova da situação, mediante fundadas razões de que a parte não se encontra no estado de miserabilidade declarado. (Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 0011698-29.2014.8.22.0000, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, Câmaras Cíveis Reunidas, J. 05/12/2014).
STJ. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. REVOGAÇÃO DE BENEFÍCIO, PARA POSTERIOR COMPROVAÇÃO DE NECESSIDADE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. POSSIBILIDADE. 1. A declaração de pobreza, para fins de obtenção da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa de veracidade, admitindo-se prova em contrário. 2. Quando da análise do pedido da justiça gratuita, o magistrado poderá investigar sobre a real condição econômico-financeira do requerente, solicitando que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 329.910/AL, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/05/2014, DJe 13/05/2014)
2. A parte autora deverá emendar a petição inicial para apresentar certidões detalhadas de negativações (consulta de balcão), emitidas pelos 3 órgãos de restrição ao crédito: SERASA, SCPC e SPC, para melhor análise do abalo creditício.
Deve ser apresentada aos autos certidões do formato em que se apresenta o nome da parte autora, seu CPF, data de inserção de negativações, data de exclusão, empresa fornecedora, valor do débito etc., com relação aos últimos 5 anos.
3. Compulsando os documentos juntados em anexo a peça inicial, verifico que o instrumento de procuração (ID 26838379, Pág.1), Declaração de hipossuficiência (ID 26838379, Pág.2) e o comprovante de residência ID 26838379, Pág.4), foram assinados e emitidos no ano de 2015.
Assim, determino que a parte autora apresente os respectivos documentos atualizados.
4. Prazo de 15 (quinze) dias para regularização, nos termos do artigo 321 do CPC/15, sob pena de indeferimento da inicial e consequente condenação em custas iniciais.
Intime-se.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo nº: 7014337-87.2017.8.22.0001
Classe: Embargos de Terceiro
Assunto: Esbulho / Turbação / Ameaça
EMBARGANTES: VICTOR FINZES OLIVEIRA, GERTUDES ALVES ARAUJO FINZES, JUSSARA ISA BRAGA PACHECO
ADVOGADOS DOS EMBARGANTES: JOSE GOMES BANDEIRA FILHO OAB nº RO816
EMBARGADOS: APPARECIDA SBRANA GARCIA, ANDERSON LOPES RAMOS
ADVOGADOS DOS EMBARGADOS: FRANCISCO NUNES NETO OAB nº RO158, JOSÉ BRUNO CECONELLO OAB nº RO1855 DESPACHO
Vistos.
Os embargados deverão proceder com o recolhimento das custas processuais no prazo de 15 (quinze) dias.
Pagas as custas ou inscritas em dívida ativa, arquive-se.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juiz (a) de Direito
AGUARDANDO RÉPLICA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo nº: 7000785-21.2018.8.22.0001 Classe: Execução de Título Extrajudicial Assunto: Despesas Condominiais, Direitos / Deveres do Condômino EXEQUENTE: CONDOMINIO RESIDENCIAL DALIA ADVOGADO DO EXEQUENTE: ROBERVAL DA SILVA PEREIRA OAB nº RO2677, CARLOS ALBERTO MARQUES DE ANDRADE JUNIOR OAB nº RO5803 EXECUTADO: JOAO PAULO DE ABREU SILVA ADVOGADO DO EXECUTADO: SENTENÇA
Trata-se de execução em que as partes juntaram petição requerendo a homologação do acordo estipulado e devidamente assinado. Posto isso, homologo por SENTENÇA o acordo estabelecido pelas partes, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, conforme as cláusulas especificadas.
Note-se que a dívida originária fora extinta por força da novação via acordo.
Assim, julgo extinto o processo, nos termos do artigo 924, inciso III, do CPC/2015.
No sentido de que com a homologação do presente acordo forma-se um título executivo judicial, que poderá ser executado nos termos do art. 523 do CPC/2015, em caso de descumprimento.
Sem custas finais e honorários nos termos do acordo.
Arquivem-se de imediato os autos. Eventual desarquivamento pode ser feito mediante simples petição sem custas.
Registre-se. Intime-se.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo nº: 7017279-24.2019.8.22.0001
Classe: Monitória Assunto: Inadimplemento
AUTOR: PETROLUB COMERCIO DE LUBRIFICANTES, PECAS E SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA - ME
ADVOGADO DO AUTOR: ANDREIA DOS SANTOS OAB nº SP216266
RÉU: VALERIA EVELY BASILIO ZENKE 01724661213 CNPJ nº 26.961.294/0001-01, AVENIDA MAMORÉ 5301, - DE 5041 A 5431 - LADO ÍMPAR ESPERANÇA DA COMUNIDADE - 76825-055 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO

Vistos.
1. Custas recolhidas.
2. Nos termos do art. 700 e 701 do Código de Processo Civil, cite-se a parte requerida para pagar voluntariamente o débito e os honorários advocatícios no montante de cinco por cento do valor atribuído à causa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, no valor de R$3.619,39
Este DESPACHO servirá como carta/MANDADO, assim, neste ato, vossa senhoria está sendo citada para efetuar o pagamento ou apresentar embargos, no prazo de 15 dias, a contar data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a citação ou a intimação for pelo correio, ou da data de juntada aos autos do MANDADO cumprido, quando a citação ou a intimação for por oficial de justiça.
Rejeitados os embargos ou caso não haja o cumprimento da obrigação, "constituir-se-á, de pleno direito, título executivo judicial" (CPC, art. 702, §8º).
3. Sendo apresentado embargos no prazo legal, intime-se a parte autora para impugnar em 15 (quinze) dias úteis, (art. 702 §5º do NCPC), sendo vedada reconvenção sucessiva, nos termos do §6º do mesmo artigo.
Após, autorizo que à CPE proceda a intimação de ambas as partes, no prazo de 05 dias, para que digam se pretendem produzir provas, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.
Depois, os autos virão conclusos para SENTENÇA, nos termos dos artigos 702, §8º e seguintes do NCPC, caso as partes não peçam produção de outras provas.
4. Caso o réu satisfaça a obrigação no prazo supracitado, ficará isento de custas, subsistindo, entretanto, dever de pagar 5% do valor da dívida à título de honorários advocatícios (art. 701, do NCPC).
5. Efetuado o depósito, intime-se a parte autora para manifestar-se quanto ao pagamento, no prazo de 05 dias, sob pena de presunção de concordância dos valores depositados como sendo o pagamento integral da obrigação.
6. Para o caso de não cumprimento, fixo honorários em 10% (dez por cento) do valor da dívida.
A petição inicial poderá ser consultada pelo endereço eletrônico: http://pje.tjro.jus.br/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.
seam usando o código: 19042618290340200000025101430 (nos termos do artigo 19 e 20 da Resolução 185, de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça). Não tendo condições de constituir advogado a parte deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, nesta.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo nº: 7017831-86.2019.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Assunto: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes AUTOR: VANDERSON CUNHA SILVA ADVOGADO DO AUTOR: EDGAR FERREIRA DE SOUZA OAB nº MT17664 RÉU: VIVO S/A ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
Vistos.
1. Determino que a parte autora apresente comprovantes da alegada hipossuficiência, incluindo seus rendimentos e despesas, extrato do CNIS, sob pena de indeferimento da assistência judiciária e, por consequência, da inicial, em face do não recolhimento das custas.
Inclusive já posicionamento adotado neste tribunal, e julgados semelhantes:
TJRO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM. PROVA DA HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. EXIGÊNCIA. POSSIBILIDADE. A simples declaração de pobreza, conforme as circunstâncias dos autos, é o que basta para a concessão do benefício da justiça gratuita, porém, por não se tratar de direito absoluto, uma vez que a afirmação de hipossuficiência implica presunção juris tantum, pode o magistrado exigir prova da situação, mediante fundadas razões de que a parte não se encontra no estado de miserabilidade declarado. (Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 0011698-29.2014.8.22.0000, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, Câmaras Cíveis Reunidas, J. 05/12/2014).
STJ. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. REVOGAÇÃO DE BENEFÍCIO, PARA POSTERIOR COMPROVAÇÃO DE NECESSIDADE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. POSSIBILIDADE. 1. A declaração de pobreza, para fins de obtenção da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa de veracidade, admitindo-se prova em contrário. 2. Quando da análise do pedido da justiça gratuita, o magistrado poderá investigar sobre a real condição econômico-financeira do requerente, solicitando que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 329.910/AL, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/05/2014, DJe 13/05/2014)
2. Em consulta ao sistema PJE, observa-se que há outros débitos que estão sendo questionados pelo autor que não constam na certidão de ID 26835191. Assim, a parte autora deverá emendar a petição inicial para apresentar certidões detalhadas de negativações, emitidas pelos 3 órgãos de restrição ao crédito: SERASA, SCPC e SPC, para melhor análise do abalo creditício.
Deve ser apresentada aos autos certidões do formato em que se apresenta o nome da parte autora, seu CPF, data de inserção de negativações, data de exclusão, empresa fornecedora, valor do débito etc., com relação aos últimos 5 anos.
3. Deverá ainda emendar a inicial para apresentar endereço completo do autor, nos termos do art. 319, II, CPC, juntando nos autos, comprovante de endereço atualizado.
Assim, intime-se a parte autora para a providência, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo nº: 7017504-44.2019.8.22.0001
Classe: Monitória Assunto: Cheque
AUTOR: VISA TRATORES LTDA - EPP
ADVOGADO DO AUTOR: FELIPE GOES GOMES DE AGUIAR OAB nº RO4494
RÉUS: TIAGO JOSE ROTUNO VIEIRA CPF nº 928.634.932-72, RUA ABUNÃ 2934, ESCRITÓRIO CORRETORA LIBERDADE - 76803-888 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
BIANCA LETICIA BARROS MOREIRA CPF nº 608.245.413-83, RUA AROEIRA 5637, - DE 5216/5217 AO FIM COHAB - 76808-020 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS RÉUS: DESPACHO
Vistos.
1. Emende o requerente a inicial para proceder ao recolhimento integral das custas iniciais, no importe de 2% sobre o valor da causa, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial.
2. Apresente os atos constitutivos da pessoa jurídica, ora requerente, bem como instrumento de procuração outorgado ao patrono cadastrado nos autos, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juiz (a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível - Fórum Cível Processo nº: 7017694-07.2019.8.22.0001
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Assunto: Alienação Fiduciária
AUTOR: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A
ADVOGADO DO AUTOR: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA OAB nº AC115665
RÉU: ARIEL FERNANDES DUTRA CPF nº 975.703.460-68, RUA CLARA NUNES 6271, - ATÉ 99997/99998 PLANALTO - 76825-504 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
D E C I S Ã O
Vistos.
1. Emende o requerente a inicial para proceder ao recolhimento das custas iniciais, no importe de 2% sobre o valor da causa, neste momento, ou no mínimo o valor de R$ 105,57 (cento e cinco reais e cinquenta e sete centavos), no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Pagas as custas, cumpra-se o item 2.
2. Trata-se de ação de busca e apreensão regido pelo Decreto-Lei 911/1969. Sabe-se que com o advento do novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), extinguiram-se as ações cautelares.
No caso dos autos, embora trate-se de procedimento especial do Decreto-Lei 911/1969, aplica-se concomitantemente aos requisitos específicos do artigo 3º do aludido Decreto, também os requisitos legais para concessão da TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA (SATISFATIVA/ANTECIPADA), prevista no artigo 300 do NCPC, quais sejam: risco de dano, probabilidade do direito e reversibilidade da medida.
A probabilidade do direito sobre o qual se baseia o pedido de urgência evidencia-se pela Cédula de Crédito Bancário devidamente assinado pela parte ré e a notificação informando a respeito do inadimplemento da obrigação.
De outro lado, o perigo de dano decorre da prejudicialidade na depreciação do veículo caso haja demora na restituição do mesmo à posse do requerente.
Ainda, deve-se considerar que a providência pretendida não se apresenta irreversível, de maneira que, caso o requerido purgue a mora no prazo de 5 (cinco) dias, lhe será devolvido o veículo
Ante o exposto, determino liminarmente a busca, apreensão, vistoria e avaliação do veículo objeto do contrato firmado entre as partes, conforme descrição constante na inicial e contrato.
Depositando-se o bem em mãos do autor ou de pessoa por ele autorizada, com a ressalva de que o veículo não deverá ser retirado da Comarca até o decurso do prazo de cinco dias fixados em lei para a consolidação da posse, sob pena de multa diária de dois salários-mínimos até o limite do valor do veículo.
No prazo de 15 dias, a contar da citação, o devedor fiduciante poderá apresentar contestação, atentando-se ao disposto no art. 231, II do NCPC.
O ato processual deverá obedecer ao disposto no art. 212, §2º do NCPC.
3. Executada a liminar, cite-se a parte ré para que, no prazo de 5 dias, efetue o pagamento integral da dívida pendente, sob pena de consolidar-se a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do Credor Fiduciário (§§1º e 2º, art. 3º, do Decreto-Lei 911/69 com a redação dada pelo art. 56 da Lei 10.931/04).
4. Efetuado o pagamento, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 05 dias.
5. Ocorrendo concordância com o valor depositado, deverá o autor restituir o veículo à parte ré, comprovando nos autos.
6. VIAS DESTA DECISÃO SERVEM COMO MANDADO DE BUSCA, APREENSÃO, CITAÇÃO E INTIMAÇÃO.
A petição inicial poderá ser consultada pelo endereço eletrônico: http://pje.tjro.jus.br/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.
seam usando o código: _____ (nos termos do artigo 19 e 20 da Resolução 185, de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça). Não tendo condições de constituir advogado a parte deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, nesta.
7. Caso o endereço de citação esteja localizado em outro Estado da Federação, defiro, desde logo, que a petição inicial sirva como Carta Precatória com prazo de 30 dias, ficando a parte autora intimada para comprovar a distribuição e o andamento da Carta Precatória, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção.
Porto Velho - RO, 2 de maio de 2019.
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juiz(a) de direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível - Fórum Cível Processo nº: 7017762-54.2019.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial Assunto: Inadimplemento
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS SERVIDORES DO PO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ROZINEI TEIXEIRA LOPES OAB nº RO5195
EXECUTADO: CAIRO TEIXEIRA DA SILVA, RUA PAISSANDU 0388, (CJ JAMARI) TRÊS MARIAS - 76812-610 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Vistos.
1.Custas iniciais pagas no importe de 2% (ID 26837557).
Cumpras-se o item 2.
2. Cite-se em execução para que, no prazo de três dias, efetue o pagamento da dívida no valor de R$10.636,41 mais honorários abaixo fixados, contados a partir da citação (art. 829 e 231 §3º do CPC/2015), ou, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, opor embargos à execução, independentemente de penhora, depósito ou caução, observando-se o disposto no artigo 827, §1º §º2º do NCPC.
Fixo honorários em 10%, salvo embargos. Conste-se da carta/MANDADO que, caso haja o pagamento integral da dívida, no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º do NCPC).
Não efetuado o pagamento no prazo de 3 (três) dias úteis, munido da segunda via do MANDADO, o Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado.
Autorizo o Oficial de Justiça a utilizar-se das prerrogativas do art. 252 do CPC.
Caso não seja encontrado o devedor, deverá o Oficial de Justiça, arrestar-lhe tantos bens quanto sejam necessários para garantir a execução, cumprindo o disposto no artigo 830, § 1º do CPC.
3. O executado pode requerer a substituição da penhora no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato, desde que atendido os requisitos do art. 847 e seguintes do CPC.
Feito o pedido de substituição o exequente deverá ser intimado a se manifestar em 5 (cinco) dias úteis.
Caso aceita a substituição, inclusive pela não manifestação no prazo de 3 dias, tome-se ela por termo (art. 853 e 849 do CPC).
4. No mesmo prazo dos embargos, a parte executada pode reconhecer o crédito do exequente, e requerer, desde que comprovado o depósito de 30% do valor da execução acrescidos de custas e honorários, o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas as subsequentes de correção monetária e juros de 1% de ao mês (art. 916 NCPC). Nesta hipótese, o credor deverá ser intimado para se manifestar quanto ao depósito e logo em seguida os autos virão conclusos para DECISÃO.
5. Havendo a citação e não sendo efetuado o pagamento da dívida, a parte credora poderá requerer a pesquisa via sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, nesta ordem. Desde que previamente proceda ao recolhimento no valor de R$ 15,83 para cada sistema solicitado, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção.

6. Restando infrutífera a tentativa de citação ou penhora de bens, deverá a parte exequente ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento, no prazo de 5 (cinco) dias.
Silenciando-se quanto ao impulso do feito e indicação de bens passíveis a satisfação da obrigação, o feito será extinto, sem resolução do MÉRITO, nos termos do art. 485, III e §1º do NCPC.
Não promovendo a citação do requerido, o feito será extinto, sem resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 485, IV do NCPC.
VIAS DESTE DESPACHO SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO
A petição inicial poderá ser consultada pelo endereço eletrônico: http://pje.tjro.jus.br/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.
seam usando o código:: 19043012255954600000025175444 (nos termos do artigo 19 e 20 da Resolução 185, de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça). Não tendo condições de constituir advogado a parte deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, nesta.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7004276-02.2019.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: DOMINGOS ARLINDO FARIAS CARDOSO
Advogado do(a) AUTOR: PRISCILA DE CARVALHO FARIAS - RO8466
RÉU: embrasystem
Certidão/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 8ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA - CEJUSC/CÍVEL Data: 19/06/2019 Hora: 12:00
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7014337-87.2017.8.22.0001
Classe: EMBARGOS DE TERCEIRO (37)
EMBARGANTE: VICTOR FINZES OLIVEIRA e outros (2)
Advogado do(a) EMBARGANTE: JOSE GOMES BANDEIRA FILHO - RO816
Advogado do(a) EMBARGANTE: JOSE GOMES BANDEIRA FILHO - RO816
Advogado do(a) EMBARGANTE: JOSE GOMES BANDEIRA FILHO - RO816
EMBARGADO: APPARECIDA SBRANA GARCIA e outros
Advogados do(a) EMBARGADO: FRANCISCO NUNES NETO - RO158, JOSÉ BRUNO CECONELLO - RO1855
Advogados do(a) EMBARGADO: FRANCISCO NUNES NETO - RO158, JOSÉ BRUNO CECONELLO - RO1855
INTIMAÇÃO
Fica a parte Embargada, na pessoa de seu(ua) advogado(a), notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7004269-10.2019.8.22.0001
Classe: CÍVEL - AVARIAS (80)
REQUERENTE: MARIANA SANCHEZ GRABNER
Advogado do(a) REQUERENTE: CAIO CESAR CHIANCA LEITE - RO0008161A
REQUERIDO: DILMA BERNARDA DA SILVA
Certidão/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 8ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA - CEJUSC/CÍVEL Data: 19/06/2019 Hora: 09:30
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7028576-62.2018.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado do(a) EXEQUENTE: ROBERVAL VIEIRA JUNIOR - SP244234
EXECUTADO: SOLMAX AUTOPOSTO LTDA - ME e outros
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora INTIMADA a se manifestar acerca da certidão do Oficial de Justiça NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS.
1) Caso queira o desentranhamento do MANDADO ou apresente novo endereço para nova diligência, deverá proceder o recolhimento da taxa, que deverá ser o valor da diligência do oficial de justiça positiva, gerando o boleto para pagamento no link abaixo descriminado, exceto se beneficiado(s) da gratuidade da justiça: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=MlUemieeJXHJRLgVw2OOAp_bZ65KzfhrXqOHVab-.wildfly01:custas1.1,
2) Em caso de solicitação de busca de endereços, bloqueios on line e assemelhados, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 0000469-35.2015.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: BANCO BANKPAR S.A.
Advogado do(a) AUTOR: ANDRE NIETO MOYA - SP235738

RÉU: ALLAN PINTO PEDROSA
Certidão/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 8ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA - CEJUSC/CÍVEL Data: 01/07/2019 Hora: 12:00
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307 e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7003074-87.2019.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: TOKIO MARINE SEGURADORA S/A
Advogado do(a) EXEQUENTE: JORGE LUIS BONFIM LEITE FILHO - SP309115
EXECUTADO: A. S. LAMAR
Certidão/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 8ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA - CEJUSC/CÍVEL Data: 19/06/2019 Hora: 17:00
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307 e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7046324-44.2017.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: FRANCIELLE TAMELA CANHIN
Advogados do(a) EXEQUENTE: ARMANDO DIAS SIMOES NETO - RO8288, VANESSA CESARIO SOUSA - RO8058
EXECUTADO: EVANDRO PADILHA e outros (3)
Intimação
Fica a parte Exequente, por seu patrono, intimada acerca do Ofício ID 26833824, bem como providenciar o encaminhamento às operadoras de cartão de crédito.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 8ª Vara Cível - Fórum Cível Processo nº: 7026125-98.2017.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Indenização por Dano Material, Empréstimo consignado
AUTOR: JOSEMAR FERREIRA GOMES
ADVOGADO DO AUTOR: MARCIO PEREIRA BASSANI OAB nº RO1699
RÉUS: BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A-EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL, BANCO PAN S.A.
ADVOGADOS DOS RÉUS: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO OAB nº SP98628, EDUARDO CHALFIN OAB nº AC4580
SENTENÇA
Vistos, etc.
I - Relatório
JOSEMAR FERREIRA GOMES ajuizou ação de repetição de indébito com pedido de tutela de urgência em desfavor de Banco Cruzeiro do Sul S/A., ambos com qualificação nos autos, sob alegação de ter contratado empréstimo consignado com o requerido nos idos de 2007, tomando o valor de R$ 2.000,00, para pagamento com descontos em folha de pagamento. Defende que já houve o pagamento integral considerando a quantidade de parcelas já descontadas, salientando que os descontos não cessaram e por conseguinte já somavam a importância de R$ 13.825,28. Aduz a ocorrência de falha na prestação do serviço por parte do requerido. Requer a repetição de indébito em dobro, referente aos descontos indevidos. Postulou tutela de urgência para suspensão dos descontos mensais na folha de pagamento. Juntou documentos.
Antes mesmo de ser citado, a MASSA FALIDA DO BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A., veio aos autos apresentando contestação, onde alega preliminarmente sua ilegitimidade passiva, pois a carteira referente ao produto cartão de crédito teria sido adquirida pelo Banco PAN. Afirma que o débito do autor é relativo a saque de saldo do cartão de crédito, sendo que o pagamento era efetuado com desconto (10%) diretamente dos vencimentos do adquirente e o pagamento do saldo remanescente por intermédio de fatura enviada mensalmente ao endereço cadastrado em sistema, não existindo ilegalidade nos descontos ocorridos. Postulou a improcedência da demanda. Juntou documentos.
Deferida a gratuidade judiciária em sede de julgamento de Agravo de Instrumento (ID. 15605890).
Deferida a tutela de urgência para suspensão dos descontos em folha de pagamentos (ID. 19594600).
Em réplica (ID. 21802398), a parte autora reafirmou os termos da exordial, e a inclusão do Banco PAN S/A na lide.
Determinada a inclusão do Banco PAN S/A no polo passivo, citado, o requerido Banco PAN S.A apresentou contestação (ID. 24777286), informando que, com a decretação da liquidação extrajudicial do Banco Cruzeiro do Sul S/A, teria adquirido em leilão oficial parte da carteira dos contratos de cartão de crédito consignado. Afirma que a parte autora contratou cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiro do Sul S/A, mediante convênio para consignação em folha de pagamento. Narra que, as faturas do cartão de crédito não eram pagas pelo autor, e que o valor descontado em folha de pagamento não era referente a parcela fixa de empréstimo, mas relacionada ao valor mínimo das faturas mensais. Afirma ainda que a dívida inicial é decorrente da utilização do cartão de crédito quando da administração gerenciada pelo Banco Cruzeiro do Sul, e que não houve o pagamento integral de fatura, dessa sorte, a maior parte da dívida, mês a mês, fatura a fatura, era refinanciada via crédito rotativo comum em cartões de crédito e compunha o débito da fatura do mês subsequente, sendo que os valores descontados no contracheque do autor, são referentes ao valor mínimo informado na fatura do cartão de crédito. Defende a legalidade da cobrança. Juntou faturas. Postulou a improcedência da demanda.
O autor não apresentou réplica a essa contestação.
Sem pedido de produção de provas.
É o relatório. Decido.
II – Fundamentos
1. Das preliminares
Da preliminar da Ilegitimidade Passiva
A parte requerida arguiu preliminar de ilegitimidade passiva, pois o objeto da demanda se refere ao produto cartão de crédito que foi adquirida pelo Banco Pan S.A, não sendo mais o credor do autor, e que em tese não possui condições de fornecer quaisquer informações ou subsídios acerca da cobrança impugnada, tampouco de cumprir determinações judiciais neste sentido.
A parte autora foi intimada para apresentar réplica (ID 18401157), tendo se manifestado que os descontos demonstraram de forma incontestável que o destinatário era o requerido Banco Cruzeiro do Sul e não o terceiro mencionado, até porque, a cessão indicada no id nº 17854292 nunca foi informada ao autor, tanto que inexiste documento acostado a peça defensiva dando ciência ao autor de forma inequívoca da mencionada cessão de crédito.
De forma subsidiária, postulou o deferimento da denunciação da lide promovida pelo requerido, com a inclusão do Banco Pan S.A no polo passivo.

Pois bem.
Embora o requerido comprove a ocorrência da cessão de crédito (ID 17854292), ainda subsiste sua responsabilidade por eventuais danos decorrentes do contrato entabulado com o autor, merecendo sua manutenção no polo passivo.
Nessa linha, já decidiu o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, senão vejamos:
Apelação Cível. Revisional. Cartão de crédito. Juízo de admissibilidade. Efeito suspensivo ope legis. Tutela de evidência prejudicada. Ilegitimidade passiva do Banco Cruzeiro do Sul. Cessão da carteira. Legitimidade mantida. Limitação de juros. Comissão de Permanência. Inversão do ônus da prova. Desnecessidade. Uma vez recebido no seu efeito suspensivo ope legis, o recurso suspende os efeitos da SENTENÇA, até o seu final julgamento, o que prejudica o pedido de tutela de evidência da apelante, para a obtenção do mesmo efeito. Deve ser rejeitada a preliminar de ilegitimidade do Banco Cruzeiro do Sul, ante a cessão da carteira para o Banco Panamericano, uma vez que ambos os bancos devem responder por eventuais danos causados à autora. Ainda que se trate de relação de consumo, a inversão do ônus da prova não é automática, cabendo ao magistrado sobre a sua necessidade ou não a depender da análise da verossimilhança da alegação e de hipossuficiência, segundo as regras ordinárias da experiência e dependente do exame fático-probatório dos autos.
Apelação, Processo nº 0000144-60.2015.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Kiyochi Mori, Data de julgamento: 31/08/2017.
Assim, pelo exposto, afasto a preliminar de ilegitimidade passiva.
Da preliminar concessão dos benefícios da Justiça Gratuita à Massa Falida do Banco Cruzeiro do Sul
Postulou o requerido Banco do Cruzeiro do Sul, a concessão dos benefícios da justiça gratuita em virtude da decretação de sua falência, conforme SENTENÇA juntada sob o ID. 11750723.
No presente caso, o deferimento das benesses da justiça gratuita é a medida que se impõe neste momento processual, pois o requerido logrou a comprovação do seu estado de falência.
Diante disso, acolho a preliminar, e defiro a gratuidade processual ao requerido Banco do Cruzeiro do Sul S/A.
2. Do Julgamento Conforme o Estado do Processo
Consoante entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder (STJ - 4ª Turma, Resp 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14.08.1990, e publicado no DJU em 17.09.90, p. 9.513).
O presente caso retrata questão que dispensa a produção de outras provas, razão pela qual passo, doravante, a conhecer diretamente do pedido, nos termos do art. 355, I do Código de Processo Civil/2015.
3. Do MÉRITO
Versam os autos sobre ação ordinária objetivando declaração de ilegalidade do débito e indenização por danos morais.
Das normas aplicáveis ao caso
Trata-se eminentemente de relação consumerista, portanto aplicáveis ao caso em comento os arts. 2º e 3º, do Código de Defesa do Consumidor.
Nesse diapasão, evidentemente que incide à situação a teoria da responsabilidade objetiva (art. 14, do CDC), cuja aplicação prescinde de qualquer lastro probatório com relação a culpa, apenas devendo-se demonstrar o nexo de causalidade entre a conduta do agente e o resultado danoso.
Da possibilidade de inversão do ônus probatório nas relações de consumo e prova negativa
Elegeu o legislador ordinário a inversão do ônus da prova como direito básico do consumidor, enunciando, in verbis: "a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive, com a inversão do ônus da prova, a seu favor no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência" (artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor).
Filiado a esse entendimento é que fora deferida a inversão do ônus da prova quando da DECISÃO inicial.
Da comprovação da relação jurídica
A parte autora mencionou em sua peça vestibular que o requerido estaria realizando descontos em sua folha de pagamento indevidamente, pois teria contratado um empréstimo em 2007, e desde então estariam sendo descontados valores de seu contracheque para pagamento do aludido empréstimo consignado tomado no valor de R$ 2.000,00.
Insta consignar que o autor não informou em quantas parcelas teria sido dividido o saldo devedor desse empréstimo, seus termos e encargos, bem como sequer juntou cópia do contrato entabulado.
Por outro lado, a primeira requerida, Massa Falida do Banco Cruzeiro do Sul, narrou que a dívida foi oriunda da utilização de um cartão de crédito consignado contratado pelo autor, dando azo aos descontos efetuados, que sempre cobriam apenas o valor mínimo da fatura, sendo que o consumidor nunca quitara os valores excedentes ao mínimo, sempre gerando reacúmulo de valores financiados via crédito rotativo de cartão de crédito, que compunham a nova fatura do mês subsequente, gerando descontos do valor mínimo mês a mês na folha de pagamento.
Verifico que na ficha financeira juntada pelo próprio autor, referente ao período de 2007 a 2017 (ID. 11037258), constam os descontos mencionados na peça inicial sob a rubrica "Consig Card - Banco Cruzeiro do Sul", ou seja, o autor sempre teve ciência que os descontos estavam relacionados a cartão de crédito.
Ademais, nas próprias fichas financeiras existiram descontos de empréstimos contratados com o requerido Banco Cruzeiro do Sul e outras instituições financeiras, que receberam a devida rubrica de "empréstimo", a exemplo disso, a ficha financeira de 2012 (ID. 11037258 - Pág. 8) apresenta as seguintes informações: a) Banco Cruzeiro do Sul - Emp (valor R$ 309,72); b) BMG - EMP (valor R$ 822,32).
Logo, resta comprovado que os descontos mensais na folha de pagamento do autor, sempre estiverem relacionados com as faturas de cartão de crédito, sem qualquer relação com empréstimo consignado, pois caso fosse assim, estaria descrito com a nomenclatura própria "empréstimo" em sua ficha financeira.
O questionamento principal do autor de que já pagara o valor da dívida soa como reclamação por empréstimo, o que evidentemente não foi o objeto da contratação.
A modalidade de contratação resta demonstrada com o contrato juntado sob o ID. 26148269 - Pág. 2, pelo segundo requerido, Banco PAN S/A, onde consta delineado limitar-se o desconto em folha de pagamento ao percentual de 10% do saldo mensal da fatura do cartão.
Perceba-se que, a dinâmica de cartão de crédito é de conhecimento público e notório, quanto aos elevados encargos quando não se paga a integralidade da fatura eis que inserido o valor remanescente em sistema de crédito rotativo com juros de cheque especial. Vale dizer, mesmo que desconhecendo nomenclaturas técnicas o consumidor mediano tem condições de saber que em sistema de cartão de crédito a onerosidade pelo não pagamento é superior a outros meios de crédito no mercado como empréstimos, e em casos de descontos mínimos, a amortização não representa um efetivo abatimento do saldo remanescente total.
Ficou evidenciado que o autor tinha conhecimento do débito relacionado as faturas do cartão de crédito, e também teve ciência que seus descontos em folha de pagamentos estavam limitados ao percentual de 10% do saldo devedor destas, logo teria condições mínimas de perceber a notória acumulação de débitos eis que, apenas valor ínfimo era quitado e tendo juros elevados próprios dessa modalidade (cartão de crédito), essa quitação não era suficiente sequer para abater os encargos de juros gerados para o mês seguinte, gerando assim sucessivos acúmulos, não sendo caso de quitação da dívida.
Veja-se que admitir o contrário seria considerar o consumidor desconhecedor de dinâmicas negociais comuns no dia a dia. Como servidor público e residente de cidade de médio porte não é crível que não tenha o mínimo de noção sobre o uso de cartão de crédito.

Dessa forma não se pode presumir vício na contratação ou falha em dever de informação, quanto a natureza dos débitos que eram descontados em sua folha de pagamento.
Quanto às faturas apresentadas veja-se que não houve impugnação específica quanto ao seu conteúdo, além do fato de estarem em harmonia com a fala inicial no sentido de descontos mensais, o que está claramente delineado no contrato.
Em relação aos encargos e juros praticados que agregaram acréscimo do débito mês a mês, não há impugnação específica, o único argumento do autor, e de maneira superficial e genérica, é a quitação do suposto empréstimo, não apontando sequer o momento em que teria ocorrido essa quitação, mas apelas narra estar contrariado com a continuidade dos descontos, que deveriam ter cessado, mas veja-se que tal argumento se afasta pela própria dinâmica do sistema de cartão de crédito (forma efetivamente contratada) e pelo fato de o autor estar pagando apenas o valor mínimo de seu débito a longa data, o que gerou crescimento exponencial da dívida, não chegando ainda na quitação final da dívida.
Note-se que não se vislumbra ilícito contratual ou civil por parte dos requeridos, senão o exercício regular de seus direitos.
Dessa forma, não há como serem reconhecidos procedentes os pedidos autorais.
III - DISPOSITIVO
Ante o exposto, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil/2015, JULGO IMPROCEDENTE, por SENTENÇA com resolução de MÉRITO, os pedidos formulados na inicial.
Sucumbente, condeno o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% do valor da causa, nos termos do art. 85, § 2º e 6º, do Código de Processo Civil/2015, em favor dos patronos de cada um dos requeridos.
Suspensa a cobrança das verbas acima mencionadas, por ser a parte autora beneficiária de justiça gratuita.
Revogo a tutela de urgência concedida em sede de DECISÃO inicial, na qual fora determinada a suspensão dos descontos em folha de pagamento do requerente quanto ao empréstimo sob denominação CONSIG CARD - BANCO CRUZEIRO DO SUL.
À CPE: Oficie-se à Secretaria de Estado da Administração para informar a revogação da tutela de urgência, determinando o retorno dos descontos em folha de pagamento do requerente.
P.R.I.C
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo nº: 7040842-81.2018.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Indenização por Dano Moral, Fornecimento de Energia Elétrica, Assistência Judiciária Gratuita, Custas
AUTOR: MARIA DA CONCEICAO GELTRUDES DOS SANTOS
ADVOGADO DO AUTOR: FAUSTO SCHUMAHER ALE OAB nº RO273516
RÉU: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
1) Cadastre-se os patronos do requerido, conforme instrumento de substabelecimento (ID 24667901, pág.10)
2) Oportunizo o prazo de 05 (cinco) dias para que as partes digam se pretendem produzir outras provas, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.
3) Sem pedido de especificação de provas, volvam conclusos para julgamento.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo nº: 0003023-40.2015.8.22.0001
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
Assunto: Perdas e Danos
EXEQUENTE: ANDRESSA ADA CAVALCANTE LOPES
ADVOGADO DO EXEQUENTE: CINTIA BARBARA PAGANOTTO RODRIGUES OAB nº RO3798
EXECUTADO: ROBSON RODRIGUES DA SILVA E SILVA
ADVOGADO DO EXECUTADO: PAULO FLAMINIO MELO DE FIGUEIREDO LOCATTO OAB nº RN9437, RAINA COSTA DE FIGUEIREDO OAB nº RO6704 DESPACHO
Vistos.
De acordo com o ofício 2387/2019SEGEP-REOF, os descontos serão realizados em 22 parcelas no valor de R$ 456,28 com início em 01.04.2019 e término em 30.01.2021.
Desta forma, determino que a exequente apresente dados bancários para que seja oficiado aquele órgão determinando que os valores sejam depositados diretamente na conta do autor.
Prazo de 05 dias.
Intime-se.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juiz (a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 8ª Vara Cível - Fórum Cível Processo nº: 7059777-43.2016.8.22.0001
Classe: Monitória
Assunto: Cheque
AUTOR: SOCIEDADE DE PESQUISA EDUCACAO E CULTURA, DR. APARICIO CARVALHO DE MORAES LTDA
ADVOGADO DO AUTOR: IZABEL CELINA PESSOA BEZERRA CARDOSO OAB nº RO796, CAMILA BEZERRA BATISTA OAB nº RO7212, MARCOS RODRIGO BENTES BEZERRA OAB nº RO644
RÉU: MAICON WILLIAN DE SOUZA
ENDEREÇO: Av. Jatuarana, 5695, Floresta (Condomínio Rio Verde, Bloco 1B, Apto 403),
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
1. Evolua-se a classe deste processo para cumprimento de SENTENÇA.
2. Na forma do artigo 513 §2º, intime-se o executado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague o valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, acrescido de custas, se houver, no importe de R$ 2.079,01.
Intime-se observando-se o disposto no §2º do art. 513 do diploma processual.
Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.
Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do artigo 523 do CPC, o débito será acrescido de multa de 10% e, também, 10% de honorários de fase de cumprimento de SENTENÇA.
3. Havendo impugnação, fica INTIMADA a parte Exequente para manifestar-se sobre a impugnação ao cumprimento de SENTENÇA, no prazo de 15 (quinze) dias.
4. Decorrido o prazo para impugnação sem manifestação, INTIME-SE a parte exequente em termos de prosseguimento do cumprimento de SENTENÇA, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção. Se houver interesse em proceder às pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, apresente a parte exequente, no prazo de 5 (cinco) dias, o comprovante de pagamento de taxa referente a cada diligência judicial requerida, nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigos 2º, VIII e 17, publicada no DOE nº 158, de 24/08/2016.

5. Em caso de pagamento, INTIME-SE a parte Exequente, por meio de seu(s) advogado(s), para informar a satisfação do crédito e/ou requerer o que de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de presunção de aceitação tácita quanto aos valores depositados como sendo o pagamento integral da obrigação.
Após, volvam conclusos para SENTENÇA de extinção.
SERVE A PRESENTE COMO:
CARTA /MANDADO DE INTIMAÇÃO DA(S) PARTE(S) EXECUTADA(S);
Ou EDITAL COM PRAZO DE 20 DIAS DE INTIMAÇÃO DA(S) PARTE(S) EXECUTADA(S) para efetuar o pagamento acima e impugnar; desde logo nomeio curador especial ao intimado por edital, na pessoa do defensor público que exerce tal função, intimando-se-o.
Expeça-se o necessário.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo nº: 7018715-52.2018.8.22.0001
Classe: Cumprimento de SENTENÇA Assunto: Perdas e Danos, Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material
EXEQUENTE: CLEONICE MARIA FOGACA ELOY ADVOGADO DO EXEQUENTE: DANILO HENRIQUE ALENCAR MAIA OAB nº RO7707 EXECUTADOS: JULIANY PINHEIRO CAMARA DE MACEDO, LAGOA AZUL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS EIRELI ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: LESTER PONTES DE MENEZES JUNIOR OAB nº RO2657 DESPACHO
Vistos.
Realizado o bloqueio on-line de valores por meio do sistema BACENJUD, a consulta atesta que restou infrutífera a tentativa.
Segue, em anexo, o detalhamento do Bacenjud.
Determino que o exequente se manifeste pela efetividade da execução, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento, para:
a) indicar bens passíveis de penhora;
b) apresentar cálculo atualizado da dívida.
Se houver interesse em proceder às pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, apresente a parte exequente, no prazo de 5 (cinco) dias, o comprovante de pagamento de taxa referente a cada diligência judicial requerida, nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigos 2º, VIII e 17, publicada no DOE nº 158, de 24/08/2016, sob pena de arquivamento.
Intimem-se.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo nº: 7038868-09.2018.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Prestação de Serviços, Consórcio
AUTOR: ELIAS CARDOZO SITTA
ADVOGADO DO AUTOR: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI OAB nº RO5546
RÉU: MULTIMARCAS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA
ADVOGADO DO RÉU: WASHINGTON LUIZ DE MIRANDA DOMINGUES TRANM OAB nº MA11078 DESPACHO
Oportunizo o prazo de 05 (cinco) dias para que as partes digam se pretendem produzir outras provas, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.
Sem pedido de especificação de provas, volvam conclusos para julgamento.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo nº: 7022855-66.2017.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Indenização por Dano Moral, Dano Ambiental, Indenização por Dano Material
AUTORES: MARIA VERA LUCIA DA SILVA, JENNIFER DA SILVA, PAULO HENRIQUE SILVA BRASIL
ADVOGADOS DOS AUTORES: DEBORA PANTOJA BASTOS OAB nº RO7217, VALNEI GOMES DA CRUZ ROCHA OAB nº RO2479, DENISE GONCALVES DA CRUZ ROCHA OAB nº RO1996
RÉU: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
ADVOGADO DO RÉU: CLAYTON CONRAT KUSSLER OAB nº RO3861 DESPACHO
Vistos.
Expeça-se alvará do valor correspondente a 50% do valor remanescente referente aos honorários periciais ao expert Luiz Guilherme.
Conforme determinado na DECISÃO saneadora (ID 14004569), designo audiência de instrução para o dia 06 de junho de 2019, às 11 horas para a colheita de depoimento pessoal dos autores, sob pena de confesso.
Desde já, indefiro pedido de oitiva do perito para esclarecimento, uma vez que o laudo pericial reúne, de forma satisfatória as informações necessárias à elucidação do objeto controvertido.
Intime-se.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juiz (a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 8ª Vara Cível - Fórum Cível
Processo: 7000752-31.2018.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Aposentadoria por Invalidez, Auxílio-Doença Previdenciário, Auxílio-Acidente (Art. 86), Antecipação de Tutela / Tutela Específica
AUTOR: FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA NORONHA
ADVOGADO DO AUTOR: EDISON FERNANDO PIACENTINI OAB nº RO978
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos, etc.
I – RELATÓRIO
FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA NORONHA, ajuizou ação previdenciária de reestabelecimento de benefício previdenciário cumulado com pedido de tutela provisória de urgência e conversão em aposentadoria por invalidez em face de INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL – INSS, alegando em síntese que sofre de discopatia grave de coluna lombar e cervical. Conta que desde 2005, afastou-se do seu trabalho para recebimento de auxílio-doença pelo período de 03 (três) meses, quando continuou trabalhando até 31.08.2011. Narra que, no ano de 2012 não suportou as fortes crises de dorsalgia “dor nas costas”, iniciando

tratamento médico com recebimento de auxílio-doença por quase de 07 (sete) anos, sem apresentar melhoras. Afirma que, em abril/2017 realizou perícia médica, e os médicos do instituto réu entenderam que estava apto para desenvolver suas atividades laborativas, sendo cessado o pagamento do benefício. Alega que necessita de proteção previdenciária, uma vez que continua sofrendo limitações impostas pela doença, tornando incapaz para o trabalho, pois não possui condições de desempenhar atividades laborativas e não possui outros meios de manter a subsistência de sua família. Sustenta que realizou exames médicos recentemente, que atestaram sua incapacidade total e permanente. Postulou em sede de tutela de urgência, o reestabelecimento do auxílio-acidente, e no MÉRITO a concessão de aposentadoria por invalidez e pagamento das parcelas retroativas. Postulou ainda, os benefícios da justiça gratuita. Juntou documentos.

DESPACHO inicial (ID 15537745) deferiu os benefícios da justiça gratuita, e determinou à implantação imediata do benefício auxílio-acidente, sendo designada a realização de perícia médica em mutirão judicial.

Laudo pericial produzido no mutirão judicial (ID 23218614).

Regularmente citada via sistema PJE (ID 24785324), a autarquia requerida quedou inerte.

As partes foram intimadas para se manifestarem quanto ao laudo pericial, contudo, permaneceram inertes.

É o relatório. Decido.

II – Fundamentação

Do MÉRITO

Tratam os autos de ação previdenciária ajuizada contra INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, na qual o requerente pleiteou o reestabelecimento do benefício previdenciário de auxílio-doença e no MÉRITO a concessão de aposentadoria por invalidez, tudo com o pagamento das parcelas vencidas e vincendas, acrescidas de juros e correção monetária.

O requerido por sua vez, devidamente citado, quedou inerte. Assim, decreto sua revelia, nos termos do art. 344, do CPC.

a) Dos requisitos para a concessão do benefício

Inicialmente, cumpre analisar que a concessão de benefício por incapacidade laboral está prevista nos artigos 42, 59 e 86 da Lei 8.213/91, verbis:

Art. 42. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.

Art. 59. O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 dias consecutivos.

Parágrafo único. Não será devido auxílio-doença ao segurado que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social já portador da doença ou da lesão invocada como causa para o benefício, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

Art. 86. O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.

Extraem-se da leitura dos DISPOSITIVO s acima transcritos que são três os requisitos para a concessão dos benefícios por incapacidade: a) a qualidade de segurado; b) o cumprimento do período de carência de 12 contribuições mensais; c) a incapacidade para o trabalho, de caráter permanente (aposentadoria por invalidez) ou temporária (auxílio-doença) ou ainda a perda parcial da capacidade de trabalho (auxílio-acidente).

b) Da qualidade de segurado e o cumprimento do período de carência

Inicialmente é necessário auferir a qualidade de segurado do requerente, bem como a carência mínima para concessão do benefício. Pois bem, para verificação destes requisitos, também se observa os DISPOSITIVO s da Lei 8.213/91, que assim dispõe no artigo 15, inciso II e artigo 25, inciso I, respectivamente:

Art. 15. Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições:

II – até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social ou estiver suspenso ou licenciado sem remuneração;

Art. 25. A concessão das prestações pecuniárias do Regime Geral de Previdência Social depende dos seguintes períodos de carência, ressalvado o disposto no art. 26:

I - auxílio-doença e aposentadoria por invalidez: 12 (doze) contribuições mensais;

Nesse aspecto, ao analisar a qualidade de segurado da parte autora, verifica-se da Carteira de Trabalho e Previdência Social (ID 15526317,pág.3) a data de contratação de seu último trabalho foi anotado em 01/08/2007. Assim, ao dar entrada no pedido administrativo inicial em 06/11/2012 (ID 15526243, pág.1), o requerente detinha a qualidade de segurado.

De igual modo, quanto a carência mínima, os documentos acostados confirmam que as contribuições ocorreram desde o período da sua contratação, suprindo o prazo de carência.

c) Da incapacidade

A incapacidade do autor restou demonstrada com clareza no laudo pericial de ID 23218614, Pág.2, elaborado pelo perito nomeado pelo Juízo, em que assim se expressa nas respostas aos quesitos do juízo “c, f, g, h, k, l e p”:

c) Causa provável da(s) doença/moléstia (a) incapacidade

Doença de caráter multifatorial degenerativa.

f) Doença/moléstia ou lesão torna o(a) periciado(a) incapacitado(a) para o exercício do último trabalho ou atividade habitual Justifique a resposta, descrevendo os elementos nos quais se baseou a CONCLUSÃO.

Sim. Deve afastar-se de atividades que demandem sobrecarga com peso, permanecer longos períodos em pé e longas caminhadas.

g) Sendo positiva a resposta ao quesito anterior, a incapacidade do(a) periciado(a) é de natureza permanente ou temporária Parcial ou total

Permanente e parcial.

h) Data provável do início da(s) doença/lesão/moléstia() que acomete(m) o (a) periciado(a).

Refere início dos sintomas no ano de 2008.

k) É possível afirmar se havia incapacidade entre a data do indeferimento ou da cessão do benefício administrativo e a data da realização da perícia judicial Se positivo, justificar apontando os elementos para esta CONCLUSÃO.

Sim. Apresentou exames recentes que confirmam a incapacidade (Permanente e parcial).

l) Caso se conclua pela incapacidade parcial e permanente, é possível afirmar se o(a) periciado(a) está apto para o exercício de outra atividade profissional ou para a reabilitação Qual atividade

Sim, atividade que demandem sobrecarga de peso, posições extremas, agachamentos, longos períodos em pé.

p) É possível estimar qual o tempo e o eventual tratamento necessário para que o(a) periciado(a) se recupere e tenha condições de voltar a exercer seu trabalho ou atividade habitual (data de cessação da incapacidade)

Incapacidade permanente e parcial

Neste caso, resta confirmada a incapacidade laboral do autor para o exercício da sua atividade laboral.

Por cautela, registro que era dever do requerido trazer prova modificativa, extintiva, ou impeditiva do direito do autor, nos termos do art. 373, do CPC/2015. Na verdade, verifica-se que a autarquia requerida não impugnou as alegações de incapacidade do autor e nem tampouco o laudo pericial produzido em mutirão judicial.

d) Da Concessão do Benefício

Em análise aos elementos do laudo pericial, percebe-se que, as sequelas incapacitantes afetaram a capacidade laborativa da parte autora, dessa forma seu quadro clínico impede o exercício laboral da profissão de motorista.
De igual modo, o expert na CONCLUSÃO considera a incapacidade parcial e permanente como incapacitante para o exercício do último trabalho do autor.
Assim, aplicável ao caso o auxílio-acidente, que encontra-se configurado na legislação com os seguintes contornos:
Lei 8.213/91 Art. 86. O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem seqüelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.
§ 1º O auxílio-acidente mensal corresponderá a cinqüenta por cento do salário-de-benefício e será devido, observado o disposto no § 5º, até a véspera do início de qualquer aposentadoria ou até a data do óbito do segurado.
§ 2º O auxílio-acidente será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado, vedada sua acumulação com qualquer aposentadoria.
§ 3º O recebimento de salário ou concessão de outro benefício, exceto de aposentadoria, observado o disposto no § 5º, não prejudicará a continuidade do recebimento do auxílio-acidente.
Da análise do conjunto probatório, verifico que o caso do autor se amolda perfeitamente ao DISPOSITIVO acima citado, eis que, nas conclusões do médico perito foi constatada sequela que implica em redução da capacidade de trabalho permanente.
Note-se que, a situação fática apontada pelo perito não se enquadra em auxílio-doença eis que, não há provisoriedade das condições de saúde da parte autora, pois as sequelas se consolidaram no tempo
"Art. 59. O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 dias consecutivos."
Assim, procedente o pedido de auxílio-acidente.
e) Do percentual do benefício de auxílio-acidente
A CONCLUSÃO do laudo pericial indicar que a perda da capacidade é permanente e parcial, o que poderia recomendar que o benefício previdenciário fosse pago proporcionalmente, contudo é indevida tal limitação no gozo do benefício já que, a simples constatação de redução na capacidade de trabalho, ainda que mínima já autoriza a concessão do benefício em sua integralidade.
REEXAME NECESSÁRIO - AÇÃO ACIDENTÁRIA - CONCESSÃO DE AUXÍLIO-ACIDENTE - REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS - REDUÇÃO PARCIAL E PERMANENTE DEMONSTRADA ATRAVÉS DE PROVA PERICIAL - AUSÊNCIA DE PREVISÃO DA MOLÉSTIA NO ANEXO III, DO DECRETO 3.048/99 - REGULAMENTO QUE NÃO PODE LIMITAR O DIREITO DOS SEGURADOS - TERMO INICIAL A CONTAR DO DIA SEGUINTE AO DA CESSAÇÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA - INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 86 DA LEI Nº 8.213/91 (...) 1."Ainda que em grau mínimo, a sequela de acidente de trabalho, importando em redução funcional, deve dar margem ao respectivo benefício. Direito à perfeição físico-funcional, inerente ao ser humano que não pode ser avaliada ou reduzida, nem por médicos nem por juízes." (JTARS 87/240). (...) TJ/PR, 1111678-8, 6ª Câmara Cível, Relator Prester Mattar, julgamento 28/01/2014.
Dessa forma, o auxílio-acidente deve ser pago integralmente.
f) Marco inicial para recebimento do auxílio-acidente
Mesmo que a constatação cabal quanto à consolidação das lesões tenha se dado apenas agora com o laudo pericial, no caso de auxílio-acidente, por evidente que as conclusões periciais referem-se a estado de saúde que já existia desde a época do pedido administrativo.
Pelos elementos dos autos, têm-se que, o benefício auxílio-doença foi cessado em 04/05/2017, conforme DECISÃO administrativa (ID 15526243, pág.1).
Dessa forma, nos termos da legislação, o benefício ora reconhecido, de auxílio-acidente deve retroagir à data de cessação do benefício anterior, auxílio-doença:
"Lei 8.213/91 Art. 86. § 2º O auxílio-acidente será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado, vedada sua acumulação com qualquer aposentadoria."
Assim, deve ser implantado o benefício de auxílio-acidente com efeitos a partir de 05/05/2017.
g) Da Aposentadoria por Invalidez
O autor postulou a concessão da aposentadoria por invalidez em razão de não possuir aptidão para o exercício da atividade de motorista, e com dificuldades para manutenção da subsistência de sua família.
No tocante à aposentadoria por invalidez o sobredito diploma delineia:
Art. 42. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.
§ 1º A concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade mediante exame médico-pericial a cargo da Previdência Social, podendo o segurado, às suas expensas, fazer-se acompanhar de médico de sua confiança.
Para que seja concedido tal benefício previdenciário faz-se necessário não somente levar-se em consideração a incapacidade decorrente das lesões e/ou patologias, devem-se verificar as circunstâncias sociais que permeiam o quadro fático, bem como a idade, grau de instrução e atividade profissional que o autor exercia.
Vejamos os posicionamentos a seguir:
"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ EM CASO DE INCAPACIDADE PARCIAL. RELEVO DAS CONDIÇÕES PESSOAIS DO SEGURADO. Na incapacidade parcial e permanente, há que se conjugar a prova técnica com as condições pessoais do segurado para apurar a viabilidade da reabilitação. Na espécie, a idade, as limitações físicas, a experiência laboral do segurado circunscrita ao desempenho de atividades que demandam esforço físico tornam ilusório que a mera reabilitação profissional do segurado o habilite a obter vaga no restrito mercado de trabalho, não sendo o caso de concessão de auxílio-doença.Apelação provida para conceder aposentadoria por invalidez a contar da data do laudo médico oficial.(TRF-4 - AC: 44792 SC 94.04.44792-7, Relator: Revisor, Data de Julgamento: 20/05/1997, SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJ 10/09/1997 PÁGINA: 72874)"
"Apelação cível. Direito previdenciário. Conversão de auxílio doença em aposentadoria por invalidez. Laudo pericial. Incapacidade parcial e permanente. Aspectos socioeconômicos. Reconhecimento da incapacidade total. Juros e correção monetária. Termo inicial do benefício. Citação válida. Precedentes do STJ. Reforma da SENTENÇA. Recurso a que se dá provimento. A jurisprudência do STJ orienta-se no sentido de reconhecer que a concessão da aposentadoria por invalidez deve considerar não só os elementos previstos no art. 42 da Lei nº 8.213/91, mas também aspectos socioeconômicos, profissionais e culturais do segurado, ainda que o laudo pericial tenha concluído pela incapacidade apenas parcial para o trabalho. No caso concreto, o laudo pericial concluiu que a incapacidade do segurado é parcial e permanente, portanto, inapto para exercer as funções que desenvolvia anteriormente, mas não para outras. Todavia, no contexto socioeconômico e profissional em que está inserido, a avançada idade e baixo grau de escolaridade, não seria crível defender a inserção do segurado no concorrido mercado de trabalho, para iniciar uma nova atividade profissional, motivo pelo qual faz jus o apelante à concessão de aposentadoria por invalidez. O STJ decidiu, em recurso julgado sobre o rito do artigo 543-C do CPC, que a citação válida informa

o litígio, constitui em mora a autarquia previdenciária federal e deve ser considerada como termo inicial para a implantação da aposentadoria por invalidez concedida na via judicial quando ausente a prévia postulação administrativa. Recurso a que se dá provimento.(TJ-RO - APL: 00243854020118220001 RO 0024385-40.2011.822.0001, Relator: Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior, 2ª Câmara Especial, Data de Publicação: Processo publicado no Diário Oficial em 02/06/2015.)"

"Apelação cível. Direito previdenciário. Aposentadoria por invalidez. Acidente de trabalho. Laudo pericial. Incapacidade parcial. Presença de elementos socieconômicos, profissionais e culturais do segurado. Reconhecimento da incapacidade permanente. SENTENÇA mantida. Precedentes do STJ. Recurso não provido. A jurisprudência do STJ orienta-se no sentido de reconhecer que a concessão da aposentadoria por invalidez deve considerar não só os elementos previstos no art. 42 da Lei n. 8.213/91, mas também aspectos socioeconômicos, profissionais e culturais do segurado, ainda que o laudo pericial tenha concluído pela incapacidade apenas parcial para o trabalho. O magistrado não está adstrito ao laudo pericial, podendo levar em conta outros elementos dos autos que o convençam da incapacidade permanente para qualquer atividade laboral. No caso concreto, o laudo pericial concluiu que o segurado é incapaz para o exercício de trabalho que exija esforço físico ou postura constante, portanto, no contexto socieconômico e profissional que está inserido não tem condições de concorrer, na limitação física que o aflige, do mercado competitivo de trabalho. Caso em que demonstrada a incapacidade permanente do autor para as atividades que desenvolvia, o que, aliada à sua idade e ao seu histórico profissional, indica a inviabilidade de reabilitação para outra atividade que lhe garanta a subsistência. Recurso a que se nega provimento.(TJ-RO - APL: 00091196420128220005 RO 0009119-64.2012.822.0005, Relator: Juiz Ilisir Bueno Rodrigues (Em substituição ao Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior), 2ª Câmara Especial, Data de Publicação: Processo publicado no Diário Oficial em 28/07/2014.)"

O autor é pessoa do sexo masculino, motorista, sem registro de instrução para o exercício de outra profissão e tem 51 anos de idade. De acordo com o laudo do Srº. Perito, possui incapacidade parcial e permanente para exercer a atividade que desempenhava à época do seu afastamento em razão de doença degenarativa, relatando uma série de sequelas físicas que o impedem de exercer a atividade na qual laborava.

Ante as lesões descritas no laudo médico pericial, bem como a informação de que a autor sofreu lesão que o tornou incapaz para o exercício de seu ofício, bem como observada sua média idade, e em apreço à dignidade da pessoa humana, é patente o reconhecimento da necessidade de concessão da aposentadoria por invalidez, a partir de 01 de março de 2019, data da citação da autarquia federal, que lhe constituiu em mora, conforme precedente do STJ supracitado.

Ressalto que o deferimento de benefício diverso, ou em circunstância diversa à postulada não enseja a DECISÃO, citra, ultra ou extra petita, em razão da fungibilidade dos benefícios previdenciários.

III – DISPOSITIVO

Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I do Código de Processo Civil de 2015, JULGO PROCEDENTE, por SENTENÇA com resolução de MÉRITO, o pedido formulado na inicial, e:

a) Determino a implementação do auxílio-acidentário integral, com efeitos a partir da cessação do auxílio-doença acidentário em 05/05/2017, que será devido até 28/02/2019 (dia anterior à implementação da aposentadoria por invalidez);

b) Condeno a autarquia requerida a implantar ao requerente a aposentadoria por invalidez nos moldes do art. 42 e seguintes da Lei. 8.213/91, a partir de 01/03/2019, data da citação da autarquia federal, que lhe constituiu em mora, conforme precedente do STJ; calculando-se os valores retroativos a que faz jus; com abatimento das parcelas recebidas a título de auxílio-acidente em virtude do deferimento de tutela de urgência no DESPACHO inicial (ID 15537745);

c) Confirmar a tutela antecipada concedida anteriormente para que a requerida proceda à conversão imediata do benefício de auxílio-acidente deferido na DECISÃO (ID 15537745) para aposentadoria por invalidez; à parte requerente FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA NORONHA CPF: 203.613.352-53, com efeitos a partir da intimação desta DECISÃO;

À CPE: Intime-se diretamente o órgão administrativo da requerida, a APS/ADJ – PORTO VELHO, pelo e-mail apsdj26001200@inss.gov.br, caso não recebido confirme-se pelo telefone 3533-5081 ou utilize-se o endereço Rua Campos Sales, n. 3132, Bairro Olaria, Gerência Executiva do INSS, 3º andar, sala 308, CEP 76.801-246, nesta urbe, para implementação do benefício no prazo máximo de 30 (trinta) dias

Condena-se a requerida em honorários sucumbenciais, no patamar de 10% da condenação, a ser apurada em liquidação por cálculos, considerando-se o disposto no art. 85, §3º, I e §4º, II do CPC.

Os cálculos deverão observar os critérios de atualizações de débitos da Fazenda Pública.

Sem custas finais nos termos do regimento de custas em seu art.5º, I.

A serventia deverá certificar se houve a interposição de recurso pela requerida.

Fica dispensada a remessa necessária, eis que, mesmo sem cálculos é evidente que a condenação não ultrapassará o limite disposto no CPC/15, para a obrigatoriedade de tal providência:

CPC Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a SENTENÇA:I – proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público;§ 3º Não se aplica o disposto neste artigo quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a:I – 1.000 (mil) salários-mínimos para a União e as respectivas autarquias e fundações de direito público; PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LEI 8.213/1991 REMESSA NECESSÁRIA. DESCABIMENTO. ART. 496, §3º, INCISO I, DO CPC 2015 (...) O art. 496, §3º, inciso I do CPC/2015 (...) dispõe que a SENTENÇA não será submetida à remessa necessária quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a 1.000 salários mínimos, para a União (...) Consideradas as datas do termo inicial do benefício e a prolação da SENTENÇA, quando houve a antecipação da tutela, bem como o valor da benesse, verifica-se que a hipótese em exame não ultrapassa o mencionado limite, não sendo caso de se submeter o decisum de primeiro grau à remessa oficial. (TRF3, 9ª Turma, 00239876020164039999/SP, Des. Fed. Ana Pezarini, julgamento 12/12/16

PREVIDENCIÁRIO E CONSTITUCIONAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TRABALHADOR RURAL. SENTENÇA PROFERIDA SOB A ÉGIDE DO CPC/2015. REMESSA OFICIAL. DESCABIMENTO. ART. 496, §3º DO CPC. 1. A SENTENÇA sob censura, proferida sob a égide no CPC/2015, não está sujeita à remessa oficial, tendo em vista que a condenação nela imposta não ultrapassa o limite previsto no art. 496, §3º, do referido Diploma Adjetivo. 2 Com efeito, tratando-se de ação voltada à concessão de benefício previdenciário no valor mensal de um salário mínimo mensal, que envolve quantidade de parcelas substancialmente inferior às que seriam necessárias para se chegar ao patamar de mil salários mínimos previsto no DISPOSITIVO acima referido, resulta certo e comprovado que o valor total da condenação não ultrapassará o referido limite. (...) (TRF1, 2ª Turma,0017377-71.2017.4.01.9199, Rel. Des. Fed. Francisco Neves da Cunha, julgamento 26/09/2017.

Intime-se o INSS via sistema PJE.

P.R.I.C

Porto Velho / RO, 30 de abril de 2019.

Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza

Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7016356-66.2017.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: OROZIA LIMA MENDES
Advogado do(a) EXEQUENTE: FRANCISCO FERREIRA DA SILVA - RO4543
EXECUTADO: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogados do(a) EXECUTADO: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318, JONATHAS COELHO BAPTISTA DE MELLO - RO3011, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462
Intimação
Para a realização de consulta aos cadastros dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD, para verificação dos endereços, bens ou valores do executado/réu, o requerente/exequente para cada diligência virtual em relação a cada CPF/CNPJ consultado, deve apresentar o comprovante da taxa no valor de R$ 15,29 para cada diligência, em relação a cada executado, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigos 2º, VIII e 17, publicada no DOE nº 158, de 24/08/2016, sob pena de não realização do ato.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo nº: 7017383-50.2018.8.22.0001 Classe: Busca e Apreensão Assunto: Compromisso, Busca e Apreensão REQUERENTE: ANTONIO VALDECI LOPES DA SILVA ADVOGADO DO REQUERENTE: MARCIA APARECIDA DE MELLO ARTUSO OAB nº RO3987 REQUERIDO: SAMUEL GUIMARAES CORTEZ LEITE ADVOGADO DO REQUERIDO: PAULO BARROSO SERPA OAB nº RO4923 DECISÃO SANEADORA
Visto em saneador.
Considerando o pedido de ambas as partes e a necessidade de elucidação dos fatos, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 11 de junho de 2019, às 09 horas.
As partes caso queiram a oitiva de testemunhas deverão, a contar da ciência desta DECISÃO, trazer o seu Rol de Testemunhas no prazo de 10 dias, justificando, ainda, a necessidade da intimação. Salienta-se que por força do artigo 407 do CPC, somente com o depósito do rol retromencionado será possível a oitiva de qualquer pessoa, não sendo possível que a parte traga testemunha ao dia da audiência, sem o conhecimento prévio do juízo e da parte contrária. Após este período indicado acima não será realizado qualquer ato pela serventia com a FINALIDADE de intimação das testemunhas informadas pelas partes nos autos. Contudo, poderão trazer suas testemunhas independentemente de intimação por este Cartório (as constantes no rol de testemunhas já anexadas nos autos).
Com vistas à melhor elucidação dos fatos da presente litis, determino que sejam intimados as partes para o depoimento pessoal.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br
COMARCA: PORTO VELHO
ÓRGÃO EMITENTE: 8ª VARA CÍVEL
EDITAL DE CITAÇÃO (Prazo: 20 dias)
(Usucapião)
- DOS RÉUS EM LUGAR INCERTO E EVENTUAIS INTERESSADOS;
FINALIDADE: Proceder a CITAÇÃO do Requerido, do Confinantes e dos ausentes incertos e desconhecidos acima indicados para tomar conhecimento da Ação de Usucapião do imóvel localizado na Avenida Rio Madeira, n. 2584, Bairro Flodoaldo P. Pinto, CEP 76820-392, Porto Velho/RO, que está registrado em nome do Requerido perante o 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Velho, conforme Certidão de Inteiro Teor ID 22141356, cadastrado na Prefeitura Municipal de Porto Velho, sob o número 01.11.165.0622.001.
ADVERTÊNCIA: Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como sendo verdadeiros os fatos articulados pela parte Autora.
ADVERTÊNCIA: Em caso de revelia, será nomeado curador especial nos termos do art. 257, IV do NCPC.
Processo:7041066-19.2018.8.22.0001
Classe:USUCAPIÃO (49)
Exequente:ROD DANIEL GOMES SUSSUARANA DO NASCIMENTO CPF: 011.855.442-59, RAIMUNDA MACHADO ARAGAO CPF: 350.314.922-87, BENEDITO MACHADO ARAGAO CPF: 283.575.662-00, JAMYSON DE JESUS NASCIMENTO CPF: 508.414.912-91
Executado: Adailton Alves Aragão
DESPACHO ID 22219456: "Vistos. Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita. Trata-se de área considerada urbana, em processo de regularização fundiária junto à Municipalidade. 1. Citem-se os requeridos, bem como os confinantes declinados na inicial, pessoalmente (artigo 246, § 3º, NCPC), e, por edital com prazo de 20 (vinte) dias, dos réus em lugar incerto e dos eventuais interessados (artigo 259, inciso I, do NCPC), para que respondam aos termos da inicial, no prazo de 15 (quinze) dias. 2. Por dever de cautela do Juízo, intimem-se, via sistema, os representantes da Fazenda Pública da União, do Estado e do Município, para manifestarem se possuem interesse na causa. 3. Intime-se o Ministério Público, oportunizando-se manifestar se tem interesse na causa (art. 178, I do CPC).(...)"
Sede do Juízo: Fórum Cível, Av. Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho Fórum Cível RO, 76803-686 3217-1307 e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br
Porto Velho, 25 de abril de 2019.
Carlos Gonçalves Tavares
Gestor de Equipe/CPE 206976-8

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 8ª Vara Cível - Fórum Cível
Processo: 7007852-03.2019.8.22.0001
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Assunto: Alienação Fiduciária
AUTOR: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A
ADVOGADO DO AUTOR: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA OAB nº AC115665
RÉU: FRANCISCO JERRI FERNANDES DA COSTA
ADVOGADO DO RÉU:
SENTENÇA
Vistos, etc.
Cuidam os presentes autos de Ação de Busca e Apreensão, com pedido liminar, ajuizada por AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A em face de FRANCISCO JERRI FERNANDES DA COSTA, com fundamento no Decreto-Lei nº 911/69. Conta o autor que firmou um contrato de alienação fiduciária com o requerido, contudo, este, não adimpliu com os pagamentos. Postulou a rescisão do contrato e a posse definitiva do objeto nas mãos do autor. Juntou documentos.

O DESPACHO inicial deferiu a medida liminar, oportunidade em que o veículo alienado fiduciariamente foi apreendido e entregue a representante do autor.
Devidamente citado, o deMANDADO deixou transcorrer "in albis" o prazo legal, sem apresentar contestação.
É o sucinto Relatório.
Passo a decidir, na forma do art. 93, inc. IX, da Constituição da República e arts. 489 do Estatuto Processual Civil. Prefacialmente, cumpre registrar, que não tendo o requerido apresentado antítese à ação, restou caracterizada a revelia que, além de autorizar o julgamento, nos moldes do art. 355, inciso II, do Estatuto Processual Civil, importa, em ficta confessio dos fatos articulados na inicial, a teor do preceito inserto no art. 344 do codex.
Trata-se de ação de busca e apreensão ajuizada com base em contrato de financiamento com garantia de alienação fiduciária, por meio do qual, se pretende a busca e apreensão do veículo dado em garantia e que a posse e propriedade dele sejam consolidadas nas mãos do requerente.
Com efeito, a documentação coligida aos autos, comprova a existência do negócio jurídico com cláusula de alienação e que a mora do devedor restou satisfatoriamente demonstrada pela falta de pagamento de sua contraprestação pecuniária, esta consubstanciada pela notificação.
Diante do exposto, pelos fundamentos expendidos alhures, julgo procedente o pedido formulado na peça vestibular, confirmando a liminar a seu tempo deferida e consolidando nas mãos do requerente o domínio e a posse exclusiva do bem apreendido, para todos os efeitos legais.
Cumpra-se o disposto no art. 2º, do Decreto-lei nº 911/69, oficiando-se ao DETRAN-RO, informando estar o requerente autorizado a proceder a transferência do bem apreendido a terceiros que indicar, devendo permanecer nos autos os títulos a eles trazidos.
Julgo extinto o processo, com resolução do MÉRITO, na forma do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil de 2015.
Atento ao princípio da sucumbência condeno o requerido ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 10% do valor da causa, na forma do art. 85, §2º, do Estatuto Processual Civil.
O requerido deverá proceder ao pagamento das custas finais, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir do trânsito em julgado, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa, cuja guia deverá ser gerada pelo endereço eletrônico: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
P. R. I. e, após o trânsito em julgado, procedido ao pagamento das custas ou sua inscrição em dívida ativa, arquivem-se os autos, com as cautelas devidas, caso a parte autora não tenha manifestado interesse no cumprimento de SENTENÇA.
Porto Velho, 30 de abril de 2019
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO
Processo nº: 0016513-08.2010.8.22.0001 Classe: Cumprimento de SENTENÇA Assunto: Compromisso EXEQUENTES: EMPRESA RONDONIENSE DE REFRIGERANTES LIMITADA - ME, LUIS CLAUDIO PEREIRA DE MELO ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: ANA CAROLINA DE OLIVEIRA SA OAB nº RO2455, ANTONIO OSMAN DE SA OAB nº Não informado no PJE, MARIO GOMES DE SA NETO OAB nº RO1426 EXECUTADO: Espólio de Augusto José Monteiro ADVOGADO DO EXECUTADO: ISABELLE MARQUES SCHITTINI OAB nº RO5179 DESPACHO
Vistos.
O veículo Toyota Hilux de placa NDI2565, já fora inserida restrição de transferência (ID 14557591).
Considerando o pedido do exequente quanto à restrição de uso/circulação, deverá apresentar o comprovante da taxa no valor de R$ 15,83, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigos 2º, VIII e 17, publicada no DOE nº 158, de 24/08/2016, sob pena de não realização do ato.
Vale ainda esclarecer que uma vez realizado a restrição perante ao Renajud, esta já vincula a todos os órgão de fiscalização de trânsito.
Intimem-se.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo nº: 7008181-15.2019.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Direito de Imagem, Fornecimento de Energia Elétrica
AUTOR: GRACIANE GREGORIO TEXEIRA
ADVOGADO DO AUTOR: DIEGO DINIZ CENCI OAB nº RO7157
RÉU: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A - CERON
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
Oportunizo o prazo de 05 (cinco) dias para que as partes digam se pretendem produzir outras provas, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307 e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7030046-31.2018.8.22.0001
Classe: MONITÓRIA (40)
AUTOR: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
Advogado do(a) AUTOR: ALEXANDRE CAMARGO - RO704
RÉU: MERCEDES REGINA ZABOETZKI CHAGAS
Intimação Fica a parte Autora intimada a, no prazo de 15 dias, responder aos embargos, consoante o art. 702, §5º, CPC/15.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307 e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7038596-15.2018.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: SOCIEDADE DE PESQUISA EDUCACAO E CULTURA, DR. APARICIO CARVALHO DE MORAES LTDA
Advogados do(a) EXEQUENTE: CAMILA BEZERRA BATISTA - RO7212, SAMIR RASLAN CARAGEORGE - RO9301, IZABEL CELINA PESSOA BEZERRA CARDOSO - RO796
EXECUTADO: WALBER SANTOS PEREIRA e outros

Certidão/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 8ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA - CEJUSC/CÍVEL - Data: 02/07/2019 Hora: 09:30
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 30 de abril de 2019.
FELIPE DE OLIVEIRA
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo nº: 7012549-38.2017.8.22.0001
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
Assunto: Nota Promissória
EXEQUENTE: MARCOS ANTONIO COSTA NASCIMENTO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: BRUNO PAIVA OLIVEIRA OAB nº RO8056, JEANDERSON LUIZ VALERIO ALMEIDA OAB nº RO6863
EXECUTADO: DAVINO GOMES SERRATH
ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Vistos.
Há informação em ID que a penhora no salário do executado fora parcelado em 11 parcelas de R$ 1.091,92 e uma de R$ 324,53.
Em consulta ao sistema da CEF, há quatro depósitos vinculados a este processo:
Aguarde-se os demais depósitos.
Intime-se.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo nº: 7047597-24.2018.8.22.0001 Classe: Execução de Título Extrajudicial Assunto: Despesas Condominiais EXEQUENTE: ASSOCIACAO RESIDENCIAL BOSQUES DO MADEIRA ADVOGADO DO EXEQUENTE: GEISEBEL ERECILDA MARCOLAN OAB nº RO3956 EXECUTADO: RITA APARECIDA CHAPARINI MORTENE ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Vistos.
Realizado o bloqueio on-line de valores por meio do BACENJUD, a consulta bloqueou parte dos valores devidos. Sendo assim, determinei sua transferência para conta judicial na Caixa Econômica Federal, agência 2848.
Intime-se a parte executada para se manifestar quanto à penhora, nos termos do artigo 854, § 3º do CPC/2015, no prazo de 5 (cinco) dias. Expeça-se carta de intimação caso não possua patrono constituído nos autos, do contrário, considerar-se-á intimada da publicação deste no Diário da Justiça ou será intimada pelo PJE.
Determino que o exequente se manifeste pela efetividade da execução, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento, para:
a) indicar bens passíveis de penhora;
b) apresentar cálculo atualizado da dívida.
Se houver interesse em proceder às pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, apresente a parte exequente, no prazo de 5 (cinco) dias, o comprovante de pagamento de taxa referente a cada diligência judicial requerida por cada executado, nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigos 2º, VIII e 17, publicada no DOE nº 158, de 24/08/2016, sob pena de arquivamento.
Converto o bloqueio em penhora. Segue anexo o detalhamento do BACENJUD.
Decorrido o prazo sem manifestação quanto à penhora pela parte executada, expeça-se alvará para levantamento dos valores bloqueados.
Intimem-se.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo nº: 0012099-25.2014.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Auxílio-Doença Previdenciário
AUTOR: ANTONIA FERREIRA DE SOUZA
ADVOGADO DO AUTOR: FLAVIO HENRIQUE TEIXEIRA ORLANDO OAB nº RO2003
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA DESPACHO
Vistos.
Considerando a informação de interposição de agravo de instrumento, e por consequência, a não apresentação do cálculo de honorários sucumbenciais, apresente o autor planilha detalhada referente aos honorários sucumbenciais.
Prazo de 10 dias.
Intime-se.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo nº: 7012664-30.2015.8.22.0001 Classe: Cumprimento de SENTENÇA Assunto: Prestação de Serviços EXEQUENTE: MULT CARGAS TRANSPORTES LTDA - ME ADVOGADO DO EXEQUENTE: PAULO SILVA CESARIO ROSA OAB nº AC3106 EXECUTADOS: R M C COMERCIO DE ARTIGOS PARA CASA EIRELI - ME, VALE & VALE LTDA - ME ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: ALINE GOULART DEZIDERIO OAB nº RO8637, REJANE MARIA DA COSTA DE SA TELES ARRAES OAB nº RO8638 DESPACHO
Vistos.
Realizado o bloqueio on-line de valores por meio do BACENJUD, a consulta bloqueou parte dos valores devidos. Sendo assim, determinei sua transferência para conta judicial na Caixa Econômica Federal, agência 2848.
Intime-se a parte executada para se manifestar quanto à penhora, nos termos do artigo 854, § 3º do CPC/2015, no prazo de 5 (cinco) dias. Expeça-se carta de intimação caso não possua patrono constituído nos autos, do contrário, considerar-se-á intimada da publicação deste no Diário da Justiça ou será intimada pelo PJE.
Determino que o exequente se manifeste pela efetividade da execução, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento, para:
a) indicar bens passíveis de penhora;
b) apresentar cálculo atualizado da dívida.
Se houver interesse em proceder às pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, apresente a parte exequente, no prazo de 5 (cinco) dias, o comprovante de pagamento de taxa referente a cada diligência judicial requerida por cada

executado, nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigos 2º, VIII e 17, publicada no DOE nº 158, de 24/08/2016, sob pena de arquivamento.
Converto o bloqueio em penhora. Segue anexo o detalhamento do BACENJUD.
Decorrido o prazo sem manifestação quanto à penhora pela parte executada, expeça-se alvará para levantamento dos valores bloqueados.
Intimem-se.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo nº: 7037447-81.2018.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Compromisso
AUTOR: SUELEN MONTEIRO SENA
ADVOGADO DO AUTOR: SUELEN MONTEIRO SENA OAB nº GO53607
RÉUS: Sibeli Cristina Balbuena Arguelho Kunraht, CHANDLER GUIMARAES DA SILVA
ADVOGADOS DOS RÉUS: DESPACHO
Vistos.
Não houve impulso do vencedor ao cumprimento da SENTENÇA.
Desta forma, apenas arquive-se os autos.
Intime-se.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo nº: 7025276-92.2018.8.22.0001 Classe: Cumprimento de SENTENÇA Assunto: Honorários Advocatícios EXEQUENTE: JOSE HILTON NOGUEIRA ADVOGADO DO EXEQUENTE: ELVIS DIAS PINTO OAB nº RO3447 EXECUTADO: FRANCISCO AELAN DIES MEDINA ADVOGADO DO EXECUTADO: GEISEBEL ERECILDA MARCOLAN OAB nº RO3956 DESPACHO
Vistos.
Realizado o bloqueio on-line de valores por meio do BACENJUD, a consulta bloqueou parte dos valores devidos. Sendo assim, determinei sua transferência para conta judicial na Caixa Econômica Federal, agência 2848.
Intime-se a parte executada para se manifestar quanto à penhora, nos termos do artigo 854, § 3º do CPC/2015, no prazo de 5 (cinco) dias. Expeça-se carta de intimação caso não possua patrono constituído nos autos, do contrário, considerar-se-á intimada da publicação deste no Diário da Justiça ou será intimada pelo PJE.
Determino que o exequente se manifeste pela efetividade da execução, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento, para:
a) indicar bens passíveis de penhora;
b) apresentar cálculo atualizado da dívida.
Se houver interesse em proceder às pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, apresente a parte exequente, no prazo de 5 (cinco) dias, o comprovante de pagamento de taxa referente a cada diligência judicial requerida por cada executado, nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigos 2º, VIII e 17, publicada no DOE nº 158, de 24/08/2016, sob pena de arquivamento.
Converto o bloqueio em penhora. Segue anexo o detalhamento do BACENJUD.
Decorrido o prazo sem manifestação quanto à penhora pela parte executada, expeça-se alvará para levantamento dos valores bloqueados.
Intimem-se.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo nº: 0023511-21.2012.8.22.0001
Classe: Cumprimento de SENTENÇA contra a Fazenda Pública
Assunto:
EXEQUENTE: PEDRO LIMA DA SILVA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: NAJILA PEREIRA DE ASSUNCAO OAB nº RO5787, MARIA CLARA DO CARMO GOES OAB nº RO198
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA DESPACHO
Vistos.
Corrigido o equívoco pelo exequente quanto ao crédito exequendo, nos termos da petição de ID. 25268484, concordando com os cálculos apresentados pela Autarquia, expeça-se RPV com prazo para pagamento de 60 dias.
Intime-se.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo nº: 7044789-80.2017.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial Assunto: Contratos Bancários EXEQUENTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. ADVOGADO DO EXEQUENTE: ROBERVAL VIEIRA JUNIOR OAB nº SP244234 EXECUTADOS: RODAS EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS LTDA - ME, MARIO JONER ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: DESPACHO
Vistos.
Realizado o bloqueio on-line de valores, por meio do BACENJUD, este restou infrutífero, por ser mínimo o valor, eis porque determino o seu desbloqueio.
Segue, em anexo, o detalhamento do Bacenjud.
Determino que o exequente se manifeste pela efetividade da execução, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento, para:
a) indicar bens passíveis de penhora;
b) apresentar cálculo atualizado da dívida.
Se houver interesse em proceder às pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, apresente a parte exequente, no prazo de 5 (cinco) dias, o comprovante de pagamento de taxa referente a cada diligência judicial requerida por executado, nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigos 2º, VIII e 17, publicada no DOE nº 158, de 24/08/2016, sob pena de arquivamento.
Intimem-se.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo nº: 7020971-36.2016.8.22.0001
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
Assunto: Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens
EXEQUENTE: NEIRIVAL RODRIGUES PEDRACA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RAIMUNDO GONCALVES DE ARAUJO OAB nº RO3300
EXECUTADO: FLAEZIO LIMA DE SOUZA
ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Vistos.
Defiro prazo de 15 (quinze) dias para diligências solicitadas pelo exequente.
Intime-se.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo nº: 7043260-26.2017.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial Assunto: Transação
EXEQUENTE: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ALEXANDRE CAMARGO OAB nº RO704 EXECUTADOS: TALISSA LEMOS FLORENCIO, MARCIO JOSE FERNANDES DOS SANTOS ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: DESPACHO
Vistos.
Realizado o bloqueio on-line de valores por meio do BACENJUD, a consulta bloqueou parte dos valores devidos. Sendo assim, determinei sua transferência para conta judicial na Caixa Econômica Federal, agência 2848.
Intime-se a parte executada para se manifestar quanto à penhora, nos termos do artigo 854, § 3º do CPC/2015, no prazo de 5 (cinco) dias. Expeça-se carta de intimação caso não possua patrono constituído nos autos, do contrário, considerar-se-á intimada da publicação deste no Diário da Justiça ou será intimada pelo PJE.
Determino que o exequente se manifeste pela efetividade da execução, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento, para:
a) indicar bens passíveis de penhora;
b) apresentar cálculo atualizado da dívida.
Se houver interesse em proceder às pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, apresente a parte exequente, no prazo de 5 (cinco) dias, o comprovante de pagamento de taxa referente a cada diligência judicial requerida por cada executado, nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigos 2º, VIII e 17, publicada no DOE nº 158, de 24/08/2016, sob pena de arquivamento.
Converto o bloqueio em penhora. Segue anexo o detalhamento do BACENJUD.
Decorrido o prazo sem manifestação quanto à penhora pela parte executada, expeça-se alvará para levantamento dos valores bloqueados.
Intimem-se.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Processo nº: 7001352-57.2015.8.22.0001 Classe: Cumprimento de SENTENÇA Assunto: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes EXEQUENTE: ACR COMERCIO DE CONFECCOES LTDA. ADVOGADO DO EXEQUENTE: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA OAB nº RO1073 EXECUTADO: RAIMUNDA DA SILVA ALMEIDA ADVOGADO DO EXECUTADO: SULIENE CARVALHO DE MEDEIROS OAB nº RO6020 DESPACHO
Vistos.
1. Realizada a penhora on-line de valores, por meio do BACENJUD, esta restou infrutífera.
2. Realizada consulta pelo sistema RENAJUD, conforme anexos, não constam registros de veículos em nome do executado.
3. DEFIRO a quebra do sigilo fiscal por meio do sistema INFOJUD. Realizada a consulta pelo INFOJUD, esta restou negativa.
4. Manifeste-se o exequente quanto aos documentos, no prazo de quinze dias, sob pena de extinção.
Segue, em anexo, o detalhamento das consultas.
Intime-se.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo nº: 7037655-02.2017.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial Assunto: Transação
EXEQUENTE: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ALEXANDRE CAMARGO OAB nº RO704 EXECUTADO: MARIA NAIRAN FERNANDES MOLARI
ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Vistos.
Realizado o bloqueio on-line de valores por meio do sistema BACENJUD, a consulta atesta que restou infrutífera a tentativa.
Segue, em anexo, o detalhamento do Bacenjud.
Determino que o exequente se manifeste pela efetividade da execução, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento, para:
a) indicar bens passíveis de penhora;
b) apresentar cálculo atualizado da dívida.
Se houver interesse em proceder às pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, apresente a parte exequente, no prazo de 5 (cinco) dias, o comprovante de pagamento de taxa referente a cada diligência judicial requerida, nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigos 2º, VIII e 17, publicada no DOE nº 158, de 24/08/2016, sob pena de arquivamento.
Intimem-se.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juiz (a) de Direito

Processo nº: 7051052-65.2016.8.22.0001 Classe: Execução de Título Extrajudicial Assunto: Alienação Fiduciária EXEQUENTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. ADVOGADO DO EXEQUENTE: ANTONIO BRAZ DA SILVA OAB nº AC6557 EXECUTADO: CLEOMAR CRUZ PINHEIRO ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA DESPACHO
Vistos.
Realizada a consulta do endereço do(a) executado(a) por meio dos sistemas informatizados BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, esta restou frutífera.

Intime-se o exequente a se manifestar acerca dos documentos solicitados, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Segue, em anexo, o detalhamento da consulta.
Intimem-se.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível - Fórum Cível Processo nº: 7006378-94.2019.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Assunto: Seguro
AUTOR: LUCAS GOMES DA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: GENIVAL FERNANDES DE LIMA OAB nº RO2366
RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA CNPJ nº 09.248.608/0001-04, EDIFÍCIO CITIBANK, RUA DA ASSEMBLÉIA 100 CENTRO - 20011-904 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
Vistos, etc.
1. Defere-se a gratuidade.
2. Cite-se a parte requerida para, nos termos do art. 334 do CPC, comparecer à audiência de conciliação/perícia, em sistema de Mutirão, que ocorrerá na CEJUSC – Centro Judiciário de solução de Conflitos e Cidadania, à Rua Quintino Bocaiúva, n. 3061, esquina com Avenida Gov. Jorge Teixeira, Bairro Embratel, em Porto Velho (RO), e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br, devendo as partes comparecer, acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º), oportunidade em que será realizada a perícia concomitantemente à audiência conciliatória.
AO CARTÓRIO: Agende-se data para a audiência e perícia, utilizando o sistema automático do PJe. Depois, certifique-se, intimando-se a parte autora via sistema eletrônico e encaminhando como anexo à parte requerida.
A perícia será realizada pela perita designada por este juízo, a médica ortopedista Helena Cristina Silveira e Silveira, CRM 2.777-RO (telefone 8121-3299, santiago_mtc@yahoo.com.br).
No caso de impossibilidade de realização da perícia médico indicado, fica autorizada a realização por outro médico disponível/presente para atuação no mutirão, desde que previamente cadastrado junto ao Tribunal de Justiça de Rondônia.
Para a realização de perícia em regime de mutirão, fixo a verba pericial em R$ 358,00 (trezentos e cinquenta e oito reais), que deverá ser custeado integralmente pela requerida, ante a concessão dos benefícios da justiça gratuita ao autor.
Na sala de perícia permanecerão os médicos (peritos e assistentes), o requerente a ser periciado, e os patronos das partes. No momento do exame, em respeito à privacidade da parte, os peritos poderão realizá-lo somente na presença dos demais médicos. Faculto às partes a indicação de assistentes técnicos no prazo de 10 (dez) dias, bem como apresentação de quesitos, desde que já não o tenham feito anteriormente nos autos.
A verba pericial deverá ser depositada pela Seguradora, no prazo de dez dias da citação, comprovando o depósito judicial diretamente no processo.
Eventual depósito de verba pericial existente nos autos será devolvida à requerida, mediante alvará de transferência, se não for realizada a perícia.
Deverá o autor comparecer para realização de perícia, com todos os documentos e laudos médicos realizados em razão do seu acidente.
Caberá ao advogado comunicar ao respectivo autor/cliente a data da conciliação e perícia.
No caso de não comparecimento do autor, sem justificativa legal, os autos serão extintos sem julgamento de MÉRITO, por falta de pressuposto de constituição válido e regular do processo.
Comunique-se ao perito quanto às datas. Comunique-se à Seguradora Líder os processos incluídos no Mutirão.
A Seguradora será citada por meio eletrônico, no email coordenacaodepoliticasdeconciliacao@seguradoralider.com.br, o qual deverá ser encaminhado uma vez por semana, no mesmo horário, todos os processos para citação.
A contestação será apresentada pela Seguradora até o momento da realização da audiência de conciliação. Na audiência de conciliação, se não houver acordo, a parte requerente apresentará sua impugnação, incluindo-a na ata de audiência, bem como as partes manifestarão se pretendem a produção de outras provas.
3. Concretizada a perícia, fica desde já autorizada a entrega de seus honorários ao perito mediante alvará.
4. Este DESPACHO servirá como carta/MANDADO, assim, neste ato, vossa senhoria está sendo citada para comparecer à audiência e apresentar sua defesa, ficando advertidas as partes que o não comparecimento na audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º).
Adverte-se a parte requerida que, se não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344, CPC/2015).
A petição inicial poderá ser consultada pelo endereço eletrônico: http://pje.tjro.jus.br/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.
seam usando o código: 19022011230922500000023256488 (nos termos do artigo 19 e 20 da Resolução 185, de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça).
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juiz(a) de Direito
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo nº: 7040661-80.2018.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Rescisão do contrato e devolução do dinheiro
AUTORES: TARCIANA MAIA DE LUCENA, ENIO SALVADOR VAZ
ADVOGADOS DOS AUTORES: MARCAL AMORA COUCEIRO OAB nº RO8653, CINTIA BARBARA PAGANOTTO RODRIGUES OAB nº RO3798
RÉU: BEACH PARK HOTEIS E TURISMO S/A
ADVOGADO DO RÉU: MARCIO RAFAEL GAZZINEO OAB nº CE23495 DESPACHO
1. Há notícia de não cumprimento da ordem emanada em ID 22205797, desta forma, esclareça o requerido no mesmo prazo para especificação de provas, quanto ao não cumprimento da liminar.
2. Oportunizo o prazo de 05 (cinco) dias para que as partes digam se pretendem produzir outras provas, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível - Fórum Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo nº: 7012980-09.2016.8.22.0001 Classe: Cumprimento de SENTENÇA Assunto: Indenização por Dano Moral, Obrigação de Fazer / Não Fazer EXEQUENTES: MR PINTO TERAPIAS NATURAIS E PRESTACAO DE SERVICOS - ME, MARIA DO ROZARIO PINTO ADVOGADOS DOS EXEQUENTES:

SERGIO HOLANDA DA COSTA MORAIS OAB nº RO5966A EXECUTADO: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD ADVOGADO DO EXECUTADO: MARICELIA SANTOS FERREIRA DE ARAUJO OAB nº RO324B, CLAYTON CONRAT KUSSLER OAB nº RO3861, ANA PAULA CARVALHO VEDANA OAB nº RO6926 DESPACHO
Vistos.
Realizada penhora on-line de valores por meio do BACENJUD, esta restou frutífera. Em seguida, determinei a transferência do valor constrito para conta judicial a ser aberta na Caixa Econômica Federal, agência 2848.
Converto o bloqueio em penhora.
Segue, em anexo, o detalhamento do BACENJUD.
Intime-se a parte executada para se manifestar quanto à penhora, nos termos do artigo 854, § 3º do CPC/2015, no prazo de 5 (cinco) dias. Expeça-se carta de intimação caso a parte executada não possua patrono constituído nos autos, do contrário, considerar-se-á intimada da publicação deste no Diário da Justiça ou será intimada pelo PJE.
Decorrido o prazo sem impugnação ao cumprimento de SENTENÇA e à penhora, volvam os autos conclusos para arquivamento e determinação de levantamento do valor.
Determino o desbloqueio dos demais valores bloqueados.
Intimem-se.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br
COMARCA: PORTO VELHO
ÓRGÃO EMITENTE: 8ª VARA CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO (Prazo: 20 dias)
(Cumprimento de SENTENÇA)
DE: JEFFERSOM PEREIRA COSTA CPF: 001.304.642-01, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: proceder a INTIMAÇÃO da(s) parte(s) acima qualificada(s) para, nos termos dos artigos 523 § 2 do NCPC, para cumprir a SENTENÇA e pagar o valor da condenação, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do término do prazo do presente edital, que fluirá da data da sua publicação única ou, havendo mais de uma, da primeira. O não pagamento no prazo acima implica em multa de 10% sobre o valor do débito. Não tendo condições de constituir advogado a parte deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, nº 913, Pedrinhas, nesta.
VALOR DA CONDENAÇÃO: R$ 2.868,75 (dois mil oitocentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos) atualizado até 28/08/2017.
Processo: 7060331-75.2016.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: MARIA DE FATIMA TORQUATO CARNEIRO
Advogados do(a) EXEQUENTE: DANIELE MEIRA COUTO - RO0002400A, MARCELO ESTEBANEZ MARTINS - RO3208
EXECUTADO: JEFFERSOM PEREIRA COSTA e outros
DECISÃO de ID 24496057: "Vistos. Defiro o pedido de intimação do cumprimento de SENTENÇA por edital. Expeça-se o edital. O prazo de impugnação ao cumprimento de SENTENÇA inicia-se do término do prazo de dilação de 20 dias, estipulado nos termos do artigo 231, inciso IV, do CPC. Deverá ser dado cumprimento ao que dispõe o artigo 257, inciso II, do CPC/15, disponibilizando-se o edital de citação na plataforma de editais deste E.TJRO, bem como na plataforma do CNJ, quanto a esta dispensa-se a providência caso ainda não esteja disponível.Decorrido o prazo da citação por edital, sem apresentação de defesa nos autos, nomeio curador especial na pessoa de Defensor Público para manifestar-se, conforme preceito contido no art. 72, II do CPC/2015. Remetam-se os autos à Defensoria Pública. Porto Velho/RO, 6 de fevereiro de 2019. Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza Juiz (a) de Direito"
Sede do Juízo: Fórum Cível, Av. Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho Fórum Cível RO, 76803-686 3217-1307 e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br
Porto Velho, 7 de fevereiro de 2019.
Carlos Gonçalves Tavares
Gestor de Equipe/CPE 206976-8
Data e Hora
07/02/2019 10:39:16
Validade: 31/08/2019, conforme estabelece o Art. 22, inciso I, letra "a" e "b", da Instrução Presidencial Nº 001/2012 – PR, publicada no DJE nº 031 de 15/02/2012.
a
2731
Caracteres
2252
Preço por caractere
0,01940
Total (R$)
43,69

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7020819-17.2018.8.22.0001
Classe: MONITÓRIA (40)
AUTOR: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
Advogado do(a) AUTOR: ZOIL BATISTA DE MAGALHAES NETO - RO0001619A
RÉU: DEISE CRISTINA DELGADO DE AGNELO
Intimação Fica a parte Requerente intimada, no prazo de 05 dias, a apresentar manifestação acerca dos documentos juntados.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7047952-34.2018.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: ASSOCIACAO RESIDENCIAL BOSQUES DO MADEIRA
Advogado do(a) EXEQUENTE: GEISEBEL ERECILDA MARCOLAN - RO3956
EXECUTADO: ARACELI JOZIANE SANTOS
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 8ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA - CEJUSC/CÍVEL Data: 13/06/2019 Hora: 17:00
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7032291-15.2018.8.22.0001
Classe: MONITÓRIA (40)
AUTOR: RAIMUNDO NONATO FERREIRA DE SOUZA
Advogado do(a) AUTOR: MARCUS VINICIUS PRUDENTE - RO212
RÉU: H.B. CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA - ME e outros (2)
Advogado do(a) RÉU: ROBERTO JARBAS MOURA DE SOUZA - RO1246
Advogado do(a) RÉU: PERICLES XAVIER GAMA - RO2512
Intimação Fica a parte Autora intimada a, no prazo de 15 dias, responder aos embargos id nº 26040928, consoante o art. 702, §5º, CPC/15.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 0023079-31.2014.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXECUTADO: Wagner Alexandre da Silva
Advogados do(a) EXECUTADO: JOSE VITOR COSTA JUNIOR - RO4575, ALINE NAYARA DOS SANTOS SILVA - RO9842
EXEQUENTE: PORTO VELHO SHOPPING S.A
Advogados do(a) EXEQUENTE: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO - RO635, MARCELO LESSA PEREIRA - RO1501
Intimação Ficam as partes Requerente e Requerida intimadas, no prazo de 05 dias, a apresentar manifestação acerca dos documentos juntados.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7014891-51.2019.8.22.0001
Classe: MONITÓRIA (40)
AUTOR: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
Advogado do(a) AUTOR: DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO - RO3831
RÉU: INGRID GOMES ISHII e outros
Intimação
Fica a parte autora, por seu patrono, no prazo de 15 dias, intimada para recolher o complemento das custas iniciais - cód. 1001.2 - Custa Inicial adiada (1%) - distribuição da ação no 1º grau de jurisdição.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7027598-56.2016.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS UNIRONDÔNIA LTDA
Advogados do(a) EXEQUENTE: VALERIANO LEAO DE CAMARGO - RO5414, DEBORA MENDES GOMES LAUERMANN - RO0005618A, SARA COELHO DA SILVA - RO6157
EXECUTADO: MORAIS & SILVA PECAS E SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA - ME e outros (2)
Advogado do(a) EXECUTADO: GRACILIANO ORTEGA SANCHEZ - RO5194
INTIMAÇÃO Fica a parte Requerente intimada a promover o regular andamento do feito no prazo de 05 dias sob pena de extinção.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br
Processo: 7022855-66.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: MARIA VERA LUCIA DA SILVA e outros (2)
Advogados do(a) AUTOR: DEBORA PANTOJA BASTOS - RO7217, VALNEI GOMES DA CRUZ ROCHA - RO2479, DENISE GONCALVES DA CRUZ ROCHA - RO1996
RÉU: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
Advogado do(a) RÉU: CLAYTON CONRAT KUSSLER - RO3861DESPACHO
Vistos.
Expeça-se alvará do valor correspondente a 50% do valor remanescente referente aos honorários periciais ao expert Luiz Guilherme.
Conforme determinado na DECISÃO saneadora (ID 14004569), designo audiência de instrução para o dia 06 de junho de 2019, às 11 horas para a colheita de depoimento pessoal dos autores, sob pena de confesso.
Desde já, indefiro pedido de oitiva do perito para esclarecimento, uma vez que o laudo pericial reúne, de forma satisfatória as informações necessárias à elucidação do objeto controvertido.
Intime-se.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juiz (a) de Direito

9ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7008278-15.2019.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: LUCAS EDUARDO SANTOS DE SOUZA
Advogado do(a) AUTOR: ELIANA SOLETO ALVES MASSARO - RO1847
RÉU: ERIJOSEVAN DA SILVA SANTOS
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 9ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA - CEJUSC/CÍVEL - Data: 04/07/2019 Hora: 10:00
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 2 de maio de 2019.
ANDERSON PINTO DE OLIVEIRA

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7008857-60.2019.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: UILIAN AZEVEDO DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: EDGAR FERREIRA DE SOUZA - MT17664
RÉU: BANCO BRADESCO S.A.
Advogado do(a) RÉU: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - RO5546
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 9ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA - CEJUSC/CÍVEL - Data: 04/07/2019 Hora: 12:30
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 2 de maio de 2019.
ANDERSON PINTO DE OLIVEIRA

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7017505-34.2016.8.22.0001
Classe: DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO CUMULADO COM COBRANÇA (94)
AUTOR: SOCIAL ADMINISTRADORA DE IMOVEIS LTDA - EPP
Advogados do(a) AUTOR: ALINE NAYARA DOS SANTOS SILVA - RO9842, ALLYANA BRUNA MATUDA CABRAL - RO6847, MARIA ALDICLEIA FERREIRA - RO6169, JOSE VITOR COSTA JUNIOR - RO4575
RÉU: OVIDIO CESAR DE MIRANDA NETO e outros
Intimação
(Provas)
Ficam as partes, por via de seus advogados, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, intimadas a especificarem provas que pretendem produzir.
1) Caso a parte autora não tenha recolhido o 1% de custas iniciais complementares, deverá comprovar no prazo acima mencionado, exceto se beneficiados(s) pela concessão da justiça gratuita.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7009999-02.2019.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: M. F. C. D. S.
Advogados do(a) AUTOR: ALEXANDRE LEANDRO DA SILVA - RO4260, KAMILA ARAUJO PRADO - RO7371
RÉU: GOL Linhas Aéreas, VRG Linhas Aéreas S/A
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 9ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA - CEJUSC/CÍVEL - Data: 04/07/2019 Hora: 17:30
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 2 de maio de 2019.
ANDERSON PINTO DE OLIVEIRA

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686
COMARCA: PORTO VELHO
ÓRGÃO EMITENTE: 9ª VARA CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO (Prazo: 20 dias)
DE: WES E-COMMERCE LTDA - EPP, CNPJ nº 11.161.917/0001-94, atualmente em lugar incerto e não sabido
FINALIDADE: Fica o(a) Requerido(a) acima mencionado(a), NOTIFICADO(A) para pagar as custas finais do processo em epígrafe, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do término do prazo de 20 (vinte dias) da data de publicação deste edital. O não pagamento integral ensejará a expedição de Certidão de Débito Judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa.
Processo: 7012775-14.2015.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: MANOEL SOCORRO DE MORAES GONCALVES
Advogado do(a) EXEQUENTE: DAVID ALVES MOREIRA - RO299-B
EXECUTADO: WES E-COMMERCE LTDA - EPPDESPACHO / DECISÃO de ID 21088542: “Com razão o autor, o juízo já realizou buscas através dos sistemas conveniados, Bacenjud, Renajud e Infojud, contudo, restaram negativas as respostas, o autor ainda diligênciou por penhora de bens na sede da executada por precatória, que também resultou infrutífera. Ante o exposto, defiro a inclusão do nome da parte executada nos cadastros de inadimplentes, através do sistema Serasajud, proceda o cartório com as diligências necessárias. Fica intimada a exequente para indicar meios hábeis à satisfação de seu crédito, no prazo de 10 dias. Em caso de inércia intime-se a executada para pagamento das custas processuais finais e, após, arquive-se.”
Sede do Juízo: Fórum Cível, Av. Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho Fórum Cível RO, 76803-686 3217-1285 pvh9civel@tjro.jus.br
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Anderson Pinto de Oliveira
Gestor de Equipe

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
COMARCA: PORTO VELHO
ÓRGÃO EMITENTE: 9ª VARA CÍVEL
EDITAL DE CITAÇÃO (Prazo: 20 dias)
DE: RENALDO LUIS MUNIZ CPF: 686.661.442-20, RUTH FONSECA MENDES MUNIZ CPF: 775.622.672-00, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAR e INTIMAR o(a) Executado(a) acima mencionado, para que efetue pagamento do débito em 03 (três) dias úteis ou no prazo de 15 (quinze) dias úteis, opor Embargos à Execução, a contar da publicação deste edital, independentemente de penhora, depósito ou caução, observando-se o disposto no art. 827, § 1º § 2º do CPC. Honorários fixados em 10% salvo embargos. Caso haja pagamento integral da dívida no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º do CPC). Não efetuado o pagamento no prazo de 03 (três) dias úteis, proceder-se-á de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o Executado.
PRAZO: O prazo para opor embargos do Devedor será de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste edital.
ADVERTÊNCIA: Em caso de revelia, será nomeado curador especial nos termos do art. 257, IV do CPC.

DÍVIDA CORRIGIDA: R$ 208.602,27 (duzentos e oito mil, seiscentos e dois reais e vinte e sete centavos) atualizado até 28/02/2017.
Processo: 7009268-74.2017.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado do(a) EXEQUENTE: RAFAEL SGANZERLA DURAND - SP211648
EXECUTADO: R. B. MACHADO - ME e outros (3)
DESPACHO de ID 25093782: "1- Considerando as tentativas frustradas de citação pessoal da parte requerida, DEFIRO a citação por edital, dos executados Renaldo Luis Muniz e Ruth Fonseca Mendes Muniz, nos termos do art. 246, inciso IV do CPC, pelo prazo de 20 dias. Expeça-se o necessário (art. 256 e seguintes do CPC). 2- Decorrido o prazo, certifique-se e envie os autos à Defensoria Pública para exercer o encargo de curatela especial (art. 72, c/c art. 257, §4º, ambos do CPC). 3- Havendo manifestação, vistas à parte autora pelo prazo de 05 dias. Porto Velho, 1 de março de 2019. Luciane Sanches Juiz de Direito"
Sede do Juízo: Fórum Cível, Av. Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho Fórum Cível RO, 76803-686 3217-2520 pvh9civel@tjro.gov.br
Porto Velho, 1 de março de 2019.
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7005435-77.2019.8.22.0001
Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO (172)
EMBARGANTE: ODAIR ALVES DE SOUZA
Advogados do(a) EMBARGANTE: RAIMUNDO GONCALVES DE ARAUJO - RO3300, FERNANDO AUGUSTO TORRES DOS SANTOS - RO4725
EMBARGADO: SOCIEDADE DE PESQUISA EDUCACAO E CULTURA, DR. APARICIO CARVALHO DE MORAES LTDA
Advogados do(a) EMBARGADO: IZABEL CELINA PESSOA BEZERRA CARDOSO - RO796, CAMILA BEZERRA BATISTA - RO7212
CERTIDÃO/INTIMAÇÃODESPACHO
Cadastre-se o patrono do embargado/exequente.
Defiro a gratuidade judiciária.
Associe-se aos autos de execução n. 7039334-03.2018.8.22.0001
Para o deferimento do efeito suspensivo devem os embargantes comprovar o preenchimento dos requisitos do art. 919, § 1º do CPC:
Art. 919. Os embargos à execução não terão efeitos suspensivos.
§ 1º O juiz poderá, a requerimento do embargante, atribuir efeito suspensivo aos embargos quando verificados os requisitos para a concessão da tutela provisória e desde que a execução já esteja garantida por penhora, depósito ou caução suficientes. [grifei].
Pois bem, para atribuir efeito suspensivo aos embargos, primeiramente, deve-se analisar os requisitos para a concessão da tutela de urgência, qual seja, constatar a probabilidade do direito do autor, risco de dano e a reversibilidade do provimento, nos termos do art. 300, caput e §3º do CPC. A probabilidade do direito restaria comprovada com a juntada de comprovante de quitação do débito, o que não veio aos autos. Ademais, a execução não está garantida por penhora, depósito ou caução. Assim sendo, não vislumbro preenchidos os requisitos autorizadores para a concessão do efeito suspensivo, portanto, INDEFIRO-O.
Recebo os presentes embargos sem suspensão da execução (CPC, art. 919).
Intime-se o Exequente/embargado, via sistema ou DJ, através de seu advogado, para impugnar os embargos em 15 dias (CPC, art. 920).
Caso não seja apresentada impugnação, venham conclusos para DECISÃO. Considerando a apresentação de impugnação, vista a executada/embargante, para, querendo, se manifestar a teor do art. 10 do CPC e após concluso para DECISÃO.
Porto Velho - RO, 30 de abril de 2019.
Rinaldo Forti Silva
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7008916-48.2019.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: JONHNY FERREIRA CHAGAS
Advogado do(a) AUTOR: ANDERSON DE MOURA E SILVA - RO2819
RÉU: FUNDACAO ELETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL ELETROS
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 9ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA - CEJUSC/CÍVEL - Data: 05/07/2019 Hora: 12:30
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 2 de maio de 2019.
ANDERSON PINTO DE OLIVEIRA

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível Processo n. 7022497-67.2018.8.22.0001
AUTOR: RICARDO ROCHA DA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: DANIELLE ALVES FLORENCIO FERRAZ OAB nº RO6837, RILDO DOS SANTOS AMARAL OAB nº RO7165
RÉU: VALDELIRIO DE QUADROS
ADVOGADO DO RÉU:
Valor da causa: R$40.000,00 DESPACHO
Considerando que a lei incentiva a solução conciliatória do conflito (Art. 139, V CPC), designo audiência de conciliação para o dia 04 de junho de 2019, às 10h:30min na sala de audiências deste Juízo (Av. Lauro Sodré, n. 1728, bairro São João Bosco – 9ª Vara Cível).
A parte requerida está representada pela Defensoria Pública, por isso, deve ser intimada PESSOALMENTE.
A parte autora poderá ser intimada via DJ.
I.
Porto Velho - RO, 30 de abril de 2019.
Rinaldo Forti Silva
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7010378-40.2019.8.22.0001

Classe: PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)
AUTOR: MARIA DALVA LIMA
Advogado do(a) AUTOR: RISOLENE ELIANE GOMES DA SILVA - RO3963
RÉU: OI S.A
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 9ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA - CEJUSC/CÍVEL - Data: 05/07/2019 Hora: 17:30
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 2 de maio de 2019.
ANDERSON PINTO DE OLIVEIRA

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
COMARCA: PORTO VELHO
ÓRGÃO EMITENTE: 9ª VARA CÍVEL
EDITAL DE CITAÇÃO (Prazo: 20 dias)
DE: MASTER FRIOS COMERCIO DE FRIOS E DERIVADOS LTDA - ME, CNPJ nº 14.914.321/0001-06, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAR e INTIMAR o(a) Executado(a) acima mencionado, para que efetue pagamento do débito em 03 (três) dias úteis ou no prazo de 15 (quinze) dias úteis, opor Embargos à Execução, a contar da publicação deste edital, independentemente de penhora, depósito ou caução, observando-se o disposto no art. 827, § 1º § 2º do CPC. Honorários fixados em 10% salvo embargos. Caso haja pagamento integral da dívida no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º do CPC). Não efetuado o pagamento no prazo de 03 (três) dias úteis, proceder-se-á de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o Executado.
PRAZO: O prazo para opor embargos do Devedor será de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste edital.
ADVERTÊNCIA: Em caso de revelia, será nomeado curador especial nos termos do art. 257, IV do CPC.
DÍVIDA CORRIGIDA: R$ 82.215,22 (oitenta e dois mil, duzentos e quinze reais e vinte e dois centavos) atualizado até 01/02/2018.
Processo: 7000638-97.2015.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S.A.
Advogado do(a) EXEQUENTE: MAURO PAULO GALERA MARI - RO4937-O
EXECUTADO: MASTER FRIOS COMERCIO DE FRIOS E DERIVADOS LTDA - ME
DESPACHO de ID 25277805: "Trata-se de ação de busca e apreensão proposta pelo Banco Bradesco S/A em face de Master Frios Comércio de Frios e Derivados LTDA - ME. Foram realizadas três tentativas de busca e apreensão do veículo objeto da lide, bem como, de citação da parte ré, as quais foram negativas conforme as certidões de Oficial de Justiça de ID's 1100671, 2042413, 7058165. Foi requerido (petição de ID 8567576) pela parte autora a pesquisa de endereço da parte ré pelo sistema Infojud, entretanto a mesma foi inexitosa de acordo com o DESPACHO de ID 15807865.. No intuito de dar prosseguimento ao feito, a parte autora requereu, em petição de ID 16862458, a conversão de ação de busca e apreensão em ação de execução. Entretanto o DESPACHO de ID 17700605 nada diz a respeito da conversão. Em seguida, a parte autora requer a citação da parte ré por edital (iD 17932212), pedido este que foi deferido em DESPACHO de ID 20785203. Posto isto. É evidente que o DESPACHO de Id 20785203 foi exarado em equivoco, vez que, sequer houve apreciação do pedido de conversão de ação de busca e apreensão em execução. Assim, considerando a apresentação do título (Cédula de Crédito Bancário - ID 761190, páginas 1/7), bem como a indicação de endereço do requerido e, restando infrutíferas as diligências procedidas para localizar o bem em litígio defiro a pretensão formulada pelo autor, para converter a ação de busca e apreensão em ação de execução, com fundamento no artigo art. 4º do Decreto-Lei nº 911/69. Cite-se por edital. Ao cartório. 1 - Altere-se a classe judicial para execução. 2 - Expeça-se o necessário (art. 256 e seguintes do CPC). 3 - Decorrido o prazo, certifique-se e envie os autos à Defensoria Pública para exercer o encargo de curatela especial (art. 72, c/c art. 257, §4º, ambos do CPC). 4 - Havendo manifestação, vistas à parte autora.Fica a parte exequente intimada, via advogado, para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias. Porto Velho - RO, 12 de março de 2019. Marisa de Almeida Juiz de Direito"
Sede do Juízo: Fórum Cível, Av. Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho Fórum Cível RO, 76803-686 3217-2520 pvh9civel@tjro.gov.br
Porto Velho, 12 de março de 2019.
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7012603-33.2019.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ASSIEL RODRIGUES DE LIMA
Advogados do(a) AUTOR: MARILIA LISBOA BENINCASA MORO - RO2252, FLAVIO BRUNO AMANCIO VALE FONTENELE - RO2584
RÉU: BANCO BRADESCO S.A.
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 9ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA - CEJUSC/CÍVEL - Data: 08/07/2019 Hora: 10:00
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 2 de maio de 2019.
ANDERSON PINTO DE OLIVEIRA

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7036248-24.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: MARCELLO BORGERTH PRODUCOES E EVENTOS LTDA - EPP
Advogados do(a) AUTOR: LUCAS HERNANDEZ DO VALE MARTINS - SP250073, IVAN GERALDO ROCHA DA PALMA - SP275878
RÉU: CLEA SIQUEIRA DA SILVA
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 9ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA - CEJUSC/CÍVEL - Data: 08/07/2019 Hora: 12:30
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 2 de maio de 2019.
ANDERSON PINTO DE OLIVEIRA

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7011220-20.2019.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: MARIO SERGIO SOUZA E SILVA
Advogado do(a) AUTOR: EDGAR FERREIRA DE SOUZA - MT17664
RÉU: BANCO ITAUCARD S.A.
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 9ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA - CEJUSC/CÍVEL - Data: 08/07/2019 Hora: 17:30
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 2 de maio de 2019.
ANDERSON PINTO DE OLIVEIRA

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível Processo n. 7005751-90.2019.8.22.0001
AUTOR: JEDILSON DE ARAUJO SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: MARILZA GOMES DE ALMEIDA BARROS OAB nº RO3797, WELISON NUNES DA SILVA OAB nº PR58395
RÉU: CICERO SARAIVA DOS SANTOS
ADVOGADO DO RÉU:
Valor da causa: R$87.253,40 DESPACHO
Em análise mais detida do polo passivo, firmo meu impedimento, nos termos do art. 144, IX do CPC.
Remetam-se ao meu substituto automático, observada a compensação.
Porto Velho - RO, 2 de maio de 2019.
Rinaldo Forti Silva
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível Processo n. 7049145-21.2017.8.22.0001
AUTOR: BANCO VOLKSWAGEN S.A.
ADVOGADO DO AUTOR: MARCELO BRASIL SALIBA OAB nº AC5258, MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO OAB nº RO4658
RÉU: DJALMA VIEIRA MIRANDA
ADVOGADO DO RÉU:
Valor da causa: R$30.881,97 DESPACHO
Fica intimado o embargado acerca dos embargos opostos sob Id n. 24486094, págs. 01/06/PDF para, querendo, manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias (art. 1.023, § 2º, CPC).
Com a resposta ou decorrido o prazo in albis, conclusos para DECISÃO.
I.
Porto Velho - RO, 2 de maio de 2019.
Rinaldo Forti Silva
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível Processo n. 7010877-24.2019.8.22.0001
AUTOR: ABIDAO FERREIRA DA SILVA FILHO
ADVOGADO DO AUTOR: ELBER VIEIRA MUDREY OAB nº RO6209
RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO RÉU:
Valor da causa: R$57.982,03 DESPACHO
Em análise aos autos verifico que o autor baseia seu pedido na lei dos juizados especiais 9.099/95, assim sendo, adeque o autor seus pedidos ao CPC/2015, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento, após conclusos.
Porto Velho - RO, 2 de maio de 2019.
Rinaldo Forti Silva
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728,São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
COMARCA: PORTO VELHO
ÓRGÃO EMITENTE: 9ª VARA CÍVEL
Processo: 7038467-44.2017.8.22.0001
Classe: MONITÓRIA (40)
AUTOR: BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado do(a) AUTOR: RAFAEL SGANZERLA DURAND - RO4872
RÉU: T. F. ENGENHARIA LTDA - ME, FABIO BEZERRA SOARES, TACIO BEZERRA SOARES
EDITAL DE CITAÇÃO (Prazo: 20 dias)
DE: T. F. ENGENHARIA LTDA - ME, CNPJ 05.236.400/0001-14, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FABIO BEZERRA SOARES (avalista), CPF n. 625.107.203-25 e TACIO BEZERRA SOARES (avalista), CPF n. 651.003.793-91, atualmente em lugar incerto e não sabido
FINALIDADE: Proceder a CITAÇÃO do(a) Requerido(a) acima qualificado de todo o conteúdo do DESPACHO abaixo transcrito, para que pague a importância referida no valor da ação juntamente com honorários advocatícios de 5% sobre o valor da causa, no prazo de 15 (quinze) dias (art. art. 701 CPC), podendo no mesmo prazo opor embargos, nos próprios autos (art. 702 CPC). Cumprindo o pronto pagamento, o réu ficará isento de custas processuais (art. 701, § 1º do CPC).
ADVERTÊNCIA: Se os embargos não forem opostos, o MANDADO inicial ficará convertido em MANDADO de execução, atendendo ao rito processual previsto no Art. 701, § 2º do Código de Processo Civil.
ADVERTÊNCIA: Em caso de revelia, será nomeado curador especial nos termos do art. 257, IV do NCPC.
VALOR DA DÍVIDA: R$ 155.082,48 (cento e cinquenta e cinco mil, oitenta e dois reais, quarenta e oito centavos) atualizado até 28/08/2017
DESPACHO de ID 25876874: " 1- Considerando as tentativas frustradas de citação pessoal da parte requerida, DEFIRO a citação por edital nos termos do art. 246, inciso IV do CPC, pelo prazo de 20 dias. Expeça-se o necessário (art. 256 e seguintes do CPC). 2- Decorrido o prazo, certifique-se e envie os autos à Defensoria Pública para exercer o encargo de curatela especial (art. 72, c/c art. 257, §4º, ambos do CPC). 3- Havendo manifestação, vistas à parte autora pelo prazo de 05 dias. Porto Velho, 29 de março de 2019. Rinaldo Forti Silva Juiz de Direito "

Sede do Juízo: Fórum Cível, Av. Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho Fórum Cível RO, 76803-686 3217-1326 pvh.civel6a@tj.ro.gov.br
Porto Velho, 2 de abril de 2019.
Anderson Pinto de Oliveira
Gestor de Equipe
Data e Hora
02/04/2019 09:09:17
Validade: 31/08/2019, conforme estabelece o Art. 22, inciso I, letra "a" e "b", da Instrução Presidencial Nº 001/2012 – PR, publicada no DJE nº 031 de 15/02/2012.
a
2705
Caracteres
2225
Preço por caractere
0,01940
Total (R$)
43,17

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7031607-90.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: LILIAN FRANCISCA FREIRE CABRAL
Advogado do(a) AUTOR: ALEXANDRE AZEVEDO ANTUNES - MT8843
RÉU: BANCO BRADESCO S.A.
Advogado do(a) RÉU: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - RO5546
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida, na pessoa de seu(ua) advogado(a), notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 0002686-85.2014.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: EUCLIDES XAVIER GHESSO
Advogado do(a) AUTOR: FAUSTO SCHUMAHER ALE - RO4165
RÉU: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogados do(a) RÉU: ERICA CRISTINA CLAUDINO - RO6207, FRANCIANNY AIRES DA SILVA OZIAS - RO1190, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente intimada, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7050456-13.2018.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: ALPARGATAS S.A.
Advogado do(a) EXEQUENTE: CRISTINA MENNA BARRETO PIRES - SP97049
EXECUTADO: S. MONTEIRO SENA EIRELI - EPP
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente intimada, no prazo de 05 dias, a comprovar o pagamento para distribuição da Carta Precatória, no valor de R$ 184,86 (trezentos reais), conforme art. 30 da Lei nº 3.896, de 24 de agosto de 2016 e Provimento Corregedoria nº 008/2017 (DJ 072 de 20/04/2017), em complementação as custas já recolhidas ID 26677710. O valor da distribuição da carta precatória é de R$ 316,71.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7047392-92.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: INSTITUTO RONDONIENSE DE CARDIOLOGIA E NEUROLOGIA INTERVENCIONISTA E CIRURGIA ENDOVASCULAR LTDA - EPP
Advogado do(a) AUTOR: JOSE CRISTIANO PINHEIRO - RO1529
RÉU: UNIMED DE RONDONIA - COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e outros
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimada para querendo, apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 0004772-92.2015.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: PV EMPRESA DE FOMENTO MERCANTIL LTDA - ME
Advogado do(a) AUTOR: PAULINO PALMERIO QUEIROZ - SP69684
RÉU: ANTONIO PERICLES DE SOUZA SOBRINHO e outros (3)
Intimação
Para fins de atendimento ao pleito da parte AUTORA, fica esta intimada para que, no prazo de 05 dias, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1305
Processo: 7053206-56.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: JAQUELINE PEREIRA DA COSTA
Advogados do(a) AUTOR: KARINNE DAYDAME PEDROSO RENNO - MT18896, VICTOR ALIPIO AZEVEDO BORGES - RO6985

RÉU: OI S.A
Advogados do(a) RÉU: ALESSANDRA MONDINI CARVALHO - RO4240, ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO - RO635, DIEGO DE PAIVA VASCONCELOS - RO2013, MARCIO MELO NOGUEIRA - RO2827
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada a dar regular andamento ao feito no prazo de 5 dias, sob pena de extinção/arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7052869-33.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: BANCO BRADESCO S.A.
Advogado do(a) AUTOR: MAURO PAULO GALERA MARI - RO4937-S
RÉU: EZEQUIAS DAMASCENA DA SILVA
INTIMAÇÃO
Considerando o pedido para expedição/desentranhamento do MANDADO, fica a parte autora, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimado(a) para no prazo de 5 (cinco) dias, proceder o recolhimento da taxa, que deverá ser o valor da diligência do oficial de justiça positiva, gerando o boleto para pagamento no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=MlUemieeJXHJRLgVw2OOAp_bZ65KzfhrXqOHVab-.wildfly01:custas1.1, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7019557-37.2015.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA S.A.
Advogado do(a) AUTOR: JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS - SP273843
RÉU: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogado do(a) RÉU: ERICA CRISTINA CLAUDINO - RO6207
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida, por seu patrono, no prazo de 05 (cinco) dias, intimada para se manifestar sobre petição de ID 26835300.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível Processo n. 7035132-17.2017.8.22.0001
AUTORES: RAIMUNDA GONCALVES DE OLIVEIRA, MIGUEL ARCANJO DE OLIVEIRA
ADVOGADOS DOS AUTORES: DEBORA PANTOJA BASTOS OAB nº RO7217, DENISE GONCALVES DA CRUZ ROCHA OAB nº RO1996, VALNEI GOMES DA CRUZ ROCHA OAB nº RO2479
RÉU: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
ADVOGADO DO RÉU: CLAYTON CONRAT KUSSLER OAB nº RO3861, CLAYTON CONRAT KUSSLER OAB nº RO3861
Valor da causa: R$46.570,00 DESPACHO
Remeta-se ao E. Tribunal de Justiça de Rondônia.
Porto Velho - RO, 30 de abril de 2019.
Rinaldo Forti Silva
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível AUTOS: 7036248-24.2018.8.22.0001
AUTOR: MARCELLO BORGERTH PRODUCOES E EVENTOS LTDA - EPP
ADVOGADO DO AUTOR: LUCAS HERNANDEZ DO VALE MARTINS OAB nº SP250073, IVAN GERALDO ROCHA DA PALMA OAB nº SP275878
RÉU: CLEA SIQUEIRA DA SILVA, CHS PRODUÇÕESDESPACHO
O pleito de tutela de urgência vindicado restou prejudicado, dado que há muito a data do evento decorreu.
Cite-se a parte requerida, nos endereços indicados na petição de ID 26516499 e intime-se a autora para que, nos termos do art. 334 do CPC, compareçam à audiência de conciliação que ocorrerá na Central de Conciliação, sito à Rua Quintino Bocaiúva, n. 3061, esquina com Avenida Jorge Teixeira, Bairro Embratel, em Porto Velho (RO), devendo as partes se fazerem acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º CPC).
AO CARTÓRIO: Agende audiência utilizando-se o sistema do PJE, manual ou automático. Após, certifique-se, intimem-se para comparecer a audiência designada, a parte autora na pessoa do seu advogado (art. 334, § 3º, CPC), via Sistema Eletrônico e a requerida por carta ou MANDADO com cópia do DESPACHO e certidão como anexo.
Advirto as partes de que o não comparecimento pessoal à audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionada com multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º, CPC), sendo que o comparecimento do advogado não supre a exigência de comparecimento pessoal.
Ressalto que o prazo para contestar (15 dias úteis) fluirá a partir da data da audiência designada ou, caso a parte requerida manifeste o desinteresse na realização da mesma, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II, CPC). A manifestação de desistência deverá ser apresentada com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º, CPC).
Advirto a parte requerida que, se não contestar a ação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC).
Caso não haja acordo e a parte autora não seja beneficiária da gratuidade processual, deverá recolher as custas complementares em 1% do valor atribuído à causa.
ADVERTÊNCIA: A petição inicial e os documentos que instruem a inicial poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ. Não tendo condições de constituir advogado a parte requerida deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, nesta.
Vias deste servem como carta ou MANDADO de citação.
Porto Velho RO 30 de abril de 2019
Rinaldo Forti Silva
RÉU: CLEA SIQUEIRA DA SILVA, RUA DOM PEDRO II 1731, - DE 1441 A 1749 - LADO ÍMPAR SÃO CRISTÓVÃO - 76804-091 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
CHS PRODUÇÕES, CPF: 051.740.742-68. Endereço: Rua José Vieira Caula, nº 3.421, Embratel – Porto Velho/RO, CEP nº 78.905-240 e/ou Rua José Vieira Caula, nº 2.070, Embratel – Porto Velho/RO, CEP nº 78.905-240 e/ou Rua Brasília, nº 2.255, Centro – Porto Velho/RO, CEP nº 78.901-700
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível AUTOS: 7011220-20.2019.8.22.0001
AUTOR: MARIO SERGIO SOUZA E SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: EDGAR FERREIRA DE SOUZA OAB nº MT17664

RÉU: BANCO ITAUCARD S.A. DESPACHO
Acolho a emenda de Id n. 26237150/26238052 e concedo a gratuidade da justiça.
Cite-se a parte requerida e intime-se a autora para que, nos termos do art. 334 do CPC, compareçam à audiência de conciliação que ocorrerá na Central de Conciliação, sito à Rua Quintino Bocaiúva, n. 3061, esquina com Avenida Jorge Teixeira, Bairro Embratel, em Porto Velho (RO), devendo as partes se fazerem acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º CPC).
AO CARTÓRIO: Agende audiência utilizando-se o sistema do PJE, manual ou automático. Após, certifique-se, intimem-se para comparecer a audiência designada, a parte autora na pessoa do seu advogado (art. 334, § 3º, CPC), via Sistema Eletrônico e a requerida por carta ou MANDADO com cópia do DESPACHO e certidão como anexo.
Advirto as partes de que o não comparecimento pessoal à audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionada com multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º, CPC), sendo que o comparecimento do advogado não supre a exigência de comparecimento pessoal.
Ressalto que o prazo para contestar (15 dias úteis) fluirá a partir da data da audiência designada ou, caso a parte requerida manifeste o desinteresse na realização da mesma, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II, CPC). A manifestação de desistência deverá ser apresentada com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º, CPC).
Advirto a parte requerida que, se não contestar a ação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC).
Caso não haja acordo e a parte autora não seja beneficiária da gratuidade processual, deverá recolher as custas complementares em 1% do valor atribuído à causa.
ADVERTÊNCIA: A petição inicial e os documentos que instruem a inicial poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ. Não tendo condições de constituir advogado a parte requerida deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, nesta.
Vias deste servem como carta ou MANDADO de citação.
Porto Velho RO 30 de abril de 2019
Rinaldo Forti Silva
RÉU: BANCO ITAUCARD S.A., ALAMEDA PEDRO CALIL 43 VILA DAS ACÁCIAS - 08557-105 - POÁ - SÃO PAULO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível AUTOS: 7016390-70.2019.8.22.0001
EXEQUENTE: S.M. SERVICOS DE COBRANCA LTDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: CAROLINE CARRANZA FERNANDES OAB nº RO1915A
EXECUTADO: FRANCISCO RODRIGUES DE ALBUQUERQUE - ME DESPACHO
Verifico que a parte exequente deixou de juntar aos autos o protesto referente a duplicata de n.1698308/7.
1- Portanto, fica intimada a parte exequente, via advogado, para juntar aos autos o protesto referente a duplicata de n.1698308/7 ou para readequar o valor da ação no sentindo de diminuir do montante principal o valor de R$ 259,19.
2- Decorrendo in albis o prazo, certifique e voltem os autos conclusos.
3- Cumprido o item 1: Cite-se a parte executada para que, no prazo de 03 dias, efetue o pagamento da dívida, contados a partir da citação (art. 829 e 231 §3º do CPC), ou, no prazo de 15 dias úteis, oponha embargos à execução, independentemente de penhora, depósito ou caução, observando-se o disposto no artigo 827, §1º §º2º do CPC.
No mesmo prazo dos embargos, a parte executada pode reconhecer o crédito do exequente, e requerer, desde que comprovado o depósito de 30% do valor da execução acrescidos de custas e honorários, o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas as subsequentes de correção monetária e juros de 1% de ao mês (art. 916 CPC). Nesta hipótese, o credor deverá ser intimado para se manifestar quanto ao depósito e logo em seguida os autos virão conclusos para DECISÃO.
Fixo honorários em 10%, salvo embargos. Caso haja o pagamento integral da dívida no prazo de 03 dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827,§1º do CPC).
Não efetuado o pagamento no prazo de 03 dias úteis, munido da segunda via do MANDADO, o Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado.
Autorizo o Oficial de Justiça a utilizar-se das prerrogativas do art. 252 do CPC.
Se o oficial de justiça não encontrar o executado, arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução (art. 830, CPC). Nos 10 dias seguintes à efetivação do arresto, o oficial de justiça procurará o executado duas vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realizará a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido (§1º). Incumbe ao exequente requerer a citação por edital, uma vez frustradas a pessoal e a com hora certa (§2º). Aperfeiçoada a citação e transcorrido o prazo de pagamento, o arresto converter-se-á em penhora, independentemente de termo (§3º).
4- Sendo positiva a citação e havendo a penhora de bens, a parte executada poderá requerer a substituição da penhora no prazo de 10 dias úteis da intimação do ato, desde que atendido os requisitos do art. 847 e ss do CPC.
5- Formulado o pedido de substituição o exequente deverá ser intimado a se manifestar no prazo de 05 dias úteis.
6- Caso aceita a substituição, inclusive pela não manifestação no prazo de 3 dias, tome-se ela por termo (art. 853 e 849 do CPC).
7- Havendo a citação e não sendo localizados bens pelo oficial de justiça, intime-se a parte exequente para apresentar o cálculo atualizado do crédito, indicar bens à penhora ou requerer a pesquisa via sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, nesta ordem, mediante o pagamento das taxas, conforme art. 17 da Lei de Custas do TJ/RO.
8- Em caso de inércia do advogado da parte exequente, intime-a pessoalmente, por carta AR, para dar impulso ao feito no prazo de 5 dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III e §1º do CPC.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA/MANDADO. A petição inicial e os documentos que instruem a inicial poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ. Não tendo condições de constituir advogado a parte requerida deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, nesta.
EXECUTADO: FRANCISCO RODRIGUES DE ALBUQUERQUE - ME, RUA DANIELA 5670, - DE 5490/5491 AO FIM APONIÃ - 76824-126 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Porto Velho RO 30 de abril de 2019
Rinaldo Forti Silva
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1305
Processo: 7046413-67.2017.8.22.0001

Classe: PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXIGIDAS (45)
AUTOR: CORREA & SOUZA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA - ME
Advogados do(a) AUTOR: JOSE VITOR COSTA JUNIOR - RO4575, JESSICA EMILLE SILVA LIMA - RO8787, LIDIANE ALEXANDRA GRANO - RO8640
RÉU: ALICIO DOS REIS CARDOSO e outros
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada a promover o andamento do feito, requerendo o que pretende de direito no prazo de 5 dias, sob pena de extinção/arquivamento.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível AUTOS: 7009206-63.2019.8.22.0001
AUTOR: NILTON FERNANDES DE AZEVEDO JUNIOR PEREIRA
ADVOGADO DO AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
RÉU: RESIDENCIAL CASA LOBO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
DECISÃO
Recebo a emenda de Id 26055300, páginas 1/5 e defiro a gratuidade da justiça.
Trata-se de pedido de rescisão contratual c/c nulidade de cláusula contratual e pedido de ressarcimento de valores que NILTON FERNANDES DE AZEVEDO JÚNIOR PEREIRA move em desfavor de RESIDENCIAL CASA LOBO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, com pedido de tutela provisória de urgência.
Tratando-se de pedido de tutela provisória de urgência (antecipada), em juízo de probabilidade sumário, o magistrado deve constatar provada a probabilidade do direito do autor, o risco de dano, e a reversibilidade do provimento, nos termos do artigo 300 caput e §3º do CPC.
No caso em apreço, sustenta o autor ter firmado com a requerida Contrato de Compromisso de Compra e Venda de Imóvel e Financiamento Imobiliário Denominado “Residencial Tropical”, Contrato n° 51/617-336 do imóvel descrito na inicial pelo valor de R$ 72.600,00, com um sinal de R$ 15.000,00 e mais 180 (cento e oitenta) prestações de R$ 320,00.
Afirma que efetuou o pagamento de 10 (dez) prestações tornando-se inadimplente a partir de outubro de 2017 em decorrência de dificuldades financeiras.
Informa que a Cláusula 5ª do contrato celebrado prevê que na falta de pagamento de qualquer prestação em prazo superior a 60 (sessenta) dias a contar de seu vencimento, implica em cancelamento do contrato, independente de notificação e que ao buscar resolver a questão administrativamente, foi informado que para fins de rescisão deveria ficar retido o valor de 30% do que foi pago, de acordo com a cláusula décima quinta do contrato.
Conclui a narrativa, asseverando que do valor pago (R$ 15.000,00 + R$ 3.200,00) o montante a ser retido importaria em R$ 5.460,00 que corresponderia a 10% e não aos 30% constante na cláusula décima quinta do contrato. Também afirma que a requerida se nega a indenizar as benfeitorias realizadas que atingem o patamar de R$ 54.882,00.
Requer a rescisão contratual, a declaração de nulidade da Cláusula 15ª, bem como a restituição do correspondente a 90% do valor pago. Em sede de tutela busca a suspensão das parcelas das cobranças advindas do inadimplemento, bem como que a requerida se abstenha de incluir seu nome nos órgãos de proteção ao crédito.
Pois bem.
Nada obstante os contratos sejam entabulados para sua consecução, há inúmeros fatores que podem alterar as condições dos contratantes de modo a impedir sua CONCLUSÃO.
Exatamente por isso, a maioria dos contratos, ainda que prevejam cláusulas de irrevogabilidade e irretratabilidade, admitem resolução.
É certo que o responsável pela não concretização da avença sofrerá consequências, tais como multas e encargos. No entanto, manifestando inequivocamente interesse em rescindir, não há justificativa para ter o nome inscrito em órgão de negativação ou sofrer ação de cobrança.
Pelas razões postas, DEFIRO o pedido de tutela provisória de urgência, para determinar que a requerida se abstenha de inscrever o nome do autor em bancos de dados de maus pagadores (SPC, SERASA, etc...) e efetuar cobranças, sob pena de multa de até R$5.000,00.
1- Agende audiência preliminar de conciliação utilizando a pauta do PJE, manual ou automática, certificando nos autos.
2- Após, cite-se/intime-se a parte requerida e intime-se a autora para que, nos termos do art. 334 do CPC, compareçam à audiência de conciliação que ocorrerá na Central de Conciliação - CEJUSC, estabelecida à Rua Quintino Bocaiúva, n. 3061, esquina com Avenida Jorge Teixeira, Bairro Embratel, em Porto Velho (RO), devendo as partes se fazerem acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º CPC).
Advirto as partes de que o não comparecimento pessoal à audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionada com multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º, CPC), sendo que o comparecimento do advogado não supre a exigência de comparecimento pessoal.
3- Caso não haja acordo e não seja a parte autora beneficiária da gratuidade, intime-a para recolher 1% custas iniciais complementares, no prazo de 5 dias após a realização da audiência. Caso seja celebrado acordo fica desobrigada do pagamento adiado.
4- Ressalto que o prazo para contestar (15 dias úteis) fluirá a partir da data da audiência designada ou, caso a parte requerida manifeste o desinteresse na realização da mesma, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II, CPC). A manifestação de desistência deverá ser apresentada com antecedência mínima de 10 dias da data da audiência (art. 334, §5º, CPC).
Se a parte requerida não contestar a ação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC).
5- Apresentada defesa, intime-se a parte autora, via advogado, para réplica pelo prazo de 15 dias.
SERVE O DESPACHO COMO CARTA/MANDADO. A petição inicial e os documentos que instruem a inicial poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ. Não tendo condições de constituir advogado a parte requerida deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, nesta.
RÉU: RESIDENCIAL CASA LOBO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, AVENIDA CARLOS GOMES 981, PARTE B CENTRO - 76801-123 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Porto Velho RO 30 de abril de 2019
Rinaldo Forti Silva
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível Processo n. 7034011-17.2018.8.22.0001
AUTOR: UESLEI LIMA LEITE
ADVOGADO DO AUTOR: NEIDY JANE DOS REIS OAB nº RO1268
RÉU: JORGE ORELLANA VELARDE
ADVOGADO DO RÉU:
Valor da causa: R$17.912,00 DESPACHO
Em análise aos autos verifico que o autor foi intimado para esclarecer os pedidos de item 9 e 9.1, conforme DESPACHO de ID 21090916 e, ainda, apresentar comprovante de rendimentos.

Contudo, juntou comprovante de rendimentos e o juízo indeferiu a gratuidade judiciária (ID 24615645) e nada retratou acerca da emenda para esclarecer os pedidos iniciais. Após, agravou da DECISÃO que indeferiu a gratuidade e, por fim, juntou novos documentos, neste feito para instruir o Agravo.
Pois bem, aguarde-se a DECISÃO do Agravo de Instrumento e, concomitantemente, fica intimada a parte autora para emendar a inicial, pela derradeira vez, nos termos indicados no DESPACHO de ID 21090916, para esclarecer os pedidos de item 9 e 9.1, no prazo de 15 dias.
Decorrido o prazo e vindo a DECISÃO do Agravo, tornem conclusos.
Porto Velho - RO, 30 de abril de 2019.
Rinaldo Forti Silva
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível AUTOS: 7009723-68.2019.8.22.0001
AUTOR: ADRIANO VERVLOET
ADVOGADO DO AUTOR: ERNANDES VIANA DE OLIVEIRA OAB nº RO1357
RÉU: PAULO CESAR VIEIRA
DECISÃO
Em complemento ao DESPACHO de ID 25535166 e ante a reiteração do pedido da tutela de urgência, passo a decidir:
Narra o autor que em 03 de fevereiro de 2015 vendeu ao requerido uma motocicleta Yamaha/Factor YBR, ano 2008, Placa NDS 8235, contudo, o réu até o ajuizamento da demanda não transferiu o bem para si. Relata que realizou comunicação ao Detran acerca da venda do veículo.
Afirma ser autônomo, realizando a venda de carne de boi e ficou impedido de solicitar e obter nota fiscal avulsa junto a Sefin/RO, em razão dos débitos de licenciamento, IPVA e outras infrações oriundos do veículo vendido. Pleiteia tutela de urgência para que o requerido proceda com a transferência da motocicleta para seu nome, sob pena de multa.
Tratando-se de pedido de tutela provisória de urgência (antecipada), em juízo de probabilidade sumário, o magistrado deve constatar provada a probabilidade do direito do autor, o risco de dano, e a reversibilidade do provimento, nos termos do artigo 300 caput e §3º do CPC.
Pelo documento de ID 25408701 verifico que o autor comunicou a venda do veículo perante o Detran, portanto, comprovada a probabilidade do direito, o risco de dano decorre das pendências financeiras que recaem sobre o veículo impossibilitando do autor de emitir nota fiscal junto a Sefin/RO, indiferente a irreversibilidade da medida, posto que resta comprovada a venda do veículo. Pelo acima lastreado, DEFIRO o pedido de tutela pleiteado, para que, no prazo de 15 dias, o requerido proceda com a transferência do veículo descrito na inicial para seu nome, sob pena de incidir em multa de R$300,00 reais por dia até o limite de R$3.000,00.
VIAS DA PRESENTE SERVIRÃO COMO CARTA MANDADO
RÉU: PAULO CESAR VIEIRA, AVENIDA RIO DE JANEIRO 4875, UNIAÇO METALÚRGICA AGENOR DE CARVALHO - 76820-203 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Porto Velho RO 30 de abril de 2019
Rinaldo Forti Silva
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível AUTOS: 7046061-75.2018.8.22.0001
AUTOR: LEOMAR CORREA DE MELO
ADVOGADO DO AUTOR: JUSCELIO ANGELO RUFFO OAB nº RO8133
RÉU: UNIMED DE RONDONIA - COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO
Vistos e examinados.
Versam os presentes sobre ação de indenização por danos morais que LEOMAR CORRÊA DE MELO endereça a UNIMED PORTO VELHO - SOCIEDADE COOPERATIVA MÉDICA LTDA.
Em apertada síntese o autor narra ter sido constrangido quando lhe foi negada a realização de um exame médico em razão de sua condição de presidiário, fato ocorrido em clínica credenciada ao plano de saúde requerido.
Em virtude pede indenização ao argumento de que tais fatos lhe causaram dano moral.
A requerida contesta, levantando preliminar de ilegitimidade passiva, rebatendo no MÉRITO a existência de responsabilidade objetiva.
Em réplica o requerido sustenta que a requerida integra o sistema de cooperativas e estaria obrigada a autorizar o exame, decorrendo daí sua legitimidade.
É em suma o relatório.
Decido.
O contrato firmado pelo autor é com a ASPER e está por sua vez tem contrato com a UNIMED de Jí-Paraná, pessoa jurídica distinta da cooperativa demandada.
Salta aos olhos a ilegitimidade passiva da requerida, pois embora sejam cooperativas com o mesmo nome (UNIMED), são pessoas jurídicas distintas, não podendo uma responder pelos supostos danos causados pela outra.
Nem se diga que a requerida estaria obrigada em virtude do acordo operacional entre elas. Tal fato não tem qualquer relação com os danos reclamados pois não estão ligados por qualquer nexo de causalidade.
Em situação idêntica, o Tribunal de Justiça de Rondônia reconheceu a ilegitimidade passiva da Unimed Porto Velho e Extinguiu o feito:
Apelação cível. Ação de indenização. Plano de saúde. Não atendimento. Plano cancelado. Pessoa jurídica diversa da contratada. Ilegitimidade passiva reconhecida. Recurso provido.
Tratando-se de pessoa jurídica diversa da que contratou o plano de saúde, o qual cancelado por inadimplência, é parte ilegítima para figurar na ação que discute a reintegração no plano contratado.
Apelação, Processo nº 0008034-84.2014.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Alexandre Miguel, Data de julgamento: 21/09/2017
Do aludido julgado se destaco trecho valioso do voto do eminente relator:
Não obstante tratarem-se de cooperativas de saúde que usam idêntica bandeira, destaco que cada Unimed é uma pessoa jurídica distinta, com forma e natureza jurídica própria (art. 4º da Lei n. 5.764/1971), do que se extrai que a relação do consumidor, ab initio, é apenas com a Unimed Ji-Paraná, com a qual contratou, isto é, ASPER - Associação dos Trabalhadores no Serviço Público No Estado de Rondônia E Unimed Administradora Ji-Paraná.
Esta Câmara já decidiu processo semelhante, em que ficou reconhecida a ilegitimidade da Unimed Rondônia – Cooperativa de Trabalho Médico para responder em caso de cancelamento de plano de saúde. Veja –se.
Apelação cível. Ação de indenização. Plano de saúde. Não atendimento. Plano cancelado. Pessoa jurídica diversa da contratada. Ilegitimidade passiva. Recurso provido. DECISÃO reformada.
A ação de indenização por danos morais em face de plano de saúde, por falta de atendimento sob a alegação do plano ter sido cancelado, deve ser realizada em face da empresa contratada e não a que negou o atendimento.Ilegitimidade passiva reconhecida. (Apelação, Processo nº 0023728-30.2013.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator do Acórdão: Des. Isaias Fonseca Moraes, Data de julgamento: 03/11/2016).
Não há como litigar contra operadora distinta, com personalidade jurídica própria, que não participou de nenhum modo da relação

contratual do consumidor com a Unimed Ji-Paraná, esta última claramente identificada, sem qualquer possibilidade de confusão, nesse sentido é o entendimento do STJ, no AREsp 843546, da relatoria da Min. Maria Isabel Gallotti, j. em 29/04/2016.
Na esteira do julgado transcrito, ei por bem acolher a preliminar de ilegitimidade passiva e extinguir o feito.
Isto posto, JULGO EXTINTO o presente feito, o que faço por SENTENÇA sem resolução de MÉRITO, com lastro no art. 485, VI do CPC.
Em virtude da sucumbência, condeno o autor ao pagamento das custas, despesas do processo e honorários de sucumbência, que fixo em 10% do valor atribuído à causa, (CPC, art. 85, II), observada a condição suspensiva prevista no art. 98, §3º do CPC.
P.R.I.
Rinaldo Forti Silva
RÉU: UNIMED DE RONDONIA - COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO, AVENIDA CARLOS GOMES 1259, - DE 1259 A 1517 - LADO ÍMPAR CENTRO - 76801-109 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível PROCESSO: 7016636-66.2019.8.22.0001
AUTOR: MARCOS PAULO DE CASTRO FIGUEIREDO
ADVOGADO DO AUTOR: LUAN ICAOM DE ALMEIDA AMARAL OAB nº RO7651
RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
Acerca do pedido de gratuidade judiciária, muito se discute quanto a melhor interpretação do art. 98, visto a presença de antinomia jurídica entre a referida lei e a Carta Magna.
Isto porquê a lei prevê que a parte fará jus aos benefícios de assistência judiciária gratuitamente, mediante afirmação de que não está em condições de arcar com as custas do processo e honorários advocatícios (art. 98 do CPC).
A Constituição Federal, por sua vez, assegura o direito de assistência jurídica gratuita àqueles que comprovarem a insuficiência de recursos.
Certo é que as disposições da Lei n. 1.060 de 1950 vem tendo nova interpretação com o advento da Constituição Federal de 1988, da qual extrai-se em seu artigo 5º, inciso LXXIV, que deve a parte interessada em obter os benefícios da assistência jurídica integral e gratuita, comprovar a insuficiência de seus recursos financeiros.
O CPC, em seu art. 99, §3º, diz presumir-se verdadeira a alegação de hipossuficiência quando deduzida por pessoa física.
A leitura do aludido DISPOSITIVO, no entanto, deve ser feita em consonância com o texto da Carta Magna, sob pena de ser tido por inconstitucional.
Portanto, a única leitura possível do texto, é no sentido de que pode o magistrado exigir que o pretendente junte documentos que permitam a avaliação de sua incapacidade financeira, nos termos do art. 99, §2º do CPC.
Logo, não basta dizer que é pobre nos termos da lei, deve-se trazer aos autos elementos mínimos a permitir que o magistrado avalie tal condição.
A jurisdição é atividade complexa e de alto custo para o Estado. A concessão indiscriminada dos benefícios da gratuidade tem potencial de tornar inviável o funcionamento da instituição, que tem toda a manutenção de sua estrutura (salvo folha de pagamento) custeado pela receita oriunda das custas judiciais e extrajudiciais.
Quanto mais se concede gratuidade, mais oneroso fica o Judiciário para o Estado. Como o Brasil tem uma das maiores cargas tributárias do mundo, salta aos olhos que o contribuinte já teve sua capacidade contributiva extrapolada, decorrendo daí não ser uma opção o simples aumento de impostos.
Sendo um dos Poderes da República, o custo de sua manutenção concorre com as demais atividades do Estado, de modo que mais recursos para o
PODER JUDICIÁRIO significa menos recursos para infraestrutura, segurança, educação, saúde...
Não é justo, portanto, que tendo condições de custear a demanda, o jurisdicionado imponha tal custo àquele que não está demandando.
Assim, pela nova leitura dos DISPOSITIVO s constitucionais e legais, o direito de assistência integral gratuita prevista nas normas infralegais não é absoluto. Ou seja: sendo pessoa física ou jurídica, há sim a necessidade de comprovação da impossibilidade de arcar com as despesas processuais sem prejuízo da própria existência.
Nesse sentido:
TJRO. AGRAVO INTERNO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. DITAMES CONSTITUCIONAIS. Tendo o agravo de instrumento o escopo de atacar DECISÃO que, diante dos documentos acostados aos autos, nega a concessão das benesses da gratuidade da justiça, deve a parte demonstrar a sua hipossuficiência financeira, não sendo suficiente a simples declaração de pobreza. (Agravo em Agravo de Instrumento n. 0008881-26.2013.8.22.0000, Rel. Des. Kiyochi Mori, J. 16/10/2013)
STJ. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. REVOGAÇÃO DE BENEFÍCIO, PARA POSTERIOR COMPROVAÇÃO DE NECESSIDADE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. POSSIBILIDADE. 1. A declaração de pobreza, para fins de obtenção da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa de veracidade, admitindo-se prova em contrário. 2. Quando da análise do pedido da justiça gratuita, o magistrado poderá investigar sobre a real condição econômico financeira do requerente, solicitando que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 329.910/AL, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/05/2014, DJe 13/05/2014)
CONSTITUCIONAL E PROCESSO CIVIL. JUIZ QUE INDEFERE PEDIDO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. NECESSIDADE DE COMPROVAR A HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESPROVIMENTO. I - A CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 5º,LXXIV) EXIGE DO INTERESSADO EM OBTER O BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA QUE COMPROVE A INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS, RESTANDO NÃO RECEPCIONADO, NESTE PONTO ESPECÍFICO, O DISPOSITIVO DO ART. 4º DA LEI Nº 1.060/50 QUE EXIGIA APENAS A MERA DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. II - A INICIATIVA DO MAGISTRADO EM VERIFICAR A COMPROVAÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÔMICA DO PRETENDENTE À GRATUIDADE DE JUSTIÇA TAMBÉM ESTÁ JUSTIFICADA PELO FATO DE QUE AS CUSTAS JUDICIAIS TÊM NATUREZA JURÍDICA DE TRIBUTO, CONFORME JÁ DECIDIU O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. III - SE OS DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS PELA AGRAVANTE NÃO SE COMPATIBILIZA COM A SITUAÇÃO DE POBREZA DECLARADA, O INDEFERIMENTO DO BENEFÍCIO PLEITEADO É MEDIDA QUE SE IMPÕE, NÃO PREVALECENDO, PORTANTO, A PRESUNÇÃO LEGAL DA SIMPLES DECLARAÇÃO (ART. 4º DA LEI Nº 1.060/50). (TJ-DF- AI: 31743620098070000 DF 0003174-36.2009.807.0000, Relator: NATANAEL CAETANO, Data de Julgamento: 06/05/2009, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: 18/05/2009, DJ-e Pág. 49).
Ademais, o Código de Processo Civil em seu art. 99 § 2º determina que não se convencendo o juiz de que a parte faz jus aos benefícios da gratuidade da justiça, deverá determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos, antes de indeferir o pedido.

Portanto, a simples afirmação do autor de que é pobre na forma da lei, não comprova a reduzida capacidade financeira.
1 - Isso posto, emende-se a inicial no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial, para:
a) comprovar a alegação de incapacidade financeira mediante a apresentação de comprovante de renda mensal hábil para atestar suas alegações ou comprove o pagamento das custas iniciais.
b) descrever de forma detalhada os fatos que envolveram o acidente (local que ocorreu; que horas; veículos envolvidos; horário do sinistro; etc), conforme art. 319, III do CPC.
2 - Decorrido o prazo in albis, voltem-me conclusos para extinção.
3 - Cumprido o item 1, voltem conclusos para DESPACHO emenda.
Porto Velho RO 30 de abril de 2019
Rinaldo Forti Silva
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível 7022084-54.2018.8.22.0001
Mensalidades
Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA ADVOGADO DO EXEQUENTE: DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO OAB nº RO3831
EXECUTADOS: FABIOLA FROTA DA COSTA, LEANDRO SANTOS DO NASCIMENTO ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: DECISÃO
Bacenjud positivo (bloqueio parcial em face de LEANDRO). Minuta a seguir.
1- Intime-se o executado LEANDRO SANTOS DO NASCIMENTO, por carta-AR (art. 854, §2º do CPC), para que, querendo, apresente impugnação ao bloqueio no prazo de 05 dias úteis, limitando-se exclusivamente às matérias estabelecidas no art. 854, §3 do mesmo código.
Ainda, intimo a parte executada de que nas hipóteses de inércia ou rejeição da impugnação, o bloqueio será convertido em penhora e a quantia liberada em favor da parte exequente independentemente de termo ou nova intimação, conforme interpretação do art. 854, §5º do NCPC.
2- Apresentada impugnação, dê-se vistas a parte contrária para se manifestar.
3- Em caso de inércia, certifique-se. Após, transfira-se o valor para conta judicial e expeça-se alvará.
4- Feito o levantamento, intime-se a parte exequente para apresentar o cálculo atualizado do crédito remanescente e indicar meios para satisfazê-lo, no prazo de 10 dias. Requerendo pesquisa a sistema conveniado, deverá comprovar o recolhimento da taxa (art. 17 da Lei de Custas n° 3896/2016), salvo se beneficiária da justiça gratuita.
SERVE COMO CARTA/MANDADO.
EXECUTADOS: FABIOLA FROTA DA COSTA CPF nº 846.623.522-15, RUA GETÚLIO VARGAS 959, - DE 707/708 A 1269/1270 MATO GROSSO - 76804-382 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, LEANDRO SANTOS DO NASCIMENTO CPF nº 713.263.242-68, RUA GETÚLIO VARGAS 959, - DE 707/708 A 1269/1270 MATO GROSSO - 76804-382 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Porto Velho, 30 de abril de 2019
Rinaldo Forti Silva
Juiz de Direito
BacenJud 2.0 - Sistema de Atendimento ao
PODER JUDICIÁRIO EJUAK.RUILANA Sessão expirada! segunda-feira, 29/04/2019 Minutas | Ordens judiciais | Contatos de I. Financeira | Relatórios Gerenciais | Ajuda | SairDetalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores
O Comitê Gestor do Bacen Jud Informa:
- As corretoras e as distribuidoras de títulos e valores mobiliários (instituições financeiras que custodiam investimentos de devedores) já estão respondendo ordens de bloqueio de valores mobiliários pelo sistema BACENJUD 2.0.
Até que sejam criados códigos específicos de resposta para o bloqueio e transferência dos ativos sob a responsabilidade desses novos participantes, os quais podem não ser líquidos (apuração imediata do valor), convencionou-se como resposta padrão a mensagem “bloqueio: R$0,01 - um centavo”, via sistema. Nesses casos, SUGERE-SE NÃO DESBLOQUEAR a ordem, e aguardar o prazo de 30 dias, pois provavelmente as instituições financeiras encaminharão ofício, via Correios, com mais informações.
Os valores apresentados podem sofrer alterações devido a oscilações em aplicações financeiras e/ou a incidência de impostos. Clique aqui para obter ajuda na configuração da impressão, e clique aqui para imprimir. Dados do bloqueio Situação da Solicitação: Respostas recebidas, processadas e disponibilizadas para consulta As respostas recebidas das Instituições Financeiras foram processadas e disponibilizadas para consulta. Número do Protocolo: 20190003225167 Número do Processo: 7022084-54.2018.8.22.0001 Tribunal: TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE RONDONIA Vara/Juízo: 28245 - 9ª Vara Cível de Porto Velho Juiz Solicitante do Bloqueio: Rinaldo Forti da Silva (Protocolizado por Beatriz Goncalves Candido) Tipo/Natureza da Ação: Ação Cível CPF/CNPJ do Autor/Exeqüente da Ação: Nome do Autor/Exeqüente da Ação: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA Deseja bloquear conta-salário Não Relação de réus/executados
• Para exibir os detalhes de todos os réus/executados clique aqui.
• Para ocultar os detalhes de todos os réus/executados clique aqui.
713.263.242-68 - LEANDRO SANTOS DO NASCIMENTO
[Total bloqueado (bloqueio original e reiterações): R$ 6.035,17] [Quantidade atual de não respostas: 0] Respostas BCO SANTANDER/ Todas as Agências / Todas as Contas Data/Hora Protocolo Tipo de Ordem Juiz Solicitante Valor (R$) Resultado (R$) Saldo Bloqueado Remanescente (R$) Data/Hora Cumprimento 24/04/2019 10:07 Bloq. Valor Rinaldo Forti da Silva 18.531,72 (03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo.
6.035,17 6.035,17 25/04/2019 04:49 Ação - Desbloquear valor Transferir valor Transferir valor e desbloquear saldo remanescente Valor BCO BRADESCO/ Todas as Agências / Todas as Contas Data/Hora Protocolo Tipo de Ordem Juiz Solicitante Valor (R$) Resultado (R$) Saldo Bloqueado Remanescente (R$) Data/Hora Cumprimento 24/04/2019 10:07 Bloq. Valor Rinaldo Forti da Silva 18.531,72 (02) Réu/executado sem saldo positivo.
0,00 0,00 24/04/2019 20:22 Nenhuma ação disponível BCO BRASIL/ Todas as Agências / Todas as Contas Data/Hora Protocolo Tipo de Ordem Juiz Solicitante Valor (R$) Resultado (R$) Saldo Bloqueado Remanescente (R$) Data/Hora Cumprimento 24/04/2019 10:07 Bloq. Valor Rinaldo Forti da Silva 18.531,72 (02) Réu/executado sem saldo positivo.
0,00 0,00 25/04/2019 18:56 Nenhuma ação disponível Não Respostas Não há não-resposta para este réu/executado 846.623.522-15 - FABIOLA FROTA DA COSTA
[Total bloqueado (bloqueio original e reiterações): R$ 0,00] [Quantidade atual de não respostas: 0] Respostas BCO BRASIL/ Todas as Agências / Todas as Contas Data/Hora Protocolo Tipo de Ordem Juiz Solicitante Valor (R$) Resultado (R$) Saldo Bloqueado Remanescente (R$) Data/Hora Cumprimento 24/04/2019 10:07 Bloq. Valor Rinaldo Forti da Silva 18.531,72 (02) Réu/executado sem saldo positivo.
0,00 0,00 25/04/2019 18:56 Nenhuma ação disponível CAIXA ECONOMICA FEDERAL/ Todas as Agências / Todas as Contas Data/Hora Protocolo Tipo de Ordem Juiz Solicitante Valor (R$) Resultado (R$) Saldo Bloqueado Remanescente (R$) Data/Hora Cumprimento 24/04/2019 10:07 Bloq. Valor Rinaldo Forti da Silva 18.531,72 (00) Resposta negativa: réu/executado não é cliente ou possui apenas contas inativas.

0,00 0,00 24/04/2019 23:00 Nenhuma ação disponível Não Respostas Não há não-resposta para este réu/executado
Dados para depósito judicial em caso de transferência Instituição Financeira para Depósito Judicial Caso Transferência: - Banco de Brasília S.A Banco do Brasil S.A Banco do Estado do Espírito Santo S.A Banco do Estado do Pará S.A Banco do Estado do Rio Grande Sul S.A Banco do Estado do Sergipe S.A Caixa Econômica Federal Outro (informar 8 dígitos iniciais do CNPJ): Agência para Depósito Judicial Caso Transferência: Nome do Titular da Conta de Depósito Judicial: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA CPF/CNPJ do Titular da Conta de Depósito Judicial: Tipo de Crédito Judicial: - Geral Previdenciário - Lei Federal 9.703/98, art. 2º Tributário/Não Tributário - Leis Federais 9.703/98 e 12.099/09 Código de Depósito Judicial: - Nome de usuário do juiz solicitante no sistema: EJUAK.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível 7024056-59.2018.8.22.0001 Procedimento Comum
Indenização por Dano Moral, Fornecimento de Energia Elétrica
AUTOR: PEDRO PAULINO BANDEIRA ADVOGADO DO AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
RÉU: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON ADVOGADO DO RÉU: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA OAB nº MG87318, ERICA CRISTINA CLAUDINO OAB nº RO6207
SENTENÇA
I – Relatório
AUTOR: PEDRO PAULINO BANDEIRA, ingressou com a presente ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos morais em face de ELETROBRÁS - DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA, ambos devidamente qualificados, com pedido de tutela provisória de urgência.
Alega o autor ser consumidor da ré correspondente a unidade localizada na Rua Raimundo Cantuária, 7818, Tancredo Neves, nesta cidade. Afirma que recebeu notificação em 13/09/2017, no valor de R$ 22.694,52, referente a suposta irregularidade no medidor de energia no imóvel descrito. Sustenta que não praticou qualquer irregularidade em seu medidor que pudesse ensejar a cobrança do valor acima discriminado.
Aduz que não dispõe de recursos financeiros para adimplir com o valor abusivo e indevido cobrado pela requerida e ante o temor de ter o fornecimento de energia elétrica suspenso, vindicou pelo deferimento de tutela de urgência para que a ré se abstenha de suspendê-lo. Por fim, pugnou pela gratuidade judiciária.
Requer seja declarado inexistente o débito cobrado, no valor de R$ 22.694,52, bem como a requerida condenada a indenização pelos danos morais suportados.
Com a inicial, juntou documentos.
DECISÃO interlocutória deferiu o pedido de tutela de urgência e os benefícios da gratuidade da justiça.
Citada, a requerida apresentou defesa (ID 20730457) alega que os valores impugnados na presente, foram apurados em diversos procedimentos administrativos e que a parte autora tinha conhecimento, tendo-lhe sido oportunizado o contraditório. Relata que em inspeção de rotina constatou que no medidor do autor havia desvio no ramal de entrada. Afirma que procedeu com as devidas regularizações e reanalisou o consumo faturado para verificar se havia, de fato, interferido no registro de consumo.
Ressalta que confrontando os consumos, verificou que a unidade consumidora do autor, antes de agosto/2015, tinha consumo médio de 1200kw e a partir de agosto/2015 a agosto/2017 passou a registrar consumo de 50kw (taxa mínima). Portanto, concluiu que o dano no medidor tinha afetado o registro de consumo, gerando débito no valor de R$ 22.694,52. Aduz que a parte autora foi notificada quanto aos procedimentos adotados e lhe foi oportunizado apresentar recurso, contudo, permaneceu inerte.
Sustenta não haver dano moral indenizável, posto que agiu no exercício regular do direito. Requer a improcedência da demanda.
Com a defesa, trouxe documentos.
Intimado, o autor apresentou réplica a contestação.
Em saneador, para dirimir quaisquer dúvidas, o juízo determinou a realização de perícia, indicando perito de confiança, que informou data para realização dos trabalhos, contudo, veio aos autos a informação de que a ré não efetuou o pagamento dos honorários periciais, embora tenha sido intimada em duas oportunidades para fazê-lo (ID 24936199/ 26306408). Assim sendo, foi determinada a intimação do perito para não realizar a perícia agendada.
É o relatório. Decido.
II - Da fundamentação:
II.1 Do julgamento antecipado do MÉRITO
O feito comporta julgamento antecipado, pois a matéria fática veio comprovada por documentos, evidenciando-se despicienda a designação de audiência de instrução ou a produção de outras provas (CPC, art. 355, I).
Conforme entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, "A FINALIDADE da prova é o convencimento do juiz, sendo ele o seu direto e principal destinatário, de modo que a livre convicção do magistrado consubstancia a bússola norteadora da necessidade ou não de produção de quaisquer provas que entender pertinentes à solução da demanda (art. 330 do CPC); exsurgindo o julgamento antecipado da lide como mero consectário lógico da desnecessidade de maiores diligências.".(REsp 1338010/SP)
II.2 – Da aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor
Primeiramente, cumpre observar que a questão a ser debatida deverá ser analisada à luz do Código de Defesa do consumidor, sendo o requerente consumidor típico (Art. 2º. CDC) e o requerido fornecedor, nos termos do artigo 3º do CDC.
Trata-se de ação onde busca a parte autora que seja declarada a inexistência do débito referente a recuperação de consumo de energia elétrica, no valor de R$ 22.694,52.
A recuperação de receita por irregularidade em medidor deve ser feita em observância ao disposto na Resolução ANEEL nº 414/10.
As providências exigidas da fornecedora estão expressas nos art. 129, 130, 131 e 170 da aludida resolução.
A mais prosaica das providências exigidas é a emissão do TOI - Termo de Ocorrência de Inspeção, solicitando perícia técnica de laboratório acreditado pelo INMETRO (art. 129, §1º, I e §6º).
Nem se diga que o avaliação técnica possa ser feita pelo laboratório da própria distribuidora. O STJ já solidificou entendimento que tal proceder caracteriza perícia unilateral, tornando írrita a prova produzida nestes termos:
PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ENERGIA ELÉTRICA. FRAUDE EM MEDIDOR. PERÍCIA UNILATERAL. IMPOSSIBILIDADE. INEXIGIBILIDADE DO DÉBITO. ART. 188, I, DO CC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF.
AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.
(AgRg no AREsp 143.013/RO, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 26/06/2012, DJe 02/08/2012)
Como se não fosse bastante, a prova pericial que permitiria avaliar a regularidade do medidor não foi produzida por recusa da requerida em fornecer o meios para tanto. Competindo a requerida a prova de irregularidade no medidor, os ônus da recusa no custeio da prova,deve recair sobre si. Isso porque competia à requerida produzir prova da legalidade da recuperação de consumo.
Analisando as provas apresentadas, verifica-se que de tal ônus a requerida não se desincumbiu, em que pese lhe ter sido dada mais de uma oportunidade de fazê-lo.
Conquanto a requerida alegue desnecessidade de produção de prova técnica, o fato é que somente a perícia seria capaz de verificar se os consumos auferidos, medidos e faturados refletem o consumo real da unidade consumidora do autor.

Mesmo sabendo que a análise do medidor seria imprescindível a comprovar a veracidade de suas afirmações e provar fato impeditivo do direito do autor, não forneceu os meios necessários para a produção efetiva da prova, não tendo este juízo como entender pela legalidade da cobrança do débito recuperado, sem a comprovação da possível fraude, devendo arcar com o ônus da sua inércia.
No tocante a indenização por danos morais, friso que o dano moral deve ser indenizável quando afeta o ânimo psíquico, moral ou intelectual da parte ofendida, seja por ofensa à sua honra, imagem, nome dentre outras máculas de ordem não econômica. No caso em apreço, entendo que não restou comprovado que a cobrança, por si só, tenha gerado abalo capaz de atingir a intimidade do autor, a ponto de ofender sua personalidade, dado que sequer o autor teve seu nome inscrito em órgãos de inadimplência.
Pelas razões delineadas, não diviso dano moral passível de indenização.
III- DISPOSITIVO:
Diante do exposto, com fundamento no art. 487, I do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos contidos na inicial para:
I) Confirmar a liminar concedida Id 19214684;
II) Declarar a inexistência do débito no valor de R$ 22.694,52, apontado na notificação de ID 19212748 pág. 5.
Considerando a sucumbência recíproca, mas em percentuais distintos, condeno o autor ao pagamento de 30% das custas e o requerido ao remanescente.
Os honorários advocatícios de sucumbência deverão ser calculados no percentual de 10% do proveito econômico obtido, ou seja, em favor do advogado do autor, sobre o valor do débito declarado inexigível e do requerido sobre o valor do dano moral pleiteado.
Em relação ao autor, fica ressalvada a condição suspensiva do art. 98, §3º do CPC.
Fica o requerido intimado para efetuar o pagamento das custas finais, no prazo de 15 dias, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa.
Observadas as formalidades legais e transitada em julgado a presente SENTENÇA, arquivem-se.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Porto Velho- RO, 30 de abril de 2019
Rinaldo Forti Silva
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível Processo n. 7054862-48.2016.8.22.0001
EXEQUENTE: ASSOCIACAO DE CREDITO CIDADAO DE RONDONIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: KARINA DA SILVA SANDRES OAB nº RO4594
EXECUTADOS: FABRICIO RODRIGO LOVISKI PILZ, RYAD JOSE MARQUES DE SOUZA, THAIS DA SILVA FERLA
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS:
Valor da causa: R$4.888,20 DESPACHO
Indefiro o pedido para pesquisa ao RENAJUD, pois não houve o pagamento de taxa (art. 17 do Regimento de Custas do TJ/RO).
1- Expeça alvará em favor da parte exequente, autorizando-a, por meio de seu advogado, a realizar o levantamento da quantia depositada em Juízo, decorrente da penhora parcial realizada via BACENJUD. O executado Fabrício foi intimado acerca da constrição e não se manifestou. Segue minuta de transferência do valor.
2- Fica intimado o credor, via DJ, para indicar o cálculo atualizado do crédito remanescente e indicar bens a penhora. Havendo requerimento para pesquisa aos sistemas RENAJUD ou INFOJUD, deverá comprovar o pagamento da respectiva taxa, sob pena de indeferimento.
Prazo: 15 dias.
3- Em caso de inércia do advogado, intime-se o credor pessoalmente, por carta AR, para dar prosseguimento ao feito em 5 dias, sob pena de extinção (art. 485, §1º do CPC).
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Rinaldo Forti Silva
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível PROCESSO: 7005046-92.2019.8.22.0001 7005046-92.2019.8.22.0001
EXEQUENTE: IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S.A. EXEQUENTE: IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S.A.
ADVOGADO DO EXEQUENTE: BRUNO NOVAES BEZERRA CAVALCANTI OAB nº AL12066, CATARINA BEZERRA ALVES OAB nº PE29373 ADVOGADO DO EXEQUENTE: BRUNO NOVAES BEZERRA CAVALCANTI OAB nº AL12066, CATARINA BEZERRA ALVES OAB nº PE29373
EXECUTADOS: ROBERT RODRIGUES CLEMENTE, AUTO POSTO CARA PRETA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA - ME EXECUTADOS: ROBERT RODRIGUES CLEMENTE, AUTO POSTO CARA PRETA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA - ME
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: ADVOGADOS DOS EXECUTADOS:
DECISÃO
Acolho a emenda de Id n. 26473687 e passo à análise do pedido de urgência.
Trata-se de execução de título extrajudicial que IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A ajuizou em face de AUTO POSTO CARA PRETA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA E OUTRO, ambos qualificados nos autos, alegando, em síntese, ser credor dos executados no valor de R$ 235.298,18 (duzentos e trinta e cinco mil, duzentos e noventa e oito reais e dezoito centavos).
Relata ter celebrado com os executados Contrato de Financiamento com Revendedor no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) a ser pago em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais no valor de R$ 5.266,77 (cinco mil duzentos e sessenta e seis reais e setenta e sete centavos), sendo a primeira prestação com vencimento em 120 (cento e vinte) dias a contar da assinatura do contrato.
Informa, ainda, ter formalizado instrumento de garantia hipotecária, na qual o garantidor contratual teria oferecido em hipoteca o Lote de Terra Rual n. 21, Gleba 04 do Projeto Fundiário Alto Madeira – "Sítio Rio Grandense" - Gleba Marmelo, com área de 105,3441 ha, localizado no município de Porto Velho/RO.
Assevera que até o momento, os executados não teriam promovido o pagamento de quaisquer das parcelas, o que acarretou o vencimento antecipado do pacto e incidência de multa contratual, perfazendo o débito, atualmente, o valor de R$ 235.298,18 (duzentos e trinta e cinco mil, duzentos e noventa e oito reais e dezoito centavos).
Requer em sede de tutela de urgência a inclusão do nome da executada nos cadastros de proteção ao crédito; bloqueio de contas da executada, através do sistema BACENJUD, no valor total executado; a pesquisa de veículos em nome da executada, através do sistema RENAJUD, gravando os que forem encontrados com gravame de circulação e penhora; a expedição de ofício para a empresa para que deposite judicialmente, mensalmente, um percentual não inferior a 50% (cinquenta por cento) do seu faturamento, sob pena de multa diária de R$100.000,00 (cem mil reais), nos autos até satisfação do débito; e, ainda, a solicitação, via BACENJUD, do saldo consolidado, dos extrato de contas (corrente, poupança e investimento), de aplicações financeiras e de outros ativos pertencentes à executada junto às instituições

financeiras que integram o sistema financeiro nacional, desde a data de vencimento da última nota fiscal (26/02/2013) com vistas a averiguar a eventual prática de atos de fraude à execução por parte da executada.
É o relatório. Decido.
Considerando o poder geral de cautela, o juiz poderá determinar as medidas que considerar adequadas para efetivação da tutela provisória (art. 297, caput, CPC).
É certo que além da possibilidade de arresto online, com base no art. 830 (se o oficial de justiça não encontrar o executado, arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução), nada obsta que a parte exequente formule pedido de medidas urgentes (CPC, art. 799, VIII), de modo que ocorra a constrição antes mesmo da citação.
Todavia, no caso em análise, verifica-se que o pedido do exequente – arresto da importância de R$ 235.298,18 ou penhora de percentual não inferir a 50% do faturamento mensal da empresa, sob pena de multa diária de R$ 100.000,00 – tem potencial de inviabilizar a operação da empresa, pondo em risco sua subsistência, com todas as consequências inerentes.
Ademais, embora o exequente comprove a existência do débito, não há nos autos evidência de que os executados não tem patrimônio suficiente para o pagamento ou de que estão se desfazendo do patrimônio que possuem para se eximir do pagamento da dívida, de modo a evidenciar a urgência da concessão da medida.
Não bastasse isso, a indisponibilidade de tão vultosa parcela do capital de giro de empresa, já em dificuldade, é bastante para causar-lhe dano irreversível, decorrendo daí o óbice legal à sua concessão (CPC, art.300, §3º).
Da mesma forma, entendo ser incabível a inserção de gravames de circulação e penhora em veículos de propriedade dos executados, via sistema Renajud, considerando que a dívida objeto da demanda já tem como garantia o bem imóvel descrito na inicial.
Por outro lado, entendo ser possível a solicitação de extratos de contas dos executados, via sistema Bacenjud a fim de averiguar eventual prática de atos de fraude à execução. Todavia, as diligências a serem realizadas nos sistemas conveniados ao TJRO (bacenjud, renajud, infojud e etc.) compreendem o pagamento de taxa prevista no art. 17 da lei 3.896/16.
Portanto, defiro esta última medida pleiteada, desde que o exequente comprove o pagamento da taxa devida (art. 17, lei 3.896/16).
Pelas razões postas, DEFIRO EM PARTE a tutela de urgência vindicada.
Cite-se em execução para que, no prazo de três dias, efetue o pagamento da dívida mais honorários abaixo fixados, contados a partir da citação (art. 829 e 231 §3º do CPC/2015), ou, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, opor embargos à execução, independentemente de penhora, depósito ou caução, observando-se o disposto no artigo 827, §1º §º2º do NCPC.
Fixo honorários em 10%, salvo embargos. Conste-se da carta/MANDADO que, caso haja o pagamento integral da dívida, no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º do NCPC).
No mesmo prazo dos embargos, a parte executada pode reconhecer o crédito do exequente, e requerer, desde que comprovado o depósito de 30% do valor da execução acrescidos de custas e honorários, o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas as subsequentes de correção monetária e juros de 1% de ao mês (art. 916 NCPC). Nesta hipótese, o credor deverá ser intimado para se manifestar quanto ao depósito e logo em seguida os autos virão conclusos para DECISÃO.
Havendo a citação e não sendo efetuado o pagamento da dívida, a parte credora poderá requerer a pesquisa via sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, nesta ordem.
Restando infrutífera a tentativa de citação por carta, desde já defiro a citação por MANDADO.
Retornando carta/MANDADO negativo, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento.
Silenciando-se quanto ao impulso do feito e indicação de bens passíveis a satisfação da obrigação, o feito será extinto, sem resolução do MÉRITO, nos termos do art. 485, III e §1º do NCPC.
Não promovendo a citação do requerido, o feito será extinto, sem resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 485, IV do NCPC.
Por fim, ressalto que os prazos para pagamento e apresentação de embargos correrão normalmente segundo o rito do processo de execução previsto nos arts. 827, §1º e 915 do CPC/2015, independentemente da audiência de conciliação que ora está sendo designada.
Prazo: 15 (quinze) dias.
Intime-se via sistema.
Porto Velho RO 30 de abril de 2019
Rinaldo Forti Silva
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível AUTOS: 7016443-51.2019.8.22.0001
EXEQUENTE: Einstein Instituição de ensino Ltda. EPP
ADVOGADO DO EXEQUENTE: IGOR JUSTINIANO SARCO OAB nº RO7957
EXECUTADO: AGENELMA CRISTINA PONTES DE MELO DESPACHO
1- Cite-se a parte executada para que, no prazo de 03 dias, efetue o pagamento da dívida, contados a partir da citação (art. 829 e 231 §3º do CPC), ou, no prazo de 15 dias úteis, oponha embargos à execução, independentemente de penhora, depósito ou caução, observando-se o disposto no artigo 827, §1º §º2º do CPC.
No mesmo prazo dos embargos, a parte executada pode reconhecer o crédito do exequente, e requerer, desde que comprovado o depósito de 30% do valor da execução acrescidos de custas e honorários, o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas as subsequentes de correção monetária e juros de 1% de ao mês (art. 916 CPC). Nesta hipótese, o credor deverá ser intimado para se manifestar quanto ao depósito e logo em seguida os autos virão conclusos para DECISÃO.
Fixo honorários em 10%, salvo embargos. Caso haja o pagamento integral da dívida no prazo de 03 dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827,§1º do CPC).
Não efetuado o pagamento no prazo de 03 dias úteis, munido da segunda via do MANDADO, o Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado.
Autorizo o Oficial de Justiça a utilizar-se das prerrogativas do art. 252 do CPC.
Se o oficial de justiça não encontrar o executado, arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução (art. 830, CPC). Nos 10 dias seguintes à efetivação do arresto, o oficial de justiça procurará o executado duas vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realizará a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido (§1º). Incumbe ao exequente requerer a citação por edital, uma vez frustradas a pessoal e a com hora certa (§2º). Aperfeiçoada a citação e transcorrido o prazo de pagamento, o arresto converter-se-á em penhora, independentemente de termo (§3º).
2- Sendo positiva a citação e havendo a penhora de bens, a parte executada poderá requerer a substituição da penhora no prazo de 10 dias úteis da intimação do ato, desde que atendido os requisitos do art. 847 e ss do CPC.
3- Formulado o pedido de substituição o exequente deverá ser intimado a se manifestar no prazo de 05 dias úteis.
4- Caso aceita a substituição, inclusive pela não manifestação no prazo de 3 dias, tome-se ela por termo (art. 853 e 849 do CPC).

5- Havendo a citação e não sendo localizados bens pelo oficial de justiça, intime-se a parte exequente para apresentar o cálculo atualizado do crédito, indicar bens à penhora ou requerer a pesquisa via sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, nesta ordem, mediante o pagamento das taxas, conforme art. 17 da Lei de Custas do TJ/RO.
6- Em caso de inércia do advogado da parte exequente, intime-a pessoalmente, por carta AR, para dar impulso ao feito no prazo de 5 dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III e §1º do CPC.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA/MANDADO. A petição inicial e os documentos que instruem a inicial poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ. Não tendo condições de constituir advogado a parte requerida deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, nesta.
EXECUTADO: AGENELMA CRISTINA PONTES DE MELO, RUA MARCOS AURÉLIO GUSMAN 219, - ATÉ 246/247 ARIGOLÂNDIA - 76801-178 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Porto Velho RO 30 de abril de 2019
Rinaldo Forti Silva
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível AUTOS: 7016524-97.2019.8.22.0001
EXEQUENTE: Associação Alphaville Porto Velho
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MARCOS DONIZETTI ZANI OAB nº RO613, MORGHANNA THALITA SANTOS AMARAL FERREIRA OAB nº RO6850
EXECUTADO: JOAO KENNEDY LIMA DA ROCHA E SILVA DESPACHO
1- Cite-se a parte executada para que, no prazo de 03 dias, efetue o pagamento da dívida, contados a partir da citação (art. 829 e 231 §3º do CPC), ou, no prazo de 15 dias úteis, oponha embargos à execução, independentemente de penhora, depósito ou caução, observando-se o disposto no artigo 827, §1º §º2º do CPC.
No mesmo prazo dos embargos, a parte executada pode reconhecer o crédito do exequente, e requerer, desde que comprovado o depósito de 30% do valor da execução acrescidos de custas e honorários, o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas as subsequentes de correção monetária e juros de 1% de ao mês (art. 916 CPC). Nesta hipótese, o credor deverá ser intimado para se manifestar quanto ao depósito e logo em seguida os autos virão conclusos para DECISÃO.
Fixo honorários em 10%, salvo embargos. Caso haja o pagamento integral da dívida no prazo de 03 dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827,§1º do CPC).
Não efetuado o pagamento no prazo de 03 dias úteis, munido da segunda via do MANDADO, o Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado.
Autorizo o Oficial de Justiça a utilizar-se das prerrogativas do art. 252 do CPC.
Se o oficial de justiça não encontrar o executado, arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução (art. 830, CPC). Nos 10 dias seguintes à efetivação do arresto, o oficial de justiça procurará o executado duas vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realizará a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido (§1º). Incumbe ao exequente requerer a citação por edital, uma vez frustradas a pessoal e a com hora certa (§2º). Aperfeiçoada a citação e transcorrido o prazo de pagamento, o arresto converter-se-á em penhora, independentemente de termo (§3º).
2- Sendo positiva a citação e havendo a penhora de bens, a parte executada poderá requerer a substituição da penhora no prazo de 10 dias úteis da intimação do ato, desde que atendido os requisitos do art. 847 e ss do CPC.
3- Formulado o pedido de substituição o exequente deverá ser intimado a se manifestar no prazo de 05 dias úteis.
4- Caso aceita a substituição, inclusive pela não manifestação no prazo de 3 dias, tome-se ela por termo (art. 853 e 849 do CPC).
5- Havendo a citação e não sendo localizados bens pelo oficial de justiça, intime-se a parte exequente para apresentar o cálculo atualizado do crédito, indicar bens à penhora ou requerer a pesquisa via sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, nesta ordem, mediante o pagamento das taxas, conforme art. 17 da Lei de Custas do TJ/RO.
6- Em caso de inércia do advogado da parte exequente, intime-a pessoalmente, por carta AR, para dar impulso ao feito no prazo de 5 dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III e §1º do CPC.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA/MANDADO. A petição inicial e os documentos que instruem a inicial poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ. Não tendo condições de constituir advogado a parte requerida deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, nesta.
EXECUTADO: JOAO KENNEDY LIMA DA ROCHA E SILVA, RUA CIPRIANO GURGEL 3512, RESIDENCIAL LE PARC, BLOCO F, APTO 104 INDUSTRIAL - 76821-020 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Porto Velho RO 30 de abril de 2019
Rinaldo Forti Silva
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível AUTOS: 7009029-02.2019.8.22.0001
AUTOR: IDALECIO JOSE SILVA ALENCAR
ADVOGADO DO AUTOR: PAULO JOSE BORGES DA SILVA OAB nº AC3306
RÉU: PEDRO LIMA DE OLIVEIRA DESPACHO
Custas iniciais pagas, no valor de 1% da causa.
Cite-se a parte requerida e intime-se a autora para que, nos termos do art. 334 do CPC, compareçam à audiência de conciliação que ocorrerá na Central de Conciliação, sito à Rua Quintino Bocaiúva, n. 3061, esquina com Avenida Jorge Teixeira, Bairro Embratel, em Porto Velho (RO), devendo as partes se fazerem acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º CPC).
AO CARTÓRIO: Agende audiência utilizando-se o sistema do PJE, manual ou automático. Após, certifique-se, intimem-se para comparecer a audiência designada, a parte autora na pessoa do seu advogado (art. 334, § 3º, CPC), via Sistema Eletrônico e a requerida por carta ou MANDADO com cópia do DESPACHO e certidão como anexo.
Advirto as partes de que o não comparecimento pessoal à audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionada com multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º, CPC), sendo que o comparecimento do advogado não supre a exigência de comparecimento pessoal.
Ressalto que o prazo para contestar (15 dias úteis) fluirá a partir da data da audiência designada ou, caso a parte requerida manifeste o desinteresse na realização da mesma, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II, CPC). A manifestação de desistência deverá ser apresentada com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º, CPC).
Advirto a parte requerida que, se não contestar a ação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC).

Caso não haja acordo e a parte autora não seja beneficiária da gratuidade processual, deverá recolher as custas complementares em 1% do valor atribuído à causa.
ADVERTÊNCIA: A petição inicial e os documentos que instruem a inicial poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ. Não tendo condições de constituir advogado a parte requerida deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, nesta.
Vias deste servem como carta ou MANDADO de citação.
Porto Velho RO 30 de abril de 2019
Rinaldo Forti Silva
RÉU: PEDRO LIMA DE OLIVEIRA, RUA MAJOR AMARANTE 255, PANAIR CENTRO - 76801-004 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível PROCESSO: 7016618-45.2019.8.22.0001
AUTOR: JOSE ANTONIO SOARES VIANA
ADVOGADO DO AUTOR: WILSON MOLINA PORTO OAB nº AM6291
RÉU: I. N. D. S. S.
ADVOGADO DO RÉU:
DECISÃO
Defiro os benefícios da justiça gratuita.
Trata-se de ação movida por AUTOR: JOSE ANTONIO SOARES VIANA em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, com pedido de tutela provisória de urgência (antecipada/satisfativa).
Em relação ao pedido de tutela provisória de urgência (antecipada), em juízo de probabilidade sumário, o magistrado deve constatar provada a probabilidade do direito do autor, o risco de dano, e a reversibilidade do provimento, nos termos do artigo 300 caput e §3º do CPC.
Pois bem.
TUTELA ANTECIPADA
O autor narra que em 03/07/2015 entrou em gozo do benefício previdenciário Auxílio-Doença (Espécie 31) – NB 623.414.529-2, concedido até 08/11/2018, obtendo a negativa pela autarquia de prorrogação do benefício, conforme comprova o documento sob o Id 26640517.
Todavia, deixou de instruir a inicial com laudo médico recente que ateste sua incapacidade atual, sendo certo que o último parecer médico data de 11/10/2018 (vide laudo médico de Id 26640519).
Assim, ao menos por ora, não vislumbro presente o perigo de dano alegado, nada obstando que possa reapreciar a tutela vindicada na hipótese de comprovação da incapacidade, razão pela qual INDEFIRO a tutela pleiteada.
AUDIÊNCIA PRELIMINAR
O processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e as normas fundamentais estabelecidos na Constituição (art. 1º do CPC). Portanto, deixo de designar audiência prévia de conciliação pois a prática revela ser improdutivo o aludido ato nos procedimentos em que são partes o INSS e a CERON. Esses litigantes não comparecem à audiência prévia e, salvo raríssimas exceções, não apresentam propostas de acordo antes da perícia e/ou instrução processual.
Portanto, o ato, além de inútil ao processo, alonga o trâmite processual e onera ainda mais o feito - para as partes e o
PODER JUDICIÁRIO - contrapondo-se aos preceitos constitucionais da economia e razoável duração do processo (art. 5º, inciso LXXVIII, CF).
Saliento que não deixarei de privilegiar a tentativa de composição (Art. 3º, §2° do CPC), mas apenas, irei postergá-la para audiência una de conciliação, instrução e julgamento.
PERÍCIA JUDICIAL
Em homenagem aos princípios da economia e celeridades processuais e efetividade, bem ainda, considerando o teor das Recomendações Conjuntas n. 01, de 15.12.2015 e n. 04, de 17.05.2012, ambas do CNJ e do acordado na reunião realizada na Corregedoria de Justiça do Eg. TJ/RO com INSS, com vistas a padronização do fluxo de processos sobre o objeto desta ação (SEI n. 0002680-60.2017.8.22.8800), o fluxo processual do presente ocorrerá conforme alinhavado adiante:
Com vistas aos princípios da racionalidade e economicidade, no presente feito não se fará audiência prévia de conciliação.
1 - Somente prova médico pericial poderá estabelecer as condições de saúde da parte autora e se eventualmente se encontra incapacitada para exercer sua atividade laboral, razão pela qual determino a realização de perícia médica, a ser implementada em sistema de MUTIRÃO que se realizará na sala de Mutirão da CEJUSC - Centro Judiciário de solução de Conflitos e Cidadania, situado à Rua Quintino Bocaiúva, n. 3061, esquina com Avenida Gov. Jorge Teixeira, Bairro Embratel, em Porto Velho (RO), e-mail: pvh9civel@tjro.jus.br, devendo as partes comparecer, acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º).
2 - Considerando a necessidade da realização de perícia médica, nomeio para tal encargo os ortopedistas Dr. Hemanoel Fernando dos Anjos Ferro, CRM 2141/RO e Dr. João Estênio Cangussu Neto CRM 3171, Telefone dos peritos respectivamente, (69) 98116-9322; (69) 98448-4847, comunique-se aos peritos para dizer se aceitaram o encargo.
No dia da perícia, se por algum impedimento os peritos nomeados acima não puderem comparecer, autorizo que a perícia seja feita por algum dos peritos cadastrados na CEJUSC, cuja escolha ficará a cargo da chefe dos conciliadores no dia do mutirão.
Na sala de perícia permanecerão os médicos (peritos e assistentes), a pessoa a ser periciada. No momento do exame, em respeito à privacidade da parte, os peritos poderão realizá-lo somente na presença dos demais médicos.
Comuniquem-se os peritos da data.
3 - Faculto às partes a indicação de assistentes técnicos no prazo de 10 dias, bem como apresentação de quesitos, caso já não o tenham feito anteriormente nos autos.
QUESITOS DO JUÍZO: O perito deverá esclarecer, nos termos da Recomendação Conjunta n. 01/CNJ, de 15/12/2015, os seguintes quesitos:
I - Exame clínico e considerações médico-periciais sobre a patologia:
a) Queixa que o(a) periciado apresenta no ato da perícia.
b) Doença, lesão ou deficiência diagnosticada por ocasião da perícia (com CID).
c) Causa provável da(s) doença/moléstia(a)/incapacidade.
d) Doença/moléstia ou lesão decorrem do trabalho exercido Justifique indicando o agente de risco ou agente nocivo causador.
e) A doença/moléstia ou lesão decorrem de acidente de trabalho Em caso positivo, circunstanciar o fato, com data e local, bem como se reclamou assistência médica e/ou hospitalar.
f) Doença/moléstia ou lesão torna o(a) periciado(a) incapacitado(a) para o exercício do último trabalho ou atividade habitual Justifique a resposta, descrevendo os elementos nos quais se baseou a CONCLUSÃO.
g) Sendo positiva a resposta ao quesito anterior, a incapacidade do(a) periciado(a) é de natureza permanente ou temporária Parcial ou total
h) Data provável do início da(s) doença/lesão/moléstia() que acomete(m) o (a) periciado(a).
i) Data provável de início da incapacidade identificada. Justifique.
j) Incapacidade remonta à data de início da(s) doença/moléstia(s) ou decorre de progressão ou agravamento dessa patologia Justifique.
k) É possível afirmar se havia incapacidade entre a data do indeferimento ou da cessão do benefício administrativo e a data da realização da perícia judicial Se positivo, justificar apontando os elementos para esta CONCLUSÃO.

l) Caso se conclua pela incapacidade parcial e permanente, é possível afirmar se o(a) periciado(a) está apto para o exercício de outra atividade profissional ou para a reabilitação Qual atividade
m) a) necessita de assistência permanente de outra pessoa para as atividades diárias A partir de quando
n) Qual ou quais são os exames clínicos, laudos ou elementos considerados para o presente ato médico pericial
o) O(a) periciado(a) está realizando tratamento Qual a previsão de duração do tratamento Há previsão ou foi realizado tratamento cirúrgico O tratamento é oferecido pelo SUS
p) É possível estimar qual o tempo e o eventual tratamento necessários para que o(a) periciado(a) se recupere e tenha condições de voltar a exercer seu trabalho ou atividade habitual (data de cessação da incapacidade)
q) Preste o perito demais esclarecimentos que entenda serem pertinentes para melhor elucidação da causa.
r) Pode o perito afirmar se existe qualquer indício ou sinais de dissimulação ou de exacerbação de sintomas Responda apenas em caso afirmativo.
II - Quesitos específicos: auxílio-acidente:
a) O(a) periciado(a) é portador de lesão ou perturbação funcional que implique redução de sua capacidade para o trabalho Qual
b) Se houver lesão ou perturbação funcional, decorre de acidente de trabalho ou de qualquer natureza
Em caso positivo, indique o agente causador ou circunstancie o fato, com data e local, bem como indique se o(a) periciado(a) reclamou assistência médica e/ou hospitalar.
c) O(a) periciado(a) apresenta sequelas de acidente de qualquer natureza, que causam dispêndio de maior esforço na execução da atividade habitual
d) Se positiva a resposta ao quesito anterior, quais são as dificuldades encontradas pelo(a) periciado(a) para continuar desempenhando suas funções habituais Tais sequelas são permanentes, ou seja, não passíveis de cura
e) Houve alguma perda anatômica Qual A força muscular está mantida
f) A mobilidade das articulações está preservada
g) A sequela ou lesão porventura verificada se enquadra em alguma das situações discriminadas no Anexo III do Decreto 3.048/1999
4 - Desde já, arbitro honorários periciais em R$ 600,00 (seiscentos reais) (art. 2º, §4º da Resolução n. 232/2016/CNJ), considerando a imensa dificuldade de encontrar profissionais qualificados, o fato dos profissionais nomeados serem especialistas na área, bem como não haver outros que se sujeitem a realizar exame sem prévio depósito dos honorários.
Quando da citação, o INSS deverá ser intimado para depositar imediatamente os honorários, mas a realização da perícia não ficará condicionada à sua comprovação.
Ressalto que findo o processo e não sendo a perícia realizada, o valor será devolvido integralmente à parte requerida.
5 - Intime-se o autor, via advogado, para comparecer na data da perícia com todos os documentos e laudos médicos realizados em razão do seu acidente/doença.
Caberá ao advogado comunicar ao respectivo autor/cliente a data da conciliação e perícia.
6 - A ausência da parte autora à perícia, sem justificativa legal, fará presumir recusa na produção da prova, ensejando o julgamento antecipado da lide (CC, art. 232)
7 - Cite-se a parte requerida para apresentar defesa em 15 dias (art. 335, CPC/15), contados da ciência do resultado da perícia. No prazo de defesa o requerido deverá apresentar cópia do procedimento administrativo referente ao benefício previdenciário pleiteado pela(o) requerente.
Advirto que após a realização da perícia, se o INSS não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC/2015).
SERVE O PRESENTE COMO CARTA/MANDADO. A petição inicial e os documentos que a instruem poderão ser consultados no sítio eletrônico: http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam (Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ).
Porto Velho RO 30 de abril de 2019
Rinaldo Forti Silva
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível PROCESSO: 7016272-31.2018.8.22.0001 7016272-31.2018.8.22.0001
EXEQUENTE: JOSE DE SOUZA FAGUNDES
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FLAVIANA LETICIA RAMOS MOREIRA OAB nº MT4867
EXECUTADO: BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A
ADVOGADO DO EXECUTADO: PAULO EDUARDO PRADO OAB nº AL11819, RENATO TADEU RONDINA MANDALITI OAB nº RO5833, DIOGO MORAIS DA SILVA OAB nº RO3830, IRIS ELENA DA CUNHA GOMES DA SILVA OAB nº MT5833
DECISÃO
EXECUTADO: BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A apresentou impugnação ao cumprimento de SENTENÇA (ID 20467023), alegando em síntese, excesso de execução, ao argumento de que os cálculos realizados pelo autor foram laborados em equívoco, posto que deveriam ter considerado a remuneração do requerente ao tempo da assinatura da apólice (março/2009) que há época correspondia a quantia de R$ 4.648,39, no entanto, apresentou cálculos para fins de indenização utilizando o salário de março/2014 no valor de R$ 7.003,85, decorrendo daí o excesso.
Sustenta que restou consignado em embargos de declaração que a correção monetária do montante indenizatório deveria incidir desde a contratação do seguro que se deu em 20/03/2009, portanto, o salário para fins de cálculo do capital do segurado deveria seguir o termo inicial da correção monetária, qual seja, salário de março/2009.
Aduz que ao considerar a remuneração em março/2014 retroagindo a correção monetária à março/2009, acarreta em bis in idem. Narra que o capital segurado é atualizado de acordo com o salário do segurado.
Intimado para se manifestar acerca da impugnação, a parte autora alegou que os cálculos foram realizados com base no salário de março/2014 em razão de que na inicial pleiteou que a indenização fosse paga observando o salário no valor de R$ 7.003,85, cujo pedido foi julgado procedente, corrigido monetariamente a partir de março/2009, conforme determinado no acórdão/ embargos declaratórios.
Informa que os cálculos estão conforme os pedidos inicias e o descrito no acórdão, portanto, não haveria excesso na execução.
É o relatório. Decido.
Em consulta aos autos principais, verifiquei que restou consignado no acórdão e embargos declaratórios a condenação da ré ao pagamento da indenização securitária pleiteada, observando-se os limites da apólice contratada, cuja correção monetária deve incidir desde a data da firmação do contrato até o efetivo pagamento e os juros a partir da citação.
Em análise aos autos tenho que assiste razão a embargante, explico, enquanto a embargante alega que o cálculo deveria ter por base o salário da época do contrato (R$ 4.648,39), a embargada afirma que o cálculo deveria ser feita com base no salário apontado na inicial, correspondente ao mês de abril de 2014 (R$ 7.003,85).
O fato do recurso ter sido provido para conceder a indenização securitária, não importa em reconhecer a correção de um cálculo flagrantemente equivocado. A DECISÃO reconheceu o direito ao recebimento do seguro nos limites da apólice e não do cálculo do autor.

Pois bem, restou consignado que a data para correção monetária deveria ser da contratação da apólice de seguro. Ora se o evento danoso teve por marco inicial a data em que as partes firmaram contrato, não há razão para que a parte autora atualize cálculo com base em salário posterior.
Conquanto, o autor argumente que seus pedidos foram julgados procedentes, o fato é que a DECISÃO informa como termo inicial a data da assinatura do contrato, portanto, a base de cálculo deveria incidir sobre o salário que o autor recebia à época, isto porque, a correção monetária tem por FINALIDADE ajustar periodicamente certos valores, objetivando compensar a perda de valor da moeda aviltada pela inflação, logo, atualizar monetariamente valor posterior com data retroativa, como fez o embargado, configura bis in idem.
Assim, apesar de o acórdão não fazer referência, para efeitos de cálculos, o salário base na contratação do seguro é o de março/2009.
A utilização do salário de março/2014, com aplicação de correção monetária a março/2009, desafia a lógica e o bom senso, a par de constituir evidente enriquecimento ilícito, expressamente vedado em nosso ordenamento, motivo pelo qual concluo como correto, para efeito de cálculos, o salário base de março de 2009.
Assim, ACOLHO a impugnação ao cumprimento de SENTENÇA.
1 - Intimem-se as partes acerca da presente DECISÃO.
2 - Fica a parte requerida intimada para efetuar o pagamento das custas finais, no prazo de 15 dias, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa.
Após, arquivem-se.
Porto Velho RO 30 de abril de 2019
Rinaldo Forti Silva
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível Processo n. 7011212-43.2019.8.22.0001
EXEQUENTE: CONDOMINIO RESIDENCIAL CAMBOINHAS
ADVOGADO DO EXEQUENTE: OCTAVIA JANE LEDO SILVA OAB nº RO1160, RAIMISSON MIRANDA DE SOUZA OAB nº RO5565
EXECUTADO: MARIA DE JESUS DOS SANTOS
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Valor da causa: R$1.472,54 DESPACHO
Junte o exequente o título executivo que contemple os valores discriminados na tabela de ID 25709751, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento.
Porto Velho - RO, 30 de abril de 2019.
Rinaldo Forti Silva
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível PROCESSO: 7016597-69.2019.8.22.0001
AUTOR: JULIETE DE OLIVEIRA MENDES
ADVOGADO DO AUTOR: LUAN ICAOM DE ALMEIDA AMARAL OAB nº RO7651
RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
Acerca do pedido de gratuidade judiciária, muito se discute quanto a melhor interpretação do art. 98, visto a presença de antinomia jurídica entre a referida lei e a Carta Magna.
Isto porquê a lei prevê que a parte fará jus aos benefícios de assistência judiciária gratuitamente, mediante afirmação de que não está em condições de arcar com as custas do processo e honorários advocatícios (art. 98 do CPC).
A Constituição Federal, por sua vez, assegura o direito de assistência jurídica gratuita àqueles que comprovarem a insuficiência de recursos.
Certo é que as disposições da Lei n. 1.060 de 1950 vem tendo nova interpretação com o advento da Constituição Federal de 1988, da qual extrai-se em seu artigo 5º, inciso LXXIV, que deve a parte interessada em obter os benefícios da assistência jurídica integral e gratuita, comprovar a insuficiência de seus recursos financeiros.
O CPC, em seu art. 99, §3º, diz presumir-se verdadeira a alegação de hipossuficiência quando deduzida por pessoa física.
A leitura do aludido DISPOSITIVO, no entanto, deve ser feita em consonância com o texto da Carta Magna, sob pena de ser tido por inconstitucional.
Portanto, a única leitura possível do texto, é no sentido de que pode o magistrado exigir que o pretendente junte documentos que permitam a avaliação de sua incapacidade financeira, nos termos do art. 99, §2º do CPC.
Logo, não basta dizer que é pobre nos termos da lei, deve-se trazer aos autos elementos mínimos a permitir que o magistrado avalie tal condição.
A jurisdição é atividade complexa e de alto custo para o Estado. A concessão indiscriminada dos benefícios da gratuidade tem potencial de tornar inviável o funcionamento da instituição, que tem toda a manutenção de sua estrutura (salvo folha de pagamento) custeado pela receita oriunda das custas judiciais e extrajudiciais.
Quanto mais se concede gratuidade, mais oneroso fica o Judiciário para o Estado. Como o Brasil tem uma das maiores cargas tributárias do mundo, salta aos olhos que o contribuinte já teve sua capacidade contributiva extrapolada, decorrendo daí não ser uma opção o simples aumento de impostos.
Sendo um dos Poderes da República, o custo de sua manutenção concorre com as demais atividades do Estado, de modo que mais recursos para o
PODER JUDICIÁRIO significa menos recursos para infraestrutura, segurança, educação, saúde...
Não é justo, portanto, que tendo condições de custear a demanda, o jurisdicionado imponha tal custo àquele que não está demandando.
Assim, pela nova leitura dos DISPOSITIVO s constitucionais e legais, o direito de assistência integral gratuita prevista nas normas infralegais não é absoluto. Ou seja: sendo pessoa física ou jurídica, há sim a necessidade de comprovação da impossibilidade de arcar com as despesas processuais sem prejuízo da própria existência.
Nesse sentido:
TJRO. AGRAVO INTERNO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. DITAMES CONSTITUCIONAIS. Tendo o agravo de instrumento o escopo de atacar DECISÃO que, diante dos documentos acostados aos autos, nega a concessão das benesses da gratuidade da justiça, deve a parte demonstrar a sua hipossuficiência financeira, não sendo suficiente a simples declaração de pobreza. (Agravo em Agravo de Instrumento n. 0008881-26.2013.8.22.0000, Rel. Des. Kiyochi Mori, J. 16/10/2013)
STJ. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. REVOGAÇÃO DE BENEFÍCIO, PARA POSTERIOR COMPROVAÇÃO DE NECESSIDADE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. POSSIBILIDADE. 1. A declaração de pobreza, para fins de obtenção da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa de veracidade, admitindo-se prova em contrário. 2. Quando da análise do pedido da justiça gratuita, o magistrado poderá investigar sobre a real condição econômico financeira do requerente, solicitando que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 329.910/AL, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/05/2014, DJe 13/05/2014)

CONSTITUCIONAL E PROCESSO CIVIL. JUIZ QUE INDEFERE PEDIDO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. NECESSIDADE DE COMPROVAR A HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESPROVIMENTO. I - A CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 5º,LXXIV) EXIGE DO INTERESSADO EM OBTER O BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA QUE COMPROVE A INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS, RESTANDO NÃO RECEPCIONADO, NESTE PONTO ESPECÍFICO, O DISPOSITIVO DO ART. 4º DA LEI Nº 1.060/50 QUE EXIGIA APENAS A MERA DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. II - A INICIATIVA DO MAGISTRADO EM VERIFICAR A COMPROVAÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÔMICA DO PRETENDENTE À GRATUIDADE DE JUSTIÇA TAMBÉM ESTÁ JUSTIFICADA PELO FATO DE QUE AS CUSTAS JUDICIAIS TÊM NATUREZA JURÍDICA DE TRIBUTO, CONFORME JÁ DECIDIU O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. III - SE OS DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS PELA AGRAVANTE NÃO SE COMPATIBILIZA COM A SITUAÇÃO DE POBREZA DECLARADA, O INDEFERIMENTO DO BENEFÍCIO PLEITEADO É MEDIDA QUE SE IMPÕE, NÃO PREVALECENDO, PORTANTO, A PRESUNÇÃO LEGAL DA SIMPLES DECLARAÇÃO (ART. 4º DA LEI Nº 1.060/50). (TJ-DF- AI: 31743620098070000 DF 0003174-36.2009.807.0000, Relator: NATANAEL CAETANO, Data de Julgamento: 06/05/2009, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: 18/05/2009, DJ-e Pág. 49).

Ademais, o Código de Processo Civil em seu art. 99 § 2º determina que não se convencendo o juiz de que a parte faz jus aos benefícios da gratuidade da justiça, deverá determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos, antes de indeferir o pedido.

Portanto, a simples afirmação do autor de que é pobre na forma da lei, não comprova a reduzida capacidade financeira.

1 - Isso posto, emende-se a inicial no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial,

a) para comprovar a alegação de incapacidade financeira mediante a apresentação de comprovante de renda mensal hábil para atestar suas alegações ou comprove o pagamento das custas iniciais.

b) descrever de forma detalhada os fatos que envolveram o acidente (local que ocorreu; que horas; veículos envolvidos; horário do sinistro; etc), conforme art. 319, III do CPC.

2 - Decorrido o prazo in albis, voltem-me conclusos para extinção.

3 - Cumprido o item 1, conclusos para DESPACHO emenda.

Porto Velho RO 30 de abril de 2019

Rinaldo Forti Silva

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO

Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível Processo n. 7002513-63.2019.8.22.0001

AUTOR: MIGUEL DE MELO BARROS

ADVOGADO DO AUTOR: ALOISIO BARBOSA CALADO NETO OAB nº PB17231

RÉU: BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A.

ADVOGADO DO RÉU:

Valor da causa: R$90.405,12 DESPACHO

Arquivem-se.

Porto Velho - RO, 30 de abril de 2019.

Rinaldo Forti Silva

Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO

Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível PROCESSO: 7005830-06.2018.8.22.0001

AUTOR: ANTONIA NETA DE SOUZA PENHA DA SILVA

ADVOGADO DO AUTOR: EZIO PIRES DOS SANTOS OAB nº RO5870, BRUNA DUARTE FEITOSA DOS SANTOS BARROS OAB nº RO6156

RÉU: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON

ADVOGADO DO RÉU: ERICA CRISTINA CLAUDINO OAB nº RO6207, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA OAB nº MG87318 DESPACHO

Recebo a emenda.

O processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e as normas fundamentais estabelecidos na Constituição (art. 1º do CPC).

Portanto, deixo de designar audiência prévia de conciliação pois a prática revela ser improdutivo o aludido ato nos procedimentos em que são partes o INSS, CERON e Santo Antônio. Esses litigantes não comparecem à audiência prévia e, salvo raríssimas exceções, não apresentam propostas de acordo antes da perícia e/ou instrução processual.

Portanto, o ato, além de inútil ao processo, alonga o trâmite processual e onera ainda mais o feito - para as partes e o PODER JUDICIÁRIO - contrapondo-se aos preceitos constitucionais da economia e razoável duração do processo (art. 5º, inciso LXXVIII, CF).

Saliento que não deixarei de privilegiar a tentativa de composição (Art. 3º, §2° do CPC), mas apenas, irei postergá-la para audiência una de conciliação, instrução e julgamento.

1- Isso posto, cite-se/intime-se a parte requerida para tomar conhecimento da ação e, querendo, contestar no prazo de 15 dias nos termos do art. 335, inciso III c/c art. 231, ambos do CPC.

2- Vindo contestação, intime-se a parte autora para réplica, atendo-se o autor de que caso a parte requerida não apresente proposta de acordo em sede de contestação, deverá recolher o valor remanescente das custas iniciais no prazo da réplica, caso não tenha sido deferida a gratuidade judiciária.

3- Em caso de inércia, certifique-se e voltem conclusos para saneamento (art. 347 e seguintes do CPC).

A petição inicial e os documentos que instruem a inicial poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ.

VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO.

Porto Velho RO 30 de abril de 2019

Rinaldo Forti Silva

RÉU: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO

Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível AUTOS: 7012833-75.2019.8.22.0001

REQUERENTE: KURT ITAMAR KETTENHUBER

ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS ROBERTO DEBOWSKI OAB nº RO211

REQUERIDO: JOSE CELESTINO AFONSO PIMENTEL DESPACHO

Verifico que a parte autora deixou de cumprir os requisitos do art. 82 do Código Processual Civil.

1- Determino o recolhimento de custas processuais de acordo com a nova Lei de Custas nº 3896 de 24 de agosto de 2016, no importe de 2% do valor da causa, tendo em vista não haver previsão de audiência de conciliação para ações possessórias, fixando tal providência o prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da peça inaugural, nos termos do art. 321 do CPC.

2- Decorrendo in albis o prazo, devidamente certificado, voltem-me conclusos para extinção.

3- Cumprida a determinação, atento aos fatos e fundamentos constantes desta ação, entendo conveniente designar audiência para justificação prévia do alegado, nos termos do art. 562 do CPC.

Para tanto, designo o dia 29 de maio de 2019, às 11h30min, devendo a parte autora comparecer ao ato e trazer suas testemunhas, independentemente de intimação.
Cite-se/intime-se o requerido, para que compareça à audiência, em que poderá intervir, desde que o faça por intermédio de Advogado ou Defensor Público (art. 562, CPC). O prazo para contestar será contado da intimação da DECISÃO que deferir ou não a medida liminar em audiência (art. 564, Parágrafo único, NCPC).
O autor deverá ser intimado por intermédio de seu patrono (via sistema)
ADVERTÊNCIA: A petição inicial e os documentos que instruem a inicial poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ. Não tendo condições de constituir advogado a parte requerida deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, nesta.
VIAS DESTE DESPACHO SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO.
Porto Velho RO 30 de abril de 2019
REQUERIDO: JOSE CELESTINO AFONSO PIMENTEL, RUA VIÇOSA km 8,5 CONCEIÇÃO - 76808-300 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Rinaldo Forti Silva
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível AUTOS: 7016333-52.2019.8.22.0001
AUTOR: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
ADVOGADO DO AUTOR: EDIJANE CEOBANIUC DA SILVA OAB nº RO6897
RÉU: LUDIM IRTON MULLER DESPACHO
Verifico que a parte autora deixou de cumprir os requisitos do art. 82 do Código Processual Civil.
1- Determino o recolhimento de custas processuais de acordo com a nova Lei de Custas nº 3896 de 24 de agosto de 2016, no importe de 2% do valor da causa, tendo em vista não haver previsão de audiência de conciliação para ações Monitórias, fixando providências o prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da peça inaugural, nos termos do art. 321 do CPC.
2- Decorrendo in albis o prazo, devidamente certificado, voltem-me conclusos para extinção.
3- Cumprida a determinação, diante da prova escrita, defiro expedição de MANDADO, com prazo de 15 (quinze) dias para pagamento, nos termos da inicial, anotando-se que, caso o réu satisfaça a obrigação no prazo supracitado, ficará isento de custas, subsistindo, entretanto, dever de pagar 5% do valor da dívida à título de honorários advocatícios (art. 701, do CPC).
Para o caso de não cumprimento, fixo honorários em 10% (dez por cento) do valor da dívida.
Fica o réu ciente, ainda, que no prazo de 15 (quinze) dias úteis, poderá oferecer embargos que suspenderá a eficácia do MANDADO inicial, e que, caso não haja o cumprimento da obrigação ou o oferecimento de embargos "constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial", convertendo-se o MANDADO inicial em MANDADO executivo (art. 701 § 2 CPC).
4- Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora, no prazo de 15 (quinze) dias, indicar novo endereço para que a relação jurídico-processual seja estabelecida, sob pena de extinção e arquivamento do feito por ausência de pressuposto processual de existência.
5- Apresentado embargos no prazo legal, intime-se a parte autora para responder em 15 (quinze) dias úteis, (art. 702 §5º do CPC), sendo vedada reconvenção sucessiva, nos termos do §6º do mesmo artigo. Após, tornem os autos conclusos para SENTENÇA, nos termos do art. 702 § 8º e seguintes do CPC.
6- Não sendo apresentados embargos, certifique-se e voltem conclusos para SENTENÇA.
Depreque-se caso necessário.
ADVERTÊNCIA: A petição inicial e os documentos que instruem a inicial poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ. Não tendo condições de constituir advogado a parte requerida deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, nesta.
VIAS DESTE DESPACHO SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO.
Porto Velho RO 30 de abril de 2019
RÉU: LUDIM IRTON MULLER, RUA EMÍDIO ALVES FEITOSA 888, APTO 05 AGENOR DE CARVALHO - 76820-376 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Rinaldo Forti Silva
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível AUTOS: 7016344-81.2019.8.22.0001
AUTOR: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
ADVOGADO DO AUTOR: EDIJANE CEOBANIUC DA SILVA OAB nº RO6897
RÉU: ELISANGELA SILVA VALENTE DESPACHO
Verifico que a parte autora deixou de cumprir os requisitos do art. 82 do Código Processual Civil.
1- Determino o recolhimento de custas processuais de acordo com a nova Lei de Custas nº 3896 de 24 de agosto de 2016, no importe de 2% do valor da causa, tendo em vista não haver previsão de audiência de conciliação para ações Monitórias, fixando providências o prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da peça inaugural, nos termos do art. 321 do CPC.
2- Decorrendo in albis o prazo, devidamente certificado, voltem-me conclusos para extinção.
3- Cumprida a determinação, diante da prova escrita, defiro expedição de MANDADO, com prazo de 15 (quinze) dias para pagamento, nos termos da inicial, anotando-se que, caso o réu satisfaça a obrigação no prazo supracitado, ficará isento de custas, subsistindo, entretanto, dever de pagar 5% do valor da dívida à título de honorários advocatícios (art. 701, do CPC).
Para o caso de não cumprimento, fixo honorários em 10% (dez por cento) do valor da dívida.
Fica o réu ciente, ainda, que no prazo de 15 (quinze) dias úteis, poderá oferecer embargos que suspenderá a eficácia do MANDADO inicial, e que, caso não haja o cumprimento da obrigação ou o oferecimento de embargos "constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial", convertendo-se o MANDADO inicial em MANDADO executivo (art. 701 § 2 CPC).
4- Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora, no prazo de 15 (quinze) dias, indicar novo endereço para que a relação jurídico-processual seja estabelecida, sob pena de extinção e arquivamento do feito por ausência de pressuposto processual de existência.
5- Apresentado embargos no prazo legal, intime-se a parte autora para responder em 15 (quinze) dias úteis, (art. 702 §5º do CPC), sendo vedada reconvenção sucessiva, nos termos do §6º do mesmo artigo. Após, tornem os autos conclusos para SENTENÇA, nos termos do art. 702 § 8º e seguintes do CPC.
6- Não sendo apresentados embargos, certifique-se e voltem conclusos para SENTENÇA.
Depreque-se caso necessário.
ADVERTÊNCIA: A petição inicial e os documentos que instruem a inicial poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ. Não tendo condições de constituir

advogado a parte requerida deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, nesta.
VIAS DESTE DESPACHO SERVIRÃO COMO CARTA/ MANDADO.
Porto Velho RO 30 de abril de 2019
RÉU: ELISANGELA SILVA VALENTE, RUA POUSO ALTO, (CONJ RIO CANDEIAS) AEROCLUBE - 76811-076 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Rinaldo Forti Silva
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7032072-02.2018.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: INSTITUTO JOAO NEORICO
Advogados do(a) EXEQUENTE: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA CAHULLA - RO4117, TIAGO FAGUNDES BRITO - RO4239
EXECUTADO: ALLAN LUCAS VICENTE FIGUEIREDO DE ARAUJO
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora INTIMADA a se manifestar acerca da certidão do Oficial de Justiça NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS, sob pena de arquivamento/extinção.
1) Caso queira o desentranhamento do MANDADO ou apresente novo endereço para nova diligência, deverá proceder o recolhimento da taxa, que deverá ser o valor da diligência do oficial de justiça positiva, gerando o boleto para pagamento no link abaixo descriminado, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=MlUemieeJXHJRLgVw2OOAp_bZ65KzfhrXqOHVab-.wildfly01:custas1.1,
2) Em caso de solicitação de busca de endereços, bloqueios on line e assemelhados, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7027682-86.2018.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE TRANSPORTE E MOTORISTAS AUTONOMOS DO ESTADO DE RONDONIA LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: GEISEBEL ERECILDA MARCOLAN - RO3956
EXECUTADO: MARCOS ALEXANDRE DIAS
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora INTIMADA a se manifestar acerca da certidão do Oficial de Justiça NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS, sob pena de arquivamento/extinção.
1) Caso queira o desentranhamento do MANDADO ou apresente novo endereço para nova diligência, deverá proceder o recolhimento da taxa, que deverá ser o valor da diligência do oficial de justiça positiva, gerando o boleto para pagamento no link abaixo descriminado, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=MlUemieeJXHJRLgVw2OOAp_bZ65KzfhrXqOHVab-.wildfly01:custas1.1,
2) Em caso de solicitação de busca de endereços, bloqueios on line e assemelhados, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7030493-87.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: VILANI MATIAS CAVALCANTE
Advogado do(a) AUTOR: FAUSTO SCHUMAHER ALE - RO4165
RÉU: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogado do(a) RÉU: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO - RO635
Intimação
(Provas)
Ficam as partes, por via de seus advogados, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, intimadas a especificarem provas que pretendem produzir.
1) Caso a parte autora não tenha recolhido o 1% de custas iniciais complementares, deverá comprovar no prazo acima mencionado, exceto se beneficiados(s) pela concessão da justiça gratuita.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível AUTOS: 7008480-89.2019.8.22.0001
AUTOR: ALA DE SOUZA MOTTA
ADVOGADO DO AUTOR: LUAN ICAOM DE ALMEIDA AMARAL OAB nº RO7651
RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA DESPACHO
Recebo a emenda.
1- Defiro a gratuidade processual. Registre no PJE.
2- Cite-se a parte requerida para, nos termos do art. 334 do CPC, comparecer à audiência de conciliação/perícia, em sistema de MUTIRÃO DPVAT que se realizará na sala de Mutirão da CEJUSC - Centro Judiciário de solução de Conflitos e Cidadania, situado à Rua Quintino Bocaiúva, n. 3061, esquina com Avenida Gov. Jorge Teixeira, Bairro Embratel, em Porto Velho (RO), e-mail: pvh9civgab@tjro.jus.br, devendo as partes comparecer, acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º), oportunidade em que será realizada a perícia concomitantemente à audiência conciliatória.
AO CARTÓRIO: Agende a audiência no PJE utilizando-se os horários encaminhados pela pauta da CEJUSC, de forma manual ou automática. Após, certifique-se, intimem-se para comparecer a audiência designada a parte autora na pessoa do seu advogado (art. 334, § 3º, CPC), via Sistema Eletrônico ou DJ, e a requerida através do endereço eletrônico citacao.intimacao@seguradoralider.com.br com cópia do DESPACHO e certidão como anexo.
3- Considerando a necessidade da realização de perícia médica, nomeio para tal encargo os ortopedistas Dr. Hemanoel Fernando dos Anjos Ferro, CRM 2141/RO e Dr. João Estênio Cangussu Neto CRM 3171, Telefone dos peritos respectivamente, (69) 98116-9322; (69) 98448-4847, comunique-se aos peritos para dizer se aceitam o encargo.
No dia da perícia, se por algum impedimento os peritos nomeados acima não puderem comparecer, autorizo que a perícia seja feita por algum dos peritos cadastrados na CEJUSC, cuja escolha ficará a cargo da chefe dos conciliadores no dia do mutirão.
Na sala de perícia permanecerão os médicos (peritos e assistentes), a pessoa a ser periciada. No momento do exame, em respeito à privacidade da parte, os peritos poderão realizá-lo somente na presença dos demais médicos.
Comuniquem-se os peritos da data.
4- Faculto às partes a indicação de assistentes técnicos no prazo de 10 (dez) dias, bem como apresentação de quesitos, desde que já não o tenham feito anteriormente nos autos.
5- Arbitro honorário pericial em R$ 370,00 (trezentos e setenta reais), conforme Resolução 232 de 13 de julho de 2016 do CNJ,

que deverá ser custeado integralmente pela requerida. A verba deverá ser depositada em conta judicial pela Seguradora até a data da audiência, comprovando-se nos autos.
Ressalto que findo o processo e não sendo a perícia realizada, o valor será devolvido integralmente à parte requerida, mediante alvará de transferência.
6- Deverá o autor comparecer para realização de perícia, com todos os documentos e laudos médicos realizados em razão do seu acidente.
Caberá ao advogado comunicar ao respectivo autor/cliente a data da conciliação e perícia.
7- No caso de ausência da parte autora sem justificativa legal, os autos serão extintos sem julgamento de MÉRITO, por falta de pressuposto de constituição válido e regular do processo.
Realizada a perícia e não havendo questionamentos ao laudo pericial, desde já autorizo a expedição de alvará em favor do perito.
8- Cite-se/intime-se à Seguradora Líder para o mutirão.
A Seguradora será citada por meio eletrônico, no e-mail citacao.intimacao@seguradoralider.com.br, devendo ser encaminhada, uma vez por semana e no mesmo horário, uma lista de todos os processos para citação.
9- A contestação será apresentada pela Seguradora até o momento da realização da audiência de conciliação. Se não houver acordo, a parte requerente apresentará sua impugnação, incluindo-a na ata de audiência e as partes manifestarão se pretendem a produção de outras provas.
10- Este DESPACHO servirá como carta/MANDADO, devidamente acompanhado de certidão do agendamento da audiência. Assim, fica a requerida citada/intimada para comparecer à audiência e apresentar sua defesa. Adverte-se a parte requerida que, se não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344, CPC/2015).
ADVERTÊNCIA: A petição inicial e os documentos que instruem a inicial poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ.
Advirto que o não comparecimento das partes à audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e aplicação de multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º).
11- Sendo o autor incapaz, mesmo que relativamente, intime-se o MP.
RO Porto Velho 30 de abril de 2019
SERVE COMO CARTA/MANDADO.
RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, EDIFÍCIO CITIBANK 18 andar, RUA DA ASSEMBLÉIA 100 CENTRO - 20011-904 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO
Rinaldo Forti Silva
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7029623-42.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: LUCAS LOPES LIMA
Advogado do(a) AUTOR: FAUSTO SCHUMAHER ALE - RO4165
RÉU: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Intimação
(Provas)
Ficam as partes, por via de seus advogados, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, intimadas a especificarem provas que pretendem produzir.
1) Caso a parte autora não tenha recolhido o 1% de custas iniciais complementares, deverá comprovar no prazo acima mencionado, exceto se beneficiados(s) pela concessão da justiça gratuita.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7029117-95.2018.8.22.0001
Classe: MONITÓRIA (40)
AUTOR: TIAGO MARTINS DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: RODRIGO TELLES DUTRA - GO53889
RÉU: GENECI G. DOS SANTOS - ME
INTIMAÇÃO
Considerando o pedido para expedição/desentranhamento do MANDADO, fica a parte autora, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimado(a) para no prazo de 5 (cinco) dias, proceder o recolhimento da taxa, que deverá ser o valor da diligência do oficial de justiça positiva, gerando o boleto para pagamento no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=MlUemieeJXHJRLgVw2OOAp_bZ65KzfhrXqOHVab-.wildfly01:custas1.1, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7006201-04.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: JANAINA JERONIMO DA ROCHA e outros
Advogado do(a) AUTOR: ROBSON ARAUJO LEITE - RO5196
Advogado do(a) AUTOR: ROBSON ARAUJO LEITE - RO5196
RÉU: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
Advogado do(a) RÉU: CLAYTON CONRAT KUSSLER - RO3861
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida intimada a, no prazo de 15 dias, apresentar contrarrazões ao recurso de apelação.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7008939-96.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: DURVAL ALMEIDA MONTEIRO
Advogados do(a) AUTOR: FRANCISCO DE ASSIS FORTE DE OLIVEIRA - RO3661, SUELY NEVES MONTEIRO - RO4669
RÉU: MultiCred - Rua Terreiro Arranha, 2326 e outros
Advogado do(a) RÉU: JOAO PAULO MESSIAS MACIEL - RO5130
Advogado do(a) RÉU: MAURICIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA - MG91811
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida intimada a, no prazo de 15 dias, apresentar contrarrazões ao recurso de apelação.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7005533-04.2015.8.22.0001

Classe: PETIÇÃO (241)
REQUERENTE: ADAILTON SILVA LIMA
Advogado do(a) REQUERENTE: MARCELO LESSA PEREIRA - RO1501
REQUERIDO: BANCO PAN S.A.
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente, na pessoa de seu(ua) advogado(a), notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7039192-96.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: RODEMILIA RIBEIRO DE LIMA AMORIM
Advogado do(a) AUTOR: TUAN HENRIQUE RIBEIRO AMORIM - RO7852
RÉU: BANCO PAN S.A.
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 9ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA - CEJUSC/CÍVEL- Data: 01/07/2019 Hora: 17:00
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 2 de maio de 2019.
ANDERSON PINTO DE OLIVEIRA

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7013695-80.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ATHOS DISTRIBUIDORA COMERCIO E SERVICOS LTDA
Advogado do(a) AUTOR: SERGIO ARAUJO PEREIRA - RO0006539A
RÉU: COPOBRAS S/A. INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS
Advogados do(a) RÉU: CRISTIANI WERNER BOEING EFFTING - SC19070, DEMIS WARMELING PACHECO - SC31795, KATHERINE KOCH - SC35771
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida intimada a, no prazo de 15 dias, apresentar contrarrazões ao recurso de apelação.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 0001985-90.2015.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
Advogados do(a) EXEQUENTE: ALEXANDRE CARNEIRO MORAES - RO6739, DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO - RO3831
EXECUTADO: KIRLEIJANE DA SILVA PINTO
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimado(a) a, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da resposta de ofício do INSS.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível AUTOS: 7008916-48.2019.8.22.0001
AUTOR: JONHNY FERREIRA CHAGAS
ADVOGADO DO AUTOR: ANDERSON DE MOURA E SILVA OAB nº RO2819
RÉU: FUNDACAO ELETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL ELETROS DESPACHO
Defiro a gratuidade judicial.
Cite-se a parte requerida e intime-se a autora para que, nos termos do art. 334 do CPC, compareçam à audiência de conciliação que ocorrerá na Central de Conciliação, sito à Rua Quintino Bocaiúva, n. 3061, esquina com Avenida Jorge Teixeira, Bairro Embratel, em Porto Velho (RO), devendo as partes se fazerem acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º CPC).
AO CARTÓRIO: Agende audiência utilizando-se o sistema do PJE, manual ou automático. Após, certifique-se, intimem-se para comparecer a audiência designada, a parte autora na pessoa do seu advogado (art. 334, § 3º, CPC), via Sistema Eletrônico e a requerida por carta ou MANDADO com cópia do DESPACHO e certidão como anexo.
Advirto as partes de que o não comparecimento pessoal à audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionada com multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º, CPC), sendo que o comparecimento do advogado não supre a exigência de comparecimento pessoal.
Ressalto que o prazo para contestar (15 dias úteis) fluirá a partir da data da audiência designada ou, caso a parte requerida manifeste o desinteresse na realização da mesma, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II, CPC). A manifestação de desistência deverá ser apresentada com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º, CPC).
Advirto a parte requerida que, se não contestar a ação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC).
Caso não haja acordo e a parte autora não seja beneficiária da gratuidade processual, deverá recolher as custas complementares em 1% do valor atribuído à causa.
ADVERTÊNCIA: A petição inicial e os documentos que instruem a inicial poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ. Não tendo condições de constituir advogado a parte requerida deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, nesta.
Vias deste servem como carta ou MANDADO de citação.
Porto Velho RO 30 de abril de 2019
Rinaldo Forti Silva
RÉU: FUNDACAO ELETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL ELETROS, RUA URUGUAIANA 174.567, - DE 096 AO FIM - LADO PAR CENTRO - 20050-092 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível Processo n. 0011116-94.2012.8.22.0001
EXEQUENTE: ROSINEIDE RIBEIRO BARBOSA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA

EXECUTADO: NOVACAP IMOVEIS EIRELI - ME
ADVOGADO DO EXECUTADO: MARCELLO HENRIQUE DE MENEZES PINHEIRO OAB nº RO265B
Valor da causa: R$6.644,53 DESPACHO
Determinei a CONCLUSÃO do feito para:
1 – Revogar o DESPACHO que ensejou a expedição do Ofício de Id n. 17913084, pág. 91.
2 – Determinar a expedição de ofício ao 1º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Velho para abertura da matrícula do imóvel já desmembrado, conforme Certidão de Inteiro Teor que deverá acompanhar o ofício relativamente ao Lote 28 da Quadra 20 do Loteamento Ipanema, localizado na Rua Neuza.
3 – Com o ofício deverão seguir os documentos: Certidão de Inteiro Teor (Id 17913084, pág. 57), Certidão Narrativa (Id 17913084, pág. 63), croqui da área (Id 26483085, pág. 04) e espelho de cadastro da Prefeitura (Id 26483085, pág. 03), conforme anexo.
Porto Velho - RO, 30 de abril de 2019.
Rinaldo Forti Silva
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7016597-06.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
Advogado do(a) AUTOR: ALEXANDRE CAMARGO - RO704
RÉU: EDPO FELIPE JOSE CANDIDO TENORIO
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente, por seu patrono, no prazo de 05 (cinco) dias, intimada para realizar o pagamento da diligência do BACENJUD.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível 7009474-20.2019.8.22.0001
AUTOR: JONATHAN DE OLIVEIRA FREITAS ALVES ADVOGADO DO AUTOR: EDGAR FERREIRA DE SOUZA OAB nº MT17664
RÉU: NATURA COSMETICOS S/A ADVOGADO DO RÉU:
Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
Procedimento Comum
SENTENÇA
Vistos e examinados.
I- Relatório
Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito c/c danos morais ajuizada por JONATHAN DE OLIVEIRA FREITAS ALVES em face de NATURA COSMETICOS S/A, ambos qualificados nos autos.
Nos autos n. 7009295-86.2019.8.22.0001 este juízo proferiu DECISÃO declarando-se competente para julgar aquele feito e os presentes, determinou nos citados autos que o autor concentrasse em um único pedido todas as inscrições inseridas pela ré, dado que ajuizou três ações distintas contra o mesmo requerido, devendo o presente feito ser extinto, assim como foi o de autos n. 7009470-80.2019.8.22.0001.
É, em síntese, o relatório.
II – Fundamentação
É cediço que o vínculo existente entre o direito de ação e a pretensão, conduzem a CONCLUSÃO de que o exercício de ação está sujeito à existência de legitimidade e interesse processual. A inexistência de qualquer dessas condições, é questão prejudicial que impede o prosseguimento da ação e da análise do MÉRITO.
No presente caso, verifico que a autora ajuizou 3 (três) ações em desfavor do requerido cada uma para um apontamento em cadastro restritivo de crédito. Todas distribuídas no dia a primeira distribuída no dia 13/03/2019, sob o n. 7009295-86.2019.8.22.0001 que tramita perante este juízo e onde foi determinado emenda para a concentração em um único pedido referente a todas as inscrições lançadas em nome do autor e as demais no dia 14/03/2019 com pequeno intervalo de tempo, n. 7009470-80.2019.8.22.0001 e 7009474-20.2019.8.22.0001.
Pois bem, a pretensão autoral deverá ser indeferida nas ações n. 7009470-80.2019.8.22.0001 e 7009474-20.2019.8.22.0001, posto que ausente uma das condições da ação, qual seja, interesse de agir.
Sabe-se que o interesse de agir subdivide-se em interesse-utilidade, interesse-adequação e interesse-necessidade, sendo este último o enquadrado na hipótese.
O interesse de agir (interesse-necessidade) surge da necessidade de obter através do processo a proteção ao interesse substancial, dessa forma, entende-se, que há interesse processual:
"se a parte sofre um prejuízo, não propondo a demanda, e daí resulta que, para evitar esse prejuízo, necessita exatamente da intervenção dos órgãos jurisdicionais" (LIEBMAN, Enrico Tullio. Op. cit., I, n. 14, p. 41).
Sobre o tema, válido colacionar a brilhante lição do professor HUMBERTO THEODORO JÚNIOR, vejamos:
Localiza-se o interesse processual não apenas na utilidade, mas especificamente na necessidade do processo como remédio apto à aplicação do direito objetivo no caso concreto, pois a tutela jurisdicional não é jamais outorgada sem uma necessidade, como adverte Allorio. Essa necessidade se encontra naquela situação "que nos leva a procurar uma solução judicial, sob pena de, se não o fizermos, vermo-nos na contingência de não podermos ter satisfeita uma pretensão (o direito de que nos afirmamos titulares)". Vale dizer: o processo jamais será utilizável como simples instrumento de indagação ou consulta acadêmica. Só o dano ou o perigo de dano jurídico, representado pela efetiva existência de uma lide, é que autoriza o exercício do direito de ação. Falta interesse, portanto, se a lide não chegou a configurar-se entre as partes, ou se, depois de configurada, desapareceu em razão de qualquer forma de composição válida.(Jr., THEODORO, and Humberto. Curso de Direito Processual Civil - Vol. I, 55ª edição. Forense, 2014. VitalBook file).
Logo, através do interesse-utilidade pode-se obter a prestação jurisdicional com um resultado mais favorável e adequado do que aquele originariamente obtido. Pretende a autora a declaração de inexistência do débito e a exclusão de seu nome dos órgãos de proteção ao crédito e uma única ação é suficiente para obter a contento a prestação jurisdicional, assim sendo, o pleito contra a ré deverá prosseguir na demanda que primeiro foi distribuída (autos n. 7009295-86.2019.8.22.0001) extinguindo-se as demais.
III – DISPOSITIVO
PELO EXPOSTO e por tudo mais que constam dos autos, julgo extinto o feito, sem julgamento do MÉRITO, nos termos do art. 485, VI do CPC.
Sem custas.
P.R.I., e após o trânsito em julgado, arquive-se.
Porto Velho, 30 de abril de 2019
Rinaldo Forti Silva
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível Processo n. 7009295-86.2019.8.22.0001
AUTOR: JONATHAN DE OLIVEIRA FREITAS ALVES
ADVOGADO DO AUTOR: EDGAR FERREIRA DE SOUZA OAB nº MT17664

RÉU: NATURA COSMETICOS S/A
ADVOGADO DO RÉU:
Valor da causa: R$39.599,40 DESPACHO
Pela derradeira vez, fica intimado o requerente para emendar a inicial, concentrando num único pedido, todas as inscrições lançadas contra a requerida Natura (autos n. 7009474-20.2019 e 7009470-80.2019, que tramitavam junto aos Juízos da 2ª e 8ª varas, respectivamente) e juntar comprovante de endereço atualizado, dado que o juntado no ID 25338100 data de 2015.
Prazo: 15 (quinze) dias.
Com emenda, ou decorrido o prazo in albis, conclusos.
I.
Porto Velho - RO, 30 de abril de 2019.
Rinaldo Forti Silva
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível AUTOS: 7012141-76.2019.8.22.0001
EXEQUENTE: IMPORCATE COMERCIO DE PECAS PARA TRATORES LTDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ALFREDO JOSE CASSEMIRO OAB nº RO5601
EXECUTADO: CONSTANTINO & MARTINS LTDA - ME DESPACHO
Verifico que a parte exequente recolheu custas de 1% sobre o valor da causa. De acordo com a o art. 12 da lei nº 3896/2016, este valor refere-se aos procedimentos em que há previsão de audiência de conciliação. O procedimento de execução, regulado no artigo 771 e seguintes do CPC, não prevê a realização de audiência preliminar.
1- Portanto, fica intimada a parte exequente, via advogado, para comprovar o recolhimento das custas faltantes (1% do valor atribuído à causa), no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do CPC.
2- Decorrendo in albis o prazo, certifique e voltem os autos conclusos para extinção.
3- Pagas as custas: Cite-se a parte executada para que, no prazo de 03 dias, efetue o pagamento da dívida, contados a partir da citação (art. 829 e 231 §3º do CPC), ou, no prazo de 15 dias úteis, oponha embargos à execução, independentemente de penhora, depósito ou caução, observando-se o disposto no artigo 827, §1º §º2º do CPC.
No mesmo prazo dos embargos, a parte executada pode reconhecer o crédito do exequente, e requerer, desde que comprovado o depósito de 30% do valor da execução acrescidos de custas e honorários, o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas as subsequentes de correção monetária e juros de 1% de ao mês (art. 916 CPC). Nesta hipótese, o credor deverá ser intimado para se manifestar quanto ao depósito e logo em seguida os autos virão conclusos para DECISÃO.
Fixo honorários em 10%, salvo embargos. Caso haja o pagamento integral da dívida no prazo de 03 dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827,§1º do CPC).
Não efetuado o pagamento no prazo de 03 dias úteis, munido da segunda via do MANDADO, o Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado.
Autorizo o Oficial de Justiça a utilizar-se das prerrogativas do art. 252 do CPC.
Se o oficial de justiça não encontrar o executado, arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução (art. 830, CPC). Nos 10 dias seguintes à efetivação do arresto, o oficial de justiça procurará o executado duas vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realizará a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido (§1º). Incumbe ao exequente requerer a citação por edital, uma vez frustradas a pessoal e a com hora certa (§2º). Aperfeiçoada a citação e transcorrido o prazo de pagamento, o arresto converter-se-á em penhora, independentemente de termo (§3º).
4- Sendo positiva a citação e havendo a penhora de bens, a parte executada poderá requerer a substituição da penhora no prazo de 10 dias úteis da intimação do ato, desde que atendido os requisitos do art. 847 e ss do CPC.
5- Formulado o pedido de substituição o exequente deverá ser intimado a se manifestar no prazo de 05 dias úteis.
6- Caso aceita a substituição, inclusive pela não manifestação no prazo de 3 dias, tome-se ela por termo (art. 853 e 849 do CPC).
7- Havendo a citação e não sendo localizados bens pelo oficial de justiça, intime-se a parte exequente para apresentar o cálculo atualizado do crédito, indicar bens à penhora ou requerer a pesquisa via sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, nesta ordem, mediante o pagamento das taxas, conforme art. 17 da Lei de Custas do TJ/RO.
8- Em caso de inércia do advogado da parte exequente, intime-a pessoalmente, por carta AR, para dar impulso ao feito no prazo de 5 dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III e §1º do CPC.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA/MANDADO. A petição inicial e os documentos que instruem a inicial poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ. Não tendo condições de constituir advogado a parte requerida deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, nesta.
EXECUTADO: CONSTANTINO & MARTINS LTDA - ME, RUA SALGADO FILHO 2475, - DE 2365/2366 A 2704/2705 SÃO CRISTÓVÃO - 76804-054 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Porto Velho RO 30 de abril de 2019
Rinaldo Forti Silva
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível Processo n. 7011185-60.2019.8.22.0001
AUTOR: FERNANDA PEREIRA DAS CHAGAS
ADVOGADO DO AUTOR: EDGAR FERREIRA DE SOUZA OAB nº MT17664
RÉU: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO-PADRONIZADOS NPL I
ADVOGADO DO RÉU:
Valor da causa: R$39.512,34 DESPACHO
A emenda à inicial diz respeito apenas à comprovação da alegada hipossuficiência financeira e apresentação de comprovante de endereço atualizado e telefone (Id n. 25870949, págs. 01/03/PDF), o que independente de deslocamento ao órgão do serviço de proteção ao crédito.
Portanto, pela derradeira vez, fica intimada a requerente para que o promova a emenda, sob pena de indeferimento da inicial.
Com as informações ou decorrido o prazo in albis, conclusos.
I.
Porto Velho - RO, 30 de abril de 2019.
Rinaldo Forti Silva
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível 7035331-05.2018.8.22.0001
Procedimento Sumário
Seguro
AUTOR: VERONILCE OLIVEIRA DE SOUZA ADVOGADO DO AUTOR: MARX SILVERIO ROSA CORREA CARNEIRO OAB nº RO8611, ANDERSON FELIPE REUSING BAUER OAB nº RO5530, PABLO ROSA CORREA CARNEIRO DE ANDRADE OAB nº RO4635
RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA ADVOGADO DO RÉU: LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB nº RO5017
SENTENÇA
Após ter sido proferida SENTENÇA que julgou parcialmente procedente o pedido inicial (Id n. 24876359, páginas 1/4), instada a comprovar o pagamento das custas finais, a requerida comprovou o depósito nos autos da importância de R$ 2.754,73 (Id 26013342).
Na sequência, a autora requereu o levantamento da referida importância com o consequente pedido de extinção do feito (Id 26238984).
A requerida comprovou o recolhimento das custas finais (Id 26594300).
Os honorários periciais foram depositados (Id n. 23935876).
Ante ao exposto, entendo por satisfeita a obrigação, julgando extinto por SENTENÇA o feito, nos termos do art. 924, II, do Novo Código de Processo Civil.
Tratando-se de satisfação da obrigação pelo pagamento, verifica-se a ocorrência da preclusão lógica no tangente ao prazo recursal, razão pela qual considero o trânsito em julgado nesta data.
1 – Expeça-se alvará ao autor da importância que se encontra depositada (Id 26013342).
P. R. I. e arquivem-se.
Porto Velho- RO, 30 de abril de 2019
Rinaldo Forti Silva
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível AUTOS: 7015551-45.2019.8.22.0001
EMBARGANTES: AKEILA DA CONCEICAO DE ARAUJO, JAMIL RANGEL DE SOUZA
ADVOGADOS DOS EMBARGANTES: RAIMUNDO GONCALVES DE ARAUJO OAB nº RO3300
EMBARGADO: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP DESPACHO
À CPE para:
1 - Associe-se aos autos de execução n. 7050432-82.2018.8.22.0001.
2 - Cadastre-se o advogado do embargado.
Verifico que a parte autora deixou de cumprir os requisitos do art. 82 do CPC (não pagou custas iniciais).
3 - Determino o recolhimento de custas processuais de acordo com a nova Lei de Custas nº 3896 de 24 de agosto de 2016, na importância de 2% do valor da causa, no prazo de 15 dias, vez que, o procedimento de execução regulado no artigo 771 e seguintes do CPC, não prevê a realização de audiência de conciliação, sob pena de indeferimento da peça inaugural, nos termos do art. 321 do CPC.
4 - Decorrendo in albis o prazo, certifique e voltem os autos conclusos para extinção.
Rinaldo Forti Silva
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível AUTOS: 7016183-71.2019.8.22.0001
AUTOR: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
ADVOGADO DO AUTOR: ACACIO FERNANDES ROBOREDO OAB nº DF89774
RÉU: GUILHERME CARLOS STEGMANN DESPACHO
À CPE para mudar a classe processual para monitória.
Verifico que a parte autora deixou de cumprir os requisitos do art. 82 do Código Processual Civil.
1- Determino o recolhimento de custas processuais de acordo com a nova Lei de Custas nº 3896 de 24 de agosto de 2016, no importe de 2% do valor da causa, tendo em vista não haver previsão de audiência de conciliação para ações Monitórias, fixando providências o prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da peça inaugural, nos termos do art. 321 do CPC.
2- Decorrendo in albis o prazo, devidamente certificado, voltem-me conclusos para extinção.
3- Cumprida a determinação, diante da prova escrita, defiro expedição de MANDADO, com prazo de 15 (quinze) dias para pagamento, nos termos da inicial, anotando-se que, caso o réu satisfaça a obrigação no prazo supracitado, ficará isento de custas, subsistindo, entretanto, dever de pagar 5% do valor da dívida à título de honorários advocatícios (art. 701, do CPC).
Para o caso de não cumprimento, fixo honorários em 10% (dez por cento) do valor da dívida.
Fica o réu ciente, ainda, que no prazo de 15 (quinze) dias úteis, poderá oferecer embargos que suspenderá a eficácia do MANDADO inicial, e que, caso não haja o cumprimento da obrigação ou o oferecimento de embargos "constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial", convertendo-se o MANDADO inicial em MANDADO executivo (art. 701 § 2 CPC).
4- Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora, no prazo de 15 (quinze) dias, indicar novo endereço para que a relação jurídico-processual seja estabelecida, sob pena de extinção e arquivamento do feito por ausência de pressuposto processual de existência.
5- Apresentado embargos no prazo legal, intime-se a parte autora para responder em 15 (quinze) dias úteis, (art. 702 §5º do CPC), sendo vedada reconvenção sucessiva, nos termos do §6º do mesmo artigo. Após, tornem os autos conclusos para SENTENÇA, nos termos do art. 702 § 8º e seguintes do CPC.
6- Não sendo apresentados embargos, certifique-se e voltem conclusos para SENTENÇA.
Depreque-se caso necessário.
ADVERTÊNCIA: A petição inicial e os documentos que instruem a inicial poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ. Não tendo condições de constituir advogado a parte requerida deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, nesta.
VIAS DESTE DESPACHO SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO.
Porto Velho RO 30 de abril de 2019
RÉU: GUILHERME CARLOS STEGMANN, RUA JOÃO DE SOUZA LIMA 5483 FLODOALDO PONTES PINTO - 76820-624 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Rinaldo Forti Silva
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível AUTOS: 7000523-37.2019.8.22.0001
EXEQUENTE: ELIZEU LEITE CONSOLINE
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ELIZEU LEITE CONSOLINE OAB nº RO5712

EXECUTADO: CLEBER BENTO DE MORAES DESPACHO
Verifico que a parte exequente recolheu custas de 1% sobre o valor da causa. De acordo com a o art. 12 da lei nº 3896/2016, este valor refere-se aos procedimentos em que há previsão de audiência de conciliação. O procedimento de execução, regulado no artigo 771 e seguintes do CPC, não prevê a realização de audiência preliminar.
1- Portanto, fica intimada a parte exequente, via advogado, para comprovar o recolhimento das custas faltantes (1% do valor atribuído à causa), no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do CPC.
2- Decorrendo in albis o prazo, certifique e voltem os autos conclusos para extinção.
3- Pagas as custas: Cite-se a parte executada para que, no prazo de 03 dias, efetue o pagamento da dívida, contados a partir da citação (art. 829 e 231 §3º do CPC), ou, no prazo de 15 dias úteis, oponha embargos à execução, independentemente de penhora, depósito ou caução, observando-se o disposto no artigo 827, §1º §º2º do CPC.
No mesmo prazo dos embargos, a parte executada pode reconhecer o crédito do exequente, e requerer, desde que comprovado o depósito de 30% do valor da execução acrescidos de custas e honorários, o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas as subsequentes de correção monetária e juros de 1% de ao mês (art. 916 CPC). Nesta hipótese, o credor deverá ser intimado para se manifestar quanto ao depósito e logo em seguida os autos virão conclusos para DECISÃO.
Fixo honorários em 10%, salvo embargos. Caso haja o pagamento integral da dívida no prazo de 03 dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827,§1º do CPC).
Não efetuado o pagamento no prazo de 03 dias úteis, munido da segunda via do MANDADO, o Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado.
Autorizo o Oficial de Justiça a utilizar-se das prerrogativas do art. 252 do CPC.
Se o oficial de justiça não encontrar o executado, arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução (art. 830, CPC). Nos 10 dias seguintes à efetivação do arresto, o oficial de justiça procurará o executado duas vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realizará a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido (§1º). Incumbe ao exequente requerer a citação por edital, uma vez frustradas a pessoal e a com hora certa (§2º). Aperfeiçoada a citação e transcorrido o prazo de pagamento, o arresto converter-se-á em penhora, independentemente de termo (§3º).
4- Sendo positiva a citação e havendo a penhora de bens, a parte executada poderá requerer a substituição da penhora no prazo de 10 dias úteis da intimação do ato, desde que atendido os requisitos do art. 847 e ss do CPC.
5- Formulado o pedido de substituição o exequente deverá ser intimado a se manifestar no prazo de 05 dias úteis.
6- Caso aceita a substituição, inclusive pela não manifestação no prazo de 3 dias, tome-se ela por termo (art. 853 e 849 do CPC).
7- Havendo a citação e não sendo localizados bens pelo oficial de justiça, intime-se a parte exequente para apresentar o cálculo atualizado do crédito, indicar bens à penhora ou requerer a pesquisa via sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, nesta ordem, mediante o pagamento das taxas, conforme art. 17 da Lei de Custas do TJ/RO.
8- Em caso de inércia do advogado da parte exequente, intime-a pessoalmente, por carta AR, para dar impulso ao feito no prazo de 5 dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III e §1º do CPC.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA/MANDADO. A petição inicial e os documentos que instruem a inicial poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ. Não tendo condições de constituir advogado a parte requerida deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, nesta.
EXECUTADO: CLEBER BENTO DE MORAES, RUA SÃO JOSÉ 8301, - ATÉ 8428/8429 JUSCELINO KUBITSCHEK - 76829-328 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Porto Velho RO 30 de abril de 2019
Rinaldo Forti Silva
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível Processo n. 7052659-79.2017.8.22.0001
AUTOR: SALTINHO DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS S.A.
ADVOGADO DO AUTOR: ISRAEL AUGUSTO ALVES FREITAS DA CUNHA OAB nº RO2913
RÉUS: EDISON LOURENCO DA SILVA, JULIANO RODRIGUES DA SILVA
ADVOGADOS DOS RÉUS:
Valor da causa: R$0,00 DESPACHO
1- Intime-se a parte autora, pessoalmente por carta AR, para que impulsione o feito no prazo de 5 dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, §1º do CPC.
2- Na hipótese de inércia, certifique e voltem conclusos para extinção.
Porto Velho -RO, 30 de abril de 2019.
Rinaldo Forti Silva
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível Processo n. 0023969-04.2013.8.22.0001
EXEQUENTE: Einstein Instituição de ensino Ltda. EPP
ADVOGADO DO EXEQUENTE: IGOR JUSTINIANO SARCO OAB nº RO7957, EDUARDO ABILIO KERBER DINIZ OAB nº RO4389
EXECUTADOS: LIDIANE CASTRO PESSOA, GABRIEL ALVES COSTA
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS:
Valor da causa: R$3.734,86 DESPACHO
Nesta data, por meio do Ofício n. 08/2019/9ª Cível, prestei as informações de agravo que me foram solicitadas.
No mais, cumpra-se o DESPACHO anteriormente lançado.
I.
Porto Velho - RO, 30 de abril de 2019.
Rinaldo Forti Silva
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível 7005045-10.2019.8.22.0001
AUTOR: FOX PNEUS LTDA ADVOGADO DO AUTOR: MARCELLINO VICTOR RAQUEBAQUE LEAO DE OLIVEIRA OAB nº RO8492
RÉU: P V H OTM TRANSPORTES LTDA - EPP ADVOGADO DO RÉU:
Inadimplemento
Monitória

SENTENÇA
Relatório
Versam os presentes sobre ação Monitória que AUTOR: FOX PNEUS LTDA endereça a RÉU: P V H OTM TRANSPORTES LTDA - EPP. Alega o autor, em suma, que a parte requerida lhe deve a quantia atualizada de R$6.316,51, representada pelo título que acompanha a inicial.
Citada, a parte requerida não efetuou o pagamento e tampouco ofertou embargos.
É, em síntese, o necessário.
Fundamentação
A lide comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, II, do Código de Processo Civil, eis que a parte requerida incorreu em revelia e confissão ficta (art. 344, CPC) quanto à matéria de fato, pois embora regularmente citada, não ofereceu defesa.
Além disso, os documentos que acompanharam a inicial, demonstram que o autor é efetivamente credor da parte ré na importância pleiteada. Também, restou assente que os documentos apresentados não possuem eficácia executiva.
Nos termos do art. 701, §2º do CPC, o não oferecimento de embargos implica na constituição do título executivo judicial, convertendo-se o MANDADO inicial em MANDADO executivo.
DISPOSITIVO
Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial com fundamento no art. 487, I e art. 701, §2º, ambos do CPC, para constituir de pleno direito o título em executivo judicial, cujo crédito de R$6.316,51, deverá ser corrigido monetariamente desde a data do vencimento e acrescido de juros de 1% ao mês desde a citação.
Condeno a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% do valor da dívida.
Observadas as formalidades legais, transitada em julgado, sem que haja requerimento da parte autora, arquivem-se.
P.R.I.
Porto Velho-RO, 30 de abril de 2019
Rinaldo Forti Silva
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível Processo n. 7022497-67.2018.8.22.0001
AUTOR: RICARDO ROCHA DA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: DANIELLE ALVES FLORENCIO FERRAZ OAB nº RO6837, RILDO DOS SANTOS AMARAL OAB nº RO7165
RÉU: VALDELIRIO DE QUADROS
ADVOGADO DO RÉU:
Valor da causa: R$40.000,00 DESPACHO
Considerando que a lei incentiva a solução conciliatória do conflito (Art. 139, V CPC), designo audiência de conciliação para o dia 04 de junho de 2019, às 10h:30min na sala de audiências deste Juízo (Av. Lauro Sodré, n. 1728, bairro São João Bosco – 9ª Vara Cível).
A parte requerida está representada pela Defensoria Pública, por isso, deve ser intimada PESSOALMENTE.
A parte autora poderá ser intimada via DJ.
I.
Porto Velho - RO, 30 de abril de 2019.
Rinaldo Forti Silva
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível
7039253-54.2018.8.22.0001
REQUERENTE: WILLISON DE JESUS PEDROSO ADVOGADO DO REQUERENTE: PAULO BARROSO SERPA OAB nº RO4923
REQUERIDOS: ERCILIO SANTANA DO PRADO, LUZIMEIRE LOPES SILVA ADVOGADOS DOS REQUERIDOS:
SENTENÇA
Trata-se de tutela cautelar em caráter antecedenteLiminar ajuizada por REQUERENTE: WILLISON DE JESUS PEDROSO em face de REQUERIDOS: ERCILIO SANTANA DO PRADO, LUZIMEIRE LOPES SILVA, todos qualificados nos autos.
Por meio da DECISÃO de Id 22210863, páginas 1/2 foi concedida a tutela vindicada.
A tentativa de citação dos requeridos restou infrutífera (Id 22980102).
Intimada pessoalmente para impulsionar o feito, o aviso de recebimento retornou positivo, mas a parte autora não se manifestou (Id 26226882).
Diante da falta do requerente em impulsionar o feito e, sobretudo, por deixar de promover as diligências necessárias para que o feito tivesse resultado útil, a extinção do feito é medida que se impõe.
Nestes termos, com esteio do art. 485, III e § 1º (inércia) do CPC, JULGO EXTINTO o feito, sem resolução de MÉRITO.
Sem custas.
P.R.I.
Não havendo pendências, arquivem-se.
Porto Velho, 30 de abril de 2019
Rinaldo Forti Silva
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível Processo n. 7000729-51.2019.8.22.0001
AUTOR: RAILSON GAMA DA COSTA OLIVEIRA
ADVOGADO DO AUTOR: EVERTON MELO DA ROSA OAB nº RO6544A, CARLOS ERIQUE DA SILVA BONAZZA OAB nº RO8176
RÉU: TELEFONICA BRASIL S.A.
ADVOGADO DO RÉU:
Valor da causa: R$8.000,00 DESPACHO
Realizado o pagamento de débito originário de negativação, o credor terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para promover a baixa da restrição, sem que caracterize violação do direito do devedor.
No presente caso, em análise aos documentos que instruem a inicial, constatei que o pagamento foi realizado em 10/12/2018 (Id n. 23948644) e o extrato da negativação expedido em 17/12/2018 (Id n. 23948630), de modo que na data em que o banco de dados de proteção ao crédito foi consultado, ainda decorria o prazo para a requerida promover a baixa da negativação.
Portanto, a fim de verificar a plausibilidade do direito vindicado e justificar o deferimento da medida de urgência, fica intimada a parte requerente para apresentar extrato de negativação atualizado demonstrando se a negativação ainda permanece, sob pena de indeferimento da inicial.
Com a manifestação ou decorrido o prazo in albis, conclusos.
Prazo: 15 (quinze) dias.
Porto Velho - RO, 30 de abril de 2019.
Rinaldo Forti Silva
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível Processo n. 7006651-10.2018.8.22.0001
AUTOR: WELLINGTON GLADISTON VANZELER ROCHA
ADVOGADO DO AUTOR: LUCIO AFONSO DA FONSECA SALOMAO OAB nº RO1063
RÉUS: SILVA & SILVA COMERCIO DE VEICULOS LTDA - ME, AGNALDO DA SILVA
ADVOGADOS DOS RÉUS: ELDA LUCIANA OLIVEIRA MELO OAB nº RO3924A
Valor da causa: R$107.746,83 DESPACHO
Considerando a inércia do autor em promover o pagamento das custas iniciais, conforme determinado em sede de audiência, promova-se o protesto. E não havendo pagamento, inscreva-se em dívida ativa (art. 35 e ss. da lei 3.896/16).
Promovida a inscrição, arquivem-se.
Porto Velho - RO, 30 de abril de 2019.
Rinaldo Forti Silva
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível AUTOS: 7008857-60.2019.8.22.0001
AUTOR: UILIAN AZEVEDO DA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: EDGAR FERREIRA DE SOUZA OAB nº MT17664
RÉU: BANCO BRADESCO S.A.
DECISÃO
Defiro a gratuidade da justiça.
Versam os autos sobre ação declaratória de inexigibilidade de débito c/c reparação por danos morais que AUTOR: UILIAN AZEVEDO DA SILVA endereça a RÉU: BANCO BRADESCO S.A., com pedido de tutela provisória de urgência para exclusão de restrição negativa em nome da autora nos cadastros de proteção ao crédito.
Sustenta que teve seu nome negativado por comando da requerida em relação a débito no valor de R$ 94,49 (noventa e quatro reais e quarenta e nove centavos).
Assevera que referida inscrição se mostra totalmente indevida pelo fato de nunca ter contratado serviços da empresa requerida. Finda pleiteando a declaração de inexistência de débito, com a exclusão do seu nome dos cadastros de inadimplentes, bem como a condenação da parte requerida ao pagamento de indenização por dano moral.
Tratando-se de pedido de tutela provisória de urgência (antecipada), em juízo de probabilidade sumário, o magistrado deve constatar provada a probabilidade do direito do autor, o risco de dano, e a reversibilidade do provimento, nos termos do artigo 300 caput e §3º do CPC.
Ocorre que, conforme documento constante (Id n. 25258455, págs. 01/02/PDF) a inscrição discutida nestes autos diz respeito a débito cuja disponibilização ocorreu em 13/07/2014 em não sendo crível que somente agora a parte autora venha alegar a emergencialidade em ter seu nome excluído dos órgãos de proteção ao crédito.
Como se não bastasse, o requerente possui outras 5 negativações incidentes em seu nome, sendo uma delas promovida também pelo banco requerido.
Não vislumbro, portanto, o risco de dano alegado. Quem permaneceu por quase 5 (cinco) anos com restrições cadastrais certamente pode aguardar o estabelecimento do contraditório.
Pelo exposto, INDEFIRO o pedido de tutela pleiteado.
1- Agende audiência preliminar de conciliação utilizando a pauta do PJE, manual ou automática, certificando nos autos.
2- Após, cite-se/intime-se a parte requerida e intime-se a autora para que, nos termos do art. 334 do CPC, compareçam à audiência de conciliação que ocorrerá na Central de Conciliação - CEJUSC, estabelecida à Rua Quintino Bocaiúva, n. 3061, esquina com Avenida Jorge Teixeira, Bairro Embratel, em Porto Velho (RO), devendo as partes se fazerem acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º CPC).
Advirto as partes de que o não comparecimento pessoal à audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionada com multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º, CPC), sendo que o comparecimento do advogado não supre a exigência de comparecimento pessoal.
3- Caso não haja acordo e não seja a parte autora beneficiária da gratuidade, intime-a para recolher 1% custas iniciais complementares, no prazo de 5 dias após a realização da audiência. Caso seja celebrado acordo fica desobrigada do pagamento adiado.
4- Ressalto que o prazo para contestar (15 dias úteis) fluirá a partir da data da audiência designada ou, caso a parte requerida manifeste o desinteresse na realização da mesma, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II, CPC). A manifestação de desistência deverá ser apresentada com antecedência mínima de 10 dias da data da audiência (art. 334, §5º, CPC).
Se a parte requerida não contestar a ação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC).
5- Apresentada defesa, intime-se a parte autora, via advogado, para réplica pelo prazo de 15 dias.
SERVE O DESPACHO COMO CARTA/MANDADO. A petição inicial e os documentos que instruem a inicial poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ. Não tendo condições de constituir advogado a parte requerida deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, nesta.
RÉU: BANCO BRADESCO S.A., BANCO BRADESCO S.A. S/N, CIDADE DE DEUS, 4 ANDAR VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ
Porto Velho RO 30 de abril de 2019
Rinaldo Forti Silva
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível AUTOS: 7009999-02.2019.8.22.0001
AUTOR: MARIA FERNANDA CORIA DA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: ALEXANDRE LEANDRO DA SILVA OAB nº RO4260, KAMILA ARAUJO PRADO OAB nº RO7371
RÉU: GOL Linhas Aéreas, VRG Linhas Aéreas S/A DESPACHO
Acolho a emenda de Id n. 25595784/25595785.
Cite-se a parte requerida e intime-se a autora para que, nos termos do art. 334 do CPC, compareçam à audiência de conciliação que ocorrerá na Central de Conciliação, sito à Rua Quintino Bocaiúva, n. 3061, esquina com Avenida Jorge Teixeira, Bairro Embratel, em Porto Velho (RO), devendo as partes se fazerem acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º CPC).
AO CARTÓRIO: Agende audiência utilizando-se o sistema do PJE, manual ou automático. Após, certifique-se, intimem-se para comparecer a audiência designada, a parte autora na pessoa do seu advogado (art. 334, § 3º, CPC), via Sistema Eletrônico e a requerida por carta ou MANDADO com cópia do DESPACHO e certidão como anexo.
Advirto as partes de que o não comparecimento pessoal à audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionada com multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º, CPC), sendo que o comparecimento do advogado não supre a exigência de comparecimento pessoal.

Ressalto que o prazo para contestar (15 dias úteis) fluirá a partir da data da audiência designada ou, caso a parte requerida manifeste o desinteresse na realização da mesma, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II, CPC). A manifestação de desistência deverá ser apresentada com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º, CPC).
Advirto a parte requerida que, se não contestar a ação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC).
Caso não haja acordo e a parte autora não seja beneficiária da gratuidade processual, deverá recolher as custas complementares em 1% do valor atribuído à causa.
ADVERTÊNCIA: A petição inicial e os documentos que instruem a inicial poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ. Não tendo condições de constituir advogado a parte requerida deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, nesta.
Vias deste servem como carta ou MANDADO de citação.
Porto Velho RO 30 de abril de 2019
Rinaldo Forti Silva
RÉU: GOL Linhas Aéreas, VRG Linhas Aéreas S/A, PRAÇA SENADOR SALGADO FILHO S/N, AERO SANTOS DUMONT, TÉRREO, SALA DE GERÊNCIA. CENTRO - 20021-340 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível PROCESSO: 7014850-84.2019.8.22.0001
AUTOR: RAIMUNDO BRAGA REGIS JUNIOR
ADVOGADO DO AUTOR: JULIA IRIA FERREIRA DA SILVA OAB nº RO9290
RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Trata-se de ação movida por AUTOR: RAIMUNDO BRAGA REGIS JUNIOR em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS,
AUDIÊNCIA PRELIMINAR
O processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e as normas fundamentais estabelecidos na Constituição (art. 1º do CPC). Portanto, deixo de designar audiência prévia de conciliação pois a prática revela ser improdutivo o aludido ato nos procedimentos em que são partes o INSS e a CERON. Esses litigantes não comparecem à audiência prévia e, salvo raríssimas exceções, não apresentam propostas de acordo antes da perícia e/ou instrução processual.
Portanto, o ato, além de inútil ao processo, alonga o trâmite processual e onera ainda mais o feito - para as partes e o
PODER JUDICIÁRIO - contrapondo-se aos preceitos constitucionais da economia e razoável duração do processo (art. 5º, inciso LXXVIII, CF).
Saliento que não deixarei de privilegiar a tentativa de composição (Art. 3º, §2° do CPC), mas apenas, irei postergá-la para audiência una de conciliação, instrução e julgamento.
PERÍCIA JUDICIAL
Em homenagem aos princípios da economia e celeridades processuais e efetividade, bem ainda, considerando o teor das Recomendações Conjuntas n. 01, de 15.12.2015 e n. 04, de 17.05.2012, ambas do CNJ e do acordado na reunião realizada na Corregedoria de Justiça do Eg. TJ/RO com INSS, com vistas a padronização do fluxo de processos sobre o objeto desta ação (SEI n. 0002680-60.2017.8.22.8800), o fluxo processual do presente ocorrerá conforme alinhavado adiante:
Com vistas aos princípios da racionalidade e economicidade, no presente feito não se fará audiência prévia de conciliação.
1 - Somente prova médico pericial poderá estabelecer as condições de saúde da parte autora e se eventualmente se encontra incapacitada para exercer sua atividade laboral, razão pela qual determino a realização de perícia médica, a ser implementada em sistema de MUTIRÃO que se realizará na sala de Mutirão da CEJUSC - Centro Judiciário de solução de Conflitos e Cidadania, situado à Rua Quintino Bocaiúva, n. 3061, esquina com Avenida Gov. Jorge Teixeira, Bairro Embratel, em Porto Velho (RO), e-mail: pvh9civel@tjro.jus.br, devendo as partes comparecer, acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º).
2 - Considerando a necessidade da realização de perícia médica, nomeio para tal encargo os ortopedistas Dr. Hemanoel Fernando dos Anjos Ferro, CRM 2141/RO e Dr. João Estênio Cangussu Neto CRM 3171, Telefone dos peritos respectivamente, (69) 98116-9322; (69) 98448-4847, comunique-se aos peritos para dizer se aceitaram o encargo.
No dia da perícia, se por algum impedimento os peritos nomeados acima não puderem comparecer, autorizo que a perícia seja feita por algum dos peritos cadastrados na CEJUSC, cuja escolha ficará a cargo da chefe dos conciliadores no dia do mutirão.
Na sala de perícia permanecerão os médicos (peritos e assistentes), a pessoa a ser periciada. No momento do exame, em respeito à privacidade da parte, os peritos poderão realizá-lo somente na presença dos demais médicos.
Comuniquem-se os peritos da data.
3 - Faculto às partes a indicação de assistentes técnicos no prazo de 10 dias, bem como apresentação de quesitos, caso já não o tenham feito anteriormente nos autos.
QUESITOS DO JUÍZO: O perito deverá esclarecer, nos termos da Recomendação Conjunta n. 01/CNJ, de 15/12/2015, os seguintes quesitos:
I - Exame clínico e considerações médico-periciais sobre a patologia:
a) Queixa que o(a) periciado apresenta no ato da perícia.
b) Doença, lesão ou deficiência diagnosticada por ocasião da perícia (com CID).
c) Causa provável da(s) doença/moléstia(a)/incapacidade.
d) Doença/moléstia ou lesão decorrem do trabalho exercido Justifique indicando o agente de risco ou agente nocivo causador.
e) A doença/moléstia ou lesão decorrem de acidente de trabalho Em caso positivo, circunstanciar o fato, com data e local, bem como se reclamou assistência médica e/ou hospitalar.
f) Doença/moléstia ou lesão torna o(a) periciado(a) incapacitado(a) para o exercício do último trabalho ou atividade habitual Justifique a resposta, descrevendo os elementos nos quais se baseou a CONCLUSÃO.
g) Sendo positiva a resposta ao quesito anterior, a incapacidade do(a) periciado(a) é de natureza permanente ou temporária Parcial ou total
h) Data provável do início da(s) doença/lesão/moléstia() que acomete(m) o (a) periciado(a).
i) Data provável de início da incapacidade identificada. Justifique.
j) Incapacidade remonta à data de início da(s) doença/moléstia(s) ou decorre de progressão ou agravamento dessa patologia Justifique.
k) É possível afirmar se havia incapacidade entre a data do indeferimento ou da cessão do benefício administrativo e a data da realização da perícia judicial Se positivo, justificar apontando os elementos para esta CONCLUSÃO.
l) Caso se conclua pela incapacidade parcial e permanente, é possível afirmar se o(a) periciado(a) está apto para o exercício de outra atividade profissional ou para a reabilitação Qual atividade
m) a) necessita de assistência permanente de outra pessoa para as atividades diárias A partir de quando
n) Qual ou quais são os exames clínicos, laudos ou elementos considerados para o presente ato médico pericial

o) O(a) periciado(a) está realizando tratamento Qual a previsão de duração do tratamento Há previsão ou foi realizado tratamento cirúrgico O tratamento é oferecido pelo SUS
p) É possível estimar qual o tempo e o eventual tratamento necessários para que o(a) periciado(a) se recupere e tenha condições de voltar a exercer seu trabalho ou atividade habitual (data de cessação da incapacidade)
q) Preste o perito demais esclarecimentos que entenda serem pertinentes para melhor elucidação da causa.
r) Pode o perito afirmar se existe qualquer indício ou sinais de dissimulação ou de exacerbação de sintomas Responda apenas em caso afirmativo.
II - Quesitos específicos: auxílio-acidente:
a) O(a) periciado(a) é portador de lesão ou perturbação funcional que implique redução de sua capacidade para o trabalho Qual
b) Se houver lesão ou perturbação funcional, decorre de acidente de trabalho ou de qualquer natureza
Em caso positivo, indique o agente causador ou circunstancie o fato, com data e local, bem como indique se o(a) periciado(a) reclamou assistência médica e/ou hospitalar.
c) O(a) periciado(a) apresenta sequelas de acidente de qualquer natureza, que causam dispêndio de maior esforço na execução da atividade habitual
d) Se positiva a resposta ao quesito anterior, quais são as dificuldades encontradas pelo(a) periciado(a) para continuar desempenhando suas funções habituais Tais sequelas são permanentes, ou seja, não passíveis de cura
e) Houve alguma perda anatômica Qual A força muscular está mantida
f) A mobilidade das articulações está preservada
g) A sequela ou lesão porventura verificada se enquadra em alguma das situações discriminadas no Anexo III do Decreto 3.048/1999
4 - Desde já, arbitro honorários periciais em R$ 600,00 (seiscentos reais) (art. 2º, §4º da Resolução n. 232/2016/CNJ), considerando a imensa dificuldade de encontrar profissionais qualificados, o fato dos profissionais nomeados serem especialistas na área, bem como não haver outros que se sujeitem a realizar exame sem prévio depósito dos honorários.
Quando da citação, o INSS deverá ser intimado para depositar imediatamente os honorários, mas a realização da perícia não ficará condicionada à sua comprovação.
Ressalto que findo o processo e não sendo a perícia realizada, o valor será devolvido integralmente à parte requerida.
5 - Intime-se o autor, via advogado, para comparecer na data da perícia com todos os documentos e laudos médicos realizados em razão do seu acidente/doença.
Caberá ao advogado comunicar ao respectivo autor/cliente a data da conciliação e perícia.
6 - A ausência da parte autora à perícia, sem justificativa legal, fará presumir recusa na produção da prova, ensejando o julgamento antecipado da lide (CC, art. 232)
7 - Cite-se a parte requerida para apresentar defesa em 15 dias (art. 335, CPC/15), contados da ciência do resultado da perícia. No prazo de defesa o requerido deverá apresentar cópia do procedimento administrativo referente ao benefício previdenciário pleiteado pela(o) requerente.
Advirto que após a realização da perícia, se o INSS não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC/2015).
SERVE O PRESENTE COMO CARTA/MANDADO. A petição inicial e os documentos que a instruem poderão ser consultados no sítio eletrônico: http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam (Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ).
RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, AVENIDA CAMPOS SALES 3132, - DE 2986 A 3292 - LADO PAR OLARIA - 76801-246 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Porto Velho RO 30 de abril de 2019
Rinaldo Forti Silva
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1305
Processo: 7017421-96.2017.8.22.0001
Classe: CÍVEL - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado do(a) AUTOR: ROBERVAL VIEIRA JUNIOR - SP244234
RÉU: PAU BRASIL AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - EPP e outros (2)
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada a dar regular andamento ao feito no prazo de 5 dias, sob pena de extinção/arquivamento.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível AUTOS: 7008518-04.2019.8.22.0001
AUTOR: LUIZ ANTONIO RIBEIRO PESSOA
ADVOGADO DO AUTOR: LUAN ICAOM DE ALMEIDA AMARAL OAB nº RO7651
RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA DESPACHO
Recebo a emenda.
1- Defiro a gratuidade processual. Registre no PJE.
2- Cite-se a parte requerida para, nos termos do art. 334 do CPC, comparecer à audiência de conciliação/perícia, em sistema de MUTIRÃO DPVAT que se realizará na sala de Mutirão da CEJUSC - Centro Judiciário de solução de Conflitos e Cidadania, situado à Rua Quintino Bocaiúva, n. 3061, esquina com Avenida Gov. Jorge Teixeira, Bairro Embratel, em Porto Velho (RO), e-mail: pvh9civgab@tjro.jus.br, devendo as partes comparecer, acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º), oportunidade em que será realizada a perícia concomitantemente à audiência conciliatória.
AO CARTÓRIO: Agende a audiência no PJE utilizando-se os horários encaminhados pela pauta da CEJUSC, de forma manual ou automática. Após, certifique-se, intimem-se para comparecer a audiência designada a parte autora na pessoa do seu advogado (art. 334, § 3º, CPC), via Sistema Eletrônico ou DJ, e a requerida através do endereço eletrônico citacao.intimacao@seguradoralider.com.br com cópia do DESPACHO e certidão como anexo.
3- Considerando a necessidade da realização de perícia médica, nomeio para tal encargo os ortopedistas Dr. Hemanoel Fernando dos Anjos Ferro, CRM 2141/RO e Dr. João Estênio Cangussu Neto CRM 3171, Telefone dos peritos respectivamente, (69) 98116-9322; (69) 98448-4847, comunique-se aos peritos para dizer se aceitam o encargo.
No dia da perícia, se por algum impedimento os peritos nomeados acima não puderem comparecer, autorizo que a perícia seja feita por algum dos peritos cadastrados na CEJUSC, cuja escolha ficará a cargo da chefe dos conciliadores no dia do mutirão.
Na sala de perícia permanecerão os médicos (peritos e assistentes), a pessoa a ser periciada. No momento do exame, em respeito à privacidade da parte, os peritos poderão realizá-lo somente na presença dos demais médicos.
Comuniquem-se os peritos da data.
4- Faculto às partes a indicação de assistentes técnicos no prazo de 10 (dez) dias, bem como apresentação de quesitos, desde que já não o tenham feito anteriormente nos autos.
5- Arbitro honorário pericial em R$ 370,00 (trezentos e setenta reais), conforme Resolução 232 de 13 de julho de 2016 do CNJ, que deverá ser custeado integralmente pela requerida. A verba deverá ser depositada em conta judicial pela Seguradora até a data da audiência, comprovando-se nos autos.

Ressalto que findo o processo e não sendo a perícia realizada, o valor será devolvido integralmente à parte requerida, mediante alvará de transferência.
6- Deverá o autor comparecer para realização de perícia, com todos os documentos e laudos médicos realizados em razão do seu acidente.
Caberá ao advogado comunicar ao respectivo autor/cliente a data da conciliação e perícia.
7- No caso de ausência da parte autora sem justificativa legal, os autos serão extintos sem julgamento de MÉRITO, por falta de pressuposto de constituição válido e regular do processo.
Realizada a perícia e não havendo questionamentos ao laudo pericial, desde já autorizo a expedição de alvará em favor do perito.
8- Cite-se/intime-se à Seguradora Líder para o mutirão.
A Seguradora será citada por meio eletrônico, no e-mail citacao.intimacao@seguradoralider.com.br, devendo ser encaminhada, uma vez por semana e no mesmo horário, uma lista de todos os processos para citação.
9- A contestação será apresentada pela Seguradora até o momento da realização da audiência de conciliação. Se não houver acordo, a parte requerente apresentará sua impugnação, incluindo-a na ata de audiência e as partes manifestarão se pretendem a produção de outras provas.
10- Este DESPACHO servirá como carta/MANDADO, devidamente acompanhado de certidão do agendamento da audiência. Assim, fica a requerida citada/intimada para comparecer à audiência e apresentar sua defesa. Adverte-se a parte requerida que, se não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344, CPC/2015).
ADVERTÊNCIA: A petição inicial e os documentos que instruem a inicial poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ.
Advirto que o não comparecimento das partes à audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e aplicação de multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º).
11- Sendo o autor incapaz, mesmo que relativamente, intime-se o MP.
RO Porto Velho 30 de abril de 2019
SERVE COMO CARTA/MANDADO.
RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, EDIFÍCIO CITIBANK 18 andar, RUA DA ASSEMBLÉIA 100 CENTRO - 20011-904 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO
Rinaldo Forti Silva
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7046626-39.2018.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO CARGA PESADA LTDA - ME
Advogado do(a) EXEQUENTE: ISRAEL AUGUSTO ALVES FREITAS DA CUNHA - RO2913
EXECUTADO: URBENER URBANIZACAO E ENERGIA S.A.
INTIMAÇÃO
Considerando o pedido para expedição/desentranhamento do MANDADO, fica a parte autora, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimado(a) para no prazo de 5 (cinco) dias, proceder o recolhimento da taxa, que deverá ser o valor da diligência do oficial de justiça positiva, gerando o boleto para pagamento no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=MlUemieeJXHJRLgVw2OOAp_bZ65KzfhrXqOHVab-.wildfly01:custas1.1, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível AUTOS: 7015304-64.2019.8.22.0001
EMBARGANTE: IRACI CAMILO DE LIMA
ADVOGADO DO EMBARGANTE: RISOLENE ELIANE GOMES DA SILVA OAB nº RO3963
EMBARGADO: ASSOCIACAO RESIDENCIAL BOSQUES DO MADEIRA DESPACHO
À CPE, para vincular este processo ao processo de n. 7047992-16.2018.8.22.0001.
1- Fica intimada a parte autora para emendar a inicial no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento (art. 321, p. único do CPC), devendo:
a) comprovar a alegação de incapacidade financeira mediante a apresentação de comprovante de renda mensal hábil para atestar suas alegações ou comprove o pagamento das custas iniciais;
b) instruir o presente feito com cópias das peças processuais relevantes de acordo com o artigo 914, §1º, do CPC.
2- Decorrendo in albis o prazo, certifique e voltem-me conclusos para extinção.
3- Cumprida a determinação do item 1, voltem os autos conclusos para DESPACHO emenda.
Porto Velho RO 30 de abril de 2019
Rinaldo Forti Silva
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível PROCESSO: 7016036-45.2019.8.22.0001
AUTORES: INGRID ANDRADE DE AMORIM, IASMYN ANDRADE DE AMORIM
ADVOGADOS DOS AUTORES: HIANARA DE MARILAC BRAGA OCAMPO OAB nº RO4783, RAISSA OLIVEIRA ANDRADE OAB nº RO9712
RÉU: LATAM AIRLINES GROUP S/A
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
Acerca do pedido de gratuidade judiciária, muito se discute quanto a melhor interpretação do art. 98, visto a presença de antinomia jurídica entre a referida lei e a Carta Magna.
Isto porquê a lei prevê que a parte fará jus aos benefícios de assistência judiciária gratuitamente, mediante afirmação de que não está em condições de arcar com as custas do processo e honorários advocatícios (art. 98 do CPC).
A Constituição Federal, por sua vez, assegura o direito de assistência jurídica gratuita àqueles que comprovarem a insuficiência de recursos.
Certo é que as disposições da Lei n. 1.060 de 1950 vem tendo nova interpretação com o advento da Constituição Federal de 1988, da qual extrai-se em seu artigo 5º, inciso LXXIV, que deve a parte interessada em obter os benefícios da assistência jurídica integral e gratuita, comprovar a insuficiência de seus recursos financeiros.
O CPC, em seu art. 99, §3º, diz presumir-se verdadeira a alegação de hipossuficiência quando deduzida por pessoa física.
A leitura do aludido DISPOSITIVO, no entanto, deve ser feita em consonância com o texto da Carta Magna, sob pena de ser tido por inconstitucional.
Portanto, a única leitura possível do texto, é no sentido de que pode o magistrado exigir que o pretendente junte documentos que permitam a avaliação de sua incapacidade financeira, nos termos do art. 99, §2º do CPC.

Logo, não basta dizer que é pobre nos termos da lei, deve-se trazer aos autos elementos mínimos a permitir que o magistrado avalie tal condição.
A jurisdição é atividade complexa e de alto custo para o Estado. A concessão indiscriminada dos benefícios da gratuidade tem potencial de tornar inviável o funcionamento da instituição, que tem toda a manutenção de sua estrutura (salvo folha de pagamento) custeado pela receita oriunda das custas judiciais e extrajudiciais.
Quanto mais se concede gratuidade, mais oneroso fica o Judiciário para o Estado. Como o Brasil tem uma das maiores cargas tributárias do mundo, salta aos olhos que o contribuinte já teve sua capacidade contributiva extrapolada, decorrendo daí não ser uma opção o simples aumento de impostos.
Sendo um dos Poderes da República, o custo de sua manutenção concorre com as demais atividades do Estado, de modo que mais recursos para o
PODER JUDICIÁRIO significa menos recursos para infraestrutura, segurança, educação, saúde...
Não é justo, portanto, que tendo condições de custear a demanda, o jurisdicionado imponha tal custo àquele que não está demandando.
Assim, pela nova leitura dos DISPOSITIVO s constitucionais e legais, o direito de assistência integral gratuita prevista nas normas infralegais não é absoluto. Ou seja: sendo pessoa física ou jurídica, há sim a necessidade de comprovação da impossibilidade de arcar com as despesas processuais sem prejuízo da própria existência.
Nesse sentido:
TJRO. AGRAVO INTERNO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. DITAMES CONSTITUCIONAIS. Tendo o agravo de instrumento o escopo de atacar DECISÃO que, diante dos documentos acostados aos autos, nega a concessão das benesses da gratuidade da justiça, deve a parte demonstrar a sua hipossuficiência financeira, não sendo suficiente a simples declaração de pobreza. (Agravo em Agravo de Instrumento n. 0008881-26.2013.8.22.0000, Rel. Des. Kiyochi Mori, J. 16/10/2013)
STJ. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. REVOGAÇÃO DE BENEFÍCIO, PARA POSTERIOR COMPROVAÇÃO DE NECESSIDADE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. POSSIBILIDADE. 1. A declaração de pobreza, para fins de obtenção da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa de veracidade, admitindo-se prova em contrário. 2. Quando da análise do pedido da justiça gratuita, o magistrado poderá investigar sobre a real condição econômico financeira do requerente, solicitando que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 329.910/AL, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/05/2014, DJe 13/05/2014)
CONSTITUCIONAL E PROCESSO CIVIL. JUIZ QUE INDEFERE PEDIDO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. NECESSIDADE DE COMPROVAR A HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESPROVIMENTO. I - A CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 5º,LXXIV) EXIGE DO INTERESSADO EM OBTER O BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA QUE COMPROVE A INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS, RESTANDO NÃO RECEPCIONADO, NESTE PONTO ESPECÍFICO, O DISPOSITIVO DO ART. 4º DA LEI Nº 1.060/50 QUE EXIGIA APENAS A MERA DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. II - A INICIATIVA DO MAGISTRADO EM VERIFICAR A COMPROVAÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÔMICA DO PRETENDENTE À GRATUIDADE DE JUSTIÇA TAMBÉM ESTÁ JUSTIFICADA PELO FATO DE QUE AS CUSTAS JUDICIAIS TÊM NATUREZA JURÍDICA DE TRIBUTO, CONFORME JÁ DECIDIU O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. III - SE OS DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS PELA AGRAVANTE NÃO SE COMPATIBILIZA COM A SITUAÇÃO DE POBREZA DECLARADA, O INDEFERIMENTO DO BENEFÍCIO PLEITEADO É MEDIDA QUE SE IMPÕE, NÃO PREVALECENDO, PORTANTO, A PRESUNÇÃO LEGAL DA SIMPLES DECLARAÇÃO (ART. 4º DA LEI Nº 1.060/50). (TJ-DF- AI: 31743620098070000 DF 0003174-36.2009.807.0000, Relator: NATANAEL CAETANO, Data de Julgamento: 06/05/2009, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: 18/05/2009, DJ-e Pág. 49).
Ademais, o Código de Processo Civil em seu art. 99 § 2º determina que não se convencendo o juiz de que a parte faz jus aos benefícios da gratuidade da justiça, deverá determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos, antes de indeferir o pedido.
Portanto, a simples afirmação do autor de que é pobre na forma da lei, não comprova a reduzida capacidade financeira.
1 - Isso posto, emende-se a inicial no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial, para:
a) comprovar a alegação de incapacidade financeira mediante a apresentação de comprovante de renda mensal hábil para atestar suas alegações ou comprove o pagamento das custas iniciais;
b) juntar aos autos comprovante de residência.
2 - Decorrendo in albis o prazo, certifique e voltem-me conclusos para extinção.
3 - Cumprida a determinação, faça conclusos para DESPACHO / emenda.
Porto Velho RO 30 de abril de 2019
Rinaldo Forti Silva
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível Processo n. 7029965-19.2017.8.22.0001
EXEQUENTE: AIRTON RODRIGUES GALVAO DE OLIVEIRA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: SERGIO HOLANDA DA COSTA MORAIS OAB nº RO5966A, AIRTON RODRIGUES GALVAO DE OLIVEIRA OAB nº RO6014
EXECUTADO: ADIM ADMINISTRADORA E INCORPORDORA DE IMÓVELS LTDA.
ADVOGADO DO EXECUTADO: FERNANDA MAYARA OLIVEIRA CLAROS OAB nº RO4726
Valor da causa: R$7.970,26 DESPACHO
O feito está em fase de cumprimento de SENTENÇA.
Por isso a intimação pessoal para dar prosseguimento ao feito (carta AR e MANDADO), sob pena de extinção, foi equivocada.
1- Considerando a inércia da parte exequente, arquive-se.
2- Havendo interesse da parte, poderá solicitar o desarquivamento, sem ônus, e retomar a fase de cumprimento de SENTENÇA pelo período de até 5 anos.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Rinaldo Forti Silva
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível 7004895-29.2019.8.22.0001
AUTOR: POSTO MIRIAN II ADVOGADO DO AUTOR: ANDRE RICARDO STRAPAZZON DETOFOL OAB nº RO4234
RÉU: CRUZ SERVICOS DE TERRAPLENAGEM E COMERCIO LTDA - ME ADVOGADO DO RÉU:
Cheque
Monitória

SENTENÇA
Relatório
Versam os presentes sobre ação Monitória que AUTOR: POSTO MIRIAN II endereça a RÉU: CRUZ SERVICOS DE TERRAPLENAGEM E COMERCIO LTDA - ME. Alega o autor, em suma, que a parte requerida lhe deve a quantia atualizada de R$2.627,74, representada pelo título que acompanha a inicial.
Citada, a parte requerida não efetuou o pagamento e tampouco ofertou embargos.
É, em síntese, o necessário.
Fundamentação
A lide comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, II, do Código de Processo Civil, eis que a parte requerida incorreu em revelia e confissão ficta (art. 344, CPC) quanto à matéria de fato, pois embora regularmente citada, não ofereceu defesa.
Além disso, o documento que acompanha a inicial, demonstra que o autor é efetivamente credor da parte ré na importância pleiteada. Também, restou assente que os documentos apresentados não possuem eficácia executiva.
Nos termos do art. 701, §2º do CPC, o não oferecimento de embargos implica na constituição do título executivo judicial, convertendo-se o MANDADO inicial em MANDADO executivo.
DISPOSITIVO
Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial com fundamento no art. 487, I e art. 701, §2º, ambos do CPC, para constituir de pleno direito o título em executivo judicial, cujo crédito de R$2.627,74, deverá ser corrigido monetariamente desde a data do vencimento e acrescido de juros de 1% ao mês desde a citação.
Condeno a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% do valor da dívida.
Observadas as formalidades legais, transitada em julgado, e não havendo requerimento do autor, arquivem-se.
P.R.I.
Porto Velho-RO, 30 de abril de 2019
Rinaldo Forti Silva
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível Processo n. 7032760-95.2017.8.22.0001
AUTOR: FRANCISCO MARCELO DE SOUZA
ADVOGADO DO AUTOR: EDEMIR MONTEIRO BRASIL NETO OAB nº RO8370, ANDRE MUNIR NOACK OAB nº RO8320
RÉU: PEDRO DE ALCANTARA FALCAO
ADVOGADO DO RÉU:
Valor da causa: R$23.485,55 DESPACHO
1- Intime-se a parte autora, pessoalmente por carta AR, para que impulsione o feito no prazo de 5 dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, §1º do CPC.
2- Na hipótese de inércia, certifique e voltem conclusos para extinção.
Porto Velho -RO, 30 de abril de 2019.
Rinaldo Forti Silva
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7024531-20.2015.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: IVAN FURTADO DE OLIVEIRA
Advogados do(a) AUTOR: LENINE APOLINARIO DE ALENCAR - RO2219, CLAUDIO FON ORESTES - RO6783, JANAINA FONSECA - RO3296
RÉU: MBM EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida, na pessoa de seu(ua) advogado(a), notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7019880-37.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: JOSE BENEDITO DA SILVA
Advogados do(a) AUTOR: LUIZ FLORENCIO DE SOUSA JUNIOR - RO9699, VIRGILIO FIGUEREDO TAVARES JUNIOR - SE6850
RÉU: SAMUEL PEREIRA DE ARAUJO
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 9ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA - CEJUSC/CÍVEL - Data: 04/07/2019 Hora: 08:30
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 30 de abril de 2019.
THIAGO LUIZ PINHEIRO LIMA

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
COMARCA: PORTO VELHO
ÓRGÃO EMITENTE: 9ª VARA CÍVEL
EDITAL DE CITAÇÃO (Prazo: 20 dias)
DE: EDINALDO AGUILERA TAVARES CPF: 834.801.962-68, atualmente em lugar incerto e não sabido
FINALIDADE: Proceder a CITAÇÃO do(a) Requerido(a) acima qualificado(a) nos termos dos artigos 335 e 344 do NCPC, cientificada(s) que terá(ão) o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar contestação, contados do término do prazo do presente edital, que fluirá da data da sua publicação única ou, havendo mais de uma, da primeira.
ADVERTÊNCIAS: 1) Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como sendo verdadeiros os fatos articulados pela parte Autora. 2) Em caso de revelia, será nomeado curador especial nos termos do art. 257, IV do NCPC.
Processo: 7026120-13.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ADILSON OLIVEIRA ARAUJO

Advogados do(a) AUTOR: KAMILA ARAUJO PRADO - RO7371, ALEXANDRE LEANDRO DA SILVA - RO4260
RÉU: BARROS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - ME, EDINALDO AGUILERA TAVARES
Sede do Juízo: Fórum Cível, Av. Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho Fórum Cível RO, 76803-686 3217-1326 pvh.civel6a@tj.ro.gov.br
Porto Velho, 2 de abril de 2019.
RINALDO FORTI DA SILVA
Juiz(a) de Direito
(assinado digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1305
Processo: 7004813-03.2016.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: UNIRON
Advogados do(a) EXEQUENTE: BRUNA CADIJA VIANA RAYA - GO24256, FERNANDO AUGUSTO TORRES DOS SANTOS - RO4725
EXECUTADO: RAYSSA GONCALVES DE CASTRO e outros
Advogado do(a) EXECUTADO: FRANCISCO ALBERTO DE LACERDA - RO1524
INTIMAÇÃO
Fica a parte exequente intimada para promover o andamento do feito, requerendo o que pretende de direito em relação ao pedido de ID n. 22547196. Prazo de 05 (cinco) dias.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7029311-03.2015.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: ALMEIDA & BORGES IMOBILIARIA LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: EVERALDO BRAUN - RO6266
EXECUTADO: MARCIA REGINA MORAIS ARAUJO
Advogados do(a) EXECUTADO: GREYCIANE BRAZ BARROSO - RO5928, ROGERIO PINHEIRO DO NASCIMENTO - RO6154
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente, por seu patrono, no prazo de 05 (cinco) dias, intimada para atualizar o débito e requerer o que entender por direito.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7011509-50.2019.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: TARCIELA DE ASSIS SILVA
Advogado do(a) AUTOR: FELIPE GOES GOMES DE AGUIAR - RO4494
RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
(Provas)
Ficam as partes, por via de seus advogados, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, intimadas a especificarem provas que pretendem produzir.
1) Caso a parte autora não tenha recolhido o 1% de custas iniciais complementares, deverá comprovar no prazo acima mencionado, exceto se beneficiados(s) pela concessão da justiça gratuita.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 0015698-69.2014.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S.A.
Advogado do(a) EXEQUENTE: EDSON ROSAS JUNIOR - AM1910
EXECUTADO: Eleni Alfa Aureliano da Silva Me e outros (2)
Advogado do(a) EXECUTADO: LUIZ ZILDEMAR SOARES - RO701
Advogado do(a) EXECUTADO: LUIZ ZILDEMAR SOARES - RO701
Intimação
Para fins de atendimento ao pleito da parte AUTORA, fica esta intimada para que, no prazo de 05 dias, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7003293-03.2019.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)
AUTOR: WANDERLENE PAULA DO NASCIMENTO
Advogados do(a) AUTOR: PABLO ROSA CORREA CARNEIRO DE ANDRADE - RO4635, MARX SILVERIO ROSA CORREA CARNEIRO - RO8611
RÉU: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 9ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA - CEJUSC/CÍVEL- Data: 01/07/2019 Hora: 12:30
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 30 de abril de 2019.
DANILO UILSON MATTOS PASSU

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1305
Processo: 7001973-49.2018.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: AXA SEGUROS S.A.
Advogado do(a) EXEQUENTE: KEILA CHRISTIAN ZANATTA MANANGAO RODRIGUES - RJ84676
EXECUTADO: SERRA MORENA COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada a dar regular andamento ao feito no prazo de 5 dias, sob pena de extinção/arquivamento.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível Processo n. 7011542-74.2018.8.22.0001
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS INTEGRANTES DAS CARREIRAS JURIDICAS E DOS SERVENTUARIOS DE ORGAOS DA JUSTICA E AFINS, RONDONIA - CREDJURD
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ROBERTO JARBAS MOURA DE SOUZA OAB nº RO1246
EXECUTADO: RICARDO EUGENIO CASTELO BRANCO WANISTIN

ADVOGADO DO EXECUTADO:
Valor da causa: R$21.488,13 DESPACHO
Para que se promova a citação, o exequente deverá recolher as custas devidas na certidão de ID 20895823. Na oportunidade deverá esclarecer em que endereço pretende seja realizada a diligência, se no de Id n. 20649273 ou de Id n. 25875483.
I.
Porto Velho - RO, 30 de abril de 2019.
Rinaldo Forti Silva
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7038874-50.2017.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
Advogado do(a) EXEQUENTE: JOSE AUGUSTO DE REZENDE JUNIOR - SP131443
EXECUTADO: EDILENO DA SILVA SANTOS
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora INTIMADA a se manifestar acerca da certidão do Oficial de Justiça NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS, sob pena de arquivamento/extinção.
1) Caso queira o desentranhamento do MANDADO ou apresente novo endereço para nova diligência, deverá proceder o recolhimento da taxa, que deverá ser o valor da diligência do oficial de justiça positiva, gerando o boleto para pagamento no link abaixo descriminado, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=MlUemieeJXHJRLgVw2OOAp_bZ65KzfhrXqOHVab-.wildfly01:custas1.1,
2) Em caso de solicitação de busca de endereços, bloqueios on line e assemelhados, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível AUTOS: 7011326-79.2019.8.22.0001
AUTOR: ROGERIO SILVA DOS PASSOS
ADVOGADO DO AUTOR: BRUNO VINICIUS MACHADO PARREIRA OAB nº RO8097
RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA DESPACHO
Recebo a emenda.
1 - Cite-se a parte requerida para, nos termos do art. 334 do CPC, comparecer à audiência de conciliação/perícia, em sistema de MUTIRÃO DPVAT que se realizará na sala de Mutirão da CEJUSC - Centro Judiciário de solução de Conflitos e Cidadania, situado à Rua Quintino Bocaiúva, n. 3061, esquina com Avenida Gov. Jorge Teixeira, Bairro Embratel, em Porto Velho (RO), e-mail: pvh9civgab@tjro.jus.br, devendo as partes comparecer, acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º), oportunidade em que será realizada a perícia concomitantemente à audiência conciliatória.
AO CARTÓRIO: Agende a audiência no PJE utilizando-se os horários encaminhados pela pauta da CEJUSC, de forma manual ou automática. Após, certifique-se, intimem-se para comparecer a audiência designada a parte autora na pessoa do seu advogado (art. 334, § 3º, CPC), via Sistema Eletrônico ou DJ, e a requerida através do endereço eletrônico citacao.intimacao@seguradoralider.com.br com cópia do DESPACHO e certidão como anexo.
2- Considerando a necessidade da realização de perícia médica, nomeio para tal encargo os ortopedistas Dr. Hemanoel Fernando dos Anjos Ferro, CRM 2141/RO e Dr. João Estênio Cangussu Neto CRM 3171, Telefone dos peritos respectivamente, (69) 98116-9322; (69) 98448-4847, comunique-se aos peritos para dizer se aceitam o encargo.
No dia da perícia, se por algum impedimento os peritos nomeados acima não puderem comparecer, autorizo que a perícia seja feita por algum dos peritos cadastrados na CEJUSC, cuja escolha ficará a cargo da chefe dos conciliadores no dia do mutirão.
Na sala de perícia permanecerão os médicos (peritos e assistentes), a pessoa a ser periciada. No momento do exame, em respeito à privacidade da parte, os peritos poderão realizá-lo somente na presença dos demais médicos.
Comuniquem-se os peritos da data.
3- Faculto às partes a indicação de assistentes técnicos no prazo de 10 (dez) dias, bem como apresentação de quesitos, desde que já não o tenham feito anteriormente nos autos.
4- Arbitro honorário pericial em R$ 370,00 (trezentos e setenta reais), conforme Resolução 232 de 13 de julho de 2016 do CNJ, que deverá ser custeado integralmente pela requerida. A verba deverá ser depositada em conta judicial pela Seguradora até a data da audiência, comprovando-se nos autos.
Ressalto que findo o processo e não sendo a perícia realizada, o valor será devolvido integralmente à parte requerida, mediante alvará de transferência.
5- Deverá o autor comparecer para realização de perícia, com todos os documentos e laudos médicos realizados em razão do seu acidente.
Caberá ao advogado comunicar ao respectivo autor/cliente a data da conciliação e perícia.
6- No caso de ausência da parte autora sem justificativa legal, os autos serão extintos sem julgamento de MÉRITO, por falta de pressuposto de constituição válido e regular do processo.
Realizada a perícia e não havendo questionamentos ao laudo pericial, desde já autorizo a expedição de alvará em favor do perito.
7- Cite-se/intime-se à Seguradora Líder para o mutirão.
A Seguradora será citada por meio eletrônico, no e-mail citacao.intimacao@seguradoralider.com.br, devendo ser encaminhada, uma vez por semana e no mesmo horário, uma lista de todos os processos para citação.
8- A contestação será apresentada pela Seguradora até o momento da realização da audiência de conciliação. Se não houver acordo, a parte requerente apresentará sua impugnação, incluindo-a na ata de audiência e as partes manifestarão se pretendem a produção de outras provas.
9- Este DESPACHO servirá como carta/MANDADO, devidamente acompanhado de certidão do agendamento da audiência. Assim, fica a requerida citada/intimada para comparecer à audiência e apresentar sua defesa. Adverte-se a parte requerida que, se não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344, CPC/2015).
ADVERTÊNCIA: A petição inicial e os documentos que instruem a inicial poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ.
Advirto que o não comparecimento das partes à audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e aplicação de multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º).
10- Sendo o autor incapaz, mesmo que relativamente, intime-se o MP.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019
SERVE COMO CARTA/MANDADO.
RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, EDIFÍCIO CITIBANK, RUA DA ASSEMBLÉIA 100 CENTRO - 20011-904 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO
Rinaldo Forti Silva
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7029623-42.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: LUCAS LOPES LIMA
Advogado do(a) AUTOR: FAUSTO SCHUMAHER ALE - RO4165
RÉU: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Intimação
(Provas)
Ficam as partes, por via de seus advogados, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, intimadas a especificarem provas que pretendem produzir.
1) Caso a parte autora não tenha recolhido o 1% de custas iniciais complementares, deverá comprovar no prazo acima mencionado, exceto se beneficiados(s) pela concessão da justiça gratuita.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7030493-87.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: VILANI MATIAS CAVALCANTE
Advogado do(a) AUTOR: FAUSTO SCHUMAHER ALE - RO4165
RÉU: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogado do(a) RÉU: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO - RO635
Intimação
(Provas)
Ficam as partes, por via de seus advogados, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, intimadas a especificarem provas que pretendem produzir.
1) Caso a parte autora não tenha recolhido o 1% de custas iniciais complementares, deverá comprovar no prazo acima mencionado, exceto se beneficiados(s) pela concessão da justiça gratuita.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível 7003479-60.2018.8.22.0001
Procedimento Sumário
Acidente de Trânsito
AUTOR: EDILSON VAZ ARAUJO ADVOGADO DO AUTOR: MARCIA APARECIDA DE MELLO ARTUSO OAB nº RO3987
RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA ADVOGADO DO RÉU: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES OAB nº RO5369
SENTENÇA
Vistos e examinados,
I - Relatório
Trata-se de ação de cobrança de seguro DPVAT, proposta por EDILSON VAZ ARAUJO em desfavor de SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, em que o autor pretende receber a indenização referente ao seguro previsto na Lei 6.194/74, em razão de lesões físicas sofridas em acidente de trânsito ocorrido em 07/06/2017, conforme narrado no boletim de ocorrência.
A parte autora sustenta que no dia 07 de junho de 2017 trafegava com sua motocicleta pela Rua Tancredo Neves, sentido Jatuarana/ Algodoeiro, quando ao desviar de um veículo que vinha em sua direção, acabou colidindo com o veículo Fiesta/Strada Working, Placa NBW 1473, que estava estacionado na mesma via e sentido, sofrendo lesões e socorrido pelo Corpo de Bombeiros ao Hospital João Paulo II.
Narra que solicitou pagamento do seguro obrigatório, pela via administrativa, encaminhou a documentação necessária, contudo, teve o pedido negado.
Requer o pagamento do valor correspondente a indenização de R$ 13.500,00, bem como a condenação da requerida ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios.
Inicial instruída com boletim de ocorrência, documentos pessoais, pedido de indenização administrativo, prontuários médicos.
DESPACHO INICIAL. Recebida a inicial, foi designada audiência em sistema de Mutirão e deferido os benefícios da gratuidade da justiça (ID 21968609).
DEFESA. Em defesa (ID 23657445) a requerida alegou, preliminarmente, ausência do comprovante de residência, no MÉRITO, argumenta que no laudo juntado no processo administrativo, não foi constatada lesão permanente oriunda de acidente automobilístico, portanto, não haveria valor a ser indenizado. Informa a ausência de perícia médica realizada pelo Instituto Médico Legal.
Por fim, requer que em caso de procedência da demanda, que a fixação do quantum seja baseada na Lei 11.945/09 e que os juros moratórios devem incidir a partir da citação a correção monetária a partir do ajuizamento da ação. Ao final requer a improcedência dos pedidos iniciais.
Instruiu a contestação com o laudo de avaliação médica, pedido de recebimento de seguro DPVAT administrativo, boletim de ocorrência e formulários de atendimento médico da autora, atos constitutivos e documentos de representação.
AUDIÊNCIA. A conciliação restou infrutífera.
Em audiência foi realizada perícia médica, com apresentação do laudo (ID 23378389, páginas 2/3).
Honorários periciais depositados (ID 26559982).
É o relatório. Decido.
II - Fundamentos do Julgado
1.Da irregularidade de ausência de comprovante de residência
O requerido alega ausência de comprovante de residência, pois bem, não assiste razão o réu, posto que o comprovante de residência do autor está anexado aos autos sob o ID 15927105.
2. Do MÉRITO
Trata-se de ação de cobrança, em que a requerente objetiva o recebimento da indenização do Seguro DPVAT.
O Seguro DPVAT é o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres e por embarcações, ou por sua carga, as pessoas transportadas ou não, com previsão legal no Decreto-Lei n. 73/66 (art. 20, alínea 'l', alterado pela Lei n. 8.374/91) e regulamentado pela Lei n. 6.194/74, posteriormente alterada pela Lei n. 8.441/92.
O julgamento da lide importa em se analisar se estão presentes os requisitos que autorizam o pagamento da indenização do seguro DPVAT.
O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, não importando de quem seja a culpa do acidente (Lei n. 6.194/74, art. 5º).
Sustenta a ré que no laudo juntado no processo administrativo, não foi constatada lesão permanente proveniente de acidente de trânsito, portanto, não há valor a ser indenizado. Em audiência realizada através do sistema de mutirão, houve a realização de perícia, onde restou comprovada a invalidez do autor. Nesse sentido, observo que no caso concreto, a parte autora alegou e demonstrou satisfatoriamente ser vítima de acidente de trânsito, cuja sequela importou em invalidez permanente.
Tratando-se de invalidez permanente, a indenização será paga em conformidade com o grau de lesão da vítima, conforme estabelece o art. 3º, inc. II, da Lei n. 6.194/74, confirmado pela Súmula n. 474 do STJ: a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.
Restou devidamente comprovado pela documentação trazida com a petição inicial a prova do acidente e o dano dele decorrente, ou seja, o nexo de causalidade entre o acidente de trânsito e o resultado – satisfeito, portanto, o requisito do art. 5º da Lei n. 6.194/76.

A ocorrência do fato danoso (acidente) em 07/06/2017, verifica-se pela análise do Boletim de Ocorrência, conjuntamente com os registros de atendimento hospitalar que demonstram que, de fato, o requerente foi atendido no hospital em razão de ter sofrido um acidente de trânsito, conforme narrado no boletim de ocorrência.
O dano e o nexo de causalidade ficaram demonstrados pela perícia realizada por médico de confiança deste juízo, conforme laudo (ID 23378389 pág. 2/3).
Assim, tomando-se como base o limite previsto pelo art. 3º, inciso III, da Lei nº 6.197/74, bem como o resultado do laudo pericial, que constatou invalidez parcial incompleta (membro inferior esquerdo em grau 50% médio), nota-se que o valor devido pela requerida importaria em R$ 4.725,00, sendo este o valor devido a título de indenização securitária obrigatória.
Por conta dessa motivação, não observo nenhum fato ou argumento relevante que me permita indeferir a pretensão da parte autora ao recebimento da indenização do Seguro DPVAT.
O valor da indenização deverá ser corrigido pelo INPC (REsp 1500166) desde o a data do evento danoso (07/06/2017) e os juros de mora a partir da citação, nos termos da súmula 426 do STJ.
III - DISPOSITIVO
Ante ao exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado pela requerente e condeno a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A ao pagamento da importância de R$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais), a título de indenização do Seguro DPVAT, com juros contados da citação (STJ, Súmula n. 426) e correção monetária a partir do evento danoso, conforme entendimento do STJ: Na ação de cobrança visando a complementação do seguro DPVAT o termo inicial da correção monetária é a data do evento danoso. (STJ; AgRg-REsp 1.482.716; Proc. 2014/0244815-0; SC; Terceira Turma; Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze; DJE 16/12/2014), resolvendo o feito com apreciação do MÉRITO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil.
Considerando que a parte autora sucumbiu de parte de seu pedido, condeno-a ao pagamento das custas processuais, na proporção de 70%, enquanto a parte requerida deverá arcar com 30% das custas processuais, condeno-as na mesma proporção ao pagamento dos honorários advocatícios, estes que fixo em 10% do valor do débito atualizado (art. 85, §§ 2º e 8º, CPC), observando para o autor a condição suspensiva prevista no art. 98, § 3º do CPC.
Expeça-se alvará ou oficio de transferência em favor do perito, dos valores depositados em juízo a título de honorários periciais (ID 26559982).
Ficam as partes intimadas para efetuar o pagamento das custas finais, no prazo de 15 dias, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa, ressalto a condição suspensiva prevista no art. 98, § 3º do CPC, para o autor.
Atendidas as formalidades legais e com o trânsito em julgado desta, arquivem-se.
Publique-se. Registre-se e Intime-se.
Porto Velho- RO, 30 de abril de 2019
Rinaldo Forti Silva
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO
Intimação
Fica a parte Autora, por via de seu(s) Advogado(s), intimada a se manifestar, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre o AR da Carta de Citação, devolvido negativo.
Porto Velho - RO, 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7060783-85.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: HERBERT COSTA DE CARVALHO JUNIOR
Advogado do(a) AUTOR: LUIS SERGIO DE PAULA COSTA - RO4558
RÉU: ACR COMERCIO DE CONFECCOES LTDA.
Advogado do(a) RÉU: SULIENE CARVALHO DE MEDEIROS - RO6020
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente intimada, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7008939-96.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: DURVAL ALMEIDA MONTEIRO
Advogados do(a) AUTOR: FRANCISCO DE ASSIS FORTE DE OLIVEIRA - RO3661, SUELY NEVES MONTEIRO - RO4669
RÉU: MultiCred - Rua Terreiro Arranha, 2326 e outros
Advogado do(a) RÉU: JOAO PAULO MESSIAS MACIEL - RO5130
Advogado do(a) RÉU: MAURICIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA - MG91811
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida intimada a, no prazo de 15 dias, apresentar contrarrazões ao recurso de apelação.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível AUTOS: 7002342-09.2019.8.22.0001
AUTOR: NATHALIA GIACOMINI CERETTA
ADVOGADO DO AUTOR: RAFAEL AUGUSTO BUTZKE COELHO OAB nº RS43511
RÉU: FERNANDO CERETTA DESPACHO
Indefiro o recolhimento das custas ao final, dado que não há justificativa para tanto. Salvo apresentação de prova no sentido contrário, a parte autora possui capacidade econômica para o recolhimento das custas iniciais, que correspondem a 2% do valor atribuído à causa, sendo pago 1% no momento da distribuição e 1% após a audiência de conciliação prévia, caso não haja acordo (art. 12, inciso do Regimento de Custas do TJ/RO).
Indefiro o pedido de gatuidade judicial.
1 - Fica intimada a parte autora para emendar a inicial no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento (art. 321, p. único do CPC), devendo recolher o valor das custas iniciais correspondentes a 1% do valor atribuído à causa (art. 12, inciso I da Lei de Custas nº 3896/2016).
2- Decorrendo in albis o prazo, certifique e voltem-me conclusos para extinção.
3- Cumprida a determinação do item 1, cite-se a parte requerida e intime-se a autora para que, nos termos do art. 334 do CPC, compareçam à audiência de conciliação que ocorrerá na CEJUSC - Central de Conciliação, localizada à Rua Quintino Bocaiúva, n. 3061, esquina com Avenida Jorge Teixeira, Bairro Embratel, em Porto Velho (RO), devendo as partes se fazerem acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º CPC).
AO CARTÓRIO: Agende audiência utilizando-se o sistema do PJE, manual ou automático. Após, certifique-se, intimem-se para

comparecer a audiência designada, a parte autora na pessoa do seu advogado (art. 334, § 3º, CPC), via Sistema Eletrônico e a requerida por carta ou MANDADO com cópia do DESPACHO e certidão como anexo.
Advirto as partes de que o não comparecimento pessoal à audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionada com multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º, CPC), sendo que o comparecimento do advogado não supre a exigência de comparecimento pessoal.
4- Caso não haja acordo e a parte autora não seja beneficiária da gratuidade processual, intime-se a parte autora para que comprove o pagamento das custas complementares de 1% do valor atribuído à causa, no prazo de 05 dias, após a audiência.
5- Ressalto que o prazo para contestar (15 dias úteis) fluirá a partir da data da audiência designada ou, caso a parte requerida manifeste o desinteresse na realização da mesma, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II, CPC). A manifestação de desistência deverá ser apresentada com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º, CPC).
Advirto a parte requerida que, se não contestar a ação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC).
SERVE COMO CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO. A petição inicial e os documentos que instruem a inicial poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ. Não tendo condições de constituir advogado a parte requerida deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, nesta.
RÉU: FERNANDO CERETTA, AVENIDA RIO MADEIRA, - DE 7231/7232 A 7783/7784 NOVA ESPERANÇA - 76823-002 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Porto Velho RO 30 de abril de 2019
Rinaldo Forti Silva
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1305
Processo: 7025921-25.2015.8.22.0001
Classe: CÍVEL - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
Advogados do(a) AUTOR: EDEMILSON KOJI MOTODA - SP231747, DANTE MARIANO GREGNANIN SOBRINHO - SP31618
RÉU: ITAMAR ALVES DA COSTA
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada a dar regular andamento ao feito no prazo de 5 dias, sob pena de extinção/arquivamento.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível Processo n. 7041117-64.2017.8.22.0001
EXEQUENTE: LUIZ ANTONIO REBELO MIRALHA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LUIZ ANTONIO REBELO MIRALHA OAB nº RO700
EXECUTADO: Espólio de Francisco Antônio Costa e Silva
ADVOGADO DO EXECUTADO: NATHASHA MARIA BRAGA ARTEAGA SANTIAGO OAB nº RO4965
Valor da causa: R$48.507,31 DESPACHO
Quanto a penhora de Id 24372647 e Id 25350006 intime-se o ESPOLIO DE FRANCISCO ANTONIO COSTA E SILVA (na pessoa do inventariante Welington Johnson Gomes e Silva (vide termo de compromisso de inventariante de Id 25745018) no endereço indicado no Id 25745015, pág. 02 (Rua Militão Dias, 693, bairro Agenor de Carvalho, Porto Velho-RO) para, querendo, apresentar impugnação no prazo de 15 (quinze) dias.
A diligência deverá ser precedida da diligência prevista no artigo 93 do CPC.
Porto Velho - RO, 30 de abril de 2019.
Rinaldo Forti Silva
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível AUTOS: 7016302-32.2019.8.22.0001
AUTOR: ARY JOAO DE OLIVEIRA
ADVOGADO DO AUTOR: LUIZ ZILDEMAR SOARES OAB nº RO701
RÉU: ALFREDO DA COSTA AGRA NETO DESPACHO
1- Fica intimada a parte autora para emendar a inicial no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento (art. 321, p. único do CPC), devendo:
a) comprovar a alegação de incapacidade financeira mediante a apresentação de comprovante de renda mensal hábil para atestar suas alegações ou comprove o pagamento das custas iniciais;
b) apresentar certidão de casamento, cópia da última declaração de Imposto de Renda (se isento apresentar declaração de próprio punho com firma reconhecida) e certidão vintenária que ateste a distribuição de processos em nome do requerente;
c) juntar aos autos matrícula atualizada do imóvel, certidão de valor venal do imóvel e certidão negativa de débito emitida pela prefeitura;
d) anexar declaração de próprio punho e reconhecer firma, afirmando não ser proprietário de outro imóvel além do pretendido e declarar que o mesmo é utilizado para sua moradia e família;
e) indicar testemunhas, com qualificação completa, que tenham conhecimento dos fatos.
2- Decorrendo in albis o prazo, certifique e voltem-me conclusos para extinção.
3- Cumprida a determinação do item 1, voltem os autos conclusos para apreciação da documentação.
Porto Velho RO 30 de abril de 2019
Rinaldo Forti Silva
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível PROCESSO: 7050347-33.2017.8.22.0001 7050347-33.2017.8.22.0001
AUTORES: ENOCH DE SIQUEIRA CAVALCANTI NETO, ANA PAULA OLIVEIRA DE SOUZA AUTORES: ENOCH DE SIQUEIRA CAVALCANTI NETO, ANA PAULA OLIVEIRA DE SOUZA
ADVOGADOS DOS AUTORES: JOSE ADEMIR ALVES OAB nº RO618A ADVOGADOS DOS AUTORES: JOSE ADEMIR ALVES OAB nº RO618A
RÉUS: FPC PAR CORRETORA DE SEGUROS S/A, CAIXA SEGURADORA S/A RÉUS: FPC PAR CORRETORA DE SEGUROS S/A, CAIXA SEGURADORA S/A
ADVOGADOS DOS RÉUS: CARLA LOUZADA MARQUES CARMO OAB nº DF20422, MARIA ANGELICA PAZDZIORNY OAB nº RO777, LEANDRA MAIA MELO OAB nº RO1737 ADVOGADOS

DOS RÉUS: CARLA LOUZADA MARQUES CARMO OAB nº DF20422, MARIA ANGELICA PAZDZIORNY OAB nº RO777, LEANDRA MAIA MELO OAB nº RO1737
DECISÃO
Em consulta ao PJe constatei que Enoch de Siqueira Cavalcanti Neto, titular do seguro cuja indenização a autora requer, propôs demanda em face das requeridas visando à reparação por dano moral diante da negativa de pagamento do seguro, administrativamente.
Embora apresentem pedidos diversos, ambas as demandas possuem a mesma causa de pedir, o que induz a conexão e, por conseguinte, a reunião dos feitos no Juízo prevento (art. 55, § 1º, CPC).
No presente caso, o feito que tramita junto ao Juízo da 3ª Vara Cível foi proposto anteriormente (03/10/2017) ao presente (23/11/2017), do que se conclui ser aquele o Juízo prevento.
Assim, encaminhe-se o presente feito a 3ª Vara Cível para que tramite juntamente aos autos de n. 7043361-63.2017.8.22.0001, a fim de que seja realizada instrução em conjunto visando à economia processual e evitando decisões conflitantes.
I.
Porto Velho RO 30 de abril de 2019
Rinaldo Forti Silva
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível 7065442-40.2016.8.22.0001 Procedimento Comum
Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
AUTOR: RAIMUNDO FERNANDES DE CARVALHO ADVOGADO DO AUTOR: MILTON FUGIWARA OAB nº RO1194
RÉU: Tim Celular ADVOGADO DO RÉU: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES OAB nº AC6235, RUBENS GASPAR SERRA OAB nº AC119859
SENTENÇA
Após ter sido proferida SENTENÇA que julgou procedente o pedido inicial (Id n. 20610658, páginas 1/7) o requerente apresentou recurso de apelo de Id 21498505, páginas 1/15.
Instada a contrarrazoar a apelação, a requerida comprovou o depósito nos autos da importância de R$ 15.272,00 (Id n. 22134143).
Na sequência, o autor pugnou pelo levantamento da referida importância (Id n. 23077339) o que ocorreu por meio do alvará de Id n. 23697600.
Ao ser intimado a dizer quanto o recurso interposto e quanto a existência de eventual remanescente, o autor requereu a extinção do feito pela satisfação da obrigação (Id N. 25078040).
Ante ao exposto, entendo por satisfeita a obrigação, julgando extinto por SENTENÇA o feito, nos termos do art. 924, II, do Novo Código de Processo Civil.
Tratando-se de satisfação da obrigação pelo pagamento, verifica-se a ocorrência da preclusão lógica no tangente ao prazo recursal, razão pela qual considero o trânsito em julgado nesta data.
Fica requerida intimada a efetuar o pagamento das custas processuais finais, no prazo de 15 dias, sob pena de remessa de Certidão de Débito Judicial para protesto e de inscrição de dívida ativa.
P. R. I. e arquivem-se.
Porto Velho- RO, 30 de abril de 2019
Rinaldo Forti Silva
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível PROCESSO: 7017212-59.2019.8.22.0001
AUTOR: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A
ADVOGADO DO AUTOR: THATIANE TUPINAMBA DE CARVALHO OAB nº RR5086
RÉU: EVERTON CANOE FERREIRA
ADVOGADO DO RÉU:
DECISÃO
Verifico que a parte autora deixou de cumprir os requisitos do art. 82 do Código de Processo Civil.
1- Determino o recolhimento de custas processuais de acordo com a nova Lei de Custas nº 3.896, na importância de 2% do valor da causa, uma vez que a ação de busca e apreensão regulada pelo Dec. Lei 911/69 não prevê a realização de audiência de conciliação, fixando para a providência o prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da peça inaugural, nos termos do art. 321 do CPC.
2- Decorrendo in albis o prazo, devidamente certificado, voltem-me conclusos para extinção.
3- Cumprida a determinação:
Trata-se de ação de busca e apreensão regido pelo Decreto-Lei 911/1969.
Sabe-se que com o advento do novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), extinguiram-se as ações cautelares.
No caso dos autos, embora trate-se de procedimento especial do Decreto-Lei 911/1969, aplica-se concomitantemente aos requisitos específicos do artigo 3º do aludido Decreto, também os requisitos legais para concessão da TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA (SATISFATIVA/ANTECIPADA), prevista no artigo 300 do CPC, quais sejam: risco de dano, probabilidade do direito e reversibilidade da medida.
A probabilidade do direito sobre o qual se baseia o pedido de urgência evidencia-se pela Cédula de Crédito Bancário devidamente assinado pela parte ré e a notificação informando a respeito do inadimplemento da obrigação.
De outro lado, o perigo de dano decorre da prejudicialidade na depreciação do veículo caso haja demora na restituição do mesmo à posse do requerente.
Ainda, deve-se considerar que a providência pretendida não se apresenta irreversível, de maneira que, caso o requerido purgue a mora no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do cumprimento desta medida (Resp 1.148.622 / DF), lhe será devolvido o veículo
Ante o exposto, determino liminarmente a busca, apreensão, vistoria e avaliação do veículo objeto do contrato firmado entre as partes, conforme descrição constante na inicial e contrato, depositando-se o bem em mãos do autor ou de pessoa por ele autorizada.
4 - Executada a liminar, o requerido terá 5 dias para quitar integralmente o contrato, contado do cumprimento do MANDADO e não de sua juntada aos autos (REsp 1.148.622 / DF). Nesse período, o veículo não poderá ser removido da comarca, sob pena de multa diária de R$500,00 até o limite do valor do veículo.
5 - Efetuado o pagamento, o autor deverá restituir o veículo à parte ré, comprovando nos autos.
Caso o requerido não efetue o pagamento integral, inclusive das custas processuais, consolidar-se-a a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do Credor Fiduciário (§§1º e 2º, art. 3º, do Decreto-Lei 911/69 com a redação dada pelo art. 56 da Lei 10.931/04).
6- No prazo de 15 dias, a contar da juntada do MANDADO de citação (REsp 1321052 / MG), a devedora fiduciante poderá apresentar contestação, atentando-se ao disposto no art. 231, II do CPC.
O ato processual deverá obedecer ao disposto no art. 212, §2º do CPC.
Vias desta servem como MANDADO de busca e apreensão, citação e intimação. ADVERTÊNCIA: A petição inicial e os documentos que instruem a inicial poderão ser consultados no sítio eletrônico

http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ. Não tendo condições de constituir advogado a parte requerida deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, nesta.
EVERTON CANOE FERREIRA, RUA BORGES DE MEDEIROS, Nº 9979, BAIRRO MARIANA - CEP: 76813564, PORTO VELHO/RO.
Porto Velho - RO 30 de abril de 2019
Rinaldo Forti Silva
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível Processo n. 7033882-12.2018.8.22.0001
AUTOR: JOSE CLAUDIO DA CRUZ LINO
ADVOGADO DO AUTOR: DAYNNE FRANCYELLE DE GODOI PEREIRA OAB nº GO5759, CRISTIANA FONSECA AFFONSO OAB nº RO5361
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Valor da causa: R$11.340,00 DESPACHO
Intime-se a parte requerida, pessoalmente, para se manifestar acerca do laudo de ID 24452190 pág. 2 a 5, no prazo de 15 dias, após, conclusos para SENTENÇA.
Porto Velho - RO, 30 de abril de 2019.
Rinaldo Forti Silva
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7037903-02.2016.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: MARIA DA CONCEICAO DE GOIS PASSOS e outros
Advogados do(a) EXEQUENTE: DANIELE MEIRA COUTO - RO2400, MARCELO ESTEBANEZ MARTINS - RO3208
Advogados do(a) EXEQUENTE: DANIELE MEIRA COUTO - RO2400, MARCELO ESTEBANEZ MARTINS - RO3208
EXECUTADO: RONDONIAGORA COMUNICACOES LTDA - ME
Advogado do(a) EXECUTADO: ELIANIO DE NAZARE NASCIMENTO - RO3626
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente, por seu patrono, no prazo de 05 (cinco) dias, intimada para se manifestar sobre petição de ID 26189816.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível 7037375-31.2017.8.22.0001 Mensalidades
Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA ADVOGADO DO EXEQUENTE: DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO OAB nº RO3831
EXECUTADO: ANA DEBORA NERY DA CRUZ ADVOGADO DO EXECUTADO:
SENTENÇA
Versam os autos ação de Cumprimento de SENTENÇA que EXEQUENTE: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA endereça a EXECUTADO: ANA DEBORA NERY DA CRUZ.
Instada a efetuar o pagamento correspondente ao cumprimento do acordo celebrado, a executada quedou-se inerte (Id 18818267).
A pesquisa de valores junto ao BacenJud restou parcialmente positiva. Houve o bloqueio do valor de R$ 599,05 (Id 26127330).
Na sequência, as partes anunciaram a celebração de acordo, requerendo a respectiva homogogaçao e suspensão do feito até o efetivo cumprimento (Id 263227850, páginas 1/4).
Assim, HOMOLOGO O ACORDO CELEBRADO entre as partes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos e, em consequência, julgo extinto o feito, com resolução de MÉRITO, na forma do art. 487, III, “b” do CPC.
Indefiro o pedido de suspensão. Caso haja a homologação do acordo em tela, eventualmente não cumprido, basta pedir o desarquivamento dos atos para, sem custo algum, promover o cumprimento da SENTENÇA.
Fica a executada intimada a efetuar o pagamento das custas processuais finais, no prazo de 15 dias, sob pena de remessa de Certidão de Débito Judicial para protesto e de inscrição de dívida ativa.
Expeça-se alvará à autora da importância que se encontra bloqueada por meio do BacenJud, após a transferência para conta judicial (Id 26127330).
Publique-se.Registre-se.Intime-se.
P.R.I. e arquivem-se.
Porto Velho, RO 30 de abril de 2019
Rinaldo Forti Silva
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível PROCESSO: 7017147-64.2019.8.22.0001
AUTOR: BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADO DO AUTOR: EDSON ROSAS JUNIOR OAB nº AM1910
RÉU: LACERDA ALIMENTOS LTDA - ME
ADVOGADO DO RÉU:
DECISÃO
Verifico que a parte autora deixou de cumprir os requisitos do art. 82 do Código de Processo Civil.
1- Determino o recolhimento de custas processuais de acordo com a nova Lei de Custas nº 3.896, na importância de 2% do valor da causa, uma vez que a ação de busca e apreensão regulada pelo Dec. Lei 911/69 não prevê a realização de audiência de conciliação, fixando para a providência o prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da peça inaugural, nos termos do art. 321 do CPC.
2- Decorrendo in albis o prazo, devidamente certificado, voltem-me conclusos para extinção.
3- Cumprida a determinação:
Trata-se de ação de busca e apreensão regido pelo Decreto-Lei 911/1969.
Sabe-se que com o advento do novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), extinguiram-se as ações cautelares.
No caso dos autos, embora trate-se de procedimento especial do Decreto-Lei 911/1969, aplica-se concomitantemente aos requisitos específicos do artigo 3º do aludido Decreto, também os requisitos legais para concessão da TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA (SATISFATIVA/ANTECIPADA), prevista no artigo 300 do CPC, quais sejam: risco de dano, probabilidade do direito e reversibilidade da medida.
A probabilidade do direito sobre o qual se baseia o pedido de urgência evidencia-se pela Cédula de Crédito Bancário devidamente assinado pela parte ré e a notificação informando a respeito do inadimplemento da obrigação.

De outro lado, o perigo de dano decorre da prejudicialidade na depreciação do veículo caso haja demora na restituição do mesmo à posse do requerente.
Ainda, deve-se considerar que a providência pretendida não se apresenta irreversível, de maneira que, caso o requerido purgue a mora no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do cumprimento desta medida (Resp 1.148.622 / DF), lhe será devolvido o veículo
Ante o exposto, determino liminarmente a busca, apreensão, vistoria e avaliação do veículo objeto do contrato firmado entre as partes, conforme descrição constante na inicial e contrato, depositando-se o bem em mãos do autor ou de pessoa por ele autorizada.
4 - Executada a liminar, o requerido terá 5 dias para quitar integralmente o contrato, contado do cumprimento do MANDADO e não de sua juntada aos autos (REsp 1.148.622 / DF). Nesse período, o veículo não poderá ser removido da comarca, sob pena de multa diária de R$500,00 até o limite do valor do veículo.
5 - Efetuado o pagamento, o autor deverá restituir o veículo à parte ré, comprovando nos autos.
Caso o requerido não efetue o pagamento integral, inclusive das custas processuais, consolidar-se-a a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do Credor Fiduciário (§§1º e 2º, art. 3º, do Decreto-Lei 911/69 com a redação dada pelo art. 56 da Lei 10.931/04).
6- No prazo de 15 dias, a contar da juntada do MANDADO de citação (REsp 1321052 / MG), a devedora fiduciante poderá apresentar contestação, atentando-se ao disposto no art. 231, II do CPC.
O ato processual deverá obedecer ao disposto no art. 212, §2º do CPC.
Vias desta servem como MANDADO de busca e apreensão, citação e intimação. ADVERTÊNCIA: A petição inicial e os documentos que instruem a inicial poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ. Não tendo condições de constituir advogado a parte requerida deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, nesta.
LACERDA ALIMENTOS LTDA - ME, Estrada Areia Branca, KM 2,5, nº 1541, Bairro Novo Horizonte - CEP 76810-115, Porto Velho/RO.
Porto Velho - RO 30 de abril de 2019
Rinaldo Forti Silva
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível 7044444-80.2018.8.22.0001
AUTOR: VENEZIA COMERCIO DE CAMINHOES LTDA
ADVOGADO DO AUTOR: RODRIGO BARBOSA MARQUES DO ROSARIO OAB nº RO2969, FABIO CAMARGO LOPES OAB nº MG8807, RAFAELE OLIVEIRA DE ANDRADE OAB nº RO6289
RÉU: RGR PRODUCOES E EVENTOS LTDA - EPP ADVOGADO DO RÉU:
Duplicata
Monitória
SENTENÇA
Relatório
Versam os presentes sobre ação Monitória que AUTOR: VENEZIA COMERCIO DE CAMINHOES LTDA endereça a RÉU: RGR PRODUCOES E EVENTOS LTDA - EPP. Alega o autor, em suma, que a parte requerida lhe deve a quantia atualizada de R$2.383,74, representada pelo título que acompanha a inicial.
Citada, a parte requerida não efetuou o pagamento e tampouco ofertou embargos.
É, em síntese, o necessário.
Fundamentação
A lide comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, II, do Código de Processo Civil, eis que a parte requerida incorreu em revelia e confissão ficta (art. 344, CPC) quanto à matéria de fato, pois embora regularmente citada, não ofereceu defesa.
Além disso, os documentos que acompanharam a inicial, demonstram que o autor é efetivamente credor da parte ré na importância pleiteada. Também, restou assente que os documentos apresentados não possuem eficácia executiva.
Nos termos do art. 701, §2º do CPC, o não oferecimento de embargos implica na constituição do título executivo judicial, convertendo-se o MANDADO inicial em MANDADO executivo.
DISPOSITIVO
Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial com fundamento no art. 487, I e art. 701, §2º, ambos do CPC, para constituir de pleno direito o título em executivo judicial, cujo crédito de R$2.383,74, deverá ser corrigido monetariamente desde a data do vencimento e acrescido de juros de 1% ao mês desde a citação.
Condeno a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% do valor da dívida.
Observadas as formalidades legais, transitada em julgado, sem que haja requerimento da parte autora, arquivem-se.
P.R.I.
Porto Velho-RO, 30 de abril de 2019
Rinaldo Forti Silva
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7031013-76.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: AURIANE GOMES FERREIRA
Advogado do(a) AUTOR: ROBERTO JARBAS MOURA DE SOUZA - RO1246
RÉU: PLURAL GESTAO EM PLANOS DE SAUDE LTDA
Advogado do(a) RÉU: KARINNY DE MIRANDA CAMPOS - RO2413
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida intimada, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.
Em caso de levantamento mediante recolhimento de custas, fica a parte intimada a apresentar o comprovante nos autos em 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível AUTOS: 7039192-96.2018.8.22.0001
AUTOR: RODEMILIA RIBEIRO DE LIMA AMORIM
ADVOGADO DO AUTOR: TUAN HENRIQUE RIBEIRO AMORIM OAB nº RO7852
RÉU: BANCO PAN S.A. DESPACHO
Gratuidade concedida em sede de agravo (Id n. 23958877, págs. 01/06/PDF).
Cite-se a parte requerida e intime-se a autora para que, nos termos do art. 334 do CPC, compareçam à audiência de conciliação que ocorrerá na Central de Conciliação, sito à Rua Quintino Bocaiúva, n. 3061, esquina com Avenida Jorge Teixeira, Bairro Embratel, em Porto Velho (RO), devendo as partes se fazerem acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º CPC).

AO CARTÓRIO: Agende audiência utilizando-se o sistema do PJE, manual ou automático. Após, certifique-se, intimem-se para comparecer a audiência designada, a parte autora na pessoa do seu advogado (art. 334, § 3º, CPC), via Sistema Eletrônico e a requerida por carta ou MANDADO com cópia do DESPACHO e certidão como anexo.
Advirto as partes de que o não comparecimento pessoal à audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionada com multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º, CPC), sendo que o comparecimento do advogado não supre a exigência de comparecimento pessoal.
Ressalto que o prazo para contestar (15 dias úteis) fluirá a partir da data da audiência designada ou, caso a parte requerida manifeste o desinteresse na realização da mesma, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II, CPC). A manifestação de desistência deverá ser apresentada com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º, CPC).
Advirto a parte requerida que, se não contestar a ação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC).
Caso não haja acordo e a parte autora não seja beneficiária da gratuidade processual, deverá recolher as custas complementares em 1% do valor atribuído à causa.
ADVERTÊNCIA: A petição inicial e os documentos que instruem a inicial poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ. Não tendo condições de constituir advogado a parte requerida deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, nesta.
Vias deste servem como carta ou MANDADO de citação.
Porto Velho RO 30 de abril de 2019
Rinaldo Forti Silva
RÉU: BANCO PAN S.A.
ENDEREÇO: Avenida Paulista, n. 1374, Bairro Bela Vista, São Paulo – SP, CEP 01310-916.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível Autos: 7010156-72.2019.8.22.0001
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: EXEQUENTE: LIZETT POSSIDONIO PILZ
Advogado exequente: ADVOGADO DO EXEQUENTE: LUDMILA MORETTO SBARZI GUEDES OAB nº RO4546
Executado: EXECUTADO: BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A-EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL
Advogado Executado:ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
1- Fica intimada a parte executada, na forma do art. 513, § 2º do CPC, para que efetue o cumprimento da SENTENÇA no prazo de 15 dias, nos termos do art. 523, sob pena de multa de 10% e honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor do débito, sob pena de atos de expropriação (art. 523, § 3º do CPC).
Desde já, cientifico-a de que, com o transcurso do prazo para pagamento voluntário, nos termos do art. 525 do CPC (independentemente de penhora ou nova intimação), terá início o prazo de 15 dias úteis para, querendo, apresentar impugnação ao cumprimento de SENTENÇA.
Caso a intimação se dê por carta AR ou MANDADO, inexistindo atualização do endereço da parte, a intimação realizada no endereço declinado nos autos e será considerada válida, nos termos do art. 274, parágrafo único do CPC.
2- Não havendo pagamento ou impugnação, certifique e intime o credor, via advogado, para apresentar o cálculo atualizado do crédito e indicar bens à penhora. Caso queira, poderá requerer consulta de bens por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, nesta ordem, mediante o pagamento da taxa prevista no art. 17 da Lei de Custas n° 3.896/2016, salvo se beneficiário for da gratuidade processual.
Caso haja o pagamento parcial do débito, o valor da multa e honorários fixados no item 2, incidirão apenas sobre o valor do crédito remanescente.
Prazo: 15 dias.
3- Efetuado o pagamento espontâneo da condenação, expeça alvará em favor do exequente e, após, intime-o para se manifestar sobre eventual saldo remanescente. Em caso de inércia, a quitação será presumida e o feito extinto (art. 526, §3º, CPC).
VIA DESTA SERVE DE CARTA/MANDADO
Endereço: EXECUTADO: BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A-EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL, RUA FUNCHAL 418, 8 ANDAR VILA OLÍMPIA - 04551-060 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
Porto Velho-RO, 30 de abril de 2019.
Rinaldo Forti Silva
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível Processo n. 7005012-20.2019.8.22.0001
AUTOR: ANGELA BRUNA SOUZA ARRUDA
ADVOGADO DO AUTOR: FLAVIA LUCIA PACHECO BEZERRA OAB nº RO2093, TALITA KELLY DA SILVA ALVES CABRAL OAB nº RO8120
RÉU: MARIA ALCILENA DUARTE OLIVEIRA
ADVOGADO DO RÉU:
Valor da causa: R$12.145,81 DESPACHO:
O pedido de diferimento do pagamento das custas ao final deve subsumir-se as hipóteses de concessão previstas no art.34 da nova Lei de Custas nº 3896/2016:
Art. 34. O recolhimento das custas judiciais será diferido para final quando comprovada, por meio idôneo, a momentânea impossibilidade financeira do seu recolhimento, ainda que parcial:
I - nas ações de alimentos e nas revisionais de alimentos, ressalvado o disposto no inciso IV do artigo 6º, desta lei;
II - nas ações de reparação de dano por ato ilícito extracontratual, quando promovidas pelos herdeiros da vítima;
III - se decorrente de lei ou fato justificável, mediante DECISÃO judicial.
O fato de a autora ter que buscar a tutela jurisdicional, bem como a simples alegação de que não possui condições de arcar com as custas iniciais no momento, não caracteriza o fato justificável previsto no inciso III.
Ademais, o Novo Código de Processo Civil em seu art. 99, § 2º determina que não se convencendo o juiz de que a parte faz jus aos benefícios da gratuidade da justiça, deverá determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos, antes de indeferir o pedido, o que se aplica ao pleito de diferimento.
Isso posto, emende-se a inicial no prazo de 15 dias úteis para comprovar o recolhimento das custas inicias correspondente a 1% no valor de R$ 121,45.
Sendo cumprida a determinação, ou, decorrendo in albis o prazo, devidamente certificado, voltem-me conclusos.
I.
Porto Velho - RO, 30 de abril de 2019.
Rinaldo Forti Silva
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível Processo n. 7006655-47.2018.8.22.0001
EXEQUENTE: EDEZIO PEIXOTO DE LIMA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ELIZABETH FONSECA OAB nº RO4445
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Valor da causa: R$18.925,45 DESPACHO
A intimação do INSS para que preste as informações constantes na Informação da Contadoria de Id 19698489, deverá ser feita pessoalmente.
Com a carta, deverá seguir a cópia da referida Informação (Id 19698489).
Porto Velho - RO, 30 de abril de 2019.
Rinaldo Forti Silva
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
COMARCA: PORTO VELHO
ÓRGÃO EMITENTE: 9ª VARA CÍVEL
EDITAL DE CITAÇÃO (Prazo: 20 dias)
DE: E. L. F. DE FARIAS - ME - CNPJ: 07.603.636/0001-77, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAR e INTIMAR o(a) Executado(a) acima mencionado, para que efetue pagamento do débito em 03 (três) dias úteis ou no prazo de 15 (quinze) dias úteis, opor Embargos à Execução, a contar da publicação deste edital, independentemente de penhora, depósito ou caução, observando-se o disposto no art. 827, § 1º § 2º do CPC. Honorários fixados em 10% salvo embargos. Caso haja pagamento integral da dívida no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º do CPC). Não efetuado o pagamento no prazo de 03 (três) dias úteis, proceder-se-á de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o Executado.
PRAZO: O prazo para opor embargos do Devedor será de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste edital.
ADVERTÊNCIA: Em caso de revelia, será nomeado curador especial nos termos do art. 257, IV do CPC.
DÍVIDA CORRIGIDA: R$ 37.370,67
Processo: 0020683-18.2013.8.22.0001 Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: BANCO BRADESCO SA
Advogado do(a) EXEQUENTE: MAURO PAULO GALERA MARI - MT3056-S
EXECUTADO: EDSON LUIZ FERREIRA DE FARIAS e outros
DESPACHO de ID 23979480: "[1- Considerando as tentativas frustradas de citação pessoal da parte requerida, DEFIRO a citação por edital nos termos do art. 246, inciso IV do CPC, pelo prazo de 20 dias. Expeça-se o necessário (art. 256 e seguintes do CPC). 2- Decorrido o prazo, certifique-se e envie os autos à Defensoria Pública para exercer o encargo de curatela especial (art. 72, c/c art. 257, §4º, ambos do CPC). 3- Havendo manifestação, vistas à parte autora pelo prazo de 05 dias.Porto Velho, 14 de janeiro de 2019.]
Sede do Juízo: Fórum Cível, Av. Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho Fórum Cível RO, 76803-686 3217-2520 pvh9civel@tjro.gov.br
Porto Velho, 4 de abril de 2019.
RINALDO FORTI DA SILVA
Juiz(a) de Direito
Data e Hora
04/04/2019 07:55:24
Validade: 31/08/2019, conforme estabelece o Art. 22, inciso I, letra "a" e "b", da Instrução Presidencial Nº 001/2012 – PR, publicada no DJE nº 031 de 15/02/2012.
a
2574
Caracteres
2094
Preço por caractere
0,01940
Total (R$)
40,62

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível Processo n. 7002737-98.2019.8.22.0001
AUTOR: EMERSON SOUZA FERREIRA
ADVOGADO DO AUTOR: ROBERTO BARBOSA SANTOS OAB nº AC4703, TIAGO JOSE ROTUNO VIEIRA OAB nº RO9787
RÉU: RESIDENCIAL VIENA INCORPORACOES SPE 01 LTDA
ADVOGADO DO RÉU:
Valor da causa: R$46.552,48 DESPACHO
A par da dificuldade financeira informada pela autor e ante os documentos juntados ID 25207022; 25207027 e 25207033, defiro a gratuidade judiciária.
Contudo, verifico que o autor não emendou à inicial a contento, posto que informa novo valor a causa sem, contudo, discriminar a quantia para cada pedido, qual seja, rescisão contratual, multa, indenização por danos morais.
Por certo que o valor da causa deve corresponder ao somatório de todos os pedidos, mas da forma como foi emendada a inicial, não é possível saber o quantum que o autor pleiteia a título de indenização material e o valor que almeja ser indenizado pelos danos morais.
Assim sendo, pela derradeira vez, emende-se a inicial, para informar pormenorizadamente cada pedido, discriminando o valor que pretende por cada um deles, no prazo improrrogável de 05 dias, sob pena de extinção.
Porto Velho - RO, 30 de abril de 2019.
Rinaldo Forti Silva
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível AUTOS: 7004992-29.2019.8.22.0001
AUTOR: NAIARA TAIS RAMOS SOARES
ADVOGADO DO AUTOR: MARX SILVERIO ROSA CORREA CARNEIRO OAB nº RO8611, PABLO ROSA CORREA CARNEIRO DE ANDRADE OAB nº RO4635
RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA DESPACHO
Recebo a emenda de Id. 25496683.
1- Defiro a gratuidade processual. Registre no PJE.
2- Cite-se a parte requerida para, nos termos do art. 334 do CPC, comparecer à audiência de conciliação/perícia, em sistema de MUTIRÃO DPVAT que se realizará na sala de Mutirão da CEJUSC

- Centro Judiciário de solução de Conflitos e Cidadania, situado à Rua Quintino Bocaiúva, n. 3061, esquina com Avenida Gov. Jorge Teixeira, Bairro Embratel, em Porto Velho (RO), e-mail: pvh9civgab@tjro.jus.br, devendo as partes comparecer, acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º), oportunidade em que será realizada a perícia concomitantemente à audiência conciliatória.
AO CARTÓRIO: Agende a audiência no PJE utilizando-se os horários encaminhados pela pauta da CEJUSC, de forma manual ou automática. Após, certifique-se, intimem-se para comparecer a audiência designada a parte autora na pessoa do seu advogado (art. 334, § 3º, CPC), via Sistema Eletrônico ou DJ, e a requerida através do endereço eletrônico citacao.intimacao@seguradoralider.com.br com cópia do DESPACHO e certidão como anexo.
3- Considerando a necessidade da realização de perícia médica, nomeio para tal encargo os ortopedistas Dr. Hemanoel Fernando dos Anjos Ferro, CRM 2141/RO e Dr. João Estênio Cangussu Neto CRM 3171, Telefone dos peritos respectivamente, (69) 98116-9322; (69) 98448-4847, comunique-se aos peritos para dizer se aceitam o encargo.
No dia da perícia, se por algum impedimento os peritos nomeados acima não puderem comparecer, autorizo que a perícia seja feita por algum dos peritos cadastrados na CEJUSC, cuja escolha ficará a cargo da chefe dos conciliadores no dia do mutirão.
Na sala de perícia permanecerão os médicos (peritos e assistentes), a pessoa a ser periciada. No momento do exame, em respeito à privacidade da parte, os peritos poderão realizá-lo somente na presença dos demais médicos.
Comuniquem-se os peritos da data.
4- Faculto às partes a indicação de assistentes técnicos no prazo de 10 (dez) dias, bem como apresentação de quesitos, desde que já não o tenham feito anteriormente nos autos.
5- Arbitro honorário pericial em R$ 370,00 (trezentos e setenta reais), conforme Resolução 232 de 13 de julho de 2016 do CNJ, que deverá ser custeado integralmente pela requerida. A verba deverá ser depositada em conta judicial pela Seguradora até a data da audiência, comprovando-se nos autos.
Ressalto que findo o processo e não sendo a perícia realizada, o valor será devolvido integralmente à parte requerida, mediante alvará de transferência.
6- Deverá o autor comparecer para realização de perícia, com todos os documentos e laudos médicos realizados em razão do seu acidente.
Caberá ao advogado comunicar ao respectivo autor/cliente a data da conciliação e perícia.
7- No caso de ausência da parte autora sem justificativa legal, os autos serão extintos sem julgamento de MÉRITO, por falta de pressuposto de constituição válido e regular do processo.
Realizada a perícia e não havendo questionamentos ao laudo pericial, desde já autorizo a expedição de alvará em favor do perito.
8- Cite-se/intime-se à Seguradora Líder para o mutirão.
A Seguradora será citada por meio eletrônico, no e-mail citacao.intimacao@seguradoralider.com.br, devendo ser encaminhada, uma vez por semana e no mesmo horário, uma lista de todos os processos para citação.
9- A contestação será apresentada pela Seguradora até o momento da realização da audiência de conciliação. Se não houver acordo, a parte requerente apresentará sua impugnação, incluindo-a na ata de audiência e as partes manifestarão se pretendem a produção de outras provas.
10- Este DESPACHO servirá como carta/MANDADO, devidamente acompanhado de certidão do agendamento da audiência. Assim, fica a requerida citada/intimada para comparecer à audiência e apresentar sua defesa. Adverte-se a parte requerida que, se não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344, CPC/2015).
ADVERTÊNCIA: A petição inicial e os documentos que instruem a inicial poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ.
Advirto que o não comparecimento das partes à audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e aplicação de multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º).
11- Caso não haja acordo e a parte autora não seja beneficiária da gratuidade processual, deverá recolher as custas complementares em 1% do valor atribuído à causa.
12- Sendo o autor incapaz, mesmo que relativamente, intime-se o MP.
RO Porto Velho 30 de abril de 2019
SERVE COMO CARTA/MANDADO.
RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, EDIFÍCIO CITIBANK 100, RUA DA ASSEMBLÉIA 100, 18 ANDAR CENTRO - 20011-904 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO
Rinaldo Forti Silva
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível AUTOS: 7012603-33.2019.8.22.0001
AUTOR: ASSIEL RODRIGUES DE LIMA
ADVOGADO DO AUTOR: MARILIA LISBOA BENINCASA MORO OAB nº RO2252, FLAVIO BRUNO AMANCIO VALE FONTENELE OAB nº RO2584
RÉU: BANCO BRADESCO S.A. DESPACHO
Acolho a emenda de Id n. 26436699.
Cite-se a parte requerida e intime-se a autora para que, nos termos do art. 334 do CPC, compareçam à audiência de conciliação que ocorrerá na Central de Conciliação, sito à Rua Quintino Bocaiúva, n. 3061, esquina com Avenida Jorge Teixeira, Bairro Embratel, em Porto Velho (RO), devendo as partes se fazerem acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º CPC).
AO CARTÓRIO: Agende audiência utilizando-se o sistema do PJE, manual ou automático. Após, certifique-se, intimem-se para comparecer a audiência designada, a parte autora na pessoa do seu advogado (art. 334, § 3º, CPC), via Sistema Eletrônico e a requerida por carta ou MANDADO com cópia do DESPACHO e certidão como anexo.
Advirto as partes de que o não comparecimento pessoal à audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionada com multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º, CPC), sendo que o comparecimento do advogado não supre a exigência de comparecimento pessoal.
Ressalto que o prazo para contestar (15 dias úteis) fluirá a partir da data da audiência designada ou, caso a parte requerida manifeste o desinteresse na realização da mesma, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II, CPC). A manifestação de desistência deverá ser apresentada com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º, CPC).
Advirto a parte requerida que, se não contestar a ação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC).
Caso não haja acordo e a parte autora não seja beneficiária da gratuidade processual, deverá recolher as custas complementares em 1% do valor atribuído à causa.
ADVERTÊNCIA: A petição inicial e os documentos que instruem a inicial poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ. Não tendo condições de constituir advogado a parte requerida deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, nesta.
Vias deste servem como carta ou MANDADO de citação.
Porto Velho RO 30 de abril de 2019
Rinaldo Forti Silva
RÉU: BANCO BRADESCO S.A., SEM ENDEREÇO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível AUTOS: 7003293-03.2019.8.22.0001
AUTOR: WANDERLENE PAULA DO NASCIMENTO
ADVOGADO DO AUTOR: MARX SILVERIO ROSA CORREA CARNEIRO OAB nº RO8611, PABLO ROSA CORREA CARNEIRO DE ANDRADE OAB nº RO4635
RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA DESPACHO
Indefiro a gratuidade judicial.
Cite-se a parte requerida e intime-se a autora para que, nos termos do art. 334 do CPC, compareçam à audiência de conciliação que ocorrerá na Central de Conciliação, sito à Rua Quintino Bocaiúva, n. 3061, esquina com Avenida Jorge Teixeira, Bairro Embratel, em Porto Velho (RO), devendo as partes se fazerem acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º CPC).
AO CARTÓRIO: Agende audiência utilizando-se o sistema do PJE, manual ou automático. Após, certifique-se, intimem-se para comparecer a audiência designada, a parte autora na pessoa do seu advogado (art. 334, § 3º, CPC), via Sistema Eletrônico e a requerida por carta ou MANDADO com cópia do DESPACHO e certidão como anexo.
Advirto as partes de que o não comparecimento pessoal à audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionada com multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º, CPC), sendo que o comparecimento do advogado não supre a exigência de comparecimento pessoal.
Ressalto que o prazo para contestar (15 dias úteis) fluirá a partir da data da audiência designada ou, caso a parte requerida manifeste o desinteresse na realização da mesma, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II, CPC). A manifestação de desistência deverá ser apresentada com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º, CPC).
Advirto a parte requerida que, se não contestar a ação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC).
Caso não haja acordo e a parte autora não seja beneficiária da gratuidade processual, deverá recolher as custas complementares em 1% do valor atribuído à causa.
ADVERTÊNCIA: A petição inicial e os documentos que instruem a inicial poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ. Não tendo condições de constituir advogado a parte requerida deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, nesta.
Vias deste servem como carta ou MANDADO de citação.
Porto Velho RO 30 de abril de 2019
Rinaldo Forti Silva
RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, EDIFÍCIO CITIBANK 100, RUA DA ASSEMBLÉIA 100, 18 ANDAR CENTRO - 20011-904 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível AUTOS: 7008278-15.2019.8.22.0001
AUTOR: LUCAS EDUARDO SANTOS DE SOUZA
ADVOGADO DO AUTOR: ELIANA SOLETO ALVES MASSARO OAB nº RO1847
RÉU: ERIJOSEVAN DA SILVA SANTOS DESPACHO
Acolho a emenda e defiro a gratuidade da justiça.
Cite-se a parte requerida e intime-se a autora para que, nos termos do art. 334 do CPC, compareçam à audiência de conciliação que ocorrerá na Central de Conciliação, sito à Rua Quintino Bocaiúva, n. 3061, esquina com Avenida Jorge Teixeira, Bairro Embratel, em Porto Velho (RO), devendo as partes se fazerem acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º CPC).
AO CARTÓRIO: Agende audiência utilizando-se o sistema do PJE, manual ou automático. Após, certifique-se, intimem-se para comparecer a audiência designada, a parte autora na pessoa do seu advogado (art. 334, § 3º, CPC), via Sistema Eletrônico e a requerida por carta ou MANDADO com cópia do DESPACHO e certidão como anexo.
Advirto as partes de que o não comparecimento pessoal à audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionada com multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º, CPC), sendo que o comparecimento do advogado não supre a exigência de comparecimento pessoal.
Ressalto que o prazo para contestar (15 dias úteis) fluirá a partir da data da audiência designada ou, caso a parte requerida manifeste o desinteresse na realização da mesma, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II, CPC). A manifestação de desistência deverá ser apresentada com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º, CPC).
Advirto a parte requerida que, se não contestar a ação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC).
Caso não haja acordo e a parte autora não seja beneficiária da gratuidade processual, deverá recolher as custas complementares em 1% do valor atribuído à causa.
ADVERTÊNCIA: A petição inicial e os documentos que instruem a inicial poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ. Não tendo condições de constituir advogado a parte requerida deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, nesta.
Vias deste servem como carta ou MANDADO de citação.
Porto Velho RO 30 de abril de 2019
Rinaldo Forti Silva
RÉU: ERIJOSEVAN DA SILVA SANTOS, RUA ESTÁCIO DE SÁ 6493 CUNIÃ - 76824-466 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível PROCESSO: 7010589-76.2019.8.22.0001
AUTOR: FRANCISCO ELDERSON DA COSTA CAMINHA
ADVOGADO DO AUTOR: JUAREZ FERREIRA LIMA OAB nº RO8789
RÉU: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
Acolho a emenda de Id n. 26276251.
O processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e as normas fundamentais estabelecidos na Constituição (art. 1º do CPC).
Portanto, deixo de designar audiência prévia de conciliação pois a prática revela ser improdutivo o aludido ato nos procedimentos em que são partes o INSS, CERON e Santo Antônio. Esses litigantes não comparecem à audiência prévia e, salvo raríssimas exceções, não apresentam propostas de acordo antes da perícia e/ou instrução processual.
Portanto, o ato, além de inútil ao processo, alonga o trâmite processual e onera ainda mais o feito - para as partes e o
PODER JUDICIÁRIO - contrapondo-se aos preceitos constitucionais da economia e razoável duração do processo (art. 5º, inciso LXXVIII, CF).
Saliento que não deixarei de privilegiar a tentativa de composição (Art. 3º, §2° do CPC), mas apenas, irei postergá-la para audiência una de conciliação, instrução e julgamento.

1- Isso posto, cite-se/intime-se a parte requerida para tomar conhecimento da ação e, querendo, contestar no prazo de 15 dias nos termos do art. 335, inciso III c/c art. 231, ambos do CPC.
2- Vindo contestação, intime-se a parte autora para réplica, atendo-se o autor de que caso a parte requerida não apresente proposta de acordo em sede de contestação, deverá recolher o valor remanescente das custas iniciais no prazo da réplica, caso não tenha sido deferida a gratuidade judiciária.
3- Em caso de inércia, certifique-se e voltem conclusos para saneamento (art. 347 e seguintes do CPC).
A petição inicial e os documentos que instruem a inicial poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ.
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO.
Porto Velho RO 30 de abril de 2019
Rinaldo Forti Silva
RÉU: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível Processo n. 0007528-45.2013.8.22.0001
EXEQUENTES: JOSENILDA HO TONG DOS SANTOS, ROCHILMER ROCHA FILHO ADVOGADOS ASSOCIADOS - EPP
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: JOSE ADEMIR ALVES OAB nº RO618A, LAURA MARIA BRAGA ARARUNA OAB nº RO3730, RENATA MARIANA BRASIL FEITOSA OAB nº RO6818
EXECUTADO: ITALO C. DA SILVA
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO OAB nº RO635, MARCELO LESSA PEREIRA OAB nº RO1501, JAIME PEDROSA DOS SANTOS NETO OAB nº RO4315, ALDO GUILHERME DA COSTA TOURINHO TEIXEIRA SOUZA OAB nº RO6848
Valor da causa: R$7.831,80 DESPACHO
Fica intimada a parte exequente, Rocha Filho Nogueira e Vasconcelos, acerca da impugnação apresentada sob Id n. 26705279, págs. 01/05/PDF.
Prazo: 5 dias.
Decorrido o prazo in albis, conclusos para DECISÃO.
I.
Porto Velho - RO, 30 de abril de 2019.
Rinaldo Forti Silva
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível 7004214-64.2016.8.22.0001
Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens
Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: FRANCISCO IVANILDO ALVES DO NASCIMENTO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RAIMUNDO GONCALVES DE ARAUJO OAB nº RO3300
EXECUTADOS: FRANCISCO INACIO PINTO NETO, Marisamia Aparecida de Castro Inacio, Joao de Castro Inacio Sobrinho
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: JOAO DE CASTRO INACIO SOBRINHO OAB nº RO433A, MARISAMIA APARECIDA DE CASTRO INACIO OAB nº RO4553, ELLEN REIS ARAUJO OAB nº RO5054
SENTENÇA
SENTENÇA
O feito diz respeito a cumprimento de SENTENÇA que FRANCISCO IVANILDO ALVES DO NASCIMENTO move em desfavor de JOAO DE CASTRO INACIO SOBRINHO, MARISAMIA APARECIDA DE CASTRO INACIO e FRANCISCO INACIO PINTO NETO.
Instados a efetuar o pagamento do valor correspondente a condenação, os executados quedaram-se inertes.
Na sequência, foi deferida a pesquisa de ativos financeiros em nome dos executados, cuja resposta restou parcialmente positiva (Id 9015423, páginas 1/5).
Sobre o bloqueio, não houve manifestação dos executados.
O exequente pugnou pelo levantamento da importância bloqueada e penhora de imóvel em relação ao remanescente (Id 10286824, páginas 1/2).
A DECISÃO de Id 12190189 deferiu tão somente o levantamento do valor penhorado. O levantamento se concretizou (Id 12571578).
Após ter sido deferido o bloqueio do imóvel indicado pelo exequente, a executada Marisâmia Apaarecida ofertou impugnação que foi rejeitada por meio da DECISÃO de Id 25638400, páginas 1/4.
Na sequência, as partes noticiaram a realização de acordo pugnando pela respectiva homologação (Id 26636920, páginas 1/2).
Assim, HOMOLOGO O ACORDO CELEBRADO entre as partes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos e, em consequência, julgo extinto o feito, com resolução de MÉRITO, na forma do art. 487, III, “b” do CPC.
Considerando o disposto no termo do acordo (Item b, Id 2663620, página 2), ficam os executados intimados a efetuar o pagamento das custas processuais finais, no prazo de 15 dias, sob pena de remessa de Certidão de Débito Judicial para protesto e de inscrição de dívida ativa.
Conforme Cláusula 3 (Id 26636920, pág. 01) o imóvel penhorado permanecerá como garantia do débito.
Por se observar fatores que ensejam a preclusão lógica, considero o trânsito em julgado a partir desta data.
P.R.I. e arquivem-se.
Porto Velho, RO 30 de abril de 2019
Rinaldo Forti Silva
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1305
Processo: 7058283-46.2016.8.22.0001
Classe: MONITÓRIA (40)
AUTOR: DKS DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA.
Advogado do(a) AUTOR: TIAGO HENRIQUE MUNIZ ROCHA - RO7201
RÉU: DANIELLE TEIXEIRA ROSA EIRELI - ME
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada a dar regular andamento ao feito no prazo de 5 dias, sob pena de extinção/arquivamento.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível Processo n. 7038953-63.2016.8.22.0001
EXEQUENTE: BANCO DA AMAZONIA SA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MARCELO LONGO DE OLIVEIRA OAB nº RO1096, DANIELE GURGEL DO AMARAL OAB nº RO1221
EXECUTADOS: M N COMERCIAL REPRESENTACOES IMPORTACOES E EXPORTACOES LTDA - ME, ADALBERTO DIAS BRITO JUNIOR, MAIRA MARIA SILVA BRITO, LAISE MARIA

MOURA SILVA BRITO, ADALBERTO DIAS BRITO, RONDONIA INDUSTRIA COMERCIO SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA - EPP
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: RENAN FELIPE WISTUBA OAB nº PR75713, RICARDO KEY SAKAGUTI WATANABE OAB nº PR36730
Valor da causa: R$671.656,84 DESPACHO
1- O DESPACHO de Id 24555108, páginas 1/4 fora exarado em evidente equívoco, motivo pelo qual, o torno sem efeito.
2- A execução fora direcionada em desfavor de M N COMERCIAL REPRESENTACOES IMPORTACOES E EXPORTACOES LTDA - ME, Adalberto Dias Brito Junior, Maira Maria Silva Brito, Laise Maria Moura Silva Brito, Adalberto Dias Brito, RONDONIA INDUSTRIA COMERCIO SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA - EPP.
3- A citação de MN COMERCIAL REPRESENTAÇÕES IMPORTAÇOES E EXPORTAÇÕES LTDA-ME e de seu representante legal Adalberto Dias Brito e RONDONIA INDUSTRIA COMERCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA-EPP, bem como de seu representante legal Adalberto Dias Brito Júnior foi concretizada (vide certidão do MANDADO de Id 6716928).
4- Restou pendente a citação de Maira Maria Silva Brito e Laise Maria Moura Silva Brito.
5- O DESPACHO de Id 18708594 deferiu a citação de Laise Maria Moura Silva Brito no endereço indicado na petição de Id 16088020 (Rua José de Alencar, 1641, Areal, Porto Velho/RO – CEP: 76.805-860), bem como a citação de Maira Maria Silva Brito por meio de edital.
Por fim, os executados apresentaram documentos de representação (Id 22408963, 22408974, 22408980, 22408985 e 22408992) pugnando pela concessão da gratuidade da justiça que ora, indefiro, por não se registrar nos autos elementos convincentes a tal concessão.
Fica o exequente intimado a promover o regular andamento ao feito, no prazo de 5 (cinco) dias, indicando meios hábeis a satisfação da execução.
Porto Velho - RO, 30 de abril de 2019.
Rinaldo Forti Silva
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível Processo n. 7011730-33.2019.8.22.0001
AUTOR: RAIMUNDO OTACIANO DE FARIAS
ADVOGADO DO AUTOR: LUAN ICAOM DE ALMEIDA AMARAL OAB nº RO7651, PABLO ROSA CORREA CARNEIRO DE ANDRADE OAB nº RO4635
RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
ADVOGADO DO RÉU:
Valor da causa: R$2.362,50 DESPACHO
1- Defiro a gratuidade. Registre no PJE.
2- Considerando que a emenda foi parcialmente atendida, oportunizo que o autor a complemente para descrever minudentemente os fatos que embasam a presente ação, descrevendo como ocorreu o sinistro (local, veículos envolvidos, etc), no prazo de 5 dias, sob pena de indeferimento.
Porto Velho - RO, 30 de abril de 2019.
Rinaldo Forti Silva
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível PROCESSO: 7015807-85.2019.8.22.0001
AUTOR: IVONETE FRANCISCA DA ROCHA BORGES
ADVOGADO DO AUTOR: BRUNO VINICIUS MACHADO PARREIRA OAB nº RO8097
RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
Acerca do pedido de gratuidade judiciária, muito se discute quanto a melhor interpretação do art. 98, visto a presença de antinomia jurídica entre a referida lei e a Carta Magna.
Isto porquê a lei prevê que a parte fará jus aos benefícios de assistência judiciária gratuitamente, mediante afirmação de que não está em condições de arcar com as custas do processo e honorários advocatícios (art. 98 do CPC).
A Constituição Federal, por sua vez, assegura o direito de assistência jurídica gratuita àqueles que comprovarem a insuficiência de recursos.
Certo é que as disposições da Lei n. 1.060 de 1950 vem tendo nova interpretação com o advento da Constituição Federal de 1988, da qual extrai-se em seu artigo 5º, inciso LXXIV, que deve a parte interessada em obter os benefícios da assistência jurídica integral e gratuita, comprovar a insuficiência de seus recursos financeiros.
O CPC, em seu art. 99, §3º, diz presumir-se verdadeira a alegação de hipossuficiência quando deduzida por pessoa física.
A leitura do aludido DISPOSITIVO, no entanto, deve ser feita em consonância com o texto da Carta Magna, sob pena de ser tido por inconstitucional.
Portanto, a única leitura possível do texto, é no sentido de que pode o magistrado exigir que o pretendente junte documentos que permitam a avaliação de sua incapacidade financeira, nos termos do art. 99, §2º do CPC.
Logo, não basta dizer que é pobre nos termos da lei, deve-se trazer aos autos elementos mínimos a permitir que o magistrado avalie tal condição.
A jurisdição é atividade complexa e de alto custo para o Estado. A concessão indiscriminada dos benefícios da gratuidade tem potencial de tornar inviável o funcionamento da instituição, que tem toda a manutenção de sua estrutura (salvo folha de pagamento) custeado pela receita oriunda das custas judiciais e extrajudiciais.
Quanto mais se concede gratuidade, mais oneroso fica o Judiciário para o Estado. Como o Brasil tem uma das maiores cargas tributárias do mundo, salta aos olhos que o contribuinte já teve sua capacidade contributiva extrapolada, decorrendo daí não ser uma opção o simples aumento de impostos.
Sendo um dos Poderes da República, o custo de sua manutenção concorre com as demais atividades do Estado, de modo que mais recursos para o
PODER JUDICIÁRIO significa menos recursos para infraestrutura, segurança, educação, saúde...
Não é justo, portanto, que tendo condições de custear a demanda, o jurisdicionado imponha tal custo àquele que não está demandando.
Assim, pela nova leitura dos DISPOSITIVO s constitucionais e legais, o direito de assistência integral gratuita prevista nas normas infralegais não é absoluto. Ou seja: sendo pessoa física ou jurídica, há sim a necessidade de comprovação da impossibilidade de arcar com as despesas processuais sem prejuízo da própria existência.
Nesse sentido:
TJRO. AGRAVO INTERNO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. DITAMES CONSTITUCIONAIS. Tendo o agravo de instrumento o escopo de atacar DECISÃO que, diante dos documentos acostados aos autos, nega a concessão das benesses da gratuidade da justiça,

deve a parte demonstrar a sua hipossuficiência financeira, não sendo suficiente a simples declaração de pobreza. (Agravo em Agravo de Instrumento n. 0008881-26.2013.8.22.0000, Rel. Des. Kiyochi Mori, J. 16/10/2013)

STJ. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. REVOGAÇÃO DE BENEFÍCIO, PARA POSTERIOR COMPROVAÇÃO DE NECESSIDADE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. POSSIBILIDADE. 1. A declaração de pobreza, para fins de obtenção da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa de veracidade, admitindo-se prova em contrário. 2. Quando da análise do pedido da justiça gratuita, o magistrado poderá investigar sobre a real condição econômico financeira do requerente, solicitando que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 329.910/AL, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/05/2014, DJe 13/05/2014)

CONSTITUCIONAL E PROCESSO CIVIL. JUIZ QUE INDEFERE PEDIDO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. NECESSIDADE DE COMPROVAR A HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESPROVIMENTO. I - A CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 5º,LXXIV) EXIGE DO INTERESSADO EM OBTER O BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA QUE COMPROVE A INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS, RESTANDO NÃO RECEPCIONADO, NESTE PONTO ESPECÍFICO, O DISPOSITIVO DO ART. 4º DA LEI Nº 1.060/50 QUE EXIGIA APENAS A MERA DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. II - A INICIATIVA DO MAGISTRADO EM VERIFICAR A COMPROVAÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÔMICA DO PRETENDENTE À GRATUIDADE DE JUSTIÇA TAMBÉM ESTÁ JUSTIFICADA PELO FATO DE QUE AS CUSTAS JUDICIAIS TÊM NATUREZA JURÍDICA DE TRIBUTO, CONFORME JÁ DECIDIU O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. III - SE OS DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS PELA AGRAVANTE NÃO SE COMPATIBILIZA COM A SITUAÇÃO DE POBREZA DECLARADA, O INDEFERIMENTO DO BENEFÍCIO PLEITEADO É MEDIDA QUE SE IMPÕE, NÃO PREVALECENDO, PORTANTO, A PRESUNÇÃO LEGAL DA SIMPLES DECLARAÇÃO (ART. 4º DA LEI Nº 1.060/50). (TJ-DF- AI: 31743620098070000 DF 0003174-36.2009.807.0000, Relator: NATANAEL CAETANO, Data de Julgamento: 06/05/2009, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: 18/05/2009, DJ-e Pág. 49).

Ademais, o Código de Processo Civil em seu art. 99 § 2º determina que não se convencendo o juiz de que a parte faz jus aos benefícios da gratuidade da justiça, deverá determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos, antes de indeferir o pedido.

Portanto, a simples afirmação do autor de que é pobre na forma da lei, não comprova a reduzida capacidade financeira.

Isso posto, emende-se a inicial no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial:

a) para comprovar a alegação de incapacidade financeira mediante a apresentação de comprovante de renda mensal hábil para atestar suas alegações ou comprove o pagamento das custas iniciais;

b) descrever de forma detalhada os fatos que envolveram o acidente (local que ocorreu; que horas; veículos envolvidos; horário do sinistro; etc), conforme artigo 319, III do CPC.

Porto Velho RO 30 de abril de 2019

Rinaldo Forti Silva

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO

Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível AUTOS: 7010378-40.2019.8.22.0001

AUTOR: MARIA DALVA LIMA

ADVOGADO DO AUTOR: RISOLENE ELIANE GOMES DA SILVA OAB nº RO3963

RÉU: OI S.A DESPACHO

Acolho a emenda de Id n. 25632627, págs. 01/02/PDF e defiro a gratuidade da justiça.

Cite-se a parte requerida e intime-se a autora para que, nos termos do art. 334 do CPC, compareçam à audiência de conciliação que ocorrerá na Central de Conciliação, sito à Rua Quintino Bocaiúva, n. 3061, esquina com Avenida Jorge Teixeira, Bairro Embratel, em Porto Velho (RO), devendo as partes se fazerem acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º CPC).

AO CARTÓRIO: Agende audiência utilizando-se o sistema do PJE, manual ou automático. Após, certifique-se, intimem-se para comparecer a audiência designada, a parte autora na pessoa do seu advogado (art. 334, § 3º, CPC), via Sistema Eletrônico e a requerida por carta ou MANDADO com cópia do DESPACHO e certidão como anexo.

Advirto as partes de que o não comparecimento pessoal à audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionada com multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º, CPC), sendo que o comparecimento do advogado não supre a exigência de comparecimento pessoal.

Ressalto que o prazo para contestar (15 dias úteis) fluirá a partir da data da audiência designada ou, caso a parte requerida manifeste o desinteresse na realização da mesma, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II, CPC). A manifestação de desistência deverá ser apresentada com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º, CPC).

Advirto a parte requerida que, se não contestar a ação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC).

Caso não haja acordo e a parte autora não seja beneficiária da gratuidade processual, deverá recolher as custas complementares em 1% do valor atribuído à causa.

ADVERTÊNCIA: A petição inicial e os documentos que instruem a inicial poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ. Não tendo condições de constituir advogado a parte requerida deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, nesta.

Vias deste servem como carta ou MANDADO de citação.

Porto Velho RO 30 de abril de 2019

Rinaldo Forti Silva

RÉU: OI S.A, AVENIDA LAURO SODRÉ 3290, - DE 3290 A 3462 - LADO PAR COSTA E SILVA - 76803-460 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO

Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível 7001282-98.2019.8.22.0001

Indenização por Dano Moral

Interpelação

REQUERENTE: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA

ADVOGADO DO REQUERENTE: ALEXANDRE CAMARGO OAB nº RO704, ANA SUZY GOMES CABRAL OAB nº RO9231

REQUERIDO: DEBORA CRISTINA DOS SANTOS ARAUJO

ADVOGADO DO REQUERIDO:

SENTENÇA

I – RELATÓRIO

Trata-se de ação de interpelação cível proposta porREQUERENTE: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA em desfavor deREQUERIDO: DEBORA CRISTINA DOS SANTOS ARAUJO, ambos qualificados nos autos.

A parte autora foi intimada para esclarecer seu pedido, sob pena de extinção, posto que os requerimentos pleiteados em nada faziam referência com a medida cível aplicada, ainda, foi intimada para efetuar o pagamento das custas processuais, sob a mesma penalidade.

Juntou comprovante de pagamento das custas processuais, contudo, deixou de emendar a inicial para aclarar os seus pedidos.
É em síntese, o relatório.
II – Fundamentação
Nos termos do artigo 321 do CPC, verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos exigidos nos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de MÉRITO, determinará que o autor a emende, ou a complete, no prazo de quinze dias.
O parágrafo único do mesmo artigo, determina que se a parte não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial.
Ressoa neste sentido a jurisprudência dominante, consoante teor do seguinte julgado:
EMENTA. Emenda à inicial. Intimação. Inércia. Indeferimento da inicial. A ausência de cumprimento da intimação para emenda à inicial, impõe o indeferimento da petição, ante a inércia do autor. ACÓRDÃO. Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os desembargadores da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, em: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. (TJ/RO - 1ª Câmara Cível. Data do julgamento: 04/08/2015. 0000814-06.2012.8.22.0001 – Apelação. Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho. Os desembargadores Sansão Saldanha e Moreira Chagas acompanharam o voto do relator.)
III- DISPOSITIVO
Ante o exposto, considerando a inércia da parte autora em promover ato que lhe foi determinado, indefiro a petição inicial, JULGANDO EXTINTO O FEITO, sem resolução de MÉRITO, nos termos do artigo 485, inciso I combinado com o art. 321, Parágrafo único, ambos do CPC.
Sem custas.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Após o trânsito, arquivem-se.
Porto Velho, 30 de abril de 2019
Rinaldo Forti Silva
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível - Fórum Cível Processo n. 7005435-77.2019.8.22.0001
EMBARGANTE: ODAIR ALVES DE SOUZA
ADVOGADO DO EMBARGANTE: RAIMUNDO GONCALVES DE ARAUJO OAB nº RO3300, FERNANDO AUGUSTO TORRES DOS SANTOS OAB nº RO4725
EMBARGADO: SOCIEDADE DE PESQUISA EDUCACAO E CULTURA, DR. APARICIO CARVALHO DE MORAES LTDA
ADVOGADO DO EMBARGADO:
Valor da causa: R$25.510,75 DESPACHO
Cadastre-se o patrono do embargado/exequente.
Defiro a gratuidade judiciária.
Associe-se aos autos de execução n. 7039334-03.2018.8.22.0001
Para o deferimento do efeito suspensivo devem os embargantes comprovar o preenchimento dos requisitos do art. 919, § 1º do CPC:
Art. 919. Os embargos à execução não terão efeitos suspensivos.
§ 1º O juiz poderá, a requerimento do embargante, atribuir efeito suspensivo aos embargos quando verificados os requisitos para a concessão da tutela provisória e desde que a execução já esteja garantida por penhora, depósito ou caução suficientes. [grifei].
Pois bem, para atribuir efeito suspensivo aos embargos, primeiramente, deve-se analisar os requisitos para a concessão da tutela de urgência, qual seja, constatar a probabilidade do direito do autor, risco de dano e a reversibilidade do provimento, nos termos do art. 300, caput e §3º do CPC. A probabilidade do direito restaria comprovada com a juntada de comprovante de quitação do débito, o que não veio aos autos. Ademais, a execução não está garantida por penhora, depósito ou caução. Assim sendo, não vislumbro preenchidos os requisitos autorizadores para a concessão do efeito suspensivo, portanto, INDEFIRO-O.
Recebo os presentes embargos sem suspensão da execução (CPC, art. 919).
Intime-se o Exequente/embargado, via sistema ou DJ, através de seu advogado, para impugnar os embargos em 15 dias (CPC, art. 920).
Caso não seja apresentada impugnação, venham conclusos para DECISÃO. Considerando a apresentação de impugnação, vista a executada/embargante, para, querendo, se manifestar a teor do art. 10 do CPC e após concluso para DECISÃO.
Porto Velho - RO, 30 de abril de 2019.
Rinaldo Forti Silva
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

10ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 7040903-39.2018.8.22.0001
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Assunto: Alienação Fiduciária
AUTOR: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A
ADVOGADO DO AUTOR: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA OAB nº AC115665
RÉU: PAULO GONCALVES DE ALMEIDA
ADVOGADO DO RÉU:
SENTENÇA
O autor requereu a desistência do feito conforme petição de ID: 26495280 p. 1, antes mesmo que fosse implementada a citação da parte ré.
ANTE O EXPOSTO, JULGO extinto o feito, sem resolução de MÉRITO, com fundamento no art. 485, inciso VIII do Código de Processo Civil.
Sem custas, conforme isenção do art. 8, inciso III da Lei n. 3.896/2016.
Tendo em vista tratar-se de pedido de desistência, verifica-se a ocorrência da preclusão lógica no que se refere ao prazo recursal, razão pela qual considero o trânsito em julgado nesta data.
Publique-se. Registre-se. Intime-se e arquive-se.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Duília Sgrott Reis
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo nº: 0002063-84.2015.8.22.0001
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
Assunto: Perdas e Danos, Suspensão
EXEQUENTE: ESCRITORIO CENTRAL DE ARRECADACAO E DISTRIBUICAO ECAD

ADVOGADO DO EXEQUENTE: RENAN THIAGO PASQUALOTTO SILVA OAB nº RO6017, ALTAMIR DA SILVA VIEIRA JUNIOR OAB nº AM12961
EXECUTADO: ASSOCIACAO CULTURAL E RECREATIVA BLOCO LEVA EU DE PORTO VELHO - ACREBLEPVH
ADVOGADO DO EXECUTADO: RICARDO FAVARO ANDRADE OAB nº RO2967 DESPACHO
O feito encontra-se em fase de cumprimento de SENTENÇA.
Diante da inércia em atender ao comando judicial, atente-se quanto ao recolhimento das custas finais e arquivem-se os autos, ressalvada a possibilidade de desarquivamento, desde que a prescrição não tenha atingido a pretensão executória.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Duília Sgrott Reis
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 7017978-15.2019.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Seguro, DIREITO DO CONSUMIDOR, Seguro, Dever de Informação, Práticas Abusivas, Provas, Obrigação de Fazer / Não Fazer
AUTOR: BRUNO VASCONCELOS DA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: PATRICIA SILVA DOS SANTOS OAB nº RO4089, JOAO PAULO MESSIAS MACIEL OAB nº RO5130
RÉUS: MAPFRE VIDA S/A, BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A
ADVOGADOS DOS RÉUS: DESPACHO
Defiro a tramitação do feito em segredo de justiça.
Determino que o autor emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, para juntar aos autos cópia da DECISÃO liminar que reconheceu o direito à reforma, proferida nos autos nº 0009007-79.2014.4.01.4100.
No mesmo prazo, deverá esclarecer quando observou a suspensão dos descontos referentes ao seguro de vida em grupo em sua folha de pagamento, e se entrou em contato com a seguradora a fim de identificar o motivo da suspensão.
Ainda, deverá juntar documentação necessária que demonstre a sua hipossuficiência financeira, incluindo seus rendimentos e despesas, ou comprovar o recolhimento das custas processuais.
Saliento, que inclusive já há posicionamento adotado neste tribunal, e julgados semelhantes:
TJRO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM. PROVA DA HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. EXIGÊNCIA. POSSIBILIDADE. A simples declaração de pobreza, conforme as circunstâncias dos autos, é o que basta para a concessão do benefício da justiça gratuita, porém, por não se tratar de direito absoluto, uma vez que a afirmação de hipossuficiência implica presunção juris tantum, pode o magistrado exigir prova da situação, mediante fundadas razões de que a parte não se encontra no estado de miserabilidade declarado. (Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 0011698-29.2014.8.22.0000, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, Câmaras Cíveis Reunidas, J. 05/12/2014).
STJ. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. REVOGAÇÃO DE BENEFÍCIO, PARA POSTERIOR COMPROVAÇÃO DE NECESSIDADE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. POSSIBILIDADE. 1. A declaração de pobreza, para fins de obtenção da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa de veracidade, admitindo-se prova em contrário. 2. Quando da análise do pedido da justiça gratuita, o magistrado poderá investigar sobre a real condição econômico financeira do requerente, solicitando que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 329.910/AL, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/05/2014, DJe 13/05/2014).
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, venham-me conclusos os autos.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Duília Sgrott Reis
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 7018056-09.2019.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Transação
EXEQUENTE: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: EDIJANE CEOBANIUC DA SILVA OAB nº RO6897
EXECUTADO: MAGDA ALVES PEREIRA
ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
1. Aguarde-se por 15 (quinze) dias o recolhimento das custas judiciais (2% do valor da causa), pois para o procedimento escolhido não há a audiência de conciliação prevista no art. 334 CPC, conforme disposições da Lei Estadual 3.896/2016 – Regimento de Custas). Sendo recolhido, o cartório deverá dar cumprimento aos demais itens do presente DESPACHO. Em caso negativo, deverá certificar e os autos virem conclusos para SENTENÇA por inépcia, por falta de recolhimento das custas.
2. Cite-se em execução para que, no prazo de três dias, efetue o pagamento da dívida no valor R$1.078,57 acrescido de honorários abaixo fixados, contados a partir da citação (art. 829 e 231 §3º do CPC/2015), ou, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, opor embargos à execução, independentemente de penhora, depósito ou caução, observando-se o disposto no artigo 827, §1º §º2º do CPC.
Ressalto que para cumprimento do MANDADO poderá o Oficial de Justiça, se necessário, solicitar apoio da força policial e arrombamento, que desde já fica requisitada, devendo a medida ser executada com todas as cautelas que o caso exige, observando-se as garantias legais e constitucionais cabíveis, bem como o resguardo da integridade física dos ocupantes do imóvel e a preservação dos bens.
Fixo honorários em 10%, salvo embargos. Conste-se no MANDADO /carta que, caso haja o pagamento integral da dívida, no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º do CPC). Caso a penhora recaia sobre bem imóvel, e, se casada a parte executada, intime-se o cônjuge. Se a parte executada estiver se ocultando, proceda-se à citação com hora certa (830, §1º, CPC).
3. Não efetuado o pagamento, no prazo de 3 (três) dias úteis, o Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado. Autorizo o Oficial de Justiça a utilizar-se das prerrogativas do art. 252 do CPC. Caso não seja encontrado o devedor, deverá o Oficial de Justiça, arrestar-lhe tantos bens quanto sejam necessários para garantir a execução, cumprindo o disposto no artigo 830, § 1º do CPC/2015, devendo ainda, informar as diligências realizadas.
4. O executado pode requerer a substituição da penhora no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato, desde que atendido os requisitos do art. 847 e seguintes do CPC/2015. Feito o pedido de substituição o exequente deverá ser intimado a se manifestar em 5 (cinco) dias úteis. Caso aceita a substituição, inclusive pela não

manifestação no prazo de 3 dias, tome-se ela por termo (art. 853 e 849 do CPC).
5. No mesmo prazo dos embargos, a parte executada pode reconhecer o crédito do exequente, e requerer, desde que comprovado o depósito de 30% do valor da execução acrescidos de custas e honorários, o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas as subsequentes de correção monetária e juros de 1% de ao mês (art. 916 CPC). Nesta hipótese, o credor deverá ser intimado para se manifestar quanto ao depósito e logo em seguida os autos virão conclusos para DECISÃO.
6. Havendo a citação e não sendo localizados bens pelo oficial de justiça, a parte credora poderá requerer a pesquisa via sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, nesta ordem, no prazo de cinco dias, devendo efetuar o prévio recolhimento das custas, se não for beneficiária da gratuidade da justiça, conforme previsto no art. 17, da Lei n. 3.896/2016. Não sendo efetuado o pagamento das custas, o cartório deverá providenciar a intimação da parte para fazê-lo, no prazo de cinco dias.
7. Restando infrutífera a tentativa de citação ou penhora de bens, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento.
8. Silenciando-se quanto ao impulso do feito e indicação de bens passíveis a satisfação da obrigação, o feito será extinto, sem resolução do MÉRITO, nos termos do art. 485, III e §1º do CPC. Não promovendo a citação do requerido, o feito será extinto, sem resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 485, IV do CPC.
9. Não tendo condições de constituir advogado a parte deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, Porto Velho/RO.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO / PRECATÓRIA/OFÍCIO.
EXECUTADO; MAGDA ALVES PEREIRA, CPF n. 012.757.582-07, residente e domiciliada na rua Bom Jesus, N. 6234, bairro Cidade Nova, CEP 76810-750, na cidade de Porto velho-RO, TEL 69 9 9274-7798
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Duília Sgrott Reis
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 7018023-19.2019.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Transação
EXEQUENTE: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: EDIJANE CEOBANIUC DA SILVA OAB nº RO6897
EXECUTADO: GLAUCIA DE SOUZA LIMA
ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
1. Aguarde-se por 15 (quinze) dias o recolhimento das custas judiciais (2% do valor da causa, pois para o procedimento escolhido não há a audiência de conciliação prevista no art. 334 CPC, conforme disposições da Lei Estadual 3.896/2016 – Regimento de Custas). Sendo recolhido, o cartório deverá dar cumprimento aos demais itens do presente DESPACHO. Em caso negativo, deverá certificar e os autos virem conclusos para SENTENÇA por inépcia, por falta de recolhimento das custas.
2. Cite-se em execução para que, no prazo de três dias, efetue o pagamento da dívida no valor R$716,88 acrescido de honorários abaixo fixados, contados a partir da citação (art. 829 e 231 §3º do CPC/2015), ou, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, opor embargos à execução, independentemente de penhora, depósito ou caução, observando-se o disposto no artigo 827, §1º §º2º do CPC.
Ressalto que para cumprimento do MANDADO poderá o Oficial de Justiça, se necessário, solicitar apoio da força policial e arrombamento, que desde já fica requisitada, devendo a medida ser executada com todas as cautelas que o caso exige, observando-se as garantias legais e constitucionais cabíveis, bem como o resguardo da integridade física dos ocupantes do imóvel e a preservação dos bens.
Fixo honorários em 10%, salvo embargos. Conste-se no MANDADO /carta que, caso haja o pagamento integral da dívida, no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º do CPC). Caso a penhora recaia sobre bem imóvel, e, se casada a parte executada, intime-se o cônjuge. Se a parte executada estiver se ocultando, proceda-se à citação com hora certa (830, §1º, CPC).
3. Não efetuado o pagamento, no prazo de 3 (três) dias úteis, o Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado. Autorizo o Oficial de Justiça a utilizar-se das prerrogativas do art. 252 do CPC. Caso não seja encontrado o devedor, deverá o Oficial de Justiça, arrestar-lhe tantos bens quanto sejam necessários para garantir a execução, cumprindo o disposto no artigo 830, § 1º do CPC/2015, devendo ainda, informar as diligências realizadas.
4. O executado pode requerer a substituição da penhora no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato, desde que atendido os requisitos do art. 847 e seguintes do CPC/2015. Feito o pedido de substituição o exequente deverá ser intimado a se manifestar em 5 (cinco) dias úteis. Caso aceita a substituição, inclusive pela não manifestação no prazo de 3 dias, tome-se ela por termo (art. 853 e 849 do CPC).
5. No mesmo prazo dos embargos, a parte executada pode reconhecer o crédito do exequente, e requerer, desde que comprovado o depósito de 30% do valor da execução acrescidos de custas e honorários, o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas as subsequentes de correção monetária e juros de 1% de ao mês (art. 916 CPC). Nesta hipótese, o credor deverá ser intimado para se manifestar quanto ao depósito e logo em seguida os autos virão conclusos para DECISÃO.
6. Havendo a citação e não sendo localizados bens pelo oficial de justiça, a parte credora poderá requerer a pesquisa via sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, nesta ordem, no prazo de cinco dias, devendo efetuar o prévio recolhimento das custas, se não for beneficiária da gratuidade da justiça, conforme previsto no art. 17, da Lei n. 3.896/2016. Não sendo efetuado o pagamento das custas, o cartório deverá providenciar a intimação da parte para fazê-lo, no prazo de cinco dias.
7. Restando infrutífera a tentativa de citação ou penhora de bens, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento.
8. Silenciando-se quanto ao impulso do feito e indicação de bens passíveis a satisfação da obrigação, o feito será extinto, sem resolução do MÉRITO, nos termos do art. 485, III e §1º do CPC. Não promovendo a citação do requerido, o feito será extinto, sem resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 485, IV do CPC.
9. Não tendo condições de constituir advogado a parte deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, Porto Velho/RO.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO / PRECATÓRIA/OFÍCIO.
EXECUTADO: GLAUCIA DE SOUZA LIMA, Rua Caramelo, n. 2924, bairro Costa e Silva, CEP 76803-550, na cidade de Porto Velho-RO, TEL 69 9 9209-3210 e 3221-1273.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Duília Sgrott Reis
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo nº: 7005751-90.2019.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Acidente de Trânsito
AUTOR: JEDILSON DE ARAUJO SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: MARILZA GOMES DE ALMEIDA BARROS OAB nº RO3797, WELISON NUNES DA SILVA OAB nº PR58395
RÉU: CICERO SARAIVA DOS SANTOS
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
1.Recebo a emenda à inicial.
Defiro a Gratuidade da Justiça.
2. Cite-se a parte requerida para, nos termos do art. 334 do CPC, comparecer à audiência de conciliação que ocorrerá na Central de Conciliação, sito à Rua Quintino Bocaiúva, n. 3061, esquina com Avenida Jorge Teixeira, Bairro Embratel, em Porto Velho (RO), telefone: (69) 3217-1346, e-mail: pvh8civel@tjro.jus.br, devendo as partes se fazer acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º).
AO CARTÓRIO: Agende-se data para audiência utilizando-se o sistema automático do PJE. Após, certifique-se, intime-se a parte autora via Sistema Eletrônico, e encaminhando como anexo à parte requerida.
A intimação do autor para a audiência será feita na pessoa do seu advogado (art. 334, § 3º, CPC/2015).
O prazo para contestar, 15 dias, fluirá da data da realização da audiência supradesignada, ou, caso o Requerido manifeste o desinteresse na realização, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II). Tal pedido deverá ser apresentado com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º).
Este DESPACHO servirá como carta/MANDADO, assim, neste ato, vossa senhoria está sendo citada para comparecer à audiência e apresentar sua defesa, ficando advertidas as partes que o não comparecimento na audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º).
Adverte-se a parte requerida que, se não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344, CPC/2015).
A petição inicial poderá ser consultada pelo endereço eletrônico: http://pje.tjro.jus.br/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.
seam usando o código: _____ (nos termos do artigo 19 e 20 da Resolução 185, de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça). Não tendo condições de constituir advogado a parte deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, nesta.
RÉU: CICERO SARAIVA DOS SANTOS, AVENIDA CALAMA 7773, RESIDENCIAL AQUARIUS Q. B. C 4 PLANALTO - 76825-481 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Duília Sgrott Reis
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 7050175-57.2018.8.22.0001
Classe: Monitória
Assunto: Correção Monetária
AUTOR: ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO NO ESTADO DE RONDONIA - ASPER
ADVOGADO DO AUTOR: MARCELO ESTEBANEZ MARTINS OAB nº RO3208
RÉU: ALDALGISA MOTA CORDEIRO
ADVOGADO DO RÉU: FREDSON AGUIAR RODRIGUES OAB nº RO7368, JEFERSON DE SOUZA RODRIGUES OAB nº RO7544, ALEX MOTA CORDEIRO OAB nº RO2258
SENTENÇA
Houve entabulação de acordo em solenidade de audiência conduzida pela Central de Conciliação, em que as partes requerem a homologação, estando devidamente assinado e não havendo vícios aparentes. Posto isso, homologo por SENTENÇA o acordo estabelecido pelas partes, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, conforme as cláusulas especificadas.
Julgo extinto o processo, nos termos do artigo 487, III, "b", CPC.
Sem custas e sem honorários.
Ressalte-se que, com a homologação do presente acordo, forma-se um título executivo judicial, o qual poderá ser executado nos termos do art. 523 do CPC, em caso de descumprimento.
As partes renunciaram ao prazo recursal.
Oportunamente arquivem-se.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Duília Sgrott Reis
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 7019661-58.2017.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Inadimplemento, Serviços Hospitalares
AUTOR: ASSOCIACAO TIRADENTES DOS POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO AUTOR: JEFERSON DE SOUZA RODRIGUES OAB nº RO7544, ALEX MOTA CORDEIRO OAB nº RO2258
RÉU: ALISSON BARBOSA CAMPOS
ADVOGADO DO RÉU: MIRELLY VIEIRA MACEDO DE ALMEIDA OAB nº RO5174
DECISÃO
ASSOCIAÇÃO TIRADENTES DOS POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DE RONDÔNIA ajuíza ação de cobrança em face de ALISSON BARBOSA CAMPOS, ambos qualificados nos autos.
Afirma ser credora do requerido fundada em contrato de prestação de serviços de saúde na modalidade coparticipação, o qual não foi adimplido. Sustenta que o requerido está inadimplente desde outubro/2009 e em agosto/2013 obteve atendimento médico, o que gerou taxa de coparticipação. Junta documentos e procuração. Requer o pagamento de R$5.289,06.
DESPACHO – Designada audiência de conciliação.
CITAÇÃO/CONTESTAÇÃO – Regularmente citada, o requerido suscita preliminar de incompetência territorial, pois reside em Ji-Paraná e a ação fora proposta em Porto Velho/RO. No MÉRITO, argumenta não ter sido notificado do débito e que o plano pertencia a seu pai, sendo o réu seu dependente e posteriormente pensionista. Quando atingiu 21 anos, perdeu a condição de pensionista e deixou de fazer parte do quadro de associados da autora, inexistindo razão de cobrança pois as taxas devidas eram descontadas diretamente da pensão. Declara não ter usado os serviços médicos, sendo falsa a assinatura atribuída ao requerido pela autora. Junta procuração e documentos. Postula pela improcedência da ação, condenação em litigância de má-fé e indenização por danos morais (reconvenção).
RÉPLICA – A autora rebate a contestação e reitera os termos da inicial.
DESPACHO – Determinado à autora a apresentação de contestação à reconvenção e ao réu réplica da mesma.

CONTESTAÇÃO À RECONVENÇÃO – A reconvinda (Associação) alega que o trâmite da exclusão do reconvinte (Alisson) foi legal e que sua assinatura é verdadeira. Quanto ao pedido de indenização por danos morais, sustenta inexistir comprovação de dano ou nexo causal. Pleiteia a improcedência da reconvenção.
RÉPLICA – O reconvinte rebate a contestação e reitera os termos da inicial, além de requerer a expedição de ofício para o IPERON e realização de perícia grafotécnica.
É o relatório. Decido.
Em análise dos autos, verifico que no DESPACHO de ID: 17851725 p. 1 de 2 restou pendente de análise a preliminar arguida pela parte requerida, o que passo a fazer nesta oportunidade.
Preliminar – Incompetência Territorial
A parte requerida arguiu preliminar de incompetência territorial ao fundamento de que reside e sempre residiu na cidade de Ji-Paraná, onde a requerente, inclusive, possui filial.
Sustenta que deve-se aplicar ao caso dos autos o art. 53, III, d, do CPC, que dispõe que é competente o foro do lugar onde a obrigação deve ser satisfeita, para a ação em que se lhe exigir o cumprimento.
Requer a remessa dos autos à Comarca de Ji-Paraná.
Intimada para apresentar réplica, a parte autora deixou de se manifestar acera da preliminar arguida (ID: 13750317 p. 1 de 4).
Pois bem.
Compulsando os autos, verifico que inexiste documento firmado entre as partes com cláusula de eleição de foro. Nesse sentido, assiste razão à parte requerida quanto à aplicação do art. 53, III, d, do CPC.
Ademais, ainda que assim não fosse, nas ações derivadas de relação de consumo, quando o consumidor integrar o polo passivo da ação, a competência do seu domicílio assume caráter absoluto. Vejamos:
"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC) – EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA – PRETENSÃO DE AFASTAMENTO DA CONFIGURAÇÃO DA RELAÇÃO DE CONSUMO – REEXAME DE PROVAS – SÚMULA 7/STJ – AÇÃO PROPOSTA PELO CONSUMIDOR NO FORO ONDE O RÉU POSSUI FILIAL – POSSIBILIDADE – DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU DO AGRAVO PARA NEGAR SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. IRRESIGNAÇÃO DO BANCO. 1. Assentando a Corte a quo que o contrato entre as partes envolve relação de consumo, a revisão do julgado demandaria o revolvimento de matéria fática e a interpretação de cláusulas contratuais providência que encontra óbice nas Súmulas 5 e 7 deste Tribunal Superior (AgRg no AREsp 476551/RJ, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 02/04/2014). 2. Quando o consumidor figurar no polo passivo da demanda, esta Corte Superior adota o caráter absoluto à competência territorial, permitindo a declinação de ofício da competência, afastando o disposto no enunciado da Súmula 33/STJ. Mas quando integrar o polo ativo da demanda, faculta-se a ele a escolho do foro diverso de seu domicílio, tendo em vista que a norma protetiva prevista no CDC, estabelecida em seu benefício, não o obriga, sendo vedada a declinação de competência, de ofício, salvo quando não obedecer qualquer regra processual, prejudicando a defesa do réu ou obtendo vantagem com a jurisprudência favorável de determinado Tribunal estadual. Tribunal de origem que adotou entendimento em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior, atraindo a aplicação da Súmula 83/STJ. 3. Agravo regimental desprovido." grifo nosso (AgRg no AREsp 589.832/RS, Rel. Minitro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 19.05.2015, DJe 27.05.2015)
1. Dessa forma, acolho a preliminar de incompetência territorial e determino a remessa dos autos a uma das Varas Cíveis da Comarca de Ji-Paraná.
2. Expeça-se alvará em favor do perito nomeado a fim de possibilitar o levantamento dos honorários periciais (ID: 20505487 p. 1 de 2), e após, cumpra-se o item 1 desta DECISÃO.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Duília Sgrott Reis
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7052178-53.2016.8.22.0001
Classe: BUSCA E APREENSÃO (181)
REQUERENTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
Advogado do(a) REQUERENTE: CELSO MARCON - RO3700
REQUERIDO: LEONORA GOMES DIAS
INTIMAÇÃO
Considerando o pedido para expedição/desentranhamento do MANDADO, fica a parte autora, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimado(a) para no prazo de 5 (cinco) dias, proceder o recolhimento da taxa, que deverá ser o valor da diligência do oficial de justiça positiva, gerando o boleto para pagamento no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=MlUemieeJXHJRLgVw2OOAp_bZ65KzfhrXqOHVab-.wildfly01:custas1.1, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 7017883-82.2019.8.22.0001
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Assunto: Alienação Fiduciária
AUTOR: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
ADVOGADO DO AUTOR: ANTONIO BRAZ DA SILVA OAB nº AC6557
RÉU: RODRIGO DE SOUZA CORDEIRO
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
Fica intimada a parte autora a emendar a petição inicial, via sistema PJE, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial e extinção do feito sem julgamento do MÉRITO, devendo apresentar o comprovante de recolhimento das custas processuais.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, venham-me os autos conclusos na caixa DESPACHO de emendas.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Luciane Sanches
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 7017872-53.2019.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Aposentadoria por Invalidez, Incapacidade Laborativa Parcial, Auxílio-Doença Acidentário, Indenização por Dano Moral, Assistência Judiciária Gratuita, Antecipação de Tutela / Tutela Específica
AUTOR: ANASTACIO DE JESUS RODRIGUES
ADVOGADO DO AUTOR: LIDIANY FABIULA MOREIRA MARQUES OAB nº RO6505, MARCIA YUMI MITSUTAKE OAB nº RO7835, FELIPE GOES GOMES DE AGUIAR OAB nº RO4494
RÉU: I. -. I. N. D. S. S.
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA

DECISÃO
Compulsando os autos, verifica-se que o autor reside na comarca de Guajará-Mirim, de modo que fica intimado para esclarecer o motivo de ter ajuizado demanda nesta comarca, no prazo de 05 (cinco) dias.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Luciane Sanches
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7024786-70.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: HELDESON SOUZA DA CUNHA
Advogados do(a) AUTOR: RAIMISSON MIRANDA DE SOUZA - RO5565, OCTAVIA JANE LEDO SILVA - RO1160, MEIRIVONE MIRANDA DE SOUZA - RO3127, EDMILSON JOSE DE OLIVEIRA PEDROSA - RO636
RÉU: FLORISMAR PONTES PEREIRA
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora INTIMADA a se manifestar acerca da certidão do AR NEGATIVO NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS.
Em caso de solicitação de busca de endereços, bloqueios on line e assemelhados, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 7024533-87.2015.8.22.0001
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Assunto: Alienação Fiduciária
AUTOR: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
ADVOGADO DO AUTOR: ANTONIO BRAZ DA SILVA OAB nº AC6557
RÉU: JOAO BELARMINO DA SILVA NETO
ADVOGADO DO RÉU:
SENTENÇA
Intimada pessoalmente a promover o regular andamento ao feito, a autora quedara-se inerte, abandonando a causa.
Ante o exposto, julgo extinto o feito, sem resolução de MÉRITO, com fundamento no art. 485, inciso III do Código de Processo Civil.
Atente-se a escrivania quanto ao recolhimento das custas.
Publique-se. Registre-se. Intime-se e arquive-se.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Luciane Sanches
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1305
Processo: 0006485-73.2013.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: SELMA MARIA MARCIAO e outros
Advogado do(a) EXEQUENTE: MARCELO ESTEBANEZ MARTINS - RO3208
Advogado do(a) EXEQUENTE: MARCELO ESTEBANEZ MARTINS - RO3208
EXECUTADO: VIACAO CIDADE NOVA LTDA - EPP
Advogados do(a) EXECUTADO: EDISON FERNANDO PIACENTINI - RO978, MARCIA DE SOUZA NEPOMUCENO - RO4181
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada a dar regular andamento ao feito no prazo de 5 dias, sob pena de extinção/arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7004008-45.2019.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: ZOIL BATISTA DE MAGALHAES NETO - RO0001619A
EXECUTADO: GABRIEL BRAGANCA DE OLIVEIRA
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada, por seu advogado, no prazo de 05 dias, a apresentar planilha do débito atualizada, bem como requerer o que entender de direito, parte credora poderá requerer a pesquisa via sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, nesta ordem, no prazo de cinco dias, devendo efetuar o prévio recolhimento das custas, se não for beneficiária da gratuidade da justiça, conforme previsto no art. 17, da Lei n. 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1305
Processo: 7012327-70.2017.8.22.0001
Classe: MONITÓRIA (40)
AUTOR: INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS MDM LTDA
Advogado do(a) AUTOR: TIAGO HENRIQUE MUNIZ ROCHA - RO7201
RÉU: PRE COMERCIO & SERVICOS LTDA - ME
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada a dar regular andamento ao feito no prazo de 5 dias, sob pena de extinção/arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7008219-32.2016.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
Advogados do(a) EXEQUENTE: ALEXANDRE CAMARGO - RO704, EDIJANE CEOBANIUC DA SILVA - RO6897
EXECUTADO: DENIE DA SILVA FERREIRA
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 10ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA - CEJUSC/CÍVEL Data: 09/07/2019 Hora: 08:00
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 7003617-27.2018.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Indenização por Dano Moral

AUTOR: JOSE HENRIQUE DA COSTA DE SOUZA
ADVOGADO DO AUTOR: MANOEL RIVALDO DE ARAUJO OAB nº RO315B
RÉU: VRG LINHAS AEREAS S.A.
ADVOGADO DO RÉU: BERNARDO AUGUSTO GALINDO COUTINHO OAB nº RO2991
SENTENÇA
PETIÇÃO INICIAL. JOSÉ HENRIQUE DA COSTA DE SOUZA propõe ação de indenização por danos morais em face GOL LINHAS AÉREAS S/A.
Alega a parte autora ter adquirido passagens aéreas trecho Porto Velho a Londres/Inglaterra com conexão em Brasília e Lisboa/ Portugal (ida 16/07/2017 e retorno em 06/08/2017) e ser detentor de cidadania italiana desde 02/10/2013, tendo livre acesso à qualquer país pertencente ao bloco da União Europeia, inclusive ao Reino Unido, recentemente desligado da UE (BREXIT).
Afirma ter sido impedido de embarcar para o Reino Unido pelos prepostos da GOL LINHAS AÉREAS em 16/07/2017, sob alegação de que o prazo de validade de seu passaporte era inferior a 6 (seis) meses.
Aduz que mesmo com a apresentação de documento probatório de sua dupla nacionalidade e com assunção de ônus de eventual deportação, os agentes da requerida lhe negaram o embarque, seguindo viagem apenas a genitora do autor.
Insatisfeito com a proibição de embarque, o autor entra em contato com a Polícia Federal, em 17/07/2017, sendo informado que não haveria impedimentos para realização de embarque, posto que o documento de identidade europeu seria suficiente para seu ingresso no continente europeu.
O autor aduz tentativa de tratativas com a requerida, após conversa com a Polícia Federal, mas novamente é negado o embarque ao Requerente.
Ao final, requer a condenação da requerida ao pagamento de indenização por dano moral no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), concessão dos benefícios da assistência judiciária e inversão do ônus da prova, bem como a condenação da requerida ao pagamento das custas processuais e honorários de advocatícios.
Junta os seguintes documentos: reserva do voo do autor e de sua genitora (ID nº 15946265); carta de cidadania italiana (ID nº 15946282); passaporte brasileiro com validade até 02/08/2017 (ID nº 15946297); e-mail da SAC da requerida com o registro de não autorização de embarque (ID nº15946307, fls. 39, p. 2); Boletim de ocorrência nº 115844/2017 registrada em 17/07/2017 às 12h45 (ID nº15946307, p. 4, fls. 41).
Petição e comprovante de recolhimento de custas acostado no ID nº 16164121, fls. 47.
AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO. Acostado no ID nº 18502586, fls 75, a tentativa de conciliação restou infrutífera pela falta de proposta de acordo pela requerida.
CONTESTAÇÃO. Contestação no ID nº 18941620. Alega prevalência de norma específica sobre transporte aéreo em relação ao Código de Defesa do Consumidor. Argumenta que o autor não possuía documento hábil para o embarque, visto a posse apenas do passaporte brasileiro com data de validade inferior a 6 (seis) meses e uma identidade italiana. Argumenta ainda que o autor não portava consigo o passaporte italiano para embarque e que a "CARTA D'INDENTITÁ" não é documento hábil para sua saída do Brasil. Alega falta de lastro probatório das supostas alegações do autor à Polícia Federal. Quanto a conexão em Lisboa, afirma que o passaporte do autor deve ter validade mínima superior à 3 meses à duração da estada prevista, portanto, mesmo se ali chegasse, não embarcaria.
Afirma que o procedimento realizado considerou o disposto no Decreto nº 5.978/2006 e na Resolução nº 130, de 08/12/2009, e que uma vez adquirida passagem com destino internacional, a requerida tinha o dever de proceder a identificação do passageiro com a documentação necessária para o embarque de voo internacional.
Pontua que é dever do passageiro portar toda documentação necessária para o embarque, e, portanto, caracterizada a excludente da culpa exclusiva da própria vítima.
Registra, ainda, que não prospera a alegação de conduta ilícita a ensejar a indenização por dano moral em razão de ter atuado no exercício regular de seu direito, como também no exato cumprimento de seu dever legal.
Requer, ao fim, improcedência da exordial.
RÉPLICA. A parte autora repete argumentos realizados na exordial e inova no pedido de condenação de honorários no montante de 20% (vinte por cento), conforme ID nº 22418667.DESPACHO. Conversão do feito em diligência para a parte autora informar quais documentos portava no momento do embarque e se possui passaporte italiano, bem como a forma que entrou em contato com a Policia Federal e se possui registro (ID nº 23135944, fls. 119).
MANIFESTAÇÃO PARTE AUTORA. Em resposta ao DESPACHO, o autor não apresenta o passaporte italiano. Aduz que portava no dia do embarque a carteira profissional do CREA, CNH, carteira de identidade italiana e "outros". Não deixa claro a forma que entrou em contato com a Policia Federal. Reitera que por ter cidadania italiana poderia circular livremente pela Europa e que poderia ter validado o passaporte brasileiro no Consulado (ID nº 24393002).
É o relatório. Decido.
FUNDAMENTOS DO JULGADO
Julgamento antecipado do MÉRITO
Por se tratar apenas de matéria de direito e estando o processo suficientemente instruído, passo a conhecer diretamente do pedido, nos termos do artigo 355, I, do Código de Processo Civil.
MÉRITO
Da aplicação do Código de Defesa do Consumidor
A relação existente entre as partes têm cunho consumerista, em que o autor figura como consumidor e a requerida como fornecedora de produtos (artigos 2º e 3º CDC) e, portanto, incidindo as disposições do Código de Defesa do Consumidor, com a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII do Código de Defesa do Consumidor – Lei n. 8.078/90.
O caso dos autos versa sobre contrato de transporte aéreo, espécie de contrato por meio do qual uma pessoa física ou jurídica (transportadora) se obriga a conduzir pessoas ou coisas para determinado destino, mediante o pagamento respectivo do interessado, conforme doutrina de Roberto Senise Lisboa (in Manual de Direito Civil, vol. III, p. 508, Editora RT).
O artigo 14 do CDC determina que "o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos".
Por outro lado, incumbe ao consumidor o ônus de comprovar a existência do serviço defeituoso, do dano e do nexo de causalidade entre o serviço defeituoso e o dano suportado.
Nesse sentido, não há responsabilização se o fornecedor comprovar que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste ou que a culpa é exclusiva do consumidor ou de terceiro (inciso II do §3º do artigo 14).
Do dano moral
No caso dos autos, o autor foi impedido de embarcar para a Inglaterra pela requerida GOL LINHAS AÉREAS em decorrência do seu passaporte ter menos de um mês de validade. A passagem comprada para Londres tinha embarque agendado para 16/07/2017 e seu passaporte brasileiro tinha validade até 02/08/2017.
As partes não controvertem quanto da ocorrência do impedimento de embarque do autor por portar passaporte com validade inferior a 6 meses. O cerne da lide consiste em investigar se era possível o embarque do autor com a carteira de identidade italiana ou com o passaporte brasileiro com data de validade inferior a um mês e, a consequente existência de falha na prestação dos serviços pela requerida.
Como se sabe, a política de concessão de entrada é matéria de DECISÃO soberana dos Estados estrangeiros e objeto de processamento interno dos governos. Segundo o artigo 2º do Decreto nº 5.978, de 4 de dezembro de 2006, o "passaporte é o documento

de identificação, de propriedade da União, exigível de todos os que pretendam realizar viagem internacional, salvo nos casos previstos em tratados, acordos e outros atos internacionais".

Assim, em que pese o autor ter dupla nacionalidade (brasileira e italiana) e possuir no momento do embarque carteira de identidade italiana, este não se encontrava na Europa nem possuía documento hábil para saída do Brasil.

A Carteira Identidade Civil como documento hábil para embarque no Brasil somente é aceita para cidadãos da Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Chile, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela, em razão do acordo firmado entre estes países e o Brasil, por meio do MERCOSUL. Conforme disposição do artigo 1º, do Decreto nº 5.978/2006:

Art. 1o Para efeito deste Regulamento, consideram-se documentos de viagem:

V - cédula de identidade civil ou documento estrangeiro equivalente, quando admitidos em tratados, acordos e outros atos internacionais;

Registro que inexiste acordo ou tratado entre Portugal ou União Europeia e o Brasil sobre dispensa do uso de passaporte, sendo, portanto, vedado o uso de carteira de identidade, mesmo que de nacionalidade italiana, para o embarque em voo internacional.

O único acordo existente nesse sentido é o disciplinado pelo Decreto nº 7.821/2012, que trata de isenção de vistos de curta duração para portadores de passaportes comuns entre a União Europeia e o Brasil.

O site da Polícia Federal dispõe que o prazo de validade do passaporte deve considerar os procedimentos adotados no país de destino (http://www.pf.gov.br/servicos-pf/passaporte/duvidas-frequentes).

Considerando que o destino final era Londres e que a conexão seria realizada em Lisboa/Portugal, pontuo que, em razão da conexão, haveria desembarque em Lisboa e novo embarque para Londres, sendo necessário a passagem pela autoridade daquele país e, portanto, devendo o passageiro preencher os requisitos para entrada no país de conexão.

Nesse sentido, imprescindível tratarmos sobre o Acordo Schengen.

O Acordo de Schengen é uma convenção entre 26 países europeus, entre eles Portugal, de abertura das fronteiras e livre circulação de pessoas, que permite a livre circulação dos cidadãos dos países membros, em turismo ou por motivo de trabalho, sem controle fronteiriço.

Isto significa que um voo proveniente de um país não signatário com destino a um país abrangido pelo Acordo de Schengen é considerado um voo externo e está sujeito a controlos fronteiriços.

Pelos regramentos do referido Acordo e pelo voo de origem ser proveniente de um país exterior ao espaço Schengen, para entrada em Portugal necessário se fazia a posse de um passaporte com pelo menos 3 meses de validade na data prevista de saída dos países signatários de Schengen. Dessa forma, não seria possível a entrada da parte autora com o passaporte brasileiro em Portugal, posto sua validade estar próxima da data de expiração.

Quanto a possibilidade de entrada do autor com o documento de identidade italiano, reitero a proibição de saída sem passaporte por não existir acordo entre o Brasil e o país de destino.

Pois bem. Diante da impossibilidade de embarque com o passaporte brasileiro, o feito foi convertido em diligência para que a parte autora esclarecesse se possuía no dia da viagem o passaporte italiano, com a apresentação do referido. Todavia, intimado, o autor não apresentou o passaporte, reservando-se a juntar novamente a "CARTA D'INDENTITÁ".

A Inglaterra, assim como os outros países do Reino Unido, não é signatária do Acordo Schengen. Para entrada neste país é necessário passaporte válido durante toda a estadia. Assim, mesmo em caso de voo direto para Londres, o autor teria sido impedido de entrar no país com o passaporte brasileiro, pois o retorno estava programado para 06/08/2017 e seu passaporte era válido até 02/08/2017.

Pelo site do governo inglês (https://www.gov.uk/) e da União Europeia (https://europa.eu/youreurope/citizens/travel/entry-exit/eu-citizen/index_pt.htm), os cidadãos da União Europeia têm o direito de livre circulação quando viajam na União, independentemente de o país fazer ou não parte do Acordo de Schengen. Assim, os nacionais de países da União Europeia podem entrar no Reino Unido com passaporte válido ou carteira de identidade.

Todavia, desde o BREXIT a Inglaterra tem tomado outras medidas de controle de suas fronteiras, devendo ser observado com reserva os documentos de viagem para esse país não pertencente ao Acordo Schengen.

Assim, não obstante a possibilidade de entrada na Inglaterra com carteira de identidade europeia, o país de origem do autor era o Brasil e este não possuía passaporte italiano ou brasileiro válido para realizar a viagem, uma vez que teria que primeiramente desembarcar em Portugal.

A exigência de passaporte para viagens internacionais é de conhecimento público e notório, sendo exigível do homem-médio por não demandar qualquer raciocínio elaborado ou extenso conhecimento técnico e, principalmente do autor por ter viajado em outras oportunidades para a Europa. Nesse sentido, temos jurisprudência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL E MATERIAL. VIAGEM INTERNACIONAL (MÉXICO). PASSAPORTE. DOCUMENTO NECESSÁRIO PARA VIAGENS AO EXTERIOR. EXIGÊNCIA DE NORMAS INTERNACIONAIS. CONDIÇÃO PÚBLICA E NOTÓRIA. EMBARQUE OBSTADO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE OFENSA À HONRA. ÔNUS DA PARTE AUTORA E DO QUAL NÃO SE DESINCUMBIU. NÃO CONFIGURAÇÃO DE DANO INDENIZÁVEL. 1. Cuida-se de ação indenizatória por danos materiais e morais oriundos de alegada falta de informação acerca da necessidade de passaporte para o embarque em viagem ao exterior (México). 2. Entretanto, o conjunto probatório carreado aos autos não confirma a tese autoral de que houve falha na informação por parte da ré, não restando comprovada conduta ilícita da demandada a ensejar o dever de indenizar por danos morais. 3. Quanto aos danos materiais, a demandada comprovou ter determinado ordem de reembolso dos valores pagos pelos autores, o que impõe a manutenção da SENTENÇA de improcedência. 3. Diante da sucumbência recursal da parte autora, majorados os honorários devidos ao procurador da ré, nos termos do § 11 do art. 85 do CPC. SENTENÇA MANTIDA. APELAÇÃO DESPROVIDA. (TJ-RS - AC: 70074950031 RS, Relator: Lusmary Fatima Turelly da Silva, Data de Julgamento: 29/11/2017, Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 05/12/2017)

Em suma, diante dos argumentos acima expendidos, não prospera a argumentação do autor. O documento de identidade italiano apenas comprova sua dupla nacionalidade, não afasta a necessidade de possuir passaporte válido.

Nesse contexto, é dever do consumidor, na condição de viajante, verificar os documentos necessários para a viagem, inexistindo conduta ilícita da parte requerida que atuou no exercício regular de seu direito e no estrito cumprimento de um dever legal, posto que a apresentação de documentos antes do embarque nas aeronaves constitui medida básica de segurança.

A Resolução nº 130, de 08/12/2009, impõe às companhias aéreas o dever de identificar civilmente o passageiro, listando os documentos aceitos como prova de identidade, dentre os quais se encontra o passaporte (art. 2º, I, para brasileiros; e art. 3º, I, para estrangeiros).

É fato incontroverso que o consumidor não apresentou a documentação exigida para embarque internacional, razão da adequada negativa da empresa aérea, a revelar a culpa exclusiva do consumidor. Sobre a impossibilidade de indenização no presente caso, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul já tratou:

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL E MATERIAL. VIAGEM INTERNACIONAL. PASSAPORTE. EXIGÊNCIA DE NORMAS INTERNACIONAIS. EMBARQUE

OBSTADO. NÃO CONFIGURAÇÃO DE DANO INDENIZÁVEL. É no local do embarque que devem ser apresentados os documentos necessários para a efetivação de viagem internacional, dentre os quais está o passaporte. Não tendo a autora podido embarcar por ausência de apresentação de passaporte, obrigação que lhe impunha, não há falar em danos morais e materiais. Cumpre assentar que os dano morais demandam prova de sua efetiva caracterização, inexistente na espécie, haja vista sequer o primeiro postulado da responsabilidade civil estar preenchido, a saber agir culposo ou doloso. Quanto aos danos materiais, considerando advirem unicamente da conduta desidiosa da autora, incabível a pretensão de ver alocadas na ré. APELO IMPROVIDO. (Apelação Cível Nº 70006792667, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Antônio Vinícius Amaro da Silveira, Julgado em 27/05/2004)

Com efeito, não assiste razão ao autor, haja vista não ter adotado a cautela e diligência necessárias para evitar o prejuízo suportado, incidindo a excludente prevista no inciso II do §3º do artigo 14 do CDC.

Ante o exposto, não há como imputar à requerida qualquer responsabilidade pelos danos decorrentes do impedimento de embarque, devendo ser julgado improcedente o pedido de dano moral.

Por fim, registro que não restou comprovado nos autos a alegação do autor que a Polícia Federal informou a possibilidade de embarque, sendo essa informação contrária a legislação.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, com fulcro no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos formulados na inicial.

Custas e honorários pela parte autora, estes que fixo em 10% sobre o valor da condenação, com base nos artigos 82, §2º e 85 do CPC.

Certificado o trânsito em julgado, pagas as custas, ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, e não havendo pedido para cumprimento de SENTENÇA, arquivem-se.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.

Duília Sgrott Reis

Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Porto Velho - 10ª Vara Cível

Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 7030042-91.2018.8.22.0001

Classe: Procedimento Comum

Assunto: Substituição do Produto

AUTOR: GESISLENE MOURA DO NASCIMENTO

ADVOGADO DO AUTOR: MAISA SOUZA DA SILVA OAB nº RO9367, AMANDA KELLY PINHO SOUZA OAB nº RO8628

RÉU: DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA

ADVOGADO DO RÉU: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU OAB nº SP117417

SENTENÇA

PETIÇÃO INICIAL. GESISLENE MOURA DO NASCIMENTO propõe ação de obrigação de fazer cumulada com danos morais em face DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA.

Narra a parte autora que, em 29/08/2017, adquiriu da requerida um microcomputador portátil DELL inspiron 15 7559 (CORE 17-6700HQ, RAM 8GB, HDD HIBRIDO, 1TB E CACHE 8GB, DELL WIRELESS 1820, teclado iluminado, display FHD, ubuntu 14.04 SP1), no valor de R$ 3.751,02 (três mil setecentos e cinquenta e um e dois centavos).

Ressalta que para a aquisição do aparelho considerou as especificações técnicas do produto para atender suas necessidades, como a instalação de programas para projetos profissionais e acadêmicos.

Aduz que com um mês de uso, após instalação de programas, o microcomputador portátil começou apresentar vícios, impossibilitando a realização dos seus trabalhos.

Em contato com a requerida, o primeiro suporte técnico foi realizado por atendimento remoto entre as datas de 10/10/2017 e 17/10/2017, com resultados.

Relata que o aparelho voltou apresentar problemas operacionais após curto tempo do primeiro suporte técnico, sendo informada da necessidade de troca da placa do microcomputador, mas em razão da indisponibilidade da peça, aguardou por maior período, ficando impossibilitada de prover seu sustento devido não poder trabalhar sem o notebook.

Sustenta que mesmo com a troca da placa, o microcomputador continuava a apresentar problemas.

Em contato com a requerida para troca do aparelho, esta informou que o microcomputador portátil não atendia a política de troca da empresa, mas que poderiam prosseguir com o suporte.

Relata que a empresa, após verificar a troca de sistema operacional de UBUNTU para Windows, informou que autora não estava coberta pela garantia, visto que pelos termos de garantia o suporte só era fornecido para sistemas operacionais embarcados de fábrica, oferecendo suporte pago para resolução do problema com o sistema Windows.

A autora afirma não conhecer o sistema Ubuntu e não saber manusear os seus programas, argumentando que comprou o microcomputador e não o sistema operacional.

Ao final, requer a condenação da requerida para substituir o microcomputador portátil objeto da ação por outro em perfeitas condições de funcionamento e com mesmas características ou por outro microcomputador similar que atenda as mesmas especificações técnicas, e indenização por dano moral no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), concessão dos benefícios da assistência judiciária e inversão do ônus da prova, bem como a condenação da requerida ao pagamento das custas processuais e honorários de advocatícios no percentual de 20%.

Junta documentos pessoais (ID nº 20200596, p. 20/21; 20200659, p. 22/25); comprovante de residência (ID nº 20200674); Nota fiscal da compra do notebook no valor de R$ 3.751,02 (três mil setecentos e cinquenta e um e dois centavos) com a data de emissão em 28/08/2017 (ID nº 20200690, p. 27/28), tela da loja online com o número da solicitação de compra (ID nº 20200690, p. 29). tela de rastreamento com data de entrega do notebook em 04/09/2017 (ID nº 20200702, p. 30); tela do site da empresa com data de garantia do notebook até 30/08/2018 (ID nº 20200714, 31); prints de conversa com cobrança de projetos em atraso (ID nº 20200729, p. 32/33); e-mails trocados com o suporte da empresa requerida datados de 10/10/2017 (ID nº 20200746, p. 34-37); e-mails trocados com o suporte da empresa requerida para agendamento de atendimento (ID nº 20200815, p. 38-42); e-mails trocados com o suporte da empresa requerida datados de 14/02/2018, 16/02/2018 e 22/02/2018 com agendamento de atendimento e comunicação de indisponibilidade da peça para manutenção do equipamento (ID nº 20200827, p. 44-48); e-mails trocados com o suporte da empresa requerida em 27/02/2018 (ID nº 20200851, p. 49/50); print de conversa com a empresa, na qual a empresa informa a impossibilidade de troca do notebook e de suporte para o notebook devido a troca de sistema operacional (ID nº 20200868, p. 51/52); e-mail com proposta de reparo (ID nº 20200900, p. 53-57); e-mail sobre a garantia do equipamento (ID nº 20200929, p. 58-60); e-mail do suporte técnico (ID nº 20201208, p. 61-68).

CONTESTAÇÃO. Contestação no ID nº 21926584. Alega atendimento de todos os chamados solicitados pela autora e efetuação dos reparos necessários. Esclarece que a empresa só se responsabiliza pelos sistema de fábrica e no caso a autora alterou o sistema operacional de UBUNTU para Windows. Informa que o contato remoto é atendimento padrão necessário para realização de testes e outros procedimentos. Pede, em caso de condenação na troca de produto, a restituição do produto a ser trocado, com o devido pagamento da embalagem pela autora e

demais custos de postagem pela empresa. Argumenta que o caso em tela não é passível de indenização por dano moral por se tratar de mero aborrecimento. Ressalta que a empresa sempre atendeu os chamados da requerente, não havendo a ocorrência de constrangimento, humilhação ou situação vexatória passível de indenização, e que a autora não prova o dano moral causado. Alega que não existe verossimilhança nas alegações da requerente ou a presença de hipossuficiência, sendo que o pedido de inversão do ônus da prova se deu tão somente por se tratar de relação de consumo.

AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO. Ata acostada no ID nº 21947654, p. 99. A tentativa de conciliação restou infrutífera devido recusa da proposta pela requerente.

RÉPLICA. Acostada no ID nº 22411411. Argumenta vício do produto devido o equipamento não atender as especificações técnicas, e que o dano moral resta configurado pela dor e humilhação sofrido pela consumidora decorrente do desgaste para solucionar o vício apresentado. Informa anuência da devolução do equipamento defeituoso em caso de substituição do equipamento com o pagamento da embalagem.DESPACHO. Acostado no ID nº 24640027, com determinação de juntada das ordens de serviço referentes ao atendimento remoto e presencial da autora, bem como intimação das partes para se manifestarem quanto a apresentação de provas.

MANIFESTAÇÃO REQUERIDA. Argumenta que a alteração das características originárias do produto com a instalação de software diferente do fornecido implica na perda da garantia (ID nº 24748521).

MANIFESTAÇÃO DA PARTE AUTORA. Argumenta que a empresa requerida realizou atendimento técnico por diversas vezes antes de sustentar que a alteração do sistema operacional teria causado o vício do microcomputador e a perda de garantia. Sustenta que a requerida não apresenta provas acerca da causa do vício do microcomputador. Argumenta, com base no princípio da informação, que a empresa deveria especificar no ato da venda os programas compatíveis com seus produtos e os termos do contrato de garantia, ressaltando que nunca foi informado à autora que o sistema operacional Windows poderia ocasionar danos ao microcomputador ou que a instalação de programa diverso geraria a perda da garantia. Sustenta venda casada em razão de não ter sido facultada a compra ou a utilização destes produtos separadamente.

É o relatório. Decido.

FUNDAMENTOS DO JULGADO

Julgamento antecipado do MÉRITO

Por se tratar apenas de matéria de direito e estando o processo suficientemente instruído, passo a conhecer diretamente do pedido, nos termos do art. 355, I, do Código de Processo Civil.

MÉRITO

Em face do disposto nos artigos 2º e 3º, do Código de Defesa do Consumidor, é possível verificar que o negócio jurídico firmado entre as partes envolve típica relação de consumo, aplicando-se as disposições do Código de Defesa do Consumidor, com a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII.

Pois bem. O cerne da lide consiste em investigar o dever de substituir o aparelho defeituoso.

Pelo relato da autora, constata-se que o produto adquirido em 29/08/2017 passou por vários problemas após a troca de sistema operacional e a instalação de programas (ID nº 20200467, p. 4), tendo a empresa requerida realizado testes de forma remota e troca de placa com o fim de solucionar o vício.

Todavia, apesar da assistência da requerida, o vício apresentado na máquina estava relacionado a troca do sistema operacional realizada pela autora e não por vício de responsabilidade da empresa.

A responsabilidade do fornecedor por vícios do produto decorre da violação aos deveres de qualidade, quantidade ou informação, obstando que o produto atenda aos fins que legitimamente dele se esperam, chamado de dever de adequação (MIRAGEM, Bruno. Curso de direito do consumidor. 5. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018), não sendo aplicável ao caso.

O contrato firmado entre as partes, constantes nos tópicos 13 e 20, deixa claro que o serviço de garantia não abrangia a instalação de software não fornecido pelo fabricante.

Como notório, os computadores são vendidos com um sistema operacional. O sistema operacional é um conjunto de programas básicos e utilitários que fazem o computador funcionar, de forma a gerenciar os recursos do sistema e fornecer uma interface entre o computador e o usuário.

Nesse sentido, o print do site apresentado como prova pela autora demonstra que mesmo podendo optar pelo sistema operacional Windows no momento da compra, a autora escolheu o sistema de Ubuntu, sendo desarrazoado o presente pleito.

Se o sistema operacional que atendia as necessidades da autora era o Windows, esta deveria de optado por esse sistema no momento da compra, e não imputar responsabilidade não abrangida pelos termos firmados com a empresa requerida.

A desinstalação do sistema operacional de fábrica e a instalação de outro, diferente do originário, implica na perda da garantia, pois incide diretamente nas características essenciais do produto.

O princípio da boa-fé objetiva (artigo 4º, III, do CDC), que norteia as relações de consumo, implica na exigência de os sujeitos agirem nas relações jurídicas com respeito e lealdade, impondo um dever de correção e fidelidade, assim como o respeito às expectativas legítimas geradas no outro (MIRAGEM, Bruno. Curso de direito do consumidor. 5. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018).

Nessa lógica, a conduta da parte autora mostra-se contraditória, posto que, havendo a possibilidade de comprar outro microcomputador com o sistema operacional Windows, optou por comprar um microcomputador portátil com o sistema operacional Ubuntu, informando, após a concretização da compra e recebimento do produto, sua preferência por um sistema operacional diverso.

Quanto a alegação de venda casada, entende-se que para a ocorrência desta é necessário a existência de produtos e serviços que são usualmente vendidos separados (NUNES, Rizzato, Comentários ao Código de Defesa do Consumidor, Saraiva, 2005). Assim, não se pode considerar como operação casada a venda de microcomputador portátil com o sistema operacional previamente instalado, posto que não é usual a venda de computadores sem sistema operacional.

Ante o exposto, comprovado, pelo histórico de atendimento acostado aos autos, a alteração das características originais do computador, com desinstalação do sistema operacional originário, Ubuntu, e instalação do Windows pela autora, julgo improcedente o pedido de de substituição do microcomputador portátil.

Do dano moral

No caso em análise, os aborrecimentos suportados pela autora decorreram de sua própria conduta, haja vista que esta tinha plena consciência do produto que estava adquirindo, tanto é que informa por diversas vezes nos autos do processo que substituiu o sistema operacional devido o Ubuntu não atender suas necessidades.

O dano moral que merece ser compensado não decorre do mero incômodo, constrangimento ou frustração. O dano moral consiste na lesão que atinge um dos direitos da personalidade da vítima, como direito à integridade psíquica, moral e física.

Nesse passo, restou comprovado que a autora efetuou a compra do microcomputador portátil com plena consciência dos seus de componentes (DELL inspiron 15 7559, CORE 17-6700HQ, RAM 8GB, HDD HIBRIDO, 1TB E CACHE 8GB, DELL WIRELESS 1820, teclado iluminado, display FHD, ubuntu 14.04 SP1) não fazendo jus a indenização por danos morais.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, com fulcro no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados na inicial.

Custas e honorários pela parte autora, estes que fixo em 10% sobre o valor da condenação, com base no art. 82, §2º e 85 do CPC.

Certificado o trânsito em julgado, pagas as custas, ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, e não havendo pedido para cumprimento de SENTENÇA, arquivem-se.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Duília Sgrott Reis
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7036067-23.2018.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: ENGEPLAN CONSTRUCOES E INCORPORACOES EIRELI - EPP
Advogados do(a) EXEQUENTE: RICARDO AMARAL ALVES DO VALE - RO2130, AMADEU GUILHERME LOPES MACHADO - RO1225
EXECUTADO: COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOSTOS DE RONDÔNIA - CAERD
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 10ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA - CEJUSC/CÍVEL Data: 13/06/2019 Hora: 08:00
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7008072-98.2019.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: INGRID EMILY DE BARROS REBELO
Advogado do(a) AUTOR: CRISTIANA ALVES GOMES - RO7514
RÉU: A. S. D. V. e outros
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 10ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA - CEJUSC/CÍVEL Data: 09/07/2019 Hora: 10:00
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 7018981-73.2017.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Indenização por Dano Moral
AUTOR: MARIA WITHORIA NASCIMENTO REZENDE
ADVOGADO DO AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
RÉUS: SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA - DEPARTAMENTO REGIONAL DE RONDONIA, JULIANE LOUBACH SORDINO
ADVOGADOS DOS RÉUS: MILEISI LUCI FERNANDES OAB nº RO3487, JAQUELINE FERNANDES SILVA OAB nº RO8128
SENTENÇA
PETIÇÃO INICIAL. MARIA WITHORIA NASCIMENTO REZENDE, menor representada por sua genitora KESSIA PAMELA NASCIMENTO DOS SANTOS, propõe ação de reparação por danos morais em face de SERVIÇO SOCIAL DA INDUSTRIA (SESI/DR-RO).
Aduz, na exordial, contratação de serviços educacionais com a requerida SESI no dia 10 de janeiro de 2017 e pedido de cancelamento de matrícula em 31 de janeiro de 2017 devido ter conseguido vaga na rede de ensino pública. Aduz retenção indevida pela requerida de R$ 461,00 (quatrocentos e sessenta e um reais) a título de matrícula e R$ 205,00 (duzentos e cinquenta reais) a título de material didático.
Alega negativa da requerida na devolução do valor pago a título de matrícula e o comprometimento desta na devolução do valor pago pelo material didático, abatido de 10% referente a multa pela rescisão contratual, no montante de R$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais).
Argumenta abusividade da cláusula oitava em razão da previsão do pagamento de mensalidade quando não iniciado o ano letivo e, o consequente enriquecimento ilícito da requerida pela retenção do valor da matrícula.
Pontua que os valores de matrícula e material didático tinha como FINALIDADE a compra do material de estudo e do uniforme da autora e que a não devolução dos valores pagos causou abalo emocional em razão de não poder suportar os mencionados gastos.
Ao final, requer a concessão de tutela antecipada para a restituição do valor de R$ 461,00 pago a título de matrícula, a incidência da multa prevista no artigo 42 do Código de Defesa do Consumidor, a condenação da requerida ao pagamento de indenização por dano moral no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) e em repetição de indébito na quantia de R$ 922,00 (novecentos e vinte dois reais).
AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO. Ata da primeira audiência acostada no ID nº 13031830, frustrada em razão da ausência da requerida. Segunda audiência frustrada ante a falta de apresentação de proposta da requerida (ID nº 17174307).
CONTESTAÇÃO. Contestação no ID nº 17658969 (fls. 136 a 143). Argumenta a não obrigação de restituir os valores pleiteados pela a autora em razão da perda de prazo estabelecida em contrato. Defende o reconhecimento do vínculo obrigacional e a inexistência de danos morais e materiais. Junta comprovante do ressarcimento do valor do material didático em 22/03/2017 (ID nº17659021).
RÉPLICA. Reitera os termos da inicial (ID nº 18186596).
DESPACHO. Intimação das partes para manifestação acerca da produção de provas e indicação de pontos controvertidos com a devida justificativa, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.
MANIFESTAÇÃO PARTE AUTORA. Requer oitiva de testemunhas para comprovar dano moral sofrido.
DESPACHO SANEADOR. Fixação dos pontos controvertidos, quais sejam: a indicação da abusividade da cláusula contratual oitava; a existência de danos morais e materiais; e a extensão do dano (ID nº 24308124).
AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO. As testemunhas da parte autora não comparecem a audiência. Em depoimento, a genitora afirma que a autora já estudava na escola e que não se recorda se realizou requerimento para o ressarcimento do valor da matrícula. O preposto, em depoimento, esclarece que a cláusula oitava do contrato é padrão do instituto educacional SESI, não sendo inovação daquele ano. Em razões finais orais, a parte autora argumenta ser a cláusula oitava puramente potestativa e o exercício de prática abusiva pela requerida.
ALEGAÇÃO FINAL REQUERIDA. Argumenta pela prevalência do contrato de prestação de serviços educacionais celebrado com a autora. Alega que a autora tinha ciência das cláusulas contratuais, sendo cliente desta desde 2014. Afirma que a cláusula oitava não é abusiva em virtude custos administrativos, da previsão de desistência cem até sete dias a partir da assinatura do contrato

e da reserva da vaga que acarreta dispensa de interessados em estudar na instituição. Por fim, quanto ao dano moral, defende-se com alegação de inexistência de situação vexatória e da ausência de comprovação dos danos causados a autora, afirmando, ainda, que o valor do material didático foi restituído (ID nº 25261792).

É o relatório. Decido.

FUNDAMENTOS DO JULGADO

Aplicação do Código de Defesa do Consumidor

Inicialmente, verifica-se no presente caso nítida relação consumerista, razão pela qual há incidência das normas do Código de Defesa do Consumidor, Lei n. 8.078/90. Vejamos.

O artigo 2º, da referida Lei, define consumidor como sendo: "Toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final".

Por sua vez, o artigo 3º define fornecedor como sendo: "Toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como entes despersonalizados, que desenvolvem atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição e comercialização de produtos ou prestação de serviços".

Denota-se, portanto, que a autora e a requerida estão enquadradas no conceito de consumidora e fornecedora de serviços educacionais, respectivamente.

Abusividade da cláusula oitiva

À luz da codificação consumerista, reconheço a existência de desequilíbrio contratual em razão da não contraprestação dos serviços educacionais contratados, sendo desarrazoada a cobrança ante o pedido de cancelamento de matrícula antes do início das aulas.

Embora findo o prazo para solicitação de cancelamento e a consequente restituição de valores pagos, nos termos do contrato, as aulas não haviam iniciado. Como dito em alhures, a contratação de serviços educacionais com a requerida SESI ocorreu no dia 10 de janeiro de 2017 e o pedido de cancelamento de matrícula em 31 de janeiro de 2017. Pela cláusula segunda do contrato, as aulas teriam início no dia 01/02/2017. Portanto, embora próximo, não havia iniciado o ano letivo.

Isto posto, vejamos o conteúdo da cláusula em debate:

CLÁUSULA OITAVA: DA DURAÇÃO DO CONTRATO E SUA RESCISÃO. O presente contrato tem duração até o final do ano letivo de 2017 e poderá ser rescindido, a qualquer tempo, pelo CONTRATANTE, por desistência formal e/ou transferência formal.

Parágrafo Primeiro: No caso de desistência ou transferência do aluno por iniciativa do CONTRATANTE, obriga-se o mesmo a comunicar ao CONTRATADO, mediante preenchimento de requerimento próprio fornecido por este último e mediante o pagamento da mensalidade deste período.

Parágrafo Segundo: Em caso de desistência formal do CONTRATANTE que quitou a anuidade em parcela única, proceder-se-á ao desconto proporcional à frequência e à retenção da taxa de 10% (dez por cento) do valor efetivamente pago da anuidade, devolvendo-se o saldo ao CONTRATANTE.

Parágrafo Terceiro: Em caso de desistência pelo CONTRATANTE, se ocorrer até o sétimo dia da assinatura do contrato, será devolvido 80% do valor pago sem correção.

Parágrafo Quarto: Na desistência pelo CONTRATANTE, se ocorrer até o primeiro mês do período letivo, o material individual entregue pelo responsável será devolvido se estiver devidamente identificado com o nome completo do aluno em cada objeto conforme orientações constantes na lista de materiais entregue no ato da matrícula.

Como pode ser observado a referida cláusula expõe a autora em exagerada desvantagem, sendo contrária aos artigos 39, inciso V, e 51, ambos do CDC.

Nesse sentido, já julgou o Tribunal de Justiça de São Paulo:

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C RESTITUIÇÃO DE VALORES. CANCELAMENTO DE MATRICULA ANTES DO INICIO DAS AULAS. IMPOSSIBILIDADE DE RETENÇÃO INTEGRAL DO VALOR ADIMPLIDO PELO AUTOR A TÍTULO DE MATRÍCULA. ONEROSIDADE EXCESSIVA. VALOR DE MENSALIDADE CONSIDERADA INDEVIDA, UMA VEZ QUE SEQUER O CURSO FORA FREQUENTADO PELO DEMANDANTE. DECISÃO EQUITATIVA. RECURSO PROVIDO DE FORMA PARCIAL. (Recurso Cível nº 71003380219, Segunda turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator Roberto Behrensdorf Gomes da Silva, Julgado em 05/09/2012)

Pois bem. Pelas regras do Código de Defesa do Consumidor, não pode haver cobrança sem contraprestação. Sendo no mesmo sentido o Código Civil que veda o enriquecimento sem causa e imputa nulidade ao negócio lesivo.

Assim, qualquer cláusula contratual que aponte a não devolução da matrícula é abusiva, devendo ser reformada.

A liberdade de contratar deve ser exercida nos limites da função social do contrato (artigo 421 do CC), justamente para garantir o direito social à educação (artigo 6º) e para evitar lesão exacerbada ao contratante.

No que refere a proporcionalidade da restituição dos valores pagos, deve-se considerar que, embora não iniciado o ano letivo, o pedido de cancelamento ocorreu muito próximo do início das aulas, sendo certo que o preenchimento da vaga por outro interessado restaria prejudicada, não obstante possível.

Outrossim, deve-se considerar as despesas administrativas com a contratação e o respectivo cancelamento.

Por conseguinte, entendo pela restituição no montante de 80% (oitenta por cento) do valor investido com a matrícula, cujo o pagamento restou incontroverso nos autos.

Inversão do ônus da prova

Acerca do ônus da prova, o artigo 373 do Código de Processo Civil trata das regras de distribuição com a indicação de quem sofrerá o ônus decorrente da ausência de prova de um fato controvertido e relevante do processo.

A inversão do ônus da prova é exceção, devendo ser determinada quando presentes os requisitos estabelecidos no artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, ou seja, quando demonstrada a verossimilhança das alegações ou a hipossuficiência da parte.

Não aplicável ao presente caso. Conforme já decidido pelo STJ, a inversão do ônus da prova "depende de circunstâncias concretas que serão apuradas pelo juiz no contexto da 'facilitação da defesa' dos direitos do consumidor." (REsp nº 122.505-SP, ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ de 24/8/98), sendo desnecessária sua decretação em razão das provas já existentes nos autos.

Dano moral

Segundo inteligência do doutrinador Sérgio Cavalieri Filho:

"(...) só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio em seu bem-estar". O doutrinador prossegue afirmando que "mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral". Assim, entende-se que prejuízo imaterial é aquele que decorre de um ato ilícito capaz de lesar os atributos da personalidade.

No presente caso, o pedido de dano moral está baseado no fato da autora ter "depositado confiança na relação de consumo firmada com a Requerida" e na impossibilidade de "custear as despesas com a nova escola, como uniforme e material escolar" decorrente da não restituição dos valores pagos a título de matrícula.

Em audiência de instrução e julgamento, a parte autora afirma ser contratante dos serviços da requerida SESI há alguns anos, esta, por outro lado, alega que não houve inovação no contrato, sendo as cláusulas de uso padrão da Instituição de Ensino. Nesse sentido, razoável pensar que a autora sabia do conteúdo do contrato, haja vista ser aluna da requerida e ter posse de uma via do documento.

Outro ponto a ser levantado é o fato da autora não ter formalizado o pedido de restituição do valor de matrícula, pois, como restou claro em audiência, esta tinha conhecimento das cláusulas do contrato firmado.

Segue entendimento do Tribunal de Justiça de Rondônia:
Indenização. Restituição de taxa de matrícula. Dano moral. A restituição de taxa de matrícula após o prazo estipulado não enseja dano moral, por caracterizar mero descumprimento contratual. APELAÇÃO, Processo nº 7060672-04.2016.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Alexandre Miguel, Data de julgamento: 14/12/2018
Em que pese ser a cláusula oitava abusiva, não resta comprovado nos autos o nexo causal e o dano sofrido pela parte autora, e, conforme entendimentos dos tribunais, a não restituição do valor da matrícula caracteriza-se mero descumprimento contratual. Nesse sentido, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul também entende:
AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO CUMULADA COM RESTITUIÇÃO DE QUANTIAS E DANOS MORAIS. MENSALIDADES. TRANCAMENTO DE CURSO. RESERVA DE VAGA QUE AUTORIZA A RETENÇÃO DE PARTE DA QUANTIA PELA DEMANDADA. CLÁUSULA QUE PREVÊ A RETENÇÃO DA INTEGRALIDADE. ABUSIVIDADE CONFIGURADA. DIREITO DA PARTE AUTORA AO RECEBIMENTO DE 80% DO VALOR PAGO. CANCELAMENTO DO CONTRATO. IMPOSSIBILIDADE DE COBRANÇA DE MENSALIDADES VINCENDAS. DANOS MORAIS INOCORRENTES.
Reveste-se de nulidade a cláusula que estipula em favor da ré, o perdimento do valor integral desembolsado pelo aluno, quando este desiste de frequentar o curso para o qual se matriculou, mormente quando o fato ocorreu dias após o início das aulas.
A aluna, embora tenha encaminhado o pedido de trancamento doze dias depois da data de início das aulas, culminando na reserva de vaga, não pode ser compelida a arcar com o valor integral do curso, mormente quando o serviço não chegou a ser prestado, pois tal conduta afigura-se em abusividade e enriquecimento sem causa.
Quanto à restituição da quantia integral à autora, mostra-se abusiva, considerando o custo administrativo da ré, com o processo de recebimento da aluna no seu corpo discente. Embora as aulas não tenham sido ministradas, houve reserva de vaga e despesas administrativas, das quais a demandada deve ser ressarcida.
A demandante faz jus ao cancelamento do contrato, bem como ao reembolso do montante de 80% do valor investido com o curso, cujo pagamento restou incontroverso nos autos (fl. 126), consoante os parâmetros usualmente adotados por esta Turma Recursal. Danos morais inocorrentes. (TJ-RS - Recurso Cível: 71007408792 RS, Relator: Elaine Maria Canto da Fonseca, Data de Julgamento: 20/06/2018, Segunda Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 27/06/2018)
Dessa forma, incabível o dano moral, uma vez previsto em contrato cláusula de pagamento de mensalidade em caso de desistência ou transferência, bem como quando ausente situação vexatória para o recebimento dos valores em comento.
Repetição de indébito
O Código de Defesa do Consumidor, nos termos do parágrafo único, do artigo 42, ensina que o consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso.
O STJ aplicando o referido artigo tem pontuado que "(…) II - Esta Corte Superior possui entendimento firme no sentido de que, somente quando caracterizada a má-fé na cobrança indevida, é cabível a aplicação do art. 42 do CDC (restituição em dobro do valor pago indevidamente). Precedentes: Ag Rgno REsp nº 1.245.373/MS, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe de 29/06/2011;REsp nº 1.250.314/MS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe de 10/06/2011; REsp nº 1.231.803/MS, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 31/03/2011...."(STJ - AgRg no REsp 1294624/MS - AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSOESPECIAL 2011/0281715-5 1ª Turma - 1ª Turma Relator Ministro Francisco Falcão j. 28.02.2012 Dje 9.10.2012)."
Neste sentido, segue entendimento do tribunal de Justiça de Rondônia:
Apelação cível. Revisional de contrato. Serviços de terceiro. Registro de contrato. Abusividade. Restituição em dobro. Não cabimento. Má-fé não comprovada.
O STJ, sob o julgamento do rito de recursos repetitivos, firmou a tese de que é abusiva a cláusula que prevê a cobrança de ressarcimento de serviços prestados por terceiros, sem a especificação do serviço a ser efetivamente prestado.
Do mesmo modo, acerca da legalidade da cobrança de registro de contrato, o STJ firmou a tese de que é abusiva a cobrança de despesa de registro do contrato quando o serviço não for efetivamente prestado.
A restituição em dobro do indébito, prevista no art. 42, parágrafo único, do CDC, pressupõe tanto a existência de pagamento indevido quanto a má-fé do credor, e nesse viés, considerando que os encargos cobrados foram objeto de acirrada controvérsia judicial, não se vislumbra má-fé a justificar a repetição em dobro. Apelação, Processo nº 0005071-40.2013.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Rowilson Teixeira, Data de julgamento: 20/02/2019
Isto posto, a restituição deve se dar de forma simples.
Antecipação de tutela de urgência
Verificada a não analise por este juízo do pedido de concessão de tutela antecipada para restituição do valor R$ 461,00 (quatrocentos e sessenta e um reais) referente matrícula, pontua-se a ausência de prejuízo, uma vez não reiterada a análise do pedido pela parte autora e o lapso temporal decorrido.
DISPOSITIVO
Ante o exposto, com fulcro no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial para CONDENAR a requerida a restituição a autora de 80% do valor da matrícula paga.
Julgo improcedentes os demais pedidos.
Custas e honorários pela requerida, estes que fixo em 10% sobre o valor da condenação, com base no artigo 82, §2º e 85 do CPC.
Certificado o trânsito em julgado, pagas as custas, ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, e não havendo pedido para cumprimento de SENTENÇA, arquivem-se.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Duília Sgrott Reis
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 7022399-82.2018.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material
AUTORES: MARCIRENE AMORIM DA SILVA, ARMANDO MARIO DA SILVA FILHO
ADVOGADOS DOS AUTORES: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO OAB nº RO635
RÉU: TRANSPORTES AEREOS PORTUGUESES SA
ADVOGADO DO RÉU: PAULO RAFAEL FENELON ABRAO OAB nº GO20694
SENTENÇA
PETIÇÃO INICIAL. ARMANDO MÁRIO DA SILVA FILHO e MARCIERENE AMORIM DA SILVA propõem ação de reparação por danos morais e materiais em face TRANSPORTES AEREOS PORTUGUESES AS (TAP).
Alegam as partes autoras compra de passagens aéreas trecho Belo Horizonte/MG a Londres/Inglaterra, com conexão em Brasília e Lisboa, as quais comprovam por meio do ID nº 18911549, fls. 20 a 28, e extravio da bagagem de ARMANDO MÁRIO DA SILVA FILHO em decorrência de alteração do aeroporto de desembarque em Londres (de Aeroporto de London City para o Aeroporto de Heartrhow) devido o mau tempo.

Aduzem realização de protocolo de extravio de bagagem junto a GBS – Global Baggage Solutions, sem obtenção de retorno, bem como compra de roupas de inverno devido ao extravio da bagagem com todo o vestuário das férias.
Alegam, ainda, que a bagagem de ARMANDO MÁRIO DA SILVA FILHO não foi localizada e entregue em tempo hábil, necessitando direcionar o dinheiro reservado dos passeios para a compra de roupas de inverno e itens pessoais.
Aduzem devolução da bagagem do primeiro autor em 30/01/2018 na cidade de Porto Velho/RO.
Pontuam que a viagem tinha como FINALIDADE a comemoração do aniversário de casamento e que somente no retorno das férias, na cidade do Rio de Janeiro/RJ (26/01/2018) que obtiveram a informação que a bagagem extraviada estava em Lisboa desde a conexão feita no dia 13/01/2018.
Ao final, requerem inversão do ônus da prova, condenação da requerida ao pagamento de indenização por dano moral no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), para cada autor, e dano material no valor de R$ 3.298,81 (três mil duzentos e noventa e oito reais e oitenta e um centavos) e honorários de sucumbência no percentual de 20%.
Manifestam interesse na realização de audiência de conciliação.
CONTESTAÇÃO. Contestação no ID nº 21001494. Argumenta aplicação da Convenção de Montreal. Esclarece que a alteração de aeroporto decorreu por fortes chuvas no local de pouso, e que o manuseio de bagagem é realizado pelas autoridades aeroportuárias, tratando-se de excludente de responsabilidade. Quanto ao dano material, afirma a impossibilidade de cabimento, tendo em vista a incorporação ao patrimônio dos autores dos produtos, e por estarem as notas fiscais em língua estrangeira e ilegíveis, acarretando dissonância ao art. 192 do Código de Processo Civil, a qual impossibilitaria a impugnação específica. Defende inexistência de dano moral pela falta de previsão na Convenção de Montreal. Requer, ao fim, improcedência da exordial.
AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO. Acostado no ID nº 21028539, fls 104. A parte requerida oferece 3 (três) propostas não cumulativas, sendo: a) 70.000 milhas para cada autor; b) Um voucher de USD 700 dólares para cada autor; c) R$ 3.000,00 no valor de indenização total. A tentativa de conciliação restou infrutífera pela recusa dos requerentes.
MANIFESTAÇÃO PARTE AUTORA. Requer julgamento antecipado do MÉRITO (ID nº 23613871).
É o relatório. Decido.
FUNDAMENTOS DO JULGADO
Julgamento antecipado do MÉRITO
Por se tratar apenas de matéria de direito e estando o processo suficientemente instruído, passo a conhecer diretamente do pedido, nos termos do art. 355, I, do Código de Processo Civil.
MÉRITO
Da aplicação da Convenção de Montreal
Nos termos da tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 636331/RJ, Rel. Min. Gilmar Mendes, em 25/05/2017, tema nº 210, as normas e os tratados internacionais limitadores da responsabilidade das transportadoras aéreas de passageiros têm prevalência em relação ao Código de Defesa do Consumidor.
Da aplicação do Código de Defesa do Consumidor
A aplicação da Convenção de Montreal/Varsóvia não afasta a incidência do Código de Defesa do Consumidor. Por ser lei especial, de ordem pública e caráter imperativo, o CDC deve ser aplicado de forma subsidiária.
Como direito fundamental, o direito do consumidor impõe ao Estado o dever de resguardar o consumidor das práticas abusivas do mercado, não podendo ser afastado em sua integralidade.
Assim, na análise de casos relativos a transporte aéreo internacional, ambos os diplomas devem ser considerados, posto ser possível o diálogo da Convenção de Montreal com outras fontes de proteção do consumidor. Segue julgado do Tribunal de Justiça do Distrito Federal:

DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE TRANSPORTE AÉREO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. EXTRAVIO DE BAGAGEM. DANO MATERIAL. PREVALÊNCIA DOS TRATADOS INTERNACIONAIS EM RELAÇÃO AO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. CONVENÇÃO DE VARSÓVIA DE MONTREAL. LIMITE. OVERBOOKING. DANO MORAL. APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. REJEITADA. MEDIAÇÃO. INCABÍVEL. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. TEORIA DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA. RISCO DA ATIVIDADE. CADEIA DE FORNECIMENTO. SOLIDARIEDADE VERIFICADA. DANOS MORAIS. FIXAÇÃO DO QUANTUM DEVIDO. RAZOÁVEL E PROPORCIONAL.
1. As empresas de transporte aéreo de passageiros respondem objetivamente pelos danos decorrentes de eventual falha na prestação dos serviços.
2. Demonstrado o nexo causal entre o defeito na prestação de serviços e os danos morais sofridos, torna-se necessária a devida compensação.
3. No julgamento do RE 636.331, sob a sistemática de repercussão geral, foi fixada a tese de que "Nos termos do art. 178 da Constituição da República, as normas e os tratados internacionais limitadores da responsabilidade das transportadoras aéreas de passageiros, especialmente as Convenções de Varsóvia e Montreal, têm prevalência em relação ao Código de Defesa do Consumidor." (Tema 210 -RE 636331/RJ, Ministro Gilmar Mendes, Plenário, maioria, data do julgamento: 25/5/2017).
4. Incontroverso o extravio das bagagens a indenização por danos materiais deve se pautar no artigo 22 da Convenção de Montreal que limita a indenização a 1.000 Direitos Especiais de Saque por passageiro, quando não houver declaração especial prévia do valor da bagagem transportada.
5. As limitações impostam pelas Convenções de Varsóvia e de Montreal alcançam tão somente a indenização por dano material, no caso de extravio ou avarias na bagagem, e não a reparação por dano moral, em relação à qual se aplica o Código de Defesa do Consumidor.
(…)
15. Apelações desprovidas. (Apelação nº 0706696-12.2018.8.07.0001, julgado em 27/02/2019, Relator Des. Hector Valverde Santana)
Tratando-se, portanto, de nítida relação consumerista, na qual os autores são consumidores e a requerida fornecedora de produtos (artigo 2º e 3º CDC), há incidência das disposições do Código de Defesa do Consumidor, com a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII do CDC.
Dessa forma, sendo caso de prestação de serviços, a responsabilidade civil é objetiva (artigo 14, da Lei n. 8.078/90), ou seja, independentemente da existência de culpa responde-se por defeitos relativos à prestação do serviço, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição, somente sendo afastada se restar comprovado que o defeito inexiste ou se restar comprovada a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro (art. 14, §3º, I e II, do CDC) ou, de acordo com a doutrina e jurisprudência, nas hipóteses em que verificados o caso fortuito ou força maior.
Do dano material
Depreende-se dos autos o extravio temporário da bagagem do primeiro autor durante todo período de férias, ou seja, de 13/01/2018 a 25/01/2018, com a devolução somente em 30/01/2018 (ID nº 18911615, fl. 45), já na cidade de Porto Velho/RO, totalizando 18 dias de extravio.
Em contestação, a requerida não nega o extravio temporário, tendo apenas argumentado pela excludente de responsabilidade, por fato exclusivo de terceiro, no caso da GBS – Global Baggage Solutions. Não prospera tal alegação. Os danos decorrentes de falha na prestação de serviço por fornecedores da requerida não pode ser repassada aos autores, uma vez que os problemas internos para desenvolvimento de suas atividades e cumprimento de suas obrigações são estranhos a estes, devendo a empresa assumir os riscos de sua atividade.

Quanto a Convenção de Montreal/Varsóvia, o artigo 19 dispõe que:

"o transportador é responsável pelo dano ocasionado por atrasos no transporte aéreo de passageiros, bagagem ou carga. Não obstante, o transportador não será responsável pelo dano ocasionado por atraso se prova que ele e seus prepostos adotaram todas as medidas que eram razoavelmente necessárias para evitar o dano ou que lhes foi impossível, a um e a outros, adotar tais medidas".

Dessa forma, não houve comprovação da requerida das medidas adotadas para evitar a ocorrência do extravio ou a devolução da bagagem em tempo hábil, visto que esta permaneceu durante todo o tempo em Lisboa/PT.

Ausente a demonstração da excludente de responsabilidade.

Outrossim, a requerida alega "que não há o que se falar em danos materiais, uma vez que jamais ocorreu, de fato, um decréscimo no patrimônio da parte autora, sob pena então de se prestigiar o enriquecimento ilícito, o que é vedado pelo Ordenamento Jurídico Brasileiro."

Não prospera a argumentação. O extravio da bagagem acarretou gastos com compra de roupas de inverno e itens pessoais até então não previstos para a viagem. As referidas despesas ocasionaram prejuízos visto que o dinheiro reservado para expensas com turismo foi remanejado para compra de roupas e itens de higiene.

Inconcebível imaginar que o autor permaneceria durante toda a viagem com as mesmas roupas e sem aquisição de itens como escova de dente e perfume. Por óbvio, foi compelido a utilizar recursos reservados a outros fins para cobrir despesas em virtude do extravio.

O Tribunal de Justiça de Rondônia já decidiu:

Danos materiais e morais. Quantum. Princípios da razoabilidade e proporcionalidade. O extravio de bagagem, mesmo temporário, sujeita a companhia aérea ao pagamento de indenização por danos materiais e morais, pois tendo auferido lucros com a transação, dela é a responsabilidade pelo evento danoso aos pertences transportados, considerando que tem o dever de cuidado com as mercadorias colocadas em seu poder.

A privação imposta à viajante do uso de suas roupas e objetos pessoais, por falha da empresa apelante gera nítida ofensa moral, passível de indenização.

A devolução da mala com os objetos em perfeito estado não afasta o dano material com despesas de vestuário.

Apelação, Processo nº 0012987-91.2014.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Raduan Miguel Filho, Data de julgamento: 16/08/2017

Todavia, contrariando o disposto no artigo 192, parágrafo único, do Código de Processo Civil, os autores não juntam a tradução juramentada em língua portuguesa das notas fiscais anexadas aos autos:

Art. 192. Em todos os atos e termos do processo é obrigatório o uso da língua portuguesa.

Parágrafo único. O documento redigido em língua estrangeira somente poderá ser juntado aos autos quando acompanhado de versão para a língua portuguesa tramitada por via diplomática ou pela autoridade central, ou firmada por tradutor juramentado.

Assim, não resta comprovado o dano material de forma efetiva, posto que não juntam a tradução juramentada nem demonstram de maneira discriminada as conversões realizadas para quantificação do dano pleiteado.

Por outro lado, também permanece difícil o reconhecimento das compras alegadas pelo autor devido a juntada de notas fiscais ilegíveis ou que não especificam os itens. Como exemplo temos que alguns comprovantes apresentam apenas a marca do item sem a especificação da compra.

Conforme artigo 373, inciso I, do CPC, incumbe ao autor o ônus da prova quanto ao fato constitutivo do seu direito, e nesse sentido, embora tenham juntando alguns comprovantes de gastos em euros e libras, os autores não obtiveram êxito ao discriminar e esclarecer na exordial a que se referem essas despesas, em moeda brasileira.

Outrossim, os valores gastos antes do embarque, na cidade do Rio de Janeiro, não poderiam ser computados, visto que não foram utilizados na viagem.

Do dano moral

Não prospera a tese da requerida de inexistência de dano moral pela ausência de previsão na Convenção de Montreal. A falta de disposição sobre o dano moral na referida Convenção, alteração da Convenção de Varsóvia, não afasta a indenização por este dano.

Apesar da prevalência da Convenção de Montreal, a Constituição Federal impõe ao Estado o dever de resguardar o consumidor dos possíveis abusos inerentes das relações de consumo (artigo 5º, inciso XXXII), sendo certo que o direito a indenização por dano moral não pode ser limitado por norma internacional por se tratar de direito constitucionalmente protegido.

Assim, comprovada a ocorrência do fato ilícito e, por conseguinte, do dano moral, impõe-se o dever de indenizar. Vejamos o artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor:

Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

Pois bem. No presente caso a pretensão por danos morais decorre do extravio temporário da bagagem que impossibilitou a utilização do vestuário e demais itens pelo primeiro autor, já que a devolução da mala somente ocorreu em 30/01/2018 (ID nº 18911615, fl. 45), ou seja, após o retorno das férias dos autores.

Apesar de a bagagem ser do autor ARMANDO, resta patente que o extravio também afetou sua esposa, posto o transtorno enfrentado durante as tão sonhadas férias e ao fato do casal despender tempo e dinheiro para a compra de roupas até então não previstas.

Dessa forma, destaco que o extravio temporário de bagagem ultrapassa o limite de mero aborrecimento, devendo, portanto, ser indenizado. Nesse sentido, segue entendimento do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

Extravio temporário de bagagem. O extravio de bagagem, ainda que termporário, enseja indenização. Danos morais in re ipsa. Quantum majorado. Apelação provida. (Apelação nº 70079608709, Décima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Bayard Ney de Fritas Barcellos, julgado em 13/03/2019)

O Tribunal de Justiça de Rondônia assim também entende:

Cabe indenização por danos morais em razão do extravio das bagagens, ainda que de forma temporária. (Apelação, processo nº 0012100-68.2014.8.22.0014, TJRO, 2ª Câmara Cível, Relator Des. Paulo Kiyochi Mori, julgado em 09/02/2017).

Como já mencionado, incide no presente caso a teoria da responsabilidade objetiva, sendo necessária apenas a demonstração do nexo de causalidade entre o dano sofrido pelo consumidor e a atitude falha do prestador de serviços.

Ante o exposto, não tendo sido comprovada nenhuma excludente de responsabilidade, urge a necessidade de indenização pelos danos morais.

Quanto a quantificação do dano moral, cabe ao juiz fixar o quantum referente ao dano moral sofrido pelo autor, tendo em conta os critérios da razoabilidade, proporcionalidade e equidade, sem olvidar o grau de culpa dos envolvidos, a extensão do dano, bem como a necessidade de efetiva punição do ofensor, a fim de evitar que reincida na sua conduta lesiva.

Dispõe o art. 944 do Código Civil: "A indenização mede-se pela extensão do dano." E, em seu complementar parágrafo único: "Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, equitativamente, a indenização."

Assim, considerando o extravio temporário de bagagem, com atraso de 18 dias para devolução e, ainda, levando em consideração o caráter punitivo da medida, a condição social e econômica da parte lesada, e o necessário efeito pedagógico da indenização, tenho que o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) para o primeiro autor e R$ 7.000,00 (sete mil reais) para a segunda autora se mostra adequado para assegurar o caráter repressivo-pedagógico dos danos morais e a compensação de danos.

DISPOSITIVO
Ante o exposto, com fulcro no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial para CONDENAR a requerida ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) ao autor ARMANDO MÁRIO DA SILVA FILHO, e de R$ 7.000,00 (sete mil reais) para a autora MARCIERENE AMORIM DA SILVA, com correção monetária a partir desta data, nos termos da Súmula 362 do STJ e juros de mora de 1% ao mês.
Improcedente a indenização por danos materiais.
Custas e honorários pela requerida, estes que fixo em 10% sobre o valor da condenação, com base no art. 82, §2º e 85 do CPC.
Certificado o trânsito em julgado, pagas as custas, ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, e não havendo pedido para cumprimento de SENTENÇA, arquivem-se.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Duília Sgrott Reis
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7031344-58.2018.8.22.0001
Classe: CÍVEL - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A
Advogado do(a) AUTOR: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA - SP115665
RÉU: MANOEL MICHERLANE COSTA DO NASCIMENTO
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora INTIMADA a se manifestar acerca da certidão do Oficial de Justiça NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS, sob pena de arquivamento/extinção.
1) Caso queira o desentranhamento do MANDADO ou apresente novo endereço para nova diligência, deverá proceder o recolhimento da taxa, que deverá ser o valor da diligência do oficial de justiça positiva, gerando o boleto para pagamento no link abaixo descriminado, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=MlUemieeJXHJRLgVw2OOAp_bZ65KzfhrXqOHVab-.wildfly01:custas1.1,
2) Em caso de solicitação de busca de endereços, bloqueios on line e assemelhados, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7049646-38.2018.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: BANCO BONSUCESSO CONSIGNADO S/A
Advogado do(a) EXEQUENTE: RODRIGO GAGO FREITAS VALE BARBOSA - SP165046
EXECUTADO: ADAO JOSE SANTANA
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 10ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA - CEJUSC/CÍVEL Data: 09/07/2019 Hora: 12:30
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 0005081-84.2013.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: Herlana Souza Guimarães
Advogados do(a) EXEQUENTE: GARDENIA SOUZA GUIMARAES - RO5464, PAULO TIMOTEO BATISTA - RO2437
EXECUTADO: BANCO DO BRASIL S/A
Advogado do(a) EXECUTADO: LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS - PR8123-A
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida intimada, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69)
Processo nº 7021319-54.2016.8.22.0001
AUTOR: MARIA GENUVEVA FERREIRA MACIEL, VERONICA MACIEL COELHO, AKECIA NUNES FERREIRA, ADAILTON MACIEL COELHO
RÉU: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
PROCESSO Nº 7021319-54.2016.8.22.0001
ATA DE AUDIÊNCIA
Ao 12 (doze) dia do mês de abril de 2019, nesta cidade de Porto Velho, na sala de audiências do Juízo da 10ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho, a juíza Luciane Sanches, comigo ao final assinado, às 10h30min, foi procedida a abertura da audiência de instrução, observadas as formalidades legais, na AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER c/c INDENIZAÇÃO PRO DANOS MORAIS E MATERIAIS, presente o (s) autor (es) MARIA GENUVEVA FERREIRA MACIEL - CPF: 889.850.322-91, ausente VERÔNICA MACIEL COELHO - CPF: 035.525.102-37, AKECIA NUNES FERREIRA - CPF: 038.273.352-56, ADAILTON MACIEL COELHO - CPF: º 760.323.452-20, RAÍ NUNES FERREIRA, menor e RANYA NUNES FERREIRA, menor. Ausente o (s) Advogados Valnei Gomes da cruz Rocha OAB/RO 2479 e Denise Gonçalves da Cruz Rocha OAB/RO 1996. Presente a (s) parte (s) requerida (s) SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A, neste ato representada por Jacir José Duzanowski CPF nº 100.594.749-04., acompanhada do (s) advogado Ari Bruno Carvalho de Oliveira OAB/RO 3989 e Marcelo Ferreira Campos OAB/RO 3250 INICIADOS OS TRABALHOS, constatou-se a presença dos acadêmicos de Direito, cursando 7º Período, Instituição UNIRON, Rodrigo Leonel Carvalho Gomes – CPF nº 612.128.222-34, Eloy Santana Leôncio CPF nº 902.282.352-00, Victória Cristina Belarmino da Silva CPF nº 1266292 SSP/RO. A seguir constatou-se a ausência dos advogados da parte autora, embora em consulta ao Diário da Justiça foi possível confirmar a publicação da intimação da audiência designada, na data de 04.02.2019, número 022, fls. 488, conforme documento anexo. Dada a palavra ao advogado da parte requerida este manifestou-se insistindo na oitiva das partes autoras, sob pena de confissão. Pela MM Juíza: Foi deferido a redesignação de audiência para oitiva dos autores, para o dia 07/06/2019 às 08h30min na sala de audiência da décima Vara Cível. Ressalto que a ausência das partes

requerentes injustificada, poderá incorrer em pena de confissão. Os presentes saem intimados. Nada mais havendo, eu_____, Ana Cristina Mingardo, Secretária de Gabinete em substituição, a subscrevo e assino.
Luciane Sanches
Juíza de Direito
Requerente/CPF:
Advogado do Requerente:
Requerido(a) CPF:
Advogado do requerido:
Acadêmicos de Direito:

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7003883-77.2019.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: DAIANE SERGIA DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR - RO3099
RÉU: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
INTIMAÇÃO
Fica a parte autora, por seu patrono, no prazo de 05 (cinco) dias, intimada para dar prosseguimento ao feito.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7050195-48.2018.8.22.0001
Classe: MONITÓRIA (40)
AUTOR: ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO NO ESTADO DE RONDONIA - ASPER
Advogado do(a) AUTOR: MARCELO ESTEBANEZ MARTINS - RO3208
RÉU: INDIANARA BELINI DE GODOI
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 10ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA - CEJUSC/CÍVEL Data: 10/07/2019 Hora: 10:00
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7017744-67.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: BANCO BRADESCO CARTOES S.A.
Advogado do(a) AUTOR: ANDRE NIETO MOYA - SP235738
RÉU: RODRIGO ANSILIERO
INTIMAÇÃO
Para fins de atendimento ao pleito da parte AUTORA, fica esta intimada para que, no prazo de 05 dias, proceda ao prévio recolhimento das custas de cada diligência solicitada, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7006781-63.2019.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: IGOR OTAVIANO DE MATOS LIMA
Advogado do(a) AUTOR: GENIVAL FERNANDES DE LIMA - RO2366
RÉU: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado do(a) RÉU: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - RO5369
SENTENÇA
IGOR OTAVIANO DE MATOS LIMA ajuizou ação de cobrança em face de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DPVAT S/A, ambos devidamente qualificados nos autos.
Alegou que foi vítima de acidente de trânsito em 19/06/2018, conforme boletim de ocorrência policial n. 166502/2018, sofrendo fratura no membro superior esquerdo e quadril. Informou o recebimento de R$2.362,50 administrativamente. Juntou procuração e documentos. Requereu o pagamento da diferença de R$2.362,50 acrescido de juros moratórios e correção monetária, assim como a concessão dos benefícios da justiça gratuita.
DESPACHO – Deferida a gratuidade da justiça e determinada a realização de perícia médica.
CONTESTAÇÃO – A requerida argumentou que o pagamento administrativo foi proporcional à lesão, inexistindo direito à complementação. Juntou documentos e procuração. Postulou a improcedência da ação.
AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO – Infrutífera. Realizada a perícia médica.
LAUDO PERICIAL – Constatada lesão parcial no membro superior esquerdo no grau de 25% e na bacia no grau de 10%.
É o relatório. Decido.
FUNDAMENTAÇÃO
Trata-se de ação de cobrança de indenização por danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, prevista na Lei n. 6.194/74. O ponto nevrálgico da lide cinge-se no preenchimento dos requisitos para recebimento do seguro e o valor da indenização, conforme tabela do DPVAT.
O autor demonstrou fato constitutivo de seu direito (art. 373, I, CPC) ao apresentar os documentos necessários para recebimento da indenização securitária listados pela ré. A requerida, incumbida do ônus de demonstrar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito autoral (art. 373, II, CPC), requereu perícia por órgão oficial e alegou que o pagamento administrativo foi proporcional à lesão, inexistindo direito à complementação. Em audiência no mutirão de conciliação, o perito do juízo constatara lesão no membro superior esquerdo no grau de 25% e na bacia no grau de 10%.
Em que pese a alegação de pagamento administrativo, a perícia constatou índices diferentes dos aplicados pela avaliação médica pelo requerido.
Desta forma, é devida a indenização securitária ao autor. A questão passa a ser o valor a ser indenizado, definido no anexo da Lei n. 6.194/74, incluído pela Lei n. 11.945/2009. A Súmula 474 do STJ dispõe que a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.
Conforme a tabela da Lei n. 11.945/2009, a perda completa da mobilidade de um dos membros superiores, como no caso do autor, corresponde a 70% do valor máximo de indenização, que é de R$13.500,00 (art. 3º da Lei n. 6.194/74).
Assim, tem-se que o autor faz jus ao valor de 25% (grau de incapacidade constatado pelo médico) de 70% (R$9.450,00) da indenização máxima, no que se refere à lesão em seu membro superior esquerdo. Esse valor corresponde a R$2.362,50 (25% de R$9.450,00).
Quanto à lesão na bacia, a tabela da Lei n. 11.945/2009 estipula que a perda completa da mobilidade do quadril, como no caso do autor, corresponde a 25% do valor máximo de indenização. Desta forma, o autor também faz jus ao valor de 10% (grau de incapacidade constatado pelo médico) de 25% (R$3.375,00) da indenização máxima, no que se refere à lesão em seu quadril. Esse valor corresponde a R$337,50 (10% de R$3.375,00).

Considerando o recebimento administrativo de R$2.362,50, a requerida deverá complementar a indenização em R$337,50. Quanto à correção monetária, a Súmula 580 do STJ dispõe que nas indenizações do seguro DPVAT por invalidez, tal correção incide desde a data do evento danoso. Inequívoca também a incidência de juros moratórios desde a citação, conforme a Súmula 426 do STJ. Isto posto, a correção monetária deverá incidir desde a data do acidente e os juros moratórios desde a citação sobre o valor de R$337,50 (diferença restante apurada).
DISPOSITIVO
Ante o exposto, com fundamento no art. 487, I do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na inicial para condenar a requerida ao:
a) Pagamento da indenização securitária, no valor de R$337,50 corrigidos monetariamente desde evento danoso e acrescidos de juros moratórios desde citação;
b) Pagamento de custas e honorários advocatícios no importe de 10% do proveito econômico obtido (art. 85, §2º, CPC).
Expeça-se alvará em favor do perito para levantamento dos honorários periciais assim que a parte ré comprovar o depósito, o qual deverá ser feito no prazo de 10 (dez) dias.
No caso de pagamento espontâneo do débito, expeça-se alvará em favor do autor para levantamento dos valores depositados.
Transitado em julgado, pagas as custas processuais ou inscritas em dívida ativa em caso de não pagamento, arquivem-se com as baixas e anotações necessárias.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Porto Velho/RO, 8 de abril de 2019
LUCIANE SANCHES
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7000834-28.2019.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: C. S. COMERCIO DE COSMETICOS E PERFUMARIA LTDA
Advogado do(a) AUTOR: REYNALDO DINIZ PEREIRA NETO - RO4180
RÉU: EUDOCIA MARCOLINO GARCIA DE OLIVEIRA
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora INTIMADA a se manifestar acerca da certidão do AR NEGATIVO NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS.
Em caso de solicitação de busca de endereços, bloqueios on line e assemelhados, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7002815-92.2019.8.22.0001
Classe: MONITÓRIA (40)
AUTOR: POMMER & BARBOSA LTDA - EPP
Advogados do(a) AUTOR: JOICE FERNANDA OLIVEIRA LARA - RO8517, SAMUEL DOS SANTOS JUNIOR - RO0001238A, WELLINGTON CARLOS GOTTARDO - RO0004093A
RÉU: ANTONIO ARISTIDE FERREIRA LIMA
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 10ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA - CEJUSC/CÍVEL - Data: 01/07/2019 Hora: 12:30
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7001250-93.2019.8.22.0001
Classe: APREENSÃO E DEPÓSITO DE COISA VENDIDA COM RESERVA DE DOMÍNIO (29)
AUTOR: BMK CENTRO AUTOMOTIVO LTDA - ME
Advogado do(a) AUTOR: ANNE BIANCA DOS SANTOS PIMENTEL - RO0008490A
RÉU: FABIO FAVA
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala de audiências da CEJUSC Porto Velho - 10ª Vara Cível, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 3061, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: SALA DE AUDIÊNCIA - CEJUSC/CÍVEL Data: 03/06/2019 Hora: 12:30
Ficam as partes devidamente intimadas.
PORTO VELHO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7035125-88.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: P. D. F. B.
Advogado do(a) AUTOR: DANIELE MACEDO LAZZAROTTO - RO5968
RÉU: LATAM AIRLINES GROUP S/A
Advogado do(a) RÉU: FABIO RIVELLI - SP297608
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente intimada, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7050084-35.2016.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: PAULO VITOR DA COSTA MONTEIRO
Advogado do(a) EXEQUENTE: ARIOSVALDO ALVES DE FREITAS - RO2256
EXECUTADO: CLARO - AMERICEL S/A
Advogado do(a) EXECUTADO: RAFAEL GONCALVES ROCHA - RS41468
INTIMAÇÃO
Fica a parte Exequente intimada, por seu patrono, para proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 0005845-02.2015.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)

EXEQUENTE: ALLAN DAUSTER LEITE SILVEIRA
Advogado do(a) EXEQUENTE: CLEBER DOS SANTOS - RO3210
EXECUTADO: Fernanda Camargo Paulino de Lima
INTIMAÇÃO
Fica a parte Exequente, na pessoa de seu(ua) advogado(a), notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1305
Processo: 7034725-45.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
Advogados do(a) AUTOR: DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO - RO3831, ALEXANDRE CARNEIRO MORAES - RO6739, LIZIANE SILVA NOVAIS - RO7689
RÉU: WELLINGTON GONSALVES FREIRE
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada a dar regular andamento ao feito no prazo de 5 dias, sob pena de extinção/arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1305
Processo: 7054951-71.2016.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: UNIRON
Advogados do(a) EXEQUENTE: ALINE NOVAIS CONRADO DOS SANTOS - SP415428, ALESSANDRA SOARES DA COSTA MELO - DF29047
EXECUTADO: ELAINE BLANCO PARAENSE e outros
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada a dar regular andamento ao feito no prazo de 5 dias, sob pena de extinção/arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo nº: 7021189-93.2018.8.22.0001
Classe: Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança
Assunto: Despejo para Uso Próprio
AUTOR: JAYME MIGUEL LEDO SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: THIAGO DE OLIVEIRA SA OAB nº RO3889
RÉUS: LUIS MAICON HERTER DA SILVA, WALDEMIRO RODRIGUES DA SILVA, ROZIMERI DOS SANTOS BASSO, COMERCIAL COLUMBIA LTDA
ADVOGADOS DOS RÉUS: LAED ALVARES SILVA OAB nº RO263A DESPACHO
1. Considerando o pedido de justiça gratuita (ID: 22948126 p. 2), fica a parte requerida intimada para, no prazo de 10 dias, juntar documentação necessária que demonstre a sua hipossuficiência financeira, incluindo seus rendimentos e despesas. Saliento, que inclusive já há posicionamento adotado neste tribunal, e julgados semelhantes:
TJRO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM. PROVA DA HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. EXIGÊNCIA. POSSIBILIDADE. A simples declaração de pobreza, conforme as circunstâncias dos autos, é o que basta para a concessão do benefício da justiça gratuita, porém, por não se tratar de direito absoluto, uma vez que a afirmação de hipossuficiência implica presunção juris tantum, pode o magistrado exigir prova da situação, mediante fundadas razões de que a parte não se encontra no estado de miserabilidade declarado. (Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 0011698-29.2014.8.22.0000, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, Câmaras Cíveis Reunidas, J. 05/12/2014).
STJ. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. REVOGAÇÃO DE BENEFÍCIO, PARA POSTERIOR COMPROVAÇÃO DE NECESSIDADE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. POSSIBILIDADE. 1. A declaração de pobreza, para fins de obtenção da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa de veracidade, admitindo-se prova em contrário. 2. Quando da análise do pedido da justiça gratuita, o magistrado poderá investigar sobre a real condição econômico financeira do requerente, solicitando que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 329.910/AL, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/05/2014, DJe 13/05/2014).
2. No mesmo prazo, ficam intimadas as partes, para que especifiquem as provas que pretendem produzir, sob pena de preclusão, devendo esclarecer a pertinência quanto à produção das mesmas, justificando sua necessidade/utilidade.
Caso optem por prova testemunhal, deverão, apresentar rol, com nome e qualificação das pessoas que pretendem sejam ouvidas.
3. Com manifestação ou decurso in albis, devidamente certificados, os autos deverão vir conclusos.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Duília Sgrott Reis
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 7016374-53.2018.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Perdas e Danos, Indenização por Dano Moral, DIREITO DO CONSUMIDOR, Extravio de bagagem, Honorários Advocatícios
AUTOR: HENRIQUE DE LIMA GONCALVES
ADVOGADO DO AUTOR: BLUCY RECH BORGES OAB nº RO4682
RÉU: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A
ADVOGADO DO RÉU: HIANARA DE MARILAC BRAGA OCAMPO OAB nº RO4783
SENTENÇA
HENRIQUE DE LIMA GONÇALVES, menor representado por seus genitores Sávio de Jesus Gonçalves e Francisca Idecilda S. de Lima, propôs ação de indenização por danos materiais e morais em face TAM LINHAS AÉREAS SA.
Narra a inicial que o genitor do autor, cliente Tudo Azul Diamante, adquiriu passagens aéreas (ida e volta) de Porto Velho/RO a Aracaju/SE com saída no dia 24/12/2017 às 01h10 e chegada ao destino às 13h50 do mesmo dia, e retorno com embarque às 02h do dia 04/01/2018 e chegada às 12h10 em Porto Velho/RO.
Alega que no dia 05/11/2017 seu genitor consultou a reserva de voo e constatou a alteração dos horários dos voos de toda a família, tendo a saída de Porto Velho para o dia 24/12/2017, alterado das 01h10 para as 05h50, com chegada ao destino somente no 25/12/2017 às 09h50.

Pontua que a empresa ré não informou a alteração e que sua vó Nazaré de Jesus Gonçalves, pessoa idosa, que deve viajar companhada, ficou em voo diferente do restante da família.
Em contato com a empresa aérea, protocolo nº 2017212804750, esta assumiu o equívoco ocorrido na mudança do voo sem comunicação mas, devido à indisponibilidade de assentos, somente conseguiu reacomodá-los para o mesmo destino partindo de Porto Velho às 00h15 do dia 23/12/2017, com previsão de chegada a Aracaju às 09h35 do mesmo dia.
Em razão do embarque antecipado, o autor e sua família não conseguiram vaga no mesmo apartamento reservado para os dias de férias, tendo que pernoitar no Hotel Del Mar Aracaju, com custos extras no valor de R$ 454,00 (quatrocentos e cinquenta e quatro reais) por culpa exclusiva da Requerida.
Alega, ainda, que por falta de espaço no bagageiro da aeronave, as bagagens do autor não foram embarcadas no mesmo voo, tendo a entrega ocorrido somente no dia 26/12/2017.
Afirma que diante do transtorno, solicitou assistência da empresa aérea, mas esta limitou-se a oferecer um Voucher (desconto) de R$100,00 para utilização na compra de passagem.
Pede deferimento da indenização por danos morais no montante de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) e danos materiais decorrentes da contratação dos advogados na porcentagem de 20% do valor da condenação, para tanto junta registro de irregularidade de bagagem (ID nº 17907049, fls. 23), comprovantes de embarque (ID nº 17907054, fls. 24), e-mails trocados com o escritório de advogacia (ID nº 17907070), contrato de prestação de serviços jurídicos e conversa com atendente da requerida.
PETIÇÃO DE ADITAMENTO. Requerimento de audiência de conciliatória (ID nº 17907493).
AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO. Tentativa de conciliação frustrada pela ausência da requerida (ID nº 20920026, fl. 49).
Citada (ID nº 21070162 e 21070223), o advogado da parte requerida se habilita e apresenta documentos (ID Nº 22452178).
AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO. Tentativa de conciliação infrutífera em razão da não composição do conflito. A Requerida propõe 04 (quatro) vouchers, recusados parte autora (ID nº 22460052, fl. 73-75).
A requerida deixa transcorrer in albis o prazo para apresentação de contestação.
MANIFESTAÇÃO DO AUTOR. Requer julgamento antecipado da lide com aplicação da revelia (ID nº 23038400).
É o relatório. Decido.
FUNDAMENTOS DO JULGADO
Julgamento antecipado do MÉRITO
Por se tratar apenas de matéria de direito e estando o processo suficientemente instruído, passo a conhecer diretamente do pedido, nos termos do art. 355, I, do Código de Processo Civil.
MÉRITO
Trata-se de nítida relação consumerista, razão pela qual há incidência das normas do Código de Defesa do Consumidor, Lei n. 8.078/90. Vejamos.
O artigo 2º, da referida Lei, define consumidor como sendo: "Toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final".
Por sua vez, o artigo 3º define fornecedor como sendo: "Toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como entes despersonalizados, que desenvolvem atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição e comercialização de produtos ou prestação de serviços".
Assim, sendo a parte autora consumidora e a requerida fornecedora de produtos, aplica-se ao presente caso as disposições do Código de Defesa do Consumidor, com a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII do Código de Defesa do Consumidor, Lei n. 8.078/90.
O caso dos autos versa sobre contrato de transporte aéreo, espécie de contrato por meio do qual uma pessoa física ou jurídica (transportadora) se obriga a conduzir pessoas ou coisas para determinado destino, mediante o pagamento respectivo do interessado, conforme doutrina de Roberto Senise Lisboa (in Manual de Direito Civil, vol. III, p. 508, Editora RT).
Dessa forma, sendo caso de prestação de serviços, a responsabilidade civil é objetiva (artigo 14, da Lei n. 8.078/90), ou seja, independentemente da existência de culpa responde-se por defeitos relativos à prestação do serviço, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição.
Esta responsabilidade somente é afastada se restar comprovado que o defeito inexiste ou se restar comprovada a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro (art. 14, §3º, I e II, do CDC) ou, de acordo com a doutrina e jurisprudência, nas hipóteses em que verificados o caso fortuito ou força maior.
Verifico a verossimilhança das alegações do autor em razão dos documentos ID nº 17907049 e nº 17907054, bem como a revelia da parte requerida pela não apresentação da contestação (artigo 344, do Código de Processo Civil).
Incontroversos os contratempos e prejuízos sofridos pelo autor em razão da alteração de voo e o não embarque da bagagem com vestuário e itens que utilizaria em sua viagem, principalmente por ter sido devolvido após o natal. A revelia da requerida assim permite concluir.
Dano material
A parte autora apresenta pedido de condenação da requerida ao pagamento de indenização por danos materiais decorrentes da contratação de advogado, alegando ser notória a diminuição do patrimônio do autor.
Em relação ao pagamento de indenização por contratação de advogado, o STJ possui jurisprudência no sentido de que os custos decorrentes da contratação de advogado para o ajuizamento de ação, por si só, não são indenizáveis, sob pena de atribuir ilicitude a qualquer pretensão questionada judicialmente (AgRg no AgRg no REsp 1478820/SP, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, j. 12/04/2016).
O Tribunal de Justiça de Rondônia corrobora o entendimento que é incabível indenização por dano material consistente no ressarcimento dos honorários advocatícios contratados para o ajuizamento da ação, pois o patrono da parte já é remunerado, em caso de procedência do pedido, pelos honorários sucumbenciais (Apelação, 0012807-09.2013.822.0002, Rel. Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, j. 02/03/2017).
Estes fundamentos são os mesmos deste juízo para considerar inadmissível a condenação em danos materiais para ressarcimento em honorários advocatícios.
Dano moral
O autor afirma que, ao consultar o site da requerida, descobriu que seu voo havia sido antecipado, por ato unilateral, sem comunicação, tendo gastos extras em razão da antecipação e transtornos decorrentes do não embarque de sua bagagem.
O dever de indenizar vem encartado tanto na Constituição da República (art. 5º, V e X), como no Código Civil (artigos 186 e art. 927), os quais trazem a regra de que todo aquele que, por dolo ou culpa, causar dano a outrem fica obrigado a repará-lo.
O doutrinador Sérgio Cavalieri Filho muito bem leciona acerca do dano moral quando afirma que:
"(...) só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio em seu bem-estar".
E, prossegue afirmando que mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto, além de fazerem parte da normalidade do nosso dia a dia, no trabalho, no trânsito, entre os amigos e até no ambiente familiar, tais situações não são intensas e duradouras, a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo.
Saliento, diante dos fatos narrados nos autos, que a conduta da requerida ultrapassa o limite de mero aborrecimento ao consumidor. Pela teoria da responsabilidade objetiva, prescinde da comprovação de dolo ou culpa para que surja o dever de indenizar,

sendo necessária apenas a demonstração do nexo de causalidade entre o dano sofrido pelo consumidor e a atitude falha do prestador de serviços, que no caso foi comprovado.
Assim, não tendo sido comprovada nenhuma excludente de responsabilidade, urge a necessidade de indenização pelos danos morais. Nesse sentido, temos:
Apelação cível. Ação de indenização. Relação de consumo. Antecipação de voo. Aviso prévio ao passageiro. Inexistência. Falha na prestação de serviço. Danos morais. Existentes. Recurso provido.
Evidenciada a antecipação do horário de voo e alegada a ausência de comunicação ao consumidor, impõe-se a configuração danos morais em decorrência da falha na prestação do serviço.
APELAÇÃO, Processo nº 7006995-25.2017.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Isaias Fonseca Moraes, Data de julgamento: 01/03/2018
Dessa forma, cabe ao juiz fixar o quantum referente ao dano moral sofrido pelo autor, tendo em conta os critérios da razoabilidade, proporcionalidade e equidade, sem olvidar o grau de culpa dos envolvidos, a extensão do dano, bem como a necessidade de efetiva punição do ofensor, a fim de evitar que reincida na sua conduta lesiva.
Incumbe ao julgador, na quantificação dos danos morais ou extrapatrimoniais, levar em conta as peculiaridades do caso concreto, estimando valor que não se preste a ensejar o enriquecimento sem causa do ofendido, porém seja suficiente para significar adequada reprimenda ao ofensor (causador do dano indenizável), evitando que reincida no comportamento lesivo.
Assim, por tratar-se de alteração de voo com antecipação de um dia sem comunicação e de não embarque de bagagem, e, ainda, levando em consideração o caráter punitivo da medida, a condição social e econômica da parte lesada, o necessário efeito pedagógico da indenização, tenho que o valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais) se mostra adequado para assegurar o caráter repressivo-pedagógico dos danos morais e a compensação de danos sofridos pela parte autora.
DISPOSITIVO
Ante o exposto, com fulcro no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial para CONDENAR a requerida ao pagamento de indenização por danos morais ao autor no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais), que deverão ser atualizados com correção monetária, a partir desta data, nos termos da Súmula 362 do STJ e juros de mora de 1% ao mês.
Improcedente o pedido de danos materiais.
Custas e honorários pela requerida, estes que fixo em 10% sobre o valor da condenação, com base no art. 82, §2º e 85 do CPC.
Certificado o trânsito em julgado, pagas as custas, ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, e não havendo pedido para cumprimento de SENTENÇA, arquivem-se.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Duília Sgrott Reis
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - Fórum Cível
10ª Vara Cível
Fórum Cível, Av. Lauro Sodré, 1728, Térreo, São João Bosco, RO, 76803-686 - Telefone: (069) 3217 – 2520
Autos n°: 0016554-33.2014.8.22.0001
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXECUTADO: GENERAL BRANDS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA
Advogado do(a) EXECUTADO: CRISTIANO GUSMAN - SP186004
EXEQUENTE: ISIS DA SILVA FERNANDES
Advogado do(a) EXEQUENTE: KEILA MARIA DA SILVA OLIVEIRA - RO2128
Certidão
Fica intimada a parte executada na forma do art. 513, § 2º do CPC para que efetue o cumprimento da SENTENÇA, nos termos do art. 523, sob pena de multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, sob pena de atos de expropriação (art. 523, § 3º do CPC).
Desde já, fica a parte executada ciente de que, concomitante ao transcurso do prazo para pagamento voluntário, nos termos do art. 525 do CPC (independentemente de penhora ou nova intimação), iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que, querendo, apresente impugnação ao cumprimento de SENTENÇA.
Inexistindo a atualização do endereço da parte, a intimação realizada no antigo endereço declinado nos autos, será considerada válida (art. 274, parágrafo único, CPC).
Não havendo impugnação, saliento que a parte exequente deverá atualizar o débito e requerer o que entender de direito, atentando para que, caso ocorra o pagamento parcial do débito, a multa e os honorários advocatícios estabelecidos incidirão sobre o remanescente da dívida.
Porto Velho, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 7018015-42.2019.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Transação
EXEQUENTE: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: EDIJANE CEOBANIUC DA SILVA OAB nº RO6897
EXECUTADO: GABRIELA LIZ DE SOUZA BARROS
ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
1. Aguarde-se por 15 (quinze) dias o recolhimento das custas judiciais (2% do valor da causa), pois para o procedimento escolhido não há a audiência de conciliação prevista no art. 334 CPC, conforme disposições da Lei Estadual 3.896/2016 – Regimento de Custas). Sendo recolhido, o cartório deverá dar cumprimento aos demais itens do presente DESPACHO. Em caso negativo, deverá certificar e os autos virem conclusos para SENTENÇA por inépcia, por falta de recolhimento das custas.
2. Cite-se em execução para que, no prazo de três dias, efetue o pagamento da dívida no valor R$9.377,06 acrescido de honorários abaixo fixados, contados a partir da citação (art. 829 e 231 §3º do CPC/2015), ou, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, opor embargos à execução, independentemente de penhora, depósito ou caução, observando-se o disposto no artigo 827, §1º §º2º do CPC.
Ressalto que para cumprimento do MANDADO poderá o Oficial de Justiça, se necessário, solicitar apoio da força policial e arrombamento, que desde já fica requisitada, devendo a medida ser executada com todas as cautelas que o caso exige, observando-se as garantias legais e constitucionais cabíveis, bem como o resguardo da integridade física dos ocupantes do imóvel e a preservação dos bens.
Fixo honorários em 10%, salvo embargos. Conste-se no MANDADO /carta que, caso haja o pagamento integral da dívida, no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º do CPC). Caso a penhora recaia sobre bem imóvel, e, se casada a parte executada, intime-se o cônjuge. Se a parte executada estiver se ocultando, proceda-se à citação com hora certa (830, §1º, CPC).
3. Não efetuado o pagamento, no prazo de 3 (três) dias úteis, o Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado. Autorizo o Oficial de Justiça a utilizar-se das prerrogativas do art. 252 do CPC. Caso não seja

encontrado o devedor, deverá o Oficial de Justiça, arrestar-lhe tantos bens quanto sejam necessários para garantir a execução, cumprindo o disposto no artigo 830, § 1º do CPC/2015, devendo ainda, informar as diligências realizadas.
4. O executado pode requerer a substituição da penhora no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato, desde que atendido os requisitos do art. 847 e seguintes do CPC/2015. Feito o pedido de substituição o exequente deverá ser intimado a se manifestar em 5 (cinco) dias úteis. Caso aceita a substituição, inclusive pela não manifestação no prazo de 3 dias, tome-se ela por termo (art. 853 e 849 do CPC).
5. No mesmo prazo dos embargos, a parte executada pode reconhecer o crédito do exequente, e requerer, desde que comprovado o depósito de 30% do valor da execução acrescidos de custas e honorários, o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas as subsequentes de correção monetária e juros de 1% de ao mês (art. 916 CPC). Nesta hipótese, o credor deverá ser intimado para se manifestar quanto ao depósito e logo em seguida os autos virão conclusos para DECISÃO.
6. Havendo a citação e não sendo localizados bens pelo oficial de justiça, a parte credora poderá requerer a pesquisa via sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, nesta ordem, no prazo de cinco dias, devendo efetuar o prévio recolhimento das custas, se não for beneficiária da gratuidade da justiça, conforme previsto no art. 17, da Lei n. 3.896/2016. Não sendo efetuado o pagamento das custas, o cartório deverá providenciar a intimação da parte para fazê-lo, no prazo de cinco dias.
7. Restando infrutífera a tentativa de citação ou penhora de bens, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento.
8. Silenciando-se quanto ao impulso do feito e indicação de bens passíveis a satisfação da obrigação, o feito será extinto, sem resolução do MÉRITO, nos termos do art. 485, III e §1º do CPC. Não promovendo a citação do requerido, o feito será extinto, sem resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 485, IV do CPC.
9. Não tendo condições de constituir advogado a parte deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, Porto Velho/RO.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO / PRECATÓRIA/OFÍCIO.
EXECUTADO; GABRIELA LIZ DE SOUZA, CPF nº 001.759.592-42, Rodovia BR 425, kM 14, ÁREA RURAL, CEP 76.850-000, Guajará-Mirim/RO.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Duília Sgrott Reis
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 7035349-26.2018.8.22.0001
Classe: Procedimento Sumário
Assunto: Seguro
AUTOR: IANCA ALBUQUERQUE
ADVOGADO DO AUTOR: MARX SILVERIO ROSA CORREA CARNEIRO OAB nº RO8611, ANDERSON FELIPE REUSING BAUER OAB nº RO5530, PABLO ROSA CORREA CARNEIRO DE ANDRADE OAB nº RO4635
RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
ADVOGADO DO RÉU: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES OAB nº RO5369
SENTENÇA
O feito encontra-se em fase de cumprimento de SENTENÇA.
Compulsando os autos verifico que a parte executada promoveu o pagamento espontâneo do valor da condenação.(id nº 26166044) Intimada a se manifestar acerca do referido depósito, a parte exequente requereu a expedição de alvará e a extinção do feito ante o cumprimento integral da condenação.
Posto Isto, julgo extinto o feito com fundamento no artigo 924, II, do Código de Processo Civil.
Expeça-se alvará em favor da parte exequente para possibilitar o levantamento dos valores depositados e seus acréscimos legais.
Atente-se a escrivania quanto ao recolhimento das custas finais.
Tendo em vista ter ocorrido o pagamento do valor da condenação, em que a parte autora requereu a extinção do feito, verifica-se a ocorrência da preclusão lógica no que se refere ao prazo recursal, razão pela qual considero o trânsito em julgado nesta data.
Publique-se. Registre-se. Intime-se e arquive-se.
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Duília Sgrott Reis
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 0007720-07.2015.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: SANDOVAL CORDEIRO DE SOUZA
Advogados do(a) AUTOR: EVERTHON BARBOSA PADILHA DE MELO - RO3531, WILMO ALVES - RO6469
RÉU: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogados do(a) RÉU: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318, ERICA CRISTINA CLAUDINO - RO6207
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida, na pessoa de seu(ua) advogado(a), notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 7018019-79.2019.8.22.0001
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Assunto: Alienação Fiduciária
AUTOR: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
ADVOGADO DO AUTOR: ANTONIO BRAZ DA SILVA OAB nº AC6557
RÉU: ISMAEL COSTA SOARES
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
Fica intimada a parte autora a emendar a petição inicial, via sistema PJE, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial e extinção do feito sem julgamento do MÉRITO, devendo apresentar notificação extrajudicial válida, vez que não foi juntado o AR, bem ainda o recolhimento das custas iniciais.
Isto porque na ação de busca e apreensão é requisito para a sua propositura a demonstração da constituição em mora do devedor que poderá ser comprovada por carta registrada com aviso de recebimento, conforme §2º, do art. 2º, do Decreto-Lei nº 911/1969. Ainda, seguindo as disposições do citado parágrafo, não se exige que a assinatura constante do aviso de recebimento seja a do

próprio destinatário, contudo, é necessária a demonstração do recebimento da notificação no endereço constante no contrato para que se configure a constituição em mora.
Ressalto que a jurisprudência assente que "a mora do devedor é comprovada pelo protesto do título, se houver, ou pela notificação extrajudicial feita por intermédio do Cartório de Títulos e Documentos. Suficiência da entrega da notificação no endereço do devedor, ainda que não lhe seja entregue pessoalmente." (AgInt no REsp 1726367/SP, Quarta Turma, Rel. Min. Marco Buzzi, j. 04/10/2018, DJe 11/10/2018).
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, venham-me os autos conclusos.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO / PRECATÓRIA/OFÍCIO.
AUTOR: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A., SEM ENDEREÇO
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019
Duília Sgrott Reis
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7004620-51.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: JANE KELLY BOTELHO DA ROCHA
Advogado do(a) AUTOR: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA - RO1073
RÉU: LOJAS AVENIDA LTDA
Advogado do(a) RÉU: VALERIA CRISTINA BAGGIO DE CARVALHO RICHTER - MT4676
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente, na pessoa de seu(ua) advogado(a), notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais e a multa de 2% sobre o valor da causa, conforme SENTENÇA de id 12624290. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1305
Processo: 7044625-81.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: CELIO ALVES DE ARAUJO
Advogado do(a) AUTOR: RAIMUNDO NONATO MARTINS DE CASTRO - RO9272
RÉU: ITARAGY FREIRE SOUTO
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada a dar regular andamento ao feito no prazo de 5 dias, sob pena de extinção/arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 7018051-84.2019.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Despesas Condominiais
EXEQUENTES: ORLANDO LEAL FREIRE, CONDOMINIO RESIDENCIAL PORTO VELHO II
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: CARLOS FREDERICO MEIRA BORRE OAB nº RO3010
EXECUTADO: MARIA DO SOCORRO DA SILVA VALERIO
ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
1. Aguarde-se por 15 (quinze) dias o recolhimento das custas judiciais (2% do valor da causa), pois para o procedimento escolhido não há a audiência de conciliação prevista no art. 334 CPC, conforme disposições da Lei Estadual 3.896/2016 – Regimento de Custas). Sendo recolhido, o cartório deverá dar cumprimento aos demais itens do presente DESPACHO. Em caso negativo, deverá certificar e os autos virem conclusos para SENTENÇA por inépcia, por falta de recolhimento das custas.
2. Cite-se em execução para que, no prazo de três dias, efetue o pagamento da dívida no valor R$10.909,20 acrescido de honorários abaixo fixados, contados a partir da citação (art. 829 e 231 §3º do CPC/2015), ou, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, opor embargos à execução, independentemente de penhora, depósito ou caução, observando-se o disposto no artigo 827, §1º §º2º do CPC.
Ressalto que para cumprimento do MANDADO poderá o Oficial de Justiça, se necessário, solicitar apoio da força policial e arrombamento, que desde já fica requisitada, devendo a medida ser executada com todas as cautelas que o caso exige, observando-se as garantias legais e constitucionais cabíveis, bem como o resguardo da integridade física dos ocupantes do imóvel e a preservação dos bens.
Fixo honorários em 10%, salvo embargos. Conste-se no MANDADO /carta que, caso haja o pagamento integral da dívida, no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º do CPC). Caso a penhora recaia sobre bem imóvel, e, se casada a parte executada, intime-se o cônjuge. Se a parte executada estiver se ocultando, proceda-se à citação com hora certa (830, §1º, CPC).
3. Não efetuado o pagamento, no prazo de 3 (três) dias úteis, o Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado. Autorizo o Oficial de Justiça a utilizar-se das prerrogativas do art. 252 do CPC. Caso não seja encontrado o devedor, deverá o Oficial de Justiça, arrestar-lhe tantos bens quanto sejam necessários para garantir a execução, cumprindo o disposto no artigo 830, § 1º do CPC/2015, devendo ainda, informar as diligências realizadas.
4. O executado pode requerer a substituição da penhora no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato, desde que atendido os requisitos do art. 847 e seguintes do CPC/2015. Feito o pedido de substituição o exequente deverá ser intimado a se manifestar em 5 (cinco) dias úteis. Caso aceita a substituição, inclusive pela não manifestação no prazo de 3 dias, tome-se ela por termo (art. 853 e 849 do CPC).
5. No mesmo prazo dos embargos, a parte executada pode reconhecer o crédito do exequente, e requerer, desde que comprovado o depósito de 30% do valor da execução acrescidos de custas e honorários, o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas as subsequentes de correção monetária e juros de 1% de ao mês (art. 916 CPC). Nesta hipótese, o credor deverá ser intimado para se manifestar quanto ao depósito e logo em seguida os autos virão conclusos para DECISÃO.
6. Havendo a citação e não sendo localizados bens pelo oficial de justiça, a parte credora poderá requerer a pesquisa via sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, nesta ordem, no prazo de cinco dias, devendo efetuar o prévio recolhimento das custas, se não for beneficiária da gratuidade da justiça, conforme previsto no art. 17, da Lei n. 3.896/2016. Não sendo efetuado o pagamento das custas, o cartório deverá providenciar a intimação da parte para fazê-lo, no prazo de cinco dias.
7. Restando infrutífera a tentativa de citação ou penhora de bens, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento.
8. Silenciando-se quanto ao impulso do feito e indicação de bens passíveis a satisfação da obrigação, o feito será extinto, sem

resolução do MÉRITO, nos termos do art. 485, III e §1º do CPC. Não promovendo a citação do requerido, o feito será extinto, sem resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 485, IV do CPC.
9. Não tendo condições de constituir advogado a parte deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, Porto Velho/RO.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO / PRECATÓRIA/OFÍCIO.
EXECUTADO; MARIA DO SOCORRO SILVA VALERIO, CPF nº 326.761.152-00, Rua Guiana, nº 2904, Apt. Nº 14, Bloco N, Condomínio Residencial Porto Velho II, b. Embratel, Porto Velho/RO, CEP nº 76.820-749,
Porto Velho/RO, 2 de maio de 2019.
Duília Sgrott Reis
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1305
Processo: 7000388-64.2015.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S.A.
Advogados do(a) EXEQUENTE: MARIA HELOISA BISCA BERNARDI - RO5758, JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - RO6676, SERVIO TULIO DE BARCELOS - RO6673
EXECUTADO: AERONORTE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME e outros
Advogado do(a) EXECUTADO: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO - RO635
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada a dar regular andamento ao feito no prazo de 5 dias, sob pena de extinção/arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo nº 7026763-05.2015.8.22.0001
EXEQUENTE: BANCO HONDA S/A.
Advogados do(a) EXEQUENTE: RENAN THIAGO PASQUALOTTO SILVA - RO6017, FELIPE ANDRES ACEVEDO IBANEZ - MT22131-A
EXECUTADO: RISOMAR LOPES DA SILVA
Intimação
Certico que a parte exequente recolheu custas de diligências, no entanto, não apresentou endereço para citação da executada.
Fica a parte Requerente, por seu patrono, no prazo de 05 dias, intimada a trazer o endereço completo (CEP) para a citação da parte executada.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7064918-43.2016.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: JOSIMAR FERREIRA MELO
Advogado do(a) EXEQUENTE: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA - RO1073
EXECUTADO: BANCO LOSANGO SA - BANCO MÚLTIPLO
Advogado do(a) EXECUTADO: PETERSON HENRIQUE NASCIMENTO LIMA - RO6509
INTIMAÇÃO
Fica a parte Executada, na pessoa de seu(ua) advogado(a), notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 7015397-61.2018.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Despesas Condominiais
EXEQUENTE: RESIDENCIAL PORTO MADERO I
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RAUZEAN ALVES ALMEIDA OAB nº RO8647
EXECUTADO: LUZINETE MELO DE ARAUJO
ADVOGADO DO EXECUTADO:
SENTENÇA
Intimada promover o regular andamento ao feito, a autora quedara-se inerte, abandonando a causa.
Ante o exposto, julgo extinto o feito, sem resolução de MÉRITO, com fundamento no art. 485, inciso III do Código de Processo Civil.
Atente-se a escrivania quanto ao recolhimento das custas.
Publique-se. Registre-se. Intime-se e arquive-se.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Luciane Sanches
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1305
Processo: 0011013-82.2015.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: MARIO RODRIGUES DA SILVA
Advogado do(a) EXEQUENTE: AMAISA APARECIDA SERRATE IGLESIAS - SP254168
EXECUTADO: OI S.A
Advogados do(a) EXECUTADO: ALESSANDRA MONDINI CARVALHO - RO4240, ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO - RO635
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada a dar regular andamento ao feito no prazo de 5 dias.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 7017713-13.2019.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Despesas Condominiais, Direitos / Deveres do Condômino

EXEQUENTE: CONDOMINIO RESIDENCIAL BURITIS
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ROBERVAL DA SILVA PEREIRA OAB nº RO2677, CARLOS ALBERTO MARQUES DE ANDRADE JUNIOR OAB nº RO5803
EXECUTADO: ALINE DOS SANTOS MARQUES
ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
Fica intimada a parte autora a emendar a petição inicial, via sistema PJE, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial e extinção do feito sem julgamento do MÉRITO, devendo apresentar o comprovante de recolhimento das custas processuais (2%) e comprovante de posse/propriedade da executada sobre o imóvel.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, venham-me os autos conclusos na caixa DESPACHO de emendas.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Luciane Sanches
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7049033-52.2017.8.22.0001
Classe: CAUTELAR INOMINADA (183)
REQUERENTE: DARLAN CANAVIEIRA PIRES
Advogado do(a) REQUERENTE: VICTOR ALIPIO AZEVEDO BORGES - RO6985
REQUERIDO: BANCO BRADESCO S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - RO5546
INTIMAÇÃO
Intimem-se ainda as partes para que no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 465 do CPC, indiquem eventual assistente técnico, apresentem quesitos, bem como a requerida faça o depósito em juízo do contrato supracitado e dos honorários periciais.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7056109-64.2016.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: CRISTOVAO CORDEIRO SOARES
EXECUTADO: EUDSON G DE OLIVEIRA - ME e outros
INTIMAÇÃO
Fica a parte Exequente intimada, no prazo de 05 dias, a apresentar manifestação acerca dos documentos juntados ID26838300.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7027299-11.2018.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXECUTADO: JORGE HENRIQUE MORAES ESTRELA
Advogado do(a) EXECUTADO: ROBERTO GRECIA BESSA - RO7865
EXEQUENTE: NISSEY MOTORS LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: SIDNEY DUARTE BARBOSA - RO630-A
INTIMAÇÃO
Para fins de atendimento ao pleito da parte AUTORA, fica esta intimada para que, no prazo de 05 dias, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69)
Processo nº: 7022473-73.2017.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: EINSTEIN INSTITUIÇÃO DE ENSINO LTDA. EPP
EXECUTADO: JOEL PEDRO FERREIRA DE OLIVEIRA
Nome: JOEL PEDRO FERREIRA DE OLIVEIRA
Endereço: Rua Maria de Lourdes, 6205, - até 6269/6270, Igarapé, Porto Velho - RO - CEP: 76824-246
Advogado do(a) EXEQUENTE: IGOR JUSTINIANO SARCO - RO7957
EDITAL DE CITAÇÃO (Prazo: 20 dias)
DE: JOEL PEDRO FERREIRA DE OLIVEIRA CPF: 594.209.104-82, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAR e INTIMAR o(a) Executado(a) acima mencionado, para que efetue pagamento do débito em 03 (três) dias úteis ou no prazo de 15 (quinze) dias úteis, opor Embargos à Execução, a contar da publicação deste edital, independentemente de penhora, depósito ou caução, observando-se o disposto no art. 827, § 1º § 2º do NCPC. Honorários fixados em 10% salvo embargos. Caso haja pagamento integral da dívida no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º do NCPC). Não efetuado o pagamento no prazo de 03 (três) dias úteis, proceder-se-á de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o Executado.
PRAZO: O prazo para opor embargos do Devedor será de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste edital.
ADVERTÊNCIA: Em caso de revelia, será nomeado curador especial nos termos do art. 257, IV do NCPC.
DÍVIDA CORRIGIDA: R$ 13.579,43 (treze mil, quinhentos e setenta e nove reais e quarenta e três centavos).
Processo: 7022473-73.2017.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: Einstein Instituição de ensino Ltda. EPP
Advogado do(a) EXEQUENTE: IGOR JUSTINIANO SARCO - RO7957
EXECUTADO: JOEL PEDRO FERREIRA DE OLIVEIRA
DESPACHO de ID 25647962: "[...DEFIRO a realização da citação por edital, nos termos do art. 256 e 257, inciso III, do CPC, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.....]
Sede do Juízo: Fórum Cível, Av. Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho Fórum Cível RO, 76803-686 3217-1285 pvh10civel@tjro.jus.br
Porto Velho, 22 de Abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 7058604-81.2016.8.22.0001
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
Assunto: Cheque
EXEQUENTE: MADEIREIRA NOVA SAMUEL LTDA - EPP
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FABIO ROCHA CAIS OAB nº RO8278, WELLINGTON DE FREITAS SANTOS OAB nº RO7961
EXECUTADO: FRANCISCO CARDOSO DA SILVA
ADVOGADO DO EXECUTADO: JORGE AMADO REIS DOS SANTOS OAB nº RO8012, ANTONIO RERISON PIMENTA AGUIAR OAB nº RO5993

SENTENÇA
Intimada a promover o regular andamento ao feito, a autora quedara-se inerte, abandonando a causa.
Ante o exposto, julgo extinto o feito, sem resolução de MÉRITO, com fundamento no art. 485, inciso III do Código de Processo Civil.
Atente-se a escrivania quanto ao recolhimento das custas.
Publique-se. Registre-se. Intime-se e arquive-se.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Luciane Sanches
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 7032842-29.2017.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Despesas Condominiais
EXEQUENTE: CONDOMINIO RESIDENCIAL LE PARC RESIDENCE
ADVOGADO DO EXEQUENTE: NAYARA SIMEAS PEREIRA RODRIGUES OAB nº RO1692
EXECUTADOS: RAYANE NAYARA DE OLIVEIRA NERI CABRAL, LU NOGUEIRA CABRAL
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: IVANILSON LUCAS CABRAL OAB nº RO1104 DESPACHO
Intime-se a parte executada para juntar a guia de depósito do comprovante juntado no ID26793208, no prazo de 05 (cinco) dias, haja vista não ter R$12.155,10 vinculado a este processo, conforme detalhamento em anexo.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Luciane Sanches
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO
Número do processo: 0014857-11.2013.8.22.0001
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS SERVIDORES DO PO CNPJ nº 03.497.143/0001-49, AV. JORGE TEIXEIRA, 86 - SALA 205, 1O. ANDAR NOVA PORTO VELHO - 76847-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ROZINEI TEIXEIRA LOPES OAB nº RO5195
EXECUTADO: MARIA LUCIA DE BRITO CPF nº 203.550.252-72, RUA 32, CASA 4621, JARDIM DAS MANGUEIRAS I - 76804-120 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
SERVE DE CARTA/MANDADO /CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO DECISÃO
Petição id 22003688:
O exequente pugna pela suspensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), CPF e passaporte do executado.
Em consagração ao princípio da atipicidade das formas executivas, o art. 139, IV, do Código de Processo Civil (CPC) dispõe que ao juiz incumbe, na direção do processo, determinar as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial.
O DISPOSITIVO legal supra consubstancia-se em importante ferramenta de promoção da tutela jurisdicional efetiva e de satisfação do débito exequendo.
Conquanto haja o deferimento de tal ferramenta ao juiz, deve-se conjugá-la com os princípios que informam os meios executivos. Dentre eles, neste caso, toma maior vultosidade o princípio da utilidade que, em termos gerais, repele os meios executivos inúteis para fins de satisfação do direito.
Apesar da ampliação das formas executivas promovida pelo aludido DISPOSITIVO legal, em que ao juiz é possibilitado determinar medidas não previstas em lei, antes de fazê-lo é imperioso observar o ordenamento jurídico como um todo, sobretudo para evitar medidas que violem direitos fundamentais ou mostrem-se desarrazoadas.
Desta forma, a tutela jurisdicional deve ser prestada de maneira a não colidir com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, observando-se um equilíbrio entre a satisfação do direito do autor e os princípios que informam a execução, como o já citado princípio da utilidade e o da menor onerosidade. Objetiva-se, portanto, a uma conduta razoável que guarde coerência com os direitos fundamentais e com a tutela da dignidade humana.
A suspensão da CNH, passaporte e CPF é diligência que não guarda relação com o direito de crédito do autor, tampouco mostra-se hábil à satisfação do débito objeto da execução, à localização de bens do executado ou sequer a evitar a dilapidação patrimonial, caracterizando-se, em sentido contrário, medida desarrazoada, que ofende a pessoa do devedor, e não o seu patrimônio, além de, notadamente, ofender os direitos fundamentais esculpidos no art. 5º da Constituição Federal
Ressalta-se que de uma leitura atenta do julgamento do RHC nº 97876/SP, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, é possível inferir que não há entendimento favorável à suspensão da CNH, conforme trecho da ementa do julgamento a seguir transcrito:
11. A jurisprudência desta Corte Superior é no sentido de que a suspensão da Carteira Nacional de Habilitação não configura ameaça ao direito de ir e vir do titular, sendo, assim, inadequada a utilização do habeas corpus, impedindo seu conhecimento. É fato que a retenção desse documento tem potencial para causar embaraços consideráveis a qualquer pessoa e, a alguns determinados grupos, ainda de forma mais drástica, caso de profissionais, que tem na condução de veículos, a fonte de sustento. É fato também que, se detectada esta condição particular, no entanto, a possibilidade de impugnação da DECISÃO é certa, todavia por via diversa do habeas corpus, porque sua razão não será a coação ilegal ou arbitrária ao direito de locomoção, mas inadequação de outra natureza". (STJ – RHC: 97876/SP 2018/0104023-6, Relator: Ministro Luis Felipe Salomão. Data de julgamento: 05/06/2018, T4 – Quarta Turma. Data de publicação: DJe 09/08/2018, grifo nosso).
Bem ainda em recente DECISÃO o TJRO:
Agravo de instrumento. Execução de título judicial. Suspensão da CNH. Medida executiva atípica. Art. 139, IV, do Código de Processo Civil. Proporcionalidade e efetividade da medida. Recurso desprovido.De fato, com o advento do novo Código de Processo Civil, os magistrados têm adotado medidas para compelir o devedor a pagar o débito, entretanto, pedidos como a suspensão do CPF, CNH ou até mesmo apreensão do passaporte não se mostram proporcionais e razoáveis, porquanto são voltadas à pessoa do devedor e não ao seu patrimônio.Tais medidas, não se relacionam com o propósito de alcançar o crédito almejado, mas representam uma medida punitiva que restringe vários direitos constitucionais, motivo porque não podem ser utilizadas no processo executivo.A determinação de suspensão da CNH do executado se opõe a um dos princípios do processo de execução, segundo o qual a execução é real, ou seja, respondem pelas dívidas do devedor seus bens, presentes e futuros e o art. 139, IV, do Código de Processo Civil, não tem o alcance pretendido pelo exequente.AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0800530-55.2018.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Rowilson Teixeira, Data de julgamento: 03/10/2018
Agravo de Instrumento. Execução. Gradação legal da penhora. Suspensão de CNH. Bloqueio de cartão de crédito. Medida extrema. Inviabilidade.A gradação legal da penhora determina que esta se

inicie pelos meios menos gravosos até que se chegue às medidas extremas, sendo estas medidas coercitivas para casos em que resta evidenciado que o devedor, mesmo com a dívida em aberto, leva uma vida de "ostentação e luxo", situação não demonstrada no caso concreto. AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0803044-78.2018.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Raduan Miguel Filho, Data de julgamento: 19/02/2019.
Agravo de instrumento. Execução. Gradação legal da penhora. Suspensão de CNH. Medida extrema. Inviabilidade. A gradação legal da penhora determina que esta se inicie pelos meios menos gravosos até que se chegue às medidas extremas, sendo estas medidas coercitivas para casos extremos em que resulta evidenciado que o devedor, mesmo com a dívida em aberto, leva uma vida de "ostentação e luxo".AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0802524-21.2018.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Raduan Miguel Filho, Data de julgamento: 23/01/2019
Ante o exposto indefiro o pedido.
Manifeste-se a parte exequente, no prazo de 5(cinco) dias, requerendo o que entender de direito, podendo ainda requerer a suspensão do feito nos termos do artigo 921, § 2º do CPC.
Intime-se, via sistema eletrônico.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 10civelcpe@tjro.jus.br
COMARCA: PORTO VELHO
ÓRGÃO EMITENTE: 10ª VARA CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO CUSTAS JUDICIAIS
(Prazo: 20 dias)
DE: MARCIO RODRIGUES CPF: 577.714.302-44, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: Fica o(a) Requerido(a) acima mencionado(a), NOTIFICADO(A) para pagar as custas judiciais do processo em epígrafe, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do término do prazo de 20 (vinte dias) da data de publicação deste edital. O não pagamento integral ensejará a expedição de Certidão de Débito Judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa.
Processo: 7025262-11.2018.8.22.0001
Classe: BUSCA E APREENSÃO (181)
REQUERENTE: BV FINANCEIRA S/A
Advogados do(a) REQUERENTE: MOISES BATISTA DE SOUZA - RO2993, FERNANDO LUZ PEREIRA - RO4392
REQUERIDO: MARCIO RODRIGUES
Sede do Juízo: Fórum Cível, Av. Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho Fórum Cível RO, 76803-686 3217-1307 e-mail: 10civelcpe@tjro.jus.br.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 7030930-94.2017.8.22.0001
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Assunto: Alienação Fiduciária
AUTOR: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
ADVOGADO DO AUTOR: ROBERVAL VIEIRA JUNIOR OAB nº SP244234, ACACIO FERNANDES ROBOREDO OAB nº DF89774
RÉUS: LOCS MAIS COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME, SIDINEI DA SILVA ANDRADE
ADVOGADOS DOS RÉUS: DESPACHO
Deverá o Oficial de Justiça esclarecer o motivo pelo qual deixou de citar e apreender o bem, conforme solicitado pela parte autora.
Com os esclarecimentos do Oficial de Justiça, intime-se a parte autora, via Diário da Justiça, para que, no prazo de 5 (cinco) dias se manifeste em termos de prosseguimento, sob pena de extinção/arquivamento.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Luciane Sanches
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 10ª Vara Cível Processo n. 7028502-42.2017.8.22.0001
REQUERENTE: BANCO ITAUCARD S.A.
ADVOGADO DO REQUERENTE: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBANEZ OAB nº BA206339
REQUERIDO: FRANCISCA ASSIZA DE SOUZA LEITE
ADVOGADO DO REQUERIDO: GABRIEL ELIAS BICHARA OAB nº RO6905
Valor da causa: R$25.143,84 DESPACHO
1- Ficam as partes intimadas, via advogado, do retorno dos autos do TJ/RO.
2- Aguarde-se pelo prazo de 5 dias. Não havendo requerimentos, intime-se a parte sucumbente para o pagamento das custas, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa (exceto se for beneficiária da justiça gratuita).
3- Após, arquive.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Luciane Sanches
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 10ª Vara Cível Processo n. 7018169-31.2017.8.22.0001
AUTOR: CLEBER GOMES FEITOZA
ADVOGADO DO AUTOR: VICTOR ALIPIO AZEVEDO BORGES OAB nº MT6985
RÉU: BANCO ITAÚ
ADVOGADO DO RÉU: JOSE ALMIR DA ROCHA MENDES JUNIOR OAB nº AM1235, BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI OAB nº PE21678
Valor da causa: R$10.000,00 DESPACHO
1- Ficam as partes intimadas, via advogado, do retorno dos autos do TJ/RO.
2- Aguarde-se pelo prazo de 5 dias. Não havendo requerimentos, intime-se a parte sucumbente para o pagamento das custas, se for o caso, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa (exceto se for beneficiária da justiça gratuita).
3- Após, arquive.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Luciane Sanches
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 7015227-60.2016.8.22.0001

Classe: Procedimento Comum
Assunto: Indenização por Dano Moral
AUTOR: JESSICA FERNANDA DOS SANTOS
ADVOGADO DO AUTOR: JULIANE THEODORA PACHECO DE LIMA OAB nº RO7658
RÉU: EUCATUR-EMPRESA UNIAO CASCAVEL DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA
ADVOGADO DO RÉU: VILMA ELISA MATOS NASCIMENTO OAB nº MT15719 DESPACHO
1) Evoluam-se os registros para a fase de cumprimento de SENTENÇA
2) Inverta-se os polos nesta fase de cumprimento de SENTENÇA.
3) Na forma do artigo 513 § 2º, intime-se o executado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague o valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, acrescido de custas, se houver. Intime-se observando-se o disposto no § 2º do art. 513 do diploma processual.
4) Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do artigo 523 do CPC, o débito será acrescido de multa de 10% e, também, 10% de honorários de fase de cumprimento de SENTENÇA.
5) Por fim, certificado o trânsito em julgado da DECISÃO e transcorrido o prazo do art. 523, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil.
6) Intimem-se.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Luciane Sanches
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7027734-82.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ERISSON DA SILVA CANDIDO
RÉU: BANCO BRADESCO S.A.
CONFIDENCIAL E PESSOAL
Nome: ERISSON DA SILVA CANDIDO
Endereço: Rua Popular, 9517, - de 9156/9157 a 9605/9606, Mariana, Porto Velho - RO - CEP: 76813-482
CARTA DE INTIMAÇÃO
Por força e em cumprimento do r. DESPACHO deste Juízo, abaixo transcrito, fica Vossa Senhoria, pela presente, INTIMADO(A) nos termos do art. 485, § 1º do Novo Código de Processo Civil, para promover o regular andamento ao feito no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção/arquivamento do processo.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 7055109-29.2016.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material
AUTOR: LAYANE OLIVEIRA DE SOUSA
ADVOGADO DO AUTOR: CASSIO FABIANO REGO DIAS OAB nº RO1514
RÉU: BANCO DO BRASIL S.A.
ADVOGADO DO RÉU: JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB nº AC4270, SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB nº AC6673
SENTENÇA
O feito tramitou regularmente até que as partes juntaram petição requerendo a homologação do acordo estipulado e devidamente assinado por ambas as partes.
Posto isso, homologo por SENTENÇA o acordo estabelecido pelas partes, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, conforme as cláusulas especificadas.
Julgo extinto o processo, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea "b" do CPC/2015.
Custas finais pela parte autora, conforme consta no termo de acordo.
A homologação do presente acordo forma um título executivo judicial que poderá ser executado nos termos do art. 523 do CPC/2015 em caso de descumprimento.
As partes renunciaram ao prazo recursal.
Oportunamente arquivem-se.
Registre-se. Intime-se.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Luciane Sanches
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7020465-26.2017.8.22.0001
Classe: MONITÓRIA (40)
AUTOR: FLORESTAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - EPP
Advogado do(a) AUTOR: RUY CARLOS FREIRE FILHO - RO1012
RÉU: MADEIREIRA CASTOR LTDA - EPP e outros
INTIMAÇÃO
02. Decorrido o prazo a parte autora deverá impulsionar o feito, sob pena de arquivamento.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Processo n. 7041242-95.2018.8.22.0001
Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
AUTOR: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A
ADVOGADO DO AUTOR: THATIANE TUPINAMBA DE CARVALHO OAB nº RR5086
RÉU: MATOZALEM DE SOUZA REGO BARBOSA
Valor da causa: R$88.287,93
Distribuição: 11/10/2018 DESPACHO
Atendendo a DECISÃO proferia pela 2ª Câmara Cível do TJRO, nos termos do §1º do art. 331 do CPC, cite-se a parte requerida para apresentar contrarrazões ao recurso da parte autora, no prazo de 15 (quinze) dias.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, remeta-se o processo ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.
Obs.: A petição inicial, a SENTENÇA e demais documentos do processo poderão ser consultados no sitio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam.
CÓPIA DESTE SERVE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO.
Dados para cumprimento:

PARTE REQUERIDA: RÉU: MATOZALEM DE SOUZA REGO BARBOSA, RUA TREZE DE SETEMBRO 1638, - DE 1456/1457 A 1795/1796 AREAL - 76804-290 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Luciane Sanches
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 0015592-10.2014.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S.A.
Advogado do(a) EXEQUENTE: MAURO PAULO GALERA MARI - RO4937-S
EXECUTADO: LIDERSON HUTIM DOS PASSOS e outros (2)
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente, na pessoa de seu(ua) advogado(a), notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 10ª Vara Cível Processo n. 7017041-10.2016.8.22.0001
AUTOR: FRANCISCO RONILSON NASCIMENTO JESUS
ADVOGADO DO AUTOR: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA OAB nº RO1073
RÉU: LOJAS AVENIDA LTDA
ADVOGADO DO RÉU: VALERIA CRISTINA BAGGIO DE CARVALHO RICHTER OAB nº MT4676
Valor da causa: R$10.000,00 DESPACHO
1- Ficam as partes intimadas, via advogado, do retorno dos autos do TJ/RO.
2- Aguarde-se pelo prazo de 5 dias. Não havendo requerimentos, intime-se a parte sucumbente para o pagamento das custas, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa (exceto se for beneficiária da justiça gratuita).
3- Após, arquive.
Porto Velho, 30 de abril de 2019.
Luciane Sanches
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo nº: 7008072-98.2019.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: DIREITO DO CONSUMIDOR, Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material, Oferta e Publicidade
AUTOR: INGRID EMILY DE BARROS REBELO
ADVOGADO DO AUTOR: CRISTIANA ALVES GOMES OAB nº RO7514
RÉUS: SOLANGE CARVALHO DO NASCIMENTO, ANTONIO SOVIERZOSKI DO VALE
ADVOGADOS DOS RÉUS: DESPACHO
1. Defiro a Gratuidade da Justiça a parte autora.
2. Cite-se a parte requerida para, nos termos do art. 334 do CPC, comparecer à audiência de conciliação que ocorrerá na Central de Conciliação, sito à Rua Quintino Bocaiúva, n. 3061, esquina com Avenida Jorge Teixeira, Bairro Embratel, em Porto Velho (RO), devendo as partes se fazer acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º).
AO CARTÓRIO: Agende-se data para audiência utilizando-se o sistema automático do PJE. Após, certifique-se, intime-se a parte autora via Sistema Eletrônico, e encaminhando como anexo à parte requerida.
A intimação do autor para a audiência será feita na pessoa do seu advogado (art. 334, § 3º, CPC/2015).
O prazo para contestar, 15 dias, fluirá da data da realização da audiência supradesignada, ou, caso o Requerido manifeste o desinteresse na realização, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II). Tal pedido deverá ser apresentado com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º).
Este DESPACHO servirá como carta/MANDADO, assim, neste ato, vossa senhoria está sendo citada para comparecer à audiência e apresentar sua defesa, ficando advertidas as partes que o não comparecimento na audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º).
Adverte-se a parte requerida que, se não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344, CPC/2015).
A petição inicial poderá ser consultada pelo endereço eletrônico: http://pje.tjro.jus.br/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.
seam usando o código: _____ (nos termos do artigo 19 e 20 da Resolução 185, de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça). Não tendo condições de constituir advogado a parte deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, nesta.
ESTA DECISÃO SERVE COMO CARTA/MANDADO / PRECATÓRIA
RÉUS: SOLANGE CARVALHO DO NASCIMENTO, RUA DAS CAMÉLIAS 5301, ESCOLA JOÃO BENTO DA COSTA ELDORADO - 76811-858 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, ANTONIO SOVIERZOSKI DO VALE, RUA ANGICO 5710, - DE 5601/5602 AO FIM COHAB - 76808-048 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Luciane Sanches
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7029993-50.2018.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ROSIMEIRE MENDES FERREIRA e outros
Advogado do(a) AUTOR: JOAO CARLOS GOMES DA SILVA - RO7588
Advogado do(a) AUTOR: JOAO CARLOS GOMES DA SILVA - RO7588
RÉU: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado do(a) RÉU: JOSE HENRIQUE BARROSO SERPA - RO9117
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente, na pessoa de seu(ua) advogado(a),

notificado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa Estadual.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 7037883-74.2017.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Indenização por Dano Moral, Fornecimento de Energia Elétrica, Honorários Advocatícios
AUTOR: ALDENORA ALVES BORGES
ADVOGADO DO AUTOR: FAUSTO SCHUMAHER ALE OAB nº RO273516
RÉU: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
ADVOGADO DO RÉU: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA OAB nº MG87318, ERICA CRISTINA CLAUDINO OAB nº RO6207
DECISÃO
1. Altere-se a classe processual para cumprimento de SENTENÇA. Na forma do artigo 513, § 2º, do CPC, intime-se o executado, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague o valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito~, acrescido de custas, se houver.
2. Fica a pare executada advertida que, transcorrido o prazo acima fixado, sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 dias, para que, independentemente de penhora ou nova intimação apresente, nos próprios autos impugnação.
3. Não ocorrendo o pagamento voluntário, no prazo de 15 (quinze) dias, o débito será acrescido de multa de 10% e, também, de honorários advocatícios de 10%.
4. Não efetuado o pagamento voluntário, no prazo de 15 (quinze) dias, poderá o credor formular ao juízo pedido de pesquisas junto aos sistemas informatizados – INFOJUD, RENAJUD e BACENJUD, para localizar bens do devedor, mediante a comprovação do recolhimento das custas judiciais nos termos do artigo 17, da Lei n. 3.896/2016, se a parte exequente não for beneficiária da gratuidade da justiça.
5. Por fim, certificado o trânsito em julgado da SENTENÇA e transcorrido o prazo do art. 523, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, § 3º, todos do Código de Processo Civil.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO / PRECATÓRIA/OFÍCIO.
RÉU: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137 INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Luciane Sanches
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 7027523-46.2018.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Despesas Condominiais
EXEQUENTE: CONDOMINIO RESIDENCIAL SOLAR DAS ACACIAS
ADVOGADO DO EXEQUENTE: OCTAVIA JANE LEDO SILVA OAB nº RO1160, RAIMISSON MIRANDA DE SOUZA OAB nº RO5565
EXECUTADO: HAMILTON ALMEIDA SILVA
ADVOGADO DO EXECUTADO: ODUVALDO GOMES CORDEIRO OAB nº RO6462 DESPACHO
Expeça-se alvará em favor da parte exequente para levantamento do valor depositado pela parte executada.
Após cumpridas as determinações, arquivem-se os autos
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Luciane Sanches
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 10ª Vara Cível
7019024-78.2015.8.22.0001
Honorários Advocatícios, Juros
EXEQUENTE: UNICRED PORTO VELHO - COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DE PORTO VELHO E REGIAO NORTE DE RONDONIA LTDA CNPJ nº 01.664.968/0001-85, AVENIDA CALAMA 2674 SÃO JOÃO BOSCO - 76803-768 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: VALERIANO LEAO DE CAMARGO OAB nº MT5414
EXECUTADOS: MARCONE DE SOUZA OLIVEIRA CPF nº 705.606.724-70, RUA TANCREDO NEVES 4564 CALADINHO - 76808-172 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, MARCOS ROBERTO MAGALHAES FARIAS CPF nº 408.962.002-30, RUA RIO GRANDE DO SUL 3910 CONCEIÇÃO - 76808-318 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: DESPACHO
Vistos.
Defiro a suspensão do processo até por 30 (trinta) dias.
Decorrido este prazo, deverá o exequente impulsionar regularmente o feito, independentemente de nova intimação, sob pena de extinção e arquivamento.
Porto Velho 30 de abril de 2019
Luciane Sanches
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 7037328-23.2018.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum

Assunto: Seguro
AUTOR: MICHAEL ROBERTO BARBOSA PINTO
ADVOGADO DO AUTOR: BRUNO VINICIUS MACHADO PARREIRA OAB nº RO8097
RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
ADVOGADO DO RÉU: JOSE HENRIQUE BARROSO SERPA OAB nº RO9117
SENTENÇA
O feito encontra-se em fase de cumprimento de SENTENÇA.
Compulsando os autos verifico que a parte executada promoveu o pagamento espontâneo do valor da condenação.(id nº 26154588)
Intimada a se manifestar acerca do referido depósito, a parte exequente requereu a expedição de alvará e a extinção do feito ante o cumprimento integral da condenação.
Posto Isto, julgo extinto o feito com fundamento no artigo 924, II, do Código de Processo Civil.
Expeça-se alvará em favor da parte exequente para possibilitar o levantamento dos valores depositados e seus acréscimos legais.
Atente-se a escrivania quanto ao recolhimento das custas finais.
Tendo em vista ter ocorrido o pagamento do valor da condenação, em que a parte autora requereu a extinção do feito, verifica-se a ocorrência da preclusão lógica no que se refere ao prazo recursal, razão pela qual considero o trânsito em julgado nesta data.
Publique-se. Registre-se. Intime-se e arquive-se.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Luciane Sanches
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 7004105-45.2019.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Espécies de Títulos de Crédito, Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens
EXEQUENTE: CONDOMINIO DO CONJUNTO RESIDENCIAL RIO MADEIRA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: TIAGO BARBOSA DE ARAUJO OAB nº RO7693, NELSON SERGIO DA SILVA MACIEL JUNIOR OAB nº RO4763, TASSIA MARIA ARAUJO RODRIGUES OAB nº RO7821, NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB nº SP128341
EXECUTADO: LUCIANO HARALDO ERBERT
ADVOGADO DO EXECUTADO: DESPACHO
1. Considerando que a pesquisa de endereço via Renajud, logrou êxito em localizar novo endereço da parte executada, cumpra-se:
2. Cite-se em execução para que, no prazo de três dias, efetue o pagamento da dívida no valor R$32.878,94 acrescido de honorários abaixo fixados, contados a partir da citação (art. 829 e 231 §3º do CPC/2015), ou, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, opor embargos à execução, independentemente de penhora, depósito ou caução, observando-se o disposto no artigo 827, §1º §º2º do CPC.
Ressalto que para cumprimento do MANDADO poderá o Oficial de Justiça, se necessário, solicitar apoio da força policial e arrombamento, que desde já fica requisitada, devendo a medida ser executada com todas as cautelas que o caso exige, observando-se as garantias legais e constitucionais cabíveis, bem como o resguardo da integridade física dos ocupantes do imóvel e a preservação dos bens.
Fixo honorários em 10%, salvo embargos. Conste-se no MANDADO /carta que, caso haja o pagamento integral da dívida, no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º do CPC). Caso a penhora recaia sobre bem imóvel, e, se casada a parte executada, intime-se o cônjuge. Se a parte executada estiver se ocultando, proceda-se à citação com hora certa (830, §1º, CPC).
3. Não efetuado o pagamento, no prazo de 3 (três) dias úteis, o Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado. Autorizo o Oficial de Justiça a utilizar-se das prerrogativas do art. 252 do CPC. Caso não seja encontrado o devedor, deverá o Oficial de Justiça, arrestar-lhe tantos bens quanto sejam necessários para garantir a execução, cumprindo o disposto no artigo 830, § 1º do CPC/2015, devendo ainda, informar as diligências realizadas.
4. O executado pode requerer a substituição da penhora no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato, desde que atendido os requisitos do art. 847 e seguintes do CPC/2015. Feito o pedido de substituição o exequente deverá ser intimado a se manifestar em 5 (cinco) dias úteis. Caso aceita a substituição, inclusive pela não manifestação no prazo de 3 dias, tome-se ela por termo (art. 853 e 849 do CPC).
5. No mesmo prazo dos embargos, a parte executada pode reconhecer o crédito do exequente, e requerer, desde que comprovado o depósito de 30% do valor da execução acrescidos de custas e honorários, o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas as subsequentes de correção monetária e juros de 1% de ao mês (art. 916 CPC). Nesta hipótese, o credor deverá ser intimado para se manifestar quanto ao depósito e logo em seguida os autos virão conclusos para DECISÃO.
6. Havendo a citação e não sendo localizados bens pelo oficial de justiça, a parte credora poderá requerer a pesquisa via sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, nesta ordem, no prazo de cinco dias, devendo efetuar o prévio recolhimento das custas, se não for beneficiária da gratuidade da justiça, conforme previsto no art. 17, da Lei n. 3.896/2016. Não sendo efetuado o pagamento das custas, o cartório deverá providenciar a intimação da parte para fazê-lo, no prazo de cinco dias.
7. Restando infrutífera a tentativa de citação ou penhora de bens, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento.
8. Silenciando-se quanto ao impulso do feito e indicação de bens passíveis a satisfação da obrigação, o feito será extinto, sem resolução do MÉRITO, nos termos do art. 485, III e §1º do CPC. Não promovendo a citação do requerido, o feito será extinto, sem resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 485, IV do CPC.
9. Não tendo condições de constituir advogado a parte deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, Porto Velho/RO.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO / PRECATÓRIA/OFÍCIO.
EXECUTADO: LUCIANO HARALDO ERBERT, Rua Garoupa, nº 4414, Nova Porto Velho, CEP 76.800-000, Porto Velho/RO.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Luciane Sanches
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 7011322-42.2019.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Seguro
AUTOR: ELVES REGO SOARES
ADVOGADO DO AUTOR: BRUNO VINICIUS MACHADO PARREIRA OAB nº RO8097
RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
Em atenção ao principio da vedação à surpresa processual, fica intimada a parte autora a emendar a petição inicial, via sistema PJE, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial e extinção do feito sem julgamento do MÉRITO, devendo manifestar-se sobre aparente prescrição de seu pedido, visto a Súmula 405 do STJ aplicar prazo de 03 anos a prescrição para recebimento ao DPVAT.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, venham-me os autos conclusos na caixa DESPACHO de emendas.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO / PRECATÓRIA/OFÍCIO.
AUTOR: ELVES REGO SOARES, RUA PAU FERRO, - DE 1481 A 1521 - LADO ÍMPAR CASTANHEIRA - 76811-495 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Luciane Sanches
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 7017718-35.2019.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: DIREITO DO CONSUMIDOR, Bancários
AUTOR: PAULA MAIOLINI TEIXEIRA DE MIRANDA MENDES
ADVOGADO DO AUTOR: CASTRO LIMA DE SOUZA OAB nº RO3048
RÉU: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
Intime-se a parte autora para protocolar a petição inicial, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de extinção do feito sem resolução do MÉRITO.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Luciane Sanches
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 0023064-33.2012.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: JOSE DOS SANTOS MOREIRA
Advogado do(a) EXEQUENTE: MARIA CLARA DO CARMO GOES - RO198
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente intimada, no prazo de 05 dias, a apresentar manifestação acerca dos documentos juntados pela parte adversa.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1307
Processo: 7042295-48.2017.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - DEPARTAMENTO REGIONAL DE RONDONIA
Advogados do(a) EXEQUENTE: MILEISI LUCI FERNANDES - RO3487, JAQUELINE FERNANDES SILVA - RO8128
EXECUTADO: EVERALDO GALVAO DIAS
INTIMAÇÃO
Para fins de atendimento ao pleito da parte AUTORA, fica esta intimada para que, no prazo de 05 dias, proceda ao prévio recolhimento das custas de cada diligência solicitada, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1305
Processo: 7037842-73.2018.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: CENTRO FARMA - COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
Advogados do(a) EXEQUENTE: THIAGO VALIM - RO6320, NICOLE DIANE MALTEZO MARTINS - RO7280, CAROLINA HOULMONT CARVALHO ROSA DE PAULA - RO7066
EXECUTADO: TRIUNFO COMERCIO LTDA - ME
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada a dar regular andamento ao feito no prazo de 5 dias, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento.
7. Silenciando-se quanto ao impulso do feito e indicação de bens passíveis a satisfação da obrigação, o feito será extinto, sem resolução do MÉRITO, nos termos do art. 485, III e §1º do CPC. Não promovendo a citação do requerido, o feito será extinto, sem resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 485, IV do CPC.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 0010795-54.2015.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Acidente de Trânsito, Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes, Acidente Aéreo
AUTOR: SILVANA ROCHA DE AZEVEDO

ADVOGADO DO AUTOR: CARLOS ALBERTO TRONCOSO JUSTO OAB nº RO535A, MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA OAB nº RO1073
RÉU: DIGITI BRASIL COMERCIO DE LIVROS EIRELI - ME
ADVOGADO DO RÉU: CAMILA FREDERICO DA COSTA OAB nº SP317707 DESPACHO
Ante a inércia da parte exequente, arquivem-se os autos.
Saliento que para o desarquivamento dos autos e eventual prosseguimento do feito, deve a parte exequente cumprir os DESPACHO s anteriores, apresentando planilha atualizada do débito e apresentar o comprovante de recolhimento das custas para as diligências requeridas, devendo ser observado ainda o prazo para a prescrição intercorrente, nos termos do artigo 4º do artigo 921 do CPC.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Luciane Sanches
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 7005135-86.2017.8.22.0001
Classe: Interdito Proibitório
Assunto: Interdito Proibitório, Honorários Advocatícios
REQUERENTE: JOSE BARBARIO DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MARCOS ANTONIO METCHKO OAB nº RO1482, MARCOS ANTONIO ARAUJO DOS SANTOS OAB nº RO846
REQUERIDOS: PABLO GONÇALVES BENFICA, FLAVIO DE OLIVEIRA BENFICA
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: JANINI BOF PANCIERI OAB nº RO6367A DESPACHO
Ante a informação que o acordo foi cumprido pelas, arquivem-se os autos.
Saliento que para o desarquivamento dos autos e eventual prosseguimento do feito, deve a parte exequente cumprir os DESPACHO s anteriores, apresentando planilha atualizada do débito e apresentar o comprovante de recolhimento das custas para as diligências requeridas, devendo ser observado ainda o prazo para a prescrição intercorrente, nos termos do artigo 4º do artigo 921 do CPC.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Luciane Sanches
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, - de 1728 a 2014 - lado par, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone: (69) 3217-1305
Processo: 0012404-77.2012.8.22.0001
Classe: DESAPROPRIAÇÃO (90)
AUTOR: EDNELZA GOMES RODRIGUES
Advogado do(a) AUTOR: VILSON DOS SANTOS SOUZA - RO4828
RÉU: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
Advogados do(a) RÉU: ANDREY CAVALCANTE DE CARVALHO - RO303-B, PAULO BARROSO SERPA - RO4923, IRAN DA PAIXAO TAVARES JUNIOR - RO5087, FELIPE AUGUSTO RIBEIRO MATEUS - RO1641, THALINE ANGELICA DE LIMA - RO7196
INTIMAÇÃO
Fica a parte Autora intimada a dar regular andamento ao feito no prazo de 5 dias, sob pena de extinção/arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-686, Porto Velho, RO Processo: 7017785-97.2019.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum
Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
AUTOR: MARIA APARECIDA MOURA LIMA
ADVOGADO DO AUTOR: EDGAR FERREIRA DE SOUZA OAB nº MT17664
RÉU: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO-PADRONIZADOS NPL I
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
Determino que o autor emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, para juntar documentação necessária que demonstre a sua hipossuficiência financeira, incluindo seus rendimentos e despesas, ou comprove o recolhimento das custas processuais. Saliento, que inclusive já há posicionamento adotado neste tribunal, e julgados semelhantes: TJRO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM. PROVA DA HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. EXIGÊNCIA. POSSIBILIDADE. A simples declaração de pobreza, conforme as circunstâncias dos autos, é o que basta para a concessão do benefício da justiça gratuita, porém, por não se tratar de direito absoluto, uma vez que a afirmação de hipossuficiência implica presunção juris tantum, pode o magistrado exigir prova da situação, mediante fundadas razões de que a parte não se encontra no estado de miserabilidade declarado. (Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 0011698-29.2014.8.22.0000, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, Câmaras Cíveis Reunidas, J. 05/12/2014).
STJ. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. REVOGAÇÃO DE BENEFÍCIO, PARA POSTERIOR COMPROVAÇÃO DE NECESSIDADE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. POSSIBILIDADE. 1. A declaração de pobreza, para fins de obtenção da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa de veracidade, admitindo-se prova em contrário. 2. Quando da análise do pedido da justiça gratuita, o magistrado poderá investigar sobre a real condição econômico financeira do requerente, solicitando que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 329.910/AL, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/05/2014, DJe 13/05/2014).
Deverá também apresentar certidões detalhadas de negativações (consulta de balcão), emitidas pelos 3 órgãos de restrição ao crédito (SERASA, SCPC e SPC) para melhor análise do abalo creditício. As certidões deverão estar no formato em que se apresenta nome da parte autora, seu CPF, data de inserção das negativações, data de exclusão, empresa fornecedora, valor do débito etc., com relação aos últimos 5 anos.
Decorrido o prazo in albis, devidamente certificado, venham-me conclusos os autos.
Porto Velho/RO, 30 de abril de 2019.
Luciane Sanches
Juiz (a) de Direito

COMARCA DE JI-PARANÁ

JUIZADO ESPECIAL CIVEL E CRIMNAL

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia | Ji-Paraná - 1ª Juizado Especial
Endereço: Rua Elias Cardoso Balau n. 1220 - Bairro Jardim Aurélio Bernardi
(Próximo ao DETRAN) Ji-Paraná/RO - CEP: 76907-400
Processo n. 7006974-37.2017.8.22.0005
REQUERENTE: EVALDO DE BRITO RODRIGUES
Advogado do(a) REQUERENTE: RODRIGO MARCHETTO - RO4292
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA
INTIMAÇÃO
Por ordem do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito do 1º Juizado Especial desta Comarca, fica a parte Autora/Exequente intimada, através do seu respectivo Advogado, para, querendo, manifestar-se nos autos em referência acerca da impugnação ao cumprimento de SENTENÇA apresentada pela parte Requerida/Executada, no prazo de quinze (15) dias.
Ji-Paraná-RO, 2 de maio de 2019.
Kennyson Júlio da Silva Marcelino
Diretor de Cartório

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia | Ji-Paraná - 1ª Juizado Especial
Endereço: Rua Elias Cardoso Balau n. 1220 - Bairro Jardim Aurélio Bernardi
(Próximo ao DETRAN) Ji-Paraná/RO - CEP: 76907-400
Processo n. 7009020-62.2018.8.22.0005
REQUERENTE: MAURICIO CARMO DOS SANTOS
Advogado do(a) REQUERENTE: EVERTON EGUES DE BRITO - RO4889
REQUERIDO: BANCO BRADESCO SA
Intimação
Por ordem do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito do 1º Juizado Especial desta Comarca, fica a parte Autora intimada, através do seu respectivo Advogado, para retirar o Alvará Judicial expedido nos autos em referência, bem ainda para realizar o levantamento da respectiva quantia, no prazo de quinze (15) dias, sob pena dos valores serem destinados à conta centralizadora deste Tribunal de Justiça.
Ji-Paraná-RO, 2 de maio de 2019.
Kennyson Júlio da Silva Marcelino
Diretor de Cartório

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia | Ji-Paraná - 1ª Juizado Especial
Endereço: Rua Elias Cardoso Balau n. 1220 - Bairro Jardim Aurélio Bernardi
(Próximo ao DETRAN) Ji-Paraná/RO - CEP: 76907-400
Processo n. 7007445-19.2018.8.22.0005
REQUERENTE: SIMAO SARTORI
Advogado do(a) REQUERENTE: NAIANY CRISTINA LIMA - RO7048
REQUERIDO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Advogados do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462
INTIMAÇÃO
Em obediência ao disposto no art. 124, inc. XX das Diretrizes Gerais Judicias, ficam as partes intimadas, através dos seus respectivos Advogados, acerca do retorno dos autos da Turma Recursal, bem ainda para requererem o que de direito, no prazo de cinco (5) dias.
Ainda, fica a PARTE RECORRENTE (Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt) intimada para comprovar o pagamento das custas processuais - finais - (guia para recolhimento juntada aos autos), conforme acórdão proferida pela Turma Recursal, sob pena de protesto e inscrição na divida ativa (art. 2º, § 2º, Provimento Conjunto n. 002/2017-PR-CG), NO PRAZO DE QUINZE (15) DIAS.
Ji-Paraná-RO, 30 de abril de 2019.
Kennyson Júlio da Silva Marcelino
Diretor de Cartório

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia | Ji-Paraná - 1ª Juizado Especial
Endereço: Rua Elias Cardoso Balau n. 1220 - Bairro Jardim Aurélio Bernardi
(Próximo ao DETRAN) Ji-Paraná/RO - CEP: 76907-400
Processo n. 7007772-95.2017.8.22.0005
REQUERENTE: THATIANE DA SILVA E SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: GLEICI DA SILVA RODRIGUES - RO5914
REQUERIDO: NATURA COSMETICOS S/A, FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO-PADRONIZADOS NPL I
Advogado do(a) REQUERIDO: FABIO RIVELLI - SP297608
Advogados do(a) REQUERIDO: ALAN DE OLIVEIRA SILVA - SP208322, LUCIANO DA SILVA BURATTO - SP179235
INTIMAÇÃO
Em obediência ao disposto no art. 124, inc. XX das Diretrizes Gerais Judicias, ficam as partes intimadas, através dos seus respectivos Advogados, acerca do retorno dos autos da Turma Recursal, bem ainda para requererem o que de direito, no prazo de cinco (5) dias.
Ainda, fica a PARTE RECORRENTE (FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO-PADRONIZADOS NPL I) intimada para comprovar o pagamento das custas processuais - finais - (guia para recolhimento juntada aos autos), conforme acórdão proferida pela Turma Recursal, sob pena de protesto e inscrição na divida ativa (art. 2º, § 2º, Provimento Conjunto n. 002/2017-PR-CG), NO PRAZO DE QUINZE (15) DIAS.
Ji-Paraná-RO, 30 de abril de 2019.
Kennyson Júlio da Silva Marcelino
Diretor de Cartório

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia | Ji-Paraná - 1ª Juizado Especial
Endereço: Rua Elias Cardoso Balau n. 1220 - Bairro Jardim Aurélio Bernardi
(Próximo ao DETRAN) Ji-Paraná/RO - CEP: 76907-400
Processo n. 7005120-08.2017.8.22.0005
REQUERENTE: CLARICE MARTINS SOARES
Advogado do(a) REQUERENTE: ANTONIO CARLOS DE SOUZA DIAS - RO6079
REQUERIDO: BANCO ITAUCARD S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: JOSE ALMIR DA ROCHA MENDES JUNIOR - RN392
INTIMAÇÃO
Em obediência ao disposto no art. 124, inc. XX das Diretrizes Gerais Judicias, ficam as partes intimadas, através dos seus respectivos Advogados, acerca do retorno dos autos da Turma Recursal, bem ainda para requererem o que de direito, no prazo de cinco (5) dias.
Ainda, fica a PARTE RECORRENTE (CLARICE MARTINS SOARES) intimada para comprovar o pagamento das custas processuais - finais - (guia para recolhimento juntada aos autos), conforme acórdão proferida pela Turma Recursal, sob pena de protesto e inscrição na divida ativa (art. 2º, § 2º, Provimento Conjunto n. 002/2017-PR-CG), NO PRAZO DE QUINZE (15) DIAS.
Ji-Paraná-RO, 30 de abril de 2019.
Kennyson Júlio da Silva Marcelino
Diretor de Cartório

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia | Ji-Paraná - 1ª Juizado Especial
Endereço: Rua Elias Cardoso Balau n. 1220 - Bairro Jardim Aurélio Bernardi
(Próximo ao DETRAN) Ji-Paraná/RO - CEP: 76907-400
Processo n. 7001721-97.2019.8.22.0005
AUTOR: VALTENIR PIRES FUMAGALLI
Advogado do(a) AUTOR: NAIANY CRISTINA LIMA - RO7048
RÉU: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
INTIMAÇÃO
Por ordem do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito do 1º Juizado Especial desta Comarca, fica a parte Autora intimada, através do seu respectivo Advogado, para, querendo, apresentar impugnação à contestação nos autos em referência, no prazo de quinze (15) dias.
Ji-Paraná-RO, 30 de abril de 2019.
Kennyson Júlio da Silva Marcelino
Diretor de Cartório

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1ª Juizado Especial
Rua Elias Cardoso Balau, 1220, Próximo ao Detan e BPM., Jardim Aurélio Bernardi, Ji-Paraná - RO - CEP: 76907-400 - Fone:(69)
Processo n. 7004101-93.2019.8.22.0005
REQUERENTE: J B DOS SANTOS PEREIRA - ME
Advogado do(a) REQUERENTE: OSMAR MORAES DE FRANCA FILHO - RO7494
REQUERIDO: EDIRLEY LIMA DA PAZ
Intimação
Processo: 7004101-93.2019.8.22.0005
FINALIDADE: Intimar a parte autora, por seu (sua) advogado (a) constituído (a), a comparecer em Audiência de Conciliação, que realizar-se-á nas dependências do CEJUSC – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, Rua Elias Cardoso Balau, nº 1220, bairro Jardim Aurélio Bernardes, Ji-Paraná/RO, ciente que a ausência importará em extinção e arquivamento do feito, nos termos do art. 51, I, da lei 9.099/95, bem como das demais advertências constantes no Prov. Conj. Presidência e Corregedoria 001/2017,(DJ 08/06/2017), conforme determinado no r. DESPACHO.
AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação Sala: Sala 1 Data: 27/05/2019 Hora: 09:00
ADVERTÊNCIAS(conforme Prov. Conj. Presidência e Corregedoria 001/2017, DJ 08/06/2017): 1. A ausência do autor na audiência acarretará extinção e arquivamento do feito, a do requerido presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora – revelia (Art. 20 da Lei 9.099/95). Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica no polo ativo, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). 2.A pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá fazer-se presente na audiência através de preposto credenciado (carta) com poderes específicos, sob pena de revelia, salvo na hipótese de celebração de acordo, caso em que a carta poderá ser juntada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas; 3. Havendo relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova; 4.A parte requerida deverá até o ato da data da audiência de conciliação, apresentar contestação e demais provas, justificando a pertinência, inclusive indicação de testemunhas (com completa qualificação); 5. Na audiência de conciliação, a parte autora deverá se manifestar, em até 10 min, sobre a contestação e documentos eventualmente apresentados pelo requerido. 6.Em causas de valor inferior à 20 salários-mínimos, a presença de advogado é facultativa, ciente as partes das manifestações necessárias, conforme acima exposto (item 4 e 5). Nas causas de valor superior a 20 salários-mínimos, as partes deverão comparecer acompanhadas de advogado. Caso não disponham de recursos para contratação de advogado, deverão solicitar atendimento, com antecedência (15 dias antes da audiência), à sede da Defensoria Pública (AV.: Marechal Rondon Nº 527, Bairro: Centro, Ji-Paraná, Fone (69) 3422-7112); 7. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação/MANDADO de intimação. 8. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo; 9- As partes deverão comparecer à audiência munidos de documentos de identificação válidos (Pessoa Jurídica – atos constitutivos, contrato social), bem como cientes de seus dados bancários, a fim de agilizar eventual acordo.
Ji-Paraná, 2 de maio de 2019.
Kennyson Júlio da Silva Marcelino
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1ª Juizado Especial
Rua Elias Cardoso Balau, 1220, Próximo ao Detan e BPM., Jardim Aurélio Bernardi, Ji-Paraná - RO - CEP: 76907-400 - Fone:(69)
Processo n. 7004077-65.2019.8.22.0005
REQUERENTE: J B DOS SANTOS PEREIRA - ME
Advogado do(a) REQUERENTE: OSMAR MORAES DE FRANCA FILHO - RO7494
REQUERIDO: AMARILDO MARCOS DA SILVA
Intimação
Processo: 7004077-65.2019.8.22.0005
FINALIDADE: Intimar a parte autora, por seu (sua) advogado (a) constituído (a), a comparecer em Audiência de Conciliação, que realizar-se-á nas dependências do CEJUSC – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, Rua Elias Cardoso Balau, nº 1220, bairro Jardim Aurélio Bernardes, Ji-Paraná/RO, ciente que a ausência importará em extinção e arquivamento do feito, nos termos do art. 51, I, da lei 9.099/95, bem como das demais advertências constantes no Prov. Conj. Presidência e Corregedoria 001/2017,(DJ 08/06/2017), conforme determinado no r. DESPACHO.
AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação Sala: Sala 1 Data: 29/05/2019 Hora: 09:00
ADVERTÊNCIAS(conforme Prov. Conj. Presidência e Corregedoria 001/2017, DJ 08/06/2017): 1. A ausência do autor na audiência acarretará extinção e arquivamento do feito, a do requerido presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora – revelia (Art. 20 da Lei 9.099/95). Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica no polo ativo, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). 2.A pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá fazer-se presente na audiência através de preposto credenciado (carta) com poderes específicos, sob pena de revelia, salvo na hipótese de celebração de acordo, caso em que a carta poderá ser juntada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas; 3. Havendo relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova; 4.A parte requerida deverá até o ato da data da audiência de conciliação, apresentar contestação e demais provas, justificando a pertinência, inclusive indicação de testemunhas (com completa qualificação); 5. Na audiência de conciliação, a parte autora deverá se manifestar, em até 10 min, sobre a contestação e documentos eventualmente apresentados pelo requerido. 6.Em causas de valor inferior à 20 salários-mínimos, a presença de advogado é facultativa, ciente as partes das manifestações necessárias, conforme acima exposto (item 4 e 5). Nas causas de valor superior a 20 salários-mínimos, as partes deverão comparecer acompanhadas de advogado. Caso não disponham de recursos para contratação de advogado, deverão solicitar atendimento, com antecedência (15 dias antes da audiência), à sede da Defensoria Pública (AV.: Marechal Rondon Nº 527, Bairro: Centro, Ji-Paraná, Fone (69) 3422-7112); 7. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação/MANDADO de intimação. 8. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data

da intimação ou ciência do ato respectivo; 9- As partes deverão comparecer à audiência munidos de documentos de identificação válidos (Pessoa Jurídica – atos constitutivos, contrato social), bem como cientes de seus dados bancários, a fim de agilizar eventual acordo.
Ji-Paraná, 2 de maio de 2019.
Kennyson Júlio da Silva Marcelino
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1ª Juizado Especial
Rua Elias Cardoso Balau, 1220, Próximo ao Detan e BPM., Jardim Aurélio Bernardi, Ji-Paraná - RO - CEP: 76907-400 - Fone:(69) Processo n. 7004385-04.2019.8.22.0005
REQUERENTE: V. T. MENEGUCI EDUCACAO - ME
Advogado do(a) REQUERENTE: RUAN VIEIRA DE CASTRO - RO8039
REQUERIDO: LUIZA ADETE ROCHA
Intimação
Processo: 7004385-04.2019.8.22.0005
FINALIDADE: Intimar a parte autora, por seu (sua) advogado (a) constituído (a), a comparecer em Audiência de Conciliação, que realizar-se-á nas dependências do CEJUSC – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, Rua Elias Cardoso Balau, nº 1220, bairro Jardim Aurélio Bernardes, Ji-Paraná/RO, ciente que a ausência importará em extinção e arquivamento do feito, nos termos do art. 51, I, da lei 9.099/95, bem como das demais advertências constantes no Prov. Conj. Presidência e Corregedoria 001/2017,(DJ 08/06/2017), conforme determinado no r. DESPACHO.
AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação Sala: Sala 1 Data: 29/05/2019 Hora: 10:30 ADVERTÊNCIAS(conforme Prov. Conj. Presidência e Corregedoria 001/2017, DJ 08/06/2017): 1. A ausência do autor na audiência acarretará extinção e arquivamento do feito, a do requerido presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora – revelia (Art. 20 da Lei 9.099/95). Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica no polo ativo, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). 2.A pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá fazer-se presente na audiência através de preposto credenciado (carta) com poderes específicos, sob pena de revelia, salvo na hipótese de celebração de acordo, caso em que a carta poderá ser juntada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas; 3. Havendo relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova; 4.A parte requerida deverá até o ato da data da audiência de conciliação, apresentar contestação e demais provas, justificando a pertinência, inclusive indicação de testemunhas (com completa qualificação); 5. Na audiência de conciliação, a parte autora deverá se manifestar, em até 10 min, sobre a contestação e documentos eventualmente apresentados pelo requerido. 6.Em causas de valor inferior à 20 salários-mínimos, a presença de advogado é facultativa, ciente as partes das manifestações necessárias, conforme acima exposto (item 4 e 5). Nas causas de valor superior a 20 salários-mínimos, as partes deverão comparecer acompanhadas de advogado. Caso não disponham de recursos para contratação de advogado, deverão solicitar atendimento, com antecedência (15 dias antes da audiência), à sede da Defensoria Pública (AV.: Marechal Rondon Nº 527, Bairro: Centro, Ji-Paraná, Fone (69) 3422-7112); 7. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação/MANDADO de intimação. 8. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo; 9- As partes deverão comparecer à audiência munidos de documentos de identificação válidos (Pessoa Jurídica – atos constitutivos, contrato social), bem como cientes de seus dados bancários, a fim de agilizar eventual acordo.
Ji-Paraná, 2 de maio de 2019.
Kennyson Júlio da Silva Marcelino
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1ª Juizado Especial
Rua Elias Cardoso Balau, 1220, Próximo ao Detan e BPM., Jardim Aurélio Bernardi, Ji-Paraná - RO - CEP: 76907-400 - Fone:(69) Processo n. 7001908-08.2019.8.22.0005
REQUERENTE: TOP'S MOTOS COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - ME
Advogados do(a) REQUERENTE: ANA KAROLINE SILVA SOUSA - RO9988, ALINE SILVA DE SOUZA - RO6058
REQUERIDO: RAIMUNDO NETO BENTO MINATELLI
Intimação
Processo: 7001908-08.2019.8.22.0005
FINALIDADE: Intimar a parte autora, por seu (sua) advogado (a) constituído (a), a comparecer em Audiência de Conciliação, que realizar-se-á nas dependências do CEJUSC – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, Rua Elias Cardoso Balau, nº 1220, bairro Jardim Aurélio Bernardes, Ji-Paraná/RO, ciente que a ausência importará em extinção e arquivamento do feito, nos termos do art. 51, I, da lei 9.099/95, bem como das demais advertências constantes no Prov. Conj. Presidência e Corregedoria 001/2017,(DJ 08/06/2017), conforme determinado no r. DESPACHO.
AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação Sala: Sala 1 Data: 17/05/2019 Hora: 10:30 ADVERTÊNCIAS(conforme Prov. Conj. Presidência e Corregedoria 001/2017, DJ 08/06/2017): 1. A ausência do autor na audiência acarretará extinção e arquivamento do feito, a do requerido presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora – revelia (Art. 20 da Lei 9.099/95). Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica no polo ativo, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). 2.A pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá fazer-se presente na audiência através de preposto credenciado (carta) com poderes específicos, sob pena de revelia, salvo na hipótese de celebração de acordo, caso em que a carta poderá ser juntada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas; 3. Havendo relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova; 4.A parte requerida deverá até o ato da data da audiência de conciliação, apresentar contestação e demais provas, justificando a pertinência, inclusive indicação de testemunhas (com completa qualificação); 5. Na audiência de conciliação, a parte autora deverá se manifestar, em até 10 min, sobre a contestação e documentos eventualmente apresentados pelo requerido. 6.Em causas de valor inferior à 20 salários-mínimos, a presença de advogado é facultativa, ciente as partes das manifestações necessárias, conforme acima exposto (item 4 e 5). Nas causas de valor superior a 20 salários-mínimos, as partes deverão comparecer acompanhadas de advogado. Caso não disponham de recursos para contratação de advogado, deverão solicitar atendimento, com antecedência (15 dias antes da audiência), à sede da Defensoria Pública (AV.: Marechal Rondon Nº 527, Bairro: Centro, Ji-Paraná, Fone (69) 3422-7112); 7. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação/MANDADO de intimação. 8. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo; 9- As partes deverão comparecer à audiência munidos de documentos de identificação válidos (Pessoa Jurídica – atos constitutivos, contrato social), bem como cientes de seus dados bancários, a fim de agilizar eventual acordo.
Ji-Paraná, 2 de maio de 2019.
Kennyson Júlio da Silva Marcelino
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1ª Juizado Especial
Rua Elias Cardoso Balau, 1220, Próximo ao Detan e BPM., Jardim Aurélio Bernardi, Ji-Paraná - RO - CEP: 76907-400 - Fone:(69) Processo n. 7004149-52.2019.8.22.0005
REQUERENTE: GEVALSON DE SOUZA IMPORTACAO E EXPORTACAO - EPP

Advogado do(a) REQUERENTE: GENECI ALVES APOLINARIO - RO1007
REQUERIDO: OBADIAS FERREIRA DA SILVA
Intimação
Processo: 7004149-52.2019.8.22.0005
FINALIDADE: Intimar a parte autora, por seu (sua) advogado (a) constituído (a), a comparecer em Audiência de Conciliação, que realizar-se-á nas dependências do CEJUSC – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, Rua Elias Cardoso Balau, nº 1220, bairro Jardim Aurélio Bernardes, Ji-Paraná/RO, ciente que a ausência importará em extinção e arquivamento do feito, nos termos do art. 51, I, da lei 9.099/95, bem como das demais advertências constantes no Prov. Conj. Presidência e Corregedoria 001/2017,(DJ 08/06/2017), conforme determinado no r. DESPACHO.
AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação Sala: Sala 1 Data: 31/05/2019 Hora: 08:30
ADVERTÊNCIAS(conforme Prov. Conj. Presidência e Corregedoria 001/2017, DJ 08/06/2017): 1. A ausência do autor na audiência acarretará extinção e arquivamento do feito, a do requerido presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora – revelia (Art. 20 da Lei 9.099/95). Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica no polo ativo, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). 2.A pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá fazer-se presente na audiência através de preposto credenciado (carta) com poderes específicos, sob pena de revelia, salvo na hipótese de celebração de acordo, caso em que a carta poderá ser juntada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas; 3. Havendo relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova; 4.A parte requerida deverá até o ato da data da audiência de conciliação, apresentar contestação e demais provas, justificando a pertinência, inclusive indicação de testemunhas (com completa qualificação); 5. Na audiência de conciliação, a parte autora deverá se manifestar, em até 10 min, sobre a contestação e documentos eventualmente apresentados pelo requerido. 6.Em causas de valor inferior à 20 salários-mínimos, a presença de advogado é facultativa, ciente as partes das manifestações necessárias, conforme acima exposto (item 4 e 5). Nas causas de valor superior a 20 salários-mínimos, as partes deverão comparecer acompanhadas de advogado. Caso não disponham de recursos para contratação de advogado, deverão solicitar atendimento, com antecedência (15 dias antes da audiência), à sede da Defensoria Pública (AV.: Marechal Rondon Nº 527, Bairro: Centro, Ji-Paraná, Fone (69) 3422-7112); 7. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação/MANDADO de intimação. 8. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo; 9- As partes deverão comparecer à audiência munidos de documentos de identificação válidos (Pessoa Jurídica – atos constitutivos, contrato social), bem como cientes de seus dados bancários, a fim de agilizar eventual acordo.
Ji-Paraná, 2 de maio de 2019.
Kennyson Júlio da Silva Marcelino
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1ª Juizado Especial
Rua Elias Cardoso Balau, 1220, Próximo ao Detan e BPM., Jardim Aurélio Bernardi, Ji-Paraná - RO - CEP: 76907-400 - Fone:(69) Processo n. 7002182-69.2019.8.22.0005
REQUERENTE: TOP'S MOTOS COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - ME
Advogado do(a) REQUERENTE: DAIANE GOMES BEZERRA - RO7918
REQUERIDO: JEANNE OJOPI SOARES
Intimação
Processo: 7002182-69.2019.8.22.0005
FINALIDADE: Intimar a parte autora, por seu (sua) advogado (a) constituído (a), a comparecer em Audiência de Conciliação, que realizar-se-á nas dependências do CEJUSC – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, Rua Elias Cardoso Balau, nº 1220, bairro Jardim Aurélio Bernardes, Ji-Paraná/RO, ciente que a ausência importará em extinção e arquivamento do feito, nos termos do art. 51, I, da lei 9.099/95, bem como das demais advertências constantes no Prov. Conj. Presidência e Corregedoria 001/2017,(DJ 08/06/2017), conforme determinado no r. DESPACHO.
AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação Sala: Sala 1 Data: 27/05/2019 Hora: 08:00
ADVERTÊNCIAS(conforme Prov. Conj. Presidência e Corregedoria 001/2017, DJ 08/06/2017): 1. A ausência do autor na audiência acarretará extinção e arquivamento do feito, a do requerido presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora – revelia (Art. 20 da Lei 9.099/95). Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica no polo ativo, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). 2.A pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá fazer-se presente na audiência através de preposto credenciado (carta) com poderes específicos, sob pena de revelia, salvo na hipótese de celebração de acordo, caso em que a carta poderá ser juntada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas; 3. Havendo relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova; 4.A parte requerida deverá até o ato da data da audiência de conciliação, apresentar contestação e demais provas, justificando a pertinência, inclusive indicação de testemunhas (com completa qualificação); 5. Na audiência de conciliação, a parte autora deverá se manifestar, em até 10 min, sobre a contestação e documentos eventualmente apresentados pelo requerido. 6.Em causas de valor inferior à 20 salários-mínimos, a presença de advogado é facultativa, ciente as partes das manifestações necessárias, conforme acima exposto (item 4 e 5). Nas causas de valor superior a 20 salários-mínimos, as partes deverão comparecer acompanhadas de advogado. Caso não disponham de recursos para contratação de advogado, deverão solicitar atendimento, com antecedência (15 dias antes da audiência), à sede da Defensoria Pública (AV.: Marechal Rondon Nº 527, Bairro: Centro, Ji-Paraná, Fone (69) 3422-7112); 7. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação/MANDADO de intimação. 8. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo; 9- As partes deverão comparecer à audiência munidos de documentos de identificação válidos (Pessoa Jurídica – atos constitutivos, contrato social), bem como cientes de seus dados bancários, a fim de agilizar eventual acordo.
Ji-Paraná, 2 de maio de 2019.
SAMUEL CUNHA DOS SANTOS
Conciliador

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia | Ji-Paraná - 1ª Juizado Especial
Endereço: Rua Elias Cardoso Balau n. 1220 - Bairro Jardim Aurélio Bernardi
(Próximo ao DETRAN) Ji-Paraná/RO - CEP: 76907-400
INTIMAÇÃO
Processo n.: 7008401-69.2017.8.22.0005 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Assunto: [Adicional de Serviço Noturno]
EXEQUENTE: LUCRECIA RAMOS SANTOS
EXECUTADO: GOVERNADORIA CASA CIVIL, GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FINALIDADE: Por ordem do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito do 1º Juizado Especial desta Comarca, fica a parte Autora intimada da expedição da RPV; da intimação da Fazenda Pública para efetuar o pagamento do referido documento no prazo de 02 (dois) meses, contados a partir da data da ciência do referido órgão no sistema PJE. Fica ainda intimada, a comprovar nos autos o recebimento do valor devido, para fins de baixa no sistema SAPRE.
Ji-Paraná/RO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1ª Juizado Especial
Rua Elias Cardoso Balau, 1220, Próximo ao Detan e BPM., Jardim Aurélio Bernardi, Ji-Paraná - RO - CEP: 76907-400 - Fone:(69)
Processo n. 7008901-04.2018.8.22.0005
REQUERENTE: RAQUEL PATRICIA CAMPOS MARTINS
Advogado do(a) REQUERENTE: GEOVANE CAMPOS MARTINS - RO7019
REQUERIDO: CELIA DE ANDRADE SILVA, FREDERICO SAIMON PEREIRA DA SILVA, ONIXX INDUSTRIA DE VIDROS E INOX LTDA - EPP, DM METAIS - DISTRIBUIDORA DE METAIS EIRELI - EPP
Advogados do(a) REQUERIDO: YURI ROBERT RABELO ANTUNES - RO4584, SARA ALIANDRE MARTINS - RO9620
Intimação
Processo: 7008901-04.2018.8.22.0005
FINALIDADE: Intimar a parte autora, por seu (sua) advogado (a) constituído (a), a comparecer em Audiência de Conciliação, que realizar-se-á nas dependências do CEJUSC – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, Rua Elias Cardoso Balau, nº 1220, bairro Jardim Aurélio Bernardes, Ji-Paraná/RO, ciente que a ausência importará em extinção e arquivamento do feito, nos termos do art. 51, I, da lei 9.099/95, bem como das demais advertências constantes no Prov. Conj. Presidência e Corregedoria 001/2017,(DJ 08/06/2017), conforme determinado no r. DESPACHO.
AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação Sala: Sala 2 Data: 24/05/2019 Hora: 08:00
ADVERTÊNCIAS(conforme Prov. Conj. Presidência e Corregedoria 001/2017, DJ 08/06/2017): 1. A ausência do autor na audiência acarretará extinção e arquivamento do feito, a do requerido presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora – revelia (Art. 20 da Lei 9.099/95). Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica no polo ativo, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). 2.A pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá fazer-se presente na audiência através de preposto credenciado (carta) com poderes específicos, sob pena de revelia, salvo na hipótese de celebração de acordo, caso em que a carta poderá ser juntada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas; 3. Havendo relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova; 4.A parte requerida deverá até o ato da data da audiência de conciliação, apresentar contestação e demais provas, justificando a pertinência, inclusive indicação de testemunhas (com completa qualificação); 5. Na audiência de conciliação, a parte autora deverá se manifestar, em até 10 min, sobre a contestação e documentos eventualmente apresentados pelo requerido. 6.Em causas de valor inferior à 20 salários-mínimos, a presença de advogado é facultativa, ciente as partes das manifestações necessárias, conforme acima exposto (item 4 e 5). Nas causas de valor superior a 20 salários-mínimos, as partes deverão comparecer acompanhadas de advogado. Caso não disponham de recursos para contratação de advogado, deverão solicitar atendimento, com antecedência (15 dias antes da audiência), à sede da Defensoria Pública (AV.: Marechal Rondon Nº 527, Bairro: Centro, Ji-Paraná, Fone (69) 3422-7112); 7. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação/MANDADO de intimação. 8. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo; 9- As partes deverão comparecer à audiência munidos de documentos de identificação válidos (Pessoa Jurídica – atos constitutivos, contrato social), bem como cientes de seus dados bancários, a fim de agilizar eventual acordo.
Ji-Paraná, 2 de maio de 2019.
Kennyson Júlio da Silva Marcelino
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1ª Juizado Especial
Rua Elias Cardoso Balau, 1220, Próximo ao Detan e BPM., Jardim Aurélio Bernardi, Ji-Paraná - RO - CEP: 76907-400 - Fone:(69)
Processo n. 7008901-04.2018.8.22.0005
REQUERENTE: RAQUEL PATRICIA CAMPOS MARTINS
Advogado do(a) REQUERENTE: GEOVANE CAMPOS MARTINS - RO7019
REQUERIDO: CELIA DE ANDRADE SILVA, FREDERICO SAIMON PEREIRA DA SILVA, ONIXX INDUSTRIA DE VIDROS E INOX LTDA - EPP, DM METAIS - DISTRIBUIDORA DE METAIS EIRELI - EPP
Advogados do(a) REQUERIDO: YURI ROBERT RABELO ANTUNES - RO4584, SARA ALIANDRE MARTINS - RO9620
Intimação
Processo: 7008901-04.2018.8.22.0005
FINALIDADE: Intimar a parte autora, por seu (sua) advogado (a) constituído (a), a comparecer em Audiência de Conciliação, que realizar-se-á nas dependências do CEJUSC – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, Rua Elias Cardoso Balau, nº 1220, bairro Jardim Aurélio Bernardes, Ji-Paraná/RO, ciente que a ausência importará em extinção e arquivamento do feito, nos termos do art. 51, I, da lei 9.099/95, bem como das demais advertências constantes no Prov. Conj. Presidência e Corregedoria 001/2017,(DJ 08/06/2017), conforme determinado no r. DESPACHO.
AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação Sala: Sala 2 Data: 24/05/2019 Hora: 08:00
ADVERTÊNCIAS(conforme Prov. Conj. Presidência e Corregedoria 001/2017, DJ 08/06/2017): 1. A ausência do autor na audiência acarretará extinção e arquivamento do feito, a do requerido presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora – revelia (Art. 20 da Lei 9.099/95). Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica no polo ativo, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). 2.A pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá fazer-se presente na audiência através de preposto credenciado (carta) com poderes específicos, sob pena de revelia, salvo na hipótese de celebração de acordo, caso em que a carta poderá ser juntada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas; 3. Havendo relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova; 4.A parte requerida deverá até o ato da data da audiência de conciliação, apresentar contestação e demais provas, justificando a pertinência, inclusive indicação de testemunhas (com completa qualificação); 5. Na audiência de conciliação, a parte autora deverá se manifestar, em até 10 min, sobre a contestação e documentos eventualmente apresentados pelo requerido. 6.Em causas de valor inferior à 20 salários-mínimos, a presença de advogado é facultativa, ciente as partes das manifestações necessárias, conforme acima exposto (item 4 e 5). Nas causas de valor superior a 20 salários-mínimos, as partes deverão comparecer acompanhadas de advogado. Caso não disponham de recursos para contratação de advogado, deverão solicitar atendimento, com antecedência (15 dias antes da audiência), à sede da Defensoria Pública (AV.: Marechal Rondon Nº 527, Bairro: Centro, Ji-Paraná, Fone (69) 3422-7112); 7. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação/MANDADO de intimação. 8. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo; 9- As partes deverão comparecer à audiência munidos de documentos de identificação válidos (Pessoa Jurídica – atos constitutivos, contrato social), bem como cientes de seus dados bancários, a fim de agilizar eventual acordo.
Ji-Paraná, 2 de maio de 2019.
Kennyson Júlio da Silva Marcelino
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1ª Juizado Especial
Rua Elias Cardoso Balau, 1220, Próximo ao Detan e BPM., Jardim Aurélio Bernardi, Ji-Paraná - RO - CEP: 76907-400 - Fone:(69) Processo n. 7003671-44.2019.8.22.0005
AUTOR: LAINARA MELO DE OLIVEIRA
Advogados do(a) AUTOR: VINICIUS TURCI DE ARAUJO - RO9995, STENIO ALVES DE OLIVEIRA - RO10013, LUCIANO ALVES RODRIGUES DOS SANTOS - RO8205
RÉU: OI S.A
Intimação
Processo: 7003671-44.2019.8.22.0005
FINALIDADE: Intimar a parte autora, por seu (sua) advogado (a) constituído (a), a comparecer em Audiência de Conciliação, que realizar-se-á nas dependências do CEJUSC – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, Rua Elias Cardoso Balau, nº 1220, bairro Jardim Aurélio Bernardes, Ji-Paraná/RO, ciente que a ausência importará em extinção e arquivamento do feito, nos termos do art. 51, I, da lei 9.099/95, bem como das demais advertências constantes no Prov. Conj. Presidência e Corregedoria 001/2017,(DJ 08/06/2017), conforme determinado no r. DESPACHO.
AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação Sala: Sala 2 Data: 24/05/2019 Hora: 08:30
ADVERTÊNCIAS(conforme Prov. Conj. Presidência e Corregedoria 001/2017, DJ 08/06/2017): 1. A ausência do autor na audiência acarretará extinção e arquivamento do feito, a do requerido presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora – revelia (Art. 20 da Lei 9.099/95). Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica no polo ativo, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). 2.A pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá fazer-se presente na audiência através de preposto credenciado (carta) com poderes específicos, sob pena de revelia, salvo na hipótese de celebração de acordo, caso em que a carta poderá ser juntada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas; 3. Havendo relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova; 4.A parte requerida deverá até o ato da data da audiência de conciliação, apresentar contestação e demais provas, justificando a pertinência, inclusive indicação de testemunhas (com completa qualificação); 5. Na audiência de conciliação, a parte autora deverá se manifestar, em até 10 min, sobre a contestação e documentos eventualmente apresentados pelo requerido. 6.Em causas de valor inferior à 20 salários-mínimos, a presença de advogado é facultativa, ciente as partes das manifestações necessárias, conforme acima exposto (item 4 e 5). Nas causas de valor superior a 20 salários-mínimos, as partes deverão comparecer acompanhadas de advogado. Caso não disponham de recursos para contratação de advogado, deverão solicitar atendimento, com antecedência (15 dias antes da audiência), à sede da Defensoria Pública (AV.: Marechal Rondon Nº 527, Bairro: Centro, Ji-Paraná, Fone (69) 3422-7112); 7. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação/MANDADO de intimação. 8. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo; 9- As partes deverão comparecer à audiência munidos de documentos de identificação válidos (Pessoa Jurídica – atos constitutivos, contrato social), bem como cientes de seus dados bancários, a fim de agilizar eventual acordo.
Ji-Paraná, 2 de maio de 2019.
Kennyson Júlio da Silva Marcelino
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1ª Juizado Especial
Rua Elias Cardoso Balau, 1220, Próximo ao Detan e BPM., Jardim Aurélio Bernardi, Ji-Paraná - RO - CEP: 76907-400 - Fone:(69) Processo n. 7002911-95.2019.8.22.0005
REQUERENTE: JOSE CIRINO DE CAMPOS
Advogados do(a) REQUERENTE: GEOVANE CAMPOS MARTINS - RO7019, LISDAIANA FERREIRA LOPES - RO9693
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL SA
Intimação
Processo: 7002911-95.2019.8.22.0005
FINALIDADE: Intimar a parte autora, por seu (sua) advogado (a) constituído (a), a comparecer em Audiência de Conciliação, que realizar-se-á nas dependências do CEJUSC – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, Rua Elias Cardoso Balau, nº 1220, bairro Jardim Aurélio Bernardes, Ji-Paraná/RO, ciente que a ausência importará em extinção e arquivamento do feito, nos termos do art. 51, I, da lei 9.099/95, bem como das demais advertências constantes no Prov. Conj. Presidência e Corregedoria 001/2017,(DJ 08/06/2017), conforme determinado no r. DESPACHO.
AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação Sala: Sala 2 Data: 27/05/2019 Hora: 08:30
ADVERTÊNCIAS(conforme Prov. Conj. Presidência e Corregedoria 001/2017, DJ 08/06/2017): 1. A ausência do autor na audiência acarretará extinção e arquivamento do feito, a do requerido presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora – revelia (Art. 20 da Lei 9.099/95). Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica no polo ativo, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). 2.A pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá fazer-se presente na audiência através de preposto credenciado (carta) com poderes específicos, sob pena de revelia, salvo na hipótese de celebração de acordo, caso em que a carta poderá ser juntada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas; 3. Havendo relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova; 4.A parte requerida deverá até o ato da data da audiência de conciliação, apresentar contestação e demais provas, justificando a pertinência, inclusive indicação de testemunhas (com completa qualificação); 5. Na audiência de conciliação, a parte autora deverá se manifestar, em até 10 min, sobre a contestação e documentos eventualmente apresentados pelo requerido. 6.Em causas de valor inferior à 20 salários-mínimos, a presença de advogado é facultativa, ciente as partes das manifestações necessárias, conforme acima exposto (item 4 e 5). Nas causas de valor superior a 20 salários-mínimos, as partes deverão comparecer acompanhadas de advogado. Caso não disponham de recursos para contratação de advogado, deverão solicitar atendimento, com antecedência (15 dias antes da audiência), à sede da Defensoria Pública (AV.: Marechal Rondon Nº 527, Bairro: Centro, Ji-Paraná, Fone (69) 3422-7112); 7. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação/MANDADO de intimação. 8. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo; 9- As partes deverão comparecer à audiência munidos de documentos de identificação válidos (Pessoa Jurídica – atos constitutivos, contrato social), bem como cientes de seus dados bancários, a fim de agilizar eventual acordo.
Ji-Paraná, 2 de maio de 2019.
Kennyson Júlio da Silva Marcelino
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1ª Juizado Especial
Rua Elias Cardoso Balau, 1220, Próximo ao Detan e BPM., Jardim Aurélio Bernardi, Ji-Paraná - RO - CEP: 76907-400 - Fone:(69) Processo n. 7004032-61.2019.8.22.0005
REQUERENTE: J B DOS SANTOS PEREIRA - ME
Advogado do(a) REQUERENTE: OSMAR MORAES DE FRANCA FILHO - RO7494
REQUERIDO: JEAN NEVES DOS SANTOS
Intimação
Processo: 7004032-61.2019.8.22.0005
FINALIDADE: Intimar a parte autora, por seu (sua) advogado (a) constituído (a), a comparecer em Audiência de Conciliação, que realizar-se-á nas dependências do CEJUSC – Centro Judiciário

de Solução de Conflitos e Cidadania, Rua Elias Cardoso Balau, nº 1220, bairro Jardim Aurélio Bernardes, Ji-Paraná/RO, ciente que a ausência importará em extinção e arquivamento do feito, nos termos do art. 51, I, da lei 9.099/95, bem como das demais advertências constantes no Prov. Conj. Presidência e Corregedoria 001/2017,(DJ 08/06/2017), conforme determinado no r. DESPACHO.
AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação Sala: Sala 2 Data: 27/05/2019 Hora: 09:00
ADVERTÊNCIAS(conforme Prov. Conj. Presidência e Corregedoria 001/2017, DJ 08/06/2017): 1. A ausência do autor na audiência acarretará extinção e arquivamento do feito, a do requerido presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora – revelia (Art. 20 da Lei 9.099/95). Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica no polo ativo, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). 2.A pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá fazer-se presente na audiência através de preposto credenciado (carta) com poderes específicos, sob pena de revelia, salvo na hipótese de celebração de acordo, caso em que a carta poderá ser juntada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas; 3. Havendo relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova; 4.A parte requerida deverá até o ato da data da audiência de conciliação, apresentar contestação e demais provas, justificando a pertinência, inclusive indicação de testemunhas (com completa qualificação); 5. Na audiência de conciliação, a parte autora deverá se manifestar, em até 10 min, sobre a contestação e documentos eventualmente apresentados pelo requerido. 6.Em causas de valor inferior à 20 salários-mínimos, a presença de advogado é facultativa, ciente as partes das manifestações necessárias, conforme acima exposto (item 4 e 5). Nas causas de valor superior a 20 salários-mínimos, as partes deverão comparecer acompanhadas de advogado. Caso não disponham de recursos para contratação de advogado, deverão solicitar atendimento, com antecedência (15 dias antes da audiência), à sede da Defensoria Pública (AV.: Marechal Rondon Nº 527, Bairro: Centro, Ji-Paraná, Fone (69) 3422-7112); 7. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação/MANDADO de intimação. 8. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo; 9- As partes deverão comparecer à audiência munidos de documentos de identificação válidos (Pessoa Jurídica – atos constitutivos, contrato social), bem como cientes de seus dados bancários, a fim de agilizar eventual acordo.
Ji-Paraná, 2 de maio de 2019.
Kennyson Júlio da Silva Marcelino
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia | Ji-Paraná - 1ª Juizado Especial
Endereço: Rua Elias Cardoso Balau n. 1220 - Bairro Jardim Aurélio Bernardi
(Próximo ao DETRAN) Ji-Paraná/RO - CEP: 76907-400
Processo n. 7004922-68.2017.8.22.0005
REQUERENTE: WANDERSON DE MATOS OLIVEIRA
Advogado do(a) REQUERENTE: ANTONIO CARLOS DE SOUZA DIAS - RO6079
REQUERIDO: ATIVOS S.A. SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS
Advogado do(a) REQUERIDO: DAVID SOMBRA PEIXOTO - CE16477
INTIMAÇÃO
Em obediência ao disposto no art. 124, inc. XX das Diretrizes Gerais Judicias, ficam as partes intimadas, através dos seus respectivos Advogados, acerca do retorno dos autos da Turma Recursal, bem ainda para requererem o que de direito, no prazo de cinco (5) dias.
Ji-Paraná-RO, 2 de maio de 2019.
Kennyson Júlio da Silva Marcelino
Diretor de Cartório

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia | Ji-Paraná - 1ª Juizado Especial
Endereço: Rua Elias Cardoso Balau n. 1220 - Bairro Jardim Aurélio Bernardi
(Próximo ao DETRAN) Ji-Paraná/RO - CEP: 76907-400
INTIMAÇÃO
Processo n.: 7008567-04.2017.8.22.0005 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Assunto: [Gratificação Natalina/13º Salário, 1/3 de férias, Férias, Indenização / Terço Constitucional, Gratificação Natalina/13º salário, Férias]
REQUERENTE: MIQUEIAS BATISTA DE JESUS
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA
FINALIDADE: Por ordem do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito do 1º Juizado Especial desta Comarca, fica a parte Autora intimada da expedição da RPV; da intimação da Fazenda Pública para efetuar o pagamento do referido documento no prazo de 02 (dois) meses, contados a partir da data da ciência do referido órgão no sistema PJE. Fica ainda intimada, a comprovar nos autos o recebimento do valor devido, para fins de baixa no sistema SAPRE.
Ji-Paraná/RO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1ª Juizado Especial
Rua Elias Cardoso Balau, 1220, Próximo ao Detan e BPM., Jardim Aurélio Bernardi, Ji-Paraná - RO - CEP: 76907-400 - Fone:(69) Processo n. 7004097-56.2019.8.22.0005
REQUERENTE: J B DOS SANTOS PEREIRA - ME
Advogado do(a) REQUERENTE: OSMAR MORAES DE FRANCA FILHO - RO7494
REQUERIDO: ROSIANE CRISOSTOMO DA SILVA LINS
Intimação
Processo: 7004097-56.2019.8.22.0005
FINALIDADE: Intimar a parte autora, por seu (sua) advogado (a) constituído (a), a comparecer em Audiência de Conciliação, que realizar-se-á nas dependências do CEJUSC – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, Rua Elias Cardoso Balau, nº 1220, bairro Jardim Aurélio Bernardes, Ji-Paraná/RO, ciente que a ausência importará em extinção e arquivamento do feito, nos termos do art. 51, I, da lei 9.099/95, bem como das demais advertências constantes no Prov. Conj. Presidência e Corregedoria 001/2017,(DJ 08/06/2017), conforme determinado no r. DESPACHO.
AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação Sala: Sala 2 Data: 27/05/2019 Hora: 09:30
ADVERTÊNCIAS(conforme Prov. Conj. Presidência e Corregedoria 001/2017, DJ 08/06/2017): 1. A ausência do autor na audiência acarretará extinção e arquivamento do feito, a do requerido presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora – revelia (Art. 20 da Lei 9.099/95). Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica no polo ativo, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). 2.A pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá fazer-se presente na audiência através de preposto credenciado (carta) com poderes específicos, sob pena de revelia, salvo na hipótese de celebração de acordo, caso em que a carta poderá ser juntada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas; 3. Havendo relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova; 4.A parte requerida deverá até o ato da data da audiência de conciliação, apresentar contestação e demais provas, justificando a pertinência, inclusive indicação de testemunhas (com completa qualificação); 5. Na audiência de conciliação, a parte autora deverá se manifestar, em até 10 min, sobre a contestação e documentos eventualmente apresentados pelo requerido. 6.Em causas de valor inferior à 20 salários-mínimos, a presença de advogado é facultativa, ciente as partes das manifestações necessárias, conforme acima

exposto (item 4 e 5). Nas causas de valor superior a 20 salários-mínimos, as partes deverão comparecer acompanhadas de advogado. Caso não disponham de recursos para contratação de advogado, deverão solicitar atendimento, com antecedência (15 dias antes da audiência), à sede da Defensoria Pública (AV.: Marechal Rondon Nº 527, Bairro: Centro, Ji-Paraná, Fone (69) 3422-7112); 7. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação/MANDADO de intimação. 8. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo; 9- As partes deverão comparecer à audiência munidos de documentos de identificação válidos (Pessoa Jurídica – atos constitutivos, contrato social), bem como cientes de seus dados bancários, a fim de agilizar eventual acordo.
Ji-Paraná, 2 de maio de 2019.
Kennyson Júlio da Silva Marcelino
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia | Ji-Paraná - 1ª Juizado Especial
Endereço: Rua Elias Cardoso Balau n. 1220 - Bairro Jardim Aurélio Bernardi
(Próximo ao DETRAN) Ji-Paraná/RO - CEP: 76907-400
Processo n. 7010238-28.2018.8.22.0005
REQUERENTE: C. RONCASALIA TECNOLOGIA EM INFORMATICA - ME
Advogado do(a) REQUERENTE: YURI ROBERT RABELO ANTUNES - RO4584
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S/A
Intimação
Por ordem do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito do 1º Juizado Especial desta Comarca, fica a parte Autora intimada, através do seu respectivo Advogado, para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso inominado interposto nos autos em referência pela parte contrária, no prazo de dez (10) dias, conforme preconiza o art. 42, § 2º, da Lei 9.099/95.
Ji-Paraná-RO, 2 de maio de 2019.
Kennyson Júlio da Silva Marcelino
Diretor de Cartório

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1ª Juizado Especial
Rua Elias Cardoso Balau, 1220, Próximo ao Detan e BPM., Jardim Aurélio Bernardi, Ji-Paraná - RO - CEP: 76907-400 - Fone:(69) Processo n. 7004182-42.2019.8.22.0005
EXEQUENTE: CLINICA DR NETO EIRELI - ME
Advogado do(a) EXEQUENTE: STEPHANI ALICE OLIVEIRA VIAL - RO4851
EXECUTADO: KARLA FIGUEIREDO SANTOS
Intimação
Processo: 7004182-42.2019.8.22.0005
FINALIDADE: Intimar a parte autora, por seu (sua) advogado (a) constituído (a), a comparecer em Audiência de Conciliação, que realizar-se-á nas dependências do CEJUSC – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, Rua Elias Cardoso Balau, nº 1220, bairro Jardim Aurélio Bernardes, Ji-Paraná/RO, ciente que a ausência importará em extinção e arquivamento do feito, nos termos do art. 51, I, da lei 9.099/95, bem como das demais advertências constantes no Prov. Conj. Presidência e Corregedoria 001/2017,(DJ 08/06/2017), conforme determinado no r. DESPACHO.
AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação Sala: Sala 2 Data: 29/05/2019 Hora: 09:00
ADVERTÊNCIAS(conforme Prov. Conj. Presidência e Corregedoria 001/2017, DJ 08/06/2017): 1. A ausência do autor na audiência acarretará extinção e arquivamento do feito, a do requerido presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora – revelia (Art. 20 da Lei 9.099/95). Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica no polo ativo, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). 2.A pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá fazer-se presente na audiência através de preposto credenciado (carta) com poderes específicos, sob pena de revelia, salvo na hipótese de celebração de acordo, caso em que a carta poderá ser juntada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas; 3. Havendo relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova; 4.A parte requerida deverá até o ato da data da audiência de conciliação, apresentar contestação e demais provas, justificando a pertinência, inclusive indicação de testemunhas (com completa qualificação); 5. Na audiência de conciliação, a parte autora deverá se manifestar, em até 10 min, sobre a contestação e documentos eventualmente apresentados pelo requerido. 6.Em causas de valor inferior à 20 salários-mínimos, a presença de advogado é facultativa, ciente as partes das manifestações necessárias, conforme acima exposto (item 4 e 5). Nas causas de valor superior a 20 salários-mínimos, as partes deverão comparecer acompanhadas de advogado. Caso não disponham de recursos para contratação de advogado, deverão solicitar atendimento, com antecedência (15 dias antes da audiência), à sede da Defensoria Pública (AV.: Marechal Rondon Nº 527, Bairro: Centro, Ji-Paraná, Fone (69) 3422-7112); 7. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação/MANDADO de intimação. 8. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo; 9- As partes deverão comparecer à audiência munidos de documentos de identificação válidos (Pessoa Jurídica – atos constitutivos, contrato social), bem como cientes de seus dados bancários, a fim de agilizar eventual acordo.
Ji-Paraná, 2 de maio de 2019.
Kennyson Júlio da Silva Marcelino
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1ª Juizado Especial
Rua Elias Cardoso Balau, 1220, Próximo ao Detan e BPM., Jardim Aurélio Bernardi, Ji-Paraná - RO - CEP: 76907-400 - Fone:(69) Processo n. 7004152-07.2019.8.22.0005
REQUERENTE: GEVALSON DE SOUZA IMPORTACAO E EXPORTACAO - EPP
Advogado do(a) REQUERENTE: GENECI ALVES APOLINARIO - RO1007
REQUERIDO: R SERVILHERE
Intimação
Processo: 7004152-07.2019.8.22.0005
FINALIDADE: Intimar a parte autora, por seu (sua) advogado (a) constituído (a), a comparecer em Audiência de Conciliação, que realizar-se-á nas dependências do CEJUSC – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, Rua Elias Cardoso Balau, nº 1220, bairro Jardim Aurélio Bernardes, Ji-Paraná/RO, ciente que a ausência importará em extinção e arquivamento do feito, nos termos do art. 51, I, da lei 9.099/95, bem como das demais advertências constantes no Prov. Conj. Presidência e Corregedoria 001/2017,(DJ 08/06/2017), conforme determinado no r. DESPACHO.
AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação Sala: Sala 2 Data: 07/06/2019 Hora: 10:00
ADVERTÊNCIAS(conforme Prov. Conj. Presidência e Corregedoria 001/2017, DJ 08/06/2017): 1. A ausência do autor na audiência acarretará extinção e arquivamento do feito, a do requerido presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora – revelia (Art. 20 da Lei 9.099/95). Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica no polo ativo, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). 2.A pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá fazer-se presente na audiência através de preposto credenciado (carta) com poderes específicos, sob pena de revelia, salvo na hipótese de celebração de acordo, caso em que a carta poderá ser juntada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas; 3. Havendo relação de consumo,

fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova; 4.A parte requerida deverá até o ato da data da audiência de conciliação, apresentar contestação e demais provas, justificando a pertinência, inclusive indicação de testemunhas (com completa qualificação); 5. Na audiência de conciliação, a parte autora deverá se manifestar, em até 10 min, sobre a contestação e documentos eventualmente apresentados pelo requerido. 6.Em causas de valor inferior à 20 salários-mínimos, a presença de advogado é facultativa, ciente as partes das manifestações necessárias, conforme acima exposto (item 4 e 5). Nas causas de valor superior a 20 salários-mínimos, as partes deverão comparecer acompanhadas de advogado. Caso não disponham de recursos para contratação de advogado, deverão solicitar atendimento, com antecedência (15 dias antes da audiência), à sede da Defensoria Pública (AV.: Marechal Rondon Nº 527, Bairro: Centro, Ji-Paraná, Fone (69) 3422-7112); 7. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação/MANDADO de intimação. 8. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo; 9- As partes deverão comparecer à audiência munidos de documentos de identificação válidos (Pessoa Jurídica – atos constitutivos, contrato social), bem como cientes de seus dados bancários, a fim de agilizar eventual acordo.
Ji-Paraná, 2 de maio de 2019.
Kennyson Júlio da Silva Marcelino
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia | Ji-Paraná - 1ª Juizado Especial
Endereço: Rua Elias Cardoso Balau n. 1220 - Bairro Jardim Aurélio Bernardi
(Próximo ao DETRAN) Ji-Paraná/RO - CEP: 76907-400
INTIMAÇÃO
Processo n.: 7007767-73.2017.8.22.0005 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Assunto: [Gratificação Natalina/13º Salário, 1/3 de férias, Férias, Indenização / Terço Constitucional, Gratificação Natalina/13º salário, Férias]
REQUERENTE: CLAUDIO MARCIO DE SOUZA
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA
FINALIDADE: Por ordem do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito do 1º Juizado Especial desta Comarca, fica a parte Autora intimada da expedição da RPV; da intimação da Fazenda Pública para efetuar o pagamento do referido documento no prazo de 02 (dois) meses, contados a partir da data da ciência do referido órgão no sistema PJE. Fica ainda intimada, a comprovar nos autos o recebimento do valor devido, para fins de baixa no sistema SAPRE.
Ji-Paraná/RO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia | Ji-Paraná - 1ª Juizado Especial
Endereço: Rua Elias Cardoso Balau n. 1220 - Bairro Jardim Aurélio Bernardi
(Próximo ao DETRAN) Ji-Paraná/RO - CEP: 76907-400
Processo n. 7002932-71.2019.8.22.0005
REQUERENTE: ILSON PEREIRA DOMINGOS
Advogado do(a) REQUERENTE: MARIZA PREISGHE VIANA - RO9760
REQUERIDO: ENERGISA S/A
INTIMAÇÃO
Por ordem do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito do 1º Juizado Especial desta Comarca, fica a parte Autora intimada, através do seu respectivo Advogado, para, querendo, apresentar impugnação à contestação nos autos em referência, no prazo de quinze (15) dias.
Ji-Paraná-RO, 2 de maio de 2019.
Kennyson Júlio da Silva Marcelino
Diretor de Cartório

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia | Ji-Paraná - 1ª Juizado Especial
Endereço: Rua Elias Cardoso Balau n. 1220 - Bairro Jardim Aurélio Bernardi
(Próximo ao DETRAN) Ji-Paraná/RO - CEP: 76907-400
Processo n. 7004649-55.2018.8.22.0005
REQUERENTE: FRANCISCO BASTOS DA SILVA
Advogados do(a) REQUERENTE: NAILSON NANDO OLIVEIRA DE SANTANA - RO2634, IRVANDRO ALVES DA SILVA - RO5662
REQUERIDO: MUNICIPIO DE JI-PARANA - PREFEITURA MUNICIPAL
Intimação
Por ordem do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito do 1º Juizado Especial desta Comarca, fica a parte Autora intimada, através do seu respectivo Advogado, para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso inominado interposto nos autos em referência pela parte contrária, no prazo de dez (10) dias, conforme preconiza o art. 42, § 2º, da Lei 9.099/95.
Ji-Paraná-RO, 2 de maio de 2019.
Kennyson Júlio da Silva Marcelino
Diretor de Cartório

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia | Ji-Paraná - 1ª Juizado Especial
Endereço: Rua Elias Cardoso Balau n. 1220 - Bairro Jardim Aurélio Bernardi
(Próximo ao DETRAN) Ji-Paraná/RO - CEP: 76907-400
Processo n. 7008912-67.2017.8.22.0005
EXEQUENTE: LUCIA MARIA SOUZA BRITO
Advogado do(a) EXEQUENTE: MONICA DE ARAUJO MAIA OLIVEIRA - RO4301
EXECUTADO: FAZENDA PUBLICA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANA
INTIMAÇÃO
Por ordem do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito do 1º Juizado Especial desta Comarca, fica a parte Autora intimada, através do seu respectivo Advogado, para, querendo, manifestar-se nos autos, requerendo o que entender de direito, no prazo de cinco (5) dias.
Ji-Paraná-RO, 2 de maio de 2019.
Kennyson Júlio da Silva Marcelino
Diretor de Cartório

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1ª Juizado Especial
Rua Elias Cardoso Balau, 1220, Próximo ao Detan e BPM., Jardim Aurélio Bernardi, Ji-Paraná - RO - CEP: 76907-400 - Fone:(69) Processo n. 7003763-22.2019.8.22.0005
AUTOR: S. L. CESCONETTO - EPP
Advogado do(a) AUTOR: KESIA DOMINGOS PEREIRA - RO9483
REQUERIDO: TELEMARKETING BRASIL PUBLICIDADE LTDA - EPP
Intimação
Processo: 7003763-22.2019.8.22.0005
FINALIDADE: Intimar a parte autora, por seu (sua) advogado (a) constituído (a), a comparecer em Audiência de Conciliação, que realizar-se-á nas dependências do CEJUSC – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, Rua Elias Cardoso Balau, nº 1220, bairro Jardim Aurélio Bernardes, Ji-Paraná/RO, ciente que a ausência importará em extinção e arquivamento do feito, nos termos do art. 51, I, da lei 9.099/95, bem como das demais advertências constantes no Prov. Conj. Presidência e Corregedoria 001/2017,(DJ 08/06/2017), conforme determinado no r. DESPACHO.
AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação Sala: Sala 2 Data: 29/05/2019 Hora: 08:00
ADVERTÊNCIAS(conforme Prov. Conj. Presidência e Corregedoria 001/2017, DJ 08/06/2017): 1. A ausência do autor na audiência acarretará extinção e arquivamento do feito, a do requerido presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora – revelia (Art. 20 da Lei 9.099/95). Ressalto que, tratando-se de

pessoa jurídica no polo ativo, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). 2.A pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá fazer-se presente na audiência através de preposto credenciado (carta) com poderes específicos, sob pena de revelia, salvo na hipótese de celebração de acordo, caso em que a carta poderá ser juntada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas; 3. Havendo relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova; 4.A parte requerida deverá até o ato da data da audiência de conciliação, apresentar contestação e demais provas, justificando a pertinência, inclusive indicação de testemunhas (com completa qualificação); 5. Na audiência de conciliação, a parte autora deverá se manifestar, em até 10 min, sobre a contestação e documentos eventualmente apresentados pelo requerido. 6.Em causas de valor inferior à 20 salários-mínimos, a presença de advogado é facultativa, ciente as partes das manifestações necessárias, conforme acima exposto (item 4 e 5). Nas causas de valor superior a 20 salários-mínimos, as partes deverão comparecer acompanhadas de advogado. Caso não disponham de recursos para contratação de advogado, deverão solicitar atendimento, com antecedência (15 dias antes da audiência), à sede da Defensoria Pública (AV.: Marechal Rondon Nº 527, Bairro: Centro, Ji-Paraná, Fone (69) 3422-7112); 7. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação/MANDADO de intimação. 8. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo; 9- As partes deverão comparecer à audiência munidos de documentos de identificação válidos (Pessoa Jurídica – atos constitutivos, contrato social), bem como cientes de seus dados bancários, a fim de agilizar eventual acordo.

Ji-Paraná, 2 de maio de 2019.

Kennyson Júlio da Silva Marcelino

Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Ji-Paraná - 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Av. Elias Cardoso Balau, nº 1120, Bairro Jd. Aurélio Bernardi, CEP 76.907-400, Ji parana, RO Processo: 7011150-25.2018.8.22.0005

Assunto:Indenização por Dano Material

Parte autora: REQUERENTE: PEDRO PISSOLATTO NETO CPF nº 206.227.241-34, LH 03 LH 03 - 76915-500 - NOVA LONDRINA (JI-PARANÁ) - RONDÔNIA

Advogado da parte autora: ADVOGADO DO REQUERENTE: GILSON VIEIRA LIMA OAB nº RO4216A, FABRICIO VIEIRA LIMA OAB nº RO8345, CHARLES KENNY LIMA DE BRITO OAB nº RO8341

Parte requerida: REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, RUA ALUÍZIO FERREIRA 290, JÍ-PARANÁ CENTRO - 76900-024 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA

Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB nº MS6835, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA OAB nº MG87318

SENTENÇA

Cuida-se de ação de indenização por danos materiais, ajuizada em face da CERON, em razão de incorporação de subestação de energia elétrica para o seu patrimônio.

Dispõe o artigo 373, I, do CPC/2015, que à parte autora cabe a prova constitutiva do seu direito, correndo o risco de perder a causa se não provar os fatos alegados. Por outro lado, à parte requerida cabe exibir, de modo concreto, coerente e seguro, elementos que possam modificar, impedir ou extinguir o direito da parte autora (art. 373, II, do CPC/2015).

Prescrição: Já decidiu o Tribunal de Justiça de Rondônia que o marco inicial para a contagem do prazo prescricional nas ações de ressarcimento de valores pagos a título de participação financeira do consumidor no custeio de construção de rede elétrica (subestação) tem início a partir da data em que a rede elétrica do particular foi incorporada ao patrimônio da concessionária1.

Assim, considerando que não há nos autos demonstração de quando a subestação foi incorporada ao patrimônio da CERON, ônus que lhe competia, já que alegou a preliminar de prescrição, rejeito a preliminar suscitada. Neste sentido, a seguinte DECISÃO:

Apelação cível. CERON. Construção de subestação de energia elétrica. Valores. Ressarcimento. Prescrição. Afastada. Início do prazo. Data da incorporação da subestação à concessionária. Não informada. Provimento. O termo inicial para a contagem do prazo prescricional, nas ações de cobrança de valores gastos na construção de subestação de energia elétrica, é a data da incorporação da subestação ao patrimônio da concessionária, sem a qual não há como definir o marco inicial para contagem do prazo. Recurso provido para afastar a ocorrência da prescrição. (TJRO, APL 0001776-32.2013.8.22.0021, 1ª Câmara Cível, Rel. Des. Sanção Saldanha, J. em 01/09/2015).

Restituição de valores: Merece procedência o pedido inicial, uma vez que tendo a CERON incorporado a subestação de energia elétrica ao seu patrimônio, devido o ressarcimento dos valores despendidos pelo autor para a construção e instalação da mesma, sob pena de enriquecimento sem causa da requerida.

Neste sentido, utilizo como razões de decidir a fundamentação constante na DECISÃO proferida nos autos nº 7002494-69.2015.8.22.0010, de relatoria de Enio Salvador Vaz, julgado em 07/11/2016 (DJe de 01/12/2016), a seguir transcrito.

Tal situação é flagrante afronta ao direito de propriedade – este, direito fundamental, pois tem-se em mente que no momento em que o particular edifica uma rede elétrica utilizando de recursos próprios, não tendo firmado com a concessionária Convênio de Devolução, Termo de Contribuição, Termo de Doação, ou qualquer outro instrumento que transfira a propriedade da rede elétrica para a concessionária, o bem em comento passa a integrar sua esfera patrimonial, vale dizer, o particular passa a ser o legítimo proprietário da rede elétrica.

A situação também é afronta ao direito do consumidor, visto que a empresa além de incorporar aquela, ainda se estabelece em uma situação de clara vantagem em relação a este.

Além disso, a empresa passou a obter vantagens financeiras, através das cobranças, com o uso e manutenção da rede pertencente à parte recorrente, posto que passou a utilizar-se da propriedade alheia para a prestação de seus serviços, o que, sem o devido ressarcimento, abre espaço para o "enriquecimento sem causa".

No caso em tela, a análise dos autos revela que a parte recorrente instruiu a inicial com documentos, dos valores aportados com a rede de eletrificação feito em sua propriedade. Bem como documentos que revelam a prévia autorização da CERON na edificação de tal rede.

Insta ressaltar que a Resolução Normativa nº 229, de agosto de 2006 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, estabelece as condições gerais para a incorporação de redes particulares pelas permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, como previsto pela Lei 10.438/02, o que consta em seu artigo 8º.

Ora, assim afirma o texto da Lei 10.438/02, acerca da incorporação de rede elétrica rural, em seu artigo 14, § 5º:

'A ANEEL também estabelecerá procedimentos para que o consumidor localizado nas áreas referidas no inciso II do caput possa antecipar seu atendimento, financiando ou executando, em parte ou no todo, as obras necessárias, devendo esse valor lhe ser restituído pela concessionária ou permissionária após a carência de prazo igual ao que seria necessário para obter sua ligação sem ônus.'

Ve-se, assim, que a situação fática descrita amolda-se perfeitamente à legislação, bem como obedece aos requisitos regulamentados pela ANEEL, pois que, solicitou autorização prévia, inclusive estimando os custos totais para este procedimento, discriminando os valores para indenização, conforme art. 8º, inciso III, da resolução nº 229/2006.

Pelas razões expostas, a fim de que não haja enriquecimento sem causa por parte da concessionária de energia, a parte deve ser restituída, uma vez que a subestação possui valor, houve custo para sua construção e é de interesse do recorrente, visto que incorporou ao seu patrimônio a referida eletrificação rural e as vantagens dela decorrentes.

Deve, ainda, caso não tenha ocorrido formalmente, ocorrer a incorporação da rede elétrica ao patrimônio da empresa concessionária.

Esta turma já foi unânime em decidir questões muito análogas a esta, tendo firmado entendimento no dever de indenizar, conforme cito abaixo:

CERON. CONSTRUÇÃO DE REDE ELÉTRICA RURAL. RECURSOS PARTICULARES. DEVER DA CONCESSIONÁRIA RESTITUIR INTEGRALMENTE O VALOR. (AUTOS N. 1001703-31.2012.8.22.0004, Recurso provido à unanimidade, Relatora Juíza Euma Tourinho, data do julgamento 08/10/2014).

Por tais considerações, DOU PROVIMENTO ao Recurso Inominado, determinando que a requerida, ora recorrida, CERON, efetue a restituição dos valores apresentados na inicial – tendo como parâmetro os orçamento anexos na exordial.

Ressalvado apenas que deverá ser observado o § 3º, do art. 3º, da Lei 9.099/95, caso o valor atualizado ultrapasse o teto estabelecido neste âmbito.

Ademais, a jurisprudência de nosso Tribunal tem aceito orçamento atualizado como comprovante de valores despendidos na construção da subestação. Por identidade de razão, confira-se:

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. RECURSO INOMINADO. CONSTRUÇÃO DE REDE ELÉTRICA. SUBESTAÇÃO. RESSARCIMENTO DE VALORES DE ACORDO COM ORÇAMENTO ATUALIZADO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO. RECURSO INOMINADO, Processo nº 7001145-52.2015.822.0003, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz Enio Salvador Vaz, Data de julgamento: 21/07/2017.

Entretanto, constata-se sobrepreço no valor dos orçamentos apresentados, pois a parte autora não comprovou a existência de nenhuma particularidade na construção da subestação, como uso de vários postes, fios demasiadamente extensos (mais de 150 metros), uso de materiais não recondicionados e outros fatores que pudessem efetivamente influenciar na média de valor diligenciada por este juízo, conforme autos n. 7010372-55.2018.8.22.0005.

O princípio da boa fé objetiva estatuído pelo nosso ordenamento jurídico exerce a relevante função de hermenêutico-integrativa; criadora de deveres jurídicos e limitadora (ou de controle) do exercício de direitos subjetivos (MARTINS-COSTA, Judith. A boa-fé no direito privado: sistema e tópica no processo obrigacional. São Paulo: RT, 1999.).

Assim, observamos a normatividade no artigo 5º do NCPC, nesta vereda, dispõe que "aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé"; O art. 322, § 2º, do NCPC, por sua vez, ao tratar do pedido, dispõe que a interpretação deste "considerará o conjunto da postulação e observará o princípio da boa-fé.".

Na mesma toada, cabe ao Judiciário evitar a abusividade do direito de litigar, evitando lesões diretas ou laterais a esfera jurídica de terceiros ou do próprio devedor, entregando apenas aquilo que é devido a parte, adequado, efetivo, justo e tempestivo. Por este motivo é que foi editado o Enunciado aprovado na III Jornada de Direito Civil de n° 169 do Conselho da Justiça Federal, cuja transcrição segue: "O princípio da boa-fé objetiva deve levar o credor a evitar o agravamento do próprio prejuízo", traduzindo: O "duty to mitigate the loss" ou dever do credor de minorar as próprias perdas é um dos aspectos do abuso do direito em que o credor se comporta de maneira excessiva agravando a situação do devedor.

Dessa forma, justo é que o valor da restituição seja com base no menor preço diligenciado pelo juízo (autos n. 7010372-55.2018.8.22.0005), em observância ainda ao princípio da menor onerosidade do devedor e do enriquecimento sem causa, previsto no artigo 805 do Código de Processo Civil, que dispõe: "Quando por vários meios o exequente puder promover a execução, o juiz mandará que se faça pelo modo menos gravoso para o executado.".

No mesmo sentido, colhe-se entendimento de nossa egrégia Turma Recursal:

RECURSO INOMINADO. ELETRIFICAÇÃO RURAL. CONSTRUÇÃO DE REDE ELÉTRICA. SUBESTAÇÃO. RESSARCIMENTO VALORES. COMPROVAÇÃO DOS GASTOS. INDENIZAÇÃO DEVIDA. SENTENÇA REFORMADA. Trecho do voto: "Havendo mais que um orçamento, é razoável fixar como indenização o menor deles (art. 402, CC)."(TJ-RO - RI: 70009068620188220017 RO 7000908-68.2018.822.0017, Data de Julgamento: 19/02/2019). Grifo não original.

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. RECURSO INOMINADO. REDE DE ELETRIFICAÇÃO RURAL. CUSTEIO DE OBRA DE EXTENSÃO DE REDE ELÉTRICA PELO CONSUMIDOR. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DOS VALORES APORTADOS. AUSÊNCIA DE TERMO FORMAL ENTRE AS PARTES. RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. MENOR VALOR ORÇAMENTOS. Evidenciado que o consumidor arcou com os custos de instalação de rede elétrica rural, de responsabilidade da concessionária pública, é devida a restituição dos valores pagos, verificada a partir do menor valor dentre os orçamentos juntados. (Autos de nº 7000287-39.2016.8.22.0010; Relator Juiz Jorge Luiz dos Santos Leal; Julgado em 22/02/2017). Grifo não original.

Assim, o valor da indenização deve ser fixado pelo menor valor de orçamento pesquisado neste juízo (entre R$ 6.000,00 e R$ 8.000,00 para subestações de 5kVA até 10kVA), logo, neste caso, estabeleço a quantia total de R$ 6.000,00 para subestação de 5Kva construída pelo autor, com juros de mora de 1% contados da citação e correção monetária contada a partir do ajuizamento da ação.

Ante o exposto, julgo procedente em parte o pedido formulado pelo(a) requerente e, via de consequência, condeno a requerida a restituir ao(a) requerente o valor gasto na construção da subestação de energia elétrica referente à unidade consumidora localizada na linha 03, s/n, Km 23, zona Rural de Ji-Paraná/RO, na quantia de R$ 6.000,00, corrigido com juros de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação e correção monetária a partir do ajuizamento da ação, com o reconhecimento da incorporação ao patrimônio da concessionária, ressalvado que eventualmente deverá ser observado o § 3º do art. 3º da Lei 9.099/952 (renúncia ao crédito excedente a 40 salários mínimos) caso o valor atualizado ultrapasse o teto estabelecido neste âmbito.

Como corolário, resolvo o MÉRITO e extingo o processo, com fundamento no artigo 487, I, do CPC.

Considerando que a parte requerente não demonstrou que eventual pagamento de custas e honorários advocatícios irá prejudicar o seu próprio sustento ou o da sua família (parágrafo único do art. 2º da Lei 1.060/50), indefiro os benefícios da justiça gratuita.

Sem custas e honorários advocatícios nesta instância (art. 55 da Lei 9.099/1995).

Com o trânsito em julgado, arquivem-se.

Seguindo o Enunciado 5º do 1º Fojur de Rondônia, transitada em julgado esta DECISÃO (10 dias após ciência da DECISÃO), ficará a parte demandada automaticamente intimada para pagamento integral do quantum determinado (valor da condenação acrescido dos consectários legais determinados), em 15 (quinze) dias, nos moldes do art. 523, §1º, do CPC/15, sob pena de acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o montante total líquido e certo.

Havendo pagamento voluntário do débito, expeça-se alvará em favor do(a) credor(a).

Sobrevindo requerimento de cumprimento de SENTENÇA, com fundamento nas Diretrizes Gerais Judiciais, artigo 118, 124, VIII, XVI, XXXI, "a", "b" e "e", determino que a Secretaria retifique a autuação para cumprimento de SENTENÇA e encaminhe os autos à Contadoria Judicial quando necessário em ações oriundas da atermação ou, ainda, intime a parte exequente para apresentar planilha atualizada do débito, caso não tenha sido juntada ao feito. Somente então, os autos deverão vir conclusos.

SENTENÇA registrada automaticamente e publicada no DJE.

Ji-Paraná, quinta-feira, 2 de maio de 2019.

Maximiliano Darcy David Deitos

Juiz de Direito

1https://www.tjro.jus.br/noticias/item/7318-turma-recursal-firma-dois-precedentes-em-acoes-de-massa (acesso em 06/03/2017, às 15:52h)

2§ 3º A opção pelo procedimento previsto nesta Lei importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido neste artigo, excetuada a hipótese de conciliação.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Av. Elias Cardoso Balau, nº 1120, Bairro Jd. Aurélio Bernardi, CEP 76.907-400, Ji parana, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1ª Juizado Especial
Rua Elias Cardoso Balau, 1220, Próximo ao Detan e BPM., Jardim Aurélio Bernardi, Ji-Paraná - RO - CEP: 76907-400 - Fone:(69)
Processo n. 7004099-26.2019.8.22.0005
REQUERENTE: J B DOS SANTOS PEREIRA - ME
Advogado do(a) REQUERENTE: OSMAR MORAES DE FRANCA FILHO - RO7494
REQUERIDO: ANDERSON GUIMARAES VICENTE
Intimação
Processo: 7004099-26.2019.8.22.0005
FINALIDADE: Intimar a parte autora, por seu (sua) advogado (a) constituído (a), a comparecer em Audiência de Conciliação, que realizar-se-á nas dependências do CEJUSC – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, Rua Elias Cardoso Balau, nº 1220, bairro Jardim Aurélio Bernardes, Ji-Paraná/RO, ciente que a ausência importará em extinção e arquivamento do feito, nos termos do art. 51, I, da lei 9.099/95, bem como das demais advertências constantes no Prov. Conj. Presidência e Corregedoria 001/2017,(DJ 08/06/2017), conforme determinado no r. DESPACHO.
AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação Sala: Sala 2 Data: 29/05/2019 Hora: 08:30
ADVERTÊNCIAS(conforme Prov. Conj. Presidência e Corregedoria 001/2017, DJ 08/06/2017): 1. A ausência do autor na audiência acarretará extinção e arquivamento do feito, a do requerido presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora – revelia (Art. 20 da Lei 9.099/95). Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica no polo ativo, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). 2.A pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá fazer-se presente na audiência através de preposto credenciado (carta) com poderes específicos, sob pena de revelia, salvo na hipótese de celebração de acordo, caso em que a carta poderá ser juntada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas; 3. Havendo relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova; 4.A parte requerida deverá até o ato da data da audiência de conciliação, apresentar contestação e demais provas, justificando a pertinência, inclusive indicação de testemunhas (com completa qualificação); 5. Na audiência de conciliação, a parte autora deverá se manifestar, em até 10 min, sobre a contestação e documentos eventualmente apresentados pelo requerido. 6.Em causas de valor inferior à 20 salários-mínimos, a presença de advogado é facultativa, ciente as partes das manifestações necessárias, conforme acima exposto (item 4 e 5). Nas causas de valor superior a 20 salários-mínimos, as partes deverão comparecer acompanhadas de advogado. Caso não disponham de recursos para contratação de advogado, deverão solicitar atendimento, com antecedência (15 dias antes da audiência), à sede da Defensoria Pública (AV.: Marechal Rondon Nº 527, Bairro: Centro, Ji-Paraná, Fone (69) 3422-7112); 7. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação/ MANDADO de intimação. 8. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo; 9- As partes deverão comparecer à audiência munidos de documentos de identificação válidos (Pessoa Jurídica – atos constitutivos, contrato social), bem como cientes de seus dados bancários, a fim de agilizar eventual acordo.
Ji-Paraná, 2 de maio de 2019.
Kennyson Júlio da Silva Marcelino
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1ª Juizado Especial
Rua Elias Cardoso Balau, 1220, Próximo ao Detan e BPM., Jardim Aurélio Bernardi, Ji-Paraná - RO - CEP: 76907-400 - Fone:(69)
Processo n. 7004134-83.2019.8.22.0005
EXEQUENTE: RS PET SHOP LTDA - ME
Advogado do(a) EXEQUENTE: PAULO OTAVIO CATARDO SILVA - RO9457
EXECUTADO: MARCIA SCHULTZ
Intimação
Processo: 7004134-83.2019.8.22.0005
FINALIDADE: Intimar a parte autora, por seu (sua) advogado (a) constituído (a), a comparecer em Audiência de Conciliação, que realizar-se-á nas dependências do CEJUSC – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, Rua Elias Cardoso Balau, nº 1220, bairro Jardim Aurélio Bernardes, Ji-Paraná/RO, ciente que a ausência importará em extinção e arquivamento do feito, nos termos do art. 51, I, da lei 9.099/95, bem como das demais advertências constantes no Prov. Conj. Presidência e Corregedoria 001/2017,(DJ 08/06/2017), conforme determinado no r. DESPACHO.
AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação Sala: Sala 2 Data: 29/05/2019 Hora: 09:30
ADVERTÊNCIAS(conforme Prov. Conj. Presidência e Corregedoria 001/2017, DJ 08/06/2017): 1. A ausência do autor na audiência acarretará extinção e arquivamento do feito, a do requerido presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora – revelia (Art. 20 da Lei 9.099/95). Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica no polo ativo, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). 2.A pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá fazer-se presente na audiência através de preposto credenciado (carta) com poderes específicos, sob pena de revelia, salvo na hipótese de celebração de acordo, caso em que a carta poderá ser juntada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas; 3. Havendo relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova; 4.A parte requerida deverá até o ato da data da audiência de conciliação, apresentar contestação e demais provas, justificando a pertinência, inclusive indicação de testemunhas (com completa qualificação); 5. Na audiência de conciliação, a parte autora deverá se manifestar, em até 10 min, sobre a contestação e documentos eventualmente apresentados pelo requerido. 6.Em causas de valor inferior à 20 salários-mínimos, a presença de advogado é facultativa, ciente as partes das manifestações necessárias, conforme acima exposto (item 4 e 5). Nas causas de valor superior a 20 salários-mínimos, as partes deverão comparecer acompanhadas de advogado. Caso não disponham de recursos para contratação de advogado, deverão solicitar atendimento, com antecedência (15 dias antes da audiência), à sede da Defensoria Pública (AV.: Marechal Rondon Nº 527, Bairro: Centro, Ji-Paraná, Fone (69) 3422-7112); 7. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação/ MANDADO de intimação. 8. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo; 9- As partes deverão comparecer à audiência munidos de documentos de identificação válidos (Pessoa Jurídica – atos constitutivos, contrato social), bem como cientes de seus dados bancários, a fim de agilizar eventual acordo.
Ji-Paraná, 2 de maio de 2019.
Kennyson Júlio da Silva Marcelino
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Elias Cardoso Balau, nº 1120, Bairro Jd. Aurélio Bernardi, CEP 76.907-400, Ji parana, RO Processo: 7002037-13.2019.8.22.0005
Assunto:Indenização por Dano Moral, Erro Médico, Tratamento Médico-Hospitalar
Parte autora: REQUERENTE: WANDERLY MARQUES DA SILVA CPF nº 422.019.852-00, RUA PADRE FRANCO 1845, - ATÉ 2380/2381 HABITAR BRASIL - 76909-846 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO REQUERENTE: GENECI ALVES APOLINARIO OAB nº RO1007

Parte requerida: REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA CNPJ nº 19.907.343/0001-62, AVENIDA FARQUAR 2986 PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
1- Cuida-se de ação de obrigação de fazer com pedido de tutela provisória de urgência e danos morais, em que se objetiva que o Estado de Rondônia seja compelido a providenciar para a parte autora o tratamento (procedimento cirúrgico), uma vez que apresenta Lesão de LCA+ menisco (CID. S 832) e PSEUDOARTROSE (CID M 23.5).
Em que pese as alegações descritas na exordial, não vislumbro presente os requisitos autorizadores para a concessão da tutela (art. 294 e 300,do CPC c/c art. 35-C, inciso I, da Lei n. 9.656/98). Não há laudo médico recente confirmando a necessidade do procedimento cirúrgico, inclusive, verifico que, no último laudo acostado aos autos (data de 08/06/2017), o médico solicitou novos exames para avaliar a situação atual da lesão e se há indicação cirúrgica (fls. 17, id. 25122893). Dispõe o Enunciado n. 51 da Jornada de Direito da Saúde/CNJ: "Saúde Pública - Nos processos judiciais, a caracterização da urgência/emergência requer relatório médico circunstanciado, com expressa menção do quadro clínico de risco imediato". No presente caso, não visualizo nenhum laudo médico mencionando a urgência do(s) procedimento(s).
Assim, não denoto ter restado comprovado, de forma taxativa, o perigo de dano à saúde da parte autora. O agravamento na saúde do(a) requerente em razão da não realização do procedimento pleiteado, por certo, não é presumível. É necessário prova robusta que o(a) autor(a) esteja na iminência de sofrer dano irreparável ou de difícil reparação, mormente tendo em vista que eventual descumprimento da DECISÃO poderá acarretar sequestro de verba pública.
2- Ausente provas do fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, por ora, indefiro a tutela antecipada.
3- No entanto, nada impede a parte autora em apresentar/reiterar o pedido do procedimento a qualquer momento durante o processo, mediante a juntada de laudo médico atestando a urgência e especificando os riscos de sua não realização.
4- Após, CITE-SE os requerido para responder a presente, apresentando defesa e todos os documentos de prova que porventura possuam, no prazo de 30 dias contados da ciência (artigos 9º e 7º da Lei 12.153/09).
Observação: o(s) requerido(s) deverá(ão) informar/demonstrar em sua peça de contestação e/ou, em sendo o caso, em resposta à DECISÃO liminar: a) possibilidade de atendimento administrativo; b) inexistência de urgência na realização do procedimento; c) existência de fila para realização do atendimento, posição do paciente e possibilidade de aguardar; e d) previsão de realização de mutirões que possam beneficiar o(a) requerente, etc.
5 - Após, intime-se a parte autora para, querendo, impugnar a contestação, no prazo de 10 dias.
6- Nada mais havendo, façam os autos conclusos para SENTENÇA.
CÓPIAS DA PRESENTE SERVIRÃO DE MANDADO /CARTA.
PARTE REQUERIDA:
ESTADO DE RONDÔNIA, pessoa jurídica de direito público com sede na comarca de capital, devendo ser citado na pessoa de seu representante legal, o Procurador do Estado, com endereço na Avenida Imigrantes, n.º 3503, Bairro Costa e Silva, CEP: 76.803-611, comarca de Porto Velho-RO.
Ji parana/RO, quinta-feira, 2 de maio de 2019
Maximiliano Darci David Deitos
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Elias Cardoso Balau, nº 1120, Bairro Jd. Aurélio Bernardi, CEP 76.907-400, Ji parana, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Elias Cardoso Balau, nº 1120, Bairro Jd. Aurélio Bernardi, CEP 76.907-400, Ji parana, RO Processo: 7012119-40.2018.8.22.0005
Assunto:Indenização por Dano Material
Parte autora: REQUERENTE: NELSON CARDOSO DE FREITAS CPF nº 419.105.162-87, ÁREA RURAL s/n ÁREA RURAL DE JI-PARANÁ - 76914-899 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO REQUERENTE: EDER KENNER DOS SANTOS OAB nº RO4549, JOZIMEIRE BATISTA DOS SANTOS OAB nº RO8838
Parte requerida: REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB nº MS6835
SENTENÇA
Cuida-se de ação de indenização por danos materiais, ajuizada em face da CERON, em razão de incorporação de subestação de energia elétrica para o seu patrimônio.
Dispõe o artigo 373, I, do CPC/2015, que à parte autora cabe a prova constitutiva do seu direito, correndo o risco de perder a causa se não provar os fatos alegados. Por outro lado, à parte requerida cabe exibir, de modo concreto, coerente e seguro, elementos que possam modificar, impedir ou extinguir o direito da parte autora (art. 373, II, do CPC/2015).
Prescrição: Já decidiu o Tribunal de Justiça de Rondônia que o marco inicial para a contagem do prazo prescricional nas ações de ressarcimento de valores pagos a título de participação financeira do consumidor no custeio de construção de rede elétrica (subestação) tem início a partir da data em que a rede elétrica do particular foi incorporada ao patrimônio da concessionária1.
Assim, considerando que não há nos autos demonstração de quando a subestação foi incorporada ao patrimônio da CERON, ônus que lhe competia, já que alegou a preliminar de prescrição, rejeito a preliminar suscitada. Neste sentido, a seguinte DECISÃO: Apelação cível. CERON. Construção de subestação de energia elétrica. Valores. Ressarcimento. Prescrição. Afastada. Início do prazo. Data da incorporação da subestação à concessionária. Não informada. Provimento. O termo inicial para a contagem do prazo prescricional, nas ações de cobrança de valores gastos na construção de subestação de energia elétrica, é a data da incorporação da subestação ao patrimônio da concessionária, sem a qual não há como definir o marco inicial para contagem do prazo. Recurso provido para afastar a ocorrência da prescrição. (TJRO, APL 0001776-32.2013.8.22.0021, 1ª Câmara Cível, Rel. Des. Sanção Saldanha, J. em 01/09/2015).
Restituição de valores: Merece procedência o pedido inicial, uma vez que tendo a CERON incorporado a subestação de energia elétrica ao seu patrimônio, devido o ressarcimento dos valores despendidos pelo autor para a construção e instalação da mesma, sob pena de enriquecimento sem causa da requerida.
Neste sentido, utilizo como razões de decidir a fundamentação constante na DECISÃO proferida nos autos nº 7002494-69.2015.8.22.0010, de relatoria de Enio Salvador Vaz, julgado em 07/11/2016 (DJe de 01/12/2016), a seguir transcrito.
Tal situação é flagrante afronta ao direito de propriedade – este, direito fundamental, pois tem-se em mente que no momento em que o particular edifica uma rede elétrica utilizando de recursos próprios, não tendo firmado com a concessionária Convênio de Devolução, Termo de Contribuição, Termo de Doação, ou qualquer outro instrumento que transfira a propriedade da rede elétrica para a concessionária, o bem em comento passa a integrar sua esfera patrimonial, vale dizer, o particular passa a ser o legítimo proprietário da rede elétrica.

A situação também é afronta ao direito do consumidor, visto que a empresa além de incorporar aquela, ainda se estabelece em uma situação de clara vantagem em relação a este.
Além disso, a empresa passou a obter vantagens financeiras, através das cobranças, com o uso e manutenção da rede pertencente à parte recorrente, posto que passou a utilizar-se da propriedade alheia para a prestação de seus serviços, o que, sem o devido ressarcimento, abre espaço para o "enriquecimento sem causa".
No caso em tela, a análise dos autos revela que a parte recorrente instruiu a inicial com documentos, dos valores aportados com a rede de eletrificação feito em sua propriedade. Bem como documentos que revelam a prévia autorização da CERON na edificação de tal rede.
Insta ressaltar que a Resolução Normativa nº 229, de agosto de 2006 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, estabelece as condições gerais para a incorporação de redes particulares pelas permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, como previsto pela Lei 10.438/02, o que consta em seu artigo 8º.
Ora, assim afirma o texto da Lei 10.438/02, acerca da incorporação de rede elétrica rural, em seu artigo 14, § 5º:
'A ANEEL também estabelecerá procedimentos para que o consumidor localizado nas áreas referidas no inciso II do caput possa antecipar seu atendimento, financiando ou executando, em parte ou no todo, as obras necessárias, devendo esse valor lhe ser restituído pela concessionária ou permissionária após a carência de prazo igual ao que seria necessário para obter sua ligação sem ônus.'
Ve-se, assim, que a situação fática descrita amolda-se perfeitamente à legislação, bem como obedece aos requisitos regulamentados pela ANEEL, pois que, solicitou autorização prévia, inclusive estimando os custos totais para este procedimento, discriminando os valores para indenização, conforme art. 8º, inciso III, da resolução nº 229/2006.
Pelas razões expostas, a fim de que não haja enriquecimento sem causa por parte da concessionária de energia, a parte deve ser restituída, uma vez que a subestação possui valor, houve custo para sua construção e é de interesse do recorrente, visto que incorporou ao seu patrimônio a referida eletrificação rural e as vantagens dela decorrentes.
Deve, ainda, caso não tenha ocorrido formalmente, ocorrer a incorporação da rede elétrica ao patrimônio da empresa concessionária.
Esta turma já foi unânime em decidir questões muito análogas a esta, tendo firmado entendimento no dever de indenizar, conforme cito abaixo:
CERON. CONSTRUÇÃO DE REDE ELÉTRICA RURAL. RECURSOS PARTICULARES. DEVER DA CONCESSIONÁRIA RESTITUIR INTEGRALMENTE O VALOR. (AUTOS N. 1001703-31.2012.8.22.0004, Recurso provido à unanimidade, Relatora Juíza Euma Tourinho, data do julgamento 08/10/2014).
Por tais considerações, DOU PROVIMENTO ao Recurso Inominado, determinando que a requerida, ora recorrida, CERON, efetue a restituição dos valores apresentados na inicial – tendo como parâmetro os orçamento anexos na exordial.
Ressalvado apenas que deverá ser observado o § 3º, do art. 3º, da Lei 9.099/95, caso o valor atualizado ultrapasse o teto estabelecido neste âmbito.
Ademais, a jurisprudência de nosso Tribunal tem aceito orçamento atualizado como comprovante de valores despendidos na construção da subestação, sendo o caso dos autos, merecendo, portanto, procedência os pedidos.
Por identidade de razão, confira-se:
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. RECURSO INOMINADO. CONSTRUÇÃO DE REDE ELÉTRICA. SUBESTAÇÃO. RESSARCIMENTO DE VALORES DE ACORDO COM ORÇAMENTO ATUALIZADO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO. RECURSO INOMINADO, Processo nº 7001145-52.2015.822.0003, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz Enio Salvador Vaz, Data de julgamento: 21/07/2017.
Ante o exposto, julgo procedente o pedido formulado pelo(a) requerente e, via de consequência, condeno a requerida a restituir ao(a) requerente o valor gasto na construção da subestação de energia elétrica referente à unidade consumidora localizada no lote 31, na linha 78, gleba 07, zona Rural de Ji-Paraná/RO, na quantia de R$ 7.077,60, corrigida com juros de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação e correção monetária a partir do ajuizamento da ação, com o reconhecimento da incorporação ao patrimônio da concessionária, ressalvado que eventualmente deverá ser observado o § 3º do art. 3º da Lei 9.099/952 (renúncia ao crédito excedente a 40 salários mínimos) caso o valor atualizado ultrapasse o teto estabelecido neste âmbito.
Como corolário, resolvo o MÉRITO e extingo o processo, com fundamento no artigo 487, I, do CPC.
Considerando que a parte requerente não demonstrou que eventual pagamento de custas e honorários advocatícios irá prejudicar o seu próprio sustento ou o da sua família (parágrafo único do art. 2º da Lei 1.060/50), indefiro os benefícios da justiça gratuita.
Sem custas e honorários advocatícios nesta instância (art. 55 da Lei 9.099/1995).
Com o trânsito em julgado, arquivem-se.
Seguindo o Enunciado 5º do 1º Fojur de Rondônia, transitada em julgado esta DECISÃO (10 dias após ciência da DECISÃO), ficará a parte demandada automaticamente intimada para pagamento integral do quantum determinado (valor da condenação acrescido dos consectários legais determinados), em 15 (quinze) dias, nos moldes do art. 523, §1º, do CPC/15, sob pena de acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o montante total líquido e certo.
Havendo pagamento voluntário do débito, expeça-se alvará em favor do(a) credor(a).
Sobrevindo requerimento de cumprimento de SENTENÇA, com fundamento nas Diretrizes Gerais Judiciais, artigo 118, 124, VIII, XVI, XXXI, "a", "b" e "e", determino que a Secretaria retifique a autuação para cumprimento de SENTENÇA e encaminhe os autos à Contadoria Judicial quando necessário em ações oriundas da atermação ou, ainda, intime a parte exequente para apresentar planilha atualizada do débito, caso não tenha sido juntada ao feito. Somente então, os autos deverão vir conclusos.
SENTENÇA registrada automaticamente e publicada no DJE.
Ji-Paraná, quinta-feira, 2 de maio de 2019.
Maximiliano Darcy David Deitos
Juiz de Direito
1https://www.tjro.jus.br/noticias/item/7318-turma-recursal-firma-dois-precedentes-em-acoes-de-massa (acesso em 06/03/2017, às 15:52h)
2§ 3º A opção pelo procedimento previsto nesta Lei importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido neste artigo, excetuada a hipótese de conciliação.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Elias Cardoso Balau, nº 1120, Bairro Jd. Aurélio Bernardi, CEP 76.907-400, Ji parana, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia | Ji-Paraná - 1ª Juizado Especial
Endereço: Rua Elias Cardoso Balau n. 1220 - Bairro Jardim Aurélio Bernardi
(Próximo ao DETRAN) Ji-Paraná/RO - CEP: 76907-400
INTIMAÇÃO
Processo n.: 7000149-82.2014.8.22.0005 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Assunto: [Gratificação Complementar de Vencimento]
EXEQUENTE: MIGUEL JUNHICHI DEGUCHI
EXECUTADO: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS, RODAGENS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - DER/RO
FINALIDADE: Por ordem do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito do 1º Juizado Especial desta Comarca, fica a parte Autora intimada da expedição da RPV; da intimação da Fazenda Pública para efetuar o pagamento do referido documento no prazo de 02 (dois) meses, contados a partir da data da ciência do referido órgão no sistema PJE. Fica ainda intimada, a comprovar nos autos o recebimento do valor devido, para fins de baixa no sistema SAPRE.
Ji-Paraná/RO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Elias Cardoso Balau, nº 1120, Bairro Jd. Aurélio Bernardi, CEP 76.907-400, Ji parana, RO Processo: 7008908-93.2018.8.22.0005
Assunto:Rescisão do contrato e devolução do dinheiro, Obrigação de Fazer / Não Fazer
Parte autora: REQUERENTE: MARLI MARTINS DA SILVA CPF nº 772.685.552-53, AVENIDA LÍRIO POSSAMAI 807 JARDIM SÃO CRISTÓVÃO - 76913-849 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO REQUERENTE:
Parte requerida: REQUERIDO: COSME DE OLIVEIRA SANTOS CPF nº 963.641.062-34, ERMELINDO MILANI 1117 SETOR 01 - 76863-000 - RIO CRESPO - RONDÔNIA
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO REQUERIDO:
SENTENÇA
Cuida-se de ação de obrigação de fazer e de restituição de valores, ajuizada por Marli Martins da Silva em face de Cosme de Oliveira Santos, objetivando a transferência da propriedade do veículo Honda/ Biz 125 EX, ano de fabricação 2015/2015, cor vermelha, placa NCT 9433, chassi 9C2JC4830FR093973, para o nome da requerente, junto ao DETRAN/RO.
Compulsando os autos, constato que as alegações do requerente merecem guarida, pois os documentos apresentados confirmam a narrativa da inicial, bem como as conversas de whatsapp comprovam que o requerido assumiu o compromisso de enviar o documento para a requerente efetuar a transferência do veículo. Desse modo, afasto a preliminar de ilegitimidade arguida, vez que ficou evidenciado nas provas acostadas aos autos que o requerido realizou o negocio com a requerente, em especial pelas conversas de whatsapp.
Dispõe o artigo 373, I, do CPC/2015, que à parte autora cabe a prova constitutiva do seu direito, correndo o risco de perder a causa se não provar os fatos alegados. Por outro lado, à parte requerida cabe exibir, de modo concreto, coerente e seguro, os elementos que possam modificar, impedir ou extinguir o direito da parte autora (art. 373, II, do CPC/2015).
A requerente em sua impugnação a contestação, que após a apreensão do veículo o requerido providenciou o documento para a devida regularização do mesmo, pretendendo assim somente o ressarcimento dos valores pagos pela permanência do veículo no pátio do Detran no valor de 303,20, bem com o pagamento da quantia de R$ 293,00, referente a multa pelo não licenciamento.
Com relação ao pedido de ressarcimento de valores, a parte autora comprovou que quitou a quantia de R$ 303,20, pela permanência do veículo no pátio do Detran devido a apreensão, logo, a requerida deverá ressarcir tal quantia à parte autora, acrescida de juros de mora de 1% a partir da citação e correção monetária contada do desembolso (09-08-2018). No tocante ao valor de R$ 293,47, fica condicionado a comprovação do pagamento para eventual ressarcimento.
Ante todo o exposto, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE EM PARTE os pedidos da inicial e: a) condeno o requerido COSME DE OLIVEIRA SANTOS no ressarcimento de R$ 303,20, corrigido com juros de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação e correção monetária a partir do desembolso (09-08-2018), conforme súmula 43, do STJ; b) condeno o requerido ao pagamento de R$ 293,47, condicionado a comprovação de pagamento na fase de execução. Sobre esse valor devem incidir juros de mora de 1% ao mês da citação e correção monetária a partir do desembolso, conforme súmula 43, do STJ.
Sem custas e honorários (artigo 55 da Lei 9.099/95).
Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.
Seguindo o Enunciado 5º do 1º Fojur de Rondônia, transitada em julgado esta DECISÃO (10 dias após ciência da DECISÃO), ficará a parte demandada automaticamente intimada para pagamento integral do quantum determinado (valor da condenação acrescido dos consectários legais determinados), em 15 (quinze) dias, nos moldes do art. 523, §1º, do CPC/15, sob pena de acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o montante total líquido e certo.
Havendo pedido de cumprimento de SENTENÇA, retifique-se a classe processual para "cumprimento de SENTENÇA ". Após, conclusos.
SENTENÇA registrada e publicada via PJE.
Cópias da presente servem de comunicação.
Ji-Paraná, data da assinatura.
Maximiliano Darcy David Deitos
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Elias Cardoso Balau, nº 1120, Bairro Jd. Aurélio Bernardi, CEP 76.907-400, Ji parana, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia | Ji-Paraná - 1ª Juizado Especial
Endereço: Rua Elias Cardoso Balau n. 1220 - Bairro Jardim Aurélio Bernardi
(Próximo ao DETRAN) Ji-Paraná/RO - CEP: 76907-400
Processo n. 7001263-80.2019.8.22.0005
REQUERENTE: DARIO FRANCISCO DE FRANCA
Advogados do(a) REQUERENTE: THAYSA SILVA DE OLIVEIRA - RO6577, AGNYS FOSCHIANI HELBEL - RO6573
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA
INTIMAÇÃO
Por ordem do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito do 1º Juizado Especial desta Comarca, fica a parte Autora intimada, através do seu respectivo Advogado, para, querendo, apresentar impugnação à contestação nos autos em referência, no prazo de quinze (15) dias.
Ji-Paraná-RO, 2 de maio de 2019.
Kennyson Júlio da Silva Marcelino
Diretor de Cartório

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Elias Cardoso Balau, nº 1120, Bairro Jd. Aurélio Bernardi, CEP 76.907-400, Ji parana, RO Processo: 7003391-73.2019.8.22.0005
Assunto:Adimplemento e Extinção
Parte autora: AUTOR: LAURITA ALVES DE JESUS CPF nº 830.749.022-72, RUA PARINTINS 1356, - DE 1190/1191 AO FIM JARDIM PRESIDENCIAL - 76901-088 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO AUTOR: ENOQUE ALVES DE JESUS OAB nº PR94784
Parte requerida: RÉUS: JOSUE ALVES DE JESUS CPF nº 606.580.452-53, RUA PARINTINS 1380, - DE 1190/1191 AO FIM JARDIM PRESIDENCIAL - 76901-088 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA, P. G. D. E. D. R. -. P., AVENIDA DOS IMIGRANTES 3503, - DE 3129 A 3587 - LADO ÍMPAR COSTA E SILVA - 76803-611 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado da parte requerida: ADVOGADOS DOS RÉUS:
DECISÃO
Trata-se de ação de obrigação de fazer proposta por Laurita Alves de Jesus, objetivando a internação compulsória do seu filho Laurita Alves de Jesus, uma vez que diagnosticado como ESQUIZOFRENIA PARANOIDE ASSOCIADA A DEPENDENCIA QUÍMICA.
Os autos vieram a este juizado sob argumento de que o valor da causa não supera o teto previsto no artigo 2º da Lei 12.153/09, qual seja 60 salários mínimos.
Todavia, denoto que a matéria objeto da ação, além de ser complexa, outros critérios balizadores da competência material deste Juizado Fazendário é determinado pelo conteúdo dos pedidos iniciais, onde se estabelecem os limites da lide no pedido e na causa de pedir que envolve/compromete o estado e a capacidade civil da pessoa, ainda que o pedido envolva debate sobre a prestação do direito à saúde pelo Poder Público. Dispõe o art. 8º da Lei Federal nº 9.099/95, de aplicação subsidiária ao Juizado Especial da Fazenda Pública, que os incapazes não poderão ser parte junto ao Juizado Especial. A matéria trazida nesta demanda judicial diz respeito à internação compulsória, matéria desafeta a este Juizado, por incompetência material.
Corroborando ao exposto são as jurisprudências:
FAZENDA PÚBLICA. INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA. PERÍCIA COMPLEXA. NECESSIDADE. INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL. O Juizado Especial é incompetente para o julgamento de

demandas de internação compulsória para tratamento de dependência química, pois o litígio demanda a realização de prova técnica de complexidade incompatível com os limites objetivos de competência dos Juizados Especiais. Recurso Inominado, Processo nº 0002107-13.2014.822.0010, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Des. José Jorge R. da Luz, Data de julgamento: 28/01/2016;
EMENTA: EMENTA: CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. INTERNAMENTO COMPULSÓRIO. MEDIDA EXCEPCIONAL QUE DEMANDA PRODUÇÃO DE PROVA INCOMPATÍVEL COM AQUELAS PREVISTAS NO MICROSISTEMA DO JUIZADO. CONFLITO IMPROCEDENTE. (TJPR - 5ª C.Cível em Composição Integral - CC - 1556598-5 - Londrina - Rel.: Carlos Mansur Arida - Unânime - - J. 22.11.2016). (TJ-PR - CC: 15565985 PR 1556598-5 (Acórdão), Relator: Carlos Mansur Arida, Data de Julgamento: 22/11/2016, 5ª Câmara Cível em Composição Integral, Data de Publicação: DJ: 1934 02/12/2016);
AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTERNAÇÃO COMPUSLÓRIA. DEMANDA QUE ENVOLVE DEBATE SOBRE O ESTADO E A CAPACIDADE CIVIL DA PESSOA. COMPETENCIA PARA PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO FEITO. VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES. É entendimento sedimentado no âmbito desta Corte a competência dos juízos de família para o conhecimento de ações que visam à internação compulsória de dependentes químicos ou pessoas acometas por distúrbios ou patologias de ordem psicológica e ou psiquiátrica que comprometam a capacidade civil do indivíduo matéria atinente ao estado da pessoa a teor do art. 84, IV, da Lei nº 7.356/80 (COJE), ainda que o pedido também envolva debate sobre a prestação do direito à saúde pelo Poder Público. Considerando que a Comarca de Dom Pedrito não possui vara especializada em matéria de Direito de Família, o processo deverá permanecer na Vara Judicial, com competência para processar e julgar matéria dessa natureza. DECISÃO agravada reformada. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO. (Agravo de Instrumento Nº 70077537330, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sandra Brisolara Medeiros, Julgado em 25/07/2018). (TJ-RS - AI: 70077537330 RS, Relator: Sandra Brisolara Medeiros, Data de Julgamento: 25/07/2018, Sétima Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 27/07/2018).
Ainda, neste sentido, consigno que foi editado, no I Fórum Permanente dos Juizados Especiais de Rondônia (FOJUR), o Enunciado 3, que dispõe:
"Os Juizados Especiais da Fazenda Pública não são competentes para conhecer pedidos de internação compulsória de dependentes químivos, dada a complexidade da matéria". (https://www.tjro.jus.br/noticias/item/5420-i-forum-permanente-dos-juizados-especiais-divulga-enunciados-aprovados).
Por tudo o exposto, a incompetência deste juizado deve ser reconhecida, ante a complexidade da causa e por tratar-se de matéria que envolve o estado e a capacidade civil da pessoa (incompetência material).
Ficou estabelecido no I FOJUR (Enunciado 02) que as questões de incompetência do Juizado Especial da Fazenda Pública darão ensejo a extinção do processo. No entanto, para fins de evitar prejuízo (morosidade) no alcance do atendimento jurisdicional, redistribuam/retornem os autos, com urgências ao juízo prevento, à 3ª Vara Cível desta comarca.
Com as baixas de estilo. Intimem-se.
Ji parana/RO, quinta-feira, 2 de maio de 2019
Maximiliano Darci David Deitos
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Elias Cardoso Balau, nº 1120, Bairro Jd. Aurélio Bernardi, CEP 76.907-400, Ji parana, RO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1ª Juizado Especial
Rua Elias Cardoso Balau, 1220, Próximo ao Detan e BPM., Jardim Aurélio Bernardi, Ji-Paraná - RO - CEP: 76907-400 - Fone:(69)
Processo n. 7004155-59.2019.8.22.0005
REQUERENTE: GEVALSON DE SOUZA IMPORTACAO E EXPORTACAO - EPP
Advogado do(a) REQUERENTE: GENECI ALVES APOLINARIO - RO1007
REQUERIDO: HUGO LEONARDO ALVES DA SILVA
Intimação
Processo: 7004155-59.2019.8.22.0005
FINALIDADE: Intimar a parte autora, por seu (sua) advogado (a) constituído (a), a comparecer em Audiência de Conciliação, que realizar-se-á nas dependências do CEJUSC – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, Rua Elias Cardoso Balau, nº 1220, bairro Jardim Aurélio Bernardes, Ji-Paraná/RO, ciente que a ausência importará em extinção e arquivamento do feito, nos termos do art. 51, I, da lei 9.099/95, bem como das demais advertências constantes no Prov. Conj. Presidência e Corregedoria 001/2017,(DJ 08/06/2017), conforme determinado no r. DESPACHO.
AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação Sala: Sala 2 Data: 29/05/2019 Hora: 10:30
ADVERTÊNCIAS(conforme Prov. Conj. Presidência e Corregedoria 001/2017, DJ 08/06/2017): 1. A ausência do autor na audiência acarretará extinção e arquivamento do feito, a do requerido presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora – revelia (Art. 20 da Lei 9.099/95). Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica no polo ativo, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). 2.A pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá fazer-se presente na audiência através de preposto credenciado (carta) com poderes específicos, sob pena de revelia, salvo na hipótese de celebração de acordo, caso em que a carta poderá ser juntada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas; 3. Havendo relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova; 4.A parte requerida deverá até o ato da data da audiência de conciliação, apresentar contestação e demais provas, justificando a pertinência, inclusive indicação de testemunhas (com completa qualificação); 5. Na audiência de conciliação, a parte autora deverá se manifestar, em até 10 min, sobre a contestação e documentos eventualmente apresentados pelo requerido. 6.Em causas de valor inferior à 20 salários-mínimos, a presença de advogado é facultativa, ciente as partes das manifestações necessárias, conforme acima exposto (item 4 e 5). Nas causas de valor superior a 20 salários-mínimos, as partes deverão comparecer acompanhadas de advogado. Caso não disponham de recursos para contratação de advogado, deverão solicitar atendimento, com antecedência (15 dias antes da audiência), à sede da Defensoria Pública (AV.: Marechal Rondon Nº 527, Bairro: Centro, Ji-Paraná, Fone (69) 3422-7112); 7. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação/MANDADO de intimação. 8. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo; 9- As partes deverão comparecer à audiência munidos de documentos de identificação válidos (Pessoa Jurídica – atos constitutivos, contrato social), bem como cientes de seus dados bancários, a fim de agilizar eventual acordo.
Ji-Paraná, 2 de maio de 2019.
Kennyson Júlio da Silva Marcelino
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1ª Juizado Especial
Rua Elias Cardoso Balau, 1220, Próximo ao Detan e BPM., Jardim Aurélio Bernardi, Ji-Paraná - RO - CEP: 76907-400 - Fone:(69)
Processo n. 7002160-11.2019.8.22.0005
REQUERENTE: TOP'S MOTOS COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - ME
Advogado do(a) REQUERENTE: DAIANE GOMES BEZERRA - RO7918
REQUERIDO: JAEZIO KINAAK

Intimação
Processo: 7002160-11.2019.8.22.0005
FINALIDADE: Intimar a parte autora, por seu (sua) advogado (a) constituído (a), a comparecer em Audiência de Conciliação, que realizar-se-á nas dependências do CEJUSC – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, Rua Elias Cardoso Balau, nº 1220, bairro Jardim Aurélio Bernardes, Ji-Paraná/RO, ciente que a ausência importará em extinção e arquivamento do feito, nos termos do art. 51, I, da lei 9.099/95, bem como das demais advertências constantes no Prov. Conj. Presidência e Corregedoria 001/2017,(DJ 08/06/2017), conforme determinado no r. DESPACHO.
AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação Sala: Sala 2 Data: 27/05/2019 Hora: 08:00
ADVERTÊNCIAS(conforme Prov. Conj. Presidência e Corregedoria 001/2017, DJ 08/06/2017): 1. A ausência do autor na audiência acarretará extinção e arquivamento do feito, a do requerido presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora – revelia (Art. 20 da Lei 9.099/95). Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica no polo ativo, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). 2.A pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá fazer-se presente na audiência através de preposto credenciado (carta) com poderes específicos, sob pena de revelia, salvo na hipótese de celebração de acordo, caso em que a carta poderá ser juntada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas; 3. Havendo relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova; 4.A parte requerida deverá até o ato da data da audiência de conciliação, apresentar contestação e demais provas, justificando a pertinência, inclusive indicação de testemunhas (com completa qualificação); 5. Na audiência de conciliação, a parte autora deverá se manifestar, em até 10 min, sobre a contestação e documentos eventualmente apresentados pelo requerido. 6.Em causas de valor inferior à 20 salários-mínimos, a presença de advogado é facultativa, ciente as partes das manifestações necessárias, conforme acima exposto (item 4 e 5). Nas causas de valor superior a 20 salários-mínimos, as partes deverão comparecer acompanhadas de advogado. Caso não disponham de recursos para contratação de advogado, deverão solicitar atendimento, com antecedência (15 dias antes da audiência), à sede da Defensoria Pública (AV.: Marechal Rondon Nº 527, Bairro: Centro, Ji-Paraná, Fone (69) 3422-7112); 7. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação/MANDADO de intimação. 8. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo; 9- As partes deverão comparecer à audiência munidos de documentos de identificação válidos (Pessoa Jurídica – atos constitutivos, contrato social), bem como cientes de seus dados bancários, a fim de agilizar eventual acordo.
Ji-Paraná, 2 de maio de 2019.
Kennyson Júlio da Silva Marcelino
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia | Ji-Paraná - 1ª Juizado Especial
Endereço: Rua Elias Cardoso Balau n. 1220 - Bairro Jardim Aurélio Bernardi
(Próximo ao DETRAN) Ji-Paraná/RO - CEP: 76907-400
Processo n. 7001266-35.2019.8.22.0005
REQUERENTE: SONIA AMORIM DE SOUZA ALENCAR
Advogados do(a) REQUERENTE: AGNYS FOSCHIANI HELBEL - RO6573, THAYSA SILVA DE OLIVEIRA - RO6577
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA
INTIMAÇÃO
Por ordem do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito do 1º Juizado Especial desta Comarca, fica a parte Autora intimada, através do seu respectivo Advogado, para, querendo, apresentar impugnação à contestação nos autos em referência, no prazo de quinze (15) dias.
Ji-Paraná-RO, 2 de maio de 2019.
Kennyson Júlio da Silva Marcelino
Diretor de Cartório

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia | Ji-Paraná - 1ª Juizado Especial
Endereço: Rua Elias Cardoso Balau n. 1220 - Bairro Jardim Aurélio Bernardi
(Próximo ao DETRAN) Ji-Paraná/RO - CEP: 76907-400
Processo n. 7008183-41.2017.8.22.0005
REQUERENTE: FLAVIO JUNIOR BEZERRA PAIXAO
Advogado do(a) REQUERENTE: EVERTON EGUES DE BRITO - RO4889
REQUERIDO: CLARO S.A.
Intimação
Por ordem do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito do 1º Juizado Especial desta Comarca, fica a parte Autora intimada, através do seu respectivo Advogado, para retirar o Alvará Judicial expedido nos autos em referência, bem ainda para realizar o levantamento da respectiva quantia, no prazo de quinze (15) dias, sob pena dos valores serem destinados à conta centralizadora deste Tribunal de Justiça.
Ji-Paraná-RO, 2 de maio de 2019.
Kennyson Júlio da Silva Marcelino
Diretor de Cartório

1ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo: 7004371-20.2019.8.22.0005
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ADELCI SANTOS MOREIRA DA SILVA
RÉU: MUNICIPIO DE JI-PARANA e outros
Intimação
Fica a parte REQUERIDA, intimada a, querendo, manifestar-se quanto aos embargos de declaração opostos, nos termos do Art. 1.023, § 2° do CPC.
Ji-Paraná, 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo: 7008895-94.2018.8.22.0005
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: JAIR PEDRO SANTOS
Advogado do(a) AUTOR: ABEL NUNES TEIXEIRA - RO7230
RÉU: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado do(a) RÉU: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - RO5369
INTIMAÇÃO
Ficam as partes intimadas a, no prazo de 15 dias, manifestar-se acerca do laudo pericial juntado, bem como respectivas alegações finais.
Obs.: Não é necessário peticionar unicamente informando ciência, uma vez que o Sistema a registrará automaticamente no limite do prazo da intimação.
Ji-Paraná, 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo: 7009302-03.2018.8.22.0005
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: LOURDES CORDEIRO DOS SANTOS
Advogado do(a) AUTOR: ABEL NUNES TEIXEIRA - RO7230
RÉU: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado do(a) RÉU: JOSE HENRIQUE BARROSO SERPA - RO9117

INTIMAÇÃO
Fica a parte autora, por meio de seu Advogado intimada para, querendo, no prazo de 15 dias, manifestar-se quanto as informações prestadas pelo perito conforme ID. 26541290
Obs.: Não é necessário peticionar unicamente informando ciência, uma vez que o Sistema a registrará automaticamente no limite do prazo da intimação.
Ji-Paraná-RO, 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo: 7007799-44.2018.8.22.0005
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: MICHEL ALBERTO DE JESUS
Advogado do(a) AUTOR: SERGIO LUIZ MILANI FILHO - RO7623
RÉU: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado do(a) RÉU: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - RO5369
INTIMAÇÃO
Ficam as partes intimadas a, no prazo de 15 dias, manifestar-se acerca do laudo pericial juntado, bem como respectivas alegações finais.
Obs.: Não é necessário peticionar unicamente informando ciência, uma vez que o Sistema a registrará automaticamente no limite do prazo da intimação.
Ji-Paraná, 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1ª Vara Cível, Reg. Púb. e Correg. dos Cart. Extra
Rua Ji-Paraná, nº 615, Bairro Urupá, CEP 76.900-261, Ji-Parana, RO Processo n.: 7003643-81.2016.8.22.0005
Classe: Imissão na Posse
Assunto:Imissão
REQUERENTE: LUZIA FELIX DA SILVA, RUA TARAUACÁ 3548 JORGE TEIXEIRA - 76912-883 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REQUERIDOS: JOSE DE OLIVEIRA ARAUJO, AVENIDA MARECHAL RONDON 1870, RUA MANOEL PINHEIRO MACHADO CENTRO - 76900-027 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA, MARIA DO CARMO DE LIMA CAETANO, SEM ENDEREÇO
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, CLEONICE SILVEIRA DOS SANTOS OAB nº RO2506
Valor da causa:R$43.304,18DESPACHO
Instadas a especificarem as provas que pretendiam produzir, a parte autora postulou pela prova testemunhal (ID: 21242250), apresentando rol com as seguintes testemunhas:
Terezinha Alves de Oliveira, residente e domiciliada na Rua Criciúma, nº195, Bairro Jorge Teixeira, CEP 76912-856, Ji-Paraná/RO, telefone 9.9299-7170.
Maria Helena Gonçalves Lima, residente e domiciliada na Rua Colorado do Oeste, nº 3647, Bairro Jorge Teixeira, CEP 76912-890, Ji-Paraná/RO, telefone 9.9276-5483.
Adriano Oliveira de Paula, residente e domiciliado na Rua Tarauacá, nº 3612, Bairro Jorge Teixeira, CEP 76912-883, Ji-Paraná/RO, telefone 9.9232-0722.
Dessa forma, designo audiência de instrução, para o dia 26 de junho de 2019, às 09 horas, na sala de audiências desta vara.
Determino a expedição de MANDADO de intimação das testemunhas acima indicadas, por Oficial de Justiça, o qual deverá adverti-las do comparecimento sob pena de condução coercitiva, bem como, pagamento de multa.
SERVE A PRESENTE DECISÃO DE CARTA/ MANDADO / OFÍCIO.
Ji-Paraná/RO, 30 de abril de 2019.
Haruo Mizusaki
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1ª Vara Cível, Reg. Púb. e Correg. dos Cart. Extra
Rua Ji-Paraná, nº 615, Bairro Urupá, CEP 76.900-261, Ji-Parana, RO Processo n.: 7003233-86.2017.8.22.0005
Classe: Procedimento Comum
Assunto:Anulação
AUTOR: IDEAL LOCADORA DE EQUIPAMENTOS LTDA, RUA CAPARARI 112, - ATÉ 4699/4700 NOVA PORTO VELHO - 76820-016 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MARCIO MELO NOGUEIRA OAB nº RO2827
RÉUS: CIMCERO - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA REGIAO CENTRO LESTE DO ESTADO DE RONDONIA, SEM ENDEREÇO, RONDONIA GESTAO AMBIENTAL S/A., RUA LUIZ MUZAMBINHO R teresina N570, - DE 1571/1572 A 1901/1902 NOVA BRASÍLIA - 76908-398 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS RÉUS: MARIANA DONDE MARTINS OAB nº RO5406, JULIAN CUADAL SOARES OAB nº RO2597, ADRIANA DONDE MENDES OAB nº RO4785
Valor da causa:R$459.984,00
SENTENÇA
Trata-se de ação anulatória de ato administrativo proposta por Ideal Locadora de Equipamentos LTDA em face do Consórcio Intermunicipal da Região Centro-Leste do Estado de Rondônia – CIMCERO e da empresa Rondônia Gestão Ambiental S.A com pedido de tutela antecipada.
Relatou que a empresa Nova Era Indústria e Mineralização LTDA foi vencedora do leilão e contratada no ano de 2010, celebrando com o CIMCERO, ora requerido, Contrato de Concessão de Serviço Público n. 01/CIMCERO/2010, o qual objetiva o tratamento e destinação final adequada de resíduos sólidos urbanos. Para tanto, a empresa Nova Era criou uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, chamada Rondônia Gestão Ambiental (RGA), a qual também integra o polo passivo da presente.
Aduziu que no início do ano de 2016, em razão de dificuldades financeiras enfrentadas pela empresa Nova Era e pela RGA, a empresa Nova Era postulou ao Poder Concedente a transferência da concessão e posteriormente procurou a autora, apresentando o referido contrato, o qual prevê a construção de quatro aterros sanitários em municípios distintos, mas que até aquele momento, somente tinha sido construído um aterro localizado no município de Novo Horizonte/RO.
Disse ainda, que foi-lhe apresentada a ata da 76ª Assembleia Ordinária realizada pelo requerido CIMCERO, em 23/02/2016, onde, em razão do descumprimento dos termos do contrato, determinou-se que as empresas Nova Era e RGA realizassem a transferência da concessão. Então, sobreveio a 78ª Assembleia realizada em 18/03/2016, momento em que deferiu-se que a empresa Ideal, ora autora, realizasse negócio jurídico com a concessionária Nova Era.
Após, sobreveio a 79ª Assembleia, com objetivo de analisar o plano de trabalho da autora, determinando a transferência da concessão da Nova Era para a empresa Cidade Limpa Soluções Ambientais Ltda – cujo controle societário pertence à empresa Ideal (parte autora), ressaltando que a transferência em comento foi amigável, pois a proposta de transferência da concessão foi apresentada pela própria empresa Nova Era.
Relatou ainda, que ajuizou ação de imissão na posse em desfavor da RGA postulando ser imitida na posse do aterro sanitário localizado em Novo Horizonte a fim de gerenciar-lo, promovendo a execução da concessão, o que foi deferido por aquele juízo. Contudo, posteriormente a isso, alega que a requerida RGA moveu ação judicial argumentando ser a verdadeira concessionária do contrato. Após isso, a autora protocolou requerimento de providências junto ao CIMCERO, contudo, não obteve nenhuma resposta.
Narrou que em 2016, com as eleições municipais, poucos prefeitos foram reeleitos, culminando na mudança dos representantes dos municípios consorciados e posteriormente, houve uma série de atos opostos aos celebrados no início de 2016, quando a autora foi eleita substituta da concessionária anterior.

Prosseguiu narrando que, em 13/04/2017 foi realizada a 85ª Assembleia, para a qual não foi convidada, vindo a saber da sua realização via consulta ao Diário Oficial dos Municípios, comparecendo ao ato e lá, seus representantes requereram a palavra e colocado em votação, foi vetado o direito à fala e à participação postulada pela autora. Disse que na referida assembleia deliberou-se a aprovação de uma ata de um "Conselho de Procuradores", sendo que a autora somente soube da existência da referida ata ao final da assembleia. Transcreveu trecho da ata a qual determina a anulação das atas 78ª e 79ª com o objetivo de pôr fim a transferência da execução do contrato, determinando o retorno da execução do contrato de concessão para a empresa RGA.

Alegou que o réu CIMCERO cancelou a transferência da concessão sem oportunizar o contraditório e a ampla defesa à autora. Ao final, postulou pela concessão de liminar para suspender a ata da 85ª Assembleia do CIMCERO e por fim, a declaração de nulidade da referida ata.

A tutela antecipada foi deferida, determinando a suspensão da ata supracitada (ID: 11223383).

A requerida RGA foi citada (ID: 12252307), apresentou contestação (ID: 12964206), aduzindo preliminarmente a ilegitimidade ativa da autora e no MÉRITO, a improcedência da ação.

Citado, o requerido CIMCERO (ID: 13058185) não apresentou manifestação nos autos.

A empresa Nova Era Indústria de Mineralização LTDA apresentou manifestação, postulando pela intervenção nos autos na condição de assistente da parte autora (ID: 13080977), justificando seu interesse, em síntese, em razão de atuar como gerenciadora das atividades do Contrato de Concessão celebrado pelo CIMCERO.

No ID: 16288390 apresentou-se petição em nome da requerida RGA representada pelo Sr. Fabíulo Vedana de Souza, o qual alega ser o legítimo Diretor-Presidente pois eleito para o triênio 2017/2019. Na peça em comento, há declaração de que nada tem a opor quanto ao pedido de anulação da ata da 85ª Assembleia do CIMCERO, conforme postulado na inicial, afirmando composição entre as partes do litígio instaurado nos autos.

As partes foram intimadas para manifestarem-se acerca das petições de ID: 13583579 e ID: 17579004, postulando a autora pela homologação do termo de acordo e a ré, representada pela advogada Maiaja Franken de Freias, manifestou-se no ID: 19857587 defendendo a ilegitimidade do Sr. Fabíulo em atuar em nome da mesma.

É o relatório. DECIDO.

O processo comporta julgamento no estado em que se encontra, inexistindo necessidade de produção de outras provas, além das já constantes nos autos.

1. Em preliminar de contestação, aduz a requerida RGA, que a autora firmou parceria comercial com a empresa Nova Era para execução da concessão, buscando-se anuência do CIMCERO e, após obtê-la, apresentou plano de negócios e constituição da SPE Cidade Limpa Soluções Ambientais Ltda, também aprovado, de modo que a concessão passou a pertencer a SPE em referência.

Nos autos de nº 7003146-67.2016.8.22.0005, a sociedade Ideal Locadora foi incluída no polo passivo, não compareceu aos autos e foi decretada sua revelia, sendo que, posteriormente a SPE Cidade Limpa compareceu naqueles autos aduzindo a ilegitimidade da empresa Ideal Locadora, devendo ser excluída da lide, de modo que, a empresa SPE Cidade Limpa passou a atuar naqueles autos.

Argumenta ainda, que a sociedade Cidade Limpa teve seu contrato social anulado por DECISÃO judicial (MS nº 8080124-14.2016.4.04.7100/RS) e seus atos constitutivos cancelados na Junta Comercial, deixando de existir, de modo que, as empresas Nova Era e Ideal Locadora não cumpriram a formalidade para execução da concessão do CIMCERO, qual seria, a constituição de uma SPE, pois aquela apresentada estaria extinta.

Quanto ao que relata a despeito dos fatos sucedidos nos autos de nº 7003146-67.2016.8.22.0005, não há nenhuma correlação com o objeto versado nos presentes autos, porque o fato de figurarem naqueles autos a empresa Ideal Locadora ou Cidade Limpa e eventual ilegitimidade para responder a ação é assunto que deve ser naqueles analisados. Compulsando aqueles autos, verifica-se que a empresa Ideal Locadora figura no polo passivo, inexistindo qualquer plausibilidade da argumentação ora apresentada em preliminar.

Além disso, é patente que a empresa Cidade Limpa foi constituída pela empresa Ideal Locadora, portanto, o controle societário da primeira pertence à segunda, o que assinala interesses comuns e eventual alteração contratual ou nulidade da alteração não retira da autora a legitimidade para atuar na causa.

Frente ao exposto, rejeito a preliminar de ilegitimidade suscitada pela ré.

2. Incumbe, ainda, solucionar em preliminar de MÉRITO a manifestação de ID: 16288390 apresentada pela ré RGA representada por advogado nomeado pelo Sr. Fabiulo Vedana de Souza, alegando ser o Diretor-Presidente da ré, contudo, verifico que sem razão.

A Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE 15/01/2018) juntada no ID: 19857590, demonstra que foi realizada nova eleição de diretoria para a RGA e indicados para Diretor-Presidente o Sr. Paulo Roberto Montagner e como Diretor o Sr. Patrick Shruzzi Alves, sendo a respectiva Ata lavrada em Cartório de Notas (ID: 1985759) em 10 de janeiro de 2018. Não foi demonstrado documento posterior a esse elegendo outros diretores, de modo que aqueles, até o presente momento, são as únicas partes legítimas para representarem os interesses da requerida RGA.

Desse modo, verifico que improcedem as afirmações do Sr. Fabiulo quando se diz diretor da requerida, afastando para tanto a sua legitimidade em ingressar no feito, quanto mais, porque as questões contratuais e eventuais discordâncias entre os sócios, deverão ser objeto de votação em assembleia.

Ante a ilegitimidade da representação, deixo de homologar o termo de acordo apresentado e torno sem efeito as manifestações pronunciadas nos presentes autos pelo Sr. Fabiulo.

3. Previamente ao MÉRITO, analiso também a intervenção apresentada pela empresa Nova Era (ID: 13080977) com o objetivo de atuar na condição de assistente da parte autora, postulando pela procedência da ação. Nesse sentido, extrai-se do artigo 119 do CPC, os requisitos para atuar em tal condição, quais sejam: a existência de relação jurídica com uma das partes do processo e a possibilidade da SENTENÇA influir na dita relação.

No que concerce ao interesse jurídico, vislumbra-se que a assistente Nova Era celebrou contrato com o CIMCERO, e para garantir a execução do contrato firmado, criou a empresa RGA, criada com o propósito específico para a execução da concessão outorgada à empresa Nova Era. Desse modo, a concessão em comento nunca pertenceu a RGA, mas sim, a empresa Nova Era, a qual, celebrou o contrato de concessão nº 01/CIMCERO/2010, objeto de discussão nos presentes autos, portanto, é inequívoco a configuração do seu interesse jurídico na causa, bem como, do fato de que a SENTENÇA proferida nos autos exercerá influência sob si, portanto, defiro o pedido de atuação como assistente da autora formulado pela empresa Nova Era, determinando sua inclusão no polo ativo.

Assim, presentes as condições da ação e pressupostos processuais, ausentes impedimentos, passo à análise do MÉRITO.

O pedido da parte autora consiste na declaração de nulidade da ata da 85ª Assembleia Extraordinária do CIMCERO que teve por objeto a anulação das atas da 78ª (ID: 9778461) e 79ª (ID: 9778462) Assembleias, sendo que na primeira, foi aprovado, mediante votação, autorizando a autora Ideal a realizar negócio jurídico com a concessionária Nova Era. Já na segunda assembleia, foi realizada a votação, deferindo anuência definitiva para a transferência do contrato de concessão da empresa Nova Era para a empresa Cidade Limpa, a qual o controle societário pertence a empresa Ideal Locadora.

Destarte, o direito invocado vem demonstrada pelos documentos juntados, já que a autora Ideal realizou negócio jurídico com a empresa Nova Era, visando a transferência da execução do objeto do Contrato nº 01/CIMCERO que foi autorizada mediante anuência das partes interessadas e presentes na Assembleia.

Após, sobreveio a 79ª Assembleia, com objetivo de analisar o plano de trabalho da autora, determinando a transferência da concessão da Nova Era para a empresa Cidade Limpa Soluções Ambientais Ltda – cujo controle societário pertence à empresa Ideal, ressaltando que a transferência em comento foi amigável, pois a própria empresa Nova Era apresentou a proposta de transferência da concessão.

No que tange a transferência realizada, a Lei 8.987/95, a qual dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, dispõe a respeito dos requisitos para a transferência de concessão de serviço público, vejamos:

Art. 27. A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.
§ 1o Para fins de obtenção da anuência de que trata o caput deste artigo, o pretendente deverá:
I - atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço; e
II - comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor.
Já a ata da 85ª Assembleia culminou na revogação da transferência da execução do objeto do contrato gerido pela empresa RGA (Sociedade de Propósito Específico criada pela empresa Nova Era) para a empresa Ideal Locadora, determinando o retorno da execução do contrato para a empresa RGA.
No ato de realização da 78ª e 79ª Assembleias, a própria RGA, ao lado da empresa Nova Era, demonstrou que não possuía meios para cumprir o contrato de concessão celebrado em razão de se encontrar com dificuldades financeiras, não possuindo meios suficientes para cumprir o objeto do contrato, tanto é que, após passados 6 (seis) anos da celebração do contrato, somente havia construído um aterro sanitário – dos quatro obrigados, o qual, ainda, não estava sendo gerido de maneira adequada.
Ademais, o próprio contrato de concessão (ID: 9778241) exige na cláusula primeira que os aterros sanitários objetos dos contratos, sejam mantidos devidamente licenciados. Contudo, demonstrou-se dos autos, que a sociedade RGA e a concessionária Nova Era não estavam cumprindo tal exigência, eis que o único aterro construído, não possuía as respectivas licenças de operação enquanto gerido por aquelas empresas.
Outrossim, verifica-se que na 76ª Assembeia do CIMCERO, ocorrida na data de 23/02/2016, a RGA apresentou cronograma de execução de obras, para cumprimento das obrigações contratuais, tendo a AGO, órgão deliberativo superior do Consórcio, rejeitado a proposta apresentada e determinado à concessionária Nova Era Indústria de Mineralização Ltda, que no prazo de 30 (trinta) dias, apresentasse novo parceiro, o qual, por sua vez, deveria demonstrar tecnicamente que seria capaz de cumprir o contrato de concessão, o que foi feito apresentando-se a autora como empresa com plena capacidade de cumprir integralmente o contrato.
Portanto, os atos realizados nas 78ª e 79ª Assembleias decorreram de deliberações firmadas desde a 76ª Assembleia com plena participação e anuência da concessionária e do Poder concedente, contudo, sobreveio a ata da 85ª Assembleia do CIMCERO (ID: 9778471) celebrada no dia 13/04/2017, determinando a revogação das atas 78ª e 79ª sem observar, contudo, as deliberações tomadas na assembleia anterior (76ª), pois já havia sido verificada a impossibilidade do cumprimento do contrato de concessão pela empresa Nova Era, bem como, pela sociedade RGA por ela constituída.
Assim, contrariando as deliberações anteriores, a 85ª Assembleia determinou o retorno da execução do contrato para a RGA, mas sequer foi exigido da mesma que apresentasse cronograma ou plano de execução do contrato, pondo em manifesto prejuízo o interesse dos municípios consorciados evidenciando, desde já, os vícios na 85ª Assembleia já que praticou ato contrário ao interesse do consórcio.
Ora, é incontestável que o assunto versado na referida Assembleia atingia diretamente o interesse da empresa Ideal, ora autora, já que o objeto deliberado na Assembleia tratava a respeito de qual empresa seguiria na execução da concessão pública, dentre as quais poderiam ser, a empresa Ideal, a qual naquela época detinha a referida concessão, ou se o encargo voltaria para a empresa Nova Era – por meio da SPE, Rondônia Gestão Ambiental.
Da análise da ata da 85ª Assembleia, nota-se que os advogados das empresas presentes, dentre elas, da autora Ideal, solicitaram o uso da palavra, entretanto não lhe foi permitida. Ainda, em momento posterior, o advogado da empresa Nova Era também postulou pelo uso da palavra, o que também lhe foi negado, sem apresentar qualquer justificativa para tais negativas, vejamos trecho registrado na ata:
Aberta a sessão aos presentes, ás 14:45hs, sendo requisitados pelos advogados das empresas presentes o uso da palavra pelo tempo de 10 minutos. Sendo posto em votação a pelo Sim ou pelo Não, se a palavra será dada aos requisitantes. Posto em votação. Aprovado pela unanimidade dos presentes pela não explanação dos representantes da empresa. Requerimento pelo Advogado da empresa Advogado da empresa Nova Era Indústria de Mineralização, Dr. Robson Casula, que fosse posto em deliberação para posterior votação, que lhe fosse deferido o uso da palavra por 10 min. Momento em que o Dr. Julian requereu que caso fosse deferido este pedido, este requer a utilização da palavra, mesmo achando desnecessário uma vez que esta matéria já havia se exaurido.
Logo, é evidente que o ato transgrediu o direito ao contraditório e ampla defesa administrativa, pois sem qualquer motivação foi revogado o ato que conferiu à empresa Ideal a execução da concessão pública, além disso, foi comprovado nos autos que a autora estava cumprindo o contrato de modo regular e com integral diligência, inexistindo motivação para a revogação efetuada.
Assim, especialmente em razão do assunto versado na 85ª Assembleia atingir diretamente o interesse das partes que tiveram negado o direito da palavra naquele ato, é que deveria ter sido garantido, no mínimo, o contraditório e a ampla defesa antes da tomada da DECISÃO de revogação das atas 78ª e 79ª Assembleias. Nesses termos, é o entendimento desse Tribunal:
[...] Entretanto, não significa dizer que seja possível a retirada da agravada do serviço sem que antes lhe seja garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa. Isso por que o Supremo Tribunal Federal tem reiteradamente reconhecido a aplicação da tese de "eficácia horizontal dos direitos fundamentais". […] Assim, ainda que se trate de uma relação que se limita às esferas jurídicas das duas empresas, não se pode aceitar que uma empresa criada com o fim de cumprir um contrato administrativo seja dele retirado sem que lhe seja garantida a prévia manifestação. [...] (Agravo de instrumento n. 0802683-32.2016.8.22.0000:).
Trata-se o direito à ampla defesa, de princípio constitucional expressamente previsto no artigo 5º, inciso LV da CF/88, o qual descreve: "aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes", assegurando aos interessados um procedimento justo e equitativo.
Mediante essa proteção constitucional, qualquer pessoa que tem seus interesses postos em apreciação defronte a administração pública ou ao judiciário, possui o direito de defesa empregando meios e recursos necessários, eis que a Norma Constitucional é clara: em qualquer processo, tanto administrativo quanto judicial, o direito a ampla defesa deve ser observado. A inexistência deste princípio afronta não só a Constituição Federal, mas também toda a ordem democrática do Estado de Direito. Sobre esse assunto, vejamos o entendimento da doutrina:
O direito mencionado recebe proteção especial por estar localizado no capítulo "Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos" da Constituição Federal, ou seja, o direito à ampla defesa refere-se à uma cláusula pétrea, podendo ser alterado somente mediante processo legislativo diferenciado (BESTER, 2005, p.87).
Maria Sylvia Zanella di Pietro se manifesta no sentido de que:
Em atendimento aos princípios do contraditório e da ampla defesa, a Lei nº 9.784/90 assegura ao administrado os direitos de ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas; formular alegações e apresentar documentos antes da DECISÃO, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.
[...]
Além disso, a mesma lei impõe a intimação do interessado nos seguintes
casos: para ciência de DECISÃO ou efetivação de diligências (art. 26); para conhecimento de atos do processo que resultem em imposição de deveres, ônus, sanções ou restrição ao exercício de direitos e atividades e para os atos de outra natureza, de seu interesse (art. 28); para prestação de informações ou apresentação de provas (art. 39), para apresentar alegações, em caso de interposição de recurso (art. 62) (Direito Administrativo, 14 ed. Atlas, 2002. p. 514).

O presente caso, trata de ato realizado em assembleia de consórcio público, o que se equipara aos atos da adminstração pública no que se refere a necessidade de observância aos pressupostos legais já que envolvem questões de interesse público.

Em que pese aos princípios inseridos no ordenamento jurídico, desde a designação da 85ª Assembleia já foram verificadas violações legais, pois nos termos explanados pela autora, a mesma não foi convidada e sequer informada da realização da assembleia em comento, a qual tinha como pauta justamente a transferência da concessão que por ora lhe competia e somente obteve conhecimento da sua designação mediante consulta no Diário Oficial do município.

Ainda acerca dos deveres administrativos, é ressaltado por Marçal Justen Filho:

Também haveria frustração do princípio da ampla defesa se a audiência do particular fosse posterior à prática do ato estatal. Não existe ampla defesa quando apenas se assegura a garantia do recurso, sem oportunidade para manifestação prévia. Ou seja, a participação do interessado tem de ser efetiva e real. Tal não se passa quando a Administração já formulou antecipadamente suas decisões [...] (Ampla Defesa e Conhecimento de Argüições de Inconstistitucionalidade e Ilegalidade no Processo Administrativo, Revista Dialética de Direito Tributário, nº 25, p. 75-76).

A não oportunização do direito à palavra postulado pelas partes diretamente interessadas no assunto versado na respectiva assembleia, feriu explicitamente o direito ao contraditório e à ampla defesa, já que foi realizada votação revogando a concessão do serviço público que até então pertencia à autora.

Nos termos explanados pelo doutrinador Marçal Justen Filho, acima colacionados, mesmo que seja oportunizado à parte interessada o direito à manifestação ulterior a prática do ato, não retira o vício, eis que caracterizada a frustração ao princípio da ampla defesa, a qual deve ser oportunizada previamente à realização do ato.

Assim, trazendo tais condições aos presentes autos, a autora e a assistente Nova Era não tiverem oportunidade de se manifestar previamente à realização do ato decidido da 85ª assembleia do CIMCERO, ademais, foi vetato o direito das mesmas, já que, durante a realização da assembleia postularam duas vezes pelo direito à palavra, o que, contudo, foi indeferido, violando princípios constitucionais, e por sua vez, ensejando nulidade.

Ademais, a própria empresa Nova Era, a qual era titular da concessão, realizou a transferência para a empresa Ideal - à qual também, não foi oportunizado o uso da palavra na 85ª Assembleia - interveio nos presentes autos, na condição de assistente da parte autora, o que demonstra que não possui interesse em gerir a concessão, postulando que a autora permaneça como titular da concessão em comento, motivo pelo qual, vislumbra-se novamente, a inexistência de razões para a revogação da transferência.

Desse modo, verificam-se irregularidades na realização da 85ª Assembleia, eis que seus atos ocorreram sem obediência os princípios do devido processo legal e ampla defesa, ensejando, portanto, sua nulidade.

Veja-se:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE ATO JURÍDICO. EXCLUSÃO DE ASSOCIADOS. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. Matéria colocada em discussão que, num juízo perfunctório, sumário de convicção, evidencia a ocorrência de exclusão, incontinenti, dos associados, sem chance de defesa, mas somente em grau de recurso. Observância em todo em qualquer procedimento, seja administrativo ou judicial, dos princípios basilares do devido processo, da ampla defesa e do contraditório. Mantida a DECISÃO singular que deferiu pleito antecipatório de suspensão dos efeitos do ato de exclusão. NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO, em DECISÃO monocrática. (Agravo de Instrumento Nº 70061934808, Décima Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Nelson José Gonzaga, Julgado em 09/10/2014).

(TJ-RS - AI: 70061934808 RS, Relator: Nelson José Gonzaga, Data de Julgamento: 09/10/2014, Décima Oitava Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 10/10/2014)

Anulatória de ato administrativo - Exclusão de associado da cooperativa ré sem instauração de procedimento administrativo ou oportunidade para defesa - Impossibilidade, sob pena de ofensa ao princípio constitucional da ampla defesa - SENTENÇA de procedência - Recurso desprovido. (TJ-SP - APL: 1332188620078260000 SP 0133218-86.2007.8.26.0000, Relator: Ferreira Rodrigues, Data de Julgamento: 16/01/2012, 4ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 16/01/2012)

CIVIL E CONSTITUCIONAL. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. EFICÁCIA HORIZONTAL. INCIDÊNCIA NAS RELAÇÕES PRIVADAS. ENTIDADE COOPERATIVA. EXCLUSÃO DE ASSOCIADO. DEVIDO PROCESSO LEGAL. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. OBSERVÂNCIA. NECESSIDADE. REGRAS ESTATUTÁRIAS. DELIBERAÇÃO ASSEMBLEAR. INOBSERVÂNCIA. VIOLAÇÃO. NULIDADE DO ATO DE EXCLUSÃO. 1.CONSOANTE REGRA INSCULPIDA NO ARTIGO 5º, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, AS NORMAS DEFINIDORAS DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS TÊM APLICAÇÃO IMEDIATA, POIS NÃO CONTEMPLARA O LEGISLADOR CONSTITUINTE NENHUMA CONDIÇÃO OU RESTRIÇÃO À SUA EFICÁCIA IMEDIATA, E, OUTROSSIM, NÃO HAVENDO BLOQUEIO CONSTITUCIONAL QUANTO À IRRADIAÇÃO DE EFEITOS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS ÀS RELAÇÕES JURÍDICAS NÃO VERTICAIS (ESTADO-PARTITULAR), TEM-SE QUE AS NORMAS DEFINIDORAS DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS TÊM CAMPO DE INCIDÊNCIA EM QUALQUER RELAÇÃO JURÍDICA, SEJA ELA PÚBLICA, MISTA OU PRIVADA (EFICÁCIA HORIZONTAL), DONDE OS DIREITOS FUNDAMENTAIS ASSEGURADOS PELA CARTA POLÍTICA VINCULAM NÃO APENAS OS PODERES PÚBLICOS, ALCANÇANDO TAMBÉM AS RELAÇÕES PRIVADAS. 2.CONQUANTO NÃO SE OLVIDE QUE AS ENTIDADES ASSOCIATIVAS, COMO REFLEXO DA AUTONOMIA PRIVADA, TÊM LIBERDADE PARA GERIR SUAS ATIVIDADES E SUA ORGANIZAÇÃO, O QUE INCLUI O PODER DE EXCLUSÃO OU ELIMINAÇÃO DE ASSOCIADOS POR CONDUTAS CONTRÁRIAS AOS SEUS ESTATUTOS, ESSA LIBERDADE NÃO É ABSOLUTA, COMPORTANDO RESTRIÇÕES ORIENTADAS PARA O PRESTÍGIO DE OUTROS DIREITOS TAMBÉM FUNDAMENTAIS, NOTADAMENTE O DIREITO DE DEFESA DO ASSOCIADO EXPULSO, POIS O RELACIONAMENTO É PRESIDIDO SOB AS REGRAS ORDINÁRIAS QUE, DE SEU TURNO, DEVEM SER MODULADAS DE CONFORMIDADE COM CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 3.A CONSTITUIÇÃO FEDERAL CONSAGRA AS GARANTIAS DE QUE “NINGUÉM SERÁ PRIVADO DA LIBERDADE OU DE SEUS BENS SEM O DEVIDO PROCESSO LEGAL” E DE QUE “AOS LITIGANTES, EM PROCESSO JUDICIAL OU ADMINISTRATIVO, E AOS ACUSADOS EM GERAL SÃO ASSEGURADOS O CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA, COM OS MEIOS E RECURSOS A ELA INERENTES” (ART. 5º, LIV E LV), E ESSAS SALVAGUARDAS SE HARMONIZAM TANTO COM A IDÉIA DE TRIBUNAL COMO COM A DE JUÍZO ADMINISTRATIVO, PRESENTE E INSTAURADO NO JULGAMENTO DE EXCLUSÃO OU ELIMINAÇÃO DE SÓCIO DE ENTIDADE COOPERATIVA, DONDE A EXCLUSÃO DE ASSOCIADO DO QUADRO SOCIETÁRIO, COMO SANÇÃO, DEVE OBSERVAR A GARANTIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL SUBSTANTIVO, DA QUAL DECORREM OS PRIMADOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA, QUE HÃO DE ABRANGER O DIREITO À NOTIFICAÇÃO DAS IMPUTAÇÕES FEITAS, O DIREITO A SER OUVIDO, A APRESENTAR DEFESA ESCRITA, A PRODUZIR PROVAS, A QUE OS MOTIVOS ENSEJADORES DA EXCLUSÃO SEJAM EXPLICITADOS NA DECISÃO E, AINDA, O DIREITO A RECORRER DA DECISÃO AO ÓRGÃO COMPETENTE. 4.APURADO QUE COOPERADOS, COMO SANÇÃO, FORAM ELIMINADOS DO QUADRO ASSOCIATIVO DE ENTIDADE COOPERATIVA SEM QUE LHES FOSSE ASSEGURADO DIREITO DE DEFESA, E, AINDA, EM VIOLAÇÃO ÀS REGRAS ESTATUTÁRIAS ATINENTES AO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO A SER OBSERVADO E AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO DA ASSEMBLÉIA

GERAL EXTRAORDINÁRIA NA QUAL FORA DELIBERADA A EXCLUSÃO, NOTADAMENTE PELA INOBSERVÂNCIA DO INTERSTÍCIO MÍNIMO QUE DEVIA MEDIAR A CONVOCAÇÃO E A REUNIÃO ASSEMBLEAR E FALTA DE ESPECIFICAÇÃO DA MATÉRIA A SER DELIBERADA, O ATO DE ELIMINAÇÃO NÃO SE COADUNA COM A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL AOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS RESGUARDADAS AOS ASSOCIADOS AFETADOS PELO DECIDO, NOTADAMENTE AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, DEVENDO, POIS, SER DECLARADA SUA NULIDADE. 5.APELAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA. UNÂNIME. (TJ-DF - APC: 20120710122347 DF 0011815-84.2012.8.07.0007, Relator: TEÓFILO CAETANO, Data de Julgamento: 11/12/2013, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE: 07/01/2014. Pág.: 149)

Assim, tendo a autora e a assistente Nova Era comprovado satisfatoriamente que a 85ª Assembleia do CIMCERO está eivada de vícios, que acarretam nulidade, a procedência do pedido se impõe.

Posto isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO formulado pela Ideal Locadora de Equipamentos LTDA em face do Consórcio Intermunicipal da Região Centro-Leste do Estado de Rondônia – CIMCERO e da empresa Rondônia Gestão Ambiental S.A, e, via de consequência:

a) Declaro nula a 85ª Assembleia do CIMCERO realizada em 13/04/2017, bem como, sua ata.

b) Determino o restabelecimento da validade dos atos da 78ª Assembleia do CIMCERO e 79ª Assembleia do CIMCERO.

c) Confirmo por SENTENÇA a antecipação de tutela deferida pela DECISÃO acostada no ID 11223383.

Como corolário decreto a extinção do feito, com resolução do MÉRITO, com fundamento no artigo 487, I, do Código de Processo Civil.

Condeno apenas o Requerido Rondônia Gestão Ambiental ao pagamento de custas e honorários advocatícios, que fixo em R$ 20.000,00 (vinte mil reais), nos termos do art. 85, §2º e 8º, do CPC, eis que foi a que resistiu ao pedido.

Havendo interposição de recurso de apelação, o serviço cartorário deverá intimar de pronto o apelado, para apresentação de contrarrazões, e caso esse, interpuser apelação adesiva, intime-se o apelante para apresentar contrarrazões. Após, sejam os autos remetidos ao Egrégio Tribunal, conforme determinação do artigo 1.010, §1º, §2º e 3º, do CPC.

Não havendo recurso de apelação no prazo estabelecido em lei, intime-se o vencido para comprovar o recolhimento das custas, ou sendo o caso, inscreva-se em dívida ativa e protesto judicial, consoante Lei de Custas deste Tribunal, salientando que após a inscrição, a emissão de boleto para pagamento deverá ser feita pelo site da SEFIN ou Estado de Rondônia.

Caso não haja interesse recursal da parte vencida, no prazo de recurso, deverá promover o recolhimento das custas, visando o arquivamento do feito.

Transitada em julgado, procedidos os atos necessários, arquivem-se.

SENTENÇA publicada e registrada pelo PJE.

Ji-Paraná/RO, quarta-feira, 1 de maio de 2019.

Haruo Mizusaki

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Ji-Paraná - 1ª Vara Cível, Reg. Púb. e Correg. dos Cart. Extra

Rua Ji-Paraná, nº 615, Bairro Urupá, CEP 76.900-261, Ji-Parana, RO

Processo n.: 0008035-23.2015.8.22.0005

Classe: Procedimento Comum

Assunto:Obrigação de Fazer / Não Fazer

AUTOR: ROSANGELA GONCALVES DE LIMA, RUA TARAUACÁ 3591 MÁRIO ANDREAZZA - 76900-970 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA

ADVOGADO DO AUTOR: NIZANGELA HETKOWSKI OAB nº RO5315 ROSICLER CARMINATO OAB nº RO526

RÉUS: ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA S.A., - 76900-970 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA, MARIA DE LURDES GONCALVES AMARAL, RUA AMAZONAS, 168, NOVA BRASILIA - 76900-970 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA

ADVOGADOS DOS RÉUS: CARLOS ANTONIO HARTEN FILHO OAB nº AM1184, CAROLINA GIOSCIA LEAL DE MELO OAB nº RO2592, IVAN FRANCISCO MACHIAVELLI OAB nº RO83, RODRIGO TOTINO OAB nº RO6338, DEOLAMARA LUCINDO BONFA OAB nº RO1561

Valor da causa:R$157.600,00DESPACHO

Defiro ID num. 21038162, retifique-se a autuação para constar habilitação exclusiva de advogado.

Após, conclusos para julgamento.

Ji-Paraná/RO, 1 de maio de 2019.

Haruo Mizusaki

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça de Rondônia

Ji-Paraná - 1ª Vara Cível

Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo: 7007496-64.2017.8.22.0005

Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)

EXEQUENTE: MARCILENE DE FREITAS DOS SANTOS e outros

Advogado do(a) EXEQUENTE: HIRAM CESAR SILVEIRA - RO547

Advogado do(a) EXEQUENTE: HIRAM CESAR SILVEIRA - RO547

EXECUTADO: COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOSTOS DE RONDÔNIA - CAERD

Advogado do(a) EXECUTADO: MARICELIA SANTOS FERREIRA DE ARAUJO - RO324-B

INTIMAÇÃO

Fica a parte exequente, por meio de seus Advogados intimada para, querendo, manifestar-se quanto a petição ID. 25723024 juntada aos autos.

Obs.: Não é necessário peticionar unicamente informando ciência, uma vez que o Sistema a registrará automaticamente no limite do prazo da intimação.

Ji-Paraná-RO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça de Rondônia

Ji-Paraná - 1ª Vara Cível

Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo: 7000472-14.2019.8.22.0005

Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)

AUTOR: RODOLFO GUARDIA MENDES FERREIRA

Advogado do(a) AUTOR: MARIZETE ANTUNES DOS SANTOS - RO7034

RÉU: Tim Celular

Advogado do(a) RÉU: EDNAYR LEMOS SILVA DE OLIVEIRA - RO7003

Intimação

Ficam as partes intimadas para manifestar-se no prazo de 10 dias quanto ao interesse na produção de provas.

Ji-Paraná, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça de Rondônia

Ji-Paraná - 1ª Vara Cível

Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo: 7004853-36.2017.8.22.0005

Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)

AUTOR: BRUNO RAFAEL CAMPOS DE OLIVEIRA

Advogado do(a) AUTOR: JEAN FERNANDO DE SOUZA FERREIRA - RO3116

RÉU: INSEL AIR INTERNATIONAL B.V.

Intimação

Fica a parte autora, por meio de seus Advogados intimada do teor da SENTENÇA abaixo transcrita.

"SENTENÇA Por este juízo, foi determinada a intimação pessoal da parte autora para dar andamento ao processo, sob pena de extinção e arquivamento por abandono. A escrivania certificou que a parte autora manteve-se inerte e deixou transcorrer "in albis" o prazo que lhe foi assinalado (ID 25244598). Não tendo a parte autora atendido a

determinação judicial, está configurado configurado o abandono unilateral. Diante do exposto e por tudo o mais que dos autos constam, extingo o processo, sem resolução de MÉRITO, nos termos do art. 485, inciso III, do Código de Processo Civil. Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. SENTENÇA registrada e publicada pelo sistema PJE. Ji-Paraná/RO, 29 de abril de 2019. Haruo Mizusaki, Juiz de Direito"
Ji-Paraná, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo: 7007994-29.2018.8.22.0005
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: CARLOS RODRIGUES MARQUES
Advogado do(a) AUTOR: TANANY ARALY BARBETO - RO5582
RÉU: BANRISUL
Advogados do(a) RÉU: RAFAEL SGANZERLA DURAND - MT12208-A, NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - RO4875
Intimação
Fica a parte requerida, por meio de seus(uas) Advogados(as) intimada a depositar em cartório o documento original (contrato), no prazo de 10 (dez) dias, conforme determinado no DESPACHO ID. 23998104.
Ji-Paraná, 2 de maio de 2019.

2ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Número do Processo: 7002500-52.2019.8.22.0005
Classe: INF JUV INFRACIONAL - PROCESSO DE APURAÇÃO DE ATO INFRACIONAL (1464)
Requerente(s):
Nome: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE RONDONIA
Endereço: Rua Jamary, 1555, Ministério, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-917
Requerido(s):
ADOLESCENTE: LORENA ROCA DA SILVA
Advogado: DANIEL DA SILVA NASCIMENTO OAB: PB25817
Endereço: MUCURIPE, 5886, (Cj Rio Guaporé) - de 5847/5848 ao fim, CASTANHEIRA, Porto Velho - RO - CEP: 76811-400
Intimação
Fica a parte requerida, por meio de seus(uas) Advogados(as) intimada a tomar ciência da SENTENÇA proferida nestes autos.
Ji-Paraná, 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Número do Processo: 7002936-45.2018.8.22.0005
Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116)
Requerente(s):
Nome: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ-RO
Endereço: Avenida Dois de Abril, 1701, - de 1649 a 1731 - lado ímpar, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-149
Requerido(s):
EXECUTADO: LEONTINA LEOPOLDINA PIMENTEL
Intimação
Fica a parte autora, por meio de seus(uas) Advogados(as) intimada a tomar ciência do edital de venda judicial juntado aos autos.
Ji-Paraná, 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Número do Processo: 0010289-37.2013.8.22.0005
Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116)
Requerente(s):
Nome: MUNICIPIO DE JI-PARANA
Endereço: Avenida Dois de Abril,, 1701, Avenida Marechal Rondon 721, Urupá,, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-901
Requerido(s):
EXECUTADO: DILCENIR CAMILO DE MELO
Intimação
Fica a parte autora, por meio de seus(uas) Advogados(as) intimada a tomar ciência do edital de venda judicial juntado nos autos.
Ji-Paraná, 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Rua Ji-Paraná, nº 615, Bairro Urupá, CEP 76.900-261, Ji Parana, RO
PROCESSO: 7004374-72.2019.8.22.0005
Procedimento Comum
AUTOR: CAROLAINE CAMPOS FERNANDES
ADVOGADO DO AUTOR: ANA LIDIA DA SILVA OAB nº RO4153, RAPHAEL TAVARES COUTINHO OAB nº RO9566
RÉU: Bradesco Seguros S/A
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
Sobre a gratuidade judiciária, muito se discute quanto a melhor interpretação da Lei n. 1.060/50, visto a presença de antinomia jurídica entre a referida lei e a Carta Magna.
Isto porque a lei prevê que a parte fará jus aos benefícios de assistência judiciária gratuitamente, mediante afirmação de que não está em condições de arcar com as custas do processo e honorários advocatícios (art. 4º da Lei n. 1.060/50 e art. 98 do CPC).
A Constituição Federal, por sua vez, assegura o direito de assistência jurídica gratuita àqueles que comprovarem a insuficiência de recursos.
Certo é que as disposições da Lei n. 1.060 de 1950 vem tendo nova interpretação com o advento da Constituição Federal de 1988, da qual extrai-se em seu artigo 5º, inciso LXXIV, que deve a parte interessada em obter os benefícios da assistência jurídica integral e gratuita, comprovar a insuficiência de seus recursos financeiros.
O CPC, em seu art. 99, §3º, diz presumir-se verdadeira a alegação de hipossuficiência quando deduzida por pessoa física.
A leitura do aludido DISPOSITIVO, no entanto, deve ser feita em consonância com o texto da Carta Magna, sob pena de ser tido por inconstitucional.
Portanto, a única leitura possível do texto, é no sentido de que pode o magistrado exigir que o pretendente junte documentos que permitam a avaliação de sua incapacidade financeira, nos termos do art. 99, §2º do CPC.
Logo, não basta dizer que é pobre nos termos da lei, deve-se trazer aos autos elementos mínimos a permitir que o magistrado avalie tal condição.
A jurisdição é atividade complexa e de alto custo para o Estado. A concessão indiscriminada dos benefícios da gratuidade tem potencial de tornar inviável o funcionamento da instituição, que tem toda a manutenção de sua estrutura (salvo folha de pagamento) custeado pela receita oriunda das custas judiciais e extrajudiciais.
Quanto mais se concede gratuidade, mais oneroso fica o Judiciário para o Estado. Como o Brasil tem uma das maiores cargas tributárias do mundo, salta aos olhos que o contribuinte já teve sua capacidade contributiva extrapolada, decorrendo daí não ser uma opção o simples aumento de impostos.
Sendo um dos Poderes da República, o custo de sua manutenção concorre com as demais atividades do Estado, de modo que mais recursos para o
PODER JUDICIÁRIO significa menos recursos para infraestrutura, segurança, educação, saúde, etc.

Não é justo, portanto, que tendo condições de custear a demanda, o jurisdicionado imponha tal custo àquele que não está demandando.
Assim, pela nova leitura dos DISPOSITIVO s constitucionais e legais, o direito de assistência integral gratuita prevista nas normas infralegais não é absoluto. Ou seja: sendo pessoa física ou jurídica, há sim a necessidade de comprovação da impossibilidade de arcar com as despesas processuais sem prejuízo da própria existência.
Nesse sentido:
TJRO. AGRAVO INTERNO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. DITAMES CONSTITUCIONAIS. Tendo o agravo de instrumento o escopo de atacar DECISÃO que, diante dos documentos acostados aos autos, nega a concessão das benesses da gratuidade da justiça, deve a parte demonstrar a sua hipossuficiência financeira, não sendo suficiente a simples declaração de pobreza. (Agravo em Agravo de Instrumento n. 0008881-26.2013.8.22.0000, Rel. Des. Kiyochi Mori, J. 16/10/2013)
STJ. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. REVOGAÇÃO DE BENEFÍCIO, PARA POSTERIOR COMPROVAÇÃO DE NECESSIDADE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. POSSIBILIDADE. 1. A declaração de pobreza, para fins de obtenção da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa de veracidade, admitindo-se prova em contrário. 2. Quando da análise do pedido da justiça gratuita, o magistrado poderá investigar sobre a real condição econômico financeira do requerente, solicitando que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 329.910/AL, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/05/2014, DJe 13/05/2014)
CONSTITUCIONAL E PROCESSO CIVIL. JUIZ QUE INDEFERE PEDIDO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. NECESSIDADE DE COMPROVAR A HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESPROVIMENTO. I - A CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 5º,LXXIV) EXIGE DO INTERESSADO EM OBTER O BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA QUE COMPROVE A INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS, RESTANDO NÃO RECEPCIONADO, NESTE PONTO ESPECÍFICO, O DISPOSITIVO DO ART. 4º DA LEI Nº 1.060/50 QUE EXIGIA APENAS A MERA DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. II - A INICIATIVA DO MAGISTRADO EM VERIFICAR A COMPROVAÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÔMICA DO PRETENDENTE À GRATUIDADE DE JUSTIÇA TAMBÉM ESTÁ JUSTIFICADA PELO FATO DE QUE AS CUSTAS JUDICIAIS TÊM NATUREZA JURÍDICA DE TRIBUTO, CONFORME JÁ DECIDIU O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. III - SE OS DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS PELA AGRAVANTE NÃO SE COMPATIBILIZA COM A SITUAÇÃO DE POBREZA DECLARADA, O INDEFERIMENTO DO BENEFÍCIO PLEITEADO É MEDIDA QUE SE IMPÕE, NÃO PREVALECENDO, PORTANTO, A PRESUNÇÃO LEGAL DA SIMPLES DECLARAÇÃO (ART. 4º DA LEI Nº 1.060/50). (TJ-DF- AI: 31743620098070000 DF 0003174-36.2009.807.0000, Relator: NATANAEL CAETANO, Data de Julgamento: 06/05/2009, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: 18/05/2009, DJ-e Pág. 49).
Ademais, o Código de Processo Civil em seu art. 99, § 2.º, determina que não se convencendo o juiz de que a parte faz jus aos benefícios da gratuidade da justiça, deverá determinar a parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos antes de indeferir o pedido.
Portanto, a simples afirmação do autor de que é pobre na forma da lei, não comprova a reduzida capacidade financeira.
A parte autora não comprovou que faz jus ao benefício da gratuidade da justiça, devendo fazê-lo no prazo de emenda, apresentando documentos que provem sua condição econômica, até porque não esclareceu sua profissão.
Dessa feita, intime-se a autora, via advogado, para emendar a peça inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento (art. 321, do CPC/2015), para apresentar o comprovante de pagamento das custas processuais ou na hipótese de insistir a hipossuficiência alegada, para melhor se aferir a necessidade do benefício pleiteado, deverá apresentar comprovante de renda mensal ou na ausência deste, cópia da última declaração de renda fornecida pela Receita Federal ou outro documento que demonstre seus rendimentos. Caso a parte seja agricultora, deverá apresentar ficha do IDARON.
Pratique-se o necessário.
Intime-se.
Ji ParanaRO, 1 de maio de 2019
Ana Valéria de Queiroz S. Zipparro
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Rua Ji-Paraná, nº 615, Bairro Urupá, CEP 76.900-261, Ji Parana, RO
7004319-24.2019.8.22.0005- Cheque
AUTOR: TOPCOM DISTRIBUIDORA DE TECNOLOGIA E CONSTRUCAO LTDA CNPJ nº 07.100.066/0009-50
ADVOGADO DO AUTOR: SERGIO LUIZ MILANI FILHO OAB nº RO7623
RÉU: ANA CLAUDIA ALVES URIAS DE MELLO CPF nº 703.834.562-15DESPACHO
Intime-se a parte requerente/exequente para que comprove o recolhimento do valor integral das custas processuais iniciais (2%), nos termos do artigo 12, I, primeira parte, da Lei de Regência.
Prazo: 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição do feito (artigo 290, do CPC).
Ji Parana/RO, 29 de abril de 2019.
Márcia Adriana Araújo Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Rua Ji-Paraná, nº 615, Bairro Urupá, CEP 76.900-261, Ji Parana, RO
PROCESSO: 7004271-65.2019.8.22.0005
Alvará Judicial
REQUERENTES: EDNEIA MARIA AZEVEDO MACHADO, EDNA APARECIDA DE AZEVEDO CASTRO
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: ANA CAROLINE DIAS COCIUFFO VILLELA OAB nº RO7489
ADVOGADOS DOS: DESPACHO
Sobre a gratuidade judiciária, muito se discute quanto a melhor interpretação da Lei n. 1.060/50, visto a presença de antinomia jurídica entre a referida lei e a Carta Magna.
Isto porque a lei prevê que a parte fará jus aos benefícios de assistência judiciária gratuitamente, mediante afirmação de que não está em condições de arcar com as custas do processo e honorários advocatícios (art. 4º da Lei n. 1.060/50 e art. 98 do CPC).
A Constituição Federal, por sua vez, assegura o direito de assistência jurídica gratuita àqueles que comprovarem a insuficiência de recursos.
Certo é que as disposições da Lei n. 1.060 de 1950 vem tendo nova interpretação com o advento da Constituição Federal de 1988, da qual extrai-se em seu artigo 5º, inciso LXXIV, que deve a parte interessada em obter os benefícios da assistência jurídica integral e gratuita, comprovar a insuficiência de seus recursos financeiros.
O CPC, em seu art. 99, §3º, diz presumir-se verdadeira a alegação de hipossuficiência quando deduzida por pessoa física.
A leitura do aludido DISPOSITIVO, no entanto, deve ser feita em consonância com o texto da Carta Magna, sob pena de ser tido por inconstitucional.
Portanto, a única leitura possível do texto, é no sentido de que pode o magistrado exigir que o pretendente junte documentos que permitam a avaliação de sua incapacidade financeira, nos termos do art. 99, §2º do CPC.

Logo, não basta dizer que é pobre nos termos da lei, deve-se trazer aos autos elementos mínimos a permitir que o magistrado avalie tal condição.
A jurisdição é atividade complexa e de alto custo para o Estado. A concessão indiscriminada dos benefícios da gratuidade tem potencial de tornar inviável o funcionamento da instituição, que tem toda a manutenção de sua estrutura (salvo folha de pagamento) custeado pela receita oriunda das custas judiciais e extrajudiciais.
Quanto mais se concede gratuidade, mais oneroso fica o Judiciário para o Estado. Como o Brasil tem uma das maiores cargas tributárias do mundo, salta aos olhos que o contribuinte já teve sua capacidade contributiva extrapolada, decorrendo daí não ser uma opção o simples aumento de impostos.
Sendo um dos Poderes da República, o custo de sua manutenção concorre com as demais atividades do Estado, de modo que mais recursos para o
PODER JUDICIÁRIO significa menos recursos para infraestrutura, segurança, educação, saúde, etc.
Não é justo, portanto, que tendo condições de custear a demanda, o jurisdicionado imponha tal custo àquele que não está demandando.
Assim, pela nova leitura dos DISPOSITIVO s constitucionais e legais, o direito de assistência integral gratuita prevista nas normas infralegais não é absoluto. Ou seja: sendo pessoa física ou jurídica, há sim a necessidade de comprovação da impossibilidade de arcar com as despesas processuais sem prejuízo da própria existência.
Nesse sentido:
TJRO. AGRAVO INTERNO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. DITAMES CONSTITUCIONAIS. Tendo o agravo de instrumento o escopo de atacar DECISÃO que, diante dos documentos acostados aos autos, nega a concessão das benesses da gratuidade da justiça, deve a parte demonstrar a sua hipossuficiência financeira, não sendo suficiente a simples declaração de pobreza. (Agravo em Agravo de Instrumento n. 0008881-26.2013.8.22.0000, Rel. Des. Kiyochi Mori, J. 16/10/2013)
STJ. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. REVOGAÇÃO DE BENEFÍCIO, PARA POSTERIOR COMPROVAÇÃO DE NECESSIDADE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. POSSIBILIDADE. 1. A declaração de pobreza, para fins de obtenção da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa de veracidade, admitindo-se prova em contrário. 2. Quando da análise do pedido da justiça gratuita, o magistrado poderá investigar sobre a real condição econômico financeira do requerente, solicitando que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 329.910/AL, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/05/2014, DJe 13/05/2014)
CONSTITUCIONAL E PROCESSO CIVIL. JUIZ QUE INDEFERE PEDIDO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. NECESSIDADE DE COMPROVAR A HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESPROVIMENTO. I - A CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 5º,LXXIV) EXIGE DO INTERESSADO EM OBTER O BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA QUE COMPROVE A INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS, RESTANDO NÃO RECEPCIONADO, NESTE PONTO ESPECÍFICO, O DISPOSITIVO DO ART. 4º DA LEI Nº 1.060/50 QUE EXIGIA APENAS A MERA DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. II - A INICIATIVA DO MAGISTRADO EM VERIFICAR A COMPROVAÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÔMICA DO PRETENDENTE À GRATUIDADE DE JUSTIÇA TAMBÉM ESTÁ JUSTIFICADA PELO FATO DE QUE AS CUSTAS JUDICIAIS TÊM NATUREZA JURÍDICA DE TRIBUTO, CONFORME JÁ DECIDIU O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. III - SE OS DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS PELA AGRAVANTE NÃO SE COMPATIBILIZA COM A SITUAÇÃO DE POBREZA DECLARADA, O INDEFERIMENTO DO BENEFÍCIO PLEITEADO É MEDIDA QUE SE IMPÕE, NÃO PREVALECENDO, PORTANTO, A PRESUNÇÃO LEGAL DA SIMPLES DECLARAÇÃO (ART. 4º DA LEI Nº 1.060/50). (TJ-DF- AI: 31743620098070000 DF 0003174-36.2009.807.0000, Relator: NATANAEL CAETANO, Data de Julgamento: 06/05/2009, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: 18/05/2009, DJ-e Pág. 49).
Ademais, o Código de Processo Civil em seu art. 99, § 2.º, determina que não se convencendo o juiz de que a parte faz jus aos benefícios da gratuidade da justiça, deverá determinar a parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos antes de indeferir o pedido.
Portanto, a simples afirmação do autor de que é pobre na forma da lei, não comprova a reduzida capacidade financeira.
A parte autora não comprovou que faz jus ao benefício da gratuidade da justiça, devendo fazê-lo no prazo de emenda, apresentando documentos que provem sua condição econômica, até porque não esclareceu sua profissão.
Dessa feita, intime-se a autora, via advogado, para emendar a peça inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento (art. 321, do CPC/2015), para apresentar o comprovante de pagamento das custas processuais ou na hipótese de insistir a hipossuficiência alegada, para melhor se aferir a necessidade do benefício pleiteado, deverá apresentar comprovante de renda mensal ou na ausência deste, cópia da última declaração de renda fornecida pela Receita Federal ou outro documento que demonstre seus rendimentos. Caso a parte seja agricultora, deverá apresentar ficha do IDARON.
Pratique-se o necessário.
Intime-se.
Ji ParanaRO, 1 de maio de 2019
Ana Valéria de Queiroz S. Zipparro
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Rua Ji-Paraná, nº 615, Bairro Urupá, CEP 76.900-261, Ji Parana, RO 7004007-48.2019.8.22.0005- Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução
EMBARGANTE: HELENA CARDOSO ERCOLIN CPF nº 396.824.479-68
ADVOGADO DO EMBARGANTE: LURIVAL ANTONIO ERCOLIN OAB nº RO64B
EMBARGADO: AGROPECUARIA SANTA RITA LTDA - ME CNPJ nº 15.098.738/0001-00DESPACHO
Nos termos do Código de Processo Civil, artigo 321, emende-se a inicial, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento, atribuindo à causa valor corresponde ao conteúdo patrimonial em discussão.
Intime-se.
Ji Parana/RO, 29 de abril de 2019.
Márcia Adriana Araújo Freitas

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Rua Ji-Paraná, nº 615, Bairro Urupá, CEP 76.900-261, Ji Parana, RO
PROCESSO: 7004074-13.2019.8.22.0005
Procedimento Sumário
AUTOR: SANTOS JOSE VIEIRA
ADVOGADO DO AUTOR: GEOVANE CAMPOS MARTINS OAB nº RO7019
RÉUS: PAULO MOACIR NUNES FREIRE, AMAZONSAUDE & ASSOCIADOS LTDA - ME, REDEMED RONDONIA LTDA
ADVOGADOS DOS RÉUS: DESPACHO
Sobre a gratuidade judiciária, muito se discute quanto a melhor interpretação da Lei n. 1.060/50, visto a presença de antinomia jurídica entre a referida lei e a Carta Magna.
Isto porque a lei prevê que a parte fará jus aos benefícios de assistência judiciária gratuitamente, mediante afirmação de que não está em condições de arcar com as custas do processo e honorários advocatícios (art. 4º da Lei n. 1.060/50 e art. 98 do CPC).
A Constituição Federal, por sua vez, assegura o direito de assistência jurídica gratuita àqueles que comprovarem a insuficiência de recursos.
Certo é que as disposições da Lei n. 1.060 de 1950 vem tendo nova

interpretação com o advento da Constituição Federal de 1988, da qual extrai-se em seu artigo 5º, inciso LXXIV, que deve a parte interessada em obter os benefícios da assistência jurídica integral e gratuita, comprovar a insuficiência de seus recursos financeiros.
O CPC, em seu art. 99, §3º, diz presumir-se verdadeira a alegação de hipossuficiência quando deduzida por pessoa física.
A leitura do aludido DISPOSITIVO, no entanto, deve ser feita em consonância com o texto da Carta Magna, sob pena de ser tido por inconstitucional.
Portanto, a única leitura possível do texto, é no sentido de que pode o magistrado exigir que o pretendente junte documentos que permitam a avaliação de sua incapacidade financeira, nos termos do art. 99, §2º do CPC.
Logo, não basta dizer que é pobre nos termos da lei, deve-se trazer aos autos elementos mínimos a permitir que o magistrado avalie tal condição.
A jurisdição é atividade complexa e de alto custo para o Estado. A concessão indiscriminada dos benefícios da gratuidade tem potencial de tornar inviável o funcionamento da instituição, que tem toda a manutenção de sua estrutura (salvo folha de pagamento) custeado pela receita oriunda das custas judiciais e extrajudiciais.
Quanto mais se concede gratuidade, mais oneroso fica o Judiciário para o Estado. Como o Brasil tem uma das maiores cargas tributárias do mundo, salta aos olhos que o contribuinte já teve sua capacidade contributiva extrapolada, decorrendo daí não ser uma opção o simples aumento de impostos.
Sendo um dos Poderes da República, o custo de sua manutenção concorre com as demais atividades do Estado, de modo que mais recursos para o
PODER JUDICIÁRIO significa menos recursos para infraestrutura, segurança, educação, saúde, etc.
Não é justo, portanto, que tendo condições de custear a demanda, o jurisdicionado imponha tal custo àquele que não está demandando.
Assim, pela nova leitura dos DISPOSITIVO s constitucionais e legais, o direito de assistência integral gratuita prevista nas normas infralegais não é absoluto. Ou seja: sendo pessoa física ou jurídica, há sim a necessidade de comprovação da impossibilidade de arcar com as despesas processuais sem prejuízo da própria existência.
Nesse sentido:
TJRO. AGRAVO INTERNO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. DITAMES CONSTITUCIONAIS. Tendo o agravo de instrumento o escopo de atacar DECISÃO que, diante dos documentos acostados aos autos, nega a concessão das benesses da gratuidade da justiça, deve a parte demonstrar a sua hipossuficiência financeira, não sendo suficiente a simples declaração de pobreza. (Agravo em Agravo de Instrumento n. 0008881-26.2013.8.22.0000, Rel. Des. Kiyochi Mori, J. 16/10/2013)
STJ. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. REVOGAÇÃO DE BENEFÍCIO, PARA POSTERIOR COMPROVAÇÃO DE NECESSIDADE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. POSSIBILIDADE. 1. A declaração de pobreza, para fins de obtenção da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa de veracidade, admitindo-se prova em contrário. 2. Quando da análise do pedido da justiça gratuita, o magistrado poderá investigar sobre a real condição econômico financeira do requerente, solicitando que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 329.910/AL, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/05/2014, DJe 13/05/2014)
CONSTITUCIONAL E PROCESSO CIVIL. JUIZ QUE INDEFERE PEDIDO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. NECESSIDADE DE COMPROVAR A HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESPROVIMENTO. I - A CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 5º,LXXIV) EXIGE DO INTERESSADO EM OBTER O BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA QUE COMPROVE A INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS, RESTANDO NÃO RECEPCIONADO, NESTE PONTO ESPECÍFICO, O DISPOSITIVO DO ART. 4º DA LEI Nº 1.060/50 QUE EXIGIA APENAS A MERA DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. II - A INICIATIVA DO MAGISTRADO EM VERIFICAR A COMPROVAÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÔMICA DO PRETENDENTE À GRATUIDADE DE JUSTIÇA TAMBÉM ESTÁ JUSTIFICADA PELO FATO DE QUE AS CUSTAS JUDICIAIS TÊM NATUREZA JURÍDICA DE TRIBUTO, CONFORME JÁ DECIDIU O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. III - SE OS DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS PELA AGRAVANTE NÃO SE COMPATIBILIZA COM A SITUAÇÃO DE POBREZA DECLARADA, O INDEFERIMENTO DO BENEFÍCIO PLEITEADO É MEDIDA QUE SE IMPÕE, NÃO PREVALECENDO, PORTANTO, A PRESUNÇÃO LEGAL DA SIMPLES DECLARAÇÃO (ART. 4º DA LEI Nº 1.060/50). (TJ-DF- AI: 31743620098070000 DF 0003174-36.2009.807.0000, Relator: NATANAEL CAETANO, Data de Julgamento: 06/05/2009, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: 18/05/2009, DJ-e Pág. 49).
Ademais, o Código de Processo Civil em seu art. 99, § 2.º, determina que não se convencendo o juiz de que a parte faz jus aos benefícios da gratuidade da justiça, deverá determinar a parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos antes de indeferir o pedido.
Portanto, a simples afirmação do autor de que é pobre na forma da lei, não comprova a reduzida capacidade financeira.
A parte autora não comprovou que faz jus ao benefício da gratuidade da justiça, devendo fazê-lo no prazo de emenda, apresentando documentos que provem sua condição econômica, até porque não esclareceu sua profissão.
Dessa feita, intime-se a autora, via advogado, para emendar a peça inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento (art. 321, do CPC/2015), para apresentar o comprovante de pagamento das custas processuais ou na hipótese de insistir a hipossuficiência alegada, para melhor se aferir a necessidade do benefício pleiteado, deverá apresentar comprovante de renda mensal ou na ausência deste, cópia da última declaração de renda fornecida pela Receita Federal ou outro documento que demonstre seus rendimentos. Caso a parte seja agricultora, deverá apresentar ficha do IDARON.
Pratique-se o necessário.
Intime-se.
Ji ParanaRO, 1 de maio de 2019
Ana Valéria de Queiroz S. Zipparro
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Rua Ji-Paraná, nº 615, Bairro Urupá, CEP 76.900-261, Ji Parana, RO
7003940-83.2019.8.22.0005- Verbas Rescisórias, Liberação de Conta
REQUERENTE: LOURIVAL TEIXEIRA DA COSTA CPF nº 283.773.702-04
ADVOGADO DO REQUERENTE: WANESSA TEIXEIRA DA SILVA OAB nº RO3358 DESPACHO
Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, inclua no polo ativo da demanda os demais herdeiros (filhos da falecida), devidamente representados, bem como comprove o recolhimento total das custas processuais (2%), sob pena de indeferimento e extinção do feito.
Salienta-se que havendo renúncia das cotas dos herdeiros em favor da parte autora, esta deverá ser realizada por meio de escritura pública.
SUCESSÕES EXCLUSÃO DE HERDEIRO EM RAZÃO DE RENÚNCIA À HERANÇA
- Renúncia é ato solene que requer escritura pública ou termo nos autos do inventário Renúncia lançada em instrumento particular Invalidade SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA RECURSO DOS AUTORES IMPROVIDO. TJ-SP - Apelação: APL 01027952020088260547 SP 0102795-20.2008.8.26.0547, Orgão Julgador2ª Câmara de Direito Privado, Publicação27/02/2013, Julgamento26 de Fevereiro de 2013 e RelatorFlavio Abramovici.
Pratique-se o necessário.
Ji Parana/RO, 1 de maio de 2019.
Ana Valéria de Queiroz S. Zipparro
Juiz(a) de Direito

3ª VARA CÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ji-Paraná - 3ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, JI-PARANÁ - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
AUTOS N. 7000977-73.2017.8.22.0005
POLO ATIVO: Nome: POSTO NORTAO LTDA
Endereço: Avenida Transcontinental, 2575, - de 2371 a 2701 - lado ímpar, Riachuelo, Ji-Paraná - RO - CEP: 76913-805
Advogado: RENAN AUGUSTO GONCALVES BATISTA OAB: RO8238 Endereço: desconhecido Advogado: BRUNO SCHUAWLE OLIVEIRA OAB: RO8248 Endereço: Rua dos Mineiros, 740, - de 310/311 a 730/731, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-162
POLO PASSIVO: Nome: FRANCISCO VALDECI DE SOUZA
Endereço: Avenida JK, 1898, - de 1860/1861 ao fim, Casa Preta, Ji-Paraná - RO - CEP: 76907-644
SENTENÇA
Vistos etc.
Versa o presente sobre embargos monitórios interpostos pela Curadoria de Ausentes em favor da parte Requerida citada por edital.
Sustenta a embargante nulidade da citação por falta de diligências on line, junto aos órgãos Federais para obtenção do endereço da parte Requerida. No MÉRITO utiliza-se da faculdade de apresentar defesa por negativa geral.
DECIDO.
Não havendo necessidade de produção de provas em audiência, o feito deve ser sentenciado nos estado em que se encontra a teor do estatuído no art. 355, I do CPC.
Diversamente do alegado pela Curadoria de Ausentes, foram realizadas todas as diligências possíveis para obtenção do endereço da parte Requerida, sem êxito.
No MÉRITO, tenho que os documentos que instruem a inicial demonstram a existência de dívida inadimplida pelo Requerido, de maneira que os embargos não merecem acolhimento.
Diante do exposto, rejeito os presentes Embargos, e por consequência, julgo procedente a ação Monitória, promovida por POSTO NORTÃO LTDA contra FRANCISCO VALDECI DE SOUZA, via de consequência, condeno o Requerido a pagar ao Requerente a importância de R$ 7.610,42 (sete mil, seiscentos e dez reais e vinte e quarenta e dois centavos), corrigido monetariamente desde o vencimento e acrescido de juros a partir da citação;
Deixo de condenar a parte embargante ao ônus da sucumbência por ter sido a defesa promovida pela Curadoria de Ausentes-Defensoria Pública, munus decorrente de imperativo legal para a viabilização da tutela jurisdicional invocada.
Custas pelo Requerido.
Após o trânsito em julgado, não havendo pedido de cumprimento de SENTENÇA, arquivem-se os autos, observadas às formalidades legais.
P.R.I.
Terça-feira, 30 de Abril de 2019
EDSON YUKISHIGUE SASSAMOTO
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ji-Paraná - 3ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, JI-PARANÁ - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
AUTOS N. 7011729-70.2018.8.22.0005
CLASSE: FAMÍLIA- EXECUÇÃO DE ALIMENTOS (1112)
POLO ATIVO:Nome: BRUNA MATOS RENNO
Endereço: Rua Ipê, 2172, - de 1879/1880 a 2171/2172, Nova Brasília, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-626
Advogado: PAULO NUNES RIBEIRO OAB: RO7504 Endereço: desconhecido
POLO PASSIVO: Nome: CLESTON DA SILVA
Endereço: Área Rural, lote 26, loteamento agapê, Área Rural de Ji-Paraná, Ji-Paraná - RO - CEP: 76914-899DESPACHO
Vistos,
1 - Mormente trate os autos de cumprimento de SENTENÇA pelo rito de prisão, visando dar efetividade a prestação jurisdicional, deferi a busca de valores em conta do devedor, via sistema bacenjud, sem êxito. Ato contínuo realizei busca de bens junto ao sistema Renajud, logrando êxito em bloquear dois veículos do devedor, como se vê dos anexos.
Doravante, cumpra a DECISÃO inicial, via Carta Precatória, nos endereços:
Rua Carlos Cirino Felpes 119, Centro, Campo Bom/RS, CEP 93.700-000
Rua Carlos Cirino Felpes, 404 e/ ou 402, Centro, Campo Bom/RS. CEP 93.700-000
Anexe aos autos da precatória cópia das peças necessárias para cumprimento do ato (inicial, procurações, DECISÃO inicial e cópia desta DECISÃO).
2 - Caso a tentativa de citação pessoal não atinja êxito, cite-se por edital, com prazo de 10 (dez) dias, quando então o feito deve prosseguir pelo rito de penhora, ficando desde já os veículos bloqueados cautelarmente.
SIRVA A PRESENTE COMO CARTA / MANDADO / DE CITAÇÃO / INTIMAÇÃO / CARTA PRECATÓRIA.
Terça-feira, 30 de Abril de 2019.
EDSON YUKISHIGUE SASSAMOTO
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ji-Paraná - 3ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, JI-PARANÁ - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
AUTOS N. 7002237-25.2016.8.22.0005
CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
POLO ATIVO:Nome: RECAPADORA DE PNEUS MOURAO LTDA
Endereço: Rua Doutor Fiel, 207, - de 51 a 261 - lado ímpar, Jotão, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-289
Advogado: NAIANY CRISTINA LIMA OAB: RO7048 Endereço: Avenida Marechal Rondon, 1296, - de 1218 a 1500 - lado par, Centro, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-100
POLO PASSIVO: Nome: BRUNO ALVES ANDRADE
Endereço: Av. 07 de setembro, 2183, casa, centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000DESPACHO
Vistos.
Defiro o pedido.
Liberei a restrição do veículo junto ao RENAJUD, conforme demonstrativo anexo.
Aguarde-se pois o cumprimento da carta precatória.
Int.
Terça-feira, 30 de Abril de 2019.
EDSON YUKISHIGUE SASSAMOTO
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ji-Paraná - 3ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, JI-PARANÁ - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
AUTOS N. 7001618-27.2018.8.22.0005
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
POLO ATIVO:Nome: MIRIAN PEREIRA DO NASCIMENTO
Endereço: Rua Vista Alegre, 1576, - de 1400/1401 a 1798/1799, Jardim Presidencial, Ji-Paraná - RO - CEP: 76901-118
Advogado: FLADEMIR RAIMUNDO DE CARVALHO AVELINO OAB: RO2245 Endereço: desconhecido Advogado: HUDSON DA COSTA PEREIRA OAB: RO6084 Endereço: Rua Presidente Vargas, 1060, - de 904/905 a 1075/1076, Centro, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-038
POLO PASSIVO: Nome: ARTUR MARTINS DE OLIVEIRA JUNIOR
Endereço: Rua do Cravo, 2525, em frente ao posto de saúde do Km 05, Santiago, Ji-Paraná - RO - CEP: 76901-179DESPACHO

Vistos.
Indefiro o pedido ID. 24567642, por falta de amparo legal.
O ato de penhora de bens móveis deve ser efetuada pelo Oficial de Justiça que deve lavrar certidão das condições do bem e proceder sua avaliação, de modo que se a parte não tem conhecimento onde o bem está, resta inviabilizado o ato de penhora.
Manifeste-se pois em termos de seguimento pena de arquivamento.
Int.
Terça-feira, 30 de Abril de 2019.
EDSON YUKISHIGUE SASSAMOTO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 3ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, JI-PARANÁ - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
AUTOS N. 7002340-27.2019.8.22.0005
POLO ATIVO: Nome: ALFREDO LUIZ FORTE
Endereço: Rua Mato Grosso, 715, - de 586/587 a 931/932, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-178
Advogado: ANDRE LUIZ ATAIDE MORONI OAB: RO4667 Endereço: desconhecido Advogado: FERNANDA PRIMO SILVA OAB: RO4141 Endereço: Avenida Marechal Rondon, - de 869 a 1157 - lado ímpar, Centro, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-081
POLO PASSIVO: Nome: ISAAC DE CRISTO COSTA
Endereço: rua rio verde, 6415, Beira rio, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000
DECISÃO
Vistos,
Trata-se de ação e obrigação de fazer, onde o requerente aduz que efetuou a venda do veículo motocicleta HONDA/CG 125 FAN, ANO 2006/2007, COR PRETA, PLACA NDF9069, CHASSI 9C2JC30707ROO9690, RENAVAM 898482259, ao réu, no dia 20/12/2012, firmando recibo de transferência em cartório, todavia, até a presente data, o Requerido não promoveu a transferência para o seu nome, nos cadastros do Detran, gerando encargos e impostos em nome do Requerente.
Pleiteia medida liminar, para que seja determinado ao órgão de trânsito a proceder a transferência do bem para o nome do Requerido, ou alternativamente, determinar que o Requerido o faça.
Pois bem.
Os documentos que instruem a inicial, notadamente (ID 25341880 - Pág. 1), demonstram ter a parte requerente vendido o veículo ao Requerido, restando evidente a probabilidade do direito. O perigo do dano, consiste no fato de que há débitos em nome do Requerente relativo a impostos sobre a propriedade do veículo, que não mais lhe pertence, razão porque, tenho que a liminar deve ser concedida para obrigar o réu ao cumprimento de obrigação especifica, consistente na transferência do veículo para seu nome.
Posto isso, nos termos do art.300, I, do CPC, defiro inaldita altera parts a antecipação de tutela pleiteada, para o fim de determinar a transferência do veículo descrito acima, para o nome do Requerido, no prazo de 15 (quinze) dias, pena de multa que fixo em R$ 100,00 (cem reais) por dia de descumprimento.
Considerando que o Requerido reside em outra cidade, não havendo indicação de que comparecerá à audiência de conciliação, deixo de designá-la.
Cite-se e intime-se a parte Ré, para querendo, contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 335, III, do CPC a contar da data de juntada aos autos do MANDADO cumprido, quando a citação ou a intimação for por oficial de justiça ou da juntada do AR, se a citação for via correios. (art. 231, I e II do CPC).
Oficie-se ao Detran/RO, para que transfira a propriedade do veículo acima descrito para o nome do Requerido ISAAC DE CRISTO COSTA brasileiro, portador do RG n° 1018132 e do CPF n.º 003.537.962-63, residente e domiciliado na Rua Rio Verde, n.º 6415, Bairro Beira Rio, na cidade de Rolim de Moura - RO.
Int.
SIRVA A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO /CARTA PRECATÓRIA CITAÇÃO/INTIMAÇÃO DA LIMINAR
Terça-feira, 30 de Abril de 2019.
EDSON YUKISHIGUE SASSAMOTO
Juiz de Direito

AUTOS N. 7004157-34.2016.8.22.0005
POLO ATIVO: Nome: MOISES RODRIGUES
Endereço: Rua Vinte e Dois de Novembro, 801, - de 639/640 a 820/821, Casa Preta, Ji-Paraná - RO - CEP: 76907-550
Advogado: ADRIANA DONDE MENDES OAB: RO4785 Endereço: desconhecido Advogado: JULIAN CUADAL SOARES OAB: RO2597 Endereço: Rua Júlio Guerra, 185, - de 152/153 a 435/436, Centro, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-034 Advogado: MARIANA DONDE MARTINS OAB: RO5406 Endereço: Rua Júlio Guerra, 185, - de 152/153 a 435/436, Centro, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-034
POLO PASSIVO: Nome: Evanilde Aquino Pimentel
Endereço: Rua das Pedras, 454, - de 226/227 a 517/518, Jardim dos Migrantes, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-722
Advogado do(a) RÉU: NEUMAYER PEREIRA DE SOUZA - RO1537
SENTENÇA
Vistos, etc.
Não tendo a parte Executada se insurgido contra a penhora “on line”, o valor deve ser liberado em favor da Exequente.
A Exequente declarou que embora a penhora “on line” tenha sido efetivada em valor inferior ao da divida, a mesma foi totalmente satisfeita pela Executada.
Diante do exposto, julgo extinto o processo nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil face a satisfação da obrigação.
Custas satisfeitas vez que inclusa no valor do bloqueio.
Dou por dispensado o prazo recursal e por transitada em julgado a DECISÃO nesta data.
P.R.I.
SIRVA a presente DECISÃO como ALVARÁ JUDICIAL para levantamento da importância depositada junto à Caixa Econômica Federal na agência n. 3259 no ID: ID:072019000000627072, tendo como favorecido JULIAN CUADAL SOARES, OAB/RO 2597, devendo ser deduzido e recolhido o valor das custas processuais, em guia própria a ser apresentada juntamente com presente alvará. A Exequente deverá comprovar nos autos o recolhimento das custas pena de responder por crime de apropriação indébita.
Terça-feira, 30 de Abril de 2019
EDSON YUKISHIGUE SASSAMOTO
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ji-Paraná - 3ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, JI-PARANÁ - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
AUTOS N. 7006530-67.2018.8.22.0005
CLASSE: MONITÓRIA (40)
POLO ATIVO:Nome: ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO NO ESTADO DE RONDONIA - ASPER
Endereço: Rua Benjamin Constant, 308, - de 107/108 a 393/394, Arigolândia, Porto Velho - RO - CEP: 76801-200
Advogado: MARCELO ESTEBANEZ MARTINS OAB: RO3208 Endereço: desconhecido
POLO PASSIVO: Nome: DIVINA FRANCISCA ALVES
Endereço: Rua Sena Madureira, 936, - de 667/668 a 843/844, Riachuelo, Ji-Paraná - RO - CEP: 76913-772DESPACHO
Vistos.
Defiro o pedido.
Realizei busca de endereço da parte Executada com resultado positivo. O endereço obtido é R SAO PAULO, 646, NOVA BRASILIA, CEP: 76908-392, JI-PARANA, conforme demonstrativo anexo.
Corrija-se o endereço perante o cadastro do PJE, após cite-se no referido endereço.
Int.
Terça-feira, 30 de Abril de 2019.
EDSON YUKISHIGUE SASSAMOTO
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ji-Paraná - 3ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, JI-PARANÁ - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
AUTOS N. 7004252-93.2018.8.22.0005

CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
POLO ATIVO:Nome: GILSON MARIANO NOELVES
Endereço: Avenida Ji-Paraná, 442, - de 258 a 442 - lado par, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-198
Advogado: GILSON MARIANO NOELVES OAB: RO6446 Endereço: desconhecido
POLO PASSIVO: Nome: KAREN PONTIERI ENGELBERG
Endereço: Rua Seis de Maio, 1974, - de 1880 a 2348 - lado par, Casa Preta, Ji-Paraná - RO - CEP: 76907-612
Nome: KARINA PONTIERI ENGELBERG
Endereço: Rua São Jorge, 852, São Francisco, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-118
Advogado do(a) EXECUTADO: LUCIANO DA SILVEIRA VIEIRA - RO1643
Advogado do(a) EXECUTADO: LUCIANO DA SILVEIRA VIEIRA - RO1643DESPACHO
Vistos.
Junte a Exequente a certidão de matrícula do imóvel que pretende penhorar, a fim de demonstrar a propriedade do mesmo.
Int.
Terça-feira, 30 de Abril de 2019.
EDSON YUKISHIGUE SASSAMOTO
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ji-Paraná - 3ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, JI-PARANÁ - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
AUTOS N. 7001019-25.2017.8.22.0005
CLASSE: MONITÓRIA (40)
POLO ATIVO: Nome: COOPERATIVA DE SERVICOS MEDICOS E HOSPITALARES - COOPMEDH
Endereço: Rua Almirante Barroso, 1530, - de 1227/1228 a 1566/1567, Centro, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-079
Advogado: ELAINE CRISTINA BARBOSA DOS SANTOS FRANCO OAB: RO1627 Endereço: desconhecido
POLO PASSIVO: Nome: LUIS HENRIQUE ESPINDOLA DE SOUZA
Endereço: Rua Tarauacá, 3476, - de 3330 a 3704 - lado par, Jorge Teixeira, Ji-Paraná - RO - CEP: 76912-883
Nome: LUIS ALBERTO DE SOUZA
Endereço: Rua Fábio Carneiro Lima, 1367, Sarandi, Porto Alegre - RS - CEP: 91110-540
SENTENÇA
Vistos etc.
Versa o presente sobre embargos monitórios interpostos pela Curadoria de Ausentes em favor da parte Requerida citada por edital.
Sustenta a embargante nulidade da citação por falta de diligências on line, junto aos órgãos Federais para obtenção do endereço da parte Requerida. No MÉRITO utiliza-se da faculdade de apresentar defesa por negativa geral.
DECIDO.
Não havendo necessidade de produção de provas em audiência, o feito deve ser sentenciado nos estado em que se encontra a teor do estatuído no art. 355, I do CPC.
Diversamente do alegado pela Curadoria de Ausentes, foram realizadas todas as diligências possíveis para obtenção do endereço da parte Requerida, sem êxito.
No MÉRITO, tenho que os documentos que instruem a inicial demonstram a existência de dívida inadimplida pelo Requerido, de maneira que os embargos não merecem acolhimento.
Diante do exposto, rejeito os presentes Embargos, e por consequência, julgo procedente a AÇÃO MONITÓRIA, promovida por COOPERATIVA DE SERVICOS MEDICOS E HOSPITALARES - COOPMEDH contra LUIS HENRIQUE ESPINDOLA DE SOUZA e LUIS ALBERTO DE SOUZA, via de consequência, condeno o Requerido a pagar ao Requerente a importância de R$ 26.282,35(vinte e seis mil duzentos e oitenta e dois reais e trinta e cinco centavos), corrigido monetariamente desde o vencimento e acrescido de juros a partir da citação;
Deixo de condenar a parte embargante ao ônus da sucumbência por ter sido a defesa promovida pela Curadoria de Ausentes-Defensoria Pública, munus decorrente de imperativo legal para a viabilização da tutela jurisdicional invocada.
Custas pelo Requerido.
Após o trânsito em julgado, não havendo pedido de cumprimento de SENTENÇA, arquivem-se os autos, observadas às formalidades legais.
P.R.I.
Terça-feira, 30 de Abril de 2019.
EDSON YUKISHIGUE SASSAMOTO
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ji-Paraná - 3ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, JI-PARANÁ - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
AUTOS N. 7003260-98.2019.8.22.0005
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
POLO ATIVO:Nome: CARLA GEOVANNA MARQUES DA SILVA
Endereço: Rua Belém, 1867, APT 01, Valparaíso, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-700
POLO PASSIVO: Nome: CARLOS RODRIGUES MARQUES
Endereço: Rua Sena Madureira, 2254, - de 2220/2221 a 2299/2300, Cafezinho, Ji-Paraná - RO - CEP: 76913-119DESPACHO
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA ALIMENTOS - PENHORA
Com base no parágrafo único do art. 294, c/c arts. 297 e 311, todos do CPC, este Juízo efetivou consulta junto aos sistemas Bacenjud e Renajud, não logrando êxito em encontrar bens em nome do devedor, como adiante se vê nos anexos.
Doravante:
1 - Processe-se em segredo de justiça (CPC, art. 189,II), com benefício de gratuidade.
2 - Intimem o Ministério Público.
3 - Intime-se o executado para, no PRAZO DE 15 (quinze) DIAS, efetuar o pagamento da pensão alimentícia referente aos meses em atraso, indicados na inicial, e demais prestações vencidas até o dia da efetivação do pagamento, sob pena de penhora.
Cientifique o réu que não ocorrendo pagamento no prazo estipulado, o débito será acrescido de multa de dez por cento, consoante artigo 523, §1º, do CPC. Havendo pagamento parcial, a multa do parágrafo anterior, incidirá sobre o saldo devedor (art. 523, 2º, do CPC).
O devedor poderá apresentar impugnação, no prazo de 15 (quinze) dias, independente da penhora, após escoado o prazo de pagamento, alegando os temas apontados no artigo 525, § 1º, do CPC.
Em caso de não encontrar o devedor, arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução e transcorrido o prazo de pagamento, o arresto converter-se-á em penhora, independentemente de termo, de acordo com o artigo 830, § 3º, do CPC.
O Oficial de Justiça fica autorizado, em sendo necessário, diligenciar nos termos do artigo 212, §2º, do CPC.
Decorrido o prazo de pagamento:
a) Deve a parte exequente apresentar os cálculos atualizados, com valores devidos, incluindo multa, e custas processuais, a ser feito no prazo de 5 (cinco) dias.
b) Deve indicar bens do devedor passíveis de penhora, com respectiva localização de onde possam ser encontrados;
Fica desde já deferida a expedição de MANDADO de penhora, avaliação e remoção dos bens indicados nos termos do item “b”.
VALOR DO DÉBITO: R$ 1.213,17 (mil, duzentos e treze reais e dezessete centavos), atualizado até o dia 05/04/2019.
SIRVA A PRESENTE DECISÃO DE MANDADO DE INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO E/OU ARRESTO
Terça-feira, 30 de Abril de 2019.
EDSON YUKISHIGUE SASSAMOTO
Juiz de Direito

AUTOS N. 7000128-33.2019.8.22.0005
POLO ATIVO: Nome: GABRIELA BIAZINI TALAMONTE
Endereço: Rua dos Mineiros, - de 753/754 ao fim, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-302
Advogado: NAIANY CRISTINA LIMA OAB: RO7048 Endereço: desconhecido
POLO PASSIVO: Nome: LATAM AIRLINES GROUP S/A
Endereço: AC Aeroporto Internacional de Porto Velho, S/N, Avenida Governador Jorge Teixeira 6490, Aeroporto, Porto Velho - RO - CEP: 76803-970
SENTENÇA
Vistos,
Pelo DESPACHO inicial, foi determinada a parte Requerente que emendasse a inicial, sob pena de indeferimento.
Pela Requerente foi afirmado que não teve acesso ao teor do DESPACHO, tendo postulado a devolução do prazo para emenda.
DECIDO.
Sem razão a Requerente.
Muito embora no dia 16/17 de janeiro tenha havido falha do PJE impedindo a publicação e visualização do teor do DESPACHO, o pedido da Requerente não merece acolhimento, tendo em conta que consta da aba expedientes do PJE, que a escrivania deste Juízo intimou a Patrona pessoalmente no dia 20/03/2019, cujo prazo para manifestação encerrou-se em 22/04/2019, sem que viesse aos autos a emenda.
A parte Requerente não sanou o defeito da petição inicial, como lhe foi determinado, de maneira que ela deve ser indeferida por inepta a dar início à relação jurídica processual.
Ante o exposto, com fundamento no art. 321, parágrafo único do Código de Processo Civil, indefiro a petição inicial e julgo extinto o processo, sem resolução de MÉRITO.
Sem custas finais, em face da relação processual não ter sido formalizada.
Certificado o trânsito em julgado, arquive-se o feito, observadas às formalidades legais.
P.R.I.
Terça-feira, 30 de Abril de 2019.
EDSON YUKISHIGUE SASSAMOTO
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ji-Paraná - 3ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, JI-PARANÁ - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
AUTOS N. 7005572-18.2017.8.22.0005
CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
POLO ATIVO:Nome: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS UNIRONDÔNIA LTDA
Endereço: Avenida Calama, 2468, - de 2181 a 2465 - lado ímpar, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-769
Advogado: MARCIA REGINA BARBISAN DE SOUZA OAB: RO2031 Endereço: desconhecido
POLO PASSIVO: Nome: COM DE COMBUST E DERIVADO DE PETROLEO FORTALEZA LTDA
Endereço: Rua Júlio Guerra, 2170, - de 2170/2171 a 2670/2671, Dois de Abril, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-858
Nome: JOSE ODILIO LIMA SILVA
Endereço: Rua Júlio Guerra, 2170, - de 2170/2171 a 2670/2671, Dois de Abril, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-858
Nome: MARIA ESTELA LIMA SILVA
Endereço: Rua Júlio Guerra, 2170, - de 2170/2171 a 2670/2671, Dois de Abril, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-858
Nome: OTONIO LIMA SILVA
Endereço: Rua Júlio Guerra, 2170, - de 2170/2171 a 2670/2671, Dois de Abril, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-858
Nome: ADRIANA ALBINO
Endereço: Rua Júlio Guerra, 2170, - de 2170/2171 a 2670/2671, Dois de Abril, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-858
Advogado do(a) EXECUTADO: TATIANA MENDES SILVA DE AMORIM - RO6374
Advogado do(a) EXECUTADO: TATIANA MENDES SILVA DE AMORIM - RO6374
Advogado do(a) EXECUTADO: TATIANA MENDES SILVA DE AMORIM - RO6374DESPACHO
Vistos.
Indefiro o pedido da parte Executada para que a avaliação realizada nos autos que tramita perante o Juízo da Quarta Vara Cível seja homologada neste feito, tendo em conta que a parte Executada não demonstrou que referida a avaliação foi homologada naquele Juízo.
Ademais, o Oficial avaliador é irmão do Advogado da parte Executada, fato este que o torna impedido de avaliar nos termos do art. 148, II, c/c 144, III, do CPC.
Assim, defiro o pedido da Exequente e determino que o MANDADO de avaliação seja desentranhado e encaminhado para o mesmo Oficial de Justiça, para seu integral cumprimento, tendo em conta que o fato das edificações não estarem averbadas junto a matricula e perante o cadastro imobiliário da Prefeitura, não constitui óbice à avaliação.
Cumprido o MANDADO, intimem-se as partes a se manifestarem sobre a avaliação.
INt.
Terça-feira, 30 de Abril de 2019.
EDSON YUKISHIGUE SASSAMOTO
Juiz de Direito
AUTOS N. 7007506-74.2018.8.22.0005
POLO ATIVO: Nome: UNIMED JI PARANA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO
Endereço: Avenida Transcontinental, 1019, ROD BR 364 PERÍMETRO URBANO, Centro, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-091
Advogado: CLEBER CARMONA DE FREITAS OAB: RO3314 Endereço: desconhecido
POLO PASSIVO: Nome: ELIAS PINHEIRO JUNIOR
Endereço: Rua Olinda, 2480, CASA, JK, Ji-Paraná - RO - CEP: 76909-716
ADVOGADO:
DESPACHO
Vistos,
Não tendo a Exequente atendido a intimação para dar prosseguimento ao feito, arquivem-se os autos, nos termos do art. 921, III, §3º, do CPC.
Int.
Terça-feira, 30 de Abril de 2019.
EDSON YUKISHIGUE SASSAMOTO
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ji-Paraná - 3ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, JI-PARANÁ - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
AUTOS N. 7004212-77.2019.8.22.0005
CLASSE: CÍVEL - DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SOCIEDADE (97)
POLO ATIVO:Nome: EDER VOLTOLINI
Endereço: Rua Amador Bueno, 100, ap 401, Vila Ipiranga, Londrina - PR - CEP: 86010-620
Nome: DANIEL FERREIRA MUGRABI
Endereço: Avenida Lauro Sodré, 2300, ap 806, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-660
Advogado: HUGO HENRIQUE RIBEIRO SILVA OAB: MG164862 Endereço: desconhecido Advogado: BRENO GARCIA DE OLIVEIRA OAB: MG98579 Endereço: Rua Estácio de Sá, 63, Gutierrez, Belo Horizonte - MG - CEP: 30441-042
POLO PASSIVO: Nome: INSTITUTO DE HEMODINAMICA DE RONDONIA LTDA
Endereço: Rua Almirante Barroso, 1530, Sala H, Centro, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-079
Nome: COOPERATIVA DE SERVICOS MEDICOS E HOSPITALARES - COOPMEDH
Endereço: Rua Almirante Barroso, 1530, 1 Distrito, Centro, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-079
Nome: EDILTON OLIVEIRA DOS SANTOS

Endereço: Rua José Bonifácio, 2275, - de 1791/1792 a 2189/2190, Jardim Clodoaldo, Cacoal - RO - CEP: 76963-614
Nome: CARLOS EDUARDO DUARTE
Endereço: Rua Vergueiro, 266, apto 206, bl 2, Liberdade, São Paulo - SP - CEP: 01504-000
Nome: MARCELO SALAME
Endereço: Avenida Marechal Rondon, 721, km 88, Centro, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-970
Nome: FELICIA NAOMI TABUCHI
Endereço: Rua Santos Dumont, 167, Prefeitura do Distrito de Rondominas, Centro, Ouro Preto do Oeste - RO - CEP: 76920-990
Nome: LEISLE DE FREITAS DINIZ
Endereço: Rua Padre Adolpho Rohl, 1498, Centro, Jaru - RO - CEP: 76890-000
Nome: LAIS PERSONA REINALDO
Endereço: Avenida Aracaju, 1150, - de 964 a 1282 - lado par, Riachuelo, Ji-Paraná - RO - CEP: 76913-698
Nome: HAMILTON GIOVANINI
Endereço: Rua Trinta e Um de Março, 1335, - de 1137/1138 a 1640/1641, Jardim Presidencial, Ji-Paraná - RO - CEP: 76901-027
Nome: JOSUE AUGUSTO TONDO
Endereço: Rua Guaporé, 3730, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000
Nome: MARILENE RODRIGUES CARVALHO
Endereço: Rua Seis de Maio, 645, apto 92, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-195
Nome: PAULO CESAR DA CRUZ CAPELLANI
Endereço: Avenida Marechal Rondon, 1728, apto 704, Centro, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-136
Nome: FERNANDA DETTMANN
Endereço: Avenida Guaporé, 2570, apto 01, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-796
Nome: JOEZER DUARTE CARVALHO
Endereço: Rua São Paulo, 2539, - de 2491 a 2791 - lado ímpar, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-801
Nome: JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA TRUBIAN
Endereço: Avenida Transcontinental, 1022, - de 560 a 1022 - lado par, Casa Preta, Ji-Paraná - RO - CEP: 76907-564DESPACHO
Vistos,
O artigo 1.030 do Código Civil estabelece que o sócio que quiser retirar-se da sociedade por prazo indeterminado, deve notificar os demais sócios, com antecedência mínima de 60(sessenta) dias, operando-se a partir de então o efeito de rompimento do vínculo societário, cujo termo é imprescindível à definição e apuração dos haveres dos sócios retirantes, devendo portanto, tal providência ser atendida.
Ainda, o valor dado à causa deve ser corrigido para, no mínimo o valor integralizado por cada um dos sócios na sociedade que integram.
Emende-se pois a inicial, comprovando ter efetuado a notificação dos Requeridos, da retirada dos Requerentes da sociedade.
Corrija-se pois o valor dado à causa e complemente o recolhimento das custas no importe de 2% sobre o valor da causa, sendo a primeira parcela de imediato e a segunda no prazo máximo de 5(cinco) dias após a audiência de conciliação.
Prazo de 15(quinze) dias, pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único do art. 321 do CPC.
Int.
Quinta-feira, 02 de Maio de 2019.
EDSON YUKISHIGUE SASSAMOTO
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ji-Paraná - 3ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, JI-PARANÁ - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
AUTOS N. 7008078-64.2017.8.22.0005
CLASSE: MONITÓRIA (40)
POLO ATIVO: Nome: POSTO NORTAO LTDA
Endereço: Avenida Transcontinental, 2575, - de 2371 a 2701 - lado ímpar, Riachuelo, Ji-Paraná - RO - CEP: 76913-805
Advogado: MIRELLY VIEIRA MACEDO DE ALMEIDA OAB: RO5174
Endereço: desconhecido Advogado: ALAN DE ALMEIDA PINHEIRO DA SILVA OAB: RO7495 Endereço: Avenida Ji-Paraná, 877, - de 741 a 1027 - lado ímpar, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-285
POLO PASSIVO: Nome: GEAN FIGUEIREDO DA SILVA
Endereço: Rua Holanda, 2131, - de 2000/2001 a 2100/2101, Jardim das Seringueiras, Ji-Paraná - RO - CEP: 76913-530
SENTENÇA
Vistos, etc.
O Patrono da parte Requerente/Exequente, fora intimado o(a) a se manifestar em termos de seguimento, tendo deixado transcorrer “in albs” o prazo.
Assim, não tendo a parte autora atendido a determinação judicial, configurado está sua inércia, razão porque o feito deve ser extinto sem resolução do MÉRITO.
Diante do exposto e por tudo mais que dos autos constam, julgo extinto o processo nos termos do art. 485, III, do Código de Processo Civil, sem resolução de MÉRITO, face inércia da parte autora.
Sem custas finais, por não ter sido satisfeita a prestação jurisdicional.
Certificado o trânsito em julgado, arquive-se o feito, observadas as formalidades legais.
P.R.I.
Quinta-feira, 02 de Maio de 2019.
EDSON YUKISHIGUE SASSAMOTO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 3ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, JI-PARANÁ - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
AUTOS N. 7004322-76.2019.8.22.0005
POLO ATIVO: Nome: BANCO DO BRASIL S.A.
Endereço: Avenida Amazonas, 2356, Centro, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-792
Advogado: RAFAEL SGANZERLA DURAND OAB: MT12208-A
POLO PASSIVO: Nome: LEO BRAZ DE SOUZA
Endereço: Rua Sena Madureira, 2757, - de 2613/2614 a 2932/2933, Cafezinho, Ji-Paraná - RO - CEP: 76913-093
Nome: JUVELINO GOMES DE SOUZA
Endereço: Lote 418 da Gleba 02 - Linha LJ-18 PA, S/N, Lajes Zona Rural, Machadinho D’Oeste - RO - CEP: 76868-000DESPACHO
Vistos,
Com base no parágrafo único do art. 294, c/c arts. 297 e 311, todos do CPC, este Juízo efetivou consulta junto aos sistemas Bacenjud e Renajud, não logrando êxito em bloquear valores em conta dos devedores, tendo porém restringindo o(s) veículo(s) de propriedade dos executados, como adiante se vê nos anexos.
A parte exequente deverá comprovar em 3 (três) dias o recolhimento das taxas devidas pela diligência do Juízo.
Doravante:
1- Cite(m)-se o(s) executado(s) para pagar a dívida, custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, fixados no patamar de dez por cento, no prazo de 3 (três) dias, a contar da citação.
2- Caso o(s) executado(s) possua(m) cadastro na forma do art.246, §1º, e art.1.051, do Código de Processo Civil, a citação deverá ser feita de maneira preferencialmente eletrônica.
3- Do MANDADO ou carta de citação deverá constar, também, a ordem de penhora e avaliação a ser cumprida pelo Oficial de Justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado.
4- Não encontrado(s) o(s) executado(s), havendo bens de sua titularidade, o Oficial de Justiça deverá proceder ao arresto de tantos quanto bastem para garantir a execução, seguindo o processo na forma do art.830, do Código de Processo Civil.
5- As citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, ou nos feriados ou dias úteis mesmo antes das 6 e depois das 20 horas, observado o disposto no art.5º, inciso XI, da Constituição Federal.

6- O(s) executado(s) deverá(ão) ter ciência de que, nos termos do art. 827, §1º, do Código de Processo Civil, em caso de pagamento integral no prazo declinado, os honorários advocatícios poderão ser reduzidos pela metade, e será isento do pagamento das custas finais, nos termos do art. 8º, I, da Lei 8.896/2016 (Regimento Custas)
7- Registre-se, também, a possibilidade de oferecimento de embargos à execução, distribuídos por dependência e instruídos com cópias das peças processuais relevantes, no prazo de 15 (quinze) dias, contados na forma do art.231, do Código de Processo Civil.
8- O devedor, no prazo dos Embargos (15 dias), reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor da execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de um por cento ao mês.
9- Fica(m) o(s) executado(s) advertido(s) que a rejeição dos embargos, ou, ainda, inadimplemento das parcelas, poderá acarretar na elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da parte, além de outras penalidades previstas em lei.
10- O exequente, por sua vez, deverá ter ciência de que, não localizados o(s) executado(s), deverá, na primeira oportunidade, requerer as medidas necessárias para a viabilização da citação, sob pena de não se aplicar o disposto no art. 240, §1º, do Código de Processo Civil.
11- Tratando-se de pessoa jurídica, deverá, desde logo, providenciar a juntada de certidão de breve relato obtida junto à Junta Comercial ou semelhante, diligenciando, ainda, perante os cadastros processuais do juízo onde a empresa tem sede ou filial.
12- Por fim, registre-se que, independentemente de nova ordem judicial, mediante o recolhimento das respectivas taxas, o exequente poderá requerer diretamente à Serventia a expedição de certidão, nos termos do art.828, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil.
13- Expedida a certidão, caberá ao exequente providenciar as averbações e comunicações necessárias, comprovando posteriormente nos autos no prazo de 10 dias, sob pena de nulidade, sem prejuízo de eventual responsabilização.
14- Caso a parte executada não seja encontrada no endereço da inicial, intime-se a Requerente para declinar o novo endereço, pena de extinção. Informado o novo endereço, expeça-se o necessário para cumprimento do MANDADO.
15- Caso a parte pretenda diligências junto ao INFOJUD, RENAJUD, BACEN JUD, TRE ou outras diligências do Juízo e não seja beneficiária da gratuidade, deverá instruir o pedido com comprovante de recolhimento das taxas judiciárias, por cada ato postulado, conforme disposto no art. 17, da Lei 3.896/2016.
16- A presente DECISÃO, assinada digitalmente e devidamente instruída, servirá como CARTA/MANDADO /CARTA PRECATÓRIA/ OFÍCIO e CERTIDÃO PARA AVERBAÇÃO NOS REGISTROS DE BENS.
Int.
Sexta-feira, 26 de Abril de 2019
EDSON YUKISHIGUE SASSAMOTO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 3ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, JI-PARANÁ - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
AUTOS N. 7002510-96.2019.8.22.0005
POLO ATIVO: Nome: LIQUIGAS DISTRIBUIDORA S.A.
Endereço: Condomínio Cetenco Plaza - Torre Norte, Avenida Paulista 1842, Bela Vista, São Paulo - SP - CEP: 01310-923
Advogado: MARIA LUCIA FERREIRA TEIXEIRA OAB: MT3662-O
Endereço: desconhecido
POLO PASSIVO: Nome: O L SILVA - EPP
Endereço: Rua Júlio Guerra, 2170, - de 2170/2171 a 2670/2671, Dois de Abril, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-858
Nome: JOSE ODILIO LIMA SILVA
Endereço: Rua Júlio Guerra, 2170, - de 2170/2171 a 2670/2671, Dois de Abril, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-858
Nome: MARIA ESTELA LIMA SILVA
Endereço: Rua Júlio Guerra, 2170, - de 2170/2171 a 2670/2671, Dois de Abril, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-858DESPACHO
Vistos,
Com base no parágrafo único do art. 294, c/c arts. 297 e 311, todos do CPC, este Juízo efetivou consulta junto ao sistema Bacenjud, não logrando êxito em bloquear valores em conta do devedor, tendo porém, restringindo o(s) veículo(s) de propriedade dos executados, como adiante se vê nos anexos.
A parte exequente deverá comprovar em 3 (três) dias o recolhimento das taxas devidas pela diligência do Juízo.
Doravante:
1- Cite(m)-se o(s) executado(s) para pagar a dívida, custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, fixados no patamar de dez por cento, no prazo de 3 (três) dias, a contar da citação.
2- Caso o(s) executado(s) possua(m) cadastro na forma do art.246, §1º, e art.1.051, do Código de Processo Civil, a citação deverá ser feita de maneira preferencialmente eletrônica.
3- Do MANDADO ou carta de citação deverá constar, também, a ordem de penhora e avaliação a ser cumprida pelo Oficial de Justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado.
4- Não encontrado(s) o(s) executado(s), havendo bens de sua titularidade, o Oficial de Justiça deverá proceder ao arresto de tantos quanto bastem para garantir a execução, seguindo o processo na forma do art.830, do Código de Processo Civil.
5- As citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, ou nos feriados ou dias úteis mesmo antes das 6 e depois das 20 horas, observado o disposto no art.5º, inciso XI, da Constituição Federal.
6- O(s) executado(s) deverá(ão) ter ciência de que, nos termos do art. 827, §1º, do Código de Processo Civil, em caso de pagamento integral no prazo declinado, os honorários advocatícios poderão ser reduzidos pela metade, e será isento do pagamento das custas finais, nos termos do art. 8º, I, da Lei 8.896/2016 (Regimento Custas)
7- Registre-se, também, a possibilidade de oferecimento de embargos à execução, distribuídos por dependência e instruídos com cópias das peças processuais relevantes, no prazo de 15 (quinze) dias, contados na forma do art.231, do Código de Processo Civil.
8- O devedor, no prazo dos Embargos (15 dias), reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor da execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de um por cento ao mês.
9- Fica(m) o(s) executado(s) advertido(s) que a rejeição dos embargos, ou, ainda, inadimplemento das parcelas, poderá acarretar na elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da parte, além de outras penalidades previstas em lei.
10- O exequente, por sua vez, deverá ter ciência de que, não localizados o(s) executado(s), deverá, na primeira oportunidade, requerer as medidas necessárias para a viabilização da citação, sob pena de não se aplicar o disposto no art. 240, §1º, do Código de Processo Civil.
11- Tratando-se de pessoa jurídica, deverá, desde logo, providenciar a juntada de certidão de breve relato obtida junto à Junta Comercial ou semelhante, diligenciando, ainda, perante os cadastros processuais do juízo onde a empresa tem sede ou filial.
12- Por fim, registre-se que, independentemente de nova ordem judicial, mediante o recolhimento das respectivas taxas, o exequente poderá requerer diretamente à Serventia a expedição de certidão, nos termos do art.828, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil.
13- Expedida a certidão, caberá ao exequente providenciar as averbações e comunicações necessárias, comprovando posteriormente nos autos no prazo de 10 dias, sob pena de nulidade, sem prejuízo de eventual responsabilização.

14- Caso a parte executada não seja encontrada no endereço da inicial, intime-se a Requerente para declinar o novo endereço, pena de extinção. Informado o novo endereço, expeça-se o necessário para cumprimento do MANDADO.
15- Caso a parte pretenda diligências junto ao INFOJUD, RENAJUD, BACEN JUD, TRE ou outras diligências do Juízo e não seja beneficiária da gratuidade, deverá instruir o pedido com comprovante de recolhimento das taxas judiciárias, por cada ato postulado, conforme disposto no art. 17, da Lei 3.896/2016.
16- A presente DECISÃO, assinada digitalmente e devidamente instruída, servirá como CARTA/MANDADO /CARTA PRECATÓRIA/ OFÍCIO e CERTIDÃO PARA AVERBAÇÃO NOS REGISTROS DE BENS.
Int.
Sexta-feira, 26 de Abril de 2019
EDSON YUKISHIGUE SASSAMOTO
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ji-Paraná - 3ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, JI-PARANÁ - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
AUTOS N. 7000509-12.2017.8.22.0005
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
POLO ATIVO: Nome: MARIANA RIBEIRO DOS SANTOS
Endereço: Rua Hermínio Victorelli, 550, - de 358/359 a 570/571, Casa Preta, Ji-Paraná - RO - CEP: 76907-546
Advogado: FRANCISCO BATISTA PEREIRA OAB: RO2284
Endereço: desconhecido
POLO PASSIVO: Nome: ACBZ IMPORTACAO E COMERCIO LTDA.
Endereço: Rua Loefgren, 1057, - até 1125 - lado ímpar, Vila Clementino, São Paulo - SP - CEP: 04040-030
Advogado do(a) EXECUTADO: DHEIME SANDRA DE MATOS - RO3658
DECISÃO
Vistos,
1 - Defiro o levantamento do valor incontroverso.
Sirva a presente DECISÃO como ALVARÁ JUDICIAL para levantamento do valor depositado perante a Caixa Econômica Federal, ag. 3259 040 01511206-5, tendo como beneficiário: Francisco Batista Pereira, OAB/RO 2284.
2 - Ainda, frente a ausência de impugnação pela executada, dos valores apresentados pela parte exequente, resta incontroverso o valor postulado na fase de cumprimento de SENTENÇA.
Doravante, fica a parte executada ACBZ – IMPORTAÇÃO E COMERCIO LTDA, intimada, para que efetue o pagamento do saldo devedor remanescente, no valor de R$ 315,62 (trezentos e quinze reais e sessenta e dois centavos), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de penhora.
Deve ainda, no mesmo prazo, comprovar o recolhimento de custas processuais, via boleto que pode ser emitido no site do TJ/RO, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa.
Decorrido o prazo de pagamento, cabe a parte exequente postular o que entende de direito, devendo observar o quanto dispõe o intem 4 do DESPACHO inicial deste cumprimento de SENTENÇA.
Quinta-feira, 02 de Maio de 2019.
EDSON YUKISHIGUE SASSAMOTO
Juiz (a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ji-Paraná - 3ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, JI-PARANÁ - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
AUTOS N. 7002209-52.2019.8.22.0005
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
POLO ATIVO: Nome: EDILSON TEIXEIRA
Endereço: Rua Ricardo Catanhede, 262, n2, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-166
Advogado: BASSEM DE MOURA MESTOU OAB: RO3680
Endereço: desconhecido
POLO PASSIVO: Nome: TELEMAR NORTE LESTE S/A
Endereço: Rua do Lavradio, 71, 2 andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20230-070
Advogado do(a) EXECUTADO: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO - RO635
SENTENÇA
Vistos,
Trata-se de Cumprimento de SENTENÇA, na qual o exequente alega que teve seu nome indevidamente incluído no cadastro arquivista, referente a débito declarado indevido. E que, inobstante ao reconhecimento judicial da ilicitude da inscrição, a ré mantém seu nome classificado como comprador de alto risco no sistema Score, o que entende ser indevido, tendo postulado que a ré fosse compelida a correção da informação.
Determinado por este Juízo que a ré corrigisse a informação (id 25261994), sob pena de multa, deixou de se manifestar nos autos, e tão pouco comprovou ter atendido a determinação judicial.
A parte autora informou que a ré deixou de cumprir a determinação judicial, apresentando pedido de cumprimento da multa aplicada e bloqueio dos valores.
Decido.
Trata de cumprimento de SENTENÇA, que visa a correção de informações negativas junto ao Sistema Score, geradas a partir de uma negativação indevida, que agregou pontos negativos no histórico do autor, classificando a parte autora como comprador de risco.
Ademais, a ré deixou de demonstrar nos autos que a classificação negativa do autor junto ao sistema score, decorreria de outras inscrições e, tão pouco provou nos autos ter comunicado o o Sistema Creding Score, para correção da informação.
Portanto, a ré deixou de atender a determinação judicial, notadamente quanto a correção do score de crédito do autor, que sofreu deficit em sua pontuação por considerar negativação da ré, embora já baixada, mas que lançada indevidamente a época, situação que impõe a sujeição ao pagamento da multa já arbitrada, com consectários legais (honorários e multa).
Nesta oportunidade, deferi o pedido da parte autora, conforme tela anexa, com resultado suficiente, com transferência do valor a conta vinculada ao Juízo.
Frente a satisfação da obrigação nestes autos, nos termos do art. 924, I do Código de Processo Civil, julgo extinta a obrigação pleiteada.
Sem custas neste incidente.
Sirva a presente DECISÃO judicial como ORDEM DE TRANSFERÊNCIA a ser cumprida pelo Gerente da Caixa Econômica Federal, para que transfira de imediato o valor constante da ag. 3259, conta ID:072019000005095290, para o BANCO 097 (CREDISIS) AG. 0002 - C/C: 0400625-9 de Mestou Sociedade Individual de Advocacia, CNPJ: 28.931.559/0001-54. Transferido o valor encerre a conta judicial.
P.R.I. com o trânsito em julgado, arquivem-se.
Segunda-feira, 29 de Abril de 2019.
EDSON YUKISHIGUE SASSAMOTO
Juiz de Direito

AUTOS N. 7002181-84.2019.8.22.0005
POLO ATIVO: Nome: EVANDRO RODRIGUES CIDRO
Endereço: Rua Castro Alves, 121, - até 154/155, Jardim dos Migrantes, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-749
Advogado: ALESSANDRO RIOS PRESTES OAB: RO9136
Endereço: desconhecido
POLO PASSIVO: Nome: CLAUDINEI CIDRO
Endereço: RUA FLAVIO DILLERMANO CHINARELLI, 21, RIO DAS PEDRAS, Itupeva - SP - CEP: 13295-000

SENTENÇA
Vistos,
Foi determinada a parte Requerente que emendasse a inicial, sob pena de indeferimento. Intimada, postulou a dilação do prazo por mais 15 dias, contudo, tal prazo já transcorreu sem que viesse aos autos a emenda, situação esta que impõe o indeferimento da inicial e extinção do feito.
Ante o exposto, com fundamento no art. 321, parágrafo único do Código de Processo Civil, indefiro a petição inicial e julgo extinto o processo, sem resolução de MÉRITO.
Sem custas finais, em face da relação processual não ter sido formalizada.
Certificado o trânsito em julgado, arquive-se o feito, observadas às formalidades legais.
P.R.I.
Quinta-feira, 02 de Maio de 2019.
EDSON YUKISHIGUE SASSAMOTO
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ji-Paraná - 3ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, JI-PARANÁ - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
AUTOS N. 7002502-56.2018.8.22.0005
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
POLO ATIVO:Nome: RONALDO OLIVEIRA VELOSO
Endereço: Rua das Rosas, 2982, - de 2804/2805 ao fim, Santiago, Ji-Paraná - RO - CEP: 76901-199
Advogado: ESTEFANIA SOUZA MARINHO OAB: RO7025 Endereço: desconhecido Advogado: LUCAS GATELLI DE SOUZA OAB: RO7232 Endereço: Rua Amazonas, 150, - até 446/447, Jotão, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-298
POLO PASSIVO: Nome: OI / SA
Endereço: Avenida Lauro Sodré, 3290, - de 3290 a 3462 - lado par, Costa e Silva, Porto Velho - RO - CEP: 76803-460
Nome: RENNOV SERVICOS DE COBRANCAS LTDA - ME
Endereço: Rua São Bento, 545, 2 SL, CJ 3, Centro, São Paulo - SP - CEP: 01011-100
Advogados do(a) EXECUTADO: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO - RO635, DIEGO DE PAIVA VASCONCELOS - RO2013, MARCIO MELO NOGUEIRA - RO2827
Advogado do(a) EXECUTADO: FABIANO FERRARI LENCI - SP192086DESPACHO
Vistos,
Trata-se de Cumprimento de SENTENÇA em que a parte Executada intimada, deixou de efetuar o pagamento no prazo legal, tão pouco apresentou impugnação.
Restando precluso a impugnação dos valores, com bloqueio positivo do débito em execução, a extinção do feito pela satisfação da obrigação é medida que se impõe.
Ante o exposto, julgo extinto o processo, nos termos do art. 924, I do Código de Processo Civil, face a satisfação da obrigação.
Custas devem ser recolhidas pela parte autora, tendo em vista que o valor foi bloqueado junto com o principal, conforme consta do item 4 do DESPACHO que deflagrou o cumprimento de SENTENÇA.
Sirva a presente DECISÃO como Alvará Judicial para levantamento do valor depositado perante a Caixa Econômica Federal, ag. 3259, ID:072019000005249149.
O caixa deverá reter o valor das custas processuais, via boleto bancário, que deve ser apresentado pela parte beneficiária do alvará. Após, libere o saldo integral remanescente a um dos beneficiários: Estefania Souza Marinho, OAB/RO 7025 e/ou Lucas Gatelli de Souza, OAB 7232.
P.R.I. certificado o trânsito em julgado, arquivem-se.
Terça-feira, 02 de Maio de 2019.
EDSON YUKISHIGUE SASSAMOTO
Juiz de Direito

4ª VARA CÍVEL

4º Cartório Cível
Dr. Silvio Viana
Juiz de Direito
CLEONICE BERNARDINI
Diretora de Cartório
Lauda n.

Proc.: 0001990-71.2013.8.22.0005
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ana Cláudia de Souza Dias
Advogado:Agnaldo dos Santos Alves (OAB/RO 1156)
Requerido:Passaredo Transportes Aéreos Ltda
Advogado:Charles Baccan Junior (OAB/RO 2823A)
Custas Judiciais:
Fica a parte requerida intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0002733-13.2015.8.22.0005
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:José Moura Filho
Advogado:Geneci Alves Apolinario (RO 1007)
Requerido:Banco Bradesco S. A.
Advogado:Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/MG 107878)
Retorno do TJ:
Manifeste a parte interessada, no prazo de 05 (cinco)dias, sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça.

Proc.: 0011323-13.2014.8.22.0005
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Erlândio Luiz Araújo
Advogado:Anisio Grecia (RO 1910)
Requerido:Banco Bradesco S. A., Banco Daycoval S. A.
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB/PE 21678)
Custas Judiciais:
Fica a parte requerida intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0003787-53.2011.8.22.0005
Ação:Reintegração / Manutenção de Posse
Requerente:Estado de Rondônia
Advogado:Ana Paula de Freitas Melo (OAB/RO 1670)
Requerido:Emerson Valentin de Souza, Edméa Mercedes Souza
Advogado:Johanes Lopes de Moura (OAB/RO 4497), Fernando Diegues Neto (OAB/RO 8146)
Custas Judiciais:
Fica a parte requerida intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 10 (dez) dias, efetuar o pagamento da multa fixada no importe de 5(cinco) salários minimos, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0009316-48.2014.8.22.0005
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Laura Olindina Moreira
Advogado:Charles Márcio Zimmermann (OAB/RO 2733)
Executado:Banco do Brasil S A
Advogado:Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567), Jose Arnaldo Janssen Nogueira (OAB/RO 6676), Sérvio Túlio de Barcelos (OAB/MG 44698)
Prosseguimento do Feito:
Fica a parte executada intimada, por via de seu(s) procurador(es), para no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar sobre a diferença da execução relativos a multa e honorários advocatícios conforme DESPACHO de fls. 269: Intime-se a requerida para que se manifeste sobre a diferença da execução, relativamente a multa e honorários advocatícios.

Proc.: 0007043-62.2015.8.22.0005
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Serviço Social da Indústria Sesi
Advogado:Afonso Carlos Muniz Moraes (DF 10.557)
Requerido:Condor Florestas e Indústria de Madeira Ltda
Advogado:Andreia Severina Barreiros (OAB/RO 1455)
Custas Judiciais:
Fica a parte requerida intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0070143-69.2007.8.22.0005
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:C. M. D. C.
Advogado:Jobeci Geraldo dos Santos (OAB/RO 541A), Ademar Selvino Kussler (RO 1324), Gunter Fernando Kussler (OAB/RO 6.534), Lucileide Oliveira dos Santos (7281)
Requerido:J. A. C. N.
Intimação:
Fica a parte requerente por via de seu advogado, no prazo de 10(dez) dias, intimada a retirar o formal de partilha expedido.

Proc.: 0008161-85.2011.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Fabrício Luiz Debastiani, Camilla Nair Gouveia Pinho
Advogado:Ruth Barbosa Balcon (OAB/RO 3454), Wanessa Teixeira da Silva (OAB/RO 3358), Ruth Barbosa Balcon (OAB/RO 3454), Wanessa Teixeira da Silva (OAB/RO 3358)
Requerido:M S Montanari Araujo
Advogado:Edilson Stutz (OAB/RO 309B), Renata Alice Pessoa Ribeiro de Castro Stutz (OAB/RO 1112)
Custas Judiciais:
Fica a parte requerida intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0004216-78.2015.8.22.0005
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Antonio Carlos de Oliveira
Advogado:Milton Fugiwara (OAB/RO 1194)
Requerido:Nextel Telecomunicações Ltda
Advogado:Samuel Ribeiro Mazurechen (OAB/RO 4461)
Desarquivamento - Intimação:
Fica a parte requerente, por via de seu Advogado, no prazo de 10(dez) dias, intimada que os autos se encontram em cartório, sob pena do processo retornar ao arquivo geral.

Proc.: 0001229-40.2013.8.22.0005
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Adalton Perez Varea
Advogado:Edilson Stutz (OAB/RO 309B), Iria Kellen Brum de Aguiar ( ), Renata Alice Pessoa Ribeiro de Castro Stutz (OAB/RO 1112)
Requerido:Fazenda Publica do Estado de Rondonia
Advogado:Toyoo Watanabe Junior (OAB/RO 5728)
Retorno do TJ:
Manifeste a parte interessada, no prazo de 05 (cinco)dias, sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça.
CLEONICE BERNADINI
ESCRIVÃ

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Rua Ji-Paraná, nº 615, Bairro Urupá, CEP 76.900-261, Ji-Parana, RO Autos: 7004137-38.2019.8.22.0005
Classe Processual: Embargos à Execução
Parte requerente: EMBARGANTE: HELENA CARDOSO ERCOLIN, RUA DOS CINTA LARGA 221 URUPÁ - 76900-188 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado da parte requerente: ADVOGADO DO EMBARGANTE: LURIVAL ANTONIO ERCOLIN OAB nº RO64B
Parte requerida: EMBARGADO: BIGSAL - INDUSTRIA E COMERCIO DE SUPLEMENTOS PARA NUTRICAO ANIMAL LTDA., KM 08 LOTE 37 sn, SECCAO ZONA RURAL - 76900-972 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO EMBARGADO:
O embargante deverá emendar a petição inicial, no prazo de 15 dias para:
a) Corrigir o valor da causa, que deverá corresponder ao valor de R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), eis que é valor que o embargante reconhece como devido.
b) Recolher as custas processuais (2% sobre o valor da causa).
c) Promover a juntada do documento de ID: 26608743, pois encontra-se ilegível.
d) Por fim, quanto ao pedido de letra “h”, relativa a declaração de nulidades das cláusulas reconhecidas como abusivas e excessivamente onerosas, o embargante deverá cumprir os termos do artigo 330, §2º, do Código de Processo Civil.
Ji-Paraná, 30 de abril de 2019
Silvio Viana
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Rua Ji-Paraná, nº 615, Bairro Urupá, CEP 76.900-261, Ji-Parana, RO Autos: 7004206-70.2019.8.22.0005
Classe Processual: Procedimento Comum
Parte requerente: AUTORES: ELISSANDRA DOS SANTOS SILVA, AVENIDA TRANSCONTINENTAL 1514, - DE 1024 A 1652 - LADO PAR CASA PRETA - 76907-552 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA ADEILTON SANTOS DA SILVA, AVENIDA TRANSCONTINENTAL 1514, - DE 1024 A 1652 - LADO PAR CASA PRETA - 76907-552 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado da parte requerente: ADVOGADOS DOS AUTORES: RUAN VIEIRA DE CASTRO OAB nº RO8039
Parte requerida: RÉU: DELVISSON GERALDO DE ARAUJO OLIVEIRA, RUA BAHIA 353, RUA PARANA 614 CENTRO - 78360-970 - CAMPO NOVO DO PARECIS - MATO GROSSO
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO RÉU:
DESPACHO SERVINDO DE CARTA / MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO
Cite-se a parte requerida para tomar ciência da ação bem como intimem-se as partes para comparecerem à audiência de conciliação, a ser realizada no Fórum Des. Hugo Auller, sala de Audiência da 4ª Vara Cível desta Comarca, sito na Av. Ji-Paraná, nº 615, Bairro Urupá, nesta cidade, no dia 23 de julho de 2019, às 11:00 horas.
As partes deverão comparecer, pessoalmente ou por representante (procurador) dotado de poderes específicos para negociar e transigir, acompanhados dos respectivos advogados ou defensor público.
O não comparecimento injustificado das partes à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa.
Sendo frutífera a conciliação, voltem conclusos para a homologação.
Cientifique-se a parte requerida de que caso não seja obtida a conciliação, poderá contestar o pedido da parte autora no prazo de quinze dias, contados da data da audiência, e não sendo apresentada contestação a ela serão aplicados os efeitos da confissão e revelia, devendo os autos voltarem conclusos para o proferimento de SENTENÇA.
Sendo apresentada a contestação, intime-se a parte autora para impugná-la.
Decorrido o prazo para impugnação, voltem conclusos.
Ji-Paraná, 30 de abril de 2019
Silvio Viana
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, - de 523 a 615 - lado ímpar, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS
CITAÇÃO DE: DANIELE DA LUZ OLIVEIRA, brasileira, portadora da cédula de identidade RG n. 1298241 SSP/RO, inscrita no CPF n. 026.248.222-32, atualmente em local incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAR a parte acima qualificada para tomar ciência da ação, bem como intimá-la para pagar no prazo de 15 (quinze) dias a importância R$ 4.599,00 (quatro mil e quinhentos e noventa e nove reais), devidamente atualizado e demais cominações legais. Fica advertido de que poderá no mesmo prazo opor embargos. Cientifique-se ainda de que cumprindo a determinação, ou seja, efetuando o devido pagamento, ficarão isentos do pagamento de custas, devendo honorários advocatícios no valor de 5% (cinco por cento) do valor da causa, nos termos do art. 701 do Código de Processo Civil. Fica a requerida, desde logo, cientificada de que não havendo cumprimento do MANDADO e nem oferecimento de embargos, neste prazo, deverá efetuar o pagamento da quantia acima indicada devidamente atualizada, no prazo de 15 (quinze) dias subsequentes, sob pena do pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, bem como nos honorários advocatícios sob o mesmo percentual.
ADVERTÊNCIA: Os embargos independem de prévia segurança do Juízo. Na ausência de embargos e/ou de pagamento constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, convertendo-se o MANDADO inicial em MANDADO executivo e prosseguindo-se na forma de execução.
RESUMO DA INICIAL: A requerente alega que é credora da executada da importância de R$ 4.599,00 (quatro mil e quinhentos e noventa e nove reais), atualizada até dezembro de 2017, representada por três cheques juntados aos autos, e que foram devolvidos pela instituição financeira, nas duas vezes em que foram apresentados, por insuficiência de fundos. A requerente envidou todos os esforços no sentido de recuperar seu crédito, contudo restaram frustradas as tentativas amigáveis para adimplemento do débito, razão pela qual ingressou com a presente ação requerendo a citação do requerido promover o pagamento do débito, sob pena de penhora de tantos bens quanto bastem para pagamento do débito e cominações legais.
PRAZO: O prazo para oferecer embargos será 15 (quinze) dias, contados a partir do decurso do prazo de publicação do edital.
Autos nº: 7011409-54.2017.822.0005
Classe: Monitória
Requerente: Maria Cristina Thomas- EPP
Advogado: Ednayr Lemos Silva de Oliveira- OAB/RO 7003; Marta Francisco de Oliveira – OAB/RO 5900
Requerido: Daniele da Luz Oliveira
Ji-Paraná/RO, 08 de março de 2019.
CLEONICE BERNARDINI
Diretor de Cartório
Data e Hora
08/03/2019 11:02:59
Validade: 31/08/2019, conforme estabelece o Art. 22, inciso I, letra “a” e “b”, da Instrução Presidencial Nº 001/2012 – PR, publicada no DJE nº 031 de 15/02/2012.
a
3105
Caracteres
2626
Preço por caractere
0,01940
Total (R$)
50,94

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, - de 523 a 615 - lado ímpar, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo: 7002799-29.2019.8.22.0005
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: DARSONIA MOREIRA DE ANGELI, MOACIR CARLOS DE ANGELI, ROBSON ALTOE
Advogado do(a) AUTOR: NAIANY CRISTINA LIMA - RO7048
Advogado do(a) AUTOR: NAIANY CRISTINA LIMA - RO7048
Advogado do(a) AUTOR: NAIANY CRISTINA LIMA - RO7048
RÉU: HOMOLOGAÇÃO DE GUARDA
Intimação
Por ordem do MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Ji-Paraná/RO, ficam as partes requerentes Darsonia Moreira de Angeli e Moacir Carlos de Angeli, por via de sua procuradora, intimadas para comparecerem pessoalmente perante este Cartório, para FIRMAR E RECEBER O TERMO DE GUARDA expedido sob Id n. 26816374.
Ji-Paraná/RO, 30 de abril de 2019.
CLAUDINEIA GOMES BRITO
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, - de 523 a 615 - lado ímpar, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo: 7004013-55.2019.8.22.0005
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: JOAO MARCOS MATIAS OLDAKOWSKI
Advogado do(a) AUTOR: RODRIGO TOTINO - RO6338
RÉU: ANALIA TEREZINHA GIELOW DE OLIVEIRA
Intimação
Por ordem do MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Ji-Paraná/RO, fica a parte autora intimada, por via de seu procurador, para se manifestar, no prazo de 5 dias, quanto à Certidão do Oficial de Justiça de Id n. 26839801.
Ji-Paraná, 30 de abril de 2019.
TATIANA MARIA GOMES ANDRADE
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, - de 523 a 615 - lado ímpar, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo: 7001034-23.2019.8.22.0005
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: VANILDO ONOFRE DE OLIVEIRA
Advogados do(a) AUTOR: ELIANE JORDAO DE SOUZA - RO9652, GEOVANE CAMPOS MARTINS - RO7019
RÉU: BEL MICRO COMPUTADORES LTDA, LOJAS AMERICANAS S.A.
Intimação
Por ordem do MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Ji-Paraná/RO, fica a parte autora intimada, por via de seu procurador, a se manifestar, no prazo de 15 dias, sobre a Contestação juntada aos autos e, querendo, apresentar Réplica.
Ji-Paraná, 2 de maio de 2019
LUCIANO GOMES DA SILVA
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Rua Ji-Paraná, nº 615, Bairro Urupá, CEP 76.900-261, Ji-Parana, RO
Autos: 7001644-88.2019.8.22.0005
Classe Processual: Procedimento Comum
Parte requerente: AUTOR: MARIA DAS GRACAS MARTINS DE ALMEIDA, ÁREA RURAL, LINHA 20, KM 9, G. PIRINEUS, SETOR 02 ÁREA RURAL DE JI-PARANÁ - 76908-412 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA

Advogado da parte requerente: ADVOGADO DO AUTOR: ADALTO CARDOSO SALES OAB nº MS19300
Parte requerida: RÉU: LEVI NUNES MARTINS, ÁREA RURAL, L 20, KM 9, G. PIRINEUS, SETOR 02 ÁREA RURAL DE JI-PARANÁ - 76908-412 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO RÉU:
SENTENÇA
A parte requerente foi devidamente intimada a emendar a inicial, comprovando o recolhimento das custas processuais ou demonstrando a impossibilidade de fazê-lo, pressuposto essencial de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo.
Assim, não tendo a requerente promovido a emenda à inicial, indefiro-a nos termos do artigo 321, parágrafo único do Código de Processo Civil e julgo extinto o processo, sem exame de MÉRITO, nos termos do artigo 485, IV do mesmo Diploma.
Transitada esta em julgado, arquivem-se os autos.
P.R.I
Ji-Paraná, 2 de maio de 2019
Silvio Viana
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Rua Ji-Paraná, nº 615, Bairro Urupá, CEP 76.900-261, Ji-Parana, RO
Autos: 7004329-68.2019.8.22.0005
Classe Processual: Carta Precatória Cível
Parte requerente: DEPRECANTE: J. D. 2. V. C. D. C. D. R. D. M., AV. JOÃO PESSOA 4555 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
Advogado da parte requerente: ADVOGADO DO DEPRECANTE:
Parte requerida: DEPRECADO: J. S., RONDONIA 004372 CENTENARIO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO DEPRECADO: ANA CAROLINE CARDOSO DE AZEVEDO OAB nº RO6963
Remetam-se a presente carta precatória ao Núcleo Psicossocial a fim de que a Senhora Assistente Social promova a realização do estudo, no prazo de 20 dias, conforme determinação de id Num. 26686616.
Com a juntada do laudo, devolva-se.
Ji-Paraná, 2 de maio de 2019
Silvio Viana
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Rua Ji-Paraná, nº 615, Bairro Urupá, CEP 76.900-261, Ji-Parana, RO
Processo: 7003951-15.2019.8.22.0005
Classe: Procedimento Comum
AUTOR: GILBERTO SANTOS DA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: DARLENE DE ALMEIDA FERREIRA OAB nº RO1338
RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
Defiro os benefícios da gratuidade da justiça.
O requerente deverá emendar a petição inicial, no prazo de quinze dias, juntando aos autos laudo médico que ateste o percentual da invalidez sofrida.
Int.
Ji-Paraná, 2 de maio de 2019.
Silvio Viana
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Rua Ji-Paraná, nº 615, Bairro Urupá, CEP 76.900-261, Ji-Parana, RO
Autos: 7007830-98.2017.8.22.0005
Classe Processual: Cumprimento de SENTENÇA
Parte requerente: EXEQUENTE: EUDA DA SILVA VELOSO, RUA WADIH SAID KLAIME 1149 BOSQUE DOS IPÊS - 76901-372 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado da parte requerente: ADVOGADO DO EXEQUENTE: SYRNE LIMA FELBERK DE ALMEIDA OAB nº RO3186
Parte requerida: EXECUTADO: C. -. C. D. Á. E. E. D. R., RUA MENEZES FILHO 1672, - ATÉ 1739/1740 JARDIM DOS MIGRANTES - 76900-751 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO EXECUTADO: MARICELIA SANTOS FERREIRA DE ARAUJO OAB nº RO324B
DECISÃO
Em que pese a executada ter arguido aplicabilidade do regime de precatório às execuções em que é parte requerida, fundamentando seu desiderato em jurisprudência do STF (Info 858), tal argumento não merece prosperar, isso porque a executada, ainda que preste serviço público essencial, qual seja, distribuição de água e tratamento de esgoto, atua em concorrência com empresas do setor privado neste estado de Rondônia, como ocorre nos municípios de Vilhena, Cacoal e Pimenta Bueno. Ademais, obtém como FINALIDADE primordial a obtenção de lucro, razões pelas quais não pode ser aplicado a ela o regime constitucional de precatórios.
Nesse sentido, colhe-se jurisprudência do colendo STJ:
PROCESSOCIVILEADMINISTRATIVO.SOCIEDADEDEECONOMIA MISTA PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO. EQUIPARAÇÃO À FAZENDA PÚBLICA. PROCEDIMENTO PREVISTO NO ART. 730 DO CPC. PRECATÓRIOS. 1. A jurisprudência do STF é no sentido da aplicabilidade do regime de precatório às sociedades de economia mista prestadoras de serviço público de atuação própria do Estado e de natureza não concorrencial. A propósito: RE 852.302 AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Segunda Turma, PUBLIC 29/2/2016). 2. Para o Supremo Tribunal Federal, portanto, apenas a sociedade de economia mista prestadora de serviço público primário e em regime de exclusividade, o qual corresponde à própria atuação do estado, haja vista não possuir FINALIDADE à obtenção de lucro e deter capital social majoritariamente estatal, faz jus ao processamento da execução por meio de precatório. 3. O Superior Tribunal de Justiça, no mesmo sentido, já decidiu que "não é o simples fato de a empresa pública contemplar, dentre suas atividades, a prestação de serviço público que lhe garante, por si só, o tratamento dado à Fazenda. Tal equiparação pode ocorrer quando a estatal presta serviço exclusivamente público, que não possa ser exercido em regime de concorrência com os empreendedores privados" (REsp 1.422.811/DF, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 18/11/2014). 4. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nesse segmento, provido em parte. (REsp 1653062/CE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/08/2017, DJe 13/10/2017). Grifei.
Por identidade de razão, colaciona-se também entendimento do nosso egrégio Tribunal de Justiça:
Agravo de Instrumento. Ação de Cobrança. Sociedade de Economia Mista. Concorrencial. Não exclusividade. Penhora. Possibilidade. Precatório. Inaplicabilidade. A execução contra sociedade de economia mista de natureza concorrencial e não exclusiva se rege pelos princípios gerais da execução com penhora e alienação dos bens, não havendo se falar em regime de precatório. Precedentes do STF. AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0801789-22.2017.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Raduan Miguel Filho, Data de julgamento: 14/12/2017. Grifei.
Ante o exposto, rejeito o a impugnação ao cumprimento de SENTENÇA formulado pela executada Caerd e determino a intimação da parte exequente para apresentar planilha atualizada do débito, acrescidas as custas, multa processual e honorários, consoante DESPACHO de ID 25123255, no prazo de 15 (quinze) dias.
Ji-Paraná, 2 de maio de 2019
Silvio Viana
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Rua Ji-Paraná, nº 615, Bairro Urupá, CEP 76.900-261, Ji-Parana, RO
Autos: 7010434-66.2016.8.22.0005
Classe Processual: Cumprimento de SENTENÇA
Parte requerente: EXEQUENTE: ISABEL KAMINSKI, RUA HUMBERTO CORREIA 1385, - DE 1385/1386 AO FIM SÃO JOÃO BOSCO - 76803-712 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado da parte requerente: ADVOGADO DO EXEQUENTE: WILLIAM FERNANDES MORAES DE SOUZA OAB nº RO5698
Parte requerida: EXECUTADO: GILBERTO ROMERO LOPES, RUA MOGNO 303, - ATÉ 343/344 JORGE TEIXEIRA - 76912-876 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO EXECUTADO: VALTAIR DE AGUIAR OAB nº RO5490
O IDARON informou no ID 26725152 que inexistem semoventes registrados em nome do executado.
Assim, intime-se o exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, indique bens do executado passíveis de penhora, salientando que caso queira penhora de bens imóveis deverá comprovar a propriedade do mesmo pelo executado mediante apresentação de certidão de inteiro teor do imóvel e recolhimento das custas para registro da penhora.
Ji-Paraná, 2 de maio de 2019
Silvio Viana
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, - de 523 a 615 - lado ímpar, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo: 7010098-28.2017.8.22.0005
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: CENTRO RECR E ASSIS DOS POLIC MILIT DE JI PARANA
Advogado do(a) AUTOR: ANTONIO FRACCARO - RO1941
RÉU: MARCELO ACACIO SIQUEIRA
Advogado do(a) RÉU: WANESSA TEIXEIRA DA SILVA - RO3358
Intimação
Por ordem do MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Ji-Paraná/RO, fica a parte Requerida intimada, por intermédio de seu procurador, a se manifestar, no prazo de 5 dias, sobre a Petição juntada aos autos sob Id 26115272.
Ji-Paraná, 2 de maio de 2019.
ROSIMERY ZANQUETA DOS SANTOS
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, - de 523 a 615 - lado ímpar, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo: 7009333-23.2018.8.22.0005
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: MARIA DA PENHA LEONIDIO GOMES
Advogados do(a) AUTOR: BEATRIZ REGINA SARTOR - RO9434, IRIAN MEDIANEIRA BRAGA PEREIRA - RO3654
RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Advogado do(a) RÉU: JOSE HENRIQUE BARROSO SERPA - RO9117
Intimação
Por ordem do MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Ji-Paraná/RO, ficam as partes, por via de seus procuradores, intimadas para, no prazo de 5 dias, manifestar-se quanto à juntada do Laudo Pericial nos autos.
Ji-Parana, 2 de maio de 2019.
DAVI GONCALVES FERREIRA SOBRINHO
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Rua Ji-Paraná, nº 615, Bairro Urupá, CEP 76.900-261, Ji-Parana, RO
Autos: 7004330-53.2019.8.22.0005
Classe Processual: Monitória
Parte requerente: AUTOR: DUART SOM MUSIC LTDA - EPP, RUA PRESBÍTERO HONORATO PEREIRA 1675, - DE 1623/1624 A 1830/1831 NOVA BRASÍLIA - 76908-396 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado da parte requerente: ADVOGADO DO AUTOR: SERGIO LUIZ MILANI FILHO OAB nº RO7623
Parte requerida: RÉU: EDER AUGUSTO DA SILVA, RUA BARÃO DO RIO BRANCO 2256, - DE 2562/2563 A 3005/3006 VALPARAÍSO - 76908-704 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO RÉU:
DESPACHO
A petição inicial está endereçada ao Juízo Cível da Comarca de Boa Vista/RR, de modo que a requerente deverá emendar a petição inicial a fim de declarar se pretende a continuidade da ação perante este Juízo e, neste caso, deverá promover o recolhimento das custas processuais.
O autor deverá atentar-se ainda quanto ao prazo prescricional para o ajuizamento da ação para um dos títulos.
Ji-Paraná, 2 de maio de 2019
Silvio Viana
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, - de 523 a 615 - lado ímpar, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo: 7009803-88.2017.8.22.0005
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO RURAL E DOS EMPRESARIOS DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO
Advogado do(a) EXEQUENTE: RODRIGO TOTINO - RO6338
EXECUTADO: LUIZ AUGUSTO ALVES ANTONIO, VANESSA SOUZA ALVES
Intimação
Por ordem do MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Ji-Paraná/RO, fica a parte exequente, por via de seu procurador, intimada para, no prazo de 5 dias, manifestar-se quanto à Certidão expedida sob Id n. 26867871.
Ji-Paraná, 2 de maio de 2019.
DAVI GONCALVES FERREIRA SOBRINHO
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, - de 523 a 615 - lado ímpar, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo: 7002073-55.2019.8.22.0005
Classe: CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO (32)
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO VALE DO MACHADO - CREDISIS JI-CRED
Advogados do(a) AUTOR: NEUMAYER PEREIRA DE SOUZA - RO1537, ARTUR BAIA RAMOS - RO6721
RÉU: MARIA ESTELA LIMA SILVA, JOSE ODILIO LIMA SILVA
Advogado do(a) RÉU: JOVEM VILELA FILHO - RO2397
Advogado do(a) RÉU: JOVEM VILELA FILHO - RO2397
Intimação
Por ordem do MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Ji-Paraná/RO, fica a parte autora intimada, por via de seu procurador, a se manifestar, no prazo de 15 dias, sobre a Contestação juntada aos autos e, querendo, apresentar Réplica.
Ji-Paraná, 2 de maio de 2019
DAVI GONCALVES FERREIRA SOBRINHO
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, - de 523 a 615 - lado ímpar, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº: 7002629-57.2019.8.22.0005
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: SILVANA MADRUGA LOURENCO
Advogados do(a) AUTOR: MILTON FUGIWARA - RO1194, JULIANO MOREIRA DE SOUSA MINARI - RO7608
RÉU: CLARO S.A.
Intimação
Por ordem do MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Ji-Paraná/RO, fica a parte autora intimada, por via de seu procurador, a se manifestar, no prazo de 05(cinco) dias, quanto ao AR negativo de Id n. 26871319.
Ji-Paraná/RO, 02 de maio de 2019.
CLAUDINEIA GOMES BRITO
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, - de 523 a 615 - lado ímpar, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo: 7003951-15.2019.8.22.0005
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: GILBERTO SANTOS DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: DARLENE DE ALMEIDA FERREIRA - RO1338
RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
[]
INTIMAÇÃO
Por ordem do MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Ji-Paraná/RO, fica a parte autora, por intermédio de seu procurador, intimada do DESPACHO de Id n. 26864826, devendo tomar a providência nele determinada, no prazo de 15 dias.
Ji-Paraná, 2 de maio de 2019.
TATIANA MARIA GOMES ANDRADE
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, - de 523 a 615 - lado ímpar, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo: 0008522-61.2013.8.22.0005
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: EDILENE APARECIDA GARCIA NARIMATSU
Advogados do(a) EXEQUENTE: CARLOS LUIZ PACAGNAN - RO107-B, CARLOS LUIZ PACAGNAN JUNIOR - RO6718
EXECUTADO: MICHELE CHEILA DE OLIVEIRA MANES, CESAR AUGUSTO DA SILVA DE OLIVEIRA MANES, MIGACE - COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME, CALECHE COMERCIO E SERVICOS LTDA-ME - ME
Advogado do(a) EXECUTADO: FLAVIO KLOOS - RO4537
Advogado do(a) EXECUTADO: FLAVIO KLOOS - RO4537
Advogado do(a) EXECUTADO: FLAVIO KLOOS - RO4537
Advogado do(a) EXECUTADO: CHRISTIAN FERNANDES RABELO - RO333-B
Intimação
Por ordem do MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Ji-Paraná/RO, fica a parte requerida Caleche Comércio e Serviços Ltda-ME, por via de seu procurador, intimada para, no prazo de 10 dias, manifestar-se quanto aos DESPACHO s IDs 24817788 e 22195045.
Ji-Paraná, 2 de maio de 2019.
DAVI GONCALVES FERREIRA SOBRINHO
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, - de 523 a 615 - lado ímpar, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº: 7010477-32.2018.8.22.0005
Classe: MONITÓRIA (40)
AUTOR: POSTO NORTAO LTDA
Advogados do(a) AUTOR: DAIANE GOMES BEZERRA - RO7918, MIRELLY VIEIRA MACEDO DE ALMEIDA - RO5174, ALAN DE ALMEIDA PINHEIRO DA SILVA - RO7495
RÉU: ROMARIO DOS ANJOS GOMES DE SA
Intimação
Por ordem do MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Ji-Paraná/RO, fica a parte autora intimada, por via de seu procurador, a se manifestar, no prazo de 05(cinco) dias, quanto ao AR negativo de Id n. 26871326.
Ji-Paraná/RO, 02 de maio de 2019.
CLAUDINEIA GOMES BRITO
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
Rua Ji-Paraná, nº 615, Bairro Urupá, CEP 76.900-261, Ji-Parana, RO
Autos: 7004422-31.2019.8.22.0005
Classe Processual: Procedimento Comum
Parte requerente: AUTOR: ELEUSA MARIA DA SILVA, RUA LINCOLN PAVÃO DOS SANTOS 1482 BOSQUE DOS IPÊS - 76901-394 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado da parte requerente: ADVOGADO DO AUTOR: ELIZEU FERREIRA DA SILVA OAB nº RO9252
WAGNER QUEDI ROSA OAB nº RO9256
Parte requerida: RÉU: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD, RUA MENEZES FILHO 1672, - ATÉ 1739/1740 JARDIM DOS MIGRANTES - 76900-751 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO RÉU: DESPACHO
Da análise dos autos não constam elementos de provas aptas a demonstrar a impossibilidade da parte autora em recolher as custas processuais iniciais, pelo que deverá emendar a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, promovendo o recolhimento das custas ou comprovando a impossibilidade de fazê-lo.
Int.
Ji-Paraná, 2 de maio de 2019
Silvio Viana
Juiz de Direito

5ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, - de 523 a 615 - lado ímpar, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279 Processo nº: 7004070-73.2019.8.22.0005
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Nome: EDIVALDO APOLINARIO
Endereço: Rua Porto Alegre, 612, - de 502 a 800 - lado par, Nova Brasília, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-378
Advogado: EDER KENNER DOS SANTOS OAB: RO4549
Endereço: desconhecido
Nome: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Endereço: Rua Senador Dantas, 74, 5 Andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20031-205

Vistos.
1. Defiro a assistência judiciária gratuita em favor da parte autora.
2. Deixo de designar audiência de conciliação do art. 334, do CPC, pois em casos análogos o requerido vem manifestando seu desinteresse na autocomposição, tornando inócuo o ato. Ademais, as circunstâncias da causa narrada na inicial evidenciam ser improvável a obtenção de acordo, sem a prévia realização de prova pericial médica.
3. Cite(m)-se, por Correios com AR, para apresentação de resposta no prazo legal (art. 335 e 183, ambos do CPC). Deve constar no MANDADO a advertência de que na contestação deverá o réu deverá alegar toda a matéria de defesa possível, inclusive no que diz respeito a questões de ordem pública, e que a falta de contestação implicará na presunção de veracidade dos fatos afirmados pela parte autora (arts. 341 e 344, ambos do CPC). Ainda, deverá indicar se pretende produção de prova médico-pericial, única e necessária para o deslinde do feito.
4. Apresentada a contestação, voltem conclusos.
Advirta-se que caberá ao procurador da parte requerida se habilitar no processo por meio do sistema PJE, sob pena de os prazos correrem independentemente de intimação.
SIRVA O PRESENTE DESPACHO COMO CARTA DE CITAÇÃO.
Ji-Paraná, data da assinatura.
Juiz de Direito
Nome: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Endereço: Rua Senador Dantas, 74, 5 Andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20031-205

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, - de 523 a 615 - lado ímpar, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279. Processo: 7010429-73.2018.8.22.0005
Classe: FAMÍLIA- DIVÓRCIO CONSENSUAL (98)
Data da Distribuição: 30/10/2018 11:28:31
Requerente: ROSANGELA MARIA DA SILVA MOURA e outros
Advogado do(a) REQUERENTE: CARLA ALEXANDRE RIBEIRO - RO6345
Advogado do(a) REQUERENTE: CARLA ALEXANDRE RIBEIRO - RO6345
Requerido: PAULO SERGIO DE MOURA
SENTENÇA
Vistos.
HOMOLOGO por SENTENÇA para que surta os jurídicos e legais efeitos o acordo celebrado entre as partes conforme pedido de Id 22565840/23260483, cujos termos passarão a fazer parte da presente SENTENÇA, e via de consequência, DECRETO o DIVÓRCIO de ROSANGELA MARIA DA SILVA MOURA e PAULO SERGIO DE MOURA, com fundamento no art. 226, §6º, da Constituição da República, julgando extinto o feito com julgamento do MÉRITO.
Custas na forma da lei. Sem honorários.
Sirva-se a presente de MANDADO de averbação, para os registros cabíveis, acompanhada dos necessários documentos e peças para sua compreensão e individualização, fazendo constar que a autora voltará a usar o nome de solteira, ROSANGELA MARIA DA SILVA.
Expeça-se o necessário quanto a guarda do menor.
Transitado em julgado nesta oportunidade, observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos.
Ji-Paraná, data da assinatura.
MARCOS ALBERTO OLDAKOWSKI
Juíz(a) de Direito
EXCELENTISSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CIVEL DA COMARCA DE JI-PARANÁ/RO,
ROSANGELA DA SILVA, devidamente qualificada nos autos em epígrafe, vem perante Vossa Excelência informar que diligenciou pessoalmente junto à Secretaria de Regularização Fundiária a fim de obter os documentos de comprovação quanto a efetiva medida dos imóveis, onde obteve resposta de que de fato a metragem correta corresponde à 12 X 30, conforme documentos anexadas nesta oportunidade.
Diante disso, com base nos princípios da celeridade e economia processual, a autora requer o julgamento da lide, tendo em vista que as dúvidas restam sanadas.
Termos em que
Pede deferimento
21 de março de 2019

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Juíz: Valdecir Ramos de Souza
Diretora de Cartório: Janaíne Moraes Vieira

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
(15 Dias)
Proc.: 0000642-08.2019.8.22.0005
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Igor Ribeiro do Amaral, Alexandre Mendes dos Santos
NOTIFICAÇÃO DE: IGOR RIBEIRO DO AMARAL, brasileiro, nascido aos 12.07.1998, natural de Ji-Paraná/RO, filho de José Rofino do Amaral e de Mônica Ribeiro de Oliveira, poitador do RG n. 1421253 SSP/RO e do CPF n. 040.364.591-10, residente na rua Paulo César Gozzi, bairro Capelasso, nesta cidade e comarca de Ji-Paraná/RO, atualmente em local incerto e não sabido;
FINALIDADE: 1 – Notificar o réu acima qualificado para, responder a acusação, por escrito, conforme o advento da Lei 11.719/2008.
DENÚNCIA: "....FATO DELITUOSO: No dia 21 de fevereiro de 2019, após as 20h30min, na rua O, n. 188, bairro Ministro Andreazza, nesta cidade e comarca de Ji-Paraná, os denunciados Alexandre Mendes dos Santos e Igor Ribeiro do Amaral, agindo dolosamente, previamente ajustados e em unidade de desígnios, subtraíram para eles, mediante emprego de chave falsa, uma motocicleta, marca Honda, modelo Falcon, Cor preta, placa NCZ 5500, pertencente à vítima Cristiano Gomes Veloso. Segundo o ap1urado, a vítima deixou sua motocicleta estacionada em frente à sua residência e saiu. Ao retornar, por volta da 00h, percebeu que o veículo havia sido subtraído. Na oportunidade, acionou a Polícia Militar e deslocou-se até a Delegacia de Polícia onde efetuou o registro da ocorrência policial. Consta que, por volta da 01h3Omin do dia 22 de fevereiro, policiais militares avistaram os denunciados na posse da motocicleta da vítima e lograram realizar a abordagem e apreender o veículo. Apurou-se que o denunciado Alexandre conduzia o veículo e levava na garupa o denunciado Igor, que trazia em um dos seus bolsos uma chave tipo "mixa". CAPITULAÇÃO: Assim agindo, os denunciados Alexandre Mendes dos Santos e Igor Ribeiro do Amaral estão incursos no artigo 155, § 40, III (emprego de chave falsa) e IV (concurso de pessoas), do Código Penal. REQUERIMENTO: Posto isto, requer o Ministério Público seja instaurada contra os denunciados a competente ação penal, citando-os e observando-se o rito ordinário previsto no Código de Processo Penal, até final julgamento e condenação, ouvindo-se oportunamente, informantes e testemunhas abaixo arroladas, com as cominações de estilo.
Ji-Paraná, 30 de Abril de 2019.
Janaíne Moraes Vieira
Diretora de Cartório

Proc.: 0000041-02.2019.8.22.0005
Ação:Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Indiciado:Janaina Pereira Mayer
Advogado:Zenilton Felbek de Almeida (RO 8823)
DESPACHO:DESPACHO: Compulsando os autos e o pedido da acusada, verifico que não houve situação fática ou jurídica que alterasse suas condições, ou de sua filha, razão pela qual mantenho a DECISÃO de fl. 187/188.Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 2 de maio de 2019.Valdecir Ramos de Souza Juiz de Direito

Proc.: 0001325-45.2019.8.22.0005
Ação:Inquérito Policial (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Indiciado:Denise Cristina MarquesDESPACHO:DESPACHO:A inicial encontra-se apoiada em elementos informativos constantes dos autos e preenche os requisitos necessários para a propositura da ação, motivo por que RECEBO A DENÚNCIA oferecida contra DENISE CRISTINA MARQUES, em razão de conduta típica prevista no art. 171, caput, do Código Penal.Designo audiência de instrução para o dia 17 de julho de 2019, às 10h:00.Cite-se a acusada para responder à acusação por meio de advogado constituído, ou desde já manifestar-se sobre a impossibilidade de fazê-lo, hipótese em que os autos deverão ser encaminhados de imediato à Defensoria Pública (art.396-A, § 2º do CPP) ou, se for o caso, expeça-se MANDADO de citação para os devidos fins. Na resposta à acusação, havendo arguição de alguma preliminar ou de qualquer outro fato pretendido pela defesa, venham-me urgente os autos conclusos.Intimem-se as partes. Intime-se a acusada da audiência designada, quando da citação.Intimem-se a (s) testemunha (s) arrolada (s) na denúncia, bem como as que eventualmente forem arroladas pela defesa.Expeça-se carta precatória para ouvir testemunhas, porventura residentes em outra comarca, com prazo de 20 dias, com ciência do MP e defesa. Requisitem-se para audiência.Cumpra-se a cota do Ministério Público. Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 2 de maio de 2019.Valdecir Ramos de Souza Juiz de Direito

Proc.: 0004186-38.2018.8.22.0005
Ação:Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Indiciado:Vanderson dos Santos Castro, Osvaldo Froza Dutra
Advogado:Adonys Foschiani Helbel (RO 8737)
Juíz: Valdecir Ramos de Souza
FINALIDADE: Intimar o Advogado supramencionado, para, no prazo legal, apresentar ALEGAÇÕES FINAIS.

Janaíne Moraes Vieira
Diretora de Cartório

Proc.: 0003602-68.2018.8.22.0005
Ação:Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Kerolainy Pinheiro Mendes, João Marcos Rosa de Souza, Dieison da Silva Gomes, Paula Lima de Oliveira
Advogado:Zenilton Felbek de Almeida (RO 8823), Defensoria Publica ( ), Justino Araújo (OAB/RO 1038)
FINALIDADE: Intimar os Advogados supramencionados, para, no prazo legal, apresentarem ALEGAÇÕES FINAIS.

Janaíne Moraes Vieira
Diretora de Cartório

Proc.: 0004058-86.2016.8.22.0005
Ação:Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado:Joalyson Gurgel Duarte, Joab Gurgel Duarte
Advogado:Defensoria Publica ( )
DECISÃO:DESPACHO:Recebo a apelação interposta pelo acusado JOALYSON GURGEL DUARTE.Dê-se vista às partes para apresentação de razões e contrarrazões.Após, encaminhem-se os autos ao Tribunal de Justiça.Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 2 de maio de 2019.Valdecir Ramos de Souza Juiz de Direito

Proc.: 0000398-79.2019.8.22.0005
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Mark David Ferreira de Freitas
Advogado:Nilton César Rios (OAB/RO 1795)DESPACHO:DESPACHO: Em razão da proximidade da audiência de instrução designada, deixo para analisar o pedido de fl. 129 por ocasião da solenidade. No mais, oficie-se à Autoridade Policial, uma vez que é ela quem deve encaminhar os laudos, da forma requerida pelo Ministério Público à fl. 130.Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 2 de maio de 2019.Valdecir Ramos de Souza Juiz de Direito

Proc.: 0008750-36.2013.8.22.0005
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
SócioEducando:Hilton Schimith de Andrade Junior
Advogado:Justino Araújo (RO 1038)
DESPACHO:DESPACHO:Homologo a desistência do recurso interposto pelo acusado.Proceda-se à certificação do trânsito em julgado.Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 2 de maio de 2019.Valdecir Ramos de Souza Juiz de Direito

Proc.: 0001751-91.2018.8.22.0005
EDITAL DE INTIMAÇÃO
(05 DIAS)
Intimação DE: MOISÉS DE ARAÚJO FERREIRA brasileiro, convivente, vaqueiro. Filho de Joào Ferreira Neto e de Yaldeli Rodrigues Araújo, nascido aos 26/0611993,em Ji-Paraná/RO, residente na Rua T-25, entre Avenida Aracaju e Rua da Baiana. s/no Bairro Jorge Teixeira em Ji-Paraná/RO, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: 1-Intimar o réu da Audiência designada para o dia 16.07.2019, às 09h40min, neste juízo.
Vara: 1ª Vara Criminal
Processo: 0001751-91.2018.822.0005
Classe: Ação Penal Procedimento Especial da Lei Antitóxicos (Réu Solto)
Procedimento: Ação Penal
Parte Autora: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Defensoria Pública
Ji-Paraná, 20 de Março de 2019.
Janaíne Moraes Vieira
Diretora de Cartório
Janaíne Moraes Vieira
Diretora de Cartório

3ª VARA CRIMINAL

3º Cartório Criminal
Oscar Francisco Alves Junior - Juiz de Direito
Lucarlo Carvalho de Oliveira - Diretor de cartório
Email da Vara: jip3criminal@tjro.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 05(cinco) DIAS
Proc.: 1000781-11.2017.8.22.0005
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia

Réus:Adricia Maria Pereira, Almir do Nascimento Soares, Geraldo Martins de Souza, Walter Loubak Primo, Joseph Newton Fernandes Rabelo, Carlos Jose Geraldo.
Advogados:José Otacilio de Souza (OAB/RO 2370), Fernando Diegues Neto (OAB/RO 8146), Jose Luis Cantuária dos Reis (OAB/AM 2.896), Nilton César Rios (OAB/RO 1795), Wagner da Cruz Mendes (6081-RO), Adalto Cardoso Sales (OAB/MS 19.300), Justino Araújo (OAB/RO 1038), Renilson Mercado Garcia (OAB/RO 2730), Fernando Diegues Neto (OAB/RO 8146)
FINALIDADE: INTIMAR os advogados acima relacionados, para ficarem cientes da DECISÃO de fls.3461/3643, a seguir transcrita.
DECISÃO: "VISTOS.ADRÍCIA MARIA PEREIRA (fls.3433/3442) e JOSEPH NEWTON FERNANDES RABELO (fls.3443/3455), já qualificados nos autos, opuseram EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, em face da SENTENÇA prolatada nos presentes autos, alegando supostas obscuridades e contradição na referida DECISÃO. Desnecessária vista ao Ministério Público, bem como contrarrazões, vez que não aplicáveis.Pois bem. Não há que se falar em omissão ou contradição a serem supridas, pois todos os pontos citados foram discutidos e devidamente fundamentados na SENTENÇA objurgada, o que demonstra o nítido caráter procrastinatório do pleito.a) Quanto a suposta omissão e contradição alegadas pelos sentenciados Adrícia e Joseph, respectivamente, nos itens 'b.1 e b.1' (fls.3433/3442) e 'b.1 e b.1' (fls.3443/3455):Primeiramente cumpre informar que até a presente data não houve a publicação na íntegra do teor do Acórdão proferido na ADI n.5794 do STF, assim, pelo que se extrai do que foi publicado, o STF apenas fez um juízo de constitucionalidade, verificando a compatibilidade da reforma trabalhista em relação aos DISPOSITIVO s constantes da Constituição Federal de 1988, não adentrando à análise acerca da natureza jurídica, tendo este Juízo se posicionado decisoriamente sobre a matéria na SENTENÇA, razão pela qual não há que se falar em omissão. De igual forma, não houve contradição na SENTENÇA proferida, sendo o entendimento firmado pelo STF fielmente observado, contudo, friso que, considerando os atos publicados da ADI n.5794 do STF, até o presente momento, o precedente não declarou uma transmutação da natureza jurídica, restringindo-se à uma análise de compatibilidade vertical com a Constituição, todavia, não se imiscuiu em relação a natureza jurídica da contribuição sindical, portanto, não há que se falar em contradição.Assim, esclareço que, por ora, permanece neste Juízo o entendimento de que não houve alteração quanto a natureza jurídica da contribuição sindical, sendo certo que a referida alteração cingiu-se a acrescentar no procedimento regular, outra formalidade a ser ponderada pelo responsável tributário, de forma que uma vez formado o vínculo jurídico com filiação ao sindicato a obrigação é compulsória, ou seja, independe da vontade da pessoa em contribuir. Aplica-se como analogia a situação que se expôs dos filiados ao sindicato, verbi gratia, os tributos do IPVA ou IPTU, os quais são compulsórios apenas para aquelas pessoas que praticam o fato gerador de adquirir um veículo automotor ou uma propriedade.Ademais, ressalto que a referida reforma trabalhista não alterou o art.552 da CLT, o qual equipara a malversação e dilapidação do patrimônio sindical ao crime de peculato, bem como que a ADI n.5794 do STF não tratou acerca do referido crime, logo não houve mudanças pertinentes ao presente caso, permanecendo o entendimento já firmado pelo Tribunal de Justiça de Rondônia no Habeas Corpus n. 0004117-55.2017.8.22.0000, de que os atos que ferem o patrimônio do sindicato são equiparados ao crime de peculato, não passando os embargos de mero inconformismo próprio das partes buscando em sede inadequada a eventual modificação da DECISÃO.Na realidade, em princípio, os presentes embargos possuem cunho meramente protelatórios, uma vez que não se verifica qualquer utilidade em seus manejos, tendo as defesas técnicas apresentado argumentos idênticos. Desta feita, deixo de acolher os embargos de declaração nestes pontos.b) Quanto a suposta omissão alegada pela sentenciada Adrícia no item 'c' (fls.3433/3442):A SENTENÇA está suficientemente clara, inclusive em relação a sentenciada Adrícia e sua associação com os sentenciados Joseph, Walter, Almir e Geraldo, tanto é que o conjunto probatório mostrou-se harmônico e suficiente em relação a essa associação culminando com sua condenação conforme na referida SENTENÇA, em especial, nas fundamentações expostas no 1º, 2º e 21º fatos, sendo sua participação indispensável para a concretização dos planos do referido grupo criminoso de dilapidação do patrimônio sindical. Nos autos foram debatidas provas diretas quanto ao objeto, ou seja, ao próprio fato que o Ministério Público pretendia provar e conseguiu. Além disso, as provas indiretas possibilitaram uma construção lógica que sinalizaram para as infrações penais mencionadas na denúncia, sendo que as circunstâncias do conjunto de elementos probatórios amealhados no caderno processual, tanto na fase policial, quanto na fase judicial, implicaram em inferir que a acusação se desincumbiu do ônus probatório estando comprovada a autoria dos acusados, bem como a materialidade e culpabilidade.Conforme já fundamentado pelo juiz sentenciante ficou plenamente demonstrada a autoria, materialidade e culpabilidade da acusada. Aliás, mesmo que assim não o fosse, o que a acusada Adrícia, esposa do acusado Joseph, tenta alegar no sentido de que supostamente nada teria com relação as atividades ilícitas praticadas pelo seu cônjuge, mas na realidade se trata da aplicação da teoria da cegueira deliberada, pois no mínimo havia um desinteresse de sua parte em buscar descobrir ou saber melhor algum fato que possua um alto risco de ser delituoso, conforme ficou demonstrado nos autos, bem como do esquema criminoso que poderia ensejar também a sua responsabilização e não apenas do acusado Joseph e dos demais corréus, conforme se observa nas ações criminais que se referem a Operação Policial desencadeada na Comarca de Ji-Paraná, mediante a fase 1, fase 2 e fase 3 do que se denominou popularmente chamar de operação assepsia. A suposta alegação de inocência, na realidade é uma ação de cegueira, como ocorre na chamada de teoria do avestruz (ou em inglês, wilfull blindness ou teoria da cegueira deliberada).Portanto, rejeito os embargos quanto a este item.Logo, está clarividente o caráter protelatório dos presentes embargos e os embargantes apenas estão irresignados com os termos da SENTENÇA condenatória, que de forma sobejamente fundamentada não acolheu a suas pretensões. Ademais, toda a matéria discutida é própria ao recurso de Apelação, não aos Embargos de Declaração, conforme apresentaram os condenados. Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, CONHEÇO dos Embargos (fls.3433/3442 – sentenciada Adrícia e fls.3443/3455 – sentenciado Joseph) por serem tempestivos, porém, NÃO OS ACOLHO, julgando o pedido improcedente, permanecendo a DECISÃO tal como está lançada.P.R.I.Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 22 de abril de 2019.Oscar Francisco Alves Júnior Juiz de Direito".

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 05 DIAS
Proc.: 1002071-61.2017.8.22.0005
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: JOSEPH NEWTON FERNANDES RABELO
ADVOGADO: RENILSON MERCADO GARCIA, OAB/RO 2730, militante na Comarca de Porto Velho/RO.
FINALIDADE: INTIMAR o advogado supramencionado, para apresentar as Alegações finais via Memorias, no prazo de 5(cinco) dias, conforme DESPACHO a seguir transcrito.DESPACHO: "[...] Após, a juntada desta Carta Precatória devidamente cumprida, vista às partes para apresentação das Alegações Finais via Memoriais no prazo sucessivo de 5 dias. Expeça-se o necessário. [...] Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 11 de fevereiro de 2019.Oscar Francisco Alves Júnior Juiz de Direito".
Lucarlo Carvalho de Oliveira
Diretor de cartório

SEGUNDA ENTRÂNCIA

COMARCA DE ARIQUEMES

1º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE ARIQUEMES - PROJUDI

Proc: 2000173-34.2019.8.22.0002
Ação:Termo Circunstanciado (Juizado Criminal)
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM ARIQUEMES(Autor)
ESQUADRIAS SCHWEGLER LIMITADA(Autor do fato), Josinei de Almeida dos Santos(Autor do fato), JR FABRICACAO DE ESQUADRARIAS DE MADEIRAS LTDA(Autor do fato), K.M. INDUSTRIA E COMERCIO DE LAMINADOS LTDA(Autor do fato), Porto Lâminas Indústria Comércio e Exportação de Madeiras Ltda(Autor do fato)
Advogado(s): MÁRCIA APARECIDA DE MELLO ARTUSO(OAB 3987 RO)
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM ARIQUEMES(Autor)
ESQUADRIAS SCHWEGLER LIMITADA(Autor do fato), Josinei de Almeida dos Santos(Autor do fato), JR FABRICACAO DE ESQUADRARIAS DE MADEIRAS LTDA(Autor do fato), K.M. INDUSTRIA E COMERCIO DE LAMINADOS LTDA(Autor do fato), Porto Lâminas Indústria Comércio e Exportação de Madeiras Ltda(Autor do fato)
Advogado(s): MÁRCIA APARECIDA DE MELLO ARTUSO(OAB 3987 RO)
Ministério Público do Estado de Rondônia(Custos Legis (Fiscal da Lei))
FINALIDADE:
Notificar e intimar os supostos infratores, através da advogada Dra. Márcia Aparecida de Mello Artuso - OAB 3987RO - para ciência da DECISÃO proferida no evento 31 do autos acima mencionado, em trâmite neste JECRIM.
DECISÃO:
"Trata-se de pedido de restituição de um Caminhão apreendido em processo-crime.
Conforme demonstram os documentos juntados pelo(a) requerente, o bem apreendido está registrado e licenciado em seu nome, o que demonstra a aquisição lícita e in tese, legitimaria o deferimento de seu pedido.
Ocorre que o veículo foi apreendido em razão de um crime ambiental, que culminou com a lavratura de um TC Termo Circunstanciado e por enquanto, não houve transação penal ou outra providência que viesse a encerrar o procedimento criminal. Tampouco houve realização da perícia determinada nos autos, de modo a ser inviável liberar o bem sem que essa providência tenha sido realizada.
Portanto, havendo um procedimento criminal em aberto, o veículo não pode ser restituído pois ele é importante para o processo, tanto no que tange à identificação dos envolvidos, quanto às provas e à eventual pena de perdimento do veículo a ser aplicada.
Dessa forma, considerando que o veículo ainda importa ao processo, INDEFIRO a restituição do caminhão descrito na inicial.
P. R.
Após, aguarde-se a realização da perícia para que seja novamente apreciado o pedido.
Quanto às taxas e multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal em razão de infrações de trânsito ou depósito temporário do veículo em seu pátio, não há como este juízo ISENTAR do pagamento. As partes interessadas deverão pleitear administrativamente junto àquele órgão ou via MANDADO de segurança junto à Justiça Federal, visto que este Juizado não tem competência nem jurisdição no que tange a essas questões. Logo, não pode isentar do pagamento dessas taxas e multas, pena de cometer abuso de autoridade por se imiscuir em assuntos que não são de sua competência.
Ariquemes RO; 22 de abril de 2019.
Márcia Cristina Rodrigues Masioli Morais
Juíza de Direito".

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Proc.: 0001687-56.2019.8.22.0002
Ação:Liberdade Provisória com ou sem fiança (Criminal)
Requerente:Anderson Santos de Araújo
Advogado:Paulo César Gonzaga da Silva (OAB/RO 7803)
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Vara: 1ª Vara Criminal
SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUÍZO OU CONTATE-NOS VIA INTERNET
End. eletrônico: aqs1criminal@tj.ro.gov.br
Juiz: Dr. Alex Balmant
Diretora de Cartório: Aleksandra Aparecida Gaienski
Advogado(s): Dr. PAULO CÉSAR GONZAGA DA SILVA, OAB/RO 7.803, com escritório profissional à Av. Tabapuã, 2447, sala 01, setor 03, Ariquemes/RO.
FINALIDADE: INTIMAR o(s) advogado(s) acima, da DECISÃO de seguinte teor: "Trata-se de pedido de liberdade provisória, formulado pela Defesa de ANDERSON SANTOS DE ARAÚJO, qualificado nos autos, o qual foi preso em flagrante delito, por ter em tese, praticado o delito descrito no art. 155, §1º, §4º, I, II e IV (2x), do Código Penal e art. 244-B, do Estatuto da Criança e do Adolescente. Argumenta, em síntese, que não estão presentes os requisitos necessários à manutenção da prisão, bem como que não tem condições financeiras para o pagamento da fiança arbitrada e juntou cópia da certidão de nascimento. O Ministério Público opinou pelo indeferimento do pleito. Em síntese, é o relatório. Com efeito, em que pesem as lançadas razões do requerente, com a devida vênia, não há como acolher, ao menos por ora, a pretensão manejada de liberdade provisória, pois ao contrário do sustentado, subsiste, ainda, a necessidade de acautelamento provisório, pelos próprios fundamentos contidos nos autos principais (0001496-11.2019.8.22.0002), eis que não sobrevieram motivos que justificassem a cessação da referida cautelar. Também não é o caso de substituição por prisão domiciliar, haja vista não ter restado demonstrado que o acusado possua algum dos requisitos descritos no artigo 319 do Código de Processo Penal. Logo, ao menos por ora, o indeferimento do pedido é medida que se impõe. Assim, aliado ao parecer do Ministério Público, cujas razões ficam integrando este decisum, indefiro o pedido. Ciência ao Ministério Público. Intimem-se. Certifique-se nos autos principais, juntando-se cópia deste ato e arquivem-se. Ariquemes-RO, segunda-feira, 29 de abril de 2019. Alex Balmant Juiz de Direito."
Aleksandra Aparecida Gaienski
Diretora de Cartório
(assina por determinação judicial)
Aleksandra Aparecida Gaienski

Escrivã Judicial

2ª VARA CRIMINAL

2º Cartório Criminal
Juiza: Cláudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Diretora de Cartório: Caroline da Silva Modesto
E-mail:aqs2criminal@tjro.jus.br

Proc.: 0001231-09.2019.8.22.0002
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia.
Advogado:Promotor de Justiça (RO 1111)
Denunciado:Eldo Amorim da Silva
Advogado:André Costa de França ( ), André Luis Peledson da Silva Viola ( )

DECISÃO:
Vistos.O acusado, citado, por meio de advogado constituído apresentou resposta à acusação às fls. 84/91, pugnando pela revogação da prisão preventiva.Aduz, em síntese, que encontra-se segregado desde 23/03/2019, porém não subsistem os requisitos da cautela de urgência, eis que não coloca em risco a garantia da instrução criminal, pois houve concessão de medidas protetivas para não se aproximar da vítima, bem como inexiste garantia da ordem pública; assim, requer, lhe seja concedido o direito de responder o processo em liberdade. Ressaltando que possui emprego lícito. Juntou documentos às fls. 92/96.O Ministério Público manifestou-se pelo indeferimento do pedido, em virtude do risco à instrução criminal, tendo em vista que exsurge dos autos que o acusado é agressivo e violento e, em liberdade, poderá conviver com a vítima e coagir os envolvidos a mudarem a versão dos fatos, ou seja, interferir na produção da prova. Destacou, ainda, que o acusado apresenta histórico de agressões físicas contra a vítima.É o relatório necessário. DECIDO.a) - Da Resposta à Acusação:O acusado não alegou preliminares. Desta feita, não vislumbro nenhuma das hipóteses de absolvição sumária, razão pela qual, confirmo o recebimento da denúncia. DESIGNO audiência de instrução e julgamento para o dia 22/05/2019 às 10hs00min.Intime-se e requisite-se o réu.Intimem-se as testemunhas para a realização desta solenidade. Ciência ao Ministério Público e à Defesa.b) - Do Pedido de Revogação de PrisãoTrata-se de pedido de revogação de prisão preventiva em que o requerente pleiteia liberdade provisória, sob termo de compromisso, nos moldes do art. 310, parágrafo único, do CPP.É cediço que nesta etapa, não cabe ao juiz realizar apreciação de MÉRITO, o que será objeto de discussão na instrução processual. Contudo, evidente que os indícios de autoria e a prova da materialidade no caso em desate são inquestionáveis, sendo estes pressupostos que ensejam a segregação provisória.Ademais, ao contrário do alegado pela Defesa, os requisitos para a medida constritiva são patentes, eis que os fatos reclamam a garantia da ordem pública (em liberdade o acusado poderá voltar a delinquir) e instrução criminal (fortes indícios de que solto poderá macular a verdade dos fatos); além que vislumbra-se que se trata de acusado de periculosidade acentuada, pois não é o primeiro caso envolvendo violência doméstica; ademais, no dia dos fatos foi apreendido em poder do réu arma branca.Note-se, ainda, que a manutenção da prisão mostra-se necessária para resguardar a integridade física e tranquilidade da vítima.Dessa feita, considerando que a DECISÃO que decretou a prisão preventiva do acusado foi fundamentada no sentido de garantir a ordem pública e instrução criminal, bem ainda em razão da gravidade do delito, imperiosa a manutenção da prisão.Oportuno, colaciono entendimento do Tribunal de Justiça de Rondônia:Habeas corpus. Violência doméstica. Legalidade do decreto de prisão preventiva. Reiteração criminosa. Hipótese que autoriza prisão preventiva para garantia da ordem pública. Ordem denegada.1. Inexiste constrangimento ilegal quando presentes os requisitos da prisão preventiva, plenamente justificada na garantia da ordem pública para evitar a violência e grave ameaça impingida à vítima, no âmbito doméstico, reveladores da periculosidade do agente, mormente quando há risco concreto de reiteração na prática criminosa.2. Inviável a concessão da liberdade provisória ao argumento de que o paciente, em eventual condenação, não será privado de sua liberdade, diante das possíveis e substanciais modificações que a ação penal pode sofrer no decorrer da instrução, a exemplo do artigo 384 do CPP.3. Ordem denegada. Habeas Corpus, Processo nº 0001337-74.2019.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Criminal, Relator(a) do Acórdão: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno, Data de julgamento: 17/04/2019Impende acentuar que nem mesmo a primariedade e bons antecedentes são suficientes para impedir o decreto de prisão preventiva quando presentes os requisitos da segregação cautelar (STJ 2/267). Posto isso, considerando que a liberdade provisória, por ora, é incompatível com a situação discriminada nos autos, INDEFIRO o pedido de revogação de prisão preventiva, tendo em vista que ainda vislumbro as hipóteses que autorizam a segregação cautelar do acusado, sob os mesmos argumentos quando da decretação da prisão, em especial visando a garantia da ordem pública e instrução criminal, conforme o disposto no art. 312, do CPP.Cientifiquem-se o preso a respeito do teor desta DECISÃO.Ciência ao Ministério Público à Defesa. Pratique-se o necessário.SERVE A PRESENTE DE MANDADO DE INTIMAÇÃO/OFÍCIO DE REQUISIÇÃO (anote-se que para o cumprimento da determinação constante no artigo 90, das Diretrizes Gerais Judiciais, o MANDADO deverá ser cumprindo até 10 (dez) dias antes da audiência designada).Ariquemes-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.Cláudia Mara da Silva Faleiros Fernandes Juíza de Direito
Caroline da Silva Modesto

Diretora de Cartório

3ª VARA CRIMINAL

3º Cartório Criminal
3ª Vara Criminal
Juíza - Juliana Couto Matheus Maldonado Martins
Diretor de Cartório: Eser Amaral dos Santos
e-mail: aqs3criminal@tjro.jus.br

Proc.: 1001468-94.2017.8.22.0002
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia.
Réu: Andressa Graziele Brito da Silva
Advogado: Marinalva de Paulo OAB/RO 5142
FINALIDADE: Intimar a ré, na pessoa de sua advogada, da DECISÃO que segue, bem como da data de audiência designada para o dia 04/06/2019, às 10 horas, na sala de audiência da 3ª Vara Criminal de Ariquemes-RO.
Vistos.O Ministério Público requer a revogação da suspensão condicional do processo, ao argumento de que a ré descumpriu a benesse que lhe foi concedida, haja vista que não compareceu em juízo desde o mês de fevereiro para assinar a folha de frequência.A Defesa, por sua vez, requer a manutenção do benefício, ao argumento de que a ré preenche os requisitos. É o necessário relatório. Fundamento e decido. Com razão o Ministério Público.No caso sob análise, extrai-se dos autos que, em audiência realizada no dia 1º/12/2017, a ré aceitou a proposta de suspensão condicional do processo ofertada pelo Ministério Público, mediante o cumprimento de algumas condições, dentre estas, o comparecimento bimestral perante este Juízo para justificar suas atividades (fls. 47). Verifica-se, ainda, que o período de prova teve início em dezembro de 2017. No mês de agosto, a ré registrou primeira falta, cuja justificativa foi acatada por este juízo, consoante DECISÃO de fls. 55. No mês de fevereiro a ré registrou nova falta e, devidamente intimada, não apresentou qualquer justificativa.Assim, considerando que a ré não cumpriu as condições imposta por ocasião da suspensão condicional do processo, revogo o benefício e determino o prosseguimento do feito. Vistas à Defesa para apresentar resposta à acusação. Por questões de celeridade e economia processual, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 04/06/2019, às 10 horas, neste Juízo, consignando que a análise da absolvição sumária será realizado como primeiro ato desta audiência. Cumpra-se a cota ministerial. Intime-se, expedindo-se o necessário. Serve a presente de MANDADO /ofício. Ariquemes-RO, segunda-feira, 22 de abril de 2019.Juliana Couto Matheus Maldonado Martins Juíza de Direito
Eser Amaral dos Santos

Diretor de Cartório

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Processo: 7009348-98.2018.8.22.0002
REQUERENTE: NATANAEL LUIZ FATEL
Advogados do(a) REQUERENTE: GINARA ROSA FLORINTINO - RO7153, MARTA AUGUSTO FELIZARDO - RO6998, GRACILENE MARIA DE SOUZA ZIMMER - RO5902
REQUERIDO: OI MOVEL S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO - RO635
FINALIDADE: Intimar a parte requerente por meio de seu advogado do DESPACHO, conforme segue:
Trata-se de cumprimento de SENTENÇA onde a parte requerida apresentou impugnação sob o argumento de que há excesso de execução porque os juros devem incidir até a data do pedido de recuperação judicial.
A análise dos autos demonstra a procedência da impugnação apresentada pela requerida.
Em razão de Processo de Recuperação Judicial do Grupo OI (Processo 0203711-65.2016.8.19.0001), conforme consta no ofício 614/2018 encaminhado pelo juízo da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, onde tramita o
Processo de recuperação judicial, os
Processos em que as empresas do Grupo OI/TELEMAR são parte poderão seguir dois trâmites distintos, a depender se o objeto da demanda diz respeito a créditos concursais (fato gerador constituído antes de 20/06/2016 e por isso, sujeito à Recuperação Judicial ou a créditos extraconcursais (fato gerador constituído após 20/06/2016 e, por isso, não sujeito à Recuperação Judicial.
Os Processos que tiverem por objeto créditos concursais devem prosseguir até a liquidação do valor do crédito, que deve ser atualizado até 20/06/2016. Com o crédito líquido e após o trânsito em julgado o juízo de origem deverá emitir certidão de crédito e extinguir o
Processo para que o credor concursal possa se habilitar nos autos da recuperação judicial e o crédito respectivo a ser pago na forma do plano de Recuperação Judicial, restando vedada a prática de quaisquer atos de constrição pelos juízos de origem.
Por sua vez, os
Processos que tiverem por objeto créditos extraconcursais devem prosseguir até a liquidação do valor do crédito. Com o crédito líquido, e após o trânsito em julgado de eventual impugnação ou embargos, o juízo de origem expedirá ofício ao juízo da recuperação judicial comunicando a necessidade de pagamento do crédito.
O juízo da recuperação judicial, com o apoio direto do Administrador Judicial, receberá os ofícios e organizará por ordem cronológica de recebimento, comunicando, na sequência, as recuperandas para efetuarem os depósitos judiciais.
A lista com a ordem cronológica de recebimento dos ofícios e autorização de efetivação dos depósitos judiciais ficará a disposição para consulta pública no endereço eletrônico oficial do administrador judicial www.recuperaçãojudicialoi.com.br e os depósitos judiciais dos créditos extraconcursais serão efetuados diretamente pelas recuperandas nos autos de origem, devendo os mesmos serem mantidos ativos, aguardando o pagamento do crédito.
Portanto, como o crédito da parte autora somente foi constituído com o trânsito em julgado da SENTENÇA proferida no ano de 2018, verifico tratar-se de crédito extraconcursal, sobre o qual não incide a regra de limitação da atualização até a data do pedido de recuperação judicial, qual seja, 20/06/2016.
Desse modo, face a juntada de impugnação pela parte requerida, intime-se a parte autora para manifestar-se nos autos no prazo de 10 (dez) dias, devendo para tanto requerer o que entender de direito, pena de prosseguimento do feito no valor apontado pela requerida.
Existindo concordância da parte autora em relação ao valor apontado pela requerida, determino desde já, a expedição de ofício ao juízo da recuperação judicial comunicando a necessidade de pagamento do crédito.
Comprovada a expedição do ofício, arquivem-se os autos e intimem-se as partes, devendo a parte autora ser intimada para consultar junto ao endereço eletrônico oficial do administrador judicial (www.recuperaçãojudicialoi.com.br) os depósitos judiciais dos créditos, aguardando o pagamento.
Ocorrendo divergência entre as partes relativamente ao valor do cumprimento de SENTENÇA, determino a remessa dos autos à Contadoria para elaboração do cálculo de atualização, nos moldes da SENTENÇA proferida nos autos.
Intimem-se.
Cumpra-se servindo a presente como MANDADO /carta de intimação/carta precatória/carta de citação para seu cumprimento.
Ariquemes, data e horário certificados no Sistema PJE.
Márcia Cristina Rodrigues Masioli Morais
Juíza de Direito

Processo: 7001635-72.2018.8.22.0002
REQUERENTE: KEILIANE MOREIRA APOLINARIO
Advogado do(a) REQUERENTE: VALDELICE DA SILVA VILARINO - RO5089
REQUERIDO: BANCO BRADESCO SA
Advogado do(a) REQUERIDO: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - RO5546
FINALIDADE: Intimar a parte requerente, por intermédio de seus advogados, para acessar o documento ALVARÁ via sistema PJE, providenciar a respectiva impressão e levantamento do valor correspondente. Fica advertido que o presente feito será arquivado, podendo ser desarquivado posteriormente caso requerido pela parte.

Processo: 7007403-76.2018.8.22.0002
REQUERENTE: AIRTON ANTONIO STEDILLE
Advogados do(a) REQUERENTE: OZEIAS DIAS DE AMORIM - RO4194, JOSE RICARDO D AVASSI DAMICO - RO7435
REQUERIDO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Advogado do(a) REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462
FINALIDADE: Intimar a parte requerente, por intermédio de seus advogados, para acessar o documento ALVARÁ via sistema PJE, providenciar a respectiva impressão e levantamento do valor correspondente. Fica advertido que o presente feito será arquivado, podendo ser desarquivado posteriormente caso requerido pela parte.

Processo: 7007937-20.2018.8.22.0002
REQUERENTE: PAULO SERGIO AMORIM DA SILVA
Advogados do(a) REQUERENTE: SILVELENY SERENINI - RO8752, FLAVIA LUCIA PACHECO BEZERRA - RO2093
REQUERIDO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM - RJ62192
FINALIDADE: Intimar a parte requerente, por intermédio de seus advogados, para acessar o documento ALVARÁ via sistema PJE, providenciar a respectiva impressão e levantamento do valor correspondente. Fica advertido que o presente feito será arquivado, podendo ser desarquivado posteriormente caso requerido pela parte.

Processo: 7008177-43.2017.8.22.0002
REQUERENTE: VALTAIR ANTONIO DE FREITAS
Advogado do(a) REQUERENTE: THIAGO GONCALVES DOS SANTOS - RO5471
REQUERIDO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Advogado do(a) REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462
FINALIDADE: Intimar a parte requerente, por intermédio de seus advogados, para acessar o documento ALVARÁ via sistema PJE, providenciar a respectiva impressão e levantamento do valor correspondente. Fica advertido que o presente feito será arquivado, podendo ser desarquivado posteriormente caso requerido pela parte.

Processo: 7015720-63.2018.8.22.0002
EXEQUENTE: SANDRA PIRES CORREA ARAUJO
Advogado do(a) EXEQUENTE: SANDRA PIRES CORREA ARAUJO - RO3164
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA
FINALIDADE: Intimar a parte autora a apresentar os DADOS CORRETOS conforme certificado nos autos, no prazo de 05 (cinco) dias. Tais dados são imprescindíveis para expedir o RPV/ PRECATÓRIO e cadastrar no SAPRE. Caso os dados não sejam apresentados os autos serão arquivados.

Processo: 7012261-53.2018.8.22.0002
EXEQUENTE: CONFECCOES ARIQUEMES LTDA - ME
Advogado do(a) EXEQUENTE: DENIO FRANCO SILVA - RO4212
EXECUTADO: RONALDO DA SILVA QUEIROZ PAIVA
FINALIDADE: Intimar o requerente, por intermédio de seu(s) advogado(s), para se manifestar nos autos e requerer o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias.

Processo: 7013921-19.2017.8.22.0002
REQUERENTE: ANTONIO DEGANUTTI FILHO
Advogado do(a) REQUERENTE: THIAGO GONCALVES DOS SANTOS - RO5471
REQUERIDO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Advogado do(a) REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462
FINALIDADE: Intimar a parte requerente, por intermédio de seus advogados, para acessar o documento ALVARÁ via sistema PJE, providenciar a respectiva impressão e levantamento do valor correspondente. Fica advertido que o presente feito será arquivado, podendo ser desarquivado posteriormente caso requerido pela parte.

Processo: 7015401-32.2017.8.22.0002
REQUERENTE: OSMARIO DE OLIVEIRA TRISCH
Advogado do(a) REQUERENTE: THIAGO GONCALVES DOS SANTOS - RO5471
REQUERIDO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Advogado do(a) REQUERIDO: VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL - RO8217
FINALIDADE: Intimar a parte requerente, por intermédio de seus advogados, para acessar o documento ALVARÁ via sistema PJE, providenciar a respectiva impressão e levantamento do valor correspondente. Fica advertido que o presente feito será arquivado, podendo ser desarquivado posteriormente caso requerido pela parte.

Processo: 7014096-76.2018.8.22.0002
REQUERENTE: MARIA CRISTINA DALL AGNOL
Advogados do(a) REQUERENTE: MARIA CRISTINA DALL AGNOL - RO4597, LEONARDO HENRIQUE BERKEMBROCK - RO4641, YASMINE PIVOTTI ARNEIRO - RO9499
REQUERIDO: DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA
Advogado do(a) REQUERIDO: THIAGO MAHFUZ VEZZI - RO6476
FINALIDADE: Intimar a parte requerente, por intermédio de seus advogados, para acessar o documento ALVARÁ via sistema PJE, providenciar a respectiva impressão e levantamento do valor correspondente. Fica advertido que o presente feito será arquivado, podendo ser desarquivado posteriormente caso requerido pela parte.

Processo: 7007603-20.2017.8.22.0002
REQUERENTE: LIMA & ZAMARCHI AUTO ELETRICA LTDA - ME
Advogados do(a) REQUERENTE: RODRIGO DALLAGASSA GONTIJO DE OLIVEIRA - RO5724, AMANDA BRAZ GOMES PETERLE - RO5238
REQUERIDO: EMERSON ALVES DOS SANTOS
FINALIDADE: Intimar o requerente, por intermédio de seu(s) advogado(s), para se manifestar nos autos e requerer o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias.

Processo: 7015167-50.2017.8.22.0002
REQUERENTE: EVANILDO ALVES DA SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: GISLENE TREVIZAN - RO7032
REQUERIDO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Advogados do(a) REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL - RO8217
FINALIDADE: Intimar a parte requerente, por intermédio de seus advogados, para acessar o documento ALVARÁ via sistema PJE, providenciar a respectiva impressão e levantamento do valor correspondente. Fica advertido que o presente feito será arquivado, podendo ser desarquivado posteriormente caso requerido pela parte.

Processo: 7013305-44.2017.8.22.0002
REQUERENTE: MAURICIO SIMAO DA SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: TIAGO DOS SANTOS DE LIMA - RO7199
REQUERIDO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Advogado do(a) REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462
FINALIDADE: Intimar a parte requerente, por intermédio de seus advogados, para acessar o documento ALVARÁ via sistema PJE, providenciar a respectiva impressão e levantamento do valor correspondente. Fica advertido que o presente feito será arquivado, podendo ser desarquivado posteriormente caso requerido pela parte.

Processo: 7002749-46.2018.8.22.0002
REQUERENTE: EDNA MARIA DA SILVA
Advogados do(a) REQUERENTE: HELIO DANIEL DE FAVARE BAPTISTA - SP191212, TATIANE GUEDES CAVALLO BAPTISTA - RO6835
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ARIQUEMES
FINALIDADE: Intimar a parte requerente a apresentar contrarrazões ao recurso interposto no prazo de 10 (dez) dias.

Processo: 7003906-54.2018.8.22.0002
REQUERENTE: ANTONIO CARLOS BARROSO
Advogados do(a) REQUERENTE: JOSE RICARDO D AVASSI DAMICO - RO7435, OZEIAS DIAS DE AMORIM - RO4194
REQUERIDO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Advogado do(a) REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462
FINALIDADE: Intimar a parte requerente, por intermédio de seus advogados, para acessar o documento ALVARÁ via sistema PJE, providenciar a respectiva impressão e levantamento do valor correspondente. Fica advertido que o presente feito será arquivado, podendo ser desarquivado posteriormente caso requerido pela parte.

Processo: 7015175-27.2017.8.22.0002
EXEQUENTE: ANDRE DE JESUS
Advogado do(a) EXEQUENTE: THIAGO GONCALVES DOS SANTOS - RO5471
EXECUTADO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Advogados do(a) EXECUTADO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL - RO8217
FINALIDADE: Intimar a parte requerente, por intermédio de seus advogados, para acessar o documento ALVARÁ via sistema PJE, providenciar a respectiva impressão e levantamento do valor correspondente. Fica advertido que o presente feito será arquivado, podendo ser desarquivado posteriormente caso requerido pela parte.

Processo: 7013323-65.2017.8.22.0002
REQUERENTE: CIZINO LOPES DA FONSECA SOBRINHO
Advogado do(a) REQUERENTE: TIAGO DOS SANTOS DE LIMA - RO7199
REQUERIDO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Advogados do(a) REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL - RO8217
FINALIDADE: Intimar a parte requerente, por intermédio de seus advogados, para acessar o documento ALVARÁ via sistema PJE, providenciar a respectiva impressão e levantamento do valor correspondente. Fica advertido que o presente feito será arquivado, podendo ser desarquivado posteriormente caso requerido pela parte.

Processo: 7003894-74.2017.8.22.0002
EXEQUENTE: ANTONIO LOUZADA DE ALMEIDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: MARIA FERNANDA BALESTIERI MARIANO DE SOUZA - RO3546
EXECUTADO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Advogado do(a) EXECUTADO: VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL - RO8217
FINALIDADE: Intimar a parte requerente, por intermédio de seus advogados, para acessar o documento ALVARÁ via sistema PJE, providenciar a respectiva impressão e levantamento do valor correspondente. Fica advertido que o presente feito será arquivado, podendo ser desarquivado posteriormente caso requerido pela parte.

Processo: 7008403-14.2018.8.22.0002
EXEQUENTE: JOSE MARCIO LONDE RAPOSO
Advogados do(a) EXEQUENTE: OZEIAS DIAS DE AMORIM - RO4194, JOSE RICARDO D AVASSI DAMICO - RO7435
EXECUTADO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Advogado do(a) EXECUTADO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462
FINALIDADE: Intimar a parte requerente, por intermédio de seus advogados, para acessar o documento ALVARÁ via sistema PJE, providenciar a respectiva impressão e levantamento do valor correspondente. Fica advertido que o presente feito será arquivado, podendo ser desarquivado posteriormente caso requerido pela parte.

Processo: 7006255-30.2018.8.22.0002
EXEQUENTE: RICARDO SOUSA RODRIGUES
Advogados do(a) EXEQUENTE: OZEIAS DIAS DE AMORIM - RO4194, JOSE RICARDO D AVASSI DAMICO - RO7435
EXECUTADO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Advogado do(a) EXECUTADO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462
FINALIDADE: Intimar a parte requerente, por intermédio de seus advogados, para acessar o documento ALVARÁ via sistema PJE, providenciar a respectiva impressão e levantamento do valor correspondente. Fica advertido que o presente feito será arquivado, podendo ser desarquivado posteriormente caso requerido pela parte.

Processo: 7005243-78.2018.8.22.0002
EXEQUENTE: LIRO ANTONIO OST
Advogados do(a) EXEQUENTE: OZEIAS DIAS DE AMORIM - RO4194, JOSE RICARDO D AVASSI DAMICO - RO7435
EXECUTADO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Advogado do(a) EXECUTADO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462
FINALIDADE: Intimar a parte requerente, por intermédio de seus advogados, para acessar o documento ALVARÁ via sistema PJE, providenciar a respectiva impressão e levantamento do valor correspondente. Fica advertido que o presente feito será arquivado, podendo ser desarquivado posteriormente caso requerido pela parte.

Processo: 7010016-69.2018.8.22.0002
EXEQUENTE: JOVINO BOLLIS
Advogados do(a) EXEQUENTE: VALDECIR BATISTA - RO4271, SONIA SANTUZZI ZUCCOLOTTO BATISTA - RO8728
EXECUTADO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Advogado do(a) EXECUTADO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462
FINALIDADE: Intimar a parte requerente, por intermédio de seus advogados, para acessar o documento ALVARÁ via sistema PJE, providenciar a respectiva impressão e levantamento do valor correspondente. Fica advertido que o presente feito será arquivado, podendo ser desarquivado posteriormente caso requerido pela parte.

Processo: 7005211-73.2018.8.22.0002
EXEQUENTE: LUIZ GUERRA
Advogados do(a) EXEQUENTE: OZEIAS DIAS DE AMORIM - RO4194, JOSE RICARDO D AVASSI DAMICO - RO7435
EXECUTADO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Advogado do(a) EXECUTADO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462
FINALIDADE: Intimar a parte requerente, por intermédio de seus advogados, para acessar o documento ALVARÁ via sistema PJE, providenciar a respectiva impressão e levantamento do valor correspondente. Fica advertido que o presente feito será arquivado, podendo ser desarquivado posteriormente caso requerido pela parte.

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO 7003637-78.2019.8.22.0002
Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: DANIELA ALVES DA LUZ CHAVES CPF nº 066.443.281-64, RUA PARANÁ 3902, TEL. 9938-7206 / 9902-3535 SETOR 05 - 76870-592 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR:
REQUERIDOS: RENILTON ROSA DOS SANTOS CPF nº 035.370.232-35, RUA VILLA LOBOS 4029, RUA HEITOR SETOR 11 - 76873-806 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, WITALO ALVES SALTON CPF nº 024.774.812-90, RUA VILLA LOBOS 4029, RUA HEITOR. TEL. 9222-8193 SETOR 11 - 76873-806 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS:
Trata-se de ação de conhecimento cadastrada virtualmente, sob o procedimento do Juizado Especial Cível, sendo que o(a) requerido(a) não foi localizado(a) para ser citado(a), a teor do aviso de recepção/mandado juntado aos autos.
O art. 53, § 4°, da Lei 9.099/95, determina expressamente: "não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor".
Em que pese o caput do citado artigo faça menção à execução de título executivo extrajudicial, é o caso de aplicar a medida face à ausência de localização do réu, por analogia, ao processo de conhecimento, porquanto não é útil, tampouco necessário, manter o processo em trâmite sem a citação/intimação do réu.
Ademais, o artigo 6º da Lei 9.099/95, dispõe que: "o Juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum". Nestes termos, é o caso de determinar o arquivamento do feito e proceder ao cancelamento de eventual audiência conciliatória, liberando-se a pauta, arquivando-se os autos até ulterior manifestação da parte autora.
Registre-se que eventual pedido de suspensão do feito para localização do endereço do réu, certamente acarretará morosidade e trabalho desnecessário ao Cartório, o que contraria expressamente os princípios afeitos aos Juizados Especiais, notadamente a celeridade e economia processual, conforme artigo 2º da Lei 9.099/95.
A par disso, o arquivamento da presente ação não ensejará qualquer prejuízo à parte autora, já que o sistema PJE, pelo qual tramita o presente feito, possibilita o desarquivamento a qualquer tempo, mediante simples petição da parte interessada e/ou advogado habilitado nos autos.
Posto isto, julgo extinto o processo sem julgamento do mérito, na forma do art. 53, § 4° da Lei 9.099/95, ficando desde já autorizado o posterior desarquivamento em caso de localização de endereço do réu.
Publique-se.
Registre-se.
Após, arquivem-se os autos, independentemente de intimação e de trânsito em julgado.
Ariquemes/RO, data e horário registrados pelo sistema PJE.
Márcia Cristina Rodrigues Masioli Morais
Juíza de Direito

7006242-94.2019.8.22.0002
Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: LANGNER E NEVES LTDA - ME CNPJ nº 03.158.936/0001-33, AVENIDA JARÚ 2809, - DE 2809 A 3085 - LADO ÍMPAR SETOR 05 - 76870-653 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: THIAGO APARECIDO MENDES ANDRADE OAB nº RO9033
EXECUTADO: GIVANILDO RIBEIRO DE SOUSA CPF nº 745.931.452-87, RUA RIO GRANDE DO SUL 3438, - DE 3425/3426 A 3565/3566 SETOR 05 - 76870-564 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Recebo a Inicial.
Trata-se de Execução de Título Extrajudicial cujo rito prevê a realização de audiência de conciliação, nos termos do art. 53, § 1º da Lei 9.099/95.
Ocorre que a audiências de conciliação a que se refere o artigo citado, é realizada perante o Centro de Conciliação (CEJUSC), o qual detém pauta extensa em razão de acumular audiências de conciliações de todas as Varas Cíveis e ainda, deste Juizado Especial. Com isso, a pauta de audiências tem se projetado para 4 ou 5 meses, o que tem comprometido o princípio da celeridade que norteia o sistema dos Juizados Especiais.
Como referida audiência se presta apenas e tão somente a negociar débitos e parcelamentos e isso pode perfeitamente ser feito por escrito, não se vislumbra imprescindibilidade de realização desta audiência.
Ademais, de acordo com os artigos 5º e 6º da Lei 9.099/95, "o Juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, para apreciá-las e para dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica", e "adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum".
Logo, no caso em tela, a realização de audiência de conciliação se mostra prejudicial às partes, à medida em que o processo ficará 4 ou 5 meses paralisado, aguardando apenas a realização de audiência, quando as partes podem, caso tenham interesse, apresentar propostas de pagamento e parcelamento por escrito, resolvendo a lide em tempo infinitamente menor. Diante disso, deixo de designar a audiência de conciliação e determino apenas a realização de atos executórios, com penhora, avaliação e/ou descrição de bens que guarnecem a residência do(a) executado(a) e intimação para tomar conhecimento do presente procedimento e de eventual penhora.
A CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO(A) EXECUTADO(A) deve ser feita no endereço constante na petição inicial em anexo para no prazo de 3 (três) dias pagar a dívida com os juros e encargos ou opor embargos em 15 (quinze) dias, contados esse último de sua intimação, independentemente de penhora, depósito ou caução. Não efetuado o pagamento, munido da segunda via do mandado, o Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, a executada. O(a) executado(a), no mesmo prazo dos embargos, se reconhecer o crédito do(a) exequente, poderá requerer, desde que pago 30% do valor da execução, o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% de ao mês (art. 916 CPC). Se a penhora recair sobre bem imóvel, intime-se o cônjuge do(a) executado(a) para tomar conhecimento, bem como o(a) exequente para providenciar a respectiva averbação no registro imobiliário, mediante a apresentação de certidão de inteiro teor do ato, independentemente de mandado judicial.
Caso não sejam encontrados bens móveis e imóveis livres e desembaraçados, o Oficial deverá proceder a penhora dos bens que guarnecem a residência ou estabelecimento do devedor, desde que não sejam de primeira utilidade. CASO NECESSÁRIO, FICA DESDE JÁ AUTORIZADO EVENTUAL ARROMBAMENTO (O ART. 846 DO CPC) E/OU AUXILIO DE FORÇA POLICIAL (ART. 846, §2º DO CPC) SERVINDO O PRESENTE MANDADO DE OFÍCIO REQUISITÓRIO. No caso do(a) executado(a) não aceitar o encargo de fiel depositário, deverá proceder à penhora e remoção imediata do bem, ficando o(a) exequente como depositário.
Caso a diligência do Oficial de Justiça seja negativa, no sentido de não localizar o devedor para citação e/ou não localizar bens passíveis de penhora, fica determinado ao cartório do Juizado que proceda ao imediato arquivamento do feito, independentemente de

nova de deliberação judicial, nos exatos termos do artigo 53 §4º da Lei 9.099/95.16:29
CUMPRA-SE SERVINDO O PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA DE INTIMAÇÃO/CARTA DE CITAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes, data e horário certificados no Sistema PJE.
Márcia Cristina Rodrigues Masioli Morais
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO 7014878-83.2018.8.22.0002
REQUERENTE: ISABELLA DAIANE SILVESTRE CPF nº 938.237.382-91, AUSTRALIA 3145, TEL. 9 99002345 JARDIM EUROPA - 76871-298 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE:
REQUERIDO: TAM LINHAS AEREAS S/A. CNPJ nº 02187521729, RUA VERBO DIVINO 2001, ANDARES 03 AO 06 CHÁCARA SANTO ANTÔNIO (ZONA SUL) - 04719-002 - SÃO PAULO - SÃO PAULOADVOGADO DO REQUERIDO: FABIO RIVELLI OAB nº BA34908
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.
A parte requerida arguiu a falta de interesse de agir porque a parte autora não teria ingressado com o pedido administrativamente. No entanto, essa preliminar não pode subsistir porque o art. 5°, XXXV da Constituição da República assegura a todos o direito de ação, por conta do Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição, não podendo ser excluída da apreciação do
PODER JUDICIÁRIO, lesões ou ameaças a direito.
Portanto, a parte autora possui interesse de agir, à medida em que a lei lhe assegura deduzir a sua pretensão em juízo, mesmo que não tenha requerido seu direito administrativamente. Assim, afasto essa preliminar.
Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais ajuizada por ISABELA DAIANE SILVESTRE em face de LATAM LINHAS AÉREAS S/A, sob o argumento de que adquiriu regularmente passagem aérea da empresa requerida, porém, houve cancelamento injustificado do voo, alterando o tempo de duração da viagem, o que lhe causou transtornos de ordem moral bem como prejuízo material.
De acordo com os termos da petição inicial, a parte autora adquiriu passagens com destino para Porto Velho/RO e embarque no município de Porto Alegre no dia 12/11/2018, no entanto, embora tenha embarcado corretamente, no momento em que chegou em Guarulhos para realizar a conexão, soube do cancelamento de seu voo, o que lhe causou transtornos porque precisou cancelar agenda de compromissos profissionais.
Consta ainda que a parte autora é psicóloga e em razão do atraso precisou remarcar pacientes.
Assim, em razão da conduta praticada, ingressou com a presente.
Para amparar a pretensão, juntou documento de identidade, bilhetes aéreos, fotografias, relatório de agenda, dentre outros.
Portanto, a causa de pedir é a má prestação de serviço ocasionada sobretudo pela impossibilidade de embarque no horário previamente pactuado, sem justificativa plausível.
Citada e intimada, a parte requerida apresentou contestação requerendo a improcedência da inicial sob o argumento de que o atraso na conexão da parte autora ocorreu em razão da alteração da malha aérea.
Ainda em sua defesa alegou ter oferecido assistência à parte autora e que por isso, o pedido indenizatório improcede.
Com a contestação juntou documentos constitutivos.
O artigo 373 do Código de Processo Civil dispõe no inciso II que o ônus da prova incumbe "ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor".
Com efeito, a responsabilidade da pessoa jurídica em face dos atos realizados por seus prepostos regula-se pela teoria objetiva, de forma que basta a prova da conduta, do dano e do nexo de causalidade para configurar-se o dever de indenizar.
Tratando-se de relação consumerista é pertinente a aplicação do art. 6°, VI e VIII do CDC o qual esclarece ser direito básico do consumidor a efetiva prevenção e reparação de danos morais a si causados, com facilitação da defesa de seus direitos, operando-se a inversão do ônus da prova em seu favor.
Registre-se oportunamente, que o princípio da dignidade do ser humano norteia qualquer relação jurídica. Tanto é que, o inciso supracitado respeita o referido princípio constitucional, e reforça o artigo 4º, inciso I da Lei Consumerista, que reconhece taxativamente a vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo (artigo 4º do CDC).
No caso em tela, há provas irrefutáveis de que houve a prestação de um serviço deficiente, pois ocorreu alteração considerável no itinerário da parte autora, de modo a causar-lhe prejuízos pois as provas produzidas nos autos, sobretudo a agenda de pacientes, ampara a alegação de que em razão do atraso de sua passagem, precisou remarcar pacientes.
De acordo com o art. 6º do Código de Defesa do Consumidor, é direito básico do consumidor a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta da quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem.
O art. 31 do CDC, por sua vez, dispõe que a oferta e a apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e a segurança dos consumidores.
No entanto, a requerida não prestou informações claras e adequadas sobre a prestação de seu serviço, especialmente porque atrasou o voo sem prévio aviso e ausente motivo justificável para tanto.
Como se trata de relação consumerista, aplica-se o princípio da inversão do ônus da prova, de modo que basta ao autor alegar os fatos em que se funda seu direito e juntar provas da verossimilhança de suas alegações, cabendo ao réu provar que aquela situação existiu ou não.
De acordo com o artigo 14, § 1º, da Lei nº. 8.078/90, o fornecedor do serviço tem responsabilidade objetiva pelos danos decorrentes da prestação viciosa do seu serviço, a qual somente é afastada se comprovar a ausência de defeito, culpa exclusiva do consumidor ou de terceiros.
Como nenhuma dessas hipóteses que excluem a responsabilização foi demonstrada aos autos pela parte requerida, evidencia-se a procedência do pedido inicial.
A companhia aérea nada PROVOU, eximindo-se da obrigação de comprovar que prestou informações prévias a respeito do atraso do voo e, que isso decorreu de falha mecânica da aeronave, visando salvaguardar a segurança dos passageiros, ou alteração da malha aérea.
Quanto ao DANO MORAL, a jurisprudência vem admitindo sua ocorrência de forma presumida nesses casos, ou seja, independentemente da comprovação de efetivo dano, já que a alteração de horário previamente fixado para embarque, advindo do cancelamento repentino de voo, modifica substancialmente a rotina do passageiro, causando-lhe transtornos de elevada monta.
Eis o entendimento nesse sentido:
JUIZADO ESPECIAL. DIREITO DO CONSUMIDOR. TRANSPORTE AÉREO. CANCELAMENTO DE VÔO. CASO FORTUITO INTERNO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO FORNECEDOR DO SERVIÇO PRESERVADA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MATERIAL E DANO MORAL. CARACTERIZAÇÃO. VALOR. OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIADADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. 1. Recurso Inominado interposto pela parte ré, VGR LINHAS AÉREAS SA, contra a sentença que julgou procedente pedido de indenização por danos

materiais e morais decorrente de cancelamento de voo. 2. Recurso próprio, regular e tempestivo. Contrarrazões apresentadas. 3. Nas relações de consumo a responsabilidade do fornecedor do serviço ou produto é objetiva em decorrência do risco da atividade. 4. Na esteira do artigo 14, § 1º, da Lei nº. 8.078/90, o fornecedor do serviço tem responsabilidade objetiva pelos danos decorrentes da prestação viciosa do seu serviço, a qual somente é afastada se comprovar a ausência de defeito, culpa exclusiva do consumidor ou de terceiros, ou a ocorrência de caso fortuito ou força maior. 5. A ocorrência de casos fortuitos, como por exemplo reparos inesperados, emergenciais, urgentes, ou ainda problemas com o tráfego aéreo decorrentes de condições meteorológicas, excluem a responsabilidade da empresa por eventual atraso ou cancelamento de voo, contudo, devem ser comprovados, ônus que, na espécie, não se desincumbiu a empresa aérea recorrente. Por outro lado, a alteração da malha aérea em razão de excesso de trafego aéreo, por si só, sem estar justificada pela ocorrência de caso fortuito, não é causa excludente de responsabilidade, uma vez que se trata de risco inerente à própria atividade empresarial. 6. Evidenciada está, portanto, a má prestação dos serviços postos à disposição do consumidor, em razão do cancelamento injustificado e sem prévio aviso de seu voo, devendo a prestadora responder objetivamente pela falha em seu serviço, suportando eventual pedido de indenização material e moral pelos danos causados. 7. Além do prejuízo material decorrente da aquisição de passagem aérea de outra companhia, a situação vivenciada pela autora gera desconforto, apreensão e angústia. Tal quadro é suficiente e capaz de alterar o estado anímico, além de superar os meros dissabores ou aborrecimentos cotidianos. Ressalte-se que a jurisprudência pátria reconhece a existência de dano moral em caso de atraso demasiado ou cancelamento de voo. 8. Não há motivos para a revisão do quantum arbitrado a título de indenização pelos danos materiais ou morais (R$2.000,00), uma vez que foram observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, assim como atendeu sua natureza compensatória e dissuasória. 9. Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida por seus próprios fundamentos. 10. Condeno a recorrente no pagamento das custas e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% (dez por cento) do valor da condenação. 11. Acórdão elaborado na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/95, servindo a ementa de acórdão. (TJ-DF - RI: 07043833820158070016, Relator: ARNALDO CORREA SILVA, Data de Julgamento: 25/08/2015, SEGUNDA TURMA RECURSAL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 04/09/2015 . Pág.: Sem Página Cadastrada.)

CANCELAMENTO DE VÔO SEM AVISO PRÉVIO. REEMBARQUE NO DIA SEGUINTE. ATRASO DE 48 HORAS AO DESTINO FINAL. DANO MORAL CONFIGURADO. COMPRA DE NOVAS PASSAGENS. DESPESAS COM HOTEL E TAXAS AEROPORTUÁRIAS. DANO MATERIAL DEVIDO. Causa danos morais a atitude de empresa aérea que vende passagem de Manaus a Nova York, depois cancela o vôo sem aviso prévio, fazendo com que o consumidor aguarde por 16 horas até o próximo embarque, gerando um atraso final de 48 horas na viagem, encurtando as férias dos autores em dois dias. Gera também o dever de indenizar a título de danos materiais, o fato do consumidor ter de remarcar a data de retorno, tendo de adquirir novas passagens e arcar com despesas não previstas com hospedagem e taxas aeroportuárias. É devido o valor de R$ 20.000,00, sendo R$ 10.000,00 para cada um dos autores, fixado na sentença a título de danos morais, o qual não se mostra exagerado, foi fixado dentro da razoabilidade que o caso requeria e não foge ao padrão indenizatório comumente utilizado em casos similares por esta Turma Recursal. (TJ-RO-RI: 10035298120118220601 RO 1003529-81.2011.822.0601, Relator: Juiz Marcelo Tramontini, Data de Julgamento: 05/04/2013, Turma Recursal - Porto Velho, Data de Publicação: Processo publicado no Diário Oficial em 11/04/2013).

INDENIZAÇÃO. Responsabilidade civil. Transporte aéreo. Cancelamento do vôo sem aviso prévio. Responsabilidade objetiva da empresa aérea. Dano moral caracterizado. Prova. Desnecessidade. Dano “in re ipsa”. Verba indenizatória de R$ 10.000,00 (dez mil reais), bem fixada. Sentença mantida. Recurso improvido. (TJ-SP - APL: 00050902920138260003 SP 0005090-29.2013.8.26.0003, Relator: Silveira Paulilo, Data de Julgamento: 15/12/2014, 21ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/12/2014).

Dessa forma, o que há nos autos é suficiente para tornar certa a obrigação de indenizar, afinal ficou provada a conduta danosa (informação defeituosa e ausência da prestação do serviço de transporte pactuado), dano presumido (stress, transtorno, chateação), nexo de causalidade (o dano é oriundo de uma conduta da requerida) e culpa (negligência e imprudência nas informações e trato com o consumidor, já que não houve comunicado prévio acerca do cancelamento do voo).

Assim, considerando a prova da conduta da requerida, o dano, a culpa e o nexo de causalidade, conclui-se pela responsabilidade da requerida quanto aos prejuízos morais suportados pelos requerentes.

Em relação ao quantum indenizatório do dano moral, considerando as condições pessoais e financeiras das partes, a extensão do dano e as demais circunstâncias anteriormente analisadas, entendo prudente fixar o dano moral em R$ 6.000,00 (seis mil reais).

A parte autora também requereu o recebimento do importe de R$ 1.632,00 (mil seiscentos e trinta e dois reais) a título de lucros cessantes, devido à impossibilidade de atendimento de seus clientes previstos em agenda própria.

Como é cediço, os lucros cessantes são regulamentados pelo Código Civil em seu art. 402 determina que salvo as exceções expressamente previstas em lei, as perdas e danos devidas ao credor abrangem, além do que ele efetivamente perdeu, o que razoavelmente deixou de lucrar. É essa parte final do dispositivo que nos traz o conceito de danos emergentes e lucros cessantes. Por danos emergentes entende-se o que a vítima do ato danoso efetivamente perdeu e, por lucros cessantes, o que deixou de perceber, em razão da sua ocorrência. É o que a doutrina intitula de perda do lucro esperado.

Resta, pois, conclusivo que os lucros cessantes consistem naquilo que o lesado deixou razoavelmente de lucrar como consequência direta do evento danoso (Código Civil, art. 402).

No caso específico em exame, verifica-se que a parte autora, na qualidade de psicóloga, juntou relatório atestando as consultas agendas para os dias 12 e 13 de novembro de 2018 que deixou de realizar, totalizando o importe de R$ 1.632,00 (mil seiscentos e trinta e dois reais). Aludido valor não foi objeto de impugnação específica por parte das requeridas. Logo, é justo conceder-lhe a reparação a este título.

Posto isto, com base no art. 487, I do CPC, julgo PROCEDENTE o pedido para o fim de condenar a requerida LATAM LINHAS AÉREAS S/A a pagar à parte autora a importância de R$ 6.000,00 (seis mil reais) a título de danos morais bem como R$ 1.632,00 (mil seiscentos e trinta e dois reais) a título de lucros cessantes, extinguindo o feito com resolução do mérito.

Registre-se que, relativamente à indenização concedida por danos morais, o termo inicial para incidência dos juros de mora é a data do evento danoso, em aplicação à Súmula 54 do STJ. Já a correção monetária deve incidir desde a data do julgamento em que a indenização foi arbitrada, de acordo com a súmula 362 do STJ.

Sem custas e honorários advocatícios, posto que incabíveis à espécie, nos termos da Lei 9.099/95.

Publique-se.

Registre-se.

Intimem-se do teor dessa sentença, devendo a parte requerida ser intimada para cumprir a determinação acima em 15 dias pena de multa de 10% como determina o art. 523 §1º do CPC, sem prejuízo do imediato cumprimento da sentença, se houver requerimento do credor.

Transitada em julgado, se nada for objeto de requerimento aos autos, arquive-se o feito.

Ariquemes – RO; data e horário registrados no sistema PJE.

Márcia Cristina Rodrigues Masioli Morais

Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO 7010916-86.2017.8.22.0002
REQUERENTE: MARIA DAS GRACAS PEREIRA LOPES - ME CNPJ nº 07.830.551/0001-21, AVENIDA TANCREDO NEVES 2065, LOJA B SETOR 03 - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LEVI GUSTAVO ALVES DE FREITAS OAB nº RO4634
REQUERIDO: JOCIANO PORTUGAL DE JESUS CPF nº DESCONHECIDO, RUA CARACAS 1054 SETOR 10 - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
SENTENÇA
Trata-se de EXECUÇÃO onde não foram penhorados bens da parte executada.
Sobre o assunto, o art. 53, § 4° da Lei 9.099/95 determina expressamente que: "não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor".
Posto isto, julgo extinto o processo sem julgamento do mérito, conforme determina o art. 53, § 4° da Lei 9.099/95, ficando desde já autorizado o posterior desarquivamento em caso de localização do(a) executado(a) e de bens penhoráveis em seu nome.
Publique-se.
Registre-se.
Após, arquive-se os autos, independentemente de intimação e de trânsito em julgado.
Cumpra-se servindo a presente como mandado/carta de intimação/carta precatória para seu cumprimento.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no Sistema PJE.
Márcia Cristina Rodrigues Masioli Morais
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO 7009547-57.2017.8.22.0002
REQUERENTES: JOANA MARIA MARTINS CPF nº 386.278.842-34, RUA MINAS GERAIS 3749, - DE 3619/3620 A 3748/3749 SETOR 05 - 76870-626 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, KELLY JULIANA MARTINS CPF nº 002.370.092-00, RUA MINAS GERAIS 3749, - DE 3619/3620 A 3748/3749 SETOR 05 - 76870-626 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, FABIANA MARIA MARTINS CPF nº 878.939.832-72, RUA MINAS GERAIS 3749, - DE 3619/3620 A 3748/3749 SETOR 05 - 76870-626 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: GISLENE DE LAPARTE NEVES OAB nº RO8783, WERNOMAGNO GLEIK DE PAULA OAB nº RO3999
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB nº RO5462
Os autos vieram conclusos face o pedido de prosseguimento do feito apresentado pela parte autora motivado pelo descumprimento da sentença proferida nos autos.
DEFIRO o pedido do autor e autorizo o Cumprimento de Sentença.
Ocorre que a Turma Recursal exarou o Acórdão porém NÃO intimou o(a) devedor(a) para cumprir a sentença com a advertência de que incidiria a multa de 10% prevista no artigo 523 do Novo Código de Processo Civil.
Portanto, intime-se o(a) devedor(a) pessoalmente, via AR-MP ou por meio de seu(a) advogado(a) constituído nos autos, para cumprir a determinação contida na sentença no prazo de 15 (quinze) dias pena de multa de 10% como determina o art. 523 do CPC e efetivação de penhora BACEN JUD em seu desfavor e ulterior liberação do valor à parte autora.
Tendo em vista o retorno do processo da Turma Recursal, determino que o Cartório verifique se houve condenação ao pagamento das custas processuais.
Caso haja condenação, conforme previsto no artigo 2, § 1º do Provimento Conjunto 002/2017 PR - CG, determino que o cartório extraia do sistema PJE o valor das custas processuais e proceda a intimação da parte requerida para efetuar o pagamento no prazo legal de 15 (quinze) dias, sob pena de expedição de Certidão de Débito Judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa.
Decorrido o prazo sem pagamento, inscreva-se na dívida ativa.
Comprovada a intimação do(a) requerido(a), intime-se o(a) autor(a) para requerer o que entender de direito no prazo de 10 (dez) dias, pena de arquivamento do feito.
Após, decorrido o prazo concedido ao autor, faça-se a conclusão dos autos para decisão JUD'S.
CUMPRA-SE SERVINDO O PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes-RO,terça-feira, 30 de abril de 2019.
10 horas e 7 minutos
Márcia Cristina Rodrigues Masioli
Juíza de Direito

Processo: 7007611-94.2017.8.22.0002
REQUERENTE: MARCELO REGINALDO LUIZ
Advogado do(a) REQUERENTE: DORIHANA BORGES BORILLE - RO6597
REQUERIDO: WEMERSON RODRIGUES DE SOUSA
Finalidade: Intimar a parte requerente por meio de seu advogado da DECISÃO, conforme segue:
"...Intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 10 (dez) dias, indicando bens passíveis de penhora."
Processo: 7000250-55.2019.8.22.0002
REQUERENTE: DIEGO RODRIGO RODRIGUES DE PAULA
Advogado do(a) REQUERENTE: DIEGO RODRIGO RODRIGUES DE PAULA - RO9507
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA
Finalidade: Intimar a parte requerente por meio de seu advogado do DESPACHO, conforme segue: apresentar os DADOS CORRETOS conforme certificado nos autos, no prazo de 05 (cinco) dias. Tais dados são imprescindíveis para expedir o RPV/PRECATÓRIO e cadastrar no SAPRE. Caso os dados não sejam apresentados os autos serão arquivados.

Processo: 7002674-70.2019.8.22.0002
REQUERENTE: ROBERTO SANTOS DELMONDES
Advogado do(a) REQUERENTE: SERGIO MARCONDES DA SILVA - RO9976
REQUERIDO: JEAN RIBEIRO BARBOLINO ANDRADE
FINALIDADE: Intimar o requerente, por intermédio de seu(s) advogado(s), para se manifestar nos autos e requerer o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias.
7006296-60.2019.8.22.0002
Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: RONDOTINTAS COMERCIO DE TINTAS LTDA CNPJ nº 15.849.938/0001-58, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: THIAGO APARECIDO MENDES ANDRADE OAB nº RO9033
EXECUTADO: MARINHO DA SILVA MENDES CPF nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Recebo a Inicial.
Trata-se de Execução de Título Extrajudicial cujo rito prevê a realização de audiência de conciliação, nos termos do art. 53, § 1º da Lei 9.099/95.

Ocorre que a audiências de conciliação a que se refere o artigo citado, é realizada perante o Centro de Conciliação (CEJUSC), o qual detém pauta extensa em razão de acumular audiências de conciliações de todas as Varas Cíveis e ainda, deste Juizado Especial. Com isso, a pauta de audiências tem se projetado para 4 ou 5 meses, o que tem comprometido o princípio da celeridade que norteia o sistema dos Juizados Especiais.
Como referida audiência se presta apenas e tão somente a negociar débitos e parcelamentos e isso pode perfeitamente ser feito por escrito, não se vislumbra imprescindibilidade de realização desta audiência.
Ademais, de acordo com os artigos 5º e 6º da Lei 9.099/95, "o Juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, para apreciá-las e para dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica", e "adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum".
Logo, no caso em tela, a realização de audiência de conciliação se mostra prejudicial às partes, à medida em que o processo ficará 4 ou 5 meses paralisado, aguardando apenas a realização de audiência, quando as partes podem, caso tenham interesse, apresentar propostas de pagamento e parcelamento por escrito, resolvendo a lide em tempo infinitamente menor. Diante disso, deixo de designar a audiência de conciliação e determino apenas a realização de atos executórios, com penhora, avaliação e/ou descrição de bens que guarnecem a residência do(a) executado(a) e intimação para tomar conhecimento do presente procedimento e de eventual penhora.
A CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO(A) EXECUTADO(A) deve ser feita no endereço constante na petição inicial em anexo para no prazo de 3 (três) dias pagar a dívida com os juros e encargos ou opor embargos em 15 (quinze) dias, contados esse último de sua intimação, independentemente de penhora, depósito ou caução. Não efetuado o pagamento, munido da segunda via do mandado, o Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, a executada. O(a) executado(a), no mesmo prazo dos embargos, se reconhecer o crédito do(a) exequente, poderá requerer, desde que pago 30% do valor da execução, o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% de ao mês (art. 916 CPC). Se a penhora recair sobre bem imóvel, intime-se o cônjuge do(a) executado(a) para tomar conhecimento, bem como o(a) exequente para providenciar a respectiva averbação no registro imobiliário, mediante a apresentação de certidão de inteiro teor do ato, independentemente de mandado judicial.
Caso não sejam encontrados bens móveis e imóveis livres e desembaraçados, o Oficial deverá proceder a penhora dos bens que guarnecem a residência ou estabelecimento do devedor, desde que não sejam de primeira utilidade. CASO NECESSÁRIO, FICA DESDE JÁ AUTORIZADO EVENTUAL ARROMBAMENTO (O ART. 846 DO CPC) E/OU AUXILIO DE FORÇA POLICIAL (ART. 846, §2º DO CPC) SERVINDO O PRESENTE MANDADO DE OFÍCIO REQUISITÓRIO. No caso do(a) executado(a) não aceitar o encargo de fiel depositário, deverá proceder à penhora e remoção imediata do bem, ficando o(a) exequente como depositário.
Caso a diligência do Oficial de Justiça seja negativa, no sentido de não localizar o devedor para citação e/ou não localizar bens passíveis de penhora, fica determinado ao cartório do Juizado que proceda ao imediato arquivamento do feito, independentemente de nova de deliberação judicial, nos exatos termos do artigo 53 §4º da Lei 9.099/95.16:29
CUMPRA-SE SERVINDO O PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA DE INTIMAÇÃO/CARTA DE CITAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes, data e horário certificados no Sistema PJE.
Márcia Cristina Rodrigues Masioli Morais
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO 7006298-30.2019.8.22.0002
AUTOR: GISELI ANTUNES SEGOBI CPF nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO AUTOR:
REQUERIDO: ZENILDE WOINAROVICZ CPF nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO REQUERIDO:
Recebo a Inicial.
Trata-se de Ação de Cobrança de dívida fundada em título de crédito sem força executiva firmado pelo devedor, cujo rito prevê a realização de audiência de conciliação, nos termos da Lei 9.099/95 e sob a ótica do Código de Processo Civil em vigor.
Ocorre que a audiência de conciliação a que se refere o artigo citado, é realizada perante o Centro de Conciliação (CEJUSC), o qual detém pauta extensa em razão de acumular audiências de conciliações de todas as Varas Cíveis e ainda, deste Juizado Especial. Como referida audiência se destina exclusivamente a negociar débitos e parcelamentos e isso pode perfeitamente ser feito por escrito, não se vislumbra imprescindibilidade de realização desta audiência.
Ademais, de acordo com os artigos 5º e 6º da Lei 9.099/95, "o Juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, para apreciá-las e para dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica", e "adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum".
Desta feita, em observância aos dispositivos legais mencionados e, em atenção ao Princípio da primazia da resolução de mérito, o qual dispõe que "as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa" (artigo 4º do CPC), a presente demanda deve adotar rito simplificado para que a atividade jurisdicional seja efetivamente entregue a quem de direito, de forma célere e resolutiva de mérito, dispensando-se assim a realização de audiência conciliatória nos autos.
Sendo assim, deixo de designar sessão de conciliação e determino a imediata expedição de citação e intimação ao devedor para responder aos termos da presente ação, mediante apresentação de contestação no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da respectiva citação, sob pena de decretação de revelia. No mesmo prazo assinalado, poderá apresentar aos autos proposta de acordo para parcelamento da dívida objetivando pôr fim ao litígio, sendo facultada a assistência de advogado nas causas de até 20 salários mínimos, cuja proposta estará condicionada à aceitação da parte autora para fins de homologação judicial. Nas causas de valor superior, a assistência é obrigatória.
Em havendo proposta de acordo, fica suspenso o prazo para defesa, ocasião em que deverá o cartório intimar a parte autora pelo meio mais célere e econômico para dizer no prazo de 10 (dez) dias, se aceita ou não aludida proposta formulada pelo devedor. Caso haja aceitação do credor, quanto aos termos da avença, faça-se conclusão dos autos para fins de homologação judicial e arquivamento do feito para aguardar o respectivo cumprimento do acordo entre as partes.
Caso haja recusa do credor aos termos da proposta, será retomado o prazo para contestação pelo devedor, a partir da ciência do devedor quanto à manifestação de recusa do credor, prosseguindo-se o andamento processual regularmente para fins de julgamento de mérito.
Para fins de regular instrução processual, fica facultada a defesa técnica por advogado nas demandas de até 20 salários mínimos, nos termos do artigo 9º da Lei 9.099/95, de modo que, caso não tenha advogado constituído, incumbirá ao devedor comparecer pessoalmente no cartório do Juizado Especial, no prazo para contestação e apresentar oralmente suas razões de fato e de direito, as quais serão reduzidas a termo pelo servidor, instruindo

sua manifestação com prova do adimplemento da dívida, ou prova de qualquer outro fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Caso se trate de lide cujo valor da causa seja superior a 20 salários e limitada ao teto do Juizado de 40 salários mínimos, a defesa técnica por meio de advogado é obrigatória, sob pena de decretação de revelia.
Após a apresentação de contestação, faça-se conclusão dos autos para prolação da sentença.
Em caso de decurso do prazo para contestação, sem proposta de acordo ou manifestação do devedor, certifique-se e faça-se conclusão dos autos para prolação da sentença.
Cancele-se eventual audiência designada automaticamente pelo sistema PJE.
Cumpra-se servindo a presente como mandado/carta de intimação/carta precatória/carta de citação para seu cumprimento.
terça-feira, 30 de abril de 2019
19 horas e 9 minutos
Márcia Cristina Rodrigues Masioli

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO 7002444-28.2019.8.22.0002
REQUERENTE: ILDA PEREIRA DE JESUS CPF nº 457.148.862-91, LINHA C-28, LOTE 141 S/N, GLEBA 01 ZONA RURAL - 76864-000 - CUJUBIM - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: REGINA MARTINS FERREIRA OAB nº RO8088
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AC BURITIS 1820, AVENIDA PORTO VELHO 1579 SETOR 3 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO OAB nº RO635
Trata-se de pedido de obrigação de fazer c/c indenização por danos materiais ajuizados em face de ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA - CERON tencionando o reembolso de valor despendido com a construção de rede elétrica em propriedade rural, bem como a formalização da incorporação da rede supracitada.
Os autos vieram conclusos para julgamento. Todavia, verifica-se que já há cadastro sob o n.º 7012477-14.2018.8.22.0002 no sistema PJE de demanda semelhante à presente a qual inclusive foi julgada extinta ante a ilegitimidade ativa da parte autora.
Uma simples análise dos autos denota-se ser as mesmas partes, mesmo endereço de subestação e mesma quantidade de KVA. Tendo em vista tais circunstâncias, a parte autora deve ser instada a se manifestar quanto à ocorrência de litispendência e, se for o caso de se contrapor à arguição.
De acordo com o art. 337, VI, § 1º, 2º e 3º, ocorre a litispendência quando se reproduz uma ação idêntica à outra que já está em trâmite, com as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido.
Para saber se de fato há identidade entre as ações, converto o julgamento em diligência e determino que o(a) advogado(a) da parte autora seja intimado para no prazo de 10 (dez) dias, informar se houve cadastro em duplicidade da mesma demanda, no sistema PJE, o que induziria à litispendência, ou se o objeto das demandas é distinto, para autorizar o regular trâmite de ambas as ações, pena de reconhecimento de litispendência e extinção do feito sem exame do mérito.
Decorrido o prazo, faça-se a conclusão dos autos.
Intimem-se.
Cumpra-se servindo-se a presente como Mandado/Carta de citação/Ofício/Carta Precatória/Notificação para seu cumprimento.
Ariquemes – RO; data e horário certificados no Sistema PJE.
Márcia Cristina Rodrigues Masioli Morais
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO
7006339-94.2019.8.22.0002
REQUERENTE: SILVANA LEMOS DE MATOS CPF nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO REQUERENTE: THIAGO APARECIDO MENDES ANDRADE OAB nº RO9033, SEM ENDEREÇO
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S.A. CNPJ nº 00.000.000/0001-91, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO REQUERIDO:
Recebo a inicial
Designo de audiência de tentativa de conciliação para o dia 25/06/2019 às 10:00 horas.
Cite-se a parte requerida para tomar ciência da presente e intime-se para comparecer na audiência designada nos autos que se realizará no prédio do CEJUSC localizado na Rua Fortaleza, nº 2178, setor 03 em Ariquemes/RO.
Conforme instruções contidas no Provimento Conjunto nº 01/2017, as partes deverão comparecer na audiência designada munidos de documentos de identificação válidos, devendo a parte autora estar de posse de seus dados bancários a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial.
Tratando-se de pessoa jurídica, a parte requerida deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto com poderes específicos para transacionar, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia.
A contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) deverão ser apresentadas até o ato da audiência de conciliação, devendo as partes comunicarem eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos.
Ficam as partes advertidas de que os prazos processuais no Juizado Especial contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo e, nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado e, havendo necessidade de assistência por Defensor Público, deverão solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, diretamente à sede da Defensoria Pública.
Fica a parte autora advertida de que na audiência conciliatória deverá se manifestar, em até 10 (dez) minutos, sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados pela parte requerida, ficando ciente que a ausência importará em extinção do processo e condenação em custas processuais.
Fica a parte requerida advertida que o não comparecimento na audiência importará, conforme disposto no artigo 20 da Lei 9.099/95, na decretação de sua revelia, presunção de veracidade dos fatos alegados pela parte autora e no julgamento antecipado da lide.
Cumpridas as determinações acima, encaminhe-se os autos à CEJUSC para realização de audiência.
Cancele-se eventual audiência designada automaticamente pelo sistema PJE.
Cumpra-se servindo a presente como mandado/carta de citação/intimação para seu cumprimento.
terça-feira, 30 de abril de 2019
19 horas e 9 minutos
Márcia Cristina Rodrigues Masioli
O inteiro teor da Inicial pode ser acessado digitando o número do processo no link do Pje http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO 7015502-35.2018.8.22.0002
Indenização por Dano Material, Indenização por Dano Material
REQUERENTE: JOSE AFONSO DE SOUZA CPF nº 260.175.041-34, AC ALTO PARAÍSO S/N, AVENIDA JORGE TEIXEIRA 3628 CENTRO - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: THIAGO GONCALVES DOS SANTOS OAB nº RO5471
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA JK 1966 SETOR 02 - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA OAB nº MG87318
Os autos vieram conclusos face o pedido de desistência pela parte requerida, do Recurso Inominado interposto.
Desta feita, HOMOLOGO o pedido de desistência quanto ao presente recurso, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.
Ademais, verifica-se que o comprovante de pagamento juntado pela requerida não comporta todos os dados necessários para a devida expedição do alvará em favor da parte autora, quais sejam: número da conta e ID do depósito efetuado.
Sendo assim, determino ao cartório que proceda a juntada da guia de depósito judicial emitida pelo Sistema de Depósitos Judiciais - SisDeJud, e após, expeça-se Alvará de levantamento da importância depositada em favor da parte autora.
Ato contínuo, intime-se a parte autora, por seu(a) advogado(a) constituído(a), para acessar o documento via sistema PJE e providenciar a respectiva impressão, devendo ser advertido(a) de que deverá manifestar-se nos autos quanto ao recebimento do valor no prazo de 5 (cinco) dias com indicação de eventual saldo remanescente e CNPJ da requerida válido, sob pena de presunção de satisfação e extinção por pagamento.
Caso já exista manifestação nos autos relativamente a eventual crédito remanescente, INTIME-SE a parte requerida para efetuar o pagamento no prazo de 10 (dez) dias pena de penhora on line.
Caso já exista concordância expressa quanto ao valor depositado, expeça-se alvará e faça-se conclusão dos autos para extinção por pagamento.
Cumpra-se servindo-se a presente como Mandado/Ofício/Carta Precatória/Notificação para seu cumprimento.
Ariquemes – RO; data e hora certificados pelo sistema.
Márcia Cristina Rodrigues Masioli Morais
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO
7006314-81.2019.8.22.0002
AUTOR: HELDER PEREIRA BEZERRA CPF nº 142.867.182-04, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO AUTOR: SILVIO ALVES FONSECA NETO OAB nº RO8984, SEM ENDEREÇO
RÉUS: CLODOALDO MOURA SANTOS CPF nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO, JEISSIANE DO CARMO FERNANDES CPF nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO
ADVOGADOS DOS RÉUS:
Recebo a inicial
Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 25/06/2019 às 09:00 horas .
Cite-se a parte requerida para tomar ciência da presente e intime-se para comparecer na audiência designada nos autos que se realizará no prédio do CEJUSC localizado na Rua Fortaleza, nº 2178, setor 03 em Ariquemes/RO.
Conforme instruções contidas no Provimento Conjunto nº 01/2017, as partes deverão comparecer na audiência designada munidos de documentos de identificação válidos, devendo a parte autora estar de posse de seus dados bancários a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial.
Tratando-se de pessoa jurídica, a parte requerida deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto com poderes específicos para transacionar, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia.
A contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) deverão ser apresentadas até o ato da audiência de conciliação, devendo as partes comunicarem eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos.
Ficam as partes advertidas de que os prazos processuais no Juizado Especial contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo e, nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado e, havendo necessidade de assistência por Defensor Público, deverão solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, diretamente à sede da Defensoria Pública.
Fica a parte autora advertida de que na audiência conciliatória deverá se manifestar, em até 10 (dez) minutos, sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados pela parte requerida, ficando ciente que a ausência importará em extinção do processo e condenação em custas processuais.
Fica a parte requerida advertida que o não comparecimento na audiência importará, conforme disposto no artigo 20 da Lei 9.099/95, na decretação de sua revelia, presunção de veracidade dos fatos alegados pela parte autora e no julgamento antecipado da lide.
Cumpridas as determinações acima, encaminhe-se os autos à CEJUSC para realização de audiência.
Cancele-se eventual audiência designada automaticamente pelo sistema PJE.
Cumpra-se servindo a presente como mandado/carta de citação/intimação para seu cumprimento.
terça-feira, 30 de abril de 2019
19 horas e 9 minutos
Márcia Cristina Rodrigues Masioli
O inteiro teor da Inicial pode ser acessado digitando o número do processo no link do Pje http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO 7010823-89.2018.8.22.0002
REQUERENTE: LUMA DE OLIVEIRA LACERDA CPF nº 965.232.472-87, RUA FINLÂNDIA 3276 JARDIM EUROPA - 76871-294 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: NAGEM LEITE AZZI SANTOS OAB nº RO6915, MELANIE GALINDO MARTINHO AZZI OAB nº RO3793, JOAO CAETANO DALAZEN DE LIMA OAB nº RO6508
REQUERIDO: H. V. COMERCIAL LTDA - ME CNPJ nº 11.773.333/0001-70, AVENIDA AMAZONAS 7137, - DE 7017 A 7477 - LADO ÍMPAR CUNIÃ - 76824-451 - PORTO VELHO - RONDÔNIAADVOGADO DO REQUERIDO: NERY ALVARENGA OAB nº RO470, NILTON DANTAS DA SILVA OAB nº RO243

SENTENÇA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE ARIQUEMES
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.
Trata-se de pedido de reparação de danos materiais e morais proposto por LUMA DE OLIVEIRA LACERDA, sob o argumento de que o veículo de propriedade da pessoa jurídica H.V. COMERCIO LTDA ME, conduzido por seu preposto, deu causa a um acidente de trânsito envolvendo o veículo da parte autora, o que haveria lhe causado prejuízos de ordem financeira e de ordem extrapatrimonial.
Consoante narrativa da Inicial, no dia 23 de Março de 2018, a requerente conduzia seu veículo pela rodovia BR 3364, Ariquemes sentido a Porto Velho para participar de módulo do Curso de Pós Graduação na cidade de destino, quando sofreu um acidente automobilístico causado pelo veículo de titularidade da requerida, já que o mesmo teve desprendida a roda estepe, de forma repentina, a qual colidiu frontalmente com o veículo conduzido pela autora, causando-lhe prejuízos financeiros para reparo veicular no valor de R$ 4.055,35 (quatro mil e cinquenta e cinco reais e trinta e cinco centavos), os quais não foram honrados prontamente pela empresa ré.
Não bastasse isso, a parte autora fundamentou pedido de indenização por danos morais no fato de que o veículo de sua propriedade era novo, havia sido retirado um dia antes da concessionária e, o acidente ocasionado pela ré teria danificado o bem consideravelmente. Por fim, assegurou que o abalroamento entre os veículos provocou a ausência da autora em módulo de Pós Graduação programado para ocorrer naquela data em Porto Velho, já que a autora ficou por conta de solucionar todo o trâmite alusivo ao veículo.
De acordo com a defesa, basicamente houve confissão quanto à ocorrência e causa do acidente pelo veículo conduzido por seu empregado/preposto, o que torna este fato incontroverso. No entanto, insurgiu-se quanto ao valor cobrado a título de reparação material e, pugnou pela inocorrência de dano moral no caso em tela, já que a ocorrência do acidente caracterizaria mero dissabor e não ofensa aos atributos da personalidade para ensejar condenação da empresa a este título.
Havendo prova suficiente do ilícito praticado (acidente de trânsito causado pelo veículo da empresa ré), resta saber a quem assiste razão no tocante à condenação pelos prejuízos materiais e morais que a parte autora alega haver suportado.
Como é cediço, o autor, na inicial, alega o fato em que se funda seu pedido, e o réu, por sua vez, na contestação, o fato em que se funda sua defesa (CPC, arts. 319, III e IV e artigo 336).
Essa regra é também repetida quando a legislação processual trata do ônus probatório, o que corrobora a necessidade de produção de provas pelas partes, senão vejamos: “Art. 373. O ônus da prova incumbe: I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito; II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor”.
Sendo assim, os fatos alegados pelas partes, se possíveis e juridicamente relevantes, serão levados em conta pelo juiz ao proferir sentença, uma vez convencido quanto à verdade dos mesmos. Mas como a simples alegação não é suficiente para formar a convicção do juiz, surge a imprescindibilidade da prova da existência do fato e das suas circunstâncias.
O Boletim de Ocorrência lavrado na ocasião do acidente e, as fotos acostadas ao processo, revelam suficientemente que as partes litigantes envolveram-se em um acidente de trânsito ocorrido na BR 364, Km 560, Ariquemes, onde o veículo Corolla XEI conduzido pela autora foi colidido por um objeto móvel desprendido do veículo do réu, Carreta SD Guerra, placa ALJ 4705 que transitava à sua frente, quebrando o para choque e grades frontais do veículo da autora.
A par disso, as testemunhas ouvidas em audiência corroboram perfeitamente a versão trazida pela parte autora de que realmente transitava regularmente em sua mão de direção quando o requerido deu causa ao acidente automobilístico.
Seja como for, as provas são conclusivas no sentido de que a causa determinante do acidente de trânsito foi realmente o desprendimento de objeto móvel do veículo carreta de titularidade do réu, no curso do tráfego em rodovia, abalroando o veículo da autora na parte frontal.
Seja como for, face às provas produzidas (documentos e testemunhas) evidente que a dinâmica dos fatos induz à procedência do pedido da autora.
Nos termos do artigo 927, caput, do Código Civil, “aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo”.
Logo, no caso em exame, incumbe ao requerido arcar com as despesas referentes ao reparo do veículo automotor de propriedade da autora, pois ele deu causa à colisão, fato indiscutível no processo. Quanto ao prejuízo material efetivamente suportado, também restou provado nos autos, já que o valor indicado pela parte autora em sua Inicial é corroborado pelas notas fiscais/recibos/orçamentos que instruem o processo. Nada há para ilidir a presunção de veracidade que decorre dos valores consignados nestes documentos, mesmo porque eles são representativos de gastos alusivos à colisão e, não há como crer que a parte esteja cobrando montante excessivo a este título como pretende supor a defesa, haja vista que as fotos traçam perfeito comparativo entre o “estrago” e o necessário reparo.
Seja como for, procede o dano material no valor de R$ 4.055,35 (quatro mil e cinquenta e cinco reais e trinta e cinco centavos).
Dessa forma, surge inconteste o dever de indenizar a requerente quanto aos prejuízos materiais. Não se discute sobre a culpa da requerida, já que nesse caso se aplica a teoria objetiva da culpa, expressa nos arts. 932, III e 933 do CC.
No tocante ao dano moral, entendo também pela procedência no caso concreto em exame, dada a excepcionalidade da situação havida. Explico.
Via de regra, acidentes de trânsito configuram situações a que todos que convivem em sociedade estão sujeitos, em seu cotidiano. As consequências gravosas oriundas desse tipo de ocorrência devem ser pesadas para aferir quais são em cada caso concreto os prejuízos suportados pela vítima, sejam eles oriundos da necessidade de reparo veicular, assistência médica/hospitalar, aquisição de medicamento, lesões físicas, da perda de tempo para solucionar o problema, da postura adotada pelo causador do dano no sentido de minorar os efeitos oriundos da colisão e etc.
Seja como for, a conclusão inequívoca é a de que acidente de trânsito não implica de forma automática em dano moral para vítima, senão quando demonstrada situação excepcional e extraordinária.
Nesse sentido é o teor da Jurisprudência: “Ser vítima de um acidente de trânsito não significa, de forma automática, habilitar-se ao ressarcimento de eventual dano moral.(...) O dano moral consiste no prejuízo de natureza não patrimonial capaz de afetar o estado anímico da vítima, seja relacionado à honra, seja à paz interior, liberdade, imagem, intimidade, vida ou incolumidade física e psíquica. “A situação vivenciada […] configura mero aborrecimento”, distinguiu a relatora desembargadora Denise Volpato. Nem o fato da vítima ter necessitado se afastar do serviço por sete dias, na ocasião, alterou o raciocínio da relatora. Para ela, isso constitui apenas um incômodo. “O infortúnio não impingiu sofrimento extraordinário ao autor, mas tão somente mero dissabor cotidiano, não merecendo, por esse motivo, qualquer compensação pecuniária a título de danos morais”, finalizou (Apelação Cível n. 2015.028932-7)”.
“Cuida-se de episódios do dia a dia das pessoas, do cotidiano de quem mora numa cidade, indesejáveis, é certo, mas que não afrontam os direitos personalíssimos e fundamentais da pessoa humana, e cabe ao PODER JUDICIÁRIO evitar a banalização,

para outros verdadeira indústria, do chamado dano moral", afirmou o relator. (Ap. Cív. n. 2010.026924-1).
Ocorre que, no caso em tela a autora foi diligente e trouxe testemunhas e documentos aptos a elucidarem a questão de forma satisfatória. Senão vejamos.
Os documentos fazem prova de que a autora ausentou-se ao Módulo de Curso de Pós Graduação no qual encontra-se matriculada e, por conta de sua ausência, o término do Curso foi postergado, já que terá que cumprir a mesma carga horária faltante em momento subsequente, o que certamente enseja reflexos negativos em sua vida profissional.
Não bastasse isso, fez prova de que seu veículo era novo, recém retirado da concessionária e, isso certamente lhe causou chateação e transtornos elevados. Ademais, ficou cabalmente demonstrado que o abalo decorreu ainda do susto/surpresa e risco de vida que tais circunstâncias ocasionaram à autora, em virtude da colisão repentina no âmbito da BR 364. Bastante fixado está o transtorno de ordem emocional, já que a autora teria ficado bastante nervosa e sequer teria condições psíquicas de seguir viagem na condução de seu veículo.
De acordo com o depoimento da testemunha da parte autora, ela presenciou a ocorrência do acidente de trânsito e, viu o momento em que a roda da carreta se soltou e veio girando, atingindo o carro da autora. Dada a situação, parou seu veículo para prestar auxílio à autora, pois viu que ela estava sozinha e aflita na ocasião. Tinham muitas carretas passando no momento e, foi bastante constrangedor para a autora porque os demais motoristas gritavam para ela retirar o veículo da via, porque ela havia parado repentinamente na pista e nenhum deles se compadecia com a situação da autora. A parte da frente do veículo foi bastante danificada, era um Corolla branco sem placa. A autora no momento da colisão estava muito abalada, inclusive ela estava "verde" muito nervosa, sozinha e com muito medo. A autora permaneceu no local por bastante tempo e o motorista do veículo que causou o acidente teria ofertado seguro e que haveria cobertura para ela ficar tranquila em relação a isso. A autora havia comentado que estava indo fazer uma aula de Pós Graduação em Porto Velho e ela estava muito preocupada por faltar neste compromisso em razão do acidente ocorrido.
O motorista, testemunha do réu, dirigia o veículo no dia do acidente e, apenas narrou que é funcionário da empresa ré e realmente houve desprendimento repentino da roda do veículo que ele conduzia, o estepe realmente bateu no veículo da autora. Ela chamou o guincho e em seguida foi pra Porto Velho. O depoente acionou o seu patrão para resolver a situação. O depoente apenas fez a parte do socorro e conversou com a autora para ela ficar calma que tudo seria resolvido. Ela estava bastante abalada na ocasião do acidente. Disse que tinha compromisso em Porto Velho e o veículo dela era novo e não tinha placa.
Neste contexto, com fulcro em tais depoimentos revela-se inconteste o prejuízo de ordem moral ocasionado à autora, o qual merece ser reparado pela via judicial.
Assim, considerando a prova da conduta da requerida, o dano e o nexo de causalidade, conclui-se pela responsabilidade da empresa requerida e dever de indenizar a autora, com fulcro na Teoria Objetiva adotada pelo Código de Defesa do Consumidor.
Como é cediço, nos termos do artigo 944 do Código Civil, "a indenização mede-se pela extensão do dano". Portanto, na fixação do quantum, levo em consideração a conduta lesiva da requerida, a capacidade econômica das partes e a extensão do dano, entendendo razoável a quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).
Posto isto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, com fulcro no artigo 487, I do CPC, para o fim de CONDENAR a requerida H.V. COMERCIO LTDA ME a pagar à requerente LUMA DE OLIVEIRA LACERDA a quantia de R$ 4.055,35 (quatro mil e cinquenta e cinco reais e trinta e cinco centavos) referente aos danos materiais, cujo valor deverá ser corrigido com juros de 1% e correção monetária desde o efetivo desembolso, bem como CONDENO a parte requerida ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). a título de danos morais, extinguindo o processo com resolução do mérito.
Registre-se que, em ação indenizatória por danos morais, o termo inicial para incidência dos juros de mora é a data do evento danoso, em aplicação à Súmula 54 do STJ. Já a correção monetária deve incidir desde a data do julgamento em que a indenização foi arbitrada, de acordo com a súmula 362 do STJ.
Sem custas e sem verbas honorárias.
Publique-se.
Registre-se.
Intime-se a parte requerida, para cumprir a determinação acima em 15 dias pena de multa de 10% como determina o artigo 523 §1º do CPC em vigor.
Após o trânsito em julgado, se nada for requerido pelas partes, arquivem-se os autos.
Ariquemes, data e horário registrados pelo sistema PJE.
Márcia Cristina Rodrigues Masioli Morais
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO 7006335-57.2019.8.22.0002
REQUERENTE: DENYLDO FERREIRA DE SENA CPF nº 325.883.052-53, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO REQUERENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES OAB nº RO301B, SEM ENDEREÇO
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA CNPJ nº 00.394.585/0001-71, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, SEM ENDEREÇO
Recebo a inicial nos termos da Lei 12.153/09.
Considerando os princípios informadores dos Juizados Especiais, notadamente a celeridade e informalidade e considerando, sobretudo, que no caso dos autos, a questão tratada nos autos é meramente de direito, sem necessidade de produção de provas orais, deixo de designar audiência de tentativa de conciliação, instrução e julgamento, posto que tal providência gerará morosidade ao feito sem qualquer benefício prático às partes.
Cite(m)-se e intime(m)-se a(s) parte(s) requerida(s) para que apresente(m) resposta no prazo de 30 dias a contar da citação/intimação, ressaltando-se que nos termos do art. 7º da Lei 12.153/2009 não há prazos diferenciados para a prática de nenhum ato processual para a Fazenda Pública no procedimento instituído por esta Lei.
Caso a Fazenda Pública tenha interesse em realizar a conciliação, determino que junte aos autos, no prazo da contestação, a proposta de acordo que tiver a fim de que seja submetida à parte autora ou seja designada audiência de conciliação para esse fim.
Caso NÃO tenha interesse ou possibilidade de acordo, determino que informe isso nos autos por ocasião de sua contestação a fim de evitar possíveis alegações de cerceamento do direito de a parte se conciliar.
Apresentada a contestação, faça-se conclusão dos autos.
Cumpra-se servindo-se a presente como Mandado/Ofício/Carta Precatória/Notificação para o cumprimento da citação e intimação do(s) requerido(s).
terça-feira, 30 de abril de 2019
19 horas e 9 minutos
Márcia Cristina Rodrigues Masioli

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO
7006305-22.2019.8.22.0002
AUTOR: EDMAR GULART DE OLIVEIRA CPF nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO AUTOR:

REQUERIDO: MARIA VALDENILDA SILVA DE ARAUJO CPF nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO REQUERIDO:
Recebo a inicial
Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 25/06/2019 às 08:00 horas.
Cite-se a parte requerida para tomar ciência da presente e intime-se para comparecer na audiência designada nos autos que se realizará no prédio do CEJUSC localizado na Rua Fortaleza, nº 2178, setor 03 em Ariquemes/RO.
Conforme instruções contidas no Provimento Conjunto nº 01/2017, as partes deverão comparecer na audimeroência designada munidos de documentos de identificação válidos, devendo a parte autora estar de posse de seus dados bancários a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial.
Tratando-se de pessoa jurídica, a parte requerida deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto com poderes específicos para transacionar, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia.
A contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) deverão ser apresentadas até o ato da audiência de conciliação, devendo as partes comunicarem eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos.
Ficam as partes advertidas de que os prazos processuais no Juizado Especial contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo e, nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado e, havendo necessidade de assistência por Defensor Público, deverão solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, diretamente à sede da Defensoria Pública.
Fica a parte autora advertida de que na audiência conciliatória deverá se manifestar, em até 10 (dez) minutos, sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados pela parte requerida, ficando ciente que a ausência importará em extinção do processo e condenação em custas processuais.
Fica a parte requerida advertida que o não comparecimento na audiência importará, conforme disposto no artigo 20 da Lei 9.099/95, na decretação de sua revelia, presunção de veracidade dos fatos alegados pela parte autora e no julgamento antecipado da lide.
Cumpridas as determinações acima, encaminhe-se os autos à CEJUSC para realização de audiência.
Cancele-se eventual audiência designada automaticamente pelo sistema PJE.
Cumpra-se servindo a presente como mandado/carta de citação/intimação para seu cumprimento.
terça-feira, 30 de abril de 2019
19 horas e 9 minutos
Márcia Cristina Rodrigues Masioli
O inteiro teor da Inicial pode ser acessado digitando o número do processo no link do Pje http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO 7007841-05.2018.8.22.0002
REQUERENTE: JOSE MARCIO LONDE RAPOSO CPF nº 573.487.748-49, RUA MARABÁ 3566 JARDIM JORGE TEIXEIRA - 76876-572 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JOSE RICARDO D AVASSI DAMICO OAB nº RO7435, OZEIAS DIAS DE AMORIM OAB nº RO4194
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK 1966, - DE 1560 A 1966 - LADO PAR SETOR 02 - 76873-238 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB nº RO5462
Trata-se de cumprimento de sentença sendo que no curso do processo, houve penhora on line do valor integral devido.
Após a formalização da penhora on line, houve pagamento voluntário do valor mediante depósito judicial por parte da CERON, o que demonstra a sua intenção em quitar seu débito e não apresentar impugnação à penhora on line.
Por outro lado, nos autos há dois valores depositados, sendo um advindo de penhora on line contemplando todo o valor atualizado da dívida, e, outro com o valor original, depositado espontaneamente pela CERON, porém feito o depósito fora do prazo legal, haja vista que a intimação da sentença e para efetuar o pagamento sob pena de aplicação da multa do art. 523, § 1º do CPC ocorreu há VÁRIOS MESES e o pagamento extemporâneo foi realizado recentemente.
Como o exequente já se manifestou nos autos pelo recebimento do valor da dívida atualizado e como a CERON está disposta a quitar seu débito, tanto que efetuou o depósito voluntário, urge seja o crédito imediatamente solvido com a liberação do valor da penhora on line para o exequente, já que contempla todo o valor devido e a devolução do valor depositado judicialmente para o executado, possibilitando assim, a plena satisfação do crédito do exequente e a imediata extinção do feito.
Ante o exposto, com base no art. 904, I do CPC, julgo extinto o processo com resolução do mérito, considerando a satisfação do crédito por meio do pagamento comprovado/informado nos autos feito por meio da penhora on line, determinando a devolução do valor depositado judicialmente para a CERON.
Expeça-se Alvará em favor do(a) credor(a) relativamente ao valor da penhora on line, conforme os dados já descritos nos autos em decisão anterior ao depósito realizado.
Expeça-se Alvará e/ou ofício de transferência do valor depositado judicialmente para a CERON.
Publique-se.
Registre-se.
Após, arquive-se os autos, independentemente do trânsito em julgado e de intimação.
Ariquemes-RO,terça-feira, 30 de abril de 2019.
19 horas e 7 minutos
Márcia Cristina Rodrigues Masioli
Juíza de Direito

7006307-89.2019.8.22.0002
Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: RONDOTINTAS COMERCIO DE TINTAS LTDA CNPJ nº 15.849.938/0001-58, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: THIAGO APARECIDO MENDES ANDRADE OAB nº RO9033
EXECUTADO: JACKSON PEDRO DA SILVA CPF nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Recebo a Inicial.
Trata-se de Execução de Título Extrajudicial cujo rito prevê a realização de audiência de conciliação, nos termos do art. 53, § 1º da Lei 9.099/95.
Ocorre que a audiências de conciliação a que se refere o artigo citado, é realizada perante o Centro de Conciliação (CEJUSC), o qual detém pauta extensa em razão de acumular audiências de conciliações de todas as Varas Cíveis e ainda, deste Juizado Especial. Com isso, a pauta de audiências tem se projetado para 4 ou 5 meses, o que tem comprometido o princípio da celeridade que norteia o sistema dos Juizados Especiais.

Como referida audiência se presta apenas e tão somente a negociar débitos e parcelamentos e isso pode perfeitamente ser feito por escrito, não se vislumbra imprescindibilidade de realização desta audiência.
Ademais, de acordo com os artigos 5º e 6º da Lei 9.099/95, "o Juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, para apreciá-las e para dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica", e "adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum".
Logo, no caso em tela, a realização de audiência de conciliação se mostra prejudicial às partes, à medida em que o processo ficará 4 ou 5 meses paralisado, aguardando apenas a realização de audiência, quando as partes podem, caso tenham interesse, apresentar propostas de pagamento e parcelamento por escrito, resolvendo a lide em tempo infinitamente menor. Diante disso, deixo de designar a audiência de conciliação e determino apenas a realização de atos executórios, com penhora, avaliação e/ou descrição de bens que guarnecem a residência do(a) executado(a) e intimação para tomar conhecimento do presente procedimento e de eventual penhora.
A CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO(A) EXECUTADO(A) deve ser feita no endereço constante na petição inicial em anexo para no prazo de 3 (três) dias pagar a dívida com os juros e encargos ou opor embargos em 15 (quinze) dias, contados esse último de sua intimação, independentemente de penhora, depósito ou caução. Não efetuado o pagamento, munido da segunda via do mandado, o Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, a executada. O(a) executado(a), no mesmo prazo dos embargos, se reconhecer o crédito do(a) exequente, poderá requerer, desde que pago 30% do valor da execução, o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% de ao mês (art. 916 CPC). Se a penhora recair sobre bem imóvel, intime-se o cônjuge do(a) executado(a) para tomar conhecimento, bem como o(a) exequente para providenciar a respectiva averbação no registro imobiliário, mediante a apresentação de certidão de inteiro teor do ato, independentemente de mandado judicial.
Caso não sejam encontrados bens móveis e imóveis livres e desembaraçados, o Oficial deverá proceder a penhora dos bens que guarnecem a residência ou estabelecimento do devedor, desde que não sejam de primeira utilidade. CASO NECESSÁRIO, FICA DESDE JÁ AUTORIZADO EVENTUAL ARROMBAMENTO (O ART. 846 DO CPC) E/OU AUXILIO DE FORÇA POLICIAL (ART. 846, §2º DO CPC) SERVINDO O PRESENTE MANDADO DE OFÍCIO REQUISITÓRIO. No caso do(a) executado(a) não aceitar o encargo de fiel depositário, deverá proceder à penhora e remoção imediata do bem, ficando o(a) exequente como depositário.
Caso a diligência do Oficial de Justiça seja negativa, no sentido de não localizar o devedor para citação e/ou não localizar bens passíveis de penhora, fica determinado ao cartório do Juizado que proceda ao imediato arquivamento do feito, independentemente de nova de deliberação judicial, nos exatos termos do artigo 53 §4º da Lei 9.099/95.16:29
CUMPRA-SE SERVINDO O PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA DE INTIMAÇÃO/CARTA DE CITAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes, data e horário certificados no Sistema PJE.
Márcia Cristina Rodrigues Masioli Morais
Juíza de Direito

7006317-36.2019.8.22.0002
REQUERENTE: RONDO MOTOS LTDA CNPJ nº 84.615.541/0001-14, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO REQUERENTE: JOSE RICARDO D AVASSI DAMICO OAB nº RO7435, OZEIAS DIAS DE AMORIM OAB nº RO4194
REQUERIDOS: ENERGISA S/A CNPJ nº 00.864.214/0001-06, SEM ENDEREÇO, CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, SEM ENDEREÇO
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS:
Recebo a Inicial.
Considerando que a CERON é uma das maiores litigadas deste Juizado Especial Cível e na maioria absoluta dos casos, NÃO tem realizado acordos e considerando que as demandas que envolvem o fornecimento de energia elétrica quase sempre envolvem causas urgentes, deixo de designar audiência específica para conciliação a fim de propiciar o rápido julgamento do feito e resolução da lide.
Considerando os princípios informadores dos Juizados Especiais, notadamente a celeridade e informalidade e considerando, sobretudo, que no caso dos autos, a questão de fato pode ser provada por meio de documentos, também deixo de designar audiência de instrução e julgamento, posto que tal providência irá gerar morosidade ao feito sem qualquer proveito prático, à medida que não há necessidade de provas testemunhais.
Assim, adoto, no caso em tela, o rito simplificado permitido pelo Sistema dos Juizados Especiais Cíveis como forma de prestigiar os princípios informadores da celeridade, economia processual e informalidade.
Cite-se e intime-se a CERON para que apresente resposta no prazo de 30 dias a contar da citação/intimação.
Caso a CERON tenha interesse em realizar a conciliação, determino que junte aos autos, no prazo da contestação, a proposta de acordo que tiver a fim de que seja submetida à parte autora ou seja designada audiência de conciliação para esse fim.
Caso NÃO tenha interesse ou possibilidade de acordo, determino que informe isso nos autos por ocasião de sua contestação a fim de evitar possíveis alegações de cerceamento do direito de a parte se conciliar, pena de seu silêncio ser interpretado como falta de interesse na conciliação.
Caso exista pedido de DANO MORAL no caso em tela, as partes deverão observar se é caso de dano moral presumido e em caso negativo, deverão juntar declaração de suas testemunhas com firma reconhecida em Cartório relativamente ao fato constitutivo do direito que pretendem provar.
Em todo caso, se alguma das partes tiver interesse na produção de provas orais, determino que se manifestem nos autos informando tal interesse no prazo de 15 (quinze) dias, hipótese em que o direito de as partes produzirem provas será devidamente assegurado. Por outro lado, a não manifestação das partes no prazo ora assinalado, será interpretada como desinteresse à produção de provas orais.
Cancele-se eventual audiência designada automaticamente pelo Sistema PJE, retirando-a da pauta.
Cumpra-se servindo-se a presente Decisão como Carta de Citação e Intimação/Mandado/Ofício/Carta Precatória para o cumprimento da citação e intimação da CERON e intimação da parte autora.
Ariquemes, terça-feira, 30 de abril de 2019
Márcia Cristina Rodrigues Masioli

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO 7014505-86.2017.8.22.0002
Indenização por Dano Material, Incorporação Imobiliária, Obrigação de Fazer / Não Fazer
REQUERENTE: BRUNO CESAR ZAGO CPF nº 838.395.002-06, RUA ANDRADINA 4600 CONDOMÍNIO SÃO PAULO - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JUCYARA ZIMMER OAB nº RO5888
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AC ARIQUEMES 1966, AV JK, SETOR 02 SETOR INSTITUCIONAL - 76870-970 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB nº RO5462
Os autos vieram conclusos ante a juntada do comprovante de pagamento pela parte requerida, todavia verifica-se que se

faz necessário a apresentação da guia onde demonstra o número da conta e ID do depósito efetuado, haja vista serem dados imprescindíveis para a devida expedição do alvará em favor da parte autora.
Sendo assim, determino ao cartório que proceda a juntada da guia de depósito judicial emitida pelo Sistema de Depósitos Judiciais - SisDeJud, e após, expeça-se Alvará de levantamento da importância depositada em favor da parte autora.
Ato contínuo, intime-se a parte autora, por seu(a) advogado(a) constituído(a), para acessar o documento via sistema PJE e providenciar a respectiva impressão, devendo ser advertido(a) de que deverá manifestar-se nos autos quanto à concordância com o valor depositado no prazo de 5 (cinco) dias, pena de seu silêncio ser interpretado como concordância tácita e acarretar a extinção do feito por pagamento.
Caso discorde do valor, em igual prazo, deverá apresentar planilha especificando os valores remanescentes e caso já tenha feito isso, determino que o Cartório intime a CERON/ENERGISA para complementar o pagamento da diferença no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de realização de penhora on line relativamente à diferença apontada pela parte autora.
Caso já exista concordância expressa quanto ao valor depositado, expeça-se alvará e faça-se conclusão dos autos para extinção por pagamento.
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes – RO; data e hora certificados pelo sistema.
Márcia Cristina Rodrigues Masioli Morais
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO 7002224-30.2019.8.22.0002
REQUERENTE: DORALINA ROSA DE OLIVEIRA ALMEIDA CPF nº 228.541.001-82, LINHA C-05 KM 06 S/N ZONA RURAL - 76889-000 - CACAULÂNDIA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: CARLOS ERNESTO JOAQUIM SANTOS JUNIOR OAB nº RO9562, SANDRO VALERIO SANTOS OAB nº RO9137
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK 1966, - DE 1560 A 1966 - LADO PAR SETOR 02 - 76873-238 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: MARCIO MELO NOGUEIRA OAB nº RO2827
Trata-se de pedido de obrigação de fazer c/c indenização por danos materiais ajuizados em face de ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA - CERON tencionando o reembolso de valor despendido com a construção de rede elétrica em propriedade rural, bem como a formalização da incorporação da rede supracitada.
Os autos vieram conclusos para julgamento. Todavia, verifica-se que já há cadastro sob o n.º 7002214-83.2019.8.22.0002 no sistema PJE de demanda semelhante à presente a qual inclusive já foi apreciada o mérito.
Pois bem. Uma simples análise dos autos denota-se ser as mesmas partes, mesmo endereço de subestação e mesma quantidade de KVA. Tendo em vista tais circunstâncias, a parte autora deve ser instada a se manifestar quanto à ocorrência de litispendência e, se for o caso de se contrapor à arguição.
De acordo com o art. 337, VI, § 1º, 2º e 3º, ocorre a litispendência quando se reproduz uma ação idêntica à outra que já está em trâmite, com as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido.
Para saber se de fato há identidade entre as ações, converto o julgamento em diligência e determino que o(a) advogado(a) da parte autora seja intimado para no prazo de 10 (dez) dias, informar se houve cadastro em duplicidade da mesma demanda, no sistema PJE, o que induziria à litispendência, ou se o objeto das demandas é distinto, para autorizar o regular trâmite de ambas as ações, pena de reconhecimento de litispendência e extinção do feito sem exame do mérito.
Decorrido o prazo, faça-se a conclusão dos autos.
Intimem-se.
Cumpra-se servindo-se a presente como Mandado/Carta de citação/Ofício/Carta Precatória/Notificação para seu cumprimento.
Ariquemes – RO; data e horário certificados no Sistema PJE.
Márcia Cristina Rodrigues Masioli Morais
Juíza de Direito

7002413-08.2019.8.22.0002
REQUERENTE: MARIA SILVAADVOGADO DO REQUERENTE: MARCOS ROBERTO FACCIN OAB nº RO1453
REQUERIDO: BMG LEASING SA ARRENDAMENTO MERCANTILADVOGADO DO REQUERIDO:
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.
Trata-se de procedimento do Juizado Especial, sendo que antes mesmo da citação da parte requerida a parte autora requereu a extinção do feito por não ter mais interesse em seu prosseguimento.
Conforme disposto no art. 485, X, §5º do Código de Processo Civil, a parte autora poderá desistir da ação até a sentença. O inciso VIII do mesmo artigo dispõe ainda que o consentimento da parte requerida em relação ao pedido de desistência só deve existir em situações onde já houve a apresentação de contestação.
Ante o exposto, e considerando o pedido da parte autora e considerando que no caso em tela não houve a apresentação de contestação porque a parte requerida não foi citada, homologo o pedido de desistência para que surta seus jurídicos e legais efeitos, na forma do art. 485, VIII e X, § 5º do CPC.
P. R.
Após, arquivem-se os autos independente do trânsito em julgado e de intimação.
CUMPRA-SE SERVINDO O PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA PARA SEU CUMPRIMENTO.
Ariquemes, data e horário certificados no Sistema PJE.
Márcia Cristina Rodrigues Masioli Morais
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO 7003158-85.2019.8.22.0002
AUTOR: MARIVALDO SILVA SANTOS CPF nº 003.294.932-48, RUA ELIS REGINA 2903, TEL. 9281-0328 SETOR 08 - 76873-360 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR:
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK 1966, - DE 1560 A 1966 - LADO PAR SETOR 02 - 76873-238 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: MARCIO MELO NOGUEIRA OAB nº RO2827
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.
Inicialmente aprecio a preliminar de ilegitimidade ativa arguida pela requerida.
Preliminarmente, alega a concessionaria requerida que a parte requerente MARIVALDO SILVA SANTOS não seria parte legítima para figurar na demanda, por inexistência de relação contratual com a concessionária de energia elétrica, de modo que somente poderia reclamar por eventual falha na prestação do serviço o consumidor que o efetivamente pactuou, neste caso RAIMUNDA SILVA SANTOS.
Equivoca-se a requerida neste ponto. O Código de Defesa do Consumidor, o qual aplica-se perfeitamente para a solução do

litígio, dispõe que consideram-se consumidores todas as vítimas do evento danoso, conforme artigo 17 do CDC.
De acordo com o STJ, referido dispositivo trata da existência do consumidor "bystander", o qual representa de fato um consumidor por equiparação, ou seja, consumidor indireto, que suporta de alguma forma as consequências advindas de uma relação de consumo.
No caso em tela, há indícios suficientes de que Marivaldo Silva Santos figura na qualidade de consumidor por equiparação e, portanto, possui legitimidade para reclamar eventual falha na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica disponibilizado pela empresa ré. Sendo assim, afasto a preliminar arguida e adentro ao mérito da lide.
No mérito, trata-se de ação declaratória de inexistência de débito proposta por MARIVALDO SILVA SANTOS em face de ENERGISA/ CERON - CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A objetivando a isenção do pagamento de diferença de consumo apurada em sua unidade consumidora. Bem assim, há pedido para proibição da requerida de suspender o serviço de energia elétrica e abstenção de negativação relativamente ao débito reclamado nos autos.
Segundo consta na inicial, a parte autora foi surpreendida com o recebimento de fatura de energia elétrica cobrando recuperação de consumo da unidade consumidora de código único n.º 0177736-0 no valor de R$ 1.771,44 (mil setecentos e setenta e um reais e quarenta e quatro centavos), sob o fundamento de que o medidor de titularidade da parte autora apresentava irregularidades na medição referente à diferença não faturada pelo período de 04/2017 a 11/2017.
Para amparar o pedido, juntou documento de identificação, notificação, fatura, dentre outros.
Logo, o mérito destes autos reside em saber se essa fraude existiu mesmo e se ela foi feita pela requerente, e de igual modo reside em saber se essa cobrança retroativa é ou não legal.
De acordo com a Contestação juntada pela CERON S/A, a requerida aduziu que foi constatada irregularidade no medidor utilizado pela parte autora, sendo que durante o período em que persistiu o erro na medição, a parte pagou valores inferiores ao seu efetivo consumo.
Portanto, confessou a imputação de débitos retroativos, no entanto, consignou que a imputação da diferença de faturamento decorreu de regular processo administrativo, mediante inspeção da unidade consumidora, tudo em consonância com o disposto na Resolução da ANEEL 414/2010. Ainda segundo a requerida, existe legislação vigente que disciplina a legitimidade de a concessionária proceder à recuperação de receita quando verificada a ocorrência de fraude.
Em que pese a relevância de tais argumentos pela defesa, resta bastante conclusivo que a CERON praticou ilícito ao imputar ao consumidor a cobrança de valores retroativos a título de diferença de faturamento decorrente de suposta fraude no medidor, porquanto o processo administrativo foi embasado em perícia unilateral, tal como operou-se em outros inúmeros processos que tramitam neste Juizado em face da concessionária, pelo mesmo fundamento do presente.
A cobrança da diferença verificada na medição de energia é ilegítima, pois a requerida sequer informou à parte autora os meios utilizados por ela para apuração da suposta intervenção humana. O fato de ter encaminhado notificação para a consumidora informando sobre a irregularidade apontada não descaracteriza a unilateralidade da perícia.
A análise do medidor feita pela empresa ré não serve de prova. A requerida não provou nos autos que o medidor foi fraudado pela parte autora/consumidora, sendo portando inválido o débito arbitrado por estimativa pela requerida, devendo o mesmo ser cancelado.
A irregularidade do procedimento de perícia e a posterior imposição de cobrança constituem falhas na prestação dos serviços sendo que o artigo 20 do Código de Defesa do Consumidor prevê a responsabilidade do fornecedor face os vícios de qualidade na prestação de seus serviços e, o § 2º prescreve que "são impróprios os serviços que se mostrem inadequados para os fins que razoavelmente deles se esperam, bem como aqueles que não atendam as normas regulamentares de prestabilidade".
O Art. 51, IV do Código de Defesa do Consumidor, dispõe ainda serem "nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade".
Portanto, a concessionária deve fazer a medição correta do consumo, cobrando do consumidor estritamente os serviços que lhe foram prestados, na exata medida de seu CONSUMO REAL.
Registre-se que não há nos autos NENHUMA PROVA de que foi a própria parte autora que realizou essa fraude ou dela se beneficiou. Logo, ela não pode ser penalizada com nenhuma multa ou "diferença de consumo".
Portanto, sem provas e sem presunção de que essa suposta fraude foi realizada pela parte autora não há como impor especificamente à consumidora o dever de pagar esta diferença de consumo. No direito consumerista, vigora a inversão do ônus da prova. Logo, cabia à CERON provar que a requerente praticou a fraude e como a CERON não fez isso, conclui-se que ela não cometeu nenhuma irregularidade.
Nos termos do art. 77 da Resolução nº 414/2010 da ANEEL, a CERON tem a responsabilidade de realizar a "verificação periódica dos equipamentos de medição". Certamente que, no caso em tela, se a CERON o tivesse feito em tempo hábil constataria eventual irregularidade e, saberia precisar o responsável com exatidão.
Sendo assim, não há razão plausível para atribuir o aumento de valores à conduta da parte autora, uma vez que não há nos autos nenhuma prova nesse sentido. Considerando que competia à CERON provar esta situação e, não o fez, presume-se a boa fé da parte autora/consumidora, a qual ingressou judicialmente para pagar pelo que efetivamente consumiu.
A jurisprudência tem manifestado entendimento de que a concessionária de energia elétrica não pode realizar cobranças de valores excessivos com base em perícias unilaterais realizadas sem as formalidades legais. Vejamos:
PROCESSO CIVIL. DECLARATÓRIA. INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA. ENERGIA ELÉTRICA. MEDIDOR. PERÍCIA UNILATERAL. COBRANÇA INDEVIDA. É inexigível a dívida fundada em perícia unilateral realizada pela fornecedora, pois não é prova hábil a embasar cobrança de débitos. Para que o débito apurado seja considerado válido e exigível, quando alegado irregularidade no aparelho medidor de consumo, é necessário obediência aos procedimentos previstos na Resolução n. 456/00 da ANEEL, bem como aos princípios do contraditório e ampla defesa. A jurisprudência do STJ já pacificou o entendimento de que a inscrição indevida do nome do consumidor nos cadastros negativos de proteção ao crédito torna in re ipsa o dano moral, sendo desnecessária a prova de prejuízo à honra ou à reputação. Apelação, Processo nº 0013231-80.2015.822.0002, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Rowilson Teixeira, Data de julgamento: 24/10/2018.
APELAÇÃO CÍVEL. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. APLICAÇÃO DO CDC. REVISÃO DE CONSUMO. FRAUDE NO MEDIDOR DE ENERGIA NÃO COMPROVADA. Tratando-se de relação consumerista, aplica-se o microssistema do Código de Defesa do Consumidor, em especial, o princípio da facilitação do consumidor em juízo, invertendo-se o ônus da prova se presentes os requisitos. A cobrança de débito apurado em revisão de consumo realizada com base em irregularidade do medidor de energia elétrica é indevida, se não restou comprovada a existência de deficiência do equipamento ou que esta seja atribuível ao consumidor, haja vista que a verificação periódica dos equipamentos de medição energia elétrica é de responsabilidade da concessionária do serviço.(Acórdão n.646410, 20100110700858APC, Relator: CARMELITA BRASIL, Revisor: WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR, 2ª Turma Cível, Data de

Julgamento: 16/01/2013, Publicado no DJE: 18/01/2013. Pág.: 343).
AÇÃO ORDINÁRIA. DECLARAÇÃO DE NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO. CERON. COBRANÇA DE DÉBITO. FRAUDE. LAUDO PERICIAL UNILATERAL. RECURSO NÃO PROVIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. Comprovada a fraude no medidor de energia elétrica por meio de perícia unilateral, há de se declarar nulo o ato administrativo da concessionária do serviço público que apurou suposta fraude no medidor de energia e cobrou valores referentes a consumo a maior. (TJRO, 1ª Câmara Cível, Apelação n. 0022942-13.2009.8.22.0005, Origem: 00229421320098220005 Ji-Paraná/RO (1ª Vara Cível, Reg. Púb. e Correg. dos Cart. Extra). ENERGIA ELÉTRICA. FRAUDE NO MEDIDOR. CONSTATAÇÃO. LAUDO PERICIAL. UNILATERALIDADE DA PROVA. DÉBITO. INEXISTÊNCIA. NEGATIVAÇÃO EM ÓRGÃO RESTRITIVO DE CRÉDITO. PROVA. DANO MORAL. PROCEDÊNCIA. VALOR. FIXAÇÃO. CRITÉRIOS. Constatada suposta fraude em medidor de energia por laudo pericial produzido unilateralmente pela concessionária, por meio de empresa terceirizada situada em outro estado da federação, deve ser declarado inexistente o débito daí decorrente. Havendo prova da ocorrência da restrição de crédito indicada na petição inicial, o pleito de indenização por dano moral deve ser julgado procedente. O arbitramento da indenização decorrente de dano moral deve ser feito caso a caso, com bom senso, moderação e razoabilidade, atentando-se à proporcionalidade com relação ao grau de culpa, extensão e repercussão dos danos, à capacidade econômica, características individuais e o conceito social das partes. Apelação, Processo nº 0007374-53.2015.822.0002, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, Data de julgamento: 02/08/2018.

Portanto, é acertada a desconstituição da dívida inicialmente lançada, fazendo jus à declaração de inexistência do débito gerado a título de diferença de consumo, já que sem provas de que a própria parte autora/consumidora fraudou o medidor, ela não pode ser penalizada com a cobrança de tais valores.
De igual modo, afigura-se como medida justa a proibição de a concessionária interromper a prestação do serviço de energia elétrica no imóvel, bem como a proibição de negativar o nome da parte autora por conta do débito reclamado nestes autos, haja vista que o valor afigura-se exorbitante e indevido.
Posto isto, com fulcro no art. 487, I do CPC, julgo PROCEDENTE o pedido para o fim de declarar inexistente o débito de R$ 1.771,44 (mil setecentos e setenta e um reais e quarenta e quatro centavos), referente à diferença de consumo apurada na unidade consumidora de Código Único n.º 0177736-0, correspondente ao período de ABRIL a NOVEMBRO de 2017, isentando-a do pagamento, extinguindo o processo com julgamento do mérito com base no art. 487, I do Código de Processo Civil.

Por fim, determino que a requerida CERON abstenha de interromper ou suspender o fornecimento de energia elétrica no imóvel da parte autora, bem como de incluir o nome da parte autora junto aos órgãos restritivos de crédito referente ao débito descrito nos autos, SALVO se houver atraso no pagamento de faturas diversas da reclamada na Inicial, sob pena de multa diária de R$ 100,00 (cem reais), até o limite de 20 salários mínimos.
Sem custas e sem verbas honorárias.
Publique-se.
Registre-se.
Intime-se a parte requerida, para cumprir a determinação acima em 15 dias pena de multa de 10% como determina o artigo 523 §1º do CPC em vigor.
Após o trânsito em julgado, se nada for requerido pelas partes, arquivem-se os autos.
Ariquemes – RO; data e horário registrados no sistema PJE.
Márcia Cristina Rodrigues Masioli Morais
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO
7006282-76.2019.8.22.0002
EXEQUENTE: RONDOTINTAS COMERCIO DE TINTAS LTDA CNPJ nº 15.849.938/0001-58, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: THIAGO APARECIDO MENDES ANDRADE OAB nº RO9033, SEM ENDEREÇO
EXECUTADO: GEOVANE FELIX DA SILVA CPF nº 011.339.522-16, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Trata-se de Ação de Execução de Título extrajudicial.
Ocorre que dentre o título juntado (cheque) não preenche os requisitos legalmente exigidos.
Desta feita, intime-se o advogado da exequente para apresentar emenda à Inicial, para fim de adequar à ação correta, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento.
Decorrido o prazo, faça-se a conclusão dos autos.
Cumpra-se servindo-se a presente como Mandado/Ofício/Carta Precatória/Notificação para seu cumprimento.
terça-feira, 30 de abril de 2019
19 horas e 9 minutos
Márcia Cristina Rodrigues Masioli

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO 7008032-50.2018.8.22.0002
DIREITO DO CONSUMIDOR, Indenização por Dano Moral, Práticas Abusivas, Vendas casadas
Procedimento do Juizado Especial CívelREQUERENTE: DENOIR MACHADO DE LIMA CPF nº 419.086.432-34, RUA MATO GROSSO 3284, - DE 3255/3256 A 3394/3395 SETOR 05 - 76870-642 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: THIAGO GONCALVES DOS SANTOS OAB nº RO5471
REQUERIDO: SOCIEDADE CAXIENSE DE MUTUO SOCORRO CNPJ nº 88.663.828/0001-70, RUA GARIBALDI 803, SALA 102 EXPOSIÇÃO - 95080-190 - CAXIAS DO SUL - RIO GRANDE DO SUL

Tratam-se de Embargos de Declaração pretendendo sanar suposta omissão e contradição na sentença proferida nos autos.

De acordo com a Lei 9.099/95, art. 48 (nova redação), “caberão embargos de declaração contra sentença ou acórdão nos casos previstos no Código de Processo Civil”. (Redação dada pela Lei nº 13.105, de 2015).
Além disso, dispõe o art. 1.022 “cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material
Ocorre que não há nenhuma omissão ou contradição na sentença, afinal todas as provas e teses sustentadas pelas partes foram devidamente consideradas e analisadas, não restando nenhuma questão omissa, contraditória ou obscura.
Na verdade, o que o embargante está questionando por via de embargos é o próprio MÉRITO da decisão, de modo que não há como considerar nenhuma das suas alegações, afinal, a este juízo é vedado o reexame do mérito de seu próprio julgado.
Todos os documentos juntados pelas partes foram analisados, sendo certo que diversamente ao alegado pelo embargante, a sentença foi devidamente fundamentada.
Desse modo, seja como for, a matéria alegada pela parte requerida invade o mérito e deve ser apreciada por meio de Recurso Inominado.

Portanto, afasto as alegações de omissão na sentença proferida nos autos e reputo protelatórios os Embargos pois a simples análise da sentença e dos Embargos demonstra que a sentença não possui os vícios ora reclamados e que o recorrente pretende na verdade modificar o mérito da decisão, fazendo adequar a decisão à sua própria vontade.
No entanto, de acordo com o art. 535 do CPC e o entendimento do STJ, os embargos prestam-se a esclarecer, se existentes, dúvidas, omissões ou contradições no julgado e não para que se adeque a decisão ao entendimento do embargante (STJ, 1ª Turma, EdclAgRgREsp 10270-DF, rel. Min. Pedro Acioli, j. 28.8.1991, DJU 23.9.1991, p. 13067). Ademais, "não se admite Edcl para reexame de ponto sobre o qual já houve pronunciamento no acórdão embargado" (STJ, 3ª Séc., EdclMS 301803-DF, rel. Min. Adhemar Maciel, v. u., j. 2.12.1993, DJU 21.2.1994, p. 2090).
Assim, julgo IMPROCEDENTES os embargos de declaração vez que a sentença proferida nos autos não apresenta omissões, dúvidas ou contradições.
Publique-se.
Registre-se.
Intimem-se, em observância ao disposto no art. 50 da Lei 9.099/95 (Redação dada pela Lei nº 13.105, de 2015) "os embargos de declaração INTERROMPEM o prazo para a interposição de recurso".
Transitada em julgado a sentença, se nada foi requerido, arquive-se o processo.
CUMPRA-SE SERVINDO O PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes-RO, data e horário certificados no Sistema PJE.
Márcia Cristina Rodrigues Masioli Morais
Juíza de Direito

7006322-58.2019.8.22.0002
Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: JOAO GLAUBER DA SILVA ARGOLO CPF nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: THIAGO APARECIDO MENDES ANDRADE OAB nº RO9033
EXECUTADO: ROSILDA DANIEL RIBEIRO CPF nº 457.364.212-91, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Recebo a Inicial.
Trata-se de Execução de Título Extrajudicial cujo rito prevê a realização de audiência de conciliação, nos termos do art. 53, § 1º da Lei 9.099/95.
Ocorre que a audiências de conciliação a que se refere o artigo citado, é realizada perante o Centro de Conciliação (CEJUSC), o qual detém pauta extensa em razão de acumular audiências de conciliações de todas as Varas Cíveis e ainda, deste Juizado Especial. Com isso, a pauta de audiências tem se projetado para 4 ou 5 meses, o que tem comprometido o princípio da celeridade que norteia o sistema dos Juizados Especiais.
Como referida audiência se presta apenas e tão somente a negociar débitos e parcelamentos e isso pode perfeitamente ser feito por escrito, não se vislumbra imprescindibilidade de realização desta audiência.
Ademais, de acordo com os artigos 5º e 6º da Lei 9.099/95, "o Juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, para apreciá-las e para dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica", e "adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum".
Logo, no caso em tela, a realização de audiência de conciliação se mostra prejudicial às partes, à medida em que o processo ficará 4 ou 5 meses paralisado, aguardando apenas a realização de audiência, quando as partes podem, caso tenham interesse, apresentar propostas de pagamento e parcelamento por escrito, resolvendo a lide em tempo infinitamente menor. Diante disso, deixo de designar a audiência de conciliação e determino apenas a realização de atos executórios, com penhora, avaliação e/ou descrição de bens que guarnecem a residência do(a) executado(a) e intimação para tomar conhecimento do presente procedimento e de eventual penhora.
A CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO(A) EXECUTADO(A) deve ser feita no endereço constante na petição inicial em anexo para no prazo de 3 (três) dias pagar a dívida com os juros e encargos ou opor embargos em 15 (quinze) dias, contados esse último de sua intimação, independentemente de penhora, depósito ou caução. Não efetuado o pagamento, munido da segunda via do mandado, o Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, a executada. O(a) executado(a), no mesmo prazo dos embargos, se reconhecer o crédito do(a) exequente, poderá requerer, desde que pago 30% do valor da execução, o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% de ao mês (art. 916 CPC). Se a penhora recair sobre bem imóvel, intime-se o cônjuge do(a) executado(a) para tomar conhecimento, bem como o(a) exequente para providenciar a respectiva averbação no registro imobiliário, mediante a apresentação de certidão de inteiro teor do ato, independentemente de mandado judicial.
Caso não sejam encontrados bens móveis e imóveis livres e desembaraçados, o Oficial deverá proceder a penhora dos bens que guarnecem a residência ou estabelecimento do devedor, desde que não sejam de primeira utilidade. CASO NECESSÁRIO, FICA DESDE JÁ AUTORIZADO EVENTUAL ARROMBAMENTO (O ART. 846 DO CPC) E/OU AUXILIO DE FORÇA POLICIAL (ART. 846, §2º DO CPC) SERVINDO O PRESENTE MANDADO DE OFÍCIO REQUISITÓRIO. No caso do(a) executado(a) não aceitar o encargo de fiel depositário, deverá proceder à penhora e remoção imediata do bem, ficando o(a) exequente como depositário.
Caso a diligência do Oficial de Justiça seja negativa, no sentido de não localizar o devedor para citação e/ou não localizar bens passíveis de penhora, fica determinado ao cartório do Juizado que proceda ao imediato arquivamento do feito, independentemente de nova de deliberação judicial, nos exatos termos do artigo 53 §4º da Lei 9.099/95.16:29
CUMPRA-SE SERVINDO O PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA DE INTIMAÇÃO/CARTA DE CITAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes, data e horário certificados no Sistema PJE.
Márcia Cristina Rodrigues Masioli Morais
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO 7005252-40.2018.8.22.0002
Indenização por Dano Material
REQUERENTE: N. MEZZOMO E CIA LTDA CNPJ nº 04.798.005/0001-62, AVENIDA JARÚ 1399, - ATÉ 1617 - LADO ÍMPAR ÁREA INDUSTRIAL - 76870-839 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ALESSANDRO DE JESUS PERASSI PERES OAB nº RO2383
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK 1966, - DE 1560 A 1966 - LADO PAR SETOR 02 - 76873-238 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB nº RO5462, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL OAB nº RO8217
Após o retorno dos autos da Turma Recursal a autora protocolou pedido de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.
Intimada para demonstrar o cumprimento da obrigação a parte requerida juntou comprovante de pagamento na quantia de R$ 26.530,26 (vinte e seis mil quinhentos e trinta reais e vinte e seis

centavos). Todavia, faz-se necessário a apresentação do boleto/guia onde demonstra o número da conta e ID do depósito efetuado, a fim de que possibilite a devida expedição do alvará em favor da parte autora.
Dessa forma, intime-se a parte requerida para que proceda a juntada do documento no prazo de 05 (cinco) dias.
Com a juntada do documento supramencionado, expeça-se Alvará de levantamento da importância depositada em favor da parte autora.
Ato contínuo, intime-se a parte autora, por seu(a) advogado(a) constituído(a), para acessar o documento via sistema PJE e providenciar a respectiva impressão, devendo ser advertido(a) de que deverá manifestar-se nos autos quanto ao recebimento do valor no prazo de 5 (cinco) dias com indicação de eventual saldo remanescente e CNPJ da requerida válido, sob pena de presunção de satisfação e extinção por pagamento.
Caso já exista manifestação nos autos relativamente a eventual crédito remanescente, INTIME-SE a parte requerida para efetuar o pagamento no prazo de 10 (dez) dias pena de penhora on line.
Caso já exista concordância expressa quanto ao valor depositado, expeça-se alvará e faça-se conclusão dos autos para extinção por pagamento.
Cumpra-se servindo-se a presente como Mandado/Ofício/Carta Precatória/Notificação para seu cumprimento.
Ariquemes – RO, data e horário certificados no Sistema PJE.
Márcia Cristina Rodrigues Masioli Morais
Juíza de Direito

7006286-16.2019.8.22.0002
AUTOR: PEROLA FERREIRA DA COSTA CPF nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
RÉU: ESTADO DE RONDÔNIA CNPJ nº 00.394.585/0001-71, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Recebo a inicial nos termos da Lei 12.153/09.
Trata-se de ação interposta por PÉROLA FERREIRA DA COSTA em face do ESTADO DE RONDÔNIA tencionando implementar o direito à SAÚDE, consistente no fornecimento de exame e consulta médica de que necessita.
De acordo com a inicial, a parte autora com 09 (nove) anos de idade, possui possível diagnóstico de sopro no coração (CID 10: R01). Contudo, para definição exata do diagnóstico e início do tratamento em favor da parte requerente, foi solicitado a realização do exame de ecocardiografia transtorácica, em caráter de emergência, e, posteriormente, consulta em cardiologia, conforme tela sistêmica SISREG III da central de regulação de Ariquemes. Razão pela qual pleiteou a condenação do(s) ente(s) estatal na obrigação de custear/implementar/realizar o exame necessário para a manutenção de sua saúde.
Para amparar o pedido juntou documento de identidade, laudos médicos, declaração de hipossuficiência, dentre outros.
O artigo 300 do Código de Processo Civil prevê que "a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo".
No caso em tela, os documentos juntados à inicial comprovam a necessidade do procedimento cirúrgico pleiteado, demonstram a probabilidade do direito e a verossimilhança das alegações da parte autora, demonstrando estarem presentes os requisitos ensejadores da concessão da antecipação da tutela de urgência, afinal, nos autos há documentos que indicam que a parte autora corre sério risco de agravamento de seu quadro clínico caso não realize o exame descrito na inicial, para que possa ter exatidão no diagnostico da enfermidade que o acomete e posterior tratamento adequado.
Além disso, verifica-se a presença do periculum in mora, pois reconhecidamente a demora na concessão da medida poderá causar danos irreparáveis à saúde e vida da parte autora, urgindo seja deferida a antecipação para assegurar o direito à saúde e a dignidade da parte autora.
O direito à saúde encontra-se no rol dos direitos fundamentais do cidadão, inerentes à própria existência humana, cuja relevância levou o legislador a lhe atribuir status constitucional. Exatamente por isso, o direito à saúde deve ser assegurado com prioridade e eficácia, a fim de preservar a vida e a saúde do beneficiário.
Os tribunais de todo o país já se manifestaram sobre o assunto, concedendo a antecipação dos efeitos da tutela em situações análogas a da inicial. Vejamos:
AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. CIRURGIA ORTOPÉDICA. VIABILIDADE DE CONCESSÃO DE TUTELA ANTECIPADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. Existem situações em que os requisitos legais para antecipação de tutela são tão presentes, que o fumus boni juris e o periculum in mora, e até o interesse público, não só recomenda como impõe a concessão de liminar para cumprimento pelo poder público, mesmo sem a sua manifestação prévia (grifado). Assim ocorre quando há preponderância de princípios constitucionais, no caso presente, o direito à saúde. PERÍCIA... (TJ-RS - AI: 70042316919 RS, Relator: Jorge Luís Dall'Agnol, Data de Julgamento: 20/04/2011, Sétima Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 03/05/2011).
ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. SÚMULA 284/STF. POSSIBILIDADE DA TUTELA ANTECIPADA CONTRA FAZENDA PÚBLICA. DIREITO À SAÚDE E À VIDA. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DA MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. 1. A alegação genérica de violação do artigo 535 do CPC, atrai a aplicação do disposto na Súmula 284/STF. Ademais, ainda que pudesse ser afastado este óbice, o acórdão recorrido solucionou a controvérsia de forma fundamentada e suficiente, dando adequada prestação jurisdicional. 2. O Tribunal de origem, a quem compete amplo juízo de cognição da lide, com amparo nos elementos de convicção dos autos, manteve a decisão que concedeu a tutela antecipada. A jurisprudência desta Corte é no sentido de que, para avaliar os critérios adotados pela instância ordinária na concessão da antecipação dos efeitos da tutela, é necessário o reexame dos elementos probatórios, vedado pela Súmula 7/STJ. 3. É possível a concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública para obrigá-la a custear cirurgia cardíaca a cidadão que não consegue ter acesso, com dignidade, a tratamento que lhe assegure o direito à vida, podendo ser fixada multa cominatória para tal fim, ou até mesmo determinar o bloqueio de verbas públicas. O direito fundamental, nestes casos, prevalece sobre as restrições financeiras e patrimoniais contra a Fazenda Pública. Precedentes. Agravo regimental improvido (grifado) (STJ - AgRg no AREsp: 420158 PI 2013/0353259-3, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 26/11/2013, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 09/12/2013).
Ante o exposto, ante a presença dos requisitos legais, CONCEDO a antecipação da tutela para o fim de DETERMINAR que o requerido ESTADO DE RONDÔNIA arque, direta ou indiretamente, com todas as despesas para realização de EXAME DE ECOCARDIOGRAFIA TRANSTORÁCICA e, posteriormente, CONSULTA EM CARDIOLOGIA, procedimentos imprescindíveis para a manutenção da saúde da parte requerente, conforme documentos médicos juntados com a inicial.
Caso o requerido não disponha de meios para realização do exame e consulta médica, determino que custeie todo o tratamento da parte autora fora do Estado de Rondônia, incluindo ainda despesas com transporte, hospedagem, alimentação e acompanhante.
Fixo o prazo de 10 (dez) dias para cumprimento, sob pena de IMEDIATO SEQUESTRO do valor correspondente ao tratamento médico em favor da parte autora, sem prejuízo de outras penalidades/determinações.

No caso em tela, o pagamento de caução fica dispensado, conforme § 1º do artigo 300 do Código de Processo Civil, ante a hipossuficiência da parte autora.
Para o fiel cumprimento dessa decisão, DETERMINO a intimação do requerido e do respectivo SECRETÁRIOS DE SAÚDE, os quais deverão ser notificados por telefone, e-mail ou qualquer outro meio rápido e eficiente, a fim de que tomem conhecimento do presente procedimento e a partir da notificação, implementem medidas eficazes para o pronto atendimento dessa determinação.
Considerando os princípios informadores dos Juizados Especiais, notadamente a celeridade e informalidade e considerando, sobretudo, que no caso dos autos, a questão de fato se prova por meio de documentos e a Fazenda Pública Municipal e Estadual NÃO faz acordo em casos de saúde (concessão de medicamentos, cirurgia ou leito de UTI), deixo de designar audiência de tentativa de conciliação, instrução e julgamento, posto que tal providência irá gerar morosidade ao feito sem qualquer proveito prático, à medida que não há necessidade de provas testemunhais.
Cite-se e intimem-se a(s) parte(s) requerida(s) para que apresentem resposta no prazo de 30 dias a contar da citação/intimação, ressaltando-se que nos termos do art. 7º da Lei 12.153/2009 não há prazos diferenciados para a prática de nenhum ato processual para a Fazenda Pública no procedimento instituído por esta Lei.
Caso a Fazenda Pública tenha interesse em realizar a conciliação, determino que junte aos autos, no prazo da contestação, a proposta de acordo que tiver a fim de que seja submetida à parte autora ou seja designada audiência de conciliação para esse fim.
Caso NÃO tenha interesse ou possibilidade de acordo, determino que informe isso nos autos por ocasião de sua contestação a fim de evitar possíveis alegações de cerceamento do direito de a parte se conciliar.
Apresentada a contestação, dê-se vistas à parte autora para apresentar impugnação no prazo de 10 (dez) dias e após, faça-se conclusão dos autos para sentença.
Cancele-se eventual audiência designada nos autos.
Cumpra-se servindo-se a presente Decisão como Mandado/Ofício/Carta Precatória/Notificação para o cumprimento da antecipação da tutela e citação e intimação do(s) requeridos e notificação do(s) Secretário(s) de Saúde.
Ariquemes/RO, data e horário registrados no PJE.
Márcia Cristina Rodrigues Masioli Morais
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO REQUERENTE: JESSE BICUDO DE OLIVEIRA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JOSE PEDRO TEIXEIRA RODRIGUES OAB nº RO8798, ALESTER DE LIMA COCA OAB nº RO7743
REQUERIDO: C. E. D. R. D. R. S.
ADVOGADO DO REQUERIDO: VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL OAB nº RO8217
Consta nos autos que após a parte autora apresentar CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, a CERON/ENERGISA apresentou impugnação nos autos arguindo excesso de execução e apresentando os cálculos que entende devidos.
Desta feita, recebo a impugnação ao cumprimento de sentença.
Concedo o efeito suspensivo ante o risco de dano irreparável à parte requerida, a fim de que não ocorra bloqueio on line enquanto não for definido o valor devido.
Intime-se o(a) impugnado(a) para se manifestar nos autos no prazo de 5 (cinco) dias sobre as situações alegadas e cálculos apresentados
Após, faça-se conclusão dos autos para decisão.
Ariquemes-RO; data e horário certificado no sistema PJE.
Márcia Cristina Rodrigues Masioli Morais
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO 7006288-83.2019.8.22.0002
AUTOR: GENOLIVIA CELESTINA DA SILVA PEDRO
ADVOGADO DO AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
RÉU: ESTADO DE RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Recebo a inicial nos termos da Lei 12.153/09.
Trata-se de ação interposta por GENOLIVIA CELESTINA DA SILVA em face do ESTADO DE RONDÔNIA tencionando implementar o direito à SAÚDE, consistente no fornecimento de procedimento cirúrgico de que necessita.
De acordo com a inicial, a parte requerente, pessoa idosa atualmente com 75 (setenta e cinco) anos de idade, é portadora de hipertensão arterial (LIAS), diabetes mellitus (DM), apresenta disfunção do ventrículo esquerdo (VE), tendo sido solicitado, COM URGÊNCIA, pelo médico do SUS o PROCEDIMENTO DE CATETERISMO CARDÍACO ESQUERDO desde 13/02/2019, conforme laudos médicos que instrui a exordial.
Ainda de acordo com os documentos médicos a requerente pode ser portadora de doença aterosclerática coronária, e, em caso positivo, a paciente pode ser acometida por IAM e/ou morte súbita. Razão pela qual pleiteou a condenação do ente estatal na obrigação de custear/implementar/realizar esse procedimento cirúrgico de alta complexidade.
Para amparar o pedido juntou documento de identidade, laudos e relatórios médicos, declaração de hipossuficiência, orçamento, dentre outros.
O artigo 300 do Código de Processo Civil prevê que “a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”.
No caso em tela, os documentos juntados à inicial comprovam a necessidade do procedimento cirúrgico pleiteado, demonstram a probabilidade do direito e a verossimilhança das alegações da parte autora, demonstrando estarem presentes os requisitos ensejadores da concessão da antecipação da tutela de urgência, afinal, nos autos há documentos que indicam que a parte autora corre sério risco de piora de seu quadro clínico, podendo ser acometida por IAM e/ou morte súbita caso não realize o procedimento cirúrgico descrito na inicial.
Além disso, verifica-se a presença do periculum in mora, pois reconhecidamente a demora na concessão da medida poderá causar danos irreparáveis à saúde e vida da parte autora, urgindo seja deferida a antecipação para assegurar o direito à saúde e a dignidade da parte autora.
O direito à saúde encontra-se no rol dos direitos fundamentais do cidadão, inerentes à própria existência humana, cuja relevância levou o legislador a lhe atribuir status constitucional. Exatamente por isso, o direito à saúde deve ser assegurado com prioridade e eficácia, a fim de preservar a vida e a saúde do beneficiário.
Os tribunais de todo o país já se manifestaram sobre o assunto, concedendo a antecipação dos efeitos da tutela em situações análogas a da inicial. Vejamos:
AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. CIRURGIA ORTOPÉDICA. VIABILIDADE DE CONCESSÃO DE TUTELA ANTECIPADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. Existem situações em que os requisitos legais para antecipação de tutela são tão presentes, que o fumus boni juris e o periculum in mora, e até o interesse público, não só recomenda como impõe a concessão de liminar para cumprimento pelo poder público, mesmo sem a sua manifestação prévia (grifado). Assim ocorre quando há preponderância de princípios constitucionais, no caso presente, o direito à saúde. PERÍCIA... (TJ-RS - AI: 70042316919 RS, Relator: Jorge Luís

Dall'Agnol, Data de Julgamento: 20/04/2011, Sétima Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 03/05/2011).
ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. SÚMULA 284/STF. POSSIBILIDADE DA TUTELA ANTECIPADA CONTRA FAZENDA PÚBLICA. DIREITO À SAÚDE E À VIDA. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DA MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. 1. A alegação genérica de violação do artigo 535 do CPC, atrai a aplicação do disposto na Súmula 284/STF. Ademais, ainda que pudesse ser afastado este óbice, o acórdão recorrido solucionou a controvérsia de forma fundamentada e suficiente, dando adequada prestação jurisdicional. 2. O Tribunal de origem, a quem compete amplo juízo de cognição da lide, com amparo nos elementos de convicção dos autos, manteve a decisão que concedeu a tutela antecipada. A jurisprudência desta Corte é no sentido de que, para avaliar os critérios adotados pela instância ordinária na concessão da antecipação dos efeitos da tutela, é necessário o reexame dos elementos probatórios, vedado pela Súmula 7/STJ. 3. É possível a concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública para obrigá-la a custear cirurgia cardíaca a cidadão que não consegue ter acesso, com dignidade, a tratamento que lhe assegure o direito à vida, podendo ser fixada multa cominatória para tal fim, ou até mesmo determinar o bloqueio de verbas públicas. O direito fundamental, nestes casos, prevalece sobre as restrições financeiras e patrimoniais contra a Fazenda Pública. Precedentes. Agravo regimental improvido (grifado) (STJ - AgRg no AREsp: 420158 PI 2013/0353259-3, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 26/11/2013, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 09/12/2013).
Ante o exposto, ante a presença dos requisitos legais, CONCEDO a antecipação da tutela para o fim de DETERMINAR que o requerido ESTADO DE RONDÔNIA arque direta ou indiretamente, com todas as despesas para realização de PROCEDIMENTO DE CATETERISMO CARDÍACO ESQUERDO, em favor da parte autora, conforme laudos médicos juntados com a inicial.
Caso o requerido não disponha de meios para realização do procedimento, determino que custeie todo o tratamento da parte autora fora do Estado de Rondônia, incluindo ainda despesas com transporte, hospedagem, alimentação e acompanhante.
Fixo o prazo de 05 (cinco) dias para cumprimento, sob pena de IMEDIATO SEQUESTRO do valor correspondente ao tratamento médico em favor da parte autora, sem prejuízo de outras penalidades/determinações.
No caso em tela, o pagamento de caução fica dispensado, conforme § 1º do artigo 300 do Código de Processo Civil, ante a hipossuficiência da parte autora.
Para o fiel cumprimento dessa decisão, DETERMINO a intimação do requerido e do respectivo SECRETÁRIOS DE SAÚDE, os quais deverão ser notificados por telefone, e-mail ou qualquer outro meio rápido e eficiente, a fim de que tomem conhecimento do presente procedimento e a partir da notificação, implementem medidas eficazes para o pronto atendimento dessa determinação.
Considerando os princípios informadores dos Juizados Especiais, notadamente a celeridade e informalidade e considerando, sobretudo, que no caso dos autos, a questão de fato se prova por meio de documentos e a Fazenda Pública Municipal e Estadual NÃO faz acordo em casos de saúde (concessão de medicamentos, cirurgia ou leito de UTI), deixo de designar audiência de tentativa de conciliação, instrução e julgamento, posto que tal providência gerará morosidade ao feito sem qualquer proveito prático, à medida que não há necessidade de provas testemunhais.
Cite-se e intimem-se a(s) parte(s) requerida(s) para que apresentem resposta no prazo de 30 dias a contar da citação/intimação, ressaltando-se que nos termos do art. 7º da Lei 12.153/2009 não há prazos diferenciados para a prática de nenhum ato processual para a Fazenda Pública no procedimento instituído por esta Lei.
Caso a Fazenda Pública tenha interesse em realizar a conciliação, determino que junte aos autos, no prazo da contestação, a proposta de acordo que tiver a fim de que seja submetida à parte autora ou seja designada audiência de conciliação para esse fim.
Caso NÃO tenha interesse ou possibilidade de acordo, determino que informe isso nos autos por ocasião de sua contestação a fim de evitar possíveis alegações de cerceamento do direito de a parte se conciliar.
Apresentada a contestação, dê-se vistas à parte autora para apresentar impugnação no prazo de 10 (dez) dias e após, faça-se conclusão dos autos para sentença.
Cancele-se eventual audiência designada nos autos.
Cumpra-se servindo-se a presente Decisão como Mandado/Ofício/Carta Precatória/Notificação para o cumprimento da antecipação da tutela e citação e intimação do(s) requeridos e notificação do(s) Secretário(s) de Saúde.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no Sistema PJE.
Márcia Cristina Rodrigues Masioli Morais
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO REQUERENTE: ORIVAL DA LUZ DO COUTO
ADVOGADO DO REQUERENTE: THIAGO GONCALVES DOS SANTOS OAB nº RO5471
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
ADVOGADO DO REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB nº RO5462, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL OAB nº RO8217
Consta nos autos que após a parte autora apresentar CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, a CERON/ENERGISA apresentou impugnação nos autos arguindo excesso de execução e apresentando os cálculos que entende devidos.
Desta feita, recebo a impugnação ao cumprimento de sentença.
Concedo o efeito suspensivo ante o risco de dano irreparável à parte requerida, a fim de que não ocorra bloqueio on line enquanto não for definido o valor devido.
Intime-se o(a) impugnado(a) para se manifestar nos autos no prazo de 5 dias sobre as situações alegadas e cálculos apresentados
Após, faça-se conclusão dos autos para decisão.
Ariquemes-RO; data e horário certificado no sistema PJE.
Márcia Cristina Rodrigues Masioli Morais
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO
7006256-78.2019.8.22.0002
EXEQUENTE: RONDOTINTAS COMERCIO DE TINTAS LTDA CNPJ nº 15.849.938/0001-58, AVENIDA CANAÃ 2485, - DE 2213 A 2633 - LADO ÍMPAR SETOR 03 - 76870-405 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: THIAGO APARECIDO MENDES ANDRADE OAB nº RO9033, SEM ENDEREÇO
EXECUTADO: CLAUS AGORRETA LIMA CPF nº 319.293.542-15, AVENIDA CANAÃ 3376, - DE 3356 A 3440 - LADO PAR SETOR 01 - 76870-072 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Trata-se de Ação de Execução de Título extrajudicial.
Ocorre que dentre os títulos juntados há alguns não preenchem os requisitos legalmente exigidos, posto que estão assinados por terceira pessoa.
Desta feita, intime-se o advogado da exequente para apresentar emenda à Inicial, para fim de adequar à ação correta ou dizer se pretende a Execução, excluindo-se os títulos não executável, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento.
Decorrido o prazo, faça-se a conclusão dos autos.
Cumpra-se servindo-se a presente como Mandado/Ofício/Carta Precatória/Notificação para seu cumprimento.
terça-feira, 30 de abril de 2019
10 horas e 12 minutos
Márcia Cristina Rodrigues Masioli

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO 7006259-33.2019.8.22.0002
REQUERENTE: CLEVERSON DE MIRANDA CPF nº 974.536.502-59, BAIRRO OLIMPICO 4880 AV. BELEM - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ALAN CARLOS DELANES MARTINS OAB nº RO10173, SEM ENDEREÇO
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE CUJUBIM CNPJ nº 84.736.941/0001-88, AV. CONDOR 2588 SETOR INSTITUCIONAL - 76864-000 - CUJUBIM - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CUJUBIM, AV. CONDOR 2588 SETOR INSTITUCIONAL - 76864-000 - CUJUBIM - RONDÔNIA
Recebo a inicial nos termos da Lei 12.153/09.
Considerando os princípios informadores dos Juizados Especiais, notadamente a celeridade e informalidade e considerando, sobretudo, que no caso dos autos, a questão tratada nos autos é meramente de direito, sem necessidade de produção de provas orais, deixo de designar audiência de tentativa de conciliação, instrução e julgamento, posto que tal providência gerará morosidade ao feito sem qualquer benefício prático às partes.
Cite(m)-se e intime(m)-se a(s) parte(s) requerida(s) para que apresente(m) resposta no prazo de 30 dias a contar da citação/intimação, ressaltando-se que nos termos do art. 7º da Lei 12.153/2009 não há prazos diferenciados para a prática de nenhum ato processual para a Fazenda Pública no procedimento instituído por esta Lei.
Caso a Fazenda Pública tenha interesse em realizar a conciliação, determino que junte aos autos, no prazo da contestação, a proposta de acordo que tiver a fim de que seja submetida à parte autora ou seja designada audiência de conciliação para esse fim.
Caso NÃO tenha interesse ou possibilidade de acordo, determino que informe isso nos autos por ocasião de sua contestação a fim de evitar possíveis alegações de cerceamento do direito de a parte se conciliar.
Apresentada a contestação, faça-se conclusão dos autos.
Cumpra-se servindo-se a presente como Mandado/Ofício/Carta Precatória/Notificação para o cumprimento da citação e intimação do(s) requerido(s).
terça-feira, 30 de abril de 2019
10 horas e 12 minutos
Márcia Cristina Rodrigues Masioli

Processo: 7005902-87.2018.8.22.0002
REQUERENTE: ELIEZER SILVA PAIS
Advogado do(a) REQUERENTE: ADEMAR SILVEIRA DE OLIVEIRA - RO503-A
REQUERIDO: HERCILIO BERNARDINO JOSE VIEIRA
Advogado do(a) REQUERIDO: RODRIGO HENRIQUE MEZABARBA - RO3771
Finalidade: Intimar a parte requerente a apresentar contrarrazões ao recurso interposto no prazo de 10 (dez) dias.
Processo: 7000178-05.2018.8.22.0002
EXEQUENTE: ADIR GOMES DA SILVA
Advogado do(a) EXEQUENTE: THIAGO GONCALVES DOS SANTOS - RO5471
EXECUTADO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Advogado do(a) EXECUTADO: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318
FINALIDADE: Intimar a parte requerida na pessoa de seu advogado, se houver, para se quiser, apresentar impugnação no prazo de 15 (quinze) dias, como lhe faculta o art. 854 do CPC. Decorrido o prazo sem manifestação, expeça-se alvará de levantamento em favor do(a) credor(a) com os dados acima indicados e intime-se o(a) credor(a) para indicar crédito remanescente em 5 dias pena de extinção por pagamento.
TELA DE BLOQUEIO ID 25575349

Processo: 7011091-46.2018.8.22.0002
REQUERENTE: PEDRO DE ANDRADE PASSOS
Advogados do(a) REQUERENTE: MARCOS PEDRO BARBAS MENDONCA - RO4476, NILTOM EDGARD MATTOS MARENA - RO0000361A, DENNIS LIMA BATISTA GURGEL DO AMARAL - RO7633
REQUERIDO: BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A-EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL
FINALIDADE: Intimar a parte requerente, por meio de seus advogados do DESPACHO, conforme segue: “A parte autora requereu a remessa dos autos ao Juízo Comum, conforme petição juntada aos autos e Ata de audiência. O juízo deferiu esse pedido e determinou a redistribuição do feito para a Vara competente. No entanto, o cartório certificou que por indisponibilidade sistêmica não foi possível a redistribuição. Tendo em vista essa situação, pertine à parte interessada promover novo cadastro processual do feito perante o juízo comum cível. Intime-se o autor quanto à presente deliberação e, após arquive-se o processo. CUMPRA-SE, SERVINDO A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA DE INTIMAÇÃO. Márcia Cristina Rodrigues Masioli Morais Juíza de Direito

Processo: 7002340-70.2018.8.22.0002
REQUERENTE: RICARDO YUKIO AOYAMA
Advogados do(a) REQUERENTE: DENNIS LIMA BATISTA GURGEL DO AMARAL - RO7633, MARCOS PEDRO BARBAS MENDONCA - RO4476, NILTOM EDGARD MATTOS MARENA - RO0000361A
REQUERIDO: LUCEDALIA DE BARROS LIMA
Finalidade: Intimar a parte requerente para indicar bens passíveis de penhora no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento.

Processo: 7004587-24.2018.8.22.0002
REQUERENTE: LOURIVAL C. DE SOUZA - ME
Advogado do(a) REQUERENTE: REGINALDO SILVA SANTOS - RO7387
REQUERIDO: COOLPEZA - SERVICOS DE LIMPEZA URBANA EIRELI
Advogado do(a) REQUERIDO: ROMILDO FERNANDES DA SILVA - RO4416
FINALIDADE: Intimar a parte requerida por meio de seu advogado do DESPACHO, conforme segue:
Como a parte autora apresentou pedido de prosseguimento do feito sob o fundamento de que o acordo não foi cumprido e o requerido foi intimado com a advertência que o descumprimento do acordo importaria em prosseguimento do feito e acréscimo de multa de 10% sobre o valor da condenação, a teor do art. 523, § 1º do Código de Processo Civil, defiro o pedido da parte autora e determino que a parte requerida seja intimada para comprovar o respectivo pagamento do acordo realizado no prazo máximo de 10 (dez) dias, sob pena de efetivação de penhora BACEN JUD em seu desfavor e ulterior liberação do valor em favor da parte autora. Decorrido o prazo, com ou sem pagamento, faça-se conclusão para DECISÃO.
Intimem-se.
CUMPRA-SE SERVINDO A PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes – RO; data e horário certificado no sistema PJE.

Processo: 7005306-06.2018.8.22.0002
REQUERENTE: ELIZANDRA GONCALVES RAMOS
Advogado do(a) REQUERENTE: TULIO HENRIQUE DE ALMEIDA SILVA - RO7403
REQUERIDO: MILENIO MODAS E CALCADOS LTDA - ME
Advogado do(a) REQUERIDO: ANDERSON ROGERIO GRAHL - MT10565
FINALIDADE: Intimar as partes, por intermédio de seus advogados, para apresentarem alegações finais, no prazo comum de 10 (dez) dias.

1ª VARA CÍVEL

Processo n. 7003950-39.2019.8.22.0002
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: AUTOR: LEILA LINARDI
Advogados do(a) AUTOR: ADVARCI GUERREIRO DE PAULA ROSA - RO7927, KARINE DE PAULA RODRIGUES - RO3140
Requerido: RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Ariquemes - 1ª Vara Cível, fica a parte autora intimada da designação da perícia para o dia 19 de agosto de 2019 às 12:00hs, no Hospital Monte Sinai, sito à Avenida Jamari, nº 3140, Setor 01 em Ariquemes com Dr. Valter Akira Miasato.
O patrono da parte autora deverá intimá-la a comparecer a perícia designada com laudos e exames já realizados, evitando a solicitação de novos exames.
Ariquemes, 2 de maio de 2019.
MARIA CONCEICAO TANAZILDO

Processo n. 7003904-50.2019.8.22.0002
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: AUTOR: JOVENTINO RODRIGUES DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: LILIAN MARIA SULZBACHER - RO3225
Requerido: RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Ariquemes - 1ª Vara Cível, fica a parte autora intimada da designação da perícia para o dia 19 de agosto de 2019 às 15:00 hs,no Hospital Monte Sinai, sito à Avenida Jamari, nº 3140, Setor 01 em Ariquemes com Dr. Valter Akira Miasato.
O patrono da parte autora deverá intimá-la a comparecer a perícia designada com laudos e exames já realizados, evitando a solicitação de novos exames.
Ariquemes, 2 de maio de 2019.
MARIA CONCEICAO TANAZILDO

Processo n. 7014467-40.2018.8.22.0002
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: AUTOR: MARIA APARECIDA DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: KARINE DE PAULA RODRIGUES - RO3140
Requerido: RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Ariquemes - 1ª Vara Cível, fica a parte autora intimada da designação da perícia para o dia 19 de agosto de 2019 às 11:30hs, no Hospital Monte Sinai, sito à Avenida Jamari, nº 3140, Setor 01 em Ariquemes com Dr. Valter Akira Miasato.
O patrono da parte autora deverá intimá-la a comparecer a perícia designada com laudos e exames já realizados, evitando a solicitação de novos exames.
Ariquemes, 2 de maio de 2019.
MARIA CONCEICAO TANAZILDO

Processo n.: 7003495-74.2019.8.22.0002
Classe: MANDADO de Segurança Cível
Assunto: Assédio Moral, Remoção
Valor da causa: R$1.000,00 (mil reais)
PARTE AUTORA: ODAIR VIEIRA DA LAVA, RUA LONDRINA 2481 JARDIM PARANÁ - 76871-420 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO IMPETRANTE: CATIANE MALTA SOARES OAB nº RO9040, SEM ENDEREÇO
PARTE REQUERIDA: NILTA MOREIRA BRAGA NUNES, AVENIDA TANCREDO NEVES, CRE- SEDUC SETOR 03 - 76870-525 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, FÁTIMA GARCIA DA SILVA, TRAVESSA GODOFREDO 2714, EEEFM MIGRANTES-ARIQUEMES/RO SETOR 01 - 76870-141 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS IMPETRADOS:
Vistos.
Compulsando os autos constatei que o impetrante não se enquadra no conceito de pobreza previsto na Lei n. 1060/50, à medida que é servidor público estadual, auferindo rendimentos suficientes para custear a demanda, notadamente pelo valor reduzido das custas à vista do valor atribuído à causa. Intime-se para comprovar o pagamento das custas em 5 dias.
Ariquemes/RO, 30 de abril de 2019.
Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO VARA CÍVEL
Processo n.: 7010208-02.2018.8.22.0002
Classe: Execução Fiscal
Assunto: Dívida Ativa
Valor da causa: R$2.498,45 (dois mil, quatrocentos e noventa e oito reais e quarenta e cinco centavos)
Parte autora: MUNICIPIO DE ARIQUEMES, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES, SEM ENDEREÇO
Parte requerida: ADAO ROBERTO ALICRIM, AVENIDA RIO BRANCO 4613, - DE 4342/4343 A 4612/4613 JARDIM DAS PALMEIRAS - 76876-616 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROMILDO FERNANDES DA SILVA OAB nº RO4416, AV CANAÃ SETOR 03 - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Vistos.
Considerando que em sede de manifestação acerca da exceção de pré-executividade oferecida houve concordância parcial apresentada pelo exequente, com pedido de substituição da CDA exequenda por outra já retificada, com o abatimento parcial do débito até junho de 2014, fica a parte executada intimada a manifestar, em 05 dias, se concorda com o débito descrito na nova CDA apresentada e sua consequente substituição no feito, bem como se concorda com o levantamento dos valores depositados em juízo em favor do exequente para o abatimento do débito exequendo segundo a nova CDA, sendo que o parcelamento do remanescente, de fato, deve ser pleiteado administrativamente, sendo incabível o parcelamento de débitos fiscais em juízo.
Ariquemes terça-feira, 30 de abril de 2019 às 14:31 .
Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO VARA CÍVEL
Processo n.: 7006250-71.2019.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Indenização por Dano Material
Valor da causa: R$10.000,00 (dez mil reais)
Parte autora: ANA CLAUDIA SOARES SILVA VALADAO, AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK 1466, - DE 1176 A 1558 - LADO PAR SETOR 02 - 76873-156 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DANIEL VENDRAMINI PEREIRA OAB nº RO7592, SEM ENDEREÇO
Parte requerida: CAIXA ECONOMICA FEDERAL, ALAMEDA DO IPÊ 1907, - DE 1818/1819 AO FIM SETOR 01 - 76870-074 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL/RO, ALAMEDA DO IPÊ 1907, - DE 1818/1819 AO FIM SETOR 01 - 76870-074 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Vistos e examinados

Compulsando os autos constatei que a parte autora ajuizou demanda contra empresa pública federal, cuja competência absoluta é da Justiça Federal, nos termos do art. 109 da CF.
Assim, declino da competência e determino a remessa dos autos para uma das Varas da Justiça Federal de Porto Velho/RO.
Ariquemes terça-feira, 30 de abril de 2019 às 12:13 .
Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz
Juiz de Direito

Processo n. 7010212-39.2018.8.22.0002
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente: EXEQUENTE: NELSON BARBOSA
Advogado do(a) EXEQUENTE: NELSON BARBOSA - RO2529
Requerido: EXECUTADO: VALMOR GREGOLON DE AGUIAR
Advogados do(a) EXECUTADO: MARIO GUEDES JUNIOR - RO190, FABIO FERREIRA DA SILVA JUNIOR - RO6016
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Ariquemes - 1ª Vara Cível, fica a parte autora, intimada para, no prazo de 05 dias informar o andamento da carta precatória no juízo deprecado.
Ariquemes, 30 de abril de 2019.
GRACIELI LANDO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO VARA CÍVEL
Processo n.: 7010839-14.2016.8.22.0002
Classe: Inventário
Assunto: Inventário e Partilha
Valor da causa: R$120.000,00 (cento e vinte mil reais)
Parte autora: ANA PAULA BATISTA SANTOS, RUA SERGIPE 4060 SETOR 05 - 76870-712 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, ERICA BATISTA SANTOS, RUA DOS RUBIS 2330 NOVA UNIÃO 01 - 76875-674 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: MARIO SERGIO LACERDA OAB nº RO7625, SEM ENDEREÇO
Parte requerida: ADRIAN JOSE DA SILVA SANTOS, RUA MONTEIRO LOBATO 3085 SETOR 06 - 76873-702 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, HELENA MENDES DOS REIS SANTOS, RUA SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ 5640, ESQUINA COM AVENIDA CANAÃ COQUEIRAL - 76875-776 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS INVENTARIADOS: BRIAN GRIEHL OAB nº RO261, FLORIANOPOLIS 2099 SETOR 03 - 76870-292 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, MAXWELL PASIAN CERQUEIRA SANTOS OAB nº RO6685, AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK 2453, ESCRITORIO SETOR 04 - 76873-500 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, CESAR EDUARDO MANDUCA PACIOS OAB nº RO520, RIO DE JANEIRO 2132, APTO 09 SETOR 03 - 76870-404 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Vistos.
1- Fica intimado o herdeiro Adrian José da Silva Santos a se manifestar, em 05 dias, nos termos do item “3” do DESPACHO de ID 23667406, visando concluir acerca dos bens a serem inventariados.
2- Fica a inventariante Helena Mendes dos Reis Santos intimada a cumprir, em 05 dias, o determinado no item “2” do DESPACHO de ID 23667406, sob pena de remoção do encargo de inventariante, sendo os documentos ali solicitados essenciais para a CONCLUSÃO acerca dos bens a serem inventariados.
3- Decorrido o prazo, sem manifestação do herdeiro e da inventariante, intime-se a inventariante nos termos do art. 485, §3º, do CPC e, caso se mantenha inerte, colha-se o parecer Ministerial acerca da remoção do encargo de inventariante.
Ariquemes terça-feira, 30 de abril de 2019 às 17:16 .
Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz
Juiz de Direito

Processo n.: 7004246-61.2019.8.22.0002
Classe: Divórcio Litigioso
Assunto: Casamento, Dissolução
Valor da causa: R$3.247,34 (três mil, duzentos e quarenta e sete reais e trinta e quatro centavos)
PARTE AUTORA: A. C. X., RUA YACI 3316, - ATÉ 3419/3420 JARDIM JORGE TEIXEIRA - 76876-558 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DENILSON SIGOLI JUNIOR OAB nº RO6633, SEM ENDEREÇO
PARTE REQUERIDA: M. S. D., RUA GARÇA 4204, - DE 4650/4651 AO FIM JARDIM DAS PALMEIRAS - 76876-626 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
Vistos.
Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo legal, sob pena de indeferimento, a fim de esclarecer se durante a convivência foram adquiridos bens, bem como, se adveio o nascimento de filhos. Na hipótese, deverá indicar os bens adquiridos, declarando a forma que pretende partilhar, procedendo a devida retificação no valor da causa.
Ariquemes/RO, 30 de abril de 2019.
Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz
Juiz(a) de Direito

Processo n. 7010405-88.2017.8.22.0002
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente: EXEQUENTE: JENNIFER DIAS JORGE
Advogado do(a) EXEQUENTE: CRISTIANE RIBEIRO BISSOLI - RO4848
Requerido: EXECUTADO: EVANIA GONÇALVES MARTINS, EVA APARECIDA MARTINS
Advogado do(a) EXECUTADO: MARCELO ANTONIO GERON GHELLERE - RO1842
Advogado do(a) EXECUTADO: MARCELO ANTONIO GERON GHELLERE - RO1842
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Ariquemes - 1ª Vara Cível, fica a parte autora. intimada para, no prazo de 10 dias, apresentar o cálculo atualizado da dívida com aplicação da multa legal e honorários fixados, indicando bens a penhora, face decurso do prazo para pagamento voluntário e impugnação.
Não sendo justiça gratuita deverá a parte:
1) Caso pretenda a emissão de MANDADO dentro da comarca deverá recolher as custas de diligência do oficial;
2) Caso pretende a emissão de MANDADO para comarca diversa, dentro do Estado de Rondônia, deverá recolher as custas de distribuição de Carta Precatória;
3) Caso pretenda pesquisa em órgãos conveniados (endereços, bloqueio de bens e etc.) deverá recolher as custas de que trata o artigo 17 da Lei 3.896/2016, devendo ser recolhido 1 taxa para cada ato solicitado;
4) Caso pretenda a renovação ou repetição do ato, deverá recolher as custas de que trata o artigo 19 da Lei 3.896/2016.
Obs: O prazo será em dobro nos casos de: Curador, Defensoria Pública, Ministério Público, União, Estados, Distrito Federal, Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito Público, nos termos dos artigos 180, 183, 186 do NCPC.
Ariquemes, 30 de abril de 2019.
HUDSON CASCAES MATOS

Processo n. 7013932-14.2018.8.22.0002
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente: EXEQUENTE: ISA CAMPO DALL ORTO
Advogado do(a) EXEQUENTE: JOAO RICARDO DOS SANTOS CALIXTO - RO9602
Requerido: EXECUTADO: CENTRO DE FORMACAO DE CONDUTORES BOA VISTA LTDA - ME
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Ariquemes - 1ª Vara Cível, fica a parte autora. intimada para, no prazo de 10

dias, apresentar o cálculo atualizado da dívida com aplicação da multa legal e honorários fixados, indicando bens a penhora, face decurso do prazo para pagamento voluntário e impugnação.
Não sendo justiça gratuita deverá a parte:
1) Caso pretenda a emissão de MANDADO dentro da comarca deverá recolher as custas de diligência do oficial;
2) Caso pretende a emissão de MANDADO para comarca diversa, dentro do Estado de Rondônia, deverá recolher as custas de distribuição de Carta Precatória;
3) Caso pretenda pesquisa em órgãos conveniados (endereços, bloqueio de bens e etc.) deverá recolher as custas de que trata o artigo 17 da Lei 3.896/2016, devendo ser recolhido 1 taxa para cada ato solicitado;
4) Caso pretenda a renovação ou repetição do ato, deverá recolher as custas de que trata o artigo 19 da Lei 3.896/2016.
Obs: O prazo será em dobro nos casos de: Curador, Defensoria Pública, Ministério Público, União, Estados, Distrito Federal, Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito Público, nos termos dos artigos 180, 183, 186 do NCPC.
Ariquemes, 30 de abril de 2019.
HUDSON CASCAES MATOS

Processo n. 7013479-53.2017.8.22.0002
Classe: MONITÓRIA (40)
Requerente: AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO VALE DO JAMARI - SICOOB VALE DO JAMARI
Advogado do(a) AUTOR: FRANCIELE DE OLIVEIRA ALMEIDA - RO9541
Requerido: RÉU: EDGAR CORREA DE ABREU, EMPRESA GRAFICA E JORNAL O VALE DO JAMARI LTDA - ME
Advogados do(a) RÉU: PATRICIA DE JESUS PRASERES - RO9474, ANGELICA PEREIRA BUENO - RO8468
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Ariquemes - 1ª Vara Cível, fica(m) a(s) parte(s) EXEQUENTE intimada(s) para, no prazo de 05 dias, manifestar sobre impugnação aos cálculos, requerendo o oportuno.
Ariquemes, 30 de abril de 2019.
MARCIA KANAZAWA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO VARA CÍVEL
Processo n.: 7013679-26.2018.8.22.0002
Classe: Monitória
Assunto: Cheque, Honorários Advocatícios
Valor da causa: R$1.379,07 (mil, trezentos e setenta e nove reais e sete centavos)
Parte autora: ROSSI & PEREIRA LTDA - ME, RODOVIA BR-364 2324 INDUSTRIAL JAMARI - 76877-211 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MICHAEL HENRIQUE SHIRABAYASHI DA SILVA OAB nº RO8293, SEM ENDEREÇO
Parte requerida: EDER DA SILVA THOMAZ, AVENIDA TABOCA 4280 SETOR 02 - 76873-182 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, EDER DA SILVA THOMAZ EIRELI - EPP, AVENIDA TABOCA 4280 SETOR 02 - 76873-182 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS RÉUS:
Vistos.
As partes entabularam acordo conforme descrito ID 26577037, para satisfação do débito cobrado neste feito, requerendo a homologação do acordo e consequente extinção do feito, medida que se impõe.
Posto isso, HOMOLOGO O ACORDO firmado entre as partes nos termos fixados em ata de ID n. 26577037, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos e, via de conseqüência, declaro extinto o feito, com resolução do MÉRITO, nos termos do artigo art. 487, inciso III, alínea 'b', do Código de Processo Civil.
Sem custas, nos termos do art. 6º, inciso IV, da Nova Lei Estadual de Custas Forenses n. 3.896/2016.
Honorários de sucumbência incabíveis, face a resolução do feito por acordo.
Ante a preclusão lógica (art. 1.000, NCPC), a presente DECISÃO transita em julgado nesta data.
P. R. I. Observadas as formalidades legais, arquivem-se com as baixas devidas.
Ariquemes terça-feira, 30 de abril de 2019 às 14:31 .
Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz
Juiz de Direito

Processo n. 7005507-61.2019.8.22.0002
Classe: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261)
Requerente: AUTOR: NELSON DOS REIS
Advogados do(a) AUTOR: MARIA GABRIELA DE ALMEIDA DIAS - SP409913, HILARIO BOCCHI JUNIOR - SP90916
Requerido: RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Ariquemes - 1ª Vara Cível, ficam as partes intimadas da designação de audiência para o dia 13/06/2019 às 10:15 horas, que se realizará na sala de audiências da 1ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes.
A parte deverá comparecer a audiência acompanhada de seu patrono, ficando a cargo deste a intimação do seu cliente para comparecer a audiência.
Ariquemes, 2 de maio de 2019.
MARIA EDINEIA DA CUNHA OLIVEIRA

Processo n. 7000928-70.2019.8.22.0002
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: AUTOR: MARILENE DE FREITAS
Advogado do(a) AUTOR: ALLISON ALMEIDA TABALIPA - RO6631
Requerido: RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Ariquemes - 1ª Vara Cível, ficam a parte autora intimada da designação da perícia para o dia 13 de agosto de 2019 às 09:30hs, no Hospital Monte Sinai, sito à Avenida Jamari, nº 3140, Setor 01 em Ariquemes com Dr. Valter Akira Miasato.
O patrono da parte autora deverá intimá-la a comparecer a perícia designada com laudos e exames já realizados, evitando a solicitação de novos exames.
Ariquemes, 2 de maio de 2019.
MARIA CONCEICAO TANAZILDO

Processo n. 7004403-68.2018.8.22.0002
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: AUTOR: MARIA BARBARA PINTO
Advogados do(a) AUTOR: SONIA SANTUZZI ZUCCOLOTTO BATISTA - RO8728, VALDECIR BATISTA - RO4271
Requerido: RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Ariquemes - 1ª Vara Cível, ficam a parte autora intimada da designação da perícia para o dia 13 de agosto de 2019 às 09:00hs, no Hospital Monte Sinai, sito à Avenida Jamari, nº 3140, Setor 01 em Ariquemes com Dr. Valter Akira Miasato.
O patrono da parte autora deverá intimá-la a comparecer a perícia designada com laudos e exames já realizados, evitando a solicitação de novos exames.
Ariquemes, 2 de maio de 2019.
MARIA CONCEICAO TANAZILDO

Processo n. 7006174-81.2018.8.22.0002
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: AUTOR: ADAIR AGUSTINHO DA SILVA
Advogados do(a) AUTOR: GRACILENE MARIA DE SOUZA ZIMMER - RO5902, MARTA AUGUSTO FELIZARDO - RO6998
Requerido: RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Ariquemes - 1ª Vara Cível, ficam a parte autora intimada da designação da perícia para o dia 13 de agosto de 2019 às 0:00hs, no Hospital Monte Sinai, sito à Avenida Jamari, nº 3140, Setor 01 em Ariquemes com Dr. Valter Akira Miasato.
O patrono da parte autora deverá intimá-la a comparecer a perícia designada com laudos e exames já realizados, evitando a solicitação de novos exames.
Ariquemes, 2 de maio de 2019.
MARIA CONCEICAO TANAZILDO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493,endereço eletrônico: www.tjro.jus.br, e-mail: aqs1civel@tjro.jus.br; aqs1cível@hotmail.com
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 20 (vinte) dias
De: JOHN SHEEHAN, Natural de Nova York, nascido em 6/08/1962, filho de Francis J. Sheehan e Norma H. Seehan, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: Citação, nos termos da ação, para, querendo, oferecer defesa no prazo legal, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 344, NCPC).
PRAZO PARA CONTESTAR: 15 (quinze) dias.
ADVERTÊNCIA: EM CASO DE REVELIA SER-LHE-Á NOMEADO CURADOR ESPECIAL.

Processo n.: 7006217-81.2019.8.22.0002
Assunto: [Dissolução]
Classe: FAMÍLIA- DIVÓRCIO LITIGIOSO (99)
REQUERENTE: MARIA APARECIDA NEGRAO
Advogado do(a) REQUERENTE: JOSE ASSIS DOS SANTOS - RO2591
REQUERIDO: JOHN SHEEHAN
Eu,_____, MARIA EDINEIA DA CUNHA OLIVEIRA, Técnico Judiciário subscrevo e aassino por determinação judicial.
Ariquemes-RO, 2 de maio de 2019.
MARIA EDINEIA DA CUNHA OLIVEIRA
Técnico Judiciário – Assinatura Digital

Processo n. 7009359-30.2018.8.22.0002
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: AUTOR: ELIENI SARMENTO DE FREITAS
Advogados do(a) AUTOR: JOICE MARA HERMES - RO8263, DAYANE DA SILVA MARTINS - RO7412
Requerido: RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Ariquemes - 1ª Vara Cível, fica a parte autora intimada da designação da perícia para o dia 13 de agosto de 2019 às 11:00hs, no Hospital Monte Sinai, sito à Avenida Jamari, nº 3140, Setor 01 em Ariquemes com Dr. Valter Akira Miasato.
O patrono da parte autora deverá intimá-la a comparecer a perícia designada com laudos e exames já realizados, evitando a solicitação de novos exames.
Ariquemes, 2 de maio de 2019.
MARIA CONCEICAO TANAZILDO

Processo n. 7014267-33.2018.8.22.0002
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: AUTOR: M. L. CONSTRUTORA E EMPREENDEDORA LTDA
Advogados do(a) AUTOR: ARLINDO FRARE NETO - RO3811, MARCUS VINICIUS DA SILVA SIQUEIRA - RO5497
Requerido: RÉU: LUCIANA DA CUNHA GOMES
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Ariquemes - 1ª Vara Cível, fica a parte autora, intimada para, no prazo de 5 dias, comprovar nos autos o recolhimento das custas disciplinadas pelo artigo 17 Lei 3.896/2016, conforme Tabela I - Custas em procedimentos de natureza cível e Provimento Conjunto nº 005/2016-PR-CG publicado em 29/12/2016.
Obs: Deverá ser recolhida 1 taxa para cada ato solicitado.
Ariquemes, 2 de maio de 2019.
MARIA EDINEIA DA CUNHA OLIVEIRA

Processo n. 7000498-21.2019.8.22.0002
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: AUTOR: VALTER PEDRO DE OLIVEIRA
Advogado do(a) AUTOR: DOUGLAS CARVALHO DOS SANTOS - RO4069
Requerido: RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Ariquemes - 1ª Vara Cível, fica a parte autora intimada da designação da perícia para o dia 13 de agosto de 2019 às 10:30hs, no Hospital Monte Sinai, sito à Avenida Jamari, nº 3140, Setor 01 em Ariquemes com Dr. Valter Akira Miasato.
O patrono da parte autora deverá intimá-la a comparecer a perícia designada com laudos e exames já realizados, evitando a solicitação de novos exames.
Ariquemes, 2 de maio de 2019.
MARIA CONCEICAO TANAZILDO

Processo n. 7005785-96.2018.8.22.0002
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Requerente: EXEQUENTE: BANCO DA AMAZONIA SA
Advogados do(a) EXEQUENTE: BRUNO CESAR BENTES FREITAS - PA18475, FABRICIO DOS REIS BRANDAO - PA11471
Requerido: EXECUTADO: EDSON OLIVEIRA RAMOS
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Ariquemes - 1ª Vara Cível, fica a parte autora intimada para, no prazo de 05 dias, manifestar-se sobre a proposta de acordo.
Ariquemes, 2 de maio de 2019.
MARIA EDINEIA DA CUNHA OLIVEIRA

Processo n. 7009661-30.2016.8.22.0002
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Requerente: EXEQUENTE: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE RONDONIA
Requerido: EXECUTADO: AUTO POSTO BOM CONSELHO LTDA, GABRIEL SOUZA CAMPOS DE OLIVEIRA
Advogado do(a) EXECUTADO: ARLINDO FRARE NETO - RO3811
Advogado do(a) EXECUTADO: ARLINDO FRARE NETO - RO3811
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Ariquemes - 1ª Vara Cível, fica a parte requerida intimada para, no prazo de 05 dias, manifestar sobre a petição de ID n. 26845402, requerendo o oportuno.
Obs: O prazo será em dobro nos casos de: Curador, Defensoria Pública, Ministério Público, União, Estados, Distrito Federal, Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito Público, nos termos dos artigos 180, 183, 186 do NCPC.
Ariquemes, 2 de maio de 2019.
ADRIANA FERREIRA

Processo n. 7009115-72.2016.8.22.0002
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente: EXEQUENTE: FUTURISTICA COMERCIO DE MOVEIS E ARTEFATOS DE MADEIRA LTDA - ME
Advogados do(a) EXEQUENTE: FLAVIA LUCIA PACHECO BEZERRA - RO2093, ANDREIA APARECIDA MATOS PAGLIARI - RO7964

Requerido: EXECUTADO: ADRIANO QUINTINO DE RESENDE
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Ariquemes - 1ª Vara Cível, ficam a parte autora intimadas para, no prazo de 05 dias, impulsionar o feito, requerendo o oportuno visto que o executado já foi intimado à cumprir a SENTENÇA no ID n. 8510676, não havendo motivo para intimação por edital.
Caso não haja manifestação da parte autora os autos serão arquivados conforme determina o id n. 14784464.
Ariquemes, 2 de maio de 2019.
MARIA EDINEIA DA CUNHA OLIVEIRA

Processo n. 7000476-60.2019.8.22.0002
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: AUTOR: LOURDES MARIA DE SOUZA
Advogado do(a) AUTOR: KARYNNA AKEMY HACHIYA HASHIMOTO - RO4664
Requerido: RÉU: BANCO ITAU CONSIGNADO S.A.
Advogados do(a) RÉU: DEBORAH SALES BELCHIOR - CE9687, CAIO CESAR VIEIRA ROCHA - CE15095, WILSON BELCHIOR - CE17314
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Ariquemes - 1ª Vara Cível, ficam as partes intimadas para, no prazo de 05 dias, especificarem as provas que pretendem produzir, justificando sua necessidade.
Obs: O prazo será em dobro nos casos de: Curador, Defensoria Pública, Ministério Público, União, Estados, Distrito Federal, Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito Público, nos termos dos artigos 180, 183, 186 do NCPC.
Ariquemes, 2 de maio de 2019.
ADRIANA FERREIRA

Processo n. 7009217-60.2017.8.22.0002
Classe: MONITÓRIA (40)
Requerente: AUTOR: ADENILSO FRANCISCO DE AQUINO
Advogado do(a) AUTOR: HAMILTON JUNIOR CONSTANTINO ANDRADE TRONDOLI - RO6856
Requerido: RÉU: ELIANE KUBBER CESPEDES
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Ariquemes - 1ª Vara Cível, fica a parte autora, intimada para, no prazo de 05 dias, comprovar nos autos o recolhimento das custas de publicação do edital, no valor de R$ 39,52.
Ariquemes, 2 de maio de 2019.
MARIA EDINEIA DA CUNHA OLIVEIRA

Processo n. 7001931-60.2019.8.22.0002
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: AUTOR: IZAEL OLIVEIRA PEREIRA
Advogado do(a) AUTOR: LUIZ EDUARDO FOGACA - RO876
Requerido: RÉU: BANCO ITAU CONSIGNADO S.A.
Advogado do(a) RÉU: WILSON BELCHIOR - CE17314
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Ariquemes - 1ª Vara Cível, fica a parte autora intimada para, no prazo de 15 dias apresentar réplica.
Obs: O prazo será em dobro nos casos de: Curador, Defensoria Pública, Ministério Público, União, Estados, Distrito Federal, Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito Público, nos termos dos artigos 180, 183, 186 do NCPC.
Ariquemes, 2 de maio de 2019.
ADRIANA FERREIRA

Processo n. 7004947-56.2018.8.22.0002
Classe: EMBARGOS DE TERCEIRO (37)
Requerente: EMBARGANTE: VEROLINDA MONTEIRO VOLPATO
Advogado do(a) EMBARGANTE: ANDRE RICARDO STRAPAZZON DETOFOL - RO4234
Requerido: EMBARGADO: COLOMBI ASSESSORIA & COBRANCA LTDA - ME, JANINE COLOMBI DALSASSO, WALDIR MACHADO
Advogado do(a) EMBARGADO: RAIZA COSTA CAVALCANTI - RO6478
Advogado do(a) EMBARGADO: RAIZA COSTA CAVALCANTI - RO6478
Advogado do(a) EMBARGADO: JOSE ASSIS DOS SANTOS - RO2591
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Ariquemes - 1ª Vara Cível, ficam as partes intimadas da redesignação de audiência para o dia 05/06/2019 às 08:00 hs para oitiva da testemunha Guilherme Galvane Batista, que se realizará na sala de audiências da 4ª Vara Cível da Comarca de Vilhena - RO.
Ariquemes, 2 de maio de 2019.
MARIA CONCEICAO TANAZILDO

Processo n. 7001290-72.2019.8.22.0002
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: AUTOR: ALEXANDRE SILVA AMORIM
Advogado do(a) AUTOR: MARCOS ROBERTO FACCIN - RO1453
Requerido: RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Advogado do(a) RÉU: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - RO5369
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Ariquemes - 1ª Vara Cível, fica a parte autora intimada para, no prazo de 15 dias apresentar réplica.
Obs: O prazo será em dobro nos casos de: Curador, Defensoria Pública, Ministério Público, União, Estados, Distrito Federal, Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito Público, nos termos dos artigos 180, 183, 186 do NCPC.
Ariquemes, 2 de maio de 2019.
ADRIANA FERREIRA

Processo n. 7009628-40.2016.8.22.0002
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: AUTOR: RAIMUNDA MIRANDA MORAES
Advogados do(a) AUTOR: JULIANA DA SILVA - RO7162, MONICA MARIA TREVISANE - RO2601
Requerido: RÉU: BANCO BRADESCO S.A.
Advogados do(a) RÉU: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI - RO0004571A-A, PAULO EDUARDO PRADO - RO4881
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Ariquemes - 1ª Vara Cível, ficam as partes intimadas do trânsito em julgado da SENTENÇA, devendo a parte interessada promover o cumprimento de SENTENÇA, no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento.
Sem prejuízo, fica a parte requerida intimada para, no prazo de 15 dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 389,86, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa.
Ariquemes, 2 de maio de 2019.
MARCIA KANAZAWA

Processo n. 7005044-22.2019.8.22.0002
Classe: MONITÓRIA (40)
Requerente: AUTOR: VOLPAR ASSISTENCIA TECNICA, TORNO E SOLDA LTDA - ME
Advogado do(a) AUTOR: JUCYARA ZIMMER - RO5888
Requerido: RÉU: SILVANA BARROS LIMA - ME
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Ariquemes - 1ª Vara Cível, fica a parte autora intimada para, no prazo de 05 dias, manifestar sobre a devolução da correspondência com a informação " não existe número "
Não sendo justiça gratuita deverá a parte:
1) Caso pretenda a renovação ou repetição do deverá recolher as custas de que trata o artigo 19 Lei 3.896/2016;
2) Caso pretenda a emissão de MANDADO dentro da comarca deverá recolher as custas de diligência do oficial;
3) Caso pretende o emissão de MANDADO para comarca diversa, dentro do Estado de Rondônia, deverá recolher as custas de distribuição de Carta Precatória;
4) Caso pretenda pesquisa em órgãos conveniados (endereços, bloqueio de bens e etc.) deverá recolher as custas de que trata

o artigo 17 da Lei 3.896/2016, devendo ser recolhido 1 taxa para cada ato solicitado;
Obs: O prazo será em dobro nos casos de: Curador, Defensoria Pública, Ministério Público, União, Estados, Distrito Federal, Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito Público, nos termos dos artigos 180, 183, 186 do NCPC.
Ariquemes, 2 de maio de 2019.
HUDSON CASCAES MATOS

Processo n. 7003659-39.2019.8.22.0002
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: AUTOR: ANA ROSA BORBA
Advogado do(a) AUTOR: LILIAN MARIA SULZBACHER - RO3225
Requerido: RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Ariquemes - 1ª Vara Cível, fica a parte autora intimada da designação da perícia para o dia
19 de agosto de 2019 às 11:00h, no Hospital Monte Sinai, sito à Avenida Jamari, nº 3140, Setor 01 em Ariquemes com Dr. Valter Akira Miasato.
O patrono da parte autora deverá intimá-la a comparecer a perícia designada com laudos e exames já realizados, evitando a solicitação de novos exames.
Ariquemes, 2 de maio de 2019.
MARIA CONCEICAO TANAZILDO

Processo n. 7001011-23.2018.8.22.0002
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente: EXEQUENTE: BOI VERDE PRODUTOS DO CAMPO LTDA - EPP
Advogado do(a) EXEQUENTE: JESSICA MAGALHAES MIRANDA - RO7402
Requerido: EXECUTADO: EDGAR CORREA DE ABREU
Advogados do(a) EXECUTADO: PATRICIA DE JESUS PRASERES - RO9474, ANGELICA PEREIRA BUENO - RO8468
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Ariquemes - 1ª Vara Cível, fica a parte autora intimada para, no prazo de 15 dias, manifestar sobre a impugnação à execução apresentada nos autos, requerendo o oportuno.
Obs: O prazo será em dobro nos casos de: Curador, Defensoria Pública, Ministério Público, União, Estados, Distrito Federal, Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito Público, nos termos dos artigos 180, 183, 186 do NCPC.
Ariquemes, 2 de maio de 2019.
ADRIANA FERREIRA

Processo n. 7000900-10.2016.8.22.0002
Classe: PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)
Requerente: AUTOR: CREUZA FERREIRA BARBOSA
Advogado do(a) AUTOR: REGINALDO FERREIRA DOS SANTOS - RO5947
Requerido: RÉU: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Advogado do(a) RÉU: GABRIELA DE LIMA TORRES - RO5714
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Ariquemes - 1ª Vara Cível, ficam as partes intimadas do trânsito em julgado da SENTENÇA, devendo a parte interessada promover o cumprimento de SENTENÇA, no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento.
Sem prejuízo, fica a parte autora intimada para, no prazo de 15 dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 171,61, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa.
Ariquemes, 2 de maio de 2019.
MARCIA KANAZAWA

Processo n. 0000806-21.2015.8.22.0002
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: AUTOR: MARIA DAS DORES CEZÁRIO LOPES
Advogado do(a) AUTOR: RAFAEL BURG - RO4304
Requerido: RÉU: BANCO VOTORANTIM S/A
Advogados do(a) RÉU: EDSON ANTONIO SOUSA PINTO - RO4643, GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - RO5546
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Ariquemes - 1ª Vara Cível, fica a parte REQUERIDA intimada para pagamento das custas, no valor de R$ 672,50, no prazo de 15 dias, sob pena de protesto e inscrição na dívida ativa. Para pagamento emitir 2ª via no site do TJ/RO, na aba “Serviços Judiciais” - “custas judiciais”.
Ariquemes, 2 de maio de 2019.
MARCIA KANAZAWA

Processo n. 7003971-15.2019.8.22.0002
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: AUTOR: ANA SILVA LIMA
Advogado do(a) AUTOR: ELIEL LENI MESTRINER BARBOSA - RO5970
Requerido: RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Ariquemes - 1ª Vara Cível, fica a parte autora intimada da designação da perícia para o dia 19 de agosto de 2019 às 10:00 hs, no Hospital Monte Sinai, sito à Avenida Jamari, nº 3140, Setor 01 em Ariquemes com Dr. Valter Akira Miasato.
O patrono da parte autora deverá intimá-la a comparecer a perícia designada com laudos e exames já realizados, evitando a solicitação de novos exames.
Ariquemes, 2 de maio de 2019.
MARIA CONCEICAO TANAZILDO

Processo n. 0009186-33.2015.8.22.0002
Classe: EXE FISC - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL (1118)
Requerente: EXEQUENTE: SATHEL USINAS TERMO E HIDRO ELETRICAS S/A
Advogado do(a) EXEQUENTE: EDSON ELI DE FREITAS - SP105811
Requerido: EXECUTADO: PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL DO ESTADO DE RONDONIA
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Ariquemes - 1ª Vara Cível, fica a parte autora, intimada para, no prazo de 05 dias, manifestar-se acerca do agravo de instrumento, haja a vista a certidão id n. 26875968.
Ariquemes, 2 de maio de 2019.
MARIA EDINEIA DA CUNHA OLIVEIRA

Processo n. 7014068-11.2018.8.22.0002
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: AUTOR: CLAUDIONOR DA CRUZ
Advogado do(a) AUTOR: KARINE DE PAULA RODRIGUES - RO3140
Requerido: RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Ariquemes - 1ª Vara Cível, fica a parte autora intimada da designação da perícia para o dia 19 de agosto de 2019 às 09:00hs, no Hospital Monte Sinai, sito à Avenida Jamari, nº 3140, Setor 01 em Ariquemes com Dr. Valter Akira Miasato.
O patrono da parte autora deverá intimá-la a comparecer a perícia designada com laudos e exames já realizados, evitando a solicitação de novos exames.
Ariquemes, 2 de maio de 2019.
MARIA CONCEICAO TANAZILDO

Processo n. 7003960-83.2019.8.22.0002
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: AUTOR: CLAUDEMIR LIMA CAMARGO
Advogado do(a) AUTOR: EDINERI MARCIA ESQUIVEL - RO7419
Requerido: RÉU: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (INSS)

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Ariquemes - 1ª Vara Cível, fica a parte autora intimada da designação da perícia para o dia 19 de agosto de 2019 às 10:30hs, no Hospital Monte Sinai, sito à Avenida Jamari, nº 3140, Setor 01 em Ariquemes com Dr. Valter Akira Miasato.
O patrono da parte autora deverá intimá-la a comparecer a perícia designada com laudos e exames já realizados, evitando a solicitação de novos exames.
Ariquemes, 2 de maio de 2019.
MARIA CONCEICAO TANAZILDO

Processo n. 7003841-25.2019.8.22.0002
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: AUTOR: IVANILDO APARECIDO DE OLIVEIRA
Advogado do(a) AUTOR: PEDRO RIOLA DOS SANTOS JUNIOR - RO2640
Requerido: RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Ariquemes - 1ª Vara Cível, fica a parte autora intimada da designação da perícia para o dia 19 de agosto de 2019 às 15:30hs, no Hospital Monte Sinai, sito à Avenida Jamari, nº 3140, Setor 01 em Ariquemes com Dr. Valter Akira Miasato.
O patrono da parte autora deverá intimá-la a comparecer a perícia designada com laudos e exames já realizados, evitando a solicitação de novos exames.
Ariquemes, 2 de maio de 2019.
MARIA CONCEICAO TANAZILDO

Processo n. 7004152-16.2019.8.22.0002
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: AUTOR: APARECIDO NOVAIS DE ARAUJO
Advogado do(a) AUTOR: ELIEL LENI MESTRINER BARBOSA - RO5970
Requerido: RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Ariquemes - 1ª Vara Cível, fica a parte autora intimada da designação da perícia para o dia 19 de agosto de 2019 as 09:30hs, no Hospital Monte Sinai, sito à Avenida Jamari, nº 3140, Setor 01 em Ariquemes com Dr. Valter Akira Miasato.
O patrono da parte autora deverá intimá-la a comparecer a perícia designada com laudos e exames já realizados, evitando a solicitação de novos exames.
Ariquemes, 2 de maio de 2019.
MARIA CONCEICAO TANAZILDO

Processo n. 7002787-24.2019.8.22.0002
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente: EXEQUENTE: JORGE LUIZ SANTOS FERREIRA JUNIOR
Advogado do(a) EXEQUENTE: SERGIO MARCONDES DA SILVA - RO9976
Requerido: EXECUTADO: RUTE ESTER MOREIRA DIONISIO
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Ariquemes - 1ª Vara Cível, fica a parte autora, intimada da conversão da ação para cumprimento de SENTENÇA, face o decurso de prazo para pagamento ou opor embargos. Informo que deverá apresentar o cálculo atualizado, acrescido dos honorários fixados inicialmente (5%). Prazo de 05 dias
Ariquemes, 2 de maio de 2019.
MARIA EDINEIA DA CUNHA OLIVEIRA

Processo n. 7005629-74.2019.8.22.0002
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: AUTOR: JAIR MARINHO RODRIGUES
Advogado do(a) AUTOR: JOSE CARLOS SABADINI JUNIOR - RO8698
Requerido: RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Ariquemes - 1ª Vara Cível, fica a parte autora intimada da designação da perícia para o dia 19 de agosto de 2019 às 16:30hs, no Hospital Monte Sinai, sito à Avenida Jamari, nº 3140, Setor 01 em Ariquemes com Dr. Valter Akira Miasato.
O patrono da parte autora deverá intimá-la a comparecer a perícia designada com laudos e exames já realizados, evitando a solicitação de novos exames.
Ariquemes, 2 de maio de 2019.
MARIA CONCEICAO TANAZILDO

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
2ª Vâra Cível, Infância e Juventude da Comarca de Ariquemes-RO.
Juiza de Direito Drª Elisangela Nogueira
Sugestões e reclamações façam-nas pessoalmente a Diretora de Cartório Vânia de Oliveira ou via internet através do e-mail: aqs2civel@tjro.jus.br

Proc.: 0006785-95.2014.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Romildo Crispim Amaro, Alexsandra Vaz Bicalho
Advogado:Juarez Barreto Macedo Junior (SP 150l47)
Requerido:Canaã Geração de Energia Sa
Advogado:Richard Campanari (OAB/RO 2889), Erika Camargo Gerhardt (RO 1911), Luiz Felipe da Silva Andrade (OAB/RO 6175)
Recurso de Apelação Réu:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada a se manifestar sobre o Recurso de Apelação apresentado.
Vânia de Oliveira
Diretora de Cartório

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, - de 2084 a 2700 - lado par, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: aqs2civel@tjro.jus.br
Processo: 7015935-39.2018.8.22.0002
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: MARIA NAIR SANTOS ALVES
Advogado do(a) AUTOR: MARINALVA DE PAULO - RO5142
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Fica A PARTE AUTORA, POR VIA DE SEU(S) ADVOGADO(S), NO PRAZO DE 15 DIAS, INTIMADA A SE MANIFESTAR SOBRE A CONTESTAÇÃO, PARA QUERENDO, IMPUGNAR.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
ANDREIA TAIS LIMA DOS SANTOS

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493
Processo nº: 7008922-86.2018.8.22.0002
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: RUTH PEREIRA FERREIRA
Advogado do(a) AUTOR: EDSON RIBEIRO DOS SANTOS - RO6116
Requerido: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A

Advogados do(a) RÉU: MARCELLE PADILHA - RJ152229, THIAGO FIGUEIREDO DE ANDRADE QUEIROZ - RJ162773

SENTENÇA

I. RELATÓRIO

RUTH PEREIRA FERREIRA ingressou com a presente ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos morais e pedido de tutela antecipada em face de AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, partes qualificadas no feito.

Alega, em síntese, a autora que em 27/10/2017 adquiriu três passagens aéreas da companhia LATAM AIRLINES GROUP S/A, através da empresa de turismo MERLY VIAGENS E TURISMO financiada pela ré AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. Aduz que o pagamento das passagens se deu de forma parcelada em 10 parcelas mensais de R$356,01 (trezentos e cinquenta e seis reais e um centavo). Afirma que após ter efetuado o pagamento das três primeiras parcelas, por motivos alheios à sua vontade, não conseguiu fazer a viagem com os seus familiares, por isso solicitou o cancelamento das passagens, as quais foram devidamente canceladas em tempo hábil pela companhia LATAM AIRLINES GROUP S/A que, inclusive devolveu os valores até então pagos pela demandante. Sustenta, por fim, que mesmo após o cancelamento, a empresa ré inscreveu o seu nome nos órgãos de proteção ao crédito pelo valor referente as sete últimas parcelas, isto é, R$2.492,07, e, não obstante tenha a autora comunicado o cancelamento e solicitado a baixa dos registros, a ré permaneceu inerte.

Com a inicial foram juntados diversos documentos.

DECISÃO que postergou a análise do pedido de tutela de urgência e determinou a citação e intimação da ré (ID 19978706).

Audiência de conciliação infrutífera (ID 21379632).

Devidamente citada (ID 21070438), a requerida apresentou contestação no ID 21884413 - Pág. 1/6 alegando, em suma, culpa exclusiva de terceiro; inexistência de ato ilícito pelo réu; inexistência de danos morais por ter a ré agido no exercício regular de direito, dentre outras teses. Ao final, pugnou pela improcedência do pedido inicial.

Houve réplica – ID 22517179.

Instadas as partes na fase de especificação de provas, ambas quedaram-se inertes (ID 22913775).

II. FUNDAMENTAÇÃO

Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos morais que a autora Ruth Pereira Ferreira endereça a ré Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A.

O julgamento antecipado da lide se faz autorizado, com base no art. 355, I, do CPC, eis que não há necessidade da produção de outras provas, uma vez que em razão da natureza da demanda os fatos serão provados por meio de prova documental, as quais já se encontram no feito, razão pela qual, indefiro o pedido de produção de provas formulados pela autora.

Em casos tais, onde se mostra desnecessária a dilação probatória para a aferição de matéria relevante, o julgamento antecipado da lide é cogente e não mera liberalidade do Magistrado que ao emiti-lo atende ao interesse público, não havendo que se falar em ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa (Apelação Cível 96.005379-4, Rel. Des. Sebastião Teixeira Chaves, in TJRO-CD vol.4).

Não há preliminares nem prejudiciais de MÉRITO a serem analisadas, razão pela qual passo à análise do MÉRITO da demanda.

Consta na inicial que o nome da autora foi negativado indevidamente, uma vez que alegou não encontrar-se inadimplente junto a ré por ter cancelado as passagens aéreas em tempo hábil, dando conhecimento à ré.

O extrato do SPC Brasil acostado aos autos no ID 19933810 comprova a negativação do nome da autora pela requerida. Em sendo indevida a inscrição nos órgãos de proteção ao crédito gera para a ré o dever de indenizar a autora pelos danos sofridos, o qual dispensa a prova do efetivo dano à vítima.

O artigo 186 do Código Civil estabelece que: “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”.

São pressupostos da responsabilidade civil: a) ação ou omissão do agente; b) culpa do agente; c) relação de causalidade; d) dano experimentado pela vítima. O parágrafo único do artigo 927 do novo Código Civil estabeleceu também que: “Haverá a obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem”.

Aplicáveis ao caso normas do Código de Defesa do Consumidor, cujo artigo 3º dispõe: Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços. § 1º Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial. § 2º Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

O art. 14 do CDC, ainda prevê: O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

A requerida se enquadra como fornecedora de serviços, respondendo objetivamente pelos danos que seus agentes causarem a terceiro, conforme art. 14 do CDC, não havendo necessidade de se perquirir sobre a existência de culpa.

Na responsabilidade civil objetiva a atitude culposa ou dolosa do agente causador do dano é de menor relevância, pois desde que exista relação de causalidade entre o dano experimentado pela vítima e o ato do agente, surge o dever de indenizar, quer tenha este último agido ou não culposamente.

A teoria do risco é a da responsabilidade objetiva, segundo esta teoria, aquele que, através de sua atividade, cria um risco de dano para terceiro, deve ser obrigado a repará-lo, ainda que sua atividade ou comportamento seja isento de culpa.

Indene de dúvidas que a requerida incluiu o nome da autora no cadastro de pessoas inadimplentes, restando aferir se a inscrição foi indevida ou não.

No caso em questão, a demandada não logrou demonstrar que a negativação foi devida, o que era seu ônus, nos termos do art. 373, II, CPC.

Além disso, tem-se que nas relações de consumo, de regra há a inversão do ônus da prova, tendo em vista tratar-se de prova negativa para o consumidor, cabendo à ré demonstrar de forma contundente que a dívida existe e, por isso, justifica o registro do nome do cliente nos cadastros de inadimplentes.

Contudo, não é o que consta no feito. A autora trouxe elementos mínimos de prova de que a dívida é inexistente, já que efetuou o cancelamento das passagens aéreas em tempo hábil, inclusive, logrou restituir o valor das três parcelas pagas. Por outro lado, a ré não logrou convencer este juízo de que a autora tornou-se inadimplente junto a ela.

Os documentos juntados ao feito pela autora no ID 19933822 – Pág. 1/2 comprovam que a demandante solicitou o cancelamento das passagens, o que foi realizado pela empresa aérea.

O valor remanescente das parcelas cobradas pela ré que deu origem a inclusão do nome da autora no SPC/SERASA diz respeito as sete últimas parcelas do financiamento das passagens aéreas que foram devidamente canceladas, fato que inclusive foi comunicado à ré.

A tese da requerida em sua contestação é de que a demandante não comunicou o cancelamento, bem como que o crédito foi cedido à terceira pessoa. Todavia, dita tese não prospera.

Como dito alhures, houve de fato a solicitação do cancelamento pela autora que inclusive foi ressarcida pelas parcelas até então pagas.
Logo, não há razão para afastar a verossimilhança das alegações da autora, já que carreou ao feito elementos de convicção hábeis a confrontar as alegações da ré submetidas ao judiciário.
Conclui-se, portanto, que a inscrição no serviço de proteção ao crédito se operou de forma ilegítima, e isto, por si só, deixa evidentes os pressupostos da responsabilização civil da ré, cuja atitude causa um dano in re ipsa, o qual deve ser indenizado.
Na realidade a inscrição indevida do nome da demandante e sua manutenção constitui ofensa à dignidade do demandante capaz de gerar indenização por dano moral.
O direito à indenização por danos morais tem lastro constitucional (art. 5º, inciso V e X) e infraconstitucional (art. 186 do CC), e encontra justificativa quando há violação à intimidade, vida privada, honra ou imagem das pessoas.
Houve, portanto, séria negligência no dever de cuidado da ré ao negativar um cliente sem se cercar das devidas cautelas.
O STJ firmou o entendimento de que da indevida inclusão (ou manutenção) de nome de consumidor em cadastro de inadimplentes existe a presunção de um dano moral indenizável, ou seja, o consumidor não precisa fazer a prova de que houve abalo à sua honra ou reputação para conseguir indenização, pois a existência de dano, nessas situações, é presumida (dentre outros: REsp 419.365/MT, de minha relatoria, DJ: 11/11/2002; e REsp 432.177/SC, Rel. Min. Aldir Passarinho, DJ: 28/10/2003).
Esse também é o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.
Apelação cível. Ação indenizatória. Danos morais. Inscrição indevida. Registro indevido em órgão de proteção ao crédito. Dano moral in re ipsa. Quantum indenizatório. Fixação em valor excessivo. Redução devida. Recurso provido. Comprovada que a conduta da empresa superou a barreira do mero dissabor, trazendo diversos transtornos para a vida do consumidor em virtude da cobrança indevida de valores e da inscrição em órgão de proteção ao crédito, desguarnecida de alicerce para sua efetivação, enseja reparação por danos morais. A inscrição indevida em cadastros de proteção ao crédito, por si só, justifica o pedido de indenização por danos morais, em razão da presunção do abalo moral sofrido. Quando o valor da indenização por danos morais apresentar-se fora das balizas da proporcionalidade e da razoabilidade, sendo fixado em valor excessivo, é medida imperiosa sua redução a patamar condizente a esses princípios. (Apelação, Processo nº 0004881-09.2015.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Isaias Fonseca Moraes, Data de julgamento: 27/04/2017).
Na equalização deste quantum, o magistrado deve considerar a extensão do dano, o grau de culpa do ofensor, sua situação econômica, bem como do ofendido. Finalmente deverá fixá-lo em patamar que não seja tão vultoso a ponto de enriquecer a vítima, nem tão desprezível que seja aviltante. Deverá ainda constituir valor que represente fator de desestímulo a prática do ilícito ou encorajamento para adoção de providências de prevenção, evitando-se que fatos análogos voltem a ocorrer.
Assim, analisando as circunstâncias do caso, bem como a capacidade econômica das partes e o dano causado a autora, mostra-se justa e proporcional a condenação da ré ao pagamento de verba indenizatória no valor de R$ 5.000,00 a título de danos morais.
III. DISPOSITIVO
Pelo exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, para DECLARAR a inexistência do débito de R$2.492,07 (dois mil quatrocentos e noventa e dois reais e sete centavos), referente ao contrato discutido no presente feito, bem como para CONDENAR a ré a indenizar a autora por dano moral, no valor de R$5.000,00 (cinco mil reais), acrescido de juros e correção monetária, a partir desta DECISÃO. Declaro o feito extinto com resolução de MÉRITO, nos termos do art. 487, I, CPC.
Presentes os requisitos do art. 300, do CPC/2015, ANTECIPO OS EFEITOS DA TUTELA de urgência para determinar que a requerida providencie a baixa/exclusão do nome da autora do cadastro de pessoas inadimplentes pela dívida discutida nestes autos (doc. do ID 19933810), no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da intimação desta, sob pena de pagamento de multa diária que fixo em R$300,00 até o limite de R$3.000,00.
Por fim, condeno a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes que fixo em 10% sobre o valor do proveito econômica da parte autora, com lastro no art. 85, §2º, CPC.
P.R.I. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se.
SERVE DE CARTA, MANDADO, OFÍCIO e CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes, 30 de abril de 2019.
ELISANGELA NOGUEIRA
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, - de 2084 a 2700 - lado par, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: aqs2civel@tjro.jus.br
Processo: 7010270-42.2018.8.22.0002
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: LIQUIGAS DISTRIBUIDORA S.A.
Advogado do(a) EXEQUENTE: MARIA LUCIA FERREIRA TEIXEIRA - MT3662-O
EXECUTADO: CIMENPAR DISTRIBUIDORA DE CIMENTO LTDA e outros
Intimação
Intimação do exequente, para requerer o que entender de direito.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
ANDREIA TAIS LIMA DOS SANTOS

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, - de 2084 a 2700 - lado par, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: aqs2civel@tjro.jus.br
Processo: 7001889-11.2019.8.22.0002
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: MOISES CORREIA
Advogados do(a) AUTOR: LINDENBERG ESTEFANI DE SOUZA - RO7253, MARTA AUGUSTO FELIZARDO - RO6998, GRACILENE MARIA DE SOUZA ZIMMER - RO5902
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Intimação do autor, do teor do Laudo Pericial.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
ANDREIA TAIS LIMA DOS SANTOS

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo: 7007683-81.2017.8.22.0002
Classe: Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DO NORTE DE RONDONIA LTDA. - CREDISIS CREDIARI
ADVOGADO DO EXEQUENTE: WILLIAM ALVES JACINTHO RODRIGUES OAB nº RO3272, VALDOMIRO JACINTHO RODRIGUES OAB nº RO2368
EXECUTADO: JAIR MIOTTO JUNIOR

DESPACHO
Defiro o pedido de ID 24917492, designo audiência de conciliação para o dia 24 de maio de 2019, as 09h30min, a ser realizada no CEJUSC, localizado na Rua Fortaleza, nº 2178, Setor 03, em Ariquemes/RO (Telefone 3536-3937).
Ficam as partes intimadas por meio de seus procuradores.
Intime-se.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Elisangela Nogueira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, - de 2084 a 2700 - lado par, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: aqs2civel@tjro.jus.br
Processo: 7000211-29.2017.8.22.0002
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ELIZANGELA MARTINS COSTA FEREZINI
Advogados do(a) AUTOR: GISLENE TREVIZAN - RO7032, CORINA FERNANDES PEREIRA - RO2074
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Intimação da parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar acerca dos valores apresentados pelo INSS.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
ANDREIA TAIS LIMA DOS SANTOS
PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, - de 2084 a 2700 - lado par, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: aqs2civel@tjro.jus.br
Processo: 7012005-47.2017.8.22.0002
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: NEUSA DOS SANTOS DOMINGUES
Advogado do(a) AUTOR: JOSE CARLOS SABADINI JUNIOR - RO8698
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Intimação da parte autora, para requerer o que entender de direito.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
ANDREIA TAIS LIMA DOS SANTOS

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493
Processo nº: 7000046-79.2017.8.22.0002
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: CELSO ZANARDI
Advogados do(a) AUTOR: OZEIAS DIAS DE AMORIM - RO4194, JOSE RICARDO D AVASSI DAMICO - RO7435
Requerido: SEBASTIAO BERNARDO DE CARVALHO
DESPACHO
Designo audiência de instrução para o dia 21 de agosto de 2019, às 10 horas, que realizar-se-á na sala de audiências da Segunda Vara Cível (FÓRUM) desta comarca de Ariquemes, para oitiva da testemunha JOSÉ DE LIMA ROCHA, a qual deverá ser intimada/notificada por meio do advogado do autor para comparecer à solenidade.
A parte autora será intimada por meio de seu advogado.
Intime-se à Defensoria Pública.
Ariquemes, 30 de abril de 2019.
ELISANGELA NOGUEIRA
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, - de 2084 a 2700 - lado par, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: aqs2civel@tjro.jus.br
Processo: 7002977-21.2018.8.22.0002
Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO (172)
EMBARGANTE: JOAO CARLOS SCHILIVE
Advogado do(a) EMBARGANTE: JOAO QUENDIS CAMARGO - RO5624
EMBARGADO: RONALDO DE CARVALHO BORBA
Advogado do(a) EMBARGADO: BELMIRO ROGERIO DUARTE BERMUDES NETO - RO5890
Intimação
Intimação das partes, do teor do Laudo Pericial.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
ANDREIA TAIS LIMA DOS SANTOS

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, - de 2084 a 2700 - lado par, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: aqs2civel@tjro.jus.br
Processo: 7012714-82.2017.8.22.0002
Classe: FAMÍLIA- TUTELA E CURATELA - NOMEAÇÃO (61)
REQUERENTE: MARIA LIDIA DOS SANTOS
Advogado do(a) REQUERENTE: MARCELO ANTONIO GERON GHELLERE - RO1842
INTERESSADO: MARCOS ANTONIO DOS SANTOS SILVA
Intimação
Intimação do autor, do teor do Laudo Pericial.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
ANDREIA TAIS LIMA DOS SANTOS

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, - de 2084 a 2700 - lado par, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: aqs2civel@tjro.jus.br
Processo: 7002057-13.2019.8.22.0002
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: CLEUSA DE ALBUQUERQUE
Advogado do(a) AUTOR: SILVANA FERREIRA - RO6695
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Intimação do autor, do teor do Laudo Pericial.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
ANDREIA TAIS LIMA DOS SANTOS

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, - de 2084 a 2700 - lado par, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: aqs2civel@tjro.jus.br
Processo: 7007802-08.2018.8.22.0002
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: MARIA AMELIA SANTOS
Advogado do(a) AUTOR: ELIEL LENI MESTRINER BARBOSA - RO5970
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Intimação
Intimação do patrono do requerente, acerca da informação de não comparecimento do autor na perícia designada.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
ANDREIA TAIS LIMA DOS SANTOS

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, - de 2084 a 2700 - lado par, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: aqs2civel@tjro.jus.br
Processo: 7002292-77.2019.8.22.0002
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
AUTOR: ELZA FERREIRA DE SOUZA
Advogado do(a) AUTOR: PAULO HENRIQUE GONCALVES GONZAGA DA SILVA - RO9460
Intimação
Intimação do autor, do teor do Laudo Pericial.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
ANDREIA TAIS LIMA DOS SANTOS

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, - de 2084 a 2700 - lado par, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: aqs2civel@tjro.jus.br
Processo: 7011816-35.2018.8.22.0002
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: GERALDO COITINHO DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: SIDNEI DONA - RO377
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Intimação do autor, do teor do Laudo Pericial.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
ANDREIA TAIS LIMA DOS SANTOS
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo: 7006295-75.2019.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum
AUTOR: JOSE EDVALDO VITOR
ADVOGADO DO AUTOR: DAYANE DA SILVA MARTINS OAB nº RO7412, AYLA JUDITH NOGUEIRA SILVA OAB nº RO9179
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
1. Processe-se com gratuidade.
2. INDEFIRO, por ora, o pedido de tutela de urgência pois, embora não se duvide da enfermidade do autor, inexistem no feito elementos que conduzam a CONCLUSÃO de que atualmente esteja efetivamente incapacitado para o trabalho, necessitando de produção de outras provas, notadamente, a pericial.
3. Deixo de designar audiência prévia de conciliação neste momento processual, aguardando futura realização de mutirão de conciliação pela autarquia ré.
4. A pedido do réu (Ofício de n. 153/2017 – NUPREV/PFRO/PGF/AGU, de 26/07/2017) inverto o procedimento e determino a realização primeiro da perícia médica.
5. Nomeio perito o DR. DANIEL MARQUES FRANCO, médico especializado em ortopedia e traumatologia, CRM-RO 4233, Fone (069) 99995-2525 e-mail: danielfranco.med@hotmail.com. A perícia será realizada no dia 28 de Maio de 2019, a partir das 08 horas, por ordem de chegada, no Auditório do Ministério Público (ao lado do Fórum), nesta. Considerando que a Justiça Federal tem orientado a não fixação de honorários periciais com majoração de até três vezes o valor do mínimo fixado no art. 28, parágrafo único da Resolução n. CJF-RES-2014/00305, uma vez que tal situação tem levado ao esgotamento do orçamento daquele ente antes mesmo do término do exercício (Circular SJRO-DIREF - 5573611), prejudicando, assim, os pagamentos. Fixo ao perito nomeado nos autos, DR. DANIEL MARQUES FRANCO, honorários periciais no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais), nos termos da Portaria Conjunta – Gabinetes Cíveis da Comarca de Ariquemes n. 01/2018, na qual em razão das particularidades elencadas na referida portaria, concluiu-se pelo referido valor, bem como em razão da causa ser de natureza previdenciária, sendo a parte autora beneficiária da justiça gratuita, observados os critérios estabelecidos no art. 28, parágrafo único da Resolução n. CJF-RES-2014/00305, estando abaixo do limite máximo autorizado. A aplicação da majoração, segundo o limite previsto no parágrafo único do art. 28 da Resolução, justifica-se por questões fáticas e típicas desta Comarca acerca da disponibilidade/especialidade dos profissionais médicos à disposição nesta urbe, haja vista a escassez de profissionais de algumas especialidades (oncologista, neurologista, psiquiatra entre outros), o que impõe a nomeação de perito residente em outra Comarca para a realização de perícias em sistema de mutirão, aumentando o custo para a sua realização (despesas de translado, hospedagem, alimentação e o serviço pericial). O perito deverá ser intimado da presente nomeação, podendo apresentar escusa no prazo de 15 dias (art. 157, §1º, do CPC), presumindo-se a sua aceitação, caso decorrido o prazo se mantenha silente. Em caso de aceitação expressa deverá informar dia, horário e local para realização da perícia, observando uma data mínima de 20 dias, para viabilizar a intimação das partes. Conste na intimação que a perícia tem, por fim, averiguar se a parte autora possui alguma enfermidade, indicando, em caso positivo, se a mesma o torna incapaz para o trabalho e se eventual incapacidade é definitiva ou temporária, total ou parcial, indicando, no último caso, o tratamento aplicável e o tempo estimado. O laudo, que além do exame médico avaliativo do perito deverá responder objetivamente aos quesitos padronizados por este juízo, que se encontram discriminados abaixo, deverá ser apresentado no cartório da Vara, em 30 dias após a data agendada pelo perito para realização da perícia.
6. Intime-se a parte autora (que não será intimada pessoalmente), por meio de seu advogado, para comparecer na data e local acima mencionados, para a realização da perícia, munida de todos os exames, bem como para nomear assistente técnico, caso queira, no prazo de 15 dias, a contar da intimação desta DECISÃO.
7. Registro que o não comparecimento da parte autora na data da perícia, sem apresentação de justificativa de sua ausência comprovada mediante documento idôneo, no prazo de 5 dias, após a data da perícia importará em desistência da prova pericial, seguindo-se o feito o seu trâmite normal.
8. Apresentado o laudo, solicite-se o pagamento dos honorários periciais no sistema AJG da Justiça Federal.
9. Após, intimem-se a parte autora para manifestação acerca da perícia, no prazo de 15 dias.
10. Em seguida, CITE-SE a Autarquia ré na forma da lei (CPC, artigo 188).
11. Apresentada defesa pelo réu, intime-se a parte autora para se manifestar em réplica, em 15 dias (art. 350, CPC).
12. Expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO /CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes 30 de abril de 2019
Elisangela Nogueira
Juiz(a) de Direito
QUESITOS DO JUÍZO:
1. Qualificação geral do periciando – anamnese. Seu histórico clínico e de tratamentos.
2. Apresenta, o periciando, doença que o incapacita para o exercício

de qualquer atividade que lhe garanta a subsistência
3. Qual doença/lesão apresentada
4. Quais são as funções/movimentos corporal comprometidas em decorrência da enfermidade Qual o grau de limitação
5. O diagnóstico atual foi estabelecido clinicamente ou há comprovação por exames complementares Especificar.
6. A incapacidade é decorrente de acidente de trabalho A doença pode ser caracterizada como doença profissional ou do trabalho Esclareça.
7. Apresenta o periciando redução da capacidade laboral decorrente de acidente de qualquer natureza
8. Qual a data de início da doença A doença diagnosticada pode ser caracterizada como progressiva
9. Atualmente a enfermidade está em fase evolutiva (descompensada) ou estabilizada (residual)
10. Qual a data de início da incapacidade
11. O grau de redução da capacidade laboral é total ou parcial Especifique a extensão e a intensidade da redução e de que forma ela afeta as funções habituais do periciando.
12. A incapacidade é permanente ou temporária Se temporária, qual tempo o periciando deve permanecer afastada de suas atividades laborais
13. O periciando necessita de assistência ou acompanhamento permanente ou de outra pessoa
14. A incapacidade detectada afeta o discernimento para os atos da vida civil
15. Há possibilidade de cura da enfermidade ou erradicação do estado incapacitante
16. A parte está em tratamento

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo: 7006329-50.2019.8.22.0002
Classe: Interdição
REQUERENTE: NADIR DA SILVA LIMA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ADILSON PRUDENTE DE OLIVEIRA OAB nº RO5314
REQUERIDO: LIBIO LIMA
DECISÃO
Processe-se com gratuidade, prioridade e em segredo de justiça.
Versam os presentes sobre ação de curatela que NADIR DA SILVA LIMA endereça em face de LIBIO LIMA.
Presentes os elementos autorizadores da tutela de urgência vindicada, pois os documentos trazidos com a inicial evidenciam o risco de perecimento do direito.
Há sérios indícios que induzem, no primeiro momento, o convencimento quanto à atual incapacidade do interditando, consubstanciado nos laudos e receituários médicos colacionados na inicial, que justificam a nomeação de um curador provisório.
Não se pode deixar que as consequências da incapacidade do interditando, obstem o gerenciamento de seus bens e renda e compromete assim o seu próprio sustento, sendo, por isso, aconselhável a providência judicial para deferir a tutela de urgência requerida.
Posto isto, com base no artigo 300, do CPC, defiro o pedido liminar, para nomear NADIR DA SILVA LIMA, provisoriamente, curadora do interditando, LIBIO LIMA, pelo prazo de 180 dias, ou até DECISÃO final.
Expeça-se termo de curatela e intime-se para assinatura.
Analisando a petição inicial e os documentos juntados ao feito, verifica-se que o interditando possui enfermidade denominada Doença de Alzheimer em estágio avançado, estando atualmente com dificuldades de locomoção e problemas na fala. Por estas razões, deixo, por ora, de designar audiência de interrogatório.
CITE-SE o requerido para contestar na forma do artigo 218 do Código de Processo Civil.
Constatando a demência, o oficial deverá certificar minudentemente a ocorrência e citá-lo na pessoa de um de seus parentes, que desde já fica nomeado curador para o ato.
O oficial não poderá citar o requerido (interditando) na pessoa da autora.
Não havendo outros parentes, à Defensoria Pública para que indique um defensor, que deverá ser intimado para apresentar defesa, iniciando-se desta o prazo de 5 (cinco) dias para contestar.
Nomeio como perita a Dra. Fabrícia Repiso Nogueira – CRM/RO 5037, que pode ser intimada pelo e-mail: repisofabricia1@hotmail.com, ou pelos telefones: 99928-2807 / 3536-8415. A perícia será realizada no dia 13 de Maio de 2019, a partir das 08h30min, por ordem de chegada, no Tribunal do Júri do Fórum de Ariquemes/RO.
Fixo o valor dos honorários periciais em R$ 1.000,00 (mil reais), a serem pagos pelo Estado ao final da lide, já que concedido o benefício da justiça gratuita.
Após a realização da perícia, deverá ser enviado a este Juízo, no prazo de 20 (vinte) dias, laudo circunstanciado, com resposta aos quesitos abaixo relacionados, fazendo referência ao número do processo em epígrafe mencionado, acompanhado de eventuais documentos que lhe forem ofertados, tais como quesitos complementares e indicação de assistente.
Faculto às partes, no prazo de 5 (cinco) dias da intimação da presente DECISÃO, indicarem assistentes técnicos e apresentarem quesitos a serem respondidos pelo perito nomeado.
Após, encaminhe-se o interditando para realização da perícia. Intime-se a parte autora da necessidade de levar consigo para análise do perito, na data a ser designada, os exames médicos já realizados, referentes à incapacidade alegada.
Dê-se ciência ao Ministério Público e a Defensoria Pública.
VIAS DESTE SERVE DE CARTA/MANDADO /OFICIO/CITAÇÃO/TERMO DE CURATELA PROVISÓRIO.
Ariquemes 30 de abril de 2019
Elisangela Nogueira
Juiz(a) de Direito
QUESITOS DO JUÍZO:
1) Sofre o(a) interditando(a) de suas faculdades mentais
2) Em caso afirmativo, informar circunstancialmente a motivação e grau de desenvolvimento da moléstia
3) Sofre o(a) interditando(a) de problema físico que a incapacita para a prática de atos da vida civil
4) Em caso positivo, qual a natureza da doença
5) Tal moléstia é de caráter permanente ou transitório
6) Está o(a) interditando(a) incapacitado(a) para gerir por si só a sua pessoa
7) Tal incapacidade é parcial ou total
8) Qual o CID da doença

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo: 7011796-15.2016.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum
AUTOR: SILVANA BERNARDINO CANTAO
ADVOGADO DO AUTOR: JONIS TORRES TATAGIBA OAB nº RO4318
RÉUS: ORILDES CASALI CORDOVA - ME, PEDRO ELIO NUNES DE CARVALHO, GENERALI BRASIL SEGUROS S A
ADVOGADOS DOS RÉUS: GUSTAVO MEDEIROS ARAUJO OAB nº MT13068
DESPACHO
Indefiro o pedido de ID 25654699, pois, conforme teor da certidão do Oficial de Justiça no ID 24171962 – carta precatória, já foi diligenciado no referido endereço (Rua Francisco Félix, 1570, Bairro Santa Cruz, município de Rondonópolis/MT) e o requerido não foi localizado.
Assim, intime-se a requerente para dar andamento ao feito, informando o atual endereço do requerido para citação, no prazo

de 05 dias, sob pena de extinção.
Decorrido o prazo sem manifestação, voltem conclusos para extinção do processo, por falta de pressuposto de constituição válida e regular do processo (art.485, IV, do CPC).
Caso necessário, expeça-se carta precatória.
VIAS DESTE SERVIRÃO DE CARTA DE CITAÇÃO/MANDADO / CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Elisangela Nogueira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, - de 2084 a 2700 - lado par, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: aqs2civel@tjro.jus.br
Processo: 7000678-37.2019.8.22.0002
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: MAGNA SUELI CAMPOS
Advogado do(a) AUTOR: MARCOS ROBERTO FACCIN - RO1453
RÉU: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado do(a) RÉU: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - RO5369
Intimação
Intimação das partes, do teor do Laudo Pericial.
Ariquemes, 02 de maio de 2019
ANDREIA TAIS LIMA DOS SANTOS
Tribunal de Justiça de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, - de 2084 a 2700 - lado par, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493
Processo nº 7015507-57.2018.8.22.0002
EXEQUENTE: FLORENCIO VIEIRA DE OLIVEIRA
EXECUTADO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
Intimação
Intimação da parte autora para manifestar sobre a impugnação apresentada.Prazo 15 dias.
Ariquemes, 2 de maio de 2019
Chefe de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo: 7005444-36.2019.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum
AUTOR: MARCELO RODRIGUES DE SOUZA
ADVOGADO DO AUTOR: BELMIRO ROGERIO DUARTE BERMUDES NETO OAB nº RO5890, VICTOR HUGO PILGER OAB nº RO9501
RÉUS: LEANE ELIETE GRIEHL, WALDINEY MATHEUS DA SILVA, MANOEL MESSIAS DOS SANTOS SILVA
DESPACHO
1. Processe-se com gratuidade.
2. Designo audiência de conciliação para o dia 28 de Junho de 2019 às 08 horas, a ser realizada pelo CEJUSC, localizado na Rua Fortaleza, nº 2178, Setor 03, em Ariquemes/RO (Telefone 3536-3937).
2.1 Intime-se o requerido da audiência.
2.2 Não havendo interesse pela realização da audiência de conciliação, o requerido deverá peticionar pelo cancelamento, no prazo antecedente de 10 dias (art. 334, §5º, CPC).
2.3 Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir) e devem fazê-lo acompanhadas de seus respectivos advogados. A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento (02%) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (CPC, art. 334, §8º).
3. CITE-SE o requerido para contestar a ação, no prazo de 15 dias, contados a partir da data da audiência. Não havendo audiência, será a partir da data do protocolo do pedido de cancelamento da referida audiência (CPC, art. 335, I e II), advertindo-o que se não contestar o pedido, incidirão os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na inicial e prosseguindo-se o processo independentemente de sua intimação para os demais atos, propiciando o julgamento antecipado da lide.
3.1 O oficial deverá observar o prazo de 20 dias de antecedência entre a citação e a audiência designada (CPC, art. 334, caput).
4. Caso reste infrutífera a conciliação, vindo a contestação, na hipótese de defesa preliminar e/ou juntada de documentos com a resposta, intime-se a parte autora para se manifestar em réplica ou impugnação, no prazo de 15 dias (Art. 350, do CPC).
5. Em seguida, intimem-se as partes para especificar as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade, em 5 dias.
6. Expeça-se o necessário.
SIRVA A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/OFICIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes, 2 de maio de 2019
Elisangela Nogueira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO 7014797-37.2018.8.22.0002
Classe: Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: DOLIR LORENSETTI
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RENATO AUGUSTO PLATZ GUIMARAES JUNIOR OAB nº SP142953, DIEGO FERNANDO MOLLERO BRUSTOLON OAB nº RO9446
EXECUTADOS: MANOEL SANDRO BENTO, VILSON GARCIA RODRIGUES
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS:
SENTENÇA
Versam os presentes sobre ação de execução fiscal movida por EXEQUENTE: DOLIR LORENSETTI em face de MANOEL SANDRO BENTO e VILSON GARCIA RODRIGUES, partes qualificadas no feito.
O exequente noticiou o pagamento integral do débito e requereu a extinção do presente feito (ID 25349275).
Diante da satisfação da obrigação, JULGO EXTINTA a presente execução, o que faço com lastro no art. 924, II, do CPC.
Custas indevidas.
Considerando a preclusão lógica, o feito transita em julgado nesta data (art. 1.000, parágrafo único do CPC).
P.R.I. Após as formalidades de praxe, arquive-se.
Ariquemes, 2 de maio de 2019
Elisangela Nogueira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, - de 2084 a 2700 - lado par, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: aqs2civel@tjro.jus.br
Processo: 7007976-51.2017.8.22.0002
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)

AUTOR: JULIA RODRIGUES DE SOUZA
Advogado do(a) AUTOR: TAVIANA MOURA CAVALCANTI - RO5334
RÉU: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogados do(a) RÉU: MARCIO MELO NOGUEIRA - RO2827, DIEGO DE PAIVA VASCONCELOS - RO2013, ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO - RO635, ERICA CRISTINA CLAUDINO - RO6207
Intimação
Intimação do autor, acerca do Recurso interposto pelo requerido.
Ariquemes, 02 de maio de 2019
ANDREIA TAIS LIMA DOS SANTOS

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo: 7006372-84.2019.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum
AUTOR: MARIA MADALENA DE ARAUJO
ADVOGADO DO AUTOR: DINAIR APARECIDA DA SILVA OAB nº RO6736
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
1. Processe-se com gratuidade.
2. Analisando os documentos juntados ao feito, verifica-se que é inviável a concessão da medida antecipatória nesta fase processual, tendo em vista que a amplitude da postulação e a prova trazida ao feito, neste momento de cognição sumária, não permite a concessão da medida sem maiores elementos probatórios a serem aferidos no feito, sob pena de DECISÃO temerária, necessitando a situação sub judice melhor averiguação.
2.1 Por estas razões, INDEFIRO, por ora, o pedido de tutela de urgência.
3. Deixo de designar audiência prévia de conciliação neste momento processual, aguardando futura realização de mutirão de conciliação pela autarquia ré.
4. A pedido do réu (Ofício de n. 153/2017 – NUPREV/PFRO/PGF/AGU, de 26/07/2017) inverto o procedimento e determino a realização primeiro da perícia médica.
5. Nomeio como perita a Dra. FABRICIA REPISO NOGUEIRA – CRM/RO 5037, e-mail: repisofabricia1@hotmail.com; telefones: 99928-2807/3536-8415, cuja perícia se realizará no dia 13 de Maio de 2019 a partir das 08h30min, por ordem de chegada, no Tribunal do Júri do Fórum de Ariquemes. Considerando que a Justiça Federal tem orientado a não fixação de honorários periciais com majoração de até três vezes o valor do mínimo fixado no art. 28, parágrafo único da Resolução n. CJF-RES-2014/00305, uma vez que tal situação tem levado ao esgotamento do orçamento daquele ente antes mesmo do término do exercício (Circular SJRO-DIREF - 5573611), prejudicando, assim, os pagamentos. Fixo a perita nomeada nos autos, Dra. FABRICIA REPISO NOGUEIRA, honorários periciais no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais), nos termos da Portaria Conjunta – Gabinetes Cíveis da Comarca de Ariquemes n. 01/2018, na qual em razão das particularidades elencadas na referida portaria, concluiu-se pelo referido valor, bem como em razão da causa ser de natureza previdenciária, sendo a parte autora beneficiária da justiça gratuita, observados os critérios estabelecidos no art. 28, parágrafo único da Resolução n. CJF-RES-2014/00305, estando abaixo do limite máximo autorizado. A aplicação da majoração, segundo o limite previsto no parágrafo único do art. 28 da Resolução, justifica-se por questões fáticas e típicas desta Comarca acerca da disponibilidade/especialidade dos profissionais médicos à disposição nesta urbe, haja vista a escassez de profissionais de algumas especialidades (oncologista, neurologista, psiquiatra entre outros), o que impõe a nomeação de perito residente em outra Comarca para a realização de perícias em sistema de mutirão, aumentando o custo para a sua realização (despesas de translado, hospedagem, alimentação e o serviço pericial). O perito deverá ser intimado da presente nomeação, podendo apresentar escusa no prazo de 15 dias (art. 157, §1º, do CPC), presumindo-se a sua aceitação, caso decorrido o prazo se mantenha silente. Em caso de aceitação expressa deverá informar dia, horário e local para realização da perícia, observando uma data mínima de 20 dias, para viabilizar a intimação das partes. Conste na intimação que a perícia tem, por fim, averiguar se a parte autora possui alguma enfermidade, indicando, em caso positivo, se a mesma o torna incapaz para o trabalho e se eventual incapacidade é definitiva ou temporária, total ou parcial, indicando, no último caso, o tratamento aplicável e o tempo estimado. O laudo, que além do exame médico avaliativo do perito deverá responder objetivamente aos quesitos padronizados por este juízo, que se encontram discriminados abaixo, deverá ser apresentado no cartório da Vara, em 30 dias após a data agendada pelo perito para realização da perícia.
6. Sem prejuízo, intime-se a parte autora (que não será intimada pessoalmente), por meio de seu advogado, para comparecer na data e local acima mencionados, para a realização da perícia, munida de todos os exames, bem como para nomear assistente técnico, caso queira, no prazo de 15 dias, a contar da intimação desta DECISÃO.
7. Registro que o não comparecimento da parte autora na data da perícia, sem apresentação de justificativa de sua ausência comprovada mediante documento idôneo, no prazo de 5 dias, após a data da perícia importará em desistência da prova pericial, seguindo-se o feito o seu trâmite normal.
8. Apresentado o laudo, solicite-se o pagamento dos honorários periciais no sistema AJG da Justiça Federal.
9. Após, intime-se a parte autora para manifestação acerca da perícia, no prazo de 15 dias.
10. Em seguida, CITE-SE a Autarquia ré na forma da lei (CPC, artigo 188).
11. Apresentada defesa pelo réu, intime-se a parte autora para se manifestar em réplica, em 15 dias (art. 350, CPC).
12. Expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO /CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes 2 de maio de 2019
Elisangela Nogueira
Juiz(a) de Direito
QUESITOS DO JUÍZO:
1. Qualificação geral do periciando – anamnese. Seu histórico clínico e de tratamentos.
2. Apresenta, o periciando, doença que o incapacita para o exercício de qualquer atividade que lhe garanta a subsistência
3. Qual doença/lesão apresentada
4. Quais são as funções/movimentos corporal comprometidas em decorrência da enfermidade Qual o grau de limitação
5. O diagnóstico atual foi estabelecido clinicamente ou há comprovação por exames complementares Especificar.
6. A incapacidade é decorrente de acidente de trabalho A doença pode ser caracterizada como doença profissional ou do trabalho Esclareça.
7. Apresenta o periciando redução da capacidade laboral decorrente de acidente de qualquer natureza
8. Qual a data de início da doença A doença diagnosticada pode ser caracterizada como progressiva
9. Atualmente a enfermidade está em fase evolutiva (descompensada) ou estabilizada (residual)
10. Qual a data de início da incapacidade
11. O grau de redução da capacidade laboral é total ou parcial Especifique a extensão e a intensidade da redução e de que forma ela afeta as funções habituais do periciando.
12. A incapacidade é permanente ou temporária Se temporária, qual tempo o periciando deve permanecer afastada de suas atividades laborais

13. O periciando necessita de assistência ou acompanhamento permanente ou de outra pessoa
14. A incapacidade detectada afeta o discernimento para os atos da vida civil
15. Há possibilidade de cura da enfermidade ou erradicação do estado incapacitante
16. A parte está em tratamento

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, - de 2084 a 2700 - lado par, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: aqs2civel@tjro.jus.br
Processo: 7016436-90.2018.8.22.0002
Classe: BUSCA E APREENSÃO (181)
REQUERENTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
Advogado do(a) REQUERENTE: ROSANGELA DA ROSA CORREA - RO5398
REQUERIDO: DANIEL AMORIM
Intimação
Fica a Parte Autora, através de seu advogado, intimada para se manifestar sobre a certidão do Oficial de Justiça com diligência negativa. Se requerer nova diligência em outro endereço, deverá efetuar o pagamento das custas referente à renovação da diligência do Oficial de Justiça, através do site www.tjro.jus.br ou link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=6EoGbaZQbVpZkVbXZdase3F4b4KnpbeKQ-yTbNCO.wildfly02:custas2.1
Ariquemes, 02 de maio de 2019
ANDREIA TAIS LIMA DOS SANTOS

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493
Processo nº: 7002104-21.2018.8.22.0002
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: SERGIO MARCOS DE OLIVEIRA
Advogados do(a) AUTOR: OZEIAS DIAS DE AMORIM - RO4194, JOSE RICARDO D AVASSI DAMICO - RO7435
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogado do(a) RÉU: ERICA CRISTINA CLAUDINO - RO6207
SENTENÇA
I. RELATÓRIO
SERGIO MARCOS DE OLIVEIRA ajuizou a presente ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos morais com pedido de tutela de urgência em desfavor de ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDONIA (CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A - CERON), partes qualificadas.
Alega, em síntese, o autor que em data de 27 de julho de 2017, celebrou contrato de locação com a proprietária do imóvel urbano situado na Rua Graciliano Ramos, 3140, Setor 06, nesta cidade de Ariquemes e em 28/07/2017 solicitou junto a concessionária ré a transferência de titularidade da energia elétrica para o seu nome tendo o serviço sido realizado em 31/07/2017 – Código único n. 0560026-0. Sustenta que desde então vem pagando as faturas em dia, porém,em 20/02/2018 se dirigiu a uma loja do comércio local a fim de adquirir produtos para pagamento pelo crediário, todavia, para sua surpresa, foi impedido por estar seu nome negativado pela ré por uma suposta dívida no valor de R$4.901,88, cuja cobrança é referente ao período de jan/2016 a jun/2017 datas em que sequer residia no imóvel. Juntou documentos.
Concessão de tutela de urgência no ID 16502073.
Devidamente citada (ID 16851610) a requerida apresentou contestação no ID 18410030 - Pág. 1/11 alegando, em resumo, presunção de legitimidade do ato administrativo; regularidade do procedimento; impossibilidade de inexigibilidade do valor faturado, dentre outras teses. Ao final, pugnou pela improcedência do pedido inicial.
Com a contestação foram juntados diversos documentos.
Houve réplica (ID 19706471)
Instadas as partes na fase de especificação de provas, somente o autor veio ao feito requerendo o julgamento do processo no estado em que se encontra. A ré quedou-se inerte.
II. FUNDAMENTAÇÃO
Versam os autos sobre ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos morais que o autor Sergio Marcos de Oliveira endereça a Centrais Elétricas de Rondônia S/A.
O julgamento antecipado da lide se faz autorizado, com base no art. 355, I, do CPC, eis que não há necessidade da produção de outras provas, uma vez que em razão da natureza da demanda os fatos serão provados por meio de prova documental, as quais já se encontram no feito, razão pela qual, indefiro o pedido de produção de provas formulados pela autora.
Em casos tais, onde se mostra desnecessária a dilação probatória para a aferição de matéria relevante, o julgamento antecipado da lide é cogente e não mera liberalidade do Magistrado que ao emiti-lo atende ao interesse público, não havendo que se falar em ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa (Apelação Cível 96.005379-4, Rel. Des. Sebastião Teixeira Chaves, in TJRO-CD vol.4).
Não há preliminares nem prejudiciais de MÉRITO a serem analisadas, razão pela qual passo à análise do MÉRITO da demanda.
No caso vertente, o autor afirmou que seu nome foi negativado pela requerida por dívida não pertencente a ele, eis que restou demostrado no feito que os débitos relacionados na fatura do ID 16490874, os quais foram objeto dos registros no SERASA não diz respeito ao consumo de energia na unidade consumidora do autor, mas de terceira pessoa.
O extrato do SPC BRASIL – SERASA EXPERIAN juntado ao feio no ID 16490897 dá conta da inclusão do nome do autor pela concessionária ré nos cadastros de pessoas inadimplentes pelo débito em questão.
O cerne da questão gira em torno da declaração da ilegalidade da cobrança da fatura emitida pela requerida no valor de R$4.901,88, referente a diferença de faturamento do período de 01/2016 a 06/2017, alusiva a suposta recuperação de consumo, período em que o autor sequer residia no imóvel.
A análise do feito faz emergir de maneira indiscutível a relação de consumo havida entre as partes litigantes, motivo pelo qual o conflito de interesses ora apresentado deve ser resolvido à luz do Código de Defesa do Consumidor.
O artigo 2º, da Lei n. 8.078/90, define consumidor como sendo: “Toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final”.
O artigo 3º da referida lei, por sua vez, define fornecedor como sendo: “Toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como entes despersonalizados, que desenvolvem atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição e comercialização de produtos ou prestação de serviços. § 1° Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial. § 2° Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.
No caso em comento, verifica-se que o autor é classificado como consumidor e a ré como prestadora de serviços. Adota, o Código de Defesa do Consumidor, a teoria do risco do empreendimento. Inteligência dos artigos 7º, parágrafo único e 25, do citado diploma legal.
Na sua sistemática, a responsabilidade pela qualidade biparte-se na exigência de adequação e segurança, segundo o que razoavelmente se pode esperar dos produtos e serviços.

O art. 6º, VI, do CDC, arrola como direito básico do consumidor "a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos".
Segundo o estabelecido pelo art. 14, do mesmo diploma, a responsabilidade da prestadora de serviços pelo defeito no fornecimento de seu serviço é objetiva, ou seja, independe da existência de culpa. Assim, caberia ao consumidor a demonstração do nexo de causalidade e do dano. Inexistindo relação de causa e efeito, ocorre a exoneração da responsabilidade.
De acordo com as alegações da concessionária ré por ocasião da inspeção técnica realizada na UC do autor foi constatado que o medidor ali instalado estava com o visor queimado deixando de registrar o consumo normal de energia. Em decorrência disso, vinha o autor usufruindo de um serviço, porém, não vinha pagando por aquilo que efetivamente consumia.
Segundo a ré, após os procedimentos adotados, chegou-se a uma diferença de faturamento no período de 01/2016 a 06/2017, no montante de R$4.901,88.
Por outro lado, a parte autora afirma que a dívida não lhe pertence, uma vez que no período em que ocorreu o suposto desvio de energia elétrica (01/2016 e 06/2017) o demandante sequer residia no imóvel, eis que somente passou a ocupar o imóvel em data de 27/07/2017, consoante contrato de locação e contrato de prestação de serviços de energia elétrica em anexos (IDs 16490796 e 16490846).
No caso, cabia à concessionária ré prestadora de serviço público que é, atentar-se aos princípios da prevenção, segurança jurídica, adequação do serviço prestado, lealdade etc., o que não aconteceu no caso posto em juízo, uma vez que a ré está cobrando do consumidor valores atinentes ao consumo de energia elétrica de unidade consumidora diversa do autor, o que denota claramente o defeito na prestação de seus serviços.
Incumbia, ainda, à requerida a prova da regularidade dos débitos por ela cobrados, bem assim que a inserção do nome do autor nos registros de proteção ao crédito é regular. Primeiro, pela natureza negativa da afirmação e segundo, pela sistemática do CDC que inverte o ônus probatório nas relações consumeristas.
A requerida não se desincumbiu da aludida prova, eis que embora tenha trazido aos autos documentos referentes a realização de uma inspeção técnica no imóvel, tem-se que estes não dizem respeito ao consumo de energia elétrica pelo autor, eis que, a exceção da notificação e da diferença de faturamento, em todos os demais documentos constam como consumidor terceira pessoa de nome ADINIL ALICE DA SILVA TOREZANI (docs. ID 18410042 – Págs. 1/6).
Dessa forma, verifica-se que os documentos (notificação, diferença de faturamento e fatura) emitidos em nome do autor, devem ser declarados inexistentes, pois não pertencem ao consumo de energia elétrica registrado pela sua unidade consumidora.
A Lei 8.987/95 dispõe sobre a prestação de serviço por parte das concessionárias e permissionárias de serviço público, como é o caso da ré. O art. 7º, que trata dos direitos e obrigações do consumidor, é claro:
Art. 7º. Sem prejuízo do disposto na Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, são direitos e obrigações dos usuários:
I - receber serviço adequado; (destaquei)
II - receber do poder concedente e da concessionária informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos; (destaquei)
III - obter e utilizar o serviço, com liberdade de escolha entre vários prestadores de serviços, quando for o caso, observadas as normas do poder concedente;
IV - levar ao conhecimento do poder público e da concessionária as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;
V - comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela concessionária na prestação do serviço;
VI - contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos através dos quais lhes são prestados os serviços.
O artigo 186 do Código Civil estabelece que: "aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito".
São pressupostos da responsabilidade civil: a) ação ou omissão do agente; b) culpa do agente; c) relação de causalidade; d) dano experimentado pela vítima. O parágrafo único do artigo 927 do novo Código Civil estabeleceu também que: "Haverá a obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem".
No caso vertente, não há razão para afastar a verossimilhança das alegações do autor, já que carreou ao feito elementos de convicção hábeis a confrontar as alegações da ré submetidas ao judiciário.
Conclui-se, portanto, que a inscrição no serviço de proteção ao crédito se operou de forma ilegítima, e isto, por si só, deixa evidentes os pressupostos da responsabilização civil da ré, cuja atitude causa um dano in re ipsa, o qual deve ser indenizado.
Na realidade a inscrição indevida do nome do demandante e sua manutenção constitui ofensa à dignidade do demandante capaz de gerar indenização por dano moral.
O direito à indenização por danos morais tem lastro constitucional (art. 5º, inciso V e X) e infraconstitucional (art. 186 do CC), e encontra justificativa quando há violação à intimidade, vida privada, honra ou imagem das pessoas.
Houve, portanto, séria negligência no dever de cuidado da ré ao negativar um cliente sem se cercar das devidas cautelas.
O STJ firmou o entendimento de que da indevida inclusão (ou manutenção) de nome de consumidor em cadastro de inadimplentes existe a presunção de um dano moral indenizável, ou seja, o consumidor não precisa fazer a prova de que houve abalo à sua honra ou reputação para conseguir indenização, pois a existência de dano, nessas situações, é presumida (dentre outros: REsp 419.365/MT, de minha relatoria, DJ: 11/11/2002; e REsp 432.177/SC, Rel. Min. Aldir Passarinho, DJ: 28/10/2003).
Esse também é o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.
Apelação cível. Ação indenizatória. Danos morais. Inscrição indevida. Registro indevido em órgão de proteção ao crédito. Dano moral in re ipsa. Quantum indenizatório. Fixação em valor excessivo. Redução devida. Recurso provido. Comprovada que a conduta da empresa superou a barreira do mero dissabor, trazendo diversos transtornos para a vida do consumidor em virtude da cobrança indevida de valores e da inscrição em órgão de proteção ao crédito, desguarnecida de alicerce para sua efetivação, enseja reparação por danos morais. A inscrição indevida em cadastros de proteção ao crédito, por si só, justifica o pedido de indenização por danos morais, em razão da presunção do abalo moral sofrido. Quando o valor da indenização por danos morais apresentar-se fora das balizas da proporcionalidade e da razoabilidade, sendo fixado em valor excessivo, é medida imperiosa sua redução a patamar condizente a esses princípios. (Apelação, Processo nº 0004881-09.2015.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Isaias Fonseca Moraes, Data de julgamento: 27/04/2017).
Na equalização deste quantum, o julgador deve considerar a extensão do dano, o grau de culpa do ofensor, sua situação econômica, bem como do ofendido. Finalmente deverá fixá-lo em patamar que não seja tão vultoso a ponto de enriquecer a vítima, nem tão desprezível que seja aviltante. Deverá ainda constituir valor que represente fator de desestímulo a prática do ilícito ou encorajamento para adoção de providências de prevenção, evitando-se que fatos análogos voltem a ocorrer.
Diante de tais premissas, entendo como proporcional e razoável o valor de R$5.000,00 a título de danos morais.
III. DISPOSITIVO
Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido inicial, confirmando a tutela de urgência concedida, e DECLARO a inexistência do débito no valor de R$4.901,88. referente a suposta

diferença de faturamento cobrado pela fatura do ID 16490874 da UC 0560026-0, bem como CONDENO a requerida, ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO RONDONIA S.A, a pagar ao autor, SERGIO MARCOS DE OLIVEIRA, o valor de R$5.000,00 (cinco mil reais), a título de danos morais, acrescidos de juros e correção monetária a contar desta DECISÃO. Declaro o feito extinto com resolução de MÉRITO, nos termos do art. 487, I, CPC.
Em razão da sucumbência, condeno, ainda, a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes que fixo em 15% do valor da condenação, nos termos do art. 85, §2º, CPC.
P.R.I. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se.
SERVE A PRESENTE DE CARTA, MANDADO E OFICIO.
Ariquemes, 2 de maio de 2019.
ELISANGELA NOGUEIRA
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, - de 2084 a 2700 - lado par, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: aqs2civel@tjro.jus.br
Processo: 7013664-57.2018.8.22.0002
Classe: EMBARGOS DE TERCEIRO (37)
EMBARGANTE: PEDRO CAMARGOS DOS SANTOS
Advogados do(a) EMBARGANTE: ALLAN MARTINS DE OLIVEIRA - RO9459, SIDNEY DA SILVA PEREIRA - RO8209
EMBARGADO: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS UNIRONDÔNIA LTDA e outros (2)
Intimação
Fica a Parte Autora, através de seu advogado, intimada para se manifestar sobre a certidão do Oficial de Justiça com diligência negativa. Se requerer nova diligência em outro endereço, deverá efetuar o pagamento das custas referente à renovação da diligência do Oficial de Justiça, através do site www.tjro.jus.br ou link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=6EoGbaZQbVpZkVbXZdase3F4b4KnpbeKQ-yTbNCO.wildfly02:custas2.1
Ariquemes, 02 de maio de 2019
ANDREIA TAIS LIMA DOS SANTOS

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo: 7007241-81.2018.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum
AUTOR: MEIRIANE FERREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO DO AUTOR: ALLISON ALMEIDA TABALIPA OAB nº RO6631
RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
DECISÃO
Vistos e examinados.
Trata-se de embargos de declaração opostos por SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A em face da SENTENÇA constante no ID 25098733, sustentando a obscuridade na SENTENÇA proferida, uma vez que a DECISÃO prolatada julgou parcialmente procedente o pedido inicial condenando a requerida a pagar o valor de R$ 843,75, contudo, fixou os honorários advocatícios em valor superior ao proveito econômico obtido, alegando, portanto, a necessidade de redução dos honorários arbitrados.
DECIDO.
Segundo o artigo 1.022, do Código de Processo Civil: “Cabem embargos de declaração contra qualquer DECISÃO judicial para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material.”
Verifia-se que não assiste razão ao embargante, notadamente porque ao que se percebe dos embargos declaratórios em comento, o ponto combatido não se trata de correção, exposição e/ou esclarecimento de determinado ponto da SENTENÇA e sim de evidente intuito reformatório da decisum.
Desta feita, diante da inadequação da via eleita do uso dos embargos declaratórios para fins de reforma da DECISÃO, oportuno citarmos o posicionamento do egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia:
TJRO - Embargos de declaração em apelação. Inexistência dos vícios apontados. Rediscussão da matéria. Embargos rejeitados. Rejeitam-se os embargos de declaração que não demonstram efetiva omissão, contradição ou obscuridade, tendo apenas o intuito de encobrir o propósito de rediscutir questões já decididas, pois o provimento dos embargos de declaração condiciona-se à existência efetiva dos defeitos. (Embargos de Declaração 0004569-40.2014.822.0010, Rel. Des. Isaias Fonseca Moraes, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 2ª Câmara Cível, julgado em 19/07/2018. Publicado no Diário Oficial em 27/07/2018.) Original sem grifos.
TJRO - Embargos de declaração. Discordância e rediscussão do julgado. Vícios previstos na lei. Demonstração. Ausência. Impossibilidade de ampliação. A discordância da parte quanto ao conteúdo da DECISÃO e a pretensão de revisão do julgado que lhe foi desfavorável não autoriza a interposição de embargos de declaração, que têm pressupostos específicos (demonstração de algum dos vícios previstos no art. 1.022 do CPC/15), os quais não podem ser ampliados.Rejeitam-se os embargos de declaração, ainda que manejados com a FINALIDADE de prequestionamento, pois esse recurso só se presta a sanar obscuridade, omissão ou contradição e erro material porventura existentes no acórdão, não servindo à rediscussão da matéria já julgada no recurso. (Embargos de Declaração 0012778-88.2015.822.0001, Rel. Des. Sansão Saldanha, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 1ª Câmara Cível, julgado em 04/07/2018. Publicado no Diário Oficial em 12/07/2018.) Original sem grifos.
Isto posto, RECEBO os embargos declaratórios e REJEITO o argumento de obscuridade, uma vez que a SENTENÇA é clara em suas exposições, sendo certo que eventual irresignação da parte deve esta se socorrer da via recursal cabível.
Intimem-se as partes.
Ariquemes 2 de maio de 2019
Elisangela Nogueira
Juiz(a) de Direito
fa

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo: 7003301-74.2019.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum
AUTOR: MIGUEL RAMOS
ADVOGADO DO AUTOR: PEDRO RIOLA DOS SANTOS JUNIOR OAB nº RO2640, FERNANDO MARTINS GONCALVES OAB nº AC834, SERGIO GOMES DE OLIVEIRA OAB nº RO5750
RÉU: BANCO BMG CONSIGNADO S/A
DECISÃO
Vistos e examinados.
MIGUEL RAMOS opôs embargos de declaração em face da SENTENÇA de extinção constante no ID 26261152, alegando, em síntese, flagrante erro material.
Decido.
Da análise dos autos, verifica-se que razão assiste ao embargante, haja vista que a SENTENÇA proferida considerou o presente feito idêntico aquele que tramita na 3ª Vara Cível desta Comarca (proc. 70003299-07.2019.8.22.0019), contudo, melhor analisando o feito, percebe-se que embora a exposição dos fatos e fundamentos

sejam semelhantes os processos em comento versam sobre contratos diversos.
Desta feita, não há que se falar em litispendência, reconhecendo-se assim o erro material da SENTENÇA proferida.
Ante o exposto, este Juízo retrata-se do equívoco e de consequência devolve o andamento regular do feito.
Intime-se o requerente, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, a fim de anexar procuração por instrumento público, tendo em vista que o mesmo é analfabeto, sob pena de indeferimento da inicial.
Ariquemes 2 de maio de 2019
Elisangela Nogueira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo: 7014990-52.2018.8.22.0002
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
AUTOR: BANCO ITAUCARD S.A.
ADVOGADO DO AUTOR: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES OAB nº AC4778
RÉU: DIEGO RAMIRES DE SOUZA
ADVOGADO DO RÉU:
SENTENÇA
I. RELATÓRIO
BANCO ITAUCARD S/A ajuizou ação de busca e apreensão com pedido de medida liminar em face de DIEGO RAMIRES DE SOUZA, partes qualificadas no feito.
A requerente alegou que em 11/01/2017 firmou com o requerido cédula de crédito bancário n. 000000027598176, no total de R$ 25.212,48, com pagamento em 48 parcelas mensais e consecutivas, tendo como objeto o financiamento de um veículo (FIAT – SIENA GRAND (FL) ATTRA - 2012/2013 – PLACA NBJ 7196 – CHASI 9BD197132D3010086), garantido por alienação fiduciária (ID 23167997).
Contudo, em virtude da inadimplência, pretende reaver a posse plena do veículo.
A inicial veio acompanhada do contrato e de prova da mora da requerida.
A busca e apreensão foi deferida liminarmente (ID 23170071), tendo o veículo sido apreendido (ID 23651441).
O requerido foi devidamente citado (ID 23651441), entretanto, manteve-se inerte, deixando transcorrer in albis, o prazo assinalado para pagamento e/ou contestação.
II. FUNDAMENTAÇÃO
Inicialmente cabe consignar que embora devidamente citado o requerido não apresentou contestação, sendo o caso, portanto de decretar a revelia deste, bem como aplicar os efeitos desta presumindo-se verdadeiras as alegações formuladas da autora, nos termos do artigo 344 do CPC.
Ademais, o feito comporta julgamento antecipado, nos termos do art.. 355, II do Código de Processo Civil.
Comprovado o domínio, o inadimplemento e a mora da devedora pela documentação apresentada (art. 2º, §§2º e 3º e art. 3º d Decreto-Lei 911/69), corroborados pela ausência de contrariedade, a consolidação da propriedade e da posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário é a medida legalmente aplicável, nos termos do art. 3º, §1º, do Decreto-Lei 911/69, c/c art. 66 da Lei 4.728/65 (redação dada pelo Decreto-Lei 911/69).
III. DISPOSITIVO
Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, nos termos do art. 487, I, do CPC, declarando rescindido o contrato e consolidado nas mãos do autor o domínio e a posse plenos e exclusivos do veículo descrito na inicial, cuja apreensão liminar torno definitiva, facultando a sua venda pelo autor, respeitadas as disposições do art. 2º do Decreto-Lei n. 911/69.
Observado o disposto no art. 2º do Decreto-Lei n. 911/69, oficie-se ao DETRAN comunicando que o autor está autorizado a proceder a transferência a terceiros que indicar.
Em virtude da sucumbência, condeno o requerido ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como dos honorários sucumbenciais, fixando-os em 10% do valor atribuído à causa, considerando a ausência de contraditório.
Retire-se eventual restrição inserida no sistema RENAJUD.
Expeça-se o necessário.
P.R.I. Transitada em julgado, arquive-se.
SERVE DE CARTA/OFÍCIO/MANDADO /CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes, 2 de maio de 2019
Elisangela Nogueira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, - de 2084 a 2700 - lado par, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: aqs2civel@tjro.jus.br
Processo: 0017655-05.2014.8.22.0002
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: Rosinalva Negrão
Advogado do(a) EXEQUENTE: ENEIAS BRAGA FARAGE - RO5307
EXECUTADO: Erenilza Gomes Fonseca. Pessoa Jurídica
Advogado do(a) EXECUTADO: RUBENS FERREIRA DE CARVALHO BARBOSA - RO5178
Intimação
Intimação do exequente, para requerer o que entender de direito.
Ariquemes, 02 de maio de 2019
ANDREIA TAIS LIMA DOS SANTOS

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo: 7014344-42.2018.8.22.0002
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
AUTOR: YAMAHA ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA
ADVOGADO DO AUTOR: JOSE AUGUSTO DE REZENDE JUNIOR OAB nº AC131443
RÉU: ADIVINA BISPO DOS SANTOS
ADVOGADO DO RÉU:
SENTENÇA
I. RELATÓRIO
YAMAHA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA ajuizou ação de busca e apreensão com pedido de medida liminar em face de ADIVINA BISPO DOS SANTOS, partes qualificadas no feito.
A requerente alegou que a requerida integra o Grupo/Cota de consórcio n. 6381/189, administrado pela requerente e que, por força da contemplação da cota consorcial, adquiriu o veículo FIAT – SIENA ESSENCE 1.6 - 2013/2014 – PLACA OHV 6848 – CHASI 9BD197163E3129887, RENAVAM 568654641), garantido por alienação fiduciária (ID 22695979 e 22695994).
Contudo, em virtude da inadimplência, pretende reaver a posse plena do veículo.
A inicial veio acompanhada do contrato e de prova da mora da requerida.
A busca e apreensão foi deferida liminarmente (ID 22798348), tendo o veículo sido apreendido (ID 23479159).
A requerida foi devidamente citada (ID 23479159), entretanto, manteve-se inerte, deixando transcorrer in albis, o prazo assinalado para pagamento e/ou contestação.
II. FUNDAMENTAÇÃO
Inicialmente cabe consignar que embora devidamente citado o requerido não apresentou contestação, sendo o caso, portanto de decretar a revelia deste, bem como aplicar os efeitos desta presumindo-se verdadeiras as alegações formuladas da autora, nos termos do artigo 344 do CPC.

Ademais, o feito comporta julgamento antecipado, nos termos do art.. 355, II do Código de Processo Civil.
Comprovado o domínio, o inadimplemento e a mora da devedora pela documentação apresentada (art. 2º, §§2º e 3º e art. 3º d Decreto-Lei 911/69), corroborados pela ausência de contrariedade, a consolidação da propriedade e da posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário é a medida legalmente aplicável, nos termos do art. 3º, §1º, do Decreto-Lei 911/69, c/c art. 66 da Lei 4.728/65 (redação dada pelo Decreto-Lei 911/69).
III. DISPOSITIVO
Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, nos termos do art. 487, I, do CPC, declarando rescindido o contrato e consolidado nas mãos da requerente o domínio e a posse plenos e exclusivos do veículo descrito na inicial, cuja apreensão liminar torno definitiva, facultando a sua venda pelo autor, respeitadas as disposições do art. 2º do Decreto-Lei n. 911/69.
Observado o disposto no art. 2º do Decreto-Lei n. 911/69, oficie-se ao DETRAN comunicando que o autor está autorizado a proceder a transferência a terceiros que indicar.
Em virtude da sucumbência, condeno a requerida ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como dos honorários sucumbenciais, fixando-os em 10% do valor atribuído à causa, considerando a ausência de contraditório.
Retire-se eventual restrição inserida no sistema RENAJUD.
Expeça-se o necessário.
P.R.I. Transitada em julgado, arquive-se.
SERVE DE CARTA/OFÍCIO/MANDADO /CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes, 2 de maio de 2019
Elisangela Nogueira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo: 7005631-44.2019.8.22.0002
Classe: INF JUV CIV - Guarda
REQUERENTE: F. D. O.
ADVOGADO DO REQUERENTE: AMAURI LUIZ DE SOUZA OAB nº RO1301
REQUERIDO: E. A. P.
DESPACHO
A ação sob análise foi distribuída ao Juízo da Infância e Juventude, mas não há situação de risco de que cuida o art. 98 do ECA.
Desta forma, redistribua por sorteio a uma das Varas Cíveis, após a retificação da classe judicial.
Intime-se.
Ariquemes, 2 de maio de 2019
Elisangela Nogueira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo: 7010316-31.2018.8.22.0002
Classe: Execução Fiscal
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE ARIQUEMES
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES
EXECUTADO: AIRES ARTUR DA SILVA
ADVOGADO DO EXECUTADO: LEIDIANE ALVES DA SILVA LIMA OAB nº RO7042
DESPACHO
Considerando a interposição dos embargos à execução fiscal (feito n. 7005564-79.2019.8.22.0002), suspendo o andamento do feito por 120 (cento e vinte) dias.
Caso não venha DECISÃO no prazo estipulado, retornem à CONCLUSÃO.
Ariquemes, 2 de maio de 2019
Elisangela Nogueira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo: 7005564-79.2019.8.22.0002
Classe: Embargos à Execução
EMBARGANTE: AIRES ARTUR DA SILVA
ADVOGADO DO EMBARGANTE: LEIDIANE ALVES DA SILVA LIMA OAB nº RO7042
EMBARGADO: MUNICIPIO DE ARIQUEMES
ADVOGADO DO EMBARGADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES
DESPACHO
Apense-se ao processo 7010316-31.2018.8.22.0002.
Recebo os embargos para discussão, suspendendo o trâmite da execução.
Sobre os embargos, intime-se o exequente, doravante embargado, para, na pessoa de seu procurador, manifestar-se.
Intime-se.
Ariquemes, 2 de maio de 2019
Elisangela Nogueira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo: 7005562-12.2019.8.22.0002
Classe: Divórcio Litigioso
REQUERENTE: S. G. D. N.
ADVOGADO DO REQUERENTE: ALEX SOUZA DE MORAES SARKIS OAB nº RO1423, ERICA FERNANDA PADUA LIMA OAB nº RO7490
REQUERIDO: E. A. D. S.
DECISÃO
1. Indefiro o pedido de gratuidade judiciária uma vez que o patrimônio a ser partilhado ente o casal possui avaliação expressiva, sendo certo que após a partilha dos bens haverá saldo suficiente para o pagamento das custas, motivo pelo qual difiro o pagamento das custas para o final do processo, sem prejuízo do pagamento de eventuais despesas processuais, nos termos do artigo 2º, §1º do CPC.
2. Processe-se em segredo de justiça.
3. Defiro em parte o pedido de tutela de urgência para conceder em favor do menor Abner A. d. N. o pedido de alimentos provisórios, para garantir-lhe o sustento durante o trâmite do feito, que fixo em 30% do salário-mínimo vigente no País, além de 50% das despesas médicas, farmacêuticas e escolares, a serem pagos pelo requerido no prazo de 3 (três) dias, a contar da citação e as demais parcelas vencíveis a cada 30 dias, sob pena de decretação da prisão civil.
3.1 A medida é devida, vez que a certidão de nascimento acostada comprova a filiação entre as partes e a consequente responsabilidade do requerido ao pagamento de alimentos do filho, fixando-se o referido valor provisoriamente ante a ausência de maiores elementos capazes de comprovar as possibilidades econômicas do requerido.
3.2 Intime-se o requerido da DECISÃO.
3.3 Indefiro o pedido de tutela de urgência no que tange à determinação de apresentação dos documentos dos veículos que se encontram sob a posse do requerido, eis que não restou demonstrado o preenchimento dos requisitos previstos no artigo 300 do CPC para a concessão da referida medida, uma vez que o perigo de dano não está presente. Ademais, os documentos solicitados poderão ser apresentados em sede de contestação ou durante a produção de provas.
4. Cite-se o requerido dos termos da ação, com antecedência mínima de 20 dias da audiência designada, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 15 dias, a contar da realização da audiência de conciliação ora designada, sob pena de serem

considerados verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 344, CPC). O MANDADO deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, ficando assegurado ao réu o direito de examinar o seu conteúdo junto ao cartório da Vara a qualquer tempo (art. 695, §1º, CPC).
5. Designo audiência de conciliação a ser realizada no dia 28 de Junho de 2019, às 08h30min, na sede do Centro Judiciário de solução de conflitos e Cidadania - CEJUSC, localizado na Rua Fortaleza, 2178, setor 03, Ariquemes/RO. Fone: 3536-3937, devendo fazer-se acompanhado por seu advogado ou Defensor Público (art. 695, §4º, CPC).
5.1 Intime-se o requerido para comparecer à audiência designada.
6. Caso reste infrutífera a conciliação, vindo a contestação, na hipótese de defesa preliminar e/ou juntada de documentos com a resposta, intime-se a parte autora s para se manifestar em réplica ou impugnação, no prazo de 15 dias.
7. Em seguida, intimem-se as partes para especificar as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade, em 5 dias.
8. Intime-se o Ministério Público para atuar no feito face o interesse de incapaz.
9. Expeça-se o necessário.
SIRVA A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/OFICIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes 2 de maio de 2019
Elisangela Nogueira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO 7005591-62.2019.8.22.0002
Classe: Monitória
AUTOR: CATANEO COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA
ADVOGADO DO AUTOR: LUUIZ ANTONIO PREVIATTI OAB nº RO213B, SANDRA REGINA DA COSTA OAB nº RO7926
RÉU: VALDENI LAUREANO DA SILVA
ADVOGADO DO RÉU:
DESPACHO
1. Intime-se o requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, complementar o recolhimento das custas iniciais, nos termos do artigo 12, I da Lei n. 3.896/2016 (Lei de Custas), considerando que não é obrigatória a designação de audiência de conciliação em ações desta natureza, devendo, portanto, as custas serem de 2% sobre o valor da causa, sob pena de indeferimento da inicial.
1.1 Decorrido o prazo do item 1 sem a comprovação do pagamento das custas, venham conclusos para extinção.
1.2 Comprovado o recolhimento das custas, cumpram-se os itens 2 e seguintes do presente DESPACHO.
2. A pretensão visa o cumprimento de obrigação adequada ao procedimento e vem em petição devidamente instruída por prova escrita, sem eficácia de título executivo, de modo que a ação monitória é pertinente (CPC, art. 700).
3. Cite-se a parte ré dos termos da presente ação para, no prazo de 15 dias, efetuar o pagamento, a entrega da coisa ou o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer (CPC, art. 701, caput).
3.1 Conste, ainda, do MANDADO que, nesse mesmo prazo, a parte ré poderá oferecer embargos independente de garantia do juízo, e que, caso não haja o cumprimento da obrigação ou o oferecimento de embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial, independente de qualquer formalidade. O prazo para embargar contar-se-á a partir da juntada do MANDADO aos autos, devendo a exequente ser intimada para apresentar os cálculos atualizados (CPC, 701, §2º c/c 702).
4. Optando o réu pelo pagamento integral ou cumprimento integral da obrigação deverá efetuar também o pagamento de honorários advocatícios de 5% sobre o valor da causa, hipótese em que ficará isento do pagamento de custas processuais (art. 701, §1º, CPC).
5. Caso a parte ré reconheça o débito, poderá requerer seu parcelamento no prazo de 15 dias, contados da juntada do presente MANDADO aos autos, desde que promova o pagamento à vista de 30% do débito, mais custas e honorários de advogado, e o saldo remanescente em até 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês (NCPC, art. 916, §6º c/c o art. 701, §5º, NCPC), ato que importará em renúncia ao direito de opor embargos.
5.1. Em seguida, intime-se a parte autora para que se manifeste, em 05 dias, sobre o preenchimento dos pressupostos contidos no item 4, ocasião em que poderá levantar os valores depositados, vindo os autos conclusos para DECISÃO (CPC, 916, §1º).
5.2 Enquanto não sobrevier DECISÃO da proposta de parcelamento, o executado deverá depositar as parcelas vincendas (CPC, 916, §2º).
5.3 Sendo deferido o parcelamento, os atos executivos serão suspensos.
6. Havendo oposição de embargos ou reconvenção, intime-se o autor para responder em 15 dias (art. 702, §5º, CPC).
7. Decorrido o prazo e havendo inércia do réu, constituo de pleno direito o título executivo judicial, convertendo o MANDADO inicial em MANDADO de execução (art. 701, §2º, CPC), devendo a escrivania proceder a alteração da classe do feito para cumprimento de SENTENÇA.
7.1 Neste caso, a parte autora deverá apresentar o cálculo atualizado do débito, acrescido dos honorários fixados inicialmente (5%).
7.2 Após a vinda do cálculo, intime-se pessoalmente a parte ré para que, no prazo de 15 dias, cumpra a obrigação exigida na inicial, sob pena de multa de 10% e honorários, também de 10% (art. 523, §1º, CPC). Intime-se, ainda, de que caso não efetue o pagamento no prazo legal, poderá oferecer impugnação nos próprios autos, independente de caução, no prazo de 15 dias, a contar do decurso do prazo para pagamento, independente de nova intimação (art. 525, CPC).
8. Decorrido o prazo, sem pagamento ou manifestação, intime-se o exequente para apresentar novo demonstrativo discriminado e atualizado do crédito e indicar bens passíveis de penhora, nos termos do art. 523 c/c 524, do CPC.
VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO /CARTA/INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO.
Ariquemes, 2 de maio de 2019
Elisangela Nogueira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO 7005653-05.2019.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum
AUTOR: ANA MARIA FERREIRA
ADVOGADO DO AUTOR: SILVELENY SERENINI OAB nº RO8752
RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
DESPACHO
1. Processe-se com gratuidade.
2. Deixo, por ora, de designar audiência de conciliação, haja vista que processos desta natureza demandam a realização de perícia médica.
3. CITE-SE para contestar, com as advertências de estilo.
3.1 A propósito, como se trata de benefício cujo conhecimento exige conhecimento técnico específico, antecipo que os honorários de eventual perícia deverão ser suportados e antecipados pelo Requerido.
3.2 É que, no caso em apreciação o autor é beneficiário da justiça gratuita e não tem condições de suportar os ônus da perícia. Por outro lado, como a prova reclama conhecimento técnico específico

e não tendo o juízo profissionais habilitados para tanto, deve valer-se de profissionais liberais que devem receber pelos serviços prestados.
3.3 Desta forma, observando o princípio da carga dinâmica da prova, segundo o qual, o ônus de provar deve ser imposto àquele que estiver apto fazê-lo, independentemente de ser autor ou réu, os honorários periciais deverão ser antecipados pelo requerido, sob pena de presumir aceitação da condição de saúde alegada pelo autor na inicial.
3.4 No mesmo expediente, por AR, CITE-SE e INTIME-SE O REQUERIDO para tomar conhecimento da inversão do ônus e para ANTECIPAR O PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS, que fixo em R$ 1.000,00, no prazo de 15 dias a contar desta DECISÃO, sob pena de presumir desistência desta prova.
3.5 Vindo a contestação, na hipótese de defesa preliminar e/ou juntada de documentos com a resposta, intime-se a parte autora para se manifestar em réplica ou impugnação, no prazo de 15 dias (art. 350, CPC).
4. Para realização da perícia médica, nomeio o DR. DANIEL MARQUES FRANCO, médico especializado em ortopedia e traumatologia, CRM-RO 4233, Fone (069) 99995-2525 e-mail: danielfranco.med@hotmail.com, devendo ser intimado somente após a comprovação do depósito dos honorários periciais pela parte requerida, a fim de designar dia e hora para a realização da perícia, a fim de avaliar a sequelas das lesões sofridas pelo(a) autor(a), no acidente de trânsito noticiado na inicial, devendo responder os quesitos do juízo, bem como os quesitos formulados pelas partes.
5. Intimem-se as partes para, querendo, nomearem assistente técnico e formularem quesitos, no prazo de 15 dias, a contar da intimação desta DECISÃO (art. 465,§1º, II, CPC).
6. Com a resposta do perito, intimem-se as partes (que não serão intimadas pessoalmente, exceto se assistida pela Defensoria Pública), por meio de seus advogados, do dia, horário e local da realização da perícia, devendo a parte autora estar munida de todos os exames.
7. Registro que o não comparecimento da parte autora na data da perícia, sem apresentação de justificativa de sua ausência comprovada mediante documento idôneo, importará em extinção do processo, por se tratar de ato que deva ser praticado pessoalmente, caracterizando abandono da causa. Além disso, poderá ensejar em aplicação de multa de 10% sobre o valor atualizado da causa.
8. O laudo deverá ser apresentado em Juízo em 30 (trinta) dias, a contar do início da perícia.
9. Com a juntada do laudo, expeça-se alvará em favor do perito para levantamento dos valores depositados a título de honorários periciais.
10. Após, intimem-se as partes para manifestação, no prazo de 05 dias.
11. Intime-se. Expeça-se o necessário.
VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO /CARTA/OFÍCIO/ CITAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA.
O inteiro teor da petição inicial poderá ser acessado através do link do Pje: http://pje.tjro.jus.br/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam através do documento nº:
Ariquemes, 2 de maio de 2019
Elisangela Nogueira
Juiz(a) de Direito
QUESITOS DO JUÍZO:
1. Se há lesões incapacitantes
2. Se as lesões são decorrentes de acidente de trânsito
3. Em caso afirmativo, qual o membro, função, ou parte do corpo afetado (outro critério técnico que se fizer necessário informar)
4. Qual o percentual estimado de perda de funcionalidade do membro afetado
5. Em se tratando articulações, informar se há percentual da perda da mobilidade da articulação e o percentual da repercussão no membro todo.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo: 7005668-71.2019.8.22.0002
Classe: Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: LENIR JOSE MOTA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RANGEL ALVES MUNIZ OAB nº RO9749
EXECUTADO: JEAN CARLOS DE OLIVEIRA
DESPACHO
1. Intime-se a requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, juntando ao feito o boleto referente ao comprovante de pagamento das custas processuais juntado no ID 26592554.
1.1. Com a juntada do boleto referente ao pagamento das custas, cumpram-se os itens 2 e seguintes do presente DESPACHO.
2. Altere-se a classe processual, fazendo constar Procedimento Ordinário.
3. Designo audiência de conciliação para o dia 25 de Junho de 2019, às 09 horas, a ser realizada pelo CEJUSC, localizado na Rua Fortaleza, nº 2178, Setor 03, em Ariquemes/RO (Telefone 3536-3937).
3.1. Intime-se o requerido da audiência.
3.2. Não havendo interesse pela realização da audiência de conciliação, o requerido deverá peticionar pelo cancelamento, no prazo antecedente de 10 dias (art. 334, §5º, CPC).
3.3. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir) e devem fazê-lo acompanhadas de seus respectivos advogados. A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento (02%) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (CPC, art. 334, §8º).
4. CITE-SE o requerido para contestar a ação, no prazo de 15 dias, contados a partir da data da audiência. Não havendo audiência, será a partir da data do protocolo do pedido de cancelamento da referida audiência (CPC, art. 335, I e II), advertindo-o que se não contestar o pedido, incidirão os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na inicial e prosseguindo-se o processo independentemente de sua intimação para os demais atos, propiciando o julgamento antecipado da lide.
4.1. O oficial deverá observar o prazo de 20 dias de antecedência entre a citação e a audiência designada (CPC, art. 334, caput).
5. Caso reste infrutífera a conciliação, vindo a contestação, na hipótese de defesa preliminar e/ou juntada de documentos com a resposta, intime-se a parte autora para se manifestar em réplica ou impugnação, no prazo de 15 dias (Art. 350, do CPC).
5.1. Na hipótese do item 5, após a realização da audiência, autor deverá já sair intimado para recolher as custas complementares, nos termos do artigo 12, I da Lei n. 3.896/2016 (Lei de Custas).
6. Em seguida, intimem-se as partes para especificar as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade, em 5 dias.
7. Expeça-se o necessário.
SIRVA A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/OFICIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes, 2 de maio de 2019
Elisangela Nogueira - Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, - de 2084 a 2700 - lado par, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone: (69) 3217-1307 e-mail: aqs2civel@tjro.jus.br
Processo: 0011387-95.2015.8.22.0002
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: Casa da Lavoura Produtos Agrícolas Ltda
Advogado do(a) EXEQUENTE: JANE MIRIAM DA SILVEIRA GONCALVES - RO4996
EXECUTADO: João Bosco Rodrigues
Intimação
Intimação do exequente, para requerer o que entender de direito.
Ariquemes, 02 de maio de 2019
ANDREIA TAIS LIMA DOS SANTOS

3ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7006410-96.2019.8.22.0002
Classe: Execução de Alimentos
Valor da Causa:R$851,99
Última distribuição:02/05/2019
Autor: BEATRIZ DA SILVA STEDILLE CPF nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO
Advogado do(a) AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Réu: JEFERSON MOLINA STEDILLE CPF nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Vistos.
Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado ou pessoalmente, caso não tenha advogado constituído ou representado pela Defensoria Pública, para pagar em 15 (quinze) dias o débito executado, ATUALIZADO na data do pagamento, sob pena de multa de 10% sobre o valor da execução e honorários advocatícios no importe de 10%, nos termos do artigo 523, §1º, do CPC.
Advirta-se que, transcorrido o prazo para pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua IMPUGNAÇÃO à execução como técnica de defesa (art. 525 do CPC).
Fica o(a) executado(a) ainda ciente que, havendo pagamento parcial no prazo previsto acima, a multa e os honorários incidirão sobre o remanescente do débito e de que transcorrido o prazo para pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo para impugnação, que deverá ser realizada em observância ao disposto no artigo 525 do CPC.
Em não havendo pagamento, certifique-se e intime-se a parte credora para, no prazo de 05 (cinco) dias, atualizar o débito, acrescendo aos cálculos a multa de 10% (dez por cento), inclusive com os honorários de advogado, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor excutido, bem como para requerer o que entender pertinente para a satisfação de seu crédito.
Após o decurso do prazo para pagamento voluntário, DETERMINO O PROTESTO do pronunciamento judicial (artigo 528, § 1º, do CPC), bem como expedição de ofício ao cadastro de inadimplentes (SPC, SCPS e SERASA), para que procedam com a inclusão do nome do(a) executado(a) no cadastro de inadimplentes (art. 782, §3º do CPC).
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SIRVA O PRESENTE DE OFÍCIO / CARTA / CARTA PRECATÓRIA / MANDADO DE INTIMAÇÃO CUJO ENDEREÇO DEVE SER OBSERVADO O QUE CONSTA NA CONTRAFÉ.
Ariquemes, 2 de maio de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7006409-14.2019.8.22.0002
Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Valor da Causa:R$18.151,32
Última distribuição:02/05/2019
Autor: FABIANA ROSA FERREIRA CPF nº 867.409.032-04, SEM ENDEREÇO, KAYKI GEOVANNY FERREIRA AMORIM CPF nº 076.388.271-20, SEM ENDEREÇO
Advogado do(a) AUTOR: JOSIMARA FERREIRA DA SILVA PONCE OAB nº RO7532
Réu: FABIO AMORIM CHAGA CPF nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Vistos.
Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado ou pessoalmente, caso não tenha advogado constituído ou representado pela Defensoria Pública, para pagar em 15 (quinze) dias o débito executado, ATUALIZADO na data do pagamento, sob pena de multa de 10% sobre o valor da execução e honorários advocatícios no importe de 10%, nos termos do artigo 523, §1º, do CPC.
Advirta-se que, transcorrido o prazo para pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua IMPUGNAÇÃO à execução como técnica de defesa (art. 525 do CPC).
Fica o(a) executado(a) ainda ciente que, havendo pagamento parcial no prazo previsto acima, a multa e os honorários incidirão sobre o remanescente do débito e de que transcorrido o prazo para pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo para impugnação, que deverá ser realizada em observância ao disposto no artigo 525 do CPC.
Em não havendo pagamento, certifique-se e intime-se a parte credora para, no prazo de 05 (cinco) dias, atualizar o débito, acrescendo aos cálculos a multa de 10% (dez por cento), inclusive com os honorários de advogado, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor excutido, bem como para requerer o que entender pertinente para a satisfação de seu crédito.
Após o decurso do prazo para pagamento voluntário, DETERMINO O PROTESTO do pronunciamento judicial (artigo 528, § 1º, do CPC), bem como expedição de ofício ao cadastro de inadimplentes (SPC, SCPS e SERASA), para que procedam com a inclusão do nome do(a) executado(a) no cadastro de inadimplentes (art. 782, §3º do CPC).
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SIRVA O PRESENTE DE OFÍCIO / CARTA / CARTA PRECATÓRIA / MANDADO DE INTIMAÇÃO CUJO ENDEREÇO DEVE SER OBSERVADO O QUE CONSTA NA CONTRAFÉ.
Ariquemes, 2 de maio de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493 e-mail: aqs3civel@tjro.jus.br
Processo: 7005315-02.2017.8.22.0002
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: CENTRAL PEC COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
Advogados do(a) EXEQUENTE: MIRELLY VIEIRA MACEDO DE ALMEIDA - RO5174, ALAN DE ALMEIDA PINHEIRO DA SILVA - RO7495

EXECUTADO: R. G. DOS SANTOS - EIRELI - ME
Por determinação do Juiz de Direito da 3ª Vara Cível desta comarca, fica a(s) parte(s) interessada(s) INTIMADA para, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, proceder o recolhimento das custas para publicação do edital de intimação.
Ariquemes-RO, 2 de maio de 2019

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7013487-64.2016.8.22.0002
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
Valor da Causa:R$27.387,26
Última distribuição:10/11/2016
Autor: ALEXANDRE NEROS DA SILVA CPF nº 012.474.262-97, RUA RIO DE JANEIRO 3011, - DE 2783/2784 AO FIM SETOR 03 - 76870-350 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: VALDENI ORNELES DE ALMEIDA PARANHOS OAB nº RO4108
Réu: JOSE RIBEIRO DA SILVA CPF nº 610.473.502-97, RUA CACOAL 2130, - BNH - 76870-792 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Conforme comprovante que segue adiante, a pesquisa de penhora online restou infrutífera.
Realizada consulta via Renajud verificou-se que o(s) veículo(s) localizado(s) encontra(m)-se gravado(s) por alienação fiduciária, conforme detalhamento anexo. Assim, considerando que o bem não integra o patrimônio do devedor, INDEFIRO o pedido de penhora.
Providencie o(a) exequente o impulsionamento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento.
Diante do resultado da(s) diligência(s) realizada(s), dê-se vista dos autos a parte exequente para conhecimento e manifestação adequada, indicando bens à penhora, no prazo de 15 dias.
Ressalto que, desde já, fica indeferido novo pedido de penhora eletrônica ou de restrição de veículos, uma vez que as diligências foram realizadas nos autos recentemente.
Eventual pedido de diligência junto ao CRI, IDARON e JUCER também restam indeferidos, uma vez que o(a) credor(a) tem autonomia para diligenciar junto aos órgãos mencionados para busca de bens de propriedade da executada, cabendo ao Judiciário promovê-los, tão somente em caso de recusa, já que o interesse público restaria configurado.
Eventual pleito de penhora de imóvel deve ser acompanhado de certidão de inteiro teor.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 2 de maio de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7010427-15.2018.8.22.0002
Classe: Execução Fiscal
Valor da Causa:R$16.170,52
Última distribuição:16/08/2018
Autor: MUNICIPIO DE ARIQUEMES CNPJ nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO
Advogado do(a) AUTOR: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES
Réu: PATRICIA DE RAMOS CPF nº DESCONHECIDO, AC ARIQUEMES 3795, TV JAU SETOR INSTITUCIONAL - 76870-970 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, P. DE RAMOS - ME CNPJ nº 07.070.319/0001-32, AVENIDA CANAÃ 3786, - DE 3768 A 3958 - LADO PAR SETOR 02 - 76873-256 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU:
DECISÃO
Vistos.
Conforme comprovante que segue adiante, a pesquisa Bacenjud restou infrutífera.
Em pesquisa junto ao RENAJUD não logrei êxito na localização de veículos em nome da parte executada.
Diante do resultado da(s) diligência(s) realizada(s), dê-se vista dos autos a parte exequente para conhecimento e manifestação adequada, indicando bens à penhora, no prazo de 15 dias.
Ressalto que, desde já, fica indeferido novo pedido de penhora eletrônica ou de restrição de veículos, uma vez que as diligências foram realizadas nos autos recentemente.
Eventual pedido de diligência junto ao CRI, IDARON e JUCER também restam indeferidos, uma vez que o(a) credor(a) tem autonomia para diligenciar junto aos órgãos mencionados para busca de bens de propriedade da executada, cabendo ao Judiciário promovê-los, tão somente em caso de recusa, já que o interesse público restaria configurado.
Eventual pleito de penhora de imóvel deve ser acompanhado de certidão de inteiro teor.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 2 de maio de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7002443-14.2017.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum
Valor da Causa:R$25.623,90
Última distribuição:07/03/2017
Autor: ACACIO DOS SANTOS CPF nº 300.288.849-49, RUA DAS TURMALINAS 998, - ATÉ 1147/1148 PARQUE DAS GEMAS - 76875-870 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: EDINERI MARCIA ESQUIVEL OAB nº RO7419
Réu: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL CNPJ nº 29.979.036/0001-40, RUA JOSÉ DE ALENCAR CENTRO - 76801-036 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Providencia, a escrivania, a alteração da classe processual para que passe a constar como cumprimento de SENTENÇA.
1. Considerando a apresentação dos cálculos pelo(a) exequente, intime-se o executado para se manifestar, podendo IMPUGNAR a execução, no prazo de 30 (trinta) dias (artigo 1-B da Lei n. 9494/97

c/c o artigo 535 do CPC).
2. Havendo impugnação, desde já, fixo honorários na fase de cumprimento de SENTENÇA em 10% (cabendo ao patrono apresentar planilha incluindo os honorários) (CPC, art. 85, §7º).
2.1 Não havendo impugnação, CERTIFIQUE-SE, a escrivania a devida intimação da parte executada;
2.1.1 Devidamente intimada, após certificado, deixo de arbitrar honorários (CPC, art. 85, §7º) e determino seja expedido ofício requisitório de pagamento/solicitação de Precatório ao órgão competente, referente aos valores apresentados.
3. Em caso de impugnação, intime-se o(a) exequente para se manifestar no prazo legal.
3.1 CONCORDANDO com os cálculos apresentados pela parte executada (INSS), expeça-se o necessário para o pagamento (RPV/Precatório), sem necessidade de retorno dos autos à CONCLUSÃO.
3.1.1 Com a informação de pagamento, desde já autorizo a expedição de alvará para levantamento do valor a ser depositado nos autos, devendo ser expedido em nome do(a) exequente e de seu(ua) patrono(a), respectivamente, quanto ao saldo devedor e honorários advocatícios.
3.2 NÃO concordando a parte exequente com os cálculos apresentados, remetam-se os autos à contadoria do juízo para apuração do valor devido.
3.2.1 Na sequência, às partes para manifestação.
Em seguida, tornem-me conclusos.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 2 de maio de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493 e-mail: aqs3civel@tjro.jus.br
Processo: 7014501-15.2018.8.22.0002
Classe: MONITÓRIA (40)
AUTOR: RIGON TRATOR PECAS LTDA - EPP
Advogados do(a) AUTOR: RENATO AUGUSTO PLATZ GUIMARAES JUNIOR - SP142953, DIEGO FERNANDO MOLLERO BRUSTOLON - RO9446
RÉU: JOSUEL MULLER DE MOIZES
INTIMAÇÃO
Por determinação do Juiz de Direito da 3ª Vara Cível desta comarca, fica a(s) parte requerida INTIMADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, proceder ao pagamento das custas processuais finais, sob pena de PROTESTO e INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA.
Ariquemes-RO, 2 de maio de 2019

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493 e-mail: aqs3civel@tjro.jus.br
Processo: 7004941-49.2018.8.22.0002
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: PONTA ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: PEDRO ROBERTO ROMAO - SP209551
EXECUTADO: THIAGO WILLIAM DE ALMEIDA SOUSA
Advogado do(a) EXECUTADO: MICHAEL HENRIQUE SHIRABAYASHI DA SILVA - RO8293
INTIMAÇÃO
Fica a parte exequente, por intermédio de seu advogado, devidamente intimada para comprovar o recolhimento das custas da diligência requerida

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, - de 2084 a 2700 - lado par, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493
Processo nº 7001871-24.2018.8.22.0002
AUTOR: GIMA GILBERTO MIRANDA AUTOMOVEIS LTDA
RÉU: ADAUTO DE MATOS SOEIRO
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 20 (VINTE) DIAS
FINALIDADE: INTIMAÇÃO do executado ADAUTO DE MATOS SOEIRO CPF nº 409.033.112-91, atualmente em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento da importância de R$ 34.052,94 atualizado até a data de 15/01/2019, sob pena de prosseguimento da execução, contados a partir do término do prazo deste edital.
Ariquemes-RO, 03 de abril de 2019.
Veronica Gonçalves Fracalossi
Técnico Judiciário
(assinado por autorização da Direção)
Data e Hora
03/04/2019 09:59:23
Validade: 31/08/2018, conforme estabelece o Art. 22, inciso I, letra “a” e “b”, da Instrução Presidencial Nº 001/2012 – PR, publicada no DJE nº 031 de 15/02/2012.
a1275
Caracteres867
Preço por caractere0,01872
Total (R$)16,23

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493
e-mail: aqs3civel@tjro.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
3ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes/RO
Processo: 7003676-12.2018.8.22.0002
Requerente: JOSILEI SILVA TAVARES
Advogado do(a) AUTOR: ROBSON SANCHO FLAUSINO VIEIRA - RO4483
Requerido: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A
Advogado do(a) RÉU: JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM - RJ62192
Fica a parte autora, através de seu advogado, INTIMADA da apresentação da contestação para, querendo, apresentar impugnação no prazo legal.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, - de 2084 a 2700 - lado par, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493
e-mail: aqs3civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7002708-84.2015.8.22.0002
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: Nome: TIAGO BRAGA OURIQUES
Endereço: Rua Bou Gain, 2376, Apto 01, Setor 04, Ariquemes - RO - CEP: 76873-452
REQUERIDO: AVISTA S/A ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO
CERTIDÃO
Fica a parte autora, através de seu representante legal, INTIMADA a fim de que dê andamento ao feito no prazo legal, sob pena de arquivamento.
Ariquemes/RO, Quinta-feira, 02 de Maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493 e-mail: aqs3civel@tjro.jus.br
Processo: 7013743-36.2018.8.22.0002
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: UNIDAS SOCIEDADE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: CAROLINE FERRAZ - RO5438
EXECUTADO: TATIANE TEODORO
INTIMAÇÃO
Fica a parte autora, por intermédio de seu advogado, intimada para se manifestar sobre a certidão do Oficial de Justiça com diligência negativa. Caso requeira nova diligência, se for o caso, deverá efetuar o pagamento das custas referente à renovação da diligência solicitada, atentando-se a natureza da diligência (Urbana Simples,Urbana Composta...).

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493 e-mail: aqs3civel@tjro.jus.br
Processo: 7004633-81.2016.8.22.0002
Classe: BUSCA E APREENSÃO (181)
REQUERENTE: OMNI S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Advogados do(a) REQUERENTE: LEANDRO BUSTAMANTE DE CASTRO - SP283065, GIULIO ALVARENGA REALE - RO6980, FRANCISCO CLAUDINEI MARCONDES DA MOTA - SP99983, CRISTINA ELIANE FERREIRA DA MOTA - SP192562
REQUERIDO: MARIA VANDA GONCALVES DA SILVA
INTIMAÇÃO
Por determinação do Juiz de Direito da 3ª Vara Cível desta comarca, fica a parte autora INTIMADA do decurso do prazo da suspensão, devendo dar andamento ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias, ou 10 (dez), caso Fazenda Pública, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO.
Ariquemes, 2 de maio de 2019

3ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7010245-29.2018.8.22.0002
Classe: Execução Fiscal
Valor da Causa:R$1.113,92
Última distribuição:14/08/2018
Autor: MUNICIPIO DE ARIQUEMES CNPJ nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO
Advogado do(a) AUTOR: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES
Réu: GEVALTO FERREIRA DE SOUZA CPF nº 326.124.432-15, RUA CAÇAPAVA 4393 SETOR 09 - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: IZAQUE LOPES DA SILVA OAB nº RO6735
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de exceção de pré-executividade manejada por GEVALTO FERREIRA DE SOUZA contra o MUNICÍPIO DE ARIQUEMES.
Afirmou que os débitos constantes na CDA executada pelo Município encontram-sem prescritos, ante o transcurso do prazo quinquenal legalmente previsto.
Instado, o excepto reconheceu a prescrição dos créditos tributários.
É o relatório. Fundamento e decido.
A exceção de pré-executividade constitui instrumento de que dispõe o executado sempre que pretenda infirmar a certeza, a liquidez ou a exigibilidade do título através de inequívoca prova documental, e cuja propositura independe de prévia segurança do juízo (REsp. 570238).
É admissível, no caso, tendo em vista que os documentos trazidos aos autos pelas partes constituem provas bastantes à apreciação, não demandando dilação probatória.
O termo inicial para contagem do prazo prescricional do crédito tributário é o lançamento. Conforme se verifica da Certidão de Dívida Ativa – CDA (ID Num.20592700), o lançamento do crédito foi realizado nos anos de 2007 a 2011.
Com efeito, o Código Tributário Nacional, no concernente à prescrição, dispõe em seu artigo 174, que a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. A constituição definitiva do crédito tributário inaugura o decurso do prazo prescricional de cinco anos para o Fisco cobrar judicialmente o crédito tributário, podendo ocorrer em momentos distintos, a depender se o tributo sujeita-se à homologação ou se procede de ofício.
No caso, verifica-se que o próprio Município reconheceu a prescrição dos débitos constantes na CDA executada, os quais são de 31/10/2007; 30/04/2008; 30/04/2009; 01/06/2009; 30/04/2010; 31/05/2010; 30/06/2010; 29/10/2010; 29/11/2010; 28/12/2010; 31/05/2011; 30/06/2011; 29/07/2011; e 31/08/2011.
Posto isto, JULGO PROCEDENTE o pedido apresentado nesta exceção de pré-executividade, a fim de declarar a prescrição dos créditos constituídos na CDA executada (ID 20592700), os quais são de 31/10/2007; 30/04/2008; 30/04/2009; 01/06/2009; 30/04/2010; 31/05/2010; 30/06/2010; 29/10/2010; 29/11/2010; 28/12/2010; 31/05/2011; 30/06/2011; 29/07/2011; e 31/08/2011, o que faço com fundamento no art. 173, caput e parágrafo único, do CTN c/c 487, II do CPC.
Trata-se de mero incidente, no entanto, como encerra a execução proposta, o credor deve suportar honorários de advogado que fixo em 10% sobre o valor da execução, com fulcro no art. 85, §3º, I do CPC.
É necessário salientar, ainda, que é inaplicável o art. 26 da Lei n° 6.830/80 na situação, visto que a executada apresentou exceção de pré-executividade. A aplicação desta norma pressupõe ato

espontâneo da parte exequente em cancelar a CDA, o que não ocorreu nos autos.
Intimem-se as partes e, decorrido o prazo para eventual recurso, intime-se o credor para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar planilha atualizada de seu crédito, requerendo o que de direito para prosseguimento do feito.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7005315-02.2017.8.22.0002
Classe: Monitória
Valor da Causa:R$31.210,35
Última distribuição:15/05/2017
Autor: CENTRAL PEC COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA CNPJ nº 84.744.523/0001-32, RUA SÃO JOÃO 780, - DE 883/884 A 1224/1225 CASA PRETA - 76907-626 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: MIRELLY VIEIRA MACEDO DE ALMEIDA OAB nº RO5174, ALAN DE ALMEIDA PINHEIRO DA SILVA OAB nº RO7495
Réu: R. G. DOS SANTOS - EIRELI - ME CNPJ nº 19.045.149/0001-15, AVENIDA CUJUBIM 1535 SETOR 3 - 76864-000 - CUJUBIM - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Providencia, a escrivania, a alteração da classe processual para que passe a constar como cumprimento de sentença.
Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado ou pessoalmente, caso não tenha advogado constituído ou representado pela Defensoria Pública, para pagar em 15 (quinze) dias, o débito executado, ATUALIZADO na data do pagamento, sob pena de multa de 10% sobre o valor da execução e honorários advocatícios no importe de 10%, nos termos do artigo 523, §1º, do CPC.
Caso tenha sido citada por edital na fase de conhecimento, intime-se, igualmente, pela via editalícia, conforme art. 513, §2º, IV do CPC.
Advirta-se que transcorrido o prazo para pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para que o(a) executado(a), independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação à execução como técnica de defesa (art. 525 do CPC).
Fica a parte executada ainda ciente que, havendo pagamento parcial no prazo previsto acima, a multa e os honorários incidirão sobre o remanescente do débito e de que transcorrido o prazo para pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo para impugnação, que deverá ser realizada em observância ao disposto no artigo 525 do CPC.
Em não havendo pagamento, certifique-se e intime-se o credor para, no prazo de 05 (cinco) dias, atualizar o débito, acrescendo aos cálculos a multa de 10% (dez por cento), inclusive com os honorários de advogado, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor excutido, bem como para requerer o que entender pertinente para a satisfação de seu crédito.
Sem prejuízo, desde logo, caso pleiteado pela parte, autorizo a expedição da certidão do teor da decisão, que deverá ser fornecida conforme artigo 517, § 2º, do CPC, após o decurso do prazo para pagamento voluntário, de modo a permitir que a parte interessada efetue o protesto da decisão.
Em sendo efetuado o pagamento no prazo legal, expeça-se alvará judicial em nome da(o) Exequente.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7006027-21.2019.8.22.0002
Classe: Execução Fiscal
Valor da Causa:R$6.509,83
Última distribuição:25/04/2019
Autor: MUNICIPIO DE ARIQUEMES CNPJ nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO
Advogado do(a) AUTOR: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES
Réu: ANA MARIA CARVALHO TABOSA CPF nº 002.263.156-90, ALAMEDA DO IPÊ SN, - DE 1496/1497 A 1649/1650 SETOR 01 - 76870-042 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU:
SENTENÇA
Vistos.
MUNICIPIO DE ARIQUEMES ajuizou a presente AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL em desfavor de ANA MARIA CARVALHO TABOSA, todos qualificados, pretendendo, em síntese, compelir a parte executada a efetuar o pagamento do valor de R$6.509,83, representado pela CDA coligida. Formulou os requerimentos de estilo e juntou documentos.
Vieram-me os autos conclusos.
É, em essência, o relatório. Fundamento e DECIDO.
Verifico, de ofício, ser hipótese de patente Improcedência Liminar do Pedido diante da Prescrição do Crédito. Conheço diretamente do pedido, independentemente da intimação da parte contrária, porquanto despicienda a fase instrutória tendente à produção de provas, na forma do artigo 332, §1º do Código de Processo Civil.
Eis o teor da norma aludida:
Art. 332. Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar:
I - enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça;
II - acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;
III - entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;
IV - enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local.
§ 1º O juiz também poderá julgar liminarmente improcedente o pedido se verificar, desde logo, a ocorrência de decadência ou de prescrição.
Como se pode ver, o dispositivo em referência estabelece que, verificada a ocorrência da prescrição, o juiz pode julgar liminarmente improcedente o pedido, porque matéria de ordem pública, inclusive indeferindo a petição inicial quando verificar a extinção da pretensão pelo decurso do prazo prescricional.
Pois bem. Nos termos do que estabelece o artigo 174 do CTN, constituído o crédito tributário, dispõe o ente público do prazo de 05 (cinco) anos para promover a respectiva cobrança, sob pena de, em não o fazendo, não ser mais possível a cobrança em razão da prescrição.
No caso em tela, muito embora tenha sido intimada, a parte exequente não atendeu a determinação do juízo, quedando-se inerte em coligir aos autos nova CDA.
Conforme se depreende dos autos, a execução somente foi ajuizada em 25/04/2019, restando prescritos os créditos tributários constituídos antes da data de 25/04/2019.
Compulsando os autos, não se vislumbra quaisquer informações quanto à ocorrência de causa(s) suspensiva(s) e/ou interruptiva(s)

do crédito tributário, restando, portanto, inequívoca a prescrição da pretensão sub examine.

Com efeito, o art. 219, §5º, do CPC determina que "o Juiz pronunciará, de ofício, a prescrição", a qual, segundo o art. 156, inciso V, do CTN, extingue o crédito tributário.

Nessa mesma perspectiva, a Súmula nº 409 do Colendo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA dispõe que: "em execução fiscal, a prescrição ocorrida antes da propositura da ação pode ser decretada de ofício".

No Recurso Especial nº 1.100.156/RJ, precedente que fundamentou a edição do referido verbete sumular, adotou-se o entendimento de que na ação de execução fiscal a prescrição ocorrida antes da propositura da ação pode ser decretada de ofício, com base no artigo 219, § 5º, do Código de Processo Civil (redação da Lei 11.051/04), independentemente da prévia ouvida da Fazenda Pública. Dispôs, ainda, que a norma do § 4º do artigo 40, da Lei nº 6.830/80, que exige essa providência prévia, somente se aplica às hipóteses de prescrição intercorrente (aquela que ocorre no transcurso do processo, em razão da paralisação deste por prazo superior ao exigido para o do exercício do direito de ação).

Exatamente nesse sentido, é remansosa a jurisprudência, veja-se:

EXECUÇÃO FISCAL. IPTU e Taxas. Município de Apiaí. Exercícios de 2009 e 2010. Extinção do feito sem resolução do mérito por falta de interesse processual no ajuizamento da execução sob o fundamento de que existentes os meios de cobrança extrajudicial e não provada a inviabilidade de utilização dos mesmos, sendo desnecessária a intervenção do

PODER JUDICIÁRIO na espécie. Inadmissibilidade. Ofensa ao princípio da inafastabilidade de apreciação do

PODER JUDICIÁRIO de qualquer litígio a ele submetido, (art. art. 5º, inciso XXXV). Ação ajuizada em dezembro de 2014. Reconhecimento de ofício da prescrição. Ocorrência antes ao ajuizamento da demanda quanto ao exercício de 2009. Aplicação da Súmula 409 do STJ - Sentença reformada para determinar o prosseguimento da execução para o exercício de 2010 Recurso da Municipalidade provido em parte. (Apelação 0003796-21.2014.8.26.0030; Relator (a): Rezende Silveira;Órgão Julgador: 15ª Câmara de Direito Público; Foro de Apiaí - Vara Única; Data do Julgamento: 24/11/2015; Data de Registro: 25/11/2015)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DIREITO TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. NULIDADE DA CITAÇÃO EDITALÍCIA. OCORRÊNCIA. PRESCRIÇÃO DIRETA. CARACTERIZADA. 1. Somente após frustradas tentativas de citação pelas vias ordinárias é que se abre ao credor a possibilidade de citação editalícia. Inteligência da Súmula 414 do STJ e artigo 8º, inciso III, da Lei 6.830/80. Caso em que não foram empreendidas as diligências possíveis para localizar o devedor. 2. Passados mais de cinco anos entre a constituição definitiva do crédito tributário e a citação válida do executado, a teor do artigo 174, I do CTN, na sua redação original, prescrito está o exercício fiscal atingido pelo lapso temporal. RECURSO DESPROVIDO (Agravo de Instrumento Nº 70071685598, Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Carlos Roberto Lofego Canibal, Julgado em 10/05/2017)

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. AJUIZAMENTO ANTES DA LC 118/2005. DEMORA NA CITAÇÃO IMPUTADA AO CREDOR. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. NÃO PROVIMENTO. 1. Em processo de execução fiscal ajuizado anteriormente à LC 118/2005, é pacífica a orientação do STJ de que o despacho que ordena a citação não interrompe o prazo prescricional, pois somente a citação pessoal produz esse efeito, devendo prevalecer o disposto no art. 174 do CTN sobre o art. 8º, § 2º, da LEF. 2. Ajuizada a demanda dentro do prazo prescricional e realizada a citação do executado fora dele, o marco interruptivo deve retroagir à data do ajuizamento do feito somente quando a demora na citação for imputada ao mecanismo da Justiça (REsp 1.120.295/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Seção, DJe 21/5/2010). 3. Nos casos em que a demora na citação, ou sua não efetivação, não é imputada aos mecanismos do

PODER JUDICIÁRIO – conclusão a que chegou o Tribunal de origem –, descabe a retroatividade da interrupção da prescrição à data da propositura do executivo fiscal. Para alterar tal entendimento, exige-se o reexame de provas, o que é inviável em recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ. 4. Agravo interno a que se nega provimento. AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.352.016 - RS (2012/0231789-0)

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. CITAÇÃO. DEMORA. PRESCRIÇÃO. INÉRCIA ATRIBUÍDA À AUTORA. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. 1. A demora na citação do devedor por fatos atribuídos ao credor, segundo as instâncias ordinárias, e não ao mecanismo do

PODER JUDICIÁRIO, gera a prescrição. O reexame das circunstâncias fáticas encontraria óbice do enunciado 7 da Súmula desta Corte. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 477.258/DF, Rel. Ministra ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 22/4/2014, DJe 5/5/2014)

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. DECLARAÇÃO DE OFÍCIO. VIABILIDADE. ART. 219, § 5º, DO CPC. CITAÇÃO. INÉRCIA DA FAZENDA PÚBLICA. SÚMULA 7 DO STJ. Tendo a Corte a quo entendido que a prescrição ocorreu por culpa exclusiva do exequente, que não conseguiu em tempo razoável promover o regular andamento do feito com a realização de diligência simples no sentido de localizar a empresa executada, conclusão em sentido contrário é inviável em recurso especial, porquanto demandaria reexame da seara fático-probatória dos autos, conforme destacou o precedente acima citado, o que atrai a incidência da Súmula 7 do STJ. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 453.748/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/2/2014, DJe 7/3/2014)

Apelação. Execução fiscal. Prescrição. Demora da citação. Inércia da Fazenda Pública. Não provimento. 1. Ajuizada a demanda dentro do prazo prescricional e realizada a citação do executado fora dele, o marco interruptivo deve retroagir à data do ajuizamento do feito somente no caso em que a demora na citação for imputada ao mecanismo da Justiça. (REsp 1.120.295/SP, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Seção, DJe 21.05.10). 2. A inércia da Fazenda Pública, haja vista a paralisação dos autos por mais de cinco anos sem a promoção das diligências necessárias ao aperfeiçoamento do ato citatório, impõe o reconhecimento da ocorrência da extinção da ação executória pela ocorrência do fenômeno prescritivo. 3. Apelo não provido. (TJ-RO - APL: 01662754520038220001 RO 0166275-45.2003.822.0001, Relator: Desembargador Gilberto Barbosa, 1ª Câmara Especial, Data de Publicação: Processo publicado no Diário Oficial em 26/02/2016.)

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO TRIBUTÁRIO. AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL. DAE. TAXA DE ÁGUA E ESGOTO. PRESCRIÇÃO DIRETA. OCORRÊNCIA. DECLARAÇÃO DE OFÍCIO. Créditos tributários já prescritos de forma direta ao tempo do ajuizamento da ação. No caso concreto, aplicável o artigo 174 do Código Tributário Nacional, com redação dada pela Lei Complementar nº 118/05. Declarada, de ofício, a prescrição direta do crédito tributário executado, restando prejudicado o exame do apelo. Extinção do feito mantida, mesmo que por fundamentos diversos. DECLARADA, DE OFÍCIO, A PRESCRIÇÃO DIRETA. APELO PREJUDICADO. DECISÃO MONOCRÁTICA. (TJ-RS - AC: 70078123403 RS, Relator: Iris Helena Medeiros Nogueira, Data de Julgamento: 04/09/2018, Vigésima Primeira Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 10/09/2018)

Assim, caracterizada a prescrição direta, de rigor, a sua declaração, de ofício.

Esclareço, ainda, que é entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentário sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio, cumprindo-se os termos do artigo 489 do CPC, não infringindo o disposto no §1º, inciso IV, do aludido artigo.

No mesmo sentido: "O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (STJ - 1ª Turma, AI 169.073 SPAgRg, Rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v. u., DJU 17.8.98, p. 44).

O Código de Processo Civil previu que o julgador deve exercer o convencimento motivado e fundamentado, mantendo o entendimento de que nem todas as questões suscitadas pelas partes precisam ser enfrentadas, salvo se estiverem aptas para infirmar a conclusão do julgado.

Prejudicadas ou irrelevantes as demais questões dos autos.

ANTE O EXPOSTO, com fundamento no art. 332, §1º, do Código de Processo Civil, JULGO LIMINARMENTE IMPROCEDENTE o pedido inicial, o que faço para reconhecer a prescrição do crédito tributário (anterior a 25/04/2019) indicado na inicial (CDA de ID 26710053), nos termos do artigo 174 do CTN e, consequentemente, declará-lo extinto, com supedâneo no artigo 156, inciso V, do mesmo codex.

Em consequência, JULGO EXTINTO o processo com resolução do mérito, com fulcro nos arts. 487, inciso II, do CPC.

Sem custas.

Honorários indevidos, pois não houve formação da relação jurídico-processual.

Por fim, de modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que, ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado.

Por consectário lógico, ficam as partes advertidas, desde logo, que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente infringente lhes sujeitará a imposição da multa prevista pelo artigo 1026, § 2º, do Novo Código de Processo Civil.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (CPC, art. 1.010), sem nova conclusão, CITE-SE a parte adversa para apresentar contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias (CPC, art. 332, §4º). Após, subam os presentes autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, com as nossas homenagens.

Não interposto o recurso (CPC, art. 332, §2º), intime-se a parte ré do trânsito em julgado da sentença, nos termos do 241 do CPC.

Nada mais havendo, certifique-se a escrivania o trânsito em julgado desta e, observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos com as anotações de estilo.

SERVIRÁ A PRESENTE SENTENÇA COMO OFÍCIO/ MANDADO DE INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA.

P.R.I.C., promovendo-se as baixas devidas no sistema.

Ariquemes, 30 de abril de 2019

Marcus Vinicius dos Santos Oliveira

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Ariquemes - 3ª Vara Cível

Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7005415-83.2019.8.22.0002

Classe: Procedimento Comum

Valor da Causa:R$123.800,00

Última distribuição:17/04/2019

Autor: MOACYR GOMES PEREIRA CPF nº 466.001.166-68, RUA PAPOULAS 2387, - DE 2290/2291 A 2555/2556 SETOR 04 - 76873-512 - ARIQUEMES - RONDÔNIA

Advogado do(a) AUTOR: ADRIANE MARIA DE LARA OAB nº RO5123, ERICA FERNANDA PADUA LIMA OAB nº RO7490, MARIO JORGE DA COSTA SARKIS OAB nº RO7241, ALEX SOUZA DE MORAES SARKIS OAB nº RO1423

Réu: CANAA GERACAO DE ENERGIA S/A CNPJ nº 06.900.697/0002-14, AVENIDA CANAÃ 3191, - DE 2987 A 3239 - LADO ÍMPAR SETOR 03 - 76870-497 - ARIQUEMES - RONDÔNIA

Advogado do(a) RÉU:

DESPACHO

Vistos.

A parte autora não comprovou a necessária hipossuficiência econômica que autoriza a concessão da assistência judiciária gratuita. Com efeito, indefiro-a nos termos do art. 5º da Lei 1.060/50.

Lado outro, considerando o efeito patrimonial vindicado, tenho por crível que a antecipação das despesas processuais pode retardar o seu acesso ao Judiciário, razão pela qual difiro o recolhimento das custas iniciais para o final, nos termos do art. 34, III, do Regimento de Custas do TJRO.

Nos termos do art. 695 do CPC, designo audiência de conciliação para o dia 18 de junho de 2019, às 08h30min., a qual se realizará no CEJUSC – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Rua Fortaleza, 2178 - Setor 03 - Fone 3536-3937, nesta cidade e comarca (ao lado da Auto Escola Nacional, próximo do Colégio Dinâmico).

Advirto as partes que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir) e devem fazê-lo acompanhadas de seus respectivos advogados. A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento (02%) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa.

Intimem-se os procuradores que deverão vir acompanhados ao ato de seus clientes, os quais não serão intimados pessoalmente (RT 471/191), salvo se forem patrocinados pela Defensoria Pública.

Registro que a audiência de conciliação designada somente não será realizada caso ambas as partes sinalizem, expressamente, o desinteresse na audiência de conciliação, advertindo ao réu que a contagem do prazo para contestação inicia-se a partir da audiência, desde que rejeitado o pedido de cancelamento da solenidade.

Cite-se a parte ré para, querendo, CONTESTAR o pedido em 15 dias, contados, segundo art. 335 e incisos do CPC, a partir: "I - da audiência de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação pela parte ré, o qual deverá ser apresentado, em 10 dias contados da sua citação", advertindo-a que se não contestar o pedido, incidirão os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na inicial e prosseguindo-se o processo independentemente de sua intimação para os demais atos, propiciando o julgamento antecipado da lide.

Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em RÉPLICA, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais (art. 337, CPC); III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção).

Em seguida, tornem conclusos para saneamento, nos termos do art. 347 do CPC.

Pratique-se e expeça-se o necessário.

SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA, devendo o meirinho, por ocasião do cumprimento da diligência, indagar a parte comunicada se há interesse na autocomposição, bem como a existência de proposta, devolvendo o mandado com certidão a respeito (CPC, art. 154, VI)

Ariquemes, 30 de abril de 2019

Marcus Vinicius dos Santos Oliveira

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7006212-59.2019.8.22.0002
Classe: Carta Precatória Cível
Valor da Causa:R$79.923,48
Última distribuição:29/04/2019
Autor: C. E. F. -. C., CAIXA ECONÔMICA FEDERAL 728, AVENIDA CARLOS GOMES 660 CAIARI - 76801-905 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: MELISSA DOS SANTOS PINHEIRO VASSOLER SILVA OAB nº RO2251
Réu: APARECIDO GIMENEZ JUNIOR CPF nº 644.247.582-49, RUA BURITIS 2300 CENTRO - 76888-000 - MONTE NEGRO - RONDÔNIA, APARECIDO GIMENEZ JUNIOR - ME CNPJ nº 13.712.574/0001-34, LOTE 53 Gleba 79 LINHA C 30KM - 76888-000 - MONTE NEGRO - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Vistos.
Como é cediço, o Código de Processo Civil estabelece que:
Art. 267. O juiz recusará cumprimento a carta precatória ou arbitral, devolvendo-a com decisão motivada quando:
I - a carta não estiver revestida dos requisitos legais;
II - faltar ao juiz competência em razão da matéria ou da hierarquia;
III - o juiz tiver dúvida acerca de sua autenticidade.
Parágrafo único. No caso de incompetência em razão da matéria ou da hierarquia, o juiz deprecado, conforme o ato a ser praticado, poderá remeter a carta ao juiz ou ao tribunal competente.
Com efeito:
Art. 260. São requisitos das cartas de ordem, precatória e rogatória:
I - a indicação dos juízes de origem e de cumprimento do ato;
II - o inteiro teor da petição, do despacho judicial e do instrumento do mandato conferido ao advogado;
III - a menção do ato processual que lhe constitui o objeto;
IV - o encerramento com a assinatura do juiz.
§ 1o O juiz mandará trasladar para a carta quaisquer outras peças, bem como instruí-la com mapa, desenho ou gráfico, sempre que esses documentos devam ser examinados, na diligência, pelas partes, pelos peritos ou pelas testemunhas.
§ 2o Quando o objeto da carta for exame pericial sobre documento, este será remetido em original, ficando nos autos reprodução fotográfica.
§ 3o A carta arbitral atenderá, no que couber, aos requisitos a que se refere o caput e será instruída com a convenção de arbitragem e com as provas da nomeação do árbitro e de sua aceitação da função.
Desta feita, contate-se/oficie-se ao Juízo Deprecante solicitando a remessa dos documentos elencados no art. 260, II, do CPC, necessários a instrução da presente Carta Precatória.
Cumpra-se.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7014123-59.2018.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum
Valor da Causa:R$57.248,00
Última distribuição:05/11/2018
Autor: MARCIA DOURADO BATISTA PEREIRA CPF nº 278.835.401-06, RUA CURITIBA 2130, - ATÉ 2263/2264 SETOR 03 - 76870-398 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, PEDRO PEREIRA SOBRINHO CPF nº 169.669.961-49, ALAMEDA CURITIBA 2199, - ATÉ 2263/2264 SETOR 03 - 76870-396 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: ERLETE SIQUEIRA OAB nº RO3778
Réu: MUNICIPIO DE ARIQUEMES CNPJ nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO
Advogado do(a) RÉU: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES
DESPACHO
Vistos.
Considerando a emenda a inicial, intime-se a parte requerida para apresentar defesa, nos termos do despacho inicial (ID 22770870).
Cumpra-se as demais determinações do mesmo despacho (ID 22770870).
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 0012300-77.2015.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum
Valor da Causa:R$48.671,00
Última distribuição:15/08/2017
Autor: ELTON PETRY CPF nº 488.300.979-34, - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: MARIA DE FATIMA SANTOS SILVA OAB nº BA10371
Réu: NISSEY MOTORS JI-PARANA COMERCIO DE VEICULOS, PECAS E SERVICOS LTDA CNPJ nº 18.571.247/0001-23, AV. TRANSCONTIMENTAL 3118, - DE 3020 A 3240 - LADO PAR BR 364 - 76914-656 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: SIDNEY DUARTE BARBOSA OAB nº MT630
DESPACHO
Vistos.
Providencia, a escrivania, a alteração da classe processual para que passe a constar como cumprimento de sentença.
Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado ou pessoalmente, caso não tenha advogado constituído ou representado pela Defensoria Pública, para pagar em 15 (quinze) dias, o débito executado, ATUALIZADO na data do pagamento, sob pena de multa de 10% sobre o valor da execução e honorários advocatícios no importe de 10%, nos termos do artigo 523, §1º, do CPC.
Caso tenha sido citada por edital na fase de conhecimento, intime-se, igualmente, pela via editalícia, conforme art. 513, §2º, IV do CPC.
Advirta-se que transcorrido o prazo para pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para que o(a) executado(a), independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação à execução como técnica de defesa (art. 525 do CPC).
Fica a parte executada ainda ciente que, havendo pagamento parcial no prazo previsto acima, a multa e os honorários incidirão sobre o remanescente do débito e de que transcorrido o prazo para pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo para impugnação, que deverá ser realizada em observância ao disposto no artigo 525 do CPC.
Em não havendo pagamento, certifique-se e intime-se o credor para, no prazo de 05 (cinco) dias, atualizar o débito, acrescendo

aos cálculos a multa de 10% (dez por cento), inclusive com os honorários de advogado, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor excutido, bem como para requerer o que entender pertinente para a satisfação de seu crédito.
Sem prejuízo, desde logo, caso pleiteado pela parte, autorizo a expedição da certidão do teor da decisão, que deverá ser fornecida conforme artigo 517, § 2º, do CPC, após o decurso do prazo para pagamento voluntário, de modo a permitir que a parte interessada efetue o protesto da decisão.
Em sendo efetuado o pagamento no prazo legal, expeça-se alvará judicial em nome da(o) Exequente.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7006021-14.2019.8.22.0002
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Valor da Causa:R$4.370,05
Última distribuição:25/04/2019
Autor: BRASIL DISTRIBUIDORA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA CNPJ nº 00.735.882/0001-33, RODOVIA BR-364 7661 LAGOA - 76812-317 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: BEATRIZ FERREIRA CAMPOS OAB nº RO7925
Réu: DUMELO COMERCIAL EIRELI - ME CNPJ nº 21.303.403/0001-80, AVENIDA JARÚ 2054, - DE 2004 A 2080 - LADO PAR SETOR 03 - 76870-330 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Vistos.
Cite-se em execução, na forma do art. 824 do CPC.
Fixo honorários em 10% (art. 827 do CPC).
Consigne-se no mandado que:
a) o prazo para pagamento da dívida atualizada, acrescida de juros, custas e honorários advocatícios, é de 3 (três) dias, a contar da citação (art. 829 do CPC);
b) nos termos do art. 212, §2º do CPC, independente de autorização judicial, poderá o oficial de justiça proceder com as citações, intimações e penhoras, no período de férias forenses, nos feriados ou dias úteis fora do horário previsto no art. 212, caput do CPC, observado o disposto no art. 5o, inciso XI, da Constituição Federal.
c) havendo o pagamento voluntário e total nesse prazo, o devedor terá o benefício de redução da verba honorária para a metade da que fora arbitrada no deferimento da petição inicial (art. 827, §1º do CPC);
d) decorrido o prazo sem pagamento, penhore-se e avalie-se o(s) bem(ns) nomeado(s) pelo credor na inicial. Não havendo tal nomeação, penhore-se e avaliem-se tantos bens localizados, quanto bastem para garantir a satisfação do crédito e acessórios;
d.1) fica desde já deferido o auxílio de força policial em caso de resistência (art. 846, §2º do CPC).
e) o prazo de embargos do devedor será de 15 (quinze) dias, a contar da juntada aos autos do mandado de citação ou ocorrendo qualquer das hipóteses previstas no art. 231 do CPC.
f) não sendo localizado o devedor, proceda o Sr. Oficial de Justiça com o arresto de bens quantos bastem para garantir a execução (art. 830 e ss. do CPC).
g) esclareça à parte executada que no prazo para oposição de embargos, reconhecendo o crédito do exequente, poderá mediante o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, mais custas e honorários advocatícios, REQUERER, o parcelamento do restante do débito remanescente em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês (artigo 916 do CPC).
h) em sendo satisfeita a execução, intime-se a parte executada para que efetue o pagamento do corresponde a 1% (um por cento) do valor da execução, no prazo de 15 dias, sob pena de inscrição em dívida ativa (art. 12, III c/c art. 17 da Lei Estadual 3.896/2016).
Pratique-se e expeça-se o necessário.
Sirva a presente decisão como mandado/ carta precatória de citação, arresto, penhora, avaliação e intimação para ser cumprida pelo Meirinho, que deverá observar o endereço constante na contrafé, que segue anexa ao mandado, bem como a descrição do bem, caso tenho sido nomeado.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7005004-74.2018.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum
Valor da Causa:R$11.448,00
Última distribuição:25/04/2018
Autor: TERESA DAS CHAGAS SANTOS CPF nº 102.942.522-15, AVENIDA JÃO PAULO II 3368 ROTA DO SOL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: JOSE CARLOS SABADINI JUNIOR OAB nº RO8698
Réu: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL CNPJ nº 29.979.036/0001-40, RUA JOSÉ DE ALENCAR CENTRO - 76801-036 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de ação previdenciária ajuizada por TERESA DAS CHAGAS SANTOS em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, pleiteando o restabelecimento do benefício previdenciário auxílio-doença, e, constatada a plena incapacidade para o labor, a concessão de aposentadoria por invalidez. Alegou, a parte autora, em síntese, estar acometida de doença incapacitante, tornando-se inapta para qualquer trabalho. Assim, requereu a concessão do benefício previdenciário, com o pagamento das parcelas atrasadas. A inicial veio instruída de documentos.
Sobreveio Laudo Pericial (ID Num.25201556).
Citada, a autarquia federal ré apresentou contestação (ID Num.25916189). No mérito, pugnou pela improcedência do pedido, sob a alegativa de não preencher os requisitos mínimos estabelecidos na legislação, qual seja, a incapacidade laborativa.
Vieram-me os autos conclusos.
É, em essência, o relatório. Fundamento e DECIDO.
Cuida-se de ação previdenciária em que objetiva a concessão de auxílio doença ou aposentadoria por invalidez.
Do Julgamento Antecipado:
Profiro o julgamento imediato da lide, nos exatos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, porquanto a matéria versada nos autos, embora seja de fato e de direito, não depende da produção de quaisquer outras provas, além daquelas já acostadas ao feito.
Do mérito:
De início, anoto que o pedido foi formulado para que seja o réu condenado à concessão de benefício auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez ao final.
Pois bem.
Da combinação dos arts. 25, I, 26, II, e 59, todos da Lei 8.213/91 (LBPS), a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA demanda

a satisfação simultânea dos seguintes requisitos: a) comprovação da qualidade de segurado à época do requerimento do benefício; b) cumprimento da carência de 12 (doze) contribuições mensais, à exceção dos benefícios acidentários e das doenças catalogadas na Portaria Interministerial MPAS/MS nº 2.998/01, situações excepcionais eximidas de carência; c) incapacidade laborativa uniprofissional (isto é, para a atividade habitual exercida pelo segurado) e temporária (suscetível de recuperação), superior a 15 (quinze) dias; (d) surgimento da patologia após a filiação do segurado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, salvo se, cumprido o período de carência, a incapacidade advier de agravamento ou progressão da doença ou lesão.

Por outro lado, conforme arts. 25, I, 26, II, 42 e 43, todos da Lei 8.213/91, os elementos necessários à concessão do benefício de APOSENTADORIA POR INVALIDEZ são: a) comprovação da qualidade de segurado à época do requerimento do benefício; b) cumprimento da carência de 12 (doze) contribuições mensais, à exceção dos benefícios acidentários e das doenças catalogadas na Portaria Interministerial MPAS/MS nº 2.998/01, situações excepcionais eximidas de carência (art. 151 da LBPS); c) incapacidade laborativa total (incapacidade para o exercício de toda e qualquer atividade que garanta a subsistência do trabalhador) e permanente (prognóstico negativo de recuperação do segurado); d) surgimento da patologia após a filiação do segurado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, salvo se, cumprido o período de carência, a incapacidade advier de agravamento ou progressão da doença ou lesão.

A carência mínima para o benefício, disposta pelo parágrafo único do artigo 24, c/c o artigo 25, I, ambos da Lei 8.213/91, é de 12 contribuições em caso de ingresso e de 4 contribuições no caso de reingresso (ressalvados os casos de dispensa).

Para que seja mantida a qualidade de segurado, necessário se faz o cumprimento das condições exigidas pelo artigo 13, II, do Regulamento da Previdência Social (RPS), aprovado pelo Decreto nº 3.048/99 (ou artigo 15, II, da Lei 8.213/91), o qual estabelece prazo de 12 ou 24 meses para aquele que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social, acrescido de mais 12 meses, se o segurado desempregado comprovar sua situação por registro próprio do Ministério do Trabalho e Emprego, conforme previsto no § 2º do mesmo artigo.

Feitas tais considerações passo a analisar a situação dos autos.

No caso sub judice, a parte autora foi submetida à perícia judicial, a qual concluiu (ID Num.25201556):

"Periciada apta ao trabalho com restrição a trabalhos braçais, com transporte de peso, corridas, pulos, movimentos frequentes da coluna".

Como se vê, a incapacidade para o trabalho, quer temporária, quer permanente, não restou comprovada. Frise-se que o laudo é suficientemente fundamentado, não havendo que se falar em nova perícia.

Noto, ainda, que a qualidade de segurada e a carência mínima (art. 25, inc. I da Lei 8.213/91) restaram comprovadas pelos documentos acostados, em especial, pelo cadastro nacional de informações sociais (CNIS) e memória de cálculo.

Assim, a improcedência do pedido é medida que se impõe.

Esclareço, ainda, que é entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentário sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio, cumprindo-se os termos do artigo 489 do CPC, não infringindo o disposto no §1º, inciso IV, do aludido artigo.

No mesmo sentido: "O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (STJ - 1ª Turma, AI 169.073 SPAgRg, Rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v. u., DJU 17.8.98, p. 44).

O Código de Processo Civil previu que o julgador deve exercer o convencimento motivado e fundamentado, mantendo o entendimento de que nem todas as questões suscitadas pelas partes precisam ser enfrentadas, salvo se estiverem aptas para infirmar a conclusão do julgado.

Prejudicadas ou irrelevantes as demais questões dos autos.

ANTE O EXPOSTO e, por tudo o mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado, resolvendo o mérito nos termos do art. 487, inciso I do Código de Processo Civil.

Custas na forma da lei.

Pelo princípio da sucumbência, arcará a parte vencida com as despesas processuais e o pagamento de honorários advocatícios da parte adversa, o qual arbitro em R$1.000,00 (mil reais), em face do trabalho realizado, nos termos do artigo 85, parágrafo 8° do Código de Processo Civil. Considerando que a parte autora é beneficiária da Assistência Judiciária Gratuita, atente-se ao artigo 98, §3º do CPC.

Por fim, de modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que, ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado.

Por consectário lógico, ficam as partes advertidas, desde logo, que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente infringente lhes sujeitará a imposição da multa prevista pelo artigo 1026, § 2º, do Novo Código de Processo Civil.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (CPC, art. 1.010), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões.

Caso nada seja requerido após o trânsito em julgado desta, observadas as formalidades legais, intime-se a autarquia para, querendo, apresentar execução inversa.

SERVIRÁ A PRESENTE SENTENÇA COMO OFÍCIO/ MANDADO DE INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA.

P.R.I.C., promovendo-se as baixas necessárias no sistema.

Ariquemes, 30 de abril de 2019

Marcus Vinicius dos Santos Oliveira

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Ariquemes - 3ª Vara Cível

Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7004083-18.2018.8.22.0002

Classe: Monitória

Valor da Causa:R$1.049,07

Última distribuição:06/04/2018

Autor: RENASCER - COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA CNPJ nº 04.088.685/0001-20, AVENIDA JAMARI 2195 SETOR 01 - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA

Advogado do(a) AUTOR: JUCYARA ZIMMER OAB nº RO5888

Réu: JOSE CARLOS DE ALMEIDA CPF nº 478.493.982-20, RUA MARINGA 5692 SETOR JARDIM PARANA - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA

Advogado do(a) RÉU: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA

DESPACHO

Vistos.

Providencia, a escrivania, a alteração da classe processual para que passe a constar como cumprimento de sentença.

Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado ou pessoalmente, caso não tenha advogado constituído ou representado pela Defensoria Pública, para pagar em 15 (quinze) dias, o débito executado, ATUALIZADO na data do pagamento,

sob pena de multa de 10% sobre o valor da execução e honorários advocatícios no importe de 10%, nos termos do artigo 523, §1º, do CPC.
Caso tenha sido citada por edital na fase de conhecimento, intime-se, igualmente, pela via editalícia, conforme art. 513, §2º, IV do CPC.
Advirta-se que transcorrido o prazo para pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para que o(a) executado(a), independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação à execução como técnica de defesa (art. 525 do CPC).
Fica a parte executada ainda ciente que, havendo pagamento parcial no prazo previsto acima, a multa e os honorários incidirão sobre o remanescente do débito e de que transcorrido o prazo para pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo para impugnação, que deverá ser realizada em observância ao disposto no artigo 525 do CPC.
Em não havendo pagamento, certifique-se e intime-se o credor para, no prazo de 05 (cinco) dias, atualizar o débito, acrescendo aos cálculos a multa de 10% (dez por cento), inclusive com os honorários de advogado, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor excutido, bem como para requerer o que entender pertinente para a satisfação de seu crédito.
Sem prejuízo, desde logo, caso pleiteado pela parte, autorizo a expedição da certidão do teor da decisão, que deverá ser fornecida conforme artigo 517, § 2º, do CPC, após o decurso do prazo para pagamento voluntário, de modo a permitir que a parte interessada efetue o protesto da decisão.
Em sendo efetuado o pagamento no prazo legal, expeça-se alvará judicial em nome da(o) Exequente.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7002592-44.2016.8.22.0002
Classe: Ação Civil Pública
Valor da Causa:R$68.389,50
Última distribuição:08/03/2016
Autor: M. P. D. E. D. R., SEM ENDEREÇO
Advogado do(a) AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Réu: EDMAR RIBEIRO AMORIM CPF nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO, CLEONICE APARECIDA VALÉRIO CPF nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO, EDSON FERNANDES CARDOSO DA SILVA CPF nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO, ODELINA FERNANDES DA SILVA - PERFORMANCE ACADEMIA CNPJ nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO
Advogado do(a) RÉU: LUCIENE PETERLE OAB nº RO2760, WILLIAM ALVES JACINTHO RODRIGUES OAB nº RO3272, MICHEL EUGENIO MADELLA OAB nº RO3390
DESPACHO
Vistos.
Tendo em vista a manifestação
ministerial retro, DESIGNO audiência
de instrução para o dia 16 de julho de 2019, às 09h30min., onde será realizada a oitiva da testemunha MARCO ANTÔNIO DE LIMA, indicada pelo Parquet.
Fica, desde já, autorizada a condução coercitiva da(s) testemunha(s), no caso de não comparecimento, sem motivo justificado, nos termos do artigo 455, §5º, do Código de Processo Civil.
Nada obstante a indicação de endereço pessoal para aludida testemunha (ID 26445211), noto que fora qualificada como servidor público (MARCO ANTÔNIO DE LIMA), razão pela qual deverá ser requisitada, mediante ofício, ao Chefe da Repartição, o seu comparecimento na solenidade, conforme dispõe o art. 455, §4º, III do CPC, indicando-se o dia e hora designados supra, servindo a presente de ofício, sem necessidade de intimação pessoal.
1 - MARCO ANTÔNIO DE LIMA, brasileiro, casado, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF 390 261 082-49, e PORTADOR DO Registro geral - RG 407827 SSP/RO, lotado à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, residente neste município de Cacaulândia/RO.
Intimem-se.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7005902-53.2019.8.22.0002
Classe: Execução Fiscal
Valor da Causa:R$316,65
Última distribuição:25/04/2019
Autor: MUNICIPIO DE ARIQUEMES CNPJ nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO
Advogado do(a) AUTOR: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES
Réu: BOTELHO E JACOBOWSKI LTDA - ME CNPJ nº 10.919.039/0001-60, DO IPÊ 1454 SETOR 01 - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Vistos.
1. CITE-SE a parte executada para, no prazo de cinco (05) dias, pagar a dívida com os encargos indicados na CDA desta execução, ou garanti-la, efetuando depósito em dinheiro à ordem deste juízo em estabelecimento oficial de crédito que assegure a atualização monetária, oferecendo fiança bancária ou nomeando bens à penhora, mediante aceitação da parte exequente.
2. Em caso de pronto pagamento, honorários advocatícios de 10% sobre o valor do débito.
3. Caso decorrido o prazo do item 1, a dívida não tiver sido quitada ou garantida a execução, penhore-se ou arreste-se tantos bens quanto bastem para a satisfação do débito e acessórios, devendo constar no auto a respectiva avaliação.
4. Intime-se a parte executada e o seu cônjuge, se casado e se a constrição recair sobre bem imóvel (CPC, art. 73, §1º).
5. Cientifique-se a parte executada do prazo de 30 dias para oferecer EMBARGOS, contados da juntada do depósito da dívida, fiança bancária ou intimação da penhora aos autos.
5.1 Oferecidos os embargos, distribuídos por dependência e autuados em apartado (CPC, art. 914, §1º), depois de certificada, pela Serventia, a tempestividade ou não da defesa, serão os respectivos autos encaminhados à conclusão.
6. Providencie-se o registro da penhora ou arresto perante o Serviço Registral de Imóveis desta Comarca em se tratando de bem imóvel, servindo o mandado também de registro.
7. Não encontrados bens passíveis de penhora, autorizo a penhora dos bens que guarnecem a residência do executado, atentando-se o Sr. Oficial de Justiça, quando da diligência, quanto aos tidos como impenhoráveis, (art. 833, inciso II, CPC).
7.1 Fica, desde já, deferido o auxílio de força policial, em caso de resistência (art. 846, §2º do CPC).
8. Caso a parte executada não seja encontrada no endereço indicado na inicial, tornem os autos conclusos para tentativa de localização de endereço junto ao INFOJUD.

Pratique-se e expeça-se o necessário.
SIRVA O PRESENTE DE MANDADO DE EXECUÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, INTIMAÇÃO e REGISTRO, CUJO ENDEREÇO DEVE SER OBSERVADO NA INICIAL.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7005913-82.2019.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum
Valor da Causa:R$18.962,00
Última distribuição:25/04/2019
Autor: ERICA ARAUJO PEREIRA CPF nº 720.558.202-49, RUA TAÍDE DARTEBALLE 2943, CASA 02 SETOR 08 - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: VALDELICE DA SILVA VILARINO OAB nº RO5089
Réu: I. -. I. N. D. S. S., RUA JOSÉ DE ALENCAR 2094 CENTRO - 76900-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
1. Defiro, por ora, a gratuidade postulada.
2. ERICA ARAUJO PEREIRA ingressou com a presente ação previdenciária contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, objetivando a concessão do benefício assistencial (LOAS).
3. Em razão do indeferimento administrativo e como o réu não está comparecendo nas audiências designadas pelo juízo sob a justificativa do reduzido quadro de procuradores, vislumbro que não terá interesse na composição antes da instrução processual, que será tentada caso sinalize em sua resposta, mas que nessa fase preliminar serviria apenas como obstáculo à tempestiva e razoável duração do processo.
4. Dessa forma, cite-se o réu para, querendo, CONTESTAR o pedido nos termos do art. 183 do CPC, bem como juntar aos autos cópia do processo administrativo, conforme pontuado na Recomendação Conjunta n. 1, de 15/12/2015 do CNJ.
5. Com a contestação, caso sejam alegadas qualquer das hipóteses previstas no art. 337 do CPC e/ou proposta de acordo, intime-se o autor para manifestar em RÉPLICA no prazo de 15 (quinze) dias, podendo apresentar prova quanto aos fatos alegados.
6. Neste ínterim, realize-se também o ESTUDO SOCIAL, a fim de averiguar a renda per capita do autor, porquanto tal medida é indispensável para instrução do feito.
6.1 Para tanto, nomeio a assistente social do Serviço Social do Município de Ariquemes/RO, para que proceda com estudo social na residência da parte requerente, podendo ser localizada na Secretaria de Ação Social deste Município, devendo a mesma ser intimada para dar início nos trabalhos e responder, dentre outras informações que julgar pertinente, os seguintes quesitos:
1. Quem constitui a entidade familiar da parte autora? Especificar o parentesco, a idade, o estado civil, o grau de instrução, a profissão, o(s) ganho(s), a(s) remuneração(ões), o(s) rendimento(s), com as respectivas origens, inclusive se relativos a requerente, relatando, ainda, se vive(m) sob o mesmo teto e esclarecendo, no caso de não exercer atividade remunerada, a razão.
2. Na família nuclear da parte autora, alguém percebe algum benefício previdenciário ou assistencial? Identificar o(s) eventual(ais) beneficiário(s), informando o(s) nome(s) completo(s), a(s) data(s) de nascimento e o(s) número(s) do(s) benefício(s).
3. Quais as condições de moradia da parte autora? Explicar se o imóvel é próprio, financiado (indicar o valor das prestações e saldo da dívida), alugado (anotar o valor do aluguél) ou cedido, relatando as condições da construção, dos móveis, de eventuais eletrodomésticos, bem como a acessibilidade aos serviços públicos.
4. Possuem veículo(s)? Identificar o(s) eventual(is) modelo(s), indicando o(s) ano(s) de fabricação, e, se possível, o(s) valor(es) estimado(s).
5. Quais os gastos mensais da família com necessidades vitais básicas? Indicar as principais despesas e respectivos valores.
6. Na família, há gastos com tratamento médico? Especificar, no caso de enfermidades tratadas com remédio(s), quem necessita e se este(s) e(são) fornecido(s) pela rede pública.
7. Parente(s) pode(m) auxiliar a parte autora?
8. A família em comento depende de auxílio material ou econômico de terceiros? Esclarecer, no caso de dependência, a origem e no que consiste a ajuda.
6.2 Assim, intime-a para que compareça em cartório, no prazo de 10 dias, a fim de preencher o formulário contido no Anexo II da Resolução n° 541, do Conselho da Justiça Federal, possibilitando, dessa forma, o pagamento dos honorários devidos pela realização do estudo social dos autos, que fixo em R$250,00 (duzentos e cinquenta reais), em conformidade com a Portaria Conjunta n° 01/2018, dos Gabinetes Cíveis da Comarca de Ariquemes, de 02/05/2018.
Esclareça à(o) expert em referência que a perícia social deverá ser instruída com FOTOS da residência e dos bens que a ornamentam.
7. Sobrevindo laudo/relatório, intimem-se as partes para se manifestarem quanto ao resultado nele emitido, no prazo de 05 dias, bem como desde já fica deferida a inclusão do pagamento dos honorários periciais, junto ao sistema da Justiça Federal.
8. Em seguida, dê-se vista ao Ministério Público.
Após, tornem conclusos para saneamento, nos termos do art. 347 do CPC.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7005427-97.2019.8.22.0002
Classe: Execução Fiscal
Valor da Causa:R$1.388,59
Última distribuição:17/04/2019
Autor: MUNICIPIO DE ARIQUEMES CNPJ nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO
Advogado do(a) AUTOR: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES
Réu: PADARIA E CONFEITARIA MINI MOCA LTDA CNPJ nº 84.653.856/0001-56, --- 4672 -- - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU:
SENTENÇA
Vistos.
MUNICIPIO DE ARIQUEMES ingressou com a presente ação em desfavor de PADARIA E CONFEITARIA MINI MOCA LTDA.
O feito encontrava-se tramitando regularmente, quando então sobreveio petição da parte credora manifestando o desejo de desistência da ação.
Posto isso, nos termos do art. 775, caput, c/c o artigo 485, inciso VIII, ambos, do CPC, HOMOLOGO o pedido de DESISTÊNCIA da execução para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, e na forma do artigo 925, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o presente processo pela desistência da execução.
Isento de custas nos termos do art. 8º, III, da Lei Estadual 3.896/2016 (Regimento de Custas Judiciais).

Sentença transitada em julgado nesta data, por força da preclusão lógica disposta no art. 1.000, parágrafo único do CPC.
SERVIRÁ A PRESENTE SENTENÇA COMO OFÍCIO/ MANDADO DE INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA.
P.R.I. e, oportunamente, arquivem-se, promovendo-se as baixas no sistema.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7006198-75.2019.8.22.0002
Classe: Carta Precatória Cível
Valor da Causa:R$150.435,43
Última distribuição:29/04/2019
Autor: C. E. F. -. C., CAIXA ECONÔMICA FEDERAL 728, AVENIDA CARLOS GOMES 660 CAIARI - 76801-905 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: MELISSA DOS SANTOS PINHEIRO VASSOLER SILVA OAB nº RO2251
Réu: VITORIO MASSATOSHI HIGUTI CPF nº 467.188.859-91, AVENIDA TANCREDO NEVES 1381, - DE 1349 A 1501 - LADO ÍMPAR SETOR 01 - 76870-023 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Vistos.
Cumpra-se a presente, servindo a segunda via de mandado.
Após, cumprido o ato, devolva-se à origem com nossos cumprimentos.
Tendo em vista o caráter itinerante das Cartas Precatórias, caso o Sr. Oficial de Justiça certifique que a pessoa a ser citada/intimada tenha mudado de endereço e indique o atual, fica, desde já, determinado, independentemente de nova deliberação, a remessa da presente carta ao juízo da comarca a que se referir o novo endereço, com as baixas e anotações necessárias.
Nesse caso, deverá a escrivania, ainda, comunicar o juízo deprecante acerca da remessa.
Outrossim, determino, desde já, a devolução da carta precatória à origem, caso o oficial de justiça certifique que não localizou a pessoa em questão e não decline novo endereço.
Oportunamente, promova, a escrivania, as baixas de estilo junto ao sistema.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7006266-25.2019.8.22.0002
Classe: Monitória
Valor da Causa:R$3.805,07
Última distribuição:29/04/2019
Autor: MARIA CRISTINA THOMAS - EPP CNPJ nº 02.027.440/0001-68, RUA NEREU RAMOS 1103, - DE 974/975 AO FIM RIACHUELO - 76913-770 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: CARLA ALEXANDRE RIBEIRO OAB nº RO6345, MARTA FRANCISCO DE OLIVEIRA OAB nº RO5900, CAROLINA TAVANTI BALASSO OAB nº RO10084
Réu: JOSEMI FERREIRA DE LIMA CPF nº 018.665.452-99, AVENIDA BEIJA FLOR 1020 CENTRO - 76864-000 - CUJUBIM - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Vistos.
Como é cediço, o Regimento de Custas Judiciais (Lei n.º 3896/2016) estabelece que:
Art. 6º Não serão cobradas custas judiciais nas causas relativas aos feitos referidos nos incisos deste artigo, enquanto a lei de regência assim determinar:
I - nos processos de habeas corpus e habeas data;
II - nas causas relativas à jurisdição de infância e juventude, ressalvada a litigância de má-fé;
III - nas ações de acidentes do trabalho;
IV - nas ações de alimentos e nas ações revisionais de alimentos, propostas pelo alimentando, em que o valor da prestação mensal pretendida não seja superior a 2 (dois) salários-mínimos.
[...]
Art. 8º Fica isento do recolhimento da parcela do inciso III, do artigo 12, desta lei:
I - o executado que, citado, pagar no prazo legal o montante postulado pelo exequente, não oferecendo embargos;
II - o requerente nos processos cujo pedido seja exclusivamente de alvará ou assemelhado;
III - as partes nos processos em que houver desistência ou transação antes da prolação da sentença.
Art. 9º Na ação popular e na ação civil pública, os autores estão isentos do pagamento de custas, salvo comprovada má-fé.
Lado outro, referida norma preceitua ainda que:
Art. 12. As custas judiciais incidirão sobre o valor da causa, da seguinte forma:
I - 2% (dois por cento) no momento da distribuição, dos quais 1% (um por cento) fica adiado para até 5 (cinco) dias depois da audiência de conciliação, caso não haja acordo. Havendo acordo, as partes ficam desobrigadas ao pagamento do montante adiado;
II - 3% (três por cento) como preparo da apelação ou do recurso adesivo, ou, nos processos de competência originária do Tribunal;
III - 1% (um por cento) ao ser satisfeita a execução ou a prestação jurisdicional.
§ 1º Os valores mínimo e máximo a ser recolhido em cada uma das hipóteses previstas nos incisos deste artigo correspondem a R$ 100,00 (cem reais) e R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), respectivamente.
[...]
§ 3º Majorado o valor da causa, a diferença das custas deverá ser recolhida em até 15 (quinze) dias.
Art. 13. No cumprimento de sentença não é devida a parcela referida no inciso I do artigo 12 desta lei.
Art. 14. Satisfeita a execução ou a prestação jurisdicional, a parte devedora ou o obrigado em virtude da lei recolherá a parcela referida no inciso III do artigo 12 desta lei, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da intimação.
Desta feita, intime-se a parte requerente para coligir aos autos o comprovante das custas processuais iniciais, atendendo ao disposto no art. 12, I e §1º do Regimento de Custas Judiciais TJRO (Lei 3.896/16), no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7006497-86.2018.8.22.0002
Classe: Busca e Apreensão
Valor da Causa:R$8.409,75
Última distribuição:28/05/2018

Autor: BANCO HONDA S/A. CNPJ nº 03.634.220/0001-65, AVENIDA DO CAFÉ, CONJUNTO 62 TORRE VILA GUARANI(ZONA SUL) - 04311-000 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
Advogado do(a) AUTOR: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBANEZ OAB nº BA206339
Réu: LINDETE SANTOS DO NASCIMENTO CPF nº 630.744.512-20, RUA CACAUEIRO 1812, - DE 1708/1709 A 1977/1978 SETOR 01 - 76870-130 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Vistos.
Defiro o pedido de Id.26561494. Expeça-se mandado de citação no endereço informado.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7006299-15.2019.8.22.0002
Classe: Execução Fiscal
Valor da Causa:R$3.095,34
Última distribuição:30/04/2019
Autor: MUNICIPIO DE ARIQUEMES CNPJ nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO
Advogado do(a) AUTOR: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES
Réu: GENIVAL MUNIZ DE SOUZA CPF nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO
Advogado do(a) RÉU:
SENTENÇA
Vistos.
MUNICIPIO DE ARIQUEMES ajuizou a presente AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL em desfavor de GENIVAL MUNIZ DE SOUZA, todos qualificados, pretendendo, em síntese, compelir a parte executada a efetuar o pagamento do valor de R$3.095,34, representado pela CDA coligida. Formulou os requerimentos de estilo e juntou documentos.
Vieram-me os autos conclusos.
É, em essência, o relatório. Fundamento e DECIDO.
Verifico, de ofício, ser hipótese de patente Improcedência Liminar do Pedido diante da Prescrição do Crédito. Conheço diretamente do pedido, independentemente da intimação da parte contrária, porquanto despicienda a fase instrutória tendente à produção de provas, na forma do artigo 332, §1º do Código de Processo Civil.
Eis o teor da norma aludida:
Art. 332. Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar:
I - enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça;
II - acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;
III - entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;
IV - enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local.
§ 1º O juiz também poderá julgar liminarmente improcedente o pedido se verificar, desde logo, a ocorrência de decadência ou de prescrição.
Como se pode ver, o dispositivo em referência estabelece que, verificada a ocorrência da prescrição, o juiz pode julgar liminarmente improcedente o pedido, porque matéria de ordem pública, inclusive indeferindo a petição inicial quando verificar a extinção da pretensão pelo decurso do prazo prescricional.
Pois bem. Nos termos do que estabelece o artigo 174 do CTN, constituído o crédito tributário, dispõe o ente público do prazo de 05 (cinco) anos para promover a respectiva cobrança, sob pena de, em não o fazendo, não ser mais possível a cobrança em razão da prescrição.
No caso em tela, muito embora tenha sido intimada, a parte exequente não atendeu a determinação do juízo, quedando-se inerte em coligir aos autos nova CDA.
Conforme se depreende dos autos, a execução somente foi ajuizada em 30/04/2019, restando prescritos os créditos tributários constituídos antes da data de 30/04/2014.
Compulsando os autos, não se vislumbra quaisquer informações quanto à ocorrência de causa(s) suspensiva(s) e/ou interruptiva(s) do crédito tributário, restando, portanto, inequívoca a prescrição da pretensão sub examine.
Com efeito, o art. 219, §5º, do CPC determina que "o Juiz pronunciará, de ofício, a prescrição", a qual, segundo o art. 156, inciso V, do CTN, extingue o crédito tributário.
Nessa mesma perspectiva, a Súmula nº 409 do Colendo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA dispõe que: "em execução fiscal, a prescrição ocorrida antes da propositura da ação pode ser decretada de ofício".
No Recurso Especial nº 1.100.156/RJ, precedente que fundamentou a edição do referido verbete sumular, adotou-se o entendimento de que na ação de execução fiscal a prescrição ocorrida antes da propositura da ação pode ser decretada de ofício, com base no artigo 219, § 5º, do Código de Processo Civil (redação da Lei 11.051/04), independentemente da prévia ouvida da Fazenda Pública. Dispôs, ainda, que a norma do § 4º do artigo 40, da Lei nº 6.830/80, que exige essa providência prévia, somente se aplica às hipóteses de prescrição intercorrente (aquela que ocorre no transcurso do processo, em razão da paralisação deste por prazo superior ao exigido para o do exercício do direito de ação).
Exatamente nesse sentido, é remansosa a jurisprudência, veja-se:
EXECUÇÃO FISCAL. IPTU e Taxas. Município de Apiaí. Exercícios de 2009 e 2010. Extinção do feito sem resolução do mérito por falta de interesse processual no ajuizamento da execução sob o fundamento de que existentes os meios de cobrança extrajudicial e não provada a inviabilidade de utilização dos mesmos, sendo desnecessária a intervenção do
PODER JUDICIÁRIO na espécie. Inadmissibilidade. Ofensa ao princípio da inafastabilidade de apreciação do
PODER JUDICIÁRIO de qualquer litígio a ele submetido, (art. art. 5º, inciso XXXV). Ação ajuizada em dezembro de 2014. Reconhecimento de ofício da prescrição. Ocorrência antes ao ajuizamento da demanda quanto ao exercício de 2009. Aplicação da Súmula 409 do STJ - Sentença reformada para determinar o prosseguimento da execução para o exercício de 2010 Recurso da Municipalidade provido em parte. (Apelação 0003796-21.2014.8.26.0030; Relator (a): Rezende Silveira;Órgão Julgador: 15ª Câmara de Direito Público; Foro de Apiaí - Vara Única; Data do Julgamento: 24/11/2015; Data de Registro: 25/11/2015)
AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DIREITO TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. NULIDADE DA CITAÇÃO EDITALÍCIA. OCORRÊNCIA. PRESCRIÇÃO DIRETA. CARACTERIZADA. 1. Somente após frustradas tentativas de citação pelas vias ordinárias é que se abre ao credor a possibilidade de citação editalícia. Inteligência da Súmula 414 do STJ e artigo 8º, inciso III, da Lei 6.830/80. Caso em que não foram empreendidas as diligências possíveis para localizar o devedor. 2. Passados mais de cinco anos entre a constituição definitiva do crédito tributário e a citação válida do executado, a teor do artigo 174, I do CTN, na sua redação original, prescrito está o exercício fiscal atingido pelo lapso temporal. RECURSO DESPROVIDO (Agravo de Instrumento Nº 70071685598, Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Carlos Roberto Lofego Canibal, Julgado em 10/05/2017)
TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. AJUIZAMENTO ANTES DA LC 118/2005. DEMORA NA CITAÇÃO IMPUTADA AO CREDOR.

REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. NÃO PROVIMENTO. 1. Em processo de execução fiscal ajuizado anteriormente à LC 118/2005, é pacífica a orientação do STJ de que o despacho que ordena a citação não interrompe o prazo prescricional, pois somente a citação pessoal produz esse efeito, devendo prevalecer o disposto no art. 174 do CTN sobre o art. 8º, § 2º, da LEF. 2. Ajuizada a demanda dentro do prazo prescricional e realizada a citação do executado fora dele, o marco interruptivo deve retroagir à data do ajuizamento do feito somente quando a demora na citação for imputada ao mecanismo da Justiça (REsp 1.120.295/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Seção, DJe 21/5/2010). 3. Nos casos em que a demora na citação, ou sua não efetivação, não é imputada aos mecanismos do
PODER JUDICIÁRIO – conclusão a que chegou o Tribunal de origem –, descabe a retroatividade da interrupção da prescrição à data da propositura do executivo fiscal. Para alterar tal entendimento, exige-se o reexame de provas, o que é inviável em recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ. 4. Agravo interno a que se nega provimento. AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.352.016 - RS (2012/0231789-0)

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. CITAÇÃO. DEMORA. PRESCRIÇÃO. INÉRCIA ATRIBUÍDA À AUTORA. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. 1. A demora na citação do devedor por fatos atribuídos ao credor, segundo as instâncias ordinárias, e não ao mecanismo do
PODER JUDICIÁRIO, gera a prescrição. O reexame das circunstâncias fáticas encontraria óbice do enunciado 7 da Súmula desta Corte. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 477.258/DF, Rel. Ministra ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 22/4/2014, DJe 5/5/2014)

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. DECLARAÇÃO DE OFÍCIO. VIABILIDADE. ART. 219, § 5º, DO CPC. CITAÇÃO. INÉRCIA DA FAZENDA PÚBLICA. SÚMULA 7 DO STJ. Tendo a Corte a quo entendido que a prescrição ocorreu por culpa exclusiva do exequente, que não conseguiu em tempo razoável promover o regular andamento do feito com a realização de diligência simples no sentido de localizar a empresa executada, conclusão em sentido contrário é inviável em recurso especial, porquanto demandaria reexame da seara fático-probatória dos autos, conforme destacou o precedente acima citado, o que atrai a incidência da Súmula 7 do STJ. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 453.748/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/2/2014, DJe 7/3/2014)

Apelação. Execução fiscal. Prescrição. Demora da citação. Inércia da Fazenda Pública. Não provimento. 1. Ajuizada a demanda dentro do prazo prescricional e realizada a citação do executado fora dele, o marco interruptivo deve retroagir à data do ajuizamento do feito somente no caso em que a demora na citação for imputada ao mecanismo da Justiça. (REsp 1.120.295/SP, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Seção, DJe 21.05.10). 2. A inércia da Fazenda Pública, haja vista a paralisação dos autos por mais de cinco anos sem a promoção das diligências necessárias ao aperfeiçoamento do ato citatório, impõe o reconhecimento da ocorrência da extinção da ação executória pela ocorrência do fenômeno prescritivo. 3. Apelo não provido. (TJ-RO - APL: 01662754520038220001 RO 0166275-45.2003.822.0001, Relator: Desembargador Gilberto Barbosa, 1ª Câmara Especial, Data de Publicação: Processo publicado no Diário Oficial em 26/02/2016.)

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO TRIBUTÁRIO. AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL. DAE. TAXA DE ÁGUA E ESGOTO. PRESCRIÇÃO DIRETA. OCORRÊNCIA. DECLARAÇÃO DE OFÍCIO. Créditos tributários já prescritos de forma direta ao tempo do ajuizamento da ação. No caso concreto, aplicável o artigo 174 do Código Tributário Nacional, com redação dada pela Lei Complementar nº 118/05. Declarada, de ofício, a prescrição direta do crédito tributário executado, restando prejudicado o exame do apelo. Extinção do feito mantida, mesmo que por fundamentos diversos. DECLARADA, DE OFÍCIO, A PRESCRIÇÃO DIRETA. APELO PREJUDICADO. DECISÃO MONOCRÁTICA. (TJ-RS - AC: 70078123403 RS, Relator: Iris Helena Medeiros Nogueira, Data de Julgamento: 04/09/2018, Vigésima Primeira Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 10/09/2018)

Assim, caracterizada a prescrição direta, de rigor, a sua declaração, de ofício.

Esclareço, ainda, que é entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentário sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio, cumprindo-se os termos do artigo 489 do CPC, não infringindo o disposto no §1º, inciso IV, do aludido artigo.

No mesmo sentido: "O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (STJ - 1ª Turma, AI 169.073 SPAgRg, Rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v. u., DJU 17.8.98, p. 44).

O Código de Processo Civil previu que o julgador deve exercer o convencimento motivado e fundamentado, mantendo o entendimento de que nem todas as questões suscitadas pelas partes precisam ser enfrentadas, salvo se estiverem aptas para infirmar a conclusão do julgado.

Prejudicadas ou irrelevantes as demais questões dos autos.

ANTE O EXPOSTO, com fundamento no art. 332, §1º, do Código de Processo Civil, JULGO LIMINARMENTE IMPROCEDENTE o pedido inicial, o que faço para reconhecer a prescrição do crédito tributário (anterior a 30/04/2014) indicado na inicial (CDA de ID 2681997), nos termos do artigo 174 do CTN e, consequentemente, declará-lo extinto, com supedâneo no artigo 156, inciso V, do mesmo codex.

Em consequência, JULGO EXTINTO o processo com resolução do mérito, com fulcro nos arts. 487, inciso II, do CPC.

Sem custas.

Honorários indevidos, pois não houve formação da relação jurídico-processual.

Por fim, de modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que, ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado.

Por consectário lógico, ficam as partes advertidas, desde logo, que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente infringente lhes sujeitará a imposição da multa prevista pelo artigo 1026, § 2º, do Novo Código de Processo Civil.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (CPC, art. 1.010), sem nova conclusão, CITE-SE a parte adversa para apresentar contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias (CPC, art. 332, §4º). Após, subam os presentes autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, com as nossas homenagens.

Não interposto o recurso (CPC, art. 332, §2º), intime-se a parte ré do trânsito em julgado da sentença, nos termos do 241 do CPC.

Nada mais havendo, certifique-se a escrivania o trânsito em julgado desta e, observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos com as anotações de estilo.

SERVIRÁ A PRESENTE SENTENÇA COMO OFÍCIO/ MANDADO DE INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA.

P.R.I.C., promovendo-se as baixas devidas no sistema.

Ariquemes, 30 de abril de 2019

Marcus Vinicius dos Santos Oliveira

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Ariquemes - 3ª Vara Cível

Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7006098-23.2019.8.22.0002

Classe: Execução Fiscal

Valor da Causa:R$98,16
Última distribuição:26/04/2019
Autor: MUNICIPIO DE ARIQUEMES CNPJ nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO
Advogado do(a) AUTOR: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES
Réu: JULIANO DA MOTTA PAZ CPF nº 632.023.952-20, AVENIDA CANAÃ 0000, - DE 2200 A 2560 - LADO PAR SETOR 01 - 76870-164 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Vistos.
1. CITE-SE a parte executada para, no prazo de cinco (05) dias, pagar a dívida com os encargos indicados na CDA desta execução, ou garanti-la, efetuando depósito em dinheiro à ordem deste juízo em estabelecimento oficial de crédito que assegure a atualização monetária, oferecendo fiança bancária ou nomeando bens à penhora, mediante aceitação da parte exequente.
2. Em caso de pronto pagamento, honorários advocatícios de 10% sobre o valor do débito.
3. Caso decorrido o prazo do item 1, a dívida não tiver sido quitada ou garantida a execução, penhore-se ou arreste-se tantos bens quanto bastem para a satisfação do débito e acessórios, devendo constar no auto a respectiva avaliação.
4. Intime-se a parte executada e o seu cônjuge, se casado e se a constrição recair sobre bem imóvel (CPC, art. 73, §1º).
5. Cientifique-se a parte executada do prazo de 30 dias para oferecer EMBARGOS, contados da juntada do depósito da dívida, fiança bancária ou intimação da penhora aos autos.
5.1 Oferecidos os embargos, distribuídos por dependência e autuados em apartado (CPC, art. 914, §1º), depois de certificada, pela Serventia, a tempestividade ou não da defesa, serão os respectivos autos encaminhados à conclusão.
6. Providencie-se o registro da penhora ou arresto perante o Serviço Registral de Imóveis desta Comarca em se tratando de bem imóvel, servindo o mandado também de registro.
7. Não encontrados bens passíveis de penhora, autorizo a penhora dos bens que guarnecem a residência do executado, atentando-se o Sr. Oficial de Justiça, quando da diligência, quanto aos tidos como impenhoráveis, (art. 833, inciso II, CPC).
7.1 Fica, desde já, deferido o auxílio de força policial, em caso de resistência (art. 846, §2º do CPC).
8. Caso a parte executada não seja encontrada no endereço indicado na inicial, tornem os autos conclusos para tentativa de localização de endereço junto ao INFOJUD.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SIRVA O PRESENTE DE MANDADO DE EXECUÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, INTIMAÇÃO e REGISTRO, CUJO ENDEREÇO DEVE SER OBSERVADO NA INICIAL.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493 e-mail: aqs3civel@tjro.jus.br
Processo : 7011086-58.2017.8.22.0002
Classe : CAUTELAR INOMINADA (183)
REQUERENTE: ARIQUEMES VEICULOS EIRELI
Advogado do(a) REQUERENTE: LEVI GUSTAVO ALVES DE FREITAS - RO4634
REQUERIDO: REWERSON PATRICK DA SILVA LOUZADA
INTIMAÇÃO
Por determinação do Juiz de Direito da 3ª Vara Cível desta comarca, fica a(s) parte requerida INTIMADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, proceder ao pagamento das custas processuais finais, sob pena de PROTESTO e INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA.
Ariquemes-RO, 2 de maio de 2019

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7009859-33.2017.8.22.0002
Classe: Cumprimento de sentença
Valor da Causa:R$22.297,41
Última distribuição:16/08/2017
Autor: M. R. CPF nº 593.662.812-49, RUA SÃO PAULO 4035, - DE 3358/3359 A 3386/3387 SETOR 05 - 76870-648 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: AMANDA LARAY GAMA OAB nº AM10960
Réu: A. B. CPF nº 053.714.438-27, AVENIDA AMAZONAS 6170, CONDOMÍNIO MEDITERRÂNEO - CASA 38 TIRADENTES - 76824-536 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: MARCIA REJANE WAGNER OAB nº ES11231
DESPACHO
Vistos.
Trata-se de autos executivos da sentença proferida no processo 0008964-70.2012.8.22.0002.
No cumprimento de sentença, a Lei n. 11.232/05 elegeu a "impugnação" como a via de defesa própria prevista para o devedor, no entanto, há outros meios de defesa, como a petição na etapa da "liquidação por cálculo do credor", exceção de pré-executividade e a ação autônoma de impugnação.
Não obstante o devedor não tenha apresentado a impugnação na forma regular, visando a celeridade dos atos processuais e por não vislumbrar prejuízo as partes, recebo, excepcionalmente a manifestação de contestação como impugnação para processamento.
Contudo, deixo de receber a reconvenção apresentada, uma vez que o processo de execução tem como finalidade a satisfação do crédito constituído, razão pela qual revela-se inviável a reconvenção, na medida em que, se admitida, ocasionaria o surgimento de uma relação instrumental cognitiva simultânea, o que inviabilizaria o prosseguimento da ação executiva.
Assim sendo, a reconvenção somente tem finalidade de ser utilizada em processos de conhecimento, haja vista que a mesma demanda dilação probatória, exigindo sentença de mérito, o que vai de encontro com a fase de execução, na qual o título executivo já se encontra definido.
Por último, considerando a Certidão Id. 22083864, providencia a escrivania o necessário para que a parte autora possa visualizar os documentos de Id. 19240305 e 19605224.
Intime-se a parte exequente para manifestação, no prazo de 15 (quinze|) dias.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 18 de março de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493 e-mail: aqs3civel@tjro.jus.br
Processo : 7004306-39.2016.8.22.0002
Classe : MONITÓRIA (40)
AUTOR: BANCO BRADESCO S.A.
Advogado do(a) AUTOR: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR - SP107414-A
RÉU: TOLEDO INDUSTRIA COMERCIO DE MADEIRAS E TRANSPORTES LTDA - EPP
INTIMAÇÃO

Fica a parte exequente, por intermédio de seu advogado, devidamente intimada para comprovar o recolhimento das custas da diligência requerida

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493
e-mail: aqs3civel@tjro.jus.br
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 15 (quinze) dias
De: FABIANA PEREIRA (RÉU) - CPF: 916.195.802-68, Nome da Mãe: SEBASTIANA PEREIRA CASSEANO
FINALIDADE: INTIMAÇÃO, da parte acima qualificada, para que pague as custas processuais no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de Protesto e posterior inscrição em dívida ativa.
Processo n. : 7009049-24.2018.8.22.0002
Assunto : [Guarda]
Classe : PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: GILDO FERREIRA DOS SANTOS
RÉU: FABIANA PEREIRA
Valor do Débito: R$ 954,00
Douglas Júnior Azevedo Simões
Diretor de Cartório

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7015462-53.2018.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum
Valor da Causa:R$4.579,20
Última distribuição:05/12/2018
Autor: L. O. L. D. S. e D. D. S. .
Advogado do(a) AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA.
Réu: F. L. E S.
Advogado do(a) RÉU:
SENTENÇA
Vistos.
Versam os autos sobre ação proposta por D. D. S., por si e representando o menor, L.O. L.D. S. e D. D.S. em desfavor de F. L. E S.
O feito vinha tramitando regularmente, quando sobreveio acordo realizado entre as partes, requerendo a homologação e consequente extinção do feito (ID Num.25072291).
Instado, o Ministério Público manifestou-se pela homologação do acordo firmado pelas partes (ID Num.26724675).
É o breve relatório. Fundamento e decido.
A autocomposição das partes é sempre o melhor caminho para pôr fim à lide, eis que o faz de acordo com a vontade delas. Graças a isso é que o CPC consagrou, no bojo do artigo 3º, § 2º, o princípio da promoção pelo Estado da solução por autocomposição, acolhendo, pois, o disposto na Resolução 125 do CNJ. A conciliação, doravante, passa a ser uma política pública, uma meta do Estado e que deve ser estimulada não só por este, mas também por todos os envolvidos no processo.
Como o pacto celebrado consta com a assinatura dos demandantes e por não vislumbrar qualquer irregularidade e/ou vício de consentimento, tomo-o por regular. Ademais, considerando que a avença em referência respeita o melhor interesse das partes, sua homologação é medida que se impõe.
ANTE O EXPOSTO e, por tudo mais que dos autos consta, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo entabulado entre as partes, nos termos da proposta coligida (ID Num.25072291), para que produza os seus jurídicos e legais efeitos e, com base no art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil JULGO EXTINTO o feito.
Sem custas (CPC, artigo 90, § 3º).
Em não havendo estipulação quanto as despesas processuais, serão elas divididas igualmente entre as partes, na forma do art. 90, § 2º, do Código de Processo Civil.
Sem condenação em honorários em razão do desfecho consensual da demanda.
Sentença transitada em julgado nesta data em razão da preclusão lógica, disposta no parágrafo único do art. 1.000, do CPC.
Ciência ao Ministério Público.
SERVIRÁ A PRESENTE SENTENÇA COMO OFÍCIO/ MANDADO DE AVERBAÇÃO/INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA.
P. R. I. C. e, oportunamente, arquive-se com as anotações de estilo, promovendo-se as baixas devidas no sistema.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 30 (Trinta) DIAS
Finalidade: CITAÇÃO EXECUTADO: C.F.J. MADEIRAS LTDA - ME CNPJ nº 12.347.437/0001-85, atualmente em lugar incerto e não sabido, para, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do término do prazo de publicação deste edital, pagar a respectiva dívida acrescida de juros, correção monetária e honorários advocatícios atribuídos em 10%, ou no mesmo prazo, oferecer bens à PENHORA, sob pena de lhe ser penhorado ou arrestado bens suficientes que garantam a dívida.
Processo: 7003192-60.2019.8.22.0002
Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116)
Requerente:ESTADO DE RONDÔNIA
Requerido: C.F.J. MADEIRAS LTDA - ME
Valor da causa : R$ 760.809,86
CDA : 20180200020697
Data de Inscrição: 03/07/2018
Ariquemes-RO, 02 de maio de 2019
Renata Alves Barreto Técnico Judiciário
(Assinado digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493
e-mail: aqs3civel@tjro.jus.br
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
3ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes/RO
Processo: 7006336-42.2019.8.22.0002
Requerente: PATRICIA OLIVEIRA DA SILVA
Advogado do(a) EXEQUENTE: CORINA FERNANDES PEREIRA - RO2074
Requerido: UMBERTO DA SILVA
Advogado do(a) EXECUTADO: JANE MIRIAM DA SILVEIRA GONCALVES - RO4996
DESPACHO
Vistos.
Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado ou pessoalmente, caso não tenha advogado constituído ou representado pela Defensoria Pública, para pagar em 15 (quinze) dias o débito executado, ATUALIZADO na data do pagamento, sob pena de multa de 10% sobre o valor da execução e honorários advocatícios no importe de 10%, nos termos do artigo 523, §1º, do CPC.
Advirta-se que, transcorrido o prazo para pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado,

independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua IMPUGNAÇÃO à execução como técnica de defesa (art. 525 do CPC).
Fica o(a) executado(a) ainda ciente que, havendo pagamento parcial no prazo previsto acima, a multa e os honorários incidirão sobre o remanescente do débito e de que transcorrido o prazo para pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo para impugnação, que deverá ser realizada em observância ao disposto no artigo 525 do CPC.
Em não havendo pagamento, certifique-se e intime-se a parte credora para, no prazo de 05 (cinco) dias, atualizar o débito, acrescendo aos cálculos a multa de 10% (dez por cento), inclusive com os honorários de advogado, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor excutido, bem como para requerer o que entender pertinente para a satisfação de seu crédito.
Após o decurso do prazo para pagamento voluntário, DETERMINO O PROTESTO do pronunciamento judicial (artigo 528, § 1º, do CPC), bem como expedição de ofício ao cadastro de inadimplentes (SPC, SCPS e SERASA), para que procedam com a inclusão do nome do(a) executado(a) no cadastro de inadimplentes (art. 782, §3º do CPC).
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SIRVA O PRESENTE DE OFÍCIO / CARTA / CARTA PRECATÓRIA / MANDADO DE INTIMAÇÃO CUJO ENDEREÇO DEVE SER OBSERVADO O QUE CONSTA NA CONTRAFÉ.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493
e-mail: aqs3civel@tjro.jus.br
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
3ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes/RO
Processo: 7004286-77.2018.8.22.0002
Requerente: SOBRADINHO INDUSTRIAL MADEIREIRA LTDA - EPP - ME
Advogado do(a) EXEQUENTE: JESSICA MAGALHAES MIRANDA - RO7402
Requerido: CACILDO FERREIRA FRANCO e outros
Fica a parte redor para, no prazo de 05 (cinco) dias, atualizar o débito, acrescendo aos cálculos a multa de 10% (dez por cento), inclusive com os honorários de advogado, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor excutido, bem como para requerer o que entender pertinente para a satisfação de seu crédito.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493 e-mail: aqs3civel@tjro.jus.br
Processo : 7005752-43.2017.8.22.0002
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: NELIANE DO PRADO & CIA LTDA - ME
Advogado do(a) EXEQUENTE: BRUNO ALVES DA SILVA CANDIDO - RO5825
EXECUTADO: MARIO GUERRA DE OLIVEIRA
INTIMAÇÃO
Por determinação do Juiz de Direito da 3ª Vara Cível desta comarca, fica a parte autora INTIMADA do decurso do prazo da suspensão, devendo dar andamento ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias, ou 10 (dez), caso Fazenda Pública, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO.
Ariquemes, 2 de maio de 2019

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7004019-08.2018.8.22.0002
Classe: Execução Fiscal
Valor da Causa:R$1.024,43
Última distribuição:05/04/2018
Autor: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN-RO CNPJ nº 15.883.796/0001-45, RUA DOUTOR JOSÉ ADELINO 4477, - DE 4411/4412 AO FIM COSTA E SILVA - 76803-592 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: PROCURADORIA AUTÁRQUICA DO DETRAN/RO
Réu: LUCIENI DE OLIVEIRA SILVA CPF nº 389.651.862-34, RUA HONDURAS 1288 SETOR 10 - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU:
DECISÃO
Vistos.
Conforme comprovante que segue adianta, a pesquisa de penhora Bacenjud restou infrutífera.
Realizada consulta via Renajud verificou-se que o(s) veículo(s) localizado(s) encontra(m)-se gravado(s) por alienação fiduciária, conforme detalhamento anexo. Assim, considerando que o bem não integra o patrimônio do devedor, INDEFIRO o pedido de penhora.
Promovi consulta junto ao INFOJUD buscando informações acerca de eventuais bens em nome da parte executada, contudo, conforme comprovante que adiante segue, não houve declaração realizada.
Diante do resultado da(s) diligência(s) realizada(s), dê-se vista dos autos a parte exequente para conhecimento e manifestação adequada, indicando bens à penhora, no prazo de 15 dias.
Ressalto que, desde já, fica indeferido novo pedido de penhora eletrônica ou de restrição de veículos, uma vez que as diligências foram realizadas nos autos recentemente.
Eventual pedido de diligência junto ao CRI, IDARON e JUCER também restam indeferidos, uma vez que o(a) credor(a) tem autonomia para diligenciar junto aos órgãos mencionados para busca de bens de propriedade da executada, cabendo ao Judiciário promovê-los, tão somente em caso de recusa, já que o interesse público restaria configurado.
Eventual pleito de penhora de imóvel deve ser acompanhado de certidão de inteiro teor.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 2 de maio de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7006467-51.2018.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum
Valor da Causa:R$141.186,80
Última distribuição:25/05/2018
Autor: BANCO BRADESCO S.A. CNPJ nº 60.746.948/0001-12, BANCO BRADESCO S.A. S/N, CIDADE DE DEUS VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ
Advogado do(a) AUTOR: MAURO PAULO GALERA MARI OAB nº AC4937
Réu: EDINALDO APARECIDO VIDIGAL CPF nº 562.807.349-00, AVENIDA CANDEIAS 2.461 ÁREAS ESPECIAIS - 76870-275 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU:
DECISÃO
Vistos.

Diante da tentativa infrutífera de penhora online, manifeste-se a parte exequente no que entender de direito, no prazo de 15 dias.
Deverá o(a) Exequente indicar bens da parte executada, para que seja possível a penhora, sob pena de extinção do feito pela perda superveniente do interesse processual.
Diante do resultado da(s) diligência(s) realizada(s), dê-se vista dos autos a parte exequente para conhecimento e manifestação adequada, indicando bens à penhora, no prazo de 15 dias.
Ressalto que, desde já, fica indeferido novo pedido de penhora eletrônica ou de restrição de veículos, uma vez que as diligências foram realizadas nos autos recentemente.
Eventual pedido de diligência junto ao CRI, IDARON e JUCER também restam indeferidos, uma vez que o(a) credor(a) tem autonomia para diligenciar junto aos órgãos mencionados para busca de bens de propriedade da executada, cabendo ao Judiciário promovê-los, tão somente em caso de recusa, já que o interesse público restaria configurado.
Eventual pleito de penhora de imóvel deve ser acompanhado de certidão de inteiro teor.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 2 de maio de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7000863-80.2016.8.22.0002
Classe: Cumprimento de sentença
Valor da Causa:R$23.070,45
Última distribuição:27/01/2016
Autor: FLAMBOYANT PALACE HOTEL LTDA - ME CNPJ nº 07.921.907/0001-32, AVENIDA JAMARI 2214, HOTEL FLAMBOYANT ÁREAS ESPECIAIS 01 - 76870-003 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: MAURO JOSE MOREIRA DE OLIVEIRA OAB nº RO6083
Réu: SG COMERCIO E SERVICOS LTDA CNPJ nº 03.185.039/0001-19, AVENIDA LINDOLFO MONTEIRO 2019, FONE (86) 3218-5745 HORTO - 64052-810 - TERESINA - PIAUÍ, SG ENGENHARIA & CONSTRUCAO LTDA. CNPJ nº 21.263.666/0002-93, ULISSES GUIMARAES S/N UNIAO - 76860-000 - CANDEIAS DO JAMARI - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Vistos.
Intime-se a parte exequente para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente planilha atualizada de cálculo, sob pena de suspensão/ arquivamento.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 2 de maio de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7010459-20.2018.8.22.0002
Classe: Cumprimento de sentença
Valor da Causa:R$6.760,00
Última distribuição:16/08/2018
Autor: GENICE APARECIDA MARTINS CPF nº 497.497.652-49, RUA ÉRICO VERÍSSIMO 3391, - ATÉ 3409/3410 COLONIAL - 76873-736 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: JONAS MAURO DA SILVA OAB nº RO666A
Réu: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA OAB nº MG87318, ERICA CRISTINA CLAUDINO OAB nº RO6207
DECISÃO
Vistos.
Conforme comprovante que segue adiante, a pesquisa para bloqueio Bacenjud restou infrutífera.
Diante do resultado da(s) diligência(s) realizada(s), dê-se vista dos autos a parte exequente para conhecimento e manifestação adequada, indicando bens à penhora, no prazo de 15 dias.
Ressalto que, desde já, fica indeferido novo pedido de penhora eletrônica, uma vez que a diligência fora realizada nos autos recentemente.
Eventual pedido de diligência junto ao CRI, IDARON e JUCER também restam indeferidos, uma vez que o(a) credor(a) tem autonomia para diligenciar junto aos órgãos mencionados para busca de bens de propriedade da executada, cabendo ao Judiciário promovê-los, tão somente em caso de recusa, já que o interesse público restaria configurado.
Eventual pleito de penhora de imóvel deve ser acompanhado de certidão de inteiro teor.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 2 de maio de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7006375-39.2019.8.22.0002
Classe: Alvará Judicial - Lei 6858/80
Valor da Causa:R$998,00
Última distribuição:01/05/2019
Nome REQUERENTES: ANIBAL TAVARES JUNIOR CPF nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO, ARISTIDES TAVARES FERREIRA CPF nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO, ALICE TAVARES FERREIRA CPF nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO
Advogado do(a) AUTOR: ADVOGADOS DOS REQUERENTES: KARINE DE PAULA RODRIGUES OAB nº RO3140, DANIELLA PERON DE MEDEIROS OAB nº RO5764
Nome:
Advogado do(a) RÉU: ADVOGADOS DOS :
DECISÃO
Vistos, etc.
A parte autora em epígrafe requer autorização judicial, com fulcro na Lei n. 6.858/80, para levantamento de saldos bancários disponíveis em nome de familiar, falecido conforme certidão de óbito em anexo, sem deixar herdeiros menores e bens a inventariar.
Requereu-se a Justiça Gratuita.
Os autos sugerem uma realidade econômica apta a afastar a presunção de miserabilidade alegada.
A parte autora alega hipossuficiência econômica. Entretanto, as qualificações indicam o exercício de atividade econômica, o que induz a conclusão de que a sua situação é diversa da alegada, sobretudo para fazer frente ao pagamento de custas processuais de R$ 100,00 (valor mínimo das custas).
Pois bem. Havendo fundadas dúvidas quanto à veracidade da alegação de hipossuficiência, o atual posicionamento jurisprudencial do C. STJ é no sentido de que “as instâncias ordinárias podem examinar de ofício a condição financeira do requerente para atribuir

a gratuidade de justiça, haja vista a presunção relativa da declaração de hipossuficiência" (AgInt no REsp 1.641.432/PR, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe 04.04.2017).
Assim, ante a presença de elementos que coloquem em dúvida a afirmação da parte no sentido de que não pode assumir as despesas processuais sem prejuízo da própria subsistência e de sua família, determino, com fulcro no art. 99, §2º, do CPC, que a autora, no prazo de 15 dias, emende a inicial para o fim de comprovar a alegada condição, sob pena de indeferimento do pedido de justiça gratuita.
Adoto, na sequência e alternativamente, a deliberação e providência a ser observada pela Escrivania:
a) Em não sendo apresentada emenda que demonstre, de forma conclusiva e inequívoca, a impossibilidade da parte autora de arcar com o pagamento das custas do processo, desde já indefiro o pedido de gratuidade com fulcro no art. 5º da Lei n. 1.060/50, devendo a parte comprovar o recolhimento das custas iniciais, nos 15 dias subsequentes ao término do prazo retro.
a.1) NÃO SENDO COMPROVADO o recolhimento das custas, voltem os autos conclusos para indeferimento da inicial.
b) APRESENTADA A JUSTIFICATIVA e documentos a comprovarem a alegada hipossuficiência ou recolhidas as custas iniciais, voltem os autos conclusos para decisão quanto ao pedido de justiça gratuita.
c. SE RECOLHIDAS AS CUSTAS, recebo a inicial nos seguintes termos:
1. Oficie-se ao INSS requisitando informações quanto à existência de dependentes do falecido e, em havendo, indique-os.
2. De igual forma, oficie-se aos bancos indicados na inicial requisitando-lhes informações quanto aos valores existentes em nome do de cujus, discriminando a que se refere tais verbas (FGTS, PIS/PASEP, etc.).
a) NAPOLEÃO TAVARES FERREIRA, brasileiro, solteiro, portador do documento de identidade RG n. 211.223 SSP/RO, inscrito no CPF/MF n. 191.867.622-49
3. Sobrevindo resposta(s), intime-se a parte interessada para, no prazo de 05 dias, requerer o que entender de direito.
4. Em seguida, faça-se vista ao MP.
5. Somente então, retornem-me conclusos os autos.
6. Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes/RO, quinta-feira, 2 de maio de 2019, às 11:27.
Juiz MARCUS VINÍCIUS DOS SANTOS DE OLIVEIRA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7010950-61.2017.8.22.0002
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Valor da Causa:R$66.789,13
Última distribuição:11/09/2017
Autor: S. F. SANTANA RENOVADORA DE PNEUS EIRELI - EPP CNPJ nº 11.234.494/0001-95, RODOVIA BR-364 3870, - DE 3100 AO FIM - LADO PAR APOIO BR-364 - 76870-204 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: JOAO BATISTA BATISTI OAB nº RO7211
Réu: WANMIX LTDA CNPJ nº 17.481.813/0001-43, RUA BUENOS AIRES 10, 14 E 15 ANDAR CARMO - 30315-570 - BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
Advogado do(a) RÉU:
DECISÃO
Vistos.
Conforme comprovante que segue adiante, a pesquisa para bloqueio Bacejud restou infrutífera.
Diante do resultado da(s) diligência(s) realizada(s), dê-se vista dos autos a parte exequente para conhecimento e manifestação adequada, indicando bens à penhora, no prazo de 15 dias.
Ressalto que, desde já, fica indeferido novo pedido de penhora eletrônica, uma vez que a diligência fora realizada nos autos recentemente.
Eventual pedido de diligência junto ao CRI, IDARON e JUCER também restam indeferidos, uma vez que o(a) credor(a) tem autonomia para diligenciar junto aos órgãos mencionados para busca de bens de propriedade da executada, cabendo ao Judiciário promovê-los, tão somente em caso de recusa, já que o interesse público restaria configurado.
Eventual pleito de penhora de imóvel deve ser acompanhado de certidão de inteiro teor.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 2 de maio de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493 e-mail: aqs3civel@tjro.jus.br
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 20 (vinte) dias
EXECUTADO: JONATHAN RIBEIRO MONTEIRO, brasileiro(a), filho de Ivamir Begnati Monteiro e de Dilciléia Ribeiro de Souza Monteiro, atualmente em lugar incerto e não sabido.
Finalidade: CITAÇÃO do Executado acima qualificado , no prazo de 03 (três) dias, a contar do término do prazo de publicação deste edital, efetuar o pagamento de pensão alimentícia ematraso, BEM COMO AS QUE VENCEREM NO CURSO DO PROCESSO, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de fazê-lo, sob pena de prisão civil, pelo prazo deum a três meses.
ADVERTÊNCIA: Não sendo contestada a ação presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora. O comprovante de entrega de envelope bancário não será aceito como prova de pagamento, tendo em vista que este depende de validação pelo banco. Decorrido o prazo, caso não venha manifestação, desde já fica nomeado um dos membros da Defensoria Pública, para funcionar como curador especial.
VALOR DA PENSÃO ALIMENTÍCIA: R$ 1.200,68 (Um mil e duzentos reais e sessenta e oito centavos)

Processo : 7009747-30.2018.8.22.0002
Classe : FAMÍLIA- EXECUÇÃO DE ALIMENTOS (1112)
EXEQUENTE: J. E. R. D. R.
Advogados do(a) EXEQUENTE: MARCOS RODRIGUES CASSETARI JUNIOR - RO1880, ALINE ANGELA DUARTE - RO2095, DENILSON SIGOLI JUNIOR - RO6633
EXECUTADO: JONATHAN RIBEIRO MONTEIRO
Ariquemes-RO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7006780-12.2018.8.22.0002
Classe: Execução Fiscal
Valor da Causa:R$1.707,40
Última distribuição:04/06/2018
Autor: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN-RO CNPJ nº 15.883.796/0001-45, RUA DOUTOR JOSÉ ADELINO 4477, - DE 4411/4412 AO FIM COSTA E SILVA - 76803-592 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: PROCURADORIA AUTÁRQUICA DO DETRAN/RO
Réu: ELIZEU DE OLIVEIRA ZEFERINO CPF nº 954.669.242-53, RUA JUNDIAI 1859 NOVA LONDRINA - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA

Advogado do(a) RÉU:
DECISÃO
Vistos.
Conforme comprovante que segue adiante, a pesquisa para bloqueio Bacenjud restou infrutífera.
Realizada consulta via Renajud verificou-se que o(s) veículo(s) localizado(s) encontra(m)-se gravado(s) por alienação fiduciária, conforme detalhamento anexo. Assim, considerando que o bem não integra o patrimônio do devedor, INDEFIRO o pedido de penhora.
Promovi consulta junto ao INFOJUD buscando informações acerca de eventuais bens em nome da parte executada, contudo, conforme comprovante que adiante segue, não houve declaração realizada.
Diante do resultado da(s) diligência(s) realizada(s), dê-se vista dos autos a parte exequente para conhecimento e manifestação adequada, indicando bens à penhora, no prazo de 15 dias.
Ressalto que, desde já, fica indeferido novo pedido de penhora eletrônica ou de restrição de veículos, uma vez que as diligências foram realizadas nos autos recentemente.
Eventual pedido de diligência junto ao CRI, IDARON e JUCER também restam indeferidos, uma vez que o(a) credor(a) tem autonomia para diligenciar junto aos órgãos mencionados para busca de bens de propriedade da executada, cabendo ao Judiciário promovê-los, tão somente em caso de recusa, já que o interesse público restaria configurado.
Eventual pleito de penhora de imóvel deve ser acompanhado de certidão de inteiro teor.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 2 de maio de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7014156-83.2017.8.22.0002
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Valor da Causa:R$17.377,35
Última distribuição:23/11/2017
Autor: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO VALE DO JAMARI - SICOOB VALE DO JAMARI CNPJ nº 05.203.605/0001-01, AV AYRTON SENNA 1109 SETOR 01 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: FRANCIELE DE OLIVEIRA ALMEIDA OAB nº RO9541, SELVA SIRIA SILVA CHAVES GUIMARAES OAB nº RO5007
Réu: CLEUZA GONZAGA DA SILVA CPF nº 497.651.402-15, RUA VITÓRIA-RÉGIA 2081 SETOR 04 - 76873-490 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, LUCAS TURMINA GONZAGA DA SILVA CPF nº 018.976.182-20, RUA JANDAIAS 1112, - DE 1826/1827 AO FIM SETOR 02 - 76873-268 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Vistos.
Intime-se a parte exequente para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente planilha atualizada de cálculo, sob pena de suspensão/ arquivamento.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 2 de maio de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7014803-78.2017.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum
Valor da Causa:R$9.456,00
Última distribuição:07/12/2017
Nome AUTOR: JOSENI RODRIGUES DE ALMEIDA CPF nº 056.433.552-56, RUA TIRADENTES 3712 JARDIM NOVO HORIZONTE - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: ADVOGADO DO AUTOR: SERGIO GOMES DE OLIVEIRA FILHO OAB nº RO7519, FERNANDO MARTINS GONCALVES OAB nº AC834
NomeRÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL CNPJ nº 29.979.036/0001-40, RUA JOSÉ DE ALENCAR CENTRO - 76801-036 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos, etc.
A parte autora em epígrafe requer autorização judicial, com fulcro na Lei n. 6.858/80, para levantamento de saldos bancários disponíveis em nome de familiar, falecido conforme certidão de óbito em anexo, sem deixar herdeiros menores e bens a inventariar.
Requereu-se a Justiça Gratuita.
Os autos sugerem uma realidade econômica apta a afastar a presunção de miserabilidade alegada.
A parte autora alega hipossuficiência econômica. Entretanto, as qualificações indicam o exercício de atividade econômica, o que induz a conclusão de que a sua situação é diversa da alegada, sobretudo para fazer frente ao pagamento de custas processuais de R$ 100,00 (valor mínimo das custas).
Pois bem. Havendo fundadas dúvidas quanto à veracidade da alegação de hipossuficiência, o atual posicionamento jurisprudencial do C. STJ é no sentido de que "as instâncias ordinárias podem examinar de ofício a condição financeira do requerente para atribuir a gratuidade de justiça, haja vista a presunção relativa da declaração de hipossuficiência" (AgInt no REsp 1.641.432/PR, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe 04.04.2017).
Assim, ante a presença de elementos que coloquem em dúvida a afirmação da parte no sentido de que não pode assumir as despesas processuais sem prejuízo da própria subsistência e de sua família, determino, com fulcro no art. 99, §2º, do CPC, que a autora, no prazo de 15 dias, emende a inicial para o fim de comprovar a alegada condição, sob pena de indeferimento do pedido de justiça gratuita.
Adoto, na sequência e alternativamente, a deliberação e providência a ser observada pela Escrivania:
a) Em não sendo apresentada emenda que demonstre, de forma conclusiva e inequívoca, a impossibilidade da parte autora de arcar com o pagamento das custas do processo, desde já indefiro o pedido de gratuidade com fulcro no art. 5º da Lei n. 1.060/50, devendo a parte comprovar o recolhimento das custas iniciais, nos 15 dias subsequentes ao término do prazo retro.
a.1) NÃO SENDO COMPROVADO o recolhimento das custas, voltem os autos conclusos para indeferimento da inicial.
b) APRESENTADA A JUSTIFICATIVA e documentos a comprovarem a alegada hipossuficiência ou recolhidas as custas iniciais, voltem os autos conclusos para decisão quanto ao pedido de justiça gratuita.
c. SE RECOLHIDAS AS CUSTAS, recebo a inicial nos seguintes termos:
1. Oficie-se ao INSS requisitando informações quanto à existência de dependentes do falecido e, em havendo, indique-os.
2. De igual forma, oficie-se aos bancos indicados na inicial requisitando-lhes informações quanto aos valores existentes em nome do de cujus, discriminando a que se refere tais verbas (FGTS, PIS/PASEP, etc.).
a) NAPOLEÃO TAVARES FERREIRA, brasileiro, solteiro, portador do documento de identidade RG n° 211.223 SSP/RO, inscrito no CPF/MF 191.867.622-49.
3. Sobrevindo resposta(s), intime-se a parte interessada para, no prazo de 05 dias, requerer o que entender de direito.

4. Em seguida, faça-se vista ao MP.
5. Somente então, retornem-me conclusos os autos.
6. Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes/RO, quinta-feira, 2 de maio de 2019, às 11:27.
Juiz MARCUS VINÍCIUS DOS SANTOS DE OLIVEIRA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7006187-80.2018.8.22.0002
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Valor da Causa:R$59.854,45
Última distribuição:21/05/2018
Autor: BANCO BRADESCO S.A. CNPJ nº 60.746.948/0001-12, BANCO BRADESCO S.A. S/N, CIDADE DE DEUS VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ
Advogado do(a) AUTOR: EDSON ROSAS JUNIOR OAB nº AM1910
Réu: GENESSES NECO DA SILVA CPF nº 421.509.732-00, RUA UIRAPURU, - DE 1513/1514 A 1974/1975 SETOR 02 - 76873-228 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU:
DECISÃO
Vistos.
Conforme comprovante que segue adiante, a tentativa de bloqueio Bacenjud, restou infrutífera.
De igual forma, em pesquisa junto ao RENAJUD não logrei êxito na localização de veículos.
Diante do resultado da(s) diligência(s) realizada(s), dê-se vista dos autos a parte exequente para conhecimento e manifestação adequada, indicando bens à penhora, no prazo de 15 dias.
Ressalto que, desde já, fica indeferido novo pedido de penhora eletrônica ou de restrição de veículos, uma vez que as diligências foram realizadas nos autos recentemente.
Eventual pedido de diligência junto ao CRI, IDARON e JUCER também restam indeferidos, uma vez que o(a) credor(a) tem autonomia para diligenciar junto aos órgãos mencionados para busca de bens de propriedade da executada, cabendo ao Judiciário promovê-los, tão somente em caso de recusa, já que o interesse público restaria configurado.
Eventual pleito de penhora de imóvel deve ser acompanhado de certidão de inteiro teor.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 2 de maio de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 0008283-95.2015.8.22.0002
Classe: Monitória
Valor da Causa:R$42.116,55
Última distribuição:28/11/2017
Autor: COOPERATIVA DE CREDITO RURAL E DOS EMPRESARIOS DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO CNPJ nº 08.044.854/0001-81, AVENIDA TANCREDO NEVES s/n SETOR 01 - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: RODRIGO TOTINO OAB nº RO6338
Réu: ISAIAS HERINGER SILVA CPF nº 705.852.911-60, MARIO ANDREAZZA 555 TRES MARIAS - 76829-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, CONSTRUTORA FERNANDO LTDA. - ME CNPJ nº 07.179.786/0001-03, GUAPORE 3301 SETOR 05 - 76870-575 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, RUBENS FERNANDO SIQUEIRA CPF nº 705.752.591-59, - 76870-575 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Intime-se a parte exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar planilha atualizada de cálculo para o fim de pesquisa via Bacenjud, conforme pleiteado.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 2 de maio de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7005318-83.2019.8.22.0002
Classe: Execução Fiscal
Valor da Causa:R$1.301,29
Última distribuição:29/04/2019
Autor: MUNICIPIO DE ARIQUEMES CNPJ nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO
Advogado do(a) AUTOR: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES
Réu: VILMAR DE MELLO CPF nº 219.751.322-20, AC ARIQUEMES 1850, AVENIDA TANCREDO NEVES 1620 SETOR INSTITUCIONAL - 76870-970 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Vistos.
1. CITE-SE a parte executada para, no prazo de cinco (05) dias, pagar a dívida com os encargos indicados na CDA desta execução, ou garanti-la, efetuando depósito em dinheiro à ordem deste juízo em estabelecimento oficial de crédito que assegure a atualização monetária, oferecendo fiança bancária ou nomeando bens à penhora, mediante aceitação da parte exequente.
2. Em caso de pronto pagamento, honorários advocatícios de 10% sobre o valor do débito.
3. Caso decorrido o prazo do item 1, a dívida não tiver sido quitada ou garantida a execução, penhore-se ou arreste-se tantos bens quanto bastem para a satisfação do débito e acessórios, devendo constar no auto a respectiva avaliação.
4. Intime-se a parte executada e o seu cônjuge, se casado e se a constrição recair sobre bem imóvel (CPC, art. 73, §1º).
5. Cientifique-se a parte executada do prazo de 30 dias para oferecer EMBARGOS, contados da juntada do depósito da dívida, fiança bancária ou intimação da penhora aos autos.
5.1 Oferecidos os embargos, distribuídos por dependência e autuados em apartado (CPC, art. 914, §1º), depois de certificada, pela Serventia, a tempestividade ou não da defesa, serão os respectivos autos encaminhados à conclusão.
6. Providencie-se o registro da penhora ou arresto perante o Serviço Registral de Imóveis desta Comarca em se tratando de bem imóvel, servindo o mandado também de registro.
7. Não encontrados bens passíveis de penhora, autorizo a penhora dos bens que guarnecem a residência do executado, atentando-se o Sr. Oficial de Justiça, quando da diligência, quanto aos tidos como impenhoráveis, (art. 833, inciso II, CPC).
7.1 Fica, desde já, deferido o auxílio de força policial, em caso de resistência (art. 846, §2º do CPC).
8. Caso a parte executada não seja encontrada no endereço indicado na inicial, tornem os autos conclusos para tentativa de localização de endereço junto ao INFOJUD.
Pratique-se e expeça-se o necessário.

SIRVA O PRESENTE DE MANDADO DE EXECUÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, INTIMAÇÃO e REGISTRO, CUJO ENDEREÇO DEVE SER OBSERVADO NA INICIAL.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7004130-89.2018.8.22.0002
Classe: Execução Fiscal
Valor da Causa:R$3.471,45
Última distribuição:09/04/2018
Autor: MUNICIPIO DE ARIQUEMES CNPJ nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO
Advogado do(a) AUTOR: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES
Réu: HELENITA DOS SANTOS EVANGELISTA CPF nº 738.798.271-68, RUA CANÁRIO 999, - DE 1106/1107 A 1414/1415 SETOR 02 - 76873-056 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU:
DECISÃO
Vistos.
1. Intimada a dar impulso ao feito, a parte exequente quedou-se inerte, razão pela qual suspendo o processo por 01 ano, na forma do art. 40 da LEF.
2. DECORRIDO este prazo, fica a parte exequente, desde já:
2.1 Intimada para, querendo, impulsionar o feito, independente de nova intimação.
2.2 Advertida de que, não havendo manifestação (do credor) neste período, se dará início, imediatamente, a suspensão, por 01 (um) ano, nos termos do art. 40, caput da Lei 6.830/80, em razão da inexistência de bens penhoráveis e, com o transcurso deste, ao prazo da prescrição intercorrente por 05 anos.
3. Não há óbice para que prazo de suspensão corra em arquivo, pois prejuízo algum trará ao(à) exequente, que a qualquer momento, poderá requerer o desarquivamento e, consequente, o andamento do processo à vista do inadimplemento da parte executada.
3.1 Por este motivo, a suspensão ocorrerá em arquivo.
Intimem-se.
Arquive-se.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7006030-73.2019.8.22.0002
Classe: Execução Fiscal
Valor da Causa:R$1.388,59
Última distribuição:25/04/2019
Autor: MUNICIPIO DE ARIQUEMES CNPJ nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO
Advogado do(a) AUTOR: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES
Réu: I H VIANA MERCADO - ME CNPJ nº 10.677.303/0001-05, AVENIDA JARÚ 2541, - DE 2289 A 2541 - LADO ÍMPAR BNH - 76870-765 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Vistos.
1. CITE-SE a parte executada para, no prazo de cinco (05) dias, pagar a dívida com os encargos indicados na CDA desta execução, ou garanti-la, efetuando depósito em dinheiro à ordem deste juízo em estabelecimento oficial de crédito que assegure a atualização monetária, oferecendo fiança bancária ou nomeando bens à penhora, mediante aceitação da parte exequente.
2. Em caso de pronto pagamento, honorários advocatícios de 10% sobre o valor do débito.
3. Caso decorrido o prazo do item 1, a dívida não tiver sido quitada ou garantida a execução, penhore-se ou arreste-se tantos bens quanto bastem para a satisfação do débito e acessórios, devendo constar no auto a respectiva avaliação.
4. Intime-se a parte executada e o seu cônjuge, se casado e se a constrição recair sobre bem imóvel (CPC, art. 73, §1º).
5. Cientifique-se a parte executada do prazo de 30 dias para oferecer EMBARGOS, contados da juntada do depósito da dívida, fiança bancária ou intimação da penhora aos autos.
5.1 Oferecidos os embargos, distribuídos por dependência e autuados em apartado (CPC, art. 914, §1º), depois de certificada, pela Serventia, a tempestividade ou não da defesa, serão os respectivos autos encaminhados à conclusão.
6. Providencie-se o registro da penhora ou arresto perante o Serviço Registral de Imóveis desta Comarca em se tratando de bem imóvel, servindo o mandado também de registro.
7. Não encontrados bens passíveis de penhora, autorizo a penhora dos bens que guarnecem a residência do executado, atentando-se o Sr. Oficial de Justiça, quando da diligência, quanto aos tidos como impenhoráveis, (art. 833, inciso II, CPC).
7.1 Fica, desde já, deferido o auxílio de força policial, em caso de resistência (art. 846, §2º do CPC).
8. Caso a parte executada não seja encontrada no endereço indicado na inicial, tornem os autos conclusos para tentativa de localização de endereço junto ao INFOJUD.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SIRVA O PRESENTE DE MANDADO DE EXECUÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, INTIMAÇÃO e REGISTRO, CUJO ENDEREÇO DEVE SER OBSERVADO NA INICIAL.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7006166-70.2019.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum
Valor da Causa:R$11.976,00
Última distribuição:29/04/2019
Autor: ALCI DE LIMA CPF nº 009.465.956-74, LINHA C-0, LOTE 31, GLEBA 39, SÍTIO DOIS IRMÃO S/N ZONA RURAL - 76888-000 - MONTE NEGRO - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: JOSE CARLOS SABADINI JUNIOR OAB nº RO8698
Réu: I. -. I. N. D. S. S., SEM ENDEREÇO
Advogado do(a) RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Como é cediço, o Regimento de Custas Judiciais (Lei n.º 3896/2016) estabelece que:
Art. 6º Não serão cobradas custas judiciais nas causas relativas aos feitos referidos nos incisos deste artigo, enquanto a lei de regência assim determinar:
I - nos processos de habeas corpus e habeas data;
II - nas causas relativas à jurisdição de infância e juventude, ressalvada a litigância de má-fé;
III - nas ações de acidentes do trabalho;
IV - nas ações de alimentos e nas ações revisionais de alimentos, propostas pelo alimentando, em que o valor da prestação mensal pretendida não seja superior a 2 (dois) salários-mínimos.

[...]
Art. 8º Fica isento do recolhimento da parcela do inciso III, do artigo 12, desta lei:
I - o executado que, citado, pagar no prazo legal o montante postulado pelo exequente, não oferecendo embargos;
II - o requerente nos processos cujo pedido seja exclusivamente de alvará ou assemelhado;
III - as partes nos processos em que houver desistência ou transação antes da prolação da sentença.
Art. 9º Na ação popular e na ação civil pública, os autores estão isentos do pagamento de custas, salvo comprovada má-fé.
Lado outro, referida norma preceitua ainda que:
Art. 12. As custas judiciais incidirão sobre o valor da causa, da seguinte forma:
I - 2% (dois por cento) no momento da distribuição, dos quais 1% (um por cento) fica adiado para até 5 (cinco) dias depois da audiência de conciliação, caso não haja acordo. Havendo acordo, as partes ficam desobrigadas ao pagamento do montante adiado;
II - 3% (três por cento) como preparo da apelação ou do recurso adesivo, ou, nos processos de competência originária do Tribunal;
III - 1% (um por cento) ao ser satisfeita a execução ou a prestação jurisdicional.
§ 1º Os valores mínimo e máximo a ser recolhido em cada uma das hipóteses previstas nos incisos deste artigo correspondem a R$ 100,00 (cem reais) e R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), respectivamente.
[...]
§ 3º Majorado o valor da causa, a diferença das custas deverá ser recolhida em até 15 (quinze) dias.
Art. 13. No cumprimento de sentença não é devida a parcela referida no inciso I do artigo 12 desta lei.
Art. 14. Satisfeita a execução ou a prestação jurisdicional, a parte devedora ou o obrigado em virtude da lei recolherá a parcela referida no inciso III do artigo 12 desta lei, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da intimação.
Desta feita, intime-se a parte requerente para coligir aos autos o comprovante das custas processuais iniciais, atendendo ao disposto no art. 12, I e §1º do Regimento de Custas Judiciais TJRO (Lei 3.896/16), ou comprovar eventual hipossuficiência, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7005919-89.2019.8.22.0002
Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Valor da Causa:R$2.728,61
Última distribuição:25/04/2019
Autor: E. A. P. CPF nº 985.950.162-91, RUA ALFAZEMA 5312 BELA VISTA - 76875-559 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: LEVI GUSTAVO ALVES DE FREITAS OAB nº RO4634
Réu: R. A. C. CPF nº 958.924.862-49, RUA COSTA E SILVA 2794, OU NA RUA JOHN KENEDY, N 3014, SETOR 08 SETOR 08 - 76873-354 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Vistos.
Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado ou pessoalmente, caso não tenha advogado constituído ou representado pela Defensoria Pública, para pagar em 15 (quinze) dias o débito executado, ATUALIZADO na data do pagamento, sob pena de multa de 10% sobre o valor da execução e honorários advocatícios no importe de 10%, nos termos do artigo 523, §1º, do CPC.
Advirta-se que, transcorrido o prazo para pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua IMPUGNAÇÃO à execução como técnica de defesa (art. 525 do CPC).
Fica o(a) executado(a) ainda ciente que, havendo pagamento parcial no prazo previsto acima, a multa e os honorários incidirão sobre o remanescente do débito e de que transcorrido o prazo para pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo para impugnação, que deverá ser realizada em observância ao disposto no artigo 525 do CPC.
Em não havendo pagamento, certifique-se e intime-se a parte credora para, no prazo de 05 (cinco) dias, atualizar o débito, acrescendo aos cálculos a multa de 10% (dez por cento), inclusive com os honorários de advogado, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor excutido, bem como para requerer o que entender pertinente para a satisfação de seu crédito.
Após o decurso do prazo para pagamento voluntário, DETERMINO O PROTESTO do pronunciamento judicial (artigo 528, § 1º, do CPC), bem como expedição de ofício ao cadastro de inadimplentes (SPC, SCPS e SERASA), para que procedam com a inclusão do nome do(a) executado(a) no cadastro de inadimplentes (art. 782, §3º do CPC).
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SIRVA O PRESENTE DE OFÍCIO / CARTA / CARTA PRECATÓRIA / MANDADO DE INTIMAÇÃO CUJO ENDEREÇO DEVE SER OBSERVADO O QUE CONSTA NA CONTRAFÉ.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7006079-17.2019.8.22.0002
Classe: Carta Precatória Cível
Valor da Causa:R$144.087,00
Última distribuição:26/04/2019
Autor: SIMONETTO COMERCIO E TRANSPORTES LTDA CNPJ nº 04.796.637/0001-97, AVENIDA CELSO MAZUTTI 7155 JARDIM ARAUCÁRIA - 76987-419 - VILHENA - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: ANDERSON HAMILTON ARAUJO DE SOUZA OAB nº PR67805, TIMOTEO CALISTRO DE SOUZA OAB nº PR55093, ANDERSON GARCIA BEDIN OAB nº PR57518
Réu: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES CNPJ nº 04.892.707/0001-00, SEM ENDEREÇO
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Vistos.
Como é cediço, o Código de Processo Civil estabelece que:
Art. 267. O juiz recusará cumprimento a carta precatória ou arbitral, devolvendo-a com decisão motivada quando:
I - a carta não estiver revestida dos requisitos legais;
II - faltar ao juiz competência em razão da matéria ou da hierarquia;
III - o juiz tiver dúvida acerca de sua autenticidade.
Parágrafo único. No caso de incompetência em razão da matéria ou da hierarquia, o juiz deprecado, conforme o ato a ser praticado, poderá remeter a carta ao juiz ou ao tribunal competente.
Com efeito:
Art. 260. São requisitos das cartas de ordem, precatória e rogatória:
I - a indicação dos juízes de origem e de cumprimento do ato;
II - o inteiro teor da petição, do despacho judicial e do instrumento do mandato conferido ao advogado;

III - a menção do ato processual que lhe constitui o objeto;
IV - o encerramento com a assinatura do juiz.
§ 1o O juiz mandará trasladar para a carta quaisquer outras peças, bem como instruí-la com mapa, desenho ou gráfico, sempre que esses documentos devam ser examinados, na diligência, pelas partes, pelos peritos ou pelas testemunhas.
§ 2o Quando o objeto da carta for exame pericial sobre documento, este será remetido em original, ficando nos autos reprodução fotográfica.
§ 3o A carta arbitral atenderá, no que couber, aos requisitos a que se refere o caput e será instruída com a convenção de arbitragem e com as provas da nomeação do árbitro e de sua aceitação da função.
Desta feita, contate-se/oficie-se ao Juízo Deprecante solicitando a remessa dos documentos elencados no art. 260, II, do CPC, necessários a instrução da presente Carta Precatória.
Cumpra-se.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7006289-68.2019.8.22.0002
Classe: Execução Fiscal
Valor da Causa:R$5.281,97
Última distribuição:30/04/2019
Autor: MUNICIPIO DE ARIQUEMES CNPJ nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO
Advogado do(a) AUTOR: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES
Réu: KATIUSCIA VIOLA CPF nº 675.334.502-72, SEM ENDEREÇO
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Vistos.
1. CITE-SE a parte executada para, no prazo de cinco (05) dias, pagar a dívida com os encargos indicados na CDA desta execução, ou garanti-la, efetuando depósito em dinheiro à ordem deste juízo em estabelecimento oficial de crédito que assegure a atualização monetária, oferecendo fiança bancária ou nomeando bens à penhora, mediante aceitação da parte exequente.
2. Em caso de pronto pagamento, honorários advocatícios de 10% sobre o valor do débito.
3. Caso decorrido o prazo do item 1, a dívida não tiver sido quitada ou garantida a execução, penhore-se ou arreste-se tantos bens quanto bastem para a satisfação do débito e acessórios, devendo constar no auto a respectiva avaliação.
4. Intime-se a parte executada e o seu cônjuge, se casado e se a constrição recair sobre bem imóvel (CPC, art. 73, §1º).
5. Cientifique-se a parte executada do prazo de 30 dias para oferecer EMBARGOS, contados da juntada do depósito da dívida, fiança bancária ou intimação da penhora aos autos.
5.1 Oferecidos os embargos, distribuídos por dependência e autuados em apartado (CPC, art. 914, §1º), depois de certificada, pela Serventia, a tempestividade ou não da defesa, serão os respectivos autos encaminhados à conclusão.
6. Providencie-se o registro da penhora ou arresto perante o Serviço Registral de Imóveis desta Comarca em se tratando de bem imóvel, servindo o mandado também de registro.
7. Não encontrados bens passíveis de penhora, autorizo a penhora dos bens que guarnecem a residência do executado, atentando-se o Sr. Oficial de Justiça, quando da diligência, quanto aos tidos como impenhoráveis, (art. 833, inciso II, CPC).
7.1 Fica, desde já, deferido o auxílio de força policial, em caso de resistência (art. 846, §2º do CPC).
8. Caso a parte executada não seja encontrada no endereço indicado na inicial, tornem os autos conclusos para tentativa de localização de endereço junto ao INFOJUD.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SIRVA O PRESENTE DE MANDADO DE EXECUÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, INTIMAÇÃO e REGISTRO, CUJO ENDEREÇO DEVE SER OBSERVADO NA INICIAL.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7006077-47.2019.8.22.0002
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Valor da Causa:R$3.608,55
Última distribuição:26/04/2019
Autor: UNIDAS SOCIEDADE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA CNPJ nº 07.548.950/0001-02, AVENIDA MACHADINHO 4349 ROTA DO SOL - 76874-075 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: CAROLINE FERRAZ OAB nº RO5438
Réu: THAIRINE DE SOUZA FERNANDES CPF nº 022.143.652-90, RUA PORTO RICO 1076, - DE 1028/1029 A 1263/1264 SETOR 10 - 76876-120 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Vistos.
1. Intime-se a parte autora para que junte o comprovante das custas processuais iniciais, atendendo ao disposto no art. 12, I e §1º do Regimento de Custas Judiciais do Eg. TJRO (Lei 3.896/16), no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento.
1.1 Não havendo o pagamento, tornem conclusos para extinção.
1.2 Com o pagamento, recebo a emenda apresentada.
Cite-se em execução, na forma do art. 824 do CPC. Fixo honorários em 10% (art. 827 do CPC).
Consigne-se no mandado que:
a) o prazo para pagamento da dívida atualizada, acrescida de juros, custas e honorários advocatícios, é de 3 (três) dias, a contar da citação (art. 829 do CPC);
b) nos termos do art. 212, §2º do CPC, independente de autorização judicial, poderá o oficial de justiça proceder com as citações, intimações e penhoras, no período de férias forenses, nos feriados ou dias úteis fora do horário previsto no art. 212, caput do CPC, observado o disposto no art. 5o, inciso XI, da Constituição Federal.
c) havendo o pagamento voluntário e total nesse prazo, o devedor terá o benefício de redução da verba honorária para a metade da que fora arbitrada no deferimento da petição inicial (art. 827, §1º do CPC);
d) decorrido o prazo sem pagamento, penhore-se e avalie-se o(s) bem(ns) nomeado(s) pelo credor na inicial. Não havendo tal nomeação, penhore-se e avaliem-se tantos bens localizados, quanto bastem para garantir a satisfação do crédito e acessórios;
d.1) fica desde já deferido o auxílio de força policial em caso de resistência (art. 846, §2º do CPC).
e) o prazo de embargos do devedor será de 15 (quinze) dias, a contar da juntada aos autos do mandado de citação ou ocorrendo qualquer das hipóteses previstas no art. 231 do CPC.
f) não sendo localizado o devedor, proceda o Sr. Oficial de Justiça com o arresto de bens quantos bastem para garantir a execução (art. 830 e ss. do CPC).
g) esclareça à parte executada que no prazo para oposição de embargos, reconhecendo o crédito do exequente, poderá mediante o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, mais custas e honorários advocatícios, REQUERER, o parcelamento

do restante do débito remanescente em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês (artigo 916 do CPC).
h) em sendo satisfeita a execução, intime-se a parte executada para que efetue o pagamento do corresponde a 1% (um por cento) do valor da execução, no prazo de 15 dias, sob pena de inscrição em dívida ativa (art. 12, III c/c art. 17 da Lei Estadual 3.896/2016).
Sem prejuízo do disposto acima, expeça-se certidão comprobatória de admissão da execução, nos termos do art. 828 do CPC, conforme pugnado, consignando-se que caberá a parte exequente providenciar as averbações e comunicações necessárias, comprovando posteriormente nos autos, no prazo de 10 dias, sem prejuízo de eventual responsabilização, nos moldes do parágrafo 5º do aludido dispositivo, pelo não cancelamento, na forma do §4º do artigo 782, ambos do CPC.
Expeça-se o necessário.
SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO/ carta precatória de citação, arresto, penhora, avaliação e intimação para ser cumprida pelo Meirinho, que deverá observar o endereço constante na contrafé, que segue anexa ao mandado, bem como a descrição do bem, caso tenho sido nomeado.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7006018-59.2019.8.22.0002
Classe: Execução Fiscal
Valor da Causa:R$419,05
Última distribuição:25/04/2019
Autor: MUNICIPIO DE ARIQUEMES CNPJ nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO
Advogado do(a) AUTOR: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES
Réu: JAQUELINE VIEIRA CARDOSO CPF nº 023.576.859-64, TANCREDO NEVES 2785 SETOR 03 - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Vistos.
1. CITE-SE a parte executada para, no prazo de cinco (05) dias, pagar a dívida com os encargos indicados na CDA desta execução, ou garanti-la, efetuando depósito em dinheiro à ordem deste juízo em estabelecimento oficial de crédito que assegure a atualização monetária, oferecendo fiança bancária ou nomeando bens à penhora, mediante aceitação da parte exequente.
2. Em caso de pronto pagamento, honorários advocatícios de 10% sobre o valor do débito.
3. Caso decorrido o prazo do item 1, a dívida não tiver sido quitada ou garantida a execução, penhore-se ou arreste-se tantos bens quanto bastem para a satisfação do débito e acessórios, devendo constar no auto a respectiva avaliação.
4. Intime-se a parte executada e o seu cônjuge, se casado e se a constrição recair sobre bem imóvel (CPC, art. 73, §1º).
5. Cientifique-se a parte executada do prazo de 30 dias para oferecer EMBARGOS, contados da juntada do depósito da dívida, fiança bancária ou intimação da penhora aos autos.
5.1 Oferecidos os embargos, distribuídos por dependência e autuados em apartado (CPC, art. 914, §1º), depois de certificada, pela Serventia, a tempestividade ou não da defesa, serão os respectivos autos encaminhados à conclusão.
6. Providencie-se o registro da penhora ou arresto perante o Serviço Registral de Imóveis desta Comarca em se tratando de bem imóvel, servindo o mandado também de registro.
7. Não encontrados bens passíveis de penhora, autorizo a penhora dos bens que guarnecem a residência do executado, atentando-se o Sr. Oficial de Justiça, quando da diligência, quanto aos tidos como impenhoráveis, (art. 833, inciso II, CPC).
7.1 Fica, desde já, deferido o auxílio de força policial, em caso de resistência (art. 846, §2º do CPC).
8. Caso a parte executada não seja encontrada no endereço indicado na inicial, tornem os autos conclusos para tentativa de localização de endereço junto ao INFOJUD.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SIRVA O PRESENTE DE MANDADO DE EXECUÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, INTIMAÇÃO e REGISTRO, CUJO ENDEREÇO DEVE SER OBSERVADO NA INICIAL.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7006178-84.2019.8.22.0002
Classe: Execução Fiscal
Valor da Causa:R$406,06
Última distribuição:29/04/2019
Autor: MUNICIPIO DE ARIQUEMES CNPJ nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO
Advogado do(a) AUTOR: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES
Réu: A. FERNANDES FARIAS COMERCIO DE AUTO PECAS - ME CNPJ nº 07.008.143/0001-99, AVENIDA CANAÃ 1513, - ATÉ 1321 - LADO ÍMPAR ÁREAS ESPECIAIS - 76870-233 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Vistos.
1. CITE-SE a parte executada para, no prazo de cinco (05) dias, pagar a dívida com os encargos indicados na CDA desta execução, ou garanti-la, efetuando depósito em dinheiro à ordem deste juízo em estabelecimento oficial de crédito que assegure a atualização monetária, oferecendo fiança bancária ou nomeando bens à penhora, mediante aceitação da parte exequente.
2. Em caso de pronto pagamento, honorários advocatícios de 10% sobre o valor do débito.
3. Caso decorrido o prazo do item 1, a dívida não tiver sido quitada ou garantida a execução, penhore-se ou arreste-se tantos bens quanto bastem para a satisfação do débito e acessórios, devendo constar no auto a respectiva avaliação.
4. Intime-se a parte executada e o seu cônjuge, se casado e se a constrição recair sobre bem imóvel (CPC, art. 73, §1º).
5. Cientifique-se a parte executada do prazo de 30 dias para oferecer EMBARGOS, contados da juntada do depósito da dívida, fiança bancária ou intimação da penhora aos autos.
5.1 Oferecidos os embargos, distribuídos por dependência e autuados em apartado (CPC, art. 914, §1º), depois de certificada, pela Serventia, a tempestividade ou não da defesa, serão os respectivos autos encaminhados à conclusão.
6. Providencie-se o registro da penhora ou arresto perante o Serviço Registral de Imóveis desta Comarca em se tratando de bem imóvel, servindo o mandado também de registro.
7. Não encontrados bens passíveis de penhora, autorizo a penhora dos bens que guarnecem a residência do executado, atentando-se o Sr. Oficial de Justiça, quando da diligência, quanto aos tidos como impenhoráveis, (art. 833, inciso II, CPC).
7.1 Fica, desde já, deferido o auxílio de força policial, em caso de resistência (art. 846, §2º do CPC).
8. Caso a parte executada não seja encontrada no endereço indicado na inicial, tornem os autos conclusos para tentativa de localização de endereço junto ao INFOJUD.
Pratique-se e expeça-se o necessário.

SIRVA O PRESENTE DE MANDADO DE EXECUÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, INTIMAÇÃO e REGISTRO, CUJO ENDEREÇO DEVE SER OBSERVADO NA INICIAL.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7006160-63.2019.8.22.0002
Classe: Execução Fiscal
Valor da Causa:R$489,76
Última distribuição:29/04/2019
Autor: MUNICIPIO DE ARIQUEMES CNPJ nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO
Advogado do(a) AUTOR: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES
Réu: WENDER SILVA DA COSTA CPF nº 008.818.372-61, AV TANCREDO NEVES 0 INSTITUCIONAL - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Vistos.
1. CITE-SE a parte executada para, no prazo de cinco (05) dias, pagar a dívida com os encargos indicados na CDA desta execução, ou garanti-la, efetuando depósito em dinheiro à ordem deste juízo em estabelecimento oficial de crédito que assegure a atualização monetária, oferecendo fiança bancária ou nomeando bens à penhora, mediante aceitação da parte exequente.
2. Em caso de pronto pagamento, honorários advocatícios de 10% sobre o valor do débito.
3. Caso decorrido o prazo do item 1, a dívida não tiver sido quitada ou garantida a execução, penhore-se ou arreste-se tantos bens quanto bastem para a satisfação do débito e acessórios, devendo constar no auto a respectiva avaliação.
4. Intime-se a parte executada e o seu cônjuge, se casado e se a constrição recair sobre bem imóvel (CPC, art. 73, §1º).
5. Cientifique-se a parte executada do prazo de 30 dias para oferecer EMBARGOS, contados da juntada do depósito da dívida, fiança bancária ou intimação da penhora aos autos.
5.1 Oferecidos os embargos, distribuídos por dependência e autuados em apartado (CPC, art. 914, §1º), depois de certificada, pela Serventia, a tempestividade ou não da defesa, serão os respectivos autos encaminhados à conclusão.
6. Providencie-se o registro da penhora ou arresto perante o Serviço Registral de Imóveis desta Comarca em se tratando de bem imóvel, servindo o mandado também de registro.
7. Não encontrados bens passíveis de penhora, autorizo a penhora dos bens que guarnecem a residência do executado, atentando-se o Sr. Oficial de Justiça, quando da diligência, quanto aos tidos como impenhoráveis, (art. 833, inciso II, CPC).
7.1 Fica, desde já, deferido o auxílio de força policial, em caso de resistência (art. 846, §2º do CPC).
8. Caso a parte executada não seja encontrada no endereço indicado na inicial, tornem os autos conclusos para tentativa de localização de endereço junto ao INFOJUD.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SIRVA O PRESENTE DE MANDADO DE EXECUÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, INTIMAÇÃO e REGISTRO, CUJO ENDEREÇO DEVE SER OBSERVADO NA INICIAL.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7005998-68.2019.8.22.0002
Classe: Execução Fiscal
Valor da Causa:R$269,93
Última distribuição:25/04/2019
Autor: MUNICIPIO DE ARIQUEMES CNPJ nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO
Advogado do(a) AUTOR: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES
Réu: DALPIAS & DALPIAS LTDA - ME CNPJ nº 02.684.275/0001-17, AVENIDA PERIMETRAL LESTE 412, - DE 5159 AO FIM - LADO ÍMPAR SETOR 09 - 76876-219 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Vistos.
1. CITE-SE a parte executada para, no prazo de cinco (05) dias, pagar a dívida com os encargos indicados na CDA desta execução, ou garanti-la, efetuando depósito em dinheiro à ordem deste juízo em estabelecimento oficial de crédito que assegure a atualização monetária, oferecendo fiança bancária ou nomeando bens à penhora, mediante aceitação da parte exequente.
2. Em caso de pronto pagamento, honorários advocatícios de 10% sobre o valor do débito.
3. Caso decorrido o prazo do item 1, a dívida não tiver sido quitada ou garantida a execução, penhore-se ou arreste-se tantos bens quanto bastem para a satisfação do débito e acessórios, devendo constar no auto a respectiva avaliação.
4. Intime-se a parte executada e o seu cônjuge, se casado e se a constrição recair sobre bem imóvel (CPC, art. 73, §1º).
5. Cientifique-se a parte executada do prazo de 30 dias para oferecer EMBARGOS, contados da juntada do depósito da dívida, fiança bancária ou intimação da penhora aos autos.
5.1 Oferecidos os embargos, distribuídos por dependência e autuados em apartado (CPC, art. 914, §1º), depois de certificada, pela Serventia, a tempestividade ou não da defesa, serão os respectivos autos encaminhados à conclusão.
6. Providencie-se o registro da penhora ou arresto perante o Serviço Registral de Imóveis desta Comarca em se tratando de bem imóvel, servindo o mandado também de registro.
7. Não encontrados bens passíveis de penhora, autorizo a penhora dos bens que guarnecem a residência do executado, atentando-se o Sr. Oficial de Justiça, quando da diligência, quanto aos tidos como impenhoráveis, (art. 833, inciso II, CPC).
7.1 Fica, desde já, deferido o auxílio de força policial, em caso de resistência (art. 846, §2º do CPC).
8. Caso a parte executada não seja encontrada no endereço indicado na inicial, tornem os autos conclusos para tentativa de localização de endereço junto ao INFOJUD.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SIRVA O PRESENTE DE MANDADO DE EXECUÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, INTIMAÇÃO e REGISTRO, CUJO ENDEREÇO DEVE SER OBSERVADO NA INICIAL.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7006227-28.2019.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum
Valor da Causa:R$13.500,00
Última distribuição:29/04/2019
Autor: CREMILSON SANTOS DA SILVA CPF nº 875.221.442-72, RUA CURIO 894 SETOR 09 BAIXO - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: JUCYARA ZIMMER OAB nº RO5888
Réu: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA CNPJ nº 09.248.608/0001-04, RUA SENADOR DANTAS 74, 5 ANDAR CENTRO - 20031-205 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO

Advogado do(a) RÉU:
DECISÃO
Vistos.
1. Defiro, por ora, a gratuidade postulada.
1. A parte autora não comprovou a necessária hipossuficiência econômica que autoriza a concessão da assistência judiciária gratuita. Com efeito, indefiro-a nos termos do art. 5º da Lei 1.060/50. Lado outro, considerando o efeito patrimonial vindicado, tenho por crível que a antecipação das despesas processuais pode retardar o seu acesso ao Judiciário, razão pela qual difiro o recolhimento das custas iniciais para o final, nos termos do art. 34, III, do Regimento de Custas do TJRO.
2. Embora previsto no rito do procedimento comum, é cediço que a parte ré não formula proposta de acordo sem a realização de perícia judicial, razão pela qual, a designação de audiência restará inócua.
2.1 Desta feita, deixo de designar audiência de conciliação, independente de manifestação das partes.
3. Cite-se para, querendo, CONTESTAR o pedido em 15 dias, contados da juntada do aviso de recebimento aos autos, advertindo-o que se não contestar o pedido, incidirão os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na inicial e prosseguindo-se o processo independentemente de sua intimação para os demais atos, propiciando o julgamento antecipado da lide.
3.1 Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC, fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC.
4. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em RÉPLICA, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais (art. 337, CPC); III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção).
5. Após, tendo em vista a existência de interesse de pessoa idosa, abra-se vista ao Ministério Público para requerer o que entender de direito, nos termos do art. 74 da Lei. 10.741/2003 (Estatuto do Idoso).
6. Em seguida, tornem conclusos para saneamento, nos termos do art. 347 do CPC.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7009743-90.2018.8.22.0002
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Valor da Causa:R$4.740,18
Última distribuição:03/08/2018
Autor: CONDOMINIO RESIDENCIAL SAO PAULO CNPJ nº 26.387.923/0001-31, RAMAL LINHA C 65 4765, AVENIDA HUGO WALDEMAR FREY CONDOMÍNIO SÃO PAULO - 76874-501 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: REGINA MARTINS FERREIRA OAB nº RO8088, LUCAS MELLO RODRIGUES OAB nº RO6528
Réu: LEIA BATISTA LEITE DE JESUS CPF nº 246.069.362-15, RAMAL LINHA C 65 s/n, QUADRA 04, LOTE 09 CONDOMÍNIO SÃO PAULO - 76874-501 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Vistos.
Intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, indicar descrição completa do imóvel que pretende penhorar, informando, inclusive, o número de matrícula e registro do bem.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7006133-80.2019.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum
Valor da Causa:R$17.370,72
Última distribuição:26/04/2019
Autor: CLEVERSON GIL INACIO CPF nº 863.512.572-04, RUA CRUZEIRO DO OESTE 2694 JARDIM PARANÁ - 76871-468 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: BRUNO ALVES DA SILVA CANDIDO OAB nº RO5825
Réu: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK 1966, - DE 1560 A 1966 - LADO PAR SETOR 02 - 76873-238 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU:
DECISÃO
Vistos, etc.
1- A parte autora não comprovou a necessária hipossuficiência econômica que autoriza a concessão da assistência judiciária gratuita, sobretudo em razão da natureza e peculiaridades dos fatos alegados na inicial. Com efeito, indefiro-a nos termos do art. 5º da Lei 1.060/50. Lado outro, tenho por crível que (i) a indisponibilidade de recursos é temporária e que a (ii) antecipação das despesas processuais pode retardar o seu acesso ao Judiciário, o que coloca em risco a continuidade do bem essencial oferecido pela parte ré, razão pela qual difiro o recolhimento das custas iniciais para o final, nos termos do art. 34, III, do Regimento de Custas do TJRO.
2- Defiro também, com fulcro no art. 300 do CPC, o pedido de tutela de urgência requerida e, por consequência, determino a parte ré se abstenha em proceder a suspensão do fornecimento de energia elétrica no imóvel da autora (Cód. Único n. 1234561-0), bem como promova o levantamento da restrição operada em 13/04/2019, decorrente do contrato de n. 1234561010080583 no cadastro de inadimplentes, em razão da dívida discutida nos autos, até o deslinde do feito, sob pena de incorrer em crime de desobediência, devendo vir aos autos informações quanto às providências tomadas para cumprimento da medida, pois entendo que os documentos trazidos com a inicial demonstram, no grau de cognição sumária, a probabilidade do direito afirmado quanto a inexistência do débito de R$ 1.794,59 pela irregular recuperação de consumo, o que torna a interrupção do fornecimento de energia e negativação cadastral indevida. Do mesmo modo, vislumbro o receio de dano irreparável ou de difícil reparação, face a restrição imposta que impõe limites a bem essencial e constrangimentos na realização de negócios comerciais, não importando, ao contrário, em prejuízos a ré, que pode exigir o seu crédito a qualquer tempo pela via judicial, sendo reversível a tutela concedida, caso venham aos autos novos elementos que afastem a verossimilhança do alegado. .
3- Deixo de designar a audiência prévia de conciliação prevista no art. 334 do CPC, com fundamento no princípio da razoabilidade, da instrumentalidade das formas e da celeridade processual, haja vista que, segundo a experiência/prática judicial, nas ações movidas em desfavor de instituições bancárias, concessionárias públicas e seguradoras, estas, até mesmo por orientação decorrente de política interna e administrativa, não estão aptas a oferecer proposta de acordo no início do procedimento judicial, restando em sua maioria infrutífera a conciliação e contraproducente ao princípio da duração razoável do processo, o que não impede que em outra fase judicial

seja tentada a conciliação entre as partes, não havendo, assim, prejuízo processual ou ao espírito conciliador da nova legislação.
4- Cite-se a parte ré dos termos da ação, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 15 dias, a contar da juntada aos autos da prova da citação (CPC, art. 231), sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados na inicial (CPC, art. 344).
5- Apresentada defesa pelo réu, intime-se o autor para manifestar-se em réplica, em 15 dias (CPC, art. 350).
6- Após, intimem-se as partes para especificarem as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade, em 05 dias.
7- SERVE A PRESENTE DE MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO bem como ofício, ficando desde já a parte autora autorizada a protocoliza-lo perante os órgãos de proteção ao crédito (SPC/SERASA) para a baixa da restrição operada no nome do autor,
AUTOR: CLEVERSON GIL INACIO
CPF nº 863.512.572-04, no valor de R$ 1.794,59, r
ealizada no dia 13/04/2019, decorrente do contrato de
n. 1234561010080583, firmado com a ré, RÉU: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66.
Ariquemes/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.
Juiz MARCUS VINÍCIUS DOS SANTOS DE OLIVEIRA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7006244-64.2019.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum
Valor da Causa:R$26.663,29
Última distribuição:29/04/2019
Autor: GIL INFORMATICA LTDA - EPP CNPJ nº 04.735.755/0001-95, AVENIDA CANAÃ 2906, - DE 2714 A 3084 - LADO PAR SETOR 01 - 76870-140 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: HUGO HENRIQUE DA CUNHA OAB nº RO9730, ALLAN SOUZA DE MORAES SARKIS OAB nº RO2682
Réu: BILLIARDS CITY LTDA CNPJ nº 28.663.187/0001-22, RUA FORTALEZA 2125, - ATÉ 2236/2237 SETOR 03 - 76870-505 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Vistos.
Nos termos do art. 695 do CPC, designo audiência de conciliação para o dia 11 de julho de 2019, às 08h30min., a qual se realizará no CEJUSC – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Rua Fortaleza, 2178 - Setor 03 - Fone 3536-3937, nesta cidade e comarca (ao lado da Auto Escola Nacional, próximo do Colégio Dinâmico).
Advirto as partes que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir) e devem fazê-lo acompanhadas de seus respectivos advogados. A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento (02%) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa.
Intimem-se os procuradores que deverão vir acompanhados ao ato de seus clientes, os quais não serão intimados pessoalmente (RT 471/191), salvo se forem patrocinados pela Defensoria Pública.
Registro que a audiência de conciliação designada somente não será realizada caso ambas as partes sinalizem, expressamente, o desinteresse na audiência de conciliação, advertindo ao réu que a contagem do prazo para contestação inicia-se a partir da audiência, desde que rejeitado o pedido de cancelamento da solenidade.
Não havendo conciliação, fica a parte autora, desde já, intimada a recolher a complementação das custas processuais iniciais (1% adiado), atendendo ao disposto no art. 12, inciso I, do Regimento de Custas Judiciais TJRO (Lei 3.896/16), transcrito infra, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do feito.
Art. 12. As custas judiciais incidirão sobre o valor da causa, da seguinte forma:
I - 2% (dois por cento) no momento da distribuição, dos quais 1% (um por cento) fica adiado para até 5 (cinco) dias depois da audiência de conciliação, caso não haja acordo. Havendo acordo, as partes ficam desobrigadas ao pagamento do montante adiado;
Cite-se a parte ré para, querendo, CONTESTAR o pedido em 15 dias, contados, segundo art. 335 e incisos do CPC, a partir: "I - da audiência de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação pela parte ré, o qual deverá ser apresentado, em 10 dias contados da sua citação", advertindo-a que se não contestar o pedido, incidirão os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na inicial e prosseguindo-se o processo independentemente de sua intimação para os demais atos, propiciando o julgamento antecipado da lide.
Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em RÉPLICA, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais (art. 337, CPC); III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção).
Em seguida, tornem conclusos para saneamento, nos termos do art. 347 do CPC.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA, devendo o meirinho, por ocasião do cumprimento da diligência, indagar a parte comunicada se há interesse na autocomposição, bem como a existência de proposta, devolvendo o mandado com certidão a respeito (CPC, art. 154, VI)
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493
e-mail: aqs3civel@tjro.jus.br
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
3ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes/RO
Processo: 7003205-59.2019.8.22.0002
Requerente: LUZIA DE SOUZA LOPES
Advogado do(a) AUTOR: PAULO CESAR GONZAGA DA SILVA - RO7803
Requerido: OI MOVEL S.A. e outros
Advogado do(a) RÉU: PAULO EDUARDO PRADO - RO4881
Fica a parte autora, através de seu advogado, INTIMADA da apresentação da contestação para, querendo, apresentar impugnação no prazo legal.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493
e-mail: aqs3civel@tjro.jus.br
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
3ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes/RO
Processo: 7003067-92.2019.8.22.0002
Requerente: FLAVIA BRUNA DE SOUZA METSKER
Advogado do(a) AUTOR: VALDELICE DA SILVA VILARINO - RO5089

Requerido: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Fica a parte autora, através de seu advogado, INTIMADA da apresentação da contestação para, querendo, apresentar impugnação no prazo legal.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493
e-mail: aqs3civel@tjro.jus.br
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
3ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes/RO
Processo: 7003805-80.2019.8.22.0002
Requerente: SOLANGE DOS SANTOS NUNES
Advogado do(a) AUTOR: MARCOS ROBERTO FACCIN - RO1453
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado do(a) RÉU: JOSE HENRIQUE BARROSO SERPA - RO9117
Fica a parte autora, através de seu advogado, INTIMADA da apresentação da contestação para, querendo, apresentar impugnação no prazo legal.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493
e-mail: aqs3civel@tjro.jus.br
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
3ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes/RO
Processo: 7002899-90.2019.8.22.0002
Requerente: VALTER ANTONIO DOS PASSOS
Advogado do(a) AUTOR: ISABEL MOREIRA DOS SANTOS - RO4171
Requerido: CERON CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA
Advogado do(a) RÉU: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO - RO635
Fica a parte autora, através de seu advogado, INTIMADA da apresentação da contestação para, querendo, apresentar impugnação no prazo legal.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7004378-21.2019.8.22.0002
Classe: Cumprimento de sentença
Valor da Causa:R$168,53
Última distribuição:05/04/2019
Autor: K. V. A. P. CPF nº 059.236.482-88, RUA LAVANDA 3949 RESIDENCIAL GERSON NECO - 76875-578 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Réu: F. J. P. D. S. CPF nº 701.908.012-04, RUA RAQUEL DE QUEIROZ 3242, . COLONIAL - 76873-724 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU:
SENTENÇA
Vistos.
Conforme informado pela parte exequente (ID26839215), a parte executada adimpliu com o débito integralmente.
Desta feita, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, com arrimo no artigo 924, II, do Código de Processo Civil, em razão da satisfação da obrigação executada.
Ante o pedido de extinção feito pela parte credora, antecipo o trânsito em julgado nesta data (CPC, art. 1.000, parágrafo único).
Isento o executado quanto ao recolhimento das custas finais, porquanto o pagamento ocorreu dentro do prazo legal (art. 8º, inciso I, Lei Estadual 3.896/2016 – Regimento de Custas Judiciais).
Ciência ao MP.
SERVIRÁ A PRESENTE SENTENÇA COMO OFÍCIO/ MANDADO DE INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA.
P.R.I. e, oportunamente, arquivem-se os autos, promovendo-se as baixas devidas no sistema
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7011896-96.2018.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum
Valor da Causa:R$61.051,90
Última distribuição:14/09/2018
Autor: MARIA PRAXEDES SAMPAIO CPF nº 090.846.812-15, RUA DAS TURMALINAS 1807 PARQUE DAS GEMAS - 76875-820 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: JANE MIRIAM DA SILVEIRA GONCALVES OAB nº RO4996
Réu: EDVAN APARECIDO DOS SANTOS CPF nº 801.662.882-68, TV B - 80 LT 39, ZONA RURAL BR 364, KM 459 - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: NATHALIA FRANCO BORGHETTI OAB nº RO5965
DECISÃO
Vistos.
1. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos.
2. Aguarde-se o julgamento do AI ou eventual pedido de informações.
Intimem-se.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7002859-11.2019.8.22.0002
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Valor da Causa:R$52.328,23
Última distribuição:07/03/2019
Autor: BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A. CNPJ nº 03.215.790/0001-10, AVENIDA JORNALISTA ROBERTO MARINHO 85, - DE 1 AO FIM - LADO ÍMPAR CIDADE MONÇÕES - 04576-010 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
Advogado do(a) AUTOR: MAGDA LUIZA RIGODANZO EGGER DE OLIVEIRA OAB nº AL9947
Réu: EDIMILSON ALENCAR DA SILVA CPF nº 765.230.982-49, RUA ARIQUEMES 3414, - DE 3390/3391 AO FIM BNH - 76870-786 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU:
SENTENÇA
Vistos.
BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A. ingressou com a presente ação em desfavor de EDIMILSON ALENCAR DA SILVA.
O feito fora recebido, estando tramitando regularmente, quando sobreveio pedido da autora requerendo a desistência da ação e extinção do feito (ID 26834246).
É o relatório do essencial. Decido.

Dispõe o artigo 200 do CPC que "Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais."
No entanto, o parágrafo único do mesmo artigo prevê que a desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial.
Posto isso, em consentâneo com o parágrafo único do artigo 200 do Código de Processo Civil, HOMOLOGO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a DESISTÊNCIA da pretensão deduzida pela parte autora e, via de consequência, JULGO EXTINTO o feito, sem resolução de mérito, com supedâneo no art. 485, VIII, do mesmo codex.
Revogo a liminar concedida.
Conforme espelho que adiante segue, promovi o levantamento da restrição do veículo.
Isento de custas nos termos do art. 8º, III, da Lei Estadual 3.896/2016 (Regimento de Custas Judiciais).
Tratando-se de pedido de desistência do feito verifica-se a ocorrência da preclusão lógica no tangente ao prazo recursal, razão pela qual considero o trânsito em julgado nesta data (CPC, art. 1.000, parágrafo único).
SERVIRÁ A PRESENTE SENTENÇA COMO OFÍCIO/ MANDADO DE INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA.
P.R.I. e, oportunamente, arquivem-se, promovendo-se as baixas no sistema.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7014025-74.2018.8.22.0002
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Valor da Causa:R$2.957,93
Última distribuição:01/11/2018
Autor: GIMA GILBERTO MIRANDA AUTOMOVEIS LTDA CNPJ nº 05.891.726/0001-85, AVENIDA JAMARI 4438, - DE 4216 A 4452 - LADO PAR ÁREAS ESPECIAIS 02 - 76873-008 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: DENNIS LIMA BATISTA GURGEL DO AMARAL OAB nº RO7633, MARCOS PEDRO BARBAS MENDONCA OAB nº RO4476, NILTOM EDGARD MATTOS MARENA OAB nº RO361A
Réu: WALDECI DONIZETI RIBEIRO CPF nº 326.798.822-53, RUA MACEIÓ 2958, - DE 2791/2792 AO FIM SETOR 03 - 76870-458 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Vistos.
Aguarde-se o decurso do prazo de manifestação da parte exequente.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7012568-07.2018.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum
Valor da Causa:R$13.356,00
Última distribuição:01/10/2018
Autor: LUCINEI RODRIGUES GOMES CPF nº 909.096.902-00, ZONA RURAL, LINHA C-75, TRAVESSÃO B.O, LOTE 91, GLEBA 71, ZONA ZONA RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: CHARLES MARCIO ZIMMERMANN OAB nº AC2733
Réu: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL CNPJ nº 29.979.036/0001-40, SEM ENDEREÇO
Advogado do(a) RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Aguarde-se a entrega do laudo pericial até 02 de Maio 2019.
Não havendo entrega, voltem-se os autos conclusos.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7007959-78.2018.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum
Valor da Causa:R$3.816,00
Última distribuição:29/06/2018
Autor: CRISLANE DOS SANTOS CPF nº 702.174.392-09, RODOVIA 205, ASSENTAMENTO 2 DE JULHO ZONA RURAL - 76864-000 - CUJUBIM - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: VALDELICE DA SILVA VILARINO OAB nº RO5089
Réu: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL CNPJ nº 29.979.036/0001-40, RUA JOSÉ DE ALENCAR CENTRO - 76801-036 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
1. Considerando a apresentação dos cálculos pelo(a) exequente, intime-se o executado para se manifestar, podendo IMPUGNAR a execução, no prazo de 30 (trinta) dias (artigo 1-B da Lei n. 9494/97 c/c o artigo 535 do CPC).
2. Havendo impugnação, desde já, fixo honorários na fase de cumprimento de sentença em 10% (cabendo ao patrono apresentar planilha incluindo os honorários) (CPC, art. 85, §7º).
2.1 Não havendo impugnação, CERTIFIQUE-SE, a escrivania a devida intimação da parte executada;
2.1.1 Devidamente intimada, após certificado, deixo de arbitrar honorários (CPC, art. 85, §7º) e determino seja expedido ofício requisitório de pagamento/solicitação de Precatório ao órgão competente, referente aos valores apresentados.
3. Em caso de impugnação, intime-se o(a) exequente para se manifestar no prazo legal.
3.1 CONCORDANDO com os cálculos apresentados pela parte executada (INSS), expeça-se o necessário para o pagamento (RPV/ Precatório), sem necessidade de retorno dos autos à conclusão.
3.1.1 Com a informação de pagamento, desde já autorizo a expedição de alvará para levantamento do valor a ser depositado nos autos, devendo ser expedido em nome do(a) exequente e de seu(ua) patrono(a), respectivamente, quanto ao saldo devedor e honorários advocatícios.
3.2 NÃO concordando a parte exequente com os cálculos apresentados, remetam-se os autos à contadoria do juízo para apuração do valor devido.
3.2.1 Na sequência, às partes para manifestação.
Em seguida, tornem-me conclusos.

Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7012623-89.2017.8.22.0002
Classe: Execução Fiscal
Valor da Causa:R$3.198,93
Última distribuição:20/10/2017
Autor: MUNICIPIO DE ARIQUEMES CNPJ nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO
Advogado do(a) AUTOR: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES
Réu: ZENILDA FERREIRA DOS SANTOS CPF nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO
Advogado do(a) RÉU:
SENTENÇA
Vistos.
MUNICIPIO DE ARIQUEMES ingressou com a presente AÇÃO DE EXECUÇÃO DE FISCAL contra ZENILDA FERREIRA DOS SANTOS, alegando em resumo que é credor da parte executada da quantia de R$3.198,93, representadas pelas Certidão de Dívida Ativa de ID 14006078.
Devidamente citada (ID 14779838), a parte executada não efetuou o pagamento do débito.
Na sequência, o processo foi suspenso ante o parcelamento do débito (ID 15972027).
Ao ID 26650800, a parte exequente pugna pela extinção do feito, em razão da quitação do débito pela Executada.
POSTO ISTO e, com fulcro no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, em decorrência do pagamento do débito executado.
Ante o pedido de extinção feito pela parte exequente, antecipo o trânsito em julgado nesta data (CPC, art. 1.000, parágrafo único).
Com a informação de pagamento, expeça-se alvará em favor da parte credora, podendo, desde já, ser expedido em nome de seu causídico, caso detenha poderes para tanto.
Sem custas.
Certifique-se a escrivania quanto ao pagamento das custas. Caso não tenham sido pagas, providencie o recolhimento e, após arquive-se. Não havendo pagamento, inscreva em dívida ativa.
SERVIRÁ A PRESENTE SENTENÇA COMO OFÍCIO/ MANDADO DE INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA.
P.R.I. e, oportunamente, arquivem-se os autos, promovendo-se as baixas devidas no sistema.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7004079-44.2019.8.22.0002
Classe: Monitória
Assunto: Cheque
Valor da causa: R$31.981,66 (trinta e um mil, novecentos e oitenta e um reais e sessenta e seis centavos)
Parte autora: TIAGO JOSE STRAPASSON PAVELEGINI, RUA FOZ DO IGUAÇU 5602 JARDIM PARANÁ - 76871-460 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ANDRE LUIS PELEDSON SILVA VIOLA OAB nº RO8684, AVENIDA TANCREDO NEVES 2703, SALA 01 SETOR 03 - 76870-525 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, ALLAN MARTINS DE OLIVEIRA OAB nº RO9459, SEM ENDEREÇO
Parte requerida: MARCIO CABRAL, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO RÉU:
DESPACHO
Vistos, etc.
Deixo de designar a audiência prévia de conciliação prevista no art. 334 do CPC, com fundamento no princípio da razoabilidade, da instrumentalidade das formas e da celeridade processual, haja vista que, segundo a experiência/prática judicial, em cobranças bancárias de alto vulto, como no caso dos autos, as partes não estão maduras para a conciliação no início do procedimento judicial, restando em sua maioria infrutífera a composição e contraproducente ao princípio da duração razoável do processo. Isso não impete, registro, que a parte ré formalize proposta extrajudicial ou manifeste nos autos intenção pela composição, com protocolo de minuta da proposta, quando, então, será designada solenidade especial para tal fim. Nesta especial condição, deverá o autor ser intimado da proposta formulada, voltando os autos conclusos após.
Sem prejuízo, CITE-SE a parte ré, expedindo mandado para que ela pague o débito assinalado na inicial, bem como o valor dos honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído à causa (CPC, art. 701).
Advirta-se a parte ré de que, se efetuar o pagamento do débito e dos honorários no prazo assinalado, ficará automaticamente isento do pagamento das custas processuais (CPC, artigo 701, § 1º). Do contrário, poderá ser condenada ao pagamento da referida despesa também e o título de crédito que instrui a inicial poderá se constituir em título executivo judicial.
Na oportunidade, intime-se a ré de que poderá opor embargos nos próprios autos no prazo acima indicado, independentemente de segurança do juízo (CPC, artigo 702), hipótese em que, caso alegue que o valor pleiteado pela parte autora seja superior à dívida, cumprir-lhe-á informar imediatamente o valor que entende ser o correto e apresentar a planilha/demonstrativo discriminando o valor atualizado da dívida (CPC, artigo 702, § 2º), sob pena de rejeição liminar dos embargos se for esse o único fundamento dos embargos ou de não conhecimento da alegação de excesso (CPC, artigo 702, § 3º).
Sendo opostos embargos, fica desde já suspensa a eficácia do mandado de pagamento até o julgamento em primeiro grau (CPC, artigo 702, § 4º).
Na hipótese de serem opostos embargos, intime-se a parte autora para responder em 15 (quinze) dias (CPC, artigo 702, § 5º).
Não sendo oferecidos embargos e não havendo o pagamento no prazo assinalado, certifique-se e retorne o processo concluso para julgamento quanto à constituição do título executivo judicial.
As disposições do artigo 212 § 2º deverão ser atendidas no cumprimento da citação e das intimações, se requerido pela parte autora e se o Oficial de Justiça assim necessitar.
Observe-se a escrivania que, em se tratando também de processos que tramitam por meio do sistema do Processo Judicial Eletrônico (Pje), as intimações dos advogados devem ser praticadas em conformidade com o Provimento n. 26/2017-CG, isto é, por meio de publicação no Diário da Justiça, exceto para os casos em que o defensor, procurador ou terceiro interessado deva ser intimado pessoalmente, isto é, diretamente pelo sistema do Pje e não por meio de publicação, como, por exemplo, das Procuradorias, Defensoria Pública e Ministério Público, devendo ser observado, por ocasião do envio da intimação para publicação no Diário da Justiça, os requisitos do §1º do art. 1º do Provimento 26/2017-CG, além da preservação de determinados dados processuais ou pessoais dos processos sujeitos a sigilo ou a segredo de justiça (§2º do art. 1º do Provimento 26/2017-CG).
Decisão encaminhada automaticamente pelo sistema de informática para publicação no Diário da Justiça.
Expeça-se o necessário, servindo o presente como carta/mandado de citação e intimação da parte requerida, se for conveniente à escrivania.
Ariquemes/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019 às 19:57 .
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7000303-07.2017.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum
Valor da Causa:R$1.000,00
Última distribuição:16/01/2017
Autor: WILSON DE VASCONCELOS SIMOES CPF nº 163.690.922-15, RUA DOS RUBIS 1870 PARQUE DAS GEMAS - 76875-888 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: MARCELO GOMES DOS ANJOS OAB nº RO4087
Réu: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL CNPJ nº 29.979.036/0001-40, SEM ENDEREÇO
Advogado do(a) RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
1. Instado, o credor nada requereu para continuidade da execução.
2. Ante o exposto, suspendo o processo por 1 ano, na forma do art. 921, do CPC.
3. DECORRIDO este prazo, fica a parte exequente, desde já intimada para, querendo, impulsionar o feito, independente de nova intimação.
4. No mais, mais não vejo óbice para que o feito seja arquivado enquanto aguarda-se o decurso do prazo, pois prejuízo algum trará à parte exequente que a qualquer momento poderá requerer o desarquivamento e consequente andamento do processo à vista da localização de bens da parte executada.
5. Por este motivo, a suspensão ocorrerá em arquivo e, não havendo manifestação do credor neste período, com o decurso do prazo se dará início imediatamente a suspensão por um ano, nos termos do art. 921, II do CPC, em razão da inexistência de bens penhoráveis e, com o transcurso deste, ao prazo da prescrição intercorrente.
Intimem-se.
Arquive-se.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7002473-78.2019.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum
Valor da Causa:R$165.000,00
Última distribuição:25/02/2019
Autor: DANIELA PEREIRA CPF nº 920.443.792-87, LINHA C90, LOTE 18, GL 24, TB 40, POSTE 106 ZONA RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA, FABIO JESUS DE LIMA CPF nº 006.985.562-59, LINHA C90, LOTE 18, GL 24, TB 40, POSTE 106 ZONA RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA, MARIA DOLARIA DE JESUS DE LIMA CPF nº 676.784.592-20, LINHA C90, LOTE 18, GL 24, TB 40, POSTE 106 ZONA RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA, NELSON PULIDO DE LIMA CPF nº 272.146.992-49, LINHA C90, LOTE 18, GL 24, TB 40, POSTE 106 ZONA RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA, MAICON VINICIUS GUEDES LUIZ CPF nº 067.460.932-80, LINHA C90, LOTE 08, GL 42 ZONA RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA, EDILENE GUEDES CPF nº 846.642.072-04, LINHA C90, LOTE 08, GL 42 ZONA RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA, SERGIO LUIZ CPF nº 602.113.422-20, LINHA C90, LOTE 08, GL 42 ZONA RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA, LUAN CAETANO DE LIMA CPF nº 042.262.452-70, LINHA C90, TB 40, POSTE 107 ZONA RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA, MARIA GORETE CAETANO CPF nº 457.378.862-04, LINHA C90, TB 40, POSTE 107 ZONA RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA, SEBASTIAO DE LIMA CPF nº 285.998.102-00, LINHA C90, TB 40, POSTE 107 ZONA RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA, JOSE GOMES DE SOUZA CPF nº 929.379.007-63, LINHA C90, POSTE 904 ZONA RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA, ANGELINA PULIDO DE LIMA CPF nº 485.518.642-20, LOTE 12, GL 25, TB 40, POSTE 106 ZONA RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA, JOSE DE LIMA CPF nº 271.665.702-53, LOTE 12, GL 25, TB 40, POSTE 106 ZONA RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA, JORGE APARECIDO RODRIGUES COELHO CPF nº 073.827.388-09, LINHA C90, POSTE 87 ZONA RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA, GERALDO DA COSTA BARREIROS CPF nº 562.672.822-87, LINHA C90, LOTE 17, GL 43 ZONA RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA, ERNESTO TEIXEIRA LAGES FILHO CPF nº 252.490.218-83, LOTE 17, GL 42 ZONA RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA, LAUANE SANTIAGO KALK CPF nº 704.692.916-56, LINHA C90, LOTE 16, GL 42, POSTE 89 ZONA RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA, EDNEI KISTER KALK CPF nº 766.463.352-49, LINHA C90, LOTE 16, GL 42, POSTE 89 ZONA RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA, EDIVANIO KISTER KALK CPF nº 920.691.502-91, LINHA C90, TB 40, LOTE 16, GL 42, AVENIDA JORGE TEIXEIRA 3628 ZONA RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA, LIDIA MARIA ZAVALLIA SAPIECINSKI CPF nº 066.238.502-01, LINHA C90, TB 40, AVENIDA JORGE TEIXEIRA 3628 ZONA RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA, KELY SANDRA ZAVALLIA CPF nº 765.959.192-49, LINHA C90, TB 40, AVENIDA JORGE TEIXEIRA 3628 ZONA RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA, DARCI SAPIECINSKI CPF nº 566.525.342-15, LINHA C90, TB 40, AVENIDA JORGE TEIXEIRA 3628 ZONA RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA, RAMIRO LUESLEY DIAS PAINS CPF nº 915.598.202-68, LINHA C90, TB 40, LOTE 12, GL 42, POSTE 93, AVENIDA JORGE TEIXEIRA 3628 ZONA RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA, ROSANGELA PEREIRA CPF nº 490.725.529-20, LINHA C90, TB 40 4234, AVENIDA JORGE TEIXEIRA 3628 ZONA RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA, LUIZ DO CARMO PEREIRA CPF nº 474.467.579-49, LINHA C90, TB 40 4234, AVENIDA JORGE TEIXEIRA 3628 ZONA RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA, WELLINGTON TEIXEIRA LAGES CPF nº 705.955.682-62, LINHA C90, POSTE 87 4317, AVENIDA JORGE TEIXEIRA 3628 ZONA RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA, GABRIELE LAGES DOS SANTOS CPF nº 067.775.282-29, LINHA C90, POSTE 87 4317, AVENIDA JORGE TEIXEIRA 3628 ZONA RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA, JESSICA LAGES PINOW CPF nº 067.775.482-54, LINHA C90, POSTE 87 4317, AVENIDA JORGE TEIXEIRA 3628 ZONA RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA, IRACEMA DA APARECIDA TEIXEIRA LAGES CPF nº 765.959.862-72, LINHA C90, POSTE 87 4317, AVENIDA JORGE TEIXEIRA 3628 ZONA RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA, MICAEL XAVIER DOS SANTOS CPF nº 026.308.982-70, LINHA C90, POSTE 87 4317, AVENIDA JORGE TEIXEIRA 3628 ZONA RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: ISABEL MOREIRA DOS SANTOS OAB nº RO4171
Réu: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK 1966, - DE 1560 A 1966 - LADO PAR SETOR 02 - 76873-238 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU:
DECISÃO
Vistos.

1. AUTORES: DANIELA PEREIRA, FABIO JESUS DE LIMA, MARIA DOLARIA DE JESUS DE LIMA, NELSON PULIDO DE LIMA, MAICON VINICIUS GUEDES LUIZ, EDILENE GUEDES, SERGIO LUIZ, LUAN CAETANO DE LIMA, MARIA GORETE CAETANO, SEBASTIAO DE LIMA, JOSE GOMES DE SOUZA, ANGELINA PULIDO DE LIMA, JOSE DE LIMA, JORGE APARECIDO RODRIGUES COELHO, GERALDO DA COSTA BARREIROS, ERNESTO TEIXEIRA LAGES FILHO, LAUANE SANTIAGO KALK, EDNEI KISTER KALK, EDIVANIO KISTER KALK, LIDIA MARIA ZAVALLIA SAPIECINSKI, KELY SANDRA ZAVALLIA, DARCI SAPIECINSKI, RAMIRO LUESLEY DIAS PAINS, ROSANGELA PEREIRA, LUIZ DO CARMO PEREIRA, WELLINGTON TEIXEIRA LAGES, GABRIELE LAGES DOS SANTOS, JESSICA LAGES PINOW, IRACEMA DA APARECIDA TEIXEIRA LAGES, MICAEL XAVIER DOS SANTOS ajuízou a presente AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS em desfavor de RÉU: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, ao argumento de que a os requerentes ficaram sem energia elétrica no período de 28 de outubro de 2018 até o dia 02 de novembro sem que a Requerida indicasse algum motivo para a suspensão do fornecimento de energia.

1.1 A parte autora não comprovou a necessária hipossuficiência econômica que autoriza a concessão da assistência judiciária gratuita. Com efeito, indefiro-a nos termos do art. 5º da Lei 1.060/50. Lado outro, considerando o efeito patrimonial vindicado e a manifestação retro, tenho por crível que a antecipação das despesas processuais pode retardar o seu acesso ao Judiciário, razão pela qual difiro o recolhimento das custas iniciais para o final, nos termos do art. 34, III, do Regimento de Custas do TJRO.

Nos termos do art. 695 do CPC, designo audiência de conciliação para o dia 10 de junho de 2019, às 10h00min., a qual se realizará no CEJUSC – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Rua Fortaleza, 2178 - Setor 03 - Fone 3536-3937, nesta cidade e comarca (ao lado da Auto Escola Nacional, próximo do Colégio Dinâmico).

Registro que a audiência de conciliação designada somente não será realizada caso ambas as partes sinalizem, expressamente, o desinteresse na audiência de conciliação (CPC, art. 334, §4, I).

Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir) e devem fazê-lo acompanhadas de seus respectivos advogados. A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento (02%) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa.

Intimem-se os procuradores que deverão vir acompanhados ao ato de seus clientes, os quais não serão intimados pessoalmente (RT 471/191), salvo se forem patrocinados pela Defensoria Pública.

Encaminhe-se ao CEJUSC para conciliação.

Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC, fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC.

Cite-se a parte ré, para que compareça a audiência de conciliação acima designada, devendo estar acompanhado por advogado ou defensor público (art. 695, §4º do CPC), observando a escrivania o disposto no art. 695, §1º do CPC.

Havendo conciliação, tornem conclusos para homologação mediante sentença.

Não obtida a conciliação, o prazo para CONTESTAÇÃO, que é de 15 (quinze) dias (art. 335, caput, do CPC), começará a fluir a partir da data da audiência, mesmo se a parte requerida citada e intimada não comparecer para o ato (art. 335, I, do CPC).

Fica a parte ré advertida de que se não contestar o pedido, incidirão os efeitos da revelia (art. 344 do CPC), presumindo-se verdadeiros os fatos narrados pela parte autora e prosseguindo-se o processo independentemente de sua intimação para os demais atos, propiciando o julgamento antecipado da lide.

Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para manifestação em RÉPLICA, no prazo de 15 (quinze) dias (CPC, art. 350).

Formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, mediante o recolhimento das custas devidas, intime-se a parte autora para apresentar resposta ao pleito reconvencional, igualmente, no prazo de 15 dias (CPC, art. 343, §1º).

Após, intimem-se ambas as partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e pertinência de sua produção, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 357 do CPC).

Acaso desejem a produção de prova oral, no mesmo prazo apresentem o rol de testemunhas e observando a limitação do § 6º do artigo retro mencionado, mesmo que venham independente de intimação, sob pena de não serem admitidas (§ 4º do mesmo artigo).

Noto que não se tratando de testemunha servidora pública ou militar, ou não houver sido arrolada pelo Ministério Público e/ou Defensoria Pública, deverão, inclusive, observar o regramento do art. 455 do CPC, notadamente quanto à dispensa de intimação pelo juízo, uma vez que cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, atentando-se em juntar aos autos, com antecedência de pelo menos 3 (três) dias da data da audiência, cópia da correspondência de intimação e do comprovante de recebimento (§1º).

Sobrevindo pleito de provas, voltem-me os autos conclusos para saneamento e organização do processo, nos termos do art. 347 do CPC.

Do contrário, nada havendo a ser produzido como prova, venham conclusos.

Até esta fase processual, a Escrivania deverá proceder com as intimações e remessas determinadas independente de conclusão dos autos, salvo se houver algum pedido das partes nesse sentido ou ocorrer outra situação não abarcada acima.

Cite-se. Intimem-se AMBAS AS PARTES para a audiência designada acima.

Pratique-se e expeça-se o necessário.

SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA, devendo o meirinho, por ocasião do cumprimento da diligência, indagar a parte comunicada se há interesse na autocomposição, bem como a existência de proposta, devolvendo o mandado com certidão a respeito (CPC, art. 154, VI)

Esclareça, o Oficial de Justiça, à parte requerida, os efeitos da revelia, bem como que, não tendo condições de constituir advogado, poderá procurar a Defensoria Pública da Comarca (Ariquemes, Av. Canaã, 2647 - Setor 03).

Ariquemes, 30 de abril de 2019

Marcus Vinicius dos Santos Oliveira

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Ariquemes - 3ª Vara Cível

Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7011748-85.2018.8.22.0002

Classe: Procedimento Comum

Valor da Causa:R$14.055,00

Última distribuição:12/09/2018

Autor: DELZUETE DA SILVA CPF nº 953.743.023-53, RUA JAPIM 2455, CASA SETOR 05 - 76864-000 - CUJUBIM - RONDÔNIA

Advogado do(a) AUTOR: BRUNO ALVES DA SILVA CANDIDO OAB nº RO5825

Réu: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL CNPJ nº 29.979.036/0001-40, AVENIDA SETE DE SETEMBRO 1044, PREDIO NOVA PORTO VELHO - 76820-120 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

Advogado do(a) RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA

DECISÃO

Vistos.
Considerando a manifestação de Id. 26773347, determino a SUSPENSÃO do feito pelo prazo postulado (30 dias) ou até que sobrevenham novos requerimentos.
Ao final, intime-se a parte requerente para que, no prazo de 15 dias, dê andamento ao feito, sob pena de extinção.
Intimem-se.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7006141-57.2019.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum
Valor da Causa:R$100.000,00
Última distribuição:27/04/2019
Autor: GELIERME DA SILVA CPF nº 008.682.952-13, 3 LINHA, GALHO VELHO 65, LADO ESQUERDO ZONA RURAL - 76864-000 - CUJUBIM - RONDÔNIA, LUCINEIDE DA SILVA CPF nº 002.078.571-21, ACAMPAMENTO VALE DO SOL CP-8 - 76864-000 - CUJUBIM - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: CARLOS ELIAS BENEVIDES DE OLIVEIRA OAB nº TO9020
Réu: COMPANHIA DE SEGUROS ALIANCA DO BRASIL CNPJ nº 28.196.889/0001-43, AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS 14.261 ALA A, - DE 12997 A 17279 - LADO ÍMPAR VILA GERTRUDES - 04794-000 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Vistos.
Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 dias, proceder com a EMENDA à inicial, a fim de esclarecer a legitimidade da companhia indicada para a defesa de direitos (representar) do BANCO DO BRASIL S/A, sob pena de indeferimento.
Após, tornem os autos conclusos.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7000652-39.2019.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum
Valor da Causa:R$50.000,00
Última distribuição:18/01/2019
Autor: PEDRO BERNARDES DA SILVA CPF nº 235.973.059-20, AVENIDA CANAÃ 5391, - DE 5371 A 5543 - LADO ÍMPAR PARQUE DAS GEMAS - 76875-797 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, AVELINA MARIA FINGER DA SILVA CPF nº 799.708.421-53, AVENIDA CANAÃ 5391, - DE 5371 A 5543 - LADO ÍMPAR PARQUE DAS GEMAS - 76875-797 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: GISLENE TREVIZAN OAB nº RO7032
Réu: EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SAN REMO LTDA - ME CNPJ nº 05.682.273/0001-87, AVENIDA CANAÃ 3421, - DE 3271 A 3437 - LADO ÍMPAR SETOR 03 - 76870-503 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Vistos.
1. Cuida-se de ação de adjudicação.
1.1 Compulsando os autos, entendo que o pleito atinente a tutela de urgência postulada merece guarida, porquanto visa resguardar a propriedade do imóvel sub examine, servindo de alerta a terceiros de boa-fé.
Como é cediço, nos termos do art. 300, caput e §3º do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, não sendo possível a sua concessão quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.
Os critérios de aferição para o deferimento da antecipação dos efeitos da tutela estão ao crivo do juiz, que ponderando sobre os fatos e documentos juntados com a inicial, decide sobre a conveniência da concessão, desde que preenchidos os requisitos.
O fatos afirmados pela parte autora encontram ressonância com os documentos que apresenta, demonstrando indícios de que o referido bem realmente fora por ela adquirido.
Assim e considerando que há demonstração suficiente de que a espera no julgamento desta demanda poderá ensejar prejuízos de difícil reparação a parte autora, caso reconhecido seu direito e, tendo em vista que há fundado receio de que o bem possa ser alienado, envolvendo mais outro adquirente da propriedade, DEFIRO o pedido de tutela de urgência ora formulado, consistentes na indisponibilidade do imóvel discriminado “LOTE 11, QUADRA MX (621), DO LOTEAMENTO DENOMINADO PARQUE DAS GEMAS-2ª ETAPA” situado no município de Ariquemes, até ulterior deliberação neste processo.
Oficie-se ao 1º Ofício de Registro de Imóveis do município de Ariquemes.
2. Nos termos do art. 695 do CPC, designo audiência de conciliação para o dia 15 de julho de 2019, às 08h, a qual se realizará no CEJUSC – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Rua Fortaleza, 2178 - Setor 03 - Fone 3536-3937, nesta cidade e comarca (ao lado da Auto Escola Nacional, próximo do Colégio Dinâmico).
Advirto as partes que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir) e devem fazê-lo acompanhadas de seus respectivos advogados. A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento (02%) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa.
Intimem-se os procuradores que deverão vir acompanhados ao ato de seus clientes, os quais não serão intimados pessoalmente (RT 471/191), salvo se forem patrocinados pela Defensoria Pública.
Registro que a audiência de conciliação designada somente não será realizada caso ambas as partes sinalizem, expressamente, o desinteresse na audiência de conciliação, advertindo ao réu que a contagem do prazo para contestação inicia-se a partir da audiência, desde que rejeitado o pedido de cancelamento da solenidade.
3. Cite-se a parte ré para, querendo, CONTESTAR o pedido em 15 dias, contados, segundo art. 335 e incisos do CPC, a partir: “I - da audiência de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação pela parte ré, o qual deverá ser apresentado, em 10 dias contados da sua citação”, advertindo-a que se não contestar o pedido, incidirão os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na inicial e prosseguindo-se o processo independentemente de sua intimação para os demais atos, propiciando o julgamento antecipado da lide.
4. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em RÉPLICA, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a

eventuais questões incidentais (art. 337, CPC); III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção).
Em seguida, tornem conclusos para saneamento, nos termos do art. 347 do CPC.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA, devendo o meirinho, por ocasião do cumprimento da diligência, indagar a parte comunicada se há interesse na autocomposição, bem como a existência de proposta, devolvendo o mandado com certidão a respeito (CPC, art. 154, VI)
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7006332-05.2019.8.22.0002
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Valor da Causa:R$5.114,46
Última distribuição:30/04/2019
Autor: RECON ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA CNPJ nº 23.767.155/0001-53, SEM ENDEREÇO
Advogado do(a) AUTOR: ALYSSON TOSIN OAB nº MG86925
Réu: MONIQUE DE SENA GOMES DOS SANTOS CPF nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Vistos.
Como é cediço, o Regimento de Custas Judiciais (Lei n.º 3896/2016) estabelece que:
Art. 6º Não serão cobradas custas judiciais nas causas relativas aos feitos referidos nos incisos deste artigo, enquanto a lei de regência assim determinar:
I - nos processos de habeas corpus e habeas data;
II - nas causas relativas à jurisdição de infância e juventude, ressalvada a litigância de má-fé;
III - nas ações de acidentes do trabalho;
IV - nas ações de alimentos e nas ações revisionais de alimentos, propostas pelo alimentando, em que o valor da prestação mensal pretendida não seja superior a 2 (dois) salários-mínimos.
[...]
Art. 8º Fica isento do recolhimento da parcela do inciso III, do artigo 12, desta lei:
I - o executado que, citado, pagar no prazo legal o montante postulado pelo exequente, não oferecendo embargos;
II - o requerente nos processos cujo pedido seja exclusivamente de alvará ou assemelhado;
III - as partes nos processos em que houver desistência ou transação antes da prolação da sentença.
Art. 9º Na ação popular e na ação civil pública, os autores estão isentos do pagamento de custas, salvo comprovada má-fé.
Lado outro, referida norma preceitua ainda que:
Art. 12. As custas judiciais incidirão sobre o valor da causa, da seguinte forma:
I - 2% (dois por cento) no momento da distribuição, dos quais 1% (um por cento) fica adiado para até 5 (cinco) dias depois da audiência de conciliação, caso não haja acordo. Havendo acordo, as partes ficam desobrigadas ao pagamento do montante adiado;
II - 3% (três por cento) como preparo da apelação ou do recurso adesivo, ou, nos processos de competência originária do Tribunal;
III - 1% (um por cento) ao ser satisfeita a execução ou a prestação jurisdicional.
§ 1º Os valores mínimo e máximo a ser recolhido em cada uma das hipóteses previstas nos incisos deste artigo correspondem a R$ 100,00 (cem reais) e R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), respectivamente.
[...]
§ 3º Majorado o valor da causa, a diferença das custas deverá ser recolhida em até 15 (quinze) dias.
Art. 13. No cumprimento de sentença não é devida a parcela referida no inciso I do artigo 12 desta lei.
Art. 14. Satisfeita a execução ou a prestação jurisdicional, a parte devedora ou o obrigado em virtude da lei recolherá a parcela referida no inciso III do artigo 12 desta lei, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da intimação.
Desta feita, intime-se a parte requerente para coligir aos autos o comprovante das custas processuais iniciais, atendendo ao disposto no art. 12, I e §1º do Regimento de Custas Judiciais TJRO (Lei 3.896/16), ou comprovar eventual hipossuficiência, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7004012-79.2019.8.22.0002
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Valor da Causa:R$329.699,55
Última distribuição:01/04/2019
Autor: MOCOCA S/A PRODUTOS ALIMENTICIOS CNPJ nº 52.502.507/0006-51, RUA MATILDE AIDAR 146, SALA 2 SETOR CENTRAL - 75023-070 - ANÁPOLIS - GOIÁS
Advogado do(a) AUTOR: JOAO ELIAS MAFFUD BUZO OAB nº SP342203, FERNANDA SEABRA LUCIANO AIRES OAB nº GO25497
Réu: RONDONIA COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME CNPJ nº 19.369.225/0002-29, RODOVIA BR-364 1517, - DE 1463 A 2031 - LADO ÍMPAR TREVO - 76877-081 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU:
DECISÃO
Vistos.
Compulsando os autos, verifico que, nada obstante, inicialmente, a liminar tenha sido deferida, mediante a prestação de caução idônea, a medida deve ser indeferida, em razão da não apresentação de garantia pela parte interessada. Isso porque, no vertente, resta ausente (ao menos nesta fase de cognição sumária) certeza acerca da possível inexistência de danos à parte contra quem restou deferido o arresto cautelar incidental.
Em caso semelhante, já decidiu o Egrégio TJRS, veja-se:
AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO E ANULAÇÃO DE TÍTULOS. SUSTAÇÃO DE PROTESTO. CAUÇÃO. BEM MÓVEL. SUBSTITUIÇÃO POR DINHEIRO. A exigência de prestação de caução real ou fidejussória para deferimento de sustação de protesto é faculdade do juiz, visando ao ressarcimento dos danos que a requerida possa vir a sofrer com o cumprimento da liminar. A substituição por caução em espécie, quando indicado bem suficiente pela autora, é medida que não se justifica, sem que alegada e comprovada a inidoneidade da garantia oferecida ou vir demonstrado ser incompatível com o objeto da demanda. Agravo

provido. (Agravo de Instrumento Nº 70064638992, Décima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Bayard Ney de Freitas Barcellos, Julgado em 13/04/2016). (Grifado).
AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE CANCELAMENTO DE PROTESTO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. [...]. MEDIDA LIMINAR DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO. PRESENTES OS REQUISITOS LEGAIS, VIÁVEL O SEU DEFERIMENTO. CAUÇÃO. SUJEIÇÃO AO PODER DE CAUTELA DO JULGADOR QUE, A TEOR DO DISPOSTO NA LEGISLAÇÃO PROCESSUAL, PODERÁ CONDICIONAR O DEFERIMENTO DA MEDIDA AO SEU OFERECIMENTO, NÃO SE MOSTRANDO OBRIGATÓRIA A DETERMINAÇÃO. UNÂNIME. NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. (Agravo de Instrumento Nº 70067019331, Décima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Katia Elenise Oliveira da Silva, Julgado em 24/02/2016). (Grifado).
AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRANSPORTE. AÇÃO DE DESCONSTITUIÇÃO DE DÉBITO C/C OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER E REPARAÇÃO DE DANOS. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA CONDICIONADA À PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO. A concessão do provimento antecipatório pode ser condicionada à prestação de caução pela parte por ele beneficiada, tratando-se esta de medida a ser adotada pelo juiz quando assim o exigir o caso concreto, para evitar prejuízos à parte adversa. Art. 273, § 3º do CPC a ser interpretado em conjunto com o art. 475-O do mesmo código. Precedente do STJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO. (Agravo de Instrumento Nº 70065942617, Décima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Roberto Imperatore de Assis Brasil, Julgado em 10/08/2015). (Grifado).
AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. MEDIDA LIMINAR DE ARRESTO. CAUÇÃO. POSSIBILIDADE DE REVOGAÇÃO. COMPETÊNCIA ABSOLUTA. [...]. Necessidade de ser prestada caução à que alude o art. 804 do CPC, a fim de serem ressarcidos os prejuízos que a agravante possa sofrer com o arresto da embarcação. AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE PROVIDO, DE PLANO. (Agravo de Instrumento Nº 70059008755, Décima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Antônio Maria Rodrigues de Freitas Iserhard, Julgado em 21/03/2014). (Grifado).
AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE LIMITAÇÃO DE DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO CUMULADA COM PEDIDO LIMINAR. TUTELAS DE URGÊNCIA. DEFERIMENTO MEDIANTE CAUÇÃO PELO JUÍZO AGRAVADO. POSSIBILIDADE. SUJEIÇÃO AO PODER DE CAUTELA DO MAGISTRADO QUE, A TEOR DO DISPOSTO NA LEGISLAÇÃO PROCESSUAL, PODERÁ CONDICIONAR A CONCESSÃO DAS MEDIDAS ANTECIPATÓRIAS AO OFERECIMENTO DA SUPRACITADA GARANTIA. DECISÃO MANTIDA. UNÂNIME. NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. (TJ-RS - AI: 70070314919 RS, Relator: Katia Elenise Oliveira da Silva, Data de Julgamento: 28/09/2016, Décima Primeira Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 06/10/2016)
Desta feita, indefiro a liminar pleiteada e determino o prosseguimento do feito, notadamente com a citação da parte executada, nos termos da Decisão de ID 26464529 (item 03).
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7015479-26.2017.8.22.0002
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Valor da Causa:R$47.017,15
Última distribuição:22/12/2017
Autor: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO VALE DO JAMARI - SICOOB VALE DO JAMARI CNPJ nº 05.203.605/0001-01, AV AYRTON SENNA 1109 SETOR 01 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: FRANCIELE DE OLIVEIRA ALMEIDA OAB nº RO9541
Réu: G. GUIMARAES DE MOURA COM. DE MADEIRAS CNPJ nº 17.793.465/0001-40, AVENIDA RIO DE JANEIRO 312, EDIFÍCIO ELDORADO BAIXA UNIÃO - 76805-826 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, ENIO DUARTE DA SILVA CPF nº 421.204.382-34, AVENIDA RIO DE JANEIRO 312, EDIFÍCIO ELDORADO BAIXA UNIÃO - 76805-826 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Vistos.
Defiro o pedido retro. Providencie a escrivania o necessário para citação do executado no endereço indicado.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7004656-27.2016.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum
Valor da Causa:R$63.175,57
Última distribuição:02/05/2016
Autor: ECOS SERVICOS EIRELI - ME CNPJ nº 07.283.789/0001-84, RUA IGUAÇU 180 INDUSTRIAL JAMARI - 76877-214 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, JOSE RIVALDO DE OLIVEIRA CPF nº 448.233.551-72, RUA IGUAÇU 180 INDUSTRIAL JAMARI - 76877-214 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: ROBSON SANCHO FLAUSINO VIEIRA OAB nº RO4483
Réu: LUFTECH SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA CNPJ nº 94.554.045/0001-51, AVENIDA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS 217, DISTRITO INDUSTRIAL TIJUCA - 94836-010 - ALVORADA - RIO GRANDE DO SUL
Advogado do(a) RÉU: TANIA ELIZABETE AULER OAB nº RS51482
DESPACHO
Vistos.
Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, dar andamento ao feito requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7005552-65.2019.8.22.0002

Classe: Procedimento Comum
Valor da Causa:R$15.968,00
Última distribuição:18/04/2019
Autor: NELSINA SOARES DA SILVA CPF nº 611.458.072-91, RUA CARACAS 1094, - DE 1022/1023 A 1141/1142 SETOR 10 - 76876-142 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: MARINALVA DE PAULO OAB nº RO5142
Réu: I. -. I. N. D. S. S., AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK, - ATÉ 1100 - LADO PAR ÁREAS ESPECIAIS 02 - 76873-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Defiro, por ora, a gratuidade postulada.
NELSINA SOARES DA SILVA ingressou com a presente ação em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, objetivando a concessão de benefício previdenciário.
Em razão do indeferimento administrativo e como o réu não está comparecendo nas audiências designadas pelo juízo sob a justificativa do reduzido quadro de procuradores, vislumbro que não terá interesse na composição antes da instrução processual, que será tentada caso sinalize em sua resposta, mas que nessa fase preliminar serviria apenas como obstáculo à tempestiva e razoável duração do processo.
Dessa forma, cite-se o réu para, querendo, CONTESTAR o pedido nos termos do art. 183 do CPC, bem como juntar aos autos cópia do processo administrativo, conforme pontuado na Recomendação Conjunta n. 1, de 15/12/2015 do CNJ.
Com a contestação, caso sejam alegadas quaisquer das hipóteses previstas no art. 337 do CPC e/ou proposta de acordo, intime-se o autor para manifestar em RÉPLICA no prazo de 15 (quinze) dias, podendo apresentar prova quanto aos fatos alegados.
Após, tendo em vista a existência de interesse de pessoa idosa, abra-se vista ao Ministério Público para requerer o que entender de direito, nos termos do art. 74 da Lei. 10.741/2003 (Estatuto do Idoso).
Em seguida, tornem conclusos para saneamento, nos termos do art. 347 do CPC.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7004449-23.2019.8.22.0002
Classe: Execução Fiscal
Valor da Causa:R$1.985,69
Última distribuição:08/04/2019
Autor: MUNICIPIO DE ARIQUEMES CNPJ nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO
Advogado do(a) AUTOR: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES
Réu: EDILEUZO CARVALHO MORENO CPF nº 557.905.502-15, DIAMANTES 2616 UNIÃO - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU:
DECISÃO
Vistos.
1. Atento ao requerimento do(a) exequente, suspendo o processo por 06 (seis) meses, ante o parcelamento realizado.
Noto, por oportuno que, cabe ao credor, com o decurso do prazo, informar se houve a quitação do débito, requerendo a extinção ou arquivamento do feito.
2. DECORRIDO este prazo, fica a parte exequente, desde já:
2.1 Intimada para, querendo, impulsionar o feito, independente de nova intimação.
2.2 Advertida de que, não havendo manifestação (do credor) neste período, se dará início, imediatamente, a suspensão, por 01 (um) ano, nos termos do art. 40, caput da Lei 6.830/80, em razão da inexistência de bens penhoráveis e, com o transcurso deste, ao prazo da prescrição intercorrente por 05 anos.
3. Não há óbice para que prazo de suspensão corra em arquivo, pois prejuízo algum trará ao(à) exequente, que a qualquer momento, poderá requerer o desarquivamento e, consequente, o andamento do processo à vista do inadimplemento da parte executada.
3.1 Por este motivo, a suspensão ocorrerá em arquivo.
Intimem-se.
Arquive-se.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo n.: 7001179-88.2019.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum
Valor da Causa:R$138.731,92
Última distribuição:30/01/2019
Autor: LUIZ JAIME BORGES CPF nº 413.527.421-87, RUA VEMBERE 1044 SETOR 08 - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: ALLISON ALMEIDA TABALIPA OAB nº RO6631
Réu: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL CNPJ nº 29.979.036/0001-40, AVENIDA CAMPOS SALES 3132, - DE 2986 A 3292 - LADO PAR OLARIA - 76801-246 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Tendo em vista a interposição de Exceção de Suspeição do perito nomeado (autos n.º 7005000-03.2019.822.0002; 7005150-81.2019.822.0002; 7005123-98.2019.822.0002; 7005120-46.2019.822.0002 e 7005081-49.2019.822.0002), bem como que eventual acolhimento do alegado nos incidentes produzirá efeitos sobre todos os processos em que aludido profissional atua, almejando garantir a imparcialidade da respectiva prova e primando pela economicidade processual, com supedâneo no artigo 313, inciso III, do CPC, determino a SUSPENSÃO do presente feito, pelo prazo de 120 dias ou até o deslinde do incidente em referência.
Registro que tal medida se justifica única e exclusivamente por cautela, podendo o especialista, caso superadas as alegações, continuar a atuar nos processos.
Retire-se o feito da pauta da perícia designada.
Intimem-se.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

4ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, - de 2084 a 2700 - lado par, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110, (69) 35352493,.
Processo n.: 7003331-12.2019.8.22.0002.
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7).
Assunto: [Indenização por Dano Moral, Empréstimo consignado].
AUTOR: ADELAIDE DIAS SILVEIRA
Advogados do(a) AUTOR: PEDRO RIOLA DOS SANTOS JUNIOR - RO2640, FERNANDO MARTINS GONCALVES - RO834, SERGIO GOMES DE OLIVEIRA - RO5750
RÉU: BANCO BMG CONSIGNADO S/A.
Advogado do(a) RÉU: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - PE23255
INTIMAÇÃO
Intimação da requerente a replicar a contestação.
Ariquemes, 2 de maio de 2019
IVANILDA MARIA DOS SANTOS
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, - de 2084 a 2700 - lado par, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110, (69) 35352493,.
Processo n.: 7002931-95.2019.8.22.0002.
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156).
Assunto: [Execução Provisória].
EXEQUENTE: ADEMAR PRIMAZ
Advogado do(a) EXEQUENTE: JUAREZ BARRETO MACEDO JUNIOR - RO334-B
EXECUTADO: Canaa Geracao de Energia S/A.
Advogado do(a) EXECUTADO: RICHARD CAMPANARI - RO2889
INTIMAÇÃO
Intimação do exequente a replicar a impugnação ao cumprimento de SENTENÇA.
Ariquemes, 2 de maio de 2019
IVANILDA MARIA DOS SANTOS
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, - de 2084 a 2700 - lado par, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110, (69) 35352493,.
Processo n.: 7002947-49.2019.8.22.0002.
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7).
Assunto: [Pensão por Morte (Art. 74/9), Inclusão de Dependente].
AUTOR: ROSELI ALVES PEREIRA
Advogado do(a) AUTOR: JHONATAN APARECIDO MAGRI - RO4512
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.
INTIMAÇÃO
Intimação da requerente acerca da proposta de acordo.
Ariquemes, 2 de maio de 2019
IVANILDA MARIA DOS SANTOS
Diretor de Secretaria

Processo n.: 7010629-60.2016.8.22.0002.
Classe: CAUTELAR INOMINADA (183).
Assunto: [Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens, Liminar].
REQUERENTE: LUIS HENRIQUE FRANDSEN
Advogados do(a) REQUERENTE: ALAN MORAES DOS SANTOS - RO7260, ARLINDO FRARE NETO - RO3811
REQUERIDO: ROSANA GALDINA RAFAEL DE SOUZA e outros.
INTIMAÇÃO
Fica A PARTE AUTORA intimada a manifestar-se quanto ao prosseguimento do feito.
Ariquemes, 2 de maio de 2019
CLEUSA REGINALDO PEREIRA

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, - de 2084 a 2700 - lado par, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110, (69) 35352493,.
Processo n.: 7003598-81.2019.8.22.0002.
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7).
Assunto: [Limitação de Juros].
AUTOR: CLEIDONICE DE CARVALHO
Advogado do(a) AUTOR: RENATO FIORAVANTE DO AMARAL - SP349410
RÉU: BV FINANCEIRA S/A.
Advogado do(a) RÉU: HUDSON JOSE RIBEIRO - SP150060
INTIMAÇÃO
Intimação do requerente para replicar a contestação.
Ariquemes, 2 de maio de 2019
IVANILDA MARIA DOS SANTOS
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, - de 2084 a 2700 - lado par, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110, (69) 35352493,.
Processo n.: 7002845-27.2019.8.22.0002.
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7).
Assunto: [Indenização por Dano Moral, Obrigação de Fazer / Não Fazer].
AUTOR: JOSE ROBERTO SCHMITT
Advogados do(a) AUTOR: PAULO STEPHANI JARDIM - RO8557, ANDRESSA RODRIGUES DE SOUZA - RO8233, BELMIRO ROGERIO DUARTE BERMUDES NETO - RO5890
RÉU: BANCO DO BRASIL S.A..
Advogado do(a) RÉU: RAFAEL SGANZERLA DURAND - MT12208-A
INTIMAÇÃO
Intimação do requerente para replicar a contestação.
Ariquemes, 2 de maio de 2019
IVANILDA MARIA DOS SANTOS
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, - de 2084 a 2700 - lado par, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110, (69) 35352493,.
Processo n.: 7011014-37.2018.8.22.0002.
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156).

Assunto: [Alimentos].
EXEQUENTE: CLAUDINEIA DUARTE DA SILVA SCHMOOR
Advogado do(a) EXEQUENTE: ENEIAS BRAGA FARAGE - RO5307
EXECUTADO: JANILDO SCHMOOR.
Advogado do(a) EXECUTADO: MARIA APARECIDA DIAS PEDROZO - RO3388
INTIMAÇÃO DA(S) PARTE(S) REQUERIDA
Por ordem do Excelentíssimo Juiz de Direito desta 4ª Vara Cível, fica(m) a(s) PARTE(S) acima intimada(s) do inteiro teor da(o) SENTENÇA e/ou DESPACHO proferida(o) nos autos.
Prazo de manifestação: 5 dias
Ariquemes, 2 de maio de 2019
RAMON GONCALVES DE SOUZA
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, - de 2084 a 2700 - lado par, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110, (69) 35352493,.
Processo n.: 7011332-20.2018.8.22.0002.
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7).
Assunto: [Cheque].
AUTOR: COMETA CENTER CAR VEICULOS LTDA
Advogado do(a) AUTOR: PATRICIA JORGE DA CUNHA VIANA DANTAS - MT8014-O
RÉU: P V LOCADORA DE VEICULOS LTDA - ME.
Advogados do(a) RÉU: FERNANDA KYONO GRESPAN ISHITANI HENRIQUES - RO8971, WEVERTON JEFFERSON TEIXEIRA HERINGER - RO2514
Intimação
Fica A PARTE AUTORA intimada quanto a(s) Contestação(ões) interposta(s), bem como, querendo, apresentar réplica.
Ariquemes, 2 de maio de 2019
CLEUSA REGINALDO PEREIRA

Processo n.: 7005861-91.2016.8.22.0002.
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159).
Assunto: [Nota Promissória, Custas, Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens].
EXEQUENTE: ELAINE MARA GUILHERMINO
Advogado do(a) EXEQUENTE: JANE MIRIAM DA SILVEIRA GONCALVES - RO4996
EXECUTADO: ZENILDE WOINAROVICZ.
INTIMAÇÃO
Fica A PARTE AUTORA intimada a se manifestar quanto a certidão do Sr(a). Oficial(a) de Justiça, requerendo o que entender de direito.
Ariquemes, 2 de maio de 2019
CLEUSA REGINALDO PEREIRA

Processo n.: 7014534-05.2018.8.22.0002.
Classe: MONITÓRIA (40).
Assunto: [Inadimplemento].
AUTOR: RENASCER - COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA
Advogado do(a) AUTOR: JUCYARA ZIMMER - RO5888
RÉU: LUCIANO DA SILVA.
INTIMAÇÃO
Fica A PARTE AUTORA intimada a manifestar-se quanto ao prosseguimento do feito.
Ariquemes, 2 de maio de 2019
CLEUSA REGINALDO PEREIRA

Processo n.: 7005740-92.2018.8.22.0002.
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156).
Assunto: [Indenização por Dano Moral, Acidente de Trânsito, Indenização por Dano Material, Acidente de Trânsito].
EXEQUENTE: ADRIANA DA SILVA NASCIMENTO
Advogados do(a) EXEQUENTE: VIVIANE MATOS TRICHES - RO4695, LILIAN MARIA SULZBACHER - RO3225
EXECUTADO: IRENE DA SILVA MATOS.
INTIMAÇÃO DO AUTOR(A)
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Ariquemes - 4ª Vara Cível, fica a PARTE AUTORA intimada para, no prazo legal, ATUALIZAR o débito e indicar bens do requerido passíveis de penhora, bem como sua localização, tendo em vista que a requerida não foi encontrada no endereço da CITAÇÃO, nos termos do CPC.
Ariquemes, 2 de maio de 2019
VALMIR CORREIA
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, - de 2084 a 2700 - lado par, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110, (69) 35352493,.
Processo n.: 7002780-32.2019.8.22.0002.
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7).
Assunto: [Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Moral].
AUTOR: JOELSON SANTOS SOUZA
Advogados do(a) AUTOR: VANYA HELENA FERREIRA BRASIL TOMAZ DOS SANTOS - RO5330, NATHALIA TOMAZ BRASIL - RO9498
RÉU: BANCO DO BRASIL S.A..
Advogado do(a) RÉU: RAFAEL SGANZERLA DURAND - MT12208-A
INTIMAÇÃO
Intimação do requerente para replicar a contestação.
Ariquemes, 2 de maio de 2019
IVANILDA MARIA DOS SANTOS
Diretor de Secretaria

Processo n.: 7009834-52.2019.8.22.0001.
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7).
Assunto: [Duplicata].
AUTOR: IMPLEMENTOS AGRICOLAS OLIVEIRA LTDA - EPP
Advogados do(a) AUTOR: JOAO CARLOS DA COSTA - RO1258, DANIEL REDIVO - RO3181, KELLY CRISTINE BENEVIDES DE BARROS - RO3843
RÉU: VALDECI JUNIO SALTORELLO DE CARVALHO.
Intimação
Fica A PARTE AUTORA intimada, para no prazo de 05 dias, proceder o prévio recolhimento das custas referente ao ato processual solicitado, nos termos do Artigo 17, da Lei 3.896/2016 , fixador das custas dos serviços forenses no âmbito do Estado de Rondônia, apresentando, inclusive, cálculo atualizado do débito.
R$ 15,29 para cada ato solicitado.
Ariquemes, 2 de maio de 2019.
CLEUSA REGINALDO PEREIRA

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, - de 2084 a 2700 - lado par, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110, (69) 35352493,.
Processo n.: 7002064-05.2019.8.22.0002.

Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7).
Assunto: [Indenização por Dano Moral, Empréstimo consignado].
AUTOR: DALVA ROCHA DE SOUZA
Advogados do(a) AUTOR: SERGIO GOMES DE OLIVEIRA - RO5750, FERNANDO MARTINS GONCALVES - RO834, PEDRO RIOLA DOS SANTOS JUNIOR - RO2640
RÉU: BANCO BMG CONSIGNADO S/A.
Advogado do(a) RÉU: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - PE23255
Intimação
Fica A PARTE AUTORA intimada quanto a(s) Contestação(ões) interposta(s), bem como, querendo, apresentar réplica.
Ariquemes, 2 de maio de 2019
CLEUSA REGINALDO PEREIRA

Processo n.: 7006020-97.2017.8.22.0002.
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7).
Assunto: [Aposentadoria por Invalidez, Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88)].
AUTOR: SIRINEIA PEREIRA DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: KARINE DE PAULA RODRIGUES - RO3140
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.
Intimação
Por ordem do(a) Excelentíssimo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito de Ariquemes - 4ª Vara Cível, fica A PARTE intimada a se manifestar quanto ao Recurso de Apelação interposto, bem como, querendo apresentar contrarrazões, no prazo legal.
Ariquemes, 2 de maio de 2019
CLEUSA REGINALDO PEREIRA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO 4ª VARA CÍVEL
PROCESSO: 7003604-25.2018.8.22.0002
Execução Fiscal
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE ARIQUEMES
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES
EXECUTADO: RAIMUNDO MEDEIROS DE MELO
ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Vistos
1. As pesquisas de valores via BACENJUD e de veículos via RENAJUD foram realizadas, mas nada foi localizado. Os veículos em nome da parte executada já possuem diversas restrições de outros processos judiciais, inclusive do TRT.
2. Ao exequente para, em 5 dias, indicar bens passíveis de penhora.
3. Não havendo indicação de bens, desde já determino a suspensão do feito por 01 (um) ano, na forma do art. 40 da LEF.
4. Decorrido o prazo, não havendo manifestação do exequente, terá início o prazo da prescrição intercorrente (5 anos).
5. Não há óbice para que o feito, desde já, seja arquivado sem baixa, pois prejuízo algum trará à parte exequente, que a qualquer momento poderá requerer o desarquivamento e consequente andamento do processo, à vista de localização de bens penhoráveis em nome da parte executada.
6. Sem indicação de bens, ARQUIVE-SE sem baixa na distribuição.
7. Havendo interesse do Exequente, inscreva-se a parte devedora no SERASAJUD.
AriquemesRO, 2 de maio de 2019
Edilson Neuhaus
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, - de 2084 a 2700 - lado par, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110, (69) 35352493,.
Processo n.: 7003730-41.2019.8.22.0002.
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7).
Assunto: [Pensão por Morte (Art. 74/9)].
AUTOR: IRACI FRANCISCA DE OLIVEIRA
Advogado do(a) AUTOR: LEVI GUSTAVO ALVES DE FREITAS - RO4634
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.
INTIMAÇÃO
Intimação da requerente a replicar a contestação.
Ariquemes, 2 de maio de 2019
IVANILDA MARIA DOS SANTOS
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, - de 2084 a 2700 - lado par, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110, (69) 35352493,.
Processo n.: 7004764-51.2019.8.22.0002.
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7).
Assunto: [Pensão por Morte (Art. 74/9)].
AUTOR: DEBORA ALVES DE ASSIS
Advogado do(a) AUTOR: SIDNEI RIBEIRO DE CAMPOS - RO5355
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.
INTIMAÇÃO
Intimação da requerente a replicar a contestação.
Ariquemes, 2 de maio de 2019
IVANILDA MARIA DOS SANTOS
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, - de 2084 a 2700 - lado par, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110, (69) 35352493,.
Processo n.: 7003399-59.2019.8.22.0002.
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159).
Assunto: [Cédula de Crédito Bancário].
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DO NORTE DE RONDONIA LTDA. - CREDISIS CREDIARI
Advogados do(a) EXEQUENTE: VALDOMIRO JACINTHO RODRIGUES - RO2368, WILLIAM ALVES JACINTHO RODRIGUES - RO3272
EXECUTADO: SUELI DE ALMEIDA LOPES e outros.
Advogado do(a) EXECUTADO: LUCAS MELLO RODRIGUES - RO6528
INTIMAÇÃO
Intimação de exequente acerca da manifestação da executada.
Ariquemes, 2 de maio de 2019
IVANILDA MARIA DOS SANTOS
Diretor de Secretaria

4ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo: 7016503-55.2018.8.22.0002
Classe Processual: Procedimento Comum
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer, Base de Cálculo, Adicional de Periculosidade
Valor da Causa: R$62.997,57
AUTOR: JOILDE SANTOS REIS CPF nº 688.141.002-68, LINHA TB 90 S/N ZONA RURAL - 76864-000 - CUJUBIM - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: PAULO STEPHANI JARDIM OAB nº RO8557, BELMIRO ROGERIO DUARTE BERMUDES NETO OAB nº RO5890, ANDRESSA RODRIGUES DE SOUZA OAB nº RO8233
RÉU: MUNICÍPIO DE CUJUBIM CNPJ nº 84.736.941/0001-88, AV. CONDOR 2588 CENTRO - 76864-000 - CUJUBIM - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CUJUBIM
Vistos.
1. Às partes para dizerem se pretendem produzir outras provas, hipótese em que deverão especificá-las e indicar a necessidade de cada uma objetivamente, sob pena de indeferimento, sem prejuízo do julgamento conforme o estado do processo.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Edilson Neuhaus
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo: 0001994-49.2015.8.22.0002
Classe: Embargos à Execução
Assunto: Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução
EMBARGANTE: ELIVALDO AMORIM TORRENTE CPF nº 497.509.922-53, RUA LONDRINA s/n JARDIM VERDE VIDA - 76888-000 - MONTE NEGRO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EMBARGANTE: LEONARDO HENRIQUE BERKEMBROCK OAB nº RO4641, CLAUDIA ALVES DE SOUZA OAB nº RO5894
EMBARGADO: SALETE BATASINI DA SILVA CPF nº DESCONHECIDO, RUA TRÊS MARIAS N. 5119, - DE 4869/4870 AO FIM ROTA DO SOL - 76874-020 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EMBARGADO: NELSON BARBOSA OAB nº RO2529
Vistos.
1. Defiro o pedido de suspensão do feito, por 90 dias.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Edilson Neuhaus
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo: 7005897-31.2019.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Aposentadoria por Tempo de Serviço (Art. 52/4), Aposentadoria Especial (Art. 57/8), Aposentadoria por Tempo de Contribuição (Art. 55/6)
Valor da Causa: R$30.000,00
AUTOR: EDISON GERALDO MORELLATO CPF nº 488.607.517-72, RUA SANTA CATARINA 3751, - DE 3620/3621 A 3751/3752 SETOR 05 - 76870-574 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ADRIANA KLEINSCHMITT PINTO OAB nº RO5088
RÉU: I. -. I. N. D. S. S., AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK 1702-1728, - ATÉ 1100 - LADO PAR ÁREAS ESPECIAIS 02 - 76873-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Vistos.
1. Defiro a gratuidade processual.
2. Passo a analisar o pedido, no que toca à tutela de urgência.
2.1. Considerando que a parte autora fundamenta este ponto da pretensão no art. 300, do Código de Processo Civil, deve-se analisar a presença dos pressupostos ali estabelecidos.
A parte autora pleiteia que a autarquia implemente de imediato o beneficio de aposentadoria por tempo de contribuição.
Para a concessão da medida, necessário a presença da verossimilhança da alegação e fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.
O dano irreparável ou de difícil reparação, a princípio, se encontra presente, já que a parte autora dependeria do benefício para sua subsistência.
Porém, a verossimilhança de suas alegações não restou demonstrada, considerando a divergência entre o comunicação apresentada pelo INSS e o alegado pelo autor.
Assim, INDEFIRO, por ora, a tutela antecipada pedida pela parte autora.
4. Cite-se o requerido para responder o pedido inicial, no prazo de 30 dias, nos termos do artigo 183, do Código de Processo Civil.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Edilson Neuhaus
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo: 7005234-82.2019.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Aposentadoria por Invalidez
AUTOR: ADALVO CORDEIRO DE ANDRADE CPF nº 627.726.352-87, RUA RAQUEL DE QUEIROZ 5162 SETOR COLONIAL - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DEBORA APARECIDA MARQUES DE ALBUQUERQUE OAB nº RO4988
RÉU: I. -. I. N. D. S. S., RUA JULHO DE CASTILHO 500 CENTRO - 76900-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Vistos.
1. Em substituição ao perito nomeado anteriormente, nomeio Dr. DANIEL MARQUES FRANCO.
2.Cumpra-se como já determinado.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Edilson Neuhaus
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo: 7006285-31.2019.8.22.0002
Classe: Embargos de Terceiro
Assunto: Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens
EMBARGANTE: S.K.R.RATES EIRELI - ME CNPJ nº 04.490.916/0001-28, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO EMBARGANTE: ANTONIO RERISON PIMENTA AGUIAR OAB nº RO5993
EMBARGADOS: OSEIAS DE PAULO RODRIGUES MARTINS CPF nº 905.502.931-91, SEM ENDEREÇO, WILMAR EDVINO LOEFF CPF nº 428.363.010-15, SEM ENDEREÇO

ADVOGADOS DOS EMBARGADOS:
Vistos,
À parte autora para, providenciar o recolhimento das custas, atentando-se que não será designada audiência de conciliação, devendo, portanto, a parte recolher até o percentual de 2% sobre o valor da causa, nos termos do art. 12, I e §1º, da Lei Estadual 3.896/2016, sob pena de indeferimento.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Edilson Neuhaus
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO 4ª VARA CÍVEL
PROCESSO: 7006276-69.2019.8.22.0002
AUTOR: VALMIR HENRIQUE DA CUNHA
ADVOGADO DO AUTOR: NELSON BARBOSA OAB nº RO2529
RÉU: FRANCINALVA DE OLIVEIRA ALMEIDA
ADVOGADO DO RÉU:
Vistos.
1. Apesar de a Lei 1.060/50 dispor que basta à parte afirmar a necessidade, evidente que ela deve provar a impossibilidade de arcar com as custas, sem prejuízo de seu sustento, ante a interpretação conjunta daquela Lei com o artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal. Neste sentido, entendimento pacificado no Tribunal de Justiça de Rondônia:
"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM. PROVA DA HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. EXIGÊNCIA POSSIBILIDADE.
A simples declaração de pobreza, conforme as circunstâncias dos autos é o que basta para a concessão do benefício da justiça gratuita, porém, por não se tratar de direito absoluto, uma vez que a afirmação de hipossuficiência implica presunção juris tantum, pode o magistrado exigir prova da situação, mediante fundadas razões de que a parte não se encontra em estado de miserabilidade declarado.
(Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 0011698-29.2014.8.22.0000. Relator Des. Raduam Miguel Filho, Data do julgamento: 05/12/2014. Publicado em 17/12/2014).
2. À parte autora para comprovar a hipossuficiência, demonstrando os seus rendimentos e despesas, no prazo de 15 dias, ou recolher as custas iniciais.
AriquemesRO, 30 de abril de 2019
Edilson Neuhaus
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, - de 2084 a 2700 - lado par, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110, (69) 35352493, .
Processo n.: 7003297-37.2019.8.22.0002.
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7).
Assunto: [Indenização por Dano Moral, Empréstimo consignado].
AUTOR: MARIA LOPES MACHADO DOS SANTOS
Advogados do(a) AUTOR: PEDRO RIOLA DOS SANTOS JUNIOR - RO2640, FERNANDO MARTINS GONCALVES - RO834, SERGIO GOMES DE OLIVEIRA - RO5750
RÉU: BANCO BMG CONSIGNADO S/A.
Advogado do(a) RÉU: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - PE23255
INTIMAÇÃO
Intimação da requerente a replicar a contestação.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
IVANILDA MARIA DOS SANTOS
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo: 7012733-54.2018.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Usucapião Extraordinária
AUTOR: RENATO CESAR GABROVITZ CPF nº 271.680.182-72, RUA PINHEIRO 1853 SETOR 12 - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ERINEY SIDEMAR DE OLIVEIRA LUCENA OAB nº RO1849
RÉUS: AGRO PECUARIA COLONIZADORA ALIANCA LTDA CNPJ nº 03.214.905/0001-52, RUA SÃO SEBASTIÃO 444 SANTA LAURA - 78091-177 - CUIABÁ - MATO GROSSO, ORLANDO MONEGATE CPF nº 485.898.882-15, AC ALTO PARAÍSO LINHA C-115, TRAVESSÃO B-20 - SÍTIO MATA VERDE, ZONA RURAL CENTRO - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS RÉUS: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, ISABEL MOREIRA DOS SANTOS OAB nº RO4171, PAULA ISABELA DOS SANTOS OAB nº RO6554, PAULO CESAR DOS SANTOS OAB nº RO4768, HEDERSON MEDEIROS RAMOS OAB nº RO6553
Vistos.
1. Não houve, no processo principal (autos n. 7009359-98.2016.8.22.0002) a citação de terceiros interessados, razão pela qual não se aplica ao caso em tela o julgado do STJ trazido por ORLANDO.
2. Certifique-se nos autos principais (acima mencionados) o ajuizamento deste incidente, que será julgado simultaneamente com a ação de USUCAPIÃO, sendo que ORLANDO deverá ser intimado para, querendo, produzir provas naquele feito.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Edilson Neuhaus
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, - de 2084 a 2700 - lado par, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110, (69) 35352493, .
Processo n.: 7003317-28.2019.8.22.0002.
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7).
Assunto: [Pensão por Morte (Art. 74/9)].
AUTOR: MARIA APARECIDA ALVES
Advogados do(a) AUTOR: DAYANE DA SILVA MARTINS - RO7412, AYLA JUDITH NOGUEIRA SILVA - RO9179
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.
INTIMAÇÃO
Intimação da requerente a replicar a contestação.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
IVANILDA MARIA DOS SANTOS
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, - de 2084 a 2700 - lado par, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110, (69) 35352493, .
Processo n.: 7003243-71.2019.8.22.0002.
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7).
Assunto: [Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material].
AUTOR: MARIA DOS ANJOS PEREIRA DA ROCHA
Advogado do(a) AUTOR: JULIANA DA SILVA - RO7162
RÉU: SABEMI PREVIDENCIA PRIVADA.
Advogado do(a) RÉU: JULIANO MARTINS MANSUR - RJ113786
INTIMAÇÃO
Intimação da requerente a replicar a contestação.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
IVANILDA MARIA DOS SANTOS
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, - de 2084 a 2700 - lado par, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110, (69) 35352493, .
Processo n.: 7003775-45.2019.8.22.0002.
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156).
Assunto: [Correção Monetária, Execução Previdenciária, Benefício de Ordem].
EXEQUENTE: ROBERTO CARLOS MENDONCA
Advogado do(a) EXEQUENTE: ALEX SANDRO LONGO PIMENTA - RO4075
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.
INTIMAÇÃO
Intimação da requerente a replicar a impugnação ao cumprimento de sentença.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
IVANILDA MARIA DOS SANTOS
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, - de 2084 a 2700 - lado par, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110, (69) 35352493, .
Processo n.: 7002956-11.2019.8.22.0002.
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7).
Assunto: [Acidente de Trânsito].
AUTOR: ISABEL CRISTINA REI DA FRANCA
Advogado do(a) AUTOR: JUCYARA ZIMMER - RO5888
RÉU: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A..
Advogado do(a) RÉU: JOSE HENRIQUE BARROSO SERPA - RO9117
INTIMAÇÃO
Intimação da requerente a replicar a contestação.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
IVANILDA MARIA DOS SANTOS
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo: 7015718-93.2018.8.22.0002
Classe:Procedimento Comum
Assunto: União Estável ou Concubinato, Reconhecimento / Dissolução
Valor da Causa: R$1.000,00
AUTOR: SILVANE DE JESUS OLIVEIRA CPF nº 626.803.152-00, RUA PAPOULAS, 2355 SETOR 04 - 76873-512 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: CORINA FERNANDES PEREIRA OAB nº RO2074
RÉUS: LUCAS OLIVEIRA NASCIMENTO CPF nº 526.899.212-00, RUA PAPOULAS, 2355 SETOR 04 - 76873-512 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, TALVACI NOGUEIRA DO NASCIMENTO JUNIOR CPF nº 034.102.132-60, RUA PAPOULAS, 2355 SETOR 04 - 76873-512 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, TRICIA DE OLIVEIRA NASCIMENTO CPF nº 051.319.332-42, RUA PAPOULAS, 2355 SETOR 04 - 76873-512 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS RÉUS: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Vistos,
1. Trata-se de AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL "POST MORTEM" que SILVANE DE JESUS OLIVEIRA ajuizou em desfavor de LUCAS OLIVEIRA NASCIMENTO, TALVACI NOGUEIRA DO NASCIMENTO JUNIOR, TRICIA DE OLIVEIRA NASCIMENTO.
2. Em que pese a contestação por negativa geral, a ação versa sobre estado civil da pessoa que comporta dilação probatória.
3. Presentes as condições da ação e os pressupostos processuais. Inexistem preliminares. Não há irregularidades a serem sanadas, nem nulidades a serem declaradas. Processo em ordem, DECLARO SANEADO O FEITO.
4. Fixo como ponto controvertido a existência efetiva de união estável entre a autora e o falecido, com convivência duradoura, pública e contínua, com o objetivo de constituição de família.
5. Defiro às partes a produção de prova testemunhal e juntada de novos documentos.
6. Designo, desde já, audiência de instrução e julgamento para o dia 12 de JUNHO DE 2019, ÀS 8:30 h.
7. Intimem-se as partes e seus patronos, bem como as testemunhas eventualmente arroladas pela Defensoria Pública.
8. As testemunhas arroladas pela autora deverão ser por ela intimadas.
9. Expeça-se o necessário.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO 4ª VARA CÍVEL
PROCESSO: 7006337-27.2019.8.22.0002
Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: RECON ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ALYSSON TOSIN OAB nº MG86925
EXECUTADA: FABIANA PEREIRA DOS SANTOS, residente à Rua Castro Alves, nº. 3.704 – Bairro Setor 06, na cidade de Ariquemes - RO, CEP: 78.932-000, endereço eletrônico: fabianinha_pds26@hotmail.com
Vistos.
1. Considerando que não será designada audiência de conciliação, à parte autora para promover o recolhimento das custas (2% sobre o valor da causa, observado o mínimo), nos termos do Art. 12, inc. I, e § 1º, da Lei Estadual n. 3.896/2016, sob pena de indeferimento.
2. Havendo a complementação das custas, CITE-SE a parte executada para, no prazo de 3 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida, no valor de R$8.453,51, com juros e encargos, contados do recebimento do mandado pelo(a) executado(a) ou opor embargos em 15 (quinze) dias, contados da juntada do presente mandado aos autos, independentemente de penhora, depósito ou caução.
3. Arbitro honorários em 10% do valor do débito.
4. Em caso de pagamento integral, no prazo de 3 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade.
5. Caso a parte executada reconheça o débito, poderá requerer seu parcelamento no prazo de 15 dias, contados da juntada do presente mandado aos autos, desde que promova o pagamento à vista de 30% do débito, mais custas e honorários de advogado, e o saldo remanescente em até 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês (NCPC, art. 916).
6. Caso a dívida não seja paga em 3 (três) dias, PENHOREM-SE tantos bens quantos bastem para a garantia da execução, lavrando-se o respectivo auto, avalie-se e intime-se a parte executada.
7. O(A) Oficial(a) de Justiça deverá observar, por ocasião da penhora, a ordem preferencial prevista no art. 835, NCPC.
8. Caso a penhora recaia sobre bem imóvel e se casada a parte executada, intime-se o cônjuge.
9. Na hipótese da parte executada não ser encontrada para citação ou não tiver domicílio certo, arreste-se e avalie-se.
10. Se a parte executada estiver se ocultando, proceda-se à citação com hora certa (830, §1º, NCPC).

SIRVA O PRESENTE DE MANDADO DE CITAÇÃO, PENHORA, INTIMAÇÃO e AVALIAÇÃO ou CARTA PRECATÓRIA.
AriquemesRO, 30 de abril de 2019
Edilson Neuhaus
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo: 7006325-13.2019.8.22.0002
Classe: INF JUV CIV - Guarda
REQUERENTE: M. D. S. R. G.
ADVOGADO DO REQUERENTE: BELMIRO ROGERIO DUARTE BERMUDES NETO OAB nº RO5890
REQUERIDO: T. D. S. Z. A.
DESPACHO
A ação sob análise foi distribuída ao Juízo da Infância e Juventude, mas não há situação de risco de que cuida o art. 98 do ECA.
Analisando a petição inicial e os documentos juntados ao feito, verifica-se que o requerente pretende discutir o direito de guarda de sua filha, sendo a requerida a genitora da criança. Por estas razões, não há que se falar em situação de risco que justifique a tramitação do processo perante o Juizado da Infância e Juventude.
Desta forma, redistribua por sorteio a uma das Varas Cíveis, após a retificação da classe judicial.
Intime-se.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Elisangela Nogueira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo: 7014432-80.2018.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Rural (Art. 48/51)
AUTOR: GERCI BRAVIM DA SILVA CPF nº 203.320.842-72, RUA BARRETOS 2366, - ATÉ 2449 - LADO ÍMPAR JARDIM PAULISTA - 76871-262 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: FERNANDO MARTINS GONCALVES OAB nº AC834, PEDRO RIOLA DOS SANTOS JUNIOR OAB nº RO2640
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL CNPJ nº 29.979.036/0001-40, AVENIDA SETE DE SETEMBRO, - DE 984 A 1360 - LADO PAR CENTRO - 76801-096 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Vistos.
1. Processo em ordem. Não ocorrendo qualquer das hipóteses de extinção do processo (art. 354, CPC) julgamento antecipado e/ou julgamento antecipado parcial (art.355 e 356, CPC), preliminares, nulidades, tampouco questões prejudiciais a serem solucionadas de modo que por conta disso, declaro o processo saneado.
2. Na forma dos incisos do art.357, CPC, fixo como pontos controvertidos da lide, bem como sobre as questões de fato sobre as quais recairá a atividade probatória, a qualidade de segurado especial do autor e o cumprimento do período de carência.
3. Defiro a produção de prova testemunhal e oitiva do autor.
4. Designo audiência de instrução para a data de 05 de junho de 2019, às 8:30 h, devendo as partes, no prazo comum de 10 dias, apresentar rol de testemunhas (CPC art 357, §4º, c/c o art. 358). O número de testemunhas arroladas não poderá ser superior a 10(dez) sendo 3(três)n máximo, para a prova de cada fato (CPC, art. 357, §6º).
5. Cabe ao advogado da parte informar ou intimar as testemunhas por ela arrolada do dia, hora e local da audiência designada, dispensando-se a intimação pelo juizo, na forma do art. 455, NCPC.
6. A parte autora fica intimada, quanto a audiência designada, para que compareça, através de seu patrono.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Edilson Neuhaus
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO 4ª VARA CÍVEL
Processo n.: 7005944-05.2019.8.22.0002
Classe: Despejo
Assunto: Despejo para Uso Próprio, Defeito, nulidade ou anulação
Parte autora: MARIA NICODEMO DEGANUTI, LINHA C 80 lote 08, GLEBA 69 ZONA RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA, LUIZ DEGANUTE FILHO, AC ALTO PARAÍSO Linha C 80, LOTE 08 GLEBA 69 ZONA RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: LUUIZ ANTONIO PREVIATTI OAB nº RO213B, SANDRA REGINA DA COSTA OAB nº RO7926
Parte requerida:RÉU: INFOSHOP COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME, AV. CANAÃ 4351, SEDE SOCIAL EMPRESA SETOR 04 - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Vistos.
1. Considerando que o deferimento da tutela, com a retirada a antena, poderá afetar terceiros, o pedido de antecipação dos efeitos da tutela será apreciado após a audiência de conciliação, caso as partes não chegam a nenhum acordo.
2. CITE-SE a parte requerida para, nos termos do art. 334 do CPC, comparecer à audiência de conciliação a ser realizada no dia 11 de JUNHO de 2019, ás 11h30, na sede do Centro Judiciário de solução de conflitos e Cidadania - CEJUSC, localizado na Rua Fortaleza, 2178, setor 03, Ariquemes/RO. Fone: 3536-3937, devendo as partes se fazer acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º). Ficam as partes advertidas, desde já, que o não comparecimento na audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º).
3. O prazo de 15(quinze) dias para contestar (CPC, art. 335) fluirá da data da realização da audiência designada, ou, caso a parte requerida manifeste o desinteresse na composição consensual, da data da apresentação do pedido de cancelamento da audiência (art. 335, I e II), que deverá ser apresentado com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º).
4.A parte autora fica intimada, quanto a audiência designada, através de seu patrono. .
SIRVA O PRESENTE COMO MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO
LOCAL DA AUDIÊNCIA: CEJUSC, situada à Rua Fortaleza, 2178, setor 03, fone 3536-3937, Ariquemes/RO.
AriquemesRO, 30 de abril de 2019.
Edilson Neuhaus
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, - de 2084 a 2700 - lado par, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110, (69) 35352493, .
Processo n.: 7003494-89.2019.8.22.0002.
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7).
Assunto: [Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes, Obrigação de Fazer / Não Fazer].
AUTOR: EDIO FILGUEIRA SOARES FILHO
Advogado do(a) AUTOR: ROMILDO FERNANDES DA SILVA - RO4416

RÉU: CERON CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA.
Advogados do(a) RÉU: MARCIO MELO NOGUEIRA - RO2827, ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO - RO635
INTIMAÇÃO
Intimação da requerente a replicar a contestação.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
IVANILDA MARIA DOS SANTOS
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, - de 2084 a 2700 - lado par, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110, (69) 35352493, .
Processo n.: 7003209-96.2019.8.22.0002.
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156).
Assunto: [Execução Previdenciária].
EXEQUENTE: IVANEIDE MARIA LACERDA DA SILVA
Advogado do(a) EXEQUENTE: KARINE DE PAULA RODRIGUES - RO3140
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.
INTIMAÇÃO
Intimação da requerente a replicar a impugnação ao cumprimento de sentença.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
IVANILDA MARIA DOS SANTOS
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, - de 2084 a 2700 - lado par, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110, (69) 35352493, .
Processo n.: 7004200-72.2019.8.22.0002.
Classe: BUSCA E APREENSÃO (181).
Assunto: [Busca e Apreensão de Menores].
REQUERENTE: MARCOS SILVA DA COSTA
Advogado do(a) REQUERENTE: VANESSA DOS SANTOS LIMA - RO5329
REQUERIDO: ANA MARIA CORREIA.
defensoria pública do Estado de Rondônia
Intimação
Fica A PARTE AUTORA intimada quanto a(s) Contestação(ões) interposta(s), bem como, querendo, apresentar réplica.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
CLEUSA REGINALDO PEREIRA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo: 7006343-34.2019.8.22.0002
Classe Processual: Cumprimento de sentença
Assunto: Execução Previdenciária
Valor da Causa: R$7.164,80
EXEQUENTE: UELITO ROSA DE JESUS CPF nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LILIAN MARIA SULZBACHER OAB nº RO3225
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Vistos.
1. Intime-se o executado, através de seu representante judicial, por meio eletrônico, por carga, ou remessa, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, nos termos do artigo 535, do Código de Processo Civil.
2. No mesmo prazo o(a) executado(a) deverá informar acerca da existência de eventual débito do(a) exequente, para compensação dentro das condições estabelecidas no §9º, do artigo 100, da Constituição Federal, sob pena de perda do direito de abatimento dos valores.
3. Decorrido o prazo, caso não haja oposição de embargos, nem informações sobre créditos para compensação, expeça-se ofício de requisição de pagamento de precatório ao órgão competente (artigo 535, § 3º).
4. Fixo honorários advocatícios no percentual de 10% do valor da execução (artigo 85, §3º inciso I do CPC).
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Edilson Neuhaus
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO 4ª VARA CÍVEL
PROCESSO: 7006338-12.2019.8.22.0002
Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: RECON ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ALYSSON TOSIN OAB nº MG86925
EXECUTADA: ELBIA TEIXEIRA DE ARAUJO ALVES, brasileira, viúva, professora, inscrita no CPF/MF sob o nº 387.212.442-00, RG nº. 397292 SSP/RO, nascida em 10/02/1972, filha de Pai Abel Peixoto de Araujo e Mãe Elza Maria Teixeira de Araujo, com endereço na Rua Castro Alves, nº. 3.686 – Bairro Setor 06, na cidade de Ariquemes - RO, CEP: 78.930-000.
Vistos.
1. Considerando que não será designada audiência de conciliação, à parte autora para promover o recolhimento das custas (2% sobre o valor da causa, observado o mínimo), nos termos do Art. 12, inc. I, e § 1º, da Lei Estadual n. 3.896/2016, sob pena de indeferimento.
2. Havendo a complementação das custas, CITE-SE a parte executada para, no prazo de 3 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida, no valor de R$6.831,68, com juros e encargos, contados do recebimento do mandado pelo(a) executado(a) ou opor embargos em 15 (quinze) dias, contados da juntada do presente mandado aos autos, independentemente de penhora, depósito ou caução.
3. Arbitro honorários em 10% do valor do débito.
4. Em caso de pagamento integral, no prazo de 3 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade.
5. Caso a parte executada reconheça o débito, poderá requerer seu parcelamento no prazo de 15 dias, contados da juntada do presente mandado aos autos, desde que promova o pagamento à vista de 30% do débito, mais custas e honorários de advogado, e o saldo remanescente em até 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês (NCPC, art. 916).
6. Caso a dívida não seja paga em 3 (três) dias, PENHOREM-SE tantos bens quantos bastem para a garantia da execução, lavrando-se o respectivo auto, avalie-se e intime-se a parte executada.
7. O(A) Oficial(a) de Justiça deverá observar, por ocasião da penhora, a ordem preferencial prevista no art. 835, NCPC.
8. Caso a penhora recaia sobre bem imóvel e se casada a parte executada, intime-se o cônjuge.
9. Na hipótese da parte executada não ser encontrada para citação ou não tiver domicílio certo, arreste-se e avalie-se.
10. Se a parte executada estiver se ocultando, proceda-se à citação com hora certa (830, §1º, NCPC).
SIRVA O PRESENTE DE MANDADO DE CITAÇÃO, PENHORA, INTIMAÇÃO e AVALIAÇÃO ou CARTA PRECATÓRIA.
AriquemesRO, 30 de abril de 2019
Edilson Neuhaus
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO Processo: 7004309-86.2019.8.22.0002
Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Assunto: Alimentos
AUTORES: P. F. D. S. CPF nº 773.583.172-20, AV. DO CACAU 1329 SETOR: 01 - 76889-000 - CACAULÂNDIA - RONDÔNIA, B. L. D. S. P. CPF nº 557.656.452-91, AV: DO CACAU 1329 SETOR 01 - 76889-000 - CACAULÂNDIA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: RANGEL ALVES MUNIZ OAB nº RO9749
RÉU: J. P. F. CPF nº DESCONHECIDO, ESTR MANOEL URBANO 101 KM 3 LT 5, LOCAL DE TRABALHO CACAU PIRERA - 69415-000 - IRANDUBA - AMAZONAS
ADVOGADO DO RÉU:
Vistos.
Ao exequente para cumprir integralmente o despacho anterior sob pena de indeferimento da inicial.
Ariquemes, 30 de abril de 2019
Edilson Neuhaus
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Ariquemes - 4ª Vara Cível
7014002-65.2017.8.22.0002
AUTOR: ZIRONDI INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES S/A. ADVOGADO DO AUTOR: LESTER PONTES DE MENEZES JUNIOR OAB nº RO2657, ALLAN PEREIRA GUIMARAES OAB nº RO1046A, MAGUIS UMBERTO CORREIA OAB nº RO1214, SICILIA MARIA ANDRADE TANAKA OAB nº RO5940
RÉU: DISTRIBUIDORA DE EMBALAGENS ARIQUEMES LTDA - ME ADVOGADO DO RÉU: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Vistos,
ZIRONDI PARTICIPAÇÕES S/A, qualificada nos autos, propôs a presente pretensão monitória em face de RÉU: DISTRIBUIDORA DE EMBALAGENS ARIQUEMES LTDA - MEDISTRIBUIDORA DE EMBALAGENS ARIQUEMES LTDA - ME, alegando que é credora da requerida da quantia de R$ 4.670,23, representada por 7(sete) cheques, acostados aos autos, valor que deverá ser acrescidos de juros e correção monetária. Com a inicial vieram documentos.
À requerida, citada por edital, foi nomeado curador que apresentou embargos monitórios por negativa geral (ID 25126214).
É o sucinto relatório. DECIDO.
A requerida, citada por edital, não se manifestou, sendo lhe nomeado curador que contestou os fatos por negativa geral.
Ficou devidamente demonstrado, através das cópias dos cheques apresentados com a inicial (ID 14716171), que a requerente efetivamente possui um crédito com o requerido.
Quanto a correção monetária, incide a partir da data da emissão do título prescrito. Neste sentido:
"Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. 0019136-64.2009.8.22.0006 Apelação: Origem: 00191366420098220006 Presidente Médici/RO (1ª Vara Cível). Relator : Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia. Revisor : Juiz José torres Ferreira. Título de crédito. Endosso em branco. Titularidade. Monitória. Cheque prescrito. Procedência. Correção monetária. Termo inicial. O endosso em branco transmite a titularidade do crédito exposto no cheque com a simples tradição do mesmo, sendo que o portador do mesmo é legitimado ativamente para a cobrança da dívida em ação monitória. É procedente a ação monitória fundada em cheque prescrito, quando comprovada a existência da relação negocial que ensejou sua emissão e quando ausente demonstração de que a dívida foi devidamente paga. Na ação monitória para cobrança de cheque prescrito, a correção monetária corre a partir da data em que foi emitida a ordem de pagamento. Porto Velho, 13 de outubro de 2011. DESEMBARGADOR(A) Marcos Alaor Diniz Grangeia (PRESIDENTE).
Ademais, trata-se de entendimento firmado pelo STJ:
"A data de emissão do cheque é o termo inicial de incidência de atualização monetária. (AgRg no REsp 1197643/SP, Rel. Min. SALOMÃO, LUIS FELIPE. QUARTA TURMA, julg. em 28/06/2011, DJe 01/07/2011)".
Já com relação aos juros de mora, o artigo 701, §2º, do novo CPC, dispõe a sua incidência a partir da citação.
Por fim, mesmo tendo sido oferecido embargos pelo curador especial, não foi demonstrado qualquer motivo para exclusão do crédito do requerente firmado naquele documento.
Posto isso, nos termos do art. 701, § 2º, do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial e constituo, de pleno direito, o título executivo judicial, condenando a requerida DISTRIBUIDORA DE EMBALAGENS ARIQUEMES LTDA - ME a pagar à autora ZIRONDI PARTICIPAÇÕES S/A, a importância de R$ 4.539,88 (quatro mil, quinhentos e trinta e nove reais e oitenta e oito centavos), acrescido de juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação, e correção monetária, a partir da data de emissão dos cheques, fazendo-o com fulcro no artigo 702, § 3º, do Código de Processo Civil.
Condeno a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários de advogado que fixo em 20% sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 85, § 2º, do CPC.
P. R. I.
Após o trânsito em julgado, nada sendo requerido, arquive-se.
Ariquemes (RO), 30 de abril de 2019
Edilson Neuhaus
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7006255-93.2019.8.22.0002
Classe Procedimento Comum
Assunto Suspeição
AUTOR: ADALVO CORDEIRO DE ANDRADE
ADVOGADO DO AUTOR: VALDELICE DA SILVA VILARINO OAB nº RO5089
RÉU: IZAQUE BENEDITO MIRANDA BATISTA
ADVOGADO DO RÉU:
Vistos,
Considerando o que houve a substituição do perito, no autos de n. 7005234-82.2019.8.22.0002, o presente feito perdeu seu objeto.
Posto isto, nos termos do artigo 485, VI, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o presente processo e, em consequência, ordeno o seu arquivamento.
Sem custas.
P.R.I. e, após o trânsito em julgado, arquive-se.
Ariquemes/RO, 30 de abril de 2019
Edilson Neuhaus
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO 4ª VARA CÍVEL
Processo n.: 7006132-95.2019.8.22.0002
Procedimento Comum
AUTOR: WILSON MILLER DA ROCHA, BR 421, LINHA C-67, TRAVESSÃO B-0, GLEBA 03 LOTE 37, VILA EBESA - DISTRITO DE BOM FUTURO ZONA RURAL - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: CLEMIRENE DE JESUS SILVA OAB nº RO5347
RÉU: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, AVENIDA JK 1966, CERON/ELETROBRÁS SETOR 02 - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Vistos.
1. Defiro a gratuidade.
2.A parte autora requer tutela provisória de urgência, a fim de que a requerida se abstenha de suspender o o fornecimento de energia em sua residência, bem como de incluir seu nome nos cadastros de inadimplentes- SPC/SERASA, referente à fatura no valor de R$ 6.953,92 da UC 1139049-2
Passo a analisar o pedido, no que toca à tutela de urgência.
A hipótese dos autos é aquela prevista no artigo 300, do Código de Processo Civil.
Assim, deve-se analisar a presença dos pressupostos estabelecidos pelo referido dispositivo
A probabilidade do direito sobre o qual se baseia o pedido da tutela de urgência decorre do fato de que a parte autora afirma que o débito cobrado é indevido.
O perigo de dano, por sua vez, dispensa maior comprovação, uma vez que são conhecidas as consequências da inscrição do nome no SPC/SERASA, especialmente no que se refere ao crédito. Com relação ao fornecimento de energia elétrica, trata-se de serviço essencial à dignidade humana.
Ainda, deve-se considerar que a providência pretendida não se apresenta irreversível, de maneira que o pedido atende aos requisitos estabelecidos pela legislação processual (art. 300, §3º, CPC).
Ante o exposto, DEFIRO o pedido de tutela de urgência formulado pela parte autora, determinando que a requerida se abstenha de suspender o o fornecimento de energia em sua residência, bem como de incluir seu nome nos cadastros de inadimplentes- SPC/SERASA, referente à fatura no valor de R$ 6.953,92 da UC 1139049-2
3. Deixo de designar a audiência prévia de conciliação prevista no art. 334, do NCPC, com fundamento no princípio da razoabilidade, da instrumentalidade das formas e da celeridade processual, haja vista que, segundo a experiência prática judicial, nas ações movidas em desfavor de instituições bancárias, Ceron, seguradoras e empresas de telefonia, estas, até mesmo por orientação decorrente de política interna e administrativa, não estão aptas a oferecer proposta de acordo, principalmente no início do procedimento judicial, restando em sua maioria infrutífera a conciliação, o que não impede que em outra fase processual seja designada nova oportunidade para conciliação entre as partes, não havendo, assim, prejuízo processual.
4. Cite-se a parte requerida dos termos da ação, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 15 dias, a contar da juntada aos autos da prova da citação (art. 231, NCPC), sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 344, NCPC).
5. Apresentada defesa pelo réu, intime-se o(a) autor(a) para manifestar-se em réplica, em 15 dias (art. 350, NCPC).
6. Expeça-se o necessário para o cumprimento da presente decisão.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/CARTA/ MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO.
AriquemesRO, 30 de abril de 2019
Edilson Neuhaus
Juiz de Direito

Processo n.: 7015333-48.2018.8.22.0002.
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7).
Assunto: [Alienação Fiduciária, Contratos Bancários, Bancários].
AUTOR: GILMAR GIORDANI PADILHA FILHO
Advogado do(a) AUTOR: WEVERTON JEFFERSON TEIXEIRA HERINGER - RO2514
RÉU: BANCO BRADESCO S.A..
Advogado do(a) RÉU: MAURO PAULO GALERA MARI - RO4937-S
Intimação
Por ordem do(a) Excelentíssimo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito de Ariquemes - 4ª Vara Cível, fica A PARTE intimada a se manifestar quanto ao Recurso de Apelação interposto, bem como, querendo apresentar contrarrazões, no prazo legal.
Ariquemes, 2 de maio de 2019
VALMIR CORREIA
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, - de 2084 a 2700 - lado par, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110, (69) 35352493, .
Processo n.: 7001626-76.2019.8.22.0002.
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7).
Assunto: [Pagamento Atrasado / Correção Monetária, Rescisão].
AUTOR: LIBORIO & CORTEZE SOCIEDADE DE ADVOGADOS
Advogados do(a) AUTOR: MARIO JOSE CORTEZE - SP186837, YAGO FUNCHAL DE GODOY - SP402820
RÉU: MUNICÍPIO DE CUJUBIM.
Intimação
Fica A PARTE AUTORA intimada quanto a(s) Contestação(ões) interposta(s), bem como, querendo, apresentar réplica.
Ariquemes, 2 de maio de 2019
VALMIR CORREIA
Técnico Judiciário

Processo n.: 7008803-28.2018.8.22.0002.
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7).
Assunto: [Abatimento proporcional do preço].
AUTOR: ADELINA BIANCCHI DA SILVA
Advogados do(a) AUTOR: PEDRO RIOLA DOS SANTOS JUNIOR - RO2640, FERNANDO MARTINS GONCALVES - RO834
RÉU: BANCO BMG CONSIGNADO S/A.
Advogado do(a) RÉU: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - PE23255
Intimação
Por ordem do(a) Excelentíssimo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito de Ariquemes - 4ª Vara Cível, ficam AS PARTES intimadas a se manifestarem quanto ao Recurso de Apelação interposto, bem como, querendo apresentarem contrarrazões, no prazo legal.
Ariquemes, 2 de maio de 2019
VALMIR CORREIA
Técnico Judiciário

Processo n.: 7007472-11.2018.8.22.0002.
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7).
Assunto: [Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material, Obrigação de Fazer / Não Fazer].
AUTOR: J. L. LOPES - ME
Advogado do(a) AUTOR: GEUSA LEMOS - RO4526
RÉU: CIELO S.A..
Advogado do(a) RÉU: ALFREDO ZUCCA NETO - SP154694
Intimação
Por ordem do(a) Excelentíssimo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito de Ariquemes - 4ª Vara Cível, fica A PARTE intimada a se manifestar quanto ao Recurso de Apelação interposto, bem como, querendo apresentar contrarrazões, no prazo legal.
Ariquemes, 2 de maio de 2019
VALMIR CORREIA
Técnico Judiciário

Processo n.: 7010840-28.2018.8.22.0002.
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7).
Assunto: [Abatimento proporcional do preço].
AUTOR: SONIA APARECIDA DA SILVA SANTOS
Advogados do(a) AUTOR: PEDRO RIOLA DOS SANTOS JUNIOR - RO2640, FERNANDO MARTINS GONCALVES - RO834
RÉU: BANCO BRADESCO S.A..
Advogado do(a) RÉU: WILSON BELCHIOR - CE17314
Intimação
Por ordem do(a) Excelentíssimo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito de Ariquemes - 4ª Vara Cível, fica A PARTE intimada a se manifestar quanto ao Recurso de Apelação interposto, bem como, querendo apresentar contrarrazões, no prazo legal.
Ariquemes, 2 de maio de 2019
VALMIR CORREIA
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, - de 2084 a 2700 - lado par, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110, (69) 35352493, .
Processo n.: 7015015-02.2017.8.22.0002.
Classe: MONITÓRIA (40).
Assunto: [Cheque].
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO VALE DO JAMARI - SICOOB VALE DO JAMARI
Advogado do(a) AUTOR: FRANCIELE DE OLIVEIRA ALMEIDA - RO9541
RÉU: GERALDO CEZAR FAGUNDES e outros.

INTIMAÇÃO
7015015-02.2017.8.22.0002
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO VALE DO JAMARI - SICOOB VALE DO JAMARI ADVOGADO DO AUTOR: FRANCIELE DE OLIVEIRA ALMEIDA OAB nº RO9541
RÉUS: FABIO PACHECO, GERALDO CEZAR FAGUNDES ADVOGADOS DOS RÉUS: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos,
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO JAMARI-SICOOB VALE DO JAMARI, qualificada nos autos, propôs a presente pretensão monitória em face de GERALDO CEZAR FAGUNDES e FÁBIO PACHECO, alegando que é credora dos réus da quantia de R$ 2.652,00, representada por dois cheques acostados aos autos, valor que deverá ser acrescidos de juros e correção monetária. Com a inicial vieram documentos.
Aos requeridos, citados por edital, foi nomeado curador que apresentou embargos monitórios por negativa geral (ID 25540668 e 25753876).
É o sucinto relatório. DECIDO.
Os requeridos, citados por edital, não se manifestaram, sendo lhe nomeado curador que contestou os fatos por negativa geral.
Ficou devidamente demonstrado, através dos cheques juntados com a inicial (ID 15197732), que a requerente efetivamente possui um crédito com os requeridos.
Quanto a correção monetária, incide a partir da data da emissão do título prescrito. Neste sentido:
"Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. 0019136-64.2009.8.22.0006 Apelação: Origem: 00191366420098220006 Presidente Médici/RO (1ª Vara Cível). Relator : Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia. Revisor : Juiz José torres Ferreira. Título de crédito. Endosso em branco. Titularidade. Monitória. Cheque prescrito. Procedência. Correção monetária. Termo inicial. O endosso em branco transmite a titularidade do crédito exposto no cheque com a simples tradição do mesmo, sendo que o portador do mesmo é legitimado ativamente para a cobrança da dívida em ação monitória. É procedente a ação monitória fundada em cheque prescrito, quando comprovada a existência da relação negocial que ensejou sua emissão e quando ausente demonstração de que a dívida foi devidamente paga. Na ação monitória para cobrança de cheque prescrito, a correção monetária corre a partir da data em que foi emitida a ordem de pagamento. Porto Velho, 13 de outubro de 2011. DESEMBARGADOR(A) Marcos Alaor Diniz Grangeia (PRESIDENTE).
Ademais, trata-se de entendimento firmado pelo STJ, "A data de emissão do cheque é o termo inicial de incidência de atualização monetária. (AgRg no REsp 1197643/SP, Rel. Min. SALOMÃO, LUIS FELIPE. QUARTA TURMA, julg. em 28/06/2011, DJe 01/07/2011)".
Já com relação aos juros de mora, o artigo 701, §2º, do novo CPC, dispõe a sua incidência a partir da citação.
Por fim, mesmo tendo sido oferecido embargos pelo curador especial, não foi demonstrado qualquer motivo para exclusão do crédito do requerente firmado naquele documento.
Posto isso, nos termos do art. 701, § 2º, do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial e constituo, de pleno direito, o título executivo judicial, condenando os requeridos GERALDO CEZAR FAGUNDES e FÁBIO PACHECO a pagarem à autora COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO JAMARI-SICOOB VALE DO JAMARI, a importância de R$ 2.652,00 (dois mil seiscentos e cinquenta e dois reais), acrescido de juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação, e correção monetária, a partir da data do vencimento da fatura, com fulcro no artigo 702, § 3º, do Código de Processo Civil.
Condeno a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários de advogado que fixo em 20% sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 85, § 2º, do CPC.
P. R. I. C. Após o trânsito em julgado, nada sendo requerido, arquive-se.
Ariquemes (RO), 22 de abril de 2019
Edilson Neuhaus
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Tancredo Neves, nº 2606, Bairro Centro, CEP 76.872-854, Ariquemes, RO
Assinado eletronicamente por: EDILSON NEUHAUS
22/04/2019 08:50:07

Processo n.: 7013018-47.2018.8.22.0002.
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7).
Assunto: [Abatimento proporcional do preço].
AUTOR: EDNA GUIMARAES DA SILVA
Advogados do(a) AUTOR: PEDRO RIOLA DOS SANTOS JUNIOR - RO2640, FERNANDO MARTINS GONCALVES - RO834
RÉU: BANCO BMG CONSIGNADO S/A.
Advogados do(a) RÉU: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA - MG63440, FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA - MG109730
Intimação
Por ordem do(a) Excelentíssimo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito de Ariquemes - 4ª Vara Cível, ficam AS PARTES intimadas a se manifestarem quanto ao Recurso de Apelação interposto, bem como, querendo apresentarem contrarrazões, no prazo legal.
Ariquemes, 2 de maio de 2019
VALMIR CORREIA
Técnico Judiciário

Processo n.: 7006134-36.2017.8.22.0002.
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156).
Assunto: [Cartão de Crédito].
EXEQUENTE: BANCO BRADESCO CARTOES S.A.
Advogado do(a) EXEQUENTE: ANDRE NIETO MOYA - SP235738
EXECUTADO: INTENSIMED.
INTIMAÇÃO DO AUTOR(A)
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Ariquemes - 4ª Vara Cível, fica a PARTE AUTORA intimada para, no prazo legal, ATUALIZAR o débito e indicar bens do requerido passíveis de penhora, bem como sua localização.
Ariquemes, 2 de maio de 2019
VALMIR CORREIA
Técnico Judiciário

Processo n.: 7015749-16.2018.8.22.0002.
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7).
Assunto: [Salário-Maternidade (Art. 71/73)].
AUTOR: SUELY PEREIRA DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: JAQUELINE VIEIRA CARDOSO - RO5455
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.
INTIMAÇÃO
Fica A PARTE AUTORA intimada a manifestar-se quanto ao prosseguimento do feito.
Ariquemes, 2 de maio de 2019
CLEUSA REGINALDO PEREIRA

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, - de 2084 a 2700 - lado par, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110, (69) 35352493, .
Processo n.: 7002955-26.2019.8.22.0002.
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7).
Assunto: [Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes].
AUTOR: EDLUCIO DE ANDRADE
Advogado do(a) AUTOR: KARYNNA AKEMY HACHIYA HASHIMOTO - RO4664
RÉU: BANCO LOSANGO SA - BANCO MÚLTIPLO.
Advogado do(a) RÉU: WILSON BELCHIOR - CE17314
INTIMAÇÃO
Intimação do requerente para replicar a contestação.
Ariquemes, 2 de maio de 2019
IVANILDA MARIA DOS SANTOS
Diretor de Secretaria
Processo N. : 7015485-96.2018.8.22.0002
Assunto : [Correção Monetária, Obrigação de Fazer / Não Fazer]
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: HOSPITAL SAO FRANCISCO LTDA
EXECUTADO: LEO BRAZ DE SOUZA
Intimação
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Ariquemes - 4ª Vara Cível, fica a PARTE AUTORA intimada a comprovar o recolhimento das custas de Carta Precatória nestes autos, nos termos do Artigo 30 da Lei 3.896/2016, no prazo de 05 dias, face que, conforme determinação via Corregedoria deste Tribunal constante do Provimento 0007/2016-CG, o cartório após pagas as custas distribuirá a Carta Precatória na Central de Mandados da Comarca, desde que, dentro do Estado de Rondônia.
Caso queira a citação via AR, recolher as devidas custas também.
ARIQUEMES/RO, 2 de maio de 2019.
VALMIR CORREIA
Técnico Judiciário
Processo n.: 7002826-55.2018.8.22.0002.
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159).
Assunto: [Duplicata].
EXEQUENTE: ELLUS DISTRIBUIDORA DE PECAS E LUBRIFICANTES LTDA - EPP
Advogados do(a) EXEQUENTE: JAIR FERRAZ DOS SANTOS - RO2106, PRISCILA FERRAZ SANTOS - RO6990
EXECUTADO: MOACIR BATISTA - ME.

INTIMAÇÃO
Fica A PARTE AUTORA intimada a manifestar-se quanto ao prosseguimento do feito.
Ariquemes, 2 de maio de 2019
CLEUSA REGINALDO PEREIRA
Processo n.: 7000435-64.2017.8.22.0002.
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159).
Assunto: [Duplicata].
EXEQUENTE: RONDO MOTOS LTDA
Advogados do(a) EXEQUENTE: OZEIAS DIAS DE AMORIM - RO4194, JOSE RICARDO D AVASSI DAMICO - RO7435
EXECUTADO: WILLIAM MASSIE RAMOS.
INTIMAÇÃO
Fica A PARTE AUTORA intimada a manifestar-se quanto ao prosseguimento do feito.
Ariquemes, 2 de maio de 2019
CLEUSA REGINALDO PEREIRA

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, - de 2084 a 2700 - lado par, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110, (69) 35352493, .
Processo n.: 7002849-64.2019.8.22.0002.
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7).
Assunto: [Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material].
AUTOR: GUTEMBERG GOMES
Advogado do(a) AUTOR: JULIANA DA SILVA - RO7162
RÉU: BANCO BMG CONSIGNADO S/A.
Advogado do(a) RÉU: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - PE23255
INTIMAÇÃO
Intimação do requerente para replicar a contestação.
Ariquemes, 2 de maio de 2019
IVANILDA MARIA DOS SANTOS
Diretor de Secretaria

COMARCA DE CACOAL

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal

Proc.: 0000800-57.2019.8.22.0007
Ação:Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
Requerente:Marta Neves Debernardino Silva
Advogado:Advogado Não Informado ( )
Requerido:Edemar Aparecido da Silva, Paulo Graciano da Silva
Advogado:Thalita Aparecida Gonçalves Vieira ( ), Advogado Não Informado ( )
DECISÃO:
Vistos. Trata-se de pedido de revogação das medidas protetivas deferidas em favor de Marta Neves Debernardino Silva e que obrigam Edemar Aparecido da Silva e Paulo Graciano da Silva. Alegam, em resumo, que o embasamento da medida consiste na alusão a que requerente e requerido residem na mesma casa. Aduzem que, em verdade, os fatos não ocorreram como a requerente os descreveu e que há fartas provas que lhe desmentem, tendo o pleito inaugural a única FINALIDADE de prejudicar o direito à visitação dos filhos que, por meio de acordo judicial, o requerido Edemar estava no livre exercício, reputando tal inveracidade em evidência de alienação parental. Pedem pela revogação. Relatei. Decido. Em primeiro lugar, não assiste razão aos requeridos quando alegam que o fundamento que fulcrou a concessão de medidas protetivas é a de que requerente e requerido residem no mesmo endereço. Como é perceptível, as decisões de concessão de medidas protetivas são elaboradas tendo por base modelos utilizados pelo juiz e pela assessoria. Contudo, mesmo que analisado o caso e fundamentada em aspectos concretos as decisões concessivas e que indeferem tais medidas, diante da urgência e do denodo de prestar de modo mais ágil a jurisdição, ocorre as vezes de não se extrair do modelo um trecho que não diga respeito à situação daquele feito, o que justamente se deu com referência ao último parágrafo da parte da fundamentação do provimento de f. 14/15. Resta patente na DECISÃO em tela que o fundamento é a notícia de que a requerente tenha sido ameaçada de morte e xingada pelos requeridos, seu ex-marido e ex-sogro, conforme terceiro parágrafo da fundamentação (f. 14).Assim sendo, revogo o trecho constante da motivação, consistente no parágrafo assim redigido:"Contudo, o requerimento das medidas protetivas, considerando que o endereço do requerido fornecido pela requerente é o mesmo dela. carece, para dar maior efetividade à proteção disponibilizada pela Lei nº 11.340/2006, que seja compelido o ofensor a afastar-se do lar".Aliás, se tal parte da fundamentação não se derivasse de mero erro material, estaria incluído no DISPOSITIVO o afastamento do requerido do lar conjugal. Logo, não sendo o aludido trecho fundamento efetivo da DECISÃO, por óbvio que não pode lastrear, por si, a revogação almejada.De outro lado, não se ignora que a concessão de medidas protetivas em favor de ex-mulher ou ex-convivente, quando tem filhos com o requerido produz evidente interferência na dinâmica da visitação aos filhos, mas não é causa intransponível como quer fazer crer o genitor. Some-se que, demonstrada a denunciação caluniosa, após regular instrução de inquérito policial instaurado ou, por indícios palpáveis, que as medidas protetivas estão sendo pleiteadas ou foram obtidas por falsas razões ou pretextos escusos, além da possível caracterização da alienação parental, se o fito for de prejuízo ao sagrado direito paterno de convívio com a prole, este juízo não se furta a reexaminar a DECISÃO anterior. Entretanto, não é porque foi estabelecido o direito de visitação consensualmente, inclusive com fixação unilateral da guarda em favor da genitora, isto em 06/05/2015, que, com a notícia de violência, por qualquer das múltiplas variantes, que, só em resguardo da visitação deixar-se-á exposta a genitora. Poderá o requerido por familiares, que não o pai, ou por interpostas pessoas, buscar e levar os filhos da casa materna, prosseguindo normalmente o seu direito de visitação. Não obstante, apesar da alegação da existência de fartos meios de provas da falsidade da versão trazida pela requerente, não foi guarnecido o pleito de revogação com qualquer documento, gravação de sistema de videomonitoramento, etc, que desminta a versão da requerente, que, por óbvio, diante da representação efetivada no final do termo de declarações da ofendida (f. 7), está sendo apurada por meio de inquérito policial.POSTO ISTO, indefiro o pedido de revogação das medidas protetivas. Intime-se o MP. A defesa do requerido fica intimada pela publicação desta DECISÃO no DJ. Cacoal-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0088080-18.2009.8.22.0007
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 60 DIAS
RÉU: AILTON DE FÁTIMA TEIXEIRA DA COSTA, brasileiro, nascido aos 27.04.1984 em Arenapolis/MT, filho de Lourival Alves de Oliveira e Oliria Alves da Costa;
ADVOGADO: Defensoria Pública
FINALIDADE: Intimar o réu acima mencionado para ciência da r SENTENÇA prolatada aos 19.03.2019, parte final a seguir transcrita: "...Posto isso, julgo procedente, em parte, a denúncia formulado pelo MINISTÉRIO PÚBLICO para condenar AILTON DE FÁTIMA TEIXEIRA DA COSTA, qualificado nos autos, como incurso no art. 129, § 9º do Código Penal, na forma da Lei 11.340/2006, eis que, reconhecida a prescrição com referência ao crime de ameaça nos termos da fundamentação. Resta dosar-lhe a pena. A culpabilidade restou comprovada pelo grau de reprovabilidade de sua conduta, na medida em que poderia e deveria ter adotado conduta diversa. Não registra condenação em sua folha de antecedentes criminais (fl. 155/159). O motivo para a prática delituosa é o inerente à espécie. Não há maiores informações sobre sua personalidade. Tenho que a vítima, com seu comportamento, não contribuiu para a agressão e nem para as ameaças que sofreram. Não houve maiores conseqüências. Atenta a essas diretrizes, fixo-lhe a PENA-BASE no mínimo legal, ou seja, em 03 meses de detenção. Não há circunstâncias atenuantes nem agravantes da pena. Assim, sem mais elementos que influenciem na dosimetria, torno a pena definitiva em 03 (três) meses de detenção. Consoante dispõe o art. 33, 2º, "c", do Código Penal, a pena será cumprida inicialmente no regime aberto.
Ausentes os requisitos legais do art. 44 do CP, porque o crime foi cometido com violência e ameaça contra a pessoa, deixo de efetivar a substituição de pena. Todavia, cabível conceder ao réu a suspensão condicional da pena, nos termos do art. 77 do Código Penal, mediante as condições de: (a) submeter-se à limitação de fim de semana consistente na obrigação de se recolher em casa depois das 22h; e (b) comparecer bimestralmente em juízo para informar e justificar suas atividades.
Condeno o acusado ainda ao pagamento das custas processuais, no valor de R$ 527,85 (quinhentos e vinte e sete reais e oitenta e cinco centavos) cuja exigibilidade, no entanto, fica suspensa pelo prazo e condições da Lei nº 1060/50, uma vez que, se tratando de acusado hipossuficiente, defere-se à ele a gratuidade da Justiça.
Faculto ao acusado o direito de recorrer em liberdade, pois respondeu em liberdade ao processo e não se mostram presentes as circunstâncias autorizadores da prisão preventiva. Transitada em julgado: a) expeça-se guia de execução remetendo ao juízo competente para fiscalizar o cumprimento da pena; b) efetuem-se as comunicações e anotações necessárias. Suspendo os direitos políticos do réu, com amparo no artigo 15, inciso III, da Constituição Federal. Comunique-se ao TRE. Intime-se a vítima, se possível. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Arquive-se. Cacoal-RO, terça-feira, 19 de março de 2019. Carlos Roberto Rosa Burck. Juiz de Direito".

2ª VARA CRIMINAL

2º Cartório Criminal
gabarito

Proc.: 0003658-66.2016.8.22.0007
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministerio Publico do Estado de Rondonia
Advogado:Promotor de Justiça
Denunciado:Plácido Teles de Oliveira
Advogado:Lucas Thiago Oberdoerfer (OAB/RO 7051) e Rhanoy Cruz Lima (OAB 7945).
DESPACHO:Vistos.Considerando o retorno da carta precatória de fls. 110/117, designo audiência de prosseguimento da instrução para o dia 19/06/2019, às 10h15min, oportunidade em que será realizado o interrogatório do acusado.Serve a presente de MANDADO de intimação. Ciência às partes. Expeça-se o necessário. Cacoal-RO, quinta-feira, 4 de abril de 2019.Ane Bruinjé Juíza de Direito. Fica as partes intimadas da data acima.

Proc.: 0000837-84.2019.8.22.0007
Ação:Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
Representante:Jarciley Rodrigues de Almeida
Representado:Hiago Henrique Rabaioli
DECISÃO:
Vistos.Trata-se de comunicação de descumprimento de medida protetiva em desfavor de Hiago Henrique Rabaioli, conforme ofício de fls. 45/53.Pois bem.Depreende-se dos documentos acostados nos autos, o infrator foi intimado da DECISÃO que concedeu a medida protetiva em favor da vítima no dia 01/04/2019, às 09hs. Considerando o relatado pela vítima, à fl. 47, a mensagem foi enviada no dia 31/03/2019, às 06:37PM (18:37h), ou seja, antes da efetiva intimação do infrator.Assim, não restou demonstrado o descumprimento da medida protetiva, o que deixo de analisar eventual medida assecuratória.No entanto, advirto o infrator, por meio de seu advogado habilitado nos autos, que eventual notícia de descumprimento das medidas impostas poderá ensejar a decretação de medidas cautelares ou até mesmo a prisão.Expeça-se carta precatória para intimação da vítima.Intime-se o infrator por meio de seu advogado habilitado nos autos.Ciência ao MP.Não havendo outros requerimentos, arquive-se.Cacoal-RO, segunda-feira, 29 de abril de 2019.Ivens dos Reis Fernandes Juiz de Direito Jusciley da Cunha Costa

Diretor de Cartório

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960.
Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7008451-55.2018.8.22.0007
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: JOAQUIM LUCINDO DE SOUZA
Endereço: LINHA 45, KM 10, LINHA, ZONA RURAL, Alta Floresta D'Oeste - RO - CEP: 76954-000
Nome: ALMEZINDO LUCINDO DE SOUZA
Endereço: LINHA 45, KM 10, LINHA 45, ZONA RURAL, Alta Floresta D'Oeste - RO - CEP: 76954-000
Advogados do(a) REQUERENTE: VANDER BATAGLIA DE CASTRO - RO9592, AIRTOM FONTANA - RO5907, FLAVIO FIORIM LOPES - RO562
Advogados do(a) REQUERENTE: VANDER BATAGLIA DE CASTRO - RO9592, AIRTOM FONTANA - RO5907, FLAVIO FIORIM LOPES - RO562
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Centrais Elétricas de Rondônia - CERON, 2613, Rua José de Alencar 2613, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-900
Intimação
Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) de Direito do Juizado Especial de Cacoal, ficam as partes, por meio de seus(suas) advogados(as), intimadas do retorno dos autos da Turma Recursal e a requerer o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.
Cacoal/RO, 2 de maio de 2019.
TAMIRES BOONE VILLA LOPES

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960.
Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7003406-41.2016.8.22.0007
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Nome: NELCINDA MARIANI SIMÕES
Endereço: Avenida Sete de Setembro, 2641, - de 2592 a 2806 - lado par, Princesa Isabel, Cacoal - RO - CEP: 76964-094
Advogado do(a) EXEQUENTE: FERNANDO DA SILVA AZEVEDO - RO1293
Nome: OZIEL TAVARES NASCIMENTO
Endereço: AC Cacoal, 1021, Rua Projetada "B", Bairro São Marcos, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76968-899
Intimação
Fica a parte exequente intimada a requerer lhe sejam adjudicado(s) o(s) bem(ns) penhorado(s) (NCPC 876), ou em não havendo interesse na adjudicação, se manifestar quanto a alienação por sua própria iniciativa ou a designação de hasta pública (NCPC 880) ou ainda indicar outro(s) bem(ns) à penhora (NCPC 848), caso não tenha interesse no(s) bem(ns) penhorado(s). Prazo de 10 (dez) dias para manifestação, sob pena de extinção e arquivamento do processo.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7004478-58.2019.8.22.0007
REQUERENTE: NADIA PINHEIRO COSTA, ANTONIO DEODATO DURCE, - DE 1253/1254 A 1645/1646 CENTRO - 76963-778 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: NADIA PINHEIRO COSTA OAB nº RO7035
REQUERIDO: OPERADORA VIVO, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DESPACHO
Vistos
1- Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 12/06/2019, às 08h00min. AGENDE-SE NO SISTEMA.
2- Intime-se o(a) requerente.
3- Cite-se e intime-se a parte requerida (AR/MANDADO /carta precatória).
4- Sendo o caso de relação de consumo com o consumidor no polo ativo da demanda, desde já, determino inversão do ônus da prova a fim de que o(a) requerido(a) apresente em juízo todos os documentos que possui quanto ao narrado nos autos.
5- Advertências gerais às partes:
5.1- A audiência será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Avenida Cuiabá, 1914, Centro, Cacoal/RO.

5.2- As partes deverão comparecer à audiência munidas de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial.
5.3- O(s) procurador(es) e preposto(s) das partes deverá(ão) comparecer à audiência munido(s) de poderes específicos para transacionar.
5.4- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). Também será aceito a presença por preposto (Enunciado 20 do Fonaje).
5.5- Fica o(a) requerente advertido(a) que o seu não comparecimento pessoal injustificado implicará na extinção e arquivamento do processo que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais.
5.6- Fica o(s) requerido(a) advertido(a) que o não comparecimento a quaisquer das audiências designadas importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do(a) requerente e proferido julgamento de plano.
5.7- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, o requerido deverá comparecer representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício (LJE 9º, §4º), sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (CPC 75, VIII e CC 45), sob pena de revelia. Ressalvado o disposto no Enunciado 99 do Fonaje que autoriza a juntada posterior de carta de preposto somente na hipótese de realização de acordo.
5.8- As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos.
5.9- Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado(a).
5.10- Havendo a necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública nessa Comarca (Rua José do Patrocínio, 1284, bairro Princesa Isabel, Cacoal-RO).
5.11- Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo.
5.12- O(a) requerido(a) deverá oferecer contestação (escrita ou oral) e demais provas, inclusive indicação de no máximo 3 (três) testemunhas (se necessário), com sua qualificação completa (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, até o ato da audiência de conciliação.
5.13- Quando da audiência de tentativa de conciliação, não sendo realizado acordo, o(a) requerente terá o prazo de 10 (dez) minutos para se manifestar sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados pela parte contrária.
5.14- Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização de audiência de instrução e julgamento.
6- Não sendo localizada a parte requerida, o(a) requerente deverá ser intimado(a) para apresentar novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias. Apresentado novo endereço, ou não havendo tempo hábil para cumprimento, deverá a escrivania designar nova audiência de conciliação, independente de novo DESPACHO, a fim de que seja expedido o necessário.
7- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
8- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE.
9- Caso, o(a) requerido(a) não seja intimado e o(a) requerente não estando patrocinado por advogado, o oficial de justiça deverá se valer do presente COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE a apresentar o atual endereço do requerido no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Cacoal, 30/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7004228-25.2019.8.22.0007
REQUERENTE: DAIANE CRISTINA LOPES DA SILVA, AVENIDA CASTELO BRANCO 484, CONDOMÍNIO VILA ROMANA - 76967-195 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: NINA GABRIELA TAVARES TESTONI OAB nº RO7507
REQUERIDO: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A, AVENIDA DOUTOR MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES 939, TORRE JATOBA 9 ANDAR TAMBORÉ - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DESPACHO
Vistos
1- Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 10/06/2019, às 12h00min. AGENDE-SE NO SISTEMA.
2- Intime-se o(a) requerente.
3- Cite-se e intime-se a parte requerida (AR/MANDADO /carta precatória).
4- Sendo o caso de relação de consumo com o consumidor no polo ativo da demanda, desde já, determino inversão do ônus da prova a fim de que o(a) requerido(a) apresente em juízo todos os documentos que possui quanto ao narrado nos autos.
5- Advertências gerais às partes:
5.1- A audiência será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Avenida Cuiabá, 1914, Centro, Cacoal/RO.
5.2- As partes deverão comparecer à audiência munidas de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial.
5.3- O(s) procurador(es) e preposto(s) das partes deverá(ão) comparecer à audiência munido(s) de poderes específicos para transacionar.
5.4- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). Também será aceito a presença por preposto (Enunciado 20 do Fonaje).
5.5- Fica o(a) requerente advertido(a) que o seu não comparecimento pessoal injustificado implicará na extinção e arquivamento do processo que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais.
5.6- Fica o(s) requerido(a) advertido(a) que o não comparecimento a quaisquer das audiências designadas importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do(a) requerente e proferido julgamento de plano.
5.7- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, o requerido deverá comparecer representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício (LJE 9º, §4º), sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (CPC 75, VIII e CC 45), sob pena de revelia. Ressalvado o disposto no Enunciado 99 do Fonaje que autoriza a juntada posterior de carta de preposto somente na hipótese de realização de acordo.
5.8- As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de considerar como válida e

eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos.
5.9- Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado(a).
5.10- Havendo a necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública nessa Comarca (Rua José do Patrocínio, 1284, bairro Princesa Isabel, Cacoal-RO).
5.11- Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo.
5.12- O(a) requerido(a) deverá oferecer contestação (escrita ou oral) e demais provas, inclusive indicação de no máximo 3 (três) testemunhas (se necessário), com sua qualificação completa (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, até o ato da audiência de conciliação.
5.13- Quando da audiência de tentativa de conciliação, não sendo realizado acordo, o(a) requerente terá o prazo de 10 (dez) minutos para se manifestar sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados pela parte contrária.
5.14- Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização de audiência de instrução e julgamento.
6- Não sendo localizada a parte requerida, o(a) requerente deverá ser intimado(a) para apresentar novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias. Apresentado novo endereço, ou não havendo tempo hábil para cumprimento, deverá a escrivania designar nova audiência de conciliação, independente de novo DESPACHO, a fim de que seja expedido o necessário.
7- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
8- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE.
9- Caso, o(a) requerido(a) não seja intimado e o(a) requerente não estando patrocinado por advogado, o oficial de justiça deverá se valer do presente COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE a apresentar o atual endereço do requerido no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Cacoal, 30/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960. Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7006061-15.2018.8.22.0007
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: JOSE GOMES DE FREITAS
Endereço: Área Rural, Linha 02 Lote 16 Gleba 02, Área Rural de Cacoal, Cacoal - RO - CEP: 76968-899
Advogado do(a) REQUERENTE: TIAGO DOS SANTOS DE LIMA - RO7199
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: AC Cacoal, Av. Dois de junho 2234, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76968-899
Advogados do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL - RO8217, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462
Intimação
Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) de Direito do Juizado Especial de Cacoal, ficam as partes, por meio de seus(suas) advogados(as), intimadas do retorno dos autos da Turma Recursal e a requerer o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.
Cacoal/RO, 2 de maio de 2019.
TAMIRES BOONE VILLA LOPES

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960. Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7007217-38.2018.8.22.0007
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: SARA ALEGRE
Endereço: Rua Brasília, 1101, Ap. 07, Incra, Cacoal - RO - CEP: 76965-878
Advogado do(a) REQUERENTE: ABDIEL AFONSO FIGUEIRA - RO3092
Nome: M. I. DA SILVA DOS REIS BATISTA - ME
Endereço: Avenida Porto Velho, 2712, - até 2362 - lado par, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-888
Intimação
Fica a parte autora intimada para, no prazo de 10 dias, indicar bens de propriedade da executada passíveis de penhora ou requerer o que entender necessário. Pena de extinção e arquivamento.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960. Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7009221-48.2018.8.22.0007
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: FLORENCIO KRAUZER
Endereço: Área Rural, s/n, Linha 10, Lote 72, Poste 54, Área Rural de Cacoal, Cacoal - RO - CEP: 76968-899
Advogado do(a) REQUERENTE: TIAGO DOS SANTOS DE LIMA - RO7199
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: AC Buritis, Avenida Porto Velho 1579, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000
Advogados do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL - RO8217, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462
Intimação
Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) de Direito do Juizado Especial de Cacoal, ficam as partes, por meio de seus(suas) advogados(as), intimadas do retorno dos autos da Turma Recursal e a requerer o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.
Cacoal/RO, 2 de maio de 2019.
TAMIRES BOONE VILLA LOPES

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960. Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7007121-23.2018.8.22.0007
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: VALTER PEPINELLI BERBET
Endereço: Área Rural, Sn, Linha 14, Lote 13, Gleba 14, Área Rural de Cacoal, Cacoal - RO - CEP: 76968-899
Advogado do(a) REQUERENTE: VAGNO OLIVEIRA DE ALMEIDA - RO5185
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Centrais Elétricas de Rondônia - CERON, Rua José de Alencar 2613, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-900
Advogados do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL - RO8217

Intimação
Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) de Direito do Juizado Especial de Cacoal, ficam as partes, por meio de seus(suas) advogados(as), intimadas do retorno dos autos da Turma Recursal e a requerer o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.
Cacoal/RO, 2 de maio de 2019.

TAMIRES BOONE VILLA LOPES

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7010163-80.2018.8.22.0007
REQUERENTE: MONICA NUNES DO VALE, RUA BRILHANTES 813, - DE 782/783 AO FIM BALNEÁRIO ARCO-ÍRIS - 76961-856 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUCAS VENDRUSCULO OAB nº RO2666
REQUERIDOS: FEDERACAO UNIT DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO RO, RUA NORTON CARPES 2242 AGENOR DE CARVALHO - 76820-302 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, SINDICATO DOS TRABALHADORES DA SAUDE DE RONDONIA, AVENIDA ROGÉRIO WEBER 4047, - DE 4037/4038 AO FIM PEDRINHAS - 76801-460 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: ANE CAROLINE FERREIRA DOS SANTOS OAB nº RO4309A
DECISÃO
Vistos
FEDERACAO UNIT DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO RO e SINDICATO DOS TRABALHADORES DA SAUDE DE RONDONIA opuseram EMBARGOS DE DECLARAÇÃO alegando que DECISÃO é omissa, eis que o recurso é tempestivo. Ocorre que os embargos de declaração são intempestivos, pois foi interposto dia 13/03/19, sendo que o prazo de cinco dias após ciência dia 28/02/19 seria até dia 07/03/2019.
Assim, deixo de analisar os embargos, mas, em contrapartida, analisando novamente os pressupostos de admissibilidade do recurso, verifica-se que houve falha na contagem do prazo, pois não foi levado em consideração a suspensão dos prazos (id 25270022), logo, o recurso é tempestivo.
Posto isso:
a) indefiro o pedido de justiça gratuita, pois desacompanhado de qualquer elemento indicativo de que as requeridas não possuem renda para suportar os custos do processo;
b) intimem-se as requeridas para comprovarem nos autos o pagamento das custas e preparo (5%), no prazo de 48 horas;
c) comprovado o pagamento, desde já, recebo o recurso inominado, posto que tempestivo;
d) subam os autos à Turma Recursal com nossas homenagens.
Cacoal/RO, 22/04/2019
Juíza de Direito – Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7010163-80.2018.8.22.0007
REQUERENTE: MONICA NUNES DO VALE, RUA BRILHANTES 813, - DE 782/783 AO FIM BALNEÁRIO ARCO-ÍRIS - 76961-856 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUCAS VENDRUSCULO OAB nº RO2666
REQUERIDOS: FEDERACAO UNIT DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO RO, RUA NORTON CARPES 2242 AGENOR DE CARVALHO - 76820-302 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, SINDICATO DOS TRABALHADORES DA SAUDE DE RONDONIA, AVENIDA ROGÉRIO WEBER 4047, - DE 4037/4038 AO FIM PEDRINHAS - 76801-460 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: ANE CAROLINE FERREIRA DOS SANTOS OAB nº RO4309A
DECISÃO
Vistos
FEDERACAO UNIT DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO RO e SINDICATO DOS TRABALHADORES DA SAUDE DE RONDONIA opuseram EMBARGOS DE DECLARAÇÃO alegando que DECISÃO é omissa, eis que o recurso é tempestivo. Ocorre que os embargos de declaração são intempestivos, pois foi interposto dia 13/03/19, sendo que o prazo de cinco dias após ciência dia 28/02/19 seria até dia 07/03/2019.
Assim, deixo de analisar os embargos, mas, em contrapartida, analisando novamente os pressupostos de admissibilidade do recurso, verifica-se que houve falha na contagem do prazo, pois não foi levado em consideração a suspensão dos prazos (id 25270022), logo, o recurso é tempestivo.
Posto isso:
a) indefiro o pedido de justiça gratuita, pois desacompanhado de qualquer elemento indicativo de que as requeridas não possuem renda para suportar os custos do processo;
b) intimem-se as requeridas para comprovarem nos autos o pagamento das custas e preparo (5%), no prazo de 48 horas;
c) comprovado o pagamento, desde já, recebo o recurso inominado, posto que tempestivo;
d) subam os autos à Turma Recursal com nossas homenagens.
Cacoal/RO, 22/04/2019
Juíza de Direito – Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7001706-30.2016.8.22.0007
REQUERENTES: MARCOS FELIPE PASCHOAL QUIESA, LH 208 LOTE 53 GB 6 TRAV DA 5 KM 12 ZONA RURAL - 76960-280 - CACOAL - RONDÔNIA, JANETE OLIVEIRA PASCHOAL, AVENIDA CASTELO BRANCO, - DE 22926 A 24086 - LADO PAR VISTA ALEGRE - 76960-002 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: FRANCISCO ALVES DA SILVA OAB nº RO5623
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA, AC ESPLANADA DAS SECRETARIAS 2986, TÉRREO. AV FARQUAR PEDRINHAS - 76801-976 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos
1- Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 06/06/2019 às 10h00. AGENDE-SE NO SISTEMA.
1.1- Referida audiência será realizada na sede do Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública, localizada na Av. Porto Velho, 2728, centro, Cacoal-RO.
2- Intimem-se as partes.
3- Cada parte poderá apresentar até 3 (três) testemunhas que deverão comparecer na audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação. Ou, caso necessário, o pedido com indicação de rol e endereço deverá ser apresentado em cartório com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da audiência a ser realizada.
4- SERVE A PRESENTE DECISÃO DE MANDADO PARA INTIMAÇÃO DAS TESTEMUNHAS:
- JANETE OLIVEIRA PASCHOAL,portadora da Identidade RG nº 548.928 SSPRO e do CPF nº 019.362.114-24, residente e domiciliada na Linha 208, s/n Lote 53, Gleba 06 Zona Rural, em Cacoal-RO.
- MARCOS FELIPE PASCHOAL QUIESA, Portador da identidade RG nº 1361425 SSP-RO e do CPF nº 035.407.552-72, residente e domiciliado na Linha 208, Lote 53 Gleba 06, Zona Rural em Cacoal-RO.
Cacoal, 02/05/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7000521-49.2019.8.22.0007
REQUERENTE: ANTONIO MARTINS, ÁREA RURAL, LINHA 06, LOTE 23, GLEBA 06 ÁREA RURAL DE CACOAL - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MEURI ADRIANA DE ANDRADE OAB nº RO9823, LARISSA RENATA PADILHA BARBOSA MAZZO OAB nº RO7978, ELTON DIONATAN HAASE OAB nº RO8038
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, RUA SÃO PAULO 2355, - DE 2173 A 2489 - LADO ÍMPAR CENTRO - 76963-781 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB nº RO5462, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA OAB nº MG87318, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL OAB nº RO8217, DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB nº MS6835
DECISÃO
Vistos
CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S.A – CERON opôs EMBARGOS DE DECLARAÇÃO alegando que a SENTENÇA é omissa em relação à análise da depreciação da subestação.
DECIDO
A embargante visa rediscutir o MÉRITO, alegando que não houve apreciação do tópico referente a depreciação da rede elétrica do autor.
Para tanto a embargante indica uma fórmula matemática, mas sequer disponibiliza o resultado do cálculo a demonstrar eventual discrepância entre o valor informado nos orçamentos atuais e o valor decrescido pela depreciação do objeto, ou seja, continua formulando alegações não específicas (CPC 341).
Ademais, acerca do tema, a Turma Recursal do Estado de Rondônia, em centenas de oportunidades, já se manifestou no sentido de que "a simples comprovação de construção da subestação, bem como a simulação dos valores dispendidos, é suficiente para comprovar fato constitutivo do direito da parte".
Não há omissão na SENTENÇA pelo fato de não ter exaurido um a um todos os argumentos das partes, vez que a inicial preenche os requisitos acima, bem como pelo fato de que houve adequada fundamentação e apreciação das teses como um todo.
Posto isso, rejeito os embargos de declaração, mantendo a SENTENÇA nos exatos termos em que foi prolatada.
Intimem-se as partes, sendo que o prazo para recurso inominado deverá transcorrer pelo prazo integral.
Agende-se decurso de prazo recursal.
Cacoal/RO, 02/05/2019
Juíza de Direito – Anita magdelaine Perez Belem

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960. Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7000512-24.2018.8.22.0007
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Nome: ANTONINHA MARIA DE JESUS
Endereço: Avenida Celestino Rosalino, 2915, - de 2763 a 2921 - lado ímpar, Habitar Brasil, Cacoal - RO - CEP: 76960-301
Advogados do(a) AUTOR: ANGELA MARIA DIAS RONDON GIL - RO155-B, REBECCA DIAS SANTOS SILVEIRA FURLANETTO - RO5167
Nome: SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE CACOAL
Endereço: Rua Florianópolis, 1747, - de 1497 a 1951 - lado ímpar, Liberdade, Cacoal - RO - CEP: 76967-437
Intimação
Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) de Direito do Juizado Especial de Cacoal, fica o(a) requerente, por meio de seu(sua) advogado(a), intimado(a) a informar a informar dados bancários para formalização do ROPV, no prazo de 10 (dez) dias.
Cacoal/RO, 2 de maio de 2019.
JOSE APARECIDO MACIEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960. Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7012799-19.2018.8.22.0007
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: C. A. DIAS - ME
Endereço: Avenida Inderval José Brasil, 449, - até 535 - lado ímpar, Novo Cacoal, Cacoal - RO - CEP: 76962-219
Advogado do(a) REQUERENTE: FERNANDO DA SILVA AZEVEDO - RO1293
Nome: FABIOLA DELFINO
Endereço: Rua Ademário Carlos Ferreira, 3599, - de 3478/3479 a 3826/3827, Village do Sol, Cacoal - RO - CEP: 76964-274
Intimação
Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) de Direito do Juizado Especial de Cacoal, fica o(a) requerente, por meio de seu(sua) advogado(a), intimado(a) a indicar o atual endereço do(a) requerido(a), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção e arquivamento do processo.
Cacoal/RO, 2 de maio de 2019.
MARCIA DUTRA DE OLIVEIRA

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960. Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7007161-05.2018.8.22.0007
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: IRENI BINOW KIPER
Endereço: Área Rural, LT 03, 04-A-2, LH ELETRONICA, Área Rural de Cacoal, Cacoal - RO - CEP: 76968-899
Nome: ALMERINDO BINOW
Endereço: Área Rural, LT 66, LH ELETRONICA, Área Rural de Cacoal, Cacoal - RO - CEP: 76968-899
Advogados do(a) REQUERENTE: DOUGLAS TOSTA FEITOSA - RO8514, RONILSON WESLEY PELEGRINE BARBOSA - RO4688
Advogados do(a) REQUERENTE: DOUGLAS TOSTA FEITOSA - RO8514, RONILSON WESLEY PELEGRINE BARBOSA - RO4688
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Avenida dos Imigrantes, 4137, - de 3601 a 4635 - lado ímpar, Industrial, Porto Velho - RO - CEP: 76821-063
Advogados do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL - RO8217, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318
Intimação
Intimação da parte promovente para tomar conhecimento do Alvará de Levantamento nº 660/2019 expedido em seu favor (ID 26870386) e disponibilizado no sistema PJe para impressão e realização do saque do valor depositado.
Uma vez retirado o alvará, o requerente deverá se manifestar quanto ao prosseguimento do feito, prazo de 5 dias, sob pena de extinção e arquivamento, conforme DESPACHO de ID 26868936.
Cacoal/RO, 2 de maio de 2019.
TAMIRES BOONE VILLA LOPES

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7003917-34.2019.8.22.0007
AUTOR: ADRIANO ESCOBAR CORDEIRO, RUA ANTÔNIO REPIZO 3885, - DE 3871/3872 AO FIM VILLAGE DO SOL - 76964-294 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: IVAN DOUGLAS BAPTISTA CARDOSO OAB nº RS7320
RÉU: GESEM CORDEIRO, AVENIDA AFONSO PENA 3146, - DE 2991/2992 A 3288/3289 PRINCESA ISABEL - 76964-116 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU:
DECISÃO
Vistos
1- Do pedido de tutela provisória
Alega o requerente que adquiriu um caminhão em sociedade com o requerido, mas este está negociando a venda do aludido veículo sem o seu consentimento.
Requer a restrição de venda/transferência do veículo.
DECIDO
Em sede de provimento liminar a concessão da medida envolve a demostração de existência do aparente direito invocado e a urgência a fim de se evitar a concretização de danos decorrentes de eventual demora na resolução do conflito (CPC 300 a 311).
Compulsando os autos verifico que as alegações do requerente merecem credibilidade, pois encontram sustentação nos elementos extraídos da documentação existente nos autos.
No que pese a ausência do pagamento total do veículo, em razão do contrato ter sido pactuado somente em nome do requerido, faz-se necessária a concessão da tutela a fim de obstar que o mesmo seja transferido para o nome do requerido e que este se desfaça do bem sem a anuência do autor.
Assim, a fim de não tornar inócua a prestação jurisdicional buscada pelo requerente, pois ao final do feito, caso o veículo seja transferido ao requerido, há possibilidade do mesmo se desfazer do bem, defiro o pedido de antecipação da tutela.
Nesta data, solicitei a restrição de transferência dos veículos (anexo).
2- Intime-se o(a) requerente.
3- Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 12/06/2019, às 09h20min. AGENDE-SE NO SISTEMA.
4- Cite-se e intime-se a parte requerida (AR/MANDADO /carta precatória).
5- Sendo o caso de relação de consumo com o consumidor no polo ativo da demanda, desde já, determino inversão do ônus da prova a fim de que o(a) requerido(a) apresente em juízo todos os documentos que possui quanto ao narrado nos autos.
6- Advertências gerais às partes:
6.1- A audiência será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Avenida Cuiabá, 1914, Centro, Cacoal/RO.
6.2- As partes deverão comparecer à audiência munidas de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial.
6.3- O(s) procurador(es) e preposto(s) das partes deverá(ão) comparecer à audiência munido(s) de poderes específicos para transacionar.
6.4- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). Também será aceito a presença por preposto (Enunciado 20 do Fonaje).
6.5- Fica o(a) requerente advertido(a) que o seu não comparecimento pessoal injustificado implicará na extinção e arquivamento do processo que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais.
6.6- Fica o(s) requerido(a) advertido(a) que o não comparecimento a quaisquer das audiências designadas importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do(a) requerente e proferido julgamento de plano.
6.7- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, o requerido deverá comparecer representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício (LJE 9º, §4º), sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (CPC 75, VIII e CC 45), sob pena de revelia. Ressalvado o disposto no Enunciado 99 do Fonaje que autoriza a juntada posterior de carta de preposto somente na hipótese de realização de acordo.
6.8- As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos.
6.9- Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado(a).
6.10- Havendo a necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública nessa Comarca (Rua José do Patrocínio, 1284, bairro Princesa Isabel, Cacoal-RO).
6.11- Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo.
6.12- O(a) requerido(a) deverá oferecer contestação (escrita ou oral) e demais provas, inclusive indicação de no máximo 3 (três) testemunhas (se necessário), com sua qualificação completa (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, até o ato da audiência de conciliação.
6.13- Quando da audiência de tentativa de conciliação, não sendo realizado acordo, o(a) requerente terá o prazo de 10 (dez) minutos para se manifestar sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados pela parte contrária.
6.14- Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização de audiência de instrução e julgamento.
7- Não sendo localizada a parte requerida, o(a) requerente deverá ser intimado(a) para apresentar novo endereço, no prazo de 10 dias. Apresentado novo endereço, ou não havendo tempo hábil para cumprimento, deverá a escrivania designar nova audiência de conciliação, independente de novo DESPACHO, a fim de que seja expedido o necessário.
8- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
9- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE.
10- Caso, o(a) requerido(a) não seja intimado e o(a) requerente não estando patrocinado por advogado, o oficial de justiça deverá se valer do presente COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE a apresentar o atual endereço do requerido no prazo de 10 dias, sob pena de extinção.
Cacoal/RO, 02/05/2019
Juíza de Direito – Anita magdelaine Perez Belem

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960.
Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7003231-42.2019.8.22.0007
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: VERA LUCIA PEREIRA LIMA SANTANA
Endereço: Rua Anísio Serrão, 3501, - de 3414/3415 ao fim, Floresta, Cacoal - RO - CEP: 76965-786

Advogados do(a) AUTOR: MIRIAN SALES DE SOUSA - RO8569, JOSIMARA CARDOSO GOMES - RO8649
Nome: ESTADO DE RONDÔNIA
Endereço: desconhecido
Intimação
Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) de Direito do Juizado Especial de Cacoal, fica o(a) requerente, por meio de seu(sua) advogado(a), intimado(a) a apresentar impugnação à contestação, no prazo de 10 (dez) dias, ocasião em que deverá especificar as provas que pretende produzir, justificando a pertinência e FINALIDADE, sob pena de indeferimento.
Cacoal/RO, 2 de maio de 2019.
TAMIRES BOONE VILLA LOPES

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960.
Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7013768-34.2018.8.22.0007
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: DOUGLAS BASSO SALES
Endereço: Rua Pioneiro Felisberto Antônio Topan, 5099, Alpha Parque, Cacoal - RO - CEP: 76965-396
Advogados do(a) REQUERENTE: LARISSA RENATA PADILHA BARBOSA MAZZO - RO7978, ELTON DIONATAN HAASE - RO8038, MEURI ADRIANA DE ANDRADE FLORÊNCIO - RO9823
Nome: Banco CBSS S/A
Endereço: Alameda Xingu, 512, Andar 07, Alphaville Industrial, Barueri - SP - CEP: 06455-030
Advogado do(a) REQUERIDO: ENY ANGE SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAUJO - BA29442
Intimação
Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) de Direito do Juizado Especial de Cacoal, fica o(a) requerido(a), por meio de seu(sua) advogado(a), intimado(a) a cumprir a SENTENÇA proferida nos autos supra, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de execução forçada acrescida da multa de 10% (dez por cento) prevista no art. 523, §1º, do Novo Código de Processo Civil.
Cacoal/RO, 2 de maio de 2019.
MARCIA DUTRA DE OLIVEIRA

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960.
Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7000021-80.2019.8.22.0007
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Nome: MARIA AUSCILIADORA LOURENCO ME
Endereço: Rua Manoel Messias de Assis, 1108, Teixeirão, Cacoal - RO - CEP: 76965-520
Advogado do(a) EXEQUENTE: FERNANDO DA SILVA AZEVEDO - RO1293
Nome: FRANCISCO RENATO MARQUES
Endereço: Rua Marcos de Jesus Crispim, 4410, Jardim Limoeiro, Cacoal - RO - CEP: 76961-476
Intimação
FINALIDADE: Intimação da parte autora, através de seu(s) advogado(s) para, no prazo de 10 (dez) dias, informar o endereço atualizado do(a) requerido(a) sob pena de extinção.
Cacoal/RO, 2 de maio de 2019.
TAMIRES BOONE VILLA LOPES

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7004466-44.2019.8.22.0007
AUTOR: MARIA ROSA NUNES DE ANDRADE, RUA JOSÉ BONIFÁCIO 3734, - DE 3522/3523 A 3822/3823 VILLAGE DO SOL - 76964-272 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ANA PAULA SANCHES MENEZES OAB nº RO9705, EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS OAB nº RO2930, NOEL NUNES DE ANDRADE OAB nº RO1586
RÉU: UNIMED DE RONDONIA - COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO, AVENIDA CARLOS GOMES 1259, - DE 1259 A 1517 - LADO ÍMPAR CENTRO - 76801-109 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU:
DECISÃO
Vistos
1- Do pedido de tutela provisória
Alega que a requerida negativou seu nome por débito já quitado e requer tutela provisória para exclusão de seu nome dos cadastros de inadimplentes.
DECIDO
Para a concessão da tutela provisória imperiosa a demonstração da probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (tutela de urgência, CPC 300) ou, apenas a prova inequívoca do direito alegado sem a necessidade de demonstração de perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (tutela de evidência, CPC 311).
Existe a demonstração da probabilidade da veracidade na alegação da requerente de que seu nome foi inscrito por débito quitado.
No ano de 2018, a autora solicitou o cancelamento do serviço e a renegociação dos débitos pendentes, conforme documento de id 26794904, tendo efetuado o seu pagamento, conforme comprovante de id 26794905.
A urgência é decorrente do abalo de crédito gerado pela negativação e tal circunstância é extremamente gravosa, haja vista que na atual sociedade capitalista as pessoas dependem muito do crédito para fazer suas aquisições, de modo que a negativação, nessa circunstância, atingiria a própria dignidade do requerente.
Não existe perigo de irreversibilidade da medida, pois sendo julgada improcedente a pretensão pode a negativação ser novamente praticada, sem prejuízo da ação autônoma para cobrança do valor.
Posto isso, DEFIRO a antecipação dos efeitos da tutela para que a requerida exclua o nome da parte requerente dos órgãos de proteção ao crédito oriundo do contrato nº 3040402881, vencido em 15/09/2016 e 3040402881, vencido em 15/10/2016, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da intimação desta DECISÃO, até o deslinde da ação, sob pena de multa diária no valor de R$200,00 (duzentos reais), respeitando o limite de R$3.000,00 (três mil reais).
2- Intime-se o(a) requerente.
3- Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 12/06/2019, às 10h00min. AGENDE-SE NO SISTEMA.
4- Cite-se e intime-se a parte requerida (AR/MANDADO /carta precatória).
5- Sendo o caso de relação de consumo com o consumidor no polo ativo da demanda, desde já, determino inversão do ônus da prova a fim de que o(a) requerido(a) apresente em juízo todos os documentos que possui quanto ao narrado nos autos.
6- Advertências gerais às partes:
6.1- A audiência será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Avenida Cuiabá, 1914, Centro, Cacoal/RO.
6.2- As partes deverão comparecer à audiência munidas de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial.
6.3- O(s) procurador(es) e preposto(s) das partes deverá(ão) comparecer à audiência munido(s) de poderes específicos para transacionar.
6.4- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). Também será aceito a presença por preposto (Enunciado 20 do Fonaje).

6.5- Fica o(a) requerente advertido(a) que o seu não comparecimento pessoal injustificado implicará na extinção e arquivamento do processo que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais.
6.6- Fica o(s) requerido(a) advertido(a) que o não comparecimento a quaisquer das audiências designadas importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do(a) requerente e proferido julgamento de plano.
6.7- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, o requerido deverá comparecer representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício (LJE 9º, §4º), sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (CPC 75, VIII e CC 45), sob pena de revelia. Ressalvado o disposto no Enunciado 99 do Fonaje que autoriza a juntada posterior de carta de preposto somente na hipótese de realização de acordo.
6.8- As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos.
6.9- Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado(a).
6.10- Havendo a necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública nessa Comarca (Rua José do Patrocínio, 1284, bairro Princesa Isabel, Cacoal-RO).
6.11- Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo.
6.12- O(a) requerido(a) deverá oferecer contestação (escrita ou oral) e demais provas, inclusive indicação de no máximo 3 (três) testemunhas (se necessário), com sua qualificação completa (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, até o ato da audiência de conciliação.
6.13- Quando da audiência de tentativa de conciliação, não sendo realizado acordo, o(a) requerente terá o prazo de 10 (dez) minutos para se manifestar sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados pela parte contrária.
6.14- Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização de audiência de instrução e julgamento.
7- Não sendo localizada a parte requerida, o(a) requerente deverá ser intimado(a) para apresentar novo endereço, no prazo de 10 dias. Apresentado novo endereço, ou não havendo tempo hábil para cumprimento, deverá a escrivania designar nova audiência de conciliação, independente de novo DESPACHO, a fim de que seja expedido o necessário.
8- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
9- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE.
10- Caso, o(a) requerido(a) não seja intimado e o(a) requerente não estando patrocinado por advogado, o oficial de justiça deverá se valer do presente COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE a apresentar o atual endereço do requerido no prazo de 10 dias, sob pena de extinção.
Cacoal/RO, 02/05/2019
Juíza de Direito – Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7004095-80.2019.8.22.0007
REQUERENTE: KM MOTOS LTDA - ME, AVENIDA CASTELO BRANCO 18.791, - DE 18267 A 18791 - LADO ÍMPAR LIBERDADE - 76967-391 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: VILSON KEMPER JUNIOR OAB nº RO6444
REQUERIDO: JHULIO MATHEUS DA SILVA FRANCO, AVENIDA FLOR DE MARACÁ 3207, S/C JARDIM ITÁLIA I - 76960-240 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DESPACHO
Vistos
1- Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 05/06/2019, às 10h40min. AGENDE-SE NO SISTEMA.
2- Intime-se o(a) requerente.
3- Cite-se e intime-se a parte requerida (AR/MANDADO /carta precatória).
4- Sendo o caso de relação de consumo com o consumidor no polo ativo da demanda, desde já, determino inversão do ônus da prova a fim de que o(a) requerido(a) apresente em juízo todos os documentos que possui quanto ao narrado nos autos.
5- Advertências gerais às partes:
5.1- A audiência será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Avenida Cuiabá, 1914, Centro, Cacoal/RO.
5.2- As partes deverão comparecer à audiência munidas de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial.
5.3- O(s) procurador(es) e preposto(s) das partes deverá(ão) comparecer à audiência munido(s) de poderes específicos para transacionar.
5.4- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). Também será aceito a presença por preposto (Enunciado 20 do Fonaje).
5.5- Fica o(a) requerente advertido(a) que o seu não comparecimento pessoal injustificado implicará na extinção e arquivamento do processo que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais.
5.6- Fica o(s) requerido(a) advertido(a) que o não comparecimento a quaisquer das audiências designadas importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do(a) requerente e proferido julgamento de plano.
5.7- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, o requerido deverá comparecer representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício (LJE 9º, §4º), sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (CPC 75, VIII e CC 45), sob pena de revelia. Ressalvado o disposto no Enunciado 99 do Fonaje que autoriza a juntada posterior de carta de preposto somente na hipótese de realização de acordo.
5.8- As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos.
5.9- Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado(a).
5.10- Havendo a necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública nessa Comarca (Rua José do Patrocínio, 1284, bairro Princesa Isabel, Cacoal-RO).

5.11- Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo.
5.12- O(a) requerido(a) deverá oferecer contestação (escrita ou oral) e demais provas, inclusive indicação de no máximo 3 (três) testemunhas (se necessário), com sua qualificação completa (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, até o ato da audiência de conciliação.
5.13- Quando da audiência de tentativa de conciliação, não sendo realizado acordo, o(a) requerente terá o prazo de 10 (dez) minutos para se manifestar sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados pela parte contrária.
5.14- Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização de audiência de instrução e julgamento.
6- Não sendo localizada a parte requerida, o(a) requerente deverá ser intimado(a) para apresentar novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias. Apresentado novo endereço, ou não havendo tempo hábil para cumprimento, deverá a escrivania designar nova audiência de conciliação, independente de novo DESPACHO, a fim de que seja expedido o necessário.
7- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
8- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE.
9- Caso, o(a) requerido(a) não seja intimado e o(a) requerente não estando patrocinado por advogado, o oficial de justiça deverá se valer do presente COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE a apresentar o atual endereço do requerido no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Cacoal, 26/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7004469-96.2019.8.22.0007
AUTOR: CARLOS ALBERTO DE ARRUDA JUNIOR, RUA ANTÔNIO DE PAULA NUNES 1512, - DE 1275/1276 A 1728/1729 CENTRO - 76963-784 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: NADIA PINHEIRO COSTA OAB nº RO7035, ROSEANE MARIA VIEIRA TAVARES FONTANA OAB nº RO2209
RÉU: OI MOVEL, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO RÉU:
DECISÃO
Vistos
1- Do pedido de tutela provisória
Alega o requerente que possui linha fixa e móvel com a requerida, inscritos no plano Oi Total, pelo qual está lhe sendo cobrado valores de serviços não utilizados, tais como mensagens e internet móvel. Faz pedido de antecipação de tutela para que a requerida se abstenha de cobrar valores inerentes a esses serviços.
DECIDO
Para a concessão da antecipação da tutela imperiosa a demonstração da prova inequívoca da verossimilhança do direito alegado e: I – haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; ou II – fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.
Ocorre que as faturas impugnadas demonstram a utilização dos serviços mencionados. A exemplo, a fatura do mês de fevereiro de 2018, consta que houve uso de 202202kb de internet móvel; a fatura do mês seguinte consta que houve uso de 11622kb de internet móvel, etc.
Assim, de plano, não há como assegurar-lhe a proteção do direito, pois não vislumbro a certeza de quais os valores são indevidos.
Posto isso, indefiro a antecipação dos efeitos da tutela pretendida pela requerente, sendo certo que em qualquer fase processual demonstrada a verossimilhança de suas alegações nada impedirá a concessão da medida pretendida.
2- Intime-se o(a) requerente.
3- Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 12/06/2019, às 11h20min. AGENDE-SE NO SISTEMA.
4- Cite-se e intime-se a parte requerida (AR/MANDADO /carta precatória).
5- Sendo o caso de relação de consumo com o consumidor no polo ativo da demanda, desde já, determino inversão do ônus da prova a fim de que o(a) requerido(a) apresente em juízo todos os documentos que possui quanto ao narrado nos autos.
6- Advertências gerais às partes:
6.1- A audiência será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Avenida Cuiabá, 1914, Centro, Cacoal/RO.
6.2- As partes deverão comparecer à audiência munidas de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial.
6.3- O(s) procurador(es) e preposto(s) das partes deverá(ão) comparecer à audiência munido(s) de poderes específicos para transacionar.
6.4- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). Também será aceito a presença por preposto (Enunciado 20 do Fonaje).
6.5- Fica o(a) requerente advertido(a) que o seu não comparecimento pessoal injustificado implicará na extinção e arquivamento do processo que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais.
6.6- Fica o(s) requerido(a) advertido(a) que o não comparecimento a quaisquer das audiências designadas importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do(a) requerente e proferido julgamento de plano.
6.7- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, o requerido deverá comparecer representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício (LJE 9º, §4º), sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (CPC 75, VIII e CC 45), sob pena de revelia. Ressalvado o disposto no Enunciado 99 do Fonaje que autoriza a juntada posterior de carta de preposto somente na hipótese de realização de acordo.
6.8- As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos.
6.9- Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado(a).
6.10- Havendo a necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública nessa Comarca (Rua José do Patrocínio, 1284, bairro Princesa Isabel, Cacoal-RO).
6.11- Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo.
6.12- O(a) requerido(a) deverá oferecer contestação (escrita ou oral) e demais provas, inclusive indicação de no máximo 3 (três) testemunhas (se necessário), com sua qualificação completa (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, até o ato da audiência de conciliação.

6.13- Quando da audiência de tentativa de conciliação, não sendo realizado acordo, o(a) requerente terá o prazo de 10 (dez) minutos para se manifestar sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados pela parte contrária.
6.14- Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização de audiência de instrução e julgamento.
7- Não sendo localizada a parte requerida, o(a) requerente deverá ser intimado(a) para apresentar novo endereço, no prazo de 10 dias. Apresentado novo endereço, ou não havendo tempo hábil para cumprimento, deverá a escrivania designar nova audiência de conciliação, independente de novo DESPACHO, a fim de que seja expedido o necessário.
8- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
9- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE.
10- Caso, o(a) requerido(a) não seja intimado e o(a) requerente não estando patrocinado por advogado, o oficial de justiça deverá se valer do presente COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE a apresentar o atual endereço do requerido no prazo de 10 dias, sob pena de extinção.
Cacoal/RO, 02/05/2019
Juíza de Direito – Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7003404-66.2019.8.22.0007
AUTOR: OSMAR ALVES PEREIRA, RUA JI PARANÁ 2127, - DE 1721/1722 A 2177/2178 JARDIM CLODOALDO - 76963-626 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: VANUSA ALVARENGA ESTENIER OAB nº RO5661
RÉU: D. D. T. D. R., RUA JI PARANÁ, - DE 1721/1722 A 2177/2178 JARDIM CLODOALDO - 76963-626 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU:
DESPACHO
Vistos
Intime-se a parte requerente para emendar a petição inicial a fim de juntar aos autos cópia da petição inicial, citação do requerido, SENTENÇA, acórdão e certidão de trânsito em julgado.
Prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial e extinção (CPC 321).
Agende-se decurso de prazo para verificação e retornem os autos conclusos.
Cacoal, 24/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7004094-95.2019.8.22.0007
REQUERENTE: MARIA DA GLORIA TARGA COPPO - ME, RUA RUI BARBOSA, - DE 825/826 A 960/961 PRINCESA ISABEL - 76964-052 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: FERNANDO DA SILVA AZEVEDO OAB nº RO1293
REQUERIDO: MISLAINE DOS SANTOS FERREIRA, RUA SAPUCAIA 5450 RESIDENCIAL PAINEIRAS - 76964-664 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DESPACHO
Vistos
1- Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 05/06/2019, às 10h00min. AGENDE-SE NO SISTEMA.
2- Intime-se o(a) requerente.
3- Cite-se e intime-se a parte requerida (AR/MANDADO /carta precatória).
4- Sendo o caso de relação de consumo com o consumidor no polo ativo da demanda, desde já, determino inversão do ônus da prova a fim de que o(a) requerido(a) apresente em juízo todos os documentos que possui quanto ao narrado nos autos.
5- Advertências gerais às partes:
5.1- A audiência será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Avenida Cuiabá, 1914, Centro, Cacoal/RO.
5.2- As partes deverão comparecer à audiência munidas de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial.
5.3- O(s) procurador(es) e preposto(s) das partes deverá(ão) comparecer à audiência munido(s) de poderes específicos para transacionar.
5.4- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). Também será aceito a presença por preposto (Enunciado 20 do Fonaje).
5.5- Fica o(a) requerente advertido(a) que o seu não comparecimento pessoal injustificado implicará na extinção e arquivamento do processo que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais.
5.6- Fica o(s) requerido(a) advertido(a) que o não comparecimento a quaisquer das audiências designadas importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do(a) requerente e proferido julgamento de plano.
5.7- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, o requerido deverá comparecer representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício (LJE 9º, §4º), sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (CPC 75, VIII e CC 45), sob pena de revelia. Ressalvado o disposto no Enunciado 99 do Fonaje que autoriza a juntada posterior de carta de preposto somente na hipótese de realização de acordo.
5.8- As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos.
5.9- Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado(a).
5.10- Havendo a necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública nessa Comarca (Rua José do Patrocínio, 1284, bairro Princesa Isabel, Cacoal-RO).
5.11- Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo.
5.12- O(a) requerido(a) deverá oferecer contestação (escrita ou oral) e demais provas, inclusive indicação de no máximo 3 (três) testemunhas (se necessário), com sua qualificação completa (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, até o ato da audiência de conciliação.

5.13- Quando da audiência de tentativa de conciliação, não sendo realizado acordo, o(a) requerente terá o prazo de 10 (dez) minutos para se manifestar sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados pela parte contrária.
5.14- Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização de audiência de instrução e julgamento.
6- Não sendo localizada a parte requerida, o(a) requerente deverá ser intimado(a) para apresentar novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias. Apresentado novo endereço, ou não havendo tempo hábil para cumprimento, deverá a escrivania designar nova audiência de conciliação, independente de novo DESPACHO, a fim de que seja expedido o necessário.
7- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
8- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE.
9- Caso, o(a) requerido(a) não seja intimado e o(a) requerente não estando patrocinado por advogado, o oficial de justiça deverá se valer do presente COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE a apresentar o atual endereço do requerido no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Cacoal, 26/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7003934-70.2019.8.22.0007
REQUERENTE: ALEXANDRE BRAGA MOREIRA, RUA XV DE NOVEMBRO 2460, - DE 2195/2196 AO FIM CENTRO - 76963-712 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: RAFAEL COSTA VIANA OAB nº RO8129
REQUERIDO: GOL LINHAS AÉREAS, RUA TAMOIOS 246, - ATÉ 489/490 JARDIM AEROPORTO - 04630-000 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DESPACHO
Vistos
1- Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 05/06/2019, às 08h40min. AGENDE-SE NO SISTEMA.
2- Intime-se o(a) requerente.
3- Cite-se e intime-se a parte requerida (AR/MANDADO /carta precatória).
4- Sendo o caso de relação de consumo com o consumidor no polo ativo da demanda, desde já, determino inversão do ônus da prova a fim de que o(a) requerido(a) apresente em juízo todos os documentos que possui quanto ao narrado nos autos.
5- Advertências gerais às partes:
5.1- A audiência será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Avenida Cuiabá, 1914, Centro, Cacoal/RO.
5.2- As partes deverão comparecer à audiência munidas de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial.
5.3- O(s) procurador(es) e preposto(s) das partes deverá(ão) comparecer à audiência munido(s) de poderes específicos para transacionar.
5.4- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). Também será aceito a presença por preposto (Enunciado 20 do Fonaje).
5.5- Fica o(a) requerente advertido(a) que o seu não comparecimento pessoal injustificado implicará na extinção e arquivamento do processo que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais.
5.6- Fica o(s) requerido(a) advertido(a) que o não comparecimento a quaisquer das audiências designadas importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do(a) requerente e proferido julgamento de plano.
5.7- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, o requerido deverá comparecer representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício (LJE 9º, §4º), sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (CPC 75, VIII e CC 45), sob pena de revelia. Ressalvado o disposto no Enunciado 99 do Fonaje que autoriza a juntada posterior de carta de preposto somente na hipótese de realização de acordo.
5.8- As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos.
5.9- Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado(a).
5.10- Havendo a necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública nessa Comarca (Rua José do Patrocínio, 1284, bairro Princesa Isabel, Cacoal-RO).
5.11- Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo.
5.12- O(a) requerido(a) deverá oferecer contestação (escrita ou oral) e demais provas, inclusive indicação de no máximo 3 (três) testemunhas (se necessário), com sua qualificação completa (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, até o ato da audiência de conciliação.
5.13- Quando da audiência de tentativa de conciliação, não sendo realizado acordo, o(a) requerente terá o prazo de 10 (dez) minutos para se manifestar sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados pela parte contrária.
5.14- Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização de audiência de instrução e julgamento.
6- Não sendo localizada a parte requerida, o(a) requerente deverá ser intimado(a) para apresentar novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias. Apresentado novo endereço, ou não havendo tempo hábil para cumprimento, deverá a escrivania designar nova audiência de conciliação, independente de novo DESPACHO, a fim de que seja expedido o necessário.
7- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
8- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE.
9- Caso, o(a) requerido(a) não seja intimado e o(a) requerente não estando patrocinado por advogado, o oficial de justiça deverá se valer do presente COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE a apresentar o atual endereço do requerido no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Cacoal, 26/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7003995-28.2019.8.22.0007

AUTOR: ALEX PEREIRA DE SOUZA, AVENIDA CUIABÁ 2854, - DE 2681 A 2943 - LADO ÍMPAR JARDIM CLODOALDO - 76963-681 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ANDERSON FABIANO BRASIL OAB nº RO5921
REQUERIDO: MERCADOPAGO.COM REPRESENTACOES LTDA., AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS, 3000 3003, PARTE E BONFIM - 06233-903 - OSASCO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DESPACHO
Vistos
1- Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 10/06/2019, às 09h20min. AGENDE-SE NO SISTEMA.
2- Intime-se o(a) requerente.
3- Cite-se e intime-se a parte requerida (AR/MANDADO /carta precatória).
4- Sendo o caso de relação de consumo com o consumidor no polo ativo da demanda, desde já, determino inversão do ônus da prova a fim de que o(a) requerido(a) apresente em juízo todos os documentos que possui quanto ao narrado nos autos.
5- Advertências gerais às partes:
5.1- A audiência será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Avenida Cuiabá, 1914, Centro, Cacoal/RO.
5.2- As partes deverão comparecer à audiência munidas de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial.
5.3- O(s) procurador(es) e preposto(s) das partes deverá(ão) comparecer à audiência munido(s) de poderes específicos para transacionar.
5.4- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). Também será aceito a presença por preposto (Enunciado 20 do Fonaje).
5.5- Fica o(a) requerente advertido(a) que o seu não comparecimento pessoal injustificado implicará na extinção e arquivamento do processo que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais.
5.6- Fica o(s) requerido(a) advertido(a) que o não comparecimento a quaisquer das audiências designadas importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do(a) requerente e proferido julgamento de plano.
5.7- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, o requerido deverá comparecer representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício (LJE 9º, §4º), sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (CPC 75, VIII e CC 45), sob pena de revelia. Ressalvado o disposto no Enunciado 99 do Fonaje que autoriza a juntada posterior de carta de preposto somente na hipótese de realização de acordo.
5.8- As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos.
5.9- Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado(a).
5.10- Havendo a necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública nessa Comarca (Rua José do Patrocínio, 1284, bairro Princesa Isabel, Cacoal-RO).
5.11- Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo.
5.12- O(a) requerido(a) deverá oferecer contestação (escrita ou oral) e demais provas, inclusive indicação de no máximo 3 (três) testemunhas (se necessário), com sua qualificação completa (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, até o ato da audiência de conciliação.
5.13- Quando da audiência de tentativa de conciliação, não sendo realizado acordo, o(a) requerente terá o prazo de 10 (dez) minutos para se manifestar sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados pela parte contrária.
5.14- Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização de audiência de instrução e julgamento.
6- Não sendo localizada a parte requerida, o(a) requerente deverá ser intimado(a) para apresentar novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias. Apresentado novo endereço, ou não havendo tempo hábil para cumprimento, deverá a escrivania designar nova audiência de conciliação, independente de novo DESPACHO, a fim de que seja expedido o necessário.
7- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
8- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE.
9- Caso, o(a) requerido(a) não seja intimado e o(a) requerente não estando patrocinado por advogado, o oficial de justiça deverá se valer do presente COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE a apresentar o atual endereço do requerido no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Cacoal, 30/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

Escrivão: Francisco Antônio Lima
CWLje@tjro.jus.br
Expediente 02de dezembro de 2015
Juizado Especial Cível, Criminal e faz. Pública

Proc: 1001798-81.2014.8.22.0007
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Wgeziamar Batista de Souza(Requerente)
Advogado(s): João Francisco Pinheiro Oliveira(OAB 1512 RO)
Banco do Brasil S/A(Requerido)
Advogado(s): Gustavo Amato Passini(OAB 4567 RO), OAB:6.673-A RO, OAB:6.676-A RO
Wgeziamar Batista de Souza(Requerente)
Advogado(s): João Francisco Pinheiro Oliveira(OAB 1512 RO)
Banco do Brasil S/A(Requerido)
Advogado(s): Gustavo Amato Passini(OAB 4567 RO), SERVIO TÚLIO DE BARCELOS, OAB/RS 95803-A e JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB/RS 95750-A), AB:6.673-A RO, OAB:6.676-A
Fica a parte requerida informada que o presente feito não encontra-se em segredo de justiça, estando todas as peças disponíveis para acesso e visualização através do Sistema Projudi.
Caso não haja manifestação da parte, no prazo de 5 dias, o feito será arquivado, conforme determinação judicial proferida nos autos.

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7003718-12.2019.8.22.0007
REQUERENTE: ELITE CURSOS PREPARATORIOS LTDA - ME, AVENIDA BELO HORIZONTE 3105, - DE 2933 A 3133 - LADO ÍMPAR NOVO CACOAL - 76962-165 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ANA PAULA DOS SANTOS OLIVEIRA OAB nº RO9447
REQUERIDO: MARIA JULIA BATISTA PEREIRA, LINHA 6. GLEBA 6. KM3. s/n ÁREA RURAL DE CACOAL - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DESPACHO
Vistos
1- Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 03/06/2019, às 08h40min. AGENDE-SE NO SISTEMA.
2- Intime-se o(a) requerente.
3- Cite-se e intime-se a parte requerida (AR/mandado/carta precatória).
4- Sendo o caso de relação de consumo com o consumidor no polo ativo da demanda, desde já, determino inversão do ônus da prova a fim de que o(a) requerido(a) apresente em juízo todos os documentos que possui quanto ao narrado nos autos.
5- Advertências gerais às partes:
5.1- A audiência será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Avenida Cuiabá, 1914, Centro, Cacoal/RO.
5.2- As partes deverão comparecer à audiência munidas de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial.
5.3- O(s) procurador(es) e preposto(s) das partes deverá(ão) comparecer à audiência munido(s) de poderes específicos para transacionar.
5.4- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). Também será aceito a presença por preposto (Enunciado 20 do Fonaje).
5.5- Fica o(a) requerente advertido(a) que o seu não comparecimento pessoal injustificado implicará na extinção e arquivamento do processo que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais.
5.6- Fica o(s) requerido(a) advertido(a) que o não comparecimento a quaisquer das audiências designadas importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do(a) requerente e proferido julgamento de plano.
5.7- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, o requerido deverá comparecer representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício (LJE 9º, §4º), sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (CPC 75, VIII e CC 45), sob pena de revelia. Ressalvado o disposto no Enunciado 99 do Fonaje que autoriza a juntada posterior de carta de preposto somente na hipótese de realização de acordo.
5.8- As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos.
5.9- Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado(a).
5.10- Havendo a necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública nessa Comarca (Rua José do Patrocínio, 1284, bairro Princesa Isabel, Cacoal-RO).
5.11- Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo.
5.12- O(a) requerido(a) deverá oferecer contestação (escrita ou oral) e demais provas, inclusive indicação de no máximo 3 (três) testemunhas (se necessário), com sua qualificação completa (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, até o ato da audiência de conciliação.
5.13- Quando da audiência de tentativa de conciliação, não sendo realizado acordo, o(a) requerente terá o prazo de 10 (dez) minutos para se manifestar sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados pela parte contrária.
5.14- Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização de audiência de instrução e julgamento.
6- Não sendo localizada a parte requerida, o(a) requerente deverá ser intimado(a) para apresentar novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias. Apresentado novo endereço, ou não havendo tempo hábil para cumprimento, deverá a escrivania designar nova audiência de conciliação, independente de novo despacho, a fim de que seja expedido o necessário.
7- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
8- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE.
9- Caso, o(a) requerido(a) não seja intimado e o(a) requerente não estando patrocinado por advogado, o oficial de justiça deverá se valer do presente COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE a apresentar o atual endereço do requerido no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Cacoal, 25/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960. Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7010090-11.2018.8.22.0007
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: JAKELLINE MARTIMIANO
Endereço: Rua São José, 536, - de 536/537 ao fim, Santo Antônio, Cacoal - RO - CEP: 76967-262
Advogados do(a) REQUERENTE: JULIANA MIRANDA FURTADO - RO5542, JESSINI MARIE SANTOS SILVA - RO6117
Nome: UNIAO NORTE DO PARANA DE ENSINO LTDA
Endereço: Rua Edelina Meneghel Rando, 151, CAMPUS DE BANDEIRANTE - VILA MACEDO, VILA MACEDO, Bandeirantes - PR - CEP: 86360-000
Advogado do(a) REQUERIDO: FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA - MG109730
Intimação
Intimação da parte promovente para tomar conhecimento do Alvará de Levantamento nº 654/2019 expedido em seu favor (ID 26863347) e disponibilizado no sistema PJe para impressão e realização do saque do valor depositado.

Uma vez retirado o alvará, o requerente deverá se manifestar quanto ao prosseguimento do feito, prazo de 5 dias, sob pena de extinção e arquivamento, conforme despacho de ID 26862484.
Cacoal/RO, 2 de maio de 2019.
TAMIRES BOONE VILLA LOPES

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7003738-03.2019.8.22.0007
REQUERENTE: MARIA DA GLORIA TARGA COPPO - ME, RUA RUI BARBOSA, - DE 825/826 A 960/961 PRINCESA ISABEL - 76964-052 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: FERNANDO DA SILVA AZEVEDO OAB nº RO1293
REQUERIDO: VALDILEI LUIZ GERMANO, ÁREA RURAL, LINHA 10, LOTE 96, GLEBA 09 ÁREA RURAL DE CACOAL - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DESPACHO
Vistos
1- Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 03/06/2019, às 11h20min. AGENDE-SE NO SISTEMA.
2- Intime-se o(a) requerente.
3- Cite-se e intime-se a parte requerida (AR/mandado/carta precatória).
4- Sendo o caso de relação de consumo com o consumidor no polo ativo da demanda, desde já, determino inversão do ônus da prova a fim de que o(a) requerido(a) apresente em juízo todos os documentos que possui quanto ao narrado nos autos.
5- Advertências gerais às partes:
5.1- A audiência será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Avenida Cuiabá, 1914, Centro, Cacoal/RO.
5.2- As partes deverão comparecer à audiência munidas de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial.
5.3- O(s) procurador(es) e preposto(s) das partes deverá(ão) comparecer à audiência munido(s) de poderes específicos para transacionar.
5.4- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). Também será aceito a presença por preposto (Enunciado 20 do Fonaje).
5.5- Fica o(a) requerente advertido(a) que o seu não comparecimento pessoal injustificado implicará na extinção e arquivamento do processo que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais.
5.6- Fica o(s) requerido(a) advertido(a) que o não comparecimento a quaisquer das audiências designadas importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do(a) requerente e proferido julgamento de plano.
5.7- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, o requerido deverá comparecer representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício (LJE 9º, §4º), sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (CPC 75, VIII e CC 45), sob pena de revelia. Ressalvado o disposto no Enunciado 99 do Fonaje que autoriza a juntada posterior de carta de preposto somente na hipótese de realização de acordo.
5.8- As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos.
5.9- Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado(a).
5.10- Havendo a necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública nessa Comarca (Rua José do Patrocínio, 1284, bairro Princesa Isabel, Cacoal-RO).
5.11- Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo.
5.12- O(a) requerido(a) deverá oferecer contestação (escrita ou oral) e demais provas, inclusive indicação de no máximo 3 (três) testemunhas (se necessário), com sua qualificação completa (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, até o ato da audiência de conciliação.
5.13- Quando da audiência de tentativa de conciliação, não sendo realizado acordo, o(a) requerente terá o prazo de 10 (dez) minutos para se manifestar sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados pela parte contrária.
5.14- Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização de audiência de instrução e julgamento.
6- Não sendo localizada a parte requerida, o(a) requerente deverá ser intimado(a) para apresentar novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias. Apresentado novo endereço, ou não havendo tempo hábil para cumprimento, deverá a escrivania designar nova audiência de conciliação, independente de novo despacho, a fim de que seja expedido o necessário.
7- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
8- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE.
9- Caso, o(a) requerido(a) não seja intimado e o(a) requerente não estando patrocinado por advogado, o oficial de justiça deverá se valer do presente COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE a apresentar o atual endereço do requerido no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Cacoal, 26/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960.
Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7003745-29.2018.8.22.0007
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Nome: LEOMAR KLITZKE
Advogado do(a) EXEQUENTE: JEAN DE JESUS SILVA - RO2518
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogados do(a) EXECUTADO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL - RO8217
Finalidade: Intimar a parte exequente para tomar conhecimento do Alvará de Levantamento nº 576/2019 expedido em seu favor e disponibilizado no sistema PJe para impressão e realização do saque do valor depositado. Uma vez retirado o alvará, o requerente deverá comprovar o levantamento, bem como manifestar-se quanto ao adimplemento da obrigação, prazo de 5 dias, sob pena de extinção e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7003828-11.2019.8.22.0007
REQUERENTE: HIATA ANDRESON SOUSA SILVA, AVENIDA GUAPORÉ 3169, - DE 3023 A 3317 - LADO ÍMPAR JARDIM CLODOALDO - 76963-573 - CACOAL - RONDÔNIA

ADVOGADO DO REQUERENTE: JOELMA ALBERTO OAB nº RO7214
REQUERIDO: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A, AVENIDA DOUTOR MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES 939, AD 9 ED JATOBA COND CASTELO BRANCO OFICCE PARK TAMBORÉ - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DESPACHO
Vistos
1- Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 05/06/2019, às 10h40min. AGENDE-SE NO SISTEMA.
2- Intime-se o(a) requerente.
3- Cite-se e intime-se a parte requerida (AR/mandado/carta precatória).
4- Sendo o caso de relação de consumo com o consumidor no polo ativo da demanda, desde já, determino inversão do ônus da prova a fim de que o(a) requerido(a) apresente em juízo todos os documentos que possui quanto ao narrado nos autos.
5- Advertências gerais às partes:
5.1- A audiência será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Avenida Cuiabá, 1914, Centro, Cacoal/RO.
5.2- As partes deverão comparecer à audiência munidas de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial.
5.3- O(s) procurador(es) e preposto(s) das partes deverá(ão) comparecer à audiência munido(s) de poderes específicos para transacionar.
5.4- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). Também será aceito a presença por preposto (Enunciado 20 do Fonaje).
5.5- Fica o(a) requerente advertido(a) que o seu não comparecimento pessoal injustificado implicará na extinção e arquivamento do processo que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais.
5.6- Fica o(s) requerido(a) advertido(a) que o não comparecimento a quaisquer das audiências designadas importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do(a) requerente e proferido julgamento de plano.
5.7- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, o requerido deverá comparecer representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício (LJE 9º, §4º), sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (CPC 75, VIII e CC 45), sob pena de revelia. Ressalvado o disposto no Enunciado 99 do Fonaje que autoriza a juntada posterior de carta de preposto somente na hipótese de realização de acordo.
5.8- As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos.
5.9- Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado(a).
5.10- Havendo a necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública nessa Comarca (Rua José do Patrocínio, 1284, bairro Princesa Isabel, Cacoal-RO).
5.11- Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo.
5.12- O(a) requerido(a) deverá oferecer contestação (escrita ou oral) e demais provas, inclusive indicação de no máximo 3 (três) testemunhas (se necessário), com sua qualificação completa (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, até o ato da audiência de conciliação.
5.13- Quando da audiência de tentativa de conciliação, não sendo realizado acordo, o(a) requerente terá o prazo de 10 (dez) minutos para se manifestar sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados pela parte contrária.
5.14- Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização de audiência de instrução e julgamento.
6- Não sendo localizada a parte requerida, o(a) requerente deverá ser intimado(a) para apresentar novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias. Apresentado novo endereço, ou não havendo tempo hábil para cumprimento, deverá a escrivania designar nova audiência de conciliação, independente de novo despacho, a fim de que seja expedido o necessário.
7- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
8- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE.
9- Caso, o(a) requerido(a) não seja intimado e o(a) requerente não estando patrocinado por advogado, o oficial de justiça deverá se valer do presente COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE a apresentar o atual endereço do requerido no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Cacoal, 26/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960.
Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7003725-38.2018.8.22.0007
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Nome: ARNALDO FREDERICO
Advogado do(a) EXEQUENTE: JEAN DE JESUS SILVA - RO2518
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogados do(a) EXECUTADO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL - RO8217
FINALIDADE: Intimar a parte exequente para tomar conhecimento do Alvará de Levantamento nº 579/2019 expedido em seu favor e disponibilizado no sistema PJe para impressão e realização do saque do valor depositado. Uma vez retirado o alvará, o requerente deverá comprovar o levantamento, bem como manifestar-se quanto ao adimplemento da obrigação, prazo de 5 dias, sob pena de extinção e arquivamento.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960.
Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7011727-65.2016.8.22.0007
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Nome: CLOVIS JOSE MOREIRA
Endereço: rua solton, 1152, liberdade, Cacoal - RO - CEP: 76940-000
Nome: DINALVA SOUZA DE OLIVEIRA
Endereço: RUA CASTRO ALVES, 1703, JARDIM CLODOALDO, Cacoal - RO - CEP: 76940-000
Nome: ELIANA BATISTA DOS SANTOS
Endereço: RUA ANEL VIARIO, 1738, BRIZON, Cacoal - RO - CEP: 76940-000
Nome: HEBER ALEXANDRE FONSECA MORAES
Endereço: Rua Rio Branco, 1574, APTO 109, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-856
Nome: PAULO ENEIAS ANICETO

Endereço: RUA JI PARANA, 2392, JARDIM CLODOALDO, Cacoal - RO - CEP: 76940-000
Nome: JOSE CORREA NETTO
Endereço: Rua José Américo, 1138, - até 1301/1302, Vista Alegre, Cacoal - RO - CEP: 76960-018
Nome: CARLA PANSINI
Endereço: Avenida São Paulo, 2775, 5164, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76960-280
Nome: LUCIANE CARLA DOS REIS
Endereço: Rua Ji Paraná, 2127, APTO 16, Jardim Clodoaldo, Cacoal - RO - CEP: 76963-626
Advogado do(a) EXEQUENTE: RENAN GOMES MALDONADO DE JESUS - RO5769
Advogado do(a) EXEQUENTE: RENAN GOMES MALDONADO DE JESUS - RO5769
Advogado do(a) EXEQUENTE: RENAN GOMES MALDONADO DE JESUS - RO5769
Advogado do(a) EXEQUENTE: RENAN GOMES MALDONADO DE JESUS - RO5769
Advogado do(a) EXEQUENTE: RENAN GOMES MALDONADO DE JESUS - RO5769
Advogado do(a) EXEQUENTE: RENAN GOMES MALDONADO DE JESUS - RO5769
Advogado do(a) EXEQUENTE: RENAN GOMES MALDONADO DE JESUS - RO5769
Advogado do(a) EXEQUENTE: RENAN GOMES MALDONADO DE JESUS - RO5769
Nome: ESTADO DE RONDÔNIA
Endereço: desconhecido
Intimação
Fica a parte autora intimada para, em 10 dias, preencher a minuta em anexo e informar conta bancária, o que subsidiará a expedição do RPV.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960.
Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7003314-92.2018.8.22.0007
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Nome: DERCILIO CELESTINO SALES
Advogado do(a) EXEQUENTE: JULIANO MENDONÇA GEDE - RO5391
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogados do(a) EXECUTADO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL - RO8217, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318, GABRIELA DE LIMA TORRES - RO5714
Finalidade: Intimar a parte exequente para tomar conhecimento do Alvará de Levantamento nº 626/2019 expedido em seu favor e disponibilizado no sistema PJe para impressão e realização do saque do valor depositado. Uma vez retirado o alvará, o requerente deverá comprovar o levantamento, prazo de 5 dias.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7003929-48.2019.8.22.0007
REQUERENTE: MARIA APARECIDA MELO DE SOUZA, RUA XV DE NOVEMBRO 2460, APARTAMENTO 06 CENTRO - 76963-712 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: RAFAEL COSTA VIANA OAB nº RO8129
REQUERIDO: GOL LINHAS AÉREAS, RUA TAMOIOS 246, - ATÉ 489/490 JARDIM AEROPORTO - 04630-000 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DESPACHO
Vistos
1- Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 05/06/2019, às 08h00min. AGENDE-SE NO SISTEMA.
2- Intime-se o(a) requerente.
3- Cite-se e intime-se a parte requerida (AR/mandado/carta precatória).
4- Sendo o caso de relação de consumo com o consumidor no polo ativo da demanda, desde já, determino inversão do ônus da prova a fim de que o(a) requerido(a) apresente em juízo todos os documentos que possui quanto ao narrado nos autos.
5- Advertências gerais às partes:
5.1- A audiência será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Avenida Cuiabá, 1914, Centro, Cacoal/RO.
5.2- As partes deverão comparecer à audiência munidas de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial.
5.3- O(s) procurador(es) e preposto(s) das partes deverá(ão) comparecer à audiência munido(s) de poderes específicos para transacionar.
5.4- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). Também será aceito a presença por preposto (Enunciado 20 do Fonaje).
5.5- Fica o(a) requerente advertido(a) que o seu não comparecimento pessoal injustificado implicará na extinção e arquivamento do processo que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais.
5.6- Fica o(s) requerido(a) advertido(a) que o não comparecimento a quaisquer das audiências designadas importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do(a) requerente e proferido julgamento de plano.
5.7- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, o requerido deverá comparecer representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício (LJE 9º, §4º), sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (CPC 75, VIII e CC 45), sob pena de revelia. Ressalvado o disposto no Enunciado 99 do Fonaje que autoriza a juntada posterior de carta de preposto somente na hipótese de realização de acordo.
5.8- As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos.
5.9- Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado(a).
5.10- Havendo a necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública nessa Comarca (Rua José do Patrocínio, 1284, bairro Princesa Isabel, Cacoal-RO).
5.11- Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo.
5.12- O(a) requerido(a) deverá oferecer contestação (escrita ou oral) e demais provas, inclusive indicação de no máximo 3 (três) testemunhas (se necessário), com sua qualificação completa (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, até o ato da audiência de conciliação.
5.13- Quando da audiência de tentativa de conciliação, não sendo realizado acordo, o(a) requerente terá o prazo de 10 (dez) minutos para se manifestar sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados pela parte contrária.

5.14- Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização de audiência de instrução e julgamento.
6- Não sendo localizada a parte requerida, o(a) requerente deverá ser intimado(a) para apresentar novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias. Apresentado novo endereço, ou não havendo tempo hábil para cumprimento, deverá a escrivania designar nova audiência de conciliação, independente de novo despacho, a fim de que seja expedido o necessário.
7- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
8- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE.
9- Caso, o(a) requerido(a) não seja intimado e o(a) requerente não estando patrocinado por advogado, o oficial de justiça deverá se valer do presente COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE a apresentar o atual endereço do requerido no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Cacoal, 26/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7003739-85.2019.8.22.0007
AUTOR: OSCAR ANTONIO SERRANO TORREJON, RUA RUI BARBOSA 1608, - DE 1278/1279 A 1607/1608 CENTRO - 76963-770 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MICHELLI ROSA OAB nº RO9538
RÉU: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A, AVENIDA DOUTOR MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES 939 TAMBORÉ - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO
ADVOGADO DO RÉU:
DESPACHO
Vistos
1- Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 05/06/2019, às 08h40min. AGENDE-SE NO SISTEMA.
2- Intime-se o(a) requerente.
3- Cite-se e intime-se a parte requerida (AR/mandado/carta precatória).
4- Sendo o caso de relação de consumo com o consumidor no polo ativo da demanda, desde já, determino inversão do ônus da prova a fim de que o(a) requerido(a) apresente em juízo todos os documentos que possui quanto ao narrado nos autos.
5- Advertências gerais às partes:
5.1- A audiência será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Avenida Cuiabá, 1914, Centro, Cacoal/RO.
5.2- As partes deverão comparecer à audiência munidas de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial.
5.3- O(s) procurador(es) e preposto(s) das partes deverá(ão) comparecer à audiência munido(s) de poderes específicos para transacionar.
5.4- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). Também será aceito a presença por preposto (Enunciado 20 do Fonaje).
5.5- Fica o(a) requerente advertido(a) que o seu não comparecimento pessoal injustificado implicará na extinção e arquivamento do processo que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais.
5.6- Fica o(s) requerido(a) advertido(a) que o não comparecimento a quaisquer das audiências designadas importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do(a) requerente e proferido julgamento de plano.
5.7- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, o requerido deverá comparecer representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício (LJE 9º, §4º), sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (CPC 75, VIII e CC 45), sob pena de revelia. Ressalvado o disposto no Enunciado 99 do Fonaje que autoriza a juntada posterior de carta de preposto somente na hipótese de realização de acordo.
5.8- As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos.
5.9- Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado(a).
5.10- Havendo a necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública nessa Comarca (Rua José do Patrocínio, 1284, bairro Princesa Isabel, Cacoal-RO).
5.11- Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo.
5.12- O(a) requerido(a) deverá oferecer contestação (escrita ou oral) e demais provas, inclusive indicação de no máximo 3 (três) testemunhas (se necessário), com sua qualificação completa (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, até o ato da audiência de conciliação.
5.13- Quando da audiência de tentativa de conciliação, não sendo realizado acordo, o(a) requerente terá o prazo de 10 (dez) minutos para se manifestar sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados pela parte contrária.
5.14- Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização de audiência de instrução e julgamento.
6- Não sendo localizada a parte requerida, o(a) requerente deverá ser intimado(a) para apresentar novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias. Apresentado novo endereço, ou não havendo tempo hábil para cumprimento, deverá a escrivania designar nova audiência de conciliação, independente de novo despacho, a fim de que seja expedido o necessário.
7- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
8- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE.
9- Caso, o(a) requerido(a) não seja intimado e o(a) requerente não estando patrocinado por advogado, o oficial de justiça deverá se valer do presente COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE a apresentar o atual endereço do requerido no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Cacoal, 26/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7004368-59.2019.8.22.0007
REQUERENTE: JOSE ARQUEL DE ARAUJO DO NASCIMENTO, RUA QUINTINO BOCAIÚVA 1517, - DE 1461/1462 A 1773/1774 JARDIM CLODOALDO - 76963-538 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ROBSON REINOSO DE PAULA OAB nº RO1341
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, RUA RUI BARBOSA, - DE 962/963 A 1276/1277 CENTRO - 76963-880 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DESPACHO
Vistos
Considerando que a CERON (Eletrobrás) é uma das maiores litigantes deste Juizado Especial Cível (centenas de demandas)

e na maioria absoluta dos casos não tem realizado acordos, e considerando que envolvem o mesmo assunto, deixo de designar audiência específica para conciliação a fim de propiciar o rápido julgamento do feito e resolução da lide, além de não prolongar mais ainda a pauta de audiências da CEJUSC.
Ainda, considerando que nessas espécies de demanda a questão de fato pode ser provada por meio de documentos, também deixo de designar audiência de instrução e julgamento com sustentação nos princípios informadores dos Juizados especiais que primam pela eficiência, economia processual, informalidade e celeridade na prática dos atos processuais, bem como uma rápida entrega da prestação jurisdicional.
Determino:
a) intime-se a parte requerente;
b) cite-se e intime-se a parte requerida (AR/mandado) para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis;
b.1) a não apresentação de defesa importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do(a) requerente e proferido julgamento de plano;
b.2) será obrigatório o patrocínio de advogado nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários-mínimos;
b.3) caso a CERON tenha interesse em realizar conciliação, determino que junte aos autos, no prazo da contestação, a proposta de acordo a fim de ser submetida ao crivo da parte autora;
c) desde já, tendo em vista a hipossuficiência da requerente, determino a inversão do ônus da prova a fim de que a requerida apresente em juízo todos os documentos que possui quanto à contratação entre as partes;
d) apresentada contestação, intime-se a parte requerente para, querendo, impugnar no prazo de 10 (dez) dias;
e) se alguma das partes tiver interesse na produção de prova testemunhal, determino que se manifestem nos autos, conjuntamente com sua defesa ou impugnação, informando tal interesse e justificando o objetivo da prova, caso contrário, seu silêncio será interpretado como desinteresse à sua produção.
SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
Cacoal, 26/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7004028-18.2019.8.22.0007
REQUERENTE: BRUNO BOAVENTURA MARTINS RABELO, AVENIDA SETE DE SETEMBRO 2812, - DE 2808 A 2984 - LADO PAR PRINCESA ISABEL - 76964-098 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: RAYHANE CRISTINE ALVES MENDES OAB nº RO9017
REQUERIDO: BANCO BRADESCO S.A., AVENIDA PORTO VELHO 2091, - ATÉ 2339 - LADO ÍMPAR CENTRO - 76963-887 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DESPACHO
Vistos
1- Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 05/06/2019, às 12h00min. AGENDE-SE NO SISTEMA.
2- Intime-se o(a) requerente.
3- Cite-se e intime-se a parte requerida (AR/mandado/carta precatória).
4- Sendo o caso de relação de consumo com o consumidor no polo ativo da demanda, desde já, determino inversão do ônus da prova a fim de que o(a) requerido(a) apresente em juízo todos os documentos que possui quanto ao narrado nos autos.
5- Advertências gerais às partes:
5.1- A audiência será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Avenida Cuiabá, 1914, Centro, Cacoal/RO.
5.2- As partes deverão comparecer à audiência munidas de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial.
5.3- O(s) procurador(es) e preposto(s) das partes deverá(ão) comparecer à audiência munido(s) de poderes específicos para transacionar.
5.4- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). Também será aceito a presença por preposto (Enunciado 20 do Fonaje).
5.5- Fica o(a) requerente advertido(a) que o seu não comparecimento pessoal injustificado implicará na extinção e arquivamento do processo que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais.
5.6- Fica o(s) requerido(a) advertido(a) que o não comparecimento a quaisquer das audiências designadas importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do(a) requerente e proferido julgamento de plano.
5.7- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, o requerido deverá comparecer representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício (LJE 9º, §4º), sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (CPC 75, VIII e CC 45), sob pena de revelia. Ressalvado o disposto no Enunciado 99 do Fonaje que autoriza a juntada posterior de carta de preposto somente na hipótese de realização de acordo.
5.8- As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos.
5.9- Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado(a).
5.10- Havendo a necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública nessa Comarca (Rua José do Patrocínio, 1284, bairro Princesa Isabel, Cacoal-RO).
5.11- Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo.
5.12- O(a) requerido(a) deverá oferecer contestação (escrita ou oral) e demais provas, inclusive indicação de no máximo 3 (três) testemunhas (se necessário), com sua qualificação completa (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, até o ato da audiência de conciliação.
5.13- Quando da audiência de tentativa de conciliação, não sendo realizado acordo, o(a) requerente terá o prazo de 10 (dez) minutos para se manifestar sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados pela parte contrária.
5.14- Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização de audiência de instrução e julgamento.
6- Não sendo localizada a parte requerida, o(a) requerente deverá ser intimado(a) para apresentar novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias. Apresentado novo endereço, ou não havendo tempo hábil para cumprimento, deverá a escrivania designar nova audiência de conciliação, independente de novo despacho, a fim de que seja expedido o necessário.
7- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
8- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE.
9- Caso, o(a) requerido(a) não seja intimado e o(a) requerente não estando patrocinado por advogado, o oficial de justiça deverá se valer do presente COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE

REQUERENTE a apresentar o atual endereço do requerido no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Cacoal, 30/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7001089-65.2019.8.22.0007
EXEQUENTE: NELCINDA MARIANI SIMÕES, AVENIDA SETE DE SETEMBRO 2641, - DE 2592 A 2806 - LADO PAR PRINCESA ISABEL - 76964-094 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FERNANDO DA SILVA AZEVEDO OAB nº RO1293
EXECUTADO: JOSIANE PEREIRA DA SILVA, RUA CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA MOTTA 4417, - DE 4321/4322 A 4667/4668 VILLAGE DO SOL - 76964-384 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
DESPACHO
Vistos
1- Realizei pesquisa ao sistema Bacenjud que restou infrutífera. Junte-se o resultado.
2- Realizei pesquisa Renajud, porém a pesquisa retornou sem resultados. Junte-se a resposta.
3- Intime-se a parte exequente para apresentação de demonstrativo de crédito e indicação de bens passíveis de penhora no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Cientifico o exequente que não será aceita a indicação de bens genéricos e nem os que guarnecem a residência do devedor e que sejam essenciais à habitabilidade (Enunciado 14, Fonaje).
Cacoal, 02/05/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960. Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7011061-30.2017.8.22.0007
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: JOAO DINIZ DE MATOS
Endereço: Área Rural, Lh 09, LT 59, GL 08, Área Rural de Cacoal, Cacoal - RO - CEP: 76968-899
Advogado do(a) REQUERENTE: ELSON RODRIGUES DE MATOS - RO7798
Nome: ELETROBRAS DISTRIBUIDORA RONDÔNIA
Endereço: Rua José de Alencar, - de 2322/2323 a 2637/2638, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-036
Advogados do(a) REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318
Intimação
Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) de Direito do Juizado Especial de Cacoal, ficam as partes, por meio de seus(suas) advogados(as), intimadas do retorno dos autos da Turma Recursal e a requerer o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.
Cacoal/RO, 2 de maio de 2019.
TAMIRES BOONE VILLA LOPES

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960. Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7009615-55.2018.8.22.0007
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Nome: GISLANE NUNES COELHO SOUZA
Advogado do(a) EXEQUENTE: LUCAS VENDRUSCULO - RO2666
Nome: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.
Advogados do(a) EXECUTADO: SIRLENE MIRANDA - RO7781, LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884
Finalidade: Intimar a parte exequente para tomar conhecimento do Alvará de Levantamento nº 0004/2019 expedido em seu favor e disponibilizado no sistema PJe para impressão e realização do saque do valor depositado. Uma vez retirado o alvará, o requerente deverá comprovar o levantamento, bem como manifestar-se quanto ao adimplemento da obrigação, prazo de 5 dias, sob pena de extinção e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7009477-88.2018.8.22.0007
REQUERENTE: ALTEMAR TEIXEIRA RIBEIRO, RUA SAFIRA 325 BALNEÁRIO ARCO-ÍRIS - 76961-892 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ELISANGELA DE JESUS SANTOS OAB nº RO7725
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, AVENIDA DOS IMIGRANTES, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB nº MS6835, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA OAB nº MG87318, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB nº RO5462
SENTENÇA
Vistos.
ALTEMAR TEIXEIRA RIBEIRO opôs EMBARGOS DE DECLARAÇÃO alegando omissão na sentença que extinguiu o feito por ilegitimidade de parte.
DECIDO.
Da análise dos autos, verifico que, de fato, em que pese a certidão de inteiro teor do imóvel (id 24779041) informar que a totalidade do bem foi alienada, consta retificação do registro, conforme se observa no item AV-04-7.020 ao passo que uma fração destacada de terras de 38,8363 hectares fora objeto de escritura pública de compra e venda.
Logo, a sentença de extinção não se sustenta, impondo-se sua reforma.
Posto isso, ACOLHO os embargos de declaração para reformar a sentença de extinção, a fim de avançar à análise do pedido.
O feito encontra-se maduro para julgamento de mérito.
Relatório dispensado
Preliminar - prescrição
A Turma Recursal do Tribunal de Justiça de Rondônia firmou entendimento unânime no sentido de que o início da contagem do prazo prescricional conta-se partir da data em que a rede elétrica do particular tenha sido efetivamente incorporada ao patrimônio da concessionária e não na data da disponibilização da energia elétrica ou do desembolso do consumidor.
CONSTRUÇÃO DE REDE ELÉTRICA RURAL (SUBESTAÇÃO). INEXISTÊNCIA DE ATO FORMAL. NÃO OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. AUSÊNCIA DE TERMO DE CONTRIBUIÇÃO OU CONVÊNIO DE DEVOLUÇÃO. RECURSOS PARTICULARES. O prazo prescricional inicia com a efetiva incorporação ao patrimônio da concessionária de energia elétrica, que se concretiza mediante processo formal, por iniciativa desta. Inteligência do art. 71, §5º, do Decreto nº 5.163/04. (TJRO. Turma Recursal. Recurso Inominado 7000138-71.2015.8.22.0020. Relator Juiz Glodner Luiz Pauletto. Julgamento em 22/02/2017)
Assim, no presente caso, não ocorreu a incidência da prescrição pois ainda não formalizado o ato administrativo de incorporação da subestação à concessionária de serviço público, sendo, inclusive um dos pedidos formulados na petição inicial (obrigação de fazer: incorporação).

Mérito
O feito comporta o julgamento antecipado da lide, uma vez que desnecessária a produção de provas em audiência e o desfecho jurídico depende apenas de apreciação de provas documentais e não houve pedido de produção de prova específica (CPC 355 I).
Trata-se de pedido de obrigação de fazer consistente na incorporação da subestação particular ao patrimônio da concessionária de serviço público, bem como, pedido de indenização por danos materiais relativos à construção da referida subestação.
Aplica-se ao presente caso a Resolução nº 229/2006 da ANEEL que determinou às concessionárias prestadoras do serviço de energia que incorporassem aos seus patrimônios as redes particulares, mas com o necessário ressarcimento dos recursos investidos.
Art. 2º. Para os efeitos desta Resolução serão considerados os seguintes conceitos e definições
(…)
III- Redes particulares: instalações elétricas, em qualquer tensão, inclusive subestações, utilizadas para o fim exclusivo de prover energia elétrica para unidades de consumo de seus proprietários e conectadas em sistema de distribuição de energia. (grifo nosso).
A Resolução 229/2006 efetivamente traduz obrigatoriedade na incorporação: "As distribuidoras devem incorporar todas as redes particulares referidas no caput até 31 de dezembro de 2015" (artigo 8-A §2º).
Considerando a relação entabulada entre as partes, que é de consumo, e presente a hipossuficiência do consumidor, caberia à concessionária provar os seguintes fatos: a) se houve ou não, formalmente ou de fato, a incorporação; b) se já realizada ou pendente ou que, de fato, não incorporou a rede porque esta é restrita à propriedade do autor e que não faz uso dela para atender demanda de outros consumidores, hipóteses que afastaria a possibilidade da incorporação (Resolução 229/2006, art. 4º).
A produção desta prova estava ao alcance da requerida, entretanto, não o fez.
Pelo contrário, há nos autos prova material da construção da subestação pelo particular e a informação, sem prova em contrário, de que a manutenção da rede é feita pela concessionária e prestadora de serviços terceirizada.
Assim, já decorreu o prazo limite para a requerida proceder à incorporação formal, por isso, deverá ser compelida a fazê-lo e a ressarcir a parte requerente.
ENERGIA ELÉTRICA. RELAÇÃO DE CONSUMO. INCORPORAÇÃO RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 229. ANEEL. INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. PROVA DOS GASTOS REALIZADOS. INDENIZAÇÃO DEVIDO. Diante da discussão quanto ao dever de indenizar relativo a construção de rede elétrica por particular, não há de se falar em prescrição do dever de indenizar, uma vez que este somente se estabelece após a incorporação. Diante dos gastos comprovados pelo particular referente à expansão da rede, cabível a restituição dos valores, quando a concessionária não comprova a incorporação da rede, mas os conjunto probatória comprova que já ocorreu de fato, sem o pagamento da devida indenização, nos termos da Resolução 229/2006 ? ANEEL. (TJRO. Turma Recursal - Ji-Paraná. Recurso Inominado 1001321-41.2012.822.0003, Relatora Juíza Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima. Julgamento em 17/03/2014)
Reconhecido o direito à incorporação, passo a analisar o pedido de indenização por danos materiais, responsabilidade da requerida com base na Resolução 229/2006 da ANEEL.
Por não possuir todos os recibos e comprovantes de pagamento da época da construção da subestação, a parte requerente juntou aos autos orçamentos atuais de quanto custaria a construção da referida rede (CPC 369 e 444).
A requerida teve acesso a tais documentos, formulou defesa genérica sem impugnação específica ou apresentação de outra prova no sentido de demonstrar que tais orçamentos estão equivocados ou fora da realidade.
Desse modo, com base no princípio da inversão do ônus da prova e da proteção do consumidor, presumo acertado os valores apresentados.
Pelo exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos feitos por ALTEMAR TEIXEIRA RIBEIRO em face de CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A – CERON para:
a) condenar a requerida a incorporar ao seu patrimônio a subestação de 05KVA do requerente localizada na Linha 200, Lote 52, Gleba 12, Nova Estrela, Comarca de Rolim de Moura/RO (código único: 484291-0);
b) condenar a requerida a indenizar a parte requerente no importe de R$5.225,35 a título de danos materiais, referente às despesas com a construção da rede particular de energia elétrica em sua propriedade, ora incorporada ao patrimônio da requerida, cujo valor deverá ser corrigido monetariamente e acrescido de juros legais (1% ao mês) a contar da data desta sentença (orçamentos atuais).
DECLARO RESOLVIDO o mérito (CPC 487 I).
Intimem-se.
Sem custas e honorários advocatícios (LJE 55).
Publicação e Registro automáticos.
Agende-se decurso de prazo recursal.
Se do trânsito em julgado decorrer 05 (cinco) dias sem requerimento de execução, arquive-se.
Havendo pedido de cumprimento de sentença, proceda-se a intimação da parte requerida, nos termos do artigo 523 do CPC.
Cacoal/RO, 02/05/2019
Juíza de Direito – Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7001532-50.2018.8.22.0007
EXEQUENTE: MARIA AUSCILIADORA LOURENCO ME, RUA MANOEL MESSIAS DE ASSIS 1108 TEIXEIRÃO - 76965-520 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FERNANDO DA SILVA AZEVEDO OAB nº RO1293
EXECUTADO: MARIA APARECIDA RODRIGUES DE ASSIS LIMA, RUA JOAQUIM PINHEIRO FILHO 4150, - DE 3824/3825 A 4167/4168 VILLAGE DO SOL II - 76964-486 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
DESPACHO
Vistos
1- Realizei pesquisa ao sistema Bacenjud que restou parcialmente positiva (R$50,00) e cuja quantia ainda não foi transferida para conta judicial. Junte-se o resultado.
2- Intime-se a parte executada para, querendo, impugnar a penhora no prazo de 15 dias, sob pena da(s) quantia(s) ser(em) liberada(s) para o(a) exequente. Ressalto a necessidade dos embargos serem apresentados por meio de advogado, nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários-mínimos.
2.1- Decorrido o prazo sem impugnação, autorizo a expedição de alvará de levantamento/transferência em favor do advogado da parte exequente.
3- Em razão do resultado parcial, realizei pesquisa Renajud, sendo localizada uma motocicleta YAMAHA/YBR150 FACTOR E (placa NCU0274), porém a mesma não pode ser objeto de penhora eis que possui restrição de alienação fiduciária. Junte-se a resposta.
4- Intime-se a parte exequente para atualizar o débito e indicar bens passíveis de penhora no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Cientifico o exequente que não será aceita a indicação de bens genéricos e nem os que guarnecem a residência do devedor e que sejam essenciais à habitabilidade (Enunciado 14, Fonaje).
Cacoal, 02/05/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7003958-98.2019.8.22.0007
AUTOR: JESSICA ALVES VIEIRA LIMA, AVENIDA ESPÍRITO SANTO 233, - DE 147 A 271 - LADO ÍMPAR NOVO HORIZONTE - 76962-093 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MARCELO VAGNER PENA CARVALHO OAB nº RO1171, VALESKA DE SOUZA ROCHA OAB nº RO5922
RÉUS: SOCIEDADE EDUCACIONAL CACOAL LTDA - EPP, AVENIDA CASTELO BRANCO 16999, - DE 16759 A 18149 - LADO ÍMPAR SANTO ANTÔNIO - 76967-247 - CACOAL - RONDÔNIA, UNIÃO NORTE DO PARANÁ DE ENSINO LTDA, SEM ENDEREÇO
ADVOGADOS DOS RÉUS:
DESPACHO
Vistos
1- Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 10/06/2019, às 09h20min. AGENDE-SE NO SISTEMA.
2- Intime-se o(a) requerente.
3- Cite-se e intime-se a parte requerida (AR/mandado/carta precatória).
4- Sendo o caso de relação de consumo com o consumidor no polo ativo da demanda, desde já, determino inversão do ônus da prova a fim de que o(a) requerido(a) apresente em juízo todos os documentos que possui quanto ao narrado nos autos.
5- Advertências gerais às partes:
5.1- A audiência será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Avenida Cuiabá, 1914, Centro, Cacoal/RO.
5.2- As partes deverão comparecer à audiência munidas de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial.
5.3- O(s) procurador(es) e preposto(s) das partes deverá(ão) comparecer à audiência munido(s) de poderes específicos para transacionar.
5.4- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). Também será aceito a presença por preposto (Enunciado 20 do Fonaje).
5.5- Fica o(a) requerente advertido(a) que o seu não comparecimento pessoal injustificado implicará na extinção e arquivamento do processo que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais.
5.6- Fica o(s) requerido(a) advertido(a) que o não comparecimento a quaisquer das audiências designadas importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do(a) requerente e proferido julgamento de plano.
5.7- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, o requerido deverá comparecer representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício (LJE 9º, §4º), sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (CPC 75, VIII e CC 45), sob pena de revelia. Ressalvado o disposto no Enunciado 99 do Fonaje que autoriza a juntada posterior de carta de preposto somente na hipótese de realização de acordo.
5.8- As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos.
5.9- Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado(a).
5.10- Havendo a necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública nessa Comarca (Rua José do Patrocínio, 1284, bairro Princesa Isabel, Cacoal-RO).
5.11- Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo.
5.12- O(a) requerido(a) deverá oferecer contestação (escrita ou oral) e demais provas, inclusive indicação de no máximo 3 (três) testemunhas (se necessário), com sua qualificação completa (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, até o ato da audiência de conciliação.
5.13- Quando da audiência de tentativa de conciliação, não sendo realizado acordo, o(a) requerente terá o prazo de 10 (dez) minutos para se manifestar sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados pela parte contrária.
5.14- Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização de audiência de instrução e julgamento.
6- Não sendo localizada a parte requerida, o(a) requerente deverá ser intimado(a) para apresentar novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias. Apresentado novo endereço, ou não havendo tempo hábil para cumprimento, deverá a escrivania designar nova audiência de conciliação, independente de novo despacho, a fim de que seja expedido o necessário.
7- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
8- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE.
9- Caso, o(a) requerido(a) não seja intimado e o(a) requerente não estando patrocinado por advogado, o oficial de justiça deverá se valer do presente COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE a apresentar o atual endereço do requerido no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Cacoal, 30/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960. Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7006650-07.2018.8.22.0007
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: ALCIDES BATHCKE
Endereço: Área Rural, Linha 12, Lote 17, Gleba 12, Área Rural de Cacoal, Cacoal - RO - CEP: 76968-899
Advogados do(a) REQUERENTE: ELTON DIONATAN HAASE - RO8038, LARISSA RENATA PADILHA BARBOSA MAZZO - RO7978, FRANCIELI BARBIERI GOMES - RO7946
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Av São João Batista, 1727, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Advogados do(a) REQUERIDO: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL - RO8217
Intimação
Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) de Direito do Juizado Especial de Cacoal, fica o(a) requerido(a), por meio de seu(sua) advogado(a), intimado(a) a cumprir a sentença proferida nos autos supra, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de execução forçada acrescida da multa de 10% (dez por cento) prevista no art. 523, §1º, do Novo Código de Processo Civil.
Cacoal/RO, 2 de maio de 2019.
TAMIRES BOONE VILLA LOPES

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7001014-26.2019.8.22.0007

EXEQUENTE: VALDILENE DOS SANTOS & CIA LTDA - ME, AVENIDA PORTO VELHO 2702, - DE 2668 A 2938 - LADO PAR CENTRO - 76963-860 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: NATHALY DA SILVA GONCALVES OAB nº RO6212, MARIA DE LOURDES BATISTA DOS SANTOS OAB nº RO5465, MARCIO VALERIO DE SOUSA OAB nº DF130293, FERNANDA CRISTINA PANUCI OAB nº RO9619, CRISTINA MIRIA DE OLIVEIRA OAB nº RO6692
EXECUTADO: ADRIELI FACHIN CASAGRANDE, AVENIDA PORTO VELHO 4010, APART 505, - DE 3878 A 4176 - LADO PAR JARDIM CLODOALDO - 76963-508 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
DESPACHO
Vistos
1- Realizei pesquisa ao sistema Bacenjud que restou infrutífera. Junte-se o resultado.
2- Realizei pesquisa Renajud, porém a pesquisa retornou sem resultados. Junte-se a resposta.
3- Considerando o atual estágio processual dos autos n. 7010992-95.2017.8.22.0007, indefiro o pedido de penhora, posto que, por ora, inexiste crédito em favor do ora executado, já que ainda não há decisão da Turma Recursal.
4- Intime-se a parte exequente para indicação de bens passíveis de penhora no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Certifique-o de que poderá requerer novamente a penhora no rosto dos autos supramencionado, caso a sentença de primeiro grau seja confirmada pela Turma.
Cacoal, 02/05/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960. Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7009625-02.2018.8.22.0007
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Nome: HELIDE DE FREITAS
Advogado do(a) EXEQUENTE: LUCAS VENDRUSCULO - RO2666
Nome: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.
Advogados do(a) EXECUTADO: SIRLENE MIRANDA - RO7781, LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884
FINALIDADE: Intimar a parte exequente para tomar conhecimento do Alvará de Levantamento nº 614/2019 expedido em seu favor e disponibilizado no sistema PJe para impressão e realização do saque do valor depositado. Uma vez retirado o alvará, o requerente deverá comprovar o levantamento, bem como manifestar-se quanto ao adimplemento da obrigação, prazo de 5 dias, sob pena de extinção e arquivamento.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960. Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7005241-93.2018.8.22.0007
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: ADAILTON ALMEIDA VIANA
Endereço: Área Rural, s/n, linha 05, gleba 05, lote 18, Área Rural de Cacoal, Cacoal - RO - CEP: 76968-899
Advogados do(a) REQUERENTE: FRANCIELI BARBIERI GOMES - RO7946, ELTON DIONATAN HAASE - RO8038, LARISSA RENATA PADILHA BARBOSA MAZZO - RO7978
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Rua São Paulo, 2355, - de 2173 a 2489 - lado ímpar, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-781
Advogados do(a) REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL - RO8217
Intimação
Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) de Direito do Juizado Especial de Cacoal, fica o(a) requerido(a), por meio de seu(sua) advogado(a), intimado(a) a cumprir a sentença proferida nos autos supra, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de execução forçada acrescida da multa de 10% (dez por cento) prevista no art. 523, §1º, do Novo Código de Processo Civil.
Cacoal/RO, 2 de maio de 2019.
TAMIRES BOONE VILLA LOPES

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7002448-84.2018.8.22.0007
REQUERENTE: WESLEI PAULINO DE SOUSA, RUA OLINTO FOLI 3310, - ATÉ 3472/3473 VILLAGE DO SOL - 76964-338 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: RUAN CARLOS GUILHERME DE LAIA OAB nº RO9336, PAULO LUIZ DE LAIA FILHO OAB nº RO3857
REQUERIDO: CLENIO JOSE DOS SANTOS, RUA PIONEIRO ANÉSIO PINTO DE SOUZA 1936 SETE DE SETEMBRO - 76964-600 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: DANILO GALVAO DOS SANTOS OAB nº RO8187
DESPACHO
Vistos
1- Realizei pesquisa ao sistema Bacenjud que restou infrutífera. Junte-se o resultado.
2- Realizei pesquisa Renajud, sendo localizados dois veículos HONDA/POP100 (placa NCJ1108) e I/FORD FUSION (placa IZF0009) em nome do executado. Junte-se a resposta.
3- Assim, intime-se o exequente a se manifestar quanto ao interesse nos veículos, sendo que a motocicleta possui restrição de benefício tributário. Havendo interesse deverá informar, no prazo de 5 dias, o local onde o mesmo poderá ser localizado.
4- Após a informação do endereço, expeça-se mandado de penhora (ou carta precatória, se necessário) do mesmo ou outros bens suficientes ao pagamento do débito, avaliando-o, e de tal ato intimando-se, na mesma oportunidade, o(a) executado(a).
Cacoal, 02/05/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7003809-05.2019.8.22.0007
REQUERENTE: ELITE CURSOS PREPARATORIOS LTDA - ME, AVENIDA BELO HORIZONTE 3105, - DE 2933 A 3133 - LADO ÍMPAR NOVO CACOAL - 76962-165 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ANA PAULA DOS SANTOS OLIVEIRA OAB nº RO9447
REQUERIDO: ELIAS FREITAS RODRIGUES DA SILVA, RUA PIONEIRO EUCLIDES G. 1507 GREEN VILE - 76960-970 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DESPACHO
Vistos
1- Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 10/06/2019, às 08h40min. AGENDE-SE NO SISTEMA.
2- Intime-se o(a) requerente.
3- Cite-se e intime-se a parte requerida (AR/mandado/carta precatória).
4- Sendo o caso de relação de consumo com o consumidor no polo ativo da demanda, desde já, determino inversão do ônus da

prova a fim de que o(a) requerido(a) apresente em juízo todos os documentos que possui quanto ao narrado nos autos.
5- Advertências gerais às partes:
5.1- A audiência será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Avenida Cuiabá, 1914, Centro, Cacoal/RO.
5.2- As partes deverão comparecer à audiência munidas de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial.
5.3- O(s) procurador(es) e preposto(s) das partes deverá(ão) comparecer à audiência munido(s) de poderes específicos para transacionar.
5.4- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). Também será aceito a presença por preposto (Enunciado 20 do Fonaje).
5.5- Fica o(a) requerente advertido(a) que o seu não comparecimento pessoal injustificado implicará na extinção e arquivamento do processo que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais.
5.6- Fica o(s) requerido(a) advertido(a) que o não comparecimento a quaisquer das audiências designadas importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do(a) requerente e proferido julgamento de plano.
5.7- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, o requerido deverá comparecer representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício (LJE 9º, §4º), sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (CPC 75, VIII e CC 45), sob pena de revelia. Ressalvado o disposto no Enunciado 99 do Fonaje que autoriza a juntada posterior de carta de preposto somente na hipótese de realização de acordo.
5.8- As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos.
5.9- Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado(a).
5.10- Havendo a necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública nessa Comarca (Rua José do Patrocínio, 1284, bairro Princesa Isabel, Cacoal-RO).
5.11- Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo.
5.12- O(a) requerido(a) deverá oferecer contestação (escrita ou oral) e demais provas, inclusive indicação de no máximo 3 (três) testemunhas (se necessário), com sua qualificação completa (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, até o ato da audiência de conciliação.
5.13- Quando da audiência de tentativa de conciliação, não sendo realizado acordo, o(a) requerente terá o prazo de 10 (dez) minutos para se manifestar sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados pela parte contrária.
5.14- Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização de audiência de instrução e julgamento.
6- Não sendo localizada a parte requerida, o(a) requerente deverá ser intimado(a) para apresentar novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias. Apresentado novo endereço, ou não havendo tempo hábil para cumprimento, deverá a escrivania designar nova audiência de conciliação, independente de novo despacho, a fim de que seja expedido o necessário.
7- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
8- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE.
9- Caso, o(a) requerido(a) não seja intimado e o(a) requerente não estando patrocinado por advogado, o oficial de justiça deverá se valer do presente COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE a apresentar o atual endereço do requerido no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Cacoal, 30/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7004278-51.2019.8.22.0007
REQUERENTE: APARECIDA FRANCISCO TOSTI, RUA EMÍDIO ALVES FEITOSA 1867, - DE 1462/1463 A 2112/2113 AGENOR DE CARVALHO - 76820-376 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEBORA DE SOUZA LIMA OAB nº RO7663, VAGNER BOSCATO DE ALMEIDA OAB nº RO6737A
REQUERIDO: VIVIAN GAIOTO GONCALVES, RUA SÃO PAULO 2489, APTO 02 CENTRO - 76963-761 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DESPACHO
Vistos
1- Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 10/06/2019, às 10h40min. AGENDE-SE NO SISTEMA.
2- Intime-se o(a) requerente.
3- Cite-se e intime-se a parte requerida (AR/mandado/carta precatória).
4- Sendo o caso de relação de consumo com o consumidor no polo ativo da demanda, desde já, determino inversão do ônus da prova a fim de que o(a) requerido(a) apresente em juízo todos os documentos que possui quanto ao narrado nos autos.
5- Advertências gerais às partes:
5.1- A audiência será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Avenida Cuiabá, 1914, Centro, Cacoal/RO.
5.2- As partes deverão comparecer à audiência munidas de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial.
5.3- O(s) procurador(es) e preposto(s) das partes deverá(ão) comparecer à audiência munido(s) de poderes específicos para transacionar.
5.4- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). Também será aceito a presença por preposto (Enunciado 20 do Fonaje).
5.5- Fica o(a) requerente advertido(a) que o seu não comparecimento pessoal injustificado implicará na extinção e arquivamento do processo que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais.
5.6- Fica o(s) requerido(a) advertido(a) que o não comparecimento a quaisquer das audiências designadas importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do(a) requerente e proferido julgamento de plano.
5.7- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, o requerido deverá comparecer representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício (LJE 9º, §4º), sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (CPC 75, VIII e CC 45), sob pena de revelia. Ressalvado o disposto no Enunciado 99 do Fonaje que autoriza a juntada posterior de carta de preposto somente na hipótese de realização de acordo.
5.8- As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de considerar como válida e

eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos.
5.9- Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado(a).
5.10- Havendo a necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública nessa Comarca (Rua José do Patrocínio, 1284, bairro Princesa Isabel, Cacoal-RO).
5.11- Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo.
5.12- O(a) requerido(a) deverá oferecer contestação (escrita ou oral) e demais provas, inclusive indicação de no máximo 3 (três) testemunhas (se necessário), com sua qualificação completa (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, até o ato da audiência de conciliação.
5.13- Quando da audiência de tentativa de conciliação, não sendo realizado acordo, o(a) requerente terá o prazo de 10 (dez) minutos para se manifestar sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados pela parte contrária.
5.14- Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização de audiência de instrução e julgamento.
6- Não sendo localizada a parte requerida, o(a) requerente deverá ser intimado(a) para apresentar novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias. Apresentado novo endereço, ou não havendo tempo hábil para cumprimento, deverá a escrivania designar nova audiência de conciliação, independente de novo despacho, a fim de que seja expedido o necessário.
7- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
8- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE.
9- Caso, o(a) requerido(a) não seja intimado e o(a) requerente não estando patrocinado por advogado, o oficial de justiça deverá se valer do presente COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE a apresentar o atual endereço do requerido no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Cacoal, 30/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960.
Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7001854-70.2018.8.22.0007
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Nome: ELIAS GONCALVES DOS SANTOS
Advogados do(a) EXEQUENTE: FABRICIO VIEIRA LIMA - RO8345, GILSON VIEIRA LIMA - RO4216-A
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
FINALIDADE: Intimar a parte exequente para tomar conhecimento do Alvará de Levantamento nº 630/2019 expedido em seu favor e disponibilizado no sistema PJe para impressão e realização do saque do valor depositado. Uma vez retirado o alvará, o requerente deverá comprovar o levantamento, prazo de 5 dias.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960.
Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7010610-05.2017.8.22.0007
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: MARIA JOSE DIAS
Endereço: Área Rural, s/n, Linha E, Lote 31, Gleba 02, Área Rural de Cacoal, Cacoal - RO - CEP: 76968-899
Advogado do(a) REQUERENTE: TIAGO DOS SANTOS DE LIMA - RO7199
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Avenida Dois de Junho, 2234, - até 2268 - lado par, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-882
Advogados do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318
Intimação
Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) de Direito do Juizado Especial de Cacoal, ficam as partes, por meio de seus(suas) advogados(as), intimadas do retorno dos autos da Turma Recursal e a requerer o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.
Cacoal/RO, 2 de maio de 2019.
TAMIRES BOONE VILLA LOPES

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7003848-02.2019.8.22.0007
AUTOR: KARINA KRISTINA OLIVEIRA DE SOUZA, RUA SÃO LUIZ 947, - DE 708/709 A 1013/1014 PRINCESA ISABEL - 76964-048 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ELIANY SAMPAIO MALDONADO FONSECA OAB nº RO4018
RÉU: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A, AVENIDA DOUTOR MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES 939 TAMBORÉ - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO
ADVOGADO DO RÉU:
DESPACHO
Vistos
1- Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 05/06/2019, às 12h00min. AGENDE-SE NO SISTEMA.
2- Intime-se o(a) requerente.
3- Cite-se e intime-se a parte requerida (AR/mandado/carta precatória).
4- Sendo o caso de relação de consumo com o consumidor no polo ativo da demanda, desde já, determino inversão do ônus da prova a fim de que o(a) requerido(a) apresente em juízo todos os documentos que possui quanto ao narrado nos autos.
5- Advertências gerais às partes:
5.1- A audiência será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Avenida Cuiabá, 1914, Centro, Cacoal/RO.
5.2- As partes deverão comparecer à audiência munidas de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial.
5.3- O(s) procurador(es) e preposto(s) das partes deverá(ão) comparecer à audiência munido(s) de poderes específicos para transacionar.
5.4- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). Também será aceito a presença por preposto (Enunciado 20 do Fonaje).
5.5- Fica o(a) requerente advertido(a) que o seu não comparecimento pessoal injustificado implicará na extinção e arquivamento do processo que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais.
5.6- Fica o(s) requerido(a) advertido(a) que o não comparecimento a quaisquer das audiências designadas importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do(a) requerente e proferido julgamento de plano.
5.7- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, o requerido deverá comparecer representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício (LJE 9º, §4º), sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais

documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (CPC 75, VIII e CC 45), sob pena de revelia. Ressalvado o disposto no Enunciado 99 do Fonaje que autoriza a juntada posterior de carta de preposto somente na hipótese de realização de acordo.
5.8- As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos.
5.9- Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado(a).
5.10- Havendo a necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública nessa Comarca (Rua José do Patrocínio, 1284, bairro Princesa Isabel, Cacoal-RO).
5.11- Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo.
5.12- O(a) requerido(a) deverá oferecer contestação (escrita ou oral) e demais provas, inclusive indicação de no máximo 3 (três) testemunhas (se necessário), com sua qualificação completa (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, até o ato da audiência de conciliação.
5.13- Quando da audiência de tentativa de conciliação, não sendo realizado acordo, o(a) requerente terá o prazo de 10 (dez) minutos para se manifestar sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados pela parte contrária.
5.14- Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização de audiência de instrução e julgamento.
6- Não sendo localizada a parte requerida, o(a) requerente deverá ser intimado(a) para apresentar novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias. Apresentado novo endereço, ou não havendo tempo hábil para cumprimento, deverá a escrivania designar nova audiência de conciliação, independente de novo despacho, a fim de que seja expedido o necessário.
7- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
8- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE.
9- Caso, o(a) requerido(a) não seja intimado e o(a) requerente não estando patrocinado por advogado, o oficial de justiça deverá se valer do presente COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE a apresentar o atual endereço do requerido no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Cacoal, 30/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960.
Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7009214-56.2018.8.22.0007
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: ANTONIO EMIDIO DA CONCEICAO
Advogado do(a) REQUERENTE: TIAGO DOS SANTOS DE LIMA - RO7199
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogados do(a) REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318, SABRINA CRISTINE DELGADO PEREIRA - RO8619
FINALIDADE: Intimar a parte exequente para tomar conhecimento do Alvará de Levantamento nº 624/2019 expedido em seu favor e disponibilizado no sistema PJe para impressão e realização do saque do valor depositado. Uma vez retirado o alvará, o requerente deverá comprovar o levantamento, prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7004499-34.2019.8.22.0007
REQUERENTE: ELITE CURSOS PREPARATORIOS LTDA - ME, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO REQUERENTE: ANA PAULA DOS SANTOS OLIVEIRA OAB nº RO9447
REQUERIDO: ANESIO MARTINS JUNIOR, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DESPACHO
Vistos
1- Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 12/06/2019, às 11h20min. AGENDE-SE NO SISTEMA.
2- Intime-se o(a) requerente.
3- Cite-se e intime-se a parte requerida (AR/mandado/carta precatória).
4- Sendo o caso de relação de consumo com o consumidor no polo ativo da demanda, desde já, determino inversão do ônus da prova a fim de que o(a) requerido(a) apresente em juízo todos os documentos que possui quanto ao narrado nos autos.
5- Advertências gerais às partes:
5.1- A audiência será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Avenida Cuiabá, 1914, Centro, Cacoal/RO.
5.2- As partes deverão comparecer à audiência munidas de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial.
5.3- O(s) procurador(es) e preposto(s) das partes deverá(ão) comparecer à audiência munido(s) de poderes específicos para transacionar.
5.4- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). Também será aceito a presença por preposto (Enunciado 20 do Fonaje).
5.5- Fica o(a) requerente advertido(a) que o seu não comparecimento pessoal injustificado implicará na extinção e arquivamento do processo que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais.
5.6- Fica o(s) requerido(a) advertido(a) que o não comparecimento a quaisquer das audiências designadas importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do(a) requerente e proferido julgamento de plano.
5.7- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, o requerido deverá comparecer representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício (LJE 9º, §4º), sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (CPC 75, VIII e CC 45), sob pena de revelia. Ressalvado o disposto no Enunciado 99 do Fonaje que autoriza a juntada posterior de carta de preposto somente na hipótese de realização de acordo.
5.8- As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos.
5.9- Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado(a).
5.10- Havendo a necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública nessa Comarca (Rua José do Patrocínio, 1284, bairro Princesa Isabel, Cacoal-RO).
5.11- Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato

respectivo.
5.12- O(a) requerido(a) deverá oferecer contestação (escrita ou oral) e demais provas, inclusive indicação de no máximo 3 (três) testemunhas (se necessário), com sua qualificação completa (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, até o ato da audiência de conciliação.
5.13- Quando da audiência de tentativa de conciliação, não sendo realizado acordo, o(a) requerente terá o prazo de 10 (dez) minutos para se manifestar sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados pela parte contrária.
5.14- Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização de audiência de instrução e julgamento.
6- Não sendo localizada a parte requerida, o(a) requerente deverá ser intimado(a) para apresentar novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias. Apresentado novo endereço, ou não havendo tempo hábil para cumprimento, deverá a escrivania designar nova audiência de conciliação, independente de novo despacho, a fim de que seja expedido o necessário.
7- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
8- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE.
9- Caso, o(a) requerido(a) não seja intimado e o(a) requerente não estando patrocinado por advogado, o oficial de justiça deverá se valer do presente COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE a apresentar o atual endereço do requerido no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Cacoal, 30/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960.
Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7004931-87.2018.8.22.0007
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: AMANCIO MENALDI
Endereço: ZONA RURAL, LH 05, LT 10, GLEBA 05, ZONA RURAL, Ministro Andreazza - RO - CEP: 76919-000
Advogado do(a) REQUERENTE: GELSON GUILHERME DA SILVA - RO8575
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: , Porto Velho - RO - CEP: 76804-120
Advogados do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL - RO8217, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462
Intimação
Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) de Direito do Juizado Especial de Cacoal, ficam as partes, por meio de seus(suas) advogados(as), intimadas do retorno dos autos da Turma Recursal e a requerer o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.
Cacoal/RO, 2 de maio de 2019.
TAMIRES BOONE VILLA LOPES

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960.
Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7007220-90.2018.8.22.0007
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: LINDINALVA CANDIDA DE LEMOS
Endereço: Área Rural, Área Rural de Cacoal, Cacoal - RO - CEP: 76968-899
Advogado do(a) REQUERENTE: ROBSON REINOSO DE PAULA - RO1341
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Avenida São Paulo, 2775, 2355, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76960-970
Advogados do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL - RO8217, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462, GABRIELA DE LIMA TORRES - RO5714
Intimação
Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) de Direito do Juizado Especial de Cacoal, ficam as partes, por meio de seus(suas) advogados(as), intimadas do retorno dos autos da Turma Recursal e a requerer o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.
Cacoal/RO, 2 de maio de 2019.
TAMIRES BOONE VILLA LOPES

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7004169-37.2019.8.22.0007
AUTOR: ELIZEU FERREIRA DA SILVA, AVENIDA PARANÁ 146, - ATÉ 390 - LADO PAR NOVO HORIZONTE - 76962-084 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ELIZEU FERREIRA DA SILVA OAB nº RO9252
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, AVENIDA SÃO PAULO 2384, - DE 3727 A 4065 - LADO ÍMPAR JARDIM CLODOALDO - 76963-617 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DESPACHO
Vistos
1- Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 10/06/2019, às 10h00min. AGENDE-SE NO SISTEMA.
2- Intime-se o(a) requerente.
3- Cite-se e intime-se a parte requerida (AR/mandado/carta precatória).
4- Sendo o caso de relação de consumo com o consumidor no polo ativo da demanda, desde já, determino inversão do ônus da prova a fim de que o(a) requerido(a) apresente em juízo todos os documentos que possui quanto ao narrado nos autos.
5- Advertências gerais às partes:
5.1- A audiência será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Avenida Cuiabá, 1914, Centro, Cacoal/RO.
5.2- As partes deverão comparecer à audiência munidas de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial.
5.3- O(s) procurador(es) e preposto(s) das partes deverá(ão) comparecer à audiência munido(s) de poderes específicos para transacionar.
5.4- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). Também será aceito a presença por preposto (Enunciado 20 do Fonaje).
5.5- Fica o(a) requerente advertido(a) que o seu não comparecimento pessoal injustificado implicará na extinção e arquivamento do processo que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais.
5.6- Fica o(s) requerido(a) advertido(a) que o não comparecimento a quaisquer das audiências designadas importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do(a) requerente e proferido julgamento de plano.
5.7- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, o requerido deverá comparecer representado por

preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício (LJE 9º, §4º), sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (CPC 75, VIII e CC 45), sob pena de revelia. Ressalvado o disposto no Enunciado 99 do Fonaje que autoriza a juntada posterior de carta de preposto somente na hipótese de realização de acordo.
5.8- As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos.
5.9- Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado(a).
5.10- Havendo a necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública nessa Comarca (Rua José do Patrocínio, 1284, bairro Princesa Isabel, Cacoal-RO).
5.11- Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo.
5.12- O(a) requerido(a) deverá oferecer contestação (escrita ou oral) e demais provas, inclusive indicação de no máximo 3 (três) testemunhas (se necessário), com sua qualificação completa (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, até o ato da audiência de conciliação.
5.13- Quando da audiência de tentativa de conciliação, não sendo realizado acordo, o(a) requerente terá o prazo de 10 (dez) minutos para se manifestar sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados pela parte contrária.
5.14- Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização de audiência de instrução e julgamento.
6- Não sendo localizada a parte requerida, o(a) requerente deverá ser intimado(a) para apresentar novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias. Apresentado novo endereço, ou não havendo tempo hábil para cumprimento, deverá a escrivania designar nova audiência de conciliação, independente de novo despacho, a fim de que seja expedido o necessário.
7- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
8- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE.
9- Caso, o(a) requerido(a) não seja intimado e o(a) requerente não estando patrocinado por advogado, o oficial de justiça deverá se valer do presente COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE a apresentar o atual endereço do requerido no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Cacoal, 30/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960. Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7007111-76.2018.8.22.0007
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: CLEUDINEI TARANTO DOS SANTOS
Endereço: Área Rural, Linha 04, Lote 44A1, Gleba 01, Área Rural de Cacoal, Cacoal - RO - CEP: 76968-899
Advogados do(a) REQUERENTE: ELTON DIONATAN HAASE - RO8038, LARISSA RENATA PADILHA BARBOSA MAZZO - RO7978, FRANCIELI BARBIERI GOMES - RO7946
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Av. São João Batista, 1727, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Advogados do(a) REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL - RO8217, GABRIELA DE LIMA TORRES - RO5714
Intimação
Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) de Direito do Juizado Especial de Cacoal, fica o(a) requerido(a), por meio de seu(sua) advogado(a), intimado(a) a cumprir a sentença proferida nos autos supra, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de execução forçada acrescida da multa de 10% (dez por cento) prevista no art. 523, §1º, do Novo Código de Processo Civil.
Cacoal/RO, 2 de maio de 2019.
TAMIRES BOONE VILLA LOPES

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960. Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7008294-82.2018.8.22.0007
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Nome: AGENOR FRANCISCO DA SILVA
Advogados do(a) EXEQUENTE: GILSON VIEIRA LIMA - RO4216-A, CHARLES KENNY LIMA DE BRITO - RO8341, FABRICIO VIEIRA LIMA - RO8345
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogado do(a) EXECUTADO: GABRIELA DE LIMA TORRES - RO5714
FINALIDADE: Intimar a parte exequente para tomar conhecimento do Alvará de Levantamento nº 629/2019 expedido em seu favor e disponibilizado no sistema PJe para impressão e realização do saque do valor depositado. Uma vez retirado o alvará, o requerente deverá comprovar o levantamento, prazo de 5 dias.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960. Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7007324-82.2018.8.22.0007
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Nome: CARLOS ANTONIO CUNHA DA SILVA
Advogado do(a) EXEQUENTE: CARLOS ANTONIO CUNHA DA SILVA - RO8894
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogados do(a) EXECUTADO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL - RO8217
FINALIDADE: Intimar a parte exequente para tomar conhecimento do Alvará de Levantamento nº 620/2019 expedido em seu favor e disponibilizado no sistema PJe para impressão e realização do saque do valor depositado. Uma vez retirado o alvará, o requerente deverá comprovar o levantamento, bem como manifestar-se quanto ao adimplemento da obrigação, prazo de 5 dias, sob pena de extinção e arquivamento.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960. Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7001831-27.2018.8.22.0007
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: EDEVALDO GABRETE
Endereço: Área Rural, lote 50, linha 15-A, Setor Espigão do Oeste, Área Rural de Cacoal, Cacoal - RO - CEP: 76968-899
Advogados do(a) REQUERENTE: RONILSON WESLEY PELEGRINE BARBOSA - RO4688, DOUGLAS TOSTA FEITOSA - RO8514

Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Avenida dos Imigrantes, 4137, - de 3601 a 4635 - lado ímpar, Industrial, Porto Velho - RO - CEP: 76821-063
Advogados do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL - RO8217
Intimação
Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) de Direito do Juizado Especial de Cacoal, ficam as partes, por meio de seus(suas) advogados(as), intimadas do retorno dos autos da Turma Recursal e a requerer o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.
Cacoal/RO, 2 de maio de 2019.
TAMIRES BOONE VILLA LOPES

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960.
Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7002251-66.2017.8.22.0007
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: JEFERSON CRISTIANO TAUCKERT
Endereço: Rua Raimundo Faustino Filho, -3349 - lado ímpar, Village do Sol, Cacoal - RO - CEP: 76964-387
Advogado do(a) REQUERENTE: THIAGO POLLETINI MARTINS - RO5908
Nome: BANCO BRADESCO S.A.
Endereço: Avenida Porto Velho, 2091, 2091, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-887
Advogado do(a) REQUERIDO: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - RO5546
Intimação
Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) de Direito do Juizado Especial de Cacoal, ficam as partes, por meio de seus(suas) advogados(as), intimadas do retorno dos autos da Turma Recursal e a requerer o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.
Cacoal/RO, 2 de maio de 2019.
TAMIRES BOONE VILLA LOPES

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960.
Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7000960-31.2017.8.22.0007
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: TAIS KIMIE KAWANO CLOSS
Endereço: Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 2479, - de 2243 a 2559 - lado ímpar, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-709
Advogado do(a) REQUERENTE: HENRIQUE CLOSS - PR7716
Nome: GOL Linhas Aéreas, VRG Linhas Aéreas S/A
Endereço: AC Aeroporto Internacional de Porto Velho, 6490, AVENIDA LAURO SODRÉ, Aeroporto, Porto Velho - RO - CEP: 76803-970
Advogado do(a) REQUERIDO: BERNARDO AUGUSTO GALINDO COUTINHO - RO2991
Intimação
Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) de Direito do Juizado Especial de Cacoal, ficam as partes, por meio de seus(suas) advogados(as), intimadas do retorno dos autos da Turma Recursal e a requerer o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.
Cacoal/RO, 2 de maio de 2019.
TAMIRES BOONE VILLA LOPES

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960.
Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7012957-74.2018.8.22.0007
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Nome: MARYVIL COMERCIO DE CONFECCOES LTDA - EPP
Endereço: Avenida Belo Horizonte, 2600, - de 2312 a 2638 - lado par, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-710
Advogado do(a) EXEQUENTE: FERNANDO DA SILVA AZEVEDO - RO1293
Nome: LUZIA APARECIDA ALVES SANTIAGO
Endereço: Rua Eitor Ozias Schundt, 3286, - de 3203/3204 a 3383/3384, Village do Sol, Cacoal - RO - CEP: 76964-354
Intimação
Fica a parte autora intimada para, no prazo de 10 dias, indicar endereço onde a parte requerida possa ser localizada ou requerer o que entender necessário. Pena de extinção e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7000682-59.2019.8.22.0007
AUTOR: MARIA SUELI CANDIDA DE OLIVEIRA, ÁREA RURAL Sn, LINHA 12, LOTE 15-B, GLEBA 12 ÁREA RURAL DE CACOAL - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: VAGNO OLIVEIRA DE ALMEIDA OAB nº RO5185
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA - CERON, RUA JOSÉ DE ALENCAR 2613 CENTRO - 76801-900 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA OAB nº MG87318
DESPACHO
Vistos
Converto o julgamento em diligência.
Intime-se a parte requerente para solicitar a transferência da titularidade da rede elétrica para si junto à concessionária, pois a mesma ainda está no nome do antigo proprietário.
Prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção.
Cacoal, 02/05/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7013858-42.2018.8.22.0007
REQUERENTE: THIAGO GIORDANI, RUA SÃO PAULO 2384, - ATÉ 2150 - LADO PAR CENTRO - 76963-762 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LEONARDO FABRIS SOUZA OAB nº RO6217, DAYANE CARVALHO DE SOUZA FERREIRA OAB nº RO7417
REQUERIDO: J. C. GONZALEZ ALVES - ME, AVENIDA DOIS DE JUNHO 2604, - DE 2564 A 2870 - LADO PAR CENTRO - 76963-854 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: SUELY GONZALEZ FARKAS OAB nº RO5022
DESPACHO
Vistos.
1 – Apense-se este feito ao processo n. 7013857-57.2018.8.22.0007.
2- A pedido da parte requerente, redesigno audiência de instrução e julgamento para o dia 18/06/2018 às 11h30 horas . AGENDE-SE NO SISTEMA.

2.1- Referida audiência será realizada na sede do Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública, localizada na Av. Porto Velho, 2728, centro, Cacoal-RO. 3- Intimem-se.
4- Cada parte poderá apresentar até 3 (três) testemunhas que deverão comparecer na audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação. Ou, caso necessário, o pedido com indicação de rol e endereço deverá ser apresentado em cartório com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da audiência a ser realizada.
5- Havendo rol de testemunha e pedido de intimação, proceda-se à intimação das residentes nessa Comarca. 6- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, o requerido deverá comparecer representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício (art. 9º, §4º, Lei 9.099/95). Ressalvado o disposto no Enunciado 99 do Fonaje que autoriza a juntada posterior de carta de preposto na hipótese de realização de acordo.
acoal, 02/05/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7000032-51.2015.8.22.0007
EXEQUENTE: MARTA DA SILVA, AVENIDA MALAQUITA 3660, HOSPITAL REGIONAL NOVO CACOAL - 76962-196 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LUCIANA DE OLIVEIRA OAB nº RO5804, GREYCE KELLEN ROMIO SOARES CABRAL VACARIO OAB nº RO3839
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos
O ESTADO DE RONDÔNIA interpôs impugnação aos cálculos apresentados pela exequente MARTA DA SILVA alegando excesso de execução.
DECIDO
Quanto à atualização do valor, o STF, na data de 20/09/2017, julgou o RE 870.947, com repercussão geral, com as seguintes conclusões: quando se tratar de crédito não-tributário é inconstitucional aplicar os índices TR e os juros moratórios devem ser os índices utilizados pela caderneta de poupança (0,5% ao mês).
O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, Ministro Luiz Fux, apreciando o tema 810 da repercussão geral, deu parcial provimento ao recurso para, confirmando, em parte, o acórdão lavrado pela Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, (I) assentar a natureza assistencial da relação jurídica em exame (caráter não-tributário) e (II) manter a concessão de benefício de prestação continuada (Lei nº 8.742/93, art. 20) ao ora recorrido (III) atualizado monetariamente segundo o IPCA-E desde a data fixada na sentença e (IV) fixados os juros moratórios segundo a remuneração da caderneta de poupança, na forma do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 com a redação dada pela Lei nº 11.960/09. Vencidos, integralmente o Ministro Marco Aurélio, e parcialmente os Ministros Teori Zavascki, Dias Toffoli, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes. Ao final, por maioria, vencido o Ministro Marco Aurélio, fixou as seguintes teses, nos termos do voto do Relator: 1) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina os juros moratórios aplicáveis a condenações da Fazenda Pública, é inconstitucional ao incidir sobre débitos oriundos de relação jurídico-tributária, aos quais devem ser aplicados os mesmos juros de mora pelos quais a Fazenda Pública remunera seu crédito tributário, em respeito ao princípio constitucional da isonomia (CRFB, art. 5º, caput); quanto às condenações oriundas de relação jurídica não-tributária, a fixação dos juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança é constitucional, permanecendo hígido, nesta extensão, o disposto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 com a redação dada pela Lei nº 11.960/09; e 2) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança, revela-se inconstitucional ao impor restrição desproporcional ao direito de propriedade (CRFB, art. 5º, XXII), uma vez que não se qualifica como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, sendo inidônea a promover os fins a que se destina. (STF. Recurso Extraordinário com repercussão geral n. 870.947. Relatora Ministra Cármen Lúcia. Julgamento em 20.9.2017) (http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=4723934)
Com isso, tem-se que o Estado, aplicando-se entendimento anterior, utilizou-se dos índices TR para a correção monetária, o que demonstra estar superado, devendo ser mantido o índice determinado na sentença e que não foi reformada.
Em contrapartida, correta a alegação do Estado de que o 13º salário referente ao ano de 2010 deve ser apenas proporcional a quatro meses e não na sua forma integral como fez a exequente.
Por isso, ACOLHO PARCIALMENTE a impugnação apresentada pelo executado ESTADO DE RONDÔNIA apenas para determinar a exclusão do 13º salário integral em 2010 estabelecendo o seu cálculo de forma proporcional (4/12).
Assim:
a) Intimem-se as partes.
b) Encaminhe-se à Contadoria para atualização nos termos do cálculo da exequente e apenas recalculando o 13º salário de 2010 (4/12);
c) expeça-se precatório.
Cacoal, 02/05/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7003990-40.2018.8.22.0007
AUTOR: FLAVIO ANTONIO LAUTERTE, AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK 1174, - DE 830 AO FIM - LADO PAR NOVO HORIZONTE - 76962-006 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: jose carlos laux OAB nº RO566
RÉU: MUNICIPIO DE CACOAL, RUA ANÍSIO SERRÃO 2100 CENTRO - 76963-852 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CACOAL
DESPACHO
Vistos
Trata-se de ação de conhecimento distribuída perante a 3ª Vara Cível dessa Comarca que declinou a competência para essa vara especializada para processamento e julgamento do feito.
O requerido já foi citado e apresentou contestação.
Nos termos do art. 64, §4º do NCPC, considero válidos os atos processuais praticados, ratificando-os.
Fica registrado que em virtude de ser costumeiro o requerido não transacionar em casos como o presente, deixará de ser designada audiência de tentativa de conciliação, de modo que após a fase postulatória será designada audiência de instrução ou realizado o julgamento conforme o estado do processo.
Intimem-se as partes desta decisão e do processamento do feito pelo rito disciplinado na Lei nº 12.153/2009, bem como para eventual manifestação no prazo sucessivo de 10 (dez) dias.
Advirta-se que nada pleiteado pelas partes dentro do prazo assinalado e devidamente instruído os autos, o feito será julgado no estado em que se encontra.
Intimem-se (via sistema Pje).
Cacoal, 02/05/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7004079-29.2019.8.22.0007
AUTOR: RODINEU RIBEIRO DOS SANTOS, ÁREA RURAL S/N, LINHA 8 LOTE 26B ÁREA RURAL DE CACOAL - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: PATRICIA RAQUEL DA SILVA PIACENTINI OAB nº RO7736
RÉU: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, R. CORUMBIARA 4220 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU:
DESPACHO
Vistos
Considerando que a CERON (Eletrobrás) é uma das maiores litigantes deste Juizado Especial Cível (centenas de demandas) e na maioria absoluta dos casos não tem realizado acordos, e considerando que envolvem o mesmo assunto, deixo de designar audiência específica para conciliação a fim de propiciar o rápido julgamento do feito e resolução da lide, além de não prolongar mais ainda a pauta de audiências da CEJUSC.
Ainda, considerando que nessas espécies de demanda a questão de fato pode ser provada por meio de documentos, também deixo de designar audiência de instrução e julgamento com sustentação nos princípios informadores dos Juizados especiais que primam pela eficiência, economia processual, informalidade e celeridade na prática dos atos processuais, bem como uma rápida entrega da prestação jurisdicional.
Determino:
a) intime-se a parte requerente;
b) cite-se e intime-se a parte requerida (AR/mandado) para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis;
b.1) a não apresentação de defesa importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do(a) requerente e proferido julgamento de plano;
b.2) será obrigatório o patrocínio de advogado nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários-mínimos;
b.3) caso a CERON tenha interesse em realizar conciliação, determino que junte aos autos, no prazo da contestação, a proposta de acordo a fim de ser submetida ao crivo da parte autora;
c) desde já, tendo em vista a hipossuficiência da requerente, determino a inversão do ônus da prova a fim de que a requerida apresente em juízo todos os documentos que possui quanto à contratação entre as partes;
d) apresentada contestação, intime-se a parte requerente para, querendo, impugnar no prazo de 10 (dez) dias;
e) se alguma das partes tiver interesse na produção de prova testemunhal, determino que se manifestem nos autos, conjuntamente com sua defesa ou impugnação, informando tal interesse e justificando o objetivo da prova, caso contrário, seu silêncio será interpretado como desinteresse à sua produção.
SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
Cacoal, 23/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7000042-56.2019.8.22.0007
REQUERENTE: MARIA APARECIDA ARAUJO GABRIEL, ÁREA RURAL Sn, LINHA 12, LOTE 63, GLEBA 11 ÁREA RURAL DE CACOAL - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: VAGNO OLIVEIRA DE ALMEIDA OAB nº RO5185
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA - CERON, RUA JOSÉ DE ALENCAR 2613 CENTRO - 76801-900 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA OAB nº MG87318
SENTENÇA
Vistos
Relatório dispensado
DECIDO
Preliminar – prescrição
A Turma Recursal do Tribunal de Justiça de Rondônia firmou entendimento unânime no sentido de que o início da contagem do prazo prescricional conta-se partir da data em que a rede elétrica do particular tenha sido efetivamente incorporada ao patrimônio da concessionária e não na data da disponibilização da energia elétrica ou do desembolso do consumidor.
CONSTRUÇÃO DE REDE ELÉTRICA RURAL (SUBESTAÇÃO). INEXISTÊNCIA DE ATO FORMAL. NÃO OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. AUSÊNCIA DE TERMO DE CONTRIBUIÇÃO OU CONVÊNIO DE DEVOLUÇÃO. RECURSOS PARTICULARES. O prazo prescricional inicia com a efetiva incorporação ao patrimônio da concessionária de energia elétrica, que se concretiza mediante processo formal, por iniciativa desta. Inteligência do art. 71, §5º, do Decreto nº 5.163/04. (TJRO. Turma Recursal. Recurso Inominado 7000138-71.2015.8.22.0020. Relator Juiz Glodner Luiz Pauletto. Julgamento em 22/02/2017)
Assim, no presente caso, não ocorreu a incidência da prescrição pois ainda não formalizado o ato administrativo de incorporação da subestação à concessionária de serviço público, sendo, inclusive um dos pedidos formulados na petição inicial (obrigação de fazer: incorporação).
Mérito
O feito comporta o julgamento antecipado da lide, uma vez que desnecessária a produção de provas em audiência e o desfecho jurídico depende apenas de apreciação de provas documentais e não houve pedido de produção de prova específica (CPC 355 I).
Trata-se de pedido de obrigação de fazer consistente na incorporação da subestação particular ao patrimônio da concessionária de serviço público, bem como, pedido de indenização por danos materiais relativos à construção da referida subestação.
Ocorre que, no que pertine aos pedidos da inicial, o antigo proprietário do imóvel em questão ingressou com a ação nº 7012386-74.2016.8.22.0007, sobrevindo sentença condenatória para que a requerida incorporasse e ressarcisse os valores gastos com a construção da subestação, objeto igualmente da presente ação, cujo valor, inclusive, já foi pago.
Tendo em vista que o julgamento favorável dos autos acima mencionado aproveita ao autor (CC 274) aliado ao fato de que a nova condenação oneraria injustificadamente a requerida, torna-se impossível a dupla compensação financeira do mesmo fato, restando improcedentes os pedidos.
Pelo exposto, julgo IMPROCEDENTES os pedidos feitos por MARIA APARECIDA ARAUJO GABRIEL em face de CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A – CERON por falta de provas.
DECLARO RESOLVIDO o mérito (CPC 487 I).
Intimem-se as partes.
Sem custas e honorários advocatícios (LJE 55).
Publicação e Registro automáticos.
Agende-se decurso de prazo recursal.
Transitado em julgado, arquive-se.
Cacoal/RO, 02/05/2019
Juíza de Direito – Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7012813-03.2018.8.22.0007
REQUERENTE: ADOLFO BUTZKE, ÁREA RURAL LOTE 41, LINHA 09 ÁREA RURAL DE CACOAL - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ELSON RODRIGUES DE MATOS OAB nº RO7798

REQUERIDO: E. D. R., RUA SÃO PAULO 2355, - DE 2173 A 2489 - LADO ÍMPAR CENTRO - 76963-781 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: GABRIELA DE LIMA TORRES OAB nº RO5714, FRANCISCA JACIREMA FERNANDES SOUZA OAB nº RO1434
SENTENÇA
Vistos
Relatório dispensado
DECIDO
Preliminar - prescrição
A Turma Recursal do Tribunal de Justiça de Rondônia firmou entendimento unânime no sentido de que o início da contagem do prazo prescricional conta-se partir da data em que a rede elétrica do particular tenha sido efetivamente incorporada ao patrimônio da concessionária e não na data da disponibilização da energia elétrica ou do desembolso do consumidor.
CONSTRUÇÃO DE REDE ELÉTRICA RURAL (SUBESTAÇÃO). INEXISTÊNCIA DE ATO FORMAL. NÃO OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. AUSÊNCIA DE TERMO DE CONTRIBUIÇÃO OU CONVÊNIO DE DEVOLUÇÃO. RECURSOS PARTICULARES. O prazo prescricional inicia com a efetiva incorporação ao patrimônio da concessionária de energia elétrica, que se concretiza mediante processo formal, por iniciativa desta. Inteligência do art. 71, §5º, do Decreto nº 5.163/04. (TJRO. Turma Recursal. Recurso Inominado 7000138-71.2015.8.22.0020. Relator Juiz Glodner Luiz Pauletto. Julgamento em 22/02/2017)
Assim, no presente caso, não ocorreu a incidência da prescrição pois ainda não formalizado o ato administrativo de incorporação da subestação à concessionária de serviço público, sendo, inclusive um dos pedidos formulados na petição inicial (obrigação de fazer: incorporação).
Preliminar - litispendência
Afasto a preliminar de litispendência, pois as subestações discutidas nos autos nº 7012755-97.2018.8.22.0007, 7012756-82.2018.8.22.0007 estão localizadas em local diferente, não se tratando, portanto, da mesma.
Mérito
O feito comporta o julgamento antecipado da lide, uma vez que desnecessária a produção de provas em audiência e o desfecho jurídico depende apenas de apreciação de provas documentais e não houve pedido de produção de prova específica (CPC 355 I).
Trata-se de pedido de obrigação de fazer consistente na incorporação da subestação particular ao patrimônio da concessionária de serviço público, bem como, pedido de indenização por danos materiais relativos à construção da referida subestação.
Aplica-se ao presente caso a Resolução nº 229/2006 da ANEEL que determinou às concessionárias prestadoras do serviço de energia que incorporassem aos seus patrimônios as redes particulares, mas com o necessário ressarcimento dos recursos investidos.
Art. 2º. Para os efeitos desta Resolução serão considerados os seguintes conceitos e definições
(…)
III- Redes particulares: instalações elétricas, em qualquer tensão, inclusive subestações, utilizadas para o fim exclusivo de prover energia elétrica para unidades de consumo de seus proprietários e conectadas em sistema de distribuição de energia. (grifo nosso).
A Resolução 229/2006 efetivamente traduz obrigatoriedade na incorporação: "As distribuidoras devem incorporar todas as redes particulares referidas no caput até 31 de dezembro de 2015" (artigo 8-A §2º).
Considerando a relação entabulada entre as partes, que é de consumo, e presente a hipossuficiência do consumidor, caberia à concessionária provar os seguintes fatos: a) se houve ou não, formalmente ou de fato, a incorporação; b) se já realizada ou pendente ou que, de fato, não incorporou a rede porque esta é restrita à propriedade do autor e que não faz uso dela para atender demanda de outros consumidores, hipóteses que afastaria a possibilidade da incorporação (Resolução 229/2006, art. 4º).
A produção desta prova estava ao alcance da requerida, entretanto, não o fez.
Pelo contrário, há nos autos prova material da construção da subestação pelo particular e a informação, sem prova em contrário, de que a manutenção da rede é feita pela concessionária e prestadora de serviços terceirizada.
Assim, já decorreu o prazo limite para a requerida proceder à incorporação formal, por isso, deverá ser compelida a fazê-lo e a ressarcir a parte requerente.
ENERGIA ELÉTRICA. RELAÇÃO DE CONSUMO. INCORPORAÇÃO RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 229. ANEEL. INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. PROVA DOS GASTOS REALIZADOS. INDENIZAÇÃO DEVIDO. Diante da discussão quanto ao dever de indenizar relativo a construção de rede elétrica por particular, não há de se falar em prescrição do dever de indenizar, uma vez que este somente se estabelece após a incorporação. Diante dos gastos comprovados pelo particular referente à expansão da rede, cabível a restituição dos valores, quando a concessionária não comprova a incorporação da rede, mas os conjunto probatória comprova que já ocorreu de fato, sem o pagamento da devida indenização, nos termos da Resolução 229/2006 ? ANEEL. (TJRO. Turma Recursal - Ji-Paraná. Recurso Inominado 1001321-41.2012.822.0003, Relatora Juíza Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima. Julgamento em 17/03/2014)
Reconhecido o direito à incorporação, passo a analisar o pedido de indenização por danos materiais, responsabilidade da requerida com base na Resolução 229/2006 da ANEEL.
Por não possuir todos os recibos e comprovantes de pagamento da época da construção da subestação, a parte requerente juntou aos autos orçamentos atuais de quanto custaria a construção da referida rede (CPC 369 e 444).
A requerida teve acesso a tais documentos, formulou defesa genérica sem impugnação específica ou apresentação de outra prova no sentido de demonstrar que tais orçamentos estão equivocados ou fora da realidade.
Desse modo, com base no princípio da inversão do ônus da prova e da proteção do consumidor, presumo acertado os valores apresentados.
Pelo exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos feitos por ADOLFO BUTZKE em face de CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A – CERON para:
a) condenar a requerida a incorporar ao seu patrimônio a subestação de 3 KVA localizada na Linha 09, lote 40, gleba 09, Zona Rural, Cacoal-RO (código único 0159487-7)
b) condenar a requerida a indenizar a parte requerente no importe de R$11.936,08 a título de danos materiais, referente às despesas com a construção da rede particular de energia elétrica em sua propriedade, ora incorporada ao patrimônio da requerida, cujo valor deverá ser corrigido monetariamente e acrescido de juros legais (1% ao mês) a contar da data desta sentença (orçamentos atuais).
DECLARO RESOLVIDO o mérito (CPC 487 I).
Intimem-se.
Sem custas e honorários advocatícios (LJE 55).
Publicação e Registro automáticos.
Agende-se decurso de prazo recursal.
Se do trânsito em julgado decorrer 05 (cinco) dias sem requerimento de execução, arquive-se.
Havendo pedido de cumprimento de sentença, proceda-se a intimação da parte requerida, nos termos do artigo 523 do CPC.
Cacoal/RO, 02/05/2019
Juíza de Direito – Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7004486-35.2019.8.22.0007
AUTOR: CARLA REGINA DE CASTRO VENTURELI FAVORETTI, AVENIDA MALAQUITA 3360, - DE 3160 A 3370 - LADO PAR NOVO CACOAL - 76962-196 - CACOAL - RONDÔNIA

ADVOGADO DO AUTOR: LUCAS VENDRUSCULO OAB nº RO2666, THIAGO DE PAULA BINI OAB nº RO9867
RÉU: ESTADO DE RONDÔNIA, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos
1- Desde já fica registrado que em virtude de ser costumeiro o requerido não transacionar em casos como o presente, deixará de ser designada audiência de tentativa de conciliação, de modo que após a fase postulatória será designada audiência de instrução ou realizado o julgamento conforme o estado do processo.
2- Cite-se e intime-se (via sistema PJe) o requerido, advertindo-o que o feito tramitará pelo procedimento da Lei nº 12.153/2009 e que deverá apresentar defesa ao feito no prazo de 30 (trinta) dias (art. 7º), oportunidade em que deverão ser eventualmente pleiteadas de forma específica e justificada as provas. Pena de indeferimento.
3- Apresentada defesa, intime-se a parte requerente para impugnação, caso queira, no prazo de 10 (dez) dias. Ocasião em que deverá especificar as provas que pretende produzir, justificando a pertinência e finalidade, sob pena de indeferimento.
4- Caso necessário, SERVE A PRESENTE DECISÃO DE MANDADO OU CARTA PRECATÓRIA PARA CITAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
Cacoal, 02/05/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7013857-57.2018.8.22.0007
REQUERENTE: THIAGO GIORDANI, RUA SÃO PAULO 2384, - ATÉ 2150 - LADO PAR CENTRO - 76963-762 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DAYANE CARVALHO DE SOUZA FERREIRA OAB nº RO7417, LEONARDO FABRIS SOUZA OAB nº RO6217
REQUERIDO: FRANCISCO PAULO NETO, AC CACOAL, BR 364, KM 232, AREAL CACOAL CENTRO - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: SUELY GONZALEZ FARKAS OAB nº RO5022
DESPACHO
Vistos.
1 – Apense-se este feito ao processo n. 7013858-42.2018.8.22.0007.
2- A pedido da parte requerente, redesigno audiência de instrução e julgamento para o dia 18/06/2018 às 11h00 horas . AGENDE-SE NO SISTEMA.
2.1- Referida audiência será realizada na sede do Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública, localizada na Av. Porto Velho, 2728, centro, Cacoal-RO. 3- Intimem-se.
4- Cada parte poderá apresentar até 3 (três) testemunhas que deverão comparecer na audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação. Ou, caso necessário, o pedido com indicação de rol e endereço deverá ser apresentado em cartório com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da audiência a ser realizada.
5- Havendo rol de testemunha e pedido de intimação, proceda-se à intimação das residentes nessa Comarca. 6- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, o requerido deverá comparecer representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício (art. 9º, §4º, Lei 9.099/95). Ressalvado o disposto no Enunciado 99 do Fonaje que autoriza a juntada posterior de carta de preposto na hipótese de realização de acordo.
Cacoal, 02/05/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7012412-04.2018.8.22.0007
REQUERENTE: JOSE RODRIGUES DE SA, ÁREA RURAL Gleba 05, LINHA 05, LOTE 08 ÁREA RURAL DE CACOAL - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ROBSON REINOSO DE PAULA OAB nº RO1341
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, AVENIDA SÃO PAULO, 2775 2355 CENTRO - 76960-280 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA OAB nº MG87318
SENTENÇA
Vistos
Relatório dispensado
DECIDO
Preliminar - prescrição
A Turma Recursal do Tribunal de Justiça de Rondônia firmou entendimento unânime no sentido de que o início da contagem do prazo prescricional conta-se partir da data em que a rede elétrica do particular tenha sido efetivamente incorporada ao patrimônio da concessionária e não na data da disponibilização da energia elétrica ou do desembolso do consumidor.
CONSTRUÇÃO DE REDE ELÉTRICA RURAL (SUBESTAÇÃO). INEXISTÊNCIA DE ATO FORMAL. NÃO OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. AUSÊNCIA DE TERMO DE CONTRIBUIÇÃO OU CONVÊNIO DE DEVOLUÇÃO. RECURSOS PARTICULARES. O prazo prescricional inicia com a efetiva incorporação ao patrimônio da concessionária de energia elétrica, que se concretiza mediante processo formal, por iniciativa desta. Inteligência do art. 71, §5º, do Decreto nº 5.163/04. (TJRO. Turma Recursal. Recurso Inominado 7000138-71.2015.8.22.0020. Relator Juiz Glodner Luiz Pauletto. Julgamento em 22/02/2017)
Assim, no presente caso, não ocorreu a incidência da prescrição pois ainda não formalizado o ato administrativo de incorporação da subestação à concessionária de serviço público, sendo, inclusive um dos pedidos formulados na petição inicial (obrigação de fazer: incorporação).
Mérito
O feito comporta o julgamento antecipado da lide, uma vez que desnecessária a produção de provas em audiência e o desfecho jurídico depende apenas de apreciação de provas documentais e não houve pedido de produção de prova específica (CPC 355 I).
Trata-se de pedido de obrigação de fazer consistente na incorporação da subestação particular ao patrimônio da concessionária de serviço público, bem como, pedido de indenização por danos materiais relativos à construção da referida subestação.
Aplica-se ao presente caso a Resolução nº 229/2006 da ANEEL que determinou às concessionárias prestadoras do serviço de energia que incorporassem aos seus patrimônios as redes particulares, mas com o necessário ressarcimento dos recursos investidos.
Art. 2º. Para os efeitos desta Resolução serão considerados os seguintes conceitos e definições
(…)
III- Redes particulares: instalações elétricas, em qualquer tensão, inclusive subestações, utilizadas para o fim exclusivo de prover energia elétrica para unidades de consumo de seus proprietários e conectadas em sistema de distribuição de energia. (grifo nosso).
A Resolução 229/2006 efetivamente traduz obrigatoriedade na incorporação: “As distribuidoras devem incorporar todas as redes particulares referidas no caput até 31 de dezembro de 2015” (artigo 8-A §2º).
Considerando a relação entabulada entre as partes, que é de consumo, e presente a hipossuficiência do consumidor, caberia à concessionária provar os seguintes fatos: a) se houve ou não,

formalmente ou de fato, a incorporação; b) se já realizada ou pendente ou que, de fato, não incorporou a rede porque esta é restrita à propriedade do autor e que não faz uso dela para atender demanda de outros consumidores, hipóteses que afastaria a possibilidade da incorporação (Resolução 229/2006, art. 4º).
A produção desta prova estava ao alcance da requerida, entretanto, não o fez.
Pelo contrário, há nos autos prova material da construção da subestação pelo particular e a informação, sem prova em contrário, de que a manutenção da rede é feita pela concessionária e prestadora de serviços terceirizada.
Assim, já decorreu o prazo limite para a requerida proceder à incorporação formal, por isso, deverá ser compelida a fazê-lo e a ressarcir a parte requerente.
ENERGIA ELÉTRICA. RELAÇÃO DE CONSUMO. INCORPORAÇÃO RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 229. ANEEL. INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. PROVA DOS GASTOS REALIZADOS. INDENIZAÇÃO DEVIDO. Diante da discussão quanto ao dever de indenizar relativo a construção de rede elétrica por particular, não há de se falar em prescrição do dever de indenizar, uma vez que este somente se estabelece após a incorporação. Diante dos gastos comprovados pelo particular referente à expansão da rede, cabível a restituição dos valores, quando a concessionária não comprova a incorporação da rede, mas os conjunto probatória comprova que já ocorreu de fato, sem o pagamento da devida indenização, nos termos da Resolução 229/2006 ? ANEEL. (TJRO. Turma Recursal - Ji-Paraná. Recurso Inominado 1001321-41.2012.822.0003, Relatora Juíza Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima. Julgamento em 17/03/2014)
Reconhecido o direito à incorporação, passo a analisar o pedido de indenização por danos materiais, responsabilidade da requerida com base na Resolução 229/2006 da ANEEL.
Por não possuir todos os recibos e comprovantes de pagamento da época da construção da subestação, a parte requerente juntou aos autos orçamentos atuais de quanto custaria a construção da referida rede (CPC 369 e 444).
A requerida teve acesso a tais documentos, formulou defesa genérica sem impugnação específica ou apresentação de outra prova no sentido de demonstrar que tais orçamentos estão equivocados ou fora da realidade.
Em que pese não haja impugnação ao valor, dentre os orçamentos que instruem o processo para indenização configurada pela incorporação da rede elétrica, deve-se adotar o de menor valor.
Pelo exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos feitos por JOSE RODRIGUES DE SA em face de CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A – CERON para:
a) condenar a requerida a incorporar ao seu patrimônio a subestação do requerente localizada na Linha 05, Lote 08, Gleba 05, Zona Rural, Cacoal-RO (código único 158609-2)
b) condenar a requerida a indenizar a parte requerente no importe de R$12.646,85 a título de danos materiais, referente às despesas com a construção da rede particular de energia elétrica em sua propriedade, ora incorporada ao patrimônio da requerida, cujo valor deverá ser corrigido monetariamente e acrescido de juros legais (1% ao mês) a contar da data desta sentença (orçamentos atuais).
DECLARO RESOLVIDO o mérito (CPC 487 I).
Intimem-se.
Sem custas e honorários advocatícios (LJE 55).
Publicação e Registro automáticos.
Agende-se decurso de prazo recursal.
Se do trânsito em julgado decorrer 05 (cinco) dias sem requerimento de execução, arquive-se.
Havendo pedido de cumprimento de sentença, proceda-se a intimação da parte requerida, nos termos do artigo 523 do CPC.
Cacoal/RO, 02/05/2019
Juíza de Direito – Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7013540-59.2018.8.22.0007
REQUERENTE: DALCREE MARIA DE SOUZA PEREIRA, RUA DUQUE DE CAXIAS 2791, - DE 2243/2244 AO FIM CENTRO - 76963-718 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ANDRE RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA OAB nº RO7706, MARCELO VAGNER PENA CARVALHO OAB nº RO1171
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos
O requerente comunicou aos autos o descumprimento da antecipação de tutela (sentença não transitada em julgado) pois o requerido não providenciou a entrega dos medicamentos e requereu o sequestro do valor necessário.
DECIDO.
Inexistindo demonstração de entrega dos medicamentos até o presente, com transcurso de prazo superior ao necessário para atendimento do paciente e a fim de assegurar a efetividade da tutela jurisdicional, defiro e determino o sequestro de:
a) R$8.800,00 (oito mil e oitocentos reais), em conta bancária do requerido ESTADO DE RONDÔNIA para a aquisição de 04 injeções de AVASTIN (já incluso valor para a sua aplicação);
b) R$909,52 (novecentos e nove reais e cinquenta e dois centavos), em conta bancária do requerido ESTADO DE RONDÔNIA para a aquisição dos medicamentos ALTA D (ADERRA) 7.000UI, CONCOR (CONCÁRDIO) 5MG, ESC 20MG/1ML, XARELTO 20MG, VASTAREL MR 35 MG, RUSOVAS 20 MG, NOVANLO 2,5MG, SUSTRATE 10 MG, ESOMEX (ESOMEPRAZOL) 20MG, BETES 2MG, TRAYENTA 5MG, TROPINAL (GOTAS) e VELIJA 30MG, necessários para o período de um mês.
Aguarde-se a resposta do Bacenjud.
2- Expeça-se alvará de levantamento em nome do paciente.
ADVIRTA-SE o requerente que a aquisição deverá ser realizada, preferencialmente, em farmácias cadastradas no programa AQUI TEM FARMÁCIA POPULAR.
Recebendo os valores, DEVERÁ O PACIENTE prestar contas em até 15 (quinze) dias após a compra dos medicamentos, trazendo aos autos recibo/nota fiscal, bem como entregando eventual saldo por meio de depósito judicial.
3- Intime-se o requerido (via sistema) e o requerente (DJ) para apresentar contrarrazões ao recurso apresentado pelo Estado (prazo de 10 dias).
Cacoal/RO, 02/05/2019
Juíza de Direito – Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7013753-65.2018.8.22.0007
REQUERENTE: RUBIANA CRISTINA MACHADO EIRELI, AVENIDA DOIS DE JUNHO 2690, - DE 2564 A 2870 - LADO PAR CENTRO - 76963-854 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUAN DA SILVA FEITOSA OAB nº RO8566, MARCIA PASSAGLIA OAB nº RO1695
REQUERIDO: DENIUZE ALVES PEREIRA, RUA DOS PIONEIROS 2403 CENTRO - 76963-726 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DESPACHO
Vistos
1- Realizei pesquisa ao sistema Bacenjud que restou infrutífera. Junte-se o resultado.
2- Realizei pesquisa Renajud, porém a pesquisa retornou sem resultados. Junte-se a resposta.

3- Intime-se a parte exequente para apresentação de demonstrativo de crédito e indicação de bens passíveis de penhora no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Cientifico o exequente que não será aceita a indicação de bens genéricos e nem os que guarnecem a residência do devedor e que sejam essenciais à habitabilidade (Enunciado 14, Fonaje).
Cacoal, 02/05/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7001087-95.2019.8.22.0007
EXEQUENTE: CACOAL COMERCIO DE MARMORES E GRANITOS LTDA - ME, AVENIDA CASTELO BRANCO 21544, - DE 21422 A 21776 - LADO PAR JARDIM BANDEIRANTES - 76961-822 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FERNANDO DA SILVA AZEVEDO OAB nº RO1293
EXECUTADO: VINICIO GONCALVES, RUA "E" 4894, . BAIRRO JARDIM VITÓRIA - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
DESPACHO
Vistos
1- Realizei pesquisa ao sistema Bacenjud que restou infrutífera. Junte-se o resultado.
2- Realizei pesquisa Renajud, sendo localizadas duas motocicletas HONDA/CG 125 FAN KS (placa NEA1838) e HONDA/CG 125 FAN (placa NDX8483). Junte-se a resposta.
3- Assim, intime-se o exequente a se manifestar quanto ao interesse nos veículos e que possuem restrição de benefício tributário. Havendo interesse deverá informar, no prazo de 5 dias, o local onde o mesmo poderá ser localizado.
4- Após a informação do endereço, expeça-se mandado de penhora (ou carta precatória, se necessário) do mesmo ou outros bens suficientes ao pagamento do débito, avaliando-o, e de tal ato intimando-se, na mesma oportunidade, o(a) executado(a).
Cacoal, 02/05/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7005551-70.2016.8.22.0007
REQUERENTE: REINALDO VIEIRA DE OLIVEIRA, RUA DELMIRO JOÃO DA SILVA 2214, CASA RESIDENCIAL PARQUE BRIZON - 76962-256 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MIGUEL ANTONIO PAES DE BARROS FILHO OAB nº RO7046
REQUERIDOS: FEDERACAO DAS UNIMEDS DA AMAZONIA-FED. DAS SOC. COOP. DE TRAB. MED. DO ACRE,AMAPA,AMAZONAS,PARA,RONDO E RORAIMA, RUA AMAPÁ 374, CONJUNTO VIEIRA ALVES NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS - 69053-150 - MANAUS - AMAZONAS, SINDICATO DOS TRABALHADORES DA SAUDE DE RONDONIA, AVENIDA ROGÉRIO WEBER 4116 PEDRINHAS - 76801-460 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, CARLI & CARLI ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA, AVENIDA PINHEIRO MACHADO 2683, - DE 2470 A 2874 - LADO PAR SÃO CRISTÓVÃO - 76804-012 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: JULIANA FERREIRA CORREA OAB nº AM7589, RODRIGO SANTOS DA SILVA OAB nº AM10696, JULIANA MIRANDA FURTADO OAB nº RO5542, EDSON ANTONIO SOUSA PINTO OAB nº RO4643, GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI OAB nº RO5546
DESPACHO
Vistos
1- Realizei pesquisa ao sistema Bacenjud que restou positiva e cuja quantia foi transferida para conta judicial. Junte-se o resultado.
2- Intime-se a parte executada para, querendo, impugnar a penhora no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena da(s) quantia(s) ser(em) liberada(s) para o(a) exequente. Ressalto a necessidade dos embargos serem apresentados por meio de advogado, nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários-mínimos.
2.1- Nesse mesmo prazo, poderá comprovar que as quantias tornadas indisponíveis são impenhoráveis ou que ainda remanesce indisponibilidade excessiva de ativos financeiros.
2.2- Decorrido o prazo sem impugnação, autorizo a expedição de alvará de levantamento/transferência em favor do advogado da parte exequente, salvo se o mesmo não possuir poderes para tal.
3- Após o recebimento do alvará, deverá a parte exequente se manifestar no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
4- Intime-se a requerida FAMA para, em 10 (dez) dias, comprovar o cumprimento da obrigação de fazer.
Cacoal, 02/05/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7004243-91.2019.8.22.0007
REQUERENTE: VANADIR CUNHA DOS REIS, AVENIDA AMAZONAS 2760, - ATÉ 2273 - LADO ÍMPAR CENTRO - 76963-749 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: TAINA LOPES DE MELO OAB nº RO9346
REQUERIDO: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A, AVENIDA DOUTOR MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES 939 TAMBORÉ - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DESPACHO
Vistos
1- Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 12/06/2019, às 08h00min. AGENDE-SE NO SISTEMA.
2- Intime-se o(a) requerente.
3- Cite-se e intime-se a parte requerida (AR/mandado/carta precatória).
4- Sendo o caso de relação de consumo com o consumidor no polo ativo da demanda, desde já, determino inversão do ônus da prova a fim de que o(a) requerido(a) apresente em juízo todos os documentos que possui quanto ao narrado nos autos.
5- Advertências gerais às partes:
5.1- A audiência será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Avenida Cuiabá, 1914, Centro, Cacoal/RO.
5.2- As partes deverão comparecer à audiência munidas de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial.
5.3- O(s) procurador(es) e preposto(s) das partes deverá(ão) comparecer à audiência munido(s) de poderes específicos para transacionar.
5.4- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). Também será aceito a presença por preposto (Enunciado 20 do Fonaje).
5.5- Fica o(a) requerente advertido(a) que o seu não comparecimento pessoal injustificado implicará na extinção e arquivamento do processo que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais.
5.6- Fica o(s) requerido(a) advertido(a) que o não comparecimento a quaisquer das audiências designadas importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do(a) requerente e proferido julgamento de plano.

5.7- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, o requerido deverá comparecer representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício (LJE 9º, §4º), sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (CPC 75, VIII e CC 45), sob pena de revelia. Ressalvado o disposto no Enunciado 99 do Fonaje que autoriza a juntada posterior de carta de preposto somente na hipótese de realização de acordo.
5.8- As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos.
5.9- Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado(a).
5.10- Havendo a necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública nessa Comarca (Rua José do Patrocínio, 1284, bairro Princesa Isabel, Cacoal-RO).
5.11- Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo.
5.12- O(a) requerido(a) deverá oferecer contestação (escrita ou oral) e demais provas, inclusive indicação de no máximo 3 (três) testemunhas (se necessário), com sua qualificação completa (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, até o ato da audiência de conciliação.
5.13- Quando da audiência de tentativa de conciliação, não sendo realizado acordo, o(a) requerente terá o prazo de 10 (dez) minutos para se manifestar sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados pela parte contrária.
5.14- Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização de audiência de instrução e julgamento.
6- Não sendo localizada a parte requerida, o(a) requerente deverá ser intimado(a) para apresentar novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias. Apresentado novo endereço, ou não havendo tempo hábil para cumprimento, deverá a escrivania designar nova audiência de conciliação, independente de novo despacho, a fim de que seja expedido o necessário.
7- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
8- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE.
9- Caso, o(a) requerido(a) não seja intimado e o(a) requerente não estando patrocinado por advogado, o oficial de justiça deverá se valer do presente COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE a apresentar o atual endereço do requerido no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Cacoal, 30/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7013078-05.2018.8.22.0007
REQUERENTE: PENZ & CIA LTDA - EPP, RODOVIA BRN 108 TAQUARUSSU - 88750-000 - BRAÇO DO NORTE - SANTA CATARINA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUCIANO JUNIOR XERFAN DE OLIVEIRA OAB nº SC28411
REQUERIDO: W. R. GOMES DISTRIBUIDORA EIRELI - ME, RUA SÓCRATES JARDIM BANDEIRANTES - 76961-846 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DESPACHO
Vistos
1- Realizei pesquisa ao sistema Bacenjud que restou infrutífera. Junte-se o resultado.
2- Realizei pesquisa Renajud, porém a pesquisa retornou sem resultados. Junte-se a resposta.
3- Intime-se a parte exequente para apresentação de demonstrativo de crédito e indicação de bens passíveis de penhora no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Cientifico o exequente que não será aceita a indicação de bens genéricos e nem os que guarnecem a residência do devedor e que sejam essenciais à habitabilidade (Enunciado 14, Fonaje).
Cacoal, 02/05/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7006596-41.2018.8.22.0007
REQUERENTE: SILVANIR EMERICK GONCALVES, RUA FRANCISCO PATRÍCIO RODRIGUES 3402, - ATÉ 3504/3505 VILLAGE DO SOL II - 76964-540 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JAIRO REGES DE ALMEIDA OAB nº RO7882
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB nº MS6835, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA OAB nº MG87318, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB nº RO5462
DECISÃO
Vistos
1- Indefiro o pedido de justiça gratuita, pois desacompanhado de qualquer elemento indicativo de que o requerente não possui renda para suportar os custos do processo.
2- Intime-se o autor para comprovar nos autos o pagamento das custas e preparo (5%), no prazo de 48 horas.
3- Comprovado o pagamento, desde já, recebo o recurso inominado, posto que tempestivo.
4- Subam os autos à Turma Recursal com nossas homenagens.
Cacoal, 02/05/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 3ª Vara Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO
Endereço eletrônico: cwl3civel@tjro.jus.br
Número do processo: 7003990-40.2018.8.22.0007
REQUERENTE: FLAVIO ANTONIO LAUTERTE CPF nº 288.475.989-15, AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK 1174, - DE 830 AO FIM - LADO PAR NOVO HORIZONTE - 76962-006 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: jose carlos laux OAB nº RO566
REQUERIDO: MUNICIPIO DE CACOAL CNPJ nº 04.092.714/0001-28, RUA ANÍSIO SERRÃO 2100 CENTRO - 76963-852 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CACOAL
Considerando a emenda do ID 18481789, altere-se a classe para ação anulatória cumula com dano moral.
Tendo em vista que a ação foi proposta contra o Município de Cacoal/RO, pessoa jurídica de direito público, e que o interesse econômico subjacente é inferior a 60 salários mínimos, a competência para o processamento e julgamento do processo é do Juizado da Fazenda

Pública, consoante dispõe o art. 2º da Lei 12.153/09.
Referida competência é de natureza absoluta (art. 2º, § 4º, da referida lei).
Redistribuam-se os autos para o Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Cacoal.
Cacoal/RO, 29 de abril de 2019.
Elson Pereira de Oliveira Bastos
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960.
Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7008670-05.2017.8.22.0007
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: CLEUZA NOE OLIVEIRA DA SILVA
Endereço: AC Cacoal, MALAQUITA 3360, Avenida São Paulo 2775, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76968-899
Advogado do(a) REQUERENTE: LUCAS VENDRUSCULO - RO2666
Nome: SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM DE RONDONIA - SINDERON
Endereço: Rua Almirante Barroso, 1171, - de 961 a 1371 - lado ímpar, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-091
Intimação
Intimação da parte promovente para tomar conhecimento do Alvará de Levantamento nº 651/2019 expedido em seu favor (ID 26843486) e disponibilizado no sistema PJe para impressão e realização do saque do valor depositado.
Cacoal/RO, 2 de maio de 2019.
TAMIRES BOONE VILLA LOPES

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7005890-58.2018.8.22.0007
REQUERENTE: IVALDETE GRIGORIO VIDAL, JOSE DE ALENCAR 2490 NOVO HORIZONTE - 76962-048 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE:
REQUERIDO: LUIZ E. GIELOW, RUA AMETISTA 363 BALNEÁRIO ARCO-ÍRIS - 76961-878 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DESPACHO
Vistos
1- Realizei pesquisa ao sistema Bacenjud que restou infrutífera. Junte-se o resultado.
2- Realizei consulta no sistema Renajud, sendo localizado um veículo HONDA/NX-4 FALCON (placa NCU6890), porém sobre ele consta restrição de alienação fiduciária, o que impede a realização de penhora. Junte-se a resposta.
3- Intime-se a parte exequente para apresentação de demonstrativo de crédito e indicação de bens passíveis de penhora no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Cientifico o exequente que não será aceita a indicação de bens genéricos e nem os que guarnecem a residência do devedor e que sejam essenciais à habitabilidade (Enunciado 14, Fonaje).
Cacoal, 02/05/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960.
Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7009133-10.2018.8.22.0007
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Nome: FRANCISCO DE ASSIS PELICIONI
Endereço: Área Rural, Linha 13 Lote 06 Gleba 13 Poste 44, Área Rural de Cacoal, Cacoal - RO - CEP: 76968-899
Advogado do(a) EXEQUENTE: TIAGO DOS SANTOS DE LIMA - RO7199
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Avenida Dois de Junho, 2234, - até 2268 - lado par, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-882
Advogados do(a) EXECUTADO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462, GABRIELA DE LIMA TORRES - RO5714
INTIMAÇÃO
Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) de Direito do Juizado Especial de Cacoal, fica o(a) requerido(a), por meio de seu(sua) advogado(a), intimado(a) a atualizar os valores e apresentar planilha de cálculos atualizados, no prazo de 5 (cinco) dias.
Cacoal/RO, 2 de maio de 2019.
JOSE APARECIDO MACIEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960.
Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7012606-04.2018.8.22.0007
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: DIONATA DE SOUSA ROCHA
Endereço: Avenida Marechal Rondon, 2973, - de 2837 a 3039 - lado ímpar, Princesa Isabel, Cacoal - RO - CEP: 76964-101
Advogado do(a) REQUERENTE: LEONARDO FABRIS SOUZA - RO6217
Nome: GISELE WALESKA DE SOUZA VARGAS PESSOA
Endereço: Rua Garimpeiros, 567, São Benedito, Barra do Garças - MT - CEP: 78600-000
Intimação
Fica a parte autora intimada de que foi designada audiência de tentativa de conciliação para 05/06/2019, às 11:20 horas, a ser realizada no CEJUSC, localizado à Avenida Cuiabá, 1914, centro, Cacoal.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7004218-78.2019.8.22.0007
AUTOR: BENJAMIM VILVOCK, ÁREA RURAL LH 08, LT 69 ÁREA RURAL DE CACOAL - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: GELSON GUILHERME DA SILVA OAB nº RO8575
RÉU: C. E. D. R. D. R. S., RUA SÃO PAULO 2355, - DE 2173 A 2489 - LADO ÍMPAR CENTRO - 76963-781 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU:
DESPACHO
Vistos
Considerando que a CERON (Eletrobrás) é uma das maiores litigantes deste Juizado Especial Cível (centenas de demandas) e na maioria absoluta dos casos não tem realizado acordos, e considerando que envolvem o mesmo assunto, deixo de designar audiência específica para conciliação a fim de propiciar o rápido julgamento do feito e resolução da lide, além de não prolongar mais ainda a pauta de audiências da CEJUSC.
Ainda, considerando que nessas espécies de demanda a questão de fato pode ser provada por meio de documentos, também deixo de designar audiência de instrução e julgamento com sustentação nos princípios informadores dos Juizados especiais que primam pela eficiência, economia processual, informalidade e celeridade na prática dos atos processuais, bem como uma rápida entrega da prestação jurisdicional.

Determino:
a) intime-se a parte requerente;
b) cite-se e intime-se a parte requerida (AR/mandado) para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis;
b.1) a não apresentação de defesa importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do(a) requerente e proferido julgamento de plano;
b.2) será obrigatório o patrocínio de advogado nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários-mínimos;
b.3) caso a CERON tenha interesse em realizar conciliação, determino que junte aos autos, no prazo da contestação, a proposta de acordo a fim de ser submetida ao crivo da parte autora;
c) desde já, tendo em vista a hipossuficiência da requerente, determino a inversão do ônus da prova a fim de que a requerida apresente em juízo todos os documentos que possui quanto à contratação entre as partes;
d) apresentada contestação, intime-se a parte requerente para, querendo, impugnar no prazo de 10 (dez) dias;
e) se alguma das partes tiver interesse na produção de prova testemunhal, determino que se manifestem nos autos, conjuntamente com sua defesa ou impugnação, informando tal interesse e justificando o objetivo da prova, caso contrário, seu silêncio será interpretado como desinteresse à sua produção.
SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
Cacoal, 24/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7004184-06.2019.8.22.0007
AUTOR: EDVALDO JOSE DOS SANTOS, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO AUTOR: GELSON GUILHERME DA SILVA OAB nº RO8575
RÉU: C. E. D. R. D. R. S., SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO RÉU:
DESPACHO
Vistos
Considerando que a CERON (Eletrobrás) é uma das maiores litigantes deste Juizado Especial Cível (centenas de demandas) e na maioria absoluta dos casos não tem realizado acordos, e considerando que envolvem o mesmo assunto, deixo de designar audiência específica para conciliação a fim de propiciar o rápido julgamento do feito e resolução da lide, além de não prolongar mais ainda a pauta de audiências da CEJUSC.
Ainda, considerando que nessas espécies de demanda a questão de fato pode ser provada por meio de documentos, também deixo de designar audiência de instrução e julgamento com sustentação nos princípios informadores dos Juizados especiais que primam pela eficiência, economia processual, informalidade e celeridade na prática dos atos processuais, bem como uma rápida entrega da prestação jurisdicional.
Determino:
a) intime-se a parte requerente;
b) cite-se e intime-se a parte requerida (AR/mandado) para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis;
b.1) a não apresentação de defesa importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do(a) requerente e proferido julgamento de plano;
b.2) será obrigatório o patrocínio de advogado nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários-mínimos;
b.3) caso a CERON tenha interesse em realizar conciliação, determino que junte aos autos, no prazo da contestação, a proposta de acordo a fim de ser submetida ao crivo da parte autora;
c) desde já, tendo em vista a hipossuficiência da requerente, determino a inversão do ônus da prova a fim de que a requerida apresente em juízo todos os documentos que possui quanto à contratação entre as partes;
d) apresentada contestação, intime-se a parte requerente para, querendo, impugnar no prazo de 10 (dez) dias;
e) se alguma das partes tiver interesse na produção de prova testemunhal, determino que se manifestem nos autos, conjuntamente com sua defesa ou impugnação, informando tal interesse e justificando o objetivo da prova, caso contrário, seu silêncio será interpretado como desinteresse à sua produção.
SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
Cacoal, 23/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960. Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7012393-95.2018.8.22.0007
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: JOAO BATISTA CHERQUI
Endereço: Gleba 03, S/N, Linha 03, Lote 40, Ministro Andreazza - RO - CEP: 76919-000
Advogados do(a) REQUERENTE: FLAVIA HELIA MARGOTTO SUAVE - RO9316, NATALIA MENDES ALVES - RO9473
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Avenida Dois de Junho, 2234, - de 2055 a 2251 - lado ímpar, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-767
Advogados do(a) REQUERIDO: VITOR PENHA DE OLIVEIRA GUEDES - RO8985, FRANCISCA JACIREMA FERNANDES SOUZA - RO1434
INTIMAÇÃO
Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) de Direito do Juizado Especial de Cacoal, fica o(a) requerido(a), por meio de seu(sua) advogado(a), intimado(a) a requerer o que entender de direito e apresentar planilha de cálculos atualizados, no prazo de 5 (cinco) dias.
Cacoal/RO, 2 de maio de 2019.
JOSE APARECIDO MACIEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7014472-47.2018.8.22.0007
EXEQUENTE: CLIPAO MATERIAL PARA ESCRITORIO LTDA - EPP, AVENIDA SETE DE SETEMBRO 2405, - DE 2401 A 2611 - LADO ÍMPAR CENTRO - 76963-871 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FERNANDO DA SILVA AZEVEDO OAB nº RO1293
EXECUTADO: LUIZ FERNANDO DIAS DOS SANTOS, RUA ROSINÉIA DE SOUZA 3416, ANTIGA RUA “A” VILLAGE DO SOL - 76964-382 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
DESPACHO
Vistos
1- Realizei pesquisa ao sistema Bacenjud que restou infrutífera. Junte-se o resultado.
2- Realizei pesquisa Renajud, sendo localizadas duas motocicletas, sendo que apenas a motocicleta HONDA/CG 150 TITAN KS (placa NCO6444) pode ser objeto de penhora, pois o outro veículo possui restrição de alienação fiduciária. Junte-se a resposta.
3- Assim, intime-se o exequente a se manifestar quanto ao interesse no veículo e que possui restrição de benefício tributário. Havendo interesse deverá informar, no prazo de 5 dias, o local onde o mesmo poderá ser localizado.
4- Após a informação do endereço, expeça-se mandado de penhora (ou carta precatória, se necessário) do mesmo ou outros bens suficientes ao pagamento do débito, avaliando-o, e de tal ato intimando-se, na mesma oportunidade, o(a) executado(a).
Cacoal, 02/05/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7003789-14.2019.8.22.0007
EXEQUENTE: JAIRO DIETRICH CAVALCANTE, RUA GENERAL OSÓRIO 1235 - apt 303, - DE 1022/1023 AO FIM CENTRO - 76963-890 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: TIAGO SCHULTZ DE MORAIS OAB nº RO6951
EXECUTADO: MUNICIPIO DE CACOAL, RUA ANÍSIO SERRÃO 1200, - DE 2170/2171 A 2518/2519 CENTRO - 76963-728 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CACOAL
DESPACHO
Vistos
O presente pedido de cumprimento de sentença deve ser formulado no próprio principal principal.
Intime-se o requerente (DJ) para ciência.
Após, arquive-se.
Cacoal, 24/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7001083-58.2019.8.22.0007
EXEQUENTE: NELCINDA MARIANI SIMÕES, AVENIDA SETE DE SETEMBRO 2641, - DE 2592 A 2806 - LADO PAR PRINCESA ISABEL - 76964-094 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FERNANDO DA SILVA AZEVEDO OAB nº RO1293
EXECUTADO: ILSON RODRIGUES DE OLIVEIRA, RUA "B", QUADRA 20 4794, . BAIRRO ALPHA PARK - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
DESPACHO
Vistos
1- Realizei pesquisa ao sistema Bacenjud que restou infrutífera. Junte-se o resultado.
2- Realizei pesquisa Renajud, sendo localizadas duas motocicletas HONDA/CG 125 FAN KS (placa NEA2518) e HONDA/CG 125 TITAN (placa NBM8190). Junte-se a resposta.
3- Assim, intime-se o exequente a se manifestar quanto ao interesse nos veículos e que possuem restrição de benefício tributário. Havendo interesse deverá informar, no prazo de 5 dias, o local onde o mesmo poderá ser localizado.
4- Após a informação do endereço, expeça-se mandado de penhora (ou carta precatória, se necessário) do mesmo ou outros bens suficientes ao pagamento do débito, avaliando-o, e de tal ato intimando-se, na mesma oportunidade, o(a) executado(a).
Cacoal, 02/05/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960. Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7005563-16.2018.8.22.0007
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Nome: G. IRIS DE OLIVEIRA - ME
Endereço: Avenida das Comunicações, 2645, S.O.S MOTOS, Teixeirão, Cacoal - RO - CEP: 76965-638
Advogado do(a) EXEQUENTE: FERNANDO DA SILVA AZEVEDO - RO1293
Nome: JOSE CLAUDIO DE OLIVEIRA
Endereço: Rua Beija Flor, 37, Centro, Cujubim - RO - CEP: 76864-000
Intimação
Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) de Direito do Juizado Especial de Cacoal, fica o(a) requerente, por meio de seu(sua) advogado(a), intimado(a) a indicar o atual endereço do(a) requerido(a), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção e arquivamento do processo.
Cacoal/RO, 2 de maio de 2019.
JOSE APARECIDO MACIEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7003924-26.2019.8.22.0007
AUTOR: MARIO SERGIO MOTTA DE OLIVEIRA, LINHA 04, LOTE 54 S/N ZONA RURAL - 76919-000 - MINISTRO ANDREAZZA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: CARLOS ALBERTO VIEIRA DA ROCHA OAB nº RO4741
RÉU: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA - CERON, RUA JOSÉ DE ALENCAR 2613 CENTRO - 76801-900 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU:
DESPACHO
Vistos
Considerando que a CERON (Eletrobrás) é uma das maiores litigantes deste Juizado Especial Cível (centenas de demandas) e na maioria absoluta dos casos não tem realizado acordos, e considerando que envolvem o mesmo assunto, deixo de designar audiência específica para conciliação a fim de propiciar o rápido julgamento do feito e resolução da lide, além de não prolongar mais ainda a pauta de audiências da CEJUSC.
Ainda, considerando que nessas espécies de demanda a questão de fato pode ser provada por meio de documentos, também deixo de designar audiência de instrução e julgamento com sustentação nos princípios informadores dos Juizados especiais que primam pela eficiência, economia processual, informalidade e celeridade na prática dos atos processuais, bem como uma rápida entrega da prestação jurisdicional.
Determino:
a) intime-se a parte requerente;
b) cite-se e intime-se a parte requerida (AR/mandado) para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis;
b.1) a não apresentação de defesa importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do(a) requerente e proferido julgamento de plano;
b.2) será obrigatório o patrocínio de advogado nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários-mínimos;
b.3) caso a CERON tenha interesse em realizar conciliação, determino que junte aos autos, no prazo da contestação, a proposta de acordo a fim de ser submetida ao crivo da parte autora;
c) desde já, tendo em vista a hipossuficiência da requerente, determino a inversão do ônus da prova a fim de que a requerida apresente em juízo todos os documentos que possui quanto à contratação entre as partes;
d) apresentada contestação, intime-se a parte requerente para, querendo, impugnar no prazo de 10 (dez) dias;
e) se alguma das partes tiver interesse na produção de prova testemunhal, determino que se manifestem nos autos, conjuntamente com sua defesa ou impugnação, informando tal interesse e justificando o objetivo da prova, caso contrário, seu silêncio será interpretado como desinteresse à sua produção.
SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
Cacoal, 23/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7003488-67.2019.8.22.0007
EXEQUENTE: JOAO BOSCO RIBEIRO DA SILVEIRA, AVENIDA TIRADENTES, - DE 825/826 AO FIM NOVO CACOAL - 76962-146 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: REBECCA DIAS SANTOS SILVEIRA FURLANETTO OAB nº RO5167
EXECUTADO: F. P. D. E. D. R., AC CENTRAL DE PORTO VELHO, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 2701 CENTRO - 78900-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos
O Superior Tribunal de Justiça (EREsp 1.163.020-RS), determinou a suspensão dos processos que versem sobre a cobrança de ICMS sobre o valor do TUST e TUSD.
Assim, determino a suspensão do feito até ulterior deliberação.
Intimem-se as partes (via sistema).
Agende-se decurso de prazo para realização de pesquisa junto ao site do STJ a cada 6 meses. Havendo decisão no referido recurso, certifique-se e venham os autos conclusos.
Cacoal, 24/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7000194-07.2019.8.22.0007
EXEQUENTE: MARIA AUSCILIADORA LOURENCO ME, RUA MANOEL MESSIAS DE ASSIS 1108 TEIXEIRÃO - 76965-520 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FERNANDO DA SILVA AZEVEDO OAB nº RO1293
EXECUTADO: CAMILA BARROS LIBERALINO, RUA MANOEL NUNES DE ALMEIDA 3704, - DE 3451/3452 A 3851/3852 VILLAGE DO SOL II - 76964-410 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
DESPACHO
Vistos
1- Realizei pesquisa ao sistema Bacenjud que restou infrutífera. Junte-se o resultado.
2- Realizei pesquisa Renajud, porém a pesquisa retornou sem resultados. Junte-se a resposta.
3- Intime-se a parte exequente para apresentação de demonstrativo de crédito e indicação de bens passíveis de penhora no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Cientifico o exequente que não será aceita a indicação de bens genéricos e nem os que guarnecem a residência do devedor e que sejam essenciais à habitabilidade (Enunciado 14, Fonaje).
Cacoal, 02/05/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7008449-22.2017.8.22.0007
EXEQUENTE: MARYVIL COMERCIO DE CONFECCOES LTDA - EPP, AVENIDA BELO HORIZONTE 2600, - DE 2312 A 2638 - LADO PAR CENTRO - 76963-710 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FERNANDO DA SILVA AZEVEDO OAB nº RO1293
EXECUTADO: JAKELINE DE OLIVEIRA FRESE, ÁREA RURAL Lote 27, LINHA 03, LOTE 27, GLEBA 03 ÁREA RURAL DE CACOAL - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
DESPACHO
Vistos
1- Realizei pesquisa ao sistema Bacenjud que restou infrutífera. Junte-se o resultado.
2- Intime-se a parte exequente para apresentação de demonstrativo de crédito e indicação de bens passíveis de penhora no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Cientifico o exequente que não será aceita a indicação de bens genéricos e nem os que guarnecem a residência do devedor e que sejam essenciais à habitabilidade (Enunciado 14, Fonaje).
Cacoal, 02/05/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960. Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7008790-14.2018.8.22.0007
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: RHUAN ALAOR TOLEDO
Endereço: Rua Carlos Gude, 1002, Eldorado, Cacoal - RO - CEP: 76966-204
Advogado do(a) REQUERENTE: HIGOR BUENO HORACIO - RO9470
Nome: BANCO DO BRASIL S/A
Endereço: Avenida Amazonas, 2574, - de 2356 a 2574 - lado par, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-792
Advogados do(a) REQUERIDO: SERVIO TULIO DE BARCELOS - RO6673, JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - RO6676
Intimação
Intimação da parte promovente para tomar conhecimento do Alvará de Levantamento nº 653/2019 expedido em seu favor (ID26863335) e disponibilizado no sistema PJe para impressão e realização do saque do valor depositado.
Cacoal/RO, 2 de maio de 2019.
TAMIRES BOONE VILLA LOPES
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960. Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7001441-57.2018.8.22.0007
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: JOAQUIM JOSE DOS SANTOS
Endereço: Área Rural, SN, Linha 14, Lote 25, Gleba 13, Área Rural de Cacoal, Cacoal - RO - CEP: 76968-899
Advogado do(a) REQUERENTE: VAGNO OLIVEIRA DE ALMEIDA - RO5185
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Centrais Elétricas de Rondônia - CERON, Rua José de Alencar 2613, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-900
Advogados do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462, GABRIELA DE LIMA TORRES - RO5714, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL - RO8217
Intimação
Intimação da parte promovente para tomar conhecimento do Alvará de Levantamento nº 652/2019 expedido em seu favor (ID 26863328) e disponibilizado no sistema PJe para impressão e realização do saque do valor depositado.
Uma vez retirado o alvará, o requerente deverá se manifestar quanto ao prosseguimento do feito, prazo de 5 dias, sob pena de extinção e arquivamento, conforme despacho de ID 26862347.
Cacoal/RO, 2 de maio de 2019.
TAMIRES BOONE VILLA LOPES

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7004038-62.2019.8.22.0007
AUTOR: WASTER DE SOUZA MARIANO, RUA RAUL POMPÉIA, - DE 987/988 A 1443/1444 VISTA ALEGRE - 76960-124 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MARCIA PASSAGLIA OAB nº RO1695
RÉUS: MUNICIPIO DE CACOAL, SEM ENDEREÇO, DEILDO GARCIA DO AMARAL, RUA RAUL POMPÉIA 1457, - DE 987/988 A 1443/1444 VISTA ALEGRE - 76960-124 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS RÉUS: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CACOAL
DESPACHO
Vistos
1- Trata-se de ação proposta em face do MUNICÍPIO DE CACOAL e a pessoa física DEILDO GARCIA DO AMARAL perante a Vara do Juizado da Fazenda Pública.
2- Designo audiência de tentativa de conciliação para a data de 03/06/2019, às 08h. Cientifique-se que a audiência será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Avenida Cuiabá, nº. 2025, Centro, Cacoal/RO - CEP 76.963-731.
3- Cite-se e intime-se o Município requerido (via sistema PJe), advertindo-o que o feito tramitará pelo procedimento da Lei nº 12.153/2009 e que deverá apresentar defesa ao feito no prazo de 10 (dez) dias após a realização da audiência, no caso de não ser realizado acordo entre as partes, oportunidade em que deverão ser eventualmente pleiteadas de forma específica e justificada as provas. Pena de indeferimento.
4- Cite-se e intime-se a pessoa física requerida (AR/mandado), advertindo-a que o feito tramitará pelo procedimento da Lei nº 12.153/2009 e que deverá apresentar defesa ao feito no prazo de 10 (dez) dias após a realização da audiência, no caso de não ser realizado acordo entre as partes, oportunidade em que deverão ser eventualmente pleiteadas de forma específica e justificada as provas. Pena de indeferimento.
5- Não realizado acordo e apresentadas defesas com preliminares ou novos documentos, intimem-se (DJ) a parte requerente para impugnação, caso queira, no prazo de 10 (dez) dias. Ocasião em que deverá especificar as provas que pretende produzir, justificando a pertinência e finalidade, sob pena de indeferimento.
6- SERVE A PRESENTE DECISÃO DE MANDADO PARA CITAÇÃO DO REQUERIDO DEILDO GARCIA DO AMARAL.
Cacoal, 24/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960. Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7011180-54.2018.8.22.0007
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: PEDRO BORGES DOS REIS
Endereço: Área Rural, Sn, Linha 10, Lote 38, Gleba 10, Travessão Linha 11, Área Rural de Cacoal, Cacoal - RO - CEP: 76968-899
Advogado do(a) REQUERENTE: VAGNO OLIVEIRA DE ALMEIDA - RO5185
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Centrais Elétricas de Rondônia - CERON, Rua José de Alencar 2613, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-900
Advogado do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835
Intimação
Finalidade: Intimação da parte autora, através de seu(s) advogado(s), para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar, caso queira, Impugnação aos Embargos de Declaração opostos pela parte requerida (ID 26294469).
Cacoal/RO, 2 de maio de 2019.
TAMIRES BOONE VILLA LOPES
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960. Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7009695-19.2018.8.22.0007
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: JOSE ANTONIO RIGATO
Advogado do(a) REQUERENTE: TIAGO DOS SANTOS DE LIMA - RO7199
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogado do(a) REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462
FINALIDADE: Intimar a parte exequente para tomar conhecimento do Alvará de Levantamento nº 572/2019 expedido em seu favor e disponibilizado no sistema PJe para impressão e realização do saque do valor depositado. Uma vez retirado o alvará, o requerente deverá comprovar o levantamento, bem como manifestar-se quanto ao adimplemento da obrigação, prazo de 5 dias, sob pena de extinção e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7003298-07.2019.8.22.0007
AUTOR: ADRIANA MARIA VICENTE ROCHA, RUA SANTOS DUMONT 2428 CENTRO - 76960-970 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: VINICIUS TURCI DE ARAUJO OAB nº RO9995, LUCIANO ALVES RODRIGUES DOS SANTOS OAB nº RO8205, STENIO ALVES DE OLIVEIRA OAB nº RO10013
RÉU: MULTIMARCAS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA, AVENIDA AMAZONAS 126, - ATÉ 1099 - LADO ÍMPAR CENTRO - 30180-000 - BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
ADVOGADO DO RÉU:
DESPACHO
Vistos
1- Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 03/06/2019, às 10h00min. AGENDE-SE NO SISTEMA.
2- Intime-se o(a) requerente.
3- Cite-se e intime-se a parte requerida (AR/mandado/carta precatória).
4- Sendo o caso de relação de consumo com o consumidor no polo ativo da demanda, desde já, determino inversão do ônus da prova a fim de que o(a) requerido(a) apresente em juízo todos os documentos que possui quanto ao narrado nos autos.
5- Advertências gerais às partes:
5.1- A audiência será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Avenida Cuiabá, 1914, Centro, Cacoal/RO.
5.2- As partes deverão comparecer à audiência munidas de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial.
5.3- O(s) procurador(es) e preposto(s) das partes deverá(ão) comparecer à audiência munido(s) de poderes específicos para transacionar.
5.4- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). Também será aceito a presença por preposto (Enunciado 20 do Fonaje).
5.5- Fica o(a) requerente advertido(a) que o seu não comparecimento pessoal injustificado implicará na extinção e arquivamento do

processo que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais.
5.6- Fica o(s) requerido(a) advertido(a) que o não comparecimento a quaisquer das audiências designadas importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do(a) requerente e proferido julgamento de plano.
5.7- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, o requerido deverá comparecer representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício (LJE 9º, §4º), sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (CPC 75, VIII e CC 45), sob pena de revelia. Ressalvado o disposto no Enunciado 99 do Fonaje que autoriza a juntada posterior de carta de preposto somente na hipótese de realização de acordo.
5.8- As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos.
5.9- Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado(a).
5.10- Havendo a necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública nessa Comarca (Rua José do Patrocínio, 1284, bairro Princesa Isabel, Cacoal-RO).
5.11- Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo.
5.12- O(a) requerido(a) deverá oferecer contestação (escrita ou oral) e demais provas, inclusive indicação de no máximo 3 (três) testemunhas (se necessário), com sua qualificação completa (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, até o ato da audiência de conciliação.
5.13- Quando da audiência de tentativa de conciliação, não sendo realizado acordo, o(a) requerente terá o prazo de 10 (dez) minutos para se manifestar sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados pela parte contrária.
5.14- Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização de audiência de instrução e julgamento.
6- Não sendo localizada a parte requerida, o(a) requerente deverá ser intimado(a) para apresentar novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias. Apresentado novo endereço, ou não havendo tempo hábil para cumprimento, deverá a escrivania designar nova audiência de conciliação, independente de novo despacho, a fim de que seja expedido o necessário.
7- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
8- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE.
9- Caso, o(a) requerido(a) não seja intimado e o(a) requerente não estando patrocinado por advogado, o oficial de justiça deverá se valer do presente COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE a apresentar o atual endereço do requerido no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Cacoal, 25/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7003728-56.2019.8.22.0007
REQUERENTE: MARIA DA GLORIA TARGA COPPO - ME, RUA RUI BARBOSA, - DE 825/826 A 960/961 PRINCESA ISABEL - 76964-052 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: FERNANDO DA SILVA AZEVEDO OAB nº RO1293
REQUERIDO: MANOEL ALVES NETO, LINHA 14, GLEBA 34, KM 28, SEGUNDA CASA AO LADO DA IGREJA LUTERANA ÁREA RURAL DE CACOAL - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DESPACHO
Vistos
1- Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 03/06/2019, às 10h00min. AGENDE-SE NO SISTEMA.
2- Intime-se o(a) requerente.
3- Cite-se e intime-se a parte requerida (AR/mandado/carta precatória).
4- Sendo o caso de relação de consumo com o consumidor no polo ativo da demanda, desde já, determino inversão do ônus da prova a fim de que o(a) requerido(a) apresente em juízo todos os documentos que possui quanto ao narrado nos autos.
5- Advertências gerais às partes:
5.1- A audiência será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Avenida Cuiabá, 1914, Centro, Cacoal/RO.
5.2- As partes deverão comparecer à audiência munidas de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial.
5.3- O(s) procurador(es) e preposto(s) das partes deverá(ão) comparecer à audiência munido(s) de poderes específicos para transacionar.
5.4- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). Também será aceito a presença por preposto (Enunciado 20 do Fonaje).
5.5- Fica o(a) requerente advertido(a) que o seu não comparecimento pessoal injustificado implicará na extinção e arquivamento do processo que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais.
5.6- Fica o(s) requerido(a) advertido(a) que o não comparecimento a quaisquer das audiências designadas importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do(a) requerente e proferido julgamento de plano.
5.7- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, o requerido deverá comparecer representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício (LJE 9º, §4º), sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (CPC 75, VIII e CC 45), sob pena de revelia. Ressalvado o disposto no Enunciado 99 do Fonaje que autoriza a juntada posterior de carta de preposto somente na hipótese de realização de acordo.
5.8- As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos.
5.9- Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado(a).
5.10- Havendo a necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública nessa Comarca (Rua José do Patrocínio, 1284, bairro Princesa Isabel, Cacoal-RO).
5.11- Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo.
5.12- O(a) requerido(a) deverá oferecer contestação (escrita ou oral) e demais provas, inclusive indicação de no máximo 3 (três) testemunhas (se necessário), com sua qualificação completa (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, até o ato da audiência de conciliação.

5.13- Quando da audiência de tentativa de conciliação, não sendo realizado acordo, o(a) requerente terá o prazo de 10 (dez) minutos para se manifestar sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados pela parte contrária.
5.14- Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização de audiência de instrução e julgamento.
6- Não sendo localizada a parte requerida, o(a) requerente deverá ser intimado(a) para apresentar novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias. Apresentado novo endereço, ou não havendo tempo hábil para cumprimento, deverá a escrivania designar nova audiência de conciliação, independente de novo despacho, a fim de que seja expedido o necessário.
7- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
8- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE.
9- Caso, o(a) requerido(a) não seja intimado e o(a) requerente não estando patrocinado por advogado, o oficial de justiça deverá se valer do presente COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE a apresentar o atual endereço do requerido no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Cacoal, 25/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7002625-82.2017.8.22.0007
EXEQUENTE: WASHINGTON CANDIDO DE ARAUJO, RUA DA UNIVERSIDADE 694, - DE 570/571 AO FIM JARDIM SÃO PEDRO II - 76962-384 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FERNANDO DA SILVA AZEVEDO OAB nº RO1293
EXECUTADO: AUTO POSTO DORALICE LTDA, AVENIDA GUAPORÉ 2467, - DE 2357 A 2713 - LADO ÍMPAR CENTRO - 76963-795 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: JOSE NAX DE GOIS JUNIOR OAB nº RO2220
DESPACHO
Vistos
Determino a intimação da executada por meio de seu advogado (DJ) para apresentar impugnação à penhora nos rostos dos autos realizadas.
Prazo de 15 dias.
Havendo impugnação, intime-se o exequente para manifestar-se.
Não havendo manifestação, verifique-se o andamento dos Proc. 7010072.87.2018.822.0007, 7008886.29.2018.822.0007 e 7006472.58.2018.822.0007.
Cacoal, 30/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7004002-20.2019.8.22.0007
AUTOR: ANDRE BONIFACIO RAGNINI, AV. BELO HORIZONTE, 2.297 NOVO HORIZONTE - 76962-081 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ANDRE BONIFACIO RAGNINI OAB nº RO1119
REQUERIDO: TECHNOS SA, AVENIDA DAS AMÉRICAS 3434, 3 PAVIMENTO, SALAS 301 A 308 - BLOCO 1 BARRA DA TIJUCA - 22640-102 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DESPACHO
Vistos
1- Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 05/06/2019, às 12h00min. AGENDE-SE NO SISTEMA.
2- Intime-se o(a) requerente.
3- Cite-se e intime-se a parte requerida (AR/mandado/carta precatória).
4- Sendo o caso de relação de consumo com o consumidor no polo ativo da demanda, desde já, determino inversão do ônus da prova a fim de que o(a) requerido(a) apresente em juízo todos os documentos que possui quanto ao narrado nos autos.
5- Advertências gerais às partes:
5.1- A audiência será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Avenida Cuiabá, 1914, Centro, Cacoal/RO.
5.2- As partes deverão comparecer à audiência munidas de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial.
5.3- O(s) procurador(es) e preposto(s) das partes deverá(ão) comparecer à audiência munido(s) de poderes específicos para transacionar.
5.4- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). Também será aceito a presença por preposto (Enunciado 20 do Fonaje).
5.5- Fica o(a) requerente advertido(a) que o seu não comparecimento pessoal injustificado implicará na extinção e arquivamento do processo que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais.
5.6- Fica o(s) requerido(a) advertido(a) que o não comparecimento a quaisquer das audiências designadas importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do(a) requerente e proferido julgamento de plano.
5.7- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, o requerido deverá comparecer representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício (LJE 9º, §4º), sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (CPC 75, VIII e CC 45), sob pena de revelia. Ressalvado o disposto no Enunciado 99 do Fonaje que autoriza a juntada posterior de carta de preposto somente na hipótese de realização de acordo.
5.8- As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos.
5.9- Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado(a).
5.10- Havendo a necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública nessa Comarca (Rua José do Patrocínio, 1284, bairro Princesa Isabel, Cacoal-RO).
5.11- Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo.
5.12- O(a) requerido(a) deverá oferecer contestação (escrita ou oral) e demais provas, inclusive indicação de no máximo 3 (três) testemunhas (se necessário), com sua qualificação completa (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, até o ato da audiência de conciliação.
5.13- Quando da audiência de tentativa de conciliação, não sendo realizado acordo, o(a) requerente terá o prazo de 10 (dez) minutos para se manifestar sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados pela parte contrária.
5.14- Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização de audiência de instrução e julgamento.
6- Não sendo localizada a parte requerida, o(a) requerente deverá ser intimado(a) para apresentar novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias. Apresentado novo endereço, ou não havendo tempo

hábil para cumprimento, deverá a escrivania designar nova audiência de conciliação, independente de novo despacho, a fim de que seja expedido o necessário.
7- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
8- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE.
9- Caso, o(a) requerido(a) não seja intimado e o(a) requerente não estando patrocinado por advogado, o oficial de justiça deverá se valer do presente COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE a apresentar o atual endereço do requerido no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Cacoal, 30/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7004213-56.2019.8.22.0007
AUTOR: MARCIA FERREIRA COIMBRA, RUA PROFESSOR IRES JOSÉ DUARTE 2908, - LADO PAR JARDIM ITÁLIA II - 76960-174 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: JEFFERSON MAGNO DOS SANTOS OAB nº RO2736
REQUERIDO: BANCO BRADESCO SA, AVENIDA PORTO VELHO 2091, - ATÉ 2339 - LADO ÍMPAR CENTRO - 76963-887 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DESPACHO
Vistos
1- Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 10/06/2019, às 10h00min. AGENDE-SE NO SISTEMA.
2- Intime-se o(a) requerente.
3- Cite-se e intime-se a parte requerida (AR/mandado/carta precatória).
4- Sendo o caso de relação de consumo com o consumidor no polo ativo da demanda, desde já, determino inversão do ônus da prova a fim de que o(a) requerido(a) apresente em juízo todos os documentos que possui quanto ao narrado nos autos.
5- Advertências gerais às partes:
5.1- A audiência será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Avenida Cuiabá, 1914, Centro, Cacoal/RO.
5.2- As partes deverão comparecer à audiência munidas de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial.
5.3- O(s) procurador(es) e preposto(s) das partes deverá(ão) comparecer à audiência munido(s) de poderes específicos para transacionar.
5.4- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). Também será aceito a presença por preposto (Enunciado 20 do Fonaje).
5.5- Fica o(a) requerente advertido(a) que o seu não comparecimento pessoal injustificado implicará na extinção e arquivamento do processo que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais.
5.6- Fica o(s) requerido(a) advertido(a) que o não comparecimento a quaisquer das audiências designadas importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do(a) requerente e proferido julgamento de plano.
5.7- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, o requerido deverá comparecer representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício (LJE 9º, §4º), sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (CPC 75, VIII e CC 45), sob pena de revelia. Ressalvado o disposto no Enunciado 99 do Fonaje que autoriza a juntada posterior de carta de preposto somente na hipótese de realização de acordo.
5.8- As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos.
5.9- Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado(a).
5.10- Havendo a necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública nessa Comarca (Rua José do Patrocínio, 1284, bairro Princesa Isabel, Cacoal-RO).
5.11- Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo.
5.12- O(a) requerido(a) deverá oferecer contestação (escrita ou oral) e demais provas, inclusive indicação de no máximo 3 (três) testemunhas (se necessário), com sua qualificação completa (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, até o ato da audiência de conciliação.
5.13- Quando da audiência de tentativa de conciliação, não sendo realizado acordo, o(a) requerente terá o prazo de 10 (dez) minutos para se manifestar sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados pela parte contrária.
5.14- Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização de audiência de instrução e julgamento.
6- Não sendo localizada a parte requerida, o(a) requerente deverá ser intimado(a) para apresentar novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias. Apresentado novo endereço, ou não havendo tempo hábil para cumprimento, deverá a escrivania designar nova audiência de conciliação, independente de novo despacho, a fim de que seja expedido o necessário.
7- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
8- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE.
9- Caso, o(a) requerido(a) não seja intimado e o(a) requerente não estando patrocinado por advogado, o oficial de justiça deverá se valer do presente COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE a apresentar o atual endereço do requerido no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Cacoal, 30/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7004420-55.2019.8.22.0007
REQUERENTE: FRANCISCO ANTONIO LIMA, AVENIDA JUSCIMEIRA 385, - DE 291 A 683 - LADO ÍMPAR NOVO HORIZONTE - 76962-045 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUCAS VENDRUSCULO OAB nº RO2666
REQUERIDO: GOL Linhas Aéreas, VRG Linhas Aéreas S/A, PRAÇA SENADOR SALGADO FILHO 46 E 48, SALA DE GERENCIA BACK OFFICE CENTRO - 20021-340 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DESPACHO
Vistos
1- Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 10/06/2019, às 12h00min. AGENDE-SE NO SISTEMA.
2- Intime-se o(a) requerente.
3- Cite-se e intime-se a parte requerida (AR/mandado/carta precatória).

4- Sendo o caso de relação de consumo com o consumidor no polo ativo da demanda, desde já, determino inversão do ônus da prova a fim de que o(a) requerido(a) apresente em juízo todos os documentos que possui quanto ao narrado nos autos.
5- Advertências gerais às partes:
5.1- A audiência será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Avenida Cuiabá, 1914, Centro, Cacoal/RO.
5.2- As partes deverão comparecer à audiência munidas de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial.
5.3- O(s) procurador(es) e preposto(s) das partes deverá(ão) comparecer à audiência munido(s) de poderes específicos para transacionar.
5.4- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). Também será aceito a presença por preposto (Enunciado 20 do Fonaje).
5.5- Fica o(a) requerente advertido(a) que o seu não comparecimento pessoal injustificado implicará na extinção e arquivamento do processo que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais.
5.6- Fica o(s) requerido(a) advertido(a) que o não comparecimento a quaisquer das audiências designadas importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do(a) requerente e proferido julgamento de plano.
5.7- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, o requerido deverá comparecer representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício (LJE 9º, §4º), sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (CPC 75, VIII e CC 45), sob pena de revelia. Ressalvado o disposto no Enunciado 99 do Fonaje que autoriza a juntada posterior de carta de preposto somente na hipótese de realização de acordo.
5.8- As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos.
5.9- Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado(a).
5.10- Havendo a necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública nessa Comarca (Rua José do Patrocínio, 1284, bairro Princesa Isabel, Cacoal-RO).
5.11- Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo.
5.12- O(a) requerido(a) deverá oferecer contestação (escrita ou oral) e demais provas, inclusive indicação de no máximo 3 (três) testemunhas (se necessário), com sua qualificação completa (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, até o ato da audiência de conciliação.
5.13- Quando da audiência de tentativa de conciliação, não sendo realizado acordo, o(a) requerente terá o prazo de 10 (dez) minutos para se manifestar sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados pela parte contrária.
5.14- Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização de audiência de instrução e julgamento.
6- Não sendo localizada a parte requerida, o(a) requerente deverá ser intimado(a) para apresentar novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias. Apresentado novo endereço, ou não havendo tempo hábil para cumprimento, deverá a escrivania designar nova audiência de conciliação, independente de novo despacho, a fim de que seja expedido o necessário.
7- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
8- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE.
9- Caso, o(a) requerido(a) não seja intimado e o(a) requerente não estando patrocinado por advogado, o oficial de justiça deverá se valer do presente COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE a apresentar o atual endereço do requerido no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Cacoal, 30/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960. Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7007486-77.2018.8.22.0007
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: LENIR IZABEL DUARTE IAREMA
Endereço: Área Rural, Lote 12-D, BR 364 Km 12, Lote 12-D, Gleba 04, Área Rural de Cacoal, Cacoal - RO - CEP: 76968-899
Advogado do(a) REQUERENTE: JULIANO MENDONÇA GEDE - RO5391
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Avenida dos Imigrantes, 4137, - de 3601 a 4635 - lado ímpar, Industrial, Porto Velho - RO - CEP: 76821-063
Advogados do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462
Intimação
Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) de Direito do Juizado Especial de Cacoal, fica o(a) requerido(a), por meio de seu(sua) advogado(a), intimado(a) a cumprir a sentença proferida nos autos supra, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de execução forçada acrescida da multa de 10% (dez por cento) prevista no art. 523, §1º, do Novo Código de Processo Civil.
Cacoal/RO, 30 de abril de 2019.
GLACIA NOGUEIRA RAMOS

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7004240-39.2019.8.22.0007
REQUERENTE: ROBERTO VERNECK GONCALVES, RUA ANTÔNIO DE PAULA NUNES 720, - DE 497/498 A 817/818 PRINCESA ISABEL - 76964-062 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MARCELO VAGNER PENA CARVALHO OAB nº RO1171, VALESKA DE SOUZA ROCHA OAB nº RO5922
REQUERIDO: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A, AVENIDA DOUTOR MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES 939 TAMBORÉ - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DESPACHO
Vistos
1- Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 12/06/2019, às 11h20min. AGENDE-SE NO SISTEMA.
2- Intime-se o(a) requerente.
3- Cite-se e intime-se a parte requerida (AR/mandado/carta precatória).
4- Sendo o caso de relação de consumo com o consumidor no polo ativo da demanda, desde já, determino inversão do ônus da prova a fim de que o(a) requerido(a) apresente em juízo todos os documentos que possui quanto ao narrado nos autos.
5- Advertências gerais às partes:

5.1- A audiência será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Avenida Cuiabá, 1914, Centro, Cacoal/RO.
5.2- As partes deverão comparecer à audiência munidas de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial.
5.3- O(s) procurador(es) e preposto(s) das partes deverá(ão) comparecer à audiência munido(s) de poderes específicos para transacionar.
5.4- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). Também será aceito a presença por preposto (Enunciado 20 do Fonaje).
5.5- Fica o(a) requerente advertido(a) que o seu não comparecimento pessoal injustificado implicará na extinção e arquivamento do processo que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais.
5.6- Fica o(s) requerido(a) advertido(a) que o não comparecimento a quaisquer das audiências designadas importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do(a) requerente e proferido julgamento de plano.
5.7- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, o requerido deverá comparecer representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício (LJE 9º, §4º), sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (CPC 75, VIII e CC 45), sob pena de revelia. Ressalvado o disposto no Enunciado 99 do Fonaje que autoriza a juntada posterior de carta de preposto somente na hipótese de realização de acordo.
5.8- As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos.
5.9- Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado(a).
5.10- Havendo a necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública nessa Comarca (Rua José do Patrocínio, 1284, bairro Princesa Isabel, Cacoal-RO).
5.11- Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo.
5.12- O(a) requerido(a) deverá oferecer contestação (escrita ou oral) e demais provas, inclusive indicação de no máximo 3 (três) testemunhas (se necessário), com sua qualificação completa (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, até o ato da audiência de conciliação.
5.13- Quando da audiência de tentativa de conciliação, não sendo realizado acordo, o(a) requerente terá o prazo de 10 (dez) minutos para se manifestar sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados pela parte contrária.
5.14- Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização de audiência de instrução e julgamento.
6- Não sendo localizada a parte requerida, o(a) requerente deverá ser intimado(a) para apresentar novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias. Apresentado novo endereço, ou não havendo tempo hábil para cumprimento, deverá a escrivania designar nova audiência de conciliação, independente de novo despacho, a fim de que seja expedido o necessário.
7- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
8- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE.
9- Caso, o(a) requerido(a) não seja intimado e o(a) requerente não estando patrocinado por advogado, o oficial de justiça deverá se valer do presente COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE a apresentar o atual endereço do requerido no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Cacoal, 30/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960. Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7010871-33.2018.8.22.0007
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: GERALDO ACIOLI DA SILVA
Endereço: Área Rural, lote 23, Linha 09, lote 23, gleba 09, Área Rural de Cacoal, Cacoal - RO - CEP: 76968-899
Advogado do(a) REQUERENTE: JULIANO MENDONÇA GEDE - RO5391
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Avenida dos Imigrantes, 4137, - de 3601 a 4635 - lado ímpar, Industrial, Porto Velho - RO - CEP: 76821-063
Advogados do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL - RO8217
Intimação
Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) de Direito do Juizado Especial de Cacoal, fica o(a) requerido(a), por meio de seu(sua) advogado(a), intimado(a) a cumprir a sentença proferida nos autos supra, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de execução forçada acrescida da multa de 10% (dez por cento) prevista no art. 523, §1º, do Novo Código de Processo Civil.
Cacoal/RO, 30 de abril de 2019.
TAMIRES BOONE VILLA LOPES

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7004281-06.2019.8.22.0007
AUTORES: DERCIANO ROSSOW KALKE, LINHA MATO GROSSO, LOTE 3-A, GLEBA 19 s/n ZONA RURAL - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA, VANESSA SANTOS ROSSOW, LINHA MATO GROSSO, LOTE 3-A, GLEBA 19 s/n ZONA RURAL - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: MEURI ADRIANA DE ANDRADE OAB nº RO9823, ELTON DIONATAN HAASE OAB nº RO8038, LARISSA RENATA PADILHA BARBOSA MAZZO OAB nº RO7978
RÉU: UADSON CONDAQUE DE LIMA, LINHA 10, LOTE 74, GLEBA 09, KM 17 s/n ZONA RURAL - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU:
DESPACHO
Vistos
1- Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 10/06/2019, às 10h40min. AGENDE-SE NO SISTEMA.
2- Intime-se o(a) requerente.
3- Cite-se e intime-se a parte requerida (AR/mandado/carta precatória).
4- Sendo o caso de relação de consumo com o consumidor no polo ativo da demanda, desde já, determino inversão do ônus da prova a fim de que o(a) requerido(a) apresente em juízo todos os documentos que possui quanto ao narrado nos autos.
5- Advertências gerais às partes:

5.1- A audiência será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Avenida Cuiabá, 1914, Centro, Cacoal/RO.
5.2- As partes deverão comparecer à audiência munidas de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial.
5.3- O(s) procurador(es) e preposto(s) das partes deverá(ão) comparecer à audiência munido(s) de poderes específicos para transacionar.
5.4- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). Também será aceito a presença por preposto (Enunciado 20 do Fonaje).
5.5- Fica o(a) requerente advertido(a) que o seu não comparecimento pessoal injustificado implicará na extinção e arquivamento do processo que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais.
5.6- Fica o(s) requerido(a) advertido(a) que o não comparecimento a quaisquer das audiências designadas importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do(a) requerente e proferido julgamento de plano.
5.7- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, o requerido deverá comparecer representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício (LJE 9º, §4º), sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (CPC 75, VIII e CC 45), sob pena de revelia. Ressalvado o disposto no Enunciado 99 do Fonaje que autoriza a juntada posterior de carta de preposto somente na hipótese de realização de acordo.
5.8- As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos.
5.9- Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado(a).
5.10- Havendo a necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública nessa Comarca (Rua José do Patrocínio, 1284, bairro Princesa Isabel, Cacoal-RO).
5.11- Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo.
5.12- O(a) requerido(a) deverá oferecer contestação (escrita ou oral) e demais provas, inclusive indicação de no máximo 3 (três) testemunhas (se necessário), com sua qualificação completa (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, até o ato da audiência de conciliação.
5.13- Quando da audiência de tentativa de conciliação, não sendo realizado acordo, o(a) requerente terá o prazo de 10 (dez) minutos para se manifestar sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados pela parte contrária.
5.14- Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização de audiência de instrução e julgamento.
6- Não sendo localizada a parte requerida, o(a) requerente deverá ser intimado(a) para apresentar novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias. Apresentado novo endereço, ou não havendo tempo hábil para cumprimento, deverá a escrivania designar nova audiência de conciliação, independente de novo despacho, a fim de que seja expedido o necessário.
7- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
8- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE.
9- Caso, o(a) requerido(a) não seja intimado e o(a) requerente não estando patrocinado por advogado, o oficial de justiça deverá se valer do presente COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE a apresentar o atual endereço do requerido no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Cacoal, 30/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7004421-40.2019.8.22.0007
REQUERENTE: ANA CELIA CAVALCANTE LIMA, AVENIDA JUSCIMEIRA 385, - ATÉ 289 - LADO ÍMPAR NOVO HORIZONTE - 76962-087 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUCAS VENDRUSCULO OAB nº RO2666
REQUERIDO: GOL Linhas Aéreas, VRG Linhas Aéreas S/A, PRAÇA SENADOR SALGADO FILHO 46 E 48, SALA DE GERENCIA BACK OFFICE CENTRO - 20021-340 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DESPACHO
Vistos
1- Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 12/06/2019, às 10h40min. AGENDE-SE NO SISTEMA.
2- Intime-se o(a) requerente.
3- Cite-se e intime-se a parte requerida (AR/mandado/carta precatória).
4- Sendo o caso de relação de consumo com o consumidor no polo ativo da demanda, desde já, determino inversão do ônus da prova a fim de que o(a) requerido(a) apresente em juízo todos os documentos que possui quanto ao narrado nos autos.
5- Advertências gerais às partes:
5.1- A audiência será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Avenida Cuiabá, 1914, Centro, Cacoal/RO.
5.2- As partes deverão comparecer à audiência munidas de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial.
5.3- O(s) procurador(es) e preposto(s) das partes deverá(ão) comparecer à audiência munido(s) de poderes específicos para transacionar.
5.4- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). Também será aceito a presença por preposto (Enunciado 20 do Fonaje).
5.5- Fica o(a) requerente advertido(a) que o seu não comparecimento pessoal injustificado implicará na extinção e arquivamento do processo que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais.
5.6- Fica o(s) requerido(a) advertido(a) que o não comparecimento a quaisquer das audiências designadas importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do(a) requerente e proferido julgamento de plano.
5.7- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, o requerido deverá comparecer representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício (LJE 9º, §4º), sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (CPC 75, VIII e CC 45), sob pena de revelia. Ressalvado o disposto no Enunciado 99 do Fonaje que autoriza a juntada posterior de carta de preposto somente na hipótese de realização de acordo.
5.8- As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de considerar como válida e

eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos.
5.9- Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado(a).
5.10- Havendo a necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública nessa Comarca (Rua José do Patrocínio, 1284, bairro Princesa Isabel, Cacoal-RO).
5.11- Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo.
5.12- O(a) requerido(a) deverá oferecer contestação (escrita ou oral) e demais provas, inclusive indicação de no máximo 3 (três) testemunhas (se necessário), com sua qualificação completa (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, até o ato da audiência de conciliação.
5.13- Quando da audiência de tentativa de conciliação, não sendo realizado acordo, o(a) requerente terá o prazo de 10 (dez) minutos para se manifestar sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados pela parte contrária.
5.14- Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização de audiência de instrução e julgamento.
6- Não sendo localizada a parte requerida, o(a) requerente deverá ser intimado(a) para apresentar novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias. Apresentado novo endereço, ou não havendo tempo hábil para cumprimento, deverá a escrivania designar nova audiência de conciliação, independente de novo despacho, a fim de que seja expedido o necessário.
7- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
8- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE.
9- Caso, o(a) requerido(a) não seja intimado e o(a) requerente não estando patrocinado por advogado, o oficial de justiça deverá se valer do presente COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE a apresentar o atual endereço do requerido no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Cacoal, 30/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960.
Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7005081-68.2018.8.22.0007
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: VALCIMAR NUNES GOMES
Endereço: Área Rural, LH 208, LT 10, RO 383, Área Rural de Cacoal, Cacoal - RO - CEP: 76968-899
Advogado do(a) REQUERENTE: GELSON GUILHERME DA SILVA - RO8575
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: , Porto Velho - RO - CEP: 76804-120
Advogados do(a) REQUERIDO: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL - RO8217
INTIMAÇÃO
Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) de Direito do Juizado Especial de Cacoal, fica o(a) requerido(a), por meio de seu(sua) advogado(a), intimado(a) a cumprir a sentença proferida nos autos supra, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de execução forçada acrescida da multa de 10% (dez por cento) prevista no art. 523, §1º, do Novo Código de Processo Civil; bem como, intimar a requerida para pagar as Custas finais dos Juizados Especiais (código 1013.2) e comprovar o pagamento nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de protesto e inscrição em Dívida Ativa.
Cacoal/RO, 30 de abril de 2019.
TAMIRES BOONE VILLA LOPES

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960.
Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7004990-75.2018.8.22.0007
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: SEILA REGINA DO NASCIMENTO SIMOES FERNANDES
Endereço: AC Cacoal, LINHA 17, Avenida São Paulo 2775, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76968-899
Advogados do(a) REQUERENTE: TEOFILO ANTONIO DA SILVA - RO1415, FAIRUZ NABIH DAUD - RO5264
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Rua São Paulo, 2355, - de 2173 a 2489 - lado ímpar, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-781
Advogados do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL - RO8217
Intimação
Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) de Direito do Juizado Especial de Cacoal, ficam as partes, por meio de seus(suas) advogados(as), intimadas do retorno dos autos da Turma Recursal e a requerer o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.
Cacoal/RO, 30 de abril de 2019.
TAMIRES BOONE VILLA LOPES

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960.
Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7000651-39.2019.8.22.0007
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: ELIEU HOLZ
Endereço: LINHA 15 A - LOTE 60 - GLEBA 08, RURAL, Nova Esperança (Espigão do Oeste) - RO - CEP: 76975-820
Advogados do(a) AUTOR: TEOFILO ANTONIO DA SILVA - RO1415, FAIRUZ NABIH DAUD - RO5264
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Rua São Paulo, 2355, - de 2173 a 2489 - lado ímpar, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-781
Advogado do(a) RÉU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835
Intimação
Finalidade: Intimação da parte autora, através de seu(s) advogado(s), para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar, caso queira, Impugnação aos Embargos de Declaração opostos pela parte requerida (ID 26839680).
Cacoal/RO, 30 de abril de 2019.
TAMIRES BOONE VILLA LOPES

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960.
Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7010431-71.2017.8.22.0007
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: LINDAURA KESTER SAIBEL

Endereço: Rua Machado de Assis, 1603, - até 1667/1668, Industrial, Cacoal - RO - CEP: 76967-640
Advogados do(a) REQUERENTE: VANESSA TRES - RO8721, MAYCON SIMONETO - RO7890
Nome: CLARO S.A.
Endereço: Avenida Carlos Gomes, 2262, - de 1900 a 2350 - lado par, São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76804-038
Advogado do(a) REQUERIDO: RAFAEL GONCALVES ROCHA - RS41468
Intimação
Finalidade: Intimação da parte autora, através de seu(s) advogado(s) para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar quanto ao pagamento informado pelo requerido no ID 26797073/26797075, sob pena de extinção e arquivamento dos autos.
Cacoal/RO, 30 de abril de 2019.
TAMIRES BOONE VILLA LOPES

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7010494-96.2017.8.22.0007
EXEQUENTE: PAULO SCHINEIDER, ÁREA RURAL lote 07-A, LINHA 04, LOTE 07-A, GLEBA 09, SETOR PROSPERIDADE ÁREA RURAL DE CACOAL - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: JULIANO MENDONCA GEDE OAB nº RO539L
EXECUTADO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA - CERON 2613, RUA JOSÉ DE ALENCAR 2613 CENTRO - 76801-900 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL OAB nº RO8217, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB nº RO5462, DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB nº MS6835
DESPACHO
Vistos
1- Realizei pesquisa ao sistema Bacenjud que restou positiva e cuja quantia foi transferida para conta judicial. Junte-se o resultado.
2- Intime-se a parte executada para, querendo, impugnar a penhora no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena da(s) quantia(s) ser(em) liberada(s) para o(a) exequente. Ressalto a necessidade dos embargos serem apresentados por meio de advogado, nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários-mínimos.
2.1- Nesse mesmo prazo, poderá comprovar que as quantias tornadas indisponíveis são impenhoráveis ou que ainda remanesce indisponibilidade excessiva de ativos financeiros.
2.2- Decorrido o prazo sem impugnação, autorizo a expedição de alvará de levantamento/transferência em favor do advogado da parte exequente, salvo se o mesmo não possuir poderes para tal.
3- Após o recebimento do alvará, deverá a parte exequente se manifestar no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Cacoal, 25/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960. Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7011701-96.2018.8.22.0007
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: LUIZ FERNANDO CARALINE DE ALMEIDA
Endereço: Rua Novo Estado, 1091, Incra, Cacoal - RO - CEP: 76965-860
Advogado do(a) REQUERENTE: HELIO RODRIGUES DOS SANTOS - RO7261
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Avenida Dois de Junho, 2234, - até 2268 - lado par, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-882
Advogados do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL - RO8217
Intimação
Finalidade: Intimação da parte autora, através de seu(s) advogado(s), para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar, caso queira, Impugnação aos Embargos de Declaração opostos pela parte requerida (ID 26141397).
Cacoal/RO, 30 de abril de 2019.
TAMIRES BOONE VILLA LOPES

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960. Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7009540-16.2018.8.22.0007
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: VANDERLEI LEITE DE PADUA
Endereço: Área Rural, s/n, LH É, gleba 9, lote 24, Área Rural de Cacoal, Cacoal - RO - CEP: 76968-899
Advogado do(a) REQUERENTE: SILVANIA KLOCH - RO4043
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Avenida Dois de Junho, 2234, - até 2268 - lado par, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-882
Advogados do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL - RO8217
Intimação
Finalidade: Intimação da parte autora, através de seu(s) advogado(s), para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar, caso queira, Impugnação aos Embargos de Declaração opostos pela parte requerida (ID 26185318).
Cacoal/RO, 30 de abril de 2019.
TAMIRES BOONE VILLA LOPES

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7004825-28.2018.8.22.0007
EXEQUENTE: DELMIR GOMES SANTANA, RUA MUNICIPAL, LINHA 09, LOTE 24, GLEBA 09, KM 12 TEIXEIRÃO - 76965-552 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: TIAGO DOS SANTOS DE LIMA OAB nº RO7199
EXECUTADO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, AC CACOAL, AV. DOIS DE JUNHO 2234 CENTRO - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB nº RO5462, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL OAB nº RO8217, DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB nº MS6835
DESPACHO
Vistos
1- Realizei pesquisa ao sistema Bacenjud que restou positiva e cuja quantia foi transferida para conta judicial. Junte-se o resultado.
2- Intime-se a parte executada para, querendo, impugnar a penhora no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena da(s) quantia(s) ser(em) liberada(s) para o(a) exequente. Ressalto a necessidade dos embargos serem apresentados por meio de advogado, nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários-mínimos.

2.1- Nesse mesmo prazo, poderá comprovar que as quantias tornadas indisponíveis são impenhoráveis ou que ainda remanesce indisponibilidade excessiva de ativos financeiros.
2.2- Decorrido o prazo sem impugnação, autorizo a expedição de alvará de levantamento/transferência em favor do advogado da parte exequente, salvo se o mesmo não possuir poderes para tal.
3- Após o recebimento do alvará, deverá a parte exequente se manifestar no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Cacoal, 25/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960. Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7007116-98.2018.8.22.0007
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: GILMAR ANTONIO DE SOUZA
Endereço: Área Rural, LH 196, LT 26-B, Área Rural de Cacoal, Cacoal - RO - CEP: 76968-899
Advogado do(a) REQUERENTE: GELSON GUILHERME DA SILVA - RO8575
Nome: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA-ELETROBRAS
Endereço: Rua São Paulo, 2355, - de 2173 a 2489 - lado ímpar, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-781
Advogados do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462
Intimação
Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) de Direito do Juizado Especial de Cacoal, fica o(a) requerido(a), por meio de seu(sua) advogado(a), intimado(a) a cumprir a sentença proferida nos autos supra, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de execução forçada acrescida da multa de 10% (dez por cento) prevista no art. 523, §1º, do Novo Código de Processo Civil.
Cacoal/RO, 30 de abril de 2019.
GLACIA NOGUEIRA RAMOS

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7004865-10.2018.8.22.0007
EXEQUENTE: ALDO JOSE DE SOUZA, ÁREA RURAL LH 12, LT 12, GLEBA 11 ÁREA RURAL DE CACOAL - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: GELSON GUILHERME DA SILVA OAB nº RO8575
EXECUTADO: C. E. D. R., AVENIDA TANCREDO NEVES 3710, TELEFONE 69-3621 2206 CENTRO - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL OAB nº RO8217, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB nº RO5462
DESPACHO
Vistos
1- Realizei pesquisa ao sistema Bacenjud que restou positiva e cuja quantia foi transferida para conta judicial. Junte-se o resultado.
2- Intime-se a parte executada para, querendo, impugnar a penhora no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena da(s) quantia(s) ser(em) liberada(s) para o(a) exequente. Ressalto a necessidade dos embargos serem apresentados por meio de advogado, nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários-mínimos.
2.1- Nesse mesmo prazo, poderá comprovar que as quantias tornadas indisponíveis são impenhoráveis ou que ainda remanesce indisponibilidade excessiva de ativos financeiros.
2.2- Decorrido o prazo sem impugnação, autorizo a expedição de alvará de levantamento/transferência em favor do advogado da parte exequente, salvo se o mesmo não possuir poderes para tal.
3- Após o recebimento do alvará, deverá a parte exequente se manifestar no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Cacoal, 25/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7001404-30.2018.8.22.0007
EXEQUENTE: LUCIANO KOLER, ÁREA RURAL, RD CAFÉ N 4655 ÁREA RURAL DE CACOAL - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: GELSON GUILHERME DA SILVA OAB nº RO8575
EXECUTADO: C. E. D. R., AVENIDA BRASIL 2127 BAIRRO CENTRO - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB nº RO5462, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL OAB nº RO8217
DESPACHO
Vistos
1- Realizei pesquisa ao sistema Bacenjud que restou positiva e cuja quantia foi transferida para conta judicial. Junte-se o resultado.
2- Intime-se a parte executada para, querendo, impugnar a penhora no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena da(s) quantia(s) ser(em) liberada(s) para o(a) exequente. Ressalto a necessidade dos embargos serem apresentados por meio de advogado, nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários-mínimos.
2.1- Nesse mesmo prazo, poderá comprovar que as quantias tornadas indisponíveis são impenhoráveis ou que ainda remanesce indisponibilidade excessiva de ativos financeiros.
2.2- Decorrido o prazo sem impugnação, autorizo a expedição de alvará de levantamento/transferência em favor do advogado da parte exequente, salvo se o mesmo não possuir poderes para tal.
3- Após o recebimento do alvará, deverá a parte exequente se manifestar no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Cacoal, 25/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960. Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7010520-60.2018.8.22.0007
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: VALDEMIRO WELMER
Endereço: Área Rural, Linha 14 Lote 02 Poste 201, Área Rural de Cacoal, Cacoal - RO - CEP: 76968-899
Advogado do(a) REQUERENTE: TIAGO DOS SANTOS DE LIMA - RO7199
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Avenida Dois de Junho, 2234, - até 2268 - lado par, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-882
Intimação
Finalidade: Intimação da parte autora, através de seu(s) advogado(s) para, no prazo de 5 dias, realizar o prosseguimento do feito, apresentando os cálculos atualizados com a aplicação da multa de 10% prevista no § 1º do art. 523 do NCPC.
Cacoal/RO, 30 de abril de 2019.
TAMIRES BOONE VILLA LOPES

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7004225-07.2018.8.22.0007

EXEQUENTE: FRANCISCO NARCISO VENTORIN, ÁREA RURAL S/N, LINHA 07, LOTE 36, GLEBA 07 ÁREA RURAL DE CACOAL - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: THIAGO CARON FACHETTI OAB nº RO4252
EXECUTADO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, AVENIDA SÃO PAULO, 2775 2355 CENTRO - 76960-970 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB nº RO5462, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL OAB nº RO8217
DESPACHO
Vistos
1- Realizei pesquisa ao sistema Bacenjud que restou positiva e cuja quantia foi transferida para conta judicial. Junte-se o resultado.
2- Intime-se a parte executada para, querendo, impugnar a penhora no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena da(s) quantia(s) ser(em) liberada(s) para o(a) exequente. Ressalto a necessidade dos embargos serem apresentados por meio de advogado, nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários-mínimos.
2.1- Nesse mesmo prazo, poderá comprovar que as quantias tornadas indisponíveis são impenhoráveis ou que ainda remanesce indisponibilidade excessiva de ativos financeiros.
2.2- Decorrido o prazo sem impugnação, autorizo a expedição de alvará de levantamento/transferência em favor do advogado da parte exequente, salvo se o mesmo não possuir poderes para tal.
3- Após o recebimento do alvará, deverá a parte exequente se manifestar no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Cacoal, 25/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960.
Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7000041-71.2019.8.22.0007
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: ORLANDO MARCHI
Endereço: Área Rural, Sn, Linha 14, Lote 11, Gleba 14, Área Rural de Cacoal, Cacoal - RO - CEP: 76968-899
Advogado do(a) REQUERENTE: VAGNO OLIVEIRA DE ALMEIDA - RO5185
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Centrais Elétricas de Rondônia - CERON, Rua José de Alencar 2613, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-900
Advogados do(a) REQUERIDO: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL - RO8217, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462
Intimação
Finalidade: Intimação da parte autora, através de seu(s) advogado(s) para, no prazo de 5 dias, realizar o prosseguimento do feito, apresentando os cálculos atualizados com a aplicação da multa de 10% prevista no § 1º do art. 523 do NCPC.
Cacoal/RO, 30 de abril de 2019.
TAMIRES BOONE VILLA LOPES

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960.
Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7010600-58.2017.8.22.0007
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: GILMAR FELBERG
Endereço: Área Rural, s/n, Linha 14, Gleba 14, Lote 08, Área Rural de Cacoal, Cacoal - RO - CEP: 76968-899
Advogado do(a) REQUERENTE: TIAGO DOS SANTOS DE LIMA - RO7199
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Avenida Dois de Junho, 2234, - até 2268 - lado par, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-882
Advogados do(a) REQUERIDO: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL - RO8217
Intimação
Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) de Direito do Juizado Especial de Cacoal, fica o(a) requerido(a), por meio de seu(sua) advogado(a), intimado(a) a cumprir a sentença proferida nos autos supra, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de execução forçada acrescida da multa de 10% (dez por cento) prevista no art. 523, §1º, do Novo Código de Processo Civil.
Cacoal/RO, 30 de abril de 2019.
TAMIRES BOONE VILLA LOPES

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960.
Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7000943-29.2016.8.22.0007
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Nome: SANDRO RICARDO LONGHI DA SILVA
Endereço: Rua General Osório, 560, - de 510/511 a 778/779, Princesa Isabel, Cacoal - RO - CEP: 76964-018
Advogado do(a) EXEQUENTE: ANDRE BONIFACIO RAGNINI - RO1119
Nome: MUNICIPIO DE CACOAL
Endereço: Rua Anísio Serrão, 2100, Órgão Público - Prefeitura, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-804
Intimação
Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) de Direito do Juizado Especial de Cacoal, fica o(a) requerente, por meio de seu(sua) advogado(a), intimado(a)
da expedição do precatório no sistema SAPRE, sequencia 3568, ID 26842546 e que os autos ficará arquivado até o pagamento.
Cacoal/RO, 30 de abril de 2019.
JOSE APARECIDO MACIEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7002284-22.2018.8.22.0007
REQUERENTE: GILSON FERREIRA DA SILVA, ÁREA RURAL LOTE 48, LINHQ 08, GLEBA 07 ÁREA RURAL DE CACOAL - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ELSON RODRIGUES DE MATOS OAB nº RO7798
REQUERIDO: E. D. R., RUA SÃO PAULO 2355, - DE 2173 A 2489 - LADO ÍMPAR CENTRO - 76963-781 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB nº RO5462, DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB nº MS6835
DESPACHO
Vistos
1- Realizei pesquisa ao sistema Bacenjud que restou positiva e cuja quantia foi transferida para conta judicial. Junte-se o resultado.
2- Intime-se a parte executada para, querendo, impugnar a penhora no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena da(s) quantia(s) ser(em) liberada(s) para o(a) exequente. Ressalto a necessidade dos embargos serem apresentados por meio de advogado, nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários-mínimos.
2.1- Nesse mesmo prazo, poderá comprovar que as quantias tornadas indisponíveis são impenhoráveis ou que ainda remanesce indisponibilidade excessiva de ativos financeiros.

2.2- Decorrido o prazo sem impugnação, autorizo a expedição de alvará de levantamento/transferência em favor do advogado da parte exequente, salvo se o mesmo não possuir poderes para tal.
3- Após o recebimento do alvará, deverá a parte exequente se manifestar no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Cacoal, 25/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7001544-64.2018.8.22.0007
EXEQUENTE: ANTONIO IAREMA PRIMO, LINHA 05, LOTE 16-B, GLEBA 05, ZONA RURAL Lote 16-B, LINHA 05, LOTE 16-B, GLEBA 05, ZONA RURAL ZONA RURAL - 76919-000 - MINISTRO ANDREAZZA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: JULIANO MENDONCA GEDE OAB nº RO539L
EXECUTADO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB nº RO5462, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL OAB nº RO8217
DESPACHO
Vistos
1- Realizei pesquisa ao sistema Bacenjud que restou positiva e cuja quantia foi transferida para conta judicial. Junte-se o resultado.
2- Intime-se a parte executada para, querendo, impugnar a penhora no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena da(s) quantia(s) ser(em) liberada(s) para o(a) exequente. Ressalto a necessidade dos embargos serem apresentados por meio de advogado, nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários-mínimos.
2.1- Nesse mesmo prazo, poderá comprovar que as quantias tornadas indisponíveis são impenhoráveis ou que ainda remanesce indisponibilidade excessiva de ativos financeiros.
2.2- Decorrido o prazo sem impugnação, autorizo a expedição de alvará de levantamento/transferência em favor do advogado da parte exequente, salvo se o mesmo não possuir poderes para tal.
3- Após o recebimento do alvará, deverá a parte exequente se manifestar no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Cacoal, 25/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7012344-88.2017.8.22.0007
EXEQUENTE: PAULO AFONSO BOLDRINI, LINHA 5, LOTE 31, GLEBA 05, ZONA RURAL Lote 31, LINHA 5, LOTE 31, GLEBA 05, ZONA RURAL ZONA RURAL - 76919-000 - MINISTRO ANDREAZZA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: JULIANO MENDONCA GEDE OAB nº RO539L
EXECUTADO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA - CERON 2613, RUA JOSÉ DE ALENCAR 2613 CENTRO - 76801-900 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL OAB nº RO8217, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB nº RO5462, DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB nº MS6835
DESPACHO
Vistos
1- Realizei pesquisa ao sistema Bacenjud que restou positiva e cuja quantia foi transferida para conta judicial. Junte-se o resultado.
2- Intime-se a parte executada para, querendo, impugnar a penhora no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena da(s) quantia(s) ser(em) liberada(s) para o(a) exequente. Ressalto a necessidade dos embargos serem apresentados por meio de advogado, nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários-mínimos.
2.1- Nesse mesmo prazo, poderá comprovar que as quantias tornadas indisponíveis são impenhoráveis ou que ainda remanesce indisponibilidade excessiva de ativos financeiros.
2.2- Decorrido o prazo sem impugnação, autorizo a expedição de alvará de levantamento/transferência em favor do advogado da parte exequente, salvo se o mesmo não possuir poderes para tal.
3- Após o recebimento do alvará, deverá a parte exequente se manifestar no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Cacoal, 25/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960. Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7010001-85.2018.8.22.0007
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: DURVALINO PICOLO
Endereço: Área Rural, LH E, LT 41, GLEBA 05, Área Rural de Cacoal, Cacoal - RO - CEP: 76968-899
Advogados do(a) REQUERENTE: GILSON VIEIRA LIMA - RO4216-A, CHARLES KENNY LIMA DE BRITO - RO8341, FABRICIO VIEIRA LIMA - RO8345
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Rua São Paulo, 2355, ESCRITÓRIO, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-781
Advogados do(a) REQUERIDO: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL - RO8217
Intimação
Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) de Direito do Juizado Especial de Cacoal, fica o(a) requerido(a), por meio de seu(sua) advogado(a), intimado(a) a cumprir a sentença proferida nos autos supra, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de execução forçada acrescida da multa de 10% (dez por cento) prevista no art. 523, §1º, do Novo Código de Processo Civil.
Cacoal/RO, 30 de abril de 2019.
TAMIRES BOONE VILLA LOPES

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal/RO, CEP: 76963-960. Telefone: (69) 3441-6905
Processo nº: 7004304-83.2018.8.22.0007
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: SILENE ALVES CALADO
Advogado do(a) EXEQUENTE: LUCAS VENDRUSCULO - RO2666
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA
FINALIDADE: Intimar a parte exequente, por meio de seu advogado, da expedição de ROPV e da requisição para pagamento, no prazo de 60 (sessenta) dias, na conta bancária informada, nos autos. Intima-se também de que nada sendo requerido após esse prazo, o processo será arquivado.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7004357-30.2019.8.22.0007

AUTOR: EDSON UMINO, AVENIDA CASTELO BRANCO 19026, - DE 18860 A 19110 - LADO PAR CENTRO - 76963-898 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: KARINA CRISTINA VASCONCELLOS UMINO OAB nº RO3950
RÉU: AIG SEGUROS BRASIL S.A., AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK 2041, - DE 953 AO FIM - LADO ÍMPAR VILA NOVA CONCEIÇÃO - 04543-011 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO RÉU:
DESPACHO
Vistos
Nos termos do inciso V, do artigo 292, do Código de Processo Civil, o valor da causa constará na ação indenizatória, inclusive a fundada em dano moral, o valor pretendido.
Sendo assim, intime-se o requerente para emendar a petição inicial a fim de corrigir o valor da causa ao conteúdo econômico pretendido para fins de fixação de competência.
Prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial e extinção (CPC 321).
Agende-se decurso de prazo para verificação e retornem os autos conclusos.
Cacoal, 30/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7007074-49.2018.8.22.0007
REQUERENTE: GRACIELA CALIXTO DA COSTA, RUA PRESIDENTE ARTHUR DA COSTA E SILVA 2004, - DE 1800/1801 A 2199/2200 JARDIM CLODOALDO - 76963-600 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DIEISON WALACI MIRANDA PIRES OAB nº RO7011, VANESSA MENDONCA GEDE OAB nº RO3854, EZEQUIEL CRUZ DE SOUZA OAB nº RO1280, LUQUIAN FARIA CRUZ DE SOUZA OAB nº RO8289
REQUERIDO: CLARO S.A., RUA HENRI DUNANT 780, TORRE A E TORRE B SANTO AMARO - 04709-110 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REQUERIDO: RAFAEL GONCALVES ROCHA OAB nº PA16538
DESPACHO
Vistos
Intime-se a parte autora (DJ) a responder os embargos à declaração com efeito infringente.
Prazo de 5 dias.
Após, concluso para julgamento.
Cacoal, 30/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7004418-85.2019.8.22.0007
REQUERENTE: BDT COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - EPP, AVENIDA BELO HORIZONTE 2197, MULTICAR NOVO HORIZONTE - 76962-081 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: NATALIA UES CURY OAB nº RO8845, ELENARA UES OAB nº RO6572, HOSNEY REPISO NOGUEIRA OAB nº RO6327
REQUERIDO: DECIO BARBOSA LAGARES JUNIOR, RUA SERRA AZUL 2655 CENTRO - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
SENTENÇA
Vistos
O requerente alega ser credor do requerido em relação a um cheque, no importe de R$10.000,00.
No caso de cobrança nos Juizados Especiais há a competência tanto do local em que deve ser satisfeita a obrigação quanto o do domicílio do réu, conforme dispõe o artigo 4º, incisos I e II, da Lei nº 9.099/95.
Ocorre que o domicílio do requerido é na comarca de Espigão do Oeste-RO, assim como o foro do lugar onde a obrigação deve ser satisfeita (banco sacado).
Desse modo, há de ser reconhecida de ofício a incompetência territorial deste Juizado Especial Cível.
Posto isso, sem resolução do mérito, RECONHEÇO A INCOMPETÊNCIA deste Juizado Especial Cível e DECLARO EXTINTO o processo, com fundamento no art. 485, IV, do Código de Processo Civil.
Sem custas e sem honorários.
Publicação e registro automáticos.
Intime-se a parte.
Operado o trânsito em julgado, arquive-se.
Cacoal/RO, 30/04/2019
Juíza de Direito – Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7004419-70.2019.8.22.0007
REQUERENTE: BDT COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - EPP, AVENIDA BELO HORIZONTE 2197, MULTICAR NOVO HORIZONTE - 76962-081 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: NATALIA UES CURY OAB nº RO8845, ELENARA UES OAB nº RO6572, HOSNEY REPISO NOGUEIRA OAB nº RO6327
REQUERIDO: FABIANO SANTOS DE AMORIM, RUA PRESIDENTE MÉDICI 1849, LOCAL DE TRABALHO CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES JARDIM CLODOALDO - 76963-620 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DESPACHO
Vistos
1- Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 10/06/2019, às 12h00min. AGENDE-SE NO SISTEMA.
2- Intime-se o(a) requerente.
3- Cite-se e intime-se a parte requerida (AR/mandado/carta precatória).
4- Sendo o caso de relação de consumo com o consumidor no polo ativo da demanda, desde já, determino inversão do ônus da prova a fim de que o(a) requerido(a) apresente em juízo todos os documentos que possui quanto ao narrado nos autos.
5- Advertências gerais às partes:
5.1- A audiência será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Avenida Cuiabá, 1914, Centro, Cacoal/RO.
5.2- As partes deverão comparecer à audiência munidas de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial.
5.3- O(s) procurador(es) e preposto(s) das partes deverá(ão) comparecer à audiência munido(s) de poderes específicos para transacionar.
5.4- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). Também será aceito a presença por preposto (Enunciado 20 do Fonaje).
5.5- Fica o(a) requerente advertido(a) que o seu não comparecimento pessoal injustificado implicará na extinção e arquivamento do processo que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais.
5.6- Fica o(s) requerido(a) advertido(a) que o não comparecimento a quaisquer das audiências designadas importará em revelia,

reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do(a) requerente e proferido julgamento de plano.
5.7- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, o requerido deverá comparecer representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício (LJE 9º, §4º), sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (CPC 75, VIII e CC 45), sob pena de revelia. Ressalvado o disposto no Enunciado 99 do Fonaje que autoriza a juntada posterior de carta de preposto somente na hipótese de realização de acordo.
5.8- As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos.
5.9- Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado(a).
5.10- Havendo a necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública nessa Comarca (Rua José do Patrocínio, 1284, bairro Princesa Isabel, Cacoal-RO).
5.11- Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo.
5.12- O(a) requerido(a) deverá oferecer contestação (escrita ou oral) e demais provas, inclusive indicação de no máximo 3 (três) testemunhas (se necessário), com sua qualificação completa (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, até o ato da audiência de conciliação.
5.13- Quando da audiência de tentativa de conciliação, não sendo realizado acordo, o(a) requerente terá o prazo de 10 (dez) minutos para se manifestar sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados pela parte contrária.
5.14- Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização de audiência de instrução e julgamento.
6- Não sendo localizada a parte requerida, o(a) requerente deverá ser intimado(a) para apresentar novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias. Apresentado novo endereço, ou não havendo tempo hábil para cumprimento, deverá a escrivania designar nova audiência de conciliação, independente de novo despacho, a fim de que seja expedido o necessário.
7- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
8- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE.
9- Caso, o(a) requerido(a) não seja intimado e o(a) requerente não estando patrocinado por advogado, o oficial de justiça deverá se valer do presente COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE a apresentar o atual endereço do requerido no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Cacoal, 30/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7003729-41.2019.8.22.0007
AUTORES: EDMILSON ANDRADE DE SOUZA, RUA JOSÉ DE ALENCAR 2620, - DE 2341/2342 A 2649/2650 NOVO HORIZONTE - 76962-048 - CACOAL - RONDÔNIA, VALMOR BRANDT, BR 364 KM 229, ZONA RURAL ÁREA RURAL DE CACOAL - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: ELTON DIONATAN HAASE OAB nº RO8038, LARISSA RENATA PADILHA BARBOSA MAZZO OAB nº RO7978, MEURI ADRIANA DE ANDRADE OAB nº RO9823
RÉU: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, RUA DOMINGUES LINHARES 279 CENTRO (S-01) - 76980-070 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU:
DESPACHO
Vistos
Intime-se a parte requerente para emendar a petição inicial a fim de juntar aos autos a certidão de inteiro teor do imóvel.
Prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial e extinção (CPC 321).
Agende-se decurso de prazo para verificação e retornem os autos conclusos.
Cacoal, 23/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7004353-90.2019.8.22.0007
AUTOR: EDSON SEGOVIA GOIS, RUA RUI BARBOSA, - DE 1278/1279 A 1607/1608 CENTRO - 76963-770 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: LEONARDO VARGAS ZAVATIN OAB nº RO9344, LEANDRO VARGAS CORRENTE OAB nº RO3590
RÉU: ELIEZER VITOR DE LARA, ÁREA RURAL, QUADRA 66, N 311 ÁREA RURAL DE CACOAL - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU:
DESPACHO
Vistos
1- Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 10/06/2019, às 11h20min. AGENDE-SE NO SISTEMA.
2- Intime-se o(a) requerente.
3- Cite-se e intime-se a parte requerida (AR/mandado/carta precatória).
4- Sendo o caso de relação de consumo com o consumidor no polo ativo da demanda, desde já, determino inversão do ônus da prova a fim de que o(a) requerido(a) apresente em juízo todos os documentos que possui quanto ao narrado nos autos.
5- Advertências gerais às partes:
5.1- A audiência será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Avenida Cuiabá, 1914, Centro, Cacoal/RO.
5.2- As partes deverão comparecer à audiência munidas de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial.
5.3- O(s) procurador(es) e preposto(s) das partes deverá(ão) comparecer à audiência munido(s) de poderes específicos para transacionar.
5.4- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). Também será aceito a presença por preposto (Enunciado 20 do Fonaje).
5.5- Fica o(a) requerente advertido(a) que o seu não comparecimento pessoal injustificado implicará na extinção e arquivamento do processo que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais.
5.6- Fica o(s) requerido(a) advertido(a) que o não comparecimento a quaisquer das audiências designadas importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do(a) requerente e proferido julgamento de plano.
5.7- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, o requerido deverá comparecer representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício (LJE 9º, §4º), sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (CPC 75, VIII e CC 45), sob pena de revelia. Ressalvado o disposto no Enunciado 99 do Fonaje que autoriza a juntada posterior de carta de preposto somente na hipótese de realização de acordo.

5.8- As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos.
5.9- Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado(a).
5.10- Havendo a necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública nessa Comarca (Rua José do Patrocínio, 1284, bairro Princesa Isabel, Cacoal-RO).
5.11- Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo.
5.12- O(a) requerido(a) deverá oferecer contestação (escrita ou oral) e demais provas, inclusive indicação de no máximo 3 (três) testemunhas (se necessário), com sua qualificação completa (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, até o ato da audiência de conciliação.
5.13- Quando da audiência de tentativa de conciliação, não sendo realizado acordo, o(a) requerente terá o prazo de 10 (dez) minutos para se manifestar sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados pela parte contrária.
5.14- Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização de audiência de instrução e julgamento.
6- Não sendo localizada a parte requerida, o(a) requerente deverá ser intimado(a) para apresentar novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias. Apresentado novo endereço, ou não havendo tempo hábil para cumprimento, deverá a escrivania designar nova audiência de conciliação, independente de novo despacho, a fim de que seja expedido o necessário.
7- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
8- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE.
9- Caso, o(a) requerido(a) não seja intimado e o(a) requerente não estando patrocinado por advogado, o oficial de justiça deverá se valer do presente COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE a apresentar o atual endereço do requerido no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Cacoal, 30/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7004333-02.2019.8.22.0007
AUTOR: SCHLACHTA E DALL AGNOL ADVOGADAS ASSOCIADAS, RUA RIO BRANCO 1585, - DE 1468/1469 A 1728/1729 CENTRO - 76963-856 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ALINE SCHLACHTA BARBOSA OAB nº RO4145
RÉU: DOUGLAS DANIEL ALVES, ÁREA RURAL, LH 10 LT 67 KM 55 ÁREA RURAL DE CACOAL - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU:
DESPACHO
Vistos
1- Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 10/06/2019, às 11h20min. AGENDE-SE NO SISTEMA.
2- Intime-se o(a) requerente.
3- Cite-se e intime-se a parte requerida (AR/mandado/carta precatória).
4- Sendo o caso de relação de consumo com o consumidor no polo ativo da demanda, desde já, determino inversão do ônus da prova a fim de que o(a) requerido(a) apresente em juízo todos os documentos que possui quanto ao narrado nos autos.
5- Advertências gerais às partes:
5.1- A audiência será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Avenida Cuiabá, 1914, Centro, Cacoal/RO.
5.2- As partes deverão comparecer à audiência munidas de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial.
5.3- O(s) procurador(es) e preposto(s) das partes deverá(ão) comparecer à audiência munido(s) de poderes específicos para transacionar.
5.4- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). Também será aceito a presença por preposto (Enunciado 20 do Fonaje).
5.5- Fica o(a) requerente advertido(a) que o seu não comparecimento pessoal injustificado implicará na extinção e arquivamento do processo que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais.
5.6- Fica o(s) requerido(a) advertido(a) que o não comparecimento a quaisquer das audiências designadas importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do(a) requerente e proferido julgamento de plano.
5.7- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, o requerido deverá comparecer representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício (LJE 9º, §4º), sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (CPC 75, VIII e CC 45), sob pena de revelia. Ressalvado o disposto no Enunciado 99 do Fonaje que autoriza a juntada posterior de carta de preposto somente na hipótese de realização de acordo.
5.8- As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos.
5.9- Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado(a).
5.10- Havendo a necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública nessa Comarca (Rua José do Patrocínio, 1284, bairro Princesa Isabel, Cacoal-RO).
5.11- Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo.
5.12- O(a) requerido(a) deverá oferecer contestação (escrita ou oral) e demais provas, inclusive indicação de no máximo 3 (três) testemunhas (se necessário), com sua qualificação completa (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, até o ato da audiência de conciliação.
5.13- Quando da audiência de tentativa de conciliação, não sendo realizado acordo, o(a) requerente terá o prazo de 10 (dez) minutos para se manifestar sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados pela parte contrária.
5.14- Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização de audiência de instrução e julgamento.
6- Não sendo localizada a parte requerida, o(a) requerente deverá ser intimado(a) para apresentar novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias. Apresentado novo endereço, ou não havendo tempo hábil para cumprimento, deverá a escrivania designar nova audiência de conciliação, independente de novo despacho, a fim de que seja expedido o necessário.
7- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
8- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE.
9- Caso, o(a) requerido(a) não seja intimado e o(a) requerente não estando patrocinado por advogado, o oficial de justiça deverá se valer do presente COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE a apresentar o atual endereço do requerido no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Cacoal, 30/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7004402-34.2019.8.22.0007
REQUERENTE: MARINA DE DEUS FERREIRA, RUA RUI BARBOSA 733, - DE 568/569 A 823/824 PRINCESA ISABEL - 76964-040 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: SILVIA LETICIA MUNIN ZANCAN OAB nº RO1259
REQUERIDO: SERGIO BOTELHO DA COSTA MORAES JUNIOR, RUA SÃO PAULO 2539, - DE 2491 A 2791 - LADO ÍMPAR CENTRO - 76963-801 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DESPACHO
Vistos
1- Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 10/06/2019, às 12h00min. AGENDE-SE NO SISTEMA.
2- Intime-se o(a) requerente.
3- Cite-se e intime-se a parte requerida (AR/mandado/carta precatória).
4- Sendo o caso de relação de consumo com o consumidor no polo ativo da demanda, desde já, determino inversão do ônus da prova a fim de que o(a) requerido(a) apresente em juízo todos os documentos que possui quanto ao narrado nos autos.
5- Advertências gerais às partes:
5.1- A audiência será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Avenida Cuiabá, 1914, Centro, Cacoal/RO.
5.2- As partes deverão comparecer à audiência munidas de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial.
5.3- O(s) procurador(es) e preposto(s) das partes deverá(ão) comparecer à audiência munido(s) de poderes específicos para transacionar.
5.4- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). Também será aceito a presença por preposto (Enunciado 20 do Fonaje).
5.5- Fica o(a) requerente advertido(a) que o seu não comparecimento pessoal injustificado implicará na extinção e arquivamento do processo que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais.
5.6- Fica o(s) requerido(a) advertido(a) que o não comparecimento a quaisquer das audiências designadas importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do(a) requerente e proferido julgamento de plano.
5.7- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, o requerido deverá comparecer representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício (LJE 9º, §4º), sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (CPC 75, VIII e CC 45), sob pena de revelia. Ressalvado o disposto no Enunciado 99 do Fonaje que autoriza a juntada posterior de carta de preposto somente na hipótese de realização de acordo.
5.8- As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos.
5.9- Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado(a).
5.10- Havendo a necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública nessa Comarca (Rua José do Patrocínio, 1284, bairro Princesa Isabel, Cacoal-RO).
5.11- Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo.
5.12- O(a) requerido(a) deverá oferecer contestação (escrita ou oral) e demais provas, inclusive indicação de no máximo 3 (três) testemunhas (se necessário), com sua qualificação completa (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, até o ato da audiência de conciliação.
5.13- Quando da audiência de tentativa de conciliação, não sendo realizado acordo, o(a) requerente terá o prazo de 10 (dez) minutos para se manifestar sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados pela parte contrária.
5.14- Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização de audiência de instrução e julgamento.
6- Não sendo localizada a parte requerida, o(a) requerente deverá ser intimado(a) para apresentar novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias. Apresentado novo endereço, ou não havendo tempo hábil para cumprimento, deverá a escrivania designar nova audiência de conciliação, independente de novo despacho, a fim de que seja expedido o necessário.
7- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
8- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE.
9- Caso, o(a) requerido(a) não seja intimado e o(a) requerente não estando patrocinado por advogado, o oficial de justiça deverá se valer do presente COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE a apresentar o atual endereço do requerido no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Cacoal, 30/04/2019
Juíza de Direito - Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7011896-81.2018.8.22.0007
REQUERENTE: TALITA SILVA PAIVA, RUA ALUÍZIO DE AZEVEDO 1349, - DE 1062/1063 AO FIM VISTA ALEGRE - 76960-110 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ELIEL MOREIRA DE MATOS OAB nº RO5725
REQUERIDO: EMPRESA TELEFÔNICA DO BRASIL S/A, RUA GETÚLIO VARGAS 1941, - DE 1679 A 2099 - LADO ÍMPAR KM 1 - 76804-097 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: DANIEL FRANCA SILVA OAB nº DF24214, ALAN ARAIS LOPES OAB nº RO1787
DECISÃO
Vistos
EMPRESA TELEFÔNICA DO BRASIL S/A opôs EMBARGOS DE DECLARAÇÃO alegando que a sentença é omissa, defendendo a aplicação da Súmula 385 do STJ, haja vista a existência de outra restrição creditícia em nome do autor.
DECIDO
Não vislumbro omissão na referida sentença, pois do extrato da negativação juntado ao id 22363034 não consta nenhuma negativação a não ser a que foi discutida nestes autos, logo, não há que se falar na aplicação da Súmula 385 do STJ.
In casu, conquanto satisfatoriamente fundamentada a sentença, os embargos manejados pela requerida demonstraram finalidade meramente procrastinatória.
Posto isso, rejeito os embargos de declaração, mantendo a sentença nos exatos termos em que foi prolatada.
Intimem-se as partes, sendo que o prazo para recurso inominado deverá transcorrer pelo prazo integral.
Agende-se decurso de prazo recursal.
Cacoal/RO, 02/05/2019
Juíza de Direito – Anita magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO PROCESSO: 7000683-44.2019.8.22.0007
REQUERENTE: ROMARIO FRANCISCO NETO, ÁREA RURAL Sn, LINHA 12, LOTE 16, GLEBA 12 ÁREA RURAL DE CACOAL - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA

ADVOGADO DO REQUERENTE: VAGNO OLIVEIRA DE ALMEIDA OAB nº RO5185
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA - CERON, RUA JOSÉ DE ALENCAR 2613 CENTRO - 76801-900 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA OAB nº MG87318
SENTENÇA
Vistos
Relatório dispensado
DECIDO
Preliminar - prescrição
A Turma Recursal do Tribunal de Justiça de Rondônia firmou entendimento unânime no sentido de que o início da contagem do prazo prescricional conta-se partir da data em que a rede elétrica do particular tenha sido efetivamente incorporada ao patrimônio da concessionária e não na data da disponibilização da energia elétrica ou do desembolso do consumidor.
CONSTRUÇÃO DE REDE ELÉTRICA RURAL (SUBESTAÇÃO). INEXISTÊNCIA DE ATO FORMAL. NÃO OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. AUSÊNCIA DE TERMO DE CONTRIBUIÇÃO OU CONVÊNIO DE DEVOLUÇÃO. RECURSOS PARTICULARES. O prazo prescricional inicia com a efetiva incorporação ao patrimônio da concessionária de energia elétrica, que se concretiza mediante processo formal, por iniciativa desta. Inteligência do art. 71, §5º, do Decreto nº 5.163/04. (TJRO. Turma Recursal. Recurso Inominado 7000138-71.2015.8.22.0020. Relator Juiz Glodner Luiz Pauletto. Julgamento em 22/02/2017)
Assim, no presente caso, não ocorreu a incidência da prescrição pois ainda não formalizado o ato administrativo de incorporação da subestação à concessionária de serviço público, sendo, inclusive um dos pedidos formulados na petição inicial (obrigação de fazer: incorporação).
Mérito
O feito comporta o julgamento antecipado da lide, uma vez que desnecessária a produção de provas em audiência e o desfecho jurídico depende apenas de apreciação de provas documentais e não houve pedido de produção de prova específica (CPC 355 I).
Trata-se de pedido de obrigação de fazer consistente na incorporação da subestação particular ao patrimônio da concessionária de serviço público, bem como, pedido de indenização por danos materiais relativos à construção da referida subestação.
Aplica-se ao presente caso a Resolução nº 229/2006 da ANEEL que determinou às concessionárias prestadoras do serviço de energia que incorporassem aos seus patrimônios as redes particulares, mas com o necessário ressarcimento dos recursos investidos.
Art. 2º. Para os efeitos desta Resolução serão considerados os seguintes conceitos e definições
(…)
III- Redes particulares: instalações elétricas, em qualquer tensão, inclusive subestações, utilizadas para o fim exclusivo de prover energia elétrica para unidades de consumo de seus proprietários e conectadas em sistema de distribuição de energia. (grifo nosso).
A Resolução 229/2006 efetivamente traduz obrigatoriedade na incorporação: "As distribuidoras devem incorporar todas as redes particulares referidas no caput até 31 de dezembro de 2015" (artigo 8-A §2º).
Considerando a relação entabulada entre as partes, que é de consumo, e presente a hipossuficiência do consumidor, caberia à concessionária provar os seguintes fatos: a) se houve ou não, formalmente ou de fato, a incorporação; b) se já realizada ou pendente ou que, de fato, não incorporou a rede porque esta é restrita à propriedade do autor e que não faz uso dela para atender demanda de outros consumidores, hipóteses que afastaria a possibilidade da incorporação (Resolução 229/2006, art. 4º).
A produção desta prova estava ao alcance da requerida, entretanto, não o fez.
Pelo contrário, há nos autos prova material da construção da subestação pelo particular e a informação, sem prova em contrário, de que a manutenção da rede é feita pela concessionária e prestadora de serviços terceirizada.
Assim, já decorreu o prazo limite para a requerida proceder à incorporação formal, por isso, deverá ser compelida a fazê-lo e a ressarcir a parte requerente.
ENERGIA ELÉTRICA. RELAÇÃO DE CONSUMO. INCORPORAÇÃO RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 229. ANEEL. INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. PROVA DOS GASTOS REALIZADOS. INDENIZAÇÃO DEVIDO. Diante da discussão quanto ao dever de indenizar relativo a construção de rede elétrica por particular, não há de se falar em prescrição do dever de indenizar, uma vez que este somente se estabelece após a incorporação. Diante dos gastos comprovados pelo particular referente à expansão da rede, cabível a restituição dos valores, quando a concessionária não comprova a incorporação da rede, mas os conjunto probatória comprova que já ocorreu de fato, sem o pagamento da devida indenização, nos termos da Resolução 229/2006 ? ANEEL. (TJRO. Turma Recursal - Ji-Paraná. Recurso Inominado 1001321-41.2012.822.0003, Relatora Juíza Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima. Julgamento em 17/03/2014)
Reconhecido o direito à incorporação, passo a analisar o pedido de indenização por danos materiais, responsabilidade da requerida com base na Resolução 229/2006 da ANEEL.
Por não possuir todos os recibos e comprovantes de pagamento da época da construção da subestação, a parte requerente juntou aos autos orçamentos atuais de quanto custaria a construção da referida rede (CPC 369 e 444).
A requerida teve acesso a tais documentos, formulou defesa genérica sem impugnação específica ou apresentação de outra prova no sentido de demonstrar que tais orçamentos estão equivocados ou fora da realidade.
Desse modo, com base no princípio da inversão do ônus da prova e da proteção do consumidor, presumo acertado os valores apresentados.
Pelo exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos feitos por ROMARIO FRANCISCO NETO em face de CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A – CERON para:
a) condenar a requerida a incorporar ao seu patrimônio a subestação do requerente localizada na Linha 12, Lote 16, Gleba 12, Zona Rural, Cacoal-RO (código único 519653-1)
b) condenar a requerida a indenizar a parte requerente no importe de R$13.495,00 a título de danos materiais, referente às despesas com a construção da rede particular de energia elétrica em sua propriedade, ora incorporada ao patrimônio da requerida, cujo valor deverá ser corrigido monetariamente e acrescido de juros legais (1% ao mês) a contar da data desta sentença (orçamentos atuais).
DECLARO RESOLVIDO o mérito (CPC 487 I).
Intimem-se.
Sem custas e honorários advocatícios (LJE 55).
Publicação e Registro automáticos.
Agende-se decurso de prazo recursal.
Se do trânsito em julgado decorrer 05 (cinco) dias sem requerimento de execução, arquive-se.
Havendo pedido de cumprimento de sentença, proceda-se a intimação da parte requerida, nos termos do artigo 523 do CPC.
Cacoal/RO, 02/05/2019

Juíza de Direito – Anita magdelaine Perez Belem

1ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 1ª Vara Cível
Rua dos Pioneiros, 2425, - de 2198/2199 a 2439/2440, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76960-790 - Fone:(69) 34412297.E-mail: cwl1civel@tjro.jus.br
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo de Publicação: 20 (vinte dias)
CITAÇÃO DE: FERNANDO RODRIGUES SANTANA, brasileiro, casado, motorista de caminhão, com anterior informação de residência em Primavera do Leste/MT, inscrito no CPF nº 007.290.181-05, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAR a parte requerida FERNANDO RODRIGUES SANTANA, para ciência de todos os termos da presente ação ordinária sob nº 0009287-60.2012.8.22.0007, contestando-a, caso queira, no prazo legal mencionado, a seus termos. Não havendo manifestação, será nomeada a Curadoria de Ausentes para, querendo, ofertar resposta.
PRAZO PARA CONTESTAÇÃO: O prazo para contestar é de 15 (quinze) dias, contados da audiência de conciliação, se não houver acordo ou não comparecer qualquer das partes (art. 335, CPC).
ADVERTÊNCIA: Não sendo contestada a ação, serão presumidos como verdadeiros os fatos alegados pela autora na inicial.
OBS.: Não tendo a parte condições de constituir advogado, deverá procurar a defensoria pública da comarca em que se situar.

Processo nº: 0009287-60.2012.8.22.0007
Assunto: [Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material]
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ISRAEL SIMAO DE SOUZA
Advogados do(a) AUTOR: RODOLFO SCHER DA SILVA - RO0002048, TEOFILO ANTONIO DA SILVA - RO0001415
RÉU: FERNANDO RODRIGUES SANTANA
Valor da causa: R$ 35.000,00
Sede do Juízo: Fórum Min. José Américo de Almeida, Rua dos Pioneiros, nº 2425 - Centro, Cacoal/RO. CEP: 76963-726 / Fone/Fax: (069) 3441-2297. E-maill: cwl1civel@tjro.jus.br
Cacoal/RO, 15 de fevereiro de 2019.
Jerdson Raiel Ramos
Diretor de Cartório - Cad. 204.356-4
Assina por Ordem Judicial – Art. 173 das DGJ

1ª Vara Cível da Comarca de Cacoal/RO
Processo nº: 0004841-09.2015.8.22.0007
Assunto: [Cheque]
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: CLENY GOMES DE SOUZA RIGO
Advogado do(a) EXEQUENTE: ANDRE BONIFACIO RAGNINI - RO1119
EXECUTADO: ISRAEL CAMPOS SOUZA
Intimação EXEQUENTE
FINALIDADE: Intimar a parte exequente através de seus advogados do resultado infrutífero de pesquisas bacenjud (id 16888569 valor irrisório) e ARISP-SIREI, resultado sem ocorrências (id 2684390), dando prosseguimento ao feito e requerer o que entender de direito.

1ª Vara Cível da Comarca de Cacoal/RO
Processo nº: 7008927-30.2017.8.22.0007
Assunto: [Causas Supervenientes à SENTENÇA]
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: NEIDE ELENICE VIVAN
Advogados do(a) EXEQUENTE: ROBSON BORGES MOREIRA - RO4398, MICKEL FABIANO ZORZAN DE SOUZA FERREIRA BORGES - RO6689
EXECUTADO: YMPACTUS COMERCIAL S/A, CARLOS NATANIEL WANZELER, CARLOS ROBERTO COSTA
MANIFESTE-SE O AUTOR - PROSSEGUIMENTO
FINALIDADE: Intimação da parte autora/requerente, por intermédio de seu advogado, para que manifeste-se, no prazo de 5 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito quanto ao prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento, na forma do Art. 485, inc. III, § 1º, do Novo CPC.

1ª Vara Cível da Comarca de Cacoal/RO
Processo nº: 7005140-56.2018.8.22.0007
Assunto: [Aposentadoria por Invalidez]
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ELZA MARIA ALVES
Advogado do(a) AUTOR: LUIS FERREIRA CAVALCANTE - RO2790
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação AUTOR
FINALIDADE: Intimar as partes através de seus advogados/procuradores do Laudo Pericial juntado na id 25392350 e dos documentos juntados na id 24801845 e 24801845, dando prosseguimento ao feito e requerer o que entender de direito.

1ª Vara Cível da Comarca de Cacoal/RO
Processo nº: 7000070-24.2019.8.22.0007
Assunto: [Cheque]
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: SUPERMERCADO A LUZITANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
Advogado do(a) EXEQUENTE: CHARLES BACCAN JUNIOR - SP196702
EXECUTADO: JORGE DERLY ALMEIDA LOPES
Intimação EXEQUENTE
FINALIDADE: Intimar a parte autora através de seu advogado para no prazo legal manifestar-se acerca da certidão do senhor oficial de justiça, juntada na id 25624509, dando prosseguimento ao feito e requerer o que entender de direito

1ª Vara Cível da Comarca de Cacoal/RO
Processo nº: 7004477-44.2017.8.22.0007
Assunto: [Seguro]
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: BRUNO RICARDO BARBOSA
Advogados do(a) AUTOR: HOSNEY REPISO NOGUEIRA - RO6327, ELENARA UES - RO6572, HENRIQUE HEIDRICH DE VASCONCELOS MOURA - RO7497, GELSON GUILHERME DA SILVA - RO8575
RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Advogado do(a) RÉU: WILSON VEDANA JUNIOR - RO6665
ALVARÁ DE LEVANTAMENTO DE VALORES
FINALIDADE: Intimação da parte autora/requerente, por intermédio do seu advogado, para que retire o Alvará Judicial e providencie o levantamento dos valores disponibilizados em conta judicial vinculada, conforme documento expedido nos autos.

1ª Vara Cível da Comarca de Cacoal/RO
Processo nº: 7011571-43.2017.8.22.0007
Assunto: [Correção Monetária]
Classe: MONITÓRIA (40)
AUTOR: ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO NO ESTADO DE RONDONIA - ASPER
Advogado do(a) AUTOR: MARCELO ESTEBANEZ MARTINS - RO3208
RÉU: NIVAILDE PEREIRA DOURADO
Intimação AUTOR
FINALIDADE: Intimar a parte autora através de seu advogado para no prazo legal manifestar-se acerca da certidão do senhor oficial de justiça, juntada na id 26860514, dando prosseguimento ao feito e requerer o que entender de direito.

1ª Vara Cível da Comarca de Cacoal/RO
Processo nº: 0008446-94.2014.8.22.0007
Assunto: [Nota Promissória]
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: COMERCIO E INDUSTRIA DE CARROCERIAS LIDER LTDA. - ME
Advogados do(a) EXEQUENTE: ANA RUBIA COIMBRA DE MACEDO - RO6042, LEONARDO FABRIS SOUZA - RO6217
EXECUTADO: ALDICLEI DA SILVA LEITE
MANIFESTE-SE O AUTOR - PROSSEGUIMENTO
FINALIDADE: Intimação da parte autora/requerente, por intermédio do seu advogado, para que manifeste-se, no prazo de 5 (cinco) dias, acerca do prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito.

1ª Vara Cível da Comarca de Cacoal/RO
Processo nº: 7003406-70.2018.8.22.0007
Assunto: [Nota Promissória]
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: TOZI & CHIOATO LTDA - ME
Advogado do(a) EXEQUENTE: LEILA MAYARA CASSIA MENEZES - RO6495
EXECUTADO: LUIS CARLOS MOPILABATEN SURUI
MANIFESTE-SE O AUTOR - PROSSEGUIMENTO
FINALIDADE: Intimação da parte autora/requerente, por intermédio de seu advogado, para que manifeste-se, no prazo de 5 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito quanto ao prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento, na forma do Art. 485, inc. III, § 1º, do Novo CPC.

1ª Vara Cível da Comarca de Cacoal/RO
Processo nº: 7005460-77.2016.8.22.0007
Assunto: [Direito de Imagem, Obrigação de Fazer / Não Fazer]
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: JARDEL VIVEIROS OLIVEIRA
Advogado do(a) AUTOR: LUIS FERREIRA CAVALCANTE - RO2790
RÉU: GONCALVES CARNEIRO & CIA LTDA - ME, ANTONIO GONCALVES CARNEIRO
Intimação AUTOR
FINALIDADE: Intimar novamente a parte autora através de seu advogado para no prazo legal, juntar aos autos o andamento da carta precatória de citação dos requeridos.

1ª Vara Cível da Comarca de Cacoal/RO
Processo nº: 7002869-40.2019.8.22.0007
Assunto: [Aposentadoria por Invalidez, Auxílio-Doença Previdenciário]
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ADILSON FERREIRA DE LIMA
Advogados do(a) AUTOR: JOAQUIM JOSE DA SILVA FILHO - RO3952, JEFFERSON WILLIAN DALLA COSTA - RO6074
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PERÍCIA AGENDADA
FINALIDADE: Fica a parte autora, intimada quanto a perícia a ser realizada no 14/06/2019 às 09:00 horas, pelo Dr. Victor Henrique Teixeira, médico ortopedista, no Hospital SAMAR, localizado na Av. São Paulo, 2326 - Jardim Clodoaldo, Cacoal/RO, tel. (69) 3441-2407. A parte autora deverá, ainda, acessar os autos processuais e tomar ciência do inteiro teor DESPACHO inicial, bem como de todos os documentos atualmente juntados aos autos. ATENÇÃO: 01) conforme DESPACHO judicial, o advogado da parte autora deverá informar-lhe acerca da perícia e de todo o conteúdo do DESPACHO inicial; 02) a parte autora deverá levar à perícia todos os documentos médicos que possuir acerca do caso, sobretudo documentos de imagem (raio "x" ou ressonância), medicamentos em uso, comprovantes de tratamento de fisioterapia e outros, conforme solicitado pelo perito.

1ª Vara Cível da Comarca de Cacoal/RO
Processo nº: 7008785-89.2018.8.22.0007
Assunto: [Aposentadoria por Invalidez]
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: VALDEMAR JESUINO DE SOUZA
Advogado do(a) AUTOR: LUIS FERREIRA CAVALCANTE - RO2790
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Réplica À CONTESTAÇÃO – LAUDO - PROVAS
FINALIDADE: Intimação do(a) advogado(a) da parte autora/requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo: a) apresentar impugnação à(s) contestação(ões) juntada(s) aos autos; b) manifestar-se acerca do laudo médico pericial juntado aos autos; c) especificar objetivamente as provas que pretende produzir, justificando de modo claro e preciso sua FINALIDADE e pertinência, em especial os fatos aos quais a prova pleiteada se destina, sob pena de indeferimento e sem prejuízo do julgamento antecipado. Sendo pleiteada prova testemunhal ou pericial, a parte interessada deverá desde logo apresentar o rol de testemunhas com suas qualificações, os quesitos e a indicação do assistente técnico, conforme o caso.

2ª VARA CÍVEL

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Cacoal - 2ª Vara Cível
Processo: 7000065-07.2016.8.22.0007
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: BOASAFRA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: GIANE ELLEN BORGIO BARBOSA - RO2027
EXECUTADO: WANDERSON JOSE KUSTER
ATO ORDINATÓRIO
DESPACHO
O pedido de penhora on line deve vir acompanhado do pagamento das custas conforme art. 17 da Lei n. 3.896/2016.
Comprove-se no prazo de cinco dias.
Cacoal, 30 de abril de 2019

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Cacoal - 2ª Vara Cível
Processo: 7002141-67.2017.8.22.0007
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: ANDRE BONIFACIO RAGNINI
Advogado do(a) EXEQUENTE: ANDRE BONIFACIO RAGNINI - RO1119
EXECUTADO: BIO CARB INDUSTRIA QUIMICA LTDA - ME e outros
Advogado(s) do reclamado: CLAUDIO MANOEL SILVA BEGA, ISABELLA GALHARDO ROCHA
Advogado do(a) EXECUTADO: CLAUDIO MANOEL SILVA BEGA - PR38266
Advogado do(a) EXECUTADO: ISABELLA GALHARDO ROCHA - PR43490
ATO ORDINATÓRIO
Manifeste-se os requeridos, no prazo de 15 dias úteis, sobre a petição de ID 24246766.
Cacoal, 30 de abril de 2019

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Cacoal - 2ª Vara Cível
Processo: 0007074-76.2015.8.22.0007
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: SILVA & PERSCH LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: MARCUS AURELIO CARVALHO DE SOUSA - RO2940
EXECUTADO: ROSANE APARECIDA DE LIMA
ATO ORDINATÓRIO
DESPACHO
Serve este DESPACHO como Ofício, que deverá ser diligenciado pela parte autora, para que o INSS forneça informações sobre eventuais vínculos de emprego ou benefícios previdenciários percebidos pelo(a) executado(a) ROSANE APARECIDA DE LIMA, CPF n. 806.364.382-87, informando o nome de seu empregador atual, devendo a resposta ao ofício ser entregue em mãos à parte exequente ou seu advogado (a).
Sendo negativa a resposta, deverá a parte autora dar andamento ao feito, informando o valor atualizado do débito e indicando bens penhoráveis.
Int. via PJe.
Cacoal, 30 de abril de 2019

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Cacoal - 2ª Vara Cível
Processo: 7002142-18.2018.8.22.0007
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ALESSANDRA SOARES CARDOSO
Advogados do(a) AUTOR: ELENARA UES - RO6572, HOSNEY REPISO NOGUEIRA - RO6327, HENRIQUE HEIDRICH DE VASCONCELOS MOURA - RO7497, NATALIA UES CURY - RO8845
RÉU: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado(s) do reclamado: JOSE HENRIQUE BARROSO SERPA
Advogado do(a) RÉU: JOSE HENRIQUE BARROSO SERPA - RO9117
ATO ORDINATÓRIO
Manifeste-se a parte autora, no prazo de 15 dias úteis, sobre a CONTESTAÇÃO apresentada em Id. 23847418.
Cacoal, 1 de maio de 2019

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Cacoal - 2ª Vara Cível
Processo: 7013792-62.2018.8.22.0007
Classe: MONITÓRIA (40)
AUTOR: AZEVEDO & HAKOZAKI LTDA - EPP
Advogados do(a) AUTOR: LILIAN MARIANE LIRA - RO3579, DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO - RO3831
RÉU: MARCILIO SEVERINO DA SILVA
ATO ORDINATÓRIO
Manifeste-se a parte autora, no prazo de 5 dias úteis, sobre a informação apresentada em ID. 24405563.
Cacoal, 1 de maio de 2019

3ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, - de 2668 a 2938 - lado par, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone: (69) 34435036
Processo: 7002837-40.2016.8.22.0007
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
AUTOR: ELAYNE CRISTINE ZAMPOLI
Advogados do(a) AUTOR: ALINE SCHLACHTA BARBOSA - RO4145, LUCIANA DALL AGNOL - MT6774-O
RÉU: ZILIO CEZAR POLITANO
Advogado do(a) RÉU: ZILIO CEZAR POLITANO - RO489
Intimação
FINALIDADE: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), para no prazo de 15 dias, para, querendo, impugnar a penhora no rosto dos autos n° 7014079-25.2018.822.0007. Prazo de 15 dias.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, - de 2668 a 2938 - lado par, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34435036
Processo: 7011512-89.2016.8.22.0007
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: ASSOCIACAO EDUCACIONAL DE RONDONIA
Advogados do(a) EXEQUENTE: LILIAN MARIANE LIRA - RO3579, DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO - RO3831
EXECUTADO: PABLO HENRIQUE SANTOS
Intimação
FINALIDADE: Fica a parte autora intimada para recolher as custas para distribuição e cumprimento do MANDADO, no prazo de 5 dias, nos termos do Provimento n. 007/2016-CG, disponibilizado no DJE n. 156/2016 de 19.08.2016, e artigo da Lei 3.896/2016, no valor de R$ 300,00.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, - de 2668 a 2938 - lado par, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone: (69) 34435036
e-mail: cwl3civel@tjro.jus.br
Processo: 7004337-39.2019.8.22.0007
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
EXEQUENTE: IRACI RIBEIRO SANTOS ANDRADE
Advogados do(a) EXEQUENTE: HOSNEY REPISO NOGUEIRA - RO6327, ANDERSON FABIANO BRASIL - RO5921
EXECUTADO: GEAP AUTOGESTAO EM SAUDE - CNPJ nº 03.658.432/0026-30, AVENIDA CARLOS GOMES 1223, - DE 980 A 1226 - LADO PAR CENTRO - 76801-124 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogados do(a) EXECUTADO: GABRIELA SCHIFFLER SENNA GONCALVES - DF33347, EDUARDO DA SILVA CAVALCANTE - DF24923
SERVE DE CARTA/MANDADO /CARTA PRECATÓRIA PARA O ATO DE INTIMAÇÃO, PENHORA E AVALIAÇÃO
1. Cuida-se da instauração de procedimento de cumprimento definitivo da SENTENÇA que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa.
2. Intime-se o(a) executado(a), pelo DJe, na pessoa de seu advogado constituído nos autos, ou pessoalmente, por carta com AR ou MANDADO, se não tiver procurador constituído ou for representado pela Defensoria Pública (art. 513, § 2º, CPC), para pagar o débito, acrescido de custas, se houver, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) mais honorários advocatícios de 10% (dez por cento) (art. 523, § 1º,

CPC). Se a citação foi por edital, a intimação far-se-á pelo mesmo meio (edital).
3. Em caso de pagamento parcial, a multa e os honorários referidos anteriormente incidirão sobre o restante (art. 523, § 2º, CPC).
4. Se não pagar voluntariamente, o executado poderá apresentar a sua impugnação nos próprios autos, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do encerramento do prazo para o pagamento voluntário, independentemente de penhora ou nova intimação (art. 525, CPC).
5. A realização de pesquisa nos sistemas Bacenjud, Renajud e Infojud fica condicionada ao prévio requerimento da parte, acompanhado da atualização dos cálculos e do comprovante das custas processuais devidas (R$ 15,00 para cada ato).
6. Havendo a indicação de bens à penhora, expeça-se MANDADO / carta precatória para penhora, avaliação e intimação do executado. Se o bem for imóvel, a parte deverá apresentar a respectiva certidão de inteiro teor da matrícula imobiliária, realizando-se a penhora por termo nos autos.
Valor atualizado do débito: R$ 9.312,25 (nove mil, trezentos e doze reais e vinte e cinco centavos).
Cacoal/RO, 29 de abril de 2019.
Elson Pereira de Oliveira Bastos
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34435036
Processo: 7013667-65.2016.8.22.0007
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: RODRIGUES COM. DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: HELIO RODRIGUES DOS SANTOS - RO7261
EXECUTADO: CLAUDIO'S RESTAURANTE E BUFFET LTDA - ME
Intimação
FINALIDADE: Fica Vossa Senhoria, pela presente, INTIMADO (A) para dar andamento ao feito em referência, no prazo de 5 (cinco) dias, tendo em vista decurso de prazo da citação sem reposta.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34435036
Processo: 7010614-42.2017.8.22.0007
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: VIOLATO & CIA LTDA
Advogados do(a) AUTOR: ALINE SCHLACHTA BARBOSA - RO4145, LUCIANA DALL AGNOL - MT6774-O
RÉU: CARLOS RONNY DA SILVA
Intimação
FINALIDADE: Fica Vossa Senhoria, pela presente, INTIMADO (A) para dar andamento ao feito em referência, no prazo de 5 (cinco) dias, tendo em vista decurso de prazo da citação sem reposta.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, - de 2668 a 2938 - lado par, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone: (69) 34435036
Processo: 7004749-72.2016.8.22.0007
Classe: FAMÍLIA- DIVÓRCIO LITIGIOSO (99)
REQUERENTE: KENEDY DE SOUZA MARCELINO
Advogados do(a) REQUERENTE: LUZINETE PAGEL - MT23645-A, NERLI TEREZA FERNANDES - RO4014
REQUERIDO: Graciele Aparecida Marchioreto Marcelino
Advogados do(a) REQUERIDO: JULINDA DA SILVA - RO2146, GREYCE KELLEN ROMIO SOARES CABRAL VACARIO - RO3839
Intimação
FINALIDADE: Fica a parte autora, por intermédio de seu advogado, INTIMADA, para retirar o termo de guarda, que poderá ser impressa pela internet, sem necessidade de comparecer em cartório.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, - de 2668 a 2938 - lado par, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34435036 Processo: 7007841-24.2017.8.22.0007
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: MARCIA DE SOUZA SILVA
Advogado do(a) EXEQUENTE: JOSE JOVINO DE CARVALHO - RO385-A
EXECUTADO: OI MOVEL S.A.
Advogados do(a) EXECUTADO: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO - RO635, ALESSANDRA MONDINI CARVALHO - RO4240
Intimação
FINALIDADE: Fica o embargante, por intermédio de seu Advogado, no prazo de 5 dias, intimado à manifestar quanto a petição do requerido.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34435036
Processo: 7010519-12.2017.8.22.0007
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: VALDEMAR LACERDA DE OLIVEIRA
Advogado do(a) EXEQUENTE: MARCIA PASSAGLIA - RO1695
EXECUTADO: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogados do(a) EXECUTADO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835, SILVIA DE OLIVEIRA - RO1285, ALEX CAVALCANTE DE SOUZA - RO1818, PAULO ROGERIO BARBOSA AGUIAR - RO1723, JORGE HENRIQUE LIMA MOURAO - RO1117, NORAZI BRAZ DE MENDONCA - RO2814
Intimação
FINALIDADE: Fica Vossa Senhoria, pela presente, INTIMADO (A) para dar andamento ao feito em referência, no prazo de 5 (cinco) dias, tendo em vista decurso de prazo da intimação sem reposta.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, - de 2668 a 2938 - lado par, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone: (69) 34435036
Processo: 7005175-16.2018.8.22.0007
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S.A.
Advogado do(a) EXEQUENTE: MAURO PAULO GALERA MARI - RO4937-S
EXECUTADO: CACOAL MOTO SERRAS LTDA e outros
Intimação
FINALIDADE: Fica a parte autora por via de seu(s) Advogado(os), INTIMADA para dar andamento ao feito em referência, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento dos autos, nos termos do art. 485, § 1º do CPC.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, - de 2668 a 2938 - lado par, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone: (69) 34435036
Processo: 7002287-79.2015.8.22.0007
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: ASSOCIACAO EDUCACIONAL DE RONDONIA
Advogados do(a) EXEQUENTE: DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO - RO3831, LILIAN MARIANE LIRA - RO3579

EXECUTADO: LUCAS RODRIGUES DE CASTRO
Intimação
FINALIDADE: Fica a parte autora por via de seu(s) Advogado(os), INTIMADA para dar andamento ao feito em referência, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento dos autos, nos termos do art. 485, § 1º do CPC.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, - de 2668 a 2938 - lado par, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34435036 Processo: 7003207-48.2018.8.22.0007
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: FLORINDA DETTMAN
Advogado do(a) AUTOR: MAYARA GLANZEL BIDU - RO4912
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
FINALIDADE: Fica a parte autora por via de seu Advogado(a), intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC, referente ao recurso de apelação

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, - de 2668 a 2938 - lado par, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone: (69) 34435036
e-mail: cwl3civel@tjro.jus.br
Processo: 7001285-06.2017.8.22.0007
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: UNIMED JI PARANA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO
Advogado do(a) EXEQUENTE: CLEBER CARMONA DE FREITAS - RO3314
EXECUTADO: W. R. AGRIMENSURA LTDA - ME
Intimação FINALIDADE: Fica a parte autora, por intermédio de de seu(ua) advogado(a), INTIMADO(A) das diligências negativas realizadas nos sistemas BACENJUD/RENAJUD, requerendo o prosseguimento do feito, sob pena de suspensão, extinção e arquivamento dos autos, nos termos do art. 485, § 1º do CPC. Prazo de 5 dias.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, - de 2668 a 2938 - lado par, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone: (69) 34435036
Processo: 7013506-84.2018.8.22.0007
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: ASSOCIACAO EDUCACIONAL DE RONDONIA
Advogados do(a) EXEQUENTE: LILIAN MARIANE LIRA - RO3579, DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO - RO3831
EXECUTADO: JEFERSON YETER PAGABI SURUI
Intimação
FINALIDADE: Fica a parte autora por via de seu(s) Advogado(os), INTIMADA para dar andamento ao feito em referência, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento dos autos, nos termos do art. 485, § 1º do CPC.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, - de 2668 a 2938 - lado par, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34435036 Processo: 7009078-59.2018.8.22.0007
Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO
EMBARGANTE: F. PACHECO EIRELI - ME
EMBARGADO: INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES BIDU BRASIL LTDA - EPP
Advogado do(a) EMBARGADO: VIVIANI RAMIRES DA SILVA - RO 1360
Intimação
FINALIDADE: Fica a parte requerida, por via de seu Advogado(a), intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC, referente ao recurso de apelação ID 26786259.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, - de 2668 a 2938 - lado par, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34435036
Processo: 7001583-27.2019.8.22.0007
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: SILAS ALVES GOMES
Advogados do(a) AUTOR: JEFFERSON WILLIAN DALLA COSTA - RO6074, JOAQUIM JOSE DA SILVA FILHO - RO3952
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
FINALIDADE: Fica o(a) advogado(a) da parte autora intimado(a) para no prazo de 15 dias se manifestar sobre a contestação apresentada para, querendo, apresentar réplica.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, - de 2668 a 2938 - lado par, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34435036
Processo: 7001246-38.2019.8.22.0007
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: MARIA CECILIA CESCON BISI DA SILVA
Advogados do(a) AUTOR: VINICIUS ALEXANDRE SILVA - RO8694, LUZINETE PAGEL - MT23645-A
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
FINALIDADE: Fica o(a) advogado(a) da parte autora intimado(a) para no prazo de 15 dias se manifestar sobre a contestação apresentada para, querendo, apresentar réplica.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, - de 2668 a 2938 - lado par, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34435036
Processo: 7008175-24.2018.8.22.0007
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: LUCIA ROSA LUCIO
Advogado do(a) AUTOR: LUIS FERREIRA CAVALCANTE - RO2790
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
FINALIDADE: Fica o(a) advogado(a) da parte autora intimado(a) para no prazo de 15 dias se manifestar sobre a contestação apresentada para, querendo, apresentar réplica.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, - de 2668 a 2938 - lado par, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34435036
Processo: 7001073-14.2019.8.22.0007
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: MARIA VIEIRA DE LIMA
Advogado do(a) AUTOR: ELIEL MOREIRA DE MATOS - RO5725
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
FINALIDADE: Fica o(a) advogado(a) da parte autora intimado(a) para no prazo de 15 dias se manifestar sobre a contestação apresentada para, querendo, apresentar réplica.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, - de 2668 a 2938 - lado par, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34435036
Processo: 7000540-55.2019.8.22.0007
Classe: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69)
AUTOR: SERGIO LUIZ DOS ANJOS
Advogado do(a) AUTOR: IVAN DOUGLAS BAPTISTA CARDOSO - RO7320
RÉU: ANA LUCIA ELIZIARIO DOS SANTOS
Intimação
FINALIDADE: Fica o(a) advogado(a) da parte autora intimado(a) para no prazo de 15 dias se manifestar sobre a contestação apresentada para, querendo, apresentar réplica.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, - de 2668 a 2938 - lado par, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34435036
Processo: 7010644-43.2018.8.22.0007
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: JOAO BOSCO RICARDO JUNIOR
Advogado do(a) AUTOR: ABDIEL AFONSO FIGUEIRA - RO3092
RÉU: GREGORIO DE ALMEIDA NETO
Advogado do(a) RÉU: HERISSON MORESCHI RICHTER - RO3045
Intimação
FINALIDADE: Fica o(a) advogado(a) da parte autora intimado(a) para no prazo de 15 dias se manifestar sobre a contestação apresentada para, querendo, apresentar réplica.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, - de 2668 a 2938 - lado par, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone: (69) 34435036
Processo: 7001795-82.2018.8.22.0007
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ADEMIR BROZEGUINI
Advogados do(a) AUTOR: DOUGLAS TOSTA FEITOSA - RO8514, RONILSON WESLEY PELEGRINE BARBOSA - RO4688
RÉU: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado do(a) RÉU: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - RO5369
Intimação
FINALIDADE: Ficam as partes, por intermédio de seus advogados, INTIMADAS para, no prazo de 05 dias, manifestarem-se quanto ao laudo pericial juntado aos autos.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, - de 2668 a 2938 - lado par, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34435036 Processo: 7000236-56.2019.8.22.0007
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: MARIA DE LOURDES MARTINS
Advogados do(a) AUTOR: LUZINETE PAGEL - MT23645-A, VINICIUS ALEXANDRE SILVA - RO8694
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
FINALIDADE: Fica a parte autor(a) INTIMADO(A), por seu advogado(a), da pericia agendada para o dia 10/09/2019 às 09:00 horas, o qual deverá informar ao autor(a), sobre a necessidade de que leve para a perícia todos os exames/laudos médicos já realizados, advertindo-a que a ausência prejudicará a prova pericial, acarretando a demora na solução do seu pedido, tendo em vista que não será expedido MANDADO de intimação.
Local da perícia: Rua 22 de novembro, n. 129, bairro Centro, 76900-310, Ji-Paraná/RO - Telefone: (69) 3422-1397. Dr. Luiz Vinhosa.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, - de 2668 a 2938 - lado par, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone: (69) 34435036
Processo: 7006591-87.2016.8.22.0007
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: BRUNA CANDIDO DOS SANTOS
Advogado do(a) AUTOR: HERISSON MORESCHI RICHTER - RO3045
RÉU: CLINIMAGEM CENTRO DE MEDICINA E IMAGEM DE CACOAL LTDA - EPP e outros (2)
Advogado do(a) RÉU: CHARLES BACCAN JUNIOR - SP196702
Advogado do(a) RÉU: CHARLES BACCAN JUNIOR - SP196702
Advogados do(a) RÉU: MARCUS FREDERICO BOTELHO FERNANDES - SP119851, MELISA CUNHA PIMENTA - SP182210
Intimação
FINALIDADE: Ficam as partes, por intermédio de seus advogados, INTIMADAS para, no prazo de 15 dias, manifestarem-se quanto ao laudo pericial juntado aos autos.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 3ª Vara Cível
Av. Porto Velho, nº 2728, Bairro Centro, CEP 76.963-860, Cacoal, RO
Endereço eletrônico: cwl3civel@tjro.jus.br
Número do processo: 7002570-34.2017.8.22.0007
EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S.A. CNPJ nº 60.746.948/0001-12, BANCO BRADESCO S.A. S/N, CIDADE DE DEUS VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MAURO PAULO GALERA MARI OAB nº AC4937
EXECUTADO: JEANI GONCALVES MOREIRA CPF nº 034.610.081-09, AVENIDA MALAQUITA 2728 NOVA ESPERANÇA - 76961-663 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Indefiro o pedido de buscas de endereço via Infojud, bacenjud e renajud, vez que já foram realizadas pesquisas de endereço via Infojud, sendo que a diligência no endereço encontrado restou infrutífera.
Sendo assim, intime-se o exequente, por seu advogado, via DJ, para, em 15 (quinze) dias, dar andamento ao feito, pugnando o que entender de direito, sob pena de arquivamento.
Cacoal/RO, 29 de abril de 2019.
Elson Pereira de Oliveira Bastos
Juiz de Direito
Assinado eletronicamente por: ELSON PEREIRA DE OLIVEIRA BASTOS
29/04/2019 17:14:08
http://pje.tjro.jus.br:80/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
ID do documento: 26800110 190429171512000000000025146477
Imprimir

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, - de 2668 a 2938 - lado par, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone: (69) 34435036
Processo: 0002976-48.2015.8.22.0007
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ILSON FELICIO DE ALMEIDA e outros (11)
Advogados do(a) AUTOR: LORENA KEMPER CARNEIRO - RO6497, MARLISE KEMPER - RO6865
RÉU: Governo do Estado de Rondônia
Intimação
FINALIDADE: Fica a parte autora por via de seu(s) Advogado(os), INTIMADA para dar andamento ao feito em referência, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestando sobre o documento juntado ID 26877208, sob pena de extinção e arquivamento dos autos, nos termos do art. 485, § 1º do CPC.

4ª VARA CÍVEL

4º Cartório Cível
4ª Vara Cível da Comarca de Cacoal
Juiz de Direito: Mario José Milani e Silva
Diretor de Cartório: Anderson Cantão Silva
(69) 3443-1668 - cwl4civel@tjro.jus.br
Av. Porto Velho 2728 Centro

Proc.: 0005643-07.2015.8.22.0007
Ação:Prestação de Contas - Exigidas
Requerente:José Luiz Traspadini
Advogado:Marcio Valerio de Sousa (MG 130293), Maria de Lourdes Batista dos Santos (OAB/RO 5465), Nathaly da Silva Gonçalves (RO 6212)
Requerido:João Batista Traspadini
Advogado:Luiz Carlos Ribeiro da Fonseca (RO 920), Eliany Sampaio Maldonado da Fonseca (4018)
DESPACHO:
DESPACHO Verifico que a perícia requerida e deferida por este juízo, tinha como propósito aferir eventual fraude ou adulteração nos documentos previamente indicados pela parte, dai por que totalmente incabível que se pretenda nesta etapa, quando já nomeado o perito para realizar a tarefa se busque alterar ou estender o trabalho inicialmente fixado.E havendo interesse da parte em outra perícia esta será deferida em outra oportunidade obviamente mediate o recolhimento de honorários que serão fixados.Encaminhem – se estes autos ao perito para realizar a tarefa que lhe foi definida, até por que este juízo em DESPACHO anterior já definiu da desnecessidade de suspensão.Intime-se. Publique - se via DJE. Cacoal-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.
Anita Magdelaine Perez Belem Juíza de Direito
Anderson Cantão Silva
Diretor de Cartório

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34431668 Processo N° 7012489-13.2018.8.22.0007
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: AUTOR: JOSE SABINO DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: MARCIO SUGAHARA AZEVEDO - RO4469
Requerido: RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Valor da Causa: R$ 11.448,00
Intimação DATA DE PERÍCIA
Ficam os(as) advogados(as) das partes intimados de que foi designada perícia para o dia 28/05/2019 as 15:30 horas, pelo Médico Perito Dr. ALEXANDRE REZENDE, no HOSPITAL SÃO PAULO, localizada na Av. São Paulo, 2539, Centro, nesta cidade, telefone 3441-4611, nesta cidade de Cacoal-RO. Conforme DESPACHO proferido pelo Magistrado a intimação da parte autora, quanto a data e horário da perícia, é de responsabilidade de seu advogado, o qual deverá esclarece-la ainda, sobre a necessidade de que leve para a perícia todos os exames médicos realizados, advertindo-a que a falta prejudicará a prova pericial, acarretando a demora na solução do seu pedido.
Cacoal-RO, 2 de maio de 2019

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34431668 Processo N° 7007281-48.2018.8.22.0007
Classe: ALVARÁ JUDICIAL (1295)
Requerente: REQUERENTE: ERIC VILMAR BATISTA DE MELO SOUSA, THIAGO WILLIAN BORGES SOUSA
Advogado do(a) REQUERENTE: LIVIA ROBERTA MONTEIRO - RO7975
Advogado do(a) REQUERENTE: LIVIA ROBERTA MONTEIRO - RO7975
Requerido: INTERESSADO: WILMAR BATISTA DE SOUSA
Valor da Causa: R$ 954,00
INTIMAÇÃO
Fica a parte autora intimada, por intermédio do(a) advogado(a), para manifestar-se acerca do documento juntado no ID 26870495, no prazo de 5 dias.
Cacoal-RO, aos 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34431668 Processo N° 7014309-67.2018.8.22.0007
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: AUTOR: DIVINA MARIA BARBOSA DOS PASSOS
Advogados do(a) AUTOR: HERISSON MORESCHI RICHTER - RO3045, TALLITA RAUANE RAASCH - RO9526
Requerido: RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Valor da Causa: R$ 11.448,00
Intimação DATA DE PERÍCIA
Ficam os(as) advogados(as) das partes intimados de que foi designada perícia para o dia 28/05/2019 as 16:00 horas, pelo Médico Perito Dr. ALEXANDRE REZENDE, no HOSPITAL SÃO PAULO, localizada na Av. São Paulo, 2539, Centro, nesta cidade, telefone 3441-4611, nesta cidade de Cacoal-RO. Conforme DESPACHO proferido pelo Magistrado a intimação da parte autora, quanto a data e horário da perícia, é de responsabilidade de seu advogado, o qual deverá esclarece-la ainda, sobre a necessidade de que leve para a perícia todos os exames médicos realizados, advertindo-a que a falta prejudicará a prova pericial, acarretando a demora na solução do seu pedido.
Cacoal-RO, 2 de maio de 2019

Processo N° 0003794-97.2015.8.22.0007
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente: Nome: Anderson de Paula Cardoso
Endereço: Rua Anisio serrão, 3488, Floresta, Cacoal - RO - CEP: 76960-959
Nome: Hananda Cristina de Paula Cardoso
Endereço: Rua Anisio Serrão, 3488, Floresta, Cacoal - RO - CEP: 76960-959
Requerido: Nome: Ari Cardoso dos Santos
Endereço: Rua Quinze de Novembro, 1738, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76960-959
Valor da Causa: R$ 205,25
SENTENÇA
Vistos, etc.
...
DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL - NÚCLEO DE CACOAL, em causa própria, ingressou em juízo com CUMPRIMENTO DE SENTENÇA em face de ARI CARDOSO DOS SANTOS.
Foi expedido MANDADO para intimar o Executado no endereço indicado pelo Exequente, contudo o executado não foi localizado.
Logo após, a parte executada, através da defensoria apresentou manifestação nos autos e requereu o parcelamento do débito e apresentou comprovante da primeira parcela.
Em prosseguimento a parte executada requereu a juntada dos demais comprovantes e requereu extinção do feito.
A parte autora manifestou pela extinção do feito, em razão da satisfação da obrigação.

Isto posto, com fulcro no artigo 924, inc. II do Novo Código de Processo Civil, julgo extinto o presente feito.
ARQUIVEM-SE os autos pois exaurida a prestação jurisdicional.
Publique-se. Intime-se via PJE.
Cacoal/RO, data certificada pelo sistema.
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34431668 Processo N° 7007486-14.2017.8.22.0007
Classe: FAMÍLIA- EXECUÇÃO DE ALIMENTOS (1112)
Requerente: Nome: MATHEUS HENRIQUE DE LIMA COSTA
Endereço: Rua Ji Paraná, 1915, - de 1721/1722 a 2177/2178, Jardim Clodoaldo, Cacoal - RO - CEP: 76963-626
Nome: MYLLENA DE LIMA COSTA
Endereço: Rua Ji Paraná, 1915, - de 1721/1722 a 2177/2178, Jardim Clodoaldo, Cacoal - RO - CEP: 76963-626
Advogados do(a) EXEQUENTE: ROGER ROMULO FERREIRA DA MOTTA - RO7409, DANIELA DE OLIVEIRA MARIN - RO4395
Advogados do(a) EXEQUENTE: ROGER ROMULO FERREIRA DA MOTTA - RO7409, DANIELA DE OLIVEIRA MARIN - RO4395
Requerido: Nome: ROBERSON DOS SANTOS COSTA
Endereço: Rua Pastor Eurico Alfredo Nelson, 2080, - de 1510/1511 a 2124/2125, Agenor de Carvalho, Porto Velho - RO - CEP: 76820-374
Advogado do(a) EXECUTADO: AUXILIADORA GOMES DOS SANTOS - RO8836
Valor da Causa: R$ 1.520,15
SENTENÇA
Vistos, etc.
...
MATHEUS HENRIQUE DE LIMA COSTA, brasileiro, menor, CPF nº 041.496.842-51, neste ato representada por sua genitora HÁTILA LUCIANA DE LIMA, brasileira, merendeira CPF nº 573.009.842-15 e no RG nº 542942 SSP/RO e MYLLENA DE LIMA COSTA, brasileira, solteira, estudante, RG 1450776 SSP/RO, CPF n.º 041.497.132-94, ambos residentes e domiciliados na Rua Ji-Paraná, 1915, Jardim Clodoaldo, Cacoal - Rondônia, ingressaram em juízo com CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE ALIMENTOS em face ROBERSON DOS SANTOS COSTA, brasileiro, divorciado, mestre de obras, CPF nº 682.114.732-91, residente e domiciliado na Avenida Castelo Branco nº 15031, (Posto de Molas Cacoal), Cacoal – RO.
O executado foi devidamente intimado para pagamento do débito, contudo apenas efetuou o pagamento de parte da quantia executada deixando de pagar as prestações que venceram no curso do processo.
A parte autora requereu a expedição de prisão em desfavor do executado e o Ministério Público se manifestou favorável.
Deste modo, foi decretada a prisão de Roberson Dos Santos Costa, pelo prazo de 30 (trinta) dias, conforme MANDADO de prisão em (id 26429832 – Pág 1 – 4).
Logo em seguida, as partes através de seus advogados informaram a composição de acordo entre as partes, juntando – o nos autos (id 26543707).
Nos termos do acordo o executado se propõe a pagar aos exequentes o valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), referente as pensões cobradas no processo até o mês de Março de 2019. O executado se compromete a pagar o valor em 08 (oito) parcelas iguais de R$ 1.000,00, (mil reais), com vencimento todo dia 15 (quinze) de cada mês e assim sucessivamente.
Por fim, requereram a homologação do acordo (id 26868283).
Verifico que o acordo entabulado entre as partes representa a livre manifestação destas, preservando o interesse do menor.
Isto posto e por tudo mais que dos autos constam, HOMOLOGO o acordo formulado pelas partes (ID 26543707) com fulcro no art. art. 487, III, “b”, CPC, e julgo extinto o feito com resolução de MÉRITO.
Revogo a prisão decretada e determino o imediato recolhimento do MANDADO de prisão distribuído ao Oficial de Justiça, em razão do acordo realizado e ora homologado.
Dê-se ciência ao Ministério Público.
Considero a incidência do disposto no art. 1.000, Parágrafo Único, do Novo Código de Processo Civil. Assim, após as providências acima, com o trânsito em julgado da DECISÃO nesta oportunidade, determinando o arquivamento do feito com as baixas de estilo.
Publique-se. Intime-se via PJE.
Cacoal/RO, data certificada pelo sistema.
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34431668 Processo N° 7010398-81.2017.8.22.0007
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente: EXEQUENTE: J G CONFECCOES LTDA - EPP
Advogados do(a) EXEQUENTE: LUCIANA DALL AGNOL - MT6774-O, ALINE SCHLACHTA BARBOSA - RO4145
Requerido: EXECUTADO: SILANDA MARIA LEMOS
Valor da Causa: R$ 1.147,46
INTIMAÇÃO
Fica a parte autora intimada, por intermédio do(a) advogado(a), para manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 5 dias.
Cacoal-RO, aos 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34431668 Processo N° 7010936-28.2018.8.22.0007
Classe: PETIÇÃO (241)
Requerente: Nome: LUCIMARA DOMINGOS DE MORAIS VIEIRA
Endereço: Avenida F, 558, Residencial Coxipó, Cuiabá - MT - CEP: 78090-320
Nome: LUILSON DOMINGOS DE MORAIS
Endereço: Avenida Tiradentes, 936, - de 825/826 ao fim, Novo Cacoal, Cacoal - RO - CEP: 76962-146
Nome: JULIANA BISPO DE ANDRADE
Endereço: Rua Graciliano Ramos, 340, - até 486/487, Conjunto Halley, Cacoal - RO - CEP: 76961-752
Nome: VANESSA DOMINGOS DE MORAIS
Endereço: Avenida Inderval José Brasil, 950, - de 537 a 973 - lado ímpar, Novo Cacoal, Cacoal - RO - CEP: 76962-201
Advogados do(a) REQUERENTE: ADENILZA MARCELINO DA SILVA OLIVEIRA - RO8964, GERALDO ELDES DE OLIVEIRA - RO1105
Advogados do(a) REQUERENTE: ADENILZA MARCELINO DA SILVA OLIVEIRA - RO8964, GERALDO ELDES DE OLIVEIRA - RO1105
Advogados do(a) REQUERENTE: ADENILZA MARCELINO DA SILVA OLIVEIRA - RO8964, GERALDO ELDES DE OLIVEIRA - RO1105
Advogados do(a) REQUERENTE: ADENILZA MARCELINO DA SILVA OLIVEIRA - RO8964, GERALDO ELDES DE OLIVEIRA - RO1105
Requerido: Nome: Este Juízo
Endereço: AC Cacoal, Avenida São Paulo 2775, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76968-899
Valor da Causa: R$ 1.317,94
DESPACHO
1 – Concedo a gratuidade de justiça.
1. Oficie-se a Caixa Econômica Federal, a fim de que informe quanto a existência de saldos em conta bancária em nome de LUIZ BISPO DE MORAIS, inscrito no CPF n. 395.660.489-04, no prazo de 10 (dez) dias.
2. Com a vinda da informação, abram-se vistas dos autos ao Ministério Público para manifestação.
3. Após, voltem os autos conclusos.
4. SERVE O PRESENTE DE:
4.1. MANDADO para a intimação do autor, através de seu advogado via PJE.
4.2. OFÍCIO n. 99/2019 – GAB/4ª Vara Cível de Cacoal destinado a Caixa Econômica Federal – Agência de Cacoal/RO.
Cacoal/RO, data certificada pelo sistema.
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34431668 Processo N° 7007486-14.2017.8.22.0007
Classe: FAMÍLIA- EXECUÇÃO DE ALIMENTOS (1112)
Requerente: EXEQUENTE: M. H. DE L. C., M. DE L. C.
Advogados do(a) EXEQUENTE: ROGER ROMULO FERREIRA DA MOTTA - RO7409, DANIELA DE OLIVEIRA MARIN - RO4395
Advogados do(a) EXEQUENTE: ROGER ROMULO FERREIRA DA MOTTA - RO7409, DANIELA DE OLIVEIRA MARIN - RO4395
Requerido: EXECUTADO: R. DOS S. C.
Advogado do(a) EXECUTADO: AUXILIADORA GOMES DOS SANTOS - RO8836
SENTENÇA
(...) Isto posto e por tudo mais que dos autos constam, HOMOLOGO o acordo formulado pelas partes (ID 26543707) com fulcro no art. art. 487, III, "b", CPC, e julgo extinto o feito com resolução de MÉRITO.
Revogo a prisão decretada e determino o imediato recolhimento do MANDADO de prisão distribuído ao Oficial de Justiça, em razão do acordo realizado e ora homologado.
Dê-se ciência ao Ministério Público.
Considero a incidência do disposto no art. 1.000, Parágrafo Único, do Novo Código de Processo Civil. Assim, após as providências acima, com o trânsito em julgado da DECISÃO nesta oportunidade, determinando o arquivamento do feito com as baixas de estilo.
Publique-se. Intime-se via PJE.
Cacoal/RO, data certificada pelo sistema.
Juiz(a) de Direito
Assinado eletronicamente por: ANITA MAGDELAINE PEREZ BELEM
02/05/2019 11:58:50
http://pje.tjro.jus.br:80/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
ID do documento: 26876887
19050211585018600000025220911

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34431668 Processo N° 7007486-14.2017.8.22.0007
Classe: FAMÍLIA- EXECUÇÃO DE ALIMENTOS (1112)
Requerente: EXEQUENTE: M. H. DE L. C., M. DE L. C.
Advogados do(a) EXEQUENTE: ROGER ROMULO FERREIRA DA MOTTA - RO7409, DANIELA DE OLIVEIRA MARIN - RO4395
Advogados do(a) EXEQUENTE: ROGER ROMULO FERREIRA DA MOTTA - RO7409, DANIELA DE OLIVEIRA MARIN - RO4395
Requerido: EXECUTADO: R. DOS S. C.
Advogado do(a) EXECUTADO: AUXILIADORA GOMES DOS SANTOS - RO8836
SENTENÇA
(...) Isto posto e por tudo mais que dos autos constam, HOMOLOGO o acordo formulado pelas partes (ID 26543707) com fulcro no art. art. 487, III, "b", CPC, e julgo extinto o feito com resolução de MÉRITO.
Revogo a prisão decretada e determino o imediato recolhimento do MANDADO de prisão distribuído ao Oficial de Justiça, em razão do acordo realizado e ora homologado.
Dê-se ciência ao Ministério Público.
Considero a incidência do disposto no art. 1.000, Parágrafo Único, do Novo Código de Processo Civil. Assim, após as providências acima, com o trânsito em julgado da DECISÃO nesta oportunidade, determinando o arquivamento do feito com as baixas de estilo.
Publique-se. Intime-se via PJE.
Cacoal/RO, data certificada pelo sistema.
Juiz(a) de Direito
Assinado eletronicamente por: ANITA MAGDELAINE PEREZ BELEM
02/05/2019 11:58:50
http://pje.tjro.jus.br:80/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
ID do documento: 26876887
19050211585018600000025220911

4ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34431668 Processo N° 7004282-88.2019.8.22.0007
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: Nome: MANUEL APARECIDO DA SILVA
Endereço: Rua Euclides da Cunha, 1004, - até 1294/1295, Vista Alegre, Cacoal - RO - CEP: 76960-060
Advogados do(a) AUTOR: VALDINEI SANTOS SOUZA FERRES - RO3175, VANILSE INES FERRES - RO8851
Requerido: Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Endereço: Rua José do Patrocínio, 1981, - de 1782/1783 a 2219/2220, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-790
Valor da Causa: R$ 11.976,00
DESPACHO
Intime-se o autor, para, no prazo de 5 (cinco) dias, juntar aos autos documentos que comprovem sua qualidade de segurado, tais como, Cadastro Nacional de Informações Sociais, contratos de trabalho ou comprovantes de contribuição para a previdência social.
Serve o presente como mandado de intimação das partes por seus advogados/procuradores através do PJE.
Cacoal/RO, 25 de abril de 2019.
Anita Magdelaine Perez Belem
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34431668 Processo N° 7010316-16.2018.8.22.0007
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: Nome: JOSE ALVES CORDEIRO
Endereço: Área Rural, linha 12, gleba 12 lote 09, Área Rural de Cacoal, Cacoal - RO - CEP: 76968-899
Advogado do(a) AUTOR: MAYARA GLANZEL BIDU - RO4912
Requerido: Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Endereço: Avenida Marechal Rondon, - de 870 a 1158 - lado par, Centro, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-082
Valor da Causa: R$ 11.448,00
Sentença
Vistos, etc.
...
JOSÉ ALVES CORDEIRO, brasileiro, casado, lavrador, portador da Cédula de Identidade RG 411302 SSP/RO, inscrita no CPF/MF sob nº 896.359.577-34, residente e domiciliada na Linha 12, Lote 09, Gleba 12, Zona Rural, município Cacoal/RO, por intermédio de sua advogada regularmente habilitada, ingressou em juízo com AÇÃO PREVIDENCIÁRIA contra
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, autarquia federal, com sede em Brasília-DF, com representação regional na Avenida Marechal Rondon, 870, Edifício Rondon Shopping Center, 1º andar, Ji-Paraná RO, expondo em síntese que preenche todos os requisitos listados na legislação para a obtenção do benefício de auxílio-doença e conversão em aposentadoria por invalidez, mas que seu pedido administrativo foi indeferido.
Após tramitação normal do feito, foram designadas perícias médicas, sendo os laudos juntados aos autos (ids 23447921 e 23447921). Ato contínuo, o INSS formalizou proposta de acordo (Id 25755049), objetivando por termo a demanda e comprometendo-se a implantar o benefício de Auxílio – doença previdenciário em favor do autor, com data de início do benefício fixada para 26/04/2018, com data do início do pagamento 15/03/2019, sendo que a implantação será feita em até 30 (trinta) dias após a homologação do acordo e promover o pagamento de parcelas atrasadas 80% do total apurado,

correspondente a R$ 8.783,40 (oito mil, setecentos e oitenta e três reais e quarenta centavos) atualizado até 02/2019. O valor retroativo será pago através da expedição de Rpv e R$ 1.097,93 (Hum mil, noventa e sete reais e noventa e três centavos).
Intimada a respeito a autora, por intermédio de seu advogado, externa absoluta concordância com o integral conteúdo da proposta e pugna pela homologação.(Id 26218925).
É o relatório
Decido.
O requerido materializou proposta juntada aos autos, onde reconheceu à parte autora o direito ao benefício de Auxílio – doença, comprometendo-se a implantá-lo e a promover os pagamentos das diferenças no valor de R$ 8.783,40 e autorizando a expedição de RPV, ficando consignado que a autora dá plena e total quitação do principal e acessórios através do acolhimento dos termos do acordo, renunciando inclusive aos direitos decorrentes do mesmo fato.
É facultado as partes a obtenção de solução abreviada e amigável desde que os pontos da composição atendam os interesses dos litigantes.
Isto posto e por tudo mais que dos autos constam, julgo com fundamento no art. 487, III, "b" do Código de Processo Civil, , HOMOLOGANDO O ACORDO contido na petição Id 25755049, tornando-o válido para todos os fins de direito, nos exatos termos de suas disposições, para com resolução de mérito, extinguir o presente feito.
Expeça-se Requisição de Pequeno Valor (RPV) a ser cumprido pela Justiça Federal, no valor pactuado entre as partes, qual seja, R$ 8.783,40 e R$ 1.097,93. de honorários de advogado.
Intime-se o INSS sobre a aceitação do acordo e para comprovar a implantação do benefício
Após, o pagamento do RPV, expeça-se alvará em favor do advogado da autora e, em seguida, ARQUIVEM-SE estes autos.
Serve a presente de mandado para intimação das partes por seus advogados/procuradores através do PJE.
Cacoal/RO, data certificada pelo sistema.
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34431668 Processo N° 7004130-40.2019.8.22.0007
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: Nome: HUMBERTO NASCIMENTO DE OLIVEIRA SOUZA
Endereço: Rua José do Patrocínio, 1981, - de 1782/1783 a 2219/2220, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-790
Advogados do(a) AUTOR: VALDINEI SANTOS SOUZA FERRES - RO3175, VANILSE INES FERRES - RO8851
Requerido: Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Endereço: Rua José do Patrocínio, 1981, - de 1782/1783 a 2219/2220, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-790
Valor da Causa: R$ 11.976,00
Decisão
1. Defiro a gratuidade judiciária.
2. O art. 300, caput, do Novo Código de Processo Civil estabelece que "a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo".
2.1. E o § 3º do mesmo dispositivo referido adverte quanto a impossibilidade de concessão da tutela nas hipóteses em que houver perigo de irreversibilidade dos seus efeitos.
2.2. Pois bem. No caso dos autos, pleiteia a parte autora o deferimento de tutela de urgência, a fim de que o Juízo determine que o requerido implante/restabeleça benefício de auxílio-doença.
2.3. Ocorre, entretanto, em que pese os argumentos da parte autora, não vislumbro a verossimilhança, considerando-se sobretudo a divergência entre a conclusão da perícia médica do INSS, que reveste-se de presunção de legalidade, e dos laudos médicos particulares juntados aos autos, o que aponta a necessidade de instrução do feito no sentido de constatar o real estado de saúde do requerente.
2.4. Assim, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA de natureza antecipada.
3. Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo de designar audiência de conciliação.
4. CITE-SE o INSS dos termos da ação e INTIME-O, para querendo, contestar no prazo legal.
4.1. Ofertada a contestação com assertivas preliminares ou juntada de documentos novos, intime-se a parte autora para, querendo, IMPUGNAR, no prazo de 15 (quinze) dias (arts. 350 e 351 do Novo CPC).
4.2. Apresentada ou não a impugnação, pratique-se o necessário para a realização da perícia médica adiante designada.
5. Verifico que para o caso em tela a realização da PROVA PERICIAL, consistente na avaliação médica da parte autora, é indispensável e, por essas razões, desde já, nomeio para atuar como perito o Dr. VICTOR HENRIQUE TEIXEIRA, CRM/RO 3490, que poderá ser localizada no Hospital Samar, na Av. São Paulo, n. 2326, Bairro Centro, Cacoal/RO, a fim de que examine o requerente e responda aos quesitos. Diante das dificuldades de nomeação de peritos em áreas específicas, bem como por não poderem os órgãos públicos, a disposição deste Juízo, suportar atendimentos de perícias sem prejuízo de sua atendimento ordinário, e considerando ainda a irrisoriedade do valor mínimo estabelecido pela Resolução 232/2016-CNJ, fixo honorários periciais no montante de R$400,00 (quatrocentos reais), a serem pagos pelo Justiça Federal. devendo o sr. escrivão expedir o necessário, no momento oportuno.
5.1. Somente após o decurso do prazo de contestação, INTIME-SE o perito acima nomeado dando-lhe ciência da designação e solicitando que realize o agendamento da perícia para a data mais breve possível, informando este juízo o dia e o horário no prazo de 05 (cinco) dias.
5.1.1. Consigne-se que deverá ser agendada data com prazo razoável (no mínimo 20 dias) para que as partes sejam intimadas.
5.1.2. Também intime-se que o laudo deverá ser apresentado em cartório em até 15 (quinze) dias após a perícia.
5.2. Com a data da perícia, intimem-se as partes e encaminhem-se os quesitos ao perito.
5.3. Ressalte-se que a intimação da parte autora, quanto a data e horário da perícia, é de responsabilidade de seu advogado, o qual deverá esclarece-la ainda, sobre a necessidade de que leve para a perícia todos os exames médicos realizados, advertindo-a que a falta prejudicará a prova pericial, acarretando a demora na solução do seu pedido.
5.4. Após, aguarde-se a realização da perícia médica.
6. Apresentado o laudo, intimem-se as partes para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias.
7. Por fim, voltem os autos conclusos.
8. Pratique-se o necessário.
9. SERVE O PRESENTE DE MANDADO/CARTA-AR para:
9.1. CITAR e INTIMAR o INSS, para. querendo, contestar o pedido.
9.2. INTIMAR o autor, através de seu advogado (via DJE), do teor da presente decisão.
9.3. A intimação da parte autora, através de seu advogado (via DJE), no caso de impugnação.
9.4. INTIMAR O PERITO, conforme termos e endereço consignado no despacho.
9.5. A intimação das partes, através de seus advogados/procuradores, quanto à data designada pelo perito para a realização da perícia e, também, quando para manifestação quanto ao laudo pericial.
Cacoal/RO, 23 de abril de 2019.
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34431668 Processo N° 7010378-56.2018.8.22.0007
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: Nome: RICARDO MANTOUANELI
Endereço: Área Rural, LINHA 06, LOTE 95, GLEBA 06, ANDREAZZA, Área Rural de Cacoal, Cacoal - RO - CEP: 76968-899
Advogados do(a) AUTOR: REBECCA DIAS SANTOS SILVEIRA FURLANETTO - RO0005167, ANGELA MARIA DIAS RONDON GIL - RO000155B
Requerido: Nome: MARTINS IND E COM DE CAFE E CEREAIS EIRELI
Endereço: Av. Pau Brasil, 5090, CENTRO, Ministro Andreazza - RO - CEP: 76919-000
Nome: MICHELLY ANDREA LORENA DE OLIVEIRA
Endereço: Rua dos Pioneiros, 1880, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76940-000
Advogado do(a) RÉU:
Advogado do(a) RÉU:
Valor da Causa: R$ 298.092,00
DESPACHO
Proceda a escrivania o apensamento/associação destes autos àquele de nº 0006953.48.2015.822.0007.
Intime-se, para manifestação no prazo de 05 (cinco) dias quanto ao pedido de habilitação de crédito:
a) o espólio de JOCÉLIO MARTINS DOS SANTOS, representado pela inventariante MICHELLY ANDREA LORENA DE OLIVEIRA, através de um de seus advogados habilitados nos autos de inventário 0006953-48.2015.8.22.0007, quis sejam Dr. Caio Raphael Ramalho Veche e Silva OAB/RO 6390 e Dr. Marcelo Vagner Pena Carvalho OAB/RO 1171;
b) as interessadas CAROLLAINE MARTINS DOS SANTOS E CAMILLY BIANKA MARTINS DOS SANTOS, através de seu advogado Dr. Luis Ferreira Cavalcante OAB/RO 2790.
Cacoal/RO, 29 de novembro de 2018.
Mário José Milani e Silva
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34431668 Processo N° 7010378-56.2018.8.22.0007
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: Nome: RICARDO MANTOUANELI
Endereço: Área Rural, LINHA 06, LOTE 95, GLEBA 06, ANDREAZZA, Área Rural de Cacoal, Cacoal - RO - CEP: 76968-899
Advogados do(a) AUTOR: REBECCA DIAS SANTOS SILVEIRA FURLANETTO - RO0005167, ANGELA MARIA DIAS RONDON GIL - RO000155B
Requerido: Nome: MARTINS IND E COM DE CAFE E CEREAIS EIRELI
Endereço: Av. Pau Brasil, 5090, CENTRO, Ministro Andreazza - RO - CEP: 76919-000
Nome: MICHELLY ANDREA LORENA DE OLIVEIRA
Endereço: Rua dos Pioneiros, 1880, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76940-000
Advogado do(a) RÉU:
Advogado do(a) RÉU:
Valor da Causa: R$ 298.092,00
DESPACHO
Proceda a escrivania o apensamento/associação destes autos àquele de nº 0006953.48.2015.822.0007.
Intime-se, para manifestação no prazo de 05 (cinco) dias quanto ao pedido de habilitação de crédito:
a) o espólio de JOCÉLIO MARTINS DOS SANTOS, representado pela inventariante MICHELLY ANDREA LORENA DE OLIVEIRA, através de um de seus advogados habilitados nos autos de inventário 0006953-48.2015.8.22.0007, quis sejam Dr. Caio Raphael Ramalho Veche e Silva OAB/RO 6390 e Dr. Marcelo Vagner Pena Carvalho OAB/RO 1171;
b) as interessadas CAROLLAINE MARTINS DOS SANTOS E CAMILLY BIANKA MARTINS DOS SANTOS, através de seu advogado Dr. Luis Ferreira Cavalcante OAB/RO 2790.
Cacoal/RO, 29 de novembro de 2018.
Mário José Milani e Silva
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34431668 Processo N° 7010378-56.2018.8.22.0007
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: Nome: RICARDO MANTOUANELI
Endereço: Área Rural, LINHA 06, LOTE 95, GLEBA 06, ANDREAZZA, Área Rural de Cacoal, Cacoal - RO - CEP: 76968-899
Advogados do(a) AUTOR: REBECCA DIAS SANTOS SILVEIRA FURLANETTO - RO0005167, ANGELA MARIA DIAS RONDON GIL - RO000155B
Requerido: Nome: MARTINS IND E COM DE CAFE E CEREAIS EIRELI
Endereço: Av. Pau Brasil, 5090, CENTRO, Ministro Andreazza - RO - CEP: 76919-000
Nome: MICHELLY ANDREA LORENA DE OLIVEIRA
Endereço: Rua dos Pioneiros, 1880, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76940-000
Advogado do(a) RÉU:
Advogado do(a) RÉU:
Valor da Causa: R$ 298.092,00
DESPACHO
Proceda a escrivania o apensamento/associação destes autos àquele de nº 0006953.48.2015.822.0007.
Intime-se, para manifestação no prazo de 05 (cinco) dias quanto ao pedido de habilitação de crédito:
a) o espólio de JOCÉLIO MARTINS DOS SANTOS, representado pela inventariante MICHELLY ANDREA LORENA DE OLIVEIRA, através de um de seus advogados habilitados nos autos de inventário 0006953-48.2015.8.22.0007, quis sejam Dr. Caio Raphael Ramalho Veche e Silva OAB/RO 6390 e Dr. Marcelo Vagner Pena Carvalho OAB/RO 1171;
b) as interessadas CAROLLAINE MARTINS DOS SANTOS E CAMILLY BIANKA MARTINS DOS SANTOS, através de seu advogado Dr. Luis Ferreira Cavalcante OAB/RO 2790.
Cacoal/RO, 29 de novembro de 2018.
Mário José Milani e Silva
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34431668 Processo N° 7005036-64.2018.8.22.0007
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: AUTOR: PATRICIA RIBEIRO DA SILVA
Advogados do(a) AUTOR: ELENARA UES - RO6572, HOSNEY REPISO NOGUEIRA - RO6327, ROSANGELA ALVES DE LIMA - RO7985, NATALIA UES CURY - RO8845, HENRIQUE HEIDRICH DE VASCONCELOS MOURA - RO7497, JOSE UELISSON ALVES LEITE - RO7104
Requerido: RÉU: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Advogado do(a) RÉU: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - RO5369
Valor da Causa: R$ 3.533,36
Intimação DATA DE PERÍCIA
Ficam os(as) advogados(as) das partes intimados de que foi designada perícia para o dia 23/05/2019 as 15:30 horas, pelo Médico Perito Dr. ALEXANDRE REZENDE, no HOSPITAL SÃO PAULO, localizada na Av. São Paulo, 2539, Centro, nesta cidade, telefone 3441-4611, nesta cidade de Cacoal-RO. Conforme despacho proferido pelo Magistrado a intimação da parte autora, quanto a data e horário da perícia, é de responsabilidade de seu advogado, o qual deverá esclarece-la ainda, sobre a necessidade de que leve para a perícia todos os exames médicos realizados, advertindo-a que a falta prejudicará a prova pericial, acarretando a demora na solução do seu pedido.
Cacoal-RO, 2 de maio de 2019

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34431668 Processo N° 7005036-64.2018.8.22.0007
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: AUTOR: PATRICIA RIBEIRO DA SILVA
Advogados do(a) AUTOR: ELENARA UES - RO6572, HOSNEY REPISO NOGUEIRA - RO6327, ROSANGELA ALVES DE LIMA - RO7985, NATALIA UES CURY - RO8845, HENRIQUE HEIDRICH DE VASCONCELOS MOURA - RO7497, JOSE UELISSON ALVES LEITE - RO7104
Requerido: RÉU: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado do(a) RÉU: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - RO5369
Valor da Causa: R$ 3.533,36
Intimação DATA DE PERÍCIA
Ficam os(as) advogados(as) das partes intimados de que foi designada perícia para o dia 23/05/2019 as 15:30 horas, pelo Médico Perito Dr. ALEXANDRE REZENDE, no HOSPITAL SÃO PAULO, localizada na Av. São Paulo, 2539, Centro, nesta cidade, telefone 3441-4611, nesta cidade de Cacoal-RO. Conforme despacho proferido pelo Magistrado a intimação da parte autora, quanto a data e horário da perícia, é de responsabilidade de seu advogado, o qual deverá esclarece-la ainda, sobre a necessidade de que leve para a perícia todos os exames médicos realizados, advertindo-a que a falta prejudicará a prova pericial, acarretando a demora na solução do seu pedido.
Cacoal-RO, 2 de maio de 2019

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34431668 Processo N° 7002862-48.2019.8.22.0007
Classe: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69)
Nome: LUIS GUILHERME NINK DA SILVA
Endereço: Rua Coqueiro, 4772, Bairro Paineiras, Cacoal - RO - CEP: 76968-899
Advogado do(a) AUTOR: THIAGO CARON FACHETTI - RO4252
Nome: WALQUIMAR PROCÓPIO DA SILVA
Endereço: LINHA 09, KM 08, LADO SUL, Zona Rural, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000
Valor da Causa: R$ 4.790,40
Despacho INICIAL
Defiro a gratuidade processual.
Considerando que os alimentos provisórios visam suprir apenas as necessidades básicas durante a tramitação do processo, fixo os alimentos provisórios em 30% (trinta por cento) do salário mínimo mensal, devidos a partir da citação do requerido, que deverá promover o depósito das quantias junto à "CONTA POUPANÇA DA GENITORA, AG. 1823 – 013 - 00046586-0, BANCO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, todo dia 10 (dez) de cada mês.
Justifico a quantia arbitrada em razão de não haver elementos com relação aos rendimentos do requerido.
Verifico que a demanda comporta, em tese, conciliação entre as partes e, deste modo, DESIGNO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO que será realizada no dia 19/06/2019 às 08h00min na sala de audiência da 4ª Vara Cível de Cacoal, localizada na Av. Porto Velho, n. 2728, Bairro Centro, Cacoal/RO.
Cite-se e intime-se a parte requerida.
Intime-se o autor, pessoalmente, para comparecimento na audiência designada.
Dê-se ciência ao MP.
Aguarde-se a realização da audiência.
SERVE O PRESENTE DE MANDADO/CARTA-AR/CARTA PRECATÓRIA para:
1 – INTIMAÇÃO a parte autora, através de seu advogado, da presente decisão e, da audiência designada.
2 – CITAÇÃO e INTIMAÇÃO pessoal do requerido, no endereço acima descrito, quanto aos alimentos provisórios ora fixados e para comparecimento na audiência designada.
Observações e Advertências:
A) O processo tramita eletronicamente, assim, a visualização da petição inicial, dos documentos e da decisão que determinou a citação (art. 250, II e V, do Novo CPC) poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça de Rondônia, na internet, no seguinte endereço: www.tjro.jus.br/inicio-pje, sendo considerado vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006) que desobriga a anexação. Petições, procurações, contestação etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico.
B) Não tendo a parte requerida condições de constituir advogado, o Estado lhe assegurará o direito através da Defensoria Pública. Para tanto, em havendo interesse, deverá comparecer, imediatamente, na sede localizada na Rua José do Patrocínio, n. 1284, Bairro Princesa Isabel, Cacoal/RO, portando este documento.
C) Fiquem as partes cientes e advertidas de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir (§ 10° do art. 334 do CPC)). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento do valor da causa (§ 8° do art. 334 do CPC).
D) As partes devem estar acompanhadas de seus advogados ou Defensores Públicos (§ 9° do art. 334 do CPC).
E) Não havendo conciliação, o prazo para contestação (de quinze dias úteis) será contado a partir da realização da audiência.
F) A não apresentação da contestação no prazo acima referido implicará revelia e presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor.
Cacoal/RO, 27 de março de 2019.
Mário José Milani e Silva
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34431668 Processo N° 7002141-96.2019.8.22.0007
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: AUTOR: ANITA DE SOUZA E SILVA
Advogado do(a) AUTOR: LUIS FERREIRA CAVALCANTE - RO2790
Requerido: RÉU: CERON CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA
Advogado do(a) RÉU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835
Valor da Causa: R$ 10.000,00

INTIMAÇÃO
Fica a parte autora intimada, por intermédio de seu advogado, para manifestar-se sobre a contestação apresentada pela parte requerida, no prazo de 15 dias.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34431668 Processo N° 7000619-39.2016.8.22.0007
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente: EXEQUENTE: VIOLATO & CIA LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: CHARLES BACCAN JUNIOR - SP196702
Requerido: EXECUTADO: MEGA POSTE CONCRETOS LTDA - ME
Valor da Causa: R$ 14.752,22
INTIMAÇÃO
Fica a parte autora intimada, por intermédio do(a) advogado(a), para manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 5 dias.
Cacoal-RO, aos 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34431668 Processo N° 7004275-33.2018.8.22.0007
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente: EXEQUENTE: AZEVEDO & HAKOZAKI LTDA - EPP
Advogados do(a) EXEQUENTE: LILIAN MARIANE LIRA - RO3579, DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO - RO3831
Requerido: EXECUTADO: MACEDO E SACRAMENTO LTDA - EPP
Valor da Causa: R$ 7.668,47
INTIMAÇÃO
Fica a parte autora intimada, por intermédio do(a) advogado(a), para manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça (id. 26244394), no prazo de 5 dias.
Cacoal-RO, aos 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34431668 Processo N° 7011986-89.2018.8.22.0007
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Requerente: EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP
Advogados do(a) EXEQUENTE: NOEL NUNES DE ANDRADE - RO1586, EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS - RO2930, ANA PAULA SANCHES MENEZES - RO9705
Requerido: EXECUTADO: PERICLES ALEXOPULO e outros
Valor da Causa: R$ 1.038,64
INTIMAÇÃO
Fica a parte autora intimada, por intermédio do(a) advogado(a), para manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça (id. 26280587), no prazo de 5 dias.
Cacoal-RO, aos 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34431668 Processo N° 7009509-30.2017.8.22.0007
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Requerente: EXEQUENTE: CANOPUS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S. A.
Advogados do(a) EXEQUENTE: MARCELO BRASIL SALIBA - AC3328, MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO - RO4658-O
Requerido: EXECUTADO: DEBORA RODRIGUES ALVES SOARES
Valor da Causa: R$ 3.319,25
INTIMAÇÃO
Fica a parte autora intimada, por intermédio do(a) advogado(a), para manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 5 dias.
Cacoal-RO, aos 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34431668 Processo N° 7000459-09.2019.8.22.0007
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: AUTOR: IZAC HENRIQUE DA SILVA
Advogados do(a) AUTOR: ROSEANE MARIA VIEIRA TAVARES FONTANA - RO2209, NADIA PINHEIRO COSTA - RO7035
Requerido: RÉU: BANCO BMG CONSIGNADO S/A
Valor da Causa: R$ 13.350,30
INTIMAÇÃO
Fica a parte autora intimada, por intermédio de seu advogado, para manifestar-se sobre a contestação apresentada pela parte requerida, no prazo de 15 dias.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34431668 Processo N° 7011294-90.2018.8.22.0007
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: AUTOR: JOSIMAR DE SA DOS REIS
Advogado do(a) AUTOR: SUELI MARIA RODRIGUES FERRO - RO2961
Requerido: RÉU: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado do(a) RÉU: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - RO5369
Valor da Causa: R$ 2.193,75
Intimação DATA DE PERÍCIA
Ficam os(as) advogados(as) das partes intimados de que foi designada perícia para o dia 23/05/2019 as 16:00 horas, pelo Médico Perito Dr. ALEXANDRE REZENDE, no HOSPITAL SÃO PAULO, localizada na Av. São Paulo, 2539, Centro, nesta cidade, telefone 3441-4611, nesta cidade de Cacoal-RO. Conforme despacho proferido pelo Magistrado a intimação da parte autora, quanto a data e horário da perícia, é de responsabilidade de seu advogado, o qual deverá esclarece-la ainda, sobre a necessidade de que leve para a perícia todos os exames médicos realizados, advertindo-a que a falta prejudicará a prova pericial, acarretando a demora na solução do seu pedido.
Cacoal-RO, 2 de maio de 2019

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34431668 Processo N° 7011294-90.2018.8.22.0007
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: AUTOR: JOSIMAR DE SA DOS REIS
Advogado do(a) AUTOR: SUELI MARIA RODRIGUES FERRO - RO2961
Requerido: RÉU: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado do(a) RÉU: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - RO5369
Valor da Causa: R$ 2.193,75

Intimação DATA DE PERÍCIA
Ficam os(as) advogados(as) das partes intimados de que foi designada perícia para o dia 23/05/2019 as 16:00 horas, pelo Médico Perito Dr. ALEXANDRE REZENDE, no HOSPITAL SÃO PAULO, localizada na Av. São Paulo, 2539, Centro, nesta cidade, telefone 3441-4611, nesta cidade de Cacoal-RO. Conforme despacho proferido pelo Magistrado a intimação da parte autora, quanto a data e horário da perícia, é de responsabilidade de seu advogado, o qual deverá esclarece-la ainda, sobre a necessidade de que leve para a perícia todos os exames médicos realizados, advertindo-a que a falta prejudicará a prova pericial, acarretando a demora na solução do seu pedido.
Cacoal-RO, 2 de maio de 2019

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34431668 Processo N° 7008365-84.2018.8.22.0007
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: AUTOR: JACKSON MATIL DOS SANTOS
Advogado do(a) AUTOR: DOUGLAS TOSTA FEITOSA - RO8514
Requerido: RÉU: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado do(a) RÉU: JOSE HENRIQUE BARROSO SERPA - RO9117
Valor da Causa: R$ 2.531,25
Intimação DATA DE PERÍCIA
Ficam os(as) advogados(as) das partes intimados de que foi designada perícia para o dia 27/05/2019 as 08:30 horas, pelo Médico Perito Dr. ALEXANDRE REZENDE, no HOSPITAL SÃO PAULO, localizada na Av. São Paulo, 2539, Centro, nesta cidade, telefone 3441-4611, nesta cidade de Cacoal-RO. Conforme despacho proferido pelo Magistrado a intimação da parte autora, quanto a data e horário da perícia, é de responsabilidade de seu advogado, o qual deverá esclarece-la ainda, sobre a necessidade de que leve para a perícia todos os exames médicos realizados, advertindo-a que a falta prejudicará a prova pericial, acarretando a demora na solução do seu pedido.
Cacoal-RO, 2 de maio de 2019

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34431668 Processo N° 7011330-06.2016.8.22.0007
Classe: MONITÓRIA (40)
Requerente: AUTOR: ASSOCIACAO EDUCACIONAL DE RONDONIA
Advogados do(a) AUTOR: LILIAN MARIANE LIRA - RO3579, DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO - RO3831
Requerido: RÉU: KAROLAYNE BATISTA DE OLIVEIRA EMERICK
Valor da Causa: R$ 4.554,18
INTIMAÇÃO
Fica a parte autora intimada, por intermédio do(a) advogado(a), para manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 5 dias.
Cacoal-RO, aos 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34431668 Processo N° 7001463-81.2019.8.22.0007
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: AUTOR: MARIA DE BARROS MONTEIRO
Advogado do(a) AUTOR: WILLIAN SILVA SALES - RO8108
Requerido: RÉU: GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA
Valor da Causa: R$ 77.681,16
INTIMAÇÃO
Fica a parte autora intimada, por intermédio de seu advogado, para manifestar-se sobre a contestação apresentada pela parte requerida, no prazo de 15 dias.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34431668 Processo N° 7008365-84.2018.8.22.0007
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: AUTOR: JACKSON MATIL DOS SANTOS
Advogado do(a) AUTOR: DOUGLAS TOSTA FEITOSA - RO8514
Requerido: RÉU: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado do(a) RÉU: JOSE HENRIQUE BARROSO SERPA - RO9117
Valor da Causa: R$ 2.531,25
Intimação DATA DE PERÍCIA
Ficam os(as) advogados(as) das partes intimados de que foi designada perícia para o dia 27/05/2019 as 08:30 horas, pelo Médico Perito Dr. ALEXANDRE REZENDE, no HOSPITAL SÃO PAULO, localizada na Av. São Paulo, 2539, Centro, nesta cidade, telefone 3441-4611, nesta cidade de Cacoal-RO. Conforme despacho proferido pelo Magistrado a intimação da parte autora, quanto a data e horário da perícia, é de responsabilidade de seu advogado, o qual deverá esclarece-la ainda, sobre a necessidade de que leve para a perícia todos os exames médicos realizados, advertindo-a que a falta prejudicará a prova pericial, acarretando a demora na solução do seu pedido.
Cacoal-RO, 2 de maio de 2019

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34431668 Processo N° 7008404-81.2018.8.22.0007
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: AUTOR: LUCIMAR PONTES MORTARI
Advogado do(a) AUTOR: MIGUEL ANTONIO PAES DE BARROS FILHO - RO7046
Requerido: RÉU: CENTAURO VIDA E PREVIDENCIA S/A
Advogado do(a) RÉU: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - RO5369
Valor da Causa: R$ 6.750,00
Intimação DATA DE PERÍCIA
Ficam os(as) advogados(as) das partes intimados de que foi designada perícia para o dia 27/05/2019 as 09:00 horas, pelo Médico Perito Dr. ALEXANDRE REZENDE, no HOSPITAL SÃO PAULO, localizada na Av. São Paulo, 2539, Centro, nesta cidade, telefone 3441-4611, nesta cidade de Cacoal-RO. Conforme despacho proferido pelo Magistrado a intimação da parte autora, quanto a data e horário da perícia, é de responsabilidade de seu advogado, o qual deverá esclarece-la ainda, sobre a necessidade de que leve para a perícia todos os exames médicos realizados, advertindo-a que a falta prejudicará a prova pericial, acarretando a demora na solução do seu pedido.
Cacoal-RO, 2 de maio de 2019

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34431668 Processo N° 7008404-81.2018.8.22.0007
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: AUTOR: LUCIMAR PONTES MORTARI
Advogado do(a) AUTOR: MIGUEL ANTONIO PAES DE BARROS FILHO - RO7046

Requerido: RÉU: CENTAURO VIDA E PREVIDENCIA S/A
Advogado do(a) RÉU: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - RO5369
Valor da Causa: R$ 6.750,00
Intimação DATA DE PERÍCIA
Ficam os(as) advogados(as) das partes intimados de que foi designada perícia para o dia 27/05/2019 as 09:00 horas, pelo Médico Perito Dr. ALEXANDRE REZENDE, no HOSPITAL SÃO PAULO, localizada na Av. São Paulo, 2539, Centro, nesta cidade, telefone 3441-4611, nesta cidade de Cacoal-RO. Conforme despacho proferido pelo Magistrado a intimação da parte autora, quanto a data e horário da perícia, é de responsabilidade de seu advogado, o qual deverá esclarece-la ainda, sobre a necessidade de que leve para a perícia todos os exames médicos realizados, advertindo-a que a falta prejudicará a prova pericial, acarretando a demora na solução do seu pedido.
Cacoal-RO, 2 de maio de 2019

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34431668 Processo N° 7002783-06.2018.8.22.0007
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: AUTOR: JURANDI ALVES DUARTE
Advogados do(a) AUTOR: MIGUEL ANTONIO PAES DE BARROS FILHO - RO7046, JULIANO MENDONÇA GEDE - RO5391
Requerido: RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Valor da Causa: R$ 11.448,00
Intimação
Fica a parte recorrida intimada, por intermédio de seu advogado, para manifestar-se sobre a apelação ID 25169882 no prazo de 15 dias.
Cacoal-RO, aos 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34431668 Processo N° 7008701-88.2018.8.22.0007
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: AUTOR: ELIZEU STRUTZ
Advogado do(a) AUTOR: MIGUEL ANTONIO PAES DE BARROS FILHO - RO7046
Requerido: RÉU: CENTAURO VIDA E PREVIDENCIA S/A
Advogado do(a) RÉU: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - RO5369
Valor da Causa: R$ 9.450,00
Intimação DATA DE PERÍCIA
Ficam os(as) advogados(as) das partes intimados de que foi designada perícia para o dia 27/05/2019 as 09:30 horas, pelo Médico Perito Dr. ALEXANDRE REZENDE, no HOSPITAL SÃO PAULO, localizada na Av. São Paulo, 2539, Centro, nesta cidade, telefone 3441-4611, nesta cidade de Cacoal-RO. Conforme despacho proferido pelo Magistrado a intimação da parte autora, quanto a data e horário da perícia, é de responsabilidade de seu advogado, o qual deverá esclarece-la ainda, sobre a necessidade de que leve para a perícia todos os exames médicos realizados, advertindo-a que a falta prejudicará a prova pericial, acarretando a demora na solução do seu pedido.
Cacoal-RO, 2 de maio de 2019

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34431668 Processo N° 7008701-88.2018.8.22.0007
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: AUTOR: ELIZEU STRUTZ
Advogado do(a) AUTOR: MIGUEL ANTONIO PAES DE BARROS FILHO - RO7046
Requerido: RÉU: CENTAURO VIDA E PREVIDENCIA S/A
Advogado do(a) RÉU: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - RO5369
Valor da Causa: R$ 9.450,00
Intimação DATA DE PERÍCIA
Ficam os(as) advogados(as) das partes intimados de que foi designada perícia para o dia 27/05/2019 as 09:30 horas, pelo Médico Perito Dr. ALEXANDRE REZENDE, no HOSPITAL SÃO PAULO, localizada na Av. São Paulo, 2539, Centro, nesta cidade, telefone 3441-4611, nesta cidade de Cacoal-RO. Conforme despacho proferido pelo Magistrado a intimação da parte autora, quanto a data e horário da perícia, é de responsabilidade de seu advogado, o qual deverá esclarece-la ainda, sobre a necessidade de que leve para a perícia todos os exames médicos realizados, advertindo-a que a falta prejudicará a prova pericial, acarretando a demora na solução do seu pedido.
Cacoal-RO, 2 de maio de 2019

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, CACOAL - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 344316687
Processo N° 7002270-43.2015.8.22.0007
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Requerente: EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO RURAL COM INTERACAO SOLIDARIA DE MINISTRO ANDREAZZA
Advogado do(a) EXEQUENTE: RODRIGO TOTINO - RO6338
Requerido: EXECUTADO: REGINALDO COMINO e outros
Valor da Causa: R$ 34.137,78
INTIMAÇÃO
Fica a parte autora intimada, por intermédio do(a) advogado(a), para manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias, em termos de prosseguimento do feito.
Cacoal-RO, aos 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34431668 Processo N° 7005879-29.2018.8.22.0007
Classe: PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)
Nome: MERCANTIL CANOPUS COMERCIO DE MOTOCICLETAS LTDA
Endereço: Rua Rio Madeira, 5170, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000
Advogado do(a) AUTOR: SALVADOR LUIZ PALONI - RO299-A
Nome: ELISABETE APARECIDA LEONEL CORTES
Endereço: Rua Brasília, 1175, Incra, Cacoal - RO - CEP: 76965-878
Advogado(s) do reclamado: MICKEL FABIANO ZORZAN DE SOUZA FERREIRA BORGES RO6689 , ROBSON BORGES MOREIRA RO4398
Valor da Causa: R$ 30.328,00
Despacho
Partes legítimas e bem representadas. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 03/05/2019 às 11h00min, na sala de audiência da 4ª Vara Cível de Cacoal, localizada na Av. Porto Velho, n. 2728, Bairro Centro, Cacoal/RO, ocasião em que serão colhidas as provas dos fatos alegados, com depoimento pessoal das partes e inquirição de testemunhas e, em seguida, o julgamento da causa.
Intimem-se as partes, através de seus advogados, para comparecimento a audiência, bem como para apresentar rol de testemunhas no prazo legal (caso ainda não tenham apresentado), registrando-se que, nos termos do art. 455 do CPC, cabe ao

advogado de cada uma das partes intimar suas testemunhas quanto à data e horário de realização do ato.
Após, aguarde-se a realização da audiência.
SERVE O PRESENTE DE MANDADO para: O cartório judicial promover a INTIMAÇÃO das partes (através de seus advogados, via sistema DJE), da audiência designada.
Cacoal/RO, 4 de fevereiro de 2019.
Mário José Milani e Silva
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34431668 Processo N° 7005879-29.2018.8.22.0007
Classe: PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)
Nome: MERCANTIL CANOPUS COMERCIO DE MOTOCICLETAS LTDA
Endereço: Rua Rio Madeira, 5170, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000
Advogado do(a) AUTOR: SALVADOR LUIZ PALONI - RO299-A
Nome: ELISABETE APARECIDA LEONEL CORTES
Endereço: Rua Brasília, 1175, Incra, Cacoal - RO - CEP: 76965-878
Advogado(s) do reclamado: MICKEL FABIANO ZORZAN DE SOUZA FERREIRA BORGES RO6689 , ROBSON BORGES MOREIRA RO4398
Valor da Causa: R$ 30.328,00
Despacho
Partes legítimas e bem representadas. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 03/05/2019 às 11h00min, na sala de audiência da 4ª Vara Cível de Cacoal, localizada na Av. Porto Velho, n. 2728, Bairro Centro, Cacoal/RO, ocasião em que serão colhidas as provas dos fatos alegados, com depoimento pessoal das partes e inquirição de testemunhas e, em seguida, o julgamento da causa.
Intimem-se as partes, através de seus advogados, para comparecimento a audiência, bem como para apresentar rol de testemunhas no prazo legal (caso ainda não tenham apresentado), registrando-se que, nos termos do art. 455 do CPC, cabe ao advogado de cada uma das partes intimar suas testemunhas quanto à data e horário de realização do ato.
Após, aguarde-se a realização da audiência.
SERVE O PRESENTE DE MANDADO para: O cartório judicial promover a INTIMAÇÃO das partes (através de seus advogados, via sistema DJE), da audiência designada.
Cacoal/RO, 4 de fevereiro de 2019.
Mário José Milani e Silva
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34431668 Processo N° 7006690-23.2017.8.22.0007
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: AUTOR: DIVANIR MARIA KRETSCHMER, ANTONIO GIMENES MAIA
Advogado do(a) AUTOR: IVAN DOUGLAS BAPTISTA CARDOSO - RO7320
Advogado do(a) AUTOR: IVAN DOUGLAS BAPTISTA CARDOSO - RO7320
Requerido: RÉU: embrasystem
Advogado do(a) RÉU: DANILA ALVES FREDERICHE - SP379630
Valor da Causa: R$ 253.373,48
Intimação
Fica a parte autora intimada, por intermédio de seu advogado, para requerer no prazo de 5 (cinco) dias o que entender conveniente, tendo em vista o trânsito em julgado da Sentença. Decorrido o prazo sem manifestação, o processo será arquivado.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34431668 Processo N° 7001948-18.2018.8.22.0007
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: AUTOR: LILIANE NEPUMUCENO SANTOS
Advogados do(a) AUTOR: DOUGLAS TOSTA FEITOSA - RO8514, RONILSON WESLEY PELEGRINE BARBOSA - RO4688
Requerido: RÉU: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado do(a) RÉU: JOSE HENRIQUE BARROSO SERPA - RO9117
Valor da Causa: R$ 11.813,00
Intimação DATA DE PERÍCIA
Ficam os(as) advogados(as) das partes intimados de que foi designada perícia para o dia 27/05/2019 as 10:00 horas, pelo Médico Perito Dr. ALEXANDRE REZENDE, no HOSPITAL SÃO PAULO, localizada na Av. São Paulo, 2539, Centro, nesta cidade, telefone 3441-4611, nesta cidade de Cacoal-RO. Conforme despacho proferido pelo Magistrado a intimação da parte autora, quanto a data e horário da perícia, é de responsabilidade de seu advogado, o qual deverá esclarece-la ainda, sobre a necessidade de que leve para a perícia todos os exames médicos realizados, advertindo-a que a falta prejudicará a prova pericial, acarretando a demora na solução do seu pedido.
Cacoal-RO, 2 de maio de 2019

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34431668 Processo N° 7001948-18.2018.8.22.0007
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: AUTOR: LILIANE NEPUMUCENO SANTOS
Advogados do(a) AUTOR: DOUGLAS TOSTA FEITOSA - RO8514, RONILSON WESLEY PELEGRINE BARBOSA - RO4688
Requerido: RÉU: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado do(a) RÉU: JOSE HENRIQUE BARROSO SERPA - RO9117
Valor da Causa: R$ 11.813,00
Intimação DATA DE PERÍCIA
Ficam os(as) advogados(as) das partes intimados de que foi designada perícia para o dia 27/05/2019 as 10:00 horas, pelo Médico Perito Dr. ALEXANDRE REZENDE, no HOSPITAL SÃO PAULO, localizada na Av. São Paulo, 2539, Centro, nesta cidade, telefone 3441-4611, nesta cidade de Cacoal-RO. Conforme despacho proferido pelo Magistrado a intimação da parte autora, quanto a data e horário da perícia, é de responsabilidade de seu advogado, o qual deverá esclarece-la ainda, sobre a necessidade de que leve para a perícia todos os exames médicos realizados, advertindo-a que a falta prejudicará a prova pericial, acarretando a demora na solução do seu pedido.
Cacoal-RO, 2 de maio de 2019

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34431668 Processo N° 7006533-16.2018.8.22.0007
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: AUTOR: MARTA SIMOES PORFIRIO
Advogados do(a) AUTOR: FELIPE WENDT - RO4590, ROSANA FERREIRA PONTES - RO6730, EBER COLONI MEIRA DA SILVA - RO4046
Requerido: RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Valor da Causa: R$ 11.244,00

Intimação
Fica a parte autora intimada, por intermédio de seu advogado, para requerer no prazo de 5 (cinco) dias o que entender conveniente, tendo em vista o trânsito em julgado da Sentença. Decorrido o prazo sem manifestação, o processo será arquivado.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34431668 Processo N° 7001461-14.2019.8.22.0007
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: AUTOR: LEIA FERREIRA SAMPAIO
Advogado do(a) AUTOR: WILLIAN SILVA SALES - RO8108
Requerido: RÉU: ESTADO DE RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 77.031,25
INTIMAÇÃO
Fica a parte autora intimada, por intermédio de seu advogado, para manifestar-se sobre a contestação apresentada pela parte requerida, no prazo de 15 dias.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34431668 Processo N° 7013370-87.2018.8.22.0007
Classe: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69)
Requerente: AUTOR: ALVINO MOREIRA CABRAL JUNIOR
Advogado do(a) AUTOR: CAIO RAPHAEL RAMALHO VECHE E SILVA - RO6390
Requerido: RÉU: DANIELLI DOS SANTOS MENDES
Valor da Causa: R$ 5.724,00
INTIMAÇÃO
Fica a parte autora intimada, por intermédio do(a) advogado(a), para manifestar-se acerca do AR negativo juntado aos autos e requerer o que entender de direito, no prazo de 5 dias.
Cacoal-RO, aos 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, CACOAL - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 344316687
Processo N° 7008395-90.2016.8.22.0007
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente: EXEQUENTE: SOCRAM COMERCIO DE CONFECCOES LTDA - ME
Advogado do(a) EXEQUENTE: FERNANDO DA SILVA AZEVEDO - RO1293
Requerido: EXECUTADO: LEONICE XAVIER AZEVEDO
Valor da Causa: R$ 314,93
INTIMAÇÃO
Fica a parte autora intimada, por intermédio do(a) advogado(a), para retirada da CDJ de id. 26800732.
Cacoal-RO, aos 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34431668 Processo N° 7002783-69.2019.8.22.0007
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: AUTOR: MARTA PEREIRA
Advogados do(a) AUTOR: ISADORA CORTEZ LUSTOZA - MT25954/O, ERIKA WESSEL XANDER - RO9010, NAIARA CORTEZ LUSTOZA - RO9468
Requerido: RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Valor da Causa: R$ 12.974,00
Intimação DATA DE PERÍCIA
Ficam os(as) advogados(as) das partes intimados de que foi designada perícia para o dia 27/05/2019 as 10:30 horas, pelo Médico Perito Dr. ALEXANDRE REZENDE, no HOSPITAL SÃO PAULO, localizada na Av. São Paulo, 2539, Centro, nesta cidade, telefone 3441-4611, nesta cidade de Cacoal-RO. Conforme despacho proferido pelo Magistrado a intimação da parte autora, quanto a data e horário da perícia, é de responsabilidade de seu advogado, o qual deverá esclarece-la ainda, sobre a necessidade de que leve para a perícia todos os exames médicos realizados, advertindo-a que a falta prejudicará a prova pericial, acarretando a demora na solução do seu pedido.
Cacoal-RO, 2 de maio de 2019

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34431668 Processo N° 7011682-90.2018.8.22.0007
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: AUTOR: MARIA DO CARMO AGUIAR SILVA
Advogados do(a) AUTOR: ELENARA UES - RO6572, HOSNEY REPISO NOGUEIRA - RO6327, NATALIA UES CURY - RO8845
Requerido: RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Valor da Causa: R$ 11.488,00
Intimação DATA DE PERÍCIA
Ficam os(as) advogados(as) das partes intimados de que foi designada perícia para o dia 28/05/2019 as 14:30 horas, pelo Médico Perito Dr. ALEXANDRE REZENDE, no HOSPITAL SÃO PAULO, localizada na Av. São Paulo, 2539, Centro, nesta cidade, telefone 3441-4611, nesta cidade de Cacoal-RO. Conforme despacho proferido pelo Magistrado a intimação da parte autora, quanto a data e horário da perícia, é de responsabilidade de seu advogado, o qual deverá esclarece-la ainda, sobre a necessidade de que leve para a perícia todos os exames médicos realizados, advertindo-a que a falta prejudicará a prova pericial, acarretando a demora na solução do seu pedido.
Cacoal-RO, 2 de maio de 2019

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34431668 Processo N° 7008058-33.2018.8.22.0007
Classe: USUCAPIÃO (49)
Requerente: Nome: MARLY JOSE DOS SANTOS
Endereço: Rua Martins Pena, 1257, - de 1011/1012 ao fim, Vista Alegre, Cacoal - RO - CEP: 76960-120
Nome: EMERSON VINICIUS VIEIRA DOS SANTOS
Endereço: Rua Martins Pena, 1257, - de 1011/1012 ao fim, Vista Alegre, Cacoal - RO - CEP: 76960-120
Requerido: Nome: ESPÓLIO DE JACOB MOREIRA LIMA: INVENTARIANTE - ANGELITA MOREIRA DA SILVA RG. Nº 10.763.244
Endereço: Avenida Cuiabá, 2555, - de 2373 a 2679 - lado ímpar, Jardim Clodoaldo, Cacoal - RO - CEP: 76963-697

Nome: MARILENE BEZERRA DE OLIVEIRA MOTTA
Endereço: Avenida Gonçalves Maia, 602, - de 242/243 ao fim, Heliópolis, Garanhuns - PE - CEP: 55295-490
Nome: CELIA MARIA DA SILVA MOTTA
Endereço: Rua Taquaritinga, 69, Casa Amarela, Recife - PE - CEP: 52070-649
Nome: MARCELO DE OLIVEIRA MOTTA
Endereço: Rua Machado de Assis, 2327, - de 2289/2290 a 2653/2654, Novo Horizonte, Cacoal - RO - CEP: 76962-050
Nome: NILMA APARECIDA RUIZ
Endereço: Rua Machado de Assis, 2327, - de 2289/2290 a 2653/2654, Novo Horizonte, Cacoal - RO - CEP: 76962-050
Advogado do(a) RÉU: NILMA APARECIDA RUIZ - RO1354
Advogado do(a) RÉU: NILMA APARECIDA RUIZ - RO1354
Advogado do(a) RÉU: NILMA APARECIDA RUIZ - RO1354
Advogado do(a) RÉU: NILMA APARECIDA RUIZ - RO1354
Valor da Causa: R$ 12.266,02
DESPACHO
Em análise ao feito verifico que os requeridos foram citados (id 23053889). Constato, ainda, que os confiantes indicados na peça inicial, também foram citados (id 23053889), mas nada disseram nos autos.
O Município de Cacoal (id 23251026), Estado de Rondônia (id 22886715) já se manifestaram. A União nada disse nos autos.
Em seguida, os autores pugnaram pela produção de prova testemunhal.
Deste modo, designo AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO para o dia 24/06/2019 às 08h30min, quando serão colhidas as provas dos fatos alegados, com depoimento pessoal da parte autora e inquirição de testemunhas e, em seguida, o julgamento da causa.
Expeça-se mandado para a intimação pessoal dos autores, confinantes e testemunhas indicadas ao id 19982042.
Intimem-se os requeridos, (através de sua advogada já cadastrada nos autos), para comparecimento a audiência, bem como para apresentar rol de testemunhas no prazo legal, registrando-se que, nos termos do art. 455 do CPC, cabe ao advogado de cada uma das partes intimar suas testemunhas quanto à data e horário de realização do ato.
Intime-se ainda a DPE.
Expeça-se o necessário.
Após, aguarde-se a realização da audiência.
Cacoal/RO, data certificada pelo sistema.
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34431668 Processo N° 7013052-07.2018.8.22.0007
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: AUTOR: LUCIENE DE ABREU FIRMINO CARDOSO
Advogado do(a) AUTOR: ELIEL MOREIRA DE MATOS - RO5725
Requerido: RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Valor da Causa: R$ 11.448,00
Intimação DATA DE PERÍCIA
Ficam os(as) advogados(as) das partes intimados de que foi designada perícia para o dia 28/05/2019 as 15:00 horas, pelo Médico Perito Dr. ALEXANDRE REZENDE, no HOSPITAL SÃO PAULO, localizada na Av. São Paulo, 2539, Centro, nesta cidade, telefone 3441-4611, nesta cidade de Cacoal-RO. Conforme despacho proferido pelo Magistrado a intimação da parte autora, quanto a data e horário da perícia, é de responsabilidade de seu advogado, o qual deverá esclarece-la ainda, sobre a necessidade de que leve para a perícia todos os exames médicos realizados, advertindo-a que a falta prejudicará a prova pericial, acarretando a demora na solução do seu pedido.
Cacoal-RO, 2 de maio de 2019

COMARCA DE CEREJEIRAS

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório
COMARCA DE CEREJEIRAS
1ª VARA
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO: cjs1vara@tjro.jus.br
JUIZ: Bruno Magalhães Ribeiro dos Santos
Diretor de Cartório: Carlos Vidal de Brito

Autos: 0000427-13.2016.822.0013
Classe: Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Assunto: Crimes de Trânsito.
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado(a): Marcelo Odair Stein
Advogado(a): Trumam Gomer de Souza Corcino - OAB/RO 3755
FINALIDADE: Intimação do(s) patrono(s) da(s) parte(s) denunciada(s) da DECISÃO de fl. 130, a seguir transcrita: "Recebo a apelação interposta, nos seus legais e jurídicos efeitos. Considerando que já foram ofertadas as razões recursais, abra-se vista ao apelado para apresentar suas razões de recorrido, pelo prazo de 8 (oito) dias, sob pena de o recurso ser encaminhado ao ad quem sem a manifestação da parte, nos termos dos artigos 600 e 601 do Código de Processo Penal. Transcorrido o prazo legal, e assim certificado, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, com as homenagens e cautelas de estilo. Cerejeiras-RO, sexta-feira, 8 de fevereiro de 2019.Bruno Magalhães Ribeiro dos Santos - Juiz de Direito"

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 32/2019
PRAZO: 30 (trinta) dias
Autos: 1000682-17.2017.822.0013
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Assunto: Roubo Majorado.
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado(a): Claudinei Alves da Silva e outro
Advogado(a): Defensoria Pública
FINALIDADE: INTIMAÇÃO do denunciado CLAUDINEI ALVES DA SILVA, vulgo "Tutu", brasileiro, solteiro, nascido aos 24-6-1982, natural de Cáceres/MT, filho de Luiz Alves da Silva e de Evangelina Nogueira da Silva, atualmente recolhido na Cadeia Pública de Cerejeiras/RO, para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento da pena de multa no valor de R$300,58 (trezentos reais e cinquenta e oito reais), a que foi condenado, sob pena de inscrição na divída ativa.
Cerejeiras-RO, 12 de abril de 2019.

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 33/2019
PRAZO: 30 (trinta) dias
Autos: 1000682-17.2017.822.0013
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Assunto: Roubo Majorado.
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado(a): Celso Lima Amaral e outro
Advogado(a): Mário Guedes Júnior - OAB/RO 190-A
FINALIDADE: INTIMAÇÃO do denunciado CELSO LIMA AMARAL, brasileiro, convivente, RG n° 1082364, nascido em 3-12-1988, natural de Ouro Preto do Oeste/RO, filho de Evandro Farias do Amaral e Zenilda Lima do Amaral, atualmente recolhido na Cadeia Pública de Cerejeiras/RO, para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento da pena de multa no valor de R$267,18 (duzentos e sessenta e sete reais e dezoito centavos), a que foi condenado, sob pena de inscrição na divída ativa.
Cerejeiras-RO, 12 de abril de 2019.
Carlos Vidal de Brito
Escrivão Judicial

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário - Comarca de Cerejeiras - 1ª Vara Genérica
EDITAL DE CITAÇÃO Nº 35/2019
Prazo: 30 (trinta) dias
Autos: 7002479-86.2018.8.22.0013
Classe: INF JUV CIV - GUARDA (1420)
Requerente: CICERO ANTONIO DOS SANTOS e outros (2)
Requerido: ROBERTO PERREIRA CORREA
FINALIDADE: CITAÇÃO do requerido ROBERTO PEREIRA CORREIA, filho de Joel Correia Neto e Emília Pereira Correia, para que ofereça resposta, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia e confissão, nos termos do art. 335 do NCPC, ciente de que, na falta da contestação do pedido, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte requerente.
Cerejeiras, 30 de abril de 2019.
Carlos Vidal de Brito
Diretor de Cartório
Assina Por ordem do MM. Juiz de Direito - Conf. Portaria n° 007/98

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Cerejeiras - 1ª Vara Genérica
Processo: 7000422-61.2019.8.22.0013
Classe: BUSCA E APREENSÃO (181)
REQUERENTE: DISAL ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA
Advogado do(a) REQUERENTE: DANTE MARIANO GREGNANIN SOBRINHO - SP31618
REQUERIDO: ROGERIO DA ROCHA
Advogado(s) do reclamado: RAFAEL PIRES GUARNIERI
Advogado do(a) REQUERIDO: RAFAEL PIRES GUARNIERI - RO8184
ATO ORDINATÓRIO
INTIMAÇÃO do advogado da parte requerente para manifestar-se sobre o prosseguimento do feito, em 5 dias
Cerejeiras, 2 de maio de 2019.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Cerejeiras - 1ª Vara Genérica
Processo: 7002410-54.2018.8.22.0013
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: EVA BARBOSA DA SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: RICARDO SOARES BORGES - RO8409
REQUERIDO: NERECI MARTINS NEGRI
Advogados do(a) REQUERIDO: FERNANDO MILANI E SILVA - RO186, FERNANDO MILANI E SILVA FILHO - RO9341
ATO ORDINATÓRIO
DECISÃO. Cuida-se de ação de reconhecimento de cobrança abusiva c.c indenização por danos morais, proposta por EVA BARBOSA DA SILVAem desfavor de NERECI MARTINS NEGRI, perante o Juizado Especial Cível. O feito foi recebido no ID: 23527101, determinando-se a citação da requerida para comparecimento a audiência para tentativa de conciliação para o dia 11/02/2019, isso em 10/12/2018. Procedeu-se, então, as diligências para localização da ré, a qual foi citada, porém, em 08/02/2019, ID: 25469856, ficando ciente, na sequência, acerca da data da solenidade, redesignada para o dia 14/02/2019, conforme certidão de ID: 24595087. Audiência de conciliação infrutífera, conforme ata de ID: 24675527, ocasião em que a requerida – desacompanhada de advogado –, apresentou defesa escrita, instruída no ID: 24675528. Na ocasião, a requerente apresentou réplica a contestação, pleiteando pela produção de prova testemunhal; a requerida, por sua vez, informou não possuir provas a produzir, tendo sido, então, designada audiência de instrução e julgamento para oitiva das testemunhas arroladas pela autora. Na sequência, adveio petição pela requerida (ID: 25668217), por intermédio de advogado, pleiteando a nulidade do processo ao argumento de cerceamento de defesa, por não ter sido assistida por advogado na audiência e em razão da inobservância do prazo mínimo para intimação para comparecimento a solenidade. Pleiteou, então, pela designação de nova solenidade e reabertura do prazo de contestação, desde logo, postulando pela produção de prova testemunhal. Vieram-me, então, conclusos. DECIDO. A requerida sustenta que a ausência de advogado na audiência de conciliação viola o disposto no artigo 334, § 9º, do Código de Processo Civil, e acarreta a nulidade do processo, mormente porque prejudicado o oferecimento de defesa técnica, o que resulta em cerceamento de defesa. Pois bem. Após análise acurada ao feito, verifico que razão assiste a parte requerida, na integralidade. Primeiro porque a sua citação/intimação para a solenidade ocorreu apenas 03 (três) dias antes da solenidade, previamente designada para o dia 11/02/2019, e efetivada no dia 14 do referido mês, em decorrência da indisponibilidade do PJE, conforme infere-se nos documentos de IDs: 25469856 e 24595087. Destaque-se que o Novo Código de Processo Civil, em seu art. 334, caput, dispõe: “Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência. “ Assim, resta claro que o lapso temporal previsto na legislação não foi observado, resultando em prejuízo a parte demandada, especialmente porque não se fez acompanhada de advogado na solenidade. Insista-se em que, o segundo questionamento, é efetivamente esse, ou seja, a ausência de advogado e/ou defensor público na audiência de conciliação realizada. Em que pese a parte ré, por conta própria, ter apresentado defesa, infere-se no caso em questão, mais uma vez, a inobservância da legislação vigente. O artigo supracitado, em seu § 9º, estabelece que na audiência de conciliação ou de mediação “As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos.” Assim, diante das irregularidades apontadas, ora reconhecidas por esse Magistrado, entendo ser o caso de acolhimento da pretensão de ID: 25668217, para fins de declarar a nulidade da audiência de conciliação outrora realizada e demais atos processuais subsequentes. Por consequência, cancelo a audiência de instrução designada para o dia 10/04/2019 às10h10min. Ciência a Secretária do Juízo para liberação da pauta. Passo seguinte, visando o regular trâmite da lide, considerando, DESIGNO audiência de tentativa de conciliação para o dia 03 de Junho de 2019 às 09h, junto a CEJUSC, ocasião em que as partes deverão estar devidamente assistidas pelos advogados, e a requerida deverá, querendo, oferecer defesa, sob pena de ser-lhe decretada a revelia, com presunção de veracidade dos fatos articulados na inicial. Advirta-se-lhe de que a ausência injustificada da(s) parte(s) requerida(s) à audiência de conciliação, ou a não apresentação de contestação, acarretará a presunção de veracidade dos fatos articulados pela parte requerente (Lei nº 9.099/95, art. 20). Realizada a audiência, havendo acordo, homologue-se-o em audiência. Não havendo conciliação, após resposta(s) da(s) parte(s) requerida(s), franqueie-se à parte autora suficiente oportunidade de manifestação oral, em audiência, quanto aos termos da(s) contestação(ões) então apresentada(s). Em seguida, ainda em audiência as partes deverão especificar as provas que pretendem produzir, justificando-lhes detalhadamente a pertinência e relevância em relação aos fatos alegados e desfecho da lide, sob pena de indeferimento. Após, tornem os autos conclusos para deliberação quanto às provas postuladas ou julgamento antecipado da lide. SIRVA A PRESENTE COMO: a) CARTA / MANDADO / CARTA PRECATÓRIA DE INTIMAÇÃO DA(S) PARTE(S) REQUERIDA(S), observando-se o(s) seguinte(s) endereço(s) para localização: Rua Porto Velho, nº 466, Cidade de Cerejeiras; b) CARTA / MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA, observando-se, para tanto, o seguinte endereço: Rua

Mato Grosso, nº 1124, Bairro Primavera, Cidade de Cerejeiras. Para tanto, autoriza-se o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do NCPC. Aguarde-se a solenidade. Expeça-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se. Cerejeiras/RO. quinta-feira, 4 de abril de 2019. BRUNO MAGALHÃES RIBEIRO DOS SANTOS, Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 1ª Vara
Av. das Nações, nº 2225, Bairro Centro, CEP 76.997-000, Cerejeiras, RO 7000816-68.2019.8.22.0013
Procedimento Comum
AUTOR: ASSIS FERREIRA DA COSTA
ADVOGADO DO AUTOR: EBER COLONI MEIRA DA SILVA OAB nº RO4046, JULIANA QUEIROZ DOS SANTOS OAB nº RO9170
RÉU: BANCO BMG CONSIGNADO S/A
DECISÃO
Trata-se de pedido de restituição de valores c.c indenização por danos morais, manejado por ASSIS FERREIRA DA COSTA em face de BANCO BMG, com pedido de tutela provisória de urgência antecipada – em caráter incidental –, no sentido de que se ordene à parte requerida que proceda à suspensão dos descontos no salário de benefício da parte autora, sob o argumento de ser a conduta indevida visto que jamais teria, o autor, celebrado contrato seguro de vida perante a instituição ré, de forma a ser inexistente relação jurídica obrigacional entre as partes. Aduz a parte autora estar suportando prejuízos em face da conduta questionada, o que justificaria o deferimento de sua pretensão liminar.
Brevemente relatados, DECIDO.
Nos termos do artigo 300 do NCPC revela-se indispensável, à concessão do provimento provisório de urgência antecipado vindicado, verificar, na hipótese concreta trazida ao juízo, a existência de relevância da fundamentação inerente ao pedido – probabilidade do direito alegado, fumus boni iuris – e de perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo – periculum in mora, se a ordem for deferida somente ao final ou posteriormente, cotejadas à luz de superior critério da proporcionalidade/razoabilidade, em exercício de técnica de ponderação de interesses em aparente tensão no caso em apreço, como recomenda a Constituição da República.
Versando, a hipótese dos autos, sobre descontos efetivados em folha de pagamento da parte autora, em exame derivado de cognição não exauriente verifica-se que a plausibilidade da argumentação decorre da negativa peremptória contida na peça inicial, no sentido de ser a parte requerente devedora e de ter celebrado qualquer negócio jurídico frente a parte ré, diante das circunstâncias narradas, por ora não infirmadas pela documentação já trazida aos autos, nesta mera fase de juízo sumário. Negando veementemente, pois, a relação jurídica subjacente à suposta dívida, certo é que a parte requerente deseja discutir a própria existência da obrigação que teria ocasionado o ato questionado.
Sintomática revela-se, ainda, nesta fase inicial do procedimento, a constatação de que são mesmo múltiplos e constantes os casos a aportar ao judiciário, de empréstimos/contratos forjados frente a aposentados e pensionistas, com descontos em folha, sem anuência ou benefício dos titulares.
De outra banda, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo descortina-se de prejuízos mensais tão plausíveis quanto relevantes, diante dos descontos de fato efetivados em beneficio previdenciário da parte requerente, imbuídos de caráter flagrantemente alimentar.
Impõe-se ressalte-se que o deferimento da medida de urgência sequer tem o condão de causar prejuízo considerável à parte requerida, de resto não se tratando de providência irreversível, uma vez que serão retomados, com a cobrança dos valores pretéritos devidos, em caso de se quedar comprovada, durante a instrução processual, a legalidade da iniciativa, diante de direito de índole contratual seu.
Diante do quanto exposto, com fulcro nos arts. 294 e ss, c/c art. 300, do Código de Processo Civil brasileiro, e pretendendo a parte autora discutir a existência do contrato mencionado na inicial, DEFIRO a tutela provisória de urgência antecipada pugnada, e determino a suspensão dos descontos efetuados pela parte requerida - como reserva de margem consignável, contrato 10866890 (ID: 26839659) -, no valor de R$ 46,85 mensal, na conta da parte autora, ASSIS FERREIRA DA COSTA, CPF: 462.106.369-34, sob pena de pagamento de multa diária, de logo fixada em R$ 100,00 (cem reais) até o limite de R$ 2.000,00 (dois mil reais), em caso de transgressão do preceito, com a ressalva de que tal medida poderá ser reapreciada ou revogada a qualquer tempo, durante o curso do processo, nos termos do art. 296 do NCPC.
Para tanto, SIRVA A PRESENTE COMO OFÍCIO, a ser cumprido com total urgência.
Cumpre ao juízo cientificar às partes quanto à possibilidade de inversão do ônus da prova acerca dos pontos eventualmente controvertidos da lide posta nos autos, decorrente da subsistência de eventual hipossuficiência do consumidor frente à relação jurídica subjacente aos fatos, bem ainda de que a referida inversão, uma vez operada, não eximirá a parte autora da comprovação da prova de eventuais danos por ela alegados (TJ-RS - Recurso Cível 71002988830 RS, Relator: Adriana da Silva Ribeiro, Data de Julgamento: 15/09/2011, Terceira Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 21/09/2011).
Determino a tramitação prioritária do feito, em razão do disposto na Lei 7.741/2003, art. 71; procedam-se às anotações necessárias.
Passo seguinte, considerando a implantação da Central Judiciária de Solução de Conflitos e Cidadania, de acordo com a Resolução n. 008/2013-PR, disponível no DJ de n. 098, de 29/5/2013, encaminhe-se os autos para realização da audiência de conciliação (art. 12, III do Provimento), que realizar-se-á no dia 07/08/19 às 08 horas, junto a CEJUSC, localizado nas dependências do Fórum Desembargador Sobral Pinto, situado à Avenida das Nações, 2225, Centro, Cerejeiras-RO, CEP: 76997-000 - Fone:(69) 3342-2283.
SERVE A PRESENTE COMO:
a) MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO RÉU, observando o seguinte endereço para localização:
Banco BMG, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 61.186.680/0001-74 com endereço na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3477, 9º andar, Itaim Bibi, CEP: 04.538-133, São Paulo/SP;
b) MANDADO DE INTIMAÇÃO DA AUTORA, observando, para tanto, o seguinte endereço:
ASSIS FERREIRA DA COSTA, residente e domiciliado na Rua 15 de Novembro, nº 0481, Corumbiara-RO.
Cite-se a parte requerida, no endereço declinado na inicial, para que ofereça resposta, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia e confissão, nos termos do art. 335 do NCPC, prazo este que será contado a partir da realização da audiência de conciliação.
Após a resposta da parte requerida, providencie o Cartório a abertura de vista dos autos ao Autor para que se manifeste no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos arts. 350/351 do NCPC.
Em seguida, providencie o Cartório a intimação das partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir - e caso queiram, sugiram os pontos controvertidos da demanda - no prazo comum de 05 (cinco) dias, transcorrido o referido prazo, venham conclusos para as FINALIDADE s dos arts. 354/357do NCPC.
Cumpra-se.
Cerejeiras/RO. terça-feira, 30 de abril de 2019
BRUNO MAGALHÃES RIBEIRO DOS SANTOS
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 1ª Vara
Av. das Nações, nº 2225, Bairro Centro, CEP 76.997-000, Cerejeiras, RO 7000584-56.2019.8.22.0013
Procedimento Comum

AUTOR: JOSIVALDO FERNANDES DA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: CLAUDINEI MARCON JUNIOR OAB nº RO5510
RÉU: CEREJEIRAS COMERCIO DE FERRAGENS LTDA - EPP
DECISÃO
Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito c/c pedido de indenização por danos morais, manejada por JOSIVALDO FERNANDES DA SILVA em face de DISÁGUA - CEREJEIRAS COMÉRCIO DE FERRAGENS LTDA, com pedido de tutela provisória de urgência antecipada - em caráter incidental -, no sentido de lograr provimento imediato para exclusão da negativação de seu nome nos cadastros de proteção ao crédito, sob o argumento da inexistência/inexigibilidade do débito a permitir a inclusão/manutenção de seu nome no rol de inadimplentes.
Trouxe aos autos procuração e documentos.
Em síntese, é o que há de relevante. DECIDO.
Defiro a gratuidade judiciária.
Nos termos do artigo 300 do NCPC, revela-se indispensável, à concessão do provimento provisório de urgência antecipado vindicado, verificar, na hipótese concreta trazida ao juízo, a existência de relevância da fundamentação inerente ao pedido - probabilidade do direito alegado, fumus boni iuris - e de perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo – periculum in mora, se a ordem for deferida somente ao final ou posteriormente, cotejadas à luz de superior critério da proporcionalidade/razoabilidade, em exercício de técnica de ponderação de interesses em aparente tensão no caso em apreço, como recomenda a Constituição da República.
Analisando sumariamente a prova carreada aos autos, e a argumentação trazida na inicial, verifica-se que o perigo da demora na prestação jurisdicional encontra-se bem caracterizado na hipótese, já que são evidentes os prejuízos diários decorrentes dos efeitos da manutenção da inscrição do nome da parte requerente nos cadastros de proteção ao crédito, sobretudo por inviabilizar o exercício de suas prerrogativas enquanto consumidor junto ao mercado de consumo, sendo certo que deseja ele discutir a existência da dívida que teria ocasionado o apontamento no respectivo cadastro.
De outro lado, a plausibilidade da argumentação decorre da negativa peremptória no sentido de ser a parte requerente devedora, e de ter ela deixado de efetuar o pagamento, diante das circunstâncias narradas, por ora não infirmadas pela documentação já trazida aos autos, nesta mera fase de cognição sumária. Certo é, noutra esfera, que a parte requerente deseja discutir a própria existência/exigibilidade da obrigação que teria ocasionado sua negativação/manutenção no cadastro de inadimplentes, valendo ressaltar que, em casos como este, o entendimento da jurisprudência pátria tem trazido a seguinte diretriz:
PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. MEDIDA CAUTELAR. CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PLAUSIBILIDADE JURÍDICA. 1. A jurisprudência desta Corte sedimentou entendimento, em sede de recurso repetitivo (art. 543-C do CPC), no sentido de que a simples discussão judicial da dívida não é suficiente para obstaculizar ou remover a negativação do nome do devedor no cadastro restritivo de crédito, a qual depende da presença concomitante dos seguintes requisitos: a) houver ação proposta pelo devedor contestando a existência integral ou parcial do débito; b) ficar demonstrado que a alegação da cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STF ou STJ; c) for depositada a parcela incontroversa ou prestada a caução fixada conforme o prudente arbítrio do juiz, para o caso de a contestação ser apenas de parte do débito. (Resp n. 1.061.530, Segunda Seção, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 22/10/2008). 2. Os requisitos autorizadores da concessão de tutela de urgência previstos no artigo 273 do Código de Processo Civil devem ser aferidos pelo juiz natural, sendo defeso ao Superior Tribunal de Justiça o reexame dos aludidos pressupostos, em face do óbice contido na súmula 07/STJ. 3. No caso, ainda que se pudesse entender pelo recebimento, em caução, do bem alienado fiduciariamente em garantia da mesma dívida, o parcial provimento do recurso especial, neste ponto, não teria o condão de autorizar a concessão do pedido de antecipação dos efeitos da tutela, uma vez que, como visto, o Tribunal a quo não analisou a presença de requisito essencial, qual seja, de estar demonstrada que a contestação da cobrança estaria amparada no bom direito e em jurisprudência consolidada das Cortes Superiores, o que caracteriza a ausência de plausibilidade jurídica a autorizar a concessão da medida cautelar. 4. Agravo regimental não provido. (AgRg na MC 19.191/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 05/06/2012, DJe 11/06/2012).
Impõe-se ressalte-se que o deferimento da medida de urgência sequer tem o condão de causar prejuízo de considerável monta à parte requerida, de resto não se tratando de providência irreversível, uma vez que poderá ser reavivada qualquer negativação, em caso de restar comprovada, ao final do procedimento, a legalidade da iniciativa, diante de direito de fulcro contratual seu.
Diante do quanto exposto, com fulcro nos arts. 294 e ss, c/c art. 300, do Código de Processo Civil brasileiro, DEFIRO a tutela provisória de urgência antecipada postulada, para determinar que a parte requerida RÉU: CEREJEIRAS COMERCIO DE FERRAGENS LTDA - EPP abstenha-se de incluir o nome da parte requerente nos cadastros de inadimplentes, inclusive SPC, SCPC e SERASA e CARTÓRIO DE PROTESTOS, relativamente ao TÍTULO 00059360101, com vencimento em 05/12/2018, no valor de 620,00, ou de pronto os exclua do cadastro negativo, no prazo de 05 (cinco) dias, caso já o tenha feito, tudo sob pena de multa diária no valor de R$ 200,00 (duzentos reais), até o limite de R$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais), em caso de descumprimento do preceito, com a ressalva de que tal medida poderá ser reapreciada ou revogada a qualquer tempo, durante o curso do processo, nos termos do art. 296 do NCPC.
Oficiem-se os órgãos de proteção e restrição ao crédito, SPC e SERASA/EXPERIAN, no sentido de que se abstenham de promover a inclusão do nome da parte autora AUTOR: JOSIVALDO FERNANDES DA SILVA em seus cadastros de inadimplentes, relativamente ao TÍTULO 00059360101, com vencimento em 05/12/2018, no valor de 620,00, por ela supostamente firmado com a requerida, até ulterior deliberação deste juízo.
De início, cumpre ao juízo cientificar às partes quanto à possibilidade de inversão do ônus da prova acerca dos pontos eventualmente controvertidos da lide posta nos autos, decorrente da subsistência de eventual hipossuficiência do consumidor frente à relação jurídica subjacente aos fatos, bem ainda de que a referida inversão, uma vez operada, não eximirá a parte autora da comprovação da prova de eventuais danos por ela alegados (TJ-RS - Recurso Cível 71002988830 RS, Relator: Adriana da Silva Ribeiro, Data de Julgamento: 15/09/2011, Terceira Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 21/09/2011).
Considerando a implantação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, de acordo com a Resolução nº. 008/2013-PR, disponível no DJ de n. 098, de 29/5/2013, proceda-se à remessa destes autos ao Centro localizado nas dependências do Fórum Desembargador Sobral Pinto, situado à Avenida das Nações, 2225, Centro, Cerejeiras-RO, CEP: 76997-000 - Fone:(69) 3342-2283, para a realização de audiência de conciliação (art. 12, III do Provimento), que acontecerá no dia 10/07/2019 ÀS 11h20min.
Ficam, desde logo, advertidas as partes de que a ausência injustificada à referida audiência de conciliação importará em ato atentatório à dignidade da justiça e, portanto, passível de imposição de pena de multa (NCPC, art. 334, § 8º).
Cite-se a parte ré, no endereço declinado na inicial, para que ofereça contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia e confissão, no que couber, nos termos dos arts. 344 e 183 do NCPC, prazo que será contado a partir da realização da audiência de conciliação.
---SERVE A PRESENTE COMO:
a) CARTA/MANDADO /CARTA PRECATÓRIA DE INTIMAÇÃO para a parte requerente: JOSIVALDO FERNANDES DA SILVA, Avenida

Itália C. Franco, nº 1619, Centro, cidade de Corumbiara/RO;
b) CARTA/MANDADO /CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO para a parte requerida:
DISAGUA – CEREJEIRAS COMÉRCIO DE FERRAGENS LTDA, Avenida das Nações, nº 1210, Jardim Primavera, CEP: 76997-000, cidade de Cerejeiras (RO);
c) OFÍCIO AO SPC BRASIL, observando-se o seguinte endereço para envio: SCS, Qd. 01, Bloco G, Lt 30, Lj. 4, Ed. Baracat – Térreo, Cidade Asa Sul. Brasília-DF. CEP: 70.301-000.
d) OFÍCIO AO SERASA/EXPERIAN, observando-se o seguinte endereço para envio: ALAMEDA DOS QUINIMURAS, Nº 187, PLANALTO PAULISTA, SÃO PAULO-SP. CEP: 04068-900.
Pautado no princípio da efetividade da prestação jurisdicional e a fim de viabilizar que o processo retorne a este juízo apenas na fase de saneamento/julgamento antecipado da lide, salvo em caso de pedido incidental urgente, autorizo o Sr. Escrivão ou substituto imediato a prática dos seguintes atos ordinatórios:
a) com a vinda da contestação, desde que acompanhada de documentos que não digam respeito à representação processual ou venha contendo preliminares, dê-se vista à parte autora em réplica e - no prazo de 15 (quinze) dias - e no caso desta vir subsidiada de documentos novos, consequente vista à parte ré, no igual prazo de 15 (quinze) dias;
b) apresentada a contestação ou depois da réplica, providencie o Cartório a intimação das partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir - e caso queiram, sugiram os pontos controvertidos da demanda - no prazo comum de 05 (cinco) dias, transcorrido o referido prazo, venham conclusos para as FINALIDADE s dos arts. 354/357do NCPC.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do NCPC.
Intimem-se.
Cerejeiras/RO. terça-feira, 30 de abril de 2019
BRUNO MAGALHÃES RIBEIRO DOS SANTOS
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 1ª Vara
Av. das Nações, nº 2225, Bairro Centro, CEP 76.997-000, Cerejeiras, RO 7002060-66.2018.8.22.0013
Procedimento Comum
AUTOR: C. A. RURAL LTDA
RÉU: ARISTIDES DIAS DA CHAGAS
DESPACHO
Em conformidade ao teor da RESOLUÇÃO 008/2013-PR, que criou os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, HOMOLOGO, nesta oportunidade, os termos da DECISÃO consignada em ata de audiência, conforme abaixo se lê.
Defiro o pedido de prazo para juntada da carta de preposto.
Considerando que a tentativa de conciliação entre as partes restou impossibilitada em face da ausência da parte requerida, bem como em razão do pedido de redesignação, defiro o pedido da autora, no que assinalo o dia 05 de JUNHO de 2019, às 8h30min para tentativa de conciliação.
SIRVA A PRESENTE COMO: CARTA PRECATÓRIA ou MANDADO DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA, no endereço indicado nos autos. Para tanto, autorizo o uso das prerrogativas do artigo 212 do CPC/15 e respectivos parágrafos.
Anexe-se ao expediente cópia do pedido inicial e do DESPACHO.
Pratique-se os atos necessários.
Saem os presentes intimados.
Cerejeiras-RO, 16 de abril de 2019
Bruno Magalhães Ribeiro dos Santos
Juiz de Direito

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Cerejeiras - 1ª Vara Genérica
Processo: 7000026-84.2019.8.22.0013
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: LUCIANO DA SILVA BRUNING
REQUERIDO: TELEFONICA BRASIL S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES - GO29320
INTIMAÇÃO do advogado da parte requerida: "DECISÃO. Cuida-se de ação declaratória de inexistência de débitos c.c indenização por danos morais, proposta por LUCIANO DA SILVA BRUNING em desfavor de TELEFÔNICA BRASIL S/A, perante o Juizado Especial Cível. O feito foi recebido no ID: 24482678, determinando-se a citação da requerida para comparecimento a audiência para tentativa de conciliação para o dia 19/02/2019, isso em 06/02/2019. Procedeu-se, então, as diligências para localização da ré, a qual foi citada somente em 07/02/2019, ID: 24572121, ficando ciente acerca da data da solenidade. Audiência de conciliação infrutífera, conforme ata de ID: 24801804, em razão da ausência da requerida, ocasião em que lhe foi decretada a revelia, tendo sido julgada a pretensão, nos exatos termos postulados na inicial, a qual, porém, não foi homologado pelo juízo, conforme ID: 24801823. Na sequência, adveio petição pela requerida (ID: 25025610), por intermédio de advogado, pleiteando a nulidade do processo ao argumento de cerceamento de defesa, em razão da inobservância do prazo mínimo para intimação para comparecimento a solenidade. Pleiteou, então, pela designação de nova solenidade e reabertura do prazo de contestação. Vieram-me, então, conclusos. DECIDO. Pois bem. Após análise acurada ao feito, verifico que razão assiste a parte requerida, na integralidade, uma vez que a sua citação/intimação para a solenidade ocorreu no dia 07/02/2019, ou seja, 12 (doze) dias antes da solenidade, previamente designada para o dia 19/02/2019, conforme infere-se nos documentos de IDs: 24572722 e 24801804. Destaque-se que o Novo Código de Processo Civil, em seu art. 334, caput, dispõe: "Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência. " Assim, resta claro que o lapso temporal previsto na legislação não foi observado, resultando em prejuízo a parte demandada, especialmente em razão da empresa situar-se em Porto Velho/RO. Assim, diante das irregularidade apontada, ora reconhecida por esse Magistrado, entendo ser o caso de acolhimento da pretensão de ID: 25025610, para fins de declarar a nulidade da audiência de conciliação outrora realizada e demais atos processuais subsequentes. Por consequência, visando o regular trâmite da lide, DESIGNO nova audiência de tentativa de conciliação para o dia 10 de Junho de 2019 às 08h30min, junto a CEJUSC, ocasião em que as partes deverão estar devidamente assistidas pelos advogados, e a requerida deverá, querendo, oferecer defesa, sob pena de ser-lhe decretada a revelia, com presunção de veracidade dos fatos articulados na inicial. Advirta-se-lhe de que a ausência injustificada da(s) parte(s) requerida(s) à audiência de conciliação, ou a não apresentação de contestação, acarretará a presunção de veracidade dos fatos articulados pela parte requerente (Lei nº 9.099/95, art. 20). Realizada a audiência, havendo acordo, homologue-se-o em audiência. Não havendo conciliação, após resposta(s) da(s) parte(s) requerida(s), franqueie-se à parte autora suficiente oportunidade de manifestação oral, em audiência, quanto aos termos da(s) contestação(ões) então apresentada(s). Em seguida, ainda em audiência as partes deverão especificar as provas que pretendem produzir, justificando-lhes detalhadamente a pertinência e relevância em relação aos fatos alegados e desfecho da lide, sob pena de indeferimento Após, tornem os autos conclusos para deliberação quanto às provas postuladas ou julgamento antecipado da lide. SIRVA A PRESENTE COMO: a) CARTA / MANDADO / CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA(S) PARTE(S) REQUERIDA(S), observando-se o(s) seguinte(s) endereço(s) para localização: REQUERIDO: TELEFONICA BRASIL S.A. CNPJ nº 02.558.157/0001-62, RUA GETÚLIO VARGAS 1941, - DE 1679 A 2099 - LADO ÍMPAR KM 1 - 76804-097 - PORTO VELHO - RONDÔNIA. b) CARTA /

MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA, observando-se, para tanto, o seguinte endereço: REQUERENTE: LUCIANO DA SILVA BRUNING CPF nº 948.490.562-53, LINHA 03, 3ª PARA 4ª EIXO KM 10 ZONA RURAL - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA. Para tanto, autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do NCPC. Aguarde-se a solenidade. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Cerejeiras/RO. quinta-feira, 25 de abril de 2019. BRUNO MAGALHÃES RIBEIRO DOS SANTOS, Juiz de Direito "

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 1ª Vara
Av. das Nações, nº 2225, Bairro Centro, CEP 76.997-000, Cerejeiras, RO 7001940-23.2018.8.22.0013
Nota Promissória
Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: R. A. SILVA - ME
ADVOGADO DO REQUERENTE: CLAUDINEI MARCON JUNIOR OAB nº RO5510
REQUERIDOS: MARIA DE LURDES SOUZA FERREIRA, ADEILDO FERREIRA
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS:
DESPACHO
Tendo em vista a informação constante na certidão de ID: 26383261, redesigno a audiência de tentativa de conciliação para o dia 10 de junho de 2019, às 9:00hs, devendo os requeridos serem citados/intimados por Oficial de Justiça. Para tanto autorizo o uso das prerrogativas do artigo 212 do CPC/15 e respectivos parágrafos. Anexe-se ao expediente cópia do pedido inicial e do DESPACHO. Renove-se a intimação da parte autora por AR.
SERVE A PRESENTE COMO:
CARTA/AR para intimação da parte autora no endereço constante nos autos.
CARTA PRECATÓRIA/ MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO dos requeridos Maria de Lurdes Souza Ferreira e Adeildo Ferreira no seguinte endereço: Av. Rolim de Moura, n. 6245, casa, Rolim de Moura-RO.
Expeça-se o necessário.
Cerejeira/RO,15 de abril de 2019.
BRUNO MAGALHÃES RIBEIRO DOS SANTOS
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 1ª Vara
Av. das Nações, nº 2225, Bairro Centro, CEP 76.997-000, Cerejeiras, RO 7010634-46.2016.8.22.0014
Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL
ADVOGADO DO EXEQUENTE: CRISTIANE TESSARO OAB nº AC4224
EXECUTADO: ANNA DESIREE ORTOLAN DILL
DESPACHO
Considerando que a assinatura constante no acordo apresentado não foi devidamente reconhecida em cartório, e que a parte executada não detem jus postulandi, sequer foi citada nos autos, e não encontra-se assistida de advogado, atento à implantação da Central Judiciária de Solução de Conflitos e Cidadania, de acordo com a Resolução n. 008/2013-PR, disponível no DJ de n. 098, de 29/5/2013, DETERMINO à remessa destes autos à Central para designação e realização de audiência de conciliação, que designo para o dia 03/06/19 às 10h30min, oportunidade em que o acordo citado poderá ser ratificado pelas partes (art. 12, III do Provimento).
Ratificado os termos do acordo, o que deverá ser consignado em ata, homologue-se-o.
Após, nada pendente, arquivem-se.
Caso contrário, retornem-me conclusos.
SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO / CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO/NOTIFICAÇÃO/INTIMAÇÃO:
SICOOB CREDISUL – COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO SUDOESTE DA AMAZÔNIA LTDA, situada a Av. Capitão Castro, nº. 3178, Centro, Vilhena – RO, CEP 76980-000;
ANNA DESIRRE ORTOLAN DIELL, Avenida dos Estados, nº 1144, Cerejeiras/RO.
Expeça-se o necessário. Cumpra-se.
Cerejeiras/RO. quinta-feira, 25 de abril de 2019
BRUNO MAGALHÃES RIBEIRO DOS SANTOS
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 1ª Vara
Av. das Nações, nº 2225, Bairro Centro, CEP 76.997-000, Cerejeiras, RO 7000453-81.2019.8.22.0013
Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: A. M. A. SIMAO BERGAMIN - EPP
ADVOGADO DO AUTOR: CLAUDINEI MARCON JUNIOR OAB nº RO5510
RÉU: SANDRA GONCALVES DA SILVA
DESPACHO
Com razão a parte requerente no ID: 26164826, pelo que defiro a gratuidade judiciária.
Cite(m)-se a(s) parte(s) requerida(s) para tomar(em) conhecimento do presente pedido, e, querendo, apresentar(em) contestação em audiência de tentativa de conciliação, que se realizará no dia 11/06/2019 às 08h, junto ao CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da comarca, localizado nas dependências do Fórum Desembargador Sobral Pinto, situado na Avenida das Nações, 2225, Centro, Cerejeiras-RO, CEP 76997-000 - Fone (69) 3342-2283, sob pena de ser-lhe decretada a revelia, com presunção de veracidade dos fatos articulados na inicial.
Advirta-se-lhe de que a ausência injustificada da(s) parte(s) requerida(s) à audiência de conciliação, ou a não apresentação de contestação, acarretará a presunção de veracidade dos fatos articulados pela parte requerente (Lei nº 9.099/95, art. 20).
Realizada a audiência, havendo acordo, homologue-se-o em audiência.
Não havendo conciliação, após resposta(s) da(s) parte(s) requerida(s), franqueie-se à parte autora suficiente oportunidade de manifestação oral, em audiência, quanto aos termos da(s) contestação(ões) então apresentada(s).
Em seguida, ainda em audiência as partes deverão especificar as provas que pretendem produzir, justificando-lhes detalhadamente a pertinência e relevância em relação aos fatos alegados e desfecho da lide, sob pena de indeferimento.
Após, tornem os autos conclusos para deliberação quanto às provas postuladas ou julgamento antecipado da lide.
SIRVA A PRESENTE COMO:
a) CARTA / MANDADO / CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA(S) PARTE(S) REQUERIDA(S), observando-se o(s) seguinte(s) endereço(s) para localização:
RÉU: SANDRA GONCALVES DA SILVA CPF nº 703.609.872-49, AV. MARECHAL RONDON 2196 CENTRO - 76995-000 - CORUMBIARA - RONDÔNIA
b) CARTA / MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA, observando-se, para tanto, o seguinte endereço:
AUTOR: A. M. A. SIMAO BERGAMIN - EPP CNPJ nº 14.442.645/0001-99, AVENIDA ITALIA C FRANCO 1682 CENTRO - 76995-000 - CORUMBIARA - RONDÔNIA
Para tanto, autoriza-se o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do NCPC.
Aguarde-se a solenidade.
Expeça-se o necessário.
Cerejeiras/RO. quinta-feira, 25 de abril de 2019
BRUNO MAGALHÃES RIBEIRO DOS SANTOS
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário - Comarca de Cerejeiras - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Fórum Dr. Sobral Pinto, Avenida das Nações, 2.225, Centro - Cerejeiras/RO
CEP 76997-000 - (Fax) Fone (069) 3342-2283 e 3342-2235 – Email: Cjs1vara@tjro.jus.br
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS
Autos: 7001870-74.2016.8.22.0013
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Exequente: LUCIANE GOMES DE SOUZA
Advogada: RAfaela G. Messias - OAB/RO 4656
Executado: ADRIANO VASCONCELLOS AMANCIO
FINALIDADE: INTIMAÇÃO do executado Adriano Vasconcellos Amâncio, inscrito no CPF n° 872.317.861-20, atualmente em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 15 (quinze) dias, para pagar o valor de R$11.821,37 (onze mil, oitocentos e vinte e um reais e trinta e sete centavos), atualizado em 26/08/2016, adimplindo o montante da condenação, corrigido e atualizado nos termos da SENTENÇA, sob pena de multa de 10% (dez por cento) e de honorários advocatícios sucumbenciais relativos à fase de cumprimento de SENTENÇA, que ora fixo em 10% (dez por cento).
Cerejeiras, 02 de maio de 2019.
Carlos Vidal de Brito
Diretor de Cartório
Assina por ordem da MM. Juiz de Direito

Portaria 007/98
EDITAL DE CITAÇÃO Nº 37/2019
PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS
FINALIDADE: CITAÇÃO DE EVENTUAIS INTERESSADOS para tomar(em) conhecimento da ação proposta, e querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, impugnarem o pedido, à luz do art. 109 e seguintes da Lei 6.015/73, ciente de que, não fazendo, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo(a) parte autora na petição inicial.
Autos: 7000229-46.2019.8.22.0013
Classe: RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL (1682)
Assunto: Retificação de Nome
Requerente: G. H. D. S. e outros (2)
Cerejeiras- RO, 02 de maio de 2019.
CARLOS VIDAL DE BRITO
Diretor de Cartório
Assina por ordem do(a) MM(a) Juiz(a) de Direito
Portaria n° 007/98

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário - Comarca de Cerejeiras - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Fórum Dr. Sobral Pinto, Avenida das Nações, 2.225, Centro - Cerejeiras/RO
CEP 76997-000 - (Fax) Fone (069) 3342-2283 e 3342-2235 – Email: cjs1vara@tjro.jus.br
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 30 (trinta) dias
Autos: 7000887-07.2018.8.22.0013
Classe: BUSCA E APREENSÃO (181)
Requerente: BV FINANCEIRA S/A
Requerido: CLOVIS LEANDRO DA SILVA
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte requerida Clóvis Leandro da Silva, brasileiro, CPF 079.038.122-20, atualmente em lugar incerto e não sabido, para, em 10 (dez) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$158,36 (cento e cinquenta e oito reais e trinta e seis centavos), sob pena de inscrição em dívida ativa.
Cerejeiras/RO, 02 de maio de 2019.
Carlos Vidal de Brito
Diretor de Cartório
Assina por ordem da MM. Juiz de Direito
Portaria n° 007/98

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO:
cjs2vara@tjro.jus.br
JUIZ: Fabrízio Amorim de Menezes
Diretor de Cartório: Arrisson Dener de Souza Moro

Proc.: 0002389-47.2011.8.22.0013
Ação:Embargos de Terceiro (Cível)
Embargante:M. F. Martins ME
Advogado:Wagner Aparecido Borges (OAB/RO 3089)
Embargado:Fazenda Nacional, Israel Pereira de Alencar
Advogado:Não Informado (xx)
DESPACHO:
DESPACHO Promovo nova suspensão do feito, por 1 (um) ano, para o fim de aguardar o julgamento do recurso interposto. Decorrido o prazo de suspensão, certifique-se o andamento do recurso e retornem os autos conclusos. Cerejeiras-RO, quinta-feira, 2 de maio de 2019.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0002024-51.2015.8.22.0013
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco de Lage Landen Brasil S/a.
Advogado:Jorge Luis Zanon (MT 9975A)
Executado:José Carlos Polidoro, Luzia Machado Polidoro
DESPACHO:
DESPACHO Trata-se de pedido da parte exequente para que se realize pesquisa através do sistema INFOJUD para a obtenção de informações acerca dos bens da parte executada.Inicialmente, cumpre consignar que nenhum direito fundamental se reveste de caráter absoluto, e que o direito à intimidade pode ser relativizado em face de situações excepcionais de notório interesse público que as justifiquem (Princípio da Supremacia do Interesse Público). Portanto, não há no sistema constitucional brasileiro, direitos ou garantias que se revistam de caráter absoluto, mesmo porque razões de relevante interesse público ou exigências derivadas do princípio de convivência das liberdades legitimas, ainda que excepcionalmente, a adoção, por parte dos órgãos estatais, de medidas restritivas das prerrogativas individuais ou coletivas, desde que respeitados os termos estabelecidos na própria Constituição (STF – MS 23.452/RJ, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 15.05.2000. Destarte, se revela fundamental à instrução e eficácia dos atos executórios a “quebra” de sigilo fiscal do executado, em vista que está demonstrada de forma concreta sua imprescindibilidade, pela inexistência de outros meios possíveis a se efetivar a investigação de bens da executada. A jurisprudência firmou-se no sentido de que o afastamento do sigilo fiscal da parte executada se admite quando esgotados os demais meios extrajudiciais de localização de bens passíveis de penhora.Neste sentido o Superior Tribunal de Justiça se manifestou:AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. PROCESSO DE EXECUÇÃO. SIGILO FISCAL. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO À RECEITA FEDERAL. MEDIDA EXCEPCIONAL. 1. O STJ firmou entendimento de que a quebra de sigilo fiscal ou bancário do executado para que o exequente obtenha informações sobre a existência de bens do devedor inadimplente é admitida somente após terem sido esgotadas as tentativas de obtenção dos dados na via extrajudicial. 2. Agravo regimental provido. (STJ, 4ª Turma, AgRg no REsp 1135568/PE, Rel. Min. João Otávio de Noronha, J.18/05/2010.)Nesta senda, pelo que se constata dos autos a parte exequente empreendeu várias das diligências possíveis para localização de bens em nome dos executados, sem obter êxito.Deste modo, defiro o pedido de requisição de informações atinentes aos bens do executado.Nesta data procedi à consulta via INFOJUD, a qual restou infrutífera, conforme espelho juntado aos autos. Altere-se a distribuição do processo constando segredo de

justiça, em razão das informações relativas ao sigilo fiscal do réu. Ademais, destaco quem em consulta ao sistema RENAJUD não consta nenhuma restrição veicular. Intime-se a parte exequente para que manifeste quanto ao prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias.Expeça-se o necessário.Serve de carta/MANDADO /ofício. Cerejeiras-RO, quinta-feira, 2 de maio de 2019.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0000152-59.2019.8.22.0013
Ação:Petição (Criminal)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Réu:José Aldeci de Araújo
Advogado:Rafael Pires Guarnieri (RO 8184)
DECISÃO:
DECISÃO Junte-se aos autos cálculo de pena do reeducando JOACIMAR DA SILVA VIANA, bem como certidão carcerária. Em caso de compatibilidade de pena com o reeducando JOSE ALDECI DE ARÁUJO, oficie-se ao Juízo da VEP de São Miguel do Guaporé a fim de que informe se autoriza a permuta entre os reeducandos. Sendo autorizada a permuta, desde já DEFIRO a permuta e determino que expeça-se o necessário para recambiamento do reeducando JOACIMAR DA SILVA VIANA àquela Comarca, remetendo-se os autos de execução de pena. Todavia, em caso negativo, oficie-se a SEJUS para que proceda o imediato recambiamento do reeducando JOSE ALDECI DE ARÁUJO à Comarca de São Miguel do Guaporé/RO, arquivando-se os autos. Intime-se. Expeça-se o necessário. Serve de carta/MANDADO / ofício. Cerejeiras-RO, quinta-feira, 2 de maio de 2019.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0002236-48.2010.8.22.0013
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (2020202020 2020202020)
Executado:Espólio de José Carlos de Souza Barbeiro
Advogado:Fabrício Grisi Médici Jurado.. (RO 1751), Manoel Flavio Medici Jurado (RO 12-B), Melissa Bárbara Santos Fleury (OAB/SP 198544), Fábio Martins de Oliveira (OAB/SP 238382), André Pinto Camargo (OAB/SP 219490), Flávio José Serafim Abrantes (OAB/SP 133285), Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562), José Theophilo Fleury Netto (OAB/SP 10784)
DESPACHO:
DESPACHO Avoco os autos para determinar a expedição de nova RPV para pagamento dos honorários periciais. No mais, cumpra-se o determinado no DESPACHO retro. Cerejeiras-RO, quinta-feira, 2 de maio de 2019.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito
Arrisson Dener de Souza Moro
Diretor de Cartório

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7002747-14.2016.8.22.0013
Classe: CÍVEL - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
Nome: BANCO BRADESCO S.A.
Endereço: Banco Bradesco S.A., S/N, CIDADE DE DEUS, Vila Yara, Osasco - SP - CEP: 06029-900
Advogado do(a) AUTOR: MAURO PAULO GALERA MARI - RO4937-S
Nome: FAYSLEN & MEDEIROS LTDA EPP
Endereço: Avenida São Paulo, 489, Centro, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
DESPACHO
Nesta data procedi à consulta via INFOJUD, a qual restou infrutífera, conforme espelho em anexo.
Altere-se a distribuição do processo constando segredo de justiça, em razão das informações relativas ao sigilo fiscal do réu.
Intime-se a parte autora para que manifeste quanto ao prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias.
Expeça-se o necessário.
Serve a presente de carta/MANDADO /ofício.
Cerejeiras, 30 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7000273-65.2019.8.22.0013
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: JOSE DIVINO DE FREITAS
Endereço: Rua Paraiba, 1400, casa, centro, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Advogado do(a) REQUERENTE: VALDETE MINSKI - RO3595
Nome: BANCO ITAU CONSIGNADO S.A.
Endereço: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Parque Jabaquara, São Paulo - SP - CEP: 04344-902
SENTENÇA
Relatório dispensado, na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por dano moral e pedido de antecipação de tutela ajuizada em face de JOSE DIVINO DE FREITAS em face de BANCO ITAÚ CONSIGNADO S.A.
O feito encontra-se em ordem e em condições de ser proferida a SENTENÇA já tendo elementos suficientes para resolução da demanda, razão pela qual passo ao julgamento antecipado do MÉRITO, nos moldes do art. 355, I do Código de Processo Civil, sendo prescindíveis maiores provas.
Narrou o autor, em sua exordial, que, firmou contrato de empréstimo com o requerido, sob o rótulo de contrato n. 539311421, com pagamento em 58 (cinquenta e oito) parcelas, ficando ajustado que o pagamento das parcelas seria efetivado através de desconto em folha de pagamento, iniciando em 30/11/2013 e findando em 30/08/2018. Foram realizados todos os descontos em sua folha de pagamento, sendo que no mês de dezembro de 2018, tentou realizar empréstimo junto ao Banco do Brasil, todavia, o mesmo foi negado em razão de seu nome estar negativado, referente a uma parcela com vencimento para o dia 05/10/2018, no valor de R$ 261,69 (duzentos e sessenta uns reais e sessenta e nove centavos).
Requereu a antecipação de tutela para exclusão de seu nome dos cadastros restritivos de crédito, a declaração de inexistência de débitos e a condenação da requerida em indenização por danos morais.
Pois bem. Após a minuciosa análise dos documentos que instruem a petição inicial, assim como a peça de defesa, tenho como procedentes os pedidos formulados pelo autor.
Impõe-se registrar que a relação jurídica versada nos autos é de consumo, uma vez que a parte autora encontra-se abarcada pelo conceito normativo positivado no art. 2º da Lei n. 8.078/90 e, igualmente, a parte ré subsumi-se ao conceito do art. 3º do referido diploma legal.
Isso posto, a análise do feito leva a CONCLUSÃO de que os danos alegados pela autora se enquadram no chamado defeito ou fato do serviço, previsto no artigo 14 do diploma consumerista, in verbis:
Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos. (grifei)

Tratando-se de fato do serviço, a inversão do ônus da prova se opera ope legis, é dizer, a própria legislação prevê que, para não ser responsabilizado, caberá ao fornecedor comprovar que tendo prestado o serviço, o defeito inexiste, ou, a ocorrência de culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro (art. 14, §3º, CDC).
Nesse diapasão, apesar da narrativa apresentada pela ré na contestação, acerca da licitude do débito, nenhuma prova foi produzida a fim de demonstrar a veracidade dos fatos.
A instituição ré alega que somente tomou conhecimento do problema, após o ajuizamento da ação, sendo que a parte autora não tentou solucionar o conflito extrajudicialmente.
Conforme se verifica nas fichas financeiras juntadas em id n. 24962801, foram realizados descontos de 58 (cinquenta e oito) parcelas no valor de R$261,69 (duzentos e sessenta e um reais e sessenta e nove centavos) em folha de pagamento do autor entre os meses de novembro de 2013 a agosto de 2018.
Desta feita, a parte autora comprovou o devido pagamento do débito que ensejou a negativação de seu nome. Por outro lado, A ré não trouxe prova capaz de desconstituir os fatos alegados e comprovados pelo autor, tampouco, impugnou a alegação do autor de que o empréstimo teria sido realizado em 58 (cinquenta e oito) parcelas.
Nesse diapasão, considerando a ausência de qualquer prova que desconstitua os fatos narrados pela parte autora, resta claro o defeito na relação de consumo, já que o nome desta foi negativado sem que houvesse qualquer débito que desse origem à inscrição.
Diante desta feita, é lícito dizer que configurado o defeito na relação de consumo, indiscutível a responsabilidade da requerida em reparar o dano.
Inexistindo débitos, ilícita é a inscrição do nome do consumidor no rol de inadimplentes, razão pela qual o débito que originou a inscrição da parte requerente nos órgãos de proteção ao crédito, deve ser declarado inexistente, confirmando-se a antecipação de tutela para determinar à parte ré que retire qualquer negativação relativa ao débito objeto de litígio.
Outrossim, certificada a irregularidade da negativação efetuada pelo requerido nos cadastros restritivos de crédito, dúvidas não pairam acerca do sofrimento, pelo demandante, de danos de cunho moral.
Logo, ante a constatação do fato lesivo (inscrição indevida em órgão de proteção ao crédito), do dano produzido, e do nexo causal entre a conduta ilícita e o dano perpetrado contra o autor, configurado está a violação da honra objetiva da autora.
Já se pronunciou o egrégio Superior Tribunal de Justiça que, em casos de inscrição indevida o dano moral é presumido, ou seja, independe da prova do dano:
AGRAVO REGIMENTAL. ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL. FORNECIMENTO DE ÁGUA. DANO MORAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA. DISSABOR. PROVA. DESNECESSIDADE. 1. Alegações genéricas quanto às prefaciais de afronta ao art. 535 do Código de Processo Civil não bastam à abertura da via especial pela alínea a do permissivo constitucional, a teor da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal. 2. O dano moral, em regra, decorre da própria inscrição indevida nos cadastros de inadimplentes, surgindo in re ipsa, sendo desnecessária a produção de provas a respeito. 3. A quantia fixada a título de danos morais (R$ 6.000,00) não extrapola a razoabilidade, o que inviabiliza o recurso especial nos termos da Súmula 7/STJ. 4. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg no REsp: 1381649 RJ 2013/0126106-7, Relator: Ministro CASTRO MEIRA, Data de Julgamento: 10/09/2013, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 19/09/2013) (grifei).
Seguindo este entendimento, o dano moral gerado pela inscrição ou manutenção indevida, do nome de outrem em cadastros de maus pagadores, gera dano moral presumido, independente de comprovação dos prejuízos sofridos.
Configurado o dano moral, nasce para o responsável a obrigação de repará-lo, independentemente de comprovação dos prejuízos sofridos, uma vez que o abalo de crédito em si já presume uma série de efeitos indesejáveis, como discriminação e desvalorização da pessoa.
Assim, considerando as condições sociais e econômicas da parte requerida, fixo a indenização no patamar de R$ 8.000,00 (oito mil reais), valor que entendo ser capaz de amenizar o dano moral sofrido, bem como servir para dissuadir a parte requerida da prática de novos atos como o presente.
DISPOSITIVO.
Diante do exposto, resolvendo o MÉRITO, nos termos do art. 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, e o faço para declarar inexistente os débitos discutidos nos presentes autos, referente ao contrato de n. 539311421, no valor de R$ 261,69 (duzentos e sessenta e um reais e sessenta e nove centavos), confirmar a liminar, com o fim de excluir definitivamente o nome de JOSE DIVINO DE FREITAS dos cadastros restritivos de crédito, como o SERASA e seus congêneres, com relação ao débito discutido nestes autos e condenar o réu BANCO ITAÚ CONSIGNADO S/A ao pagamento de danos morais no valor de R$8.000,00 (oito mil reais),com a incidência de juros de 1% ao mês e atualização monetária, esta sob os índices do TJ/RO, a partir da publicação desta SENTENÇA (súmula 362 do STJ).
Sem custas e sem honorários, nesta fase.
Transitada esta em julgado, nada sendo requerido arquivem-se.
P.R.I.C.
Serve de carta/MANDADO /ofício.
Cerejeiras, 2 de maio de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica - Juizado Fazenda
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7001262-08.2018.8.22.0013
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: R. A. SILVA - ME
Endereço: Av. Itália Cautiero Franco, 1598, Centro, Corumbiara - RO - CEP: 76995-000
Advogado do(a) REQUERENTE: CLAUDINEI MARCON JUNIOR - RO5510
Nome: VALDEIR BASILO DE PAULA
Endereço: Linha 04, KM 6, Chácara Boa Esperança, Zona Rural, Corumbiara - RO - CEP: 76995-000

DESPACHO
Proceda-se a exclusão do AR juntado em id n. 25456064, vez que refere-se a outros autos.
Ademais, determino a realização de consulta do endereço do requerido via INFOSEG e SIEL. Junte-se o termo.
Constatada a existência de endereço diverso do já diligenciado nos autos, expeça-se o necessário para fins de citação do requerido.
Cumpra-se.
Serve de carta/MANDADO /ofício.
Cerejeiras, 2 de maio de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7000773-05.2017.8.22.0013
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Nome: EVA RAMARO DOS SANTOS
Endereço: Rua Santa Catarina, 894, casa, CENTRO, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000

Advogado do(a) AUTOR: RAFAEL PIRES GUARNIERI - RO8184
Advogado do(a) RÉU: RUBENS GASPAR SERRA - SP119859
Advogado(s) do reclamado: RUBENS GASPAR SERRA
Nome: BANCO BRADESCO SA
Endereço: AV: INTEGRAÇÃO NACIONAL, S/N, TERREO, centro, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
DESPACHO
Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais e Materiais com Pedido de Tutela de Urgência ajuizada por Eva Ramaro dos Santos em face de Banco Bradesco S/A.
Aduz a parte autora que firmou contrato de empréstimo junto ao Banco réu no valor de R$ 4.793,00 (quatro mil setecentos e noventa e três reais) em 60 parcelas no valor de R$ 152,27 (cento e cinquenta e dois reais e vinte e sete centavos) com início em 07.01.2011 e término em 07.12.2015.
Afirma que apesar da total quitação do empréstimo os descontos continuaram ocorrendo, sendo informada pelo Banco requerido que foi realizado outro empréstimo em seu nome no valor de R$ 5.350,32 para pagamento em 72 parcelas no valor de R$ 152,27 (cento e cinquenta e dois reais e vinte e sete centavos).
Segue em suas alegações negando a realização desse último empréstimo e que não autorizou tal negociação. Ao final pugna pela total improcedência do pleito.
Realizada audiência de conciliação, não houve acordo entre as partes – id. 11971933, 13518074.
Intimado para apresentar comprovação de existência de negócio jurídico firmado entre as partes (id. 15536958), o requerido juntou o documento de id. 18257289 que apresenta contrato de empréstimo assinado pela autora.
Instadas a especificar provas (id. 21567459) a parte ré manifestou-se em id. 21915216, contudo não esclareceu se reconhece que o último empréstimo foi realizado de forma fraudulenta por terceiros.
Sendo assim, determino:
I – intime-se o requerido para que, no prazo de 15 dias esclareça se reconhece que o empréstimo no valor de R$ 5.350,32 (cinco mil trezentos e cinquenta reais e trinta e dois centavos);
II – Intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 dias informe se reconhece sendo sua a assinatura aposta no contrato apresentado em id. 18257289 (parte 1).
Com as respostas, conclusos.
Serve a presente de carta MANDADO /ofício.
Cerejeiras, 25 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7001335-77.2018.8.22.0013
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: MARIA MADALENA DE CARVALHO DE CASTRO
Endereço: Rua Espírito Santo, 1252, Primavera, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Advogado do(a) REQUERIDO: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES - GO29320
Nome: EMPRESA TELEFÔNICA DO BRASIL S/A
Endereço: GETULIO VARGAS, 1941, PARTE, SAO CRISTOVAO, Porto Velho - RO - CEP: 76804-097
Advogado(s) do reclamado: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES
SENTENÇA
Dispensado o relatório nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/95.
DECIDO.
Julgo antecipadamente a lide, por não haver necessidade de produção de novas provas (art. 355, inc. I, CPC).
Trata-se de ação de rescisão de contrato c/c indenização por danos morais ajuizada por MARIA MADALENA DE CARVALHO DE CASTRO em face de VIVO S.A.
É dos autos que autora foi cliente da requerida, utilizando o terminal 69-99972-4715, todavia, alega a autora que requereu o cancelamento do contrato em dezembro/2017, o que não foi realizado, permanecendo o envio de faturas em sua residência, gerando a inclusão de seu nome no cadastro de inadimplentes do SPC em 26/01/2018, no valor de R$ 115,01 (cento e quinze reais e um centavos).
Embora a autora tenha sustentado a inexistência de débitos, não comprovou que teria solicitado o cancelamento do contrato no mês de dezembro de 2017, ônus que lhe incumbia.
Por outro lado, a requerida demonstra pela tela do sistema juntada aos autos (id n. 24579652) que houve a utilização dos serviços de julho/2017 a abril/2018, sendo realizado o cancelamento da linha na data de 26/05/2018, em razão da existência de débitos.
Ademais, a autora não informou que deixou de utilizar a linha no período posterior ao suposto pedido de cancelamento da linha.
Vejamos o entendimento da Turma Recursal do Estado de Rondônia:
CONSUMIDOR. TELEFONIA. COBRANÇA DEVIDA. DÉBITO PENDENTE DE PAGAMENTO. SERVIÇOS UTILIZADOS. INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE INADIMPLENTE LEGÍTIMA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO INOMINADO, Processo nº 7004210-84.2017.822.0003, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz Arlen Jose Silva de Souza, Data de julgamento: 21/03/2019.
Assim, considerando que os serviços foram utilizados pela autora, verifica-se que a cobrança do débito é devida.
Ante o exposto, julgo IMPROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial, extinguindo o feito, com resolução do MÉRITO, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.
Deixo de condenar as partes ao pagamento de custas e honorários advocatícios, porquanto incabíveis, a teor do art. 55 da Lei 9.099/95.
P.R.I.C.
Serve de carta/MANDADO /ofício.
Cerejeiras, 2 de maio de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica - Juizado Fazenda
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7001782-65.2018.8.22.0013
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Nome: DORACIDIO ANTONIO DE LIMA
Endereço: linha 05, da 3ª para 4ª eixo, km 8.5, s/n, sítio, Distrito Rondolândia, Corumbiara - RO - CEP: 76995-000
Advogados do(a) EXEQUENTE: MARIO LUIZ ANSILIERO - RO7562, EWERTON ORLANDO - RO7847
Advogado do(a) EXECUTADO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835
Advogado(s) do reclamado: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Rua Sergipe, 1030, Centro, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000

DESPACHO
Foi determinado o arresto virtual, determinando a indisponibilidade dos ativos financeiros em nome do executado (id n 24329929). Instado a impugnar a indisponibidade este manteve-se inerte (id n. 25614596).
Posto isso, converto a indisponibilidade em penhora independentemente de termo, de acordo com o art. 854, §5° do NCPC, e promovo a transferência dos valores para conta judicial (art. 854, §5° c/c art. 1.058 do NCPC).
Considerando que a parte exequente se manifestou (id 25661761), determino a expedição de alvará judicial em nome dos procuradores habilitados, Dr. MÁRIO LUIZ ANSILIERO OAB/RO 7562, CPF/MF N. 797.824.772-49 e Dr. EWERTON ORLANDO OAB/RO 7847, CPF/MF 976.515.322-87, que possuem poderes para receber a dar quitação, para que procedam o levantamento do valor de R$ 8.440,19,
bloqueado em ID 072019000005231819 (cópia anexa), agência 4334, em qualquer agência da Caixa Econômica Federal, devendo comprovar o levantamento nos autos, no prazo de 5 dias.
Serve o presente de ALVARÁ JUDICIAL/ OFÍCIO.
Cumpra-se.
Cerejeiras, 2 de maio de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes - Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7000684-79.2017.8.22.0013
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Nome: A. M. A. SIMAO BERGAMIN - EPP
Endereço: Avenida Italia C Franco, 1682, Centro, Corumbiara - RO - CEP: 76995-000
Advogado do(a) EXEQUENTE: CLAUDINEI MARCON JUNIOR - RO5510
Nome: MARIA DE FATIMA MACHADO DE SOUZA
Endereço: Avenida Barão de Mauá, 2268, Centro, Corumbiara - RO - CEP: 76995-000
DESPACHO
Renove-se a intimação de id. 24499236 para resposta no prazo de 15 dias.
Expeça-se o necessário.
Serve a presente de cartório.
Cerejeiras, 30 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7001886-91.2017.8.22.0013
Classe: PETIÇÃO (241)
Nome: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE RONDONIA
Endereço: AVENIDA CAPITÃO SILVIO, 1410, CRISTO REI, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000
Nome: Helena Palzuch
Endereço: Rua Amapá, 1555, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
DESPACHO
Oficie-se à Secretaria Estadual de Saúde para que informe, no prazo de 15 dias, data para agendamento da consulta médica com oftalmologista, eis que o documento de id. 26624983 demonstra pendência de agendamento desde a data de 12/09/2018.
Com a resposta, façam os autos conclusos.
Pratique-se com urgência.
Expeça-se o necessário.
Serve a presente de carta/MANDADO /ofício.
Cerejeiras, 26 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica - Juizado Fazenda
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7000256-63.2018.8.22.0013
Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116)
Nome: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN-RO
Endereço: Avenida Afonso Pena, 5349, São Cristóvão, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000
Nome: JOSINEY DE SOUZA SANTOS
Endereço: Lh 3 2 PARA 3 EIXO Km 6, SN, Zona Rural, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
DESPACHO
Foi determinada a expedição de ordem de indisponibilidade de ativos financeiros, que foi devidamente cumprida, conforme extrato em anexo.
Desconsiderados eventuais valores irrisórios, insuficientes para satisfazer sequer os custos operacionais do sistema, não foram encontrados valores em nome do(s) executado(s).
Posto isso, manifeste-se a parte exequente, no prazo de 5 dias, requerendo o que de direito para o prosseguimento do feito, considerando o endereço incerto da parte executada.
Cerejeiras, 30 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica - Juizado Fazenda
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7001545-65.2017.8.22.0013
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Nome: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL
Endereço: Avenida Capitão Castro, 3.178, Centro, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Advogado do(a) EXEQUENTE: RENATO AVELINO DE OLIVEIRA NETO - RO3249
Nome: ELIZANE DOS SANTOS TEODORO
Endereço: Rua Santa Catarina, 1295, Centro, Pimenteiras do Oeste - RO - CEP: 76999-000
DESPACHO
Defiro o pedido de penhora online formulado, de acordo com o art. 854 do NCPC.
Por esta razão, determinei a expedição de ordem de indisponibilidade de ativos financeiros, que foi devidamente cumprida, conforme extrato em anexo, restando frutífera.
Intime-se o executado, por meio de seu advogado, ou pessoalmente (via AR, preferencialmente), para que no prazo de 05 (cinco) dias comprove que as quantias são impenhoráveis, ou que consta indisponibilidade de ativos excessiva, nos termos do art. 854, §3°, I e II do NCPC.

Havendo impugnação, com fundamento no art. 10 do Código de Processo Civil, dê-se ciência à parte contrária para manifestação, pelo mesmo prazo, tornando os autos conclusos com urgência.
Não constando manifestação no prazo assinalado, venham os autos conclusos.
Informado o pagamento por outro meio ou havendo pedido de substituição da penhora, após o prazo assinalado, remetam-se conclusos (art. 854, §6°, NCPC).
Nesta data procedi a retirada da restrição RENAJUD sobre o veículo Placa NBR8978 Placa Pré-Mercosul Ano Fabricação 2011 Chassi 9C2JC4820BR269662 Marca/Modelo HONDA/BIZ 125 ES, conforme pedido da parte exequente.
No mais, manifeste-se a parte exequente sobre a consulta INFOJUD realizada, conforme anexo.
Cumpra-se.
Cerejeiras, 30 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7002092-08.2017.8.22.0013
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
Nome: MARIA MADALENA DOS SANTOS
Endereço: Rua Mario Pereira da Silva, 489, Centro, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Nome: Municipio de Cerejeiras
Endereço: desconhecido
DESPACHO
Intime-se a parte pessoalmente, para que compareça ao Núcleo da Defensoria, prazo de 10 dias, sob pena de extinção do feito.
Decorrido o prazo, vistas à Defensoria Pública para manifestação.
Expeça-se o necessário.
Serve a presente de carta/MANDADO /ofício.
Cerejeiras, 30 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7000538-04.2018.8.22.0013
Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116)
Nome: Município de Cerejeiras
Endereço: av das nações, 1919, centro, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Nome: CORREA E CORREA LTDA
Endereço: av das nações, 2685, maranata, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
DESPACHO
Conforme determinado no disposto no art. 8º, inciso I, da Lei 3.896/2016, deixo de determinar a inscrição em dívida ativa e protesto.
Dessa forma, nada mais sendo requerido, arquivem-se.
Cerejeiras, 30 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7001277-74.2018.8.22.0013
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: RICARDO SOARES BORGES
Endereço: Avenida das Nações, 2308, Escritorio, Centro, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Advogado do(a) REQUERENTE: RICARDO SOARES BORGES - RO8409
Advogados do(a) REQUERIDO: SERVIO TULIO DE BARCELOS - RO6673, JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - RO6676
Advogado(s) do reclamado: SERVIO TULIO DE BARCELOS, JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA
Nome: BANCO DO BRASIL SA
Endereço: avenida das Nações, 2238, centro, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
DESPACHO
Nos termos do art. 437 §1º do CPC, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 dias, manifeste-se sobre os documentos juntados em id. 24669618, 24669619.
Decorrido o prazo, conclusos.
Serve a presente de carta/MANDADO /ofício.
Cerejeiras, 30 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 2225, Centro, Cerejeiras - RO - CEP: 76995-000 - Fone:(69) 33422283
Processo nº 7001532-32.2018.8.22.0013
EMBARGANTE: CLOVIS LEANDRO DA SILVA
EMBARGADO: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE RONDONIA
SENTENÇA
Trata-se de Embargos de Terceiro ajuizado por Clóvis Leandro da Silva em face do Ministério Público do Estado de Rondônia, alegando, em síntese, que é legítimo proprietário do bem móvel penhorado nos autos da execução nº 0001963-74.2007.822.0013, consistente o FIAT/Strada Adventure, Placas NDS 8233, ano modelo 2011 e ano Fabricação 2011, cor Cinza, Chassi 9BD27844PB7381625, Renavan 307818543. Alega que adquiriu o veículo em 06/12/2016 da pessoa de Silvete Queiroz da Silva e que à época não havia qualquer restrição em relação ao mesmo. Aduz ainda que sob o bem pende alienação fiduciária em favor da Cooperativa de Crédito Rural do Sul de Rondônia LTDA. Concluiu pleiteando a liberação da penhora sobre o bem que supostamente lhe pertence. Juntou documentos.
Deferido o recolhimento de custas ao final, a ação foi recebida e determinada a citação do embargado. No mesmo ato foi determinado que se verificasse se o bem se encontrava na posse do embargado, o que foi confirmado através de diligência juntada em id. 20509360.
O embargado apresentou contestação, alegando, em síntese, que de fato o bem sub judice foi entregue por Silvete Queiroz da Silva, ao embargante e que resta comprovada a cadeia dominial alegada na inicial. Por fim pugna pela procedência da ação com a consequente retirada da restrição sobre o bem – id. 23155483.

As partes manifestaram-se pela desnecessidade de produção de novas provas (id. 24300459 e 24427910).
Vieram os autos conclusos.
É o relatório. Decido.
O feito encontra-se em ordem e em condições de ser decidida, uma vez que há nos autos provas suficientes para convencimento deste magistrado.
O cerne da discussão é saber se realmente o embargante é legítimo proprietário do móvel penhorado.
Pois bem.
A análise dos autos leva a procedência dos embargos, eis que restou plenamente comprovado que o bem foi adquirido no ano de 2016 pelo embargante, adquirido da pessoa de Silvete Queiroz da Silva.
O documento de id. 20379904 demonstra a cadeia dominial na seguinte ordem: Noel Nunes, Jocemar Garcia, Pedro Bomfim de Melo Neto, Cliver Leandro da Silva, Silvete Queiroz e por fim, Clóvis Leandro da Silva, o que comprova que desde 26/01/2015 o veículo deixou de pertencer a Cliver Leandro da Silva, executado nos autos principais.
Observo ainda, que a penhora recaiu sobre o bem na data de 11/09/2017 e há expressa indicação do oficial de justiça, por certidão, de que o documento do veículo não se encontrava em nome do executado, bem como pendia sobre o mesmo gravame com ônus real em favor de credor fiduciário (fls. 1684v do processo 0001963-74.2007.822.0013).
Concluo que de fato o bem penhorado pertence ao embargante, merecendo acolhimento o pedido do requerente, restando tão somente se averiguar se houve suposta fraude à execução.
Na lição de Marcelo Abelha três são os requisitos da fraude à execução:
a) estado de pendência de uma demanda judicial condenatória ou executória, b) a situação de insolvência do executado e c) a má – fé do terceiro (Abelha, Marcelo. Manual de execução civil / Marcelo Abelha. – 5.ª ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Forense, 2015 p. 126).
Ainda, se faz necessário relembrar a súmula 375/STJ, que assim dispõe: “O reconhecimento da fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente”.
A presunção de boa-fé é princípio geral de direito universalmente aceito, sendo milenar a parêmia: a boa-fé se presume; a má-fé se prova.
Compulsando os autos, infere-se, que a penhora pendeu sobre o bem somente após ter o mesmo sido alienado ao embargante. Dessa forma não há como se configurar a má-fé do adquirente, que frisa-se o adquiriu de terceiro.
Destaco ainda, que inexistindo registro da penhora, caberia ao credor o ônus da prova de que o terceiro adquirente tinha conhecimento de demanda capaz de levar o alienante à insolvência, sob pena de tornar-se letra morta o disposto no antigo art. 659, § 4º, do CPC, atual art. 844 do NCPC:
art. 844 NCPC: Para presunção absoluta de conhecimento por terceiros, cabe ao exequente providenciar a averbação do arresto ou da penhora no registro competente, mediante apresentação de cópia do auto ou do termo, independentemente de MANDADO judicial.
Infere-se da leitura do DISPOSITIVO que resta superada toda e qualquer discussão de presunção absoluta de conhecimento do embargante uma vez o documento não encontrava-se em nome de nenhum dos executados e não havia registro da penhora do veículo.
Concluo esvaziada eventual tese defensiva de que havia demanda em curso, ante a necessidade, como explicitado acima, da presença dos demais requisitos configuradores do instituto.
No caso, o embargante é terceiro de boa-fé, que se encontra na posse legítima do bem, adquirido mediante negócio jurídico válido, não se pode declarar a ineficácia do negócio celebrado, não mais se justificando a manutenção da medida de restrição judicial decretada.
POSTO ISSO, julgo PROCEDENTE os presentes embargos de terceiro, aforados por CLÓVIS LEANDRO DA SILVA em face do MINISTÉRIO PÚBLICO DE RONDÔNIA, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, desconstituindo a restrição que incidiu sobre o veículo penhorado às fls. 1684 dos autos principais. Retire-se restrição RENAJUD e se necessário, oficie-se ao DETRAN para que dê baixa nas anotações relativas à referida constrição judicial.
Ao contador para apuração de custas ao final conforme deferido por este juízo. Após, intime-se o embargante para pagamento no prazo de 05 dias. Decorrido o prazo sem manifestação, inclua-se em dívida ativa.
Certifique-se o conteúdo desta DECISÃO nos autos de cumprimento de SENTENÇA 0001963-74.2007.822.0013.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
Serve a presente de carta/MANDADO /ofício.
Cerejeiras, 30 de abril de 2019
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7002370-72.2018.8.22.0013
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: SONIA MARA RECH ALVES
Endereço: ZONA RURAL, ZONA RURAL, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Advogado do(a) REQUERENTE: ROBSON REINOSO DE PAULA - RO1341
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: RUA SERGIPE, 1030, CENTRO, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
DESPACHO
Dada a constatação de que as tentativas de conciliação com o requerido não obtido resultados, deixo de designar audiência.
Cite-se e intime-se a parte ré, com as advertências do procedimento sumaríssimo, dos termos da ação, para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da juntada do MANDADO aos autos, ou se via postal, da juntada do AR, DEVENDO MANIFESTAR-SE SOBRE EVENTUAL PROPOSTA DE CONCILIAÇÃO NA PEÇA DE DEFESA.
Havendo litisconsórcio passivo, o termo inicial do prazo será independente para cada um dos réus.
Consigne-se que a ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial.
Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com

a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção).
Sirva cópia como MANDADO ou expeça-se o necessário.
Cerejeiras, 30 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7001401-57.2018.8.22.0013
Classe: EMBARGOS DE TERCEIRO (37)
Nome: FATIMA TEREZINHA MARTINS
Endereço: Avenida das Nações, 318, Centro, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Advogado do(a) EMBARGANTE: FABIO FERREIRA DA SILVA JUNIOR - RO6016
Advogado do(a) EMBARGADO: SILVANE SECAGNO - RO5020
Advogado(s) do reclamado: SILVANE SECAGNO
Nome: DOMINGOS SECAGNO
Endereço: desconhecido
DECISÃO
Em complemento a DECISÃO saneadora de id n. 25728957, DEFIRO de igual modo a produção de prova testemunhal requerida pela parte ré.
Intime-se.
Serve de carta/MANDADO /ofício.
Cerejeiras, 30 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7000254-59.2019.8.22.0013
Classe: FAMÍLIA- TUTELA E CURATELA - REMOÇÃO E DISPENSA (1122)
Nome: REGIS VEROM
Endereço: Linha 2, Km 7, do 3º para o 2º Eixo, Lote 46, Sítio Veron, Zona Rural, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Advogados do(a) REQUERENTE: FERNANDO MILANI E SILVA FILHO - PR80244, FERNANDO MILANI E SILVA - RO186
Nome: POLIDORIO JOSE DOS SANTOS VEROM
Endereço: Linha 2, Km 7, do 3º para o 2º Eixo, Lote 46, Sítio Veron, Zona Rural, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
SENTENÇA
REGIS VEROM ajuizou ação de substituição de curatela com pedido de antecipação de tutela em face de POLIDÓRIO JOSÉ DOS SANTOS VEROM.
Relata que o requerido é portador de deficiência, o que culminou em sua curatela nos autos de interdição n. 013.97.001089-6, a manutenção da curatela se deu nos autos de n. 0012857-46.2006.8.22.0013, nomeada como sua curadora a pessoa de Maria Oraides dos Santos Veron.
Acrescenta que a curadora do requerido faleceu em 11/12/2018, e desde então vem exercendo as funções de curador do mesmo.
Realizada audiência de entrevista id n. 24869691, sendo constatado que a parte autora vem efetivamente cuidando do requerido há aproximadamente 3 (três) anos.
Instado, o Ministério Público manifestou favoravelmente à substituição da curatela do requerido.
É o relatório. Decido.
Versam os presentes autos sobre pedido de substituição de curatela de POLIDÓRIO JOSÉ DOS SANTOS VEROM, seguindo regular procedimento.
A parte autora aduz que é sobrinho do interditado e possui condições de exercer o encargo da curatela, bem como os demais membros da família estão de acordo com a referida substituição.
Consoante se observa dos autos, a parte autora promove os cuidados do interditado há mais de 3 (três) anos com dedicação e zelo. Assim, deve-se regularizar a situação fática já existente.
Desnecessário discutir-se acerca de interdição parcial ou total, vez que a ação trata-se de modificação de curador, em razão de que o requerido já é interditado.
A consensualidade do pedido e o fato de que a curatelada não sofrerá prejuízos, já que está recebendo os cuidados necessários, consoante relatório do estudo social acostado aos autos, leva à homologação do pedido.
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO DE MODIFICAÇÃO DE CURADOR, consequentemente nomeio como novo curador REGIS VEROM para exercer a curatela do interditado POLIDÓRIO JOSÉ DOS SANTOS VEROM.
Concedo a antecipação de tutela requerida, para nomear como curador provisório do interditado POLIDÓRIO JOSÉ DOS SANTOS VEROM seu sobrinho REGIS VEROM. Expeça-se termo.
Fica o curador cientificado de que deverá prestar contas da administração dos bens e valores eventualmente existentes em nome do interditado se e quando for instado a tanto, devendo por isso manter registro de recebimentos e gastos relativos ao eventual patrimônio.
Em virtude da ausência de interesse recursal, dou a SENTENÇA por transitada em julgado na presente data.
Em atenção ao disposto no artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil e no artigo 9º, inciso III, do Código Civil:
(a) inscreva-se a presente DECISÃO no Registro Civil de Pessoas Naturais desta Comarca;
(b) publique-se no diário da justiça eletrônico por três vezes, com intervalo de 10 (dez) dias;
(c) dispenso a publicação na imprensa local em inteligência ao disposto no artigo 3º, parágrafo único, da Lei nº 1.060/50, pois agora defiro aos interessados os benefícios da justiça gratuita;
(d) com a confirmação da movimentação desta SENTENÇA, fica ela automaticamente publicada na rede mundial de computadores;
(e) publique-se na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça (onde permanecerá pelo prazo de seis meses), ficando dispensado o cumprimento desta determinação enquanto a plataforma não for criada e estiver em efetivo funcionamento; e
Esta SENTENÇA servirá como edital, publicando-se o DISPOSITIVO dela pelo órgão oficial por três vezes, com intervalo de dez dias; como MANDADO de inscrição, dirigido ao cartório de Registro Civil e; como termo de compromisso e certidão de curatela, independentemente de assinatura da pessoa nomeada como curadora.
Sem custas, na forma da Lei 1.060/50.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Após o cumprimento, dê-se baixa e arquivem-se.
Cerejeiras, 2 de maio de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283

Processo nº: 7001849-98.2016.8.22.0013
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: GERALDO B. TAVARES E CIA LTDA - ME
Endereço: Avenida Itália Cautiero Franco, 2040, Loja, Centro, Corumbiara - RO - CEP: 76995-000
Nome: ANA MARIA DE OLIVEIRA
Endereço: avenida olavo pires, 907, alto guarajus, centro, Corumbiara - RO - CEP: 76995-000
SENTENÇA
Considerando que o pedido de desistência foi anterior à apresentação de defesa, dispensa-se a anuência da ré. Posto isso, homologo a desistência da pretensão para os fins do art. 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil.
Julgo, em consequência, EXTINTO o feito, com fundamento no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil, sem resolução de MÉRITO.
Sem custas e honorários.
P. R. I., e transitando esta em julgado, arquivem-se.
Cerejeiras, 2 de maio de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica - Juizado Fazenda
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7000818-38.2019.8.22.0013
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: ELIZEU FRANCISCO SILVA
Endereço: Rua Florianópolis, 2161, José de Anchieta, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Advogado do(a) AUTOR: ERITON ALMEIDA DA SILVA - RO7737
Nome: WILMER BORGES
Endereço: Rua Panamá, 1752, Bairro Primavera, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000

DESPACHO
Designo audiência de conciliação para o dia 17 de junho de 2019, às 08h00min.
Ao CEJUSC para realização da solenidade.
Diante da alteração realizada no art. 12, III da Resolução n. 008/2013-PR por meio da Resolução n. 011/2016-PR, caberá ao cartório da Vara o cumprimento das providências de citação e intimação das partes. Ressalte-se que, após a referida alteração, a intimação das partes deverá ser feita na pessoa de seu advogado constituído nos autos, desde que possua poderes para transigir (§1º do artigo 12, Resolução n. 008/2013-PR).
Cite-se e intime-se a parte requerida, com as advertências do procedimento sumaríssimo e para a audiência de conciliação designada, fazendo constar no MANDADO que, no caso de ausência à audiência de conciliação de representante, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados na petição inicial, salvo se do contrário resultar da convicção deste juízo (art. 20 da Lei n. 9.099/95), bem como que, caso não haja acordo, deverá apresentar resposta escrita ou oral na própria audiência, acompanhada de documentos e rol de testemunhas, especificando as provas que pretende produzir, justificando necessidade e pertinência, sob pena de preclusão ou indeferimento.
Consigne em MANDADO também que nos termos do art. 334, §8° do NCPC, o comparecimento das partes à audiência é obrigatório, e o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência designada é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será cominada multa de 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, a ser revertida em favor do Estado.
Intime-se a parte autora, advertindo-a de que sua ausência poderá ensejar na extinção do feito, nos termos do art. 51, I, da Lei n. 9.099/95, bem como que, caso não haja acordo, deverá apresentar, no mesmo ato, sua impugnação, oralmente, acompanhada de documentos e rol de testemunhas, especificando as provas que pretende produzir, justificando necessidade e pertinência, sob pena de preclusão ou indeferimento.
Não obtida a conciliação, a parte requerida deverá apresentar resposta escrita ou oral na própria audiência, acompanhada de documentos e rol de testemunhas, ESPECIFICANDO AS PROVAS QUE PRETENDE PRODUZIR, JUSTIFICANDO NECESSIDADE E PERTINÊNCIA, SOB PENA DE PRECLUSÃO OU INDEFERIMENTO.
Com a apresentação de resposta em audiência, deverá a parte autora apresentar, no mesmo ato, sua impugnação, oralmente, INDICANDO PROVAS QUE PRETENDA PRODUZIR E JUSTIFICANDO SUA NECESSIDADE E PERTINÊNCIA, SOB PENA DE PRECLUSÃO OU INDEFERIMENTO.
Ressalto ao cartório a necessidade de formulação de intimação específica para cada ato posterior à citação, de modo a viabilizar a correta compreensão da parte acerca da determinação judicial, sendo que a mera cópia do DESPACHO inicial para todas as intimações será desconsiderada para efeitos de computo de prazo.
Sirva cópia como MANDADO ou expeça-se o necessário.
Cerejeiras, 2 de maio de 2019
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica - Juizado Fazenda
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7000834-26.2018.8.22.0013
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: FABIANE KOPROVISKI JULIONOTTI
Endereço: JOAQUIM CARDOSO DOS SANTOS, 1434, CASA, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Nome: FABIANA FERNANDES TONON
Endereço: PARANA, 1190, CE NTRO, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
SENTENÇA Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95.
Trata-se de cumprimento de SENTENÇA, na qual a parte exequente pediu a extinção do feito, em razão da satisfação da obrigação (id n. 26057735).
Dispõe o art. 924, inciso II do CPC que extingue-se a execução quando o devedor satisfaz a obrigação. Assim, deve o presente processo ser extinto e arquivado em razão da satisfação da obrigação.
Pelo exposto, JULGO EXTINTA a execução, nos termos da do art. 924, II, do CPC. Sem custas ou honorários (art. 55 da LJE).
Procedi a liberação do veículo restrito, conforme espelho em anexo.
P.R.I. Após, promova as baixas eventualmente necessárias e arquivem-se.
Cerejeiras, 2 de maio de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7000823-60.2019.8.22.0013
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: ALMERINDA MARIA DE OLIVEIRA
Endereço: Linha 01 Lote 12 Gleba 10 Esquina 04 Eixo, s/n, zona rural, Zona Rural, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Advogados do(a) AUTOR: LARISSA RENATA PADILHA BARBOSA MAZZO - RO7978, ELTON DIONATAN HAASE - RO8038, MEURI ADRIANA DE ANDRADE FLORÊNCIO - RO9823
Nome: CERON CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA
Endereço: Rua Sergipe, 1030, Setor Industrial Cinco, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
DESPACHO
Intime-se a parte autora para juntar aos autos as notas fiscais referentes a construção da subestação de energia elétrica.
Serve de carta/MANDADO /ofício.
Cerejeiras, 2 de maio de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7000028-88.2018.8.22.0013
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: GERALDO B. TAVARES E CIA LTDA - ME
Endereço: Avenida Itália Cautiero Franco, 2040, Loja, Centro, Corumbiara - RO - CEP: 76995-000
Nome: SILVINO ALVES BOAVENTURA
Endereço: Linha 04 eixo, s/n, travessão B, Zona Rural, Corumbiara - RO - CEP: 76995-000
SENTENÇA
Considerando que o pedido de desistência foi anterior à contestação, dispensa-se a anuência do réu. Posto isso, homologo a desistência da pretensão para os fins do art. 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil.
Julgo, em consequência, EXTINTO o feito, com fundamento no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil, sem resolução de MÉRITO.
Sem custas e honorários.
P. R. I., e transitando esta em julgado, arquivem-se.
Cerejeiras, 2 de maio de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7000814-98.2019.8.22.0013
Classe: MONITÓRIA (40)
Nome: ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO NO ESTADO DE RONDONIA - ASPER
Endereço: Rua Benjamin Constant, 308, - de 107/108 a 393/394, Arigolândia, Porto Velho - RO - CEP: 76801-200
Advogado do(a) AUTOR: ALEXANDRE PAIVA CALIL - RO2894
Nome: REGINA KREUSCH
Endereço: Av. São Paulo, 2092, Centro, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
DESPACHO
Intime-se a parte autora para comprovar o recolhimento das custas processuais, no prazo de 15 (quinze) dias.
Serve de carta/MANDADO /ofício.
Cerejeiras, 2 de maio de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica - Juizado Fazenda
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7001166-27.2017.8.22.0013
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: ADILEIA MARCIA LERNER CRIST
Endereço: Linha 03, km 10, da 3° para 4° eixo, s/n, zona rural, Corumbiara - RO - CEP: 76995-000
Advogado do(a) REQUERENTE: RONALDO DA MOTA VAZ - RO4967
Advogados do(a) REQUERIDO: GABRIELA DE LIMA TORRES - RO5714, ALEX CAVALCANTE DE SOUZA - RO1818, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318, MARCELO RODRIGUES XAVIER - RO2391
Advogado(s) do reclamado: GABRIELA DE LIMA TORRES, ALEX CAVALCANTE DE SOUZA, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA, MARCELO RODRIGUES XAVIER
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Av. Governador Jorge Teixeira Oliveira, s/n, centro, Corumbiara - RO - CEP: 76995-000
DESPACHO
Considerando o trânsito em julgado da SENTENÇA e a notícia de ausência de pagamento integral do débito, intime-se o executado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento do valor devido, sob pena de ser acrescido ao débito principal multa de dez por cento, nos termos do artigo 523, §1º do Código de Processo Civil. Ressalto ainda que, efetuado o pagamento parcial, a multa incidirá sobre o restante (art.523, §2º).
Transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem o pagamento voluntário, independentemente de penhora ou nova intimação, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, apresente, nos próprios autos, sua impugnação (Art. 525, CPC).
Decorrido o prazo sem o devido pagamento, venham conclusos.
Apresentada impugnação, intime-se o exequente a se manifestar em 15 (quinze) dias.
Cumpra-se.
Serve de carta/MANDADO /ofício.
Cerejeiras, 2 de maio de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7002093-90.2017.8.22.0013
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: GEDEON LEANDRO SILVA

Endereço: AVENIDA BARÃO DE MAUÁ, 2147, zona rural, Corumbiara - RO - CEP: 76995-000
Nome: edson soares de lima
Endereço: linha do retiro, assentamento zé bentão, zona rural, Corumbiara - RO - CEP: 76995-000
DESPACHO
Intime-se o requerido para que, no prazo de 15 dias,esclareça se sua irresignação se refere à demarcação da área rural, ou se o imóvel do autor está com a área devidamente demarcada e cercada, não havendo litígio sobre a demarcação da área envolvida.
Expeça-se o necessário.
Serve a presente de carta/MANDADO /ofício.
Cerejeiras, 29 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7000163-37.2017.8.22.0013
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Nome: MARGARIDA DOS SANTOS VERON
Endereço: rua Goiás, 2245, centro, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Nome: Município de Cerejeiras
Endereço: AVENIDA DAS NAÇÕES, 1919, CENTRO, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
DESPACHO
Intime-se a parte autora para se manifestar quanto ao alegado pelo requerido, no prazo de 05 (cinco) dias.
Serve de carta/MANDADO /ofício.
Cerejeiras, 2 de maio de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7000824-45.2019.8.22.0013
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: ANDRESSA MARIA RODRIGUES DE FARIA
Endereço: RUA RIO GRANDE DO NORTE, 0000, CONJUNTO HABITACIONAL, CENTRO, Pimenteiras do Oeste - RO - CEP: 76999-000
Advogado do(a) AUTOR: VANGIVALDO BISPO FILHO - RO2732
Nome: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
Endereço: RUA AFONSO PENA, 3370, PREFEITURA, CENTRO, Alto Alegre Dos Parecis - RO - CEP: 76952-000
DECISÃO
ANDRESSA MARIA RODRIGUES DE FARIA, ajuizou ação de cobrança em face do MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PARECIS.
DECIDO.
Em análise os autos em comento, constatei que se trata de demanda contra ente federativo, prevista na competência do Juizado da Fazenda Pública.
Dispõe o art. 2°, §4° da lei n. 12.153/2009:
Art. 2° É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos. […]
§ 4° No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta.
Para regulamentar o referido artigo, o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia editou Resolução, de n. 019/2010, na qual restou determinado:
Art. 2º Nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias e na de Ji-Paraná (3ª entrância), enquanto não estruturados os Juizados Especiais da Fazenda Pública, os Juizados Especiais Cíveis acumularão competência para conhecimento, processamento, julgamento e execução, nas causas de que trata a Lei n. 12.153, de 22 de dezembro de 2009. (Redação dada pela Resolução n. 036/2010-PR, de 5/8/2010).
No caso dos autos, não se trata de nenhuma das ações dispostas no art. 2°, §1° da Lei n. 12.153/2009, quais sejam, "ações de MANDADO de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos, causas sobre bens imóveis dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas ou causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou sanções disciplinares aplicadas a militares".
Portanto, considerando se tratar de competência absoluta, e, via de consequência, cognoscível de ofício, declaro-me incompetente para o processamento e julgamento da demanda e determino a remessa dos autos ao Distribuidor Judicial, para redistribuição do feito por redirecionamento perante o Juizado Especial da Fazenda Pública desta 2ª Vara Genérica de Cerejeiras/RO, nos termos do art. 64, §3° do Código de Processo Civil, bem como art. 2° da Lei n. 12.153/2009.
Intimem-se as partes. Cumpra-se.
Serve de carta/MANDADO /ofício.
Cerejeiras, 2 de maio de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 2225, Centro, Cerejeiras - RO - CEP: 76995-000 - Fone:(69) 33422283
Processo nº 7001428-40.2018.8.22.0013
REQUERENTE: MILCA ANGELICA SILVA CARVALHO
REQUERIDO: CIELO S.A.
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei n. 9.099/1995.
O feito efetivamente comporta julgamento antecipado, dada a ausência de outras provas a serem produzidas e porque exclusivamente de direito a matéria a ser analisada.
Trata-se de Ação de Devolução de Valores c/c Indenização por Danos Morais ajuizada por Milca Angélica Silva Carvalho em face de Cielo S/A em que sustenta que no ano de 2016 solicitou os serviços da Empresa Cielo para maquineta de cartão. Aduz que no final do ano de 2017 decidiu cancelar os serviços contratados, solicitando o cancelamento em Outubro de 2017. Afirma que não anotou o protocolo de cancelamento mas que na mesma semana a máquina foi retirada pela empresa requerida.
Aduz que em maio de 2018, quando estava em viagem para Goiânia, foi surpreendida com o desconto de R$ 259,80 (duzentos e cinquenta e nove reais e oitenta centavos) em sua conta corrente efetivado pelo requerido.
Assevera que em contato telefônico, tentou solução para o problema, contudo não obteve sucesso, ficando sem dinheiro para suas despesas básicas durante a viagem. Esclarece que teve que pegar dinheiro emprestado para retorno à sua residência. Ao final pugna pelo ressarcimento em dobro do valor descontado indevidamente em sua conta-corrente, bem como indenização por danos morais sofridos no valor de R$ 2.868,00 (dois mil oitocentos e sessenta e oito reais).
Citado o requerido apresentou contestação alegando em síntese: a) em preliminar: inépcia da petição inicial por ausência de causa de pedir, alegando que inicial não veio instruída com informações e documentos elementares para o prosseguimento regular do processo. Afirma que não há indicação de quais danos foram sofridos e qual o ato ilícito do requerido; b) No MÉRITO: afirma que não é administradora de cartão de crédito e somente fornece tecnologia para utilização das maquinetas. Que os cartões são emitidos pelas instituições financeiras administradoras de cartões de crédito de modo que o requerido não possui relação com os portadores dos cartões; c) Não ser aplicável a inversão do ônus da prova; d) ausência de requisitos caracterizadores da

responsabilidade civil e que a cobrança é devida já que o serviço foi contratado pela parte autora. Aduz que a cobrança se refere a multa compensatória prevista no contrato de rescisão;e) impossibilidade de repetição de indébito. Ao final pugna pela total improcedência da ação – id. 21507166.
Vieram os autos para SENTENÇA.
Da preliminar de inépcia da inicial
Alega o requerido preliminar de inépcia afirmando que não há juntada de documento indispensável para a propositura da ação.
Contudo, percebo que a relação jurídica entre as partes não foi refutada pelo deMANDADO, estando o referido documento de relacionado à fase de instrução probatória e ligada ao MÉRITO da lide.
Portanto, descabida a exigência de comprovação do alegado logo na fase inicial do processo. Ressalto ainda estar o pedido inicial narrado de forma concisa e clara, atendendo às exigências contidas no art. 282, 283 e 801 do CPC.
Desta forma, afasto a preliminar de inépcia da inicial.
Inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor
Com efeito, em que pese o autor ser pessoa física por certo a compra de uma maquineta de cartão de crédito e a adesão ao serviço implica em atividade comercial, pois objetiva a instrumentalização de vendas com o objetivo de lucro.
Nesse sentido, a relação existente entre a requerida e o requerente não é de consumo, o que afasta a aplicação do CDC.
Nesse sentido já decidiu a Turma Recursal do TJ/RO:
...necessário também analisar a questão preliminar levantada pela empresa ré, mencionando a inaplicabilidade ao presente caso da Lei n.º 8.078/1990, o Código de Defesa do Consumidor, alegando-se que na relação contratual aqui reclamada, a autora não se enquadra como consumidora, vez que não é a destinatária final do serviço prestado. No que tange à empresa CIELO S/A, é importante observar o papel que a mesma desempenha na cadeia negocial. Não se trata de empresa administradora de cartões de crédito, tampouco é responsável pela emissão de tais documentos. Sua atividade está limitada a disponibilizar aos lojistas e comerciantes o equipamento e as condições necessárias para que recebam pagamentos na modalidade de cartão de crédito e débito. Tal informação, aliás, vem prevista no contrato social, que descreve o objeto da empresa como sendo: "a prestação de serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de estabelecimentos prestadores de serviços para a aceitação de cartões de crédito e de débito, bem como de outros meios de pagamento...". Neste sentido, com razão a defesa da ré, uma vez que a autora utilizava a máquina de cartões para facilitar venda de produtos a terceiros, não se enquadrando, desta forma, como consumidora, uma vez que não figurava como destinatária final dos serviços prestados pela empresa. Assim, acolho a preliminar e afasto a aplicação do Código de Defesa do Consumidor. (1007445-21.2014.8.22.0601 Recurso Inominado, 10074452120148220601 2ª Vara do Juizado Especial Cível, Relator: Juiz Arlen Jose Silva, j. 16/03/2016).
Assim, acolho a preliminar e afasto a aplicação do Código de Defesa do Consumidor.Em decorrência, como a relação é comercial, não cabe a inversão do ônus da prova.
Todavia, tal circunstância não impede o processamento do feito neste juizado especial, porquanto competente para apreciar a lide.
Dispõe o artigo 373, I, do Código de Processo Civil/2015, que à parte autora cabe a prova constitutiva do seu direito, correndo o risco de perder a causa se não provar os fatos alegados. Por outro lado, à parte requerida cabe exibir, de modo concreto, coerente e seguro, os elementos que possam desconstituir, modificar ou extinguir a proposição formulada pelo demandante (art. 373, II, do CPC/2015).
No caso dos autos, não vislumbro a juntada do documento que comprova o pedido de cancelamento dos serviços ou mesmo o débito na quantia de R$ 259,80 (duzentos e cinquenta e nove reais e oitenta centavos) que o demandante alega ter sido efetuada pelo requerido.
Por outro lado, o requerido, de forma suficiente, comprova que havia dois estabelecimentos em nome da parte autora, contratos 1094718324 e 1080155870.
A tela apresentada em id. 24008630 (pág 32), demonstra que o contrato 109471324 foi iniciado em 11/07/2017 e não foi encerrado até o presente momento, havendo movimentação até o dia 28/11/2017 (id. 24008630), ou seja, após a data do alegado cancelamento (outubro de 2017).
Ainda, quanto ao contrato 1080155870 foi encerrado em 10/05/2018, contudo inexiste comprovação de cobrança em relação a este contrato.
Os documentos juntados pela parte autora demonstram tão somente compra de passagens pela Eucatur e um depósito on line no valor de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).
Destaco ainda que o contrato entabulado entre as partes prevê prazo mínimo de permanência de 24 (vinte e quatro meses) a contar da data da contratação dos serviços de locação de terminal, sujeitando o contratante ao pagamento da multa compensatória (id. 21507174 cláusula 4 e 15):
4. A rescisão do Contrato, antes de decorrido o prazo de permanência mínima de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data da contratação dos serviços de locação de Terminal, sujeitará o CLIENTE ao pagamento da multa compensatória, conforme indicado na clausula 15.
15. Caso o CLIENTE denuncie este Contrato antes do período mínimo pré estabelecido de 24 (vinte e quatro) meses, estará o CLIENTE obrigado ao pagamento do valor de locação da seguinte forma: i) se o cancelamento ocorrer durante os primeiros 12 (doze) meses, serão cobrados os valores de alugueis correspondentes a este período de 12 meses; ii) se o cancelamento ocorrer após o período inicial de 12 (doze) meses, será cobrado o valor restante até que o Contrato complete os 24 (vinte e quatro) meses mínimos.
Não houve refutação quanto às cláusulas contratuais pela parte autora e intimada a especificar provas, manifestou-se pelo julgamento antecipado da lide – id. 21516322.
De igual sorte, não vislumbro qualquer abalo na personalidade do autor, ou outro prejuízo, a ponto de ser reconhecido direito a reparação pecuniária por suposto abalo moral. Trata-se, a meu ver de transtorno que não atrai a necessidade de indenização.
Assim, não vislumbro a prova necessária de constituição do direito da parte autora, na forma exigida pelo art. 373, I do CPC.
Isto Posto, julgo IMPROCEDENTE todos os pedidos formulados na inicial. Por conseguinte, julgo extinto o processo, com resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil.
Sem custas e sem honorários por se trata de DECISÃO em primeiro grau de jurisdição, nos termos dos artigos 54/55 da Lei 9.099/1995.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
Serve cópia como MANDADO /ofício/intimação.
Cerejeiras, 2 de maio de 2019
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7002589-56.2016.8.22.0013
Classe: MONITÓRIA (40)
Nome: C & M.AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - ME
Endereço: Rua Xingu, S/N, QD.36 LTS 03,04,05 E 06, Centro, Cabixi - RO - CEP: 76994-000
Advogados do(a) AUTOR: VIVIAN BACARO NUNES SOARES - RO2386, CARINA BATISTA HURTADO - RO3870, FABIANA OLIVEIRA COSTA - RO3445
Nome: JOSE JORGE NETO
Endereço: Rua Portugal, 2082, centro, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
DESPACHO
Intime-se o autor para se manifestar quanto ao alegado pelo requerido.
Após, conclusos.
Cerejeiras, 2 de maio de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

2ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7001107-39.2017.8.22.0013
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Nome: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL
Endereço: Capitão Castro, 3178, Centro, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Advogados do(a) EXEQUENTE: SILVANE SECAGNO - RO5020, SANDRO RICARDO SALONSKI MARTINS - RO1084
Nome: MARCELO ROSSATO DA LUZ
Endereço: Rua Belo Horizonte, 2230, Centro, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Nome: CELSO QUINTINO DA LUZ
Endereço: Rua Brasília, 1057, Centro, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Despacho
Trata-se de pedido da parte exequente para que se realize pesquisa através do sistema INFOJUD para a obtenção de informações acerca dos bens da parte executada.
Inicialmente, cumpre consignar que nenhum direito fundamental se reveste de caráter absoluto, e que o direito à intimidade pode ser relativizado em face de situações excepcionais de notório interesse público que as justifiquem (Princípio da Supremacia do Interesse Público).
Portanto, não há no sistema constitucional brasileiro, direitos ou garantias que se revistam de caráter absoluto, mesmo porque razões de relevante interesse público ou exigências derivadas do princípio de convivência das liberdades legitimas, ainda que excepcionalmente, a adoção, por parte dos órgãos estatais, de medidas restritivas das prerrogativas individuais ou coletivas, desde que respeitados os termos estabelecidos na própria Constituição (STF – MS 23.452/RJ, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 15.05.2000.
Destarte, se revela fundamental à instrução e eficácia dos atos executórios a "quebra" de sigilo fiscal do executado, em vista que está demonstrada de forma concreta sua imprescindibilidade, pela inexistência de outros meios possíveis a se efetivar a investigação de bens da executada. A jurisprudência firmou-se no sentido de que o afastamento do sigilo fiscal da parte executada se admite quando esgotados os demais meios extrajudiciais de localização de bens passíveis de penhora.
Neste sentido o Superior Tribunal de Justiça se manifestou:
AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. PROCESSO DE EXECUÇÃO. SIGILO FISCAL. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO À RECEITA FEDERAL. MEDIDA EXCEPCIONAL. 1. O STJ firmou entendimento de que a quebra de sigilo fiscal ou bancário do executado para que o exequente obtenha informações sobre a existência de bens do devedor inadimplente é admitida somente após terem sido esgotadas as tentativas de obtenção dos dados na via extrajudicial. 2. Agravo regimental provido. (STJ, 4ª Turma, AgRg no REsp 1135568/PE, Rel. Min. João Otávio de Noronha, J.18/05/2010.)
Nesta senda, pelo que se constata dos autos a parte exequente empreendeu várias das diligências possíveis para localização de bens em nome dos executados, sem obter êxito.
Deste modo, defiro o pedido de requisição de informações atinentes aos bens do executado.
Nesta data procedi à consulta via INFOJUD, conforme espelho em anexo.
Altere-se a distribuição do processo constando segredo de justiça, em razão das informações relativas ao sigilo fiscal do réu.
Intime-se a parte exequente para que manifeste quanto ao prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias.
Expeça-se o necessário.
Serve de carta/mandado/ofício.
Cerejeiras, 29 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7000163-66.2019.8.22.0013
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: TAILAN DANILO MARTH
Endereço: DOS ESTADOS, 2763, CENTRO, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Sentença
Relatório dispensado, nos termos do artigo 38, caput, da Lei 9099/95.
TAILAN DANILO MARTH propôs Ação de Obrigação de Fazer cumulada com Danos Morais em face de WAYDE DIREYA, aduzindo, em síntese, que na data de 21/08/2018 levou seu aparelho celular J5 ProSAMSUNG para concerto na empresa de assistência técnica do requerido. Que realizou o pagamento na quantia de R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) como forma de pagamento pelos serviços prestados. Que após dois meses do concerto o aparelho apresentou novamente defeito e como estava dentro do prazo de garantia retornou ao serviço autorizado/requerido. Contudo, este afirmou que não procederia à troca da tela, pois a mesma estava quebrada. Aduz que após negociação com o requerido, este se dispôs a trocar a tela sem despesa extra ao requerente. No entanto, decorrido o prazo o requerido afirmou que não encontrou a tela original do aparelho. Deste modo, esclarece a autora que não teve seu problema resolvido e decorrido mais de 90 dias se encontra privado de usar o telefone. Ao final pugna pelo ressarcimento do valor de R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), a devolução do aparelho celular pelo requerido e indenização por danos morais no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais).
Devidamente citado e intimado (id. 25370921), o réu não compareceu na audiência de conciliação designada (id.25453488), comportando o feito julgamento no estado em que se encontra, nos termos do disposto no art. 355, II, do CPC.
Compulsando os autos, verifica-se que existem nos autos elementos de convicção do pedido da parte autora. Portanto, deve incidir no caso concreto os efeitos da revelia em que se reputam verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, nos termos do artigo 20 da lei 9.099/95.
Mesmo sendo relativo, não existem nos autos quaisquer elementos que vedem a aplicação dos efeitos emanados da revelia no presente caso.
A inicial veio acompanhada de documentos capazes de comprovar a relação jurídica existente entre as partes e seu respectivo inadimplemento.
Quanto aos valores pleiteados, competia ao requerido trazer aos autos provas do fato modificativo, impeditivo ou extintivo do direito do autor. Assim não procedendo deve arcar com o ônus de sua ineficiência, mormente se considerado tratar-se de direito disponível.
No entanto, não observo nos autos o alegado constrangimento, humilhação que gere a responsabilidade civil alegada, estando os acontecimentos dentro da esfera de mero aborrecimento, comum nas tratativas comerciais e do dia a dia. Por tal motivo deixo de condenar o requerido em danos morais.

Pelo exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, e condeno o réu WAYDE DIREYA:
a) a devolver à parte autora a importância de R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), pagar à autora, com juros de 1% ao mês a partir da citação e correção monetária a partir da data do vencimento, segundo os índices divulgados pelo TJRO;
b) na obrigação de fazer consistente em devolver o aparelho celular à parte autora no prazo de 05 dias, sob pena de aplicação de multa que desde já fixo em R$ 100 (cem reais) por dia até o limite de R$ 2.000,00 (dois mil reais);
Em consequência, extingo o processo mediante resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do CPC. Sem custas ou honorários (art. 55 da LJE).
Publique-se a sentença, de acordo com o disposto no art. 346 do CPC.
P. R. I. Após o trânsito em julgado, não havendo pedido de execução, dê-se baixa e arquive-se.
Serve a presente de carta/mandado/ofício.
Cerejeiras, 30 de abril de 2019
Fabrízio de Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7002549-06.2018.8.22.0013
Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116)
Nome: MUNICIPIO DE CORUMBIARA
Endereço: AV. SENADOR OLAVO PIRES, 2129, CENTRO, Corumbiara - RO - CEP: 76995-000
Nome: CLAUDIONOR ANDRE SANTOS
Endereço: Av. Getúlio Vargas, 2401, Centro, Corumbiara - RO - CEP: 76995-000
Sentença
MUNICIPIO DE CORUMBIARA propôs Execução Fiscal contra CLAUDIONOR ANDRE SANTOS, na qual foi noticiado o adimplemento integral da dívida em id n. 26295314.
Isso posto, nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil e art. 156, I do Código Tributário Nacional, julgo extinta a presente execução, autorizando, em consequência, os eventuais levantamentos.
Libere-se eventual penhora existente nos autos.
Custas pelo executado. Ao Contador Judicial para apuração das custas processuais. Em sequência, intime-se o executado a efetuar seu pagamento em 15 (quinze) dias. Caso não advenha o pagamento, inclua-se em dívida ativa estadual. Se necessário, intime-se via edital para o pagamento das custas.
P.R.I. Cumpra-se.
Serve de carta/mandado/ofício.
Cerejeiras, 25 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7001339-17.2018.8.22.0013
Classe: EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (1114)
Nome: POLIDORIO JOSE DOS SANTOS VEROM
Endereço: Linha 2, 3º para o 2º eixo, KM-7, s/n, Zona rural, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Advogado do(a) EXEQUENTE: LEONARDO DIAS FERREIRA - MT9073
Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Endereço: desconhecido
Sentença
Trata-se a presente de execução contra o INSS.
A Requisição de Pequeno Valor foi devidamente depositada em favor da parte exequente.
Posto isso, considerando o cumprimento integral da obrigação, DOU POR CUMPRIDA A SENTENÇA. Via de consequência, DECLARO extinta a execução, nos termos do art. 924, inciso II do Código de Processo Civil. Sem custas.
Oficie-se ao Banco do Brasil, a fim de que proceda a transferência dos valores depositados na conta informada em id n. 24805992.
Intime-se. Expeça-se o necessário.
Cumpridas todas as diligências, arquivem-se.
P.R.I.C.
Cerejeiras, 25 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 2225, Centro, Cerejeiras - RO - CEP: 76995-000 - Fone:(69) 33422283 Processo nº: 7001175-52.2018.8.22.0013
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Protocolado em: 19/06/2018 10:24:26
EXEQUENTE: BANCO BONSUCESSO CONSIGNADO S/A
EXECUTADO: MACDONE RAMOS NEVES
Decisão
Defiro o pedido de penhora online formulado, de acordo com o art. 854 do CPC.
Por esta razão, determinei a expedição de ordem de indisponibilidade de ativos financeiros, que foi devidamente cumprida e restou infrutífera, conforme extrato em anexo.
Defiro e implemento, de igual forma, o pedido de constrição de veículos via RENAJUD, tendo a pesquisa também resultado parcialmente positivo, conforme extrato em anexo.
Passo a análise do pedido de pesquisa de bens da parte executada através do sistema INFOJUD.
Inicialmente, cumpre consignar que nenhum direito fundamental se reveste de caráter absoluto, e que o direito a intimidade pode ser relativizado em face de situações excepcionais de notório interesse público que as justifiquem (Princípio da Supremacia do Interesse Público).
Portanto, não há no sistema constitucional brasileiro, direitos ou garantias que se revistam de caráter absoluto, mesmo porque razões de relevante interesse público ou exigências derivadas do princípio de convivência das liberdades legitimas, ainda que excepcionalmente, a adoção, por parte dos órgãos estatais, de medidas restritivas das prerrogativas individuais ou coletivas, desde que respeitados os termos estabelecidos na própria Constituição (STF – MS 23.452/RJ, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 15.05.2000.
Destarte, se revela fundamental à instrução e eficácia dos atos executórios a “quebra” de sigilo fiscal da executada, em vista que está demonstrada de forma concreta sua imprescindibilidade, pela inexistência de outros meios possíveis a se efetivar a investigação de bens da executada. A jurisprudência firmou-se no sentido de que o afastamento do sigilo fiscal da parte executada se admite quando esgotados os demais meios extrajudiciais de localização de bens passíveis de penhora.
Neste sentido o Superior Tribunal de Justiça se manifestou:
AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. PROCESSO DE EXECUÇÃO. SIGILO FISCAL. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO À RECEITA FEDERAL. MEDIDA EXCEPCIONAL. 1. O STJ firmou entendimento de que a quebra de sigilo fiscal ou bancário do executado para que o exequente obtenha informações sobre a existência de bens do devedor inadimplente é admitida somente após terem sido esgotadas as tentativas de obtenção dos dados na via extrajudicial. 2. Agravo regimental provido. (STJ, 4ª Turma, AgRg no REsp 1135568/PE, Rel. Min. João Otávio de Noronha, J.18/05/2010.)

Nesta senda, pelo que se constata dos autos a parte exequente empreendeu várias das diligências possíveis para localização de bens em nome da executada, sem obter êxito integral, pois o veículo restrito via Renajud tem valor bem inferior ao débito.
Deste modo, defiro o pedido de requisição de informações atinentes aos bens da executada, sujo resultado segue em anexo.
Altere-se a distribuição do processo constando segredo de justiça, em razão das informações relativas ao sigilo fiscal da executada.
Intime-se a parte exequente para que se manifeste quanto ao prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, especialmente quanto a proposta de acordo apresentada pelo executado.
Cumpra-se. Serve a presente de Carta/Mandado de Intimação.
Cerejeiras/RO, 22 de janeiro de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica - Juizado Fazenda
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 0009093-18.2007.8.22.0013
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Nome: ATIVOS S.A. SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS
Endereço: SEPN 504, Bloco A, Edifício Ana Carolina, Não consta, Brasília - DF - CEP: 70730-521
Advogados do(a) EXEQUENTE: ROSANGELA DA ROSA CORREA - RO5398, GUSTAVO AMATO PISSINI - RO4567-A, CAROLINA GIOSCIA LEAL DE MELO - RO2592
Advogado do(a) EXECUTADO: TRUMAM GOMER DE SOUZA CORCINO - RO3755
Nome: TOYOJI KAMIYA
Endereço: Rua Rio Grande do Sul, n. 1311, Não consta, Centro, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Nome: AGRO-INDUSTRIA 3 CORACOES IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - ME
Endereço: Linha 10, Km 4, 3ª p/ 4ª Eixo, Não consta, Zona Rural, Pimenteiras do Oeste - RO - CEP: 76999-000
Nome: ANGELO ICHIRO KAMIYA
Endereço: Rua Rondônia, 1946, centro, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Nome: SATIKO KAMIYA
Endereço: Rua Rio Grande do Sul, n. 1311, Não consta, Centro, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Nome: CLAUDIO YUTAKA KAMIYA
Endereço: Rua Belo Horizonte, 1464, Centro, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Nome: ANDRE RICARDO CRUZ GARCIA
Endereço: Av. Brasil, 2788, Não consta, Centro, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Nome: SANDRA TOMOKO KAMIYA GARCIA
Endereço: Rua Maranhão, n. 991, Não consta, Centro, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Nome: JACKELINE PEREIRA RENNER
Endereço: Rua Belo Horizonte, 1464, Centro, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Nome: ERMELINDA MTTSUE YASSUDA
Endereço: Rua Rondônia, n. 1946, Não consta, Centro, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Despacho Defiro o pedido de penhora online formulado, de acordo com o art. 854 do NCPC.
Por esta razão, determinei a expedição de ordem de indisponibilidade de ativos financeiros, que foi devidamente cumprida, conforme extrato em anexo, restando frutífera.
Intime-se o executado, por meio de seu advogado, ou pessoalmente (via AR, preferencialmente), para que no prazo de 05 (cinco) dias comprove que as quantias são impenhoráveis, ou que consta indisponibilidade de ativos excessiva, nos termos do art. 854, §3°, I e II do NCPC.
Havendo impugnação, com fundamento no art. 10 do Código de Processo Civil, dê-se ciência à parte contrária para manifestação, pelo mesmo prazo, tornando os autos conclusos com urgência.
Não constando manifestação no prazo assinalado, venham os autos conclusos .
Informado o pagamento por outro meio ou havendo pedido de substituição da penhora, após o prazo assinalado, remetam-se conclusos (art. 854, §6°, NCPC). Por fim, inclua-se o Dr. Trumam Gomer de Souza Corcino como exequente e Ativos S. A. Securitizadora de Créditos Financeiros como executado.
Cumpra-se. Serve a presente de Carta/Mandado de Intimação.
Cerejeiras, 30 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes - Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7000753-14.2017.8.22.0013
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Nome: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL
Endereço: Av. Capitão Castro, 3178, Centro, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Advogado do(a) EXEQUENTE: SANDRO RICARDO SALONSKI MARTINS - RO1084
Advogados do(a) EXECUTADO: MARCIO HENRIQUE DA SILVA MEZZOMO - RO5836, JEVERSON LEANDRO COSTA - RO3134-A, KELLY MEZZOMO CRISOSTOMO COSTA - RO3551, MARIANNE ALMEIDA E VIEIRA DE FREITAS PEREIRA - RO3046, EDUARDO MEZZOMO CRISOSTOMO - RO3404
Advogados do(a) EXECUTADO: MARCIO HENRIQUE DA SILVA MEZZOMO - RO5836, JEVERSON LEANDRO COSTA - RO3134-A, KELLY MEZZOMO CRISOSTOMO COSTA - RO3551, MARIANNE ALMEIDA E VIEIRA DE FREITAS PEREIRA - RO3046, EDUARDO MEZZOMO CRISOSTOMO - RO3404
Advogado(s) do reclamado: MARCIO HENRIQUE DA SILVA MEZZOMO, JEVERSON LEANDRO COSTA, KELLY MEZZOMO CRISOSTOMO COSTA, MARIANNE ALMEIDA E VIEIRA DE FREITAS PEREIRA, EDUARDO MEZZOMO CRISOSTOMO
Nome: C.R.BALDIN - EPP
Endereço: Av. Integração Nacional, 1135, Centro, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Nome: VALDECIR BALDIN
Endereço: Rua Antônio Carlos Zancan, 2284, Centro, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Despacho
INDEFIRO o pedido de id n. 26797372, tendo em vista que a cônjuge do executado fora intimada da penhora, conforme certidão de id n. 10958921.
Assim, intime-se a exequente para requerer o que de direito.
Serve de carta/mandado/ofício.
Cerejeiras, 30 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica - Juizado Fazenda
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7000763-87.2019.8.22.0013
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Nome: MARLI MOREIRA DE CARVALHO SALES
Endereço: AV. BRASIL, 2630, SETOR B, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000

Advogados do(a) EXEQUENTE: EBER COLONI MEIRA DA SILVA - RO4046, JULIANA QUEIROZ DOS SANTOS - RO9170
Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Endereço: Rua Rony de Castro Pereira, 14408, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-736
Despacho
Altere-se a classe para cumprimento de sentença.
Intime-se a parte executada para que, caso entenda, apresente impugnação nos próprios autos, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 535 do Novo Código de Processo Civil. Advirto que, caso discorde dos valores apresentados pelo exequente, deve a parte executada apresentar fundamentos sobre a discordância e informar o valor que entende devido.
Se houver impugnação, intime-se o exequente para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias.
Caso persista a discordância, remetam-se os autos ao contador judicial para parecer e, após, intimem-se as partes para que se manifestem, também em 05 (cinco) dias.
Com a concordância do executado quanto aos cálculos apresentados pelo exequente ou a aquiescência de ambas as partes em relação aos cálculos apresentados pelo contador, expeça-se RPV ou precatório, conforme o caso.
Ressalto, por fim, que os honorários advocatícios somente serão fixados em caso de apresentação de impugnação, conforme inteligência do artigo 85, §7º do Código de Processo Civil.
Cumpra-se. Expeça-se o necessário.
Cerejeiras, 30 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7000962-17.2016.8.22.0013
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: LUCIANO RODRIGUES E SILVA
Endereço: Rua Paraná, 1575, Primavera, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Advogado do(a) REQUERENTE: WAGNER APARECIDO BORGES - RO3089
Advogado do(a) REQUERIDO: LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO - BA16780
Advogado(s) do reclamado: LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO
Nome: Tim Celular
Endereço: Rua Guanabara, 2492, - de 1265 a 1715 - lado ímpar, Nossa Senhora das Graças, Porto Velho - RO - CEP: 76804-131
Despacho
Expeça-se alvará para levantamento de valores conforme requerido em id. 26695069, intimando o exequente para retirada e comprovação no prazo de 10 dias, bem como manifestação sobre eventual extinção do feito.
Expeça-se o necessário.
Serve a presente de carta/mandado/ofício.
Cerejeiras, 29 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7000753-43.2019.8.22.0013
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Nome: ASSOCIACAO DE CREDITO CIDADAO DE RONDONIA
Endereço: Rua João Goulart, 2182, - de 1923/1924 a 2251/2252, São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76804-034
Advogado do(a) EXEQUENTE: KARINA DA SILVA SANDRES - RO4594
Nome: MONICA MARINHO BASTOS REOLON
Endereço: Rua Jordânia, 3108, Quadra 167, Setor B, Alvorada, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Nome: JULIANA ADRIELLY ZANCO PEREIRA RUIZ
Endereço: Rua Antônio Carlos Zancan, 2525, Avenida Integração Nacional 1380, Centro, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-970
Nome: EDISON MARTINS
Endereço: Av. São Paulo, 520, Quadra 58, Maranata, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Despacho
Intime-se a parte autora para que no, prazo de 15 dias, comprove o pagamento de custas sob pena de cancelamento da distribuição nos termos do art. 290 do CPC.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, façam os autos conclusos.
Serve a presente de carta/mandado/ofício.
Cerejeiras, 30 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7000815-83.2019.8.22.0013
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Nome: MATILDE APARECIDA DE SA DANTAS ROCHA
Endereço: Linha MC 01, Lote 47, S/N, Zona Rural, Corumbiara - RO - CEP: 76995-000
Advogado do(a) AUTOR: NELSON VIEIRA DA ROCHA JUNIOR - RO3765
Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Endereço: desconhecido
Decisão
Recebo a ação.
Concedo os benefícios da assistência judiciária gratuita.
Trata-se de ação para concessão de auxílio doença com conversão em aposentadoria por invalidez promovida por MATILDE APARECIDA DE SA DANTAS ROCHA em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS.
Relata a parte autora que é portadora de quadro clínico Cervicalgia crônica (retificação da lordose cervical) RX + Lombalgia Crônica (Espondilose + discopatia degenerativa L5-L1) RX com dor continua e persistente e incapacitante em coluna irradiado, sem melhora clínica (CID M54-2, M51-0, M19-0).
Passo a analisar a tutela.
Consta nos autos que a autora teve seu pedido de auxílio-doença indeferido na via administrativa, sob o fundamento de que não restou comprovado o efetivo exercício da atividade rural (id n. 26836937 - pág. 6).
Conforme expressa o art. 300 do CPC: A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
No presente caso não se verifica a presença dos requisitos acima descritos, os quais passo a analisar.
Para comprovar a atividade rural no período de carência, a parte autora juntou diversos documentos. No entanto, entendo que não restou, ao menos nesta análise liminar, caracterizada a natureza de segurado especial, mormente devido à impossibilidade de se determinar qual o período de trabalho rural desenvolvido.
Portanto, ausente o requisito de probabilidade do direito, o que afasta, o preenchimento do primeiro requisito para concessão da tutela.

Por outro lado, há no caso o chamado "periculum in mora" inverso, caso entenda-se pelo deferimento da antecipação de tutela para a concessão de benefício previdenciário que ocasionará a irreversibilidade do provimento, haja vista que o patrimônio da parte autora é desconhecido, bem assim que esta não faz nenhum tipo de caução para garantir a reversão do provimento antecipatório. Nesse sentido:

"ANTECIPAÇÃO DE TUTELA – PRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS – IRREVERSIBILIDADE DO PROVIMENTO. A antecipação de tutela pressupõe a presença simultânea dos dois requisitos legais: a verossimilhança do direito alegado e o fundado receio de dano irreparável. O pagamento antecipado de prestações pecuniárias, sem qualquer garantia concreta de cabal e imediato ressarcimento, expõe o patrimônio público a evidente risco de dano irreparável, por ser praticamente irreversível e, assim, carece de amparo legal (art. 273, §2º, CPC)."(AI nº 98.04.06204-6/SC, Rel. Juiz Amir José Finocchiaro Sarti, 3ª Turma, TRF da 4ª Região, in DJU de 08.08.98).

Assim, INDEFIRO a concessão de tutela de urgência requerida.

Noutro giro, considerando a necessidade da realização de perícia médica para a elucidar o mérito da ação e atento ao princípio da celeridade processual e da recomendação realizada pelo próprio CNJ, através do Ato Normativo nº 0001607-53.2015.2.00.0000 desde já determino a realização de perícia médica.

Neste sentido, fixo como pontos controvertidos a existência da incapacidade laborativa da parte autora; a especificação da doença que acomete o periciando; se a doença foi adquirida após o período de inscrição na Previdência Social.

NOMEIO perito Dr. Edmilson Guimarães: Av. Macapá, 5040, Hosp. Mat. Bom Jesus, Rolim de Moura/RO- Fone 69-3442-2463, advertindo-o que, se aceitar, funcionará sob a fé de seu grau, devendo responder aos quesitos formulados por este juízo e pelas partes.

Em atenção à Resolução 232 de 13 de Julho de 2016 do CNJ, fixo honorários no valor de R$ 370,00 (trezentos e setenta reais), sendo que esse valor foi fixado em valor superior ao teto máximo de R$ 248,53 (duzentos e quarenta e oito reais e cinquenta e três centavos), estabelecido na Tabela II da Resolução nº 305, do Conselho da Justiça Federal, de 07/04/2014, com base no artigo 28, parágrafo único, da referida resolução, haja vista a ausência de profissional médico especialista nesta área na comarca, igualmente o número reduzido desses profissionais nas cidades circunvizinhas, aliado ao grau de especialização do perito e da natureza do exame.

Soma-se a isso a distância desta Comarca em relação à própria BR 364 (cerca de 120 km), razão pela qual há a necessidade de uma compensação financeira maior ao perito.

Intime-se o perito nomeado para dizer se concorda com a nomeação, advertindo-o de que, em razão da gratuidade, caso aceite o encargo, deverá aguardar o final do processo para que possa receber seus honorários. Deverá ainda indicar data para realização da perícia.

Concordando o perito, intimando-se as partes na sequência que deverão, inclusive, querendo, indicarem assistentes técnicos de acordo com o art. 421, § 5º do Código de Processo Civil, além de seus quesitos no prazo de 05 (cinco) dias.

Intime-se as partes para que, querendo, acompanhem ou informe aos eventuais assistentes técnicos acerca da data, horário e local da perícia a ser realizada.

A parte autora deverá ser intimada sobre a necessidade de levar consigo, para análise do médico perito, na data a ser designada, os exames médicos porventura realizados, referentes à incapacidade alegada.

Faça constar na intimação da parte autora que o não comparecimento injustificado ensejará a extinção do feito sem resolução do mérito.

Caso reste infrutífera a nomeação do médico acima, desde já determino ao cartório que adote as providências no sentido de intimar os médicos abaixo relacionados, em ordem sucessiva, para atuar no feito como perito, sendo que desde já procedo a nomeação dos mesmos na referida ordem.

- Marcus Vinicius Oliveira Moura: Av. Guaporé, n. 2270, centro, Cacoal-RO - Fone 69-34416996;

Com a juntada do Laudo Médico, cite-se o INSS. A parte ré poderá apresentar proposta de acordo ou contestar no prazo legal. Se contestar, deverá fornecer cópia integral do processo administrativo respectivo, bem como informar sobre a necessidade de realização de prova oral.

Formulado proposta de acordo, intime-se a parte autora para se manifestar em 05 dias. Havendo aceitação, façam-se os autos conclusos.

Rejeitada a proposta de acordo, ou sendo apresentada contestação, havendo necessidade de coleta de prova oral, será designada audiência de instrução e julgamento.

Se for desnecessária a prova oral para o julgamento da lide, façam-se os autos conclusos.

Por fim, encaminhem-se os quesitos apresentados pelas partes, que deverão ser respondidos pelo expert, bem como, os seguintes quesitos do Juízo:

a) Causa provável da(s) doença/moléstia(s)/incapacidade;

b) Doença/moléstia ou lesão decorrem do trabalho exercido? Justifique indicando o agente de risco ou agente nocivo causador;

c) A doença/moléstia ou lesão decorrem de acidente de trabalho? Em caso positivo, circunstanciar o fato, com data e local, bem como se reclamou assistência médica e/ou hospitalar;

d)Doença/moléstia ou lesão torna o(a) periciado(a) incapacitada para o exercício do último trabalho ou atividade habitual? Justifique a resposta, descrevendo os elementos nos quais se baseou a conclusão;

e) Sendo positiva a resposta ao quesito anterior, a incapacidade do(a) periciado(a) é de natureza permanente ou temporária? Parcial ou total?;

f) Data provável do início da(s) doença/lesão/moléstia(s) que acomete(m) o(a) periciado(a);

g) Data provável do início da incapacidade identificada. Justifique;

h) Incapacidade remonta à data de início da(s) doença/moléstia(s) ou decorre de progressão ou agravamento dessa patologia? Justifique.

i) É possível afirmar se havia incapacidade entre a data do indeferimento ou da cessação do benefício administrativo e a data da realização da perícia judicial? Se positivo, justificar apontamento os elementos par esta conclusão;

j) Caso se conclua pela incapacidade parcial e permanente, é possível afirmar se o(a) periciado(a) está apto para o exercício de outra atividade profissional ou para a reabilitação? Qual atividade?

k) O(a) periciado(a) está realizando tratamento? Qual a previsão de duração do tratamento? Há previsão ou foi realizado tratamento cirúrgico? O tratamento é oferecido pelo SUS?

l) É possível estimar qual o tempo e o eventual tratamento necessário para que o(a) periciado(a) se recupere e tenha condições de voltar a exercer seu trabalho ou atividade habitual (data de cessação da incapacidade)?

m) Esclareça o perito, os demais pontos que entenda pertinentes para a melhor elucidação da causa.

n) Pode o perito afirmar se existe qualquer indício ou sinais de dissimulação ou de exacerbação de sintomas? Responda apenas em caso afirmativo.

Expeça-se o necessário.

SERVE A PRESENTE DE CARTA/MANDADO/OFÍCIO.

Cerejeiras, 30 de abril de 2019.

Fabrízio Amorim de Menezes

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7000262-70.2018.8.22.0013
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: TANIA BRIENNE BRUTTI CAETANO
Endereço: RIO DE JANEIRO, 834, CASA, MARANATA, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Advogado do(a) REQUERENTE: RAFAEL PIRES GUARNIERI - RO8184
Advogado do(a) REQUERIDO: FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA - MG109730
Advogado(s) do reclamado: FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA
Nome: UNIÃO NORTE DO PARANÁ DE ENSINO LTDA
Endereço: Rua Florianópolis, 503, TERREO, CENTRO, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Despacho
Expeça-se novo alvará, intimando a parte autora para que retire e comprove o recebimento no prazo de 05 dias.
Expeça-se o necessário.
Serve a presente de carta/mandado/ofício.
Cerejeiras, 30 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica - Juizado Fazenda
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7000065-81.2019.8.22.0013
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: MACIEL ALVES GOIS
Endereço: rua curitiba, 990, alvorada, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Nome: MARIA HELENA MEDEIROS
Endereço: rua bahia, 746, centro, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Nome: NEIDY REGINA DE CARVALHO
Endereço: linha 3, entre as linhas 02 e 03, 0, zona rural, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Nome: MARIA VILMA SILVA SARMENTO
Endereço: linha 04, km 9, 2° eixo, 0, rondolandia, zona rural, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Advogado do(a) AUTOR: VIVIANY BINDI BAPTISTA DA SILVA - RO4973
Advogado do(a) AUTOR: VIVIANY BINDI BAPTISTA DA SILVA - RO4973
Advogado do(a) AUTOR: VIVIANY BINDI BAPTISTA DA SILVA - RO4973
Advogado do(a) AUTOR: VIVIANY BINDI BAPTISTA DA SILVA - RO4973
Nome: ESTADO DE RONDÔNIA
Endereço: desconhecido
Despacho
Intimem-se as partes para que, no prazo comum de 15 (quinze) dias, especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando, objetiva e fundamentadamente, sua relevância e pertinência.
O silêncio ou o protesto genérico por produção de provas serão interpretados como anuência ao julgamento antecipado, bem como serão indeferidos os requerimentos de diligências inúteis ou meramente protelatórias.
Intimem-se. Cumpra-se.
Cerejeiras, 29 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7001620-07.2017.8.22.0013
Classe: ALVARÁ JUDICIAL (1295)
Nome: ADENILSON GARRIJO DA SILVA
Endereço: Rua Panamá, 1479, Jardim Primavera, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Nome: PEDRO VITORIO CARRIJO MOREIRA
Endereço: Rua Panamá, 1479, Jardim Primavera, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Nome: FILIPE CARRIJO MOREIRA
Endereço: Rua Panamá, 1479, Jardim América, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Nome: ERLI RODRIGUES COELHO
Endereço: Rua Bahia, 1127, Centro, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Advogado do(a) REQUERENTE: AMEUR HUDSON AMANCIO PINTO - RO1807
Advogado do(a) REQUERENTE: AMEUR HUDSON AMANCIO PINTO - RO1807
Advogado do(a) REQUERENTE: AMEUR HUDSON AMANCIO PINTO - RO1807
Advogado do(a) REQUERENTE: AMEUR HUDSON AMANCIO PINTO - RO1807
Despacho
Intime-se o inventariante para informar se procedeu a regularização do CPF do de cujus.
Após, conclusos.
Serve de carta/mandado/ofício.
Cerejeiras, 24 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica - Juizado Fazenda
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 0000009-41.2017.8.22.0013
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Nome: BANCO BRADESCO S.A.
Endereço: Banco Bradesco S.A., Rua Benedito Américo de Oliveira, s/n, Vila Yara, Osasco - SP - CEP: 06029-900
Advogado do(a) EXEQUENTE: MAURO PAULO GALERA MARI - MT3056-S
Nome: R. A. SILVA - ME
Endereço: Avenida Italia Cautiero Franco, 1872, Centro, Corumbiara - RO - CEP: 76995-000
Nome: ROSELEI APARECIDA SILVA
Endereço: Avenida Italia Cautiero, 1872, Centro, Corumbiara - RO - CEP: 76995-000
Despacho
Trata-se de pedido da parte exequente para que se realize pesquisa através do sistema INFOJUD para a obtenção de informações acerca dos bens da parte executada.
Inicialmente, cumpre consignar que nenhum direito fundamental se reveste de caráter absoluto, e que o direito à intimidade pode ser relativizado em face de situações excepcionais de notório interesse público que as justifiquem (Princípio da Supremacia do Interesse Público).
Portanto, não há no sistema constitucional brasileiro, direitos ou garantias que se revistam de caráter absoluto, mesmo porque razões de relevante interesse público ou exigências derivadas do princípio de convivência das liberdades legitimas, ainda que excepcionalmente, a adoção, por parte dos órgãos estatais, de medidas restritivas das prerrogativas individuais ou coletivas, desde

que respeitados os termos estabelecidos na própria Constituição (STF – MS 23.452/RJ, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 15.05.2000.
Destarte, se revela fundamental à instrução e eficácia dos atos executórios a "quebra" de sigilo fiscal do executado, em vista que está demonstrada de forma concreta sua imprescindibilidade, pela inexistência de outros meios possíveis a se efetivar a investigação de bens da executada. A jurisprudência firmou-se no sentido de que o afastamento do sigilo fiscal da parte executada se admite quando esgotados os demais meios extrajudiciais de localização de bens passíveis de penhora.
Neste sentido o Superior Tribunal de Justiça se manifestou:
AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. PROCESSO DE EXECUÇÃO. SIGILO FISCAL. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO À RECEITA FEDERAL. MEDIDA EXCEPCIONAL. 1. O STJ firmou entendimento de que a quebra de sigilo fiscal ou bancário do executado para que o exequente obtenha informações sobre a existência de bens do devedor inadimplente é admitida somente após terem sido esgotadas as tentativas de obtenção dos dados na via extrajudicial. 2. Agravo regimental provido. (STJ, 4ª Turma, AgRg no REsp 1135568/PE, Rel. Min. João Otávio de Noronha, J.18/05/2010.)
Nesta senda, pelo que se constata dos autos a parte exequente empreendeu várias das diligências possíveis para localização de bens em nome dos executados, sem obter êxito.
Deste modo, defiro o pedido de requisição de informações atinentes aos bens do executado.
Nesta data procedi à consulta via INFOJUD, a mesma restou infrutífera, conforme espelho em anexo.
Altere-se a distribuição do processo constando segredo de justiça, em razão das informações relativas ao sigilo fiscal do réu.
Em atenção ao pedido do exequente realizei consulta de veículos em nome do executado via sistema Renajud, tendo a mesma restado frutífera, conforme comprovante anexo.
Assim, manifeste-se o exequente em termos de prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, ressaltando que sobre os veículos recaem outras restrições.
Cumpra-se.
Serve de carta/mandado/ofício.
Cerejeiras, 29 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7002326-24.2016.8.22.0013
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Nome: KARINE DALAZEM
Endereço: RUA RONDÔNIA, 1036, APTO. 01, CENTRO, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Advogados do(a) EXEQUENTE: EDUARDO MEZZOMO CRISOSTOMO - RO3404, MARIANNE ALMEIDA E VIEIRA DE FREITAS PEREIRA - RO3046, JEVERSON LEANDRO COSTA - RO3134-A, MARCIO HENRIQUE DA SILVA MEZZOMO - RO5836
Nome: Municipio de Cerejeiras
Endereço: AV. DAS NAÇÕES, 1919, CENTRO, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Despacho
Inicialmente esclareço que o RPV já foi devidamente expedido, faltando tão somente a comprovação de seu pagamento.
Assim, intime-se o requerido para que, no prazo de 10 dias, comprove o pagamento do RPV expedido em id. 24863686.
Expeça-se o necessário.
Serve a presente de carta/mandado/ofício.
Cerejeiras, 29 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7000014-70.2019.8.22.0013
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: MARCOS SUEL ANDRADE RAMOS
Endereço: Rua Roraima, 502, Centro, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Nome: Municipio de Cerejeiras
Endereço: desconhecido
Nome: ESTADO DE RONDÔNIA
Endereço: desconhecido
Despacho
Intime-se o exequente para que, no prazo de 15 dias, se manifeste sobre o recebimento do insumo.
Expeça-se o necessário.
Serve a presente de carta/mandado/ofício.
Cerejeiras, 30 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica - Juizado Fazenda
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7000994-51.2018.8.22.0013
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Nome: RENATA FURQUIM DA SILVA RITTER
Endereço: Rua Portugal, 2174, Liberdade, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Advogado do(a) REQUERENTE: MARIANA GUERRA SOARES MELO - RO8850
Advogado do(a) REQUERIDO: ITALLO GUSTAVO DE ALMEIDA LEITE - MT7413-O
Advogado(s) do reclamado: ITALLO GUSTAVO DE ALMEIDA LEITE
Nome: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.
Endereço: Alameda Surubiju, Alphaville Industrial, Barueri - SP - CEP: 06455-040
Despacho
Considerando o trânsito em julgado da sentença e a notícia de ausência de pagamento integral do débito, remetam-se os autos ao contador judicial para atualização dos valores.
Após, intime-se o executado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento do valor devido, sob pena de ser acrescido ao débito principal multa de dez por cento, nos termos do artigo 523, §1º do Código de Processo Civil. Ressalto ainda que, efetuado o pagamento parcial, a multa incidirá sobre o restante (art.523, §2º).
Transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem o pagamento voluntário, independentemente de penhora ou nova intimação, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, apresente, nos próprios autos, sua impugnação (Art. 525, CPC).
Decorrido o prazo sem o devido pagamento, venham conclusos.
Apresentada impugnação, intime-se o exequente a se manifestar em 15 (quinze) dias.
Cumpra-se.
Cerejeiras, 30 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7000775-04.2019.8.22.0013
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Nome: LENINE JOSE NEIA PINHEIRO DA SILVA
Endereço: Rua Sergipe, 1451, casa, centro, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Advogado do(a) AUTOR: VALDETE MINSKI - RO3595
Nome: ESTADO DE RONDÔNIA
Endereço: desconhecido
Decisão
LENINE JOSÉ NEIA PINHEIRO DA SILVA, ajuizou ação de cobrança em face do ESTADO DE RONDÔNIA.
Relatei. Decido.
Em análise os autos em comento, constatei que se trata de demanda contra ente federativo, prevista na competência do Juizado da Fazenda Pública.
Dispõe o art. 2°, §4° da lei n. 12.153/2009:
Art. 2° É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos. […]
§ 4° No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta.
Para regulamentar o referido artigo, o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia editou Resolução, de n. 019/2010, na qual restou determinado:
Art. 2º Nas Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias e na de Ji-Paraná (3ª entrância), enquanto não estruturados os Juizados Especiais da Fazenda Pública, os Juizados Especiais Cíveis acumularão competência para conhecimento, processamento, julgamento e execução, nas causas de que trata a Lei n. 12.153, de 22 de dezembro de 2009. (Redação dada pela Resolução n. 036/2010-PR, de 5/8/2010).
No caso dos autos, não se trata de nenhuma das ações dispostas no art. 2°, §1° da Lei n. 12.153/2009, quais sejam, "ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos, causas sobre bens imóveis dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas ou causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou sanções disciplinares aplicadas a militares".
Portanto, considerando se tratar de competência absoluta, e, via de consequência, cognoscível de ofício, declaro-me incompetente para o processamento e julgamento da demanda e determino a remessa dos autos ao Distribuidor Judicial, para redistribuição do feito por redirecionamento perante o Juizado Especial da Fazenda Pública desta 2ª Vara Genérica de Cerejeiras/RO, nos termos do art. 64, §3° do Código de Processo Civil, bem como art. 2° da Lei n. 12.153/2009.
Intimem-se as partes. Cumpra-se.
Serve de carta/mandado/ofício.
Cerejeiras, 29 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7001279-44.2018.8.22.0013
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Nome: JOAO FRANCISCO TERLAN
Endereço: Rua Jordania, nº 2375, 2375, Centro, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Advogado do(a) EXEQUENTE: ELIANE DUARTE FERREIRA - RO3915
Nome: RODOVIARIO LINO LTDA - ME
Endereço: Avenida Abiurana, 109, Distrito Industrial I, Manaus - AM - CEP: 69075-010
Despacho
Antes de analisar o pedido de id n. 26586061, oficie-se a JUCER para que encaminhe o contrato social e todas as alterações da empresa requerida.
Serve de ofício.
Cerejeiras, 24 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7000808-91.2019.8.22.0013
Classe: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261)
Nome: FUCK DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS LTDA
Endereço: Avenida Celso Mazutti, 3745, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-807
Advogado do(a) DEPRECANTE: ALEX ANDRE SMANIOTTO - RO2681
Nome: PEDRO ALBINO SALVADOR
Endereço: RUA RIO DE JANEIRO, 1754, ALVORADA, Cerejeiras - RO - CEP: 76995-000
Despacho
Cumpra-se a carta precatória, servindo a segunda via como mandado.
Após o devido cumprimento, remetam-se os autos ao juízo deprecante, com as nossas homenagens.
Serve a presente de carta/mandado/ofício.
Cerejeiras, 30 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7000421-47.2017.8.22.0013
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Nome: SANDRO RICARDO SALONSKI MARTINS
Endereço: AV PRESIDENTE NASSER, 501, JARDIM AMÉRICA, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
Advogado do(a) EXEQUENTE: SANDRO RICARDO SALONSKI MARTINS - RO1084
Nome: MOACIR RITTER
Endereço: Linha 08 da 3º para 4º eixo, Km 10, -, Sítio Livramento, Zona Rural, Pimenteiras do Oeste - RO - CEP: 76999-000
Despacho
Trata-se de pedido da parte exequente para que se realize pesquisa através do sistema INFOJUD para a obtenção de informações acerca dos bens da parte executada.
Inicialmente, cumpre consignar que nenhum direito fundamental se reveste de caráter absoluto, e que o direito à intimidade pode ser relativizado em face de situações excepcionais de notório interesse público que as justifiquem (Princípio da Supremacia do Interesse Público).
Portanto, não há no sistema constitucional brasileiro, direitos ou garantias que se revistam de caráter absoluto, mesmo porque razões de relevante interesse público ou exigências derivadas do princípio de convivência das liberdades legitimas, ainda que

excepcionalmente, a adoção, por parte dos órgãos estatais, de medidas restritivas das prerrogativas individuais ou coletivas, desde que respeitados os termos estabelecidos na própria Constituição (STF – MS 23.452/RJ, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 15.05.2000.
Destarte, se revela fundamental à instrução e eficácia dos atos executórios a "quebra" de sigilo fiscal do executado, em vista que está demonstrada de forma concreta sua imprescindibilidade, pela inexistência de outros meios possíveis a se efetivar a investigação de bens da executada. A jurisprudência firmou-se no sentido de que o afastamento do sigilo fiscal da parte executada se admite quando esgotados os demais meios extrajudiciais de localização de bens passíveis de penhora.
Neste sentido o Superior Tribunal de Justiça se manifestou:
AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. PROCESSO DE EXECUÇÃO. SIGILO FISCAL. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO À RECEITA FEDERAL. MEDIDA EXCEPCIONAL. 1. O STJ firmou entendimento de que a quebra de sigilo fiscal ou bancário do executado para que o exequente obtenha informações sobre a existência de bens do devedor inadimplente é admitida somente após terem sido esgotadas as tentativas de obtenção dos dados na via extrajudicial. 2. Agravo regimental provido. (STJ, 4ª Turma, AgRg no REsp 1135568/PE, Rel. Min. João Otávio de Noronha, J.18/05/2010.)
Nesta senda, pelo que se constata dos autos a parte exequente empreendeu várias das diligências possíveis para localização de bens em nome dos executados, sem obter êxito.
Deste modo, defiro o pedido de requisição de informações atinentes aos bens do executado.
Nesta data procedi à consulta via INFOJUD, conforme espelho em anexo.
Altere-se a distribuição do processo constando segredo de justiça, em razão das informações relativas ao sigilo fiscal do réu.
Intime-se a parte exequente para que manifeste quanto ao prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias.
Expeça-se o necessário.
Serve de carta/mandado/ofício.
Cerejeiras, 30 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica - Juizado Fazenda
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7002368-39.2017.8.22.0013
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Nome: G L REIS SILVA COSMETICOS - ME
Endereço: AV: Integração Nacional, 1202, TERREO, CENTRO, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Advogado do(a) EXEQUENTE: RAFAEL PIRES GUARNIERI - RO8184
Nome: LARISSA MOREIRA SEVERO
Endereço: RUA GOIAS, 2453, CASA, JOSE DE ANCHIETA, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Despacho
Em atenção ao pedido do exequente realizei consulta de veículos em nome do executado via sistema Renajud, tendo a mesma restado infrutífera, conforme comprovante anexo.
Assim, manifeste-se o exequente em termos de prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, ressaltando que sobre os veículos recaem outras restrições.
Cumpra-se.
Cerejeiras, 30 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7001029-11.2018.8.22.0013
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Nome: IOLANDA VIEIRA DE SOUZA
Endereço: Linha 4 km 2,5, 2ª p/3ª eixo, s/n, Zona Rural, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Advogado do(a) AUTOR: ERITON ALMEIDA DA SILVA - RO7737
Advogado do(a) RÉU: ERICA CRISTINA CLAUDINO - RO6207
Advogado(s) do reclamado: ERICA CRISTINA CLAUDINO
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Avenida dos Imigrantes, 4137, - de 3601 a 4635 - lado ímpar, Industrial, Porto Velho - RO - CEP: 76821-063
Despacho
Expeça-se mandado de constatação, a fim de que seja verificado pelo meirinho se há mais de uma subestação de energia construída na propriedade da parte autora.
Deverá ainda, se for possível, verificar se a subestação construída pela autora atende somente a sua propriedade.
Após, conclusos.
Serve de mandado.
Cerejeiras, 30 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7000327-02.2017.8.22.0013
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Nome: COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS CASTELO LTDA - ME
Endereço: Rua Portugal, 1,803, Centro, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Advogado do(a) EXEQUENTE: SHARA EUGENIO DE SOUZA - RO3754
Nome: FRANCOARES LOPES DA CRUZ
Endereço: Linha 5, 5º para 6º Eixo, ou Conjunto Habitacional, Rua B, n 811, Centro, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Despacho
Considerando o disposto no art. 8º, inciso I, da Lei 3.896/2016, deixo de determinar a realização de protesto e inscrição em dívida ativa.
Nada mais havendo, arquivem-se.
Cerejeiras, 30 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7002332-31.2016.8.22.0013
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Nome: BANCO DE LAGE LANDEN BRASIL S.A.
Endereço: Avenida Soledade, 550, Petrópolis, Porto Alegre - RS - CEP: 90470-340
Advogado do(a) EXEQUENTE: ALBERTO IVAN ZAKIDALSKI - SP285218
Nome: SILVINA ANTUNES PERIN NETA
Endereço: Avenida Soledade, 550, Petrópolis, Porto Alegre - RS - CEP: 90470-340
Despacho

Nesta data procedi à consulta via INFOJUD para localização do endereço do executado, conforme espelho em anexo, restando infrutífera.
Altere-se a distribuição do processo constando segredo de justiça, em razão das informações relativas ao sigilo fiscal do réu.
Intime-se a parte exequente para que manifeste quanto ao prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias.
Expeça-se o necessário.
Serve a presente de carta/mandado/ofício.
Cerejeiras, 29 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7002097-30.2017.8.22.0013
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Nome: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA E MARCELO RODRIGUES XAVIER ADVOGADOS ASSOCIADOS - ME
Endereço: Rua Gonçalves Dias, 967, - de 648/649 ao fim, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-234
Advogado do(a) EXEQUENTE: ANA CAROLINE ROMANO CASTELO BRANCO - RO5991
Advogados do(a) EXECUTADO: JEVERSON LEANDRO COSTA - RO3134-A, JOSE VITOR COSTA JUNIOR - RO4575
Advogado(s) do reclamado: JEVERSON LEANDRO COSTA, JOSE VITOR COSTA JUNIOR
Nome: FAZENDAS REUNIDAS RIO AZUL LTDA.
Endereço: desconhecido
Despacho
Cumpra-se a escrivania o determinado no despacho de id n. 20810420.
Sem prejuízo, defiro a dilação de prazo requerida em id n. 26077248.
Intime-se.
Serve de carta/mandado/ofício.
Cerejeiras, 30 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7001228-33.2018.8.22.0013
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Nome: GISLAINE RODRIGUES ROCHA
Endereço: Linha 02, S/N, Esquina da Linha 03 B, Zona Rural, Corumbiara - RO - CEP: 76995-000
Advogado do(a) AUTOR: CLAUDINEI MARCON JUNIOR - RO5510
Nome: YMPACTUS COMERCIAL S/A
Endereço: Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, 451, - de 265 ao fim - lado ímpar, Enseada do Suá, Vitória - ES - CEP: 29050-335
Sentença
GISLAINE RODRIGUES ROCHA, qualificada nos autos epigrafados, promoveu Liquidação de Sentença em face de YMPACTUS COMERCIAL LTDA.
Aduziu, em síntese, ter direito a ressarcimento no valor de R$ 2.921,25 (dois mil, novecentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos), decorrente de contrato firmado com a ré em sistema de negócios denominado “marketing multinível”. Disse que o feito foi alvo de ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Acre, na qual foi reconhecido o direito ao ressarcimento dos valores pelos contratantes dos planos ofertados pela contratada.
Requereu a apresentação, pela ré, de todos dos documentos associados ao CPF do autor, bem como a disponibilidade de seu cadastro no sistema da ré e da página em que consta o seu investimento e saldo atual, além da exibição de comprovantes de pagamentos efetivados pela autora, contrato de adesão, relatório de movimentação financeira, comprovantes de cotas líquidas, quantidade de contas voip, certificado de depósito no fundo de caução retornável, os quais estão em poder da Requerida e bloqueados por decisão judicial, sob pena de se considerarem corretos os cálculos apresentados.
Foi recebida a liquidação de sentença pelo procedimento comum (art. 509, inciso II, do CPC) e determinada a intimação da ré para oferecer contestação (id n. 21881135).
A parte ré, devidamente citada, manteve-se silente, tornando-se revel (id n. 23309482).
É o relatório. DECIDO.
Trata-se de liquidação de sentença pelo procedimento comum em desfavor de YMPACTUS COMERCIAL LTDA.
A parte ré, citada, não contestou, motivo pelo qual tornou-se revel.
A revelia induz ao julgamento antecipado da lide, conforme disposto no artigo 355, II, do Código de Processo Civil.
O mesmo fenômeno, ainda, leva à presunção de veracidade das alegações de fato formuladas pelo autor, na esteira do regramento insculpido no artigo 344 do Código já referido. Assim, em razão da revelia, o pedido deve ser julgado procedente, pois ausentes regras de afastamento de seus efeitos previstas no Código de Processo Civil.
Presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor e por inexistir elementos de convencimento em sentido contrário, senão provas que corroboram a pretensão, o acolhimento dos pedidos formulados pela parte autora é medida que se impõe.
A discussão posta diz respeito a comprovação da relação jurídica entre as partes e o desvendamento do valor a ser ressarcido pela parte ré.
Foi oportunizado à parte ré a comprovação da relação jurídica estabelecida entre as partes, oportunidade em que poderia liberar o acesso do requerente às informações constantes do seu sítio eletrônico na internet, ou exibisse os documentos correspondentes, no prazo da contestação (art. 396, CPC).
Desta feita, como a parte demandante assevera ter mantido relação jurídica com a ré e investido o valor de R$ 2.921,25 (dois mil, novecentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos), essa alegação deve ser tomada como verdadeira.
Nesse sentido:
Ementa: PROCESSO CIVIL. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DO QUANTUM CREDITADO. DEVER DE APRESENTAÇÃO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. BOA-FÉ OBJETIVA PROCESSUAL. AÇÃO COLETIVA. DETERMINAÇÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES ÀS PARTES INVESTIDORAS. NÃO CUMPRIMENTO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. ‘TELEXFREE’. INDIVIDUALIZAÇÃO. INTERESSE RECURSAL AGRAVO PROVIDO. 1. A Agravante é beneficiária de sentença genérica, proferida em sede de ação civil ajuizada para proteger interesses individuais e homogêneos, havendo condenação da parte Agravada à devolução de todos os valores recebidos, à título de fundo de caução retornável, ou seja, a Agravante faz parte do conjunto de pessoas certas e definidas, que investiram na empresa Agravada. 2. Inadmissível que a Agravada, tendo posse e condições de esclarecer o fato litigioso, deixe injustamente de fazê-lo. 3. Imperiosa a obrigação da parte contrária em trazer ao feito de origem, documento que demonstre o quantum fora investido pela parte Agravante, ou seja, apresentação do valor do crédito constante no escritório virtual. 4.Agravo de instrumento conhecido e provido. TJ-AC - Agravo de Instrumento AI 10009000620168010000 AC 1000900-06.2016.8.01.0000 (TJ-AC) Data de publicação: 22/11/2016.
Dito isso, a procedência do pleito inicial é medida que se impõe.
Por todo o exposto, JULGO PROCEDENTE os pedidos para declarar a existência de relação jurídica entre as partes, bem como

a existência de um crédito em favor de GISLAINE RODRIGUES ROCHA, devido por YMPACTUS COMERCIAL S/A, no valor de R$ 2.921,25 (dois mil, novecentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos), a ser corrigido monetariamente desde o efetivo desembolso e com juros de 1% ao mês a partir da citação nos autos da ação civil pública que se deu em 29.07.2013, conforme item B.7 do dispositivo da sentença (autos n. 0800224-44.2013.8.01.0001), 2ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco/AC).
Extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.
Frente a sucumbência, condeno a sociedade empresária ré ao pagamento das custas e honorários advocatícios, os quais fixo no importe correspondente a 15% (quinze por cento) do valor da condenação, nos termos do artigo 85, §2º do Código de Processo Civil.
Fica autorizado desde já, expedição de certidão de crédito judicial, para fins de eventual habilitação de credores em autos falimentares, para tanto, nessa hipótese, o autor deverá apresentar cálculos detalhados, com discriminação da verba principal, data, correção monetária e juros em seus totais e índices.
Intime-se a parte autora.
Desnecessária a intimação da requerida em razão da revelia, contando-se o prazo para recurso a partir da publicação desta sentença.
P.R.I. Com o trânsito em Julgado, não havendo manifestação, arquivem-se os autos.
Cerejeiras, 25 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7000944-59.2017.8.22.0013
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Nome: SIDNEI GUEDES DA SILVA
Endereço: Br 364, Km 278, Lote 80, s/n, Zona Rural, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Advogado do(a) EXEQUENTE: VALTER CARNEIRO - RO2466
Advogados do(a) EXECUTADO: MARIA AMELIA CASSIANA MASTROROSA VIANNA - PR27109, MARIA HELOISA BISCA BERNARDI - RO5758
Advogado(s) do reclamado: MARIA AMELIA CASSIANA MASTROROSA VIANNA, MARIA HELOISA BISCA BERNARDI
Nome: BANCO DO BRASIL S.A.
Endereço: Av. Porto Velho, 1550, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Sentença
Trata-se de cumprimento de sentença, no qual houve a satisfação integral do débito.
Isso posto, nos termos do artigo 924, II, do CPC , DOU POR CUMPRIDA A SENTENÇA e julgo extinta a presente execução, autorizando, em consequência, os eventuais levantamentos.
Condeno o executado ao pagamento das custas processuais.
Ao Contador Judicial para apuração das custas processuais. Em sequência, intime-se o executado a efetuar seu pagamento em 15 (quinze) dias. Caso não advenha o pagamento, inclua-se em dívida ativa estadual. Se necessário, intime-se via edital para o pagamento das custas.
P. R. I. C.
Tudo cumprido, arquivem-se.
Cerejeiras, 30 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7000804-54.2019.8.22.0013
Classe: FAMÍLIA- INTERDIÇÃO (58)
Nome: ABRAO DE LACERDA
Endereço: RUA CURITIBA, 1177, CASA, ALVORADA, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Nome: MADALENA DE CARVALHO LACERDA
Endereço: RUA CURITIBA, 1177, ALVORADA, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Nome: MANOEL FRANCISCO DE LACERDA
Endereço: RUA CURITIBA, 1177, ALVORADA, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Despacho
Intime-se a parte autora COM URGÊNCIA para que informe se há possibilidade dos requeridos comparecerem no Fórum local para realização da audiência de entrevista.
Serve de carta/mandado/ofício.
Cerejeiras, 30 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7000968-53.2018.8.22.0013
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Nome: FRANCISCA ILARQUILANDIA MONTE DE ARAUJO
Endereço: RUA FERNANDO DE NORONHA, 1391, PRIMAVERA, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Advogado do(a) AUTOR: ARTHUR VINICIUS LOPES - RO8478
Advogado do(a) RÉU: FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA - MG109730
Nome: UNIAO NORTE DO PARANA DE ENSINO LTDA
Endereço: Rua Marselha, 145, Parque Residencial João Piza, Londrina - PR - CEP: 86041-140
Advogado(s) do reclamado: FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA
Sentença
FRANCISCA ILARQUILANDIA MONTE DE ARAÚJO ingressou com a presente ação declaratória de inexistência de débito c/c obrigação de fazer e não fazer c/c indenização por danos morais em face de UNOPAR – UNIÃO NORTE DO PARANÁ DE ENSINO LTDA, todos qualificados nos autos.
Alega a autora que era acadêmica do curso de administração, tendo iniciado seu curso no primeiro semestre de 2013, contudo, no final do 5º (quinto) período, por motivos financeiros, precisou trancar sua matrícula, a solicitação de encerramento contratual foi realizada no dia 07 de julho de 2015, junto ao polo de Cerejeiras/RO e registrada sob protocolo n. 201590256107.
Relata que diante da solicitação de trancamento da matrícula, fora solicitado o pagamento de uma taxa no valor de R$ 24,00 (vinte e quatro reais), o que foi feito.
Aduz que em 21 de novembro de 2016, fora notificada que seu nome estava negativado no valor de R$ 2.128,45 (dois mil, cento e vinte e oito reais e quarenta e cinco centavos), referente ao valor das mensalidades dos meses de julho, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2015.
Requereu a antecipação de tutela para exclusão de seu nome dos cadastros restritivos de crédito, a declaração de inexistência de débitos e indenização por danos morais.
Recebida a inicial, foi deferida a antecipação de tutela (id n. 19167732).

Devidamente citada, a requerida apresentou contestação arguindo, em síntese, que a dívida refere-se a multa de quebra contratual. Ao final, requereu a improcedência dos pedidos.
Impugnação à contestação (id n. 20702845).
A requerida juntou aos autos quadro (id n. 22608148), informando que a dívida refere-se a mensalidades atrasadas, bem como parcelas de acordos/renegociações realizadas pela autora com as empresas Intervalor, LocalCred e Credit Cash.
É o relatório. DECIDO.
Antes de adentrar no mérito, determino a retificação do polo passivo para a denominação correta EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A, conforme informado pela ré.
Sendo assim, estando presentes as condições para o legítimo exercício do direto de ação, bem como os pressupostos processuais de existência e validade, estando os autos aptos à prolação da sentença, passo à apreciação do mérito.
Impõe-se registrar que a relação jurídica versada nos autos é de consumo, uma vez que a parte autora encontra-se abarcada pelo conceito normativo positivado no art. 2º da Lei n. 8.078/90 e, igualmente, a parte ré subsumi-se ao conceito do art. 3º do referido diploma legal.
Isso posto, a análise do feito leva a conclusão de que os danos alegados pela autora se enquadram no chamado defeito ou fato do serviço, previsto no artigo 14 do diploma consumerista, in verbis:
Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos. (grifei)
Tratando-se de fato do serviço, a inversão do ônus da prova se opera ope legis, é dizer, a própria legislação prevê que, para não ser responsabilizado, caberá ao fornecedor comprovar que tendo prestado o serviço, o defeito inexiste, ou, a ocorrência de culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro (art. 14, §3º, CDC).
Nesse ponto, é preciso destacar que, de acordo com a teoria da distribuição dinâmica da prova, inovação trazida pelo novo Código de Processo Civil (Lei 13.105.2015) e já adotada em outros diplomas legais, a prova incumbirá a quem tem melhores condições de produzi-la, à luz das circunstâncias do caso concreto.
Tal teoria tem como fundamento os princípios da adaptabilidade do procedimento às peculiaridades do caso concreto, da cooperação e da igualdade.
Com se vê, a última teoria é a que se coaduna com os fatos descritos na Inicial, sendo certo que entender de outro modo seria impor ao autor a produção de prova nitidamente negativa, qual seja, a inexistência de débito que deu origem à inscrição no cadastro de inadimplentes.
Nesse diapasão, apesar da narrativa apresentada pela requerida na contestação, acerca da licitude do débito, nenhuma prova foi produzida a fim de demonstrar a veracidade dos fatos.
Alega a requerida que o débito foi originado das mensalidades referentes aos meses de agosto a dezembro 2015, todavia, conforme documento de id n. 18296198, observa-se que a autora solicitou o trancamento da matrícula em julho de 2015, efetuando inclusive o pagamento da taxa solicitada pela requerida.
Assim, o débito de R$ 2.128,45 (dois mil, cento e vinte e oito reais e quarenta e cinco centavos), é inexistente já que a autora não utilizou os serviços da requerida.
Isso posto, não vindo a ré a provar que a dívida era devida, ônus que lhe cabia, entendo que o pedido merece ser julgado procedente.
O instituto do ônus da prova é comumente dividido pela doutrina em dois aspectos, são eles: i. subjetivo - no qual se analisa o instituto sob a perspectiva de quem é o responsável pela produção de determinada prova; ii. objetivo – no qual o instituto é visto como regra de julgamento a ser aplicada pelo juiz, no momento de proferir a sentença, no caso de inexistência ou insuficiência de provas.
Quanto ao aspecto subjetivo, o Novo Código de Processo Civil inova ao adotar a Teoria da Distribuição Dinâmica do ônus da prova, criando-se um sistema misto, de modo que a lei prevê abstratamente uma forma de distribuição, ao mesmo passo que prevê a possibilidade de modificação dessa distribuição no caso concreto. Em suma, o que será analisado é quem tem melhores condições de produzir a prova.
A respeito do aspecto objetivo, prova Daniel Amorim Assumpção Neves (in Novo Código de Processo Civil Comentado, editora Juspodivm, 2016 – p. 656) assevera que:
No aspecto objetivo, o ônus da prova afasta a possibilidade de o juiz declarar non liquet diante de dúvidas a respeito das alegações de fato em razão da insuficiência ou inexistência de provas. Sendo obrigado a julgar e não estando convencido das alegações de fato, aplica-se a regra do ônus da prova.
O ônus da prova é, portanto, regra de julgamento, aplicando-se para as situações em que, ao final da demanda, persistem fatos controvertidos não devidamente comprovados durante a instrução probatória.
E continua o renomado autor:
Dessa forma, o aspecto subjetivo só passa a ter relevância para a decisão do juiz, se ele for obrigado a aplicar o ônus da prova em seu aspecto objetivo: diante de ausência ou insuficiência de provas, deve indicar qual das partes tinha o ônus de provar e colocá-la numa situação de desvantagem processual.
Nesse diapasão, considerando a ausência de qualquer prova que desconstitua os fatos narrados pelo autor, resta claro o defeito na relação de consumo, já que o nome da autora foi negativado sem que houvesse qualquer débito que desse origem à inscrição.
Conforme se infere da peça de defesa, o réu se ateve a alegações lacônicas e genéricas, sem qualquer impugnação específica dos fatos trazidos pelo autor. Afirmando que a dívida refere-se a mensalidades atrasadas e supostas renegociações com empresas diversas.
Desta forma, ausente qualquer fato, tampouco prova de fato extintivo, modificativo ou impeditivo do direito do autor, certo é que existe o defeito na relação de consumo.
Diante desta feita, é lícito dizer que configurado o defeito na relação de consumo, indiscutível a responsabilidade da requerida em reparar o dano.
Inexistindo débitos, ilícita é a inscrição do nome do consumidor no rol de inadimplentes, razão pela qual o débito que originou a inscrição da parte requerente nos órgãos de proteção ao crédito, deve ser declarado inexistente, confirmando-se a antecipação de tutela para determinar à parte ré que retire qualquer negativação relativa ao débito objeto de litígio.
Outrossim, certificada a irregularidade da negativação efetuada pelo requerido nos cadastros restritivos de crédito, dúvidas não pairam acerca do sofrimento, pelo demandante, de danos de cunho moral.
Logo, ante a constatação do fato lesivo (inscrição indevida em órgão de proteção ao crédito), do dano produzido, e do nexo causal entre a conduta ilícita e o dano perpetrado contra o autor, configurado está a violação da honra objetiva da autora.
Já se pronunciou o egrégio Superior Tribunal de Justiça que, em casos de inscrição indevida o dano moral é presumido, ou seja, independe da prova do dano:
AGRAVO REGIMENTAL. ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL. FORNECIMENTO DE ÁGUA. DANO MORAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA. DISSABOR. PROVA. DESNECESSIDADE. 1. Alegações genéricas quanto às prefaciais de afronta ao art. 535 do Código de Processo Civil não bastam à abertura da via especial pela alínea a do permissivo constitucional, a teor da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal. 2. O dano moral, em regra, decorre da própria inscrição indevida nos cadastros de inadimplentes, surgindo in re ipsa, sendo desnecessária a produção de provas a respeito. 3. A quantia fixada a título de danos morais (R$ 6.000,00) não extrapola a razoabilidade, o que inviabiliza o recurso especial nos termos da Súmula 7/STJ. 4. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg no REsp: 1381649

RJ 2013/0126106-7, Relator: Ministro CASTRO MEIRA, Data de Julgamento: 10/09/2013, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 19/09/2013) (grifei).
Seguindo este entendimento, o dano moral gerado pela inscrição ou manutenção indevida, do nome de outrem em cadastros de maus pagadores, gera dano moral presumido, independente de comprovação dos prejuízos sofridos.
Configurado o dano moral, nasce para o responsável a obrigação de repará-lo, independentemente de comprovação dos prejuízos sofridos, uma vez que o abalo de crédito em si já presume uma série de efeitos indesejáveis, como discriminação e desvalorização da pessoa.
Assim, considerando as condições sociais e econômicas da parte requerida, fixo a indenização no patamar de R$ 8.000,00 (oito mil reais), valor que entendo ser capaz de amenizar o dano moral sofrido, bem como servir para dissuadir a parte requerida da prática de novos atos como o presente.
DISPOSITIVO.
Diante do exposto, resolvendo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, e o faço para declarar inexistente o débito no valor de R$ 2.128,45 (dois mil, cento e vinte e oito reais e quarenta e cinco centavos), discutido nos presentes autos, confirmar a liminar, com o fim de excluir definitivamente o nome de FRANCISCA ILARQUILANDIA MONTE DE ARAÚJO dos cadastros restritivos de crédito, como o SERASA e seus congêneres, com relação ao débito discutido nestes autos e condenar a ré, EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A, ao pagamento de danos morais no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), já corrigidos (súmula 362 do STJ).
Condeno o requerido ao pagamento de honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, atualizado, bem como as custas processuais. Não efetuado o pagamento das custas processuais, proceda-se ao protesto e se necessário inscreva-se em dívida ativa.
Transitada esta em julgado, nada sendo requerido arquivem-se.
P.R.I.C.
Serve de carta/mandado/ofício.
Cerejeiras, 30 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7001304-57.2018.8.22.0013
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Nome: BANCO BRADESCO S.A.
Endereço: Banco Bradesco S.A., S/N, CIDADE DE DEUS, Vila Yara, Osasco - SP - CEP: 06029-900
Advogado do(a) EXEQUENTE: MAURO PAULO GALERA MARI - RO4937-S
Advogado do(a) EXECUTADO: VERONICA VILAS BOAS DE ARAUJO - RO6515
Advogado(s) do reclamado: VERONICA VILAS BOAS DE ARAUJO
Nome: VALE DO GUAPORE INDUSTRIA E COMERCIO DE LATICINIOS LTDA
Endereço: Avenida Brasi, 515, Setor Industrial, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Nome: JOSE WILSON MASCARENHAS DE OLIVEIRA
Endereço: Avenida Brasil, 515, Laticínio Vale do Guaporé, Setor Industrial, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Nome: LUIZ CARLOS DA SILVA
Endereço: Avenida Castelo Branco, 99, Centro, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Sentença
BANCO BRADESCO S.A. propôs ação de execução de título extrajudicial em face de VALE DO GUAPORE INDUSTRIA E COMERCIO DE LATICINIOS LTDA e outros (2), na qual as partes, noticiaram a composição de acordo extrajudicial.
Isso posto, estando regularizado o instrumento, sendo o objeto lícito e as partes capazes, não havendo nenhum vício de vontade aparente na formalização e efetivação da transação, HOMOLOGO, para que surta os efeitos legais, o acordo entabulado entre as partes, que se regerá pelas cláusulas e condições ali expostas. Via de consequência, nos termos do artigo 487, inciso III, “b” do CPC, julgo extinto o processo com resolução do mérito.
Sem custas.
Suspendo o feito pelo prazo de 06 (seis) meses.
P.R.I. Cumpra-se.
Tudo cumprido, arquivem-se.
Cerejeiras, 30 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7002470-27.2018.8.22.0013
Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116)
Nome: Município de Cerejeiras
Endereço: av das nações, 1919, centro, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Nome: AMEUR HUDSON AMANCIO PINTO
Endereço: Sergipe, 985, centro, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Despacho
Intime-se a parte autora para se manifestar quanto a petição de id n. 24765576.
Serve de carta/mandado/ofício.
Cerejeiras, 29 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7001273-71.2017.8.22.0013
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Nome: BANCO BRADESCO S.A.
Endereço: Banco Bradesco S.A., S/N, CIDADE DE DEUS, Vila Yara, Osasco - SP - CEP: 06029-900
Advogado do(a) EXEQUENTE: MAURO PAULO GALERA MARI - RO4937-S
Nome: R. A. SILVA - ME
Endereço: Avenida Italia Cautiero Franco, 1872, Centro, Corumbiara - RO - CEP: 76995-000
Despacho
Trata-se de pedido da parte exequente para que se realize pesquisa através do sistema INFOJUD para a obtenção de informações acerca dos bens da parte executada.
Inicialmente, cumpre consignar que nenhum direito fundamental se reveste de caráter absoluto, e que o direito à intimidade pode ser relativizado em face de situações excepcionais de notório interesse público que as justifiquem (Princípio da Supremacia do Interesse Público).
Portanto, não há no sistema constitucional brasileiro, direitos ou garantias que se revistam de caráter absoluto, mesmo porque razões de relevante interesse público ou exigências derivadas do princípio de convivência das liberdades legitimas, ainda que

excepcionalmente, a adoção, por parte dos órgãos estatais, de medidas restritivas das prerrogativas individuais ou coletivas, desde que respeitados os termos estabelecidos na própria Constituição (STF – MS 23.452/RJ, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 15.05.2000.
Destarte, se revela fundamental à instrução e eficácia dos atos executórios a "quebra" de sigilo fiscal do executado, em vista que está demonstrada de forma concreta sua imprescindibilidade, pela inexistência de outros meios possíveis a se efetivar a investigação de bens da executada. A jurisprudência firmou-se no sentido de que o afastamento do sigilo fiscal da parte executada se admite quando esgotados os demais meios extrajudiciais de localização de bens passíveis de penhora.
Neste sentido o Superior Tribunal de Justiça se manifestou:
AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. PROCESSO DE EXECUÇÃO. SIGILO FISCAL. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO À RECEITA FEDERAL. MEDIDA EXCEPCIONAL. 1. O STJ firmou entendimento de que a quebra de sigilo fiscal ou bancário do executado para que o exequente obtenha informações sobre a existência de bens do devedor inadimplente é admitida somente após terem sido esgotadas as tentativas de obtenção dos dados na via extrajudicial. 2. Agravo regimental provido. (STJ, 4ª Turma, AgRg no REsp 1135568/PE, Rel. Min. João Otávio de Noronha, J.18/05/2010.)
Nesta senda, pelo que se constata dos autos a parte exequente empreendeu várias das diligências possíveis para localização de bens em nome dos executados, sem obter êxito.
Deste modo, defiro o pedido de requisição de informações atinentes aos bens do executado.
Nesta data procedi à consulta via INFOJUD, a mesma restou infrutífera, conforme espelho em anexo.
Altere-se a distribuição do processo constando segredo de justiça, em razão das informações relativas ao sigilo fiscal do réu.
Em atenção ao pedido do exequente realizei consulta de veículos em nome do executado via sistema Renajud, tendo a mesma restado infrutífera, conforme comprovante anexo.
Assim, manifeste-se o exequente em termos de prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, ressaltando que sobre os veículos recaem outras restrições.
Cumpra-se.
Serve de carta/mandado/ofício.
Cerejeiras, 30 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica - Juizado Fazenda
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7000127-29.2016.8.22.0013
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Nome: MUNICIPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE
Endereço: avenida brasil, 893, centro, Pimenteiras do Oeste - RO - CEP: 76999-000
Advogados do(a) EXECUTADO: MARIANNE ALMEIDA E VIEIRA DE FREITAS PEREIRA - RO3046, JEVERSON LEANDRO COSTA - RO3134-A, MARCIO HENRIQUE DA SILVA MEZZOMO - RO5836
Advogados do(a) EXECUTADO: MARIANNE ALMEIDA E VIEIRA DE FREITAS PEREIRA - RO3046, JEVERSON LEANDRO COSTA - RO3134-A, MARCIO HENRIQUE DA SILVA MEZZOMO - RO5836
Advogado(s) do reclamado: MARIANNE ALMEIDA E VIEIRA DE FREITAS PEREIRA, JEVERSON LEANDRO COSTA, MARCIO HENRIQUE DA SILVA MEZZOMO
Nome: NEUDI DALAZEM
Endereço: AC Cerejeiras, Zona Rural, Linha 5, esq. c/ 4 Eixo, Centro, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-970
Nome: CLAUDI MARI PENSO DALAZEM
Endereço: AC Cerejeiras, Zona Rural, Linha 5, esq. c/ 4 Eixo, Centro, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-970
Despacho
Defiro o pedido de penhora online formulado, de acordo com o art. 854 do NCPC.
Por esta razão, determinei a expedição de ordem de indisponibilidade de ativos financeiros, que foi devidamente cumprida, conforme extrato em anexo, restando parcialmente frutífera.
Intime-se o executado, por meio de seu advogado, ou pessoalmente (via AR, preferencialmente), para que no prazo de 05 (cinco) dias comprove que as quantias são impenhoráveis, ou que consta indisponibilidade de ativos excessiva, nos termos do art. 854, §3°, I e II do NCPC.
Havendo impugnação, com fundamento no art. 10 do Código de Processo Civil, dê-se ciência à parte contrária para manifestação, pelo mesmo prazo, tornando os autos conclusos com urgência.
Não constando manifestação no prazo assinalado, venham os autos conclusos .
Informado o pagamento por outro meio ou havendo pedido de substituição da penhora, após o prazo assinalado, remetam-se conclusos (art. 854, §6°, NCPC).
Deixo de analisar o pedido de gratuidade judiciária, vez que a mesma já fora INDEFERIDA conforme decisão de id n. 2511814.
Cumpra-se.
Cerejeiras, 30 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7000504-63.2017.8.22.0013
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Nome: ALCEU MARTINS
Endereço: AV.BRASIL, 2631, CENTRO, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Advogado do(a) AUTOR: MARIO GUEDES JUNIOR - RO190
Advogado do(a) RÉU: WAGNER APARECIDO BORGES - RO3089
Nome: JOSE BATISTA DE CARVALHO
Endereço: linha 3º,km8,esquina com a linha 1, s/n, ZONA RURAL, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Advogado(s) do reclamado: WAGNER APARECIDO BORGES
Sentença
Vieram os autos para análise dos embargos de declaração opostos por JOSÉ BATISTA DE CARVALHO. Alegando em síntese que a sentença foi julgada improcedente e o requerido foi condenado ao pagamento das custas processuais.
Em análise a sentença proferida, verifico que assiste razão a parte embargante e por consequência CONHEÇO e ACOLHO aos embargos de declaração opostos, para modificar o dispositivo sentencial relacionado a condenação em custas processuais, passando a ter a seguinte redação:
[...] Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios de sucumbência, fixando-se estes no importe de 10% (dez por cento), sobre o valor atualizado da causa.
No mais, persiste a sentença tal como lançada.
Expeça-se o necessário.
Intimem-se.
Serve a presente de carta/mandado/ofício.
Cerejeiras, 30 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7001842-72.2017.8.22.0013
Classe: MONITÓRIA (40)
Nome: R & S COM E TRANSPORTES DE MATERIAIS P/ CONSTRUCAO LTDA
Endereço: Av Celso Mazutti, 4467, Centro, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
Advogados do(a) AUTOR: MARIA CAROLINA DE FREITAS ROSA FUZARO - RO6125, ANDRE COELHO JUNQUEIRA - RO6485, JONI FRANK UEDA - RO5687
Nome: SENA & CIA LTDA - ME
Endereço: Avenida Integração Nacional, 1506, Sala 03, Centro, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Despacho
Trata-se de pedido da parte exequente para que se realize pesquisa através do sistema INFOJUD para a obtenção de informações acerca dos bens da parte executada.
Inicialmente, cumpre consignar que nenhum direito fundamental se reveste de caráter absoluto, e que o direito à intimidade pode ser relativizado em face de situações excepcionais de notório interesse público que as justifiquem (Princípio da Supremacia do Interesse Público).
Portanto, não há no sistema constitucional brasileiro, direitos ou garantias que se revistam de caráter absoluto, mesmo porque razões de relevante interesse público ou exigências derivadas do princípio de convivência das liberdades legitimas, ainda que excepcionalmente, a adoção, por parte dos órgãos estatais, de medidas restritivas das prerrogativas individuais ou coletivas, desde que respeitados os termos estabelecidos na própria Constituição (STF – MS 23.452/RJ, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 15.05.2000.
Destarte, se revela fundamental à instrução e eficácia dos atos executórios a "quebra" de sigilo fiscal do executado, em vista que está demonstrada de forma concreta sua imprescindibilidade, pela inexistência de outros meios possíveis a se efetivar a investigação de bens da executada. A jurisprudência firmou-se no sentido de que o afastamento do sigilo fiscal da parte executada se admite quando esgotados os demais meios extrajudiciais de localização de bens passíveis de penhora.
Neste sentido o Superior Tribunal de Justiça se manifestou:
AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. PROCESSO DE EXECUÇÃO. SIGILO FISCAL. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO À RECEITA FEDERAL. MEDIDA EXCEPCIONAL. 1. O STJ firmou entendimento de que a quebra de sigilo fiscal ou bancário do executado para que o exequente obtenha informações sobre a existência de bens do devedor inadimplente é admitida somente após terem sido esgotadas as tentativas de obtenção dos dados na via extrajudicial. 2. Agravo regimental provido. (STJ, 4ª Turma, AgRg no REsp 1135568/PE, Rel. Min. João Otávio de Noronha, J.18/05/2010.)
Nesta senda, pelo que se constata dos autos a parte exequente empreendeu várias das diligências possíveis para localização de bens em nome dos executados, sem obter êxito.
Deste modo, defiro o pedido de requisição de informações atinentes aos bens do executado.
Nesta data procedi à consulta via INFOJUD, conforme espelho de consulta.
Altere-se a distribuição do processo constando segredo de justiça, em razão das informações relativas ao sigilo fiscal do réu.
Intime-se a parte exequente para que manifeste quanto ao prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias.
Expeça-se o necessário.
Serve de carta/mandado/ofício.
Cerejeiras, 29 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7002253-18.2017.8.22.0013
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
Nome: ALVERDIR PARDIM DE JESUS
Endereço: LOTE 24 MC 01 INSTANCIA VELHA, ASSENTAMENTO, ASSENTAMENTO AGUA VIVA, ZONA RURAL, Corumbiara - RO - CEP: 76995-000
Advogado do(a) EXEQUENTE: FRANCESCO DELLA CHIESA - RO5025
Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Endereço: desconhecido
Despacho
Cumpra-se o despacho de id n. 24042845.
Cerejeiras, 30 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7001778-62.2017.8.22.0013
Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116)
Nome: ESTADO DE RONDÔNIA
Endereço: desconhecido
Advogado do(a) EXECUTADO: JOVYLSON SOARES DE MOURA - RO8834
Advogado(s) do reclamado: JOVYLSON SOARES DE MOURA
Nome: N. M. SILVA & CIA LTDA
Endereço: AV DAS NAÇÕES, 2126, PREDIO, CENTRO, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Despacho
Expeça-se mandado de penhora de bens do executado, quanto bastem para a quitação do débito, ressalvando-se aqueles impenhoráveis por imposição legal e os alienados fiduciariamente. Havendo bens alienados fiduciariamente, deverá o Sr. Oficial penhorar os seus direitos, certificando em qual instituição financeira possuem gravame.
Proceda-se ao registro da penhora ou do arresto, independentemente do pagamento de custas e/ou outras despesas, observando o disposto no artigo 14 Lei n. 6.830/80.
Consigne-se no mandado que o prazo para oferecimento de embargos é de trinta dias, nos termos do artigo 16 e incisos da Lei n. 6.830/80.
Caso a diligência reste infrutífera, intime-se o exequente para requerer o que de direito em 05 (cinco) dias.
Serve a presente como mandado. Cumpra-se.
Cerejeiras, 30 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 2ª Vara Genérica
Av. das Nações, 22, Centro, CEREJEIRAS - RO - CEP: 76997-000 – Fone:(69) 3342-2283
Processo nº: 7001157-31.2018.8.22.0013
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Nome: CESAR REZENDE DE FREITAS
Endereço: RUA ANA MARTINS, 1933, CASA, CENTRO, Corumbiara - RO - CEP: 76995-000
Advogado do(a) AUTOR: RONALDO PATRICIO DOS REIS - RO4366
Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Endereço: Rua José de Alencar, - de 2322/2323 a 2637/2638, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-036
Despacho
Intime-se o requerido para manifestar quanto a petição de id n. 23071524.
No mais, aguarde-se a resposta do perito nomeado.
Serve de carta/mandado/ofício.
Cerejeiras, 30 de abril de 2019.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

COMARCA DE COLORADO DO OESTE

1ª VARA CÍVEL

ESTADO DE RONDÔNIA
Poder Judiciário – 1ª Vara cível, Juizado especial cível, Juizado Especial da Fazenda Pública e Juizado da Infância e Juventude de Colorado do Oeste
Fórum Juiz Joel Quaresma de Moura, Rua Humaitá, 3879 - CEP:76.993-000 Fone: (069) 3341-3021/3022 – e-mail: colcivel@tjro.jus.br
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO - 30 DIAS
AUTOS 7002102-21.2018.8.22.0012 CLASSE INF JUV CIV - GUARDA (1420) REQUERENTE GRETHIAN REIS VEZINTANA REQUERIDO Nome: ELIAS PEREIRA NERY, brasileiro, solteiro, pedreiro, ATUALMENTE EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO
FINALIDADE
1) CITAR - a(s) parte(s) requerida(s) acima qualificada(s) dos termos da presente ação contra ela(s) imposta.
2) INTIMAR - para querendo apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, não o fazendo presumir-se-ão verdadeiros os fatos articulados na inicial.
3) OBSERVAÇÃO
- caso a parte requerida não possua condições financeiras de contratar patrono particular poderá contactar a DEFENSORIA PÚBLICA da localidade onde se encontrar.
4) DESPACHO "Defiro o pedido. Cite-se, por edital. Transcorrido o prazo na inércia, desde já, nomeio Curadora Especial a DPE para apresentar defesa, por Defensor diverso daquele que patrocina a parte autora." Colorado do Oeste/RO, 26 de abril de 2019. Eli da Costa Júnior, Juiz de Direito.
Colorado do Oeste - RO, 30 de abril de 2019
Eli da Costa Júnior
Juiz de Direito

AUTOS 7002154-85.2016.8.22.0012 CLASSE PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7) REQUERENTE
Nome: RITA MARIA DA SILVA ANDRADE
Endereço: RUMO COLORADO, KM 14, PLANALTO SÃO LUIZ, LINHA 8, Cabixi - RO - CEP: 76994-000
ADVOGADO REQUERIDO
Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Endereço: desconhecido
ADVOGADO
Intimar a parte autora, através de seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias dar prosseguimento ao feito, sob pena de arquivamento em caso de inércia.
AUTOS 7001215-08.2016.8.22.0012 CLASSE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156) REQUERENTE
Nome: IVETE VATER BATISTA
Endereço: Rua Onix, 246, Vila Mariana, Cabixi - RO - CEP: 76994-000
ADVOGADO Advogados do(a) EXEQUENTE: OSMAR LUIZ PRETTO - MT20696, GENIS SOUZA DA HORA - MT18933
REQUERIDO
Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Endereço: Av Rony de Castro Pereira, 3927, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
ADVOGADO
Intimar a parte autora, através de seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias dar prosseguimento ao feito, sob pena de arquivamento em caso de inércia.

AUTOS 7002880-59.2016.8.22.0012 CLASSE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156) REQUERENTE
Nome: ROMILDA MARIA VERISSIMO MARTINS
Endereço: RUA. NORUAGUES, 3255, CRUZEIRO, Colorado do Oeste - RO - CEP: 76993-000
ADVOGADO Advogado do(a) EXEQUENTE: FRANCESCO DELLA CHIESA - RO5025
REQUERIDO
Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Endereço: Avenida Marechal Rondon, 870 1 andar, - de 870 a 1158 - lado par, Centro, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-082
ADVOGADO
INTIMAÇÃO VIA SISTEMA
Intimar a parte autora, através de seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias dar prosseguimento ao feito, sob pena de arquivamento em caso de inércia.

AUTOS 7000866-34.2018.8.22.0012 CLASSE PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7) REQUERENTE
Nome: EVA MARTINS SILVA DA COSTA
Endereço: RUA RIO GRANDE DO SUL, 4313, CENTRO, Colorado do Oeste - RO - CEP: 76993-000
ADVOGADO Advogado do(a) AUTOR: HURIK ARAM TOLEDO - RO6611
REQUERIDO
Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Endereço: RUA POTIGUARA, 3914, CENTRO, Colorado do Oeste - RO - CEP: 76993-000
Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Endereço: desconhecido
ADVOGADO
Intimar a parte autora, através de seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias dar prosseguimento ao feito, sob pena de arquivamento em caso de inércia.

ESTADO DE RONDÔNIA
Poder Judiciário – 1ª Vara cível, Juizado especial cível, Juizado Especial da Fazenda Pública e Juizado da Infância e Juventude de Colorado do Oeste
Fórum Juiz Joel Quaresma de Moura, Rua Humaitá, 3879
CEP:76.993-000 Fone: (069) 3341-3021/3022 – e-mail: colcivel@tjro.jus.br
DESTINATÁRIO: Nome: JOILSON BATISTA DOS SANTOS
Endereço: LINHA 630, KM 45, AO LADO DA IGREJA BATISTA, ZONA RURAL, Jaru - RO - CEP: 76890-000
CITAÇÃO POR EDITAL

AUTOS 7000758-39.2017.8.22.0012 CLASSE ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69) REQUERENTE MATEUS SALES DOS SANTOS REQUERIDO
Nome: JOILSON BATISTA DOS SANTOS
Endereço: LINHA 630, KM 45, AO LADO DA IGREJA BATISTA, ZONRA RURAL, Jaru - RO - CEP: 76890-000
Cite-se o réu para que, caso queira, apresente contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser-lhe decretada a revelia, nos termos do artigo 344 do CPC, bem como se manifeste quanto à sua vontade/disponibilidade para realização de audiência conciliatória, já que reside em Comarca distante desta.
ALISSON SILVA LEITE
Téc. Judiciário - Assina por Ordem do MM. Juiz

AUTOS 7000917-50.2015.8.22.0012 CLASSE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078) REQUERENTE
Nome: MARTA LORIANA DE OLIVEIRA SOUZA
Endereço: Rua Guararapes, 3398, Centro, Cabixi - RO - CEP: 76994-000
ADVOGADO Advogado do(a) EXEQUENTE: PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR - RO2394
REQUERIDO
Nome: ESTADO DE RONDÔNIA
Endereço: PRAÇA GETÚLIO VARGAS, S/N, centro, Porto Velho - RO - CEP: 76900-999
ADVOGADO

INTIMAÇÃO VIA SISTEMA
Intimar A PARTE AUTORA, por meio de seu advogado para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar os dados abaixo, imprescindíveis para o novo procedimento de pagamento de RPV e PRECATÓRIOS estaduais, em virtude da implementação do novo sistema o SAPRE.
PREENCHIMENTO DO SAPRE:
1 - DEVEDOR E VALOR
Devedor: _____
Valor Global (Principal Total + Juros Total): _____ _____ (pág./ID_____)
Valor Principal Total (valor da condenação corrigido):_____
Valor Juros Total: _____ _____
TELA 1 – DADOS INICIAIS
É PRECATÓRIO RETIFICADOR – ( ) SIM ( ) NÃO (retificador só ocorre quando o precatório já está em trâmite no TJRO)
COMARCA: _____
JUÍZO: _____
MAGISTRADO:_____
OFÍCIO:_____
REQUISIÇÃO DE PAGAMENTO: ( ) Valor Complementar ( ) Valor Global ( ) Valor Incontroverso
NATUREZA JURÍDICA DO CRÉDITO
( ) ALIMENTAR
( ) Benefícios Previdenciários ( ) Honorários Contratuais ( ) Honorários Periciais ( ) Honorários Sucumbenciais ( ) Indenizações por Invalidez
( ) Indenizações por Morte ( ) Pensões e suas complementações ( ) Proventos ( ) Salários ( ) Vencimentos.
( ) COMUM
( ) Cobrança ( ) Desapropriação ( ) Indenização por Danos Morais e Materiais ( ) Repetição de Indébito ( ) Outros:_____
DADOS DO REQUERENTE:
NOME: _____ (Pág./Id._____)
CPF/CNPJ: _____
Nome da Mãe: _____

Data de nascimento: _____
NIT/PIS/PASEP: _____
ENDEREÇO:_____
Nome do Advogado:_____ - OAB_____
DADOS BANCÁRIOS:
Banco: _____
Agência: _____
Conta: _____-___
Tipo de conta: _____
Cidade - UF: _____
Nome do Favorecido: _____
CPF do favorecido: _____
TIPO BENEFICIÁRIO:
( ) Parte; ( ) Advogado (Honorários sucumbenciais e contratuais); ( ) Perito;
2 – DADOS DO PROCESSO
Nº do Processo de Conhecimento – ( ) Unificado _____ ( ) Outros_____
Data do ajuizamento do processo de conhecimento____/____/_____ (Id._____)
Data da SENTENÇA no Processo de Conhecimento ____/_____/_____ (Id._____)
Data do Acórdão que manteve ou reformou a SENTENÇA de condenatória _____/_____/_____ (Id._____)
Data do Trânsito em Julgado da SENTENÇA ou Acórdão no Proc. Conhecimento ____/____/_____(Id._____)
Número do Processo de Execução - ( ) Unificado _____ ( )Outros_____
Houve Embargos à Execução ( ) SIM (Id._____)
Data do Decurso do Prazo da DECISÃO: ____/_____/____ (se houve embargos e o crédito é de valor incontroverso). (Id._____)
Data do Trânsito em Julgado: ____/_____/_____ (SENTENÇA / Acórdão dos Embargos à Execução) (Id._____)
Houve Embargos à Execução ( ) NÃO (Id._____)
Data do Decurso de prazo: _____/_____/_____ (para oposição dos Embargos à Execução). (Id._____)
3 - DADOS DA LIQUIDAÇÃO
Valor da Condenação (valor indicado na SENTENÇA) _____ (Id._____)
Data da citação no Processo de Conhecimento: ____/____/____ (Id._____)
Data Final da Correção Monetária _____/_____/_____ (data final do cálculo na execução ou a data do protocolo da petição inicial da execução, se o credor não atualizou o seu crédito) (Id._____)
Índice de Cor. Monetária: _____ ou sem índice (se não houve atualização do crédito) (Id._____)
Incide Juros de Mora ( ) sim 0,50% ( ) sim 1,00% ( ) Não (Id._____)
Data Final dos Juros de Mora: _____/_____/_____ (data final do cálculo na execução ou a data do protocolo da petição inicial da execução, se o credor não atualizou o seu crédito) (Id._____)
Incide Juros Remuneratórios: ( ) sim 0,50% ( ) sim 1,00% ( ) Não (Pág./Id._____)
Multa (%) _____ (Id._____)
Capitalização: ( ) Não (X) Mensal ( ) Anual
4 – BENEFICIÁRIOS
1) - Nome/ CPF/CNPJ _____ _____ (Id._____)
Tipo de Beneficiário: ( ) Principal ( ) Honorários Sucumbenciais
Atenção, essa informação é importante para que o sistema não destaque Honorários Contratuais em cima de Honorários Sucumbenciais.
Valor Principal R$_____ (Id._____)
Valor Juros R$ _____ (Id._____)
2) - Nome/ CPF/CNPJ _____ _____ (Id._____)
Tipo de Beneficiário: ( ) Principal ( ) Honorários Sucumbenciais
Atenção, essa informação é importante para que o sistema não destaque Honorários Contratuais em cima de Honorários Sucumbenciais.
Valor Principal R$_____ (Id._____)
Valor Juros R$ _____ (Id._____)
5 – HONORÁRIOS CONTRATUAIS
Nome/ CPF/CNPJ: _____ _____ (Id._____)
(advogados ou sociedade de advogados constantes do contrato)
Tipo valor (X) Percentual - Percentual: _____%
6 – PENHORAS (Se não houver penhora, não precisa preencher essa tela, é só clicar em próximo).
( ) Penhora Global – reflete sobre o crédito de todos os beneficiários (Id._____)
( ) Penhora Particular – reflete sobre o crédito do beneficiário indicado (Id._____)
Executado: _____(credor do precatório) (Id._____)
Exequente: _____(credor da penhora) (Id._____)
CPF/CNPJ do Exequente: _____ __ (Id._____)
Valor da Penhora: _____ (informar valor atualizado com data) (Id._____)
Comarca de Origem da Penhora: _____ (Id._____)
Juízo de Origem da Penhora _____ (Id._____)
Nº dos Autos em que ocorreu a Penhora _____ (Id._____)

Observações necessárias: _____(informar a data mais recente do cálculo e encaminhá-lo) (Id._____)
AUTOS 7001602-52.2018.8.22.0012 CLASSE JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) REQUERENTE
Nome: SIMONE ROCHA CARNEVALLI
Endereço: RUA TAPUIAS, 3112, CRUZEIRO, Colorado do Oeste - RO - CEP: 76993-000
ADVOGADO Advogado do(a) REQUERENTE: HURIK ARAM TOLEDO - RO6611
REQUERIDO
Nome: RIBEIRO & BRITO LTDA
Endereço: RUA POTIGUARA, 3612, CENTRO, Colorado do Oeste - RO - CEP: 76993-000
Nome: VALMIRO GONCALVES RIBEIRO
Endereço: RUA POTIGUARA, 3612, CENTRO, Colorado do Oeste - RO - CEP: 76993-000
ADVOGADO
INTIMAÇÃO VIA DJE
Intimar a parte requerida para cumprirem a SENTENÇA, no prazo de 15 dias, sob pena de incidência da multa de 10% sobre o valor do débito e expedição de MANDADO de penhora de bens de sua propriedade, nos termos do art. 523 § 1º do CPC, conforme determinado na r. SENTENÇA, id. 23531147.

ESTADO DE RONDÔNIA
Poder Judiciário – 1ª Vara cível, Juizado especial cível, Juizado Especial da Fazenda Pública e Juizado da Infância e Juventude de Colorado do Oeste
Fórum Juiz Joel Quaresma de Moura, Rua Humaitá, 3879 - CEP:76.993-000 Fone: (069) 3341-3021/3022 – e-mail: colcivel@tjro.jus.br
AUTOS 7002339-26.2016.8.22.0012 CLASSE JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) REQUERENTE
Nome: CLAUDIO PEREIRA VAZ
Endereço: LINHA NOVA UM KM 14,5 RUMO ESCONDIDO, 00000, ZONA RURAL, ZONA RURAL, Colorado do Oeste - RO - CEP: 76993-000
ADVOGADO Advogado do(a) REQUERENTE: JOSE CARLOS DA SILVA - RO0006773
REQUERIDO
Nome: OI MÓVEL S/A
Endereço: Edifício Telebrasília, SCN Quadra 3 Bloco A, Asa Norte, Brasília - DF - CEP: 70713-900
ADVOGADO Advogados do(a) REQUERIDO: ALESSANDRA MONDINI CARVALHO - RO0004240, ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO - RO0000635, MARCELO LESSA PEREIRA - RO0001501
DESPACHO
Como a exequente não logrou êxito em encontrar bens penhoráveis em nome do executado, suspendo o feito, nos termos do artigo 921, III do Código de Processo Civil, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.
Decorrido o prazo, intime-se a exequente a impulsionar o feito em 05 (cinco) dias.
Intime-se. Cumpra-se.
Colorado do Oeste/RO, 6 de fevereiro de 2019.
MÁRCIA REGINA GOMES SERAFIM
Juíza de Direito

AUTOS 7001683-98.2018.8.22.0012 CLASSE JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) REQUERENTE
Nome: ZEULA JOSE DE PAULA
Endereço: RUA BURITI, 3953, CENTRO, Colorado do Oeste - RO - CEP: 76993-000
ADVOGADO Advogado do(a) REQUERENTE: HURIK ARAM TOLEDO - RO6611
REQUERIDO
Nome: MUNICIPIO DE COLORADO DO OESTE
Endereço: AV PAULO DE ASSIS RIBEIRO, 4132, PREFEITURA, CENTRO, Colorado do Oeste - RO - CEP: 76993-000
Intimação VIA DJE
Intimar a parte autora, através de seu advogado, para querendo, oferecer contrarrazões ao recurso inominado juntada aos autos, no prazo de 10 (dez) dias.

ESTADO DE RONDÔNIA
Poder Judiciário – 1ª Vara cível, Juizado especial cível, Juizado Especial da Fazenda Pública e Juizado da Infância e Juventude de Colorado do Oeste
Fórum Juiz Joel Quaresma de Moura, Rua Humaitá, 3879 - CEP:76.993-000 Fone: (069) 3341-3021/3022 – e-mail: colcivel@tjro.jus.br
AUTOS 7000102-14.2019.8.22.0012 CLASSE JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) REQUERENTE
Nome: LUIZ BENVENUTO ANCHAU
Endereço: AVENIDA RIO NEGRO, 4956, CENTRO, CENTRO, Colorado do Oeste - RO - CEP: 76993-000
ADVOGADO Advogado do(a) AUTOR: GILVAN ROCHA FILHO - RO2650
REQUERIDO
Nome: LUIZ CLAUDIO PEREIRA ALVES
Endereço: Rua Reverendo Elias Fontes, 2290, - de 2235/2236 ao fim, Flodoaldo Pontes Pinto, Porto Velho - RO - CEP: 76820-524
ADVOGADO
SENTENÇA
Considerando que o pedido de desistência foi anterior à contestação, dispensa-se a anuência do réu. Posto isso, homologo a desistência da pretensão para os fins do art. 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil.
Julgo, em consequência, EXTINTO o feito, com fundamento no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil, sem resolução de MÉRITO.
Sem custas e honorários.
P. R. I., e transitando esta em julgado, arquive-se.
Certifique-se o trânsito em julgado na data da publicação, uma vez que a manifestação da parte implica renúncia tácita ao prazo recursal.
Colorado do Oeste/RO, 8 de março de 2019..
ELI DA COSTA JÚNIOR
Juiz de Direito

ESTADO DE RONDÔNIA
Poder Judiciário – 1ª Vara cível, Juizado especial cível, Juizado Especial da Fazenda Pública e Juizado da Infância e Juventude de Colorado do Oeste
Fórum Juiz Joel Quaresma de Moura, Rua Humaitá, 3879 - CEP:76.993-000 Fone: (069) 3341-3021/3022 – e-mail: colcivel@tjro.jus.br
AUTOS 7000426-04.2019.8.22.0012 CLASSE JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) REQUERENTE
Nome: EURIPES DE SOUZA NEVES
Endereço: RUA MARANHÃO, 4364, SÃO JOSÉ, Colorado do Oeste - RO - CEP: 76993-000
ADVOGADO Advogado do(a) AUTOR: LEANDRO AUGUSTO DA SILVA - RO3392
REQUERIDO
Nome: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
Endereço: Banco Bradesco S.A., 80, Rua Benedito Américo de Oliveira, s/n, Vila Yara, Osasco - SP - CEP: 06029-900
ADVOGADO
SENTENÇA
Cuida-se de cautelar declaratória incidental em sede de Juizados Especiais, estando o processo principal sentenciado e em grau de recurso

Ocorre o sistema dos Juizados Especiais são incompatíveis com o processo cautelar. Nesse sentido:
JUIZADO ESPECIAL PROCEDIMENTO CAUTELAR - NÃO CABIMENTO - É incabível o procedimento cautelar no âmbito Juizados Especiais Cíveis (art. 3º, incisos I a IV, da Lei nº 9.099/95).
(TJ-SP - RI: 23175 SP, Relator: Ronnie Herbert Barros Soares, Data de Julgamento: 24/10/2008, 2ª Turma Cível, Data de Publicação: 10/11/2008)
De modo que, o autor deverá ingressar com simples petição avulsa para o Relator da Turma Recursal pedindo a providência requerida, já que o processo encontra-se em grau de recurso.
Com esses fundamentos, indefiro a petição inicial, com suporte no artigo 485. inciso IV, do CPC.
Sem custas e sem honorários.
P.R.I.
Colorado do Oeste/RO, 19 de março de 2019.
ELI DA COSTA JÚNIOR
Juiz de Direito

ESTADO DE RONDÔNIA
Poder Judiciário – 1ª Vara cível, Juizado especial cível, Juizado Especial da Fazenda Pública e Juizado da Infância e Juventude de Colorado do Oeste
Fórum Juiz Joel Quaresma de Moura, Rua Humaitá, 3879 - CEP:76.993-000 Fone: (069) 3341-3021/3022 – e-mail: colcivel@tjro.jus.br
AUTOS 7001333-13.2018.8.22.0012 CLASSE JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) REQUERENTE
Nome: VALDECI ALEIXO DE AMORIM
Endereço: LINHA 08, KM 15,5, RUMO COLORADO, SN, DISTRITO DE PLANALTO SÃO LUIZ, Cabixi - RO - CEP: 76994-000
ADVOGADO Advogados do(a) REQUERENTE: VALMIR BURDZ - RO2086, LEANDRO AUGUSTO DA SILVA - RO3392
REQUERIDO
Nome: BB CORRETORA DE SEGUROS E ADMINISTRADORA DE BENS S/A
Endereço: SAUN Quadra 5 Lote B Torre I, SN, Bloco B Andar 3 Edif Banco Do Brasil, Asa Norte, Brasília - DF - CEP: 70040-912
Nome: COMPANHIA DE SEGUROS ALIANCA DO BRASIL
Endereço: Avenida das Nações Unidas, 14261, - de 12997 a 17279 - lado ímpar, Vila Gertrudes, São Paulo - SP - CEP: 04794-000
ADVOGADO
DESPACHO
Nos termos do art. 437, §1º do Código de Processo Civil, sempre que uma das partes requerer a juntada de documento aos autos, o juiz ouvirá, a seu respeito, a outra parte, que disporá do prazo de 15 (quinze) dias.
Assim, dê-se vistas ao promovido, pelo prazo retro mencionado, para que se manifeste quanto aos documentos anexados aos autos pela parte promovente.
Após, venham conclusos.
Colorado do Oeste/RO, 7 de março de 2019.
ELI DA COSTA JÚNIOR
Juiz de Direito

AUTOS 7001164-26.2018.8.22.0012 CLASSE JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) REQUERENTE
Nome: WILMA FERNANDES TRINDADE
Endereço: AVENIDA RIO DE JANEIRO, 4636, CASA, CENTRO, Colorado do Oeste - RO - CEP: 76993-000
Nome: GILMAR FERNANDES RODRIGUES DA CRUZ
Endereço: AVENIDA RIO DE JANEIRO, 4636, CASA, CENTRO, Colorado do Oeste - RO - CEP: 76993-000
ADVOGADO Advogado do(a) REQUERENTE: WELLITON RENAN SILVA BOLSONI - RO8583
Advogado do(a) REQUERENTE: WELLITON RENAN SILVA BOLSONI - RO8583
REQUERIDO
Nome: OI MOVEL S.A.
Endereço: Edifício Telebrasília, SCN Quadra 3 Bloco A, Asa Norte, Brasília - DF - CEP: 70713-900
ADVOGADO Advogado do(a) REQUERIDO: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO - RO635
INTIMAÇÃO VIA SISTEMA
Intimar a parte, através de seu advogado, para querendo, oferecer contrarrazões ao recurso inominado juntada aos autos, no prazo de 10 (dez) dias.

ESTADO DE RONDÔNIA
Poder Judiciário – 1ª Vara cível, Juizado especial cível, Juizado Especial da Fazenda Pública e Juizado da Infância e Juventude de Colorado do Oeste
Fórum Juiz Joel Quaresma de Moura, Rua Humaitá, 3879 - CEP:76.993-000 Fone: (069) 3341-3021/3022 – e-mail: colcivel@tjro.jus.br
AUTOS 7001792-49.2017.8.22.0012 CLASSE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156) REQUERENTE
Nome: EMERSON SANCHES DE LIMA
Endereço: Avenida Rio Madeira, 4169, Casa, Centro, Colorado do Oeste - RO - CEP: 76993-000
ADVOGADO Advogado do(a) EXEQUENTE: MARCIO GREYCK GOMES - RO6607
REQUERIDO
Nome: YMPACTUS COMERCIAL S/A
Endereço: Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, 451, Sala 2002, Enseada do Suá, Vitória - ES - CEP: 29050-335
ADVOGADO
DESPACHO
Cumpridas todas as determinações contidas no DESPACHO anterior, intime-se a parte exequente para impulsionar o feito, no prazo de 5 dias.
Nada sendo requerido, arquivem-se.
Colorado do Oeste/RO, 2 de maio de 2019.
ELI DA COSTA JÚNIOR
Juiz de Direito

ESTADO DE RONDÔNIA
Poder Judiciário – 1ª Vara cível, Juizado especial cível, Juizado Especial da Fazenda Pública e Juizado da Infância e Juventude de Colorado do Oeste
Fórum Juiz Joel Quaresma de Moura, Rua Humaitá, 3879 - CEP:76.993-000 Fone: (069) 3341-3021/3022 – e-mail: colcivel@tjro.jus.br
AUTOS 7002302-62.2017.8.22.0012 CLASSE JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) REQUERENTE
Nome: JOEL CARDOSO DANTAS
Endereço: AV. MARAJÓ, S/N, CHÁCARA, SETOR CHACAREIRO, Colorado do Oeste - RO - CEP: 76993-000
ADVOGADO Advogado do(a) REQUERENTE: BRUNO ALEXANDRE CORREA - RO7352
REQUERIDO
Nome: YMPACTUS COMERCIAL S/A
Endereço: Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, 451, - de 265 ao fim - lado ímpar, Enseada do Suá, Vitória - ES - CEP: 29050-335
ADVOGADO
SENTENÇA
JOEL CARDOSO DANTAS, qualificada nos autos epigrafados, promoveu Liquidação de SENTENÇA em face de YMPACTUS COMERCIAL LTDA.
Aduziu, em síntese, ter direito a ressarcimento no valor de R$3.000,00 (três mil reais) devidamente corrigidos, decorrente de contrato firmado com a ré em sistema de negócios denominado “marketing multinível”. Disse que o feito foi alvo de ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Acre, na qual foi reconhecido o

direito ao ressarcimento dos valores pelos contratantes dos planos ofertados pela contratada.
Foi recebida a liquidação de SENTENÇA pelo procedimento comum (art. 509, inciso II, do CPC) e determinada a intimação da ré para oferecer contestação.
A parte ré, devidamente citada, manteve-se silente, tornando-se revel.
É o necessário do relatório. DECIDO.
II – FUNDAMENTAÇÃO.
Trata-se de liquidação de SENTENÇA pelo procedimento comum movida por JOEL CARDOSO DANTES, em desfavor de YMPACTUS COMERCIAL LTDA.
A parte ré, citada, não contestou, motivo pelo qual tornou-se revel.
A revelia induz ao julgamento antecipado da lide, conforme disposto no artigo 355, II, do Código de Processo Civil.
O mesmo fenômeno, ainda, leva à presunção de veracidade das alegações de fato formuladas pelo autor, na esteira do regramento insculpido no artigo 344 do Código já referido. Assim, em razão da revelia, o pedido deve ser julgado procedente, pois ausentes regras de afastamento de seus efeitos previstas no Código de Processo Civil.
Presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor e por inexistir elementos de convencimento em sentido contrário, senão provas que corroboram a pretensão, o acolhimento dos pedidos formulados pela parte autora é medida que se impõe.
A discussão posta diz respeito a comprovação da relação jurídica entre as partes e o desvendamento do valor a ser ressarcido pela parte ré.
Foi oportunizado à parte ré a comprovação da relação jurídica estabelecida entre as partes, oportunidade em que poderia liberar o acesso do requerente às informações constantes do seu sítio eletrônico na internet, ou exibisse os documentos correspondentes, no prazo da contestação (art. 396, CPC).
Desta feita, como a parte demandante assevera ter mantido relação jurídica com a ré, essa alegação deve ser tomada como verdadeira.
Nesse sentido:
Ementa: PROCESSO CIVIL. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DO QUANTUM CREDITADO. DEVER DE APRESENTAÇÃO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. BOA-FÉ OBJETIVA PROCESSUAL. AÇÃO COLETIVA. DETERMINAÇÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES ÀS PARTES INVESTIDORAS. NÃO CUMPRIMENTO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. 'TELEXFREE'. INDIVIDUALIZAÇÃO. INTERESSE RECURSAL AGRAVO PROVIDO. 1. A Agravante é beneficiária de SENTENÇA genérica, proferida em sede de ação civil ajuizada para proteger interesses individuais e homogêneos, havendo condenação da parte Agravada à devolução de todos os valores recebidos, à título de fundo de caução retornável, ou seja, a Agravante faz parte do conjunto de pessoas certas e definidas, que investiram na empresa Agravada. 2. Inadmissível que a Agravada, tendo posse e condições de esclarecer o fato litigioso, deixe injustamente de fazê-lo. 3. Imperiosa a obrigação da parte contrária em trazer ao feito de origem, documento que demonstre o quantum fora investido pela parte Agravante, ou seja, apresentação do valor do crédito constante no escritório virtual. 4.Agravo de instrumento conhecido e provido. TJ-AC - Agravo de Instrumento AI 10009000620168010000 AC 1000900-06.2016.8.01.0000 (TJ-AC) Data de publicação: 22/11/2016.
Dito isso, a procedência do pleito inicial é medida que se impõe.
III – DISPOSITIVO.
Por todo o exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO para declarar a existência de relação jurídica entre as partes, bem como a existência de um crédito em favor de JOEL CARDOSO DANTAS, devido por YMPACTUS COMERCIAL S/A, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), a ser corrigido monetariamente desde o efetivo desembolso e com juros de 1% ao mês a partir da citação nos autos da ação civil pública que se deu em 29.07.2013, conforme item B.7 do DISPOSITIVO da SENTENÇA (autos n. 0800224-44.2013.8.01.0001), 2ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco/AC).
Extingo o processo com resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.
Frente a sucumbência, condeno a ré ao pagamento das custas e honorários advocatícios, este fixo no importe correspondente a 15% (quinze por cento) do valor da condenação, nos termos do artigo 85, §2º do Código de Processo Civil.
P.R.I.
Colorado do Oeste/RO, 2 de maio de 2019.
ELI DA COSTA JÚNIOR
Juiz de Direito

ESTADO DE RONDÔNIA
Poder Judiciário – 1ª Vara cível, Juizado especial cível, Juizado Especial da Fazenda Pública e Juizado da Infância e Juventude de Colorado do Oeste
Fórum Juiz Joel Quaresma de Moura, Rua Humaitá, 3879 - CEP:76.993-000 Fone: (069) 3341-3021/3022 – e-mail: colcivel@tjro.jus.br
AUTOS 7001102-83.2018.8.22.0012 CLASSE EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (1114) REQUERENTE
Nome: ELIANE DUARTE FERREIRA
Endereço: AVENIDA TAPAJÓS, 4309, CENTRO, Colorado do Oeste - RO - CEP: 76993-000
ADVOGADO Advogado do(a) EXEQUENTE: ELIANE DUARTE FERREIRA - RO3915
REQUERIDO
Nome: ESTADO DE RONDÔNIA
Endereço: desconhecido
ADVOGADO
SENTENÇA
Trata-se de cumprimento de SENTENÇA, no qual a parte autora informou a satisfação integral da obrigação e pugnou pela extinção do feito.
Isso posto, nos termos do artigo 924, II, do CPC, DOU POR CUMPRIDA A SENTENÇA e julgo extinta a presente execução.
P.R.I. Após, arquivem-se.
Colorado do Oeste/RO, 8 de março de 2019.
ELI DA COSTA JÚNIOR
Juiz de Direito

ESTADO DE RONDÔNIA
Poder Judiciário – 1ª Vara cível, Juizado especial cível, Juizado Especial da Fazenda Pública e Juizado da Infância e Juventude de Colorado do Oeste
Fórum Juiz Joel Quaresma de Moura, Rua Humaitá, 3879 - CEP:76.993-000 Fone: (069) 3341-3021/3022 – e-mail: colcivel@tjro.jus.br
AUTOS 7001136-63.2015.8.22.0012 CLASSE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078) REQUERENTE
Nome: SEBASTIAO REZENDE BENTO
Endereço: Rua Tupã, 3517, Centro, Cabixi - RO - CEP: 76994-000
ADVOGADO Advogado do(a) EXEQUENTE: PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR - RO2394
REQUERIDO
Nome: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN-RO
Endereço: Rua Doutor José Adelino, 4477, - até 4090/4091, Costa e Silva, Porto Velho - RO - CEP: 76803-606
Nome: ESTADO DE RONDÔNIA
Endereço: desconhecido
ADVOGADO Advogado do(a) EXECUTADO: CLAUDINO SERGIO DE ALENCAR RIBEIRO - RO288
SENTENÇA
Houve a comprovação do pagamento da RPV.
Assim, julgo extinto o feito, com fulcro no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil.

Com o trânsito em julgado, arquive-se.
P.R.I.C.
Observo que o Estado de Rondônia também efetuou o depósito da condenação imposta tão somente ao DETRAN, razão pela qual se deu o pagamento em duplicidade.
Assim, determino a restituição do valor aos cofres do estado.
Serve o presente de ofício nº 359/2019 à agência local da CEF, para que transfira o montante existente na conta judicial nº 4335/040/01502852-8, no valor atual de R$ 9.823,36, mais rendimentos, para a conta nº 10.000-5, agência 2757, Banco do Brasil, de titularidade do Estado de Rondônia - CNPJ nº 00.394.585/0001-71.
Resposta em 5 dias.
Advindo a resposta, dê-se ciência ao Estado de Rondônia.
Nada mais sendo requerido, arquivem-se.
Colorado do Oeste/RO, 2 de maio de 2019.
ELI DA COSTA JÚNIOR
Juiz de Direito

ESTADO DE RONDÔNIA
Poder Judiciário – 1ª Vara cível, Juizado especial cível, Juizado Especial da Fazenda Pública e Juizado da Infância e Juventude de Colorado do Oeste
Fórum Juiz Joel Quaresma de Moura, Rua Humaitá, 3879 - CEP:76.993-000 Fone: (069) 3341-3021/3022 – e-mail: colcivel@tjro.jus.br
AUTOS 7001983-60.2018.8.22.0012 CLASSE JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) REQUERENTE
Nome: CHRISTIAN GURKEWICZ FERREIRA
Endereço: RUA RIO GRANDE DO SUL, 4370, CENTRO, Colorado do Oeste - RO - CEP: 76993-000
ADVOGADO Advogado do(a) REQUERENTE: MARCIO GREYCK GOMES - RO6607
REQUERIDO
Nome: ESTADO DE RONDÔNIA
Endereço: desconhecido
ADVOGADO
DECISÃO
Trata-se de embargos de declaração opostos por Estado de Rondônia, pretendendo sejam sanadas supostas omissões e obscuridades na DECISÃO de id n. 23773911.
É o suficiente relatório. Decido.
Os embargos merecem ser conhecidos, porquanto, preencheram os requisitos de admissibilidade. Por outro lado, não merecem ser providos, visto que não restou configurados os requisitos previstos no art. 1.022 do Código de Processo Civil, qual seja a contradição.
Cumpre asseverar, neste ponto, a recente DECISÃO do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que, ainda que contenham nítido pedido de efeitos infringentes, os embargos de declaração, não devem ser recebidos como mero “pedido de reconsideração”.STJ. Corte Especial. REsp 1.522.347-ES, Rel. Min. Raul Araújo, julgado em 16/9/2015 (Info 575). Assim, devem ser conhecidos, ainda que não sejam providos ao final.
Pela leitura dos argumentos encartados pelo embargante resta clara a sua tentativa de reformar a DECISÃO e não de sanar qualquer omissão, contradição ou obscuridade.
No caso dos autos, não existem as alegadas omissões ou obscuridades na DECISÃO combatida, mas apenas entendimento contrário à sua pretensão. Assim, o embargante objetiva apenas o reexame da causa, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Os embargos declaratórios não podem ser utilizados com a FINALIDADE de propiciar novo exame da própria questão de fundo, de modo a viabilizar, em instância processual absolutamente inadequada, a desconstituição de ato decisório regularmente proferido, conforme pretendem o embargante.
Caso a parte discorde dos fundamentos expostos no acórdão, cumpre-lhe questioná-los na via recursal própria, não se prestando os embargos declaratórios à discussão da matéria objeto da lide (STJ. 1ª Seção. EDcl no Resp 1185070/RS ministro Zavascki. Teori Albino DJ 27/10/2010. Dje 04/11/2010).
Não se observam omissões ou obscuridades a serem sanadas, mormente diante da fundamentação contida na própria DECISÃO. Conforme dito alhures, o que pretende o embargante é a reforma do decisum, incabível pela via estreita dos embargos de declaração.
Diante do exposto, CONHEÇO e NÃO ACOLHO os embargos de declaração opostos por Estado de Rondônia, mantendo a DECISÃO como foi lançada.
Intime-se. Renove-se o prazo recursal.
Colorado do Oeste/RO, 2 de maio de 2019.
ELI DA COSTA JÚNIOR
Juiz de Direito

ESTADO DE RONDÔNIA
Poder Judiciário – 1ª Vara cível, Juizado especial cível, Juizado Especial da Fazenda Pública e Juizado da Infância e Juventude de Colorado do Oeste
Fórum Juiz Joel Quaresma de Moura, Rua Humaitá, 3879 - CEP:76.993-000 Fone: (069) 3341-3021/3022 – e-mail: colcivel@tjro.jus.br
AUTOS 7001843-26.2018.8.22.0012 CLASSE EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (1114) REQUERENTE
Nome: MOACIR NASCIMENTO DE BARROS
Endereço: AaV. GUAPORÉ, 4281, CENTRO, Colorado do Oeste - RO - CEP: 76993-000
ADVOGADO Advogado do(a) EXEQUENTE: MOACIR NASCIMENTO DE BARROS - RO1747
REQUERIDO
Nome: SECRETARIA DE ESTADO DE FINANCAS
Endereço: Avenida dos Imigrantes, - de 3129 a 3587 - lado ímpar, Costa e Silva, Porto Velho - RO - CEP: 76803-611
ADVOGADO
DESPACHO
Intime-se o exequente a se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias.
Após, venham-me conclusos.
Colorado do Oeste/RO, 2 de maio de 2019.
ELI DA COSTA JÚNIOR
Juiz de Direito

ESTADO DE RONDÔNIA
Poder Judiciário – 1ª Vara cível, Juizado especial cível, Juizado Especial da Fazenda Pública e Juizado da Infância e Juventude de Colorado do Oeste
Fórum Juiz Joel Quaresma de Moura, Rua Humaitá, 3879 - CEP:76.993-000 Fone: (069) 3341-3021/3022 – e-mail: colcivel@tjro.jus.br
AUTOS 7000572-79.2018.8.22.0012 CLASSE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156) REQUERENTE
Nome: FRANCISCA VIEIRA DANTAS CARNELOS
Endereço: RUA TAPUIAS, 3622, CRUZEIRO, Colorado do Oeste - RO - CEP: 76993-000
ADVOGADO Advogado do(a) EXEQUENTE: HURIK ARAM TOLEDO - RO6611
REQUERIDO
Nome: VALMIRO GONCALVES RIBEIRO
Endereço: RUA POTIGUARA, 3612, CENTRO, Colorado do Oeste - RO - CEP: 76993-000
Nome: NILZA DE BRITO RIBEIRO
Endereço: RUA POTIGUARA, 3612, CENTRO, Colorado do Oeste - RO - CEP: 76993-000
ADVOGADO
DESPACHO
Observo que os imóveis apontados já foram penhorados em diversas outras execuções que tramitam nesta comarca, em face do executado, sendo que tais atos estão acarretando o ingresso de embargos de terceiros, em razão de suposta venda dos imóveis

(autos nº 7002337-85.2018.8.22.0012, 7002388-96.2018.8.22.0012 e 7002410-57.2018.8.22.0012).
Assim, tenho que o pedido de penhora poderá ser inócuo e ainda gerar mais prejuízos ao exequente, como por exemplo, sucumbência à parte embargante.
Portanto, determino que se aguarde os desfechos dos embargos citados, para posterior análise do pedido retro.
Intime-se a parte para se manifestar em 5 dias.
Nada sendo requerido, desde já, determino a suspensão dos autos, por 90 dias.
Transcorrido o prazo, reintime-se a parte para impulsionar o feito, em 5 dias.
Colorado do Oeste/RO, 2 de maio de 2019.
ELI DA COSTA JÚNIOR
Juiz de Direito

ESTADO DE RONDÔNIA
Poder Judiciário – 1ª Vara cível, Juizado especial cível, Juizado Especial da Fazenda Pública e Juizado da Infância e Juventude de Colorado do Oeste
Fórum Juiz Joel Quaresma de Moura, Rua Humaitá, 3879 - CEP:76.993-000 Fone: (069) 3341-3021/3022 – e-mail: colcivel@tjro.jus.br
AUTOS 7001597-30.2018.8.22.0012 CLASSE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156) REQUERENTE
Nome: CIVALDO CARVALHO PACHECO
Endereço: Rua Tupinambás, 3240-B, Centro, Colorado do Oeste - RO - CEP: 76993-000
ADVOGADO REQUERIDO
Nome: BEZALIEL XAVIER ARAUJO
Endereço: Av. Castelo Branco, 3109, Centro, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
ADVOGADO
DESPACHO
Considerando o trânsito em julgado da SENTENÇA, intime-se o executado, por publicação no Diário de Justiça eletrônica, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento do valor devido, sob pena de ser acrescido ao débito principal multa de dez por cento, nos termos do artigo 523, §1º, do Código de Processo Civil. Ressalto ainda que, efetuado o pagamento parcial, a multa incidirá sobre o restante (art. 523, §2º).
Ressalto que, transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem o pagamento voluntário, independentemente de penhora ou nova intimação, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, apresente, nos próprios autos, sua impugnação (art. 525, CPC).
Transcorrido o prazo sem o devido pagamento, venham conclusos.
Apresentada impugnação, intime-se o exequente a se manifestar em 15 (quinze) dias.
Cópia deste DESPACHO serve como MANDADO. Expeça-se o necessário.
Colorado do Oeste/RO, 25 de março de 2019.
ELI DA COSTA JÚNIOR
Juiz de Direito

ESTADO DE RONDÔNIA
Poder Judiciário – 1ª Vara cível, Juizado especial cível, Juizado Especial da Fazenda Pública e Juizado da Infância e Juventude de Colorado do Oeste
Fórum Juiz Joel Quaresma de Moura, Rua Humaitá, 3879 - CEP:76.993-000 Fone: (069) 3341-3021/3022 – e-mail: colcivel@tjro.jus.br
AUTOS 7000246-85.2019.8.22.0012 CLASSE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159) REQUERENTE
Nome: SENILDA ALVES OGRODOWCZIK
Endereço: Avenida Guarani, 3885, centro, Cabixi - RO - CEP: 76994-000
ADVOGADO Advogado do(a) EXEQUENTE: ELAINE FERREIRA DE CASTRO - RO8561
REQUERIDO
Nome: IVONETE GRITTI DA ROCHA FARIAS
Endereço: Rua Coroados, 3379, CENTRO, Cabixi - RO - CEP: 76994-000
ADVOGADO
SENTENÇA
Considerando que o pedido de desistência foi anterior à contestação, dispensa-se a anuência do réu. Posto isso, homologo a desistência da pretensão para os fins do art. 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil.
Julgo, em consequência, EXTINTO o feito, com fundamento no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil, sem resolução de MÉRITO.
Sem custas e honorários.
P. R. I., e transitando esta em julgado, arquive-se.
Certifique-se o trânsito em julgado na data da publicação, uma vez que a manifestação da parte implica renúncia tácita ao prazo recursal.
Colorado do Oeste/RO, 22 de março de 2019..
ELI DA COSTA JÚNIOR
Juiz de Direito

AUTOS 7000695-77.2018.8.22.0012 CLASSE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156) REQUERENTE
Nome: JAIRO MANOEL FRIGO
Endereço: RUA TUPI, 3443, CENTRO, Colorado do Oeste - RO - CEP: 76993-000
ADVOGADO Advogado do(a) EXEQUENTE: HURIK ARAM TOLEDO - RO6611
REQUERIDO
Nome: RIBEIRO & BRITO LTDA
Endereço: RUA POTIGUARA, 3612, CENTRO, Colorado do Oeste - RO - CEP: 76993-000
Nome: VALMIRO GONCALVES RIBEIRO
Endereço: RUA POTIGUARA, 3612, CENTRO, Colorado do Oeste - RO - CEP: 76993-000
Nome: NILZA DE BRITO RIBEIRO
Endereço: RUA POTIGUARA, 3612, CENTRO, Colorado do Oeste - RO - CEP: 76993-000
ADVOGADO
Intimar a parte autora, através de seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias dar prosseguimento ao feito, sob pena de arquivamento em caso de inércia.

ESTADO DE RONDÔNIA
Poder Judiciário – 1ª Vara cível, Juizado especial cível, Juizado Especial da Fazenda Pública e Juizado da Infância e Juventude de Colorado do Oeste
Fórum Juiz Joel Quaresma de Moura, Rua Humaitá, 3879 - CEP:76.993-000 Fone: (069) 3341-3021/3022 – e-mail: colcivel@tjro.jus.br
AUTOS 7000020-17.2018.8.22.0012 CLASSE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156) REQUERENTE
Nome: LEONCO PACHECO
Endereço: Rua Guarani, nº 3486, 3486, Centro, Colorado do Oeste - RO - CEP: 76993-000
ADVOGADO Advogado do(a) EXEQUENTE: ELIANE DUARTE FERREIRA - RO3915
REQUERIDO
Nome: MANOEL CLAUDOMIRO LO PES BARBOSA
Endereço: Rua Cerejeiras, nº 2715, 2715, Centro, Colorado do Oeste - RO - CEP: 76993-000
ADVOGADO
DESPACHO
1. Nesta data realizei a retirada da restrição lançada via RENAJUD (veículo V/W GOL CL 1.6, COR VERMELHA, ANO 1999/1999, PLACA CXB 7680, RENAVAM 713634359, COMBUSTÍVEL

GASOLINA - CATEGORIA PARTICULAR - id 22885686), conforme espelho em anexo.
2. No mais, considerando a nova penhora realizada (id 25071065), intime-se a parte exequente para se manifestar, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção e arquivamento.
Colorado do Oeste/RO, 02 de maio de 2019.
ELI DA COSTA JÚNIOR
Juiz de Direito

AUTOS 7001046-84.2017.8.22.0012 CLASSE JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) REQUERENTE
Nome: PEDRO CASSIMIRO NETO
Endereço: 1 EIXO KM 2 LINHA 08 GLEBA 50 LOTE 03, 000000, Linha 8, km2, R Escondido, ZONA RURAL, Cabixi - RO - CEP: 76994-000
ADVOGADO Advogado do(a) REQUERENTE: GILVAN ROCHA FILHO - RO2650
REQUERIDO
Nome: GASPARINO JACINTO DA SILVA
Endereço: LINHA 8, KM 2, RUMO ESCONDIDO, 0000, ZONA RURAL, Cabixi - RO - CEP: 76994-000
Nome: SIDINEY JACINTO DA SILVA
Endereço: LINHA 8 KM 2 RUMO ESCONDIDO, SN, RUMO ESCONDIDO, ZONA RURAL, Cabixi - RO - CEP: 76994-000
Nome: CLAUDINEX JACINTO DA SILVA
Endereço: LINHA 8 kM 2 RUMO ESCONDIDO, 0000, ZONA RURAL, Cabixi - RO - CEP: 76994-000
ADVOGADO Advogado do(a) REQUERIDO: FRANCISCO LOPES DA SILVA - RO3772
Advogado do(a) REQUERIDO: FRANCISCO LOPES DA SILVA - RO3772
Advogados do(a) REQUERIDO: VALMIR BURDZ - RO2086, LEANDRO AUGUSTO DA SILVA - RO3392
Intimar a parte autora, através de seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias dar prosseguimento ao feito, sob pena de arquivamento em caso de inércia.
AUTOS 7001907-36.2018.8.22.0012 CLASSE JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) REQUERENTE
Nome: MARIA CAROLINE CIRIOLI GERVASIO
Endereço: ACACIA, 3831, CASA, CENTRO, Colorado do Oeste - RO - CEP: 76993-000
ADVOGADO Advogado do(a) REQUERENTE: MARIA CAROLINE CIRIOLI GERVASIO - RO8697
REQUERIDO
Nome:

ESTADO DE RONDÔNIA
Endereço: Avenida Farquar, 2986, - de 2882 a 3056 - lado par, Pedrinhas, Porto Velho - RO - CEP: 76801-470
ADVOGADO
INTIMAÇÃO VIA SISTEMA
Intimar A PARTE AUTORA, por meio de seu advogado para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar os dados abaixo, imprescindíveis para o novo procedimento de pagamento de ROPV e PRECATÓRIOS estaduais, em virtude da implementação do novo sistema o SAPRE.
PREENCHIMENTO DO SAPRE:
1 - DEVEDOR E VALOR
Devedor: _____
Valor Global (Principal Total + Juros Total): ____ (pág./ID_____)
Valor Principal Total (valor da condenação corrigido):_____
Valor Juros Total: _____
TELA 1 – DADOS INICIAIS
É PRECATÓRIO RETIFICADOR – ( ) SIM ( ) NÃO (retificador só ocorre quando o precatório já está em trâmite no TJRO)
COMARCA: _____
JUÍZO: _____
MAGISTRADO:_____
OFÍCIO:_____
REQUISIÇÃO DE PAGAMENTO: ( ) Valor Complementar ( ) Valor Global ( ) Valor Incontroverso
NATUREZA JURÍDICA DO CRÉDITO
( ) ALIMENTAR
( ) Benefícios Previdenciários ( ) Honorários Contratuais ( ) Honorários Periciais ( ) Honorários Sucumbenciais ( ) Indenizações por Invalidez
( ) Indenizações por Morte ( ) Pensões e suas complementações ( ) Proventos ( ) Salários ( ) Vencimentos.
( ) COMUM
( ) Cobrança ( ) Desapropriação ( ) Indenização por Danos Morais e Materiais ( ) Repetição de Indébito ( ) Outros:_____
DADOS DO REQUERENTE:
NOME: _____ (Pág./Id._____)
CPF/CNPJ: _____
Nome da Mãe: _____

Data de nascimento: _____
NIT/PIS/PASEP: _____
ENDEREÇO:_____
Nome do Advogado:_____ - OAB_____
DADOS BANCÁRIOS:
Banco: _____
Agência: _____
Conta: _____-___
Tipo de conta: _____
Cidade - UF: _____
Nome do Favorecido: _____
CPF do favorecido: _____
TIPO BENEFICIÁRIO:
( ) Parte; ( ) Advogado (Honorários sucumbenciais e contratuais); ( ) Perito;
2 – DADOS DO PROCESSO
Nº do Processo de Conhecimento – ( ) Unificado _____ ( ) Outros_____
Data do ajuizamento do processo de conhecimento____/____/_____ (Id._____)
Data da SENTENÇA no Processo de Conhecimento ____/_____/_____ (Id._____)
Data do Acórdão que manteve ou reformou a SENTENÇA de condenatória _____/_____/_____ (Id._____)
Data do Trânsito em Julgado da SENTENÇA ou Acórdão no Proc. Conhecimento ____/____/_____(Id._____)
Número do Processo de Execução - ( ) Unificado _____ ( )Outros_____
Houve Embargos à Execução ( ) SIM (Id._____)
Data do Decurso do Prazo da DECISÃO: ____/_____/____ (se houve embargos e o crédito é de valor incontroverso). (Id._____)
Data do Trânsito em Julgado: ____/_____/_____ (SENTENÇA / Acórdão dos Embargos à Execução) (Id._____)
Houve Embargos à Execução ( ) NÃO (Id._____)
Data do Decurso de prazo: _____/_____/_____ (para oposição dos Embargos à Execução). (Id._____)
3 - DADOS DA LIQUIDAÇÃO
Valor da Condenação (valor indicado na SENTENÇA) _____ (Id._____)
Data da citação no Processo de Conhecimento: ____/____/____ (Id._____)
Data Final da Correção Monetária _____/_____/_____ (data final do cálculo na execução ou a data do protocolo da petição inicial da execução, se o credor não atualizou o seu crédito) (Id._____)
Índice de Cor. Monetária: _____ ou sem índice (se não houve atualização do crédito) (Id._____)
Incide Juros de Mora ( ) sim 0,50% ( ) sim 1,00% ( ) Não (Id._____)

Data Final dos Juros de Mora: _____/_____/_____ (data final do cálculo na execução ou a data do protocolo da petição inicial da execução, se o credor não atualizou o seu crédito) (Id._____)
Incide Juros Remuneratórios: ( ) sim 0,50% ( ) sim 1,00% ( ) Não (Pág./Id._____)
Multa (%) _____ (Id._____)
Capitalização: ( ) Não (X) Mensal ( ) Anual
4 – BENEFICIÁRIOS
1) - Nome/ CPF/CNPJ _____ _____ (Id._____)
Tipo de Beneficiário: ( ) Principal ( ) Honorários Sucumbenciais
Atenção, essa informação é importante para que o sistema não destaque Honorários Contratuais em cima de Honorários Sucumbenciais.
Valor Principal R$_____ (Id._____)
Valor Juros R$ _____ (Id._____)
2) - Nome/ CPF/CNPJ _____ _____ (Id._____)
Tipo de Beneficiário: ( ) Principal ( ) Honorários Sucumbenciais
Atenção, essa informação é importante para que o sistema não destaque Honorários Contratuais em cima de Honorários Sucumbenciais.
Valor Principal R$_____ (Id._____)
Valor Juros R$ _____ (Id._____)
5 – HONORÁRIOS CONTRATUAIS
Nome/ CPF/CNPJ: _____ _____ (Id._____)
(advogados ou sociedade de advogados constantes do contrato)
Tipo valor (X) Percentual - Percentual: _____%
6 – PENHORAS (Se não houver penhora, não precisa preencher essa tela, é só clicar em próximo).
( ) Penhora Global – reflete sobre o crédito de todos os beneficiários (Id._____)
( ) Penhora Particular – reflete sobre o crédito do beneficiário indicado (Id._____)
Executado: _____(credor do precatório) (Id._____)
Exequente: _____(credor da penhora) (Id._____)
CPF/CNPJ do Exequente: _____ __ (Id._____)
Valor da Penhora: _____ (informar valor atualizado com data) (Id._____)
Comarca de Origem da Penhora: _____ (Id._____)
Juízo de Origem da Penhora _____ (Id._____)
Nº dos Autos em que ocorreu a Penhora _____ (Id._____)
Observações necessárias: _____(informar a data mais recente do cálculo e encaminhá-lo) (Id._____)

AUTOS 7001669-85.2016.8.22.0012 CLASSE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159) REQUERENTE
Nome: RIO NEGRO COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - ME
Endereço: Rio Negro, 4188, centro, Colorado do Oeste - RO - CEP: 76993-000
ADVOGADO Advogado do(a) EXEQUENTE: JOSE CARLOS RODRIGUES DOS REIS - RO6248
REQUERIDO
Nome: CACIELI GATTO DE OLIVEIRA JORGE
Endereço: Rua Portugal, 2082, centro, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
ADVOGADO Advogado do(a) EXECUTADO: ELTON DAVID DE SOUZA - RO6301
Intimação VIA SISTEMA
Intimar a parte autora, através de seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias dar prosseguimento ao feito, sob pena de arquivamento em caso de inércia.

COMARCA DE ESPIGÃO D´OESTE

1º CARTÓRIO

1º Cartório

Proc.: 0000367-84.2018.8.22.0008
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Alessandro Silva Oliveira, Lucielma Andrade dos Santos
Advogado:Graziane Maksuelen Musquim (RO 7771)
SENTENÇA O Ministério Público ofereceu denúncia em desfavor de Alessandro Silva Oliveira e Lucielma Andrade dos Santos, devidamente qualificados nos autos em epígrafe, por terem cometido o crime previsto no artigo 129, § 9º, do Código Penal, na forma da Lei nº. 11.340/2006, em razão de terem se agredido mutuamente.Consta na denúncia que no dia 01 de janeiro de 2018, o período da noite, na rua Valdomiro Rossow, 1286, bairro Vista Alegre, em Espigão do Oeste, os denunciados Alessandro Silva Oliveira e Lucielma Andrade dos Santos, após ingerirem bebida alcoólica, iniciaram uma discussão que evoluiu para vias de fatos, vindo os envolvidos a se agredirem mutuamente causando as lesões conforme laudo pericial nos autos. A denúncia foi recebida às fls. 28/29, em 21 de junho de 2018. Os acusados foram devidamente citados às fls. 31 e apresentaram resposta à acusação às fls. 32. Não sendo o caso de absolvição sumária, nem de suspensão condicional do processo, designou-se audiência de instrução e julgamento, oportunidade em que foram ouvidos os denunciados e a testemunha PM João Carlos da Costa Vicente. (mídias audiovisuais, fls. 36-v e 46). O representante ministerial, em suas alegações finais fls. 47/50, após discorrer quanto a materialidade e autoria pugnou pela condenação dos denunciados nas penas do art. 129,§ 9º, do Código Penal, na forma da Lei Federal 11.340/2006. Alegações finais apresentadas pela defesa técnica de Alessandro Silva Oliveira, por memoriais, fls. 51/53, onde pugna pela absolvição, alegando que as agressões ocorridas foram mútuas e que o casal já se reconciliou, de forma que a absolvição servirá como meio de proteção à família. Subsidiariamente, em caso de condenação, pugna pelo reconhecimento e aplicação da pena mínima. Alegações finais apresentadas pela defesa técnica de Lucielma Andrade dos Santos, por memoriais, fls. 55/58, onde pugna pela absolvição, alegando os mesmos motivos da defesa de Alessandro, que as agressões foram mútuas (se é que ocorrem por parte de Lucielma) e que o casal se reconciliou. É o relatório, passo a fundamentar. Cuidam os presentes autos de ação penal pública incondicionada em que o Ministério Público Estadual imputa aos acusados os crimes de lesão corporal, na forma da Lei nº. 11.340/2006. Ao exame dos autos, verifico estarem presentes os pressupostos processuais e as condições da ação penal. Não foram arguidas questões preliminares ou prejudiciais, nem vislumbro qualquer nulidade que deva ser pronunciada de ofício. Passo ao exame do MÉRITO.DA MATERIALIDADEA materialidade vem externada através da ocorrência policial nº 237/2018 e n. 22217/2018 (fls. 03/04), pelos laudos de exame de corpo de delito/lesão corporal (fls. 12/13 e 19/20), o relatório da DEPOL, fls. 21, tudo corroborado pelas provas orais constantes nos autos, que comprovam a ocorrência dos delitos de lesão corporal. DA AUTORIA. Os autos apuram delito de lesão corporal recíproca. Narra a denúncia que os denunciados, no dia 01 de janeiro de 2018, se agrediram mutuamente após iniciarem uma discussão por causa do celular do denunciado. A autoria dos delitos restou comprovada nos autos, recaindo nas pessoas dos denunciados, pois as provas carreadas confirmaram que as partes se agrediram reciprocamente. Durante a instrução os denunciados foram interrogados e ouviu-se uma testemunha, João Carlos da Costa Vicente. Lucielma, ao ser ouvida em juízo, disse que as agressões foram mútuas e ocorreram por causa do celular de

Alessandro, que desapareceu no dia dos fatos, sendo que Alessandro lhe culpou pelo sumiço e por isso iniciaram uma discussão. Que Alessandro lhe lesionou ao lhe atirar pratos e copos que estavam numa bacia.Alessandro, por sua vez, nega os fatos, diz que apenas se defendeu das agressões de Lucielma, que para se defender a empurrou e ela bateu na geladeira, vindo a cair ao chão e machucando o braço. Disse ainda que Lucielma apenas lhe mordeu o braço, sem deixar marcas. O PM João Carlos da Costa Vicente, quando inquirido em juízo (fls. 46), disse lembrar-se parcialmente dos fatos. Que se recorda que quando chegou ao local os envolvidos apresentavam lesões. Que então os encaminhou ao hospital para fazerem exame de corpo de delito, e após, à delegacia de polícia. Diante das provas coligidas, conclui-se que as partes realmente se agrediram mutuamente após uma discussão, cujo motivo torna-se irrelevante nos autos. O exame de corpo de delito corrobora as provas testemunhais, fls. 12/13 e 19/20, pois atestam que tanto Lucielma como Alessandro apresentavam lesões no dia dos fatos, oriundas de força física, instrumento contundente e instrumento...(não legível). As alegações das defesas dos denunciados, que requereram a absolvição por se tratar de agressões recíprocas e por ter havido a reconciliação do casal após os fatos não deve prosperar, uma vez que as agressões deixaram vestígios e também pelo fato de não ser a primeira vez que o casal se agride, conforme informação da própria denunciada, que disse em juízo que era a terceira vez que o casal se envolvia em fatos como este. Ademais, a reciprocidade das lesões, por si só, não tem o condão de absolver os lesionadores.Neste sentido a jurisprudência do nosso Tribunal, vejamos:Apelação criminal. Violência doméstica. Lesão corporal. Conjunto probatório suficiente. Laudo de exame de corpo de delito. Agressões recíprocas. Absolvição. Impossibilidade. Não há que se falar em absolvição quando o laudo de exame de corpo de delito descreve a lesão sofrida e é compatível com a versão dada pela vítima, não sendo afastada a tipicidade da conduta em casos de agressões recíprocas quando constatada ofensa à integridade física da vítima.Apelação, Processo nº 0002084-33.2015.822.0010, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Criminal, Relator(a) do Acórdão: Des. Valdeci Castellar Citon, Data de julgamento: 29/08/2018 (g.n.) Apelação criminal. Recurso ministerial. Lesão corporal. Violência doméstica. Autoria. Materialidade. Prova. Reciprocidade. Inviável a absolvição por insuficiência de provas quando as provas carreadas aos autos se mostrarem harmônicas, notadamente pelo depoimento da vítima, aliado ao laudo técnico. A reciprocidade de lesões corporais por si só não tem o condão de absolver o agente. Apelação, Processo nº 0009340-15.2015.822.0014, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Criminal, Relator(a) do Acórdão: Des. Daniel Ribeiro Lagos, Data de julgamento: 12/05/2016 (g.n.) Ante o exposto, e por tudo que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva deduzida pelo Ministério Público na denúncia para CONDENAR ALESSANDRO SILVA OLIVEIRA e LUCIELMA ANDRADE DOS SANTOS, nas penas do artigo 129, § 9º do Código Penal, sendo apenas o denunciado na forma da Lei 11.340/2006. Passo, então, à dosimetria da pena em relação a Alessandro Silva Oliveira, de forma individualizada, nos termos dos artigos 59 e 68, ambos do Código Penal. Analisando as circunstâncias judiciais verifica-se que a: Culpabilidade, normal à espécie; Antecedentes, o réu tem condenação com trânsito em julgado e a extinção da punibilidade pelo cumprimento da pena se deu em maio de 2016 (autos: 0002819-75.2011.8.22.0008); Conduta social, nada se extrai, de mais consistente, que possa ser considerado em seu desfavor; Personalidade do agente, não lhe aproveita, uma vez que responde a outros crimes no mesmo âmbito da violência doméstica (0000362-62.2018.8.22.0008); Motivos são aqueles inerentes ao próprio tipo penal; Circunstâncias, nada a ser tomado em desfavor do acusado; consequências do fato são normais à espécie, nada tendo a se desvalorar como fator extrapenal; o comportamento da vítima não influenciou para a consumação do delito.Desta forma, firme nas circunstâncias do art. 59 do Código Penal, as quais são na maioria favoráveis, fixo a pena base em 4 (três) meses de detenção.Em análise à segunda fase, há a agravante da reincidência a ser considerada em desfavor do réu, de forma de aumento a pena aplicada em 15 (quinze) dias, passando a mesma a ser de 04 (quatro) meses de detenção Na terceira fase, não há causas de diminuição ou de aumento de pena a serem apreciadas. Assim, torno concreta e definitiva a pena privativa de liberdade em 4 (QUATRO) MESES DE DETENÇÃO. Para cumprimento da pena privativa de liberdade, fixo o regime aberto, nos termos do art. 33, § 2º, alínea “c”, do Código Penal.No caso, mostra-se inviável a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito tendo em vista que o crime foi cometido com violência à pessoa, o que acarreta a aplicação da norma impeditiva da substituição prevista no art. 44, I, do Código Penal. Deixo de conceder a Suspensão Condicional da Penal, nos termos do artigo 77, do Código Penal por ser mais prejudicial ao réu.Concedo ao réu o direito de recorrer em liberdade.Passo, então, à dosimetria da pena em relação a Lucielma Andrade dos Santos, de forma individualizada, nos termos dos artigos 59 e 68, ambos do Código Penal.Analisando as circunstâncias judiciais verifica-se que a: Culpabilidade normal à espécie; Antecedentes imaculados, fls. 26; Conduta social nada se extrai, de mais consistente, que possa ser considerado em seu desfavor; Personalidade do agente, não há nada que possa se extrair dos autos em seu desfavor; Motivos são aqueles inerentes ao próprio tipo penal; Circunstâncias, nada a ser tomado em desfavor da acusada; consequências do fato são normais à espécie, nada tendo a se desvalorar como fator extrapenal; o comportamento da vítima influenciou para a consumação do delito.Desta forma, tendo em vista que todas as circunstâncias do art. 59 do Código Penal são favoráveis a ré, fixo a pena base em 3(três) meses de detenção. Em análise à segunda fase, há circunstância atenuante da confissão a ser considerada em favor da acusada, contudo, como a pena já foi aplicada no mínimo legal, mantenho-a no mesmo patamar. Na terceira fase, também não há causas de diminuição ou de aumento de pena a serem apreciadas. Assim, torno concreta e definitiva a pena privativa de liberdade em 3(TRÊS) MESES DE DETENÇÃO. O regime inicial de cumprimento da pena deverá ser o aberto, nos termos do artigo 33, parágrafo segundo, letra “c”, do Código Penal. No caso, mostra-se inviável a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito tendo em vista que o crime foi cometido com violência à pessoa da vítima, o que acarreta a aplicação da norma impeditiva da substituição prevista no art. 44, I, do Código Penal.Concedo a ré o direito de recorrer em liberdade. Determino que, após o trânsito em julgado da presente SENTENÇA, sejam adotadas as seguintes providências: a) o lançamento do nome dos réus no rol dos culpados;b) a comunicação da condenação ao Tribunal Regional Eleitoral, para fins do art. 15, III, da Constituição da República, ao INI e ao Instituto de Criminalística do Estado de Rondônia, para que se procedam as anotações de estilo e expeça-se o MANDADO de prisão. Com o cumprimento do MANDADO de prisão, expeça-se a guia de execução de pena, encaminhando ao juízo competente.Condeno os réus em custas processuais, contudo torno-a inexigível em razão do patrocínio da causa pela Defensoria Pública. SENTENÇA publica e registrada nesta data. Intimem-se. Após, nada mais pendente, remetam-se os autos ao arquivo. Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 14 de março de 2019. Leonel Pereira da Rocha. Juiz de Direito.

Proc.: 0007354-25.2007.8.22.0008
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Carlos Schwanz, Lindário Schwanz, Valdeci Schwnz, Valdir Schwanz, Cenira Schwanz Timnn, Maria Schwanz de Oliveira
Advogado:Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Advogado não Informado (00000)
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 1001389-97.2017.8.22.0008
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Infrator:Comércio de Madeiras Tobias Ltda Me, Carlos Roberto Tobias, Lindaura Caldeira Tobias
Advogado:Jucimaro Bispo Rodrigues (OAB/RO 4959), Jucelia Lima Rubim (RO 7327), Jucimaro Bispo Rodrigues (OAB/RO 4959), Jucimaro Bispo Rodrigues (OABRO 4959), Jucelia Lima Rubim (RO 7327)
DECISÃO:
DECISÃO 1 – RECEBO A DENÚNCIA na forma apresentada em face de Comércio de Madeiras Tobias Ltda ME, Carlos Roberto Tobias e Lindaura Caldeira Tobais, por não verificar, nesta análise prefacial, qualquer das hipóteses descritas no artigo 395 do CPP que autorizam a rejeição sumária. Os réus foram denunciados Carlos Roberto Tobias e Lindaura Caldeira Tobias foram denunciados nos termos do artigo 299, caput, do Código Penal Brasileiro, a empresa Comércio de Madeiras Ltda-ME foi denunciada nos termos do artigo 46, parágrafo único, na forma do artigo 21 (pessoa jurídica), ambos da Lei 9.605/98.1-a) Quanto a alegação de inépcia da inicial formulada pela defesa, sob o fundamento de que a peça inaugural não se reveste dos requisitos essenciais de validade previstos no artigo 41 do Código de Processo Penal, quais sejam, a exposição minudente do fato criminoso e suas circunstâncias, esta preliminar deve ser afastada pois, a peça exordial preenche os requisitos exigidos pelo artigo 41 do CPP, apresentando os fatos e circunstâncias de forma clara e suficiente para o regular exercício do contraditório e ampla defesa.O conteúdo da denúncia é suficiente para deflagração da persecução penal, pois a inicial permite à defesa compreender os termos da imputação.Alega ainda a defesa ausência de justa causa para o prosseguimento do feito, uma vez que a o processo careceria de ausência de indícios razoáveis de autoria delitiva e certeza da materialidade delitiva.Também, não deve prosperar a alegação da ausência de justa causa para prosseguimento do feito, pois conforme narrado na peça acusatória há indícios suficientes da materialidade e autoria delitiva recaindo esta na pessoa do acusado, conforme provas documentais e orais acostadas aos autos e a demonstração, nesta fase não exauriente, do dolo do agente. Desta forma, torna-se necessário, portanto, aguardar a instrução processual, pois as provas, nesta fase existentes nos autos demonstram ser os denunciados autores dos delitos em testilha.2 - Citem-se os réus para responderem à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias (art. 396 da nova Lei. 11.719 de 20 de junho de 2008), servindo a presente de MANDADO, devendo o Sr (a) Oficial (a) de Justiça no ato da citação perguntar aos denunciados se vão constituir um advogado ou se precisam serem assistidos pela Defensoria Pública.3- Sendo o MANDADO negativo, deverá ser efetuado pesquisa nos bancos de dados (Siel, entre outros) e, caso não localize novo endereço proceda-se a citação, por edital. Havendo citação por edital, venham os autos conclusos para deliberação.4 - Na resposta, os acusados poderão arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário (artigo 396-A do CPP).5- Na resposta à acusação havendo preliminares, dê-se vista ao MP, imediatamente.6 - Caso os acusados sejam devidamente citados e não apresentem resposta ou não constituam advogado nos autos, desde já lhe nomeio o Defensor Público dessa Cidade. Dê-lhe vista dos autos por (10) dias, independente de novo DESPACHO nesses autos. 7 – Com a chegada da Resposta, concluso para apreciação da defesa preliminar e designação de audiência de instrução ou para suspensão condicional do processo (se for o caso), caso superada a fase do artigo 397 do CPP.8- Junte-se certidões de antecedentes criminais, desta Comarca, infoseg e SINIC.Declaração a ser colhida pelo Oficial(a) de Justiça no ato da citação:( ) Tenho advogado.( ) Não tenho advogado, nem condições de constituir.( ) Não tenho advogado no momento, mas no prazo de cinco dias, farei a indicação do mesmo em juízo.9) Quanto a fato de Lindaura Caldeira Tobias ter aceito e cumprido a transação penal em relação ao delito do artigo 46 da Lei 9605/98, o qual foi atribuído somente à pessoa jurídica, esta situação não impede a denúncia nas penas do delito 299, caput, do Código Penal, pois trata-se de crime diverso. Destarte, eventual erro no oferecimento de proposta em crime inexistente deve ser discutido em ação própria, inclusive para se requerer a devolução do valor pago, se for o caso. Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000368-69.2018.8.22.0008
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Joseilton da Silva, Marco Antônio Gonçalves dos Santos
Advogado:Francisco Valter dos Santos (OAB/RO 3583), Michael Douglas de Alcantara Rocha (RO 7007), Michel Kauan de Alcântara Rocha (OAB/RO 9276), Paula Roberta Borsato Gaspareli (OAB/RO 5820)
DECISÃO:
DESPACHO RECEBO O RECURSO de fls. 396 em ambos os efeitos (art. 593, do CPP), pois verifiquei que o mesmo é tempestivo. Ao recorrente para apresentar as razões no prazo legal (art. 600 do CPP). Após, às contrarrazões.Apresentada as razões, no prazo, e decorrido o prazo para as contrarrazões, com ou sem a chegada desta, remeta-se o processo ao e. Tribunal de Justiça/RO.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 1001154-33.2017.8.22.0008
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado:André da Silva Alambary
Advogado:Rodrigo Corrente Silveira (OAB/RO 7043)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, intimada para: I) EFETUAR o pagamento das custas no valor de R$ 527,85 (quinhentos e vinte e sete reais e oitenta e cinco centavos), no prazo de 15 dias, sob pena de PROTESTO e INSCRIÇÃO NA DÍVIDA ATIVA, nos termos do Art. 1º, § 2º do Provimento Conjunto nº 005/2016-PR-CG.
OBS. 1: O pagamento deverá ser feito via depósito, diretamente no caixa, não podendo ser feito por depósito de envelope.
OBS. 2: O réu, acima descrito, deverá comparecer na 1º Vara Genérica da Comarca de Espigão do Oeste-RO, no período de atendimento ao público entre 7h00 às 13h00 e 16h00 às 18h00, para retirar o boleto referente ao pagamento das custas processuais ou pelo endereço eletrônico www.tjro.jus.br
OBS. 3: Os comprovantes de pagamento, acima descrito, deverão ser entregue na 1º Vara Genérica da Comarca de Espigão do Oeste-RO, no período de atendimento ao público entre 7h00 às 13h00 e 16h00 às 18h00.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, 1954, Fórum de Espigão do Oeste, Centro, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Telefone: (69) 3481-2279 ou 3481-2921 - Ramal 204
E-mail: eoe1vara@tjro.jus.br
Processo nº: 7003538-95.2016.8.22.0008
Requerente: IOLANDA DA SILVA CRUZ
Advogado do(a) EXEQUENTE: SONIA APARECIDA SALVADOR - RO5621
Requerido(a): INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL e outros
Intimação
Intimo a(s) parte(s) autora/requerida quanto às RPVs expedidas.
Espigão do Oeste (RO), 2 de maio de 2019.
DALVA POLI TESCH
Espigão do Oeste (RO), 2 de maio de 2019.
DALVA POLI TESCH

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, 1954, Fórum de Espigão do Oeste, Centro, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000 - Fone: (69) 3481-2279
Processo nº: 7000235-68.2019.8.22.0008
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: Nome: DALTO PIMENTEL DA COSTA
Endereço: Rua Amapá, 3055, Vista Alegre, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Advogado do(a) AUTOR: ERICK CORTES ALMEIDA - RO7866
Requerido(a): Nome: GOL LINHAS AÉREAS
Endereço: Praça Linneu Gomes, prédio 24, portaria 3, Campo Belo, São Paulo - SP - CEP: 04626-020
Advogados do(a) RÉU: BERNARDO AUGUSTO GALINDO COUTINHO - RO2991, GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - SP186458
SENTENÇA
Dispensado relatório nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.
No caso em tela, entendo como configurada plenamente a existência de relação de consumo entre as partes litigantes, devendo a lide, assim, ser dirimida à luz das disposições consumeristas, porquanto o autor se insere no conceito de consumidor, enquanto os destinatários finais do contrato de transporte, enquanto a requerida, por seu turno, enquadra-se como fornecedora, na medida em que oferece o serviço (artigos 2º e 3º, do CDC).
O Código de Defesa do Consumidor, buscando dar uma maior efetividade à relação consumerista, afirmou, em seu art. 14, a responsabilidade civil objetiva do fornecedor de serviços pela reparação dos danos causados aos consumidores por qualquer defeito relativo aos serviços prestados, independentemente de se perquirir sobre o elemento subjetivo da culpa. Assim, a empresa aérea é obrigada a prestar serviço adequado e eficiente e, caso assim não proceda, será compelida a reparar os danos causados.
Incumbe à empresa contratada levar o contratante e seus objetos ao destino na forma, modo e tempo previamente estabelecidos.
No caso sub judice, informa a demandante que contratou os serviços da ré, para decolagem às 06h05min do dia 07/01/2019 com previsão de chegada às 11h05min.
Contudo, devidos a atrasos ocasionados pela requerida, chegou ao seu destino final, por volta das 15h50min, ou seja, cerca de 4 horas após o previsto.
Em sede de contestação a ré justificou o atraso aconteceu devido ao tráfego aéreo, ocasionando a perda da conexão para o destino final.
Pois bem. A situação posta nos autos, indica que os fatos não geraram nenhum dano moral indenizável, pois o atraso não foi significativo, a previsão da chegada em Maceió era 11h05 min, consoante alega a requerente chegou por volta da 15h50min, indicando um atraso não significativo.
Portanto, não gera direito à indenização por dano moral, sob pena de sua banalização. O mero inerente à vida em sociedade não configura dano moral, que necessita de ofensa à esfera subjetiva do indivíduo para sua caracterização.
Nesse sentido:
INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS E MATERIAIS. ATRASO NO EMBARQUE. ACOMADAÇÃO EM VOO SEGUINTE. INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL INDEVIDA. DANO MORAL AFASTADO. (Recurso Inominado, Processo nº 0100151-16.2009.822.0601, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz João Adalberto Castro Alves, Data de julgamento: 01/06/2010)
INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS E MATERIAIS. ATRASO NO EMBARQUE. ACOMADAÇÃO EM VOO SEGUINTE. INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL DEVIDA. DANO MORAL AFASTADO. (Recurso Inominado, Processo nº 0100219-63.2009.822.0601, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz João Adalberto Castro Alves, Data de julgamento: 01/06/2010)
Isto posto e tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial proposto por Dalto Pimentel da Costa, em face da GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S/A, extinguindo o processo com base no Art. 487, I, do CPC.
Sem custas e sem honorários.
Com o trânsito em julgado, oportunamente, arquivem-se o processo.
P.R.I.C.
Espigão do Oeste/RO, 29 de abril de 2019
LEONEL PEREIRA DA ROCHA
Juiz(a) de Direito
(documento assinado digitalmente

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, 1954, Fórum de Espigão do Oeste, Centro, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000 - Fone: (69) 3481-2279
Processo nº: 7000235-68.2019.8.22.0008
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: Nome: DALTO PIMENTEL DA COSTA
Endereço: Rua Amapá, 3055, Vista Alegre, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Advogado do(a) AUTOR: ERICK CORTES ALMEIDA - RO7866
Requerido(a): Nome: GOL LINHAS AÉREAS
Endereço: Praça Linneu Gomes, prédio 24, portaria 3, Campo Belo, São Paulo - SP - CEP: 04626-020
Advogados do(a) RÉU: BERNARDO AUGUSTO GALINDO COUTINHO - RO2991, GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - SP186458

SENTENÇA
Dispensado relatório nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.
No caso em tela, entendo como configurada plenamente a existência de relação de consumo entre as partes litigantes, devendo a lide, assim, ser dirimida à luz das disposições consumeristas, porquanto o autor se insere no conceito de consumidor, enquanto os destinatários finais do contrato de transporte, enquanto a requerida, por seu turno, enquadra-se como fornecedora, na medida em que oferece o serviço (artigos 2º e 3º, do CDC).
O Código de Defesa do Consumidor, buscando dar uma maior efetividade à relação consumerista, afirmou, em seu art. 14, a responsabilidade civil objetiva do fornecedor de serviços pela reparação dos danos causados aos consumidores por qualquer defeito relativo aos serviços prestados, independentemente de se perquirir sobre o elemento subjetivo da culpa. Assim, a empresa aérea é obrigada a prestar serviço adequado e eficiente e, caso assim não proceda, será compelida a reparar os danos causados.
Incumbe à empresa contratada levar o contratante e seus objetos ao destino na forma, modo e tempo previamente estabelecidos.
No caso sub judice, informa a demandante que contratou os serviços da ré, para decolagem às 06h05min do dia 07/01/2019 com previsão de chegada às 11h05min.
Contudo, devidos a atrasos ocasionados pela requerida, chegou ao seu destino final, por volta das 15h50min, ou seja, cerca de 4 horas após o previsto.
Em sede de contestação a ré justificou o atraso aconteceu devido ao tráfego aéreo, ocasionando a perda da conexão para o destino final.
Pois bem. A situação posta nos autos, indica que os fatos não geraram nenhum dano moral indenizável, pois o atraso não foi significativo, a previsão da chegada em Maceió era 11h05 min, consoante alega a requerente chegou por volta da 15h50min, indicando um atraso não significativo.
Portanto, não gera direito à indenização por dano moral, sob pena de sua banalização. O mero inerente à vida em sociedade não configura dano moral, que necessita de ofensa à esfera subjetiva do indivíduo para sua caracterização.
Nesse sentido:
INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS E MATERIAIS. ATRASO NO EMBARQUE. ACOMADAÇÃO EM VOO SEGUINTE. INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL INDEVIDA. DANO MORAL AFASTADO. (Recurso Inominado, Processo nº 0100151-16.2009.822.0601, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz João Adalberto Castro Alves, Data de julgamento: 01/06/2010)
INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS E MATERIAIS. ATRASO NO EMBARQUE. ACOMADAÇÃO EM VOO SEGUINTE. INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL DEVIDA. DANO MORAL AFASTADO. (Recurso Inominado, Processo nº 0100219-63.2009.822.0601, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz João Adalberto Castro Alves, Data de julgamento: 01/06/2010)
Isto posto e tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial proposto por Dalto Pimentel da Costa, em face da GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S/A, extinguindo o processo com base no Art. 487, I, do CPC.
Sem custas e sem honorários.
Com o trânsito em julgado, oportunamente, arquivem-se o processo.
P.R.I.C.
Espigão do Oeste/RO, 29 de abril de 2019
LEONEL PEREIRA DA ROCHA
Juiz(a) de Direito
(documento assinado digitalmente

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, 1954, Fórum de Espigão do Oeste, Centro, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Telefone: (69) 3481-2279 ou 3481-2921 - Ramal 204
E-mail: eoe1vara@tjro.jus.br
Processo: 7001164-72.2017.8.22.0008
Classe: CAUTELAR INOMINADA (183)
Polo ativo: REQUERENTE: AGUINEU BRANDT
Advogados do(a) REQUERENTE: RODRIGO FERREIRA BARBOSA - RO8746, RONILSON WESLEY PELEGRINE BARBOSA - RO4688

EDITAL DE CITAÇÃO
Local Incerto e Não Sabido
REQUERDIDO: CLAYTON CAMPOS MARREIRO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n. 0267114 SSP/RO, inscrito no CPF/MF n. 561.449.972-53.
Último Endereço: Rua Fausto Robalo, 360, Estação Experimental, Rio Branco - AC - CEP: 69918-186
FINALIDADE: Por força, e em cumprimento à determinação deste Juízo, fica Vossa Senhoria, pela presente, CITADO para tomar conhecimento de todos os termos da presente ação, nos termos da Ação proposta por AGUINEU BRANDT, cujo assunto é [Liminar], contra Vossa Senhoria, conforme cópias anexas.
ADVERTÊNCIA: Neste ato ficará Vossa Senhoria advertido, desde já, que o não comparecimento importará REVELIA, reputando-se verdadeiras as alegações do autor e, em JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE, consoante art. 20, da Lei nº 9.099/95 e 330 do Código de Processo Civil, ciente, ainda, de que o prazo para contestação é de 15 dias.
RESUMO DA PETIÇÃO INICIAL: arresto de veículo
Espigão do Oeste-RO, 2 de maio de 2019
BRUNO RAFAEL JOCK
Assina de ordem do MM. Juiz

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, 1954, Fórum de Espigão do Oeste, Centro, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Telefone: (69) 3481-2279 ou 3481-2921 - Ramal 204
E-mail: eoe1vara@tjro.jus.br
Processo nº: 7004301-28.2018.8.22.0008
Requerente: SP COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
Advogados do(a) AUTOR: ANA RITA COGO - RO660, INES DA CONSOLACAO COGO - RO3412
Requerido(a): MAICON FELBERG CRUZ
Intimação
Intimo a parte a parte autora a cumprir o/a DESPACHO / DECISÃO / SENTENÇA do MM. Juiz, cujo conteúdo segue abaixo:

Iniciados os trabalhos e frustrada a tentativa de conciliação face a ausência das partes requerida e requerente, que não foram citada e intimadas. Assim, por determinação verbal do MM Juiz, fica designado o dia 22/05/2019, às 10hs20 para audiência de conciliação. Presentes intimados. Ante ao exposto, remeto o feito ao Cartório para cumprimento do DESPACHO Id 25934718, observando a redesignação da audiência conciliatória acima mencionada. CITE-SE E INTIME-SE AS PARTES. Nada mais, eu, Claudinéia Boone, Conciliadora, digitei.

Espigão do Oeste (RO), 2 de maio de 2019.
BRUNO RAFAEL JOCK

1º CARTÓRIO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Vista Alegre , CEP 76.974-000, Espigão do Oeste, RO Processo n.: 7001177-03.2019.8.22.0008
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto:Inadimplemento
AUTOR: GUTIERREZ & MONTEIRO LTDA - EPP, RUA GRAJAÚ 2638 CENTRO - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MARCIO DETTMANN OAB nº RO7698
ERICK CORTES ALMEIDA OAB nº RO7866
RÉU: PEDROMAR BAILKE, RUA PARANÁ 2254 CENTRO - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU:
Valor da causa:R$6.113,84
DESPACHO
Designo audiência de Conciliação para o dia 27/05/2019 às 10 horas, a ser realizada no Fórum da Comarca de Espigão do Oeste-RO, Fórum Ministro Miguel Seabra Fagundes, Rua Vale Formoso n° 1954 - centro - CEP: 76.974-000 - Fone (0xx) 69 3481-2279 ou 34812921.
Proceda a CITAÇÃO do requerido acima, de todos os termos constantes na petição inicial, cuja cópia segue anexa, e após INTIME-O para que compareça na data acima, na Rua Vale Formoso nº 1954, na Sala de Audiências do Juizado Especial Cível desta Comarca, para audiência de CONCILIAÇÃO;
O requerente deverá comparecer na audiência designada, sendo que o não comparecimento acarretará extinção e arquivamento do feito e condenação ao pagamento de custas. A intimação será na pessoa de seu advogado NÃO TENDO O AUTOR ADVOGADO ESTE DEVERÁ SER INTIMADO ATRAVÉS DE OFICIAL DE JUSTIÇA OU CARTA/AR.
ADVERTÊNCIA:
a) Dê-se ciência ao requerido (a) que poderá oferecer contestação até a data da audiência de conciliação acima designada, oral ou escrita protocolizada/juntada via PJE, até o horário da audiência conciliatória;
b) O não comparecimento à audiência de conciliação serão considerados como verdadeiros os fatos narrados pela parte autora na peça inicial (Art. 20 da Lei 9.099/95);
c) Caso exista a necessidade de designação de audiência de instrução e julgamento, Vossa Senhoria poderá apresentar até 03 (três) testemunhas, independente de intimação, ou requer-lhes a intimação até 20 dias da data marcada (art. 34, + 1º da Lei 9.099/95.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/CITAÇÃO/INTIMAÇÃO , conforme o caso, observando os endereços acima declinados. Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 do CPC e respectivos parágrafos.
Espigão do Oeste/RO, 30 de abril de 2019.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Vista Alegre , CEP 76.974-000, Espigão do Oeste, RO Processo n.: 7001235-06.2019.8.22.0008
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto:Indenização por Dano Material, Indenização por Dano Material
REQUERENTES: GENY RAMLOW POSSIMOSER, LINHA KAPA 80 sn ZONA RURAL - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA, ANILDO POSSIMOSER, LINHA KAPA 80 sn ZONA RURAL - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: ILZA POSSIMOSER OAB nº RO5474
MAGANNA MACHADO ABRANTES OAB nº RO8846
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
Valor da causa:R$26.433,22
DESPACHO
Trata-se de ação de indenização para restituição de valores ajuizada em face de CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA - CERON, sob o fundamento de que a parte demandante construiu, com seus próprios recursos, uma subestação de eletrificação rural, situada em sua propriedade, localizada na zona rural desse município.
Pois bem. Registro inicialmente que centenas, senão milhares, de ações desse jaez vem se aportando nesse juízo, resultando em condenações de consideráveis valores em desfavor da demandada, o que vem gerando incomensuráveis prejuízos à coletividade, vez que como cediço, os custos dessas condenações são rateados futuramente entre os consumidores de energia elétrica.
As obras que a parte demandante alega ter feito ocorreram a muitos anos atrás e ainda que a Turma Recursal entenda que deva haver a restituição dos valores no caso de instalação de rede por particular, destaco que:
I – Comprovação dos gastos arcados pelo autor.
Os danos materiais conforme pacífica e reiterada jurisprudência, exigem a comprovação do quantum reclamado, posto que, ao contrário dos danos morais, não são presumíveis.
Para que haja a condenação da parte requerida é indispensável a comprovação efetiva da extensão dos prejuízos patrimoniais suportados pelo demandante.
Por tal motivo, como a construção da subestação foi realizada a vários anos e a parte autora juntou orçamentos com preços atuais por estimativa, sem nenhuma comprovação da efetiva utilização dos materiais lançados nos citados orçamentos, necessário se faz auferir a veracidade de tais informações, vez que, repito, trata-se de dinheiro coletivo, posto que a demandante tem o poder público como acionista majoritário.
Lado outro, a partir do governo FHC (programa luz no campo), e posteriormente no governo LULA (programa luz para todos), todas as instalações de rede de energia elétrica na zona rural passaram a ser fornecidas de forma gratuita, sem nenhum custos para os beneficiários, abarcando até aqueles que já tinham apresentado projeto e solicitado tais serviços à requerida, o que também demonstra a necessidade quanto a aferição de tais informações.
Registro que pelas razões acima invocadas, esse julgador entende que é necessária a comprovação pela demandante dos gastos efetivos para a construção da subestação, como a juntada de notas fiscais dos gastos feitos à época da construção, comprovando de fato o gasto realizado, não sendo suficientes os orçamentos fictícios colhidos em lojas de materiais de construção que não forneceram o material utilizado na obra e sequer sabem do local da localização da mesma.
Assim sendo, como os valores apresentados não refletem os valores efetivamente gastos, pautando-se em valores aproximados, sempre majorados, materializados em orçamentos fictícios, faz-se necessária uma melhor averiguação dos fatos.
II – Do pedido administrativo para construção da subestação.
É de salutar importância a averiguação da ocorrência do pedido administrativo para a demandante construir a rede de subestação de energia elétrica na propriedade do demandante, bem como se houve posterior pedido de ressarcimento.
I - Determinações.
Diante do exposto, DETERMINO:
a) Intime-se a parte requerente para emendar a petição inicial a fim de juntar aos autos a certidão de inteiro teor atualizada do imóvel. Prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial e extinção CPC.
b) Para fins de avaliar a subestação e verificar se a obra está localizada nesta comarca, bem como se houve construção da

subestação, relacionando os materiais utilizados e se não se trata de beneficiário dos programas gratuitos luz no campo ou luz para todos, nomeio como perito(a) do juízo Carlos Lima Cruz, CPF: 870.602.624-72, Telefone: 98467-6562. Fixo os honorários periciais no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) que serão custeados pela parte Requerida.
c) Após, apresentação do laudo pelo perito nomeado, o Oficial de Justiça deverá comparecer junto a unidade local da requerida e averígue se houve pedido administrativo para a construção da rede de subestação de energia elétrica na propriedade, informando posterior pedido de ressarcimento, bem como retificando a informação quanto a adesão do requerido aos programas luz no campo ou luz para todos.
Após a juntada de todos os documentos supra mencionados, CITE-SE a parte requerida para responder a presente, apresentar sua defesa e todos os documentos de prova, no prazo de 10 (dez) dias.
Havendo interesse da parte requerida em apresentar proposta de conciliação e/ou produzir prova testemunhal, deverá constar expressamente na contestação os termos e o rol, caso em que os autos deverão vir conclusos para apreciação. Caso contrário, a parte autora deverá ser intimada para impugnar em 05 dias, caso deseje, e após o transcurso, conclusos os autos para SANEAMENTO OU SENTENÇA. Transcorrido o prazo, tornem conclusos.
Abstenho em designar audiência de conciliação, porque em todas as ações desta natureza em trâmite nesta vara contra a CERON a audiência restou frustrada.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/AR/CARTA PRECATÓRIA/CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/, conforme o caso, observando os endereços acima declinados. Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 do CPC e respectivos parágrafos.
Espigão do Oeste/RO, 30 de abril de 2019.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, 1954, Fórum de Espigão do Oeste, Centro, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Telefone: (69) 3481-2279 ou 3481-2921 - Ramal 204
E-mail: eoe1vara@tjro.jus.br
Processo nº : 7000505-92.2019.8.22.0008
Requerente: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP
Advogados do(a) EXEQUENTE: EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS - RO2930, NOEL NUNES DE ANDRADE - RO1586, GEISIELI DA SILVA ALVES - RO9343
Requerido(a): PAULO BATISTA DA SILVA e outros
Intimação
Intimo a parte autora a dar prosseguimento ao feito, tendo em vista o mandado devolvido negativo/parcial.
Espigão do Oeste (RO), 30 de abril de 2019.
LEANDRO BORDINHAO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, 1954, Fórum de Espigão do Oeste, Centro, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Telefone: (69) 3481-2279 ou 3481-2921 - Ramal 204
E-mail: eoe1vara@tjro.jus.br
Processo nº : 7000789-03.2019.8.22.0008
Requerente: VALDINEI FRANCISCO DA SILVA
Advogados do(a) AUTOR: SIDINEI GONCALVES PEREIRA - RO8093, ERICA DE LIMA ARRUDA - RO8092
Requerido(a): SARA FERNANDES DOS SANTOS ROCHA
Advogados do(a) RÉU: JUCELIA LIMA RUBIM - RO7327, JUCIMARO BISPO RODRIGUES - RO4959
Intimação
Intimo a parte as partes autora/requerida a cumprir o/a despacho do MM. Juiz, cujo conteúdo segue abaixo:
"DESPACHO
Considerando a preexistência de audiência designada com os patronos do requerente ID 25834282, defiro. Assim, redesigno a audiência de tentativa de conciliação reiterando as determinações: Defiro a gratuidade.
Designo audiência de conciliação para o dia 16 de maio de 2019 às 12 horas.
Intimem-se as partes acima qualificadas (autora e requerida) para comparecerem à solenidade, que se realizará na sede deste Juízo.
Cite-se o(a) requerido(a), para responder a ação no prazo de 15 (quinze) dias. O prazo para contestar fluirá da data da audiência de conciliação, ainda que a solenidade não seja realizada (art. 697, c/c art. 335, I, CPC).
Advertência: Não sendo contestada a ação no prazo de 15 dias, presumir-se-ão aceitos pelo requerido (a), como verdadeiros, os fatos alegados pelo (a) autor (a). (art. 344, CPC).
Cumpra-se. Serve o presente como mandado de citação e intimação, observando-se o art. 212, § 2º, do CPC.
Despacho SERVINDO COMO MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO
Espigão do Oeste/RO, 15 de abril de 2019.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito"
Espigão do Oeste (RO), 30 de abril de 2019.
DALVA POLI TESCH

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, 1954, Fórum de Espigão do Oeste, Centro, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Telefone: (69) 3481-2279 ou 3481-2921 - Ramal 204
E-mail: eoe1vara@tjro.jus.br
Processo nº : 7000451-29.2019.8.22.0008
Requerente: JUCIMAR SCHWANZ
Advogado do(a) AUTOR: DIOGO ROGERIO DA ROCHA MOLETTA - RO3403
Requerido(a): INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Intimo a(s) parte(s) autora a dar(em) prosseguimento ao feito, tendo em vista o/a (LAUDO) juntado(a).
Espigão do Oeste (RO), 30 de abril de 2019.
BRUNO RAFAEL JOCK
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, 1954, Fórum de Espigão do Oeste, Centro, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000 - Fone:(69) 34812279
Processo nº 7004185-22.2018.8.22.0008
REQUERENTE: ISA MONICA INDUSTRIA DE ENXOVAIS LTDA - ME
REQUERIDO: ZEDEQUIAS PEREIRA DE SOUZA
Intimação Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica, fica V. Sa. intimada do inteiro teor da sentença prolatada nos autos do processo acima, conforme cópia em anexo.
Fica V. Sa ciente de que, caso queira, poderá interpor recurso, dentro do prazo de 10(dez) dias, de acordo com o art. 42 da Lei nº 9.099/95
ESPIGÃO D'OESTE, 30 de abril de 2019
Chefe de Secretaria
Nome: ZEDEQUIAS PEREIRA DE SOUZA

Endereço: LINHA 14 DE ABRIL KM 46, SN, ZONA RURAL, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Nome: ISA MONICA INDUSTRIA DE ENXOVAIS LTDA - ME
Endereço: AV SETE DE SETEMBRO, 2809, CENTRP, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, 1954, Fórum de Espigão do Oeste, Centro, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000 - Fone:(69) 34812279
Processo nº 7000241-75.2019.8.22.0008
REQUERENTE: ILARIO LAIR TESCH
REQUERIDO: GOL LINHAS AÉREAS, VRG LINHAS AÉREAS S/A
Intimação PPor ordem do Exmo. Dr. Leonel Pereira da Rocha, Juiz de Direito do Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica, fica V. Sa. intimada do inteiro teor da sentença prolatada nos autos do processo acima, conforme cópia em anexo.
Fica V. Sa ciente de que, caso queira, poderá interpor recurso, dentro do prazo de 10(dez) dias, de acordo com o art. 42 da Lei nº 9.099/95
ESPIGÃO D'OESTE, 30 de abril de 2019
Chefe de Secretaria
Nome: GOL Linhas Aéreas, VRG Linhas Aéreas S/A
Endereço: , - de 8834/8835 a 9299/9300, Porto Velho - RO - CEP: 76800-000
Nome: ILARIO LAIR TESCH
Endereço: Rua Santa Catarina, 3419, Caixa D'Água, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, 1954, Fórum de Espigão do Oeste, Centro, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000 - Fone:(69) 34812279
Processo nº 7000061-59.2019.8.22.0008
REQUERENTE: LAURO HENRIQUE DE SOUZA ALGAYER
REQUERIDO: GOL LINHAS AÉREAS
Intimação Por ordem do Exmo. Dr. Leonel Pereira da Rocha, Juiz de Direito do Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica, fica V. Sa. intimada do inteiro teor da sentença prolatada nos autos do processo acima, conforme cópia em anexo.
Fica V. Sa ciente de que, caso queira, poderá interpor recurso, dentro do prazo de 10(dez) dias, de acordo com o art. 42 da Lei nº 9.099/95
ESPIGÃO D'OESTE, 30 de abril de 2019
Chefe de Secretaria
Nome: GOL LINHAS AÉREAS
Endereço: Rua Tamoios, 246, - até 489/490, Jardim Aeroporto, São Paulo - SP - CEP: 04630-000
Nome: LAURO HENRIQUE DE SOUZA ALGAYER
Endereço: RUA PIAUÍ, 2035, MORADA DO SOL, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, 1954, Fórum de Espigão do Oeste, Centro, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000 - Fone:(69) 34812279
Processo nº 7000123-02.2019.8.22.0008
REQUERENTE: LORENA GONCALVES CENCI
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.
Intimação Por ordem do Exmo. Dr. Leonel Pereira da Rocha, Juiz de Direito do Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica, fica V. Sa. intimada do inteiro teor da sentença prolatada nos autos do processo acima, conforme cópia em anexo.
Fica V. Sa ciente de que, caso queira, poderá interpor recurso, dentro do prazo de 10(dez) dias, de acordo com o art. 42 da Lei nº 9.099/95
ESPIGÃO D'OESTE, 30 de abril de 2019
Chefe de Secretaria
Nome: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.
Endereço: Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 9 andar, Tamboré, Barueri - SP - CEP: 06460-040
Nome: LORENA GONCALVES CENCI
Endereço: INDEPENDENCIA, 1977, CASA, CENTRO, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, 1954, Fórum de Espigão do Oeste, Centro, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000 - Fone: (69) 3481-2279
Processo nº : 7000301-48.2019.8.22.0008
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: Nome: M. ALVES TOLEDO - EPP
Endereço: RUA SÃO PAULO, 2649, LOJA DE MÓVEIS, CENTRO, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Advogados do(a) AUTOR: ANDERSON RODRIGO GOMES - RO1869, SUELI BALBINOT DA SILVA - RO6706
Requerido(a): Nome: JILVAN DE SOUZA
Endereço: PROXIMO TONINHO CASTANHA, Linha 14 Abril KM 36, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Sentença
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.
Tratando-se a matéria em análise estritamente de direito, passo ao julgamento antecipado da lide proferindo sentença, nos termos do art. 355, inciso I e II ambos do CPC.
Considerando que a requerida foi citada e intimada e não justificou sua ausência na audiência de tentativa de conciliação, a mesma tornou-se revel. Como é sabido a revelia, nos termos do art. 344 do Novo Código de Processo Civil, faz presumir aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela autora, e estes acarretam as conseqüências jurídicas apontadas na petição inicial e, portanto deve responder por isso.
A propósito:
"REVELIA- Ausência do réu na sessão designada- Reconhecimento autorizado - A parte deve se fazer presente na audiência , caso em que será lícito na ausência o reconhecimento da revelia, não obstante compareça à sessão o advogado(2º Colégio Recursal da Capital do Estado de São Paulo, Rec. 659, j. Em 18-02-1998, Rel. Juiz Marciano da Fonseca)."
Ademais, a inicial veio instruída com prova documental no ID 24482792 - Pág. 1 - 8, comprovando a existência do débito.
Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para condenar o requerido a pagar ao requerente o valor de R$ 1.646,14, devendo ser atualizado com juros de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação e a correção monetária do vencimento do título.
PRIC.
Com o trânsito, RECLASSSIFIQUE-SE PARA CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, intime-se o autor para apresentar novos cálculos.
Após, conclusos para realização de penhora de bens via BACENJUD/ RENAJUD.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/ CARTA DE INTIMAÇÃO.
Espigão do Oeste/RO, 29 de abril de 2019
LEONEL PEREIRA DA ROCHA
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Vista Alegre , CEP 76.974-000, Espigão do Oeste, RO Processo n.: 7001150-88.2017.8.22.0008
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto:Cheque
EXEQUENTE: COMERCIO DE COMBUSTIVEIS ESPIGAO LTDA, AV SETE DE SETEMBRO 2232, POSTO ESPIGÃO CENTRO - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ANDRE HENRIQUE VIEIRA DE SOUZA OAB nº RO6862
CRISDAINE MICAELI SILVA FAVALESSA OAB nº RO5360
EXECUTADOS: NEIVA MARIA BALBINOT DA SILVA, GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 1928 VISTA ALEGRE - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA, ANDERSON BALBINOT DA SILVA, SEM ENDEREÇO, MICHAEL SANTOS DA ROCHA, SEM ENDEREÇO
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS:
Valor da causa:R$6.401,87
DESPACHO
Procedi nesta data a transferência da quantia à conta vinculada a este juízo.
CONVERTO o bloqueio em PENHORA, sem necessidade de termo (Art.854 § 5).
Intime-se o(a) executado(a) para apresentar impugnação à penhora no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Não tendo advogado nos autos, intime-se pessoalmente via Carta- AR (Art. 854 § 2).
Em caso de não apresentação de impugnação, levante-se o valor em favor do exequente, ficando o mesmo intimado para informar eventual saldo remanescente, acompanhado de cálculos e requerendo o que de direito em 5 dias, sob pena de extinção/ arquivamento.
Apresentada impugnação, venham os autos conclusos para decisão.
Intimem-se
Espigão do Oeste/RO, 1 de maio de 2019.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Vista Alegre , CEP 76.974-000, Espigão do Oeste, RO Processo n.: 7002611-61.2018.8.22.0008
Classe: Execução de Medidas Sócio-Educativas
Assunto:Estupro de Vulnerável
REQUERENTE: M. P. D. E. D. R., AC BURITIS 1457, AVENIDA PORTO VELHO 1579 SETOR 3 - 76880-970 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADOLESCENTE: VALCICLEI SANTANA, RUA PARÁ 1483, (69) 9 8463-1937 VISTA ALEGRE - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO ADOLESCENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Valor da causa:0,00
SENTENÇA
Instaurou-se o presente procedimento de execução de medida socioeducativa contra o adolescente Valciclei Santana, devidamente qualificado nestes autos, posto que, em ação socioeducativa que tramitou perante este Juízo, foi-lhe aplicada MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE.
Juntou-se relatório demonstrando o integral cumprimento da medida imposta.
O Ministério Público se manifestou no ID: 24545259 , pela extinção do feito em razão do cumprimento da medida imposta,
Posto isto e por tudo mais que dos autos constam reconheço cumprida a Medida Socioeducativa de prestação de serviços à comunidade aplicada ao adolescente supra identificado, e consequentemente julgo extinto o feito.
Sentença publica e registrada automaticamente no sistema.
Nada mais pendente, remetam-se os autos ao arquivo.
Espigão do Oeste/RO, 1 de maio de 2019.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Vista Alegre , CEP 76.974-000, Espigão do Oeste, RO Processo n.: 7001164-72.2017.8.22.0008
Classe: Cautelar Inominada
Assunto:Liminar
REQUERENTE: AGUINEU BRANDT, RUA SERGIPE 2377 CAIXA D'AGUA - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: RODRIGO FERREIRA BARBOSA OAB nº RO8746
RONILSON WESLEY PELEGRINE BARBOSA OAB nº RO4688
REQUERIDO: CLAYTON CAMPOS MARREIRO, RUA FAUSTO ROBALO 360 ESTAÇÃO EXPERIMENTAL - 69918-186 - RIO BRANCO - ACRE
ADVOGADO DO REQUERIDO:
Valor da causa:R$40.238,00
DESPACHO
Defiro a citação por edital, posto que as tentativas com mandado e Carta Precatória forma infrutíferas.
Assim, nos termos no art. 256 e art. 257, III do CPC, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.
Após, intime-se o exequente para recolher as custas do bacenjud e renajud.
Espigão do Oeste/RO, 1 de maio de 2019.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Vista Alegre , CEP 76.974-000, Espigão do Oeste, RO Processo n.: 7001294-28.2018.8.22.0008
Classe: Processo de Apuração de Ato Infracional
Assunto:Furto Qualificado (Art. 155, § 4o.)
AUTOR: M. P. D. E. D. R., - 76847-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADOLESCENTE: MATEUS SANTOS LAURETTI, RUA ACRE 1140 NOVO HORIZONTE - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO ADOLESCENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Valor da causa:R$0,00
DESPACHO
Para inquirir a testemunha/vítima Fernando Henrique Pereira Almeida (Rua Tocantins, n. 1173, Bairro Bela Vista, nesta cidade), designo o dia 30 de maio de 2019, às 8h.
Intime-se, servindo o despacho como mandado.
Ciência ao M.P. e Defensoria Pública.
Espigão do Oeste/RO, 1 de maio de 2019.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Vista Alegre , CEP 76.974-000,

Espigão do Oeste, RO Processo n.: 7002704-24.2018.8.22.0008
Classe: Procedimento Comum
Assunto:Auxílio-Acidente (Art. 86), Concessão
AUTOR: VANI PLASTER, ESTRADA ANDRADINA KM 05 ZONA RURAL - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DIOGO ROGERIO DA ROCHA MOLETTA OAB nº RO3403
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Valor da causa:R$16.000,00
DECISÃO
Considerando que não houve a publicação do despacho via DJE.
Considerando ainda, que a médica nomeada não está mais realizando perícia, na forma do art. 465, do CPC, nomeio como perito(a) do juízo a médica AMÁLIA CAMPOS MILANI E SILVA , CRM-RO 3464, CPF 456.064.989-87, clínica geral. Avenida São Paulo, nº 2326, Hospital Samar, Telefone para contato (69) 3441-2407.
A intimação da perita será por meio do sistema PJE.
a) A perícia será realizada em data a ser informada pelo perito.
b) Intime-se o perito sobre a designação.
c) O(A) perito(a) nomeado(a) responderá aos quesitos padrão anexos à Portaria Conjunta 01/2014 desta Comarca, cuja cópia dos quesitos constantes no anexo I e II da Portaria. .Devendo ser respondido de acordo com o benefício pleiteado (I – Benefício Assistencial (LOAS), II – Auxílio-doença, Aposentadoria por Invalidez e auxílio-Acidente). Deverá ser anexada a intimação do perito ou enviada através de e-mail. Como os quesitos padrão foram elaborados contemplando todas as situações possíveis, indefiro os quesitos já formulados pelas partes (se estiverem nos autos) ou os que as partes apresentarem no prazo do art. 465, §1º, do NCPC, por entender que o laudo a ser apresentado, respondendo aos quesitos padrão é suficiente para esclarecimento da causa.
d) Em atenção ao disposto no art. 60, §8º da Lei 8.213, o perito deverá informar a data estimada em que o(a) periciando(a) estará curado(a) da enfermidade.
e) Fixo os honorários periciais no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais), na forma da Resolução , considerando a complexidade do ato, o tempo dispendido pelo Sr. Perito e a carência de profissionais dessa área na região, em conformidade com a Resolução CJF 305/2014.
f) Na forma do art. 465, § 1º, inciso II, do CPC, as partes devem ser intimadas para indicarem, querendo, assistentes técnicos no prazo de 15 (quinze) dias, ficando desde já as partes intimadas à comparecer a perícia designada.
g) Estabeleço o prazo de 30 dias, a contar da realização da perícia, para a apresentação do laudo pericial. Encaminhem-se ao perito eventuais exames e/ou laudos já encartados aos autos.
h) Com a entrega do laudo, decorrido o prazo para manifestação das partes, encaminhe-se ofício requisitório ao Núcleo Judiciário da Seção Judiciária de Rondônia, com endereço à Avenida Presidente Dutra, 2203, Centro, em Porto Velho – RO, para realização do pagamento, nos termos do artigo 4º e §§ da Resolução n. 541/2007, do CJF.
i) Com a entrega do laudo, decorrido o prazo para manifestação das partes, encaminhe-se ofício requisitório ao Núcleo Judiciário da Seção Judiciária de Rondônia, com endereço à Avenida Presidente Dutra, 2203, Centro, em Porto Velho – RO, para realização do pagamento, nos termos do artigo 4º e §§ da Resolução n. 541/2007, do CJF.
m) Com a chegada dos laudos periciais, intimem-se as partes.
VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/ OFÍCIO.
Espigão do Oeste/RO, 1 de maio de 2019.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Vista Alegre , CEP 76.974-000, Espigão do Oeste, RO Processo n.: 7001855-23.2016.8.22.0008
Classe: Procedimento Comum
Assunto:Reconhecimento / Dissolução
AUTOR: D. D. S. M., RUA MARECHAL DEODORO 2679 MORADA DO SOL - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: JULLIANA ARAUJO CAMPOS DE CAMPOS OAB nº RO6884
SUELI BALBINOT DA SILVA OAB nº RO6706
RÉU: G. M., RUA AMAPÁ 3159 VISTA ALEGRE - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU:
Valor da causa:R$200.000,00
SENTENÇA
Trata-se de Ação de reconhecimento e dissolução da união estável proposta por Débora de Souza Motta em face de Gervásio Malaquias, devidamente qualificado nos autos.
ID 25401226 p. 1, a patrona noticiou o falecimento da autora, bem como a falta de contato com familiares para fins de habilitação.
É sucinto o relatório. Decido.
O falecimento da autora no curso da ação é fato superveniente que ocasiona a perda do objeto, razão pela qual a lide merece extinção, nos moldes dos arts. 485, IX do CPC.
Isto posto, julgo extinto o presente feito, eis que verificada a perda do objeto, nos termos do artigo 485 IX, do Código de Processo Civil.
Sem custas.
P.R.I.
Nada pendente, ao arquivo.
Espigão do Oeste/RO, 1 de maio de 2019.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Vista Alegre , CEP 76.974-000, Espigão do Oeste, RO Processo n.: 7002797-21.2017.8.22.0008
Classe: Execução de Medidas Sócio-Educativas
Assunto:Prestação de serviços à comunidade
REQUERENTE: M. P. D. E. D. R., AC BURITIS 1457, AVENIDA PORTO VELHO 1579 SETOR 3 - 76880-970 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADOLESCENTE: ROBERTO FERREIRA DE SOUZA, RUA 1º DE MAIO 2365 JORGE TEIXEIRA - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO ADOLESCENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Valor da causa:0,00
SENTENÇA
Instaurou-se a presente Execução de Medida Socioeducativa contra o adolescente Roberto Ferreira de Souza, devidamente qualificado, tendo sido aplicado ao adolescente medida de prestação de serviço à comunidade, consoante consta na guia de execução.
O adolescente já completou a maioridade penal, pois nasceu aos dias 15/10/2000.
O Representante Ministerial, em sua manifestação, requereu a extinção do feito (ID: 23919138).
É o relatório. Decido.
Realmente, vejo que o processo em tela perdeu o objeto.
O Estatuto Menorista somente se aplica às crianças e adolescentes, considerando esses últimos aquele com idade variando entre doze e dezoito anos incompletos, excepcionalmente permitindo

aplicação de medida socioeducativa a maiores de dezoito anos até atingir vinte um.
No caso em tela o infrator completou a maioridade, de forma que não vejo a necessidade de prosseguimento do feito, porque não vai produzir os efeitos pedagógicos esperado com o cumprimento da medida socioeducativa.
Assim, considerando que o representado, atingiu, conforme documentação em anexo, a maioridade penal, está imune às medidas socioeducativa do ECA, e, agora, todas as suas condutas serão reguladas pelo Código Penal e demais leis penais e processuais penais.
Isto posto, julgo extinto a presente Execução de Medida Socioeducativa contra o Adolescente acima qualificado, pela perda do objeto do presente procedimento.
Sentença publica e registrada automaticamente pelo sistema.
Nada pendente, ao arquivo.
Espigão do Oeste/RO, 1 de maio de 2019.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Vista Alegre , CEP 76.974-000, Espigão do Oeste, RO Processo n.: 7000439-15.2019.8.22.0008
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto:Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens
EXEQUENTE: S & D PERFUMARIA LTDA - ME, AV SETE DE SETEMBRO 2757 CENTRO - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: GILVANI VAZ RAIZER BORDINHAO OAB nº RO5339
EXECUTADO: ADRIANA ROSA DOS SANTOS, RUA 11 DE JULHO (PERTO DO CAMPO DE FUTEBOL) 2497 JORGE TEIXEIRA - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Valor da causa:R$270,97
SENTENÇA
Indefiro a dilação de prazo pleiteada, eis que havendo a indicação de novo endereço do requerido, a autora poderá requerer o desarquivamento do feito.
Considerando a não localização do endereço do(a) executado(a), com fundamento no art. 53, §4° da Lei 9.099/95, JULGO EXTINTO o processo, autorizando, em conseqüência, os necessários levantamentos.
P.R.I.C.
Transitada em julgado, ao arquivo.
Espigão do Oeste/RO, 1 de maio de 2019.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Vista Alegre , CEP 76.974-000, Espigão do Oeste, RO Processo n.: 7003185-84.2018.8.22.0008
Classe: Execução de Medidas Sócio-Educativas
Assunto:Resistência (art. 329), Prestação de serviços à comunidade
REQUERENTE: M. P. D. E. D. R., - 76962-050 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADOLESCENTE: IVAILDO PUFAL ULLIG, RUA SERGIPE 3171 LIBERDADE - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO ADOLESCENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Valor da causa:0,00
SENTENÇA
Instaurou-se o presente procedimento de execução de medida socioeducativa contra o adolescente IVAILDO PUFAL ULLIG, devidamente qualificado nestes autos, posto que, em ação socioeducativa que tramitou perante este Juízo, foi-lhe aplicada MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE.
Juntou-se relatório demonstrando o integral cumprimento da medida imposta.
O Ministério Público se manifestou no ID: 24335939 pela extinção do feito em razão do cumprimento da medida imposta,
Posto isto e por tudo mais que dos autos constam reconheço cumprida a Medida Socioeducativa de prestação de serviços à comunidade aplicada ao adolescente supra identificado, e consequentemente julgo extinto o feito.
Sentença publica e registrada automaticamente no sistema.
Nada mais pendente, remetam-se os autos ao arquivo.
Espigão do Oeste/RO, 1 de maio de 2019.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Vista Alegre , CEP 76.974-000, Espigão do Oeste, RO Processo n.: 7003403-83.2016.8.22.0008
Classe: Procedimento Comum
Assunto:Auxílio-Doença Previdenciário, Auxílio-Acidente (Art. 86), Concessão
AUTOR: CICERO JOAQUIM HONORIO, RUA MARANHÃO 2371, DISTRITO DE BOA VISTA PACARANA MORADA DO SOL - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DIOGO ROGERIO DA ROCHA MOLETTA OAB nº RO3403
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Valor da causa:R$11.440,00
DESPACHO
Altere-se a classe para Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública.
Com o intuito de melhor atender ao princípio da duração razoável do processo, possibilito a oportunidade para apuração e pagamento espontâneo do débito (ou execução invertida), por meio de RPV, hipótese em que não incidirá honorários advocatícios, nos termos da jurisprudência do STJ (AgInt no Resp 1397901/SC; Resp 1.532.486/SC) e TRF-1 (AC 0026645-91.2013.4.01.9199, TRF-1 – 2ª Câmara Regional Previdenciária de Minas Gerais).
Para tanto, intime-se o executado INSS para apresentar a conta de liquidação do crédito no prazo de 15 (quinze) dias. Juntado aos autos o cálculo, intime-se o exequente para se manifestar a respeito, no prazo de 5 (cinco) dias (CPC, art. 526), que considerando inadequada a conta, deverá já trazer o cálculo que entender correto (CPC, art.534). Logo após, intime-se o INSS para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução (CPC, art.535).
Em seguida, venham os autos conclusos para deliberação.
P.R.I.C.
Espigão do Oeste/RO, 1 de maio de 2019.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Vista Alegre , CEP 76.974-000, Espigão do Oeste, RO Processo n.: 7001629-47.2018.8.22.0008
Classe: Execução de Medidas Sócio-Educativas

Assunto:Furto (art. 155)
REQUERENTE: M. P. D. E. D. R., AC BURITIS 1457, AVENIDA PO SETOR 3 - 76880-970 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADOLESCENTE: MATEUS DE SOUZA LEVANDOSKI, ROSA PEDRO AGOSTINHO 2328 JORGE TEIXEIRA - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO ADOLESCENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Valor da causa:0,00
SENTENÇA
Instaurou-se o presente procedimento de execução de medida socioeducativa contra o adolescente Mateus de Souza Levandoski, devidamente qualificado nestes autos, posto que, em ação socioeducativa que tramitou perante este Juízo, foi-lhe aplicada MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE.
Juntou-se relatório demonstrando o integral cumprimento da medida imposta.
O Ministério Público se manifestou no , pela extinção do feito em razão do cumprimento da medida imposta.
Posto isto e por tudo mais que dos autos constam reconheço cumprida a Medida Socioeducativa de prestação de serviços à comunidade aplicada ao adolescente supra identificado, e consequentemente julgo extinto o feito.
Sentença publica e registrada automaticamente no sistema.
Nada mais pendente, remetam-se os autos ao arquivo.
Espigão do Oeste/RO, 1 de maio de 2019.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Vista Alegre , CEP 76.974-000, Espigão do Oeste, RO Processo n.: 7002796-36.2017.8.22.0008
Classe: Execução de Medidas Sócio-Educativas
Assunto:Prestação de serviços à comunidade
REQUERENTE: M. P. D. E. D. R., AC BURITIS 1457, AVENIDA PORTO VELHO 1579 SETOR 3 - 76880-970 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADOLESCENTE: MATEUS FERMAU FRANCISCO, RUA CINTA LARGA 3946 VISA ALEGRE - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO ADOLESCENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Valor da causa:0,00
SENTENÇA
Instaurou-se o presente procedimento de execução de medida socioeducativa contra o adolescente MATEUS FERMAU FRANCISO, devidamente qualificado nestes autos, posto que, em ação socioeducativa que tramitou perante este Juízo, foi-lhe aplicada MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE.
Juntou-se relatório demonstrando o integral cumprimento da medida imposta.
O Ministério Público se manifestou no ID: 25146856, pela extinção do feito em razão do cumprimento da medida imposta.
Posto isto e por tudo mais que dos autos constam reconheço cumprida a Medida Socioeducativa de prestação de serviços à comunidade aplicada ao adolescente supra identificado, e consequentemente julgo extinto o feito.
Sentença publica e registrada automaticamente no sistema.
Nada mais pendente, remetam-se os autos ao arquivo.
Espigão do Oeste/RO, 1 de maio de 2019.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Vista Alegre , CEP 76.974-000, Espigão do Oeste, RO Processo n.: 7004289-14.2018.8.22.0008
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto:Nota Promissória
EXEQUENTE: JANAINA BISCOLA DE MELO DOS SANTOS, ESTRADA DO CALCÁRIO, KM 03, ZONA RURAL S/N CENTRO - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ANA RITA COGO OAB nº RO660 INES DA CONSOLACAO COGO OAB nº RO3412
EXECUTADO: SOLANGE ALVES DOS SANTOS, RUA JOSÉ GONÇALVES 858 SÃO JOSÉ - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Valor da causa:R$285,35
SENTENÇA
Considerando a satisfação integral da obrigação, face o pagamento integral do débito, com fundamento no art. 924, II, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO, o processo, autorizando, em consequência, os necessário levantamentos (penhora se houver).
Determino que o exequente entregue os títulos que embasam o presente feito ao executado, independente de novo despacho.
Independente de trânsito, após as anotações de praxe, arquive-se.
P. R. I.
Espigão do Oeste/RO, 1 de maio de 2019.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Vista Alegre , CEP 76.974-000, Espigão do Oeste, RO Processo n.: 7003538-95.2016.8.22.0008
Classe: Procedimento Comum
Assunto:Aposentadoria por Invalidez, Auxílio-Doença Previdenciário
AUTOR: IOLANDA DA SILVA CRUZ, RUA VALE FORMOSO 3180 LIBERDADE - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: SONIA APARECIDA SALVADOR OAB nº RO5621
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Valor da causa:R$10.560,00
DECISÃO
Em tempo, avoco o presente feito para corrigir erro material o que faço com respaldo no art. 494, I do NCPC.
Em sendo assim, no parágrafo da parte dispositiva da sentença onde se lê:
" Assim, reconhecendo o excesso de execução, acato a impugnação apresentada pelo impugnante (executado), reduzindo os valores da presente impugnação conforme cálculos apresentados por este, HOMOLOGANDO-O ID 15774374. "
Leia-se:
" Assim, reconhecendo o excesso de execução, acato a impugnação apresentada pelo impugnante (executado), reduzindo os valores da presente impugnação conforme cálculos apresentados por este, HOMOLOGANDO-O ID 18966343 p. 1 ."
No mais, persiste a sentença tal como fora lançada.
Desnecessário intimação, visto que o equívoco só foi em relação ao número de identificação.
Espigão do Oeste/RO, 1 de maio de 2019.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Vista Alegre , CEP 76.974-000, Espigão do Oeste, RO Processo n.: 7003617-06.2018.8.22.0008
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto:Direito de Imagem
REQUERENTE: AILTON ALVES SANTOS, RUA SÃO JOSÉ 1344 SÃO JOSÉ - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ALESSA KLINGELFUS DE CARVALHO OAB nº RO6488
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S/A, AVENIDA AMAZONAS 2622, - DE 2456 A 3046 - LADO PAR NOVA PORTO VELHO - 76820-164 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB nº AC6673
Valor da causa:R$5.000,00
DECISÃO
Defiro a gratuidade. Consigno que o recurso interposto é adequado e está nos moldes do que dispõe os artigos art. 41 da Lei 9.099/95; foi interposto dentro do prazo legal e recolhido o preparo, conforme certidão (art. 42 da Lei 9.099/95). As partes são legítimas, estão representadas e tem interesse em recorrer.
Portanto, presentes os pressupostos legais de admissibilidade, recebo o presente recurso no efeito meramente devolutivo (art. 43 da Lei 9.099/95 c/c 27 da Lei 12.153/2009), e determino a intimação da parte contrária para apresentação das contrarrazões, no prazo de 10 (dez) dias.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, independente de novo despacho, remetam-se os autos ao Colégio Recursal.
Espigão do Oeste/RO, 1 de maio de 2019.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Vista Alegre , CEP 76.974-000, Espigão do Oeste, RO Processo n.: 7000587-60.2018.8.22.0008
Classe: Processo de Apuração de Ato Infracional
Assunto:Lesões Corporais
AUTOR: M. P. D. E. D. R., - 76847-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADOLESCENTES: MATEUS HENRIQUE SALDANHA NOGUEIRA, RUA VALE FORMOSO 2960 LIBERDADE - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA, RAFAEL DAMÁSIO GONÇALVES, RUA SÃO PAULO 3484 LIBERDADE - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA, ANDERSON ALVES OLIVEIRA, RUA RIO GRANDE DO SUL 2188 VISTA ALEGRE - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS ADOLESCENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Valor da causa:
SENTENÇA
O Ministério Público do Estado de Rondônia ofereceu representação em desfavor do representado A. A. O., M. H. S. N. e R. D. G., já devidamente qualificados nos autos, imputando-lhe a prática do ato infracional análogo ao delito previsto no artigo 129, caput, do CP.
No dia 28 de novembro de 2017, próximo à Escola Maria Lourenço, em Espigão do Oeste/RO, o adolescente A. V. R. D., ofendeu a integridade física da vítima Tairine Júlia de Souza Silva, causando-lhe lesões corporais de natureza leve. Segundo apurou-se, no dia fatídico, a vítima estava voltando da escola quando começou a ser seguida pelo representado que estava de bicicleta. Ato contínuo, o representado correu atrás da vítima e bateu a bicicleta na perna da menor, bem como a pegou pelos braços e a lançou ao chão, causando os ferimentos descritos no laudo de exame de corpo de delito acostado as folhas 08/09.
No dia 26 de junho de 2017, por volta das 15h20min, na São Paulo, nº 3435, Bairro Liberdade, mais precisamente na escola Fernanda Souza de Paula, em Espigão do Oeste/RO, os adolescentes ANDERSON ALVES DE OLIVEIRA, MATHEUS HENRIQUE SALDANHA NOGUEIRA E RAFAEL DAMÁSIO GONÇALVES, ofenderam a integridade física da vítima Rogério Júnior da Silva Prado, causando-lhe lesões corporais de natureza leve.
Segundo apurou-se, no dia fatídico, a vítima estava na quadra de esportes da escola, azo em que os representados a cercaram e começaram a agredi-la com socos e chutes. Consta que o adolescente Anderson estava em posse de uma chave, que resultou em um corte no pescoço da vítima conforme laudo de exame de corpo de delito que repousa às folhas 17/18.
A representação foi recebida na decisão contida no ID: 16702625.
Os representados A. A. de O. E M. H. S. N. foram notificados no ID: 16886727 e prestaram declarações em audiência de apresentação (ID: 17634179), ocasião em que apresentaram Defesa prévia por meio do Defensor Público. R. D. G. não foi localizado.
Em audiência de continuação foi inquirida uma testemunha (ID: 19435802).
Encerrada a instrução, o Ministério Público apresentou alegações finais, por memoriais (ID: 19593433), onde requereu a procedência da ação, com aplicação de medida socioeducativa adequada ao caso em relação a A. A. de O. e M. H. S. N.
A defesa, por sua vez, em suas considerações derradeiras (ID: 22955832), manifestou-se nos seguintes termos: REQUER, com o verdadeiro intuito de proteger os adolescentes: a) As medidas de proteção: acompanhamento, orientação e apoio temporários; inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente; e acompanhamentos psicológicos, tanto para os Adolescentes quanto para os membros do seu grupo familiar (art. 101, II, IV, V, do ECA); b) A remissão judicial (art. 126, parágrafo único). Subsidiariamente, entendendo Vossa Excelência de forma diferente, a medida socioeducativa de Advertência (Art. 112, I, do ECA), pois a aplicação de qualquer medida socioeducativa de maior rigor seria injustiça com os adolescentes diante da inexperiência e pouca idade dos jovens, das circunstâncias, da gravidade e das consequências dos atos, dos contextos familiares e das provas juntadas.
É o relatório. Decido.
A relação processual se instaurou e se desenvolveu de forma regular, estando presentes os pressupostos processuais e as condições da ação. Não há nulidades a serem declaradas de ofício, nem se implementou nenhum prazo prescricional.
Passo à análise do ato infracional.
Trata-se de ação socioeducativa, onde imputa-se aos adolescentes A. A. O., M. H. N. N. e R. D. G., a prática do ato infracional análogo ao delito previsto no artigo 129, caput, do Código Penal. O processo findou em face dos dois primeiros adolescentes. O último não foi encontrado.
DA MATERIALIDADE
No caso em apreço, a materialidade do ato infracional restou comprovada pela Ocorrência Policial nº. 101996/2017 (ID 16352670, fls. 03/04) e Ficha de atendimento realizado na vítima (ID 16352681, folha 07).
DA AUTORIA
A autoria é certa e recai na pessoa dos representados A. A. de O. e M. H. S. N.
Os adolescentes, ao serem ouvidos na fase do contraditório, confessaram a prática do ato infracional.
O adolescente M. H. S. N., ao ser ouvido em juízo sob o crivo da ampla defesa e do contraditório confessou a prática delitiva, afirmando que estava na quadra de esportes, quando iniciou uma briga entre os adolescentes Rafael e Rogério, oportunidade em que o representado entrou na briga e agrediu Rogério. O adolescente A. A. de O., ao ser ouvido em juízo sob o crivo da ampla defesa e do contraditório também confessou a prática delitiva, alegando

que Matheus e Rogério já estavam brigando quando chegou a quadra de esportes. Que tentou separar a briga e acabou legando um empurrão de Rogério. Nesse momento, se descontrolou e deu um soco no pescoço da vítima, ocorre que, estava com uma chave entre seus dedos o que resultou nas lesões descritas no laudo.
A vítima Rogério Júnior da Silva Prado, ao ser ouvida em Juízo, afirmou que no dia em questão estava sentado na quadra de esportes quando chegou três indivíduos, momento em que Matheus o agrediu pelas costas. Esclareceu que Rafael também lhe desferiu murros. Em relação ao representado Anderson, a vítima afirmou que ele estava com uma chave e no momento em que lhe deu um soco machucou o seu pescoço, causando um corte.
A testemunha Simone Ferreira da Silva, diretora da escola Fernanda Souza de Paula, ao ser ouvida em juízo, conformou os fatos narrados na representação, alegando que quando chegou na quadra de esportes a briga já estava acontecendo. Além disso, informou que o representado Anderson realmente estava com uma chave, a qual usou para dar um soco no pescoço da vítima.
Releva-se observar, ainda, que a vítima manteve a versão prestada na fase inquisitiva confirmando a agressão física que sofreu.
Portanto, a conduta dos representados subsume ao ato infracional análogo àquela conduta descrita no artigo 129, caput, do Código Penal e a procedência da ação é medida que se impõe.
Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão deduzida na representação para o fim de reconhecer a prática do ato infracional análogo ao delito tipificado no artigo 129, caput, do Código Penal, por parte de A. A. de O. e M. H. N. N.
De acordo com as diretrizes do artigo 112, § 1º, da Lei n. 8.069 de 1990, passo a aplicar a medida socioeducativa mais indicada ao caso concreto.
O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe, em seu artigo 112, que verificada a prática de ato infracional poderão ser impostas medidas socioeducativas e que na escolha das aplicáveis deve-se levar em conta a capacidade de cumprimento, as circunstâncias e a gravidade da infração.
No que concerne a essa questão, o magistrado não pode deixar de analisar as circunstâncias relativas ao infrator, que é uma pessoa em desenvolvimento. Há que se ressaltar que o adolescente é jovem, imaturo e inconsequente em relação aos seus atos.
Outro elemento que deve ser considerado no momento da aplicação da medida socioeducativa diz respeito aos elementos socioambientais em que o adolescente está inserido.
Desta forma, aplico aos adolescentes A. A. de O. e M. H. S. N. a medida de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE, pelo período de 02 (dois) meses, à razão de 5 (cinco) horas semanais.
A medida deve ser cumprida em instituição a ser designada em audiência admonitória, por ser a mais adequada e tendente à reeducação e ressocialização do adolescente.
Nos termos do artigo 190 do ECA a intimação será apenas na pessoa do Defensor, vez que a medida aplicada é diversa da internação.
Custas isentas, a teor do disposto no artigo 141, § 2º, do ECA.
Com trânsito em julgado, expeça-se carta de guia de execução de medida.
Ciência ao Ministério Público e Defensoria Pública.
Sentença publica e registrada automaticamente pelo sistema.
O processo prosseguirá em face de Rafael Damásio Gonçalves.
Espigão do Oeste/RO, 1 de maio de 2019.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Vista Alegre , CEP 76.974-000, Espigão do Oeste, RO Processo n.: 7001635-54.2018.8.22.0008
Classe: Execução de Medidas Sócio-Educativas
Assunto:Receptação
ADVOGADOS DOS :
ADOLESCENTE: ROSENILDO ARAUJO DE SOUZA, RIO DE JANEIRO 2855 LIBERDADE - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO ADOLESCENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Valor da causa:0,00
SENTENÇA
Instaurou-se o presente procedimento de execução de medida socioeducativa contra o adolescente Rosenildo Araujo de Souza, devidamente qualificado nestes autos, posto que, em ação socioeducativa que tramitou perante este Juízo, foi-lhe aplicada MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE.
Juntou-se relatório demonstrando o integral cumprimento da medida imposta.
O Ministério Público se manifestou no ID: 25146479 , pela extinção do feito em razão do cumprimento da medida imposta.
Posto isto e por tudo mais que dos autos constam reconheço cumprida a Medida Socioeducativa de prestação de serviços à comunidade aplicada ao adolescente supra identificado, e consequentemente julgo extinto o feito.
Sentença publica e registrada automaticamente no sistema.
Nada mais pendente, remetam-se os autos ao arquivo.
Espigão do Oeste/RO, 1 de maio de 2019.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Vista Alegre , CEP 76.974-000, Espigão do Oeste, RO Processo n.: 7001245-50.2019.8.22.0008
Classe: Divórcio Consensual
Assunto:Dissolução
REQUERENTES: A. L. P., RUA TOCANTINS 1923 SÃO JOSÉ - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA, F. R. D. S., RUA SÃO PEDRO 2145 SÃO JOSÉ - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: JUCIMARO BISPO RODRIGUES OAB nº RO4959
REQUERENTE: J. C. D. C. D. E. D. O., RUA RIO GRANDE DO SUL 222 VISTA ALEGRE - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE:
Valor da causa:R$998,00
SENTENÇA
Trata-se de Ação de Divórcio Consensual c, proposta pelos interessados Aristeu Lucio Porto e Franceline Ribeiro da Silva.
Desnecessário parecer do Ministério Público, haja vista que os divorciandos não possuem filhos menores.
É o breve relatório. Passo a decidir.
O requerimento satisfaz as exigências do artigo 226, § 6ª, da Constituição Federal, que com a alteração introduzida pela Emenda Constitucional nº 66, determinada que o casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, não havendo necessidade de o casal estar separado de fato há mais de dois anos, conforme estabelece a Lei do Divórcio.
Não havendo pendências a impedir o pleiteado, impõe-se a procedência do pedido.
Posto isso, e por tudo mais que dos autos constam, homologo por sentença, a convenção realizada entre os cônjuges, com fulcro no artigo 487, III, b do CPC, com apoio no art. 226, § 6º da Constituição Federal e decreto o DIVÓRCIO CONSENSUAL dos requerentes, que se regerá pelas cláusulas e condições por eles fixadas constante dos autos e, via de conseqüência declaro cessados os deveres matrimoniais e regime de bens.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO DE AVERBAÇÃO DO DIVÓRCIO CONSENSUAL de , decretado por sentença datada nesta data, junto a esse Cartório, SEM ÔNUS, pois as partes estão

sob o pálio da ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, devendo constar as seguintes alterações, permanecendo inalterados os demais dados constantes do assento:
Cartório Kobayashi, Notas, Protestos, Títulos e Documentos, Registro de Imóveis, Pessoas Jurídicas e Naturais da Comarca de Espigão do Oeste-RO.
Fica a parte autora INTIMADA a providenciar a entrega do Mandado de Averbação, no Cartório de Registro Civil nos termos do Art. 67, § único das DGJ, comprovando nos autos a entrega no prazo de 05 dias.
NÚMERO DO REGISTRO DE CASAMENTO E RESPECTIVO CARTÓRIO: Matrícula 095778 01 55 2015 2 00022 157 0003957 93, do Cartório Cartório Kobayashi, Notas, Protestos, Títulos e Documentos, Registro de Imóveis, Pessoas Jurídicas e Naturais da Comarca de Espigão do Oeste-RO, Casamento celebrado em 10/03/2015.
JUIZ PROLATOR DA SENTENÇA: LEONEL PEREIRA DA ROCHA
Sem custas.
Sentença Publicada e registrada automaticamente pelo sistema.
Homologo a desistência tácita do prazo recursal. Sentença transitada em julgado nesta data, arquivem-se.
Espigão do Oeste/RO, 1 de maio de 2019.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Vista Alegre , CEP 76.974-000, Espigão do Oeste, RO Processo n.: 7001241-13.2019.8.22.0008
Classe: Procedimento Comum
Assunto:Pensão por Morte (Art. 74/9), Reconhecimento / Dissolução
AUTOR: E. B. G., RUA SÃO LUIZ 3279 VISTA ALEGRE - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: GILVANI VAZ RAIZER BORDINHAO OAB nº RO5339
RÉUS: M. G. O. R., RUA VISTA ALEGRE 1151 VISTA ALEGRE - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA, B. E. D. S. R., RUA VALTER GARCIA 4314 BAIRRO JORGE TEIXEIRA - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS RÉUS:
Valor da causa:0,00
DESPACHO
Defiro a gratuidade.
1. Intimem-se as partes para comparecerem à audiência de conciliação, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos – CEJUSC, nesta cidade, no dia 30/05/2019, às 10 horas (artigos 334 do CPC), ficando a parte autora intimada para comparecimento através de seu advogado (art. 270 do CPC e art. 50 das DGJ), exceto se estiver sendo assistida pela Defensoria Pública, situação em que deverá ser intimada pessoalmente.
2. Cite-se e intime-se a requerida. Caso não haja acordo, o prazo para contestar fluirá da data da audiência, nos termos do art. 335. O Requerido deverá atentar-se ao disposto no art. 344 do código supramencionado (Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor).
3. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados.
4. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que:
I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado;
II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais;
III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção).
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO/CARTA A.R. / OFÍCIO E DEMAIS ATOS QUE SE FIZEREM NECESSÁRIOS.
Espigão do Oeste/RO, 1 de maio de 2019.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Vista Alegre , CEP 76.974-000, Espigão do Oeste, RO Processo n.: 7003315-74.2018.8.22.0008
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto:Enriquecimento sem Causa, Indenização por Dano Material
REQUERENTE: ADEMAR SCHUVANZ, LINHA 05, TRAVESSÃO JOSE SANTINI km 06 ZONA RURAL - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: GILVANI VAZ RAIZER BORDINHAO OAB nº RO5339
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB nº RO5462, DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB nº MS6835
Valor da causa:R$13.290,45
DESPACHO
A tentativa de bloqueio de valores restou positiva, consoante consulta em anexo.
O valor bloqueado é de R$ 11.378,01 (onze mil trezentos e setenta e oito reais e um centavo)
Intime-se o Executado acerca da penhora e da presente execução, para que, querendo, possa ofertar impugnação (Art. 525 CPC).
Decorrido o prazo, sem manifestação, expeça-se o alvará de levantamento em favor do Exequente, o qual deverá se manifestar acerca de extinção/prosseguimento em 5 dias, contados do recebimento do alvará.
Ato contínuo, dê-se vista a exequente.
I.C.
Espigão do Oeste/RO, 1 de maio de 2019.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Vista Alegre , CEP 76.974-000, Espigão do Oeste, RO Processo n.: 7001066-87.2017.8.22.0008
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto:DIREITO DO CONSUMIDOR, Fornecimento de Energia Elétrica
REQUERENTE: JOSE SABINO DA SILVA NETO, LINHA SÃO PAULO, KM 06 ZONA RURAL - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO REQUERIDO: GABRIELA DE LIMA TORRES OAB nº RO5714

Valor da causa:R$937,00
DESPACHO
A tentativa de bloqueio de valores restou positiva, consoante consulta em anexo.
O valor bloqueado é de R$11.662,00 (onze mil seiscentos e sessenta e dois reais).
Intime-se o Executado acerca da penhora e da presente execução, para que, querendo, possa ofertar impugnação (Art. 525 CPC), via DJE.
Decorrido o prazo, sem manifestação, expeça-se o alvará de levantamento em favor do Exequente, o qual deverá se manifestar acerca de extinção/prosseguimento em 5 dias, contados do recebimento do alvará.
Com manifestação, façam conclusos para extinção.
IC.
Espigão do Oeste/RO, 1 de maio de 2019.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Vista Alegre , CEP 76.974-000, Espigão do Oeste, RO Processo n.: 7002624-60.2018.8.22.0008
Classe: Execução de Medidas Sócio-Educativas
Assunto:Desobediência (art. 330)
REQUERENTE: M. P. D. E. D. R., AC BURITIS 1457, AVENIDA PO SETOR 3 - 76880-970 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADOLESCENTE: EDUARDA NASCIMENTO GONÇALVES, RUA RIO GRANDE DO SUL 1922, (69) 9 8485-6836 MORADA DO SOL - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO ADOLESCENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Valor da causa:0,00
SENTENÇA
Instaurou-se o presente procedimento de execução de medida socioeducativa contra a adolescente Eduarda Nascimento Gonçalves, devidamente qualificada nestes autos, posto que, em ação socioeducativa que tramitou perante este Juízo, foi-lhe aplicada MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE.
Juntou-se relatório demonstrando o integral cumprimento da medida imposta.
O Ministério Público manifestou no ID: 25146913, pela extinção do feito em razão do cumprimento da medida.
Posto isto e por tudo mais que dos autos constam reconheço cumprida a Medida Socioeducativa de prestação de serviços à comunidade aplicada à adolescente supra identificada, e consequentemente, julgo extinto o feito.
Sentença publica e registrada automaticamente no sistema.
Nada mais pendente, remetam-se os autos ao arquivo.
Espigão do Oeste/RO, 1 de maio de 2019.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Vista Alegre , CEP 76.974-000, Espigão do Oeste, RO Processo n.: 7003943-63.2018.8.22.0008
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto:Cheque
REQUERENTE: A. F. ALVES COMERCIO DE FERRAGENS - ME, RUA PETRÔNIO CAMARGO 2494 SÃO JOSÉ - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: INES DA CONSOLACAO COGO OAB nº RO3412
ANA RITA COGO OAB nº RO660
REQUERIDO: ORMENIO VAZ DOS SANTOS, RUA VALDA VIEIRA DOS SANTOS 2160 JORGE TEIXEIRA DE OLIVEIRA - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
Valor da causa:R$529,00
SENTENÇA
Considerando a satisfação integral da obrigação, face o pagamento integral do débito, com fundamento no art. 924, II, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO, o processo, autorizando, em consequência, os necessário levantamentos (penhora se houver).
Determino que o exequente entregue os títulos que embasam o presente feito ao executado, independente de novo despacho.
Independente de trânsito, após as anotações de praxe, arquive-se.
P. R. I.
Espigão do Oeste/RO, 1 de maio de 2019.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Vista Alegre , CEP 76.974-000, Espigão do Oeste, RO Processo n.: 7000279-24.2018.8.22.0008
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto:Inadimplemento, Enriquecimento sem Causa
REQUERENTE: VALTER HENRIQUE GUNDLACH, RUA ALAGOAS 2471, ESQUINA COM INDEPENDÊNCIA CENTRO - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: VALTER HENRIQUE GUNDLACH OAB nº RO1374
REQUERIDO: GEOVANE FERREIRA FARIA, RUA PORTO VELHO 2433 BAIRRO SÃO JOSÉ - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
Valor da causa:R$667,35
DESPACHO
Determino a expedição de certidão de crédito e de dívida (Fonaje 75 e 76), todavia condiciono a entrega da certidão a apresentação dos títulos que instruíram a inicial no CEJUSC para ser carimbado nos termos do Enunciado do Fonaje 126.
Após, remeta-se ao arquivo.
Espigão do Oeste/RO, 1 de maio de 2019.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Vista Alegre , CEP 76.974-000, Espigão do Oeste, RO Processo n.: 7001043-73.2019.8.22.0008
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto:Casamento, Dissolução
AUTOR: SINTIA CRISTINA DA SILVA, VALE FORMOSO 1289, CASA VISTA ALEGRE - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MILTON RICARDO FERRETTO OAB nº RO571A
MARCIA FEITOSA TEODORO OAB nº RO7002
RÉU: BARONE SILVA OLIVEIRA, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO RÉU:
Valor da causa:R$250,00
DESPACHO
Tratam os autos de procedimento diverso do atendido pelo rito dos Juizados Especiais Cíveis.

Assim, determino que o Cartório, REDISTRIBUA modifique a CLASSE em uma das Varas Cíveis.
I.C.
Espigão do Oeste/RO, 1 de maio de 2019.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Vista Alegre , CEP 76.974-000, Espigão do Oeste, RO Processo n.: 7003765-17.2018.8.22.0008
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto:Nota Promissória
EXEQUENTE: CELIA RODRIGUES DE PAIVA - ME, RUA GRAJAÚ 2670, EMPRESA CENTRO - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: INES DA CONSOLACAO COGO OAB nº RO3412
ANA RITA COGO OAB nº RO660
EXECUTADO: LUZIA PEREIRA SANTIAGO, RUA MARECHAL DEODORO 3683 CIDADE ALTA - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Valor da causa:R$949,95
SENTENÇA
Considerando a satisfação integral da obrigação, face o pagamento integral do débito, com fundamento no art. 924, II, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO, o processo, autorizando, em consequência, os necessário levantamentos (penhora se houver).
Determino que o exequente entregue os títulos que embasam o presente feito ao executado, independente de novo despacho.
Independente de trânsito, após as anotações de praxe, arquive-se.
P. R. I.
Espigão do Oeste/RO, 1 de maio de 2019.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Vista Alegre , CEP 76.974-000, Espigão do Oeste, RO Processo n.: 7004323-86.2018.8.22.0008
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto:Duplicata
EXEQUENTE: CASA DOS COLCHOES PENA LTDA - ME, AV SETE DE SETEMBRO 2785 CENTRO - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: POLIANA POTIN OAB nº RO7911
EXECUTADO: GILBERTO DIAS DA SILVA, RUA JULIANA 1833 VISTA ALEGRE - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Valor da causa:R$432,97
SENTENÇA
Por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO o acordo a que chegaram as partes ID 25468520, nos termos do ar. 487, inciso III, alínea "b" do CPC, para que se cumpra e guarde o que ali se contém e declara, ficando, de ora em diante, EXTINTO O PROCESSO, com fundamento, no art. 924, inciso III, do Novo Código de Processo Civil.
Fica autorizado, os necessário levantamentos, bem como o levantamento da penhora (caso exista nos autos).
Arquive-se.
P.R.I.C.
Em atenção aos princípios basilares do JEC, previstos no art. 2º da Lei 9.099/95, desde de já consigno que em havendo descumprimento do acordo homologado nos autos determino:
a) intime-se a parte credora para apresentar planilha atualizada, inclusa a multa, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de ser executado o valor da condenação.
b) Após, com ou sem a atualização, façam os autos conclusos para Bacenjud e Renajud.
Espigão do Oeste/RO, 1 de maio de 2019.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Vista Alegre , CEP 76.974-000, Espigão do Oeste, RO Processo n.: 7001983-72.2018.8.22.0008
Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Assunto:Alimentos
AUTORES: LUAN CUNHA DA SILVA, RUA 02 3241 LIBERDADE - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA, LUCAS CUNHA DA SILVA, RUA 02 3241 LIBERDADE - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA, JENIFER BEATRIZ CUNHA DA SILVA, RUA 02 3241 LIBERDADE - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: INES DA CONSOLACAO COGO OAB nº RO3412
ANA RITA COGO OAB nº RO660
RÉU: DIEMERSON AMORIM DA SILVA, RUA BECO SERRA NEGRA 2443 SÃO JOSÉ - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU:
Valor da causa:R$11.448,00
SENTENÇA
Trata-se de ação de Alimentos proposta por Jenifer Beatriz Cunha da Silva em face de Diemerson Amorim da Silva, ambos, qualificados nos autos.
Realizado audiência restou exitosa ID 19485767.
Manifestação do MP favorável ID 26811881 .
Desta feita, considerando o contido no documento ID 19485767, destes autos, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO o acordo a que chegaram as partes e, em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito, com fundamento no art. 487, III, "b" do Novo Código de Processo Civil.
Sem custas.
P. R.I.
Nada mais pendente, arquive-se.
Espigão do Oeste/RO, 1 de maio de 2019.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Vista Alegre , CEP 76.974-000, Espigão do Oeste, RO Processo n.: 7000455-71.2016.8.22.0008
Classe: Procedimento Comum
Assunto:Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88)
AUTOR: JOSE RODRIGUES, RUA PARANA 3567 LIBERDADE - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DIOGO ROGERIO DA ROCHA MOLETTA OAB nº RO3403
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, RUA PRESIDENTE VARGAS 100, - ATÉ 764/765 CENTRO - 76900-020 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA

Valor da causa:R$10.560,00
DESPACHO
Altere-se a classe para Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública.
Com o intuito de melhor atender ao princípio da duração razoável do processo, possibilito a oportunidade para apuração e pagamento espontâneo do débito (ou execução invertida), por meio de RPV, hipótese em que não incidirá honorários advocatícios, nos termos da jurisprudência do STJ (AgInt no Resp 1397901/SC; Resp 1.532.486/SC) e TRF-1 (AC 0026645-91.2013.4.01.9199, TRF-1 – 2ª Câmara Regional Previdenciária de Minas Gerais).
Para tanto, intime-se o executado INSS para apresentar a conta de liquidação do crédito no prazo de 15 (quinze) dias. Juntado aos autos o cálculo, intime-se o exequente para se manifestar a respeito, no prazo de 5 (cinco) dias (CPC, art. 526), que considerando inadequada a conta, deverá já trazer o cálculo que entender correto (CPC, art.534). Logo após, intime-se o INSS para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução (CPC, art.535).
Em seguida, venham os autos conclusos para deliberação.
I.C.
Espigão do Oeste/RO, 30 de abril de 2019.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Vista Alegre , CEP 76.974-000, Espigão do Oeste, RO Processo n.: 7001149-35.2019.8.22.0008
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto:Correção Monetária de Diferenças Pagas em Atraso
REQUERENTE: PATRICIA SAMPAIO DE MOURA BRITO, RUA DA MATRIZ 2556 CENTRO - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES OAB nº RO301B
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Valor da causa:R$2.819,86
DESPACHO
Em atenção aos princípios basilares do procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública, como o da simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade(art.27 da L.12.153/09 cc art.2º da L.9.099/95), abstenho em designar audiência de conciliação, porque em todas as ações em trâmite nesta vara contra a fazenda pública a audiência restou frustrada pela alegação dos seus representantes de ausência de legislação especifica que regulamente a L.12.153/09, para fins de transação.
Assim, para responder a presente, apresentar sua CITE-SE a partes requeridas defesa e todos os documentos de prova, no prazo de 30 dias contados da ciência, por aplicação analógica e sistemática dos artigos 7º e 9º da L.12.153/09.
Havendo interesse da parte requerida em apresentar proposta de conciliação e/ou produzir prova testemunhal, deverá constar expressamente na contestação os termos e o rol, caso em que os autos deverão vir conclusos para apreciação.
Caso contrário, a parte autora deverá ser intimada para impugnar em 15 dias, caso deseje, e após o transcurso, conclusos os autos para SANEAMENTO ou SENTENÇA. Transcorrido o prazo, tornem conclusos.
Expeça-se o necessário.
Espigão do Oeste/RO, 30 de abril de 2019.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

2º CARTÓRIO

2º Cartório
Proc.: 0000446-63.2018.8.22.0008
Ação:Termo Circunstanciado (Juizado Criminal)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Infrator:Jucie Viana
Advogado: Cleodimar Balbinot OAB/RO - 3.663
Extinta a Punibilida:Jucie Viana Madeiras Epp
DESPACHO:
Cite(m)-se e intime(m)-se o(s) infrator(es) JUCIE VIANA, nos termos do art. 68 da Lei 9099/95, para comparecer(em) na audiência de instrução e julgamento que designo para o dia 27 de maio de 2019, às 09h, acompanhado(s) de advogado, sob pena de revelia e de ser-lhe(s) nomeado defensor dativo, advertindo-o(s) que deverá(ão) trazer suas testemunhas (no máximo 03) ou apresentar requerimento para intimação.Caso o(s) infrator(es) faça(m) jus à suspensão condicional do processo, a proposta será ofertada em audiência. Expeça-se Carta Precatória para oitiva da testemunha arrolada pelo MP.Junte-se certidão circunstanciada atualizada. Ciência ao Ministério Público.SERVE COMO MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO(S) DENUNCIADO(S) JUCIE VIANA devendo o MANDADO ser acompanhado de cópia da denúncia. Endereço: Rua Mato Grosso, n. 1377, bairro Bista Alegre, Espigão do Oeste. Tel.: 9 8421- 4444.SERVE COMO CARTA PRECATÓRIA PARA A COMARCA DE VILHENA: FLAVIO QUEIROZ MACHADO- matrícula 0684323, lotação UT Vilhena, fiscal (IBAMA).Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 19 de março de 2019.Wanderley José Cardoso Juiz de Direito

Proc.: 0000446-63.2018.8.22.0008
Ação:Termo Circunstanciado (Juizado Criminal)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Infrator:Jucie Viana
Advogado: Cleodimar Balbinot OAB/RO - 3.663
Extinta a Punibilida:Jucie Viana Madeiras Epp
Edital - Publicar:
Fica o infrator, por meio de seu representante, intimado da expedição de carta precatória para a comarca de Vilhena/RO, para inquirição da testemunha arrolada na denúncia.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 2ª Vara
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Vista Alegre, CEP 76.974-000, Espigão do Oeste, RO Processo n.: 7000033-91.2019.8.22.0008
Classe: Execução de Alimentos
Assunto:Alimentos
EXEQUENTE: CARLOS OFELIO RAMOS FERREIRA, RUA SÃO PEDRO 2213 JORGE TEIXEIRA DE OLIVEIRA - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: INES DA CONSOLACAO COGO OAB nº RO3412
ANA RITA COGO OAB nº RO660
EXECUTADO: EDSON CARLOS FERREIRA, AVENIDA SETE DE SETEMBRO S/N, FRENTE PRAÇA MUNICIPAL COMÉRCIO "FOTO POLIART" CENTRO - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
SENTENÇA
O(A) exequente requereu a extinção e arquivamento do feito em razão do pagamento do débito alimentar.
Posto isto e com fundamento nos artigos 513 e 924, inciso II, ambos do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA a execução ante o cumprimento da obrigação pelo executado.
Tratando-se de satisfação da obrigação pelo pagamento, verifica-se a ocorrência da preclusão lógica no tangente ao prazo recursal, razão pela qual considero o trânsito em julgado nesta data.

Esclareça-se, por fim, que não houve nos presentes autos a penhora do veículo indicado pela parte exequente, que encontra-se penhorado nos autos 7000117-29.2018.8.22.0008 (Fiat / uno Mille Fire Flex, Placa NJG1349)
Intime-se.
Nada pendente, remeta-se os autos ao arquivo
Espigão do Oeste/RO, data certificada.
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 2ª Vara
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Vista Alegre, CEP 76.974-000, Espigão do Oeste, RO PROCESSO: 7001242-95.2019.8.22.0008
EXEQUENTE: ALEX DA SILVA PEREIRA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DIOGO ROGERIO DA ROCHA MOLETTA OAB nº RO3403
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DESPACHO
Com o intuito de melhor atender ao princípio da duração razoável do processo, possibilito a oportunidade para apuração e pagamento espontâneo do débito (ou execução invertida), por meio de RPV, hipótese em que não incidirá honorários advocatícios da fase de cumprimento da SENTENÇA (CPC, artigo 526, § 2º), uma vez que configuraria cumprimento espontâneo da obrigação, nos termos da jurisprudência do STJ (AgInt no Resp 1397901/SC; Resp 1.532.486/SC) e TRF-1 (AC 0026645-91.2013.4.01.9199, TRF-1 – 2ª Câmara Regional Previdenciária de Minas Gerais).
Para tanto, intime-se o executado INSS para apresentar a conta de liquidação do crédito no prazo de 15 (quinze) dias.
Sendo apresentados os cálculos pela autarquia previdenciária, altere-se a classe para "cumprimento de SENTENÇA " e ouça-se a parte autora em 5 dias, prazo em que poderá apresentar impugnação aos cálculos da autarquia previdenciária devidamente instruída com planilha de cálculos (CPC, artigo 526, §1º), e também dizer se eventualmente renuncia eventual excesso ao limite do crédito para recebê-lo pelo meio mais célere (RPV).
Caso a parte autora concorde com os cálculos da autarquia previdenciária, desde já homologo eventual conta da requerida e autorizo a expedição dos requisitórios de pagamento, ficando homologada também eventual renúncia ao crédito que excede o limite para pagamento por meio de RPV. Na hipótese de não haver renúncia, deverá ser expedido o precatório.
Caso a parte autora não concorde com os valores apontados pela parte requerida e apresente impugnação instruída com planilha de cálculos, retorne o processo concluso para DECISÃO.
Intime-se e Cumpra-se.
Espigão do Oeste/ RO, data certificada.
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 2ª Vara
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Vista Alegre, CEP 76.974-000, Espigão do Oeste, RO Processo n.: 7001236-88.2019.8.22.0008
Classe: Procedimento Comum
Assunto:Rural (Art. 48/51)
AUTOR: BERNADETE DE OLIVEIRANASCIMENTO, LINHA 05. LOTE 32, GLEBA 26, KM 50, SETOR KERNIT S/N ZONA RURAL - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MILTON RICARDO FERRETTO OAB nº RO571A
RÉU: I. -. I. N. D. S. S., RUA PRESIDENTE VARGAS 100, - ATÉ 764/765 CENTRO - 76900-020 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Valor da causa:R$23.952,00
DECISÃO
BERNADETE DE OLIVEIRA NASCIMENTO ingressou com a presente ação em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS objetivando a concessão do benefício de aposentadoria por idade na qualidade de trabalhador(a) rural. Requereu a concessão de tutela de urgência para determinação de implantação imediata do benefício.
O atual Código de Processo Civil estabelece que "a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo".
Outrossim, consoante a nova sistemática do Código de Processo Civil de 2015, a tutela de urgência pode ter natureza antecipada (art. 303 do CPC) ou cautelar (art. 305 do CPC).
No caso dos autos, a parte requerente formula pretensão consistente em tutela de urgência de natureza antecipada.
Analisando os argumentos aduzidos na inicial, bem como as provas que instruem o pedido, verifico não estarem presentes todos os requisitos necessários à concessão da tutela de urgência de natureza antecipada.
Isso porque, não evidencio a probabilidade do direito invocado pela parte autora.
Pelo que se depreende da DECISÃO do Instituto Nacional da Previdência Social que nega o benefício da aposentadoria por idade, a parte autora não logrou em demonstrar o efetivo exercício da atividade rural pelo tempo mínimo necessário.
Sabe-se que decorre dos atos dos servidores públicos a presunção de legitimidade dos atos administrativos. Esta premissa vem sob a égide de vários aspectos, sendo que os mais importantes derivam do fato de os atos, ao serem editados, obedecerem a formalidades e procedimentos específicos, tendo em vista a sujeição da Administração Pública ao princípio da legalidade estrita.
Ademais, quando se leva em conta o princípio da presunção de legitimidade dos atos administrativos, considera-se que tais ações são legítimas e legalmente corretas, até prova em contrário. Assim, via de regra, a obrigação de provar que a Administração Pública agiu com ilegalidade ou abuso de poder incumbe a quem a alegar, ônus do qual, ao menos em princípio, a parte autora não se desincumbiu.
Nesses termos, verifica-se que não se encontram presentes os elementos necessários para a concessão da antecipação dos efeitos da tutela, considerando a análise perfunctória que fora realizada dos fatos e dos documentos contidos nos autos até o presente momento.
Ao teor do exposto, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA de natureza antecipada postulada pelo (a) requerente.
Defiro os benefícios da gratuidade judiciária, nos termos do art. 98 do CPC.
Cite-se a requerida nos termos legais, devendo apresentar contestação no prazo de 30 (trinta) dias (art. 335, caput, e art. 183 do CPC).
Com a contestação, caso sejam apresentadas matérias preliminares ou juntada de documentos novos, intime-se a parte autora para, querendo, impugnar, no prazo de 15 (quinze) dias – artigo 350 do CPC.
Deixo de designar audiência de conciliação porque em todas as ações em trâmite nesse juízo em desfavor do INSS os seus representantes legais jamais se fazem presentes, bem como nunca há acordo.
Cite-se, intime-se e cumpra-se.
Espigão do Oeste/RO, data certificada.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 2ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, 1954, Fórum de Espigão do Oeste, Centro, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000 - Fone: (69) - 3481-2279
Processo n.: 7000226-09.2019.8.22.0008
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente:Nome: GERALDA ALVES DOS SANTOS
Endereço: SERRA AZUL, 2536, CENTRO, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Advogado: Advogado: SÔNIA MARIA ANTÔNIA DE ALMEIDA NEGRI OAB: RO2029 Endereço: desconhecido
Requerido:Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Endereço: Rua Presidente Vargas, - até 764/765, Centro, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-020
Intimação
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Espigão do Oeste - 2ª Vara Genérica, fica V. Sa. intimada para se manifestar no sentido de, caso queira, autorizar a renúncia expressa, para confecção das RPVs, posto que, o valor PRINCIPAL, ultrapassa o valor limite para expedição de RVP, tendo que expedir PRECATÓRIO.
Espigão do Oeste, 30 de abril de 2019

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 2ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, 1954, Fórum de Espigão do Oeste, Centro, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000 - Fone: (69) - 3481-2279
Processo n.: 7003824-39.2017.8.22.0008
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: Nome: OLINEIA MERLIM INACIO
Endereço: RUA MARAJÓ, 3171, LIBERDADE, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Advogado: Advogado: DIOGO ROGERIO DA ROCHA MOLETTA OAB: RO3403 Endereço: desconhecido Advogado: CLAUDIA BINOW OAB: RO7396 Endereço: RUA 16 DE JUNHO, 1984, VISTA ALEGRE, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Requerido: Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Endereço: desconhecido
Intimação
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Espigão do Oeste - 2ª Vara Genérica, fica V. Sa. intimada para manifestar-se, querendo, sobre o(s) Documento(s) expedido(s) e ou juntado(s): RPVs.
Espigão do Oeste-RO, 30 de abril de 2019

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 2ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, 1954, Fórum de Espigão do Oeste, Centro, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000 - Fone: (69) - 3481-2279
Processo n.: 7002642-52.2016.8.22.0008
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
Requerente: Nome: JOSE RAMOS DA SILVA
Endereço: LINHA PACARANA, KM 65, SÍTIO JOSÉ DE FREITAS, ZONA RURAL, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Advogado: Advogado: CLAUDIA BINOW OAB: RO7396 Endereço: desconhecido Advogado: DIOGO ROGERIO DA ROCHA MOLETTA OAB: RO3403 Endereço: Amazona, APARTAMENTO, Centro, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Requerido: Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Endereço: Avenida Marechal Rondon, 870 1 andar, - de 870 a 1158 - lado par, Centro, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-082
Intimação
Fica a parte autora intimada para se manifestar nos autos, prazo de cinco (05) dias, acerca da expedição das RPVs.
Espigão do Oeste-RO, 30 de abril de 2019

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 2ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, 1954, Fórum de Espigão do Oeste, Centro, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000 - Fone: (69) - 3481-2279
Processo n.: 7004076-08.2018.8.22.0008
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
Requerente:Nome: ADIRCEU PIPER
Endereço: marajá, 3171, Liberdade, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Requerido:Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Endereço: Rua Presidente Vargas, - até 764/765, Centro, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-020
Certidão
Certifico que expedi as RPVs determinadas, conforme comprovantes em anexo.
Espigão do Oeste-RO, 30 de abril de 2019

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 2ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, 1954, Fórum de Espigão do Oeste, Centro, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000 - Fone: (69) - 3481-2279
Processo n.: 7002294-63.2018.8.22.0008
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: Nome: MARILETE TESCH
Endereço: LINHA 96, LOTE 69, GLEBA 05, SETOR ROOSEVELT, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Advogado: Advogado: DIOGO ROGERIO DA ROCHA MOLETTA OAB: RO3403 Endereço: desconhecido Advogado: CLAUDIA BINOW OAB: RO7396 Endereço: RUA 16 DE JUNHO, 1984, VISTA ALEGRE, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Requerido: Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Endereço: Avenida Marechal Rondon, 870 1 andar, - de 870 a 1158 - lado par, Centro, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-082
Intimação
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Espigão do Oeste - 2ª Vara Genérica, fica V. Sa. intimada para, querendo: Impugnar a Contestação..
Espigão do Oeste-RO, 30 de abril de 2019

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 2ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, 1954, Fórum de Espigão do Oeste, Centro, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000 - Fone: (69) - 3481-2279
Processo n.: 7001753-64.2017.8.22.0008
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: Nome: JOSELINO TIMM
Endereço: PA 01 KM 60 SITIO ESPERANÇA, ZONA RURAL, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Advogado: Advogado: SONIA JACINTO CASTILHO OAB: RO2617 Endereço: desconhecido
Requerido: Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Endereço: desconhecido

Intimação
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Espigão do Oeste - 2ª Vara Genérica, fica V. Sa. intimada para manifestar-se sobre prosseguimento; e ou requerer o que de direito em vista da proposta de acordo em execução invertida.
Espigão do Oeste-RO, 30 de abril de 2019

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 2ª Vara
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Vista Alegre, CEP 76.974-000, Espigão do Oeste, RO PROCESSO: 7000410-62.2019.8.22.0008
REQUERENTE: DAZI NUNES
ADVOGADO DO REQUERENTE: DIOGO ROGERIO DA ROCHA MOLETTA OAB nº RO3403, AMANDA MENDES GARCIA OAB nº RO9946
REQUERIDO: BANCO PAN S.A.
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DESPACHO
Intime-se a parte autora para apresentar impugnação à contestação, no prazo de 15 dias, considerando os documentos juntados em ID26409135, 26409136, 26409138, 26409139.
Após, conclusos os autos.
ESPIGÃO DO OESTE/RO, data certificada.
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 2ª Vara
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Vista Alegre, CEP 76.974-000, Espigão do Oeste, RO Processo n.: 7001228-14.2019.8.22.0008
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Aposentadoria por Invalidez, Auxílio-Doença Previdenciário, Auxílio-Acidente (Art. 86), Concessão, Restabelecimento
AUTOR: ANTONIO TRABACH, RUA PRESIDENTE KENNEDY 1878 MORADA DO SOL - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DIOGO ROGERIO DA ROCHA MOLETTA OAB nº RO3403
RÉU: I. -. I. N. D. S. S., RUA PRESIDENTE VARGAS 100 CENTRO - 76900-038 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Trata-se de ação que objetiva a concessão/manutenção/ reimplantação de benefício previdenciário, envolvendo as partes acima indicadas.
Considerando que a parte autora demonstrou sua insuficiência de recursos, nos termos do artigo 5º, LXXIV da CF, concedo as benesses da Justiça Gratuita.
Em sua inicial, a parte autora pleiteia tutela de urgência para determinar ao requerido a concessão/manutenção/ reimplantação do benefício previdenciário durante o curso do processo.
O deferimento da tutela de urgência, em caso de improcedência do pleito exordial, pode causar ao requerido, que é ente público, situação irreversível, uma vez que a recuperação de valores porventura adiantados à parte autora se tornaria muito difícil, ou mesmo impossível.
Assim, apesar da documentação apresentada, o pleito da parte autora enseja providência de difícil reversão, o que encontra óbice no artigo 300, § 3º, do Código de Processo Civil, que assim dispõe:
Art. 300. [...]
§ 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da DECISÃO.
Diante o exposto, indefiro, por ora, a concessão da tutela de urgência, ressalvando a análise da mesma caso venham a ser carreadas novas provas aos autos que possam subsidiar tal pedido.
No mais, entendo necessária e pertinente a realização da perícia, sobretudo para se aferir o grau de invalidez do(a) autor(a), razão por que determino sua produção.
Nenhum prejuízo haverá para as partes, ao contrário, otimizará o trâmite do processo, sendo o procedimento amplamente adotado na Justiça Federal sem insurgência da Autarquia ré.
Na forma do art. 465, CPC, nomeio como perito do juízo o médico Dr. VICTOR HENRIQUE TEIXEIRA, CRM-RO 3490, Ortopedista e Traumatologista, que poderá ser encontrado no Hospital Samar (Avenida São Paulo, nº 2326, telefone para contato: (69) 3441-105 ou 9 8132-1312).
O senhor perito deverá exercer seu mister independentemente de assinatura de termo de compromisso.
Intime-se o perito via PJE sobre a designação e para que informe a data da perícia.
O perito nomeado responderá aos quesitos padrão anexos à Portaria Conjunta 01/2014 desta Comarca, cuja cópia dos quesitos constantes no anexo II (auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e auxílio-acidente) da Portaria, deverá ser anexada a intimação do perito ou enviada através de e-mail. Como os quesitos padrão foram elaborados contemplando todas as situações possíveis, indefiro os quesitos já formulados pelas partes (se estiverem nos autos) ou os que as partes apresentarem no prazo do art. 465, §1º, do CPC, por entender que o laudo a ser apresentado, respondendo aos quesitos padrão é suficiente para esclarecimento da causa. O perito deverá informar a data estimada em que o(a) periciando(a) estará curado(a) da enfermidade.
Fixo os honorários periciais no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais), na forma da Resolução 305/2014 do Conselho da Justiça Federal.
Justifico a majoração em razão da dificuldade na indicação e aceitação de profissional especializado para realizar a perícia que, repise-se, é imprescindível para a instrução do feito, além de ter sido este o valor aceito pelo perito em outros processos similares, aliado ao fato de que o trabalho desenvolvido, o tempo dispensado e a complexidade da perícia que vem sendo demonstrada nos casos previdenciários, a qual não se restringe apenas na avaliação médica do periciado, como também na elaboração de laudo final, apontam a necessidade da majoração ora imposta, como valoração do trabalho empenhado.
Anoto que nesta Cidade há uma escassez muito grande de médicos especialistas, sendo que a maioria de nossas perícias são realizadas nas cidade vizinhas de Cacoal (60 km), Pimenta Bueno (30 km) e até na mais distante Ji-Paraná (175 km).
Acrescento que o valor médio de consultas médicas de especialista em dermatologia, ortopedista, neurologia, entre outras, tem variado de R$ 300,00 a R$ 800,00.
Assim ao compararmos uma simples consulta com a complexidade de realização de uma perícia, verificamos que na nossa região o valor de R$ 200,00 é impraticável, ou seja, se fixado o valor de R$ 200,00 já obtivemos informação dos médicos que não realizarão mais as perícias. Nas perícias é comum que o médico após a elaboração de laudo seja instado a apresentar informações complementares e além disso o próprio trabalho de elaboração do laudo, o que na nossa região justifica a majoração dos honorários acima de R$ 200,00.
Temos a consciência que devemos economizar ao máximo os recursos públicos, mas para realização de atos dessa grandeza infelizmente não seria possível.
Nos termos do parágrafo único do artigo 28 da Resolução 305/2014 do Conselho da Justiça Federal, este Juiz poderia fixar no máximo a quantia de R$ 600,00, no entanto, observo que é razoável e suficiente o valor a ser arbitrado de R$ 400,00.
Intimem-se as partes e o perito, atentando-se para o fato de que este também possui cadastro no PJE.
Na forma do art. 465, § 1º, do CPC, as partes devem ser intimadas para indicarem, querendo, assistentes técnicos no prazo de 15 (quinze) dias.

A parte autora deverá comparecer à perícia munida de seus documentos e exames, bem como do assistente técnico.
Estabeleço o prazo de 30 dias, a contar da realização da perícia, para a apresentação do laudo pericial. Encaminhem-se ao perito eventuais exames e/ou laudos já encartados aos autos.
Com a chegada do laudo pericial, encaminhe-se ofício requisitório ao Núcleo Judiciário da Seção Judiciária de Rondônia, com endereço à Avenida Presidente Dutra, 2203, Centro, em Porto Velho/ RO, para realização do pagamento dos honorários periciais, nos termos da Resolução n. 305/2014, do CJF.
Quanto à citação da autarquia ré, postergo-a para momento ulterior à realização da perícia médica, a fim de possibilitar melhor condição de defesa ao requerido e a celeridade da instrução processual.
Pautada no princípio da efetividade da prestação jurisdicional e a fim de viabilizar que o processo retorne a este juízo apenas na fase de saneamento/julgamento antecipado da lide, exceto quanto ao pedido incidental urgente, autorizo o Sr. Escrivão ou substituto imediato a prática dos seguintes atos ordinatórios, com a vinda do laudo pericial:
a) citação do INSS para responder no prazo de 30 (trinta dias), - conforme artigo 183, caput, do NCPC - manifestando-se sobre o laudo e especificando as provas que pretenda produzir, justificando seu objeto e pertinência, sem prejuízo do julgamento antecipado da lide;
b) com a vinda da contestação, dê-se vista à parte autora para que, querendo, se manifeste acerca do laudo pericial, ofereça réplica, bem como para que especifique as provas que pretende produzir, justificando a pertinência e a FINALIDADE, sem prejuízo do julgamento antecipado.
Havendo interesse de produção de prova testemunhal, devem as partes depositar o respectivo rol, com qualificação e endereço das mesmas, em obediência ao princípio do contraditório.
Deixo de designar audiência de conciliação em razão da recorrente ausência dos Procuradores do INSS nas audiências, o que sinaliza seu não comparecimento, sendo inócua a audiência conciliatória além de prejudicar a celeridade processual.
Cumpram-se.
Cite-se e intime-se a parte requerida.
Serve a presente DECISÃO como MANDADO.
ESPIGÃO DO OESTE/RO, data certificada.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 2ª Vara
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Vista Alegre, CEP 76.974-000, Espigão do Oeste, RO PROCESSO: 7003799-26.2017.8.22.0008
AUTOR: JOSEFA PEREIRA ROQUE
ADVOGADO DO AUTOR: DIOGO ROGERIO DA ROCHA MOLETTA OAB nº RO3403, CLAUDIA BINOW OAB nº RO7396
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Altere-se a classe processual para Cumprimento de SENTENÇA.
A parte executada, em execução invertida, apresentou cálculos do valor devido.
A parte autora não se opôs aos cálculos apresentados, requerendo sua homologação.
Assim sendo, HOMOLOGO desde já os cálculos apresentados em ID24938272, e autorizo a expedição dos requisitórios de pagamento, ficando homologada também eventual renúncia ao crédito que excede o limite para pagamento por meio de RPV. Na hipótese de não haver renúncia, deverá ser expedido o precatório.
Com o depósito do valor devido, expeça-se alvará em favor da/o credora/o e/ou seu/sua patrono/a para levantamento do valor depositado, devendo a parte exequente comprová-lo em juízo em 5 dias.
Após, diga sobre a extinção.
Intime-se e Cumpra-se.
Espigão do Oeste/ RO, data certificada.
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 2ª Vara
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Vista Alegre, CEP 76.974-000, Espigão do Oeste, RO PROCESSO: 7002037-38.2018.8.22.0008
EXEQUENTE: ALCEMIRO BRUM DE OLIVEIRA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DIOGO ROGERIO DA ROCHA MOLETTA OAB nº RO3403, CLAUDIA BINOW OAB nº RO7396
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DESPACHO
Trata-se de Cumprimento de SENTENÇA de honorários advocatícios fixados na fase de cumprimento de SENTENÇA.
INTIME-SE o INSS, por meio da Procuradoria Federal, para, querendo, apresentar impugnação no prazo de 30 (trinta) dias, nos próprios autos, nos termos do art. 535, do CPC.
Havendo impugnação, INTIME-SE a parte exequente para se manifestar em 10 dias.
Em seguida, venham os autos conclusos para deliberação.
Decorrido o prazo sem apresentação de impugnação, certifique-se e requisite-se o pagamento.
Com o depósito do valor devido, expeça-se alvará em favor do (a) credor (a) e/ou seu/sua patrono (a) para levantamento do valor depositado.
Em seguida, diga sobre a extinção.
Intime-se e Cumpra-se.
Espigão do Oeste/ RO, data certificada.
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 2ª Vara
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Vista Alegre, CEP 76.974-000, Espigão do Oeste, RO Processo n.: 7001250-72.2019.8.22.0008
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Aposentadoria por Invalidez, Auxílio-Doença Previdenciário, Concessão
AUTOR: ODAIR RODRIGUES DE SALES, RUA ANDRADE 4186 JORGE TEIXEIRA - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DIOGO ROGERIO DA ROCHA MOLETTA OAB nº RO3403
RÉU: I. -. I. N. D. S. S., RUA PRESIDENTE VARGAS 100 CENTRO - 76900-038 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Trata-se de ação que objetiva a concessão/manutenção/ reimplantação de benefício previdenciário, envolvendo as partes acima indicadas.
Considerando que a parte autora demonstrou sua insuficiência de recursos, nos termos do artigo 5º, LXXIV da CF, concedo as benesses da Justiça Gratuita.
Em sua inicial, a parte autora pleiteia tutela de urgência para determinar ao requerido a concessão/manutenção/ reimplantação do benefício previdenciário durante o curso do processo.
O deferimento da tutela de urgência, em caso de improcedência do pleito exordial, pode causar ao requerido, que é ente público, situação irreversível, uma vez que a recuperação de valores porventura adiantados à parte autora se tornaria muito difícil, ou mesmo impossível.
Assim, apesar da documentação apresentada, o pleito da parte autora enseja providência de difícil reversão, o que encontra óbice no artigo 300, § 3º, do Código de Processo Civil, que assim dispõe:
Art. 300. [...]
§ 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da

DECISÃO.
Diante o exposto, indefiro, por ora, a concessão da tutela de urgência, ressalvando a análise da mesma caso venham a ser carreadas novas provas aos autos que possam subsidiar tal pedido.
No mais, entendo necessária e pertinente a realização da perícia, sobretudo para se aferir o grau de invalidez do(a) autor(a), razão por que determino sua produção.
Nenhum prejuízo haverá para as partes, ao contrário, otimizará o trâmite do processo, sendo o procedimento amplamente adotado na Justiça Federal sem insurgência da Autarquia ré.
Na forma do art. 465, CPC, nomeio como perito do juízo o médico Dr. VICTOR HENRIQUE TEIXEIRA, CRM-RO 3490, Ortopedista e Traumatologista, que poderá ser encontrado no Hospital Samar (Avenida São Paulo, nº 2326, telefone para contato: (69) 3441-105 ou 9 8132-1312).
O senhor perito deverá exercer seu mister independentemente de assinatura de termo de compromisso.
Intime-se o perito via PJE sobre a designação e para que informe a data da perícia.
O perito nomeado responderá aos quesitos padrão anexos à Portaria Conjunta 01/2014 desta Comarca, cuja cópia dos quesitos constantes no anexo II (auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e auxílio-acidente) da Portaria, deverá ser anexada a intimação do perito ou enviada através de e-mail. Como os quesitos padrão foram elaborados contemplando todas as situações possíveis, indefiro os quesitos já formulados pelas partes (se estiverem nos autos) ou os que as partes apresentarem no prazo do art. 465, §1º, do CPC, por entender que o laudo a ser apresentado, respondendo aos quesitos padrão é suficiente para esclarecimento da causa. O perito deverá informar a data estimada em que o(a) periciando(a) estará curado(a) da enfermidade.
Fixo os honorários periciais no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais), na forma da Resolução 305/2014 do Conselho da Justiça Federal.
Justifico a majoração em razão da dificuldade na indicação e aceitação de profissional especializado para realizar a perícia que, repise-se, é imprescindível para a instrução do feito, além de ter sido este o valor aceito pelo perito em outros processos similares, aliado ao fato de que o trabalho desenvolvido, o tempo dispensado e a complexidade da perícia que vem sendo demonstrada nos casos previdenciários, a qual não se restringe apenas na avaliação médica do periciado, como também na elaboração de laudo final, apontam a necessidade da majoração ora imposta, como valoração do trabalho empenhado.
Anoto que nesta Cidade há uma escassez muito grande de médicos especialistas, sendo que a maioria de nossas perícias são realizadas nas cidade vizinhas de Cacoal (60 km), Pimenta Bueno (30 km) e até na mais distante Ji-Paraná (175 km).
Acrescento que o valor médio de consultas médicas de especialista em dermatologia, ortopedista, neurologia, entre outras, tem variado de R$ 300,00 a R$ 800,00.
Assim ao compararmos uma simples consulta com a complexidade de realização de uma perícia, verificamos que na nossa região o valor de R$ 200,00 é impraticável, ou seja, se fixado o valor de R$ 200,00 já obtivemos informação dos médicos que não realizarão mais as perícias. Nas perícias é comum que o médico após a elaboração de laudo seja instado a apresentar informações complementares e além disso o próprio trabalho de elaboração do laudo, o que na nossa região justifica a majoração dos honorários acima de R$ 200,00.
Temos a consciência que devemos economizar ao máximo os recursos públicos, mas para realização de atos dessa grandeza infelizmente não seria possível.
Nos termos do parágrafo único do artigo 28 da Resolução 305/2014 do Conselho da Justiça Federal, este Juiz poderia fixar no máximo a quantia de R$ 600,00, no entanto, observo que é razoável e suficiente o valor a ser arbitrado de R$ 400,00.
Intimem-se as partes e o perito, atentando-se para o fato de que este também possui cadastro no PJE.
Na forma do art. 465, § 1º, do CPC, as partes devem ser intimadas para indicarem, querendo, assistentes técnicos no prazo de 15 (quinze) dias.
A parte autora deverá comparecer à perícia munida de seus documentos e exames, bem como do assistente técnico.
Estabeleço o prazo de 30 dias, a contar da realização da perícia, para a apresentação do laudo pericial. Encaminhem-se ao perito eventuais exames e/ou laudos já encartados aos autos.
Com a chegada do laudo pericial, encaminhe-se ofício requisitório ao Núcleo Judiciário da Seção Judiciária de Rondônia, com endereço à Avenida Presidente Dutra, 2203, Centro, em Porto Velho/ RO, para realização do pagamento dos honorários periciais, nos termos da Resolução n. 305/2014, do CJF.
Quanto à citação da autarquia ré, postergo-a para momento ulterior à realização da perícia médica, a fim de possibilitar melhor condição de defesa ao requerido e a celeridade da instrução processual.
Pautada no princípio da efetividade da prestação jurisdicional e a fim de viabilizar que o processo retorne a este juízo apenas na fase de saneamento/julgamento antecipado da lide, exceto quanto ao pedido incidental urgente, autorizo o Sr. Escrivão ou substituto imediato a prática dos seguintes atos ordinatórios, com a vinda do laudo pericial:
a) citação do INSS para responder no prazo de 30 (trinta dias), - conforme artigo 183, caput, do NCPC - manifestando-se sobre o laudo e especificando as provas que pretenda produzir, justificando seu objeto e pertinência, sem prejuízo do julgamento antecipado da lide;
b) com a vinda da contestação, dê-se vista à parte autora para que, querendo, se manifeste acerca do laudo pericial, ofereça réplica, bem como para que especifique as provas que pretende produzir, justificando a pertinência e a FINALIDADE, sem prejuízo do julgamento antecipado.
Havendo interesse de produção de prova testemunhal, devem as partes depositar o respectivo rol, com qualificação e endereço das mesmas, em obediência ao princípio do contraditório.
Deixo de designar audiência de conciliação em razão da recorrente ausência dos Procuradores do INSS nas audiências, o que sinaliza seu não comparecimento, sendo inócua a audiência conciliatória além de prejudicar a celeridade processual.
Cumpram-se.
Cite-se e intime-se a parte requerida.
Serve a presente DECISÃO como MANDADO.
ESPIGÃO DO OESTE/RO, data certificada.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 2ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, 1954, Fórum de Espigão do Oeste, Centro, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000 - Fone: (69) - 3481-2279
Processo n.: 7001816-89.2017.8.22.0008
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente:Nome: BETY STEPHANYE DE SOUZA
Endereço: RUA PIAUÍ, 2011, MORADA DO SOL, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Requerido:Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Certidão
Certifico que expedi as RPVs determinadas, conforme comprovante em anexo.
Espigão do Oeste/RO, 2 de maio de 2019

EDITAL DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA
DE INTERDIÇÃO E CURATELA
Na infra data, em atendimento ao disposto na própria SENTENÇA abaixo transcrita, faço remessa do presente EDITAL DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA

DE INTERDIÇÃO E CURATELA, - para a(s) publicação(ões) necessária(s) para a [X] 1ª (primeira) das publicações
necessárias no Diário da Justiça, - nos autos/PJe de Interdição e Curatela 7002559-65.2018.8.22.0008, conforme segue:
SENTENÇA: " … Ao doze(12) dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove (2019), nesta Cidade e Comarca de Espigão do Oeste, Estado de Rondônia, na sala de audiências do Edifício do Fórum, onde presente se achavam o Exmo. Dr. WANDERLEY JOSÉ CARDOSO, MM. Juiz de Direito desta Vara, comigo secretária a seu cargo ao final assinado. Ao horário estabelecido determinou o MM. Juiz que se desse início aos trabalhos para a realização desta audiência, o que foi feito com as observâncias das formalidades legais. Ao pregão, constatou-se a presença da requerente CLEUSA AUGUSTO DA SILVA QUEVEDO, acompanhado pela advogada SONIA JACINTO CASTILHO do(a) Representante do Ministério Público e do requerido WILSON RIBEIRO DE QUEVEDO JUNIOR.
Ocorrências: Instalada a audiência, foi constatada a presença das partes acima mencionadas. Foi colhido o depoimento pessoal da autora (art. 751, §4º do NCPC), e o requerido foi entrevistado. A prova oral foi registrada pelo sistema DRS e as partes poderão ter acesso à gravação mediante apresentação de CD-R à secretária deste juízo Ficam advertidas as partes de que a gravação se destina única e exclusivamente para a instrução processual, fica expressamente vedada a utilização ou divulgação por qualquer meio (art. 20, da lei 10.406/02-Código Civil) punida na forma da lei, conforme art. 13, II do Provimento Conjunto n. 001/2012-PR-CG. PELO MP: "O MP não se opôs ao pedido inicial, pois requerido pela mãe do interditando. Outrossim, o laudo médico juntado aos autos esclarece que o interditando possui SÍNDROME DE KLINEFELTER – SÍNDROME DE ORIGEM GENÉTICA QUE TRAZ ALTERAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO FISICO E PSIQUICO, DISMORFISMOS TÍPICOS, ALTERAÇÕES ENDÓCRINAS, ENTRE OUTROS. O QUE JUSTIFICA O ATRASO COGNITIVO E DO APRENDIZADO DE REGRAS SOCIAIS. CID 10: Q98 + F09, sendo totalmente dependente de seus familiares. Diante disso, o MP não se opõe ao pedido de interdição". PELO JUIZ: "Prolatada a seguinte SENTENÇA: "Trata-se de pedido de interdição postulado por CLEUSA AUGUSTO DA SILVA QUEVEDO em face de seu esposo WILSON RIBEIRO DE QUEVEDO JUNIOR por estar incapacitado para ocupações habituais e convívio independente. O Ministério Público-RO, atuando como fiscal da ordem jurídica, não se opôs à interdição. Na entrevista do requerido restou comprovado seu estado mental. A prova oral demonstra que ao interditando encontra-se impossibilitado de gerir sua vida. Os laudos médicos apresentados confirmam a total incapacidade do interditando, que possui alterações do desenvolvimento físico e psíquico ID 20296322 e 20582120.Além disso, observo que o requerido recebe LAOS em razão de tratar-se de pessoa com deficiência ID20296363, corroborando com as demais provas dos autos. Desta forma, o convívio social do requerido deve ser intermediado por alguém capaz e de sua confiança, fazendo-se necessário a nomeação de curador. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão aduzida na inicial, para o efeito de decretar a interdição de WILSON RIBEIRO DE QUEVEDO JUNIOR declarando-o incapaz de exercer os atos da vida civil, na forma do art.4º, inciso III, do Código Civil, razão pela qual o feito resta extinto com resolução de MÉRITO (artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil). Com fundamento no artigo 1.775, § 2º, do Código Civil, nomeio a senhora CLEUSA AUGUSTO DA SILVA QUEVEDO para exercer a função de curadora. Fica a curadora cientificada de que deverá prestar contas da administração dos bens e valores eventualmente existentes em nome do interditando se e quando for instado a tanto, devendo por isso manter registro de recebimentos e gastos relativos ao eventual patrimônio. Fica intimada a curadora que deverá buscar tratamento e apoio apropriados à conquista da autonomia pelo interditando. Em virtude da ausência de interesse recursal, dou a SENTENÇA por transitada em julgado na presente data. Cumpra-se as providências do art. 755, §3º do CPC. Lavre-se termo de compromisso e de curatela. Registre-se. Arquive-se. SENTENÇA publicada em audiência. Dou as partes por intimadas. Registre-se. Sem custas.". Nada mais havendo, determinou-se o encerramento da presente, que lida e achada conforme, vai devidamente assinada. Presentes intimados...".
E, para que chegue ao conhecimento da parte interessada e de terceiros, e não possam, no futuro, alegar ignorância, determinou o MM. Juiz que se expedisse o presente, composto de três (03) vias de igual forma e teor que terá o seu original afixado no átrio do Fórum local, e as demais publicadas na forma legal. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Espigão do Oeste, Estado de Rondônia, aos 02 de maio de 2019.
Leonel Pereira da Rocha,
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 2ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, 1954, Fórum de Espigão do Oeste, Centro, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000 - Fone: (69) - 3481-2279
Processo n.: 7003372-92.2018.8.22.0008
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: Nome: Sidnei Zulske
Endereço: Rua Palmares, 897, Tel. (69) 98443 7855, Vista Alegre, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Advogado: Advogado: MIGUEL ANTONIO PAES DE BARROS FILHO OAB: RO7046 Endereço: desconhecido
Requerido: Nome: CENTAURO VIDA E PREVIDENCIA S/A
Endereço: Rua Nilo Cairo, 171, Dpvat, Centro, Curitiba - PR - CEP: 80060-050
Intimação
Fica a parte autora intimada para no prazo de quinze (15) dias, apresentar impugnação.
Espigão do Oeste-RO, 2 de maio de 2019

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 2ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, 1954, Fórum de Espigão do Oeste, Centro, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000 - Fone: (69) - 3481-2279
Processo n.: 7003666-81.2017.8.22.0008
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente:Nome: NEUZA MATURANA
Endereço: LINHA 05, KM 03, SETOR KERNIT, ZONA RURAL, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Advogado: DIOGO ROGERIO DA ROCHA MOLETTA OAB: RO3403 Endereço: desconhecido Advogado: CLAUDIA BINOW OAB: RO7396 Endereço: RUA 16 DE JUNHO, 1984, VISTA ALEGRE, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Requerido:Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Endereço: desconhecido
Certidão
Certifico, para os devidos fins de direito, que distribuí os presentes feitos, em grau de recurso, no Pje 2fº do TRF1, conforme comprovante em anexo
Espigão do Oeste-RO, 2 de maio de 2019

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 2ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, 1954, Fórum de Espigão do Oeste, Centro, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000 - Fone: (69) - 3481-2279
Processo n.: 7000160-34.2016.8.22.0008
Classe: FAMÍLIA- EXECUÇÃO DE ALIMENTOS (1112)
Requerente: Nome: WESLEY COSTA DUARTE

Endereço: Rua Laurindo Chapéu de Couro, 1376, Vista Alegre, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Advogado: Advogado: ANDREI DA SILVA MENDES OAB: RO6889 Endereço: desconhecido Advogado: RONILSON WESLEY PELEGRINE BARBOSA OAB: RO4688 Endereço: Av Sete de Setembro, 2363, Centro, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Requerido: Nome: DOILHO MOREIRA DUARTE
Endereço: Rua Dilson Belo, 3338, Vista Alegre, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Intimação
Fica a parte autora intimada para se manifestar nos autos no prazo de cinco (05) dias.
Espigão do Oeste-RO, 2 de maio de 2019

COMARCA DE GUAJARÁ-MIRIM

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
1ª Vara Criminal
Edital de Citação
Prazo 15 dias
Processo: 0000591-40.2014.8.22.0015
Classe: Ação Penal- Procedimento Ordinário
Assunto: Crimes contra o Patrimônio- Furto Qualificado
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
RÉUS: 1- FERNANDO LOPES LINO, brasileiro, solteiro, filho de Fábio Lino e de Maria Marluce Lopes, nascido em 22/06/1986, natural de Guajará-Mirim-RO, residente na Rua 07, n° 2680, bairro Santa Luzia, no município de Guajará-Mirim-RO;
2- RONISON MENDES DA SILVA, alcunha "Curica", brasileiro, filho de João Ricardo da Silva e de Margarida da Costa Mendes, nascido em 28/07/1978, natural de Guajará-Mirim-RO, residente na Av Airton Sena, n° 3870, bairro Jardim das Esmeraldas, no município de Guajará-Mirim-RO;
FINALIDADE: Citação para defender-se da acusação de violação ao Art. 155, §4°, inc IV do Código Penal, cuja denúncia resumida é a seguinte: "No dia 23 de Agosto de 2013, em horário não suficientemente esclarecido, no acude da propriedade denominada 'Fazenda Chico Paiva', localizada na Estrada do Palheta, km 12, nesta cidade de Guajará-Mirim-RO, Cleiton Gomes Vieira, Ronison Mendes da Silva, Fernando Lopes Lino, Fábio Gomes Martins e a pessoa de alcunha "Nana", em unidade de desígnos e conjugação de esforços, com ânimo de assenhoramento definitivo, subtraíram para si, no mínimo 58 peixes da espécie Tambaqui. Na ocasião dos fatos, os denunciados, utilizando uma rede de pesca encontrada no local, subtraíram do açude aproximadamente 28 (cinquenta e oito) peixes da esécie tambaqui de um açude de propriedade da vítima, sendo restituídos a ela apenas 06 (seis) unidades. Ante o exposto, o Ministério Público do Estado de Rondônio denuncia Cleiton Gomes Vieira, Ronison Mendes da Silva, Fernando Lopes Lino, Fábio Gomes Martins, como incurso nas sanções do Art. 155, §4°, inc IV do Código Penal, pelo que requer a instauração da competente ação epanl pública e o seu regular processamento. Por fim, atendendo ao preceito do Art. 387, inc IV do Código de Processo Penal, caso sobrevenha a condenação, considerando que apenas parte dos bens subtraídos foi restituído, o Ministério Público requer a fixação de valor mínimo para reparação de nados ainda pendentes, no montante corresponde ao valor da avaliação de sua avaliação, conforme laudo de avaliação merceológico encartado nos autos." Pelo presente, os denunciados Fernando Lopes Lino e Ronison Mendes da Silva ficam citados para responderem a acusação por escrito através de advogado no prazo de dez (10) dias acerca dos fatos constantes na denúncia. Na primeira fase, os réus poderão arguir preliminares e alegarem tudo que interesse a sua defesa: oferecerem documentos e justificações bem como especificarem as provas pretendidas. Além disso, poderão também arguir exceções as quais deverão ser apresentadas em separado. Caso não tenha condições financeiras de constituir advogado, os acusados poderão procurar a Defensoria Pública Estadual no município de Guajará-Mirim-RO para solicitar assistência jurídica gratuita nos termos fixados na Lei Complementar n° 80/1994. Guajará-Mirim-RO, 02 de Maio de 2019.

Proc.: 1001956-10.2017.8.22.0015
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Flagranteado:Gean Fabio de Miranda, Idelmar Montibeller
Advogado:Sérgio Holanda da Costa Morais (OAB/RO 5966)
DESPACHO:Trata-se de ação penal proposta em desfavor de GEAN FÁBIO DE MIRANDA e IDELMAR MONTIBELLER, qualificados nos autos, pela prática, em tese, do crime de receptação, previsto no art. 180, "caput" do Código Penal.Analisados os argumentos defensivos, é possível observar que embora alegada a possível falta de justa causa na presente demanda, consubstanciada no fato de que os acusados desconheciam a origem ilícita das barras de ferro que transportavam, verifico que tal circunstância está intimamente relacionada ao MÉRITO da causa, razão pela qual será examinada oportunamente, inexistindo motivos para a absolvição sumária neste momento. Diante disso, não havendo razões para a rejeição da denúncia, nos termos do artigo 397 e 399 do Código de Processo Penal, designo audiência de instrução e julgamento para a data de 03/06/2019, às 08h30min.PROCEDA-SE A INTIMAÇÃO DA PESSOA ABAIXO:a) Testemunha RICARDO FRANÇA DA COSTA, residente na Rua Rocha Leal, nº 976, Bairro Tamandaté, Guajará-Mirim/RO.Requisitem-se os agentes da polícia militar Armando Rodrigues Calmont e Thúlio Rocha Santos (referente a ocorrência nº 168256/2017).Ademais, levando-se em consideração que os acusados e a testemunha Gilberto Closs residem em Pimenta Bueno, expeça-se carta precatória para a citada comarca, a fim de proceder o interrogatório dos réus e a oitiva da aludida testemunha, bem como intimá-los da presente solenidade:a) Acusados GEAN FÁBIO DE MIRANDA e IDELMAR MONTIBELLER, ambos residentes na Av. Recife, nº 1748, Bairro Nova Pimenta, em Pimenta Bueno/RO;b) Testemunha GILBERTO CLOSS, residente na Av. Marechal Rondon, nº 1528, Centro, em Pimenta Bueno/RO.Instrua a decrecata com cópia da denúncia e depoimentos colhidos na fase inquisitorial.Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário.SERVE O PRESENTE COMO CARTA PRECATÓRIA / OFÍCIOGuajará-Mirim-RO, quinta-feira, 28 de março de 2019.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito
Jerson Soliz Batalha

Escrivão Judicial Titular

2ª VARA CRIMINAL

2º Cartório Criminal
Disponibilizado no DJ n. 180 de 28/09/2017, considerando-se como data de publicação o dia 29/09/2017, primeiro dia útil posterior à disponibilização, iniciando-se a contagem do prazo processual em 02/10/2017, primeiro dia útil seguinte á data considerada de publicação (artigo 4ª, §§ 3º e 4º, da Lei n. 11.419/2006 c/c art. 6º, caput e § 1º, da Resolução n. 007/2007-PR-TJRO).

Proc.: 0000625-39.2019.8.22.0015
Ação:Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
Autor:Delegacia Espec. Em Defesa da Mulher e Família de Guajará Mirim
Infrator:Nilson Caseres Mendonça

DECISÃO:
DECISÃO Trata-se de pedido de MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA formulado na Delegacia de Polícia, pela vítima MARCELA DE SOUZA FONTINELE, requerendo, em síntese, a intimação de NILSON CASERES MENDONÇA para: 1) proibição de contato com a ofendida e seus familiares, por qualquer meio de comunicação.É o relatório. DECIDO.Primeiramente, cumpre destacar que a Lei nº. 11.340/2006 traz previsão de medidas de proteção às vítimas de violência doméstica, ainda que de cunho psicológico, que poderão ser aplicadas pelo magistrado quando reconhecido seu caráter de urgência, em contexto familiar ou de relacionamento afetivo, presente ou pretérito.No presente caso, a pretensão foi formulada pela própria vítima, o que lhe é permitido pelo artigo 19 da referida Lei.Casos como este assumem nuances específicas, sobretudo porque a violência doméstica, a par de consubstanciar ato grave que expõe a acentuado risco os integrantes do núcleo familiar, dificilmente permite comprovação inequívoca na fase inicial do processo. Eis porque, ao deparar-se com a respectiva notícia, o juízo deve, conforme as circunstâncias, assumir postura acauteladora, visando minimizar a possibilidade de atos posteriores ainda mais graves e danosos, que poderiam ser perpetrados, inclusive, longe dos olhos de testemunhas presenciais. Para tanto, há de se atentar para o postulado constitucional da proporcionalidade, e para a técnica da ponderação de interesses, a fim de priorizar o bem jurídico de maior relevância no caso concreto, in casu, lesões aparentemente leves, comparando-o com as circunstâncias dos atos noticiados, e com as possíveis consequências da medida protetiva vindicada pela autoridade policial. Pelos fatos narrados, sabe-se que MARCELA e NILSON foram amasiados por aproximadamente 5 anos e não possuem filhos em comum.Aduziu que estão separados há cerca de um mês. Narrou que no último dia 29.04.2019, o ex amásio, a procurou, insatisfeito, fazendo referências a uma suposta frase postada por ela através do aplicativo whatsapp, cujo print teria sido remetido a ele.Contou que não deu margem à provocação dele virando-lhe as costas e, quando retornava para o interior da casa, NILSON saltou o muro, ingressou na residência e, ao ver uma cama recém-comprada, tomado de ciúme, agrediu-lhe repetidas vezes com o capacete da moto, deixando lesões visíveis e asseverando que ela já dormia com outro. Narrou que conseguiu evadir-se das investidas fechando-o posteriormente do lado de fora, ao que ele a aguardou, e; posteriormente, a seguiu até a casa de sua genitora. Informou que toda a dinâmica de violência foi presenciada pela testemunha Taís. Informou que ele a ameaçou caso a visse em companhia de outra pessoa por intermédio de mensagens. Proferiu que teme por sua integridade, haja vista que não sabe o que ele seria capaz de fazer contra ela.No particular, portanto, há elementos de convicção bastantes para sustentar a DECISÃO cautelar, por ora, a ser deferida, sobretudo porque, a este título, pretende a vítima, apenas, o afastamento do requerido dela vítima e de seus familiares, medida que, deferida provisoriamente, não tem o condão de trazer danos irreversíveis ao agente.Com efeito, as declarações da vitima, o teor do boletim de ocorrência, laudo de exame de corpo de delito a atestar as agressões imprimidas contra ela e, as demais circunstâncias, são incisivos e bastante, por ora.Pelo exposto, nos termos do art. 22, III, a e b, da Lei nº. 11.340/2006, DETERMINO a seguinte medida em face de NILSON CASERES MENDONÇA, sob pena aplicação de outras medidas de efetivação, inclusive possível prisão preventiva e de responder criminalmente pelo descumprimento, nos moldes do art. 24-A, da Lei 11.340/06:a) proibição de aproximação da ofendida e de seus familiares, mantendo a distância de no mínimo 50 (cinquenta) metros;b) proibição de contato com a ofendida e seus familiares, por qualquer meio de comunicação.A presente medida protetiva tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogada, a pedido da vítma. Determino a expedição do competente MANDADO, em cujo cumprimento, com auxilio de força policial se preciso -, o oficial de justiça deverá esclarecer ao requerido e à vitima que, por ora, trata-se de mera medida provisória, informando-lhe que ainda poderá aquele ser ouvido em Juízo, e se manifestar por intermédio de advogado ou defensor público, podendo os seus motivos levarem até mesmo a outra DECISÃO, de forma que sua atitude sensata nos autos será importante em prol de sua situação jurídica, e do resultado do processo.De outro giro, alerto à ofendida que o pleito de suspensão de visitas aos dependentes menores, se o caso, deverá ser requerido em juízo próprio, porque foge à competência desta vara.SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO E NOTIFICAÇÃO DO REQUERIDO, a ser cumprido imediatamente na Av. Campos Sales, nº 427, Bairro Tamandaré, nesta cidade e comarca. Intime-se, ainda, a requerente quanto ao teor da presente. Para tanto, SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO a ser cumprido na Avenida Princesa Isabel, nº 2117, Bairro Serraria, em Guajará-Mirim/RO. Fone.: 98417-2294. Defiro prazo de 5 (cinco) dias, para que o requerido, querendo, manifestar-se nos autos, nos termos acima declinados. Intime-se-o neste sentido.Dê-se ciência desta DECISÃO ao presentante do Ministério Público e à Autoridade Policial.Desde logo ressalto que, noticiado o desrespeito do Requerido quanto a quaisquer das medidas ora estabelecidas, deverá a vítima ou quem lhe faça as vezes registrar o novo fato perante a DEPOL local, podendo, ainda, requerer expressamente a prorrogação das medidas ora cominadas, e/ou representação pelas medidas outras que eventualmente se fizerem necessárias, sem prejuízo de multa desde logo arbitrada, em caso de descumprimento dos preceitos, e outras imposições cabíveis ao caso, inclusive possibilidade de prisão preventiva. Outrossim, encaminhe-se a vítima à Defensoria Pública, nos termos do art. 27 da Lei 11.340/2006. Com o decurso do prazo fixado, havendo ou não notícia de descumprimento, o que deverá ser certificado, venham-me conclusos para demais providências. Pratiquem-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se. Cientifique o Ministério Público.Após o cumprimento de todas as disposições acima, venham os autos conclusos para proceder o movimento de suspensão no SAP.Guajará-Mirim-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 15 dias
Vara: 2ª Vara Criminal
Processo: 0000400-19.2019.8.22.0015
Classe: Ação Penal - Procedimento Sumário(Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: VALDECIR CALISBINO, natural de Engelheiro Beltrão/PR, nascido aos 01/04/1972, filho de Gentil Calisbino e de Antôna Raimunda Calisbino, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: Citar a denunciado acima da presente ação.
Resumo da denúncia: "...Consta nos autos que no dia 08 de Abril de 2016, por volta das 15h7min, na oficina de motocicletas "Branco Motos", o denunciado Valdecir Calisbino, fingiu-se funcionário público abordando pessoas no referido no referido estabelecimento, apresentando-se como autoridade policial, e uma guarnição da PM foi acionada através de uma ligação anônima comunicando que na oficina "Branco Motos", um homem estaria se aresentand como delegado de polícia de Ariquemes/RO, e abordando um vendedor ambulante lhe indagando acerca da procedência dos produtos que vendia, diante do exposto o MP denuncia Valdecir Calisbino, como incurso nas penas do art. 45 da Lei das Contravenções Penais."
DESPACHO: "Analisando detidamente a peça acusatória, verifica-se, dentro de uma cognição sumária, presentes os requisitos previstos nos art. 41, do Estatuto Processual Penal, razão pela qual recebo a denúncia. Cite-se o denunciado para responder a acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias (se necessário, antes da citação por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, oficiar à Justiça Eleitoral, solicitando o endereço atualizado do acusado). Na resposta, o denunciado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, até o máximo de 08 (quando se tratar de procedimento ordinário) ou 05 (quando se tratar de procedimento sumário), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. Eventuais exceções

deverão ser apresentadas em separado. Não apresentada a resposta no prazo legal, dê-se vista à Defensoria Pública para fazê-lo, no prazo de 10 (dez) dias.Apresentada a defesa, com preliminares e/ou documentos, dê-se vista ao Ministério Público para manifestação, no prazo de 5 (cinco) dias, e retornem-me conclusos (se não forem arguidas questões preliminares e nem juntadas de documentos) para designação de audiência de instrução, salvo se for alegada alguma das hipóteses previstas no art. 397, do Estatuto Processual Penal.Defiro os requerimentos ministeriais. Expeça-se o necessário, servindo a presente de MANDADO de citação com endereço do citando em anexo, a ser providenciado pela escrivania. Jaires Taves Barreto - Juiz de Direito "
Guajará-Mirim-RO, 02 de Maio de 2019.
Neusa de Cássia Souza Ribeiro da Cruz
Diretora de Cartório

Proc.: 0000495-49.2019.8.22.0015
Ação:Transferência entre estabelecimentos penais
Autor:Wellington Rocha de Oliveira
Advogado:Sarita Leite e Sousa (17315)
DECISÃO:
DECISÃO Cuida-se de pedido de reconsideração face ao indeferimento do requerimento de transferência para esta circunscrição judiciária, em regime semiaberto, em favor do reeducando WELLINGTON ROCHA DE OLIVEIRA.Argui a defesa técnica que o condenado mora e convive com seus familiares nessa Comarca, bem como já cumpriu boa parte da reprimenda a ele imposta, estando às vésperas do direito de concessão à progressão de regime prisional. Asseverou, ainda, que não está foragido, estando à disposição para apresentar-se neste Juízo, para imediato cumprimento de pena.Instruiu o pedido com comprovante de endereço, trabalho lícito, entre outros.Nesse ponto, impende ressaltar que o direito do apenado cumprir a pena em local próximo a seus familiares não é absoluto e deve ceder em prol da segurança pública, de interesse coletivo.Examinada a matéria posta à apreciação, DECIDO.Dispõe-se no art. 86 da Lei de Execução Penal que "as penas privativas de liberdade aplicadas pela Justiça de uma Unidade Federativa podem ser executadas em outra unidade, em estabelecimento local ou da União". A interpretação desse DISPOSITIVO legal é no sentido de que o local ideal para o cumprimento da pena é aquele próximo ao meio social do condenado, ou seja, onde residem sua família e amigos, estabelecendo laços familiares, o que facilita sua reinserção à sociedade.Pelo que no art. 86 da Lei de Execuções Penais se prevê a possibilidade de execução da pena privativa de liberdade em outra unidade. Entretanto, não se trata de direito subjetivo do apenado, mas de circunstância que deve ser analisada em cada caso, ponderando-se os critérios de oportunidade e conveniência da administração penitenciária.Nesse sentido: "Habeas Corpus. 2. Pedido de transferência de estabelecimento prisional. Possibilidade. Vínculo familiar e disponibilidade de vaga. 3. Constrangimento ilegal caracterizado. 4. Ordem concedida h (HC n. 105.175/SP, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJe 01.08.2011)"."HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. REMOÇÃO DE PRESO. ANÁLISE DO CASO CONCRETO. ART.86 DA LER ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS SIMILARES. NÃO DEMONSTRAÇÃO DA FALTA DE SEGURANÇA. NÃO CARACTERIZAÇÃO - DA PERICULOSIDADE SEM DADOS OBJETIVOS E CONCRETOS. VÍNCULO FAMILIAR COMPROVADO. VAGA EXISTENTE. CONCESSÃO DO WRIT 1. O art. 86, caput, da LEP permite o cumprimento da pena corporal em local diverso daquele em que houve a perpetração e consumação do crime. 2. Entretanto, o exame minucioso de cada caso concreto pode afastar o comando legal supramencionado, desde que comprovadas as assertivas de falta de segurança do presídio destinatário da remoção, participação do preso em facção criminosa e outras circunstâncias relevantes à administração da Justiça. Ônus do Parquet. 3. No caso sob exame, não ficou demonstrado o perigo na transferência, tampouco a periculosidade, ao contrário, porquanto são prisões aptas ao cumprimento de pena em regime fechado, além do que o vínculo familiar, a boa conduta carcerária e a respectiva vaga foram documentalmente demonstrados pelo paciente. 4. A ressocialização do preso e a proximidade da família devem ser prestigiadas sempre que ausentes elementos concretos e objetivos ameaçadores da segurança pública. 5. Ordem concedida h (HC n. 100.087/SP, Relatora a Ministra Ellen Gracie, DJe 9.4.2010)."Direito penal e processual penal - Execução Penal - Cumprimento de pena em outra unidade da Federação. Art. 86 da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210, de 11-7-84). Ao dispor que as penas privativas de liberdade aplicadas pela Justiça de uma unidade federativa podem ser executadas em outra unidade, em estabelecimento local ou da União, nem por isso o art. 86 da Lei nº 7.210, de 11-7-84, criou para o condenado um direito subjetivo, irrecusável pela administração judiciária. As circunstâncias, em cada caso, é que devem justificar a DECISÃO do Juízo competente, para que a execução assim se proceda. Para concedê-la ou recusá-la, o Juiz deve levar em conta não apenas as conveniências pessoais e familiares do preso, mas, também, as da administração pública, sobretudo quando relacionadas com o efetivo cumprimento da pena. Quando haja risco de cumprimento inadequado da pena, no lugar pretendido pelo sentenciado, deve ser recusado o benefício. HC indeferido" (HC n. 71.076, Relator o Ministro Sydney Sanches, DJ 6.5.1994)."PENA - CUMPRIMENTO - TRANSFERENCIA DE PRESO - NATUREZA. Tanto quanto possível, incumbe ao Estado adotar medidas preparatórias ao retorno do condenado ao convívio social. Os valores humanos fulminam os enfoques segregacionistas. A ordem jurídica em vigor consagra o direito do preso de ser transferido para local em que possua raízes, visando a indispensável assistência pelos familiares. Os óbices ao acolhimento do pleito devem ser inafastáveis e exsurgir ao primeiro exame, consideradas as precárias condições do sistema carcerário patrio. Eficacia do disposto nos artigos 1. e 86 da Lei de Execução Penal - Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984 - Precedente: habeas-corpus n. 62.411-DF, julgado na Segunda Turma, relatado pelo Ministro Aldir Passarinho, tendo sido o acórdão publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência n. 113, a pagina 1.049 h (HC n. 71.179, Relator o Ministro Marco Aurélio, DJ 3.6.1994). Com efeito, há necessidade de se sopesar o direito do condenado de cumprir sua pena próximo à família e a necessidade de fazê-lo cumprir a pena a qual foi condenado. Verifico que o reeducando exerce atividade lícita como comerciante no município de Nova Mamoré/RO, desde o ano de 2009, conforme se depreende do documento encartado aos autos (fl. 53), sendo certo que o juízo da execução fica em outro Estado da Federação, na região Nordeste.Neste cotejo, revendo meu posicionamento, excepcionalmente, acolho o pedido da defesa do acusado, e, DEFIRO o pedido de TRANSFERÊNCIA DA EXECUÇÃO PENAL DO CONDENADO WELLINGTON ROCHA DE OLIVEIRA para este juízo de execução Penal, todavia, condiciono a transferência do apenado à existência de tornozeleira eletrônica.Oficie-se à Direção da UPRSAM requerendo a concessão de vaga para o reeducando, disponibilizando a ele equipamento de monitoramento eletrônico.Oficie-se ao Juízo de Execuções Penais Pernambuco, comunicando a presente DECISÃO, devendo aquele adotar as providências necessárias para a transferência da execução penal para esta Comarca, caso anua com esta DECISÃO, com as cautelas necessárias.Em seguida, intime-se o apenado a comparecer na Unidade Prisional do Regime Semiaberto para que dê início ao cumprimento da pena imposta.Após o cumprimento do MANDADO, ciência à respectiva direção administrativa.Se infrutífera a diligência, ou se o apenado quedar-se inerte, tornem-me conclusos para decretação da prisão.Expeça-se o necessário. SIRVA A PRESENTE DE CARTA PRECATÓRIA, MANDADO DE INTIMAÇÃO E OFÍCIO.Guajará-Mirim-RO, quinta-feira, 2 de maio de 2019.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0000440-98.2019.8.22.0015
Ação:Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
Autor:Delegacia Espec. Em Defesa da Mulher e Família de Guajará Mirim

Infrator:Pascoal Amaral da Silva
DECISÃO:
DECISÃO Trata-se de pedido de medidas protetivas de urgência, pleiteadas pela senhora LENILZA DA SILVA OLIVEIRA.Realizado estudo psicossocial (fls. 12/13), constatou-se que na realidade a ofendida representou em desfavor do requerido porque sentiu-se importunada por ele que, após 26 anos de separação, foi à sua casa a procura de um dos filhos do casal que não reside lá e, na ocasião, ele a acusou de omitir informações da prole o que a ofendeu.Por fim, informou que apesar de residirem no mesmo bairro, tratou-se de uma situação isolada, haja vista que PASCOAL nunca havia ultrapassado os limites de sua residência até então, bem como jamais ameaçou sua integridade física.É o que de relevante emerge dos autos. Passo a decidir, na forma do art. 93, inc. IX, da Constituição da República.Compulsando os autos, não entendo pertinente sejam concedidas as medidas protetivas de urgência, posto que, pelo demonstrado, a queixosa sofreu um constrangimento que não ameaça sua higidez física e psíquica.A Lei 11.343/2006 (Lei Maria da Penha) permitiu que o juiz criminal pudesse conceder certas medidas, em caráter de urgência. No entanto, não se pode banalizar a utilização dessa legislação para, por via transversa, disciplinar lides que devem ser solucionadas através do devido processo de separação judicial, nos termos do Código Civil (Título IV Do Direito de Família, tais como, alimentos definitivos, separações judiciais, divórcios, anulação de atos jurídicos etc.), ou ainda, eventuais desentendimentos do dia a dia. Por todo o exposto, INDEFIRO o requerimento de medidas protetivas.Cientifiquem-se a autoridade policial e o Ministério Público.Intime-se a requerente.Após, em não havendo recurso ou pendências, arquivem-se os autos.SIRVA A PRESENTE DE MANDADO DE INTIMAÇÃO.Guajará-Mirim-RO, quinta-feira, 2 de maio de 2019.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0004702-33.2015.8.22.0015
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo (Criminal)
Autor:Delegacia de Policia Civil de Guajará Mirim/RO
Denunciado:Luciano Maycon Maciel
DESPACHO:
SENTENÇA Trata-se de Termo Circunstanciado lavrado com a FINALIDADE de apurar a possível ocorrência do delito previsto no art. 349-A do Código Penal, praticado em 13.01.2014, por LUCIANO MAYCON MACIEL, nesta cidade de Guajará-Mirim.O Ministério Público ofereceu denúncia (fls. 17/18), sendo esta recebida em 08.03.2016 (fl. 44).É o que de relevante emerge dos autos. Decido.Verifica-se que a pena máxima em abstrato para o crime em questão é inferior a 01 (um) ano de detenção, eis que se tratou da modalidade tentada.Neste sentido, conforme se depreende dos autos, analisando o lapso temporal entre a data do recebimento da denúncia (08.03.2016) e a data da prolação desta SENTENÇA (Maio/2019), percebe-se que se operou o instituto da prescrição punitiva estatal, eis que superado o prazo de 3 (três) anos.O fundamento da extinção da punibilidade reside na desnecessidade da punição quando ela não produz mais qualquer efeito útil à sociedade. Assim, desaparece a razão da aplicação de pena, evitando, desta maneira, a ocorrência de um mal injustificado ao acusado que, antes é um cidadão que goza da garantia constitucional da presunção de inocência.Ocorre que a perspectiva de sofrer uma sanção penal tem um importante e indissociável aspecto comunicativo-simbólico da força puniendi do Estado. Se essa função não estiver mais presente pela perda do valor simbólico do fato cometido e de sua consequente penalização pelo transcurso do tempo, materializado pelo desaparecimento da necessidade de pena, qualquer imposição de condenação constitui-se em ofensivo à dignidade humana.Seguem escólios jurisprudenciais da lavra do nosso Tribunal:Concurso material. Prescrição. Extinção da punibilidade. A extinção da punibilidade, no concurso de crime, incide isoladamente sobre a pena de cada um. Imposta a pena de três meses de detenção pelo delito do art. 50 da Lei dos Crimes Ambientais, incide a prescrição em dois anos. Verificado o decurso desse prazo entre a data do recebimento da denúncia e a data da prolação da SENTENÇA, declara-se extinta a punibilidade pela incidência da prescrição da pretensão punitiva. (TJRO - Ap. Criminal, N. 10000220030064289, Rel. Desª Zelite Andrade Carneiro, J. 19/10/2006) Grifou-se, negritou-se Ambiental. Crime contra a fauna. Destruição de floresta. Prescrição da pretensão punitiva estatal. Decorrido lapso temporal superior a dois anos entre o recebimento da denúncia e a SENTENÇA, extingue-se a punibilidade pela ocorrência da prescrição, se o agente recebeu pena inferior a um ano. (TJRO - Ap. Criminal, N. 10000320000022007, Rel. Desª Zelite Andrade Carneiro, J. 29/06/2006)Diante do exposto RECONHEÇO A PRESCRIÇÃO PUNITIVA ESTATAL, nos termos do art. 61, do Código de Processo Penal, c/c art. 107, IV e art. 109, inciso VI, ambos do Código Penal, e em consequência, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do crime previsto no art. 349-A do Código Penal, imputado ao acusado LUCIANO MAYCON MACIEL, já qualificado. Procedidas as anotações e comunicações de praxe, ARQUIVEM-SE OS AUTOS.P.R.I.C.Desde já, fica autorizada a destruição de eventuais objetos apreendidos.Diligencie-se pelo necessário. Guajará-Mirim-RO, sexta-feira, 26 de abril de 2019.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0002420-85.2016.8.22.0015
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:D. de P. C. de G. M. R.
Denunciado:R. S.
Advogado:Genival Rodrigues Pessoa Junior (OAB/RO 7185)
SENTENÇA:
SENTENÇA I – RELATÓRIOO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, por intermédio de seu ilustre representante legal em exercício neste juízo, no uso de suas atribuições legais, ofereceu denúncia em desfavor de RAMIRES SANTOS, dando-o como incurso no art. 213, 1º, do Código Penal, pela prática do seguinte fato delituoso:DOS FATOSNo mês de julho de 2016, em data a ser melhor esclarecida nos autos, na Av. Osvaldo Cruz, nº 361, Bairro Serraria, neste Município e Comarca de Guajará-Mirim, o nacional RAMIRES SANTOS, a fim de satisfazer sua lascívia, mediante grave ameaça constrangeu a vítima A.S.S., de 14 (quatorze) anos e 02 (dois) meses, mantendo com ela conjunção carnal.Averigua-se do feito investigativo que, no lapso temporal indicado, o infrator, valendo das relações de amizade que mantinha com os genitores da vítima e ante a ausência de familiares no referido local, abordou a ofendida e, mediante força física, conduziu-a ao interior do imóvel, azo em que lhe retirou as vestes, obrigando-a a praticar sexo oral e, em seguida, realizando a cópula vagínica. Infere-se ainda que RAMIRES, logo após o estupro, asseverou à vítima que: gse seu pai ou sua mãe ficarem sabendo, vou fazer maldade com suas irmãs e depois com você h, ameaça que se repetiu nos dias seguintes, causando, na adolescente, fundado temor e motivando o seu silêncio.Sem embargo, após lapso de três meses, A.S.S. confidenciou o ocorrido ao seu namorado e propalou, em seguida, aos genitores, somente então chegando ao conhecimento da autoridade policial. (DENÚNCIA – fls. 03/05).A denúncia, informada com o respectivo inquérito policial, foi recebida no dia 26 de Setembro de 2017 (fls. 31/32).O denunciado devidamente citado, apresentou alegações preliminares através de advogado constituído (fls. 40/42).A instrução consistiu na oitiva das testemunhas Denis Maklin Mesquita, Arildo Cardoso Pires, Maria das Graças Lemos e Pedro Venâncio da Silva, dos informantes Adriano Freitas dos Santos, Leiliane da Silva Mendonça e Davi Molina Flores, assim como oitiva da vítima A.S.S, e, também interrogatório do acusado (mídias encartadas às fls. 62 e 87).Encerrada a fase instrutória criminal, vieram as derradeiras alegações, em forma de memoriais. O órgão acusador (fls. 88/97), e a defesa (fls. 98/118), requestaram a improcedência da denúncia, alegando insuficiência probatória, nos termos do art. 386, VII, do CPP.É a história relevante do processo.II – FUNDAMENTAÇÃOTratam os autos da apuração de crimes cometidos contra a dignidade sexual de uma menor, na forma do art. 213, 1º, do Código Penal, in verbis:Art. 213.

Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso: 1o Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave ou se a vítima é menor de 18 (dezoito) ou maior de 14 (catorze) anos:No caso dos autos, o acusado, em seu interrogatório judicial, negou veementemente a ocorrência dos fatos. Narrou que reside naquela vizinhança com as mesmas pessoas há mais de 35 anos e que era amigo da avó da vítima, atualmente, já falecida. Noticiou que, após o falecimento daquela, manteve com os pais da menina, bom relacionamento, todavia, sem muita intimidade.Narrou que sempre conversava com eles pela grade da casa sem adentrar a residência. Disse que nunca se aproximou da vítima, sequer conversaram uma vez que seja, muito menos sós. Asseverou que apesar da idade já avançada, mantem um ritmo de trabalho severo cujos horários são rígidos visando o sustento da família.Pronunciou que trabalhou a vida toda na secretaria de obras do município, e que, a jornada de trabalho é dividida em duas metades, iniciando-se a primeira às 07h15min, e a segunda às 13h15min e, encerrando-se às 17h30min. Contou que da sua casa até o emprego, percorre um trajeto de aproximadamente 15 minutos, realizado de bicicleta e que sempre primou pela pontualidade.Esclareceu que a acusação feita contra si em verdade, trata-se de um plano arquitetado pela adolescente porque desejava morar em companhia do namorado o que por óbvio, ou ao menos, provavelmente, a genitora não permitiria em razão da sua pouca idade. Relatou que acredita ter sido escolhido como algoz por não ser bem quisto pela família, haja vista ter conhecimento de que estariam envolvidos em atividades no mínimo suspeitas.Por fim, concluiu dizendo que no horário apontado pela vítima estava laborando, acrescentando ainda que, a distância da casa dela à escola onde sua mãe teria acompanhado as crianças menores distam apenas 350 metros, demasiado curta, sendo suficiente 5 minutos para ir e voltar, tempo insuficiente para que ele ou qualquer pessoa concluísse tamanha empreitada delituosa.A ofendida contou que, no dia dos fatos, o réu, aproveitando-se da ausência da sua genitora que foi levar suas irmãs à escola e esqueceu o portão destrancado avançou sobre ela, pegando-a pelos braços e direcionando para sala da casa onde havia um sofá. Contou que, em seguida, ele a teria forçado à prática de sexo oral e na sequência arrancou-lhe os shorts e a calcinha forçando-a à cópula vaginal. Esclareceu que após a prática do ato foi ameaçada pelo acusado que fez promessa de causar mal às irmãs menores caso ela o denunciasse. Davi Molina Flores disse em Juízo que, ele e a vítima já namoravam há mais de um ano com o consentimento da mãe dela e mantinham relações íntimas. Narrou que ela já estava morando consigo na casa de propriedade da mãe dele. Esclareceu que um dia, quando estavam deitados juntos, em conversa com Adriene, esta lhe relatou, chorando, que tinha sido violentada pelo réu, por mais de uma vez que teria se aproveitado da ausência da mãe dela que estaria no trabalho, deixando-a responsável pela guarda dos irmãos menores.As demais testemunhas ouvidas judicialmente relataram os fatos que vieram a saber pelos envolvidos na demanda e nada presenciaram a respeito dos fatos.Adriano Freitas dos Santos, pai da vítima, disse que soube dos fatos pela ex esposa, e que, após ter tomado conhecimento do ocorrido, conversou com sua filha, a qual relatou ter sido abusada pelo réu oportunidade em que justificou não tê-lo denunciado antes, porque temia que o pai perdesse a cabeça e fizesse algo contra ele o que seria pior.Leiliane da Silva Mendonça, genitora da ofendida, disse que soube dos fatos através de Davi, namorado da jovem, e também, da sogra dela porque foram até sua casa. Narrou que não percebeu qualquer comportamento estranho nas atitudes da filha, exceto, pelo fato de que do dia para noite, ela quis a todo custo ir residir com o namorado na casa dele. Contou que acompanhada da sogra a filha narrou que o réu teria aproveitado de sua ausência para investir sobre ela obrigando-a à pratica de sexo oral e conjunção carnal, não reagindo por medo. Denis Maklin Mesquita, ouvido judicialmente, disse que conhece bem tanto a vítima quanto o acusado, que são vizinhos da vida toda e sempre moraram muito próximos. Narrou que que os pais da vítima não estavam seguros quanto a ocorrência do episódio, a ponto de Leiliane questionar se eles acreditavam em uma possível indenização o que a ele soou suspeito. Afirmou que RAMIRES é pessoa de boa índole, nunca tendo se envolvido em qualquer tipo de entrevero e que, ao ouvir a história, procurou saber através de Leiliane quanto a veracidade dos fatos, justificando que possui filhos menores, aos quais o acusado sempre teve acesso e em razão disso restou temeroso. Contudo, acabou por concluir que não passavam de ilações infundadas e que nutre confiança na pessoa do réu, a quem, inclusive, confiaria a supervisão de seus filhos pequenos.As testemunhas Arildo Cardoso Pires, Maria das Graças Lemos e Pedro Venâncio da Silva, os três, ouvidos em Juízo, foram uníssonos em atestar que RAMIRES é homem simples, de bem e que possui uma vida recatada. Seja pela relação de vizinhança ou trabalho, não possuem qualquer elemento que venha a desabonar sua conduta, ao contrário, aduziram que ele é trabalhador, honesto e pontual.Por fim, Maria das Graças e Pedro, ratificaram a assiduidade, e também, as folhas de ponto do réu, carreadas aos autos, aduzindo que no horário indicado na denúncia, ele está no trabalho, pronunciando por fim, que ao chegarem, ele sempre já se encontra lá.Eis, em síntese, o contexto probatório. Tem-se de um lado a versão da vítima que relata em detalhes os fatos e, de outro, a versão do acusado, o qual nega ter tido qualquer tipo de contato com ela.No caso em tela, as provas colhidas na seara inquisitiva não foram reproduzidas em Juízo, de forma que remanescem dúvidas quanto à efetiva ocorrência do delito.Com efeito, somente há em desfavor do acusado indícios de que ele teria abusado sexualmente da ofendida.Tem-se repisado que nos crimes sexuais, predominantemente clandestinos, a palavra da vítima constitui elemento crível e essencial para a formação do juízo.A força probatória das palavras da vítima, principalmente quando esta é a única prova produzida pela acusação nos autos, é diretamente proporcional à coerência e à fidelidade da versão que esta apresenta dos fatos nas várias fases do processo.Isto não quer dizer que pequenas variações circunstanciais entre o depoimento prestado na fase do inquérito e o prestado na fase judicial invalidem o depoimento da vítima como prova.Por óbvio, o que importa na sua valoração é o conteúdo essencial, ou seja, a descrição dos fatos e das circunstâncias que configuram o fato tipificado na lei penal e que servem de base para a imputação e para a condenação do réu. Com relação a este conteúdo, a análise deve ser rigorosa: a versão deve ser a mais firme e coerente possível, sem titubeios ou, sob pena de não ser suficiente para a formação do convencimento ou do juízo de certeza necessário para a prolação de uma SENTENÇA condenatória.Por outro lado, nenhuma prova tem valor absoluto, nem há prévia hierarquização legal sobre a preponderância de uma modalidade de prova sobre as outras, vigendo um sistema que se costuma chamar de livre convencimento motivado do juiz.Nesta situação, o juiz deve analisar todas as provas produzidas segundo critérios racionais e o resultado deste processo deve ser considerado na medida em que ajude à formação do convencimento do julgador sobre a realidade dos fatos apurados no processo.Então, a palavra da ofendida somente pode ser fundamento de um decreto condenatório quando, além de ser isenta de contradições, se revelar coerente com os demais elementos do processo. Caso contrário, resta a dúvida, que, em matéria penal, equivale à ausência de provas.No caso dos autos, entendo que as palavras da vítima não são suficientes para, por si só, dar azo à expedição de decreto condenatório em desfavor do réu. Isto porque, os fatos foram revelados pela vítima bastante tempo depois de terem supostamente acontecido, o que, s.m.j, não contaria com explicação plausível, considerando que logo após a suposta ocorrência ela foi morar em outra localidade na companhia do namorado e sob os cuidados da genitora dele, do que se infere ausência de situação de risco causa por possíveis represálias, como soe ocorrer.Como se vê, finda a instrução, não há provas suficientes para embasar a SENTENÇA condenatória, porque somente há nos autos, de um lado, a negativa do réu e, de outro, a

versão ofertada pela vítima, considerando que os fatos que se atribuem a ele foi presenciado apenas por Pâmela, prima da vítima,esta que se encontra em lugar não sabido. Vale aqui deixar consignado que, conforme o conteúdo dos princípios que norteiam o processo penal, se na fase do recebimento da denúncia vige o do in dubio pro societate, quando do julgamento vige o do in dubio pro reo.Por fim, frise-se que não é suficiente para a condenação a mera possibilidade de o réu ter praticado o crime. Há necessidade de, finda a dilação probatória, alcançar-se a certeza do que inicialmente se lhe imputou. Mas as incongruências postas à luz não conduzem à necessária certeza exigida à condenação.Sobre o tema, Guilherme de Souza Nucci leciona:Na relação processual, em caso de conflito entre a inocência do réu - e sua liberdade - e o direito-dever do Estado de punir, havendo dúvida razoável, deve o juiz decidir em favor do acusado. Exemplo disso está na previsão de absolvição quando não existir prova suficiente da imputação formulada (art. 386, VII, CPP). Por outro lado, quando DISPOSITIVO s processuais penais forem interpretados, apresentando dúvida razoável quanto ao seu real alcance e sentido, deve-se optar pela versão mais favorável ao acusado, que, como já se frisou, é presumido inocente até que se prove o contrário. Por isso, melhor refletindo, a sua posição, no contexto dos princípios, situa-se dentre aqueles vinculados ao indivíduo e, ainda, é constitucional implícito. Na realidade, ele se acha conectado ao princípio da presunção de inocência (art. 5º, LVII, CF), constituindo autêntica consequência em relação ao fato de que todos os seres humanos nascem livres e em estado de inocência. Alterar esse estado dependerá de prova idônea, produzida pelo órgão estatal acusatório, por meio do devido processo legal. (in Manual de processo penal e execução penal. 5ª. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. p. 96/97).Nelson Hungria assim ensina:(...) A condenação criminal somente pode surgir diante de uma certeza quanto à existência do fato punível, da autoria e da culpabilidade do acusado. Uma prova deficiente, incompleta ou contraditória, gera a dúvida e com ela a obrigatoriedade da absolvição, pois milita em favor do acionado criminalmente uma presunção relativa de inocência (in Da prova no processo penal. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1994. p. 64/65).Heleno Cláudio Fragoso também destaca:A condenação exige a certeza e não basta, sequer, a alta probabilidade, que é apenas um juízo de incerteza de nossa mente em torno à existência de certa realidade (in Jurisprudência Criminal. Bushatsky, v. 2., p. 806).A corroborar a CONCLUSÃO ora exposta está o seguinte julgado:CRIME CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. ARTIGO 217-A DO CÓDIGO PENAL. ADOLESCENTE COM 13 ANOS DE IDADE. SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSO DEFENSIVO. PLEITO ABSOLUTÓRIO. FRAGILIDADE DE PROVAS. CONTRADIÇÃO NAS PALAVRAS DA VÍTIMA NA FASE POLICIAL E JUDICIAL. AUSÊNCIA DE QUALQUER OUTRO ELEMENTO CAPAZ DE TRAZER A COMPROVAÇÃO E VERACIDADE AOS FATOS. DÚVIDA QUANTO À OCORRÊNCIA DO CRIME. ACERVO PROBATÓRIO FRÁGIL. NECESSIDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO IN DUBIO PRO REO. ABSOLVIÇÃO QUE SE IMPÕE. RECURSO PROVIDO. À míngua de provas robustas do ilícito narrado na inicial, impossível a condenação do réu, não bastando, para tanto, somente a presença de indícios isolados ou a eventual certeza moral do cometimento do delito. Afinal, no processo penal, para que se possa concluir pela condenação do acusado, necessário que as provas juntadas ao longo da instrução revelem, de forma absolutamente indubitável, sua responsabilidade por fato definido em lei como crime. (Apelação Criminal n. 2011.098273-7, da Capital rel. Des. Newton Varella Júnior, j. 12-6-2014). (TJ-SC - APR: 20140284197 SC 2014.028419-7 (Acórdão), Relator: Jorge Schaefer Martins, Data de Julgamento: 12/11/2014, Quarta Câmara Criminal Julgado,)III – DISPOSITIVO Firme nas argumentações supra, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão punitiva estatal para o efeito de ABSOLVER RAMIRES SANTOS do cometimento do crime tipificado no art. 213, §1º, do Código Penal no que diz com os fatos narrados na denúncia, firme no art. 386, VII do Código de Ritos.P.R.I.Transitada esta em julgado e após a realização das diligências legais, arquivem-se.Guajará-Mirim-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0004410-48.2015.8.22.0015
Ação:Inquérito Policial (Réu Solto)
Autor:Delegado de Polícia Civil - Ddm
Infrator:José Luiz Eguez Medina
DECISÃO:
SENTENÇA Trata-se de pedido de arquivamento dos presentes autos de Inquérito Policial.Como fundamento, o representante do Ministério Público alega a falta de interesse de agir em razão da prescrição da pretensão punitiva, aferida pela pena máxima abstrata.O bem elaborado parecer ministerial não merece reparos e adoto como razões de decidir.Posto isso, acolho a promoção ministerial, reconhecendo a incidência da prescrição da pretensão punitiva e determino o ARQUIVAMENTO dos presentes autos de Inquérito Policial, com aplicação do art. 395, II, do Código de Processo Penal.P.R.I.Promovam-se as anotações e baixas necessárias.Guajará-Mirim-RO, quinta-feira, 2 de maio de 2019. Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0002155-15.2018.8.22.0015
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Vanessa da Silva de Souza
Advogado:Karlynete de Souza Assis (OAB/AC 3797)
DESPACHO:
DESPACHO Vista ao Ministério Público a fim de que se manifeste quanto a eventual suspensão do feito, em razão da preliminar aventada na defesa escrita apresentada.Oportunamente, tornem conclusos.Guajará-Mirim-RO, quinta-feira, 2 de maio de 2019. Jaires Taves Barreto Juiz de Direito
Neusa de Cássia Souza Ribeiro

Escrivã Judicial Titular

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Guajará-Mirim - Juizado da Fazenda Pública (JEFAP)
Av. XV de Novembro, 1981, Fórum Nelson Hungria, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76980-214
Telefone: (69) 3541-5575 – E-Mail: gum1civel@tjro.jus.br
Processo: 7000791-54.2016.8.22.0015
Classe CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente Nome: MARIA ROSA VASQUES PRATA
Endereço: Av. 7 de Setembro, 2780, Nova Redenção, Nova Mamoré - RO - CEP: 76857-000
Advogado do(a) EXEQUENTE: ADERCIO DIAS SOBRINHO - RO0003476A
Requerido(a) Nome: ESTADO DE RONDÔNIA
Endereço: Avenida Farquar, 2986, - de 2882 a 3056 - lado par, Pedrinhas, Porto Velho - RO - CEP: 76801-470
C E R T I D Ã O / I N T I M A Ç Ã O
Certifico, para os devidos fins, que passo a intimar o autor para requerer em prosseguimento, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/arquivamento do feito.
O certificado é verdade e dou fé.
Guajará-Mirim, 2 de maio de 2019.
LEIDEJANE DE OLIVEIRA SANTOS
Diretor de Secretaria

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Guajará-Mirim - Juizado da Fazenda Pública (JEFAP)
Av. XV de Novembro, 1981, Fórum Nelson Hungria, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76980-214
Telefone: (69) 3541-5575 – E-Mail: gum1civel@tjro.jus.br
Processo: 7001491-30.2016.8.22.0015
Classe CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)

Requerente Nome: GUNNAR GABRIEL ZABALA MELGAR
Endereço: Travessa 219 CS24B, 1923, Planalto, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76980-214
Advogado do(a) EXEQUENTE: ADERCIO DIAS SOBRINHO - RO0003476A
Requerido(a) Nome: ESTADO DE RONDÔNIA
Endereço: Avenida Farquar, 2986, - de 2882 a 3056 - lado par, Pedrinhas, Porto Velho - RO - CEP: 76801-470
C E R T I D Ã O / I N T I M A Ç Ã O
Certifico, para os devidos fins, que passo a intimar o autor para requerer em prosseguimento, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/arquivamento do feito.
O certificado é verdade e dou fé.
Guajará-Mirim, 2 de maio de 2019.
LEIDEJANE DE OLIVEIRA SANTOS
Diretor de Secretaria

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Tribunal de Justiça de Rondônia
Guajará Mirim - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO Processo: 7000167-97.2019.8.22.0015
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Moral
Requerente (s): EDINILSON BRAGA BARROSO CPF nº 754.214.612-20, AV. MARIO PEIXE DE SOUZA 3357 SANTA LUZIA - 76980-214 - VILHENA - RONDÔNIA
Advogado (s): ADRIANE EVANGELISTA BARROSO OAB nº RO7462
DEIVID CRISPIM DE OLIVEIRA OAB nº RO6913
Requerido (s): CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado (s):
DECISÃO
Cuidam os autos de ação declaratória de inexigibilidade de débitos com e pedido de tutela antecipada, proposta por EDINILSON BRAGA BARROSO em desfavor CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A - CERON.
Aduziu o requerente que em fevereiro/2017, os funcionários da empresa requerida compareceram em sua residência, sob o pretexto de que iriam realizar inspeção no relógio medidor de consumo de energia elétrica. No entanto, relatou que não foi lavrado termo de ocorrência de inspeção – TOI, sendo o medidor embalado e lacrado, constando apenas que se encontrava com irregularidades na medição. Alegou que, na ocasião, os prepostos do réu lhe informaram que com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência, haveria a sua comunicação para acompanhar a avaliação técnica, contudo, não recebeu nenhum aviso. Para a sua surpresa, afirmou que em setembro/2018 foi notificado da realização da perícia técnica, havendo a imputação do pagamento de faturamentos em relação aos meses de 01/2017 a 02/2018, no valor de R$2.154,74 (dois mil, cento e cinquenta e quatro reais e setenta e quatro centavos). Desta forma, discordando do valor apurado e cobrado ajuizou a presente demanda.
Assim, requer a antecipação dos efeitos da tutela para evitar o corte no fornecimento de energia elétrica em sua unidade consumidora, bem como que a ré não proceda a inserção de seus dados no cadastro de maus pagadores, em razão do inadimplemento da fatura em questão.
Com a inicial, juntou documentos.
É o relato do necessário. DECIDO.
O art. 300 do NCPC estabelece que:
Art. 300 - A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
§ 1o Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.
§ 2o A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.
§ 3o A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da DECISÃO.
Extrai-se do DISPOSITIVO supratranscrito que, para a concessão da tutela de urgência, faz-se mister a presença dos seguintes requisitos: elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.
No caso em tela, o pedido liminar é fundamentado em falha na prestação dos serviços, pela cobrança de valores reputados supostamente indevidos, que estão sendo questionados junto à requerida, visando evitar consequente interrupção do fornecimento de energia e inserção dos dados do autor nos órgãos de proteção ao crédito.
A antecipação de tutela pretendida deve ser deferida, pois a discussão dos débitos em juízo, mesmo com as limitações próprias do início do conhecimento, implica na impossibilidade do desligamento, inclusive porque a energia elétrica é tida como essencial à vida de qualquer ser humano, sendo serviço de caráter contínuo e indispensável à dignidade da pessoa humana.
Os requisitos legais para a concessão antecipada da tutela jurisdicional, especialmente a verossimilhança da alegação, estão presentes nos autos, tendo em vista que, ao se observar o documento de ID n. 26274281 p.1 é possível verificar que o valor pago pela parte autora nunca se aproximou da fatura apresentada, denotando a suposta tentativa de recuperação de consumo, mostrando-se esta de valor extraordinariamente superior às demais, impondo motivo à discussão do referido débito.
Há de se considerar, ainda, que há fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação para a parte requerente diante da essencialidade do serviço. Ademais, o deferimento da liminar não trará nenhum prejuízo à requerida, haja vista que na hipótese de o pedido ser julgado improcedente, e utilizado o serviço, poderá haver a cobrança pelos meios ordinários, inclusive com negativação.
Por se tratar de relação de consumo, o ônus em demonstrar que a parte autora é devedora do débito impugnado é da requerida e, por isso, sobre este aspecto, desde já inverto o ônus da prova.
Não é razoável inscrever os dados do autor nos órgãos de proteção ao crédito enquanto tramitar a ação por débito discutido em juízo, pois isso poderia expor a parte requerente à situações irreparáveis.
De outra banda, nenhum prejuízo advirá à parte contrária com o deferimento da medida, como já mencionado.
Assim, atenta aos princípios da dignidade da pessoa humana, da continuidade dos serviços públicos e da defesa do consumidor em juízo, vislumbrando presentes os pressupostos legais, DEFIRO a antecipação dos efeitos da tutela requerida e, em consequência, DETERMINO à requerida que se abstenha de interromper a prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica da unidade consumidora de titularidade da parte autora, código único nº 1255773-0, bem como de incluir o nome da parte autora nos cadastros restritivos de crédito, pelo débito descrito na fatura de ID n. 24138773 p.4-5, até ulterior deliberação deste juízo.
Intime-se a requerida a cumprir esta DECISÃO no prazo mencionado, sob pena de multa diária de R$200,00 (duzentos reais), até o limite de R$2.000,00 (dois mil reais).
Aguarde-se a realização da audiência de conciliação designada para o dia 30 de maio de 2019, às 10h40min, a ser realizada na Central de Conciliação - CEJUSC, neste fórum.
Sem prejuízo, ficam as partes desde já intimadas a informar na referida audiência, quais as provas que desejam produzir, de modo justificado, sob pena de preclusão e julgamento do feito no estado em que se encontra, salvo entendimento diverso desta magistrada.

Fica o alerta de que a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas pelo(a) requerido(a) até o ato da audiência de conciliação, nos termos do Art. 3º, inciso X e art. 4º, inciso IV do Provimento Conjunto Presidência e Corregedoria Nº 001/2017. Após, na mesma oportunidade (audiência), o(a) autor(a) deverá se manifestar, em até 10 (dez) minutos, sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados (Art. 3º, inciso XI do Provimento Conjunto Presidência e Corregedoria Nº 001/2017).
O conciliador deve atentar para o integral cumprimento do Provimento acima mencionado, adotando todas as providências necessárias, inclusive instando as partes a declinar as provas que pretendem produzir ou informar se desejam o julgamento antecipado do feito, caso não o tenham feito.
Intimem-se. Expeça-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO.
Guajará Mirim, terça-feira, 30 de abril de 2019.
Karina Miguel Sobral
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Tribunal de Justiça de Rondônia
Guajará Mirim - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO Processo: 7002842-67.2018.8.22.0015
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Honorários Advocatícios
Requerente (s): AURISON DA SILVA FLORENTINO CPF nº 285.720.682-87, - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
Advogado (s): AURISON DA SILVA FLORENTINO OAB nº RO308B
Requerido (s): ISABEL LOPES MORENO CPF nº 127.747.822-87, AV. 08 DE DEZEMBRO 5150 PRÓSPERO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
DESPACHO
Defiro o pedido de dilação, pelo prazo de 10 (dez) dias.
Após transcurso do prazo, manifeste-se a parte autora, indicando o endereço correto do(a) executado(a) e/ou requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção/arquivamento do feito.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO.
Guajará Mirim, terça-feira, 30 de abril de 2019.
Karina Miguel Sobral
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Tribunal de Justiça de Rondônia
Guajará Mirim - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO Processo: 7003358-87.2018.8.22.0015
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Indenização por Dano Moral
Requerente (s): VITOR CARVALHO MIRANDA CPF nº 045.888.456-16, AV. DR. MENDONÇA LIMA 947 CENTRO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
Advogado (s): NATASCHA ALEXANDRINO DE SOUZA GOMES OAB nº MG155714
Requerido (s): SERASA S.A. CNPJ nº 62.173.620/0001-80, AVENIDA CARLOS GOMES 1223, 2 ANDAR, SALA 302 E 304, ED. PORTO SHOPPING CENTRO - 76801-123 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
TELEMAR NORTE LESTE S/A CNPJ nº 33.000.118/0001-79, AVENIDA ROGÉRIO WEBER 2027, - DE 673/674 A 989/990 BAIXA UNIÃO - 76805-820 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado (s): ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO OAB nº RO635
DESPACHO
Recebo o recurso no efeito devolutivo (art. 43 da Lei 9.099/95).
Dê-se vista ao recorrido para, querendo, contra-arrazoar (art. 42, § 2º, da Lei 9.099/95).
Após, com ou sem elas, encaminhem-se os autos à Turma Recursal, com as nossas homenagens.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO.
Guajará Mirim, terça-feira, 30 de abril de 2019.
Karina Miguel Sobral
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Tribunal de Justiça de Rondônia
Guajará Mirim - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO Processo: 7001213-29.2016.8.22.0015
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
Assunto: Dação em Pagamento, Direito de Imagem, Indenização por Dano Material
Requerente (s): OZEIAS FELICIANO ACILIA CPF nº 756.635.112-53, AVENIDA LUIZ DE FRANÇA TORRES 7718 SANTA LUZIA - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
Advogado (s): POLIANA NUNES DE LIMA OAB nº RO7085
Requerido (s): ALECIO BATISTA DA SILVA CPF nº 975.707.704-63, AVENIDA EDUARDO CORREIA DE ARAUJO, MORA NA HORTA AO LADO DE UM CENTRO ESPÍRITA CIDADE NOVA - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
DESPACHO
Em atenção ao requerimento de ID26551687, expeça-se o competente MANDADO de penhora e avaliação dos bens indicados, no endereço informado, intimando-se o executado acerca do prazo para embargos.
Não realizada a penhora ou apresentados embargos, abra-se vista ao exequente para manifestação.
Em caso de inércia da executada, manifeste-se o exequente em 5 dias, requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção/arquivamento.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO.
Guajará Mirim, terça-feira, 30 de abril de 2019.
Karina Miguel Sobral
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Tribunal de Justiça de Rondônia
Guajará Mirim - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO Processo: 7003638-29.2016.8.22.0015
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
Assunto: Perdas e Danos
Requerente (s): CLEIDEIR NUNES LIMA - ME CNPJ nº 01.902.307/0001-40, ANTONIO LUCAS DE ARAUJO 3465 CENTRO - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
Advogado (s): POLIANA NUNES DE LIMA OAB nº RO7085
Requerido (s): FERNANDO BUENO MARRA CPF nº 692.837.021-15, ANTONIO LUCAS DE ARAUJO 4188 CENTRO - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
DESPACHO
Defiro o pedido de ID26566739.
Nesta data procedi à busca de informações pelo sistema RENAJUD e, como demonstra o documento anexo, foi localizado veículo.

Assim, expeça-se o competente MANDADO de penhora e avaliação do bem em anexo, intimando-se o(a) executado(a) para, querendo, apresentar embargos no prazo legal.
Realizada a penhora, voltem os autos conclusos para seu registro no sistema RENAJUD, bem como bloqueio do bem.
Apresentados embargos, vista para impugnação.
Não realizada a penhora ou não apresentados embargos, manifeste-se a exequente no prazo de 5 dias, sob pena de extinção/arquivamento.
Em caso de inércia, certifique-se e remetam-se os autos à CONCLUSÃO.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO.
Guajará Mirim, terça-feira, 30 de abril de 2019.
Karina Miguel Sobral
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Tribunal de Justiça de Rondônia
Guajará Mirim - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO Processo: 7000933-87.2018.8.22.0015
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Nota Promissória, Juros
Requerente (s): NEIDIMAR XAVIER VIRISSIMO DE BARROS 70403783291 CNPJ nº 17.172.507/0001-25, AVENIDA SÃO PAULO S/N, DISTRITO DE NOVA DIMENSÃO NOVO HORIZONTE - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
Advogado (s): CAROLINA ALVES DOS SANTOS OAB nº RO8664
Requerido (s): MARIA MENDES CPF nº DESCONHECIDO, AV. BELO HORIZONTE S/N, DISTRITO DE NOVA DIMENSÃO CENTRO - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do artigo 38 da Lei N. 9.099/95.
A exequente, apesar de intimada, não se manifestou dentro do prazo fixado, conforme observa-se nos autos, deixando de cumprir diligência que lhe competia. A análise dos autos permite concluir que a exequente permanece inerte há mais de trinta dias, não tendo se manifestado até o presente momento, demonstrando desinteresse e abandono pela causa.
Posto isso, nos moldes artigo 485, inciso III, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o feito, sem resolução de MÉRITO, independentemente de nova intimação pessoal da parte (art. 51, §1º, Lei 9.099/95), determinando o arquivamento dos autos.
Publique-se. Registre-se.
Após, arquive-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO.
Guajará Mirim, terça-feira, 30 de abril de 2019.
Karina Miguel Sobral
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Tribunal de Justiça de Rondônia
Guajará Mirim - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO Processo: 7000180-96.2019.8.22.0015
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Liquidação / Cumprimento / Execução
Requerente (s): DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES CPF nº 609.329.889-20, - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
Advogado (s): DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES OAB nº RO301B
Requerido (s): VALMIR ARDAIA DE SOUZA CPF nº 183.301.342-53, AV. DOM PEDRO I 2363 SANTA LUZIA - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
Advogado (s):
SENTENÇA
Relatório dispensado (Lei 9.099/95, art. 38, caput).
É entendimento jurisprudencial pacificado de que as SENTENÇA s meramente homologatórias não necessitam ser fundamentadas, incluindo-se neste rol as homologatórias de transação.
POSTO ISSO, homologo o acordo ao qual chegaram as partes (ID Num. 26035691), para que surta seus jurídicos e legais efeitos, julgando extinto o processo com análise do MÉRITO (CPC, art. 487, inc. III, alínea “b”).
Sem custas e honorários advocatícios (Lei 9.099/95, art. 55, caput).
Publique-se. Registre-se.
Após, arquive-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO.
Guajará Mirim, terça-feira, 30 de abril de 2019.
Karina Miguel Sobral
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Tribunal de Justiça de Rondônia
Guajará Mirim - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO Processo: 7000008-57.2019.8.22.0015
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Inadimplemento
Requerente (s): S. DE SOUZA SAMPAIO - ME CNPJ nº 04.168.917/0001-50, AV SEBASTIÃO JOÃO CLÍMACO 7061 CENTRO - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
Advogado (s): ARYANE KELLY SILVA SAMPAIO OAB nº RO8625
Requerido (s): GILSON PEREIRA CAMPOS CPF nº 959.376.842-49, AV QUINTINO BOCAIUVA 8520 PLANALTO - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
DESPACHO
Determino que a escrivania atualize o cadastro do requerido com os dados apresentados no ID26569805.
Considerando o novo endereço apresentado, defiro o pedido da parte autora. Designe-se audiência de conciliação para pauta imediatamente disponível no Posto Avançado de Nova Mamoré.
Expeça-se o necessário para citação e intimação das partes, considerando o endereço de ID26569805 para citação/intimação do(a) requerido(a).
Na hipótese de a diligência ser negativa, informe a parte autora o endereço atualizado do(a) requerido(a).
Sem prejuízo, ficam as partes desde já intimadas a informar na referida audiência quais as provas que desejam produzir, de modo justificado, sob pena de preclusão e julgamento do feito no estado em que se encontra, salvo entendimento diverso desta magistrada.
Fica o alerta de que a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas pelo(a) requerido(a) até o ato da audiência de conciliação, nos termos do Art. 3º, inciso X e art. 4º, inciso IV do Provimento Conjunto Presidência e Corregedoria Nº 001/2017.
Após, na mesma oportunidade (audiência), o(a) autor(a) deverá se manifestar, em até 10 (dez) minutos, sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados (Art. 3º, inciso XI do Provimento Conjunto Presidência e Corregedoria Nº 001/2017).
O conciliador deve atentar para o integral cumprimento do Provimento acima mencionado, adotando todas as providências necessárias, inclusive instando as partes a declinar as provas que pretendem produzir ou informar se desejam o julgamento antecipado do feito, caso não o tenham feito.
Intimem-se. Expeça-se o necessário.

SERVE O PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO.
Guajará Mirim, terça-feira, 30 de abril de 2019.
Karina Miguel Sobral
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Tribunal de Justiça de Rondônia
Guajará Mirim - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO Processo: 7004310-66.2018.8.22.0015
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Inadimplemento, Nota Promissória
Requerente (s): E. P. K. VALADAO SAMPAIO - ME CNPJ nº 11.172.774/0001-16, AV QUINTINO BOCAIUVA 7078, CRISTI MERCANTIL CENTRO - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
Advogado (s): ARYANE KELLY SILVA SAMPAIO OAB nº RO8625
Requerido (s): DINO ELIAS CPF nº 456.874.982-49, AV 1º DE MAIO 2848 C CIDADE NOVA - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
DESPACHO
Considerando que o requerido não foi citado/intimado para comparecer à audiência de conciliação inicialmente designada, designe-se nova audiência de conciliação para pauta imediatamente disponível.
Expeça-se o necessário para intimação das partes.
Sem prejuízo, ficam as partes desde já intimadas a informar na referida audiência quais as provas que desejam produzir, de modo justificado, sob pena de preclusão e julgamento do feito no estado em que se encontra, salvo entendimento diverso desta magistrada.
Fica o alerta de que a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas pelo(a) requerido(a) até o ato da audiência de conciliação, nos termos do Art. 3º, inciso X e art. 4º, inciso IV do Provimento Conjunto Presidência e Corregedoria Nº 001/2017. Após, na mesma oportunidade (audiência), o(a) autor(a) deverá se manifestar, em até 10 (dez) minutos, sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados (Art. 3º, inciso XI do Provimento Conjunto Presidência e Corregedoria Nº 001/2017).
O conciliador deve atentar para o integral cumprimento do Provimento acima mencionado, adotando todas as providências necessárias, inclusive instando as partes a declinar as provas que pretendem produzir ou informar se desejam o julgamento antecipado do feito, caso não o tenham feito.
Intimem-se. Expeça-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO.
Guajará Mirim, terça-feira, 30 de abril de 2019.
Karina Miguel Sobral
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Tribunal de Justiça de Rondônia
Guajará Mirim - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO Processo: 7000242-39.2019.8.22.0015
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Inadimplemento
Requerente (s): E. P. K. VALADAO SAMPAIO - ME CNPJ nº 11.172.774/0001-16, SEM ENDEREÇO
Advogado (s): ARYANE KELLY SILVA SAMPAIO OAB nº RO8625
Requerido (s): RAIMUNDO NONATO DIAS CPF nº 337.334.238-44, SEM ENDEREÇO
SENTENÇA
Relatório dispensado (Lei 9.099/95, art. 38, caput).
É entendimento jurisprudencial pacificado de que as SENTENÇA s meramente homologatórias não necessitam ser fundamentadas, incluindo-se neste rol as homologatórias de transação.
POSTO ISSO, homologo o acordo ao qual chegaram as partes (ID Num. 26804037), para que surta seus jurídicos e legais efeitos, julgando extinto o processo com análise do MÉRITO (CPC, art. 487, inc. III, alínea “b”).
Sem custas e honorários advocatícios (Lei 9.099/95, art. 55, caput).
Publique-se. Registre-se.
Após, arquive-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO.
Guajará Mirim, terça-feira, 30 de abril de 2019.
Karina Miguel Sobral
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Tribunal de Justiça de Rondônia
Guajará Mirim - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO Processo: 7000602-13.2015.8.22.0015
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
Assunto: Pagamento
Requerente (s): E. P. K. VALADAO SAMPAIO - ME CNPJ nº 11.172.774/0001-16, SEM ENDEREÇO
Advogado (s): ARYANE KELLY SILVA SAMPAIO OAB nº RO8625
Requerido (s): ELENICE MOTA DOS SANTOS CPF nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO
Advogado (s):
DESPACHO
Efetue-se a mudança de classe para cumprimento de SENTENÇA.
Intime-se a parte executada, na pessoa do seu advogado constituído nos autos ou pessoalmente, para efetuar o pagamento da condenação, no prazo de quinze dias, sob pena de incidência a multa de 10% (dez por cento), além de custas, se houver, nos termos do art. 523 e parágrafos do Código de Processo Civil.
Caso efetue o pagamento através de depósito judicial, desde já autorizo a expedição de alvará em favor da exequente. Em seguida, venham os autos conclusos para extinção.
Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.
Apresentados embargos, intime-se o exequente para, querendo, manifestar-se.
Após, intimem-se as partes para especificarem provas no prazo de 5 dias, sob pena de julgamento do feito no estado em que se encontra.
Ademais, não efetuado o pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de nova intimação do credor, poderá a parte exequente efetuar pedido de pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, devendo fazê-lo diretamente, instruindo o pedido com a presente DECISÃO.
Por fim, certificado o trânsito em julgado da DECISÃO e transcorrido o prazo do art. 523, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC (protesto), que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil (cadastro inadimplentes).
Em caso de inércia, voltem conclusos para análise dos pedidos de ID26704272.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO.
Guajará Mirim, terça-feira, 30 de abril de 2019.
Karina Miguel Sobral
Juiz(a) de Direito

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Tribunal de Justiça de Rondônia
Guajará Mirim - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO Processo: 7004230-05.2018.8.22.0015
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Inadimplemento
Requerente (s): RODRIGUES & ROCHA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - EPP CNPJ nº 11.215.319/0002-31, SEM ENDEREÇO
Advogado (s): ARYANE KELLY SILVA SAMPAIO OAB nº RO8625
Requerido (s): DENIVALDO LIMA DA SILVA CPF nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO
DESPACHO
Considerando que o requerido não foi citado/intimado para comparecer à audiência de conciliação inicialmente designada, designe-se nova audiência de conciliação para pauta imediatamente disponível.
Expeça-se o necessário para intimação das partes.
Sem prejuízo, ficam as partes desde já intimadas a informar na referida audiência quais as provas que desejam produzir, de modo justificado, sob pena de preclusão e julgamento do feito no estado em que se encontra, salvo entendimento diverso desta magistrada.
Fica o alerta de que a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas pelo(a) requerido(a) até o ato da audiência de conciliação, nos termos do Art. 3º, inciso X e art. 4º, inciso IV do Provimento Conjunto Presidência e Corregedoria Nº 001/2017. Após, na mesma oportunidade (audiência), o(a) autor(a) deverá se manifestar, em até 10 (dez) minutos, sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados (Art. 3º, inciso XI do Provimento Conjunto Presidência e Corregedoria Nº 001/2017).
O conciliador deve atentar para o integral cumprimento do Provimento acima mencionado, adotando todas as providências necessárias, inclusive instando as partes a declinar as provas que pretendem produzir ou informar se desejam o julgamento antecipado do feito, caso não o tenham feito.
Intimem-se. Expeça-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO.
Guajará Mirim, terça-feira, 30 de abril de 2019.
Karina Miguel Sobral
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Tribunal de Justiça de Rondônia
Guajará Mirim - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO Processo: 7002499-71.2018.8.22.0015
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Perdas e Danos
Requerente (s): S. DE SOUZA SAMPAIO - ME CNPJ nº 04.168.917/0001-50, SEM ENDEREÇO
Advogado (s): ARYANE KELLY SILVA SAMPAIO OAB nº RO8625
Requerido (s): JOAO INACIO XAVIER CPF nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO
DESPACHO
Considerando que o requerido não foi citado/intimado para comparecer à audiência de conciliação inicialmente designada, designe-se nova audiência de conciliação para pauta imediatamente disponível.
Expeça-se o necessário para intimação das partes.
Sem prejuízo, ficam as partes desde já intimadas a informar na referida audiência quais as provas que desejam produzir, de modo justificado, sob pena de preclusão e julgamento do feito no estado em que se encontra, salvo entendimento diverso desta magistrada.
Fica o alerta de que a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas pelo(a) requerido(a) até o ato da audiência de conciliação, nos termos do Art. 3º, inciso X e art. 4º, inciso IV do Provimento Conjunto Presidência e Corregedoria Nº 001/2017. Após, na mesma oportunidade (audiência), o(a) autor(a) deverá se manifestar, em até 10 (dez) minutos, sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados (Art. 3º, inciso XI do Provimento Conjunto Presidência e Corregedoria Nº 001/2017).
O conciliador deve atentar para o integral cumprimento do Provimento acima mencionado, adotando todas as providências necessárias, inclusive instando as partes a declinar as provas que pretendem produzir ou informar se desejam o julgamento antecipado do feito, caso não o tenham feito.
Intimem-se. Expeça-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO.
Guajará Mirim, terça-feira, 30 de abril de 2019.
Karina Miguel Sobral
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Tribunal de Justiça de Rondônia
Guajará Mirim - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO Processo: 7000064-27.2018.8.22.0015
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
Assunto: Indenização por Dano Moral
Requerente (s): ISMAELSON COSTA DE MOURA CPF nº 527.130.672-00, AV. GIÁCOMO CASARA 572, TEL 69 99954-0509 OU 69 99228-1868 PLANALTO - 76980-214 - VILHENA - RONDÔNIA
Requerido (s): BANCO DO BRASIL SA CNPJ nº 00.000.000/0390-55, AV. DR. MENDONÇA LIMA 388 CENTRO - 76980-214 - VILHENA - RONDÔNIA
Advogado (s): SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB nº AC6673
DESPACHO
Considerando o comprovante de depósito judicial efetuado pelo requerido, expeça-se o competente alvará em favor da parte exequente, para que proceda o levantamento do valor de R$ 3.990,79 (três mil novecentos e noventa reais e setenta e nove centavos), BEM COMO OS ACRÉSCIMOS LEGAIS.
Sem prejuízo, considerando os valores depositados a maior, expeça-se o competente alvará em favor do executado no importe de R$ 1.991,30 (mil novecentos e noventa e um reais e trinta centavos).
Fica desde já autorizada a expedição de novo alvará, na hipótese de comparecimento da parte, em razão do vencimento, ou transferência bancária, caso solicitado.
A instituição financeira deverá ser alertada a encerrar a conta.
Após, manifeste-se o exequente em termos de prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção/arquivamento.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO.
Guajará Mirim, terça-feira, 30 de abril de 2019.
Karina Miguel Sobral
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Guajará-Mirim - 1ª Juizado Especial Cível
Processo: 7001653-25.2016.8.22.0015
Classe JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente Nome: EDUARDO DE SOUZA BRUNORO

Endereço: Av. Porto Carreiro, 855, Centro, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76980-214
Requerido(a) Nome: REBOUCAS E SOARES IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - ME
Endereço: Av. 15 de novembro, 520, Centro, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76980-214
Nome: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA
Endereço: THOMAS NILSEN JUNIOR, 150, PARTE A, PARQUE IMPERADOR, Campinas - SP - CEP: 13097-105
Advogado(s) do reclamado: SAMIR MUSSA BOUCHABKI, RAFAEL GOOD GOD CHELOTTI, ANA CAROLINA REMIGIO DE OLIVEIRA
C E R T I D Ã O / I N T I M A Ç Ã O
CERTIFICO E DOU FÉ QUE, em cumprimento ao inciso II, do Art. 3º, da Portaria n. 01/2016, de 24 de abril de 2016, deste juízo, em razão do retorno dos autos da TURMA RECURSAL, passo a intimar as partes para manifestação em termos de prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento do feito, do que para constar lavrei a presente certidão.
, 30 de abril de 2019.
RICARDO SOUZA RIBEIRO
Diretor de Secretaria

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Tribunal de Justiça de Rondônia
Guajará Mirim - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO Processo: 7000933-87.2018.8.22.0015
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Nota Promissória, Juros
Requerente (s): NEIDIMAR XAVIER VIRISSIMO DE BARROS 70403783291 CNPJ nº 17.172.507/0001-25, AVENIDA SÃO PAULO S/N, DISTRITO DE NOVA DIMENSÃO NOVO HORIZONTE - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
Advogado (s): CAROLINA ALVES DOS SANTOS OAB nº RO8664
Requerido (s): MARIA MENDES CPF nº DESCONHECIDO, AV. BELO HORIZONTE S/N, DISTRITO DE NOVA DIMENSÃO CENTRO - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do artigo 38 da Lei N. 9.099/95.
A exequente, apesar de intimada, não se manifestou dentro do prazo fixado, conforme observa-se nos autos, deixando de cumprir diligência que lhe competia. A análise dos autos permite concluir que a exequente permanece inerte há mais de trinta dias, não tendo se manifestado até o presente momento, demonstrando desinteresse e abandono pela causa.
Posto isso, nos moldes artigo 485, inciso III, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o feito, sem resolução de MÉRITO, independentemente de nova intimação pessoal da parte (art. 51, §1º, Lei 9.099/95), determinando o arquivamento dos autos.
Publique-se. Registre-se.
Após, arquive-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO.
Guajará Mirim, terça-feira, 30 de abril de 2019.
Karina Miguel Sobral
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Tribunal de Justiça de Rondônia
Guajará Mirim - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO Processo: 7000063-08.2019.8.22.0015
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Indenização por Dano Material, Indenização por Dano Material, Fornecimento de Energia Elétrica
Requerente (s): ALVERINHA LIMA BATISTA CPF nº 419.299.852-15, LINHA ELETRONICA KM 08 ZONA RURAL - 76980-214 - VILHENA - RONDÔNIA
Advogado (s): TIAGO DOS SANTOS DE LIMA OAB nº RO7199
Requerido (s): CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, TRAVESSA DOS NAVEGANTES CENTRO - 76980-214 - VILHENA - RONDÔNIA
Advogado (s): MARCIO MELO NOGUEIRA OAB nº RO2827
SENTENÇA
Trata-se de ação pelo rito especial da lei 9.099/95.
A parte autora requereu a extinção do processo consoante se infere do pedido acostado no ID 26116846.
Não há impedimento ao deferimento do pedido, vez que o(a) autor(a) pode desistir do feito a qualquer tempo, independentemente de concordância da parte adversa, até porque nenhum prejuízo advém para o réu, vez que, mesmo vencedor não poderia postular honorários da parte contrária, consoante disposição da Lei 9.099/95.
Diante do exposto, acato o pedido de desistência da ação a qual homologo para os fins do art. 200, parágrafo único, do CPC.
Em consequência, julgo extinto o processo com fundamento no art. 485, VIII, do CPC.
Publique-se. Registre-se.
Após, arquive-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO.
Guajará Mirim, terça-feira, 30 de abril de 2019.
Karina Miguel Sobral
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Guajará-Mirim - 1ª Juizado Especial Cível
Processo: 7002694-56.2018.8.22.0015
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: AURISON DA SILVA FLORENTINO
Advogado do(a) EXEQUENTE: AURISON DA SILVA FLORENTINO - RO308-B
EXECUTADO: NIVALDO RIBERA DE OLIVEIRA
Advogado(s) do reclamado: NIVALDO RIBERA DE OLIVEIRA
Advogado do(a) EXECUTADO: NIVALDO RIBERA DE OLIVEIRA - RO3527
ATO ORDINATÓRIO
FINALIDADE: Intimar o exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar planilha atualizada, excluindo-se do cálculo o importe de 10% a título de honorários advocatícios.
Guajará Mirim, 2 de maio de 2019

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Tribunal de Justiça de Rondônia
Guajará Mirim - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO Processo: 7000025-93.2019.8.22.0015
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Direito de Imagem, Direito de Imagem, Indenização por Dano Moral, Dever de Informação
Requerente (s): RAYDSON BEZERRA RODRIGUES CPF nº 999.726.112-72, AV. ESTEVAO CORREA 4064 PROSPERO - 76980-214 - VILHENA - RONDÔNIA
Advogado (s): NIVALDO RIBERA DE OLIVEIRA OAB nº RO3527
Requerido (s): BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. CNPJ nº 07.207.996/0001-50, BANCO BRADESCO S.A. s/n, NUC CIDADE DE DEUS VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ
Advogado (s): PAULO EDUARDO PRADO OAB nº AL11819
DESPACHO
Defiro o pedido acostado à ata de audiência.

Intime-se o requerente para comprovar as informações prestadas em audiência pelo causídico no prazo máximo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito por desídia e condenação em custas processuais.
Decorrido o prazo supra, conclusos para deliberações.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO.
Guajará Mirim, quinta-feira, 2 de maio de 2019.
Karina Miguel Sobral
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Tribunal de Justiça de Rondônia
Guajará Mirim - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO Processo: 7000269-22.2019.8.22.0015
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens
Requerente (s): BARROSO E RODRIGUES ADVOGADOS ASSOCIADOS CNPJ nº 28.811.168/0001-04, AV. CAMPOS SALES 1.190, GALERIA MENEZES TAMANDARÉ - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
Advogado (s): ERICK ALLAN DA SILVA BARROSO OAB nº RO4624, GENIVAL RODRIGUES PESSOA JUNIOR OAB nº RO7185
Requerido (s): HELIE JUNIOR BEZERRA CPF nº 051.714.402-63, RUA DAS PALMEIRAS APARTAMENTO 610 GOPOÚVA - 07022-000 - GUARULHOS - SÃO PAULO
Advogado (s):
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do artigo 38 da Lei N. 9.099/95.
A parte autora, requereu em audiência prazo para apresentação de novo endereço, porém não se manifestou dentro do prazo, conforme observa-se nos autos, deixando de cumprir diligência que lhe competia. A análise dos autos permite concluir que o(a) autor(a) permanece inerte há mais de trinta dias, não tendo se manifestado até o presente momento, demonstrando desinteresse e abandono pela causa.
Posto isso, nos moldes artigo 485, inciso III, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o feito, sem resolução de MÉRITO, independentemente de nova intimação pessoal da parte (art. 51, §1º, Lei 9.099/95), determinando o arquivamento dos autos.
Publique-se. Registre-se.
Após, arquive-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO.
Guajará Mirim, quinta-feira, 2 de maio de 2019.
Karina Miguel Sobral
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Guajará-Mirim - 1ª Juizado Especial Cível
Processo: 7002769-95.2018.8.22.0015
Classe EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Requerente Nome: E. P. K. VALADAO SAMPAIO - ME
Endereço: Av Quintino Bocaiuva, 7078, Cristi Mercantil, Centro, Nova Mamoré - RO - CEP: 76857-000
Advogado do(a) EXEQUENTE: ARYANE KELLY SILVA SAMPAIO - RO8625
Requerido(a) Nome: MARIA LUIZA DE CARVALHO ANDRADE LOPES
Endereço: Linha 23 - B,, Km 15, Zona Rural, Nova Mamoré - RO - CEP: 76857-000
C E R T I D Ã O
Certifico, para os devidos fins de direito, que ante o certificado pelo oficial de justiça, passo a intimar a parte requerente/exequente para manifestação, no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento do feito.
O certificado é verdade e dou fé.
, 30 de abril de 2019.
RICARDO SOUZA RIBEIRO
Diretor de Secretaria

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Tribunal de Justiça de Rondônia
Guajará Mirim - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO Processo: 7001392-94.2015.8.22.0015
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
Assunto: Dação em Pagamento
Requerente (s): E. P. K. VALADAO SAMPAIO - ME CNPJ nº 11.172.774/0001-16, AVENIDA QUINTINO BOCAIUVA 7078, ESTABELECIMENTO COMERCIAL CENTRO - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
Advogado (s): ARYANE KELLY SILVA SAMPAIO OAB nº RO8625
Requerido (s): JOSIAS ALVES DE ANDRADE CPF nº 635.977.802-53, BR 425, KM 2,5, EM FRENTE AO AGROPARK ZONA RURAL - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
DESPACHO
Considerando que o executado não foi encontrado para ser intimado acerca da penhora online parcial realizada, proceda-se o necessário à sua intimação, no endereço indicado no ID26673625, nos termos do DESPACHO de ID23476587.
Na oportunidade, tendo em vista que o valor penhorado não é suficiente para quitar o débito, em atenção ao requerimento de ID26673625, proceda-se o Sr. Oficial de Justiça a penhora e avaliação dos bens que guarneçam a residência e sejam penhoráveis, dando preferência aos bens indicados no requerimento da exequente (celular, tablet, notebook, computador), intimando-se o(a) executado(a) acerca do prazo para embargos.
Não realizada a penhora ou apresentados embargos, abra-se vista à exequente para manifestação.
Em caso de inércia do(a) executado(a), manifeste-se a exequente em 5 dias, requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção/arquivamento.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO.
Guajará Mirim, quinta-feira, 2 de maio de 2019.
Karina Miguel Sobral
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Tribunal de Justiça de Rondônia
Guajará Mirim - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO Processo: 7000231-10.2019.8.22.0015
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Inadimplemento
Requerente (s): E. P. K. VALADAO SAMPAIO - ME CNPJ nº 11.172.774/0001-16, AV QUINTINO BOCAIUVA 7078, CRISTI MERCANTIL CENTRO - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
Advogado (s): ARYANE KELLY SILVA SAMPAIO OAB nº RO8625
Requerido (s): ADEMILSON RIBEIRO COSTA CPF nº 694.302.762-04, 3ª LINHA DO RIBEIRÃO Km 15 ZONA RURAL - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
SENTENÇA
Relatório dispensado (Lei 9.099/95, art. 38, caput).
Tratam os autos de ação de cobrança.
Citada, nos termos do Enunciado 05 do FONAJE, a parte ré não compareceu à audiência e nem contestou os fatos alegados na

exordial, operando-se os efeitos da revelia, na forma do art. 20 da Lei 9.099/95 e art. 344 do NCPC acarretando as consequências jurídicas apontadas na exordial.
Além disso, há prova da dívida contraída pelo(a) requerido(a) e não paga, no valor de R$ 1.756,29, consoante se infere dos documentos acostados nos autos.
Diante do exposto, julgo procedente o pedido, condenando o réu a pagar à autora a importância de R$ 1.756,29, que deverá ser acrescida de juros de 1,0% (um cento) desde a citação, e correção monetária a partir do ajuizamento da ação.
Por fim, declaro extinto o feito com resolução do MÉRITO, nos termos do art. 487, I, do CPC.
Sem condenação em custas e verba honorária, nos termos da lei.
SENTENÇA registrada automaticamente no sistema.
Publique-se e intimem-se as partes, bem como o requerido para pagamento integral do quantum determinado (valor da condenação acrescido dos consectários legais determinados), em 15 (quinze) dias, contados do trânsito em julgado da DECISÃO, nos moldes do art. 513, §2º, do NCPC, e Enunciados Cíveis FONAJE n. 97 e FOJUR n. 05, sob pena de acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o montante total líquido e certo, independentemente de outra intimação, nos termos do artigo 523 do NCPC.
Havendo depósito judicial dentro do prazo previsto no artigo acima mencionado, expeça-se alvará a favor da parte credora ou transferência bancária, se o caso, arquivando-se os autos na sequência.
Na hipótese de não pagamento e existência de pedido de cumprimento de SENTENÇA, modifique-se a classe e encaminhem-se os autos à CONCLUSÃO.
Após, nada sendo requerido em termos de prosseguimento, adotadas as providências de praxe, arquive-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO.
Guajará Mirim, quinta-feira, 2 de maio de 2019.
Karina Miguel Sobral
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Tribunal de Justiça de Rondônia
Guajará Mirim - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO Processo: 7003923-85.2017.8.22.0015
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Perdas e Danos, Indenização por Dano Moral
Requerente (s): WESLEY TRISTAO PACHECO CPF nº 037.633.196-89, AV. PIMENTA BUENO 1030, TEL 68 99937-2699 SÃO JOSÉ - 76980-214 - VILHENA - RONDÔNIA
Requerido (s): TRES COMERCIO DE PUBLICACOES LTDA. CNPJ nº 00.597.491/0002-80, EDITORA TRÊS LTDA 1212, RUA WILLIAM SPEERS LAPA DE BAIXO - 05067-900 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
Advogado (s): RODRIGO BORGES VAZ DA SILVA OAB nº BA15462, SAULO VELOSO SILVA OAB nº BA15028, ISRAEL AUGUSTO ALVES FREITAS DA CUNHA OAB nº RO2913
DESPACHO
Expeça-se o competente alvará em favor de WESLEY TRISTÃO PACHECO, para que proceda o levantamento dos valores de R$3.385,35 (três mil trezentos e oitenta e cinco reais e trinta e cinco centavos), consoante comprovante de pagamento acostado no ID26190648, bem como os acréscimos legais.
Fica desde já autorizada a expedição de novo alvará, na hipótese de comparecimento da parte, em razão do vencimento ou transferência, se requerida.
Após, manifeste-se a parte autora em termos de prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção/arquivamento do feito.
Expeça-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO.
Guajará Mirim, quinta-feira, 2 de maio de 2019.
Karina Miguel Sobral
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Tribunal de Justiça de Rondônia
Guajará Mirim - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO Processo: 7000471-38.2015.8.22.0015
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
Assunto: Pagamento
Requerente (s): E. P. K. VALADAO SAMPAIO - ME CNPJ nº 11.172.774/0001-16, AV. ALONÇO EUGENIO DE MELO 2754 REDENÇÃO - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
Advogado (s): ARYANE KELLY SILVA SAMPAIO OAB nº RO8625
Requerido (s): DIOMEDIO CUNHA DE OLIVEIRA CPF nº 308.140.142-91, AV MANOEL FERNANDES 3959, APARTAMENTO MARCELINHO CENTRO - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
DESPACHO
Chamo o feito à ordem.
Analisando os autos, observa-se que o requerido foi citado pessoalmente e em audiência de conciliação realizou acordo com a parte autora, contudo, deixou de cumprir sua parte, motivo pelo qual iniciou o cumprimento de SENTENÇA. No entanto, consoante se verifica dos autos, não houve tentativa de intimação pessoal do executado para o cumprimento da obrigação.
Assim, a fim de evitar futura alegação de nulidade, intime-se a parte executada, na pessoa do seu advogado constituído nos autos ou pessoalmente, para efetuar o pagamento da condenação, no prazo de quinze dias, sob pena de incidência a multa de 10% (dez por cento), além de custas, se houver, nos termos do art. 523 e parágrafos do Código de Processo Civil.
Caso efetue o pagamento através de depósito judicial, desde já autorizo a expedição de alvará em favor da exequente. Em seguida, venham os autos conclusos para extinção.
Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.
Ademais, não efetuado o pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de nova intimação do credor, poderá a parte exequente efetuar pedido de pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, devendo fazê-lo diretamente, instruindo o pedido com a presente DECISÃO.
Por fim, certificado o trânsito em julgado da DECISÃO e transcorrido o prazo do art. 523, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC (protesto), que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil (cadastro inadimplentes).
Em caso de inércia, voltem conclusos para análise dos pedidos de ID26704278.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO.
Guajará Mirim, quinta-feira, 2 de maio de 2019.
Karina Miguel Sobral
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Tribunal de Justiça de Rondônia
Guajará Mirim - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO Processo: 7000013-79.2019.8.22.0015

Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Inadimplemento, Nota Promissória, Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens
Requerente (s): E. P. K. VALADAO SAMPAIO - ME CNPJ nº 11.172.774/0001-16, AV QUINTINO BOCAIUVA 7078, CRISTI MERCANTIL CENTRO - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
Advogado (s): ARYANE KELLY SILVA SAMPAIO OAB nº RO8625
Requerido (s): AZENETE DA SILVA SANTOS CPF nº 612.005.732-34, AV 12 DE OUTUBRO 4101 NOVO HORIZONTE - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA

DESPACHO
Indefiro o pedido de pesquisas no sistema INFOJUD e BACENJUD para localização do endereço da requerida, uma vez que a requerente não comprovou as diligências realizadas para localização deste, observando-se que estão a seu alcance, a título exemplificativo, pesquisas junto ao Cartório de Registro de Imóveis, Detran, Jucesp, Empresas de Telefonia, entre outros.
Assim, intime-se a requerente para indicar o endereço da requerida ou comprovar documentalmente as diligências realizadas, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção/arquivamento.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO.
Guajará Mirim, quinta-feira, 2 de maio de 2019.
Karina Miguel Sobral
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Guajará-Mirim - 1ª Juizado Especial Cível
Telefone: (69) 3541-2368 – E-Mail: gum1civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7003007-17.2018.8.22.0015
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: S. DE SOUZA SAMPAIO - ME
Advogado(s) do reclamante: ARYANE KELLY SILVA SAMPAIO
INTIMAÇÃO PARA AUDIÊNCIA
Intimação DE:
S. DE SOUZA SAMPAIO - ME
Av Sebastião João Clímaco, 7061, Centro, Nova Mamoré - RO - CEP: 76857-000
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Juizado Especial Cível de Guajará-Mirim, fica V. Sa. intimada a comparecer a Audiência de Conciliação deste processo a ser realizada neste Juizado, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação Sala: POSTO DE NOVA MAMORÉ Data: 01/07/2019 Hora: 10:20
ADVERTÊNCIA: I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo; II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos; III – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar; IV – a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; V – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; VI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; VII – o não comparecimento injustificado do autor implicará na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; VIII – o não comparecimento do requerido a quaisquer das audiências designadas implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; IX – deverão comparecer à audiência designada munidos de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; X – a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas até o ato da audiência de conciliação; XI – na mesma oportunidade, o autor deverá se manifestar, em até 10 (dez) minutos, sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados; XII – não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento; XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. Tratando de empresa deve-se observar o Enunciado 141 do FONAJE: "(Substitui o Enunciado 110) – A microempresa e a empresa de pequeno porte, quando autoras, devem ser representadas, inclusive em audiência, pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (XXVIII Encontro – Salvador/BA)."
Guajará Mirim, 2 de maio de 2019.
JALUSA LUARA BRASIL DE SOUZA
Técnica Judiciária

2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO Guajará Mirim - 2ª Vara do Juizado Especial Cível Processo: 7002135-36.2017.8.22.0015
Classe/Assunto: Cumprimento de SENTENÇA / Cobrança de Aluguéis - Sem despejo
Distribuição: 05/07/2017
Requerente: EXEQUENTE: MARIA LILI AZOGUE DORADO DE SOUZA, AV. DR. LEWERGER 5283, TEL69 99904-6831 PRÓSPERO - 76980-214 - VILHENA - RONDÔNIA
Advogado (a) Requerente: ADVOGADO DO EXEQUENTE:
Requerido: EXECUTADO: JOB DA SILVA FERREIRA, AVENIDA RIO BRANCO 3379, TEL 69 98401-5171 JARDIM JORGE TEIXEIRA - 76876-573 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado (a) Requerida: ADVOGADO DO EXECUTADO: MARCOS PEDRO BARBAS MENDONCA OAB nº RO4476, DENIO FRANCO SILVA OAB nº RO4212
DESPACHO
Doravante, o feito prosseguirá em sigilo.
A parte exequente recusou os bens ofertados à penhora, conforme manifestação retro.
Atento aos demais pedidos da parte, efetuei a pesquisa junto ao RENAJUD. Em que pese a existência de um veículo em nome do executado, o mesmo encontra-se gravado por alienação fiduciária. Desse modo, nos termos do art. 7º-A, do Decreto Lei 911, com a redação que lhe deu a lei 13.043/2014, tal veículo não poderá ser objeto de penhora porque "não será aceito bloqueio judicial de bens constituídos por alienação fiduciária".
Efetuei ainda, a pesquisa junto ao sistema INFOJUD.
A obtenção de informações fiscais via INFOJUD somente deve ser deferida em hipóteses excepcionais quando infrutíferos os esforços diretos do exequente (STJ, REsp. 71.180/PA).
No caso em análise, está presente a excepcionalidade, eis que patente que o exequente tem diligenciado insistentemente no

sentido de localizar bens do devedor. Incumbe ao Judiciário, portanto, atuar no sentido de garantir ao credor o recebimento de seu crédito.
Deixo claro que, na hipótese dos autos, não há quebra indevida de sigilo, conforme reiterada jurisprudência (STJ, REsp. 25.029-1/SP).
A busca, entretanto, também restou infrutífera.
Como se vê dos autos, todas as diligências possíveis para localização de bens do devedor já foram efetuadas, sem êxito.
Assim, dê-se vistas à exequente para que dê andamento ao feito, em 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de bens.
SIRVA O PRESENTE COMO MANDADO
Guajará-Mirim, terça-feira, 30 de abril de 2019
PAULO JOSÉ DO NASCIMENTO FABRÍCIO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO Guajará Mirim - 2ª Vara do Juizado Especial Cível Processo: 7002763-88.2018.8.22.0015
Classe/Assunto: Execução de Título Extrajudicial / Nota Promissória, Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens
Distribuição: 04/09/2018
Requerente: EXEQUENTE: E. P. K. VALADAO SAMPAIO - ME Av. Capitão Olimpo, n. 2759, bairro Nossa Senhora de Fátima, nesta cidade
Advogado (a) Requerente: ADVOGADO DO EXEQUENTE: ARYANE KELLY SILVA SAMPAIO OAB nº RO8625
Requerido: EXECUTADO: VAGNER BUENO DE ALMEIDA
Advogado (a) Requerida: ADVOGADO DO EXECUTADO:
DESPACHO
Trata-se de execução de título extrajudicial, não havendo que se falar em decretação de revelia, tampouco em julgamento antecipado do feito, visto que o débito já está devidamente constituído por meio do título acostado à inicial.
Considerando que no ato de citação, o oficial de justiça já informou não ter localizado bens do executado para garantia da dívida (id num. 26776480), manifeste-se a parte exequente, no prazo de 05 dias, indicando bens para assegurar a execução, sob pena de extinção do feito por ausência de bens penhoráveis.
Guajará-Mirim, terça-feira, 30 de abril de 2019
PAULO JOSÉ DO NASCIMENTO FABRÍCIO
Juiz (a)de Direito

PODER JUDICIÁRIO Guajará Mirim - 2ª Vara do Juizado Especial Cível Processo: 7004299-71.2017.8.22.0015
Classe/Assunto: Cumprimento de SENTENÇA / Perdas e Danos
Distribuição: 15/12/2017
Requerente: EXEQUENTE: E. P. K. VALADAO SAMPAIO - ME
Advogado (a) Requerente: ADVOGADO DO EXEQUENTE: ARYANE KELLY SILVA SAMPAIO OAB nº RO8625
Requerido: EXECUTADO: SILVIO GONELHU DE OLIVEIRA
Advogado (a) Requerida: ADVOGADO DO EXECUTADO:
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do artigo 38 da Lei n. 9.099/95.
Cuida-se ação de cobrança em fase de cumprimento de SENTENÇA.
No rito especial a parte credora/exequente além de indicar precisamente a localização do devedor, deve indicar bens penhoráveis, caso não sejam encontrados na diligência ordinária pelo Oficial de Justiça (art.53, § 4º, da Lei 9.099/95).
Assim, deve a parte autora demonstrar a viabilidade do procedimento.
Nestes autos, instada a promover o necessário ao atendimento da regra, em nada se manifestou a parte autora em termos de prosseguimento do feito, conforme certificado (Id Num. 26820454).
Pois bem.
Dispõe o § 4º do art. 53 da Lei 9.099/95, que o processo deverá ser extinto quando não localizado o devedor ou seus bens.
Assim, extingo o processo, determinado o seu arquivamento, com fundamento no art. 53, § 4º da Lei 9.099/95.
Havendo pedido da parte interessada, defiro desde já a expedição de certidão de inteiro teor do processo e ofício ao Cartório de Protesto de Títulos determinando seja realizado o protesto da DECISÃO judicial, nos termos do artigo 517 e seus parágrafos do CPC, independentemente do recolhimento dos emolumentos, haja vista a gratuidade deferida (art. 98, §1º, inc. IX, do CPC).
Alerto que a certidão de inteiro teor deverá conter os requisitos existentes no §2º do artigo 517, do CPC, ficando a cargo da parte exequente levar o título a protesto, mediante apresentação do ofício acima mencionado, conforme §1º do mesmo DISPOSITIVO legal.
SENTENÇA publicada e registrada automaticamente.
Sem custas.
Arquive-se.
Guajará-Mirim, quinta-feira, 2 de maio de 2019
PAULO JOSÉ DO NASCIMENTO FABRÍCIO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO Guajará Mirim - 2ª Vara do Juizado Especial Cível 7001267-87.2019.8.22.0015
Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: ROSE MERY HUANCA CATARI, BR 425 S/N, INVASÃO EM FRENTE A UNIR PLANALTO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE:
REQUERIDO: EDSON ATIARI MAGALHAES, AV. CAMPOS SALES 70, TEL 69 98406-6085 OU 69 98413-5992 TAMANDARÉ - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
Endereço: AV CAMPOS SALES, 70, BAIRRO TAMANDARÉ - GUAJARÁ-MIRIM/RO
DESPACHO /MANDADO
Designo audiência de conciliação para o dia 12 de junho de 2019, às 8h a ser realizada na Central de Conciliação - CEJUSC, neste fórum.
Cite-se e intime-se o requerido a comparecer na Audiência acima mencionada, a ser realizada neste Juizado, na forma do Art. 21, da Lei 9099/95, bem como para tomar ciência das advertências abaixo colacionadas, conforme determina o Provimento Conjunto da Presidência e Corregedoria Nº 001/2017, publicada no DJE Nº 104, de 8 de junho de 2017:
ADVERTÊNCIA(S):
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IV – a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
V – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
VI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
VII – o não comparecimento injustificado do autor implicará na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
VIII – o não comparecimento do requerido a quaisquer das audiências designadas implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;

IX – deverão comparecer à audiência designada munidos de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
X – a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas até o ato da audiência de conciliação;
XI – na mesma oportunidade, o autor deverá se manifestar, em até 10 (dez) minutos, sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados;
XII – não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca.
XIV - Fica a parte advertida que o comparecimento de preposto que não tiver conhecimento dos fatos poderá implicar em violação ao princípio da cooperação e, por isso, poderá a parte sujeitar-se à aplicação de multa por litigância de má-fé.
XV - Alerto, por fim, que nos termos do ENUNCIADO 141 do FONAJE: A microempresa e a empresa de pequeno porte, quando autoras, devem ser representadas, inclusive em audiência, pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente.
Alerto ao cartório que, neste caso, será desnecessária a intimação do autor.
SERVIRÁ O PRESENTE COMO MANDADO /CARTA PRECATÓRIA
Guajará-Mirim, quinta-feira, 2 de maio de 2019
PAULO JOSÉ DO NASCIMENTO FABRÍCIO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO Guajará Mirim - 2ª Vara do Juizado Especial Cível Processo: 7001253-06.2019.8.22.0015
Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível / Contratos Bancários, Indenização por Dano Moral, Interpretação / Revisão de Contrato, Financiamento de Produto
Distribuição: 29/04/2019
Requerente: REQUERENTE: ALCIONE DE OLIVEIRA DIAS, RUA LEOPOLDO DE MATOS 250 CENTRO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
Advogado (a) Requerente: ADVOGADO DO REQUERENTE: MAGNUM JORGE OLIVEIRA DA SILVA OAB nº RO3204
Requerido: REQUERIDOS: BV FINANCEIRA S/A, AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS 14171, TORRE A, 8 ANDAR, CJ 82 VILA ALMEIDA - 04795-100 - SÃO PAULO - SÃO PAULO, RONDONIA CONSIGNACAO DE VEICULOS LTDA. - ME, AVENIDA CASTELO BRANCO 18468, - DE 18267 A 18791 - LADO ÍMPAR LIBERDADE - 76967-391 - CACOAL - RONDÔNIA
Advogado (a) Requerida: ADVOGADOS DOS REQUERIDOS:
DESPACHO
Trata-se de revisão de contrato c/c danos morais.
Intime-se a parte autora para retificar o valor atribuído à causa, nos termos do artigo 292, inciso VI do Código de Processo Civil, para que nela conste a soma de todos os pedidos (danos morais + valor do contrato que se pretende revisar), a fim de se averiguar, inclusive, a competência do juizado especial no processamento da demanda, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial.
SIRVA O PRESENTE COMO MANDADO
Guajará-Mirim, quinta-feira, 2 de maio de 2019
PAULO JOSÉ DO NASCIMENTO FABRÍCIO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO Guajará Mirim - 2ª Vara do Juizado Especial Cível Processo: 7003671-48.2018.8.22.0015
Classe/Assunto: Execução de Título Extrajudicial / Títulos de Crédito
Distribuição: 01/11/2018
Requerente: EXEQUENTE: MORGANA ALVES DOS SANTOS
Advogado (a) Requerente: ADVOGADO DO EXEQUENTE: MORGANA ALVES DOS SANTOS OAB nº RO9202
Requerido: EXECUTADO: EULA PAULA MARTINS DE SOUZA, ALCUNHA "LOHANA KAWAZAK"
Advogado (a) Requerida: ADVOGADO DO EXECUTADO:
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do artigo 38 da Lei n. 9.099/95.
Cuida-se de ação de execução de título judicial.
No rito especial a parte credora/exequente além de indicar precisamente a localização do devedor, deve indicar bens penhoráveis, caso não sejam encontrados na diligência ordinária pelo Oficial de Justiça (art.53, § 4º, da Lei 9.099/95).
Assim, deve a parte autora demonstrar a viabilidade do procedimento.
Nestes autos, instada a promover o necessário ao atendimento da regra, omite-se a autora, deixando de indicar bens penhoráveis que possam garantir a execução, conforme certidão de Id Num. 26829914.
Assim, diante do disposto no no §4º do art. 53 da Lei 9.099/95, impõe-se a extinção do processo quando não localizado o devedor ou seus bens.
Assim, extingo o processo, determinado o seu arquivamento, com fundamento no art. 53, §4º da Lei 9.099/95.
SENTENÇA publicada e registrada automaticamente.
Após, arquive-se.
Guajará-Mirim, quinta-feira, 2 de maio de 2019
PAULO JOSÉ DO NASCIMENTO FABRÍCIO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Guajará Mirim - 2ª Vara do Juizado Especial Cível 7002911-02.2018.8.22.0015
Procedimento do Juizado Especial Cível
Inadimplemento
REQUERENTE: S. DE SOUZA SAMPAIO - ME ADVOGADO DO REQUERENTE: ARYANE KELLY SILVA SAMPAIO OAB nº RO8625
REQUERIDO: CARLOS NORBERTO COSMO
Endereço: Av. 19 de Abril, nº 3640, bairro Santa Luzia - Nova Mamoré/RO
SENTENÇA
Relatório dispensado (Lei 9.099/95, art. 38, caput).
Tratam os autos de ação de cobrança.
Citada, nos termos do Enunciado 05 do FONAJE, a parte requerida não compareceu à audiência e nem contestou os fatos alegados na exordial, operando-se os efeitos da revelia, na forma do artigo 20 da Lei 9.099/95 e artigo 344 do CPC acarretando as consequências jurídicas apontadas na exordial.
Além disso, há prova de parte da dívida contraída pelo requerido e não paga, no valor de R$ 85,24 (oitenta e cinco reais e vinte e quatro centavos), consoante se infere dos documentos acostados.
Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, condenando a ré a pagar à autora a importância atualizada de R$ 101,24 (cento e um reais e vinte e quatro centavos), que deverá ser acrescida de juros de 1% desde a citação, e correção monetária a partir do ajuizamento da ação.
Por fim, declaro extinto o feito com resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 487, inciso I, do CPC.
Sem condenação em custas e verba honorária, nos termos da lei.
SENTENÇA publicada e registrada automaticamente.
Intimem-se as partes, bem como o(a) requerido(a) para pagamento integral do quantum determinado (valor da condenação acrescido dos consectários legais determinados), em 15 (quinze) dias, contados do trânsito em julgado da DECISÃO, nos moldes do art. 513, §2º, do NCPC, e Enunciados Cíveis FONAJE n. 97 e FOJUR n. 05, sob pena de acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o montante total líquido e certo, independentemente de outra

intimação, nos termos do artigo 523 do NCPC.
Havendo depósito judicial dentro do prazo previsto no artigo acima mencionado, expeça-se alvará a favor da parte credora ou transferência bancária, se o caso, arquivando-se os autos na sequência.
Na hipótese de não pagamento e existência de pedido de cumprimento de SENTENÇA, modifique-se a classe e encaminhem-se os autos à CONCLUSÃO.
Após, nada sendo requerido em termos de prosseguimento, adotadas as providências de praxe, arquive-se.
Havendo depósito judicial dentro do prazo previsto no artigo acima mencionado, expeça-se alvará a favor da parte credora ou transferência bancária, se o caso, arquivando-se os autos na sequência.
Após, se nada requerido, arquive-se.
SIRVA O PRESENTE COMO MANDADO
Guajará-Mirim, 2 de maio de 2019
PAULO JOSÉ DO NASCIMENTO FABRÍCIO
Juiz de Direito

Poder Judiciário
Guajará-Mirim - 2ª Juizado Especial Cível
- F:(69)
Processo nº 7002353-64.2017.8.22.0015
REQUERENTE: ROSA JUSTINIANO DE BARBOSA
REQUERIDO: BANCO BRADESCO S.A., ATIVOS S.A. SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS
Certidão
Certifico que ficam as partes INTIMADAS do retorno dos autos do Tribunal de Justiça. Outrossim, fica a parte interessada para querendo no prazo de 5 (cinco) dias dar prosseguimento aos autos.
, 2 de maio de 2019
Chefe de Secretaria

1ª VARA CÍVEL

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível
Av. XV de Novembro, 1981, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76980-214
Processo: 0000558-21.2012.8.22.0015
Classe EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Requerente Nome: BANCO BRADESCO S.A.
Endereço: BRADESCO, Cidade de Deus, Osasco - SP - CEP: 06286-230
Advogado do(a) EXEQUENTE: MAURO PAULO GALERA MARI - RO4937-S
Requerido(a) Nome: PRADO COMERCIO IMP. E EXP. DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME
Endereço: Av. Campos Sales, 1.949, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000
C E R T I D Ã O / I N T I M A Ç Ã O
Certifico, para os devidos fins, que passo a intimar a parte exequente/autora para recolhimento da taxa disciplinada pelo artigo 17, da nova Lei de Custas nº 3.896/2016, no prazo de 05 (cinco) dias, para o devido cumprimento das diligências previstas no artigo 319, §1º, NCPC (junto aos sistemas conveniados: BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD, INFOSEG e SIEL), comprovando o pagamento, no valor de R$ 15,83 (quinze reais e oitenta e três centavos) para cada uma delas e por CPF/CNPJ consultado, sob pena de indeferimento.
O certificado é verdade e dou fé.
Guajará-Mirim, 29 de abril de 2019.
RICARDO SOUZA RIBEIRO
Diretor de Secretaria

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível
Av. XV de Novembro, 1981, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76980-214
Telefone: (69) 3541-5575 – E-Mail: gum1civel@tjro.jus.br
Processo: 0005572-49.2013.8.22.0015
Classe PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente Nome: JOCELIA BORGES ELIAS
Endereço: Rua Eduardo Correia de Araújo, 3806, Não consta, Centro, Nova Mamoré - RO - CEP: 76857-000
Advogado do(a) AUTOR: SAMAEL FREITAS GUEDES - RO2596
Requerido(a) Nome: A. C. D. A. Imp. e Exp. Ltda
Endereço: Av. Governandor Jorge Teixeira, 374, - de 302 a 500 - lado par, Nova Porto Velho, Porto Velho - RO - CEP: 76820-112
Advogado(s) do reclamado: MARCO ANTONIO PALACIO DANTAS, JOSE HENRIQUE ALEXANDRE DE OLIVEIRA
C E R T I D Ã O / I N T I M A Ç Ã O
CERTIFICO E DOU FÉ QUE, em cumprimento ao inciso II, do Art. 3º, da Portaria n. 01/2016, de 24 de abril de 2016, deste juízo, em razão do retorno dos autos do TJRO, passo a intimar as partes para manifestação em termos de prosseguimento, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento do feito, do que para constar lavrei a presente certidão.
Certifico, ainda, para os devidos fins, por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível, fica a PARTE REQUERIDA intimada a fim de proceder ao pagamento das custas processuais, em virtude da SENTENÇA prolatada neste processo, no prazo abaixo assinalado, sob pena de cobrança administrativa da dívida, por meio de protesto do título nos termos do artigo 1º da Lei Federal n. 9.492/1997, e, em caso de falta de pagamento, posterior encaminhamento à Procuradoria Geral do Estado para inscrição do valor em Dívida Ativa do Estado de Rondônia.
Guajará-Mirim, 29 de abril de 2019.
RICARDO SOUZA RIBEIRO
Diretor de Secretaria

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível
Av. XV de Novembro, 1981, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76980-214
Processo: 0004396-69.2012.8.22.0015
Classe EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Requerente Nome: BANCO BRADESCO S.A.
Endereço: Av. Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco - SP - CEP: 06026-270
Advogado do(a) EXEQUENTE: MAURO PAULO GALERA MARI - RO4937-S
Requerido(a) Nome: FRANCISCO ELDER MARINHO ARAUJO FILHO
Endereço: Av. Dom Pedro II, 596, Industrial, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000
Nome:CENTROPAGUEMENOSCOMERCIOREPRESENTACOES LTDA - ME
Endereço: Av. Desiderio D. Lopes, 3761, Centro, Nova Mamoré - RO - CEP: 76857-000
C E R T I D Ã O / I N T I M A Ç Ã O
Certifico, para os devidos fins, que passo a intimar a parte exequente/autora para recolhimento da taxa disciplinada pelo artigo 17, da nova Lei de Custas nº 3.896/2016, no prazo de 05 (cinco) dias, para o devido cumprimento das diligências previstas no artigo 319, §1º, NCPC (junto aos sistemas conveniados: BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD, INFOSEG e SIEL), comprovando o pagamento, no valor de R$ 15,83 (quinze reais e oitenta e três centavos) para cada uma delas e por CPF/CNPJ consultado, sob pena de indeferimento.
O certificado é verdade e dou fé.
Guajará-Mirim, 29 de abril de 2019.
RICARDO SOUZA RIBEIRO
Diretor de Secretaria

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Guajará Mirim - 1ª Vara Cível Processo: 7001248-81.2019.8.22.0015
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Abatimento proporcional do preço
Requerente (s): E. P. K. VALADAO SAMPAIO - ME CNPJ nº 11.172.774/0001-16, AV. QUINTINO BOCAIÚVA 7.078 CENTRO - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
Advogado (s): IVAN RODRIGUES SAMPAIO OAB nº SP397070
Requerido (s): CAOA MONTADORA DE VEICULOS LTDA CNPJ nº 03.471.344/0001-77, RUA 11 s/n, DAIA SETOR INDUSTRIAL MUNIR CALIXTO - 75133-610 - ANÁPOLIS - GOIÁS
SAGA AMAZONIA COMERCIO DE VEICULOS LTDA CNPJ nº 08.748.749/0001-23, RUA DA BEIRA 7.230, - DE 6450 A 7230 - LADO PAR ELDORADO - 76811-760 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
DESPACHO
Intime-se a parte autora a emendar a inicial recolhendo as custas processuais, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento.
Alerto que, considerando que a requerente optou pela não realização da audiência de conciliação, deverá realizar o pagamento do montante de 2% (dois por cento) sobre o valor da causa, conforme dispõe a Lei n. 3.896/2016. Vejamos:
Art. 12. As custas judiciais incidirão sobre o valor da causa, da seguinte forma:
I - 2% (dois por cento) no momento da distribuição, dos quais 1% (um por cento) fica adiado para até 5 (cinco) dias depois da audiência de conciliação, caso não haja acordo. Havendo acordo, as partes ficam desobrigadas ao pagamento do montante adiado;
Na oportunidade, deverá juntar, além dos comprovantes de pagamento, os boletos correspondentes.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO.
Guajará Mirim, terça-feira, 30 de abril de 2019.
Karina Miguel Sobral
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Guajará Mirim - 1ª Vara Cível Processo: 7001250-51.2019.8.22.0015
Classe: Embargos à Execução
Assunto: Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução
Requerente (s): RONALDO SILVA DO NASCIMENTO CPF nº 274.544.418-23, AVENIDA MOINHO FABRINI 592, - ATÉ 609/610 INDEPENDÊNCIA - 09861-160 - SÃO BERNARDO DO CAMPO - SÃO PAULO
Advogado (s): DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Requerido (s): ESTADO DE RONDÔNIA CNPJ nº 00.394.585/0001-71, AVENIDA FARQUAR 2986, COMPLEXO RIO MADEIRA, ED JAMARY TERREO PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado (s): PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Se no prazo, recebo os embargos, suspendendo o feito principal.
Associe-se aos autos principais.
Intime-se o embargado para impugnação, em 15 dias.
Certifique-se a suspensão nos autos principais.
Após, conclusos.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO.
Guajará Mirim, terça-feira, 30 de abril de 2019.
Karina Miguel Sobral
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Guajará Mirim - 1ª Vara Cível Processo: 7000779-35.2019.8.22.0015
Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Assunto: Exoneração
Requerente (s): CAUBI FERREIRA PAIVA CPF nº 115.268.402-78, TIRADENTES 428, CASA SERRARIA - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
Advogado (s): VANESSA SILVA DE MOURA BARBOSA OAB nº RO9449
Requerido (s): THAYANE ESCARLET PAIVA CPF nº DESCONHECIDO, AV. DOS SERINGUEIROS 1599 10 DE ABRIL - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
THALISON ESCARLET PAIVA CPF nº DESCONHECIDO, AV. DOS SERINGUEIROS 1599, CASA 10 DE ABRIL - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
THALES ESCARLET PAIVA CPF nº DESCONHECIDO, AV. DOS SERINGUEIROS 1599, CASA 10 DE ABRIL - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
Advogado (s): ADVOGADOS DOS RÉUS:
DESPACHO
Recebo a emenda.
Diante da manifestação expressa da parte autora pelo interesse na tentativa de composição, em atendimento ao DISPOSITIVO do artigo 334 do NCPC, designo audiência de conciliação para o dia 04 de junho de 2019, às 08h00min, a ser realizada na Central de Conciliação - CEJUSC, neste fórum.
Intime-se a parte autora por intermédio de seu causídico constituído nos autos, exceto se estiver representada pela Defensoria Pública, caso em que deverá ser intimada pessoalmente.
Cite-se e intime-se o réu a comparecer na solenidade na data e honorário designado, ficando desde já advertido que em caso não composição, o prazo para oferecimento de defesa de 15 (quinze) dias, salvo outro estipulado pelas partes, começará a fluir a partir da audiência, nos termos dos artigos 335, inciso I do CPC.
Ficam as partes desde já advertidas que deverão comparecer pessoalmente ao ato de conciliação, ou se fazer representar por procurador com poderes específicos para negociar e transigir, acompanhadas de seus respectivos advogados/defensores e que a ausência injustificada à solenidade implicará em ato atentatório à dignidade da justiça, com aplicação de multa ao faltoso de até 2% calculada sobre a vantagem econômica pretendida ou valor da causa (art. 334, §8º, 9º e 10 do CPC).
Em caso de desinteresse na realização da audiência de conciliação, deverá o(a) requerido(a) apresentar petição, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência, informando expressamente o seu desinteresse, de acordo com o artigo, 334, §5º do CPC, ocasião em que o prazo para apresentação de sua defesa passará a fluir da data do protocolo do pedido de cancelamento da audiência (artigo 335, inciso II do CPC).
Caso o(a) requerido(a) não conteste a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor(a), conforme art. 344 do NCPC.
Na hipótese do MANDADO restar negativo, diante da não localização do requerido(a), fica o Cartório autorizado a repetir este comando, após apresentação de novo endereço pelo demandante.
Cumprida as determinações acima, remetam-se os autos à Central de Conciliação.
Alerte-se ao requerente que, em caso de não concessão da justiça gratuita, realizada a conciliação e não havendo acordo, caso as custas não tenham sido pagas integralmente deverão ser complementadas no prazo de 05 (cinco) dias, INDEPENDENTE DE NOVA INTIMAÇÃO, contados da data da realização da solenidade, nos termos do artigo 12 da Lei n. 3.896/2016 e sob pena de extinção do feito sem análise do MÉRITO (art. 330, inciso IV).
Assim, certifique a escrivania, após a realização da solenidade, se as custas foram integralmente quitadas e, em caso negativo, remetam-se os autos conclusos para extinção.

Na hipótese de ausência injustificada de qualquer das partes na audiência de conciliação, desde já aplico-lhe multa de 2% sobre o valor da causa em favor do Estado, conforme §8º do artigo 334 do CPC.
Sendo infrutífera a conciliação e apresentada a defesa no prazo legal, o que deverá ser certificado, caso sejam apresentadas matérias preliminares ou juntada de documentos novos, intime-se a parte autora para, querendo, apresentar réplica ou impugnar, no prazo de 15 (quinze) dias.
Após, intimem-se as partes para especificarem as provas que pretendem produzir, manifestando-se sobre a sua conveniência e necessidade, de modo justificado, no prazo de 5 (cinco) dias.
Pretendendo as partes a produção de prova testemunhal, devem apresentar o rol de testemunhas (que deverá conter, sempre que possível: nome, profissão, estado civil, idade, número de CPF, número de identidade e endereço completo da residência e do local de trabalho), no prazo de 5 dias, a contar deste DESPACHO, sob a pena de preclusão.
Desde já ficam advertidas as partes que cabe aos advogados constituídos informar ou intimar cada testemunha por si arrolada (observadas as regras do artigo 455 do CPC), cumprindo ao advogado juntar aos autos, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar sua intimação da designação da audiência, cópia da correspondência de intimação e do comprovante de recebimento.
Em se tratando de testemunha arrolada pela Defensoria Pública ou por advogado que patrocina a causa em função de nomeação como advogado dativo, o MANDADO será expedido pelo cartório (exceto se houver compromisso de apresentação em audiência independentemente de intimação).
Caso ambas as partes requeiram o julgamento antecipado da lide, tornem os autos conclusos para SENTENÇA.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
SIRVA A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO /PRECATÓRIA DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO E DEMAIS ATOS.
Guajará Mirim, terça-feira, 30 de abril de 2019.
Karina Miguel Sobral
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Guajará Mirim - 1ª Vara Cível Processo: 7000804-48.2019.8.22.0015
Classe: Regulamentação de Visitas
Assunto: Alimentos, Guarda, Regulamentação de Visitas
Requerente (s): E. D. C. S. CPF nº 615.364.742-15, AVENIDA PRIMEIRO DE MAIO 2823 CIDADE NOVA - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
Advogado (s): MIKAEL AUGUSTO FOCHESATTO OAB nº RO9194
Requerido (s): F. H. S. D. C. CPF nº 065.825.202-02, AVENIDA ANTONIO LUCAS DE ARAÚJO 3542 CENTRO - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
C. E. A. D. S. CPF nº DESCONHECIDO, AVENIDA ANTÔNIO LUCAS DE ARAÚJO 3542 CENTRO - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
Advogado (s):
DESPACHO
Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar à inicial, cumprindo na integra o DESPACHO de ID n. 25501191, consistente na juntada de comprovante de residência, sob pena de indeferimento.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO.
Guajará Mirim, terça-feira, 30 de abril de 2019.
Karina Miguel Sobral
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO
ATA DE AUDIÊNCIA
DATA: 30.04.2019
AUTOS N º: 7003849-94.2018.822.0015
CLASSE: Divórcio Consensual
REQUERENTE(S): WELLINGTON DA CRUZ ROCHA
REQUERENTE(S): ELZA SOUZA DA SILVA
Presentes: a MMª. Juíza de Direito, Dra. Karina Miguel Sobral, os requerentes acompanhados do Advogado Aurison da Silva Florentino.
Ocorrências: Iniciados os trabalhos constatou-se a presença dos acima indicados. Ouvidas as partes ambas ratificaram os termos do acordo constantes da inicial, postulando por sua homologação, renunciando ao prazo recursal. A requerente esclareceu que o nome Elza Sousa da Silva constante do RG de ID n. 23029611 se refere ao seu antigo casamento, não tendo alterado seus documentos. Confirmou que seu atual nome como o constante na certidão de casamento de ID n. 23029639. Pela MMa. Juíza foi proferida a seguinte SENTENÇA: "Homologo, por SENTENÇA, o acordo constante no ID 23029533 p. 1 de 4, para que produza seus efeitos legais o acordo entabulado entre as partes. Considerando estarem satisfeitas as exigências legais, tendo em vista o teor da Emenda constitucional nº 66, que excluiu do § 6º do Art. 226 da Constituição Federal, o prazo mínimo para o Divórcio, decreto o divórcio da requerente e do requerido, com base no Art. 226, § 6º da CF, o qual se regerá pelas cláusulas e condições acima estabelecidas, voltando a autora a utilizar o nome de solteira ELZA ALVES DE SOUSA. Expeça-se o necessário. Sem custas. Arquive-se, a seguir o processo. SENTENÇA publicada na audiência, intimadas as partes. As partes renunciam ao prazo recursal. Desnecessária a intervenção do Ministério Público, nos termos do artigo 3º, item IV, do Ato Conjunto nº 001/2010-PGJ/CG. Registre-se. Cumpra-se." SERVE A PRESENTE COMO MANDADO DE AVERBAÇÃO, Certidão de casamento n. 095943 01 55 2015 2 00007 133 0001333 31. Nada mais. Eu ____F. Oátomo R. A. F., secretário, digitei.

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível
Av. XV de Novembro, 1981, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76980-214
Telefone: (69) 3541-5575 – E-Mail: gum1civel@tjro.jus.br
Processo: 7000691-94.2019.8.22.0015
Classe FAMÍLIA- EXECUÇÃO DE ALIMENTOS (1112)
Requerente Nome: THAYLA MARQUES DA SILVA
Endereço: 1.º de maio, S/N, Cassa, Novo Horizonte, Nova Mamoré - RO - CEP: 76857-000
Advogado do(a) EXEQUENTE: CAROLINA ALVES DOS SANTOS - RO8664
Requerido(a) Nome: EVILSON CARDOSO DA SILVA
Endereço: Rua da Beira, 7670, LOCAL DE TRABALHO Nissey Mortors (Toyota), Eldorado, Porto Velho - RO - CEP: 76811-738
C E R T I D Ã O / I N T I M A Ç Ã O
Certifico para os devidos fins que ante a impugnação apresentada ID 26625645, promovo a intimação da parte exequente para manifestação, no prazo de 15 dias.
O certificado é verdade e dou fé.
Guajará-Mirim, 2 de maio de 2019.
LEIDEJANE DE OLIVEIRA SANTOS
Diretor de Secretaria

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Guajará Mirim - 1ª Vara Cível Processo: 7000916-51.2018.8.22.0015
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
Assunto: Causas Supervenientes à SENTENÇA
Requerente (s): ROSENILDA CARVALHO DOS SANTOS CPF nº 723.307.322-87, AVENIDA 25 DE DEZEMBRO 3325 CIDADE NOVA - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA

Advogado (s): ALEXANDRE DOS SANTOS NOGUEIRA OAB nº RO2892
Requerido (s): CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AV. DEZIDÉRIO DOMINGOS LOPES 3909 CENTRO - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
Advogado (s): MARCELO RODRIGUES XAVIER OAB nº RO2391
PAULO ROGERIO BARBOSA AGUIAR OAB nº RO1723
ALEX CAVALCANTE DE SOUZA OAB nº RO1818
SILVIA DE OLIVEIRA OAB nº RO1285
DESPACHO
A resposta da penhora online foi NEGATIVA, como demonstra recibo juntado aos autos.
Pois bem. Há alguns dias, as penhoras via sistema BACENJUD solicitadas no CNPJ da executada CERON (05.914.650/0001-66) retornaram negativas pelo seguinte motivo:
"Resposta negativa: réu/executado não é cliente ou possui apenas contas inativas".
No entanto, como é público e notório, a CERON foi recentemente adquirida pela ENERGISA S.A., portanto, essa situação pode ter ocorrido por vários motivos:
1. Extinção da CONTA ÚNICA cadastrada no sistema para concentração das penhoras on line;
2. Utilização de outro CNPJ resultante da fusão entre CERON/ ENERGISA, diferente daquele que é cadastrado nos autos e onde recaiu o pedido de penhora on line (05.914.650/0001-66);
3. Encerramento de todas as contas bancárias que estavam ativas no CNPJ da CERON (05.914.650/0001-66).
Assim, com base nos arts. 772, inciso III e 773 do Código de Processo Civil, DETERMINO que a CERON/ENERGISA seja intimada para se manifestar nos autos, no prazo de 10 (dez) dias, esclarecendo se houve mudança do CNPJ após a aquisição da CERON e, em caso positivo, que ela efetue o pagamento descrito nos autos ou indique novo CNPJ ou conta para que seja realizado o bloqueio, sob pena de ficar configurado o ATO ATENTATÓRIO À DIGNIDADE DA JUSTIÇA, hipótese em que será penalizada com multa na forma dos arts. 77, inciso IV e 774, inciso V do Código de Processo Civil.
Expeça-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO.
Guajará Mirim, quinta-feira, 2 de maio de 2019.
Karina Miguel Sobral
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível
Av. XV de Novembro, 1981, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76980-214
Telefone: (69) 3541-5575 – E-Mail: gum1civel@tjro.jus.br
VARA: Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível
EDITAL DE CITAÇÃO
(prazo: 30 dias)
CITAÇÃO DO(A) EXECUTADO(A): MADEIREIRA JACINOPOLIS LTDA. - EPP, CNPJ 11.915.900/0001-85, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE:
Citação para PAGAR, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da dilação do prazo do Edital, a dívida a seguir identificada, com juros, correção e encargos legais, ou no mesmo prazo nomear bens à penhora, suficientes para GARANTIR a Execução proposta pelo exequente, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastarem para cumprimento integral da obrigação. Fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) igualmente intimado(s) para, querendo, oferecer(em) embargos no prazo de 30 (trinta) dias (art. 16, da Lei 6.830/80).
VALOR DA DÍVIDA: R$ 476.269,48 (quatrocentos e setenta e seis mil, duzentos e sessenta e nove reais e quarenta e oito centavos)
Processo: 7001554-84.2018.8.22.0015 Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) Exequente: Nome: ESTADO DE RONDÔNIA
Endereço: desconhecido
Executado(a): Nome: MADEIREIRA JACINOPOLIS LTDA. - EPP
Endereço: LINHA ELETRÔNICA, S/N, DISTRITO DE JACINÓPOLIS, Nova Mamoré - RO - CEP: 76857-000
DESPACHO INICIAL: "1. Cite-se pelas sucessivas modalidades previstas no art. 8º da Lei 6.830/80, exceto edital, hipótese em que os autos deverão ser encaminhados à CONCLUSÃO.
2. Em caso de pronto pagamento, fixo os honorários a serem pagos pelo devedor em 10 % do valor do débito.
3. Se não paga a dívida ou garantida a execução, penhore-se bens. Se o executado não tiver domicílio certo ou dele se ocultar, arreste-se. Avaliem-se os bens.
4. Sendo oferecidos bens à penhora, ou arresto, intime-se o exequente, a se manifestar em 03 dias e, decorridos sem manifestação, certifique-se e tome por termo a penhora sob depósito do ofertante.
5. Intime-se do prazo de embargos. Recaindo a penhora sobre bens imóveis, intime-se o cônjuge, se casado o executado.
6. Decorrido o prazo legal, sem oposição de embargos ou não encontrados bens penhoráveis, certifique-se e intime-se o exequente para ciência e manifestação em 05 dias, requerendo o prosseguimento.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO.
Guajará-Mirim, data infra.
KARINA MIGUEL SOBRAL
Juíza de Direito – assinado digitalmente"
Guajará-Mirim, 16 de abril de 2019.
KARINA MIGUEL SOBRAL
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Guajará Mirim - 1ª Vara Cível Processo: 0000582-78.2014.8.22.0015
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
Assunto: Pagamento
Requerente (s): FRANCISCO SAVIO ARAUJO DE FIGUEIREDO CPF nº 229.940.413-91, AV. 19 DE ABRIL 3045, NÃO CONSTA JOÃO FRANCISCO CLÍMACO - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
Advogado (s): FRANCISCO FERNANDES FILHO OAB nº RO6103
Requerido (s): CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AV. DESIDÉRIO DOMINGOS LOPES 3909 CENTRO - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
Advogado (s): DANIEL PENHA DE OLIVEIRA OAB nº MG87318
MARCELO RODRIGUES XAVIER OAB nº RO2391
JONATHAS COELHO BAPTISTA DE MELLO OAB nº RO3011
ANA CAROLINE ROMANO CASTELO BRANCO OAB nº RO5991
DESPACHO
A resposta da penhora online foi NEGATIVA, como demonstra recibo juntado aos autos.
Analisando-se os autos observa-se que no ID26806635 o exequente informou que a CERON foi recentemente adquirida em leilão realizado pelo BNDES pela empresa ENERGISA S/A., a qual assumiu o ativo e passivo da empresa ré, no entanto, não há comprovação nesse sentido.
Considerando o informado, antes de analisar o pedido de ID 26806635 e com base nos arts. 772, inciso III e 773 do Código de Processo Civil, DETERMINO que a CERON/ENERGISA seja intimada para se manifestar nos autos, no prazo de 10 (dez) dias, esclarecendo se houve mudança do CNPJ após a aquisição da CERON e, em caso positivo, determino que ela efetue o pagamento descrito nos autos ou indique novo CNPJ ou conta para que seja realizado o bloqueio, sob pena de ficar configurado o ATO ATENTATÓRIO À DIGNIDADE DA JUSTIÇA, hipótese em que será penalizada com multa, na forma dos arts. 77, inciso IV e 774, inciso V do Código de Processo Civil.

Expeça-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO.
Guajará Mirim, quinta-feira, 2 de maio de 2019.
Karina Miguel Sobral
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível
Av. XV de Novembro, 1981, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76980-214
Telefone: (69) 3541-5575 – E-Mail: gum1civel@tjro.jus.br
VARA: Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível
EDITAL DE CITAÇÃO
(prazo: 30 dias)
CITAÇÃO DO(A) EXECUTADO(A): JB COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS IMP. E EXP. LTDA. - ME (QUALIFICAÇÃO E DOCUMENTOS SE HOUVER), atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE:
Citação para PAGAR, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da dilação do prazo do Edital, a dívida a seguir identificada, com juros, correção e encargos legais, ou no mesmo prazo nomear bens à penhora, suficientes para GARANTIR a Execução proposta pelo exequente, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastarem para cumprimento integral da obrigação. Fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) igualmente intimado(s) para, querendo, oferecer(em) embargos no prazo de 30 (trinta) dias (art. 16, da Lei 6.830/80).
VALOR DA DÍVIDA: R$ (por extenso)
Processo: 7001783-44.2018.8.22.0015 Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) Exequente: Nome: ESTADO DE RONDÔNIA
Endereço: desconhecido
Advogado(a): Executado(a): Nome: JB COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS IMP. E EXP. LTDA. - ME
Endereço: AV DR LEWERGER, 3875, LIBERDADE, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76980-214
DESPACHO INICIAL:
Guajará-Mirim, 15 de abril de 2019.
KARINA MIGUEL SOBRAL
Juiz(a) de Direito

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível
Av. XV de Novembro, 1981, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76980-214
Telefone: (69) 3541-5575 – E-Mail: gum1civel@tjro.jus.br
Processo: 7003877-62.2018.8.22.0015
Classe PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXIGIDAS (45)
Requerente Nome: ANTONIO ELIAS NASCIMENTO
Endereço: Av. Arthur Arantes Meira, 6779, Centro, Nova Mamoré - RO - CEP: 76857-000
Advogado do(a) AUTOR: IHGOR JEAN REGO - PR49893
Requerido(a) Nome: BANCO DO BRASIL S/A
Endereço: Avenida Nações Unidas, 628, - de 312 a 638 - lado par, Nossa Senhora das Graças, Porto Velho - RO - CEP: 76804-186
C E R T I D Ã O
Certifico que a Contestação da parte REQUERIDA foi juntada nos autos, tempestivamente, razão pela qual, em cumprimento ao Capitulo III, art. 124, inciso IV, das Diretrizes Gerais Judiciais do TJ/RO, promovo a intimação da parte REQUERENTE para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar RÉPLICA/ IMPUGNAÇÃO.
Guajará-Mirim, 2 de maio de 2019.
RICARDO SOUZA RIBEIRO
Diretor de Secretaria

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Guajará Mirim - 1ª Vara Cível Processo: 7000822-69.2019.8.22.0015
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Indenização por Dano Moral
Requerente (s): JOSE JOAQUIM DA CUNHA CPF nº 425.981.924-00, RUA TERSINA VALDIVINO DO NASCIMENTO 4017 SÃO JOSÉ - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
Advogado (s): JUAREZ FERREIRA LIMA OAB nº RO8789
Requerido (s): DISAGUA DISTRIBUIDORA DE ABRASIVOS GUARUJA LTDA CNPJ nº 63.622.856/0001-19, AVENIDA MARECHAL RONDON 3800, SETOR 3 CENTRO - 76980-080 - VILHENA - RONDÔNIA
Advogado (s):
DECISÃO
Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita.
Cuidam os autos de ação declaratória de inexistência de débito c/c danos morais e pedido de tutela de urgência formulada por José Joaquim da Cunha em desfavor de Diságua Distribuidora de Abrasivos Guarujá LTDA.
Aduziu a parte autora que, ao tentar realizar compras junto ao mercado local, teve o crédito negado, uma vez que seus dados haviam sido inseridos nos órgãos de proteção ao crédito. Ao fazer a pesquisa, descobriu que havia duas negativações: uma junto a Diságua Distribuidora de Abrasivos Guarujá LTDA e outra referente ao Mercado Primavera. Relatou que, tendo consciência de que realmente devia a essas empresas, negociou os débitos. No entanto, afirmou que o seu nome continua negativado em relação valor inscrito pela requerida.
Nesse passo, requereu a tutela de urgência, para que a ré providencie o necessário para exclusão de seu nome dos órgãos restritivos de crédito.
Com a inicial, juntou documentos.
É o relato do necessário. DECIDO.
O art. 300 do NCPC estabelece que:
Art. 300 - A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
§ 1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.
§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.
§ 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da DECISÃO.
Extrai-se do DISPOSITIVO supratranscrito que, para a concessão da tutela de urgência, faz-se mister a presença dos seguintes requisitos: elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.
Os requisitos legais para a concessão da tutela de urgência, especialmente o perigo do dano, estão presentes nos autos, tendo em vista que a autora juntou documento comprobatório de que seus dados estão inseridos nos órgãos restritivos de créditos.
Conforme se verifica da inicial e dos documentos juntados, a requerida inscreveu o nome da parte autora nos cadastro restritivo de crédito - SPC e Serasa, referente ao contrato n. 1028297, no importe de R$174,29 (cento e setenta e quatro reais e vinte e nove centavos).
Por outro lado, encontram-se nos autos os comprovantes de pagamentos, tendo como favorecida a empresa ré (ID25496822-25645115).
Sob o ponto de vista que deve nortear a cognição sumária ora realizada, os fundamentos deduzidos são relevantes. Ao menos nesta análise sumária, há nos autos elementos que evidenciem a probabilidade do direito, que autorizaria a concessão da tutela

de urgência ora pleiteada, considerando a informação da parte de que jamais celebrou contrato com a requerida, desconhecendo os débitos.
Em se tratando de relação de consumo o ônus em demonstrar que a autora possui pendências é da requerida e, por isso, desde já, inverto o ônus da prova.
Não é razoável manter-se o nome da parte no cadastro restritivo de crédito enquanto tramitar a ação, pois isso poderia expô-la a situações vexatórias.
Não precisam ser relembrados aqui os incontáveis prejuízos acaso a inscrição persista até o final da demanda.
De outra banda, nenhum prejuízo advirá à parte contrária com o deferimento da medida, vez que a inscrição no referido registro não é pressuposto para a eventual execução.
Aliás, deve destacar que existe jurisprudência pacífica sobre a possibilidade de exclusão dos órgãos de proteção ao crédito quando o débito está em discussão.
Assim, atenta aos novos ditames do CPC, aos princípios da dignidade da pessoa humana e da defesa do consumidor em juízo, vislumbrando presentes os pressupostos legais, DEFIRO a tutela de urgência, em consequência, DETERMINO que a empresa ré providencie, no prazo de 3 dias, a retirada do nome da parte autora do SPC/SERASA, referente ao contrato n. 1028297, no importe de R$174,29 (cento e setenta e quatro reais e vinte e nove centavos), até ulterior deliberação deste juízo.
Intime-se a requerida a cumprir esta DECISÃO no prazo mencionado, sob pena de multa diária de R$200,00 (duzentos reais), até o limite de R$2.000,00 (dois mil reais).
Diante da manifestação expressa da parte autora pelo interesse na tentativa de composição, em atendimento ao DISPOSITIVO do artigo 334 do NCPC, designo audiência de conciliação para o dia 10 de junho de 2019, às 09h00min, a ser realizada na Central de Conciliação - CEJUSC, neste fórum.
Intime-se a parte autora por intermédio de seu causídico constituído nos autos, exceto se estiver representada pela Defensoria Pública, caso em que deverá ser intimada pessoalmente.
Cite-se e intime-se o réu a comparecer na solenidade na data e honorário designado, ficando desde já advertido que em caso não composição, o prazo para oferecimento de defesa de 15 (quinze) dias, salvo outro estipulado pelas partes, começará a fluir a partir da audiência, nos termos dos artigos 335, inciso I do CPC.
Ficam as partes desde já advertidas que deverão comparecer pessoalmente ao ato de conciliação, ou se fazer representar por procurador com poderes específicos para negociar e transigir, acompanhadas de seus respectivos advogados/defensores e que a ausência injustificada à solenidade implicará em ato atentatório à dignidade da justiça, com aplicação de multa ao faltoso de até 2% calculada sobre a vantagem econômica pretendida ou valor da causa (art. 334, §8º, 9º e 10 do CPC).
Em caso de desinteresse na realização da audiência de conciliação, deverá o(a) requerido(a) apresentar petição, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência, informando expressamente o seu desinteresse, de acordo com o artigo, 334, §5º do CPC, ocasião em que o prazo para apresentação de sua defesa passará a fluir da data do protocolo do pedido de cancelamento da audiência (artigo 335, inciso II do CPC).
Caso o(a) requerido(a) não conteste a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor(a), conforme art. 344 do NCPC.
Na hipótese do MANDADO restar negativo, diante da não localização do requerido(a), fica o Cartório autorizado a repetir este comando, após apresentação de novo endereço pelo demandante.
Cumprida as determinações acima, remetam-se os autos à Central de Conciliação.
Realizada ou não a conciliação, certifique a escrivania acerca do pagamento das custas iniciais integrais. Necessitando-se de complementação, intime-se o autor para que realize o pagamento destas, no prazo de 15 (quinze) dias e sob pena de extinção sem análise do MÉRITO.
Na hipótese de ausência injustificada de qualquer das partes na audiência de conciliação, desde já aplico-lhe multa de 2% sobre o valor da causa em favor do Estado, conforme §8º do artigo 334 do CPC.
Sendo infrutífera a conciliação e apresentada a defesa no prazo legal, o que deverá ser certificado, caso sejam apresentadas matérias preliminares ou juntada de documentos novos, intime-se a parte autora para, querendo, apresentar réplica ou impugnar, no prazo de 15 (quinze) dias.
Após, intimem-se as partes para especificarem as provas que pretendem produzir, manifestando-se sobre a sua conveniência e necessidade, de modo justificado, no prazo de 5 (cinco) dias.
Pretendendo as partes a produção de prova testemunhal, devem apresentar o rol de testemunhas (que deverá conter, sempre que possível: nome, profissão, estado civil, idade, número de CPF, número de identidade e endereço completo da residência e do local de trabalho), no prazo de 5 dias, a contar deste DESPACHO, sob a pena de preclusão.
Desde já ficam advertidas as partes que cabe aos advogados constituídos informar ou intimar cada testemunha por si arrolada (observadas as regras do artigo 455 do CPC), cumprindo ao advogado juntar aos autos, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar sua intimação da designação da audiência, cópia da correspondência de intimação e do comprovante de recebimento.
Em se tratando de testemunha arrolada pela Defensoria Pública ou por advogado que patrocina a causa em função de nomeação como advogado dativo, o MANDADO será expedido pelo cartório (exceto se houver compromisso de apresentação em audiência independentemente de intimação).
Caso ambas as partes requeiram o julgamento antecipado da lide, tornem os autos conclusos para SENTENÇA.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO.
Guajará Mirim, quinta-feira, 2 de maio de 2019.
Karina Miguel Sobral
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível
Av. XV de Novembro, 1981, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76980-214
Telefone: (69) 3541-5575 – E-Mail: gum1civel@tjro.jus.br
VARA: Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível
EDITAL DE CITAÇÃO
(prazo: 30 dias)
CITAÇÃO DO(A) EXECUTADO(A): CLEISON GOMES DA SILVA (QUALIFICAÇÃO E DOCUMENTOS SE HOUVER), atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE:
Citação para PAGAR, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da dilação do prazo do Edital, a dívida a seguir identificada, com juros, correção e encargos legais, ou no mesmo prazo nomear bens à penhora, suficientes para GARANTIR a Execução proposta pelo exequente, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastarem para cumprimento integral da obrigação. Fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) igualmente intimado(s) para, querendo, oferecer(em) embargos no prazo de 30 (trinta) dias (art. 16, da Lei 6.830/80).
VALOR DA DÍVIDA: R$ 2.478,76 (Dois mil, quatrocentos e setenta e oito reais e setenta e seis centavos).
Processo: 7004446-97.2017.8.22.0015 Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) Exequente: Nome: MUNICÍPIO DE GUAJARA-MIRIM
Endereço: AV 15 DE NOVEMBRO, 930, centro, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76980-214
Advogado(a): Advogado(s) do reclamante: JANAINA PEREIRA DE SOUZA FLORENTINO Executado(a): Nome: CLEISON GOMES DA SILVA

Endereço: AV. PRINCESA ISABEL, 3501, CENTRO, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76980-214
DESPACHO INICIAL: "....DESPACHO 1. Cite-se pelas sucessivas modalidades previstas no art. 8º da Lei 6.830/80, exceto edital, hipótese em que os autos deverão ser encaminhados à CONCLUSÃO. 2. Em caso de pronto pagamento, fixo os honorários a serem pagos pelo devedor em 10 % do valor do débito. 3. Se não paga a dívida ou garantida a execução, penhore-se bens. Se o executado não tiver domicílio certo ou dele se ocultar, arreste-se. Avaliem-se os bens. 4. Sendo oferecidos bens à penhora, ou arresto, intime-se o exequente, a se manifestar em 03 dias e, decorridos sem manifestação, certifique-se e tome por termo a penhora sob depósito do ofertante. 5. Intime-se do prazo de embargos. Recaindo a penhora sobre bens imóveis, intime-se o cônjuge, se casado o executado. 6. Decorrido o prazo legal, sem oposição de embargos ou não encontrados bens penhoráveis, certifique-se e intime-se o exequente para ciência e manifestação em 05 dias, requerendo o prosseguimento.SERVE O PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO. Guajará-Mirim, data infra. LUCAS NIERO FLORES Juiz de Direito – assinado digitalmente
Guajará-Mirim, 25 de abril de 2019.
KARINA MIGUEL SOBRAL
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Guajará Mirim - 1ª Vara Cível Processo: 7001007-10.2019.8.22.0015
Classe: Busca e Apreensão
Assunto: Alienação Fiduciária
Requerente (s): B. F. S. CNPJ nº 01.149.953/0001-89, AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS 14171, 16ANDAR CHÁCARA ITAIM - 04533-085 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
Advogado (s): HUDSON JOSE RIBEIRO OAB nº SP150060
Requerido (s): C. P. D. C. CPF nº 115.254.522-15, RUA DOMINGO C DE ARAUJO 2863 LIBERDADA - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
Advogado (s): ADVOGADO DO REQUERIDO:
DECISÃO
Recebo a emenda.
Trata-se a Ação de Busca e Apreensão por meio da qual o autor busca, liminarmente, o deferimento da busca e apreensão do bem descrito na inicial (ID26091311), que está alienado fiduciariamente em seu favor, mas que se encontra na posse direta do réu.
Pois bem. Os documentos que instruem a inicial, evidenciam a qualidade de proprietário fiduciário do autor em relação ao veículo objeto da ação.
A mora do devedor também encontra-se demonstrada pelos documentos (ID26091318).
Assim sendo, estando presentes os requisitos necessários para a concessão da medida, nos termos do que estabelece a lei, motivo pelo qual DEFIRO A LIMINAR, determinando a busca e apreensão do bem descrito na inicial, efetuando-se ainda a vistoria e avaliação dos veículos objeto do contrato firmado entre as partes, conforme descrição constante da exordial e contrato, depositando-se os bens em mãos do Autor, com a ressalva de que os veículos não deverão ser retirados da Comarca até o decurso do prazo de cinco dias fixados em lei para a consolidação da posse.
Consigno que 5 (cinco) dias após executada a liminar e intimado o réu, caso não haja pagamento, consolidar-se-á a propriedade e a posse plena e exclusiva dos bens no patrimônio do credor fiduciário.
Ficam as repartições competentes autorizadas a expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou terceiro por ele indicado, livre do ônus da propriedade fiduciária.
No prazo de 5 (cinco) dias, poderá o devedor fiduciante pagar a integralidade da dívida pendente, conforme valores apresentados pelo credor na inicial, hipótese na qual os bens lhe serão restituídos livre do ônus (§§ 1º e 2º, art. 3º, do Decreto-Lei 911/69 com a redação dada pelo art. 56 da Lei 10.931/04).
Cite-se o devedor fiduciante, que poderá apresentar resposta no prazo de 15 dias.
Intime-se e expeça-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO.
Guajará Mirim, quinta-feira, 2 de maio de 2019.
Karina Miguel Sobral
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. XV de Novembro, nº s/n, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível
Av. XV de Novembro, 1981, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76980-214
Telefone: (69) 3541-5575 – E-Mail: gum1civel@tjro.jus.br
VARA: Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível
EDITAL DE CITAÇÃO
(prazo: 30 dias)
CITAÇÃO DO(A) REQUERIDO(A): NATALINO DE CARVALHO GOMES (QUALIFICAÇÃO E DOCUMENTOS SE HOUVER), atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAÇÃO para os termos da presente Ação, para, querendo, contestar no prazo legal de 15 (quinze) dias. Acaso não seja contestada a Ação, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados na inicial.
VALOR R$ 40.110,88 (quarenta mil e cento e dez reais e oitenta e oito centavos).
Processo: 0005454-39.2014.8.22.0015 Classe: MONITÓRIA (40)
Exequente: Nome: BANCO BRADESCO S.A.
Endereço: Av. Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco - SP - CEP: 06026-270
Advogado(a): Advogado(s) do reclamante: MAURO PAULO GALERA MARI Executado(a): Nome: NATALINO DE CARVALHO GOMES
Endereço: desconhecido

DESPACHO INICIAL: DESPACHO Intime-se o executado, por edital, para efetuar o pagamento da condenação, no prazo de quinze dias, sob pena de incidência a multa de 10% (dez por cento), bem como honorários advocatícios também de 10%, se o caso, além de custas, se houver, nos termos do art. 523 e parágrafos do Código de Processo Civil. Caso efetue o pagamento através de depósito judicial, inclusive dos honorários, desde já autorizo a expedição de alvará em favor da exequente. Em seguida, venham os autos conclusos para extinção. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, independentemente de outra intimação. Em caso de inércia,venham conclusos para apreciação do pedido de penhora on line. Intimem-se. SERVE O PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO. Guajará Mirim, terça-feira, 5 de fevereiro de 2019. Karina Miguel Sobral. Juiz(a) de Direito
Guajará-Mirim, 29 de abril de 2019.
KARINA MIGUEL SOBRAL
Juiz(a) de Direito

2ª VARA CÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO Guajará Mirim - 2ª Vara Cível
Processo: 7001263-50.2019.8.22.0015
Classe/Assunto: Procedimento Comum / Indenizaçao por Dano Moral, Reintegração / Readmissão ou Indenização, Assistência Judiciária Gratuita
Distribuição: 29/04/2019
Requerente: AUTOR: FRANCISCA QUEIROZ RODRIGUES, AV 13 DE MAIO 4574 SÃO JOSÉ - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
Advogado (a) Requerente: ADVOGADO DO AUTOR: TAISSA DA SILVA SOUSA OAB nº RO5795
Requerido: RÉU: M. D. N. M., AV DOM PEDRO II 7096 JOÃO FRANCISCO CLÍMACO - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
Advogado (a) Requerida: ADVOGADO DO RÉU:
DESPACHO
Trata-se de ação judicial de rito ordinário, em que a parte autora pugna pela concessão da justiça gratuita, juntando aos autos apenas a declaração de hipossuficiência.
Imperioso ressaltar que, anteriormente, este juízo entendia ser suficiente a apresentação de simples declaração de hipossuficiência para concessão do benefício da justiça gratuita.
Ocorre que, atualmente, este juízo adotou posicionamento diverso, de modo que a apresentação de declaração de hipossuficiência ou a simples afirmação da parte de que não possui condições financeiras de arcar com as custas, honorários e demais despesas processuais sem prejuízo de seu próprio sustento são insuficientes para comprovar a sua hipossuficiência, especialmente quando se tratarem de ações de simplório valor atribuído à causa.
Assim, intime-se a requerente a emendar a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, para comprovar o recolhimento das custas processuais, observando-se o mínimo a ser recolhido, conforme o disposto no inciso I e §1º do artigo 12 da Lei 3.896/2016, ou, alternativamente, apresentar razão objetiva pela qual não consegue pagar as custas iniciais, mediante exibição de documento hábil (ex: Extrato de conta, contracheque, CTPS, Imposto de Renda), sob pena de reconhecimento de falta dos pressupostos legais para a concessão da gratuidade.
Sem prejuízo, deverá a parte autora manifestar-se acerca do interesse na realização da audiência de conciliação.
Ainda, considerando o valor atribuído à causa, deverá no mesmo prazo supra, colacionar aos autos a planilha de débito que justifique o processamento na esfera cível.
SIRVA O PRESENTE COMO MANDADO
Guajará Mirim RO terça-feira, 30 de abril de 2019
PAULO JOSÉ DO NASCIMENTO FABRÍCIO
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. XV de Novembro, nº n/s, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO Guajará Mirim - 2ª Vara Cível
Processo: 7004218-59.2016.8.22.0015
Classe/Assunto: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária / Alienação Fiduciária
Distribuição: 29/09/2016
Requerente: AUTOR: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL GAZIN LTDA, SEM ENDEREÇO
Advogado (a) Requerente: ADVOGADO DO AUTOR: PEDRO ROBERTO ROMAO OAB nº AM209551
Requerido: STEFANO ANDRÉ ALVES SANTOS - AVENIDA CAMPOS SALES, Nº 4786 6 - ELETRONORTE - PORTO VELHO/RO.
Advogado (a) Requerida: ADVOGADO DO RÉU:
DESPACHO
Defiro o pedido retro. Expeça-se nova carta precatória para nova tentativa de citação do requerido e busca e apreensão do veículo indicado na inicial, qual seja, uma motocicleta, marca DAFRA, modelo NEXT 250, ano/modelo 2014/2014,cor PRETA, Código de Renavam 01001058492, Chassi n.º 95VD44A5EEM000265 e placa NCH-9013 a ser depositado
Conste do MANDADO a orientação ao Sr. Oficial de Justiça, para que faça contato com o escritório do subscritor, na pessoa do Dr. Alexandre Piazzolla, que colocará à disposição pessoa autorizada telefone (011) 3508-3000 – Ramal 9015, a acompanhar as diligências, fornecendo os meios necessários, bem como a assumir como depositário do veículo.
Caso o veículo seja localizado e apreendido, cite-se o requerido acima identificado, para, em 5 (cinco) dias, pagar integralmente o débito atualizado no valor de R$ 11.378,02 ou, em 15 (quinze) dias, contestar a ação (Lei 10.931/2004).
ADVERTÊNCIA AO OFICIAL DE JUSTIÇA: A CITAÇÃO DO REQUERIDO SOMENTE SERÁ DEVERÁ SER FEITA CASO O VEÍCULO SEJA LOCALIZADO E APREENDIDO.
O PRESENTE DESPACHO SERVIRÁ COMO CARTA PRECATÓRIA/MANDADO.
DESPESAS: PARTE AUTORA.
PRAZO: 30 DIAS.
Guajará Mirim RO terça-feira, 30 de abril de 2019
PAULO JOSÉ DO NASCIMENTO FABRÍCIO
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. XV de Novembro, nº n/s, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO Guajará Mirim - 2ª Vara Cível
Processo: 7004114-33.2017.8.22.0015
Classe/Assunto: Cumprimento de SENTENÇA / Obrigação de Fazer / Não Fazer
Distribuição: 04/12/2017
Requerente: EXECUTADO: HM COMERCIO E SERVICOS DE AUTOMOVEIS LTDA, AVENIDA PINHEIRO MACHADO 2616, - DE 2470 A 2874 - LADO PAR SÃO CRISTÓVÃO - 76804-012 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado (a) Requerente: ADVOGADO DO EXECUTADO: DEIVID CRISPIM DE OLIVEIRA OAB nº RO6913
Requerido: EXEQUENTE: EDIRLENE ALBINO DA SILVA, LEOPOLDO DE MATOS 2113 TAMANDARÉ - 76980-214 - VILHENA - RONDÔNIA
Advogado (a) Requerida: ADVOGADO DO EXEQUENTE: RAFAEL BALIEIRO SANTOS OAB nº RO6864
DESPACHO
Em que pese o pedido da parte exequente, verifico pelo espelho de id num. 26841966, pág. 01/02 que o veículo está alienado fiduciariamente.
Nos termos do art. 7º-A, do Decreto Lei 911, com a redação que lhe deu a lei 13.043/2014: "não será aceito bloqueio judicial de bens constituídos por alienação fiduciária", razão pela qual indefiro o pedido retro.
Manifeste-se a parte exequente sobre o prosseguimento do feito, indicando bens livres e desembaraçados para garantia da dívida, no prazo de 05 dias.
Guajará Mirim RO quinta-feira, 2 de maio de 2019
PAULO JOSÉ DO NASCIMENTO FABRÍCIO
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. XV de Novembro, nº n/s, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO Guajará Mirim - 2ª Vara Cível 7001220-16.2019.8.22.0015
Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

25/04/2019
AUTOR: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A., BANCO BRADESCO S.A. S/N, CIDADE DE DEUS VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ
ADVOGADO DO AUTOR: ANTONIO BRAZ DA SILVA OAB nº AC6557, SEM ENDEREÇO
REQUERIDO: JAILTON ALBUQUERQUE DE ARAÚJO - AVENIDA PEDRO ELEOTHERIO FERREIRA, 1571, C 2, TAMANDARÉ - GUAJARÁ-MIRIM/RO.
DECISÃO
Recebo a emenda à inicial.
Diante da argumentação apresentada pelo Autor e a farta documentação em destaque, o contrato de abertura de crédito com alienação fiduciária em garantia e notificação de constituição em mora, vislumbro a fumaça do bom direito e os requisitos legais previstos no art. 3º do Decreto-Lei nº 911/69.
Posto isso, concedo liminarmente a busca e apreensão do veículo identificado na petição inicial, depositando-se o bem nas mãos de um dos patronos constituídos no instrumento do mandato ou pessoa por eles indicada nos autos, devendo o Oficial de Justiça identificar o depositário na certidão.
Caso o veículo seja localizado e apreendido, cite-se o requerido acima identificado, para, em 5 (cinco) dias, pagar integralmente o débito atualizado no valor de R$ 25.161,96 ou, em 15 (quinze) dias, contestar a ação (Lei 10.931/2004).
Se o bem alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, fica facultado ao credor, requerer, nestes autos, a conversão do pedido de busca e apreensão, em ação executiva(art. 4º, do Decreto-Lei n. 911/69).
ADVERTÊNCIA AO OFICIAL DE JUSTIÇA: A CITAÇÃO DO REQUERIDO SOMENTE SERÁ DEVERÁ SER FEITA CASO O VEÍCULO SEJA LOCALIZADO E APREENDIDO.
A PRESENTE DECISÃO SERVIRÁ COMO MANDADO.
Guajará Mirim RO quinta-feira, 2 de maio de 2019
PAULO JOSÉ DO NASCIMENTO FABRÍCIO
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. XV de Novembro, nº n/s, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO Guajará Mirim - 2ª Vara Cível
Processo: 0004630-51.2012.8.22.0015
Classe/Assunto: Procedimento Comum / Pagamento
Distribuição: 18/10/2018
Requerente: RAYLSON PESSOA TEIXEIRA, AVENIDA 1º DE MAIO, 1922, BAIRRO SERRARIA - GUAJARÁ-MIRIM/RO.
Advogado (a) Requerente: ADVOGADO DO AUTOR: FABIO ANTONIO MOREIRA OAB nº RO1553
Requerido: RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, RUA SENADOR DANTAS 74, 5 ANDAR CENTRO - 20031-204 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO
Advogado (a) Requerida: ADVOGADO DO RÉU: LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB nº RO5017, DAYANNE DOS SANTOS CAVALCANTE FRIGO OAB nº MG171632
DESPACHO
O AR expedido sob id num. 25845813, pág. 01/02 indicou numeração diversa daquela constante na carta de intimação sob id num. 25229378, bem como do endereço constante dos autos. Como se vê, a numeração da residência do autor é 1922 e não 1992, razão pela qual determino ao cartório que proceda à expedição de nova carta para intimação para o endereço correto.
SIRVA COMO CARTA DE INTIMAÇÃO.
Guajará Mirim RO quinta-feira, 2 de maio de 2019
PAULO JOSÉ DO NASCIMENTO FABRÍCIO
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. XV de Novembro, nº n/s, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO Guajará Mirim - 2ª Vara Cível
Processo: 7004135-72.2018.8.22.0015
Classe/Assunto: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 / Revisão
Distribuição: 06/12/2018
Requerente: AUTOR: RUBENS ANTONIO TESSER, RUA FORTALEZA 964 ALVORADA - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA
Advogado (a) Requerente: ADVOGADO DO AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Requerido: RÉU: GUSTAVO NYSZHT MARIANO TESSER, AV. TOUFIC MELHEM 2.194 SANTA LUZIA - 76980-214 - VILHENA - RONDÔNIA
Advogado (a) Requerida: ADVOGADO DO RÉU: MAXMILIANO HERBERTT DE SOUZA OAB nº DF49139
DESPACHO
Intimem-se as partes para especificarem as provas que pretendem produzir, indicando detalhadamente a necessidade e a pertinência de sua produção, em 5 (cinco) dias.
Após, em caso de pedido de julgamento antecipado, remetam-se os autos ao MP.
Ao final, venham os autos conclusos para SENTENÇA.
SIRVA O PRESENTE COMO MANDADO
Guajará Mirim RO quinta-feira, 2 de maio de 2019
PAULO JOSÉ DO NASCIMENTO FABRÍCIO
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. XV de Novembro, nº n/s, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO Guajará Mirim - 2ª Vara Cível
Processo: 7000595-79.2019.8.22.0015
Classe/Assunto: Procedimento Comum / Erro Médico, Erro Médico
Distribuição: 22/02/2019
Requerente: AUTOR: VAMILSA TOMAZ SIQUEIRA, BR 421 KM 49 sn ZONA RURAL - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
Advogado (a) Requerente: ADVOGADO DO AUTOR: MARILZA GOMES DE ALMEIDA BARROS OAB nº RO3797, WELISON NUNES DA SILVA OAB nº PR58395
Requerido: RÉU: ESTADO DE RONDÔNIA, SEM ENDEREÇO
Advogado (a) Requerida: ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Considerando a manifestação expressa da parte requerida em relação ao desinteresse na tentativa de composição, bem como a justificativa sobre a inexistência de autorização no âmbito da Lei Orgânica da Procuradoria do Estado de Rondônia para firmar qualquer espécie de acordo judicial, determino o CANCELAMENTO da audiência designada para o dia 02/05/2019, conforme requerido.
Intimem-se as partes da DECISÃO.
Dê-se ciência à CEJUSC.
Aguarde-se em cartório o prazo para contestação.
SIRVA O PRESENTE COMO MANDADO
Guajará Mirim RO quinta-feira, 2 de maio de 2019
PAULO JOSÉ DO NASCIMENTO FABRÍCIO
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. XV de Novembro, nº n/s, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO Guajará Mirim - 2ª Vara Cível
Processo: 0000583-97.2013.8.22.0015
Classe/Assunto: Execução Fiscal / Citação
Distribuição: 25/10/2018
Requerente: EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE GUAJARA-MIRIM
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE GUAJARA-MIRIM, AV. XV DE

NOVEMBRO, 930, NÃO CONSTA CENTRO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
Advogado (a) Requerente: ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM
Endereço: Av. Princesa Isabel, nº 1447, Bairro São José, Guajará-Mirim/RO, tel. (69) 98423-5422
Requerido: EXECUTADOS: CLAUDIO ROBERTO SCOLARI PILON, PAULO DE TARSO NERY
Endereço: EXECUTADOS: CLAUDIO ROBERTO SCOLARI PILON, RUA COSTA RICA 4699, BAIRRO EMBRATEL - PRÓXIMO AO SHOPPING PORTO VELHO NÃO CONSTA - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA, PAULO DE TARSO NERY, AV; LEOPOLDO DE MATOS, 601, NÃO CONSTA CENTRO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
DECISÃO
Trata-se de pedido de decretação de indisponibilidade de bens e diligências junto ao Renajud (Id Num. 26834123).
Não há veículos registrados em nome do executado, conforme se vê das informações colhidas no sistema RENAJUD.
O artigo 185-A do CTN que assim dispõe:
Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a DECISÃO, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. (Incluído pela Lcp nº 118, de 2005)
§ 1º A indisponibilidade de que trata o caput deste artigo limitar-se-á ao valor total exigível, devendo o juiz determinar o imediato levantamento da indisponibilidade dos bens ou valores que excederem esse limite. (Incluído pela Lcp nº 118, de 2005)
§ 2º Os órgãos e entidades aos quais se fizer a comunicação de que trata o caput deste artigo enviarão imediatamente ao juízo a relação discriminada dos bens e direitos cuja indisponibilidade houverem promovido. (Incluído pela Lcp nº 118, de 2005)
No caso dos autos, devidamente citados, os executados, não efetuaram o pagamento do débito fiscal, tampouco apresentaram bens à penhora no prazo legal. De igual modo, não foram localizados bens de sua propriedade, malgrado a realização de todas as diligências possíveis nesse sentido, tornando-se plenamente possível a decretação de indisponibilidade de seus bens.
Nesse mesmo sentido, já se manifestou o Superior Tribunal de Justiça:
AGRG NO RESP 1230835/MG, REL. MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA, SEGUNDA TURMA, JULGADO EM 15/09/2011, DJE 30/09/2011 AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. INDISPONIBILIDADE DE BENS E DIREITOS. ART. 185-A DO CTN. REQUISITO. ESGOTAMENTO DE DILIGÊNCIAS PARA LOCALIZAÇÃO DE BENS DO DEVEDOR. PRECEDENTES DO STJ. - Conforme jurisprudência firmada nesta Corte, para a determinação de indisponibilidade de bens e direitos, prevista no art. 185-A do CTN, é necessária a comprovação do esgotamento de diligências para a localização de bens do devedor. Agravo regimental improvido.
Assim, exauridas todas as diligências para localizar bens em nome dos devedores, defiro o pedido retro e decreto a indisponibilidade dos bens e direitos das partes executadas.
Requisitei, eletronicamente, junto à Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, conforme espelho anexo.
Intime-se o credor para que, em 5 (cinco) dias, indique outros bens passíveis de penhora ou, no mesmo prazo, requeira providências para a solução da execução.
Decorrido o prazo sem manifestação, suspendam-se os autos (art. 40, da LEF).
SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO /CARTA DE CITAÇÃO/ CARTA PRECATÓRIA
Guajará MirimROquinta-feira, 2 de maio de 2019
PAULO JOSÉ DO NASCIMENTO FABRÍCIO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO Guajará Mirim - 2ª Vara Cível
Processo: 0003209-89.2013.8.22.0015
Classe/Assunto: Cumprimento de SENTENÇA / Pagamento
Distribuição: 15/04/2019
Requerente: EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S.A., AV. CIDADE DE DEUS VILA YARA - 06026-270 - OSASCO - SÃO PAULO
Advogado (a) Requerente: ADVOGADO DO EXEQUENTE: MAURO PAULO GALERA MARI OAB nº AC4937
Requerido: EXECUTADOS: VANTUIR FELICIANO DA SILVA, RAMAL BOM SOSSEGO, KM 30 ZONA RURAL - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA, JOSE FELICIANO DA SILVA, AV. PRINCESA ISABEL 3566 10 DE ABRIL - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
Advogado (a) Requerida: ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: AURISON DA SILVA FLORENTINO OAB nº RO308B
DESPACHO
Chamo o feito à ordem.
Trata-se de ação monitoria em fase de execução.
Analisando detidamente os autos, verifico que as partes encontram-se devidamente intimadas do presente cumprimento de SENTENÇA.
Entretanto, por algum equívoco, o DESPACHO anexado sob o Id Num. 26437332 não pertence aos autos e, portanto, deverá ser imediatamente excluído, a fim de evitar tumulto processual.
De outro norte, considerando o pedido da parte para diligenciar junto ao sistema Bacenjud possíveis valores para liquidação do débito e, considerando o lapso temporal do último cálculo, intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar planilha atualizada do saldo devedor.
Em seguida, tornem conclusos para pesquisa pretendida no Id Num. 26736334.
SIRVA O PRESENTE COMO MANDADO
Guajará Mirim RO quinta-feira, 2 de maio de 2019
PAULO JOSÉ DO NASCIMENTO FABRÍCIO
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. XV de Novembro, nº n/s, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO Guajará Mirim - 2ª Vara Cível
Processo: 7001276-49.2019.8.22.0015
Classe/Assunto: Procedimento Comum / Reconhecimento / Dissolução, Regime de Bens Entre os Cônjuges, Assistência Judiciária Gratuita
Distribuição: 01/05/2019
Requerente: AUTOR: ODAIR CARNEIRO DA COSTA, SEM ENDEREÇO
Advogado (a) Requerente: ADVOGADO DO AUTOR: TAISSA DA SILVA SOUSA OAB nº RO5795
Requerido: RÉU: CREUZA MARIA MATOS DA ROSA, SEM ENDEREÇO
Advogado (a) Requerida: ADVOGADO DO RÉU:
DESPACHO
Trata-se de ação judicial de rito ordinário, em que o autor pugna pela concessão da justiça gratuita, juntando aos autos apenas a declaração de hipossuficiência.
Imperioso ressaltar que, anteriormente, este juízo entendia ser suficiente a apresentação de simples declaração de hipossuficiência para concessão do benefício da justiça gratuita.
Ocorre que, atualmente, este juízo adotou posicionamento diverso, de modo que a apresentação de declaração de hipossuficiência ou a simples afirmação da parte de que não possui condições financeiras de arcar com as custas, honorários e demais despesas processuais sem prejuízo de seu próprio sustento são insuficientes para comprovar a sua hipossuficiência, especialmente quando se tratarem de ações de simplório valor atribuído à causa.
Assim, intime-se a parte autora a emendar a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, para comprovar o recolhimento das custas processuais, observando-se o mínimo a ser recolhido, conforme

o disposto no inciso I e §1º do artigo 12 da Lei 3.896/2016, ou, alternativamente, apresentar razão objetiva pela qual não consegue pagar as custas iniciais, mediante exibição de documento hábil (ex: Extrato de conta, contracheque, CTPS, Imposto de Renda), sob pena de reconhecimento de falta dos pressupostos legais para a concessão da gratuidade e consequente indeferimento da inicial.
Guajará Mirim RO quinta-feira, 2 de maio de 2019
PAULO JOSÉ DO NASCIMENTO FABRÍCIO
Juiz (a)de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. XV de Novembro, nº n/s, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO Guajará Mirim - 2ª Vara Cível
Processo: 7010928-69.2018.8.22.0001
Classe/Assunto: Monitória / Cheque
Distribuição: 29/04/2019
Requerente: AUTORES: MILTON HISSACHI MITSUTAKE, RUA JACY PARANÁ 2818 ROQUE - 76804-430 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, Z N S MITSUTAKE - EPP, AV. DR. LEWERGER 1128 SAO JOSÉ - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
Advogado (a) Requerente: ADVOGADOS DOS AUTORES: MARCIA YUMI MITSUTAKE OAB nº RO7835, FELIPE GOES GOMES DE AGUIAR OAB nº RO4494
Requerido: RÉU: AUTO POSTO FLEX LTDA - EPP, AV. DEZIDÉRIO DOMINGOS LOPES 2719 CIDADE NOVA - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
Advogado (a) Requerida: ADVOGADO DO RÉU: ARAGONEIS SOARES LIMA, OAB/RO 8626
DESPACHO
Admito a competência. Habilite-se o causídico que milita na causa em favor do requerido.
De análise aos autos, verifico, contudo, razões que impossibilitam o prosseguimento imediato do feito.
Isso porque, prevê o artigo 12, inciso I da Lei Estadual de Custas que:
Art. 12. As custas judiciais incidirão sobre o valor da causa, da seguinte forma:
I - 2% (dois por cento) no momento da distribuição, dos quais 1% (um por cento) fica adiado para até 5 (cinco) dias depois da audiência de conciliação, caso não haja acordo. Havendo acordo, as partes ficam desobrigadas ao pagamento do montante adiado;
No caso dos autos, embora a parte autora tenha comprovado o pagamento das custas processuais sob id num. 17720919, pág. 01/02, observo que o valor recolhido corresponde apenas a 1% do valor atribuído à causa, enquanto o recolhimento correto seria em cima do percentual de 2%, conforme o artigo supratranscrito, especialmente porque na ação monitória não há previsão legal para a designação da audiência de conciliação que justifique o recolhimento de apenas 1%.
Desse modo, antes de determinar o prosseguimento do feito, chamo o feito à ordem, para determinar à parte autora que complemente o valor das custas processuais iniciais correspondentes a 1% sobre o valor da causa, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção do feito por ausência de pressuposto válido.
Além da situação acima apresentada a ser regularizada pela autora, verifico a existência de vício processual a ser regularizado pela parte requerida. Explico.
A ação monitória foi ajuizada em face de Auto Posto Flex, entretanto, a procuração acostada aos embargos sob id num. 24258960 foi outorgada por pessoa física, que embora seja o sócio proprietário da requerida, não possui legitimidade para outorgar poderes em nome desta.
Assim, no mesmo prazo acima de 05 dias, deverá a requerida ser intimada, na pessoa de seu causídico, a regularizar o vício processual apontado, sob pena de rejeição liminar dos embargos apresentados com as consequências daí advindas.
Intime-se.
Guajará Mirim RO quinta-feira, 2 de maio de 2019
PAULO JOSÉ DO NASCIMENTO FABRÍCIO
Juiz (a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO Guajará Mirim - 2ª Vara Cível
Processo: 7000950-89.2019.8.22.0015
Classe/Assunto: Procedimento Comum / Convênio Médico com o SUS
Distribuição: 30/03/2019
Requerente: AUTOR: PRO SAUDE - ASSOCIACAO BENEFICENTE DE ASSISTENCIA SOCIAL E HOSPITALAR
Advogado (a) Requerente: ADVOGADO DO AUTOR: ROBERTO RICOMINI PICCELLI OAB nº SP310376, RAFAEL FRANCISCO LORENSINI ADURENS DINIZ OAB nº SP146964
Requerido: RÉU: MUNICÍPIO DE GUAJARA-MIRIM
Advogado (a) Requerida: ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM
DECISÃO
A requerente pleiteia o benefício da gratuidade de Justiça.
Entretanto, não apresentou documentos que permitam a verificação da hipossuficiência financeira. No caso dos autos, tratando-se de pessoa jurídica, incumbe à requerente demonstrar, mediante balanço patrimonial ou mediante apresentação da declaração de renda, a impossibilidade de arcar com os custos iniciais do processo.
Note-se, por importante, que a empresa pretende litigar para obter o pagamento da importância aproximada de quatro milhões e seiscentos mil reais. Entretanto, pretende utilizar a via judicial sem a contraprestação financeira adequada e, nesta hipótese, a mera afirmação de hipossuficiência é insuficiente para o deferimento do pleito.
Trago, a propósito, recente DECISÃO proferida no agravo 0008073-21.2013.8.22.0000, da relatoria do Desembargador Raduan Miguel, que indica a necessidade de comprovação documentação da pobreza:
"Como se sabe, há algum tempo tem-se discutido nos Tribunais brasileiros a melhor interpretação da Lei n. 1.060/50, como instrumento regulamentador dos benefícios da gratuidade judiciária, frente à Constituição Federal. Sobre essa regulamentação, é certa a previsão constitucional e legal que resguarda o direito à assistência judiciária gratuita a quem dela necessite. A lei prevê que a parte goze dos benefícios de assistência judiciária mediante afirmação de que não está em condições de arcar com as custas do processo e honorários advocatícios (art. 4º da Lei n. 1.060/50). A Constituição Federal, por sua vez, assegura o direito de assistência jurídica gratuita aqueles que comprovarem a insuficiência de recursos. Diante disso, certo é que as disposições da Lei n. 1.060/50 vem tendo nova interpretação com o advento da Constituição Federal de 1988, da qual extrai-se, no art. 5º, LXXIV, que deve a parte interessada a obter os benefícios da assistência jurídica integral e gratuita comprovar a insuficiência de seus recursos financeiros. Assim, pela nova leitura dos DISPOSITIVO s constitucionais e legais, o direito de assistência integral gratuita prevista nas normas infralegais não é absoluto. Ou seja: sendo pessoa física ou jurídica, há sim a necessidade de comprovação da impossibilidade de arcar com as despesas processuais sem prejuízo da própria existência. Nesse sentido, cito: AGRAVO INTERNO. JUSTIÇA GRATUITA. POSSIBILIDADE ECONÔMICA DA PARTE. DE COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO POBREZA. INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO. A simples declaração de pobreza para a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita não mais subsiste. Conforme a nova interpretação dada pela Constituição Federal em seu art. 5º, inciso LXXIV, é necessária a prova da impossibilidade de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e/ou da família do requerente. A ausência de elementos objetivos, impossibilita a concessão. Omissis. (AI n. 0011275-74.2011.822.000, Rel. Des. Raduan Miguel, julgado em 6.12.2011). ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. PRESUNÇÃO DE POBREZA. FALTA DE ELEMENTOS ESSENCIAIS. Os documentos levaram o julgador à convicção de que o Agravante não pode ser juridicamente considerado pessoa pobre. A situação de indulgência que integra a definição

do necessitado da Assistência Judiciária não pode ser invocada de forma generalizada, em extensão (indevida) do conceito, ou na acepção do termo, sob pena de implicar em desvirtuação do direcionamento da lei. Ausência de elementos objetivos. Impossibilidade da concessão. Agravo não provido. (TJSP. Agravo de Instrumento 0213556-08.2011.8.26.0000. Relator(a): Sandra Galhardo Esteves Órgão julgador: 12ª Câmara de Direito Privado. Data do julgamento: 30/11/2011. Data de registro: 02/12/2011. AGRAVO DE INSTRUMENTO - GRATUIDADE JUDICIÁRIA - PESSOA FÍSICA - PRETENSÃO DE REFORMA DA DECISÃO QUE INDEFERIU PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA - DESCABIMENTO - Não mais subsiste, diante do cenário jurídico atual, a presunção de veracidade da simples declaração de pobreza, sendo necessária a prova da impossibilidade de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e/ou da família dos requerentes Documentação apresentada insuficiente à aferição da situação de necessidade alegada. Ausência de extratos bancários e faturas de cartão de crédito - Aplicação do art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal. Recurso desprovido". (AI n.º 0033007- 03.2011.8.26.0000 TJSP/17ª Câm. Dir. Priv. - Rel. Des. WALTER FONSECA 30.03.2011). No caso, a agravante apenas alega necessitar da gratuidade processual, mas não comprova. Sequer junta qualquer documento. O simples fato de se qualificar como "do lar" não serve para comprovar a necessidade. É de dizer, a situação comporta a exigência da respectiva prova da hipossuficiência financeira e de que o pagamento das despesas processuais dificultaria sua manutenção e de sua família, o que não veio aos autos. Nessa esteira, a mera alegação não é suficiente à concessão do benefício".

Já afirmei em outras oportunidades que o benefício da gratuidade de justiça deva ser dirigido àqueles menos aquinhoados e que necessitem realmente dos beneplácitos estatais para ver garantidos seus direitos. Ora, por certo uma mãe que vive do bolsa família precisa da ajuda do Estado para o ajuizamento de ação onde se pretende comprovar a paternidade de um filho ou mesmo cobrar os alimentos a ele devidos. De igual modo, um doente precisa da gratuidade de justiça para exigir do Estado os serviços médicos que necessita.

Por certo as pessoas acima indicadas não teriam mesmo condição de exercer seus direitos se não fosse a gratuidade de justiça.

O mesmo não ocorre no caso dos autos, salvo melhor juízo, onde a empresa requerente pretende litigar para obter vultosa importância pecuniária. Além disso, a demanda é patrocinada por advogado constituído que, por certo, cobrou honorários iniciais pelos seus serviços. Obvio, portanto, que deve o erário também ser indenizado previamente, via o pagamento da taxa judicial, para a prestação do serviço reclamado.

Desse modo, a mera alegação de hipossuficiência não autoriza a presunção de pobreza exigida na lei 1060/50, razão pela qual indefiro o pedido de gratuidade e, também, de diferimento das custas, por ausência de previsão legal.

Intime-se a requerente, portanto, a emendar a inicial e comprovar o pagamento das custas iniciais, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento.

Guajará Mirim RO quinta-feira, 2 de maio de 2019
PAULO JOSÉ DO NASCIMENTO FABRÍCIO
Juiz (a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. XV de Novembro, nº n/s, Bairro Serraria, CEP 76.850-000, Guajará Mirim, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO Guajará Mirim - 2ª Vara Cível
Processo: 7001165-65.2019.8.22.0015
Classe/Assunto: Execução de Título Extrajudicial / Expropriação de Bens
Distribuição: 17/04/2019
Requerente: EXEQUENTE: ASSOCIACAO DE CREDITO CIDADAO DE RONDONIA
Advogado (a) Requerente: ADVOGADO DO EXEQUENTE: KARINA DA SILVA SANDRES OAB nº RO4594
Requerido: EXECUTADOS: CLAUDINEIA VERDAN PORTO, MARCOS VINICIUS DA SILVA BATISTA, TEXLANDIA LIMA DE SOUSA
EXECUTADOS: CLAUDINEIA VERDAN PORTO, AV. MADEIRA MAMORÉ 4503 PLANALTO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA, MARCOS VINICIUS DA SILVA BATISTA, AV. MADEIRA MAMORÉ 4491 PLANALTO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA, TEXLANDIA LIMA DE SOUSA, AV. PADRE ANTÔNIO PEIXOTO 2595 PLANALTO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
Advogado (a) Requerida: ADVOGADOS DOS EXECUTADOS:
DESPACHO

1. Cite-se o executado para que, no prazo de 3 (três) dias, pague a dívida exeqüenda, no valor de R$ 4.940,80 (art. 829 do CPC).
2. Fixo honorários em 10% do valor da causa, em conformidade com o artigo 827 do CPC.
3. Deverá constar no MANDADO que em caso de integral pagamento da dívida no prazo de 3 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade (§1º do artigo 827).
4. Decorrido in albis o prazo estipulado no item "1" (3 dias), sem pronto pagamento, não havendo bens indicados pela parte exequente, procederá o oficial de justiça, de imediato a penhora de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, juros e honorários advocatícios, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado.
5. Advirto o senhor Oficial de Justiça que caso sejam localizados bens penhoráveis ou arrestáveis, deverá apreendê-los e depositá-los ao exequente, nos termos do artigo 839, §1º do CPC, ressalvada a hipótese do §2º do mesmo artigo. O auto de penhora deverá conter todos os requisitos do artigo 838 do CPC.
6. A penhora recairá, preferencialmente, na ordem estipulada pelo artigo 835 do CPC (Art. 835 CPC: A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: I- dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira; II – Títulos da dívida pública da União, dos Estados e do Distrito Federal com cotação em mercado; III – Títulos e valores mobiliários com cotação em mercado; IV- veículos de via terrestre; V - bens imóveis; VI- bens móveis em geral; VII – semoventes; VIII - navios e aeronaves; IX - ações e quotas de sociedades simples e empresárias; X - percentual do faturamento de empresa devedora; XI - pedras e metais preciosos; XII – Direitos aquisitivos derivados de promessa de compra e venda e de alienação fiduciária em garantia; XIII- outros direitos.), salvo se houver indicação de bens pelo credor, na forma do artigo 829, § 2º do mesmo Codex, caso em que a penhora deverá recair sobre o (s) bem (s) indicado (s). Em caso de não encontrar o devedor, arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução. Nos 10 (dez) dias seguintes à efetivação do arresto, o oficial de justiça procurará o executado por 02 (duas) vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realizará a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido.
7. Frustradas as citações pessoal e com hora certa, intime-se o exequente a se manifestar nos termos do §2º 830 do CPC.
8. Em conformidade com o artigo 847 do CPC, poderá o executado, no prazo de 10 (dez) dias contados da intimação da penhora, requerer a substituição do bem penhorado, desde que comprove que a substituição não trará prejuízo ao exequente e será menos onerosa para ele devedor (a).
9. O executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se a execução por meio de Embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 917, contados da data da juntada aos autos do MANDADO de citação (art. 231 do CPC).
10. Esclareça ao executado que no prazo para oposição de embargos, reconhecendo o crédito do exequente, poderá mediante o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive

custas e honorários advocatícios, REQUERER, o parcelamento do restante do débito remanescente em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês. (art. 916 do CPC).
11. Em caso de não oferecimento de Embargos, bem como o não requerimento do parcelamento mencionado no item "7", o que o cartório certificará, e ainda não requerida a adjudicação, o exequente poderá requerer a alienação por sua própria iniciativa ou por intermédio de corretor ou leiloeiro público credenciado perante o órgão judiciário (art. 880 do CPC).
12. A intimação do executado far-se-á na pessoa de seu advogado; não o tendo ou sendo caso da Defensoria Pública, será intimado pessoalmente.
CÓPIA DESTE DESPACHO SERVIRÁ COMO MANDADO /CARTA PRECATÓRIA
Cumpra-se.
Guajará-Mirim, quinta-feira, 2 de maio de 2019
PAULO JOSÉ DO NASCIMENTO FABRÍCIO
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO Guajará Mirim - 2ª Vara Cível
Processo: 7004333-12.2018.8.22.0015
Classe/Assunto: Monitória / Títulos de Crédito
Distribuição: 28/12/2018
Requerente: AUTOR: M. S. COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA DE ALIMENTOS LTDA, AV. ANTÔNIO CORREA DA COSTA 2440 SERRARIA - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
Advogado (a) Requerente: ADVOGADO DO AUTOR: SAMIR MUSSA BOUCHABKI OAB nº RO2570
Requerido: RÉU: LOURIVAL BISPO DA SILVA, AV. MACHADO DE ASSIS 6469 PLANALTO - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
Advogado (a) Requerida: ADVOGADO DO RÉU:
DESPACHO
Antes de determinar a citação por edital, faz-se necessário o esgotamento dos meios para localização do executado.
Diligenciei, assim, junto ao INFOJUD, entretanto, o endereço localizado é o mesmo daquele já diligenciado.
Intime-se a parte autora a dar andamento no feito, a fim de diligenciar o endereço da parte requerida, no prazo de 5 (cinco) dias ou requeira o que entender de direito. Alerto, desde já, que caso pretenda a realização de diligências por este juízo, deverá comprovar o pagamento das custas correspondentes, sob pena de indeferimento
SIRVA O PRESENTE COMO MANDADO
Guajará Mirim RO quinta-feira, 2 de maio de 2019
PAULO JOSÉ DO NASCIMENTO FABRÍCIO

Juiz de Direito

COMARCA DE JARU

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Proc.: 0001647-08.2018.8.22.0003
GABARITO nº 157\/2019
Juiz de Substituto: Adip Chaim Elias Homsi Neto
Proc.: 0001647-08.2018.8.22.0003
Classe: Ação Penal – Procedimento Sumário
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu: Edinaldo Santana de Jesus
Advogado: Dr. Christopher Wanderson Prenszler Costa – OAB/RO 8860 e Dr. Max Miliano Prenszler Costa – OAB/RO 5723.
FINALIDADE: Intimar o(s) advogado(s) acima citado(s) para, no prazo legal, apresentar(em) Alegações Finais nos autos em epígrafe.
Gilson da Silva Barbosa
Diretor de Cartório

Proc.: 0048484-78.2005.8.22.0003
CSV
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Prazo: 15 dias
Autos nº: 0048484-78.2005.8.22.0003
De: REGINALDO DE SOUZA MARCÍLIO, vulgo "Reginaldo do Ônibus", brasileiro, amasiado, nascido aos 30/12/1972 em Goiânia/GO, filho de Osvaldo de Souza Marcílio e Creuza Divina de Souza, residente na Rua VF 33, Quadra 31, Lote 44, Setor Finsocial, Goiânia/GO ou Rua BS-12, Quadra 29, Lote 27, Bairro São Domingos, Goiânia/ GO.
FINALIDADE: NOTIFICAÇÃO do réu acima citado para quitar o débito de MULTA no valor de R$ 545,34 (quinhentos e quarenta e cinco reais e trinta e quatro centavos), e CUSTAS PROCESSUAIS no valor de R$ 738,99 (setecentos e trinta e oito reais e noventa e nove centavos), atualizadas até a data de 30/04/2019, no prazo de 15 (quinze) dias.
O não pagamento integral ensejará a expedição de Certidão de Débito Judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa.
OBSERVAÇÕES:
1. As custas devem ser pagas através do formulário próprio, o qual deve ser retirado em cartório;
2. O valor da multa deve ser depositado na conta corrente do Fundo Penitenciário (CNPJ n. 15.837.081/0001-56), no Banco do Brasil, agência 2757-X, conta corrente n. 12090-1;
3. Após o pagamento, o réu deve comparecer em Juízo e apresentar os respectivos comprovantes.
Sede do Juízo: Fórum Min. Victor Nunes Leal – Rua Raimundo Cantanhede, 1069, Setor 02, Jaru-RO – CEP: 78940-000 / Fone (PABX): (069) 3521-3223, e-mail: jaw1criminal@tjro.gov.br.
Jaru-RO, 30 de abril de 2019
Gilson da Silva Barbosa
Diretor de Cartório
Gilson da Silva Barbosa

Diretor de Cartório

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

7001653-56.2019.8.22.0003
AUTOR: JOSE ROBERTO MARTINS DE SOUZA CPF nº 349.833.922-20, LINHA 627 KM 37 ZONA RURAL - 76898-000 - GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MARIO ROBERTO PEREIRA DE SOUZA OAB nº RO1765
RÉU: M. D. G. J. T., AV PEDRAS BRANCAS 2673 CENTRO - 76898-970 - GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE GOV. JORGE TEIXEIRA
DESPACHO
Vistos.
Por se tratar de questão exclusivamente de direito, não havendo até o momento notícia de que o Estado/Município, ora deMANDADO, tenha editado norma que autorize seus Procuradores a conciliar em audiência, dispensável a realização da solenidade conciliatória.
Assim, cite-se o requerido, por meio do sistema PJE, para que, querendo, apresente defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis (art. 7º da Lei 12.153/2009).

Apresentada a contestação, intime-se a parte autora para que apresente réplica em 15 (quinze) dias úteis.
Com ou sem a manifestação das partes, certifique-se e voltem os autos conclusos para SENTENÇA de MÉRITO.
Jaruterça-feira, 30 de abril de 2019
Elsi Antonio Dalla Riva

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Jaru - 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76.890-000, Jaru, RO
7003916-95.2018.8.22.0003
ADVOGADO DO REQUERENTE: IURE AFONSO REIS OAB nº RO5745
ADVOGADO DO REQUERENTE: IURE AFONSO REIS OAB nº RO5745REQUERIDO: M. D. J. -. R.
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JARU
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/95.
Trata-se de ação de cobrança pela qual a parte requerente pretende receber da parte requerida a importância de R$ 979,60, referente as verbas trabalhistas rescisórias do período de 01/06/2016 a 11/10/2016, que não foram pagas após sua exoneração do serviço público.
Pois bem.
No presente caso, a razão assiste a parte autora, pois o Município de Jaru, em sua peça de defesa, reconheceu integralmente o valor da dívida trabalhista rescisória cobrado na exordial (R$ 979,60).
Vale lembrar que o reconhecimento expresso do valor principal da dívida, referente as verbas trabalhistas rescisórias, implica também no pagamento dos juros e da correção monetária, devidos por força de lei.
O não pagamento dos juros legais e da correção geraria um enriquecimento ilícito por parte da administração pública municipal, que é vedado por nosso ordenamento jurídico.
A alegada falta de recurso financeiro para pagamento da dívida trabalhista rescisória não isenta o requerido da obrigação de pagamento da servidora exonerada, uma vez que a remuneração é direito constitucionalmente previsto e não pode ser afastado, pois restaria configurado o enriquecimento ilícito por parte da administração pública municipal, que também é vedado pelo ordenamento jurídico.
Quanto o pedido do requerido para abatimento do valor da dívida do IPTU no crédito da rescisão trabalhista, é oportuno esclarecer que a norma esculpida no artigo 100, § 9º da Constituição Federal autoriza somente a compensação entre crédito e débito da Fazenda Pública de dívida paga por meio de precatório e não de RPV, que é o caso dos autos, razão pela qual indefiro o pedido.
Ademais, é oportuno ressaltar que o vinculo empregatício entre as partes restou devidamente comprovado nos autos por meio dos decretos de nomeação e exoneração digitalizado no Id: 23544169 - P[aginas 1 e 3.
Enquanto, o valor total da dívida trabalhista, já confessada pelo devedor, em sua peça de defesa, resta comprovado por meio do TRCT (Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho), elaborado pelo próprio Município de Jaru, devidamente digitalizado no Id: ID: 23544159 p. 1
Nesse contexto, a procedência do pedido é a medida que se impõe ao presente caso concreto.
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial formulado por VERA LÚCIA TEIXEIRA SILVA para condenar o MUNICÍPIO DE JARU a pagá-la a quantia de R$ 979,60, referente as verbas trabalhistas rescisórias discriminadas no TRCT (Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho), do período de 01/06/2016 a 11/10/2016, nos termos da fundamentação supra, acrescidos de juros e correção monetária, de acordo com a Lei nº 9.494/97.
Os valores devidos deverão ser acrescidos de correção monetária a contar da data da exoneração, devendo ser utilizado como indexador, até o dia 28.06.2009, o IGP-M, com base na Lei Federal nº 9.494/1997, considerando a modulação de efeitos da ADI 4357/DF pelo Supremo Tribunal Federal e, a partir de 29.06.2009 – data da entrada em vigor da Lei Federal nº 11.960/2009, o IPCA-E, isto porque, em 20.11.2017, foi julgado o Recurso Extraordinário nº 870.947, alusivo ao Tema 8101, restando declarada a inconstitucionalidade da Taxa Referencial (TR) como índice de atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública.
No pertinente aos juros moratórios, estes devem corresponder ao índice oficial aplicado à caderneta de poupança, contados da citação (REsp.n.1.145.424/RS), conforme também explicitado no Tema 810.
Incabível a condenação em custas e honorários nesta instância (art. 55, da Lei n. 9.099/95).
Desta forma, fica resolvido o MÉRITO, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil.
Eventual cumprimento de SENTENÇA deverá ser realizado nos próprios autos, conforme Ofício nº 14/DIVAD/2011.
Certificado o transito em julgado, arquive-se.
Jaru, terça-feira, 30 de abril de 2019
Elsi Antonio Dalla Riva

7001664-85.2019.8.22.0003
AUTOR: SOLANGE BATISTA FERREIRA CPF nº 676.000.182-68, RUA JITO 812 LIBERDADE - 76898-000 - GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MARIO ROBERTO PEREIRA DE SOUZA OAB nº RO1765
RÉU: M. D. G. J. T., AV PEDRAS BRANCAS 2673 CENTRO - 76898-970 - GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE GOV. JORGE TEIXEIRA
DESPACHO
Vistos.
Por se tratar de questão exclusivamente de direito, não havendo até o momento notícia de que o Estado/Município, ora deMANDADO, tenha editado norma que autorize seus Procuradores a conciliar em audiência, dispensável a realização da solenidade conciliatória.
Assim, cite-se o requerido, por meio do sistema PJE, para que, querendo, apresente defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis (art. 7º da Lei 12.153/2009).
Apresentada a contestação, intime-se a parte autora para que apresente réplica em 15 (quinze) dias úteis.
Com ou sem a manifestação das partes, certifique-se e voltem os autos conclusos para SENTENÇA de MÉRITO.
Jaruterça-feira, 30 de abril de 2019Elsi Antonio Dalla Riva
Elsi Antonio Dalla Riva

7001665-70.2019.8.22.0003
AUTOR: EDLEUZA DE LIMA SANTOS CPF nº 294.949.232-00, RUA COPAIBA 1035 CENTRO - 76898-000 - GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MARIO ROBERTO PEREIRA DE SOUZA OAB nº RO1765
RÉU: M. D. G. J. T., AV PEDRAS BRANCAS 2673 CENTRO - 76898-970 - GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE GOV. JORGE TEIXEIRA
DESPACHO
Vistos.
Por se tratar de questão exclusivamente de direito, não havendo até o momento notícia de que o Estado/Município, ora deMANDADO, tenha editado norma que autorize seus Procuradores a conciliar em audiência, dispensável a realização da solenidade conciliatória.
Assim, cite-se o requerido, por meio do sistema PJE, para que, querendo, apresente defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis (art. 7º da Lei 12.153/2009).

Apresentada a contestação, intime-se a parte autora para que apresente réplica em 15 (quinze) dias úteis.
Com ou sem a manifestação das partes, certifique-se e voltem os autos conclusos para SENTENÇA de MÉRITO.
Jaruterça-feira, 30 de abril de 2019
Elsi Antonio Dalla Riva

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Jaru - 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76.890-000, Jaru, RO
7003097-95.2017.8.22.0003
EXEQUENTE: LUZITANIA CARNEIRO DOS SANTOS
ADVOGADO DO EXEQUENTE: EVERTON CAMPOS DE QUEIROZ OAB nº RO2982
EXECUTADO: M. D. J. -. R.
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JARU
SENTENÇA
Vistos.
Diante da comprovação do pagamento da dívida exequenda (Id's 24712072 p. 2 e 26031712 p. 1), DECLARO EXTINTA a presente execução e determino o seu arquivamento.
Antes, porém, cumpra-se o seguinte:
1-Oficie-se, via e-mail, à Caixa Econômica Federal, agência 2976, para que proceda, no prazo de 05 (cinco) dias, com a imediata comunicação ao Juízo, a transferência eletrônica da quantia de R$ 2.129,82, com eventuais acréscimos financeiros para a conta bancária já indicada nos autos (Id: 26090555 p. 1), encaminhando-se a resposta por e-mail (jaw1civel@tjro.ius.br), dentro do prazo mencionado acima.
2-Consigne-se no referido documento que após o saque a conta judicial deverá ser bloqueada para que não gere ônus ou bônus até que decorra o prazo estipulado pelo Banco Central do Brasil para a sua extinção.
3-Após, certifique-se o cartório acerca da existência de resíduo de dinheiro na conta judicial, bem como de qualquer outra constrição judicial que impeça o regular arquivamento do feito.
FICA DISPENSADO O TRÂNSITO EM JULGADO.
SERVE A PRESENTE SENTENÇA COMO OFÍCIO Nº 291/GAB/2019, A QUAL DEVERÁ SER INSTRUÍDA COM A CÓPIA DO COMPROVANTE DE TRANSFERÊNCIA ELETRÔNICA (ID:26031712) E DA PETIÇÃO QUE CONSTA OS DADOS PESSOAIS E BANCÁRIOS DA CONTA INDICADA PELA PARTE CREDORA.
Com digitalização do comprovante de deposito/transferência, arquivem-se os autos.
Jaru, terça-feira, 30 de abril de 2019
Elsi Antonio Dalla Riva

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Jaru - 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76.890-000, Jaru, RO
Processo n.: 7000736-71.2018.8.22.0003
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto:Adicional de Insalubridade, Base de Cálculo
REQUERENTE: VILSON FELIX RODRIGUES, RUA MADALENA P. DA SILVA 1869 SAVANA PARK - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LAIS SANTOS CORDEIRO OAB nº RO8504
EVERTON ALEXANDRE DA SILVA OLIVEIRA REIS OAB nº RO7649
LUCAS BRANDALISE MACHADO OAB nº RO931
REQUERIDO: M. D. J. -. R., AC JARU 3038, RUA JOÃO BATISTA, 1 PISO, SETOR 01. CENTRO - 76890-970 - JARU - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JARU
Valor da causa:R$1.045,40
DECISÃO
Vistos.
Os embargos de declaração opostos pela parte exequente (ID 26001928 p. 4), são tempestivos.
Registre-se, por oportuno, que da SENTENÇA lançada não há obscuridade, contradição ou omissão, hipóteses que justificam os embargos de declaração.
Ademais, eventual desacerto ou erro na DECISÃO é justamente o que justifica a possibilidade de manejo do recurso pertinente.
Assim, conheço dos embargos opostos para o fim de rejeitá-los, mantendo a DECISÃO tal qual lançada nos autos.
Intime-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Jaru - 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76.890-000, Jaru, RO 7002460-47.2017.8.22.0003
ADVOGADO DO EXEQUENTE: SINTIA ROSA DE ALMEIDA OAB nº RO3115
ADVOGADO DO EXEQUENTE: SINTIA ROSA DE ALMEIDA OAB nº RO3115EXECUTADO: M. D. J. -. R.
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JARU
SENTENÇA
Vistos.
Diante da comprovação do pagamento da dívida exequenda (Id's 26030841), DECLARO EXTINTA a presente execução e determino o seu arquivamento.
Antes, porém, cumpra-se o seguinte:
1-Oficie-se, via e-mail, à Caixa Econômica Federal, agência 2976, para que proceda, no prazo de 05 (cinco) dias, com a imediata comunicação ao Juízo, a transferência eletrônica da quantia de R$ 704,79, com eventuais acréscimos financeiros para a conta bancária já indicada nos autos (Id: 26068729), encaminhando-se a resposta por e-mail (jaw1civel@tjro.ius.br), dentro do prazo mencionado acima.
2-Consigne-se no referido documento que após o saque a conta judicial deverá ser bloqueada para que não gere ônus ou bônus até que decorra o prazo estipulado pelo Banco Central do Brasil para a sua extinção.
3-Após, certifique-se o cartório acerca da existência de resíduo de dinheiro na conta judicial, bem como de qualquer outra constrição judicial que impeça o regular arquivamento do feito.
FICA DISPENSADO O TRÂNSITO EM JULGADO.
SERVE A PRESENTE SENTENÇA COMO OFÍCIO Nº 139/GAB/2017, A QUAL DEVERÁ SER INSTRUÍDA COM A CÓPIA DO COMPROVANTE DA TRANSFERÊNCIA ELETRÔNICA (ID26030841 p. 2) E DA PETIÇÃO QUE CONSTA OS DADOS PESSOAIS E BANCÁRIOS DA CONTA INDICADA PELA PARTE CREDORA.
Com digitalização do comprovante de deposito/transferência, arquivem-se os autos.
Se não houver pendência, arquive-se.
Jaruterça-feira, 30 de abril de 2019
Elsi Antonio Dalla Riva

7001716-81.2019.8.22.0003
REQUERENTE: CENIRA MARIA DA CONCEICAO DE ANDRADE CPF nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REQUERIDOS:ESTADODERONDÔNIACNPJnº00.394.585/0001-71, SEM ENDEREÇO, PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU CNPJ nº 04.279.238/0001-59, SEM ENDEREÇO

ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JARU
DESPACHO
Vistos.
Considerando que a cirurgia bariátrica deve ser considerada como último recurso para quem luta contra a obesidade e sendo a intervenção cirúrgica como parte do tratamento da doença, deve a parte autora comprovar nos autos, por meio de atestado médico, que o tratamento clínico não surtiu efeito e que está apta para realizar a cirurgia, após ter recebido orientação medica, psicológica e nutricional.
Desta forma, Intime-se a parte autora para, no prazo de 5 dias úteis, emendar a inicial, sob pena de indeferimento do pedido de antecipação da tutela, a fim de:
1) Digitalizar o laudo médico para comprovar que está apta para realizar a cirurgia bariátrica.
2) Digitalizar nos autos mais 2 orçamentos de hospitais distintos, com o valor exato do custo da cirurgia bariátrica.
Decorrido o prazo, certifique-se e voltem os autos conclusos.
Decorrido o prazo, voltem os autos conclusos.
Concomitantemente, intime-se a Assistente Social do Juízo para que elabore o Estudo Socioeconômico da parte autora, devendo constar no referido documento se realmente a demandante reside no Município de Jaru e há quanto tempo, caso seja positiva a resposta. E qual o seu vinculo de parentesco com o senhor Elizeu Martins de Andrade.
Cumpra-se.
Elsi Antonio Dalla Riva

7001652-71.2019.8.22.0003
AUTOR: WDERLAN HENRIQUE DE AZEVEDO CPF nº 736.493.504-59, RUA PAINEIRA 1825 CENTRO - 76898-000 - GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MARIO ROBERTO PEREIRA DE SOUZA OAB nº RO1765
RÉU: M. D. G. J. T., AV PEDRAS BRANCAS 2673 CENTRO - 76898-970 - GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE GOV. JORGE TEIXEIRA
DESPACHO
Vistos.
Por se tratar de questão exclusivamente de direito, não havendo até o momento notícia de que o Estado/Município, ora deMANDADO, tenha editado norma que autorize seus Procuradores a conciliar em audiência, dispensável a realização da solenidade conciliatória.
Assim, cite-se o requerido, por meio do sistema PJE, para que, querendo, apresente defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis (art. 7º da Lei 12.153/2009).
Apresentada a contestação, intime-se a parte autora para que apresente réplica em 15 (quinze) dias úteis.
Com ou sem a manifestação das partes, certifique-se e voltem os autos conclusos para SENTENÇA de MÉRITO.
Jaruterça-feira, 30 de abril de 2019
Elsi Antonio Dalla Riva

7001644-94.2019.8.22.0003
AUTOR: ANDRADA VASCONCELOS CANDIDO CPF nº 600.373.692-53, LINHA 623 KM 35, LOTE 3A ZONA RURAL - 76898-000 - GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MARIO ROBERTO PEREIRA DE SOUZA OAB nº RO1765
RÉU: M. D. G. J. T., AV PEDRAS BRANCAS 2673 CENTRO - 76898-970 - GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE GOV. JORGE TEIXEIRA
DESPACHO
Vistos.
Por se tratar de questão exclusivamente de direito, não havendo até o momento notícia de que o Estado/Município, ora deMANDADO, tenha editado norma que autorize seus Procuradores a conciliar em audiência, dispensável a realização da solenidade conciliatória.
Assim, cite-se o requerido, por meio do sistema PJE, para que, querendo, apresente defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis (art. 7º da Lei 12.153/2009).
Apresentada a contestação, intime-se a parte autora para que apresente réplica em 15 (quinze) dias úteis.
Com ou sem a manifestação das partes, certifique-se e voltem os autos conclusos para SENTENÇA de MÉRITO.
Jaruterça-feira, 30 de abril de 2019
Elsi Antonio Dalla Riva

7001703-82.2019.8.22.0003
AUTOR: SEVERINO RAMOS DE BRITO CPF nº 329.152.254-00, RUA JATOBA 1044 CENTRO - 76898-000 - GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MARIO ROBERTO PEREIRA DE SOUZA OAB nº RO1765
RÉU: M. D. G. J. T., AV PEDRAS BRANCAS 2673 CENTRO - 76898-970 - GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE GOV. JORGE TEIXEIRA
DESPACHO
Vistos.
Por se tratar de questão exclusivamente de direito, não havendo até o momento notícia de que o Estado/Município, ora deMANDADO, tenha editado norma que autorize seus Procuradores a conciliar em audiência, dispensável a realização da solenidade conciliatória.
Assim, cite-se o requerido, por meio do sistema PJE, para que, querendo, apresente defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis (art. 7º da Lei 12.153/2009).
Apresentada a contestação, intime-se a parte autora para que apresente réplica em 15 (quinze) dias úteis.
Com ou sem a manifestação das partes, certifique-se e voltem os autos conclusos para SENTENÇA de MÉRITO.
Jaruterça-feira, 30 de abril de 2019
Elsi Antonio Dalla Riva

7001654-41.2019.8.22.0003
AUTOR: LUIZ CARLOS LEITE CPF nº 387.126.522-53, AV. PEDRA BRANCA 3004 CENTRO - 76898-000 - GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MARIO ROBERTO PEREIRA DE SOUZA OAB nº RO1765
RÉU: M. D. G. J. T., AV PEDRAS BRANCAS 2673 CENTRO - 76898-970 - GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE GOV. JORGE TEIXEIRA
DESPACHO
Vistos.
Por se tratar de questão exclusivamente de direito, não havendo até o momento notícia de que o Estado/Município, ora deMANDADO, tenha editado norma que autorize seus Procuradores a conciliar em audiência, dispensável a realização da solenidade conciliatória.
Assim, cite-se o requerido, por meio do sistema PJE, para que, querendo, apresente defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis (art. 7º da Lei 12.153/2009).
Apresentada a contestação, intime-se a parte autora para que apresente réplica em 15 (quinze) dias úteis.
Com ou sem a manifestação das partes, certifique-se e voltem os autos conclusos para SENTENÇA de MÉRITO.
Jaruterça-feira, 30 de abril de 2019
Elsi Antonio Dalla Riva

7001643-12.2019.8.22.0003
AUTOR: CORDOLINA PEREIRA DO VALE CPF nº 914.233.416-00, LINHA 644 KM 70 ZONA RURAL - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MARIO ROBERTO PEREIRA DE SOUZA OAB nº RO1765

RÉU: M. D. G. J. T., AV PEDRAS BRANCAS 2673 CENTRO - 76898-970 - GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE GOV. JORGE TEIXEIRA
DESPACHO
Vistos.
Por se tratar de questão exclusivamente de direito, não havendo até o momento notícia de que o Estado/Município, ora deMANDADO, tenha editado norma que autorize seus Procuradores a conciliar em audiência, dispensável a realização da solenidade conciliatória.
Assim, cite-se o requerido, por meio do sistema PJE, para que, querendo, apresente defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis (art. 7º da Lei 12.153/2009).
Apresentada a contestação, intime-se a parte autora para que apresente réplica em 15 (quinze) dias úteis.
Com ou sem a manifestação das partes, certifique-se e voltem os autos conclusos para SENTENÇA de MÉRITO.
Jaruterça-feira, 30 de abril de 2019
Elsi Antonio Dalla Riva

Processo nº: 7001489-91.2019.8.22.0003
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Indenização por Dano Moral
Requerente/Exequente:EDUARDO HERRMANN GESUALDO, RUA MARECHAL FLORIANO 130, CASA PRINCESA ISABEL - 85710-000 - SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE - PARANÁ
Advogado do requerente: DAIANE GLOWASKY OAB nº RO7953, EDER JUNIOR MATT OAB nº RO3660
Requerido/Executado: F. P. D. J., RUA RAIMUNDO CANTANHEDE 1080, PREFEITURA MUNICIPAL SETOR 02 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
Advogado do requerido:
DESPACHO
Vistos.
Intime-se o autor para digitalizar nos autos os comprovantes de pagamentos dos IPTU's do período em que foi proprietário do imóvel que alega ter vendido, sob pena de indeferimento da antecipação da tutela.
Prazo: 5 dias úteis
Decorrido o prazo, certifique-se e voltem uso autos conclusos.
Cumpra-se.
Jaru/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019
Elsi Antonio Dalla Riva
Jaru - 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Assinado eletronicamente por: ELSI ANTONIO DALLA RIVA 30/04/2019 10:15:36
http://pje.tjro.jus.br:80/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
ID do documento: 26822892 190430104404000000000025168512

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
1ª Vara Cível, 1º Juizado Especial Cível e da Fazenda Pública
Rua Raimundo Cantanhede, 1069, Setor 02, JARU – RO
CEP: 76890-000 - Fone:(69)3521-3238 - E-mail: jaw1civel@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
1ª Vara Cível, 1º Juizado Especial Cível e da Fazenda Pública
Rua Raimundo Cantanhede, 1069, Setor 02, JARU – RO
CEP: 76890-000 - Fone:(69)3521-3238 - E-mail: jaw1civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7000758-95.2019.8.22.0003
Classe:JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Assunto: [Incorporação, Indenização por Dano Material, Indenização por Dano Material, Fornecimento de Energia Elétrica]
Requerente: OBALDINA AMELIA GONCALVES DA CRUZ
Advogado do(a) REQUERENTE: EDEMILSON EVANGELISTA DE ABREU - RO2792
Requerido: CERON CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA
FINALIDADE: Fica o procurador da parte autora intimado para no prazo de 15 dias, apresentar replica a contestação.

2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM MINISTRO VICTOR NUNES LEAL
Jaru - 2ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Raimundo Cantanhede, 1069, setor 2, CEP 76.890-000, Jaru/RO
Fone: (69) 3521-3237 e-mail: jaw2civel@tjro.jus.br
7001698-60.2019.8.22.0003
Procedimento do Juizado Especial Cível
Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
AUTOR: MARCIA FREITAS DA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: ESTHER DE OLIVEIRA PIO SUDARIO OAB nº RO9440
RÉU: EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A
ADVOGADO DO RÉU:
DECISÃO
Vistos, etc.
O ordenamento jurídico vigente autoriza a antecipação da tutela pretendida desde que, existindo prova inequívoca, o Magistrado se convença da verossimilhança das alegações e haja fundado receio de dano ou risco ao resultado útil do processo.
O enunciado 26, do Fórum Nacional de Juizados Especiais, aliás, estabelece o cabimento da tutela acautelatória e antecipatória nos Juizados Especiais.
No caso em apreço, verifico a presença dos pressupostos para a concessão da tutela de urgência, diante da existência da fumaça do bom direito (potencial inscrição indevida no cadastro de inadimplentes) e do perigo da demora (inerente ao abalo das condições econômicas do(a) demandante), sendo que a jurisprudência consolidou o entendimento de que o débito pendente de discussão em juízo deve ter sua cobrança, protesto e/ou inscrição em cadastro de inadimplentes suspensos, senão, vejamos:
AGRAVO DE INSTRUMENTO. ÓRGÃO ARQUIVISTA. INSCRIÇÃO. LIMINAR PLEITEADA. EXCLUSÃO DO CADASTRO DE INADIMPLENTES. DÍVIDA EM DISCUSSÃO. PLAUSIBILIDADE DO DIREITO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO AO CREDOR. ORDEM CONCEDIDA. Há plausibilidade nas alegações da parte agravante a ensejar concessão de liminar para determinar a exclusão de seu nome do cadastro de inadimplentes, desde que motivados em dívida sob discussão judicial, mormente observando-se que tais providências não causariam nenhum prejuízo ao credor (Processo nº 0000699-90.2009.822.0000 - Agravo de Instrumento. Relator: Desembargador Moreira Chagas. Processo publicado no Diário Oficial em 03/12/2009) e;
ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. FUNGIBILIDADE DAS TUTELAS DE URGÊNCIA. LIMINAR CAUTELAR. EXCLUSÃO DO NOME DO DEVEDOR DOS CADASTROS DA SERASA E CADIN. Demonstrada a plausibilidade do direito e o perigo de dano decorrente da demora peculiar ao trâmite do processo principal de rescisão de contrato, em que se discute a existência ou não da dívida, com fulcro no princípio da fungibilidade regressiva das tutelas de urgência, impõe-se a concessão de cautelar para a exclusão do nome do autor dos cadastros negativos dos serviços de proteção ao crédito (Processo nº 2004033-11.2003.822.0000 - Agravo de Instrumento. Relator: Desembargador Renato Mimessi. Processo publicado no Diário Oficial em 12/11/2003).
1) Ante o exposto, CONCEDO A TUTELA DE URGÊNCIA e, por consequência, DETERMINO que seja oficiado ao SCPC/SERASA, para que promova a imediata suspensão da negativação referente ao débito/contrato discutido nos autos, em nome da parte autora, conforme documento apresentado.
2) AGENDE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO NO SISTEMA PJE.
3) Após, CITE-SE E INTIMEM-SE para comparecer à solenidade agendada, sendo a parte autora via telefone/advogado habilitado e a parte requerida via correios, com as advertências legais dos artigos 51, I, e 20 da Lei 9.099/95.

Caso a parte requerida: não apresente proposta de acordo; não seja composta a transação em audiência; ou não requeira a designação de audiência de instrução, deverá apresentar defesa escrita digitalizada e documentos necessários até a data da audiência (ou seja, na data da solenidade, as contestações e demais documentos já deverão estar digitalizados no sistema virtual).
Caso a parte requerida tenha advogado constituído nos autos, este poderá trazer na audiência de conciliação equipamento de informática com acesso à internet ou poderá trazer a defesa e documentos já digitalizados nos autos, por meio de cópia impressa ou mídia eletrônica (pen drive/cd), a fim de possibilitar o contraditório e a impugnação da peça contestatória, evitando-se a postergação do procedimento célere do Juizado, na hipótese de falha ou inoperância do sistema PJE. Estas medidas encontram respaldo no princípio da cooperação, que deve pautar a atuação de todos os atores processuais.
Caso seja indeferida a realização de audiência de instrução e julgamento, o feito será julgado no estado em que se encontra.
Conforme disposto no artigo 28, da Lei 9.099/95, na audiência de instrução e julgamento serão ouvidas as partes, colhida a prova e, em seguida, proferida a SENTENÇA. Contudo, esta regra poderá ser excepcionada em virtude da complexidade da causa.
SIRVA A PRESENTE COMO CARTA-AR/MANDADO, QUE DEVERÁ SER INSTRUÍDO COM A CÓPIA DA INICIAL, ALÉM DA CERTIDÃO COM A DATA DA AUDIÊNCIA AGENDADA.
Cumpra-se.
Determinei a publicação no Diário de Justiça Eletrônico para fins do art. 205, § 3º do CPC.
30 de abril de 2019
Elsi Antonio Dalla Riva
Juiz de Direito
Assinado Digitalmente
DADOS PARA CUMPRIMENTO:
RÉU: EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A, RUA MATRINCHÃ 996, - DE 605/606 AO FIM LAGOA - 76812-068 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM MINISTRO VICTOR NUNES LEAL
Jaru - 2ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Raimundo Cantanhede, 1069, setor 2, CEP 76.890-000, Jaru/RO
Fone: (69) 3521-3237 e-mail: jaw2civel@tjro.jus.br
7000512-02.2019.8.22.0003
Procedimento do Juizado Especial Cível
Indenização por Dano Material, Incorporação Imobiliária
REQUERENTE: GERALDO CAMILO DO NASCIMENTO
ADVOGADO DO REQUERENTE: LEVI GUSTAVO ALVES DE FREITAS OAB nº RO4634
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
ADVOGADO DO REQUERIDO: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO OAB nº RO635
SENTENÇA
Vistos, etc.
Relatório dispensado nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/95.
DA PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA - PROVA PERICIAL
A parte requerida aduz preliminarmente que o juizado especial é incompetente para analisar a matéria, visto que há necessidade de produção de prova pericial para que se chegue a CONCLUSÃO mais adequada acerca da matéria arguida nos autos.
No entanto, não verifico a necessidade de prova técnica para tanto, vez que a lei que rege a presente questão relacionada a incorporação já leciona sobre os requisitos, os quais são os parâmetros adotados por este juízo quando da análise do MÉRITO.
Em igual sentido, colaciono a jurisprudência da Turma Recursal do Eg. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia:
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. RECURSO INOMINADO. PRELIMINAR INCOMPETÊNCIA. PERÍCIA. DESNECESSIDADE. PRELIMINAR AFASTADA. CONSTRUÇÃO DE REDE ELÉTRICA. SUBESTAÇÃO. RESSARCIMENTO VALORES. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. -A eventual necessidade de produção de prova pericial não influi na definição da competência dos Juizados Especiais Cíveis. -É desnecessária a realização de prova pericial para saber se a concessionária de energia elétrica possui ou não o dever de ressarcir despesas realizadas em decorrência da construção de rede elétrica por particular. - Não há que se falar em prescrição quando a concessionária não cumpre seu dever de formalizar administrativamente a incorporação. -Havendo demonstração da realização de gastos para eletrificação pelo particular, incorporado de fato ao patrimônio da concessionária e por esta utilizado, deve ser devidamente indenizado. (RECURSO INOMINADO, Processo nº 7002475-87.2015.822.0002, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz Enio Salvador Vaz, Data de julgamento: 15/09/2017); e
PERÍCIA. DESNECESSIDADE. PRELIMINAR AFASTADA. CONSTRUÇÃO DE REDE ELÉTRICA. SUBESTAÇÃO. RESSARCIMENTO VALORES. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. -A eventual necessidade de produção de prova pericial não influi na definição da competência dos Juizados Especiais Cíveis. -É desnecessária a realização de prova pericial para saber se a concessionária de energia elétrica possui ou não o dever de ressarcir despesas realizadas em decorrência da construção de rede elétrica por particular. - Não há que se falar em prescrição quando a concessionária não cumpre seu dever de formalizar administrativamente a incorporação. -Havendo demonstração da realização de gastos para eletrificação pelo particular, incorporado de fato ao patrimônio da concessionária e por esta utilizado, deve ser devidamente indenizado. (RECURSO INOMINADO, Processo nº 7007994-09.2016.822.0002, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz Enio Salvador Vaz, Data de julgamento: 15/09/2017)
Forte as razões, afasto a preliminar de incompetência do Juizado Especial.
DA PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO
O termo inicial para a contagem do prazo prescricional, em ações desta natureza, é a data da incorporação da subestação ao patrimônio da concessionária. Este, aliás, é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, conforme ementa ora colacionada:
RECURSO ESPECIAL. FINANCIAMENTO DE REDE DE ELETRIFICAÇÃO RURAL. PROGRAMA LUZ DA TERRA. CUSTEIO DE OBRA DE EXTENSÃO DE REDE ELÉTRICA PELO CONSUMIDOR. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DOS VALORES APORTADOS. ILEGALIDADE E PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO. DESCABIMENTO. 1. A Segunda Seção do STJ, em sede de recurso repetitivo, definiu a tese de que: "Para efeitos do art. 543-C do CPC: 1. Nas ações em que se pleiteia o ressarcimento dos valores pagos a título de participação financeira do consumidor no custeio de construção de rede elétrica, a prescrição deve ser analisada, separadamente, a partir de duas situações: (i) pedido relativo a valores cujo ressarcimento estava previsto em instrumento contratual e que ocorreria após o transcurso de certo prazo a contar do término da obra (pacto geralmente denominado de "CONVÊNIO DE DEVOLUÇÃO"); (ii) pedido relativo a valores para cujo ressarcimento não havia previsão contratual (pactuação prevista em instrumento, em regra, nominado de "TERMO DE CONTRIBUIÇÃO"). 1.2.) No primeiro caso (i), "prescreve em 20 (vinte) anos, na vigência do Código Civil de 1916, e em 5 (cinco) anos, na vigência do Código Civil de 2002, a pretensão de cobrança dos valores aportados para a construção de rede de eletrificação rural, [...] respeitada a regra de transição prevista no art. 2.028 do Código Civil de 2002" (REsp 1.063.661/RS, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/02/2010);1.3.) No segundo caso (ii), a pretensão prescreve em 20 (vinte) anos, na vigência do Código Civil de 1916, e em 3 (três) anos, na vigência do Código

Civil de 2002, por se tratar de demanda fundada em enriquecimento sem causa (art. 206, § 3º, inciso IV), observada, igualmente, a regra de transição prevista no art. 2.028 do Código Civil de 2002". (REsp 1249321/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/04/2013, DJe 16/04/2013). [...] 3. O Código Civil/2002 consignou prazo prescricional específico para a pretensão em análise, limitando o lapso de tempo em que se permite ao prejudicado o ajuizamento da actio de in rem verso, malgrado o instituto não consistisse em novidade jurídica, sendo princípio implícito reconhecido no ordenamento de longa data. Realmente, o enriquecimento sem justa causa é fonte obrigacional autônoma que impõe o dever ao beneficiário de restituir tudo o que lucrou à custa do empobrecimento de outrem (CC, art. 884). 4. Assim, é do momento em que a concessionária incorpora ao seu patrimônio a rede elétrica do recorrido que, em tese, se tem configurado o enriquecimento ilícito, com aumento do ativo da recorrente e diminuição do passivo do recorrido, devendo ser este, portanto, o marco inicial do prazo prescricional. (REsp 1418194/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 03/11/2015, DJe 27/11/2015)

Desta feita, afasto a preliminar de prescrição.

DA ILEGITIMIDADE ATIVA

No que diz respeito a preliminar de ilegitimidade ativa, entendo que por se tratar de temática que se relaciona com o MÉRITO da demanda, deve ser enfrentada quando da análise deste.

Nesse sentido:

PRELIMINAR. CONTEÚDO. MÉRITO. CONFUSÃO. RECURSO CONHECIDO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. MORTE DE FILHO MAIOR. CULPA COMPROVADA. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA AUSENTE. OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS AFASTADA. DANO MORAL PRESENTE. Tratando-se de preliminar cujo conteúdo confunde-se com o MÉRITO, convém afastá-la, para que o recurso seja conhecido. Atua com culpa o motorista que, sem a devida cautela e atenção, desrespeita as normas de trânsito e provoca acidente com vítima fatal, subsistindo a obrigação de indenizar os danos morais arbitrados ao genitor da vítima. É cabível, a princípio, o pagamento de pensão alimentícia aos pais em razão da morte de filho maior. Contudo, o pensionamento está adstrito à verificação da dependência financeira deles em relação ao falecido (Emb. Infring., N. 20001020020051182, Rel. Des. Moreira Chagas, J. 04/07/2008).

Assim, afasto a preliminar de ilegitimidade ativa.

DO MÉRITO

Considerando a prescindibilidade da produção de outras provas, passo ao julgamento do feito, com fulcro no artigo 355, I, do Código de Processo Civil.

Trata-se de ação de ressarcimento de valores pagos a título de participação financeira do consumidor no custeio de construção de rede elétrica.

Ao caso, aplica-se a Resolução Normativa nº. 229/2006, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que estabelece as condições gerais para a incorporação de redes particulares, conectadas aos sistemas elétricos de distribuição, ao Ativo Imobilizado em Serviço das concessionárias ou permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, e dá outras providências.

Cumpre ressaltar que a resolução em comento tem por objetivo primordial promover a universalização do fornecimento de energia elétrica para outras unidades consumidoras.

Em seus artigos 4º e 5º a resolução diferencia quatro situações acerca do cabimento ou não da incorporação das redes particulares e consequente direito à indenização:

a) redes particulares já incorporadas;

b) redes particulares não incorporadas, porém localizadas integralmente em imóveis particulares, não utilizadas para o atendimento de novas ligações;

c) redes particulares não incorporadas, necessárias para novas ligações;

d) redes particulares não incorporadas, quando a concessionária já efetivou a derivação;

e) redes de interesse exclusivo de agentes de geração que conectem suas instalações à Rede Básica, à rede de distribuição ou a suas instalações de consumo.

Destas, apenas aquelas descritas nos itens "a)", "c)" e "d)" são imprescindíveis à coletividade, possibilitando o recebimento de novas derivações/conexões, para ampliar o acesso a futuros consumidores, cuja indenização é impositiva.

Cabe ao Magistrado, assim, analisar se a situação posta em Juízo está de acordo com a previsão normativa e, se for o caso, estabelecer a indenização cabível, de acordo com as provas coligidas.

O aspecto controvertido da demanda reforça a necessidade de uma análise acurada das provas que instruem o feito, pois "a prova constitui, pois, o instrumento por meio do qual se forma a convicção do juiz a respeito da ocorrência ou inocorrência dos fatos controvertidos no processo" (DINAMARCO, et. al. Teoria Geral do Processo. São Paulo: Malheiros, 2011).

Veja-se que a doutrina atual tem adotado um posicionamento moderno quanto ao ônus da prova, como bem explicado pelo processualista Fredie Didier Junior ao discorrer sobre a sistemática da distribuição do ônus probatório:

"As regras do ônus da prova não são regras de procedimento, não são regras que estruturam o processo. O ônus da prova é regra de juízo, isto é, de Julgamento, cabendo ao juiz, quando da prolação da SENTENÇA, proferir julgamento contrário àquele que tinha o ônus da prova e dele não se desincumbiu. O sistema não determina quem deve produzir a prova, mas sim quem assume o risco caso ela não se produza. As regras de distribuição dos ônus da prova são regras de juízo: orientam o juiz quando há um non liquet em matéria de fato e constituem, também, uma indicação às partes quanto à sua atividade probatória […] Importante não é a conduta das partes na instrução (ônus subjetivo), mas o resultado da instrução e sua avaliação e julgamento pelo juiz (ônus objetivo). Não interessa quem produziu a prova, mas sim o quê se provou e sua análise pelo magistrado" (Curso de Direito Processual Civil: direito probatório, DECISÃO judicial, cumprimento e liquidação da SENTENÇA e coisa julgada. 3. ed. Salvador: Jus PODIVM, 2008. v. 2, pág. 74/75).

A fim de comprovar o fato constitutivo de seu direito, a parte autora apresentou, entre outros documentos, anotação de responsabilidade técnica - ART, projeto e o orçamento para instalação de rede particular de energia elétrica, além de comprovante de envio de Termo de Compromisso de Manutenção de Instalação à CERON S/A.

Por fim, após a determinação deste Juízo, o requerente não apresentou documentos, mas informou ser o proprietário do imóvel quando da instalação da subestação. Contudo, não esclareceu e nem comprovou se "a rede particular é necessária para a garantia do atendimento de novas ligações" e se "a concessionária efetuou derivações da rede particular para atendimento de outros consumidores."

Desta feita, não há que se falar em direito à indenização, uma vez que a instalação da rede particular tem função de, única e tão somente, atender exclusivamente a necessidade energética da propriedade rural.

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos iniciais, com fulcro no artigo 478, I, do Código de Processo Civil.

Sem custas e honorários – artigos 54 e 55 da Lei n. 9.099/95.

P.R.I.

Em caso de recurso com pedido de gratuidade judiciária, venham os autos conclusos de imediato, se não, intime-se a parte contrária para contra-arrazoar.

Ainda tratando da medida recursal, especificamente sobre o interesse da parte em obter os benefícios da justiça gratuita, o pedido deverá ser instruído com a documentação hábil a comprovar a hipossuficiência, tais como: carteira de trabalho, certidão negativa de bens (prefeitura, cartório de registro de imóveis, DETRAN/RO, etc.), contracheque, extrato de benefício previdenciário, dentre outros.

Nada pendente, arquivem-se os autos.
Determinei a publicação no Diário de Justiça Eletrônico para fins do art. 205, § 3º do CPC.
30 de abril de 2019
Elsi Antonio Dalla Riva
Juiz de Direito
Assinado Digitalmente

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM MINISTRO VICTOR NUNES LEAL
Jaru - 2ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Raimundo Cantanhede, 1069, setor 2, CEP 76.890-000, Jaru/RO
Fone: (69) 3521-3237 e-mail: jaw2civel@tjro.jus.br
7001053-35.2019.8.22.0003
Procedimento do Juizado Especial Cível
Nota Promissória
REQUERENTE: MARCIO YEIJO TOME
ADVOGADO DO REQUERENTE: KARIMA FACCIOLI CARAM OAB nº RO3460, EDER MIGUEL CARAM OAB nº RO5368, THIAGO HENRIQUE BARBOSA OAB nº RO9583
REQUERIDO: GEOVANE SOUZA DE LIMA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
SENTENÇA
Vistos, etc.
Ante a homologação do acordo em audiência, arquivem-se os autos, considerando que as partes renunciaram ao prazo recursal.
Determinei a publicação no Diário de Justiça Eletrônico para fins do art. 205, § 3º do CPC.
30 de abril de 2019
Elsi Antonio Dalla Riva
Juiz de Direito
Assinado Digitalmente

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM MINISTRO VICTOR NUNES LEAL
Jaru - 2ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Raimundo Cantanhede, 1069, setor 2, CEP 76.890-000, Jaru/RO
Fone: (69) 3521-3237 e-mail: jaw2civel@tjro.jus.br
7001688-16.2019.8.22.0003
Procedimento do Juizado Especial Cível
Rescisão / Resolução
REQUERENTE: ANA APARECIDA ALVES CARVALHO
ADVOGADO DO REQUERENTE:
REQUERIDO: CAMILA JESUS XAVIER 02982136210
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DECISÃO
Vistos, etc.
O ordenamento jurídico vigente autoriza a antecipação da tutela pretendida desde que, existindo prova inequívoca, o Magistrado se convença da verossimilhança das alegações e haja fundado receio de dano ou risco ao resultado útil do processo.
O enunciado 26, do Fórum Nacional de Juizados Especiais, aliás, estabelece o cabimento da tutela acautelatória e antecipatória nos Juizados Especiais.
No caso em apreço, verifico a presença dos pressupostos para a concessão da tutela de urgência, diante da existência da fumaça do bom direito (potencial incrição indevida no cadastro de inadimplentes) e do perigo da demora (inerente ao abalo das condições econômicas do(a) demandante), sendo que a jurisprudência consolidou o entendimento de que o débito pendente de discussão em juízo deve ter sua cobrança, protesto e/ou inscrição em cadastro de inadimplentes suspensos, senão, vejamos:
PROCESSO CIVIL. CIVIL. AGRAVO NO RECURSO ESPECIAL. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA. CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. INSCRIÇÃO. MANUTENÇÃO DA POSSE. [...] - A abstenção da inscrição/manutenção em cadastro de inadimplentes, requerida em antecipação de tutela e/ou medida cautelar, somente será deferida se, cumulativamente: a) a ação for fundada em questionamento integral ou parcial do débito; b) houver demonstração de que a cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STF ou STJ; c) houver depósito da parcela incontroversa ou for prestada a caução fixada conforme o prudente arbítrio do juiz. - Afastada a mora, o consumidor deve permanecer na posse do bem dado em garantia. - Agravo não provido. (AgRg no REsp 1270283/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/08/2012, DJe 20/08/2012)
1) Ante o exposto, CONCEDO A TUTELA DE URGÊNCIA e, por consequência, DETERMINO a requerida que se abstenha de inscrever o nome da parte autora do SCPC/SERASA, pelos débitos discutidos neste feito.
Para tanto, INTIME-SE a requerida desta DECISÃO, advertindo-a que, em caso de descumprimento, lhe será aplicada as penas lei.
2) AGENDE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO NO SISTEMA PJE.
3) Após, CITE-SE E INTIMEM-SE para comparecer à solenidade agendada, sendo a parte autora via telefone/advogado habilitado e a parte requerida via correios, com as advertências legais dos artigos 51, I, e 20 da Lei 9.099/95.
Caso a parte requerida: não apresente proposta de acordo; não seja composta a transação em audiência; ou não requeira a designação de audiência de instrução, deverá apresentar defesa escrita digitalizada e documentos necessários até a data da audiência (ou seja, na data da solenidade, as contestações e demais documentos já deverão estar digitalizados no sistema virtual).
Caso a parte requerida tenha advogado constituído nos autos, este poderá trazer na audiência de conciliação equipamento de informática com acesso à internet ou poderá trazer a defesa e documentos já digitalizados nos autos, por meio de cópia impressa ou mídia eletrônica (pen drive/cd), a fim de possibilitar o contraditório e a impugnação da peça contestatória, evitando-se a postergação do procedimento célere do Juizado, na hipótese de falha ou inoperância do sistema PJE. Estas medidas encontram respaldo no princípio da cooperação, que deve pautar a atuação de todos os atores processuais.
Caso seja indeferida a realização de audiência de instrução e julgamento, o feito será julgado no estado em que se encontra.
Conforme disposto no artigo 28, da Lei 9.099/95, na audiência de instrução e julgamento serão ouvidas as partes, colhida a prova e, em seguida, proferida a SENTENÇA. Contudo, esta regra poderá ser excepcionada em virtude da complexidade da causa.
SIRVA A PRESENTE COMO CARTA-AR/MANDADO, QUE DEVERÁ SER INSTRUÍDO COM A CÓPIA DA INICIAL, ALÉM DA CERTIDÃO COM A DATA DA AUDIÊNCIA AGENDADA.
Cumpra-se.
Determinei a publicação no Diário de Justiça Eletrônico para fins do art. 205, § 3º do CPC.
30 de abril de 2019
Elsi Antonio Dalla Riva
Juiz de Direito
Assinado Digitalmente
DADOS PARA CUMPRIMENTO:
REQUERIDO: CAMILA JESUS XAVIER 02982136210, ALMIRANTE BARROSO 896 SETOR 03 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM MINISTRO VICTOR NUNES LEAL
Jaru - 2ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Raimundo Cantanhede, 1069, setor 2, CEP 76.890-000, Jaru/RO
Fone: (69) 3521-3237 e-mail: jaw2civel@tjro.jus.br
7001720-21.2019.8.22.0003
Procedimento do Juizado Especial Cível
Indenização por Dano Material

REQUERENTE: DAVI PA RIGO
ADVOGADO DO REQUERENTE: CARLOS ERNESTO JOAQUIM SANTOS JUNIOR OAB nº RO9562, SANDRO VALERIO SANTOS OAB nº RO9137
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
ADVOGADO DO REQUERIDO:
Vistos, etc.
1) Trata-se de ação consumerista promovida em face das Centrais Elétricas de Rondônia em que se pleiteia o ressarcimento de valores dispendidos com a instalação de subestação de energia elétrica em propriedade rural, demanda análoga a inúmeros casos propostos na Justiça Estadual do Estado de Rondônia.
A título de informação, apenas nos Juizados Especiais Cíveis desta Comarca no ano de 2017, foi ajuizada mais de uma centena de ações por consumidores em face da CERON, não tendo este Juízo verificado a composição amigável em qualquer deles.
Desta forma, entendo que a manutenção das audiências de conciliação em face das Centrais Elétricas de Rondônia, no âmbito dos Juizados Especiais, significa violação aos princípio da celeridade e economia processual, revelando-se medida contraproducente e antieconômica.
Esse é o entendimento firmado no Encontro Estadual dos Juizados de Rondônia:
"Prescindem da sessão de conciliação, que alude o art. 16 da lei 9.099/95, as ações de massa propostas perante o Juizado Especial Cível, sempre que a matéria nelas versada for essencialmente de direito e a composição entre as partes já se tenha revelado inócua em casos idênticos."
Assim, DISPENSO A DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA, consignando as partes que este juízo não se furtará de apreciar eventual interesse na realização da solenidade, bem como que tal medida não acarretará qualquer prejuízo às partes. Caso haja interesse, eventual proposta de acordo poderá ser ofertada no bojo da própria contestação ou petição intermediária. Caso haja proposta de acordo, intime-se a parte contrária. Sendo aceita, voltem os autos conclusos para homologação.
2) O aspecto controvertido da demanda reside na incorporação de rede elétrica particular ao patrimônio da concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica.
Neste ponto, a Resolução nº. 229 da ANEEL prevê as hipóteses em que será devida a indenização, conforme disposto em seus artigos 4º e 5º:
Art. 4° As redes particulares, em qualquer tensão, localizadas integralmente em imóveis de seus proprietários não serão objeto de incorporação, ficando dispensadas, inclusive, da obtenção de ato autorizativo do Poder Concedente.
§ 1° Mediante expresso acordo entre as partes, as redes de que trata o caput poderão ser transferidas à concessionária ou permissionária de distribuição, não ensejando qualquer forma de indenização ao proprietário.
§ 2° Deverão ser incorporadas, nos termos do art. 9° desta Resolução, as redes de que trata este artigo e necessárias para a garantia do atendimento de novas ligações, além daquelas redes que a concessionária ou permissionária já tiver efetuado derivações para atendimento de outros consumidores.
Art. 5º Também não serão objeto de incorporação as redes, em qualquer tensão, de interesse exclusivo de agentes de geração que conectem suas instalações elétricas à Rede Básica, à rede de distribuição ou a suas instalações de consumo, desde que tais ativos estejam especificados nos respectivos atos de concessão, autorização ou registro.
§ 1° As centrais geradoras registradas junto à ANEEL deverão solicitar a regularização das instalações elétricas de uso exclusivo existentes que estejam localizadas em áreas públicas e/ou propriedades de terceiros, enviando os documentos listados nos incisos I, II e III do art. 7o, conforme prazo a ser estabelecido em ato específico da ANEEL, acompanhado das declarações devidamente preenchidas e firmadas por responsável técnico, conforme os modelos constantes dos Anexos I e II desta Resolução.
§ 2° Para as novas centrais geradoras que forem objeto de registro, a ANEEL deverá considerar as instalações elétricas de uso exclusivo nos respectivos atos de registro.
Desta feita, considerando que o ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito, no termos do artigo 373, I, do Código de Processo Civil, e que cabe ao Juízo determinar de ofício as provas necessárias par formar seu convencimento, com fulcro no art. 370 do mesmo diploma legal, uma vez que "Os poderes instrutórios do juiz lhe autorizam se portar de maneira ativa para a solução da controvérsia." (Ministra Nancy Andrighi, Resp n. 1.125.621/MG), determino o seguinte:
A) A parte autora deverá esclarecer e comprovar, através da documentação hábil, os seguintes detalhes acerca da propriedade:
- Se é a atual proprietária do imóvel em que se encontra a rede elétrica cuja indenização se objetiva. Na hipótese de não ser a proprietária, deverá comprovar a ciência do atual proprietário acerca do ajuizamento da presente ação;
- Qual a área do imóvel e o valor do alqueire.
B) Especificar, de forma objetiva, e comprovar, mediante fotografias e outros documentos que entender pertinentes (salvo aqueles já apresentados no feito), se:
- a rede particular é necessária para a garantia do atendimento de novas ligações; e/ou
- se a concessionária efetuou derivações da rede particular para atendimento de outros consumidores;
Consigno a necessidade de a parte manifestar-se de forma objetiva, observando o critério da simplicidade que pauta os processos no Juizado Especial Cível, conforme disposto no artigo 2º, da Lei 9.099/95.
Int.
Para tal diligência, concedo o prazo de 15 (quinze) dias.
3) Com a manifestação, ou após o decurso de prazo, CITE-SE a requerida, para apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, com fulcro no artigo 335, do Código de Processo Civil, consignando a dispensa da audiência de conciliação inicial.
Cumpra-se.
Determinei a publicação no Diário de Justiça Eletrônico para fins do art. 205, § 3º do CPC.
30 de abril de 2019
Elsi Antonio Dalla Riva
Juiz de Direito
Assinado Digitalmente

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM MINISTRO VICTOR NUNES LEAL
Jaru - 2ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Raimundo Cantanhede, 1069, setor 2, CEP 76.890-000, Jaru/RO
Fone: (69) 3521-3237 e-mail: jaw2civel@tjro.jus.br
7000993-62.2019.8.22.0003
Procedimento do Juizado Especial Cível
Nota Promissória
REQUERENTE: EDNEUZA DO NASCIMENTO LUCAS
ADVOGADO DO REQUERENTE:
REQUERIDO: ILZA MARIA DE MELO
ADVOGADO DO REQUERIDO:
SENTENÇA
Vistos, etc.
Ante a homologação do acordo em audiência, arquivem-se os autos, considerando que as partes renunciaram ao prazo recursal.
Determinei a publicação no Diário de Justiça Eletrônico para fins do art. 205, § 3º do CPC.
30 de abril de 2019
Elsi Antonio Dalla Riva
Juiz de Direito
Assinado Digitalmente

JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM MINISTRO VICTOR NUNES LEAL
Jaru - 2º Juizado da Infância e da Juventude
Rua Raimundo Cantanhede, 1069, setor 2, CEP 76.890-000, Jaru/RO
Fone: (69) 3521-3237 e-mail: jaw2civel@tjro.jus.br
7000963-27.2019.8.22.0003
Processo de Apuração de Ato Infracional
Grave
AUTOR: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADOLESCENTES: DOUGLAS ALVES TEIXEIRA, ISMAEL NOGUEIRA DE SOUZA
ADVOGADOS DOS ADOLESCENTES:
Vistos, etc.
1) Considerando a certidão de ID n. 26401464, intime-se o Ministério Público para declinar o atual endereço da testemunha, Daiane, arrolada na representação inicial.
2) Ante a impossibilidade da Defensoria em patrocinar os interesses do adolescente Douglas Alves Teixeira, tendo em vista o conflito de interesses, NOMEIO como advogado(a) Dativo(a) a Dra. RENATA MACHADO DANIEL LIMA OAB/RO n.9751, sob a fé de seu grau, que deverá ser intimado(a) para apresentar DEFESA PRELIMINAR do adolescente, no prazo de 03 (três) dias.
A causídica poderá obter os telefones de contato dos representantes legais do adolescente junto ao cartório deste juízo.
Int.
30 de abril de 2019
Elsi Antonio Dalla Riva
Juiz de Direito
Assinado Digitalmente

1ª VARA CÍVEL

Processo nº: 7001662-18.2019.8.22.0003
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Nota Promissória, Desconsideração da Personalidade Jurídica
Requerente/Exequente:NILTON LEITE, RUA TIRADENTES 2402, CASA SETOR 02 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
Advogado do requerente: ATALICIO TEOFILO LEITE OAB nº RO7727, NILTON LEITE JUNIOR OAB nº RO8651
Requerido/Executado: ELITE CLUBE DESPORTIVO LTDA, RUA VINTE E CINCO DE JULHO 551, APT 21 CENTRO - 98801-570 - SANTO ÂNGELO - RIO GRANDE DO SUL, SANTO GRAAL PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS ACP LTDA, RUA ANTUNES RIBAS 1490, SALA 05 CENTRO - 98801-570 - SANTO ÂNGELO - RIO GRANDE DO SUL, LAERTE FRITSCH - ME, RUA FORTALEZA 2225, SALA 14 OU 08, 1 ANDAR SETOR 03 - 76870-505 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, ALIANCA PLATINA, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - ME, RUA FORTALEZA 2225, SALA 14 OU 8, 1 ANDAR SETOR 03 - 76870-505 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, SEIS BRASIL FRANQUIAS S/A, RUA FORTALEZA 2225, SALA 14 OU 8, 1 ANDAR SETOR 03 - 76870-505 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, LUIS CLAUDIO GERHARDT STEGLICH, RUA FORTALEZA 2225, SALA 14 OU 8, 1 ANDAR SETOR 03 - 76870-531 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, LAERTE FRITSCH, RUA ESPANHA 3033, RESIDÊNCIA JARDIM EUROPA - 76871-308 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do requerido:
DESPACHO
Vistos;
1- Intime-se a parte autora para emendar a petição inicial, sob pena de extinção (art. 321, do CPC), no prazo de 05 dias úteis, a fim de:
1.1- apresente a sua planilha de cálculo, apresentando o valor de seu crédito e qual atualização realizada;
1.2- digitalize a avaliação do imóvel oferecido a caução, realizado por profissional habilitado;
1.3- indique em seu pedido final, quais as empresas objetos do pedido de desconsideração inversa da personalidade jurídica, promovendo as suas citações, já que almeja suas inclusões no polo passivo;
1.4- especifique em seu pedido final o valor da cobrança formulada, com determina o inciso IV, do art. 319, do CPC;
1.5- descreva qual é a quota do requerido Luís Cláudio na sociedade das empresas Santo Graal Participações e Investimentos ACP Ltda e Elite Clube Desportivo LTDA. E quais bens dessas pessoas jurídicas, permitem o arresto da quota do referido sócio, fazendo a indicação precisa de onde se localizam o acervo patrimonial.
2- Desde já consigno que o sistema INFOJUD não oferece mecanismos de indisponibilidade de bens, sendo impossível a utilização desse meio eletrônico para o fim postulado.
Cumpra-se.
Jaru/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019
Elsi Antonio Dalla Riva

Jaru - 1ª Vara Cível - Jaru
Processo nº: 7001693-38.2019.8.22.0003
Classe: Carta Precatória Cível
Assunto: Citação
Requerente/Exequente:AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA
Advogado do requerente:
Requerido/Executado: GILBERTO ALVES BERNADINO, JOAO BATISTA 2101 SETOR 04 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
Advogado do requerido:
DESPACHO
Vistos;
1- Cumpra-se o ato solicitado.
CÓPIA DA CARTA PRECATÓRIA SERVIRÁ DE MANDADO.
2- Sendo positiva ou negativa a diligência, a Carta Precatória deverá ser devolvida ao Juízo Deprecante, independentemente do prazo da resposta.
3- Após, não havendo pendências, arquivem-se estes autos.
Cumpra-se.
Jaru/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019
Elsi Antonio Dalla Riva

Jaru - 1ª Vara Cível - Jaru
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Jaru - 1ª Vara Cível - Jaru
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76.890-000, Jaru, RO Processo nº: 7002761-57.2018.8.22.0003
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Assunto: Alienação Fiduciária
Requerente/Exequente:AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A, RUA AMADOR BUENO 474, BLOCO C 1ANDAR SANTO AMARO - 04752-005 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
Advogado do requerente: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA OAB nº AC115665
Requerido/Executado: LEILA MATILDES CORTES LEONEL, ADALBERTO COSTA 3766, 06 SETOR 06 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
Advogado do requerido:
SENTENÇA
Vistos;
Trata-se de ação de busca e apreensão, onde a parte requerida foi devidamente citada em 25/09/2018 (ID 21747214) e não se opôs à pretensão ao pedido de busca e apreensão.

A liminar de busca e apreensão foi efetivada nos autos por meio de carta precatória, em 14/02/2019 (ID 25632054 Pág. 6 a 14) e não houve nenhuma manifestação da parte requerida até o presente momento.
Dessa feita, incide daí a revelia e os efeitos decorrentes, motivando a procedência do pedido.
A jurisprudência do nosso Tribunal de Justiça assim asseverou:
Ação de busca e apreensão. Alienação fiduciária. Rescisão contratual. A efetivação de busca e apreensão acarreta, como consequência lógica, a rescisão contratual, em razão da consolidação da posse e do domínio em favor do credor fiduciário em face do inadimplemento do devedor. (APELAÇÃO 702338-41.2016.822.0001. Rel. Kiyochi Mori, T RO: 2ª Câmara Cível, julgado em 11/10/2017).
Busca e apreensão. Alienação fiduciária. Teoria do adimplemento substancial. Inaplicabilidade. Entendimento do STJ. Ação procedente. Nos contratos de alienação fiduciária com veículo como garantia, segundo entendimento jurisprudencial firmado no STJ, é inaplicável a teoria do adimplemento substancial, devendo ser julgada procedente a ação de busca e apreensão quando não há o pagamento integral do débito após a execução da liminar. (Apelação 0024182-73.2014.822.0001, Rel. Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 2ª Câmara Cível, julgado em 30/11/2017. Publicado no Diário Oficial em 11/12/2017).
Ao teor do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO MEDIATO, para consolidar a posse em favor da parte autora, resolvendo o feito nos termos do art. 487, I, CPC/2015.
Oficie-se, por email, ao CIRETRAN- JARU/RO, para que dê o devido procedimento, informando-lhe sobre a presente DECISÃO, bem como de que o bem se encontra na posse da parte autora, sem óbice para venda.
Consigna-se que não houve nos autos a restrição sobre o veículo objeto da lide.
Condeno a requerida ao pagamento das custas processuais, nos termos do art. 12, da Lei Estadual n. 3.896/2016 c/c Provimento Conjunto n. 002/2017 – Pr-CG.
Condeno a parte requerida ao pagamento de honorários, estes que fixo em 10% do valor atribuído a causa, com base no art. 85, §2° do CPC.
P.R.I. Cumpra-se. Expeça-se o necessário.
Oportunamente, arquivem-se os autos.
Jaru, 30 de abril de 2019
Elsi Antonio Dalla Riva

Jaru - 1ª Vara Cível - Jaru
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Jaru - 1ª Vara Cível - Jaru
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76.890-000, Jaru, RO Processo nº: 7003435-35.2018.8.22.0003
Classe: Execução Fiscal
Assunto: Fiscalização
Requerente/Exequente:ESTADO DE RONDÔNIA, SEM ENDEREÇO
Advogado do requerente: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Requerido/Executado: TOMAZ & SOUZA LTDA - ME, AV. IPÊ 1695 CENTRO - 76898-000 - GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA - RONDÔNIA
Advogado do requerido:DENILSON DOS SANTOS MANOEL OAB nº RO7524, AGNALDO SILVA PRATES OAB nº RO9124
SENTENÇA
Vistos;
A parte executada, ao ser citada, apresentou exceção de pré-executividade, sustentando que os créditos são inexigíveis, porque decorreram do auto de infração n. 20113000200464, de 24/11/2011, fundamentada na equivocada lavratura do fiscal de rendas de que a autuada naquela época apropriou indevidamente do crédito de ICMS no valor de R$ 39.663,34 (trinta e nove mil, seiscentos e sessenta e três reais e trinta e quatro centavos), durante o exercício de 2008.
Afirmou, contudo, que o Processo Administrativo Tributário ao ser julgado, declarou nula a ação fiscal e declarou indevido o crédito tributário, em virtude da empresa executada ser optante pelo simples nacional. E, ao final, requereu a extinção do crédito tributário (ID 22757764). Juntou documentos (ID 22757858 a 22759078).
O exequente impugnou a exceção de pré-executividade (ID 24723130). Juntou documentos (ID 24723131 a 24724459).
A parte devedora se manifestou acerca dos documentos digitalizados e arguiu a ilegitimidade ativa do exequente, em virtude (ID 25281958).
É o sucinto relatório.
Constato que a empresa Tomaz & Souza Ltda Me realmente é optante do sistema Simples Nacional pelo menos desde o ano de 2007, conforme documentos digitalizados no ID 22758339 a 22758831, como realmente alegou em sua peça de defesa.
Tal sistema consiste em tratamento diferenciado, simplificado, aplicável às microempresas e empresas de pequeno porte, relativo a alguns impostos e contribuições, Veja-se:
"Art. 3°. A pessoa jurídica enquadrada na condição de microempresa e de empresa de pequeno porte, na forma do art. 2°, poderá optar pela inscrição no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES.
Art. 4°. O SIMPLES poderá incluir o Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal - ICMS ou o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS devido por microempresas e empresa de pequeno porte, desde que a Unidade Federada ou o município em que esteja estabelecida venha a ele aderir mediante convênio."
Diante disso, entendo que a tese de ilegitimidade ativa do Estado de Rondônia, merece acolhimento, tendo em vista que o recolhimento de todos os tributos, inclusive do ICMS (art. 13, da Lei n. 123/2006) é feito por guia única à UNIÃO, e não mais ao Estado.
A opção feita pela empresa exequente pelo sistema de pagamento supracitado, deslocou a responsabilidade pelo recebimento do ICMS da Fazenda Estadual para a Federal, devendo ser extinta a presente execução fiscal, ou seja, o ente cobrador transferiu a responsabilidade pelo recebimento do imposto à União por meio do Sistema de Arrecadação Simplificada - SIMPLES.
Saliento que a própria Lei n. 123/2006 estabelece, em seu art. 41, que "Os processos relativos a impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional serão ajuizados em face da União, que será representada em juízo pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional...".
Além disso, o parágrafo 2°, do art. 41, da Lei Complementar n. 123/2006, ainda, reza:
"Os créditos tributários oriundos da aplicação desta Lei Complementar serão apurados, inscritos em Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional."
Vislumbro que além da ilegitimidade ativa do Estado de Rondônia para propôr esta execução fiscal, consequentemente, este Juízo é incompetente para processar causas relativas a impostos e contribuições vinculados ao Simples Nacional.
Nesse sentido, o TJ/RO se pronunciou:
Embargos á execução fiscal. Ilegitimidade ativa. Extinção do processo. Adesão ao SIMPLES. ICMS. Há de ser extinta a execução fiscal ajuizada pelo Fisco Estadual, se o ente cobrador transferiu a responsabilidade pelo recebimento do imposto à União por meio do Sistema de Arrecadação Simplificada – SIMPLES. (Reexame Necessário 1102104-85.2005.822.0003, Rel. Juíza Inês Moreira da Costa, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 1ª Câmara Especial, julgado em 22/08/2007. Publicado no Diário Oficial em 06/09/2007).

Por fim, não posso deixar de registrar que em sede administrativa, o próprio Estado de Rondônia declarou nula a ação fiscal, em virtude de ser indevido o crédito tributário lançado na peça básica
Ante o exposto, JULGO EXTINTA a ação, sem resolução de MÉRITO, por ausência de condição da ação e pressupostos processual, com fundamento no art. 485, VI, do CPC c/c art. 41, §2°, da Lei n. 13/2006.
O exequente é isento do pagamento das custas processuais, consoante o inciso I, do art. 5°, da Lei Estadual n. 3.896/2016.
Condeno a parte exequente ao pagamento dos honorários advocatícios, estes que fixo em 10% do valor atribuído à causa, com fundamento no art. 85, §2°, I, do CPC.
P.R.I.
Oportunamente, arquivem-se os autos.
Jaru, 30 de abril de 2019
Elsi Antonio Dalla Riva

Jaru - 1ª Vara Cível - Jaru
PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
1ª Vara Cível, 1º Juizado Especial Cível e da Fazenda Pública
Rua Raimundo Cantanhede, 1069, Setor 02, JARU – RO
CEP: 76890-000 - Fone:(69)3521-3238 - E-mail: jaw1civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7001296-81.2016.8.22.0003
Classe:CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Assunto: [Contratos Bancários]
Requerente: KIRTON BANK S.A. - BANCO MULTIPLO
Advogado do(a) EXEQUENTE: ANTONIO BRAZ DA SILVA - RO6557
Requerido: JOSE CARLOS DA SILVA
Fica o patrono do autor intimado para no prazo de 05 dias recolher a taxa de repetição de ato bem como a taxa de diligência de MANDADO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
1ª Vara Cível, 1º Juizado Especial Cível e da Fazenda Pública
Rua Raimundo Cantanhede, 1069, Setor 02, JARU – RO
CEP: 76890-000 - Fone:(69)3521-3238 - E-mail: jaw1civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7003722-95.2018.8.22.0003
Classe:PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [Inadimplemento, Nota Promissória]
Requerente: MANOEL FERREIRA FRANCA
Advogados do(a) AUTOR: RENATA SOUZA DO NASCIMENTO - RO5906, INDIANO PEDROSO GONCALVES - RO3486
Requerido: ESPÓLIO DE NERIAS OLIVEIRA e outros (5)
Fica o patrono do autor intimado para no prazo de 05 dias recolher a taxa de repetição de ato bem como a taxa de diligência de MANDADO.
7001702-97.2019.8.22.0003
EXEQUENTE: ALMEIDA & LONGONI LTDA - EPP CNPJ nº 84.746.130/0001-68, AV. JK 2255 ST. 04 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LUCIANO FILLA OAB nº RO1585
EXECUTADO: CARLOS AILTON GARCIA CPF nº 127.502.472-68, RUA RIO GRANDE DO NORTE 1689, CASA ST. 01 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
DESPACHO
Vistos;
1- Intime-se a parte autora, via seu advogado, para emendar a peça inicial, juntando o comprovante de recolhimento das custas processuais iniciais (2% do valor atribuído à causa - Lei Estadual n. 3.896/2016, pois não há audiência de conciliação neste rito processual), no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de extinção (art. 321, do CPC).
2- Apresentada a emenda nos termos deliberados, cite-se a parte executada para pagar o débito em 03 dias (art. 829, caput, do CPC), ou ainda, no prazo de 15 dias, oferecer embargos (art. 914) ou efetivar o depósito e pedido de parcelamento a que se refere o art. 916 do CPC.
Fixo honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor da causa (art. 827, do CPC), o qual fica reduzido pela metade se houve o pagamento integral da obrigação no lapso de 03 (três) dias, como prevê o §1°, do art. 827, do CPC.
3- Decorrido o prazo sem comprovação do pagamento, proceda-se a intimação da parte demandante para requerer o que de direito, indicando bens à constrição, em 05 (cinco) dias úteis.
CÓPIA DESTE DESPACHO SERVIRÁ DE CARTA-AR/MANDADO /CARTA PRECATÓRIA, DEVENDO SER INSTRUÍDO COM CÓPIA DA PEÇA EXORDIAL ONDE SE ENCONTRAM OS DADOS PESSOAIS DO EXECUTADO.
Cumpra-se.
Jaru/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019
Elsi Antonio Dalla Riva

Jaru - 1ª Vara Cível - Jaru
Processo nº: 7001672-62.2019.8.22.0003
Classe: Carta Precatória Cível
Assunto: Citação
Requerente/Exequente:GLESIO BOONI DA PENHA, N/C n/c N/C - 29795-000 - ÁGUIA BRANCA - ESPÍRITO SANTO
Advogado do requerente:
Requerido/Executado: ELIANE DA SILVA SALES, N/C n/c N/C - 29795-000 - ÁGUIA BRANCA - ESPÍRITO SANTO
Advogado do requerido:
DESPACHO
Vistos;
1- Cumpra-se o ato solicitado.
CÓPIA DA CARTA PRECATÓRIA SERVIRÁ DE MANDADO.
2- Sendo positiva ou negativa a diligência, a Carta Precatória deverá ser devolvida ao Juízo Deprecante, independentemente do prazo da resposta.
3- Após, não havendo pendências, arquivem-se estes autos.
Cumpra-se.
Jaru/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019
Elsi Antonio Dalla Riva

Jaru - 1ª Vara Cível - Jaru
PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
1ª Vara Cível, 1º Juizado Especial Cível e da Fazenda Pública
Rua Raimundo Cantanhede, 1069, Setor 02, JARU – RO
CEP: 76890-000 - Fone:(69)3521-3238 - E-mail: jaw1civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7002424-68.2018.8.22.0003
Classe:MONITÓRIA (40)
Assunto: [Contratos Bancários]
Requerente: BANCO DO BRASIL S/A
Advogado do(a) AUTOR: SERVIO TULIO DE BARCELOS - RO6673
Requerido: ELIAS CURSINO DE LIMA e outros (4)
Advogado do(a) RÉU: SIDNEI DA SILVA - RO3187
FINALIDADE: Fica o patrono do autor intimado para no prazo de 05 dias, requerer o que de direito.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
1ª Vara Cível, 1º Juizado Especial Cível e da Fazenda Pública
Rua Raimundo Cantanhede, 1069, Setor 02, JARU – RO
CEP: 76890-000 - Fone:(69)3521-3238 - E-mail: jaw1civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7003415-78.2017.8.22.0003
Classe:CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Assunto: [Compra e Venda]

Requerente: LOTEAMENTO RESIDENCIAL ORLEANS JARU SPE LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: JURANDIR ASSIS SANT ANA FERREIRA - SP349275
Requerido: DIONE PANDOLFI DOS SANTOS
Advogado do(a) EXECUTADO: EVERTON CAMPOS DE QUEIROZ - RO2982
Fica o procurador da parte autora intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, comprovar pagamento das taxas, para cada sistema que deseja ser consultado.

2ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM MINISTRO VICTOR NUNES LEAL
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, 1069, setor 2, CEP 76.890-000, Jaru/RO
Fone: (69) 3521-3237 e-mail: jaw2civel@tjro.jus.br
7003983-60.2018.8.22.0003
Monitória
Cheque
AUTOR: VALMIR L. DE FARIA MECANICA - ME
ADVOGADO DO AUTOR: SIDNEY DA SILVA PEREIRA OAB nº RO8209
RÉU: NIVEILA DE SOUZA SILVA
ADVOGADO DO RÉU:
SENTENÇA
Vistos, etc.
VALMIR L. DE FARIA MECANICA - ME, já qualificado, ajuizou ação monitória em face de NIVEILA DE SOUZA SILVA, igualmente qualificado, objetivando o recebimento de R$3.078,53, instruindo seu pedido com documentos que embasam sua pretensão.
Apesar de citado, o requerido não se manifestou no prazo legal, pelo que a procedência da demanda é medida que se impõe, já que segundo a jurisprudência de nosso Eg. TJ/RO "Em ação monitória é do devedor o ônus de comprovar fato desconstitutivo de direito atestado na prova escrita que subsidia o crédito invocado, sendo certo que sua inércia acarreta o reconhecimento da obrigação" (Processo nº 0004294-83.2012.822.0003 – Apelação, Data do julgamento: 07/05/2015, Relator: Desembargador Gilberto Barbosa).
Ante o exposto e, conforme determina o § 2º do art. 701 do Código de Processo Civil JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, para constituir de pleno direito o título executivo judicial, condenando o requerido ao pagamento de R$ 3.078,53 em favor do requerente, atualizado monetariamente e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação.
Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas e honorários advocatícios, este que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, com fulcro no art. 85, § 2º do mesmo Códice.
Caso não seja efetuado o recolhimento devido das custas, fica desde já autorizada a inscrição em dívida ativa.
Publique-se, registre-se e intimem-se.
Nada pendente, arquive-se, sendo facultado a parte autora requerer o que de direito de forma objetiva, observando-se, no que couber, o Título II do Livro I da Parte Especial da Lei 13.105/15.
Determinei a publicação no Diário de Justiça Eletrônico para fins do art. 205, § 3º do CPC.
30 de abril de 2019
Elsi Antonio Dalla Riva
Juiz de Direito
Assinado Digitalmente

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM MINISTRO VICTOR NUNES LEAL
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, 1069, setor 2, CEP 76.890-000, Jaru/RO
Fone: (69) 3521-3237 e-mail: jaw2civel@tjro.jus.br
7000247-68.2017.8.22.0003
Busca e Apreensão
Busca e Apreensão
REQUERENTE: BANCO CATERPILLAR S.A.
ADVOGADO DO REQUERENTE: CLEUZA ANNA COBEIN OAB nº SP30650
REQUERIDO: SEBASTIAO ALMEIDA DA COSTA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
Vistos, etc.
Expeça-se o competente MANDADO de busca e apreensão do veículo, a ser cumprido no endereço declinado na petição de ID 26407759.
Com relação ao pedido de autorização de arrombamento, atente-se o requerente quanto ao disposto no art. 846 do CPC, onde resta consignado que a necessidade de tal ato está restrita a informação e solicitação apresentada pelo Oficial de Justiça, relatando eventual resistência para cumprimento do MANDADO.
Determinei a publicação no Diário de Justiça Eletrônico para fins do art. 205, § 3º do CPC.
30 de abril de 2019
Elsi Antonio Dalla Riva
Juiz de Direito
Assinado Digitalmente

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM MINISTRO VICTOR NUNES LEAL
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, 1069, setor 2, CEP 76.890-000, Jaru/RO
Fone: (69) 3521-3237 e-mail: jaw2civel@tjro.jus.br
0037574-55.2006.8.22.0003
Embargos à Execução
Responsabilidade Fiscal
EMBARGANTE: PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL DO ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO EMBARGANTE: PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
EMBARGADOS: V J BATISTA & CIA LTDA - ME, OLIVEIRO JORGE BATISTA
ADVOGADOS DOS EMBARGADOS:
Vistos, etc.
Retifique-se a autuação para Execução Fiscal.
Intime-se a parte exequente para se manifestar objetivamente quanto ao prosseguimento do feito, acostando aos autos o cálculo atualizado, atentando-se aos termos descritos no acórdão exarado nos Embargos à Execução.
Outrossim, considerando a natureza da demanda e possível ocorrência de prescrição intercorrente, o exequente deverá dizer o que de direito, com fulcro no art. 487, parágrafo único do Código de Processo Civil.
Na oportunidade, em caso de inexistência das opções supracitadas, deve também dizer expressamente acerca da renúncia ao prazo recursal.
Determinei a publicação no Diário de Justiça Eletrônico para fins do art. 205, § 3º do CPC.
30 de abril de 2019
Elsi Antonio Dalla Riva
Juiz de Direito
Assinado Digitalmente

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM MINISTRO VICTOR NUNES LEAL
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, 1069, setor 2, CEP 76.890-000, Jaru/RO
Fone: (69) 3521-3237 e-mail: jaw2civel@tjro.jus.br
7001712-44.2019.8.22.0003

Monitória
Cheque
AUTOR: MARIA CRISTINA THOMAS - EPP
ADVOGADO DO AUTOR: CARLA ALEXANDRE RIBEIRO OAB nº RO6345, MARTA FRANCISCO DE OLIVEIRA OAB nº RO5900, CAROLINA TAVANTI BALASSO OAB nº RO10084
RÉU: EDILAINE CATARINA DIAS
ADVOGADO DO RÉU:
Vistos, etc...
Considerando o disposto no art. 12, inciso I da Lei Estadual n. 3.896/16, intime-se a parte autora a proceder o recolhimento das custas no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de indeferimento.
Cumprida tal formalidade, prossiga com os comandos abaixo transcritos:
Expeça-se de MANDADO de citação, pagamento, de entrega de coisa ou para execução de obrigação de fazer ou de não fazer, conforme o caso, concedendo ao réu prazo de 15 (quinze) dias para o cumprimento, sendo que o pagamento de honorários advocatícios obedecerá o montante de 5% (cinco por cento) do valor atribuído à causa. (art. 701 CPC).
Poderá a parte requerida, no mesmo prazo supracitado, opor embargos a ação monitória nos próprios autos, independentemente de prévia segurança do juízo (art. 702, § 1º do mesmo Diploma Legal).
Havendo oposição dos embargos, a presente demanda permanecerá suspensa até o julgamento em primeiro grau (art. 702, § 4º do CPC).
Consigno a parte requerida também que, em caso de não pagamento ou oposição de embargos, o título executivo judicial será constituído e, por consequência, os atos executórios poderão prosseguir.
Em caso de cumprimento do MANDADO, o réu ficará isento das custas processuais (art. 701, § 1º do CPC)
O prazo para oposição de embargos contar-se-á a partir da juntada do aviso de recebimento nos autos e, caso haja objeção, suspenderá o cumprimento deste MANDADO (art. 702, § 4º do CPC).
Ressalto ainda que, o réu que de má-fé opuser embargos à ação monitória, será condenado ao pagamento de multa de até dez por cento sobre o valor atribuído à causa, em favor do autor (art. 702, § 11º do mesmo Códice).
Na hipótese do MANDADO restar negativo, diante da não localização do requerido(a), fica o Cartório autorizado a repetir este DESPACHO, após apresentação de novo endereço pelo demandante.
Sirva a presente como carta/MANDADO /precatória de citação/ intimação e demais atos.
Determinei a publicação no Diário de Justiça Eletrônico para fins do art. 205, § 3º do CPC.
VALOR ATUALIZADO DA DÍVIDA: R$ 3.000,67 (três mil e sessenta e sete centavos).
30 de abril de 2019
Elsi Antonio Dalla Riva
Juiz de Direito
Assinado Digitalmente
DADOS PARA CUMPRIMENTO:
EDILAINE CATARINA DIAS, brasileira, inscrita no CPF n. 012.640.332-57, residente e domiciliada na Linha 633, KM 64, s/n, Zona Rural, em Jaru/RO, CEP 76890-000

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM MINISTRO VICTOR NUNES LEAL
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, 1069, setor 2, CEP 76.890-000, Jaru/RO
Fone: (69) 3521-3237 e-mail: jaw2civel@tjro.jus.br
7001687-31.2019.8.22.0003
Carta Precatória Cível
Citação
REQUERENTE: GLESIO BOONI DA PENHA
ADVOGADO DO REQUERENTE:
REQUERIDO: ELIANE DA SILVA SALES
ADVOGADO DO REQUERIDO:
Vistos, etc.
Considerando o cumprimento dos requisitos do art. 267 do CPC e, não sendo o caso da recusa prevista no art. 267 do mesmo Diploma Legal, cumpra-se com o deprecado, podendo a Escrivania optar pela intimação em balcão. Todavia, caso seja necessário a realização de diligência através de Oficial de Justiça, poderá se valer da PRECATÓRIA COMO MANDADO.
Deverá o Cartório também, promover a comunicação necessária, na forma do art. 232 do CPC.
Cumprida a carta, proceda a devida devolução ao juízo de origem no prazo de 10 (dez) dias, independentemente de traslado, pagas as custas pela parte quando necessário (art. 268 do CPC).
Determinei a publicação no Diário de Justiça Eletrônico para fins do art. 205, § 3º do CPC.
30 de abril de 2019
Elsi Antonio Dalla Riva
Juiz de Direito
Assinado Digitalmente
DADOS PARA CUMPRIMENTO:
Advogado: DEFENSOR PÚBLICO - LUCAS DO COUTO SANTANA
Endereço: Rua Raimundo Catanhede, n. 1247, setor 02, Jaru - RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM MINISTRO VICTOR NUNES LEAL
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, 1069, setor 2, CEP 76.890-000, Jaru/RO
Fone: (69) 3521-3237 e-mail: jaw2civel@tjro.jus.br
7001564-33.2019.8.22.0003
Carta Precatória Cível
Citação
REQUERENTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO DE RONDONIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LEONARDO FALCAO RIBEIRO OAB nº RO5408
REQUERIDO: UBIRAJARA SOARES SILVA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
Vistos, etc.
Compulsando os autos, verifica-se que as custas da diligência não foram recolhidas, desta feita, intime-se a parte interessada, na pessoa de seu advogado, para que proceda com o pagamento devido, no prazo de 05 (cinco) dias.
Efetuado e/ou comprovado o pagamento, cumpra-se com o deprecado, utilizando-se a precatória como MANDADO.
Na inércia ou cumprimento integral do conteúdo deprecado, devolva-se a precatória a Comarca de origem com as nossas homenagens.
Determinei a publicação no Diário de Justiça Eletrônico para fins do art. 205, § 3º do CPC.
30 de abril de 2019
Elsi Antonio Dalla Riva
Juiz de Direito
Assinado Digitalmente

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM MINISTRO VICTOR NUNES LEAL
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, 1069, setor 2, CEP 76.890-000, Jaru/RO
Fone: (69) 3521-3237 e-mail: jaw2civel@tjro.jus.br
7001686-46.2019.8.22.0003
Divórcio Litigioso
Fixação, Dissolução, Guarda, Regulamentação de Visitas
REQUERENTES: TENILZA DOS SANTOS ANDRADE, YRIS EMANUELLY ANDRADE ROCHA, ICARO EMANUEL ANDRADE ROCHA

ADVOGADOS DOS REQUERENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REQUERIDO: GILSON ROCHA DOS SANTOS
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DECISÃO
Vistos, etc.
Em relação ao pedido de alimentos provisórios, o art. 4º da Lei n. 5.478/69 prescreve que: "Ao despachar o pedido, o juiz fixará desde logo alimentos provisórios a serem pagos pelo devedor, salvo se o credor expressamente declarar que deles não necessita".
No caso em apreço, não vislumbro um acervo probatório contundente de forma a estabelecer o binômio de necessidade-possibilidade, entretanto, uma vez que a imprescindibilidade de prestação de alimentos ao menor é presumida, há de ser fixado um valor adequado a tal carência, sendo que o mesmo pode ser revisto a qualquer tempo, como bem assevera a jurisprudência de nosso Eg. Tribunal de Justiça:
ALIMENTOS. FIXAÇÃO. INCAPACIDADE FINANCEIRA MOMENTÂNEA. REDUÇÃO. Existindo prova de que o genitor percebe 1 salário mínimo, tendo que arcar com pensão alimentícia de dois filhos e mais sua subsistência, a redução é motivada por tais fatos, a qual pode ser revista a qualquer tempo ante a existência de alteração na capacidade econômica das partes. (Apelação, Processo nº 0002285-32.2014.822.0019, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) Des. Alexandre Miguel, Data de julgamento 04/02/2016) e;
AÇÃO DE ALIMENTOS. MINORAÇÃO. FILHO MENOR. PROCEDENTE. ATENDIMENTO AO BINÔMIO NECESSIDADE-POSSIBILIDADE. A necessidade alimentar dos filhos menores é presumida, incumbindo, aos genitores, o dever de sustento. Cabe a minoração da verba alimentícia que não pode ser suportada pelo alimentante, a fim de que seja respeitado o binômio possibilidade/necessidade. Em todo caso, resguarda-se a possibilidade de revisão do quantum, havendo alteração da situação das partes. (Apelação, Processo nº 0000290-26.2014.822.0102, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) Des. Kiyochi Mori, Data de julgamento 16/04/2015).
Consta na inicial que as partes acordaram verbalmente os alimentos em 35,07% (TRINTA E CINCO, SETE POR CENTO).
Desta feita, FIXO OS ALIMENTOS PROVISÓRIOS EM 35,07% (TRINTA E CINCO, SETE POR CENTO) DO SALÁRIO-MÍNIMO VIGENTE, visto que os alimentos neste patamar vem atendendo os interesses dos menores. Saliento que os valor da verba destinada aos infantes poderá ser revisada quando da SENTENÇA de MÉRITO.
Deixo de designar a audiência de conciliação em face do requerimento expresso da parte autora e considerando que o endereço do requerido é de outra comarca distante, o que presume uma potencial ausência da parte na solenidade.
Proceda a citação da parte requerida para os termos da presente ação, bem como para contestar, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante art. 335 do Código de Processo Civil, sendo que tal prazo começará a fluir a partir da solenidade (art. 335, inciso I do CPC).
Caso o(a) requerido(a) não conteste a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor(a), conforme art. 344 do CPC.
Intimem-se o Ministério Público.
Na hipótese do MANDADO restar negativo, diante da não localização do requerido(a), fica o Cartório autorizado a repetir este comando, após apresentação de novo endereço pelo demandante.
SIRVA A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO /PRECATÓRIA DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO E DEMAIS ATOS.
Expeça-se o necessário.
Determinei a publicação no Diário de Justiça Eletrônico para fins do art. 205, § 3º do CPC.
30 de abril de 2019
Elsi Antonio Dalla Riva
Juiz de Direito
Assinado Digitalmente

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM MINISTRO VICTOR NUNES LEAL
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, 1069, setor 2, CEP 76.890-000, Jaru/RO
Fone: (69) 3521-3237 e-mail: jaw2civel@tjro.jus.br
7001690-83.2019.8.22.0003
Carta Precatória Cível
Citação
REQUERENTE: I. B. D. M. A.
ADVOGADO DO REQUERENTE:
REQUERIDO: MADEIREIRA OLIVEIRA EIRELI - EPP
ADVOGADO DO REQUERIDO:
Vistos, etc.
Considerando o cumprimento dos requisitos do art. 267 do CPC e, não sendo o caso da recusa prevista no art. 267 do mesmo Diploma Legal, cumpra-se com o deprecado, utilizando-se a PRECATÓRIA COMO MANDADO.
Em caso de oitiva de testemunha e/ou realização de hasta pública, fica o Cartório autorizado a agendar a solenidade adequada.
Todavia, consigno ao advogado de sua incumbência para informar/intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da solenidade designada, dispensando-se a intimação do juízo, conforme prescreve o art. 455 do CPC.
Deverá o Cartório também, promover a comunicação necessária, na forma do art. 232 do CPC.
Cumprida a carta, proceda a devida devolução ao juízo de origem no prazo de 10 (dez) dias, independentemente de traslado, pagas as custas pela parte quando necessário (art. 268 do CPC).
Determinei a publicação no Diário de Justiça Eletrônico para fins do art. 205, § 3º do CPC.
30 de abril de 2019
Elsi Antonio Dalla Riva
Juiz de Direito
Assinado Digitalmente
DADOS PARA CUMPRIMENTO:
REQUERIDO: REQUERIDO: MADEIREIRA OLIVEIRA EIRELI - EPP
ENDEREÇO: Estrada Linha 625, km 0,5, Setor Industrial, Jaru - RO - CEP: 76.890-000 - Telefone: (69) 3521-6000

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM MINISTRO VICTOR NUNES LEAL
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, 1069, setor 2, CEP 76.890-000, Jaru/RO
Fone: (69) 3521-3237 e-mail: jaw2civel@tjro.jus.br
7001697-75.2019.8.22.0003
Procedimento Comum
Aposentadoria por Invalidez, Auxílio-Doença Previdenciário
AUTOR: JOSE DOS SANTOS CORREA
ADVOGADO DO AUTOR: INDIANO PEDROSO GONCALVES OAB nº RO3486, RENATA SOUZA DO NASCIMENTO OAB nº RO5906, RENATA MACHADO DANIEL OAB nº RO9751
RÉU: I. -. I. N. D. S. S.
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Vistos, etc.
INTIME-SE a parte autora para apresentar o comprovante de pagamento das custas processuais ou, na hipótese de insistir quanto a hipossuficiência, juntar outros documentos que a demonstrem, a fim de que este Juízo possa melhor aferir tal alegação.
Cumpre ressaltar que há dúvidas quanto a hipossuficiência econômica alegada e, portanto, como é dever do magistrado velar pela veracidade das informações constantes nos autos, a parte autora deverá atestar a pobreza arguida.
Em tempo, a concessão dos benefícios da justiça gratuita, outrora regulamentada no art. 4º da Lei 1.060/50, agora encontra respaldo no Capítulo II, Seção IV do CPC, especificamente em seu art. 98,

o qual prescreve que: "A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagaras custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei".
Ocorre que o art. 99, § 3 do mesmo Códice estabelece que a alegação de insuficiência presume-se como verdadeira, entretanto, tal presunção não é absoluta, já que segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, esta declaração, com o intuito de obter os benefícios da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa, admitindo prova em contrário.
Nesse sentido: REsp 1187633/MS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, 2ª Turma, julgado em 06/05/2010, DJe 17/05/2010; AgRg no REsp 712.607/RS, Rel. Ministro CELSO LIMONGI (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), 6ª Turma, julgado em 19/11/2009, DJe 07/12/2009; entre outros.
Entretanto, o § 2º do art. 99 do mesmo Diploma Legal assevera que o juiz "somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade", sendo que tal comando também é acolhido pelo Superior Tribunal de Justiça, ao declarar que "o pedido de assistência judiciária gratuita pode ser indeferido quando o magistrado tiver fundadas razões para crer que o requerente não se encontra no estado de miserabilidade declarado" (AgRg no Ag 881.512/RJ, Rel. Ministro CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ FEDERAL CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 02/12/2008, DJe 18/12/2008).
Consigno que não está sendo indeferido o acesso à Justiça ou o processamento da ação. Trata-se, tão somente, de deliberação acerca da comprovação da necessidade para a concessão do benefício da gratuidade judiciária, uma vez que, no caso em apreço, há dúvidas quanto a afirmação sem a juntada de outros documentos, tais como certidões negativas de Cartórios/Prefeituras, carteira de trabalho, contracheque, declaração de imposto de renda e etc.
Na oportunidade, deverá a parte autora acostar a DECISÃO denegatória que informa as razões descritas na peça vestibular, visto que o documento de ID 26787394 não apresenta os mesmos motivos expressos em seus pedidos.
Para tal empenho, concedo o prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Determinei a publicação no Diário de Justiça Eletrônico para fins do art. 205, § 3º do CPC.
30 de abril de 2019
Elsi Antonio Dalla Riva
Juiz de Direito
Assinado Digitalmente

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM MINISTRO VICTOR NUNES LEAL
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, 1069, setor 2, CEP 76.890-000, Jaru/RO
Fone: (69) 3521-3237 e-mail: jaw2civel@tjro.jus.br
7001675-17.2019.8.22.0003
Embargos à Execução
Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução
EMBARGANTE: CONSTRUTERRA CONSTRUCAO CIVIL EIRELI - ME
ADVOGADO DO EMBARGANTE: WUDSON SIQUEIRA DE ANDRADE OAB nº RO1658
EMBARGADO: M. D. J. -. R.
ADVOGADO DO EMBARGADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JARU
Vistos, etc.
De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, "nos embargos à execução, o valor da causa deve corresponder à diferença entre o valor que está sendo executado e aquele que se entende devido" (REsp 426.342/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJU de 20/09/2004).
No caso dos autos, entretanto, observo que além da diferença encontrada, existe o pedido de nulidade da execução fiscal processo nº 7003552-60.2017.8.22.0003, de modo que, "buscando o embargante questionar a totalidade do crédito que se pretende executar, o valor da causa nos embargos à execução deve guardar paridade com aquele atribuído à execução" (AgRg no AG 1.051.745/MG, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, DJe de 30/03/2009).
Forte nessas razões, fixo o valor da causa em R$ 65.110,13 (sessenta e cinco mil, cento e dez reais e treze centavos), devendo proceder as reautuações necessárias
Após, intime-se a parte autora para promover o recolhimentos das custas, com fulcro no art. 12, inciso I da Lei Estadual n. 3.896/16.
Para tal empenho, concedo o prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de indeferimento.
Determinei a publicação no Diário de Justiça Eletrônico para fins do art. 205, § 3º do CPC.
30 de abril de 2019
Elsi Antonio Dalla Riva
Juiz de Direito
Assinado Digitalmente

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM MINISTRO VICTOR NUNES LEAL
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, 1069, setor 2, CEP 76.890-000, Jaru/RO
Fone: (69) 3521-3237 e-mail: jaw2civel@tjro.jus.br
0006300-29.2013.8.22.0003
Execução de Título Extrajudicial
Cédula de Produto Rural
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ANA MARIA FERREIRA LEITE OAB nº MT14081, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA OAB nº MG87318, ACSA LILIANE CARVALHO BRITO OAB nº RO5882, CAROLINA GIOSCIA LEAL DE MELO OAB nº RO2592, VITOR PENHA DE OLIVEIRA GUEDES OAB nº RO8985, GUSTAVO AMATO PISSINI OAB nº AC3438, SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB nº AC6673, GABRIELA DE LIMA TORRES OAB nº RO5714, JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB nº AC4270, CARLOS ALBERTO CANTANHEDE DE LIMA JUNIOR OAB nº RO8100
EXECUTADO: CARLOS SOARES JUSTO
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Vistos, etc.
Considerando interesse expresso do requerente, expeça-se o necessário para atendimento de seu pedido, utilizando-se dos comandos já exarados no DESPACHO de ID 24068669.
Caso seja necessário, intime-se o exequente para recolher eventual taxa pedente.
No mais, prossiga-se nos termos do expediente supramencionado, intimando-se a leiloeira do encargo.
Determinei a publicação no Diário de Justiça Eletrônico para fins do art. 205, § 3º do CPC.
30 de abril de 2019
Elsi Antonio Dalla Riva
Juiz de Direito
Assinado Digitalmente

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM MINISTRO VICTOR NUNES LEAL
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, 1069, setor 2, CEP 76.890-000, Jaru/RO
Fone: (69) 3521-3237 e-mail: jaw2civel@tjro.jus.br
7001708-07.2019.8.22.0003
Execução de Título Extrajudicial
Duplicata
EXEQUENTE: CASA DO CONSTRUTOR EIRELI - ME
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ATALICIO TEOFILO LEITE OAB nº RO7727, NILTON LEITE JUNIOR OAB nº RO8651
EXECUTADO: WALTER COIMBRA DA SILVA

ADVOGADO DO EXECUTADO:
Vistos, etc.
Considerando o disposto no art. 12, inciso I da Lei Estadual n. 3.896/16, intime-se a parte autora a proceder o recolhimento das custas no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de indeferimento.
Cumprida tal formalidade, prossiga com os demais comandos:
Cite-se o(a) executado(a), na forma do artigo 829 do CPC, para:
Pagar a dívida no prazo de 3 (três) dias, contado da citação; Ou, querendo, oferecer embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da juntada aos autos do MANDADO de citação, independente de penhora, depósito ou caução (art. 231, inciso II e arts. 914 e 915 do CPC); Ou ainda, no prazo de 15 (quinze), reconhecendo o crédito do(a) exequente e comprovando o depósito de trinta por cento do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, o executado poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês (art. 916 do mesmo Diploma Legal); Fixo honorários advocatícios em 10% sobre o valor do débito e, em caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade (art. 927, § 1º do CPC).
Consigo ainda que:
a) Do MANDADO de citação constarão, também, a ordem de penhora e a avaliação a serem cumpridas pelo oficial de justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado (art. 829, § 1º do CPC);
b) A penhora recairá sobre os bens indicados pelo exequente, salvo se outros forem indicados pelo executado e aceitos pelo juiz, mediante demonstração de que a constrição proposta lhe será menos onerosa e não trará prejuízo ao exequente (§ 2º do artigo supracitado);
c) O bem penhorado será removido e depositado com o exequente, ressalvada a hipótese do art. 840, inciso I do CPC e, caso o Oficial de Justiça não encontrar o(a) executado(a), arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução (art. 830 do mesmo Códice).
d) Não sendo localizado bens passíveis de penhora, o Sr. Oficial de Justiça descreverá na certidão os bens que guarnecem a residência ou o estabelecimento do(a) executado(a), quando este for pessoa jurídica (art. 836, § 1º do CPC);
e) Se o Oficial de Justiça não encontrar o(a) executado(a), arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução, sendo que nos 10 (dez) dias seguintes à efetivação do arresto, o Oficial de Justiça procurará o(a) executado(a) 2 (duas) vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realizará a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido (art. 830, § 1º do CPC);
f) Registro também que, independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis fora do horário estabelecido no art. 212 do CPC, observado o disposto no art. 5o, inciso XI, da Constituição Federal e o contido no art. 216 do CPC.
g) Recaindo a penhora sobre bem imóvel ou direito real sobre imóvel, será intimado também o(a) cônjuge do executado(a), salvo se forem casados em regime de separação absoluta de bens (art. 842 do CPC).
h) Por fim, alerto a parte exequente que a mesma poderá obter certidão de que a execução foi admitida pelo juiz, com identificação das partes e do valor da causa, para fins de averbação no registro de imóveis, de veículos ou de outros bens sujeitos a penhora, arresto ou indisponibilidade, devendo comunicar ao juízo, no prazo de 10 (dez) dias de sua concretização, as averbações efetivadas (art. 828, § 1º do CPC), ressalvada a hipótese do § 2º do mesmo artigo.
i) Na hipótese do MANDADO restar negativo, diante da não localização da parte requerida, fica o Cartório autorizado a repetir este comando, após apresentação de novo endereço pelo(a) demandante.
Determinei a publicação no Diário de Justiça Eletrônico para fins do art. 205, § 3º do CPC.
VALOR ATUALIZADO DA DÍVIDA: R$2.442,62
30 de abril de 2019
Elsi Antonio Dalla Riva
Juiz de Direito
Assinado Digitalmente
SIRVA A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO /PRECATÓRIA DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO E DEMAIS ATOS.
DADOS PARA CUMPRIMENTO:
EXECUTADO: WALTER COIMBRA DA SILVA CPF nº 282.937.542-49, RUA FLORIANÓPOLIS 3577 SETOR 02 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM MINISTRO VICTOR NUNES LEAL
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, 1069, setor 2, CEP 76.890-000, Jaru/RO
Fone: (69) 3521-3237 e-mail: jaw2civel@tjro.jus.br
7001468-18.2019.8.22.0003
Procedimento Comum
Seguro, Acidente de Trânsito
AUTOR: SUSANA SILVA FEITOSA
ADVOGADO DO AUTOR: EUNICE BRAGA LEME OAB nº RO1172
RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
ADVOGADO DO RÉU:
Vistos, etc.
Considerando a inocorrência das hipóteses do § 2º do art. 99 do CPC, defiro a gratuidade judiciária.
Desta feita, proceda a citação da parte requerida via AR para os termos da presente ação, bem como para contestar, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante art. 335 do Código de Processo Civil, sendo que tal prazo começará a fluir a partir da juntada do aviso de recebimento (art. 231, inciso I do mesmo Diploma Legal).
Caso o(a) requerido(a) não conteste a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor(a), conforme art. 344 do CPC.
Na hipótese do MANDADO restar negativo, diante da não localização do requerido(a), fica o Cartório autorizado a repetir este comando, após apresentação de novo endereço pelo demandante.
Determinei a publicação no Diário de Justiça Eletrônico para fins do art. 205, § 3º do CPC.
30 de abril de 2019
Elsi Antonio Dalla Riva
Juiz de Direito
Assinado Digitalmente
Sirva a presente como carta/MANDADO /precatória de citação/intimação e demais atos.
Dados para cumprimento:
RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA CNPJ nº 09.248.608/0001-04, RUA DA ASSEMBLÉIA 100, - LADO PAR 16 ANDAR CENTRO - 20011-000 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM MINISTRO VICTOR NUNES LEAL
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, 1069, setor 2, CEP 76.890-000, Jaru/RO
Fone: (69) 3521-3237 e-mail: jaw2civel@tjro.jus.br
7001719-36.2019.8.22.0003
Procedimento Comum
Guarda
AUTOR: CLEIDE CESAR FERREIRA
ADVOGADO DO AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA

RÉUS: JOSE DE OLIVEIRA, NAIR OSSAME DE OLIVEIRA, NILSON OSSAME DE OLIVEIRA
ADVOGADOS DOS RÉUS:
Vistos, etc.
Considerando a inocorrência das hipóteses do § 2º do art. 99 do Código de Processo Civil, defiro a gratuidade judiciária.
Ademais, atento ao que dispõe o art. 334 do CPC, designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 28/05/2019, às 10:50 horas.
Proceda a citação da parte requerida para os termos da presente ação, bem como para contestar, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante art. 335 do CPC, sendo que tal prazo começará a fluir a partir da solenidade (art. 335, inciso I do mesmo Códice).
Caso o(a) requerido(a) não conteste a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor(a), conforme art. 344 do CPC.
Em caso de desinteresse na composição consensual, expressamente pleiteado por ambas as partes, o prazo para contestar será do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação apresentado pelo réu (art. 334, § 4o, inciso I e 335, inciso II, ambos do CPC).
Consigno aos envolvidos que:
- O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, em virtude do art. 334, § 8º do CPC.
- As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos (art. 334, § 9º do CPC).
Intimem-se.
Na hipótese do MANDADO restar negativo, diante da não localização do requerido(a), fica o Cartório autorizado a repetir este comando, após apresentação de novo endereço pelo demandante.
Determinei a publicação no Diário de Justiça Eletrônico para fins do art. 205, § 3º do CPC.
30 de abril de 2019
Elsi Antonio Dalla Riva
Juiz de Direito
Assinado Digitalmente

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM MINISTRO VICTOR NUNES LEAL
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, 1069, setor 2, CEP 76.890-000, Jaru/RO
Fone: (69) 3521-3237 e-mail: jaw2civel@tjro.jus.br
7001724-58.2019.8.22.0003
Divórcio Consensual
Guarda
REQUERENTES: A. F. P. L., C. C. L.
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: RENATA SOUZA DO NASCIMENTO OAB nº RO5906, RENATA MACHADO DANIEL OAB nº RO9751
ADVOGADOS DOS:
Vistos, etc...
Considerando o disposto no art. 12, inciso I da Lei Estadual n. 3.896/16, intime-se a parte autora a proceder o recolhimento das custas no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de indeferimento.
Cumprida tal formalidade, ao Ministério Público para manifestação, com fulcro no art. 178, inciso II do CPC.
Determinei a publicação no Diário de Justiça Eletrônico para fins do art. 205, § 3º do CPC.
30 de abril de 2019
Elsi Antonio Dalla Riva
Juiz de Direito
Assinado Digitalmente

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM MINISTRO VICTOR NUNES LEAL
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, 1069, setor 2, CEP 76.890-000, Jaru/RO
Fone: (69) 3521-3237 e-mail: jaw2civel@tjro.jus.br
7005037-32.2016.8.22.0003
Cumprimento de SENTENÇA
Execução Previdenciária
EXEQUENTE: NELMA FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: JEFFERSON WILLIAN DALLA COSTA OAB nº RO6074, JOAQUIM JOSE DA SILVA FILHO OAB nº RO3952
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Vistos, etc.
Aguarde-se eventual manifestação pelo prazo de 10 (dez) dias.
Nada sendo requerido, oficie-se a Instituição Bancária para que realize a transferência de alguma cifra não sacada para a conta centralizadora, com fulcro no Provimento n. 016/2010-CG, que trata das alterações ocorridas nos arts. 285, 291 e 447 das Diretrizes Gerais Judiciais do 1º Grau, voltando os autos para o arquivo.
Após isso, em caso de solicitação de devolução de valores, considerando o teor da Circular n. 060/2011-DIVAD/DECOR/CG, fica também autorizado a expedição de ofício ao Sr. Desembargador Presidente, requerendo autorização para proceder a transferência necessária.
Cumpra-se.
Determinei a publicação no Diário de Justiça Eletrônico para fins do art. 205, § 3º do CPC.
30 de abril de 2019
Elsi Antonio Dalla Riva
Juiz de Direito
Assinado Digitalmente

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM MINISTRO VICTOR NUNES LEAL
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, 1069, setor 2, CEP 76.890-000, Jaru/RO
Fone: (69) 3521-3237 e-mail: jaw2civel@tjro.jus.br
0004851-07.2011.8.22.0003
Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: SILVANI GONCALVES MENEZES
ADVOGADO DO EXEQUENTE: JEFFERSON WILLIAN DALLA COSTA OAB nº RO6074, JOAQUIM JOSE DA SILVA FILHO OAB nº RO3952
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Vistos, etc.
Aguarde-se eventual manifestação pelo prazo de 10 (dez) dias.
Nada sendo requerido, oficie-se a Instituição Bancária para que realize a transferência de alguma cifra não sacada para a conta centralizadora, com fulcro no Provimento n. 016/2010-CG, que trata das alterações ocorridas nos arts. 285, 291 e 447 das Diretrizes Gerais Judiciais do 1º Grau, voltando os autos para o arquivo.
Após isso, em caso de solicitação de devolução de valores, considerando o teor da Circular n. 060/2011-DIVAD/DECOR/CG, fica também autorizado a expedição de ofício ao Sr. Desembargador Presidente, requerendo autorização para proceder a transferência necessária.
Cumpra-se.
Determinei a publicação no Diário de Justiça Eletrônico para fins do art. 205, § 3º do CPC.
30 de abril de 2019
Elsi Antonio Dalla Riva
Juiz de Direito
Assinado Digitalmente

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM MINISTRO VICTOR NUNES LEAL
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, 1069, setor 2, CEP 76.890-000, Jaru/RO
Fone: (69) 3521-3237 e-mail: jaw2civel@tjro.jus.br
7003752-33.2018.8.22.0003
Divórcio Litigioso
Dissolução
REQUERENTE: APARECIDA MARIA RODRIGUES DE ANDRADE
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUCIANO FILLA OAB nº RO1585
REQUERIDO: JOSEMAR FERREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO DO REQUERIDO: SIDNEI DA SILVA OAB nº RO3187
SENTENÇA
Vistos, etc.
Considerando os termos da transação apresentada em momento posterior a audiência de conciliação, HOMOLOGO O ACORDO de ID 26276944 para que surta seus jurídicos e legais efeitos, na forma do artigo 487, III, b), do Novo Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O FEITO, consoante disposto no artigo 316, do mesmo Diploma Legal.
Homologo ainda a renúncia ao prazo recursal.
Libere-se eventual constrição.
Procedi com o levantamento das restrições junto ao RENAJUD, tal como segue abaixo:
Sem custas finais, com fulcro no artigo 8º, III, do Regimento de Custas - Lei Estadual nº. 3.896/2016.
P.R.I.
Oportunamente, arquivem-se os autos.
Determinei a publicação no Diário de Justiça Eletrônico para fins do art. 205, § 3º do CPC.
30 de abril de 2019
Elsi Antonio Dalla Riva
Juiz de Direito
Assinado Digitalmente

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM MINISTRO VICTOR NUNES LEAL
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, 1069, setor 2, CEP 76.890-000, Jaru/RO
Fone: (69) 3521-3237 e-mail: jaw2civel@tjro.jus.br
7002720-27.2017.8.22.0003
Cumprimento de SENTENÇA
Precatório
EXEQUENTE: DILCINEIA SOARES DE SOUZA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: CLAUDIA FORTUNATO ROCHA OAB nº RO9147
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Vistos, etc.
Intime-se o terceiro interessado para aduzir suas razões acerca do pedido retro.
Determinei a publicação no Diário de Justiça Eletrônico para fins do art. 205, § 3º do CPC.
30 de abril de 2019
Elsi Antonio Dalla Riva
Juiz de Direito
Assinado Digitalmente

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM MINISTRO VICTOR NUNES LEAL
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, 1069, setor 2, CEP 76.890-000, Jaru/RO
Fone: (69) 3521-3237 e-mail: jaw2civel@tjro.jus.br
7001107-98.2019.8.22.0003
Procedimento Comum
Indenização por Dano Material, Incorporação Imobiliária
AUTOR: PEDRO SALOMAO DE ALMEIDA
ADVOGADO DO AUTOR: LEVI GUSTAVO ALVES DE FREITAS OAB nº RO4634
RÉU: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
ADVOGADO DO RÉU:
Vistos, etc.
Em que pese o teor da petição retro e a impetração de MANDADO de Segurança, prossiga-se no cumprimento do DESPACHO anterior, certificando-se eventual decurso de prazo.
Na hipótese de solicitação de informações, oficie-se declarando que os fundamentos da DECISÃO já contemplam a cognição deste juízo e não há maiores esclarecimentos a serem prestados.
Ficará a parte autora responsável por controlar o resultado da DECISÃO na instância superior, bem como informar eventuais desdobramentos, ressaltando que a mesma poderá, a qualquer tempo, desarquivar o feito e prosseguir com a demanda.
Determinei a publicação no Diário de Justiça Eletrônico para fins do art. 205, § 3º do CPC.
30 de abril de 2019
Elsi Antonio Dalla Riva
Juiz de Direito
Assinado Digitalmente

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM MINISTRO VICTOR NUNES LEAL
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, 1069, setor 2, CEP 76.890-000, Jaru/RO
Fone: (69) 3521-3237 e-mail: jaw2civel@tjro.jus.br
7001610-22.2019.8.22.0003
Procedimento Comum
Guarda
AUTOR: HELIA DE SOUZA
ADVOGADO DO AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
RÉUS: IVANIR DA SILVA COSTA, GERALDO COSTA ALVES
ADVOGADOS DOS RÉUS:
Vistos, etc.
Considerando a inocorrência das hipóteses do § 2º do art. 99 do Código de Processo Civil, defiro a gratuidade judiciária.
Ademais, atento ao que dispõe o art. 334 do CPC, designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 28/05/2019 às 11:30 horas.
Proceda a citação da parte requerida para os termos da presente ação, bem como para contestar, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante art. 335 do CPC, sendo que tal prazo começará a fluir a partir da solenidade (art. 335, inciso I do mesmo Códice).
Considerando os interesses conflitantes entre o requerido incapaz GERALDO COSTA ALVES e a parte autora (art. 72, inciso I do CPC), nomeio como curadora especial a Dra. BARBARA RUBYA CHAVES SILVA SANTANA - OAB/RO 9834, sob a fé de seu grau, devendo ser intimada do encargo.
Caso o(a) requerido(a) não conteste a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor(a), conforme art. 344 do CPC.
Em caso de desinteresse na composição consensual, expressamente pleiteado por ambas as partes, o prazo para contestar será do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação apresentado pelo réu (art. 334, § 4°, inciso I e 335, inciso II, ambos do CPC).
Consigno aos envolvidos que:
- O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, em virtude do art. 334, § 8º do CPC.
- As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos (art. 334, § 9º do CPC).
Intimem-se as partes e o Ministério Público.

Na hipótese do MANDADO restar negativo, diante da não localização do requerido(a), fica o Cartório autorizado a repetir este comando, após apresentação de novo endereço pelo demandante.
Determinei a publicação no Diário de Justiça Eletrônico para fins do art. 205, § 3º do CPC.
30 de abril de 2019
Elsi Antonio Dalla Riva
Juiz de Direito
Assinado Digitalmente

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM MINISTRO VICTOR NUNES LEAL
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, 1069, setor 2, CEP 76.890-000, Jaru/RO
Fone: (69) 3521-3237 e-mail: jaw2civel@tjro.jus.br
7001705-52.2019.8.22.0003
Procedimento Comum
Cheque
AUTOR: ALMEIDA & LONGONI LTDA - EPP
ADVOGADO DO AUTOR: LUCIANO FILLA OAB nº RO1585
RÉU: P DO CARMO - ME
ADVOGADO DO RÉU:
Vistos, etc.
INTIME-SE a parte autora para promover o recolhimento das custas processuais, cabendo a mesma observar as disposições do novo Regimento de Custas do Tribunal de Justiça de Rondônia - Lei Estadual n. 3.896/2016, atentando-se a realização ou não de audiência de conciliação, conforme estabelece o art. 12, nos termos abaixo transcritos:
Art. 12. As custas judiciais incidirão sobre o valor da causa, da seguinte forma:
I - 2% (dois por cento) no momento da distribuição, dos quais 1% (um por cento) fica adiado para até 5 (cinco) dias depois da audiência de conciliação, caso não haja acordo. Havendo acordo, as partes ficam desobrigadas ao pagamento do montante adiado;
II - 3% (três por cento) como preparo da apelação ou do recurso adesivo, ou, nos processos de competência originária do Tribunal; e
III - 1% (um por cento) ao ser satisfeita a execução ou a prestação jurisdicional.
§ 1º. Os valores mínimo e máximo a ser recolhido em cada uma das hipóteses previstas nos incisos deste artigo correspondem a R$ 100,00 (cem reais) e R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), respectivamente.
§ 2º. O valor do preparo da apelação e do recurso adesivo será recolhido em dobro, caso não comprovado seu recolhimento no ato de interposição.
§ 3º. Majorado o valor da causa, a diferença das custas deverá ser recolhida em até 15 (quinze) dias.
Para tal empenho, concedo o prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, com fulcro no art. 321, parágrafo único do Código de Processo Civil.
Determinei a publicação no Diário de Justiça Eletrônico para fins do art. 205, § 3º do CPC.
30 de abril de 2019
Elsi Antonio Dalla Riva
Juiz de Direito
Assinado Digitalmente

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM MINISTRO VICTOR NUNES LEAL
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, 1069, setor 2, CEP 76.890-000, Jaru/RO
Fone: (69) 3521-3237 e-mail: jaw2civel@tjro.jus.br
7001692-53.2019.8.22.0003
Procedimento Comum
Direito de Imagem
AUTOR: A. G. T.
ADVOGADO DO AUTOR: PAULO RAVEL RODRIGUES DA SILVA PEREIRA OAB nº DF33846
RÉUS: C. A. E. P. E. -. M., K. S. O. 2., A. L. B. 7., B. A. M. D. C. M. -. M., J. F.
ADVOGADOS DOS RÉUS:
Vistos, etc.
Observo que a concessão dos benefícios da justiça gratuita, outrora regulamentada no art. 4º da Lei 1.060/50, agora encontra respaldo no Capítulo II, Seção IV do CPC, especificamente em seu art. 98, o qual prescreve que: "A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei".
Ocorre que o art. 99, § 3 do mesmo Códice estabelece que a alegação de insuficiência presume-se como verdadeira, entretanto, tal presunção não é absoluta, já que segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a declaração de pobreza, com o intuito de obter os benefícios da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa, admitindo, portanto, prova em contrário.
Nesse sentido: REsp 1187633/MS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, 2ª Turma, julgado em 06/05/2010, DJe 17/05/2010; AgRg no REsp 712.607/RS, Rel. Ministro CELSO LIMONGI (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), 6ª Turma, julgado em 19/11/2009, DJe 07/12/2009; entre outros.
Entretanto, o § 2º do art. 99 do mesmo Diploma Legal assevera que o juiz "somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade", sendo que tal comando também é acolhido pelo Superior Tribunal de Justiça, ao declarar que "o pedido de assistência judiciária gratuita pode ser indeferido quando o magistrado tiver fundadas razões para crer que o requerente não se encontra no estado de miserabilidade declarado" (AgRg no Ag 881.512/RJ, Rel. Ministro CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ FEDERAL CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 02/12/2008, DJe 18/12/2008).
No caso em apreço, importante ressaltar que o autor já foi Ministro do Turismo, reside em área nobre de Brasília (Asa Sul – ID n. 26774296 p. 1), detém um apartamento em Porto Alegre, avaliado em mais de duzentos e cinquenta mil reais (ID n. 26775703 p. 2) e, ao proceder uma consulta a rede de alcance mundial, consta a informação de que o mesmo é professor de políticas públicas na "Tsinghua University", sendo, portanto, temerária a alegação do mesmo em fazer jus as benesses da justiça gratuita.
Consigno que tais assertivas trazem desconfiança ao juízo e põe em descréditos os pedidos de AJG, tendo as partes o dever de agir sob o princípio da boa fé processual (art. 5º do CPC), como bem atesta a cognição de nosso Eg. Tribunal de Justiça:
AGRAVO EM APELAÇÃO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. SIMPLES ALEGAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. BENEFÍCIO INDEFERIDO. A simples afirmação da parte de que não possui condições de arcar com o pagamento das custas processuais não é suficiente para a concessão da assistência judiciária gratuita, existindo a necessidade da comprovação do estado de hipossuficiência para sua concessão, conforme previsão contida no art. 5º, inc. LXXIV, da Constituição Federal. (Agravo, Processo nº 0016200-42.2013.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) Des. Kiyochi Mori, Data de julgamento 17/03/2016) e;
APELAÇÃO CÍVEL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. Para concessão do benefício da assistência judiciária gratuita, faz-se necessário a comprovação do estado de hipossuficiência de modo a comprovar que a parte não possui condições de arcar com as despesas do processo. (Apelação, Processo nº 0001766-85.2013.822.0021, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) Des. Isaias Fonseca Moraes, Data de julgamento 28/01/2016).
Forte nessas razões, indefiro o pedido de gratuidade.

Ademais, os fatos narrados na inicial remontam ao no de 2016 e, diante das facilidades que a tecnologia proporciona, vislumbro que a pretensão autoral pode ser obtida na via administrativa, seja via telefone/e-mail ou mediante denúncia/queixa no próprio site, sendo que não consta nos autos nenhuma prova nesse sentido ou, sequer, sua tentativa de resolução.
Da mesma forma, os impressos que acompanham o feito não são suficientes para corroborar os fatos, devendo o autor, portanto, trazer ao feito o endereço completo dos sites hospedados junto aos requeridos e que contenham a notícia que almeja ver retirar da internet.
Não obstante, muito embora o requerente tenha fixado o valor da causa em um milhão de reais, há de se observar as limitações/ consequências do art. 85, § 2º do CPC.
Por fim, incumbe ao demandante esclarecer o pólo ativo da demanda, já que sua peça inaugural utiliza a primeira pessoa do plural, contudo, a sra. MILENA SILVA DOS SANTOS não consta no processo, conforme se observa nos autos n. 0700773-05.2018.8.07.0001.
Desta feita, intime-se a parte autora para proceder as seguintes emendas:
- Adequar o pólo ativo da emenda, incluindo a sra. MILENA SILVA DOS SANTOS e juntar a devida procuração, conforme ocorrido nos autos n. 0700773-05.2018.8.07.0001 ou justificar a redação utilizada na inicial;
- Comprovar eventual requerimento na via administrativa e/ou tentativa de resolução junto as requeridas;
- Fornecer o endereço completo (link) de todos os sites que almeja atingir com sua pretensão e que estejam hospedados no domínio da parte requerida;
- Retificar o valor atribuído a demanda, caso entenda necessário, diante da nova sistemática do CPC (art. 85, § 2º do CPC);
- Comprovar o recolhimento das custas iniciais, com fulcro no art. 12, inciso I da Lei Estadual n. 3.896/16.
Para tal empenho, concedo o prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento (art. 321 do CPC).
Determinei a publicação no Diário de Justiça Eletrônico para fins do art. 205, § 3º do CPC.
30 de abril de 2019
Elsi Antonio Dalla Riva
Juiz de Direito
Assinado Digitalmente

EDITAL DE DE NOTIFICAÇÃO
RECOLHER CUSTAS - LEI N. 3.896, de 24/08/2016
Prazo: 05 dias
O Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Jaru/RO, torna público a NOTIFICAÇÃO da parte a seguir descrita referente a presente ação.
NOTIFICAÇÃO DE:
Nome: SILVA & SILVA AGROPECUARIA LTDA - ME
Endereço: AGC Colina Verde, s/n, Agrop. Mineira. Avenida Principal 128 Colina Verde, Centro, Governador Jorge Teixeira - RO - CEP: 76898-971
Processo:7001698-94.2018.8.22.0003
Classe:PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
DAIANE GOMES BEZERRA CPF: 007.340.922-70, CENTRAL PEC COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA CPF: 84.744.523/0001-32, MIRELLY VIEIRA MACEDO DE ALMEIDA CPF: 942.092.352-53, ALAN DE ALMEIDA PINHEIRO DA SILVA CPF: 778.652.942-04
Advogado(s) do reclamante: DAIANE GOMES BEZERRA, MIRELLY VIEIRA MACEDO DE ALMEIDA, ALAN DE ALMEIDA PINHEIRO DA SILVA
Responsável pelas Despesas e Custas: Ato do juízo
Valor das Custas Processuais, atualizado em 26/04/2019: R$106,91 (Cento e seis reais e noventa e um centavos)
FINALIDADE S: NOTIFICAR a parte acima identificada, para recolher custas processuais, conforme cálculo realizado pela contadoria judicial, no prazo de 15 (quinze) dias.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na dívida ativa.
OBSERVAÇÃO: O prazo fluirá da data da publicação única ou, havendo mais de uma, da primeira (Art. 257, III, CPC).
Jaru/RO, Sexta-feira, 26 de Abril de 2019.
Fabiane Palmira Barboza
Diretora de Cartório
Assina Digitalmente
Sede do Juízo: Fórum Min. Victor Nunes Leal
Rua Raimundo Cantanhede, 1080, Setor 02, CEP: 78940-000, Jaru / RO - Fone (PABX): 3521-2393.
Sugestões e reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet.
Corregedoria: cgj@tj.gov.br Cartório: jaw2civel@tjro.jus.br
Assinado eletronicamente por: FABIANE PALMIRA BARBOZA 30/04/2019 08:53:15
http://pje.tjro.jus.br:80/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
ID do documento: 26726970 19043008531582000000025076087

EDITAL DE DE NOTIFICAÇÃO
RECOLHER CUSTAS - LEI N. 3.896, de 24/08/2016
Prazo: 05 dias
O Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Jaru/RO, torna público a NOTIFICAÇÃO da parte a seguir descrita referente a presente ação.
NOTIFICAÇÃO DE:
Nome: JOSELIA SOUZA DE ANDRADE
Endereço: Rus Olavo Pires, 2706, Jardim Novo Estado, Jaru - RO - CEP: 76890-000
Processo:7003699-52.2018.8.22.0003
Classe:PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
BARBARA RUBYA CHAVES SILVA CPF: 006.485.472-80, LOJAS GRAUNA COMERCIO DE VESTUARIO LTDA - EPP CPF: 05.630.715/0001-41, RENATA SOUZA DO NASCIMENTO CPF: 948.138.412-87
Advogado(s) do reclamante: BARBARA RUBYA CHAVES SILVA, RENATA SOUZA DO NASCIMENTO
JOSELIA SOUZA DE ANDRADE CPF: 027.604.302-27
Responsável pelas Despesas e Custas: Ato do juízo
Valor das Custas Processuais, atualizado em 26/04/2019: R$158,35
FINALIDADE S: NOTIFICAR a parte acima identificada, para recolher custas processuais, conforme cálculo realizado pela contadoria judicial, no prazo de 15 (quinze) dias.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na dívida ativa.
OBSERVAÇÃO: O prazo fluirá da data da publicação única ou, havendo mais de uma, da primeira (Art. 257, III, CPC).
Jaru/RO, Sexta-feira, 26 de Abril de 2019.
Fabiane Palmira Barboza
Diretora de Cartório
Assina Digitalmente
Sede do Juízo: Fórum Min. Victor Nunes Leal

Rua Raimundo Cantanhede, 1080, Setor 02, CEP: 78940-000, Jaru / RO - Fone (PABX): 3521-2393.
Sugestões e reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet.
Corregedoria: cgj@tj.gov.br Cartório: jaw2civel@tjro.jus.br
Assinado eletronicamente por: FABIANE PALMIRA BARBOZA 30/04/2019 08:53:49
http://pje.tjro.jus.br:80/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
ID do documento: 26731741 190430085349344000000025081852
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 20 dias
O Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Jaru/RO, torna público a citação da parte a seguir descrita referente a Ação presente ação.

Processo nº: 7000392-90.2018.8.22.0003
Classe: FAMÍLIA- DIVÓRCIO LITIGIOSO (99)
REQUERENTE: REGINALDO ANTONIO DE ALMEIDA
REQUERIDO: LUZINETE PRETI MATIAS ALMEIDA
Responsável pelas Despesas e Custas: Justiça Gratuita
FINALIDADE: Proceder a CITAÇÃO da parte requerida, LUZINETE PRETI MATIAS ALMEIDA, brasileira, filha de Antonio Rodrigues Matias e de Jandira Preti Matias, atualmente em lugar incerto e não sabido, para os termos da presente ação, bem como para querendo contestar, no PRAZO DE 15 DIAS, ficando ciente que não sendo contestada a ação se presumirão aceitos pelo réu, como verdadeiros, os fatos alegados pelo autor.
OBSERVAÇÃO: O prazo fluirá da data da publicação única ou, havendo mais de uma, da primeira (Art. 257, III, CPC).
ADVERTÊNCIA: Será nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, IV, CPC).
Jaru/RO, Segunda-feira, 29 de Abril de 2019.
Fabiane Palmira Barboza
Diretora de Cartório
Assina Digitalmente
Sede do Juízo: Fórum Min. Victor Nunes Leal
Rua Raimundo Cantanhede, 1080, Setor 02, CEP: 78940-000, Jaru / RO - Fone (PABX): 3521-2393.
Sugestões e reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet.
Corregedoria: cgj@tj.gov.br
Cartório: jaw2civel@tjro.jus.br
Assinado eletronicamente por: FABIANE PALMIRA BARBOZA 30/04/2019 08:59:56
http://pje.tjro.jus.br:80/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
ID do documento: 26802917 190430085956501000000025148460

Processo nº: 0004457-34.2010.8.22.0003
Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116)
Autor: União
Requerido: Batisti & Batisti Transportes Ltda
DESARQUIVAMENTO DE PROCESSO - ARQUIVO PROVISÓRIO
PROCESSO DESARQUIVADO, a pedido da FAZENDA NACIONAL, para análise da prescrição intercorrente.
MIGRAÇÃO DE PROCESSO PARA O PJE
Processo digitalizado e migrado para o PJE, sob mesmo número, encerrando-se a movimentação física no SAP/TJ/RO, conforme Resolução 037/2018-PR, art. 4º.
Considerando o que consta do art. 4º da Resolução 037/2016-PR, os autos físicos permanecerão arquivados até o trânsito em julgado da DECISÃO ou até o final do prazo para interposição de Ação Rescisória (2 anos contados do trânsito em julgado da última DECISÃO proferida no processo – art. 975-CPC).
ATO CONTÍNUO, ARQUIVO O PROCESSO FÍSICO EM CAIXA PRÓPRIA.

Processo nº: 0013485-41.2001.8.22.0003
Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116)
Autor: Fazenda Nacional
Requerido: Quirino do Norte Produtos de Borracha Ltda.
DESARQUIVAMENTO DE PROCESSO - ARQUIVO PROVISÓRIO
PROCESSO DESARQUIVADO, a pedido da FAZENDA NACIONAL, para análise da prescrição intercorrente.
MIGRAÇÃO DE PROCESSO PARA O PJE
Processo digitalizado e migrado para o PJE, sob mesmo número, encerrando-se a movimentação física no SAP/TJ/RO, conforme Resolução 037/2018-PR, art. 4º.
Considerando o que consta do art. 4º da Resolução 037/2016-PR, os autos físicos permanecerão arquivados até o trânsito em julgado da DECISÃO ou até o final do prazo para interposição de Ação Rescisória (2 anos contados do trânsito em julgado da última DECISÃO proferida no processo – art. 975-CPC).
ATO CONTÍNUO, ARQUIVO O PROCESSO FÍSICO EM CAIXA PRÓPRIA.

COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE

1º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE
JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

Proc: 2000257-63.2018.8.22.0004
Ação:Termo Circunstanciado (Juizado Criminal)
Delegacia de Polícia - Ouro Preto do Oeste/RO(Autor)
Aparecida Bianchini(Infrator)
Advogado(s): Odair José da Silva(OAB 6662 RO)
Delegacia de Polícia - Ouro Preto do Oeste/RO(Autor)
Aparecida Bianchini(Infrator)
Advogado(s): Odair José da Silva(OAB 6662 RO)
Lailla Kamilla Ramos Gomes(Vítima), Maria Edilene Ramos(Vítima), Ministério Público do Estado de Rondônia(Custos Legis (Fiscal da Lei))
Advogado(s): Herbert Wender Rocha(OAB 3739 RO), Filiph Menezes da Silva(OAB 5035 RO)Filiph Menezes da Silva(OAB 5035 RO)
Ficam os advogados da parte e das vítimas intimados da designação de audiência, conforme consta nos autos.

Proc: 2000058-75.2017.8.22.0004
Ação:Termo Circunstanciado (Juizado Criminal)
Delegacia de Polícia - Ouro Preto do Oeste/RO(Autor)
João Lourenço Gregol(Infrator)
Advogado(s): Alexandre Anderson Hoffmann(OAB 3709 RO)
Delegacia de Polícia - Ouro Preto do Oeste/RO(Autor)
João Lourenço Gregol(Infrator)
Advogado(s): Alexandre Anderson Hoffmann(OAB 3709 RO)
Ministério Público do Estado de Rondônia(Custos Legis (Fiscal da Lei))
Fica a parte ré intimada, através de seu advogado, da SENTENÇA prolatada, conforme consta nos autos acima descrito. Bem como para apresentar recurso, no prazo legal, caso queira.

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Proc.: 1001726-98.2017.8.22.0004
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (2020202020 2020202020)

Denunciado:Dilson Glevson Pereira da Silva, Francimar Torres Santana, Leonildo Almeida Barros, Luís Rogério Ferreira Silva, Oziel Batista de Sá, Rougeri Fernando Brustolim
Advogado:Defensor Público (4444444), Odair José da Silva (RO 6662), Eronaldo Fernandes Nobre (OAB/RO 1041), Indiano Pedroso Gonçalves (OAB/RO 3486)
SENTENÇA:
Ante o exposto JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão punitiva Estatal e CONDENO os acusados:a) DILSON GLEVSON PEREIRA DA SILVA, qualificado nos autos, como incurso nas penas do artigo 312, na forma do artigo 327, ambos do Código Penal;b) LUÍS ROGÉRIO FERREIRA SILVA, qualificado nos autos, como incurso nas penas do artigo 312, caput, na forma do artigo 30 e 327, cumulado com o artigo 65, inciso III, alínea d , todos do Código Penal;c) OZIEL BATISTA DE SÁ, qualificado nos autos, como incurso nas penas do artigo 312, caput, na forma do artigo 327, cumulado com o artigo 61, inciso I e artigo 65, inciso III, alínea d , todos do Código Penal.Em razão da parcial procedência do pedido, ABSOLVO os réus FRANCIMAR TORRES SANTANA, LEONILDO ALMEIDA BARROS e ROUGERI FERNANDO BRUSTOLIM, das imputações previstas nos artigos 312, caput, e artigo 288, caput, na forma do artigo 327, ambos do Código Penal e DILSON GLEVSON PEREIRA DA SILVA, OZIEL BATISTA DE SÁ e LUÍS ROGÉRIO FERREIRA SILVA da imputação prevista no artigo 288, caput, do Código Penal, e o faço tudo com fundamento no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.Evidenciada a procedência parcial do pedido condenatório, passo à dosimetria da pena consoante o disposto no artigo 59 do Código repressivo.- DILSON GLEVSON PEREIRA DA SILVA O acusado agiu com culpabilidade normal ao tipo penal. Não registra antecedentes criminais (fls. 275-277). Personalidade e conduta social não foi objeto de apuração nos autos. As circunstâncias e os motivos em que o crime ocorreu são normais para o tipo penal. As consequências são as previstas pelo legislador.Sopesando essas circunstâncias, fixo a pena-base no mínimo legal de 02 anos de reclusão e 10 dias-multa.Não vislumbro a existência de circunstâncias agravantes e atenuantes a serem computadas na pena. Na terceira etapa de fixação da pena, não vislumbro a existência de causas de diminuição ou de aumento de pena, razão pela qual torno-a definitiva no patamar encontrado.O regime inicial de cumprimento de pena será o aberto, nos termos do artigo 33, § 2º, alínea c , e art. 59 do Código Penal.Fixo o valor do dia-multa no mínimo legal de 1/30 do salário mínimo vigente à época do crime, porque não há informações nos autos que justifiquem a fixação em patamar superior, perfazendo o total de R$ 312,30 (trezentos e doze reais e trinta centavos).O réu preenche os requisitos legais da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos. Desse modo, com fundamento no art. 43 e ss. do Código Penal, delibero substituir a pena de prisão nos seguintes termos: a) comparecimento bimestral em juízo, pelo prazo da pena, para justificar suas atividades e atualizar endereço; b) pagamento de prestação pecuniária no valor de 01 salário mínimo a favor de entidade beneficente ou assistencial.Concedo ao réu o direito de apelar em liberdade, eis que nessa condição respondeu ao processo. Ademais não vislumbro presentes outros requisitos autorizadores da custódia cautelar.- LUÍS ROGÉRIO FERREIRA SILVA O acusado agiu com culpabilidade normal ao tipo penal. Não registra antecedentes criminais (fls. 285-286). Personalidade e conduta social não foi objeto de apuração nos autos. As circunstâncias e os motivos em que o crime ocorreu são normais para o tipo penal. As consequências são as previstas pelo legislador.Sopesando essas circunstâncias, fixo a pena-base no mínimo legal de 02 anos de reclusão e 10 dias-multa.Reconheço a favor do acusado a atenuante da confissão espontânea, contudo, deixo de aplicar a redução em razão de a pena ter sido fixada no mínimo legal - sumula 231 do STJ. Ausentes causas agravantes de pena.Na terceira etapa de fixação da pena, não vislumbro a existência de causas de diminuição ou de aumento de pena, razão pela qual torno-a definitiva no patamar encontrado.O regime inicial de cumprimento de pena será o aberto, nos termos do artigo 33, § 2º, alínea c , e art. 59 do Código Penal.Fixo o valor do dia-multa no mínimo legal de 1/30 do salário mínimo vigente à época do crime, porque não há informações nos autos que justifiquem a fixação em patamar superior, perfazendo o total de R$ 312,30 (trezentos e doze reais e trinta centavos).O réu preenche os requisitos legais da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos. Desse modo, com fundamento no art. 43 e ss. do Código Penal, delibero substituir a pena de prisão nos seguintes termos: a) comparecimento bimestral em juízo, pelo prazo da pena, para justificar suas atividades e atualizar endereço; b) pagamento de prestação pecuniária no valor de 01 salário mínimo a favor de entidade beneficente ou assistencial.Concedo ao réu o direito de apelar em liberdade, eis que nessa condição respondeu ao processo. Ademais não vislumbro presentes outros requisitos autorizadores da custódia cautelar.- OZIEL BATISTA DE SÁO acusado registra antecedentes criminais, tanto que possui Execução de Pena nesta Comarca (autos n. 0019440-40.2007.8.22.0004 fls. 287-294), mas não é possível considerá-los, sob pena de bis in idem, já que será considerada a reincidência como causa agravante de pena. A culpabilidade não ultrapassa os limites da norma penal. Conduta social e personalidade não foram apuradas nos autos. As circunstâncias e os motivos em que o crime ocorreu são normais para o tipo penal. As consequências são as previstas pelo legislador.Sopesando essas circunstâncias, fixo a pena-base no mínimo legal de 02 anos de reclusão e 10 dias-multa.O réu é reincidente e confessou a autoria delitiva. São duas circunstâncias que se compensam, conforme entendimento do STJ e do Tribunal de Justiça de Rondônia de modo que a pena deve permanecer no patamar em que se encontra.Não há causas de aumento ou diminuição a serem consideradas na aplicação da pena, razão pela qual torno-a definitiva no patamar encontrado.O regime inicial de cumprimento de pena será o aberto, nos termos do artigo 33, § 2º, alínea c , do Código Penal. Fixo o valor do dia-multa em 1/30 do salário mínimo vigente à época do crime, porque não há informações nos autos de que o acusado possui bens ou rendas que justifiquem a fixação em patamar superior, perfazendo o total de R$ 312,30 (trezentos e doze reais e trinta centavos).O réu não preenche os requisitos legais da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos por ser reincidente.Concedo ao réu o direito de apelar em liberdade, eis que nessa condição respondeu ao processo. Ademais não vislumbro presentes outros requisitos autorizadores da custódia cautelar.Das últimas deliberações:Deixo de condenar o acusado Dilson Glevson Pereira da Silva no pagamento das custas processuais pelo fato de ter sido defendido por advogado nomeado, o que presume a sua necessidade, e o isento do dever de recolher multa penal pelo mesmo fundamento.Condeno os réus Luís Rogério Ferreira Silva e Oziel Batista de Sá ao pagamento das custas processuais, que perfazem o montante de R$ 738,99 (setecentos e trinta e oito reais e noventa e nove centavos), as quais, no sistema pro rata, totalizam o valor de R$ 246,33 (duzentos e quarenta e seis reais e trinta e três centavos) para cada acusado.Fixo R$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais) a título de honorários advocatícios em favor da Dra. Mariana de Souza Bulian OAB/RO 7788, que patrocinou a defesa do acusado Dilson, ante o conflito de interesses entre os acusados.Analisando os autos verifica-se que não as razões para a manutenção das medidas cautelares em relação aos réus Rougeri Fernando Brustolim, Francimar Torres Santana e Leonildo Almeida Barros não se encontram presentes, razão pela qual REVOGO as medidas cautelares em relação a estes acusados.Após o trânsito em julgado, lance-se o nome dos acusados no rol dos culpados, comuniquem-se os órgãos de identificação estadual e federal, bem como o Tribunal Regional Eleitoral.P.R.I.Ouro Preto do Oeste-RO, quinta-feira, 25 de abril de 2019.Rogério Montai de Lima Juiz de Direito

Proc.: 0000272-32.2019.8.22.0004
Ação: Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Promotor de Justiça
Denunciado: Lucas Rezende Szebot
Advogado: Ruan Vieira de Castro (OAB/RO 8039)
FINALIDADE: INTIMAR o advogado supramencionado da DECISÃO prolatada nos autos supramencionados, conforme trecho a seguir: "Apresentar defesa prévia no prazo legal."
Rogério Montai de Lima - Juiz de Direito
Ouro Preto do Oeste/RO, 27 de Março de 2019
Ynhaná Leal da Silva Torezani
Diretora de Cartório

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Processo: 7001730-96.2018.8.22.0004
EXEQUENTE: ADALTO BARNABE DE OLIVEIRA
Advogado do(a) EXEQUENTE: EDEMILSON EVANGELISTA DE ABREU - RO2792
EXECUTADO: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogados do(a) EXECUTADO: MARCELO RODRIGUES XAVIER - RO2391, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL - RO8217
Fica a parte autora intimada para proceder ao levantamento dos valores, conforme guias expedidas nos autos e comprovar o referido levantamento.
Fica a parte requerida intimada a informar os dados bancários para devolução de valor, conforme despacho, sob pena de ser encaminhado à Conta Centralizadora. Prazo de 05 dias

Processo: 7003145-80.2019.8.22.0004
REQUERENTE: EUSA MARQUES DOS SANTOS - ME
Advogado do(a) REQUERENTE: LUANA NOVAES SCHOTTEN DE FREITAS - RO3287
REQUERIDO: MARIA DAS DORES ALVARENGA DOMINGUES 04072984604
Intimação DA PARTE AUTORA
Fica Vª. Sª. intimada, da designação de Audiência de Conciliação nos autos supracitados, a realizar-se na Sala de Conciliação, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, situado no Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, na Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-3409, no dia 08/07/2019 as 09:30 horas.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019.

Processo: 7001976-58.2019.8.22.0004
REQUERENTE: SUPERMERCADO DOS COLONOS LTDA - ME
Advogado do(a) REQUERENTE: DAIANE ALVES STOPA - RO7832
REQUERIDO: WAGNO SOARES DA SILVA
Intimação DA PARTE AUTORA
Fica Vª. Sª. intimada, da designação de Audiência de Conciliação nos autos supracitados, a realizar-se na Sala de Conciliação, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, situado no Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, na Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-3409, no dia 25/06/2019 as 08:00 horas.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019.

Processo: 7003154-42.2019.8.22.0004
REQUERENTE: NAILSON FERREIRA DE SOUZA
REQUERIDO: ALEX DEL DECHIO
Intimação DA PARTE AUTORA
Fica Vª. Sª. intimada, da designação de Audiência de Conciliação nos autos supracitados, a realizar-se na Sala de Conciliação, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, situado no Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, na Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-3409, no dia 26/06/2019 as 08:00 horas.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019.

Processo: 7003147-50.2019.8.22.0004
REQUERENTE: EUSA MARQUES DOS SANTOS - ME
Advogado do(a) REQUERENTE: LUANA NOVAES SCHOTTEN DE FREITAS - RO3287
REQUERIDO: GEDEILMA OLIVEIRA DE ALMEIDA
Intimação DA PARTE AUTORA
Fica Vª. Sª. intimada, da designação de Audiência de Conciliação nos autos supracitados, a realizar-se na Sala de Conciliação, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, situado no Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, na Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-3409, no dia 08/07/2019 as 16:45 horas.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019.

Processo: 7003138-88.2019.8.22.0004
AUTOR: EUSA MARQUES DOS SANTOS - ME
Advogado do(a) AUTOR: LUANA NOVAES SCHOTTEN DE FREITAS - RO3287
REQUERIDO: ANDRESSA DA SILVA OLIVEIRA
Intimação DA PARTE AUTORA
Fica Vª. Sª. intimada, da designação de Audiência de Conciliação nos autos supracitados, a realizar-se na Sala de Conciliação, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, situado no Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, na Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-3409, no dia 09/07/2019 as 17:15 horas.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019.

Processo: 7003140-58.2019.8.22.0004
AUTOR: EUSA MARQUES DOS SANTOS - ME
Advogado do(a) AUTOR: LUANA NOVAES SCHOTTEN DE FREITAS - RO3287
REQUERIDO: OLEGARIA PEREIRA SOARES
Intimação DA PARTE AUTORA
Fica Vª. Sª. intimada, da designação de Audiência de Conciliação nos autos supracitados, a realizar-se na Sala de Conciliação, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, situado no Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, na Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-3409, no dia 10/07/2019 as 08:15 horas.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019.

Processo: 7003146-65.2019.8.22.0004
REQUERENTE: EUSA MARQUES DOS SANTOS - ME
Advogado do(a) REQUERENTE: LUANA NOVAES SCHOTTEN DE FREITAS - RO3287
REQUERIDO: JAQUELINE CATIA PALMA OLIVEIRA
Intimação DA PARTE AUTORA
Fica Vª. Sª. intimada, da designação de Audiência de Conciliação nos autos supracitados, a realizar-se na Sala de Conciliação, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, situado no Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, na Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-3409, no dia 08/07/2019 as 11:00 horas.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019.

Processo: 7003136-21.2019.8.22.0004
AUTOR: EUSA MARQUES DOS SANTOS - ME
Advogado do(a) AUTOR: LUANA NOVAES SCHOTTEN DE FREITAS - RO3287
REQUERIDO: ROSILENE SILVA DOS SANTOS
Intimação DA PARTE AUTORA
Fica Vª. Sª. intimada, da designação de Audiência de Conciliação nos autos supracitados, a realizar-se na Sala de Conciliação, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, situado no Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, na Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-3409, no dia 09/07/2019 as 16:15 horas.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br

Processo nº: 7000779-05.2018.8.22.0004
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente:
Nome: ARMANDO BELETTATTI
Advogado do(a) EXEQUENTE: ELIERSON FABIAN VIEIRA DA SILVA - RO7330
requerido(a): Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Avenida dos Imigrantes, 4137, - de 3601 a 4635 - lado ímpar, Industrial, Porto Velho - RO - CEP: 76821-063
Advogado: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB: RO5462 Advogado: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA OAB: MG87318 Advogado: MARCELO RODRIGUES XAVIER OAB: RO2391
NOTIFICAÇÃO
Fica a parte requerida Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt , NOTIFICADA para providenciar o recolhimento da importância de R$287,53 (Duzentos e oitenta e sete reais e cinquenta e três centavos), atualizada até a data: 06/02/2019, a título de custas do processo em epígrafe, no prazo 15 (quinze) dias.
O não pagamento integral ensejará a expedição de Certidão de Crédito Judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019.
Lilian Simone de Oliveira Scherer
Diretora de Cartório
(Assina por determinação judicial)

PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - Juizado Especial
Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, CEP: 76920 – 000, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-4992
Processo: 7001340-92.2019.8.22.0004
REQUERENTE: GERALDO REIS DE AREDES
Advogado: OZEIAS DIAS DE AMORIM OAB: RO4194, Advogado: JOSE RICARDO D AVASSI DAMICO OAB: RO7435
REQUERIDO: CERON CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA
Advogado: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO OAB: RO635, Advogado: ALESSANDRA MONDINI CARVALHO OAB: RO4240
Fica a parte requerida intimada da sentença prolatada, conforme consta nos autos, cuja parte dispositiva segue transcrita, e cientificada do prazo recursal de 10 dez) dias:
Sentença: "(...) Posto isso, Julgo Procedentes os pedidos para declarar a incorporação da rede de eletrificação rural ao patrimônio da requerida Eletrobrás Distribuição Rondônia – Ceron e condená-la à restituição do valor apresentado no pedido inicial, com juros de mora de 1% e com correção monetária conforme Tabela de Fatores de Atualização Monetária – Provimento 013/98/CG, desde a citação. Via de consequência extingo o processo com análise do mérito, nos termos do art. 487, I do NCPC. Custas e honorários indevidos (art. 55 da Lei 9.099/95). Transitada em julgado, apresente-se a planilha de cálculo do valor exigido, no prazo de 5 dias. Cumprido o ato, intime-se a requerida ao pagamento no prazo de 15 dias, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 523,§1º. do NCPC. Publique-se e intimem-se. Decorrido o prazo para juntada do demonstrativo de crédito ou cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se. Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019 Glauco Antônio Alves Juiz de Direito"

PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - Juizado Especial
Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, CEP: 76920 – 000, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-4992
Processo: 7000458-33.2019.8.22.0004
REQUERENTE: ADEMOR ANTONIO ROSA
Advogado: RENATA CRISTILLE ARAUJO SILVA OAB: RO7499 Endereço: desconhecido Advogado: ORLANDO GOMES CORDEIRO OAB: RO8586 Endereço: AV CAPITÃO SILVIO, 121, BELA FLORESTA, Ouro Preto do Oeste - RO - CEP: 76920-000
REQUERIDO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Advogado: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB: RO5462 Endereço: Avenida dos Imigrantes, 4137, - de 3601 a 4635 - lado ímpar, Industrial, Porto Velho - RO - CEP: 76821-063
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.
Afirma a requerida que, tendo a necessidade de perícia técnica, o feito não pode tramitar no Juizado Especial Cível por ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa. In casu, contudo, percebe-se que o processo não demanda a realização de perícia, porquanto não se trata de caso de alta complexidade, pois a eventual necessidade de produção de prova pericial não influi na definição da competência. Neste sentido tem entendido a Turma Recursal deste Tribunal de Justiça, (Recurso Inominado 7006147-69.2016.8.22.0002. Relator Jorge Luiz dos Santos Leal. Julgamento em 22/02/2017).
No mérito, consiste a controvérsia em se verificar a responsabilidade da requerida pela restituição de valores despendidos com rede de eletrificação rural.
Inicialmente este juízo adotou o entendimento de que não havendo prova de responsabilidade contratual entre as partes, não há fundamento à obrigação pretendida.
Sobredita cognição considera o contexto e expansão da malha de redes elétricas nas áreas mais longínquas do país e das respectivas normas regulamentadoras (Decreto 41.019/57, Lei 10.438/2002 e Resolução 229/2006), cuja interpretação possibilita o entendimento de que há necessidade de se verificar a fonte da obrigação vindicada, a exemplo de participação do consumidor no custeio ou dispêndio integral, se não observadas as regras de viabilidade e prazos estabelecidos.
Conquanto a 4ª. Turma do STJ (REsp 1100452/RS) tenha firmado o entendimento de que a restituição devida pelo financiamento das redes de eletrificação rural, depende da natureza da obra e dos limites de responsabilidade estabelecidos em contrato, em homenagem e prestígio à decisão da colenda Turma Recursal, bem como em observância à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação, observo a verticalização das decisões judiciais, que em tese, permitirá ainda, a economicidade processual, ante a possível redução dos atos de escrivania.
Por conseguinte, em atenção ao disposto no art. 4.º da Resolução 229/2006 – Aneel e ao Princípio da vedação do enriquecimento sem causa, tenho que as redes particulares que não sejam de utilização exclusiva do consumidor, poderão ser objeto de incorporação.
Assim, ante a prova de implantação da rede de eletrificação em propriedade rural, sem a contraprova pela requerida de que esta, se destina ao uso exclusivo do consumidor, reputo pertinente a pretensão.
Posto isso, Julgo Procedentes os pedidos para declarar a incorporação da rede de eletrificação rural ao patrimônio da requerida Eletrobrás Distribuição Rondônia – Ceron e condená-la à restituição do valor apresentado no pedido inicial, com juros de mora de 1% e com correção monetária conforme Tabela de Fatores de Atualização Monetária – Provimento 013/98/CG, desde a citação. Via de consequência extingo o processo com análise do mérito, nos termos do art. 487, I do NCPC.
Custas e honorários indevidos (art. 55 da Lei 9.099/95).
Transitada em julgado, apresente-se a planilha de cálculo do valor exigido, no prazo de 5 dias. Cumprido o ato, intime-se a requerida ao pagamento no prazo de 15 dias, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 523,§1º. do NCPC.
Publique-se e intimem-se.

Decorrido o prazo para juntada do demonstrativo de crédito ou cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019
Glauco Antônio Alves
Juiz de Direito

Processo: 7003142-28.2019.8.22.0004
REQUERENTE: EUSA MARQUES DOS SANTOS - ME
Advogado do(a) REQUERENTE: LUANA NOVAES SCHOTTEN DE FREITAS - RO3287
REQUERIDO: THAISA NASCIMENTO DA SILVA
Intimação DA PARTE AUTORA
Fica Vª. Sª. intimada, da designação de Audiência de Conciliação nos autos supracitados, a realizar-se na Sala de Conciliação, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, situado no Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, na Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-3409, no dia 10/07/2019 as 09:00 horas.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019.

Processo: 7003143-13.2019.8.22.0004
REQUERENTE: EUSA MARQUES DOS SANTOS - ME
Advogado do(a) REQUERENTE: LUANA NOVAES SCHOTTEN DE FREITAS - RO3287
REQUERIDO: TANIA SANTANA XAVIER
Intimação DA PARTE AUTORA
Fica Vª. Sª. intimada, da designação de Audiência de Conciliação nos autos supracitados, a realizar-se na Sala de Conciliação, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, situado no Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, na Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-3409, no dia 10/07/2019 as 09:45 horas.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019.
Processo: 7003148-35.2019.8.22.0004
REQUERENTE: EUSA MARQUES DOS SANTOS - ME
Advogado do(a) REQUERENTE: LUANA NOVAES SCHOTTEN DE FREITAS - RO3287
REQUERIDO: GLEICIENE ALVES FERREIRA
Intimação DA PARTE AUTORA
Fica Vª. Sª. intimada, da designação de Audiência de Conciliação nos autos supracitados, a realizar-se na Sala de Conciliação, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, situado no Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, na Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-3409, no dia 10/07/2019 as 10:30 horas.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019.

Processo: 7003149-20.2019.8.22.0004
REQUERENTE: EUSA MARQUES DOS SANTOS - ME
Advogado do(a) REQUERENTE: LUANA NOVAES SCHOTTEN DE FREITAS - RO3287
REQUERIDO: EUNICE GOMES DE SA
Intimação DA PARTE AUTORA
Fica Vª. Sª. intimada, da designação de Audiência de Conciliação nos autos supracitados, a realizar-se na Sala de Conciliação, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, situado no Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, na Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-3409, no dia 10/07/2019 as 11:15 horas.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo nº: 7004974-67.2017.8.22.0004
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente: ROSIMEIRE DOS SANTOS
Advogado do(a) EXEQUENTE: FRANCISCO ALEXANDRE DE GODOY - RO1582
requerido(a): SERCOMTEL S/A TELECOMUNICACOES
Endereço: SERCOMTEL S/A Telecomunicações, 555, Rua Professor João Cândido 555, Centro, Londrina - PR - CEP: 86010-927
Advogado: VINICIUS LUIZ REIS MONACO OAB: PR87640 Endereço: CHICAGO, 782, CASA, JD LOS ANGELES, Maringá - PR - CEP: 87080-420
NOTIFICAÇÃO
Fica a parte requerida SERCOMTEL S/A TELECOMUNICACOES , NOTIFICADA para providenciar o recolhimento da importância de R$126,76 (Cento e vinte e seis reais e setenta e seis centavos), atualizada até a data: 02/05/2019, a título de custas do processo em epígrafe, no prazo 15 (quinze) dias.
O não pagamento integral ensejará a expedição de Certidão de Crédito Judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019.
Lilian Simone de Oliveira Scherer
Diretora de Cartório
(Assina por determinação judicial)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo nº: 7000698-56.2018.8.22.0004
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente: FRANTIESCO MEIDES DA SILVA
Advogados do(a) EXEQUENTE: JECSAN SALATIEL SABAINI FERNANDES - RO2505, ARIELDER PEREIRA MENDONCA - RO7898
requerido(a): BANCO BRADESCO SA
Endereço: av X de Novembro, s/n, Centro, Ouro Preto do Oeste - RO - CEP: 76920-000
Advogado: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI OAB: RO5546 Endereço: , - de 8834/8835 a 9299/9300, Porto Velho - RO - CEP: 76800-000
NOTIFICAÇÃO
Fica a parte requerida BANCO BRADESCO SA , NOTIFICADA para providenciar o recolhimento da importância de R$105,57 (Cento e cinco reais e cinquenta e sete centavos), atualizada até a data: 02/05/2019, a título de custas do processo em epígrafe, no prazo 15 (quinze) dias.
O não pagamento integral ensejará a expedição de Certidão de Crédito Judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019.
Lilian Simone de Oliveira Scherer
Diretora de Cartório
(Assina por determinação judicial)

Processo: 7003616-33.2018.8.22.0004
REQUERENTE: ADEMIR CANERRIRO CAVANO
Advogado do(a) REQUERENTE: EDVILSON KRAUSE AZEVEDO - RO6474
REQUERIDO: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogados do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462
Ficam as partes intimadas, através de seus advogados, do retorno dos autos da turma recursal, bem como para requererem o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.

PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - Juizado Especial
Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, CEP: 76920 – 000, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-4992
Processo: 7000657-55.2019.8.22.0004
AUTOR: JOSE REGINALDO DOS SANTOS
Advogado: EDVILSON KRAUSE AZEVEDO OAB: RO6474 Endereço: desconhecido
RÉU: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Advogado: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB: RO5462 Endereço: Avenida dos Imigrantes, 4137, - de 3601 a 4635 - lado ímpar, Industrial, Porto Velho - RO - CEP: 76821-063
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.
Consiste a controvérsia em verificar se há responsabilidade da requerida pela restituição de valores despendidos com rede de eletrificação rural.
Inicialmente este juízo adotou o entendimento de que não havendo prova de responsabilidade contratual entre as partes, não há fundamento à obrigação pretendida.
Sobredita cognição considera o contexto e expansão da malha de redes elétricas nas áreas mais longínquas do país e das respectivas normas regulamentadoras (Decreto 41.019/57, Lei 10.438/2002 e Resolução 229/2006), cuja interpretação possibilita o entendimento de que há necessidade de se verificar a fonte da obrigação vindicada, a exemplo de participação do consumidor no custeio ou dispêndio integral, se não observadas as regras de viabilidade e prazos estabelecidos.
Conquanto a 4ª. Turma do STJ (REsp 1100452/RS) tenha firmado o entendimento de que a restituição devida pelo financiamento das redes de eletrificação rural, depende da natureza da obra e dos limites de responsabilidade estabelecidos em contrato, em homenagem e prestígio à decisão da colenda Turma Recursal, bem como em observância à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação, observo a verticalização das decisões judiciais, que em tese, permitirá ainda, a economicidade processual, ante a possível redução dos atos de escrivania.
Por conseguinte, em atenção ao disposto no art. 4.º da Resolução 229/2006 – Aneel e ao Princípio da vedação do enriquecimento sem causa, tenho que as redes particulares que não sejam de utilização exclusiva do consumidor, poderão ser objeto de incorporação.
Assim, ante a prova de implantação da rede de eletrificação em propriedade rural, sem a contraprova pela requerida de que esta, se destina ao uso exclusivo do consumidor, reputo pertinente a pretensão.
Posto isso, Julgo Procedentes os pedidos para declarar a incorporação da rede de eletrificação rural ao patrimônio da requerida Eletrobrás Distribuição Rondônia – Ceron e condená-la à restituição do valor apresentado no pedido inicial, com juros de mora de 1% e com correção monetária conforme Tabela de Fatores de Atualização Monetária – Provimento 013/98/CG, desde a citação. Via de consequência extingo o processo com análise do mérito, nos termos do art. 487, I do NCPC.
Custas e honorários indevidos (art. 55 da Lei 9.099/95).
Transitada em julgado, apresente-se a planilha de cálculo do valor exigido, no prazo de 5 dias. Cumprido o ato, intime-se a requerida ao pagamento no prazo de 15 dias, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 523,§1º. do NCPC.
Publique-se e intimem-se.
Decorrido o prazo para juntada do demonstrativo de crédito ou cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019
Glauco Antônio Alves
Juiz de Direito

Processo: 7003173-48.2019.8.22.0004
AUTOR: ELENITA MOREIRA PINTO
Advogados do(a) AUTOR: DAIANE ALVES STOPA - RO7832, VIVIANE SILVA CARVALHO - RO10032
REQUERIDO: KATIA CIRLENE CAETANO MARCHIORI
Intimação DA PARTE AUTORA
Fica Vª. Sª. intimada, da designação de Audiência de Conciliação nos autos supracitados, a realizar-se na Sala de Conciliação, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, situado no Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, na Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-3409, no dia 10/07/2019 as 11:45 horas.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo nº: 7001444-21.2018.8.22.0004
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente:
Nome: HONORIM GONCALVES PEREIRA
Advogado do(a) REQUERENTE: ELIERSON FABIAN VIEIRA DA SILVA - RO7330
requerido(a):
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Avenida dos Imigrantes, 4137, - de 3601 a 4635 - lado ímpar, Industrial, Porto Velho - RO - CEP: 76821-063
Advogado: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB: RO5462 Advogado: VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL OAB: RO8217 Advogado: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA OAB: MG87318 Advogado: MARCELO RODRIGUES XAVIER OAB: RO2391
NOTIFICAÇÃO
Fica a parte requerida Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt , NOTIFICADA para providenciar o recolhimento da importância de R$105,57 (Cento e cinco reais e cinquenta e sete centavos), atualizada até a data: 02/05/2019, a título de custas do processo em epígrafe, no prazo 15 (quinze) dias.
O não pagamento integral ensejará a expedição de Certidão de Crédito Judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019.
Lilian Simone de Oliveira Scherer
Diretora de Cartório
(Assina por determinação judicial)

Processo: 7003186-47.2019.8.22.0004
REQUERENTE: JUAN ALEX TESTONI
Advogado do(a) REQUERENTE: NINA GABRIELA TAVARES TESTONI - RO7507
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.
Intimação DA PARTE AUTORA
Fica Vª. Sª. intimada, da designação de Audiência de Conciliação nos autos supracitados, a realizar-se na Sala de Conciliação, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, situado no Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, na Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-3409, no dia 10/07/2019 as 11:00 horas.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019.

Processo: 7004817-60.2018.8.22.0004
REQUERENTE: ARLINDO MERTEN
Advogado do(a) REQUERENTE: ELIERSON FABIAN VIEIRA DA SILVA - RO7330

REQUERIDO: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogado do(a) REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462
Ficam as partes intimadas, através de seus advogados, do retorno dos autos da turma recursal, bem como para requererem o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.
Fica a recorrente intimada ao recolhimento das custas.

Processo: 7003487-62.2017.8.22.0004
REQUERENTE: MANOEL DIOGENES
Advogado do(a) REQUERENTE: EDEMILSON EVANGELISTA DE ABREU - RO2792
REQUERIDO: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogado do(a) REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462
Ficam as partes intimadas, através de seus advogados, do retorno dos autos da turma recursal, bem como para requererem o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.

PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - Juizado Especial
Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, CEP: 76920 – 000, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-4992
Processo: 7000703-44.2019.8.22.0004
REQUERENTE: PEDRO RAMOS DE OLIVEIRA
Advogado: ORLANDO GOMES CORDEIRO OAB: RO8586
Endereço: desconhecido
REQUERIDO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Advogado: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA OAB: MG87318
Endereço: , - de 8834/8835 a 9299/9300, Porto Velho - RO - CEP: 76800-000
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.
Consoante dispõe o art. 189 do CC: "Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts.205 e 206." Nesse contexto, não há no presente caso, violação ao direito pretendido, uma vez que não houve incorporação. Desse modo, não há que se considerar o termo inicial para contagem da prescrição, porque não nasceu a pretensão.
No mérito, consiste a controvérsia em se verificar a responsabilidade da requerida pela restituição de valores despendidos com rede de eletrificação rural.
Inicialmente este juízo adotou o entendimento de que não havendo prova de responsabilidade contratual entre as partes, não há fundamento à obrigação pretendida.
Sobredita cognição considera o contexto e expansão da malha de redes elétricas nas áreas mais longínquas do país e das respectivas normas regulamentadoras (Decreto 41.019/57, Lei 10.438/2002 e Resolução 229/2006), cuja interpretação possibilita o entendimento de que há necessidade de se verificar a fonte da obrigação vindicada, a exemplo de participação do consumidor no custeio ou dispêndio integral, se não observadas as regras de viabilidade e prazos estabelecidos.
Conquanto a 4ª. Turma do STJ (REsp 1100452/RS) tenha firmado o entendimento de que a restituição devida pelo financiamento das redes de eletrificação rural, depende da natureza da obra e dos limites de responsabilidade estabelecidos em contrato, em homenagem e prestígio à decisão da colenda Turma Recursal, bem como em observância à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação, observo a verticalização das decisões judiciais, que em tese, permitirá ainda, a economicidade processual, ante a possível redução dos atos de escrivania.
Por conseguinte, em atenção ao disposto no art. 4.º da Resolução 229/2006 – Aneel e ao Princípio da vedação do enriquecimento sem causa, tenho que as redes particulares que não sejam de utilização exclusiva do consumidor, poderão ser objeto de incorporação.
Assim, ante a prova de implantação da rede de eletrificação em propriedade rural, sem a contraprova pela requerida de que esta, se destina ao uso exclusivo do consumidor, reputo pertinente a pretensão.
Posto isso, Julgo Procedentes os pedidos para declarar a incorporação da rede de eletrificação rural ao patrimônio da requerida Eletrobrás Distribuição Rondônia – Ceron e condená-la à restituição do valor apresentado no pedido inicial, com juros de mora de 1% e com correção monetária conforme Tabela de Fatores de Atualização Monetária – Provimento 013/98/CG, desde a citação. Via de consequência extingo o processo com análise do mérito, nos termos do art. 487, I do NCPC.
Custas e honorários indevidos (art. 55 da Lei 9.099/95).
Transitada em julgado, apresente-se a planilha de cálculo do valor exigido, no prazo de 5 dias. Cumprido o ato, intime-se a requerida ao pagamento no prazo de 15 dias, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 523,§1º. do NCPC.
Publique-se e intimem-se.
Decorrido o prazo para juntada do demonstrativo de crédito ou cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019
Glauco Antônio Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo nº: 7001669-12.2016.8.22.0004
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: HELENA VICENTE DA SILVA
Endereço: RUA JUSCELINO KUBITSCHEK, 301, CENTRO, Ouro Preto do Oeste - RO - CEP: 76800-000
Advogados do(a) REQUERENTE: AMANDA ALINE BORGES FARIA - RO6465, MARCOS DONIZETTI ZANI - RO613
requerido(a):
Nome: ESTADO DE RONDÔNIA
Nome: INSTITUTO DE PREV DOS SERV PUBLICOS DO EST DE RONDONIA
NOTIFICAÇÃO
Fica a parte autora HELENA VICENTE DA SILVA, NOTIFICADA para providenciar o recolhimento da importância de R$105,57 (Cento e cinco reais e cinquenta e sete centavos), atualizada até a data: 02/05/2019, a título de custas do processo em epígrafe, no prazo 15 (quinze) dias.
O não pagamento integral ensejará a expedição de Certidão de Crédito Judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019.
Lilian Simone de Oliveira Scherer
Diretora de Cartório
(Assina por determinação judicial)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo nº: 7001608-83.2018.8.22.0004
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: PALADINO CAETANO DE SOUZA

Advogado do(a) REQUERENTE: TIAGO DOS SANTOS DE LIMA - RO7199
requerido(a): Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Jardim Tropical, 976, Rua Ana Neri, Ouro Preto do Oeste - RO - CEP: 76920-000
Advogado: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB: RO5462 Advogado: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA OAB: MG87318 Advogado: MARCELO RODRIGUES XAVIER OAB: RO2391
NOTIFICAÇÃO
Fica a parte requerida Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt , NOTIFICADA para providenciar o recolhimento da importância de R$105,57 (Cento e cinco reais e cinquenta e sete centavos), atualizada até a data: 02/05/2019, a título de custas do processo em epígrafe, no prazo 15 (quinze) dias.
O não pagamento integral ensejará a expedição de Certidão de Crédito Judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019.
Lilian Simone de Oliveira Scherer
Diretora de Cartório
(Assina por determinação judicial)

PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - Juizado Especial
Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, CEP: 76920 – 000, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-4992
Processo: 7000688-75.2019.8.22.0004
REQUERENTE: ARNALDO FILGUEIRA SODRE
Advogado: ORLANDO GOMES CORDEIRO OAB: RO8586
Endereço: desconhecido
REQUERIDO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Advogado: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB: RO5462
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.
Consiste a controvérsia em verificar se há responsabilidade da requerida pela restituição de valores despendidos com rede de eletrificação rural.
Inicialmente este juízo adotou o entendimento de que não havendo prova de responsabilidade contratual entre as partes, não há fundamento à obrigação pretendida.
Sobredita cognição considera o contexto e expansão da malha de redes elétricas nas áreas mais longínquas do país e das respectivas normas regulamentadoras (Decreto 41.019/57, Lei 10.438/2002 e Resolução 229/2006), cuja interpretação possibilita o entendimento de que há necessidade de se verificar a fonte da obrigação vindicada, a exemplo de participação do consumidor no custeio ou dispêndio integral, se não observadas as regras de viabilidade e prazos estabelecidos.
Conquanto a 4ª. Turma do STJ (REsp 1100452/RS) tenha firmado o entendimento de que a restituição devida pelo financiamento das redes de eletrificação rural, depende da natureza da obra e dos limites de responsabilidade estabelecidos em contrato, em homenagem e prestígio à decisão da colenda Turma Recursal, bem como em observância à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação, observo a verticalização das decisões judiciais, que em tese, permitirá ainda, a economicidade processual, ante a possível redução dos atos de escrivania.
Por conseguinte, em atenção ao disposto no art. 4.º da Resolução 229/2006 – Aneel e ao Princípio da vedação do enriquecimento sem causa, tenho que as redes particulares que não sejam de utilização exclusiva do consumidor, poderão ser objeto de incorporação.
Assim, ante a prova de implantação da rede de eletrificação em propriedade rural, sem a contraprova pela requerida de que esta, se destina ao uso exclusivo do consumidor, reputo pertinente a pretensão.
Posto isso, Julgo Procedentes os pedidos para declarar a incorporação da rede de eletrificação rural ao patrimônio da requerida Eletrobrás Distribuição Rondônia – Ceron e condená-la à restituição do valor apresentado no pedido inicial, com juros de mora de 1% e com correção monetária conforme Tabela de Fatores de Atualização Monetária – Provimento 013/98/CG, desde a citação. Via de consequência extingo o processo com análise do mérito, nos termos do art. 487, I do NCPC.
Custas e honorários indevidos (art. 55 da Lei 9.099/95).
Transitada em julgado, apresente-se a planilha de cálculo do valor exigido, no prazo de 5 dias. Cumprido o ato, intime-se a requerida ao pagamento no prazo de 15 dias, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 523,§1º. do NCPC.
Publique-se e intimem-se.
Decorrido o prazo para juntada do demonstrativo de crédito ou cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019
Glauco Antônio Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - Juizado Especial
Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, CEP: 76920 - 000, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-4992
Processo: 7000899-14.2019.8.22.0004
EXEQUENTE: HERBERT WENDER ROCHA
Advogado: HERBERT WENDER ROCHA OAB: RO3739
EXECUTADO: JAIME RODRIGUES MARIANO
Fica a parte autora intimada para manifestar-se, no prazo de 05 dias, sobre a Certidão do Oficial de Justiça juntada aos autos.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo nº: 7001672-64.2016.8.22.0004
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: MARTA ASTROGILDA SILVA STEIN DOS SANTOS
Endereço: RUA CIRO ESCOBAR, 221, UNIÃO, Ouro Preto do Oeste - RO - CEP: 76800-000
Advogados do(a) REQUERENTE: AMANDA ALINE BORGES FARIA - RO6465, MARCOS DONIZETTI ZANI - RO613
requerido(a): ESTADO DE RONDÔNIA
Nome: INSTITUTO DE PREV DOS SERV PUBLICOS DO EST DE RONDONIA
NOTIFICAÇÃO
Fica a parte autora MARTA ASTROGILDA SILVA STEIN DOS SANTOS, NOTIFICADA para providenciar o recolhimento da importância de R$105,57 (Cento e cinco reais e cinquenta e sete centavos), atualizada até a data: 02/05/2019, a título de custas do processo em epígrafe, no prazo 15 (quinze) dias.
O não pagamento integral ensejará a expedição de Certidão de Crédito Judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019.
Lilian Simone de Oliveira Scherer
Diretora de Cartório
(Assina por determinação judicial)

PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - Juizado Especial
Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, CEP: 76920 – 000, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-4992

Processo: 7000685-23.2019.8.22.0004
AUTOR: AMADOR VIANA SIQUEIRA
Advogado: ORLANDO GOMES CORDEIRO OAB: RO8586 Endereço: desconhecido
RÉU: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Advogado: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB: RO5462 Endereço: Avenida dos Imigrantes, 4137, - de 3601 a 4635 - lado ímpar, Industrial, Porto Velho - RO - CEP: 76821-063
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.
Consiste a controvérsia em verificar se há responsabilidade da requerida pela restituição de valores despendidos com rede de eletrificação rural.
Inicialmente este juízo adotou o entendimento de que não havendo prova de responsabilidade contratual entre as partes, não há fundamento à obrigação pretendida.
Sobredita cognição considera o contexto e expansão da malha de redes elétricas nas áreas mais longínquas do país e das respectivas normas regulamentadoras (Decreto 41.019/57, Lei 10.438/2002 e Resolução 229/2006), cuja interpretação possibilita o entendimento de que há necessidade de se verificar a fonte da obrigação vindicada, a exemplo de participação do consumidor no custeio ou dispêndio integral, se não observadas as regras de viabilidade e prazos estabelecidos.
Conquanto a 4ª. Turma do STJ (REsp 1100452/RS) tenha firmado o entendimento de que a restituição devida pelo financiamento das redes de eletrificação rural, depende da natureza da obra e dos limites de responsabilidade estabelecidos em contrato, em homenagem e prestígio à decisão da colenda Turma Recursal, bem como em observância à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação, observo a verticalização das decisões judiciais, que em tese, permitirá ainda, a economicidade processual, ante a possível redução dos atos de escrivania.
Por conseguinte, em atenção ao disposto no art. 4.º da Resolução 229/2006 – Aneel e ao Princípio da vedação do enriquecimento sem causa, tenho que as redes particulares que não sejam de utilização exclusiva do consumidor, poderão ser objeto de incorporação.
Assim, ante a prova de implantação da rede de eletrificação em propriedade rural, sem a contraprova pela requerida de que esta, se destina ao uso exclusivo do consumidor, reputo pertinente a pretensão.
Posto isso, Julgo Procedentes os pedidos para declarar a incorporação da rede de eletrificação rural ao patrimônio da requerida Eletrobrás Distribuição Rondônia – Ceron e condená-la à restituição do valor apresentado no pedido inicial, com juros de mora de 1% e com correção monetária conforme Tabela de Fatores de Atualização Monetária – Provimento 013/98/CG, desde a citação. Via de consequência extingo o processo com análise do mérito, nos termos do art. 487, I do NCPC.
Custas e honorários indevidos (art. 55 da Lei 9.099/95).
Transitada em julgado, apresente-se a planilha de cálculo do valor exigido, no prazo de 5 dias. Cumprido o ato, intime-se a requerida ao pagamento no prazo de 15 dias, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 523,§1º. do NCPC.
Publique-se e intimem-se.
Decorrido o prazo para juntada do demonstrativo de crédito ou cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019
Glauco Antônio Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - Juizado Especial
Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, CEP: 76920 - 000, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-4992
Processo: 7000710-36.2019.8.22.0004
REQUERENTE: ELIANE PEREIRA HOUKLEF DE LIMA
Advogado: THIAGO LUIS ALVES OAB: RO8261
REQUERIDO: JULIANO BONADIMAN FUKURO
Fica a parte autora intimada para manifestar-se, no prazo de 05 dias, sobre a Certidão do Oficial de Justiça juntada aos autos.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo nº: 7000268-07.2018.8.22.0004
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente: CLARINO CLAUZO LOURENCO
Advogado do(a) EXEQUENTE: EDVILSON KRAUSE AZEVEDO - RO6474
requerido(a): Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Avenida dos Imigrantes, 4137, - de 3601 a 4635 - lado ímpar, Industrial, Porto Velho - RO - CEP: 76821-063
Advogado: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB: RO5462 Advogado: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA OAB: MG87318 Advogado: MARCELO RODRIGUES XAVIER OAB: RO2391
NOTIFICAÇÃO
Fica a parte requerida Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt , NOTIFICADA para providenciar o recolhimento da importância de R$105,57 (Cento e cinco reais e cinquenta e sete centavos), atualizada até a data: 06/02/2019, a título de custas do processo em epígrafe, no prazo 15 (quinze) dias.
O não pagamento integral ensejará a expedição de Certidão de Crédito Judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019.
Lilian Simone de Oliveira Scherer
Diretora de Cartório
(Assina por determinação judicial)

Processo: 7004047-67.2018.8.22.0004
REQUERENTE: JOSE BARBOSA DE SOUZA
Advogado do(a) REQUERENTE: JULIANO MENDONÇA GEDE - RO5391
REQUERIDO: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogados do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462
Ficam as partes intimadas, através de seus advogados, do retorno dos autos da turma recursal, bem como para requererem o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.
Fica a recorrente intimada ao recolhimento das custas.

PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - Juizado Especial
Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, CEP: 76920 - 000, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-4992
Processo: 7000808-21.2019.8.22.0004
REQUERENTE: SUPERMERCADO DOS COLONOS LTDA - ME
Advogado: DAIANE ALVES STOPA OAB: RO7832
REQUERIDO: ODILON MACHADO RIBEIRO
Fica a parte autora intimada para manifestar-se, no prazo de 05 dias, sobre a Certidão do Oficial de Justiça juntada aos autos.

PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - Juizado Especial
Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, CEP: 76920 – 000, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-4992

Processo: 7000702-59.2019.8.22.0004
REQUERENTE: JOSE TORRES DE AMORIN
Advogado: ORLANDO GOMES CORDEIRO OAB: RO8586 Endereço: desconhecido
REQUERIDO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Advogado: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB: RO5462 Endereço: Avenida dos Imigrantes, 4137, - de 3601 a 4635 - lado ímpar, Industrial, Porto Velho - RO - CEP: 76821-063
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.
Consiste a controvérsia em verificar se há responsabilidade da requerida pela restituição de valores despendidos com rede de eletrificação rural.
Inicialmente este juízo adotou o entendimento de que não havendo prova de responsabilidade contratual entre as partes, não há fundamento à obrigação pretendida.
Sobredita cognição considera o contexto e expansão da malha de redes elétricas nas áreas mais longínquas do país e das respectivas normas regulamentadoras (Decreto 41.019/57, Lei 10.438/2002 e Resolução 229/2006), cuja interpretação possibilita o entendimento de que há necessidade de se verificar a fonte da obrigação vindicada, a exemplo de participação do consumidor no custeio ou dispêndio integral, se não observadas as regras de viabilidade e prazos estabelecidos.
Conquanto a 4ª. Turma do STJ (REsp 1100452/RS) tenha firmado o entendimento de que a restituição devida pelo financiamento das redes de eletrificação rural, depende da natureza da obra e dos limites de responsabilidade estabelecidos em contrato, em homenagem e prestígio à decisão da colenda Turma Recursal, bem como em observância à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação, observo a verticalização das decisões judiciais, que em tese, permitirá ainda, a economicidade processual, ante a possível redução dos atos de escrivania.
Por conseguinte, em atenção ao disposto no art. 4.º da Resolução 229/2006 – Aneel e ao Princípio da vedação do enriquecimento sem causa, tenho que as redes particulares que não sejam de utilização exclusiva do consumidor, poderão ser objeto de incorporação.
Assim, ante a prova de implantação da rede de eletrificação em propriedade rural, sem a contraprova pela requerida de que esta, se destina ao uso exclusivo do consumidor, reputo pertinente a pretensão.
Posto isso, Julgo Procedentes os pedidos para declarar a incorporação da rede de eletrificação rural ao patrimônio da requerida Eletrobrás Distribuição Rondônia – Ceron e condená-la à restituição do valor apresentado no pedido inicial, com juros de mora de 1% e com correção monetária conforme Tabela de Fatores de Atualização Monetária – Provimento 013/98/CG, desde a citação. Via de consequência extingo o processo com análise do mérito, nos termos do art. 487, I do NCPC.
Custas e honorários indevidos (art. 55 da Lei 9.099/95).
Transitada em julgado, apresente-se a planilha de cálculo do valor exigido, no prazo de 5 dias. Cumprido o ato, intime-se a requerida ao pagamento no prazo de 15 dias, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 523,§1º. do NCPC.
Publique-se e intimem-se.
Decorrido o prazo para juntada do demonstrativo de crédito ou cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019
Glauco Antônio Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - Juizado Especial
Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, CEP: 76920 - 000, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-4992
Processo: 7001136-48.2019.8.22.0004
REQUERENTE: TODA & TODA LTDA - ME
Advogado: MARIANA DE SOUZA BULIAN OAB: RO7788
REQUERIDO: CAMILA VIEIRA RODRIGUES DE SOUSA
Fica a parte autora intimada para manifestar-se, no prazo de 05 dias, sobre a Certidão do Oficial de Justiça juntada aos autos.

Processo: 7005472-32.2018.8.22.0004
REQUERENTE: ADENIRA NORBERTO VERTOS
Advogados do(a) REQUERENTE: GILSON SOUZA BORGES - RO1533, BRUNA CAROLINE DE OLIVEIRA BORGES - RO7355
REQUERIDO: CLARO S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: RAFAEL GONCALVES ROCHA - RS41468
Fica a parte autora intimada de que o alvará foi expedido e encontra-se disponível no sistema PJE.

PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - Juizado Especial
Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, CEP: 76920 - 000, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-4992
Processo: 7000207-15.2019.8.22.0004
REQUERENTE: VALENCA & VALENCA LTDA - EPP
Advogado: MARIANA DE SOUZA BULIAN OAB: RO7788
REQUERIDO: SADIO FERNANDES
Fica a parte autora intimada para manifestar-se, no prazo de 05 dias, sobre a Certidão do Oficial de Justiça juntada aos autos.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 70006852320198220004
AUTOR: AMADOR VIANA SIQUEIRA, LINHA 44 DA 81 LOTE 49 ZONA RURAL - 76924-000 - NOVA UNIÃO - RONDÔNIA ADVOGADO DO AUTOR: ORLANDO GOMES CORDEIRO OAB nº RO8586 RÉU: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA DOS IMIGRANTES 437, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA ADVOGADO DO RÉU:
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.
Consiste a controvérsia em verificar se há responsabilidade da requerida pela restituição de valores despendidos com rede de eletrificação rural.
Inicialmente este juízo adotou o entendimento de que não havendo prova de responsabilidade contratual entre as partes, não há fundamento à obrigação pretendida.
Sobredita cognição considera o contexto e expansão da malha de redes elétricas nas áreas mais longínquas do país e das respectivas normas regulamentadoras (Decreto 41.019/57, Lei 10.438/2002 e Resolução 229/2006), cuja interpretação possibilita o entendimento de que há necessidade de se verificar a fonte da obrigação vindicada, a exemplo de participação do consumidor no custeio ou dispêndio integral, se não observadas as regras de viabilidade e prazos estabelecidos.
Conquanto a 4ª. Turma do STJ (REsp 1100452/RS) tenha firmado o entendimento de que a restituição devida pelo financiamento das redes de eletrificação rural, depende da natureza da obra e dos limites de responsabilidade estabelecidos em contrato, em homenagem e prestígio à decisão da colenda Turma Recursal, bem como em observância à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação, observo a verticalização das decisões judiciais, que em tese, permitirá ainda,

a economicidade processual, ante a possível redução dos atos de escrivania.
Por conseguinte, em atenção ao disposto no art. 4.º da Resolução 229/2006 – Aneel e ao Princípio da vedação do enriquecimento sem causa, tenho que as redes particulares que não sejam de utilização exclusiva do consumidor, poderão ser objeto de incorporação.
Assim, ante a prova de implantação da rede de eletrificação em propriedade rural, sem a contraprova pela requerida de que esta, se destina ao uso exclusivo do consumidor, reputo pertinente a pretensão.
Posto isso, Julgo Procedentes os pedidos para declarar a incorporação da rede de eletrificação rural ao patrimônio da requerida Eletrobrás Distribuição Rondônia – Ceron e condená-la à restituição do valor apresentado no pedido inicial, com juros de mora de 1% e com correção monetária conforme Tabela de Fatores de Atualização Monetária – Provimento 013/98/CG, desde a citação. Via de consequência extingo o processo com análise do mérito, nos termos do art. 487, I do NCPC.
Custas e honorários indevidos (art. 55 da Lei 9.099/95).
Transitada em julgado, apresente-se a planilha de cálculo do valor exigido, no prazo de 5 dias. Cumprido o ato, intime-se a requerida ao pagamento no prazo de 15 dias, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 523,§1º. do NCPC.
Publique-se e intimem-se.
Decorrido o prazo para juntada do demonstrativo de crédito ou cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019
Glauco Antônio Alves
Juiz de Direito

Processo: 7003150-05.2019.8.22.0004
REQUERENTE: EUSA MARQUES DOS SANTOS - ME
Advogado do(a) REQUERENTE: LUANA NOVAES SCHOTTEN DE FREITAS - RO3287
REQUERIDO: ELIZETE MARIA DA CONCEICAO
Intimação DA PARTE AUTORA
Fica Vª. Sª. intimada, da designação de Audiência de Conciliação nos autos supracitados, a realizar-se na Sala de Conciliação, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, situado no Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, na Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-3409, no dia 08/07/2019 as 08:00 horas.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 70010438520198220004
REQUERENTE: ODIRLEY DA SILVA VITORIA, LH 24, LT 34 S/N ZONA RURAL - 76923-000 - VALE DO PARAÍSO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERENTE: JOSE RICARDO D AVASSI DAMICO OAB nº RO7435
OZEIAS DIAS DE AMORIM OAB nº RO4194 REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERIDO: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO OAB nº RO635
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.
Afirma a requerida que, tendo a necessidade de perícia técnica, o feito não pode tramitar no Juizado Especial Cível por ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa. In casu, contudo, percebe-se que o processo não demanda a realização de perícia, porquanto não se trata de caso de alta complexidade, pois a eventual necessidade de produção de prova pericial não influi na definição da competência. Neste sentido tem entendido a Turma Recursal deste Tribunal de Justiça, (Recurso Inominado 7006147-69.2016.8.22.0002. Relator Jorge Luiz dos Santos Leal. Julgamento em 22/02/2017).
Consoante dispõe o art. 189 do CC: "Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts.205 e 206." Nesse contexto, não há no presente caso, violação ao direito pretendido, uma vez que não houve incorporação. Desse modo, não há que se considerar o termo inicial para contagem da prescrição, porque não nasceu a pretensão.
No mérito, consiste a controvérsia em se verificar a responsabilidade da requerida pela restituição de valores despendidos com rede de eletrificação rural.
Inicialmente este juízo adotou o entendimento de que não havendo prova de responsabilidade contratual entre as partes, não há fundamento à obrigação pretendida.
Sobredita cognição considera o contexto e expansão da malha de redes elétricas nas áreas mais longínquas do país e das respectivas normas regulamentadoras (Decreto 41.019/57, Lei 10.438/2002 e Resolução 229/2006), cuja interpretação possibilita o entendimento de que há necessidade de se verificar a fonte da obrigação vindicada, a exemplo de participação do consumidor no custeio ou dispêndio integral, se não observadas as regras de viabilidade e prazos estabelecidos.
Conquanto a 4ª. Turma do STJ (REsp 1100452/RS) tenha firmado o entendimento de que a restituição devida pelo financiamento das redes de eletrificação rural, depende da natureza da obra e dos limites de responsabilidade estabelecidos em contrato, em homenagem e prestígio à decisão da colenda Turma Recursal, bem como em observância à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação, observo a verticalização das decisões judiciais, que em tese, permitirá ainda, a economicidade processual, ante a possível redução dos atos de escrivania.
Por conseguinte, em atenção ao disposto no art. 4.º da Resolução 229/2006 – Aneel e ao Princípio da vedação do enriquecimento sem causa, tenho que as redes particulares que não sejam de utilização exclusiva do consumidor, poderão ser objeto de incorporação.
Assim, ante a prova de implantação da rede de eletrificação em propriedade rural, sem a contraprova pela requerida de que esta, se destina ao uso exclusivo do consumidor, reputo pertinente a pretensão.
Posto isso, Julgo Procedentes os pedidos para declarar a incorporação da rede de eletrificação rural ao patrimônio da requerida Eletrobrás Distribuição Rondônia – Ceron e condená-la à restituição do valor apresentado no pedido inicial, com juros de mora de 1% e com correção monetária conforme Tabela de Fatores de Atualização Monetária – Provimento 013/98/CG, desde a citação. Via de consequência extingo o processo com análise do mérito, nos termos do art. 487, I do NCPC.
Custas e honorários indevidos (art. 55 da Lei 9.099/95).
Transitada em julgado, apresente-se a planilha de cálculo do valor exigido, no prazo de 5 dias. Cumprido o ato, intime-se a requerida ao pagamento no prazo de 15 dias, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 523,§1º. do NCPC.
Publique-se e intimem-se.
Decorrido o prazo para juntada do demonstrativo de crédito ou cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019
Glauco Antônio Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO

CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 70005371220198220004
AUTOR: CARLOS MAGNO DE SOUZA, LINHA 81, KM 05, LOTE 18A ZONA RURAL - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA ADVOGADO DO AUTOR: JECSAN SALATIEL SABAINI FERNANDES OAB nº RO2505 RÉU: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - ATÉ 465 - LADO ÍMPAR SÃO SEBASTIÃO - 76801-799 - PORTO VELHO - RONDÔNIA ADVOGADO DO RÉU: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA OAB nº MG87318
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.
Afirma a requerida que, tendo a necessidade de perícia técnica, o feito não pode tramitar no Juizado Especial Cível por ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa. In casu, contudo, percebe-se que o processo não demanda a realização de perícia, porquanto não se trata de caso de alta complexidade, pois a eventual necessidade de produção de prova pericial não influi na definição da competência. Neste sentido tem entendido a Turma Recursal deste Tribunal de Justiça, (Recurso Inominado 7006147-69.2016.8.22.0002. Relator Jorge Luiz dos Santos Leal. Julgamento em 22/02/2017).
No mérito, consiste a controvérsia em se verificar a responsabilidade da requerida pela restituição de valores despendidos com rede de eletrificação rural.
Inicialmente este juízo adotou o entendimento de que não havendo prova de responsabilidade contratual entre as partes, não há fundamento à obrigação pretendida.
Sobredita cognição considera o contexto e expansão da malha de redes elétricas nas áreas mais longínquas do país e das respectivas normas regulamentadoras (Decreto 41.019/57, Lei 10.438/2002 e Resolução 229/2006), cuja interpretação possibilita o entendimento de que há necessidade de se verificar a fonte da obrigação vindicada, a exemplo de participação do consumidor no custeio ou dispêndio integral, se não observadas as regras de viabilidade e prazos estabelecidos.
Conquanto a 4ª. Turma do STJ (REsp 1100452/RS) tenha firmado o entendimento de que a restituição devida pelo financiamento das redes de eletrificação rural, depende da natureza da obra e dos limites de responsabilidade estabelecidos em contrato, em homenagem e prestígio à decisão da colenda Turma Recursal, bem como em observância à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação, observo a verticalização das decisões judiciais, que em tese, permitirá ainda, a economicidade processual, ante a possível redução dos atos de escrivania.
Por conseguinte, em atenção ao disposto no art. 4.º da Resolução 229/2006 – Aneel e ao Princípio da vedação do enriquecimento sem causa, tenho que as redes particulares que não sejam de utilização exclusiva do consumidor, poderão ser objeto de incorporação.
Assim, ante a prova de implantação da rede de eletrificação em propriedade rural, sem a contraprova pela requerida de que esta, se destina ao uso exclusivo do consumidor, reputo pertinente a pretensão.
Posto isso, Julgo Procedentes os pedidos para declarar a incorporação da rede de eletrificação rural ao patrimônio da requerida Eletrobrás Distribuição Rondônia – Ceron e condená-la à restituição do valor apresentado no pedido inicial, com juros de mora de 1% e com correção monetária conforme Tabela de Fatores de Atualização Monetária – Provimento 013/98/CG, desde a citação. Via de consequência extingo o processo com análise do mérito, nos termos do art. 487, I do NCPC.
Custas e honorários indevidos (art. 55 da Lei 9.099/95).
Transitada em julgado, apresente-se a planilha de cálculo do valor exigido, no prazo de 5 dias. Cumprido o ato, intime-se a requerida ao pagamento no prazo de 15 dias, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 523,§1º. do NCPC.
Publique-se e intimem-se.
Decorrido o prazo para juntada do demonstrativo de crédito ou cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019
Glauco Antônio Alves
Juiz de Direito

Processo: 7003109-38.2019.8.22.0004
REQUERENTE: CACILDA DA SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: ANTONIO ZENILDO TAVARES LOPES - RO7056
REQUERIDO: POOL ENGENHARIA, SERVICO, INDUSTRIA E COMERCIO DE CONSTRUCOES LTDA
Intimação DA PARTE AUTORA
Fica Vª. Sª. intimada, da designação de Audiência de Conciliação nos autos supracitados, a realizar-se na Sala de Conciliação, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, situado no Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, na Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-3409, no dia 30/08/2019 as 08:00 horas.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 70003500420198220004
AUTOR: DELIETE PELANDRE VENTORIN DE SOUZA, LINHA 56 DA 81, KM 04, LOTE 30, GLEBA 20-M ZONA RURAL - 76926-000 - MIRANTE DA SERRA - RONDÔNIA ADVOGADO DO AUTOR: FABRICE FREITAS DA SILVA OAB nº RO9487
JULIA CRISTINA DE SOUZA FERREIRA OAB nº RO9703 RÉU: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA SETE DE SETEMBRO 116, - ATÉ 582 - LADO PAR CENTRO - 76801-028 - PORTO VELHO - RONDÔNIA ADVOGADO DO RÉU:
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.
A empresa ré não respondeu aos atos do processo, apesar de devidamente intimada, razão pela qual, presumo a veracidade do alegado pela parte autora (art. 20 da Lei 9.099/95), porquanto outro direito não resulta do conjunto probatório.
No mérito, consiste a controvérsia em se verificar a responsabilidade da requerida pela restituição de valores despendidos com rede de eletrificação rural.
Inicialmente este juízo adotou o entendimento de que não havendo prova de responsabilidade contratual entre as partes, não há fundamento à obrigação pretendida.
Sobredita cognição considera o contexto e expansão da malha de redes elétricas nas áreas mais longínquas do país e das respectivas normas regulamentadoras (Decreto 41.019/57, Lei 10.438/2002 e Resolução 229/2006), cuja interpretação possibilita o entendimento de que há necessidade de se verificar a fonte da obrigação vindicada, a exemplo de participação do consumidor no custeio ou dispêndio integral, se não observadas as regras de viabilidade e prazos estabelecidos.
Conquanto a 4ª. Turma do STJ (REsp 1100452/RS) tenha firmado o entendimento de que a restituição devida pelo financiamento das redes de eletrificação rural, depende da natureza da obra e dos limites de responsabilidade estabelecidos em contrato, em homenagem e prestígio à decisão da colenda Turma Recursal, bem como em observância à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação, observo a verticalização das decisões judiciais, que em tese, permitirá ainda, a economicidade processual, ante a possível redução dos atos de escrivania.

Por conseguinte, em atenção ao disposto no art. 4.º da Resolução 229/2006 – Aneel e ao Princípio da vedação do enriquecimento sem causa, tenho que as redes particulares que não sejam de utilização exclusiva do consumidor, poderão ser objeto de incorporação.
Assim, ante a prova de implantação da rede de eletrificação em propriedade rural, sem a contraprova pela requerida de que esta, se destina ao uso exclusivo do consumidor, reputo pertinente a pretensão.
Posto isso, Julgo Procedentes os pedidos para declarar a incorporação da rede de eletrificação rural ao patrimônio da requerida Eletrobrás Distribuição Rondônia – Ceron e condená-la à restituição do valor apresentado no pedido inicial, com juros de mora de 1% e com correção monetária conforme Tabela de Fatores de Atualização Monetária – Provimento 013/98/CG, desde a citação. Via de consequência extingo o processo com análise do mérito, nos termos do art. 487, I do NCPC.
Custas e honorários indevidos (art. 55 da Lei 9.099/95).
Transitada em julgado, apresente-se a planilha de cálculo do valor exigido, no prazo de 5 dias. Cumprido o ato, intime-se a requerida ao pagamento no prazo de 15 dias, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 523,§1º. do NCPC.
Publique-se e intimem-se.
Decorrido o prazo para juntada do demonstrativo de crédito ou cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019
Glauco Antônio Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 70003751720198220004
REQUERENTE: ELIAS EUZEBIO DA CONCEICAO, LH 613, LT 48, GB 02 S/N ZONA RURAL - 76923-000 - VALE DO PARAÍSO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERENTE: JOSE RICARDO D AVASSI DAMICO OAB nº RO7435
OZEIAS DIAS DE AMORIM OAB nº RO4194 REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERIDO:
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.
A empresa ré não respondeu aos atos do processo, apesar de devidamente intimada, razão pela qual, presumo a veracidade do alegado pela parte autora (art. 20 da Lei 9.099/95), porquanto outro direito não resulta do conjunto probatório.
No mérito, consiste a controvérsia em se verificar a responsabilidade da requerida pela restituição de valores despendidos com rede de eletrificação rural.
Inicialmente este juízo adotou o entendimento de que não havendo prova de responsabilidade contratual entre as partes, não há fundamento à obrigação pretendida.
Sobredita cognição considera o contexto e expansão da malha de redes elétricas nas áreas mais longínquas do país e das respectivas normas regulamentadoras (Decreto 41.019/57, Lei 10.438/2002 e Resolução 229/2006), cuja interpretação possibilita o entendimento de que há necessidade de se verificar a fonte da obrigação vindicada, a exemplo de participação do consumidor no custeio ou dispêndio integral, se não observadas as regras de viabilidade e prazos estabelecidos.
Conquanto a 4ª. Turma do STJ (REsp 1100452/RS) tenha firmado o entendimento de que a restituição devida pelo financiamento das redes de eletrificação rural, depende da natureza da obra e dos limites de responsabilidade estabelecidos em contrato, em homenagem e prestígio à decisão da colenda Turma Recursal, bem como em observância à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação, observo a verticalização das decisões judiciais, que em tese, permitirá ainda, a economicidade processual, ante a possível redução dos atos de escrivania.
Por conseguinte, em atenção ao disposto no art. 4.º da Resolução 229/2006 – Aneel e ao Princípio da vedação do enriquecimento sem causa, tenho que as redes particulares que não sejam de utilização exclusiva do consumidor, poderão ser objeto de incorporação.
Assim, ante a prova de implantação da rede de eletrificação em propriedade rural, sem a contraprova pela requerida de que esta, se destina ao uso exclusivo do consumidor, reputo pertinente a pretensão.
Posto isso, Julgo Procedentes os pedidos para declarar a incorporação da rede de eletrificação rural ao patrimônio da requerida Eletrobrás Distribuição Rondônia – Ceron e condená-la à restituição do valor apresentado no pedido inicial, com juros de mora de 1% e com correção monetária conforme Tabela de Fatores de Atualização Monetária – Provimento 013/98/CG, desde a citação. Via de consequência extingo o processo com análise do mérito, nos termos do art. 487, I do NCPC.
Custas e honorários indevidos (art. 55 da Lei 9.099/95).
Transitada em julgado, apresente-se a planilha de cálculo do valor exigido, no prazo de 5 dias. Cumprido o ato, intime-se a requerida ao pagamento no prazo de 15 dias, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 523,§1º. do NCPC.
Publique-se e intimem-se.
Decorrido o prazo para juntada do demonstrativo de crédito ou cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019
Glauco Antônio Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 70008576220198220004
REQUERENTE: QUITERIO JOSE DA SILVA, LINHA 629 KM 85 TARILANDIA - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERENTE: REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, RUA ANA NERY 976 JARDIM TROPICAL - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERIDO: MARCIO MELO NOGUEIRA OAB nº RO2827
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.
Consiste a controvérsia em verificar se há responsabilidade da requerida pela restituição de valores despendidos com rede de eletrificação rural.
Inicialmente este juízo adotou o entendimento de que não havendo prova de responsabilidade contratual entre as partes, não há fundamento à obrigação pretendida.
Sobredita cognição considera o contexto e expansão da malha de redes elétricas nas áreas mais longínquas do país e das respectivas normas regulamentadoras (Decreto 41.019/57, Lei 10.438/2002 e Resolução 229/2006), cuja interpretação possibilita o entendimento de que há necessidade de se verificar a fonte da obrigação vindicada, a exemplo de participação do consumidor no custeio ou dispêndio integral, se não observadas as regras de viabilidade e prazos estabelecidos.
Conquanto a 4ª. Turma do STJ (REsp 1100452/RS) tenha firmado o entendimento de que a restituição devida pelo financiamento das redes de eletrificação rural, depende da natureza da obra e dos limites de responsabilidade estabelecidos em contrato, em

homenagem e prestígio à decisão da colenda Turma Recursal, bem como em observância à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação, observo a verticalização das decisões judiciais, que em tese, permitirá ainda, a economicidade processual, ante a possível redução dos atos de escrivania.
Por conseguinte, em atenção ao disposto no art. 4.º da Resolução 229/2006 – Aneel e ao Princípio da vedação do enriquecimento sem causa, tenho que as redes particulares que não sejam de utilização exclusiva do consumidor, poderão ser objeto de incorporação.
Assim, ante a prova de implantação da rede de eletrificação em propriedade rural, sem a contraprova pela requerida de que esta, se destina ao uso exclusivo do consumidor, reputo pertinente a pretensão.
Posto isso, Julgo Procedentes os pedidos para declarar a incorporação da rede de eletrificação rural ao patrimônio da requerida Eletrobrás Distribuição Rondônia – Ceron e condená-la à restituição do valor apresentado no pedido inicial, com juros de mora de 1% e com correção monetária conforme Tabela de Fatores de Atualização Monetária – Provimento 013/98/CG, desde a citação. Via de consequência extingo o processo com análise do mérito, nos termos do art. 487, I do NCPC.
Custas e honorários indevidos (art. 55 da Lei 9.099/95).
Transitada em julgado, apresente-se a planilha de cálculo do valor exigido, no prazo de 5 dias. Cumprido o ato, intime-se a requerida ao pagamento no prazo de 15 dias, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 523,§1º. do NCPC.
Publique-se e intimem-se.
Decorrido o prazo para juntada do demonstrativo de crédito ou cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019
Glauco Antônio Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 70000833220198220004
REQUERENTE: ALCEU BATISTA DE OLIVEIRA, LH 613, LT 11, GB 02 S/N ZONA RURAL - 76923-000 - VALE DO PARAÍSO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERENTE: OZEIAS DIAS DE AMORIM OAB nº RO4194
JOSE RICARDO D AVASSI DAMICO OAB nº RO7435 REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERIDO:
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.
A empresa ré não respondeu aos atos do processo, apesar de devidamente intimada, razão pela qual, presumo a veracidade do alegado pela parte autora (art. 20 da Lei 9.099/95), porquanto outro direito não resulta do conjunto probatório.
No mérito, consiste a controvérsia em se verificar a responsabilidade da requerida pela restituição de valores despendidos com rede de eletrificação rural.
Inicialmente este juízo adotou o entendimento de que não havendo prova de responsabilidade contratual entre as partes, não há fundamento à obrigação pretendida.
Sobredita cognição considera o contexto e expansão da malha de redes elétricas nas áreas mais longínquas do país e das respectivas normas regulamentadoras (Decreto 41.019/57, Lei 10.438/2002 e Resolução 229/2006), cuja interpretação possibilita o entendimento de que há necessidade de se verificar a fonte da obrigação vindicada, a exemplo de participação do consumidor no custeio ou dispêndio integral, se não observadas as regras de viabilidade e prazos estabelecidos.
Conquanto a 4ª. Turma do STJ (REsp 1100452/RS) tenha firmado o entendimento de que a restituição devida pelo financiamento das redes de eletrificação rural, depende da natureza da obra e dos limites de responsabilidade estabelecidos em contrato, em homenagem e prestígio à decisão da colenda Turma Recursal, bem como em observância à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação, observo a verticalização das decisões judiciais, que em tese, permitirá ainda, a economicidade processual, ante a possível redução dos atos de escrivania.
Por conseguinte, em atenção ao disposto no art. 4.º da Resolução 229/2006 – Aneel e ao Princípio da vedação do enriquecimento sem causa, tenho que as redes particulares que não sejam de utilização exclusiva do consumidor, poderão ser objeto de incorporação.
Assim, ante a prova de implantação da rede de eletrificação em propriedade rural, sem a contraprova pela requerida de que esta, se destina ao uso exclusivo do consumidor, reputo pertinente a pretensão.
Posto isso, Julgo Procedentes os pedidos para declarar a incorporação da rede de eletrificação rural ao patrimônio da requerida Eletrobrás Distribuição Rondônia – Ceron e condená-la à restituição do valor apresentado no pedido inicial, com juros de mora de 1% e com correção monetária conforme Tabela de Fatores de Atualização Monetária – Provimento 013/98/CG, desde a citação. Via de consequência extingo o processo com análise do mérito, nos termos do art. 487, I do NCPC.
Custas e honorários indevidos (art. 55 da Lei 9.099/95).
Transitada em julgado, apresente-se a planilha de cálculo do valor exigido, no prazo de 5 dias. Cumprido o ato, intime-se a requerida ao pagamento no prazo de 15 dias, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 523,§1º. do NCPC.
Publique-se e intimem-se.
Decorrido o prazo para juntada do demonstrativo de crédito ou cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019
Glauco Antônio Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 70004254320198220004
AUTOR: ADAO ARQUELEI MATIAS, KM 22, LOTE 40, Gleba 57 LINHA 612, - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA ADVOGADO DO AUTOR: PAULA CLAUDIA OLIVEIRA SANTOS VASCONCELOS OAB nº RO7796 REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERIDO:
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.
A empresa ré não respondeu aos atos do processo, apesar de devidamente intimada, razão pela qual, presumo a veracidade do alegado pela parte autora (art. 20 da Lei 9.099/95), porquanto outro direito não resulta do conjunto probatório.
No mérito, consiste a controvérsia em se verificar a responsabilidade da requerida pela restituição de valores despendidos com rede de eletrificação rural.
Inicialmente este juízo adotou o entendimento de que não havendo prova de responsabilidade contratual entre as partes, não há fundamento à obrigação pretendida.
Sobredita cognição considera o contexto e expansão da malha de redes elétricas nas áreas mais longínquas do país e das respectivas

normas regulamentadoras (Decreto 41.019/57, Lei 10.438/2002 e Resolução 229/2006), cuja interpretação possibilita o entendimento de que há necessidade de se verificar a fonte da obrigação vindicada, a exemplo de participação do consumidor no custeio ou dispêndio integral, se não observadas as regras de viabilidade e prazos estabelecidos.
Conquanto a 4ª. Turma do STJ (REsp 1100452/RS) tenha firmado o entendimento de que a restituição devida pelo financiamento das redes de eletrificação rural, depende da natureza da obra e dos limites de responsabilidade estabelecidos em contrato, em homenagem e prestígio à decisão da colenda Turma Recursal, bem como em observância à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação, observo a verticalização das decisões judiciais, que em tese, permitirá ainda, a economicidade processual, ante a possível redução dos atos de escrivania.
Por conseguinte, em atenção ao disposto no art. 4.º da Resolução 229/2006 – Aneel e ao Princípio da vedação do enriquecimento sem causa, tenho que as redes particulares que não sejam de utilização exclusiva do consumidor, poderão ser objeto de incorporação.
Assim, ante a prova de implantação da rede de eletrificação em propriedade rural, sem a contraprova pela requerida de que esta, se destina ao uso exclusivo do consumidor, reputo pertinente a pretensão.
Posto isso, Julgo Procedentes os pedidos para declarar a incorporação da rede de eletrificação rural ao patrimônio da requerida Eletrobrás Distribuição Rondônia – Ceron e condená-la à restituição do valor apresentado no pedido inicial, com juros de mora de 1% e com correção monetária conforme Tabela de Fatores de Atualização Monetária – Provimento 013/98/CG, desde a citação. Via de consequência extingo o processo com análise do mérito, nos termos do art. 487, I do NCPC.
Custas e honorários indevidos (art. 55 da Lei 9.099/95).
Transitada em julgado, apresente-se a planilha de cálculo do valor exigido, no prazo de 5 dias. Cumprido o ato, intime-se a requerida ao pagamento no prazo de 15 dias, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 523,§1º. do NCPC.
Publique-se e intimem-se.
Decorrido o prazo para juntada do demonstrativo de crédito ou cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019
Glauco Antônio Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 70004583320198220004
REQUERENTE: ADEMOR ANTONIO ROSA, LH 16 DA LINHA 31 LT23 GB 8B ZONA RURAL - 76928-000 - TEIXEIRÓPOLIS - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERENTE: ORLANDO GOMES CORDEIRO OAB nº RO8586
RENATA CRISTILLE ARAUJO SILVA OAB nº RO7499 REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERIDO:
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.
Afirma a requerida que, tendo a necessidade de perícia técnica, o feito não pode tramitar no Juizado Especial Cível por ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa. In casu, contudo, percebe-se que o processo não demanda a realização de perícia, porquanto não se trata de caso de alta complexidade, pois a eventual necessidade de produção de prova pericial não influi na definição da competência. Neste sentido tem entendido a Turma Recursal deste Tribunal de Justiça, (Recurso Inominado 7006147-69.2016.8.22.0002. Relator Jorge Luiz dos Santos Leal. Julgamento em 22/02/2017).
No mérito, consiste a controvérsia em se verificar a responsabilidade da requerida pela restituição de valores despendidos com rede de eletrificação rural.
Inicialmente este juízo adotou o entendimento de que não havendo prova de responsabilidade contratual entre as partes, não há fundamento à obrigação pretendida.
Sobredita cognição considera o contexto e expansão da malha de redes elétricas nas áreas mais longínquas do país e das respectivas normas regulamentadoras (Decreto 41.019/57, Lei 10.438/2002 e Resolução 229/2006), cuja interpretação possibilita o entendimento de que há necessidade de se verificar a fonte da obrigação vindicada, a exemplo de participação do consumidor no custeio ou dispêndio integral, se não observadas as regras de viabilidade e prazos estabelecidos.
Conquanto a 4ª. Turma do STJ (REsp 1100452/RS) tenha firmado o entendimento de que a restituição devida pelo financiamento das redes de eletrificação rural, depende da natureza da obra e dos limites de responsabilidade estabelecidos em contrato, em homenagem e prestígio à decisão da colenda Turma Recursal, bem como em observância à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação, observo a verticalização das decisões judiciais, que em tese, permitirá ainda, a economicidade processual, ante a possível redução dos atos de escrivania.
Por conseguinte, em atenção ao disposto no art. 4.º da Resolução 229/2006 – Aneel e ao Princípio da vedação do enriquecimento sem causa, tenho que as redes particulares que não sejam de utilização exclusiva do consumidor, poderão ser objeto de incorporação.
Assim, ante a prova de implantação da rede de eletrificação em propriedade rural, sem a contraprova pela requerida de que esta, se destina ao uso exclusivo do consumidor, reputo pertinente a pretensão.
Posto isso, Julgo Procedentes os pedidos para declarar a incorporação da rede de eletrificação rural ao patrimônio da requerida Eletrobrás Distribuição Rondônia – Ceron e condená-la à restituição do valor apresentado no pedido inicial, com juros de mora de 1% e com correção monetária conforme Tabela de Fatores de Atualização Monetária – Provimento 013/98/CG, desde a citação. Via de consequência extingo o processo com análise do mérito, nos termos do art. 487, I do NCPC.
Custas e honorários indevidos (art. 55 da Lei 9.099/95).
Transitada em julgado, apresente-se a planilha de cálculo do valor exigido, no prazo de 5 dias. Cumprido o ato, intime-se a requerida ao pagamento no prazo de 15 dias, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 523,§1º. do NCPC.
Publique-se e intimem-se.
Decorrido o prazo para juntada do demonstrativo de crédito ou cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019
Glauco Antônio Alves
Juiz de Direito

Processo: 7001322-08.2018.8.22.0004
EXEQUENTE: IRLEI SALOMAO
Advogado do(a) EXEQUENTE: EDVILSON KRAUSE AZEVEDO - RO6474
EXECUTADO: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogados do(a) EXECUTADO: MARCELO RODRIGUES XAVIER - RO2391, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL - RO8217
Fica a parte requerida intimada a recolher as custas finais, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 70014534620198220004
REQUERENTE: AILTON DE SOUZA LIMA, LH 201, LT 104, GB 26 S/N ZONA RURAL - 76923-000 - VALE DO PARAÍSO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERENTE: JOSE RICARDO D AVASSI DAMICO OAB nº RO7435
OZEIAS DIAS DE AMORIM OAB nº RO4194 REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 4000 A 4344 - LADO PAR INDUSTRIAL - 76821-060 - PORTO VELHO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERIDO: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO OAB nº RO635
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.
Afirma a requerida que, tendo a necessidade de perícia técnica, o feito não pode tramitar no Juizado Especial Cível por ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa. In casu, contudo, percebe-se que o processo não demanda a realização de perícia, porquanto não se trata de caso de alta complexidade, pois a eventual necessidade de produção de prova pericial não influi na definição da competência. Neste sentido tem entendido a Turma Recursal deste Tribunal de Justiça, (Recurso Inominado 7006147-69.2016.8.22.0002. Relator Jorge Luiz dos Santos Leal. Julgamento em 22/02/2017).
No mérito, consiste a controvérsia em se verificar a responsabilidade da requerida pela restituição de valores despendidos com rede de eletrificação rural.
Inicialmente este juízo adotou o entendimento de que não havendo prova de responsabilidade contratual entre as partes, não há fundamento à obrigação pretendida.
Sobredita cognição considera o contexto e expansão da malha de redes elétricas nas áreas mais longínquas do país e das respectivas normas regulamentadoras (Decreto 41.019/57, Lei 10.438/2002 e Resolução 229/2006), cuja interpretação possibilita o entendimento de que há necessidade de se verificar a fonte da obrigação vindicada, a exemplo de participação do consumidor no custeio ou dispêndio integral, se não observadas as regras de viabilidade e prazos estabelecidos.
Conquanto a 4ª. Turma do STJ (REsp 1100452/RS) tenha firmado o entendimento de que a restituição devida pelo financiamento das redes de eletrificação rural, depende da natureza da obra e dos limites de responsabilidade estabelecidos em contrato, em homenagem e prestígio à decisão da colenda Turma Recursal, bem como em observância à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação, observo a verticalização das decisões judiciais, que em tese, permitirá ainda, a economicidade processual, ante a possível redução dos atos de escrivania.
Por conseguinte, em atenção ao disposto no art. 4.º da Resolução 229/2006 – Aneel e ao Princípio da vedação do enriquecimento sem causa, tenho que as redes particulares que não sejam de utilização exclusiva do consumidor, poderão ser objeto de incorporação.
Assim, ante a prova de implantação da rede de eletrificação em propriedade rural, sem a contraprova pela requerida de que esta, se destina ao uso exclusivo do consumidor, reputo pertinente a pretensão.
Posto isso, Julgo Procedentes os pedidos para declarar a incorporação da rede de eletrificação rural ao patrimônio da requerida Eletrobrás Distribuição Rondônia – Ceron e condená-la à restituição do valor apresentado no pedido inicial, com juros de mora de 1% e com correção monetária conforme Tabela de Fatores de Atualização Monetária – Provimento 013/98/CG, desde a citação. Via de consequência extingo o processo com análise do mérito, nos termos do art. 487, I do NCPC.
Custas e honorários indevidos (art. 55 da Lei 9.099/95).
Transitada em julgado, apresente-se a planilha de cálculo do valor exigido, no prazo de 5 dias. Cumprido o ato, intime-se a requerida ao pagamento no prazo de 15 dias, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 523,§1º. do NCPC.
Publique-se e intimem-se.
Decorrido o prazo para juntada do demonstrativo de crédito ou cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019
Glauco Antônio Alves
Juiz de Direito

Processo: 7003088-62.2019.8.22.0004
REQUERENTE: ELENITA MOREIRA PINTO
Advogados do(a) REQUERENTE: DAIANE ALVES STOPA - RO7832, VIVIANE SILVA CARVALHO - RO10032
REQUERIDO: GEOVANICE GOMES SANTANA
Intimação DA PARTE AUTORA
Fica Vª. Sª. intimada, da designação de Audiência de Conciliação nos autos supracitados, a realizar-se na Sala de Conciliação, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, situado no Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, na Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-3409, no dia 08/07/2019 as 09:45 horas.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 70006644720198220004
AUTOR: ELIZABETE CORTE DE OLIVEIRA, LINHA 81, KM 50 LT 01, GL 02, ZONA RURAL ZONA RURAL - 76926-000 - MIRANTE DA SERRA - RONDÔNIA ADVOGADO DO AUTOR: EDVILSON KRAUSE AZEVEDO OAB nº RO6474 RÉU: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA ADVOGADO DO RÉU:
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.
A empresa ré não respondeu aos atos do processo, apesar de devidamente intimada, razão pela qual, presumo a veracidade do alegado pela parte autora (art. 20 da Lei 9.099/95), porquanto outro direito não resulta do conjunto probatório.
No mérito, consiste a controvérsia em se verificar a responsabilidade da requerida pela restituição de valores despendidos com rede de eletrificação rural.
Inicialmente este juízo adotou o entendimento de que não havendo prova de responsabilidade contratual entre as partes, não há fundamento à obrigação pretendida.
Sobredita cognição considera o contexto e expansão da malha de redes elétricas nas áreas mais longínquas do país e das respectivas normas regulamentadoras (Decreto 41.019/57, Lei 10.438/2002 e Resolução 229/2006), cuja interpretação possibilita o entendimento de que há necessidade de se verificar a fonte da obrigação vindicada, a exemplo de participação do consumidor no custeio ou dispêndio integral, se não observadas as regras de viabilidade e prazos estabelecidos.
Conquanto a 4ª. Turma do STJ (REsp 1100452/RS) tenha firmado o entendimento de que a restituição devida pelo financiamento das redes de eletrificação rural, depende da natureza da obra e dos limites de responsabilidade estabelecidos em contrato, em homenagem e prestígio à decisão da colenda Turma Recursal,

bem como em observância à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação, observo a verticalização das decisões judiciais, que em tese, permitirá ainda, a economicidade processual, ante a possível redução dos atos de escrivania.
Por conseguinte, em atenção ao disposto no art. 4.º da Resolução 229/2006 – Aneel e ao Princípio da vedação do enriquecimento sem causa, tenho que as redes particulares que não sejam de utilização exclusiva do consumidor, poderão ser objeto de incorporação.
Assim, ante a prova de implantação da rede de eletrificação em propriedade rural, sem a contraprova pela requerida de que esta, se destina ao uso exclusivo do consumidor, reputo pertinente a pretensão.
Posto isso, Julgo Procedentes os pedidos para declarar a incorporação da rede de eletrificação rural ao patrimônio da requerida Eletrobrás Distribuição Rondônia – Ceron e condená-la à restituição do valor apresentado no pedido inicial, com juros de mora de 1% e com correção monetária conforme Tabela de Fatores de Atualização Monetária – Provimento 013/98/CG, desde a citação. Via de consequência extingo o processo com análise do mérito, nos termos do art. 487, I do NCPC.
Custas e honorários indevidos (art. 55 da Lei 9.099/95).
Transitada em julgado, apresente-se a planilha de cálculo do valor exigido, no prazo de 5 dias. Cumprido o ato, intime-se a requerida ao pagamento no prazo de 15 dias, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 523,§1º. do NCPC.
Publique-se e intimem-se.
Decorrido o prazo para juntada do demonstrativo de crédito ou cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019
Glauco Antônio Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 70003596320198220004
REQUERENTE: POLIANA DE MORAES SILVA, AVENIDA PARANÁ 4091, LT 98 S/N ZONA RURAL - 76923-000 - VALE DO PARAÍSO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERENTE: OZEIAS DIAS DE AMORIM OAB nº RO4194
JOSE RICARDO D AVASSI DAMICO OAB nº RO7435 REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERIDO:
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.
A empresa ré não respondeu aos atos do processo, apesar de devidamente intimada, razão pela qual, presumo a veracidade do alegado pela parte autora (art. 20 da Lei 9.099/95), porquanto outro direito não resulta do conjunto probatório.
No mérito, consiste a controvérsia em se verificar a responsabilidade da requerida pela restituição de valores despendidos com rede de eletrificação rural.
Inicialmente este juízo adotou o entendimento de que não havendo prova de responsabilidade contratual entre as partes, não há fundamento à obrigação pretendida.
Sobredita cognição considera o contexto e expansão da malha de redes elétricas nas áreas mais longínquas do país e das respectivas normas regulamentadoras (Decreto 41.019/57, Lei 10.438/2002 e Resolução 229/2006), cuja interpretação possibilita o entendimento de que há necessidade de se verificar a fonte da obrigação vindicada, a exemplo de participação do consumidor no custeio ou dispêndio integral, se não observadas as regras de viabilidade e prazos estabelecidos.
Conquanto a 4ª. Turma do STJ (REsp 1100452/RS) tenha firmado o entendimento de que a restituição devida pelo financiamento das redes de eletrificação rural, depende da natureza da obra e dos limites de responsabilidade estabelecidos em contrato, em homenagem e prestígio à decisão da colenda Turma Recursal, bem como em observância à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação, observo a verticalização das decisões judiciais, que em tese, permitirá ainda, a economicidade processual, ante a possível redução dos atos de escrivania.
Por conseguinte, em atenção ao disposto no art. 4.º da Resolução 229/2006 – Aneel e ao Princípio da vedação do enriquecimento sem causa, tenho que as redes particulares que não sejam de utilização exclusiva do consumidor, poderão ser objeto de incorporação.
Assim, ante a prova de implantação da rede de eletrificação em propriedade rural, sem a contraprova pela requerida de que esta, se destina ao uso exclusivo do consumidor, reputo pertinente a pretensão.
Posto isso, Julgo Procedentes os pedidos para declarar a incorporação da rede de eletrificação rural ao patrimônio da requerida Eletrobrás Distribuição Rondônia – Ceron e condená-la à restituição do valor apresentado no pedido inicial, com juros de mora de 1% e com correção monetária conforme Tabela de Fatores de Atualização Monetária – Provimento 013/98/CG, desde a citação. Via de consequência extingo o processo com análise do mérito, nos termos do art. 487, I do NCPC.
Custas e honorários indevidos (art. 55 da Lei 9.099/95).
Transitada em julgado, apresente-se a planilha de cálculo do valor exigido, no prazo de 5 dias. Cumprido o ato, intime-se a requerida ao pagamento no prazo de 15 dias, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 523,§1º. do NCPC.
Publique-se e intimem-se.
Decorrido o prazo para juntada do demonstrativo de crédito ou cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019
Glauco Antônio Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 70013409220198220004
REQUERENTE: GERALDO REIS DE AREDES, LH 201, LT 13, GB 27 S/N ZONA RURAL - 76923-000 - VALE DO PARAÍSO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERENTE: JOSE RICARDO D AVASSI DAMICO OAB nº RO7435
OZEIAS DIAS DE AMORIM OAB nº RO4194 REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 4000 A 4344 - LADO PAR INDUSTRIAL - 76821-060 - PORTO VELHO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERIDO:
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.
Afirma a requerida que, tendo a necessidade de perícia técnica, o feito não pode tramitar no Juizado Especial Cível por ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa. In casu, contudo, percebe-se que o processo não demanda a realização de perícia, porquanto não se trata de caso de alta complexidade, pois a eventual necessidade de produção de prova pericial não influi na definição da competência. Neste sentido tem entendido a Turma Recursal deste Tribunal de Justiça, (Recurso Inominado 7006147-69.2016.8.22.0002. Relator Jorge Luiz dos Santos Leal. Julgamento em 22/02/2017).

Consoante dispõe o art. 189 do CC: "Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts.205 e 206." Nesse contexto, não há no presente caso, violação ao direito pretendido, uma vez que não houve incorporação. Desse modo, não há que se considerar o termo inicial para contagem da prescrição, porque não nasceu a pretensão.
No mérito, consiste a controvérsia em se verificar a responsabilidade da requerida pela restituição de valores despendidos com rede de eletrificação rural.
Inicialmente este juízo adotou o entendimento de que não havendo prova de responsabilidade contratual entre as partes, não há fundamento à obrigação pretendida.
Sobredita cognição considera o contexto e expansão da malha de redes elétricas nas áreas mais longínquas do país e das respectivas normas regulamentadoras (Decreto 41.019/57, Lei 10.438/2002 e Resolução 229/2006), cuja interpretação possibilita o entendimento de que há necessidade de se verificar a fonte da obrigação vindicada, a exemplo de participação do consumidor no custeio ou dispêndio integral, se não observadas as regras de viabilidade e prazos estabelecidos.
Conquanto a 4ª. Turma do STJ (REsp 1100452/RS) tenha firmado o entendimento de que a restituição devida pelo financiamento das redes de eletrificação rural, depende da natureza da obra e dos limites de responsabilidade estabelecidos em contrato, em homenagem e prestígio à decisão da colenda Turma Recursal, bem como em observância à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação, observo a verticalização das decisões judiciais, que em tese, permitirá ainda, a economicidade processual, ante a possível redução dos atos de escrivania.
Por conseguinte, em atenção ao disposto no art. 4.º da Resolução 229/2006 – Aneel e ao Princípio da vedação do enriquecimento sem causa, tenho que as redes particulares que não sejam de utilização exclusiva do consumidor, poderão ser objeto de incorporação.
Assim, ante a prova de implantação da rede de eletrificação em propriedade rural, sem a contraprova pela requerida de que esta, se destina ao uso exclusivo do consumidor, reputo pertinente a pretensão.
Posto isso, Julgo Procedentes os pedidos para declarar a incorporação da rede de eletrificação rural ao patrimônio da requerida Eletrobrás Distribuição Rondônia – Ceron e condená-la à restituição do valor apresentado no pedido inicial, com juros de mora de 1% e com correção monetária conforme Tabela de Fatores de Atualização Monetária – Provimento 013/98/CG, desde a citação. Via de consequência extingo o processo com análise do mérito, nos termos do art. 487, I do NCPC.
Custas e honorários indevidos (art. 55 da Lei 9.099/95).
Transitada em julgado, apresente-se a planilha de cálculo do valor exigido, no prazo de 5 dias. Cumprido o ato, intime-se a requerida ao pagamento no prazo de 15 dias, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 523,§1º. do NCPC.
Publique-se e intimem-se.
Decorrido o prazo para juntada do demonstrativo de crédito ou cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019
Glauco Antônio Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 70019717020188220004
EXEQUENTE: JOAO LUIZ MERLIN, LINHA 12 DO 31, LT. 20, GB.12-A ZONA RURAL - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA ADVOGADO DO EXEQUENTE: ELIANA LEMOS DE OLIVEIRA OAB nº RO4423
THIAGO MAFIA MIRANDA OAB nº RO4970 EXECUTADO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA ADVOGADO DO EXECUTADO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB nº RO5462
DESPACHO
Manifeste-se o autor quanto ao pagamento. Prazo de 5 dias.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019
Glauco Antônio Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 70014408120188220004
EXEQUENTE: MARCOS ANTONIO BULIAN, LINHA 74/81 LOTE 19, KM 02 ZONA RURAL - 76926-000 - MIRANTE DA SERRA - RONDÔNIA ADVOGADO DO EXEQUENTE: ELSON RODRIGUES DE MATOS OAB nº RO7798 EXECUTADO: E. D. R., RUA ANA NERY 976 JARDIM TROPICAL - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA ADVOGADO DO EXECUTADO: VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL OAB nº RO8217, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB nº RO5462
DESPACHO
Manifeste-se o autor quanto ao pagamento. Prazo de 5 dias.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019
Glauco Antônio Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 70006913020198220004
REQUERENTE: JOAO INACIO LEITE, LINHA 44 DA 81 LOTE 14 ZONA RURAL - 76924-000 - NOVA UNIÃO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERENTE: ORLANDO GOMES CORDEIRO OAB nº RO8586 REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA DOS IMIGRANTES 437, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERIDO:
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.
Consoante dispõe o art. 189 do CC: "Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts.205 e 206." Nesse contexto, não há no presente caso, violação ao direito pretendido, uma vez que não houve incorporação. Desse modo, não há que se considerar o termo inicial para contagem da prescrição, porque não nasceu a pretensão.
No mérito, consiste a controvérsia em se verificar a responsabilidade da requerida pela restituição de valores despendidos com rede de eletrificação rural.
Inicialmente este juízo adotou o entendimento de que não havendo prova de responsabilidade contratual entre as partes, não há fundamento à obrigação pretendida.
Sobredita cognição considera o contexto e expansão da malha de redes elétricas nas áreas mais longínquas do país e das respectivas

normas regulamentadoras (Decreto 41.019/57, Lei 10.438/2002 e Resolução 229/2006), cuja interpretação possibilita o entendimento de que há necessidade de se verificar a fonte da obrigação vindicada, a exemplo de participação do consumidor no custeio ou dispêndio integral, se não observadas as regras de viabilidade e prazos estabelecidos.
Conquanto a 4ª. Turma do STJ (REsp 1100452/RS) tenha firmado o entendimento de que a restituição devida pelo financiamento das redes de eletrificação rural, depende da natureza da obra e dos limites de responsabilidade estabelecidos em contrato, em homenagem e prestígio à decisão da colenda Turma Recursal, bem como em observância à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação, observo a verticalização das decisões judiciais, que em tese, permitirá ainda, a economicidade processual, ante a possível redução dos atos de escrivania.
Por conseguinte, em atenção ao disposto no art. 4.º da Resolução 229/2006 – Aneel e ao Princípio da vedação do enriquecimento sem causa, tenho que as redes particulares que não sejam de utilização exclusiva do consumidor, poderão ser objeto de incorporação.
Assim, ante a prova de implantação da rede de eletrificação em propriedade rural, sem a contraprova pela requerida de que esta, se destina ao uso exclusivo do consumidor, reputo pertinente a pretensão.
Posto isso, Julgo Procedentes os pedidos para declarar a incorporação da rede de eletrificação rural ao patrimônio da requerida Eletrobrás Distribuição Rondônia – Ceron e condená-la à restituição do valor apresentado no pedido inicial, com juros de mora de 1% e com correção monetária conforme Tabela de Fatores de Atualização Monetária – Provimento 013/98/CG, desde a citação. Via de consequência extingo o processo com análise do mérito, nos termos do art. 487, I do NCPC.
Custas e honorários indevidos (art. 55 da Lei 9.099/95).
Transitada em julgado, apresente-se a planilha de cálculo do valor exigido, no prazo de 5 dias. Cumprido o ato, intime-se a requerida ao pagamento no prazo de 15 dias, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 523,§1º. do NCPC.
Publique-se e intimem-se.
Decorrido o prazo para juntada do demonstrativo de crédito ou cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019
Glauco Antônio Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 70011555420198220004
REQUERENTE: MARIA INEZ DOS SANTOS, LH 153, LT 69-D, GB 26 S/N ZONA RURAL - 76923-000 - VALE DO PARAÍSO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERENTE: JOSE RICARDO D AVASSI DAMICO OAB nº RO7435
OZEIAS DIAS DE AMORIM OAB nº RO4194 REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 4000 A 4344 - LADO PAR INDUSTRIAL - 76821-060 - PORTO VELHO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERIDO: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO OAB nº RO635
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.
Afirma a requerida que, tendo a necessidade de perícia técnica, o feito não pode tramitar no Juizado Especial Cível por ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa. In casu, contudo, percebe-se que o processo não demanda a realização de perícia, porquanto não se trata de caso de alta complexidade, pois a eventual necessidade de produção de prova pericial não influi na definição da competência. Neste sentido tem entendido a Turma Recursal deste Tribunal de Justiça, (Recurso Inominado 7006147-69.2016.8.22.0002. Relator Jorge Luiz dos Santos Leal. Julgamento em 22/02/2017).
Consoante dispõe o art. 189 do CC: "Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts.205 e 206." Nesse contexto, não há no presente caso, violação ao direito pretendido, uma vez que não houve incorporação. Desse modo, não há que se considerar o termo inicial para contagem da prescrição, porque não nasceu a pretensão.
No mérito, consiste a controvérsia em se verificar a responsabilidade da requerida pela restituição de valores despendidos com rede de eletrificação rural.
Inicialmente este juízo adotou o entendimento de que não havendo prova de responsabilidade contratual entre as partes, não há fundamento à obrigação pretendida.
Sobredita cognição considera o contexto e expansão da malha de redes elétricas nas áreas mais longínquas do país e das respectivas normas regulamentadoras (Decreto 41.019/57, Lei 10.438/2002 e Resolução 229/2006), cuja interpretação possibilita o entendimento de que há necessidade de se verificar a fonte da obrigação vindicada, a exemplo de participação do consumidor no custeio ou dispêndio integral, se não observadas as regras de viabilidade e prazos estabelecidos.
Conquanto a 4ª. Turma do STJ (REsp 1100452/RS) tenha firmado o entendimento de que a restituição devida pelo financiamento das redes de eletrificação rural, depende da natureza da obra e dos limites de responsabilidade estabelecidos em contrato, em homenagem e prestígio à decisão da colenda Turma Recursal, bem como em observância à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação, observo a verticalização das decisões judiciais, que em tese, permitirá ainda, a economicidade processual, ante a possível redução dos atos de escrivania.
Por conseguinte, em atenção ao disposto no art. 4.º da Resolução 229/2006 – Aneel e ao Princípio da vedação do enriquecimento sem causa, tenho que as redes particulares que não sejam de utilização exclusiva do consumidor, poderão ser objeto de incorporação.
Assim, ante a prova de implantação da rede de eletrificação em propriedade rural, sem a contraprova pela requerida de que esta, se destina ao uso exclusivo do consumidor, reputo pertinente a pretensão.
Posto isso, Julgo Procedentes os pedidos para declarar a incorporação da rede de eletrificação rural ao patrimônio da requerida Eletrobrás Distribuição Rondônia – Ceron e condená-la à restituição do valor apresentado no pedido inicial, com juros de mora de 1% e com correção monetária conforme Tabela de Fatores de Atualização Monetária – Provimento 013/98/CG, desde a citação. Via de consequência extingo o processo com análise do mérito, nos termos do art. 487, I do NCPC.
Custas e honorários indevidos (art. 55 da Lei 9.099/95).
Transitada em julgado, apresente-se a planilha de cálculo do valor exigido, no prazo de 5 dias. Cumprido o ato, intime-se a requerida ao pagamento no prazo de 15 dias, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 523,§1º. do NCPC.
Publique-se e intimem-se.
Decorrido o prazo para juntada do demonstrativo de crédito ou cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019
Glauco Antônio Alves
Juiz de Direito

Processo: 7003141-43.2019.8.22.0004
REQUERENTE: EUSA MARQUES DOS SANTOS - ME
Advogado do(a) REQUERENTE: LUANA NOVAES SCHOTTEN DE FREITAS - RO3287
REQUERIDO: WESLEY DIAS DE SOUZA
Intimação DA PARTE AUTORA

Fica Vª. Sª. intimada, da designação de Audiência de Conciliação nos autos supracitados, a realizar-se na Sala de Conciliação, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, situado no Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, na Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-3409, no dia 08/07/2019 as 08:45 horas.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 70010420320198220004
REQUERENTE: NILO DA VITORIA, LH 201, LT 15, GB 27 S/N ZONA RURAL - 76923-000 - VALE DO PARAÍSO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERENTE: JOSE RICARDO D AVASSI DAMICO OAB nº RO7435
OZEIAS DIAS DE AMORIM OAB nº RO4194 REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERIDO: MARCIO MELO NOGUEIRA OAB nº RO2827
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.
Afirma a requerida que, tendo a necessidade de perícia técnica, o feito não pode tramitar no Juizado Especial Cível por ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa. In casu, contudo, percebe-se que o processo não demanda a realização de perícia, porquanto não se trata de caso de alta complexidade, pois a eventual necessidade de produção de prova pericial não influi na definição da competência. Neste sentido tem entendido a Turma Recursal deste Tribunal de Justiça, (Recurso Inominado 7006147-69.2016.8.22.0002. Relator Jorge Luiz dos Santos Leal. Julgamento em 22/02/2017).
Consoante dispõe o art. 189 do CC: "Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts.205 e 206." Nesse contexto, não há no presente caso, violação ao direito pretendido, uma vez que não houve incorporação. Desse modo, não há que se considerar o termo inicial para contagem da prescrição, porque não nasceu a pretensão.
No mérito, consiste a controvérsia em se verificar a responsabilidade da requerida pela restituição de valores despendidos com rede de eletrificação rural.
Inicialmente este juízo adotou o entendimento de que não havendo prova de responsabilidade contratual entre as partes, não há fundamento à obrigação pretendida.
Sobredita cognição considera o contexto e expansão da malha de redes elétricas nas áreas mais longínquas do país e das respectivas normas regulamentadoras (Decreto 41.019/57, Lei 10.438/2002 e Resolução 229/2006), cuja interpretação possibilita o entendimento de que há necessidade de se verificar a fonte da obrigação vindicada, a exemplo de participação do consumidor no custeio ou dispêndio integral, se não observadas as regras de viabilidade e prazos estabelecidos.
Conquanto a 4ª. Turma do STJ (REsp 1100452/RS) tenha firmado o entendimento de que a restituição devida pelo financiamento das redes de eletrificação rural, depende da natureza da obra e dos limites de responsabilidade estabelecidos em contrato, em homenagem e prestígio à decisão da colenda Turma Recursal, bem como em observância à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação, observo a verticalização das decisões judiciais, que em tese, permitirá ainda, a economicidade processual, ante a possível redução dos atos de escrivania.
Por conseguinte, em atenção ao disposto no art. 4.º da Resolução 229/2006 – Aneel e ao Princípio da vedação do enriquecimento sem causa, tenho que as redes particulares que não sejam de utilização exclusiva do consumidor, poderão ser objeto de incorporação.
Assim, ante a prova de implantação da rede de eletrificação em propriedade rural, sem a contraprova pela requerida de que esta, se destina ao uso exclusivo do consumidor, reputo pertinente a pretensão.
Posto isso, Julgo Procedentes os pedidos para declarar a incorporação da rede de eletrificação rural ao patrimônio da requerida Eletrobrás Distribuição Rondônia – Ceron e condená-la à restituição do valor apresentado no pedido inicial, com juros de mora de 1% e com correção monetária conforme Tabela de Fatores de Atualização Monetária – Provimento 013/98/CG, desde a citação. Via de consequência extingo o processo com análise do mérito, nos termos do art. 487, I do NCPC.
Custas e honorários indevidos (art. 55 da Lei 9.099/95).
Transitada em julgado, apresente-se a planilha de cálculo do valor exigido, no prazo de 5 dias. Cumprido o ato, intime-se a requerida ao pagamento no prazo de 15 dias, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 523,§1º. do NCPC.
Publique-se e intimem-se.
Decorrido o prazo para juntada do demonstrativo de crédito ou cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019
Glauco Antônio Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 70007025920198220004
REQUERENTE: JOSE TORRES DE AMORIN, LINHA 44 DA 81 LOTE 06 ZONA RURAL - 76924-000 - NOVA UNIÃO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERENTE: ORLANDO GOMES CORDEIRO OAB nº RO8586 REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA DOS IMIGRANTES 437, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERIDO:
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.
Consiste a controvérsia em verificar se há responsabilidade da requerida pela restituição de valores despendidos com rede de eletrificação rural.
Inicialmente este juízo adotou o entendimento de que não havendo prova de responsabilidade contratual entre as partes, não há fundamento à obrigação pretendida.
Sobredita cognição considera o contexto e expansão da malha de redes elétricas nas áreas mais longínquas do país e das respectivas normas regulamentadoras (Decreto 41.019/57, Lei 10.438/2002 e Resolução 229/2006), cuja interpretação possibilita o entendimento de que há necessidade de se verificar a fonte da obrigação vindicada, a exemplo de participação do consumidor no custeio ou dispêndio integral, se não observadas as regras de viabilidade e prazos estabelecidos.
Conquanto a 4ª. Turma do STJ (REsp 1100452/RS) tenha firmado o entendimento de que a restituição devida pelo financiamento das redes de eletrificação rural, depende da natureza da obra e dos limites de responsabilidade estabelecidos em contrato, em homenagem e prestígio à decisão da colenda Turma Recursal, bem como em observância à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação, observo a verticalização das decisões judiciais, que em tese, permitirá ainda, a economicidade processual, ante a possível redução dos atos de escrivania.

Por conseguinte, em atenção ao disposto no art. 4.º da Resolução 229/2006 – Aneel e ao Princípio da vedação do enriquecimento sem causa, tenho que as redes particulares que não sejam de utilização exclusiva do consumidor, poderão ser objeto de incorporação.
Assim, ante a prova de implantação da rede de eletrificação em propriedade rural, sem a contraprova pela requerida de que esta, se destina ao uso exclusivo do consumidor, reputo pertinente a pretensão.
Posto isso, Julgo Procedentes os pedidos para declarar a incorporação da rede de eletrificação rural ao patrimônio da requerida Eletrobrás Distribuição Rondônia – Ceron e condená-la à restituição do valor apresentado no pedido inicial, com juros de mora de 1% e com correção monetária conforme Tabela de Fatores de Atualização Monetária – Provimento 013/98/CG, desde a citação. Via de consequência extingo o processo com análise do mérito, nos termos do art. 487, I do NCPC.
Custas e honorários indevidos (art. 55 da Lei 9.099/95).
Transitada em julgado, apresente-se a planilha de cálculo do valor exigido, no prazo de 5 dias. Cumprido o ato, intime-se a requerida ao pagamento no prazo de 15 dias, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 523,§1º. do NCPC.
Publique-se e intimem-se.
Decorrido o prazo para juntada do demonstrativo de crédito ou cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019
Glauco Antônio Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 70006921520198220004
REQUERENTE: JOAO RIBEIRO DE SOUZA, LINHA 44 DA 81 LOTE 08 ZONA RURAL - 76924-000 - NOVA UNIÃO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERENTE: ORLANDO GOMES CORDEIRO OAB nº RO8586 REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA DOS IMIGRANTES 437, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERIDO:
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.
Consoante dispõe o art. 189 do CC: "Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts.205 e 206." Nesse contexto, não há no presente caso, violação ao direito pretendido, uma vez que não houve incorporação. Desse modo, não há que se considerar o termo inicial para contagem da prescrição, porque não nasceu a pretensão.
No mérito, consiste a controvérsia em se verificar a responsabilidade da requerida pela restituição de valores despendidos com rede de eletrificação rural.
Inicialmente este juízo adotou o entendimento de que não havendo prova de responsabilidade contratual entre as partes, não há fundamento à obrigação pretendida.
Sobredita cognição considera o contexto e expansão da malha de redes elétricas nas áreas mais longínquas do país e das respectivas normas regulamentadoras (Decreto 41.019/57, Lei 10.438/2002 e Resolução 229/2006), cuja interpretação possibilita o entendimento de que há necessidade de se verificar a fonte da obrigação vindicada, a exemplo de participação do consumidor no custeio ou dispêndio integral, se não observadas as regras de viabilidade e prazos estabelecidos.
Conquanto a 4ª. Turma do STJ (REsp 1100452/RS) tenha firmado o entendimento de que a restituição devida pelo financiamento das redes de eletrificação rural, depende da natureza da obra e dos limites de responsabilidade estabelecidos em contrato, em homenagem e prestígio à decisão da colenda Turma Recursal, bem como em observância à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação, observo a verticalização das decisões judiciais, que em tese, permitirá ainda, a economicidade processual, ante a possível redução dos atos de escrivania.
Por conseguinte, em atenção ao disposto no art. 4.º da Resolução 229/2006 – Aneel e ao Princípio da vedação do enriquecimento sem causa, tenho que as redes particulares que não sejam de utilização exclusiva do consumidor, poderão ser objeto de incorporação.
Assim, ante a prova de implantação da rede de eletrificação em propriedade rural, sem a contraprova pela requerida de que esta, se destina ao uso exclusivo do consumidor, reputo pertinente a pretensão.
Posto isso, Julgo Procedentes os pedidos para declarar a incorporação da rede de eletrificação rural ao patrimônio da requerida Eletrobrás Distribuição Rondônia – Ceron e condená-la à restituição do valor apresentado no pedido inicial, com juros de mora de 1% e com correção monetária conforme Tabela de Fatores de Atualização Monetária – Provimento 013/98/CG, desde a citação. Via de consequência extingo o processo com análise do mérito, nos termos do art. 487, I do NCPC.
Custas e honorários indevidos (art. 55 da Lei 9.099/95).
Transitada em julgado, apresente-se a planilha de cálculo do valor exigido, no prazo de 5 dias. Cumprido o ato, intime-se a requerida ao pagamento no prazo de 15 dias, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 523,§1º. do NCPC.
Publique-se e intimem-se.
Decorrido o prazo para juntada do demonstrativo de crédito ou cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019
Glauco Antônio Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 70006619220198220004
REQUERENTE: OZEIAS VIEIRA DO AMARAL, LINHA 153, GLEBA 5A, LOTE 35 KM 23 ZONA RURAL - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERENTE: ORLANDO GOMES CORDEIRO OAB nº RO8586 REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA DOS IMIGRANTES 437, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERIDO:
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.
Consoante dispõe o art. 189 do CC: "Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts.205 e 206." Nesse contexto, não há no presente caso, violação ao direito pretendido, uma vez que não houve incorporação. Desse modo, não há que se considerar o termo inicial para contagem da prescrição, porque não nasceu a pretensão.
No mérito, consiste a controvérsia em se verificar a responsabilidade da requerida pela restituição de valores despendidos com rede de eletrificação rural.
Inicialmente este juízo adotou o entendimento de que não havendo prova de responsabilidade contratual entre as partes, não há fundamento à obrigação pretendida.
Sobredita cognição considera o contexto e expansão da malha de redes elétricas nas áreas mais longínquas do país e das respectivas

normas regulamentadoras (Decreto 41.019/57, Lei 10.438/2002 e Resolução 229/2006), cuja interpretação possibilita o entendimento de que há necessidade de se verificar a fonte da obrigação vindicada, a exemplo de participação do consumidor no custeio ou dispêndio integral, se não observadas as regras de viabilidade e prazos estabelecidos.
Conquanto a 4ª. Turma do STJ (REsp 1100452/RS) tenha firmado o entendimento de que a restituição devida pelo financiamento das redes de eletrificação rural, depende da natureza da obra e dos limites de responsabilidade estabelecidos em contrato, em homenagem e prestígio à decisão da colenda Turma Recursal, bem como em observância à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação, observo a verticalização das decisões judiciais, que em tese, permitirá ainda, a economicidade processual, ante a possível redução dos atos de escrivania.
Por conseguinte, em atenção ao disposto no art. 4.º da Resolução 229/2006 – Aneel e ao Princípio da vedação do enriquecimento sem causa, tenho que as redes particulares que não sejam de utilização exclusiva do consumidor, poderão ser objeto de incorporação.
Assim, ante a prova de implantação da rede de eletrificação em propriedade rural, sem a contraprova pela requerida de que esta, se destina ao uso exclusivo do consumidor, reputo pertinente a pretensão.
Posto isso, Julgo Procedentes os pedidos para declarar a incorporação da rede de eletrificação rural ao patrimônio da requerida Eletrobrás Distribuição Rondônia – Ceron e condená-la à restituição do valor apresentado no pedido inicial, com juros de mora de 1% e com correção monetária conforme Tabela de Fatores de Atualização Monetária – Provimento 013/98/CG, desde a citação. Via de consequência extingo o processo com análise do mérito, nos termos do art. 487, I do NCPC.
Custas e honorários indevidos (art. 55 da Lei 9.099/95).
Transitada em julgado, apresente-se a planilha de cálculo do valor exigido, no prazo de 5 dias. Cumprido o ato, intime-se a requerida ao pagamento no prazo de 15 dias, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 523,§1º. do NCPC.
Publique-se e intimem-se.
Decorrido o prazo para juntada do demonstrativo de crédito ou cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019
Glauco Antônio Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 70048479520188220004
EXEQUENTE: JERCI ALVES PEREIRA, LH 28 DA LINHA 31, GLEBA 12-E S/N, LOTE 45 ZONA RURAL - 76928-000 - TEIXEIRÓPOLIS - RONDÔNIA ADVOGADO DO EXEQUENTE: ELIERSON FABIAN VIEIRA DA SILVA OAB nº RO7330 EXECUTADO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA ADVOGADO DO EXECUTADO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB nº RO5462
DESPACHO
Manifeste-se a parte autora quanto ao pagamento. Prazo de 5 dias.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019
Glauco Antônio Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 70007042920198220004
REQUERENTE: GERALDO ALVES DE OLIVEIRA, LINHA 44 DA 81 LOTE 50 ZONA RURAL - 76924-000 - NOVA UNIÃO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERENTE: ORLANDO GOMES CORDEIRO OAB nº RO8586 REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA DOS IMIGRANTES 437, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERIDO:
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.
Consoante dispõe o art. 189 do CC: "Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts.205 e 206." Nesse contexto, não há no presente caso, violação ao direito pretendido, uma vez que não houve incorporação. Desse modo, não há que se considerar o termo inicial para contagem da prescrição, porque não nasceu a pretensão.
No mérito, consiste a controvérsia em se verificar a responsabilidade da requerida pela restituição de valores despendidos com rede de eletrificação rural.
Inicialmente este juízo adotou o entendimento de que não havendo prova de responsabilidade contratual entre as partes, não há fundamento à obrigação pretendida.
Sobredita cognição considera o contexto e expansão da malha de redes elétricas nas áreas mais longínquas do país e das respectivas normas regulamentadoras (Decreto 41.019/57, Lei 10.438/2002 e Resolução 229/2006), cuja interpretação possibilita o entendimento de que há necessidade de se verificar a fonte da obrigação vindicada, a exemplo de participação do consumidor no custeio ou dispêndio integral, se não observadas as regras de viabilidade e prazos estabelecidos.
Conquanto a 4ª. Turma do STJ (REsp 1100452/RS) tenha firmado o entendimento de que a restituição devida pelo financiamento das redes de eletrificação rural, depende da natureza da obra e dos limites de responsabilidade estabelecidos em contrato, em homenagem e prestígio à decisão da colenda Turma Recursal, bem como em observância à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação, observo a verticalização das decisões judiciais, que em tese, permitirá ainda, a economicidade processual, ante a possível redução dos atos de escrivania.
Por conseguinte, em atenção ao disposto no art. 4.º da Resolução 229/2006 – Aneel e ao Princípio da vedação do enriquecimento sem causa, tenho que as redes particulares que não sejam de utilização exclusiva do consumidor, poderão ser objeto de incorporação.
Assim, ante a prova de implantação da rede de eletrificação em propriedade rural, sem a contraprova pela requerida de que esta, se destina ao uso exclusivo do consumidor, reputo pertinente a pretensão.
Posto isso, Julgo Procedentes os pedidos para declarar a incorporação da rede de eletrificação rural ao patrimônio da requerida Eletrobrás Distribuição Rondônia – Ceron e condená-la à restituição do valor apresentado no pedido inicial, com juros de mora de 1% e com correção monetária conforme Tabela de Fatores de Atualização Monetária – Provimento 013/98/CG, desde a citação. Via de consequência extingo o processo com análise do mérito, nos termos do art. 487, I do NCPC.
Custas e honorários indevidos (art. 55 da Lei 9.099/95).
Transitada em julgado, apresente-se a planilha de cálculo do valor exigido, no prazo de 5 dias. Cumprido o ato, intime-se a requerida ao pagamento no prazo de 15 dias, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 523,§1º. do NCPC.

Publique-se e intimem-se.
Decorrido o prazo para juntada do demonstrativo de crédito ou cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019
Glauco Antônio Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 7005201-23.2018.8.22.0004
REQUERENTE: LUIZ DA SILVEIRA
Advogado: EDER MIGUEL CARAM OAB: RO5368 Advogado: KARIMA FACCIOLI CARAM OAB: RO3460 Advogado: CRISTIANE DE OLIVEIRA DIESEL OAB: RO8923
REQUERIDO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Advogado: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB: RO5462
Fica a parte executada intimada a cumprir os termos da sentença, no prazo de 15 dias, de acordo com os cálculos juntados aos autos.
Processo: 7003663-07.2018.8.22.0004
REQUERENTE: WILMAR ANTONIO TESTONI
Advogados do(a) REQUERENTE: JOSE RICARDO D AVASSI DAMICO - RO7435, OZEIAS DIAS DE AMORIM - RO4194
REQUERIDO: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogados do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462
Fica a parte autora intimada para manifestar em 05 dias sobre o pagamento informado pela parte requerida.
Processo: 7000741-90.2018.8.22.0004
EXEQUENTE: PAULO FRANCIOLLI
Advogado do(a) EXEQUENTE: ELIERSON FABIAN VIEIRA DA SILVA - RO7330
EXECUTADO: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogados do(a) EXECUTADO: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL - RO8217
Fica a parte requerida/recorrente intimada a recolher as custas finais, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo nº: 7001501-39.2018.8.22.0004
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente: CARLITO VIEIRA COELHO
Advogados do(a) EXEQUENTE: EDVILSON KRAUSE AZEVEDO - RO6474, ELIERSON FABIAN VIEIRA DA SILVA - RO7330
requerido(a): Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Avenida dos Imigrantes, 4137, - de 3601 a 4635 - lado ímpar, Industrial, Porto Velho - RO - CEP: 76821-063
Advogado: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB: RO5462 Advogado: VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL OAB: RO8217 Advogado: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA OAB: MG87318 Advogado: MARCELO RODRIGUES XAVIER OAB: RO2391
NOTIFICAÇÃO
Fica a parte requerida Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt , NOTIFICADA para providenciar o recolhimento da importância de R$117,63 (Cento e dezessete reais e sessenta e três centavos), atualizada até a data: 06/02/2019, a título de custas do processo em epígrafe, no prazo 15 (quinze) dias.
O não pagamento integral ensejará a expedição de Certidão de Crédito Judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019.
Lilian Simone de Oliveira Scherer
Diretora de Cartório
(Assina por determinação judicial)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo nº: 7001113-39.2018.8.22.0004
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente:NILO CAMILO PINTO
Nome: ANTONIO DIAS MIRANDA
Nome: ADAO LUIZ VIEIRA
Advogado do(a) EXEQUENTE: EDVILSON KRAUSE AZEVEDO - RO6474
Advogado do(a) EXEQUENTE: EDVILSON KRAUSE AZEVEDO - RO6474
Advogado do(a) EXEQUENTE: EDVILSON KRAUSE AZEVEDO - RO6474
requerido(a):
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Avenida dos Imigrantes, 4137, - de 3601 a 4635 - lado ímpar, Industrial, Porto Velho - RO - CEP: 76821-063
Advogado: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB: RO5462 Advogado: VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL OAB: RO8217 Advogado: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA OAB: MG87318 Advogado: MARCELO RODRIGUES XAVIER OAB: RO2391
NOTIFICAÇÃO
Fica a parte requerida Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt , NOTIFICADA para providenciar o recolhimento da importância de R$388,37(Trezentos e oitenta e oito reais e trinta e sete centavos), atualizada até a data: 06/02/2019, a título de custas do processo em epígrafe, no prazo 15 (quinze) dias.
O não pagamento integral ensejará a expedição de Certidão de Crédito Judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019.
Lilian Simone de Oliveira Scherer
Diretora de Cartório
(Assina por determinação judicial)
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - Juizado Especial
Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, CEP: 76920 - 000, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-4992
Processo: 7005670-69.2018.8.22.0004
REQUERENTE: VALENCA & VALENCA LTDA - EPP
Advogado: KAREN KAROLINE GOMES ITO OAB: RO7785
REQUERIDO: DAIANE NUNES AREA
Fica a parte autora intimada para manifestar-se, no prazo de 05 dias, sobre a Certidão do Oficial de Justiça juntada aos autos.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 7001488-40.2018.8.22.0004
EXEQUENTE: SANDOVAL GOESE
Advogado: EDEMILSON EVANGELISTA DE ABREU OAB: RO2792
EXECUTADO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Advogado: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB: RO5462, Advogado: GABRIELA DE LIMA TORRES OAB: RO5714, Advogado: VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL OAB: RO8217
Fica a parte executada intimada a opor embargos, caso queira, no prazo de 15 dias, ao bloqueio realizado via BacenJud, conforme comprovante juntados aos autos.

Processo: 7003068-71.2019.8.22.0004
REQUERENTE: ELENITA MOREIRA PINTO
Advogados do(a) REQUERENTE: DAIANE ALVES STOPA - RO7832, VIVIANE SILVA CARVALHO - RO10032
REQUERIDO: SANDRO LUCIO MACHADO DE MIRANDA
Intimação DA PARTE AUTORA
Fica Vª. Sª. intimada, da designação de Audiência de Conciliação nos autos supracitados, a realizar-se na Sala de Conciliação, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, situado no Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, na Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-3409, no dia 08/07/2019 as 08:15 horas.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo nº: 7003665-45.2016.8.22.0004
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente:JOSE BRAGA DA SILVA
Endereço: RO 470, Travessão Formiga, Zona Rural, Mirante da Serra - RO - CEP: 76926-000
requerido(a): NOVALAR LTDA
Endereço: RIO BRANCO, 2390, CENTRO, Mirante da Serra - RO - CEP: 76926-000
Advogado: GILSON SYDNEI DANIEL OAB: RO2903
NOTIFICAÇÃO
Fica a parte requerida NOVALAR LTDA , NOTIFICADA para providenciar o recolhimento da importância de R$105,57(Cento e cinco reais e cinquenta e sete centavos), atualizada até a data: 02/05/2019, a título de custas do processo em epígrafe, no prazo 15 (quinze) dias.
O não pagamento integral ensejará a expedição de Certidão de Crédito Judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019.
Lilian Simone de Oliveira Scherer
Diretora de Cartório
(Assina por determinação judicial)

Processo: 7003093-84.2019.8.22.0004
REQUERENTE: ELENITA MOREIRA PINTO
Advogados do(a) REQUERENTE: DAIANE ALVES STOPA - RO7832, VIVIANE SILVA CARVALHO - RO10032
REQUERIDO: ELLAINE DALLE LASTE DE LIMA
Intimação DA PARTE AUTORA
Fica Vª. Sª. intimada, da designação de Audiência de Conciliação nos autos supracitados, a realizar-se na Sala de Conciliação, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, situado no Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, na Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-3409, no dia 08/07/2019 as 16:15 horas.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019.

Processo: 7001966-14.2019.8.22.0004
AUTOR: FERNANDO AGUERO
Advogado do(a) AUTOR: ELISE CHAVES CALIXTO - RO9478
REQUERIDO: B2W vIAGENS E tURISMO LTDA
Intimação DA PARTE AUTORA
Fica Vª. Sª. intimada, da designação de Audiência de Conciliação nos autos supracitados, a realizar-se na Sala de Conciliação, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, situado no Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, na Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-3409, no dia 08/07/2019 as 09:00 horas.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019.

Processo: 7003144-95.2019.8.22.0004
REQUERENTE: EUSA MARQUES DOS SANTOS - ME
Advogado do(a) REQUERENTE: LUANA NOVAES SCHOTTEN DE FREITAS - RO3287
REQUERIDO: RONALDO CHRISTHIANO DA SILVA SUNAHARA
Intimação DA PARTE AUTORA
Fica Vª. Sª. intimada, da designação de Audiência de Conciliação nos autos supracitados, a realizar-se na Sala de Conciliação, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, situado no Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, na Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-3409, no dia 08/07/2019 as 10:15 horas.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 70005752420198220004
REQUERENTE: JOELMO CAMATA, LH 166, LT 13, GB 09 S/N ZONA RURAL - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERENTE: JOSE RICARDO D AVASSI DAMICO OAB nº RO7435
OZEIAS DIAS DE AMORIM OAB nº RO4194 REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERIDO: MARCIO MELO NOGUEIRA OAB nº RO2827
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.
A ilegitimidade ativa arguida pela empresa ré, não merece ser acolhida. Conforme se extraem das provas constantes nos autos deste processo, a parte autora demonstra a existência do fornecimento de energia elétrica em sua propriedade, por meio do talão de energia elétrica (ID 24374838), bem como a existência de projetos para construção da referida subestação (ID 24374836). Além disso, comprova-se que a propriedade do imóvel está em seu nome, conforme o documento (ID 24374833). Portanto, concluo que a parte demandante é parte legítima para figurar no polo ativo desta demanda.
Afirma a requerida que, tendo a necessidade de perícia técnica, o feito não pode tramitar no Juizado Especial Cível por ofensa aos

princípios do contraditório e da ampla defesa. In casu, contudo, percebe-se que o processo não demanda a realização de perícia, porquanto não se trata de caso de alta complexidade, pois a eventual necessidade de produção de prova pericial não influi na definição da competência. Neste sentido tem entendido a Turma Recursal deste Tribunal de Justiça, (Recurso Inominado 7006147-69.2016.8.22.0002. Relator Jorge Luiz dos Santos Leal. Julgamento em 22/02/2017).

Consoante dispõe o art. 189 do CC: "Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts.205 e 206." Nesse contexto, não há no presente caso, violação ao direito pretendido, uma vez que não houve incorporação. Desse modo, não há que se considerar o termo inicial para contagem da prescrição, porque não nasceu a pretensão.

No mérito, consiste a controvérsia em se verificar a responsabilidade da requerida pela restituição de valores despendidos com rede de eletrificação rural.

Inicialmente este juízo adotou o entendimento de que não havendo prova de responsabilidade contratual entre as partes, não há fundamento à obrigação pretendida.

Sobredita cognição considera o contexto e expansão da malha de redes elétricas nas áreas mais longínquas do país e das respectivas normas regulamentadoras (Decreto 41.019/57, Lei 10.438/2002 e Resolução 229/2006), cuja interpretação possibilita o entendimento de que há necessidade de se verificar a fonte da obrigação vindicada, a exemplo de participação do consumidor no custeio ou dispêndio integral, se não observadas as regras de viabilidade e prazos estabelecidos.

Conquanto a 4ª. Turma do STJ (REsp 1100452/RS) tenha firmado o entendimento de que a restituição devida pelo financiamento das redes de eletrificação rural, depende da natureza da obra e dos limites de responsabilidade estabelecidos em contrato, em homenagem e prestígio à decisão da colenda Turma Recursal, bem como em observância à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação, observo a verticalização das decisões judiciais, que em tese, permitirá ainda, a economicidade processual, ante a possível redução dos atos de escrivania.

Por conseguinte, em atenção ao disposto no art. 4.º da Resolução 229/2006 – Aneel e ao Princípio da vedação do enriquecimento sem causa, tenho que as redes particulares que não sejam de utilização exclusiva do consumidor, poderão ser objeto de incorporação.

Assim, ante a prova de implantação da rede de eletrificação em propriedade rural, sem a contraprova pela requerida de que esta, se destina ao uso exclusivo do consumidor, reputo pertinente a pretensão.

Posto isso, Julgo Procedentes os pedidos para declarar a incorporação da rede de eletrificação rural ao patrimônio da requerida Eletrobrás Distribuição Rondônia – Ceron e condená-la à restituição do valor apresentado no pedido inicial, com juros de mora de 1% e com correção monetária conforme Tabela de Fatores de Atualização Monetária – Provimento 013/98/CG, desde a citação. Via de consequência extingo o processo com análise do mérito, nos termos do art. 487, I do NCPC.

Custas e honorários indevidos (art. 55 da Lei 9.099/95).

Transitada em julgado, apresente-se a planilha de cálculo do valor exigido, no prazo de 5 dias. Cumprido o ato, intime-se a requerida ao pagamento no prazo de 15 dias, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 523, § 1º. do NCPC.

Publique-se e intimem-se.

Decorrido o prazo para juntada do demonstrativo de crédito ou cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se.

Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019

Glauco Antônio Alves

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça de Rondônia

Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO

CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br

Processo: 70008385620198220004

REQUERENTE: FRANCISCO LEMES DIAS, LINHA 634, KM 80 LOTE 46, GLEBA 08, TARILÂNDIA - 76926-000 - MIRANTE DA SERRA - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERENTE: REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, RUA ANA NERY 976 JARDIM TROPICAL - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERIDO: MARCIO MELO NOGUEIRA OAB nº RO2827

DECISÃO

Converto o presente julgamento em diligência.

Intime-se o autor para juntar aos autos deste processo os seguintes documentos: a) fatura da conta de energia; b) projeto técnico e orçamentos relacionados à construção da subestação da rede elétrica questionada, e; c) documento que comprove a propriedade do imóvel rural, no prazo de 05 (cinco) dias.

Havendo manifestação do requerente, intime-se a empresa ré para manifestar-se quanto aos documentos juntados pelo autor, em igual prazo.

Após, concluso para sentença.

Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019

Glauco Antônio Alves

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça de Rondônia

Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO

CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br

Processo: 70004237320198220004

REQUERENTE: EREZIO CAMATTA, LH 614, LT 09, GB 57/A S/N ZONA RURAL - 76923-000 - VALE DO PARAÍSO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERENTE: JOSE RICARDO D AVASSI DAMICO OAB nº RO7435

OZEIAS DIAS DE AMORIM OAB nº RO4194 REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERIDO: MARCIO MELO NOGUEIRA OAB nº RO2827

SENTENÇA

Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.

A ilegitimidade ativa arguida pela empresa ré, não merece ser acolhida. Conforme se extraem das provas constantes nos autos deste processo, a parte autora demonstra a existência do fornecimento de energia elétrica em sua propriedade, por meio do talão de energia elétrica (ID 24218495), bem como a existência de projetos para construção da referida subestação (ID 24218493) em seu nome. Portanto, concluo que a parte demandante é parte legítima para figurar no polo ativo desta demanda.

Afirma a requerida que, tendo a necessidade de perícia técnica, o feito não pode tramitar no Juizado Especial Cível por ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa. In casu, contudo, percebe-se que o processo não demanda a realização de perícia, porquanto não se trata de caso de alta complexidade, pois a eventual necessidade de produção de prova pericial não influi na definição da competência. Neste sentido tem entendido a Turma Recursal deste Tribunal de Justiça, (Recurso Inominado 7006147-69.2016.8.22.0002. Relator Jorge Luiz dos Santos Leal. Julgamento em 22/02/2017).

Consoante dispõe o art. 189 do CC: "Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts.205 e 206." Nesse contexto, não há no presente caso, violação ao direito pretendido, uma vez que não houve incorporação. Desse modo, não há que se considerar o

termo inicial para contagem da prescrição, porque não nasceu a pretensão.
No mérito, consiste a controvérsia em se verificar a responsabilidade da requerida pela restituição de valores despendidos com rede de eletrificação rural.
Inicialmente este juízo adotou o entendimento de que não havendo prova de responsabilidade contratual entre as partes, não há fundamento à obrigação pretendida.
Sobredita cognição considera o contexto e expansão da malha de redes elétricas nas áreas mais longínquas do país e das respectivas normas regulamentadoras (Decreto 41.019/57, Lei 10.438/2002 e Resolução 229/2006), cuja interpretação possibilita o entendimento de que há necessidade de se verificar a fonte da obrigação vindicada, a exemplo de participação do consumidor no custeio ou dispêndio integral, se não observadas as regras de viabilidade e prazos estabelecidos.
Conquanto a 4ª. Turma do STJ (REsp 1100452/RS) tenha firmado o entendimento de que a restituição devida pelo financiamento das redes de eletrificação rural, depende da natureza da obra e dos limites de responsabilidade estabelecidos em contrato, em homenagem e prestígio à decisão da colenda Turma Recursal, bem como em observância à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação, observo a verticalização das decisões judiciais, que em tese, permitirá ainda, a economicidade processual, ante a possível redução dos atos de escrivania.
Por conseguinte, em atenção ao disposto no art. 4.º da Resolução 229/2006 – Aneel e ao Princípio da vedação do enriquecimento sem causa, tenho que as redes particulares que não sejam de utilização exclusiva do consumidor, poderão ser objeto de incorporação.
Assim, ante a prova de implantação da rede de eletrificação em propriedade rural, sem a contraprova pela requerida de que esta, se destina ao uso exclusivo do consumidor, reputo pertinente a pretensão.
Posto isso, Julgo Procedentes os pedidos para declarar a incorporação da rede de eletrificação rural ao patrimônio da requerida Eletrobrás Distribuição Rondônia – Ceron e condená-la à restituição do valor apresentado no pedido inicial, com juros de mora de 1% e com correção monetária conforme Tabela de Fatores de Atualização Monetária – Provimento 013/98/CG, desde a citação. Via de consequência extingo o processo com análise do mérito, nos termos do art. 487, I do NCPC.
Custas e honorários indevidos (art. 55 da Lei 9.099/95).
Transitada em julgado, apresente-se a planilha de cálculo do valor exigido, no prazo de 5 dias. Cumprido o ato, intime-se a requerida ao pagamento no prazo de 15 dias, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 523, § 1º. do NCPC.
Publique-se e intimem-se.
Decorrido o prazo para juntada do demonstrativo de crédito ou cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019
Glauco Antônio Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 70031674120198220004
AUTOR: GEZER GONZAGA DE NOVAIS, SITIO 0 ZONA RURAL - 76928-000 - TEIXEIRÓPOLIS - RONDÔNIA ADVOGADO DO AUTOR: MARCOS ANTONIO ODA FILHO OAB nº PR4760
LIANE SANTA DE MELO COUTINHO OAB nº RO9691 REQUERIDO: C. E. D. R., AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERIDO:
DESPACHO
Não há nos autos deste processo documento que comprove a propriedade do imóvel rural. Destarte, intime-se o autor para juntá-lo, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019
Glauco Antônio Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 70002461220198220004
REQUERENTE: EREZIO CAMATTA, LH 614, LT 09, GB 57/A S/N ZONA RURAL - 76923-000 - VALE DO PARAÍSO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERENTE: JOSE RICARDO D AVASSI DAMICO OAB nº RO7435
OZEIAS DIAS DE AMORIM OAB nº RO4194 REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERIDO: MARCIO MELO NOGUEIRA OAB nº RO2827
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.
A ilegitimidade ativa arguida pela empresa ré, não merece ser acolhida. Conforme se extraem das provas constantes nos autos deste processo, a parte autora demonstra a existência do fornecimento de energia elétrica em sua propriedade, por meio do talão de energia elétrica (ID 24090745), bem como a existência de projetos para construção da referida subestação (ID 24090742). Além disso, comprova-se que a propriedade do imóvel está em seu nome, conforme o documento (ID 24090741). Portanto, concluo que a parte demandante é parte legítima para figurar no polo ativo desta demanda.
Afirma a requerida que, tendo a necessidade de perícia técnica, o feito não pode tramitar no Juizado Especial Cível por ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa. In casu, contudo, percebe-se que o processo não demanda a realização de perícia, porquanto não se trata de caso de alta complexidade, pois a eventual necessidade de produção de prova pericial não influi na definição da competência. Neste sentido tem entendido a Turma Recursal deste Tribunal de Justiça, (Recurso Inominado 7006147-69.2016.8.22.0002. Relator Jorge Luiz dos Santos Leal. Julgamento em 22/02/2017).
Consoante dispõe o art. 189 do CC: "Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts.205 e 206." Nesse contexto, não há no presente caso, violação ao direito pretendido, uma vez que não houve incorporação. Desse modo, não há que se considerar o termo inicial para contagem da prescrição, porque não nasceu a pretensão.
No mérito, consiste a controvérsia em se verificar a responsabilidade da requerida pela restituição de valores despendidos com rede de eletrificação rural.
Inicialmente este juízo adotou o entendimento de que não havendo prova de responsabilidade contratual entre as partes, não há fundamento à obrigação pretendida.
Sobredita cognição considera o contexto e expansão da malha de redes elétricas nas áreas mais longínquas do país e das respectivas normas regulamentadoras (Decreto 41.019/57, Lei 10.438/2002 e Resolução 229/2006), cuja interpretação possibilita o entendimento de que há necessidade de se verificar a fonte da obrigação

vindicada, a exemplo de participação do consumidor no custeio ou dispêndio integral, se não observadas as regras de viabilidade e prazos estabelecidos.
Conquanto a 4ª. Turma do STJ (REsp 1100452/RS) tenha firmado o entendimento de que a restituição devida pelo financiamento das redes de eletrificação rural, depende da natureza da obra e dos limites de responsabilidade estabelecidos em contrato, em homenagem e prestígio à decisão da colenda Turma Recursal, bem como em observância à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação, observo a verticalização das decisões judiciais, que em tese, permitirá ainda, a economicidade processual, ante a possível redução dos atos de escrivania.
Por conseguinte, em atenção ao disposto no art. 4.º da Resolução 229/2006 – Aneel e ao Princípio da vedação do enriquecimento sem causa, tenho que as redes particulares que não sejam de utilização exclusiva do consumidor, poderão ser objeto de incorporação.
Assim, ante a prova de implantação da rede de eletrificação em propriedade rural, sem a contraprova pela requerida de que esta, se destina ao uso exclusivo do consumidor, reputo pertinente a pretensão.
Posto isso, Julgo Procedentes os pedidos para declarar a incorporação da rede de eletrificação rural ao patrimônio da requerida Eletrobrás Distribuição Rondônia – Ceron e condená-la à restituição do valor apresentado no pedido inicial, com juros de mora de 1% e com correção monetária conforme Tabela de Fatores de Atualização Monetária – Provimento 013/98/CG, desde a citação. Via de consequência extingo o processo com análise do mérito, nos termos do art. 487, I do NCPC.
Custas e honorários indevidos (art. 55 da Lei 9.099/95).
Transitada em julgado, apresente-se a planilha de cálculo do valor exigido, no prazo de 5 dias. Cumprido o ato, intime-se a requerida ao pagamento no prazo de 15 dias, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 523, § 1º. do NCPC.
Publique-se e intimem-se.
Decorrido o prazo para juntada do demonstrativo de crédito ou cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019
Glauco Antônio Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 70058837520188220004
REQUERENTE: JACKSON CORREIA PASSOS, LINHA 203, KM 68, LOTE 15, GLEBA 01 lote 15 ZONA RURAL - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERENTE: ALEXANDRE ANDERSON HOFFMANN OAB nº RO3709 REQUERIDOS: LATICINIO OURO MINAS LTDA CNPJ nº 63.773.543/0001-61, RONDOMINAS, PREFEITURA DO DISTRITO DE RONDOMINAS RONDOMINAS - 76920-990 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA
BANCO BRADESCO SA CNPJ nº 60.746.948/0960-47, AVENIDA VX DE NOVEMBRO SEM NUMERO, EM FRENTE AO CAMELODROMO 3 COQUEIROS CENTRO - 76925-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: GUSTAVO CAETANO GOMES OAB nº RO3269, WILSON BELCHIOR OAB nº AC4215
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do disposto no art.38 da Lei 9.099/95.
Em primeira análise reputo pela ilegitimidade passiva do Banco Bradesco S/A, porquanto conforme a certidão positiva de protesto, o Banco réu levou a duplicata a protesto, por endosso-mandato.
Dispõe a Súmula 476 do STJ, que "o endossatário de título de crédito por endosso-mandato só responde por danos decorrentes de protesto indevido se extrapolar os poderes de mandatário."
O endosso-mandato não altera a relação cambiária original, uma vez que não transfere a propriedade do título, mas apenas confere ao banco endossatário a incumbência de realizar a cobrança em nome do endossante. Não há prova de que a instituição financeira tenha sido negligente ou de que não tenha observado os requisitos de legitimidade do título.
No mérito, a questão posta a desate, consiste em verificar a responsabilidade do requerido Laticínio Ouro Minas pelo protesto do nome do autor.
O requerente aduz na inicial que não firmou negócio jurídico com o requerido, entretanto, após a defesa esclarecer a origem do débito, reconhece o mútuo estabelecido entre a associação de produtores e o requerido.
O autor não comprovou a constituição da referida pessoa jurídica, tampouco, a dissonância de responsabilidade pelo débito.
Outrossim, os recibos de frete em nome do autor, denotam o conhecimento e a anuência deste ao desconto das parcelas referentes à compra dos pneus.
Corrobora este assentimento o fato incontroverso de que os descontos cessaram em razão do encerramento das atividades do requerido, que possibilitava o desconto no serviço prestado.
O inadimplemento não decorrreu da ausência de responsabilidade do autor, mas da impossibilidade financeira ao respectivo custeio.
Desse modo, ainda que o crédito tenha se destinado a um grupo de pessoas, o requerente assumiu o ônus quanto ao pagamento. Por conseguinte, subsiste a este, eventual direito de regresso, em caso de locupletamento ilícito.
Assim, ausente a prova de quitação do débito exigido e comprovada a relação jurídica entre as partes, é devida a cobrança da obrigação pelo requerido, que ao protestar o nome do autor, agiu no exercício regular de seu direito.
Passo à análise do dano moral.
Na mesma esteira, o autor não comprova a existência de ato ilícito praticado pela requerida.
O ato ilícito exige para sua configuração e consequente dever de indenizar quatro requisitos, quais sejam: ação, dano, nexo causal e culpa. No caso em comento inexiste conduta ilícita, via de consequência o pedido de indenização não deve prosperar.
Em que pese infundada a pretensão, não há prova de dolo de lesão a fundamentar a pretensa sanção por litigância de má-fé.
Frente o pedido contraposto, deverá o requerido caso queira, pleitear o recebimento perante o juízo competente, porquanto não detêm natureza de ME ou EPP (art.8º., da Lei 9.099/95), sendo portanto, impedida de litigar como parte autora perante este procedimento simplificado.
Posto isso, Julgo Improcedentes os pedidos propostos por Jackson Correia Passos em face de Laticínio Ouro Minas Ltda. Julgo extinto o processo conforme disposto no arts.487, I e 485, IV, do NCPC.
Exclua-se o requerido Banco Bradesco S/A do polo passivo.
Custas e honorários indevidos (art.55 da Lei 9.099/95).
Publique-se e intimem-se.
Decorrido o prazo recursal, sem manifestação, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019
Glauco Antônio Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 70034469520178220004
EXEQUENTE: TORRENTE & TORRENTE LTDA, RUA DOS COQUEIROS 0971 JARDIM TROPICAL - 76920-000 - OURO

PRETO DO OESTE - RONDÔNIA ADVOGADO DO EXEQUENTE: SUELLEM CARLA FERNANDES DA COSTA ESCUDERO OAB nº RO3475
CLAUDIA FIDELIS OAB nº RO3470 EXECUTADO: FRANCISMAR SAVIANA DE SOUZA CPF nº 653.313.382-91, RUA SÃO JOÃO DEL REI 168 JARDIM AEROPORTO - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA ADVOGADO DO EXECUTADO:
SENTENÇA
Indefiro renovação de ato inexitoso.
Instada, a exequente não indicou bens passíveis de constrição.
Por conseguinte, ausentes bens à garantia do crédito remanescente, julgo extinto o processo, conforme disposto no art.53,§4º., da Lei 9.099/95.
Publique-se e intime-se.
Arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019
Glauco Antônio Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 70003587820198220004
REQUERENTE: ELISEU CAMATTA, LH 614, LT 10, GB 57/A S/N ZONA RURAL - 76923-000 - VALE DO PARAÍSO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERENTE: JOSE RICARDO D AVASSI DAMICO OAB nº RO7435
OZEIAS DIAS DE AMORIM OAB nº RO4194 REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERIDO: MARCIO MELO NOGUEIRA OAB nº RO2827
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.
A ilegitimidade ativa arguida pela empresa ré, não merece ser acolhida. Conforme se extraem das provas constantes nos autos deste processo, a parte autora demonstra a existência do fornecimento de energia elétrica em sua propriedade, por meio do talão de energia elétrica (ID 24163832), bem como a existência de projetos para construção da referida subestação (ID 24163829). Além disso, comprova-se que a propriedade do imóvel está em seu nome, conforme o documento (ID 24163827). Portanto, concluo que a parte demandante é parte legítima para figurar no polo ativo desta demanda.
Afirma a requerida que, tendo a necessidade de perícia técnica, o feito não pode tramitar no Juizado Especial Cível por ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa. In casu, contudo, percebe-se que o processo não demanda a realização de perícia, porquanto não se trata de caso de alta complexidade, pois a eventual necessidade de produção de prova pericial não influi na definição da competência. Neste sentido tem entendido a Turma Recursal deste Tribunal de Justiça, (Recurso Inominado 7006147-69.2016.8.22.0002. Relator Jorge Luiz dos Santos Leal. Julgamento em 22/02/2017).
Consoante dispõe o art. 189 do CC: "Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts.205 e 206." Nesse contexto, não há no presente caso, violação ao direito pretendido, uma vez que não houve incorporação. Desse modo, não há que se considerar o termo inicial para contagem da prescrição, porque não nasceu a pretensão.
No mérito, consiste a controvérsia em se verificar a responsabilidade da requerida pela restituição de valores despendidos com rede de eletrificação rural.
Inicialmente este juízo adotou o entendimento de que não havendo prova de responsabilidade contratual entre as partes, não há fundamento à obrigação pretendida.
Sobredita cognição considera o contexto e expansão da malha de redes elétricas nas áreas mais longínquas do país e das respectivas normas regulamentadoras (Decreto 41.019/57, Lei 10.438/2002 e Resolução 229/2006), cuja interpretação possibilita o entendimento de que há necessidade de se verificar a fonte da obrigação vindicada, a exemplo de participação do consumidor no custeio ou dispêndio integral, se não observadas as regras de viabilidade e prazos estabelecidos.
Conquanto a 4ª. Turma do STJ (REsp 1100452/RS) tenha firmado o entendimento de que a restituição devida pelo financiamento das redes de eletrificação rural, depende da natureza da obra e dos limites de responsabilidade estabelecidos em contrato, em homenagem e prestígio à decisão da colenda Turma Recursal, bem como em observância à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação, observo a verticalização das decisões judiciais, que em tese, permitirá ainda, a economicidade processual, ante a possível redução dos atos de escrivania.
Por conseguinte, em atenção ao disposto no art. 4.º da Resolução 229/2006 – Aneel e ao Princípio da vedação do enriquecimento sem causa, tenho que as redes particulares que não sejam de utilização exclusiva do consumidor, poderão ser objeto de incorporação.
Assim, ante a prova de implantação da rede de eletrificação em propriedade rural, sem a contraprova pela requerida de que esta, se destina ao uso exclusivo do consumidor, reputo pertinente a pretensão.
Posto isso, Julgo Procedentes os pedidos para declarar a incorporação da rede de eletrificação rural ao patrimônio da requerida Eletrobrás Distribuição Rondônia – Ceron e condená-la à restituição do valor apresentado no pedido inicial, com juros de mora de 1% e com correção monetária conforme Tabela de Fatores de Atualização Monetária – Provimento 013/98/CG, desde a citação. Via de consequência extingo o processo com análise do mérito, nos termos do art. 487, I do NCPC.
Custas e honorários indevidos (art. 55 da Lei 9.099/95).
Transitada em julgado, apresente-se a planilha de cálculo do valor exigido, no prazo de 5 dias. Cumprido o ato, intime-se a requerida ao pagamento no prazo de 15 dias, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 523, § 1º. do NCPC.
Publique-se e intimem-se.
Decorrido o prazo para juntada do demonstrativo de crédito ou cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019
Glauco Antônio Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 70005890820198220004
REQUERENTE: JOEUDIS ROSSIM CAMATA, LH 201, LT 58, GB 26 S/N ZONA RURAL - 76923-000 - VALE DO PARAÍSO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERENTE: JOSE RICARDO D AVASSI DAMICO OAB nº RO7435
OZEIAS DIAS DE AMORIM OAB nº RO4194 REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERIDO: MARCIO MELO NOGUEIRA OAB nº RO2827
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.

A ilegitimidade ativa arguida pela empresa ré, não merece ser acolhida. Conforme se extraem das provas contidas nos autos deste processo, a parte autora demonstra a existência do fornecimento de energia elétrica em sua propriedade, por meio do talão de energia elétrica (ID 24387159), bem como a existência de projetos para construção da referida subestação (ID 24387157). Além disso, comprova-se que a propriedade do imóvel está em seu nome, conforme o documento (ID 24387156). Portanto, concluo que a parte demandante é parte legítima para figurar no polo ativo desta demanda.

Afirma a requerida que, tendo a necessidade de perícia técnica, o feito não pode tramitar no Juizado Especial Cível por ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa. In casu, contudo, percebe-se que o processo não demanda a realização de perícia, porquanto não se trata de caso de alta complexidade, pois a eventual necessidade de produção de prova pericial não influi na definição da competência. Neste sentido tem entendido a Turma Recursal deste Tribunal de Justiça, (Recurso Inominado 7006147-69.2016.8.22.0002. Relator Jorge Luiz dos Santos Leal. Julgamento em 22/02/2017).

Consoante dispõe o art. 189 do CC: "Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts.205 e 206." Nesse contexto, não há no presente caso, violação ao direito pretendido, uma vez que não houve incorporação. Desse modo, não há que se considerar o termo inicial para contagem da prescrição, porque não nasceu a pretensão.

No mérito, consiste a controvérsia em se verificar a responsabilidade da requerida pela restituição de valores despendidos com rede de eletrificação rural.

Inicialmente este juízo adotou o entendimento de que não havendo prova de responsabilidade contratual entre as partes, não há fundamento à obrigação pretendida.

Sobredita cognição considera o contexto e expansão da malha de redes elétricas nas áreas mais longínquas do país e das respectivas normas regulamentadoras (Decreto 41.019/57, Lei 10.438/2002 e Resolução 229/2006), cuja interpretação possibilita o entendimento de que há necessidade de se verificar a fonte da obrigação vindicada, a exemplo de participação do consumidor no custeio ou dispêndio integral, se não observadas as regras de viabilidade e prazos estabelecidos.

Conquanto a 4ª. Turma do STJ (REsp 1100452/RS) tenha firmado o entendimento de que a restituição devida pelo financiamento das redes de eletrificação rural, depende da natureza da obra e dos limites de responsabilidade estabelecidos em contrato, em homenagem e prestígio à decisão da colenda Turma Recursal, bem como em observância à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação, observo a verticalização das decisões judiciais, que em tese, permitirá ainda, a economicidade processual, ante a possível redução dos atos de escrivania.

Por conseguinte, em atenção ao disposto no art. 4.º da Resolução 229/2006 – Aneel e ao Princípio da vedação do enriquecimento sem causa, tenho que as redes particulares que não sejam de utilização exclusiva do consumidor, poderão ser objeto de incorporação.

Assim, ante a prova de implantação da rede de eletrificação em propriedade rural, sem a contraprova pela requerida de que esta, se destina ao uso exclusivo do consumidor, reputo pertinente a pretensão.

Posto isso, Julgo Procedentes os pedidos para declarar a incorporação da rede de eletrificação rural ao patrimônio da requerida Eletrobrás Distribuição Rondônia – Ceron e condená-la à restituição do valor apresentado no pedido inicial, com juros de mora de 1% e com correção monetária conforme Tabela de Fatores de Atualização Monetária – Provimento 013/98/CG, desde a citação. Via de consequência extingo o processo com análise do mérito, nos termos do art. 487, I do NCPC.

Custas e honorários indevidos (art. 55 da Lei 9.099/95).

Transitada em julgado, apresente-se a planilha de cálculo do valor exigido, no prazo de 5 dias. Cumprido o ato, intime-se a requerida ao pagamento no prazo de 15 dias, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 523, § 1º. do NCPC.

Publique-se e intimem-se.

Decorrido o prazo para juntada do demonstrativo de crédito ou cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se.

Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019

Glauco Antônio Alves

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça de Rondônia

Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO

CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br

Processo: 70005440420198220004

REQUERENTE: BENICIO FERREIRA, LH 613, KM 60, LT 45, GB 02 S/N ZONA RURAL - 76923-000 - VALE DO PARAÍSO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERENTE: JOSE RICARDO D AVASSI DAMICO OAB nº RO7435

OZEIAS DIAS DE AMORIM OAB nº RO4194 REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERIDO: MARCIO MELO NOGUEIRA OAB nº RO2827

SENTENÇA

Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.

A ilegitimidade ativa arguida pela empresa ré, não merece ser acolhida. Conforme se extraem das provas constantes nos autos deste processo, a parte autora demonstra a existência do fornecimento de energia elétrica em sua propriedade, por meio do talão de energia elétrica (ID 24352288), bem como a existência de projetos para construção da referida subestação (ID 24352286). Além disso, comprova-se que a propriedade do imóvel está em seu nome, com o documento (ID 24352283). Portanto, concluo que a parte demandante é parte legítima nesta demanda.

Afirma a requerida que, tendo a necessidade de perícia técnica, o feito não pode tramitar no Juizado Especial Cível por ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa. In casu, contudo, percebe-se que o processo não demanda a realização de perícia, porquanto não se trata de caso de alta complexidade, pois a eventual necessidade de produção de prova pericial não influi na definição da competência. Neste sentido tem entendido a Turma Recursal deste Tribunal de Justiça, (Recurso Inominado 7006147-69.2016.8.22.0002. Relator Jorge Luiz dos Santos Leal. Julgamento em 22/02/2017).

Consoante dispõe o art. 189 do CC: "Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts.205 e 206." Nesse contexto, não há no presente caso, violação ao direito pretendido, uma vez que não houve incorporação. Desse modo, não há que se considerar o termo inicial para contagem da prescrição, porque não nasceu a pretensão.

No mérito, consiste a controvérsia em se verificar a responsabilidade da requerida pela restituição de valores despendidos com rede de eletrificação rural.

Inicialmente este juízo adotou o entendimento de que não havendo prova de responsabilidade contratual entre as partes, não há fundamento à obrigação pretendida.

Sobredita cognição considera o contexto e expansão da malha de redes elétricas nas áreas mais longínquas do país e das respectivas normas regulamentadoras (Decreto 41.019/57, Lei 10.438/2002 e Resolução 229/2006), cuja interpretação possibilita o entendimento de que há necessidade de se verificar a fonte da obrigação vindicada, a exemplo de participação do consumidor no custeio ou

dispêndio integral, se não observadas as regras de viabilidade e prazos estabelecidos.
Conquanto a 4ª. Turma do STJ (REsp 1100452/RS) tenha firmado o entendimento de que a restituição devida pelo financiamento das redes de eletrificação rural, depende da natureza da obra e dos limites de responsabilidade estabelecidos em contrato, em homenagem e prestígio à decisão da colenda Turma Recursal, bem como em observância à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação, observo a verticalização das decisões judiciais, que em tese, permitirá ainda, a economicidade processual, ante a possível redução dos atos de escrivania.
Por conseguinte, em atenção ao disposto no art. 4.º da Resolução 229/2006 – Aneel e ao Princípio da vedação do enriquecimento sem causa, tenho que as redes particulares que não sejam de utilização exclusiva do consumidor, poderão ser objeto de incorporação.
Assim, ante a prova de implantação da rede de eletrificação em propriedade rural, sem a contraprova pela requerida de que esta, se destina ao uso exclusivo do consumidor, reputo pertinente a pretensão.
Posto isso, Julgo Procedentes os pedidos para declarar a incorporação da rede de eletrificação rural ao patrimônio da requerida Eletrobrás Distribuição Rondônia – Ceron e condená-la à restituição do valor apresentado no pedido inicial, com juros de mora de 1% e com correção monetária conforme Tabela de Fatores de Atualização Monetária – Provimento 013/98/CG, desde a citação. Via de consequência extingo o processo com análise do mérito, nos termos do art. 487, I do NCPC.
Custas e honorários indevidos (art. 55 da Lei 9.099/95).
Transitada em julgado, apresente-se a planilha de cálculo do valor exigido, no prazo de 5 dias. Cumprido o ato, intime-se a requerida ao pagamento no prazo de 15 dias, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 523, § 1º. do NCPC.
Publique-se e intimem-se.
Decorrido o prazo para juntada do demonstrativo de crédito ou cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019
Glauco Antônio Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 70003579320198220004
REQUERENTE: ELISEU CAMATTA, LH 614, LT 10, GB 57/A S/N ZONA RURAL - 76923-000 - VALE DO PARAÍSO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERENTE: JOSE RICARDO D AVASSI DAMICO OAB nº RO7435
OZEIAS DIAS DE AMORIM OAB nº RO4194 REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERIDO: MARCIO MELO NOGUEIRA OAB nº RO2827
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.
Afirma a requerida que, tendo a necessidade de perícia técnica, o feito não pode tramitar no Juizado Especial Cível por ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa. In casu, contudo, percebe-se que o processo não demanda a realização de perícia, porquanto não se trata de caso de alta complexidade, pois a eventual necessidade de produção de prova pericial não influi na definição da competência. Neste sentido tem entendido a Turma Recursal deste Tribunal de Justiça, (Recurso Inominado 7006147-69.2016.8.22.0002. Relator Jorge Luiz dos Santos Leal. Julgamento em 22/02/2017).
Consoante dispõe o art. 189 do CC: "Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts.205 e 206." Nesse contexto, não há no presente caso, violação ao direito pretendido, uma vez que não houve incorporação. Desse modo, não há que se considerar o termo inicial para contagem da prescrição, porque não nasceu a pretensão.
No mérito, consiste a controvérsia em se verificar a responsabilidade da requerida pela restituição de valores despendidos com rede de eletrificação rural.
Inicialmente este juízo adotou o entendimento de que não havendo prova de responsabilidade contratual entre as partes, não há fundamento à obrigação pretendida.
Sobredita cognição considera o contexto e expansão da malha de redes elétricas nas áreas mais longínquas do país e das respectivas normas regulamentadoras (Decreto 41.019/57, Lei 10.438/2002 e Resolução 229/2006), cuja interpretação possibilita o entendimento de que há necessidade de se verificar a fonte da obrigação vindicada, a exemplo de participação do consumidor no custeio ou dispêndio integral, se não observadas as regras de viabilidade e prazos estabelecidos.
Conquanto a 4ª. Turma do STJ (REsp 1100452/RS) tenha firmado o entendimento de que a restituição devida pelo financiamento das redes de eletrificação rural, depende da natureza da obra e dos limites de responsabilidade estabelecidos em contrato, em homenagem e prestígio à decisão da colenda Turma Recursal, bem como em observância à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação, observo a verticalização das decisões judiciais, que em tese, permitirá ainda, a economicidade processual, ante a possível redução dos atos de escrivania.
Por conseguinte, em atenção ao disposto no art. 4.º da Resolução 229/2006 – Aneel e ao Princípio da vedação do enriquecimento sem causa, tenho que as redes particulares que não sejam de utilização exclusiva do consumidor, poderão ser objeto de incorporação.
Assim, ante a prova de implantação da rede de eletrificação em propriedade rural, sem a contraprova pela requerida de que esta, se destina ao uso exclusivo do consumidor, reputo pertinente a pretensão.
Posto isso, Julgo Procedentes os pedidos para declarar a incorporação da rede de eletrificação rural ao patrimônio da requerida Eletrobrás Distribuição Rondônia – Ceron e condená-la à restituição do valor apresentado no pedido inicial, com juros de mora de 1% e com correção monetária conforme Tabela de Fatores de Atualização Monetária – Provimento 013/98/CG, desde a citação. Via de consequência extingo o processo com análise do mérito, nos termos do art. 487, I do NCPC.
Custas e honorários indevidos (art. 55 da Lei 9.099/95).
Transitada em julgado, apresente-se a planilha de cálculo do valor exigido, no prazo de 5 dias. Cumprido o ato, intime-se a requerida ao pagamento no prazo de 15 dias, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 523, § 1º. do NCPC.
Publique-se e intimem-se.
Decorrido o prazo para juntada do demonstrativo de crédito ou cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019
Glauco Antônio Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 70003206620198220004

REQUERENTE: ANIBA LENKE, LH 614, LT 84, GB 58/A S/N ZONA RURAL - 76923-000 - VALE DO PARAÍSO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERENTE: JOSE RICARDO D AVASSI DAMICO OAB nº RO7435
OZEIAS DIAS DE AMORIM OAB nº RO4194 REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERIDO: MARCIO MELO NOGUEIRA OAB nº RO2827
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.
A ilegitimidade ativa arguida pela empresa ré, não merece ser acolhida. Conforme se extraem das provas constantes nos autos deste processo, a parte autora demonstra a existência do fornecimento de energia elétrica em sua propriedade, por meio do talão de energia elétrica (ID 24139365), bem como a existência de projetos para construção da referida subestação (ID 24139362). Além disso, comprova-se que a propriedade do imóvel está em seu nome, conforme o documento (ID 24139361). Portanto, concluo que a parte demandante é parte legítima para figurar no polo ativo desta demanda.
Afirma a requerida que, tendo a necessidade de perícia técnica, o feito não pode tramitar no Juizado Especial Cível por ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa. In casu, contudo, percebe-se que o processo não demanda a realização de perícia, porquanto não se trata de caso de alta complexidade, pois a eventual necessidade de produção de prova pericial não influi na definição da competência. Neste sentido tem entendido a Turma Recursal deste Tribunal de Justiça, (Recurso Inominado 7006147-69.2016.8.22.0002. Relator Jorge Luiz dos Santos Leal. Julgamento em 22/02/2017).
Consoante dispõe o art. 189 do CC: "Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts.205 e 206." Nesse contexto, não há no presente caso, violação ao direito pretendido, uma vez que não houve incorporação. Desse modo, não há que se considerar o termo inicial para contagem da prescrição, porque não nasceu a pretensão.
No mérito, consiste a controvérsia em se verificar a responsabilidade da requerida pela restituição de valores despendidos com rede de eletrificação rural.
Inicialmente este juízo adotou o entendimento de que não havendo prova de responsabilidade contratual entre as partes, não há fundamento à obrigação pretendida.
Sobredita cognição considera o contexto e expansão da malha de redes elétricas nas áreas mais longínquas do país e das respectivas normas regulamentadoras (Decreto 41.019/57, Lei 10.438/2002 e Resolução 229/2006), cuja interpretação possibilita o entendimento de que há necessidade de se verificar a fonte da obrigação vindicada, a exemplo de participação do consumidor no custeio ou dispêndio integral, se não observadas as regras de viabilidade e prazos estabelecidos.
Conquanto a 4ª. Turma do STJ (REsp 1100452/RS) tenha firmado o entendimento de que a restituição devida pelo financiamento das redes de eletrificação rural, depende da natureza da obra e dos limites de responsabilidade estabelecidos em contrato, em homenagem e prestígio à decisão da colenda Turma Recursal, bem como em observância à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação, observo a verticalização das decisões judiciais, que em tese, permitirá ainda, a economicidade processual, ante a possível redução dos atos de escrivania.
Por conseguinte, em atenção ao disposto no art. 4.º da Resolução 229/2006 – Aneel e ao Princípio da vedação do enriquecimento sem causa, tenho que as redes particulares que não sejam de utilização exclusiva do consumidor, poderão ser objeto de incorporação.
Assim, ante a prova de implantação da rede de eletrificação em propriedade rural, sem a contraprova pela requerida de que esta, se destina ao uso exclusivo do consumidor, reputo pertinente a pretensão.
Posto isso, Julgo Procedentes os pedidos para declarar a incorporação da rede de eletrificação rural ao patrimônio da requerida Eletrobrás Distribuição Rondônia – Ceron e condená-la à restituição do valor apresentado no pedido inicial, com juros de mora de 1% e com correção monetária conforme Tabela de Fatores de Atualização Monetária – Provimento 013/98/CG, desde a citação. Via de consequência extingo o processo com análise do mérito, nos termos do art. 487, I do NCPC.
Custas e honorários indevidos (art. 55 da Lei 9.099/95).
Transitada em julgado, apresente-se a planilha de cálculo do valor exigido, no prazo de 5 dias. Cumprido o ato, intime-se a requerida ao pagamento no prazo de 15 dias, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 523, § 1º. do NCPC.
Publique-se e intimem-se.
Decorrido o prazo para juntada do demonstrativo de crédito ou cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019
Glauco Antônio Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 70002687020198220004
REQUERENTE: BASILIO FERREIRA DA SILVA, LH 613, LT 31, GB 02 S/N ZONA RURAL - 76923-000 - VALE DO PARAÍSO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERENTE: JOSE RICARDO D AVASSI DAMICO OAB nº RO7435
OZEIAS DIAS DE AMORIM OAB nº RO4194 REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERIDO: MARCIO MELO NOGUEIRA OAB nº RO2827
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.
A ilegitimidade ativa arguida pela empresa ré, não merece ser acolhida. Conforme se extraem das provas constantes nos autos deste processo, a parte autora demonstra a existência do fornecimento de energia elétrica em sua propriedade, por meio do talão de energia elétrica (ID 24112187), bem como a existência de projetos para construção da referida subestação (ID 24112182). Além disso, comprova-se que a propriedade do imóvel está em seu nome, conforme o documento (ID 24112178). Portanto, concluo que a parte demandante é parte legítima para figurar no polo ativo desta demanda.
Afirma a requerida que, tendo a necessidade de perícia técnica, o feito não pode tramitar no Juizado Especial Cível por ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa. In casu, contudo, percebe-se que o processo não demanda a realização de perícia, porquanto não se trata de caso de alta complexidade, pois a eventual necessidade de produção de prova pericial não influi na definição da competência. Neste sentido tem entendido a Turma Recursal deste Tribunal de Justiça, (Recurso Inominado 7006147-69.2016.8.22.0002. Relator Jorge Luiz dos Santos Leal. Julgamento em 22/02/2017).
Consoante dispõe o art. 189 do CC: "Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts.205 e 206." Nesse contexto, não há no presente caso, violação ao direito pretendido, uma vez que não houve incorporação. Desse modo, não há que se considerar o termo inicial para contagem da prescrição, porque não nasceu a pretensão.

No mérito, consiste a controvérsia em se verificar a responsabilidade da requerida pela restituição de valores despendidos com rede de eletrificação rural.
Inicialmente este juízo adotou o entendimento de que não havendo prova de responsabilidade contratual entre as partes, não há fundamento à obrigação pretendida.
Sobredita cognição considera o contexto e expansão da malha de redes elétricas nas áreas mais longínquas do país e das respectivas normas regulamentadoras (Decreto 41.019/57, Lei 10.438/2002 e Resolução 229/2006), cuja interpretação possibilita o entendimento de que há necessidade de se verificar a fonte da obrigação vindicada, a exemplo de participação do consumidor no custeio ou dispêndio integral, se não observadas as regras de viabilidade e prazos estabelecidos.
Conquanto a 4ª. Turma do STJ (REsp 1100452/RS) tenha firmado o entendimento de que a restituição devida pelo financiamento das redes de eletrificação rural, depende da natureza da obra e dos limites de responsabilidade estabelecidos em contrato, em homenagem e prestígio à decisão da colenda Turma Recursal, bem como em observância à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação, observo a verticalização das decisões judiciais, que em tese, permitirá ainda, a economicidade processual, ante a possível redução dos atos de escrivania.
Por conseguinte, em atenção ao disposto no art. 4.º da Resolução 229/2006 – Aneel e ao Princípio da vedação do enriquecimento sem causa, tenho que as redes particulares que não sejam de utilização exclusiva do consumidor, poderão ser objeto de incorporação.
Assim, ante a prova de implantação da rede de eletrificação em propriedade rural, sem a contraprova pela requerida de que esta, se destina ao uso exclusivo do consumidor, reputo pertinente a pretensão.
Posto isso, Julgo Procedentes os pedidos para declarar a incorporação da rede de eletrificação rural ao patrimônio da requerida Eletrobrás Distribuição Rondônia – Ceron e condená-la à restituição do valor apresentado no pedido inicial, com juros de mora de 1% e com correção monetária conforme Tabela de Fatores de Atualização Monetária – Provimento 013/98/CG, desde a citação. Via de consequência extingo o processo com análise do mérito, nos termos do art. 487, I do NCPC.
Custas e honorários indevidos (art. 55 da Lei 9.099/95).
Transitada em julgado, apresente-se a planilha de cálculo do valor exigido, no prazo de 5 dias. Cumprido o ato, intime-se a requerida ao pagamento no prazo de 15 dias, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 523, § 1º. do NCPC.
Publique-se e intimem-se.
Decorrido o prazo para juntada do demonstrativo de crédito ou cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019
Glauco Antônio Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 70002487920198220004
REQUERENTE: EVANDRO BRESSALE CAMATA, LH 201, LT 61, GB 26 S/N ZONA RURAL - 76923-000 - VALE DO PARAÍSO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERENTE: JOSE RICARDO D AVASSI DAMICO OAB nº RO7435
OZEIAS DIAS DE AMORIM OAB nº RO4194 REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERIDO: MARCIO MELO NOGUEIRA OAB nº RO2827
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.
A ilegitimidade ativa arguida pela empresa ré, não merece ser acolhida. Conforme se extraem das provas constantes nos autos deste processo, a parte autora demonstra a existência do fornecimento de energia elétrica em sua propriedade, por meio do talão de energia elétrica (ID 24092446), bem como a existência de projetos para construção da referida subestação (ID 24092443). Além disso, comprova-se que a propriedade do imóvel está em seu nome, conforme o documento (ID 24092441). Portanto, concluo que a parte demandante é parte legítima para figurar no polo ativo desta demanda.
Afirma a requerida que, tendo a necessidade de perícia técnica, o feito não pode tramitar no Juizado Especial Cível por ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa. In casu, contudo, percebe-se que o processo não demanda a realização de perícia, porquanto não se trata de caso de alta complexidade, pois a eventual necessidade de produção de prova pericial não influi na definição da competência. Neste sentido tem entendido a Turma Recursal deste Tribunal de Justiça, (Recurso Inominado 7006147-69.2016.8.22.0002. Relator Jorge Luiz dos Santos Leal. Julgamento em 22/02/2017).
Consoante dispõe o art. 189 do CC: "Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts.205 e 206." Nesse contexto, não há no presente caso, violação ao direito pretendido, uma vez que não houve incorporação. Desse modo, não há que se considerar o termo inicial para contagem da prescrição, porque não nasceu a pretensão.
No mérito, consiste a controvérsia em se verificar a responsabilidade da requerida pela restituição de valores despendidos com rede de eletrificação rural.
Inicialmente este juízo adotou o entendimento de que não havendo prova de responsabilidade contratual entre as partes, não há fundamento à obrigação pretendida.
Sobredita cognição considera o contexto e expansão da malha de redes elétricas nas áreas mais longínquas do país e das respectivas normas regulamentadoras (Decreto 41.019/57, Lei 10.438/2002 e Resolução 229/2006), cuja interpretação possibilita o entendimento de que há necessidade de se verificar a fonte da obrigação vindicada, a exemplo de participação do consumidor no custeio ou dispêndio integral, se não observadas as regras de viabilidade e prazos estabelecidos.
Conquanto a 4ª. Turma do STJ (REsp 1100452/RS) tenha firmado o entendimento de que a restituição devida pelo financiamento das redes de eletrificação rural, depende da natureza da obra e dos limites de responsabilidade estabelecidos em contrato, em homenagem e prestígio à decisão da colenda Turma Recursal, bem como em observância à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação, observo a verticalização das decisões judiciais, que em tese, permitirá ainda, a economicidade processual, ante a possível redução dos atos de escrivania.
Por conseguinte, em atenção ao disposto no art. 4.º da Resolução 229/2006 – Aneel e ao Princípio da vedação do enriquecimento sem causa, tenho que as redes particulares que não sejam de utilização exclusiva do consumidor, poderão ser objeto de incorporação.
Assim, ante a prova de implantação da rede de eletrificação em propriedade rural, sem a contraprova pela requerida de que esta, se destina ao uso exclusivo do consumidor, reputo pertinente a pretensão.
Posto isso, Julgo Procedentes os pedidos para declarar a incorporação da rede de eletrificação rural ao patrimônio da requerida Eletrobrás Distribuição Rondônia – Ceron e condená-la à restituição do valor apresentado no pedido inicial, com juros de mora de 1% e com correção monetária conforme Tabela de Fatores de Atualização Monetária – Provimento 013/98/CG, desde a citação. Via de consequência extingo o processo com análise do mérito, nos termos do art. 487, I do NCPC.

Custas e honorários indevidos (art. 55 da Lei 9.099/95).
Transitada em julgado, apresente-se a planilha de cálculo do valor exigido, no prazo de 5 dias. Cumprido o ato, intime-se a requerida ao pagamento no prazo de 15 dias, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 523, § 1º. do NCPC.
Publique-se e intimem-se.
Decorrido o prazo para juntada do demonstrativo de crédito ou cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019
Glauco Antônio Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 70002444220198220004
REQUERENTE: ELISEU CAMATTA, LH 614, LT 10, GB 57/A S/N ZONA RURAL - 76923-000 - VALE DO PARAÍSO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERENTE: JOSE RICARDO D AVASSI DAMICO OAB nº RO7435
OZEIAS DIAS DE AMORIM OAB nº RO4194 REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERIDO: MARCIO MELO NOGUEIRA OAB nº RO2827
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.
A ilegitimidade ativa arguida pela empresa ré, não merece ser acolhida. Conforme se extraem das provas constantes nos autos deste processo, a parte autora demonstra a existência do fornecimento de energia elétrica em sua propriedade, por meio do talão de energia elétrica (ID 24089957), bem como a existência de projetos para construção da referida subestação (ID 24089954) constando o nome do autor. Portanto, concluo que a parte demandante é parte legítima para figurar no polo ativo desta demanda.
Afirma a requerida que, tendo a necessidade de perícia técnica, o feito não pode tramitar no Juizado Especial Cível por ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa. In casu, contudo, percebe-se que o processo não demanda a realização de perícia, porquanto não se trata de caso de alta complexidade, pois a eventual necessidade de produção de prova pericial não influi na definição da competência. Neste sentido tem entendido a Turma Recursal deste Tribunal de Justiça, (Recurso Inominado 7006147-69.2016.8.22.0002. Relator Jorge Luiz dos Santos Leal. Julgamento em 22/02/2017).
Consoante dispõe o art. 189 do CC: "Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts.205 e 206." Nesse contexto, não há no presente caso, violação ao direito pretendido, uma vez que não houve incorporação. Desse modo, não há que se considerar o termo inicial para contagem da prescrição, porque não nasceu a pretensão.
No mérito, consiste a controvérsia em se verificar a responsabilidade da requerida pela restituição de valores despendidos com rede de eletrificação rural.
Inicialmente este juízo adotou o entendimento de que não havendo prova de responsabilidade contratual entre as partes, não há fundamento à obrigação pretendida.
Sobredita cognição considera o contexto e expansão da malha de redes elétricas nas áreas mais longínquas do país e das respectivas normas regulamentadoras (Decreto 41.019/57, Lei 10.438/2002 e Resolução 229/2006), cuja interpretação possibilita o entendimento de que há necessidade de se verificar a fonte da obrigação vindicada, a exemplo de participação do consumidor no custeio ou dispêndio integral, se não observadas as regras de viabilidade e prazos estabelecidos.
Conquanto a 4ª. Turma do STJ (REsp 1100452/RS) tenha firmado o entendimento de que a restituição devida pelo financiamento das redes de eletrificação rural, depende da natureza da obra e dos limites de responsabilidade estabelecidos em contrato, em homenagem e prestígio à decisão da colenda Turma Recursal, bem como em observância à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação, observo a verticalização das decisões judiciais, que em tese, permitirá ainda, a economicidade processual, ante a possível redução dos atos de escrivania.
Por conseguinte, em atenção ao disposto no art. 4.º da Resolução 229/2006 – Aneel e ao Princípio da vedação do enriquecimento sem causa, tenho que as redes particulares que não sejam de utilização exclusiva do consumidor, poderão ser objeto de incorporação.
Assim, ante a prova de implantação da rede de eletrificação em propriedade rural, sem a contraprova pela requerida de que esta, se destina ao uso exclusivo do consumidor, reputo pertinente a pretensão.
Posto isso, Julgo Procedentes os pedidos para declarar a incorporação da rede de eletrificação rural ao patrimônio da requerida Eletrobrás Distribuição Rondônia – Ceron e condená-la à restituição do valor apresentado no pedido inicial, com juros de mora de 1% e com correção monetária conforme Tabela de Fatores de Atualização Monetária – Provimento 013/98/CG, desde a citação. Via de consequência extingo o processo com análise do mérito, nos termos do art. 487, I do NCPC.
Custas e honorários indevidos (art. 55 da Lei 9.099/95).
Transitada em julgado, apresente-se a planilha de cálculo do valor exigido, no prazo de 5 dias. Cumprido o ato, intime-se a requerida ao pagamento no prazo de 15 dias, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 523, § 1º. do NCPC.
Publique-se e intimem-se.
Decorrido o prazo para juntada do demonstrativo de crédito ou cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019
Glauco Antônio Alves
Juiz de Direito

Processo: 7000972-20.2018.8.22.0004
REQUERENTE: DAVI PEREIRA DE LIMA
Advogado do(a) REQUERENTE: EDVILSON KRAUSE AZEVEDO - RO6474
REQUERIDO: COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOSTOS DE RONDÔNIA - CAERD
Advogado do(a) REQUERIDO: CLAYTON CONRAT KUSSLER - RO3861
Fica a parte requerida/embargante intimada, através de seu advogado, para recolher as custas refernete aos autos supracitados, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa
Processo: 7001009-13.2019.8.22.0004
REQUERENTE: RICARDO OLIVEIRA JUNQUEIRA, ARIANE MARIA GUARIDO
Advogados do(a) REQUERENTE: RICARDO OLIVEIRA JUNQUEIRA - RO4477, ARIANE MARIA GUARIDO - RO3367
Advogados do(a) REQUERENTE: RICARDO OLIVEIRA JUNQUEIRA - RO4477, ARIANE MARIA GUARIDO - RO3367
REQUERIDO: SILMA BARBOSA TEODORO e outros (6)
Intimação DA PARTE AUTORA
Fica Vª. Sª. intimada, da redesignação de Audiência de Conciliação nos autos supracitados, a realizar-se na Sala de Conciliação, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, situado no Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, na Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-3409, no dia 16/08/2019 as 08:00 horas.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - Juizado Especial
Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, CEP: 76920 – 000, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-4992
Processo: 7004289-60.2017.8.22.0004
EXEQUENTE: SONIA MARIA DOS SANTOS
Advogado: SONIA MARIA DOS SANTOS OAB: RO3160 Endereço: desconhecido
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA
Fica a parte autora intimada de que o alvará foi expedido e encontra-se disponível no sistema PJE.

Processo: 7000151-16.2018.8.22.0004
EXEQUENTE: ANTONIO DIAS MIRANDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: EDVILSON KRAUSE AZEVEDO - RO6474
EXECUTADO: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogados do(a) EXECUTADO: MARCELO RODRIGUES XAVIER - RO2391, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462
Fica a parte requerida intimada a recolher as custas finais, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo nº: 7001883-32.2018.8.22.0004
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente:
Nome: ALBINO PIMENTEL SALAROLI
Advogado do(a) EXEQUENTE: EDVILSON KRAUSE AZEVEDO - RO6474
requerido(a): Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Avenida dos Imigrantes, 4137, - de 3601 a 4635 - lado ímpar, Industrial, Porto Velho - RO - CEP: 76821-063
Advogado: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB: RO5462 Advogado: VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL OAB: RO8217 Advogado: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA OAB: MG87318
NOTIFICAÇÃO
Fica a parte requerida Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt , NOTIFICADA para providenciar o recolhimento da importância de R$105,88(Cento e cinco reais e oitenta e oito centavos), atualizada até a data: 06/02/2019, a título de custas do processo em epígrafe, no prazo 15 (quinze) dias.
O não pagamento integral ensejará a expedição de Certidão de Crédito Judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019.
Lilian Simone de Oliveira Scherer
Diretora de Cartório
(Assina por determinação judicial)

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - Juizado Especial
Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, tel.: (69) 3461-4992
Processo: 7004289-60.2017.8.22.0004
EXEQUENTE: SONIA MARIA DOS SANTOS
Advogado: SONIA MARIA DOS SANTOS OAB: RO3160
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA
Fica a parte autora intimada da expedição de Alvará, devendo comprovar seu levantamento, no prazo de 05 dias.

Processo: 7003060-94.2019.8.22.0004
REQUERENTE: ALEX MACIEL PEREIRA DOS SANTOS
Advogado do(a) REQUERENTE: VANESSA SALDANHA VIEIRA - RO3587
REQUERIDO: EUCATUR-EMPRESA UNIAO CASCAVEL DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA
Intimação DA PARTE AUTORA
Fica Vª. Sª. intimada, da designação de Audiência de Conciliação nos autos supracitados, a realizar-se na Sala de Conciliação, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, situado no Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, na Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-3409, no dia 03/07/2019 as 10:30 horas.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019.

Processo: 7003040-06.2019.8.22.0004
REQUERENTE: VALENCA & VALENCA LTDA - EPP
Advogado do(a) REQUERENTE: MARIANA DE SOUZA BULIAN - RO7788
REQUERIDO: MARCIA ANDREIA DE ARAUJO SILVA
Intimação DA PARTE AUTORA
Fica Vª. Sª. intimada, da designação de Audiência de Conciliação nos autos supracitados, a realizar-se na Sala de Conciliação, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, situado no Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, na Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-3409, no dia 03/07/2019 as 11:00 horas.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 7005905-36.2018.8.22.0004
REQUERENTE: HELENA BRUNO NAVAS
Advogado: OZEIAS DIAS DE AMORIM OAB: RO4194 Endereço: desconhecido Advogado: JOSE RICARDO D AVASSI DAMICO OAB: RO7435 Endereço: Avenida Machadinho, 3525, - de 3471 a 3587 - lado ímpar, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-835
REQUERIDO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Advogado: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA OAB: MG87318 Endereço: , Porto Velho - RO - CEP: 76804-120
Fica a parte executada intimada a cumprir os termos da sentença, no prazo de 15 dias, de acordo com os cálculos juntados aos autos.

Processo: 7001812-30.2018.8.22.0004
EXEQUENTE: ALBEROCILIO VENTURA DA SILVA
Advogado do(a) EXEQUENTE: EDVILSON KRAUSE AZEVEDO - RO6474
EXECUTADO: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogados do(a) EXECUTADO: MARCELO RODRIGUES XAVIER - RO2391, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL - RO8217
Fica a parte requerida intimada a recolher as custas finais, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa

Processo: 7003085-10.2019.8.22.0004
REQUERENTE: ELENITA MOREIRA PINTO
Advogados do(a) REQUERENTE: DAIANE ALVES STOPA - RO7832, VIVIANE SILVA CARVALHO - RO10032
REQUERIDO: ELIANE VIANA
Intimação DA PARTE AUTORA

Fica Vª. Sª. intimada, da designação de Audiência de Conciliação nos autos supracitados, a realizar-se na Sala de Conciliação, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, situado no Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, na Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-3409, no dia 08/07/2019 as 10:30 horas.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019.

Processo: 7001283-11.2018.8.22.0004
REQUERENTE: ERASMINO ALVES DA ROCHA
Advogado do(a) REQUERENTE: EDVILSON KRAUSE AZEVEDO - RO6474
REQUERIDO: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogados do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL - RO8217
Fica a parte requerida intimada a recolher as custas finais, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa

Processo: 7000720-17.2018.8.22.0004
EXEQUENTE: ASSOCIACAO DOS PROD RURAL LINHA 08 81
Advogado do(a) EXEQUENTE: EDVILSON KRAUSE AZEVEDO - RO6474
EXECUTADO: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogados do(a) EXECUTADO: MARCELO RODRIGUES XAVIER - RO2391, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL - RO8217
Fica a parte requerida intimada a recolher as custas finais, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa

Processo: 7003133-66.2019.8.22.0004
REQUERENTE: ELENITA MOREIRA PINTO
Advogados do(a) REQUERENTE: DAIANE ALVES STOPA - RO7832, VIVIANE SILVA CARVALHO - RO10032
REQUERIDO: LUCIANA DO CARMO CAMPOS
Intimação DA PARTE AUTORA
Fica Vª. Sª. intimada, da designação de Audiência de Conciliação nos autos supracitados, a realizar-se na Sala de Conciliação, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, situado no Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, na Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-3409, no dia 04/07/2019 as 16:15 horas.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019.

Processo: 7003020-15.2019.8.22.0004
REQUERENTE: ANDERSON DIAS DE CAMPOS FILHO
Advogados do(a) REQUERENTE: HELENILSON ANDERSON AMORIM LENK - RO9479, GENILZA TELES LELES LENK - RO8562
REQUERIDO: R F ALVES - MENDMED - ME
Intimação DA PARTE AUTORA
Fica Vª. Sª. intimada, da designação de Audiência de Conciliação nos autos supracitados, a realizar-se na Sala de Conciliação, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, situado no Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, na Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-3409, no dia 04/07/2019 as 16:45 horas.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - Juizado Especial
Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, CEP: 76920 – 000, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-4992
Processo: 7001262-98.2019.8.22.0004
AUTOR: MARINALDA SOSSAI DA COSTA
Advogado: EDVILSON KRAUSE AZEVEDO OAB: RO6474 Endereço: desconhecido
RÉU: CERON CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA
Advogado: MARCIO MELO NOGUEIRA OAB: RO2827 Endereço: AV LAURO SODRÉ, PEDRINHAS, Porto Velho - RO - CEP: 76900-000
Fica a parte autora intimada a impugnar a contestação, caso queira, no prazo de 05 dias.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - Juizado Especial
Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, CEP: 76920 – 000, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-4992
Processo: 7003994-23.2017.8.22.0004
REQUERENTE: ELIAS CELESTINO DE SANTANA
Advogado: EDEMILSON EVANGELISTA DE ABREU OAB: RO2792 Endereço: desconhecido
REQUERIDO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Advogado: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB: RO5462 Endereço: Avenida dos Imigrantes, 4137, - de 3601 a 4635 - lado ímpar, Industrial, Porto Velho - RO - CEP: 76821-063
Fica a parte autora intimada de que o alvará foi expedido e encontra-se disponível no sistema PJE.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 7006133-11.2018.8.22.0004
REQUERENTE: CARMELITA DA SILVEIRA FONSECA
Advogado: OZEIAS DIAS DE AMORIM OAB: RO4194 Endereço: desconhecido Advogado: JOSE RICARDO D AVASSI DAMICO OAB: RO7435 Endereço: Avenida Machadinho, 3525, - de 3471 a 3587 - lado ímpar, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-835
REQUERIDO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Advogado: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA OAB: MG87318 Endereço: , Porto Velho - RO - CEP: 76804-120
Fica a parte executada intimada a cumprir os termos da sentença, no prazo de 15 dias, de acordo com os cálculos juntados aos autos.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - Juizado Especial
Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, CEP: 76920 – 000, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-4992
Processo: 7003019-64.2018.8.22.0004
REQUERENTE: DENNY CANCELIER MORETTO
Advogado: DENNY CANCELIER MORETTO OAB: RO9151
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA
Fica a parte autora intimada para retirar o Alvará e comprovar seu levantamento, no prazo de 05 dias.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 70005649220198220004

REQUERENTE: JOSE ANTONIO DE SOUZA, LH 201, LT 94, GB 26 S/N ZONA RURAL - 76923-000 - VALE DO PARAÍSO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERENTE: OZEIAS DIAS DE AMORIM OAB nº RO4194
JOSE RICARDO D AVASSI DAMICO OAB nº RO7435 REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERIDO:
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.
A empresa ré não respondeu aos atos do processo, apesar de devidamente intimada, razão pela qual, presumo a veracidade do alegado pela parte autora (art. 20 da Lei 9.099/95), porquanto outro direito não resulta do conjunto probatório.
No mérito, consiste a controvérsia em se verificar a responsabilidade da requerida pela restituição de valores despendidos com rede de eletrificação rural.
Inicialmente este juízo adotou o entendimento de que não havendo prova de responsabilidade contratual entre as partes, não há fundamento à obrigação pretendida.
Sobredita cognição considera o contexto e expansão da malha de redes elétricas nas áreas mais longínquas do país e das respectivas normas regulamentadoras (Decreto 41.019/57, Lei 10.438/2002 e Resolução 229/2006), cuja interpretação possibilita o entendimento de que há necessidade de se verificar a fonte da obrigação vindicada, a exemplo de participação do consumidor no custeio ou dispêndio integral, se não observadas as regras de viabilidade e prazos estabelecidos.
Conquanto a 4ª. Turma do STJ (REsp 1100452/RS) tenha firmado o entendimento de que a restituição devida pelo financiamento das redes de eletrificação rural, depende da natureza da obra e dos limites de responsabilidade estabelecidos em contrato, em homenagem e prestígio à decisão da colenda Turma Recursal, bem como em observância à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação, observo a verticalização das decisões judiciais, que em tese, permitirá ainda, a economicidade processual, ante a possível redução dos atos de escrivania.
Por conseguinte, em atenção ao disposto no art. 4.º da Resolução 229/2006 – Aneel e ao Princípio da vedação do enriquecimento sem causa, tenho que as redes particulares que não sejam de utilização exclusiva do consumidor, poderão ser objeto de incorporação.
Assim, ante a prova de implantação da rede de eletrificação em propriedade rural, sem a contraprova pela requerida de que esta, se destina ao uso exclusivo do consumidor, reputo pertinente a pretensão.
Posto isso, Julgo Procedentes os pedidos para declarar a incorporação da rede de eletrificação rural ao patrimônio da requerida Eletrobrás Distribuição Rondônia – Ceron e condená-la à restituição do valor apresentado no pedido inicial, com juros de mora de 1% e com correção monetária conforme Tabela de Fatores de Atualização Monetária – Provimento 013/98/CG, desde a citação. Via de consequência extingo o processo com análise do mérito, nos termos do art. 487, I do NCPC.
Custas e honorários indevidos (art. 55 da Lei 9.099/95).
Transitada em julgado, apresente-se a planilha de cálculo do valor exigido, no prazo de 5 dias. Cumprido o ato, intime-se a requerida ao pagamento no prazo de 15 dias, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 523,§1º. do NCPC.
Publique-se e intimem-se.
Decorrido o prazo para juntada do demonstrativo de crédito ou cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019
Glauco Antônio Alves
Juiz de Direito

Processo: 7003099-91.2019.8.22.0004
REQUERENTE: ELENITA MOREIRA PINTO
Advogados do(a) REQUERENTE: DAIANE ALVES STOPA - RO7832, VIVIANE SILVA CARVALHO - RO10032
REQUERIDO: KELEN ALVES
Intimação DA PARTE AUTORA
Fica Vª. Sª. intimada, da designação de Audiência de Conciliação nos autos supracitados, a realizar-se na Sala de Conciliação, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, situado no Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, na Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-3409, no dia 03/07/2019 as 11:45 horas.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 7005922-72.2018.8.22.0004
REQUERENTE: JOSE CARLOS REIS DA ROCHA
Advogado: OZEIAS DIAS DE AMORIM OAB: RO4194 Endereço: desconhecido Advogado: JOSE RICARDO D AVASSI DAMICO OAB: RO7435 Endereço: Avenida Machadinho, 3525, - de 3471 a 3587 - lado ímpar, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-835
REQUERIDO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Advogado: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA OAB: MG87318 Endereço: , Porto Velho - RO - CEP: 76804-120
Fica a parte executada intimada a cumprir os termos da sentença, no prazo de 15 dias, de acordo com os cálculos juntados aos autos.

Processo: 7003095-54.2019.8.22.0004
REQUERENTE: ELENITA MOREIRA PINTO
Advogados do(a) REQUERENTE: DAIANE ALVES STOPA - RO7832, VIVIANE SILVA CARVALHO - RO10032
REQUERIDO: ANALIA VIANA
Intimação DA PARTE AUTORA
Fica Vª. Sª. intimada, da designação de Audiência de Conciliação nos autos supracitados, a realizar-se na Sala de Conciliação, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, situado no Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, na Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-3409, no dia 08/07/2019 as 12:00 horas.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019.

Processo: 7003069-56.2019.8.22.0004
REQUERENTE: ELENITA MOREIRA PINTO
Advogados do(a) REQUERENTE: DAIANE ALVES STOPA - RO7832, VIVIANE SILVA CARVALHO - RO10032
REQUERIDO: DAYANE BARROS DE SA
Intimação DA PARTE AUTORA
Fica Vª. Sª. intimada, da designação de Audiência de Conciliação nos autos supracitados, a realizar-se na Sala de Conciliação, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, situado no Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, na Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-3409, no dia 08/07/2019 as 11:15 horas.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO

CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 70007034420198220004
REQUERENTE: PEDRO RAMOS DE OLIVEIRA, LINHA 44 DA 81 LOTE 33 ZONA RURAL - 76924-000 - NOVA UNIÃO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERENTE: ORLANDO GOMES CORDEIRO OAB nº RO8586 REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA DOS IMIGRANTES 437, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERIDO:
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.
Consoante dispõe o art. 189 do CC: "Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts.205 e 206." Nesse contexto, não há no presente caso, violação ao direito pretendido, uma vez que não houve incorporação. Desse modo, não há que se considerar o termo inicial para contagem da prescrição, porque não nasceu a pretensão.
No mérito, consiste a controvérsia em se verificar a responsabilidade da requerida pela restituição de valores despendidos com rede de eletrificação rural.
Inicialmente este juízo adotou o entendimento de que não havendo prova de responsabilidade contratual entre as partes, não há fundamento à obrigação pretendida.
Sobredita cognição considera o contexto e expansão da malha de redes elétricas nas áreas mais longínquas do país e das respectivas normas regulamentadoras (Decreto 41.019/57, Lei 10.438/2002 e Resolução 229/2006), cuja interpretação possibilita o entendimento de que há necessidade de se verificar a fonte da obrigação vindicada, a exemplo de participação do consumidor no custeio ou dispêndio integral, se não observadas as regras de viabilidade e prazos estabelecidos.
Conquanto a 4ª. Turma do STJ (REsp 1100452/RS) tenha firmado o entendimento de que a restituição devida pelo financiamento das redes de eletrificação rural, depende da natureza da obra e dos limites de responsabilidade estabelecidos em contrato, em homenagem e prestígio à decisão da colenda Turma Recursal, bem como em observância à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação, observo a verticalização das decisões judiciais, que em tese, permitirá ainda, a economicidade processual, ante a possível redução dos atos de escrivania.
Por conseguinte, em atenção ao disposto no art. 4.º da Resolução 229/2006 – Aneel e ao Princípio da vedação do enriquecimento sem causa, tenho que as redes particulares que não sejam de utilização exclusiva do consumidor, poderão ser objeto de incorporação.
Assim, ante a prova de implantação da rede de eletrificação em propriedade rural, sem a contraprova pela requerida de que esta, se destina ao uso exclusivo do consumidor, reputo pertinente a pretensão.
Posto isso, Julgo Procedentes os pedidos para declarar a incorporação da rede de eletrificação rural ao patrimônio da requerida Eletrobrás Distribuição Rondônia – Ceron e condená-la à restituição do valor apresentado no pedido inicial, com juros de mora de 1% e com correção monetária conforme Tabela de Fatores de Atualização Monetária – Provimento 013/98/CG, desde a citação. Via de consequência extingo o processo com análise do mérito, nos termos do art. 487, I do NCPC.
Custas e honorários indevidos (art. 55 da Lei 9.099/95).
Transitada em julgado, apresente-se a planilha de cálculo do valor exigido, no prazo de 5 dias. Cumprido o ato, intime-se a requerida ao pagamento no prazo de 15 dias, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 523,§1º. do NCPC.
Publique-se e intimem-se.
Decorrido o prazo para juntada do demonstrativo de crédito ou cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019
Glauco Antônio Alves
Juiz de Direito

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ouro Preto do Oeste - Juizado Especial
Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, CEP: 76920 - 000, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-4992
Processo: 7000945-03.2019.8.22.0004
AUTOR: REAL CONSTRUCAO E EQUIPAMENTOS LTDA - ME
Advogado: NIVEA MAGALHAES SILVA OAB: RO1613
RÉU: OLIVEIRA & DE PAULA LTDA - ME, JUAREZ VICENTE DE PAULA, OSEIAS DE CASTRO SOARES
Fica a parte autora intimada para manifestar-se, no prazo de 05 dias, sobre a Certidão do Oficial de Justiça juntada aos autos.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ouro Preto do Oeste - Juizado Especial
Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, tel.: (69) 3461-4992
Processo: 7002948-96.2017.8.22.0004
EXEQUENTE: JOSE TOME DE SOUZA
Advogado: RODRIGO FERREIRA BARBOSA OAB: RO8746, Advogado: RONILSON WESLEY PELEGRINE BARBOSA OAB: RO4688
EXECUTADO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Advogado: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA OAB: MG87318
Fica a parte autora intimada para o levantamento de Alvará, devendo comprovar que o fez, no prazo de 05 dias.

Processo: 7000010-94.2018.8.22.0004
REQUERENTE: EVALDO RODRIGUES DE CASTILHO JUNIOR
Advogados do(a) REQUERENTE: NAIRA DA ROCHA FREITAS - RO5202, VERALICE GONCALVES DE SOUZA - RO170
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: ITALLO GUSTAVO DE ALMEIDA LEITE - MT7413-O
Ficam as partes intimadas, através de seus advogados, do retorno dos autos da turma recursal, bem como para requererem o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.
Fica a recorrente intimada ao recolhimento das custas.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 7000590-90.2019.8.22.0004
REQUERENTE: CARLOS APARECIDO LIBERTI
Advogado: OZEIAS DIAS DE AMORIM OAB: RO4194 Endereço: desconhecido Advogado: JOSE RICARDO D AVASSI DAMICO OAB: RO7435 Endereço: Avenida Machadinho, 3525, - de 3471 a 3587 - lado ímpar, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-835
REQUERIDO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Advogado: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA OAB: MG87318 Endereço:, - de 8834/8835 a 9299/9300, Porto Velho - RO - CEP: 76800-000
Fica a parte AUTORA intimada para contrarrazoar o recurso interposto, caso queira, no prazo de 10 (dez) dias.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 7000144-87.2019.8.22.0004
REQUERENTE: ANTONIO CARDOSO VIANA
Advogado: NAIRA DA ROCHA FREITAS OAB: RO5202 Endereço: desconhecido
REQUERIDO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Advogado: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA OAB: MG87318 Endereço:, Porto Velho - RO - CEP: 76804-120 Advogado: MARCIO MELO NOGUEIRA OAB: RO2827 Endereço: Rua Salgado Filho, 2686, - de 2365/2366 a 2704/2705, São Cristovão, Porto Velho - RO - CEP: 76804-054
Fica a parte AUTORA intimada para contrarrazoar o recurso interposto, caso queira, no prazo de 10 (dez) dias.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ouro Preto do Oeste - Juizado Especial
Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, Ouro Preto do Oeste/RO, CEP: 76920 - 000, tel.: (69) 3461-4992
Processo: 7005424-73.2018.8.22.0004
REQUERENTE: EZEQUIEL AUGUSTO DE OLIVEIRA
Advogado: EDEMILSON EVANGELISTA DE ABREU OAB: RO2792 Endereço: desconhecido
REQUERIDO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Advogado: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA OAB: MG87318 Endereço:, - de 8834/8835 a 9299/9300, Porto Velho - RO - CEP: 76800-000
Fica a parte autora intimada para manifestar-se, no prazo de 05 dias, sobre o comprovante de depósito juntado pela parte requerida.

Processo: 7002303-37.2018.8.22.0004
REQUERENTE: JOAO BATISTA NEGRINI MERCANDELI
Advogados do(a) REQUERENTE: HERBERT WENDER ROCHA - RO3739, FILIPH MENEZES DA SILVA - RO5035
REQUERIDO: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogados do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462
Fica a parte autora intimada de que o alvará foi expedido e encontra-se disponível no sistema PJE.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 70060222720188220004
REQUERENTE: BENEDITO CONSTANTINO SIMOES, LINHA 68 DA LINHA 81, KM 12, LOTE 80 SN ZONA RURAL - 76926-000 - MIRANTE DA SERRA - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERENTE: EDER MIGUEL CARAM OAB nº RO5368 KARIMA FACCIOLI CARAM OAB nº RO3460
CRISTIANE DE OLIVEIRA DIESEL OAB nº RO8923 REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - ATÉ 810 - LADO PAR PANAIR - 76801-400 - PORTO VELHO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERIDO: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA OAB nº MG87318
DESPACHO
Ausente o preparo, não recebo o recurso, porquanto deserto.
Decorrido o prazo de 5 dias, sem manifestação, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019
Glauco Antônio Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 7005915-80.2018.8.22.0004
REQUERENTE: IZAURA SALVAT DOS SANTOS
Advogado: OZEIAS DIAS DE AMORIM OAB: RO4194 Endereço: desconhecido Advogado: JOSE RICARDO D AVASSI DAMICO OAB: RO7435
REQUERIDO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Advogado: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA OAB: MG87318
Fica a parte executada intimada a cumprir os termos da SENTENÇA, no prazo de 15 dias, de acordo com os cálculos juntados aos autos.
Processo: 7000926-31.2018.8.22.0004
EXEQUENTE: SEBASTIAO BENTO FERREIRA
Advogado do(a) EXEQUENTE: EDVILSON KRAUSE AZEVEDO - RO6474
EXECUTADO: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogados do(a) EXECUTADO: MARCELO RODRIGUES XAVIER - RO2391, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL - RO8217
Fica a requerida/recorrente intimada a recolher as custas finais, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ouro Preto do Oeste - Juizado Especial
Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, CEP: 76920 - 000, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-4992
Processo: 7000820-35.2019.8.22.0004
REQUERENTE: SUPERMERCADO DOS COLONOS LTDA - ME
Advogado: DAIANE ALVES STOPA OAB: RO7832
REQUERIDO: CARINA GONCALVES DE OLIVEIRA AMURIN
Fica a parte autora intimada para manifestar-se, no prazo de 05 dias, sobre a Certidão do Oficial de Justiça juntada aos autos.
Processo: 7001607-98.2018.8.22.0004
EXEQUENTE: DOTIVO RODRIGUES DE CARVALHO
Advogado do(a) EXEQUENTE: TIAGO DOS SANTOS DE LIMA - RO7199
EXECUTADO: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogados do(a) EXECUTADO: MARCELO RODRIGUES XAVIER - RO2391, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL - RO8217
Fica a parte requerida intimada a recolher as custas finais sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa
Processo: 7004832-63.2017.8.22.0004
REQUERENTE: JOSE APARECIDO VIEIRA DOS SANTOS
Advogado do(a) REQUERENTE: GLEICY MACIEL CASAGRANDE - RO3276
REQUERIDO: dismobras import. export e distrib de Merc
Advogado do(a) REQUERIDO: WALTER DE OLIVEIRA MONTEIRO - RJ66862
Ficam as partes intimadas, através de seus advogados, do retorno dos autos da turma recursal, bem como para requererem o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.
Fica a recorrente intimada ao recolhimento das custas.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Café Filho, nº 127, Bairro Praça Três Poderes, CEP 76.920-000, Ouro Preto do Oeste, RO Processo: 7003054-87.2019.8.22.0004
AUTOR: SERGIO ALVES BARROS
ADVOGADO DO AUTOR: WELINGTON JOSE LAMBURGINI OAB nº RO9903, SEM ENDEREÇO
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA
DECISÃO
Embora possa existir probabilidade do direito, o autor não aponta qual seria o eventual perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo para fins de concessão da tutela antecipada pretendida. O simples ato de pedir com ausência de comprovação dos requisitos, especificação do tipo de tutela antecipada e fundamentação, são motivos suficientes para sequer analisar o pedido, vez que inapto.
Posto isso, indefiro o pedido liminar.
CITE-SE a parte requerida para responder a presente, apresentar sua defesa e todos os documentos de prova, no prazo de 30 dias contados da ciência, por aplicação analógica e sistemática dos artigos 7º e 9º da L.12.153/09.
Deixo de designar audiência de conciliação, porque em todas as ações em trâmite nesta vara contra a fazenda pública a audiência restou frustrada pela alegação dos seus representantes de ausência de legislação especifica que regulamente a L.12.153/09 neste ponto, o que redunda em desperdício de tempo e expedientes da escrivania.
Todavia, caso haja interesse da parte requerida na conciliação e/ou produção prova testemunhal, deverá constar expressamente na contestação os termos e o rol, caso em que os autos deverão vir conclusos para apreciação.
CUMPRA-SE SERVINDO DE CARTA PRECATÓRIA/MANDADO.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019
Glauco Antonio Alves

Processo: 7004354-21.2018.8.22.0004
REQUERENTE: JOAO NEGRINE
Advogados do(a) REQUERENTE: EDVILSON KRAUSE AZEVEDO - RO6474, LIVIA DE SOUZA COSTA - RO7288
REQUERIDO: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogados do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835, GABRIELA DE LIMA TORRES - RO5714
Ficam as partes intimadas, através de seus advogados, do retorno dos autos da turma recursal, bem como para requererem o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.
Fica a recorrente intimada ao recolhimento das custas.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 7005907-06.2018.8.22.0004
REQUERENTE: FLORIVALDO JOSE DA SILVA
Advogado: OZEIAS DIAS DE AMORIM OAB: RO4194, Advogado: JOSE RICARDO D AVASSI DAMICO OAB: RO7435
REQUERIDO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Advogado: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA OAB: MG87318
Fica a parte executada intimada a cumprir os termos da SENTENÇA, no prazo de 15 dias, de acordo com os cálculos juntados aos autos.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ouro Preto do Oeste - Juizado Especial
Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, CEP: 76920 - 000, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-4992
Processo: 7001315-79.2019.8.22.0004
EXEQUENTE: SEBASTIAO GONCALVES DE SOUZA
Advogado: ALEXANDRE AZIS PEREIRA FILHO OAB: RO5581
Advogado: ULYSSES SBSCZK AZIS PEREIRA OAB: RO6055
EXECUTADO: JORGINALDO SANTOS DA SILVA
Fica a parte autora intimada para manifestar-se, no prazo de 05 dias, sobre a Certidão do Oficial de Justiça juntada aos autos.
Processo: 7001118-61.2018.8.22.0004
REQUERENTE: APARECIDA DOS SANTOS SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: EDVALDO ANTONIO DA SILVA - RO9467
REQUERIDO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: WILSON BELCHIOR - CE17314
Ficam as partes intimadas, através de seus advogados, do retorno dos autos da turma recursal, bem como para requererem o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.
Fica a recorrente intimada ao recolhimento das custas.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Café Filho, nº 127, Bairro Praça Três Poderes, CEP 76.920-000, Ouro Preto do Oeste, RO Processo: 70058265720188220004
REQUERENTE: LEANDRO GONCALVES TEODORO, RUA TIRADENTES 266 LIBERDADE - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERENTE: ELISE CHAVES CALIXTO OAB nº RO9478 REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB nº RO5462
DECISÃO
Ausente o preparo, não recebo o recurso, porquanto deserto.
Decorrido o prazo de 5 dias, sem manifestação, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019
Glauco Antônio Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 70036215520188220004
REQUERENTE: VITAL FARMACIA E DROGARIA LTDA EPP - EPP, AV. DUQUE DE CAXIAS 1570, FARMACIA NOVA OURO PRETO - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERENTE: NORMA REGINA DE OLIVEIRA OAB nº RO9617
GILSON SOUZA BORGES OAB nº RO1533
ROSINEI PEREIRA DE SOUZA OAB nº RO8926 REQUERIDOS: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN-RO CNPJ nº 15.883.796/0001-45, - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA
ELIENE AMORIM DA SILVA CPF nº DESCONHECIDO, AV. CAP. SILVIO GONÇALVES DE FARIAS 745, TELEFONE 3461-2229 BOSQUE - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: PROCURADORIA AUTÁRQUICA DO DETRAN/RO, EDUARDO CUSTODIO DINIZ OAB nº RO3332

DESPACHO
O requerido deverá providenciar a imediata exclusão das multas de trânsito em nome da parte autora e efetuar a comprovação em cinco dias.
Acerca dos dados do condutor, se não foi realizada a devida identificação nos autos da infração, não cabe a este juízo fazê-la. Ademais, eventual providência sobre a cobrança das multas do condutor são de interesse do próprio requerido.
Intime-se o requerido.
Após, arquive-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019
Glauco Antônio Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo: 70030842520198220004
REQUERENTE: ALTAMIR JUNIO SILVA DE ANDRADE, RUA ANTÔNIO FARIAS 52 JARDIM TROPICAL - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA ADVOGADO DO REQUERENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES OAB nº RO301B REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA CNPJ nº 00.394.585/0001-71, SEM ENDEREÇO ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
A respeito da mudança de classe e eventual recebimento dos retroativos existe processo em andamento perante este juízo através dos autos n. 70031651320158220004. Desta forma, o autor deverá esclarecer em que se difere esta ação daquela a fim de não ser conhecida a coisa julgada.
Intime-se.
Prazo de cinco dias.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019
Glauco Antônio Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo nº: 7004230-72.2017.8.22.0004
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente:
Nome: ALCINO PEDRO DAMIAO
Advogado do(a) EXEQUENTE: VANESSA SALDANHA VIEIRA - RO3587
requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Avenida dos Imigrantes, 4137, - de 3601 a 4635 - lado ímpar, Industrial, Porto Velho - RO - CEP: 76821-063
Advogado: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB: RO5462 Advogado: VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL OAB: RO8217 Advogado: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA OAB: MG87318 Advogado: MARCELO RODRIGUES XAVIER OAB: RO2391
NOTIFICAÇÃO
Fica a parte requerida Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt , NOTIFICADA para providenciar o recolhimento da importância de R$105,57 (Cento e cinco reais e cinquenta e sete centavos), atualizada até a data: 02/05/2019, a título de custas do processo em epígrafe, no prazo 15 (quinze) dias.
O não pagamento integral ensejará a expedição de Certidão de Crédito Judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019.
Lilian Simone de Oliveira Scherer
Diretora de Cartório
(Assina por determinação judicial)

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ouro Preto do Oeste - Juizado Especial
Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, CEP: 76920 – 000, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-4992
Processo: 7000289-46.2019.8.22.0004
REQUERENTE: LECI COSTA DA SILVA
Advogado: EDEMILSON EVANGELISTA DE ABREU OAB: RO2792
REQUERIDO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Advogado: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO OAB: RO635
Fica a parte autora intimada a impugnar a contestação, caso queira, no prazo de 05 dias.
Processo: 7002628-12.2018.8.22.0004
REQUERENTE: ANTONIO GONCALVES DA SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: EDEMILSON EVANGELISTA DE ABREU - RO2792
REQUERIDO: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogados do(a) REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL - RO8217
Ficam as partes intimadas, através de seus advogados, do retorno dos autos da turma recursal, bem como para requererem o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ouro Preto do Oeste - Juizado Especial
Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, Av. Daniel Comboni, Pç. dos Três Poderes, CEP: 76920 – 000, Ouro Preto do Oeste/RO, tel.: (69) 3461-4992
Processo: 7000289-46.2019.8.22.0004
REQUERENTE: LECI COSTA DA SILVA
Advogado: EDEMILSON EVANGELISTA DE ABREU OAB: RO2792
REQUERIDO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Advogado: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO OAB: RO635
Fica a parte autora intimada a impugnar a contestação, caso queira, no prazo de 05 dias.
PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Fórum Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes - Av. Daniel Comboni, nº 1480, OURO PRETO DO OESTE – RO
CEP: 76920-000 - Fone:(69) 3461-4992 - E-mail: je_opo@tjro.jus.br
Processo nº: 7001775-03.2018.8.22.0004
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: ELZIO BABILON DA SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: EDVILSON KRAUSE AZEVEDO - RO6474
requerido(a): Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Avenida dos Imigrantes, 4137, - de 3601 a 4635 - lado ímpar, Industrial, Porto Velho - RO - CEP: 76821-063
Advogado: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB: RO5462 Advogado: VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL OAB: RO8217 Advogado: DANIEL PENHA DE

OLIVEIRA OAB: MG87318 Advogado: MARCELO RODRIGUES XAVIER OAB: RO2391
NOTIFICAÇÃO
Fica a parte requerida Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt , NOTIFICADA para providenciar o recolhimento da importância de R$123,33 (cento e vinte e três reais e trinta e três centavos), atualizada até a data: 06/02/2019, a título de custas do processo em epígrafe, no prazo 15 (quinze) dias.
O não pagamento integral ensejará a expedição de Certidão de Crédito Judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em Dívida Ativa.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019.
Lilian Simone de Oliveira Scherer
Diretora de Cartório
(Assina por determinação judicial)
Processo: 7005793-67.2018.8.22.0004
REQUERENTE: GENILZA TELES LELES LENK
Advogado do(a) REQUERENTE: GENILZA TELES LELES LENK - RO8562
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA
FINALIDADE: INTIMAR a PARTE AUTORA, por meio de seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, preencher os dados constante do formulário anexado aos autos , imprescindíveis para o novo procedimento de pagamento de RPV e PRECATÓRIO, em virtude da implementação pelo TJRO do Sistema de Precatórios SAPRE.

1ª VARA CÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 7003089-47.2019.8.22.0004
Classe: Procedimento Comum
AUTOR: SANTINA SALETE SANTANA
ADVOGADO DO AUTOR: VANESSA SALDANHA VIEIRA OAB nº RO3587
RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
ADVOGADO DO RÉU:
Defiro provisoriamente a gratuidade.
Cite-se a ré para contestar.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Daniel Comboni, n. 1.480, 1º Andar, Bairro União, FÓRUM DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Ouro Preto do Oeste/RO – CEP 76.920-000
TELEFONE:(69) 3461-4589 – E-MAIL: opo1civel@tjro.jus.br
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 7006197-21.2018.8.22.0004
Classe: Procedimento Comum
AUTOR: AUTO POSTO AVENIDA OURO PRETO LTDA - EPP
ADVOGADO DO AUTOR: DAIANE ALVES STOPA OAB nº RO7832
RÉU: NILZA MARIA LIMA
ADVOGADO DO RÉU:
Intime-se pessoalmente a parte autora a dar andamento em cinco dias, sob pena de extinção por abandono.
Intime-se a advogada pelo DJE.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Daniel Comboni, n. 1.480, 1º Andar, Bairro União, FÓRUM DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Ouro Preto do Oeste/RO – CEP 76.920-000
TELEFONE:(69) 3461-4589 – E-MAIL: opo1civel@tjro.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 7000097-16.2019.8.22.0004
Classe: Procedimento Comum
AUTOR: SUPERMERCADO ANDRADE MIRANTE LTDA
ADVOGADO DO AUTOR: KESSIA ALVES STOPA SIQUEIRA OAB nº DESCONHECIDO, DAIANE ALVES STOPA OAB nº RO7832
RÉU: APARECIDO MONTEIRO FERREIRA
ADVOGADO DO RÉU:
Intime-se pessoalmente a parte autora a dar andamento em cinco dias, sob pena de extinção.
Intime-se as advogadas pelo DJE.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Daniel Comboni, n. 1.480, 1º Andar, Bairro União, FÓRUM DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Ouro Preto do Oeste/RO – CEP 76.920-000
TELEFONE:(69) 3461-4589 – E-MAIL: opo1civel@tjro.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 7000053-94.2019.8.22.0004
Classe: Procedimento Comum
AUTOR: SUPERMERCADO ANDRADE MIRANTE LTDA
ADVOGADO DO AUTOR: DAIANE ALVES STOPA OAB nº RO7832
RÉU: SIRLETE DE OLIVEIRA SILVEIRA
ADVOGADO DO RÉU:
Intime-se pessoalmente a parte autora a justificar sua ausência na audiência e para dar andamento ao processo em 5 (cinco) dias, sob pena de extinção.
Intime-se a advogada pelo DJE.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Daniel Comboni, n. 1.480, 1º Andar, Bairro União, FÓRUM DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Ouro Preto do Oeste/RO – CEP 76.920-000
TELEFONE:(69) 3461-4589 – E-MAIL: opo1civel@tjro.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 7003248-92.2016.8.22.0004
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
AUTOR: PORTOBENS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA
ADVOGADO DO AUTOR: JEFERSON ALEX SALVIATO OAB nº SP236655
RÉU: ALEXANDRE PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO DO RÉU: ARIELDER PEREIRA MENDONCA OAB nº RO7898, JECSAN SALATIEL SABAINI FERNANDES OAB nº RO2505
Intimem-se as partes acerca do retorno dos autos da instância superior para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeiram o que de direito, sob pena de arquivamento.

Decorrido o prazo sem manifestação, venham os autos conclusos.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Daniel Comboni, n. 1.480, 1º Andar, Bairro União, FÓRUM DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Ouro Preto do Oeste/RO – CEP 76.920-000
TELEFONE:(69) 3461-4589 – E-MAIL: opo1civel@tjro.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 7004241-38.2016.8.22.0004
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: ALCANTARA TURISMO LTDA - ME
ADVOGADO DO EXEQUENTE: BIANCA SARA SOARES VIEIRA OAB nº RO9679
EXECUTADO: RENAN DA SILVA LOCATELLI
ADVOGADO DO EXECUTADO: JULYANDERSON POZO LIBERATI OAB nº RO4131
Indefiro.
Embora respeitando o entendimento das "diversas outras comarcas" do Estado de Rondônia, neste juízo, que é onde o processo tramita, a apreensão de CNH não é utilizada como meio de coerção do devedor a pagar a dívida, vez que medida extrema e somente justificável em casos excepcionais.
Requeira o que for de interesse.
Prazo de 10 dias.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Daniel Comboni, n. 1.480, 1º Andar, Bairro União, FÓRUM DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Ouro Preto do Oeste/RO – CEP 76.920-000
TELEFONE:(69) 3461-4589 – E-MAIL: opo1civel@tjro.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 7006332-33.2018.8.22.0004
Classe: Procedimento Comum
AUTOR: RUTY DOS SANTOS DOURADO
ADVOGADO DO AUTOR: NAIRA DA ROCHA FREITAS OAB nº RO5202
RÉU: I. -. I. N. D. S. S.
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Trata-se de ação cujo benefício que se pleiteia exige conhecimento técnico específico, a fim de confirmar a incapacidade da parte autora. Assim, a prova pericial é necessária para o desfecho da lide.
Nomeio Dra. Gizeli Fabiana de Oliveira Lima, médica especialista em perícia médica.
Fixo em R$ 370,00 (trezentos e setenta reais) o valor dos honorários periciais, os quais serão pagos mediante RPV após a entrega do laudo.
Observo que o valor dos honorários foi fixado levando em consideração a tabela de honorários prevista na Resolução nº 232/2016 do CNJ, bem como o trabalho e o zelo da profissional e o tempo gasto pelo exame.
Soma-se a isso o fato de inexistirem nesta comarca e nas comarcas vizinhas profissionais dispostos a realizar perícias nos inúmeros processos previdenciários em trâmite neste Juízo.
Ressalto que o valor arbitrado não destoa do valor médio de uma consulta médica. Não fosse por isso, a perícia realizada pelo profissional nomeado não pode ser equiparada à uma consulta comum, posto que exige uma avaliação completa do paciente, bem como dos incontáveis exames e laudos que retratam o histórico de evolução da doença, de forma que seja possível definir o início da incapacidade laborativa para fins de eventual pagamento de verbas pretéritas, isso tudo mediante a elaboração de um laudo conclusivo e detalhado.
Ademais, o parágrafo único do art. 28 da Resolução CJF-2014/305 estabelece que em situações excepcionais poderá o juiz arbitrar honorários dos profissionais até o limite de três vezes do valor máximo nela previsto. Ou seja, possível que o juiz, de maneira fundamentada, majore os honorários para valor superior àquele inicialmente fixado na resolução, atentando-se, todavia, para o limite máximo por ela imposto, qual seja, o triplo do montante estabelecido como regra.
As especificidades do caso em tela, pelas razões já expostas, impõem o arbitramento dos honorários em valor superior ao fixado como base em referida resolução. Desta feita, o valor fixado (R$ 370,00) é razoável e não ultrapassa o limite máximo previsto para situações excepcionais, como a que ora se apresenta.
A respeito da possibilidade de o juiz ultrapassar o limite estabelecido na Resolução em virtude das circunstâncias do caso concreto seguem os seguintes julgados:
AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. HONORÁRIOS PERICIAIS. JUSTIÇA ESTADUAL. COMPETÊNCIA DELEGADA. RESOLUÇÃO Nº 305/2014. 1. As perícias judiciais devem observar a tabela de valores de honorários anexa à Resolução nº 305, de 07 de outubro de 2014, do Conselho da Justiça Federal, que atualmente disciplina a matéria. 2. É facultado ao juiz ultrapassar o limite máximo estabelecido em até três vezes, de acordo com as especificidades do caso concreto, atendendo ao grau de especialização do perito, à complexidade do exame e ao local de sua realização. (TRF-4 - AG: 50076807420154040000 5007680-74.2015.404.0000, Relator: RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA, Data de Julgamento: 28/04/2015, QUINTA TURMA, Data de Publicação: D.E. 30/04/2015)
PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUÍZO ESTADUAL. HONORÁRIOS DE PERITO. PAGAMENTO. RESOLUÇÃO 305/2014 DO CJF. 1. A Tabela V do Anexo da Resolução nº 305, de 07/10/2014, do Conselho da Justiça Federal, contém os valores mínimo e máximo que o magistrado deve utilizar como referência ao arbitrar os honorários do perito nomeado. O valor máximo estipulado para perícias é de R$ 200,00 (duzentos reais), com a ressalva de que o juiz poderá ultrapassar em até 3 (três) vezes o limite máximo, atendendo ao grau de especialização do perito, à complexidade do exame e ao local de sua realização (artigos 25 e 28). 2. No presente caso, levando-se em conta o quadro clínico apresentado pela agravada, é razoável a redução dos honorários para R$ 400,00 (quatrocentos reais), valor médio de uma consulta médica. 3. No que tange à época em que deve ocorrer o pagamento, deve ser observado o disposto nos artigos 29 e 32 da Resolução nº 305/2014 do CJF. 4. Agravo de instrumento parcialmente provido a fim de reduzir para R$ 400,00 (quatrocentos reais) o valor arbitrado a título de honorários periciais, ressaltando-se que este valor deverá ser pago, mediante requisição de pagamento, após as partes se manifestarem sobre o laudo ou, na hipótese de haver solicitação de esclarecimentos, depois que estes sejam prestados. (TRF-2 - AG: 00077867820154020000 RJ 0007786-78.2015.4.02.0000, Relator: ANTONIO IVAN ATHIÉ, Data de Julgamento: 18/05/2016, 1ª TURMA ESPECIALIZADA)
Intime-se a perita para que agende a data em que realizará a perícia, bem como para que decline o local da mesma.
Desde já consigno que a perícia poderá ser realizada em Ji-Paraná/RO, no consultório da profissional nomeada, salvo comprovada impossibilidade de locomoção da parte.
A perita poderá ser intimada por meio eletrônico (periciasmedicasemedicinadotrab@gmail.com). Vindo informação quanto à data designada, intime-se a parte requerente, na pessoa de seu(a) advogado(a).

Intimem-se as partes para que formulem seus quesitos, caso ainda não o tenham feito. A parte autora deverá levar consigo exames médicos e laboratoriais a fim de auxiliar na perícia.
Com a apresentação do laudo pericial, expeça-se, desde logo, RPV em favor da perita, devendo as partes, na sequência, serem intimadas a respeito.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Daniel Comboni, n. 1.480, 1º Andar, Bairro União, FÓRUM DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Ouro Preto do Oeste/RO – CEP 76.920-000
TELEFONE:(69) 3461-4589 – E-MAIL: opo1civel@tjro.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 0001773-02.2011.8.22.0004
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: KATIA REJANE FREIRE DE ALMEIDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MARCOS DONIZETTI ZANI OAB nº RO613, AMANDA ALINE BORGES FARIA OAB nº RO6465
EXECUTADOS: PEDRO VANIL MARQUES, JN COMÉRCIO INDÚSTRIA E SERVIÇOS DE MADEIRA LTDA.
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: JESSE RALF SCHIFTER OAB nº RO527
Indefiro a suspensão da CNH do executado, vez que medida extrema e só justificável em casos excepcionalíssimos, respeitados os entendimentos contrários.
Intime-se a parte executada para que providencie, no prazo de 15 dias, a demolição da edificação e retirada do material resultante (entulho), sob pena de incidir em multa de R$ 1.000,00 (um mil reais) por dia de atraso.
Os executados igualmente devem indicar bens passíveis de penhora, sob pena de caracterizar ato lesivo à dignidade da Justiça e multa.
Prazo de 15 dias.
Eventual restrição de crédito será lançada após o decurso do prazo assinalado.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Daniel Comboni, n. 1.480, 1º Andar, Bairro União, FÓRUM DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Ouro Preto do Oeste/RO – CEP 76.920-000
TELEFONE:(69) 3461-4589 – E-MAIL: opo1civel@tjro.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 7002590-97.2018.8.22.0004
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO DO EXEQUENTE: SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB nº AC6673
EXECUTADOS: JOSIAS DORNELES DE OLIVEIRA, JADIR ALTIVO DA SILVA, IVANI DE OLIVEIRA TELES, LUZIA GREFFE DOS SANTOS, JOSE MOREIRA TELES
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS:
Intime-se o exequente para que, em 5 (cinco) dias, manifeste-se sobre a impugnação apresentada no id. 26856478.
Decorrido, com ou sem manifestação, venham os autos conclusos para as deliberações pertinentes.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Daniel Comboni, n. 1.480, 1º Andar, Bairro União, FÓRUM DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Ouro Preto do Oeste/RO – CEP 76.920-000
TELEFONE:(69) 3461-4589 – E-MAIL: opo1civel@tjro.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 7002368-95.2019.8.22.0004
Classe: Execução Fiscal
EXEQUENTE: F. P. D. M. D. O. P. D. O.
ADVOGADO DO EXEQUENTE:
EXECUTADO: RONALDO ESTEVAO DA SILVA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Homologo o acordo e extingo o processo na forma do art. 487, inciso III, b, do Código de Processo Civil.
Sem custas finais.
Em caso de descumprimento, desde já defiro o desarquivamento e o prosseguimento como cumprimento de SENTENÇA.
Publique-se e intime-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Café Filho, nº 127, Bairro Praça Três Poderes, CEP 76.920-000, Ouro Preto do Oeste, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível 7006270-90.2018.8.22.0004
Execução Contratual
Revisional de Aluguel
AUTOR: VITORINO CHERQUE CPF nº 525.682.107-53, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO AUTOR: ARIANE MARIA GUARIDO OAB nº RO3367, RICARDO OLIVEIRA JUNQUEIRA OAB nº RO4477
RÉU: M. D. M. D. S. R., SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO RÉU:
Altere-se a classe processual para “ação de cobrança - rito comum”.
ITEM 1. Designo audiência de conciliação/mediação no dia 02/07/2019, às 08h15min, a ser realizada pelo CEJUSC, nas dependências deste Fórum. Cite-se a parte requerida para conhecimento acerca dos termos da presente ação, intimando-a para que compareça ao ato, bem como para que, querendo, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias, contados da audiência de conciliação, aplicando-se à Fazenda Pública o disposto no art. 183, do CPC.
A intimação do(a) autor(a) para a audiência será feita na pessoa do seu advogado (Art. 334, § 3º).
Restando inexitosa a conciliação ou não comparecendo a parte requerida, fica a PARTE AUTORA, desde já ciente de que deverá promover a complementação das custas processuais, na forma do art. 12, I, da Lei 3.896/2016 (Custas de Código 1001.2). Prazo de 05 (cinco) dias.
ITEM 2. Não havendo acordo, aguarde-se pelo decurso do prazo para apresentação de defesa. Inexistindo qualquer manifestação, INTIME-SE o(a) autor(a), para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Após conclusos.
ITEM 3. Apresentada contestação, INTIME-SE a parte autora, para que, querendo, manifeste-se no prazo de 15 (quinze) dias. Após conclusos.
CÓPIA DESTE SERVIRÁ DE CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO.
Ouro Preto do Oeste , 2 de maio de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Café Filho, nº 127, Bairro Praça Três Poderes, CEP 76.920-000, Ouro Preto do Oeste, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 7003283-47.2019.8.22.0004
Classe: Procedimento Comum
AUTOR: ANGELICA DA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: JONATA BRENO MOREIRA SANTANA OAB nº RO9856, TEREZINHA MOREIRA SANTANA OAB nº RO6132, LARA MARIA MONTEIRO FRANCHI NUNES OAB nº RO9106
RÉU: I. -. I. N. D. S. S.
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Emende a inicial para qualificar corretamente a autora, pois consta alteração no nome após o casamento.
Junte documento comprovando residência e domicílio nesta comarca ou comprove ter ligação com a pessoa cujo nome está na fatura de energia elétrica.
Junte documento comprovando o rendimento mensal, uma vez que qualifica-se como vendedora.
Prazo de 15 dias.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Daniel Comboni, n. 1.480, 1º Andar, Bairro União, FÓRUM DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Ouro Preto do Oeste/RO – CEP 76.920-000
TELEFONE:(69) 3461-4589 – E-MAIL: opo1civel@tjro.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 7002417-39.2019.8.22.0004
Classe: Homologação de Transação Extrajudicial
REQUERENTES: JARDELINA ROSA DE JESUS, COLODONIO ALVES
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: ERMINIO DE SOUSA MELO OAB nº RO338
HOMOLOGO o acordo firmado pelos requerentes Jardelina Rosa de Jesus e Colodonio Alves, o qual versa sobre reconhecimento e dissolução de união estável com partilha de bens, conforme exposto na petição inicial. Por conseguinte, extingo o processo com resolução do MÉRITO, na forma do art. 487, inciso III, b, do Código de Processo Civil.
O acordo não vincula terceiros e tampouco implica em regularização automática da propriedade sobre bens móveis ou imóveis.
Sem custas finais.
Publique-se e intimem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Café Filho, nº 127, Bairro Praça Três Poderes, CEP 76.920-000, Ouro Preto do Oeste, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 7005699-22.2018.8.22.0004
Classe: Arrolamento Sumário
REQUERENTES: LENIRA EMIDIO DE ALMEIDA KILPPEL, JAIR EMIDIO DE ALMEIDA, GERCINO EMIDIO DE ALMEIDA, JOSE EMIDIO DE ALMEIDA, MARIA LUISA GONCALVES, AIRTON EMIDIO DE ALMEIDA, LEIDIANE GONCALVES DE ALMEIDA, SEBASTIAO EMIDIO DE ALMEIDA, GABRIEL EMIDIO DE ALMEIDA, APARECIDA EMIDIO DE OLIVEIRA NOGUEIRA, JOANINHA GONCALVES DE ALMEIDA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: LUANA NOVAES SCHOTTEN DE FREITAS OAB nº RO3287
REQUERIDO: ESPÓLIO DE MARIA DAS DORES DE ALMEIDA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
Homologo por SENTENÇA a partilha do único bem integrante do Espólio de Maria das Dores de Almeida, a saber: “veículo Marca/Modelo: Fiat/Uno Mille Fire Flex, Ano/modelo: 2008/2008, cor: vermelha, Placa: NDL 2661, Chassi: 9BD15822786074775, Renavan 951038850, avaliado em R$ 13.478,00 (treze mil, quatrocentos e setenta e oito reais)”, adjudicando aos herdeiros os seus respectivos quinhões, conforme exposto no petição inicial e plano de partilha. Extingo o processo com resolução do MÉRITO, na forma do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.
Cópia da SENTENÇA serve de alvará para transferência junto ao órgão de trânsito, sem isentar do cumprimento de outras formalidades administrativas ou pagamento de multas e impostos pendentes.
Publique-se e intime-se, arquivando-se oportunamente.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Café Filho, nº 127, Bairro Praça Três Poderes, CEP 76.920-000, Ouro Preto do Oeste, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 7002302-52.2018.8.22.0004
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: EDSON CARLOS DE ALMEIDA GONCALVES
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LARA MARIA MONTEIRO FRANCHI NUNES OAB nº RO9106, TEREZINHA MOREIRA SANTANA OAB nº RO6132
EXECUTADO: YMPACTUS COMERCIAL S/A
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Trata-se “liquidação de SENTENÇA ” proposta por EDSON CARLOS DE ALMEIDA GONÇALVES em face de YMPACTUS COMERCIAL LTDA (TELEXFREE).
Alega o requerente ter realizado investimentos junto à requerida em 2013, no valor total de R$ 8.635,50.
Aduz que ante o julgamento da Ação Civil Pública (Processo nº 0800224-44.2013.8.01.0001), em que os bens da empresa requerida foram bloqueados, lhe resta, como parte credora, a restituição do montante pago.
Pugnou, assim, pela procedência do pedido inicial, para liquidação do valor pago, devidamente atualizado, o qual, segundo alega, atinge o montante de R$ 13.626,58.
Citada, a requerida quedou-se inerte.
É o relatório.
Decido.
Ante a revelia da requerida, cabível o julgamento antecipado da lide, nos exatos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil.
A revelia, aliada à documentação trazida aos autos, onde o requerente comprova a existência da relação jurídica entre as partes, estabelecida mediante o pagamento de boletos emitidos pela requerida (id. 18604974), faz presumir a veracidade da alegação ventilada na peça inaugural.
O requerente é parte legítima para a presente liquidação e execução, uma vez que a SENTENÇA proferida em sede de ação civil pública, promovida pelo Ministério Público, lhe garante o direito de buscar o ressarcimento das quantias pagas à demandada. É o que dispõe o art. 103, III, do Código de Defesa do Consumidor.

Vale destacar que a possibilidade de a vítima, beneficiada com a SENTENÇA proferida em ação coletiva, propor ação de liquidação de SENTENÇA individualmente em seu domicílio, já é matéria pacificada no Superior Tribunal de Justiça. Veja-se:

A liquidação e a execução individual de SENTENÇA genérica proferida em ação civil coletiva pode ser ajuizada no foro do domicílio do beneficiário, porquanto os efeitos e a eficácia da SENTENÇA não estão circunscritos a lindes geográficos, mas aos limites objetivos e subjetivos do que foi decidido, levando-se em conta, para tanto, sempre a extensão do dano e a qualidade dos interesses meta individuais postos em juízo." (arts. 468, 472, 474, CPC e 93 e 103, CDC) (REsp 1243887/PR Relator Luís Felipe Salomão. Órgão julgador: Corte Especial. Julgado em 19/10/2011. Publicado em 12/12/2011).

Por se tratar de execução individual de SENTENÇA coletiva, incumbia ao credor provar que é titular do direito reconhecido na SENTENÇA condenatória, assim como demonstrar o respectivo valor a ser restituído.

A relação jurídica existente entre as partes é incontroversa, porquanto comprovado pelo requerente, mediante prova documental, o valor investido no negócio celebrado com a ré.

A prova de direito decorre da juntada dos comprovantes de pagamento (id. 18604974), estando o requerente, pois, legitimado e habilitado para a presente execução do valor de R$ 8.635,50, devidamente corrigido desde a data do efetivo desembolso, consoante estabelecido na própria SENTENÇA que ora se liquida.

Posto isso, JULGO PROCEDENTE a presente liquidação, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, devendo a execução prosseguir pelo valor original de R$ 8.635,50, corrigidos monetariamente e com juros de mora na forma estabelecida na SENTENÇA exequenda.

Ante a sucumbência, arcará a parte requerida com as custas processuais, além dos honorários advocatícios em favor da parte exequente, os quais fixo em 10% sobre o valor da condenação.

Para fins de prosseguimento, deverá o exequente acompanhar a situação da executada perante o processo de nº. 0707082-44.2017.8.01.0001 (liquidação judicial) que tramita na 2ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco-AC, bem como diligenciar a respeito do pedido de autofalência da executada no juízo do foro de domicílio da mesma (Espirito Santo), para fins de habilitação de seu crédito.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019 .

Jose Antonio Barreto

Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Rua Café Filho, nº 127, Bairro Praça Três Poderes, CEP 76.920-000, Ouro Preto do Oeste, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO

Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 7002655-92.2018.8.22.0004

Classe: Procedimento Comum

AUTOR: LAURIANO RIBEIRO

ADVOGADO DO AUTOR: LUANA NOVAES SCHOTTEN DE FREITAS OAB nº RO3287, SONIA MARIA DOS SANTOS OAB nº RO3160

RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA

Trata-se de ação de concessão de aposentadoria por invalidez ou restabelecimento de auxílio-doença com pedido de tutela de urgência proposta por LAURIANO RIBEIRO em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS.

Sustentou o requerente ser segurado especial da Previdência Social e ter tido o benefício de auxílio-doença negado indevidamente, eis que está incapacitado para voltar a exercer qualquer atividade laborativa.

Disse sofrer de diversas patologias e ter auferido auxílio-doença de fevereiro de 2017 a junho de 2018.

Requereu a procedência do pedido para condenar o requerido a conceder em seu favor aposentadoria por invalidez ou, em sendo o caso, auxílio-doença, desde a data do indeferimento na via administrativa (01/06/2018).

Concedida a gratuidade e indeferida a tutela de urgência (id. 19108926).

Realizada perícia, o laudo foi acostado no id. 23620012.

O requerido foi citado e contestou o pedido, oportunidade em que discorreu sobre os requisitos necessários à concessão dos benefícios incapacitantes. Pediu a improcedência do pedido.

É o sucinto Relatório.

DECIDO.

Como pretende auferir benefício incapacitante, o requerente deveria comprovar, além da incapacidade para o exercício de atividade laborativa, a condição de segurado da Previdência Social.

A condição de segurado especial do requerente foi reconhecida pelo requerido na via administrativa, uma vez que lhe concedeu auxílio-doença por longo período.

Ademais, tal condição não foi objeto de questionamento pelo requerido, pelo que, tenho por inconteste.

Preenchido o primeiro requisito (qualidade de segurado), passo a análise do segundo (incapacidade laborativa).

Quanto à alegada incapacidade, conforme art. 42 da Lei 8.213/91, a aposentadoria por invalidez é cabível quando o beneficiário for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, enquanto que o auxílio-doença, conforme a redação do art. 59 da Lei 8.213/91, será devido ao segurado que ficar temporariamente incapacitado para o seu trabalho ou sua atividade habitual.

De acordo com o perito responsável pelo laudo de id. 23620012, o requerente apresenta lombalgia crônica e encontra-se com incapacidade parcial permanente para o exercício de suas atividades laborativas.

Conclui a perícia que o requerente apresenta-se parcialmente incapaz de exercer qualquer labor braçal, pois a doença/lesão poderá se agravar. Transcrevo parte pertinente do laudo para melhor elucidar da questão: "Na opinião deste perito, o periciado não pode exercer atividades que exijam grande esforço físico" (quesito 5 – id. 23620012 p. 3).

A incapacidade para o labor habitual daria ensejo à concessão do auxílio-doença ao requerente.

O fato é que trata-se de pessoa sem qualificação, que não possui CNH e só poderia se reabilitar em atividades eminentemente manuais ou braçais. Logo, desarrazoado exigir-se de alguém que sempre desenvolveu atividade manual/braçal, a capacitação para trabalho diverso aos 58 (cinquenta e oito) anos.

Em verdade, quando o réu decide que o trabalhador não está incapacitado para toda e qualquer atividade, ele se exime da responsabilidade de arcar com o pagamento de benefício em favor de alguém que, segundo seu entendimento, pode aprender nova profissão e prover o necessário para o seu sustento.

Ocorre que tal aprendizado não se dá de uma hora para outra, e nem de forma espontânea. Ele se faz através de programas de reabilitação que visem adaptar o trabalhador à sua nova condição.

É notória a falta de programas com este fim, e quem deveria desenvolver programas para capacitação de profissionais em situações semelhantes e não o faz, é o mesmo que deverá arcar com os custos de tal inércia.
Assim, entendo estar satisfatoriamente comprovada tanto a condição de segurado, como a incapacidade para o desenvolvimento de atividade capaz de garantir ao requerente a subsistência.
Desta forma, o requerente faz jus à aposentadoria por invalidez, desde a data da cessação do auxílio-doença na via administrativa (01/06/2018), uma vez que os documentos que instruem a inicial, bem como o laudo médico pericial permitem concluir que a doença existe desde aquela data.
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido para condenar o INSS a conceder em favor de LAURIANO RIBEIRO o benefício de APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, retroagindo à 01/06/2018, com valores corrigidos monetariamente pelo IPCA-E e juros moratórios de acordo com o Manual de Orientação de Procedimento para os cálculos na Justiça Federal.
Resolvo o MÉRITO da causa, com fulcro no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.
Tendo em vista o caráter alimentar do benefício pleiteado e considerando que o preenchimento dos requisitos para concessão do mesmo restaram suficientemente demonstrados nos autos, com apoio no artigo 300 do Código de Processo Civil, ANTECIPO os efeitos da tutela jurisdicional deferida nesta SENTENÇA e DETERMINO ao INSS que, no prazo de 10 (dez) dias, implante, em favor da parte demandante, o benefício acima referido, fazendo comprovação nestes autos.
Condeno o requerido, ainda, a pagar honorários advocatícios, no percentual de 10% sobre o valor das parcelas vencidas até a data da SENTENÇA, conforme Súmula 111 do STJ.
SENTENÇA sujeita ao reexame necessário, salvo se o total da condenação for inferior a 1.000 (um mil) salários-mínimos ou se o requerente desistir do valor excedente a esse limite (na forma do art. 496, § 3º, inciso I, do CPC).
Transitada em julgado, altere-se a classe processual para "cumprimento de SENTENÇA " e intime-se o exequente para apresentar os cálculos devidos na fase de execução.
Publique-se. Intimem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Daniel Comboni, n. 1.480, 1º Andar, Bairro União, FÓRUM DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Ouro Preto do Oeste/RO – CEP 76.920-000
TELEFONE:(69) 3461-4589 – E-MAIL: opo1civel@tjro.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 7005773-47.2016.8.22.0004
Classe: Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: TIGRAO COMERCIO DE VEICULOS LTDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: JOAO HENRIQUE DALLA MARTA KMEIH OAB nº RO7502, CARLOS LUIZ PACAGNAN OAB nº RO107B, CARLOS LUIZ PACAGNAN JUNIOR OAB nº RO6718
EXECUTADO: GEREMIAS SEVERINO DE SOUZA
ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Homologo o pedido de desistência e extingo o processo na forma do art. 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil.
Eventuais custas em aberto ficam a cargo da exequente.
Publique-se e intime-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Café Filho, nº 127, Bairro Praça Três Poderes, CEP 76.920-000, Ouro Preto do Oeste, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 7004438-22.2018.8.22.0004
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
AUTOR: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A
ADVOGADO DO AUTOR: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA OAB nº AC115665
RÉU: MILTON AUGUSTO SOUZA
ADVOGADO DO RÉU:
Cuida-se de ação de busca e apreensão em alienação fiduciária proposta por AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A em face de MILTON AUGUSTO SOUZA.
Narra, em resumo, que as partes celebraram contrato de financiamento com garantia de alienação fiduciária, n. 322202132, para pagamento em 48 parcelas mensais e consecutivas de R$ 573,96.
Afirma que o requerido não cumpriu com a obrigação assumida, deixando de efetuar o pagamento das parcelas desde 13.02.2018, o que acarretou o vencimento antecipado de toda a dívida.
Aponta débito de R$ 14.748,54 e requereu a busca e apreensão do veículo.
Deferida a liminar de busca e apreensão (ID 21825357), foi deprecada a busca e apreensão do veículo.
Efetivado o cumprimento da DECISÃO, o requerido comprovou o pagamento do débito que ensejou o ajuizamento da ação.
O bem foi restituído ao réu (id. 25647057 p. 23) e os valores depositados foram transferidos à autora.
Vieram os autos conclusos.
É o relatório. Decido.
O contrato firmado entre as partes, regido pelo Decreto-Lei n. 911/69, prevê a rescisão contratual em caso de inadimplemento do devedor.
Liminarmente foi deferida a busca e apreensão do veículo, medida que restou cumprida no dia 30.11.2018.
O requerido, contudo, efetuou o pagamento da totalidade do débito, tendo o bem, inclusive, lhe sido restituído.
Portanto, o deMANDADO purgou a mora, fato que se enquadra na hipótese de reconhecimento do pedido e implica extinção do processo.
Ante o exposto, homologo o reconhecido do pedido e extingo o processo, com resolução do MÉRITO, com fundamento no art. 487, III, alínea "a" do CPC.
Eventuais custas pendentes ficam a cargo do réu.
Publique-se. Registre-se e intime-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Café Filho, nº 127, Bairro Praça Três Poderes, CEP 76.920-000, Ouro Preto do Oeste, RO

1ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto do Oeste – 1ª Vara Cível
Av. Daniel Comboni, n. 1.480, 1º Andar, Bairro União, FÓRUM DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Ouro Preto do Oeste/RO – CEP 76.920-000
TELEFONE:(69) 3461-4589 – E-MAIL: opo1civel@tjro.jus.br
PROCESSO: 7006569-38.2016.8.22.0004
Classe: MONITÓRIA (40)
REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado do(a) AUTOR: RAFAEL SGANZERLA DURAND - MT12208-A
REQUERIDO(A): SANTA CLARA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME e outros (3)
Advogados do(a) RÉU: ADILA PATRICIA AMORIM LACERDA - RO8229, RODRIGO TOTINO - RO6338
Advogados do(a) RÉU: ADILA PATRICIA AMORIM LACERDA - RO8229, RODRIGO TOTINO - RO6338
Advogados do(a) RÉU: ADILA PATRICIA AMORIM LACERDA - RO8229, RODRIGO TOTINO - RO6338
Cuida-se de embargos à execução opostos por SANTA CLARA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA – ME, CARMEN LUCIA FERREIRA DA SILVA e VERALUCIA PEREIRA DE SOUZA nos autos da ação monitória movida pelo BANCO DO BRASL S/A.
Inicialmente defendem a tempestividade dos embargos opostos e em preliminar arguiram a inépcia da inicial, sob a alegação de que não foram acostados, quando a propositura da ação, os documentos indispensáveis, quais sejam, os extratos bancários.
No mérito sustentam a aplicação do CDC e a impossibilidade de incidência de juros capitalizados. Asseveram que o contrato não é claro ao dispor sobre a capitalização dos juros, especialmente no que tange ao seu período, de modo que entendem ser nula a cláusula que os prevê.
Arguem que os juros remuneratórios foram fixados acima da média de mercado, sendo necessária perícia contábil com o fito de analisar de forma completa e aprofundada a metodologia de cobrança aplicada. Que não se encontram em mora nos contratos firmados com a embargada e que é abusiva a cobrança de comissão de permanência cumulada com outros encargos moratórios/remuneratórios, ainda que expressamente pactuada, fazendo-se necessária prova pericial contábil para comprovação das alegadas cobranças excessivas. Defendem a nulidade das garantias prestadas nos aditivos formalizados ante a ausência de assinatura de todos os garantidores. Requerem o acolhimento da preliminar de inépcia da inicial e não sendo este o caso, o acolhimento dos embargos monitórios.
O embargado foi intimado e apresentou impugnação, onde arguiu que os autos em análise foram plenamente instruídos com demonstrativo da conta vinculada ao contrato, tal como vem sendo aceito de forma reiterada pela jurisprudência. Defendeu que o STJ tem entendimento sumulado no sentido de que a cobrança de juros acima de 12% ao ano não é abusiva. Que as normas do Decreto nº 22.626/33 não são aplicáveis aos contratos bancários, por força da súmula 596, do STF. Assevera que não há qualquer ilegalidade na livre pactuação dos juros bancários.
Narrou que não obstante o Banco Central disponibilizar a taxa média praticada no mercado ao longo dos anos, isso não quer dizer que as Instituições Financeiras estariam adstritas a tal percentual. Que todos os encargos cobrados foram expressamente pactuados no contrato firmado entre as partes, não devendo prevalecer a pretensão dos embargantes, uma vez que no ato da contratação obtiveram pleno conhecimento de todos os encargos que lhes seriam cobrados em caso de inadimplência. Afirmam que a possibilidade de as Instituições Financeiras procederem a capitalização de juros encontra guarida na Medida Provisória nº 1.963-17, de 30/03/2000, atualmente em vigor sob o nº 2.170-36, de 23/08/2001. Que a única restrição existente acerca da cobrança da comissão de permanência em Contratos Bancários inadimplidos é no tocante a sua cumulação com correção monetária e que jamais exigiu ou exigirá a comissão de permanência de forma cumulativa com a correção monetária ou qualquer outro índice remuneratório.
Defendeu ainda ser possível a prorrogação automática da fiança em contrato bancário quando há previsão expressa sobre tal hipótese no contrato acessório e que os juízes de primeiro e segundo grau não estão autorizados a proceder à revisão de ofício de cláusulas contratuais. Requereu a improcedência dos embargos.
Deferida a prova pericial pleiteada pela parte embargante, foi nomeado perito para realização do ato (id. 20873903). O profissional declinou o valor do trabalho, no entanto, a requerida deixou de efetuar o pagamento dos honorários, de forma que restou preclusa a prova.
É o relatório.
Decido.
DA PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL
Sustentam os embargantes que a peça inaugural deve ser indeferida, uma vez que não instruída com as planilhas comprovando a evolução do débito.
Sem razão. É que o requerente, ora embargado, apresentou com a exordial os extratos da conta bancária nos quais estão relacionados o valor da dívida inicial, bem como os encargos que sobre ela recaíram.
Referidos documentos evidenciam o crescimento do débito ora exigido. É o quanto basta ao desenvolvimento válido e regular do processo. Rejeito a preliminar.
Passo à análise da questão de fundo.
Inicialmente cumpre esclarecer que ao caso não se aplicam as normas que regem o direito consumerista.
A embargante pessoa jurídica não se caracteriza como destinatária final dos serviços prestados pelo embargado, uma vez que os recursos obtidos junto à instituição financeira o foram com o objetivo de serem aplicados na atividade empresarial. O amparo consagrado no CDC não incide nos contratos cujo objeto sejam serviços que visem fomentar a atividade empresarial, como no caso em apreço, em que o pacto se destinou à aquisição de empréstimo de capital de giro, isso porque, nesta hipótese, o consumidor caracteriza-se como mero "intermediário" e não como consumidor final, previsto no diploma consumerista como apto a receber proteção especial.
Neste sentido:
CIVIL. PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE – BB GIRO EMPRESA FLEX. PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. APLICAÇÃO DO CDC. INVIABILIDADE. PESSOA JURÍDICA. NÃO DESTINATÁRIA FINAL DO CRÉDITO. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. CAPITAL DE GIRO. FOMENTO DA ATIVIDADE. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. POSSIBILIDADE. MP 2.170-36/01. PREVISÃO EXPRESSA NO CONTRATO. LEGALIDADE. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. CUMULAÇÃO DE COMISSÃO DE PERMANÊNCIA COM OUTROS ENCARGOS. ILEGALIDADE. SÚMULA 472 DO E. STJ. INCIDÊNCIA DE COMISSÃO DE PERMANÊNCIA SEM LIMITAÇÃO PELA TAXA ESTIPULADA NO CONTRATO. ABUSIVIDADE. SÚMULA 294 DO E. STJ. 1. O contrato de abertura de crédito em conta corrente, BB giro empresa, não possui natureza de título executivo, mas é documento hábil a instruir ação monitória e a ação de cobrança. 2. O prazo prescricional da pretensão de cobrança rege-se pelo art. 206, § 5º, inciso I, do Código Civil, estabelecido em cinco anos, não tendo restado configurada a prescrição no caso dos autos. 3. Os valores recebidos por meio de Contrato de Abertura de Crédito – BB Giro Empresa Flex, em conta corrente, têm por escopo fomentar a empresa (atividade), não configurando, assim relação de consumo entre os contratantes em razão de a sociedade empresária beneficiada com o crédito não se enquadrar no conceito de destinatária final do bem. 4. Em razão da inaplicabilidade do CDC e, por consequência, não havendo inversão do ônus da prova (inciso VIII do art. 6º do CDC), cabe aos recorrentes provar a existência de fato impeditivo, modificativo ou

extintivo do direito do autor, conforme reza o art. 333, II, do CPC e comprovar a abusividade contratual alegada. 5. No que se refere aos contratos de concessão de crédito por instituição financeira, é admitida a capitalização mensal de juros após edição da MP 1.963-17/00, em 31.03.2000, ratificada pela Medida Provisória nº 2.170-36/01, desde que tenha previsão contratual expressa. 6. No caso dos autos, expressa no contrato e planilha de evolução do débito a incidência e a periodicidade da capitalização dos juros remuneratórios, não há irregularidade na sua incidência. 7. É vedada a cumulação de cobrança de comissão de permanência com outros encargos moratórios, nos termos da Súmula 472 do e. STJ, sendo nula a disposição combatida nos autos, por permitir a cobrança do encargo acrescido de juros de mora e multa contratual. 8. Consoante entendimento sufragado pela súmula 294 do e. STJ, a incidência da comissão de permanência deve ser limitada pela taxa do contrato, sendo nula a disposição contratual que estipula a aplicação do encargo apenas considerando a taxa média definida pelo Banco Central do Brasil. 9. Recurso conhecido e parcialmente provido. (TJ-DF - APC: 20120111641192, Relator: ALFEU MACHADO, Data de Julgamento: 30/09/2015, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 13/10/2015 . Pág.: 190)

RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE MÚTUO BANCÁRIO. EMPRESA. CAPITAL DE GIRO. INAPLICABILIDADE DO CDC. PRECEDENTES. Não se aplica o CDC ao contrato de mútuo tomado por empresa junto à instituição financeira destinado ao fomento da atividade empresarial. Precedentes da Corte.Recurso Especial improvido. (REsp 773.927/MG, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2009, DJe 14/12/2009)

Prosseguindo, observo que o contrato bancário celebrado entre as partes consiste em instrumento cujas cláusulas são previamente estabelecidas pela instituição financeira, de modo que não se olvida tratar-se de contrato de adesão.

Contudo, o simples fato de constituir-se contrato de adesão não redunda em nulidade automática de suas cláusulas por abusividade, mostrando-se imprescindível a comprovação de eventuais vícios que o maculem.

Pois bem. Os embargantes alegam excesso de cobrança e o fazem amparados no argumento de que sobre o montante da dívida incidiram juros e encargos indevidos, em desconformidade com a legislação pátria, entretanto, não declinaram o valor que entendiam devido, em evidente inobservância ao disposto no art. 702, §§ 2º e 3º, do CPC, que assim estatui:

Art. 702. Independentemente de prévia segurança do juízo, o réu poderá opor, nos próprios autos, no prazo previsto no art. 701, embargos à ação monitória.

§ 1o Os embargos podem se fundar em matéria passível de alegação como defesa no procedimento comum.

§ 2o Quando o réu alegar que o autor pleiteia quantia superior à devida, cumprir-lhe-á declarar de imediato o valor que entende correto, apresentando demonstrativo discriminado e atualizado da dívida.

§ 3o Não apontado o valor correto ou não apresentado o demonstrativo, os embargos serão liminarmente rejeitados, se esse for o seu único fundamento, e, se houver outro fundamento, os embargos serão processados, mas o juiz deixará de examinar a alegação de excesso.

É certo que competia aos embargantes declinar o valor da dívida que reputavam correto (com exclusão dos juros, comissão de permanência e demais encargos que entendiam abusivos), e ainda, apresentar memória de cálculo da dívida, por força da norma processual expressa nos dispositivos legais acima transcritos.

Como, todavia, desatenderam a tal exigência, os embargos sequer podem ser conhecidos no que pertine a esses fundamentos, conforme orienta a majoritária jurisprudência:

MONITÓRIA. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DO VALOR COBRADO. Não apresentação de memória do cálculo do valor que entende devido. Descumprimento do disposto nos §§ 2º e 3º do art. 702 do Código de Processo Civil. Rejeição dos embargos monitórios mantida. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-SP 10444312020158260506 SP 1044431-20.2015.8.26.0506, Relator: Afonso Bráz, Data de Julgamento: 05/07/2018, 17ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 05/07/2018)

PROCESSO – Rejeição da alegação de nulidade da r. sentença, em razão do julgamento antecipado da lide – Diante das alegações das partes, as questões controvertidas estão suficientemente esclarecidas pela prova documental constante dos autos, não demandando a produção de prova pericial, nem testemunhal – A ação monitória foi ajuizada na vigência do CPC/2015 – No caso dos autos, as alegações da parte ré embargante apelante de excesso de cobrança, fundado em abusividade de encargos, inclusive com pedido de revisão de contratos bancários, compreendendo o objeto da ação monitória – Proposta nr. 325000 – Forte 72 – Reescalonamento – e os que o precederem, em razão de encadeamento, não podem ser conhecidas, por força do art. 702, §§ 2º e 3º, do CPC/2015, visto que, nos embargos monitórios oferecidos, a parte devedora apelante não indicou o valor que entende correto para a dívida cobrada, acompanhada da respectiva memória de cálculo e dos documentos necessários para comprovação do alegado. MONITÓRIA – Documentos constantes da inicial são hábeis para a propositura de ação monitória, nos termos do art. 700, do CPC/2015 (correspondente ao art. 1.102-A, do CPC/1973). EXCESSO DE COBRANÇA – No que concerne à aplicação do disposto no art. 702, §§ 2º e 3º, do CPC/2015, incumbe ao réu embargante indicar o valor que entende correto para a dívida cobrada, acompanhada da respectiva memória de cálculo e dos documentos necessários para comprovação do alegado, quando em embargos à ação monitória, alegar excesso de cobrança, fundado em abusividade de encargos, inclusive na hipótese de pedido de revisão contratual, seja do contrato objeto da ação ou de anterior, se sustentado encadeamento de operações, sob pena de rejeição liminar ou de não conhecimento desse fundamento, sendo descabida, nesse caso, determinação de emenda da inicial, sob pena de mitigar e, até mesmo, de elidir o propósito maior de celeridade e efetividade do processo monitório – No caso dos autos, por aplicação da premissa supra, a alegação da parte ré embargante apelante de excesso de cobrança, embasada em afirmação de cobrança ilícita e abusiva de juros remuneratórios capitalizados, TR e Seguro Prestamista, inclusive com pedido de revisão contratual do contrato objeto da ação, não pode ser conhecida, por força do art. 702, §§ 2º e 3º, do CPC/2015, visto que, nos embargos à ação monitória, a parte apelante não indicou o valor que entendia correto para a dívida cobrada, acompanhada da respectiva memória de cálculo e dos documentos necessários para comprovação do alegado – Mantida a r. sentença, com observação de que a alegação de excesso de cobrança deduzida nos embargos à ação monitória oferecidos pela parte ré embargante apelante não é conhecida, na forma do art. 702, §§ 2º e 3º, do CPC/2015. Recurso desprovido, com observação. (TJ-SP - APL: 10012110920168260450 SP 1001211-09.2016.8.26.0450, Relator: Rebello Pinho, Data de Julgamento: 24/04/2017, 20ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 26/04/2017)

Nesta senda, diante das regras acima dispostas, a alegação dos embargantes de excesso de execução, amparada em abusividade de juros remuneratórios, capitalizados e de comissão de permanência, inclusive com pedido de revisão de cláusula contratual, não tem como ser acolhida, porquanto não indicado o valor que se defende adequado para cobrança, bem como não apresentada memória de cálculo para comprovação do que fora defendido.

Assim, ainda que permitida a revisão no caso em apreço, sua análise fica obstada em virtude da inobservância da norma processual aplicável à hipótese, impondo-se a rejeição dos embargos neste ponto.

Consigno ainda que a verificação de eventuais encargos abusivos deveria ter sido objeto de análise por perícia contábil, conforme sustentaram os próprios embargantes em sua peça de defesa, todavia, oportunizada a produção de tal meio de prova, inclusive

com a nomeação de perito competente, os embargantes deixaram de recolher o respectivo valor dos honorários, de forma que restou preclusa essa possibilidade (id. 23960194). Logo, não tendo os embargantes de desincumbido do ônus que lhes cabia, improcede a pretensão ora deduzida.
No que tange à alegada nulidade da fiança em relação aos aditivos em que não consta a assinatura dos fiadores, tenho que razão também não assiste aos embargantes. Em que pese não terem sido todos os aditivos de empréstimo subscritos por todos os fiadores, são aqueles desdobramentos do instrumento contratual principal, qual seja, o CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO BB GIRO EMPRESA FLEX n. 140.417.282, no qual foi concedido um limite de crédito à empresa. Em verdade, a embargante SANTA CLARA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA utilizou-se do montante disponibilizado em aludido contrato, mas de forma fracionada, através de referidos aditivos, os quais instruem a peça inaugural.
Neste caso, não há como conceber que se tratam de contratos diferentes, os quais deveriam ter sido subscritos por todos os fiadores, eis que, como visto, caracterizam-se como mera extensão do contrato principal, cuja responsabilidade pelo adimplemento foi assumida pelos embargantes (id. 7283183 - Págs. 63 a 66).
À luz do exposto, REJEITO OS EMBARGOS MONITÓRIOS e, na forma do §8º, art. 702 do CPC, constituo de pleno direito o título executivo judicial, devendo o processo prosseguir em observância ao disposto no título II, do Livro I da Parte Especial naquilo que for cabível. Extingo a fase de conhecimento, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I do CPC.
Condeno os embargantes ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes que fixo em 10% do valor da causa.
Intimem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO
Assinado digitalmente pelo(a) Magistrado(a)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível
Av. Daniel Comboni, n. 1.480, Bairro União, Ouro Preto do Oeste/RO - CEP 76.920-000 - Telefone n. 3461-4589
PROCESSO: 7001154-69.2019.8.22.0004
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
REQUERENTE: V . DE OLIVEIRA ALVES STOPA - ME
Advogado do(a) AUTOR: DAIANE ALVES STOPA - RO7832
REQUERIDO(A): MIRALVA DOS SANTOS SAITER
FINALIDADE: Fica a PARTE AUTORA, através de seu Advogado, intimada a recolher as custas determinadas no Art. 19 da Lei 3.896/2016 para “Renovação de ato adiado ou já realizado de busca de endereços, bloqueio de bens e valores, quebra de sigilo fiscal, quebra de sigilo telemático e assemelhados”, via sistema de Custas Judiciais, código 1008.1.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 7004054-30.2016.8.22.0004
Classe: Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: IVANILDE FERNANDES
ADVOGADO DO EXEQUENTE: JHONATAN APARECIDO MAGRI OAB nº RO4512
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Cuida-se de cumprimento de sentença proposto por IVANILDE FERNANDES em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Homologados os cálculos, foram expedidos Precatório e Requisição de Pequeno Valor.
Os valores devidos foram depositados em contas judiciais e posteriormente levantados pelos credores, nos termos dos alvarás expedidos.
Portanto, adimplida a obrigação, não remanesce qualquer outra matéria para discussão nesses autos.
Ante o exposto, EXTINGO O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, com fulcro no art. 924, II do Código de Processo Civil.
Sem custas e sem honorários.
Publique-se. Intimem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Café Filho, nº 127, Bairro Praça Três Poderes , CEP 76.920-000, Ouro Preto do Oeste, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 7000001-98.2019.8.22.0004
Classe: Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: VERA LUCIA MOREIRA DE PAIVA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: HIAGO FRANKLIN SOUZA BORGES OAB nº RO8895, HEDILENE DA PENHA CARDOSO OAB nº RO4500
EXECUTADO: PEDRO ANTONIO MARQUES DE FREITAS
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Solicitei bloqueio eletrônico de valores.
Aguarde-se por 2 (dois) dias.
Após, conclusos.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Daniel Comboni, n. 1.480, 1º Andar, Bairro União, FÓRUM DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Ouro Preto do Oeste/RO – CEP 76.920-000
TELEFONE:(69) 3461-4589 – E-MAIL: opo1civel@tjro.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 7006198-06.2018.8.22.0004
Classe: Procedimento Comum
AUTOR: AUTO POSTO AVENIDA OURO PRETO LTDA - EPP
ADVOGADO DO AUTOR: DAIANE ALVES STOPA OAB nº RO7832
RÉU: EDILSON CLEMENTINO GERONIMO
ADVOGADO DO RÉU:
Trata-se de ação de cobrança proposta por AUTO POSTO AVENIDA OURO PRETO DO OESTE LTDA EPP em face de EDILSON CLEMENTE GERONIMO.
As partes compareceram à audiência de tentativa de conciliação e transigiram quanto ao pagamento do débito, requerendo a homologação do pacto (id.26823607).
Decido.
Como o acordo celebrado conta com a assinatura de todas as partes e inexistindo vício de consentimento ou irregularidades aparentes que o maculem, tomo-o por regular.
Anota-se que com a homologação da avença, o processo será remetido ao arquivo com baixa, podendo, todavia, em caso de descumprimento, ser desarquivado para fins de prosseguimento da execução.
Observa-se que o consenso entre as partes deve ser sempre prestigiado, como no caso em apreço, uma vez que tal abrandamento na conduta possibilita o cumprimento eficaz da obrigação.
Posto isto, HOMOLOGO O ACORDO celebrado, para que produza seus jurídicos e legais efeitos regendo-se pelas próprias cláusulas e condições, JULGANDO, por conseguinte e nos moldes do art.

487, III, “b”, do CPC, EXTINTO O FEITO, com RESOLUÇÃO DE MÉRITO.
Sem custas finais.
Sentença transitada em julgado nesta data, por força do art. 1.000 do Código de Processo Civil.
Publique-se. Intime-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Café Filho, nº 127, Bairro Praça Três Poderes , CEP 76.920-000, Ouro Preto do Oeste, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 7003220-22.2019.8.22.0004
Classe: Procedimento Comum
AUTOR: GILDASIO SANTANA LOPES
ADVOGADO DO AUTOR: VANESSA SALDANHA VIEIRA OAB nº RO3587
RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
ADVOGADO DO RÉU:
O requerente deve emendar a inicial para:
1 - Apresentar comprovante de endereço apto a demonstrar o domicílio nesta Comarca, uma vez que a fatura de id. 26825163 foi emitida em nome de terceira pessoa e, ainda, consta que acidente que o vitimou ocorreu em Machadinho do Oeste/RO;
2 - Acostar documento hábil à comprovação da hipossuficiência financeira, eis que para concessão da gratuidade judiciária não basta a simples afirmação da parte de que não possui condições de arcar com as despesas do processo, havendo necessidade de comprovação da alegada vulnerabilidade econômica.
Prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Daniel Comboni, n. 1.480, 1º Andar, Bairro União, FÓRUM DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Ouro Preto do Oeste/RO – CEP 76.920-000
TELEFONE:(69) 3461-4589 – E-MAIL: opo1civel@tjro.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 7003241-95.2019.8.22.0004
Classe: Procedimento Comum
AUTOR: NILTON BATISTA DA COSTA
ADVOGADO DO AUTOR: THADEU FERNANDO BARBOSA OLIVEIRA OAB nº RO208932, MARCELO PERES BALESTRA OAB nº RO4650
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
O artigo 109, § 3º, da Constituição Federal permite o processamento e julgamento, na Justiça Estadual do foro de domicílio dos segurados ou beneficiários, de causas em que for parte instituição de previdência social, sempre que a comarca não seja sede de Vara da Justiça Federal.
No presente caso, a autora é domiciliada no Município de Alvorada do Oeste. Ademais, verifico que a ação está endereçada àquela comarca, de modo que se impõe a remessa dos autos ao Juízo competente.
Ante o evidente equívoco na distribuição e com fulcro no art. 109, § 3º, da Constituição Federal, determino a remessa dos autos à Comarca de Alvorada do Oeste/RO.
Intimem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Daniel Comboni, n. 1.480, 1º Andar, Bairro União, FÓRUM DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Ouro Preto do Oeste/RO – CEP 76.920-000
TELEFONE:(69) 3461-4589 – E-MAIL: opo1civel@tjro.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 7005325-74.2016.8.22.0004
Classe: Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: MARIA DE LOURDES DUTRA DOS SANTOS
ADVOGADO DO EXEQUENTE: JHONATAN APARECIDO MAGRI OAB nº RO4512
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Cuida-se de cumprimento de sentença proposto por MARIA DE LOURDES DUTRA DOS SANTOS em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Homologados os cálculos, foram expedidos Precatório e Requisição de Pequeno Valor.
Os valores devidos foram depositados em contas judiciais e posteriormente levantados pelos credores, nos termos dos alvarás expedidos.
Portanto, adimplida a obrigação, não remanesce qualquer outra matéria para discussão nesses autos.
Ante o exposto, EXTINGO O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, com fulcro no art. 924, II do Código de Processo Civil.
Sem custas e sem honorários.
Publique-se. Intimem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Café Filho, nº 127, Bairro Praça Três Poderes , CEP 76.920-000, Ouro Preto do Oeste, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 7006249-17.2018.8.22.0004
Classe: Execução Fiscal
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE NOVA UNIAO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO
EXECUTADO: LUCIA PRATA DOS SANTOS
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Promovi pesquisas de bens da executada junto aos sistemas BACENJUD e RENAJUD, restando tais buscas infrutíferas, conforme espelhos em anexo.
Intime-se a parte autora para que dê prosseguimento ao feito, requerendo o que for de interesse.
Prazo de 10 (dez) dias.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Daniel Comboni, n. 1.480, 1º Andar, Bairro União, FÓRUM DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Ouro Preto do Oeste/RO – CEP 76.920-000
TELEFONE:(69) 3461-4589 – E-MAIL: opo1civel@tjro.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 7003202-98.2019.8.22.0004
Classe: Procedimento Comum
AUTOR: LAUCENIR SOARES DE FARIA
ADVOGADO DO AUTOR: NADIA APARECIDA ZANI ABREU OAB nº RO300B
RÉU: I. N. D. S. S.
ADVOGADO DO RÉU:
A requerente deve juntar cópia do v.Acórdão proferido no processo anterior.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Daniel Comboni, n. 1.480, 1º Andar, Bairro União, FÓRUM DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Ouro Preto do Oeste/RO – CEP 76.920-000
TELEFONE:(69) 3461-4589 – E-MAIL: opo1civel@tjro.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 7000144-24.2018.8.22.0004
Classe: Reintegração / Manutenção de Posse
REQUERENTES: EDILMO DA ROCHA KOCH, MARCIA RODRIGUES SOARES
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: PAULO DE JESUS LANDIM MORAES OAB nº RO6258, SONIA CRISTINA ARRABAL DE BRITO OAB nº RO1872, WESLEY SOUZA SILVA OAB nº RO7775
REQUERIDOS: MARIA JOSÉ DA COSTA, BELMIRO MOREIRA DA SILVA
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS:
O mandado deverá ser desentranhado para cumprimento, uma vez que a ordem alcança quem estiver no local.
Para cumprir a ordem o Oficial de Justiça poderá solicitar auxílio policial e, havendo a presença de crianças, solicitar a presença do Conselho Tutelar.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Daniel Comboni, n. 1.480, 1º Andar, Bairro União, FÓRUM DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Ouro Preto do Oeste/RO – CEP 76.920-000
TELEFONE:(69) 3461-4589 – E-MAIL: opo1civel@tjro.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 7005533-87.2018.8.22.0004
Classe: Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO RURAL E DOS EMPRESARIOS DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RODRIGO TOTINO OAB nº RO6338
EXECUTADOS: ELIABE PEREIRA DOS SANTOS, MARIA NATALINA EMERICK DE PAIVA
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS:
Tendo em vista que o débito foi integralmente adimplido, conforme noticiado pela exequente, nada resta a ser buscado nestes autos, impondo-se a extinção do processo, o que faço com arrimo no art. 924, II, do Código de Processo Civil.
Sem custas e sem honorários.
A penhora de fração do imóvel realizada no id. 23862224 p. 5, torna-se sem efeito.
Publique-se. Intime-se e, oportunamente, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Daniel Comboni, n. 1.480, 1º Andar, Bairro União, FÓRUM DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Ouro Preto do Oeste/RO – CEP 76.920-000
TELEFONE:(69) 3461-4589 – E-MAIL: opo1civel@tjro.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 7001006-58.2019.8.22.0004
Classe: Procedimento Comum
AUTOR: ANTONIO ROSA DA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: LUANA NOVAES SCHOTTEN DE FREITAS OAB nº RO3287
RÉU: I. -. I. N. D. S. S.
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Ante as justificativas apresentadas pela perita anteriormente designada, nomeio em substituição a assistente social LUCIANA TINTORI CLARINDO MARQUES, a qual poderá ser localizada na Avenida Paraná, Setor 05, s/n, Vale do Paraíso/RO e também pelos telefones: (069) 98409-9247 e 98493-5329.
Notifique-a, nos termos da decisão de id. 25056480, cujas determinações mantém-se inalteradas.
Pratique-se o necessário.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Daniel Comboni, n. 1.480, 1º Andar, Bairro União, FÓRUM DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Ouro Preto do Oeste/RO – CEP 76.920-000
TELEFONE:(69) 3461-4589 – E-MAIL: opo1civel@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto do Oeste – 1ª Vara Cível
Av. Daniel Comboni, n. 1.480, 1º Andar, Bairro União, FÓRUM DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Ouro Preto do Oeste/RO – CEP 76.920-000
TELEFONE:(69) 3461-4589 – E-MAIL: opo1civel@tjro.jus.br
PROCESSO: 7003893-49.2018.8.22.0004
Classe: CÍVEL - REVISIONAL DE ALUGUEL (140)
REQUERENTE: SILAS BATISTA DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: FILIPH MENEZES DA SILVA - RO5035
REQUERIDO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE
Trata-se de ação de inexistência de débito e cancelamento de protesto c/c danos morais proposta com pedido de liminar proposta por SILAS BATISTA DA SILVA em face de MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE/RO.
O requerente, narra em síntese, que teve seu nome inscrito no Cartório de Protesto no dia 15/12/2016, proveniente de Certidão de Dívida Ativa (CDA) no valor original de R$ 21.568,43, efetuada pelo requerido.
Explica que a CDA foi registrada sob o nº 836/2016 e atualizada com o nº 1706/2013, sendo que a primeira CDA foi declarada nula e os valores constantes também, nos termos fixados no processo de nº 0002623-51.2014.8.22.0004.
Diz que se sentiu constrangido e humilhado com o protesto realizado em seu nome, causando-lhe surpresa e impedimentos para obter financiamento e proceder transações comercias.
Requer a concessão da liminar para que seja determinada a suspensão do protesto. Ao final que seja determinada a nulidade do protesto, declarando a inexistência dos débitos cobrados em

definitivo. Por fim, pretende ser indenizado a título de danos morais no montante de R$ 15.000,00 (quinze mil reais).
Decisão da 1ª Vara dos Juizados Especiais indeferindo a tutela provisória de urgência pleiteada (id. 20946497).
O requerido apresentou contestação (id. 22371405). Enfatizou que a dívida foi protestada no dia 15/12/2016, mas que o requerente foi notificado previamente pelo cartório de protesto em dezembro de 2016. Relatou que CDA é originária de condenação do Tribunal de Contas referente ao processo de nº 1443/05, com acórdão consignado sob o nº 120/2007. Que o ente municipal foi notificado pelo TCE para a cobrança da dívida em nome do requerente. Sustentou ainda que o pedido indenizatório não merece prosperar ao argumento de que o requerente não teve a sua honra e imagem lesada. Pugnou pela improcedência da ação.
Réplica à contestação (id. 22597696).
Decisão do Juízo da 1ª Vara dos Juizados Especiais reconhecendo a incompetência absoluta para processar a causa diante da conexão processual existente e declinando a competência a este Juízo.
É o relatório.
Decido.
Não existem questões preliminares prejudiciais ao mérito que estejam pendentes de apreciação.
Passo, portanto, a analisar o mérito.
O cerne da questão consiste em analisar se houve ou não a realização da cobrança indevida do título executivo consubstanciada na Certidão de Dívida Ativa nº 836/2016, para o fim de declarar a nulidade do protesto e a inexistência do débito descrito.
As provas juntadas no processo e as que foram colecionadas durante a instrução processual, corroboram as alegações autoral no sentido de que a cobrança do título executivo em desfavor do requerente foi efetuada pela municipalidade de forma indevida.
Não existem dúvidas quanto a ilegalidade da cobrança do título executivo em questão, pois, fundada em equívocos quanto à natureza do débito, já que não se tratava de dívida tributária e sim de condenação proferida pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.
Ademais, é inviável que seja procedida a restituição dos valores descritos na CDA, uma vez que se trata de valores recebidos a título alimentar (remuneração/salário), portanto, não repetíveis e recebidos de boa-fé, havendo nítida falha administrativa quanto a cobrança.
Enfatizo que a decisão proferida no processo de nº 0002623-51.2014.8.22.0004 que extinguiu a execução fiscal, foi mantida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, consignando a ilegalidade do título executivo.
Quanto a responsabilidade do requerido, restou configurada, tendo em vista que o título foi protestado em nome do requerente no dia 15/12/2016 (id. 20926984 - p. 1). Logo, outra não pode ser a conclusão, a não ser de que a inscrição do nome do requerente em protesto constitui em ato ilícito que impõe a devida responsabilização.
O dano moral no caso em tela é presumível, porquanto evidente o dissabor experimentado pelo requerente, o qual teve seu nome inscrito em protesto por dívida indevida.
O dano moral tem caráter pedagógico e reparador. Serve, precipuamente, como desestímulo para a prática de novos atos da mesma natureza pelo causador do dano.
Considerando as condições pessoais do requerente e do requerido, tenho por razoável a quantia de R$ 6.000,00 (seis mil reais) a título de indenização por danos morais.
Trata-se de quantia que não gera fortuna desmensurada para ninguém e tampouco o empobrecimento do requerido. Atende, portanto, aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.
Nesse sentido, eis o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Veja-se:
Apelação. Recurso adesivo. Ação de indenização. Preliminar. Cerceamento de defesa. Afastada. Inscrição em dívida ativa. Indevida. Dano moral. Configurado. Estando as provas disponíveis e aptas a constituir o juízo de valor diante da satisfatoriedade dos elementos preexistentes à formação do convencimento do juízo, não caracteriza cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide. A indenização por dano moral exige apenas a comprovação de que a inscrição nos órgãos de restrição de crédito foi indevida, sendo desnecessária a prova do efetivo dano sofrido pela parte, sendo o valor fixado em observância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.
Recurso de apelação e recurso adesivo não providos.Apelação, Processo nº 0005183-25.2012.822.0007, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Oudivanil de Marins, Data de julgamento: 22/02/2019.
Isto posto, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados para declarar a nulidade do protesto realizado e reconhecer a inexigibilidade do débito em face do requerente, CONDENANDO o requerido ao pagamento de R$ 6.000,00 (seis mil reais) a título de danos morais em favor do requerente, corrigidos monetariamente e com juros de mora a partir do evento danoso, que considero como sendo a data do protesto (15/12/2016, 20926984 - p. 1).
Em consequência, EXTINGO O PROCESSO, na forma do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.
Condeno o banco requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) do valor da condenação.
Intime-se.
CÓPIA DESTA SENTENÇA SERVIRÁ DE OFÍCIO/CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019
José Antonio Barretto
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 7004146-37.2018.8.22.0004
Classe: Monitória
AUTOR: ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO NO ESTADO DE RONDONIA - ASPER
ADVOGADO DO AUTOR: MARCELO ESTEBANEZ MARTINS OAB nº RO3208
RÉU: JOSEFINA RITA DA SILVA
ADVOGADO DO RÉU: ODAIR JOSE DA SILVA OAB nº RO6662
Cuida-se de ação monitória proposta por ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO NO BRASIL – ASPER em desfavor de JOSEFINA RITA DA SILVA.
Citada, a requerida apresentou embargos monitórios, tendo a exequente os impugnado oportunamente.
Posteriormente, as partes formalizaram acordo e postularam pela homologação do pacto.
Decido.
O acordo apresentado versa sobre direitos disponíveis e está formalmente em ordem, inexistindo irregularidades aparentes ou vícios que o maculem e inviabilizem sua ratificação.
Isso posto, considerando o princípio da autonomia da vontade e visando assegurar a primazia pela busca da pacificação social mediante a resolução consensual dos conflitos (CPC, art. 139, V), HOMOLOGO o acordo, nos termos ajustados entre as partes, para que surta os efeitos legais, e JULGO extinto o processo, com resolução do mérito, com base no art. 487, inciso III, alínea “b”, do Código de Processo Civil.
Sem custas finais.
Registre-se. Intime-se. Publique-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Café Filho, nº 127, Bairro Praça Três Poderes , CEP 76.920-000, Ouro Preto do Oeste, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 7003240-13.2019.8.22.0004
Classe: Procedimento Comum
AUTOR: ROSENEIDE FRANCISCA DE JESUS ALVES
ADVOGADO DO AUTOR: NELSON VIEIRA DA ROCHA JUNIOR OAB nº RO3765
RÉU: I. -. I. N. D. S. S.
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Defiro a gratuidade processual.
Trata-se de ação de restabelecimento de auxílio-doença com pedido de tutela de urgência de natureza antecipada movida por ROSENEIDE FRANCISCA DE JESUS ALVES em face do INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL.
Narra a requerente que seu benefício foi interrompido de forma indevida, uma vez que ainda se encontra incapacitada para o trabalho, subsistindo as patologias que ensejaram a concessão do auxílio-doença em seu favor.
Decido.
Nos termos do artigo 300 do CPC, para que seja concedida a tutela de urgência de natureza antecipada deve ser comprovada a existência de dois requisitos, quais sejam, a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo – periculum in mora.
Sobre o tema, lecionam Fredie Didier Jr, Paula Sarno Braga e Rafael Alexandria de Oliveira:
"A tutela provisória de urgência pode ser cautelar ou satisfativa (antecipada). Em ambos os casos, a sua concessão pressupõe, genericamente, a demonstração da probabilidade do direito (tradicionalmente conhecida como "fumus boni juris") e, junto a isso, a demonstração do perigo de dano ou de ilícito, ou ainda do comprometimento da utilidade do resultado final que a demora do processo representa (tradicionalmente conhecido como "periculum in mora") (art.300, CPC)." (Curso de Direito Processual Civil, v. 2, 11.ª ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2016, p. 607).
In casu, não vislumbro a presença do primeiro requisito acima referido (fumus boni juris), justificador da medida de urgência, pois não me afigura demonstrada, a um exame perfunctório dos autos, próprio da atual fase processual, a probabilidade do direito invocado pela parte autora, eis que a incapacidade laborativa apta a ensejar a concessão de auxílio-doença não restou suficientemente demonstrada.
Os documentos apresentados com a inicial foram unilateralmente produzidos, não se prestando para fins de comprovação da alegada limitação laborativa.
Além disso, o ato que negou o benefício na via administrativa goza de presunção de regularidade/legalidade, desafiando prova em sentido contrário a ser produzida durante a instrução processual.
À vista do exposto, por ora, indefiro a tutela de urgência de natureza antecipada.
Deixo de designar audiência de conciliação, uma vez que a prática e experiência forense revelam que o requerido não comparece às audiências, ante o número reduzido de Procuradores, de modo que se torna inócua a designação da solenidade, eis que esta medida apenas redundaria em obstrução da pauta, bem como em atraso à marcha processual, devendo, no caso em tela, ser excepcionada a regra, dispensando-se o ato.
Ressalto que esta medida não trará qualquer prejuízo às partes, posto que, havendo interesse, poderão transigir a qualquer tempo.
Cite-se o réu para contestar, observando-se o que dispõe o art. 183, do Código de Processo Civil.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Daniel Comboni, n. 1.480, 1º Andar, Bairro União, FÓRUM DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Ouro Preto do Oeste/RO – CEP 76.920-000
TELEFONE:(69) 3461-4589 – E-MAIL: opo1civel@tjro.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 0008050-63.2013.8.22.0004
Classe: Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: VANUSA PEREIRA AMARAL
ADVOGADO DO EXEQUENTE: JHONATAN APARECIDO MAGRI OAB nº RO4512
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Não tendo o executado se insurgido contra os cálculos apresentados pela exequente (id. 24809467), os homologo.
Expeça-se Precatório e RPV para pagamento das quantias devidas.
Enquanto pendente a quitação, o processo permanecerá suspenso.
Oportunamente, tornem os autos conclusos para extinção.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Daniel Comboni, n. 1.480, 1º Andar, Bairro União, FÓRUM DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Ouro Preto do Oeste/RO – CEP 76.920-000
TELEFONE:(69) 3461-4589 – E-MAIL: opo1civel@tjro.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 7000112-82.2019.8.22.0004
Classe: Procedimento Comum
AUTOR: JOSE PINTO BRANDAO
ADVOGADO DO AUTOR: KARINA JIOSANE GORETI THEIS OAB nº RO6045
RÉU: I. -. I. N. D. S. S.
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Defiro a produção de prova testemunhal.
O requerente deve acostar o rol de testemunhas cuja oitiva pretende em 15 (quinze) dias, sob pena de preclusão.
Cumprida a determinação supra, venham os autos conclusos para designação de audiência.
Int.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Daniel Comboni, n. 1.480, 1º Andar, Bairro União, FÓRUM DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Ouro Preto do Oeste/RO – CEP 76.920-000
TELEFONE:(69) 3461-4589 – E-MAIL: opo1civel@tjro.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 0041725-76.1997.8.22.0004
Classe: Execução Fiscal
EXEQUENTE: INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: IPEM - INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DE RONDONIA
EXECUTADO: PAULO JOSE DA SILVA - ME
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Considerando que houve o decurso de prazo superior a 5 (cinco) anos desde o último arquivamento sem baixa, configurada está a prescrição quinquenal intercorrente.

A lei exige que a parte exequente seja intimada para se manifestar sobre a ocorrência de eventual prescrição intercorrente, o que foi cumprido nos autos, porém a mesma permaneceu inerte.
Isso posto, RECONHEÇO a prescrição do direito da parte exequente de cobrar o débito indicado na inicial, o que faço com fundamento no artigo 40, § 4º, da Lei 6.830/80.
Por consequência, EXTINGO A EXECUÇÃO e RESOLVO o MÉRITO da causa, nos termos do artigo 487, II c/c 924, V, do Código de Processo Civil.
Libere-se eventuais bens que estejam penhorados ou bloqueados.
Sem custas processuais e sem honorários advocatícios.
P. I. e, oportunamente, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Café Filho, nº 127, Bairro Praça Três Poderes , CEP 76.920-000, Ouro Preto do Oeste, RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 7003249-72.2019.8.22.0004
Classe: Procedimento Comum
AUTOR: M. A. D. P.
ADVOGADO DO AUTOR: ANTONIO ZENILDO TAVARES LOPES OAB nº RO7056
RÉUS: J. V. D. D. O., A. M. D. O., S. M. D. O.
ADVOGADOS DOS RÉUS:
Um dos réus é menor de idade e reside em companhia da genitora em Apuí/AM.
Nesse caso, considerando a competência estabelecida no art. 53, inciso I, alínea "a", do Código de Processo Civil, e o fato de tratar-se de competência absoluta, conforme reiterada jurisprudência, cabe ao juízo da comarca de domicílio da guardiã do réu menor de idade processar e julgar a pretensão.
Contudo, para que não haja surpresa para a parte, intime-se a autora para que tenha ciência e requeira o que for de interesse.
Prazo de 15 dias.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Daniel Comboni, n. 1.480, 1º Andar, Bairro União, FÓRUM DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Ouro Preto do Oeste/RO – CEP 76.920-000
TELEFONE:(69) 3461-4589 – E-MAIL: opo1civel@tjro.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 7003257-49.2019.8.22.0004
Classe: Procedimento Comum
AUTOR: ADELSON CORREA DA ROCHA
ADVOGADO DO AUTOR: VANESSA SALDANHA VIEIRA OAB nº RO3587
RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
ADVOGADO DO RÉU:
Junte documento comprovando ter residência e domicílio na comarca.
Junte documentos que comprovem ou, pelo menos, façam presumir a incapacidade de arcar com as custas processuais.
Prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Daniel Comboni, n. 1.480, 1º Andar, Bairro União, FÓRUM DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Ouro Preto do Oeste/RO – CEP 76.920-000
TELEFONE:(69) 3461-4589 – E-MAIL: opo1civel@tjro.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 7003670-96.2018.8.22.0004
Classe: Procedimento Comum
AUTOR: ANA SOARES DAS NEVES
ADVOGADO DO AUTOR: NADIA APARECIDA ZANI ABREU OAB nº RO300B
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Não tendo o executado se insurgido contra o valor apresentado pela exequente (id. 24754735), o homologo.
Expeça-se RPV para pagamento da quantia devida.
Enquanto pendente a quitação, o processo permanecerá suspenso.
Oportunamente, tornem os autos conclusos para extinção.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Daniel Comboni, n. 1.480, 1º Andar, Bairro União, FÓRUM DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Ouro Preto do Oeste/RO – CEP 76.920-000
TELEFONE:(69) 3461-4589 – E-MAIL: opo1civel@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto do Oeste – 1ª Vara Cível
Av. Daniel Comboni, n. 1.480, 1º Andar, Bairro União, FÓRUM DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Ouro Preto do Oeste/RO – CEP 76.920-000
TELEFONE:(69) 3461-4589 – E-MAIL: opo1civel@tjro.jus.br
PROCESSO: 7000016-04.2018.8.22.0004
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: DORICO ALVES DE OLIVEIRA
Advogado do(a) EXEQUENTE: NAIRA DA ROCHA FREITAS - RO5202
REQUERIDO(A): INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
FINALIDADE: Fica a PARTE AUTORA, por meio de seus procuradores, intimada da expedição das REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR DE IDs 26863848 e 26863849, para conhecimento do seu teor e eventual impugnação, nos termos do Art. 11 da Resolução nº 458/2017, CJF.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 7003254-94.2019.8.22.0004
Classe: Procedimento Comum
AUTOR: FIDELINO JANUARIO DA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: CRISTIANE DE OLIVEIRA DIESEL OAB nº RO8923, KARIMA FACCIOLI CARAM OAB nº RO3460, EDER MIGUEL CARAM OAB nº RO5368
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
A simples declaração de hipossuficiência não é suficiente para comprovação da hipossuficiência financeira.
O autor não junta qualquer documento que permita aferir se é, de fato, desprovido de recursos financeiros que permitam arcar com as custas.
Junte tais documentos ou recolha as custas.
Prazo de 15 dais, sob pena de indeferimento.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Daniel Comboni, n. 1.480, 1º Andar, Bairro União, FÓRUM DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Ouro Preto do Oeste/RO – CEP 76.920-000
TELEFONE:(69) 3461-4589 – E-MAIL: opo1civel@tjro.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 7003250-57.2019.8.22.0004
Classe: Procedimento Sumário
AUTOR: BRUNO LEANDRO FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: THATYANE GOMES DE AGUIAR OAB nº RO7804
RÉU: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A
ADVOGADO DO RÉU:
Recolha as custas processuais.
Prazo de 10 dias.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Daniel Comboni, n. 1.480, 1º Andar, Bairro União, FÓRUM DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Ouro Preto do Oeste/RO – CEP 76.920-000
TELEFONE:(69) 3461-4589 – E-MAIL: opo1civel@tjro.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 0001484-64.2014.8.22.0004
Classe: Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: JOSE CARLOS TEIXEIRA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FELISBERTO FAIDIGA OAB nº RO5076, JHONATAN APARECIDO MAGRI OAB nº RO4512
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Não tendo o executado se insurgido contra os cálculos apresentados pelo exequente (id. 24675888), os homologo.
Expeça-se RPV para pagamento da quantia devida.
Enquanto pendente a quitação, o processo permanecerá suspenso.
Oportunamente, tornem os autos conclusos para extinção.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Daniel Comboni, n. 1.480, 1º Andar, Bairro União, FÓRUM DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Ouro Preto do Oeste/RO – CEP 76.920-000
TELEFONE:(69) 3461-4589 – E-MAIL: opo1civel@tjro.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 7001696-24.2018.8.22.0004
Classe: Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: VALDEMAR JANN
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LORENI HOFFMANN ZEITZ OAB nº RO7333
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Não tendo o executado se insurgido contra os cálculos apresentados pelo exequente (id. 24816621), os homologo.
Expeçam-se RPV´s para pagamento do crédito principal e honorários advocatícios.
Enquanto pendente a quitação, o processo permanecerá suspenso.
Oportunamente, tornem os autos conclusos para extinção.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Daniel Comboni, n. 1.480, 1º Andar, Bairro União, FÓRUM DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Ouro Preto do Oeste/RO – CEP 76.920-000
TELEFONE:(69) 3461-4589 – E-MAIL: opo1civel@tjro.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 0004534-35.2013.8.22.0004
Classe: Execução Fiscal
EXEQUENTES: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA, PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
EXECUTADO: JULIMAR FARIAS DO AMARAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: JOILSON SANTOS DE ALMEIDA OAB nº RO3505
Suspendo o processo por mais 180 (cento e oitenta) dias.
Int.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Daniel Comboni, n. 1.480, 1º Andar, Bairro União, FÓRUM DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Ouro Preto do Oeste/RO – CEP 76.920-000
TELEFONE:(69) 3461-4589 – E-MAIL: opo1civel@tjro.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 7001924-62.2019.8.22.0004
Classe: Regulamentação de Visitas
REQUERENTE: JAIME RODRIGUES MARIANO
ADVOGADO DO REQUERENTE: ODAIR JOSE DA SILVA OAB nº RO6662
REQUERIDO: ADRINA RODRIGUES AVELINA - Rua JK, nº 1336, Ouro Preto Oeste-RO
ADVOGADO DO REQUERIDO:
Designo audiência de conciliação para o dia 27.06.2019, às 12h00.
Cite-se a parte requerida, cientificando-a de que o prazo para contestar é de 15 (quinze) dias e iniciar-se-á da audiência, caso não haja acordo. Consigne-se que a não apresentação de defesa implicará presunção de veracidade dos fatos articulados na inicial.
Intime-se o requerente, através do advogado.
Advirtam-se as partes de que deverão comparecer à audiência acompanhada de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, § 2º).
Ciência ao Ministério Público.
CÓPIA DESTE SERVIRÁ DE CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Daniel Comboni, n. 1.480, 1º Andar, Bairro União, FÓRUM DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Ouro Preto do Oeste/RO – CEP 76.920-000
TELEFONE:(69) 3461-4589 – E-MAIL: opo1civel@tjro.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 7001882-47.2018.8.22.0004
Classe: Procedimento Comum
AUTOR: ROSALINA ROBERTO DO CARMO
ADVOGADO DO AUTOR: ODAIR JOSE DA SILVA OAB nº RO6662
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Homologo os laudos periciais (social e médico).
Expeça-se as RPV's para pagamento dos honorários aos peritos.
Após, concluso para sentença.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Daniel Comboni, n. 1.480, 1º Andar, Bairro União, FÓRUM DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Ouro Preto do Oeste/RO – CEP 76.920-000
TELEFONE:(69) 3461-4589 – E-MAIL: opo1civel@tjro.jus.br
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 7004970-93.2018.8.22.0004
Classe: Procedimento Comum
AUTOR: CREUZA SOARES GUEDES
ADVOGADO DO AUTOR: MARCOS GERALDO DETES DA SILVA OAB nº RO9466, TSHARLYS PEREIRA MATIAS OAB nº RO9435, WESLEY SOUZA SILVA OAB nº RO7775
RÉU: C. -. C. D. Á. E. E. D. R.
ADVOGADO DO RÉU: CLAYTON CONRAT KUSSLER OAB nº RO3861
A requerida deve manifestar-se quanto à decisão de id. 24865843, prestando os esclarecimentos solicitados em referido pronunciamento.
Prazo de 5 (cinco) dias.
Int.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Daniel Comboni, n. 1.480, 1º Andar, Bairro União, FÓRUM DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Ouro Preto do Oeste/RO – CEP 76.920-000
TELEFONE:(69) 3461-4589 – E-MAIL: opo1civel@tjro.jus.br
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 7000951-44.2018.8.22.0004
Classe: Procedimento Comum
AUTOR: IZABEL DE FATIMA GALVAO
ADVOGADO DO AUTOR: EDER MIGUEL CARAM OAB nº RO5368, KARIMA FACCIOLI CARAM OAB nº RO3460, CRISTIANE DE OLIVEIRA DIESEL OAB nº RO8923
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Homologo o laudo pericial.
Expeça-se RPV para pagamento dos honorários.
Após, concluso para sentença.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Daniel Comboni, n. 1.480, 1º Andar, Bairro União, FÓRUM DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Ouro Preto do Oeste/RO – CEP 76.920-000
TELEFONE:(69) 3461-4589 – E-MAIL: opo1civel@tjro.jus.br
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 7002226-62.2017.8.22.0004
Classe: Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: JOSE CLARA DE OLIVEIRA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: JHONATAN APARECIDO MAGRI OAB nº RO4512
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Não tendo o executado se insurgido contra os cálculos apresentados pelo exequente (id. 24848126), os homologo.
Expeçam-se RPV´s para pagamento das quantias devidas.
Enquanto pendente a quitação, o processo permanecerá suspenso.
Oportunamente, tornem os autos conclusos para extinção.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Daniel Comboni, n. 1.480, 1º Andar, Bairro União, FÓRUM DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Ouro Preto do Oeste/RO – CEP 76.920-000
TELEFONE:(69) 3461-4589 – E-MAIL: opo1civel@tjro.jus.br
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 7003721-10.2018.8.22.0004
Classe: Procedimento Comum
AUTOR: ANTONIO VIEIRA DE JESUS
ADVOGADO DO AUTOR: PAULA CLAUDIA OLIVEIRA SANTOS VASCONCELOS OAB nº RO7796
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
O autor deve juntar documentos que comprovem que os recolhimentos feitos até janeiro de 2019 ocorreram como contribuinte facultativo.
Prazo de 15 dias.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Daniel Comboni, n. 1.480, 1º Andar, Bairro União, FÓRUM DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Ouro Preto do Oeste/RO – CEP 76.920-000
TELEFONE:(69) 3461-4589 – E-MAIL: opo1civel@tjro.jus.br
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 0004585-51.2010.8.22.0004
Classe: Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: VALDECI CORDEIRO DA COSTA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: EDUARDO CUSTODIO DINIZ OAB nº RO3332, DERALDO MANOEL PEREIRA FILHO OAB nº RO933
EXECUTADO: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS, RODAGENS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - DER/RO

ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA AUTÁRQUICA DO DER/RO
Homologo os cálculos apresentados pelo exequente, uma vez que não impugnados.
Expeça-se RPV para pagamento.
O processo ficará suspenso por 90 dias.
Comprovado o pagamento, concluso para extinção.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Daniel Comboni, n. 1.480, 1º Andar, Bairro União, FÓRUM DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Ouro Preto do Oeste/RO – CEP 76.920-000
TELEFONE:(69) 3461-4589 – E-MAIL: opo1civel@tjro.jus.br
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 7000666-17.2019.8.22.0004
Classe: Carta Precatória Cível
AUTOR: COOPERATIVA DE SERVICOS MEDICOS E HOSPITALARES - COOPMEDH
ADVOGADO DO AUTOR: ELAINE CRISTINA BARBOSA DOS SANTOS FRANCO OAB nº RO1627
EXECUTADO: LINDEMBERGUE JOSE NUNES DA SILVA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Não há como presumir que o executado esteja de ocultando dolosamente para não ser citado.
Neste caso, nova tentativa de citação é possível, desde que a exequente efetue o recolhimento das custas relativas à repetição do ato, por força do art. 19 a Lei 3.896/2016.
Para tanto, concedo-lhe o prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de devolução à origem.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Daniel Comboni, n. 1.480, 1º Andar, Bairro União, FÓRUM DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Ouro Preto do Oeste/RO – CEP 76.920-000
TELEFONE:(69) 3461-4589 – E-MAIL: opo1civel@tjro.jus.br
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 7003819-92.2018.8.22.0004
Classe: Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: F. C. S.
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
EXECUTADO: A. P. D. A.
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Tendo em vista que o débito foi integralmente adimplido pelo executado, conforme noticiado pelo exequente, nada resta a ser buscado nestes autos, impondo-se a extinção do processo, o que faço com arrimo no art. 924, II, do Código de Processo Civil.
Sem custas e sem honorários.
Publique-se. Intime-se e, oportunamente, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Daniel Comboni, n. 1.480, 1º Andar, Bairro União, FÓRUM DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Ouro Preto do Oeste/RO – CEP 76.920-000
TELEFONE:(69) 3461-4589 – E-MAIL: opo1civel@tjro.jus.br
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 7001105-28.2019.8.22.0004
Classe: Procedimento Comum
AUTOR: JOSE GOMES SOBRINHO
ADVOGADO DO AUTOR: SONIA CRISTINA ARRABAL DE BRITO OAB nº RO1872, WESLEY SOUZA SILVA OAB nº RO7775
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Às partes para que informem se pretendem produzir prova testemunhal e, em caso positivo, depositem o rol de testemunhas. Prazo de 10 dias.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. Daniel Comboni, n. 1.480, 1º Andar, Bairro União, FÓRUM DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Ouro Preto do Oeste/RO – CEP 76.920-000
TELEFONE:(69) 3461-4589 – E-MAIL: opo1civel@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto do Oeste – 1ª Vara Cível
Av. Daniel Comboni, n. 1.480, 1º Andar, Bairro União, FÓRUM DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Ouro Preto do Oeste/RO – CEP 76.920-000
TELEFONE:(69) 3461-4589 – E-MAIL: opo1civel@tjro.jus.br
PROCESSO: 7004375-31.2017.8.22.0004
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: TIAGO GONCALVES DE ANDRADE
Advogado do(a) EXEQUENTE: ROSILENE PEREIRA DE LANA - RO6437
REQUERIDO(A): INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
FINALIDADE: Fica a PARTE AUTORA, por meio de seus procuradores, intimada da expedição das REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR DE IDs 26870040 e 26870041, para conhecimento do seu teor e eventual impugnação, nos termos do Art. 11 da Resolução nº 458/2017, CJF.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível Processo nº: 7000622-66.2017.8.22.0004
Classe: Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: ITAPOA COMERCIO DE TECIDOS E CONFECCOES LTDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: GILMARA DE ANDRADE ALVES OAB nº RO7503
EXECUTADO: LINDEMBERGUE JOSE NUNES DA SILVA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Cuida-se de cumprimento de sentença decorrente de ação monitória proposta por ITAPOÃ COMÉRCIO DE TECIDOS E CONFECÇÕES LTDA em face de LINDEMBERGUE JOSÉ NUNES DA SILVA.
Frustradas as tentativas de localização de bens para saldar a dívida, restou deferida a penhora dos vencimentos auferidos pelo executado como servidor público.
Após a efetivação dos descontos, a parte exequente pugnou pelo arquivamento do feito ante a satisfação do débito (id. 26324700).
Decido.
Satisfeita a obrigação ora perseguida, não resta matéria a ser deliberada por este Juízo, impondo-se a extinção do feito, o que faço com arrimo no art. 924, II, do CPC.
Custas pelo executado.
Publique-se. Intime-se.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019 .
Jose Antonio Barreto
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Café Filho, nº 127, Bairro Praça Três Poderes , CEP 76.920-000, Ouro Preto do Oeste, RO

2ª VARA CÍVEL

Processo 7004522-57.2017.8.22.0004 Classe Cumprimento de SENTENÇA Assunto Execução Previdenciária Requerente SEBASTIAO MOREIRA DE MEIRA Advogado PEDRO RIOLA DOS SANTOS JUNIOR OAB nº RO2640 Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Intime-se o INSS para em 15 dias manifestar-se quanto ao cálculo da contadoria (ID n. 25003146) e pedidos do autor (ID's 25059753 e 25447844).
Serve a presente de MANDADO /OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 2 de maio de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7000508-59.2019.8.22.0004 Classe Cumprimento de SENTENÇA Assunto Execução Previdenciária Requerente MARIA SANTOS OLIVEIRA Advogado NAIRA DA ROCHA FREITAS OAB nº RO5202
VERALICE GONCALVES DE SOUZA OAB nº RO170 Requerido(a) I. -. I. N. D. S. S. Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Intime-se o executado nos termos do art. 535 do CPC.
Serve a presente de MANDADO /OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 2 de maio de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7005545-04.2018.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Pagamento, Correção Monetária, Seguro, Honorários Advocatícios, Intimação / Notificação Requerente JOELCIMAR RODRIGUES DA SILVA Advogado MARLENE SGORLON OAB nº RO8212 Requerido(a) SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA Advogado JOSE HENRIQUE BARROSO SERPA OAB nº RO9117 Digam as partes se pretendem produzir provas, justificando a necessidade e conveniência, sob pena indeferimento.
Fixo o prazo de 15 (quinze) dias para manifestação, sob pena de preclusão.
Serve a presente de MANDADO /OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 2 de maio de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7001547-62.2017.8.22.0004 Classe Cumprimento de SENTENÇA Assunto Requerente BARBARA DA SILVA OLIVEIRA Advogado NADIA APARECIDA ZANI ABREU OAB nº RO300B Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Expeçam-se os requisitórios necessários.
Pratique-se o necessário.
Serve a presente de MANDADO /OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 2 de maio de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7006131-41.2018.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Rural (Art. 48/51) Requerente EDITH FERNANDES DA ROCHA Advogado EDUARDO CUSTODIO DINIZ OAB nº RO3332
JOZIMAR CAMATA DA SILVA OAB nº RO7793 Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA Digam as partes se pretendem produzir provas, justificando a necessidade e conveniência, sob pena indeferimento.
Fixo o prazo de 15 (quinze) dias para manifestação, sob pena de preclusão.
Serve a presente de MANDADO /OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 2 de maio de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7001452-95.2018.8.22.0004 Classe Execução de Título Extrajudicial Assunto Cédula de Crédito Bancário, Duplicata Requerente COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA REGIAO CENTRAL DE RONDONIA - SICOOB OUROCREDI Advogado KARIMA FACCIOLI CARAM OAB nº RO3460
EDER MIGUEL CARAM OAB nº RO5368 Requerido(a) L. J. ORDEN FRIO LTDA - ME Advogado
Considerando que o Oficial de Justiça da comarca de Machadinho do Oeste/RO devolveu a carta precatória sem o cumprimento integral (ID n. 25097995), pois não realizou a penhora e avaliação de bens existentes em nome da executada, expeça-se nova carta precatória àquele Juízo para efetivação da diligência, devendo o Sr. Oficial de Justiça realizar a penhora e avaliação de tantos bens quanto bastem para garantir a satisfação do crédito e acessórios.
O prazo de embargos do devedor será de 15 (quinze) dias, a contar da juntada aos autos do MANDADO de intimação.
Não sendo localizado o devedor, proceda o Sr. Oficial de Justiça com o arresto de bens quantos bastem para garantir a execução (art. 830 do CPC).
Diante do equívoco ocorrido, nesta oportunidade, isento a requerente do pagamento das custas para expedição da deprecata.
Expeça-se o necessário.
Serve a presente de MANDADO /OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 2 de maio de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7003525-74.2017.8.22.0004 Classe Cumprimento de SENTENÇA Assunto Causas Supervenientes à SENTENÇA Requerente GILCELIO BONATO CORREA Advogado NIVEA MAGALHAES SILVA OAB nº RO1613 Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA O cálculo homologado no ID n. 17577507 é o de ID n. 15622122, que foi o apresentado com a inicial de cumprimento de SENTENÇA.
Dito isso a data base para expedição de RPV é a do cálculo de ID n. 15662122, que foi atualizado até 01/2018.
Corrigida a data base, agora, expeçam-se os requisitórios devidos.
Serve a presente de MANDADO /OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 2 de maio de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7006011-95.2018.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Pagamento, Correção Monetária, Seguro, Honorários Advocatícios, Intimação / Notificação Requerente MAICO ANDRADE VIEIRA Advogado MARLENE SGORLON OAB nº RO8212 Requerido(a) MUNICÍPIO DE SAO MIGUEL DO GUAPORE Advogado JOSE HENRIQUE BARROSO SERPA OAB nº RO9117 Digam as partes se pretendem produzir provas, justificando a necessidade e conveniência, sob pena indeferimento.
Fixo o prazo de 15 (quinze) dias para manifestação, sob pena de preclusão.
Serve a presente de MANDADO /OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 2 de maio de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7004887-77.2018.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Seguro Requerente MARIO CAITANO SOBRINHO Advogado BEATRIZ REGINA SARTOR OAB nº RO9434
IRIAN MEDIANEIRA BRAGA PEREIRA OAB nº RO3654 Requerido(a) SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA Advogado LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB nº RO5017 Defiro o pedido de ID n. 26515930 e concedo o prazo de 20 (vinte) dias para que comprova a parte requerida o recolhimento dos honorários periciais, sob pena de sequestro do valor.
Recolhido os honorários periciais, cumpra-se o ato judicial de ID n. 26023346.

Serve a presente de MANDADO /OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 2 de maio de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7000087-40.2017.8.22.0004 Classe Cautelar Inominada Assunto Liminar Requerente GENISLEI MARTINS BABELON Advogado JULIANA TRAUTWEIN CHEDE OAB nº DF48280 Requerido(a) SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA Advogado WILSON VEDANA JUNIOR OAB nº RO6665
ANDREY CAVALCANTE DE CARVALHO OAB nº RO303
PAULO BARROSO SERPA OAB nº RO4923
CLAYTON CONRAT KUSSLER OAB nº RO3861
ANA PAULA DOS SANTOS DE CAMARGO OAB nº RO4794
IRAN DA PAIXAO TAVARES JUNIOR OAB nº RO5087 Concedo o pedido de gratuidade de justiça, dispensando a parte do recolhimento das custas processuais.
Nada mais havendo, arquive-se o feito.
Serve a presente de MANDADO /OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 2 de maio de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7005419-51.2018.8.22.0004 Classe Cumprimento de SENTENÇA Assunto Invalidez Permanente Requerente AMARANTINO ROSA PEREIRA Advogado JOILSON SANTOS DE ALMEIDA OAB nº RO3505
PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR OAB nº RO2394 Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA Intime-se o executado nos termos do art. 535, do NCPC.
Se não o fizer ou se concordar com o cálculo apresentado pelo exequente, desde logo expeça-se requisição de pagamento no prazo de sessenta dias, à autoridade citada para a causa, independentemente de precatório, sob pena de sequestro.
Intime-se e cumpra-se.
Serve a presente de MANDADO /OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 2 de maio de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7005205-60.2018.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Pagamento, Correção Monetária, Seguro, Honorários Advocatícios, Intimação / Notificação Requerente ELIZANGELA APARECIDA DE SOUZA Advogado MARLENE SGORLON OAB nº RO8212 Requerido(a) SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA Advogado JOSE HENRIQUE BARROSO SERPA OAB nº RO9117 Digam as partes se pretendem produzir provas, justificando a necessidade e conveniência, sob pena indeferimento.
Fixo o prazo de 15 (quinze) dias para manifestação, sob pena de preclusão.
Serve a presente de MANDADO /OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 2 de maio de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

PROCESSO: 7002420-96.2016.8.22.0004
CLASSE: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
REQUERENTE: MALVINA MARIA DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: JECSAN SALATIEL SABAINI FERNANDES - RO2505
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Fica a parte AUTORA intimada, na pessoa de seu(sua)(s) advogado(a)(s), da expedição das REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR DE IDs 26876184 e 26876186, via sistema e-PrecWeb, para conhecimento do seu teor e eventual impugnação, nos termos do artigo 11 da Resolução CJF 458/2017.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019.
KLERISSON RODRIGUES
Técnico Judiciário - Assinado Digitalmente

Processo 7003198-61.2019.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Rural (Art. 48/51) Requerente MARIA APARECIDA CORREIA DE OLIVEIRA Advogado EDUARDO CUSTODIO DINIZ OAB nº RO3332
JOZIMAR CAMATA DA SILVA OAB nº RO7793 Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Cite-se.
Serve a presente de MANDADO /OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 2 de maio de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7003242-80.2019.8.22.0004 Classe Carta Precatória Cível Assunto Atos executórios Requerente A. BORGHI & CIA LTDA Advogado PAULO LUIZ DE LAIA FILHO OAB nº RO3857 Requerido(a) JESSE MIGUEL DE MOURA
JOSE CIRINO DE SOUZA
JOAO ANTONIO LOPES MANCINI
AVARISTO SALVAT DOS SANTOS
ASSOCIACAO REGIONAL DOS PRODUTORES RURAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR - ASPRAFA Advogado
Cumpra-se o ato judicial de ID n. 26841985, designando-se datas para o leilão do imóvel descrito na deprecata.
Após, oficie-se ao Juízo deprecante informando as datas designadas para a venda do imóvel.
Serve a presente de MANDADO /OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 2 de maio de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7000569-22.2016.8.22.0004 Classe Cumprimento de SENTENÇA Assunto Execução Previdenciária Requerente PAULO FERREIRA RICCI BONFIM Advogado NADIA APARECIDA ZANI ABREU OAB nº RO300B Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA Diante do peticionado no ID n. 26541881, homologo os cálculos apresentados pelo INSS no ID n. 16252289.
Decorrido o prazo para eventual insurgência, expeçam-se os requisitórios devidos.
Serve a presente de MANDADO /OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 2 de maio de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7005691-45.2018.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Seguro Requerente JOAO PAULO BRIGIDO DA SILVA Advogado BEATRIZ REGINA SARTOR OAB nº RO9434 Requerido(a) SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA Advogado JOSE HENRIQUE BARROSO SERPA OAB nº RO9117 Como se trata de ação que para melhor elucidação dos fatos exige conhecimento técnico específico, fixo em R$ 800,00 (oitocentos reais) o valor a ser suportado pelo requerido a título de honorários periciais.
É que, no caso em apreciação o autor é beneficiário da justiça gratuita e não tem condições de suportar os ônus da perícia. Por outro lado, como a prova reclama conhecimento técnico específico e não tendo o juízo profissionais habilitados para tanto, deve valer-se de profissionais liberais que devem receber pelos serviços prestados.
Desta forma, observando o princípio da carga dinâmica da prova, segundo o qual, o ônus de provar deve ser imposto àquele que estiver apto fazê-lo, independentemente de ser autor ou réu, os honorários periciais deverão ser antecipados pelo requerido, sob pena de presumir aceitação da condição de saúde alegada pelo autor na inicial.
O pagamento dos honorários deverá vir aos autos, pela Seguradora, no prazo de 10 dias.
Intimem-se as partes, para, no prazo de 05 (cinco) dias apresentarem os quesitos para realização da perícia, caso ainda não os tenham apresentado, ou, em querendo, complementá-los.

No mesmo prazo, caso queiram, deverão indicar assistentes técnicos.
Com o pagamento da perícia, nomeio como perito médico Antônio Mauro de Rossi, CRM/RO n. 1434, atuante nesta cidade, o qual, com cópia dos quesitos apresentados pelas partes deverá ser intimado, esclarecendo que os honorários periciais perfazem o montante de R$ 800,00 (oitocentos reais), os quais serão pagos através de alvará após decorrido o prazo para as partes se manifestarem quanto ao laudo.
O laudo deverá ser apresentado em cartório no prazo de 10 (dez) dias, contados da realização da perícia.
Intimem-se.
Expeça-se o necessário.
Serve a presente de MANDADO /OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 2 de maio de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7001781-73.2019.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Salário-Maternidade (Art. 71/73) Requerente GEISIANE DOS SANTOS LOPES Advogado FILIPH MENEZES DA SILVA OAB nº RO5035
HERBERT WENDER ROCHA OAB nº RO3739
HIAGO FRANKLIN SOUZA BORGES OAB nº RO8895 Requerido(a) I. -. I. N. D. S. S. Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA Digam as partes se pretendem produzir provas, justificando a necessidade e conveniência, sob pena indeferimento.
Fixo o prazo de 15 (quinze) dias para manifestação, sob pena de preclusão.
Serve a presente de MANDADO /OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 2 de maio de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7004125-61.2018.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Pagamento, Correção Monetária, Seguro, Honorários Advocatícios, Intimação / Notificação Requerente MARCIO ALVES GOMES Advogado MARLENE SGORLON OAB nº RO8212 Requerido(a) SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA Advogado ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES OAB nº RO5369 Como se trata de ação que para melhor elucidação dos fatos exige conhecimento técnico específico, fixo em R$ 800,00 (oitocentos reais) o valor a ser suportado pelo requerido a título de honorários periciais.
É que, no caso em apreciação o autor é beneficiário da justiça gratuita e não tem condições de suportar os ônus da perícia. Por outro lado, como a prova reclama conhecimento técnico específico e não tendo o juízo profissionais habilitados para tanto, deve valer-se de profissionais liberais que devem receber pelos serviços prestados.
Desta forma, observando o princípio da carga dinâmica da prova, segundo o qual, o ônus de provar deve ser imposto àquele que estiver apto fazê-lo, independentemente de ser autor ou réu, os honorários periciais deverão ser antecipados pelo requerido, sob pena de presumir aceitação da condição de saúde alegada pelo autor na inicial.
O pagamento dos honorários deverá vir aos autos, pela Seguradora, no prazo de 10 dias.
Intimem-se as partes, para, no prazo de 05 (cinco) dias apresentarem os quesitos para realização da perícia, caso ainda não os tenham apresentado, ou, em querendo, complementá-los.
No mesmo prazo, caso queiram, deverão indicar assistentes técnicos.
Com o pagamento da perícia, nomeio como perito médico Antônio Mauro de Rossi, CRM/RO n. 1434, atuante nesta cidade, o qual, com cópia dos quesitos apresentados pelas partes deverá ser intimado, esclarecendo que os honorários periciais perfazem o montante de R$ 800,00 (oitocentos reais), os quais serão pagos através de alvará após decorrido o prazo para as partes se manifestarem quanto ao laudo.
O laudo deverá ser apresentado em cartório no prazo de 10 (dez) dias, contados da realização da perícia.
Intimem-se.
Serve a presente de MANDADO /OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 2 de maio de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7004236-45.2018.8.22.0004 Classe Cumprimento de SENTENÇA Assunto Honorários Advocatícios, Valor da Execução / Cálculo / Atualização, Juros, Correção Monetária, Multa de 10% Requerente JEFERSON ANDRE DA SILVA
JUNIOR CESAR DA SILVA Advogado NEIDY JANE DOS REIS OAB nº RO1268 Requerido(a) SIRLENE LOUZADA DE AMORIM
ADEMIR GERMANO AMARAL
EDEILDO XAVIER DA COSTA Advogado DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
JOSE DE ARIMATEIA ALVES OAB nº RO1693
DA EXECUTADA SIRLENE LOUZADA
A executada Sirlene Louzada foi intimada (ID n. 24388365) quanto ao teor do ato judicial de ID n. 23293889, o qual determinava sua intimação para pagamento da dívida exequenda.
Oportunidade em que apresentou impugnação ao cumprimento de SENTENÇA (ID n. 24698065), e requereu a extinção da ação ante a impossibilidade de saldar a dívida, pois tem suportado inúmeras dificuldades para manter a própria subsistência, aliado a isso, a sua filha de 03 (três) anos depende dela para suprir as despesas básicas.
Intimado, o exequente apresentou manifestação alegando que a executada Sirlene possui direito a meação relativa ao
Processo de inventário nº 0000898-32.2011.8.22.0004, o qual tramita nesta Vara, motivo pelo qual requer a penhora sobre o direito de meação da executada (ID n. 24949419).
Pois bem.
Os argumentos apresentados pela executada são frágeis e incabíveis ao caso concreto, posto que conforme mencionado pelos exequentes, a executada consta como herdeira nos autos de inventário nº 0000898-32.2011.8.22.0004.
Diante disso, determino a penhora de crédito nos autos de inventário nº 0000898-32.2011.8.22.0004, relativamente ao quinhão pertencente a executada SIRLENE LOUZADA, no valor correspondente a R$ 78.126,84 (setenta e oito mil, cento e vinte e seis reais e oitenta e quatro centavos).
DO EXECUTADO EDEILDO XAVIER DA COSTA
A certidão da Oficiala de Justiça (ID n. 24388365) informa que o endereço pertencente ao executado Edeildo Xavier da Costa pertence a cidade de Alvorada do Oeste.
Peticionam os exequentes (ID n. 24456074) pleiteando pela intimação do executado Edeildo através de seu procurador José de Arimateia, via DJE, sob o argumento de que na ação principal a defesa do executado foi apresentada pelo mesmo. No entanto, a intimação via DJE foi realizada e até a presente data não houve resposta.
Diante disso, considerando que ante o lapso temporal possa ter ocorrido a revogação da procuração e, visando a celeridade processual, indefiro o pedido de ID n. 24456074 e determino a expedição de carta precatória para a Comarca de Alvorada do Oeste para fins de intimação do executado Edeildo Xavier da Costa, no endereço indicado pela Oficiala de Justiça, qual seja, Rua Princesa Isabel, nº 4956, Alvorada do Oeste/RO.
Intime-se os exequentes para em 15 dias comprovarem o pagamento das custas. Comprovado o pagamento expeça-se carta precatória para fins de cumprimento do ato judicial de ID n. 23293889.
Saliento que em contato com o Diretor do Cartório Criminal daquela Comarca, tomei conhecimento que o executado atualmente cumpre pena no regime semi-aberto, podendo o Sr. Oficial de Justiça comparecer ao cartório para constatação do atual endereço do executado.
DO EXECUTADO ADEMIR GERMANO AMARAL.
Ante o pagamento das custas processuais para emissão de carta precatória (ID n. 24649723) expeça-se o necessário para intimação do executado Ademir Germano Amaral no endereço indicado na petição de ID n. 24649722, qual seja, Rua José de Alencar, nº 5060,

Hotel Colonial, Alvorada do Oeste/RO, para fins de cumprimento do ato judicial de ID n. 23293889.
Saliento que em contato com o Diretor do Cartório Criminal daquela Comarca, tomei conhecimento que o executado atualmente cumpre pena no regime semi-aberto, podendo o Sr. Oficial de Justiça comparecer ao cartório para constatação do atual endereço do executado.
Serve a presente de MANDADO /OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 2 de maio de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7004971-15.2017.8.22.0004 Classe Execução Fiscal Assunto Municipais, Taxa de Licenciamento de Estabelecimento Requerente PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE Requerido(a) SOARES & NOBRE LTDA - EPP
A parte exequente foi intimada a dar prosseguimento útil ao processo, porém deixou o prazo transcorrer sem se manifestar.
Assim sendo, suspendo o
Processo por um ano, nos termos do artigo 40, Caput, da LEF.
Decorrido o prazo, intime-se a parte exequente a se manifestar.
Intime-se.
Ouro Preto do Oeste, 2 de maio de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7002821-27.2018.8.22.0004 Classe Execução de Título Extrajudicial Assunto Citação, Valor da Execução / Cálculo / Atualização, Juros, Correção Monetária, Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens, Multa de 10%, Expropriação de Bens, Execução Contratual Requerente UNICRED PORTO VELHO - COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DE PORTO VELHO E REGIAO NORTE DE RONDONIA LTDA Advogado SOLANGE APARECIDA DA SILVA OAB nº RO1153 Requerido(a) PEDRO ALVES DA CRUZ - ME
PEDRO ALVES DA CRUZ Advogado Apresente a parte exequente valor atualizado do débito, bem como faça constar da petição os dados corretos para efetuação da diligência, tais como o número do documento das partes executadas e o da parte exequente.
Advirto que esta incumbência cabe a parte, pois assim trabalha em cooperação com o juízo para a solução mais célere do feito.
Prazo de 15 (quinze) dias.
Serve a presente de MANDADO /OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 2 de maio de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7001231-15.2018.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Aposentadoria por Invalidez, Aposentadoria por Invalidez Acidentária, Restabelecimento Requerente JOSE BATISTA DE SOUZA Advogado JOZIMEIRE BATISTA DOS SANTOS OAB nº RO8838 Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA Digam as partes se pretendem produzir provas, justificando a necessidade e conveniência, sob pena indeferimento.
Fixo o prazo de 15 (quinze) dias para manifestação, sob pena de preclusão.
Serve a presente de MANDADO /OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 2 de maio de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7003433-33.2016.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) Requerente ALYCE GOMES FRIGINI Advogado KARIMA FACCIOLI CARAM OAB nº RO3460
EDER MIGUEL CARAM OAB nº RO5368 Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA Digam as partes se pretendem produzir outras provas além das contantes dos autos, justificando a necessidade e conveniência, sob pena indeferimento.
Fixo o prazo de 15 (quinze) dias para manifestação, sob pena de preclusão.
Serve a presente de MANDADO /OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 2 de maio de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

2ª VARA CÍVEL

Processo 7004119-88.2017.8.22.0004 Classe Execução Fiscal Assunto Municipais Requerente PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE Requerido(a) CRISTIAN DA SILVA XAVIER
Defiro o pedido inserido no ID. 25909582, para suspender o processo pelo prazo de um ano, nos termos do artigo 40, caput, da LEF.
Decorrido o prazo, intime-se a parte exequente.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7003021-34.2018.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) Requerente CARLOS ROBERTO AMORIM DOS SANTOS Advogado SONIA CRISTINA ARRABAL DE BRITO OAB nº RO1872
WESLEY SOUZA SILVA OAB nº RO7775 Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Trata-se de ação ordinária de cunho previdenciário para obtenção de benefício assistencial com supedâneo no art. 203, inciso V da CF/88.
Pois bem.
Para a sua concessão toma-se em conta o critério médico da condição de deficiência e o econômico no tocante a renda familiar, sendo que está sujeita a avaliação médica e social.
Nesse sentido:
"CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA. DEFICIENTE MENTAL. ART. 203, V, CF/88. LEI 8.742/93. AUSÊNCIA DE PERÍCA MÉDICA E ESTUDO SÓCIO-ECONÔMICO. CERCEAMENTO DE DEFESA. SENTENÇA ANULADA. 1. Nos casos em que se pleiteia a concessão do benefício de amparo assistencial, a realização de perícia médica, bem como o estudo social são procedimentos indispensáveis para o deslinde da questão, sem os quais resta inviabilizado o julgamento da lide. 2. Apelação a que se dá provimento para anular a sentença, determinando o retorno dos autos ao Juízo de origem, a fim de que outra seja proferida após regular instrução do feito, com a produção de estudo social para aferir a hipossuficiência econômica do autor e a produção de prova pericial a aferir a sua incapacidade." (AC 0053725-98.2011.4.01.9199/MG; APELAÇÃO CIVEL – Relator: DES. FEDERAL KASSIO NUNES MARQUES; Data da decisão 09/11/2011).
Assim é salutar a realização de estudo social, a fim de averiguar a renda per capita da autora, porquanto tal medida é indispensável para instrução do feito, e, posteriormente, a realização de perícia médica para averiguação da condição de deficiência da parte requerente.
Diante do exposto, para o momento, determino que providencie a escrivania contato telefônico com assistente social Luciana Tintori Clarindo Marques, a qual nomeio para realizar a perícia determinada nos autos, que deverá designar data, horário e local para a realização da perícia, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.
O laudo deverá ser apresentado em Juízo em 20 (vinte) dias, a contar da data da realização da perícia.
Fixo em R$ 248,50 (duzentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos) o valor dos honorários periciais. Os honorários serão custeados pelo Instituto Nacional do Seguro Social.
Com a vinda do estudo social, dê-se ciência às partes.
Após, tornem os autos conclusos para deliberação.
Intime-se.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7000543-19.2019.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Abono de Permanência em Serviço (Art. 87) Requerente ANA CRISTINA BARBOSA SOUZA Advogado RUBIA GOMES CACIQUE OAB nº RO5810 Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA Digam as partes se pretendem produzir provas, justificando a necessidade e conveniência, sob pena indeferimento.
Fixo o prazo de 15 (quinze) dias para manifestação, sob pena de preclusão.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 0005609-41.2015.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Restabelecimento Requerente LUZINETE EXALTACAO TOME Advogado NADIA APARECIDA ZANI ABREU OAB nº RO300B
EDEMILSON EVANGELISTA DE ABREU OAB nº RO2792 Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA Intime-se a parte apelada para contrarrazoar.
Pratique-se o necessário.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7001011-80.2019.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Rural (Art. 48/51) Requerente MARIA ANDRADE SOARES Advogado JHONATAN APARECIDO MAGRI OAB nº RO4512 Requerido(a) I. -. I. N. D. S. S. Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA Digam as partes se pretendem produzir provas, justificando a necessidade e conveniência, sob pena indeferimento.
Fixo o prazo de 15 (quinze) dias para manifestação, sob pena de preclusão.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7004017-32.2018.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Aposentadoria por Invalidez Requerente ANDRE TEIXEIRA Advogado KARIMA FACCIOLI CARAM OAB nº RO3460
EDER MIGUEL CARAM OAB nº RO5368
CRISTIANE DE OLIVEIRA DIESEL OAB nº RO8923 Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA Digam as partes se pretendem produzir provas, justificando a necessidade e conveniência, sob pena indeferimento.
Fixo o prazo de 15 (quinze) dias para manifestação, sob pena de preclusão.
Digam as partes se pretendem produzir provas, justificando a necessidade e conveniência, sob pena indeferimento.
Fixo o prazo de 15 (quinze) dias para manifestação, sob pena de preclusão.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7005930-83.2017.8.22.0004 Classe Execução Fiscal Assunto Municipais Requerente PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE Requerido(a) SAMYRA ALVES DOS REIS
Ao arquivo.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7001231-78.2019.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Auxílio-Doença Previdenciário Requerente JOAO CARLOS DE SOUZA Advogado JOZIMAR CAMATA DA SILVA OAB nº RO7793
EDUARDO CUSTODIO DINIZ OAB nº RO3332 Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA Digam as partes se pretendem produzir provas, justificando a necessidade e conveniência, sob pena indeferimento.
Fixo o prazo de 15 (quinze) dias para manifestação, sob pena de preclusão.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7000145-72.2019.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Aposentadoria por Invalidez, Auxílio-Doença Previdenciário Requerente MARCOS ANTONIO RODRIGUES DOS SANTOS Advogado JONATA BRENO MOREIRA SANTANA OAB nº RO9856
LARA MARIA MONTEIRO FRANCHI NUNES OAB nº RO9106
TEREZINHA MOREIRA SANTANA OAB nº RO6132 Requerido(a) I. -. I. N. D. S. S. Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA Digam as partes se pretendem produzir provas, justificando a necessidade e conveniência, sob pena indeferimento.
Fixo o prazo de 15 (quinze) dias para manifestação, sob pena de preclusão.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7006239-70.2018.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88), Indenização por Dano Moral, Antecipação de Tutela / Tutela Específica Requerente MAGNO JOSE GALVAO Advogado CARLENE TEODORO DA ROCHA OAB nº RO6922 Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA Digam as partes se pretendem produzir provas, justificando a necessidade e conveniência, sob pena indeferimento.
Fixo o prazo de 15 (quinze) dias para manifestação, sob pena de preclusão.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7002481-20.2017.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Aposentadoria por Invalidez, Auxílio-Doença Previdenciário Requerente SUELI PATRICIO DA SILVA GINILHU Advogado NAIRA DA ROCHA FREITAS OAB nº RO5202 Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA Reclassifique-se o feito para cumprimento de sentença.
Assim, intime-se o executado nos termos do art. 535, do NCPC.
Se não o fizer ou se concordar com o cálculo apresentado pelo exequente, desde logo expeça-se requisição de pagamento no prazo de sessenta dias, à autoridade citada para a causa, independentemente de precatório, sob pena de sequestro.
Intime-se e cumpra-se.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7001183-22.2019.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Aposentadoria por Invalidez, Auxílio-Doença Previdenciário Requerente AGMAR DE ALMEIDA GARCIA Advogado JULYANDERSON POZO LIBERATI OAB nº RO4131
MAIBY FRANCIELI DA SILVA LOCATELLI LIBERATI OAB nº

RO4063 Requerido(a) I. -. I. N. D. S. S. Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA Digam as partes se pretendem produzir provas, justificando a necessidade e conveniência, sob pena indeferimento.
Fixo o prazo de 15 (quinze) dias para manifestação, sob pena de preclusão.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7001225-08.2018.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Auxílio-Reclusão (Art. 80) Requerente I. F. D. R. H. F. A. Advogado LIVIA DE SOUZA COSTA OAB nº RO7288 Requerido(a) I. -. I. N. D. S. S. Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA Intimem-se as partes acerca da cota ministerial de ID n. 26278128.
Fixo o prazo de 15 (quinze) dias.
Decorrido o prazo com ou sem manifestação, tornem os autos conclusos para deliberação.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7006147-92.2018.8.22.0004 Classe Cumprimento de sentença Assunto Especial Requerente JORGE AMBROSIO MADALENA
JECSAN SALATIEL SABAINI FERNANDES Advogado JECSAN SALATIEL SABAINI FERNANDES OAB nº RO2505 Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA Descabe o pedido de ID n. 25199376, pois a parte executada não foi intimada para impugnar os cálculos.
Assim, intime-se o executado nos termos do art. 535, do NCPC.
Se não o fizer ou se concordar com o cálculo apresentado pelo exequente, desde logo expeça-se requisição de pagamento no prazo de sessenta dias, à autoridade citada para a causa, independentemente de precatório, sob pena de sequestro.
Intime-se e cumpra-se.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 0005539-58.2014.8.22.0004 Classe Execução Fiscal Assunto Dívida Ativa Requerente PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE Requerido(a) MOACIR C. CASOTI ME Deferi e efetuei a tentativa de penhora on-line nas contas bancárias da parte executada, conforme espelho adiante.
Retornem os autos conclusos após 5 dias a fim de verificar o resultado.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7003170-93.2019.8.22.0004 Classe Execução Fiscal Assunto Reajuste de Prestações Requerente SUPERMERCADOS ARAUJO LTDA - ME Requerido(a) P. G. D. E. D. R. -. P. Vistos.
Emende-se a inicial, no prazo de 15 dias, comprovando o autor que esgotou as vias administrativas para a concessão do parcelamento.
Intime-se.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

PROCESSO : 7001914-18.2019.8.22.0004
CLASSE : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: VALMIRA MOREIRA
Advogado do(a) EXEQUENTE: ODAIR JOSE DA SILVA - RO6662
REQUERIDO : INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Fica a parte AUTORA intimada, na pessoa de seu(sua)(s) advogado(a)(s), para manifestar-se, no prazo de 5 dias, dizendo se abre mão ou não do valor que excede a 60 (sessenta) salários mínimos concernente às verbas retroativas não pagas, sob pena de ser expedido o requisitório adequado ao valor (precatório).
Ouro Preto do Oeste/RO, 02/05/2019.
Klerisson Rodrigues
Técnico Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE
2ª VARA CÍVEL
Fone/fax: (69)3461-5244. E-mail: opo2civel@tjro.jus.br
Av. Daniel Comboni, 1480, 1º Andar, Fórum Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
76920-000 Ouro Preto do Oeste-RO
PROCESSO : 7001265-53.2019.8.22.0004
CLASSE : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: ROSANGELA FIDELES DA ROCHA
Advogado do(a) EXEQUENTE: NAIRA DA ROCHA FREITAS - RO5202
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação – AUTOR (via sistema)
Fica a parte AUTORA, por intermédio de seus(uas) procuradores(as), INTIMADO(A) , do inteiro teor do ID - 26737360 - PETIÇÃO.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019
EMÍLIA MARIA DA SILVA
Chefe de Cartório

PROCESSO : 7006388-37.2016.8.22.0004
CLASSE : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: GERALDO AFONSO DA SILVA
Advogado do(a) EXEQUENTE: NADIA APARECIDA ZANI ABREU - RO300-B
REQUERIDO : INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Fica a parte AUTORA intimada, na pessoa de seu(sua)(s) advogado(a)(s), para manifestar-se, no prazo de 5 dias, do inteiro teor do ID -26865916 – CERTIDÃO

PROCESSO : 7002188-16.2018.8.22.0004
CLASSE : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
REQUERENTE: BANCO BRADESCO S.A.
Advogado do(a) EXEQUENTE: EDSON ROSAS JUNIOR - AM1910
REQUERIDO : SERGIO RODRIGUES
Fica a parte AUTORA intimada, na pessoa de seu(sua)(s) advogado(a)(s), para manifestar-se, no prazo de 15 dias, do inteiro teor do ID - 26850688.

PROCESSO : 7002050-15.2019.8.22.0004
CLASSE : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: NOIRDA DE ARAUJO DEODATO
Advogado do(a) EXEQUENTE: JHONATAN APARECIDO MAGRI - RO4512
REQUERIDO : INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Fica a parte AUTORA intimada, na pessoa de seu(sua)(s) advogado(a)(s), para manifestar-se, no prazo de 5 dias, dizendo se abre mão ou não do valor que exceder a 60 (sessenta) salários mínimos concernente ao montante de verbas retroativas não pagas à autora, sob pena de expedição do requisitório adequado ao valor (precatório).
Ouro Preto do Oeste/RO, 02/05/2019
Klerisson Rodrigues
Técnico Judiciário

PROCESSO : 7000712-74.2017.8.22.0004
CLASSE : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: VALDEIR CANDIDO FLORENTINO
Advogado do(a) EXEQUENTE: NAIRA DA ROCHA FREITAS - RO5202
REQUERIDO : INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Fica a parte AUTORA intimada, na pessoa de seu(sua)(s) advogado(a)(s), da expedição das REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR DE IDs 26875851 e 26874598, via sistema e-PrecWeb, para conhecimento do seu teor e eventual impugnação, nos termos do artigo 11 da Resolução CJF 458/2017.
Ouro Preto do Oeste/RO, 2 de maio de 2019.
KLERISSON RODRIGUES
Técnico Judiciário - Assinado Digitalmente

Processo 7004725-19.2017.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) Requerente MATHEUS HENRIQUE RAMOS DE SOUZA Advogado TEREZINHA MOREIRA SANTANA OAB nº RO6132
LARA MARIA MONTEIRO FRANCHI NUNES OAB nº RO9106 Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA Diante do certificado no ID n. 25156332, SUBSTITUO o perito nomeado, pelo médico Antônio Mauro de Rossi, CRM/RO n. 1.434.
Intime-se-o nos termos do ato judicial de ID n. 19779086.
Pratique-se o necessário.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 2 de maio de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7005761-62.2018.8.22.0004 Classe Cumprimento de sentença Assunto Execução Previdenciária Requerente ALMINDA OLIVEIRA DOS SANTOS Advogado EDER MIGUEL CARAM OAB nº RO5368
KARIMA FACCIOLI CARAM OAB nº RO3460 Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA Intime-se o executado nos termos do art. 535, do NCPC.
Se não o fizer ou se concordar com o cálculo apresentado pelo exequente, desde logo expeça-se requisição de pagamento no prazo de sessenta dias, à autoridade citada para a causa, independentemente de precatório, sob pena de sequestro.
Intime-se e cumpra-se.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 2 de maio de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7004505-84.2018.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Aposentadoria por Invalidez Requerente JORGE DE JESUS SOUZA Advogado CRISTIANE DE OLIVEIRA DIESEL OAB nº RO8923
EDER MIGUEL CARAM OAB nº RO5368
KARIMA FACCIOLI CARAM OAB nº RO3460 Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA Trata-se de ação cujo benefício que se pleiteia exige conhecimento técnico específico, a fim de confirmar a condição de saúde do autor. Assim a prova médico pericial é necessária para comprovação do alegado.
Neste sentido já decidiu a Primeira Turma do TRF/1ª Região:
"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUSÊNCIA DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. PROVA TÉCNICA INDISPENSÁVEL PARA O JULGAMENTO DA LIDE. AUSÊNCIA DE CONTESTAÇÃO DO ÓRGÃO PÚBLICO: INOPONIBILIDADE DOS EFEITOS DA REVELIA. DIREITOS INDISPONÍVEIS. SENTENÇA ANULADA DE OFÍCIO. 1. A falta de contestação do INSS na ação originária não enseja a aplicação do disposto no artigo 319 do CPC, uma vez que, em se tratando de pessoa jurídica de direito público, cujos interesses são indisponíveis, não se operam os efeitos da revelia (artigo 320, II, do CPC). 2. Nos casos em que se pleiteia a concessão de benefício previdenciário por incapacidade, a realização da prova pericial é imprescindível para o julgamento da causa, com finalidade de comprovação da incapacidade laboral da parte autora. 3. Havendo necessidade de colheita de determinada prova, o Juiz deve determinar, até mesmo de ofício, a sua produção, em homenagem ao princípio da verdade real. Precedentes do STJ. 4. Sentença que se anula de ofício, para que seja realizada a prova pericial na instância de origem. Remessa oficial prejudicada. (REO 0023901-65.2009.4.01.9199/AC – Relatora: DES. FEDERAL ÂNGELA MARIA CATÃO ALVES; Data da decisão 10/05/2010)."
Assim, como se faz necessária a realização da perícia, os honorários periciais deverão ser suportados pelo INSS.
É que, no caso em apreciação o autor é beneficiário da justiça gratuita e não tem condições de suportar os ônus da perícia. Por outro lado, como a prova reclama conhecimento técnico específico e não tendo o juízo profissionais habilitados para tanto, deve valer-se de profissionais liberais que devem receber pelos serviços prestados.
Desta forma, observando o princípio da carga dinâmica da prova, segundo o qual, o ônus de provar deve ser imposto àquele que estiver apto fazê-lo, independentemente de ser autor ou réu, os honorários periciais deverão ser pagos pelo INSS.
Diante do exposto, providencie a escrivania contato com o médico Antônio Mauro de Rossi CRM/RO 1434, o qual nomeio para realizar a perícia determinada nos autos, que deverá designar data, horário e local para a realização da perícia, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias, informando-a que de acordo com o art. 29 da Resolução Nº 305 do CJF o pagamento dos honorários periciais só se dará após o término do prazo para que as partes se manifestem sobre o laudo; havendo solicitação de esclarecimentos por escrito ou em audiência, depois de prestados.
O valor dos honorários periciais serão de R$ 300,00 (trezentos reais), conforme previsão do parágrafo único do art. 28, da Resolução nº 305, do Conselho da Justiça Federal de 07/10/2014.
A determinação está em consonância com o disposto na Resolução nº 305, do CJF. É que na Justiça Federal existe procedimento para pagamento dos honorários periciais, através de convênio com o INSS.
Com a vinda das informações pela médica, intimem-se as partes, que poderão indicar assistentes técnicos e apresentar os quesitos em 05 dias.
A perícia poderá ser acompanhada pelas partes e assistentes técnicos.
O laudo deverá ser apresentado em Juízo em 20 (vinte) dias, a contar da data da realização da perícia.
Deixo para marcar audiência de instrução após a realização da perícia.
Intimem-se.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 2 de maio de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7004103-03.2018.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Aposentadoria por Invalidez Requerente MARIA ESMERALDA DA SILVA OLIVEIRA Advogado JOZIMAR CAMATA DA SILVA OAB nº RO7793
EDUARDO CUSTODIO DINIZ OAB nº RO3332 Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA Trata-se de ação cujo benefício que se pleiteia exige conhecimento técnico específico, a fim de confirmar a condição de saúde do autor. Assim a prova médico pericial é necessária para comprovação do alegado.
Neste sentido já decidiu a Primeira Turma do TRF/1ª Região:
"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUSÊNCIA DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. PROVA TÉCNICA INDISPENSÁVEL PARA O JULGAMENTO DA LIDE. AUSÊNCIA DE CONTESTAÇÃO DO

ÓRGÃO PÚBLICO: INOPONIBILIDADE DOS EFEITOS DA REVELIA. DIREITOS INDISPONÍVEIS. SENTENÇA ANULADA DE OFÍCIO. 1. A falta de contestação do INSS na ação originária não enseja a aplicação do disposto no artigo 319 do CPC, uma vez que, em se tratando de pessoa jurídica de direito público, cujos interesses são indisponíveis, não se operam os efeitos da revelia (artigo 320, II, do CPC). 2. Nos casos em que se pleiteia a concessão de benefício previdenciário por incapacidade, a realização da prova pericial é imprescindível para o julgamento da causa, com finalidade de comprovação da incapacidade laboral da parte autora. 3. Havendo necessidade de colheita de determinada prova, o Juiz deve determinar, até mesmo de ofício, a sua produção, em homenagem ao princípio da verdade real. Precedentes do STJ. 4. Sentença que se anula de ofício, para que seja realizada a prova pericial na instância de origem. Remessa oficial prejudicada. (REO 0023901-65.2009.4.01.9199/AC – Relatora: DES. FEDERAL ÂNGELA MARIA CATÃO ALVES; Data da decisão 10/05/2010)."
Assim, como se faz necessária a realização da perícia, os honorários periciais deverão ser suportados pelo INSS.
É que, no caso em apreciação o autor é beneficiário da justiça gratuita e não tem condições de suportar os ônus da perícia. Por outro lado, como a prova reclama conhecimento técnico específico e não tendo o juízo profissionais habilitados para tanto, deve valer-se de profissionais liberais que devem receber pelos serviços prestados.
Desta forma, observando o princípio da carga dinâmica da prova, segundo o qual, o ônus de provar deve ser imposto àquele que estiver apto fazê-lo, independentemente de ser autor ou réu, os honorários periciais deverão ser pagos pelo INSS.
Diante do exposto, providencie a escrivania contato com o médico Antônio Mauro de Rossi CRM/RO 1434, o qual nomeio para realizar a perícia determinada nos autos, que deverá designar data, horário e local para a realização da perícia, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias, informando-a que de acordo com o art. 29 da Resolução Nº 305 do CJF o pagamento dos honorários periciais só se dará após o término do prazo para que as partes se manifestem sobre o laudo; havendo solicitação de esclarecimentos por escrito ou em audiência, depois de prestados.
O valor dos honorários periciais serão de R$ 300,00 (trezentos reais), conforme previsão do parágrafo único do art. 28, da Resolução nº 305, do Conselho da Justiça Federal de 07/10/2014.
A determinação está em consonância com o disposto na Resolução nº 305, do CJF. É que na Justiça Federal existe procedimento para pagamento dos honorários periciais, através de convênio com o INSS.
Com a vinda das informações pela médica, intimem-se as partes, que poderão indicar assistentes técnicos e apresentar os quesitos em 05 dias.
A perícia poderá ser acompanhada pelas partes e assistentes técnicos.
O laudo deverá ser apresentado em Juízo em 20 (vinte) dias, a contar da data da realização da perícia.
Deixo para marcar audiência de instrução após a realização da perícia.
Intimem-se.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 2 de maio de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7005863-84.2018.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Auxílio-Doença Previdenciário Requerente KATIA SILENE ALMEIDA DO NASCIMENTO Advogado NADIA APARECIDA ZANI ABREU OAB nº RO300B Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA Digam as partes se pretendem produzir provas, justificando a necessidade e conveniência, sob pena indeferimento.
Fixo o prazo de 15 (quinze) dias para manifestação, sob pena de preclusão.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 2 de maio de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7001785-47.2018.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Rural (Art. 48/51) Requerente NIVALDO JOSE DOS SANTOS Advogado NADIA APARECIDA ZANI ABREU OAB nº RO300B Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA Reclassifique-se o feito para cumprimento de sentença.
Intime-se o executado nos termos do art. 535, do NCPC.
Se não o fizer ou se concordar com o cálculo apresentado pelo exequente, desde logo expeça-se requisição de pagamento no prazo de sessenta dias, à autoridade citada para a causa, independentemente de precatório, sob pena de sequestro.
Intime-se e cumpra-se.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 2 de maio de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7003743-68.2018.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) Requerente DIVINA ALVES DA SILVA Advogado WESLEY SOUZA SILVA OAB nº RO7775
PAULO DE JESUS LANDIM MORAES OAB nº RO6258
SONIA CRISTINA ARRABAL DE BRITO OAB nº RO1872 Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Trata-se de ação ordinária de cunho previdenciário para obtenção de benefício assistencial com supedâneo no art. 203, inciso V da CF/88.
Pois bem.
Para a sua concessão toma-se em conta o critério médico da condição de deficiência e o econômico no tocante a renda familiar, sendo que está sujeita a avaliação médica e social.
Nesse sentido:
"CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA. DEFICIENTE MENTAL. ART. 203, V, CF/88. LEI 8.742/93. AUSÊNCIA DE PERÍCA MÉDICA E ESTUDO SÓCIO-ECONÔMICO. CERCEAMENTO DE DEFESA. SENTENÇA ANULADA. 1. Nos casos em que se pleiteia a concessão do benefício de amparo assistencial, a realização de perícia médica, bem como o estudo social são procedimentos indispensáveis para o deslinde da questão, sem os quais resta inviabilizado o julgamento da lide. 2. Apelação a que se dá provimento para anular a sentença, determinando o retorno dos autos ao Juízo de origem, a fim de que outra seja proferida após regular instrução do feito, com a produção de estudo social para aferir a hipossuficiência econômica do autor e a produção de prova pericial a aferir a sua incapacidade." (AC 0053725-98.2011.4.01.9199/MG; APELAÇÃO CIVEL – Relator: DES. FEDERAL KASSIO NUNES MARQUES; Data da decisão 09/11/2011).
Assim é salutar a realização de estudo social, a fim de averiguar a renda per capita da autora, porquanto tal medida é indispensável para instrução do feito, e, posteriormente, a realização de perícia médica para averiguação da condição de deficiência da parte requerente.
Diante do exposto, para o momento, determino que providencie a escrivania contato telefônico com assistente social Luciana Tintori Clarindo Marques, a qual nomeio para realizar a perícia determinada nos autos, que deverá designar data, horário e local para a realização da perícia, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.
O laudo deverá ser apresentado em Juízo em 20 (vinte) dias, a contar da data da realização da perícia.
Fixo em R$ 248,50 (duzentos e quarenta e oito reais) o valor dos honorários periciais. Os honorários serão custeados pelo Instituto Nacional do Seguro Social.
Com a vinda do estudo social, dê-se ciência às partes.

Após, tornem os autos conclusos para deliberação.
Intime-se.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 2 de maio de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7000180-32.2019.8.22.0004 Classe Busca e Apreensão Assunto Alienação Fiduciária Requerente ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Advogado ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO OAB nº BA46617 Requerido(a) THIAGO DE AZEVEDO BATISTA Advogado
Peticiona o autor (ID n. 26168327) requerendo esclarecimentos quanto ao pedido de pagamento de custas iniciais solicitados através do ato judicial de ID n. 24060576.
Pois bem.
Esclareço ao autor que o ato judicial de ID n. 24060576, o qual determina o pagamento das custas processuais, foi lançado para assinatura em 18/01/2019, no entanto, por um erro do sistema só foi possível assiná-lo em 28/01/2019 e, neste intervalo de tempo, mais precisamente em 23/01/2019 o autor realizou o pagamento das custas iniciais (ID n. 24146071).
Posto isso, reconheço como válido as custas informadas no ID n. 24146071.
Passo a análise do pedido inicial.
Trata-se de ação de busca e apreensão proposta pela ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO NACIONAL HONDA em face de THIAGO DE AZEVEDO BATISTA.
O requerente anexou o contrato de alienação fiduciária, bem como demonstrou a mora da devedora, através de notificação extrajudicial/protesto (art. 2º, § 2º, Decreto-lei 911/69).
Assim, satisfeitos os requisitos legais, defiro liminarmente, a busca e apreensão do veículo mencionado na exordial.
Expeça-se mandado de busca e apreensão, depositando-se o bem, com a pessoa indicada pelo autor, mediante o compromisso.
No mesmo mandado deve a devedora ser citado para:
a) no prazo de 05 (cinco) dias, contados da execução da liminar, pagar a integralidade da dívida, segundo os valores apresentados pelo credor, circunstância em que o bem devera lhe ser restituído;
b) apresentar resposta no prazo de 15 dias, contados da execução da liminar.
Caso não pague e nem apresente resposta, poderá ser proferida sentença onde se consolidarão a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário.
Cientifiquem-se eventuais avalistas.
Faculto ao Oficial de Justiça o disposto no art. 212, do Código de Processo Civil.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 2 de maio de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7004485-64.2016.8.22.0004 Classe Cumprimento de sentença Assunto Requerente MARIA DA CONCEICAO RAMOS Advogado NAIRA DA ROCHA FREITAS OAB nº RO5202
VERALICE GONCALVES DE SOUZA OAB nº RO170 Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA Homologo os cálculos de ID n. 21474581.
Decorrido o prazo para eventual insurgência, expeçam-se os requisitórios devidos.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 2 de maio de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7002343-19.2018.8.22.0004 Classe Cumprimento de sentença Assunto Requisição de Pequeno Valor - RPV Requerente MARIA DE FATIMA DIAS PEDRO Advogado TEREZINHA MOREIRA SANTANA OAB nº RO6132
LARA MARIA MONTEIRO FRANCHI NUNES OAB nº RO9106 Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA Homologo os cálculos de ID n. 23962622 e de ID n. 23962655.
Decorrido o prazo para eventual insurgência, expeçam-se os requisitórios devidos.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 2 de maio de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7004293-63.2018.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) Requerente GESSIKA RODRIGUES CHAVES BRAUN Advogado VANESSA CARLA ALVES RODRIGUES OAB nº RO6836
EZILEI CIPRIANO VEIGA OAB nº RO3213 Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Trata-se de ação ordinária de cunho previdenciário para obtenção de benefício assistencial com supedâneo no art. 203, inciso V da CF/88.
Pois bem.
Para a sua concessão toma-se em conta o critério médico da condição de deficiência e o econômico no tocante a renda familiar, sendo que está sujeita a avaliação médica e social.
Nesse sentido:
"CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA. DEFICIENTE MENTAL. ART. 203, V, CF/88. LEI 8.742/93. AUSÊNCIA DE PERÍCA MÉDICA E ESTUDO SÓCIO-ECONÔMICO. CERCEAMENTO DE DEFESA. SENTENÇA ANULADA. 1. Nos casos em que se pleiteia a concessão do benefício de amparo assistencial, a realização de perícia médica, bem como o estudo social são procedimentos indispensáveis para o deslinde da questão, sem os quais resta inviabilizado o julgamento da lide. 2. Apelação a que se dá provimento para anular a sentença, determinando o retorno dos autos ao Juízo de origem, a fim de que outra seja proferida após regular instrução do feito, com a produção de estudo social para aferir a hipossuficiência econômica do autor e a produção de prova pericial a aferir a sua incapacidade." (AC 0053725-98.2011.4.01.9199/MG; APELAÇÃO CIVEL – Relator: DES. FEDERAL KASSIO NUNES MARQUES; Data da decisão 09/11/2011).
Assim é salutar a realização de estudo social, a fim de averiguar a renda per capita da autora, porquanto tal medida é indispensável para instrução do feito, e, posteriormente, a realização de perícia médica para averiguação da condição de deficiência da parte requerente.
Diante do exposto, para o momento, determino que providencie a escrivania contato telefônico com assistente social Luciana Tintori Clarindo Marques, a qual nomeio para realizar a perícia determinada nos autos, que deverá designar data, horário e local para a realização da perícia, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.
O laudo deverá ser apresentado em Juízo em 20 (vinte) dias, a contar da data da realização da perícia.
Fixo em R$ 248,50 (duzentos e quarenta e oito reais) o valor dos honorários periciais. Os honorários serão custeados pelo Instituto Nacional do Seguro Social.
Com a vinda do estudo social, dê-se ciência às partes.
Após, tornem os autos conclusos para deliberação.
Intime-se.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 2 de maio de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7003793-31.2017.8.22.0004 Classe Cumprimento de sentença Assunto Causas Supervenientes à Sentença Requerente CICERO BEZERRA DE JESUS Advogado JECSAN SALATIEL SABAINI FERNANDES OAB nº RO2505 Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA Homologo os cálculos de ID n. 23425527.
Decorrido o prazo para eventual insurgência, expeçam-se os requisitórios devidos.

Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 2 de maio de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7005103-38.2018.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Pagamento, Correção Monetária, Seguro, Honorários Advocatícios, Intimação / Notificação Requerente CAROLAINE FONSECA DA SILVA Advogado MARLENE SGORLON OAB nº RO8212 Requerido(a) SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA Advogado ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES OAB nº RO5369 Digam as partes se pretendem produzir provas, justificando a necessidade e conveniência, sob pena indeferimento.
Fixo o prazo de 15 (quinze) dias para manifestação, sob pena de preclusão.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 2 de maio de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7001056-84.2019.8.22.0004 Classe Cumprimento de sentença Assunto Correção Monetária Requerente ANTONIO RAMOS DE PAULA Advogado KARIMA FACCIOLI CARAM OAB nº RO3460
EDER MIGUEL CARAM OAB nº RO5368 Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Peticiona o INSS informando que não há nos autos cálculos para serem impugnados, contudo, analisando os documentos constantes na ação, verifico que os cálculos encontram-se anexos ao ID n. 5537804.
Diante disso, intime-se o INSS para em 15 dias, querendo, apresentar impugnação.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 2 de maio de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7003083-45.2016.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Seguro Requerente ANGELA CRISTINA LEITE Advogado JACSON DA SILVA SOUSA OAB nº RO6785
UNILCILENE CAETANO FARIAS REBOUCAS OAB nº RO6410 Requerido(a) SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA Advogado ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES OAB nº RO5369 Digam as partes se pretendem produzir outras provas além das contantes dos autos, justificando a necessidade e conveniência, sob pena indeferimento.
Fixo o prazo de 15 (quinze) dias para manifestação, sob pena de preclusão.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 2 de maio de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7004364-65.2018.8.22.0004 Classe Cumprimento de sentença Assunto Honorários Advocatícios Requerente ELIAS DE SOUZA ANADAO Advogado JESS JOSE GONCALVES OAB nº RO1739 Requerido(a) COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA REGIAO CENTRAL DE RONDONIA - SICOOB OUROCREDI Advogado NIVEA MAGALHAES SILVA OAB nº RO1613
Peticiona o autor (ID n. 25924983) informando que encontra-se em iminência de realizar acordo extrajudicial com o requerido.
Diante disso, conforme solicitado na petição de ID n. 25924983, concedo às partes o prazo de 15 dias para manifestação.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 2 de maio de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7000375-22.2016.8.22.0004 Classe Cumprimento de sentença Assunto Direito de Imagem Requerente TAURINO JOSE MOREIRA Advogado FRANCISCO ALEXANDRE DE GODOY OAB nº RO1582 Requerido(a) OI MOVEL Advogado ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO OAB nº RO635 À parte exequente para contrarrazoar a apelação de ID n. 26463887, nos termo do art. 1.003, §5º do CPC.
Pratique-se o necessário.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 2 de maio de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7001093-48.2018.8.22.0004 Classe Cumprimento de sentença Assunto Requisição de Pequeno Valor - RPV Requerente AMARILDO ALVES DE MORAIS Advogado HERBERT WENDER ROCHA OAB nº RO3739
FILIPH MENEZES DA SILVA OAB nº RO5035 Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA Intime-se o INSS da petição de ID n. 19885047, para evitar a tomada de decisão com base em questão desconhecida da outra parte.
Fixo o prazo de 15 (quinze) dias para manifestação.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 2 de maio de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7003176-03.2019.8.22.0004 Classe Carta Rogatória Cível Assunto Alimentos Requerente LUCINDA MARQUES DA SILVA
STEFANI ALICE DA SILVA SOARES
MELRI LOHAINE DA SILVA SOARES Advogado DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA Requerido(a) MARCIONE NORBERTO SOARES Advogado ROBSON ANTONIO DOS SANTOS MACHADO OAB nº RO7353
Altere-se a classe judicial para Carta Precatória.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
Cumprido o ato (ID n. 26797765), devolva-se.
Considerando que o ato deprecado não informou prazo para realização do estudo, concedo ao NUPS o prazo de 30 dias para realização de estudo psicossocial na residência da parte requerida.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 0000033-67.2015.8.22.0004 Classe Execução Fiscal Assunto Dívida Ativa Requerente ESTADO DE RONDÔNIA Requerido(a) ANTONIO CARLOS DA SILVA MENEZES
Deferi e efetuei a tentativa de penhora on-line nas contas bancárias da parte executada, conforme espelho adiante.
Retornem os autos conclusos após 5 dias, a fim de verificar o resultado.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7003554-61.2016.8.22.0004 Classe Cumprimento de sentença Assunto Causas Supervenientes à Sentença Requerente AILTON JESUS DA SILVA Advogado EDSON ANTONIO SPERANDIO OAB nº RO3480 Requerido(a) ESTADO DE RONDÔNIA Advogado PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ante o teor da certidão de ID n. 26335435, bem como a manifestação do exequente (ID n. 26610047), intime-se o executado para em 15 dias manifestar-se quanto ao pagamento que afirma ter sido realizado nestes autos no valor de R$ 1.579,99 (hum mil, quinhentos e setenta e nove reais e noventa e nove centavos) - ID n. 25237545, contudo, referido valor não consta depositado judicialmente vinculado a esta ação.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7003210-12.2018.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material Requerente MARCOS GONCALVES DOS SANTOS
JULIO GONCALVES DOS SANTOS
FABIANA GONCALVES DOS SANTOS
GILBERTO GONCALVES DOS SANTOS Advogado NORIVALDO JOSE FERREIRA OAB nº RO8538
SORAYA MAIA GRISANTE DE LUCENA OAB nº RO8935 Requerido(a) ALTAIR KRENSKI Advogado
Ciente da certidão do Oficial de Justiça anexa ao ID n. 26782196.
No entanto, analisando os autos verifico não houve inobservância do cartório para fins de cumprimento do ato judicial de intimação do requerido para comparecimento à solenidade, posto que o primeiro mandado foi expedido em 01/03/2019 (ID n. 25116732), contudo, não foi cumprido em razão do requerido Altair não ter sido localizado.
Diante disso, o autor apresentou novo endereço do requerido (ID n. 26422173) em 15/04/2019 e o cartório emitiu novo mandado de intimação em 23/04/2019, sendo distribuído e recebido pelo Oficial de Justiça no mesmo dia da emissão. Vejamos:
Diante disso, encaminhe-se o mandado para fiel cumprimento em caráter de urgência, devendo ser direcionado ao Oficial de Justiça Manoel Gonçalves Dias.
Não bastasse isso, advirto ao Oficial de Justiça que a alegação de que o requerido não foi citado em tempo hábil para comparecimento à solenidade é ato da parte.
Expeça-se o necessário, com urgência.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

PROCESSO : 7002370-65.2019.8.22.0004
CLASSE : PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
REQUERENTE: WJJ COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA
Advogado do(a) AUTOR: DENNY CANCELIER MORETTO - RO9151
REQUERIDO : JRM TRANSPORTES EIRELI - ME
Fica a parte AUTORA intimada, na pessoa de seu(sua)(s) advogado(a)(s), para manifestar-se, no prazo de 5 dias, do inteiro teor do ID - 26812439 (citação negativa).

PROCESSO : 0004872-43.2012.8.22.0004
CLASSE : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: CERAMICA SANTA HELENA LTDA - ME
Advogado do(a) EXEQUENTE: KARIMA FACCIOLI CARAM - RO3460
REQUERIDO : BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA
Advogado do(a) EXECUTADO: PRICILA ARAUJO SALDANHA DE OLIVEIRA - RO2485
Fica a parte AUTORA intimada, na pessoa de seu(sua)(s) advogado(a)(s), para manifestar-se, no prazo de 5 dias, do inteiro teor do ID - 26830080, devendo comprovar junto ao Juízo deprecado o pagamento do preparo para distribuição da carta precatória, bem como providenciar também a juntada do cálculo da dívida atualizado.
Ouro Preto do Oeste/RO, 30 de abril de 2019.
Klerisson Rodrigues
Técnico Judiciário

Processo 7001223-72.2017.8.22.0004 Classe Cumprimento de sentença Assunto Invalidez Permanente Requerente GELSON FERREIRA DA SILVA Advogado EDSON ANTONIO SPERANDIO OAB nº RO3480 Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA Manifeste-se a parte executada acerca da petição de ID n. 25339120.
Fixo o prazo de 15 (quinze) dias para manifestação.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7002482-68.2018.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Erro Médico Requerente MIRIAM DE ALMEIDA VIANA Advogado FERNANDA DIAS FARIAS OAB nº RO8753 Requerido(a) ESTADO DE RONDÔNIA Advogado PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Defiro a prova oral pleiteada no ID n. 26008340.
Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 04 de junho de 2019 às 11 horas.
As testemunhas arroladas (ID n. 26008340) deverão comparecer à solenidade independente de intimação.
Expeça-se o necessário para a realização da solenidade.
Intimem-se as partes através de seus procuradores, via sistema.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7004748-96.2016.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material, Produto Impróprio Requerente ANTONIO LOPES PAIS Advogado KARIMA FACCIOLI CARAM OAB nº RO3460
EDER MIGUEL CARAM OAB nº RO5368 Requerido(a) AGROPECUARIA VALE DA SERRA IND. COMERCIO IMP. E EXP. LTDA - ME Advogado BRUNA CAROLINE DE SOUZA CALIXTO OAB nº PR53575
Ante as informações apresentadas pelo Mestre Paulo Henrique Gilio Gasparotto (ID n. 26324071) e considerando que no Estado de Rondônia não há equipamentos especializados para realização da perícia, nomeio para realização da perícia nos produtos adquiridos pelo autor a Dra. Márcia Aparecida de Albuquerque Teixeira da Silva, engenheira agrônoma, residente na cidade de Cuiabá/MT, podendo ser localizada através do telefone celular (65) 99982-8762, telefone residencial (65) 3322-3111 ou através do e-mail marcia29albuquerque@gmail.com.
Intime-a para que no prazo de 15 dias informe se possui interesse em realizar a perícia, bem como, no mesmo prazo, deverá indicar o valor dos honorários periciais.
Vinda a informação, ante a revelia do requerido, intime-se o autor para no prazo de 10 dias comprovar o pagamento dos honorários periciais, os quais deverão ser depositados em conta judicial.
Comprovado o pagamento dos honorários, intime-se a perita para designar data, horário e local para perícia. Prestada informação, intime-se o autor para levar o material que possui, devidamente lacrado para perícia.
Vindo o laudo, intime-se o autor para manifestação em 10 dias.
Somente então, tornem os autos conclusos.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7006144-40.2018.8.22.0004 Classe Embargos à Execução Assunto Responsabilidade Fiscal Requerente WANDERSON BIANCHINI Advogado DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA Requerido(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE Advogado PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO
Digam as partes se pretendem o julgamento antecipado da lide ou a produção de outras provas.
Neste último caso, as provas devem ser especificadas e justificada a necessidade, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de julgamento do feito no estado em que se encontra.
Caso pretendam as partes a produção de prova testemunhal, deverão juntar o rol e endereço das testemunhas, no mesmo prazo.
Intime-se.

Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7002166-55.2018.8.22.0004 Classe Execução de Título Extrajudicial Assunto Duplicata, Nota Promissória Requerente AUTO POSTO E TRANSPORTADORA SAVANA LTDA. Advogado UILIAM ALVES STOPA OAB nº RO9431
DAIANE ALVES STOPA OAB nº RO7832 Requerido(a) CELSO GOMES DE OLIVEIRA Advogado
A exequente foi intimada a apresentar manifestação quanto ao veículo penhorado, limitando-se a informar que o bem possui outras restrições.
Diante disso, pela última vez, intime-se a exequente para ESCLARECER se possui interesse em permanecer na ordem cronológica para recebimento do crédito caso ocorra a venda do veículo ou se requer a liberação da penhora.
Prazo de 15 dias, sob pena de liberação.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7005237-65.2018.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Massa Falida- Recolhimento, Aposentadoria por Invalidez, Auxílio-Doença Previdenciário, Custas, Intimação / Notificação, Antecipação de Tutela / Tutela Específica, Obrigação de Fazer / Não Fazer Requerente AILTON ALVES DOS SANTOS Advogado ROSILENE PEREIRA DE LANA OAB nº RO6437 Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA Digam as partes se pretendem produzir provas, justificando a necessidade e conveniência, sob pena indeferimento.
Fixo o prazo de 15 (quinze) dias para manifestação, sob pena de preclusão.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7005480-09.2018.8.22.0004 Classe Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança Assunto Despejo por Denúncia Vazia Requerente EXPEDITO CARLOS ARAUJO MARQUES
JOANA MIRANDA DOS SANTOS
JACKSON DOUGLAS SANTOS MARQUES Advogado LOANA CARLA DOS SANTOS MARQUES OAB nº RO2971 Requerido(a) MOVEIS ROMERA LTDA
ANUNCIATA LUIZA MENEGON ROMERA Advogado ANDRE DA COSTA RIBEIRO OAB nº BA49145
Trata-se de ação de despejo c/c cobrança de alugueis proposta por Expedito Carlos Araújo Marques e outros em face de Móveis Romera Ltda e Anunciata Luiza Menegon Romera.
Citada, a requerida Anunciata apresentou contestação, oportunidade em que afirmou que a requerida Móveis Romera Ltda encontra-se em recuperação judicial, protocolada sob o número 0006137-12.2018.8.16.0045, razão pela qual afirma que o autor deverá aguardar o devido pagamento em ordem cronológica.
Posto isso, nos termos do art. 76 da Lei 11.101/2005, considerando que o juízo da falência é indivisível e competente para conhecer todas as ações sobre bens, interesses e negócios do falido, ressalvadas as causas trabalhistas, fiscais e aquelas não reguladas nesta Lei em que o falido figurar como autor ou litisconsorte ativo, REDISTRIBUA-SE a presente ação ao Juízo da 2ª Vara Cível de Arapongas/PR, para que a presente ação seja associada a ação de nº 0006137-12.2018.8.16.0045.
Intime-se.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7000957-51.2018.8.22.0004 Classe Cumprimento de sentença Assunto Requerente LEONIDAS MARTINS DE JESUS Advogado CRISTIANE DE OLIVEIRA DIESEL OAB nº RO8923
KARIMA FACCIOLI CARAM OAB nº RO3460
EDER MIGUEL CARAM OAB nº RO5368 Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Descabe o pedido de ID n. 25624194, pois a parte executada não foi intimada para impugnar os cálculos.
Assim, intime-se o executado nos termos do art. 535, do NCPC.
Se não o fizer ou se concordar com o cálculo apresentado pelo exequente, desde logo expeça-se requisição de pagamento no prazo de sessenta dias, à autoridade citada para a causa, independentemente de precatório, sob pena de sequestro.
Intime-se e cumpra-se.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 0002384-13.2015.8.22.0004 Classe Execução Fiscal Assunto Dívida Ativa Requerente INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA Requerido(a) EUDES VENANCIO DE SOUZA
Há informação de que a parte executada aderiu ao parcelamento em relação a este
Processo (ID. 26099811).
Manifeste-se a parte exequente em 10 dias.
Se nada requerido, ao arquivo sem baixa.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7005307-82.2018.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Aposentadoria por Invalidez Acidentária Requerente TARCIZIO ANGELO LEANDRO Advogado JOZIMAR CAMATA DA SILVA OAB nº RO7793
EDUARDO CUSTODIO DINIZ OAB nº RO3332 Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA Trata-se de ação cujo benefício que se pleiteia exige conhecimento técnico específico, a fim de confirmar a condição de saúde do autor. Assim a prova médico pericial é necessária para comprovação do alegado.
Neste sentido já decidiu a Primeira Turma do TRF/1ª Região:
"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUSÊNCIA DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. PROVA TÉCNICA INDISPENSÁVEL PARA O JULGAMENTO DA LIDE. AUSÊNCIA DE CONTESTAÇÃO DO ÓRGÃO PÚBLICO: INOPONIBILIDADE DOS EFEITOS DA REVELIA. DIREITOS INDISPONÍVEIS. SENTENÇA ANULADA DE OFÍCIO. 1. A falta de contestação do INSS na ação originária não enseja a aplicação do disposto no artigo 319 do CPC, uma vez que, em se tratando de pessoa jurídica de direito público, cujos interesses são indisponíveis, não se operam os efeitos da revelia (artigo 320, II, do CPC). 2. Nos casos em que se pleiteia a concessão de benefício previdenciário por incapacidade, a realização da prova pericial é imprescindível para o julgamento da causa, com finalidade de comprovação da incapacidade laboral da parte autora. 3. Havendo necessidade de colheita de determinada prova, o Juiz deve determinar, até mesmo de ofício, a sua produção, em homenagem ao princípio da verdade real. Precedentes do STJ. 4. Sentença que se anula de ofício, para que seja realizada a prova pericial na instância de origem. Remessa oficial prejudicada. (REO 0023901-65.2009.4.01.9199/AC – Relatora: DES. FEDERAL ÂNGELA MARIA CATÃO ALVES; Data da decisão 10/05/2010)."
Assim, como se faz necessária a realização da perícia, os honorários periciais deverão ser suportados pelo INSS.
É que, no caso em apreciação o autor é beneficiário da justiça gratuita e não tem condições de suportar os ônus da perícia. Por outro lado, como a prova reclama conhecimento técnico específico

e não tendo o juízo profissionais habilitados para tanto, deve valer-se de profissionais liberais que devem receber pelos serviços prestados.
Desta forma, observando o princípio da carga dinâmica da prova, segundo o qual, o ônus de provar deve ser imposto àquele que estiver apto fazê-lo, independentemente de ser autor ou réu, os honorários periciais deverão ser pagos pelo INSS.
Diante do exposto, providencie a escrivania contato com o médico Antônio Mauro de Rossi CRM/RO 1.434, o qual nomeio para realizar a perícia determinada nos autos, que deverá designar data, horário e local para a realização da perícia, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias, informando-a que de acordo com o art. 29 da Resolução Nº 305 do CJF o pagamento dos honorários periciais só se dará após o término do prazo para que as partes se manifestem sobre o laudo; havendo solicitação de esclarecimentos por escrito ou em audiência, depois de prestados.
O valor dos honorários periciais serão de R$ 300,00 (trezentos reais), conforme previsão do parágrafo único do art. 28, da Resolução nº 305, do Conselho da Justiça Federal de 07/10/2014.
A determinação está em consonância com o disposto na Resolução nº 305, do CJF. É que na Justiça Federal existe procedimento para pagamento dos honorários periciais, através de convênio com o INSS.
Com a vinda das informações pela médica, intimem-se as partes, que poderão indicar assistentes técnicos e apresentar os quesitos em 05 dias.
A perícia poderá ser acompanhada pelas partes e assistentes técnicos.
O laudo deverá ser apresentado em Juízo em 20 (vinte) dias, a contar da data da realização da perícia.
Deixo para marcar audiência de instrução após a realização da perícia.
Intimem-se.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7000471-32.2019.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Aposentadoria por Invalidez, Auxílio-Doença Previdenciário Requerente MARLY FERMINA DE AMORIM Advogado MAIBY FRANCIELI DA SILVA LOCATELLI LIBERATI OAB nº RO4063
JULYANDERSON POZO LIBERATI OAB nº RO4131 Requerido(a) I. -. I. N. D. S. S. Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA Trata-se de ação cujo benefício que se pleiteia exige conhecimento técnico específico, a fim de confirmar a condição de saúde do autor. Assim a prova médico pericial é necessária para comprovação do alegado.
Neste sentido já decidiu a Primeira Turma do TRF/1ª Região:
"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUSÊNCIA DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. PROVA TÉCNICA INDISPENSÁVEL PARA O JULGAMENTO DA LIDE. AUSÊNCIA DE CONTESTAÇÃO DO ÓRGÃO PÚBLICO: INOPONIBILIDADE DOS EFEITOS DA REVELIA. DIREITOS INDISPONÍVEIS. SENTENÇA ANULADA DE OFÍCIO. 1. A falta de contestação do INSS na ação originária não enseja a aplicação do disposto no artigo 319 do CPC, uma vez que, em se tratando de pessoa jurídica de direito público, cujos interesses são indisponíveis, não se operam os efeitos da revelia (artigo 320, II, do CPC). 2. Nos casos em que se pleiteia a concessão de benefício previdenciário por incapacidade, a realização da prova pericial é imprescindível para o julgamento da causa, com finalidade de comprovação da incapacidade laboral da parte autora. 3. Havendo necessidade de colheita de determinada prova, o Juiz deve determinar, até mesmo de ofício, a sua produção, em homenagem ao princípio da verdade real. Precedentes do STJ. 4. Sentença que se anula de ofício, para que seja realizada a prova pericial na instância de origem. Remessa oficial prejudicada. (REO 0023901-65.2009.4.01.9199/AC – Relatora: DES. FEDERAL ÂNGELA MARIA CATÃO ALVES; Data da decisão 10/05/2010)."
Assim, como se faz necessária a realização da perícia, os honorários periciais deverão ser suportados pelo INSS.
É que, no caso em apreciação o autor é beneficiário da justiça gratuita e não tem condições de suportar os ônus da perícia. Por outro lado, como a prova reclama conhecimento técnico específico e não tendo o juízo profissionais habilitados para tanto, deve valer-se de profissionais liberais que devem receber pelos serviços prestados.
Desta forma, observando o princípio da carga dinâmica da prova, segundo o qual, o ônus de provar deve ser imposto àquele que estiver apto fazê-lo, independentemente de ser autor ou réu, os honorários periciais deverão ser pagos pelo INSS.
Diante do exposto, providencie a escrivania contato com o médico Álvaro Alaim Hoffmann CRM/RO 1.807, o qual nomeio para realizar a perícia determinada nos autos, que deverá designar data, horário e local para a realização da perícia, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias, informando-a que de acordo com o art. 29 da Resolução Nº 305 do CJF o pagamento dos honorários periciais só se dará após o término do prazo para que as partes se manifestem sobre o laudo; havendo solicitação de esclarecimentos por escrito ou em audiência, depois de prestados.
O valor dos honorários periciais serão de R$ 300,00 (trezentos reais), conforme previsão do parágrafo único do art. 28, da Resolução nº 305, do Conselho da Justiça Federal de 07/10/2014.
A determinação está em consonância com o disposto na Resolução nº 305, do CJF. É que na Justiça Federal existe procedimento para pagamento dos honorários periciais, através de convênio com o INSS.
Com a vinda das informações pela médica, intimem-se as partes, que poderão indicar assistentes técnicos e apresentar os quesitos em 05 dias.
A perícia poderá ser acompanhada pelas partes e assistentes técnicos.
O laudo deverá ser apresentado em Juízo em 20 (vinte) dias, a contar da data da realização da perícia.
Deixo para marcar audiência de instrução após a realização da perícia.
Intimem-se.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7003399-24.2017.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) Requerente ORONILDA MENDES DE OLIVEIRA Advogado LUIS FERNANDO TAVANTI OAB nº RO146627 Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA Reclassifique-se o feito para cumprimento de sentença.
Assim, intime-se o executado nos termos do art. 535, do NCPC.
Se não o fizer ou se concordar com o cálculo apresentado pelo exequente, desde logo expeça-se requisição de pagamento no prazo de sessenta dias, à autoridade citada para a causa, independentemente de precatório, sob pena de sequestro.
Intime-se e cumpra-se.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7004894-40.2016.8.22.0004 Classe Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária Assunto Cédula de Crédito Bancário Requerente B. B. S. Advogado MAURO PAULO GALERA MARI OAB nº AC4937 Requerido(a) K. G. F. B. -. M. Advogado
Intime-se o requerido para em 15 dias dar prosseguimento ao feito.
Quedando-se inerte, nos termos do art. 485, § 1º do CPC, intime-o, pessoalmente para suprir a falta em 05 dias.

Não havendo manifestação, tornem os autos conclusos para extinção.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7005133-73.2018.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Salário Maternidade Requerente HERING CALBIANI DE OLIVEIRA Advogado MARCOS ANTONIO ODA FILHO OAB nº PR4760
LIANE SANTA DE MELO COUTINHO OAB nº RO9691 Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Defiro a prova oral pleiteada no ID n. 24063040.
Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 05 de junho de 2019 às 09:00 horas.
O rol de testemunhas deverá ser apresentado no prazo de 15 dias, consoante artigo 357 §4º do CPC.
De acordo com a nova sistemática do código de
Processo civil, cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo, nos termos do art. 455, CPC.
Expeça-se o necessário para a realização da solenidade.
Intimem-se.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7003799-38.2017.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Aposentadoria por Invalidez, Auxílio-Doença Previdenciário Requerente SALVADOR CLAUDINO NETO Advogado JOZIMAR CAMATA DA SILVA OAB nº RO7793
EDUARDO CUSTODIO DINIZ OAB nº RO3332 Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA Declaro encerrada a instrução processual.
Intimem-se as partes para apresentação de razões, sucessivamente, iniciando-se pela parte autora.
Prazo de 15 (quinze) dias.
Pratique-se o necessário.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7004807-50.2017.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Aposentadoria por Invalidez, Auxílio-Doença Previdenciário Requerente RONALDO JOSE DA SILVA Advogado ALLINE GUEDES PIMENTEL OAB nº RO7016 Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA Trata-se de ação cujo benefício que se pleiteia exige conhecimento técnico específico, a fim de confirmar a condição de saúde do autor. Assim a prova médico pericial é necessária para comprovação do alegado.
Neste sentido já decidiu a Primeira Turma do TRF/1ª Região:
"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUSÊNCIA DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. PROVA TÉCNICA INDISPENSÁVEL PARA O JULGAMENTO DA LIDE. AUSÊNCIA DE CONTESTAÇÃO DO ÓRGÃO PÚBLICO: INOPONIBILIDADE DOS EFEITOS DA REVELIA. DIREITOS INDISPONÍVEIS. SENTENÇA ANULADA DE OFÍCIO. 1. A falta de contestação do INSS na ação originária não enseja a aplicação do disposto no artigo 319 do CPC, uma vez que, em se tratando de pessoa jurídica de direito público, cujos interesses são indisponíveis, não se operam os efeitos da revelia (artigo 320, II, do CPC). 2. Nos casos em que se pleiteia a concessão de benefício previdenciário por incapacidade, a realização da prova pericial é imprescindível para o julgamento da causa, com finalidade de comprovação da incapacidade laboral da parte autora. 3. Havendo necessidade de colheita de determinada prova, o Juiz deve determinar, até mesmo de ofício, a sua produção, em homenagem ao princípio da verdade real. Precedentes do STJ. 4. Sentença que se anula de ofício, para que seja realizada a prova pericial na instância de origem. Remessa oficial prejudicada. (REO 0023901-65.2009.4.01.9199/AC – Relatora: DES. FEDERAL ÂNGELA MARIA CATÃO ALVES; Data da decisão 10/05/2010)."
Assim, como se faz necessária a realização da perícia, os honorários periciais deverão ser suportados pelo INSS.
É que, no caso em apreciação o autor é beneficiário da justiça gratuita e não tem condições de suportar os ônus da perícia. Por outro lado, como a prova reclama conhecimento técnico específico e não tendo o juízo profissionais habilitados para tanto, deve valer-se de profissionais liberais que devem receber pelos serviços prestados.
Desta forma, observando o princípio da carga dinâmica da prova, segundo o qual, o ônus de provar deve ser imposto àquele que estiver apto fazê-lo, independentemente de ser autor ou réu, os honorários periciais deverão ser pagos pelo INSS.
Diante do exposto, providencie a escrivania contato com o médico Álvaro Alaim Hoffmann CRM/RO 1.807, o qual nomeio para realizar a perícia determinada nos autos, que deverá designar data, horário e local para a realização da perícia, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias, informando-a que de acordo com o art. 29 da Resolução Nº 305 do CJF o pagamento dos honorários periciais só se dará após o término do prazo para que as partes se manifestem sobre o laudo; havendo solicitação de esclarecimentos por escrito ou em audiência, depois de prestados.
O valor dos honorários periciais serão de R$ 300,00 (trezentos reais), conforme previsão do parágrafo único do art. 28, da Resolução nº 305, do Conselho da Justiça Federal de 07/10/2014.
A determinação está em consonância com o disposto na Resolução nº 305, do CJF. É que na Justiça Federal existe procedimento para pagamento dos honorários periciais, através de convênio com o INSS.
Com a vinda das informações pela médica, intimem-se as partes, que poderão indicar assistentes técnicos e apresentar os quesitos em 05 dias.
A perícia poderá ser acompanhada pelas partes e assistentes técnicos.
O laudo deverá ser apresentado em Juízo em 20 (vinte) dias, a contar da data da realização da perícia.
Deixo para marcar audiência de instrução após a realização da perícia.
Intimem-se.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7004520-53.2018.8.22.0004 Classe Execução de Título Extrajudicial Assunto Cédula de Crédito Bancário Requerente COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA REGIAO CENTRAL DE RONDONIA - SICOOB OUROCREDI Advogado EDER MIGUEL CARAM OAB nº RO5368
KARIMA FACCIOLI CARAM OAB nº RO3460 Requerido(a) JOCELIO GOMES DE MIRANDA 00009340203 Advogado
Considerando que a exequente apresentou endereço atualizado do executado (ID n. 25353904), cite-se em execução, nos termos do ato judicial de ID n. 22263246 a ser cumprido na Rua Itamauru Goes de Siqueira, n 25, Município de Ouro Preto do Oeste/RO.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7004676-41.2018.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Aposentadoria por Invalidez Requerente ELIZETE SPEROTTO PESCA Advogado JOZIMAR CAMATA DA SILVA OAB nº RO7793

EDUARDO CUSTODIO DINIZ OAB nº RO3332 Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Ante a inércia do Dr. Walter Maciel, providencie a escrivania contato com o Dr. ÁLVARO ALAIM HOFFMANN, a qual nomeio para realizar a perícia determinada nos autos, que deverá designar data, horário e local para a realização da perícia, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias, informando-a que de acordo com o art. 29º, caput, da Resolução Nº 305 do CJF o pagamento dos honorários periciais só se dará após o término do prazo para que as partes se manifestem sobre o laudo; havendo solicitação de esclarecimentos por escrito ou em audiência, depois de prestados.
O valor dos honorários periciais serão de R$ 300,00 (trezentos reais), conforme previsão do art. 28º, caput, da Resolução nº 305, do Conselho da Justiça Federal de 07/10/2014.
Consigno que ao arbitrar o valor dos honorários foi observado os termos do art. 31 da Resolução n. CJF-RES-2014/00305, de 7 de outubro de 2014.
Com a vinda das informações pelo médico, intime-se o autor.
O laudo deverá ser apresentado em Juízo em 20 (vinte) dias, a contar da data da realização da perícia.
Vindo o laudo, intime-se o autor e CITE-SE O REQUERIDO.
Expeça-se o necessário.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7000409-89.2019.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Aposentadoria por Invalidez, Auxílio-Doença Previdenciário Requerente JOAO NEISER PORTILHO Advogado EDER MIGUEL CARAM OAB nº RO5368
KARIMA FACCIOLI CARAM OAB nº RO3460
CRISTIANE DE OLIVEIRA DIESEL OAB nº RO8923 Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA Digam as partes se pretendem produzir provas, justificando a necessidade e conveniência, sob pena indeferimento.
Fixo o prazo de 15 (quinze) dias para manifestação, sob pena de preclusão.
Digam as partes se pretendem produzir provas, justificando a necessidade e conveniência, sob pena indeferimento.
Fixo o prazo de 15 (quinze) dias para manifestação, sob pena de preclusão.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7005151-31.2017.8.22.0004 Classe Cumprimento de sentença Assunto Requerente MARIA REIS NEVES Advogado NADIA APARECIDA ZANI ABREU OAB nº RO300B Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA Homologo os cálculos de ID n. 23748545.
Expeçam-se os requisitórios devidos.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7003599-31.2017.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) Requerente VANIA GOMES MARTINS Advogado EDER MIGUEL CARAM OAB nº RO5368
KARIMA FACCIOLI CARAM OAB nº RO3460 Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA Há pedido de complementação do laudo pericial formulado por parte do INSS, argumentando que não foi tratado no laudo de ID n. 24529883, se a incapacidade de ordem mental perdurará por mais de dois.
Pois bem.
Verifico do laudo pericial que o expert reputou como data inicial da condição de saúde incapacitante da parte autora como sendo a de 19/04/2017, sendo este o laudo psiquiatra.
Já fora na data de 11/05/2012 concedido benefício assistencial a autora.
É certo que a data estipulada no laudo pericial apenas confirmou que a autora continuava a possuir condição de saúde incapacitante, permanecendo portanto inalterada sua situação.
Constato portanto que o laudo pericial não foi omisso.
Assim, INDEFIRO o pedido de complementação do laudo pericial.
Decorrido o prazo para eventual inconformismo, tornem os autos conclusos para deliberação.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7001115-09.2018.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Auxílio-Doença Previdenciário Requerente ALVANICE DOS SANTOS MOITINHO Advogado NADIA APARECIDA ZANI ABREU OAB nº RO300B Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA Declaro encerrada a instrução processual.
Intimem-se as partes para apresentação de razões, sucessivamente, iniciando-se pela parte autora.
Prazo de 15 (quinze) dias.
Pratique-se o necessário.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7004166-28.2018.8.22.0004 Classe Monitória Assunto Correção Monetária Requerente ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO NO ESTADO DE RONDONIA - ASPER Advogado MARCELO ESTEBANEZ MARTINS OAB nº RO3208 Requerido(a) MAGALHAES PINHEIRO SILVA Advogado
Ante o decurso do prazo para o requerido apresentar embargos, tornem os autos conclusos para sentença.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7003007-50.2018.8.22.0004 Classe Cumprimento de sentença Assunto Causas Supervenientes à Sentença Requerente PALADINO CAETANO DE SOUZA Advogado NAIRA DA ROCHA FREITAS OAB nº RO5202
VERALICE GONCALVES DE SOUZA OAB nº RO170 Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA Intime-se o executado nos termos do art. 535, do NCPC.
Se não o fizer ou se concordar com o cálculo apresentado pelo exequente, desde logo expeça-se requisição de pagamento no prazo de sessenta dias, à autoridade citada para a causa, independentemente de precatório, sob pena de sequestro.
Intime-se e cumpra-se.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7006231-93.2018.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) Requerente ELI DE SOUZA SANTOS Advogado EDER MIGUEL CARAM OAB nº RO5368
KARIMA FACCIOLI CARAM OAB nº RO3460
CRISTIANE DE OLIVEIRA DIESEL OAB nº RO8923 Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA Digam as partes se pretendem produzir provas, justificando a necessidade e conveniência, sob pena indeferimento.

Fixo o prazo de 15 (quinze) dias para manifestação, sob pena de preclusão.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7000080-14.2018.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito Requerente CLAUDINEIA ROCHA VIEIRA Advogado JULYANDERSON POZO LIBERATI OAB nº RO4131
MAIBY FRANCIELI DA SILVA LOCATELLI LIBERATI OAB nº RO4063 Requerido(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPA Advogado PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE URUPÁ JOHNATAN SILVA DE SOUSA OAB nº RO8732
Considerando que o Dr. Francisco Miguel Iastrenski, não foi localizado, desconstituo-o do encargo de perito nestes autos.
Em substituição, nomeio o Dr. Clistenis Atayde de Oliveira, oftalmologista, o qual poderá ser localizado na Oftalmmoclínica, Rua João dos Santos, nº 118, telefone (69) 3421-2325 ou na Clínica de Olhos, Rua Idelfonso Silva, nº 1491, telefone (69) 3423-6031, ambas localizadas na cidade de Ji-Paraná/RO.
Intime-o para em 15 dias informar se possui interesse em realizar a perícia na autora e, na mesma oportunidade deverá indicar o valor dos honorários periciais.
Aceitando-se o encargo, intime-se o requerido para em 30 dias comprovar em Juízo o pagamento dos honorários periciais.
Vinda a comprovação do pagamento, intime-se o perito para em 10 dias indicar data, horário e local para realização da perícia.
As partes deverão indicar os quesitos e assistentes técnicos.
Intimem-se.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7005156-19.2018.8.22.0004 Classe Execução Fiscal Assunto IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano Requerente MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA Requerido(a) ADENILSON LUIZ DE SOUZA
Defiro o pedido inserido no ID. 26737840, para determinar a transferência e expedir alvará de levantamento em favor dos procuradores nos termos requeridos.
Quanto aos demais depósitos vindouros (ID. 26046912), se houver pedido de transferência e expedição de alvarás de levantamentos, desde já fica deferido, independentemente de nova conclusão, haja vista que já há sentença proferida nos autos.
Após, arquivem-se.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7000193-31.2019.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Aposentadoria por Invalidez, Auxílio-Doença Previdenciário Requerente ELIZETE MARIA HORTELA Advogado MAIBY FRANCIELI DA SILVA LOCATELLI LIBERATI OAB nº RO4063
JULYANDERSON POZO LIBERATI OAB nº RO4131 Requerido(a) I. -. I. N. D. S. S. Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA Trata-se de ação cujo benefício que se pleiteia exige conhecimento técnico específico, a fim de confirmar a condição de saúde do autor. Assim a prova médico pericial é necessária para comprovação do alegado.
Neste sentido já decidiu a Primeira Turma do TRF/1ª Região:
"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUSÊNCIA DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. PROVA TÉCNICA INDISPENSÁVEL PARA O JULGAMENTO DA LIDE. AUSÊNCIA DE CONTESTAÇÃO DO ÓRGÃO PÚBLICO: INOPONIBILIDADE DOS EFEITOS DA REVELIA. DIREITOS INDISPONÍVEIS. SENTENÇA ANULADA DE OFÍCIO. 1. A falta de contestação do INSS na ação originária não enseja a aplicação do disposto no artigo 319 do CPC, uma vez que, em se tratando de pessoa jurídica de direito público, cujos interesses são indisponíveis, não se operam os efeitos da revelia (artigo 320, II, do CPC). 2. Nos casos em que se pleiteia a concessão de benefício previdenciário por incapacidade, a realização da prova pericial é imprescindível para o julgamento da causa, com finalidade de comprovação da incapacidade laboral da parte autora. 3. Havendo necessidade de colheita de determinada prova, o Juiz deve determinar, até mesmo de ofício, a sua produção, em homenagem ao princípio da verdade real. Precedentes do STJ. 4. Sentença que se anula de ofício, para que seja realizada a prova pericial na instância de origem. Remessa oficial prejudicada. (REO 0023901-65.2009.4.01.9199/AC – Relatora: DES. FEDERAL ÂNGELA MARIA CATÃO ALVES; Data da decisão 10/05/2010)."
Assim, como se faz necessária a realização da perícia, os honorários periciais deverão ser suportados pelo INSS.
É que, no caso em apreciação o autor é beneficiário da justiça gratuita e não tem condições de suportar os ônus da perícia. Por outro lado, como a prova reclama conhecimento técnico específico e não tendo o juízo profissionais habilitados para tanto, deve valer-se de profissionais liberais que devem receber pelos serviços prestados.
Desta forma, observando o princípio da carga dinâmica da prova, segundo o qual, o ônus de provar deve ser imposto àquele que estiver apto fazê-lo, independentemente de ser autor ou réu, os honorários periciais deverão ser pagos pelo INSS.
Diante do exposto, providencie a escrivania contato com o médico Álvaro Alaim Hoffmann CRM/RO 1.807, o qual nomeio para realizar a perícia determinada nos autos, que deverá designar data, horário e local para a realização da perícia, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias, informando-a que de acordo com o art. 29 da Resolução Nº 305 do CJF o pagamento dos honorários periciais só se dará após o término do prazo para que as partes se manifestem sobre o laudo; havendo solicitação de esclarecimentos por escrito ou em audiência, depois de prestados.
O valor dos honorários periciais serão de R$ 300,00 (trezentos reais), conforme previsão do parágrafo único do art. 28, da Resolução nº 305, do Conselho da Justiça Federal de 07/10/2014.
A determinação está em consonância com o disposto na Resolução nº 305, do CJF. É que na Justiça Federal existe procedimento para pagamento dos honorários periciais, através de convênio com o INSS.
Com a vinda das informações pela médica, intimem-se as partes, que poderão indicar assistentes técnicos e apresentar os quesitos em 05 dias.
A perícia poderá ser acompanhada pelas partes e assistentes técnicos.
O laudo deverá ser apresentado em Juízo em 20 (vinte) dias, a contar da data da realização da perícia.
Deixo para marcar audiência de instrução após a realização da perícia.
Intimem-se.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7003779-81.2016.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) Requerente VINICIUS LAFAIETE PERES ROCHA Advogado KARIMA FACCIOLI CARAM OAB nº RO3460
EDER MIGUEL CARAM OAB nº RO5368 Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA Intime-se o executado nos termos do art. 535, do NCPC.
Se não o fizer ou se concordar com o cálculo apresentado pelo exequente, desde logo expeça-se requisição de pagamento no prazo de sessenta dias, à autoridade citada para a causa, independentemente de precatório, sob pena de sequestro.
Intime-se e cumpra-se.

Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7005325-06.2018.8.22.0004 Classe Cumprimento de sentença Assunto Execução Previdenciária Requerente DEODATO LUZ Advogado PEDRO RIOLA DOS SANTOS JUNIOR OAB nº RO2640 Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA Homologo os cálculos de ID n. 25751190, apresentados pelo INSS, ante a concordância da parte autora.
Expeçam-se os requisitórios devidos.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7000567-47.2019.8.22.0004 Classe Procedimento Comum Assunto Auxílio-Reclusão (Art. 80) Requerente MARIA DO SOCORRO DE FARIAS GHIRALDI Advogado FERNANDA DIAS FARIAS OAB nº RO8753 Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
I. N. D. S. S. (. Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA Digam as partes se pretendem produzir provas, justificando a necessidade e conveniência, sob pena indeferimento.
Fixo o prazo de 15 (quinze) dias para manifestação, sob pena de preclusão.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7000091-14.2016.8.22.0004 Classe Cumprimento de sentença Assunto Requerente NEUZA LOPES MENDES Advogado MAIBY FRANCIELI DA SILVA LOCATELLI LIBERATI OAB nº RO4063
JULYANDERSON POZO LIBERATI OAB nº RO4131 Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA Homologo os cálculos da contadoria de ID n. 25217665.
Deixo de condenar o INSS ao pagamento de honorários porque os cálculos apresentador pela parte exequente também divergem do da contadoria, sendo igualmente sucumbente.
Decorrido o prazo para eventual insurgência, expeçam-se os requisitórios devidos.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 0004415-06.2015.8.22.0004 Classe Cumprimento de sentença Assunto Requerente CICERO BREVE DA SILVA Advogado KARIMA FACCIOLI CARAM OAB nº RO3460
EDER MIGUEL CARAM OAB nº RO5368 Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA Intime-se o executado nos termos do art. 535, do NCPC.
Se não o fizer ou se concordar com o cálculo apresentado pelo exequente, desde logo expeça-se requisição de pagamento no prazo de sessenta dias, à autoridade citada para a causa, independentemente de precatório, sob pena de sequestro.
Intime-se e cumpra-se.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

Processo 7004129-35.2017.8.22.0004 Classe Execução Fiscal Assunto Municipais, Taxa de Licenciamento de Estabelecimento Requerente PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE Requerido(a) SAMYRA ALVES DOS REIS
Ao arquivo.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ouro Preto do Oeste, 30 de abril de 2019. Jose Antonio Barreto
Juiz de Direito

COMARCA DE PIMENTA BUENO

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
LAUDA PADRONIZADA
DIÁRIO DA JUSTIÇA
JUIZADOS ESPECIAIS
COMARCA DE PIMENTA BUENO
Processo nº: 7001041-03.2019.8.22.0009
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Valor da Causa: R$ 10.000,00
AUTOR: FRANCINE FRAGA BEHENCK
Advogados do(a) AUTOR: ELESSANDRA APARECIDA FERRO - RO4883, HENRIQUE SCARCELLI SEVERINO - RO2714
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884
FINALIDADE: Fica a parte por seu procurador, INTIMADA, no prazo legal, acerca da R. SENTENÇA abaixo:
7001041-03.2019.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: FRANCINE FRAGA BEHENCK, AVENIDA DOS BANDEIRANTES 1550 BEIRA RIO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ELESSANDRA APARECIDA FERRO OAB nº RO4883, HENRIQUE SCARCELHI SEVERINO OAB nº RO2714
POLO PASSIVO
REQUERIDO: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A, AVENIDA LAURO SODRÉ S/N, AEROPORTO-BELMONT AEROPORTO - 76803-270 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: LUCIANA GOULART PENTEADO OAB nº 167884/SP
SENTENÇA
‘’Vistos etc. Por SENTENÇA, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO o acordo a que chegaram as partes para quem cumpram e guardem o que ali se contém e declara, ficando, de ora, em diante, EXTINGUINDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 487, inciso III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas. Dou a presente por publicada e as partes por intimadas. Defiro o pedido de dispensa do prazo recursal. Registre-se. Arquivem-se.
Pimenta Bueno , 2 de maio de 2019 .
Wilson Soares Gama
Pimenta Bueno/RO, 2 de maio de 2019.
ESDRAS DA COSTA FAUSTINO
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro, CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO 7003768-66.2018.8.22.0009 Cumprimento de SENTENÇA
POLO ATIVO
EXEQUENTE: JOÃO LUSTOSA VELOSO, AV CARLOS DORNEGES 525, NI SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FABIANA RIBEIRO GONÇALVES LIMA OAB nº RO2800
POLO PASSIVO
EXECUTADO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A, AVENIDA DOUTOR MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES 939, ANDAR 09, ED JATOBÁ, COND.CASTELO

BRANCO, OFFICE TAMBORÉ - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO
ADVOGADO DO EXECUTADO: LUCIANA GOULART PENTEADO OAB nº SP167884
Valor da Causa: R$9.393,97

DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Cumpra-se a DECISÃO de ID 26458916, arquivando-se o feito frente ao levantamento do alvará referente ao cumprimento voluntário da obrigação.
Pimenta Bueno , 2 de maio de 2019 .
Wilson Soares Gama
Poder Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
LAUDA PADRONIZADA
DIÁRIO DA JUSTIÇA
JUIZADOS ESPECIAIS
COMARCA DE PIMENTA BUENO
Processo nº: 7000964-91.2019.8.22.0009
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Valor da Causa: R$ 30.344,18
REQUERENTE: WILSON PABLO ROQUE DOS SANTOS, JOSIANE MARIA LOPES
Advogados do(a) REQUERENTE: ELIDA DA LUZ SOUZA DE BRITO - RO8704, CLAUDINEI SILVA MACHADO - RO8799
Advogados do(a) REQUERENTE: ELIDA DA LUZ SOUZA DE BRITO - RO8704, CLAUDINEI SILVA MACHADO - RO8799
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884
FINALIDADE: Fica a parte por seu procurador, INTIMADA, no prazo legal, acerca da R. DECISÃO /SENTENÇA /DESPACHO abaixo:
7000964-91.2019.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
REQUERENTES: JOSIANE MARIA LOPES, AVENIDA CARLOS DORNEJES 260 APIDIA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, WILSON PABLO ROQUE DOS SANTOS, AVENIDA CARLOS DORNEJES 260 APIDIA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: ELIDA DA LUZ SOUZA DE BRITO OAB nº RO8704, CLAUDINEI SILVA MACHADO OAB nº RO8799
POLO PASSIVO
REQUERIDO: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A, AVENIDA DOUTOR MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES 939, ANDAR 9, ED. JATOBÁ, CONDOMÍNIO CASTELO BRANCO OFF TAMBORÉ - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REQUERIDO: LUCIANA GOULART PENTEADO OAB/SP nº 167884
SENTENÇA
''Vistos etc. Por SENTENÇA, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO o acordo a que chegaram as partes para quem cumpram e guardem o que ali se contém e declara, ficando, de ora, em diante, EXTINGUINDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 487, inciso III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas. Dou a presente por publicada e as partes por intimadas. Defiro o pedido de dispensa do prazo recursal. Registre-se. Arquivem-se.
Pimenta Bueno , 2 de maio de 2019 .
Wilson Soares Gama
Pimenta Bueno/RO, 2 de maio de 2019.
ESDRAS DA COSTA FAUSTINO
Técnico Judiciário

1ª VARA CÍVEL

Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Pimenta Bueno-RO
1ª Vara Cível
PORTARIA 002/2019
A Doutora VALDIRENE ALVES DA FONSECA CLEMENTELE, MM. Juíza de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Pimenta Bueno, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a remessa dos processos que tramitam na forma fisica ao Tribunal de Justiça para fins de digitalização e migração para o Processo Judicial Eletrônico (PJE), conforme autorizado em DECISÃO prolatada nos autos SEI nº 0000306-48.2019.822.8009.
RESOLVE:
I – Suspender, a partir de 25/04/2019, o cômputo dos prazos processuais nos processos que tramitam na forma física nesta Vara, conforme relação em anexo, pelo prazo de trinta dias úteis ou até que sejam migrados para o sistema PJE, quando as partes serão intimadas, por seus patronos ou procuradores, o que ocorrer primeiro.
Encaminhe-se cópia da presente ao Corregedor-Geral da Justiça, ao Ministério Público, ao representante da Ordem dos Advogados do Brasil e à Defensoria Pública.
Publique-se e afixe-se no átrio do Fórum.
Pimenta Bueno, 26 de abril de 2019.
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza Corregedora Permanente
ANEXO À PORTARIA 002/2019: RELAÇÃO DE PROCESSOS FÍSICOS COM PRAZO SUSPENSO EM RAZÃO DE REMESSA AO TRIBUNAL PARA DIGITALIZAÇÃO.

Autos n.	Autos n.
0005858-70.1998.8.22.0009	0000056-66.2013.8.22.0009
0025964-53.1998.8.22.0009	0000402-17.2013.8.22.0009
0026219-11.1998.8.22.0009	0000659-42.2013.8.22.0009
0027908-90.1998.8.22.0009	0000734-81.2013.8.22.0009
0010986-37.1999.8.22.0009	0000735-66.2013.8.22.0009
0018456-22.1999.8.22.0009	0000790-17.2013.8.22.0009
0028453-58.2001.8.22.0009	0000972-03.2013.8.22.0009
0039943-77.2001.8.22.0009	0001657-10.2013.8.22.0009
0043452-16.2001.8.22.0009	0001713-43.2013.8.22.0009
0046039-74.2002.8.22.0009	0001771-46.2013.8.22.0009
0014806-25.2003.8.22.0009	0001938-63.2013.8.22.0009
0014814-02.2003.8.22.0009	0002136-03.2013.8.22.0009
0044888-39.2003.8.22.0009	0002173-30.2013.8.22.0009
0015031-11.2004.8.22.0009	0002228-78.2013.8.22.0009
0005144-66.2005.8.22.0009	0002250-39.2013.8.22.0009
0016715-34.2005.8.22.0009	0002251-24.2013.8.22.0009
0038336-87.2005.8.22.0009	0003510-54.2013.8.22.0009
0068707-34.2005.8.22.0009	0003870-86.2013.8.22.0009
0002512-33.2006.8.22.0009	0004475-32.2013.8.22.0009
0004108-52.2006.8.22.0009	0004504-82.2013.8.22.0009
0006623-60.2006.8.22.0009	0004513-44.2013.8.22.0009
0034503-27.2006.8.22.0009	0004536-87.2013.8.22.0009
0039432-06.2006.8.22.0009	0004562-85.2013.8.22.0009
0039440-80.2006.8.22.0009	0004625-13.2013.8.22.0009
0039505-75.2006.8.22.0009	0004657-18.2013.8.22.0009
0039688-46.2006.8.22.0009	0004666-77.2013.8.22.0009
0062233-13.2006.8.22.0009	0004822-65.2013.8.22.0009
0066310-65.2006.8.22.0009	0004986-30.2013.8.22.0009
0100429-52.2006.8.22.0009	0005264-31.2013.8.22.0009
0101468-84.2006.8.22.0009	0005278-15.2013.8.22.0009
0013464-37.2007.8.22.0009	0000644-39.2014.8.22.0009
0027139-67.2007.8.22.0009	0000647-91.2014.8.22.0009
0054691-07.2007.8.22.0009	0000691-13.2014.8.22.0009
0062783-71.2007.8.22.0009	0000712-86.2014.8.22.0009
0003623-81.2008.8.22.0009	0000715-41.2014.8.22.0009

0004069-84.2008.8.22.0009
0006428-07.2008.8.22.0009
0012169-28.2008.8.22.0009
0035401-69.2008.8.22.0009
0035541-06.2008.8.22.0009
0001682-62.2009.8.22.0009
0001925-06.2009.8.22.0009
0011416-37.2009.8.22.0009
0025107-21.2009.8.22.0009
0029749-37.2009.8.22.0009
0029862-88.2009.8.22.0009
0042768-13.2009.8.22.0009
0042865-13.2009.8.22.0009
0000717-50.2010.8.22.0009
0001483-06.2010.8.22.0009
0001595-72.2010.8.22.0009
0002119-69.2010.8.22.0009
0002721-60.2010.8.22.0009
0003683-83.2010.8.22.0009
0004367-08.2010.8.22.0009
0004678-96.2010.8.22.0009
0005207-18.2010.8.22.0009
0005228-91.2010.8.22.0009
0005762-35.2010.8.22.0009
0001109-53.2011.8.22.0009
0001173-63.2011.8.22.0009
0001654-26.2011.8.22.0009
0003044-31.2011.8.22.0009
0003051-23.2011.8.22.0009
0003696-48.2011.8.22.0009
0004174-56.2011.8.22.0009
0004183-18.2011.8.22.0009
0004534-88.2011.8.22.0009
0005614-87.2011.8.22.0009
0005917-04.2011.8.22.0009
0006089-43.2011.8.22.0009
0001918-09.2012.8.22.0009
0002083-56.2012.8.22.0009
0002522-67.2012.8.22.0009
0002599-76.2012.8.22.0009
0002977-32.2012.8.22.0009
0003107-22.2012.8.22.0009
0003198-15.2012.8.22.0009
0003428-57.2012.8.22.0009
0003472-76.2012.8.22.0009
0003749-92.2012.8.22.0009
0003815-72.2012.8.22.0009
0003847-77.2012.8.22.0009
0004947-67.2012.8.22.0009
0005348-66.2012.8.22.0009
0000833-17.2014.8.22.0009
0001155-37.2014.8.22.0009
0001315-62.2014.8.22.0009
0001450-74.2014.8.22.0009
0002024-97.2014.8.22.0009
0002030-07.2014.8.22.0009
0002033-59.2014.8.22.0009
0002157-42.2014.8.22.0009
0003146-48.2014.8.22.0009
0003276-38.2014.8.22.0009
0003366-46.2014.8.22.0009
0003440-03.2014.8.22.0009
0003640-10.2014.8.22.0009
0004244-68.2014.8.22.0009
0004399-71.2014.8.22.0009
0004488-94.2014.8.22.0009
0004556-44.2014.8.22.0009
0004735-75.2014.8.22.0009
0005343-73.2014.8.22.0009
0000237-96.2015.8.22.0009
0000764-48.2015.8.22.0009
0000964-55.2015.8.22.0009
0000983-61.2015.8.22.0009
0001506-73.2015.8.22.0009
0001649-62.2015.8.22.0009
0001867-90.2015.8.22.0009
0001949-24.2015.8.22.0009
0002197-87.2015.8.22.0009
0002204-79.2015.8.22.0009
0002252-38.2015.8.22.0009
0002271-44.2015.8.22.0009
0002323-40.2015.8.22.0009
0002389-20.2015.8.22.0009
0002557-22.2015.8.22.0009
0002931-38.2015.8.22.0009
0002992-93.2015.8.22.0009
0003129-75.2015.8.22.0009
0003198-10.2015.8.22.0009
0003432-89.2015.8.22.0009
0003439-81.2015.8.22.0009
0003484-85.2015.8.22.0009
0003512-53.2015.8.22.0009
0003549-80.2015.8.22.0009
0007691-54.2015.8.22.0001
0003757-64.2015.8.22.0009
0003761-04.2015.8.22.0009
0003770-63.2015.8.22.0009
0003919-59.2015.8.22.0009
0004011-37.2015.8.22.0009

1º Cartório Cível
CARTÓRIO DA 1ª VARA CÍVEL
Rua Cassemiro de Abreu, 237
CEP. 76.970-000-Pimenta Bueno-RO
Fones: (69) 3451-2968/2819-Ramal 216
End. eletrônico: pbwcivel@tjro.jus.br

Proc.: 0001380-57.2014.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Autor:Cleuza Gonçalves da Silva de Jesus
Advogado:Sônia Maria Antônia de Almeida Negri (RO 2029)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (000.)
Fica a parte autora, por via de seu Advogado, intimada acerca do retorno dos autos do Tribunal Regional Federal, devendo se manifestar no prazo legal, quanto ao prosseguimento do feito.
Sandra Regina Corso Baptista da Silva
Diretor de Cartório

1ª Vara Cível da Comarca de Pimenta Bueno/RO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE EVENTUAIS ADQUIRENTES, TERCEIROS INTERESSADOS
E A COLETIVIDADE
Prazo: 20 (vinte) dias
Processo n: 7001252-39.2019.8.22.0009
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Requeridos: Município de Pimenta Bueno, Alex Liras dos Santos, Miralva Liras dos Santos
Valor da causa: R$ 100.000,00
Intimação DE EVENTUAIS ADQUIRENTES DE IMÓVEIS NO LOTEAMENTO EFETUADO POR MIRALVA LIRAS DOS SANTOS, ALEX LIRAS DOS SANTOS, LOCALIZADO NO FINAL DA RUA K-03, INSERINDO EM PARTE DO LOTE 02 DA QUADRA 20, SETOR INDUSTRIAL, PIMENTA BUENO/RO (LOTEAMENTO SEM NOME – RELATÓRIO DE DILIGÊNCIAS Nº 130/PJPB/2016), DE TERCEIROS INTERESSADOS E DA COLETIVIDADE.
FINALIDADE: INTIMÁ-LOS para tomarem conhecimento de todos os termos desta ação e, querendo, possam intervir no feito, por meio de advogado, e, caso o pagamento do lote ainda não esteja concluído, efetuem o depósito judicial dos valores referentes a respectiva compra, com a devida comprovação nos autos, mediante apresentação da guia de depósito no cartório da 1ª Vara Cível, bem como, CIENTIFICÁ-LOS da concessão de LIMINAR que determinou a indisponibilidade da área do LOTEAMENTO EFETUADO POR MIRALVA LIRAS DOS SANTOS e ALEX LIRAS DOS SANTOS, LOCALIZADO NO FINAL DA RUA K-03, INSERINDO EM PARTE DO LOTE 02 DA QUADRA 20, SETOR INDUSTRIAL, PIMENTA BUENO/RO (LOTEAMENTO SEM NOME – RELATÓRIO DE DILIGÊNCIAS Nº 130/PJPB/2016), devendo o requerido se abster de prosseguir com a venda dos lotes até ulterior deliberação, sob pena de multa no valor de R$ 10.000,00 para cada lote comercializado.
OBS: Para acessar o teor da petição inicial, a parte deverá acessar o seguinte endereço do sítio eletrônico do PJE: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje, clicando em Consulta Processual 1º Grau, ou no endereço http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, devendo informar o número do processo, clicar em pesquisa, clicar no ícone " Ver Detalhes". Sendo que, em caso de dúvida quanto ao acesso, a parte poderá se dirigir diretamente ao Cartório da 1ª Vara Cível de Pimenta Bueno.
Sede do Juízo: Fórum Ministro Hermes Lima Rua Cassimiro de Abreu, 237, Centro, CEP 76.970-000, Pimenta Bueno-RO. Fone/Fax: (069) 3451 2477.
Pimenta Bueno-RO, 24 de abril de 2019.
Sandra Regina Corso Baptista da Silva
Diretora de Cartório, mat. 002990

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro, CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO 7004075-88.2016.8.22.0009
Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTES: JOSE GOMES DO NASCIMENTO FILHO, DEBORA CRISTINA MORAES
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: DEBORA CRISTINA MORAES OAB nº RO6049
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de ação em fase de cumprimento de SENTENÇA, envolvendo as partes acima indicadas.
Fora expedida requisição de pagamento ao ID 25975529 e Alvará Judicial ao ID 25985988.
É o relatório necessário. Decido.
Considerando a expedição do alvará para levantamento do

valor, dá-se por satisfeito o crédito.
Assim, nos termos do art. 924, inciso II, c.c. art. 925, ambos do Código de Processo Civil, julgo extinto o cumprimento de SENTENÇA.
Sem custas.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após, arquive-se.
Pimenta Bueno, 30/04/2019
Valdirene Alves da Fonseca Clementele

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro, CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO Processo nº 7001857-82.2019.8.22.0009
AUTOR: DENISE DA ROCHA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: ADEMAR ROQUE LORENZON OAB nº Não informado no PJE
RÉU: MUNICIPIO DE PIMENTA BUENO
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO
DECISÃO
Firmo suspeição por razões de foro íntimo.
Comunicarei ao Tribunal de Justiça via SEI.
Redistribua-se o feito ao juízo ao 2ª Vara Cível.
Pimenta Bueno, 30/04/2019
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro, CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO PROCESSO Nº 7001809-26.2019.8.22.0009
EXEQUENTE: ASSOCIACAO DE CREDITO CIDADAO DE RONDONIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: KARINA DA SILVA SANDRES OAB nº RO4594
EXECUTADOS: HELOAR MARCIANA DE GOIS SCOPEL, MAYKOL HANGLEYBSON DE GOIS SCOPEL
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS:
DECISÃO
Determino à parte autora que junte aos autos instrumento procuratório outorgado recentemente.
Registro que desde o dia 1º de janeiro de 2017 está em vigor o novo Regimento de Custas do Poder Judiciário do Estado de Rondônia (Lei nº 3.896/2016), portanto, a partir desta data o valor das custas iniciais é de 2% (dois por cento) sobre o valor dado à causa no momento da distribuição, dos quais 1% (um por cento) fica adiado até 5 (cinco) dias depois da audiência de conciliação (art. 12, I, da referida Lei).
Além disso, nos termos do §1º do mesmo artigo, o valor mínimo de cada hipótese é de R$ 100,00. Caso tal valor corresponda ao percentual de 2% ou mais, não será necessário o recolhimento do valor adiado para após a audiência de conciliação
Assim, considerando que não haverá designação de audiência de conciliação, em razão do procedimento específico, o valor de 2% deve ser recolhido no momento da distribuição.
Diante disso, intime-se o autor, para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar o recolhimento das custas, sob pena de indeferimento e arquivamento da inicial.
Decorrido o prazo in albis, conclusos para extinção. Havendo cumprimento, desde já determino o prosseguimento do feito:
Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, no prazo de 03 dias, contados da citação, pague(m) a dívida exequenda (CPC, art. 829).
Fixo honorários em 10% do valor da causa, em conformidade com o artigo 827 do CPC.
Deverá constar no MANDADO ou carta de citação que em caso de integral pagamento da dívida no prazo de 03 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade (CPC, art. 827, § 1º).
Decorrido in albis o prazo estipulado, sem pronto pagamento, caso a citação tenha sido efetuada por carta, o Cartório deve expedir MANDADO para que o Oficial de Justiça efetue a penhora de bens e avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, juros e honorários advocatícios, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado.
Se a citação ocorreu por MANDADO, o mesmo Oficial de Justiça deve efetuar a penhora e avaliação na forma acima determinada.
A penhora recairá sobre os bens indicados pelo exequente, salvo se outros forem indicados pelo executado e aceitos pelo Juízo. Não havendo indicação, será realizada preferencialmente, na ordem estipulada pelo artigo 835 do CPC.
Em caso de não encontrar o devedor, o Oficial de Justiça arrestar-lhe-á e avaliará tantos bens quantos bastem para garantir a execução (CPC, art. 830).
Considerando o disposto no art. 840, § 1º do CPC, caso seja penhorado bem móvel ou semovente, o mesmo deverá ser depositado em poder do exequente, que deverá fornecer os meios necessários à respectiva remoção.
Não encontrando bens penhoráveis, o Oficial de Justiça deverá descrever na certidão os bens que guarnecem a residência ou o estabelecimento do executado, quando este for pessoa jurídica, nomeando o devedor ou o representante legal da empresa, como depositário provisório dos bens até ulterior deliberação do Juízo (CPC, art. 836, § 1º e 2º).
Em conformidade com o artigo 847 do CPC, poderá o executado, no prazo de 10 (dez) dias contados da intimação da penhora, requerer a substituição do bem penhorado, desde que comprove que lhe será menos onerosa e não trará prejuízo ao credor.
O executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se a execução por meio de Embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da juntada aos autos do MANDADO ou do aviso de recebimento da carta de citação, conforme o caso (CPC, arts. 914, 915 e 231).
Esclareça-se ao executado que, no prazo para oposição de embargos, reconhecendo o crédito do exequente, poderá mediante o depósito de 30% do valor em execução, inclusive custas e honorários advocatícios, REQUERER, o parcelamento do restante do débito remanescente em até 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês (CPC, art. 916).
Fica(m) o(s) executado(s) advertido(s) que a rejeição dos embargos ou ainda, o inadimplemento das parcelas poderá acarretar a elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da parte, além de outras penalidades previstas em lei.
Não oferecidos Embargos, não sendo requerido o parcelamento ou a adjudicação e ainda, não realizada a alienação particular do bem penhorado por parte do credor, designe-se hasta pública, expedindo-se editais e intimando as partes (CPC, art. 881).
Caso a penhora não seja realizada na presença do executado, sua intimação far-se-á na pessoa de seu advogado, não o tendo, será intimado pessoalmente, de preferência por via postal (CPC, art. 841, caput e § 1º).
Cientifique-se o exequente de que uma vez não localizado(s) o(s) executado(s) deverá na primeira oportunidade, requerer as medidas necessárias a viabilização da citação, sob pena de não se aplicar o disposto no art. 240, § 1º do CPC.
Intime-se, cumpra-se e expeça-se o necessário.
OBS: Para acessar o teor da petição inicial, a parte deverá acessar o seguinte endereço do sítio eletrônico do PJE: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje, clicando em Consulta Processual 1º Grau, ou no endereço http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, devendo informar o número do processo, clicar em pesquisa, clicar

no ícone " Ver Detalhes". Sendo que, em caso de dúvida quanto ao acesso, a parte poderá se dirigir diretamente ao Cartório da 1ª Vara Cível de Pimenta Bueno.
DECISÃO SERVINDO DE CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO E DEMAIS ATOS EXECUTÓRIOS
EXECUTADOS:
HELOAR MARCIANA DE GOIS SCOPEL CPF nº 025.065.072-05, RUA DOS CRISÂNTEMOS 1586 CIDADE ALTA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA,
MAYKOL HANGLEYBSON DE GOIS SCOPEL CPF nº 012.449.192-84, AV. JORGE TEIXEIRA 3731 CENTRO - 76976-000 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
Valor da Causa: R$2.841,24
Pimenta Bueno, 30/04/2019
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro, CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO Processo nº 7001807-56.2019.8.22.0009
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP
ADVOGADO DO EXEQUENTE: NOEL NUNES DE ANDRADE OAB nº RO1586, EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS OAB nº RO2930, GEISIELI DA SILVA ALVES OAB nº RO9343
EXECUTADOS: SIRLENE PEISINO BANDEIRA, EDENILSON BANDEIRA, ELITE ALARMES E INSTALACAO LTDA - ME
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS:
DECISÃO SERVINDO COMO CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO E DEMAIS ATOS EXECUTÓRIOS
Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, no prazo de 03 dias, contados da citação, pague(m) a dívida exequenda (CPC, art. 829).
Fixo honorários em 10% do valor da causa, em conformidade com o artigo 827 do CPC.
Deverá constar no MANDADO ou carta de citação que em caso de integral pagamento da dívida no prazo de 03 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade (CPC, art. 827, § 1º).
Decorrido in albis o prazo estipulado, sem pronto pagamento, caso a citação tenha sido efetuada por carta, o Cartório deve expedir MANDADO para que o Oficial de Justiça efetue a penhora de bens e avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, juros e honorários advocatícios, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado.
Se a citação ocorreu por MANDADO, o mesmo Oficial de Justiça deve efetuar a penhora e avaliação na forma acima determinada.
A penhora recairá sobre os bens indicados pelo exequente, salvo se outros forem indicados pelo executado e aceitos pelo Juízo. Não havendo indicação, será realizada preferencialmente, na ordem estipulada pelo artigo 835 do CPC.
Em caso de não encontrar o devedor, o Oficial de Justiça arrestar-lhe-á e avaliará tantos bens quantos bastem para garantir a execução (CPC, art. 830).
Considerando o disposto no art. 840, § 1º do CPC, caso seja penhorado bem móvel ou semovente, o mesmo deverá ser depositado em poder do exequente, que deverá fornecer os meios necessários à respectiva remoção.
Não encontrando bens penhoráveis, o Oficial de Justiça deverá descrever na certidão os bens que guarnecem a residência ou o estabelecimento do executado, quando este for pessoa jurídica, nomeando o devedor ou o representante legal da empresa, como depositário provisório dos bens até ulterior deliberação do Juízo (CPC, art. 836, § 1º e 2º).
Em conformidade com o artigo 847 do CPC, poderá o executado, no prazo de 10 (dez) dias contados da intimação da penhora, requerer a substituição do bem penhorado, desde que comprove que lhe será menos onerosa e não trará prejuízo ao credor.
O executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se a execução por meio de Embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da juntada aos autos do MANDADO ou do aviso de recebimento da carta de citação, conforme o caso (CPC, arts. 914, 915 e 231).
Esclareça-se ao executado que, no prazo para oposição de embargos, reconhecendo o crédito do exequente, poderá mediante o depósito de 30% do valor em execução, inclusive custas e honorários advocatícios, REQUERER, o parcelamento do restante do débito remanescente em até 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês (CPC, art. 916).
Fica(m) o(s) executado(s) advertido(s) que a rejeição dos embargos ou ainda, o inadimplemento das parcelas poderá acarretar a elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da parte, além de outras penalidades previstas em lei.
Não oferecidos Embargos, não sendo requerido o parcelamento ou a adjudicação e ainda, não realizada a alienação particular do bem penhorado por parte do credor, designe-se hasta pública, expedindo-se editais e intimando as partes (CPC, art. 881).
Caso a penhora não seja realizada na presença do executado, sua intimação far-se-á na pessoa de seu advogado, não o tendo, será intimado pessoalmente, de preferência por via postal (CPC, art. 841, caput e § 1º).
Cientifique-se o exequente de que uma vez não localizado(s) o(s) executado(s) deverá na primeira oportunidade, requerer as medidas necessárias a viabilização da citação, sob pena de não se aplicar o disposto no art. 240, § 1º do CPC.
Intime-se, cumpra-se e expeça-se o necessário.
OBS: Para acessar o teor da petição inicial, a parte deverá acessar o seguinte endereço do sítio eletrônico do PJE: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje, clicando em Consulta Processual 1º Grau, ou no endereço http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, devendo informar o número do processo, clicar em pesquisa, clicar no ícone " Ver Detalhes". Sendo que, em caso de dúvida quanto ao acesso, a parte poderá se dirigir diretamente ao Cartório da 1ª Vara Cível de Pimenta Bueno.
DECISÃO SERVINDO DE CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO E DEMAIS ATOS EXECUTÓRIOS
EXECUTADOS: SIRLENE PEISINO BANDEIRA CPF nº 821.213.972-72, AVENIDA EMBOABAS 49 APIDIÁ - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EDENILSON BANDEIRA CPF nº 692.324.822-15, AVENIDA EMBOABAS 49 APIDIA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ELITE ALARMES E INSTALACAO LTDA - ME CNPJ nº 21.230.062/0001-60, AVENIDA PRESIDENTE JK 79 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Valor da Causa: R$29.942,07

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro, CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO 7001901-72.2017.8.22.0009
Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: JOSENIAS DE ALCANTARA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: CARLOS OLIVEIRA SPADONI OAB nº RO607A
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de ação em fase de cumprimento de SENTENÇA, envolvendo as partes acima indicadas.
Foram expedidas requisições de pagamento ao ID 24939681 e Alvarás Judiciais ao ID 26016493.
A parte autora deixou decorrer o prazo sem comprovar o levantamento dos alvarás.
É o relatório necessário. Decido.
Considerando a informação do pagamento do débito, dá-se por satisfeito o crédito.
Assim, nos termos do art. 924, inciso II, c.c. art. 925, ambos do Código de Processo Civil, julgo extinto o cumprimento de SENTENÇA.
Sem custas.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após, arquive-se.
Pimenta Bueno, 30/04/2019
Valdirene Alves da Fonseca Clementele

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro, CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO PROCESSO Nº 7001926-17.2019.8.22.0009
AUTOR: MARIA OLIVEIRA MORAIS
ADVOGADO DO AUTOR: CLEODIMAR BALBINOT OAB nº RO3663
RÉU: T R S - CENTRO DE DIALISE DE CACOAL LTDA - ME
ADVOGADO DO RÉU:
DECISÃO
Trata-se de procedimento comum, envolvendo as partes supramencionadas.
A parte autora pleiteou a concessão de Justiça Gratuita.
Primeiramente, acerca do tema, a Constituição Federal, a qual se sobrepõe às demais normas, no título dos direitos e deveres individuais e coletivos, assim estabelece:
Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
[...]
LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;
[...]
Para a concessão da medida pleiteada se faz necessária a comprovação da insuficiência alegada.
O Superior Tribunal de Justiça ressalta a relatividade da presunção de pobreza, conferindo ao Juiz determinar a comprovação da miserabilidade do requerente dos benefícios da justiça gratuita, assim:
AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. INDEFERIMENTO DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA. REVISÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 7/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A revisão do acórdão do Tribunal de origem sobre o indeferimento dos benefícios da justiça gratuita encontra óbice no enunciado da Súmula 7/STJ. 2. 'O pedido de assistência judiciária gratuita pode ser indeferido quando o magistrado tiver fundadas razões para crer que o requerente não se encontra no estado de miserabilidade declarado.' (AgRg no Ag 881.512/RJ, Rel. Ministro CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ FEDERAL CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 02/12/2008, DJe 18/12/2008). 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 643.284/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 23/06/2015, DJe 29/06/2015).
No mais, o serviço judiciário tem um custo financeiro que deve ser suportado, em primeiro lugar, pelos que dele se utilizam efetivamente. Essa premissa decorre da própria organização do Estado brasileiro.
Como a parte apenas alegou ser pensionista, sem comprovar sua renda, inverossímil sua alegação de encontra-se em estado de miserabilidade.
Por estas razões, faculto a parte autora a apresentação de documentação comprobatória idônea quanto ao estado de pobreza ou de necessidade, nos termos da Constituição Federal ou comprove o pagamento das custas processuais, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento.
Pimenta Bueno, 30/04/2019
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro, CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO PROCESSO Nº 7001903-71.2019.8.22.0009
AUTOR: VARGENAIR AMANCIO DE CARVALHO
ADVOGADO DO AUTOR: MARCIO SUGAHARA AZEVEDO OAB nº RO4469
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Trata-se de cumprimento de SENTENÇA envolvendo as partes acima indicadas.
Em consulta ao SAP e em análise à SENTENÇA apresentada, verifica-se que a ação de conhecimento tramitou perante a 2ª Vara Cível.
Ocorre que, não há falar em processamento do presente perante esta Vara Cível, conquanto a ação de conhecimento tramitou perante outro Juízo.
Por essas razões, declaro este Juízo absolutamente incompetente para processar a presente demanda e, por consequência, declino da competência em favor da 2ª Vara Cível desta Comarca, determinando a remessa ao Juízo competente, na forma do artigo 516, II, do Código de Processo Civil.
Intimem-se.
Pimenta Bueno, 30/04/2019
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro, CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO 7005131-25.2017.8.22.0009
Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: JOSE APARECIDO DE ANDRADE
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ALEXSANDRO KLINGELFUS OAB nº RO2395
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de ação em fase de cumprimento de SENTENÇA, envolvendo as partes acima indicadas.
Foram expedidas requisições de pagamento ao ID 24854049 e Alvarás Judiciais ao ID 26016455.
A parte autora comprovou o levantamento dos alvarás ao ID 26522104.

É o relatório necessário. Decido.
Considerando a informação do pagamento do débito, dá-se por satisfeito o crédito.
Assim, nos termos do art. 924, inciso II, c.c. art. 925, ambos do Código de Processo Civil, julgo extinto o cumprimento de SENTENÇA.
Sem custas.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após, arquive-se.
Pimenta Bueno, 30/04/2019
Valdirene Alves da Fonseca Clementele

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro, CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO 7001818-85.2019.8.22.0009
Procedimento Comum
AUTOR: LUIZA JACOBSEN HOLANDA
ADVOGADO DO AUTOR: DEBORA CRISTINA MORAES OAB nº RO6049, JUCEMERI GEREMIA OAB nº RO6860
RÉU: VALDECIR HOLANDA
DECISÃO
Trata-se de ação envolvendo as partes acima descritas.
Defiro a gratuidade de justiça e prioridade de tramitação.
Determino à parte autora que junte aos autos termo de curatela da requerente, bem como instrumento de procuração outorgado ao requerido e cópia legível dos documentos pessoais da requerente, no prazo de quinze dias.
Pimenta Bueno, 30/04/2019
Valdirene Alves da Fonseca Clementele

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, 237, Centro, Pimenta Bueno - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34512477
Processo nº: 7000748-33.2019.8.22.0009
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Valor da Causa: R$ 3.375,00
AUTOR: JOSE PEREIRA CARDOSO
Advogado do(a) AUTOR: LEONARDO FABRIS SOUZA - RO6217
RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Advogado do(a) RÉU: JOSE HENRIQUE BARROSO SERPA - RO9117
INTIMAÇÃO
FINALIDADE: Fica a parte Autora, por seu(s) procurador(es), intimada, no prazo legal, acerca da Contestação.
Pimenta Bueno/RO, 2 de maio de 2019.
ALAN DANIEL PEREIRA DA SILVA
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro, CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO 7004317-76.2018.8.22.0009
Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: SIMONE SANTOS OLIVEIRA BERTACCO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DEBORA CRISTINA MORAES OAB nº RO6049, JUCEMERI GEREMIA OAB nº RO6860
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Preenchidos os requisitos do artigo 534 do Código de Processo Civil, recebo o pedido de cumprimento de SENTENÇA.
Fixo honorários de execução no percentual de 10% sobre o valor do débito.
Ao exequente, para elaboração de novos cálculos.
Com a apresentação ou não dos cálculos, INTIME-SE o INSS, por meio da Procuradoria Federal, para, querendo, apresentar impugnação no prazo de 30 (trinta) dias, nos próprios autos, nos termos do art. 535, do CPC.
Havendo impugnação, INTIME-SE a parte exequente para se manifestar em 10 dias.
Em seguida, venham os autos conclusos para deliberação.
Decorrido o prazo sem apresentação de impugnação, certifique-se e requisite-se o pagamento.
Após a expedição da Requisição de Pagamento, intimem-se as partes sobre o inteiro teor da mesma, conforme artigo 10 da Resolução n. 168, de 5/12/2011, do Conselho da Justiça Federal.
Com o depósito do valor devido, expeça-se alvará em favor da credora e/ou seu patrono para levantamento do valor depositado, devendo a parte exequente comprová-lo em juízo em 5 dias.
Após, conclusos.
quinta-feira, 2 de maio de 2019
Valdirene Alves da Fonseca Clementele

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, 237, Centro, Pimenta Bueno - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34512477
Processo nº: 7000947-89.2018.8.22.0009
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Valor da Causa: R$ 8.775,00
AUTOR: CLEMILDA LUIZ DE SOUZA
Advogado do(a) AUTOR: RUBENS DEMARCHI - RO2127
RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Advogado do(a) RÉU: LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO - RO5017
Intimação
FINALIDADE: Fica a parte Autora, por seu(s) procurador(es), intimada, no prazo legal, acerca da expedição do Alvará Judicial, bem como, comprovar seu levantamento.
Pimenta Bueno/RO, 2 de maio de 2019.
JANNIFER FABIANA LAM
Técnica Judiciária

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, 237, Centro, Pimenta Bueno - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34512477
Processo nº: 7002377-76.2018.8.22.0009
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Valor da Causa: R$ 15.929,00
EXEQUENTE: LUCIMAR APARECIDA DOS REIS SOUZA
Advogados do(a) EXEQUENTE: ANDRE HENRIQUE VIEIRA DE SOUZA - RO6862, CRISDAINE MICAELI SILVA FAVALESSA - RO5360
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
FINALIDADE: Fica a parte Exequente, por seu(s) procurador(es), intimada, no prazo legal, acerca da expedição do(s) Alvará(s) Judicial(ais), bem como, comprovar o(s) respectivo(s) levantamento(s).
Pimenta Bueno/RO, 2 de maio de 2019.
JANNIFER FABIANA LAM
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, 237, Centro, Pimenta Bueno - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34512477
Processo nº: 7005138-80.2018.8.22.0009
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Valor da Causa: R$ 37.409,39
AUTOR: EVANDRO APARECIDO DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: PEDRO HENRIQUE CARVALHO DE SOUZA - RO8527
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
FINALIDADE: Fica a parte Autora, por seu(s) procurador(es), intimada, no prazo legal, acerca da Contestação.
Pimenta Bueno/RO, 2 de maio de 2019.
ALAN DANIEL PEREIRA DA SILVA
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, 237, Centro, Pimenta Bueno - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34512477
Processo nº: 7000397-65.2016.8.22.0009
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Valor da Causa: R$ 25.689,07
AUTOR: BIG ACO INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI - EPP
Advogado do(a) AUTOR: GUSTAVO BERNARDO HADAMES BERNARDI MONTEIRO - RO0005275A
RÉU: ESTADO DE RONDÔNIA
Advogados do(a) RÉU: VALERIO CESAR MILANI E SILVA - RO3934, HENRY ANDERSON CORSO HENRIQUE - RO922, LUCIO JUNIOR BUENO ALVES - RO6454
Intimação
FINALIDADE: Fica a parte Autora, por seu(s) procurador(es), intimada, no prazo legal, acerca do retorno dos autos do Tribunal de Justiça de Rondônia.
Pimenta Bueno/RO, 2 de maio de 2019.
JANNIFER FABIANA LAM
Técnica Judiciária

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, 237, Centro, Pimenta Bueno - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34512477
Processo nº: 7001067-35.2018.8.22.0009
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Valor da Causa: R$ 15.929,00
EXEQUENTE: LUCIANE SOARES DA SILVA
Advogados do(a) EXEQUENTE: ANDRE HENRIQUE VIEIRA DE SOUZA - RO6862, CRISDAINE MICAELI SILVA FAVALESSA - RO5360
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
FINALIDADE: Fica a parte Exequente, por seu(s) procurador(es), intimada, no prazo legal, acerca da expedição das RPV´s - Requisições de Pequeno Valor.
Pimenta Bueno/RO, 2 de maio de 2019.
JANNIFER FABIANA LAM
Técnica Judiciária

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, 237, Centro, Pimenta Bueno - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34512477
Processo nº: 7004687-55.2018.8.22.0009
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Valor da Causa: R$ 15.929,00
AUTOR: MARIA APARECIDA PINHEIRO DE MELO
Advogados do(a) AUTOR: ANDRE HENRIQUE VIEIRA DE SOUZA - RO6862, CRISDAINE MICAELI SILVA FAVALESSA - RO5360
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
FINALIDADE: Fica a parte Exequente, por seu(s) procurador(es), intimada, no prazo legal, acerca da expedição das RPV´s - Requisições de Pequeno Valor.
Pimenta Bueno/RO, 2 de maio de 2019.
JANNIFER FABIANA LAM
Técnica Judiciária

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, 237, Centro, Pimenta Bueno - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34512477
Processo nº: 7005316-29.2018.8.22.0009
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Valor da Causa: R$ 19.080,00
EXEQUENTE: MOYSES MARTINS DE OLIVEIRA NETO
Advogado do(a) EXEQUENTE: SONIA JACINTO CASTILHO - RO2617
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
FINALIDADE: Fica a parte Exequente, por seu(s) procurador(es), intimada, no prazo legal, acerca da expedição das RPV´s - Requisições de Pequeno Valor.
Pimenta Bueno/RO, 2 de maio de 2019.
JANNIFER FABIANA LAM
Técnica Judiciária

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, 237, Centro, Pimenta Bueno - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34512477
Processo nº: 7001847-72.2018.8.22.0009
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Valor da Causa: R$ 11.484,00
EXEQUENTE: MARIO DA PENHA MENDES
Advogado do(a) EXEQUENTE: ROGERIA VIEIRA REIS - RO8436
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
FINALIDADE:Fica a parte Exequente, por seu(s) procurador(es), intimada, no prazo legal, acerca da expedição das RPV´s - Requisições de Pequeno Valor.
Pimenta Bueno/RO, 2 de maio de 2019.
JANNIFER FABIANA LAM
Técnica Judiciária

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro, CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO

Fone: 69 3451-2477 - pbw1civel@tjro.jus.brProcesso nº:7002964-35.2017.8.22.0009
REQUERENTES: SILVIA GUIMARAES FERREIRA, TATIANE GOMES DA SILVA, HELTON DA SILVA GOMES, HELBIS GOMES DA SILVA JUNIOR
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: ANA PAULA GOMES DA SILVA OAB nº RO3596
REQUERIDO: ESPOLIO DE HELBIS GOMES DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DESPACHO
Intime-se a inventariante na forma pleiteada pelo Ministério Público.
Após, nova vista ao Parquet.
Pimenta Bueno/RO, 2 de maio de 2019.
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro, CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO
Fone: 69 3451-2477 - pbw1civel@tjro.jus.brProcesso nº:7004466-72.2018.8.22.0009
AUTOR: V. A. E.
ADVOGADO DO AUTOR: VANUSA ALVARENGA ESTENIER OAB nº RO5661, IVANILDE GUADAGNIN OAB nº RO4406
RÉUS: R. L. S. D. N., I. D. P. D. S. P. D. E. D. R.
ADVOGADOS DOS RÉUS: LUIZ MIGUEL SOLEI OAB nº RO8976, PROCURADORIA DO IPERON, RENAN DIEGO REBOUCAS SOUZA CASTRO OAB nº RO6269
DESPACHO
Nos autos n. 7001414-34.2019.822.0009 não houve o reconhecimento de conexão, pelo que a DECISÃO deve ser aplicada a estes autos, pelos mesmos fundamentos.
Cumpra-se integralmente a DECISÃO de ID 25735265, abrindo-se vista ao Ministério Público.
Pimenta Bueno/RO, 2 de maio de 2019.
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro, CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO
Fone: 69 3451-2477 - pbw1civel@tjro.jus.brProcesso nº:7001126-23.2018.8.22.0009
REQUERENTES: MARISTELA TRAVASSOS LEDO, MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA GOMES, MARCOS EDUARDO DE OLIVEIRA GOMES FILHO, VITORIA LEDO DE OLIVEIRA GOMES
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: JANIO TEODORO VILELA OAB nº RO6051, MILTON RICARDO FERRETTO OAB nº RO571A
INVENTARIADO: MARCOS EDUARDO DE OLIVEIRA GOMES
ADVOGADO DO INVENTARIADO:
DESPACHO
Cumpra o Cartório integralmente a DECISÃO de ID 25252432, abrindo-se vista ao Ministério Público.
Pimenta Bueno/RO, 2 de maio de 2019.
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro, CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO
Fone: 69 3451-2477 - pbw1civel@tjro.jus.brProcesso nº:7005358-15.2017.8.22.0009
REQUERENTE: RONALDO SIQUEIRA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JOSE ANGELO DE ALMEIDA OAB nº RO309, DANIELE PONTES ALMEIDA OAB nº RO2567
INVENTARIADOS: ERLETE ZANETTE DA SILVA, PAULO SERGIO DA SILVA, ANDREIA APARECIDA SIQUEIRA, ADEILSON DE OLIVEIRA BARBOSA, GRACIELA SIQUEIRA, ELIVANIA ANDRE DE SOUSA, ADRIANA TEREZA DE ALMEIDA SILVA, LUCIANO SIQUEIRA, CLAUDIA BARBOSA DE NOVAIS SIQUEIRA, ALESSANDRO SIQUEIRA, ANASTACIO BORGUI DE SOUZA, ADRIANA APARECIDA SIQUEIRA BORGUI, DOZELINA DAS DORES, JOSE SIQUEIRA
ADVOGADOS DOS INVENTARIADOS: JOSE ANGELO DE ALMEIDA OAB nº RO309
DESPACHO
Intime-se a parte autora a comprovar o pagamento dos impostos devidos.
Após, retornem os autos à Fazenda Pública Estadual.
Pimenta Bueno/RO, 2 de maio de 2019.
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro, CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO
Fone: 69 3451-2477 - pbw1civel@tjro.jus.brProcesso nº:7004452-88.2018.8.22.0009
REQUERENTE: KALINE KELLY DO NASCIMENTO CORREIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIZ MIGUEL SOLEI OAB nº RO8976, RENAN DIEGO REBOUCAS SOUZA CASTRO OAB nº RO6269
INVENTARIADO: RAMAO SOLEY DO NASCIMENTO
ADVOGADO DO INVENTARIADO:
DESPACHO
Esclareça a requerente a que pagamento se refere no ID 26016054, já que não constam outras informações dos autos.
Havendo manifestação, ao Ministério Público.
Pimenta Bueno/RO, 2 de maio de 2019.
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro, CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO
Fone: 69 3451-2477 - pbw1civel@tjro.jus.brProcesso nº:7002449-63.2018.8.22.0009
REQUERENTE: CARLOS ALBERTO SOARES MONTEIRO
ADVOGADO DO REQUERENTE: JOSE ANGELO DE ALMEIDA OAB nº RO309
INVENTARIADOS: VITOR FARIA MONTEIRO, FELIPE CASTRO REIS, CAROLINA FARIA MONTEIRO REIS, TANIA MARA FARIA MONTEIRO
ADVOGADOS DOS INVENTARIADOS:
DESPACHO
Cumpra o Cartório integralmente a DECISÃO de ID 23165588 retificando o valor da causa e intimando-se o inventariante ao pagamento.
Pimenta Bueno/RO, 2 de maio de 2019.
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro, CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO
Fone: 69 3451-2477 - pbw1civel@tjro.jus.brProcesso nº:7003766-96.2018.8.22.0009
REQUERENTES: R. N. D. S., M. P. O. N., K. C. D. O.
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: ALEXSANDRO KLINGELFUS OAB nº RO2395
ADVOGADOS DOS:
DESPACHO
Intimem-se as partes, na forma pleiteada ao ID 25793450.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, dê-se ciência à Fazenda Pública do Estado de Rondônia.
Após, arquivem-se.
Pimenta Bueno/RO, 2 de maio de 2019.
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro, CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO
Fone: 69 3451-2477 - pbw1civel@tjro.jus.brProcesso nº:7004740-36.2018.8.22.0009
REQUERENTES: LEIDE APARECIDA MACIEL PINHO, LUCIMARA APARECIDA MACIEL, SOELY DOS SANTOS
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: ROUSCELINO PASSOS BORGES OAB nº RO1205
INVENTARIADOS: CELSO MACIEL, APARECIDA PAVANELLI
ADVOGADOS DOS INVENTARIADOS:
DESPACHO
Atente-se a inventariante para o DESPACHO de ID 25251177 para cumpri-lo integralmente, devendo apresentar instrumento público de doação e certidão de inteiro teor do imóvel.
Pimenta Bueno/RO, 2 de maio de 2019.
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro, CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO
Fone: 69 3451-2477 - pbw1civel@tjro.jus.brProcesso nº:7000662-33.2017.8.22.0009
REQUERENTES: LEOCI FARIAS DA SILVA OLIVEIRA, ENZO GABRIEL DA SILVA OLIVEIRA, JESSICA TAINE OLIVEIRA, NAGILA JAINE OLIVEIRA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: ROGERIA VIEIRA REIS OAB nº RO8436
INVENTARIADO: GERALDO SANTANA DE OLIVEIRA
ADVOGADO DO INVENTARIADO:
DESPACHO
Certifique-se se o valor recolhido a título de custas processuais está correto.
Intime-se o Banco da Amazônia para que manifeste-se eventual interesse na causa.
Intime-se também a Fazenda Pública Municipal para manifestação.
Em seguida, ao Ministério Público.
Pimenta Bueno/RO, 2 de maio de 2019.
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito

1ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro , CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO 7000502-42.2016.8.22.0009
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: MARIA DO ROSARIO FIGUEREDO LAUBER
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MARCIO SUGAHARA AZEVEDO OAB nº RO4469
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de ação em fase de cumprimento de sentença, envolvendo as partes acima indicadas.
Foram expedidas requisições de pagamento ao ID 24924188 e Alvarás Judiciais ao ID 26018937.
A parte autora deixou decorrer o prazo sem comprovar o levantamento dos alvarás.
É o relatório necessário. Decido.
Considerando a informação do pagamento do débito, dá-se por satisfeito o crédito.
Assim, nos termos do art. 924, inciso II, c.c. art. 925, ambos do Código de Processo Civil, julgo extinto o cumprimento de sentença.
Sem custas.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após, arquive-se.
Pimenta Bueno, 30/04/2019
Valdirene Alves da Fonseca Clementele

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro , CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO 7000724-73.2017.8.22.0009
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: EVERALDO TEIXEIRA DOS SANTOS
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MILTON RICARDO FERRETTO OAB nº RO571A, JANIO TEODORO VILELA OAB nº RO6051
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de ação em fase de cumprimento de sentença, envolvendo as partes acima indicadas.
Foram expedidas requisições de pagamento ao ID 24456942 e Alvarás Judiciais ao ID 25985982.
A parte autora comprovou o levantamento dos alvarás ao ID 26701745.
É o relatório necessário. Decido.
Considerando a informação do pagamento do débito, dá-se por satisfeito o crédito.
Assim, nos termos do art. 924, inciso II, c.c. art. 925, ambos do Código de Processo Civil, julgo extinto o cumprimento de sentença.
Sem custas.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após, arquive-se.
Pimenta Bueno, 30/04/2019
Valdirene Alves da Fonseca Clementele

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro , CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO Processo nº 7001908-93.2019.8.22.0009

AUTOR: OTILIO AUGUSTO DE MOURA
ADVOGADO DO AUTOR: CRISDAINE MICAELI SILVA FAVALESSA OAB nº RO5360, ANDRE HENRIQUE VIEIRA DE SOUZA OAB nº RO6862
RÉU: I. -. I. N. D. S. S.
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Trata-se de ação que objetiva a concessão de benefício previdenciário, envolvendo as partes acima indicadas.
Considerando que a parte autora demonstrou sua insuficiência de recursos, nos termos do artigo 5º, LXXIV da CF, concedo as benesses da Justiça Gratuita.
Em sua inicial, a parte autora pleiteia tutela provisória para determinar ao requerido a concessão do benefício previdenciário durante o curso do processo.
Afirma que a enfermidade que possui a torna incapacitada para atividade laboral e que o pedido de concessão de auxílio-doença foi indeferido administrativamente.
Verifica-se que os documentos que embasam o pedido indicam a existência de doença, no entanto, se faz necessário análise técnica aprofundada necessária a formação da convicção do juízo para determinação de extensão, consequências e existência de eventuais limitações para o trabalho.
Neste contexto, em análise sumária, não há elementos que evidenciem que a enfermidade seja incapacitante para o labor, a ponto de autorizar a implantação do benefício pleiteado.
Lado outro, o deferimento da tutela provisória, em caso de improcedência do pleito exordial, pode causar ao requerido, que é ente público, situação irreversível, uma vez que a recuperação de valores porventura adiantados à parte autora se tornaria muito difícil, ou mesmo impossível.
Assim, apesar da documentação apresentada, o pleito da parte autora enseja providência de difícil reversão, o que encontra óbice no artigo 300, § 3º, do Código de Processo Civil, que assim dispõe:
Art. 300. [...]
§ 3o A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.
Diante o exposto, indefiro, por ora, a concessão da tutela provisória,ressalvando a análise da mesma caso venham a ser carreadas novas provas aos autos que possam subsidiar tal pedido.
Considerando a Recomendação Conjunta 01, de 15 de Dezembro de 2015 do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a adoção de procedimentos uniformes nas ações judiciais que envolvam a concessão de benefícios previdenciários de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e auxílio-acidente e dá outras providências, desde logo determino a realização de prova pericial médica e, para tanto, nomeio como Perita deste Juízo a Dra. Bruna Caroline Bastida de Andrade
Diante do fato recente ocorrido, quando a Justiça Federal devolveu todas as requisições que ultrapassaram o valor de R$ 248,00, alegando ser este o valor máximo previsto na Resolução n. 305/2014, do Conselho da Justiça Federal, este Juízo começou a fixar os honorários periciais no importe de R$ 200,00 (duzentos reais) que é valor máximo previsto para remuneração de peritos na Jurisdição Federal Delegada, Tabela V, prevista na Resolução n. 305/2014, do Conselho da Justiça Federal.
No entanto, houve recusa de diversos profissionais em razão do baixo valor fixado, o que ocasiona prejuízos ao trâmite processual e principalmente à parte que alega necessitar do benefício de caráter alimentar.
Cumpre destacar que o fato fora comunicado ao Diretor da Justiça Federal, por meio do Ofício Conjunto nº 01/2018/GAB, no qual os Juízos das Varas Cíveis desta Comarca expuseram a preocupante situação.
Assim, diante da escassez de profissionais nesta região, em consonância com os princípios da economia e celeridade processuais, visando resguardar o direito autoral de acesso à Justiça, garantido constitucionalmente ao requerente, FIXO os honorários periciais em R$ 400,00.
A justificativa acima deve constar, na íntegra, quando da requisição do pagamento.
A perícia será realizada no dia 21 de junho de 2019, 14h30min, no Instituto Empresarial Médico, localizado na Rua Corumbiara, 4564, centro, Rolim de Moura-RO.
Destaco que os atendimentos ocorrerão por ordem de chegada.
A Perita deverá exercer seu mister independente de assinatura de termo de compromisso.
Deverá a Perita responder os quesitos do Juízo, bem como os apresentados pelas partes.
QUESITOS DO JUÍZO:
I - DADOS GERAIS DO PROCESSO
a) Número do processo
b) Juizado/Vara
II - DADOS GERAIS DO(A) PERICIANDO(A)
a) Nome do(a) autor(a)
b) Estado civil
c) Sexo
d) CPF
e) Data de nascimento
f) Escolaridade
g) Formação técnico-profissional
III - DADOS GERAIS DA PERÍCIA
a) Data do Exame
b) Perito Médico Judicial/Nome e CRM
c) Assistente Técnico do INSS/Nome, Matrícula e CRM (caso tenha acompanhado o exame)
d) Assistente Técnico do Autor/Nome e CRM (caso tenha acompanhado o exame)
IV - HISTÓRICO LABORAL DO(A) PERICIADO(A)
a) Profissão declarada
b) Tempo de profissão
c) Atividade declarada como exercida
d) Tempo de atividade
e) Descrição da atividade
f) Experiência laboral anterior
g) Data declarada de afastamento do trabalho, se tiver ocorrido
V- EXAME CLÍNICO E CONSIDERAÇÕES MÉDICO-PERICIAIS SOBRE A PATOLOGIA
a) Queixa que o(a) periciado(a) apresenta no ato da perícia.
b) Doença, lesão ou deficiência diagnosticada por ocasião da perícia (com CID).
c) Causa provável da(s) doença/moléstia(s)/incapacidade.
d) Doença/moléstia ou lesão decorrem do trabalho exercido? Justifique indicando o agente de risco ou agente nocivo causador.
e) A doença/moléstia ou lesão decorrem de acidente de trabalho? Em caso positivo, circunstanciar o fato, com data e local, bem como se reclamou assistência médica e/ou hospitalar.
f) Doença/moléstia ou lesão torna o(a) periciado(a) incapacitado(a) para o exercício do último trabalho ou atividade habitual? Justifique a resposta, descrevendo os elementos nos quais se baseou a conclusão.
g) Sendo positiva a resposta ao quesito anterior, a incapacidade do(a) periciado(a) é de natureza permanente ou temporária? Parcial ou total?
h) Data provável do início da(s) doença/lesão/moléstias(s) que acomete(m) o(a) periciado(a).
i) Data provável de início da incapacidade identificada. Justifique.
j) Incapacidade remonta à data de início da(s) doença/moléstia(s) ou decorre de progressão ou agravamento dessa patologia? Justifique.
k) É possível afirmar se havia incapacidade entre a data do indeferimento ou da cessação do benefício administrativo e a data da realização da perícia judicial? Se positivo, justificar apontando os elementos para esta conclusão.
l) Caso se conclua pela incapacidade parcial e permanente, é possível afirmar se o(a) periciado(a) está apto para o exercício de outra atividade profissional ou para a reabilitação? Qual atividade?
m) Sendo positiva a existência de incapacidade total e permanente,

o(a) periciado(a) necessita de assistência permanente de outra pessoa para as atividades diárias? A partir de quando?
n) Qual ou quais são os exames clínicos, laudos ou elementos considerados para o presente ato médico pericial?
o) O(a) periciado(a) está realizando tratamento? Qual a previsão de duração do tratamento? Há previsão ou foi realizado tratamento cirúrgico? O tratamento é oferecido pelo SUS?
p) É possível estimar qual o tempo e o eventual tratamento necessários para que o(a) periciado(a) se recupere e tenha condições de voltar a exercer seu trabalho ou atividade habitual (data de cessação da incapacidade)?
q) Preste o perito demais esclarecimentos que entenda serem pertinentes para melhor elucidação da causa.
r) Pode o perito afirmar se existe qualquer indício ou sinais de dissimulação ou de exacerbação de sintomas? Responda apenas em caso afirmativo.
Caso queira e ainda não tenha sido apresentado na inicial, poderá, no prazo de cinco dias, a parte requerente apresentar outros quesitos que não estejam no rol acima exposto, bem como a indicar assistente técnico, o qual deverá apresentar seu parecer no prazo de 10 (dez) dias após a entrega de laudo pericial.
Fixo o prazo de 10 dias para conclusão do laudo.
Intimem as partes da data da perícia, devendo a parte autora comparecer perante o perito no local, dia e horário indicados portando todos os exames médicos e clínicos que possuir (ex: raio x, ultra som, tomografia, ressonância e outro), além dos documentos pessoais.
A intimação do(a) Perito(a) deverá ser realizada por e-mail.
Cite-se e intime-se o requerido, nos termos do artigo 19 da Resolução Nº 185, do Conselho Nacional De Justiça (CNJ), de 18/12/2013.
Intime-se o requerido para, no prazo de cinco dias, apresentar outros quesitos que não estejam no rol acima exposto, bem como a indicar assistente técnico, o qual deverá apresentar seu parecer no prazo de 10 (dez) dias após a entrega de laudo pericial.
Nos termos do artigo 1º, III, da Recomendação Conjunta 01, de 15 de Dezembro de 2015 do Conselho Nacional de Justiça, intime-se a parte requerida para apresentar cópia do processo administrativo, incluindo eventuais perícias administrativas ou informes dos sistemas informatizados, relacionados às perícias médicas realizadas pela parte requerente, no prazo de 20 dias.
Consigno que o prazo para contestação fluirá a partir da intimação do laudo pericial e não sendo contestada a ação no prazo legal, presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formulados pela parte autora (CPC, art. 344).
Advirto o requerido que, na contestação, deverá especificar outras provas que pretende produzir, sob pena de preclusão.
Com a apresentação da contestação ao requerente para, caso queira, apresente impugnação.
Após, tornem os autos conclusos.
Intimem-se. Cumpra-se. Expeça-se o necessário.
Decisão SERVINDO COMO MANDADO PARA INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA E CARTA À PERITA
AUTOR: OTILIO AUGUSTO DE MOURA CPF nº 139.173.232-49, RUA CARLOS GOMES 510 VILA NOVA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Perita: Dra. Bruna Caroline Bastida de Andrade
Endereço: Rolim de Moura-RO.
Pimenta Bueno, 30/04/2019
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro , CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO 7005717-28.2018.8.22.0009
Procedimento Comum
AUTOR: BENEDITO ALEXANDRE
ADVOGADO DO AUTOR: SONIA JACINTO CASTILHO OAB nº RO2617
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de ação previdenciária envolvendo as partes acima indicadas.
Em petição de ID 25824433 o requerido apresenta proposta de acordo, sendo que o requerente concorda com os termos do acordo (ID 26566196), pleiteando sua homologação.
É o relatório. Decido.
Diante da capacidade das partes e licitude do objeto, HOMOLOGO a proposta de acordo cujo teor consta na petição de ID 25824433, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, com fundamento no artigo 487, III , “b” do Código de Processo Civil.
Sem custas, face o acordo.
Honorários sucumbenciais conforme acordo.
Requisite-se o pagamento dos honorários periciais.
Transitado em julgado, determino a modificação da classe processual e expedição de Requisição de Pequeno Valor.
Após a expedição da Requisição de Pagamento, intimem-se as partes sobre o inteiro teor da mesma, conforme artigo 10 da Resolução n. 168, de 5/12/2011, do Conselho da Justiça Federal.
Com o depósito do valor devido, expeça-se alvará em favor da credora e/ou seu patrono para levantamento do valor depositado, devendo a parte exequente comprová-lo em juízo em 5 dias.
Após conclusos.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
Pimenta Bueno, 30/04/2019
Valdirene Alves da Fonseca Clementele

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro , CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO 7003684-36.2016.8.22.0009
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: CLEILI IZIDORO GOIS CAZARINI
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MILTON RICARDO FERRETTO OAB nº RO571A, JANIO TEODORO VILELA OAB nº RO6051
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de ação em fase de cumprimento de sentença, envolvendo as partes acima indicadas.
Foram expedidas requisições de pagamento ao ID 24457662 e Alvarás Judiciais ao ID 25985973.
A parte autora comprovou o levantamento dos alvarás ao ID 26701750.
É o relatório necessário. Decido.
Considerando a informação do pagamento do débito, dá-se por satisfeito o crédito.
Assim, nos termos do art. 924, inciso II, c.c. art. 925, ambos do Código de Processo Civil, julgo extinto o cumprimento de sentença.
Sem custas.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após, arquive-se.
Pimenta Bueno, 30/04/2019
Valdirene Alves da Fonseca Clementele

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro , CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO 7002594-56.2017.8.22.0009
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: JOQUISMAR MENDES DOS SANTOS
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ALEXSANDRO KLINGELFUS

OAB nº RO2395
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de ação em fase de cumprimento de sentença, envolvendo as partes acima indicadas.
Foram expedidas requisições de pagamento ao ID 24397903 e Alvarás Judiciais ao ID 25987834.
A parte autora comprovou o levantamento dos alvarás ao ID 26183421.
É o relatório necessário. Decido.
Considerando a informação do pagamento do débito, dá-se por satisfeito o crédito.
Assim, nos termos do art. 924, inciso II, c.c. art. 925, ambos do Código de Processo Civil, julgo extinto o cumprimento de sentença.
Sem custas.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após, arquive-se.
Pimenta Bueno, 30/04/2019
Valdirene Alves da Fonseca Clementele

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro , CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO PROCESSO Nº 7001632-62.2019.8.22.0009
AUTOR: MINAS DISTRIB. DE PROD. FARMACEUTICOS E PERF. LTDA
ADVOGADO DO AUTOR: ALAN DE ALMEIDA PINHEIRO DA SILVA OAB nº RO7495, MIRELLY VIEIRA MACEDO DE ALMEIDA OAB nº RO5174
RÉUS: PAULO ROBERTO MARCELINO SAPATERA, SAPATERA FARMÁCIA LTDA
ADVOGADOS DOS RÉUS:
DECISÃO
Registro que desde o dia 1º de janeiro de 2017 está em vigor o novo Regimento de Custas do
PODER JUDICIÁRIO do Estado de Rondônia (Lei nº 3.896/2016), portanto, a partir desta data o valor das custas iniciais é de 2% (dois por cento) sobre o valor dado à causa no momento da distribuição, dos quais 1% (um por cento) fica adiado até 5 (cinco) dias depois da audiência de conciliação (art. 12, I, da referida Lei).
Além disso, nos termos do §1º do mesmo artigo, o valor mínimo de cada hipótese é de R$ 100,00. Caso tal valor corresponda ao percentual de 2% ou mais, não será necessário o recolhimento do valor adiado para após a audiência de conciliação
Diante disso, intime-se o autor, para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar o recolhimento das custas, sob pena de indeferimento e arquivamento da inicial.
Decorrido o prazo in albis, conclusos para extinção. Havendo cumprimento, conclusos para decisão.
Pimenta Bueno, 30/04/2019
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro , CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO 7003604-72.2016.8.22.0009
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: JOSIMAR MANSKE
ADVOGADO DO EXEQUENTE: CARLOS OLIVEIRA SPADONI OAB nº RO607A
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de ação em fase de cumprimento de sentença, envolvendo as partes acima indicadas.
Foram expedidas requisições de pagamento ao ID 24398350 e Alvarás Judiciais ao ID 25987804.
A parte autora deixou decorrer o prazo sem apresentar manifestação acerca do levantamento dos alvarás.
É o relatório necessário. Decido.
Considerando a informação do pagamento do débito, dá-se por satisfeito o crédito.
Assim, nos termos do art. 924, inciso II, c.c. art. 925, ambos do Código de Processo Civil, julgo extinto o cumprimento de sentença.
Sem custas.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após, arquive-se.
Pimenta Bueno, 30/04/2019
Valdirene Alves da Fonseca Clementele

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro , CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO 7000094-17.2017.8.22.0009
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: GERALDO DOS SANTOS
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ANDRE HENRIQUE VIEIRA DE SOUZA OAB nº RO6862, CRISDAINE MICAELI SILVA FAVALESSA OAB nº RO5360
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de ação em fase de cumprimento de sentença, envolvendo as partes acima indicadas.
Foram expedidas requisições de pagamento ao ID 24398332 e Alvarás Judiciais ao ID 25987818.
A parte autora deixou decorrer o prazo sem manifestar acerca do levantamento dos alvarás.
É o relatório necessário. Decido.
Considerando a informação do pagamento do débito, dá-se por satisfeito o crédito.
Assim, nos termos do art. 924, inciso II, c.c. art. 925, ambos do Código de Processo Civil, julgo extinto o cumprimento de sentença.
Sem custas.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após, arquive-se.
Pimenta Bueno, 30/04/2019
Valdirene Alves da Fonseca Clementele

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro , CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO 7001184-26.2018.8.22.0009
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: LUIS VIEIRA DA COSTA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ANDRE HENRIQUE VIEIRA DE SOUZA OAB nº RO6862, CRISDAINE MICAELI SILVA FAVALESSA OAB nº RO5360
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de ação em fase de cumprimento de sentença, envolvendo as partes acima indicadas.
Foram expedidas requisições de pagamento ao ID 24924878 e Alvarás Judiciais ao ID 25984505.
A parte autora deixou decorrer o prazo sem comprovar o levantamento dos alvarás.
É o relatório necessário. Decido.

Considerando a informação do pagamento do débito, dá-se por satisfeito o crédito.
Assim, nos termos do art. 924, inciso II, c.c. art. 925, ambos do Código de Processo Civil, julgo extinto o cumprimento de sentença.
Sem custas.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após, arquive-se.
Pimenta Bueno, 30/04/2019
Valdirene Alves da Fonseca Clementele

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro , CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO 7001210-58.2017.8.22.0009
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: ZELINDA SOUZA DA SILVA MAGALHAES
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ANDRE HENRIQUE VIEIRA DE SOUZA OAB nº RO6862, CRISDAINE MICAELI SILVA FAVALESSA OAB nº RO5360
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de ação em fase de cumprimento de sentença, envolvendo as partes acima indicadas.
Foram expedidas requisições de pagamento ao ID 24942346 e Alvarás Judiciais ao ID 26016995.
A parte autora deixou decorrer o prazo sem comprovar o levantamento dos alvarás.
É o relatório necessário. Decido.
Considerando a informação do pagamento do débito, dá-se por satisfeito o crédito.
Assim, nos termos do art. 924, inciso II, c.c. art. 925, ambos do Código de Processo Civil, julgo extinto o cumprimento de sentença.
Sem custas.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após, arquive-se.
Pimenta Bueno, 30/04/2019
Valdirene Alves da Fonseca Clementele

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro , CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO PROCESSO Nº 7001625-70.2019.8.22.0009
EXEQUENTE: ASSOCIACAO DE CREDITO CIDADAO DE RONDONIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: KARINA DA SILVA SANDRES OAB nº RO4594
EXECUTADOS: HELLEN VANESSA SANTOS ALMEIDA, EVELIN GOULART DE BARROS
DECISÃO
Determino à parte autora que junte aos autos, no prazo de cinco dias, instrumento procuratório outorgado recentemente.
Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, no prazo de 03 dias, contados da citação, pague(m) a dívida exequenda (CPC, art. 829).
Fixo honorários em 10% do valor da causa, em conformidade com o artigo 827 do CPC.
Deverá constar no mandado ou carta de citação que em caso de integral pagamento da dívida no prazo de 03 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade (CPC, art. 827, § 1º).
Decorrido in albis o prazo estipulado, sem pronto pagamento, caso a citação tenha sido efetuada por carta, o Cartório deve expedir mandado para que o Oficial de Justiça efetue a penhora de bens e avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, juros e honorários advocatícios, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado.
Se a citação ocorreu por mandado, o mesmo Oficial de Justiça deve efetuar a penhora e avaliação na forma acima determinada.
A penhora recairá sobre os bens indicados pelo exequente, salvo se outros forem indicados pelo executado e aceitos pelo Juízo. Não havendo indicação, será realizada preferencialmente, na ordem estipulada pelo artigo 835 do CPC.
Em caso de não encontrar o devedor, o Oficial de Justiça arrestar-lhe-á e avaliará tantos bens quantos bastem para garantir a execução (CPC, art. 830).
Considerando o disposto no art. 840, § 1º do CPC, caso seja penhorado bem móvel ou semovente, o mesmo deverá ser depositado em poder do exequente, que deverá fornecer os meios necessários à respectiva remoção.
Não encontrando bens penhoráveis, o Oficial de Justiça deverá descrever na certidão os bens que guarnecem a residência ou o estabelecimento do executado, quando este for pessoa jurídica, nomeando o devedor ou o representante legal da empresa, como depositário provisório dos bens até ulterior deliberação do Juízo (CPC, art. 836, § 1º e 2º).
Em conformidade com o artigo 847 do CPC, poderá o executado, no prazo de 10 (dez) dias contados da intimação da penhora, requerer a substituição do bem penhorado, desde que comprove que lhe será menos onerosa e não trará prejuízo ao credor.
O executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se a execução por meio de Embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da juntada aos autos do mandado ou do aviso de recebimento da carta de citação, conforme o caso (CPC, arts. 914, 915 e 231).
Esclareça-se ao executado que, no prazo para oposição de embargos, reconhecendo o crédito do exequente, poderá mediante o depósito de 30% do valor em execução, inclusive custas e honorários advocatícios, REQUERER, o parcelamento do restante do débito remanescente em até 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês (CPC, art. 916).
Fica(m) o(s) executado(s) advertido(s) que a rejeição dos embargos ou ainda, o inadimplemento das parcelas poderá acarretar a elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da parte, além de outras penalidades previstas em lei.
Não oferecidos Embargos, não sendo requerido o parcelamento ou a adjudicação e ainda, não realizada a alienação particular do bem penhorado por parte do credor, designe-se hasta pública, expedindo-se editais e intimando as partes (CPC, art. 881).
Caso a penhora não seja realizada na presença do executado, sua intimação far-se-á na pessoa de seu advogado, não o tendo, será intimado pessoalmente, de preferência por via postal (CPC, art. 841, caput e § 1º).
Cientifique-se o exequente de que uma vez não localizado(s) o(s) executado(s) deverá na primeira oportunidade, requerer as medidas necessárias a viabilização da citação, sob pena de não se aplicar o disposto no art. 240, § 1º do CPC.
Intime-se, cumpra-se e expeça-se o necessário.
OBS: Para acessar o teor da petição inicial, a parte deverá acessar o seguinte endereço do sítio eletrônico do PJE: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje, clicando em Consulta Processual 1º Grau, ou no endereço http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, devendo informar o número do processo, clicar em pesquisa, clicar no ícone " Ver Detalhes". Sendo que, em caso de dúvida quanto ao acesso, a parte poderá se dirigir diretamente ao Cartório da 1ª Vara Cível de Pimenta Bueno.
Decisão SERVINDO DE CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO E DEMAIS ATOS EXECUTÓRIOS
EXECUTADOS: HELLEN VANESSA SANTOS ALMEIDA CPF nº 851.056.602-00, AV. RODRIGUES ALVES 318 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EVELIN GOULART DE BARROS CPF nº 947.220.052-49, RUA 21 DE ABRIL 682, CASA 01 BNH - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Valor da Causa: R$2.011,55
Pimenta Bueno, 30/04/2019
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro , CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO PROCESSO Nº 7001732-17.2019.8.22.0009
EXEQUENTE: ASSOCIACAO DE CREDITO CIDADAO DE RONDONIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: KARINA DA SILVA SANDRES OAB nº RO4594
EXECUTADOS: SIRLEY OLIVEIRA DE PAULA, MARCIO DA LUZ FRELIK
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS:
DECISÃO
Registro que desde o dia 1º de janeiro de 2017 está em vigor o novo Regimento de Custas do
PODER JUDICIÁRIO do Estado de Rondônia (Lei nº 3.896/2016), portanto, a partir desta data o valor das custas iniciais é de 2% (dois por cento) sobre o valor dado à causa no momento da distribuição, dos quais 1% (um por cento) fica adiado até 5 (cinco) dias depois da audiência de conciliação (art. 12, I, da referida Lei).
Além disso, nos termos do §1º do mesmo artigo, o valor mínimo de cada hipótese é de R$ 100,00. Caso tal valor corresponda ao percentual de 2% ou mais, não será necessário o recolhimento do valor adiado para após a audiência de conciliação
Assim, considerando que não haverá designação de audiência de conciliação, em razão do procedimento específico, o valor de 2% deve ser recolhido no momento da distribuição.
Diante disso, intime-se o autor, para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar o recolhimento das custas, sob pena de indeferimento e arquivamento da inicial.
Decorrido o prazo in albis, conclusos para extinção. Havendo cumprimento, desde já determino o prosseguimento do feito:
Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, no prazo de 03 dias, contados da citação, pague(m) a dívida exequenda (CPC, art. 829).
Fixo honorários em 10% do valor da causa, em conformidade com o artigo 827 do CPC.
Deverá constar no mandado ou carta de citação que em caso de integral pagamento da dívida no prazo de 03 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade (CPC, art. 827, § 1º).
Decorrido in albis o prazo estipulado, sem pronto pagamento, caso a citação tenha sido efetuada por carta, o Cartório deve expedir mandado para que o Oficial de Justiça efetue a penhora de bens e avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, juros e honorários advocatícios, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado.
Se a citação ocorreu por mandado, o mesmo Oficial de Justiça deve efetuar a penhora e avaliação na forma acima determinada.
A penhora recairá sobre os bens indicados pelo exequente, salvo se outros forem indicados pelo executado e aceitos pelo Juízo. Não havendo indicação, será realizada preferencialmente, na ordem estipulada pelo artigo 835 do CPC.
Em caso de não encontrar o devedor, o Oficial de Justiça arrestar-lhe-á e avaliará tantos bens quantos bastem para garantir a execução (CPC, art. 830).
Considerando o disposto no art. 840, § 1º do CPC, caso seja penhorado bem móvel ou semovente, o mesmo deverá ser depositado em poder do exequente, que deverá fornecer os meios necessários à respectiva remoção.
Não encontrando bens penhoráveis, o Oficial de Justiça deverá descrever na certidão os bens que guarnecem a residência ou o estabelecimento do executado, quando este for pessoa jurídica, nomeando o devedor ou o representante legal da empresa, como depositário provisório dos bens até ulterior deliberação do Juízo (CPC, art. 836, § 1º e 2º).
Em conformidade com o artigo 847 do CPC, poderá o executado, no prazo de 10 (dez) dias contados da intimação da penhora, requerer a substituição do bem penhorado, desde que comprove que lhe será menos onerosa e não trará prejuízo ao credor.
O executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se a execução por meio de Embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da juntada aos autos do mandado ou do aviso de recebimento da carta de citação, conforme o caso (CPC, arts. 914, 915 e 231).
Esclareça-se ao executado que, no prazo para oposição de embargos, reconhecendo o crédito do exequente, poderá mediante o depósito de 30% do valor em execução, inclusive custas e honorários advocatícios, REQUERER, o parcelamento do restante do débito remanescente em até 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês (CPC, art. 916).
Fica(m) o(s) executado(s) advertido(s) que a rejeição dos embargos ou ainda, o inadimplemento das parcelas poderá acarretar a elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da parte, além de outras penalidades previstas em lei.
Não oferecidos Embargos, não sendo requerido o parcelamento ou a adjudicação e ainda, não realizada a alienação particular do bem penhorado por parte do credor, designe-se hasta pública, expedindo-se editais e intimando as partes (CPC, art. 881).
Caso a penhora não seja realizada na presença do executado, sua intimação far-se-á na pessoa de seu advogado, não o tendo, será intimado pessoalmente, de preferência por via postal (CPC, art. 841, caput e § 1º).
Cientifique-se o exequente de que uma vez não localizado(s) o(s) executado(s) deverá na primeira oportunidade, requerer as medidas necessárias a viabilização da citação, sob pena de não se aplicar o disposto no art. 240, § 1º do CPC.
Intime-se, cumpra-se e expeça-se o necessário.
OBS: Para acessar o teor da petição inicial, a parte deverá acessar o seguinte endereço do sítio eletrônico do PJE: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje, clicando em Consulta Processual 1º Grau, ou no endereço http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, devendo informar o número do processo, clicar em pesquisa, clicar no ícone " Ver Detalhes". Sendo que, em caso de dúvida quanto ao acesso, a parte poderá se dirigir diretamente ao Cartório da 1ª Vara Cível de Pimenta Bueno.
Decisão SERVINDO DE CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO E DEMAIS ATOS EXECUTÓRIOS
EXECUTADOS:
SIRLEY OLIVEIRA DE PAULA CPF nº 420.192.062-34, AV. PORTO ALEGRE 1725 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
MARCIO DA LUZ FRELIK CPF nº 003.356.772-74, AV. PASTOR JOSE ESCORICA NETO 657 VILA NOVA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Valor da Causa: R$3.239,35
Pimenta Bueno, 30/04/2019
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro , CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO 7001512-53.2018.8.22.0009
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: NOELI MARIA DO AMARAL
ADVOGADO DO EXEQUENTE: CINTIA GOHDA RUIZ DE LIMA UMEHARA OAB nº RO4227
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de ação em fase de cumprimento de sentença, envolvendo as partes acima indicadas.
Foram expedidas requisições de pagamento ao ID 25004408 e Alvarás Judiciais ao ID 26019428.
A parte autora comprovou o levantamento dos alvarás ao ID 26259614.

É o relatório necessário. Decido.
Considerando a informação do pagamento do débito, dá-se por satisfeito o crédito.
Assim, nos termos do art. 924, inciso II, c.c. art. 925, ambos do Código de Processo Civil, julgo extinto o cumprimento de sentença.
Sem custas.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após, arquive-se.
Pimenta Bueno, 30/04/2019
Valdirene Alves da Fonseca Clementele

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro , CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO 7000126-22.2017.8.22.0009
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: MARIA CRISTIANE NUNES ANDRADE
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ALEXSANDRO KLINGELFUS OAB nº RO2395
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de ação em fase de cumprimento de sentença, envolvendo as partes acima indicadas.
Foram expedidas requisições de pagamento ao ID 24015111 e Alvarás Judiciais ao ID 25185255.
A parte autora comprovou o levantamento dos alvarás ao ID 26516988.
É o relatório necessário. Decido.
Considerando a informação do pagamento do débito, dá-se por satisfeito o crédito.
Assim, nos termos do art. 924, inciso II, c.c. art. 925, ambos do Código de Processo Civil, julgo extinto o cumprimento de sentença.
Sem custas.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após, arquive-se.
Pimenta Bueno, 30/04/2019
Valdirene Alves da Fonseca Clementele

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro , CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO 7002296-64.2017.8.22.0009
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: ODETE FERNANDES PESSOA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MARCIO SUGAHARA AZEVEDO OAB nº RO4469
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de ação em fase de cumprimento de sentença, envolvendo as partes acima indicadas.
Foram expedidas requisições de pagamento ao ID 17798982 e Alvarás Judiciais ao ID 26056766.
A parte autora deixou decorrer o prazo sem comprovar o levantamento dos alvarás.
É o relatório necessário. Decido.
Considerando a informação do pagamento do débito, dá-se por satisfeito o crédito.
Assim, nos termos do art. 924, inciso II, c.c. art. 925, ambos do Código de Processo Civil, julgo extinto o cumprimento de sentença.
Sem custas.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após, arquive-se.
Pimenta Bueno, 30/04/2019
Valdirene Alves da Fonseca Clementele

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro , CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO PROCESSO Nº 7001699-27.2019.8.22.0009
AUTOR: ANDERSON FONSECA DO NASCIMENTO
ADVOGADO DO AUTOR: ALEXSANDRO KLINGELFUS OAB nº RO2395
RÉU: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
DECISÃO
Trata-se de ação com procedimento comum, envolvendo as partes supramencionadas.
Defiro a gratuidade de justiça pleiteada.
A hipossuficiência está evidenciada pela própria natureza e valor da demanda, bem como indicação do autor de que encontra-se impossibilitado do exercício laboral em razão do próprio acidente.
Determino à parte autora que junte aos autos, até a data da audiência, instrumento procuratório outorgado recentemente.
Nos termos do artigo 334 do Código de Processo Civil, determino a realização de audiência de tentativa de conciliação, a qual designo para o dia 25 de junho de 2019, 9h50min, a realizar-se no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania-CEJUSC, no seguinte endereço: Avenida Presidente Dutra, 918. Salas 03 E 05, Centro, Pimenta Bueno/RO.
Cite-se a parte requerida, com prazo mínimo de 20 dias da audiência,para que tome conhecimento da ação, consignando-se as seguintes advertências:
1– As partes deverão comparecer em audiência, acompanhadas por advogado ou por Defensor Público, podendo constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (CPC. art. 334, § 9º e 10);
2. Nos termos do art. 334, §8º do CPC, caso alguma das partes não compareça, injustificadamente à audiência de Conciliação, desde já aplico multa de 2% sobre o valor da causa, a ser revertida em favor do Estado de Rondônia (CPC, Art. 8º);
3- não obtida a autocomposição em audiência, ou se qualquer uma das partes a ela deixar de comparecer, a contestação deverá ser apresentada no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da audiência de conciliação, ou da última sessão de conciliação (CPC, art. 335, I, 44) e,
4– não sendo contestada a ação, presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (CPC, art. 344).
5- Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC.
Após, encaminhem-se os autos para o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, para realização da solenidade.
Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação, oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se pretende produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção.
As partes deverão especificar as provas, desde logo, na contestação e impugnação, respectivamente, justificando sua necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento.
Havendo necessidade de produção de prova testemunhal, devem as partes, desde logo, apresentem o rol de testemunhas.
Cientifiquem-se as partes de que devem atualizar nos autos, sempre que necessário, seus respectivos endereços, conforme art. 77, V do Código do Processo Civil, sob pena de serem consideradas válidas intimações dirigidas aos endereços constantes nos autos, como dispõe o art. 274, parágrafo único, do Código de Processo Civil.
Intime-se. Cumpra-se. Expeça-se o necessário.
Fica a parte autora intimada por seu patrono.

OBS: Para acessar o teor da petição inicial, a parte deverá acessar o seguinte endereço do sítio eletrônico do PJE: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje, clicando em Consulta Processual 1º Grau, ou no endereço http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, devendo informar o número do processo, clicar em pesquisa, clicar no ícone " Ver Detalhes". Sendo que, em caso de dúvida quanto ao acesso, a parte poderá se dirigir diretamente ao Cartório da 1ª Vara Cível de Pimenta Bueno.
DECISÃO SERVINDO COMO CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO
RÉU: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Pimenta Bueno, 30/04/2019
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro , CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO
Fone: 69 3451-2477 - pbw1civel@tjro.jus.brProcesso nº:7000690-64.2018.8.22.0009
EXEQUENTE: N. V. D. S.
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DEBORA CRISTINA MORAES OAB nº RO6049
EXECUTADO: D. D. S.
ADVOGADO DO EXECUTADO:
DESPACHO
Considerando as ameaças constantes dos áudios juntados aos autos e atribuídos ao executado, determino o envio dos autos ao Ministério Público para que extraia as cópias necessárias a apuração de eventual crime.
No mais, indefiro a expedição de novo mandado de prisão em face do devedor, tendo em vista que aquele expedido ao ID 24019678 ainda encontra-se ativo até a data 13/07/2019 e está cadastrado junto ao BNMP, no qual fica disponível à polícia para cumprimento.
Considerando a informação sobre o emprego do devedor, oficie-se ao seu empregador para efetue o desconto em folha de pagamento do valor equivalente a 35% do salário mínimo, depositando-o em conta bancária a ser indicada, no prazo de cinco dias pela parte autora. Tal desconto é relativo as parcelas vincendas referente aos alimentos.
Em relação ao saldo das parcelas já vencidas, o empregador deverá efetuar também o desconto em folha de pagamento do devedor, no importe de 15% do salário mínimo até o limite da dívida.
O empregador deve ser intimado a comprovar o cumprimento desta ordem nestes autos, no prazo de 10 dias.
Assim, o valor total a ser debitado deve ser equivalente a 50%, observando que efetuado o pagamento do valor dos atrasados, deve permanecer o desconto somente de 35% sobre o salário para pagamento das parcelas vincendas.
Para cumprimento das ordens acima, a parte autora deve apresentar os cálculos atualizados e informar número de conta bancária para depósito.
Ciência ao Ministério Público.
Pimenta Bueno/RO, 30 de abril de 2019.
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro , CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO
Fone: 69 3451-2477 - pbw1civel@tjro.jus.brProcesso nº:7005621-81.2016.8.22.0009
EXEQUENTE: DALILA LIMA FIGUEIREDO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: JACIR CANDIDO FERREIRA JUNIOR OAB nº RO3408
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DESPACHO
Indefiro o pedido de ID 26680905, tendo em vista que não deve ser descontado da parte o valor que é devido por seu patrono.
Além disso, a própria parte foi quem deu causa a demora ao apresentar cálculos errôneos nos autos.
Assim, mantenho a decisão de ID 26662279.
Pimenta Bueno/RO, 30 de abril de 2019.
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro , CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO 7002810-17.2017.8.22.0009
Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP
ADVOGADO DO EXEQUENTE: NOEL NUNES DE ANDRADE OAB nº RO1586, EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS OAB nº RO2930, PRISCILA MORAES BORGES POZZA OAB nº RO6263
EXECUTADOS: PHABLO NASCIMENTO DE SOUZA 69083827291, GEOVANE EDMAR PICOLLI, PHABLO NASCIMENTO DE SOUZA
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS:
Decisão
Considerando a decisão do Tribunal de Justiça, defiro a realização de vendas judiciais do imóvel penhorado e nomeio como leiloeira a Sra. Evanilde Aquino Pimentel.
Determino a alienação em hasta pública nos termo do Provimento Conjunto nº 005/2017.
Conste no edital que o valor da taxa a ser utilizada é de 10%, quando a hasta for de bem móvel e 6%, quando se tratar de bem imóvel, ambas sobre o valor da arrematação, ficando a empresa com a incumbência de realizar todas as tarefas que antecedem a solenidade, bem como a própria hasta pública e, os honorários da leiloeira serão adimplidos pelo arrematante.
Outrossim, caso o executado resolva adimplir a dívida diretamente com o exequente, mesmo depois de iniciado o procedimento para a realização dos leilões, caberá a parte exequente exigir da parte executada um acréscimo de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado do débito, para o pagamento dos honorários da leiloeira.
Intime-se a leiloeira oficial, preferencialmente por e-mail, para que proceda a designação das datas e demais procedimentos necessários à venda judicial dos bens penhorados.
Conste no edital o determinado no artigo 8º do Provimento Conjunto nº 005/2017, abaixo:
Art. 8º Compete ao ofício judicial publicar o edital no Diário da Justiça Eletrônico (DJE) e disponibilizar no site do TJRO.
§ 1º O edital conterá:
I – a descrição do bem penhorado, com suas características e, tratando-se de imóvel, sua situação e suas divisas, com remissão à matrícula e aos registros;
II – o valor pelo qual o bem foi avaliado, o preço mínimo pelo qual poderá ser alienado, as condições de pagamento e, se for o caso, a comissão do leiloeiro designado;
III – o lugar onde estiverem os móveis, os veículos e os semoventes e, tratando-se de créditos ou direitos, a identificação dos autos do processo em que foram penhorados;
IV – o sítio, na rede mundial de computadores, e o período em que se realizará o leilão, salvo se este se der de modo presencial, hipótese

em que serão indicados o local, o dia e a hora de sua realização;
V – menção da existência de ônus, recurso ou processo pendente sobre os bens a serem leiloados.
§ 2° No caso de títulos da dívida pública e de títulos negociados em bolsa, constará do edital o valor da última cotação.
§ 3º O leiloeiro público providenciará a publicação do edital na rede mundial de computadores e/ou em qualquer outro meio de comunicação.
Fixo como preço mínimo o equivalente a 80% do valor da avaliação para arrematação em 2ª praça.
Com a apresentação de data para as vendas, intimem-se as partes.
Cumpra-se. Expeça-se o necessário.
Pimenta Bueno, 30/04/2019
Valdirene Alves da Fonseca Clementele

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro , CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO
Fone: 69 3451-2477 - pbw1civel@tjro.jus.brProcesso nº:7004017-51.2017.8.22.0009
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, FABIO DE SOUSA SANTOS OAB nº RO5221, TIAGO CORDEIRO NOGUEIRA OAB nº RO7770
EXECUTADOS: ARIPUANA CONSTRUCAO E TERRAPLENAGEM LTDA - ME, ANTONIO MARCOS AZIZ
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: KATIA CARLOS RIBEIRO OAB nº RO2402
DESPACHO
Ratifico os atos praticados por não se vislumbrar qualquer prejuízo às partes.
Intime-se o devedor Antônio sobre a penhora on line realizada.
Não havendo impugnação, voltem conclusos para transferência para conta judicial e entrega ao credor.
Expeça-se carta precatória para que penhore-se e avalie-se o imóvel indicado ao ID 24440678, bem como adote-se as diligências necessárias à venda judicial ou adjudicação, se requeridas.
Pimenta Bueno/RO, 30 de abril de 2019.
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro , CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO 7001191-81.2019.8.22.0009
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: MIGUEL ANTONIO DA CUNHA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RENAN DIEGO REBOUCAS SOUZA CASTRO OAB nº RO6269
EXECUTADO: I. -. I. N. D. S. S.
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Fixo honorários de execução no percentual de 10% sobre o valor do débito.
INTIME-SE o INSS, por meio da Procuradoria Federal, para, querendo, apresentar impugnação no prazo de 30 (trinta) dias, nos próprios autos, nos termos do art. 535, do CPC.
Havendo impugnação, INTIME-SE a parte exequente para se manifestar em 10 dias.
Em seguida, venham os autos conclusos para deliberação.
Decorrido o prazo sem apresentação de impugnação, certifique-se e requisite-se o pagamento.
Após a expedição da Requisição de Pagamento, intimem-se as partes sobre o inteiro teor da mesma, conforme artigo 10 da Resolução n. 168, de 5/12/2011, do Conselho da Justiça Federal.
Com o depósito do valor devido, expeça-se alvará em favor da credora e/ou seu patrono para levantamento do valor depositado, devendo a parte exequente comprová-lo em juízo em 5 dias.
Após, conclusos.
Arquivem-se os autos principais, caso ainda estejam ativos.
terça-feira, 30 de abril de 2019
Valdirene Alves da Fonseca Clementele

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, 237, Centro, Pimenta Bueno - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34512477
Processo nº: 7005374-32.2018.8.22.0009
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Valor da Causa: R$ 13.500,00
AUTOR: VANESSA RIBAS SIQUEIRA
Advogado do(a) AUTOR: MIGUEL ANTONIO PAES DE BARROS FILHO - RO7046
RÉU: CENTAURO VIDA E PREVIDENCIA S/A
Advogados do(a) RÉU: LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO - RO5017, DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO - RO3831, LILIAN MARIANE LIRA - RO3579
INTIMAÇÃO
Finalidade: Fica a parte Requerida por seus procuradores, intimada, no prazo legal, para tomar conhecimento acerca do trânsito em julgado da Sentença ID 25762301, conforme determina o Art. 331, §3º do CPC.
Pimenta Bueno/RO, 30 de abril de 2019 .
LUCAS PAGNONCELLI FERREIRA
Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, 237, Centro, Pimenta Bueno - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34512477
Processo nº 0053609-72.2006.8.22.0009
Autora: JULIA FERREIRA DE OLIVEIRA
Advogado do(a) Autor(a): JOSE ROBERTO MIGLIORANCA - OAB/RO 3000
Requerido: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Pimenta Bueno, 30 de abril de 2019
Alan Daniel Pereira da Silva
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro , CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO Processo nº 7005725-39.2017.8.22.0009
AUTOR: M. P. D. E. D. R.
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
RÉUS: M. M. D. D. S., J. N. D. O., J. M. S., H. A. P. J., R. R. C.
ADVOGADOS DOS RÉUS: MARCELO VAGNER PENA CARVALHO OAB nº RO1171, CAIO RAPHAEL RAMALHO VECHE E SILVA OAB nº RO6390, LELITON LUCIANO LOPES DA COSTA OAB nº RO2237, GABRIEL ALMEIDA MEURER OAB nº RO7274, HENRIQUE SCARCELHI SEVERINO OAB nº RO2714, ELESSANDRA APARECIDA FERRO OAB nº RO4883

DECISÃO
As preliminares arguidas e reiteradas em contestação já foram afastadas na decisão que recebeu a ação, pelo que me reporto a mesma.
Considerando os pedidos constantes dos autos, designo audiência de conciliação a ser presidida por esta Magistrada para o dia 6 de Junho de 2019, às 8h30, a ser realizada na Sala de Audiências da 1ª Vara Cível desta Comarca.
Ficam os requeridos intimados por seus patronos.
Ciência ao Ministério Público.
Pimenta Bueno, 30/04/2019
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro , CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO
Fone: 69 3451-2477 - pbw1civel@tjro.jus.brProcesso nº:7000593-30.2019.8.22.0009
AUTOR: ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO NO ESTADO DE RONDONIA - ASPER
ADVOGADO DO AUTOR: ALEXANDRE PAIVA CALIL OAB nº RO2894
RÉU: MOACIR DELMONICO
ADVOGADO DO RÉU:
DESPACHO
Intime-se a parte autora a comprovar o pagamento das taxas previstas no art. 17 da Lei n. 3.896/2016 para a realização das consultas pretendidas.
Pimenta Bueno/RO, 30 de abril de 2019.
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro , CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO
Fone: 69 3451-2477 - pbw1civel@tjro.jus.brProcesso nº:7000302-30.2019.8.22.0009
AUTOR: NEUSA ALVES DOS SANTOS
ADVOGADO DO AUTOR: NELSON VIEIRA DA ROCHA JUNIOR OAB nº RO3765
RÉU: VALMIR PEREIRA ALVES
ADVOGADO DO RÉU:
DESPACHO
Emende-se a inicial a fim de incluir corretamente o polo passivo, já que não se verifica da inicial o nome do requerido e tampouco os seus dados e endereço, impossibilitando o recebimento da ação.
Prazo:15 dias, sob pena de indeferimento.
Pimenta Bueno/RO, 30 de abril de 2019.
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro , CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO 7000973-53.2019.8.22.0009
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: ODALIO FERNANDES LIMA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LAURO PAULO KLINGELFUS JUNIOR OAB nº RO2389
EXECUTADO: I. -. I. N. D. S. S.
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Preenchidos os requisitos do artigo 534 do Código de Processo Civil, recebo o pedido de cumprimento de sentença.
Fixo honorários de execução no percentual de 10% sobre o valor do débito.
Ao exequente, para elaboração de novos cálculos.
Com a apresentação ou não dos cálculos, INTIME-SE o INSS, por meio da Procuradoria Federal, para, querendo, apresentar impugnação no prazo de 30 (trinta) dias, nos próprios autos, nos termos do art. 535, do CPC.
Havendo impugnação, INTIME-SE a parte exequente para se manifestar em 10 dias.
Em seguida, venham os autos conclusos para deliberação.
Decorrido o prazo sem apresentação de impugnação, certifique-se e requisite-se o pagamento.
Após a expedição da Requisição de Pagamento, intimem-se as partes sobre o inteiro teor da mesma, conforme artigo 10 da Resolução n. 168, de 5/12/2011, do Conselho da Justiça Federal.
Com o depósito do valor devido, expeça-se alvará em favor da credora e/ou seu patrono para levantamento do valor depositado, devendo a parte exequente comprová-lo em juízo em 5 dias.
Após, conclusos.
Arquivem-se os autos principais, caso ainda estejam ativos.
terça-feira, 30 de abril de 2019
Valdirene Alves da Fonseca Clementele

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro , CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO
Fone: 69 3451-2477 - pbw1civel@tjro.jus.brProcesso nº:7001462-90.2019.8.22.0009
REQUERENTES: EDSON FRANCISCO DA CRUZ FILHO, EMILI MARIA SCHAMBER DA CRUZ, ILANI PAOLA SCHAMBER DA CRUZ
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: ERISLAINE DOS SANTOS OAB nº RO8672
INTERESSADO: EDSON FRANCISCO DA CRUZ
ADVOGADO DO INTERESSADO:
DECISÃO
Trata-se de ação envolvendo as partes supramencionadas.
A parte autora pleiteou a concessão de Justiça Gratuita.
Primeiramente, acerca do tema, a Constituição Federal, a qual se sobrepõe às demais normas, no título dos direitos e deveres individuais e coletivos, assim estabelece:
Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
[...]
LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;
[...]
Para a concessão da medida pleiteada se faz necessária a comprovação da insuficiência alegada.
O Superior Tribunal de Justiça ressalta a relatividade da presunção de pobreza, conferindo ao Juiz determinar a comprovação da miserabilidade do requerente dos benefícios da justiça gratuita, assim:
AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. INDEFERIMENTO DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA. REVISÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO.

SÚMULA 7/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A revisão do acórdão do Tribunal de origem sobre o indeferimento dos benefícios da justiça gratuita encontra óbice no enunciado da Súmula 7/STJ. 2. 'O pedido de assistência judiciária gratuita pode ser indeferido quando o magistrado tiver fundadas razões para crer que o requerente não se encontra no estado de miserabilidade declarado.' (AgRg no Ag 881.512/RJ, Rel. Ministro CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ FEDERAL CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 02/12/2008, DJe 18/12/2008). 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 643.284/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 23/06/2015, DJe 29/06/2015).

No mais, o serviço judiciário tem um custo financeiro que deve ser suportado, em primeiro lugar, pelos que dele se utilizam efetivamente. Essa premissa decorre da própria organização do Estado brasileiro.

Como os autores alegaram ser autônomos e funcionária pública (representante da parte menor de idade), sem especificar qual a sua renda, inverossímil sua alegação de encontra-se em estado de miserabilidade.

Por estas razões, faculto a parte autora a apresentação de documentação comprobatória idônea quanto ao estado de pobreza ou de necessidade, nos termos da Constituição Federal ou comprove o pagamento das custas processuais, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento.

Pimenta Bueno/RO, 30 de abril de 2019.

Valdirene Alves da Fonseca Clementele

Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível

Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro , CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO PROCESSO Nº 7001733-02.2019.8.22.0009

REQUERENTE: DILMA BENTO RODRIGUES

ADVOGADO DO REQUERENTE: SEBASTIAO CANDIDO NETO OAB nº RO1826

DECISÃO

Defiro o recolhimento das custas ao final, mas antes da homologação da partilha.

Nomeio como inventariante a requerente (art. 617 do CPC).

Caso seja necessário, a critério da (o) inventariante, dentro de 05 dias a contar da intimação deste despacho, poderá comparecer pessoalmente na Escrivania e solicitar a expedição do Termo de Compromisso de Inventariante, o que fica desde já autorizado (art. 617, parágrafo único, CPC).

No prazo de 20 dias, deverá o inventariante apresentar as primeiras declarações (art. 620 do CPC), acompanhada de cálculos dos tributos.

Determino ainda à parte autora que junte aos autos certidão emitida pelo CENSEC, nos termos do Provimento nº 56/2016 do CNJ, atestando acerca de eventual existência de testamento.

Apresentadas as primeiras declarações, cite-se, para manifestação no prazo de 15 dias, nos termos do inventário e da partilha, o cônjuge, o companheiro, os herdeiros e os legatários e intime-se a Fazenda Pública, o Ministério Público, se houver herdeiro incapaz ou ausente, e o testamenteiro, se houver testamento (art. 626 e 617, CPC).

Decorrido o prazo, sem impugnação, intime-se o inventariante para apresentar últimas declarações, recolher o imposto de transmissão a título de morte e juntar aos autos certidão ou informação negativa de dívida para com a Fazenda Pública (art. 654, CPC).

Após, conclusos.

Pimenta Bueno, 30/04/2019

Valdirene Alves da Fonseca Clementele

Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível

Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro , CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO 7002351-78.2018.8.22.0009

Procedimento Comum

AUTOR: EUVALDO FORONI

ADVOGADO DO AUTOR: DEBORA CRISTINA MORAES OAB nº RO6049

RÉUS: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA, PORTELA OCHIAI COMERCIO DE VEICULOS LTDA

ADVOGADOS DOS RÉUS: WALTER AIRAM NAIMAIER DUARTE JUNIOR OAB nº AC1111, CELSO DE FARIA MONTEIRO OAB nº AL12449

DECISÃO

Trata-se de ação de restituição de valores cumulado com indenização por danos morais e materiais.

O requerente alega, em síntese, que comprou em 08/10/2014 um veículo modelo Nova Ford/RangerXL CS4 22H Cabine simples, porém desde 03/11/2015 este apresenta diversos problemas.

Afirma ainda que no dia 30/01/2018 o veiculo baixou a água do sistema de arrefecimento e ao ser levado para a oficina da primeira requerida lhe foi informado que o veiculo já tinha acabado a garantia pois já tinha passado de 03 anos da compra e que o serviço deveria ser pago pois não estava acobertado pela garantia conforme a (OS nº 21761), não tendo alternativa a não ser pagar pelo serviço o valor de R$ 8.484,78.

Audiência de conciliação restou infrutífera (ID 20586958).

O requerido Portela apresentou contestação ao ID 21118971 alegando preliminarmente sua ilegitimidade afirmando que o fabricante é responsável pela reposição das peças e eventuais vícios apresentados.

Prossegue a peça contestatória afirmando no mérito que o reparo feito em 31/01/2018 foi feito fora do prazo de garantia e ocasionado por mau uso, por isso houve a cobrança do reparo, e que na hipótese de defeito em veículo não há danos morais e que se ocorrer a obrigação de restituir o valor do veículo ao autor requer que o veículo seja devolvido e realizado compensação no importe de 25% do valor do bem pelo seu uso funcionando e em condições de uso e que os danos materiais devem ser provados.

Impugnação do requerente apresentado ao ID 21961538.

O requerido Ford apresentou contestação ao ID 23183429, alegando preliminarmente inépcia dos pedidos eis que o autor pretende a devolução dos valores pagos sem a devolução do veículo e falta de interesse de agir pois o requerido mesmo não concordando com a negativa da garantia realizou o pagamento do conserto e que a garantia encerrou-se em 08/10/2017 e o autor encaminhou o veículo para conserto apenas em 30/01/2018, praticado assim atos incompatíveis ao interesse processual.

Prossegue a narrativa alegando no mérito a decadência, e que o reparo é devido pois feito fora do prazo de garantia, e a ausência de danos morais experimentados. Afirma ainda que há impossibilidade de inversão do ônus da prova.

O requerente apresentou impugnação ao ID 24041668, pleiteando antecipação parcial dos efeitos da tutela jurisdicional e de novo defeito apresentado pelo veículo em 04/12/2018.

Os requeridos foram intimados a manifestarem acerca dos documentos juntados.

Vieram os autos conclusos para análise dos pedidos de produção de provas.

Decido.

Da preliminar de ilegitimidade alegada pelo requerido Portela

Consistindo o presente caso em incontestável relação de consumo, a legitimidade passiva ad causam é mais ampla em virtude da responsabilidade de todos os integrantes da cadeia de consumo pelos vícios da qualidade do bem.

Conforme dispõe o art. 18 do Código de Defesa do Consumidor, os fornecedores de produtos – entre os quais se incluem tanto fabricantes, quanto os logistas – respondem solidariamente por vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados para o consumo.

Logo, a o requerido Portela, sendo o lojista responsável pela venda do veículo (ID 18593207) responde solidariamente pelo correto desempenho do veículo vendido, uma vez que o veículo fora repassado por ela ao consumidor final, independente do produto ter sido por outro fabricado.

Nessas linhas, posiciona a jurisprudência:

RELAÇÃO DE CONSUMO. NETBOOK. VÍCIO DE QUALIDADE DO PRODUTO. LEGITIMIDADE PASSIVA DA COMERCIANTE. ENCAMINHAMENTO DO BEM À ASSISTÊNCIA TÉCNICA. APLICAÇÃO DO ART. 18, § 1º, II, DO CDC, QUE AUTORIZA A RESTITUIÇÃO IMEDIATA DA QUANTIA PAGA NO CASO DE NÃO SANAÇÃO DO VÍCIO DENTRO DO PRAZO DE TRINTA DIAS. DANOS MORAIS EXCEPCIONALMENTE CONFIGURADOS. QUANTUM INDENIZATÓRIO MANTIDO. CORREÇÃO MONETÁRIA A INCIDIR DESDE O ARBITRAMENTO. 1. A loja que vende o computador constitui-se em fornecedora do produto, ostentando legitimidade passiva para responder perante o consumidor por eventual vício de qualidade do bem, junto com a fabricante.(TJ-RS - Recurso Cível: 71003404688 RS , Relator: Ricardo Torres Hermann, Data de Julgamento: 08/03/2012, Primeira Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 12/03/2012)

Portanto a alegação de ilegitimidade passiva deve ser afastada, em razão da loja requerida ser também legitima para figurar no pólo passivo da presente lide.

Da preliminar de inépcia dos pedidos do autor alegada pela requerida Ford

A requerida Ford alega preliminar de inépcia do pedido do autor alegando que este pretende o ressarcimento do valor pago sem a devolução do bem.

Ocorre que o pedido do requente é claro:

d) declarar a rescisão unilateral do negócio jurídico firmado entre as partes, bem como o retorno da situação das partes ao status quo ante,

Ou seja, status quo ante é antes da realização de compra e venda, em que o autor possuía o capital em espécie e o requerido possuía o veículo.

Assim, caso seja julgado procedente o pedido de rescisão contratual, o pagamento do valor dispendido para a aquisição do bem ficará condicionado à restituição do bem aos requeridos.

Resta assim rejeitada a preliminar de inépcia alegada pelo requerido Ford.

Da preliminar de falta de interesse de agir alegada pela requerida Ford

O requerido Ford alega que há ausência do interesse processual, ao menos em relação ao pedido de restituição do valor pago de R$ 8.484,78 referente a suposta alegação de vício de fabricação na coluna de direção do veículo, visto que mesmo não concordando com a negativa da garantia pela requerida realizou o pagamento do serviço.

Pois bem, este ato do requerente não é prova cabal da falta de interesse de agir, mas pelo contrário, havendo a negativa da garantia ou o não reconhecimento do vício em peças do veículo é que nasce o interesse de agir.

A mero pagamento pelo serviço só caracteriza a necessidade, pelo requerente, de utilizar o veículo.

Assim, não acolho a preliminar ventilada pelo requerido Ford de falta de interesse de agir.

Da inversão do ônus da prova

O requerido Ford alega que o o requerente não hipossuficiente.

Em que pese as alegações do requerido, o requerente é sim hipossuficiente na relação de consumo, pois trata-se de pessoa cuja qualificação é de médico veterinário, não possuindo, pelo menos é o que presume e dos autos não se extrai convencimento contrário, conhecimento de mecânica.

No mais, é verossímil as alegações do requerido ante aos tantos atendimentos realizados para manutenção do veículo.

Assim, sendo clara a existência de relação de consumo e a hipossuficiência do autor/consumidor em face das requeridas fabricante e fornecedora, bem como em razão da probabilidade do direito, mantenho a inversão do ônus da prova, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

Da antecipação dos efeitos da tutela

Pois bem, para a concessão da tutela de urgência necessário faz-se estar presentes seus requisitos, estes insculpidos no Código de Processo Civil, quais sejam:

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

§ 1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.

§ 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

Assim, para que haja a concessão da tutela de urgência, como pleiteia a parte requerente, necessário encontra-se no bojo da exordial e documentos que a instruem elementos que evidenciem a probabilidade do direito.

Entretanto, da mesma forma que a inicial, a parte autora não carreou aos autos provas de que, no momento, o veículo encontrasse impossibilitado de uso.

No mais, não há ainda prova cabal de que o veículo encontra-se com vícios ocultos que possam a deteriorar o veículo.

Portanto, não verificando a probabilidade do direito nas alegações do requerente, indefiro a tutela de urgência pleiteada.

Inexiste outras questões prejudiciais ou preliminares a serem analisadas, estando o processo em ordem, DOU O FEITO POR SANEADO.

Como ponto controvertido da lide, fixo: a) a existência de danos morais; b) a existência de danos materiais; c) a existência de vícios no veículo aptos a torná-lo inadequado ao fim que se destina ou lhe diminua seu valor.

Defiro o pedido da parte requerida Portela para coleta de prova testemunhal e depoimento pessoal do requerente, porém deixo para designar audiência de instrução após a entrega do laudo pericial, nos termos do artigo 477 do CPC.

Quanto o pedido do requerido Ford para realização de prova pericial, desde já defiro, por verificar que no caso em tela a realização de perícia é essencial.

Os honorários do perito deverão ser pagos pelo requerido Ford.

Para realização da diligência pericial, nomeio perito o Sr. CÍCERO DE SOUZA, engenheiro mecânico, independentemente de termo

de compromisso, o qual deverá, no prazo de 5 (cinco) dias, dizer se aceita a nomeação e apresentar proposta de honorários, bem como apresentar seu currículo e comprovante de especializações.
Em seguida, intime-se o requerido Ford sobre a proposta e, havendo concordância, deverá desde logo depositar judicialmente o valor dos honorários periciais.
As partes deverão desde logo, indicar seus assistentes técnicos.
Para o início dos trabalhos, autorizo o levantamento de 50% dos honorários que forem depositados.
Em sendo depositados os honorários periciais, deverá ser intimado o Sr. Perito para dar início aos trabalhos, o qual deverá comunicar as partes, a quem incumbem a informação a seus assistentes técnicos, os quais, caso indicado, terão o prazo de 10 (dez) dias para apresentarem seus pareceres, contados da data da entrega do laudo pericial.
Em sua diligência, o Sr. Perito averiguará nos documentos juntados aos autos, nas peças substituídas, caso os requeridos ainda as possuam e no veículo do requerente descrevendo em seu laudo: a) quais os defeitos apresentados no no veículo do requerente; b) se a peças substituídas no veículo atingiram sua vida útil de utilização ou se houve um desgaste prematuro, tomando base a quilometragem em que foram substituídas? c) os defeitos apresentados ao ID 21118971 p. 8, em especial os apresentados no dia 03/05/2017, 01/06/2017, 20/06/2017 e 13/11/2017, caso não tenham sido sanados corretamente, podem ter culminado no defeito apresentado no dia 31/01/2018?; d) se os defeitos encontrados até agora no veículo são de desgastes naturais das peças ou houve desgastes prematuros, vícios ocultos, falhas de montagem, falha nas revisões; e) as falhas que ocorreram no veículo possuem o condão de torná-lo impróprio ao consumo ou lhe diminuir o valor; f) quais as causas do defeito apresentado no carro da requerente? g) se é normal a necessidade de 19 agendamentos de manutenção em um veículo com 71.106 km? h) outros esclarecimentos que o Sr. Perito entender pertinentes.
Os requeridos deverão providenciar o acesso do perito às peças substituídas do veículo do autor e o autor deverá disponibilizar o veículo para a realização da perícia.
Deverá o Perito responder também aos quesitos que vierem a ser formulados pelas partes.
Com a juntada do laudo pericial, intimem-se as partes para eventual manifestação, após, tornem os autos conclusos para designação de audiência de instrução.
Intimem-se. Expeça-se o necessário.
DECISÃO SERVINDO COMO CARTA DE INTIMAÇÃO:
Destinatário: Cícero Souza
Pimenta Bueno, 30/04/2019
Valdirene Alves da Fonseca Clementele

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro , CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO PROCESSO Nº 7001761-67.2019.8.22.0009
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP
ADVOGADO DO EXEQUENTE: NOEL NUNES DE ANDRADE OAB nº RO1586, EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS OAB nº RO2930, GEISIELI DA SILVA ALVES OAB nº RO9343
EXECUTADOS: ROSIANE AUGUSTA DE ANDRADE, ROSIANE AUGUSTA DE ANDRADE 73959464215
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS:
DECISÃO
Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, no prazo de 03 dias, contados da citação, pague(m) a dívida exequenda (CPC, art. 829).
Fixo honorários em 10% do valor da causa, em conformidade com o artigo 827 do CPC.
Deverá constar no mandado ou carta de citação que em caso de integral pagamento da dívida no prazo de 03 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade (CPC, art. 827, § 1º).
Decorrido in albis o prazo estipulado, sem pronto pagamento, caso a citação tenha sido efetuada por carta, o Cartório deve expedir mandado para que o Oficial de Justiça efetue a penhora de bens e avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, juros e honorários advocatícios, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado.
Se a citação ocorreu por mandado, o mesmo Oficial de Justiça deve efetuar a penhora e avaliação na forma acima determinada.
A penhora recairá sobre os bens indicados pelo exequente, salvo se outros forem indicados pelo executado e aceitos pelo Juízo. Não havendo indicação, será realizada preferencialmente, na ordem estipulada pelo artigo 835 do CPC.
Em caso de não encontrar o devedor, o Oficial de Justiça arrestar-lhe-á e avaliará tantos bens quantos bastem para garantir a execução (CPC, art. 830).
Considerando o disposto no art. 840, § 1º do CPC, caso seja penhorado bem móvel ou semovente, o mesmo deverá ser depositado em poder do exequente, que deverá fornecer os meios necessários à respectiva remoção.
Não encontrando bens penhoráveis, o Oficial de Justiça deverá descrever na certidão os bens que guarnecem a residência ou o estabelecimento do executado, quando este for pessoa jurídica, nomeando o devedor ou o representante legal da empresa, como depositário provisório dos bens até ulterior deliberação do Juízo (CPC, art. 836, § 1º e 2º).
Em conformidade com o artigo 847 do CPC, poderá o executado, no prazo de 10 (dez) dias contados da intimação da penhora, requerer a substituição do bem penhorado, desde que comprove que lhe será menos onerosa e não trará prejuízo ao credor.
O executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se a execução por meio de Embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da juntada aos autos do mandado ou do aviso de recebimento da carta de citação, conforme o caso (CPC, arts. 914, 915 e 231).
Esclareça-se ao executado que, no prazo para oposição de embargos, reconhecendo o crédito do exequente, poderá mediante o depósito de 30% do valor em execução, inclusive custas e honorários advocatícios, REQUERER, o parcelamento do restante do débito remanescente em até 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês (CPC, art. 916).
Fica(m) o(s) executado(s) advertido(s) que a rejeição dos embargos ou ainda, o inadimplemento das parcelas poderá acarretar a elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da parte, além de outras penalidades previstas em lei.
Não oferecidos Embargos, não sendo requerido o parcelamento ou a adjudicação e ainda, não realizada a alienação particular do bem penhorado por parte do credor, designe-se hasta pública, expedindo-se editais e intimando as partes (CPC, art. 881).
Caso a penhora não seja realizada na presença do executado, sua intimação far-se-á na pessoa de seu advogado, não o tendo, será intimado pessoalmente, de preferência por via postal (CPC, art. 841, caput e § 1º).

Cientifique-se o exequente de que uma vez não localizado(s) o(s) executado(s) deverá na primeira oportunidade, requerer as medidas necessárias a viabilização da citação, sob pena de não se aplicar o disposto no art. 240, § 1º do CPC.
Intime-se, cumpra-se e expeça-se o necessário.
OBS: Para acessar o teor da petição inicial, a parte deverá acessar o seguinte endereço do sítio eletrônico do PJE: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje, clicando em Consulta Processual 1º Grau, ou no endereço http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, devendo informar o número do processo, clicar em pesquisa, clicar no ícone " Ver Detalhes". Sendo que, em caso de dúvida quanto ao acesso, a parte poderá se dirigir diretamente ao Cartório da 1ª Vara Cível de Pimenta Bueno.
Decisão SERVINDO DE CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO E DEMAIS ATOS EXECUTÓRIOS
EXECUTADOS:
ROSIANE AUGUSTA DE ANDRADE CPF nº 739.594.642-15, AVENIDA MACEIÓ 783 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ROSIANE AUGUSTA DE ANDRADE 73959464215 CNPJ nº 23.152.752/0001-73, RUA ROLIM DE MOURA 337 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Valor da Causa: R$2.270,01
Pimenta Bueno, 30/04/2019
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro , CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO Processo nº 7001764-22.2019.8.22.0009
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ANA PAULA SANCHES MENEZES OAB nº RO9705, NOEL NUNES DE ANDRADE OAB nº RO1586, EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS OAB nº RO2930
EXECUTADO: LECY CAETANO MIRANDA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
DECISÃO SERVINDO COMO CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO E DEMAIS ATOS EXECUTÓRIOS
Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, no prazo de 03 dias, contados da citação, pague(m) a dívida exequenda (CPC, art. 829).
Fixo honorários em 10% do valor da causa, em conformidade com o artigo 827 do CPC.
Deverá constar no mandado ou carta de citação que em caso de integral pagamento da dívida no prazo de 03 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade (CPC, art. 827, § 1º).
Decorrido in albis o prazo estipulado, sem pronto pagamento, caso a citação tenha sido efetuada por carta, o Cartório deve expedir mandado para que o Oficial de Justiça efetue a penhora de bens e avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, juros e honorários advocatícios, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado.
Se a citação ocorreu por mandado, o mesmo Oficial de Justiça deve efetuar a penhora e avaliação na forma acima determinada.
A penhora recairá sobre os bens indicados pelo exequente, salvo se outros forem indicados pelo executado e aceitos pelo Juízo. Não havendo indicação, será realizada preferencialmente, na ordem estipulada pelo artigo 835 do CPC.
Em caso de não encontrar o devedor, o Oficial de Justiça arrestar-lhe-á e avaliará tantos bens quantos bastem para garantir a execução (CPC, art. 830).
Considerando o disposto no art. 840, § 1º do CPC, caso seja penhorado bem móvel ou semovente, o mesmo deverá ser depositado em poder do exequente, que deverá fornecer os meios necessários à respectiva remoção.
Não encontrando bens penhoráveis, o Oficial de Justiça deverá descrever na certidão os bens que guarnecem a residência ou o estabelecimento do executado, quando este for pessoa jurídica, nomeando o devedor ou o representante legal da empresa, como depositário provisório dos bens até ulterior deliberação do Juízo (CPC, art. 836, § 1º e 2º).
Em conformidade com o artigo 847 do CPC, poderá o executado, no prazo de 10 (dez) dias contados da intimação da penhora, requerer a substituição do bem penhorado, desde que comprove que lhe será menos onerosa e não trará prejuízo ao credor.
O executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se a execução por meio de Embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da juntada aos autos do mandado ou do aviso de recebimento da carta de citação, conforme o caso (CPC, arts. 914, 915 e 231).
Esclareça-se ao executado que, no prazo para oposição de embargos, reconhecendo o crédito do exequente, poderá mediante o depósito de 30% do valor em execução, inclusive custas e honorários advocatícios, REQUERER, o parcelamento do restante do débito remanescente em até 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês (CPC, art. 916).
Fica(m) o(s) executado(s) advertido(s) que a rejeição dos embargos ou ainda, o inadimplemento das parcelas poderá acarretar a elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da parte, além de outras penalidades previstas em lei.
Não oferecidos Embargos, não sendo requerido o parcelamento ou a adjudicação e ainda, não realizada a alienação particular do bem penhorado por parte do credor, designe-se hasta pública, expedindo-se editais e intimando as partes (CPC, art. 881).
Caso a penhora não seja realizada na presença do executado, sua intimação far-se-á na pessoa de seu advogado, não o tendo, será intimado pessoalmente, de preferência por via postal (CPC, art. 841, caput e § 1º).
Cientifique-se o exequente de que uma vez não localizado(s) o(s) executado(s) deverá na primeira oportunidade, requerer as medidas necessárias a viabilização da citação, sob pena de não se aplicar o disposto no art. 240, § 1º do CPC.
Intime-se, cumpra-se e expeça-se o necessário.
OBS: Para acessar o teor da petição inicial, a parte deverá acessar o seguinte endereço do sítio eletrônico do PJE: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje, clicando em Consulta Processual 1º Grau, ou no endereço http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, devendo informar o número do processo, clicar em pesquisa, clicar no ícone " Ver Detalhes". Sendo que, em caso de dúvida quanto ao acesso, a parte poderá se dirigir diretamente ao Cartório da 1ª Vara Cível de Pimenta Bueno.
Decisão SERVINDO DE CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO E DEMAIS ATOS EXECUTÓRIOS
EXECUTADO: LECY CAETANO MIRANDA CPF nº 711.146.532-68, AVENIDA DOS EXPEDICIONÁRIOS 1265 BAIRRO LIBERDADE - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Valor da Causa: R$25.428,50

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro , CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO 7001190-96.2019.8.22.0009
Procedimento Comum
AUTOR: ANTONIA MACHADO
ADVOGADO DO AUTOR: MARCIO SUGAHARA AZEVEDO OAB nº RO4469
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Decisão
Trata-se de ação de concessão de benefício previdenciário envolvendo as partes acima indicadas.
Pleiteia a parte autora aposentadoria por idade rural, aduz que possui 60 anos e sempre laborou em atividades agrícolas.
O requerido apresentou contestação (ID 26334919) afirmando que o CNIS da autora consta vínculos empregatícios que o enquadravam em outra categoria de segurado da Previdência.
Os autos vieram conclusos. Passo ao saneamento.
Não há preliminares ou questões processuais pendentes.
As partes são legitimas e estão bem representadas.
Dou o feito por saneado.
Como ponto controvertido da lide, fixo a qualidade de segurado especial.
Assim, tendo em vista a necessidade de dilação probatória, defiro o pedido de prova testemunhal formulado pelas partes, e depoimentos pessoal do requerente, pleiteado pelo requerido.
Deixo de deferir o depoimento pessoal do representante legal do requerido, tendo em vista não vislumbrar pertinência para o deslinde da demanda.
Portanto, desde logo, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 4 de junho de 2019, às 10h, a realizar-se na Sala de Audiências da 1ª Vara Cível da Comarca de Pimenta Bueno-RO, no seguinte endereço: Fórum Min. Hermes Lima, Rua Cassimiro de Abreu, n. 237, Centro, Pimenta Bueno-RO.
Nos termos do parágrafo 4º do artigo 357 do CPC, concedo o prazo comum entre as partes de 15 dias, para apresentarem o rol de testemunhas, sendo que, na forma do artigo 455 do CPC, cabe ao advogado da parte informar ou intimar as testemunhas por ele arroladas do dia, hora e local da audiência designada, dispensando-se a intimação pelo Juízo.
Intimem-se.
Pimenta Bueno, 30/04/2019
Valdirene Alves da Fonseca Clementele

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro , CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO 7001777-21.2019.8.22.0009
Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: AGROPECUARIA PB LTDA EPP
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PRYCILLA SILVA ARAUJO ZGODA OAB nº RO8135, LUANA ALINE HENDLER FELISBERTO QUARESMA DE ARAUJO OAB nº RO8530
EXECUTADO: MARLON MAGNO GONCALVES NUNES
DECISÃO
Trata-se de ação de execução extrajudicial envolvendo as partes acima mencionadas.
A parte autora não trouxe aos autos o instrumento que originou o débito ora executado, pelo que determino a emenda à inicial, adequando o vício apontado, no prazo de quinze dias.
Pimenta Bueno, 30/04/2019
Valdirene Alves da Fonseca Clementele

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro , CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO Processo nº 7001189-14.2019.8.22.0009
AUTOR: IRANI MAGALHAES DEMARCHI
ADVOGADO DO AUTOR: JANIO TEODORO VILELA OAB nº RO6051, MILTON RICARDO FERRETTO OAB nº RO571A
RÉU: I. -. I. N. D. S. S.
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Avoco o feito para esclarecer que a perícia será realizada pela Dra. Bruna Caroline Bastida de Andrade, mantendo-se inalterados os demais termos da decisão anterior.
Cumpra-se expedindo o necessário.
Pimenta Bueno, 30/04/2019
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro , CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO 7000562-10.2019.8.22.0009
Procedimento Comum
AUTOR: NILZA APARECIDA DA SILVA PINEDA
ADVOGADO DO AUTOR: RUBENS DEMARCHI OAB nº RO2127
RÉU: I. -. I. N. D. S. S.
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Decisão
Trata-se de ação de concessão de benefício previdenciário envolvendo as partes acima indicadas.
Relata a parte autora que possui 66 anos e laborou na atividade rural e urbana durante diversos períodos contributivos.
Pleiteou a concessão de aposentadoria rural por idade mista.
O requerido apresentou contestação, alegando que não há nos autos prova material do período laborado em atividade rural (ID 25079365).
Os autos vieram conclusos. Passo ao saneamento.
Não há preliminares ou questões processuais pendentes.
As partes são legitimas e estão bem representadas.
Dou o feito por saneado.
Como ponto controvertido da lide, fixo: a qualidade de segurado especial durante o período arguido na inicial.
Assim, tendo em vista a necessidade de dilação probatória, defiro o pedido de prova testemunhal formulado pela parte requerente.
Portanto, desde logo, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 04 de junho de 2019, às 09h30, a realizar-se na Sala de Audiências da 1ª Vara Cível da Comarca de Pimenta Bueno-RO, no seguinte endereço: Fórum Min. Hermes Lima, Rua Cassimiro de Abreu, n. 237, Centro, Pimenta Bueno-RO.
Nos termos do parágrafo 4º do artigo 357 do CPC, concedo o prazo comum entre as partes de 15 dias, para apresentarem o rol de testemunhas, sendo que, na forma do artigo 455 do CPC, cabe ao advogado da parte informar ou intimar as testemunhas por ele arroladas do dia, hora e local da audiência designada, dispensando-se a intimação pelo Juízo.
Intimem-se.
Pimenta Bueno, 30/04/2019
Valdirene Alves da Fonseca Clementele

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro , CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO 7004655-84.2017.8.22.0009
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: ANTONIO TELMO GONCALVES PADILHA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MILTON RICARDO FERRETTO

OAB nº RO571A, JANIO TEODORO VILELA OAB nº RO6051
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de ação em fase de cumprimento de sentença, envolvendo as partes acima indicadas.
Foram expedidas requisições de pagamento ao ID 24799924 e Alvarás Judiciais ao ID 25984519.
A parte autora comprovou o levantamento dos alvarás ao ID 26701743.
É o relatório necessário. Decido.
Considerando a informação do pagamento do débito, dá-se por satisfeito o crédito.
Assim, nos termos do art. 924, inciso II, c.c. art. 925, ambos do Código de Processo Civil, julgo extinto o cumprimento de sentença.
Sem custas.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após, arquive-se.
Pimenta Bueno, 30/04/2019
Valdirene Alves da Fonseca Clementele

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro , CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO 7005433-54.2017.8.22.0009
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: JANIRO CANDIDO LUCAS
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PEDRO HENRIQUE CARVALHO DE SOUZA OAB nº RO8527
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de ação em fase de cumprimento de sentença, envolvendo as partes acima indicadas.
Foram expedidas requisições de pagamento ao ID 24637146 e Alvarás Judiciais ao ID 26018918.
A parte autora deixou decorrer o prazo sem comprovar o levantamento dos alvarás.
É o relatório necessário. Decido.
Considerando a informação do pagamento do débito, dá-se por satisfeito o crédito.
Assim, nos termos do art. 924, inciso II, c.c. art. 925, ambos do Código de Processo Civil, julgo extinto o cumprimento de sentença.
Sem custas.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após, arquive-se.
Pimenta Bueno, 30/04/2019
Valdirene Alves da Fonseca Clementele

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro , CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO 7001850-90.2019.8.22.0009
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil
REQUERENTE: ISADORA RIBEIRO ALVES
ADVOGADO DO REQUERENTE: ANDRE HENRIQUE VIEIRA DE SOUZA OAB nº RO6862, CRISDAINE MICAELI SILVA FAVALESSA OAB nº RO5360
DECISÃO
Defiro a gratuidade de justiça pleiteada.
Ao Ministério Público para parecer.
Pimenta Bueno, 30/04/2019
Valdirene Alves da Fonseca Clementele

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
CARTÓRIO DA 2ª VARA CÍVEL
Rua Cassemiro de Abreu, 237
CEP. 76.970-000-Pimenta Bueno-RO
Fones: (69) 3451-2968/2819-Ramal 226
End. eletrônico: pbw2civel@tjro.jus.br

Proc.: 0032774-44.1998.8.22.0009
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia/RO
Advogado:Procurador Estadual ( )
Executado:Cláudio Reinoldo Wink, Evanda Cândida Alves Wink, João Carlos de Sá
Advogado:José Ângelo de Almeida (OAB/RO 309)
EDITAL DE VENDA JUDICIAL E INTIMAÇÃOA Juiza de Direito da 2ª Vara da cível do Tribunal de Justiça de Pimenta Bueno/RO, Dra. KEILA ALESSANDRA ROEDER ROCHA DE ALMEIDA, FAZ SABER a todos quantos virem o presente EDITAL, ou dele tiverem conhecimento, que levará à venda na modalidade ELETRONICA nas datas e local e sob as condições adiante descritas:PROCESSO: 0032774-44.1998.8.22.0009CLASSE EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE(S): FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO(A)(S): CLÁUDIO REINOLDO WINK; EVANDA CÂNDIDA ALVES WINK; JOÃO CARLOS DE SÁPRIMEIRA VENDA: Início da captação de lances no dia 03/06/2019 às 9h e se encerrará dia 07/06/2019 às 9h, onde serão aceitos lances pela melhor oferta, desde que seja igual ou superior ao valor de avaliação. Não havendo lance igual ou superior ao valor da avaliação, seguir-se-á sem interrupção a 2ª venda.SEGUNDA VENDA: 07/06/2019 às 9h e se encerrará no dia 17/06/2019 às 9h, onde serão aceitos lances com, no mínimo, 50% do valor de avaliação do bem.
LEILÃO ELETRÔNICO PELO SITE: www.rondonialeiloes.com.br Obs.: Em havendo lances nos três minutos antecedentes ao horário de encerramento do leilão haverá prorrogação de seu fechamento por igual período de tempo visando manifestação de outros eventuais licitantes.Conforme art 887 $2º O edital será publicado eletronicamente no site: www.rondonialeiloes.com.br DESCRIÇÃO DOS BENS: Um lote de terra urbano, denominado lote 13, quadra 34, setor 03 localizado na Rua Teotônio Mauricio Wanderley n° 746, Pimenta Bueno/RO. Imóvel medindo 975m², contendo uma edificação em alvenaria, murada.AVALIAÇÃO: R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais)OBS.: Salvo pronunciamento judicial em sentido diverso, o pagamento deverá ser realizado de imediato pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico. (art. 892 Novo CPC). O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil. A proposta conterá, em qualquer hipótese, a forma de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis; As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. (art. 895 Novo CPC)ÔNUS DO ARREMATANTE: Cabe ao arrematante custear o transporte do bem arrematado, bem como providenciar o pagamento de despesas relativas ao registro da transferência da propriedade ITBI.ADVERTÊNCIAS ESPECIAIS: INTIMAÇÕES: Ficam desde logo intimados os executados: CLÁUDIO REINOLDO WINK; EVANDA CÂNDIDA ALVES WINK; JOÃO CARLOS DE SÁ, se por ventura não forem encontrados para intimação pessoal, bem como para efeitos do art 889, Inciso I do NOVO CPC e do direito de remição art 826.02) Caso o(a) executado(a) resolva adimplir a

dívida diretamente com o(a) exequente, mesmo depois de iniciado o procedimento para a realização dos leilões, CABERÁ A PARTE EXEQUENTE EXIGIR DA PARTE EXECUTADA UM ACRÉSCIMO DE 2% (dois por cento) SOBRE O VALOR ATUALIZADO DO DÉBITO, para o pagamento dos honorários da leiloeira, ficando, nesta hipótese o exequente obrigado ao pagamento diretamente a leiloeira, que poderá exigir seu cumprimento em procedimento próprio.03) Havendo arrematação, será devida a comissão de 5% sobre o valor da arrematação, em favor do leiloeiro, devendo a comissão ser paga diretamente ao leiloeiro.04) Os executados não poderão impedir a leiloeira e/ou representante legal de vistoriar e fotografar os bens constritos, ficando desde já advertido de que a obstrução ou impedimento constitui crime (art. 330 do Código Penal)05) Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram não cabendo ao Tribunal de Justiça, nem à leiloeira quaisquer responsabilidades quanto a consertos e reparos ou mesmo providências referentes à retirada, embalagem, impostos, encargos sociais e transportes daqueles arrematados. Será ainda atribuição dos arrematantes a verificação do estado de conservação, situação de posse e especificações dos bens oferecidos no leilão. Qualquer dúvida ou divergência na identificação/descrição dos bens) deverá ser dirimida no ato do leilão;
06) Os débitos decorrentes de multas, IPVA, IPTU e outros que eventualmente gravem os bens, e cujo fato gerador seja anterior à expedição da carta de arrematação serão sub-rogados no valor ofertado na arrematação;07) No caso de um lote com diversos bens, estes podem ser arrematados separadamente. Dar-se-á preferência, entretanto, ao lanço que se propuser a arrematá-los todos, em conjunto (art. 893 do Novo CPC). DÚVIDAS E INFORMAÇÕES SOBRE AS REGRAS DO LEILÃO E PARCELAMENTO:FONE: 69-8133-1688 /69-3421-1869E-MAIL: CONTATO@RONDONIALEILOES.COM.BRKEILA ALESSANDRA ROEDER ROCHA DE ALMEIDAJuíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro, CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO 7001572-26.2018.8.22.0009
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DE ROLIM DE MOURA LTDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: EDSON VIEIRA DOS SANTOS OAB nº RO4373, LUCAS ARAUJO MIRANDA OAB nº RO9535
SENTENÇA
HOMOLOGO o acordo havido entre as partes, o qual se regerá pelas cláusulas e condições constantes na petição inicial de ID 26509858 para que produza seus efeitos jurídicos e legais, bem como o pedido de desistência do prazo recursal.
Em consequência, JULGO EXTINTO o processo com resolução de MÉRITO, nos moldes do artigo 487, III, “b”, do NCPC.
Sem custas.
P.R.I.C. e arquivem-se.
Pimenta Buenoterça-feira, 30 de abril de 2019
Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro, CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO 7003788-28.2016.8.22.0009
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE PIMENTA BUENO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO
EXECUTADO: ANTONIO IVO MOTA DE OLIVEIRA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
SENTENÇA
Diante do pagamento do débito, conforme comprovante de levantamento nos autos, dou por cumprida a obrigação e, consequentemente, julgo extinto o feito com fulcro no artigo 924, II, do Código de Processo Civil.
Sem custas.
P. R. I. C. Independente do trânsito em julgado, arquivem-se.
Pimenta Bueno, 30 de abril de 2019
Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro, CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO 7003836-84.2016.8.22.0009
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE PIMENTA BUENO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO
EXECUTADO: GLEIS ROSA DA COSTA CARVALHO
ADVOGADO DO EXECUTADO:
SENTENÇA
Diante do pagamento do débito, conforme comprovante de levantamento nos autos, dou por cumprida a obrigação e, consequentemente, julgo extinto o feito com fulcro no artigo 924, II, do Código de Processo Civil.
Sem custas.
P. R. I. C. Independente do trânsito em julgado, arquivem-se.
Pimenta Bueno, 30 de abril de 2019
Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro, CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO 7001839-95.2018.8.22.0009
AUTOR: LUCIENE VIEIRA PEREIRA
ADVOGADO DO AUTOR: JOAQUIM JOSE DA SILVA FILHO OAB nº RO3952, JEFFERSON WILLIAN DALLA COSTA OAB nº RO6074
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
I – RELATÓRIO.
LUCIENE VIEIRA PEREIRA, ajuizou a presente ação em face de INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, ambos qualificados no processo, pretendendo a concessão de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez com tutela antecipada.
Narra que se encontra incapacitada para exercer atividade laboral, tendo recebido auxílio-doença nos períodos de 03/11/2008 a 31/01/20009, 19/10/2011 a 25/03/2013 e 22/04/2013 a 31/08/2017. Afirma que na data de 03/11/2017 deu entrada em novo pedido administrativo de auxílio doença junto ao requerido, mas este indeferiu seu pedido sob alegação de que não foi constatada a incapacidade laborativa.
Requer a implantação do benefício de auxílio-doença de forma antecipada.
Com a inicial apresentou procuração e documentos.
O pedido de tutela de urgência foi indeferido (ID: 18066191 p. 1 a 6), sendo designada realização de perícia médica.
A perícia médica foi realizada, sendo o laudo juntado nos autos (ID: 19186147 p. 1 a 3).
Citado (ID: 19186853 p. 1), o requerido apresentou proposta de acordo que não foi aceita pelo autor (ID: 21067414 p. 1 e 2).
Audiência de instrução e julgamento designada (ID: 22454608 p. 1) e realizada (ID: 24508936 p. 1 e 2).
Alegações finais remissivas da parte autora (ID: 24508936 p. 1) e a requerida deixou transcorrer o prazo sem apresentar manifestação (ID: 24590956 p. 1).
É a síntese necessária.
II – FUNDAMENTAÇÃO
Versam os presentes autos sobre ação ordinária de aposentadoria por invalidez com pedido de antecipação de tutela para concessão de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, formulada por

LUCIENE VIEIRA PEREIRA em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS.
Não há preliminares ou questões pendentes. Passo a decidir quanto ao MÉRITO.
Para a concessão do benefício pretendido faz-se necessário o preenchimento dos requisitos legais.
O período de carência e a qualidade de segurado se encontra devidamente comprovados nos autos, através dos documentos que instruíram a inicial e depoimento das testemunhas ouvidas em juízo.
Do depoimento das testemunhas Itamar Gonçalves de Souza, Aurélia Aparecida Gomes Vicente e Valdecir João Gripa, depreende-se que a parte autora sempre trabalhou na agricultura, com lavoura, em regime de agricultura familiar e que se encontra impossibilitada de trabalhar em razão de problemas de saúde.
Também é necessária a comprovação da incapacidade para o trabalho, a qual deve ser total e permanente, nos termos do art. 42 da Lei 8213/91, sem possibilidade de reabilitação, para o caso de aposentadoria por invalidez.
Pelo que se conclui do laudo realizado pelo expert (ID: 19186147 p. 1 a 3), aliado aos demais laudos juntados aos autos, a autora está totalmente incapacitada para a atividade laborativa que exercia, de acordo com as respostas dos quesitos “g”, “j” e “l” apresentadas pelo perito que diz se tratar de doença incapacitante para o trabalho exercido pela autora, e ao final do exame sugeriu afastamento em definitivo do trabalho braçal.
Desta forma, considerando a única atividade exercida pela autora (lavradora), é possível concluir que o caso dos autos é de concessão da aposentadoria por invalidez com base nas condições pessoais da autora, ainda que não se tenha verificado a incapacidade total.
A jurisprudência do Tribunal de Justiça do Paraná orienta-se nesse sentido:
“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ - LAUDO PERICIAL QUE ATESTA A TOTAL E PERMANENTE INCAPACIDADE LABORAL DO SEGURADO PARA O TRABALHO RURAL E O NEXO ETIOLÓGICO - SENTENÇA QUE DEFERE AUXÍLIO-DOENÇA, SUBMETENDO O AUTOR A PROCESSO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL PARA O EXERCÍCIO DE OUTRA ATIVIDADE - IMPOSSIBILIDADE, CONSIDERADAS SUAS CIRCUNSTÂNCIAS SÓCIO-ECONÔMICA, PROFISSIONAL E CULTURAL - SOLUÇÃO PRO MISERO - Apelação Cível nº 600.408-8 REFORMA DA SENTENÇA PARA CONCEDER APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, A PARTIR DA DATA DA CESSAÇÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA. Apelo (1) do autor parcialmente provido. Apelo (2) do INSS desprovido.1. “Os pleitos previdenciários possuem relevante valor social de proteção ao Trabalhador Rural Segurado da Previdência Social, devendo ser, portanto, julgados sob tal orientação exegética.” (STJ, 5ª Turma, REsp nº 965.597-PE, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJ 19.07.07) 2. Em face das limitações impostas pela idade (47 anos), bem como por ser o segurado semi-analfabeto e rurícola, seria utopia defender sua inserção no concorrido mercado de trabalho, para iniciar uma nova atividade profissional, pelo que faz jus à concessão de aposentadoria por invalidez”. (6004088 PR 0600408-8, Relator: Ivan Bortoleto, Data de Julgamento: 15/03/2010, 6ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 356, undefined).
Por outro lado, observando-se a legislação de regência, a concessão da aposentadoria por invalidez não é imutável e pode cessar caso o aposentado se reabilite para o trabalho.
Desse modo, há de ser deferido o benefício requerido pela parte autora, concedendo aposentadoria por invalidez, devendo serem pagos os valores retroativos, desde a cessação do auxílio doença (31/08/2017 - ID: 17869620 p. 12), não podendo haver suspensão, exceto se for considerado efetivamente reabilitado para o trabalho, o que poderá ser promovido pela própria autarquia previdenciária.
III – DISPOSITIVO.
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial da ação movida por LUCIENE VIEIRA PEREIRA em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, e em consequência:
CONDENO o requerido a implementar em favor da autora o benefício de APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, retroativamente, desde a cessação do auxílio doença (31/08/2017 - ID: 17869620 p. 12), inclusive o 13º salário, incidindo, com relação às parcelas retroativas devidas, que deverão ser pagas de uma única vez e corrigidas pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), conforme determinação do Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 4357 e acrescidas de juros legais à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês a contar da citação, nos termos da Lei nº 11.960/2009.
As prestações em atraso devem ser pagas de uma só vez, monetariamente corrigidas de acordo com a Lei n. 6.899/81, pelos índices previstos no Manual de Cálculos da Justiça Federal, aprovado pelo Conselho da Justiça Federal, incidindo tal correção desde a data do vencimento de cada parcela em atraso (Súmula n. 148 do STJ), bem como deverá conter os acréscimos que reajustaram os benefícios aos aposentados.
Torno definitiva a tutela de urgência deferida no ID: 24508936 p. 1.
O INSS, sendo autarquia federal, não está sujeito ao pagamento de custas processuais no Estado de Rondônia.
CONDENO o requerido ao pagamento de 10% (dez por cento) a título de honorários advocatícios nos termos do artigo 85, §§ 2º e 3º, I do CPC, excluindo-se as parcelas vincendas nos termos da Súmula n.º 111 do STJ.
Julgo resolvida a presente ação, com análise do MÉRITO, na forma do art. 487, inc. I do CPC.
SENTENÇA não sujeita a reexame necessário, conforme disposto no art. 496, § 3º,inc. I do CPC.
Honorários periciais já requisitados (ID: 22453464 p. 1).
Havendo recurso, intime-se a parte contrária para apresentar contrarrazões e, em seguida, encaminhem-se os autos ao TRF, com nossas homenagens.
Transitada em julgado e nada sendo requerido em 5 dias, arquivem-se os autos.
Pimenta Buenoterça-feira, 30 de abril de 2019
Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro, CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO Processo: 7000617-92.2018.8.22.0009
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
Assunto: Indenização por Dano Moral, Acidente de Trânsito, Indenização por Dano Material
EXEQUENTE: EDIVANIA DOS SANTOS CPF nº 015.242.607-89, RUA RUA PARÁ n 2005 ENCONTRO DAS ÁGUAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: KLEBER FREITAS PEDROSA ALCANTARA OAB nº RO3689
EXECUTADO: CAIO ANDRE DE OLIVEIRA BARRETO CPF nº 025.332.200-60, RUA RUI BARBOSA n 130 BEIRA RIO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: SAMMUEL VALENTIM BORGES OAB nº RO4356, HEVANDRO SCARCELLI SEVERINO OAB nº RO3065
Vistos.
Indefiro o pedido de expedição de oficio aos Cartórios de Registro de Imóveis locais, pois a diligencia visando a busca de bens é atribuição da parte exequente.
Concedo 15 dias para indicar bens para penhora, sob pena de suspensão.
decorrido o prazo, conclusos.
Pimenta Bueno, 30 de abril de 2019
Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro, CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO 7000750-71.2017.8.22.0009
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE PIMENTA BUENO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO
EXECUTADO: MANOEL BARBOSA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
SENTENÇA
Diante do pagamento do débito, conforme comprovante de levantamento nos autos, dou por cumprida a obrigação e, consequentemente, julgo extinto o feito com fulcro no artigo 924, II, do Código de Processo Civil.
Sem custas.
P. R. I. C. Independente do trânsito em julgado, arquivem-se.
Pimenta Bueno, 30 de abril de 2019
Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro, CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO 7003699-34.2018.8.22.0009
EMBARGANTE: MARIA SOUZA LIMA
ADVOGADO DO EMBARGANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
EMBARGADOS: CICLO CAIRU LTDA, E. MONTEIRO ROCHA - ME, EUFLAVIO ODILON RIBEIRO, ELOILDE MONTEIRO ROCHA, JOAQUIM SANTOS ROCHA
ADVOGADOS DOS EMBARGADOS: FABIANA RIBEIRO GONCALVES LIMA OAB nº RO2800, WELITON MARIANO DE ASSIS OAB nº RR1436
SENTENÇA
I – RELATÓRIO.
MARIA SOUSA LIMA, ajuizou ação de embargos de terceiros em face de CICLO CAIRU LTDA, ambos qualificados no processo, alegando que não faz parte do polo passivo da ação n. 7002155-79.2016.8.22.0009, ou seja, não é Executada no referido processo e sua propriedade não pode ser penhorado.
Afirma que o lote de terras urbano sob n° 13, da quadra n° 107, zona 12, loteamento Pintolândia I, Bairro Pintolândia, na cidade de Boa Vista-RR, não pertence aos executados desde 19 de Agosto 2003, data esta que venderam o imóvel para a Embargante, Sra, Maria Souza Lima, pelo valor de cinco mil reais pagos à vista, conforme recibo declaratório de compra e venda em anexo, e desde então vem exercendo sua posse, motivo pelo qual requer a desconstituição da penhora.
Apresentou procuração e documentos.
Citado (ID: 22470596 p. 1), o embargado CICLO CAIRU LTDA, apresentou contestação aos embargos (ID: 23084192 p. 1 a 3).
Afirma que as alegações da embargante não devem prosperar, pela simples análise dos documentos acostados ao processo, tendo em vista que certidão do imóvel está em nome da executada do processo principal E. Monteiro Rocha ME. e a procuração apresentada pela Embargante não servir com prova suficiente de que é proprietária do imóvel penhorado.
Ressalta que o recibo declaratório de compromisso de compra e venda também não é prova irrefutável da venda do imóvel, mesmo porque o referido imóvel continua em nome de E. Monteiro Rocha ME. Tanto que no dia 08 de Abril de 2015, os devedores do processo principal assinaram Instrumento Particular de Confissão de Dívida oferecendo em garantia hipotecária o referido imóvel, sendo tudo registrado no cartório de registro de imóveis.
Requer o julgamento pela improcedência dos presentes embargos de terceiros.
A embargante não se manifestou impugnando a contestação (ID: 26611591 p. 1).
É o relatório.
II - FUNDAMENTAÇÃO.
DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE.
Em análise aos autos, verifica-se que a questão de MÉRITO dispensa a produção de prova em audiência, logo, há que se promover o julgamento antecipado da causa, na forma do art. 355, inciso I, do novo Código de Processo Civil.
Conforme entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder". (STJ – 4ª Turma, Resp 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14.08.1990, e publicado no DJU em 17.09.90, p. 9.513).
DO MÉRITO.
A embargante ajuíza estes embargos de terceiro alegando que não faz parte do polo passivo da ação n. 7002155-79.2016.8.00.009, ou seja, não é Executada no referido processo e que seu imóvel, portanto, não pode ser penhorado, devendo ser desconstituída a constrição.
O embargado alega, em síntese, que a Embargante não fez prova de que o bem é de sua propriedade.
A questão dispensa um maior arrazoado.
Assiste razão o Embargado quanto à não comprovação de venda do imóvel sobre o qual recai a penhora no processo n. 7002155-79.20168.22.0009, logo, também não restou comprovada a propriedade da Embagante.
A Embargante afirma que teria comprado o imóvel - lote de terras urbano sob n° 13, da quadra n° 107, zona 12, loteamento Pintolândia I, Bairro Pintolândia, na cidade de Boa Vista-RR - no ano de 2003.
A Embargante apresentou documento "Recibo declaratório de Compra e Venda de Bens Imóvel", celebrado entre a executada Sra. Eloilde Monteiro Rocha, seu esposo e a Embargante, Sra. Maria Sosa Lima, descrevendo o imóvel objeto do negócio e destaco as características que apontam como sendo o de n. 2175, 12m de frente por 25 de fundo, com área total de 300 m2.
A Embargante juntou também o documento que se trata de procuração outorgada pela Executada e seu esposo à pessoa da Embargante, Sra. Maria Sousa Lima, em 12/01/2011, cujo objeto é a concessão de poderes que recaem sobre o imóvel descrito como sendo: lote de terras urbano n. 13, da quadra n. 107, zona 12, nesta cidade, com os seguintes limites e metragens: Frente com a Rua S-5, medindo 12,50 metros; Fundos com o lote n. 06, medindo 12,50 metros; Lado Direito com o lote n. 14, medindo 25,00 metros e Lado Esquerdo com lote n. 12, medindo 25,00 metros, ou seja, com área total de 312,50m2.
Desta forma, pelo número e área dos imóveis, verifica-se que não se fez prova de que se trata do mesmo bem.
Como é sabido ainda, a propriedade de imóvel se comprova através do respectivo registro de matrícula no imóvel e a Embargante não fez prova de que a certidão de matrícula atualizada encontra-se em seu nome. O Embargado, por sua vez, apresentou referido documento nos autos n. 7002155-79.2016.8.22.0009 (ID Num. 18039344 - Pág. 3 e 4), comprovando que o imóvel pertence à executada e consta devidamente averbada tanto a hipoteca em favor do Embargado como a penhora objeto dos presentes Embargos de Terceiros.
Assim, não merece acolhida o pedido apresentado pela Embargante, devendo ser mantida a constrição sobre o bem no processo de n. 7002155-79.2016.8.22.0009.
III - CONCLUSÃO.
Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os embargos de terceiros ofertados por MARIA SOUSA LIMA em face de CICLO CAIRU LTDA, ambos qualificados no processo e, em consequência, DECLARO subsistente a constrição judicial realizada nos autos de execução 7002155-79.2016.8.22.0009, determinando o prosseguimento da execução em seus ulteriores termos.
Traslade-se cópia desta SENTENÇA no processo de execução 7002155-79.2016.8.22.0009.
JULGO RESOLVIDA a presente ação, com análise do MÉRITO, na forma do art. 487, inciso I, do CPC.

CONDENO a embargante ao pagamento dos honorários advocatícios, os quais arbitro, na forma do art. 85, § 2º do Código de Processo Civil, em 10% sobre o valor atualizado da causa e ao pagamento das custas processuais, com a ressalva do art. 98, §3º do CPC.
Caso haja recurso, intime-se a parte contrária para contrarrazões e, após, encaminhem-se os autos ao TJ/RO, com nossas homenagens.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado a presente, em nada sendo requerido em cinco dias, ao arquivo com as anotações necessárias.
Pimenta Buenoterça-feira, 30 de abril de 2019
Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro, CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO 7003958-29.2018.8.22.0009
REQUERENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP
ADVOGADO DO REQUERENTE: NOEL NUNES DE ANDRADE OAB nº RO1586, GEISIELI DA SILVA ALVES OAB nº RO9343, EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS OAB nº RO2930
SENTENÇA
HOMOLOGO o acordo havido entre as partes, o qual se regerá pelas cláusulas e condições constantes na petição inicial de ID 24912009 para que produza seus efeitos jurídicos e legais.
Como consequencia, CONSOLIDO a posse e propriedade plena do veiculo em favor do credor fiduciário (autor da ação).
Expeça-se Alvará Judicial autorizando que o Banco Credor transfira a propriedade do veiculo a terceira pessoa por ele indicada no CRV, mediante pagamento das taxas devidas administrativamente ao Detran/ciretran.
Determinei ainda a retirada da restrição via RENAJUD, conforme anexo.
Em consequência, JULGO EXTINTO o processo com resolução de MÉRITO, nos moldes do artigo 487, III, “b”, do NCPC.
Sem custas.
P.R.I.C. e arquivem-se.
Pimenta Buenoterça-feira, 30 de abril de 2019
Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro, CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO 7003482-88.2018.8.22.0009
EXEQUENTE: SAMELLA DANIELY ALENCAR TEIXEIRA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
EXECUTADO: DARLLIN DA SILVA TEIXEIRA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
SENTENÇA
HOMOLOGO, por SENTENÇA, para que surtam os devidos e legais efeitos, o pedido de extinção formulado pela parte autora (ID 25501775). Em consequência julgo extinto o processo com fulcro no artigo 485, VIII, do NCPC.
Sem custas finais.
P. R. I. C. Oportunamente, arquivem-se.
terça-feira, 30 de abril de 2019Pimenta Bueno
Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro, CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO 7004570-64.2018.8.22.0009
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE PIMENTA BUENO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO
EXECUTADO: ROMENIGUE GOBBI GOIS
ADVOGADO DO EXECUTADO:
SENTENÇA
Diante do pagamento do débito, conforme comprovante de levantamento nos autos, dou por cumprida a obrigação e, consequentemente, julgo extinto o feito com fulcro no artigo 924, II, do Código de Processo Civil.
Sem custas.
P. R. I. C. Independente do trânsito em julgado, arquivem-se.
Pimenta Bueno, 30 de abril de 2019
Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro, CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO 7002951-02.2018.8.22.0009
AUTOR: VILTON GONCALVES LIMA
ADVOGADO DO AUTOR: VALERIA PINHEIRO DE SOUZA OAB nº RO9188, RUBENS DEMARCHI OAB nº RO2127
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
I - RELATÓRIO.
VILTON GONÇALVES LIMA, ajuizou a presente ação em face de INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, ambos qualificados, pretendendo a concessão de aposentadoria rural por idade com pedido de antecipação de tutela.
Alega que exerceu atividade rural por muito mais de 15 anos e que completou 60 (sessenta) anos de idade no ano de 2018.
Relata que requereu junto ao INSS o beneficio de aposentadoria rural por idade em 12/04/2018, sendo indeferido o pedido administrativo com alegação, de que falta de comprovação de atividade rural em número de meses idênticos à carência do benefício.
Com a inicial apresentou procuração e documentos.
O requerido foi citado (ID: 19547208 p. 1) e apresentou contestação (ID: 20464617 p. 1 a 7).
Alega falta de interesse de agir e requer a extinção do processo por carência da ação, em razão do requerido não ter apresentado indeferimento administrativo do pedido.
A parte autora apresentou réplica (ID: 21185663 p. 1 a 7).

DESPACHO saneador designando data para realização de instrução e julgamento (ID: 21255785 p. 1 e 2).
Realizada audiência (ID: 24825922 p. 1), foram colhidos os depoimentos da parte autora e das testemunhas arroladas, tendo a parte autora apresentado alegações finais remissivas e reiterou o pedido de concessão da tutela de urgência
Decorreu o prazo sem que a parte requerida apresentasse alegações finais (ID: 26818472 p. 1).
Após, os autos vieram conclusos.
É o relatório. Decido.
II – FUNDAMENTAÇÃO.
Versam os presentes autos sobre Ação ordinária de concessão de aposentadoria rural por idade formulada por VILTON GONÇALVES LIMA em face de INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS.
Não há preliminares ou questões pendentes. Passo a decidir quanto ao MÉRITO.
Para a concessão do benefício pretendido faz-se necessário o preenchimento dos requisitos legais.
Nos termos do artigo 48 e §§ da Lei nº 8.213/91 e 183 do Decreto 3.048/99 (Regulamento da Previdência Social), a aposentadoria por idade de rurícola, no valor de 1 (um) salário mínimo, é devida aos segurados especiais que exerçam suas atividades individualmente

ou em regime de economia familiar, com ou sem auxílio eventual de terceiros, que comprovem o exercício de atividade rural em período igual ao número de meses correspondentes à carência do benefício, conforme tabela progressiva do art. 142 da Lei 8.213/91 e a idade mínima exigida (60 ou 55 anos, se homem ou mulher, respectivamente).
Sabe-se que a concessão de aposentadoria por idade ao segurado trabalhador rural depende da implementação de três requisitos, a saber, idade mínima, qualidade de segurado e prova do exercício da atividade rural durante o período de carência.
De acordo com os documentos pessoais da parte autora, verifica-se que completou 60 anos de idade em 06/04/2018, portanto, precisa comprovar, necessariamente, o exercício da atividade rural pelo período de 180 (cento e oitenta) meses, impreterivelmente.
A qualidade de segurado especial e o período mínimo de carência se encontram devidamente demonstrados nos autos, através dos documentos que instruíram a inicial, como escrituras públicas de compra e venda de imóveis rurais, contrato de compra e venda de imóvel rural, declaração referente à comercialização de leite no período de 1996 a 2014, documentos probatórios de declaração de endereço residencial rural nos anos de 2001 a 2004, comprovante de recolhimento de tributo sobre propriedade rural – ITR – referente aos anos de 2015 a 2017, notas fiscais referentes à produção e comercialização de leite e a compras de materiais de uso no desenvolvimento de atividades rurais. Todos os documentos citados constituem início razoável de prova material quanto ao efetivo exercício de atividade rural pelo tempo mínimo exigido.
Não bastasse o início das provas documentais, comprovando que a autora exerce atividade rural, as testemunhas ouvidas em juízo confirmaram que a autora exerce atividade laboral rural há mais de 15 anos anos, em regime de economia familiar.
A testemunha Derli Izabel da Silva disse que conhece o autor desde o ano 2003; o autor tinha propriedade em Mirante da Serra; conhece a propriedade atual do autor, foi lá visitá-lo; por toda vida ele trabalhou no sítio com a família, nunca teve empregados e é pequeno produtor.
A testemunha Sebastião Fernandes da Costa afirmou que conhece o autor há 33 anos; ele sempre foi produtor rural; sempre teve contato com o autor, mesmo ele tendo mudado várias vezes de endereço; não se recorda do autor ter trabalhado na cidade ou residido.
No mesmo sentido, a testemunha Alencar Weiss disse que conhece o autor há dois anos; o autor tira leite e vende; sabe que o autor tem sua renda do trabalho rural e é o próprio autor quem desenvolve a atividade; o autor tem de 30 a 40 cabeças de gado e não é grande produtor.
Assim, os documentos juntados aos autos corroborados com prova testemunhal, há de reconhecer que a parte autora exerceu atividade rural por período superior aos 15 anos exigidos pela lei, razão porque faz jus ao benefício pleiteado.
O termo inicial para pagamento do benefício é a partir do requerimento administrativo de aposentadoria por idade rural em 12/04/2018, uma vez que há nos autos prova que desde essa data a parte autora já possuía a idade mínima, a qualidade de segurado e a prova do exercício da atividade rural durante o período de carência para a concessão da aposentadoria por idade rural.
III – DISPOSITIVO.
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial da ação movida por VILTON GONÇALVES LIMA em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, e em consequência:
1. CONDENO o requerido a implementar em favor da autora o benefício de APOSENTADORIA POR IDADE RURAL, retroativamente, a partir do requerimento administrativo em 12/04/2018, inclusive o 13º salário, incidindo correção monetária a partir do vencimento de cada prestação do benefício, nos termos da Lei n. 6.899/81, bem como juros de mora, os quais fixo em 0,5% ao mês, nos termos da Lei 11.960/2009, a partir da citação, descontando-se os valores recebidos a título do benefício assistencial – LOAS.
1.1. As prestações em atraso devem ser pagas de uma só vez, monetariamente corrigidas de acordo com a Lei n. 6.899/81, pelos índices previstos no Manual de Cálculos da Justiça Federal, aprovado pelo Conselho da Justiça Federal, incidindo tal correção desde a data do vencimento de cada parcela em atraso (Súmula n. 148 do STJ).
2. Por considerar presentes os requisitos legais, em especial a plausibilidade do direito invocado, nos termos da fundamentação supra e pelo risco de dano irreparável à parte autora, a qual necessita do benefício para assegurar sua sobrevivência em condições dignas, CONCEDO a ANTECIPAÇÃO DE TUTELA pleiteada e determino que a parte requerida implemente o benefício em favor da parte autora, no prazo de 20 (dez) dias.
3. O INSS, sendo autarquia federal, não está sujeito ao pagamento de custas processuais no Estado de Rondônia.
4. CONDENO o requerido ao pagamento de 10% (dez por cento) a título de honorários advocatícios nos termos do artigo 20, §§ 3º e 4º do CPC, excluindo-se as parcelas vincendas nos termos da Súmula n.º 111 do STJ.
5. Julgo resolvida a presente ação, com análise do MÉRITO, na forma do art. 487, inc. I do CPC.
6. SENTENÇA não sujeita a reexame necessário, conforme disposto no art. 496, § 3º, I, do CPC.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado e nada sendo requerido pelas partes no prazo de 5 (cinco) dias, arquive-se.
Pimenta Buenoterça-feira, 30 de abril de 2019
Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro, CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO 7001935-76.2019.8.22.0009
Procedimento Comum
AUTOR: RAQUEL BORGES FERREIRA CPF nº 005.764.402-05, SEM ENDEREÇO
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL CNPJ nº 29.979.036/0001-40, SEM ENDEREÇO
DECISÃO:
Declaro-me impedida para apreciar o presente processo, nos termos do artigo 144, inciso III, do Código de Processo Civil.
Ao Cartório para que proceda sua redistribuição.
25 de março de 2019
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro, CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO 7001938-31.2019.8.22.0009
Aposentadoria por Invalidez, Auxílio-Doença Previdenciário
vinte e dois mil, quatrocentos e setenta reais e trinta centavos
AUTOR: DANIEL SOARES DO NASCIMENTO
ADVOGADO DO AUTOR: PEDRO HENRIQUE CARVALHO DE SOUZA OAB nº RO8527, SEM ENDEREÇO
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA, SEM ENDEREÇO
DECISÃO COM FORÇA DE INTIMAÇÃO
Defiro os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita.
Considerando a Recomendação Conjunta 01, de 15 de Dezembro de 2015, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a adoção de procedimentos uniformes nas ações judiciais que envolvam a concessão de benefícios previdenciários de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e auxílio-acidente e dá outras providências, desde logo determino a realização de prova pericial médica.

Para tanto, NOMEIO como perito judicial o Dr. LAERTE MENDES FERRAZ JÚNIOR, CRM/RO 3639, brasileiro, médico, podendo ser localizado na MEDCLÍNICA: Rua Antônio de Paula Nunes, 1459, Bairro Centro, Cacoal/RO, que deverá exercer seus mister sob a fé de seu grau.

Quanto ao valor dos honorários, necessário esclarecer que recentemente a Justiça Federal devolveu todas as requisições feitas por este Juízo que ultrapassaram o valor de R$ 200,00, mesmo nos casos em que as perícias já tinham sido realizadas, alegando ser este o valor máximo previsto na Resolução n. 305/2014, do Conselho da Justiça Federal.

Diante disso, este Juízo começou a fixar os honorários periciais no importe de R$ 200,00 (duzentos reais) para todas as perícias.

No entanto, houve recusa de todos os médicos que realizavam perícias nesta Vara, obviamente em razão do baixo valor fixado, o qual não remunerava adequadamente e não se mostrava condizente com todo o serviço desempenhado, o que ocasionou prejuízo ao trâmite processual e principalmente à parte que alega necessitar do benefício de caráter alimentar.

Cumpre destacar que o fato fora comunicado ao Diretor da Justiça Federal, por meio do Ofício Conjunto nº 01/2018/GAB, no qual os Juízos das Varas Cíveis desta Comarca expuseram a preocupante situação, entretanto, não se obteve retorno ainda, tampouco fora tomada medida visando solucionar a questão.

Portanto, considerando a ausência de médicos peritos habilitados na Comarca de Pimenta Bueno, o que obriga a se socorrer dos poucos médicos que atendem nas duas comarcas próximas; considerando a carência de médicos peritos na região, haja vista que apenas 02 médicos aceitaram realizar as perícias; considerando o volume expressivo de perícias que são agendadas para os poucos médicos; considerando o número elevado de quesitos que são apresentados ao perito; em consonância com os princípios da economia e celeridade processuais, visando resguardar o direito autoral de acesso à Justiça, garantido constitucionalmente, FIXO os honorários periciais em R$ 400,00.

Determino ao Cartório que conste, na íntegra, a justificativa acima quando da requisição do pagamento.

O perito nomeado responderá aos quesitos constantes no Anexo da Recomendação Conjunta – Quesitos Unificados, os quais foram elaborados contemplando todas as situações possíveis, os quais seguem abaixo.

QUESITOS DO JUÍZO:

I - DADOS GERAIS DO PROCESSO

a) Número do processo

b) Juizado/Vara

II - DADOS GERAIS DO(A) PERICIANDO(A)

a) Nome do(a) autor(a)

b) Estado civil

c) Sexo

d) CPF

e) Data de nascimento

f) Escolaridade

g) Formação técnico-profissional

III - DADOS GERAIS DA PERÍCIA

a) Data do Exame

b) Perito Médico Judicial/Nome e CRM

c) Assistente Técnico do INSS/Nome, Matrícula e CRM (caso tenha acompanhado o exame)

d) Assistente Técnico do Autor/Nome e CRM (caso tenha acompanhado o exame)

IV - HISTÓRICO LABORAL DO(A) PERICIADO(A)

a) Profissão declarada

b) Tempo de profissão

c) Atividade declarada como exercida

d) Tempo de atividade

e) Descrição da atividade

f) Experiência laboral anterior

g) Data declarada de afastamento do trabalho, se tiver ocorrido

V- EXAME CLÍNICO E CONSIDERAÇÕES MÉDICO-PERICIAIS SOBRE A PATOLOGIA

a) Queixa que o(a) periciado(a) apresenta no ato da perícia.

b) Doença, lesão ou deficiência diagnosticada por ocasião da perícia (com CID).

c) Causa provável da(s) doença/moléstia(s)/incapacidade.

d) Doença/moléstia ou lesão decorrem do trabalho exercido Justifique indicando o agente de risco ou agente nocivo causador.

e) A doença/moléstia ou lesão decorrem de acidente de trabalho Em caso positivo, circunstanciar o fato, com data e local, bem como se reclamou assistência médica e/ou hospitalar.

f) Doença/moléstia ou lesão torna o(a) periciado(a) incapacitado(a) para o exercício do último trabalho ou atividade habitual Justifique a resposta, descrevendo os elementos nos quais se baseou a CONCLUSÃO.

g) Sendo positiva a resposta ao quesito anterior, a incapacidade do(a) periciado(a) é de natureza permanente ou temporária Parcial ou total

h) Data provável do início da(s) doença/lesão/moléstias(s) que acomete(m) o(a) periciado(a).

i) Data provável de início da incapacidade identificada. Justifique.

j) Incapacidade remonta à data de início da(s) doença/moléstia(s) ou decorre de progressão ou agravamento dessa patologia Justifique.

k) É possível afirmar se havia incapacidade entre a data do indeferimento ou da cessação do benefício administrativo e a data da realização da perícia judicial Se positivo, justificar apontando os elementos para esta CONCLUSÃO.

l) Caso se conclua pela incapacidade parcial e permanente, é possível afirmar se o(a) periciado(a) está apto para o exercício de outra atividade profissional ou para a reabilitação Qual atividade

m) Sendo positiva a existência de incapacidade total e permanente, o(a) periciado(a) necessita de assistência permanente de outra pessoa para as atividades diárias A partir de quando

n) Qual ou quais são os exames clínicos, laudos ou elementos considerados para o presente ato médico pericial

o) O(a) periciado(a) está realizando tratamento Qual a previsão de duração do tratamento Há previsão ou foi realizado tratamento cirúrgico O tratamento é oferecido pelo SUS

p) É possível estimar qual o tempo e o eventual tratamento necessários para que o(a) periciado(a) se recupere e tenha condições de voltar a exercer seu trabalho ou atividade habitual (data de cessação da incapacidade)

q) Preste o perito demais esclarecimentos que entenda serem pertinentes para melhor elucidação da causa.

r) Pode o perito afirmar se existe qualquer indício ou sinais de dissimulação ou de exacerbação de sintomas Responda apenas em caso afirmativo.

Diante disso, INDEFIRO os quesitos já formulados pelo autor e os que vierem a ser formulados pelo INSS, haja vista que o laudo a ser apresentado pelo perito nomeado, respondendo os quesitos padrão, são suficientes para esclarecimentos da causa.

Nos termos da lei, poderão as partes indicar assistente técnico, no prazo de 15 (quinze) dias, o qual deverá apresentar seu parecer no prazo de 15 (quinze) dias após a entrega de laudo pericial.

Intimem-se as partes pelo Sistema PJE e o perito por e-mail, como de costume ou PJE se já cadastrado (laertemendes@hotmail.com)

O prazo para entrega do laudo pericial é de 30 dias, contados da data da realização da perícia.

Intime-se o INSS para conhecimento desta DECISÃO, bem como da data para realização da perícia, ciente de que sua citação ocorrerá somente após a juntada do laudo pericial.

INTIME-SE o perito sobre a nomeação, bem como para que, no prazo de 05 dias, indique local, data e horário para a realização da pericia, observando que a data indicada deve ter antecedência de, no mínimo, 40 dias contados da data que protocolizar a resposta na Escrivania, a fim de possibilitar a intimação das partes a tempo.

Com a juntada do laudo, independente de nova CONCLUSÃO, REQUISITEM-SE OS HONORÁRIOS DO PERITO, cite-se e intime-se o INSS, onde o requerido poderá apresentar proposta de acordo, conforme Recomendação do CNJ ou apresentar a contestação.

Apresentado proposta de acordo ou contestação, intime-se a parte autora para manifestação em 15 dias.
O prazo para contestação é de 30 (trinta) dias úteis (art. 183 c/c 219 e parágrafo único, do CPC), contados da citação.
A citação e intimação da autarquia deverá ocorrer pelo Pje.
DESPACHO SERVINDO COMO CARTA/MANDADO
Dr. LAERTE MENDES FERRAZ JÚNIOR, CRM/RO 3639, brasileiro, médico, podendo ser localizado na MEDCLINICA: Rua Antônio de Paula Nunes, 1459, centro, Cacoal/RO.
AUTOR: DANIEL SOARES DO NASCIMENTO CPF nº 085.226.932-34, SEM ENDEREÇO
30 de abril de 2019
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Rua Casimiro de Abreu, nº 237, Bairro Centro, CEP 76.970-000, Pimenta Bueno, RO 7001745-16.2019.8.22.0009
AUTORES: D. F. F., M. D. L. F.
ADVOGADOS DOS AUTORES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
RÉUS: M. C., E. F.
ADVOGADOS DOS RÉUS:
DESPACHO:
Vistos.
1. Processa-se em segredo de justiça nos termos do art. 189, II1 do CPC.
2. Verifico que os requeridos encontram-se em local incerto e não sabido, conforme ventilado na peça de ingresso e, diante disso, deixo de designar audiência de conciliação.
3. CITE-SE e INTIME-SE os requeridos por EDITAL, com as advertências de se não contestada a ação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor. (3442, CPC).
3.1 Transcorrido o prazo de Contestação, remeta-se os autos para Defensoria Pública do Estado de Rondônia para atuação como curadora especial.
4. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 dias úteis, apresente manifestação, nos termos do art. 3503, do CPC.
5. Após, encaminhem-se ao NUPS para a realização de estudo psicossocial com as partes, cujo relatório deve ser entregue no prazo de 30 dias, contados do recebimento.
6. Com apresentação do estudo retrocitado, ao Ministério Público para análise e parecer no prazo de 15 dias.
7. Ciência ao Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

DESPACHO COM FORÇA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO SERVINDO COMO EDITAL PARA SER PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA ELETRÔNICO.
Processo: 7001745-16.2019.8.22.0009.
FINALIDADE: CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DOS REQUERIDOS EDIMAR FRAGOSO e MIRIÃ CORREIA.
Requerentes: MARIA DE LOURDES FRAGOSO E DAVI FRANCISCO FRAGOSO.
Requeridos: EDIMAR FRAGOSO e MIRIÃ CORREIA atualmente em local incerto e não sabido.
Menor: P. H. F
Prazo: 30 dias.
1II - que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes;
2Art. 344. Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor;
3Art. 350. Se o réu alegar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, este será ouvido no prazo de 15 (quinze) dias, permitindo-lhe o juiz a produção de prova.
29 de abril de 2019
Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida
Juíza de Direito

COMARCA DE ROLIM DE MOURA

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Rolim de Moura-RO
e-mail: rmm1criminal@tjro.jus.br
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Vara Criminal de Rolim de Moura – RO
Expediente do dia 2 de maio de 2019
Juíza de Direito: Dra. Cláudia Vieira Maciel de Sousa

Proc.: 0000072-07.2019.8.22.0010
Autor: Juízo da Vara Criminal de Rolim de Moura/RO
FINALIDADE S
1 – Intimar as entidades abaixo mencionadas, por seus representantes legais, de todo o teor da DECISÃO que segue: "Concedido prazo para regularização de documentos faltantes, foi feito reexame para habilitação de entidades no cadastro que a tornará aptas a apresentar projetos sociais neste juízo. Após reexame, este juízo RECEBE o cadastramento das seguintes entidades, as quais passam a integrar a lista geral:
01 – Associação Beneficente Mulheres de Lenço – CNPJ.: 25.115.850/0001-66
Endereço: Avenida Guaporé 4585 – Bairro Centro - Rolim de Moura/RO
Endreço eletrônico: não informado - Telefone: não informado
Presidente: Leonora Ferreira Francisco – CPF.: 530.717.949-91
Ata de Eleição – Protocolo de Registro 14.271 Registro AV-3-2222
Gestão 2019/2022 – ref.: mês 03 (3 anos conforme estatuto)
Responsável pela elaboração dos projetos: A própria presidente
2 – Associação de Artes Marciais Pequeno Dragão – CNPJ: 07.775.634/0001-65
Endereço: Avenida Boa Vista 5696 – Bairro São Cristovão – Rolim de Moura/RO
Endereço eletrônico: silviokarate@hotmail.com – Telefone: 98432-5548
Presidente: Sr. Silvio Roberto Rodrigues – CPF.: 288.111.272-20
Ata de Eleição – Protocolo de Registro 13.395 – Registro AV-7/1.462
Gestão 2017/2021– ref.: mês 07
Responsável pela elaboração dos projetos: o próprio presidente da entidade;
3 – Conselho Escolar Carlos Drumond de Andrade – CDA – CNPJ.: 01.671.354/0001-20
Endereço: Avenida Macapá 6253 – São Cristovão – Rolim de Moura/RO
Endereço eletrônico: escola.cda@gmail.com – Telefone: 3442-2700
Presidente: Rita de Cássia de Souza Cabral Degam – CPF.: 286.663.212-53
Ata de Eleição – Protocolo de Registro 14.219 – Registro AV-18.1.331
Gestão 2019/2022– ref.: mês 07
Responsável pela elaboração dos projetos: Ana Lúcia Costa
4 – Entidade Pro Menor São Daniel Comboni – CNPJ.: 10.926.286/0001-94
Endereço: Avenida Sete de Setembro 6033 – Boa Esperança - Rolim de Moura/RO
Endereço eletrônico: pastoraldomenorrm@gmail.com – Telefone: 3442-4855
Presidente: Selma Florentina da Silva – CPF.: 127.416.308-01
Ata de Eleição – Protocolo de Registro 13.054 - Registro Av.02-2.171
Gestão 2019-22021 – ref. mês 01 (3 anos conforme estatuto)
Responsável pela elaboração dos projetos:
Indeferidas:
1 – Associação Semeando Letras e Cidadania – ASELCI –CNPJ.: 14.238.834/0001-44;

2 – Conselho Escolar Coronel Aluízio Pinheiro Ferreira – CNPJ.: 84.650.894/0001-55
3 – Instituto Educacional de Proerdianos e Polícia Mirim de Rolim de Moura -
CNPJ.: 02.435.959/0001-85
Isto posto, DETERMINO:
Publique-se a presente, via DJE e ainda no átrio do Fórum, bem como proceda-se a divulgação em sites locais. As entidades recebidas poderão apresentar projetos a partir do dia 02/05/2019. O período para apresentação é de 30 (trinta) dias, devendo as entidades atentarem-se para a validade do orçamento. NOMEIO COMO MEMBROS da COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE RELEVÂNCIA DO PROJETO E SE ATENDE A FINALIDADE ESTABELECIDA PELO CNJ E PROVIMENTO CONJUNTO DO TJRO E AINDA ESTABELECER ORDEM CLASSIFICATÓRIA: - Solange Aparecida Gonçalves – Cadastro; - Rosimar Miranda de Souza Oliveira Degam – Cadastro 206715-3; - Antônio Carlos Zandonadi – Cadastro 205993-2. Dê-se ciência ao MP da lista geral das entidades cadastradas, bem como da comissão para avaliação de relevância de projeto. Cumpra-se.
2 – INTIMAR TODAS AS ENTIDADES CUJOS CADASTROS FORAM RECEBIDOS, por seus representantes legais, para apresentarem os projetos, no prazo de 30 dias contados do dia 02/05/2019, devendo atentar-se para a validade do orçamento. Dra. Cláudia Vieira Maciel de Sousa, Juíza de Direito da Vara Criminal. Eu, Solange Aparecida Gonçalves, Diretora de Cartório, mandei lavrar o presente.osf
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES,
Escrivão: rmm1criminal@tjro.jus.br
Juiz: rmmjuiz@tjro.jus.br
Solange Aparecida Gonçalves

Diretora de Cartório

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76.940-000, Rolim de Moura, RO
7002047-42.2019.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Medicamentos
R$4.704,36
REQUERENTE: IRANI FERREIRA DE CRUZ CPF nº 586.661.172-49, AV. VITÓRIA 3281 JARDIM TROPICAL - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, AV. VITÓRIA 3281 JARDIM TROPICAL - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA CNPJ nº 00.394.585/0001-71, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, SEM ENDEREÇO
Uma vez que Irani noticiou o descumprimento da ordem judicial, determino a intimação do procurador do Estado a esclarecer as providências que vêm sendo tomadas para a entrega de etexilato de dabigatrana (Pradaxa) 150mg; Cloridrato de Pioglitazona (Stanglit) 30mg; gliclazida (Diamicron) MR 60MG; de sitagliptina e cloridrato de metformina (Nimegon) 100mg; Cloridrato de Amilorida + Hidroclorotiazida (Modurect) 25mg/2,5mg; Pantoprazol 40mg e ácido acetilsalicílico (Somalgin Cardio) 8mg.
Não havendo notícia do fornecimento, defiro desde já o confisco de R$ 1.568,12 (ID: 26773296, p. 1 – menor preço) da conta bancária do executado, para o custeio de dois meses de trato, pois que a imposição de bloqueio ou sequestro de verbas públicas apresenta-se mais apta a garantir o cumprimento da determinação judicial de fornecimento de medicamentos pelo Poder Público, na medida em que, mesmo não atendido o comando sentencial, o sequestro dos valores será suficiente para agasalhar a pretensão do enfermo e garantir, de forma eficaz, o seu direito à saúde (TJSC, 0000268-45.2011.8.24.0060, rel. Des. Jorge Luiz de Borba, 1ª Câmara de Direito Público, j. 06-06-2017).
Nesse caso, providencie-se o necessário para o levantamento do valor (transferências, alvarás etc.).
Serve esta de MANDADO, carta, ofício etc.
Rolim de MouraRO, terça-feira, 30 de abril de 2019 às 13:23
Cláudia Vieira Maciel de Sousa
Juiz(a) de Direito

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Rolim de Moura - Juizado Especial
Processo: 7002300-64.2018.8.22.0010
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: SELMA SILVESTRE COUTRIM MEIRA
EXECUTADO: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogado(s) do reclamado: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA
Advogado do(a) EXECUTADO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835
Intimação/DESPACHO.
Fica a parte requerida, por meio de seu(sua)(s) advogado(a)(s), intimada, para no prazo de 30 dias dar cumprimento da obrigação de fazer, DESPACHO (Id 24827116).
Rolim de Moura/RO, 30 de Abril de 2019

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76.940-000, Rolim de Moura, RO
0000033-78.2017.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos
R$1.078,98
REQUERENTE: LAURA CATARINA BONI SEGURO CPF nº 055.724.802-74, LINHA 25 S/N, SAÍDA P/ PIMENTA - DISTRITO DE NOVA ESTRELA KM 26 - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, LINHA 25 S/N, SAÍDA P/ PIMENTA - DISTRITO DE NOVA ESTRELA KM 26 - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA CNPJ nº 00.394.585/0001-71, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, SEM ENDEREÇO
Considerando-se que o(s) documento(s)[1] apresentado(s) pelo(a) exequente comprovaria(m) a utilização do dinheiro sequestrado, no custeio do tratamento objeto da condenação, e que com tal ajuste estaria de acordo o executado, pois reparo algum lhe fez, tem-se por correto o acerto de contas.
De outro lado, o exequente noticiou outra vez o descumprimento da ordem judicial, motivo por que determino a intimação do procurador do Estado a esclarecer as providências que vêm sendo tomadas para o fornecimento do remédio Keppra (Levetiracetam) e do tratamento terápico (equoterapia, fonoaudiologia).
Não havendo notícia de que cumprida a obrigação, defiro desde já o confisco de R$ 3.110,00[2] da conta bancária do executado, para o custeio de dois meses de trato, pois que a imposição de bloqueio ou sequestro de verbas públicas apresenta-se mais apta a garantir o cumprimento da determinação judicial de

fornecimento de medicamentos pelo Poder Público, na medida em que, mesmo não atendido o comando sentencial, o sequestro dos valores será suficiente para agasalhar a pretensão do enfermo e garantir, de forma eficaz, o seu direito à saúde (TJSC, 0000268-45.2011.8.24.0060, rel. Des. Jorge Luiz de Borba, 1ª Câmara de Direito Público, j. 06-06-2017).
Nesse caso, providencie-se o necessário para o levantamento do valor (transferências, alvarás etc.).
Serve esta de MANDADO, carta, ofício etc.
Rolim de MouraRO, terça-feira, 30 de abril de 2019 às 17:23
Cláudia Vieira Maciel de Sousa
Juiz(a) de Direito

---

[1] Anexo(s) virtualmente.
[2] Vide menores estimativas de preço (ID: 26658515; ID: 26658516 p. 1; ID: 26658517 p. 2).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76.940-000, Rolim de Moura, RO
7002037-95.2019.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral, Obrigação de Fazer / Não Fazer
R$10.000,00
REQUERENTE: VALDECIR CUSTODIO DA SILVA CPF nº 390.525.162-00, RUA SANTA CRUZ 2924 NOVA ESTRELA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: GIVANILDO DE PAULA COSTA OAB nº RO8157, AV NORTE SUL 5425 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, AURI JOSE BRAGA DE LIMA OAB nº RO6946, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO REQUERIDO:
Consta da inicial que, in verbis, todos os encanamentos já se […] encontram devidamente instalados, e a tubulação da Empresa Requerida está […] em pleno funcionamento naquela localidade.
Há, ainda, diversos protocolos afixados ao processo (ids 26760373, 26760374 e 26760375), por meio dos quais se comprometeu a ré a efetuar a ligação do serviço, providência que, frise-se, até o momento da distribuição da preambular não havia sido tomada.
Assim, verifica-se ser mesmo o caso de se deferir a medida urgente, mesmo porque a entrega de água é serviço público essencial, cuja privação ofende, sem dúvida, fundamento da Lei Maior (art. 1º, inc. III) e o direito à saúde.
No mesmo sentido:
AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. FORNECIMENTO DE ÁGUA. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. POSSIBILIDADE. […] O fornecimento de água é serviço de natureza essencial, diretamente atrelado ao direito à saúde e à dignidade da pessoa humana. […] Precedentes desta Corte. RECURSO PROVIDO. (TJ-RS - AI: 70074322249 RS, Relator: Marcelo Bandeira Pereira, Data de Julgamento: 09/08/2017, Vigésima Primeira Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 11/08/2017)
Ante o exposto, determino à ré que providencie imediatamente o fornecimento de água na Rua Tancredo Neves, 3179, distrito de Nova Estrela.
No mais, cite-se e intime-se à audiência conciliatória[1].
Serve esta de MANDADO /CARTA/CARTA PRECATÓRIA/ NOTIFICAÇÃO/OFÍCIO para o cumprimento de citação e intimação.
Rolim de MouraRO, terça-feira, 30 de abril de 2019 às 17:24
Juiz(a) de Direito

---

[1] Audiência designada para 12/06/19, às 12h , na Sala de Conciliação 02 - Cejusc.
LEI N.º 9.099/95: Art. 9º Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória. (…) Art. 20. Não comparecendo o deMANDADO à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. (...) Art. 30. A contestação, que será oral ou escrita (devendo ser apresentada até a audiência de conciliação), conterá toda matéria de defesa, exceto arguição de suspeição ou impedimento do Juiz, que se processará na forma da legislação em vigor.
Este processo tramita por meio do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJE (http://pje.tjro.jus.br/).
Poder Judiciário Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda
Fórum Eurico Soares Montenegro, Av. João Pessoa, 4555, Centro, CEP 76.940-000, Rolim de Moura, RO, Brasil. Fone: (69) 3442-2268

Processo nº: 7003754-16.2017.8.22.0010
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente: ELIO DE PAULA ARTEMAN
Advogados do(a) EXEQUENTE: AIRTON PEREIRA DE ARAUJO - RO243, CRISTOVAM COELHO CARNEIRO - RO115, DANIEL DOS ANJOS FERNANDES JUNIOR - RO3214, FABIO JOSE REATO - RO0002061A
Requerido:JORGINA DORA SILVA DA SILVEIRA
Advogado: JOSE FRANCISCO MACHADO DANTAS OAB: AC2271
Endereço: LIDIA MELO CAVALCANTE, 343, ESPERANCA, Feijó - AC - CEP: 69960-000 INTIMAÇÃO
Fica(m) o(a)(s) patrono(a)(s) do(a) requerente intimado(a)(s) da expedição do alvará id 26429764, juntar nos autos comprovante de levantamento no prazo de 5 dias. ROLIM DE MOURA 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76.940-000, Rolim de Moura, RO
7002063-93.2019.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Tratamento Médico-Hospitalar
R$18.720,00
REQUERENTE: ANA MARIA DA SILVA CPF nº 331.084.202-91, AVENIDA ITABERABA 4837 OLIMPICO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, AVENIDA ITABERABA 4837 OLIMPICO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
REQUERIDOS: ESTADO DE RONDÔNIA CNPJ nº 00.394.585/0001-71, SEM ENDEREÇO, MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA CNPJ nº 04.394.805/0001-18, SEM ENDEREÇO
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, SEM ENDEREÇO, PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, SEM ENDEREÇO
Presentes, no caso sub judice, os requisitos indispensáveis à concessão de tutela de urgência (fumus boni iuris e periculum in mora – art. 3º, LJEFP c.c. art. 300, CPC).
Sim, porque:
i) a saúde é direito fundamental, consectária de fundamento da República Federativa do Brasil, inclusive – a dignidade da pessoa humana (art. 1º, inc. III, CRFB/88);
ii) a dona de casa Ana Maria da Silva, pessoa de parcos recursos (declaração de hipossuficiência junto à inicial) trouxe aos autos receituários, solicitações e laudos subscritos por médicos do SUS (ID: 26800361 p. 8/11; ID: 26800362 p. 1/4), dando conta de que necessita, e com urgência, de avaliação com oftalmologista, cirurgia de vitrectomia em olho esquerdo, cirurgia de facectomia por facoemulsificação bilateral (ambos os olhos), cardiograma

(eletrocardiograma), tomografia de retina (OCT – tomografia de coerência óptica), ultrassom ocular e risco cirúrgico para facectomia por facoemulsificação, uma vez que diagnosticada com descolamento de retina em olho esquerdo, catarata bilateral, diabetes, retinopatia diabética e edema macular clinicamente significativo (CID10: H33.0 e H25.9); e
iii) mesmo oficiados pela Defensoria Pública, os réus deixaram de fornecer o tratamento.
Ante o exposto, considerando-se ainda o Enunciado 8, da 1ª Jornada de Direito da Saúde, a diretriz constitucional prevista no art. 198, inc. I (descentralização), o ofício n.º 198-GAB/ SEMUSA/2019 e as solicitações de ids 26800362 (p. 10) e 26800363 (p. 1), determino que de plano forneça o Estado de Rondônia o aqui postulado.
Retifique-se o polo passivo.
Cite-se, nos termos da Lei n.º 12.153/09.
Serve a presente de MANDADO /CARTA PRECATÓRIA/ NOTIFICAÇÃO/OFÍCIO para o cumprimento de citação e intimação.
Rolim de MouraRO, terça-feira, 30 de abril de 2019 às 13:24
Cláudia Vieira Maciel de Sousa
Juiz(a) de Direito
Intimação
Intimação da parte autora/exequente na pessoa de seus advogados/ defensores, acerca da Resposta do Ofício expedido nos autos.
Rolim de Moura, 2 de maio de 2019.
Rafael Lima Beijo - Diretor de Cartório
CPM
Poder Judiciário Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda
Fórum Eurico Soares Montenegro, Av. João Pessoa, 4555, Centro, CEP 76.940-000, Rolim de Moura, RO, Brasil. Fone: (69) 3442-2268

Processo nº: 7001609-84.2017.8.22.0010
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
Exequente: GENERCI JOSE DA COSTA
Advogados: DANIEL REDIVO - RO3181, JOAO CARLOS DA COSTA - RO1258
Executado:MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Procurador: Procuradoria Geral do Município
Intimação ACERCA DOS EXPEDIENTES
Intimação da parte autora/exequente na pessoa de seu advogado, intimada acerca da(s) RPV(s) expedida(s) nos autos, bem como do seu encaminhamento (ID 26646409).
Rolim de Moura, 2 de maio de 2019.
Rafael Lima Beijo - Diretor de Cartório
CPM
Poder Judiciário Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda
Fórum Eurico Soares Montenegro, Av. João Pessoa, 4555, Centro, CEP 76.940-000, Rolim de Moura, RO, Brasil. Fone: (69) 3442-2268

Processo nº: 7007973-09.2016.8.22.0010
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Exequente: OZIEL SOARES CAETANO
Advogados: SUENIO SILVA SANTOS - RO6928, FLAVIO LUIS DOS SANTOS - RO2238
Executado:MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Procurador:Procuradoria Geral do Município
Intimação ACERCA DOS EXPEDIENTES
Intimação da parte autora/exequente na pessoa de seus advogados, intimada acerca da(s) RPV(s) expedida(s) nos autos, bem como do seu encaminhamento (ID 26646411).
Rolim de Moura, 2 de maio de 2019.
Rafael Lima Beijo - Diretor de Cartório
CPM

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Rolim de Moura - Juizado Especial
Processo: 7005662-74.2018.8.22.0010
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: AMERICANA ROLIM DE MOURA LTDA - EPP
Advogado do(a) EXEQUENTE: SILVIO VIEIRA LOPES - RO72
EXECUTADO: MARIA GRACIELE ALVES DOS SANTOS
Intimação/Certidão Oficial de Justiça:
Fica a parte requerente/exequente, por meio de seu(sua)(s) advogado(a)(s), intimada, para no prazo de 05 dias, manifestar-se acerca da certidão do sr. Oficial de Justiça (ID 24738951), requerendo o que entender de direito.
Rolim de Moura/RO, 02 de maio de 2019.

Processo nº: 7005828-09.2018.8.22.0010
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: MARLENE JUSTINO DA CRUZ
Requerido I: NIPPON QUALITTY
Advogado do(a) REQUERIDO I: Não consta
Requerido II: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO II: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO - RJ60359
INTIMAÇÃO / SENTENÇA
Fica o(a)(s) Requerido(a)(s), por meio de seu(ua)(s) advogado(a)(s), intimado(a)(s) acerca da SENTENÇA (ID 23889425), e ainda, do prazo para eventual recurso, que é de 10 dias, a contar da intimação.
Rolim de Moura/RO, 2 de maio de 2019.
Poder Judiciário Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda
Fórum Eurico Soares Montenegro, Av. João Pessoa, 4555, Centro, CEP 76.940-000, Rolim de Moura, RO, Brasil. Fone: (69) 3442-2268

Processo nº: 7007539-20.2016.8.22.0010
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Exequente: MARYESIO BATISTA E SILVA
Advogados: SUENIO SILVA SANTOS - RO6928, FLAVIO LUIS DOS SANTOS - RO2238
Executado: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Intimação ACERCA DOS EXPEDIENTES
Intimação da parte autora/exequente na pessoa de seu advogado, intimada acerca da(s) RPV(s) expedida(s) nos autos, bem como do seu encaminhamento (ID 26642194).
Rolim de Moura, 2 de maio de 2019.
Rafael Lima Beijo - Diretor de Cartório
CPM

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Rolim de Moura - Juizado Especial
Processo: 7000240-84.2019.8.22.0010
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: Regiane Teixeira Struckel e outros
Advogados do(a) EXEQUENTE: REGIANE TEIXEIRA STRUCKEL - RO3874, CAMILA GHELLER - RO7738
Advogados do(a) EXEQUENTE: REGIANE TEIXEIRA STRUCKEL - RO3874, CAMILA GHELLER - RO7738
EXECUTADO: FABIANO DIAS DO NASCIMENTO
Intimação/Certidão Oficial de Justiça:
Fica a parte requerente/exequente, por meio de seu(sua)(s) advogado(a)(s), intimada, para no prazo de 05 dias, manifestar-se acerca da certidão do sr. Oficial de Justiça (ID 25165263), requerendo o que entender de direito.
Rolim de Moura/RO, 02 de maio de 2019.

Processo nº: 7007172-25.2018.8.22.0010
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: PAULA ANDRESA DA SILVA OLIVEIRA
Advogado do(a) REQUERENTE: LEONARDO ZANELATO GONCALVES - RO3941
Requerido: AVISTA S/A ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO
Advogado do(a) REQUERIDO: ALEXANDRE FONSECA DE MELLO - SP222219
INTIMAÇÃO / SENTENÇA
Ficam as partes, por meio de seu(ua)(s) advogado(a)(s), intimado(a)(s) acerca da SENTENÇA (ID 25133810).
Rolim de Moura/RO, 2 de maio de 2019.
Poder Judiciário Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda
Fórum Eurico Soares Montenegro, Av. João Pessoa, 4555, Centro, CEP 76.940-000, Rolim de Moura, RO, Brasil. Fone: (69) 3442-2268

Processo nº: 7006430-34.2017.8.22.0010
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente: CIA DA MODA ROLIM LTDA - EPP
Advogado do(a) EXEQUENTE: REGIANE TEIXEIRA STRUCKEL - RO3874
Requerido:ANA MARIA FERREIRA
INTIMAÇÃO/DILIGÊNCIA
Fica a parte requerente, por meio de seu(ua)(s) advogado(a)(s), intimada, para no prazo de 5 dias, dias, manifestar-se acerca da diligência do Sr(a). Oficial de Justiça (Id 24188405 e ss), requerendo o que entender de direito.
Rolim de Moura, 02 de meio de 2019.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Rolim de Moura - Juizado Especial
Processo: 7002563-67.2016.8.22.0010
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: BRAS COMERCIO DE VEICULOS LTDA - ME
Advogado do(a) EXEQUENTE: ALAN OLIVEIRA BRUSCHI - RO6350
EXECUTADO: WILLIAN GUMS MATOS
Intimação/Certidão Oficial de Justiça:
Fica a parte requerente/exequente, por meio de seu(sua)(s) advogado(a)(s), intimada, para no prazo de 05 dias, manifestar-se acerca da certidão do sr. Oficial de Justiça (ID 24607002), requerendo o que entender de direito.
Rolim de Moura/RO, 02 de maio de 2019.
Poder Judiciário Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda
Fórum Eurico Soares Montenegro, Av. João Pessoa, 4555, Centro, CEP 76.940-000, Rolim de Moura, RO, Brasil. Fone: (69) 3442-2268

Processo nº: 7002921-61.2018.8.22.0010
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Requerente: KLEYTON TEIXEIRA COPPINI
Requerido:MAZZUTTI COMERCIO DE VEICULOS LTDA
Advogado: CHARLES BACCAN JUNIOR OAB: SP196702
Fica a parte REQUEIRDA por meio de seu(ua)(s) advogado(a)(s), intimado(a), do DESPACHO (ID 25072375)

Processo nº: 7000248-61.2019.8.22.0010
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Requerente: Regiane Teixeira Struckel e outros
Advogados do(a) EXEQUENTE: REGIANE TEIXEIRA STRUCKEL - RO3874, CAMILA GHELLER - RO7738
Advogados do(a) EXEQUENTE: REGIANE TEIXEIRA STRUCKEL - RO3874, CAMILA GHELLER - RO7738
Requerido: CINTIA DOS SANTOS FERREIRA
INTIMAÇÃO / APRESENTAÇÃO DE NOVO ENDEREÇO Fica a(s) parte(s) requerente(s), na pessoa de seu(ua)(s) advogado(a)(s), intimada(s), para no prazo de 5 dias, informar o novo endereço do(a) requerido(a), CINTIA DOS SANTOS FERREIRA, face a Certidão negativa do(a) Oficial(a) de Justiça (ID 25151581). Rolim de Moura/RO, 2 de maio de 2019.

Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Comarca de Rolim de Moura
Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública
Fórum Eurico Soares Montenegro, Av. João Pessoa, 4555, Centro, CEP 76.940-000, Rolim de Moura, RO, Brasil. Fone: (69) 3442-2268Número do processo
7007144-57.2018.8.22.0010
Classe/Ação
JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: VLADIMIR LUIS CARDOSO DE ALMEIDA, VALDEMAR MARIANO DE ALMEIDA
Advogado: LEONARDO ZANELATO GONCALVES OAB: RO3941 Endereço: desconhecido Advogado: MAHIRA WALTRICK FERNANDES OAB: RO5659 Endereço: Av. João Pessoa, 4740, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000 REQUERIDO: CENTRO DE EDUCACAO DE ROLIM DE MOURA LTDA
Advogado: BRUNO VALVERDE CHAHAIRA OAB: PR52860 Endereço: Rua Antônio Lacerda, 4238, Apto 403 Bloco D, Industrial, Porto Velho - RO - CEP: 76821-038
SENTENÇA
Restou indiscutível nos autos a alegação segundo a qual, em virtude da “Promoção Transferência Engenharia Civil 2018”(regulamento anexo ao Id 23364756),VLADIMIR LUÍS CARDOSO DE ALMEIDA, veterano do sexto período desse curso, viria pagando mensalidade (R$ 1.319,18) cinquenta por cento maior do que a exigida dos calouros (R$ 659,59), diferenciação essa que, de fato, não se harmoniza com o princípio constitucional da isonomia, já que baseada exclusivamente no parâmetro “época de ingresso na instituição”.
Expondo de outra maneira e conforme bem observou Vladimir, a iniciativa da ré em atrair alunos de outras faculdades mediante descontos de grande monta, longe de se pautar em demais aspectos que não só o financeiro, como, por exemplo, o pedagógico (graduação melhor dos professores), acaba é repassando integralmente aos que já matriculados o ônus dessa variação de receita, o que ainda, por manifestas razões, espelha pratica concorrencial1 nada elogiável.
Sobre o tema, aliás, o STJ já se pronunciou no sentido da impossibilidade de distinção entre os valores cobrados de alunos do mesmo curso, porém de períodos diferentes (REsp 1316858/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/02/2014, DJe 19/03/2014).
Assim, não há como deixar de reconhecer aqui o direito do autor, quanto ao valor das mensalidades, a igual tratamento dispensado aos beneficiários daquela promoção, de modo retroativo inclusive.
Inoportuno, todavia, falar na penalidade de que trata o parágrafo único do art. 42 da Lei nº 8.078/90, pois que para a imposição dela, conforme jurisprudência da e. Turma Recursal do TJ/RO abaixo transcrita, necessário provar conduta maliciosa do cobrador, o que não se logrou aqui obter.
INDENIZAÇÃO.COBRANÇADESERVIÇOSNÃOCONTRATADOS. DANO MATERIAL DEVIDO. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. A cobrança indevida de serviços não contratados pelo consumidor quando da mudança de plano para Liberty +400, gera o dever de restituir, na forma simples, o valor cobrado indevidamente, já que não restou demonstrada a má-fé na conduta da empresa. Somente quando demonstrada má-fé é que cabe a restituição em dobro.

(Recurso Inominado nº 10055997120118220601, Rel. Juiz Marcelo Tramontini, j. 22/03/2013).
Ante o exposto, julgo procedente parte do pedido, para condenar CENTRO DE EDUCAÇÃO ROLIM DE MOURA à obrigação de fazer traduzida na concessão a VLADIMIR LUÍS CARDOSO DE ALMEIDA do desconto de 50% ao qual alude a "Promoção Engenharia Civil 2018.1", e à entrega do valor correlato a 50% também das mensalidades quitadas desde janeiro de dois mil e dezoito até a efetiva implementação do abatimento, mais acréscimo monetário a partir da propositura desta e juros desde a citação, observando-se que do trânsito em julgado e independentemente de qualquer outra intimação o início do prazo para cumprimento voluntário da SENTENÇA.
Desse modo, ultrapassado referido marco temporal, arquivem-se ou, havendo solicitação do interessado, expeça-se certidão de dívida (Provimento nº 13/2014-CG) ou, ainda, inicie-se a fase de cumprimento da SENTENÇA (CPC/2015, art. 523 ss.), bloqueando-se (Bacenjud) e transferindo-se valores para conta judicial2, restringindo-se o direito de propriedade, penhorando-se bens3, etc.
Rolim de Moura, RO, 6 de março de 2019
EDUARDO FERNANDES RODOVALHO DE OLIVEIRA
Juiz de Direito
1Ademais, a livre concorrência é um dos princípios básicos da ordem econômica, princípio este que sustenta o Direito da Requerida em dispor livremente sobre seus programas de descontos ou forma administrativa financeira Interna. Trecho da réplica.
2 Nos termos do Enunciado 30, do Fojur, a penhora on line em sede de Juizados Especiais Cíveis se fará com observância dos princípios da celeridade e economia processual, de acordo com as disposições estabelecidas nos artigos 52 e 53 da Lei n. 9.099/95, podendo ser procedida imediatamente a transferência de valores bloqueados. Não havendo impugnação ou sendo ela rejeitada, expedir-se-á alvará.
3Tantos bens quantos bastem a assegurar o pagamento da dívida (vide demonstrativo), e avaliem-se-os. Na sequência, intimem-se as partes de todos os atos e o(a)(s) devedor(a)(s) a, caso queira(m), oferecer(em) embargos em quinze dias (art. 52, inc. IX, LJE). Intime(m)-se também o(a)(s) credor(a)(s) a se manifestar(em) sobre eventual interesse na adjudicação (idem, art. 876). Infrutífera a diligência, proceda-se na forma a que alude o § 1º do art. 836 do CPC/2015 e intime(m)-se o(a)(s) exequente(s) a, no prazo de cinco dias, providenciar(em) o prosseguimento, indicando bens ou o atual endereço do(a)(s) executado(a)(s) (não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto – art. 53, § 4º, LJE). Em quaisquer das hipóteses, havendo proposta de autocomposição, certifique-se-a (idem, art. 154, inc. VI).

Processo nº: 7001691-18.2017.8.22.0010
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente: COMERCIO DE PRODUTOS MAIS LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: IZALTEIR WIRLES DE MENEZES MIRANDA - RO6867
Requerido: IZAIAS BERNARDO
INTIMAÇÃO / APRESENTAÇÃO DE NOVO ENDEREÇO Fica a(s) parte(s) requerente(s), na pessoa de seu(ua)(s) advogado(a)(s), intimada(s), para no prazo de 5 dias, informar o novo endereço do(a) requerido(a), IZAIAS BERNARDO, face a Certidão do(a) Oficial(a) de Justiça (ID 18273983) para que se cumpra o DESPACHO (ID 25496358) Rolim de Moura/RO, 2 de maio de 2019.
Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Comarca de Rolim de Moura
Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública
Fórum Eurico Soares Montenegro, Av. João Pessoa, 4555, Centro, CEP 76.940-000, Rolim de Moura, RO, Brasil. Fone: (69) 3442-2268Número do processo
7000300-57.2019.8.22.0010
Classe/Ação
JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE(S)/EXEQUENTE(S): Nome: PAULO SERGIO DELGADO
Endereço: Rua D, 0762, Cidade Alta, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000
REQUERIDO(A)(S)/EXECUTADO(A)(S): Nome: ALCATEL-LUCENT BRASIL S.A
Endereço: Avenida Marginal Direita Anchieta, 400, Km 11,5, Jardim Santa Cruz (Sacomã), São Paulo - SP - CEP: 04182-001
Nome: ELETRO J. M. S/A.
Endereço: Rua Guaporé, 4786, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000
Advogado: PEDRO HENRIQUE GOMES PETERLE OAB: RO6912
Endereço:, Ariquemes - RO - CEP: 76870-000
SENTENÇA
É legítima sim a presença da ré ELETRO J. M. S/A. no polo passivo da demanda, pois que em relação ao serviço prestado por ela é que se atribui a falha geradora do dano cuja compensação constitui o objeto do pedido, voltando-se ao MÉRITO saber se de fato tal aconteceu e se por conta disso responderia de alguma forma.
Em termos diversos, a análise das condições da ação se dá in statu assertionis, ou seja, segundo o deduzido na inicial1.
Pois bem.
A respeito da alegação segundo a qual o celular OT-8050E PIXI-4 6.0 PRETO, continua apresentando falhas2, mesmo depois de passar pela assistência técnica, as fornecedoras se limitaram, em resumo, ao argumento de que Paula haveria de ter providenciado o retorno do aparelho àquele setor, para outra análise e tomada das medidas pertinentes (conserto ou substituição), tese essa inoportuna, pois que um vaivém desse significaria privar o consumidor de usufruir o eletrônico além dos trinta dias estabelecidos na lei: CDC, art. 18, § 1° - Não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, pode o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha: I - a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso; II – a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos; III - o abatimento proporcional do preço.
Sobre o tema, Resp nº Nº 1.684.132.
DIREITO DO CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. RECURSOS ESPECIAIS. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C PEDIDO DE PERDAS E DANOS. AQUISIÇÃO DE VEÍCULO NOVO ("ZERO QUILÔMETRO") DEFEITUOSO. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CARACTERIZADO. REPARO DO VÍCIO. PRAZO MÁXIMO DE TRINTA DIAS. LEGITIMIDADE DA PRETENSÃO DE DEVOLUÇÃO DA QUANTIA PAGA PELO PRODUTO. DANO MORAL. AUSÊNCIA DE PEDIDO. VALOR ATUAL DE MERCADO DO VEÍCULO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF.
No caso em apreço, então, conforme se verificou acima, legítima a pretensão de Paula, qual seja, a de ver as rés condenadas ao reembolso do valor gasto na compra do celular.
Idem, no tocante aos danos morais, pois que razoável supor que a conduta das rés, sobretudo a da comerciante3, desvelando significativo menoscabo para com os direitos da consumidora, é apta sim a produzir transtorno psicológico bastante a reclamar compensação financeira.
EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR, CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - VÍCIO DO PRODUTO - REITERADAS SOLICITAÇÕES DE PROVIDÊNCIA - NÃO SOLUÇÃO - DANO MORAL - OCORRÊNCIA - SENTIMENTO DE FRUSTRAÇÃO E IMPOTÊNCIA - INDENIZAÇÃO - QUANTUM - FIXAÇÃO - PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE - MANUTENÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA - RECURSO NÃO PROVIDO. - A legitimatio ad causam passiva, em princípio, pode ser definida como a qualidade necessária ao réu para figurar como sujeito responsável, em abstrato, pelo direito material controvertido. - Afirmando a parte

autora que adquiriu da parte ré produto inoperante, deverá esta responder pelos eventuais prejuízos causados àquela, havendo legitimação, ao menos em tese, para ocupar o polo passivo. - O fornecimento de produto com vício, que exigiu do consumidor reiteradas solicitações de providências ao fornecedor, sem que houvesse solução, é passível de ocasionar lesão extrapatrimonial. A indenização por dano moral deve ser fixada em observância aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, segundo as peculiaridades do caso, levando-se em conta a extensão do dano. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.18.024627-4/001, Relator(a): Des.(a) Amorim Siqueira, 9ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 08/05/2018, publicação da súmula em 14/05/2018).

Ante o exposto, julgo procedente o pedido, para condenar ELETRO J. M. S/A e SEMP TCL MOBILIDADE LTDA, de forma solidária, à entrega de R$ 525,00, mais acréscimo monetário a partir de 23-11-2018 (data da compra) e juros desde a citação, e de R$ 1.500,00 pelo dano psíquico, mais correção monetária e juros conforme Súmula 362 do STJ, observando-se que do trânsito em julgado e independentemente de qualquer outra intimação o início do prazo para cumprimento voluntário da SENTENÇA.

Desse modo, ultrapassado referido marco temporal, arquivem-se ou, havendo solicitação do interessado, expeça-se certidão de dívida (Provimento nº 13/2014-CG) ou, ainda, inicie-se a fase de cumprimento da SENTENÇA (CPC/2015, art. 523 ss.), bloqueando-se (Bacenjud) e transferindo-se valores para conta judicial4, restringindo-se o direito de propriedade, penhorando-se bens5, etc.

Rolim de Moura, RO, 26 de março de 2019

EDUARDO FERNANDES RODOVALHO DE OLIVEIRA

Juiz de Direito

1Agravo em agravo de instrumento. Indenizatória. Ilegitimidade ativa. Teoria da asserção. Conexão. Ausência das hipóteses previstas no art. 103 do código de processo civil. As condições da ação devem ser inicialmente aferidas in status assertionis, com base na alegação feita pelo demandante na inicial, sem depender do exame das circunstâncias e dos elementos probatórios contidos nos autos. Ausentes as hipóteses previstas no art. 103 do Código de Processo Civil, não há razão prática para a reunião das ações. (Segundo Grau – Acórdão - Processo nº 0003549-10.2015.822.0000 – Agravo).

2[…] as mensagens não abriam e ele travava com muita frequência. Trecho da inicial

3A requerente enviou o telefone para a garantia, após aproximadamente 30 dias recebeu novamente o telefone com os mesmos defeitos e até pior já que agora o celular está desligando sozinho. Decepcionada a requerente voltou à loja, mas lá apenas conseguiu uma segunda via do comprovante fiscal sem qualquer resolução de seu problema. Trecho da inicial.

4 Nos termos do Enunciado 30, do Fojur, a penhora on line em sede de Juizados Especiais Cíveis se fará com observância dos princípios da celeridade e economia processual, de acordo com as disposições estabelecidas nos artigos 52 e 53 da Lei n. 9.099/95, podendo ser procedida imediatamente a transferência de valores bloqueados. Não havendo impugnação ou sendo ela rejeitada, expedir-se-á alvará.

5Tantos bens quantos bastem a assegurar o pagamento da dívida (vide demonstrativo), e avaliem-se-os. Na sequência, intimem-se as partes de todos os atos e o(a)(s) devedor(a)(s) a, caso queira(m), oferecer(em) embargos em quinze dias (art. 52, inc. IX, LJE). Intime(m)-se também o(a)(s) credor(a)(s) a se manifestar(em) sobre eventual interesse na adjudicação (idem, art. 876). Infrutífera a diligência, proceda-se na forma a que alude o § 1º do art. 836 do CPC/2015 e intime(m)-se o(a)(s) exequente(s) a, no prazo de cinco dias, providenciar(em) o prosseguimento, indicando bens ou o atual endereço do(a)(s) executado(a)(s) (não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto – art. 53, § 4º, LJE). Em quaisquer das hipóteses, havendo proposta de autocomposição, certifique-se-a (idem, art. 154, inc. VI).

Poder Judiciário Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda
Fórum Eurico Soares Montenegro, Av. João Pessoa, 4555, Centro, CEP 76.940-000, Rolim de Moura, RO, Brasil. Fone: (69) 3442-2268
Processo nº: 7001290-48.2019.8.22.0010
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Requerente: AUSELI SCHERRER
Advogado do(a) EXEQUENTE: RHENNE DUTRA DOS SANTOS - RO5270
Requerido:ISABELA LUIZA ALVES RAMOS
Fica a parte Exequente intimada acerca da proposta de acordo apresentada pela Executada em ID 26880405.

1ª VARA CÍVEL

Portaria nº 03/GAB.VCrim/2019.
Discorre sobre o MUTIRÃO CARCERÁRIO DE PRESOS PROVISÓRIOS da Comarca de Rolim de Moura
O MM Juíza de Direito Titular da Vara Criminal da Comarca de Rolim de Moura, Cláudia Vieira Maciel de Sousa, no uso de suas atribuições legais, principalmente, na qualidade de Corregedora Permanente dos Presídios da Comarca,
Considerando o Provimento 011/2018-CG; bem como o Ofício Circular CGJ nº 16/2019;
Resolve:
Art. 1° - Designar os dias 02 a 14 de maio de 2019 para a realização do Mutirão Carcerário de Presos Provisórios da Comarca de Rolim de Moura;
I – Deverá a escrivania providenciar a remessa dos processos correspondentes à sala de audiências para reexame das prisões até as 18horas do dia 02/05/2019;
II- O Mutirão acontecerá na sala de audiências das 08h às 13h, nos dias acima indicados, devendo a Defensoria Pública, Advogados que representem interesse de pessoas custodiadas preventivamente e, Ministério Público comparecerem independentemente de intimação;
III – A fim de facilitar e agilizar os trabalhos, o juízo preparou formulário próprio para as postulações/manifestações, que serão colhidas de forma manuscrita. Contudo, preferindo a Defesa apresentar por memoriais próprios, deverá entregar até o dia 13/05/2019 em Cartório, fazendo destacar no cabeçalho que se trata do Mutirão Carcerário, para que seja possibilitada a CONCLUSÃO em tempo hábil;
Art. 2 – O Mutirão acontecerá sem a presença do custodiado, visto não ser necessária a sua oitiva;
Art. 3 - Encaminhe-se cópia desta Portaria à CGJ do TJRO, ao MP e DPE com atribuições na execução penal, à Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Rolim de Moura, bem como proceda a fixação no átrio do Fórum e publique-se no Diário de Justiça do Estado.
Art. 4 - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário da Justiça Eletrônico.
Rolim de Moura, aos 30 de abril de 2019.
Cláudia Vieira Maciel de Sousa
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 1ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000
Fone: (69) 34422268 Processo: 7007091-13.2017.8.22.0010
Classe/Ação: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Requerente: SOCIEDADE ROLIMOURENSE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA

Advogado: Advogado do(a) EXEQUENTE: FABIO JOSE REATO - RO0002061A
Requerido: ROSELIA SATLHER DA SILVA
Advogado: Advogados do(a) EXECUTADO: LARISSA SILVA STEDILE - RO8579, AECIO DE CASTRO BARBOSA - RO4510, JULLIANA ARAUJO CAMPOS DE CAMPOS - RO6884
Intimação
Por ordem do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca Rolim de Moura/RO, fica a parte autora intimada, para no prazo de 30 dias, requerer o que entender pertinente para fins de satisfação do crédito, e ainda apresentar o valor atualizado do debito, deduzida a importância já recebida.
Rolim de Moura/RO, 30 de abril de 2019.
LEONARDO GOMES DE MOURA
Téc. Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 1ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000
Fone: (69) 34422268 Processo: 0001365-85.2014.8.22.0010
Classe/Ação: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente: ERUDEMAR PIASSA
Advogado: AMANDA IARA TACHINI DE ALMEIDA (OAB/RO 3146), ANTONIO EDUARDO SCHRAMM DE SOUZA (OAB/RO 4001), NEWTON SCHRAMM DE SOUZA (OAB/RO2947), VERA LUCIA PAIXAO (OAB/RO206), ERICA NUNES GUIMARAES (OAB/RO 4704)
Requerido: JOSE GOMES VIANA
Intimação
Por ordem do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca Rolim de Moura/RO, fica a parte autora intimada, para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo em 10 (dez) dias, com a providência de acordo com o caso, nos termos da r. DECISÃO id n. 25131513, face a juntada do ofício do INSS id n. 26460708.
Rolim de Moura/RO, 30 de abril de 2019.
ANTONIO PEREIRA BARBOSA
DIRETOR DE CARTÓRIO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 1ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000
Fone: (69) 34422268 Processo: 7003920-82.2016.8.22.0010
Classe/Ação: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: SEBASTIAO ALVES DE MORAIS FILHO
Advogado: EDMAR FELIX DE MELO GODINHO (OAB/RO 3351)
Requerido: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO
Por ordem do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca Rolim de Moura/RO, fica a parte autora intimada da expedição de RPV'S
Rolim de Moura/RO, 30 de abril de 2019.
ANTONIO PEREIRA BARBOSA
DIRETOR DE CARTÓRIO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 1ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000
Fone: (69) 34422268 Processo: 7000913-77.2019.8.22.0010
Classe/Ação: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: CREUZA SOARES DE SOUZA
Advogado: Advogados do(a) AUTOR: CARLOS OLIVEIRA SPADONI - RO607, MYRIAN ROSA DA SILVA - RO9438
Requerido: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado:
Intimação
Por ordem do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca Rolim de Moura/RO, fica a parte Autora, através de seu(a)(s) Advogado(a)(s), intimada do inteiro teor do laudo pericial juntado aos autos, para, no prazo legal, requerer o que entender oportuno.
Rolim de Moura/RO, 2 de maio de 2019.
ROSIANE EDUARDA GALVAO FERNANDES
Téc. Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 1ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000
Fone: (69) 34422268 Processo: 7000914-62.2019.8.22.0010
Classe/Ação: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: LUCIANE PEREIRA DA SILVA
Advogado: Advogados do(a) AUTOR: CARLOS OLIVEIRA SPADONI - RO607, MYRIAN ROSA DA SILVA - RO9438
Requerido: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado:
Intimação
Por ordem do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca Rolim de Moura/RO, fica a parte Autora, através de seu(a)(s) Advogado(a)(s), intimada do inteiro teor do laudo pericial juntado aos autos, para, no prazo legal, requerer o que entender oportuno.
Rolim de Moura/RO, 2 de maio de 2019.
ROSIANE EDUARDA GALVAO FERNANDES
Téc. Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 1ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000
Fone: (69) 34422268 Processo: 7006824-07.2018.8.22.0010
Classe/Ação: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: JOENIS DOS SANTOS
Advogado: Advogado do(a) AUTOR: ELOIR CANDIOTO ROSA - RO4355
Requerido: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado:
Intimação
Por ordem do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca Rolim de Moura/RO, fica a parte Autora, através de seu(a)(s) Advogado(a)(s), intimada do inteiro teor do laudo pericial juntado aos autos, para, no prazo legal, requerer o que entender oportuno.
Rolim de Moura/RO, 2 de maio de 2019.
ROSIANE EDUARDA GALVAO FERNANDES
Téc. Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 1ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000
Fone: (69) 34422268 Processo: 7000684-20.2019.8.22.0010
Classe/Ação: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: JOSE ALVES DE OLIVEIRA
Advogado: Advogado do(a) AUTOR: RENATO PEREIRA DA SILVA - RO6953
Requerido: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado:
INTIMAÇÃO
Por ordem do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca Rolim de Moura/RO, ficam as partes intimadas, para no prazo legal, a manifestarem do inteiro teor do laudo pericial juntado aos autos.
Rolim de Moura/RO, 2 de maio de 2019.
ROSIANE EDUARDA GALVAO FERNANDES
Téc. Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 1ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000
Fone: (69) 34422268 Processo: 7007441-64.2018.8.22.0010
Classe/Ação: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: ANA CARLA LIMA DE OLIVEIRA
Advogado: Advogado do(a) AUTOR: KARINA JIOSANE GORETI THEIS - RO6045
Requerido: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado:
Intimação
Por ordem do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca Rolim de Moura/RO, fica a parte Autora, através de seu(a)(s) Advogado(a)(s), intimada do inteiro teor do laudo pericial juntado aos autos, para, no prazo legal, requerer o que entender oportuno.
Rolim de Moura/RO, 2 de maio de 2019.
LEONARDO GOMES DE MOURA
Téc. Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 1ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000
Fone: (69) 3442-1458 E-mail: rmm1civel@tjro.jus.br Processo: 7000669-51.2019.8.22.0010
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
Polo ativo: ROSIANE AQUINO DA ROCHA
Advogado: INNOR JUNIOR PEREIRA BOONE - RO7801, HENRIQUE HEIDRICH DE VASCONCELOS MOURA - RO7497
Polo passivo: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - RO5369
Intimação
Fica a PARTE AUTORA, por meio de seu advogado, intimada a, no prazo de 15 (quinze) DIAS, caso queira, manifestar-se sobre a CONTESTAÇÃO.
Rolim de Moura, 2 de maio de 2019.
ENDRIO PATRIK BOM FIM
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 1ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000
Fone: (69) 3442-1458 E-mail: rmm1civel@tjro.jus.br Processo: 7005149-09.2018.8.22.0010
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
Polo ativo: ANTONIO BONIFACIO DA SILVA
Advogado: CINTIA GOHDA RUIZ DE LIMA UMEHARA - RO4227
Polo passivo: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Fica a PARTE AUTORA, por meio de seu advogado, intimada a, no prazo de 5 (cinco) DIAS, manifestar-se sobre a PROPOSTA DE ACORDO ofertada pelo INSS.
Rolim de Moura, 2 de maio de 2019.
ENDRIO PATRIK BOM FIM
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 1ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000
Fone: (69) 34422268 Processo: 7007390-53.2018.8.22.0010
Classe/Ação: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: ANA REGINA DE LOURDES LOPES OLIVEIRA
Advogado: Advogados do(a) AUTOR: GABRIELA CARVALHO GUIMARAES - RO8301, MICHELE TEREZA CORREA - RO7022, DARCI ANDERSON DE BRITO CANGIRANA - RO8576
Requerido: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado:
Intimação
Por ordem do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca Rolim de Moura/RO, fica a parte Autora, através de seu(a)(s) Advogado(a)(s), intimada do inteiro teor do laudo pericial juntado aos autos, para, no prazo legal, requerer o que entender oportuno.
Rolim de Moura/RO, 2 de maio de 2019.
LEONARDO GOMES DE MOURA
Téc. Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 1ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000
Fone: (69) 34422268 Processo: 7003912-37.2018.8.22.0010
Classe/Ação: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: ISMAIR HELENA FREIRE
Advogado: Advogado do(a) AUTOR: ELOIR CANDIOTO ROSA - RO4355
Requerido: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado:
Intimação
Por ordem do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca Rolim de Moura/RO, fica a parte Autora, através de seu(a)(s) Advogado(a)(s), intimada do inteiro teor do laudo pericial juntado aos autos, para, no prazo legal, requerer o que entender oportuno.
Rolim de Moura/RO, 2 de maio de 2019.
ROSIANE EDUARDA GALVAO FERNANDES
Téc. Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 1ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000
Fone: (69) 3442-1458 E-mail: rmm1civel@tjro.jus.br Processo: 7002359-52.2018.8.22.0010
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
Polo ativo: IRENEU TEODORO
Advogado: CINTIA GOHDA RUIZ DE LIMA UMEHARA - RO4227
Polo passivo: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Fica a PARTE AUTORA, por meio de seu advogado, intimada a, no prazo de 15 (quinze) DIAS, manifestar-se sobre o LAUDO PERICIAL.
Rolim de Moura, 2 de maio de 2019.
ENDRIO PATRIK BOM FIM
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 1ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000
Fone: (69) 34422268 Processo: 7000040-77.2019.8.22.0010
Classe/Ação: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: JULIANA ELISA KAYSER
Advogado: Advogado do(a) AUTOR: CINTIA GOHDA RUIZ DE LIMA UMEHARA - RO4227
Requerido: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado:

Intimação
Por ordem do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca Rolim de Moura/RO, fica a parte Autora, através de seu(a)(s) Advogado(a)(s), intimada do inteiro teor do laudo pericial juntado aos autos, para, no prazo legal, requerer o que entender oportuno.
Rolim de Moura/RO, 2 de maio de 2019.
LEONARDO GOMES DE MOURA
Téc. Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 1ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000
Fone: (69) 3442-1458 E-mail: rmm1civel@tjro.jus.br Processo: 7007479-76.2018.8.22.0010
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
Polo ativo: SIDINEI FERREIRA COELHO
Advogado: RENATO PEREIRA DA SILVA - RO6953
Polo passivo: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Fica a PARTE AUTORA, por meio de seu advogado, intimada a, no prazo de 15 (quinze) DIAS, manifestar-se sobre o LAUDO PERICIAL.
Rolim de Moura, 2 de maio de 2019.
ENDRIO PATRIK BOM FIM
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 1ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000
Fone: (69) 3442-1458 E-mail: rmm1civel@tjro.jus.br Processo: 7007457-18.2018.8.22.0010
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
Polo ativo: RAQUEL FRANCISCA PONTES DE MOURA
Advogado: DAGMAR DE MELO GODINHO KURIYAMA - RO7426
Polo passivo: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Fica a PARTE AUTORA, por meio de seu advogado, intimada a, no prazo de 15 (quinze) DIAS, manifestar-se sobre o LAUDO PERICIAL.
Rolim de Moura, 2 de maio de 2019.
ENDRIO PATRIK BOM FIM
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 1ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000
Fone: (69) 3442-1458 E-mail: rmm1civel@tjro.jus.br Processo: 7000857-44.2019.8.22.0010
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
Polo ativo: MOISES JOSE FERREIRA
Advogado: CINTIA GOHDA RUIZ DE LIMA UMEHARA - RO4227
Polo passivo: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Fica a PARTE AUTORA, por meio de seu advogado, intimada a, no prazo de 15 (quinze) DIAS, manifestar-se sobre o LAUDO PERICIAL.
Rolim de Moura, 2 de maio de 2019.
ENDRIO PATRIK BOM FIM
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 1ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000
Fone: (69) 34422268 Processo: 7002480-80.2018.8.22.0010
Classe/Ação: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: LEONARDO OLIVEIRA DA SILVA
Advogado: Advogado do(a) AUTOR: ELOIR CANDIOTO ROSA - RO4355
Requerido: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado:
INTIMAÇÃO
Por ordem do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca Rolim de Moura/RO, fica a parte autora intimada, no prazo de 15 (quinze) dias, a manifestar sobre a contestação, para querendo apresente réplica.
Rolim de Moura/RO, 2 de maio de 2019.
LEONARDO GOMES DE MOURA
Téc. Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 1ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000
Fone: (69) 34422268 Processo: 7006680-33.2018.8.22.0010
Classe/Ação: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: SANDRA DE SOUZA OLIVEIRA SILVESTRE
Advogado: Advogado do(a) AUTOR: RHENNE DUTRA DOS SANTOS - RO5270
Requerido: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado:
INTIMAÇÃO
Por ordem do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca Rolim de Moura/RO, fica a parte autora intimada, no prazo de 15 (quinze) dias, a manifestar sobre a contestação, para querendo apresente réplica.
Rolim de Moura/RO, 2 de maio de 2019.
LEONARDO GOMES DE MOURA
Téc. Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 1ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000
Fone: (69) 34422268 Processo: 7006080-80.2016.8.22.0010
Classe/Ação: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Requerente: EUROS INDUSTRIA E COMERCIO DE ACO LTDA
Advogado: Advogado do(a) EXEQUENTE: JOBECY GERALDO DOS SANTOS - AC1361
Requerido: CONSTRULIM COM. DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - EPP
Advogado:
Intimação
Por ordem do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca Rolim de Moura/RO, fica a parte autora intimada, para no prazo de 30 dias, requerer o que entender pertinente para fins de satisfação do crédito.
Rolim de Moura/RO, 2 de maio de 2019.
LEONARDO GOMES DE MOURA
Téc. Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 1ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000

Fone: (69) 3442-1458 E-mail: rmm1civel@tjro.jus.br Processo: 7000707-63.2019.8.22.0010
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
Polo ativo: IVANETE GABRET VILL
Advogado: CINTIA GOHDA RUIZ DE LIMA UMEHARA - RO4227
Polo passivo: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Fica a PARTE AUTORA, por meio de seu advogado, intimada a, no prazo de 15 (quinze) DIAS, manifestar-se sobre o LAUDO PERICIAL.
Rolim de Moura, 2 de maio de 2019.
ENDRIO PATRIK BOM FIM
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 1ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000
Fone: (69) 34422268 Processo: 7002030-40.2018.8.22.0010
Classe/Ação: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Requerente: CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS SA
Advogado: Advogados do(a) AUTOR: ALEXANDRE MALDONADO DAL MAS - SP108346, ADRIANA MALDONADO DALMAS EULALIO - SP136791
Requerido: CARLA MARIA TRASSI COUTO e outros (2)
Advogado:
Intimação
Por ordem do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca Rolim de Moura/RO, fica a parte autora intimada, para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo em 05 (cinco) dias, consoante art. 485, III, § 1º do CPC, com a providência de acordo com o caso.
Rolim de Moura/RO, 2 de maio de 2019.
LEONARDO GOMES DE MOURA
Téc. Judiciário

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
Juízo da 2ª Vara Cível e Juizado da
infância e Juventude da Comarca de Rolim de Moura - RO
E-mail: rmm2civel@tjro.jus.br

Proc.: 0062582-13.2006.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco do Brasil S/A
Advogado:Rafael Sganzerla Durand (OAB/RO 4872-A)
Executado:Geni da Silva Maas
Advogado:Roberta de Oliveira Lima Paes (OAB/RO 1568), Danúbia Aparecida Vidal Petrolini (OAB/RO 3256), Nivaldo Vieira de Melo (OAB/RO 257A)
DESPACHO:
Em observância à Ata de Correição ordinária ano 2018 e Resolução 037/2016-PR/TJRO:Prescreve o art. 8º da Lei 11.419/2006 que os órgãos do Poder Judiciário poderão desenvolver sistemas eletrônicos de processamento de ações judiciais por meio de autos total ou parcialmente digitais, utilizando, preferencialmente, a rede mundial de computadores e acesso por meio de redes internas e externas. São inegáveis os benefícios advindos da substituição da tramitação de autos em meio físico pelo meio eletrônico, como instrumento de celeridade e qualidade da prestação jurisdicional. O processo eletrônico também busca satisfazer a necessidade de racionalização da utilização dos recursos orçamentários pelos órgãos do Poder Judiciário. Assim, diante das considerações supra, determino que a Direção do Cartório promova a digitalização destes autos, os quais passarão a tramitar exclusivamente pelo Sistema de Peticionamento Eletrônico. O feito ficará arquivado pelo prazo de incineração aplicável à espécie.Rolim de Moura-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0000884-30.2011.8.22.0010
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Luzinete Ferreira Lauton
Advogado:Fabiana Cristina Cizmoski (OAB/RO 6404), Matheus Duques da Silva (OAB/RO 6318)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (000.)
DESPACHO:
Em observância à Ata de Correição ordinária ano 2018 e Resolução 037/2016-PR/TJRO:Prescreve o art. 8º da Lei 11.419/2006 que os órgãos do Poder Judiciário poderão desenvolver sistemas eletrônicos de processamento de ações judiciais por meio de autos total ou parcialmente digitais, utilizando, preferencialmente, a rede mundial de computadores e acesso por meio de redes internas e externas. São inegáveis os benefícios advindos da substituição da tramitação de autos em meio físico pelo meio eletrônico, como instrumento de celeridade e qualidade da prestação jurisdicional. O processo eletrônico também busca satisfazer a necessidade de racionalização da utilização dos recursos orçamentários pelos órgãos do Poder Judiciário. Assim, diante das considerações supra, determino que a Direção do Cartório promova a digitalização destes autos, os quais passarão a tramitar exclusivamente pelo Sistema de Peticionamento Eletrônico. O feito ficará arquivado pelo prazo de incineração aplicável à espécie.Rolim de Moura-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0004049-80.2014.8.22.0010
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Salomão da Silveira
Advogado:Lilian Santiago Teixeira Nascimento (OAB/RO 4.511)
Executado:HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo
Advogado:Luiz Rodrigues Wambier (OAB/PR 7295), Evaristo Aragão Ferreira dos Santos (OAB/PR 24.498), Rita de Cássia Corrêa de Vasconcelos (OAB/RO 6637)
DESPACHO:
Em observância à Ata de Correição ordinária ano 2018 e Resolução 037/2016-PR/TJRO:Prescreve o art. 8º da Lei 11.419/2006 que os órgãos do Poder Judiciário poderão desenvolver sistemas eletrônicos de processamento de ações judiciais por meio de autos total ou parcialmente digitais, utilizando, preferencialmente, a rede mundial de computadores e acesso por meio de redes internas e externas. São inegáveis os benefícios advindos da substituição da tramitação de autos em meio físico pelo meio eletrônico, como instrumento de celeridade e qualidade da prestação jurisdicional. O processo eletrônico também busca satisfazer a necessidade de racionalização da utilização dos recursos orçamentários pelos órgãos do Poder Judiciário. Assim, diante das considerações supra, determino que a Direção do Cartório promova a digitalização destes autos, os quais passarão a tramitar exclusivamente pelo Sistema de Peticionamento Eletrônico. O feito ficará arquivado pelo prazo de incineração aplicável à espécie.Mantenha-se suspenso o feito até maio de 2019.Rolim de Moura-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0004683-42.2015.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Neuza Aparecida da Silva
Advogado:Salvador Luiz Paloni (OAB/RO 299A), Catiane Dartibale (RO 6447)
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Procurador Estadual ( )

DESPACHO:
Em observância à Ata de Correição ordinária ano 2018 e Resolução 037/2016-PR/TJRO:Prescreve o art. 8º da Lei 11.419/2006 que os órgãos do Poder Judiciário poderão desenvolver sistemas eletrônicos de processamento de ações judiciais por meio de autos total ou parcialmente digitais, utilizando, preferencialmente, a rede mundial de computadores e acesso por meio de redes internas e externas. São inegáveis os benefícios advindos da substituição da tramitação de autos em meio físico pelo meio eletrônico, como instrumento de celeridade e qualidade da prestação jurisdicional. O processo eletrônico também busca satisfazer a necessidade de racionalização da utilização dos recursos orçamentários pelos órgãos do Poder Judiciário. Assim, diante das considerações supra, determino que a Direção do Cartório promova a digitalização destes autos, os quais passarão a tramitar exclusivamente pelo Sistema de Peticionamento Eletrônico. O feito ficará arquivado pelo prazo de incineração aplicável à espécie.Rolim de Moura-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0005874-30.2012.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Nutrizon Alimentos Ltda
Advogado:Daniel Redivo (OAB/RO 3181), João Carlos da Costa (OAB/RO 1258)
Executado:Anderson Koike Cherri, Juliana Maria Gaspari Cherri
Advogado:Rosane Corina Odísio dos Santos (RO 1468), Walfrane Leila Odisio dos Santos (OAB/RO 3489), Rosane Corina Odísio dos Santos (RO 1468), Walfrane Leila Odisio dos Santos (OAB/RO 3489)
DESPACHO:
Em observância à Ata de Correição ordinária ano 2018 e Resolução 037/2016-PR/TJRO:Prescreve o art. 8º da Lei 11.419/2006 que os órgãos do Poder Judiciário poderão desenvolver sistemas eletrônicos de processamento de ações judiciais por meio de autos total ou parcialmente digitais, utilizando, preferencialmente, a rede mundial de computadores e acesso por meio de redes internas e externas. São inegáveis os benefícios advindos da substituição da tramitação de autos em meio físico pelo meio eletrônico, como instrumento de celeridade e qualidade da prestação jurisdicional. O processo eletrônico também busca satisfazer a necessidade de racionalização da utilização dos recursos orçamentários pelos órgãos do Poder Judiciário. Assim, diante das considerações supra, determino que a Direção do Cartório promova a digitalização destes autos, os quais passarão a tramitar exclusivamente pelo Sistema de Peticionamento Eletrônico. O feito ficará arquivado pelo prazo de incineração aplicável à espécie.Mantenha-se suspenso o feito até setembro de 2019.Rolim de Moura-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0000475-88.2010.8.22.0010
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Ivanete de Oliveira
Advogado:Danilo Constance Martins Durigon (OAB RO 5114), Adailton Pereira de Araújo (RO 2562), Airton Pereira de Araújo (OAB/RO 243), Cristóvam Coelho Carneiro (OAB/RO 115), Fábio José Reato (OAB/RO 2061), Daniel dos Anjos Fernandes Júnior (OAB/RO 3214)
Requerido:Imobiliária 2 Irmãos Ltda, Fábio Ramiro Zampa
DESPACHO:
Em observância à Ata de Correição ordinária ano 2018 e Resolução 037/2016-PR/TJRO:Prescreve o art. 8º da Lei 11.419/2006 que os órgãos do Poder Judiciário poderão desenvolver sistemas eletrônicos de processamento de ações judiciais por meio de autos total ou parcialmente digitais, utilizando, preferencialmente, a rede mundial de computadores e acesso por meio de redes internas e externas. São inegáveis os benefícios advindos da substituição da tramitação de autos em meio físico pelo meio eletrônico, como instrumento de celeridade e qualidade da prestação jurisdicional. O processo eletrônico também busca satisfazer a necessidade de racionalização da utilização dos recursos orçamentários pelos órgãos do Poder Judiciário. Assim, diante das considerações supra, determino que a Direção do Cartório promova a digitalização destes autos, os quais passarão a tramitar exclusivamente pelo Sistema de Peticionamento Eletrônico. O feito ficará arquivado pelo prazo de incineração aplicável à espécie.Mantenha-se suspenso o feito até maio de 2019.Rolim de Moura-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0081210-16.2007.8.22.0010
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Autor:Amaury Adão de Souza
Advogado:Amaury Adão de Souza (OAB/RO 279-A), Cristóvam Coelho Carneiro (OAB/RO 115)
Requerido:Clóvis Nancir da Silva, Geraldina Klein Brust da Silva, Margarida Inacia de Moraes, Osvaldo de Lima, Paulo Ribeiro dos Santos, Silvania Estevão da Silva
Advogado:Advogado não Informado (3790), Defensor Público ( ), Advogado não Informado (3790), Luis Ferreira Cavalcante (RO 2790), Renato Pereira da Silva (OAB/RO 6953), Salvador Luiz Paloni (RO 299-A.), Vanderlei Casprechen (RO 2242), Marta Martins Ferraz Paloni (OAB/RO 1602), Salvador Luiz Paloni (OAB/RO 299A), Vanderlei Casprechen (RO 2242)
DESPACHO:
Em observância à Ata de Correição ordinária ano 2018 e Resolução 037/2016-PR/TJRO:Prescreve o art. 8º da Lei 11.419/2006 que os órgãos do Poder Judiciário poderão desenvolver sistemas eletrônicos de processamento de ações judiciais por meio de autos total ou parcialmente digitais, utilizando, preferencialmente, a rede mundial de computadores e acesso por meio de redes internas e externas. São inegáveis os benefícios advindos da substituição da tramitação de autos em meio físico pelo meio eletrônico, como instrumento de celeridade e qualidade da prestação jurisdicional. O processo eletrônico também busca satisfazer a necessidade de racionalização da utilização dos recursos orçamentários pelos órgãos do Poder Judiciário. Assim, diante das considerações supra, determino que a Direção do Cartório promova a digitalização destes autos, os quais passarão a tramitar exclusivamente pelo Sistema de Peticionamento Eletrônico. O feito ficará arquivado pelo prazo de incineração aplicável à espécie.Mantenha-se suspenso o feito até setembro de 2019.Rolim de Moura-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0000773-80.2010.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:A União
Advogado:Procurador da República (00000)
Executado:Matara & Matara Ltda
Advogado:Nivaldo Vieira de Melo (OAB/RO 257A), Rhenne Dutra dos Santos (RO 5270), Jéssica Borges dos Reis (OAB/RO 7292)
DESPACHO:
Em observância à Ata de Correição ordinária ano 2018 e Resolução 037/2016-PR/TJRO:Prescreve o art. 8º da Lei 11.419/2006 que os órgãos do Poder Judiciário poderão desenvolver sistemas eletrônicos de processamento de ações judiciais por meio de autos total ou parcialmente digitais, utilizando, preferencialmente, a rede mundial de computadores e acesso por meio de redes internas e externas. São inegáveis os benefícios advindos da substituição da tramitação de autos em meio físico pelo meio eletrônico, como instrumento de celeridade e qualidade da prestação jurisdicional. O processo eletrônico também busca satisfazer a necessidade de racionalização da utilização dos recursos orçamentários pelos órgãos do Poder Judiciário. Assim, diante das considerações supra, determino que a Direção do Cartório promova a digitalização destes autos, os quais passarão a tramitar exclusivamente pelo Sistema de Peticionamento Eletrônico. O feito ficará arquivado pelo prazo de incineração aplicável à espécie.Mantenha-se suspenso o feito até dezembro de 2019.Rolim de Moura-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0005804-81.2010.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:A União (fazenda Nacional)
Advogado:Procurador da Fazenda Nacional Pfn Ro (OAB 00000)
Executado:Matara & Matara Ltda
Advogado:Advogado Não Informado (338 - A)
DESPACHO:
Em observância à Ata de Correição ordinária ano 2018 e Resolução 037/2016-PR/TJRO:Prescreve o art. 8º da Lei 11.419/2006 que os órgãos do Poder Judiciário poderão desenvolver sistemas eletrônicos de processamento de ações judiciais por meio de autos total ou parcialmente digitais, utilizando, preferencialmente, a rede mundial de computadores e acesso por meio de redes internas e externas. São inegáveis os benefícios advindos da substituição da tramitação de autos em meio físico pelo meio eletrônico, como instrumento de celeridade e qualidade da prestação jurisdicional. O processo eletrônico também busca satisfazer a necessidade de racionalização da utilização dos recursos orçamentários pelos órgãos do Poder Judiciário.Assim, diante das considerações supra, determino que a Direção do Cartório promova a digitalização destes autos, os quais passarão a tramitar exclusivamente pelo Sistema de Peticionamento Eletrônico. O feito ficará arquivado pelo prazo de incineração aplicável à espécie.Mantenha-se suspenso o feito até dezembro de 2019.Rolim de Moura-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0018916-98.2002.8.22.0010
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Embargante:Andrade & Piva Ltda - ME
Advogado:Cristóvam Coelho Carneiro (RO 115)
Executado:Banco da Amazônia S/A - BASA, Kátia Simone Piva
Advogado:Edvaldo Martins de Oliveira (RO 163-A), Salvador Luiz Paloni (OAB/RO 299A)
DESPACHO:
Em observância à Ata de Correição ordinária ano 2018 e Resolução 037/2016-PR/TJRO:Prescreve o art. 8º da Lei 11.419/2006 que os órgãos do Poder Judiciário poderão desenvolver sistemas eletrônicos de processamento de ações judiciais por meio de autos total ou parcialmente digitais, utilizando, preferencialmente, a rede mundial de computadores e acesso por meio de redes internas e externas. São inegáveis os benefícios advindos da substituição da tramitação de autos em meio físico pelo meio eletrônico, como instrumento de celeridade e qualidade da prestação jurisdicional. O processo eletrônico também busca satisfazer a necessidade de racionalização da utilização dos recursos orçamentários pelos órgãos do Poder Judiciário. Assim, diante das considerações supra, determino que a Direção do Cartório promova a digitalização destes autos, os quais passarão a tramitar exclusivamente pelo Sistema de Peticionamento Eletrônico. O feito ficará arquivado pelo prazo de incineração aplicável à espécie.Mantenha-se suspenso o feito até dezembro de 2019.Rolim de Moura-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0004231-03.2013.8.22.0010
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Laura Rodrigues da Silva
Advogado:Maycon Douglas Machado (OAB/RO 2509)
Requerido:S M Barboza & Cia Ltda Me
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO:
Em observância à Ata de Correição ordinária ano 2018 e Resolução 037/2016-PR/TJRO:Prescreve o art. 8º da Lei 11.419/2006 que os órgãos do Poder Judiciário poderão desenvolver sistemas eletrônicos de processamento de ações judiciais por meio de autos total ou parcialmente digitais, utilizando, preferencialmente, a rede mundial de computadores e acesso por meio de redes internas e externas. São inegáveis os benefícios advindos da substituição da tramitação de autos em meio físico pelo meio eletrônico, como instrumento de celeridade e qualidade da prestação jurisdicional. O processo eletrônico também busca satisfazer a necessidade de racionalização da utilização dos recursos orçamentários pelos órgãos do Poder Judiciário. Assim, diante das considerações supra, determino que a Direção do Cartório promova a digitalização destes autos, os quais passarão a tramitar exclusivamente pelo Sistema de Peticionamento Eletrônico. O feito ficará arquivado pelo prazo de incineração aplicável à espécie.Mantenha-se suspenso o feito até setembro de 2019.Rolim de Moura-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0000947-21.2012.8.22.0010
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça do Município de Rolim de Moura ( )
Executado:Maura Amaral dos Santos Rodrigues
Advogado:Victor Macedo de Souza (RO 8018)
DESPACHO:
Em observância à Ata de Correição ordinária ano 2018 e Resolução 037/2016-PR/TJRO:Prescreve o art. 8º da Lei 11.419/2006 que os órgãos do Poder Judiciário poderão desenvolver sistemas eletrônicos de processamento de ações judiciais por meio de autos total ou parcialmente digitais, utilizando, preferencialmente, a rede mundial de computadores e acesso por meio de redes internas e externas. São inegáveis os benefícios advindos da substituição da tramitação de autos em meio físico pelo meio eletrônico, como instrumento de celeridade e qualidade da prestação jurisdicional. O processo eletrônico também busca satisfazer a necessidade de racionalização da utilização dos recursos orçamentários pelos órgãos do Poder Judiciário. Assim, diante das considerações supra, determino que a Direção do Cartório promova a digitalização destes autos, os quais passarão a tramitar exclusivamente pelo Sistema de Peticionamento Eletrônico. O feito ficará arquivado pelo prazo de incineração aplicável à espécie.Mantenha-se suspenso o feito até setembro de 2019.Rolim de Moura-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito
Heloisa Gonçalves Dias
Diretora de Cartório

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000 - Fone: 69 3442 8273, rmm2civel@tjro.jus.br Processo: 7002325-77.2018.8.22.0010
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP
Advogados do(a) EXEQUENTE: GEISIELI DA SILVA ALVES - RO9343, EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS - RO2930, NOEL NUNES DE ANDRADE - RO1586
EXECUTADO: CAIO GRACO SILVA SANTOS
INTIMAÇÃO Fica a parte Exequente intimada, por meio de seu procurador, a promover o regular andamento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000 - Fone: 69 3442 8273, rmm2civel@tjro.jus.br Processo: 7006364-54.2017.8.22.0010
Classe: FAMÍLIA- DIVÓRCIO LITIGIOSO (99)
REQUERENTE: SILAS ALVES DE BRITO
REQUERIDO: ZULMIRA NUNES DA SILVA
Advogado do(a) REQUERIDO: CATIANE DARTIBALE - RO6447
INTIMAÇÃO - Retorno do TJ/RO
Fica a parte Requerida, intimada a se manifestar, no prazo de 10 dias, acerca do retorno dos autos, sob pena de arquivamento.

Saliento que, conforme prevê o art. 31, parágrafo único da Lei 3896/16, o feito poderá ser desarquivado a qualquer momento, desde que apresentado pedido descritivo, acompanhado de planilha dos créditos, de acordo com os arts. 523 e 524 do CPC, visando a intimação da parte adversa ao início do cumprimento de SENTENÇA.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000 - Fone: 69 3442 8273, rmm2civel@tjro.jus.br Processo: 7002592-20.2016.8.22.0010
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: VALTER DA SILVA NOGUEIRA
Advogado do(a) AUTOR: JORGE GALINDO LEITE - RO7137
RÉU: OI MOVEL S.A.
Advogados do(a) RÉU: MARCELO LESSA PEREIRA - RO1501, ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO - RO635, ALESSANDRA MONDINI CARVALHO - RO4240
Intimação Fica a parte Requerente intimada, no prazo de 05 dias, a apresentar manifestação acerca dos documentos juntados pela parte adversa. ID 25495566

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000 - F:(69) 34422268
Processo: 7000320-48.2019.8.22.0010
AUTOR: COMERCIO DE MOLAS CAZAROTTO LTDA - ME
RÉU: E. DE FREITAS - ME
INTIMAÇÃO Por ordem do Exmo. Dr. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura, fica o Requerente intimado(a) a dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de suspensão / extinção e arquivamento.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000 - F:(69) 34422268
Processo: 7001316-46.2019.8.22.0010
REQUERENTE: EDINALVA FERREIRA DOS SANTOS MEDEIROS
REQUERIDO: JOCIMAR ALVES DE MEDEIROS
INTIMAÇÃO Por ordem do Exmo. Dr. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura, fica o Requerente intimado(a) a dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de suspensão / extinção e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000 - Fone: 69 3442 8273, rmm2civel@tjro.jus.br Processo: 7003090-19.2016.8.22.0010
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: LEONARDO ZANELATO GONCALVES
Advogado do(a) EXEQUENTE: LEONARDO ZANELATO GONCALVES - RO3941
EXECUTADO: GILMAR CIVIDINI
Intimação
Fica a parte Exequente intimada para recolher as custas no valor de R$ 15,00 (Quinze Reais) para cada diligência pleiteada (BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD, outros bancos de dados e sistemas), nos termos do art. 17 da Lei Estadual n.º 3.896, de 24/8/2016.

"Art. 17. O requerimento de buscas de endereços, bloqueio de bens ou quebra de sigilo fiscal, telemático e assemelhados, ainda que por meio eletrônico, deverá ser instruído com comprovante do pagamento da diligência, no valor de R$15,00 (quinze reais) para cada uma delas."

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000 - Fone: 69 3442 8273, rmm2civel@tjro.jus.br Processo: 7000621-29.2018.8.22.0010
Classe: PETIÇÃO (241)
REQUERENTE: A. G. LEITE & CIA LTDA - ME
Advogado do(a) REQUERENTE: GILVAN DE CASTRO ARAUJO - RO4589
REQUERIDO: ATIMO SOFTWARE LTDA - EPP
Advogado do(a) REQUERIDO: HERCILIO DE ARAUJO FERREIRA FILHO - MG61990-B
INTIMAÇÃO Por ordem do Exmo. Dr. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura, fica a Requerente/Requerida, pela presente, INTIMADO à pagar as custas processuais, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa, conforme Lei nº 3.896/16.
Link para gerar boleto: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=Haa0TTIvw3G_RAB-qJ7up6WpxKyTn0V6Xk5nwLAU.wildfly01:custas1.1

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000 - Fone: 69 3442 8273, rmm2civel@tjro.jus.br Processo: 7000621-29.2018.8.22.0010
Classe: PETIÇÃO (241)
REQUERENTE: A. G. LEITE & CIA LTDA - ME
Advogado do(a) REQUERENTE: GILVAN DE CASTRO ARAUJO - RO4589
REQUERIDO: ATIMO SOFTWARE LTDA - EPP
Advogado do(a) REQUERIDO: HERCILIO DE ARAUJO FERREIRA FILHO - MG61990-B
INTIMAÇÃO Por ordem do Exmo. Dr. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura, fica a Requerente/Requerida, pela presente, INTIMADO à pagar as custas processuais, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa, conforme Lei nº 3.896/16.
Link para gerar boleto: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=Haa0TTIvw3G_RAB-qJ7up6WpxKyTn0V6Xk5nwLAU.wildfly01:custas1.1

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000 - Fone: 69 3442 8273, rmm2civel@tjro.jus.br Processo: 7000047-06.2018.8.22.0010
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: C. H. F. e outros
Advogado do(a) EXEQUENTE: CARLOS OLIVEIRA SPADONI - RO607
Advogado do(a) EXEQUENTE: CARLOS OLIVEIRA SPADONI - RO607
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação Fica a parte Requerente intimada, no prazo de 15 (quinze) dias, a apresentar manifestação acerca dos cálculos juntados pelo INSS, sob pena de preclusão.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76.940-000, Rolim de Moura, RO
Fone: 69 3442 8273 - rmm2civel@tjro.jus.brProcesso nº: 7002665-21.2018.8.22.0010
Requerente/Exequente: FELIX HENRIQUE JACOMINI, ANTONIO HENRIQUE JACOMINI
Advogado(a): NEIRELENE DA SILVA AZEVEDO OAB nº RO6119, MARCIO ANTONIO PEREIRA OAB nº RO1615
Requerido/Executado: TSA AMAZONIA LOGISTICA LTDA, V.L.SILVA RIO PRETO TRANSPORTES LTDA - ME, JOSE ADEMARIO SILVA RIBEIRO, CARLOS ANTONIO ESTRELA SCHWE
Advogado(a): ESTEVAN SOLETTI OAB nº RO3702
DESPACHO SERVINDO DE CARTA, MANDADO E CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO
Defiro id. n. ID: 25880139 p. 1 de 3.
1) Ciência à T S A AMAZONIA LOGÍSTICA – EIRELI para indicar o endereço correto da seguradora para que proceda a devida citação.
1.1) Com a informação, expeça-se a carta de citação da Denunciada.
2) Sirva esta de Carta de Citação e intimação de V.L. SILVA RIO PRETO TRANSPORTE LTDA – ME na Rua Itanhaém, 1447, Casa, Jardim Caparroz, CEP 15.050-340, cidade e comarca de São José do Rio Preto, SP, para querendo, contestar em 15 dias, sob o rito do procedimento comum.
3) Sirva esta MANDADO de Citação e intimação de CARLOS ANTÔNIO ESTRELA SCHWE na Rua Antonio de Paula Nunes, casa, Bairro Princesa Isabel, CEP nº 76.964-000, cidade Cacoal/RO, para querendo, contestar em 15 dias, sob o rito do procedimento comum.
4) Sirva esta de Carta Precatória solicitando ao Juízo de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT a citação e intimação de JOSÉ ADEMÁRIO SILVA RIBEIRO na Av. do Contorno, s/nº, centro, CEP nº 78.245-000, Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, para querendo, contestar em 15 dias, sob o rito do procedimento comum.
Peças: Petição Inicial e Procuração.
RESPONSÁVEL PELAS CUSTAS: O REQUERENTE.
Deverá o Requerente recolher as custas do MANDADO antes de ser distribuído na cidade de Cacoal/RO.
Também deverá promover o necessário para distribuição da Carta Precatória no Juízo de Vila Bela.
5) Caso algum dos requeridos não sejam localizados nos endereços abaixo, DETERMINO a citação e intimação editalícia para querendo apresentar resposta em 15 dias (rito ordinário). Aguarde-se eventual resposta.
6) Transcorrido o prazo sem defesa, desde já, com fundamento no art. 72 do CPC NOMEIO um dos membros da Defensoria Pública local para promover a defesa dos requeridos citados que venham a ser por edital, como Curadora Especial.
6.1) Cientifique-se, oportunamente, independente de nova deliberação.
6.2) Na mesma manifestação, faculta-se à Defensoria Pública indicar outras diligências, inclusive especificar provas, observado os itens abaixo.
7) As partes, caso seja postulada prova testemunhal, o número máximo é de 3 (três) testemunhas para cada parte (357, §6.º do NCPC, o que já era previsto no art. 410, par. único, do CPC de 1973), por ser apenas o acima em apuração, que decorre de fato único. Neste sentido, reconhecendo a limitação do número de testemunhas a 3 para cada parte: 0013255- 1.2014.822.0000, publicado no Diário da Justiça de 18/2/2015 - Desembargador Moreira Chagas.
7.1) Não sendo apresentado o rol no prazo acima determinado entender-se-á que a parte desistiu da produção da prova testemunhal.
7.2) O rol deverá vir com qualificação das testemunhas, para não haver "surpresa" à parte contrária.
7.3) Eventual substituição de testemunha ou alteração no rol apenas será permitida com anuência da parte contrária, para não haver "surpresa" (sistemática do NCPC), ou por fato devidamente justificado.
8) Cumpridas as fases acima, oportunamente, conclusos para novo saneador ou designar audiência, conforme a hipótese.
Intimem-se as partes na pessoa dos procuradores constituídos.
Rolim de Moura/RO, 22 de abril de 2019.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76.940-000, Rolim de Moura, RO
Fone: 69 3442 8273 - rmm2civel@tjro.jus.brProcesso nº: 7006140-82.2018.8.22.0010
Requerente/Exequente: IMPLEMENTOS AGRICOLAS OLIVEIRA LTDA - EPP
Advogado(a): JOAO CARLOS DA COSTA OAB nº RO1258, DANIEL REDIVO OAB nº RO3181, KELLY CRISTINE BENEVIDES DE BARROS OAB nº RO3843
Requerido/Executado: IVAN ANASTACIO DE BRITO
Advogado(a): GLEYSON CARDOSO FIDELIS RAMOS OAB nº RO6891
EM SANEADOR:
1) As preliminares arguidas no ID: 26744302 são o MÉRITO da lide.
2) Fixo como ponto controvertido: ocorrência ou não de relação negocial entre as partes, do que, dependendo, decorre o dever de indenizar/ressarcir.
3) Para que não venha alegação de nulidade ou cerceamento de defesa, às partes para ESPECIFICAR se pretendem a produção de outras provas, justificando sua necessidade e pertinência com a lide.
3.1) Havendo protesto "genérico" por produção de todo tipo de provas, sem indicar sua necessidade, a lide será sentenciada na forma que se encontra, por já haver considerável quantidade de documentos nos autos.
3.2) Havendo necessidade de prova testemunhal, concedo o prazo comum de dez (10) dias contados a partir da intimação para juntada do rol de testemunhas nos autos, sendo no máximo 3 (três) testemunhas para cada parte (357, §6.º do NCPC, o que já era previsto no art. 410, par. único, do CPC de 1973), por ser apenas o acima em apuração, que decorre de fato único. Neste sentido, reconhecendo a limitação do número de testemunhas a 3 para cada parte: 0013255-51.2014.822.0000, publicado no Diário da Justiça de 18/2/2015 - Desembargador Moreira Chagas.
3.3) Não sendo apresentado o rol no prazo acima determinado entender-se-á que a parte desistiu da produção da prova testemunhal.
3.4) O rol deverá vir com qualificação das testemunhas, para não haver surpresa à parte contrária (técnica do NCPC).
3.5) Eventual substituição de testemunha ou alteração no rol apenas será permitida com prévia anuência da parte contrária, para não haver surpresa (sistemática do NCPC), ou por fato devidamente justificado.
4) Cumpridas as fases acima, oportunamente, conclusos para novo saneador, designar audiência ou sentenciar o feito, dependendo da hipótese.
5) Intimem-se as partes, na pessoa dos Procuradores, via PJe.
6) Sendo apresentado recurso ou outro expediente, desde já mantenho a DECISÃO por seus fundamentos.
Rolim de Moura/RO, 30 de abril de 2019.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76.940-000, Rolim de Moura, RO
Fone: 69 3442 8273 - rmm2civel@tjro.jus.brProcesso nº: 7000467-74.2019.8.22.0010
Requerente/Exequente: UNIMED JI PARANA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO
Advogado(a): CLEBER CARMONA DE FREITAS OAB nº RO3314
Requerido/Executado: VANESSA MOSCATELLI SALCES
Advogado(a): JOSIMEIRE LEAO DE OLIVEIRA OAB nº PR71038
1) Sem haver discussão sobre o MÉRITO dos embargos, DEFIRO o parcelamento na forma proposta.
2) Como já foram depositados os 30% iniciais, LIBERE-SE o valor doc. 25407148 em favor do exequente, o qual deverá informar conta para transferência. Informada, oficie-se.
3) O restante poderá ser depositado em até seis parcelas, corrigidas pelos índices oficiais, até o dia 30 de cada mês, improrrogável.
4) Não havendo depósitos acima (que foram oferecidos pela parte demandada), será convertida em execução.
Intimem-se as partes na pessoa dos procuradores constituídos.
Rolim de Moura/RO, 25 de abril de 2019.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76.940-000, Rolim de Moura, RO
Fone: 69 3442 8273 - rmm2civel@tjro.jus.brProcesso nº: 7001737-41.2016.8.22.0010
Requerente/Exequente: SEBASTIAO FERREIRA ALMEIDA
Advogado(a): JEFERSON FABIANO DELFINO ROLIM OAB nº RO6593
Requerido/Executado: DISMOBRAS IMPORTACAO, EXPORTACAO E DISTRIBUICAO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS S/A
Advogado(a): LUCIANA MARTINS DE AMORIM AMARAL SOARES OAB nº PE26571, ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO OAB nº AL23255
1) A Requerida deverá informar o andamento da recuperação judicial, em CINCO dias, juntando a r. documentação.
AGUARDE-SE.
2) Quanto ao pedido apresentado pelo exequente, CORRIJA-SE, pois não há se falar em "RPV", visto que não se trata de cumprimento de SENTENÇA contra o Poder Público.
Intimem-se as partes intimadas, nas pessoa dos procuradores constituídos.
Rolim de Moura/RO, 15 de abril de 2019.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76.940-000, Rolim de Moura, RO
Fone: 69 3442 8273 - rmm2civel@tjro.jus.brProcesso nº: 7001174-42.2019.8.22.0010
Requerente/Exequente: C. R. GARCIA CONDUTORES - ME
Advogado(a): EDILSON STUTZ OAB nº RO309
Requerido/Executado: ALEHANDRO FRANCISCO SEBIM
Advogado(a):
1) Em complemento à deliberação anterior - num. 26396682: AGUARDE-SE O AUTOR PROMOVER A CITAÇÃO e INTIMAÇÃO DO REQUERIDO, para regular prosseguimento do feito. PRAZO: CINCO DIAS para cumprir a medida de tutela de deferida no doc. 25568516.
2) NÃO sendo providenciada a citação (por precatória – há diversos endereços a serem diligenciados) a tutela de urgência será REVOGADA, pois a parte não pode "conseguir uma liminar" e "abandonar o processo".
3) Deliberado a respeito da admissibilidade da ação e tutela de urgência, A PARTE AUTORA DEVERÁ RECOLHER AS CUSTAS PARA CUMPRIMENTO DA CARTA PRECATÓRIA.
Antes que se questione, as custas judiciais que venham a ser recolhidas são apenas as iniciais e NÃO se referem à Carta Precatória a ser expedida, pois são taxas distintas.
Considere-se a previsão do art. 2.º, §1.º inciso III c/c art. 30 da Lei N. 3.896, de 24/8/2016, interpretados junto com o Provimento n° 007/2016-CG/TJRO, Ofício Circular 35/2016-DECOR/CG, arts. 1.º, c e 124, I, das DGJ e valor atualizado pelo Provimento n. 023/2017-CG.
AGUARDE-SE comprovação do necessário ao encaminhamento e cumprimento da Carta Precatória.
4) Caso o requerido já tenha sido citado e os bens arrestados, CERTIFIQUE-SE, pois não há estas informações nos autos.
Intimem-se as partes na pessoa dos procuradores constituídos.
Rolim de Moura/RO, 25 de abril de 2019.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76.940-000, Rolim de Moura, RO
Fone: 69 3442 8273 - rmm2civel@tjro.jus.brProcesso nº: 7004753-03.2016.8.22.0010
Requerente/Exequente: Isabely Vitoria Gomes Alves, CLEUMA SILVA GOMES
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, ELOIR CANDIOTO ROSA OAB nº RO4355
Requerido/Executado: SEBASTIAO CEZARIO ALVES
ADVOGADO DO INVENTARIADO:
DESPACHO
Aos interessados para providenciar a documentação solicitada pelo MP.
Vindo, ao MP para manifestação.
Ficam as partes intimadas, nas pessoa dos procuradores constituídos.
Rolim de Moura/RO, 12 de fevereiro de 2019.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000 - Fone: 69 3442 8273, rmm2civel@tjro.jus.br Processo: 7005781-35.2018.8.22.0010
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ROSA BONFIM
Advogado do(a) AUTOR: PAULO HENRIQUE SCHMOLLER DE SOUZA - RO7887
RÉU: ESTADO DE RONDÔNIA
Intimação Fica a parte Requerente intimada, no prazo de 05 dias, a apresentar manifestação acerca dos documentos juntados pela parte adversa.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000 - Fone: 69 3442 8273, rmm2civel@tjro.jus.br Processo: 7007126-36.2018.8.22.0010
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)

AUTOR: CARMEN LUCIA MONELLI DE ANDRADE
Advogado do(a) AUTOR: CINTIA GOHDA RUIZ DE LIMA UMEHARA - RO4227
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação Fica a parte Requerente, intimada a manifestar-se quanto ao laudo pericial apresentado, no prazo de 15 dias.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000 - Fone: 69 3442 8273, rmm2civel@tjro.jus.br Processo: 7006082-79.2018.8.22.0010
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: KAMILLA LORENA BONA VIEIRA
Advogado do(a) AUTOR: THIAGO POLLETINI MARTINS - RO5908
RÉU: EMPORIO & EMPORIO COMERCIO LTDA - ME
Advogados do(a) RÉU: TAYNA DAMASCENO DE ARAUJO - RO6952, AIRTON PEREIRA DE ARAUJO - RO243, DANIEL DOS ANJOS FERNANDES JUNIOR - RO3214
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerida intimada a, no prazo de 15 dias, apresentar contrarrazões ao recurso de apelação.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76.940-000, Rolim de Moura, RO
Fone: 69 3442 8273 - rmm2civel@tjro.jus.brProcesso nº: 7005025-26.2018.8.22.0010
Requerente/Exequente: DYENYFFER FERNANDA DOS SANTOS BASTIDA
ADVOGADO DO REQUERENTE: EMILLY CARLA ROZENDO OAB nº RO9512
Requerido/Executado: FRANCISCO FERNANDES BASTIDA
ADVOGADO DO INVENTARIADO:
SENTENÇA
Trata-se de pedido de Abertura de Inventário de Inventário proposta por Dyennyffer Fernanda dos Santos Bastida em razão do falecimento Francisco Fernandes Bastida, ajuizada em 17/08/2018.
A Requerente foi intimada para dar andamento ao feito, pena de extinção (id. 23598083), deixou transcorrer o prazo sem manifestação (id. 24372341).
Determinou o juízo a intimação pessoal da Requerente para dar andamento útil ao feito, pena de extinção (id. 24671920).
A Requerente, devidamente intimada, não se manifestou no feito (id. 26090481).
É o relatório. Fundamento e decido:
A Requerente e seu Patrono foram intimados diversas vezes para dar andamento ao feito, em especial para juntar aos autos documentos mínimos para o prosseguimento útil do feito e por diversas vezes não cumpriram as ordens judiciais.
Disso verifica-se que a Requerente e seu Patrono não cumprem as determinações judiciais e muito menos a legislação, pois não dão o correto andamento ao feito.
O feito encontra-se praticamente "parado" há mais de 6 (seis) meses, aguardando tão somente a juntada de documentos por parte da Requerente.
Vale destacar que na DECISÃO de id. 21732993, constou expressamente:
"Ante informação de id. 24372341 p. 1, que decorreu o prazo, sem manifestação do Procurador da Inventariante, deve a Inventariante dar andamento ao feito.
Sirva esta como carta de intimação da Inventariante Dyennyffer Fernanda dos Santos Bastida, residente na Av. Maceió nº5944, centro em Rolim de Moura/RO, para, no prazo de 10 (dez) dias, dar andamento ao feito, pena de extinção do feito, nos termos do art. 485, inciso III do NCPC.
Intimem-se também o Procurador da Inventariante.
Aguarde-se manifestação, decorrido o prazo, com ou sem manifestação, conclusos."
Devidamente intimados, conforme certidão de id. 26090481, o Procurador e a Requerente não se manifestaram no feito.
Atitudes como essas ofendem os princípios constitucionais da celeridade e da razoável duração do processo, (arts. 4º e 6º do NCPC e art. 5º, inciso LXXVIII CF), considerando que o feito tramita desde 26/04/2018, e está praticamente "parado" há mais de 08 (oito) meses, por culpa exclusiva da Requerente e de seu Patrono que insistem em não cumprir as determinações judiciais.
Dispõe o art. 77, IV do NCPC que: " Art. 77. Além de outros previstos neste Código, são deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo: IV - cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, e não criar embaraços à sua efetivação; ", da mesma forma que dispõe o art. 379, III, do mesmo Codex que: "Art. 379. Preservado o direito de não produzir prova contra si própria, incumbe à parte: praticar o ato que lhe for determinado."
O processo não pode eternizar-se, vez que não é um fim em si mesmo, mas um meio que se busca, em geral, a solução de uma lide, que depende da vontade da parte em ter sua controvérsia solucionada.
Considera-se, ainda, o entendimento jurisprudencial, sobre a matéria, quando a parte não impulsiona o processo. Nesse sentido:
Apelação. Extinção do feito. Falta de interesse processual. Intimação para dar andamento ao feito. SENTENÇA mantida.
Deve ser mantida a SENTENÇA que extinguiu o feito em razão da falta de interesse processual da parte que intimada para dar andamento ao feito quedou-se inerte.
Cumpridos os requisitos legais para configuração do abandono processual, impõe-se a extinção do processo sem resolução de MÉRITO.
(TJ/RO. Ap, N. 00669699020098220002, Rel. Des. Moreira Chagas, J. 13/09/2011) (destaquei)
PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADORA RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. DEPOIMENTO PESSOAL E OITIVA DE TESTEMUNHAS. INEXISTÊNCIA. AUSÊNCIA INJUSTIFICADA EM AUDIÊNCIA DA AUTORA E SEU PROCURADOR. INÉRCIA PROCESSUAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM EXAME DO MÉRITO. SENTENÇA MANTIDA. 1. Impõe-se a manutenção da SENTENÇA que, em sede de ação ordinária, extinguiu o processo, em razão da inércia da parte autora em cumprir diligência determinada pelo juízo, relativo a promover o andamento do feito, resultando em cominação de penalidade expressamente prevista em lei. 2. In casu, sequer foi realizada audiência para colheita do depoimento pessoal e produção da prova testemunhal, pela ausência injustificada da autora e seu procurador. 3. Apelação improvida.
(AC 0055313-48.2008.4.01.9199 / GO, Rel. DESEMBARGADORA FEDERAL ÂNGELA CATÃO, PRIMEIRA TURMA, e-DJF1 p.73 de 25/05/2012) (negritei)
Dessa forma, as atitudes da Requerente e de seu Patrono em não promover os atos que lhe competem e não cumprir as determinações judiciais, revelam a desídia e o flagrante desinteresse processual, razão pela qual INDEFIRO A INICIAL e EXTINGO este processo, com fulcro nos art. 485, incisos I c/c art. 321, parágrafo único, ambos do NCPC.
P.R.
Intimem-se a Autora na pessoa de seus Procuradores constituídos nos autos (art. 270 do NCPC e art. 50 da DGJ).
Sem custas finais e sem honorários advocatícios.
Transitada em julgado e não havendo pendências, arquive-se
Rolim de Moura/RO, 25 de abril de 2019.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000 - Fone: 69 3442 8273, rmm2civel@tjro.jus.br COMARCA: ROLIM DE MOURA
ÓRGÃO EMITENTE: 2ª VARA CÍVEL
30 Dias
EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO
DE: Eventuais Terceiros Interessados
FINALIDADE: Proceder a CITAÇÃO e INTIMAÇÃO dos Eventuais Terceiros Interessados acima qualificado(a) nos termos dos artigos 335 e 344 do NCPC, cientificada(s) que terá(ão) o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar contestação, contados do término do prazo do presente edital, que fluirá da data da sua publicação única ou, havendo mais de uma, da primeira.
ADVERTÊNCIAS: 1) Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como sendo verdadeiros os fatos articulados pela parte Autora. 2) Em caso de revelia, será nomeado curador especial nos termos do art. 257, IV do NCPC.
Processo: 7001258-43.2019.8.22.0010
Classe: USUCAPIÃO (49)
AUTOR: ALCIDES BINSFELD
Advogado do(a) AUTOR: SILVIO VIEIRA LOPES - RO72
RÉU: JOSE CHAVES DE OLIVEIRA e outros
DESPACHO de ID 26416778: "Recebo a inicial. Indefiro a citação Editalícia dos Requeridos, vez que há outras ações (7003992-69.2016.8.22.0010 e 7004227-02.2017.8.22.0010) envolvendo as partes e o mesmo pedido de USUCAPIÃO e o sr. JOSÉ foi encontrado. SIRVA ESTA COMO MANDADO DE CITAÇÃO dos Requeridos e dos proprietários confinantes. Cite-se eventuais terceiros interessados, via edital. Deverá o Requerente comprovar as publicações das citações em jornal local de grande circulação. Custas das publicações pelo Requerente. Observações: a. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias, contados da citação. b. Não tendo os Requeridos condições de constituir Advogado(a), deverão procurar a Defensoria Pública do Estado de Rondônia na Av. João Pessoa, 4525, Centro, Rolim de Moura/RO. Advertência: a. Não apresentada contestação no prazo acima, presumir-se-ão como verdadeiros os fatos alegados pelo Autor (art. 344 do CPC). Intimem-se as Fazendas (Nacional, Estadual e Municipal), para dizerem se há interesse no feito. Oportunamente, ciência ao Ministério Público. Expeça-se o necessário. Intime-se a Parte, na pessoa de seus procuradores constituídos nos autos (art. 270 do NCPC e art. 50 das DGJ). Intimem-se as partes intimadas, nas pessoa dos procuradores constituídos. Rolim de Moura/RO, 15 de abril de 2019. Jeferson Cristi Tessila Melo. Juiz de Direito"
Rolim de Moura, 23 de abril de 2019.
JEFERSON CRISTI TESSILA DE MELO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76.940-000, Rolim de Moura, RO
Fone: 69 3442 8273 - rmm2civel@tjro.jus.brProcesso nº: 7002505-30.2017.8.22.0010
Requerente/Exequente: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL
Advogado(a): RENATO AVELINO DE OLIVEIRA NETO OAB nº RO3249
Requerido/Executado: AGRONEGOCIOS PONTAL LTDA - ME, PAULINO CEZAR BULLA, MARIO ALEXANDRE MARCON
Advogado(a): DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Quanto ao pedido apresentado, junte matrícula (que não veio aos autos) atualizada, para se apreciar valores dos ônus e possibilidade de expedição do ofício mencionado.
AGUARDE-SE.
Intimem-se as partes na pessoa dos procuradores constituídos.
Rolim de Moura/RO, 25 de abril de 2019.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000 - Fone: 69 3442 8273, rmm2civel@tjro.jus.br Processo: 7001240-22.2019.8.22.0010
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ERIKE LUAN VENTURA DE OLIVEIRA e outros
Advogado do(a) AUTOR: PAMELA CRISTINA PEDRA TEODORO - RO8744
Advogado do(a) AUTOR: PAMELA CRISTINA PEDRA TEODORO - RO8744
RÉU: LUIZ FRANCISCO DA SILVA e outros
INTIMAÇÃO Fica a parte Autora, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimada para querendo, apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias.
1) Considerando que não houve a autocomposição entre as partes, nos termos do art. 12, inc.I, da Lei nº 3.896/2016 (Lei de Custas do TJRO), deverá(ão) a(os) autora/autores efetuar o recolhimento de mais 1% sobre o valor da causa a título de custas iniciais, comprovando-o nos autos no prazo de até 05 (cinco) dias após a audiência de conciliação, exceto se beneficiados(s) pela concessão da justiça gratuita.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76.940-000, Rolim de Moura, RO
Fone: 69 3442 8273 - rmm2civel@tjro.jus.brProcesso nº: 7004165-25.2018.8.22.0010
Requerente/Exequente: JOSE ZAMPIERI FRANQUI
ADVOGADO DO AUTOR: HENRIQUE HEIDRICH DE VASCONCELOS MOURA OAB nº RO7497, HOSNEY REPISO NOGUEIRA OAB nº RO6327, NATALIA UES CURY OAB nº RO8845, ELENARA UES OAB nº RO6572
Requerido/Executado: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
ADVOGADO DO RÉU: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES OAB nº RO5369
SENTENÇA
JOSÉ ZAMPIERI FRANQUI, qualificado nos autos, propôs Ação de Cobrança contra a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A, visando o recebimento do valor devido por lei a título de Seguro DPVAT decorrente de acidente de trânsito, mais consectários legais.
Em suma, aduz o Autor que no dia 10/07/2017 foi vítima de acidente de trânsito, o que lhe provocou as seguintes lesões: fratura exposta do calcâneo e tornozelo esquerdo.
Alega que protocolizou requerimento junto a Requerida e recebeu o valor de R$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais) e que deveria ter recebido o valor de R$ 7.087,50 (sete mil oitenta e sete reais e cinquenta centavos). Pretende o recebimento de R$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), em razão da lesão sofrida.
Citada, a requerida apresentou contestação. Alegou, que pagou o valor de R$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais), alusivo à invalidez, de forma que foi dado pela parte plena, rasa, geral e irrevogável subsunção ao valor devido. Alegou que o laudo particular é inválido como única prova para decidir o MÉRITO e

depende de laudo suplementar realizado por perito do IML. Ao final pugna que a ação seja julgada totalmente improcedente (id. 20564196).

O Requerente impugnou a contestação (id. 21674687).

Foi determinada a especificação de provas (id n. 21916356) e nomeado perito sendo que cada parte deveria arcar com metade do valor, o que não foi cumprido pela parte Autora (id n. 26160290).

É o Relatório. DECIDO.

II – FUNDAMENTAÇÃO:

Feito em ordem e regularmente instruído, devendo o feito ser sentenciado o quanto antes, na forma do art. 5.º inciso LXXVIII da CF e art. 139, inciso II, do CPC, sem que isso afigure cerceamento de defesa: "Não caracteriza cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide quando não for necessária a produção de prova em audiência" (STJ, 3ª Turma, REsp 829.255/MA, Rel. Ministro Sidnei Beneti, j. em 11/5/2010, DJe 18/6/2010).

Trata-se de ação de cobrança visando receber valores referentes ao seguro DPVAT.

Pretende o Requerente o recebimento de R$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), em razão da lesão sofrida. A Requerida, por sua vez, alega que a parte autora já recebeu o que lhe era devido. Pugna pela improcedência dos pedidos iniciais.

Registre-se que o acidente ocorreu em 10/07/2017, ou seja, na vigência da Lei 11.945/2009, que dentre outras disposições, alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974 e anexou tabela à lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais. Nesse contexto, os acidentes ocorridos após a edição da Lei 11.945/2009 devem ser indenizados de acordo com a proporcionalidade das lesões sofridas pelo beneficiário. Nesse sentido:

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. PRELIMINARES. CERCEAMENTO DE DEFESA. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. REJEITADAS. MEDIDA PROVISÓRIA N. 451/08. ACIDENTE POSTERIOR. APLICAÇÃO DA TABELA. RETIRADA DE BAÇO. PAGAMENTO DE ACORDO COM O PERCENTUAL PREVISTO NA TABELA ANEXA À LEI N. 6.194/74. A realização de perícia médica é desnecessária quando há nos autos documentos suficientes, tais como laudos médicos, que atestem as lesões permanentes da vítima do acidente de trânsito. Aos acidentes automobilísticos ocorridos após a MP n. 451/2008, aplica-se a tabela anexa a esta, devendo o pagamento do seguro obrigatório ser pago de acordo com a proporcionalidade da lesão sofrida, observando-se o tipo e a gravidade da perda ou redução de funcionalidade. (Apelação Cível n. 00011338520108220019, Rel. Des. Kiyochi Mori, Julgamento: 08/02/2012).

Nos autos há documentos que demonstram que o Autor foi vítima de acidente de trânsito e em decorrência disso sofreu diversas lesões, inclusive teve que realizar cirurgia.

As lesões são compatíveis com o acidente.

Nos termos do art. 370 do NCPC. "Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do MÉRITO."

Foi determinada a realização de prova pericial, necessária para dirimir a lide, o ônus do custo da prova necessária foi dividido entre as partes, sendo que o requerido depositou referido valor enquanto o Autor não o fez.

Ora, não de desincumbindo de seu ônus, deve o Autor arcar com a sua incúria, pois cabe a ele demonstrar por prova judicial uma lesão mais extensa do que a apurada administrativamente por meio da perícia, razões pela qual juntamente com o requerido – que o fez - deveria pagar metade do valor cada, pois esse - requerido - visava mostrar que a extensão das lesões não foi superior ao apurado em sede administrativa, enquanto a parte Autora alega que a lesão era mais extensa.

As partes foram advertidas na r. DECISÃO: "Caso não deposite, presumir-se-á que desistiram da perícia e o feito será sentenciado no estado que se encontra."

A parte Autora foi intimida várias vezes para que recolhesse os valores dos honorários (ID: 22757195 p. 1 de 1, ID: 22757196 p. 1 de 1 e ID: 25598127 p. 1), mas sempre mantivesse siliente.

Caberia a parte Autora recolher os honorários periciais ou ter recorrido da r. DECISÃO, mantendo-se inerte, entende-se que o feito deve ser julgado com a provas oras juntadas, o que foi devidamente advertido.

A parte Autora juntou Relatório de cirurgia (ID: 19800328 p. 1 de 9 ss) e Laudo Médico (ID: 19800330 p. 1).

Consta no Laudo Médico:

Paciente apresenta grave sequela definitiva de fratura exposta do calcâneo e tornozelo esquerdo.

Refere ter sido acidente de moto.

Cirurgia em 22 de julho de 2017.

Por sua vez, a parte Requerida juntou Parecer de Perícia Médica (ID: 20564207 p. 1 de 31), visado por dois médicos: VICTOR SMILL PILLACA QUISPILAYA, CRM RO 2266, e JULIANA WANIS, CRM 52.88043-4 RJ, constando (ID: 20564207 p. 1 de 31):

Diagnostico: Fratura fragmentar do calcâneo e fratura da fíbula distal esquerda

[…]

Observações: Deficit da mobilidade do tornozelo e pé esquerdo levando a limitação funcional de MI esquerdo: 50% de 70%

Analisando os laudos juntados, os diagnósticos de ambos os laudos (Autor e Requerida) são o mesmo, entretanto os laudos da parte Autora, apesar de atestar a existência da lesão, não especificam a graduação, pois conforme estabelecido pela Lei n. 6.194/1974 se faz necessário saber o percentual de perda anatômica.

Assim, para chegar a graduação da lesão, o Laudo a ser utilizado é da parte Requerida.

Os Laudos Médicos de ID: 19800330 p. 1 de 1 e ID: 20564207 p. 1 de 31 são claros ao dispor as seguintes lesões no Requerente: Sequela definitiva de fratura exposta do calcâneo e tornozelo esquerdo, com grau de invalidez de 50 %;

No caso em tela, aplicando-se a tabela de acidentes pessoais adotada pela da Lei 11.945/2009 tem-se o seguinte:

- Perda funcional completa de um dos membros inferiores 70 %.

Consta do Laudo Médico que o Requerente sofreu:

1. Invalidez de 70 % tornozelo esquerdo X 50 % = 35%, ou seja, 35% do valor de R$ 13.500,00, isto é R$ 4.725,00.

Total R$ 4.725,00..

Tendo em vista que a Seguradora pagou ao Requerente R$ 4.725,00, nada deve a ele.

III – DISPOSITIVO:

Diante do exposto, ausentes os requisitos legais, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados JOSÉ ZAMPIERI FRANQUI em face de Seguradora Líder de Consórcios do Seguro DPVAT.

CONDENO o Requerente a pagar as custas processuais sobre o valor da causa. Transitada em julgado calculem-se a recolham-se em cinco dias. Não havendo recolhimento inscreva-se em protesto - art. 35 da Lei de Custas (Lei Estadual n. 3.896, de 24/8/2016) e arts. 1.º, c e 124, I, das DGJ.

CONDENO o Requerente ao pagamento de honorários advocatícios em favor do patrono da Requerida que arbitro em 10 % (dez por cento), sobre o valor da causa atualizado, nos termos do art. 85, § 2º incisos I, II, III e IV do NCPC.

Em consequência, extingo o processo com resolução do MÉRITO, na forma do art. 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil.

Após o trânsito em julgado, sirva de ofício/alvará à Gerência da Caixa Econômica Federal determinando que transfira o valor e correções constantes na conta 2755 040 01513336 -2, id n. 049275500211801291, para a Conta-Corrente: 644.000-2, Agência: 1769-8, Banco do Brasil - SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A - CNPJ: 09.248.608/0001-04, e, no prazo de 05 (cinco) dia informe este juízo da transação.

Após o trânsito em julgado, intime-se o Autor para recolher as custas. Decorrido o prazo sem comprovação do recolhimento, encaminhem-se para protesto e inscreva-se em dívida ativa.

Expeça-se o necessário.
Com a juntada das informações, não havendo pendências, arquive-se.
Publique-se. Registre-se.
Intimem-se as Partes, na pessoa de seus procuradores constituídos nos autos (art. 270 do NCPC e art. 50 das DGJ).
Sendo apresentado recurso, ciência à parte contrária contrarrazões, independente de nova deliberação.
No NCPC (art. 1.010, §2.º) o juízo de 1º grau não exerce mais qualquer atividade após proferir a SENTENÇA, pois o juízo de admissibilidade/recebimento recursal e seu processamento competem à Instância Superior.
Nesta hipótese, transcorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, DETERMINO a remessa dos autos ao Eg. TJRO para processamento e julgamento dos recursos que venham a ser interpostos, com nossas homenagens.
Rolim de Moura/RO, 25 de abril de 2019.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76.940-000, Rolim de Moura, RO
Fone: 69 3442 8273 - rmm2civel@tjro.jus.brProcesso nº: 7005244-73.2017.8.22.0010
Requerente/Exequente: J. A. D. S., M. G. A. D. S. L.
Advogado(a): SIRLEY DALTO OAB nº RO7461
Requerido/Executado: W. A. A. D. L.
Advogado(a):
Tendo em vista que a Exequente não indicou bens penhoráveis, suspendo o feito pelo prazo de 1 (um) ano, nos termos do art. 921, inciso III do NCPC.
Decorrido o prazo acima, intime-se o Exequente nos termos do art. 921, § 2º do NCPC.
Intimem-se as Partes na pessoa de seus Procuradores constituídos nos autos (art. 270 do NCPC e art. 50 da DGJ).
Rolim de Moura/RO, 29 de abril de 2019.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000 - Fone: 69 3442 8273, rmm2civel@tjro.jus.br Processo: 7004975-97.2018.8.22.0010
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S.A.
Advogado do(a) EXEQUENTE: MAURO PAULO GALERA MARI - RO4937-S
EXECUTADO: L.A.S e outros
Intimação Fica a parte Exequente intimada, por meio de seu procurador, do DESPACHO de ID 26777617 a promover o regular andamento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000 - Fone: 69 3442 8273, rmm2civel@tjro.jus.br COMARCA: ROLIM DE MOURA
ÓRGÃO EMITENTE: 2ª VARA CÍVEL
(Prazo: 30 dias)
EDITAL DE INTIMAÇÃO
DE: JUVENIL SOARES MARTINS, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: Proceder a INTIMAÇÃO do(a) Requerido(a) acima qualificado(a) da SENTENÇA ID 26413235, cientificada(s) que terá(ão) o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar apelação, contados do término do prazo do presente edital, que fluirá da data da sua publicação única ou, havendo mais de uma, da primeira.
ADVERTÊNCIAS: 1) Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como sendo verdadeiros os fatos articulados pela parte Autora. 2) Em caso de revelia, será nomeado curador especial nos termos do art. 257, IV do NCPC.
Processo: 7005599-49.2018.8.22.0010
Classe: INF JUV CIV - ADOÇÃO C/C DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR (1412)
REQUERENTE: CELIO FRANCISCO DE LIMA e outros
Advogado do(a) REQUERENTE: MARINEUZA DOS SANTOS LOPES - RO6214
Advogado do(a) REQUERENTE: MARINEUZA DOS SANTOS LOPES - RO6214
REQUERIDO: JUVENIL SOARES MARTINS e outros
SENTENÇA de ID 26413235: “DISPOSITIVO: Diante do exposto, com fundamento no art. 43 e 45 § 1º, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e art. 1621 do Código Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido e: CONCEDO a adoção das crianças J. B. M., brasileira, menor, nascida ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e doze (01/06/2012), natural de Porto Velho RO, certidão de nascimento TERMO n. 047485_LIVRO A-119_FOLHAS 285, Matrícula 095802 01 55 2012 1 00119 285 0047485 78 e J. B. M., brasileira, menor, nascida ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e doze (01/06/2012), natural de Porto Velho RO, certidão de nascimento TERMO n. 047486_LIVRO A-119_FOLHAS 286, Matrícula 095802 01 55 2012 1 00119 286 0047486 76; filhas de JUVENIL SOARES MARTINS e MIRIA KRYGSMAN BRENNER, ao casal C. F. D. L., brasileiro, casado, inscrito no Registro geral com o nº 475030 SSP/RO, inscrito no CPF nº 422.422.822-04, Email: celio31francisco@hotmail.com e V. C. B., brasileira, casada, inscrita no Registro Geral com o nº M9278809 SSP/MG, inscrita no CPF nº 084.320.497-43, E-mail: valeria_187_@hotmail.com, ambos residentes e domiciliados na Rua Fábio Rusckel, nº 6830, bairro industrial, CEP: 76.940-000, Rolim de Moura – RO. ADVIRTO AOS INTERESSADOS QUE A ADOÇÃO É IRREVOGÁVEL (art. 48 do ECA) e SERÃO EXTINTOS TODOS LAÇOS DE PARENTESCO ANTERIORES. Sem custas. Extingo o processo com resolução do MÉRITO, na forma do art. 487, inc. I, do Código de Processo Civil. Processo em segredo de Justiça (art. 143 do ECA). INTIME-SE, por EDITAL o genitor biológico, JUVENIL SOARES MARTINS e INTIME-SE, por MANDADO a genitora biológica, MIRIA KRYGSMAN BRENNER. Decorrido o prazo, certifique-se e Expeça-se o MANDADO DE CANCELAMENTO E AVERBAÇÃO dos Registos de Nascimento TERMO n. 047485_LIVRO A-119_FOLHAS 285, Matrícula 095802 01 55 2012 1 00119 285 0047485 78. A adotanda passará a se chamar: J. B. D. L. e no TERMO n. 047486_LIVRO A-119_FOLHAS 286, Matrícula 095802 01 55 2012 1 00119 286 0047486 76, a adotanda passará a se chamar: J. B. D. L., filhas de C. F. D. L., brasileiro, casado, inscrito no Registro geral com o nº 475030 SSP/RO, inscrito no CPF nº 422.422.822-04, Email: celio31francisco@hotmail.com e V. C. B., brasileira, casada, inscrita no Registro Geral com o nº M9278809 SSP/MG, inscrita no CPF nº 084.320.497-43, E-mail: valeria_187_@hotmail.com, ambos residentes e domiciliados na Rua Fábio Rusckel, nº 6830, bairro industrial, CEP: 76.940-000, Rolim de Moura, sendo Avós Paternos M. d. S. L. e A. F. d. L. e Avós Maternos H. B. e M. d. L. d. C. B..Publique-se. Registre-se. Intimem-se os adotantes, o genitor biológico JUVENIL SOARES MARTINS e a genitora biológica MIRIA KRYGSMAN BRENNER, a Defensoria Pública e o Ministério Público. Após, as certificações e expedições necessárias, arquivem-se este processo. Rolim de Moura/RO, 15 de abril de 2019. Jeferson Cristi Tessila Melo. Juiz de Direito
Rolim de Moura, 22 de abril de 2019.
JEFERSON CRISTI TESSILA DE MELO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76.940-000, Rolim de Moura, RO
Fone: 69 3442 8273 - rmm2civel@tjro.jus.brProcesso nº: 7005599-49.2018.8.22.0010
Requerente/Exequente: V. C. B., C. F. D. L.
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: MARINEUZA DOS SANTOS LOPES OAB nº RO6214
Requerido/Executado: M. K. B., J. S. M.
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS:
SENTENÇA
Trata-se de pedido de adoção das crianças JULYANE BRENNER MARTINS, brasileira, menor, nascida ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e doze (01/06/2012), natural de Porto Velho RO, certidão de nascimento TERMO n. 047485_LIVRO A-119_FOLHAS 285, Matrícula 095802 01 55 2012 1 00119 285 0047485 78 e JOYCE BRENNER MARTINS, brasileira, menor, nascida ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e doze (01/06/2012), natural de Porto Velho RO, certidão de nascimento TERMO n. 047486_LIVRO A-119_FOLHAS 286, Matrícula 095802 01 55 2012 1 00119 286 0047486 76; filhas de JUVENIL SOARES MARTINS e MIRIA KRYGSMAN BRENNER, feito por CELIO FRANCISCO DE LIMA, brasileiro, casado, inscrito no Registro geral com o nº 475030 SSP/RO, inscrito no CPF nº 422.422.822-04, Email: celio31francisco@hotmail.com e VALÉRIA CAMPOS BRENNER, brasileira, casada, inscrita no Registro Geral com o nº M9278809 SSP/MG, inscrita no CPF nº 084.320.497-43, E-mail: valeria_187_@hotmail.com, ambos residentes e domiciliados na Rua Fábio Rusckel, nº 6830, bairro industrial, CEP: 76.940-000, Rolim de Moura – RO em desfavor dos genitores JUVENIL SOARES MARTINS e MIRIA KRYGSMAN BRENNER.
É o relatório do necessário:
Como fundamento de sua pretensão os autores alegam que: são casados desde 08/06/2010, portanto, há quase nove (9) anos, na cidade de Rolim de Moura – RO (ID 21573702 pág. 1). Alegam que as crianças estão sob os cuidados dos requerentes desde o ano de 2016.
A Guarda das crianças foi deferida nos autos 0004920-76.2015.8.22.0010. Alegam que não receberam nenhuma oposição a respeito, seja por parte da ora genitora, ou mesmo, pelos demais parentes da infante, pelo contrário, sempre se fez presente o consentimento da genitora, inclusive quanto à propositura da presente demanda, a qual propôs-se inclusive a comparecer perante esse Juízo para prestar toda ou qualquer informação necessária, acerca da pretensão. Afirmam que as crianças estão totalmente integradas ao ambiente familiar, vivendo na companhia dos requerentes.
Decido: Fundamentação:
Estão presentes as condições da ação e os pressupostos de constituição e desenvolvimento do processo, bem como as partes estão regularmente representadas.
Não foram argüidas preliminares e/ou prejudiciais de MÉRITO.
Não foram argüidas ou constatadas ilegitimidades, nulidades processuais ou vícios de representação e não há incidentes processuais pendentes de apreciação, sendo possível analisar o MÉRITO do feito.
MÉRITO: Quanto ao Pedido de Adoção:
Os Autores são casados desde 08/06/2010. Tendo em vista que na hipótese de procedência do pedido de adoção se extinguem todos laços familiares com a então família biológica e se criam novos laços de parentesco com os adotantes, bem como acarreta reflexos sucessórios, impedimentos matrimoniais e outros, o pedido de adoção deve ser apreciado com todo cuidado. Conforme art. 43 do Estatuto da Criança e do Adolescente para o deferimento do pedido deve ser visto qual é o melhor para as adotandas.
Transcrevo: “Art. 43. A adoção será deferida quando apresentar reais vantagens para o adotando e fundar-se em motivos legítimos”. Na doutrina de JOSÉ DE FARIAS TAVARES: “A adoção somente pode ter lugar constatando-se o efetivo proveito para o adotando. Serpa indefinida ser o pretendente não dispõe de meios matérias para proteção integral da criança ou adolescente” (Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente. 3.ª edição. Editora Forense, 1999, p. 54). SILVIO DE SALVO VENOSA: “A colocação em família substituta deverá sistematicamente verificar o interesse do menor, que será ouvido sempre que possível (§ 1.º do art. 28)” (Direito Civil. Vol. IV. Direito de Família. 4.ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2004, p. 340). E “... Certo é que a criança precisa de uma figura de confiança, seja esta a mãe biológica ou substituta, haja vista que os estímulos de carinho proporcionados no decorrer do seu desenvolvimento, constituem elementos indispensáveis à formação de uma base segura capaz de suportar o relacionamento com outros membros da sociedade e de formar uma personalidade sadia...” (Líbia Maria Almeida de Andrade. A sistemática do estatuto da criança e do adolescente).
Analisando as provas dos autos e a boa vontade dos Autores, o pedido deve ser procedente. A mãe biológica de JULYANE BRENNER MARTINS e de JOYCE BRENNER MARTINS, Sra. MIRIA KRYGSMAN BRENNER, foi citada pessoalmente conforme consta nos (ID’s 22999452 e 22999921), já o genitor das adotandas, Sr. JUVENIL SOARES MARTINS, foi citado por edital, sendo-lhes nomeado Curador Especial a Defensoria Pública, que contestou por negativa geral (ID 28084359 pág. 1 e 2).
É dos autos que Miria informou que mantém forte vínculo afetivo tanto com sua tia, ora requerente, como com as filhas Joyce e Julyane. Esclareceu que desde que separou-se do genitor das crianças, elas estão aos cuidados de Valéria. Foi esclarecido à Miria a irreversibilidade do processo de adoção, o fato da alteração de nome dos genitores e avós nos documentos das crianças, apesar de demonstrar ter pleno entendimento das consequências da adoção, foi firme em afirmar que pretende que as filhas permaneçam aos cuidados de Valéria e que não se opõe à adoção.
O relatório psicossocial juntado aos autos (ID 23669641 pág. 1 a 3) revela que não há óbices à adoção.
Considerando que a mãe biológica desistiu do poder familiar conforme relatado no estudo psicossocial realizado com a requerida/genitora, sendo tal consentimento dispensado nos termos do art. 45, § 1º do ECA.
DIREITO CIVIL. ADOÇÃO. 1. VÍCIO DE CONSENTIMENTO. VIOLAÇÃO DO ART. 45 DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. NÃO OCORRÊNCIA. AQUIESCÊNCIA DEMONSTRADA POR TERMO ASSINADO PELA MÃE BIOLÓGICA CORROBORADO PELAS DEMAIS PROVAS DOS AUTOS. 2. LONGO CONVÍVIO DA ADOTANDA COM A FAMÍLIA SUBSTITUTA. MELHOR INTERESSE DA MENOR. 3. RECURSO IMPROVIDO. 4. Recurso especial a que se nega provimento. (STJ - REsp: 1423640 CE 2013/0236863-6, Relator: Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Data de Julgamento: 04/11/2014, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 13/11/2014)
O Ministério Público se manifestou pela procedência do pedido (ID 25127183 pág. 1 a 3).
Por todos elementos apresentados, no caso em apreço, a adoção significa o melhor para o adotando, sendo PROCEDENTE O PEDIDO.
DISPOSITIVO:
Diante do exposto, com fundamento no art. 43 e 45 § 1º, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e art. 1621 do Código Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido e: CONCEDO a adoção das crianças JULYANE BRENNER MARTINS, brasileira, menor, nascida ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e doze (01/06/2012), natural de Porto Velho RO, certidão de nascimento TERMO n. 047485_LIVRO A-119_FOLHAS 285, Matrícula 095802 01 55 2012 1 00119 285 0047485 78 e JOYCE BRENNER MARTINS, brasileira, menor, nascida ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e doze (01/06/2012), natural de Porto Velho RO, certidão de nascimento TERMO n. 047486_LIVRO A-119_FOLHAS 286, Matrícula 095802 01 55 2012 1 00119

286 0047486 76; filhas de JUVENIL SOARES MARTINS e MIRIA KRYGSMAN BRENNER, ao casal CELIO FRANCISCO DE LIMA, brasileiro, casado, inscrito no Registro geral com o nº 475030 SSP/RO, inscrito no CPF nº 422.422.822-04, Email: celio31francisco@hotmail.com e VALÉRIA CAMPOS BRENNER, brasileira, casada, inscrita no Registro Geral com o nº M9278809 SSP/MG, inscrita no CPF nº 084.320.497-43, E-mail: valeria_187_@hotmail.com, ambos residentes e domiciliados na Rua Fábio Rusckel, nº 6830, bairro industrial, CEP: 76.940-000, Rolim de Moura – RO.
ADVIRTO AOS INTERESSADOS QUE A ADOÇÃO É IRREVOGÁVEL (art. 48 do ECA) e SERÃO EXTINTOS TODOS LAÇOS DE PARENTESCO ANTERIORES.
Sem custas.
Extingo o processo com resolução do MÉRITO, na forma do art. 487, inc. I, do Código de Processo Civil.
Processo em segredo de Justiça (art. 143 do ECA).
NTIME-SE, por EDITAL o genitor biológico, JUVENIL SOARES MARTINS e INTIME-SE, por MANDADO a genitora biológica, MIRIA KRYGSMAN BRENNER.
Decorrido o prazo, certifique-se e Expeça-se o MANDADO DE CANCELAMENTO E AVERBAÇÃO dos Registos de Nascimento TERMO n. 047485_LIVRO A-119_FOLHAS 285, Matrícula 095802 01 55 2012 1 00119 285 0047485 78. A adotanda passará a se chamar: JULYANE BRENNER DE LIMA e no TERMO n. 047486_LIVRO A-119_FOLHAS 286, Matrícula 095802 01 55 2012 1 00119 286 0047486 76, a adotanda passará a se chamar: JOYCE BRENNER DE LIMA, filhas de CELIO FRANCISCO DE LIMA, brasileiro, casado, inscrito no Registro geral com o nº 475030 SSP/RO, inscrito no CPF nº 422.422.822-04, Email: celio31francisco@hotmail.com e VALÉRIA CAMPOS BRENNER, brasileira, casada, inscrita no Registro Geral com o nº M9278809 SSP/MG, inscrita no CPF nº 084.320.497-43, E-mail: valeria_187_@hotmail.com, ambos residentes e domiciliados na Rua Fábio Rusckel, nº 6830, bairro industrial, CEP: 76.940-000, Rolim de Moura, sendo Avós Paternos Manoel da Silva Lima e Antônia Francisca de Lima e Avós Maternos Hermann Brenner e Maria de Lourdes de Campos Brenner.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se os adotantes, o genitor biológico JUVENIL SOARES MARTINS e a genitora biológica MIRIA KRYGSMAN BRENNER, a Defensoria Pública e o Ministério Público. Após, as certificações e expedições necessárias, arquivem-se este processo.
Rolim de Moura/RO, 15 de abril de 2019.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76.940-000, Rolim de Moura, RO
Fone: 69 3442 8273 - rmm2civel@tjro.jus.brProcesso nº: 7003484-55.2018.8.22.0010
Requerente/Exequente: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP
Advogado(a): GEISIELI DA SILVA ALVES OAB nº RO9343, NOEL NUNES DE ANDRADE OAB nº RO1586, EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS OAB nº RO2930
Requerido/Executado: MARIA MAGDA SILVA PRUDENCIO, JOSE APARECIDO BARBOSA DE SOUZA
Advogado(a):
DECISÃO DETERMINANDO RECOLHIMENTO DE TAXAS PARA BACENJUD e RENAJUD, INTIMAÇÃO e demais atos necessários a seu cumprimento
Intimado, não houve pagamento ou nomeação de bens.
O objetivo do credor é receber e para isso devem ser tomadas as medidas mais efetivas ao recebimento do crédito.
Havendo interesse em buscas ao BACENJUD e RENAJUD CUMPRA-SE o art. 17 da Lei Estadual n.º 3.896, de 24/8/2016 e arts. 1.º, c, c/c 124, I, das DGJ.
Art. 17. O requerimento de buscas de endereços, bloqueio de bens ou quebra de sigilo fiscal, telemático e assemelhados, ainda que por meio eletrônico, deverá ser instruído com comprovante do pagamento da diligência, no valor de R$15,00 (quinze reais) para CADA uma delas.
RECOMENDA-SE ao interessado assim que fizer pedido desta natureza (em que o requerido/Executado é revel) já recolha as custas e taxa para tanto (R$ 15,00 e e correções código 1007). Procedendo desta forma, o processo tem andamento mais célere (art. 139 do CPC), o que beneficia a todos.
AGUARDE-SE integral cumprimento.
Vindo os comprovantes, desde já, autorizo a confecção das minutas para buscas pleiteadas.
Intimem-se, na pessoa dos Procuradores (art. 270 do NCPC e art. 50 das DGJ).
Rolim de Moura/RO, 30 de abril de 2019.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito
Veículo em questão nestes autos (não apreendido).
Comprovante de Inclusão de Restrição Veicular Dados do Processo Tribunal TRIBUNAL DE JUSTICA DE RONDONIA Comarca/Município ROLIM DE MOURA Órgão Judiciário SEGUNDA VARA CIVEL DA COMARCA DE ROLIM DE MOURA N° do Processo 70034845520188220010 Total de veículos: 1 Placa Placa Anterior UF Marca/Modelo Proprietário Restrição NBL0402 RO FIAT/STRADA ADVENT FLEX JOSE APARECIDO B. DE SOUZA. Circulação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76.940-000, Rolim de Moura, RO
Fone: 69 3442 8273 - rmm2civel@tjro.jus.brProcesso nº: 7005174-22.2018.8.22.0010
Requerente/Exequente: GILBERTO LUIS VICENSI
Advogado(a): GIVANILDO DE PAULA COSTA OAB nº RO8157, AURI JOSE BRAGA DE LIMA OAB nº RO6946
Requerido/Executado: CARLOS ANTONIO DA SILVA
Advogado(a):
DECISÃO SERVINDO COMO MANDADO DE PENHORA, AVALIAÇÃO, INTIMAÇÃO, REMOÇÃO DOS BENS (se forem bens móveis)
e DEMAIS ATOS NECESSÁRIOS a seu cumprimento
1) RETIRADAS AS RESTRIÇÕES SOBRE OS VEÍCULOS.
2) INTIMADO (252761780, não houve impugnação quanto ao bloqueio de valores.
2.1) DEFIRO liberação dos valores abaixo em favor do exequente ou seu Patrono, os quais poderão informar conta para transferência.
3) Após liberados os valores, como não houve pagamento, PROCEDA-SE À PENHORA, AVALIAÇÃO, INTIMAÇÕES e demais atos relativos ao imóvel da matrícula n.º 18.786, CRI Rolim de Moura, cuja cópia deverá acompanhar o MANDADO.
OBS: atente-se que o bem tem outras restrições da Justiça do Trabalho (ID: 26323583 p. 1 – AV2).
Sendo insuficientes, proceda-se à penhora e avaliação de outros bens.
O Sr. Oficial de Justiça deverá descrever minuciosamente os bens dos Executados, suas medidas aproximadas, indicando os parâmetros que se utilizou para chegar ao valor atribuído, descrever o estado de conservação dos bens (se possível ilustrando com fotografias) e eventuais benfeitorias que existam.
O Oficial de Justiça também deverá indicar se o bem a ser penhorado se encontra na posse do Executado ou de terceiros. Se estiverem na posse de terceiros, invasores ou posseiros que não sejam os executados, estes deverão ser qualificados, com RG e CPF.

Intimem-se os cônjuges de todos dos executados, acerca da penhora, avaliação e demais atos – art. 842 do CPC.
4 - Cumprida a diligência, em se tratando de imóvel, ANOTE-SE a penhora junto ao cadastro imobiliário do Município e junto Cartório de Registro de Imóveis da respectiva Comarca, se houver matrícula (art. 167, inc. I, n.º 5, Lei Federal n.º 6.015/1973 - LRP), sendo que as despesas para tanto correrão por conta dos interessados/exequente.
5 – A parte exequente deverá atentar-se para o disposto no art. 799 do CPC (intimação de terceiros interessados), procedendo, sobretudo, à averbação em registro público do ato de propositura da execução e dos atos de constrição realizados, para conhecimento de terceiros (inciso IX).
6 - Não encontrando a parte devedora, o Oficial de Justiça arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução (CPC, art. 830). Nos 10 dias seguintes à efetivação do arresto, o Oficial de Justiça procurará a parte devedora duas vezes em dias distintos; havendo suspeita de ocultação, realizará citação por hora certa, de tudo passando certidão pormenorizada (§1º do art. 830 do CPC).
7 - Havendo interesse, sirva-se esta DECISÃO como certidão para averbação premonitória no registro de imóveis, de veículos ou de outros bens sujeitos a penhora, arresto ou indisponibilidade (CPC, art. 828 e art. 832, II, item 30, das Diretrizes Gerais Extrajudiciais), devendo o interessado arcar com os custos e emolumentos diretamente no Cartório do Registro de Imóveis.
8 – Sendo penhorados bens móveis, havendo pedido do exequente, estes deverão ser removidos e depositados pelo Oficial de Justiça em poder do exequente, nos termos do art. 840, II, §1º, do CPC, salvo determinação em contrário deste Juízo.
OBS: a) o exequente deverá providenciar os meios necessários para remoção, pois esta Comarca não tem depositário público, nem veículos de carga/transporte para remover os bens penhorados.
OBS: b) o exequente deverá ajustar com o Oficial de Justiça dia e hora para remoção dos bens.
9) Transcorridos todos prazos acima, manifeste-se o credor requerendo o que entender de direito, inclusive indicando outros bens dos Executados para penhora e o valor da dívida atualizado.
Intimem-se as partes na pessoa dos procuradores constituídos.
Rolim de Moura/RO, 29 de abril de 2019.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito
Dados da Indisponibilidade:
CPF: 256.109.962-87
Nome: CARLOS ANTONIO DA SILVA
26c8.fc8c.edeb.94c3.babd.79c0.6054.1c84.b326.8969
256.109.962-87 - CARLOS ANTONIO DA SILVA
[Total bloqueado (bloqueio original e reiterações):R$1.355,36] [Quantidade atual de não respostas: 0] Respostas BCO BRADESCO / Todas as Agências / Todas as Contas Data/Hora Protocolo Tipo de Ordem Juiz Solicitante Valor (R$) Resultado (R$) Saldo Bloqueado Remanescente (R$) Data/Hora Cumprimento 24/01/2019 10:24 Bloq. Valor Jeferson Cristi Tessila de Melo 100.000,00 (03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo.
1.355,36 1.355,36 24/01/2019 19:57 25/04/2019 12:53:08 Transf. Valor ID:072019000004940654
Instituição:CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Agência:2755
Tipo créd. jud:GeralJeferson Cristi Tessila de Melo 1.355,36 Não enviada
Comprovante de Remoção de Restrição Dados do processo Ramo JUSTICA ESTADUAL Tribunal TRIBUNAL DE JUSTICA DE RONDONIA Comarca/Município ROLIM DE MOURA - RO Órgão Judiciário SEGUNDA VARA CIVEL DA COMARCA DE ROLIM DE MOURA Nro do Processo 70051742220188220010
Juiz que Ordenou a Retirada da Restrição Ramo JUSTICA ESTADUAL Tribunal TRIBUNAL DE JUSTICA DE RONDONIA Comarca/Município ROLIM DE MOURA Órgão Judiciário SEGUNDA VARA CIVEL DA COMARCA DE ROLIM DE MOURA Juiz Retirada JEFERSON CRISTI TESSILA DE MELO
Para o processo: 70051742220188220010 Órgão Judiciário: SEGUNDA VARA CIVEL DA COMARCA DE ROLIM DE MOURA Restrições Retiradas: 2 Placa Placa Anterior UF Marca/Modelo Proprietário Restrição Inclusão da Restrição MZP6241 RO FIAT/PALIO EX CARLOS ANTONIO DA SILVA CIRCULACAO 24/01/2019 NCC0469 RO HONDA/CG 125 TITAN KS CARLOS ANTONIO DA SILVA CIRCULACAO 24/01/2019

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76.940-000, Rolim de Moura, RO
Fone: 69 3442 8273 - rmm2civel@tjro.jus.brProcesso nº: 7002025-81.2019.8.22.0010
Requerente/Exequente: SOCIEDADE ROLIMOURENSE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA
Advogado(a): FABIO JOSE REATO OAB nº RO2061A
Requerido/Executado: PEDRO HENRIQUE FERNANDES MOTA
Advogado(a):
PEDRO HENRIQUE FERNANDES MOTA
RG sob. nº. 00001119518 SESDEC/RO
CPF sn. 004.379.712-10
Fones; (69) 9982-6717
e-mail: phfm1997@gmail.com
RUA AFONSO PENA, nº 4928
Bairro REDONDO
na cidade e comarca de ALTA FLORESTA D'OESTE - RO
DECISÃO SERVINDO COMO DETERMINAÇÃO PARA RECOLHER AS CUSTAS (inclusive da precatória), PRECATÓRIA, MANDADO DE CITAÇÃO, PENHORA, INTIMAÇÃO, AVALIAÇÃO DO BEM, REMOÇÃO (caso o exequente acompanhe a diligência) e DEMAIS ATOS NECESSÁRIOS a seu cumprimento
CUMPRA-SE conforme itens A e B, na sequência:
A:
A.1) NÃO foram recolhidas as custas corretamente (art. 290 do CPC). As custas para expedição da precatória estão pendentes.
A.2) Deliberado a respeito da admissibilidade da ação, A PARTE AUTORA DEVERÁ RECOLHER AS CUSTAS PARA EXPEDIÇÃO e CUMPRIMENTO DA CARTA PRECATÓRIA.
Antes que se questione, as custas judiciais que venham a ser recolhidas são apenas as iniciais e NÃO se referem à Carta Precatória a ser expedida, pois são taxas distintas.
Considere-se a previsão do art. 2.º, §1.º inciso III c/c art. 30 da Lei N. 3.896, de 24/8/2016, interpretados junto com o Provimento n° 007/2016-CG/TJRO, Ofício Circular 35/2016-DECOR/CG, arts. 1.º, c e 124, I, das DGJ e valor atualizado pelo Provimento n. 023/2017-CG.
Antes da expedição da precatória, havendo interesse faculto ao exequente indicar bens penhoráveis, DECISÃO esta tomada por medida de efetividade e para mais rápida solução da lide, visto que devem ser tomadas medidas indutivas à satisfação jurisdicional (art. 139 do CPC). Nesta hipótese, conste os bens indicados na precatória.
AGUARDE-SE comprovação, para expedição, distribuição e encaminhamento da Carta Precatória.
Caso a parte não concorde com a DECISÃO acima, faculta-se ajuizar ação no domicílio do Executado (por ser nítida relação de consumo), diretamente no sistema PJe, desonerando-se dos custos da Carta Precatória.
Aos Procuradores.
COMPROVADO, PROCEDA-SE na forma abaixo.
B:
II. A parte autora pretende a execução por quantia certa de título(s) extrajudicial(is) que, em tese, corresponde(m) a obrigação certa, líquida e exigível.
2.1 – A petição inicial está instruída com o(s) título(s) executivo(s) extrajudicial(ais) que ampara(m) a pretensão inaugural, titulo(s) esse(s) previsto(s) no rol do art. 784 do CPC, além de demonstrativo

do débito atualizado até a data da propositura da ação. A petição também contempla os demais requisitos previstos no art. 798 do CPC.
2.2 – Cite-se e intime-se a parte executada para, no prazo de 3 dias, contado da citação, efetuar o pagamento da dívida (CPC, art. 829).
2.3 – Fixo, desde já, honorários advocatícios no importe de 10% sobre o valor da causa, a serem pagos pelo executado (CPC, art. 827).
2.4 - No caso de integral pagamento da obrigação no prazo de 3 dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade (CPC, art. 827, §1º).
III. Não havendo pagamento no prazo assinalado, deverá Oficial de Justiça realizar a penhora e avaliação de bens do Executado, de tudo lavrando-se auto, sem prejuízo da intimação da parte executada. A penhora deverá obedecer, preferencialmente, à ordem prevista no art. 835 do CPC.
3.1 – A penhora deverá recair, sempre que possível, sobre os bens indicados pelo exequente, salvo se outros forem indicados pelo executado e aceitos pelo Juiz da causa, mediante demonstração de que a constrição proposta lhe será menos onerosa e não trará prejuízo ao exequente (CPC, art. 829, §2º).
3.2 – Os bens móveis penhorados deverão ser removidos e depositados pelo Oficial de Justiça em poder do exequente, nos termos do art. 840, II, §1º, do CPC, salvo determinação em contrário deste Juízo.
OBS: a) o exequente deverá providenciar os meios necessários para remoção, pois esta Comarca não tem depositário público, nem veículos de carga/transporte para remover os bens penhorados.
OBS: b) o exequente deverá ajustar com o Oficial de Justiça dia e hora para remoção dos bens.
3.3 - Se o Executado for casado, o cônjuge também deverá ser intimado da penhora, avaliação e do prazo para embargos - art. 842 do CPC (caso seja imóvel).
3.4 - Cumprida a diligência, em se tratando de imóvel, ANOTE-SE a penhora junto ao cadastro imobiliário do Município e junto Cartório de Registro de Imóveis da respectiva Comarca, se houver matrícula (art. 167, inc. I, n.º 5, Lei Federal n.º 6.015/1973 - LRP), sendo que as despesas para tanto correrão por conta dos interessados/exequente.
3.5 - Caso seja penhorado veículo, deverá ser anotada a restrição junto ao DETRAN, ficando impossibilitada a venda ou transferência.
3.6 - Se for penhorado gado, anote-se junto ao respectivo órgão sanitário, ficando vedada a transferência e emissão de GTA, sem ordem deste juízo.
3.7 – A parte exequente deverá atentar-se para o disposto no art. 799 do CPC (intimação de terceiros interessados), procedendo, sobretudo, à averbação em registro público do ato de propositura da execução e dos atos de constrição realizados, para conhecimento de terceiros (inciso IX).
IV. Não encontrando a parte devedora, o Oficial de Justiça arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução (CPC, art. 830). Nos 10 dias seguintes à efetivação do arresto, o Oficial de Justiça procurará a parte devedora duas vezes em dias distintos; havendo suspeita de ocultação, realizará citação por hora certa, de tudo passando certidão pormenorizada (§1º do art. 830 do CPC).
V. Havendo interesse, sirva-se esta DECISÃO como certidão para averbação premonitória no registro de imóveis, de veículos ou de outros bens sujeitos a penhora, arresto ou indisponibilidade (CPC, art. 828 e art. 832, II, item 30, das Diretrizes Gerais Extrajudiciais), devendo o interessado arcar com os custos e emolumentos diretamente no Tabelionato.
5.1 – No prazo de 10 dias a contar da averbação, o exequente deverá comunicar ao juízo as anotações efetivadas, sem prejuízo da adoção das demais condutas previstas no art. 828 do CPC.
VI - Havendo interesse, desde já faculto ao exequente indicar bens penhoráveis (art. 798, II, c, do CPC).
VII - Caso haja requerimento, desde já fica autorizada a expedição de certidão para os fins do art. 828 do CPC – Protestos, SPC, SERASA e outros que o exequente pretenda apresentar o r. documento, sob sua responsabilidade.
VII - Atente-se o Oficial de Justiça e a Direção do Cartório para o disposto no art. 835, §3º e art. 842, ambos do CPC (intimação de cônjuge e terceiros interessados, mormente aqueles com garantia real, caso existam).
Aos Procuradores.
Intimem-se as partes na pessoa dos procuradores constituídos.
Rolim de Moura/RO, 29 de abril de 2019.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76.940-000, Rolim de Moura, RO
Fone: 69 3442 8273 - rmm2civel@tjro.jus.brProcesso nº: 7002055-19.2019.8.22.0010
Requerente/Exequente: SOCIEDADE ROLIMOURENSE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA
Advogado(a): FABIO JOSE REATO OAB nº RO2061A
Requerido/Executado: THALYTA MENDES ALVES
Advogado(a):
THALYTA MENDES ALVES SILVA
brasileira, casada
RG sob. nº 1306143 SESDEC/RO
CPF sob n. 030.187.102-74
Fones; (69) 98442-1984
e-mail: thalytinhaalves@hotmail.com
Avenida Presidente Vargas, nº 125
B. Centro
na cidade e comarca de São Miguel do Guaporé - RO
DECISÃO SERVINDO COMO DETERMINAÇÃO PARA RECOLHER AS CUSTAS (inclusive da precatória), PRECATÓRIA, MANDADO DE CITAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO DO BEM, INTIMAÇÃO, REMOÇÃO (caso o exequente acompanhe a diligência) e DEMAIS ATOS NECESSÁRIOS a seu cumprimento
CUMPRA-SE conforme itens A e B, na sequência:
A:
Deliberado a respeito da admissibilidade da ação, A PARTE AUTORA DEVERÁ RECOLHER AS CUSTAS PARA EXPEDIÇÃO, ENCAMINHAMENTO e CUMPRIMENTO DA CARTA PRECATÓRIA. Após recolhidas, o Cartório encaminhará a precatória, diretamente para cumprimento.
Antes que se questione, as custas judiciais que venham a ser recolhidas são apenas as iniciais e NÃO se referem à Carta Precatória a ser expedida, pois são taxas distintas.
Considere-se a previsão do art. 2.º, §1.º inciso III c/c art. 30 da Lei N. 3.896, de 24/8/2016, interpretados junto com o Provimento n° 007/2016-CG/TJRO, Ofício Circular 35/2016-DECOR/CG, arts. 1.º, c e 124, I, das DGJ e valor atualizado pelo Provimento n. 023/2017-CG.
Antes da expedição da precatória, havendo interesse faculto ao exequente indicar bens penhoráveis, DECISÃO esta tomada por medida de efetividade e para mais rápida solução da lide, visto que devem ser tomadas medidas indutivas à satisfação jurisdicional (art. 139 do CPC). Nesta hipótese, conste os bens indicados na precatória.
AGUARDE-SE comprovação, para expedição, distribuição e encaminhamento da Carta Precatória.
Caso a parte não concorde com a DECISÃO acima, faculta-se ajuizar ação no domicílio do Executado (por ser nítida relação de consumo), diretamente no sistema PJe, desonerando-se dos custos da Carta Precatória.
Aos Procuradores.

COMPROVADO, PROCEDA-SE na forma abaixo.
B:
II. A parte autora pretende a execução por quantia certa de título(s) extrajudicial(is) que, em tese, corresponde(m) a obrigação certa, líquida e exigível.
2.1 – A petição inicial está instruída com o(s) título(s) executivo(s) extrajudicial(ais) que ampara(m) a pretensão inaugural, titulo(s) esse(s) previsto(s) no rol do art. 784 do CPC, além de demonstrativo do débito atualizado até a data da propositura da ação. A petição também contempla os demais requisitos previstos no art. 798 do CPC.
2.2 – Cite-se e intime-se a parte executada para, no prazo de 3 dias, contado da citação, efetuar o pagamento da dívida (CPC, art. 829).
2.3 – Fixo, desde já, honorários advocatícios no importe de 10% sobre o valor da causa, a serem pagos pelo executado (CPC, art. 827).
2.4 - No caso de integral pagamento da obrigação no prazo de 3 dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade (CPC, art. 827, §1º).
III. Não havendo pagamento no prazo assinalado, deverá Oficial de Justiça realizar a penhora e avaliação de bens do Executado, de tudo lavrando-se auto, sem prejuízo da intimação da parte executada. A penhora deverá obedecer, preferencialmente, à ordem prevista no art. 835 do CPC.
3.1 – A penhora deverá recair, sempre que possível, sobre os bens indicados pelo exequente, salvo se outros forem indicados pelo executado e aceitos pelo Juiz da causa, mediante demonstração de que a constrição proposta lhe será menos onerosa e não trará prejuízo ao exequente (CPC, art. 829, §2º).
3.2 – Os bens móveis penhorados deverão ser removidos e depositados pelo Oficial de Justiça em poder do exequente, nos termos do art. 840, II, §1º, do CPC, salvo determinação em contrário deste Juízo.
OBS: a) o exequente deverá providenciar os meios necessários para remoção, pois as Comarcas não têm depositário público, nem veículos de carga/transporte para remover os bens penhorados.
OBS: b) o exequente deverá acompanhar a diligência e ajustar com o Oficial de Justiça dia e hora para remoção dos bens.
3.3 - Se o Executado for casado, o cônjuge também deverá ser intimado da penhora, avaliação e do prazo para embargos - art. 842 do CPC (caso seja imóvel).
3.4 - Cumprida a diligência, em se tratando de imóvel, ANOTE-SE a penhora junto ao cadastro imobiliário do Município e junto Cartório de Registro de Imóveis da respectiva Comarca, se houver matrícula (art. 167, inc. I, n.º 5, Lei Federal n.º 6.015/1973 - LRP), sendo que as despesas para tanto correrão por conta dos interessados/exequente.
3.5 - Caso seja penhorado veículo, deverá ser anotada a restrição junto ao DETRAN, ficando impossibilitada a venda ou transferência.
3.6 - Se for penhorado gado, anote-se junto ao respectivo órgão sanitário, ficando vedada a transferência e emissão de GTA, sem ordem deste juízo.
3.7 – A parte exequente deverá atentar-se para o disposto no art. 799 do CPC (intimação de terceiros interessados), procedendo, sobretudo, à averbação em registro público do ato de propositura da execução e dos atos de constrição realizados, para conhecimento de terceiros (inciso IX).
IV. Não encontrando a parte devedora, o Oficial de Justiça arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução (CPC, art. 830). Nos 10 dias seguintes à efetivação do arresto, o Oficial de Justiça procurará a parte devedora duas vezes em dias distintos; havendo suspeita de ocultação, realizará citação por hora certa, de tudo passando certidão pormenorizada (§1º do art. 830 do CPC).
V. Havendo interesse, sirva-se esta DECISÃO como certidão para averbação premonitória no registro de imóveis, de veículos ou de outros bens sujeitos a penhora, arresto ou indisponibilidade (CPC, art. 828 e art. 832, II, item 30, das Diretrizes Gerais Extrajudiciais), devendo o interessado arcar com os custos e emolumentos diretamente no Tabelionato.
5.1 – No prazo de 10 dias a contar da averbação, o exequente deverá comunicar ao juízo as anotações efetivadas, sem prejuízo da adoção das demais condutas previstas no art. 828 do CPC.
VI - Havendo interesse, desde já faculto ao exequente indicar bens penhoráveis (art. 798, II, c, do CPC).
VII - Caso haja requerimento, desde já fica autorizada a expedição de certidão para os fins do art. 828 do CPC – Protestos, SPC, SERASA e outros que o exequente pretenda apresentar o r. documento, sob sua responsabilidade.
VII - Atente-se o Oficial de Justiça e a Direção do Cartório para o disposto no art. 835, §3º e art. 842, ambos do CPC (intimação de cônjuge e terceiros interessados, mormente aqueles com garantia real, caso existam).
Aos Procuradores.
Intimem-se as partes na pessoa dos procuradores constituídos.
Rolim de Moura/RO, 30 de abril de 2019.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000 - Fone: 69 3442 8273, rmm2civel@tjro.jus.br COMARCA: ROLIM DE MOURA
ÓRGÃO EMITENTE: 2ª VARA CÍVEL
Prazo: 30 Dias
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
(Procedimento Ordinário)
DE: CICERO BENTO GODOI CPF: 997.196.902-59 , atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: Proceder a INTIMAÇÃO do(a) Requerido(a) acima qualificado(a) nos termos da SENTENÇA 24783084, terá(ão) o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar apelação, contados do término do prazo do presente edital, que fluirá da data da sua publicação única ou, havendo mais de uma, da primeira.
Processo: 7003889-91.2018.8.22.0010
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: AGROMEC PRODUTOS AGRICOLAS E VETERINARIOS LTDA - EPP
Advogado do(a) AUTOR: GLEYSON CARDOSO FIDELIS RAMOS - RO6891
RÉU: CICERO BENTO GODOI
SENTENÇA de ID 24783084: “Relatório: Trata-se de Ação de Cobrança proposta pelo AGROMEC PRODUTOS AGRICOLAS E VETERINÁRIOS LTDA-EPP, representada pela sua sócia-proprietária LUCIR CONCOLATO em desfavor de CICERO BENTO GODOI. Aduz que vendeu produtos ao Requerido. Alega que o Requerido no dia 02/12/216, realizou compra no valor de R$ 310,00; no dia 26/12/2016, realizou compra no valor de R$ 37,00; no dia 04/01/2017, realizou compra no valor de R$ 249,00, todas mediante duplicata; e por fim, alega que é credora de um cheque no valor de R$ 9.000,00, número 00037, emitido pelo Requerido, o qual foi devolvido por insuficiência de fundos (petição inicial de id. n. 19479289, com documentos de id. n. 19479328). O Requerido, foi citado por Edital, que após cumprir as formalidades legais (id. n. 19710581), foi intimado a Defensoria que promoveu a defesa (id n. 23666822). É o relatório. Decido: II – Fundamentação: Estão presentes as condições da ação e os pressupostos de constituição e desenvolvimento do processo, bem como as partes estão regularmente representadas. Não foram arguidas preliminares e/ou prejudiciais de MÉRITO. Não foram arguidas ou constatadas ilegitimidades, nulidades processuais ou vícios de representação e não há incidentes processuais pendentes de apreciação, sendo possível analisar o MÉRITO do feito. MÉRITO: O Requerido, foi citado por Edital, que após cumprir as formalidades legais (id. n. 19710581), foi intimado a Defensoria, nomeada como curadora especial, que

apresentou contestação por negativa geral (id n. 23666822). Aliado à ausência de impugnação específica do Requerido, as provas documentais trazidas com a inicial comprovam a veracidade das alegações, não havendo nos autos prova de quitação do débito, apesar de oportunizado ao Requerido possibilidade de defesa. Os documentos de id. n. 19479328, 19479328, 19479328 e 19479328 comprovam as transações havidas entre as partes. Deste modo, o feito há que ser julgado no estado em que se encontra nos termos do art. 355, I do NCPC, sendo procedente o pedido inicial. III – DISPOSITIVO: Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido e CONDENO o Requerido CICERO BENTO GODOI a pagar R$ 11.325,82 (onze mil, trezentos e vinte e cinco reais e oitenta e dois centavos) ao Autor AGROMEC PRODUTOS AGRICOLAS E VETERINÁRIOS PTDA-EPP. Considerando que o art. 406, do Código Civil, estipula como critério para fixação dos juros taxa a SELIC, a qual é variável e já engloba juros mais correção monetária, para maior segurança deixo de aplicá-lo, aplico o art. 161, § 1.º do CTN, sobre o valor acima e fixo os juros em 1% (um por cento) ao mês e correção monetária, ambos contados a partir da citação, pois a petição inicial veio acompanhada de planilha. Custas pelo Requerido. CONDENO o Requerido ao pagamento de honorários advocatícios em favor do Patrono da Autora, os quais fixo em 10% (dez%) do valor da condenação acima, atento ao valor e natureza da causa, local da prestação dos serviços, ao tempo de trâmite do processo, quantidade de atos processuais praticados e qualidade do serviço realizado (conforme parâmetros do art. 85 e §§, do CPC). Extingo esta fase do processo com resolução do MÉRITO (art. 487, inciso I, CPC). Publique-se. Registre. Intime-se a Autora, na pessoa dos Procuradores (arts. 270 NCPC e art. 50, das DGJ), pelo sistema PJe. Havendo pedido de execução, INDIQUE o valor atualizado, incluindo os honorários ora fixados. Caso pretenda consultas BACENJUD e RENAJUD, instrua o pedido com comprovante de pagamento das taxas - art. 17 da Lei Estadual n.º 3.896, de 24/8/2016 e arts. 1.º, c, c/c 124, I, das DGJ. Caso não seja interposto recurso voluntário, transcorrido o prazo de 30 (trinta) dias do trânsito em julgado e não havendo manifestação das partes pela execução da presente, remetam-se os autos ao arquivo. Ciência à Defensoria Pública. INTIME-SE o requerido, por edital. P. R. Intimem-se nas pessoa dos procuradores constituídos. Rolim de Moura/RO, 19 de fevereiro de 2019. Jeferson Cristi Tessila Melo. Juiz de Direito"

Rolim de Moura, 25 de abril de 2019.
JEFERSON CRISTI TESSILA DE MELO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000 - Fone: 69 3442 8273, rmm2civel@tjro.jus.br Processo: 7000930-16.2019.8.22.0010
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ALZENIRA MARIA BRESSANINI DA SILVA
Advogados do(a) AUTOR: MARIZA SILVA MORAES CAVALCANTE - RO8727, LUIS FERREIRA CAVALCANTE - RO2790
RÉU: SOLIMOES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS EIRELI
Advogado do(a) RÉU: GUSTAVO ATHAYDE NASCIMENTO - RO8736
INTIMAÇÃO Fica a parte Autora, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimada para querendo, apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000 - Fone: 69 3442 8273, rmm2civel@tjro.jus.br Processo nº: 7003889-91.2018.8.22.0010
Requerente/Exequente: AGROMEC PRODUTOS AGRICOLAS E VETERINARIOS LTDA - EPP
ADVOGADO DO AUTOR: GLEYSON CARDOSO FIDELIS RAMOS OAB nº RO6891
Requerido/Executado: CICERO BENTO GODOI
ADVOGADO DO RÉU:
SENTENÇA
I – Relatório:
Trata-se de Ação de Cobrança proposta pelo AGROMEC PRODUTOS AGRICOLAS E VETERINÁRIOS LTDA-EPP, representada pela sua sócia-proprietária LUCIR CONCOLATO em desfavor de CICERO BENTO GODOI.
Aduz que vendeu produtos ao Requerido.
Alega que o Requerido no dia 02/12/216, realizou compra no valor de R$ 310,00; no dia 26/12/2016, realizou compra no valor de R$ 37,00; no dia 04/01/2017, realizou compra no valor de R$ 249,00, todas mediante duplicata; e por fim, alega que é credora de um cheque no valor de R$ 9.000,00, número 00037, emitido pelo Requerido, o qual foi devolvido por insuficiência de fundos (petição inicial de id. n. 19479289, com documentos de id. n. 19479328).
O Requerido, foi citado por Edital, que após cumprir as formalidades legais (id. n. 19710581), foi intimado a Defensoria que promoveu a defesa (id n. 23666822).
É o relatório. Decido: II – Fundamentação:
Estão presentes as condições da ação e os pressupostos de constituição e desenvolvimento do processo, bem como as partes estão regularmente representadas.
Não foram arguidas preliminares e/ou prejudiciais de MÉRITO.
Não foram arguidas ou constatadas ilegitimidades, nulidades processuais ou vícios de representação e não há incidentes processuais pendentes de apreciação, sendo possível analisar o MÉRITO do feito.
MÉRITO: O Requerido, foi citado por Edital, que após cumprir as formalidades legais (id. n. 19710581), foi intimado a Defensoria, nomeada como curadora especial, que apresentou contestação por negativa geral (id n. 23666822).
Aliado à ausência de impugnação específica do Requerido, as provas documentais trazidas com a inicial comprovam a veracidade das alegações, não havendo nos autos prova de quitação do débito, apesar de oportunizado ao Requerido possibilidade de defesa. Os documentos de id. n. 19479328, 19479328, 19479328 e 19479328 comprovam as transações havidas entre as partes.
Deste modo, o feito há que ser julgado no estado em que se encontra nos termos do art. 355, I do NCPC, sendo procedente o pedido inicial.
III – DISPOSITIVO: Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido e CONDENO o Requerido CICERO BENTO GODOI a pagar R$ 11.325,82 (onze mil, trezentos e vinte e cinco reais e oitenta e dois centavos) ao Autor AGROMEC PRODUTOS AGRICOLAS E VETERINÁRIOS PTDA-EPP.
Considerando que o art. 406, do Código Civil, estipula como critério para fixação dos juros taxa a SELIC, a qual é variável e já engloba juros mais correção monetária, para maior segurança deixo de aplicá-lo, aplico o art. 161, § 1.º do CTN, sobre o valor acima e fixo os juros em 1% (um por cento) ao mês e correção monetária, ambos contados a partir da citação, pois a petição inicial veio acompanhada de planilha. Custas pelo Requerido.
CONDENO o Requerido ao pagamento de honorários advocatícios em favor do Patrono da Autora, os quais fixo em 10% (dez%) do valor da condenação acima, atento ao valor e natureza da causa, local da prestação dos serviços, ao tempo de trâmite do processo, quantidade de atos processuais praticados e qualidade do serviço realizado (conforme parâmetros do art. 85 e §§, do CPC). Extingo esta fase do processo com resolução do MÉRITO (art. 487, inciso I, CPC).
Publique-se. Registre. Intime-se a Autora, na pessoa dos Procuradores (arts. 270 NCPC e art. 50, das DGJ), pelo sistema PJe.
Havendo pedido de execução, INDIQUE o valor atualizado, incluindo os honorários ora fixados.

Caso pretenda consultas BACENJUD e RENAJUD, instrua o pedido com comprovante de pagamento das taxas - art. 17 da Lei Estadual n.º 3.896, de 24/8/2016 e arts. 1.º, c, c/c 124, I, das DGJ.
Caso não seja interposto recurso voluntário, transcorrido o prazo de 30 (trinta) dias do trânsito em julgado e não havendo manifestação das partes pela execução da presente, remetam-se os autos ao arquivo.
Ciência à Defensoria Pública. INTIME-SE o requerido, por edital. P. R. Intimem-se nas pessoa dos procuradores constituídos.
Rolim de Moura/RO, 19 de fevereiro de 2019.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000 - Fone: 69 3442 8273, rmm2civel@tjro.jus.br Processo: 7005796-04.2018.8.22.0010
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: GEISIELE ALVES DOS SANTOS
Advogados do(a) AUTOR: DANIELLE GOMES DO NASCIMENTO - RO9481, BETANIA RODRIGUES CORA - RO7849
RÉU: CARLOS GOMES DOS SANTOS
Advogado do(a) RÉU: CINTIA GOHDA RUIZ DE LIMA UMEHARA - RO4227
INTIMAÇÃO Fica a parte Autora, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimada para querendo, apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias.
1) Considerando que não houve a autocomposição entre as partes, nos termos do art. 12, inc.I, da Lei nº 3.896/2016 (Lei de Custas do TJRO), deverá(ão) a(os) autora/autores efetuar o recolhimento de mais 1% sobre o valor da causa a título de custas iniciais, comprovando-o nos autos no prazo de até 05 (cinco) dias após a audiência de conciliação, exceto se beneficiados(s) pela concessão da justiça gratuita.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000 - Fone: 69 3442 8273, rmm2civel@tjro.jus.br Processo nº: 0002286-10.2015.8.22.0010
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 30 dias
De: Cleudir da Silva Pereira, inscrito no CPF/MF 724.121.789-68, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: Intimar o(s) Executado(s) acima qualificado(s), acerca da restrição/penhora realizada nos Autos pelo sistema RENAJUD restrição de circulação no veículo Placa NBR3496; Fabricação 2012; Chassi 9A9BAFRCACJES9173; Marca/Modelo R/AQUA FORCE CA; Ano Modelo 2012., ficando Vossa Senhoria intimada para, querendo, propor impugnação/embargos no prazo de 30 (trinta) dias.
OBSERVAÇÃO: Não tendo condições de constituir advogado, e havendo necessidade, a parte poderá procurar o defensor público da comarca.
DESPACHO: "A Executada foi por edital, não se manifesto. Nomeado Curador Especial que apresentou embargos por negativa geral, nada acrescentando ao feito. No "MÉRITO ", sem razão o Executado/Embargante. O documento de id. 24886388 revela o fato gerador dos tributos se referem ao Executado, descrevendo o fato gerador, legislação aplicável ao caso, apontando os coeficientes de atualização, dentre outros fatos necessários à higidez da CDA. Por outro lado, não há fatos impeditivos a retirar a liquidez, certeza, eficácia e exigibilidade do crédito ora em execução, pelo que REJEITO os embargos em seus termos. Sem custas e honorários, incabíveis no incidente. Defiro pedido retro. Consulta BACENJUD restou negativa. No RENAJUD foi inserida restrição no veículo Placa NBR3496; Fabricação 2012; Chassi 9A9BAFRCACJES9173; Marca/Modelo R/AQUA FORCE CA; Ano Modelo 2012. Converto a restrição (RENAJUD) em penhora. Intimem-se o(a) Executado(a) da Penhora que recai sobre o veículo citado, por edital. Após, independente de nova deliberação, ao Exequente para indicar bens penhoráveis, pena de suspensão do feito, nos termos do art. 40 da LEF. Ficam as partes intimadas, nas pessoa dos procuradores constituídos. Rolim de Moura/RO, 12 de abril de 2019. Jeferson Cristi Tessila Melo, Juiz de Direito"
Processo: 0002286-10.2015.8.22.0010
Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116)
Valor: R$ 2.297,78 (atualizado até a data da propositura da ação)
Exequente: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Advogado: Procurador do Município
Executado: Metalúrgica Paraná Ltda Me
Sede do Juízo: Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000
Rolim de Moura, RO, 25 de abril de 2019.
JEFERSON CRISTI TESSILA DE MELO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76.940-000, Rolim de Moura, RO
Fone: 69 3442 8273 - rmm2civel@tjro.jus.brProcesso nº: 7006478-56.2018.8.22.0010
Requerente/Exequente: AUTO POSTO FORTALEZA LTDA
Advogado(a): SILVIO VIEIRA LOPES OAB nº SP72B
Requerido/Executado: VAGNER FERREIRA BRUNO
Advogado(a):
RENAJUD parcial - bem tem outras restrições.
BACENJUD negativo - consulta abaixo.
Devem ser indicados BENS, a fim de evitar custos desnecessários INDIQUE BENS PENHORÁVEIS e podem ser encontrados para remoção.
Intimem-se, na pessoa dos Procuradores (art. 270 do CPC e art. 50 das DGJ).
Rolim de Moura/RO, 26 de abril de 2019.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito
894.760.342-20 - VAGNER FERREIRA BRUNO
[Total bloqueado (bloqueio original e reiterações): R$ 0,00] [Quantidade atual de não respostas: 0] Respostas BCO BRADESCO/ Todas as Agências / Todas as Contas Data/Hora Protocolo Tipo de Ordem Juiz Solicitante Valor (R$) Resultado (R$) Saldo Bloqueado Remanescente (R$) Data/Hora Cumprimento 24/04/2019 14:58 Bloq. Valor Jeferson Cristi Tessila de Melo 20.000,00 (02) Réu/ executado sem saldo positivo.
0,00 0,00 24/04/2019 20:22 Nenhuma ação disponível Tribunal TRIBUNAL DE JUSTICA DE RONDONIA Comarca/Município ROLIM DE MOURA Órgão Judiciário SEGUNDA VARA CIVEL DA COMARCA DE ROLIM DE MOURA N° do Processo 70064785620188220010
Total de veículos: 1 Placa Placa Anterior UF Marca/Modelo Proprietário Restrição NDF1882 RO HONDA/BIZ 125 VAGNER FERREIRA BRUNO Circulação
Placa NDF1882 Placa Anterior Ano Fabricação 2017 Chassi 9C2JC4830HR411108 Marca/Modelo HONDA/BIZ 125 Ano Modelo 2017Restrições RENAVAM
ALIENACAO_FIDUCIARIA RESTRICAO_BENEFICIO_ TRIBUTARIO
CPF/CNPJ 894.760.342-20 Endereço AV 25 DE AGOSTO, N° 5806,, CENTRO - ROLIM DE MOURA -, CEP: 76940-000

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76.940-000, Rolim de Moura, RO
Fone: 69 3442 8273 - rmm2civel@tjro.jus.brProcesso nº: 7006169-35.2018.8.22.0010
Requerente/Exequente: SAN LOREN COLLECTION CONFECCOES LTDA - ME

Advogado(a): ELIS KARINE BOROVIEC FERREIRA OAB nº RO8866
Requerido/Executado: V. COMITRE - PASTELARIA - ME
Advogado(a):
Intimação PARA IMPULSIONAR O FEITO
Feito que tramita sem resultados úteis.
INTIMADO o Patrono não se manifestou.
Por outro lado, é notório que a Autora não exerce mais atividades nesta Comarca, o que pode ser visto em diversos processos. Apenas no cadastro de Rolim de Moura tem mais de 100 processos, com a Autora tanto no polo ativo como passivo.
INTIME-SE a Autora apenas por AR para cumprir as determinações judiciais e impulsionar o feito, em 10 dias.
Para não haver qualquer dúvida, intime-se o Patrono - PJE.
Aguarde-se cumprimento das determinações judiciais, com manifestação útil e cumprindo as determinações legais.
Não havendo manifestação útil, o processo será arquivado.
Intimem-se as partes na pessoa dos procuradores constituídos.
Rolim de Moura/RO, 30 de abril de 2019.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000 - Fone: 69 3442 8273, rmm2civel@tjro.jus.br Processo: 7005356-08.2018.8.22.0010
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: LAZARO PEDRO ALVES DE OLIVEIRA
Advogado do(a) AUTOR: RHENNE DUTRA DOS SANTOS - RO5270
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação Fica a parte Requerente, intimada a manifestar-se quanto ao laudo pericial apresentado, no prazo de 15 dias.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000 - Fone: 69 3442 8273, rmm2civel@tjro.jus.br Processo: 7006915-34.2017.8.22.0010
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP
Advogados do(a) EXEQUENTE: NOEL NUNES DE ANDRADE - RO1586, EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS - RO2930, PRISCILA MORAES BORGES POZZA - RO6263
EXECUTADO: IZAIAS BERNARDO
Intimação Fica a parte Exequente intimada, por meio de seu procurador, a promover o regular andamento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000 - Fone: 69 3442 8273, rmm2civel@tjro.jus.br Processo: 7001482-78.2019.8.22.0010
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: MARCOS CRISTIANO TEIXEIRA
Advogados do(a) AUTOR: FABIO JOSE REATO - RO0002061A, ANANDA OLIVEIRA BARROS - RO8131
RÉU: COMERCIAL DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LIDER LTDA - EPP
Intimação Fica a parte AUTORA intimada, por seu patrono, para que informe o endereço do SPC e do SERASA onde foram feitas as inscrições indevidas, para que o cartório possa enviar os ofícios, conforme DECISÃO ID 26496484.

COMARCA DE VILHENA

1º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
COMARCA DE VILHENA
JUIZ DE DIREITO: GILBERTO JOSÉ GIANNASI
DIRETORA DE CARTÓRIO: ELISMARA DE BRIDA MARTINS - CADASTRO 002908-4

Proc: 1000484-45.2015.8.22.0014
Ação:Termo Circunstanciado (Juizado Criminal)
Delegacia de Polícia Civil de Vilhena-RO(Autor)
Adão Braz de Freitas(Autor do fato)
Advogado(s): Santiago Cardoso Almodóvar(OAB 5912 RO), Kleber Wagner Barros de Oliveira(OAB 6127 RO), Daniel Gonzaga Schafer de Oliveira(OAB 7176 RO)
Autor: Delegacia de Polícia Civil de Vilhena-RO
Autor do fato: ADÃO BRAZ DE FREITAS
Advogado: Santiago Cardoso Almodóvar(OAB/RO 5912), Kleber Wagner Barros de Oliveira(OAB/RO 6127), Daniel Gonzaga Schafer de Oliveira(OAB/RO 7176)
Ministério Público do Estado de Rondônia(Custos Legis (Fiscal da Lei)
FINALIDADE: INTIMAR os Advogados supra do DESPACHO a seguir transcrito: "Vistos. Em que pese o autor do fato ter sido intimado, via diário da justiça, para efetuar o pagamento das custas processuais, nada veio aos autos que comprovasse tal pagamento. Assim, INTIME-O pessoalmente para em 15 (quinze) comprovar o pagamento integral das custas, sob pena de inclusão em dívida ativa. Cumpra-se.
Vilhena, 08 de Abril de 2019 [a] (a) Gilberto J. Giannasi
- Juiz de Direito

Proc: 2000035-31.2019.8.22.0014
Ação:Termo Circunstanciado (Juizado Criminal)
Polícia Militar Ambiental do Estado de Rondônia(Autor), ROSVELL HEINZ(Extinta a Punibilidade)
Advogado(s): OAB:5828 RO, Kleber Wagner Barros de Oliveira(OAB 6127 RO), OAB:8202 RO, Tatiane Lis Dávila(OAB 9169 RO)
Licinio Miguel Azevedo dos Reis(Autor do fato)
Autor: Polícia Militar Ambiental do Estado de Rondônia Extinta a Punibilidade: ROSVELL HEINZ
Advogado(s)Kleber Wagner Barros de Oliveira(OAB/RO 6127), Tatiane Lis Dávila(OAB/RO 9169)
Autor do fato: Licinio Miguel Azevedo dos Reis
Ministério Público do Estado de Rondônia(Custos Legis (Fiscal da Lei)
FINALIDADE: INTIMAR os Advogados da retro SENTENÇA DE EXTINÇÃO em relação ao autor do fato ROSVELL HEINZ, conforme movimento 22, a seguir transcrito: "Vistos etc.
O infrator ROSVELL HEINZ aceitou proposta de transação penal no Juizado Especial Criminal e teve a medida aplicada, a qual foi cumprida integralmente (mov. 21).
Assim sendo, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE de ROSVELL HEINZ pelo cumprimento da medida imposta. Aguarde-se o cumprimento integral em relação a LICINIO MIGUEL AZEVEDO DOS REIS. Após, voltem conclusos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Vilhena, 12 de Abril de 2019.
(a) Gilberto J. Giannasi - Juiz de Direito

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Vilhena/RO. E-mail: vha1criminal@tjro.jus.br
Juíza de Direito: Liliane Pegoraro Bilharva
Diretor de Cartório: Emerson Batista Salvador

Proc.: 0001215-53.2018.8.22.0014
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Luciana Oliveira Freitas
Advogado:Etelmínio de Arruda Salomé Neto (OAB/MT 9869)
FINALIDADE: Intimar o advogado supracitado para apresentar alegações finais, via memoriais, dos autos supra. no prazo legal.

Proc.: 0001112-12.2019.8.22.0014
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Diego Henrique Ribeirto Soares
Advogado:Lairce Martins de Souza (OAB/RO 3041)
Denunciado: Marcos Antônio da Rocha Geraldo
Advogado: Defensor Público
FINALIDADE: INTIMAR o advogado acima nominado para apresentar Defesa Prévia do acusado, Diego Henrique Ribeirto Soares nos termos do Artigo 396-A, do Código de Processo Penal, no prazo legal.

Proc.: 1003349-70.2017.8.22.0014
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Maria Rodrigues da Silva
Advogado:Elisângela Dolovetes (OAB-RO 8399)
FINALIDADE: Intimar o advogado supracitado da audiência designada, a saber:
"Considerando a juntada da carta precatória com a oitiva da última testemunha designo o interrogatório da ré para o dia 09 de maio de 2019, às 11h20min.Intimem-se.Vilhena-RO, terça-feira, 5 de fevereiro de 2019.Liliane Pegoraro Bilharva Juíza de Direito".
Emerson Batista Salvador

Diretor de Cartório

2ª VARA CRIMINAL

2º Cartório Criminal
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao juiz ou contate-nos via internet.
ENDEREÇO ELETRÔNICO:
Juiz: Adriano Lima Toldo
Escrivão - Lorival Darius Tavares
vha2criminal@tj.ro.gov.br

Proc.: 0000718-05.2019.8.22.0014
Ação:Restituição de Coisas Apreendidas-Criminal
Requerente:Matheus Ximenes Pereira
Advogado: Viviany Bindi Baptista da Silva OAB/RO 4973
DECISÃO:
Vistos.Trata-se de pedido de restituição de veículo apreendido em ação penal que apura crimes de tráfico de drogas e associação criminosa, previstos nos arts. 33, caput c/c 40, VI, ambos da Lei n. 11.343/2006 e art. 288, parágrafo único, do CP. Em que pese o parecer ministerial, afere-se que a ação penal ainda está na fase embrionária, no prazo de apresentação de defesa prévia (fase preliminar do rito da Lei de Tóxicos).A apreensão da motocicleta deu-se por que há indícios de que o veículo estaria sendo usado para a prática de crimes, inclusive de tráfico de drogas, o que será objeto de apuração no decorrer da instrução da ação penal. Deste modo, observo que o veículo em questão ainda interesse à persecução penal, não podendo ser restituído neste momento. Isso posto, INDEFIRO o pedido.Intime-se. Anote-se na ação penal e, após, arquive-se.Vilhena-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019. Adriano Lima Toldo Juiz de Direito
Lorival Darius Tavares

Escrivão

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1º Juizado Especial Civel
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7000483-16.2019.8.22.0014
Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: CREUZA HERCULANO SILVA, AVENIDA BRASIL 5888 JARDIM ELDORADO - 76987-198 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ULISSES AMORIM KEDEZIERSKI OAB nº RO9421, KERSON NASCIMENTO DE CARVALHO OAB nº RO3384
RÉU: MATIAS PAULO DE OLIVEIRA, LINHA 11 LOTE 22-E, gleba 01, RUMO AO GUAPORÉ ZONA RURAL - 76994-000 - CABIXI - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: KLINGER NOGUEIRA DA ROCHA OAB nº RO3724, SAMARA DE AQUINO RODRIGUES OAB nº RO5040
DESPACHO
Vistos.
Recebo o recurso no efeito devolutivo, tão somente.
Concedo ao recorrente/reclamante os benefícios da justiça gratuita.
À parte contrária para contrarrazões.
Após, tempestivas as razões, presentes as contrarrazões, determino sejam os autos encaminhados ao Colégio Recursal, com as homenagens deste juízo.
Intime-se, servindo a presente com MANDADO.
Vilhena 2 de maio de 2019
Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1º Juizado Especial Civel
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7000311-11.2018.8.22.0014
Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: MANOEL CARDOSO DA SILVA, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO REQUERENTE: LEANDRO MARCIO PEDOT OAB nº RO2022, VALDINEI LUIZ BERTOLIN OAB nº RO6883
REQUERIDOS: JOSE ODECIO MORAES, SEM ENDEREÇO DALVA MAXIMA DA SILVA, SEM ENDEREÇO
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: ROMILSON FERNANDES DA SILVA OAB nº RO5109
DESPACHO
Vistos.
Acolho a emenda. Retifique-se o cadastro.
Cite-se para contestar em 15 dias.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO.
Vilhena, 2 de maio de 2019.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - Juizado Especial Cível da Comarca de Vilhena-RO
Sede do juízo: fórum desembargador leal fagundes, Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702 - (69) 33212340 - E-mail: je_vha@tjro.jus.br INTIMAÇÃO DE ADVOGADO
DESTINATÁRIOS:
Advogado: LENOIR RUBENS MARCON OAB: RO146 Endereço: desconhecido
O Doutor GILBERTO JOSÉ GIANNASI, M.M. Juiz de Direito Titular, do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Vilhena-RO.
FINALIDADE: INTIMAÇÃO para comparecer(em) à audiência de Conciliação designada para o dia 15/07/2019, às 16:00, na sala de audiências do CEJUSC - Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania, no Fórum de Vilhena/RO, cujo endereço encontra-se no cabeçalho desta, devendo vossa senhoria cientificar a parte autora da data da audiência designada, sob pena de sua ausência importar em arquivamento dos autos e condenação em custas processuais, bem ainda, fica ciente dos termos do Art. 3º do Provimento Conjunto Presidência e Corregedoria Nº 001/2017, publicado no DJ 104 de 08 de junho de 2017, transcritos abaixo:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IV – a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
V – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
VI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
VII – o não comparecimento injustificado do autor implicará na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
VIII – o não comparecimento do requerido a quaisquer das audiências designadas implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;
IX – deverão comparecer à audiência designada munidos de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
X – a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas até o ato da audiência de conciliação;
XI – na mesma oportunidade, o autor deverá se manifestar, em até 10 (dez) minutos, sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados;
XII – não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca.
AUTOS: 7000748-18.2019.8.22.0014 AÇÃO: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) REQUERENTE: CICERO FERMINO DA PAZ REQUERIDO:
REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO
Vilhena - RO, 2 de maio de 2019 ARNO LIPKE

Técnico Judiciário, que assina por ordem do MM. Juiz de Direito

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO Autos n. 7002541-89.2019.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe:Dúvida
Protocolado em: 25/04/2019
REQUERENTE: JONAS DE OLIVEIRA GARCIA, RUA NATAL 473 CENTRO (5º BEC) - 76988-038 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ELISANGELA DE MOURA DOLOVETES OAB nº RO8399
INTERESSADO: ESTADO DE RONDÔNIA, AVENIDA PRESIDENTE NASSER 1067 JARDIM OLIVEIRAS - 76980-675 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO INTERESSADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
D E C I S Ã O
Vistos.
Nos termos do art. 2º, caput, e § 4º, da Lei 12.153, de 22 de dezembro de 2009, c.c. art. 2º, da Resolução n. 036/2010-PR, DECLINO da competência para o Juizado Especial da Fazenda Pública desta Comarca.
Encaminhem-se os autos àquele Juízo, com as baixas de estilo.
Intime-se.
Vilhena/RO, 30 de abril de 2019.
Andresson Cavalcante Fecury
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1º Juizado Especial Civel
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7001411-64.2019.8.22.0014
Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material, Combustíveis e derivados, Práticas Abusivas
AUTOR: GESSE TRINDADE DE BRITO CPF nº 242.212.522-00, RUA GERALDO RODRIGUES CORREIA 905, CASA JARDIM ELDORADO - 76987-218 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: SERGIO CRISTIANO CORREA OAB nº RO3492
RÉU: IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S.A. CNPJ nº 33.337.122/0001-27
ADVOGADO DO RÉU:
SENTENÇA
Vistos etc.
Dispensado o relatório nos termos do art. 38 da LJE.
Decido.
Verifico dos autos que se fez ausente a parte reclamante na audiência, embora intimada.
Em casos como tais, o processo deve ser extinto, e assim o declaro com fundamento no artigo 51, I, da LJE, eis que o(a) reclamante, devidamente intimado(a) da audiência, nela se fez ausente, não cabendo representação, mesmo que por procuração, tornando sem qualquer efeito a decisão anterior.
Assim, diante do exposto, DECLARO EXTINTO O PROCESSO sem julgamento de seu mérito nos termos do artigo 51, I, da LJE.
Custas pelo reclamante, consoante Enunciado 09 do FOJUR. Decorrido o prazo sem comprovação do pagamento das custas, proceda a serventia a expedição da certidão de débito, para fins de efetivar protesto. Após, decorrido prazo sem o pagamento e com o protesto do título, expeça-se o necessário para inclusão em Dívida Ativa.
Indevidos honorários.
Com o trânsito em julgado, arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se, servindo a presente como mandado.
Vilhena, 1 de maio de 2019.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1º Juizado Especial Civel
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7000230-62.2018.8.22.0014
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: MARIA DE LOURDES ALVES DE MIRA, AVENIDA PRESIDENTE TANCREDO NEVES 3110 JARDIM AMÉRICA - 76980-835 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
EXECUTADO: MUNICIPIO DE VILHENA, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE VILHENA
DESPACHO
Vistos.
DEFIRO o prazo de 30 (trinta) dias requerido.
Com o seu transcurso, nada sendo requerido, arquive-se os autos.
Cumpra-se, servindo o PRESENTE COMO MANDADO
Vilhena, 1 de maio de 2019.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1º Juizado Especial Civel
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7002632-82.2019.8.22.0014
Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: CLEISON NOGUEIRA TRINDADE, RUA ERMELINDO BATALHA 1810 CRISTO REI - 76983-412 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: CEZAR BENEDITO VOLPI OAB nº RO533
REQUERIDO: OI MOVEL, EDIFÍCIO TELEBRASÍLIA, SCN QUADRA 3 BLOCO A ASA NORTE - 70713-900 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DESPACHO
Vistos.
Intime-se o reclamante a comprovar a titularidade de contrato junto a reclamada; juntar as faturas do terminal telefônico que se pretende a reativação bem como especificar os termos do contrato e plano que mantinha com a reclamada, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO.
Vilhena, 1 de maio de 2019.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1º Juizado Especial Civel
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7008043-43.2018.8.22.0014
Indenização por Dano Moral
EXEQUENTE: IVONETE DO CARMO PEREIRA FONTINELI, RUA SANTA FÉ 4409 RESIDENCIAL CIDADE VERDE - 76984-030 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: HELEN KAROLINE ZAN SANTANA OAB nº RO9769, ROBERTO CARLOS MAILHO OAB nº RO3047, HULGO MOURA MARTINS OAB nº RO4042
EXECUTADO: BANCO ITAUCARD S.A., ALAMEDA PEDRO CALIL, 43 43 VILA DAS ACÁCIAS - 08557-900 - POÁ - SÃO PAULO
ADVOGADO DO EXECUTADO: PAULO EDUARDO PRADO OAB nº AL11819
SENTENÇA
Vistos, etc.
Dispensado o relatório nos termos do art. 38, caput, da Lei nº. 9.099/95.
Decido.
Diante da confirmação de que a obrigação reconhecida foi efetivamente cumprida (id nº. 26698769), a extinção do feito é a medida que se impõe. Via de consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, nos termos do artigo 526, §3º c/c 924, II do CPC.
Expeça-se alvará em favor do reclamante, conforme requerido, intimando-o a comprovar o levantamento no prazo de 05 dias.
Sem custas, indevidos honorários.
Com o trânsito em julgado, arquive-se.
P. R. I. Cumpra-se, servindo a presente como mandado.
Vilhena, 1 de maio de 2019.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1º Juizado Especial Civel
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7001966-81.2019.8.22.0014
Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: ARMAZEM DO PESCADOR LTDA - ME, AVENIDA PRESIDENTE NASSER 1146 JARDIM OLIVEIRAS - 76980-678 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: WILSON LUIZ NEGRI OAB nº RO3757, LUCIANE BRANDALISE OAB nº RO6073, KELLY CRISTINA SANTOS RIPKE LEANDRO OAB nº RO7458
EXECUTADO: JOSE CARLOS DA COSTA MEDRADO, AVENIDA SANTOS DUMONT 1669 SÃO JOSÉ - 76980-312 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
DESPACHO
Vistos.
Acolho emenda a inicial, proceda-se a adequação ao valor da causa para expedição da citação.
Cite-se para pagamento no prazo de 3 dias, ou para, querendo, embargar no prazo de 15 dias ou até a audiência de conciliação.
Expeça-se mandado de penhora.
Designe a Serventia, se for o caso, audiência de tentativa de conciliação, redesignando-se eventual data muito próxima.
A parte autora, quando da audiência de conciliação, deverá trazer os originais dos títulos que instruem a inicial.
Esclareça-se ao executado que no prazo para oposição de embargos, reconhecendo o crédito da (o) exequente, poderá, mediante o depósito de 30% (trinta por cento) do valor da execução e requerer o parcelamento do restante do débito remanescente em até 06 (seis) parcelas mensais, que serão acrescidas de correção monetária e juros 1% ao mês.
Intime-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO.
Vilhena, 1 de maio de 2019.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1º Juizado Especial Civel
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7001163-98.2019.8.22.0014
Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: WELIVAN RODRIGUES DE OLIVEIRA BOTELHO, RUA JOSÉ CARLOS ALVES 2737 CRISTO REI - 76983-392 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: EDRIANE FRANCINE DALLA VECCHIA HAMMERSCHMIDT OAB nº RO7029
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL SA, RUA NELSON TREMEIA 179 CENTRO (S-01) - 76980-164 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: RAFAEL SGANZERLA DURAND OAB nº MT12208A
Despacho
Vistos.

Compulsando os autos, constatei que a petição juntada no id 26538126 não se trata de uma "segunda" contestação juntada aos autos, mas sim de petição de juntada de contratos ditos celebrados com o reclamado, os quais foram objeto da inscrição nos sistemas consumeristas, sob discussão.
Segundo a inicial, o reclamante nega a celebração de contrato com o reclamado, a despeito dos contratos juntados pelo reclamado, pelo que deverão as partes esclarecer se pretendem a produção de outras provas, além das já acostadas aos autos, especificando-as e justificando a sua necessidade, no prazo de 05 dias.
Intimem-se, servindo o presente como mandado/intimação.
Cumpra-se.
Vilhena, 1 de maio de 2019.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1º Juizado Especial Civel
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7004415-46.2018.8.22.0014
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: POP MODAS COMERCIO DE CONFECCOES EIRELI - EPP, AVENIDA MAJOR AMARANTE 3358 CENTRO (S-01) - 76980-091 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: EDUARDA DA SILVA ALMEIDA OAB nº RO1581
EXECUTADO: LILIANE NUNES DE MIRANDA, RUA GENIVAL NUNES DA COSTA 6755, ANTIGA RUA 628 SÃO PAULO - 76987-328 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
SENTENÇA
Vistos etc.
Dispensado o relatório nos termos do art. 38 da LJE.
Decido.
O presente processo deve ser extinto, e assim o declaro com fundamento no artigo 53, §4º, da LJE, eis que o(a)(s) reclamado(a)(s) não possui outros bens para a satisfação do credor.
Em casos como tais a lei permite a extinção do feito de imediato, evitando-se sua eternização, com prejuízo às partes e à própria justiça.
Assim, diante do exposto, DECLARO EXTINTO O PROCESSO sem julgamento de seu mérito nos termos do artigo 53, §4º, da LJE, podendo a parte reclamante promover o desarquivamento e prosseguimento do feito, se localizados bens da parte devedora.
Registro que não há prejuízo efetivo para a parte, posto que poderá o feito ser movimentado livremente caso encontrado bens.
Expeça-se certidão de dívida judicial relativamente ao saldo credor, conforme requerido.
Arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se, servindo cópia como mandado.
Vilhena, 1 de maio de 2019
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1º Juizado Especial Civel
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7001055-40.2017.8.22.0014
Cumprimento de sentença
EXEQUENTES: JANDIRA DE FATIMA BERNARDO DA SILVA, RUA 1515 2304, TELEFONE 69-9-9262-9051 CRISTO REI - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
FRANCISCO DOS SANTOS FEITOSA, RUA 1515 2304, TELEFONE 69-9-8476-6427 CRISTO REI - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
EXECUTADO: GENECI SALETE PIRES BUENO - ME, AVENIDA RONDONIA 3705, BUENO TUR 9907-6543/8484-5029/33229504 SETOR 19 - 76980-702 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: MARCIO HENRIQUE DA SILVA MEZZOMO OAB nº RO5836, JEVERSON LEANDRO COSTA OAB nº RO3134
DESPACHO
Vistos.
Tratam os autos de cumprimento de sentença.
Requerida a penhora de créditos junto ao Município, o executado requereu a designação de audiência de tentativa de conciliação.
DEFIRO pedido de designação de audiência de tentativa de conciliação. Expeça-se o necessário para realização do ato.
Desde já defiro pedido de expedição de ofício para o Município de Vilhena visando penhora de haveres da parte executada em favor da exequente, independentemente de nova conclusão dos autos.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO.
Vilhena, 1 de maio de 2019.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1º Juizado Especial Civel
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7001723-74.2018.8.22.0014
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: TELMA DO SOCORRO FARIAS BALIEIRO, RUA MANOEL REGIS RODRIGUES 411, QUDRA 004 S-56 - 76986-646 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: EDNA APARECIDA CAMPOIO OAB nº RO3132
EXECUTADO: PATRICIA BRUNA DA SILVA MESQUITA, AVENIDA BRIGADEIRO EDUARDO GOMES 1033 JARDIM ELDORADO - 76987-169 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
SENTENÇA
Vistos etc.
Dispensado o relatório nos termos do art. 38 da LJE.
Decido.
O presente processo deve ser extinto, e assim o declaro com fundamento no artigo 53, §4º, da LJE, eis que o(a)(s) reclamado(a)(s) não possui outros bens para a satisfação do credor.
Em casos como tais a lei permite a extinção do feito de imediato, evitando-se sua eternização, com prejuízo às partes e à própria justiça.
Assim, diante do exposto, DECLARO EXTINTO O PROCESSO sem julgamento de seu mérito nos termos do artigo 53, §4º, da LJE, podendo a parte reclamante promover o desarquivamento e prosseguimento do feito, se localizados bens da parte devedora.
Registro que não há prejuízo efetivo para a parte, posto que poderá o feito ser movimentado livremente caso encontrado bens.
Expeça-se certidão de dívida judicial relativamente ao saldo credor, conforme requerido.
Arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se, servindo cópia como mandado.
Vilhena, 1 de maio de 2019
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1º Juizado Especial Civel
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7006447-92.2016.8.22.0014
Nota Promissória

EXEQUENTE: POP MODAS COMERCIO DE CONFECCOES EIRELI - EPP CNPJ nº 05.034.100/0001-52, AVENIDA MAJOR AMARANTE 3358, LOJAS UMUARAMA CENTRO (S-01) - 76980-090 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: EDUARDA DA SILVA ALMEIDA OAB nº RO1581, MARIO VITOR VENANCIO MACHADO OAB nº RO7463
EXECUTADO: GISELE DOS SANTOS GALDINO, AVENIDA BRASIL 1134 e 1064, (ESQUINA COM A RUA 57) JARDIM ELDORADO - 76987-088 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
SENTENÇA
Vistos etc.
Dispensado o relatório nos termos do artigo 38, caput da Lei 9099/95.
HOMOLOGO, para que produza os jurídicos e legais efeitos o acordo de vontade das partes constante nos autos ID. 26684278 . e, JULGO EXTINTO O PROCESSO, com fundamento no artigo 924, inciso III, do Código de Processo Civil.
Libere-se eventual restrição.
Sem custas e honorários.
Homologo desistência do prazo recursal.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
Arquive-se.
Vilhena, 1 de maio de 2019.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

7002305-11.2017.8.22.0014
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: TERESINHA INES FERRI, RUA K 6040, QUADRA 73 BNH - 76987-250 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: EDNA APARECIDA CAMPOIO OAB nº RO3132
EXECUTADO: KLERIA NAIR GOUVEA, AVENIDA ERIVALDO VENCESLAU DA SILVA 2585, (RUA 710) BODANESE - 76981-090 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
SENTENÇA
Vistos etc.
Dispensado o relatório nos termos do art. 38 da LJE.
Decido.
INDEFIRO nova busca de endereço do executado.
O presente processo deve ser extinto, e assim o declaro com fundamento no artigo 53, §4º, da LJE, eis que o(a)(s) reclamado(a)(s) encontra(m)-se em local incerto e não sabido, posto que não encontrado.
Em casos como tais a lei permite a extinção do feito de imediato, evitando-se sua eternização, com prejuízo às partes e à própria justiça, posto que incabível a citação via editalícia, salvo em caso de execução e se existentes bens para penhora, o que não é o caso.
Assim, diante do exposto, DECLARO EXTINTO O PROCESSO sem julgamento de seu mérito nos termos do artigo 53, §4º, da LJE, podendo a parte reclamante promover o desarquivamento no sistema PJe se localizado o reclamado ou bens de sua propriedade.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se, SERVINDO CÓPIA COMO MANDADO.
Vilhena, 1 de maio de 2019.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1º Juizado Especial Civel
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7000910-81.2017.8.22.0014
Procedimento Comum
AUTOR: RONALDO CRISPIM, RUA ERMÍNIO MACHADO 203 CORDEIROS - 88310-090 - ITAJAÍ - SANTA CATARINA
ADVOGADO DO AUTOR: JOSUE ALVES RODRIGUES DOS SANTOS OAB nº RO8402, RENILDA OLIVEIRA FERREIRA OAB nº RO7559
RÉU: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN-RO, RUA DOUTOR JOSÉ ADELINO 4477, - DE 4411/4412 AO FIM COSTA E SILVA - 76803-592 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA AUTÁRQUICA DO DETRAN/RO
DESPACHO
Vistos.
Mantenho a audiência designada, todavia, dispenso a presença pessoal do reclamante eis que já foi ouvido através de carta precatória bem como reside em outra cidade e comarca.
Intimem-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO.
Vilhena, 1 de maio de 2019.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1º Juizado Especial Civel
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7006462-90.2018.8.22.0014
Procedimento Comum
AUTOR: MARIA LUCIA LACERDA MACHADO, RUA OITOCENTOS E TRINTA E SEIS 1913 ALTO ALEGRE - 76985-372 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ELENICE APARECIDA DOS SANTOS OAB nº RO2644
RÉU: MUNICIPIO DE VILHENA, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE VILHENA
SENTENÇA
VISTOS ETC.
DISPENSADO O RELATÓRIO NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE.
DECIDO.
Da preliminar de impossibilidade jurídica.
Alega o requerido tanto a inadequação do pedido quanto a sua impossibilidade uma vez que a via eleita pelo requerente é inadequada pelo fato de que consta débito fiscal em nome da parte reclamante, sendo o correto o manejo de ação de nulidade de lançamento.
Pois bem. Em que pese assistir razão aos argumentos doutrinários da parte requerida, certo é que o Colendo Superior Tribunal de Justiça já se manifestou em casos como estes no sentido de que não se deve extinguir o feito sem resolução do mérito exclusivamente com base na nomenclatura da ação ordinária como “ação declaratória”. Neste sentido:
STJ-228761) PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO. CRÉDITO FISCAL CONSTITUÍDO AINDA NÃO EXECUTADO. AÇÃO DENOMINADA DE DECLARATÓRIA, MAS COM CONTEÚDO ANULATÓRIO. NATUREZA DA AÇÃO. IRRELEVÂNCIA DA NOMINAÇÃO DADA PELO AUTOR. 1. O pedido inicial formulado na ação ordinária, ajuizada antes da propositura do executivo fiscal, que objetiva a declaração de ilegalidade da inscrição da dívida no rol da Dívida Ativa do Distrito Federal e o conseqüente reconhecimento da inexistência do débito fiscal referente a IPTU, ostenta conteúdo constitutivo negativo de lançamento tributário supostamente eivado de ilegalidade, revestindo a demanda de natureza anulatória, malgrado o nomen iuris atribuído pelos autores (Precedentes do STJ: EDcl no REsp 894.545/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, julgado em 17.05.2007, DJ 31.05.2007; AgRg nos EREsp 509.300/SC, Rel. Ministro Jorge Scartezzini, Segunda Seção, julgado em 08.02.2006, DJ 22.02.2006; REsp 392.599/CE, Rel. Ministro Fernando Gonçalves,

Quarta Turma, julgado em 06.04.2004, DJ 10.05.2004; e REsp 100.766/SP, Rel. Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, Quarta Turma, julgado em 15.06.1999, DJ 16.08.1999). 2. É cediço que, em sede tributária, faz-se mister distinguir a ação declaratória negativa da ação anulatória de débito fiscal, porquanto seus efeitos são diversos. Esta última tem como objetivo precípuo a anulação total ou parcial de um crédito tributário definitivamente constituído, sendo este, portanto seu pressuposto. Sua eficácia é, desse modo, constitutiva negativa. 3. "Como afirma Carreira Alvim, a "distinção que se há de fazer entre ação anulatória e declaratória é que a anulatória pressupõe um lançamento, que se pretende desconstituir ou anular; a declaratória não o pressupõe. Através desta pretende-se declarar uma relação jurídica como inexistente, pura e simplesmente" (Cleide Previtalli Cais, in O Processo Tributário, Ed. Revista dos Tribunais, 4ª ed., págs. 495/496). 4. Destarte, à luz dos princípios da mihi factum, dabo tibi ius e iura novit curia, não se revela escorreito encerrar o feito sem "resolução" do mérito, tão-somente pelo fundamento de que, nomeada a ação ordinária de declaratória, faleceria aos autores o necessário interesse de agir, máxime na hipótese em que ainda não ajuizado o executivo fiscal pertinente. 5. Recurso especial desprovido. (Recurso Especial nº 862230/DF (2006/0139761-9), 1ª Turma do STJ, Rel. Luiz Fux. j. 05.08.2008, unânime, DJe 11.09.2008)

Assim sendo, seguindo a linha de raciocínio exposta no julgado acima, afasto as preliminares arguidas pelo requerido, posto que o pedido como apresentado, permite ampla defesa e encontra guarida no ordenamento jurídico pátrio.

Do mérito

Cuida-se de ação declaratória de inexistência de débito fiscal, em virtude da ocorrência de defeitos na constituição do crédito tributário que determinou a instituição e cobrança da contribuição de melhoria.

A pretensão inaugural merece procedência.

Segundo relata a prefacial, o requerido realizou serviços de terraplanagem e pavimentação asfáltica no setor em que o requerente possui imóvel, sendo que o custo global da obra foi utilizado para o cálculo da contribuição de melhoria. Alega o reclamante que o edital de cobrança do tributo não atente aos requisitos estatuídos no Código Tributário Nacional e, mesmo assim, o réu começou a emitir os boletos para pagamento do tributo sem a observância das prescrições legais.

Da análise do caso vertente, descortina-se que a municipalidade, de fato, desatendeu aos requisitos estatuídos no art. 82 do Código Tributário Nacional, a respeito da instituição e cobrança da contribuição de melhoria.

A priori, verifica-se que o ente público municipal não editou lei específica para instituir a cobrança da contribuição de melhoria no caso em tela, em flagrante ofensa ao princípio constitucional da legalidade (art. 150, inciso I, da CF/88).

Consta dos autos que a reclamada emitiu notificação para pagamento da contribuição de melhoria combatida; entretanto, esta espécie não possui o condão de substituir a lei específica e individualizadora da contribuição de melhoria aludida no art. 82 do CTN, de sorte que, a cobrança efetivada nessas condições, mostra-se manifestamente ilegal.

Aliás, nesse sentido o Superior Tribunal de Justiça já exarou decisão, cuja ementa do julgado restou assim vazada, senão vejamos:

STJ-317679) PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA. LEI ESPECÍFICA PARA CADA OBRA. NECESSIDADE. SÚMULA 83/STJ. DECISÃO AGRAVADA NÃO ATACADA. SÚMULA 182/STJ. 1. A parte limitou-se a repetir, literalmente, as razões lançadas no recurso obstado, deixando de atacar os fundamentos da decisão agravada. Incidência da Súmula 182 do STJ. 2. Ademais, "A contribuição de melhoria é tributo cujo fato imponível decorre da valorização imobiliária que se segue a uma obra pública, ressoando inequívoca a necessidade de sua instituição por lei específica, emanada do Poder Público construtor, obra por obra, nos termos do art. 150, I, da CF/88 c/c art. 82 do CTN, uma vez que a legalidade estrita é incompatível com qualquer cláusula genérica de tributação." (REsp 927.846/RS, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 03.08.2010, DJe 20.08.2010). Incidência da Súmula 83/STJ. Agravo regimental improvido. (AgRg no Agravo de Instrumento nº 1403536/RS (2011/0078435-6), 2ª Turma do STJ, Rel. Humberto Martins. j. 22.11.2011, unânime, DJe 25.11.2011).

Em seguida, infere-se dos autos que a administração pública desatendeu, de igual forma, o previsto no art. 9º do Decreto-Lei nº 195/67, que prescreve o seguinte sobre a cobrança da contribuição de melhoria: "Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da contribuição de melhoria, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos".

Ao que consta, o Município réu não trouxe aos autos provas cabais demonstrando que o valor cobrado dos requerentes observou o limite individual, qual seja, a efetiva valorização do imóvel. Desta forma, competia ao Município ter tomado tal providência anteriormente, dando efetiva publicidade ao ato.

Pelo que dos autos consta, antes de proceder o lançamento do tributo em questão, o Município publicou, por intermédio de editais o respectivo demonstrativo dos custos da obra efetivada. No entanto, nota-se que a publicação limitou-se ao custo da obra, nada mencionando acerca da valorização percebida nos imóveis, mediante critérios específicos que abrangessem a totalidade de imóveis beneficiados, direta ou indiretamente.

É indubitável que essa omissão implica no reconhecimento de que os lançamentos realizados em desfavor do autor são eivados de nulidade, justificando, dessa forma, a inexigibilidade do tributo.

A inexistência de dados acerca da valorização do imóvel impossibilita a aferição do cálculo exigido para a cobrança do tributo. A valorização individual do imóvel de cada beneficiado, direta e indiretamente pela obra pública, é elemento limitador do tributo em comento.

É cediço que a base de cálculo da contribuição de melhoria é a valorização imobiliária. Portanto além de termos o limite total, qual seja, o valor da obra, ainda temos como limite individual o acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Tanto omitiu-se nesse dever que a planilha da alegada valorização é datada de março de 2015 e é constituída do valor da metragem relativa a cada lote considerando o custo da obra, enquanto que a comissão instituída para aferição dos valores de valorização somente apresentou seus resultados em novembro de 2016, portanto mais de ano da publicação referida.

Logo, não se obtendo o valor específico do acréscimo individual decorrente da real valorização que da obra acarretou no imóvel dos autores, não há como se ter escorreito o valor cobrado pela municipalidade, a título de contribuição de melhoria.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL. DEPÓSITO PRÉVIO. DESNECESSIDADE. CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA. FATO GERADOR. PAVIMENTAÇÃO DO ASFALTO. VALORIZAÇÃO DO IMÓVEL. AFERIÇÃO POR RACIOCÍNIO LÓGICO. IMPOSSIBILIDADE. 1. A Ação Anulatória de Débito Fiscal não está condicionada ao depósito prévio de que trata o art. 38 da Lei 6.830/1990. Precedentes do STJ. 2. A contribuição de melhoria pressupõe a valorização do imóvel, devidamente apurada e demonstrada pelo Fisco. A singela alegação de que a pavimentação asfáltica necessariamente acarretou ganho em favor do proprietário é insuficiente para viabilizar a imposição tributária, mesmo porque se faz necessária a identificação do quantum. 3. Hipótese em que o Tribunal a quo consignou a ausência de comprovação da valorização do imóvel. 4. Agravo regimental não provido" (Agr.Rg. Nos Edcl no Ag. 1107172/PR, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma do STJ, data julg. 03/09/2009, data pub. 11/09/2009).

E, ainda:

STJ-289849) PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA. BASE DE CÁLCULO. VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA. INDIVIDUALIZAÇÃO. ARTIGOS 81 E 82 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. 1. Recurso especial no qual se discute a valorização imobiliária do imóvel na base de cálculo de contribuição de melhoria instituída pelo Município de Laranjeiras do Sul. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná consignou que o município rateou o custo total da obra entre os proprietários dos imóveis que ficavam às margens das ruas asfaltadas, sem prever no edital o limite individual do benefício trazido ao imóvel de cada contribuinte. 2. É pacífico no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que a valorização individualizada do imóvel do contribuinte é fator delimitador da base de cálculo da contribuição de melhoria, não sendo permitido tão somente o rateio do custo da obra entre aqueles que residem na área em que foi realizada a obra pública. Precedentes: AgRg no REsp 1.079.924/RS, Rel. Ministro Francisco Falcão, Primeira Turma, DJe 12.11.2008; REsp 671.560/RS, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJ 11.06.2007; REsp 615.495/RS, Rel. Ministro José Delgado, Primeira Turma, DJ 17.05.2004; REsp 362.788/RS, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJ 05.08.2002. 3. O art. 81 do Código Tributário Nacional dispõe que "a contribuição de melhoria [...] é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado". Enquanto que o art. 82, § 1º, do CTN estabelece que "a contribuição relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra [...] pelos imóveis situados na zona beneficiada em função dos respectivos fatores individuais de valorização". 4. No caso, como o Tribunal de origem consignou que não houve o cálculo individualizado do benefício trazido ao imóvel de cada um dos contribuintes localizados na área abrangida pela respectiva obra pública, forçoso reconhecer, então, que o acórdão recorrido viola os artigos 81 e 82 do CTN. 5. Recurso especial provido para restabelecer a sentença de 1º Grau; prejudicadas as demais questões. (Recurso Especial nº 147094/PR (1997/0062530-3), 1ª Turma do STJ, Rel. Benedito Gonçalves. j. 15.02.2011, unânime, DJe 21.03.2011).

É inquestionável que a obra em testilha valorizou os imóveis da requerente, porém se faz necessário apontar essa exata valorização, do contrário, tudo que emergir daí não passa de mera estimativa que ofende aos preceitos legais, máxime quando estamos diante de uma relação tributária desigual, que acarreta sacrifício patrimonial forçado daqueles contribuintes que obtiveram valorização imobiliária.

Desta forma, ao se concluir pela ilegalidade do procedimento adotado pela municipalidade, quanto a cobrança da contribuição de melhoria, que se afigurou manifestamente ilegítima, o lançamento efetuado encontra-se eivado de vício.

É de se dar procedência, pois, ao pedido inicial e declarar nulo o lançamento tributário da forma como ocorreu.

Ante o exposto, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por MARIA LUCIA LACERDA MACHADO contra o MUNICÍPIO DE VILHENA/RO e, por consequência, DECLARO a nulidade do débito fiscal decorrente da contribuição de melhoria lançada em desfavor do reclamante, RELATADA NOS AUTOS, pelos fatos e fundamentos jurídicos acima esposados.

Sem custas e honorários.

Sentença não sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório, por força do art. 11 da Lei nº. 12.153/2009. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

SERVE A PRESNETE COMO MANDADO.

Vilhena, 1 de maio de 2019.

(a) Gilberto José Giannasi

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1º Juizado Especial Civel
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7006785-95.2018.8.22.0014
Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: NOE COSTA ALVES, RUA SEISCENTOS E SEIS 6597 JARDIM ARAUCÁRIA - 76987-468 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: KLEBER WAGNER BARROS DE OLIVEIRA OAB nº RO6127, EBER ANTONIO DAVILA PANDURO OAB nº RO5828, PAULO APARECIDO DA SILVA OAB nº RO8202, TATIANE LIS DAVILA OAB nº RO9169
REQUERIDO: MARCELO SANTOS RODAS, RUA E 49 JARDIM GUANABARA - 27336-090 - BARRA MANSA - RIO DE JANEIRO
ADVOGADO DO REQUERIDO: IGOR VASCONCELOS DE MORAES OAB nº RJ198326, WAGNER DE OLIVEIRA FELIZ OLAVO OAB nº RJ200801
DESPACHO
Vistos.
Retifique-se a classe para cumprimento de sentença.
Intime-se a executada para pagamento do valor liquidado, no prazo de 15 dias, sob pena de ser acrescido multa de 10%, nos termos do artigo 523, §1º do Código de Processo Civil, ou para, querendo, opor impugnação no prazo de 15 dias.
Ocorrido o pagamento por meio depósito judicial, expeça-se alvará para levantamento dos valores em favor do exequente, intimando-o a comprovar o levantamento no prazo de 05 dias.
Se inerte, expeça-se mandado de penhora, avaliação e depósito, nos termos do Art. 523, § 3º do CPC. Se a diligência for negativa, atualizem-se os cálculos e voltem conclusos para penhora online.
OFICIE-SE ao DETRAN informando a venda do veículo Modelo/Marca FIAT/PALIO WEEKEND, Ano 1997, Placa NBK-1454, Renavam 137561571, para o reclamado MARCELO SANTOS RODAS, com contrato celebrado em 30/11/2007.
Cumpra-se.
Serve o presente despacho como mandado/intimação e ofício ao órgão de trânsito.
Vilhena 1 de maio de 2019
Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1º Juizado Especial Civel
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7001959-26.2018.8.22.0014
Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: NELSON LINARES, RUA PRINCESA ISABEL 790, CASA CENTRO (S-01) - 76980-136 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: SERGIO CRISTIANO CORREA OAB nº RO3492
REQUERIDOS: DIRCEIA LAURECI MARTINS, AVENIDA MARECHAL RONDON 3698, APARTAMENTO 02 EM CIMA DA CASA DAS TINTAS CENTRO (S-01) - 76980-080 - VILHENA - RONDÔNIA
VILSON DIAS DA SILVA, AVENIDA MARECHAL RONDON 3698, APARTAMENTO 02 EM CIMA DA CASA DAS TINTAS CENTRO (S-01) - 76980-080 - VILHENA - RONDÔNIA
GILCILENE COSTA SOUZA, AVENIDA CELSO MAZUTTI 4545, EM CIMA DO PREDIO DA BAND JARDIM AMÉRICA - 76980-751 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS:
DESPACHO
Vistos.
Existem fatos que devem ser objeto de prova. Designo, pois, audiência de instrução e julgamento para o dia 30/09/2019, às 10horas.
Testemunhas independentemente de arrolamento e intimação, salvo se requerido assim com antecedência de 15 dias, observando-se aquelas já indicadas nos autos.

Proceda a Serventia como de praxe para as necessárias intimações.
Intimem-se.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO
Vilhena, 1 de maio de 2019.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1º Juizado Especial Civel
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7010069-82.2016.8.22.0014
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: DIRCEU NICOLODI, RUA PRINCESA ISABEL 964, CASA CENTRO - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES OAB nº RO301B
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA, AC ESPLANADA DAS SECRETARIAS 2986, COMPLEXO A PEDRINHAS - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
INTIME-SE o executado para querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar impugnação aos cálculos apresentados pela exequente, nos termos do art. 535, do CPC.
Havendo impugnação, INTIME-SE a parte exequente para manifestar-se em 10 dias.
Decorrido o prazo sem apresentação de impugnação, certifique-se e requisite-se o pagamento através de PRECATÓRIO.
Após, aguarde-se o transcurso de prazo de 60 dias e, não havendo qualquer manifestação, intime-se o exequente a informar se houve o efetivo adimplemento da requisição.
Cumpra-se.
Vilhena, 1 de maio de 2019.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1º Juizado Especial Civel
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7003206-42.2018.8.22.0014
Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
EXEQUENTE: AMELIA DE JESUS VEIGA, AVENIDA SETE DE SETEMBRO 2382 CENTRO (S-01) - 76980-202 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RAFAELA GEICIANI MESSIAS OAB nº RO4656
EXECUTADO: MUNICIPIO DE VILHENA
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE VILHENA
Despacho
Vistos.
Considerando a anuência das partes com os cálculos da contadoria, HOMOLOGO OS CÁLCULOS anexados no ID: 25577445 e, consequentemente determino a expedição de PRECATÓRIO com a observância da reserva do valor pertinente aos honorários contratuais, tudo consoante as determinações constantes na Resolução nº. 006/2017-TJ/RO.
Após, nada mais sendo requerido, arquivem-se os autos.
Intimem-se.
Cumpra-se, servindo a presente como mandado.
Vilhena/RO, 01 de maio de 2019.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1º Juizado Especial Civel
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7005512-18.2017.8.22.0014
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: POP MODAS COMERCIO DE CONFECCOES EIRELI - EPP, AVENIDA MAJOR AMARANTE 3358, LOJAS UMUARAMA CENTRO (S-01) - 76980-090 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: EDUARDA DA SILVA ALMEIDA OAB nº RO1581
EXECUTADO: UELITON LOPES REGO, RUA NOVECENTOS E CINCO 2057, SETOR 09 BOA ESPERANÇA - 76985-448 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
SENTENÇA
Vistos etc.
Dispensado o relatório nos termos do art. 38 da LJE.
Decido.
O presente processo deve ser extinto, e assim o declaro com fundamento no artigo 53, §4º, da LJE, eis que o(a)(s) reclamado(a)(s) não possui outros bens para a satisfação do credor.
Em casos como tais a lei permite a extinção do feito de imediato, evitando-se sua eternização, com prejuízo às partes e à própria justiça.
Assim, diante do exposto, DECLARO EXTINTO O PROCESSO sem julgamento de seu mérito nos termos do artigo 53, §4º, da LJE, podendo a parte reclamante promover o desarquivamento e prosseguimento do feito, se localizados bens da parte devedora.
Registro que não há prejuízo efetivo para a parte, posto que poderá o feito ser movimentado livremente caso encontrado bens.
Expeça-se certidão de dívida judicial relativamente ao saldo credor, conforme requerido.
Arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se, servindo cópia como mandado.
Vilhena, 1 de maio de 2019
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1º Juizado Especial Civel
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7001675-81.2019.8.22.0014
Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: POP MODAS COMERCIO DE CONFECCOES EIRELI - EPP, AVENIDA MAJOR AMARANTE 3358 CENTRO (S-01) - 76980-091 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: EDUARDA DA SILVA ALMEIDA OAB nº RO1581
RÉU: VALERIA NERES ALVES, AVENIDA LIRIO DO VALE 2.452 RESIDENCIAL MORIÁ - 76983-160 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU:
SENTENÇA
Vistos etc.
Dispensado o relatório nos termos do art. 38, caput, da Lei n. 9099/95.
Decido.
Acolho o pedido do ID n. 26690460 como de desistência.
Assim, HOMOLOGO, por sentença, para que produza os jurídicos e legais efeitos o pedido de desistência manifestado pela parte reclamante declarando extinto o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VIII, do CPC.
Proceda-se o necessário para cancelamento da audiência designada nos autos.
Arquive-se.
Sem custas. Sem honorários.
P.R.I.C.
Serve a presente como mandado.
Vilhena, 1 de maio de 2019.
(a) GILBERTO J GIANNASI
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1º Juizado Especial Civel
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7000298-46.2017.8.22.0014
Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material
EXEQUENTE: IDELI SOUZA COSTA, RUA SERGIPE 1686, TELEFONE 69-9-8417-6365 PQ NOVO TEMPO (SETOR 19) - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
EXECUTADO: UNIVERSO ONLINE S/A, AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA 1384, 6 ANDAR JARDIM PAULISTANO - 01452-002 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSELY CRISTINA MARQUES CRUZ OAB nº AP3122
SENTENÇA
Vistos, etc.
Dispensado o relatório nos termos do art. 38, caput, da Lei nº. 9.099/95.
Decido.
Diante da confirmação de que a obrigação reconhecida foi efetivamente cumprida (id nº. 26540499), a extinção do feito é a medida que se impõe. Via de consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, nos termos do artigo 526, §3º c/c 924, II do CPC.
Expeça-se alvará em favor do reclamante, conforme requerido, intimando-o a comprovar o levantamento no prazo de 05 dias.
Decorrido o prazo sem comprovação do pagamento das custas, proceda a serventia a expedição da certidão de débito, para fins de efetivar protesto. Após, decorrido prazo sem o pagamento e com o protesto do título, expeça-se o necessário para inclusão em Dívida Ativa.
Com o trânsito em julgado, arquive-se.
P. R. I. Cumpra-se, servindo a presente como mandado.
Vilhena, 1 de maio de 2019.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1º Juizado Especial Civel
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7002361-73.2019.8.22.0014
Procedimento Comum
AUTOR: FELIPE QUINTINO ESPINDULA RIBEIRO, AVENIDA MAJOR AMARANTE 2352 CENTRO (S-01) - 76980-232 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: RUTH BARBOSA BALCON OAB nº RO3454
RÉUS: ESTADO DE RONDÔNIA, SEM ENDEREÇO
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN-RO, SEM ENDEREÇO
ADVOGADOS DOS RÉUS: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA AUTÁRQUICA DO DETRAN/RO
DECISÃO
Vistos.
Recebo os autos face a competência absoluta.
Aduz o reclamante que abordado em Blitz da Lei seca, por não ter ingerido bebida alcoólica recusou submeter-se ao etilômetro, embora tenha solicitado exame clínico, o que lhe foi negado. Junta laudo de constatação realizado por perito.
Requer a concessão de tutela de urgência para que o reclamado suspenda a exigibilidade do auto de infração lavrado em seu desfavor.
A antecipação dos efeitos da tutela serve para adiantar, no todo ou em parte, os efeitos pretendidos com a sentença a ser proferida no final. Dispõe o art. 300 do CPC: “Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”.
Dito isto, para a concessão da liminar, necessariamente, deve estar presente cumulativamente os requisitos da plausibilidade do direito invocado e do risco de dano irreparável (fumus boni iuris e periculum in mora) e a ausência de qualquer dos requisitos referidos obsta a concessão de medida liminar pretendida, mormente nos casos em que o indeferimento da medida não prejudique o direito da parte se deferida ao final do processo, após a juntada de informações.
Em que pese os argumentos apresentados em sede inicial, não vislumbro que estejam presentes os elementos ensejadores para concessão de medida liminar.
É de ressaltar que a antecipação de tutela pleiteada pelo autor visa afastar os efeitos decorrentes de ato administrativo. Ato este que é dotado de atributos inerentes ao regime jurídico administrativo, dentre eles a presunção de legitimidade e veracidade do ato praticado. Desta forma, em caso de impugnação, cabe ao administrado efetivamente comprovar eventuais vícios que afastem as citadas presunções.
No presente procedimento, pelo menos em sede de cognição sumária, não é possível que o simples relato de arbitrariedade no momento da autuação, desacompanho de qualquer outra prova, mostre-se suficiente para conceder a antecipação pleiteada.
Neste sentido:
JECCDF-0024599) JUIZADOS ESPECIAIS FAZENDÁRIO. DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. MULTA. SUSPENSÃO DO DIREITO DE DIRIGIR. AUSÊNCIA DE VEROSSIMILHANÇA. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA MANTIDA. 1. Em conformidade com o disposto no art. 273 do Código de Processo civil, para a concessão da tutela antecipada pretendida pelo Agravante, há que se ter prova inequívoca capaz de convencer o magistrado da verossimilhança da alegação, além de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação ao requerente. 2. O ato administrativo goza de presunção de legitimidade e de legalidade que somente pode ser afastada na fase inicial do processo com a demonstração inequívoca de sua ilegalidade, sem o que deve ser respeitado o regular transcurso da ação de conhecimento, quando então será possível discutir a qualidade do direito vindicado a partir de ampla dilação probatória. 3. Agravo de instrumento conhecido e improvido. Acórdão lavrado nos termos do artigo 46, da Lei nº 9.099/95, por aplicação subsidiária prevista no artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. (Processo nº 2013.00.2.005061-5 (672202), 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais/DF, Rel. Giselle Rocha Raposo. unânime, DJe 26.04.2013).
Assim, é imprescindível a instauração do contraditório com a necessária dilação probatória.
Pelo exposto, INDEFIRO, por ora, o pedido de antecipação de tutela.
Caso sobrevenha fatos supervenientes em que se faz necessária a concessão, poderá o reclamante formular novo pedido.
Outrossim, considerando ofício arquivado neste Juizado de que os procuradores do DETRAN não são autorizados a realizarem transações, cancele-se eventual audiência de conciliação designada pelo sistema do PJE.
Assim, considerando as advertências do procedimento da Lei n. 12.153/2009, CITE-SE a parte requerida, bem como INTIME-A, por seu representante, para que, no prazo 15 (quinze) dias, apresente toda a defesa e eventual documentação de que disponha para esclarecimento dos fatos, especificando as provas que pretende produzir, inclusive qualificando eventuais testemunhas arroladas, justificando necessidade e pertinência, sob pena de preclusão ou indeferimento.
Com a apresentação de resposta, intime-se a parte autora para apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, sua impugnação, indicando provas que pretenda produzir e justificando sua necessidade e pertinência, inclusive qualificando eventuais testemunhas arroladas, sob pena de preclusão ou indeferimento.

Cientifique-a que não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas de direito público (art. 7º).
Sirva como mandado ou expeça-se o necessário.
Vilhena, 1 de maio de 2019.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1º Juizado Especial Civel
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7001068-05.2018.8.22.0014
Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: ADENILSON FALCAO DA ROCHA, AVENIDA CARMELITA FERMINA DOS ANJOS 6539, RUA840, SETOR 08 ALTO ALEGRE - 76985-251 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DENNS DEIVY SOUZA GARATE OAB nº RO4396, NAIARA GLEICIELE DA SILVA SOUSA OAB nº RO8388
REQUERIDO: TIM CELULAR S.A., AVENIDA DOS IMIGRANTES 4105, PARTE B INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO OAB nº AM16780
DESPACHO
Vistos.
INDEFIRO pedido de gratuidade processual, eis que o reclamante não trouxe aos autos qualquer prova da sua situação financeira.
Intime-se para proceder o recolhimento do preparo recursal em 48horas, nos termos do artigo 23, §1º da Lei Estadual 3.896/2016, sob pena de deserção.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO.
Vilhena, 1 de maio de 2019.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1º Juizado Especial Civel
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7004830-63.2017.8.22.0014
Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: HEBER DE ANDRADE BARBOSA, RUA ANTÔNIO QUINTINO GOMES 4407 JARDIM AMÉRICA - 76980-750 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LENOIR RUBENS MARCON OAB nº RO146
REQUERIDO: MUNICIPIO DE VILHENA, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE VILHENA
DESPACHO
Vistos.
INDEFIRO pedido de gratuidade processual, eis que o reclamante não trouxe aos autos qualquer prova da sua situação financeira.
Intime-se para proceder o recolhimento do preparo recursal em 48horas, nos termos do artigo 23, §1º da Lei Estadual 3.896/2016, sob pena de deserção.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO.
Vilhena, 1 de maio de 2019.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

7000785-45.2019.8.22.0014
Procedimento Comum
AUTOR: VACCARI AUTOMOVEIS LTDA - EPP, AVENIDA MAJOR AMARANTE 2855, VACCARI CENTRO (S-01) - 76980-235 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DANYELLI VACCARI PAGNONCELLI OAB nº RO9450
RÉU: MARCIEL DE ALMEIDA PEREIRA, RUA AGROVILA RENASCER CHACARA 29 ÁREA RURAL DE VILHENA - 76988-899 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU:
DESPACHO
Vistos.
Em que pese o declínio da competência pelo juízo da 3ª Vara Cível, face a competência absoluta, bem como o avançado estado dos autos, necessário se faz a parte reclamante comprovar a condição de micro empresa.
De fato, os Juizados Especiais da Fazenda Pública possuem competência absoluta nas causas até 60 salários mínimos propostas em face dos Estados, DF, Municípios e suas respectivas autarquias e fundações, entretanto, a condição de micro empresa está relacionada a legitimidade ad causam, ou seja, ao atributo jurídico conferido a alguém para atuar no contraditório e discutir determinada situação jurídica litigiosa.
Assim dispõe o art. 5º da Lei 12.153/09: “Podem ser partes no Juizado Especial da Fazenda Pública: I – como autores, as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas na Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006 “.
Logo, é necessário avaliar a legitimidade da parte, pelo que deve a parte ser intimada a comprovar a qualidade de micro empresa ou EPP.
Intime-se.
Serve a presente como mandado.
Vilhena, 1 de maio de 2019.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1º Juizado Especial Civel
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7000448-95.2015.8.22.0014
Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: OSIEL MACHADO PEREIRA, AVENIDA ROSA DE SARON 1974, CASA JARDIM PRIMAVERA - 76980-702 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REQUERIDOS: OI S.A, AVENIDA LAURO SODRÉ 3290 COSTA E SILVA - 76803-460 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
UNIVERSO ONLINE S/A, AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA 1384, ANDAR 06 JARDIM PAULISTANO - 01451-001 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
TERRA NETWORKS BRASIL S/A, DAS NACOES UNIDAS 12901, ANDAR 36, CONJ 12901 TORRE NORTE VILA CORDEIRO - 04578-000 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: TAIS BORJA GASPARIAN OAB nº GO39319, INAIARA GABRIELA PENHA SANTOS OAB nº RO5594, ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO OAB nº RO635
DECISÃO
Vistos.
Pretende a parte executada interpor recurso inominado em virtude de decisão interlocutória que rejeitou a impugnação por ela interposta.
Ocorre, que incabível o recurso que se pretende. Nesse sentido:
EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PROCESSO CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MANDADO DE SEGURANÇA. CABIMENTO. DECISÃO LIMINAR NOS JUIZADOS ESPECIAIS. LEI N. 9.099/95. ART. 5º, LV DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA AMPLA DEFESA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO. 1. Não cabe mandado de segurança das decisões interlocutórias exaradas em processos submetidos ao rito da Lei n. 9.099/95. 2. A Lei n. 9.099/95 está voltada à promoção de celeridade no processamento e julgamento de

causas cíveis de complexidade menor. Daí ter consagrado a regra da irrecorribilidade das decisões interlocutórias, inarredável. 3. Não cabe, nos casos por ela abrangidos, aplicação subsidiária do Código de Processo Civil, sob a forma do agravo de instrumento, ou o uso do instituto do mandado de segurança. 4. Não há afronta ao princípio constitucional da ampla defesa (art. 5º, LV da CB), vez que decisões interlocutórias podem ser impugnadas quando da interposição de recurso inominado. Recurso extraordinário a que se nega provimento. (RE 576847, Relator(a): Min. EROS GRAU, Tribunal Pleno, julgado em 20/05/2009, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-148 DIVULG 06-08-2009 PUBLIC 07-08-2009 RTJ VOL-00211-01 PP-00558 EMENT VOL-02368-10 PP-02068 LEXSTF v. 31, n. 368, 2009, p. 310-314)

Assim, REJEITO o recurso interposto por ausência de previsão legal.

Intimem-se.

SERVE O PRESENTE COMO MANDADO.

Vilhena, 1 de maio de 2019.

(a) Gilberto José Giannasi

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Vilhena - 1º Juizado Especial Civel

Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7001269-94.2018.8.22.0014

Procedimento do Juizado Especial Cível

REQUERENTES: SERGIO LUIZ ARAUJO, RUA QUINHENTOS E QUARENTA E TRÊS 641, RESIDENCIAL PORTO SEGURO CASA 05 JARDIM AMÉRICA - 76980-716 - VILHENA - RONDÔNIA, MARIA DOS SANTOS NUNES, RUA QUINHENTOS E QUARENTA E TRÊS 641, RESIDENCIAL PORTO SEGURO CASA 05 (9-8452-7868) JARDIM AMÉRICA - 76980-716 - VILHENA - RONDÔNIA, BEATRIZ NUNES ARAUJO SCHREINER, RUA QUINHENTOS E QUARENTA E TRÊS 641, RESIDENCIAL PORTO SEGURO CASA 05 JARDIM AMÉRICA - 76980-716 - VILHENA - RONDÔNIA

ADVOGADOS DOS REQUERENTES: SANTIAGO CARDOSO ALMODOVAR OAB nº RO5912, LISA PEDOT FARIS OAB nº RO5819

REQUERIDO: MUNICIPIO DE VILHENA, SEM ENDEREÇO

ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE VILHENA

SENTENÇA

Vistos etc.

Tratam os autos de ação de indenização por danos materiais e morais ajuizada por SÉRGIO LUIZ ARAÚJO, MARIA DOS SANTOS NUNES e BEATRIZ NUNES ARAÚJO contra o MUNICÍPIO DE VILHENA.

Aduz a inicial que em decorrência de falha na sinalização de trânsito (semáforo), cuja responsabilidade é atribuída ao Município de Vilhena, as requerentes envolveram-se em acidente de trânsito, fato este que teria ensejado a caracterização de danos materiais ao proprietário do veículo, bem como danos morais decorrentes da antecipação do parto da requerente Beatriz.

Citado, o requerido apresentou contestação pugnando, em preliminar, pela extinção do feito em razão da necessidade de realização de prova pericial. No mérito pugna pela improcedência do pedido inaugural. Aduz que, mesmo que restasse comprovado a falha do equipamento de trânsito, isto deveria ser considerado como caso fortuito ou força maior capaz de romper o nexo de causalidade e, consequentemente afastar a responsabilidade do requerido. Impugna ainda as notas fiscais apresentadas, bem como afirma que a antecipação do parto, por si só, não seria causa ensejadora de dano moral a ser indenizado.

Durante a instrução processual foi colhido o depoimento pessoal das requerentes Maria dos Santos Nunes e Beatriz Nunes Araújo e, diante da inexistência de outras provas, foi declarada encerrada a instrução processual.

Apresentadas as alegações finais, vieram os autos conclusos.

É o sucinto relatório, dispensado o mais nos termos do art. 38, caput, da Lei nº. 9.099/95.

Decido.

De início, não vislumbro razão para o acolhimento do pleito de realização de prova pericial, vez que, no que respeita ao alegado defeito no equipamento de trânsito (semáforo), tenho que a análise, através de prova pericial, só seria adequada ao deslinde desta causa se tivesse ocorrido logo após o sinistro com a imediata análise dos fatos ensejadores do evento.

Ademais, é de se consignar que, mesmo que tais providências tivessem sido adotadas no momento oportuno, inexiste certeza de que os profissionais técnicos seriam capazes de atestar ou não a ocorrência da falha no equipamento.

De resto, ainda é se de ressaltar que logo após os fatos, a Polícia Rodoviária compareceu no local e registrou as evidências disponíveis no contexto retratado.

Dadas estas razões, não vislumbro que o deferimento da realização de prova pericial seja capaz de alterar o contexto probatório dos autos. E, na mesma linha de raciocínio, é que também não vislumbro justificativa para a realização de prova pericial sobre a causa da antecipação do parto noticiada.

Ora, os prontuários médicos demonstram que a parte foi atendida logo após o sinistro e, diante do contexto ali vivenciado, a opção médica foi no sentido de antecipar o parto para evitar eventuais complicações. Portanto, não compete a este juízo questionar a conduta médica adotada na ocasião dos fatos, até porque a realização de prova pericial em nada poderá alterar a situação já demonstrada nos autos.

Superada a questão pertinente a realização de prova pericial, passo a análise do mérito propriamente dito.

Pois bem.

De acordo com o quadro produzido nos autos, por mais que o requerido tente refutar a alegação de que o equipamento de trânsito apresentou defeito, as provas carreadas demonstram o contrário.

Nota-se que além das declarações prestadas pelas requerentes, também foi colacionado aos autos o boletim de ocorrência lavrado pela Polícia Rodoviária Federal, o qual consignou que os populares que ali se encontravam afirmaram que os sinaleiros de ambas as avenidas indicavam a luz verde.

À vista disso não há como afastar a alegação dos requerentes no sentido de que a causa do sinistro foi a falha no sistema de sinalização de trânsito.

Ressalto que a presunção de veracidade dos atos administrativos deve ter o mesmo valor, seja nas situações que desfavorece o condutor de veículos, seja naquelas ocasiões em que o ali consignado está a seu favor. Justamente neste último sentido é que se apresenta a situação registrada pelos Policiais Rodoviários.

Ultrapassada a questão pertinentes a causa do sinistro, compete a este Magistrado deliberar sobre a alegação do requerido no sentido de que a falha no equipamento de trânsito caracterizar-se-ia como caso fortuito ou força maior capaz de afastar a sua responsabilidade.

Entretanto, não se pode conceber o fato narrado na inicial como decorrente de caso fortuito ou força maior. As declarações colhidas e as informações constantes no boletim de ocorrência policial demonstraram que não estava chovendo na data dos fatos e, além disso, o próprio requerido aduz que o equipamento não deveria ficar verde para ambas as pistas.

Aduz, ainda, que nestas circunstâncias, o semáforo daria sinal de atenção, amarelo e piscando. Não obstante a tal alegação, de acordo com a prova dos autos, tal fato não ocorreu, restando evidente que houve falha no funcionamento do aparelho.

Certo é que tal falha não pode ser considerada como caso fortuito ou mesmo de força maior, pois, nos autos, não foi apresentado qualquer elemento que levasse este magistrado a acreditar que a falha teria origem em circunstâncias alheia a atuação dos agentes responsáveis pela manutenção do equipamento. Reitere-se, como já registrado, sequer informações acerca de chuvas fortes foram noticiadas nos autos.

Pode-se concluir, pois, que a falha no sinaleiro de trânsito, que ensejou a ocorrência do sinistro, decorreu do descumprimento das obrigações de administração, conservação e manutenção do equipamento de trânsito de responsabilidade do requerido, violando, assim, o dever de garantir aos munícipes o direito a um trânsito seguro.
Por fim, ainda é manifesto o nexo de causalidade entre o acidente ocorrido e a antecipação do parto da requerente Beatriz. Por mais que o nascimento estive previsto para data próxima, inexiste particularidade que possa afastar a sequência dos fatos. Se, em qualquer acidente, é patente o nervosismo vivenciado por pessoa sem qualquer peculiaridade em seu estado de saúde, quanto mais há de existir naquela que está prestes a dar a luz.
Comprovada a ocorrência do dano, do nexo causal e, no caso dos autos, a culpa dos agentes do Estado, evidente o dever de indenizar, seja a sua análise feita nos moldes da responsabilidade objetiva, seja na subjetiva.
Presente o dever de indenizar, resta delimitar quem tem o direito de ser ressarcido pelos danos suportados. Neste ponto específico, a demanda deve ser julgada parcialmente procedente. Explico:
O dano material é devido ao requerente SÉRGIO LUIZ ARAÚJO, vez que proprietário do veículo envolvido no sinistro. Quanto ao valor do referido dano, o requerido aduz a juntada de notas fiscais pertinentes a serviços prestados em data anterior ao sinistro. Todavia, de acordo com o boletim de ocorrência, o acidente se deu em 08/08/2017 e as notas impugnadas foram emitidas em 25/09/2017, ou seja, após o fato narrado na inicial. Desprovida, portanto, a discordância do requerido.
Assim, deverá o Município de Vilhena ressarcir ao requerente Sérgio o valor pleiteado, qual seja, a quantia de R$ 10.727,96 a título de dano material, devidamente corrigida desde a data do evento danoso.
Quanto ao dano moral, o tenho como caracterizado exclusivamente em relação à requerente BEATRIZ NUNES ARAÚJO, pois, de acordo com a fundamentação acima, justamente por encontrar-se grávida e ter sido submetida ao parto cesárea antes da data prevista, sua situação foi de maior gravidade e merece consideração deste juízo para o fim de reconhecer o dano moral suportado.
Caracterizado o dano moral, cabe ao juiz determinar o valor da indenização, segundo seu prudente arbítrio. Analisando a situação do litígio, temos que não há nada nos autos que abrande as condutas lesivas do requerido. Sobre a condição social da requerente Beatriz, inexistem maiores informações. No entanto, tal valor também não se pode mostrar-se inexpressivo em relação a conduta ilícita praticada pelos agentes do Estado.
Assim, sem esquecer a intensidade dos danos suportados por esta requerente, porém por considerar que não houve nenhuma sequela a ela ou mesmo a seu bebê, o valor indenizatório deverá ser estabelecido em termos razoáveis. Desse modo, levando em conta os elementos acima mencionados, penso que a fixação do valor indenizatório no montante de R$ 6.000,00 (seis mil reais) seja razoável.
Por fim, com relação a requerente MARIA DOS SANTOS NUNES, em que pese ser esta a condutora do veículo, não vislumbro razão para o reconhecimento de dano moral, pois apesar de estar envolvida no sinistro, é pacífico o entendimento de que a mera ocorrência de acidente de trânsito, no qual inexistam lesões corporais ou circunstancias diversas que mereçam reprimenda, não há que ser falar no dever de indenizar.
Neste sentido:
JECCMG-000186) INDENIZAÇÃO - ACIDENTE DE TRÂNSITO - DANO MORAL CONFIGURADO. O acidente de trânsito do qual decorrem apenas danos materiais aos veículos envolvidos, constitui mero aborrecimento, pois se trata de situação que faz parte da vida cotidiana e não traz maiores consequências ao indivíduo. Entretanto, quando o acidente de trânsito resulta em ofensa física, restam configurados os danos morais, pois, neste caso, as consequências do fato atingem a esfera íntima da vítima, causando-lhe dor, aflição, angústia e sensações negativas, a ponto de romper seu equilíbrio psicológico. (Recurso nº 0702.08.450130-4, 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais/MG, Rel. Yeda Monteiro Athias. j. 31.07.2008).
Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO da inicial, para condenar o MUNICÍPIO DE VILHENA a pagar ao requerente SÉRGIO LUIZ ARAÚJO, a título de indenização por danos materiais, a quantia de R$10.727,96 (dez mil, setecentos e vinte e sete reais e noventa e seis centavos), corrigidos monetariamente pelo IPCA-E deste a data de 08/08/2017; CONDENO, ainda, o MUNICÍPIO DE VILHENA a pagar à requerente BEATRIZ NUNES ARAÚJO, a título de indenização por danos morais, o valor de R$6.000,00 (seis mil reais), também corrigidos monetariamente, porém a partir da presente decisão, de acordo com o IPCA-E. Sobre ambas as verbas deverá ocorrer a incidência de juros segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança a contar da citação válida. IMPROCEDENTE o pedido apresentado por MARIA DOS SANTOS NUNES.
Reexame necessário dispensado nos termos do art. 11 da Lei nº. 12.153/2009.
Sem custas e honorários.
Após o trânsito em julgado, nada sendo requerido, arquivem-se os autos.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se, servindo a presente como mandado.
Vilhena, 2 de maio de 2019.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

7001448-91.2019.8.22.0014
Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: HERMES BARBOSA AVELINO, RUA CENTO E TRÊS-TREZE 2663 RESIDENCIAL BARÃO MELGAÇO III - 76984-086 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: HENRIQUE AUGUSTO DE OLIVEIRA PEREIRA OAB nº RO8573
RÉU: BANCO ITAU BMG CONSIGNADOS S/A, PRAÇA ALFREDO EGYDIO DE SOUZA ARANHA, 100 100 PARQUE JABAQUARA - 04344-902 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO RÉU: ENY ANGE SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAUJO OAB nº BA29442
SENTENÇA
Vistos etc.
Dispensado o Relatório nos termos do artigo 38, caput, da Lei n. 9.099/95.
HOMOLOGO POR SENTENÇA para que produza os jurídicos e legais efeitos o acordo de vontade das partes celebrantes, ID 26572215 e, via de consequência, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos Artigo 487, III-b, do Código de Processo Civil. Declaro constituído em favor do reclamante título executivo judicial nos termos do art. 487, III, do Código de Processo Civil.
Após o trânsito em julgado, arquive-se.
Sem custas e honorários advocatícios.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Arquive-se.
Vilhena, 2 de maio de 2019
Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1º Juizado Especial Civel
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7001523-33.2019.8.22.0014
Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: ADERCIO APARECIDO LOPES, LINHA 115, LOTE 18-B, CX Nº 42 s/n ZONA RURAL - 76990-000 - CHUPINGUAIA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MEURI ADRIANA DE ANDRADE OAB nº RO9823, ELTON DIONATAN HAASE OAB nº RO8038,

LARISSA RENATA PADILHA BARBOSA MAZZO OAB nº RO7978
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, RUA DOMINGUES LINHARES 279 CENTRO - 76980-070 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB nº MS6835
DESPACHO
Vistos.
A despeito da manifestação das partes acerca da inexistência de outras provas a serem produzidas, intime-se o reclamante a trazer aos autos a nota fiscal dos serviços que pretende ressarcimento, no prazo de 10 dias.
Com a juntada vistas a parte contrária.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO.
Vilhena, 2 de maio de 2019.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1º Juizado Especial Civel
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7008330-06.2018.8.22.0014
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: MARIA APARECIDA DE CARVALHO, RUA DOZE 6226 RESIDENCIAL MARIA MOURA - 76983-832 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ALINE BRANDALISE OAB nº RO6003, LUCIANE BRANDALISE OAB nº RO6073, WILSON LUIZ NEGRI OAB nº RO3757
EXECUTADO: BANCO BRADESCO CARTOES S.A., BANCO BRADESCO S.A., RUA BENEDITO AMÉRICO DE OLIVEIRA, S/N VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ
ADVOGADO DO EXECUTADO: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES OAB nº AC6235
SENTENÇA
Vistos etc.
Dispensado o relatório nos termos do artigo 38, caput da Lei 9099/95.
Diante do pagamento noticiado nos autos, a extinção do feito se impõe.
Via de consequência, Julgo Extinto o Processo na forma do art. 924, II, do CPC.
Sem custas e honorários.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
Arquive-se.
Serve a presente como mandado.
Vilhena, 2 de maio de 2019.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1º Juizado Especial Civel
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7008326-66.2018.8.22.0014
Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: JOAO ELTON SOARES DOS SANTOS, RUA MAMEDE ABRAÃO 2646 JARDIM SOCIAL - 76981-280 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: CAMILA DOMINGOS OAB nº RO5567
REQUERIDOS: Tim Celular, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4105, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, CIELO S.A., ALAMEDA XINGU 512 ALPHAVILLE INDUSTRIAL - 06455-030 - BARUERI - SÃO PAULO
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: MARIA EMILIA GONCALVES DE RUEDA OAB nº CE23748
DESPACHO
Vistos.
Recebo o recurso no efeito devolutivo.
Concedo ao recorrente/reclamante os benefícios da justiça gratuita.
À parte contrária para contrarrazões.
Após, tempestivas as razões, presentes as contrarrazões, determino sejam os autos encaminhados ao Colégio Recursal, com as homenagens deste juízo.
Intime-se, servindo a presente com mandado.
Vilhena 2 de maio de 2019
Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1º Juizado Especial Civel
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7001474-89.2019.8.22.0014
Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: DONIZETE RIBEIRO FEITOSA, LINHA 85, LOTE 53, GLEBA CORUMBIARA s/n ZONA RURAL - 76990-000 - CHUPINGUAIA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MEURI ADRIANA DE ANDRADE OAB nº RO9823, LARISSA RENATA PADILHA BARBOSA MAZZO OAB nº RO7978, ELTON DIONATAN HAASE OAB nº RO8038
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, RUA DOMINGUES LINHARES 279 CENTRO (S-01) - 76980-070 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB nº MS6835
DESPACHO
Vistos.
A despeito da manifestação das partes acerca da inexistência de outras provas a serem produzidas, intime-se o reclamante a trazer aos autos a nota fiscal dos serviços que pretende ressarcimento, no prazo de 10 dias.
Com a juntada vistas a parte contrária.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO.
Vilhena, 2 de maio de 2019.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1º Juizado Especial Civel
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7001043-26.2017.8.22.0014
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: ALEXSANDRO GONCALVES DA SILVA, BR 364 KM 21, TELEFONE 69-9-8474-4891/ 9-9912-9989 ZONA RURAL - ANGAR DO CAPUTI -PISTA DE AVIÃO - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
EXECUTADO: CESAR ANTONIO DE OLIVEIRA, RUA BOA VISTA 929, CASA SÃO FRANCISCO - 76908-198 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
DESPACHO
Vistos.
Os embargos de terceiro do ID ID: 24239728 p. 1 de 2 , deve ser manejado em procedimento autônomo apensado ao presente feito.
Intime-se para regularização em 10 dias.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO.
Vilhena, 2 de maio de 2019.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1º Juizado Especial Civel
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7002662-20.2019.8.22.0014
Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: LIVIA MARIA DE OLIVEIRA CHAVES, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO REQUERENTE: JOILSON SANTOS DE ALMEIDA OAB nº RO3505, PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR OAB nº RO2394
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
LIVIA MARIA DE OLIVEIRA CHAVES ajuizou de ação de conhecimento com providência antecipatória em face de ESTADO DE RONDÔNIA, alegando ter direito a recebimento de auxílio trasporte, o qual não foi implantado pelo reclamado.
Diante da referida situação, pugna pela concessão de antecipação de tutela para que o requerido efetue o pagamento das verbas pleiteadas.
Juntou documentos.
Sucintamente relatei.
Decido.
Trata-se de feito relativo ao Juizado Especial da Fazenda Pública e, em casos desta natureza, é vedado o deferimento de medidas cautelares e tutela antecipada que importem em pagamento e vantagens pecuniárias.
Neste sentido é o posicionamento:
VENCIMENTOS. PISO SALARIAL PREVISTO NO DECRETO MUNICIPAL Nº 7.153/1985. DEFERIMENTO POR MEIO DA INTERLOCUTÓRIA A QUO. IMPOSSIBILIDADE. EXPRESSA VEDAÇÃO LEGAL. A decisão interlocutória agravada é capaz de acarretar ao Ente público municipal lesão de grave ou de difícil reparação, considerando-se que o orçamento é planejado e executado de acordo com as dotações específicas definidas no exercício anterior, havendo a possibilidade de causar desequilíbrio na rubrica específica de pessoal. A Lei nº 9.494/1997 prevê, no seu art. 1º, que as disposições dos arts. 1º, 3º e 4º da Lei nº 8.437/1992 são aplicáveis aos pedidos de tutela antecipada contra a Fazenda Pública. O caput do art. 1º da Lei nº 8.437/92 proíbe a concessão de medida liminar quando igual providência não puder ser concedida em mandado de segurança, atraindo, portanto, a conjugação do art. 5º da Lei nº 4.348/64 e do § 4º do art. 1º da Lei nº 5.021/66, que impedem a concessão de liminar em ação mandamental com o objetivo de equiparar ou pagar vencimentos e vantagens pecuniárias para servidores públicos. Inexistentes os requisitos autorizadores para a concessão da tutela cautelar liminar, deve-se reformar o decisum a quo. Recurso provido. (Agravo de Instrumento com Pedido de Efeito Suspensivo nº 829145200380600000, 2ª Câmara Cível do TJCE, Rel. Ademar Mendes Bezerra. j. 10.02.2010).
TJDFT-161505) CIVIL. PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE ALFABETIZAÇÃO. VEDAÇÃO DE CONCESSÃO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA CONTRA FAZENDA PÚBLICA. LEI 9.494/97. PROIBIÇÃO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA QUE ESGOTE O OBJETO NO TODO OU EM PARTE. LEI 8.429/92. AUSÊNCIA DE PERICULUM IN MORA. Cuidando-se de pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias, tal decisão somente pode ser imposta pelo
PODER JUDICIÁRIO à Fazenda Pública por ocasião da prolação da sentença, sendo-lhe vedado, pelo artigo 1º, da Lei 9.494/97, antecipar a respectiva tutela. Saliente-se que o artigo 1º, § 3º, da Lei 8.437/92, que dispõe sobre a concessão de medidas cautelares contra ato do Poder Público, estabelece que "não será cabível medida liminar que esgote, no todo ou em parte, o objeto da ação". A antecipação dos efeitos da tutela recursal requer comprovação de prova inequívoca; suficiente para levar o juiz a acreditar que a parte é titular do direito material disputado e verossimilhança; a relação de plausibilidade com o direito invocado, ou seja, com o fumus boni iuris. Já o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação caracteriza-se no periculum in mora. Inexistindo nos autos receio de dano irreparável ou de difícil reparação, os efeitos da tutela pretendida não poderão ser concedidos antecipadamente. Agravo conhecido e não provido. (Processo nº 2012.00.2.009113-3 (598226), 6ª Turma Cível do TJDFT, Rel. Ana Maria Duarte Amarante Brito. unânime, DJe 29.06.2012).
Isto posto, INDEFIRO o pedido liminar apresentado nos autos.
Considerando o ofício encaminhado a este Juízo requerendo o cancelamento das audiências de conciliação ou mediação envolvendo a Fazenda Estadual, vez que em quase 100% das audiências não há acordo por parte do município, deixo de designar audiência de conciliação nos presentes autos.
Assim, considerando as advertências do procedimento da Lei n. 12.153/2009, cite-se o requerido, bem como intime-o, por seu representante, para que, no prazo 15 (quinze) dias, apresente toda a defesa e eventual documentação de que disponha para esclarecimento dos fatos, especificando as provas que pretende produzir, inclusive qualificando eventuais testemunhas arroladas, justificando necessidade e pertinência, sob pena de preclusão ou indeferimento.
Cientifique-a que não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas de direito público (art. 7º).
Com a apresentação de resposta, intime-se a parte autora para apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, sua impugnação, indicando provas que pretenda produzir e justificando sua necessidade e pertinência, inclusive qualificando eventuais testemunhas arroladas, sob pena de preclusão ou indeferimento.
Sirva cópia da presente como mandado ou expeça-se o necessário.
Vilhena, 2 de maio de 2019.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1º Juizado Especial Civel
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7001524-18.2019.8.22.0014
Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: ETSON SCHATZ, LINHA 95, LOTE 33, GLEBA 01 s/n ZONA RURAL - 76990-000 - CHUPINGUAIA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MEURI ADRIANA DE ANDRADE OAB nº RO9823, LARISSA RENATA PADILHA BARBOSA MAZZO OAB nº RO7978, ELTON DIONATAN HAASE OAB nº RO8038
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, RUA DOMINGUES LINHARES 279 CENTRO (S-01) - 76980-070 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB nº MS6835
DESPACHO
Vistos.
A despeito da manifestação das partes quanto a inexistência de outras provas a serem produzidas, não localizei nos autos a nota fiscal do serviço que se pretende o recebimento.
Intime-se a parte autora para juntada da nota fiscal, no prazo de 10 dias.
Após, vistas a parte contrária.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO.
Vilhena, 2 de maio de 2019.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1º Juizado Especial Civel
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7002663-05.2019.8.22.0014
Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: PATRICIA BERLINI ALVES FERREIRA, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO REQUERENTE: JOILSON SANTOS DE ALMEIDA OAB nº RO3505, PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR OAB nº RO2394
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
PATRICIA BERLINI ALVES FERREIRA juizou de ação de conhecimento com providência antecipatória em face de ESTADO DE RONDÔNIA, alegando ter direito a recebimento de auxílio trasporte, o qual não foi implantado pelo reclamado.
Diante da referida situação, pugna pela concessão de antecipação de tutela para que o requerido efetue o pagamento das verbas pleiteadas.
Juntou documentos.
Sucintamente relatei.
Decido.
Trata-se de feito relativo ao Juizado Especial da Fazenda Pública e, em casos desta natureza, é vedado o deferimento de medidas cautelares e tutela antecipada que importem em pagamento e vantagens pecuniárias.
Neste sentido é o posicionamento:
VENCIMENTOS. PISO SALARIAL PREVISTO NO DECRETO MUNICIPAL Nº 7.153/1985. DEFERIMENTO POR MEIO DA INTERLOCUTÓRIA A QUO. IMPOSSIBILIDADE. EXPRESSA VEDAÇÃO LEGAL. A decisão interlocutória agravada é capaz de acarretar ao Ente público municipal lesão de grave ou de difícil reparação, considerando-se que o orçamento é planejado e executado de acordo com as dotações específicas definidas no exercício anterior, havendo a possibilidade de causar desequilíbrio na rubrica específica de pessoal. A Lei nº 9.494/1997 prevê, no seu art. 1º, que as disposições dos arts. 1º, 3º e 4º da Lei nº 8.437/1992 são aplicáveis aos pedidos de tutela antecipada contra a Fazenda Pública. O caput do art. 1º da Lei nº 8.437/92 proíbe a concessão de medida liminar quando igual providência não puder ser concedida em mandado de segurança, atraindo, portanto, a conjugação do art. 5º da Lei nº 4.348/64 e do § 4º do art. 1º da Lei nº 5.021/66, que impedem a concessão de liminar em ação mandamental com o objetivo de equiparar ou pagar vencimentos e vantagens pecuniárias para servidores públicos. Inexistentes os requisitos autorizadores para a concessão da tutela cautelar liminar, deve-se reformar o decisum a quo. Recurso provido. (Agravo de Instrumento com Pedido de Efeito Suspensivo nº 829145200380600000, 2ª Câmara Cível do TJCE, Rel. Ademar Mendes Bezerra. j. 10.02.2010).
TJDFT-161505) CIVIL. PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE ALFABETIZAÇÃO. VEDAÇÃO DE CONCESSÃO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA CONTRA FAZENDA PÚBLICA. LEI 9.494/97. PROIBIÇÃO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA QUE ESGOTE O OBJETO NO TODO OU EM PARTE. LEI 8.429/92. AUSÊNCIA DE PERICULUM IN MORA. Cuidando-se de pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias, tal decisão somente pode ser imposta pelo
PODER JUDICIÁRIO à Fazenda Pública por ocasião da prolação da sentença, sendo-lhe vedado, pelo artigo 1º, da Lei 9.494/97, antecipar a respectiva tutela. Saliente-se que o artigo 1º, § 3º, da Lei 8.437/92, que dispõe sobre a concessão de medidas cautelares contra ato do Poder Público, estabelece que “não será cabível medida liminar que esgote, no todo ou em parte, o objeto da ação”. A antecipação dos efeitos da tutela recursal requer comprovação de prova inequívoca; suficiente para levar o juiz a acreditar que a parte é titular do direito material disputado e verossimilhança; a relação de plausibilidade com o direito invocado, ou seja, com o fumus boni iuris. Já o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação caracteriza-se no periculum in mora. Inexistindo nos autos receio de dano irreparável ou de difícil reparação, os efeitos da tutela pretendida não poderão ser concedidos antecipadamente. Agravo conhecido e não provido. (Processo nº 2012.00.2.009113-3 (598226), 6ª Turma Cível do TJDFT, Rel. Ana Maria Duarte Amarante Brito. unânime, DJe 29.06.2012).
Isto posto, INDEFIRO o pedido liminar apresentado nos autos.
Considerando o ofício encaminhado a este Juízo requerendo o cancelamento das audiências de conciliação ou mediação envolvendo a Fazenda Estadual, vez que em quase 100% das audiências não há acordo por parte do município, deixo de designar audiência de conciliação nos presentes autos.
Assim, considerando as advertências do procedimento da Lei n. 12.153/2009, cite-se o requerido, bem como intime-o, por seu representante, para que, no prazo 15 (quinze) dias, apresente toda a defesa e eventual documentação de que disponha para esclarecimento dos fatos, especificando as provas que pretende produzir, inclusive qualificando eventuais testemunhas arroladas, justificando necessidade e pertinência, sob pena de preclusão ou indeferimento.
Cientifique-a que não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas de direito público (art. 7º).
Com a apresentação de resposta, intime-se a parte autora para apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, sua impugnação, indicando provas que pretenda produzir e justificando sua necessidade e pertinência, inclusive qualificando eventuais testemunhas arroladas, sob pena de preclusão ou indeferimento.
Sirva cópia da presente como mandado ou expeça-se o necessário.
Vilhena, 2 de maio de 2019.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1º Juizado Especial Civel
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7001533-19.2015.8.22.0014
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: CARLOS FERNANDES PINHEIRO, RUA CANA BRAVA 1387 JARDIM BELA VISTA - 76990-000 - CHUPINGUAIA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR OAB nº RO2394
EXECUTADO: AGENCIA DE DEFESA SANITARIA AGROSILVOPASTORIL DO ESTADO, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 2068 BAIXA UNIÃO - 76900-999 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA AUTÁRQUICA DA IDARON
Despacho
Vistos.
HOMOLOGO a renuncia do valor excedente para adequar a execução para o limite do RPV, a qual foi aceita pelo executado, consoante manifestação nos autos. Consequentemente, determino a expedição de RPV, tudo consoante as determinações constantes na Resolução nº. 006/2017-TJ/RO, devendo a exequente informar os dados e/ou cópia de documentos necessários para a devida expedição/instrução.
Ocorrido o depósito dos valores, comprove a parte nos autos.
Após, conclusos.
Vilhena, 2 de maio de 2019.
(a). Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1º Juizado Especial Civel
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7007099-41.2018.8.22.0014
Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: BIANCA LISLEY DA SILVEIRA, RUA SEISCENTOS E TRINTA E SEIS 6774 SÃO PAULO - 76987-316 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: HANDERSON SIMOES DA SILVA OAB nº RO3279
REQUERIDO: PRISCILA PRATES AGUETONI, RUA FORTALEZA 2325, - DE 2241/2242 A 2472/2473 SETOR 03 - 76870-513 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: ANDREA MELO ROMAO COMIM OAB nº RO3960
DESPACHO
Vistos.
Ciência à reclamada, para manifestação, dos documentos juntados aos autos, em cinco dias.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO.
Vilhena, 2 de maio de 2019.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1º Juizado Especial Civel
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7008616-18.2017.8.22.0014
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: LUIS ANTONIO DE OLIVEIRA, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: JOCYELE MONTEIRO DE ARAUJO OAB nº RO5418, ALBERT SUCKEL OAB nº RO4718
EXECUTADO: MUNICIPIO DE VILHENA, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE VILHENA
DESPACHO
Vistos.
Faculto manifestação do reclamante quanto ao alegado pela reclamada em cinco dias.
Após, conclusos para decisão.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO.
Vilhena, 2 de maio de 2019.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1º Juizado Especial Civel
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7000620-95.2019.8.22.0014
Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: VALTER ELOI PEDROSO DE ANDRADE, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REQUERIDO: DIEGO NICOLAU DE LIMA, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO REQUERIDO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Existem fatos que devem ser objeto de prova. Designo, pois, audiência de instrução e julgamento para o dia 07/10/2019, às 09:00 horas.
Testemunhas independentemente de arrolamento e intimação, salvo se requerido assim com antecedência de 15 dias.
Proceda a Serventia como de praxe para as necessárias intimações.
Intimem-se.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO
Vilhena, 2 de maio de 2019.
(a) Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
Sugestões ou reclamações façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet.
Endereço eletrônico: vha1civel@tjro.jus.br
Juiz de Direito: Andresson Cavalcante Fecury
Diretor de Cartório: Edeonilson Souza Moraes

Proc.: 0030313-35.2008.8.22.0014
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Seiti Roberto Mori (OAB-RO 215-B)
Executado:Sistema de Telefonia e Segurança de Rondônia - Stelron
Advogado:Robson Martinowski Costa (OAB/RO 5281)
DESPACHO:
DESPACHO Vistos.Procedi pesquisa pelo Sistema Bacenjud.Não foram localizados ativos em contas da parte executada, conforme detalhamento da ordem judicial em anexo.Assim, intime-se a parte exequente para impulsionar o feito, no prazo de 5 dias, sob pena de suspensão.Pratique-se o necessário.Vilhena-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0026151-31.2007.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Jaime Maximino Bagattoli
Advogado:Agenor Martins (OAB/RO 654A), Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562)
Executado:Maria de Fátima Ferreira Santos Representações, Maria de Fátima Ferreira dos Santos, Jurmair Moreira dos Santos
Advogado:Roberto Carlos Mailho (OAB/RO 3047), Watson Mueller (OAB/RO 2835), Roberto Carlos Mailho (OAB/RO 3047), Watson Mueller (OAB/RO 2835)
DECISÃO:
VistosHOMOLOGO o acordo realizado entre as partes às fls. 205/206. Suspendo o feito até a data aprazada para quitação do débito.Aguarde-se o decurso do prazo no arquivo provisório.Após, ao exquente.Pratique-se o necessário.Vilhena-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0122093-27.2006.8.22.0014
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Antônio José dos Reis Júnior (B -RO 281)
Executado:Sistema de Telefonia e Segurança de Rondônia - Stelron, Izanildo dos Santos Silva, Maria de Fátima Vieira Amaro
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
DESPACHO Vistos.Dê-se ciência ao curador especial da parte executada da penhora efetivada às fls. 100.Não havendo oposição de embargos, expeça-se alvará para levantamento dos valores em favor da parte exequente, em nome da servidora mencionada às fls. 113.Após, intime-se a parte exequente para impulsionar o feito, no prazo de 5 dias, sob pena de suspensão.Pratique-se o necessário. Vilhena-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0011125-12.2015.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sul da Amazônia Ltda Sicoob Credisul
Advogado:José da Cruz Del Pino (OAB/RO 6277), Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562)
Executado:Dennis Giovanni Sousa dos Santos
- Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0009259-37.2013.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Auto Posto Planalto Ltda
Advogado:Vivian Bacaro Nunes Soares (OAB/RO 2386), Gilson Ely Chaves de Matos (OAB-RO 1733), Estevan Soletti (OAB/RO 3702)
Requerido:Kátia Luciene Borges Bergamini
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
- Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.
Edeonilson Souza Moraes
Diretor de Cartório

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76.980-000, Vilhena, RO Autos n. 7004391-86.2016.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe:Cumprimento de SENTENÇA
Protocolado em: 08/06/2016
EXEQUENTES: ELIVANIA FERNANDES DE LIMA, AVENIDA TANCREDO NEVES 4661, SALAS 03 E 04 JARDIM ELDORADO - 76908-354 - VILHENA - RONDÔNIA, PAMELA DAIANA ABDALLA COSTA GHISI, AV. TANCREDO NEVES 4661, SALS 03 E 04 JARDIM ELDORADO - 76980-702 - VILHENA - RONDÔNIA, OSVALDO PEREIRA RIBEIRO, AVENIDA TANCREDO NEVES 4661, SALA 3 E 4 JARDIM ELDORADO - 76980-702 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: OSVALDO PEREIRA RIBEIRO OAB nº RO5869
EXECUTADO: MAVI ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA, RODOVIA BR-364 S/N, BLOCO C SALA 01 PASCOAL RAMOS - 78098-000 - CUIABÁ - MATO GROSSO
ADVOGADO DO EXECUTADO:
DESPACHO
Vistos.
Procedi pesquisa pelo Sistema Bacenjud em nome da parte executada, em conta especifica informada pela parte exequente. Contudo, a consulta retornou negativa por inconsistência no número da conta ou da agência informada, conforme tela anexa.
Assim, intime-se o exequente para, no prazo de 5 dias, indicar corretamente o número da conta e da agência bancária que pretende o bloqueio de valores, sob pena de suspensão (CPC, art. 921, III).
Pratique-se o necessário.
Vilhena,RO, 30 de abril de 2019
Andresson Cavalcante Fecury
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76.980-000, Vilhena, RO Autos n. 7002532-30.2019.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe:Procedimento Comum
Protocolado em: 25/04/2019
AUTOR: NORTE EDIFICACOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI, RUA RIO BRANCO 1843, - DE 1731/1732 A 2180/2181 CENTRO - 76963-798 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MARCELO VAGNER PENA CARVALHO OAB nº RO1171
RÉU: C. DE S. ARRAIS - ME, AVENIDA PARANÁ 1598 ALTO ALEGRE - 76985-294 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU:
R$3.605,36
DESPACHO
Vistos.
Convido as partes a refletir acerca da possibilidade de solucionar a questão controvertida mediante a conciliação, uma vez que o acordo construído pelas partes otimiza ganhos ou minimiza prejuízos diante do tempo que o processo poderá levar para ser concluído, bem como por se revelar na produção da verdadeira justiça. Nesse contexto, espero que o espírito de colaboração dos advogados cooperem nesse ideal de justiça, uma vez que são também responsáveis pela solução pacífica dos conflitos.
Cite-se o réu e intimem-se as partes para comparecerem à audiência de conciliação que designo para o dia 9/7/2019, às 8 horas, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC, localizado no Fórum de Vilhena, na Av. Luiz Mazieiro, 4432, Jd. América, Vilhena/RO.
Intime-se a parte autora na pessoa de seu advogado (art. 334, § 3º, do CPC), ou pessoalmente se estiver patrocinada pela Defensoria Pública ou Núcleo da AVEC.
Não havendo acordo o(s) réu(s) poderá(ão), no prazo de 15 dias contados a partir da audiência (CPC, art. 335, I), apresentar(em) resposta, sob pena de serem considerados como verdadeiros os fatos alegados pelo autor e, consequente decretação de revelia, nos termos do art. 344, do CPC, que assim dispõe: “Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.”
Se o réu alegar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, ou qualquer das matérias elencadas no art. 337 do CPC, dê-se vista à parte autora para, no prazo de 15 dias, apresentar impugnação (CPC, art. 350 e 351).
Decorrido o prazo, retornem os autos conclusos para DECISÃO saneadora.
Sirva este DESPACHO como carta/MANDADO para os devidos fins.
Se for o caso de cumprir por Oficial de Justiça, no cumprimento da ordem este deverá certificar proposta de autocomposição apresentada por qualquer das partes, conforme determina o art. 154, VI, do CPC.
Pratique-se o necessário.
Vilhena/RO, 30 de abril de 2019.
Andresson Cavalcante Fecury
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76.980-000, Vilhena, RO Autos n. 7002560-95.2019.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe:Alvará Judicial - Lei 6858/80
Protocolado em: 26/04/2019
REQUERENTE: LAUDICER SANTOS DUARTE, AVENIDA ERIVALDO VENCESLAU DA SILVA 1893 BODANESE - 76981-040 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: RENILDA OLIVEIRA FERREIRA OAB nº RO7559, JOICE STEFANES BERNAL DE SOUZA OAB nº PR63391
ADVOGADOS DOS:
R$1.000,00
DESPACHO
Vistos.
Indefiro os benefícios da justiça gratuita, uma vez que há valores a serem recebidos que comporta o pagamento das custas processuais.
No entanto, hei por bem diferir as custas processuais.
Oficie-se à Caixa Econômica Federal solicitando informações sobre o sado de FGTS e PIS/PASEP do falecido, sendo que em caso positivo deverá providenciar o depósito judicial do saldo para uma conta judicial vinculada a este processo.

Intime-se a requerente para, no prazo de 15 dias, qualificar o herdeiro do de cujus, a fim de que ele seja integralizado na lide.
Pratique-se o necessário.
Vilhena,RO, 30 de abril de 2019
Andresson Cavalcante Fecury
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76.980-000, Vilhena, RO Autos n. 7005759-96.2017.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe:Procedimento Comum
Protocolado em: 11/10/2017
AUTOR: LUIZ ANTONIO FERREIRA, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO AUTOR: EUSTAQUIO MACHADO OAB nº RO3657, MARIA GONÇALVES DE SOUZA COLOMBO OAB nº RO3371
RÉUS: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, SEM ENDEREÇO, INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, SEM ENDEREÇO
ADVOGADOS DOS RÉUS: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA, PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
D E C I S Ã O
Vistos.
Analisando melhor os autos, verifico que já foi declinada a competência para a Justiça Federal.
Assim, embora não tenha ocorrido o pagamento dos honorários periciais, tenho que será mais célere o pagamento via sistema AJG, o qual poderá ser solicitado por aquele órgão julgador.
Da mesma forma deverá ocorrer a intimação do requerido, para cumprimento da DECISÃO liminar.
A ser assim, encaminhem-se os autos à Justiça Federal, conforme determinação nos autos.
Vilhena/RO, 30 de abril de 2019.
Andresson Cavalcante Fecury
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76.980-000, Vilhena, RO Autos n. 7001993-98.2018.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe:Cumprimento de SENTENÇA
Protocolado em: 28/03/2018
EXEQUENTE: A.M.S. CORREA & CIA LTDA - EPP, RUA QUINTINO CUNHA 214 CENTRO (S-01) - 76980-088 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LEANDRO MARCIO PEDOT OAB nº RO2022
EXECUTADO: KELLI ROSA CAVALCANTE, RUA OITOCENTOS E SETE 1393 ALTO ALEGRE - 76985-306 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
DESPACHO
Vistos.
Procedi pesquisa pelo Sistema Bacenjud e Renajud em nome da parte executada.
Tendo em vista que o valor localizado nas contas do Executado será absorvido pelas despesas processuais por ser ínfimo, deixo de proceder a transferência para conta judicial e efetivar a penhora, nos termos do art. 836, do CPC.
Quanto à pesquisa pelo sistema Renajud, esta retornou negativa.
No mais, intime-se o exequente para, no prazo de 5 dias, indicar bens passíveis de penhora e impulsionar o feito, sob pena de suspensão do processo (CPC, art. 921, III).
Pratique-se o necessário.
Vilhena,RO, 30 de abril de 2019
Andresson Cavalcante Fecury
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Vilhena - 1ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, 4432, Fórum Desembargador Leal Fagundes, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702 | (69) 3322-7665 - E-mail: vha1civel@tjro.jus.br
Autos: 7002615-51.2016.8.22.0014
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado do(a) EXEQUENTE: SERVIO TULIO DE BARCELOS - RO6673
EXECUTADO: ALVES & RAMOS LTDA - ME, JOSE ANTONIO ALVES, ELINES LIMA RAMOS
FINALIDADE: Fica(m) o(s) autor(es), por intermédio de seu(s) advogado(s), intimado(s) para, no prazo de 05 (cinco) dias, impulsionar o feito, requerendo o que lhe for de direito.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Vilhena - 1ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, 4432, Fórum Desembargador Leal Fagundes, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702 - Fone:(69) 3322-7665
Processo nº 0013697-09.2013.8.22.0014
Polo Ativo: PERSEI HYDRAE e outros
Advogado do(a) REQUERENTE: ERIC JOSE GOMES JARDINA - RO3375
Polo Passivo: OMICRON GAMMA
Advogado do(a) RÉU: ERIC JOSE GOMES JARDINA - RO3375
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
O referido é verdade. Dou fé.
Vilhena, 30 de abril de 2019
EDEONILSON SOUZA MORAES
Diretor de Cartório

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76.980-000, Vilhena, RO Autos n. 7003661-41.2017.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe:Cumprimento de SENTENÇA
Protocolado em: 26/05/2017
EXEQUENTE: KAMILA DA COSTA MORAES GONCALVES 00825839270, RUA: 7.606 3.520 ALPHAVILE - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ARMANDO KREFTA OAB nº RO321B
EXECUTADO: JULIANA VIEIRA DE AMARAL, AV. 1.805 ESQ. C/ AV. 1.808 1.879, CASA BELA VISTA - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
DESPACHO
Vistos.
Procedi pesquisa pelo Sistema Bacenjud e Renajud em nome da parte executada.
Tendo em vista que o valor localizado nas contas do Executado será absorvido pelas despesas processuais por ser ínfimo, deixo de proceder a transferência para conta judicial e efetivar a penhora, nos termos do art. 836, do CPC.

Quanto à pesquisa pelo sistema Renajud, esta retornou negativa.
No mais, intime-se o exequente para, no prazo de 5 dias, indicar bens passíveis de penhora e impulsionar o feito, sob pena de suspensão do processo (CPC, art. 921, III).
Pratique-se o necessário.
Vilhena,RO, 30 de abril de 2019
Andresson Cavalcante Fecury
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76.980-000, Vilhena, RO Autos n. 7002578-19.2019.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe:Monitória
Protocolado em: 29/04/2019
AUTOR: ROBERLEY ROCHA FINOTTI, RUA RONY DE CASTRO PEREIRA 3912, SALA 01 JARDIM AMÉRICA - 76980-734 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: GUILHERME SCHUMANN ANSELMO OAB nº RO9427
RÉU: JOSCENEI APARECIDO MELO ANTUNES, AVENIDA FIORINDO SANTINI 2387 CRISTO REI - 76983-396 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU:
R$6.102,42
DESPACHO
Vistos.
Intime-se o exequente para, no prazo de 15 dias, juntar o comprovante de pagamento das custas processuais, sob pena de extinção do processo.
Comprovado o recolhimento dê-se continuidade, nos seguintes termos:
O pedido visa o cumprimento de pretensão adequada ao procedimento e vem devidamente instruída com prova escrita e sem eficácia de título executivo, de modo que a ação monitória é pertinente (CPC, art. 700).
Cite-se a parte requerida para, no prazo de 15 dias, pagar a quantia indicada na inicial, devidamente corrigida, bem como para efetuar o pagamento dos honorários advocatícios fixados legalmente em 5% sobre o valor atribuído à causa, ou oferecer embargos, nos termos do art. 702, do CPC.
Cumprindo o MANDADO no prazo, o(s) réu(s) ficará(ão) livre(s) de pagar(em) as custas processuais (§1º do art. 701, do CPC).
Fica(m) o(s) réu(s) advertidos quanto ao disposto no art. 702, §11º, do CPC: "O juiz condenará o réu que de má-fé opuser embargos à ação monitória ao pagamento de multa de até dez por cento sobre o valor atribuído à causa, em favor do autor".
Caso sejam apresentados embargos, intime-se a parte autora para responder no prazo de 15 dias.
No cumprimento da ordem, o oficial de justiça deverá certificar eventual proposta de autocomposição, conforme determina o art. 154, VI, do CPC.
Sirva este DESPACHO como carta/MANDADO /carta precatória para os devidos fins.
Pratique-se o necessário.
Vilhena/RO, 30 de abril de 2019.
Andresson Cavalcante Fecury
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Vilhena - 1ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, 4432, Fórum Desembargador Leal Fagundes, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702 - Fone:(69) 3322-7665
Processo nº 0012266-03.2014.8.22.0014
Polo Ativo: VERONICA FAVERO
Advogados do(a) AUTOR: NAIARA GLEICIELE DA SILVA SOUSA - RO8388, DENNS DEIVY SOUZA GARATE - RO4396
Polo Passivo: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
O referido é verdade. Dou fé.
Vilhena, 30 de abril de 2019
EDEONILSON SOUZA MORAES
Diretor de cartório

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76.980-000, Vilhena, RO Autos n. 7002798-22.2016.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe:Cumprimento de SENTENÇA
Protocolado em: 11/04/2016
EXEQUENTE: PRE-MOLDADOS VIVENDA LTDA - EPP, AV. JO SATO 2555 PQ INDUSTRIAL NOVO TEMPO - 76908-354 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ESTEVAN SOLETTI OAB nº RO3702
EXECUTADOS: AUCENIR SILVA PEREIRA, 2207 6009 ALTO ALEGRE - 76980-702 - VILHENA - RONDÔNIA, AUCENIR SILVA PEREIRA - ME, RUA 2207 6009 ALTO ALEGRE - 76980-702 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Procedi pesquisa pelos Sistemas Bacenjud, Renajud e Infojud.
Não foram localizados ativos em contas da parte executada, conforme detalhamento da ordem judicial em anexo.
Por outro lado, foi(ram) localizado(s) pelo Sistema Renajud veículo(s) cadastrado(s) em seu nome, o(s) qual(is) já possui(e)m restrição, de modo que deixo de lançar nova constrição sobre ele(s).
Quando a pesquisa pelo sistema Infojud, esta foi inexitosa, pois não há declaração de IR apresentada no último ano.
No mais, intime-se o exequente para, no prazo de 05 dias, indicar bens passíveis de penhora e impulsionar o feito, sob pena de suspensão do processo (CPC, art. 921, III).
Pratique-se o necessário.
Vilhena,RO, 30 de abril de 2019
Andresson Cavalcante Fecury
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76.980-000, Vilhena, RO Autos n. 7002912-87.2018.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe:Execução de Título Extrajudicial
Protocolado em: 30/04/2018
EXEQUENTE: BOASAFRA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA, AVENIDA TRANSCONTINENTAL 309, - DE 281 A 501 - LADO ÍMPAR CENTRO - 76900-041 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: GIANE ELLEN BORGIO BARBOSA OAB nº RO2027

EXECUTADO: CLAUDINEI ALVES CARDOSO, ÁREA RURAL 0, CHACARA 7-A, QUADRA 5, SETOR 93 ÁREA RURAL DE VILHENA - 76988-899 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
DESPACHO
Vistos.
Defiro o pedido de pesquisa de valores por meio do sistema BACENJUD, da qual a ordem restou parcialmente frutífera, conforme documento anexo.
Visando evitar prejuízos para ambas as partes procedi transferência dos valores para a conta judicial, por tratar-se de conta remunerada, por conseguinte, desde já, converto o bloqueio judicial em penhora.
Intime-se pessoalmente o executado para, querendo, no prazo de 15 dias, manifestar-se acerca da penhora realizada, ocasião em que também poderá alegar as matérias elencadas no art. 854, § 2º e 3º, do CPC.
Nos termos do art. 274, parágrafo único do CPC: "Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço."
Caso não haja impugnação no prazo legal, expeça-se alvará para levantamento da quantia penhorada, intimando-se a parte Exequente para impulsionar o feito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento dos autos.
Intime-se.
Vilhena,RO, 30 de abril de 2019
Andresson Cavalcante Fecury
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76.980-000, Vilhena, RO Autos n. 7000690-20.2016.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe:Cumprimento de SENTENÇA
Protocolado em: 03/02/2016
EXEQUENTE: CHARLENE PNEUS LTDA, AV. CELSO MAZUTTI 12372 JARDIM ELDORADO - 76908-354 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: GREICIS ANDRE BIAZUSSI OAB nº RO1542, FERNANDO CESAR VOLPINI OAB nº RO610A, MARTA INES FILIPPI CHIELLA OAB nº RO5101
EXECUTADO: LENIR FATIMA COVATTI BUCCO, AV. BRASIL 6359 JARDIM ELDORADO - 76980-702 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Procedi pesquisa pelo Sistema Bacenjud e Renajud em nome da parte executada, as quais restaram infrutíferas, conforme documentos anexos.
Intime-se o exequente para, no prazo de 5 dias, indicar bens passíveis de penhora e impulsionar o feito, sob pena de suspensão (CPC, art. 921, III).
Pratique-se o necessário.
Vilhena,RO, 30 de abril de 2019
Andresson Cavalcante Fecury
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - 1ª Vara Cível da Comarca de Vilhena-RO
Sede do juízo: Fórum Desembargador Leal Fagundes - Av. Luiz Maziero, n. 4432, Bairro Jardim América, Vilhena/RO - CEP: 76980-702 | (69) 3322-7665 - E-mail: vha1civel@tjro.jus.br
Autos: 7000999-36.2019.8.22.0014
Classe: MONITÓRIA (40)
AUTOR: AUTO ELETRICA PARANA LTDA - ME
Advogado do(a) AUTOR: BRUNA DE LIMA PEREIRA - RO6298
RÉU: MARJORYE AFONSO LAUEFFER
FINALIDADE: Intimar a parte autora, através de seu advogado, para, no prazo de 5 dias, manifestar-se quanto a certidão do oficial de justiça ID 26826514.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Vilhena - 1ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, 4432, Fórum Desembargador Leal Fagundes, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702 | (69) 3322-7665 - E-mail: vha1civel@tjro.jus.br
Autos: 7004894-73.2017.8.22.0014
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: JEVERSON LEANDRO COSTA
Advogados do(a) EXEQUENTE: JEVERSON LEANDRO COSTA - RO3134-A, MARIANNE ALMEIDA E VIEIRA DE FREITAS PEREIRA - RO3046, KELLY MEZZOMO CRISOSTOMO COSTA - RO3551
EXECUTADO: GILMAR ALVES FARIA
FINALIDADE: Fica(m) o(s) autor(es), por intermédio de seu(s) advogado(s), intimado(s) para, no prazo de 05 (cinco) dias, informa sobre o andamento da carta precatória.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - 1ª Vara Cível da Comarca de Vilhena-RO
Sede do juízo: Fórum Desembargador Leal Fagundes
Av. Luiz Maziero, n. 4432, Bairro Jardim América, Vilhena/RO
CEP: 76980-702 | (69) 3322-7665 - E-mail: vha1civel@tjro.jus.br
Autos: 7005296-23.2018.8.22.0014
Classe: MONITÓRIA (40)
AUTOR: POSTO DE MOLAS NOMA LTDA - EPP
Advogado: KELLY MEZZOMO CRISOSTOMO COSTA, OAB/RO-3551; JEVERSON LEANDRO COSTA, OAB/RO-3134-A; MARIANNE ALMEIDA E VIEIRA DE FREITAS PEREIRA, OAB/RO-3046; MARCIO HENRIQUE DA SILVA MEZZOMO, OAB/RO-5836.
RÉU: WENDER JOSE CORNI CRUZ
FINALIDADE: Intimar a parte autora, através de seu advogado, para, no prazo de 5 dias, impulsionar o feito, com a providência que o caso requer.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76.980-000, Vilhena, RO Autos n. 7001692-88.2017.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe:Cumprimento de SENTENÇA
Protocolado em: 14/03/2017
EXEQUENTE: RAFAEL TABALIPA, AV. JÔ SATO 2360 JARDINS DAS OLIVEIRAS - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FABIO DOURADO DA SILVA OAB nº RO4668, ALCEDIR DE OLIVEIRA OAB nº RO5112
EXECUTADO: ANA PAULA GUANCINO, CHÁCARA 67 SETOR VILHENA - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: TATIANE CRISTINA VESSONI DE ALMEIDA OAB nº RO4501
DESPACHO
Vistos.
Expeça-se certidão de divida judicial.
Após, suspenda-se o curso do feito, nos termos do art. 921, III, do CPC.
Aguarde-se o decurso do prazo de suspensão no arquivo provisório (sem baixa).
Decorrido o prazo, sem manifestação das partes, iniciar-se-á o prazo da prescrição intercorrente (CPC, no art. 921,§ 4º).

Transcorrido o prazo de 5 anos observando-se o que dispõe a Súmula n. 150 do STF, intime-se a parte exequente para se manifestar quanto a prescrição intercorrente.
Intimem-se.
Pratique-se o necessário
Vilhena,RO, 2 de maio de 2019
Andresson Cavalcante Fecury
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76.980-000, Vilhena, RO Autos n. 7005149-65.2016.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe:Cumprimento de SENTENÇA
Protocolado em: 30/06/2016
EXEQUENTE: DISAGUA DISTRIBUIDORA DE ABRASIVOS GUARUJA LTDA, AVENIDA MARECHAL RONDON 3800 CENTRO - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: JOSEMARIO SECCO OAB nº SC27614, ANDERSON BALLIN OAB nº RO5568
EXECUTADO: GILMAR ALVES FARIA, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Considerando que não foram elencadas nenhuma das hipóteses do art. 525, §1º, do CPC, REJEITO a impugnação apresentada pelo Curador Especial do executado e, por consequência, determino a expedição de alvará em favor do exequente para levantamento dos valores depositados na conta judicial vinculada a estes autos(ID 18243438).
Intime-se o exequente para, no prazo de 5 dias, comprovar o efetivo valor levantado pelo alvará e impulsionar o feito sob pena de suspensão.
Decorrido o prazo sem manifestação, suspenda-se o feito, nos termos de praxe,independente de nova CONCLUSÃO.
Pratique-se o necessário.
Vilhena,RO, 2 de maio de 2019
Andresson Cavalcante Fecury
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76.980-000, Vilhena, RO Autos n. 7000349-91.2016.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe:Cumprimento de SENTENÇA
Protocolado em: 22/01/2016
EXEQUENTE: DISAGUA DISTRIBUIDORA DE ABRASIVOS GUARUJA LTDA, AVENIDA MARECHAL RONDON 3800 CENTRO - 76908-354 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: JOSEMARIO SECCO OAB nº SC27614, ANDERSON BALLIN OAB nº RO5568
EXECUTADO: JOAO BATISTA BARROSO DOS SANTOS, RUA PERNAMBUCO 5421 SETOR 19 - 76980-702 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Determino a suspensão do feito, nos termos do art. 921, III, do CPC.
Aguarde-se o decurso do prazo de suspensão no arquivo provisório (sem baixa).
Decorrido o prazo, sem manifestação das partes, iniciar-se-á o prazo da prescrição intercorrente (CPC, no art. 921,§ 4º).
Transcorrido o prazo de 5 anos observando-se o que dispõe a Súmula n. 150 do STF, intime-se a parte exequente para se manifestar quanto a prescrição intercorrente.
Intimem-se.
Pratique-se o necessário
Vilhena,RO, 2 de maio de 2019
Andresson Cavalcante Fecury
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76.980-000, Vilhena, RO Autos n. 7002579-04.2019.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe:Monitória
Protocolado em: 29/04/2019
AUTOR: UNIMED VILHENA COOPERATIVA TRABALHO MÉDICO, AV. CAPITÃO CASTRO 4376 CENTRO - 76908-354 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: LUIZ ANTONIO GATTO JUNIOR OAB nº RO4683
RÉU: ANTONIO APARECIDO DUARTE, AV. AMAZONAS 4978 CENTRO (5º BEC) - 76988-050 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU:
R$2.210,09
DESPACHO
Vistos.
O pedido visa o cumprimento de pretensão adequada ao procedimento e vem devidamente instruída com prova escrita e sem eficácia de título executivo, de modo que a ação monitória é pertinente (CPC, art. 700).
Este juízo observou que têm restado frutíferas as tentativas de composição amigável em casos desta natureza, de modo que hei por bem designar audiência de conciliação.
Convido as partes a refletirem acerca da possibilidade de solucionar a questão controvertida mediante a conciliação, uma vez que o acordo construído pelas partes otimiza ganhos ou minimiza prejuízos diante do tempo que o processo poderá levar para ser concluído, bem como por se revelar na produção da verdadeira justiça. Nesse contexto, espero que o espírito de colaboração dos advogados cooperem nesse ideal de justiça, uma vez que são também responsáveis pela solução pacífica dos conflitos.
Cite-se o réu e intimem-se as partes para comparecerem à sessão de mediação/conciliação que designo para o dia 9/7//2019, às 9h, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC, localizado provisoriamente no Fórum de Vilhena, na Av. Luiz Mazieiro, 4432, Jd. América, Vilhena/RO.
Intime-se a parte autora na pessoa de seu advogado (art. 334, § 3º, do CPC), ou pessoalmente se estiver patrocinada pela Defensoria Pública ou Núcleo da AVEC.
Não havendo acordo, a parte autora deverá complementar as custas processuais - se for o caso, o(s) réu(s) deverá(ão), no prazo de 15 dias contados a partir da audiência (CPC, art. 335, I), pagar a quantia indicada na inicial, devidamente corrigida, bem como para efetuar o pagamento dos honorários advocatícios fixados legalmente em 5% sobre o valor atribuído à causa, ou oferecer embargos, nos termos do art. 702, do CPC.
Cumprindo o MANDADO no prazo, o(s) réu(s) ficará(ão) livre(s) de pagar(em) as custas processuais (§1º do art. 701, do CPC).
Fica(m) o(s) réu(s) advertidos quanto ao disposto no art. 702, §11º, do CPC: “O juiz condenará o réu que de má-fé opuser embargos à ação monitória ao pagamento de multa de até dez por cento sobre o valor atribuído à causa, em favor do autor”.
Caso sejam apresentados embargos, intime-se a parte autora para responder no prazo de 15 dias.
Na hipótese de não haver pagamento nem serem apresentados embargos, o que deverá ser certificado pela serventia, CONSTITUIR-SE-Á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do art.

701, §2º, do CPC. Nesta hipótese, intime-se o exequente para, caso queira, requerer o cumprimento de SENTENÇA, nos termos do art. 513 do CPC, e seguintes.
No cumprimento da ordem, o oficial de justiça deverá certificar eventual proposta de autocomposição, conforme determina o art. 154, VI, do CPC.
Sirva este DESPACHO como carta/MANDADO /carta precatória para os devidos fins.
Pratique-se o necessário.
Vilhena/RO, 2 de maio de 2019.
Andresson Cavalcante Fecury
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76.980-000, Vilhena, RO Autos n. 7002562-65.2019.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe:Procedimento Comum
Protocolado em: 26/04/2019
AUTOR: TERRA RICA FERRAGENS LTDA - ME, AVENIDA PRIMAVERA 2086 CENTRO - 76990-000 - CHUPINGUAIA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: RAFAEL KAYED ATALLA PARAIZO OAB nº RO8387, ANDERSON BALLIN OAB nº RO5568, JOSEMARIO SECCO OAB nº SC27614
RÉU: ADRIANO MARQUES DE JESUS, AVENIDA 27 1185 CIDADE ALTA - 76990-000 - CHUPINGUAIA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU:
R$673,00
DESPACHO
Vistos.
Intime-se o autor para, no prazo de 15 dias, juntar o comprovante de pagamento das custas processuais, sob pena de extinção do processo e cancelamento da distribuição.
Pratique-se o necessário.
Vilhena/RO, quinta-feira, 2 de maio de 2019.
Andresson Cavalcante Fecury
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76.980-000, Vilhena, RO Autos n. 7002575-64.2019.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe:Procedimento Comum
Protocolado em: 29/04/2019
AUTOR: INEZ PEREIRA DOS SANTOS, RUA CENTO E DOIS-OITO, 3080 RESIDENCIAL MOYSÉS DE FREITAS - 76982-624 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ERIC JOSE GOMES JARDINA OAB nº RO3375
RÉU: GENECI SALETE PIRES BUENO - ME, AVENIDA RONDÔNIA 3705 PARQUE INDUSTRIAL NOVO TEMPO - 76982-167 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU:
R$15.637,50
DESPACHO
Vistos.
Defiro os benefícios da justiça gratuita em favor da parte autora, limitados as custas iniciais e finais, devendo a parte autora arcar com as despesas indispensáveis para o regular prosseguimento do feito (perícia, carta precatória, taxa de pesquisa), um vez que o Tribunal de Justiça não dispõe de orçamento para esta FINALIDADE, com fundamento no art. 98, § 5º, do CPC.
Convido as partes a refletir acerca da possibilidade de solucionar a questão controvertida mediante a conciliação, uma vez que o acordo construído pelas partes otimiza ganhos ou minimiza prejuízos diante do tempo que o processo poderá levar para ser concluído, bem como por se revelar na produção da verdadeira justiça. Nesse contexto, espero que o espírito de colaboração dos advogados cooperem nesse ideal de justiça, uma vez que são também responsáveis pela solução pacífica dos conflitos.
Cite-se o réu e intimem-se as partes para comparecerem à audiência de conciliação que designo para o dia 9/7/2019, às 8h30, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC, localizado no Fórum de Vilhena, na Av. Luiz Mazieiro, 4432, Jd. América, Vilhena/RO.
Intime-se a parte autora na pessoa de seu advogado (art. 334, § 3º, do CPC), ou pessoalmente se estiver patrocinada pela Defensoria Pública ou Núcleo da AVEC.
Não havendo acordo o(s) réu(s) poderá(ão), no prazo de 15 dias contados a partir da audiência (CPC, art. 335, I), apresentar(em) resposta, sob pena de serem considerados como verdadeiros os fatos alegados pelo autor e, consequente decretação de revelia, nos termos do art. 344, do CPC, que assim dispõe: “Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.”
Se o réu alegar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, ou qualquer das matérias elencadas no art. 337 do CPC, dê-se vista à parte autora para, no prazo de 15 dias, apresentar impugnação (CPC, art. 350 e 351).
Decorrido o prazo, retornem os autos conclusos para DECISÃO saneadora.
Sirva este DESPACHO como carta/MANDADO para os devidos fins.
Se for o caso de cumprir por Oficial de Justiça, no cumprimento da ordem este deverá certificar proposta de autocomposição apresentada por qualquer das partes, conforme determina o art. 154, VI, do CPC.
Pratique-se o necessário.
Vilhena/RO, 2 de maio de 2019.
Andresson Cavalcante Fecury
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Vilhena - 1ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, 4432, Fórum Desembargador Leal Fagundes, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702 | (69) 3322-7665 - E-mail: vha1civel@tjro.jus.br
Autos: 7009428-94.2016.8.22.0014
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: DISAGUA DISTRIBUIDORA DE ABRASIVOS GUARUJA LTDA
Advogados do(a) EXEQUENTE: JOSEMARIO SECCO - SC27614, ANDERSON BALLIN - RO5568
EXECUTADO: EDUARDO COSTA BROSCO
FINALIDADE: Fica(m) o(s) autor(es), por intermédio de seu(s) advogado(s), intimado(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar acerca AR negativo juntado aos autos.
Autos n. 7002652-73.2019.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe:Execução de Título Extrajudicial
Protocolado em: 30/04/2019
EXEQUENTE: ASSOCIACAO DE CREDITO CIDADAO DE RONDONIA, RUA JOÃO GOULART 2182, - DE 1923/1924 A 2251/2252 SÃO CRISTÓVÃO - 76804-034 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: KARINA DA SILVA SANDRES OAB nº RO4594
EXECUTADOS: THEOFILO NUNES MORALES DE SOUZA, RUA ANTÔNIO QUINTINO GOMES 4415 JARDIM AMÉRICA - 76980-750 - VILHENA - RONDÔNIA, JOAB MAYCON SENRA, ET KAPA 144, LINHA 07 s/n, CHÁCARA SONHO MEU ÁREA RURAL DE VILHENA - 76988-899 - VILHENA - RONDÔNIA, OSEIAS DE PAULA SENRA, RUA ANTÔNIO QUINTINO GOMES 4415 JARDIM

AMÉRICA - 76980-756 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS:
R$5.173,35
SENTENÇA
Vistos etc...
HOMOLOGO por SENTENÇA o pedido de desistência manifestado pela parte autora/exequente para os fins do art. 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil.
Em consequência, com fundamento no art. 485, VIII, do mesmo códex, JULGO EXTINTA a presente ação.
Sem custas.
Considerando que o feito foi extinto pela vontade do interessado, tenho que ocorreu a desistência tácita do prazo recursal.
Portanto, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe.
Vilhena/RO, 2 de maio de 2019.
Andresson Cavalcante Fecury
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76.980-000, Vilhena, RO Autos n. 7002601-62.2019.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe:Procedimento Comum
Protocolado em: 29/04/2019
AUTOR: MARCIA CRISTINA DE MATOS, AVENIDA MAJOR AMARANTE 4775, APT 205 CENTRO (S-01) - 76980-013 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: TAYANE ALINE HARTMANN PIETRANGELO OAB nº RO5247
RÉU: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A, AVENIDA DOUTOR MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES 939, EDIFICIO C BRANCO OFFICE PARQUE - TORRE JATOBÁ ALPHAVILE INDUSTRIAL - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO
ADVOGADO DO RÉU:
R$12.527,83
DESPACHO
Vistos.
Defiro os benefícios da justiça gratuita em favor da parte autora, limitados as custas iniciais e finais, devendo a parte autora arcar com as despesas indispensáveis para o regular prosseguimento do feito (perícia, carta precatória, taxa de pesquisa), uma vez que o Tribunal de Justiça de Rondônia não dispõe de orçamento para esta FINALIDADE, com fundamento no art. 98, § 5º, do CPC.
Convido as partes a refletir acerca da possibilidade de solucionar a questão controvertida mediante a conciliação, uma vez que o acordo construído pelas partes otimiza ganhos ou minimiza prejuízos diante do tempo que o processo poderá levar para ser concluído, bem como por se revelar na produção da verdadeira justiça. Nesse contexto, espero que o espírito de colaboração dos advogados cooperem nesse ideal de justiça, uma vez que são também responsáveis pela solução pacífica dos conflitos.
Cite-se o réu e intimem-se as partes para comparecerem à audiência de conciliação que designo para o dia 9/7/2019, às 10h30, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC, localizado no Fórum de Vilhena, na Av. Luiz Mazieiro, 4432, Jd. América, Vilhena/RO.
Intime-se a parte autora na pessoa de seu advogado (art. 334, § 3º, do CPC), ou pessoalmente se estiver patrocinada pela Defensoria Pública ou Núcleo da AVEC.
Não havendo acordo o(s) réu(s) poderá(ão), no prazo de 15 dias contados a partir da audiência (CPC, art. 335, I), apresentar(em) resposta, sob pena de serem considerados como verdadeiros os fatos alegados pelo autor e, consequente decretação de revelia, nos termos do art. 344, do CPC, que assim dispõe: “Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.”
Se o réu alegar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, ou qualquer das matérias elencadas no art. 337 do CPC, dê-se vista à parte autora para, no prazo de 15 dias, apresentar impugnação (CPC, art. 350 e 351).
Decorrido o prazo, retornem os autos conclusos para DECISÃO saneadora.
Sirva este DESPACHO como carta/MANDADO para os devidos fins.
Se for o caso de cumprir por Oficial de Justiça, no cumprimento da ordem este deverá certificar proposta de autocomposição apresentada por qualquer das partes, conforme determina o art. 154, VI, do CPC.
Pratique-se o necessário.
Vilhena/RO, 2 de maio de 2019.
Andresson Cavalcante Fecury
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76.980-000, Vilhena, RO Autos n. 7002605-02.2019.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe:Procedimento Comum
Protocolado em: 29/04/2019
AUTOR: TERRA RICA FERRAGENS LTDA - ME, AVENIDA PRIMAVERA 2086 CENTRO - 76990-000 - CHUPINGUAIA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: RAFAEL KAYED ATALLA PARAIZO OAB nº RO8387, ANDERSON BALLIN OAB nº RO5568, JOSEMARIO SECCO OAB nº SC27614
RÉU: MILTON BIANCHINI, ESTRADA PROJETADA KM 04 ZONA RURAL - 76990-000 - CHUPINGUAIA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU:
R$2.454,21
Vistos.
Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 dias, recolher as custas processuais, sob pena de indeferimento da petição inicial e cancelamento da distribuição (art. 290 do CPC).
Pratique-se o necessário.
Vilhena,RO, 2 de maio de 2019
Andresson Cavalcante Fecury
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76.980-000, Vilhena, RO Autos n. 7006690-65.2018.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Protocolado em: 20/09/2018
AUTOR: E. F. D. C., RUA VINTE 3045 RESIDENCIAL CIDADE VERDE II - 76982-828 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DIANDRA DA SILVA VALENCIO OAB nº RO5657
RÉU: J. D. A. D. R., SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO RÉU:
R$5.724,00
DESPACHO
Vistos.
Tendo em vista que o réu não fora localizado para intimação e citação da audiência designada, a redesigno para o dia dia 6.8.2019, às 8 horas, para tentativa de conciliação, no CEJUSC, Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum de Vilhena, localizado na Av. Luiz Mazieiro, 4432, Jd. América, Vilhena/RO.
Convido as partes a refletir acerca da possibilidade de solucionar a questão controvertida mediante a conciliação, uma vez que

o acordo construído pelas partes otimiza ganhos ou minimiza prejuízos diante do tempo que o processo poderá levar para ser concluído, bem como por se revelar na produção da verdadeira justiça. Nesse contexto, espero que o espírito de colaboração dos advogados cooperem nesse ideal de justiça, uma vez que são também responsáveis pela solução pacífica dos conflitos.
Cite(m)-se o(s) requerido(s) no endereço de ID 25993284, e intime(m)-se pessoalmente o(s) autor(es) para que compareçam à audiência, bem como intime-se também os seus advogados via DJe.
Na audiência, se não houver acordo, poderá(ão) o(s) réu(s) contestar(em), desde que o faça(m) por intermédio de advogado.
A ausência do(s) autor(es) importará em extinção e arquivamento do processo e a ausência do(s) requerido(s) em confissão e revelia.
Intimá-lo, também, dos alimentos fixados provisoriamente em 30% do salário mínimo, hoje equivalente a R$299,40 (duzentos e noventa e nove reais e quarenta centavos), mais 50% das despesas extraordinárias, como despesas médicas, uniforme e material escolar, etc, DEVIDOS A PARTIR DA CITAÇÃO.
Intime-se o requerido ao pagamento dos alimentos provisórios, devidos desde a citação (CPC, art. 240 e Lei 5478/68, art. 13, § 2º), que deverá ser pago diretamente ao autor ou por meio de depósito judicial.
Ciência ao MP.
Sirva este DESPACHO como carta/MANDADO /carta precatória para os devidos fins.
Vilhena/RO, 2 de maio de 2019.
Andresson Cavalcante Fecury
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76.980-000, Vilhena, RO Autos n. 7002582-56.2019.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe:Procedimento Comum
Protocolado em: 29/04/2019
AUTOR: JEFFERSON GETTERT COELHO, AVENIDA A 5566 5º BEC - 76908-354 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: KELLY MEZZOMO CRISOSTOMO COSTA OAB nº RO3551, MARCIO HENRIQUE DA SILVA MEZZOMO OAB nº RO5836, JEVERSON LEANDRO COSTA OAB nº RO3134, MARIANNE ALMEIDA E VIEIRA DE FREITAS PEREIRA OAB nº RO3046
RÉU: G S COMERCIO DE MOTOS LTDA, AVENIDA FERNANDO CORREA DA COSTA 762, - ATÉ 1124 - LADO PAR POÇÃO - 78015-600 - CUIABÁ - MATO GROSSO
ADVOGADO DO RÉU:
R$1.000,00
DESPACHO
Vistos.
Intime-se o autor para, no prazo de 15 dias, emendar a petição inicial no sentido de:
a) esclarecer a sua legitimidade, apresentando o documento da motocicleta, bem como o porquê o réu está obrigado a exibir o documento pretendido;
b) juntar comprovante de pagamento das custas processuais.
O não cumprimento importará no indeferimento da petição inicial.
Vilhena,RO, 2 de maio de 2019
Andresson Cavalcante Fecury
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76.980-000, Vilhena, RO Autos n. 7005920-43.2016.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe:Cumprimento de SENTENÇA
Protocolado em: 26/07/2016
EXEQUENTE: FRIRON - COMERCIO, DISTRIBUICAO E REPRESENTACAO DE FRIOS RONDONIA LTDA, AVENIDA CELSO MAZUTTI 401, SALA 02 JARDIM AMERICA - 76908-354 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: EDUARDO MEZZOMO CRISOSTOMO OAB nº RO3404, MARIANNE ALMEIDA E VIEIRA DE FREITAS PEREIRA OAB nº RO3046, JEVERSON LEANDRO COSTA OAB nº RO3134, MARCIO HENRIQUE DA SILVA MEZZOMO OAB nº RO5836, KELLY MEZZOMO CRISOSTOMO COSTA OAB nº RO3551
EXECUTADO: BRUNO BOTELHO DA SILVA EVENTOS - ME, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Determino a suspensão do feito, nos termos do art. 921, III, do CPC.
Aguarde-se o decurso do prazo de suspensão no arquivo provisório (sem baixa).
Decorrido o prazo, sem manifestação das partes, iniciar-se-á o prazo da prescrição intercorrente (CPC, no art. 921,§ 4º).
Transcorrido o prazo de 5 anos observando-se o que dispõe a Súmula n. 150 do STF, intime-se a parte exequente para se manifestar quanto a prescrição intercorrente.
Intimem-se.
Pratique-se o necessário
Vilhena,RO, 2 de maio de 2019
Andresson Cavalcante Fecury
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76.980-000, Vilhena, RO Autos n. 7002586-93.2019.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe:Procedimento Comum
Protocolado em: 29/04/2019
AUTOR: FAUSTO ANTONIO NETO, RUA CINTA LARGA 2859 VISTA ALEGRE - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: CEZAR BENEDITO VOLPI OAB nº RO533
RÉU: BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A, AVENIDA MAJOR AMARANTE 3498 CENTRO (S-01) - 76980-016 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU:
R$63.415,08
DESPACHO
Vistos.
Defiro os benefícios da justiça gratuita em favor da parte autora, limitados as custas iniciais e finais, devendo a parte autora arcar com as despesas indispensáveis para o regular prosseguimento do feito (perícia, carta precatória, taxa de pesquisa), com fundamento no art. 98, § 5º, do CPC.
Convido as partes a refletir acerca da possibilidade de solucionar a questão controvertida mediante a conciliação, uma vez que o acordo construído pelas partes otimiza ganhos ou minimiza prejuízos diante do tempo que o processo poderá levar para ser concluído, bem como por se revelar na produção da verdadeira justiça. Nesse contexto, espero que o espírito de colaboração dos advogados cooperem nesse ideal de justiça, uma vez que são também responsáveis pela solução pacífica dos conflitos.
Cite-se o réu e intimem-se as partes para comparecerem à audiência de conciliação que designo para o dia 9/7/2019, às 9h30, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC, localizado no Fórum de Vilhena, na Av. Luiz Mazieiro, 4432, Jd.

América, Vilhena/RO.
Intime-se a parte autora na pessoa de seu advogado (art. 334, § 3º, do CPC), ou pessoalmente se estiver patrocinada pela Defensoria Pública ou Núcleo da AVEC.
Não havendo acordo o(s) réu(s) poderá(ão), no prazo de 15 dias contados a partir da audiência (CPC, art. 335, I), apresentar(em) resposta, sob pena de serem considerados como verdadeiros os fatos alegados pelo autor e, consequente decretação de revelia, nos termos do art. 344, do CPC, que assim dispõe: "Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor."
Se o réu alegar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, ou qualquer das matérias elencadas no art. 337 do CPC, dê-se vista à parte autora para, no prazo de 15 dias, apresentar impugnação (CPC, art. 350 e 351).
Decorrido o prazo, retornem os autos conclusos para DECISÃO saneadora.
Sirva este DESPACHO como carta/MANDADO para os devidos fins.
Se for o caso de cumprir por Oficial de Justiça, no cumprimento da ordem este deverá certificar proposta de autocomposição apresentada por qualquer das partes, conforme determina o art. 154, VI, do CPC.
Pratique-se o necessário.
Vilhena/RO, 2 de maio de 2019.
Andresson Cavalcante Fecury
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76.980-000, Vilhena, RO Autos n. 7002117-86.2015.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe:Cumprimento de SENTENÇA
Protocolado em: 17/12/2015
EXEQUENTE: UNIMED VILHENA COOPERATIVA TRABALHO MÉDICO, AV. CAPITÃO CASTRO 4376 CENTRO - 76908-354 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LUIZ ANTONIO GATTO JUNIOR OAB nº RO4683
EXECUTADO: ROSINEIDE TEIXEIRA ROLDAO, AV. 2204 1252 SETOR 22 - 76980-702 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
DESPACHO
Vistos.
Intimado para se manifestar, o autor quedou-se inerte, conforme movimentação do sistema n. 20204934.
Determino a suspensão do feito, nos termos do art. 921, III, do CPC.
Aguarde-se o decurso do prazo de suspensão no arquivo provisório (sem baixa).
Decorrido o prazo, sem manifestação das partes, iniciar-se-á o prazo da prescrição intercorrente (CPC, no art. 921,§ 4º).
Transcorrido o prazo de 5 anos observando-se o que dispõe a Súmula n. 150 do STF, intime-se a parte exequente para se manifestar quanto a prescrição intercorrente.
Intimem-se.
Pratique-se o necessário
Vilhena,RO, 2 de maio de 2019
Andresson Cavalcante Fecury
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - 1ª Vara Cível da Comarca de Vilhena-RO
Sede do juízo: Fórum Desembargador Leal Fagundes
Av. Luiz Maziero, n. 4432, Bairro Jardim América, Vilhena/RO
CEP: 76980-702 | (69) 3322-7665 - E-mail: vha1civel@tjro.jus.br
Autos: 7008454-57.2016.8.22.0014
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: JOSE JUSTIMIANO DE SOUZA
Advogado: DANIELA GUDIM SUCHI, OAB/RO-8398
RÉU: OI S.A
Advogado: MARCELO LESSA PEREIRA, OAB/RO-1501; ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO, OAB/RO-635
FINALIDADE: Intimar a parte requerida, através de seu advogado, para, no prazo de 15 dias, comprovar o pagamento das custas conforme cálculo constante nos autos.

2ª VARA CÍVEL

Poder Judiciário - Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Comarca de Vilhena - 2ª Vara Cível e Juizado da Infância e Juventude
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena - RO
Processo: 7000219-33.2018.8.22.0014
Classe: INF JUV CIV - PROVIDÊNCIA (1424)
REQUERENTE: ABRIGO MUNICIPAL DE VILHENA, MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE RONDONIA
REQUERIDO: P.S.S. e A.V.S.S.
Advogados do(a) REQUERIDO: TATIANE GUEDES CAVALLO BAPTISTA - RO6835, AMANDA SETUBAL RODRIGUES - RO9164, HELIO DANIEL DE FAVARE BAPTISTA - SP191212
Advogado do(a) REQUERIDO: HELIO DANIEL DE FAVARE BAPTISTA - SP191212
Intimação DAS PARTES
Pelo presente ficam as partes intimadas dos Termos da SENTENÇA ID 26601932
Vilhena, 30 de abril de 2019
DOUGLAS LUCIANO CORTES DE FRANCA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7002584-26.2019.8.22.0014
Prestação de ServiçosExecução de Título ExtrajudicialR$2.150,73
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LUIZ ANTONIO GATTO JUNIOR OAB nº RO4683
EXEQUENTE: UNIMED VILHENA COOPERATIVA TRABALHO MÉDICO, AV. CAPITÃO CASTRO 4376 CENTRO - 76908-354 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
EXECUTADO: ANTONIO APARECIDO DUARTE, AV. AMAZONAS 4978 CENTRO (5º BEC) - 76988-050 - VILHENA - RONDÔNIA
Intimem-se o autor, na pessoa de seu advogado para que no prazo de cinco dias proceda o recolhimento do valor das custas processuais.
terça-feira, 30 de abril de 2019
Kelma Vilela de Oliveira

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7002603-32.2019.8.22.0014
Cédula de Crédito Bancário, Busca e ApreensãoExecução de Título ExtrajudicialR$35.280,64
ADVOGADO DO EXEQUENTE: SILVIA SIMONE TESSARO OAB nº PR26750, CRISTIANE TESSARO OAB nº AC4224
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL, AV. CAPITÃO CASTRO 3178 CENTRO - 76908-354 - VILHENA - RONDÔNIA

ADVOGADO DO EXECUTADO:
EXECUTADO: J C DA C MATOS COMERCIAL - ME, AVENIDA PRESIDENTE TANCREDO NEVES 4661 JARDIM ELDORADO - 76987-097 - VILHENA - RONDÔNIA
Intimem-se o autor, na pessoa de seu advogado para que proceda o recolhimento do valor das custas processuais, no prazo de cinco dias, em atenção ao disposto no art. 12, inciso I da Lei 3.896/2016.
terça-feira, 30 de abril de 2019
Kelma Vilela de Oliveira

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7002500-25.2019.8.22.0014
Saldo de Salário
Alvará Judicial
REQUERENTES: DEBORA CRISTINA SOUZA PEGO, RUA SEISCENTOS E VINTE E UM 641 SÃO PAULO - 76987-350 - VILHENA - RONDÔNIA, ITHALO CARLOS DE SOUZA PEGO, RUA OITO MIL DUZENTOS E DEZ 5453 RESIDENCIAL BARÃO MELGAÇO II - 76982-334 - VILHENA - RONDÔNIA, REBECA EVELIN SOUZA PEGO, RUA SETE MIL SEISCENTOS E DOZE 3992 ORLEANS - 76985-733 - VILHENA - RONDÔNIA, MARIA IVANILDE DE SOUZA, RUA SETE MIL SEISCENTOS E DOZE 3992 ORLEANS - 76985-733 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
INTERESSADO: DEOSDETY LUIZ PÊGO, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO INTERESSADO:
Intime-se o Estado de Rondônia para que se manifeste no prazo de cinco dias acerca do pedido e documentos que instruem a inicial.
terça-feira, 30 de abril de 2019
Kelma Vilela de Oliveira

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7005887-53.2016.8.22.0014
Causas Supervenientes à SENTENÇA
Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: CARF COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, AV PARANA 1945 NOVA VILHENA - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MARCIO HENRIQUE DA SILVA MEZZOMO OAB nº RO5836, KELLY MEZZOMO CRISOSTOMO COSTA OAB nº RO3551, MARIANNE ALMEIDA E VIEIRA DE FREITAS PEREIRA OAB nº RO3046, JEVERSON LEANDRO COSTA OAB nº RO3134
EXECUTADO: ALDIR DA SILVA GONCALVES - ME, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Assiste razão ao peticionário, considerando que houve a penhora de valores sobre o CNPJ 00.694.606/0001/74 estranho ao feito.
Determino a expedição de alvará em favor de Barros & Oliveira CNPJ 00.694.606/0001-74 no valor de 1.628,44 e seus acréscimos.
Segue tela do sistema BACENJUD: A
00.694.606/0001-74 - BARROS & OLIVEIRA LTDA
[Total bloqueado (bloqueio original e reiterações): R$ 1.628,44] [Quantidade atual de não respostas: 0] Respostas BCO BRADESCO/ Todas as Agências / Todas as Contas Data/Hora Protocolo Tipo de Ordem Juiz Solicitante Valor (R$) Resultado (R$) Saldo Bloqueado Remanescente (R$) Data/Hora Cumprimento 28/02/2019 10:00 Bloq. Valor Kelma Vilela de Oliveira 1.628,44 (01) Cumprida integralmente.
1.628,44 1.628,44 28/02/2019 20:02 06/03/2019 16:18 Transf. de Valores ID:072019000002485038
Instituição:CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Agência:1825
Tipo créd. jud.:GeralKelma Vilela de Oliveira 1.628,44 (01) Recebida.
em 06/03/2019. Valor Previsto: 1.628,44 0,00 Até 09/03/2019 Nenhuma ação disponívelRROS & OLIVEIRA LTDA
Após, intime-se a parte autora a dar andamento ao feito, no prazo de cinco dias.
quinta-feira, 2 de maio de 2019
Kelma Vilela de Oliveira

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7000071-22.2018.8.22.0014
Valor da Execução / Cálculo / Atualização, Juros, Correção Monetária
Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: DARI ALVES DE OLIVEIRA & CIA LTDA - ME, AVENIODA LEOPOLDO PERES 4086 CENTRO - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ANDERSON BALLIN OAB nº RO5568, JOSEMARIO SECCO OAB nº SC27614
EXECUTADO: DEVANIR BATISTA GONCALVES, AVENIDA LIBERDADE 3510 CENTRO (S-01) - 76980-098 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
A pesquisa BACENJUD restou infrutífera.
Manifeste-se o exequente em termos de prosseguimento, no prazo de 5 dias, indicando bens do devedor, visando a prestação jurisdicional invocada.
Decorrido o prazo, quedando-se inerte, nos termos do art. 921, inc. III, §§ 1º e 2º, do NCPC, remetam-se ao arquivo sem baixa na distribuição, sendo que no primeiro ano os autos ficarão com vistas ao exequente, iniciando-se a fluência do prazo prescricional.
quinta-feira, 2 de maio de 2019
Kelma Vilela de Oliveira

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7005526-02.2017.8.22.0014
Alimentos
Execução de Alimentos
EXEQUENTE: MARIA ROSARIO DOS SANTOS, AVENIDA PARANÁ, CASA 09 quadra 89, TELEFONE 069-98443-7528 BNH - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: TATIANE GUEDES CAVALLO BAPTISTA OAB nº RO6835, HELIO DANIEL DE FAVARE BAPTISTA OAB nº RO4513
EXECUTADO: DEIR ALVES FERREIRA, ESTRADA BOM FUTURO s/n, CHÁCARA BOM FUTURO - 76840-000 - JACI PARANÁ (PORTO VELHO) - RONDÔNIA
Defiro o pedido de citação no endereço indicado na petição de ID 26271963.
Expeça-se o necessário.
quinta-feira, 2 de maio de 2019
Kelma Vilela de Oliveira

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7007499-89.2017.8.22.0014
Representação comercial
Procedimento Comum
AUTOR: WILSON WERMUTH - ME, RUA DOMINGUES LINHARES 309 CENTRO (S-01) - 76980-070 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ELIANE BACK OAB nº RO7547
RÉU: ITAU UNIBANCO S.A., AVENIDA MAJOR AMARANTE 2947 CENTRO (S-01) - 76980-152 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: PEDRO ROBERTO ROMAO OAB nº AM209551, RENATA MARINELLI OAB nº SP243356, PAULA HAUBERT MANTELI OAB nº RO5276
Aguarde-se DECISÃO na ação incidental.
Intimem-se.
quinta-feira, 2 de maio de 2019
Kelma Vilela de Oliveira
Poder Judiciário - Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Comarca de Vilhena - 2ª Vara Cível e Juizado da Infância e Juventude
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena - RO

Processo: 7002584-26.2019.8.22.0014
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: UNIMED VILHENA COOPERATIVA TRABALHO MÉDICO
Advogado do(a) EXEQUENTE: LUIZ ANTONIO GATTO JUNIOR - RO4683
EXECUTADO: ANTONIO APARECIDO DUARTE
Intimação DA PARTE AUTORA
Intimem-se o autor, na pessoa de seu advogado para que no prazo de cinco dias proceda o recolhimento do valor das custas processuais.
terça-feira, 30 de abril de 2019
Kelma Vilela de Oliveira
Poder Judiciário - Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Comarca de Vilhena - 2ª Vara Cível e Juizado da Infância e Juventude
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena - RO

Processo: 7002594-70.2019.8.22.0014
Classe: CÍVEL - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
Advogado do(a) AUTOR: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO - SP192649
RÉU: KELLY BARROSO GOMES
Intimação DA PARTE AUTORA
Intime-se o autor, na pessoa de seu advogado para que proceda o recolhimento do valor das custas processuais, em atenção ao disposto no art. 12, inciso I da Lei 3.896/2016, no prazo de cinco dias.
terça-feira, 30 de abril de 2019
Kelma Vilela de Oliveira
Poder Judiciário - Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Comarca de Vilhena - 2ª Vara Cível e Juizado da Infância e Juventude
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena - RO

Processo: 7002603-32.2019.8.22.0014
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL
Advogados do(a) EXEQUENTE: SILVIA SIMONE TESSARO - PR26750, CRISTIANE TESSARO - RO1562-A
EXECUTADO: J C DA C MATOS COMERCIAL - ME
Intimação DA PARTE AUTORA
Intimem-se o autor, na pessoa de seu advogado para que proceda o recolhimento do valor das custas processuais, no prazo de cinco dias, em atenção ao disposto no art. 12, inciso I da Lei 3.896/2016.
terça-feira, 30 de abril de 2019
Kelma Vilela de Oliveira

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7008701-67.2018.8.22.0014
Indenização por Dano MaterialProcedimento ComumR$31.637,16
AUTOR: WILSON WERMUTH - ME CNPJ nº 07.171.728/0001-25, RUA DOMINGUES LINHARES 309 CENTRO (S-01) - 76980-070 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ELIANE BACK OAB nº RO7547
RÉU: ITAU UNIBANCO S.A., AVENIDA MAJOR AMARANTE 2947 CENTRO (S-01) - 76980-152 - VILHENA - RONDÔNIA
WILSON WERMUTH ME requereu a reconsideração da SENTENÇA que indeferiu a inicial ao argumento de que fora juntado aos autos a gravação, prova que pretende o reconhecimento de falsidade.
Por fim, requereu o reconhecimento da juntada da prova tempestivamente, com o regular processamento da ação.
Pois bem. O art. 331 do CPC, prevê a possibilidade do magistrado exercer o juízo de retratação da DECISÃO que indeferir a petição inicial.
In casu, a SENTENÇA indeferiu a inicial ante a inércia da parte autora em cumprir o DESPACHO que determinou a emenda à inicial com a juntada da gravação.
Em análise aos argumentos, assiste razão à parte autora porquanto a gravação foi juntada ao feito em 7.12.2018, conforme se verifica do documento de ID 2350093.
Pelas razões expostas, em juízo de retratação, nos termos do art. 331 do CPC e determino o prosseguimento do feito.
Ofício à Delegacia de Polícia Civil desta cidade para que informe ao juízo se existem profissionais aptos à realização de perícia em gravação de áudio, para identificar o locutor e esclarecer se autoria vocal do áudio analisado pertence ao autor.
Sendo possível, que indique o valor dos honorários periciais.
Intimem-se.
Expeça-se o necessário.
quinta-feira, 2 de maio de 2019
Kelma Vilela de Oliveira
Poder Judiciário - Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Comarca de Vilhena - 2ª Vara Cível e Juizado da Infância e Juventude
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena - RO

Processo: 0007688-60.2015.8.22.0014
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: CREISON RODRIGUES DA SILVA
Advogado do(a) EXEQUENTE: LAIRCE MARTINS DE SOUZA - RO3041
EXECUTADO: PEDRO EMILIO DE OLIVEIRA
Intimação DA PARTE AUTORA
Fica a parte autora intimada para manifestar-se no prazo de 05 dias, sob pena de arquivamento.
Vilhena, 2 de maio de 2019
Poder Judiciário - Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Comarca de Vilhena - 2ª Vara Cível e Juizado da Infância e Juventude
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena - RO

Processo: 7002459-58.2019.8.22.0014
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: ANA PAULA DA SILVA PINTO, HENRIQUE CARVALHO DE SOUZA, HILLARY EDUARDA FRANCA AMARAL SOUZA, PEDRO GUILHERME SILVA AMARAL
Advogados do(a) EXEQUENTE: MARCOS ANTONIO METCHKO - RO1482, LUCIANA COSTA DAS CHAGAS - RO6205
Advogado do(a) EXEQUENTE: LUCIANA COSTA DAS CHAGAS - RO6205
Advogado do(a) EXEQUENTE: LUCIANA COSTA DAS CHAGAS - RO6205
Advogado do(a) EXEQUENTE: LUCIANA COSTA DAS CHAGAS - RO6205
EXECUTADO: ICATU SEGUROS S/A
Advogados do(a) EXECUTADO: CAROLINA GIOSCIA LEAL DE MELO - RO2592, MANUELA MOTTA MOURA DA FONTE - PE20397
Intimação DA PARTE REQUERIDA
Intime-se a executada ao pagamento voluntário do débito, no prazo de 15 dias úteis, sob pena de multa de 10% e honorários advocatícios também em 10%, sobre o débito, ficando ainda sujeito aos atos de expropriação (art. 523 do NCPC).
A intimação se dará na pessoa do advogado e pessoalmente caso não possua advogado que represente seus interesses.
Fica a parte executada ciente de que com o transcurso do prazo para pagamento voluntário, nos termos do art. 525 do NCPC, independente de penhora e de nova intimação inicia-se o prazo de 15 dias úteis para querendo apresentar impugnação ao cumprimento de SENTENÇA.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO DE INTIMAÇÃO.
segunda-feira, 29 de abril de 2019
Kelma Vilela de Oliveira
Poder Judiciário - Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Comarca de Vilhena - 2ª Vara Cível e Juizado da Infância e Juventude
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena - RO

Processo: 0006567-31.2014.8.22.0014
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL
Advogados do(a) EXEQUENTE: CRISTIANE TESSARO - RO1562-A, AGENOR MARTINS - RO654-A, JOSE DA CRUZ DEL PINO - RO6277, TAIANE PEGORARO BUCHWEITZ - RO7851
EXECUTADO: IZAIAS MIGUEL DE SOUZA
Intimação DA PARTE AUTORA
Fica a parte autora intimada para manifestar-se e requerer o que de direito no prazo de 05 dias.
Vilhena, 2 de maio de 2019

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7002539-22.2019.8.22.0014
Nota PromissóriaExecução de Título ExtrajudicialR$6.230,74
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LEANDRO MARCIO PEDOT OAB nº RO2022, VALDINEI LUIZ BERTOLIN OAB nº RO6883
EXEQUENTE: MARCELO LAZZERIS, AVENIDA PARANÁ 1691 ALTO ALEGRE - 76985-295 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
EXECUTADO: VALDOBRAS CALIXTO RAMOS, AVENIDA APARECIDA RODRIGUES RAMOS 2206 S-22 - 76985-234 - VILHENA - RONDÔNIA
Intimem-se o autor, na pessoa de seu advogado, para que proceda o recolhimento do valor das custas processuais, em atenção ao disposto no art. 12, inciso I da Lei 3.896/2016, no prazo de cinco dias.
quinta-feira, 2 de maio de 2019
Kelma Vilela de Oliveira
Poder Judiciário - Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Comarca de Vilhena - 2ª Vara Cível e Juizado da Infância e Juventude
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena - RO

Processo: 7001818-07.2018.8.22.0014
Classe: HABILITAÇÃO DE CRÉDITO (111)
REQUERENTE: IZAQUE MOREIRA DA SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: CEZAR BENEDITO VOLPI - RO533
REQUERIDO: PATO BRANCO ALIMENTOS LTDA
Advogados do(a) REQUERIDO: EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS - MT7680, RUBEM MAURO VANDONI DE MOURA - MT12627
Intimação DA PARTE AUTORA
Tendo em vista o DESPACHO ID 21095723, deferindo a expedição de certidão, nos termos do Provimento 0013/2014-CG, fica a parte autora intimada para apresentar os cálculos devidamente atualizados (conforme detalhamento abaixo), prazo de 05 dias, objetivando a expedição do documento.
-Valor principal
-Atualização monetária
-Multa do art. 523 § 1
-Honorários sucumbenciais
-VALOR TOTAL DA DÍVIDA PARA EFEITOS DE PROTESTO
1) Com honorários sucumbenciais
2) Sem honorários sucumbenciais
Vilhena, 2 de maio de 2019
DOUGLAS LUCIANO CORTES DE FRANCA
Poder Judiciário - Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Comarca de Vilhena - 2ª Vara Cível e Juizado da Infância e Juventude
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena - RO

Processo: 7007690-03.2018.8.22.0014
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: FUCK DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: ALEX ANDRE SMANIOTTO - RO2681
EXECUTADO: OSMAR FERREIRA FONSECA
Intimação DA PARTE AUTORA
Pelo presente, fica a parte autora intimada para manifestar-se no prazo de 05 dias, quanto ao prosseguimento do feito.
Vilhena, 2 de maio de 2019
DOUGLAS LUCIANO CORTES DE FRANCA
Poder Judiciário - Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Comarca de Vilhena - 2ª Vara Cível e Juizado da Infância e Juventude
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena - RO

Processo: 7007578-34.2018.8.22.0014
Classe: MONITÓRIA (40)
AUTOR: AUTO POSTO CATARINENSE LTDA
Advogados do(a) AUTOR: ROBERTA MARCANTE - RO9621, MARIA CAROLINA DE FREITAS ROSA FUZARO - RO6125, ANDRE COELHO JUNQUEIRA - RO6485, JONI FRANK UEDA - RO5687
RÉU: R M BRAGHIROLLI TRANSPORTES - ME, ROBSON MARCELO BRAGHIROLLI
Intimação DA PARTE AUTORA
Tendo em vista a certidão do oficial de justiça (ID. 24304406), fica a parte autora intimada para manifestar-se no prazo de 05 dias.
Vilhena, 2 de maio de 2019

Poder Judiciário - Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Comarca de Vilhena - 2ª Vara Cível e Juizado da Infância e Juventude
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena - RO

Processo: 0013044-80.2008.8.22.0014
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: PATO BRANCO COMERCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA.
Advogados do(a) EXEQUENTE: JOSEMARIO SECCO - SC27614, ANDERSON BALLIN - RO5568
EXECUTADO: LEONEL DA SILVA VALENTE, L. S. VALENTE - ME
Intimação DA PARTE AUTORA
Fica a parte autora intimada para manifestar-se no prazo de 05 dias, sob pena de arquivamento.
Vilhena, 2 de maio de 2019

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76.980-000, Vilhena, RO Processo: 0023665-73.2011.8.22.0001
Classe: Ação Civil de Improbidade Administrativa
Assunto: Improbidade Administrativa
AUTOR: M. P. D. E. D. R., AC BURITIS 1457, AVENIDA PORTO VELHO 1579 SETOR 3 - 76880-970 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
RÉUS: NEWTON HIDEO NAKAYAMA CPF nº 041.829.848-38, SEM ENDEREÇO, GEOSERV SERVICOS DE GEOTECNIA E CONSTRUCAO LTDA CNPJ nº 02.904.092/0001-60, SEM ENDEREÇO, ALTAMIRO GARCIA DE ALMEIDA CPF nº 079.999.336-00, SEM ENDEREÇO, WILSON LUIZ DA COSTA CPF nº DESCONHECIDO, SEM ENDEREÇO, GUISO CONSTRUCOES E TERRAPLENAGEM LTDA - ME CNPJ nº 84.572.098/0001-41, RUA TENENTE BRASIL 175, - ATÉ 419 - LADO ÍMPAR CENTRO - 76900-004 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA, PEDRO ANDRE DE SOUZA CPF nº 219.968.142-49, SEM ENDEREÇO
ADVOGADOS DOS RÉUS: GEOVANNI DA SILVA NUNES OAB nº RO2421, ANDREY CAVALCANTE DE CARVALHO OAB nº RO303, JOSE DE ALMEIDA JUNIOR OAB nº RO1370, PAULO BARROSO SERPA OAB nº RO4923, CARLOS EDUARDO ROCHA ALMEIDA OAB nº RO3593
Vistos.
Ante o requerimento do Ministério Público, e sabendo que o PJE possuí limitações que esse Juízo não pode resolver, o cartório deverá contactar a STIC de Porto Velho para que esclareçam se é possível incluir no PJE o áudio da precatória constante do ID nº 17989058 (pag. 22/23), certificando nos autos.
Por outro lado, informo que o áudio encontra-se disponível em Cartório para cópia.
Cumpra-se, certifique-se e intimem-se.
Vilhena, 2 de maio de 2019
Kelma Vilela de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7002496-85.2019.8.22.0014
GuardaGuardaR$998,00
REQUERENTE: DIRCEU DE OLIVEIRA CPF nº 793.569.312-91, RUA SETE MIL SEISCENTOS E NOVE 3219 JARDIM VITÓRIA - 76986-420 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DANIELI MALDI ALVES OAB nº RO7558
REQUERIDO: MARCIA PAULA DA SILVA, AVENIDA CURITIBA 4490 LIBERDADE - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
DECISÃO
DIRCEU DE OLIVEIRA ajuizou a presente ação de guarda de sua filha E. A. da S. O em face de Marcia Paula da Silva.
Alegou ter mantido relacionamento amoroso com a genitora da criança e deste relacionamento adveio o nascimento da menor.
Afirmou que após o nascimento da criança ficou sob a guarda da genitor em razão da genitora não ter condições de cuidar da menor.
Inicialmente combinaram que esta situação seria temporária, no entanto, decorrido o prazo combinado entre as partes a genitora não buscou a menor demonstrando desinteresse na guarda da criança.
Por estes fatos pretende a fixação da guarda da criança.
Pois bem.
Em análise aos autos, verifico que a tutela de urgência deve ser concedida. Embora se encontre em sua fase inicial e considerando que a guarda pode ser modificada a qualquer tempo, tenho que neste momento devem ser preservados os interesses da criança.
Convêm ressaltar que deve-se preservar ao máximo aqueles que se encontram em situação de fragilidade, como é o caso da infante.
Presentes os requisitos necessários previstos no art. 300 do NCPC, quais sejam, probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
Assim sendo, considerando os fatos constantes dos autos, defiro a guarda provisória da criança em favor do autor.
Dessa forma, por ora, levando em consideração o princípio do melhor interesse da criança, o deferimento da tutela de urgência é medida que se impõe.
Designo audiência de conciliação para o dia 19.06. 2019, às 11:30 horas, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC, localizado no Fórum de Vilhena, na Av. Luiz Mazieiro, 4432, Jd. América, Vilhena/RO.
Cite-se o réu, com observância do §1º do art. 695 do CPC.
Intime-se a parte autora na pessoa de seu advogado (art. 334, § 3º, do CPC).
Não havendo acordo, o conciliador deverá apresentar a contrafé ao réu, o qual terá o prazo de 15 dias contados a partir da audiência, para apresentar defesa, sob pena de serem considerados como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora e, consequente decretação de revelia, nos termos do art. 344, do CPC, que assim dispõe: "Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor."
Apresentada a resposta, vista à parte autora para se manifestar quanto à contestação e documentos apresentados (se for o caso).
Remetam-se os autos ao NUPS para realização de estudo, encaminhando-se relatório aos autos.
Com a juntada do relatório, encaminhe-se para o Ministério Público para manifestação, bem como intimem-se as partes, com prazo de 05 (cinco) dias.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, caso conveniente à escrivania.
quinta-feira, 2 de maio de 2019
Kelma Vilela de Oliveira
Poder Judiciário - Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Comarca de Vilhena - 2ª Vara Cível e Juizado da Infância e Juventude
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena - RO

Processo: 7010012-30.2017.8.22.0014
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA - DEPARTAMENTO REGIONAL DE RONDONIA
Advogados do(a) EXEQUENTE: JAQUELINE FERNANDES SILVA - RO8128, MILEISI LUCI FERNANDES - RO3487, ELIEZER BELCHIOR DANTAS - RO7644

EXECUTADO: ADINALVA DOMINGOS DA SILVA
Intimação DA PARTE AUTORA
Pelo presente, fica a parte autora intimada para manifestar-se no prazo de 05 dias, quanto ao prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento.
Vilhena, 2 de maio de 2019
DOUGLAS LUCIANO CORTES DE FRANCA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7002609-39.2019.8.22.0014
Inventário e PartilhaEmbargos de TerceiroR$11.000,00
ADVOGADO DO EMBARGANTE: ALETEIA MICHEL ROSSI OAB nº RO3396
EMBARGANTE: ENIO SOUZA VARELI, RUA CENTO E DOIS-CINCO 2370 RESIDENCIAL MOYSÉS DE FREITAS - 76982-616 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EMBARGADO:
EMBARGADO: FRANCINETE CARVALHO COSTA, RUA ERECHIM 563 CENTRO (5º BEC) - 76988-028 - VILHENA - RONDÔNIA
Intime-se o autor, na pessoa de seu advogado, para que proceda o recolhimento do valor das custas processuais, em atenção ao disposto no art. 12, inciso I da Lei 3.896/2016, no prazo de cinco dias.
quinta-feira, 2 de maio de 2019
Kelma Vilela de Oliveira

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7002474-27.2019.8.22.0014
GuardaGuardaR$2.994,00
REQUERENTE: PAULO GIOVANI SANTOS MOREIRA CPF nº 871.129.222-91, RUA JOSÉ GOMES FILHO 1159 CRISTO REI - 76983-470 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DANIELI MALDI ALVES OAB nº RO7558
REQUERIDO: ANDRESSA KATTIELE ARRUDA DE SOUZA, AGF MAJOR AMARANTE 3316, AVENIDA MAJOR AMARANTE 4638 CENTRO (NOVA VILHENA) - 76980-972 - VILHENA - RONDÔNIA
DECISÃO
PAULO GIOVANI SANTOS MOREIRA ajuizou a presente ação de guarda de sua filha L. M. de A em face de Andressa Katielle Arruda de Souza.
Alegou ter mantido relacionamento amoroso com a genitora da criança e deste relacionamento adveio o nascimento da menor L. M. de A.
Afirmou que após a separação do casal a criança ficou sob a guarda da genitora. Disse que acordaram verbalmente que a criança ficaria durante o dia com o genitor, tendo em vista que este trabalha no período noturno e com a genitora durante á noite.
Alega que a genitora começou a frequentar bares e ingerir bebida alcoólica levando consigo a criança ou a deixando sob os cuidados de familiares que tem comportamento inadequado.
Por estes fatos pretende a fixação da guarda da criança com a fixação de alimentos provisórios.
Pois bem.
Em análise aos autos, verifico que a tutela de urgência deve ser concedida, eis que existem indícios da negligência da genitora quanto aos cuidados com a menor, o que se verifica dos documentos (boletins de ocorrência policial e relatório do Conselho Tutelar) juntados ao feito.
Ainda que se trate de produzida de forma unilateral, tal fato por si só não afasta os indícios de que a criança esteja sofrendo com a conduta da requerida.
Convêm ressaltar que deve-se preservar ao máximo aqueles que se encontram em situação de fragilidade, como é o caso da infante.
Presentes os requisitos necessários previstos no art. 300 do NCPC, quais sejam, probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
Os documentos carreados aos autos demonstram que a genitora vem negligenciando quanto aos cuidados com a criança o que demonstra situação de risco a esperar o deslinde da presente ação.
Assim sendo, considerando os fatos constantes dos autos, defiro a guarda provisória da criança em favor do autor. Diante da ausência de documentos que comprovem a renda da requerida, fixo os alimentos no importe de 30% do salário mínimo, a serem pagos todo dia 05 de cada mês.
Dessa forma, por ora, levando em consideração o princípio do melhor interesse da criança, o deferimento da tutela de urgência é medida que se impõe.
Designo audiência de conciliação para o dia 19.06. 2019, às 11:30 horas, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC, localizado no Fórum de Vilhena, na Av. Luiz Mazieiro, 4432, Jd. América, Vilhena/RO.
Cite-se o réu, com observância do §1º do art. 695 do CPC.
Intime-se a parte autora na pessoa de seu advogado (art. 334, § 3º, do CPC).
Não havendo acordo, o conciliador deverá apresentar a contrafé ao réu, o qual terá o prazo de 15 dias contados a partir da audiência, para apresentar defesa, sob pena de serem considerados como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora e, consequente decretação de revelia, nos termos do art. 344, do CPC, que assim dispõe: “Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.”
Apresentada a resposta, vista à parte autora para se manifestar quanto à contestação e documentos apresentados (se for o caso).
Remetam-se os autos ao NUPS para realização de estudo, encaminhando-se relatório aos autos.
Com a juntada do relatório, encaminhe-se para o Ministério Público para manifestação, bem como intimem-se as partes, com prazo de 05 (cinco) dias.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, caso conveniente à escrivania.
quinta-feira, 2 de maio de 2019
Kelma Vilela de Oliveira
Poder Judiciário - Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Comarca de Vilhena - 2ª Vara Cível e Juizado da Infância e Juventude
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena - RO

Processo: 7010038-28.2017.8.22.0014
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: CIRLENE ALVES DA CRUZ
Advogados do(a) EXEQUENTE: EDRIANE FRANCINE DALLA VECCHIA HAMMERSCHMIDT - RO7029, ROBERTO CARLOS MAILHO - RO3047, HULGO MOURA MARTINS - RO4042
EXECUTADO: ELVES DA SILVA SANTOS

Intimação DA PARTE AUTORA
Tendo em vista a certidão do oficial de justiça (ID. 25626377), fica a parte autora intimada para manifestar-se no prazo de 05 dias.
Vilhena, 2 de maio de 2019
Poder Judiciário - Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Comarca de Vilhena - 2ª Vara Cível e Juizado da Infância e Juventude
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena - RO

Processo: 0000033-76.2011.8.22.0014
Classe: FAMÍLIA- INVENTÁRIO (39)
REQUERENTE: MAGDA TEREZINHA DE MATTOS
Advogados do(a) REQUERENTE: JOSEMARIO SECCO - SC27614, ANDERSON BALLIN - RO5568
INVENTARIADO: JOSE ANTONIO OLIVEIRA
Intimação DA PARTE AUTORA
Pelo presente, fica a parte autora intimada para manifestar-se no prazo de 05 dias, quanto ao prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento.
Vilhena, 2 de maio de 2019
DOUGLAS LUCIANO CORTES DE FRANCA
Poder Judiciário - Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Comarca de Vilhena - 2ª Vara Cível e Juizado da Infância e Juventude
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena - RO

Processo: 7001459-91.2017.8.22.0014
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S.A.
Advogado do(a) EXEQUENTE: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - RO4875
EXECUTADO: AUTO POSTO TRINDADE LTDA, ALEXANDRE VOLKWEIS, CRISTIAN VOLKWEIS
Intimação DA PARTE AUTORA
Tendo em vista a certidão do oficial de justiça (ID. 25536086), fica a parte autora intimada para manifestar-se no prazo de 05 dias.
Vilhena, 2 de maio de 2019
Poder Judiciário - Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Comarca de Vilhena - 2ª Vara Cível e Juizado da Infância e Juventude
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena - RO

Processo: 7000288-36.2016.8.22.0014
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: PATO BRANCO ALIMENTOS LTDA
Advogados do(a) EXEQUENTE: ANDERSON BALLIN - RO5568, JOSEMARIO SECCO - SC27614
EXECUTADO: MARIA LUZINETE FERREIRA DE ARAUJO
Intimação DA PARTE AUTORA
Fica a parte autora intimada para manifestar-se no prazo de 05 dias.
Vilhena, 2 de maio de 2019
Poder Judiciário - Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Comarca de Vilhena - 2ª Vara Cível e Juizado da Infância e Juventude
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena - RO

Processo: 7009487-82.2016.8.22.0014
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: APEDIA VEICULOS E PECAS LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: SIDNEY DUARTE BARBOSA - RO630-A
EXECUTADO: INCORPORADORA ORLEANS LTDA - EPP, WILSON DE OLIVEIRA MAGALHAES, KELBIANA XAVIER PEREIRA MERELES
Intimação DA PARTE AUTORA
Fica a parte autora intimada para manifestar-se no prazo de 05 dias.
Vilhena, 2 de maio de 2019

3ª VARA CÍVEL

3º Cartório Cível
Comarca de Vilhena
3ª vara cível
Cartório da 3ª vara Cível
SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
JUIZ: Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral
vinicius@tj.ro.gov.br
DIRETORA DE SECRETARIA: Vanessa Cristina Ramos de Azevedo
vha3civel@tj.ro.gov.br

Proc.: 0002038-32.2015.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Flavia Bassani Alves
Advogado:Leandro Márcio Pedot (OAB/RO 2022)
Requerido:Tim Celular Sa
Advogado:Rubens Gaspar Serra (SP 119859), Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/RO 6325)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Requerida TIM CELULAR S/A (Cnpj/MF 04.206.050/0128-63), por via de seu Advogado, intimada para no prazo de 15 dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 780,06, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa. Vilhena, 30/04/2019 - Leandro Roberto Goebel - Técnico Judiciário

Proc.: 0010063-34.2015.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sul da Amazônia Ltda Sicoob Credisul
Advogado:Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562), Agenor Martins (OAB/RO 654A), José da Cruz Del Pino (OAB/RO 6277)
Executado:Antonio Peixoto da Silva
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora intimada, por via de seu Advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, comprovar a distribuição da carta precatória no juízo deprecado. Vilhena, 30/04/2019 - Leandro R. Goebel - Técnico Judiciário

Proc.: 0005115-49.2015.8.22.0014
Ação:Inventário
Requerente:Wellinton da Silva Riveiro
Advogado:Tatiane Guedes Cavallo Baptista (OAB/RO 6835)
Inventariado:Gilberto Pinto Riveiro
SENTENÇA:
Wellinton da Silva Riveiro, representado por sua genitora Maria Aparecida Lopes da Silva ingressou com Abertura de Inventário dos bns deixados por Gilberto Pinto Riveiro, em decorrência do falecimento deste em 14 de fevereiro de 2015. Intimada a inventariante, através de seu procurador, para recolhimento do IPVA e demais taxas, esta requereu a intimação pessoal da inventariante para se manifestar sobre o recolhimento. Nada obstante, para evitar prejuízo à administração da justiça e em cumprimento da regra do art. 485, § 1º do CPC/2015, foi determinada a intimação pessoal da autora para comprovar o pagamento dos débitos, juntando certidão de tributos estaduais e dar andamento ao feito, permanecendo inerte por período juridicamente relevante. Decido.O impulso da parte autora ao processo é indispensável neste caso porque deveria comprovar o pagamento dos débitos e juntar certidão de tributos estaduais. Posto isto, por SENTENÇA fundada no art. 485, III do CPC/2015, declaro que a parte autora deixou de promover os atos que lhe competiam, motivo que impõe esta DECISÃO sem resolução do MÉRITO.Sem custas.Publicação

e registro automáticos. Intime-se.Transitada em julgado, arquivem-se os autos.Vilhena-RO, sexta-feira, 26 de abril de 2019.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0005439-10.2013.8.22.0014
Ação:Ação Civil Pública
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (OAB/RO)
Requerido:Construtora e Incorporadora Acácia Ltda, Marieli Marasca Khalil, Thiago Cristiano Barreto Leite, Município de Vilhena, Samira Marasca, Vanessa Cardoso Barreto Negri
Advogado:Lyssia Santos Hernandes (OAB/RO 3042), Kerson Nascimento de Carvalho (OAB/RO 3384), Lyssia Santos Hernandes (OAB/RO 3042)
DESPACHO:
Declaro encerrada a instrução. Alegações finais escritas pelas partes em prazos sucessivos de 15 dias, iniciando-se pelo autor e após, pelos réus.Vilhena-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019. Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0002134-47.2015.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Castro Lima de Souza
Advogado:Paula Haubert Manteli (OAB/RO 5276)
Executado:Bruno Santos da Silva
Certidão da Escrivania:
(x)17. Intimar a parte autora para retirar documentos, no prazo de 05 dias.(CERTIDÃO DE DÉBITO)

Proc.: 0010156-94.2015.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Kassiano Henrique de Oliveira Pretto
Advogado:Fábio Dourado da Silva (OAB/RO 4668), Alcedir de Oliveira (OAB/RO 5112)
Requerido:Banco Itaúcard S. A.
Advogado:José Almir da Rocha Mendes Júnior (RN 392-A)
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0011412-77.2012.8.22.0014
Ação:Embargos de Terceiro (Cível)
Embargante:Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena Sicredi Univales Mt
Advogado:Pedro Francisco Soares (OAB/MT 12999), Janaína Braga de Almeida (MT 13701)
Embargado:Fazenda Pública do Estado de Rondônia, Dalanhol & Cia Ltda Epp
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
A petição encontra-se incompleta somente com a primeira página. Mas ainda que assim não fosse, considerando a implantação do PJE e que todos os processos novos devem tramitar exclusivamente pelo sistema, e considerando o art. 16 da resolução 013/2014-PR, eventual cumprimento de SENTENÇA deverá ser interposto via PJE. Intime-se e após arquivem-se os autos.Vilhena-RO, quinta-feira, 2 de maio de 2019.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0005602-87.2013.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Vilhena Tintas Ltda
Advogado:Roniéder Trajano Soares Silva (OAB/RO 3694)
Executado:Maximus Construtora Ltda, Wilson Leno da Silva, Gisele dos Santos Galdino
DESPACHO:
A tentativa de penhora on line foi frustrada por ausência de saldo positivo em conta bancária do executado. Requeira o credor em 15 dias.Vilhena-RO, quinta-feira, 2 de maio de 2019.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0003244-18.2014.8.22.0014
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Lucirlei Santos Alves
Advogado:Eric José Gomes Jardina (OAB/RO 3375), Rafael Maziero (RO 5811), Eduardo Campagnolo Hartmann (OAB/RO 6198)
Denunciado:Dorinha Calzavara Blecha, Mapfre Vera Cruz Seguradora S. A. Filial
Advogado:Urano Freire de Morais (OAB/RO 240B), Carlos Antônio Harten Filho (OAB/PE 19357), Karinny Miranda Campos (OAB/RO 2413)
DESPACHO:
Considerando o depósito judicial do valor dos honorários periciais expeça-se alvará ao senhor perito. Diante das provas documentais e da prova pericial manifestem-se as partes se ainda pretendem a oitiva de suas testemunhas. Prazo: 5 dias. Vilhena-RO, quinta-feira, 2 de maio de 2019.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0006256-45.2011.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Miriam Borges, Luiza Eduarda Pinheiro Borges
Advogado:Newton Schramm de Souza (OAB/RO 2947), Antônio Eduardo Schramm de Souza (OAB/RO 4001), Amanda Iara Tachini de Almeida (OAB/RO 3146)
Executado:Henrique Pereira da Silva Filho
Advogado:Vagner Boscato de Almeida ( )
DESPACHO:
O processo foi suspenso por um ano ou até que o credor indicasse bens penhoráveis do executado (art. 921 do CPC). Nada obstante, o credor não deu adequado andamento do feito com efetiva indicação de bens, mas apenas meio transverso de tentar obstar a suspensão devida.Assim, indefiro o pedido. Que o processo seja encaminhado ao arquivo provisório conforme DECISÃO de fl. 320.Vilhena-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0004443-12.2013.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:P. H. C. M.
Advogado:Henrique Augusto de Oliveira Pereira (8573)
Executado:A. da C. M. P. T. B. M.
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999), Paula Haubert Manteli (OAB/RO 5276), Luana Caroline Tobias Zuchonelli (SSPSP 340)
SENTENÇA:
Paulo Henrique Codrignani Marques propôs execução de alimentos em face de Amadeus da Cunha Marques. A obrigação foi satisfeita mediante levantamento dos valores por meio alvará.Assim, Ante a Satisfação da Obrigação julgo Extinta a Execução com fundamento no artigo 924, II do CPC/2015.Sem custasPublicação e registros automáticos. Intimem-se.Arquivem-se os autos, independentemente de trânsito.Vilhena-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0006167-22.2011.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Friron - Comércio Distribuição e Representação de Frios Rondonia Ltda
Advogado:Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562), Agenor Martins (OAB/RO 654A)
Requerido:M. B. Sandos e Cia Ltda ME
Advogado:Flávio Zahn Kloos (OAB/RO 4537), Abdiel Afonso Figueira (RO 3092)
DESPACHO:
Junte-se carta p´recatória que segue.Sobre ela dê-se vista ao autor para manifestar-se em 15 dias. Vilhena-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0009716-35.2014.8.22.0014
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:K. C. de S. S.
Advogado:Defensoria Pública de Vilhena ( )
Executado:L. C. da S.
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 20 DIAS
Autos:0009716-35.2014.822.0014
Ação:Execução de Alimentos
AssuntoObrigação de Fazer / Não Fazer.
Requerente:Kauany Caroline de Souza Silva
Advogada: Defensoria
Requerida: Luiz Carlos da Silva, CPF n. 300.278.778-76, atualmente em local incerto e não sabido.
Valor da Ação:R$ 434,62(QUATROCENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS E SESSENTA E DOIS CENTAVOS)
FINALIDADE: Proceder a INTIMAÇÃO do Requerido para pagar o débito em 15 dias. Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo de 15 dias, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento.
ADVERTÊNCIA: Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, MANDADO de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 dias para o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente nos próprios autos sua impugnação (art.525).
DESPACHO: "Nada obstante, é necessário que o executado seja intimado para pagar o débito em 15 dias. Porque desconhecido o endereço do réu determino a intimação por edital. Decorrido o prazo sem qualquer manifestação, desde já ao revel citado por edital, nomeio curador um dos integrantes da Defensoria Pública. Dê-se vista para manifestação (CPC art. 72, II). Vilhena-RO, 29 de Abril de 2019.
Vilhena/RO, 02 de maio de 2019
Vanessa Cristina Ramos de Azevedo
Diretora de Secretaria
(Assinado Digitalmente)

Proc.: 0007646-45.2014.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Gaplan Administradora de Consórcios Ltda
Advogado:Valdemir Barsalini (OAB/SP 20591)
Requerido:Paulo Cândido da Silva, Newton Fabio Paes
Custas Finais:
Fica a parte Requerente, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas para publicação do Edital, no valor de R$ 23,12.
Vanessa Cristina Ramos de Azevedo
Diretora de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA Vilhena - 3ª Vara Cível Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
PROCESSO: 7004240-52.2018.8.22.0014
CLASSE: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
POLO ATIVO: JULIANA SOUZA NASCIMENTO
Advogado do(a) AUTOR: ESTEVAN SOLETTI - RO3702
POLO PASSIVO: embrasystem
Intimação de JULIANA SOUZA NASCIMENTO
Fica Vossa Senhoria, pela presente, intimado(a) do r. DESPACHO proferido por este Juízo, abaixo transcrito.
"Cite-se/intime-se a parte requerida por edital. Fluído o prazo sem qualquer manifestação, desde já, ao revel citado/intimado por edital, nomeio curador um dos integrantes da Defensoria Pública (NCPC art. 72, II). Ciência ao Defensor acerca da nomeação.
Após dê-se nova vista à parte autora.
Vilhena-RO, 3 de janeiro de 2019
VINICIUS BOVO DE ALBUQUERQUE CABRAL
Juiz de Direito"
Terça-feira, 30 de Abril de 2019
VANESSA CRISTINA RAMOS DE AZEVEDO
Diretora de Secretaria
PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA Vilhena - 3ª Vara Cível Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354

EDITAL DE CITAÇÃO
(Prazo: 20 dias)
Processo: 7005700-74.2018.8.22.0014
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Polo Ativo: EXEQUENTE: ENTRELACOS CONFECCOES E DECORACOES LTDA - ME
Polo Passivo: EXECUTADO: LUCIA REGINA DE SOUZA
Valor da Causa: R$ 969,47
FINALIDADE
CITAÇÃO de LUCIA REGINA DE SOUZA, inscrito no CPF n.478.988.952-15, atualmente em local incerto e não sabido, para no prazo de 03 (três) dias, pagar a importância devida, sob pena de, não o fazendo, serem-lhe penhorados tantos de seus bens quantos bastem para garantir a execução. Cientifique-se que o prazo para opor embargos é de 15 (quinze) dias. Honorários fixados em 10% (dez por cento) do valor da causa.
01 de fevereiro de 2019
Vanessa Cristina Ramos de Azevedo
Diretora de Secretaria em substituição

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA Vilhena - 3ª Vara Cível Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
PROCESSO: 7000516-40.2018.8.22.0014
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
POLO ATIVO: A.M.S. CORREA & CIA LTDA - EPP
Advogado do(a) EXEQUENTE: ERIC JOSE GOMES JARDINA - RO3375
POLO PASSIVO: EXPEDITA DA CRUZ TORRES
Certidão
Certifico e dou fé, que em cumprimento art. 203, § 4º do CPC/2015 e do art. 125 das Diretrizes Judiciais, independentemente de DESPACHO, promovo os atos ordinatórios necessários para:
(x) 4. Intimar as partes para, em 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça.
Terça-feira, 30 de Abril de 2019
TEÓFILO MACIEL PAULINO DA SILVA
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA Vilhena - 3ª Vara Cível Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
PROCESSO: 7006150-85.2016.8.22.0014
CLASSE: MONITÓRIA (40)
POLO ATIVO: POSTO DE MOLAS NOMA LTDA - EPP
Advogados do(a) AUTOR: MARCIO HENRIQUE DA SILVA MEZZOMO - RO5836, MARIANNE ALMEIDA E VIEIRA DE FREITAS PEREIRA - RO3046, JEVERSON LEANDRO COSTA - RO3134-A, KELLY MEZZOMO CRISOSTOMO COSTA - RO3551
POLO PASSIVO: FRANCISCO DE ASSIS PERES BITTENCOURT
Intimação de POSTO DE MOLAS NOMA LTDA - EPP
Fica Vossa Senhoria, pela presente, intimado(a) do r. DESPACHO proferido por este Juízo, abaixo transcrito.
"Após dê-se nova vista à parte autora.
Vilhena-RO, 31 de janeiro de 2019
VINICIUS BOVO DE ALBUQUERQUE CABRAL
Juiz de Direito"
Terça-feira, 30 de Abril de 2019
VANESSA CRISTINA RAMOS DE AZEVEDO
Diretora de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA Vilhena - 3ª Vara Cível Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
PROCESSO: 7001049-62.2019.8.22.0014
CLASSE: MONITÓRIA (40)
POLO ATIVO: UNIMED VILHENA COOPERATIVA TRABALHO MÉDICO
Advogado do(a) AUTOR: LUIZ ANTONIO GATTO JUNIOR - RO4683
POLO PASSIVO: SERGIO REZENDE DE FREITAS
Certidão
Certifico e dou fé, que em cumprimento art. 203, § 4º do CPC/2015 e do art. 125 das Diretrizes Judiciais, independentemente de DESPACHO, promovo os atos ordinatórios necessários para:
(X) 2. Intimar a parte autora para se manifestar, no prazo de 15 dias, ante a não manifestação da parte requerida.
Terça-feira, 30 de Abril de 2019
TEOFILO MACIEL PAULINO DA SILVA
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA Vilhena - 3ª Vara Cível Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
PROCESSO: 7000870-31.2019.8.22.0014
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
POLO ATIVO: SCHMITT E CIA LTDA
Advogados do(a) EXEQUENTE: MARIANNE ALMEIDA E VIEIRA DE FREITAS PEREIRA - RO3046, JEVERSON LEANDRO COSTA - RO3134-A, MARCIO HENRIQUE DA SILVA MEZZOMO - RO5836, KELLY MEZZOMO CRISOSTOMO COSTA - RO3551
POLO PASSIVO: VAGNO ANTONIO PRIMO
Certidão
Certifico e dou fé, que em cumprimento art. 203, § 4º do CPC/2015 e do art. 125 das Diretrizes Judiciais, independentemente de DESPACHO, promovo os atos ordinatórios necessários para:
(x) 2. Intimar a parte autora para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, ante a não manifestação da parte requerida.
Terça-feira, 30 de Abril de 2019
VANESSA CRISTINA RAMOS DE AZEVEDO
Diretora de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA Vilhena - 3ª Vara Cível Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
PROCESSO: 7001872-36.2019.8.22.0014
CLASSE: CAUTELAR INOMINADA (183)
POLO ATIVO: KARINA ANDRADE
Advogado do(a) REQUERENTE: ARMANDO KREFTA - RO321-B
POLO PASSIVO: UNIMED VILHENA COOPERATIVA TRABALHO MÉDICO
Advogado do(a) REQUERIDO: LUIZ ANTONIO GATTO JUNIOR - RO4683
CERTIDÃO
Certifico e dou fé, que em cumprimento art. 203, § 4º do CPC/2015 e do art. 125 das Diretrizes Judiciais, independentemente de DESPACHO, promovo os atos ordinatórios necessários para:
(X) 10. Após impugnação à contestação intimar as partes para no prazo comum de 10 (dez) dias especificarem provas, inclusive arrolando testemunhas que pretendam ouvir, sob a consequência de preclusão.
Terça-feira, 30 de Abril de 2019
JEAN LUIS FERREIRA
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA Vilhena - 3ª Vara Cível Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
PROCESSO: 7000985-52.2019.8.22.0014
CLASSE: BUSCA E APREENSÃO (181)
POLO ATIVO: PONTA ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA
Advogado do(a) REQUERENTE: PEDRO ROBERTO ROMAO - SP209551
POLO PASSIVO: NEUZA MARIA ZANCANARO BORBA
Certidão
Certifico e dou fé, que em cumprimento art. 203, § 4º do CPC/2015 e do art. 125 das Diretrizes Judiciais, independentemente de DESPACHO, promovo os atos ordinatórios necessários para:
(x) 4. Intimar as partes para, em 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça.
Terça-feira, 30 de Abril de 2019
VANESSA CRISTINA RAMOS DE AZEVEDO
Diretora de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA Vilhena - 3ª Vara Cível Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
PROCESSO: 7005876-24.2016.8.22.0014
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
POLO ATIVO: VANZIN INDUSTRIA COMERCIO DE FERRO E ACO LTDA
Advogados do(a) EXEQUENTE: JEVERSON LEANDRO COSTA - RO3134-A, MARIANNE ALMEIDA E VIEIRA DE FREITAS PEREIRA - RO3046, MARCIO HENRIQUE DA SILVA MEZZOMO - RO5836, KELLY MEZZOMO CRISOSTOMO COSTA - RO3551
POLO PASSIVO: VALDOISIO RODRIGUES DA CRUZ
Certidão
Certifico e dou fé, que em cumprimento art. 203, § 4º do CPC/2015 e do art. 125 das Diretrizes Judiciais, independentemente de DESPACHO, promovo os atos ordinatórios necessários para:
(x) 4. Intimar as partes para, em 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça.
Terça-feira, 30 de Abril de 2019
TEOFILO MACIEL PAULINO DA SILVA
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA Vilhena - 3ª Vara Cível Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
PROCESSO: 7000430-35.2019.8.22.0014
CLASSE: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
POLO ATIVO: PEMAZA S/A
Advogados do(a) AUTOR: MARIANA MOREIRA DEPINE - RO8392, RAFAEL KAYED ATALLA PARAIZO - RO8387, JOSEMARIO SECCO - SC27614, ANDERSON BALLIN - RO5568
POLO PASSIVO: FABIO MARIANO DE ALMEIDA
Certidão
Certifico e dou fé, que em cumprimento art. 203, § 4º do CPC/2015 e do art. 125 das Diretrizes Judiciais, independentemente de DESPACHO, promovo os atos ordinatórios necessários para:
(x) 4. Intimar as partes para, em 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça.
Terça-feira, 30 de Abril de 2019
VANESSA CRISTINA RAMOS DE AZEVEDO
Diretora de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA Vilhena - 3ª Vara Cível Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
PROCESSO: 7001872-36.2019.8.22.0014
CLASSE: CAUTELAR INOMINADA (183)
POLO ATIVO: KARINA ANDRADE
Advogado do(a) REQUERENTE: ARMANDO KREFTA - RO321-B
POLO PASSIVO: UNIMED VILHENA COOPERATIVA TRABALHO MÉDICO
Advogado do(a) REQUERIDO: LUIZ ANTONIO GATTO JUNIOR - RO4683
CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que em cumprimento art. 203, § 4º do CPC/2015 e do art. 125 das Diretrizes Judiciais, independentemente de DESPACHO, promovo os atos ordinatórios necessários para:
(X) 10. Após impugnação à contestação intimar as partes para no prazo comum de 10 (dez) dias especificarem provas, inclusive arrolando testemunhas que pretendam ouvir, sob a consequência de preclusão.
Terça-feira, 30 de Abril de 2019
JEAN LUIS FERREIRA
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA Vilhena - 3ª Vara Cível Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
PROCESSO: 7001689-65.2019.8.22.0014
CLASSE: MONITÓRIA (40)
POLO ATIVO: UNIMED VILHENA COOPERATIVA TRABALHO MÉDICO
Advogado do(a) AUTOR: LUIZ ANTONIO GATTO JUNIOR - RO4683
POLO PASSIVO: DIEGO RANGEL
Certidão
Certifico e dou fé, que em cumprimento art. 203, § 4º do CPC/2015 e do art. 125 das Diretrizes Judiciais, independentemente de DESPACHO, promovo os atos ordinatórios necessários para:
(x) 4. Intimar as partes para, em 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça.
Terça-feira, 30 de Abril de 2019
TEÓFILO MACIEL PAULINO DA SILVA
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA Vilhena - 3ª Vara Cível Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
PROCESSO: 7006775-51.2018.8.22.0014
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
POLO ATIVO: A.M.S. CORREA & CIA LTDA - EPP
Advogado do(a) EXEQUENTE: ERIC JOSE GOMES JARDINA - RO3375
POLO PASSIVO: I.Y. J. DIREYA VARIEDADES - ME e outros
Certidão
Certifico e dou fé, que em cumprimento art. 203, § 4º do CPC/2015 e do art. 125 das Diretrizes Judiciais, independentemente de DESPACHO, promovo os atos ordinatórios necessários para:
(x) 4. Intimar as partes para, em 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça.
Terça-feira, 30 de Abril de 2019
VANESSA CRISTINA RAMOS DE AZEVEDO
Diretora de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA Vilhena - 3ª Vara Cível Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
PROCESSO: 7004000-63.2018.8.22.0014
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
POLO ATIVO: DISAGUA DISTRIBUIDORA DE ABRASIVOS GUARUJA LTDA
Advogados do(a) EXEQUENTE: JOSEMARIO SECCO - SC27614, ANDERSON BALLIN - RO5568
POLO PASSIVO: CARLOS ALEXANDRE CARDOSO DO SAL DA SILVA
Certidão
Certifico e dou fé, que em cumprimento art. 203, § 4º do CPC/2015 e do art. 125 das Diretrizes Judiciais, independentemente de DESPACHO, promovo os atos ordinatórios necessários para:
(x) 4. Intimar as partes para, em 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça.
Terça-feira, 30 de Abril de 2019
VANESSA CRISTINA RAMOS DE AZEVEDO
Diretora de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA Vilhena - 3ª Vara Cível Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
PROCESSO: 7000530-87.2019.8.22.0014
CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
POLO ATIVO: COMERCIO DE CONFECCOES LUNA E OLIVEIRA LTDA - ME
Advogados do(a) EXEQUENTE: RAFAELA GEICIANI MESSIAS - RO4656, JAYNE MOUTINHO BALESTRIN - RO7928
POLO PASSIVO: LIVIA FREITAS GARCIA DONADON
Certidão
Certifico e dou fé, que em cumprimento art. 203, § 4º do CPC/2015 e do art. 125 das Diretrizes Judiciais, independentemente de DESPACHO, promovo os atos ordinatórios necessários para:
(x) 4. Intimar as partes para, em 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça.
Terça-feira, 30 de Abril de 2019
VANESSA CRISTINA RAMOS DE AZEVEDO
Diretora de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA Vilhena - 3ª Vara Cível Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
PROCESSO: 7007879-78.2018.8.22.0014
CLASSE: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
POLO ATIVO: COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS
Advogado do(a) AUTOR: BRUNO SILVA NAVEGA - RJ118948
POLO PASSIVO: ATENNA RIOSUL CORRETORA DE SEGUROS LTDA
Certidão
Certifico e dou fé, que em cumprimento art. 203, § 4º do CPC/2015 e do art. 125 das Diretrizes Judiciais, independentemente de DESPACHO, promovo os atos ordinatórios necessários para:
(X) 4. Intimar as partes para, em 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça.
Terça-feira, 30 de Abril de 2019
TEOFILO MACIEL PAULINO DA SILVA
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
VILHENA
Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
e-mail: vha3civel@tjro.jus.br
Vilhena - 3ª Vara Cível
Processo: 7002613-76.2019.8.22.0014
Classe: [Títulos de Crédito, Busca e Apreensão]
Requerente: EXEQUENTE: CAIXA CONSORCIOS S.A. ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS
Advogado: FABIANO LOPES BORGES OAB: GO23802
Requerido: EXECUTADO: VENERANDO SAMUEL OLMEDO VIEIRA AMARO
Valor da causa: R$ 7.516,37
DESPACHO
Que a parte autora promova o recolhimento das custas e comprovação nos autos observando a nova Lei de Custas n.3.896/2016, sob pena de cancelamento da distribuição do processo. Prazo: 15 dias.
Vilhena, 30 de abril de 2019
VINICIUS BOVO DE ALBUQUERQUE CABRAL
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
VILHENA
Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
e-mail: vha3civel@tjro.jus.br
Vilhena - 3ª Vara Cível
Processo: 7002642-29.2019.8.22.0014

Classe: [Espécies de Títulos de Crédito]
Requerente: EXEQUENTE: R & S COM E TRANSPORTES DE MATERIAIS P/CONSTRUCAO LTDA
Advogado: ROBERTA MARCANTE OAB: RO9621 MARIA CAROLINA DE FREITAS ROSA FUZARO OAB: RO6125 ANDRE COELHO JUNQUEIRA OAB: RO6485 JONI FRANK UEDA OAB: RO5687
Requerido: EXECUTADO: EDINALVA FAGUNDES TEIXEIRA
Valor da causa: R$ 4.279,56
DESPACHO
Que a parte autora promova o recolhimento das custas e comprovação nos autos observando a nova Lei de Custas n.3.896/2016, sob pena de cancelamento da distribuição do processo. Prazo: 15 dias.
Vilhena, 30 de abril de 2019
VINICIUS BOVO DE ALBUQUERQUE CABRAL
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
VILHENA
Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
e-mail: vha3civel@tjro.jus.br
Vilhena - 3ª Vara Cível
Vara: 3ª Vara Cível
Processo: 7002153-89.2019.8.22.0014
Classe: BUSCA E APREENSÃO (181)
Requerente: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
Advogado: ROSANGELA DA ROSA CORREA OAB: RO5398
Endereço: desconhecido
Requerido: GRAZIELA APARECIDA MACHADO HORBACH
Banco Bradesco Financiamentos S.A propôs ação de Busca e Apreensão em face de Graziela Aparecida Machado Horbach. Antes da citação da requerida, o autor postulou pela extinção do processo pela desistência (id 26833570).
Decido.
Considerando a expressa manifestação do autor, com fundamento no artigo 485, VIII do CPC/2015, HOMOLOGO o pedido de desistência e extingo o processo sem resolução do MÉRITO.
Sem custas finais
Publicação e registro automáticos. Intimem-se.
Arquivem-se os autos.
Vilhena-RO, 30 de abril de 2019
VINICIUS BOVO DE ALBUQUERQUE CABRAL
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
VILHENA
Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
e-mail: vha3civel@tjro.jus.br
Vilhena - 3ª Vara Cível
Processo: 7002650-06.2019.8.22.0014
Classe: [Espécies de Títulos de Crédito]
Requerente: EXEQUENTE: R & S COM E TRANSPORTES DE MATERIAIS P/CONSTRUCAO LTDA
Advogado: ROBERTA MARCANTE OAB: RO9621 Endereço: desconhecido Advogado: MARIA CAROLINA DE FREITAS ROSA FUZARO OAB: RO6125 Endereço: Avenida Sabino Bezerra de Queiroz, 4287, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-748 Advogado: ANDRE COELHO JUNQUEIRA OAB: RO6485 Endereço: Avenida Sabino Bezerra de Queiroz, 4.287, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-748 Advogado: JONI FRANK UEDA OAB: RO5687 Endereço: Avenida Sabino Bezerra de Queiroz, 4.287, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-748
Requerido: EXECUTADO: ALAIRTO ANTONIO MELLO DA FONSECA
Valor da causa: R$ 2.055,67
DESPACHO
Que a parte autora promova o recolhimento das custas e comprovação nos autos observando a nova Lei de Custas n.3.896/2016, sob pena de cancelamento da distribuição do processo. Prazo: 15 dias.
Vilhena, 30 de abril de 2019
VINICIUS BOVO
DE ALBUQUERQUE CABRAL
Juiz de Direito
PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA Vilhena - 3ª Vara Cível Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
PROCESSO: 7000017-22.2019.8.22.0014
CLASSE: MONITÓRIA (40)
POLO ATIVO: A.M.C. DE SOUZA & CIA LTDA - EPP
Advogado do(a) AUTOR: ESTEVAN SOLETTI - RO3702
POLO PASSIVO: I. A. DO NASCIMENTO ESTRUTURAS METALICAS EIRELI - EPP
CERTIDÃO
Certifico e dou fé, que em cumprimento art. 203, § 4º do CPC/2015 e do art. 125 das Diretrizes Judiciais, independentemente de DESPACHO, promovo os atos ordinatórios necessários para:
(x) 4. Intimar as partes para, em 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça.
Quinta-feira, 02 de Maio de 2019
JEAN LUIS FERREIRA
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA Vilhena - 3ª Vara Cível Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
PROCESSO: 7006562-16.2016.8.22.0014
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
POLO ATIVO: ELIZABET FATIMA DE LIMA
Advogado do(a) EXEQUENTE: BRUNA DE LIMA PEREIRA - RO6298
POLO PASSIVO: MARIA IRANEIDES DE SOUZA
CERTIDÃO
Certifico e dou fé, que em cumprimento art. 203, § 4º do CPC/2015 e do art. 125 das Diretrizes Judiciais, independentemente de DESPACHO, promovo os atos ordinatórios necessários para:
(x) 4. Intimar as partes para, em 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça.
Quinta-feira, 02 de Maio de 2019
JEAN LUIS FERREIRA
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA Vilhena - 3ª Vara Cível Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
PROCESSO: 7008122-56.2017.8.22.0014
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
POLO ATIVO: CARLOS AMARAL DE SOUZA
Advogado do(a) EXEQUENTE: PAULA HAUBERT MANTELI - RO5276
POLO PASSIVO: JAIRO BUCCO
CERTIDÃO
Certifico e dou fé, que em cumprimento art. 203, § 4º do CPC/2015 e do art. 125 das Diretrizes Judiciais, independentemente de DESPACHO, promovo os atos ordinatórios necessários para:
(x) 4. Intimar as partes para, em 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça.
Quinta-feira, 02 de Maio de 2019
JEAN LUIS FERREIRA
Diretor de Secretaria

4ª VARA CÍVEL

4º Cartório Cível
E-mail:vha4civel@tjro.jus.br

Proc.: 0010494-73.2012.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco do Brasil S/a
Advogado:Rafael Sganzerla Durand (OAB/SP 211648)
Executado:Moacir Antônio Barlette
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para manifestar-se sobre a certidão de fls. 179-verso.

Proc.: 0005828-24.2015.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:M. G. P.
Advogado: Flora Maria Ribas Araújo (OAB/RO 2642)
Requerido:M. P.
DESPACHO: Defiro o parcelamento das custas processuais em 06 (seis) vezes. Proceda-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 29 de abril de 2019. Christian Carla de Almeida Freitas Juíza de Direito.

Proc.: 0001904-44.2011.8.22.0014
Ação:Consignação em Pagamento
Requerente:Isaildes de Oliveira Santa Rita
Advogado:Roberley Rocha Finotti (OAB-RO 690)
Requerido:Banco Cruzeiro do Sul S/A
Advogado:Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4.875-A)
DESPACHO: Intimadas as partes para se manifestar acerca dos valores existentes nos autos, a parte autora requereu expedição de alvará e o requerido não se manifestou. Entretanto, compulsando os autos verifico que os valores pertecem à parte requerida, consoante determinado na SENTENÇA às fls. 80/81. Expeça-se alvará em favor da parte requerida. Comprovado o levantamento, arquivem-se os autos. Vilhena-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019. Christian Carla de Almeida Freitas Juíza de Direito.

Proc.: 0001468-17.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Kelli Cristina Rosaboni Perez
Advogado:Ruth Barbosa Balcon (OAB/RO 3454), Carina Batista Hurtado (OAB/RO 3870)
Requerido:Inss Instituto Nacional do Seguro Social
DESPACHO: Defiro o desentranhamento dos documentos de fl. 16/21, mediante fotocópia nos autos. Após, retornem-se os autos para o arquivo. Vilhena-RO, segunda-feira, 29 de abril de 2019. Christian Carla de Almeida Freitas Juíza de Direito
Kleber Okamoto
Diretor de Cartóri

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Cível da Comarca de Vilhena-RO
Sede do juízo: Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702 - (69) 3322-7665 - E-mail: vha4Civel@tjro.jus.br
Processo nº 7009630-37.2017.8.22.0014
EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
[Nota Promissória]
EXEQUENTE: SULMOV MOVEIS E DECORACOES LTDA - EPP
Advogado do(a) EXEQUENTE: DANIEL GONZAGA SCHAFER DE OLIVEIRA - RO7176
EXECUTADO: IDENILSON MAICON LUPATINI
INTIMAÇÃO AUTOR VIA DJ
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Vilhena - 4ª Vara Cível, fica V. Sa. intimada, para no prazo legal, manifestar-se sobre Certidão do Oficial de Justiça de ID 26864069, com diligência negativa.
Vilhena, 2 de maio de 2019.
Luciene Cristina Torres
Téc. Judiciário - cad. 207.086-3
Assinado digitalmente

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Cível da Comarca de Vilhena-RO
Sede do juízo: Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702 - (69) 3322-7665 - E-mail: vha4Civel@tjro.jus.br
Processo nº 7006054-02.2018.8.22.0014
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
[Inadimplemento]
EXEQUENTE: MONZA COMERCIO DE TINTAS LTDA - EPP
Advogados do(a) EXEQUENTE: MIRELLY VIEIRA MACEDO DE ALMEIDA - RO5174, ALAN DE ALMEIDA PINHEIRO DA SILVA - RO7495
EXECUTADO: JAIR MONTEIRO DA SILVA
Intimação AUTOR VIA DJ
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Vilhena - 4ª Vara Cível, fica V. Sa. intimada, para no prazo legal, manifestar-se sobre Certidão do Oficial de Justiça de ID 26857064, com diligência negativa.
Vilhena, 2 de maio de 2019.
Luciene Cristina Torres
Téc. Judiciário - cad. 207.086-3
Assinado digitalmente

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Cível da Comarca de Vilhena-RO
Sede do juízo: Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702 - (69) 3322-7665 - E-mail: vha4Civel@tjro.jus.br
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 30 DIAS
Autos: 7004333-15.2018.8.22.0014
Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116)
Exequente: SERVICO AUTONOMO DE AGUAS E ESGOTOS - SAAE VILHENA
Executado: LUIZ CARLOS SACRAMENTO CPF: 516.855.232-34, atualmente em lugar incerto e não sabido.
Valor da ação: R$ 1.070,96
FINALIDADE: CITAÇÃO do(a) Executado(a) acima, para no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o pagamento da dívida no valor de R$ 1.070,96 (um mil, setenta reais e e noventa e seis reais), acrescida de Juros, correção monetária, custas processuais e honorários advocatícios fixados em 10%, ou no mesmo prazo, nomear bens à PENHORA, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastem para a garantia da dívida.
Vilhena-RO, 29 de abril de 2019.
KLEBER OKAMOTO
Direito de Cartório-Cad. 204.997-0
Assinado Digitalmente

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Cível da Comarca de Vilhena-RO
Sede do juízo: Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702 - (69) 3322-7665 - E-mail: vha4Civel@tjro.jus.br
Processo nº 0007120-15.2013.8.22.0014

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
[Contratos Bancários]
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S/A
Advogado do(a) EXEQUENTE: SERVIO TULIO DE BARCELOS - RO6673
EXECUTADO: RAFAEL TABALIPA e outros (2)
Intimação AUTOR VIA DJ
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Vilhena - 4ª Vara Cível, fica V. Sa. intimada, para no prazo legal, manifestar-se nos autos, requerendo o que entender de direito.
Vilhena, 2 de maio de 2019.
Luciene Cristina Torres
Téc. Judiciário - cad. 207.086-3
Assinado digitalmente

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Cível da Comarca de Vilhena-RO
Sede do juízo: Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702 - (69) 3322-7665 - E-mail: vha4Civel@tjro.jus.br
Processo nº 7007369-02.2017.8.22.0014
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
[Causas Supervenientes à SENTENÇA]
EXEQUENTE: JOSE ANTONIO DE MACEDO
Advogado do(a) EXEQUENTE: WILLIAN FROES PEREIRA NASCIMENTO - RO6618
EXECUTADO: YMPACTUS COMERCIAL S/A
Certidão / INTIMAÇÃO – AUTOR
Certifico, para os devidos fins de direito, que DECORREU O PRAZO DE SUSPENSÃO do feito.
Fica, Vossa Senhoria INTIMADO(A), para, no prazo legal, impulsionar o feito, requerendo o que entender de direito.
Vilhena, 2 de Maio de 2019.
DENIA KARRU FREITAS DE SOUZA
Técnica Judiciária-Cad. 204553-2
Assinado Digitalmente

4ª VARA CÍVEL DE VILHENA/RO
7006123-68.2017.8.22.0014
[Cédula de Crédito Bancário]
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL
Advogado do(a) EXEQUENTE: SILVANE SECAGNO - RO5020
Nome: ALLAN KLAYTON PAIXAO FELTRIN
INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA VIA DJ/RO
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Vilhena - 4ª Vara Cível, fica V. Sa. intimada, para no prazo legal, imprimir com código de barras o alvará de ID 26802616 e para no mesmo prazo comprovar o levantamento do valor junto ao Banco, requerendo o quê de direito.
Vilhena, 2 de maio de 2019
Vera Regina Ribas
Téc. Judiciário - cad. 204239-8
Assinado digitalmente

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Cível da Comarca de Vilhena-RO
Sede do juízo: Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702 - (69) 3322-7665 - E-mail: vha4Civel@tjro.jus.br
Processo nº 7001777-06.2019.8.22.0014
ALVARÁ JUDICIAL (1295)
[Levantamento de Valor, Localização de Contas]
REQUERENTE: DANIEL AUGUSTO DE SOUZA e outros
Advogado do(a) REQUERENTE: WILLIAN FROES PEREIRA NASCIMENTO - RO6618
Advogado do(a) REQUERENTE: WILLIAN FROES PEREIRA NASCIMENTO - RO6618
Intimação VIA DJ
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Vilhena - 4ª Vara Cível, fica V. Sa. intimada da juntada do Oficio de ID 26872220 e, para no prazo legal, manifestar-se requerendo o quê de direito nos autos.
Vilhena, 2 de maio de 2019.
Chefe de Secretaria

4ª VARA CÍVEL DE VILHENA/RO
7009752-50.2017.8.22.0014
[Alimentos, Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material]
AUTOR: OSVALDO RODRIGUES PINHEIRO, ILAIR CARRIEL VAZ
Nome: DIOGO DAMIAO SUCKEL
Advogado do(a) RÉU: JOSEMARIO SECCO - SC27614
INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA VIA DJE
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Vilhena - 4ª Vara Cível, fica V. Sa. intimada, para no prazo de 10 dias, instruir, remeter e comprovar nos autos a distribuição da Carta Precatória de id 26747999.
Vilhena, 2 de maio de 2019
Vera Regina Ribas
Téc. Judiciário - cad. 204239-8
Assinado digitalmente

4ª VARA CÍVEL DE VILHENA/RO
7002733-56.2018.8.22.0014
[Espécies de Contratos]
AUTOR: UNIMED VILHENA COOPERATIVA TRABALHO MÉDICO
Advogado do(a) AUTOR: LUIZ ANTONIO GATTO JUNIOR - RO4683
Nome: CARLOS ALBERTO PENTEADO
INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA VIA DJE
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Vilhena - 4ª Vara Cível, fica V. Sa. intimada, para no prazo legal, recolher boleto e comprovar nos autos, para posterior publicação do edital no Diário da Justiça, conforme cálculo da Lauda no ID 26873545.
Vilhena, 2 de maio de 2019
Vera Regina Ribas
Téc. Judiciário - cad. 204239-8
Assinado digitalmente

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Cível da Comarca de Vilhena-RO
Sede do juízo: Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702 - (69) 3322-7665 - E-mail: vha4Civel@tjro.jus.br
INTIMAÇÃO EMBARGADO - VIA DJ
Processo nº 7001520-78.2019.8.22.0014
EMBARGOS À EXECUÇÃO (172)
[Pagamento Indevido]
EMBARGANTE: JULIANO GABRIEL GONCALVES DE OLIVEIRA EIRELI
EMBARGADO: DISTRIBUIDORA EQUADOR DE PRODUTOS DE PETROLEO LTDA
Advogado do(a) EMBARGADO: MAYRA DE CASTRO MAIA FLORENCIO CAVALCANTI - RO9709

DESPACHO
Defiro o pedido de gratuidade processual.
Indefiro o pedido de efeito suspensivo, tendo em vista que o juízo não está garantido.
Recebo os Embargos.
Intime-se o embargado à impugnação no prazo de 15 dias.
Vilhena quinta-feira, 2 de maio de 2019
Christian Carla de Almeida Freitas

7002318-39.2019.8.22.0014Monitória
AUTOR: A.M.S. CORREA & CIA LTDA - EPP
ADVOGADO DO AUTOR: LAWRENCE PABLO IBANEZ FRANCA OAB nº RO7555, ERIC JOSE GOMES JARDINA OAB nº RO3375
RÉU: TIAGO ARRUDA BERTAGLIA, RUA CENTO E DOIS-SETE 2421 RESIDENCIAL MOYSÉS DE FREITAS - 76982-622 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU:
R$44.846,85
DESPACHO
1. À parte autora para, no prazo de 15 dias, providenciar o recolhimento das custas, atentando-se que não será designada audiência de conciliação no presente feito, devendo, portanto, a parte recolher as custas até o valor de 2% sobre o valor da causa, nos termos do Art. 12, I e § 1º,da Lei Estadual 3896/2016, sob pena de indeferimento.
2. Com o recolhimento das custas, cumpra-se como determinado.
3. A pretensão visa ao cumprimento de obrigação adequada ao procedimento e vem em petição devidamente instruída por prova escrita, sem eficácia de título executivo, de modo que a ação monitória é pertinente (CPC, art. 700).
4. Cite-se a parte ré dos termos da presente ação para, no prazo de 15 dias, efetuar o pagamento da dívida no valor de R$44.846,85, a entrega da coisa ou o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer (CPC, art. 701, caput).
4.1. Conste, ainda, do MANDADO que, nesse mesmo prazo, a parte ré poderá oferecer embargos, e que, caso não haja o cumprimento da obrigação ou o oferecimento de embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial, independente de qualquer formalidade. O prazo para embargar contar-se-á a partir da juntada do MANDADO aos autos, devendo a exequente ser intimada para apresentar os cálculos atualizados (CPC, 701, §2º c/c 702).
5. Optando o réu pelo pagamento integral ou cumprimento integral da obrigação deverá efetuar também o pagamento de honorários advocatícios de 5% sobre o valor da causa, hipótese em que ficará isento do pagamento de custas processuais (art. 701, §1º, CPC).
6. Caso a parte ré reconheça o débito, poderá, desde que comprove o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, requerer o parcelamento do restante em até 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de 1% ao mês (CPC, art. 916 c/c o art. 701, §5º, CPC), no prazo de 15 dias, contados da juntada do presente MANDADO aos autos, o que importará em renúncia ao direito de opor embargos (CPC, 916, §6º).
6.1 Em seguida, intime-se a parte autora para se manifestar sobre o preenchimento dos pressupostos contidos no item 3, ocasião em que poderá levantar os valores depositados, vindo os autos conclusos para DECISÃO (CPC, 916, §1º).
6.2 Enquanto não sobrevier DECISÃO da proposta de parcelamento, o executado deverá depositar as parcelas vincendas (CPC, 916, §2º).
6.3 Sendo deferido o parcelamento, os atos executivos serão suspensos.
7. Havendo oposição de embargos ou reconvenção, intime-se o autor para responder em 15 dias (art. 702, §5º, CPC).
8. Decorrido o prazo e havendo inércia do réu, constituo de pleno direito o título executivo judicial, convertendo o MANDADO inicial em MANDADO de execução (art. 701, §2º, CPC).
8.1. Neste caso, a parte autora deverá apresentar cálculo atualizado do débito, acrescido dos honorários fixados inicialmente (5%).
8.2. Após a vinda do cálculo, intime-se pessoalmente a parte ré para que, no prazo de 15 dias, cumpra a obrigação exigida na inicial, sob pena de multa de 10% e honorários, também de 10% (art. 523, §1º, CPC).
9. Decorrido o prazo, sem pagamento ou manifestação, intime-se o exequente para apresentar novo demonstrativo discriminado e atualizado do crédito e indicar bens passíveis de penhora, nos termos do art. 523 c/c 524, do CPC.
10. Após, realize-se pesquisa via convênios (BACENJUD/RENAJUD), se for o caso, ou expeça-se MANDADO de penhora/avaliação, penhorando-se tantos bens quantos bastem para garantia do Juízo, seguindo os atos de expropriação (art. 523, §3º, CPC).
SIRVA O PRESENTE COMO CARTA/MANDADO /PRECATÓRIA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO
Vilhena-RO, segunda-feira, 22 de abril de 2019
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Cível da Comarca de Vilhena-RO
Sede do juízo: Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702 - (69) 3322-7665 - E-mail: vha4Civel@tjro.jus.br
Processo nº 7000867-76.2019.8.22.0014
ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80 (74)
[Levantamento de Valor]
REQUERENTE: MARIA DA SILVA
Advogados do(a) REQUERENTE: MARIA GONÇALVES DE SOUZA COLOMBO - RO3371, CRISTIANO ALVES DE OLIVEIRA VALIM - RO5813
Intimação VIA DJ
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Vilhena - 4ª Vara Cível, fica V. Sa. intimada da juntada da informação de ID 26878386, e para no prazo legal, manifestar-se requerendo o quê de direito para prosseguimento do feito.
Vilhena, 2 de maio de 2019.
Chefe de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Cível da Comarca de Vilhena-RO
Sede do juízo: Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702 - (69) 3322-7665 - E-mail: vha4Civel@tjro.jus.br
Processo nº 7007047-16.2016.8.22.0014
EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
[Cheque]
EXEQUENTE: ROMEU TINOCO DE MIRANDA BERNARDO
Advogado do(a) EXEQUENTE: EDRIANE FRANCINE DALLA VECCHIA HAMMERSCHMIDT - RO7029
EXECUTADO: R. M. PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME
Certidão / INTIMAÇÃO – AUTOR
Certifico, para os devidos fins de direito, que DECORREU O PRAZO DE SUSPENSÃO do feito.
Fica, Vossa Senhoria INTIMADO(A), para, no prazo legal, impulsionar o feito, requerendo o que entender de direito.
Vilhena, 2 de Maio de 2019.
DENIA KARRU FREITAS DE SOUZA
Técnica Judiciária-Cad. 204553-2
Assinado Digitalmente

4ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7002565-20.2019.8.22.0014
Inadimplemento
AUTOR: TERRA RICA FERRAGENS LTDA - ME
ADVOGADO DO AUTOR: RAFAEL KAYED ATALLA PARAIZO OAB nº RO8387, ANDERSON BALLIN OAB nº RO5568, JOSEMARIO SECCO OAB nº SC27614
RÉU: M. V. DUARTE - ME
ADVOGADO DO RÉU:
DESPACHO
Intime-se a parte autora para recolher as custas processuais, no prazo de quinze dias.
Vilhena terça-feira, 30 de abril de 2019
Christian Carla de Almeida Freitas
7002561-80.2019.8.22.0014Monitória
AUTOR: VILHEMAQUINAS EIRELI - ME
ADVOGADO DO AUTOR: JULIANA PATRICIA ROCKENBACH OAB nº RO8404
RÉU: LAMIART INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS EIRELI - ME, RUA TREZENTOS E TRINTA E UM 260 PARQUE INDUSTRIAL TANCREDO NEVES - 76987-888 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU:
R$9.027,64
DESPACHO
1. À parte autora para, no prazo de 15 dias, providenciar o recolhimento das custas, atentando-se que não será designada audiência de conciliação no presente feito, devendo, portanto, a parte recolher as custas até o valor de 2% sobre o valor da causa, nos termos do Art. 12, I e § 1º,da Lei Estadual 3896/2016, sob pena de indeferimento.
2. Com o recolhimento das custas, cumpra-se como determinado.
3. A pretensão visa ao cumprimento de obrigação adequada ao procedimento e vem em petição devidamente instruída por prova escrita, sem eficácia de título executivo, de modo que a ação monitória é pertinente (CPC, art. 700).
4. Cite-se a parte ré dos termos da presente ação para, no prazo de 15 dias, efetuar o pagamento da dívida no valor de R$9.027,64, a entrega da coisa ou o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer (CPC, art. 701, caput).
4.1. Conste, ainda, do mandado que, nesse mesmo prazo, a parte ré poderá oferecer embargos, e que, caso não haja o cumprimento da obrigação ou o oferecimento de embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial, independente de qualquer formalidade. O prazo para embargar contar-se-á a partir da juntada do mandado aos autos, devendo a exequente ser intimada para apresentar os cálculos atualizados (CPC, 701, §2º c/c 702).
5. Optando o réu pelo pagamento integral ou cumprimento integral da obrigação deverá efetuar também o pagamento de honorários advocatícios de 5% sobre o valor da causa, hipótese em que ficará isento do pagamento de custas processuais (art. 701, §1º, CPC).
6. Caso a parte ré reconheça o débito, poderá, desde que comprove o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, requerer o parcelamento do restante em até 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de 1% ao mês (CPC, art. 916 c/c o art. 701, §5º, CPC), no prazo de 15 dias, contados da juntada do presente mandado aos autos, o que importará em renúncia ao direito de opor embargos (CPC, 916, §6º).
6.1 Em seguida, intime-se a parte autora para se manifestar sobre o preenchimento dos pressupostos contidos no item 3, ocasião em que poderá levantar os valores depositados, vindo os autos conclusos para decisão (CPC, 916, §1º).
6.2 Enquanto não sobrevier decisão da proposta de parcelamento, o executado deverá depositar as parcelas vincendas (CPC, 916, §2º).
6.3 Sendo deferido o parcelamento, os atos executivos serão suspensos.
7. Havendo oposição de embargos ou reconvenção, intime-se o autor para responder em 15 dias (art. 702, §5º, CPC).
8. Decorrido o prazo e havendo inércia do réu, constituo de pleno direito o título executivo judicial, convertendo o mandado inicial em mandado de execução (art. 701, §2º, CPC).
8.1. Neste caso, a parte autora deverá apresentar cálculo atualizado do débito, acrescido dos honorários fixados inicialmente (5%).
8.2. Após a vinda do cálculo, intime-se pessoalmente a parte ré para que, no prazo de 15 dias, cumpra a obrigação exigida na inicial, sob pena de multa de 10% e honorários, também de 10% (art. 523, §1º, CPC).
9. Decorrido o prazo, sem pagamento ou manifestação, intime-se o exequente para apresentar novo demonstrativo discriminado e atualizado do crédito e indicar bens passíveis de penhora, nos termos do art. 523 c/c 524, do CPC.
10. Após, realize-se pesquisa via convênios (BACENJUD/RENAJUD), se for o caso, ou expeça-se mandado de penhora/avaliação, penhorando-se tantos bens quantos bastem para garantia do Juízo, seguindo os atos de expropriação (art. 523, §3º, CPC).
SIRVA O PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/PRECATÓRIA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO
Vilhena-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7006862-41.2017.8.22.0014
Dissolução
REQUERENTE: H. S. D. S.
ADVOGADO DO REQUERENTE: ELIANE BACK OAB nº RO7547
REQUERIDO: R. E. D. J. S.
ADVOGADO DO REQUERIDO: AISLA DE CARVALHO OAB nº RO6619
DESPACHO
Digam as partes sobre laudo de avaliação, no prazo de dez dias.
Vilhena terça-feira, 30 de abril de 2019
Christian Carla de Almeida Freitas
7002563-50.2019.8.22.0014Procedimento Comum
AUTOR: TERRA RICA FERRAGENS LTDA - ME
ADVOGADO DO AUTOR: RAFAEL KAYED ATALLA PARAIZO OAB nº RO8387, ANDERSON BALLIN OAB nº RO5568, JOSEMARIO SECCO OAB nº SC27614
RÉU: ROBERTO ANGELO GONCALVES, RUA 19 DE ABRIL 1932 CENTRO - 76990-000 - CHUPINGUAIA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU:
R$365,71
DESPACHO
Proceda-se a alteração da classe para ação monitória.
1. À parte autora para, no prazo de 15 dias, providenciar o recolhimento das custas, atentando-se que não será designada audiência de conciliação no presente feito, devendo, portanto, a parte recolher as custas até o valor de 2% sobre o valor da causa, nos termos do Art. 12, I e § 1º,da Lei Estadual 3896/2016, sob pena de indeferimento.
2. Com o recolhimento das custas, cumpra-se como determinado.
3. A pretensão visa ao cumprimento de obrigação adequada ao procedimento e vem em petição devidamente instruída por prova escrita, sem eficácia de título executivo, de modo que a ação monitória é pertinente (CPC, art. 700).
4. Cite-se a parte ré dos termos da presente ação para, no prazo de 15 dias, efetuar o pagamento da dívida no valor de R$365,71, a entrega da coisa ou o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer (CPC, art. 701, caput).

4.1. Conste, ainda, do mandado que, nesse mesmo prazo, a parte ré poderá oferecer embargos, e que, caso não haja o cumprimento da obrigação ou o oferecimento de embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial, independente de qualquer formalidade. O prazo para embargar contar-se-á a partir da juntada do mandado aos autos, devendo a exequente ser intimada para apresentar os cálculos atualizados (CPC, 701, §2º c/c 702).
5. Optando o réu pelo pagamento integral ou cumprimento integral da obrigação deverá efetuar também o pagamento de honorários advocatícios de 5% sobre o valor da causa, hipótese em que ficará isento do pagamento de custas processuais (art. 701, §1º, CPC).
6. Caso a parte ré reconheça o débito, poderá, desde que comprove o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, requerer o parcelamento do restante em até 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de 1% ao mês (CPC, art. 916 c/c o art. 701, §5º, CPC), no prazo de 15 dias, contados da juntada do presente mandado aos autos, o que importará em renúncia ao direito de opor embargos (CPC, 916, §6º).
6.1 Em seguida, intime-se a parte autora para se manifestar sobre o preenchimento dos pressupostos contidos no item 3, ocasião em que poderá levantar os valores depositados, vindo os autos conclusos para decisão (CPC, 916, §1º).
6.2 Enquanto não sobrevier decisão da proposta de parcelamento, o executado deverá depositar as parcelas vincendas (CPC, 916, §2º).
6.3 Sendo deferido o parcelamento, os atos executivos serão suspensos.
7. Havendo oposição de embargos ou reconvenção, intime-se o autor para responder em 15 dias (art. 702, §5º, CPC).
8. Decorrido o prazo e havendo inércia do réu, constituo de pleno direito o título executivo judicial, convertendo o mandado inicial em mandado de execução (art. 701, §2º, CPC).
8.1. Neste caso, a parte autora deverá apresentar cálculo atualizado do débito, acrescido dos honorários fixados inicialmente (5%).
8.2. Após a vinda do cálculo, intime-se pessoalmente a parte ré para que, no prazo de 15 dias, cumpra a obrigação exigida na inicial, sob pena de multa de 10% e honorários, também de 10% (art. 523, §1º, CPC).
9. Decorrido o prazo, sem pagamento ou manifestação, intime-se o exequente para apresentar novo demonstrativo discriminado e atualizado do crédito e indicar bens passíveis de penhora, nos termos do art. 523 c/c 524, do CPC.
10. Após, realize-se pesquisa via convênios (BACENJUD/RENAJUD), se for o caso, ou expeça-se mandado de penhora/avaliação, penhorando-se tantos bens quantos bastem para garantia do Juízo, seguindo os atos de expropriação (art. 523, §3º, CPC).
SIRVA O PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/PRECATÓRIA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO
Vilhena-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

4ª VARA CÍVEL DE VILHENA/RO
7005532-72.2018.8.22.0014
[Citação]
EXEQUENTE: JHONATAN WILIAN DE SA AREDES
Advogado do(a) EXEQUENTE: ALEX ANDRE SMANIOTTO - RO2681
Nome: ELTON JUNIOR TESSARO PITCHENIN
Nome: ELENA APARECIDA TESSARO
Intimação DA PARTE AUTORA VIA DJE
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Vilhena - 4ª Vara Cível, fica V. Sa. INTIMADA, para, no prazo de 10 dias, informar a distribuição da Carta Precatória de id 25659260.
Vilhena(RO), 30 de abril de 2019.
VERA REGINA RIBAS
Vilhena - 4ª Vara Cível
Assinado digitalmente

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Cível da Comarca de Vilhena-RO
Sede do juízo: Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702 - (69) 3322-7665 - E-mail: vha4Civel@tjro.jus.br
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 30 DIAS
Autos: 7007134-98.2018.8.22.0014
Ação: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [Honorários Advocatícios]
Requerente: BEATRIZ BIANQUINI FERREIRA
Advogada: Advogado(s) do reclamante: BEATRIZ BIANQUINI FERREIRA
Requerida: TEREZA BENEDITA DA SILVA, CPF: 162.406.182-68, atualmente em local incerto e não sabido.
Valor da Ação:R$ 3.184,43
Finalidade: Proceder a CITAÇÃO da Requerida, para, querendo, apresentar contestação à presente ação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia e confissão.
ADVERTÊNCIA: Não sendo apresentada defesa reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 285/319, CPC).
Vilhena-RO, 18 de março de 2019.
KLEBER OKAMOTO
Diretor de Cartório-Cad. 204.997-0 que
assina digitalmente por ordem da MMª. Juíza

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível da Comarca de Vilhena-RO
Sede do juízo: Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702 - (69) 3322-7665 - E-mail: vha4civel@tjro.jus.br
000252-86.2019.8.22.0014
Alienação Fiduciária
AUTOR: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
ADVOGADO DO AUTOR: ANTONIO BRAZ DA SILVA OAB nº AC6557
RÉU: FERNANDO GONCALVES DE OLIVEIRA
Por Ordem da Doutora CHRISTIAN CARLA DE ALMEIDA FREITAS, Juíza de Direito da 4ª Vara Cível desta Comarca , fica Vossa Senhoria, pela presente, INTIMADO, para, no prazo de 05 dias, dar andamento ao feito, sob pena de extinção e arquivamento do processo.
Vilhena-RO, 30 de abril de 2019.
VERA REGINA RIBAS
Técnico Judiciário que
assina digitalmente por ordem da MMª. Juíza

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Cível da Comarca de Vilhena-RO
Sede do juízo: Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702 - (69) 3322-7665 - E-mail: vha4Civel@tjro.jus.br
Processo nº 0000325-22.2015.8.22.0014
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
[Nota Promissória]
EXEQUENTE: SIDNEI LEO SILVEIRA
Advogados do(a) EXEQUENTE: CARLA ROCHA DA SILVA XINAIDER - RO5434, ANNE THAIANNA ROCHA DE SOUZA - RO5454, TAMARA LUCIA LACERDA - RO5341
EXECUTADO: DEJANIR LUIZ HAVERROTH
Intimação VIA DJ - PARTE AUTORA
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Vilhena - 4ª Vara Cível, fica V. Sa. intimada para dar andamento ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção.
Vilhena, 30 de abril de 2019.
DENIA KARRU FREITAS DE SOUZA
Técnica Judiciária-Cad. 204553-2
Assinado Digitalmente

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Cível da Comarca de Vilhena-RO
Sede do juízo: Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702 - (69) 3322-7665 - E-mail: vha4Civel@tjro.jus.br
INTIMAÇÃO DAS PARTES, POR MEIO DOS PATRONOS - VIA DJ
Processo nº 7008440-39.2017.8.22.0014
PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
[Partidos Políticos, Nulidade, Antecipação de Tutela / Tutela Específica]
Nome: VINICIUS EULALIO DALLAZEM
Nome: MARCOS IVAN ZOLA
Advogados do(a) AUTOR: JOSEMARIO SECCO - SC27614, ANDERSON BALLIN - RO5568, RAFAEL KAYED ATALLA PARAIZO - RO8387
Nome: ARLINDO DE SOUZA FILHO
Advogado do(a) RÉU: GIULIANO DOURADO DA SILVA - RO5684
Sentença
Vinícius Eulálio Dallazem ajuizou ação declaratória de nulidade c/c tutela antecipada com liminar contra Arlindo de Souza Filho,tendo o processo regular trâmite.
À fl. 166 (ID 19419908) foi determinado a intimação da parte autora para dar andamento ao feito, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção. Em tentativa de intimação por oficial de justiça a parte autora não foi encontrada (certidão de fl. 169 - ID 20777659).
Não pode o feito ficar paralisado à espera do exequente para andamento. Portanto, sem a movimentação, caracterizada está a desídia.
Ademais, nos termos do artigo 274, parágrafo único, do CPC, presumem-se válidas as comunicações e intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço.
Assim, EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, artigo 485, inciso III c/c § 1º, do Código de Processo Civil.
Sem custas.
Publique-se. Intimem-se.
Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.
Vilhena, Terça-feira, 02 de Abril de 2019
CHRISTIAN CARLA DE ALMEIDA FREITAS
Juíza de Direito

4ª VARA CÍVEL DE VILHENA/RO
7007642-44.2018.8.22.0014
[Assédio Moral]
AUTOR: MARLENE DE FATIMA NARCISO, ARIADNE COLATTO VIANA, MARIA MIRTE DE MACEDO, FERNANDA ARNAL GONCALVES DE SOUZA, MARIA APARECIDA DA SILVA, CRISTIANE APARECIDA DA SILVA, SOLANGE SENA DE FREITAS, ELAINE DOTTI, ROSELI SANTOS VIANA, TATIANA SOARES DA SILVA SKIAVINE
Advogado do(a) AUTOR: MARCOS ROGERIO SCHMIDT - RO4032
Nome: ROSANI TEREZINHA PIRES DA COSTA DONADON
Endereço: Rua Bento Correa da Rocha, 344, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-744
Nome: RAQUEL DONADON
Endereço: Avenida Quinze de Novembro - de 3406/3407 ao fim, 3701, Centro (S-01), Vilhena - RO - CEP: 76980-118
Nome: MARIA DE FATIMA DE SOUZA
Endereço: Rua Paraíba, 1918, Residencial Moriá, Vilhena - RO - CEP: 76983-178
Nome: MUNICIPIO DE VILHENA
INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA VIA DJE
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Vilhena - 4ª Vara Cível, fica V. Sa. INTIMADA, para, no prazo legal impugnar a Contestação.
Vilhena(RO), 30 de abril de 2019.
VERA REGINA RIBAS
Vilhena - 4ª Vara Cível
Assinado digitalmente

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível da Comarca de Vilhena-RO
Sede do juízo: Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702 - (69) 3322-7665 - E-mail: vha4civel@tjro.jus.br
7000543-86.2019.8.22.0014
Defeito, nulidade ou anulação
AUTOR: ANDERSON GUIMARAES BELCHIOR RAMOS
ADVOGADO DO AUTOR: KARINA SEFFAIR DE CASTRO DE ABREU OAB nº AM3780
RÉU: ALEXSANDRO ANTONIO LANG
INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA VIA DJE
Por Ordem da Doutora CHRISTIAN CARLA DE ALMEIDA FREITAS, Juíza de Direito da 4ª Vara Cível desta Comarca , fica Vossa Senhoria, pela presente, INTIMADO, para, no prazo de 05 dias, dar andamento ao feito, sob pena de extinção e arquivamento do processo.
Vilhena-RO, 30 de abril de 2019.
VERA REGINA RIBAS
Técnico Judiciário que
assina digitalmente por ordem da MMª. Juíza

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Cível da Comarca de Vilhena-RO
Sede do juízo: Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702 - (69) 3322-7665 - E-mail: vha4Civel@tjro.jus.br
Processo nº 7000067-48.2019.8.22.0014
MONITÓRIA (40)
[Inadimplemento]
AUTOR: LAIRCE MARTINS DE SOUZA
Advogado do(a) AUTOR: LAIRCE MARTINS DE SOUZA - RO3041
RÉU: JESIEL CARVALHO PEREIRA
Intimação DA PARTE AUTORA
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Vilhena - 4ª Vara Cível, fica V. Sa. intimada, para de 05 (cinco) dias, manifestar se houve o acordo, requerendo o que entender de direito para prosseguimento do feito.
Vilhena, 30 de abril de 2019.
Léia Moreira de Matos
Técnica Judiciária – Cad. 204.894-9

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Cível da Comarca de Vilhena-RO
Sede do juízo: Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702 - (69) 3322-7665 - E-mail: vha4Civel@tjro.jus.br
Processo nº 7000337-72.2019.8.22.0014
PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
[Abatimento proporcional do preço, Oferta e Publicidade]
AUTOR: DIONE MAFRA DE SOUZA ME
Advogados do(a) AUTOR: TATIANE PEREIRA FRANCO WEISMANN - MT19039, IRACEMA MARTENDAL CERRUTTI - RO2972
RÉU: LISTAD COMUNICACOES LTDA
Intimação AUTOR - VIA DJ
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Vilhena - 4ª Vara Cível, fica V. Sa. intimada, para no prazo legal, impugnar a Contestação apresentada a partir do ID 26677551.
Vilhena, 30 de abril de 2019.
Léia Moreira de Matos
Técnica Judiciária – Cad. 204.894-9

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Cível da Comarca de Vilhena-RO
Sede do juízo: Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702 - (69) 3322-7665 - E-mail: vha4Civel@tjro.jus.br

Processo nº 7002106-52.2018.8.22.0014
PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
[Causas Supervenientes à Sentença]
AUTOR: CLEBEILTON WANDERLEY DE SOUZA
Advogados do(a) AUTOR: MARCIO HENRIQUE DA SILVA MEZZOMO - RO5836, JEVERSON LEANDRO COSTA - RO3134-A, MARIANNE ALMEIDA E VIEIRA DE FREITAS PEREIRA - RO3046, KELLY MEZZOMO CRISOSTOMO COSTA - RO3551
RÉU: INCORPORADORA ORLEANS LTDA - EPP
Advogados do(a) RÉU: ANDRE RICARDO STRAPAZZON DETOFOL - RO4234, ALEX LUIS LUENGO LOPES - RO3282, LILIAN TEIXEIRA PAULINO LUENGO - RO4059
Intimação VIA DJ
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Vilhena - 4ª Vara Cível, fica V. Sa. intimada da Certidão de ID 26847871 e para, no prazo de 05 (cinco) dias dar andamento ao feito, requerendo o que entender de direito.
Vilhena, 30 de abril de 2019.
Chefe de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Cível da Comarca de Vilhena-RO
Sede do juízo: Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702 - (69) 3322-7665 - E-mail: vha4Civel@tjro.jus.br
Processo nº 0003501-82.2010.8.22.0014
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
[Cheque]
EXEQUENTE: A CESAR PINTAR - EPP
Advogado do(a) EXEQUENTE: RONIEDER TRAJANO SOARES SILVA - RO3694
EXECUTADO: GUSTAVO LEMES DA SILVA
Intimação VIA DJ - PARTE AUTORA
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Vilhena - 4ª Vara Cível, fica V. Sa. intimada para fornecer o valor do débito atualizado, para posterior expedição do mandado de penhora.
Vilhena, 30 de abril de 2019.
DENIA KARRU FREITAS DE SOUZA
Chefe de Cartório Substituta-Cad. 204553-2
Assinado Digitalmente

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Cível da Comarca de Vilhena-RO
Sede do juízo: Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702 - (69) 3322-7665 - E-mail: vha4Civel@tjro.jus.br
Processo nº 7000467-62.2019.8.22.0014
PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
[DIREITO DO CONSUMIDOR, Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material, Dever de Informação, Irregularidade no atendimento]
AUTOR: EDIANA PEREIRA SIRINO SILVA
Advogado do(a) AUTOR: CASTRO LIMA DE SOUZA - RO3048
RÉU: FUTURO FORMACAO PROFISSIONAL EIRELI - ME
Intimação DA PARTE AUTORA
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Vilhena - 4ª Vara Cível, fica V. Sa. intimada, para no prazo legal, manifestar-se requerendo o que direito para prosseguimento do feito, face ao decurso do prazo de contestação, sem manifestação.
Vilhena, 30 de abril de 2019.
Léia Moreira de Matos
Técnica Judiciária – Cad. 204.894-9

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7002564-35.2019.8.22.0014
Inadimplemento
AUTOR: TERRA RICA FERRAGENS LTDA - ME
ADVOGADO DO AUTOR: RAFAEL KAYED ATALLA PARAIZO OAB nº RO8387, ANDERSON BALLIN OAB nº RO5568, JOSEMARIO SECCO OAB nº SC27614
RÉU: DIMAS JOSOEL FRANCA
DESPACHO
Intime-se a parte autora para recolher as custas processuais, no prazo de quinze dias.
Vilhena terça-feira, 30 de abril de 2019
Christian Carla de Almeida Freitas
4ª VARA CÍVEL DE VILHENA/RO
7007482-53.2017.8.22.0014
[Rescisão do contrato e devolução do dinheiro]
EXEQUENTE: NELSON JOSE DA SILVA BARROS
Advogados do(a) EXEQUENTE: MARCEL DE OLIVEIRA AMORIM - RO7009, MARIANA BARBOSA NAKAYAMA - RO6831, CAMILA PAZ GALBIATI - RO7150
Nome: embrasystem
INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA VIA DJE Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Vilhena - 4ª Vara Cível, fica V. Sa. intimada, para no prazo legal manifestar-se sobre Correspondência devolvida pelos Correios sem cumprimento de Id 24549942 com a informação “mudou-se “.
Vilhena, 30 de abril de 2019
Vera Regina Ribas
Téc. Judiciário - cad. 204239-8
Assinado digitalmente

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7002570-42.2019.8.22.0014
Causas Supervenientes à Sentença
EXEQUENTE: VALERIA MENDONCA DE SOUSA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MARCIO DE PAULA HOLANDA OAB nº RO6357
EXECUTADO: BANCO ITAUCARD S.A.
ADVOGADO DO EXECUTADO: WILSON SALES BELCHIOR, OAB/RO 6484, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA, OAB/RO 3434
Despacho
Intime-se o devedor, por meio de seu advogado, para no prazo de 15 dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida, bem como as custas processuais, sob pena de multa de 10% e honorários advocatícios em 10%.
Transcorrido o prazo de quinze dias, sem pagamento voluntário, inicia-se o prazo de quinze dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação (artigo 525, CPC/2015).
Vilhena,terça-feira, 30 de abril de 2019
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7001520-78.2019.8.22.0014
Pagamento Indevido
EMBARGANTE: JULIANO GABRIEL GONCALVES DE OLIVEIRA EIRELI
ADVOGADO DO EMBARGANTE: SILVANE SECAGNO OAB nº RO5020

EMBARGADO: DISTRIBUIDORA EQUADOR DE PRODUTOS DE PETROLEO LTDA
ADVOGADO DO EMBARGADO:
DESPACHO
Defiro o pedido de gratuidade processual.
Indefiro o pedido de efeito suspensivo, tendo em vista que o juízo não está garantido.
Recebo os Embargos.
Intime-se o embargado à impugnação no prazo de 15 dias.
Vilhena quinta-feira, 2 de maio de 2019
Christian Carla de Almeida Freitas

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7003120-71.2018.8.22.0014
Reintegração de Posse
REQUERENTE: SAMUEL DA CRUZ SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ANA CAROLINA IMTHON ANDREAZZA OAB nº RO3130, MARIA BEATRIZ IMTHON OAB nº RO625
REQUERIDO: LUIZ MOACIR FARIAS
ADVOGADO DO REQUERIDO: OSVALDO PEREIRA RIBEIRO OAB nº RO5869
DESPACHO
Cumpra-se o despacho de Id 24033645.
Vilhena quinta-feira, 2 de maio de 2019
Christian Carla de Almeida Freitas

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7006592-17.2017.8.22.0014
Vícios de Construção, Compra e Venda, Indenização por Dano Moral
AUTORES: RITA DE LAZARO CALAZANS PASSOS, FLAVIO JOSE SILVA PASSOS
ADVOGADOS DOS AUTORES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
RÉU: AMIZAEL ROBSON DA SILVA FELIX
ADVOGADO DO RÉU: DANIEL GONZAGA SCHAFER DE OLIVEIRA OAB nº RO7176, ROBSON MARTINOWSKI COSTA OAB nº RO5281
DESPACHO
Não consta efeito suspensivo no agravo de instrumento.
Declaro encerrada a instrução processual.
Alegações finais pelas partes, no prazo de quinze dias.
Vilhena quinta-feira, 2 de maio de 2019
Christian Carla de Almeida Freitas

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 0003712-16.2013.8.22.0014
Cheque
EXEQUENTES: GUAPORE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, MUNICIPIO DE VILHENA
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: HULGO MOURA MARTINS OAB nº RO4042, PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE VILHENA
EXECUTADOS: ODETE REGINA DANDOLINI PAVELEGINI, MAP TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES LTDA - ME, LARA DANDOLINI PAVELEGINI
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: MICHELE MACHADO SANT ANA LOPES OAB nº RO6304, CARLA FALCAO SANTORO OAB nº MG76571B, ROBERTO BERTTONI CIDADE OAB nº MT24773B
DESPACHO
Considerando a informação de Id 25473627, o qual há discussão sobre a propriedade do bem penhorado, defiro o pedido de Fazenda Municipal para desconstituir a penhora realizada.
Proceda-se as baixas necessárias da penhora realizada no imóvel denominado Lote 01, quadra 46, setor 19, nesta cidade.
Requeira a parte autora o que de direito, no prazo de cinco dias.
Vilhena quinta-feira, 2 de maio de 2019
Christian Carla de Almeida Freitas

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7005108-64.2017.8.22.0014
Correção Monetária
EXEQUENTE: NELCI LUDWIG MARIANO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MARTA INES FILIPPI CHIELLA OAB nº RO5101, FERNANDO CESAR VOLPINI OAB nº RO610A
EXECUTADO: OI / SA
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO OAB nº RO635
DESPACHO
Já foi determinado a necessidade de pagamento do crédito nos autos de recuperação judicial.
A parte autora alega que não consta o recebimento do ofício nos autos de recuperação judicial.
Assim, oficie-se o Juízo da recuperação judicial, solicitando informações da habilitação do crédito.
Vilhena quinta-feira, 2 de maio de 2019
Christian Carla de Almeida Freitas

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7008838-49.2018.8.22.0014
Indenização por Dano Moral
AUTOR: MARIA ARAUJO DE SOUZA
ADVOGADO DO AUTOR: MARCIO DE PAULA HOLANDA OAB nº RO6357
RÉU: BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO DO RÉU:
DESPACHO
Defiro o pedido de gratuidade processual.
Intime-se a parte autora para emendar a inicial, devendo adequar o pedido (mérito), no prazo de quinze dias, sob pena de indeferimento.
Vilhena quinta-feira, 2 de maio de 2019
Christian Carla de Almeida Freitas

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7000064-98.2016.8.22.0014
Indenização por Dano Moral, Honorários Advocatícios, Citação, Revelia
AUTOR: ELIEDSON VICENTE DE ALMEIDA
ADVOGADO DO AUTOR: JOSANGELA MAYARA FERREIRA RODRIGUES OAB nº RO5909, CARINA BATISTA HURTADO OAB nº RO3870, VIVIAN BACARO NUNES SOARES OAB nº RO2386
RÉUS: VIABAHIA CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A., ALLIANZ SEGUROS S/A
ADVOGADOS DOS RÉUS: ANDRE BONELLI REBOUCAS OAB nº BA6190, BRUNO MAIA NOGUEIRA OAB nº BA35175, BARBARA NASCIMENTO DE CARVALHO OAB nº BA41468, EDUARDO PORTUGAL CALDAS OAB nº BA41960, RAFAEL CARNEIRO DAVILA TEIXEIRA OAB nº BA45575, GUILHERME DA COSTA

FERREIRA PIGNANELI OAB nº RO5546, EDSON ANTONIO SOUSA PINTO OAB nº RO4643
DESPACHO
Recebo os embargos de declaração de Id 25869029, porém, não os acolho.
Não há erro material na decisão que determinou expedição de carta precatória para oitiva das testemunhas da requerida, tendo em vista que residem em comarca distante, não havendo necessidade da oitiva neste juízo.
Ademais, a parte autora não terá prejuízo, uma vez que poderá encaminhar suas perguntas ao juízo deprecado, acompanhar presencialmente a audiência ou substabelecer para advogado da Comarca.
Intimem-se.
Aguarde-se audiência designada.
Vilhena quinta-feira, 2 de maio de 2019
Christian Carla de Almeida Freitas

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7001696-91.2018.8.22.0014
Reconhecimento / Dissolução
AUTOR: BENILDE FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: CASTRO LIMA DE SOUZA OAB nº RO3048
RÉU: VALDEVINO APARECIDO LACERDA
ADVOGADO DO RÉU:
DESPACHO
Indefiro pedido de prisão do requerido, tendo em vista que deve ser pleiteado nos autos n. 7003525-10.2018.822.0014.
Certifique a escrivania se houve o trânsito em julgado da sentença de Id 20516954.
Em caso positivo, expeça-se formal de partilha.
Vilhena quinta-feira, 2 de maio de 2019
Christian Carla de Almeida Freitas

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7002644-33.2018.8.22.0014
Juros
EXEQUENTE: SILVIO FERNANDO MARASCHIN
ADVOGADO DO EXEQUENTE: SILVIO FERNANDO MARASCHIN OAB nº RO7561
EXECUTADO: KATRINE CRISTINA FERREIRA DOIMO OTTONI
ADVOGADO DO EXECUTADO: THADEU FERNANDO BARBOSA OLIVEIRA OAB nº RO208932
DESPACHO
Homologo a arrematação realizada nos autos.
Expeça-se auto de arrematação, bem como expeça ordem de entrega do bem arrematado em favor do arrematante.
Quanto ao pedido de exequente de dedução dos valores referente ao impostos, indefiro, uma vez que o exequente arrematou o veículo e com seus encargos, não sendo mencionado que estaria livre de qualquer encargos e impostos.
Intime-se.
Após, remetam-se os autos para contadoria para cálculo do débito principal e honorários advocatícios, devendo deduzir o valor referente a arrematação do bem.
Vilhena quinta-feira, 2 de maio de 2019
Christian Carla de Almeida Freitas

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Cível da Comarca de Vilhena-RO
Sede do juízo: Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702 - (69) 3322-7665 - E-mail: vha4Civel@tjro.jus.br
Processo nº 7004476-04.2018.8.22.0014
PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
[Empréstimo consignado]
AUTOR: MARIA ETELVINA DA ROCHA
Advogados do(a) AUTOR: RAFAEL BRAMBILA - RO4853, TULIO MAGNUS DE MELLO LEONARDO - RO5284
RÉU: BANCO BONSUCESSO CONSIGNADO S/A
Advogado do(a) RÉU: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO - MG96864
Intimação VIA DJ
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Vilhena - 4ª Vara Cível, ficam as partes intimadas da juntada da resposta do Banco do Brasil, oficio de ID 26861573, e para no pra legal manifestar-se requerendo o que entender de direito.
Vilhena, 2 de maio de 2019.

Intimação DAS PARTES VIA DJE
7004473-49.2018.8.22.0014
Empréstimo consignado
AUTOR: MARIA ETELVINA DA ROCHA
ADVOGADO DO AUTOR: TULIO MAGNUS DE MELLO LEONARDO OAB nº RO5284, RAFAEL BRAMBILA OAB nº RO4853
RÉU: BANCO BONSUCESSO CONSIGNADO S/A
ADVOGADO DO RÉU: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO OAB nº DF96864
DESPACHO
Concedo o prazo de noventa dias para elaboração do laudo pericial.
Intimem-se as partes da data designada para realização da perícia (07/08/2019, 10h).
Vilhena terça-feira, 23 de abril de 2019
Christian Carla de Almeida Freitas
4ª VARA CÍVEL DE VILHENA/RO
7009863-68.2016.8.22.0014
[Honorários Advocatícios]
EXEQUENTE: RUTH BARBOSA BALCON
Advogado do(a) EXEQUENTE: RUTH BARBOSA BALCON - RO3454
Nome: ONDACIR ANTONIO BOGO
Endereço: Av.Antonio Quintino Gomes, 3495, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-220
INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA VIA DJE
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Vilhena - 4ª Vara Cível, fica V. Sa. INTIMADA, para, no prazo de 05(cinco) dias, manifestar-se acerca da proposta de parcelamento de id 26429690.
Vilhena(RO), 2 de maio de 2019.
VERA REGINA RIBAS
Vilhena - 4ª Vara Cível
Assinado digitalmente

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Cível da Comarca de Vilhena-RO
Sede do juízo: Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702 - (69) 3322-7665 - E-mail: vha4Civel@tjro.jus.br
Processo nº 0003138-22.2015.8.22.0014
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
[Cheque]
EXEQUENTE: Spada & Spada Ltda - Epp
Advogados do(a) EXEQUENTE: LEANDRO MARCIO PEDOT - RO2022, VALDINEI LUIZ BERTOLIN - RO6883
EXECUTADO: MARIO SERGIO DE MOURA AZAMBUJA
Certidão / INTIMAÇÃO – AUTOR
Certifico, para os devidos fins de direito, que DECORREU O PRAZO DE SUSPENSÃO do feito.
Fica, Vossa Senhoria INTIMADO(A), para, no prazo legal, impulsionar o feito, requerendo o que entender de direito.
Vilhena, 2 de Maio de 2019.
DENIA KARRU FREITAS DE SOUZA
Técnica Judiciária-Cad. 204553-2
Assinado Digitalmente

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América , CEP 76.980-000, Vilhena, RO 7008280-77.2018.8.22.0014
DIREITO DO CONSUMIDOR, Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material
AUTOR: JOVINA FRANCISCA NUNES
ADVOGADO DO AUTOR: ALCIR LUIZ DE LIMA OAB nº RO6770
RÉU: ACE SEGURADORA S/A.
ADVOGADO DO RÉU: PAULO EDUARDO PRADO OAB nº AL11819
I – RELATÓRIO.
JOVINA FRANCISCA NUNES ajuizou ação de repetição de indébito c/c indenização por danos morais e materiais c/c tutela de urgência antecipada contra ACE SEGURADORA S/A, e falou que está sendo cobrada indevidamente pela empresa requerida, onde a mesma lançou débito mensal em sua conta corrente de um pretenso contrato, o qual a autora afirma não ter entabulado negociação com a empresa requerida, tendo iniciado o débito no mês de outubro/2018, tudo a revelia da autora.
Afirmou que está sendo cobrada mensalmente a quantia de R$71,34, e tentou entrar em contato com a requerida, sem sucesso.
Pediu a concessão da tutela de urgência para suspender os descontos realizados na conta corrente da autora.
Ao final pediu a procedência da ação para condenar a requerida ao pagamento da repetição do indébito, bem como ao pagamento de indenização pelo dano moral sofrido, em R$15.000,00.
Pugnou pela inversão do ônus da prova.
Juntou documentos.
Foi concedida a tutela de urgência, deferida a inversão do ônus da prova e gratuidade processual (Id 23020295).
A requerida apresentou contestação no Id 24041677, e falou que o contrato de seguro foi entabulado com a estipulante SUDAMERICA VIDA, e tendo esta requerida somente aceitada a contratação e garantido as coberturas do contrato entabulado entre autor e estipulante, e diferentemente do alegado pela autora, se houve qualquer irregularidade na contratação do seguro é de responsabilidade da estipulante SUDAMERICA VIDA, e não da requerida, que apenas efetuou a cobrança diante do contrato vigente.
Que o desconto realizado pela requerida foi legítimo, não merecendo prosperar a alegação da autora, impondo-se a improcedência da ação, e que no cumprimento da liminar, a requerida já providenciou o cancelamento do contrato do seguro no dia 19/12/2018.
Teceu comentários sobre o descabimento do pedido de restituição e repetição de indébito por ter ocorrido o estorno na conta da autora no importe de R$142,68 pela própria requerida, bem como não estão provados nos autos os alegados danos morais.
Ao final pediu a improcedência da ação, e na remota hipótese de ser julgada procedente a ação, que seja descontado o valor do estorno de R$142,68.
Impugnação á contestação no ID 24299508.
II – FUNDAMENTAÇÃO.
Passo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 355, I, do Código de Processo Civil.
Embora tenha a requerida alegado que a contratação do seguro foi feita com SUDAMERICA VIDA e que efetuou somente a cobrança, não juntou qualquer documento nos autos que dê suporte à sua pretensão.
Verifica-se ainda a legitimidade da requerida pelo fato de ter efetuado o cancelamento do contrato após a liminar. No entanto, a liminar proferida pelo juízo foi tão somente cessar os descontos indevidos. Daí configurado o poder de gestão da requerida sobre o contrato (não juntado aos autos) ao qual a autora afirma não ter pactuado.
Foi deferida a inversão do ônus da prova (Id 23020295). Assim, face a não apresentação do contrato pela requerida, tem-se verdadeiro o fato alegado pela autora (de não ter efetuado qualquer contrato).
Por ter ocorrido o estorno da quantia descontada da conta da autora, a repetição do indébito não deve prosperar.
O dano moral, no presente caso, não é in re ipsa, pois não houve a inserção do nome da autora no cadastro de inadimplentes. Deve, portanto, ser provado, e não consta na inicial que houve violação aos direitos da personalidade a fim de dar ensejo ao dano moral.
"Ementa. DESCONTO INDEVIDO EM CONTA BANCÁRIA. SEGURO DE VIDA NÃO CONTRATADO. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE. Incontroverso nos autos que a ré efetuou dois descontos, um de R$19,00 e outro de R$25,54, no benefício do autor, cobrança esta que já havia sido declarada indevida em ação anterior. Todavia, a própria ré ressarciu a parte autora, no mês de dezembro/2017, evidenciado a boa-fé de sua conduta. O mero desconto de valores efetuados na conta bancária do autor não tem o condão de configurar a ocorrência de danos morais, sendo necessária a demonstração de alguma situação que extrapolasse os aborrecimentos diários, o que não ocorreu. Ônus processual que cabia ao autor, conforme art. 373, I, do CPC. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO". Recurso Cível n.º 71008133340, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Alexandre de Souza Costa Pacheco, Julgado em 14/11/2018, publicado em 19/11/2018, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.
Tendo em vista o princípio da causalidade, a requerida deverá arcar com o pagamento das custas processuais e honorários advocatícios.
III – DISPOSITIVO.
Firme nos motivos acima expostos, hei por bem RATIFICAR a liminar concedida no Id 23020295 e julgar IMPROCEDENTES os pedidos movidos por Jovina Francisca Nunes contra Ace Seguradora S/A, extinguindo o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil.
Tendo em vista o princípio da causalidade, condeno a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em R$600,00 (seiscentos reais).
Publique-se. Intimem-se.
Havendo recurso, intime-se a parte contrária para contrarrazoar e, após, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça, independentemente de nova conclusão.
Com o trânsito em julgado e nada mais havendo, ARQUIVEM-SE os autos, com as baixas e cautelas legais.
Vilhena, quinta-feira, 2 de maio de 2019
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Cível da Comarca de Vilhena-RO
Sede do juízo: Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702 - (69) 3322-7665 - E-mail: vha4Civel@tjro.jus.br
INTIMAÇÃO DE CUSTAS
AUTOS: 7008264-60.2017.8.22.0014
AÇÃO: EXECUÇÃO FISCAL (1116)
ASSUNTO: [Dívida Ativa]
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE VILHENA
EXECUTADO: CLEUNICE RODRIGUES DA SILVA
Intimação:
Por ordem da MMª Juíza de Direito, fica a parte requerida/executada CLEUNICE RODRIGUES DA SILVA CPF: 864.109.112-20 , intimada para efetuar o recolhimento do débito relativo às Custas Processuais, no montante de R$ 211,14 (duzentos e onze reais e quatorze centavos), com cálculo em 02/05/2019, e atualizadas na data do efetivo pagamento, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de Protesto do débito e de encaminhamento à Fazenda Pública Estadual para Inscrição em Dívida Ativa, nos termos do Provimento Conjunto nº 005/2016-PR-CG.
Vilhena, 2 de maio de 2019.
Luciene Cristina Torres
Téc. Judiciário - cad. 207.086-3
Assinado digitalmente

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Vilhena - 4ª Vara Cível
Processo: 7001479-14.2019.8.22.0014
Classe: MONITÓRIA (40)
AUTOR: ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO NO ESTADO DE RONDONIA - ASPER
Advogado do(a) AUTOR: MARCELO ESTEBANEZ MARTINS - RO3208
RÉU: IZABEL MARIA DOS SANTOS
Intimação – CUSTAS
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Vilhena - 4ª Vara Cível, fica V. Sa. INTIMADA, por meio de seu advogado, para, no prazo de 15(quinze) dias, proceder o recolhimento das custas processuais iniciais(2%) pendentes, no valor de R$105,57(cento e cinco reais e cinquenta e sete centavos), conforme informações do Sistema de Controle de Custas Processuais do Tribunal de Justiça, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa, nos termos do Art. 35 da Lei n. 3.896, de 24.08.2016, Publicada no DOE n. 158, p. 2/5, Provimento Corregedoria 024/2017 de 19.12.2017, publicado no DJE 233, pg. 33 à 35 e Provimento 005/2018 Publicado no DJE n. 034, de 22/02/2018, página 11.
Vilhena, 2 de maio de 2019.
Kleber Gilbert da Silva
Chefe de Secretaria – Cad. 205.288-1

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Cível da Comarca de Vilhena-RO
Sede do juízo: Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702 - (69) 3322-7665 - E-mail: vha4Civel@tjro.jus.br
Processo nº 7004776-97.2017.8.22.0014
EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
[Citação]
EXEQUENTE: CLAUDETE FERRANTI BERGAMIN - ME
Advogado do(a) EXEQUENTE: ALEX ANDRE SMANIOTTO - RO2681
EXECUTADO: PAULO EVANGELISTA DOS SANTOS
Intimação AUTOR - VIA DJ
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Vilhena - 4ª Vara Cível, fica V. Sa. intimada da devolução da carta precatória ID 26490462, e para no prazo legal, manifestar-se requerendo o que entender de direito para prosseguimento do feito.
Vilhena, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Cível da Comarca de Vilhena-RO
Sede do juízo: Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702 - (69) 3322-7665 - E-mail: vha4Civel@tjro.jus.br
Processo nº 7006100-88.2018.8.22.0014
MONITÓRIA (40)
[Inadimplemento]
AUTOR: POSTO DE MOLAS NOMA LTDA - EPP
Advogados do(a) AUTOR: KELLY MEZZOMO CRISOSTOMO COSTA - RO3551, JEVERSON LEANDRO COSTA - RO3134-A, MARIANNE ALMEIDA E VIEIRA DE FREITAS PEREIRA - RO3046, MARCIO HENRIQUE DA SILVA MEZZOMO - RO5836
RÉU: MARCIO LEANDRO STOCCO
Intimação AUTOR VIA DJ
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Vilhena - 4ª Vara Cível, fica V. Sa. intimada, para no prazo legal, manifestar-se sobre a Petição de ID 26865684, requerendo o que entender de direito.
Vilhena, 2 de maio de 2019.
Luciene Cristina Torres
Téc. Judiciário - cad. 207.086-3
Assinado digitalmente

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Cível da Comarca de Vilhena-RO
Sede do juízo: Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702 - (69) 3322-7665 - E-mail: vha4Civel@tjro.jus.br
Processo nº 7006359-54.2016.8.22.0014
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
[Correção Monetária, Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens]
EXEQUENTE: PATO BRANCO ALIMENTOS LTDA
Advogados do(a) EXEQUENTE: JOSEMARIO SECCO - SC27614, ANDERSON BALLIN - RO5568
EXECUTADO: ALAIDE ROMUALDO TECH
Certidão / INTIMAÇÃO – AUTOR
Certifico, para os devidos fins de direito, que DECORREU O PRAZO DE SUSPENSÃO do feito.
Fica, Vossa Senhoria INTIMADO(A), para, no prazo legal, impulsionar o feito, requerendo o que entender de direito.
Vilhena, 2 de Maio de 2019.
DENIA KARRU FREITAS DE SOUZA
Técnica Judiciária-Cad. 204553-2
Assinado Digitalmente
4ª VARA CÍVEL DE VILHENA/RO
7005813-96.2016.8.22.0014
[Contratos Bancários]
AUTOR: BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado do(a) AUTOR: RAFAEL SGANZERLA DURAND - MT12208-A
Nome: AILTON J. DA SILVA NUNES - ME
Nome: ANA PAULA FERRONATO NUNES
INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA VIA DJE
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Vilhena - 4ª Vara Cível, fica V. Sa. INTIMADA, para, no prazo de 05(cinco) dias, apresentar o débito atualizado, para que possamos dar prosseguimento ao feito.
Vilhena(RO), 2 de maio de 2019.
VERA REGINA RIBAS
Vilhena - 4ª Vara Cível
Assinado digitalmente

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Cível da Comarca de Vilhena-RO
Sede do juízo: Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702 - (69) 3322-7665 - E-mail: vha4Civel@tjro.jus.br
Processo nº 7005196-05.2017.8.22.0014
PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
[Restabelecimento]
AUTOR: UBIRAJARA XAVIER DE FREITAS
Advogados do(a) AUTOR: MARIA GONÇALVES DE SOUZA COLOMBO - RO3371, EUSTAQUIO MACHADO - RO3657
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL e outros
Intimação VIA DJ
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Vilhena - 4ª Vara Cível, fica V. Sa. intimada da juntada dos documentos de ID 26868118, e no prazo legal manifestar-se requerendo o que de direito para prosseguimento do feito.
Vilhena, 2 de maio de 2019.
Chefe de Secretaria

PRIMEIRA ENTRÂNCIA

COMARCA DE ALTA FLORESTA D´ OESTE

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Proc.: 0000103-06.2019.8.22.0017
Ação:Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
Vítima do fato: Rozeli Vieira Mônica
Infrator:Valdivino Krause
Advogado:Roberto Araújo Júnior (OAB/RO 4084)
SENTENÇA:A parte requerente, qualificada nos autos, pugnou pela aplicação das medidas protetivas, obtendo a concessão de liminar.A parte requerida foi devidamente cientificada.É o sucinto relatório. DECIDO.Trata-se de medidas protetivas de urgência, a fim de manter a integridade da vítima.Pois bem.A Lei Maria da Penha tem como objetivo a proteção à integridade física, psíquica, moral, patrimonial da mulher.Neste sentido é o entendimento jurisprudencial, vejamos:"EMENTA: PROCESSUAL PENAL - LEI MARIA DA PENHA - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - SUJEITO PASSIVO - CRIANÇA - APLICABILIDADE DA LEI - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM. Para a configuração da violência doméstica, não importa a espécie do agressor ou do agredido, bastando a existência de relação familiar ou de afetividade entre as pessoas envolvidas. Provimento ao recurso que se impõe. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO N° 1.0145.07.414517-1/001 - COMARCA DE JUIZ DE FORA - RECORRENTE(S): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADO MINAS GERAIS - RECORRIDO(A)(S): ELISMARA DE LIMA - RELATOR: EXMO. SR. DES. ANTÔNIO CARLOS CRUVINEL" (TJMG; 3ª Câm. Crim; Rec. em Sentido Estrito 1.0145.07.414517-1/001; Rel. Des ANTÔNIO CARLOS CRUVINEL; Data do Julgamento: 15/12/2009). (BRASIL, 2009). Negritei.No caso, a liminar concedida nesta cautelar tem que ser confirmada por SENTENÇA, posto que a parte requerida, mesmo tendo a oportunidade para se manifestar, nada declarou e, os fatos aduzidos pela pessoa indicada como vítima, são suficientes para merecer a proteção conferida pela Lei especial.Ademais, para a decretação de medidas protetivas de urgência, basta a palavra da vítima, em consonância com os demais indícios, não sendo necessária prova cabal da materialidade e da autoria delitiva, pois, como dito, busca-se, neste momento, resguardar a integridade física da ofendida e não a condenação do réu propriamente dita. Mesmo porque, a palavra da vítima possui grande relevância em crimes cometidos na clandestinidade, como o presente caso.A propósito:"AGRAVO DE INSTRUMENTO CRIMINAL - LEI MARIA DA PENHA - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA - PALAVRA DA VÍTIMA EM CONSONÂNCIA COM A PROVA DOCUMENTAL - SUFICIÊNCIA - DECISÃO MANTIDA - RECURSO PROVIDO. I - Nos crimes de violência doméstica, a palavra da vítima aliada aos demais indícios são elementos de convicção suficientes para o deferimento de medidas protetivas inaudita altera pars. II - Em se tratando de medidas protetivas de urgência, cuja natureza é cautelar, quando presentes o fumus boni iuris e o periculum in mora, não há que se falar em ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa." (TJMG, 1ª Câmara Criminal, Ag. Instr. N.º: 1.0024.12.110759-3/001, Rel. Des. Alberto Deodato Neto, pub. Em: 29/01/2013). Negritei.Assim, a SENTENÇA é pela procedência para confirmação da liminar outrora deferida. DISPOSITIVO.Posto isso, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, confirmando a liminar concedida.Sem custas.SENTENÇA registrada e publicada pelo sistema SAP.Ciência ao Ministério Público e após arquivem-se os autos.Alta Floresta DOeste-RO, terça-feira, 23 de abril de 2019.Alencar das Neves Brilhante Juiz de Direito

Proc.: 0000191-44.2019.8.22.0017
Ação: Carta Precatória (Criminal)
Autor: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Réu: Leonardo Gonçalves Domingos
Advogado:Gilson Alves de Oliveira (OAB/RO 549A)
FINALIDADE: Intimar o advogado supracitado da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 28/05/2019 às 08h45min, para oitiva da testemunha Lina Pereira de Oliveira, na Comarca de Alta Floresta D'Oeste/RO.

Proc.: 0003091-44.2012.8.22.0017
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Saulo Prudêncio Santetti
Advogado: Airtom Fontana (OAB/RO 5.907)
FINALIDADE: Intimar o advogado supracitado da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 03/06/2019 às 09 horas, para oitiva da testemunha TEN. Marcelo Lourenço Ferreira, na Comarca de Alta Floresta D'Oeste/RO.
Maria Célia Aparecida da Silva

Escrivã - Diretora de Cartório

1ª VARA CÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Alta Floresta D'Oeste – Vara Única
Processo nº: 7000045-78.2019.8.22.0017
EXEQUENTE: PONTA ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: PEDRO ROBERTO ROMAO - SP209551
EXECUTADO: JONAS BORCHARDT
INTIMAÇÃO DO EXEQUENTE
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito de Alta Floresta do Oeste - Vara Única, fica V. Sa. intimada(o) do inteiro teor do comprovante de pagamento ID [26824705], para se manifestar no feito no prazo de 5 dias.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Alta Floresta D'Oeste – Vara Única
Processo nº: 7000827-22.2018.8.22.0017
AUTOR: ADEMAR EGGERT
Advogados do(a) AUTOR: JULIANA RATAYCZYK NAKONIERCZJY FUZARI - RO8372, ADRIANA JANES DA SILVA - RO3166
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação DA PARTE AUTORA
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito de Alta Floresta do Oeste - Vara Única, fica V. Sa. intimada(o) do inteiro teor da certidão ID [26783651].

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76.954-000, Alta Floresta do Oeste, RO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo n.: 7000668-16.2017.8.22.0017
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
Assunto: DIREITO DO CONSUMIDOR, Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes, Práticas Abusivas
Valor da causa: R$10.000,00 (dez mil reais)
Parte autora: ALEXSANDRO ROCHA, RUA SERGIPE 4511 CIDADE ALTA - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: JEFERSON FABIANO DELFINO ROLIM OAB nº RO6593, SEM ENDEREÇO

Parte requerida: TELEFONICA BRASIL S.A., TELEFONICA BRASIL S/A 1376, AV ENGENHEIRO LUIZ CARLOS BERRINI CIDADE MONÇÕES - 04571-936 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO EXECUTADO: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES OAB nº GO29320, CABO FRIO SN, QD 42 LT 04 JD ALTO PARAISO - 74948-115 - APARECIDA DE GOIÂNIA - GOIÁS, DANIEL FRANCA SILVA OAB nº DF24214, - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
DECISÃO
A parte autora pugnou pela aplicação da multa no importe de R$ 4.000,00, em razão da requerida não observar o prazo estabelecido em tutela de urgência para baixa dos cadastros restritivos (ID 15930825).
Foi determinado a expedição de ofício ao SPC para confirmar a data em que realmente aconteceu a baixa da restrição (ID 17732428).
Em resposta, o Serasa Experian informou que a exclusão do cadastro referente ao contrato 0217002951, no valor de R$ 153,02, se deu em 03/09/2018 (ID 21215950).
O autor então pugnou pelo envio de ofício diretamente ao SPC Brasil, já que a dívida objeto do processo refere-se ao contrato n. 0000000202501-SP, no valor de R$ 119,70.
O ofício foi encaminhado, porém, na resposta, não constou informação acerca do contrato n. 0000000202501-SP (ID 25713080)
Pois bem.
Conforme certidão do SPC juntado pela parte exequente (ID 10618386), a dívida que deu origem à inclusão no órgão de restrição ao crédito originou-se do contrato 000000020501-SP, no valor de R$ 119,70, cuja data de vencimento se deu em 23/09/2014:
Já no documento fornecido pela própria executada (17688441 - Pág. 4), constou de forma clara que o contrato 0000000202501-SP, no valor de R$ 119,70, cuja data de 'ocorrência' se deu em 23/09/2014 foi baixado em 01/07/2017, conforme print screen abaixo:
Conforme aviso de recebimento (ID 11753899) a parte executada foi citada em 20/06/2017 e, portanto, nos termos da DECISÃO ID 10741302 tinha o prazo de 5 dias, ou seja, até 27/06/2017 para providenciar a exclusão do nome do requerente dos cadastros de restrição ao crédito, porém de acordo com o documento fornecido pela própria executada, a exclusão somente se deu em 01/07/2017 (ID 11517775), motivo pelo qual é devida a aplicação da multa referente a 3 (três) dias de descumprimento.
Assim, nos termos da DECISÃO ID 10741302 que determinou a aplicação de multa de R$ 500,00 por dia de descumprimento, é devido o valor de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) a ser adimplida pela parte executada.
Nos termos do artigo 523 do CPC, intime-se o executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, complementar o pagamento do débito acrescido das custas, se houver, podendo o pagamento ser feito por meio de depósito judicial vinculado a este processo, sob pena de inclusão de multa de 10% prevista no artigo 523, §1º, do Código de Processo Civil e Enunciado 97 do FONAJE, abaixo transcrito:
ENUNCIADO 97 – A multa prevista no art. 523, § 1º, do CPC/2015 aplica-se aos Juizados Especiais Cíveis, ainda que o valor desta, somado ao da execução, ultrapasse o limite de alçada; a segunda parte do referido DISPOSITIVO não é aplicável, sendo, portanto, indevidos honorários advocatícios de dez por cento (nova redação – XXXVIII Encontro – Belo Horizonte-MG).
Se eventualmente efetuado pagamento parcial, a multa da fase de cumprimento da SENTENÇA (art. 523, § 1º do CPC) incidirá sobre o débito restante (CPC, artigo 523, § 2º).
A intimação das partes deverá ser feita pela via eletrônica, tendo em vista a constituição de procurador junto aos autos.
Em caso de inadimplemento, o exequente fica desde já intimado para, no prazo de cinco dias, atualizar o débito e requerer o que entender de direito, sob pena de extinção.
Havendo pagamento, expeça-se o competente alvará judicial em nome da parte e/ou advogado (se o instrumento de procuração autorizar) para levantamento dos valores com juros/correções/rendimentos, sob pena de envio dos respectivos valores depositados na conta judicial para a conta centralizadora. (Obs.: aguarde-se, em cartório, o decurso do prazo de vencimento do alvará).
Posteriormente, por ato ordinatório, INTIME-SE a parte exequente, por meio de seu(s) advogado(s), para informar a satisfação do crédito e/ou requerer o que de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de aceitação dos valores depositados como sendo o pagamento integral da obrigação.
Por fim, mantendo-se inerte a parte exequente, envie-me os autos conclusos para SENTENÇA de extinção.
Esta DECISÃO contém formatação e recortes (prints), devendo ser visualizada em sua integralidade através da aba "documentos" no sistema do PJE eletrônico.
Alta Floresta D'Oeste, terça-feira, 30 de abril de 2019 às 17:17 .
Alencar das Neves Brilhante
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Alta Floresta D'Oeste – Vara Única
Processo nº: 7001718-43.2018.8.22.0017
REQUERENTE: SILVANO DA CRUZ
Advogado do(a) REQUERENTE: ADEILDO MARINO AMBROSIO FERREIRA - RO6869
REQUERIDO: GISLAINE VERISSIMO PEREIRA DA CRUZ
Advogado do(a) REQUERIDO: GILSON ALVES DE OLIVEIRA - RO549
INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito de Alta Floresta do Oeste - Vara Única, fica V. Sa. intimada(o) do inteiro teor da DESPACHO ID [26688063].

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Alta Floresta D'Oeste – Vara Única
Processo nº: 7000244-03.2019.8.22.0017
EXEQUENTE: JOSE DE CASTRO FILHO
Advogado do(a) EXEQUENTE: REJANE MARIA DE MELO GODINHO - RO1042
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO DO EXEQUENTE
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito de Alta Floresta do Oeste - Vara Única, fica V. Sa. intimada(o) do inteiro teor do comprovante de implantação do benefício.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76.954-000, Alta Floresta do Oeste, RO VARA CÍVEL
Processo n.: 7001102-39.2016.8.22.0017
Classe: Ação Civil Pública
Assunto: Dano ao Erário
Valor da causa: R$62.470,00 (sessenta e dois mil, quatrocentos e setenta reais)
Parte autora: M. P. D. E. D. R., AV. JOAO PESSOA 4526 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, AV. JOAO PESSOA 4526 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
Parte requerida: MIGUEL REIS, SEM ENDEREÇO, LUIZ MAURO CARDOSO, SEM ENDEREÇO, ITAMAR BARBOSA LEAL, SEM ENDEREÇO, APARECIDO DE JESUS FURTUOSO, SEM ENDEREÇO, MICHELI NUNES DA SILVA, SEM ENDEREÇO, COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS OLIVEIRA, SEM ENDEREÇO, CICERO DIVINO DA SILVA, SEM ENDEREÇO, NILVÂNIA DE CARVALHO, SEM ENDEREÇO, NOVA RONDON TRANSPORTES LTDA, SEM ENDEREÇO, HERCULES JUNIOR DA SILVA, SEM ENDEREÇO, PEDRO COSTA DA SILVA, SEM ENDEREÇO, CSG COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA, SEM ENDEREÇO, GILMAR LUIZ BIANCHETTO, SEM ENDEREÇO, SANDRO

ABBÁ, SEM ENDEREÇO, AUTO POSTO BECHI LTDA ME, SEM ENDEREÇO, OLAIR BECHI, SEM ENDEREÇO, DAIANE BECHI, SEM ENDEREÇO, DIAN BECHI, SEM ENDEREÇO
ADVOGADOS DOS RÉUS: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, SEM ENDEREÇO, IZALTEIR WIRLES DE MENEZES MIRANDA OAB nº RO6867, RUA NORTE SUL CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, ALVARO MARCELO BUENO OAB nº RO6843, CAMPO GRANDE n 4224, LIBERDADE - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, ALEANDER MARIANO SILVA SANTOS OAB nº RO2295, AC ALTA FLORESTA DO OESTE, RUA SANTA CATARINA, PRÓXIMO A DELEGACIA DE POLICIA CENTRO - 76954-970 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, ROBERTO ARAUJO JUNIOR OAB nº RJ137438, AV AMAZONAS 4233 CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, GILSON ALVES DE OLIVEIRA OAB nº RO549, - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
A parte MIGUEL REIS se manifestou nos autos requerendo a liberação das 70 reses indisponibilizadas e substituição por caução em dinheiro (ID 23312814).
Intimado, o Ministério Público não se manifestou (ID 25569399).
Ainda, a carta precatória retornou sem cumprimento da comarca de Porto Velho, tendo em vista que o Oficial de Justiça não conseguiu identificar o objeto de cumprimento (ID 26048834, p. 6-8).
Vieram os autos conclusos.
MIGUEL REIS manifestou-se nos autos alegando que a indisponibilidade de bens seja correspondente a ¼ sobre o valor do débito, ou seja, R$ 4.685,25, pois o patamar estabelecido pelo Tribunal de Justiça deve ser atribuído solidariamente entre os réus APARECIDO DE JESUS FURTUOSO, MICHELI NUNES DA SILVA, MIGUEL REIS, LUIZ MAURO CARDOSO E ITAMAR BARBOSA LEAL.
O acórdão (ID 21579674) determinou o seguinte:
Deste modo, tem-se que o presente recurso deva ser provido para determinar a indisponibilidade individual de bens dos agravados, o que deve ser feito nos seguintes limites:
1) Comércio de Combustíveis Oliveira/N. de Carvalho Cia LTDA EPP e seus representantes Cicero Divino da Silva e Nilvânia de Carvalho no importe de R$ 11.586,00 (onze mil quinhentos e oitenta e seis reais);
2) Auto Posto Rondon Ltda e seus representantes Hercules Júnior da Silva e Pedro Costa Da Silva no montante de R$ 2.017,50 (dois mil e dezessete reais e cinquenta centavos);
3) CSG Comércio de Combustível LTDA e seus representantes Gilmar Luiz Bianchetto e Sandro Abbá no valor de R$ 2.002,50 (dois mil e dois reais e cinquenta centavos);
4) Auto Posto Bechi-ME e seus representantes Olair Bechi, Daiane Bechi e Dian Bechi, no valor de R$ 3.135,00 (três mil cento e trinta e cinco reais);
5) Aparecido de Jesus Furtuoso, Micheli Nunes da Silva, Miguel Reis, Luiz Mauro Cardoso e Itamar Barbosa Leal, no valor de R$ 18.741,00 (dezoito mil setecentos e quarenta e um reais).
Entende-se que os requeridos do item 5, caso sobrevenha condenação, deverão ser responsabilizados de forma solidária, de modo que a indisponibilidade de bens agora decretada deve seguir no mesmo sentido.
Assim, nada impede a substituição do arresto por caução por meio de depósito bancário, até porque este possui liquidez imediata e maior garantia.
Ante o exposto, DEFIRO o pedido de substituição da indisponibilidade por caução em dinheiro no valor de R$ 4.685,25 (quatro mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e vinte e cinco centavos), devendo o valor ser depositado nos autos do processo.
Após a comprovação do depósito, proceda-se o necessário para a liberação das reses, expedindo competente ofício ao IDARON, se necessário.
Quanto ao retorno da carta precatória sem cumprimento da comarca de Porto Velho, em razão do Oficial de Justiça não conseguir identificar o objeto de cumprimento (ID 26048834, p. 6-8), proceda a Escrivania a expedição de ofício para instruir a Carta Precatória n. 7041669-92.2018.822.0001 com informações necessárias, devendo deixar de forma clara o/os requerido/os, a determinação de arrolamento de todos os bens imóveis e indisponibilidade por arresto de bens móveis de valor superior a R$ 3.000,00 até o mencionado na DECISÃO e o valor individual de cada requerido.
Certifique a Escrivania se todos os réus foram citados e a tempestividade das contestações apresentadas.
Intimem-se. Cumpra-se.
Alta Floresta D'Oeste/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019 às 17:16 .
Alencar das Neves Brilhante
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76.954-000, Alta Floresta do Oeste, RO VARA CÍVEL
Processo n.: 7000011-06.2019.8.22.0017
Classe: Cautelar Inominada
Assunto: DIREITO DO CONSUMIDOR, Dever de Informação
Valor da causa: R$1.000,00 (mil reais)
Parte autora: WILSON BRIK, LINHA 152 KM 50 S/N, TRAVESSA SÃO JORGE ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JEFERSON FABIANO DELFINO ROLIM OAB nº RO6593, AVENIDA RIO DE JANEIRO 3963-C CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, HENRIQUE MENDONCA SATO OAB nº RO9574, SEM ENDEREÇO
Parte requerida: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137 INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de ação de exibição de documentos proposta por WILSON BRIK em face das CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A.
Informa o autor que realizou a construção e instalação de subestação em sua propriedade, tendo a requerida se apropriado de sua rede.
Relata que celebrou contrato de adesão para incorporação de rede particular com a requerida no valor de R$ 16.376,08, contudo não recebeu o referido valor, recebendo a cópia do referido contrato sem assinatura das partes.
Assim, requer a apresentação de cópia fiel e legível do contrato de adesão para incorporação de rede particular celebrado com a requerida no dia 6 de fevereiro de 2017. Com a inicial juntou documentos.
Foi deferida a medida liminar, determinando-se a exibição dos documentos (id 24354901).
Os autos foram baixados em diligência para se manifestar acerca da possibilidade jurídica do pedido, de serem admitidos como verdadeiros os fatos e dá não incidência dos efeitos da revelia (id 25673578).
O autor foi devidamente intimado, apresentando manifestação requerendo a procedência dos pedidos e que sejam admitidos como verdadeiros os fatos afirmados e não contestados (id 26251765).
É o relatório. Decido.
FUNDAMENTAÇÃO
A lide comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, I, do Código de Processo Civil, eis que desnecessária a produção de outras provas.
Da revelia
No caso dos autos de procedimento especial o réu regularmente citado tem o prazo de 5 dias para apresentar os documentos e sua defesa, nos termos do art. 398 do CPC.
Ocorre que pode o réu se manter inerte, e não apresentar nenhuma

resposta no processo. Quando isso ocorre estamos diante da revelia.
Vale mencionar que o réu não tem o dever de responder ao processo, mas tem o ônus de fazê-lo, pois em caso de inexistência de resposta, o mesmo será tratado como ausente no processo, tendo algumas consequências jurídicas particularizadas para esta situação.
No caso são dois os principais efeitos da revelia. O primeiro deles é previsto no art. 344 do CPC:
Art. 344. Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.
O segundo efeito da revelia é o previsto no art. 346 do CPC:
Art. 346. Os prazos contra o revel que não tenha patrono nos autos fluirão da data de publicação do ato decisório no órgão oficial.
Não obstante a revelia do réu no feito, a presunção de veracidade decorrente da aplicação do caput do art. 344 do Código de Processo Civil não é de caráter absoluto, ainda mais em ação autônoma.
Nessa feita, a revelia, por si só, não conduz, necessariamente, à procedência da ação, porquanto seus efeitos não dispensam a presença, nos autos, de elementos suficientes para o livre convencimento do Juiz.
No presente caso, embora a parte requerida não tenha apresentado contestação ou os documentos, não se aplicam os efeitos da revelia, tendo em vista que se trata de ação autônoma e por essa razão não comporta o efeito material da revelia (CPC, artigo 345, inciso II).
Do MÉRITO
No âmbito das ações de exibição cautelar de documentos, cuida-se simplesmente da pertinência da exibição pretendida, adequada aos fins pretendidos pelo autor, sem adentrar no MÉRITO das informações contidas nos indigitados documentos.
Exibir documento é fazê-lo público.
A exibição tem por objetivo permitir ou assegurar a constituição de prova ou mesmo o direito de conhecer ou fiscalizar o objeto.
Para acolhimento do pedido, basta que ditos documentos sejam comuns, isto é, ligados a uma relação jurídica entre as partes.
Na espécie, pretende o autor conhecer do contrato de adesão para incorporação da rede particular com suas devidas assinaturas, mediante promessa de remuneração da rede de distribuição rural no valor de R$ 16.376,08.
O requerido tem o dever legal de apresentar a documentação necessária, tratando-se de documentos que, por seu conteúdo, são comuns às partes. Nesta hipótese não se admite recusa.
Desta forma, a parte requerente faz jus a exibição do documento descrito no pedido inicial, o que, pelo que se observa, não foram exibidos.
Com efeito, a parte requerida foi citada pessoalmente e deixou transcorrer o prazo sem manifestação e sem a exibição do documento.
Tratando-se de documento comum às partes, consoante dispõe o artigo 399, III, do Código de Processo Civil, tem a requerida o dever de conservá-lo, salvo se comprovado que não possui mais os documentos ou que entregou cópia ao contratante, conforme permite o art. 398, parágrafo único, do mesmo diploma legal, prova esta que não veio aos autos.
Ademais, mesmo intimada, a parte requerida não deu cumprimento a DECISÃO liminar que determinou a exibição.
Resta, assim, apenas analisar a consequência do descumprimento pela requerida da determinação de exibição de documentos já deferida liminarmente.
Observo que a Súmula 372 do Superior Tribunal de Justiça consagrou o entendimento que na demanda exibitória é incabível a fixação de multa por descumprimento da DECISÃO.
Assim, resta que se confirme a obrigação da requerida à exibição dos documentos, lembrando da possibilidade de, no feito principal, a critério do juiz da causa, ser aplicada a presunção a que se refere o artigo 400 do Código de Processo Civil.
Contudo, tal ônus não se aplica na ação autônomo de exibição de documentos nem na produção antecipada de prova, uma vez que inexiste processo principal, o que impossibilita admitir como verdadeiro os fatos, os quais a parte pretende provar por meio do documento.
Este é o entendimento da doutrina, Ovídio A. Baptista da Silva leciona:
"Como se poderá considerar verdadeiros fatos que o requerente da exibitória cautelar sequer ainda conhece, antes da exibição Além disso, é impossível a confissão judicial fora da demanda onde tal confissão deva ser apreciada. Tanto a parte quanto o terceiro titular do documento cuja exibição for determinada em demanda cautelar, hão de ficar sujeitos não só à medida de busca e apreensão, mas igualmente à responsabilidade penal por crime de desobediência, como sucede, em geral, com 6 as ordens contidas em SENTENÇA s (mandamentais) cautelares." (Comentários ao CPC, Lejur, 2ª edição, 1986, págs. 438/439). No mesmo sentido Galeno Lacerda e Carlos Alberto Álvaro de Oliveira (Comentários ao CPC, Forense, 1ª edição, 1988, n. 140, págs. 295/296).
No caso aplica-se a regra do art. 400 do CPC unicamente dentro do processo principal. Nesse sentido é o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça:
RECURSO ESPECIAL Nº 1.407.181 - SP (2013/0322233-4) RELATOR: MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO RECORRENTE: BANCO DO BRASIL S/A ADVOGADA: ENEIDA DE VARGAS E BERNARDES E OUTRO (S) - SP135811B RECORRIDO: SOLANGE APARECIDA FEIJÓ ADVOGADO: JOÃO CAPELOA DA MAIA TARENTO - SP030937 RECURSO ESPECIAL. DOCUMENTOS QUE DETERMINARAM RESTRIÇÕES BANCÁRIAS E CÓPIA DOS CARTÕES DE ASSINATURA. INCIDENTE DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. MULTA DIÁRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 372/STJ. 1. A Segunda Seção do STJ sedimentou o entendimento, em sede de recurso especial repetitivo, pelo "descabimento de multa cominatória na exibição, incidental ou autônoma, de documento relativo a direito disponível.", bem como que "a DECISÃO que comina astreintes não preclui, não fazendo tampouco coisa julgada" (REsp 1333988/SP, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Segunda Seção, julgado em 09/04/2014, DJe 11/04/2014). 2. Recurso especial provido. DECISÃO 1. Cuida-se de recurso especial interposto por BANCO DO BRASIL S/A, com fundamento no art. 105, III, a e c, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CONSELHEIRO FURTADO, assim ementado: * EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - ASTREINTE - Imposição de multa pelo não cumprimento da ordem judicial para exibir os documentos - Admissibilidade - O valor da sanção deve ser para que o devedor cumpra com a obrigação específica- O prazo para a exibição deve ser de cinco dias - Inteligência do artigo 357 do Código de Processo Civil - Limite que não pode ser alterado, por tratar-se de prazo próprio - DECISÃO mantida - Recurso não provido * Opostos embargos de declaração, foram rejeitados, com aplicação de multa. Em suas razões recursais, aponta a parte recorrente, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao disposto nos arts. 535, II, 538, 362, 461-A, § 2o e 461, § 6o, todos do CPC, e art. 884, do CC; bem como da Súmula 372/STJ. Aduz que o acórdão foi omisso. Sustenta que a "medida adequada para o caso de não cumprimento da obrigaçao ae exibir os documentos exigidos é a determinação judicial de busca e apreensão e não a fixação de multa cominatória". Não foram apresentadas contrarrazões ao recurso especial, consoante certidão à fl. 259. Crivo positivo de admissibilidade na origem (fls. 260-263). É o relatório. DECIDO. 2. A irresignação merece prosperar. É que a atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, entende ser incabível a imposição da multa cominatória prevista no artigo 461 do Código de Processo Civil para a exibição de documentos, uma vez que tal multa é cabível apenas para as obrigações de fazer e não fazer. Ressalte-se ainda que tal entendimento foi recentemente sumulado por esta Corte Superior nos seguintes termos: "Súmula nº 372 do STJ: Na ação de exibição de documentos, não cabe aplicação da multa cominatória". Em sede de repetitivo, aliás, decidiu-se que: RECURSO ESPECIAL

REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. PROCESSUAL CIVIL. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. CADERNETA DE POUPANÇA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXIBIÇÃO DE EXTRATOS BANCÁRIOS. ASTREINTES. DESCABIMENTO. COISA JULGADA. INOCORRÊNCIA. 1. Para fins do art. 543-C do CPC: 1.1. "Descabimento de multa cominatória na exibição, incidental ou autônoma, de documento relativo a direito disponível." 1.2. "A DECISÃO que comina astreintes não preclui, não fazendo tampouco coisa julgada." 2. Caso concreto: Exclusão das astreintes. 3. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. (REsp 1333988/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/04/2014, DJe 11/04/2014) E ainda: AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. ARTIGO 461 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. ASTREINTES. DESCABIMENTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR ARBITRADO. RAZOABILIDADE. REEXAME DE PROVA. SÚMULA Nº 7/STJ. MULTA DO ART. 1.021, DO CPC/2015. NÃO CONFIGURAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART., 85, § 11, CPC/2015. INAPLICABILIDADE. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. VIGÊNCIA. DECISÃO AGRAVADA. PUBLICAÇÃO ANTERIOR. (...) (AgInt no AREsp 1025941/GO, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe 23/06/2017) (…). (AgRg no REsp 1060364/MG, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 04/05/2010, DJe 24/05/2010) 4. Diante do exposto, com fundamento no artigo 557, § 1º-A, do CPC, conheço do recurso especial e dou-lhe provimento para afastar a multa cominatória arbitrada. Publique-se. Intimem-se. Brasília (DF), 07 de junho de 2018. Ministro Luis Felipe Salomão Relator (STJ - REsp: 1407181 SP 2013/0322233-4, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Publicação: DJ 19/06/2018)

O pedido de exibição de documento, formulado de forma autônoma, antecedente e satisfativa deve ser realizada por meio de produção antecipada de provas. Em verdade a partir do advento do Novo Código de Processo Civil, não existe mais ação cautelar satisfativa e, assim sendo, em havendo necessidade de exibição de documentos, tal medida deve ser buscada incidentalmente.

Desde modo, o pedido de exibição deverá ser deduzido de forma incidente no feito, observando-se o disposto nos artigos 396 e seguinte do CPC. Portanto os efeitos da SENTENÇA são meramente declaratórios.

Por fim, restando superados os argumentos deduzidos no processo que, em tese, seriam capazes de infirmar convicção no julgamento, tendo em vista que, em campo de fundamentação o que se preza são os substratos fáticos que orientam o pedido da parte requerente (Enunciado n. 1 da ENFAM), tenho por esgotada a motivação, impondo-se a procedência do pedido.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, com fundamento no inciso I do art. 487 do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido inicial de exibição formulado por WILSON BRIK contra CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A - CERON, todos qualificados nos autos, e em consequência, com a exibição do contrato de adesão para incorporação de rede particular, sob o n. 8911, podendo a parte extrair cópias a seu encargo.

Condeno ainda o requerido ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios em 10% (dez) do valor da causa, nos termos do artigo 85, parágrafo 2º do Código de Processo Civil.

Não havendo o pagamento, proceda-se as baixas e comunicações pertinentes. Pagas as custas, ou inscritas em dívida ativa em caso do não pagamento, o que deverá ser certificado, arquivem-se.

Havendo apelação antes do trânsito em julgado e antes de iniciado eventual pedido de cumprimento da SENTENÇA, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias (CPC, artigo 1.010, § 1º).

Com as contrarrazões ou certificado o decurso do prazo sem a respectiva apresentação, remetam-se os autos à instância superior para julgamento do recurso (CPC, artigo 1.010, § 3º).

Com o trânsito em julgado desta SENTENÇA ou do eventual acórdão que a confirme e após intimadas as partes, arquive-se.

SENTENÇA publicada e registrada automaticamente pelo sistema de informática. Intimem-se.

Alta Floresta do Oeste terça-feira, 30 de abril de 2019 às 17:16 .

Alencar das Neves Brilhante

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Alta Floresta do Oeste - Vara Única

Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76.954-000, Alta Floresta do Oeste, RO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Processo n.: 7001689-61.2016.8.22.0017

Classe: Cumprimento de SENTENÇA

Assunto: Cheque

Valor da causa: R$13.981,03 (treze mil, novecentos e oitenta e um reais e três centavos)

Parte autora: AUTO POSTO E TRANSPORTES GUAITOLINI LTDA - ME, AV BRASIL 5142 CIDADE ALTA - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA

ADVOGADO DO EXEQUENTE: ALEANDER MARIANO SILVA SANTOS OAB nº RO2295, SEM ENDEREÇO

Parte requerida: VALDOMIRO LAZARIN, LINHA 45 C/ 160 km 01 ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA

ADVOGADO DO EXECUTADO:

DECISÃO

A parte exequente foi intimada para retificar os cálculos apresentados para excluir os honorários advocatícios de 10% (enunciado 97 do FONAJE), porém deixou transcorrer o prazo sem cumprir a determinação (ID 2215735).

Portanto, preclusa a oportunidade, a execução deverá seguir no valor anteriormente apresentado, ou seja, R$ 19.983,69 (dezenove mil, novecentos e oitenta e três reais e sessenta e nove centavos).

Expeça-se MANDADO de penhora e avaliação do bem indicado pela parte ao ID 24474050.

Autorizo o Senhor Oficial de Justiça o cumprimento do MANDADO, caso necessário, na forma do artigo 212, §§ 1º e 2º do CPC/2015.

O termo de penhora deverá atender aos requisitos do artigo 838 do CPC e a nomeação do depositário deverá observar a ordem de preferência descrita no artigo 840 do referido Código.

A avaliação será realizada pelo Oficial de Justiça (CPC, artigo 870), a qual deverá constar de vistoria e laudo anexados ao auto de penhora, onde se especificará minuciosamente o objeto penhorado, com todas as suas características, benfeitorias, estado em que se encontram e respectivos valores (CPC, artigo 872, I e II), devendo o Oficial de Justiça se atentar para os casos em que o objeto da penhora reclamar as providências dos §§ 1º e 2º do artigo 872 do CPC.

Sem prejuízo das providências anteriores, deverá o Oficial de Justiça identificar e qualificar o possuidor do bem penhorado na data da constrição, seja para o caso de bens móveis ou imóveis, bem como intimá-lo da penhora.

Efetuada a penhora, do ato deverá ser imediatamente intimado o devedor, na forma do artigo 841 do CPC.

Recaindo a penhora sobre bem imóvel ou direito real sobre bem imóvel, deverá o Oficial de Justiça intimar também o cônjuge da parte executada, exceto se forem casados no regime de separação absoluta de bens (CPC, artigo 842), bem como o coproprietário ou o possuidor, quando existirem.

Se a penhora recair sobre bem indivisível, para eventuais fins do disposto no artigo 843 do CPC, o Oficial de Justiça deverá certificar quanto à existência de cônjuge, coproprietário ou copossuidor, identificando-os e intimando-os da penhora.

Em se tratando de penhora de imóveis, caberá à própria parte interessada proceder às averbações junto aos respectivos registros imobiliários, nos termos do art. 844 do Código de Processo Civil.

Após, decorrido o prazo sem o oferecimento de impugnação certifique-se e, em seguida, intime-se a exequente a, no prazo de

5 dias, requerer o que entender oportuno devendo, nesta ocasião, manifestar eventual interesse na adjudicação ou venda do(s) bem(ns) porventura penhorado(s) nestes autos, bem como para, sendo o caso, indicar bens à penhora.
Cumpra-se.
DECISÃO SERVE DE MANDADO.
Alta Floresta do Oeste terça-feira, 30 de abril de 2019 às 17:16 .
Alencar das Neves Brilhante
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76.954-000, Alta Floresta do Oeste, RO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA
Processo n.: 7001960-02.2018.8.22.0017
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Regime Estatutário, Professor
Valor da causa: R$28.540,37 (vinte e oito mil, quinhentos e quarenta reais e trinta e sete centavos)
Parte autora: MARINALVA DE OLIVEIRA NUNES, AV. ALTA FLORESTA KM 01 5215 CHACARA - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: IVAN DOUGLAS BAPTISTA CARDOSO OAB nº RS7320, SEM ENDEREÇO
Parte requerida: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA DO OESTE, AVENIDA NILO PEÇANHA 4513 REDONDO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA, AVENIDA NILO PEÇANHA 4513 REDONDO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95).
Do julgamento antecipado da lide
A matéria tratada é unicamente de direito, portanto não se vê por razoável maior instrução probatória além das provas já constantes dos autos, tornando-se procrastinatório o alongamento feito, razão pela qual passo ao julgamento antecipado da lide, com fundamento no art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil.
Pois bem.
Da prejudicial de MÉRITO da prescrição
De ofício, decreta-se desde já a prescrição das parcelas referentes a períodos anteriores a cinco anos antes do ajuizamento da ação.
Registra-se que a declaração de ofício da prescrição está fundamentada no disposto no art. 332, inciso II, do Código de Processo Civil e em precedente do Superior Tribunal de Justiça, julgado sob a modalidade de recurso repetitivo, cujo trecho relevante segue abaixo transcrito:
RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ N.º 08/2008. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. INCORPORAÇÃO DE QUINTOS. MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.225-45/2001. PERÍODO DE 08.04.1998 A 05.09.2001. MATÉRIA JÁ DECIDIDA NA SISTEMÁTICA DO ART. 543-C DO CPC. POSSIBILIDADE EM ABSTRATO. AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL NO CASO CONCRETO. RECONHECIMENTO ADMINISTRATIVO DO DIREITO. AÇÃO DE COBRANÇA EM QUE SE BUSCA APENAS O PAGAMENTO DAS PARCELAS DE RETROATIVOS AINDA NÃO PAGAS. PRESCRIÇÃO. RENÚNCIA. INTERRUPÇÃO. REINÍCIO PELA METADE. ART. 9º DO DECRETO 20.910/32. SUSPENSÃO DO PRAZO NO CURSO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO. ART. 4º DO DECRETO 20.910/32. PRESCRIÇÃO NÃO VERIFICADA.(...) 3. Nos termos do art. 1º do Decreto 20.910/32, as "dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem". (...) Recurso especial provido em parte. Acórdão sujeito à sistemática do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ n.º 08/2008. (REsp 1270439/PR, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 26/06/2013, DJe 02/08/2013)
Pois bem.
O feito foi distribuído neste juízo na data de 27/11/2018, de modo que os valores que seriam devidos em data anterior a 5 (cinco) anos do ajuizamento (26/11/2013) inevitavelmente encontram-se alcançados pela prescrição.
Do MÉRITO propriamente dito
Reclama a parte autora o direito ao recebimento do piso salarial estabelecido pela Lei 11.738/2008.
Em análise dos autos, observa-se que a parte autora possui razão em parte de suas alegações.
Com efeito, a Lei 11.738/2008 estabeleceu o denominado piso salarial para os professores, cuja constitucionalidade já foi afirmada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADI 4167/2008.
Assim, o piso salarial dos professores tem o seguinte histórico de valores:
Ano
Valor
2013
R$ 1.567,00
2014
R$ 1.697,00
2015
R$ 1.917,78
2016
R$ 2.135,64
2017
R$ 2.298,80
2018
R$ 2.455,35
No caso em tela, infere-se dos autos, com base nos documentos acostados ao ID 24980048, que a parte autora passou a ter carga horária de 40 horas semanais somente a partir de julho de 2015, sendo que anteriormente laborava em regime de 20 horas semanais. Por conseguinte, eventual diferença a menor será calculada de acordo com o piso salarial da carga horária que o requerente detinha no respectivo exercício.
Logo, entende-se que o valor a ser pago a título de piso salarial ao autor até o mês de julho de 2015, considerando a sua carga horária, deve ser proporcional a sua jornada de trabalho, vale dizer, metade daquele estabelecido aos professores que trabalham 40h, da seguinte forma:
Ano
Valor
2013
R$ 783,50
2014
R$ 848,69
2015
R$ 958,89
Em análise da documentação acostada aos autos (fichas financeiras) observa-se que a parte autora recebeu os valores abaixo relacionados.
Destaca-se que na consideração dos valores recebidos, para o cômputo do piso, devem ser incluídas também as parcelas pagas a título de complementação do piso salarial.
Nesse aspecto não há nenhuma ilegalidade, pois o complemento é feito exclusivamente com a FINALIDADE de dar cumprimento à norma federal.
Ademais, os valores pagos sob essa rubrica são objeto de desconto previdenciário e no momento oportuno haverão de ser levados em consideração quando do cálculo dos benefícios previdenciários.
Para o cômputo do piso salarial, não serão levados em consideração os valores adicionais pagos a título de gratificações, auxílios

ou outras denominações previstas em leis especiais (auxílio-alimentação, gratificação de pós graduação, auxílio saúde etc).
Com efeito, tais valores possuem fundamento específico e conforme amplo entendimento jurisprudencial não devem ser considerados para o cálculo do piso.
Tem-se, portanto, o seguinte histórico:
2013
Mês
Valor devido
Valor pago
Diferença a menor
Nov
R$ 783,50
R$ 841,32
-
Dez
R$ 783,50
R$ 841,32
-
13º
R$ 783,50
R$ 1.305,00
-
Total
0
2014
Mês
Valor devido
Valor pago
Diferença a menor
Jan
R$ 848,69
R$ 841,32
-
Fev
R$ 848,69
R$ 841,32
-
Mar
R$ 848,69
R$ 841,32
-
Abr
R$ 848,69
R$ 841,32
-
Mai
R$ 848,69
R$ 928,2
-
Jun
R$ 848,69
R$ 928,2
-
Jul
R$ 848,69
R$ 928,2
-
Ago
R$ 848,69
R$ 928,2
-
Set
R$ 848,69
R$ 928,2
-
Out
R$ 848,69
R$ 928,2
-
Nov
R$ 848,69
R$ 928,2
-
Dez
R$ 848,69
R$ 928,2
-
13º
R$ 848,69
R$ 1.556,7
-
Total
0,00
2015
Mês
Valor devido
Valor pago
Diferença a menor
Jan
R$ 958,89
R$ 928,2
R$ 30,69
Fev
R$ 958,89
R$ 928,2
R$ 30,69
Mar
R$ 958,89
R$ 946,75
R$ 12,14
Abr
R$ 958,89
R$ 946,75
R$ 12,14
Mai
R$ 958,89
R$ 946,75
R$ 12,14
Jun
R$ 958,89
R$ 946,75
R$ 12,14
Jul
R$ 1.917,78
R$ 1.950,00
-
Ago
R$ 1.917,78
R$ 1.950,00
-
Set
R$ 1.917,78
R$ 1.950,00
-
Out
R$ 1.917,78
R$ 1.950,00
-
Nov
R$ 1.917,78
R$ 1.950,00
-
Dez
R$ 1.917,78
R$ 1.950,00
-
13º

R$ 1.917,78
R$ 2.580,45
-
Total
R$ 97,80
2016
Mês
Valor devido
Valor pago
Diferença a menor
Jan
R$ 2.135,64
R$ 1.950,64
R$ 185,00
Fev
R$ 2.135,64
R$ 1.950,64
R$ 185,00
Mar
R$ 2.135,64
R$ 1.950,64
R$ 185,00
Abr
R$ 2.135,64
R$ 1.950,64
R$ 185,00
Mai
R$ 2.135,64
R$ 1.950,64
R$ 185,00
Jun
R$ 2.135,64
R$ 2.096,22
R$ 39,42
Jul
R$ 2.135,64
R$ 2.168,50
-
Ago
R$ 2.135,64
R$ 2.023,93
R$ 111,71
Set
R$ 2.135,64
R$ 2.168,50
-
Out
R$ 2.135,64
R$ 2.168,50
-
Nov
R$ 2.135,64
R$ 2.168,50
-
Dez
R$ 2.135,64
R$ 2.168,50
-
13º
R$ 2.135,64
R$ 2.847,53
-
Total
R$ 1.076,13
2017
Mês
Valor devido
Valor pago
Diferença a menor
Jan
R$ 2.298,80
R$ 2.168,5
R$ 130,3
Fev
R$ 2.298,80
R$ 2.168,5
R$ 130,3
Mar
R$ 2.298,80
Abr
R$ 2.298,80
Mai
R$ 2.298,80
Jun
R$ 2.298,80
R$ 2.202,45
R$ 96,35
Jul
R$ 2.298,80
R$ 2.202,45
R$ 96,35
Ago
R$ 2.298,80
R$ 2.202,45
R$ 96,35
Set
R$ 2.298,80
R$ 2.202,45
R$ 96,35
Out
R$ 2.298,80
R$ 2.202,45
R$ 96,35
Nov
R$ 2.298,80
R$ 2.202,45
R$ 96,35
Dez
R$ 2.298,80
R$ 2.202,45
R$ 96,35
13º
R$ 2.298,80
R$ 2.340,38
-
Total
R$ 838,70
2018
Mês
Valor devido
Valor pago
Diferença a menor
Jan
R$ 2.455,35
R$ 2.202,45
R$ 252,9
Fev
R$ 2.455,35
R$ 2.202,45
R$ 252,9
Mar
R$ 2.455,35
R$ 2.202,45
R$ 252,9
Abr
R$ 2.455,35
R$ 2.202,45
R$ 252,9

Mai
R$ 2.455,35
R$ 2.202,45
R$ 252,9
Jun
R$ 2.455,35
R$ 2.202,45
R$ 252,9
Jul
R$ 2.455,35
R$ 2.202,45
R$ 252,9
Ago
R$ 2.455,35
R$ 2.202,45
R$ 252,9
Set
R$ 2.455,35
R$ 2.270,5
R$ 184,85
Out
-
Nov
-
Dez
-
13º
-
Total
R$ 2.208,05

O cumprimento do piso salarial é cogente e a parte requerida não pode se esquivar.

Nesse sentido são os vários precedentes da Turma Recursal:

RECURSO INOMINADO. MUNICÍPIO NOVA UNIÃO. PISO NACIONAL PROFESSORES REDE BÁSICA. LEI 11.738/2008. O ente público deve dar integral cumprimento à lei federal nº 11.738/08, a qual dispõe sobre o piso salarial profissional nacional para os professores do magistério público da educação básica. (RECURSO INOMINADO 7000288-66.2016.822.0004, Rel. Juiz Jorge Luiz dos S. Leal, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: Turma Recursal - Porto Velho, julgado em 31/08/2017.)

Em resumo, tem-se o seguinte quadro:

Ano
Diferença de Valor
2013
0,00
2014
0,00
2015
R$ 97,80
2016
R$ 1.076,13
2017
R$ 838,70
2018
R$ 2.208,05
Total
R$ 4.220,68

Dos juros e da correção monetária

A atualização das parcelas pretéritas deverá observar os critérios assinalados pelo STF no julgamento recente do Recurso Extraordinário n. 870.947, com repercussão geral reconhecida n. 870.947, em que ficou decidido pelo plenário do STF que, para as dívidas não tributárias da Fazenda Pública, como é o presente caso, a atualização monetária deve ser realizada de acordo com o índice do IPCA-E e os juros moratórios de acordo com a remuneração da caderneta de poupança, na forma do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, com a redação dada pela Lei n. 11.960/09.

Nestes termos, segue a DECISÃO do Plenário do STF:

DECISÃO: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, Ministro Luiz Fux, apreciando o tema 810 da repercussão geral, deu parcial provimento ao recurso para, confirmando, em parte, o acórdão lavrado pela Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, (i) assentar a natureza assistencial da relação jurídica em exame (caráter não-tributário) e (ii) manter a concessão de benefício de prestação continuada (Lei nº 8.742/93, art. 20) ao ora recorrido (iii) atualizado monetariamente segundo o IPCA-E desde a data fixada na SENTENÇA e (iv) fixados os juros moratórios segundo a remuneração da caderneta de poupança, na forma do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 com a redação dada pela Lei nº 11.960/09. Vencidos, integralmente o Ministro Marco Aurélio, e parcialmente os Ministros Teori Zavascki, Dias Toffoli, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes. Ao final, por maioria, vencido o Ministro Marco Aurélio, fixou as seguintes teses, nos termos do voto do Relator: 1) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina os juros moratórios aplicáveis a condenações da Fazenda Pública, é inconstitucional ao incidir sobre débitos oriundos de relação jurídico-tributária, aos quais devem ser aplicados os mesmos juros de mora pelos quais a Fazenda Pública remunera seu crédito tributário, em respeito ao princípio constitucional da isonomia (CRFB, art. 5º, caput); quanto às condenações oriundas de relação jurídica não-tributária, a fixação dos juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança é constitucional, permanecendo hígido, nesta extensão, o disposto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 com a redação dada pela Lei nº 11.960/09; e 2) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança, revela-se inconstitucional ao impor restrição desproporcional ao direito de propriedade (CRFB, art. 5º, XXII), uma vez que não se qualifica como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, sendo inidônea a promover os fins a que se destina. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 20.9.2017. (STF, RE 870947, Tribunal Pleno, Relator. Min. Luiz Fux, julgado em 20/09/2017, publicado no DJE n. 216, de 22/09/2017).

Do requerimento de tutela de urgência

Indefiro o requerimento de tutela de urgência formulado pela parte autora uma vez que existe vedação legal à concessão de referido pleito.

Com efeito, em se tratando de pretensão que visa impor à Fazenda Pública a obrigação de pagar, incide na espécie a disposição contida nos §§2º e 5º do art. 7º da Lei 12.016/2009, cuja redação segue abaixo transcrita:

Art. 7º.(...)

§ 2º Não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.

(...)

§ 5º As vedações relacionadas com a concessão de liminares previstas neste artigo se estendem à tutela antecipada a que se referem os arts. 273 e 461 da Lei no 5.869, de 11 janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.

Além disso, tem-se a proibição expressa disposta no art. 1º da Lei 8.437/92 e também a restrição do art. 2º B da Lei 9.494/97, também abaixo transcritas:

Lei 8.437/92:

Art. 1° Não será cabível medida liminar contra atos do Poder Público, no procedimento cautelar ou em quaisquer outras ações de natureza cautelar ou preventiva, toda vez que providência semelhante não puder ser concedida em ações de MANDADO de segurança, em virtude de vedação legal.

Lei 9.494/97:

Art. 2º-B. A SENTENÇA que tenha por objeto a liberação de recurso, inclusão em folha de pagamento, reclassificação, equiparação,

concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive de suas autarquias e fundações, somente poderá ser executada após seu trânsito em julgado.
Observa-se, portanto, que a legislação veda a concessão de qualquer pagamento.
Pondera-se, ademais, que dada a natureza alimentar dos valores pretendidos pela parte autora, existe o perigo da irreversibilidade dos efeitos da DECISÃO, de modo que se deferida a liminar, caso ao final o MÉRITO seja julgado improcedente, não se poderia exigir a devolução dos valores.
Esse perigo de irreversibilidade, por si só, é óbice ao deferimento do pedido da parte autora, conforme previsão do §3º do art. 300 do Código de Processo Civil. Veja-se:
Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
(...)
§ 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da DECISÃO.
Por essas razões, resta INDEFERIDO o requerimento de tutela de urgência.
DISPOSITIVO
Ante o exposto, julgo procedente em parte a pretensão deduzida na inicial e:
DECLARO a prescrição dos valores retroativos devidos a título de diferença do piso salarial de que a autora não recebeu anteriores à data de 26/11/2013, o que faço com fundamento no art. 487, inciso II, do Código de Processo Civil, art. 1º do Decreto 20.910/32 e Súmula 85 do STJ;
CONDENO a parte requerida a pagar em favor da parte autora a quantia de R$ 4.220,68 (quatro mil e duzentos e vinte reais e sessenta e oito centavos), com atualização monetária que deve ser realizada de acordo com o índice do IPCA-E e juros moratórios de acordo com a remuneração da caderneta de poupança, na forma do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, com a redação dada pela Lei n. 11.960/09. Os juros devem incidir a partir da citação e a atualização monetária deve ser calculada sobre cada parcela.
CONDENO a parte requerida à obrigação de fazer consistente em dar cumprimento às disposições da Lei Federal 11.378/2008, efetuando os pagamentos dos vencimentos da parte autora em conformidade com as disposições daquele ato normativo.
INDEFIRO o requerimento de tutela de urgência, o que faço com fundamento nos §§2º e 5º do art. 7º da Lei 12.016/2009, art. 1º da Lei 8.437/92, art. 2º-B da Lei 9.494/97 e §3º do art. 300 do Código de Processo Civil.
Sem custas e sem honorários nesta instância (arts. 54 e 55 da Lei 9.099/95).
SENTENÇA não sujeita à remessa necessária (art. 11 da Lei 12.153/2009).
Concedo à parte autora a gratuidade da Justiça, tendo-se em vista a hipossuficiência.
Com o trânsito em julgado desta SENTENÇA ou do acórdão que eventualmente a confirme, certifique-se.
Transitada em julgado, a parte autora, quando do requerimento de cumprimento, deverá apresentar memória de cálculo observados os termos desta SENTENÇA.
Intimação da parte autora pelo DJE e da Fazenda Pública pelo PJE.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Cumpra-se.
Alta Floresta do Oeste terça-feira, 30 de abril de 2019 às 17:16 .
Alencar das Neves Brilhante
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Alta Floresta D'Oeste – Vara Única
Processo nº: 7001092-58.2017.8.22.0017
EXEQUENTE: BANCO DA AMAZONIA SA
Advogado do(a) EXEQUENTE: FABRICIO DOS REIS BRANDAO - PA11471
EXECUTADO: W. C. DOS SANTOS - CEREAIS - ME, WILLIAN CARDOSO DOS SANTOS
INTIMAÇÃO DO EXEQUENTE
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito de Alta Floresta do Oeste - Vara Única, fica V. Sa. intimada(o) do inteiro teor do Retorno da Carta Precatória ID [26843758], para se manifestar no feito requerendo o que entender de direito no prazo de 5 dias.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Alta Floresta D'Oeste – Vara Única
Processo nº: 7000343-70.2019.8.22.0017
AUTOR: ROSIVALDO OLIVEIRA DOS SANTOS
Advogado do(a) AUTOR: CLAUDIA JULIANA KRONBAUER TABARES - RO6440
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Alta Floresta do Oeste - Vara Única, fica V. Sa. intimado do Laudo Pericial Id-26670545 e da contestação Id-26774085, para responder as arguições do requerido, oportunidade em que deverá, desde logo, especificar se tem outras provas a serem produzidas, além daquelas que já tiver apresentado no processo, justificando a necessidade e a pertinência, no prazo de 15 (quinze) dias.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76.954-000, Alta Floresta do Oeste, RO VARA CÍVEL
Processo n.: 0001773-21.2015.8.22.0017
Classe: Embargos à Execução
Assunto: Município
Valor da causa: R$732.318,87 (setecentos e trinta e dois mil, trezentos e dezoito reais e oitenta e sete centavos)
Parte autora: BANCO DO BRASIL SA, AV. BRASIL, 4209, NÃO CONSTA CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EMBARGANTE: GERSON OSCAR DE MENEZES JUNIOR OAB nº MG102568A, AVENIDA CEARÁ 7º BEC - 69918-111 - RIO BRANCO - ACRE, LUCILDO CARDOSO FREIRE OAB nº RO4751, JAGUARIBE 4310 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, JANICE DE SOUZA BARBOSA OAB nº AC3347, PRUDENTE DE MORAES 1706 AREAL - 76804-294 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Parte requerida: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA DO OESTE, PRAÇA AURÉLIA STÉDILE S/N, NÃO CONSTA REDONDO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EMBARGADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA, PRAÇA AURÉLIA STÉDILE S/N, NÃO CONSTA REDONDO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
DESPACHO
Baixo os autos em diligência.
Em análise das respostas dos quesitos apresentados em sede de impugnação pelo embargado o Sr. Perito no item 7 informa que ficou constado valores incontroversos, os quais totalizam R$ 320.147,70 (trezentos e vinte mil, cento e quarenta e sete reais e setenta centavos).
Ocorre que o Sr. Perito não explicou o método empregado para chegar àquele valor, o que é imprescindível para a compreensão do Juízo e das partes.
Diante disso, intime-se o Sr. Perito para complementar o laudo

pericial a fim de explicar o cálculo contábil desenvolvido para o achado dos valores acima descritos bem como para que - em razão dos novos documentos apresentados pelo Município - complemente pontualmente as respostas dadas aos quesitos formulados pelas partes.
Prazo de 45 dias justificado em razão da complexidade dos cálculos.
Decorrido o prazo, intimem-se as partes para manifestação em 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverão ser intimadas para dizerem - também - se possuem interesse na designação de audiência para a tentativa de composição.
Finalmente, conclusos.
Alta Floresta do Oeste terça-feira, 30 de abril de 2019 às 17:59 .
Alencar das Neves Brilhante
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76.954-000, Alta Floresta do Oeste, RO VARA CÍVEL
Processo n.: 7000147-03.2019.8.22.0017
Classe: Cautelar Inominada
Assunto: DIREITO DO CONSUMIDOR, Dever de Informação
Valor da causa: R$1.000,00 (mil reais)
Parte autora: SILVIO APARECIDO DOS SANTOS, LINHA 156 S/N ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JEFERSON FABIANO DELFINO ROLIM OAB nº RO6593, AVENIDA RIO DE JANEIRO 3963-C CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, HENRIQUE MENDONCA SATO OAB nº RO9574, SEM ENDEREÇO
Parte requerida: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137 INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DECISÃO
Trata-se de ação de exibição de documentos proposta por SILVIO APARECIDO DOS SANTOS contras CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A.
Informa o autor que realizou a construção e instalação de subestação em sua propriedade, tendo a requerida se apropriado de sua rede.
Relata que celebrou contrato de adesão para incorporação de rede particular com a requerida no valor de R$ 16.376,08, contudo não recebeu o referido valor, recebendo a cópia do referido contrato sem assinatura das partes.
Assim, requer a apresentação de cópia fiel e legível do contrato de adesão para incorporação de rede particular celebrado com a requerida no dia 6 de fevereiro de 2017. Com a inicial juntou documentos.
Foi determinada a emenda a inicial para o autor juntar comprovante de recolhimento de custas, o que foi atendido (id 25185186).
A inicial foi recebida e determinada a intimação do autor para se manifestar acerca da possibilidade jurídica do pedido, de serem admitidos como verdadeiros os fatos e dá não incidência dos efeitos da revelia (id 25670186).
A parte autora apresentou manifestação requerendo o prosseguimento do feito (id 26251767).
Relatei. Decido.
Para a concessão da liminar, faz-se necessário a presença da probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.
No caso de exibição de coisa ou documento pode ser pleiteada como incidente processual na pendência da lide, conforme prevê os artigos 396 e seguintes do Estatuto Processual Civil, ou por meio de ação autônoma (art. 294 e ss. do CPC).
Tal procedimento, destinado a vencer a resistência da parte detentora do documento, dando-lhe inclusive a oportunidade de alegar que não tem o ônus de exibi-lo.
Portanto, é um incidente, porque se compõe de uma série ordenada de atos que se realizam à margem do procedimento central sem dar formação a um novo processo; satisfativo, porque se destina a oferecer apoio ao processo em si mesmo, sem nada melhorar ou piorar na vida dos litigantes, de modo direto.
Para o deferimento de liminar, é necessária a constatação dos requisitos indissociáveis da probabilidade do direito e do perigo de dano, que, a um só tempo, revelam a plausibilidade aparente da pretensão aviada e o perigo fundado de dano à parte requerente.
O autor em sua inicial diz que após a celebração do contrato não recebeu a quantia acordada, bem como a requerida negou a entrega do contrato assinado.
No que diz respeito a probabilidade do direito verifica-se que o requerido conforme manifestação do autor não forneceu a cópia do possível contrato realizado, para que assim possa propor ação cabível para cobrança do débito.
Admissível, o pleito para que a requerida exiba os mencionados documentos.
Assim, presentes os requisitos, CONCEDO O PEDIDO LIMINAR, e determino que o requerido CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente cópia legível do contrato de número 8910.
Registro que a dilação de prazo para apresentação do documento se dá diferente do disposto no art. 398 do CPC, tendo em vista que o Tribunal de Justiça vem concedendo tal prazo para as partes.
ESTADO DE RONDÔNIA PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª Câmara Cível / Gabinete Des. Rowilson Teixeira
Processo: 0801395-78.2018.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)
Relator: Juiz Convocado Rinaldo Forti Silva
Data distribuição: 17/05/2018 11:11:15
Polo Ativo: Banco Bradesco e outros
Advogados do(a) AGRAVANTE: RENATO TADEU RONDINA MANDALITI - SP115762, VIVIAN CRISTINA GARCIA DE FREITAS - SP280391, PAULO EDUARDO PRADO - SP1829510A
Polo Passivo: JALISMAR DE MESQUITA e outros
Advogados do(a) AGRAVADO: HELAINY FUZARI - RO1548000A, ALEANDER MARIANO SILVA SANTOS – RO0002295A
Este é o entendimento dos Tribunais Estaduais:
TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE – EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS REFERENTES AO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE FINANCIAMENTO DE IMÓVEL – MULTA DIÁRIA – ART. 400, PARÁGRAFO ÚNICO DO NCPC – VALOR MANTIDO – PRAZO – OBSERVÂNCIA AO CASO DOS PRAZOS SUPLEMENTARES JÁ DEFERIDOS PELO JUÍZO – O novo Código de Processo Civil inovou ao permitir que o Juiz adote medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub -rogatórias para que o documento seja exibido (art. 400, parágrafo único) – Multa que constitui, no novo diploma legal, medida hábil à garantia da efetividade das decisões judiciais, não se verificando quanto ao seu valor que tenha sido fixada em desacordo com o princípio da razoabilidade – Prazos suplementares, já deferidos pelo r. Juízo, que devem ser observados, não se justificando, nesta sede, nova dilação – Prequestionamento – Inexistência de violação a quaisquer preceitos legais – Propósito de oportuna interposição de recurso extraordinário e/ou especial – Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AI: 21537027320168260000 SP 2153702-73.2016.8.26.0000, Relator: Luiz Arcuri, Data de Julgamento: 12/12/2016, 15ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 12/12/2016)
Cite-se a requerida para, no prazo de 30 (trinta) dias, responder a presente ação, exibindo em juízo a coisa ou documento; silenciando-se ou contestando o pedido, com a recusa do dever de exibir ou com a afirmação que não possui o objeto a exibir.
Expeça-se o necessário.
terça-feira, 30 de abril de 2019 às 17:59 .
Alencar das Neves Brilhante
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76.954-000, Alta Floresta do Oeste, RO VARA CÍVEL
Processo n.: 7000736-92.2019.8.22.0017
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Auxílio-Doença Previdenciário
Valor da causa: R$13.972,00 (treze mil, novecentos e setenta e dois reais)
Parte autora: CILSA LUIZ FERREIRA, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO AUTOR: NATALYA ANACLETO NOBREGA OAB nº RO8979, SEM ENDEREÇO, JOSANA GUAITOLINE ALVES OAB nº RO5682, SEM ENDEREÇO, MARINA NEGRI PIOVEZAN OAB nº RO7456, SEM ENDEREÇO
Parte requerida: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA, SEM ENDEREÇO
DESPACHO
Intime-se a requerente para emendar a inicial no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento, devendo juntar a cópia da DECISÃO que indeferiu o pedido administrativo.
Alta Floresta do Oeste terça-feira, 30 de abril de 2019 às 17:17 .
Alencar das Neves Brilhante
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76.954-000, Alta Floresta do Oeste, RO VARA CÍVEL
Processo n.: 7000733-40.2019.8.22.0017
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes, Antecipação de Tutela / Tutela Específica
Valor da causa: R$6.877,13 (seis mil, oitocentos e setenta e sete reais e treze centavos)
Parte autora: AGNEL DOS ANJOS, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO AUTOR: SAMIR RASLAN CARAGEORGE OAB nº RO9301, SEM ENDEREÇO
Parte requerida: OI MOVEL, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO RÉU:
DESPACHO
Considerando que o requerente é microempresário e empreendedor no ramo de fabricação de móveis planejados nesta Comarca de longa data e tendo em vista o baixo valor das custais iniciais que deveriam ser recolhidas, evidenciando que o autor não se trataria de pessoa pobre nos termos da lei e que o pagamento das despesas processuais não prejudicaria o seu sustento, nos termos do §2º do art. 99 do CPC, oportunizo ao requerente que, no prazo de 15 (quinze) emende a inicial e comprove a impossibilidade de recolher as custas processuais, devendo:
a) - apresentar a relação de empresas das quais é proprietário ou faz parte do quadro de sócios, juntando os comprovantes de inscrição no CNPJs e informando o capital social de cada uma delas;
b) - apresentar cópia das declarações de renda e de bens dos últimos 2 (dois) exercícios em seu nome e também em nome de suas empresas;
c) - apresentar certidão expedida pela Prefeitura Municipal indicando a relação de imóveis existentes em seu nome e em nome de suas empresas;
d) - apresentar certidão expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis indicando a relação de imóveis urbanos e rurais existentes em seu nome e em nome de suas empresas;
e) - apresentar certidão expedida pelo IDARON indicando a existência e movimentação de bovinos em seu nome dos últimos dois anos;
f) - apresentar certidão negativa expedida pelo DETRAN indicando a relação de veículos (automóveis, motocicletas, caminhões, etc) existentes em seu nome e em nome de suas empresas;
Caso o requerente desista do requerimento do benefício da justiça gratuita e recolha as custas processuais iniciais, fica dispensado da comprovação da hipossuficiência econômica.
Apresentados os comprovantes acima solicitados ou recolhidas as custas processuais, retorne concluso para DECISÃO sobre o pedido liminar.
Alta Floresta do Oeste terça-feira, 30 de abril de 2019 às 17:17 .
Alencar das Neves Brilhante
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76.954-000, Alta Floresta do Oeste, RO VARA CÍVEL
Processo n.: 7000737-77.2019.8.22.0017
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
Assunto: Execução Previdenciária
Valor da causa: R$2.260,62 (dois mil, duzentos e sessenta reais e sessenta e dois centavos)
Parte autora: SONIA MARIA ANTONIO DE ALMEIDA NEGRI, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: SONIA MARIA ANTONIO DE ALMEIDA NEGRI OAB nº RO2029, SEM ENDEREÇO
Parte requerida: I. -. I. N. D. S. S., SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA, SEM ENDEREÇO
DESPACHO
Vistos.
A Advogada requerente pede, por meio do presente cumprimento de SENTENÇA, o pagamento dos honorários advocatícios fixados na SENTENÇA de MÉRITO.
Tratando-se de pedido de cumprimento de SENTENÇA que condenou a Fazenda Pública ao pagamento de quantia certa, intime-se a Fazenda Pública, na pessoa do seu representante judicial, por carga ou remessa do processo, para, caso queira, apresentar impugnação à execução no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos (CPC, artigo 535).
Não havendo impugnação ou concordando a Fazenda Pública com os cálculos da parte requerente (credora), desde já autorizo a expedição dos requisitórios de pagamento.
Havendo impugnação, oportunizo à parte autora (credora) para que se manifeste sobre a impugnação e sobre o valor que a executada entende ser o correto, no prazo de 10 (dez) dias. Na mesma oportunidade, assim como na hipótese anterior, deverá a requerente dizer se tem interesse em renunciar ao eventual valor excedente ao limite para requisição do pagamento pelo meio mais célere (RPV) ou se prefere o precatório.
Na hipótese da requerente concordar com os cálculos da autarquia previdenciária e admitir que existe o excesso eventualmente indicado, desde já homologo os cálculos da ré. Nessa hipótese, havendo renúncia ao limite para pagamento por meio de RPV, desde já homologo a renúncia e autorizo a expedição das referidas requisições. Não havendo renúncia, desde já autorizo a expedição do precatório.
No entanto, caso a requerente não concorde com os cálculos da autarquia previdência, retornem conclusos para DECISÃO sobre a impugnação.
Nos casos de expedição dos requisitórios de pagamento, deverá a escrivania observar as disposições dos incisos I e II do § 3º do artigo 535 do CPC.
Alta Floresta do Oeste terça-feira, 30 de abril de 2019 às 17:17 .
Alencar das Neves Brilhante
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76.954-000, Alta Floresta do Oeste, RO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo n.: 7000203-36.2019.8.22.0017
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Agência e Distribuição
Valor da causa: R$7.991,12 (sete mil, novecentos e noventa e um reais e doze centavos)
Parte autora: MAURO JUNIOR COSTA DE LIMA, AFONSO PENA 4959 REDONDO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE:
Parte requerida: SARAIVA E SICILIANO S/A, CONDOMÍNIO EDIFÍCIO HENRIQUE SCHAUMANN 270, RUA HENRIQUE SCHAUMANN 270 CERQUEIRA CÉSAR - 05413-909 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REQUERIDO: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU OAB nº SP117417, DAS MALVAS 106 CIDADE JARDIM - 05601-020 - SÃO PAULO - SÃO PAULO, BRUNA BATISTA GALLEONI OAB nº SP366392, VINTE E OITO DE JANEIRO 21 VILA BELA VISTA - 02617-090 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
DECISÃO
Vistos.
A parte requerida apresentou embargos de declaração em relação à SENTENÇA de ID n. 26294620 afirmando que seria contraditória porque teria levado a efeito o bloqueio de valores de conta bancária da requerida para assegurar eventual cumprimento da medida liminar quando a requerida já teria cumprido a medida de urgência que foi deferida.
Diante da tempestividade e do atendimento aos demais requisitos, recebo os embargos de declaração.
No MÉRITO lhes nego provimento na medida em que não há contradição própria a ser sanada na SENTENÇA.
Nesse particular, para que houvesse contradição, necessário seria que o julgado tivesse apresentado fundamentos antagônicos ou dado provimento oposto ao fundamento lançado, o que não ocorreu.
Confira-se que até a data em que a SENTENÇA foi proferida não havia no processo nenhuma informação de que a liminar havia sido cumprida, isto é, de que a requerida havia providenciado o estorno do valor pago pelo autor.
Decorreu dai a necessidade de se adotar a medida assecuratória ao cumprimento da liminar, uma vez que, até então, somente era possível compreender pelo descumprimento respectivo, pois, como dito, inexistia no processo informação sobre o atendimento da liminar.
Tratando-se de uma providência levada a efeito pela requerida, caberia à demandada ter informado no processo o cumprimento do ato, a fim de evitar que fossem adotadas medidas assecuratórias ao atendimento, como de fato foi feito.
Portanto, não tendo sido lançados, na SENTENÇA, fundamentos antagônicos ou provimento oposto aos fundamentos lançados, deixa-se de acolher os embargos de declaração.
Contudo, é o caso de se reconhecer que a medida liminar terminou por ser cumprida, ainda que depois decorrido o prazo concedido para tanto, uma vez que confirmado pelo autor que o estorno será realizado na próxima fatura a vencer do seu cartão de crédito.
Em que pese essa circunstância, levando-se em consideração que restituição por meio do estorno levado a efeito atendeu apenas o valor principal que foi desembolsado pelo autor na aquisição do produto e que pende de pagamento pela requerida os juros e a correção monetária do respectivo valor, conforme parâmetros fixados na SENTENÇA, além da indenização por dano material e sua respectiva atualização, justifica-se a manutenção do bloqueio de valores realizado no processo como medida assecuratória ao cumprimento dessas obrigações que ainda restam pendentes, ou pelo menos a uma parte delas, na hipótese da quantia bloqueada não saldar todo o débito remanescente.
Nesse particular, conquanto a SENTENÇA de primeiro grau ainda não tenha se confirmado, a medida assecuratória de manutenção do valor bloqueado, para eventual adimplimento das parcelas obrigacionais restantes, tem fundamento no art. 43 da Lei 9.099/95, uma vez que hipotético recurso inominado não terá efeito suspensivo e no presente momento não se vislumbra premente possibilidade de dano irreparável à requerida se mantido o bloqueio, bem como o fato de que, conforme pormenorizadamente fundamentado na SENTENÇA, o presente crédito do autor não está sujeito ao concurso universal de credores tido em razão da abertura do procedimento de falência e recuperação judicial, uma vez que não se trata de crédito albergado pela disposição do art. 49 da Lei 11.101/2005.
Contudo, somente após eventualmente confirmada a presente SENTENÇA é que se decidirá sobre a possibilidade do requerente levantar o valor para fins de satisfação das obrigações pendentes ou de pelo menos parte delas.
Intimem-se, cumprindo-se os demais termos da SENTENÇA conforme for oportuno.
Alta Floresta do Oeste terça-feira, 30 de abril de 2019 às 21:06 .
Alencar das Neves Brilhante
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Alta Floresta D'Oeste – Vara Única
Processo nº: 7000803-91.2018.8.22.0017
AUTOR: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE RONDONIA
RÉU: VANDER BATAGLIA DE CASTRO
Advogado do(a) RÉU: AIRTOM FONTANA - RO5907
INTIMAÇÃO DO REQUERIDO
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito de Alta Floresta do Oeste - Vara Única, fica V. Sa. intimada(o) do inteiro teor da DECISÃO ID [26845702].

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Alta Floresta D'Oeste – Vara Única
Processo nº: 7001228-21.2018.8.22.0017
AUTOR: PEDROLINA SERGIO VELOZO SALVATICO
Advogado do(a) AUTOR: DORISLENE MENDONCA DA CUNHA FERREIRA - RO2041
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação DA PARTE AUTORA
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito de Alta Floresta do Oeste - Vara Única, fica V. Sa. intimada da expedição dos alvarás de levantamento ID 26735740.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Alta Floresta D'Oeste – Vara Única
Processo nº: 7000030-12.2019.8.22.0017
AUTOR: JANESMARA MARIA
Advogado do(a) AUTOR: DILMA DE MELO GODINHO - RO6059
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação DA PARTE REQUERENTE
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Alta Floresta do Oeste - Vara Única, fica V. Sa. intimado da contestação, para responder as arguições do requerido, oportunidade em que deverá, desde logo, especificar se tem outras provas a serem produzidas, além daquelas que já tiver apresentado no processo, justificando a necessidade e a pertinência, no prazo de 15 (quinze) dias.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Alta Floresta D'Oeste – Vara Única
Processo nº: 7000841-06.2018.8.22.0017
EXEQUENTE: IMPLEMENTOS AGRICOLAS OLIVEIRA LTDA - EPP
Advogados do(a) EXEQUENTE: KELLY CRISTINE BENEVIDES DE BARROS - RO3843, DANIEL REDIVO - RO3181, JOAO

CARLOS DA COSTA - RO1258
EXECUTADO: CLAUDIO LAMBRECHT - EPP
INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito de Alta Floresta do Oeste - Vara Única, fica V. Sa. intimada(o) a promover o regular andamento ao feito no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento (art. 485, §1º do Código de Processo Civil).

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Alta Floresta D'Oeste – Vara Única
Processo nº: 7001410-07.2018.8.22.0017
AUTOR: ILSON CAETANO DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: ROBERTO ARAUJO JUNIOR - RO4084
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito de Alta Floresta do Oeste - Vara Única, fica V. Sa. intimado da Certidão Id-26869607, para promover o regular andamento ao feito no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento (art. 485, §1º do Código de Processo Civil).

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Alta Floresta D'Oeste – Vara Única
Processo nº: 7000003-29.2019.8.22.0017
AUTOR: DIOGO JOAQUIM DOS SANTOS
Advogado do(a) AUTOR: POLIANE XAVIER DA SILVA - RO9848
RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Advogado do(a) RÉU: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - RO5369
INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Alta Floresta do Oeste - Vara Única, fica V. Sa. intimado da contestação, para responder as arguições do requerido, oportunidade em que deverá, desde logo, especificar se tem outras provas a serem produzidas, além daquelas que já tiver apresentado no processo, justificando a necessidade e a pertinência, no prazo de 15 (quinze) dias.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Alta Floresta D'Oeste – Vara Única
Processo nº: 7001470-77.2018.8.22.0017
AUTOR: IMPLEMENTOS AGRICOLAS OLIVEIRA LTDA - EPP
Advogados do(a) AUTOR: KELLY CRISTINE BENEVIDES DE BARROS - RO3843, DANIEL REDIVO - RO3181, JOAO CARLOS DA COSTA - RO1258
RÉU: CLAUDIO CESAR MARCOLINO RIBEIRO
Intimação DA PARTE AUTORA
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito de Alta Floresta do Oeste - Vara Única, fica V. Sa. intimada(o) dos documentos ID26394244 e 26098023 para se manifestar e requerer o que entender de direito no prazo de 05 (cinco) dias.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Alta Floresta D'Oeste – Vara Única
Processo nº: 7000140-11.2019.8.22.0017
AUTOR: JOSENIAS FERREIRA DE LIMA
Advogado do(a) AUTOR: POLIANE XAVIER DA SILVA - RO9848
RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Advogado do(a) RÉU: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - RO5369
INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Alta Floresta do Oeste - Vara Única, fica V. Sa. intimado da contestação, para responder as arguições do requerido, oportunidade em que deverá, desde logo, especificar se tem outras provas a serem produzidas, além daquelas que já tiver apresentado no processo, justificando a necessidade e a pertinência, no prazo de 15 (quinze) dias.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Alta Floresta D'Oeste – Vara Única
Processo nº: 7001007-72.2017.8.22.0017
EXEQUENTE: SELMA MARIA DA SILVA
Advogado do(a) EXEQUENTE: SÔNIA MARIA ANTÔNIA DE ALMEIDA NEGRI - RO2029
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação DAS PARTES
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito de Alta Floresta do Oeste - Vara Única, fica V. Sa. intimada da expedição do alvará ID 26772620.

COMARCA DE ALVORADA D´OESTE

1º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

1ª Vara Criminal - Juizado Especial Criminal - Diretor de Cartório - GEUDE DE OLIVEIRA LIMA. Comarca de Alvorada do Oeste/RO. End. Eletrônico adw1criminal@tj.ro.gov.br
Proc: 2000002-50.2019.8.22.0011
Ação:Procedimento do Juizado Especial Criminal - Sumaríssimo
Claudio Carlos da Silva(Querelante)
Advogado(s): Marcos Uillian Gomes Ribeiro(OAB 8551 RO)
João Guilherme Filho(Querelado)
Claudio Carlos da Silva(Querelante)
Advogado(s): Marcos Uillian Gomes Ribeiro(OAB 8551 RO)
João Guilherme Filho(Querelado)
Ministério Público do Estado de Rondônia(Custos Legis (Fiscal da Lei))
Vistos. O artigo 44 do Código de Processo Penal determina que: Art. 44. A queixa poderá ser dada por procurador com poderes especiais, devendo constar do instrumento do mandato o nome do querelante e a menção do fato criminoso, salvo quando tais esclarecimentos dependerem de Diligências que devem ser previamente requeridas no juízo criminal. Analisando a procuração acostada aos autos verifico que ela não preenche os requisitos elencados acima. Deste modo, intime-se o patrono para que regularize a representação processual, no prazo de 15 dias, sob pena de rejeição da queixa-crime. Findo o prazo supra, com ou sem manifestação, tornem conclusos. Alvorada do Oeste/RO, na data do movimento. Simone de Melo Juíza de Direito

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
Proc.: 0002790-19.2015.8.22.0009
Ação:Procedimento Sumário
Autor:Stefany Eduarda Pinho de Oliveira
Advogado:Andre Bonifacio Ragnini (RO 1119.), Rúbia Valéria Marchioreto ( )
Requerido:Município de Alvorada do Oeste
DECISÃO - Compulsando os autos verifica-se que razão assiste ao patrono da parte autora, haja vista que a SENTENÇA não foi publicada para intimá-lo.Deste modo, defiro parcialmente os pedidos de fls. 142/143, determinando a publicação da SENTENÇA a fim de intimar o patrono da parte autora, devolvendo-lhe o prazo para eventual recurso, a ser contado a partir da publicação.No que se refere ao requerido, de fato ele foi intimado pessoalmente e não apresentou recurso, estando a SENTENÇA transitada em julgado em relação a ele.Em relação ao pedido de migração do

feito para o sistema PJE, verifico que o processo está na fase final, pelo que não entendo viável realizar a migração neste momento. É que tal medida demanda tempo do Cartório, que se encontra com número reduzido de servidores e não trará nenhuma vantagem prática, já que o pedido de execução de SENTENÇA poderá ser protocolado no sistema PJE, apenas com a juntada de cópia da inicial, procuração, comprovante de citação e SENTENÇA, o que certamente será mais eficiente e economizará tempo, não havendo motivos que justifiquem a digitalização de todo o processo, que poderá ser arquivado. Assim, indefiro, ao menos por ora, o pedido de migração do feito. Intime-se. Pratique-se o necessário. Alvorada do Oeste-RO, quinta-feira, 25 de abril de 2019. Simone de Melo - Juíza de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste - Vara Única
Rua Vinícius de Moraes, nº 4308, Bairro Centro, CEP 76.930-000, Alvorada do Oeste, RO Processo: 7001761-95.2018.8.22.0011
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Valor da causa: R$20.000,00vinte mil reais
REQUERENTE: ROSANE BERNARDES DA SILVA CPF nº 013.415.112-78, RUA XV DE NOVEMBRO 1262 ALTO ALEGRE - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ELIANA LEMOS DE OLIVEIRA OAB nº RO4423, THIAGO MAFIA MIRANDA OAB nº RO4970
REQUERIDO: LABORATORIO CAFEUP DE URUPA LTDA - ME CNPJ nº 18.243.827/0001-91, AV. MOACIR DE PAULA VIEIRA 1833 CENTRO - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: ANTONIO RAMON VIANA COUTINHO OAB nº RO3518
DECISÃO
Trata-se de embargos de declaração que LABORATÓRIO CAFEUP DE URUPÁ LTDA ME opôs em face da SENTENÇA de ID 23799609. Narra a embargante que a SENTENÇA foi omissa, eis que não se manifestou sobre o julgamento antecipado da lide.
Os embargos de declaração são cabíveis quando houver na SENTENÇA omissão, obscuridade, contradição ou erro material, nos termos do artigo 1.022 do Novo Código de Processo Civil. A omissão ocorre quando o julgado não aprecia tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento e ainda quando incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1° do NCPC; a obscuridade se caracteriza pela ausência de clareza da SENTENÇA, de modo a dificultar a correta interpretação do pronunciamento judicial; a contradição existe em razão da incerteza quanto aos termos do julgado, pelo uso de proposições inconciliáveis, podendo acarretar, inclusive, dificuldades a seu cumprimento. O erro material, por sua vez, consiste em inexatidões materiais ou erros de cálculo, conforme art. 494, do NCPC.
No caso em tela, a análise da SENTENÇA revela que a mesma possui omissão, vez que deixou de constar na fundamentação a razão que levou o juízo a proferir antecipado da lide, defeito que merece ser sanado.
Ocorre que, com relação aos demais argumentos da embargante, tratam-se de inconformismo com o MÉRITO da questão, logo, deverá ser objeto de alegação em recurso próprio e adequado para tanto.
Ao teor do exposto, RECEBO os embargos, por serem próprios e tempestivos e os ACOLHO parcialmente a fim de aditar a parte inicial da SENTENÇA, de modo que na mesma passe a constar inicialmente:
"A lide comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, eis que se trata de questão de direito e de fato, cujo a demonstração dos fatos deveria se dar por meio de prova documental, razão pela qual, já encerrada a fase de juntada de documentos, o feito deve ser julgado.
No mais, permanece a SENTENÇA tal como foi lançada.
Intimem-se as partes.
Oportunamente, arquivem-se.
Alvorada do Oeste 30 de abril de 2019
Simone de Melo
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste - Vara Única
Rua Vinícius de Moraes, nº 4308, Bairro Centro, CEP 76.930-000, Alvorada do Oeste, RO Processo: 7000708-45.2019.8.22.0011
Classe: Procedimento Comum
Valor da causa: R$13.972,00treze mil, novecentos e setenta e dois reais
AUTOR: PABLO DE SOUZA ALMEIDA CPF nº 003.060.522-96, LINHA A5 s/n, LOTE 47, GLEBA 05 ZONA RURAL - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: JONATA BRENO MOREIRA SANTANA OAB nº RO9856, TEREZINHA MOREIRA SANTANA OAB nº RO6132, LARA MARIA MONTEIRO FRANCHI NUNES OAB nº RO9106
RÉU: I. -. I. N. D. S. S., RUA PRESIDENTE VARGAS 1024, - DE 904/905 A 1075/1076 CENTRO - 76900-038 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Trata-se de ação previdenciária manejada por PABLO DE SOUZA ALMEIDA contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS alegando, em síntese, que é segurado da Previdência e que se encontra acometido de doença de cunho ortopédico que o incapacita para o trabalho. Afirma que pleiteou administrativamente pelo benefício, contudo, teve seu pedido indeferido, razão pela qual manejou a presente ação, eis que ainda permanece incapacitado para o trabalho. Requereu a concessão de tutela de urgência, a fim de que o benefício de auxílio-doença lhe seja concedido desde logo. Juntou documentos.
É o relatório. Decido.
Nos termos do artigo 300 do NCPC, para que seja concedida a tutela de urgência pleiteada pela parte, que possui natureza de tutela antecipada, devem ser comprovadas a existência de dois requisitos, quais sejam, a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.
A probabilidade do direito, no que se refere à incapacidade, está estampada pelos documentos médicos juntados aos autos, os quais demonstram que o requerente foi submetido a uma cirurgia no joelho, estando atualmente em recuperação e, portanto, incapacitado para o trabalho. Denota-se no laudo médico de ID 26609014 que o requerente se encontra em reabilitação e deve permanecer afastado de suas atividades por 120 dias.
Nesse contexto, conforme entendimento jurisprudencial, o laudo particular é documento hábil para concessão de benefício previdenciário, senão vejamos:
PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. CONCESSÃO. LAUDO DE MÉDICO PARTICULAR. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. SUFICIÊNCIA.1. Os laudos médicos expedidos por serviço médico particular são válidos e suficientes para fins de isenção do imposto de renda e concessão de aposentadoria. Precedentes: (REsp 1088379/DF, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, DJe 29/10/2008; REsp nº 749.100/PE, Rel.Min. FRANCISCO FALCÃO, DJ de 28.11.2005.; REsp 302.742/PR, 5ª T., Rel. Min. JORGE SCARTEZZINI, DJ de 02/08/2004). 2. Consectário lógico é que se laudos de médicos particulares são, por força da jurisprudência válidos para concessão de aposentaria e isenção de imposto de renda, quando há DISPOSITIVO legal que determine a expedição de laudo oficial para a concessão do benefício, tanto mais valerá como elemento de prova. Precedentes: REsp nº 673.741/PB, Relator Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA DJ de 09/05/2005; REsp 749.100/PE, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/09/2005, DJ 28/11/2005 p. 230 3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no Ag 1194807/MG, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/06/2010, DJe 01/07/2010).
No que diz respeito à qualidade de segurado, a probabilidade do

direito se encontra demonstrada pelos documentos de ID 26609012, os quais demonstram, ao menos nesse primeiro momento, que o requerente trabalha em regime de economia familiar, na produção de leite para venda a laticínio.
O perigo de dano, por sua vez, consiste nos prejuízos que o autor poderá suportar por ter que aguardar o deslinde da causa, especialmente pelo caráter alimentar que o benefício por ele pleiteado possui.
No que diz respeito ao requisito da irreversibilidade, primeiro, este não se mostra presente, pois, no caso, a antecipação de tutela é provisória e passível de revogação, sendo que a eventual ausência de incapacidade da parte, além de não tornar a DECISÃO irreversível é baseada apenas em presunção.
Segundo, mesmo havendo previsão legal de não concessão de antecipação de tutela diante da irreversibilidade, tanto a doutrina como a jurisprudência se posicionam no sentido de que esta vedação deve ser analisada de acordo com o princípio da proporcionalidade, o qual veda tanto o excesso, quanto a proteção insuficiente ao jurisdicionado.
Sobre a questão, colaciono a jurisprudência desta corte:
Agravo de instrumento. Manutenção de auxílio-doença. INSS. Antecipação dos efeitos da tutela. Possibilidade. Manutenção da DECISÃO. A antecipação de tutela pode ser concedida quando presente a verossimilhança da alegação cumulada com a prova inequívoca do provimento pleiteado, sendo que o perigo de dano fica presente quando a ação acidentária discute a manutenção do auxílio-doença, pois, o beneficiário, por se encontrar, em tese, incapacitado para as atividades habituais, necessita da verba que possui caráter alimentar. O provimento antecipatório é concedido com base em cognição sumária e, mesmo em caso de irreversibilidade, é possível sua concessão à luz do princípio da proporcionalidade (TJ/RO, Agravo N. 00000055218820108220000, Rel. Des. Waltenberg Junior, J. 22/06/2010).
Agravo de instrumento. Ação previdenciária. Tutela antecipada. Auxílio-doença por acidente de trabalho. Restabelecimento do benefício. Laudos médicos. Comprovação de incapacidade para o trabalho. Provimento do agravo. Demonstrada nos autos a manutenção da incapacidade para a atividade laboral do segurado, conforme laudos anexos à inicial, impõe-se o restabelecimento do auxílio-doença até o julgamento final do processo. Recurso a que se dá provimento. (AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0800785-47.2017.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Walter Waltenberg Silva Junior, Data de julgamento: 03/07/2017
Deste modo, demonstrados os requisitos necessários, DEFIRO PARCIALMENTE A TUTELA DE URGÊNCIA requerida, a fim de determinar ao réu, sob as penas da lei, que conceda o benefício de auxílio-doença ao autor, no valor de um salário mínimo, até o dia 14/07/2019, data prevista para a recuperação do requerente, conforme laudo médico acostado aos autos.
Pontuo que a partir de tal data, para continuar fazendo jus ao recebimento do benefício, caberá ao autor demonstrar que persiste presente a probabilidade de seu direito, através da juntada de novos laudos médicos.
Por ser de conhecimento deste Juízo que na capital do estado a autarquia possui um departamento específico para implementação de benefícios previdenciários, em especial aos concedidos judicialmente, expeça-se carta precatória para intimação do representante do INSS responsável pelo ADJ, para proceder, no prazo de 20 dias, a implementação do benefício.
Encaminhe-se no expediente cópia da presente DECISÃO, bem como os documentos pessoais do autor.
Na diligência, deve o Sr. Oficial de Justiça identificar a pessoa responsável pelo cumprimento da ordem, para fins de responsabilização por eventual descumprimento.
No mais, defiro os benefícios da gratuidade judiciária (art. 12 da Lei n. 1.060/50).
Com a entrada em vigor do novo diploma processual civil faz-se necessária a designação de audiência preliminar conciliatória. No entanto, é cediço que a autarquia demandada só realiza acordo após a efetiva comprovação da qualidade de segurado e, na maioria dos casos, da incapacidade da parte autora, com a perícia médica. É que a concessão de benefícios previdenciários está vinculada ao preenchimento de determinados requisitos legais. Há, portanto, necessidade de instrução processual para viabilizar a transação.
Outrossim, é público e notório que a autarquia requerida na maioria das ações não firma acordo, o que redunda em desperdício de tempo e apenas geraria dispendiosas diligências para resultados infrutíferos. Assim, completamente inócua a designação de audiência preliminar para tentativa de conciliação.
Cite-se o réu para querendo, contestar, dentro do prazo de 15(quinze) dias, contados a partir da juntada do MANDADO aos autos, ou se via postal, da juntada do AR. Aplicando-se a Fazenda Pública e ao Ministério Público o disposto no art. 183 do CPC.
Advirta-se de que não sendo contestada a ação, no prazo legal, se presumirão aceitos pelo Réu, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor, nos termos do art. 344 do CPC, salvo se ocorrerem as hipóteses do art. 345 do CPC.
Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas à Requerente para réplica.
Não ocorrendo a hipótese anterior, intimem-se as partes representadas a se manifestarem quanto ao interesse em produzir provas, justificando quanto a necessidade e utilidade.
Cumpridas as determinações acima, retornem os autos conclusos.
Intime-se.
Expeça-se o necessário.
SIRVA A PRESENTE DE CARTA PRECATÓRIA/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO.
Alvorada do Oeste 30 de abril de 2019
Simone de Melo
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste - Vara Única
Rua Vinícius de Moraes, nº 4308, Bairro Centro, CEP 76.930-000, Alvorada do Oeste, RO Processo: 7000728-36.2019.8.22.0011
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Valor da causa: R$25.914,20vinte e cinco mil, novecentos e quatorze reais e vinte centavos
AUTOR: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A., BANCO BRADESCO S.A. S/N, CIDADE DE DEUS VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ
ADVOGADO DO AUTOR: ANTONIO BRAZ DA SILVA OAB nº AC6557
RÉU: MARIA APARECIDA ANDRADE OLIVEIRA, AV SARGTO MARIO NOGUEIRA VAZ 5382 CENTRO - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU:
Vistos.
Intime-se a parte autora para emendar a inicial, recolhendo as custas processuais, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento.
Findo o prazo, com ou sem manifestação, tornem conclusos.
Alvorada do Oeste 30 de abril de 2019
Simone de Melo
Juíza de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE ALVORADA DO OESTE/RO
Processo: 7000604-24.2017.8.22.0011
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: MARIA HELENA DE PAIVA
Advogado do(a) AUTOR: MARIA HELENA DE PAIVA - RO3425
RÉU: DALVA SANTOS DA COSTA
Advogado do(a) RÉU: ELISANGELA DE OLIVEIRA TEIXEIRA MIRANDA - RO1043
FINALIDADE: Intime-se a parte autora, para dar andamento ao feito, no prazo de 15 dias.
Alvorada do Oeste/RO, 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste - Vara Única
Rua Vinícius de Moraes, nº 4308, Bairro Centro, CEP 76.930-000, Alvorada do Oeste, RO Processo: 7000669-48.2019.8.22.0011
Classe: Carta Precatória Cível
Assunto: Inventário e Partilha
Valor da causa: R$58.000,00(cinquenta e oito mil reais)
DEPRECANTE: RONALDO FLORINDO DA COSTA CPF nº 420.098.392-34, AV CASTELO BRANCO 4326 CENTRO - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO DEPRECANTE: DIEGO CASTRO ALVES TOLEDO OAB nº RO7923, AV 05 DE SETEMBRO 4895 CENTRO - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
DEPRECADO: VERA LUCIA TAVARES DO NASCIMENTO CPF nº 784.464.062-68, 10 I 616, QUADRA 10 LOTE 20 JARDIM ACACIA - 76990-000 - CHUPINGUAIA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO DEPRECADO: SANDRA VITORIO DIAS OAB nº RO369, - 76980-702 - VILHENA - RONDÔNIA
Vistos.
Proceda-se conforme determinado na Portaria 007/2018.
Pratique-se o necessário.
Alvorada do Oeste, 30 de abril de 2019.
Simone de Melo
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste - Vara Única
Rua Vinícius de Moraes, nº 4308, Bairro Centro, CEP 76.930-000, Alvorada do Oeste, RO Processo: 7001621-32.2016.8.22.0011
Classe: Procedimento Comum
Valor da causa: R$170,05cento e setenta reais e cinco centavos
AUTOR: ELIANA APARECIDA DA COSTA CPF nº 735.869.942-49, LINHA 14, KM 25 ZONA RURAL - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ANTONIO RAMON VIANA COUTINHO OAB nº RO3518
RÉU: BANCO ITAÚ CNPJ nº 60.701.190/0001-04, PRAÇA ALFREDO EGYDIO DE SOUZA ARANHA, 100 PARQUE JABAQUARA - 04344-902 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO RÉU: JOSE ALMIR DA ROCHA MENDES JUNIOR OAB nº AM1235
DESPACHO
Vistos.
Conforme se verifica dos comprovantes adiante, a consulta dos dados da parte executada restou infrutífera. Deste modo, intime-se o exequente para que dê andamento ao feito, no prazo de 10 dias, sob pena de extinção/arquivamento.
Findo o prazo, não havendo manifestação, intime-se pessoalmente, na forma do art. 485, §1º do CPC, para impulsionar o feito no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção/arquivamento.
Transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, tornem conclusos.
Alvorada do Oeste 30 de abril de 2019
Simone de Melo
Juíza de Direito

Processo: 7002301-46.2018.8.22.0011
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Valor da causa: R$5.000,00, cinco mil reais
REQUERENTE: KELEN CRISTINA KRAUZE CPF nº 950.093.962-20, AVENIDA 1713 988, LÍRIO DOS VALES SETOR 17 - 76982-167 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE:
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB nº MS6835
DECISÃO
Vistos em saneador.
Trata-se de ação indenizatória ajuizada por KELEN CRISTINA KRAUSE contra a CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A., com vistas ao ressarcimento por danos morais de indenização por danos morais.
Não tendo sido apresentada ao juízo, para homologação, delimitação consensual das questões de fato e de direito a que alude o art. 357, § 2º do CPC, e considerando que a presente causa não apresenta complexidade em matéria de fato ou de direito, deixo de designar audiência de saneamento em cooperação e passo ao saneamento e organização do feito em gabinete (CPC, art. 357, §§).
A requerida apresentou preliminar de incompetência do juizado especial cível para processamento e julgamento da presente demanda, uma vez que trata-se de ação referente a erro no medidor de energia elétrica, necessitando de perícia. Entretanto, os presentes autos não tem relação com o alegado, versando a ação acerca de danos morais sofridos pela autora em razão da demora da requerida para incluir-lhe no rol de beneficiários de baixa-renda. Deste modo, tendo sido a contestação e preliminar arguidas genéricas, tenho por afastada a preliminar arguida.
As partes são legítimas e estão adequadamente representadas nos autos, inexistindo, por ora, outras questões processuais a serem abordadas.
Fixo como pontos controvertidos da lide:
a) o requerimento administrativo da requerente para beneficiar-se do rol de baixa renda; b) o indeferimento administrativo pela ré; c) quais os danos morais sofridos pela parte autora.
Diante do disposto nos art. 357, III, do CPC, distribuo o ônus da prova conforme previsto no artigo 373, incisos I e II, cabendo à parte autora comprovar a existência do fato constitutivo de seu direito e ao réu comprovar a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.
Os meios de prova relevantes para o julgamento da lide são documental e testemunhal, pelo que, nos termos do artigo 357, II, do CPC, admito a produção dessa prova. Considerando que a prova documental já foi produzida, facultado às partes juntarem documentos novos no decorrer da instrução, bem como indicar testemunhas, no prazo de 10 (dez) dias.
Assim, intimem-se as partes para, em 10 dias, apresentarem novas provas, sob pena de preclusão.
Esclareça-se às partes que elas têm o direito de pedir esclarecimentos ao Juízo ou solicitar ajustes na presente DECISÃO, por meio de simples petição sem caráter recursal, no prazo comum de 05 (cinco) dias, após o qual esta DECISÃO tornar-se-á estável, nos termos do art. 357, § 1º do CPC.
Declaro o feito saneado e organizado.
Solicitados esclarecimentos ou ajustes na presente DECISÃO saneadora, tornem-se os autos conclusos para as deliberações pertinentes.
Transcorrido o prazo de 05 (cinco) dias sem qualquer manifestação das partes, certifique a escrivania a estabilidade da presente DECISÃO e dê-se cumprimento às determinações nela trazidas.
Pratique-se o necessário.
Alvorada do Oeste, 30 de abril de 2019
Simone de Melo
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste - Vara Única
Rua Vinícius de Moraes, nº 4308, Bairro Centro, CEP 76.930-000, Alvorada do Oeste, RO Processo: 7000684-85.2017.8.22.0011
Classe: Procedimento Comum
Valor da causa: R$12.326,48doze mil, trezentos e vinte e seis reais e quarenta e oito centavos
AUTOR: ERIVALDO DOS SANTOS CPF nº 300.609.902-87, LINHA 52 - KM 05 ZONA RURAL - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE -

RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: FABRICIO VIEIRA LIMA OAB nº RO8345, GILSON VIEIRA LIMA OAB nº RO4216A
RÉU: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AV. PRINCESA IZABEL 5143, ALVORADA CENTRO - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: ERICA CRISTINA CLAUDINO OAB nº RO6207

DESPACHO
Vistos.
Considerando que a parte devedora foi intimada nos termos do art. 854, § 2º, do CPC e manteve-se inerte, CONVERTO o bloqueio em PENHORA, sem necessidade de termo (Art.854 § 5), pelo que procedo com a transferência para conta vinculada ao Juízo.
Intime-se a parte devedora para apresentar impugnação à penhora no prazo legal.
Vinda a impugnação, manifeste-se o credor, voltando os autos conclusos para DECISÃO. Caso contrário, certifique-se o decurso do prazo e intime-se o credor a requerer o que entender pertinente.
Pratique-se o necessário.
Alvorada do Oeste 30 de abril de 2019
Simone de Melo
Juíza de Direito

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Alvorada do Oeste - Vara Única
Processo: 7001009-94.2016.8.22.0011
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: JOANA VIDAL DA SILVA
Advogado do(a) EXEQUENTE: MARCOS ANTONIO ODA FILHO - RO4760
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ATO ORDINATÓRIO
Fica a parte autora intimada da expedição de alvará nos autos supra.
Alvorada D'Oeste, 30 de abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste - Vara Única
Rua Vinícius de Moraes, nº 4308, Bairro Centro, CEP 76.930-000, Alvorada do Oeste, RO Processo: 7000441-78.2016.8.22.0011
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
Valor da causa: R$8.761,07oito mil, setecentos e sessenta e um reais e sete centavos
EXEQUENTE: COMERCIO DE COMBUSTIVEIS 2000 LTDA - EPP CNPJ nº 04.079.883/0001-28, AV. MARECHAL RONDON, 4458 4458 CENTRO - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ANTONIO RAMON VIANA COUTINHO OAB nº RO3518
EXECUTADO: RUI CLEMENTE MARTELLI CPF nº 378.703.352-15, AV. SÃO PAULO, Nº 4921 4921 CENTRO - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: NILTON PINTO DE ALMEIDA OAB nº RO4031
DECISÃO
Vistos.
Indefiro o pedido de ID 25974136 porquanto não há nos autos quaisquer indícios de que o executado possa frustrar o cumprimento da obrigação imposta.
Registre-se que o executado informou, ao ID 22037310, endereço onde pode ser encontrado o veículo para satisfação da dívida, bem como foi determinada a expedição de carta precatória à Comarca de São Miguel do Guaporé/RO (ID 25659529) para fins de penhora e avaliação do bem.
Assim, a admissão do pedido formulado caracterizaria onerosidade excessiva ao executado, afrontando-se o contido no artigo 805 do Código de Processo Civil.
Deste modo, deve prosseguir o feito nos termos da DECISÃO retro (ID 2565952).
Intime-se. Pratique-se o necessário.
Alvorada do Oeste 30 de abril de 2019
Simone de Melo
Juíza de Direito
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste - Vara Única
Rua Vinícius de Moraes, nº 4308, Bairro Centro, CEP 76.930-000, Alvorada do Oeste, RO Processo: 7000676-40.2019.8.22.0011
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Contratos Bancários
Valor da causa: R$379.568,21(trezentos e setenta e nove mil, quinhentos e sessenta e oito reais e vinte e um centavos)
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S.A. CNPJ nº 00.000.000/0001-91, AVENIDA AMAZONAS 2356, CENTRO CENTRO - 76963-792 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RAFAEL SGANZERLA DURAND OAB nº MT12208A, SEM ENDEREÇO
EXECUTADOS: JONATAN ALVES POLON CPF nº 002.121.121-39, LH 16 SN LH 15 s/n ZONA RURAL - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA, JEFERSON GOMES DE MELO CPF nº 656.428.302-44, 656.428.302-44 5229 CENTRO - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS:
Vistos.
O artigo 12, I, da Lei 3.896/16 determina que as custas iniciais corresponderão a 2% sobre o valor da causa, devendo ser recolhido 1% no momento da distribuição da ação e mais 1% até cinco dias depois da audiência de conciliação.
Desta feita, considerando que na presente ação não será designada audiência de conciliação, intime-se a parte autora para que complemente o recolhimento das custas processuais, a fim de complementar o recolhimento das custas, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento.
Findo o prazo, com ou sem manifestação, tornem conclusos.
Alvorada do Oeste, 30 de abril de 2019.
Simone de Melo
Juíza de Direito

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Alvorada do Oeste - Vara Única
Processo: 7000320-50.2016.8.22.0011
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: LEVINA CELINO DA SILVA
Advogados do(a) EXEQUENTE: LILIAN SANTIAGO TEIXEIRA NASCIMENTO - RO4511, FERNANDA NASCIMENTO NOGUEIRA CANDIDO - SP220181
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ATO ORDINATÓRIO
Fica a parte autora intimada da expedição de alvará nos autos supra.
Alvorada D'Oeste, 30 de abril de 2019.

Processo: 7000672-03.2019.8.22.0011
Classe: Processo de Apuração de Ato Infracional
Valor da causa: R$0,00,
AUTOR: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE RONDONIA, RUA JAMARY 1555, MINISTÉRIO OLARIA - 76801-917 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

ADOLESCENTES: WELLITON DA SILVA, LH C3, LOTE 54, GLEBA 05 S/N ZONA RURAL - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA, RIK SHAEL ALCANTARA ARAUJO, RUA BEM-TE-VI 1167 SUMAÚMA - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS ADOLESCENTES:
DECISÃO
Trata-se de representação formulada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA em face de WELLITON DA SILVA e RIK SHAEL ALCÂNTARA ARAÚJO.
Narra a representante ministerial que os adolescentes são acusados da prática de diversos atos infracionais, dentre eles os atos análogos aos crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico. Afirma que tais atos são graves e possuem grande reprovabilidade social, pois além da ilicitude, afetam vários setores da sociedade, tais como a segurança, saúde, etc.
Alega que os adolescentes são contumazes na prática de atos infracionais e que a internação provisória é necessária para resguardar a ordem pública e os interesses da sociedade, requerendo que seja decretada a internação provisória dos jovens. Juntou documentos.
Relatei. DECIDO.
Consta na representação que os representados estão envolvidos na prática de atos infracionais análogos aos crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico, além de terem praticado, ainda, atos análogos aos crimes de receptação e de dirigir veículo automotor sem a competente autorização. Segundo o Parquet, o representado Welliton seria o líder da organização criminosa e o representado Rik seria o responsável pela guarda e comércio da droga.
As conversas interceptadas bem evidenciam que Welliton adquire substâncias entorpecentes na cidade de Ji-Paraná e comercializa em Urupá, local onde reside. Ainda, ao que consta, é possível verificar que o adolescente Rik participa da empreitada criminosa promovendo a venda diretamente aos usuários daquela localidade.
Sobre as conversas interceptadas citamos: "… Em folhas 82 Welliton conversa com outro membro da organização, menor Rik Shael Alcantara Araujo e este afirma que um usuário queria "noventa conto de fumo", e ainda em folhas 83 Welliton conversa com Rik afirmando que "pó é assim mesmo, um dia vai bem a venda, outro mais ou menos". Em outra interceptação, em folhas 85, o usuário de entorpecente Ildo afirma a galego que quer "vinte conto" e galego informa a Rik que era para entregar a Ildo umas "duas biriba". Em outra interceptação em folhas 86, Rik indaga a Welliton se ele havia MANDADO Rian vim pegar "o bagulho" com ele, e Rik afirma que havia passado "vintão de fumo", pois Welliton indagou se "foi de fumo ou de óleo"(cocaína). Em outra interceptação em folhas 88, Rik conversa com Welliton afirmando que os policiais apreenderam em sua casa uma bicicleta (bicicleta esta furtada conforme ocorrência policial 12688/19 de Maria Lucineide Felipe, e recuperada na casa de Welliton conforme ocorrência 13008/19). Que em folhas 88, foi interceptada outra ligação entre Welliton e Rik afirmando que Welliton estava descendo agora e "o fumo é doido". Os diálogos não deixam dúvidas sobre os fortes indícios de autoria de ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas praticado pelos adolescentes.
Ocorre que, no que se refere à medida requerida, internação provisória, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que:
Art. 108. A internação, antes da SENTENÇA, pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias.
Parágrafo único. A DECISÃO deverá ser fundamentada e basear-se em indícios suficientes de autoria e materialidade, demonstrada a necessidade imperiosa da medida.
A referida medida pode ser aplicada de forma provisória ou definitiva, porém o mesmo Estatuto estabelece quais as hipóteses em que poderá ser determinada pelo juiz tal medida extrema:
Art. 121. A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. …
Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando:
I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;
II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves;
III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.
§ 1o O prazo de internação na hipótese do inciso III deste artigo não poderá ser superior a 3 (três) meses, devendo ser decretada judicialmente após o devido processo legal.
§ 2º. Em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada.
Nos autos não consta nenhum elemento que possa se adequar à excepcionalidade prevista pelo legislador. Os atos infracionais dos quais os adolescentes são acusados, tráfico e associação, apesar de graves e prejudiciais à saúde dos adolescentes e da sociedade, não está sendo praticado de forma violenta ou por meio de ameaças.
Os infratores não registram antecedentes e nesse ponto importante registrar que o fato de a representação conter vários fatos não importa em reiteração infracional, haja vista que a prática dos atos não foi reconhecida por SENTENÇA transitada em julgado, devendo ser observado o princípio da presunção de inocência.
Por fim, não há informação de descumprimento das medidas diversas da internação impostas aos acusados. Assim, não estão presentes nenhuma das hipóteses arroladas nos incisos do artigo 122 do ECA.
A questão posta pela representante já foi sumulada pelo colendo STJ, na Súmula 492, que determina que: "O ato infracional análogo ao tráfico de drogas, por si só, não conduz obrigatoriamente à imposição de medida socioeducativa de internação do adolescente".
O referido entendimento sumulado permanece mantido conforme jurisprudência que colaciono:
AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ATO INFRACIONAL. TRÁFICO DE DROGAS. INTERNAÇÃO PROVISÓRIA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 122 DO ECA. SÚMULA 492/STJ. ILEGALIDADE. INEXISTÊNCIA DE NOVOS FUNDAMENTOS CAPAZES DE MODIFICAR O ACÓRDÃO IMPUGNADO. AGRAVO IMPROVIDO. 1. Nos termos da jurisprudência vigente nesta Corte Superior, seguindo o disposto no art. 108 do ECA, inexiste qualquer ilegalidade quando o Juízo da Vara da Infância e da Juventude, diante da hipótese de aplicação de medida socioeducativa de internação inserida no art. 122 do Estatuto Menorista, comprovando a autoria e materialidade da infração, determina a segregação cautelar do adolescente infrator. Precedentes. 2. A determinação da medida socioeducativa de internação provisória só pode ser imposta quando a hipótese em análise se enquadra no teor do art. 122 do ECA, não podendo o magistrado fundamentar a imposição da sanção com base na gravidade abstrata do ato infracional, sob pena de afronta ao teor da Súmula 492/STJ. Precedentes. 3. No caso em exame, tendo o menor praticado atos infracionais equivalentes ao tráfico de drogas e à associação ao tráfico, sem notícia do emprego de violência ou grave ameaça, nem do descumprimento de outra sanção imposta ou de reiteração no cometimento de outras infrações graves, descabe a imposição da medida extrema de internação. 4. Agravo improvido. (AgRg no RHC 93.649/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 20/09/2018, DJe 28/09/2018)
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - ECA. HABEAS CORPUS. INTERNAÇÃO PROVISÓRIA. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS. FUNDAMENTAÇÃO GENÉRICA. OFENSA À SÚMULA 492/STJ. ILEGALIDADE. OCORRÊNCIA. HABEAS CORPUS CONCEDIDO. 1. O ato infracional análogo ao tráfico de drogas, embora seja socialmente reprovável, não conduz, obrigatoriamente, à medida socioeducativa de internação (Súmula n. 492 do STJ). 2. Tendo o

paciente obtido remissão em um processo e não lhe sendo ainda imposta medida socioeducativa no processo remanescente, não é proporcional a incidência da medida provisória de internação. 3. Habeas corpus concedido, para revogar a internação provisória do paciente L C M DA S. (HC 424.976/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 11/05/2018).
Por tais razões, os pedidos de internação devem ser indeferidos.
Verifica-se nos autos que já foram aplicadas medidas cautelares diversas da internação aos representados nos autos nº 0000969-66.2019.8.22.0011, razão pela qual deixo de adotar tal medida nestes autos.
Recebo a representação.
Designo audiência de apresentação para o dia 12/06/2019 às 11h, oportunidade em que apresentada defesa prévia em audiência, serão ouvidas as testemunhas arroladas pelo Ministério Público.
Assim, expeça-se o necessário à intimação das testemunhas arroladas na representação.
Cientifiquem-se o representado e seus os pais ou responsável do teor da representação, bem como os notifiquem a comparecerem à audiência acima designada, acompanhados de Advogado ou Defensor Público, caso sejam hipossuficientes financeiramente.
Ciência ao Ministério Público.
SERVE A PRESENTE DE CARTA/MANDADO.
Pratique-se o necessário.
Alvorada do Oeste, 30 de abril de 2019
Simone de Melo
Juíza de Direito

Processo: 7000756-04.2019.8.22.0011
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Valor da causa: R$8.423,52, oito mil, quatrocentos e vinte e três reais e cinquenta e dois centavos
REQUERENTE: VERONILDE SALETE DALPISSOL CPF nº 340.710.402-20, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO REQUERENTE: THAYSA SILVA DE OLIVEIRA OAB nº RO6577, AGNYS FOSCHIANI HELBEL OAB nº RO6573
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA CNPJ nº 00.394.585/0001-71, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Em que pese a desnecessidade de pagamento de custas processuais para o manejo de ações perante os Juizados Especiais da Fazenda Pública, é certo que, quando da interposição de recurso inominado a parte deverá recolher o preparo (art. 27 da Lei 12.153/09 e art. 42, § 1º, Lei 9.099/95) e, em sendo o caso, realizar o pagamento de custas processuais e honorários advocatícios (art. 54, Lei 9.099/95), pelo que, presentes os requisitos legais, defiro os benefícios da justiça gratuita em favor da parte autora.
Deixo de designar audiência de conciliação porquanto a experiência prática tem revelado que o Estado não realiza acordos, sob o argumento de que o interesse público é indisponível, não sendo matéria passível de transação. Saliento que não há qualquer prejuízo às partes, eis que, mesmo não sendo designada audiência de conciliação, as mesmas podem transigir a qualquer tempo.
Neste norte, tratando-se os autos de discussão de matéria predominantemente de direito, CITE-SE a parte requerida para responder a presente, apresentar sua defesa e todos os documentos de prova que porventura possua, no prazo de 30 dias contados da ciência, por aplicação analógica e sistemática dos artigos 9º e 7º da L.12.153/09.
Se houver interesse da parte requerida em apresentar proposta de conciliação e/ou produzir prova testemunhal, deverá consignar expressamente na contestação os termos e o rol, caso em que os autos deverão vir conclusos para apreciação.
Do contrário, a parte autora deverá ser intimada para impugnar em 15 dias, se arguidas preliminares ou juntados documentos. Após o transcurso, venham conclusos os autos para SENTENÇA.
SIRVA A PRESENTE DE CARTA PRECATÓRIA/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO.
Alvorada do Oeste, 30 de abril de 2019
Simone de Melo
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste - Vara Única
Rua Vinícius de Moraes, nº 4308, Bairro Centro, CEP 76.930-000, Alvorada do Oeste, RO Processo: 7000741-35.2019.8.22.0011
Classe: Procedimento Comum
Valor da causa: R$23.438,44, vinte e três mil, quatrocentos e trinta e oito reais e quarenta e quatro centavos
AUTOR: DILEIA GABRIEL DA SILVA VILLETE CPF nº 633.588.402-04, RUA VINICIUS DE MORAES 3770 3 PODERES - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ROSE ANNE BARRETO OAB nº RO3976
RÉU: I. -. I. N. D. S. S., AVENIDA MARECHAL RONDON 272, - DE 2867 AO FIM - LADO ÍMPAR DOIS DE ABRIL - 76900-877 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
DILEIA GABRIEL DA SILVA VILLETE ingressou com a presente ação contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS alegando, em síntese, que é segurada especial da Previdência e se encontra incapacitada para o trabalho, pelo que pretende que lhe seja concedido o benefício de auxílio-doença e, posteriormente, caso seja constatada sua incapacidade permanente, que o benefício seja convertido em aposentadoria por invalidez. Afirma que pleiteou administrativamente pela manutenção do recebimento do benefício, contudo, teve seu pleito indeferido, pelo que manejou a presente ação.
Requereu a antecipação dos efeitos da tutela a fim de que o benefício lhe seja concedido desde logo e, no MÉRITO, requereu a confirmação da medida antecipatória, a condenação do réu ao pagamento das parcelas retroativas e a conversão do benefício em aposentadoria por invalidez caso seja constatada a sua incapacidade permanente. Juntou documentos.
É o breve relatório. Decido.
Nos termos do artigo 300 do NCPC, para que seja concedida a tutela de urgência pleiteada pela parte, que possui natureza de tutela antecipada, devem ser comprovadas a existência de dois requisitos, quais sejam, a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.
Do cotejo dos autos verifico que a probabilidade do direito da requerente não restou demonstrada até o momento. Assim afirmo porque apesar de terem sido juntados aos autos laudos médicos que informem que a parte autora possui a doença alegada, o mais novo deles data de 16/02/2018, data anterior à DECISÃO do INSS que indeferiu o requerimento administrativo por perícia médica.
Acrescente-se a isso que o pedido da requerente foi indeferido na seara administrativa, sendo certo que os atos dos servidores públicos são dotados de presunção de veracidade e de legitimidade, cabendo à parte autora demonstrar que o indeferimento foi equivocado.
Ao teor do exposto, INDEFIRO A ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA pretendida pela parte requerente.
Registro que essa DECISÃO poderá ser revista a qualquer tempo, mediante a alteração do conjunto probatório dos autos.
Defiro os benefícios da gratuidade judiciária.
Com a entrada em vigor do novo diploma processual civil faz-se necessária a designação de audiência preliminar conciliatória. No entanto, é cediço que a autarquia demandada só realiza acordo após a efetiva comprovação da qualidade de segurado e, na maioria dos casos, da incapacidade da parte autora, com a perícia médica. É que a concessão de benefícios previdenciários está vinculada ao preenchimento de determinados requisitos legais. Há, portanto, necessidade de instrução processual para viabilizar a transação.
Outrossim, é público e notório que a autarquia requerida na maioria das ações não firma acordo, o que redunda em desperdício de tempo e apenas geraria dispendiosas diligências para resultados infrutíferos. Assim, completamente inócua a designação de

audiência preliminar para tentativa de conciliação.
Cite-se o réu para querendo, contestar, dentro do prazo de 15(quinze) dias, contados a partir da juntada do MANDADO aos autos, ou se via postal, da juntada do AR. Aplicando-se a Fazenda Pública e ao Ministério Público o disposto no art. 183 do CPC.
Advirta-se de que não sendo contestada a ação, no prazo legal, se presumirão aceitos pelo Réu, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor, nos termos do art. 344 do CPC, salvo se ocorrerem as hipóteses do art. 345 do CPC.
Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas à Requerente para réplica.
Não ocorrendo a hipótese anterior, intimem-se as partes representadas a se manifestarem quanto ao interesse em produzir provas, justificando quanto a necessidade e utilidade.
Cumpridas as determinações acima, retornem os autos conclusos.
Intime-se.
Expeça-se o necessário.
SIRVA A PRESENTE DE CARTA PRECATÓRIA/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO.
Alvorada do Oeste, 30 de abril de 2019
Simone de Melo
Juíza de Direito

Processo: 7000961-67.2018.8.22.0011
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Indenização por Dano Material
Valor da causa: R$7.464,40(sete mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e quarenta centavos)
REQUERENTE: JOAO RODRIGUES VITOR OLIVEIRA CPF nº 485.304.769-72, LINHA 0 ZONA RURAL - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MARCOS ANTONIO ODA FILHO OAB nº PR4760, SEM ENDEREÇO
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO REQUERIDO:
SENTENÇA
Relatório dispensado (art. 38, caput, da Lei 9.099/95).
O presente feito amolda-se às situações passíveis de julgamento antecipado da lide por se tratar de matéria unicamente de direito, independendo da produção de outras provas, em conformidade com o disposto no artigo 355, I, do Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015).
Fundamento e decido.
Trata-se de ação de ressarcimento por danos materiais. Narra a parte autora ter custeado parte da construção de subestação para o fornecimento de energia elétrica em sua propriedade rural. A celebração de tal contrato deu-se pela adesão da parte autora ao "Programa Luz no Campo", de titularidade da Centrais Elétricas de Rondônia – CERON, sendo esta responsável pela elaboração do projeto e execução da obra de eletrificação, surgindo para a contratante o dever de realizar o pagamento em 144 (cento e quarenta e quatro) parcelas de R$ 12,00 (doze reais).
Inicialmente cabe analisar a questão prejudicial de MÉRITO de prescrição.
Na época de celebração do contrato em discussão nestes autos houve duas situações distintas. Ante a negativa estatal em fornecer energia elétrica a particulares, alguns consumidores custearam e construíram individualmente suas redes de eletrificação. Posteriormente, com a criação do "Programa Luz no Campo" foi facultado aos particulares a adesão ao programa, nas condições acima citadas, ou seja, pagar parcelado para que a ré construísse. O caso dos autos se encaixa na segunda situação, sendo que o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia entende que, nesses casos, não há como verificar o marco inicial da prescrição se não forem apresentados o termo de contribuição ou convênio de devolução firmado entre as partes. Sobre o tema, vejamos:
Incompetência dos Juizados. Perícia. Desnecessidade. Cerceamento de defesa. Inexistência. Prescrição. Termo de Contribuição ou Convênio de Devolução. Não ocorrência. Construção de rede elétrica. Ressarcimento de valores. - Não havendo a necessidade de realização de perícia, não há que se falar em cerceamento de defesa, bem como de incompetência dos Juizados Especiais para processamento e julgamento da lide. - Não tendo a concessionária realizado termo de contribuição ou convênio de devolução, não se pode ter como iniciado o marco inicial da prescrição. - Havendo demonstração da realização de gastos para eletrificação, incorporado ao patrimônio da concessionária, devem ser devidamente indenizados. REJEITADA A PRELIMINAR. NO MÉRITO, RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. (RI 1001791-07.2014.8.22.0002, Rel. Juiz José Jorge Ribeiro da Luz, julgado em 04/03/2015).
Desta forma, não tendo a concessionária comprovado nos autos a incorporação formal da rede elétrica, deixando de juntar termo de contribuição ou convênio de devolução, que são os documentos hábeis para tanto, REJEITO a prejudicial arguida e, por consequência, passo à análise do MÉRITO.
Conforme a jurisprudência do TJ/RO, para que seja realizado o ressarcimento dos valores despendidos na construção de subestação deve ter ocorrido a incorporação formal da rede elétrica. Senão, vejamos:
Construção de subestação em área rural. Vigência do Código Civil de 2002. Prescrição. Preclusão. Preliminar afastada. Restituição dos valores gastos. Deve ser rejeitada a preliminar de prescrição da pretensão autoral quando constatado que, anteriormente, a questão foi decidida em acórdão com trânsito em julgado, estando alcançada pelo instituto da preclusão. Os valores despendidos na construção de subestação devem ser restituídos aos consumidores quando houver incorporação ao patrimônio da concessionária de energia elétrica, sob pena de enriquecimento ilícito desta. Apelação, Processo nº 0004830-64.2016.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Raduan Miguel Filho, Data de julgamento: 04/10/2017.
Desta forma, apesar de constar na cláusula oitava do contrato que o posto de transformação e o ramal de ligação passariam a ser patrimônio do contratante após a quitação total do financiamento, a empresa requerida adotou atitudes como se o patrimônio seu fosse.
A empresa ré, apesar de ter realizado a construção da subestação, impôs ao consumidor o ônus de adquirir equipamentos para serviços prestados exclusivamente por ela na condição de concessionária. Assim, a parte autora esteve e está impossibilitada de utilizar os equipamentos adquiridos, para qualquer outra FINALIDADE que não seja receber os serviços da empresa ré, não podendo, inclusive, aliená-los ou deles dispor de qualquer forma, logo, não podemos considerar que seja seu patrimônio.
Registre-se, ainda, que conforme narrado pela parte autora, quem faz a manutenção do equipamento é apenas a empresa ré. Ou seja, todas as circunstâncias demonstram que a empresa, se não incorporou o equipamento, deveria tê-lo feito na forma determinada na norma que rege a relação das partes.
Sobre a questão colaciono trecho de DECISÃO do STJ, no AREsp n. 721596 SP 2015/0131560-1, de relatoria do Min. Marco Aurélio Bellizze, publicado no DJ 1/7/2015, que bem analisa a questão:
[…] o patrimônio da ré foi aumentado, com recursos do produtor rural que financiou e pagou as obras para a execução e ampliação da rede distribuição de energia elétrica, que foi incorporada ao patrimônio da empresa concessionária de serviço público, atuante no fornecimento de energia, com a contrapartida de tarifas, sem que esta tenha arcado com qualquer custo para a construção da infraestrutura de sua própria atividade. Portanto, é de rigor a devolução postulada pela autora"(Ap. c/ Rev. Nº 0010759-75.2012.8.26.0269 - 31ª Câm. De Dir. Priv. - Rel. Des. Adilson de Araujo - J. 27.11.2012). Deste modo, tendo a implementação da estrutura de eletrificação sido realizada com recursos dos moradores e incorporada pela concessionária do sistema de distribuição, impõe-se a determinação de restituição do montante

efetivamente desembolsado. [...].
A Resolução n. 229/2006 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que instituiu as condições gerais para a incorporação de redes particulares pelas concessionárias de energia, dispõe em seu artigo 3º:
Art. 3° As redes particulares que não dispuserem de ato autorizativo do Poder Concedente, na forma desta Resolução, deverão ser incorporadas ao patrimônio da respectiva concessionária ou permissionária de distribuição que, a partir da efetiva incorporação, se responsabilizará pelas despesas de operação e manutenção de tais redes.
Em que pese o esforço da empresa de energia em demonstrar a ausência de requisitos para o ressarcimento – alegação de não incorporação e de que o equipamento está dentro da propriedade do autor, entendo que deve o proprietário(a) da rede particular de transmissão de energia elétrica ser ressarcido(a) na integralidade pelos gastos com a construção da rede, uma vez que se trata de equipamento que deveria ter sido custeado pela prestadora do serviço, o que não condiz com o caso concreto, porquanto, apesar de a requerida ter construído a subestação, cobrou do consumidor para a realização da obra.
A exploração do serviço de fornecimento de energia não se justifica sem que a concessionária suporte o ônus decorrente da infraestrutura da rede, já que não pode ser utilizada em nenhuma outra atividade, sob pena de enriquecimento ilícito, nos termos do art. 884 do Código Civil.
A própria Resolução da ANEEL que rege a matéria, como citado, institui a obrigação da concessionária de incorporar, não podendo desta furtar-se. Vale destacar que parte essencial do procedimento é o envio do contrato de adesão, que incumbe exclusivamente à requerida, conforme disposto na resolução 229/2006:
Art. 9º A concessionária ou permissionária de distribuição deverá incorporar ao Ativo Imobilizado em Serviço as redes particulares que não dispuserem do ato autorizativo e estejam em operação na respectiva área de concessão ou permissão, excetuando-se os ramais de entrada das unidades consumidoras, e respeitados os respectivos Plano e Programas anuais de incorporação.
§12. Para a incorporação, a concessionária ou permissionária de distribuição não poderá cobrar taxas de estudos, fiscalização ou vistoria, nem exigir a adequação das redes descritas no caput aos padrões técnicos por ela utilizados.
§13. A concessionária ou permissionária deverá enviar o contrato de adesão para cada proprietário de redes particulares, em consonância com os respectivos Programas Anuais de Incorporação, informando o valor do eventual ressarcimento, calculado nos termos deste artigo, objetivando resguardar os direitos e as obrigações recíprocas envolvidas, sendo que o pagamento deverá ocorrer em até 180 (cento e oitenta) dias após a efetiva incorporação dos bens expressos no contrato de adesão.
Consigne-se que a parte autora, para fins de obter o ressarcimento, ainda que não tenha todos os documentos, deve comprovar as circunstâncias básicas da sua pretensão, com veracidade, bem delimitadas nos autos e que transmitam confiabilidade, a fim de trazer elementos que possam ser sopesados no convencimento do juízo.
No caso concreto, os documentos comprovam a construção da referida rede elétrica, bem como, que a requerida é a proprietária da rede custeada pelo(a) autor(a), pois nos dias de hoje, mantém a rede por sua conta, sem ter ressarcido o titular, sendo a procedência dos pedidos iniciais a medida mais correta a tomar-se.
Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por JOÃO RODRIGUES VITOR OLIVEIRA contra a concessionária CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A – CERON a fim de condenar a ré em:
a) incorporar formalmente, no prazo de 30 (trinta) dias, a rede elétrica custeada pela parte autora;
b) ressarcir à parte autora o montante de R$ 1.728,00 (um mil setecentos e vinte e oito reais), atualizado monetariamente a partir da data do desembolso de cada parcela e com juros a partir da citação (art. 240, CPC/15).
Sem custas ou honorários advocatícios nesta instância.
P.R.I. Oportunamente, arquivem-se.
Alvorada do Oeste, 30 de abril de 2019.
Simone de Melo
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste - Vara Única
Processo: 7000742-20.2019.8.22.0011
REQUERENTE: JOÃO GARCIA QUEIROZ,
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REQUERIDOS: ESTADO DE RONDÔNIA e MUNICÍPIO DE URUPÁ/RO.
DECISÃO
Trata-se de ação proposta por JOÃO GARCIA QUEIROZ, brasileiro, casado, aposentado, portador da CI/RG n. 213.451 SSP/RO, inscrito no CPF n. 219.795.372-91, é residente e domiciliado na Rua Ana Ferreira Maia, n. 3536, Bairro Centro, na cidade de Urupá/RO contra o ESTADO DE RONDÔNIA e o MUNICÍPIO DE URUPÁ/RO.
Narra o autor que o requerente o requerente deu entrada no Hospital Municipal de Urupá, no dia 24/04/2019, no entanto, devido à gravidade de seu quadro e, considerando a ausência de suporte para prestar o atendimento necessário, o mencionado hospital transferiu o paciente para o Hospital Municipal de Ji-Paraná, no dia 25/04/2019, onde se encontra até o presente momento, com quadro de INSUFICIÊNCIA RENAL AGUDA. Requereu a concessão de tutela de urgência, a fim de que os requeridos sejam obrigados a lhe fornecer o tratamento. Juntou documentos.
É o breve relatório. Decido.
Nos termos do artigo 300 do NCPC, para que seja concedida a tutela de urgência pleiteada pela parte, que possui natureza de tutela antecipada, devem ser comprovadas a existência de dois requisitos, quais sejam, a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.
Compulsando os autos verifico que o requerente é atendido pelo sistema público e não tem condições de custear o seu tratamento.
A Defensoria comprovou nos autos pelos documentos juntados o estado de saúde do requerente, bem como a impossibilidade do ente municipal fornecer, neste momento, pela rede pública, o necessário a restabelecer a saúde do idoso. Consta que deveria aguardar até segunda feira para solicitar o exame junto a secretaria de saúde.
Ainda, o laudo médico juntado indica a necessidade de realização de hemodiálise e descreve a existência de urgência.
Deste modo, presentes os requisitos legais, quais seja, probabilidade do direito e perigo de dano, DEFIRO o pedido de antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, nos termos do art. 294 e s.s c/c art. 300 do NCPC, a fim de determinar que o Estado de Rondônia, através do Secretário Estadual de Saúde, providencie a realização do necessário para que o idoso seja submetido, nesta data, a TRATAMENTO DE DIÁLISE, sendo que, se necessário, custeie o tratamento na rede particular, sob pena de sequestro.
Ante a urgência do caso, proceda-se a intimação acerca da presente DECISÃO através dos meios eletrônicos disponíveis ao Juízo. Ainda, para maior efetividade da medida, comunique-se a presente ao Secretário Estadual de Saúde, bem como ao NAC.
SIRVA A PRESENTE DE MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA.
Alvorada do Oeste/RO, 27/04/2019.
Simone de Melo
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste - Vara Única
Rua Vinícius de Moraes, nº 4308, Bairro Centro, CEP 76.930-000, Alvorada do Oeste, RO Processo: 7000716-22.2019.8.22.0011
Classe: Procedimento Comum
Valor da causa: R$21.662,46vinte e um mil, seiscentos e sessenta e dois reais e quarenta e seis centavos
AUTOR: VALDEMIR NUNES CORDEIRO CPF nº 859.260.432-04, LINHA 16, ZONA RURAL LOTE 270 GLEBA 01 - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: NARA CAROLINE GOMES RIBEIRO OAB nº RO5316
RÉU: I. -. I. N. D. S. S., RUA DUQUE DE CAXIAS 1378 NOVA OURO PRETO - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Trata-se de ação previdenciária manejada por VALDEMIR NUNES CORDEIRO contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS alegando, em síntese, que é segurado da Previdência e que se encontra acometido de doença de cunho neurológico que o incapacita para o trabalho. Afirma que o benefício de auxílio-doença lhe foi concedido administrativamente, contudo, foi cessado em 13/07/2018, pelo que manejou a presente ação, eis que ainda permanece incapacitado para o trabalho. Requereu a concessão de tutela de evidência, a fim de que o benefício de auxílio-doença lhe seja restabelecido desde logo. Juntou documentos.
É o relatório. Decido.
Inicialmente pontuo que não é o caso de concessão de tutela de evidência, eis que a situação dos autos não se amolda à nenhuma das hipóteses do artigo 311 do CPC/15. Todavia, com arrimo nos princípios da fungibilidade das formas e celeridade processual, recebo o pedido como de tutela de urgência.
Nos termos do artigo 300 do NCPC, para que seja concedida a tutela de urgência pleiteada pela parte, que possui natureza de tutela antecipada, devem ser comprovadas a existência de dois requisitos, quais sejam, a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.
A probabilidade do direito está estampada pelos diversos laudos médicos acostados aos autos, os quais demonstram que de fato o requerente possui crises convulsivas de difícil controle, com defict de memória importante, em especial o laudo juntado ao ID 26521614, o qual foi expedido posteriormente à cessação administrativa do benefício e atestou que o autor necessita de afastamento definitivo do trabalho.
Nesse contexto, conforme entendimento jurisprudencial, o laudo particular é documento hábil para concessão de benefício previdenciário, senão vejamos:
PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. CONCESSÃO. LAUDO DE MÉDICO PARTICULAR. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. SUFICIÊNCIA.1. Os laudos médicos expedidos por serviço médico particular são válidos e suficientes para fins de isenção do imposto de renda e concessão de aposentadoria. Precedentes: (REsp 1088379/DF, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, DJe 29/10/2008; REsp nº 749.100/PE, Rel.Min. FRANCISCO FALCÃO, DJ de 28.11.2005.; REsp 302.742/PR, 5ª T., Rel. Min. JORGE SCARTEZZINI, DJ de 02/08/2004). 2. Consectário lógico é que se laudos de médicos particulares são, por força da jurisprudência válidos para concessão de aposentaria e isenção de imposto de renda, quando há DISPOSITIVO legal que determine a expedição de laudo oficial para a concessão do benefício, tanto mais valerá como elemento de prova. Precedentes: REsp nº 673.741/PB, Relator Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA DJ de 09/05/2005; REsp 749.100/PE, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/09/2005, DJ 28/11/2005 p. 230 3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no Ag 1194807/MG, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/06/2010, DJe 01/07/2010).
No que se refere à qualidade de segurado, verifica-se que ela restou reconhecida pelo requerido administrativamente, sendo que a presente ação foi proposta no período de graça.
O perigo de dano, por sua vez, consiste nos prejuízos que o autor poderá suportar por ter que aguardar o deslinde da causa, especialmente pelo caráter alimentar que o benefício por ele pleiteado possui.
No que diz respeito ao requisito da irreversibilidade, primeiro, este não se mostra presente, pois, no caso, a antecipação de tutela é provisória e passível de revogação, sendo que a eventual ausência de incapacidade da parte, além de não tornar a DECISÃO irreversível é baseada apenas em presunção.
Segundo, mesmo havendo previsão legal de não concessão de antecipação de tutela diante da irreversibilidade, tanto a doutrina como a jurisprudência se posicionam no sentido de que esta vedação deve ser analisada de acordo com o princípio da proporcionalidade, o qual veda tanto o excesso, quanto a proteção insuficiente ao jurisdicionado.
Sobre a questão, colaciono a jurisprudência desta corte:
Agravo de instrumento. Manutenção de auxílio-doença. INSS. Antecipação dos efeitos da tutela. Possibilidade. Manutenção da DECISÃO. A antecipação de tutela pode ser concedida quando presente a verossimilhança da alegação cumulada com a prova inequívoca do provimento pleiteado, sendo que o perigo de dano fica presente quando a ação acidentária discute a manutenção do auxílio-doença, pois, o beneficiário, por se encontrar, em tese, incapacitado para as atividades habituais, necessita da verba que possui caráter alimentar. O provimento antecipatório é concedido com base em cognição sumária e, mesmo em caso de irreversibilidade, é possível sua concessão à luz do princípio da proporcionalidade (TJ/RO, Agravo N. 00000055218820108220000, Rel. Des. Waltenberg Junior, J. 22/06/2010).
Ademais, in casu, a necessidade da parte autora é patente, vez que da análise dos autos, constata-se que, embora o INSS não tenha constatado incapacidade laborativa, o laudo recente apresentado pelo autor demonstra que este deve permanecer afastado de atividades laborativas.
Deste modo, demonstrados os requisitos necessários, DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA requerida, a fim de determinar ao réu, sob as penas da lei, que restabeleça, imediatamente, o benefício de auxílio-doença ao autor, no valor que lhe vinha sendo pago, até o julgamento da lide.
Por ser de conhecimento deste Juízo que na capital do estado a autarquia possui um departamento específico para implementação de benefícios previdenciários, em especial aos concedidos judicialmente, expeça-se carta precatória para intimação do representante do INSS responsável pelo ADJ, para proceder, no prazo de 20 dias, a implementação do benefício.
Encaminhe-se no expediente cópia da presente DECISÃO, bem como os documentos pessoais do autor.
Na diligência, deve o Sr. Oficial de Justiça identificar a pessoa responsável pelo cumprimento da ordem, para fins de responsabilização por eventual descumprimento.
No mais, defiro os benefícios da gratuidade judiciária (art. 12 da Lei n. 1.060/50).
Com a entrada em vigor do novo diploma processual civil faz-se necessária a designação de audiência preliminar conciliatória. No entanto, é cediço que a autarquia demandada só realiza acordo após a efetiva comprovação da qualidade de segurado e, na maioria dos casos, da incapacidade da parte autora, com a perícia médica. É que a concessão de benefícios previdenciários está vinculada ao preenchimento de determinados requisitos legais. Há, portanto, necessidade de instrução processual para viabilizar a transação.
Outrossim, é público e notório que a autarquia requerida na maioria das ações não firma acordo, o que redunda em desperdício de tempo e apenas geraria dispendiosas diligências para resultados infrutíferos. Assim, completamente inócua a designação de audiência preliminar para tentativa de conciliação.

Cite-se o réu para querendo, contestar, dentro do prazo de 15(quinze) dias, contados a partir da juntada do MANDADO aos autos, ou se via postal, da juntada do AR. Aplicando-se a Fazenda Pública e ao Ministério Público o disposto no art. 183 do CPC.
Advirta-se de que não sendo contestada a ação, no prazo legal, se presumirão aceitos pelo Réu, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor, nos termos do art. 344 do CPC, salvo se ocorrerem as hipóteses do art. 345 do CPC.
Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas à Requerente para réplica.
Não ocorrendo a hipótese anterior, intimem-se as partes representadas a se manifestarem quanto ao interesse em produzir provas, justificando quanto a necessidade e utilidade.
Cumpridas as determinações acima, retornem os autos conclusos.
Intime-se.
Expeça-se o necessário.
SIRVA A PRESENTE DE CARTA PRECATÓRIA/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO.
Alvorada do Oeste 30 de abril de 2019
Simone de Melo
Juíza de Direito

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Alvorada do Oeste - Vara Única
Processo: 7001458-81.2018.8.22.0011
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: MARIA APARECIDA DE MELO DA CUNHA
Advogados do(a) EXEQUENTE: LILIAN SANTIAGO TEIXEIRA NASCIMENTO - RO4511, FERNANDA NASCIMENTO NOGUEIRA CANDIDO - SP220181
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ATO ORDINATÓRIO
Fica a parte autora intimada da juntada de documentos nos autos supra.
Alvorada D'Oeste, 2 de maio de 2019.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Alvorada do Oeste - Vara Única
Processo: 7000466-57.2017.8.22.0011
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: EUDILIO EURIDES DE OLIVEIRA
Advogado do(a) AUTOR: NAIRA DA ROCHA FREITAS - RO5202
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ATO ORDINATÓRIO
Fica a parte autora intimada da juntada de documentos nos autos supra.
Alvorada D'Oeste, 2 de maio de 2019.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Alvorada do Oeste - Vara Única
Processo: 7002276-33.2018.8.22.0011
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: MARIA SIQUEIRA DE SOUZA
Advogado do(a) EXEQUENTE: LILIAN SANTIAGO TEIXEIRA NASCIMENTO - RO4511
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ATO ORDINATÓRIO
Fica a parte autora intimada da juntada de documentos nos autos supra.
Alvorada D'Oeste, 2 de maio de 2019.

Processo: 7001429-31.2018.8.22.0011
Classe: Divórcio Litigioso
Assunto: Dissolução
Valor da causa: R$201.600,07(duzentos e um mil, seiscentos reais e sete centavos)
REQUERENTE: M. C. D. S. CPF nº 337.016.522-87, AVENIDA JK 5576 CENTRO - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JEFERSON GOMES DE MELO OAB nº RO8972, AV. 05 DE SETEMBRO 5229 CENTRO - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
REQUERIDO: G. F. D. S. CPF nº 283.786.012-34, LINHA 48, KM 14 KM 14 ZONA RURAL - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: MARCOS UILLIAN GOMES RIBEIRO OAB nº RO8551, AVENIDA FLAMBOYANT 785 D CENTRO - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de ação de divórcio ajuizada por MARIA CELINA DOS SANTOS em face GENESIO FARIAS DOS SANTOS alegando, em síntese, que as partes contraíram matrimônio em 21/05/2010 e que se encontram separadas de fato, não havendo qualquer possibilidade de reconciliação. Afirmou que durante a constância do casamento não tiveram filhos, mas possuem bens a partilhar conforme descrito na inicial.
Em audiência de conciliação as partes compuseram nos seguintes termos: 1-Requerem as partes a decretação do divórcio, sem alteração de nomes; 2 — Dá relação não há filhos; 3 - As partes dispensam o pagamento de pensão entre si, por conseguirem prover o próprio sustento; 4 - As partes ficaram intransigentes quantos ao bens a serem partilhados, prosseguindo o feito em relação a partilha dos bens. 5) Requerem as partes a homologação do acordo em relação ao divorcio, desistindo do prazo recursal. 6 — Fica o requerido advertido para contestar no prazo legal.
É o relatório. Decido.
A legislação pátria permite o divórcio do casal, sendo que o pedido satisfaz às exigências do art. 226, § 6º, da Constituição Federal, segundo a nova redação dada pela Emenda Constitucional n. 66/2010, bastando para concessão do pedido a manifestação de vontade dos cônjuges, dispensando-se a comprovação de lapso temporal de separação de fato ou culpa pela falência do matrimônio.
No caso em tela, as partes compuseram em audiência, pactuando acerca do divórcio. O acordo preserva o direito das partes, de modo que a decretação do divórcio é medida que se impõe, vez que a composição é a melhor maneira de por fim à lide, já que esta respeita as reais necessidades e possibilidades dos litigantes, intransigentes quantos ao bens a serem partilhados, nesta questão prossegue-se o feito.
Posto isso, com fundamento no art. 226, § 6º da Constituição Federal, consoante a redação dada pela Emenda Constitucional n. 66/2010, DECRETO O DIVÓRCIO do casal MARIA CELINA DOS SANTOS e GENESIO FARIAS DOS SANTOS, declarando cessados todos os deveres inerentes ao casamento, sem alteração de nomes, e, via de consequência, resolvo parcialmente o MÉRITO, nos termos do art.356, I, do NCPC.
SIRVA O PRESENTE COMO MANDADO DE AVERBAÇÃO ao Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais desta comarca, para que averbe às margens do assento de casamento com matrícula de n. 130369 01 55 2010 2 00010 284 0002184 27, o divórcio do casal, sem alteração de nomes.
Ante a sucumbência recíproca, custas pro rata e cada parte arcará com os honorários de seu advogado.
Antecipo o trânsito em julgado para esta data em virtude da preclusão lógica estampada no art. 1.000 do NCPC.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Desconsidere-se dos autos, o termo de acordo extrajudicial juntado ao ID 21776650.
Intime-se a parte requerente, para que no prazo legal, impugne a contestação apresentada ao ID 26197852, sob pena de preclusão.
Alvorada do Oeste, 30 de abril de 2019.
Simone de Melo
Juíza de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE ALVORADA DO OESTE/RO
Processo: 7002031-22.2018.8.22.0011
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ELIEL DA SILVA SOUZA
Advogados do(a) AUTOR: MARCOS ANTONIO ODA FILHO - RO4760, LIANE SANTA DE MELO COUTINHO - RO9691
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
FINALIDADE: Fica a parte, por via de seu (a) procurador (a), intimada sobre o documento juntado nos autos.
Alvorada do Oeste/RO, 2 de maio de 2019.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE ALVORADA DO OESTE/RO
Processo: 7000742-88.2017.8.22.0011
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: WANDERLEY RAIMUNDO DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: NAIRA DA ROCHA FREITAS - RO5202
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
FINALIDADE: Fica a parte, por via de seu (a) procurador (a), intimada sobre o documento juntado nos autos.
Alvorada do Oeste/RO, 2 de maio de 2019.

Processo: 7000955-31.2016.8.22.0011
Classe: Divórcio Litigioso
Assunto: Dissolução
Valor da causa: R$880,00(oitocentos e oitenta reais)
REQUERENTE: M. L. P. CPF nº 385.631.002-97, LH 60, LT 84, GL02 S/N ZONA RURAL - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, LH 60, LT 84, GL02 S/N ZONA RURAL - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
REQUERIDO: A. P. CPF nº DESCONHECIDO, RUA GRACILIANO RAMOS 228 JARDIM JACIRA - 06864-190 - ITAPECERICA DA SERRA - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REQUERIDO: JEFERSON GOMES DE MELO OAB nº RO8972, AV. 05 DE SETEMBRO 5229 CENTRO - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de ação de divórcio proposta por MARGARIDA LÚCIA PEREIRA contra ANTONIO PEREIRA. Narra a autora que se casou com o requerido em 08/01/1983, estando separados de fato há mais de trinta anos, não havendo ânimo de retomada da convivência afetiva. Afirma que da união advieram dois filhos, já maiores e capazes e que não possuem bens a partilhar. Requereu a decretação do divórcio e voltar a assinar o nome de solteira. Juntou documentos.
O requerido foi citado via edital, sendo nomeado advogado dativo para apresentar a contestação.
A requerente impugnou, reiterando os pedidos iniciais.
Instado, o Ministério Público deixou de manifestar-se, por entender que não há razões que justifique sua participação.
É o relatório. Decido.
A legislação pátria permite o divórcio do casal, sendo que o pedido satisfaz às exigências do art. 226, § 6º, da Constituição Federal, segundo a nova redação dada pela Emenda Constitucional n. 66/2010, bastando para concessão do pedido a manifestação de vontade dos cônjuges, dispensando-se a comprovação de lapso temporal de separação de fato ou culpa pela falência do matrimônio.
No caso em tela, a procedência do pedido é medida que se impõe.
Posto isso, com fundamento no art. 226, § 6º da Constituição Federal, consoante a redação dada pela Emenda Constitucional n. 66/2010, DECRETO O DIVÓRCIO do casal MARGARIDA LÚCIA PEREIRA contra ANTONIO PEREIRA, sem partilha de bens, declarando cessados todos os deveres inerentes ao casamento, inclusive o regime matrimonial de bens, voltando a cônjuge a usar o nome de solteira, qual seja, MARGARIDA LÚCIA DE SALES.
Via de consequência, declaro extinto o feito, com resolução do MÉRITO, nos termos do art. 487, inciso I, do NCPC.
SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO DE AVERBAÇÃO ao Cartório de Registro Civil de Ouro Preto do Oeste-RO, para que averbe às margens do assento de casamento com matrícula de n. 095786 01 55 1983 2 00004 235 0001145 12, o divórcio do casal, sem partilha de bens, com alteração de nomes.
Sem Custas.
Arbitro honorários advocatícios em R$ 998,00, ao defensor nomeado conforme ID 21203150, a serem cobrados do Estado em ação própria.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Após o trânsito em julgado e observadas as formalidades legais, arquivem-se.
Alvorada do Oeste, 19 de março de 2019.
Simone de Melo
Juíza de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE ALVORADA DO OESTE/RO
Processo: 7000442-92.2018.8.22.0011
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: LENIRDA MARIA DE JESUS OLIVEIRA
Advogado do(a) AUTOR: MARCOS ANTONIO ODA FILHO - RO4760
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
FINALIDADE: Fica a parte, por via de seu (a) procurador (a), intimada sobre o documento juntado nos autos.
Alvorada do Oeste/RO, 2 de maio de 2019.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE ALVORADA DO OESTE/RO
Processo: 7002034-74.2018.8.22.0011
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: LUCELIA RODRIGUES SANFELIS
Advogados do(a) AUTOR: MARCOS ANTONIO ODA FILHO - RO4760, LIANE SANTA DE MELO COUTINHO - RO9691
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
FINALIDADE: Fica a parte, por via de seu (a) procurador (a), intimada sobre o documento juntado nos autos.
Alvorada do Oeste/RO, 2 de maio de 2019.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE ALVORADA DO OESTE/RO
Processo: 7001861-50.2018.8.22.0011
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: EDNA CORDEIRO DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: NAIRA DA ROCHA FREITAS - RO5202
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
FINALIDADE: Fica a parte, por via de seu (a) procurador (a), intimada sobre o documento juntado nos autos.
Alvorada do Oeste/RO, 2 de maio de 2019.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE ALVORADA DO OESTE/RO
Processo: 7002331-81.2018.8.22.0011
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: JOSE ALBERTO DOS SANTOS
Advogado do(a) AUTOR: ROSE ANNE BARRETO - RO3976
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
FINALIDADE: Fica a parte, por via de seu (a) procurador (a), intimada sobre o documento juntado nos autos.
Alvorada do Oeste/RO, 2 de maio de 2019.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Alvorada do Oeste - Vara Única
Processo: 7000236-44.2019.8.22.0011
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: IRINEU INACIO BATISTA
Advogado do(a) AUTOR: THAINA BARRETO AMARAL - RO9738
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ATO ORDINATÓRIO
Fica a parte autora intimada da juntada de laudo pericial nos autos supra.
Alvorada D'Oeste, 2 de maio de 2019.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE ALVORADA DO OESTE/RO
Processo: 7002334-36.2018.8.22.0011
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: MARLENE DOS SANTOS SILVA
Advogado do(a) AUTOR: ROSE ANNE BARRETO - RO3976
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
FINALIDADE: Fica a parte, por via de seu (a) procurador (a), intimada sobre o documento juntado nos autos.
Alvorada do Oeste/RO, 2 de maio de 2019.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Alvorada do Oeste - Vara Única
Processo: 7001460-85.2017.8.22.0011
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: UDISON DE OLIVEIRA NOGUEIRA
Advogados do(a) AUTOR: EDER MIGUEL CARAM - RO5368, KARIMA FACCIOLI CARAM - RO3460, CRISTIANE DE OLIVEIRA DIESEL - RO8923
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ATO ORDINATÓRIO
Fica a parte autora intimada da juntada de laudo pericial nos autos supra.
Alvorada D'Oeste, 2 de maio de 2019.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE ALVORADA DO OESTE/RO
Processo: 7002343-95.2018.8.22.0011
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: CLEUSA FRANCA DOS SANTOS DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: ROSE ANNE BARRETO - RO3976
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
FINALIDADE: Fica a parte, por via de seu (a) procurador (a), intimada sobre o documento juntado nos autos.
Alvorada do Oeste/RO, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste - Vara Única
Rua Vinícius de Moraes, nº 4308, Bairro Centro, CEP 76.930-000, Alvorada do Oeste, RO Processo: 7000823-37.2017.8.22.0011
Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Valor da causa: R$50.598,00cinquenta mil, quinhentos e noventa e oito reais
AUTOR: J. B. F. D. O. CPF nº 043.507.792-99, RUA GUIMARÃES ROSA 5252 CENTRO - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: FABIO JOSE REATO OAB nº RO2061, ANANDA OLIVEIRA BARROS OAB nº RO8131
RÉU: A. N. F. CPF nº 422.736.252-00, AVENIDA MORUMBI 6887 BAIRRO INDUSTRIAL - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: SALVADOR LUIZ PALONI OAB nº RO299A
DESPACHO
Vistos.
Intime-se a parte requerida, para que em 05 dias, manifeste-se nos autos quanto a produção de prova pericial requerida nos autos, deferida ao ID 23655762 sob pena de preclusão.
Pratique-se o necessário.
Após, voltem conclusos.
Alvorada do Oeste 19 de março de 2019
Simone de Melo
Juíza de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE ALVORADA DO OESTE/RO
Processo: 7000237-97.2017.8.22.0011
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: JOSE CARLOS BATISTA CIMA
Advogados do(a) AUTOR: ROSANA FERREIRA PONTES - RO6730, FELIPE WENDT - RO4590, EBER COLONI MEIRA DA SILVA - RO4046
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
FINALIDADE: Fica a parte, por via de seu (a) procurador (a), intimada sobre o documento juntado nos autos.
Alvorada do Oeste/RO, 2 de maio de 2019.
Processo: 7000419-49.2018.8.22.0011
Classe: Procedimento Comum
Valor da causa: R$37.568,95, trinta e sete mil, quinhentos e sessenta e oito reais e noventa e cinco centavos
AUTOR: OZEIAS GONCALVES LOPES CPF nº 115.808.012-34, LINHA 58 88 ZONA RURAL - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MARCOS ANTONIO ODA FILHO OAB nº PR4760
RÉU: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A CNPJ nº 07.707.650/0001-10, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO RÉU: JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM OAB nº ES18694
DECISÃO
Vistos em saneador.
Trata-se de ação indenizatória ajuizada por OZEIAS GONÇALVES LOPES contra a AYMORÉ CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A, com vistas à declaração de inexistência de débito junto à requerida e a condenação da mesma ao pagamento de indenização por danos morais.
Não tendo sido apresentada ao juízo, para homologação, delimitação consensual das questões de fato e de direito a que alude o art. 357, § 2º do CPC, e considerando que a presente causa não apresenta complexidade em matéria de fato ou de direito, deixo de designar audiência de saneamento em cooperação e passo ao saneamento e organização do feito em gabinete (CPC, art. 357, §§).
A requerida não apresentou qualquer matéria preliminar em sua defesa. As partes são legítimas e estão adequadamente representadas nos autos, inexistindo, por ora, outras questões processuais a serem abordadas.
Fixo como pontos controvertidos da lide:
a) a veracidade do contrato juntado nos autos;
Diante do disposto nos art. 357, III, do CPC, distribuo o ônus da prova conforme previsto no artigo 373, incisos I e II, cabendo à parte autora comprovar a existência do fato constitutivo de seu direito e ao réu comprovar a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.
Os meios de prova relevantes para o julgamento da lide são documental e pericial, pelo que, nos termos do artigo 357, II, do CPC, admito a produção dessas provas. Considerando que a prova documental já foi produzida, facultado às partes juntarem documentos novos no decorrer da instrução, por entender que a tal é suficiente ao deslinde do feito.
Ainda, caso desejem as partes a realização de perícia grafotécnica

no contrato apresentado, deverão manifestar-se, no prazo de 10 dias. A parte ré deverá depositar o contrato original na secretaria do cartório, para oportunizar a realização da perícia.
Assim, intimem-se as partes para, em 10 dias, apresentarem novas provas, sob pena de preclusão.
Esclareça-se às partes que elas têm o direito de pedir esclarecimentos ao Juízo ou solicitar ajustes na presente DECISÃO, por meio de simples petição sem caráter recursal, no prazo comum de 05 (cinco) dias, após o qual esta DECISÃO tornar-se-á estável, nos termos do art. 357, § 1º do CPC.
Declaro o feito saneado e organizado.
Solicitados esclarecimentos ou ajustes na presente DECISÃO saneadora, tornem-se os autos conclusos para as deliberações pertinentes.
Transcorrido o prazo de 05 (cinco) dias sem qualquer manifestação das partes, certifique a escrivania a estabilidade da presente DECISÃO e dê-se cumprimento às determinações nela trazidas.
Pratique-se o necessário.
Alvorada do Oeste, 2 de maio de 2019
Simone de Melo
Juíza de Direito
Processo: 7002082-33.2018.8.22.0011
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Nota Promissória
Valor da causa: R$350,00(trezentos e cinquenta reais)
REQUERENTE: DAIANY OLIVEIRA ZENTARSKI CPF nº 850.471.392-04, 07 DE SETEMBRO 4932 CENTRO - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE:
REQUERIDO: FLAUDIANO AUGUSTO GERONIMO CPF nº 837.690.302-06, RUA ANA FERREIRA MAIA, BAIRRO SUMAUMA 3499 SUMAUMA - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
SENTENÇA
Relatório dispensado (art. 38, caput, da Lei 9.099/95).
Fundamento e DECIDO.
Trata-se de ação de cobrança em que a parte autora pleiteia o recebimento de crédito no valor de R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), atualizados na data da propositura da ação, representados pela notas promissórias acostadas à inicial.
A parte ré não compareceu na audiência de conciliação, embora devidamente intimada para tanto (ID 25630271).
O art. 20 da Lei 9.099/95 estabelece que:
"Art. 20. Não comparecendo o deMANDADO à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se contrário resultar da convicção do juiz".
Compulsando os autos verifico que, apesar de devidamente intimada para comparecer à audiência, a parte ré não se fez presente, pelo que DECRETO-LHE A REVELIA e, por consequência, a veracidade dos fatos narrados pela parte autora na inicial, conforme disposição do supracitado artigo.
Realizada a análise do processo verifico que a parte autora trouxe aos autos documentos aptos a comprovarem a existência da dívida ora cobrada. Já o réu não apresentou qualquer prova contrária ao direito alegado pela autora e sequer compareceu à audiência conciliatória ou apresentou defesa.
Desse modo, tendo a autora comprovado a existência da dívida em nome do requerido, somado aos efeitos que impõe a revelia decretada, bem como pelo réu não ter demonstrado a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da parte autora (art. 373, II, do CPC), o pleito da autoral deve ser acolhido.
Isso posto JULGO PROCEDENTE O PEDIDO formulado por DAIANY OLIVEIRA ZENTARSKI, a fim de condenar FLAUDIANO AUGUSTO GERÔNIMO a lhe pagar o montante de R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), incidindo correção monetária a partir do ajuizamento da ação e juros a partir da citação. Por consequência RESOLVO o MÉRITO da causa, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC.
Sem custas processuais ou honorários de advogado nesta instância (art. 55 da Lei 9.099/95).
P. R. I.
Oportunamente, arquivem-se.
Alvorada do Oeste, 2 de maio de 2019.
Simone de Melo
Juíza de Direito

Processo: 7001658-88.2018.8.22.0011
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
Valor da causa: R$2.847.139,26, dois milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, cento e trinta e nove reais e vinte e seis centavos
EXEQUENTES: JOAO DE OLIVEIRA BARCELOS, RUA RORAIMA 228, RUA RORAIMA N 228 BAIRRO NOVO OURO PRETO RO BAIRRO NOVO - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA, MARIA DA PENHA BARCELOS, RUA RORAIMA 228, RUA RORAIMA N 228 BAIRRO NOVO OUTO PRETO RO BAIRRO NOVO - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: EDINARA REGINA COLLA OAB nº RO1123
EXECUTADO: NINO MESSIAS TESTONI, AV DANIEL COMBONI 2600 2600, AV DANIEL COMBONI N 2600 JAR TIR OURO PRETO RO JARDIM TIRADENTES - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: MAURICIO TADEU DA CRUZ OAB nº RO3569, WELLINGTON DA SILVA GONCALVES OAB nº RO5309
DECISÃO
Ante o pleito da parte exequente procedi consulta junto ao Renajud, logrando êxito em encontrar veículos em nome do executado, pelo que inseri a restrição de transferência.
Assim, intime-se a parte credora para requerer o que de direito, em 10 dias, estando ciente quanto aos termos do art. 845, §1º do CPC, devendo para tanto, apresentar avaliação dos veículos conforme tabela FIPE.
No que se refere à consulta ao Infojud, ela restou infrutífera, conforme se verifica nos comprovantes em anexo.
Com ou sem manifestação, tornem conclusos.
Pratique-se o necessário.
Alvorada do Oeste, 2 de maio de 2019
Simone de Melo
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste - Vara Única
Rua Vinícius de Moraes, nº 4308, Bairro Centro, CEP 76.930-000, Alvorada do Oeste, RO Processo: 7002058-05.2018.8.22.0011
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Valor da causa: R$10.425,84dez mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e oitenta e quatro centavos
REQUERENTE: ALGIMIRO GONCALVES DE SA CPF nº 488.920.686-87, LINHA 0 ZONA RURAL - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MARCOS ANTONIO ODA FILHO OAB nº PR4760
REQUERIDO: B. B., SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO REQUERIDO: PAULO EDUARDO PRADO OAB nº AL11819
DECISÃO
Vistos.
Converto o julgamento em diligência.
Em inicial, afirma a parte autora ter surpreendido-se com uma negativação em seu nome junto aos órgãos de restrição ao crédito oriunda do contrato de número 488920686000087, de titularidade da requerida, no valor de R$ 425,85.
Ainda, afirmou que tem empréstimo regularmente contratado com a demandada por valor mensal de R$ 212,92, descontado este automaticamente de seu benefício.

Deste modo, é certo que a negativação perfaz exatamente o valor de duas parcelas do empréstimo contratado.
Ocorre que, nenhuma das partes esclareceu, tanto em exordial quanto em contestatória, a razão pela qual deu-se a suspensão do débito automático e a consequente negativação, pelo que entendo não estarem preenchidos os requisitos para o julgamento do processo.
Fixo como pontos controvertidos da lide: a) a origem do débito que ensejou a negativação; b) a eventual cessação de descontos automáticos do empréstimo contratado pela parte autora, bem como o motivo para tanto; c) a comunicação prévia da negativação.
Prazo de 15 (quinze) dias, devendo as partes em igual período manifestarem interesse na produção de outras provas.
Intime-se, pratique-se o necessário.
Alvorada do Oeste 2 de maio de 2019
Simone de Melo
Juíza de Direito

Processo: 7002115-23.2018.8.22.0011
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Valor da causa: R$720,00, setecentos e vinte reais
REQUERENTE: EDIJANIO MATOS MIRANDA CPF nº 618.584.042-15, LINHA 52, KM 05 S/N ZONA RURAL - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE:
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB nº RO5462, DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB nº MS6835
DECISÃO
Vistos em saneador.
Trata-se de ação indenizatória ajuizada por EDIJANIO MATOS MIRANDA contra a CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA SA - CERON, com vistas ao recebimento de indenização por danos materiais.
Não tendo sido apresentada ao juízo, para homologação, delimitação consensual das questões de fato e de direito a que alude o art. 357, § 2º do CPC, e considerando que a presente causa não apresenta complexidade em matéria de fato ou de direito, deixo de designar audiência de saneamento em cooperação e passo ao saneamento e organização do feito em gabinete (CPC, art. 357, §§).
A requerida não apresentou qualquer matéria preliminar em sua defesa. As partes são legítimas e estão adequadamente representadas nos autos, inexistindo, por ora, outras questões processuais a serem abordadas.
Fixo como pontos controvertidos da lide:
a) a queda de energia no local e data do alegado; b) parecer técnico de especialista quanto ao ocorrido, visto que o documento de ID 22891845 limita-se somente a dizer que o motivo da queima pode ter sido a queda de energia;
Diante do disposto nos art. 357, III, do CPC, distribuo o ônus da prova conforme previsto no artigo 373, incisos I e II, cabendo à parte autora comprovar a existência do fato constitutivo de seu direito e ao réu comprovar a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.
Os meios de prova relevantes para o julgamento da lide são documental e testemunhal, pelo que, nos termos do artigo 357, II, do CPC, admito a produção dessas provas. Considerando que a prova documental já foi produzida, facultado às partes juntarem documentos novos no decorrer da instrução, por entender que a tal é suficiente ao deslinde do feito. Ainda, podem as partes manifestar interesse na produção de prova testemunhal, arrolando suas testemunhas, no prazo de 10 dias.
Assim, intimem-se as partes para, em 10 dias, apresentarem novas provas, sob pena de preclusão.
Esclareça-se às partes que elas têm o direito de pedir esclarecimentos ao Juízo ou solicitar ajustes na presente DECISÃO, por meio de simples petição sem caráter recursal, no prazo comum de 05 (cinco) dias, após o qual esta DECISÃO tornar-se-á estável, nos termos do art. 357, § 1º do CPC.
Declaro o feito saneado e organizado.
Solicitados esclarecimentos ou ajustes na presente DECISÃO saneadora, tornem-se os autos conclusos para as deliberações pertinentes.
Transcorrido o prazo de 05 (cinco) dias sem qualquer manifestação das partes, certifique a escrivania a estabilidade da presente DECISÃO e dê-se cumprimento às determinações nela trazidas.
Pratique-se o necessário.
Alvorada do Oeste, 2 de maio de 2019
Simone de Melo
Juíza de Direito

COMARCA DE BURITIS

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório
Proc.: 1000831-86.2017.8.22.0021
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Denunciado:Daniel José Duque, Pedrelina Gomes da Costa, Noer Rodrigues Santos
Advogado:Dr. Juniel Ferreira de Souza (OAB/RO 6635)
Certidão da Escrivania:
Certifico e dou fé que À defesa do réu Daniel José Duque para memoriais no prazo de 05 dias.

Proc.: 1000682-90.2017.8.22.0021
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Condenado:Emerson Calderon Ribeiro
Advogado:Não Informado (xx)
Vítima:Fabíola do Prado Santos
Advogado:Não Informado (xx)
Edital - Publicar:
1ª Vara Genérica
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 05 dias
Processo/MANDADO: 1000682-90.2017.822.0021/1
Classe: Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Procedimento: Processo Comum
Parte Autora: Ministério Público do Estado de Rondônia
Parte Ré: EMERSON CALDERON RIBEIRO, Brasileiro, solteiro, servente, Nascido em 15/05/1978, no Município de Guajará Mirim/RO, filho de Ivan Félix Ribeiro e Maria Helena Carderon, CPF 64703177234, RG 18.044.310, RG 814.344, residente e domiciliado na Rua das Acácias, nº 519, Colniza/MT, atualmente em local incerto e não sabido.
FINALIDADE: INTIMAR aparte acima mencionada para efetuar o pagamento das custas procesuais no valor de R$ 509,70 (Quinhentos e nove reais e setenta centavos) no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de protesto e inscrição na DAE.
Buritis, 25 de Abril de 2019
Hedy Carlos Soares
Juiz de Direito

Proc.: 0000461-90.2018.8.22.0021
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )

Condenado:Igor Batista Santana
Advogado:Não Informado (xx)
Edital - Publicar:
1ª Vara
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 20 dias
Processo/MANDADO: 0000461-90.2018.822.0021/1
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Procedimento: Processo Comum
Parte Autora: Ministério Público do Estado de Rondônia
Parte Ré: IGOR BATISTA SANTANA, Brasileiro, nascido em 23/04/1999, no Município de Não Informado, filho de Eli Vieira Batista e Neusa Ferreira de Santana Batista, CPF 05552287207, atualmente em local incerto e não sabido.
Advogado: Não Informado
FINALIDADE: INTIMAR a parte acima mencionada para efetuar o pagamento da pena de multa no valor de R$ 314,62 (trezentos e quatorze reais e sessenta e dois centavos) a ser depositado no Banco do Brasil, Agência 2757-X, conta corrente 12090-1 em nome do FUNPEN, CNPJ n. 15.837.081./0001-56, depósito diretamente no caixa do banco “na boca do caixa”, bem como as custas procesuais R$ 509,70 (quinhentos e nove reais e setenta centavos) no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de protesto e inscrição na DAE.
Buritis, 13 de Março de 2019
Hedy Carlos Soares
Juiz de Direito

Proc.: 0003571-05.2015.8.22.0021
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Denunciado:Adilson Coutinho, Antonio Pereira dos Santos, David Alexandre da Silva Domingues, Deijinaldo Santos de Oliveira, Eder Meciano Machado, Edir de Oliveira Silva, Fabiano Alves Pereira da Silva, Izidório Pereira Ramos, Jamilton Pires da Silva, Jocimar Gomes Cardozo, Juarez Rodrigues de Almeida, Mário Garcia de Oliveira, Maxciel Waiandt, Oziel Fernandes Souza, Reinaldo Moreira Duarte, Sandro Vinicio Bello, Selcino da Silva, Wilson Rodrigues dos Santos, Wilson Suldine, JoÃo Marcolino da Silva Filho, Sebastião Ferreira Leite, Afonso Bianquini Neto, Elivando Ferreira Lima
Advogado:Não Informado (xx), José Martinelli (RO 5585-A), Juniel Ferreira de Souza (OAB/RO 6635), Denilson Sigoli Junior (OAB/RO 6633)
DECISÃO:Vistos,Trata-se de ação penal instaurada em desfavor aos acusados abaixo citados por terem, em tese, cometido os crimes descritos nos artigos 161, §1º, II do CP, 50 da Lei n. 9605/98 e 288 do CP.Considerando a quantidade de réus no feito, a fim de evitar eventual nulidade processual, é necessário verificar se todos foram devidamente citados e ofereceram resposta à acusação, sendo assim:01) ADILSON COUTINHO, citado à fl. 679, apresentou resposta à acusação à fl. 634;02) AFONSO BIANQUINI NETO, não fora regularmente citado, porém apresentou resposta à acusação às fls. 646-648;03) ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS, citado por edital à fl. 736;04) DAVID ALEXANDRE DA SILVA DOMINGUES, citado por edital à fl. 736;05) DEIJINALDO SANTOS DE OLIVEIRA, citado às fl. 644, apresentou resposta à acusação à fl. 632;06) EDER MECIANO MACHADO, citado por edital à fl. 766;07) EDIR DE OLIVEIRA SILVA, citado às fl. 750, apresentou resposta à acusação à fl. 753;08) ELIVANDRO FERREIRA LIMA, citado à fl. 644;09) FABIANO ALVES PEREIRA DA SILVA, citado à fl. 644, apresentou resposta à acusação à fl. 633;10) IZIDORIO PEREIRA RAMOS, citado à fl. 644, apresentou resposta à acusação à fl. 635;11) JAMILTON PIRES DA SILVA, citado às fl. 676, apresentou resposta à acusação à fl. 663;12) JOÃO MARCOLINO DA SILVA FILHO, citado à fl. 644, apresentou resposta à acusação à fl. 634;13) JOCIMAR GOMES CARDOZO, citado à fl. 742 e 752, apresentou resposta à acusação à fl. 743;14) JUAREZ RODRIGUES DE ALMEIDA, citado por edital à fl. 736 e 766;15) MARIO GARCIA OLIVEIRA, citado por edital à fl. 766;16) MAXCIEL WAINDT, citado à fl. 679, apresentou resposta à acusação à fl. 663;17) OZIEL FERNANDES SOUZA, citado por edital à fl. 766;18) REINALDO MOREIRA DUARTE, citado à fl. 644, apresentou resposta à acusação à fl. 639;19) SANDRO VINICIO BELLO, citado à fl. 644, apresentou resposta à acusação à fl. 637;20) SEBASTIÃO FERREIRA LEITE, citado à fl. 773;21) SELCINIO DA SILVA, citado à fl. 769, apresentou resposta à acusação à fl. 771;22) WILSON RODRIGUES DOS SANTOS;23) WILSON SULDINE, citado à fl. 679, apresentou resposta à acusação às fls. 655-657;Depreende-se da lista acima que apenas o denunciado WILSON RODRIGUES DOS SANTOS não foi citado por edital, após não ter sido encontrado para citação pessoal (fl. 679). Dessa forma, proceda-se a citação deste denunciado por edital.Em relação ao acusado AFONSO BIANQUINI NETO, verifica-se que não foi realizada sua citação pessoal, todavia, apresentou resposta à acusação, razão pela qual a nulidade se encontra suprida haja vista sua apresentação espontânea. Intime-o pessoalmente desta DECISÃO.Noutro giro, os réus citados por edital, ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS, DAVID ALEXANDRE DA SILVA DOMINGUES, EDER MECIANO MACHADO, JUAREZ RODRIGUES DE ALMEIDA, MARIO GARCIA OLIVEIRA e OZIEL FERNANDES SOUZA, mantiveram-se inertes.Com efeito, é necessário no presente caso a aplicação do art. 366, do Código de Processo Penal, em face do denunciado Elias Moreira de Arruda, o qual dispõe que:”Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, nos termos do disposto no art. 312.”Assim, considerando que, esgotadas as possibilidades de citação pessoal, os acusados foram citados por edital e não se apresentaram ou nomearam defensor, conforme determina o art. 396, do CPP, determino a suspensão do processo e do prazo prescricional, em relação aos referidos acusados, nos termos do citado art. 366, do CPP.Por outro lado, segundo dispõe o artigo 312, do Código de Processo Penal: “a Prisão Preventiva poderá ser decretada como garantia da Ordem Pública, por conveniência da Instrução Criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e de indícios suficientes da autoria”.Já o art. 313, do mesmo códex dispõe que:Nos termos do art. 312 deste Código, será admitida a decretação da prisão preventiva: I - nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos II - se tiver sido condenado por outro crime doloso, em SENTENÇA transitada em julgado, ressalvado o disposto no inciso I do caput do art. 64 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; III - se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.Ademais, é entendido que a ausência de citação efetiva do réu causa a inviabilidade da instrução criminal, bem como a posteriormente aplicação da lei penal, assim, se mostram presentes dois dos requisitos exigidos pelo art. 312 do CPP.Os acusados encontram-se foragidos do distrito da culpa, em lugar incerto e não sabido, levando-se a presumir que não pretendem colaborar com a justiça, vindo, provavelmente, a furtar-se à possível aplicação da lei penal.”A simples fuga do acusado do distrito da culpa, tão logo descoberto o crime praticado, já justificado o decreto de prisão preventiva” (RT 497/403 - STJ - RT664/336).Diante do exposto, considerando a conveniência para a instrução processual, bem como, a necessidade da garantia da aplicação da Lei Penal, nos termos do art. 366 c/c 312, do CPP, DECRETO a Prisão Preventiva de ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS, DAVID ALEXANDRE DA SILVA DOMINGUES, EDER MECIANO MACHADO, JUAREZ RODRIGUES DE ALMEIDA, MARIO GARCIA OLIVEIRA e OZIEL FERNANDES SOUZA, bastante qualificados nos autos. Expeça-se o necessário.Atento a súmula 415, do STJ, o período de suspensão do prazo prescricional será regulado pelo máximo da pena

cominada, razão pela qual, por ora, aguarde-se o decurso do tempo ou a localização dos réus.Anote-se como prazo para o MANDADO de prisão o dia 01.06.2027 data esta prevista para ocorrência da prescrição punitiva do estado.No que se refere aos réus citados pessoalmente, em concordância com os princípios da celeridade processual, da economicidade, da eficiência e da razoabilidade, a análise da resposta apresentada (art. 397, do CPP), será exercida na audiência de instrução e julgamento que ora designo para o dia 21.05.2019 às 09h00, a ser realizada na sala de audiência desta vara, sem prejuízo de eventual análise preliminar, caso seja necessária. Na ocasião, além da referida análise, proceder-se-á a tomada de declarações do ofendido, a inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, bem como os esclarecimentos dos peritos, as acareações e o reconhecimento de pessoas e coisas, e o interrogatório do acusado (art. 400, do CPP), além das apresentações das alegações finais orais e a prolação da SENTENÇA;Intimem-se os réus para a audiência;Intimem-se as testemunhas de acusação e defesa, em MANDADO s diversos;Intimem-se os advogados nomeados e a DPE/RO;Ciência ao Ministério Público.SIRVA A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO dos acusados ADILSON COUTINHO, AFONSO BIANQUINI NETO, DEIJINALDO SANTOS DE OLIVEIRA, EDIR DE OLIVEIRA SILVA, ELIVANDRO FERREIRA LIMA, FABIANO ALVES PEREIRA DA SILVA, IZIDORIO PEREIRA RAMOS, JAMILTON PIRES DA SILVA, JOÃO MARCOLINO DA SILVA FILHO, JOCIMAR GOMES CARDOZO, MAXCIEL WAINDT, REINALDO MOREIRA DUARTE, SANDRO VINICIO BELLO, SEBASTIÃO FERREIRA LEITE, SELCINIO DA SILVA e WILSON SULDINE.Buritis-RO, quarta-feira, 20 de fevereiro de 2019.Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo: nº 7005859-93.2018.8.22.0021
Exequente: MEROVEU JOSE DIOGO DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: DEBORA APARECIDA MARQUES DE ALBUQUERQUE - RO4988
Executado: SIMONI TOWNES DE CASTRO
Intimação
Ante a certidão do Oficial de Justiça, ao autor para manifestar e requerer o que entender de direito. Prazo de 15 (quinze) dias.
Buritis, 30 de abril de 2019

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Buritis - 1ª Vara Genérica
Rua Taguatinga, nº 1380, Bairro Setor 03, CEP 76.880-000, Buritis, RO 7000993-08.2019.8.22.0021
AUTOR: EDIELEN VIEIRA BASILIO
ADVOGADO DO AUTOR: BARBARA SIQUEIRA PEREIRA OAB nº RO8318
RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
ADVOGADO DO RÉU:
SENTENÇA
Vistos,
Trata-se de ação de cobrança.
Determinada a emenda à inicial, a parte autora manteve-se inerte.
Posto isso, pela inexistência de emenda no prazo legal, INDEFIRO a petição inicial, com fulcro no artigo 330, IV, do CPC.
Publicação e Registro automáticos pelo sistema.
Intimação via DJe, ficando dispensada a intimação da requerida.
Após o trânsito em julgado, arquivem-se.
Buritis, 30 de abril de 2019.
Hedy Carlos Soares
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo: nº 0002897-32.2012.8.22.0021
Exequente: SIDINEI DE JESUS
Advogado do(a) AUTOR: ALESSANDRO DE JESUS PERASSI PERES - RO2383
Executado: Volkswagen Brasil Ltda. - Ind. Veículos Automotores e outros
Advogado do(a) RÉU: BERNARDO AUGUSTO GALINDO COUTINHO - RO2991
Advogado do(a) RÉU: PATRICIA JORGE DA CUNHA VIANA DANTAS - MT8014-O
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO ficam as partes intimadas a se manifestar no prazo de 15 dias.
Buritis, 30 de abril de 2019

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo: nº 0002897-32.2012.8.22.0021
Exequente: SIDINEI DE JESUS
Advogado do(a) AUTOR: ALESSANDRO DE JESUS PERASSI PERES - RO2383
Executado: Volkswagen Brasil Ltda. - Ind. Veículos Automotores e outros
Advogado do(a) RÉU: BERNARDO AUGUSTO GALINDO COUTINHO - RO2991
Advogado do(a) RÉU: PATRICIA JORGE DA CUNHA VIANA DANTAS - MT8014-O
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO ficam as partes intimadas a se manifestar no prazo de 15 dias.
Buritis, 30 de abril de 2019

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Buritis - 1ª Vara Genérica
Rua Taguatinga, nº 1380, Bairro Setor 03, CEP 76.880-000, Buritis, RO 0000859-76.2014.8.22.0021- Execução de Título Extrajudicial- Compra e Venda
EXEQUENTE: EDNESIO JOSE DIOGO, LINHA 02, KM 06, LOTE 90, GLEBA 02, PA BURITIS ZONA RURAL - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: KARINA TAVARES SENA RICARDO OAB nº SE4085, BARBARA SIQUEIRA PEREIRA OAB nº RO8318
EXECUTADO: JOAO MARIA SOBRINHO, LINHA 02, GL. 02, LOTE 90, KM 06, PA BURITIS ZONA RURAL - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: DENIS AUGUSTO MONTEIRO LOPES OAB nº RO2433
SENTENÇA
Vistos,
Retire-se do sistema o nome da Advogada que renunciou os poderes a ela conferidos (Id. 25135415).
Trata-se de execução de título extrajudicial. Após a regular distribuição e tramitação do feito, adveio aos autos informação que as partes compuseram no processo, requerendo a homologação do acordo (Id. 26814273,).
Posto isso e considerando tudo mais que dos autos consta, HOMOLOGO o acordo firmado entre as partes no Id. 26814273, para

que produza seus jurídicos e legais efeitos, e, via de consequência, declaro extinto o feito, com resolução do MÉRITO, nos termos do art. 487, inciso III, do NCPC.
Sem custas e honorários.
Publicação e Registro automáticos pelo sistema, ficando dispensada a intimação das partes porque não sofrerão prejuízos e por medida de economia e celeridade processual.
Transitada em julgado nesta data (artigo 1.000, p. único do NCPC).
SERVE O PRESENTE COMO OFÍCIO AO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DESTA COMARCA PARA O LEVANTAMENTO DA PENHORA REALIZADA NO IMÓVEL LOCALIZADO NA AV. PORTO VELHO, QUADRA 41, N. 2403, SETOR 03, BURITIS/RO, NO QUE TANGE À CONSTRIÇÃO ANTERIORMENTE EMANADA DESTE JUÍZO E PROCESSO.
Buritis, 30 de abril de 2019
Hedy Carlos Soares
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Buritis - 1ª Vara Genérica
Rua Taguatinga, nº 1380, Bairro Setor 03, CEP 76.880-000, Buritis, RO 7001159-40.2019.8.22.0021
Adimplemento e Extinção, Cheque
AUTORES: ZEUZA TEIXEIRA DE OLIVEIRA LIMA CPF nº 830.692.322-72, NÃO INFORMADO, LINHA UNIÃO PA REVIVER NÃO INFORMADO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA, DEMERVAL CAMILO DE LIMA CPF nº 115.481.932-91, NÃO INFORMADO, PA REVIVER LINHA UNIÃO NÃO INFORMADO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: BARBARA SIQUEIRA PEREIRA OAB nº RO8318
RÉU:MINAS DISTRIB. DE PROD. FARMACEUTICOS E PERF. LTDA CNPJ nº 34.456.947/0001-23, AVENIDA TRANSCONTINENTAL 5135 SANTIAGO - 76901-201 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU:
DECISÃO
Vistos,
Recebo a inicial. Pela natureza da causa e valor, indefiro a Justiça Gratuita, pois ausente a configuração de sua hipossuficiência econômica. Concedo, todavia o diferimento das custas processuais para recolhimento ao final, pelo vencido.
Trata-se de ação anulatória de execução extrajudicial c/c pedido liminar ajuizada por DEMERVAL CAMILA DE LIMA e ZEUZA TEIXEIRA DE OLIVEIRA LIMA, devidamente qualificados, em desfavor de MINAS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E PERF. LTDA, alegando, em suma, que os requeridos ajuizaram ação monitória a qual tramita neste Juízo sob o nº 7003985- 73.2018.8.22.0021, com intuito de receber o montante de R$ 3.000,00 (três mil reais) referente à 03 (três) folhas de cheques pré-datados para o dia 21/11/2016, 11/12/2016 e 31/12/2016. Aduz, que os referidos cheques foram sustados em razão do não cumprimento do negócio jurídico celebrado com MARLON ALCÂNTARA DA SILVA, a quem foram repassadas as folhas de cheques na época e que também figura como requerido naquela ação. Requer em sede de tutela de urgência a suspensão da ação monitória até o final desta ação. Ao final, pediram a procedência da ação para anulação da ação monitória supracitada. Juntaram documentos.
Decido.
O pedido de tutela provisória de urgência formulado pela parte autora comporta deferimento, uma vez que presentes os pressupostos legais previstos no art. 300 do Novo Código de Processo Civil.
Com efeito, vislumbra-se neste juízo de cognição sumária e urgente a presença de elementos que evidenciam a probabilidade do direito invocado pela parte autora, que decorre do descumprimento da obrigação assumida em um negócio jurídico realizado entre os autores e Marlon, que originou os títulos exequendos na ação monitória de n. 7003985- 73.2018.8.22.0021.
O perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, por outro lado, advém das consequências das medidas assecuratórias previstas no art. 536, do NCPC.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 300 do Código de Processo Civil, defiro à parte autora o pedido de tutela provisória de urgência, determinando a suspensão da ação monitória sob n. 7003985-73.2018.8.22.0021 até o julgamento definitivo da lide. Expeça-se, pois, o necessário para cumprimento da medida.
Designo audiência de conciliação/mediação para o dia 08/07/2019 às 09h30min, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum de Buritis/RO – CEJUSC.
Cite-se e intime-se a requerida, assim como intimem-se os requerentes, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da solenidade. Caso as partes não tenham interesse na autocomposição, deverá informar o juízo, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência designada, bem como seu prazo de defesa começa contar da data do protocolo do pedido de cancelamento
Não havendo acordo será aberto o prazo de 15 dias para resposta (art. 335, NCPC).
Não havendo contestação ou sendo ela intempestiva, certifique-se.
Havendo contestação com assertivas preliminares e/ou apresentação de documentos, abram-se vistas à parte Requerente para réplica.
Em seguida, intimem-se as partes, de forma sucessiva, para, querendo, especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, justificando-as e indicando sua FINALIDADE. No prazo de 05 (cinco) dias.
Intimem-se e expeça-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA/ INTIMAÇÃO/ CITAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO/ PRECATÓRIA/ OFÍCIO
Buritis, 30 de abril de 2019
Hedy Carlos Soares
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Buritis - 1ª Vara Genérica
Rua Taguatinga, nº 1380, Bairro Setor 03, CEP 76.880-000, Buritis, RO 0002565-36.2010.8.22.0021- Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: AMARAL FRASSON E CIA LTDA. FARMÁCIA CENTRAL, AV. PORTO VELHO ESQUINA COM PRIMO AMARAL 1277 CENTRO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: CLEBER JAIR AMARAL OAB nº RO2856A
EXECUTADO: MULTIBAG INDÚSTRIA E COMERCIO DE PLASTICO LTDA ME, - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: MARIA BEATRIZ IMTHON OAB nº RO625, CARLOS HENRIQUE SCHIEFER OAB nº PR13088
SENTENÇA
Vistos,
Trata-se de cumprimento de SENTENÇA.
Regularmente intimado, o executado não comprovou o pagamento do débito e tampouco apresentou impugnação no prazo legal.
Com efeito, tendo em vista a inércia do executado, visando maior efetividade da execução, foi determinado o bloqueio judicial de seus ativos financeiros, restando frutífero em relação aos valores de R$18.355,10.
Devidamente intimado nos termos do art. 854, §2º e §3º, a parte executada não manifestou-se nos autos.
Ante o exposto, considerando a satisfação do crédito por meio do bloqueio realizado nos autos, extingo o processo com resolução do MÉRITO, fazendo-o com base no art. 924, II do NCPC.
Expeça-se alvará judicial para levantamento em favor da parte exequente.
Sem custas e honorários advocatícios.
SENTENÇA publicada e registrada pelo sistema.

Dispensada a intimação das partes porque não sofrerão prejuízos e por medida de economia e celeridade processual.
Transitada em julgado nesta data (artigo 1.000, p. único do NCPC).
Buritis, 30 de abril de 2019
Hedy Carlos Soares
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Buritis - 1ª Vara Genérica
Rua Taguatinga, nº 1380, Bairro Setor 03, CEP 76.880-000, Buritis, RO 7007240-73.2017.8.22.0021
EXEQUENTE: A. L. D. C.
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
EXECUTADO: L. C. C.
ADVOGADO DO EXECUTADO: KARINA TAVARES SENA RICARDO OAB nº SE4085
DESPACHO
Vistos,
O pedido de bloqueio de valores via BACENJUD foi deferido, sendo bloqueado parte da quantia desejada, tendo sido determinada a transferência para conta em nome do juízo, MOTIVO PELO QUAL CONVERTO O BLOQUEIO EM PENHORA.
Segue, em anexo, o detalhamento do BACENJUD.
No mais, a diligência via RENAJUD restou frutífera bloqueando um veículo em nome do executado, discriminado no comprovante em anexo, pelo qual CONVERTO O BLOQUEIO EM PENHORA.
Dessa forma, intime-se a parte executada a respeito e para eventual defesa, por meio de seu curador, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §2º e §3º.
Transcorrido o prazo sem impugnação, defiro desde logo, o levantamento/transferência dos valores bloqueados em favor da parte exequente.
Após, intime-se a parte exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de cinco dias, importando a inércia em arquivamento do feito.
Intime-se via DJe.
Buritis, 30 de abril de 2019.
Hedy Carlos Soares
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Buritis - 1ª Vara Genérica
Rua Taguatinga, nº 1380, Bairro Setor 03, CEP 76.880-000, Buritis, RO 7006833-33.2018.8.22.0021
AUTOR: VALDEIR RODRIGUES MONTEIRO
ADVOGADO DO AUTOR: ILMA MATIAS DE FREITAS ARAUJO OAB nº RO2084
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos,
Trata-se de benefício previdenciário.
Após a regular distribuição, houve determinação de suspensão do feto.
Todavia adveio aos autos manifestação da parte autora pela desistência da ação (ID 25933345), posto que o benefício foi concedido.
Decido.
Posto isso, com fulcro no artigo 485, VIII, do NCPC, declaro extinto o feito, sem resolução do MÉRITO.
Por consequência, revogo eventual tutela de urgência anteriormente concedida, servindo a presente como ofício, caso necessário.
Sem custas e honorários, ante a gratuidade da justiça que ora se defere.
Publicação e Registros automáticos pelo Pje, ficando dispensada a intimação das partes desta SENTENÇA.
Transitada em julgado nesta data (artigo 1.000, p. único do NCPC).
Buritis, 30 de abril de 2019.
Hedy Carlos Soares
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Buritis - 1ª Vara Genérica
Rua Taguatinga, nº 1380, Bairro Setor 03, CEP 76.880-000, Buritis, RO 7001156-85.2019.8.22.0021- Procedimento Comum
AUTOR: INACIO JANN, RUA NOVA UNIÃO 2132 NÃO INFORMADO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: BARBARA SIQUEIRA PEREIRA OAB nº RO8318
RÉU: CLERO BATISTA DE ARAUJO, LINHA 03 KM 2,5 NÃO INFORMADO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU:
SENTENÇA
Vistos,
Trata-se ação regressiva de cobrança.
No Id. 24806360, foi determinada a intimação da parte autora para o recolhimento das custas.
No entanto, não houve o devido cumprimento da determinação judicial.
Posto isso, pela inexistência de emenda no prazo legal, INDEFIRO a petição inicial, com fulcro no artigo 330, VI, do NCPC.
Sem custas e honorários.
Publicações e registros automáticos pelo sistema.
Intimem-se via DJe.
Nada mais havendo, arquivem-se os autos.
Buritis, 30 de abril de 2019
Hedy Carlos Soares
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Buritis - 1ª Vara Genérica
Rua Taguatinga, nº 1380, Bairro Setor 03, CEP 76.880-000, Buritis, RO 7012691-73.2016.8.22.0002
AUTOR: ROGERIO RIBEIRO MARCOLINO
ADVOGADO DO AUTOR: MARCOS RODRIGUES CASSETARI JUNIOR OAB nº RO1880
RÉUS: PABLO EDUARDO DE JESUS RIBEIRO, GISLAINE DE JESUS LIMA, EDUARDA DE JESUS LIMA
ADVOGADOS DOS RÉUS: ELIZIO PEREIRA MENDES JUNIOR OAB nº MT9853
SENTENÇA
Vistos,
Trata-se de ação de modificação de guarda c/c exoneração de alimentos ajuizada por ROGERIO RIBEIRO MARCOLINO em desfavor de GISLAINE DE JESUS LIMA, a fim de modificar a guarda dos filhos Eduarda de Jesus Ribeiro e Pablo Eduardo de Jesus Ribeiro.
Aduz que os infantes encontram-se sob a guarda unilateral da genitora, todavia a guarda de fato dos menores é da avó materna, eis que a requerida está morando em outra cidade. Requereu ainda a exoneração de alimentos.
Com a inicial juntou documentos.
Citada, a requerida apresentou contestação pleiteando pela improcedência dos pedidos (ID 11331379).
Impugnação à contestação (ID 11779825).
Relatório Psicológico realizado no lar materno (ID 1194862).
Relatório informativo noticiando que o requerente não compareceu no NUPS de sua comarca para submeter-se a estudo (ID 25151444, pág. 26).
Parecer do Ministério Público pela improcedência do pedido inicial

(ID 25410828).
É o relatório do necessário. Decido:
Procedo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 355, I, do Código de Processo Civil, por se tratar de matéria exclusivamente de direito e ante a desnecessidade de produção de outras provas.
As partes são legítimas, inexistem preliminares ou questões processuais pendentes. Passo, pois, à análise do MÉRITO.
Trata-se de pedido de modificação de guarda sob a alegação de que os menores encontram-se sob a guarda unilateral da genitora, todavia a guarda de fato estava sendo exercida pela avó materna, eis que a requerida está morando em outra cidade
Em sede de contestação, a requerida esclareceu que residiu com os filhos no município de Vale do Paraíso/RO de fevereiro a novembro/2016, tendo os filhos estudado naquela cidade. Ocorre que após as férias escolares daquele ano, as crianças passaram o período com a avó materna em Buritis e manifestaram desejo em continuar nesta cidade, o que foi autorizado pela genitora, pois retornaria após alguns meses, como de fato aconteceu. A requerida ainda comprovou nos autos, por meio de extratos bancários, não receber integralmente os valores referente a pensão alimentícia desde o ano de 2014.
Com efeito, o estudo realizado corroborou as alegações da requerida, informando que os menores mostram-se totalmente adaptados a dinâmica do lar materno, possuem frequência regular na escola e apresentam desenvolvimento e comportamento satisfatórios, bem como não haver indícios de negligência ou maus tratos em relação aos menores. Noticia ainda a fragilidade do vínculo afetivo filiar/paterno, eis que a visitação ocorre de forma esporádica.
Determinada a realização de estudo no lar paterno, o requerente deixou de atender o chamado no NUPS da Comarca de Ariquemes, inviabilizando a produção da prova.
Como cediço, a alteração da situação implica não só a mudança de responsável pelas crianças, mas também de ambiente, de costumes e de rotina, o que pode se mostrar prejudicial aos menores no caso, eis que já se encontram adaptados no lar materno, não possuindo quaisquer indícios que ensejem na modificação da guarda.
De toda forma, é cediço que a SENTENÇA que concede a guarda não faz coisa julgada material, ou seja, não possui caráter definitivo e irrevogável, não sendo empecilho para a propositura de nova ação, se o superior interesse do menor estiver a exigir revisão da matéria.
No que se refere ao pedido de exoneração de alimentos, entendo por prejudicado o pedido, eis que não haverá modificação de guarda neste momento.
DISPOSITIVO:
Posto isso, JULGO IMPROCEDENTE o pedido de modificação de guarda formulada por ROGERIO RIBEIRO MARCOLINO em desfavor de GISLAINE DE JESUS LIMA e, via de consequência, declaro extinto o feito, com resolução do MÉRITO, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC.
Custas processuais inexigíveis ante a gratuidade de justiça concedida ao requerente.
Condeno o requerente ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais em favor da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, que fixo em R$1.000,00, mas cuja exigibilidade fica suspensa ante à gratuidade de justiça.
Publicação e Registro automáticos pelo sistema.
Intimem-se via PJE.
Após o trânsito em julgado e observadas as formalidades legais, arquivem-se.
Buritis, 30 de abril de 2019.
Hedy Carlos Soares
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo: nº 7000945-83.2018.8.22.0021
Exequente: G. D. S. L.
Advogados do(a) AUTOR: ALBERTO BIAGGI NETTO - RO2740, HELBA GONCALVES BIAGGI - RO9295
Executado: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Manifeste-se a parte autora para dizer se houve a implementação do benefício, no prazo de 5 dias.
Buritis, 2 de maio de 2019

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo: nº 7000758-46.2016.8.22.0021
Exequente: LUIS CLAUDIO BARROSO e outros
Advogado do(a) AUTOR: JOSE ASSIS DOS SANTOS - RO2591
Executado: ISAIAS DOS SANTOS ALMEIDA
Advogados do(a) RÉU: PAULA ISABELA DOS SANTOS - RO6554, HEDERSON MEDEIROS RAMOS - RO6553, ISABEL MOREIRA DOS SANTOS - RO4171
Intimação
VISTAS AO AUTOR, no prazo de 15 (quinze) dias.
Buritis, 2 de maio de 2019

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo: nº 7000647-57.2019.8.22.0021
Exequente: DERCI LOPES
Advogado do(a) AUTOR: EURIANNE DE SOUZA PASSOS BARRIONUEVO ALVES - RO3894
Executado: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
C E R T I D Ã O
Certifico para os devidos fins, em cumprimento ao que determina o r. DESPACHO, designo como data da audiência de instrução e julgamento, o dia 20/05/2019, às 08h00m, Mesa B. Intime-se as partes. As testemunhas deverão comparecer a audiência independente de intimação
O referido é verdade. Dou fé. Buritis, 02 de maio de 2019.
.
José Willyan Cavalcante Pinheiro Diretor de Cartório
Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo: nº 7003230-15.2019.8.22.0021
Exequente: TATIANE DOS ANJOS DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: ALESSANDRO DE JESUS PERASSI PERES - RO2383
Executado: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
C E R T I D Ã O
Certifico para os devidos fins, em cumprimento ao que determina o r. DESPACHO, designo como data da audiência de instrução e julgamento, o dia 20/05/2019, às 08h00m, Mesa A. Intime-se as partes. As testemunhas deverão comparecer a audiência independente de intimação
O referido é verdade.
Dou fé.
Buritis, 02 de maio de 2019.

José Willyan Cavalcante Pinheiro
Diretor de Cartório
Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo: nº 7001825-75.2018.8.22.0021
Exequente: MARIA LUCIA DE OLIVEIRA FOGACA
Advogado do(a) EXEQUENTE: JOSE CARLOS SABADINI JUNIOR - RO8698
Executado: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Manifeste-se o autor quanto a implantação do benefício, no prazo de 15 (quinze) dias.
Buritis, 2 de maio de 2019

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo: nº 7007203-12.2018.8.22.0021
Exequente: CARLA DE JESUS DA SILVA OLIVEIRA
Advogado do(a) AUTOR: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES - RO301-B
Executado: MUNICIPIO DE BURITIS
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada a se manifestar acerca dos cálculos no prazo de 10 dias.
Buritis, 2 de maio de 2019

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo: nº 0001742-62.2010.8.22.0021
Exequente: Banco da Amazônia Sa Porto Velho
Advogado do(a) EXEQUENTE: MICHEL FERNANDES BARROS - RO1790
Executado: SANDRA SOUZA DA SILVA e outros (2)
Intimação
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG. Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes. Prazo de 15 dias.
Buritis, 2 de maio de 2019

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo: nº 7009752-29.2017.8.22.0021
Exequente: GILBERTO SOARES DA COSTA
Advogados do(a) EXEQUENTE: IASMINI SCALDELAI DAMBROS - RO7905, CELSO DOS SANTOS - RO1092
Executado: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogado do(a) EXECUTADO: ERICA CRISTINA CLAUDINO - RO6207
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria (PARTE REQUERIDA) intimada para quitar o débito no prazo de 15 dias.
Buritis, 2 de maio de 2019

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo: nº 7006839-74.2017.8.22.0021
Exequente: VICENTE BATISTA SANTOS
Advogado do(a) EXEQUENTE: LUIZ ALBERTO CONTI FILHO - RO7716
Executado: ESTADO DE RONDÔNIA
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada a se manifestar acerca dos cálculos no prazo de 10 dias.
Buritis, 2 de maio de 2019

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo: nº 7000684-84.2019.8.22.0021
Exequente: I. V. O. D. S. e outros
Advogado do(a) REQUERENTE: BARBARA SIQUEIRA PEREIRA - RO8318
Advogado do(a) REQUERENTE: BARBARA SIQUEIRA PEREIRA - RO8318
Executado: LEANDRO MOREIRA DOS SANTOS
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada a se manifestar ACERCA DO LAUDO PSICOLÓGICO no prazo de 15 dias.
Buritis, 2 de maio de 2019

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo: nº 7000991-38.2019.8.22.0021
Exequente: DIEGO DE OLIVEIRA FRISSO
Advogado do(a) AUTOR: BARBARA SIQUEIRA PEREIRA - RO8318
Executado: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada do inteiro teor da SENTENÇA ANEXA ao id: 26844762
Buritis, 2 de maio de 2019

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo: nº 7009128-77.2017.8.22.0021
Exequente: ANGELA MARIA DE BASTOS SANTOS
Advogados do(a) REQUERENTE: BARBARA SIQUEIRA PEREIRA - RO8318, KARINA TAVARES SENA RICARDO - SE4085
Executado: COOPERATIVA DOS PROD. RURAIS ORGANIZADOS PARA AJUDA MUTUA.
Advogado do(a) REQUERIDO: DIRCEU HENKER - RO4592
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada a se manifestar no prazo de 10 dias.
Buritis, 2 de maio de 2019

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 1ª Vara Genérica
Sede do Juízo: Rua Taguatinga, 1380, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000.
Processo: nº 7003967-52.2018.8.22.0021
Exequente: MARIA GERCINA LIMA REINALDO e outros (5)
Advogados do(a) EXEQUENTE: NUBIA PIANA DE MELO - RO5044, MARCELO ZOLA PERES - RO8549
Executado: CATANEO & CIA LTDA - EPP
Advogados do(a) EXECUTADO: ODAIR MARTINI - RO30-B, JOSE ASSIS DOS SANTOS - RO2591
Intimação
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica de Buritis/RO fica Vossa Senhoria intimada a se manifestar no prazo de 15 dias.
Buritis, 2 de maio de 2019

2ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Buritis - 2ª Vara Genérica
Rua Taguatinga, nº 1380, Bairro Setor 03, CEP 76.880-000, Buritis, RO Processo: 7003281-26.2019.8.22.0021
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Fornecimento de Energia Elétrica, Práticas Abusivas
AUTOR: FABIO DE PAULA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
RÉU: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
ADVOGADO DO RÉU:
DECISÃO
Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Tutela Antecipada proposta por FÁBIO DE PAULA SILVA em desfavor de CERON – CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA, ambos qualificados na inicial, narrando a parte autora, em síntese, que foi notificada pela requerida em janeiro de 2019, pois teria sido constatada irregularidade na medição e/ou instalação elétrica em sua residência após realizada a inspeção em 09/08/2017, gerando a cobrança do débito no valor de R$167,29 (cento e sessenta e sete reais e vinte nove centavos), referentes a recuperação de consumo. Liminarmente requer que a requerida não suspenda ou interrompa o fornecimento de energia elétrica, e, caso o ato já tenha sido realizado, que seja o fornecimento restabelecido de forma imediata.
É o relatório. Decido.
Os documentos de Id. 2677728 e as alegações declinadas na inicial evidenciam a plausibilidade do direito e a verossimilhança das alegações, legitimando o deferimento da liminar, até por que, a medida não trará nenhum prejuízo à empresa requerida, já que no caso de improcedência do pedido poderá tomar todas as medidas legais para o recebimento de seu crédito, não havendo razão que justifique a suspensão/interrupção no fornecimento de energia elétrica, uma vez que o débito está sendo discutido judicialmente.
Por outro lado, evidencia-se o risco de dano irreparável à parte autora, uma vez que o fornecimento de energia elétrica é essencial e contínuo, não podendo seu fornecimento ser interrompido (art. 22, do CDC), salvo nas hipóteses legais.
Assim, em sede de cognição sumária, resta preenchidos os requisitos autorizadores da tutela antecipada de urgência.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 300 do CPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência formulado, para determinar que a Requerida se abstenha de efetuar qualquer suspensão/interrupção do fornecimento de energia elétrica, e, caso o ato já tenha sido realizado, que restabeleça o fornecimento de energia elétrica, no prazo de 48 horas, sob pena de multa diária no valor de R$100,00 (cem reais) até o limite de R$1.000,00 (mil reais), sem prejuízo de majoração, em caso de descumprimento de quaisquer das ordens.
A presente DECISÃO somente será válida em relação ao débito em discussão nestes autos.
Inverto o ônus da prova, pois conforme preconiza o art. 6º, VIII do CDC, que a inversão do ônus da prova será direito do consumidor, quando a critério do Juiz, for verossímil a alegação ou quando ele for hipossuficiente, segundo as regras ordinárias da experiência, como é o caso dos autos.
Defiro a gratuidade da justiça.
Visando economia processual e celeridade, uma vez que é de conhecimento que a empresa requerida não realiza acordos, além da parte autora dispensar a realização da audiência de tentativa de conciliação, deixo de designar audiência de tentativa de conciliação.
Disposições para o cartório:
a) Intime-se a parte requerida para cumprimento da DECISÃO liminar.
b) Cite-se a parte requerida, para, querendo, contestar o pedido no prazo legal, com a advertência do art. 344, do CPC.
c) Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, manifeste-se nos autos, oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais.
d) Cumpridas as determinações acima, retornem os autos conclusos.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO/ CARTA PRECATÓRIA.
Buritis/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

AUTOR: FABIO DE PAULA SILVA CPF nº 759.827.902-06, RUA CASTELO BRANCO 2019, CASA SETOR 08 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
RÉU: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, RUA TEIXEIRÓPOLIS 1363 SETOR 03 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Buritis - 2ª Vara Genérica
Rua Taguatinga, nº 1380, Bairro Setor 03, CEP 76.880-000, Buritis, RO Processo: 7003229-30.2019.8.22.0021
Classe: Carta Precatória Cível
Assunto: Intimação
DEPRECANTE: VIDAL ROMEIRO TAMARA
ADVOGADO DO DEPRECANTE:
DEPRECADO: MAURO RETEGUY BRUM
ADVOGADO DO DEPRECADO:
DECISÃO
Cumpra-se a Carta Precatória, servindo esta de MANDADO, nos termos do art. 212, §2º, do CPC e, se constatada a hipótese legal, deverá o oficial de justiça proceder com a observância do disposto nos arts. 252/254, também do CPC.
Cumprido o ato, devolva-se à origem com nossas homenagens.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO/ CARTA PRECATÓRIA.
Buritis/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
DEPRECANTE: VIDAL ROMEIRO TAMARA CPF nº DESCONHECIDO, RUA BARÃO DO TRIUNFO, - ATÉ 1267/1268 CENTRO - 97573-590 - SANT'ANA DO LIVRAMENTO - RIO GRANDE DO SUL
DEPRECADO: MAURO RETEGUY BRUM CPF nº DESCONHECIDO, BR 421, KM 105 ZONA RURAL - 76887-000 - CAMPO NOVO DE RONDÔNIA - RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000 - Fone:(69) 32382963
rocesso: 7004082-73.2018.8.22.0021
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Indenização por Dano Material
REQUERENTE: MAGELIO DOS SANTOS SILVEIRA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ALESSANDRO DE JESUS PERASSI PERES OAB nº RO2383
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
ADVOGADO DO REQUERIDO:BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB/RO 5.462
SENTENÇA
Relatório dispensado, na forma do art. 38 da Lei nº 9.099/95.
Pretende a parte autora a formalização da incorporação da rede elétrica e a condenação da parte requerida ao pagamento do valor de R$14.800,00 (quatorze mil e oitocentos reais) a título de danos materiais, referente a construção da subestação de rede elétrica (Id's. 18746737, 18746761 e 18746772).
As partes estão devidamente representadas, e a lide comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, inciso I, do CPC.
No MÉRITO, o pleito deve ser acolhido, de sorte que a subestação construída pela parte requerente deve ser considerada incorporada ao patrimônio da parte requerida, a qual, por sua vez, deve pagar à parte requerente o valor desembolsado devidamente corrigido.
O tema é tratado pela Lei nº 10.848/04, que foi regulamentada pelo Decreto Federal n° 5.163/04 (que ficou o prazo para a incorporação, qual seja, até 01.01.2006), e pela Resolução nº 229/2006 da ANEEL (que estabelece as condições gerais para a incorporação de redes particulares, conectadas aos sistemas elétricos de distribuição de energia elétrica), Veja-se:
Art. 2° Para os efeitos desta Resolução serão considerados os seguintes conceitos e definições:
[…]
III - Redes Particulares: instalações elétricas, em qualquer tensão, inclusive subestações, utilizadas para o fim exclusivo de prover energia elétrica para unidades de consumo de seus proprietários e conectadas em sistema de distribuição de energia elétrica.
Art. 4° - As redes particulares, em qualquer tensão, localizadas integralmente em imóveis de seus proprietários não serão objeto de incorporação, ficando dispensadas, inclusive, da obtenção de ato autorizativo do Poder Concedente.
§ 1° Mediante expresso acordo entre as partes, as redes de que trata o caput poderão ser transferidas à concessionária ou permissionária de distribuição, não ensejando qualquer forma de indenização ao proprietário.
§ 2° Deverão ser incorporadas, nos termos do art. 9° desta Resolução, as redes de que trata este artigo e necessárias para a garantia do atendimento de novas ligações, além daquelas redes que a concessionária ou permissionária já tiver efetuado derivações para atendimento de outros consumidores.
Aplica-se, ainda, no presente caso, o disposto no art. 884 do CC, haja vista que uma vez reconhecida a obrigação incorporar ao respectivo patrimônio a subestação construída, e não efetivado o pagamento, há o enriquecimento sem causa da parte requerida às custas da parte requerente. Veja-se o teor da referida norma:
Art. 884. Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários.
Conforme consta da Inicial e dos documentos acostados (Id's. 18746737, 18746761 e 18746772), a parte autora construiu uma subestação de 05 KVA para ter acesso ao fornecimento de energia elétrica, valendo-se dos critérios fixados pela concessionária.
Extrai-se dos autos, ainda, que a concessionária assumiu o controle da subestação construída, inclusive realizando manutenções regulares, incorporando ao respectivo patrimônio, pois, a rede elétrica, entretanto sem a observância do procedimento formal previsto Resolução nº 229/2006 da ANEEL, especialmente no tocante à indenização do particular.
Não pode ser acolhido o argumento defensivo segundo o qual a subestação construída situa-se integralmente dentro da propriedade da parte requerente, hipótese que não estaria contemplada pelo art. 4º da Resolução nº 229/2006 da ANEEL. Com efeito, os documentos juntados com a inicial (Id's.18746737, 18746761 e 18746772) comprovam que a subestação foi construída conforme as exigências e as normas técnicas da própria requerida, que utilizou-se do bem, em clara incorporação informal ao respectivo patrimônio.
Merece registro, ainda, no tocante à comprovação da construção da subestação, que a parte autora apresentou recibo (Id. 18746772), o qual não foi impugnado especificamente pela parte requerida. Ademais, foi acostada a fatura de energia (Id. 18746709), que comprova que o projeto elétrico foi executado, e a subestação efetivamente construída, porquanto a energia elétrica foi comprovadamente fornecida.
Consigne-se que a relação jurídica existente entre as partes é de consumo, de sorte que à parte autora, consumidora, devem ser reconhecidos os direitos decorrentes desta condição, dentre os quais destacam-se: o reconhecimento de figurar como parte mais fraca da relação (art. 4º, I, do CDC); a inversão do ônus probatório (art. 6º, VII, do CDC).
No tocante à correção monetária dos valores despendidos, o termo a quo é o dia do efetivo desembolso, conforme previsto na Súmula 43 do STJ, e segundo o índice previsto pelo TJRO. Não se aplica, no presente caso, o disposto no § 1º do art. 90 da Resolução nº 229/2006 da ANEEL, porquanto o índice previsto na referida norma (IPCA) deve ser utilizado no procedimento administrativo de incorporação, o que não ocorreu.
Ante o exposto, extingo o feito com enfrentamento de MÉRITO, conforme o disposto no art. 487, inciso I, do CPC, e JULGO PROCEDENTE o pleito aduzido pela parte autora para:
1. Declarar incorporada ao patrimônio da parte requerida (Eletrobras Distribuição de Rondônia – CERON) a subestação construída pela parte requerente, que ora são objeto de ressarcimento,
2. Condenar a parte requerida (Eletrobras Distribuição de Rondônia – CERON) no pagamento, à parte requerente, do importe de R$14.800,00 (quatorze mil e oitocentos reais), a título de danos materiais, referente a construção da subestação de energia elétrica, atualizado monetariamente desde o efetivo desembolso (Súmula 43 do STJ), e acrescido de juros de mora de 01% (um por cento) desde a citação.
Sem custas ou honorários advocatícios (art. 55 da Lei 9.099/95).
Certificado o trânsito em julgado, em nada sendo requerido no prazo de 05 (cinco) dias, ao arquivo com as notações de estilo.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Buritis/RO, segunda-feira, 29 de abril de 2019
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000 - Fone:(69) 32382963
Processo: 7000169-49.2019.8.22.0021
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Indenização por Dano Material, Indenização por Dano Material, Fornecimento de Energia Elétrica
REQUERENTE: NELSON BARBOSA DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE: TIAGO DOS SANTOS DE LIMA OAB nº RO7199
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON

ADVOGADO DO REQUERIDO:Daniel Penha de Oliveira,inscrito na OAB/RO 3434

SENTENÇA

Relatório dispensado, na forma do art. 38 da Lei nº 9.099/95.

Pretende a parte autora a formalização da incorporação da rede elétrica e a condenação da parte requerida ao pagamento do valor de R$9.623,07 (nove mil, seiscentos e vinte e três reais e sete centavos) a título de danos materiais, referente a construção da subestação de rede elétrica (Id's. 23780602 e 23780622).

As partes estão devidamente representadas, e a lide comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, inciso I, do CPC.

PRELIMINARES

PRESCRIÇÃO

Da prescrição - A parte requerida aduziu, como questão prejudicial ao MÉRITO, a ocorrência de prescrição, entretanto sem êxito, porquanto o termo inicial é a data da efetiva incorporação pela concessionária da energia elétrica. Neste sentido, o entendimento já consolidado na Turma Recursal do E. TJRO:

CONSTRUÇÃO DE REDE ELÉTRICA RURAL (SUBESTAÇÃO). INEXISTÊNCIA DE ATO FORMAL. NÃO OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. AUSÊNCIA DE TERMO DE CONTRIBUIÇÃO OU CONVÊNIO DE DEVOLUÇÃO. RECURSOS PARTICULARES. O prazo prescricional inicia com a efetiva incorporação ao patrimônio da concessionária de energia elétrica, que se concretiza mediante processo formal, por iniciativa desta. Inteligência do art. 71, § 5º, do decreto nº 5.163/04. (Turma Recursal/RO, RI 7000138-71.2015.8.22.0020, Relator: Juiz Glodner Luiz Pauletto, Data de julgamento: 22/02/2017).

Afasto de plano as preliminares aventadas.

Assim, ultrapassadas as questões preliminares, passo à análise do MÉRITO.

No MÉRITO, o pleito deve ser acolhido, de sorte que a subestação construída pela parte requerente deve ser considerada incorporada ao patrimônio da parte requerida, a qual, por sua vez, deve pagar à parte requerente o valor desembolsado devidamente corrigido.

O tema é tratado pela Lei nº 10.848/04, que foi regulamentada pelo Decreto Federal n° 5.163/04 (que ficou o prazo para a incorporação, qual seja, até 01.01.2006), e pela Resolução nº 229/2006 da ANEEL (que estabelece as condições gerais para a incorporação de redes particulares, conectadas aos sistemas elétricos de distribuição de energia elétrica), Veja-se:

Art. 2° Para os efeitos desta Resolução serão considerados os seguintes conceitos e definições:

[…]

III - Redes Particulares: instalações elétricas, em qualquer tensão, inclusive subestações, utilizadas para o fim exclusivo de prover energia elétrica para unidades de consumo de seus proprietários e conectadas em sistema de distribuição de energia elétrica.

Art. 4° - As redes particulares, em qualquer tensão, localizadas integralmente em imóveis de seus proprietários não serão objeto de incorporação, ficando dispensadas, inclusive, da obtenção de ato autorizativo do Poder Concedente.

§ 1° Mediante expresso acordo entre as partes, as redes de que trata o caput poderão ser transferidas à concessionária ou permissionária de distribuição, não ensejando qualquer forma de indenização ao proprietário.

§ 2° Deverão ser incorporadas, nos termos do art. 9° desta Resolução, as redes de que trata este artigo e necessárias para a garantia do atendimento de novas ligações, além daquelas redes que a concessionária ou permissionária já tiver efetuado derivações para atendimento de outros consumidores.

Aplica-se, ainda, no presente caso, o disposto no art. 884 do CC, haja vista que uma vez reconhecida a obrigação incorporar ao respectivo patrimônio a subestação construída, e não efetivado o pagamento, há o enriquecimento sem causa da parte requerida às custas da parte requerente. Veja-se o teor da referida norma:

Art. 884. Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários.

Conforme consta da Inicial e dos documentos acostados (Id's. 23780602 e 23780622), a parte autora construiu uma subestação de 03 KVA para ter acesso ao fornecimento de energia elétrica, valendo-se dos critérios fixados pela concessionária.

Extrai-se dos autos, ainda, que a concessionária assumiu o controle da subestação construída, inclusive realizando manutenções regulares, incorporando ao respectivo patrimônio, pois, a rede elétrica, entretanto sem a observância do procedimento formal previsto Resolução nº 229/2006 da ANEEL, especialmente no tocante à indenização do particular.

Não pode ser acolhido o argumento defensivo segundo o qual a subestação construída situa-se integralmente dentro da propriedade da parte requerente, hipótese que não estaria contemplada pelo art. 4º da Resolução nº 229/2006 da ANEEL. Com efeito, os documentos juntados com a inicial (Id's. 23780602, 23780602 e 23780622) comprovam que a subestação foi construída conforme as exigências e as normas técnicas da própria requerida, que utilizou-se do bem, em clara incorporação informal ao respectivo patrimônio.

Merece registro, ainda, no tocante à comprovação da construção da subestação, que a parte autora apresentou orçamentos/ notas fiscais/recibo (Id. 23780602 p.4/6), os quais não foram impugnados especificamente pela parte requerida. Ademais, foi(ram) acostada(s) a(s) fatura(s) de energia (Id. 23780602 P.2), que comprova(m) que o projeto elétrico foi executado, e a subestação efetivamente construída, porquanto a energia elétrica foi comprovadamente fornecida.

Consigne-se que a relação jurídica existente entre as partes é de consumo, de sorte que à parte autora, consumidora, devem ser reconhecidos os direitos decorrentes desta condição, dentre os quais destacam-se: o reconhecimento de figurar como parte mais fraca da relação (art. 4º, I, do CDC); a inversão do ônus probatório (art. 6º, VII, do CDC).

No tocante à correção monetária dos valores despendidos, o termo a quo é o dia do efetivo desembolso, conforme previsto na Súmula 43 do STJ, e segundo o índice previsto pelo TJRO. Não se aplica, no presente caso, o disposto no § 1º do art. 90 da Resolução nº 229/2006 da ANEEL, porquanto o índice previsto na referida norma (IPCA) deve ser utilizado no procedimento administrativo de incorporação, o que não ocorreu.

Ante o exposto, extingo o feito com enfrentamento de MÉRITO, conforme o disposto no art. 487, I, do CPC, e JULGO PROCEDENTE o pleito aduzido pela parte autora para:

1. Declarar incorporada(s) ao patrimônio da parte requerida (Eletrobras Distribuição de Rondônia – CERON) a(s) subestação(ões) construída(s) pela parte requerente, que ora são objeto de ressarcimento.

2. Condenar a parte requerida (Eletrobras Distribuição de Rondônia – CERON) no pagamento, à parte requerente, do importe de R$9.623,07 (nove mil, seiscentos e vinte e três reais e sete centavos), a título de danos materiais, referente a construção da(s) subestações de energia elétrica, atualizado monetariamente desde o efetivo desembolso (Súmula 43 do STJ), e acrescido de juros de mora de 01% (um por cento) desde a citação.

Sem custas ou honorários advocatícios (art. 55 da Lei 9.099/95).

Certificado o trânsito em julgado, em nada sendo requerido no prazo de 05 (cinco) dias, ao arquivo com as notações de estilo.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

SERVE A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO.

Buritis/RO,segunda-feira, 29 de abril de 2019

José de Oliveira Barros Filho

Juiz de Direito

COMARCA DE COSTA MARQUES

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
1ª Vara Criminal da Comarca de Costa Marques/RO
(e-mail: cmr1criminal@tjro.jus.br)
Juíza de Direito: Maxulene de Sousa Freitas
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 05 dias
Proc.: 0000458-53.2018.8.22.0016
Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público Estadual
Denunciado: Fuad Toledo Juvino
Advogado:Ronan Almeida de Araújo (OAB/RO 2.523)
FINALIDADE: Intimar o Advogado acima mencionado para ciência da audiência de instrução e julgamento referente a ação supracitada, designada para o dia 24/05/2019 às 09h40min, na sede deste juízo, Costa Marques-RO.

Proc.: 0000232-48.2018.8.22.0016
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público Estadual
Réu:Edmar do Nascimento Gomes, Robert Bernardini Ramos
Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondônia (OAB/RO 1), Osmar Moraes de França (OAB/RO 7494)
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos etc.I - RelatórioEDMAR DO NASCIMENTO GOMES e ROBERT BERNARDINI RAMOS, qualificados devidamente nos autos, foram denunciados pelo Ministério Público. EDMAR DO NASCIMENTO GOMES foi dado como incurso no artigo 24-A da Lei 11.340/2006 (1º fato), Art. 148, §1º, inciso I, do Código Penal (por duas vezes 2º e 3º fatos), todos em concurso material. ROBERT BERNARDINI RAMOS foi dado como incurso no art. 148, §1º, I, na forma do art. 29, ambos do CP (2º fato). Narra a inicial:1º fato: Descumprimento de medida protetiva de urgênciaConsta do procedimento investigatório que, nos dias 03 e 04 do mês de abril de 2018, em uma casa situada na BR 429, após uma oficina denominada Puma , e na Avenida Demétrio Mellas, nº 929, Bairro Setor 02, ambos endereços nesta cidade e Comarca de Costa Marques/RO, o denunciado EDMAR DO NASCIMENTO GOMES descumpriu DECISÃO judicial que deferiu medida protetiva de urgência previstas na Lei nº 11.340/2006 em favor de Érica Ticona Ribeiro.[ ]Destaca-se que as medidas protetivas forma deferidas no dia 26 de dezembro de 2017.Como será constatado no 2º fato (descrito a seguir), o denunciado EDMAR, no dia 03 de abril, descumpriu as medidas de não se aproximar da vítima e de não proceder contato por qualquer meio com ela.De acordo com o 3º fato (também relato posteriormente), o denunciado descumpriu a medida protetiva de não frequentar a residência da vítima. 2º fato: Sequestro e Cárcere PrivadoConsta do procedimento investigatório que, do dia 01 de abril de 2018, por volta das 22h até o período noturno do dia 03 de abril de 2018, em uma casa situada na BR 429, após uma oficina denominada puma , nesta cidade e comarca de Costa Marques/RO, os denunciados EDMAR DO NASCIMENTO GOMES e ROBERT BERNARDINI RAMOS, em comunhão de esforços, privaram de sua liberdade, Érica Ticona Ribeiro, ex-amáisa de EDAMR, mediante sequestro e cárcere privado.Segundo apurado, a vítima, após sair da igrega, em companhia de sua genitora, transitava de bicicleta na Avenida Santa Cruz, nas proximidades da Escola Angelina dos Anjos, nesta cidade de Costa Marques, direcionando-se à usa residência. Em dado momento, o automóvel conduzido por ROBERT interceptou a trajetória de Erica, sendo que EDAMR saiu do carro, puxou violentamente a vítima e jogou-a dentro do veículo.O denunciado ROBERT levou EDMAR e Erica até uma residência situada na BR 429, após uma oficina denominada Puma , deixando-os em tal local.Em ato contínuo, EDMAR e a vítima entraram na citada morada. Salienta-se que, todo momento, o denunciado empregava grave ameaça contra Erica, afirmando que, caso ela gritasse, o denunciado pegaria um pedaço de madeira e golpearia a cabeça dela.A vítima tentou evadir-se do local, no entanto, o denunciado a conteve, enforcando-a.O denunciado apenas libertou a ofendida no dia 03 de abril de 2018, no período noturno.Diante disso, EDMAR, com o auxílio do ROBERT, sequestrou e privou a vítima de sua liberdade por 02 (dois) dias, mantendo-a sob cárcere privado.3º fato: Sequestro e Cárcere PrivadoConsta do procedimento investigatório que, das 2hs do dia 04 de abril de 2018, até as 02hs do mesmo dia, na Avenida Demétrio Mellas, nº 929, Bairro Setor 02, nesta cidade e comarca de Costa Marques/RO (residência de Edmar), o denunciado EDAMR DO NASCIMENTO GOMES privou de sua liberdade, Erica Ticona Ribeiro, sua ex-amásia, mediante sequestro e cárcere privado.Apurou-se que o denunciado entrou, sorrateiramente, na residência d vítima (localizada na Avenida Limoeiro, nº 1995, Bairro Setor 01, nesta cidade e comarca de Costa Marques), uma vez que retirou os pinos da tramela da porta e escorou esta em um tijolo, mantendo-a aberta.Em seguida, EDMAR dirigiu-se ao quarto da vítima, surpreendendo-a colocou um objeto cortante no pescoço dela e disse se você gritar, eu te mato !Após, o denunciado levou a vítima para sua residência, privando-a de sua liberdade até as 06hs do mesmo dia. A denúncia foi recebida na data de 31/07/2018. Citado pessoalmente, o réu ROBERT apresentou resposta à acusação por meio de advogado constituído (fls. 66/69) e EDMAR apresentou defesa por meio da defensoria pública (fls. 70/72)Na audiência de instrução, realizada pelo sistema de gravação digital, colheu-se o depoimento de duas testemunhas (mídia fl. 87). Posteriormente foram inquiridas a vítima, mais duas testemunhas e procedeu-se o interrogatório do acusado ROBERT (mídia fl. 111). O acusado EDMAR, mesmo intimado não compareceu ao ato razão pela qual foi decretada a Revelia (fl. 109). A vítima foi encaminhada para acompanhamento junto ao Núcleo Psicossocial deste juízo. Por ocasião das alegações finais, ofertadas por memoriais, o Ministério Público requereu a condenação dos réus nos termos da denúncia (fls. 97/102).A defesa do acusado ROBERT, por sua vez, requereu a extinção da punibilidade por erro de tipo inevitável, bem como a absolvição por coação irresistível. Alternativamente, seja aplicada a pena no mínimo legal e substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.A defesa do acusado EDMAR requereu a absolvição por negativa de autoria, ou, subsidiariamente, a aplicação da pena no patamar mínimo legal e o reconhecimento da atenuante da confissão espontânea.É o relatório. DECIDO.II FundamentaçãoTrata-se de ação penal pública, na qual o Ministério Público imputa ao acusado EDMAR a prática de um crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência e dois crimes de sequestro e cárcere privado por infração ao art. 24-A da Lei 11.340/2006 e art. 148, §1º, I, do Código Penal, bem como imputa a ROBERT a prática de um delito de cárcere privado por infração ao art. 148, §1º, I, do Código Penal.Estando o feito em ordem, não havendo preliminares a serem analisadas passa-se ao MÉRITO.A materialidade dos delitos de lesão corporal e cárcere privado encontra assento no Registro da Ocorrência Policial nº 390-2018 e 407-2018 (fls. 13/15), extrato de consulta processual (fls. 20) e na prova oral coligida nos autos.A autoria dos delitos é certa e recai na pessoa dos acusados.O réu EDMAR, embora devidamente citado e intimado não compareceu a audiência de instrução, pelo que foi decretada sua revelia, deixando de apresentar sua versão sobre os fatos que lhe são imputados.O réu ROBERT, em seu interrogatório confessou ter auxiliado EDMAR a conduzir a vítima até uma casa próximo à rodovia BR 429. Sustentou que EDMAR lhe pediu carona para buscar a vítima que voltava da igreja. Disse que ao encontrar com a vítima que trafegava pela rua, parou o caro, EDMAR desceu e puxou Érica para o interior do veículo. Afirmou que em seguida conduziu a vítima e EDMAR até a casa nas proximidades da rodovia BR 429. Afirmou que achou estranho a atitude de EDMAR puxar e jogar Érica para dentro do carro, mas, mesmo assim prosseguiu o caminho. Disse que ficou assustado, por isso não comunicou o fato à polícia (mídia fl. 111).A vítima Érica compareceu em juízo e narrou

que manteve relacionamento amoroso com o acusado EDMAR, no entanto, à época dos fatos encontrava-se separados, inclusive com DECISÃO judicial estabelecendo medidas protetivas de urgência em seu favor, já que o acusado não poderia aproximar, nem entrar em contato com ela. Relatou que no dia 1º de abril foi à igreja na companhia de sua mãe e ao retornar para casa, de bicicleta, foi surpreendida por um veículo, dirigido por ROBERT, que interceptou o caminho dela de maneira brusca fazendo-a cair ao chão. EDMAR saiu do veículo e a puxou violentamente para dentro do carro. ROBERT conduziu o carro até uma casa localizada na BR 429 perto da serraria, onde deixou Érica juntamente com EDMAR. Afirmou que no trajeto EDMAR dizia a ROBERT: tu não me viu, tu não tava comigo Acrescentou ainda que ouviu EDMAR prometendo a ROBERT que lhe pagaria pelo auxílio no sequestro. Descreveu que EDMAR trancou todas as janelas e portas da casa, onde ela permaneceu desde o dia 1º até o dia 3 de abril. Disse que por várias vezes tentou fugir, mas EDMAR impediu. Após dois dias em cárcere, EDMAR a levou para a casa de uma pessoa chamada Leonardo, oportunidade em que Erica conseguiu fugir.Narrou que na madrugada do dia 4 de abril, enquanto dormia na sua residência, EDMAR serrou duas portas, adentrou o local e foi até o quarto dela e a acordou dizendo: levanta e vamos embora, que eu vou te levar de novo A vítima narrou que se levantou e acompanhou EDMAR até a casa onde eles moraram anteriormente. Ao entrar na casa, EDMAR trancou as portas e janelas, mantendo-a sem possibilidade de sair daquela residência desde as 4hs até 7hs. (mídia fl. 111)A informante Olinda Ticona, genitora da vítima, informou que no dia 1º de abril estava retornando da igreja na companhia de sua filha Érica, momento em que forma surpreendidas com um carro que parou bruscamente na frente delas, quase em cima de Érica fazendo com que esta caísse ao chão. Em seguida EDMAR saiu do carro e agarrou Érica jogando-a para o interior do veículo. Disse que Érica foi levada para local desconhecido onde ficou impossibilitada de sair desde o dia 1º até o dia 3 de abril. Relatou que poucos dias antes deste fato EDMAR havia ameaçado matar Erica. Continuou dizendo que no dia 4 de abril, pela madrugada, EDMAR rompeu as portas e adentrou a residência dela, onde Érica dormia, e novamente levou a vítima. Disse que ao amanhecer do dia percebeu a ausência da sua filha, razão pela qual dirigiu-se à Delegacia de Polícia solicitando registro da ocorrência. (mídia fl. 111)A testemunha Edvardy Felis dos Santos Junior, em juízo afirmou que no dia dos fatos estava juntamente com ROBERT na praça, momento em que EDMAR chegou, chamou ROBERT no cantinho , conversaram, depois, saíram do local. ROBERT retornou à praça e afirmou que deu confusão , já que EDMAR tinha feito merda (mídia fl. 87)As testemunhas Policiais Civis Dalter do Carmo e Kristoferson Almeida não se recordaram de detalhes dos fatos em apuração. Diante dos depoimentos colhidos, não resta dúvida alguma quanto a autoria e materialidade dos delitos praticados pelos réus EDMAR e ROBERT contra a vítima Érica.Importante frisar que a palavra da vítima em delitos desta natureza tem grande relevância, sendo que, em não havendo indícios de que ela esteja mentindo, seu depoimento é suficiente para um juízo condenatório e, no caso em análise esta vem corroborada pelos depoimentos colhidos durante a fase policial e durante o contraditório judicial.E mais, as testemunhas ouvidas em juízo confirmaram de forma firme harmônica a versão dada pela vítima.Ressalta-se que, quando inquirida em juízo, a vítima apresentava marcas psicológicas decorrentes da violência emocional praticada pelo réu. Tanto é que foi encaminhada ao núcleo psicossocial para acompanhamento terapêutico visando amenizar as feridas traumáticas causadas pela conduta dos acusados, em especial, EDMAR.Ademais, ao tempo da prática dos fatos em exame nestes autos, a vítima, temendo por sua integridade física e psicológica, já havia solicitado medida protetiva de urgência a seu favor, sendo estas deferidas nos autos de nº. 1000762-69.2017.8.22.0016 (SAP).As medidas protetivas consistentes em: a) Afastamento do infrator do lar conjugal; b) Proibição ao infrator aproximar-se da vítima, fixando como limite a distância de 100 (cem metros); c) Proibição ao infrator de proceder contato por qualquer meio de comunicação com a vítima; d) Proibição ao agressor de frequentar a residência da vítima e de seus familiares, bem como do eventual local de trabalho da ofendida, a fim de preservar a sua integridade física e psicológica (artigo 22, inciso III, “c” da Lei nº 11.340/06) foram deferidas por este juízo na data de 26/12/2017 com validade de 120 (cento e vinte) dias. Significa dizer que no dia dos fatos (1º a 4 de abril) as medidas estavam em pleno vigor. No entanto, o acusado EDMAR desobedeceu a ordem judicial não se dando por satisfeito apenas em aproximar e entrar em contato com a vítima, revelou sua insensatez moral ao privar a vítima de seu precioso direito à liberdade. Restou incontroverso que o acusado EDMAR privou a vítima Érica de sua liberdade mantendo-a em recinto fechado, numa casa com portas e janelas trancadas durante dois dias, ou seja, do dia 1º a 03 de abril de 2018. Não há dúvidas de que o acusado ROBERT auxiliou EDMAR a submeter a vítima Érica ao cárcere privado. A consumação do crime só se tornou possível com a conjugação de esforços de ambos os acusados. Não fosse o acusado ROBERT ter dirigido o veículo que conduziu Érica até o local do cárcere, a prática delitiva não teria sido exitosa. Os depoimentos da vítima e sua genitora estão em harmonia com a confissão do acusado ROBERT ao narrar que Érica foi surpreendida no caminho quando retornava da igreja na companhia de sua genitora, momento em que ROBERT parou o carro na frente da vítima, subitamente, fazendo-a cair ao chão, oportunidade em que EDMAR a puxou jogando-a no interior do veículo e conduzindo-a até o local onde permaneceu detida por dois dias.Conforme relato da vítima, o acusado a submeteu à privação da liberdade no recinto a portas e janelas fechadas, sob total vigilância. Conforme suas declarações, a tentativa de empreender fuga daquela casa por várias vezes não foi possível já que EDMAR a impediu. Tanto é que, na oportunidade em que o acusado relaxou a vigilância a vítima se libertou do domínio de EDMAR e retornou à casa dela. Restou demonstrado também que no dia 4 de abril EDMAR voltou a privar a liberdade da vítima no período entre 4hs até as 7 hs, mantendo-a num recinto fechado sem possibilidade de sair ou pedir socorro. A audácia do acusado na prática dos delitos em exame revela-se acentuada. EDMAR aproveitou-se da menor vigilância da vítima no período em que ela dormia, destruiu obstáculos e adentrou à residência dela, surpreendendo-a no quarto, perturbando Érica no momento mais sagrado do seu descanso. Não bastasse, ela a despertou do sono dizendo: levanta e vamos embora, que eu vou te levar de novo O acusado age com a vítima como se Érica fosse um objeto de satisfação de todos os seus desejos, desconsiderando-a como pessoa titular de direitos que merece todo respeito. Assim, não resta dúvida alguma acerca da ocorrência dos crimes narrados na denúncia, concernente ao acusado EDMAR, descumprimento de medida protetiva e cárcere privado, este por duas vezes (dias 1º a 3 de abril, e dia 4 de abril) e cárcere privado com relação ao acusado ROBERT (dia 1º a 3 de abril), nem de quem seja o seu autor, posto que a palavra da vitima, firme, coerente e linear, nas duas fase processuais, foi corroborada pelos depoimentos das testemunhas.A participação do acusado ROBERT na prática do delito de cárcere privado praticado no dia 1º restou incontroversa já que a consumação do crime só se tornou possível com a conjugação de esforços de ambos os acusados. Conforme restou demonstrado, não fosse o acusado ROBERT ter dirigido o veículo que conduziu Érica até o local do cárcere, a prática delitiva não teria sido exitosa. Importante frisar que o depoimento da vítima de violência doméstica é de suma importância em crimes desta natureza, pois não é comum a existência de testemunhas oculares. Muitas vezes quem presencia tais crimes são somente o réu e a vítima, pois, não raro, o homem agride a mulher dentro do lar, onde se acha o proprietário de tudo inclusive da mulher e longe dos olhos de estranhos.Vejamos a jurisprudência a respeito do tema: Lei Maria da Penha. Preliminar. Inconstitucionalidade. Constata-se que a FINALIDADE da Lei Maria da Penha é atenuar as desigualdades entre homens e mulheres, e vem dar cumprimento às diretrizes constitucionais e aos tratados internacionais ratificados pelo Brasil, não se podendo falar em

inconstitucionalidade. Apelação. Violência doméstica. Lesões corporais leves. Negativa de autoria. Absolvição. Improcedência. A palavra da vítima corroborada por prova testemunhal e pericial é válida para afastar a pretensão absolutória em face da negativa de autoria. (100.003.2007.002965-0 Apelação Criminal - Relator: Juiz Daniel Ribeiro Lagos - 31 de julho de 2008). - grifou-se APELAÇÃO CRIME. LEI MARIA DA PENHA. LEI N.º 11.340/06. LESÃO CORPORAL E AMEAÇA. ARTS. 129, § 9º E 147, AMBOS DO CÓDIGO PENAL. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA DE PRIMEIRO GRAU. NOS CRIMES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, A PALAVRA DA VÍTIMA ASSUME ESPECIAL RELEVO, MORMENTE QUANDO CORROBORADA PELA PROVA TÉCNICA. (Apelação Crime Nº 70026983908, Primeira Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marcel Esquivel Hoppe, Julgado em 19/11/2008). Assim, a tese sustentada pela defesa do acusado EDMAR que pugna a sua absolvição sob alegação de negativa de autoria não merece prosperar.A negativa do acusado encontra-se isolada nos autos e em dissonância com todo o conjunto probatório.Ouvida nas duas fases processuais a vítima foi firme, coerente e a versão apresentada por ela se mostra linear na narrativa dos fatos com riqueza de detalhes. O crime de cárcere privado caracteriza-se pela restrição da liberdade de locomoção alheia durante tempo razoável. No caso em exame, a vítima afirmou ter ficado trancada desde o dia 1º de abril até o dia 3 de abril, ou seja, por dois dias. Depois, no dia 4 de abril, novamente a vítima ficou trancada no período das 4hs as 7 hs da manhã quando conseguiu se livrar e sair de dentro do imóvel. Houve substancial restrição de liberdade de locomoção da vítima, configurando, de forma estreme de dúvida, o delito de cárcere privado.A defesa do acusado ROBERT pretende a absolvição sob o argumento de que houve erra de tipo. Defende que o acusado queria apenas dar uma carona para EDMAR e foi surpreendido pela atitude agressiva deste.Razão não assiste a defesa. Erro de tipo é a falsa percepção da realidade. Entende-se por erro de tipo aquele que recai sobre as elementares (gerando atipicidade absoluta ou relativa), circunstâncias (podendo interferir na pena ou presunções legais) justificantes ou qualquer dado que se agregue a determinada figura típica. No erro de tipo, nós temos a falsa percepção da realidade, o agente não sabe o que faz. Definitivamente não é o caso dos autos.O acusado ROBERT sustentou em seu interrogatório judicial que EDMAR lhe pediu carona para buscar a vítima e que, ao avistar a vítima que trafegava pela rua, ROBERT parou o caro, EDMAR desceu e puxou Érica para o interior do veículo. Em seguida ROBERT conduziu a vítima e EDMAR até a casa nas proximidades da rodovia BR 429. A vítima e sua genitora afirmaram que ROBERT parou o carro quase em cima de Érica, fazendo uma manobra tão brusca e repentina que levou a vítima ao chão. Ainda que o acusado ROBERT não tivesse compreendido a intenção de EDMAR, tal desconhecimento cessou no momento em que este puxou a vítima e a jogou para o interior do veículo. Ademais, o próprio acusado ROBERT afirmou que achou estranho a atitude de EDMAR puxar e jogar Érica para dentro do carro, mas, mesmo assim prosseguiu o caminho, conduzindo a vítima até o cárcere onde a deixou na companhia do acusado EDMAR.Por outro lado, ao analisar as declarações prestadas pela testemunha Edvardy, mais uma vez a tese de falsa percepção da realidade se fragiliza e não se sustenta. A testemunha Edvardy, em juízo afirmou que no dia dos fatos estava juntamente com ROBERT na praça, momento em que EDMAR chegou, chamou ROBERT no cantinho , conversaram e saíram do local. Depois, ROBERT retornou à praça e afirmou que deu confusão , já que EDMAR tinha feito merda Isto demonstra de forma cristalina que o acusado ROBERT tinha conhecimento da conduta ilícita de EDMAR e a ela aderiu de forma consciente e voluntária. Indagado pelo juízo, o acusado ROBERT afirmou que mesmo achando estranho a conduta de EDMAR preferiu não comunicar o fato à polícia por ter ficado assustado. Ora, a pessoa que não adere à conduta ilícita jamais se omite, ou silencia deixando de noticiar o fato às autoridades visando ao menos amenizar a violação aos direitos da vítima. Caso ROBERT não tivesse aderido à conduta de EDMAR, auxiliando-o, os delitos não teriam se consumado. E, ainda que o cárcere privado do dia 1º de abril tivesse se consumado, uma simples comunicação à polícia por parte de ROBERT seria o bastante para a cessação da permanência do delito, bem como teria evitado a reiteração da conduta no dia 4 de abril. Diante de todas estas circunstâncias, não é crível sustentar a incidência de erro de tipo ao fato em epígrafe. A defesa ainda requer a extinção da punibilidade invocando coação irresistível. Sustenta a defesa que o acusado se viu coagido por EDMAR ao colocar a vítima à força no interior do veículo, por isso, seguiu suas ordens, sendo coagido pelo corréu EDMAR.Conforme sustenta a defesa o autor ROBERT teria praticado o fato em razão de coação moral irresistível. Nesta, o sujeito pratica a conduta que lhe foi exigida pelo coator, mesmo sem ter o ânimo de praticá-la. Contudo, pelas razões já expostas, restou claro que, o acusado ROBERT auxiliou EDMAR a praticar a conduta de forma voluntária e com o ânimo de praticá-la. Tanto é que, após ter deixado a vítima juntamente com EDMAR no cativeiro, ROBERT nada fez com a intenção de minimizar as consequências de sua conduta. Destarte, o crime de cárcere privado se prolongou no tempo por dois dias exatamente porque ROBERT não teve a menor intenção de noticiar o fato à polícia ou a quem pudesse intervir fazendo cessar a conduta criminosa de EDMAR. Ademais, no momento em que ROBERT deixou EDMAR no cativeiro, e retornou à praça, estaria sofrendo coação por parte de quem Sem razão a defesa! Aliás, da análise dos depoimentos testemunhais e do interrogatório do acusado ROBERT não se extrai qualquer coação exercida por EDMAR contra ROBERT.A prática dos delitos restou claramente demonstrada e a condenação é certa, já que inexistente qualquer causa excludente de ilicitude ou dirimente. A culpabilidade, por outro lado, é manifesta. A contribuição de ROBERT foi determinante para o sucesso da empreitada delitiva, devendo responder na medida de sua culpabilidade, nos termos do art. 29 do Código Penal.Deve o réu EDMAR DO NASCIMENTO GOMES, portanto, ser responsabilizado penalmente pela prática do disposto nos artigos 24-A da Lei 11.340/2006 (1º fato), Art. 148, §1º, inciso I, do Código Penal (por duas vezes 2º e 3º fatos), em concurso material. No entanto, de acordo com as circunstâncias de tempo, lugar e modo de execução, deve ser o segundo delito de cárcere privado ser considerado continuação do primeiro. O réu ROBERT BERNARDINI RAMOS deve ser responsabilizado penalmente pela prática do disposto no art. 148, §1º, I, na forma do art. 29, ambos do CP (2º fato). III - DISPOSITIVO POSTO ISSO, e considerando tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR os réus devidamente qualificados nos autos: a) EDMAR DO NASCIMENTO GOMES, nas penas dos artigos 24-A da Lei 11.340/2006 (1º fato), Art. 148, §1º, inciso I, do Código Penal (por duas vezes 2º e 3º fatos, sendo o 3º fato na forma do art. 71 do Código Penal), e os demais em concurso material, nos termos do art. 69 do Código Penal;b) ROBERT BERNARDINI RAMOS nas penas do art. 148, §1º, I, na forma do art. 29, ambos do CP (2º fato). Passo à dosagem das penas, atenta às diretrizes do artigo 59 do Código Penal. EDMAR DO NASCIMENTO GOMES Considerando que os delitos foram praticados em circunstâncias semelhantes, passo à análise destas de forma conjunta. O grau de culpabilidade é alto, sendo o réu perfeito conhecedor da ilicitude de seus atos. O réu registra condenação irrecorrível anterior pela prática de delito contra a mulher no âmbito da violência doméstica e familiar, nos autos de n. 1000574-76.2017.8.22.0016 e 1000517-58.2017.8.22.0016 desta comarca. Uma das condenações será levada em conta a título de maus antecedentes e a outra servirá como reincidência na segunda fase da dosimetria da pena. Sua conduta social não pode ser considerada como boa, já que voltada à prática reiterada de crimes contra a mulher. Sua personalidade, ao que tudo indica, é deturpada e violenta. As circunstâncias e as consequências dos delitos foram graves, deixando marcas psicológicas na vítima. O comportamento da vítima em nada contribuiu para os resultados.Posto isto, fixo-lhe as penas em:Para o crime de descumprimento de DECISÃO judicial (1º fato): fixo-lhe

a pena em 5 (cinco) meses de detenção, a qual torno definitiva à míngua de circunstâncias atenuantes ou agravante, bem como outras causas de aumento ou diminuição da pena capazes de exercer influência na sua quantificação.Para o crime de cárcere privado (2º fato e 3º fato): fixo-lhe a pena em 2 (dois) anos e 6 (seis) meses de reclusão para cada delito. Inexistem circunstâncias atenuantes. Entretanto, presentes as circunstâncias agravantes prevista no art. 61, II, f do CP, e a reincidência, razão pela qual agravo a pena em 1 (um) ano, tornando a pena provisória em 3 (três) anos e 6 (seis) meses de reclusão para cada delito. De igual modo, reconheço a continuidade delitiva, entre os dois delitos de cárcere privado, razão pela qual aumento a pena de um deles, ou seja, o primeiro, em 1/6, tornando a pena definitiva em 4 (quatro) anos 1 (um) mês de reclusão.O aumento pela continuidade delitiva deu-se na proporção de 1/6 em razão do número de crimes, no caso dois crimes, nos termos do art. 71 do Código Penal.A respeito do tema Damásio E. de Jesus preleciona: Dentro do limite mínimo e máximo do aumento o juiz pode impor o acréscimo que lhe parecer correto. Note-se que o DISPOSITIVO fala em aumento de um sexto a dois terços. E o aumento varia de acordo com o número de crimes... O Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo aplica os seguintes princípios: 1º) dois crimes: acréscimo de um sexto: 2º) três delitos: um quinto; 3º) quatro crimes: um quarto: 4º) cinco delitos: um terço: 5º) seis crimes: metade: 6º) sete delitos ou mais: dois terços... Código Penal Anotado, Editora Saraiva, 8ª Edição, 1998, página 215.DO CONCURSO MATERIALAs penas somadas perfazem o total de: 5 (cinco) meses de detenção + 4 (quatro) anos 1 (um) mês de reclusão.DAS DEMAIS DELIBERAÇÕESImponho ao réu o regime prisional inicial fechado, na forma do art. 33, §2º, a do CP, em razão da reincidência.A reincidência impede a substituição da pena privativa de liberdade e a suspensão condicional da pena, em atenção ao disposto nos arts. 44 e 77 do Código Penal. ROBERT BERNARDINI RAMOSO grau de culpabilidade é alto, sendo o réu perfeito conhecedor da ilicitude de seus atos. O réu não registra nenhuma condenação anterior. Nos autos não há elementos capazes de aferir sua conduta social e personalidade o que milita em seu favor. As circunstâncias e as consequências dos delitos foram graves, deixando marcas psicológicas na vítima. O comportamento da vítima em nada contribuiu para os resultados.Posto isto, para o crime de cárcere privado (2º fato), fixo-lhe a pena em 2 (dois) anos de reclusão. Presente a circunstância atenuante da menoridade relativa penal, já que à época do fato o acusado possuía menos de 21 anos. No entanto, em observância à Súmula 231 do STJ, deixo de reduzir a pena por já ter sido fixada no patamar mínimo legal. Não há circunstância agravante. Torno a pena definitiva em 2 (dois) anos de reclusão, a míngua de outras causas de aumento ou diminuição da pena capazes de exercer influência na sua quantificação.DAS DEMAIS DELIBERAÇÕESImponho ao réu o regime prisional inicial aberto, na forma do art. 33, §2º, c do CP.Atenta aos arts. 44, §2º, segunda parte, 46 e 47, todos do CP, substituo as penas privativas de liberdade imputada ao réu cada uma por duas restritivas de direitos, consistentes em prestação de serviços à comunidade pelo tempo da condenação e na obrigação de recolhimento domiciliar das 22 às 06 horas da manhã, as quais serão especificadas, oportunamente, em audiência admonitória.A substituição deu-se por duas restritivas em razão da condenação ser superior a um ano.Concedo aos réus o direito de recorrer em liberdade já que assim responderam ao processo e as circunstâncias fáticas permanecem hígidas. Condeno os réus ao pagamento das custas processuais, contudo, declaro a suspensão da exigibilidade em face do acusado EDMAR considerando sua hipossuficiência financeira demonstrada nos autos pelo patrocínio da defesa pela Defensoria Pública.Transitada em julgado, expeçam-se Guias de Execução Definitiva e mais o que necessário se fizer ao cumprimento da pena ou substituição imposta, bem como deverá ser lançado o nome do réu no Livro do Rol dos Culpados e feitas as comunicações de estilo, inclusive INI/DF, II/RO, TRE/RO.Cumpridas as deliberações supra, arquivem-se os autos.P. R. I.Costa Marques-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 1000724-57.2017.8.22.0016
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público Estadual
Denunciado:Luane Caroline Rodrigues Costa, Jaconias Jesus Sobreira Alves, Eryelton Simões Pereira
Advogado:Defensoria Pública ( ), Rhuan Alves de Azevedo (RO 5125)
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos etc.I - RelatórioERYELTON SIMÕES PEREIRA, JACONIAS JESUS SOBREIRA ALVES, alcunha Jacó, e LUANE CAROLINE RODRIGUES COSTA, qualificados devidamente nos autos, foram denunciados pelo Ministério Público e dados como incursos nas penas do artigo 180, caput, 330, caput, 288, caput, todos do Código Penal e art. 28, caput, da Lei n. 11.343/06, na forma do artigo 69 do Código Penal.Narra a inicial acusatória:1º FATO - Receptação No dia 29 de novembro de 2017, nesta Cidade e Comarca de Costa Marques/RO, os denunciados ERYELTON SIMÕES PEREIRA, JACONIAS JESUS SOBREIRA ALVES alcunha Jacó, e LUANE CAROLINE RODRIGUES COSTA, agindo dolosamente, em unidade de desígnios e comunhão de esforços, transportaram um veículo da marca Honda, modelo Bros 160, de cor preta, que sabiam ser produto de crime.Segundo restou apurado, os milicianos estavam realizando patrulhamento pela BR 429, momento em que avistaram dois veículos em atitudes suspeitas. Diante disso, os policiais tentaram realizar a abordagem dos veículos, utilizando giroflex e dano ordem de parada, entretanto, os denunciados aceleraram e empreenderam fuga. Assim, teve início uma perseguição policial, a qual levou o denunciado ERYELTON SIMÕES PEREIRA a abandonar o veículo que estava conduzindo e empreender fuga, deixando para trás seus documentos pessoais, fato que levou a polícia a localizá-lo posteriormente.No interior do veículo ocupado pelo denunciado ERUELTN foi encontrada uma motocicleta Honda Bros, desmontada, com a numeração do chassi suprimida e sem placa identificadora.Ato contínuo, prosseguiram-se as diligências, logrando êxito em capturar os denunciados JACONIAS JESUS SOBREIRA ALVES e LUANE CAROLINE RODRIGUES COSTA, sendo encontrado no interior do veículo ocupado por estes diversas espécies de chaves (ferramentas), compatíveis com as usadas para montagem e desmontagem de veículos, além de um galão de combustível e uma sacola contendo uma porção de droga.É dos autos que o denunciado ERYELTON foi contratado pelos denunciados JACONIAS e LUANE, pela quantia de R$3.000,00 (três mil reais), para que trouxesse a referida motocicleta, com chassi raspado e desmontada até esta cidade de Costa Marques.2º FATO: Posse de droga para consumo pessoalNo mesmo dia e local do 1º fato, em horário não especificado, os denunciados LUANE CAROLINE RODRIGUES COSTA, JACONIAS JESUS SOBREIRA ALVES e ERYELTON SIMÕES PEREIRA, transportaram droga, do tipo maconha, para uso pessoal, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar.Consta nos autos que os denunciados transportaram para esta comarca droga para consumo pessoa., tratando-se de maconha, a qual estava sendo transportada no veículo do denunciado JACONIAS.3º FATO: DesobediênciaNas mesmas condições do 1º e 2º fato, nesta cidade de Costa Marques, os denunciados ERYELTON SIMÕES PEREIRA, JACONIAS JESUS SOBREIRA ALVES e LUANE CAROLINE RODRIGUES COSTA, desobedeceram ordem legal de funcionário público no regular exercício de suas funções.Conforme restou apurado, no dia e local supramencionados, os denunciados ERYELTON e JACONIAS não obedeceram a ordem dos milicianos para pararem os veículos que estavam conduzindo.Consta, ainda, que a denunciada LUANE evadiu-se do veículo, na tentativa de fugir da perseguição policial, e tentou se esconder em casa alheia, todavia, não logrou êxito e foi capturada.4º FATO: Associação CriminosaEm dia e local não especificado nos autos, mas certamente no ano de 2017, os denunciados ERYELTON SIMÕES PEREIRA, JACONIAS JESUS SOBREIRA ALVES e LUANE CAROLINE RODRIGUES COSTA, em unidade de desígnios e comunhão de esforços,

associaram-se com estabilidade e permanência para o fim de cometer crimes.É dos autos, conforme narrado nos fatos anteriores, que os denunciados foram identificados e capturados, sendo conduzidos à Delegacia, local onde ERYELTON confessou, com riqueza de detalhes, toda a empreitada criminosa, em especial o transporte de veículos produtos de crimes, com a respectiva divisão de tarefas de cada um dos envolvidos.Assim, restou evidenciado que os denunciados estavam associados com a FINALIDADE de cometer crimes.A denúncia foi recebida na data de 11.05.2018 e os acusados foram devidamente citados.O acusado ERYELTON apresentou resposta à acusação por meio de advogado constituído nos autos (fls. 157/158)Os acusados JACONIAS e LUANE apresentaram resposta à acusação por meio da Defensoria Pública (fls. 166/168)Na instrução do feito, foram inquiridas duas testemunhas, conforme gravação em mídia audiovisual (fl. 185). Por meio de carta precatória colheu-se o depoimento de três testemunhas arroladas pela defesa, com anuência desta com a inversão da produção da prova. Os acusados foram interrogados (mídia fl. 193). Em continuação à instrução foi ouvida uma testemunha (mídia fl. 197). Por último, foi inquirida mais uma testemunha por meio de carta precatória (mídia fl. 209)Encerrada a instrução, as partes apresentaram alegações finais.O Ministério Público entendeu comprovada a materialidade dos delitos, bem como a autoria dos denunciados e postulou pela condenação dos acusados nos termos da denúncia.A defesa do acusado ERYELTON, por sua vez, pleiteou, concernente à receptação, a aplicação da pena no patamar mínimo legal e o reconhecimento da confissão espontânea. Já com relação ao 2º, 3º e 4º fatos, requereu a absolvição do acusado. Subsidiariamente requereu a aplicação da pena no patamar mínimo legal.A defesa dos acusados LUANE e JACONIAS requereu a absolvição quanto aos delitos de associação criminosa e posse de droga para consumo pessoal, este último sob o argumento de ausência de materialidade por inexistência de laudo toxicológico definitivo e laudo provisório elaborado por peritos não oficiais.Examinados. DECIDO.II FundamentaçãoTrata-se de ação penal pública para apuração dos delitos de receptação, Posse de droga para consumo pessoal, desobediência e associação criminosa.O delito de receptação encontra-se previsto no art. 180, do Código Penal: Art. 180 - Adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte: Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa. O artigo 28, caput, da Lei 11.343/06 tipifica o crime de posse de droga para consumo pessoal: Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trouxer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:I - advertência sobre os efeitos das drogas;II - prestação de serviços à comunidade;III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo. O crime de Desobediência encontra-se previsto no art. 330 do Código Penal com a seguinte redação: Art. 330. Desobedecer a ordem legal de funcionário público:Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. O artigo 288 do Código Penal tipifica o delito de associação criminosa como se vê: Art. 288. Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes:Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos. A materialidade dos delitos encontram-se consubstanciadas pela ocorrência policial nº 1712/2017/DP/CM, pelo auto de apresentação e apreensão (fls. 37/39), pelo laudo de exame de corpo de delito em veículo Laudo 097/2017 e 101/2017 (fls. 62/69, 79/83), laudo de avaliação merceológica direta nº 096/2017 (fl. 72), laudo de exame toxicológico preliminar (fls. 85/87) conclusivo da presença do alcaloide Cannabis Sativa , substância de uso proscrito, Termos de Restituição (fl. 97 e 100) que com os informes testemunhais constituem com clareza o corpo do delito.Quanto a autoria faz-se necessário maior esclarecimento.O acusado ERYELTON, em seu interrogatório judicial confessou a prática do delito de receptação. Sustentou que JACONIAS o ofereceu R$3.000,00 para transportar a motocicleta a Costa Marques. Narrou que JACONIAS e LUANE colocaram a motocicleta desmontada em seu veículo. Disse que a droga foi encontrada no interior do veículo de Jaconias e não tem relação com o entorpecente. Aduziu que não conhecia Luane e Jaconias e não se associou a eles para a prática de delitos (mídia fl. 193)Os acusados JACONIAS e LUANE, interrogados perante o juízo negaram as práticas delitivas. JACONIAS confessou que a droga encontrada no carro era de sua propriedade para consumo próprio e de LUANE, sua esposa. (mídia fl. 193)A testemunha PM Claudiney de Souza Dourado, ou vido em juízo, afirmou que no dia dos fatos ele integrava uma equipe de policiais que realizavam uma fiscalização durante a madrugada na rodovia BR 429. Disse que ao abordar o veículo conduzido pelo acusado, este desobedeceu a ordem, acelerou e fugiu do local rumo à cidade de Costa Marques. Iniciaram a perseguição na qual lograram êxito em localizar o veículo abandonado em frente uma residência nesta cidade. Em buscas no interior do veículo, foi localizada uma motocicleta Honda Bros desmontada. Realizadas as consultas pelos órgãos oficiais, constataram que tratava-se de produto de crime (mídia f. 193)A testemunha Luciano Kaovalkchuk, sob o compromisso legal de dizer a verdade, narrou o fato no mesmo sentido já relatado pela testemunha PM Claudiney. Acrescentou que, além do veículo com a motocicleta desmontada, a polícia militar encontrou outro carro e no interior deste, várias ferramentas típicas para montagem e desmontagem de motos, um galão de gasolina e uma porção de droga aparentando ser maconha. Disse que LUANE encontrava-se na casa de uma senhora fingindo ser filha desta. Pouco depois, a polícia foi acionada com a informação de que um homem estava escondido em um terreno nas imediações da residência em que LUANE havia sido encontrada. Dirigindo-se ao local, localizaram JACONIAS. (mídia fl. 209)No mesmo sentido foi o depoimento prestado pela testemunha PM Jair Rocha Brito (mídia fl. 185) A testemunha Marcos Rogério Garcia Franco, ouvido em juízo sob o crivo do contraditório e ampla defesa, afirmou que no dia dos fatos o carro conduzido por um dos acusados colidiu no muro da sua residência, instante em que o condutor abandonou o veículo e empreendeu fuga do local. Confirmou que no porta malas do referido veículo havia uma motocicleta de cor preta desmontada. (mídia fl. 185)A testemunha Francisca das Chagas Ferreira, em juízo, narrou que no dia do fato, JACONIAS, LUANE e outro rapaz pararam em um carro em frente a residência dela. JACONIAS pediu um copo d'água a ela para LUANE afirmando que esta não estava passando bem. A depoente afirmou que no momento em que adentrou para buscar o copo d'água, LUANE a acompanhou para o interior da residência e JACONIAS empreendeu fuga. Disse que no momento em que os policiais chegaram LUANE afirmou ser filha da depoente, o que foi de pronto desmentido. Informou que, após LUANE ser conduzida para a delegacia, a depoente ouviu barulhos estranhos no quintal da sua casa, por isso acionou a polícia. Ao chegar na casa de Francisca, a polícia localizou JACONIAS que se encontrava escondido (mídia fl. 197)Analisando o conjunto probatório os fatos restaram esclarecidos restando a procedência parcial da denúncia, conforme se vê, a seguir, da análise de cada conduta de forma individualizada.Da ReceptaçãoO acusado ERYELTON confessou a prática da receptação. Afirmou que JACONIAS o ofereceu R$3.000,00 para transportar a motocicleta a Costa Marques. Narrou que JACONIAS e LUANE colocaram a motocicleta desmontada em seu veículo. Indagado em juízo, afirmou que realmente três mil reais para o transporte da moto é valor desproporcional, mas, no momento da oferta só pensou na vantagem patrimonial. Em que pese a negativa dos acusados JACONIAS e LUANE, a versão sustentada por eles encontra-se bastante frágil diante do contexto probatório. Embora JACONIAS e LUANE busquem isenção de culpa resta suficientemente comprovada a autoria da receptação imputado a ambos os acusados.JACONIAS em seu interrogatório afirmou não ter inimizade com ERYELTON. Não havendo qualquer indício de que este tenha mentido ou pretende prejudicar JACONIAS e LUANE. Sobre a delação, predomina o entendimento de que é perfeitamente possível a condenação do coautor de delito contra o patrimônio,

consubstanciada na chamada feita por seu comparsa, que, ao confessar sua própria participação, acusa o outro, seu companheiro de empreitada criminosa.A propósito:Roubo. Delação de corréu. Prova testemunhal robusta. Insuficiência probatória. Absolvição. Impossibilidade. Pena. Excesso. Redução. Viabilidade. A delação de corréu que não eximiu a própria participação e que se mostra harmônica com as demais provas é suficiente a lastrear um édito condenatório. Uma vez observado que houve excesso na aplicação da pena, deve ser ela mitigada. (Apelação Criminal, N. 00020409020108220009, Rel. Des. Valter de Oliveira, J. 19/04/2012) Tal situação é a que corresponde os autos, pois a delação de ERYELTON vem acompanhada pelos demais depoimentos colhidos durante a instrução criminal. Como se vê, da prova coligida, consistente e uníssona, desponta a certeza de que ERYELTON, JACONIAS e LUANE executaram a conduta típica do delito de receptação. JACONIAS e LUANE adquiriram ou receberam a motocicleta produto de crime e ofereceram o valor de três mil reais para ERYELTON transportar o produto objeto do ilícito. Não pairam dúvidas a respeito da autoria delitiva imputada aos acusados.A confissão do acusado ERYELTON assumindo a sua responsabilidade e narrando com riqueza de detalhes a conduta dos demais acusados torna a autoria incontroversa.O fato de os acusados terem sidos abordados de posse do bem subtraído gera uma inversão do ônus da prova, cabendo a eles trazerem aos autos provas idôneas de que não cometeram o crime, o que não foi feito. Presume-se, inclusive, que sabia de sua origem ilícita, como, aliás, proclama nossa jurisprudência: Receptação. Res apreendida em poder do réu. Inversão do ônus da prova. A apreensão da coisa subtraída em poder do réu gera a presunção de sua responsabilidade, e se ele não provar, de forma indubitável, que desconhecia a verdadeira origem daquela, estará configurada a certeza autorizadora da condenação. (Câmara Criminal. Relator: Des. Valter de Oliveira. Apelação Criminal 99.000269-1) e Receptação e porte ilegal de arma. Autoria. Suficiência de prova. Na receptação, a apreensão da coisa subtraída em poder do agente gera a presunção de sua responsabilidade, invertendo-se o ônus da prova, impondo-se justificativa inequívoca, assim, se esta for dúbia e inverossímil, transmuda-se a presunção de certeza, a qual corroborada por circunstâncias coerentes e seguras é suficiente para embasar o decreto condenatório. (Câmara Criminal. Relator: Des. Dimas Fonseca. Apelação Criminal 00.001112-6).Dessa forma, comprovada a autoria do delito de receptação, justifica-se a condenação dos acusados por este crime.Da Posse de Droga para Consumo PessoalO acusado JACONIAS confessou que a droga encontrada no interior do veículo era de propriedade sua e de LUANE para uso pessoal.A defesa sustenta ausência de materialidade por inexistência de laudo toxicológico definitivo e laudo provisório elaborado por peritos não oficiais. Contudo, razão não assiste a defesa dos acusados. Depreende-se da leitura do laudo de exame toxicológico preliminar (fls. 85/87) que o perito constatou a presença do alcaloide Cannabis Sativa , substância entorpecente vulgarmente conhecida por maconha. O acusado JACONIAS em seu interrogatório confessou que a porção de maconha encontrada no interior do veículo destinava-se ao uso para ele (JACONIAS) e LUANE, sua esposa.Ademais, em que pese a defesa sustentar não ter sido o laudo elaborado por peritos oficiais, tal argumento não sustenta a pretendida nulidade. O laudo de exame toxicológico fora elaborado por dois peritos nomeados ad hoc, conforme as formalidades prescritas no artigo 159 do Código de Processo Penal. Preceitua o mencionado DISPOSITIVO legal:Art. 159. O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior.§ 1o Na falta de perito oficial, o exame será realizado por 2 (duas) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.§ 2o Os peritos não oficiais prestarão o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo.Os peritos foram devidamente nomeados por meio de Portaria editada pelo Delegado de Polícia Civil (fl. 46), para a realização do exame pericial e elaboração do laudo. Os peritos prestaram o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo, tudo conforme a prescrição legal. Não bastasse, trata-se de substância cujo exame pericial não demanda qualquer grau de complexidade, o que permite afirmar que a materialidade do delito em comento possa ser efetuada pelo laudo de constatação provisória já que o grau de certeza das conclusões do laudo definitivo é idêntico ao do preliminar.Esse é o entendimento firmado no Superior Tribunal de Justiça, conforme julgado:PENAL E PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. PROVA DA MATERIALIDADE DO DELITO.AUSÊNCIA DE LAUDO TOXICOLÓGICO DEFINITIVO: FALTA DE PROVA, E NÃO NULIDADE.POSSIBILIDADE EXCEPCIONAL DE COMPROVAÇÃO DA MATERIALIDADE DO DELITO POR LAUDO DE CONSTATAÇÃO PROVISÓRIO ASSINADO POR PERITO QUANDO POSSUI O MESMO GRAU DE CERTEZA DO DEFINITIVO. CASO DOS AUTOS. EMBARGOS PROVIDOS.1. Nos casos em que ocorre a apreensão do entorpecente, o laudo toxicológico definitivo é imprescindível à demonstração da materialidade delitiva do delito e, nesse sentido, tem a natureza jurídica de prova, não podendo ser confundido com mera nulidade, que corresponde a sanção cominada pelo ordenamento jurídico ao ato praticado em desrespeito a formalidades legais. Precedente: HC 350.996/RJ, Rel. Min. Nefi Cordeiro, 3ª Seção, julgado em 24/08/2016, publicado no DJe de 29/08/2016.2. Isso, no entanto, não elide a possibilidade de que, em situação excepcional, a comprovação da materialidade do crime de drogas possa ser efetuada pelo próprio laudo de constatação provisório, quando ele permita grau de certeza idêntico ao do laudo definitivo, pois elaborado por perito oficial, em procedimento e com conclusões equivalentes. Isso porque, a depender do grau de complexidade e de novidade da droga apreendida, sua identificação precisa como entorpecente pode exigir, ou não, a realização de exame mais complexo que somente é efetuado no laudo definitivo.3. Os testes toxicológicos preliminares, além de efetuarem constatações com base em observações sensoriais (visuais, olfativas e táteis) que comparam o material apreendido com drogas mais conhecidas, também fazem uso de testes químicos pré-fabricados também chamados “narcotestes” e são capazes de identificar princípios ativos existentes em uma gama de narcóticos já conhecidos e mais comercializados.4. Nesse sentido, o laudo preliminar de constatação, assinado por perito criminal, identificando o material apreendido como cocaína em pó, entorpecente identificável com facilidade mesmo por narcotestes pré-fabricados, constitui uma das exceções em que a materialidade do delito pode ser provada apenas com base no laudo preliminar de constatação.5. De outro lado, muito embora a prova testemunhal e a confissão isoladas ou em conjunto não se prestem a comprovar, por si sós, a materialidade do delito, quando aliadas ao laudo toxicológico preliminar realizado nos moldes aqui previstos, são capazes não só de demonstrar a autoria como também de reforçar a evidência da materialidade do delito.6. Embargos de divergência providos, para reformar o acórdão embargado e dar provimento ao agravo regimental do Ministério Público Federal e, tendo em conta que a materialidade do delito de que o réu é acusado ficou provada, negar provimento a seu recurso especial.(EREsp 1544057/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 26/10/2016, DJe 09/11/2016)(grifo nosso)Portanto, afasto a tese aventada pela defesa.O conjunto probatório é claro no sentido de que a droga apreendia pertencia à JACONIAS e LUANE para consumo pessoal. Assim foi a confissão do acusado JACONIAS. Ademais, a droga foi encontrada no veículo que JACONIAS e LUANE ocupavam. Portanto, devem ser os acusados responsabilizados pela prática de posse de droga para consumo pessoal.Com relação a ERYELTON, não há um lampejo mínimo de provas que possam associar o acusado à droga. Portanto, por absoluta falta de provas, deve ser ERYELTON absolvido da imputação da prática do delito previsto no art. 28 da Lei de Drogas.

Da DesobediênciaSegundo a exordial acusatória, os denunciados ERYELTON SIMÕES PEREIRA, JACONIAS JESUS SOBREIRA ALVES e LUANE CAROLINE RODRIGUES COSTA, desobedeceram ordem legal de funcionário público no regular exercício de suas funções.Conforme restou apurado, no dia e local supramencionados, os denunciados ERYELTON e JACONIAS não obedeceram a ordem dos milicianos para pararem os veículos que estavam conduzindo.Consta, ainda, que a denunciada LUANE evadiu-se do veículo, na tentativa de fugir da perseguição policial, e tentou se esconder em casa alheia, todavia, não logrou êxito e foi capturada.O crime de desobediência consiste em Desobedecer a ordem legal de funcionário público Nos termos da denúncia, os acusado desobedeceram a ordem dos policiais no exercício da fiscalização de trânsito, ao não pararem o veículo que estavam conduzindo. Conforme leciona o doutrinador Guilherme de Souza Nucci, se pela desobediência de tal ou qual ordem, alguma lei determina alguma penalidade administrativa ou civil, não se de verá reconhecer o crime em exame, salvo se a dita lei ressalvar a cumulativa aplicação do art. 330 (Comentários ao Código Penal RT, 2009 p. 1061).Isso porque, o crime de desobediência tem como pressuposto a inexistência de consequência legal para o não atendimento da ordem, ou quando a possibilidade de punição, também pelo crime de desobediência, também decorra de determinação legal.O STJ já decidiu que não é crime de desobediência quando há outra sanção de caráter não penal prevista em Lei específica (HC 348265). Ademais, é pacífico nos tribunais pátrios o entendimento de que se há previsão de sanção administrativa ou civil regulando a mesma conduta, e nestas não constam a ressalva quanto à punição na esfera penal, o fato é atípico.No caso em exame, o art. 195 do Código de Trânsito Brasileiro regula a conduta com previsão de sanção administrativa, multa. Portanto, na seara criminal, trata-se de fato atípico. Nesse sentido colaciono julgado do E. tribunal do Estado de Rondônia:APELAÇÃO. ART. 330 DO CÓDIGO PENAL. DESOBEDIÊNCIA. NÃO CONFIGURADA. ORDEM DE PARADA. INFRAÇÃO ADMINSITRATIVA PREVISTA NO ART. 195 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. ABSOLVIÇÃO, INCISO III, ART. 386, DO CPP. [ ]. Aquele que desobedece ordem de parada emanada de policiais militares em fiscalização de trânsito comete infração administrativa prevista no art. 195 do Código de trânsito Brasileiro. [...]. (Apelação, Processo nº 1000445-63.2015.8.22.0009, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Glodner Luiz Pauletto, Data de Julgamento: 12/07/2017) (TJ-RO APL: 1000445-63.2015.8.22.0009, Relator(a): Juiz Jorge Luiz dos S. Leal, Data de Julgamento: 12/07/2017)Na toada da jurisprudência uniforme nos tribunais pátrios, havendo previsão de sanção administrativa (multa) para casos tais, a incidência de crime seria bis in idem.Com relação à acusada LUANE, esta teria evadido do veículo, na tentativa de fugir da perseguição policial, e tentou se esconder em casa alheia. No entanto, conforme depoimento da proprietária da casa onde LUANE fora localizada, Dona Francisca, no momento em que a polícia chegou a acusada já se encontrava no interior da residência. Segundo a a testemunha, os policiais chegaram abordaram a acusada e a conduziram à Delegacia. Portanto, não há que se falar em descumprimento de ordem legal.Diante disso, concernente ao delito de desobediência, o caminho mais seguro a trilhar é a improcedência da denúncia, com a consequente absolvição do réu por atipicidade do fato.Da Associação Criminosa Segundo a denúncia, Em dia e local não especificado nos autos, mas certamente no ano de 2017, os denunciados ERYELTON SIMÕES PEREIRA, JACONIAS JESUS SOBREIRA ALVES e LUANE CAROLINE RODRIGUES COSTA, em unidade de desígnios e comunhão de esforços, associaram-se com estabilidade e permanência para o fim de cometer crimes. Ultimada a instrução processual, tais fatos não restaram suficientemente comprovados.O núcleo do tipo penal previsto no artigo 288 de Código Penal é o verbo associar-se. Para a configuração da associação criminosa é necessária a prova de estabilidade e permanência do vínculo entre duas ou mais pessoas, não sendo suficiente a união esporádica, eventual. No caso em comento, restou clara a convergência de vontades entre os acusados para a prática da receptação apurado em capítulo anterior deste decisum. No entanto, não há demonstração da estabilidade e permanência dos acusados para o fim específico de cometer crimes.É bem verdade que o delito do artigo 288 do Código Penal é crime autônomo, portanto, sua caracterização dispensa a ocorrência de outros delitos. Contudo, não se pode confundir o delito de associação criminosa com o concurso de agentes. Isto porque, a reunião ocasional de duas ou mais pessoas para a prática de delitos não se amolda ao tipo penal da associação criminosa. A caracterização deste último, pressupõe que a associação dos agentes tenha os seguintes requisitos: estabilidade, individualidade das atribuições, estrutura organizacional e partilha do proveito dos crimes, na proporção do envolvimento de cada membro. No caso em exame não restou demonstrado o animus associativo, a permanência e a estabilidade da associação. Restou claramente demonstrado o vínculo subjetivo entre os acusados e a cooperação de cada um voltada para a obtenção do resultado pretendido no crime de receptação, caracterizando, sem dúvida o concurso de agentes. Ante a ausência de demonstração inequívoca do vínculo associativo, com vontade livre e consciente de associar-se para o fim específico de cometer crimes, com fundamento no artigo 386, VII, do CPP, a absolvição dos acusados quanto a este delito é media que se impõe.III - DISPOSITIVO Ao exposto, julgo parcialmente procedente a denúncia inaugural para o fim de:a) Condenar ERYELTON SIMÕES PEREIRA, qualificado nos autos, como incurso nas penas do art. 180, caput, do Código Penal, bem como Absolvê-lo das imputações dos delitos previstos nos arts. 330, do Código Penal, com fundamento no art. 386, III, do CPP; e art. 288, do Código Penal e art. 28 da Lei 11.343/2006, estes com fundamento no art. 386, VII, do CPP; b) Condenar JACONIAS JESUS SOBREIRA ALVES, alcunha Jacó, qualificado nos autos, como incurso nos artigos 180, caput, do Código Penal e art. 28 da Lei 11.343/2006; bem como Absolvê-lo das imputações dos delitos previstos no art. 330, do Código Penal (com fundamento no art. 386, III, do CPP) e art. 288, do Código Penal (com fundamento no art. 386, VII, do CPP);c) Condenar LUANE CAROLINE RODRIGUES COSTA, qualificada nos autos, como incursa nas penas do artigo 180, caput, do Código Penal e art. 28 da Lei 11.343/2006; bem como Absolvê-la das imputações dos delitos previstos no art. 330, do Código Penal (com fundamento no art. 386, III, do CPP) e art. 288, do Código Penal (com fundamento no art. 386, VII, do CPP).Passo a dosar-lhes a pena.ERYELTON SIMÕES PEREIRADa Receptação: Culpabilidade normal para o tipo. É primário. Não há nos autos informações quanto à conduta social, personalidade do réu, tampouco quanto ao motivo que o levou à prática do delito. As circunstâncias e consequências do crime não lhe são desfavoráveis. O comportamento da vítima não contribuiu para a ocorrência do crime.Assim, nos termos do art. 59 do Código Penal, fixo a pena base no mínimo legal, ou seja, em 1 (um) ano de reclusão e 10 (dez) dias multa.Presente a circunstância atenuante da confissão espontânea, porém, em observância à Súmula 231 do STJ, deixo de reduzir a pena já aplicada no patamar mínimo legal. Não há circunstâncias agravantes, bem como causas de diminuição e/ou aumento de pena a considerar.Assim, fica ERYELTON condenado a uma pena de 1 (um) ano de reclusão e 10 (dez) dias multa.Fixo o valor do dia multa em 1/30 do salário mínimo à época do fato. Imponho ao condenado o regime prisional inicial aberto, conforme disposto no art. 33, §2º, c , do Código Penal.Atenta aos arts. 44, §2º, segunda parte, 46 e 47, todos do CP, substituo a pena privativa de liberdade por uma restritiva de direitos, consistente em prestação de serviços à comunidade pelo tempo da condenação, a qual será especificada, oportunamente, em audiência admonitória.A substituição deu-se por uma restritiva em razão da condenação ser igual a um ano.JACONIAS JESUS SOBREIRA ALVES, alcunha JacóDa Receptação: Culpabilidade normal para o tipo. O réu registra antecedentes criminais, posto que à época dos fatos possuía SENTENÇA condenatória irrecorrível pela prática dos

delitos de porte ilegal de arma de fogo, conforme certidão de antecedentes criminais de fl. 144, o que será levado em consideração na segunda fase da dosimetria da pena, a título de reincidência. Não há nos autos informações quanto à conduta social, personalidade do réu, tampouco quanto ao motivo que o levou à prática do delito, o que milita em seu favor. As circunstâncias e consequências do crime não lhe são desfavoráveis. O comportamento da vítima não contribuiu para a ocorrência do crime.Assim, nos termos do art. 59 do Código Penal, fixo a pena base no mínimo legal, ou seja, em 1 (um) ano de reclusão e 10 (dez) dias multa.Não há circunstância atenuante a considerar. Presente a circunstância agravante da reincidência, razão pela qual aumento a pena em 6 (seis) meses de reclusão e 5 (cinco) dias multa, ficando a pena provisória em 1 (um) ano e 6 (seis) meses de reclusão e 15 (dez) dias multa. Não há causas de diminuição e/ou aumento a considerar.Assim, fica o réu condenado a uma pena de 1 (um) ano e 6 (seis) meses de reclusão e 15 (quinze) dias multa. Fixo o valor do dia multa em 1/30 do salário mínimo à época do fato.Imponho ao condenado o regime prisional inicial semiaberto, conforme disposto no art. 33, §3º, do Código Penal, em razão da reincidência. A reincidência também impede a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, nos termos do artigo 44 do Código Penal e a suspensão condicional da pena, conforme previsão expressa do artigo 77, I, do mesmo diploma legal. Da Posse de Droga para Consumo Pessoal: Culpabilidade, extreme de dúvida que a conduta criminosa é digna de alta reprovabilidade, mormente porque o consumo de entorpecente é um dos fatos mais ignóbeis da nossa sociedade, haja vista o grande mau por ele causado, trata-se de delito que destrói toda uma força de trabalho, toda uma estrutura familiar e, por consequência a organização do Estado. Devendo assim, ser banido de nossa comunidade. Além disso, é o consumidor que favorece o tráfico de drogas, sempre acompanhado com outros crimes, principalmente contra o patrimônio; O réu possui condenação, sopesando com isso maus antecedentes; Conduta social não aclarada; A individualidade psicológica do agente não aclarada; Os motivos e circunstâncias do crime são injustificáveis, não o favorecendo; As consequências são inerentes ao tipo penal. Destarte, em razão das circunstâncias judiciais acima sopesadas, estabeleço, com ânimo no art. 28 da Lei n. 11.343/06, a qual não abrange pena privativa de liberdade, APLICO-LHE a penalidade prevista no art. 28, I, da Lei n. 11.343/2006 consistente na advertência sobre os malefícios das drogas e as consequências decorrentes de seu uso, ficando o apenado advertido de que as drogas causam graves distúrbios físicos e mentais, como: 1º) Constrição nos vasos periféricos; 2º) Dilatação das pupilas; 3º) Aumento/diminuição da pressão arterial; 4º) Aumento/diminuição da respiração; 5º) Aumento agudo da temperatura corporal (hipertermia maligna), que pode ocasionar lesão muscular e insuficiência dos rins; 6º) Complicações cardíacas, circulatória e cerebral, que podem gerar derrame cerebral e infarto do miocárdio, bem como destruição do tecido cerebral; 7º) Disfunções no organismo, como náuseas, vômitos, tremores, suor abundante, dor de cabeça, tontura, liberação da agressividade, diminuição da atenção e da capacidade de concentração; 8º) Redução do apetite, que pode levar ao estado crônico de anemia; 9º) Distúrbios psicológicos graves, como confusão, depressão, insônia, ansiedade intensa, sensação de pânico, alucinações e paranóia; 10º) Aumento do risco de aborto e de parto prematuro em mulheres e 11º) Possibilidade de ocorrência de morte súbita, por entender necessária e suficiente à reprovação e prevenção da infração penal perpetrada.LUANE CAROLINE RODRIGUES COSTADa Receptação: Culpabilidade normal para o tipo. É primária. Não há nos autos informações quanto à conduta social, personalidade do réu, tampouco quanto ao motivo que o levou à prática do delito. As circunstâncias e consequências do crime não lhe são desfavoráveis. O comportamento da vítima não contribuiu para a ocorrência do crime.Assim, nos termos do art. 59 do Código Penal, fixo a pena base no mínimo legal, ou seja, em 1 (um) ano de reclusão e 10 (dez) dias multa.Não há circunstâncias atenuantes e/ou agravantes, bem como causas de diminuição e/ou aumento de pena a considerar.Assim, fica LUANE condenada a uma pena de 1 (um) ano de reclusão e 10 (dez) dias multa.Fixo o valor do dia multa em 1/30 do salário mínimo à época do fato.Imponho a condenada o regime prisional inicial aberto, conforme disposto no art. 33, §2º, c , do Código Penal.Atenta aos arts. 44, §2º, segunda parte, 46 e 47, todos do CP, substituo a pena privativa de liberdade por uma restritiva de direitos, consistente em prestação de serviços à comunidade pelo tempo da condenação, a qual será especificada, oportunamente, em audiência admonitória.A substituição deu-se por uma restritiva em razão da condenação ser igual a um ano.Da Posse de Droga para Consumo Pessoal: Culpabilidade, extreme de dúvida que a conduta criminosa é digna de alta reprovabilidade, mormente porque o consumo de entorpecente é um dos fatos mais ignóbeis da nossa sociedade, haja vista o grande mau por ele causado, trata-se de delito que destrói toda uma força de trabalho, toda uma estrutura familiar e, por consequência a organização do Estado. Devendo assim, ser banido de nossa comunidade. Além disso, é o consumidor que favorece o tráfico de drogas, sempre acompanhado com outros crimes, principalmente contra o patrimônio; A ré não possui condenação, sopesando com isso bons antecedentes; Conduta social não aclarada; A individualidade psicológica do agente não aclarada; Os motivos e circunstâncias do crime são injustificáveis, não o favorecendo; As consequências são inerentes ao tipo penal.Destarte, em razão das circunstâncias judiciais acima sopesadas, estabeleço, com ânimo no art. 28 da Lei n. 11.343/06, a qual não abrange pena privativa de liberdade, APLICO-LHE a penalidade prevista no art. 28, I, da Lei n. 11.343/2006 consistente na advertência sobre os malefícios das drogas e as consequências decorrentes de seu uso, ficando o apenado advertido de que as drogas causam graves distúrbios físicos e mentais, como: 1º) Constrição nos vasos periféricos; 2º) Dilatação das pupilas; 3º) Aumento/diminuição da pressão arterial; 4º) Aumento/diminuição da respiração; 5º) Aumento agudo da temperatura corporal (hipertermia maligna), que pode ocasionar lesão muscular e insuficiência dos rins; 6º) Complicações cardíacas, circulatória e cerebral, que podem gerar derrame cerebral e infarto do miocárdio, bem como destruição do tecido cerebral; 7º) Disfunções no organismo, como náuseas, vômitos, tremores, suor abundante, dor de cabeça, tontura, liberação da agressividade, diminuição da atenção e da capacidade de concentração; 8º) Redução do apetite, que pode levar ao estado crônico de anemia; 9º) Distúrbios psicológicos graves, como confusão, depressão, insônia, ansiedade intensa, sensação de pânico, alucinações e paranóia; 10º) Aumento do risco de aborto e de parto prematuro em mulheres e 11º) Possibilidade de ocorrência de morte súbita, por entender necessária e suficiente à reprovação e prevenção da infração penal perpetrada.DEMAIS DELIBERAÇÕESConcedo aos condenados o direito de recorrer em liberdade, mesmo porque assim responderam ao processo, aliado ao regime imposto e a substituição concedida aos condenados ERYELTON e LUANE, circunstâncias que são incompatíveis com a segregação.Por derradeiro, considerando a aparente hipossuficiência dos réus evidenciada nos autos, condeno-os ao pagamento das custas processuais, mas declaro suspensa a exigibilidade (art. 5°, inc. IV e § 2° da Lei Estadual n. 3.896/2016).Incabível a isenção do pagamento de multa, eis que a mesma possui natureza de pena e demanda previsão legal para fins de isenção, a qual inexiste nesse caso.Determino a incineração da droga, se ainda não realizada. Restituam-se os objetos aos seus legítimos proprietários mediante comprovação da propriedade, mediante termo nos autos. Oportunamente, após o trânsito em julgado, determino que sejam tomadas as seguintes providências:A) Proceda-se o recolhimento da multa, em favor do fundo penitenciário, no prazo de 10 (dez) dias. Não havendo o pagamento e/ou pedido de parcelamento, cumpra-se o disposto no art. 51 do Código Penal;B) Expeçam-se as competentes Guias de Execução Criminal;C) Oficie-se ao Egrégio Tribunal Regional Eleitoral, comunicando a condenação,

em cumprimento ao disposto no art. 71, §2°, do Código Eleitoral c/c o art. 15, inc. III, da Constituição da República;D) Oficie-se, para anotações, aos órgãos de identificação (DGJ - art. 177);Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Tudo cumprido, arquivem-se.Costa Marques-RO, quarta-feira, 1 de maio de 2019.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito
Adriane Gallo
Diretora de Cartório

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
1ª Vara Cível da Comarca de Costa Marques/RO
(e-mail: cmr1civel@tjro.jus.br)
Juiz de Direito: Fábio Batista da Silva
Proc.: 0001745-27.2013.8.22.0016
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Auto Posto América Ltda Epp
Advogado:Emerson Carlos da Silva (OAB/RO 1352)
Requerido:Município de Costa Marques
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos, etc.Considerando a satisfação da obrigação, julgo extinto por SENTENÇA o feito, nos termos do art. 924, II, do Novo Código de Processo Civil.Havendo valores pendentes de levantamento, expeça-se alvará de levantamento da quantia depositada nos autos.O credor terá o prazo de 30 (trinta) dias para levantamento do alvará, sob pena de transferência dos valores para a conta centralizadora do Tribunal de Justiça.Em caso de inércia, proceda-se a transferência do referido valor para conta judicial de titularidade do TJRO n. 01529904-5, operação 040, agência 2848, Caixa Econômica Federal, conforme provimento n. 016/2010-CG. Proceda-se com a liberação da penhora e/ou de qualquer outra forma de constrição (se houver).Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.Após, arquivem-se.Costa Marques-RO, segunda-feira, 29 de abril de 2019.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito
Odair Paulo Fernandes
Diretor de Cartório

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7000454-57.2019.8.22.0016
Classe:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
AUTOR: C. J. S.
ADVOGADO DO AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
RÉU: W. D. P. A.
ADVOGADO DO RÉU:
Valor da causa: R$3.168,00
DESPACHO
Vistos.
Considerando que a Defensoria Pública defende o interesse da parte autora, NOMEIO Dr. Johnatans Franklin Alves dos Santos, OAB/RO 7242, advogado militante nesta Comarca, para assistir o requerido, fazendo a sua defesa, bem como os demais atos processuais.
1) Portanto, intime-se, por telefone, o defensor nomeado para informar se aceita o encargo, mediante prévio contato com a parte interessada – residente na Linha N, Km 10, – Costa Marques – Rondônia. Telefone de contato (69) 98473-8971 ou 98444-8119.
2) Advirta-se, desde logo, de que eventual recusa, devidamente justificada, deverá ser encaminhada a este juízo, com prazo de 05 (cinco) dias.
3) Havendo a aceitação do encargo, arbitro em favor do citado causídico, honorários advocatícios no valor de R$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais), a serem suportados pelo Estado de Rondônia.
4) Em seguida, cumpre-se o inteiro teor do DESPACHO inicial.
Providenciem-se o necessário. Cumpra-se.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 do CPC e respectivos parágrafos (Lei 13.105/2015).
SERVE COMO MANDADO /CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA:
AUTOR: C. J. S., AV. GUAPORÉ sn, EM FRENTE TEM UM ORELHAO SÃO DOMINGOS DO GUAPORÉ - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
RÉU: W. D. P. A., LINHA DOS MINEIROS sn, CASA DO CEIR, VEREADOR, 3 CASAS APÓS CAMPO SÃO DOMINGOS DO GUAPORÉ - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7000064-92.2016.8.22.0016
Classe:Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: OSVALDINA ALMEIDA LOUZADA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FABIO PEREIRA MESQUITA MUNIZ OAB nº RO5904
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Valor da causa: R$12.126,69
DESPACHO
Vistos.
1) Em que pese a manifesta inércia do Executado/Estado, intime-o pela derradeira vez para, no prazo de 05 (cinco) dias comprovar a devolução do Imposto de Renda descontado indevidamente outrora.
2) Remeta-se os autos, nos moldes do art. 183, §1º, do CPC.
3) Com a comprovação da devolução dos valores, intime-se o Exequente/Patrono para, no prazo de 05 (cinco) dias se manifestar da satisfação do crédito e/ou requerer o que entender de direito, sob pena de extinção do feito, nos termos do art. 924, inciso II, do CPC.
4) Por outro lado, não havendo manifestação do Executado, certifique-se nos autos, em seguida, voltem-me conclusos.
Providenciem-se o necessário. Cumpra-se.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA PRECATÓRIA/MANDADO de CITAÇÃO/INTIMAÇÃO e CARTA AR:
1)EXEQUENTE: OSVALDINA ALMEIDA LOUZADA, AVENIDA GUAPORÉ, n 2434 SETOR 01 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
2)EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA, RUA GENERAL OSÓRIO CENTRO - 76801-086 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Costa Marques/RO, {{data.extenso}} .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7000727-75.2015.8.22.0016
Classe:Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: SILVIA REGINA MARQUES DE MORAES
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FABIO PEREIRA MESQUITA MUNIZ OAB nº RO5904
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

Valor da causa: R$25.947,71
DESPACHO
Vistos.
1) Dada a manifesta inércia do Causídico, intime-se a parte Exequente pessoalmente, nos termos do DESPACHO retro.
2) Junte-se o aludido DESPACHO.
Providenciem-se o necessário. Cumpra-se.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA PRECATÓRIA/MANDADO de CITAÇÃO/INTIMAÇÃO e CARTA AR:
1)EXEQUENTE: SILVIA REGINA MARQUES DE MORAES, AV. MAMORÉ 1548 SETOR 04 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
2)EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA, RUA PADRE CHIQUINHO s/n, COMPLEXO RIO MADEIRA PEDRINHAS - 76801-490 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Costa Marques/RO, {{data.extenso}} .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7001339-08.2018.8.22.0016
Classe:Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: AMALIA PINTO DE MELO
ADVOGADO DO REQUERENTE: CHARLES KENNY LIMA DE BRITO OAB nº RO8341, FABRICIO VIEIRA LIMA OAB nº RO8345, GILSON VIEIRA LIMA OAB nº RO4216A
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
ADVOGADO DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB nº MS6835
Valor da causa: R$27.886,40
DESPACHO
Vistos.
Cuida-se de cumprimento de SENTENÇA.
RETIFIQUE-SE A CLASSE PROCESSUAL.
1) INTIME-SE a parte Devedora, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, satisfaça a obrigação, cujo valor está atualizado no patamar de R$ 29.487,26 (Vinte e nove mil, quatrocentos e oitenta e sete reais, vinte e seis centavos), sob pena de multa de 10% (dez por cento) nos termos do art. 523, do CPC.
2) Frise-se, por oportuno, que em sede de juizados especiais não incidem honorários advocatícios sucumbenciais em fase de cumprimento de SENTENÇA em razão do disposto no art. 55, da Lei 9.099/95.
3) Decorrido tal prazo, e não havendo a satisfação da obrigação, o que deverá ser certificado, remetam-se os autos novamente à contadoria e após, venham-me os autos conclusos para prosseguimento e demais deliberações, observando, inclusive, a ordem preferencial disposta no art. 835 do CPC.
Para tanto, autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC.
Expeça-se o necessário.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA PRECATÓRIA/MANDADO de CITAÇÃO/INTIMAÇÃO e CARTA AR:
1)REQUERENTE: AMALIA PINTO DE MELO, UA RIO DE JANEIRO, 3478, SETOR 2, UA RIO DE JANEIRO, 3478, SETOR 2, - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
2)REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, AV CHIANCA 945, ESCRITÓRIO CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques/RO, {{data.extenso}} .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7001417-02.2018.8.22.0016
Classe:Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: DALTER DO CARMO TAVARES REIS
ADVOGADO DO REQUERENTE: NEIDE SKALECKI DE JESUS GONCALVES OAB nº RO283
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Valor da causa: R$14.817,06
DESPACHO
Vistos.
Chamo o feito à ordem, uma vez que trata-se de título executivo.
Trata-se de pedido de Tutela de Urgência para reimplementação do Adicional de Periculosidade.
Diz que teve implementada a periculosidade em razão de DECISÃO judicial e que lei nova não pode alterar o pagamento em razão da coisa julgada.
DECIDO.
A Lei n. 12.153/09 prevê em seu art. 3º a possibilidade de concessão de providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação. Logo, a possibilidade de antecipação de tutela contra o poder público é indiscutível. No entanto, ainda que a parte autora alegue a verossimilhança de seu direito, quando se questiona verba salarial, é inadmissível a concessão de tutela antecipada contra Fazenda Pública. Isso porque, nos termos do art. 1º da Lei n. 9.494/97, cumulado com o art. 1º, § 3º, da Lei n. 8.437/92 e art. 7º, § 2º da Lei n. 12.016/09, é vedada a antecipação nas demandas que versem sobre aumento ou extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza aos servidores públicos. Além disso, a nova lei não trouxe decesso remuneratório e não se verifica nenhum indício de ilegalidade ou inconstitucionalidade.
Logo, INDEFIRO a antecipação da tutela requerida
1) Altere-se a classe processual para cumprimento de SENTENÇA;
2) A intimação da parte executada para opor impugnação à execução - por escrito - no prazo de 30 (trinta) dias, caso queira, sob pena de requisição do pagamento do valor executado por intermédio do
Presidente do E. TJRO (NCPC, arts. 534-535).
2.1) Advirta-se, desde já, o executado de que eventuais impugnações deverão ser opostas nos próprios autos, bem ainda delimitar e demonstrar especificamente os valores impugnados, bem como ser instruídos com os documentos que se fizerem necessário à demonstração do alegado, sob pena de preclusão e de imediato julgamento da impugnação.
2.2) exequente para manifestar-se sobre a impugnação ao cumprimento de SENTENÇA, no prazo de 15 (quinze) dias.
2.3) Não concordando a parte impugnada com os cálculos apresentados, remetam-se os autos à contadoria do juízo para apuração do valor devido.
2.4) Após, voltem-me os autos conclusos.
3) Se não o fizer, desde já fixo honorários na fase de cumprimento de SENTENÇA em 10%. Intime-se o exequente para atualizar os cálculos (cabe ao patrono apresentar planilha incluindo os honorários).
4) Em seguida, determino seja expedido ofício requisitório de pagamento/solicitação de Precatório/RPV ao órgão competente, referente aos valores apresentados.
5) Um para pagamento da parte principal, com a reserva da cota referente aos honorários advocatícios contratuais, bem como outro, constando tão somente os honorários de sucumbência.
6) Com a vinda de informações sobre seu pagamento, expeça-se alvará de levantamento, no valor apurado, em nome do(a) advogado(a), intimando-o(a) para proceder o levantamento.

Com a(s) retirada(s) do(s) alvará(s), o(a) beneficiário(a) deverá dar quitação por termo nos autos, ficando ciente que eventual ausência de manifestação implicará em anuência tácita quanto ao recebimento e quitação.
7) Aguarde-se no arquivo provisório a informação quanto ao pagamento do Precatório/RPV.
8) Vindo a informação quanto a realização do pagamento, façam os autos conclusos para extinção na forma do art. 924, inciso II, do Novo Código de Processo Civil.
9) Por fim, antes de remeter os autos conclusos, a escrivania deverá certificar-se da inexistência de saldo nas contas judiciais, para evitar DECISÃO de arquivamento do processo com valores ainda pendentes de levantamento.
Providenciem-se o necessário. Cumpra-se.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA PRECATÓRIA/MANDADO de CITAÇÃO/INTIMAÇÃO e CARTA AR:
1)REQUERENTE: DALTER DO CARMO TAVARES REIS, DEMETRIO MELAS 1758 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
2)REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA, SEM ENDEREÇO
Costa Marques/RO, {{data.extenso}} .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

Processo: 7000254-84.2018.8.22.0016
Classe:Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: DONIZETE LUIZ FERREIRA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: JAIRO REGES DE ALMEIDA OAB nº RO7882
EXECUTADO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
ADVOGADO DO EXECUTADO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB nº RO5462, DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB nº MS6835
Valor da causa: R$11.044,10
SENTENÇA
Vistos, etc.
Considerando a satisfação da obrigação, julgo extinto por SENTENÇA o feito, nos termos do art. 924, II, do Novo Código de Processo Civil.
Havendo valores pendentes de levantamento, expeça-se alvará de levantamento da quantia depositada nos autos.
O credor terá o prazo de 30 (trinta) dias para levantamento do alvará, sob pena de transferência dos valores para a conta centralizadora do Tribunal de Justiça.
Em caso de inércia, proceda-se a transferência do referido valor para conta judicial de titularidade do TJRO n. 01529904-5, operação 040, agência 2848, Caixa Econômica Federal, conforme provimento n. 016/2010-CG.
Proceda-se com a liberação da penhora e/ou de qualquer outra forma de constrição (se houver).
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
Após, arquivem-se.
SERVE COMO CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA/MANDADO DE INTIMAÇÃO:
EXEQUENTE: DONIZETE LUIZ FERREIRA, LINHA 04/15 KM 01 ZONA RURAL - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
EXECUTADO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Costa Marques/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

Processo: 7000592-63.2015.8.22.0016
Classe:Execução Fiscal
EXEQUENTE: P. D. C. M.
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES
EXECUTADOS: JOELCIMAR FREITAS DE LIMA, ELOINA DE JESUS DE LIMA TOLEDO
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: JOSE NEVES BANDEIRA OAB nº RO182
Valor da causa: R$11.329,68
SENTENÇA
Vistos, etc.
Considerando a satisfação da obrigação, julgo extinto por SENTENÇA o feito, nos termos do art. 924, II, do Novo Código de Processo Civil.
Havendo valores pendentes de levantamento, expeça-se alvará de levantamento da quantia depositada nos autos.
O credor terá o prazo de 30 (trinta) dias para levantamento do alvará, sob pena de transferência dos valores para a conta centralizadora do Tribunal de Justiça.
Em caso de inércia, proceda-se a transferência do referido valor para conta judicial de titularidade do TJRO n. 01529904-5, operação 040, agência 2848, Caixa Econômica Federal, conforme provimento n. 016/2010-CG.
Proceda-se com a liberação da penhora e/ou de qualquer outra forma de constrição (se houver).
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
Após, arquivem-se.
SERVE COMO CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA/MANDADO DE INTIMAÇÃO:
Costa Marques/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7000464-04.2019.8.22.0016
Classe:Perda ou Suspensão do Poder Familiar
REQUERENTE: M. P. D. E. D. R.
ADVOGADO DO REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
REQUERIDO: S. M.
ADVOGADO DO REQUERIDO:
Valor da causa: R$1.000,00
DESPACHO
Vistos.
Trata-se de ação de destituição do poder familiar ajuizada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA em face de SANDRA MULLER BEZERRA genitora das crianças TAINARA MULLER, nascida 04/05/2002, JONAS MULLER DANTAS, nascido em 14/07/2006, TATIANE MULLER BEZERRA, JOSÉ CARLOS BEZERRA, nascido em 01/10/2010 e TALITA MULLER BEZERRA, nascida em 04/11/2012.
Diante dos fundamentos da ação de destituição que se reporta ao abandono material e afetivo dos filhos, o qual foi por ela, genitora ré colocados em situação de risco por negligência, maus tratos no ambiente familiar, vítimas de agressões físicas e psicológicas, situação perpetrada até serem abrigados por ordem judicial nos autos do processo n.° 7000569-15.2018.8.22.0016, determino:
1º) Intime-se o MP para incluir no polo passivo o pai dos menores - José Oliveira Dantas.
2º) Com a emenda, cite-se os requeridos do inteiro teor da petição inicial para que, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, ofereça resposta escrita, indicando as provas a serem produzidas e oferecendo desde logo o rol de testemunhas e documentos, nos termos do artigo 158,"caput", da Lei n.º 8.069, de 13/07/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), cientificando-a de que não sendo oferecida resposta no prazo acima, serão tidos como verdadeiros os fatos alegados na inicial em apreço.
3º) Faça consta no MANDADO de citação que caso a requerida não tenha condições de constituir advogado, poderá requerer em

cartório a nomeação de dativo.
4º) Desde já determino a realização do Estudo Social junto a requerida.
4.1) Prazo 30 dias para entrega do relatório.
5º) Com a juntada da contestação, vista ao Ministério Público.
6º) Após, voltem os autos concluso para designação de audiência.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 do CPC e respectivos parágrafos (Lei 13.105/2015).
Providenciem-se o necessário. Cumpra-se.
SERVE COMO MANDADO /CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA:
REQUERIDO: S. M., AVENIDA MARECHAL RONDON 8300 SAÕ DOMINGO DO GUAPORÉ - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019 .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7001136-80.2017.8.22.0016
Classe:Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: JOSE MOREIRA DE OLIVEIRA
EXECUTADO: ANA MARIA ARAUJO MENDES
Valor da causa: R$10.000,00
DESPACHO
Vistos.
1) Intime-se, pessoalmente, a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, dar andamento normal ao feito, bem como para requerer o que entender de direito, sob pena de arquivamento e/ou extinção do processo.
a) Ressalto que a intimação deverá ser realizada por meio do oficial de justiça.
2) Em seguida, voltem-me os autos conclusos.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 do CPC e respectivos parágrafos (Lei 13.105/2015).
Providenciem-se o necessário. Cumpra-se.
SERVE COMO MANDADO /CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA:
EXEQUENTE: JOSE MOREIRA DE OLIVEIRA, AVENIDA 05 DE MAIO 951 SETOR 02 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
EXECUTADO: ANA MARIA ARAUJO MENDES, AV 13 DE SETEMBRO 1433 SETOR 2 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7000600-35.2018.8.22.0016
Classe:Procedimento Comum
AUTOR: P. D. C. M.
ADVOGADO DO AUTOR: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES, MARCOS ROGERIO GARCIA FRANCO OAB nº SP268666
RÉU: MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA.
ADVOGADO DO RÉU: FELIPE QUINTANA DA ROSA OAB nº RS56220, BERNARDO BERGAMASCHI BRESCIANI OAB nº RS72240
Valor da causa: R$232.518,36
DESPACHO
Vistos.
Trata-se de cumprimento de SENTENÇA.
1) Retifique-se a classe processual.
2) INTIME-SE a parte executada para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver, com fulcro no artigo. 523 do CPC.
2.1) Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo supracitado, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento (§ 1º do art. 523 do mesmo Diploma Legal).
2.2) Caso seja efetuado o pagamento parcial dentro do prazo de quinze dias, a multa e os honorários decorrentes do inadimplemento incidirão sobre o restante (art. 523, § 2º do CPC).
2.3) Consigno ao cartório que, ao proceder a intimação do devedor, devem ser observadas as hipóteses do art. 513, § 2º do CPC.
3) Não havendo satisfação da obrigação no prazo previsto para pagamento voluntário ou impugnação, vistas a parte Exequente para atualização do débito (multa e honorários de 10%).
4) Em seguida, voltem-me os autos conclusos.
Providenciem-se o necessário. Cumpra-se.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 do CPC e respectivos parágrafos (Lei 13.105/2015).
SERVE COMO MANDADO /CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA:
AUTOR: P. D. C. M., AV CHIANCA 1381 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
RÉU: MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA., RUA ALFRED JURZYKOWSKI 562 PAULICÉIA - 09680-100 - SÃO BERNARDO DO CAMPO - SÃO PAULO
Costa Marques/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019 .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

Processo: 7000255-69.2018.8.22.0016
Classe:Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: DONIZETE LUIZ FERREIRA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JAIRO REGES DE ALMEIDA OAB nº RO7882
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
ADVOGADO DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB nº MS6835, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL OAB nº RO8217
Valor da causa: R$6.965,66
SENTENÇA
Vistos, etc.
Compulsando os autos, verifica-se que a audiência de conciliação foi promovida e as partes anunciaram celebração de acordo, conforme peça retro.
Requerem homologação e, por conseguinte, a extinção do feito.
Assim, por vislumbrar os pressupostos legais, homologo o acordo entabulado em audiência, a fim de que este produza seus efeitos jurídicos e legais. Sendo assim, JULGO EXTINTO o feito, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, na forma do art. 487, III, “b” do NCPC.
Expeça-se o necessário, conforme disposto na ata de audiência.
Sem custas.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Após o trânsito em julgado, procedidas as baixas, anotações e comunicações necessárias, arquivem-se os autos.
SERVE COMO CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA/MANDADO DE INTIMAÇÃO:
REQUERENTE: DONIZETE LUIZ FERREIRA, SEM ENDEREÇO
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, SEM ENDEREÇO
Costa Marques/RO, {{data.extenso}} .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

Processo: 7000007-69.2019.8.22.0016
Classe:Monitória
AUTOR: CENTRAL PEC COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
ADVOGADO DO AUTOR: ALAN DE ALMEIDA PINHEIRO DA SILVA OAB nº RO7495, MIRELLY VIEIRA MACEDO DE ALMEIDA OAB nº RO5174
RÉU: J. NOGUEIRA AGROPECUARIA EIRELI - ME
ADVOGADO DO RÉU:
Valor da causa: R$31.382,16
SENTENÇA
Vistos, etc.
Compulsando os autos, verifica-se que as partes anunciaram celebração de acordo, conforme peça retro.
Requerem homologação e, por conseguinte, a extinção do feito.
Assim, por vislumbrar os pressupostos legais, homologo o acordo entabulado em audiência, a fim de que este produza seus efeitos jurídicos e legais. Sendo assim, JULGO EXTINTO o feito, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, na forma do art. 487, III, "b" do NCPC.
Expeça-se o necessário, conforme disposto na ata de audiência.
Sem custas.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Após o trânsito em julgado, procedidas as baixas, anotações e comunicações necessárias, arquivem-se os autos.
SERVE COMO CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA/MANDADO DE INTIMAÇÃO:
AUTOR: CENTRAL PEC COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA, RUA SÃO JOÃO 780, - DE 883/884 A 1224/1225 CASA PRETA - 76907-626 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
RÉU: J. NOGUEIRA AGROPECUARIA EIRELI - ME, AVENIDA CHIANCA 1773 SETOR 01 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques/RO, {{data.extenso}} .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7000923-40.2018.8.22.0016
Classe:Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: JOSILENE DA SILVA LEITE
ADVOGADO DO EXEQUENTE:
EXECUTADO: P. D. C. M.
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES
Valor da causa: R$4.654,10
DESPACHO
Vistos.
Com efeito, a parte Exequente compareceu em Juízo, ocasião em que demonstrou o recebimento parcial do seu crédito.
Nesse ínterim, pugnou a Exequente pelo recebimento da diferença descrita acima, informando para tanto a conta no Banco do Brasil S.A., Agência 2223-3, Conta corrente: 12.669-1, Banco do Brasil, de sua própria titularidade.
Pois bem!
1) Intime-se o Executado para, no prazo de 05 (cinco) dias comprovar o pagamento do remanescente, sob pena de requisição do pagamento do valor executado (NCPC, arts. 534-535).
2) Decorrido o prazo sem comprovação, expeça o RPV. Havendo pagamento providencie a serventia a transferência para a conta indicada supra, por conseguinte voltem-me os autos conclusos para extinção, nos termos do art. 924, inciso II, do CPC.
3) Portanto, não havendo pagamento, voltem-me os autos conclusos para deliberações.
Providenciem-se o necessário. Cumpra-se.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA PRECATÓRIA/MANDADO de CITAÇÃO/INTIMAÇÃO e CARTA AR:
1)EXEQUENTE: JOSILENE DA SILVA LEITE, JORGE TEIXEIRA 1189, CASA - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
2)EXECUTADO: P. D. C. M., AV. CHIANCA s.n CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques/RO, {{data.extenso}} .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7000512-60.2019.8.22.0016
Classe:Procedimento Comum
AUTOR: MIRIAN DE SOUZA
ADVOGADO DO AUTOR: NELSON VIEIRA DA ROCHA JUNIOR OAB nº RO3765
RÉU: I. -. I. N. D. S. S.
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Valor da causa: R$23.760,00
DECISÃO
Vistos.
Cuida-se de ação previdenciária ajuizada por MIRIAN DE SOUZA DE CARVALHO em desfavor do INSS – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, com pedido de tutela de urgência para o restabelecimento do benefício previdenciário de auxílio-doença e posterior conversão em aposentadoria por invalidez negado administrativamente.
DECIDO.
O primeiro requisito a ser verificado, no caso em tela, trata-se do prévio requerimento administrativo. Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal (RE 631240), o interesse de agir da parte autora surge com o indeferimento do benefício pretendido junto a Autarquia previdenciária.
A tutela de urgência antecipada serve para adiantar, no todo ou em parte, os efeitos pretendidos com a SENTENÇA a ser proferida no final. O art. 300 do NCPC, pressupõe a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.
Analisando sumariamente a prova carreada aos autos e a argumentação trazida na inicial, verifica-se que o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo encontra-se bem caracterizado na hipótese, já que conforme entendimento jurisprudencial, o perigo de dano, está presente em ações dessa natureza, por se tratar de verba de caráter alimentar.
De outro lado, a plausibilidade da argumentação e a probabilidade do direito decorrem dos documentos acostados na exordial, especialmente, o laudo médico o qual atestou que a parte requerente encontra-se inapta para o trabalho, tendo em vista que encontra-se com câncer.
Além do mais, verifica-se que o próprio INSS reconhece a condição de segurada da parte, pois o indeferimento da prorrogação do benefício somente se deu sob o fundamento de que a parte requerente não estava incapacitada, não pontuando nada a respeito da qualidade de segurado.
Assim, por tudo exposto, vejo estarem atendidos os requisitos necessários para a concessão do pleito liminar, eis que a evidência do perigo da demora decorre da natureza assistencial do benefício requerido.
Presentes relevantes indícios da probabilidade do direito da parte Requerente, bem como o perigo de dano, o deferimento da tutela de urgência é medida imperativa.
Posto isso, DEFIRO a tutela provisória de urgência antecipada postulada, para DETERMINAR ao INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL efetue imediatamente o estabelecimento do benefício auxílio-doença a parte Requerente, nos moldes pleiteados administrativamente.
Oficie-se com urgência.

Sem prejuízo, em homenagem ao princípio da celeridade, tendo em vista que assim já se manifestou a autarquia, ora requerida, em outros autos, determino que a presente DECISÃO seja enviada para a APS/ADJ – Porto Velho, localizada na Rua Campos Sales, nº 3132, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP 76.801-246, aos cuidados do gerente executivo da AADJ, Sra. Vanessa Felipe de Melo (vanessa.melo@inss.gov.br), tel: 3533-5000, inclusive, por e-mail.

Deixo de designar audiência de conciliação, uma vez que em todas as ações em trâmite neste juízo em desfavor do INSS os seus representantes legais jamais se fazem presentes, bem como nunca há acordo.

Pautada no princípio da efetividade da prestação jurisdicional e a fim de viabilizar que o processo retorne a este juízo apenas na fase de saneamento/julgamento antecipado da lide, salvo em caso de pedido incidental urgente, autorizo a escrivania a prática dos seguintes atos ordinatórios:

1) CITE-SE a parte ré para apresentar contestação nos presentes autos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada aos autos do MANDADO de citação devidamente cumprido, por ser esta a mais razoável interpretação possível dos arts. 231, 334 e 335, caput e inc. II do NCPC.

a) No que pertine aos entes públicos (União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, e suas respectivas autarquias e fundações de direito público), o prazo de contestação será em dobro, contados a partir de sua intimação pessoal, nos termos do art. 183 do NCPC.

b) Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora, NCPC 344/345, com as ressalvas derivadas das exceções legais nos preceitos traduzidas.

2) Com a vinda da contestação, desde que acompanhada de documentos que não digam respeito à representação processual ou venha contendo preliminares, dê-se vista à parte autora em réplica, pelo prazo de 15 (quinze) dias e, no caso desta vir subsidiada de documentos novos, consequente vista à parte ré, pelo igual prazo de 15 (quinze) dias;

3) Considerando que a matéria dos autos necessitam de prova pericial, tendo em vista que nesta localidade não há médicos especialistas, somado ao fato de que São Francisco do Guaporé dispõe atualmente de uma melhor infraestrutura, inclusive com um Hospital Regional ao seu dispor, nomeio o DR. Jhonny Silva Rodrigues, CRM-RO 2054, a fim de que examine a parte requerente e responda os quesitos formulados.

4) Devendo este Juízo ser informado do agendamento com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para o fim de possibilitar a intimação das partes.

5) Fixo os seguintes pontos controvertidos da demanda: a) há incapacidade da parte autora em exercer atividade laboral que lhe garanta a subsistência b) a eventual invalidez da parte requerente é permanente ou temporária c) a eventual incapacidade a impossibilita de exercer outras atividades diversas daquela antes usualmente exercida d) a parte requerente cumpre a carência legalmente prevista - recolhimento previdenciário ou tempo de exercício de atividade nos termos do art. 11 c/c 25/26 e 39 da lei n. 9213/91, para concessão do benefício pleiteado

6) Desde já, fica determinada a intimação do médico designado para o encargo a apresentar laudo no prazo de 10 dias a contar da data do exame, devendo o médico responder aos quesitos.

7) Intime-se a parte autora tão logo seja informado a data do agendamento, para que compareça ao local indicado e, quando da realização da perícia, leve para a análise do médico todos os exames que porventura tenha realizado anteriormente.

8) Por fim, encaminhem-se os quesitos apresentados pelas partes, que deverão ser respondidos pelo expert, bem como, os quesitos do Juízo acima fixados.

9) Consigne-se que a parte requerente deverá comparecer à perícia acima designada, munida de seus documentos e exames que entender pertinente, quanto ao seu quadro clínico, a fim de viabilizar o diagnóstico do Douto Perito.

10) Oportunizo às partes o prazo de 15 (quinze) dias, para, querendo, apresentarem os quesitos a serem respondidos pelo perito e indiquem assistente técnico, caso queiram e ainda não o tenham feito.

11) Para a efetivação da diligência nesta comarca, autorizo o uso das prerrogativas do artigo 212 do NCPC e respectivos parágrafos.

12) Faço consignar que o laudo pericial deverá ser encaminhado pelo Expert a este juízo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da avaliação médica.

13) Com a juntada do laudo pericial, oportunizo, desde já, o prazo sucessivo de 15 (quinze) dias para as partes manifestarem-se acerca da perícia realizada.

14) Fixo como remuneração do perito o valor de R$ 370,00 (trezentos e setenta reais) de acordo com a resolução 232/2016 do CNJ e o provimento CJV-PRVP2018/00004 da Corregedoria-Geral da Justiça Federal.

15) Concluído o laudo pericial e, após a manifestação das partes, providencie o necessário para o devido pagamento do perito. Após, tornem os autos conclusos para deliberação ou SENTENÇA.

Expeça-se o necessário. Cumpra-se.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do NCPC.

SERVE A PRESENTE COMO CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA/ MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO:

MIRIAN DE SOUZA DE CARVALHO, residente e domiciliada na Br 429, km 58, Linha 05, Ramal Porto Vitória, município de Costa Marques.

INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS, situada na Rua Getúlio Vargas nº 1.035, bairro Centro, na cidade de Ji-paraná/ RO.

Costa Marques/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019 .

Maxulene de Sousa Freitas

Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Costa Marques - Vara Única

Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7000506-53.2019.8.22.0016

Classe:Procedimento do Juizado Especial Cível

REQUERENTE: LUIZA DAVILA TORRES

ADVOGADO DO REQUERENTE: ORLANDO GOMES CORDEIRO OAB nº RO8586

RÉU: LATAM AIRLINES GROUP S/A

ADVOGADO DO RÉU:

Valor da causa: R$12.000,00

DESPACHO

Vistos.

1) Cite(m)-se a(s) parte(s) requerida(s) para tomar(em) conhecimento da presente ação, e, querendo, apresentar(em) contestação em audiência de tentativa de conciliação, que se realizará no dia 26 de junho de 2019, às 10 horas, junto ao CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado nas dependências do Fórum Juíza Susy Soares Silva Gomes, situado na Avenida Chianca, nº 1061, centro, em Costa Marques/RO, CEP: 76.937-000, sob pena de ser decretada a sua revelia.

1.1) A ausência injustificada da(s) parte(s) requerida(s) em audiência de conciliação, ou a não apresentação de contestação, acarretará a presunção de veracidade dos fatos articulados pela parte requerente. (Lei nº 9.099/95, art. 20).

2.2) Não havendo conciliação, após resposta(s) da(s) parte(s) requerida(s), franqueie-se à parte autora suficiente oportunidade de manifestação oral - em audiência - aos termos da(s) contestação(ões) então apresentada(s).

3) Em seguida, ainda em audiência, as partes deverão especificar as provas que pretendem produzir, justificando detalhadamente sua pertinência e relevância em relação ao desfecho da demanda, sob pena de indeferimento.

4) Após, tornem-se os autos conclusos para deliberação quanto às provas postuladas ou julgamento antecipado da lide.
Para tanto, autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do NCPC.
Aguarde-se a solenidade.
Expeça-se o necessário.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC.
SERVE COMO MANDADO /CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA:
REQUERENTE: LUIZA DAVILA TORRES, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 1440 SETOR 01 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
RÉU: LATAM AIRLINES GROUP S/A, RUA VERBO DIVINO 2001, - DE 999/1000 AO FIM CHÁCARA SANTO ANTÔNIO (ZONA SUL) - 04719-002 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
Costa Marques/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019 .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7001236-98.2018.8.22.0016
Classe:Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: ANGELA ANTONIA FERNANDES
ADVOGADO DO REQUERENTE: GILSON VIEIRA LIMA OAB nº RO4216A, EVILYN EMAELI ZANGRANDI SILVA OAB nº RO9248
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
ADVOGADO DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB nº MS6835
Valor da causa: R$12.407,50
DESPACHO
Vistos.
Analisando os autos, vislumbro que a credora apresentou impugnação à contestação (ID nº 26716456), todavia, o feito encontra-se em fase executória.
Sendo assim, INTIME-SE a parte autora para retificar a petição retro e/ou requer o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento do feito.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 do CPC e respectivos parágrafos (Lei 13.105/2015).
Providenciem-se o necessário. Cumpra-se.
SERVE COMO MANDADO /CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA:
REQUERENTE: ANGELA ANTONIA FERNANDES, BR 429, LINHA, KM 03, PT 17,, SAO DOMINGOS DO GUAPORE ZONA RURAL - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, AVENIDA DOS IMIGRANTES, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Costa Marques/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019 .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7000499-61.2019.8.22.0016
Classe:Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: JOSE DE OLIVEIRA LIMA
ADVOGADO DO EXEQUENTE:
EXECUTADO: ADRIANE ALEXOPULOS
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Valor da causa: R$1.680,00
DESPACHO
Vistos,
1) Intime-se a parte executada para comparecer em audiência de tentativa de conciliação, que se realizará no dia 12 de junho de 2019, às 9h30min., junto ao CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado nas dependências do Fórum Fórum Juíza Suzy Soares Silva Gomes, situado na Avenida Chianca, nº 1061, Centro, Costa Marques/RO, CEP: 76937-000 - Fone:(69) 3651-2316.
1.1)Consigno que, sendo o Exequente Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, devem ser representadas, inclusive em audiência, pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente, inteligência do Enunciado n. 141, do Fonaje.
2) Cite-se em execução para que, no prazo de três dias, efetue o pagamento da dívida, contados a partir da citação (art. 829 e 231 §3º do NCPC), ou, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, opor embargos à execução, independentemente de penhora, depósito ou caução, observando-se o disposto no artigo 827, §1º e §2º, do NCPC.
3) Não efetuado o pagamento no prazo de 3 (três) dias úteis, munido da segunda via do MANDADO, o Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado, bem como intimando-o para comparecer na audiência de conciliação. Se houver pagamento ou acordo no prazo de três dias, a audiência e a penhora restam prejudicadas.
4) Na hipótese de serem penhorados bens imóveis e sendo a parte requerida casada, intimar o cônjuge.
5) O executado pode requerer a substituição da penhora no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato, desde que atendido os requisitos do art. 847 e ss do NCPC.
6) Feito o pedido de substituição o exequente deverá ser intimado a se manifestar em 5 (cinco) dias úteis.
7) Caso aceita a substituição, inclusive pela não manifestação no prazo de 3 dias, tome-se ela por termo (art. 853 e 849 do CPC).
8) No mesmo prazo dos embargos, a parte executada pode reconhecer o crédito do exequente, e requerer, desde que comprovado o depósito de 30% do valor da execução acrescidos de custas e honorários, o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas as subsequentes de correção monetária e juros de 1% de ao mês (art. 916 NCPC). Nesta hipótese, o credor deverá ser intimado para se manifestar quanto ao depósito e logo em seguida os autos virão conclusos para DECISÃO.
9) Havendo a citação e não sendo localizados bens pelo oficial de justiça, a parte credora poderá requerer a pesquisa via sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, nesta ordem.
10) Restando infrutífera a tentativa de citação ou penhora de bens, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento.
11) Silenciando-se quanto ao impulsionamento do feito e indicação de bens passíveis a satisfação da obrigação, o feito será extinto, sem resolução do MÉRITO, nos termos do art. 485, III e §1º do NCPC.
12) Não promovendo a citação do requerido, o feito será extinto, sem resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 485, IV do NCPC.
13) No mais, não sendo localizado bens do executado, o oficial o intimará para que, no prazo de 5 (cinco) dias, indique quais são e onde se encontrando os bens sujeitos a penhora e seus respectivos valores, sob pena de multa de 10% sobre o saldo devedor, a ser revertido em proveito do credor (art. 774, V e parágrafo único do NCPC). A indicação far-se-á diretamente ao oficial e sendo positivo, proceda a respectiva penhora e avaliação.
SERVE COMO MANDADO /CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA:
EXEQUENTE: JOSE DE OLIVEIRA LIMA, 10 DE ABRIL 1616 SETOR 03 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
EXECUTADO: ADRIANE ALEXOPULOS, AVENIDA SANTA CRUZ 717 SETOR 01 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques/RO, {{data.extenso}} .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7001275-95.2018.8.22.0016
Classe:Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: SOLANGE DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE:
REQUERIDO: ADONIAS MENDES TOMICHA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
Valor da causa: R$184,32
DESPACHO
Vistos.
1) Sobre o prisma do princípio da cooperação e em atenção ao princípio da não surpresa, intime-se a parte Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias se manifestar acerca da proposta de pagamento apresentada pelo Requerido (ID n. 25135047), sob pena de preclusão e extinção do feito.
2) Decorrido o prazo sem manifestação, os autos serão extintos, nos termos do art. 53, §4º, da Lei n. 9.099/95.
3) Por conseguinte, voltem-me os autos conclusos, com o decurso do prazo.
Providenciem-se o necessário. Cumpra-se.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA PRECATÓRIA/MANDADO de CITAÇÃO/INTIMAÇÃO e CARTA AR:
1)REQUERENTE: SOLANGE DA SILVA, AVENIDA 10 DE ABRIL 1535 SETOR 02 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
2)REQUERIDO: ADONIAS MENDES TOMICHA, RUA ANTÔNIO SERAFIM 2261 SETOR 03 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques/RO, {{data.extenso}} .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 0000116-18.2013.8.22.0016
Classe:Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: MICHEL FERNANDES BARROS
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MICHEL FERNANDES BARROS OAB nº RO1790
EXECUTADO: ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS FLOR DO VALE
ADVOGADO DO EXECUTADO: GILSON VIEIRA LIMA OAB nº RO4216A
Valor da causa: R$2.168,97
DESPACHO
Vistos.
1) Intime-se a parte autora/exequente para dar andamento normal ao feito, indicando a satisfação da dívida ou o montante do débito remanescente para proceder com quaisquer das possibilidades do artigo 835 do CPC, bem como para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento e/ou extinção do processo.
2) Após, tornem-se os autos conclusos.
Pratique-se o necessário.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 do CPC e respectivos parágrafos (Lei 13.105/2015).
Providenciem-se o necessário. Cumpra-se.
SERVE COMO MANDADO /CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA:
Costa Marques/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7000500-46.2019.8.22.0016
Classe:Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: JOSE DE OLIVEIRA LIMA
ADVOGADO DO EXEQUENTE:
EXECUTADO: FRANCISCO PEREIRA DO NASCIMENTO
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Valor da causa: R$2.575,00
DESPACHO
Vistos,
1) Intime-se a parte executada para comparecer em audiência de tentativa de conciliação, que se realizará no dia 12 de junho de 2019, às 10 horas, junto ao CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado nas dependências do Fórum Fórum Juíza Suzy Soares Silva Gomes, situado na Avenida Chianca, nº 1061, Centro, Costa Marques/RO, CEP: 76937-000 - Fone:(69) 3651-2316.
1.1)Consigno que, sendo o Exequente Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, devem ser representadas, inclusive em audiência, pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente, inteligência do Enunciado n. 141, do Fonaje.
2) Cite-se em execução para que, no prazo de três dias, efetue o pagamento da dívida, contados a partir da citação (art. 829 e 231 §3º do NCPC), ou, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, opor embargos à execução, independentemente de penhora, depósito ou caução, observando-se o disposto no artigo 827, §1º e §2º, do NCPC.
3) Não efetuado o pagamento no prazo de 3 (três) dias úteis, munido da segunda via do MANDADO, o Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado, bem como intimando-o para comparecer na audiência de conciliação. Se houver pagamento ou acordo no prazo de três dias, a audiência e a penhora restam prejudicadas.
4) Na hipótese de serem penhorados bens imóveis e sendo a parte requerida casada, intimar o cônjuge.
5) O executado pode requerer a substituição da penhora no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato, desde que atendido os requisitos do art. 847 e ss do NCPC.
6) Feito o pedido de substituição o exequente deverá ser intimado a se manifestar em 5 (cinco) dias úteis.
7) Caso aceita a substituição, inclusive pela não manifestação no prazo de 3 dias, tome-se ela por termo (art. 853 e 849 do CPC).
8) No mesmo prazo dos embargos, a parte executada pode reconhecer o crédito do exequente, e requerer, desde que comprovado o depósito de 30% do valor da execução acrescidos de custas e honorários, o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas as subsequentes de correção monetária e juros de 1% de ao mês (art. 916 NCPC). Nesta hipótese, o credor deverá ser intimado para se manifestar quanto ao depósito e logo em seguida os autos virão conclusos para DECISÃO.
9) Havendo a citação e não sendo localizados bens pelo oficial de justiça, a parte credora poderá requerer a pesquisa via sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, nesta ordem.
10) Restando infrutífera a tentativa de citação ou penhora de bens, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento.
11) Silenciando-se quanto ao impulsionamento do feito e indicação de bens passíveis a satisfação da obrigação, o feito será extinto, sem resolução do MÉRITO, nos termos do art. 485, III e §1º do NCPC.
12) Não promovendo a citação do requerido, o feito será extinto, sem resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 485, IV do NCPC.
13) No mais, não sendo localizado bens do executado, o oficial o intimará para que, no prazo de 5 (cinco) dias, indique quais são e onde se encontrando os bens sujeitos a penhora e seus respectivos

valores, sob pena de multa de 10% sobre o saldo devedor, a ser revertido em proveito do credor (art. 774, V e parágrafo único do NCPC). A indicação far-se-á diretamente ao oficial e sendo positivo, proceda a respectiva penhora e avaliação.
SERVE COMO MANDADO /CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA:
EXEQUENTE: JOSE DE OLIVEIRA LIMA, 10 DE ABRIL 1616 SETOR 03 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
EXECUTADO: FRANCISCO PEREIRA DO NASCIMENTO, RUA TR 3 1765 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques/RO, {{data.extenso}} .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7000495-24.2019.8.22.0016
Classe:Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: SUELI LOOSE NAITZEL
ADVOGADO DO REQUERENTE: POLIANA POTIN OAB nº RO7911
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
ADVOGADO DO REQUERIDO:
Valor da causa: R$11.553,92
DESPACHO
Vistos.
Em análise dos autos, verifico que possui as mesmas partes e a mesma causa de pedir que o feito 7000495.24.2019.8.22.0016.
Portanto, considerando os princípios doutrinários da não-surpresa e do contraditório substancial, intime-se a Patrona para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, quanto eventual litispendência.
Em seguida, voltem-me os autos conclusos.
Expeça-se o necessário. Cumpra-se.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA PRECATÓRIA/MANDADO de CITAÇÃO/INTIMAÇÃO e CARTA AR:
1)REQUERENTE: SUELI LOOSE NAITZEL, LINHA 5 CAPA 80 KM 26, S/N ZONA RURAL - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
2)REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, AV. CHIANCA 925 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques/RO, {{data.extenso}} .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7000498-76.2019.8.22.0016
Classe:Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: CLENILDA CANDIDA VIEIRA LEMOS 68804881291
ADVOGADO DO REQUERENTE: EVILYN EMAELI ZANGRANDI SILVA OAB nº RO9248
REQUERIDO: MARIA APARECIDA BENATTI
ADVOGADO DO REQUERIDO:
Valor da causa: R$519,40
DESPACHO
Vistos,
1) Intime-se a parte executada para comparecer em audiência de tentativa de conciliação, que se realizará no dia 26 de junho de 2019, às 08 horas, junto ao CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado nas dependências do Fórum Fórum Juíza Suzy Soares Silva Gomes, situado na Avenida Chianca, nº 1061, Centro, Costa Marques/RO, CEP: 76937-000 - Fone:(69) 3651-2316.
1.1)Consigno que, sendo o Exequente Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, devem ser representadas, inclusive em audiência, pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente, inteligência do Enunciado n. 141, do Fonaje.
2) Cite-se em execução para que, no prazo de três dias, efetue o pagamento da dívida, contados a partir da citação (art. 829 e 231 §3º do NCPC), ou, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, opor embargos à execução, independentemente de penhora, depósito ou caução, observando-se o disposto no artigo 827, §1º e §2º, do NCPC.
3) Não efetuado o pagamento no prazo de 3 (três) dias úteis, munido da segunda via do MANDADO, o Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado, bem como intimando-o para comparecer na audiência de conciliação. Se houver pagamento ou acordo no prazo de três dias, a audiência e a penhora restam prejudicadas.
4) Na hipótese de serem penhorados bens imóveis e sendo a parte requerida casada, intimar o cônjuge.
5) O executado pode requerer a substituição da penhora no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato, desde que atendido os requisitos do art. 847 e ss do NCPC.
6) Feito o pedido de substituição o exequente deverá ser intimado a se manifestar em 5 (cinco) dias úteis.
7) Caso aceita a substituição, inclusive pela não manifestação no prazo de 3 dias, tome-se ela por termo (art. 853 e 849 do CPC).
8) No mesmo prazo dos embargos, a parte executada pode reconhecer o crédito do exequente, e requerer, desde que comprovado o depósito de 30% do valor da execução acrescidos de custas e honorários, o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas as subsequentes de correção monetária e juros de 1% de ao mês (art. 916 NCPC). Nesta hipótese, o credor deverá ser intimado para se manifestar quanto ao depósito e logo em seguida os autos virão conclusos para DECISÃO.
9) Havendo a citação e não sendo localizados bens pelo oficial de justiça, a parte credora poderá requerer a pesquisa via sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, nesta ordem.
10) Restando infrutífera a tentativa de citação ou penhora de bens, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento.
11) Silenciando-se quanto ao impulsionamento do feito e indicação de bens passíveis a satisfação da obrigação, o feito será extinto, sem resolução do MÉRITO, nos termos do art. 485, III e §1º do NCPC.
12) Não promovendo a citação do requerido, o feito será extinto, sem resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 485, IV do NCPC.
13) No mais, não sendo localizado bens do executado, o oficial o intimará para que, no prazo de 5 (cinco) dias, indique quais são e onde se encontrando os bens sujeitos a penhora e seus respectivos valores, sob pena de multa de 10% sobre o saldo devedor, a ser revertido em proveito do credor (art. 774, V e parágrafo único do NCPC). A indicação far-se-á diretamente ao oficial e sendo positivo, proceda a respectiva penhora e avaliação.
SERVE COMO MANDADO /CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA:
REQUERENTE: CLENILDA CANDIDA VIEIRA LEMOS 68804881291, AVENIDA COSTA MARQUES s/n, VISUAL MODAS DISTRITO SAO DOMINGOS DO GUAPORE - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
REQUERIDO: MARIA APARECIDA BENATTI, SANTO ANTONIO 1660 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques/RO, {{data.extenso}} .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7000460-64.2019.8.22.0016

Classe:Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: A. C. R.
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
EXECUTADO: D. E. D. L.
Valor da causa: R$954,00
DECISÃO
Vistos.
1) Nos termos do artigo 528 do CPC, INTIME-SE o executado pessoalmente para, no prazo de 3 (três) dias, adotar uma das seguintes providências:
1.1) - pagar o débito em execução, bem como as parcelas que vencerem no curso do processo (art. 528, § 7º, do CPC e Súmula 309 do STJ);
1.2) - provar que já fez o pagamento, apresentando o(s) respectivo(s) comprovante(s);
1.3) - apresentar justificativa com comprovação de fato que gere a impossibilidade absoluta de efetuar o pagamento (CPC, artigo 528, § 2º).
1.4) - Cientifique-se o devedor de que a sua inércia trará como consequência o protesto do débito junto ao cartório extrajudicial e sua prisão pelo prazo de 1 à 3 meses (CPC, artigo 528, §3º), pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) meses.
2) Decorrido o prazo sem a comprovação do pagamento ou sem a apresentação de justificativa pelo devedor, nos do art. 528, §3º c.c. 517, ambos do CPC e do art. 5º, LXVII, da CF, desde já determino:
2.1) Fica desde já também decretada a prisão do executado pelo prazo de 30 dias, caso em que a Escrivania deverá expedir MANDADO DE PRISÃO, consignando-se o prazo de privação de liberdade (30 dias), bem como a informação de que, custodiado, o executado deverá ficar segregado no regime fechado e em compartimento diverso daquele destinado aos presos comuns (CPC, artigo 528, § 4º).
2.2) Advirta-se o executado de que o cumprimento da pena de prisão não exime o devedor do pagamento das prestações vencidas, inclusive as que se deram no curso do processo, e também das vincendas (CPC, art. 528, § 5º e Súmula 309 do STJ).
2.3) Autorizo o cumprimento da diligência na forma do artigo 212, § 2º do CPC, se assim o Sr. Oficial de Justiça entender necessário, devendo, nessa hipótese, serem respeitados os direitos e as garantias fundamentais, especialmente o disposto no artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal.
2.4) Na hipótese do devedor não ser localizado, encaminhem-se cópias do MANDADO de prisão aos órgãos de segurança pública (PM, PC, PF e PRF), não havendo necessidade de inclusão no BNMP.
3) Paga a prestação alimentícia, suspenda-se de imediato o cumprimento da ordem de prisão (CPC, art. 528, § 6º), expedindo-se alvará de soltura, hipótese em que o devedor deverá ser solto imediatamente, salvo de estiver custodiado por outro motivo.
Ciência à Defesa e ao Ministério Público.
Observações a serem realizadas pela escrivania:
I - Antes de expedir o MANDADO de prisão, após decorrido o prazo inicial de 03 (três) dias para pagamento, prova do adimplemento ou justificativa da impossibilidade de quitação, sem manifestação do requerido, abra-se vista ao(s) exequente(s) para dizer, no prazo de 10 (dez) dias, se eventualmente não houve o pagamento do débito extrajudicialmente, hipótese em que o(s) credor(s) deverá dizer quanto à eventual extinção desta execução, abrindo-se vista ao Ministério Público para se manifestar.
II - Na hipótese do exequente confirmar que o pagamento não foi realizado, mesmo após a citação e advertência da prisão, abra-se vista ao Ministério Público para se manifestar e, caso o parquet não apresente objeção à ordem de prisão desde já declinada, dai então cumpra-se a ordem e expeça-se o MANDADO de prisão e/ou eventual carta precatória, sendo que, na hipótese do devedor residir em outra Comarca, deverá ser consignado dentre os atos deprecados que, se eventualmente o executado satisfazer o pagamento integral do débito logo após ser recolhido ao estabelecimento prisional, deverá o Juízo de destino (deprecado) suspender imediatamente a prisão e colocá-lo em liberdade com expedição de alvará de soltura, se por outro motivo também não estiver preso, independentemente de novo DESPACHO ou DECISÃO deste juízo deprecante nesse sentido.
Serve a presente como MANDADO ou carta precatória de citação, intimação, prisão e alvará de soltura do executado, bem como MANDADO de intimação da parte exequente, caso entenda conveniente a escrivania.
Pratique-se o necessário. Cumpra-se.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do NCPC.
Dados da partes:
Credores: ADRIAN FELIPE EUZÉBIO DE LANA e ISABELLE CHUBE DE LANA, menores impúberes, neste ato representado por sua genitora, APARECIDA CHUBE ROSA, residente e domiciliado na BR 429, linha 21, km 02, sítio boa esperança, comarca de Costa Marques/RO, CEP: 76937-000, (69) 98457-5712.
Devedor: DANIEL EUZÉBIO DE LANA, residente na Rua 02 de julho, sn, bairro mangueira, casa verde murada, em frente a casa nº 1862, Costa Marques/RO).
Costa Marques/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019 .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7000457-46.2018.8.22.0016
Classe:Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: NINALDO SCHULTZ
ADVOGADO DO REQUERENTE: CHARLES KENNY LIMA DE BRITO OAB nº RO8341, FABRICIO VIEIRA LIMA OAB nº RO8345, GILSON VIEIRA LIMA OAB nº RO4216A
REQUERIDO: OI MOVEL S.A
ADVOGADO DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB nº MS6835, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB nº RO5462
Valor da causa: R$16.159,00
DESPACHO
Vistos.
Cuida-se de cumprimento de SENTENÇA.
RETIFIQUE-SE A CLASSE PROCESSUAL.
1) INTIME-SE a parte Devedora, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, satisfaça a obrigação, cujo valor está atualizado no patamar de R$ 20.586,77 (Vinte mil, quinhentos e oitenta e seis reais, setenta e sete centavos), sob pena de multa de 10% (dez por cento) nos termos do art. 523, do CPC.
2) Frise-se, por oportuno, que em sede de juizados especiais não incidem honorários advocatícios sucumbenciais em fase de cumprimento de SENTENÇA em razão do disposto no art. 55, da Lei 9.099/95.
3) Decorrido tal prazo, e não havendo a satisfação da obrigação, o que deverá ser certificado, remetam-se os autos novamente à contadoria e após, venham-me os autos conclusos para prosseguimento e demais deliberações, observando, inclusive, a ordem preferencial disposta no art. 835 do CPC.
Para tanto, autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC.
Expeça-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA PRECATÓRIA/MANDADO de CITAÇÃO/INTIMAÇÃO e CARTA AR:
1)REQUERENTE: NINALDO SCHULTZ, SEM ENDEREÇO
2)REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, SEM ENDEREÇO
Costa Marques/RO, {{data.extenso}} .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 0000114-19.2011.8.22.0016
Classe:Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: M. P. D. E. D. R.
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: EVERARDO LUZ DE MAGALHAES
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Valor da causa: R$2.500,00
DESPACHO
Vistos.
1) Vistas ao Ministério Público para manifestação, no prazo de 10 (dez) dias.
2) Após, tornem-se os autos conclusos.
Providenciem-se o necessário. Cumpra-se.
Costa Marques/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

Processo: 7000473-97.2018.8.22.0016
Classe:Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: LAERCIO CARNEIRO DA FONSECA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JAIRO REGES DE ALMEIDA OAB nº RO7882
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
ADVOGADO DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB nº MS6835, GABRIELA DE LIMA TORRES OAB nº RO5714
Valor da causa: R$8.495,75
SENTENÇA
Vistos, etc.
Compulsando os autos, verifica-se que a audiência de conciliação foi promovida e as partes anunciaram celebração de acordo, conforme peça retro. (ID n. 26777721)
Requerem homologação e, por conseguinte, a extinção do feito.
Assim, por vislumbrar os pressupostos legais, homologo o acordo entabulado em audiência, a fim de que este produza seus efeitos jurídicos e legais. Sendo assim, JULGO EXTINTO o feito, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, na forma do art. 487, III, “b” do NCPC.
Expeça-se o necessário, conforme disposto na ata de audiência.
Sem custas.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Após o trânsito em julgado, procedidas as baixas, anotações e comunicações necessárias, arquivem-se os autos.
SERVE COMO CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA/MANDADO DE INTIMAÇÃO:
REQUERENTE: LAERCIO CARNEIRO DA FONSECA, SEM ENDEREÇO
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, SEM ENDEREÇO
Costa Marques/RO, {{data.extenso}} .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7000511-75.2019.8.22.0016
Classe:Alvará Judicial - Lei 6858/80
REQUERENTES: CLEIDE GALDINO FARIAS, HUNDSON GALDINO FARIAS, GENY GALDINO FARIAS, HARRISSON GALDINO FARIAS
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS:
Valor da causa: R$998,00
DESPACHO
Vistos.
Harrison Galdino Farias e outros ingressaram com pedido de alvará judicial para levantamento de crédito depositado no Banco do Brasil S.A. em nome de Maria Neuza Farias de Medeiros.
Ad cautelam, considerando a informação constante na certidão de óbito acostada ao ID n. 26831807, quanto a existência de filhos maiores de idade, a fim de evitar qualquer nulidade e irregularidade no trâmite processual, DETERMINO a intimação de Harrison Galdino Farias e outros, para esclarecerem, dentro de 15 (quinze) dias, se a falecida deixou cônjuge/filhos/herdeiros.
Em caso positivo, determino, desde logo, a apresentação de suas qualificações e respectivas procurações, e/ou a indicação de seus endereços a fim de proceder suas citações.
Sem prejuízo, determino que os Autores tragam aos autos, declaração de existência ou não de dependentes que recebam pensão por morte extraídos dos seguintes órgãos: INSS, IPERON, IPAM ou junto ao órgão empregador da falecida.
Após, com a resposta, voltem-me os autos conclusos.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA PRECATÓRIA/MANDADO de CITAÇÃO/INTIMAÇÃO e CARTA AR:
1)REQUERENTES: CLEIDE GALDINO FARIAS, SEM ENDEREÇO, HUNDSON GALDINO FARIAS, SEM ENDEREÇO, GENY GALDINO FARIAS, SEM ENDEREÇO, HARRISSON GALDINO FARIAS, SEM ENDEREÇO
2):
Costa Marques/RO, {{data.extenso}} .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

Processo: 7000504-83.2019.8.22.0016
Classe:Divórcio Consensual
REQUERENTES: A. C. F. C., M. S. P.
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Valor da causa: R$998,00
SENTENÇA
Vistos, etc.
I – RELATÓRIO
Trata-se de ação de divórcio consensual ajuizada por MISLENE SERAFIM PEREIRA e ANTÔNIO CARLOS FRANCISCO CLEMENTE, ambos qualificados nos autos.
Em síntese, alegam que são casados sob o regime de comunhão parcial de bens desde 11 de abril de 2008 (Certidão de Casamento), não possuindo, entretanto, mais condições para permanecerem juntos, o que justifica a pretensão.
Tecem comentários a respeito do postulado.
Ao final, requerem a decretação do divórcio e homologação do acordo.
Com a inicial acostaram documentos.
É a síntese do necessário. DECIDO.
II – FUNDAMENTAÇÃO
Frise-se que nos termos da Emenda Constitucional n. 66, que deu nova redação ao artigo 226, parágrafo 6º, da Constituição Federal, não há mais necessidade da comprovação do lapso temporal de 02 (dois) anos para fins de decretação do divórcio direto.
O novo mandamento constitucional suprimiu este requisito, dispondo apenas que “ o casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio”.
Assim, manifestada a vontade dos requerentes em se divorciarem, e não havendo possibilidade de reconciliação, satisfeitos se verificam os requisitos legais, razão pela qual o pedido inicial deve ser acolhido.
Trata-se de autêntico direito da personalidade de quaisquer dos

consortes (casar e manter-se casado), de maneira que ao juízo, ou à contraparte, não é facultado impedir o divórcio daquele que não mais deseja a comunhão, se satisfeitos os requisitos legais.
Ademais, entendo que não mais se justifica a obrigatória realização de audiência de tentativa de conciliação e ratificação da inicial quando o divórcio é buscado consensualmente, pois basta a afirmativa constante na petição inicial, de que a união faliu e livre é a intenção das partes em se divorciarem.
Impende mencionar que houve alteração no nome de solteira de MISLENE SERAFIM PEREIRA.
Vejo inexistir óbice quanto a homologação do acordo apresentado na inicial.
III – DISPOSITIVO
Desta feita, ante o exposto, com fundamento no artigo 226, §6º da Constituição Federal, HOMOLOGO POR SENTENÇA O ACORDO DE VONTADES das partes, decretando-lhes o divórcio, que se regerá pelas cláusulas e condições fixadas na inicial e, consequentemente, declaro extinto o vínculo matrimonial entre os Requerentes.
A Cônjuge Virago voltará a usar o nome de solteira, qual seja, MISLENE SERAFIM PEREIRA.
Por consequência, DECLARO O FEITO EXTINTO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, III, alínea “b”, do CPC.
Expeça-se MANDADO de inscrição e averbação de divórcio.
Intimem-se, independente de transitada em julgado, SIRVA A PRESENTE DE MANDADO DE INSCRIÇÃO E AVERBAÇÃO.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, providenciem-se as baixas a notações necessárias. Após, arquivem-se os autos.
SERVE COMO CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA/MANDADO DE INTIMAÇÃO:
MISLENE SERAFIM PEREIRA, residente na Avenida 10 de abril, 2037, em Costa Marques. Telefone: 984100-2771-3671.
ANTÔNIO CARLOS FRANCISCO CLEMENTE, residente na Hassib Cury, 1680, setor 04, em Costa Marques/RO. Telefone: 98471-4871.
Costa Marques/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019 .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7000505-68.2019.8.22.0016
Classe:Alvará Judicial - Lei 6858/80
REQUERENTE: MARIA MADALENA TEIXEIRA
ADVOGADO DO REQUERENTE: SEBASTIAO QUARESMA JUNIOR OAB nº RO1372
ADVOGADOS DOS:
Valor da causa: 0,00
DESPACHO
Vistos.
Maria Madalena Teixeira ingressou com pedido de alvará judicial para levantamento de crédito depositado no Sicoob Credip em nome do Sr. Dalvo José Teixeira era titular da conta corrente nº 27.269-8, agência 3271-9.
Ad cautelam, considerando a informação constante na certidão de óbito acostada ao ID n. 26798579, quanto a existência de filhos maiores de idade, a fim de evitar qualquer nulidade e irregularidade no trâmite processual, DETERMINO a intimação de Maria Madalena Teixeira, para esclarecer, dentro de 15 (quinze) dias, se o falecido deixou filhos/herdeiros.
Em caso positivo, determino, desde logo, a apresentação de suas qualificações e respectivas procurações, e/ou a indicação de seus endereços a fim de proceder suas citações.
Sem prejuízo, determino que a parte Autora traga aos autos, declaração de existência ou não de dependentes que recebam pensão por morte extraídos dos seguintes órgãos: INSS, IPERON, IPAM ou junto ao órgão empregador do falecido.
Após, com a resposta, voltem-me os autos conclusos.
Providenciem-se o necessário. Cumpra-se.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA PRECATÓRIA/MANDADO de CITAÇÃO/INTIMAÇÃO e CARTA AR/OFÍCIO:
1)REQUERENTE: MARIA MADALENA TEIXEIRA, LINHA 62, KM 10 s/n, SÃO DOMINGOS DO GUAPORÉ ZONA RURAL - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
2):
Costa Marques/RO, {{data.extenso}} .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7000369-71.2019.8.22.0016
Classe:Guarda
REQUERENTE: J. D. S. C.
ADVOGADO DO REQUERENTE: JOSE MARIA DA SILVA OAB nº RO7857
REQUERIDO: H. G. D. C.
ADVOGADO DO REQUERIDO:
Valor da causa: R$598,80
DESPACHO
Vistos.
Defiro o pedido da parte Autora, quanto a expedição de Carta Precatória à Comarca de Belo Horizonte/MG.
1) Assim, expeça-se a referida Carta Precatória.
2) Junte-se a DECISÃO inicial.
Providenciem-se o necessário. Cumpra-se.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA PRECATÓRIA/MANDADO de CITAÇÃO/INTIMAÇÃO e CARTA AR:
1)REQUERENTE: J. D. S. C., NAS MARGENS DO RIO GUAPORÉ S/N, DISTRITO SANTO ANTONIO S/B - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
2)REQUERIDO: H. G. D. C., AV 13 DE SETEMBRO 2015, AV JOÃO SURIEDAK, SETOR 01 N 2274 SETOR 01 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIARua Miguel Caldeira dos Santos, 21503, Casa b, Jardim dos, Belo Horizonte/MG, podendo ser localizada por meio do telefone nº 3188105618 (Sabrina).
Costa Marques/RO, {{data.extenso}} .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7000513-45.2019.8.22.0016
Classe:Procedimento Comum
AUTOR: JULIANA JUSTINIANO SOLIZ
ADVOGADO DO AUTOR: NELSON VIEIRA DA ROCHA JUNIOR OAB nº RO3765
RÉU: I. -. I. N. D. S. S.
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Valor da causa: R$3.992,00
DECISÃO
Vistos.
JULIANA JUSTINIANO SOLIZ ajuizou a presente ação previdenciária, em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, pugnando pela concessão do benefício de salário-maternidade c/c pedido de Tutela Antecipada de Urgência.

É o breve relatório. DECIDO.
Consoante aos documentos exigidos para o pleito em tela, a Autora juntou a certidão de nascimento de ID n. 26841954, a qual atestar que, no dia 23.07.2014, nasceu Bryam da Silva Soliz, filho de Apolinário Laia da Silva e Juliana Justiniano Soliz, contudo, não restou comprovada a qualidade de segurada da parte Autora, em especial pela DECISÃO do INSS que, administrativamente, negou a concessão do benefício em tela, vez que a Requerente não logrou êxito em demonstrar o exercício de atividade rural nos dez meses anteriores ao requerimento do benefício (ID n. 26841954 p. 7).
Ressalta-se ainda que o salário-maternidade é um benefício previdenciário devido a todas as seguradas do RGPS, sem exceção, que visa substituir a sua remuneração em razão do nascimento do seu filho ou da adoção de uma criança, pois nesse período é preciso que a mulher volte toda a sua atenção ao infante, sendo presumida legalmente a sua incapacidade temporária de trabalhar.
Defiro os benefícios da gratuidade judiciária, nos termos do art. 98 do CPC.
Aprecio, doravante, o pedido liminar.
No caso dos autos, o pedido liminar da parte Autora reivindica que a Autarquia Requerida seja compelida a pagar imediatamente o benefício de salário maternidade para a Requerente.
A tutela de urgência antecipada serve para adiantar, no todo ou em parte, os efeitos pretendidos com a SENTENÇA a ser proferida no final. O art. 300 do CPC, pressupõe a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.
Analisando sumariamente a prova carreada aos autos e a argumentação trazida na inicial, verifica-se que o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo encontra-se bem caracterizado na hipótese, já que conforme entendimento jurisprudencial, o perigo de dano, está presente em ações dessa natureza, por se tratar de verba de caráter alimentar.
De outro lado, a plausibilidade da argumentação e a probabilidade do direito, ao menos nesta análise sumária, não é suficiente para subsidiar o pleito de urgência, pois não existe nos autos provas robustas que autorizem, com base nos documentos trazidos na exordial, o deferimento do pleito em caráter antecipatório, sendo necessária ao caso em apreço a dilação probatória para melhor subsidiar eventual deferimento do pedido.
Compulsando os autos, verifico que apesar de demonstrar que a Autora exerce atividade campesina, noto que a parte Autora não logrou êxito em comprovar perante a Autarquia Ré o exercício de atividade rural nos dez meses anteriores ao requerimento do benefício. Deste modo, a verificação de sua qualidade de segurada prescinde de dilação probatória, não restando configurada a verossimilhança de suas alegações neste momento processual.
Ao teor do exposto, DEIXO DE CONCEDER A ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA PRETENDIDA pela Requerente, com supedâneo na fundamentação acima.
Cite-se a Requerido nos termos legais, devendo apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, contados da juntada aos autos do MANDADO de citação devidamente cumprido, por ser esta a mais razoável interpretação possível dos arts. 231, 334 e 335, caput e inc. II do CPC.
No que pertine aos entes públicos (União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, e suas respectivas autarquias e fundações de direito público), o prazo de contestação será em dobro, ou seja, 30 (trinta) dias, contados a partir de sua intimação pessoal, nos termos do art. 183 do CPC
Com a contestação, caso sejam apresentadas matérias preliminares ou juntada de documentos novos, intime-se a parte Autora para, querendo, impugnar, no prazo de 15 (quinze) dias – artigos 350 e 351 do Novo CPC (Lei n. 13.105/2015).
Deixo de designar audiência de conciliação, uma vez que em todas as ações em trâmite neste juízo em desfavor do INSS os seus representantes legais jamais se fazem presentes, bem como nunca há acordo.
Pratique-se o necessário. Cumpra-se.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do NCPC.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA/ MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO:
1)ADVOGADO DO AUTOR: NELSON VIEIRA DA ROCHA JUNIOR OAB nº RO3765, SEM ENDEREÇO
2)RÉU: I. -. I. N. D. S. S., SEM ENDEREÇO
Costa Marques/RO, {{data.extenso}} .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7000509-08.2019.8.22.0016
Classe:Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: N. L. D. P.
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
EXECUTADO: E. D. S. C.
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Valor da causa: R$502,65
DESPACHO
Vistos.
Processe-se em segredo de justiça (CPC, art. 189,II), com benefício de gratuidade(art. 98, do CPC), com intervenção do Ministério Público.
Com fundamento no art. 528 do Novo Código de Processo Civil, considerando que existem 03 (três) prestações de alimentos em atraso, intime-se o (a) devedor (a) para, em três (03) dias, a contar da intimação, efetuar o pagamento dos alimentos referentes aos meses de (janeiro, fevereiro e Março/2019), que perfazem um total atualizado de R$ 831,94 (oitocentos e trinta e um reais e noventa e quatro centavos), e valor das parcelas que se vencerem no curso do processo, com os acréscimos legais de 1% (um por cento) ao mês, custas (se houver) e honorários advocatícios, os quais ficam fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor total, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, SOB PENA DE PRISÃO.
Consigne-se que o devedor de alimentos não tem a garantia de impenhorabilidade do bem (art. 3º, III, da Lei n. 8009/90), sendo permitida inclusive penhora sobre salário (art. 833, § 2º do CPC) e que a falta de pagamento de pensão alimentícia pode configurar crime (art. 21 da Lei de Alimentos), sem prejuízo do disposto no art. 244 do Código Penal.
Cientifique-se a parte executada que, para não ser preso, necessário se faz que o executado quite as 03 parcelas vencidas, que deram origem a presente execução, e as que vencerem no curso do processo.
Frise-se, ainda, que em cumprimento ao provimento nº 003/2012-CG o Oficial (a) de Justiça deverá alertar o executado que não tendo condições de constituir advogado, o Estado lhe assegurará o direito através da Defensoria Pública. Para tanto, em havendo interesse, deverá comparecer, imediatamente e antes do decurso do prazo de 03 (três) dias, portando este documento e demais que acompanham.
Providenciem-se o necessário. Cumpra-se.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA PRECATÓRIA/MANDADO de CITAÇÃO/INTIMAÇÃO e CARTA AR/ALVARÁ DE SOLTURA:
1)EXEQUENTE: N. L. D. P., SEM ENDEREÇO
2)EXECUTADO: E. D. S. C., SEM ENDEREÇO
Costa Marques/RO, {{data.extenso}} .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7000501-31.2019.8.22.0016
Classe:Ação Civil de Improbidade Administrativa
AUTOR: M. P. D. E. D. R.
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
RÉUS: IGREJA BATISTA NACIONAL HEBROM - COSTA MARQUES, FRANCISCO GONCALVES NETO
ADVOGADOS DOS RÉUS:
Valor da causa: R$30.000,00
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de Ação Civil Pública pela prática de atos de improbidade administrativa, com pedido de Liminar de Indisponibilidade do imóvel localizado na T 09, s/n, Setor 04, Lote único, Quadra 32, Costa Marques/RO, intentada pelo Ministério Público do Estado de Rondônia em face Francisco Gonçalves Neto e Igreja Batista Nacional Hebrom - Costa Marques, em razão de ato de improbidade administrativa praticada pelos requeridos, aplicando-lhes o teor dos arts. 9, art. 10, e art. 11, todos da Lei n. 8.429/92, com as sanções do art. 12, incisos I, II e III, do mesmo diploma legal.
Com a inicial vieram documentos.
Aduz a inicial que o a Portaria de ICP n. 28/2018, registrada sob o n. 2015001010008249, apurou a prática de ato de improbidade administrativa consistente na doação do terreno público em desacordo com a legislação e irregularidades em processo licitatório.
Afirma que os atos de improbidade importaram em violação dos princípios da administração pública, enriquecimento ilícito e dano ao erário.
Em sede de liminar requer a indisponibilidade do imóvel localizado na T 09, s/n, Setor 04, Lote único, Quadra 32, Costa Marques/RO.
É o breve e necessário relato da exordial e dos documentos que vieram acostados, assim, passo a decidir quanto ao pedido de liminar.
O pedido contido na exordial encontra-se expresso tanto na Lei n. 8.429/92, quanto na Constituição da República.
O Ministério Público do Estado de Rondônia tem legitimidade para ajuizar a demanda, conforme se observa pelo disposto no artigo 129 da Constituição da República: “São funções institucionais do Ministério Público: (...) III - Promover o inquérito policial e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.”
Os pedidos encartados na exordial estão expressos na legislação vigente, o Ministério Público do Estado de Rondônia é parte legítima para ajuizar a demanda e, cumprindo este mister, está mais do que demonstrado a existência de interesse processual da instituição em zelar pelo patrimônio público.
Presentes os requisitos necessários, passo a analisar o pedido de deferimento de liminar.
De acordo com o disposto no artigo 12 da Lei n. 7.347/85, e no artigo 16, caput, da Lei n. 8.429/92, é cabível o deferimento de liminar na ação civil pública, quando presentes o fumus boni iuris e o periculum in mora, também conforme entendimento jurisprudencial do Tribunal de Justiça de Rondônia:
ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INDISPONIBILIDADE DE BENS. PEDIDO LIMINAR. EXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE ILEGALIDADE E DE IRREGULARIDADE. PERICULUM IN MORA IMPLÍCITO. DEFERIMENTO DA MEDIDA.
Para a decretação da indisponibilidade de bens de réu que responde à ação civil pública é dispensável a comprovação de que esteja dissipando o patrimônio, porquanto a constrição de bens visa exatamente a evitar a ocorrência da dilapidação patrimonial. (N. 00022405620128220000, Rel. Des. Gilberto Barbosa Batista dos Santos, J. 29/05/2012).
De outra banda, o perigo da demora na prestação jurisdicional encontra-se igualmente evidenciado na hipótese dos autos, e decorre da natural possibilidade de utilização dos vastos - e demais conhecidos - expedientes de dilapidação de patrimônio após o conhecimento da ação judicial que contra eles foi manejada, e das consequências jurídicas a ela inerentes – inclusive após a ciência do procedimento ainda na fase preliminar a que se refere o art. 17, par. 7º da Lei n. 8.429/92, como é evidente, mormente a se considerar a existência de outros processos em trâmite na comarca, envolvendo o requerido. A se aguardar a DECISÃO de MÉRITO futura, é provável o esvaziamento de bens que possam responder pela vindoura execução, em caso de eventual procedência da pretensão inicial, o que atenta contra os valores e o espírito impregnados na Lei n. 8.429/92, de maneira que o fato dispensa maiores considerações.
Assim sendo, e em exercício de ponderação de interesses, à luz do postulado maior da Proporcionalidade sempre recomendado pela Constituição da República, considerando-se o bem e o interesse em aparente tensão na hipótese, as circunstâncias por ora colhidas dos autos, entendo oportuno o deferimento da medida liminar de indisponibilidade do imóvel apontado na inicial, desta forma resguardando-se a eficácia do processo, caso procedente seja o pedido final.
Outrossim, oportuna é a ressalva de que a presente medida liminar poderá ser reapreciada e revista em qualquer fase do procedimento judicial, sempre que as circunstâncias fáticas assim o recomendarem, bem assim ser revogada, caso não ultrapassado, o processo, a fase preliminar a que se refere o art. 17, par. 8º da Lei n. 8.429/92.
Passo ao juízo de admissibilidade da ação, nos termos do art. 17, § 8º, da Lei n. 8.429/92, observando, especialmente, se estão presentes as hipóteses ensejadoras da sua rejeição liminar, a saber: a) inadequação da via eleita (que se confunde com o interesse de agir, em sua vertente; b) inexistência do ato de improbidade (MÉRITO); c) improcedência da ação (MÉRITO). Salientando-se que nos casos referidos nas alíneas ‘b’ e ‘c’, o Magistrado deve exercer um juízo de certeza e não de mera probabilidade. Em outras palavras, não é possível a rejeição liminar da ação de improbidade administrativa quando não demonstrada, de forma cabal, a inexistência do ato de improbidade ou a improcedência da ação.
Insta ressaltar, ainda, que no caso de recebimento da ação, não se faz necessária uma análise exaustiva dos fatos e das provas apresentadas pelo autor, pois, caso assim se proceda, está-se diante de um prejulgamento.
No caso em tela, há indícios da prática de ato de improbidade administrativa descrito nos artigos 9º, 10 e 11, da Lei n. 8.429/92, em razão de apurar a conduta da ex-gestora municipal causou lesão ao erário, uma vez que, em total afronta ao princípio da legalidade que rege os atos administrativos, consumou o processo de doação, o qual culminou por transferir a propriedade de um bem público para um particular, em discordância com a lei, com a parte Requerida.
Assim, a teor dos fatos narrados na inicial e dos documentos que a acompanham, e, estando presentes os pressupostos processuais e condições da ação, impõe-se o recebimento da ação, transferindo para a fase de cognição a análise da descrição dos fatos imputados e da ocorrência da materialidade de ato de improbidade, sob pena de se adentrar no MÉRITO antes mesmo de estabilizada a lide e se incorrer em flagrante desrespeito ao devido processo legal, contraditório e direito de ação, todos direitos fundamentais constitucionalmente garantidos.
Posto isso, DEFIRO a medida liminar, e DECRETO A INDISPONIBILIDADE DO IMÓVEL INDICADO NA INICIAL, sem prejuízo de eventual ajuste que se faça necessário no curso do feito.
Consequentemente, RECEBO A INICIAL e determino a notificação dos Requeridos, para que, no prazo de legal, oferte manifestação prévia, por escrito, nos termos do art. 17, § 7º, da Lei n. 8.429/92.
Intime-se o Município de Costa Marques/RO, para querendo,

integrar a lide como litisconsorte ativo, conforme art. 17, parágrafo 3º, da Lei n. 8.429/92.
No mais, oficie os órgãos elencados na peça inicial, na alínea "a" dos pedidos.
Ciência ao Ministério Público. Publique-se e cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA/ MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO:
1)ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, RUA JAMARY 1555, RUA JAMARY 1555 OLARIA - 76801-917 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
2)RÉUS: IGREJA BATISTA NACIONAL HEBROM - COSTA MARQUES, TRAVESSA 02 1602 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA, FRANCISCO GONCALVES NETO, AVENIDA MAMORÉ 1664 SETOR 04 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques/RO, {{data.extenso}} .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7001532-91.2016.8.22.0016
Classe:Procedimento Comum
AUTOR: BANCO DO BRASIL S.A.
ADVOGADO DO AUTOR: SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB nº AC6673
RÉU: JORGE LUIZ GOMES CARVALHO
ADVOGADO DO RÉU: JULIANO ROSS OAB nº MT4743
Valor da causa: R$186.830,98
DECISÃO
Vistos.
Diante da DECISÃO exarada no agravo, intime-se o Banco do Brasil para que apresente cópia dos contratos de empréstimos celebrados com o requerido desde a data da abertura da sua conta bancária (27/12/2012), bem como cópias dos extratos bancários da conta 44.339-5, agência 1179-7,a partir de outubro de 2015 até a presente data.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do NCPC.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA/ MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO:
Costa Marques/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019 .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7000507-38.2019.8.22.0016
Classe:Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: MARIA ILZA DA SILVA VALENTE MENEZES
ADVOGADO DO REQUERENTE: ORLANDO GOMES CORDEIRO OAB nº RO8586
REQUERIDO: LATAM AIRLINES GROUP S/A
ADVOGADO DO REQUERIDO:
Valor da causa: R$12.000,00
DESPACHO
Vistos.
1)Cite(m)-se a(s) parte(s) requerida(s) para tomar(em) conhecimento da presente ação, e, querendo, apresentar(em) contestação em audiência de tentativa de conciliação, que se realizará no dia 26 de junho de 2019, às 09h30min., junto ao CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado nas dependências do Fórum Juíza Susy Soares Silva Gomes, situado na Avenida Chianca, nº 1061, centro, em Costa Marques/RO, CEP: 76.937-000, sob pena de ser decretada a sua revelia.
1.1) A ausência injustificada da(s) parte(s) requerida(s) em audiência de conciliação, ou a não apresentação de contestação, acarretará a presunção de veracidade dos fatos articulados pela parte requerente. (Lei nº 9.099/95, art. 20).
2.2) Não havendo conciliação, após resposta(s) da(s) parte(s) requerida(s), franqueie-se à parte autora suficiente oportunidade de manifestação oral - em audiência - aos termos da(s) contestação(ões) então apresentada(s).
3) Em seguida, ainda em audiência, as partes deverão especificar as provas que pretendem produzir, justificando detalhadamente sua pertinência e relevância em relação ao desfecho da demanda, sob pena de indeferimento.
4) Após, tornem-se os autos conclusos para deliberação quanto às provas postuladas ou julgamento antecipado da lide.
Para tanto, autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do NCPC.
Aguarde-se a solenidade.
Expeça-se o necessário.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC.
SERVE COMO MANDADO /CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA:
REQUERENTE: MARIA ILZA DA SILVA VALENTE MENEZES, Av. Mamoré, n. 1.602, Setor 04, Costa Marques/RO.
REQUERIDO: LATAM AIRLINES GROUP S/A, RUA VERBO DIVINO 2001, - DE 999/1000 AO FIM CHÁCARA SANTO ANTÔNIO (ZONA SUL) - 04719-002 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
Costa Marques/RO, {{data.extenso}} .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7000463-53.2018.8.22.0016
Classe:Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: SILVIA APARECIDA DA COSTA OLIVEIRA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MARCELO BUENO MARQUES FERNANDES OAB nº RO8580, RILDO RODRIGUES SALOMAO OAB nº RO5335
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
ADVOGADO DO REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB nº RO5462
Valor da causa: R$10.815,30
DESPACHO
Vistos.
A priori, inclua-se o novo Patrono da parte Requerida, após intime-o por meio do PJE.
Cuida-se de cumprimento de SENTENÇA.
RETIFIQUE-SE A CLASSE PROCESSUAL.
1) INTIME-SE a parte Devedora, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, satisfaça a obrigação, cujo valor está atualizado no patamar de R$ 13.692,44 (treze mil e seiscentos e noventa e dois reais e quarenta e quatro centavos), sob pena de multa de 10% (dez por cento) nos termos do art. 523, do CPC.
2) Frise-se, por oportuno, que em sede de juizados especiais não incidem honorários advocatícios sucumbenciais em fase de cumprimento de SENTENÇA em razão do disposto no art. 55, da Lei 9.099/95.
3) Decorrido tal prazo, e não havendo a satisfação da obrigação, o que deverá ser certificado, remetam-se os autos novamente à contadoria e após, venham-me os autos conclusos para prosseguimento e demais deliberações, observando, inclusive, a ordem preferencial disposta no art. 835 do CPC.
Para tanto, autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC.
Expeça-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA PRECATÓRIA/MANDADO de CITAÇÃO/INTIMAÇÃO e CARTA AR:
1)REQUERENTE: SILVIA APARECIDA DA COSTA OLIVEIRA, SEM ENDEREÇO
2)REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, SEM ENDEREÇO
Costa Marques/RO, {{data.extenso}} .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

1ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7000433-52.2017.8.22.0016
Classe:Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: MARIA DE LOURDES MARECA XIMENEZ
ADVOGADO DO EXEQUENTE:
EXECUTADO: P. D. C. M.
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES
Valor da causa: R$918,00
DESPACHO
Vistos.
Com efeito, a Exequente compareceu em Juízo, ocasião em que comprovou a devolução ao Município/Executado dos valores recebido em dobro. (ID 's n. 26738356 e 26738358)
1) Assim, intime-se o Município por meio do Procurador para, querendo, no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias se manifestar acerca da presente devolução, sob pena de preclusão.
2) Remeta-se os autos, nos moldes do art. 183, §1º, do CPC.
3) Por fim, nada mais pendente, arquivem-se os autos.
Providenciem-se o necessário. Cumpra-se.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA PRECATÓRIA/MANDADO de CITAÇÃO/INTIMAÇÃO e CARTA AR:
1)EXEQUENTE: MARIA DE LOURDES MARECA XIMENEZ, DEZESSEIS DE JULHO 2141 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
2)EXECUTADO: P. D. C. M., AV. CHIANCA s.n CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques/RO, {{data.extenso}} .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7000276-11.2019.8.22.0016
Classe:Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: LEOCLEZIO SIMON
ADVOGADO DO AUTOR:
RÉU: ELIAS LOPES DA SILVA (LEBRÃO)
ADVOGADO DO RÉU:
Valor da causa: R$2.000,00
DESPACHO
Vistos.
O feito se encontra em ordem. As partes são legítimas e estão bem representadas, inexistindo irregularidades a serem sanadas.
Do ponto de vista das condições da ação, o pedido é juridicamente possível, nada havendo para impedir a sua apreciação.
Portanto, presentes os pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, dou o feito por saneado.
Outrossim, ante a necessidade de bem instruir a presente demanda, defiro as provas testemunhais.
1) DESIGNO audiência de instrução e julgamento para o dia 31 de maio de 2019, às 11 horas.
2) Intimem-se as partes, dando ciência da solenidade designada, bem como para apresentar rol de testemunhas de, no máximo 3 (três), nos termos do art. 34 da Lei n. 9.099/95, ficando cientes de que se desejarem que as testemunhas sejam intimadas deverão apresentar requerimento ao Cartório como no máximo 20 dias de antecedência, caso contrário as testemunhas deverão comparecer independente de intimação.
3) Cientifique-se as partes, que deverá informar o rol de testemunha ao juízo, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da intimação desta decisão, art. 357, § 4º do CPC.
Ressalto que a intimação só será feita pela via judicial quando:
a) restar comprovada que a tentativa de intimação prevista no art. 455, § 1º do CPC foi frustrada, devendo tal comprovação ocorrer em tempo hábil para que o Juízo promova a intimação;
b) sua necessidade for devidamente demonstrada;
c) figurar no rol de testemunhas servidor público ou militar, hipótese em que o juiz requisitará ao chefe da repartição ou ao comando do corpo em que servir;
d) a testemunha houver sido arrolada pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública; ou
e) a testemunha for uma daquelas previstas no art. 454 do CPC.
Cumpra-se, expedindo o necessário.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 do CPC e respectivos parágrafos (Lei 13.105/2015).
SERVE COMO MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA:
AUTOR: LEOCLEZIO SIMON, BR 429, KM 33, SENTIDO COSTA MARQUES S/N, SETOR "PÉ DE GALINHA" LINHA 07 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
RÉU: ELIAS LOPES DA SILVA (LEBRÃO), BR 25, DISTRITO DE SANTANA S/N, CAFEEIRA LÍDER CENTRO - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
Costa Marques/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019 .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

Processo: 7000292-62.2019.8.22.0016
Classe:Divórcio Consensual
REQUERENTES: G. A. D. C., G. D. N.
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: MARCOS ROGERIO GARCIA FRANCO OAB nº SP268666
Valor da causa: R$124.172,60
SENTENÇA
Vistos, etc.
Trata-se de ação de divórcio consensual, partilha de bens, guarda, alimentos ajuizada por GERALDINO DO NASCIMENTO e GENY ANTUNES DA CRUZ, ambos já qualificados nos autos.
As partes apresentaram o seguinte acordo:
Dos filhos:
LEANDRO ANTUNES DO NASCIMENTO, nascido em 21/01/97; e LETÍCIA ANTUNES DO NASCIMENTO, nascida em 17/01/2002, cuja a guarda e responsabilidade ficará com a genitora.
Da pensão alimentícia:
O genitor cumprirá a responsabilidade de sustento de sua filha em conjunto com a genitora, contribuindo, mensalmente, até o quinto dia útil de cada mês, a partir da homologação por sentença do presente pedido, na proporção equivalente a 40% do salário-mínimo nacional vigente no mês do efetivo pagamento.
O pagamento dos alimentos será realizado mediante depósito em conta bancaria em nome da menor, e, caso de tiver, deverá providenciar o depósito do valor mensal da pensão até o quinto dia útil em conta bancária da menor: LETÍCIA ANTUNES NASCIMENTO, no Banco do Brasil, Agência 0951-2, Conta corrente nº 64.530-3.
Dos bens:
Como já relatado, as partes adquiriram na constância do casamento os seguintes Bens imóvel e móveis:
- 01 (um) Imóvel localizado na Av: Hassib Cury, n. 1447, Quadra 13, lotes 06, 07, em Costa Marques – RO; avaliado em R$ 25.000,00 (vinte mil reais).
- Veículo Automóvel – Marca HYUNDAI – Modelo HB20 – Ano2013/modelo2014 – Cor Branca – Placa NDR 2707 – Costa Marques/RO – RENAVAN nº 598674136 Valor Tabela FIPE: R$ 41.605,00 (quarenta e um mil seiscentos e cinco reais).
- 01 (um) Imóvel localizado na Av: Chianca, n. 1212, Setor 02, Quadra 007, lote 001, em Costa Marques – RO; avaliado em R$ 39.973,60 (trinta e nove mil novecentos e setenta e três reais e sessenta centavos)
- Veículo Automóvel – Marca FORD – Modelo F-1000 – Ano 1986/modelo1986 – Cor Cinza – Placa BGZ 7119 – Costa Marques/RO

FIPE: R$ 17.594,00 (dezessete mil quinhentos e noventa e quatro reais).
Da partilha dos bens:
Tendo em vista que as partes apresentam pedido de divórcio consensual, seguindo os termos e descrição dos bens apresentados em item anterior, a partilha seguirá da seguinte forma:
À requerente (GENY ANTUNES) será destinado 01 (um) Imóvel localizado na Av: Hassib Cury, 1447, quadra 13, lote 06,07, em Costa Marques/RO e veículo Automóvel – Marca HYUNDAI – Modelo HB20 – Ano 2013/modelo 2014 – Cor Branca – Placa NDR 2707 – Costa Marques/RO – RENAVAN nº 598674136, Valor Tabela FIPE: R$ 41.605,00 (quarenta e um mil seiscentos e cinco reais).
Ao requerente (GERALDINO DO NASCIMENTO) será destinado os seguintes bens: 01 (um) Imóvel localizado na Av: Chianca, n. 1212, Quadra 08, lotes 19, em Costa Marques – RO; Imóvel avaliado em R$ 39.973,60 (trinta e nove mil novecentos e setenta e três reais e sessenta centavos) e Veículo Automóvel – Marca FORD – Modelo F-1000 – Ano 1986/modelo1986 – Cor Cinza – Placa BGZ 7119 – Costa Marques/RO FIPE: R$ 17.594,00 (dezessete mil quinhentos e noventa e quatro reais).
E por ser assim, ambos passam a responder a partir da homologação deste por todos os tributos e demais representações legais sobre os bens devidamente partilhados.
Das dívidas:
As partes declaram que existe dívida realizada durante o período que viveram em comunhão. O requerente Geraldino do Nascimento deverá responder pelo equivalente a 100% (cem por cento) das dívidas contraídas durante o período de matrimônio.
Nestes termos, requerem a homologação do presente acordo na forma acima relacionada.
É o necessário. DECIDO.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 226, §6º da Constituição Federal, HOMOLOGO POR SENTENÇA O ACORDO DE VONTADES das partes, para:
1) Decretar o divórcio de GERALDINO DO NASCIMENTO e GENY ANTUNES DA CRUZ, consequentemente, declaro extinto o vínculo matrimonial entre as partes - o divórcio, que se regerá pelas cláusulas e condições fixadas na inicial.
Proceda às devidas inscrições e averbações, servindo a presente como mandado – Cartório de Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexo de Tabelionato de Notas da Comarca de Costa Marques – RO.
2) Determinar a partilha dos bens na proporção apresentada na inicial.
3) Conceder a guarda definitiva da menor LETÍCIA ANTUNES DO NASCIMENTO para a genitora GENY ANTUNES DA CRUZ, com fundamento no artigo 33 e seguintes do Estatuto da Criança e do Adolescente.
3.1) Lavre-se termo de guarda definitiva.
4) Condenar o requerido GERALDINO DO NASCIMENTO ao pagamento de pensão alimentícia a sua filha LETÍCIA ANTUNES DO NASCIMENTO, na quantia mensal correspondente a 40% sobre o salário-mínimo vigente.
Consequentemente, JULGO EXTINTO o feito, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, na forma do art. 487, III, “b” do NCPC.
Ciência ao MP e DPE.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Sem custas e despesas finais, diante do acordo envidado.
Expeça-se o necessário.
Transitada em julgado, providenciem-se as baixas a notações necessárias.
Oportunamente, arquivem-se os autos.
SERVE COMO CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA/MANDADO DE INTIMAÇÃO:
REQUERENTES: G. A. D. C., AV HASSIB CURY 1447, SETOR 04 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA, G. D. N., DEMETRIO MELLAS 1212, CENTRO CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7000562-23.2018.8.22.0016
Classe:Procedimento Comum
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP
ADVOGADO DO AUTOR: NOEL NUNES DE ANDRADE OAB nº RO1586, GEISIELI DA SILVA ALVES OAB nº RO9343, EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS OAB nº RO2930
RÉU: LUCIANA ZIMERMANN DA SILVA
ADVOGADO DO RÉU:
Valor da causa: R$7.780,01
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração opostos por CCLA DO CENTRO SUL RONDONIENSE – SICOOB CREDIP, nos quais alega a existência de erro material na sentença exarada ao ID n° 24209187.
Sustenta, que consta na decisão de mérito, o julgamento procedente o pedido da embargante condenando a embargada ao pagamento do valor de R$ 7.780,01 (sete mil setecentos e oitenta reais e um centavo), no entanto, considerou os juros remuneratórios, correção e com juros de mora de 1% ao mês contados da citação, quando deveria ter constado juros remuneratórios/mora contratados e correção monetária, já que na fundamentação está mencionado que a embargante comprovou a relação contratual e o inadimplemento por meios de documentos. Os documentos que demonstram a relação contratual estão inseridos em ID’s n. 18547827 e 18547834.
Considerando que se trata de erro material, haja vista, a diferença entre o percentual de 1% indicado na decisão e o percentual de juros de mora contratado de 9,32%, devidamente informado no extrato de dívida que instrui a inicial, o qual comprova o valor atualizado do débito até 04/05/2018, oportunidade do ajuizamento da ação, torna-se necessário a correção no dispositivo da r. Sentença.
Outrossim, alega que ocorreu erro material na fundamentação da r. sentença, tendo em vista que esta magistrada pontuou o contrato como cheque, quando era contrato de cartão de crédito.
É o necessário. DECIDO.
Os embargos de declaração são cabíveis quando houver na sentença omissão, obscuridade, contradição ou erro material, nos termos do artigo 1.022 do Novo Código de Processo Civil.
A omissão ocorre quando o julgado não aprecia tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento e ainda quando incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1° do NCPC.
A obscuridade se caracteriza pela ausência de clareza da sentença, de modo a dificultar a correta interpretação do pronunciamento judicial; a contradição existe em razão da incerteza quanto aos termos do julgado, pelo uso de proposições inconciliáveis, podendo acarretar, inclusive, dificuldades a seu cumprimento.
O erro material, por sua vez, consiste em inexatidões materiais ou erros de cálculo, conforme art. 494, do NCPC.
Acolho os embargos, reconhecendo o erro material, referente a palavra cheque constate na redação da sentença.
Portanto, DECLARO que a sentença, no item impugnado, passa a ter a seguinte redação: “Conforme se infere dos autos, a autor apresentou o contrato de adesão sicoobcard mastercard clássico ao ID n° 18547834, que comprova a dívida a alhures mencionada”.
Outrossim, vislumbra-se que, em verdade, pretende o embargante insurgir-se quanto à determinação da forma de cômputo da atualização monetária a partir do vencimento da obrigação, e acrescido de juros legais, contados a partir da citação.
Nesse viés, os juros de mora nas obrigações positivas e líquidas (mora ex re) fluem a partir do vencimento, quando se trata de responsabilidade contratual.

A roborar, cito o artigo 395, do CC:
"Responde o devedor pelos prejuízos a que sua mora der causa, mais juros, atualização dos valores monetários segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado".
O ordenamento jurídico prevê regras gerais nos artigos 405 do Código Civil e 240 do Novo Código de Processo Civil:
Art. 405, CC. "Contam-se os juros de mora desde a citação inicial".
Isso posto, ACOLHO os embargos, para sanar o erro material apontado pela embargante acerca da incidência dos juros de mora, declarando, pois, a sentença, cujo teor do dispositivo passa a ter a seguinte redação:
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para CONDENAR a requerida LUCIANA ZIMERMANN DA SILVA a pagar ao requerente CCLA DO CENTRO SUL RONDONIENSE – SICOOB CREDIP à importância de R$ 7.780,01 (sete mil setecentos e oitenta reais e um centavo), atualizada monetariamente a partir do vencimento da obrigação, e acrescido de juros da mora contratual, contados a partir da citação.
No mais, a sentença persiste tal como fora publicada.
Cadastre-se e republique-se a sentença e a presente decisão.
Publique-se. Retifique-se. Intimem-se.
Após o trânsito em julgado, nada sendo requerido, procedidas as baixas e comunicações necessárias, arquive-se.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do NCPC.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO:
1) AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP, AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 775 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
2)RÉU: LUCIANA ZIMERMANN DA SILVA, LINHA P-34 km 28, DISTRITO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
Costa Marques/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019 .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 0000336-79.2014.8.22.0016
Classe:Execução Fiscal
EXEQUENTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
EXECUTADO: IRINEU XAVIER DA SILVA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Valor da causa: R$15.628,28
DESPACHO
Vistos.
1) Intime-se a parte exequente para se manifestar nos termos do despacho exarado ao ID nº 23388345.
2) Em seguida, voltem-me conclusos.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 do CPC e respectivos parágrafos (Lei 13.105/2015).
Providenciem-se o necessário. Cumpra-se.
SERVE COMO MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA:
EXEQUENTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA, AC SALGADO FILHO 271, AVENIDA NAÇÕES UNIDAS 284 NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS - 76804-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXECUTADO: IRINEU XAVIER DA SILVA, BR 429, KM 58, DISTRITO DE SÃO DOMINGOS NI, DISTRITO DE SÃO DOMINGOS CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019 .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7001041-16.2018.8.22.0016
Classe:Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: SOUHAIL SAADEDDINE FARES
ADVOGADO DO REQUERENTE: GILSON VIEIRA LIMA OAB nº RO4216A, CHARLES KENNY LIMA DE BRITO OAB nº RO8341, FABRICIO VIEIRA LIMA OAB nº RO8345
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
ADVOGADO DO REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB nº RO5462, DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB nº MS6835
Valor da causa: R$14.522,65
DESPACHO
Vistos.
1) Intime-se, a Patrona/Exequente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, informe a satisfação do crédito, bem como requeira o que entender de direito sob pena de extinção e arquivamento, nos moldes do art. 924, inciso II, do CPC.
2) Decorrido o prazo, certifique-se nos autos, em seguida, voltem-me conclusos.
Providenciem-se o necessário. Cumpra-se.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA PRECATÓRIA/MANDADO de CITAÇÃO/INTIMAÇÃO e CARTA AR:
1)REQUERENTE: SOUHAIL SAADEDDINE FARES, LINHA 07, S/N, KM 26, ZONA RURAL LINHA 07, S/N, KM 26, ZONA RURAL - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
2)REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, AVENIDA CHIANCA 945, COSTA MARQUES CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques/RO, {{data.extenso}} .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7000938-77.2016.8.22.0016
Classe:Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: AZENAIDE APARECIDA GULARTE
ADVOGADO DO EXEQUENTE:
EXECUTADO: ARLENE MEDRANO DA SILVA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Valor da causa: R$1.187,50
DESPACHO
Vistos.
Concedo a ordem de arrombamento e a requisição de força policial, devendo-se proceder com as devidas cautelas, na forma do art. 846 e seguintes do CPC.
Cumpra-se nos termos do despacho exarado ao ID nº 23786877.
Pratique-se o necessário.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 do CPC e respectivos parágrafos (Lei 13.105/2015).
SERVE COMO MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA:
EXEQUENTE: AZENAIDE APARECIDA GULARTE, RUA PROJETADA 28, PRÓXIMO AO QUARTEL DA PM SETOR 03 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
EXECUTADO: ARLENE MEDRANO DA SILVA, RUA: 07 DE ABRIL 1110, PRÓXIMO AO CLUBE "OPERÁRIO" SETOR 02 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019 .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7000298-69.2019.8.22.0016
Classe:Carta Precatória CívelDEPRECANTE: VANDERLENE ALVES DUTRA
ADVOGADO DO DEPRECANTE:
DEPRECADO: NELSON MARTINS DUTRA
ADVOGADO DO DEPRECADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Valor da causa: R$26.083,51
DESPACHO
Vistos.
1) OFICIE-SE a comarca de origem informando a proposta de pagamento do débito, via parcelamento.
2) Para viabilizar o cumprimento, SIRVA A PRESENTE COMO OFÍCIO, a ser instruído com cópia da petição encartada ID nº 26720659.
3) Diante da peculiaridade do caso e do decurso de prazo, determino que o diretor de cartório adiante contato por telefone, cientificando àquele juízo quanto ao teor da presente, de tudo certificando-se nos autos.
4) Após, tornem-se os autos conclusos.
Pratiquem-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se.
Costa Marques/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7000255-06.2017.8.22.0016
Classe:Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: JOAO BRAZ CARDOSO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: GLAUCIA ELAINE FENALI OAB nº RO5332
EXECUTADO: I. -. A. D. D. S. A. D. E. D. R.
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA AUTÁRQUICA DA IDARON
Valor da causa: R$4.764,83
DESPACHO
Vistos.
1) Ante a informação contida na certidão confeccionada pela serventia, intime-se a Patrona da causa para prestar tais dados nos autos.
2) Consigno o prazo improrrogável de 05 (cinco) dias.
3) Com as informações, providenciem-se o necessário. Cumpra-se.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA PRECATÓRIA/MANDADO de CITAÇÃO/INTIMAÇÃO e CARTA AR:
1)EXEQUENTE: JOAO BRAZ CARDOSO, AVENIDA ANTONIO PSURIADAKIS 1333 SETOR 04 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
2)EXECUTADO: I. -. A. D. D. S. A. D. E. D. R., AVENIDA FARQUAR 3503, CENTRO ADMINISTRATIVO E POLITICO CPA PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Costa Marques/RO, {{data.extenso}} .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7001252-52.2018.8.22.0016
Classe:Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: JOSE NEVES BANDEIRA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: JOSE NEVES BANDEIRA OAB nº RO182
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Valor da causa: R$7.798,23
DESPACHO
Vistos.
O exequente concordou com os valores apresentados pelo executado.
Assim, HOMOLOGO o valor apresentado pelo INSS ao ID nº 22992245.
Intime-se as partes.
1) Após, expeça-se RPV's, um para pagamento do valor principal e outro para pagamento dos honorários advocatícios.
2) Em seguida, realizada a expedição dos RPV', procedido o pagamento, expeça-se os alvará para levantamento da quantia discriminada em favor do patrono, intimando-o para proceder o levantamento.
3) Oportunamente, consigno que nos valores a serem levantados deverão estar inclusos os seus respectivos rendimentos, e não somente as importâncias ali descritas, a fim de evitar que eventual remanescente permaneça em conta judicial vinculada aos autos.
4) Posteriormente, decorrido o período de validade do alvará, oficie-se ao Banco do Brasil para que, no prazo de 10 (dez) dias, informe e/ou comprove nos autos o levantamento total das quantias apuradas, ou, se for o caso, descrimine eventual remanescente.
5) Com a(s) retirada(s) do(s) alvará(s), pelo advogado(a) constituído(a) deverá dar quitação por termo nos autos, ficando ciente que eventual ausência de manifestação implicará em anuência tácita quanto ao recebimento e quitação.
6) Após cumpridas todas as diligências acima e o que mais for necessário, com o exaurimento da prestação jurisdicional, não havendo pendências, voltem conclusos para extinção, na forma do art. 924, II, do NCPC.
7) Por fim, antes de remeter os autos conclusos, a escrivania deverá certificar-se da inexistência de saldo nas contas judiciais, para evitar decisão de arquivamento do processo com valores ainda pendentes de levantamento.
SERVE COMO MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA:
EXEQUENTE: JOSE NEVES BANDEIRA, AVENIDA JOÃO SURIADAKIS 1540, SETOR 02 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, CENTRO - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
Costa Marques/RO, 30 de abril de 2019terça-feira, 30 de abril de 2019 .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7000978-88.2018.8.22.0016
Classe:Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: ADVANIR PEREIRA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JAIRO REGES DE ALMEIDA OAB nº RO7882
REQUERIDOS: FINCH BRASIL SOLUCOES INTEGRADAS DE TECNOLOGIA LTDA., BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: RUBENS GASPAR SERRA OAB nº AC119859, PAULO EDUARDO PRADO OAB nº AL11819
Valor da causa: R$30.791,60
DESPACHO
Vistos.

1) Expeça-se alvará judicial.
2) Considerando que houve pagamento de forma parcial, Intime-se a parte autora/exequente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente planilha atualizada de cálculo do eventual saldo devedor, sob pena de extinção.
Providenciem-se o necessário. Cumpra-se.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC.
SERVE COMO MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA:
REQUERENTE: ADVANIR PEREIRA, AV. RODOVIA MARIO NONATO 2050 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
REQUERIDOS: FINCH BRASIL SOLUCOES INTEGRADAS DE TECNOLOGIA LTDA., RUA EDUARDO LUIZ CABO 1856 JARDIM DA MARAJOARA - 17280-000 - PEDERNEIRAS - SÃO PAULO, BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A., BANCO BRADESCO S.A., RUA BENEDITO AMÉRICO DE OLIVEIRA, S/N VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ
Costa Marques/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019 .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7000208-61.2019.8.22.0016
Classe:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
AUTOR: M. G. R. M. M.
ADVOGADO DO AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
RÉU: M. M. M.
ADVOGADO DO RÉU:
Valor da causa: 0,00
DESPACHO
Vistos.
1) Em atenção ao disposto no artigo 178, II e artigo 279, ambos do CPC, abra-se vistas ao Ministério Público pelo prazo de 15 (quinze) dias, a fim de que possa intervir no feito, caso assim o entenda de direito.
2) Após, tornem-se os autos conclusos.
Providenciem-se o necessário. Cumpra-se.
Costa Marques/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito
Processo: 7000939-28.2017.8.22.0016
Classe:Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: JOAO TAVARES LOPES
ADVOGADO DO REQUERENTE: GILSON VIEIRA LIMA OAB nº RO4216A, FABRICIO VIEIRA LIMA OAB nº RO8345
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
ADVOGADO DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB nº MS6835, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL OAB nº RO8217
Valor da causa: R$20.485,12
SENTENÇA
Vistos, etc.
A priori, expeça-se ALVARÁ JUDICIAL, nos termos pleiteados. (ID n. 26723031)
Considerando a satisfação da obrigação, julgo extinto por sentença o feito, nos termos do art. 924, II, do Novo Código de Processo Civil.
Havendo valores pendentes de levantamento, expeça-se alvará de levantamento da quantia depositada nos autos.
O credor terá o prazo de 30 (trinta) dias para levantamento do alvará, sob pena de transferência dos valores para a conta centralizadora do Tribunal de Justiça.
Em caso de inércia, proceda-se a transferência do referido valor para conta judicial de titularidade do TJRO n. 01529904-5, operação 040, agência 2848, Caixa Econômica Federal, conforme provimento n. 016/2010-CG.
Proceda-se com a liberação da penhora e/ou de qualquer outra forma de constrição (se houver).
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
Após, arquivem-se.
SERVE COMO CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA/MANDADO DE INTIMAÇÃO:
REQUERENTE: JOAO TAVARES LOPES, BR 429 KM 4 - COSTA MARQUES (RO) km 4, CHACARA JOÃO TAVARES SETOR CHACAREIRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, AV. CHIANCA s/n, CENTRO ESCRITORIO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 0001580-77.2013.8.22.0016
Classe:Execução Fiscal
EXEQUENTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
EXECUTADO: NESTOR AUGUSTO SILVA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Valor da causa: R$18.427,22
DESPACHO
Vistos.
1) Antes de deliberar quanto o pedido retro, em atenção aos princípios doutrinários da não-surpresa e do contraditório substancial, abra-se vista dos autos ao exequente, a fim de que se manifeste quanto à ocorrência, no caso presente, da prescrição intercorrente, no prazo de 15 (quinze) dias.
Ressalto que, em recente julgamento do REsp 1.340.553/RS pelo STJ, decidiu-se que: a) o prazo de um ano para a prescrição intercorrente, previsto no artigo 40 da LEF começa a ser contado do momento em que a Fazenda toma ciência da impossibilidade de localização do devedor ou de bens para penhora; b) é indiferente para a contagem do prazo prescricional, o fato de a fazenda ter peticionado solicitando a suspensão do feito para realização de diligências; c) só a efetiva penhora pode interromper o prazo prescricional, sendo que mera petição da Fazenda solicitando a penhora não tem o condão interuptivo/suspensivo.
2) Após, tornem-se os autos conclusos.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 do CPC e respectivos parágrafos (Lei 13.105/2015).
Providenciem-se o necessário. Cumpra-se.
SERVE COMO MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA:
EXEQUENTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA, AC SALGADO FILHO 271, AVENIDA NAÇÕES UNIDAS 284 NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS - 76804-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXECUTADO: NESTOR AUGUSTO SILVA, AV. JORGE TEIXEIRA COM MASSUD JORGE E JOÃO SURIADA sn, NÃO CONSTA CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

Processo: 7000588-21.2018.8.22.0016
Classe:Procedimento Comum
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP

ADVOGADO DO AUTOR: EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS OAB nº RO2930, GEISIELI DA SILVA ALVES OAB nº RO9343, NOEL NUNES DE ANDRADE OAB nº RO1586
RÉU: E. D. C. COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - EPP
ADVOGADO DO RÉU:
Valor da causa: R$8.307,64
SENTENÇA
Vistos, etc.
I - RELATÓRIO
Trata-se de ação de cobrança promovida por CCLA DO CENTRO SUL RONDONIENSE – SICOOB CREDIP em face de Sabrina Kelly Becalli da Silva (CORREIA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO), em razão de dívida contraída conforme documentos colacionados junto à petição inicial, no valor de R$ 8.307,64 (oito mil trezentos e sete reais e sessenta e quatro centavos).
Sustenta, em essência, que a requerida contratou através da PROPOSTA DE ADESÃO SICOOBCARD MASTERCARD CLÁSSICO a concessão de limite no cartão de crédito n. 547408-4973, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais).
Alega, que na contratação, a requerida reconheceu expressamente a veracidade dos demonstrativos mensais de compras de crédito, saques e financiamento automático, como também a aplicação dos juros que incidem a partir do vencimento do débito. E se comprometeu a pagar o crédito à requerente na data do vencimento das faturas, conforme especificado na proposta de adesão anexa.
Menciona que, vencidas as obrigações com o decurso do lapso temporal acordado para os seus cumprimentos, a requerida não saldou seu débito, a partir de então, inúmeras tentativas no sentido de receber o crédito foram realizadas pela requerente, no entanto, a requerida simplesmente protelava o cumprimento das obrigações cuja inadimplência persiste até a presente data. Assim, a requerente é credora do requerido da quantia R$ 8.307,64 (oito mil trezentos e sete reais e sessenta e quatro centavos), atualizada até a presente data, conforme extrato de dívida.
Ao final, requer o demandante a condenação da requerida em custas e honorários advocatícios, bem como a procedência do pedido, para que seja reconhecido o débito do réu com a parte autora.
Junta procuração e documentos.
Devidamente citada, a ré deixou transcorrer “in albis” o prazo para apresentar resposta.
A audiência de conciliação restou infrutífera. Oportunidade que o autor pugnou pela prolação da sentença.
É o relatório necessário. Decido.
II - FUNDAMENTAÇÃO
O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, dispensando a produção de provas, nos termos do disposto no artigo 355, inciso II, do Código de Processo Civil.
Consigne-se que a ré foi citada pessoalmente, por oficial de justiça, conforme certificado ao ID nº 25625627. Sendo revel, pois a mesma deixou de apresentar contestação no prazo legal. Portanto, de sorte, presume-se verdadeiras as alegações fáticas deduzidas pelo requerente, tal como previsto pelo artigo 344, do Código de Processo Civil.
A presunção não é absoluta, mas no presente caso concreto, tratando-se exclusivamente de matéria fática, diante dos documentos apresentados, não existem elementos para se formar convicção em contrário, sendo razoável o desfecho pretendido pelo autor.
Era incumbência da rés demonstração dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor, nos termos do art. 373, II, do CPC, no entanto, conforme já consignado, quedou-se inerte, recaindo sobre a alegação de ausência de pagamento a presunção de veracidade típica do instituto da revelia.
Conforme se infere dos autos, a autor apresentou contrato de adesão Sicoobcard Mastercard empresarial ao ID n° 18771532, que comprovam a dívida a alhures mencionada.
Destarte, inexistindo indícios de quitação do débito, é de rigor a decretação da procedência.
III- DISPOSITIVO
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para CONDENAR a requerida Sabrina Kelly Becalli da Silva (CORREIA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO) a pagar ao requerente CCLA DO CENTRO SUL RONDONIENSE – SICOOB CREDIP à importância R$ 8.307,64 (oito mil trezentos e sete reais e sessenta e quatro centavos), atualizada monetariamente a partir do vencimento da obrigação, e acrescido de juros da mora, contados a partir da citação.
Sucumbente a ré, condeno-a ainda ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, à luz do art. 85, §2º, do CPC.
Por consequência, DECLARO EXTINTO O FEITO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
Após o trânsito em julgado, nada sendo requerido, providenciem-se as baixas a notações necessárias, oportunamente, arquivem-se os autos.
SERVE COMO CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA/MANDADO DE INTIMAÇÃO:
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP, AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 775 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
RÉU: E. D. C. COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - EPP, AVENIDA CHIANCA 1366 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 0000950-50.2015.8.22.0016
Classe:Execução Fiscal
EXEQUENTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
EXECUTADO: ANGELIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA
ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Valor da causa: R$31.812,41
DESPACHO
Vistos.
1) Intime-se a parte exequente para, no prazo impreterível de 15 (quinze) dias, se manifestar quanto ao prosseguimento da execução, indicando na oportunidade meio efetivo para satisfação da obrigação, sob pena de suspensão do feito, nos termos do artigo 40, da Lei 6.830/80.
1.1) Ressalto que a intimação deverá ser realizada nos termos do artigo 183 do CPC.
2) Nada sendo requerido, voltem os autos ao arquivo provisório, nos termos do nos termos do art. 40, § 2º da Lei 6.830/80.
3) Transcorrido o prazo da prescrição - cinco anos, voltem estes conclusos para extinção do processo.
3.1) Facultando ao exequente promover o desarquivamento desde que apresente uma forma concreta para recebimento de seu crédito. Não havendo a localização dos executados e/ou de bens passíveis de penhora, o feito aguardará o decurso da prescrição intercorrente, sendo que, com a ocorrência da mesma, deverá ser desarquivado para extinção.
4) Transcorrido o prazo da prescrição, voltem estes conclusos

para extinção do processo, com fundamento no art. 40, § 4º da Lei 6.830/80.
Providenciem-se o necessário. Cumpra-se.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 do CPC e respectivos parágrafos (Lei 13.105/2015).
SERVE COMO MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA:
EXEQUENTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA, AC SALGADO FILHO 271, AVENIDA NAÇÕES UNIDAS 284 NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS - 76804-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXECUTADO: ANGELIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA, BR 429, KM 58 - DISTRITO DE SÃO DOMINGOS DO GUAPORÉ sn CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019 .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito
Processo: 0001560-86.2013.8.22.0016
Classe:Execução Fiscal
EXEQUENTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
EXECUTADOS: JOACIR HILARIO RIBEIRO, LAMINADORA SAO JANUARIO IMP. E EXP. LTDA
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Valor da causa: R$11.630,16
DECISÃO
Vistos, etc.
Trata-se de embargos de declaração opostos pela UNIÃO, nos quais alega a existência de contradição na sentença de extinção.
É o necessário. DECIDO.
Cabem embargos declaratórios quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, omissão ou contradição (art. 1.022).
Para a melhor compreensão dos fatos, faz-se necessário um breve histórico do feito.
O presente executivo fiscal foi distribuído em 25 de janeiro de 2008.
Citada a parte executada, não foram encontrados bens passíveis de penhora.
Peculiaridades do caso concreto em que a execução fiscal permaneceu suspensa por aproximadamente 10 (dez) anos e que os diversos requerimentos formulados ao longo desse período não traziam em si qualquer utilidade para o processo, bem como que o requerimento formulado após o despacho de arquivamento provisório, de igual sorte, não pode ser considerado como hábil a interromper o prazo de 05 (cinco) anos exigido pela lei de regência para o incremento da prescrição intercorrente, uma vez que veiculou apenas a repetição de diligências já realizadas, deve ser mantida a sentença que pronunciou tal prejudicial de mérito.
Certo, pois, é que não há qualquer contradição, sequer obscuridade ou omissão do julgado, e a tese que pretende agora levantar o embargante diz, em verdade, com mera irresignação, pretendendo, por meio de via imprópria (embargos de declaração) discutir o comando sentencial.
Ao teor do exposto, RECEBO os embargos, por serem próprios e tempestivos e os REJEITO, eis que inexiste omissão, obscuridade, contradição ou erro material a ser sanado na sentença, que deverá permanecer tal como foi lançada.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Providenciem-se o necessário. Cumpra-se.
SERVE COMO CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA/MANDADO DE INTIMAÇÃO:
EXEQUENTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA, AC SALGADO FILHO 271, AVENIDA NAÇÕES UNIDAS 284 NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS - 76804-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXECUTADOS: JOACIR HILARIO RIBEIRO, LH. MA-28, NÚCLEO SANTA MARIA II, FUNDOS, KM 70 sn ZONA RURAL - 76847-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, LAMINADORA SAO JANUARIO IMP. E EXP. LTDA, AV. DEMETRIO MELLA, SN. (SAÍDA PARA SANTA FÉ) sn, (SAÍDA PARA SANTA FÉ) SETOR 02 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7001556-22.2016.8.22.0016
Classe:Processo de Apuração de Ato Infracional
AUTOR: M. P. D. E. D. R.
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADOLESCENTE: A. A. G.
ADVOGADO DO ADOLESCENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Valor da causa: R$0,00
DESPACHO
Vistos.
1) Em atenção ao disposto no artigo 178, II e artigo 279, ambos do CPC, abra-se vistas ao Ministério Público pelo prazo de 15 (quinze) dias, para manifestação.
2) Após, tornem-se os autos conclusos.
Providenciem-se o necessário. Cumpra-se.
Costa Marques/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7000662-75.2018.8.22.0016
Classe:Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: SOLANGE DA SILVA
ADVOGADO DO EXEQUENTE:
EXECUTADO: CLÉIA ACÁCIA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Valor da causa: R$53,86
DESPACHO
Vistos.
1) Considerando que a parte executada não foi localizada pelo oficial de justiça, intime-se a parte autora, pessoalmente, para que, no prazo de 05 (cinco dias), informe o endereço atualizado da parte requerida e/ou requeira o que entender de direito, sob pena de caracterização de desinteresse e consequente abandono da causa (art. 485, III, do CPC).
2) Decorrido o prazo, certifique-se nos autos e voltem-me conclusos.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 do CPC e respectivos parágrafos (Lei 13.105/2015).
Providenciem-se o necessário. Cumpra-se.
SERVE COMO MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA:
EXEQUENTE: SOLANGE DA SILVA, AVENIDA 10 DE ABRIL 1535 SETOR 02 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
EXECUTADO: CLÉIA ACÁCIA, RUA T26 s/n, CASA DE MADEIRA SEM PINTAR PRÓXIMO A CASA DE CRISTINO DO POSTO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7000764-97.2018.8.22.0016
Classe:Reintegração / Manutenção de Posse
REQUERENTE: P. D. C. M.
ADVOGADO DO REQUERENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES
REQUERIDOS: VALENTIN PORFIRIO DA SILVA, PAULO ROBERTO VILCA
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: GLENDA ESTELA SILVA DE ARAUJO OAB nº RO7487, PAMELA CRISTINA DOS SANTOS NEVES OAB nº RO7531, JOSE NEVES BANDEIRA OAB nº RO182
Valor da causa: R$200.000,00
DESPACHO
Vistos.
Consoante o art. 455, cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo.
"§ 1º A intimação deverá ser realizada por carta com aviso de recebimento, cumprindo ao advogado juntar aos autos, com antecedência de pelo menos 3 (três) dias da data da audiência, cópia da correspondência de intimação e do comprovante de recebimento.
§ 2º A parte pode comprometer-se a levar a testemunha à audiência, independentemente da intimação de que trata o § 1o, presumindo-se, caso a testemunha não compareça, que a parte desistiu de sua inquirição.
§ 3º A inércia na realização da intimação a que se refere o § 1o importa desistência da inquirição da testemunha
§ 4º A intimação será feita pela via judicial quando:
I - for frustrada a intimação prevista no § 1º deste artigo;
II - sua necessidade for devidamente demonstrada pela parte ao juiz;
III - figurar no rol de testemunhas servidor público ou militar, hipótese em que o juiz o requisitará ao chefe da repartição ou ao comando do corpo em que servir;
IV - a testemunha houver sido arrolada pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública;
V - a testemunha for uma daquelas previstas no art. 454.
§ 5º A testemunha que, intimada na forma do § 1° ou do § 4º, deixar de comparecer sem motivo justificado será conduzida e responderá pelas despesas do adiamento."
Como se vê, a advogada da parte deverá cuidar da intimação das testemunhas que arrolar, comprovando nos autos através de carta com aviso de recebimento que praticou o ato, com antecedência de 03 dias da data da audiência.
Contudo, considerando que as testemunhas indicadas são servidoras públicas, nos termos do art. 455,§º 4, inciso III, do CPC, determino a intimação das testemunhas RAFAEL CAVALERA HURTADO - residente e domiciliado na Rua Antônio Serafim, 2106, Costa Marques/RO -, GILSON CABRAL DA COSTA - trabalha na Prefeitura deste Município no departamento DAF, nesta cidade de Costa Marques-RO; RALLISON MALLALA RODRIGUES, brasileiro, funcionário público, trabalha na Prefeitura deste Município -, para comparecerem na audiência designada para o dia 31 de maio de 2019, às 10h30min, conforme pleiteado pela defesa do requerido PAULO ROBERTO VILCA.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 do CPC e respectivos parágrafos (Lei 13.105/2015).
Providenciem-se o necessário. Cumpra-se.
SERVE COMO MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA:
Costa Marques/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019 .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7000502-16.2019.8.22.0016
Classe:Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: JOANA CORALINA MIRANDA DA FONSECA & CIA LTDA - ME
ADVOGADO DO REQUERENTE: EVILYN EMAELI ZANGRANDI SILVA OAB nº RO9248
REQUERIDO: ADISLAINE BRAVO CHURIPUY
ADVOGADO DO REQUERIDO:
Valor da causa: R$2.249,09
DESPACHO
Vistos,
1) Intime-se a parte executada para comparecer em audiência de tentativa de conciliação, que se realizará no dia 26 de junho de 2019, às 9 horas, junto ao CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado nas dependências do Fórum Fórum Juíza Suzy Soares Silva Gomes, situado na Avenida Chianca, nº 1061, Centro, Costa Marques/RO, CEP: 76937-000 - Fone:(69) 3651-2316.
1.1)Consigno que, sendo o Exequente Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, devem ser representadas, inclusive em audiência, pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente, inteligência do Enunciado n. 141, do Fonaje.
2) Cite-se em execução para que, no prazo de três dias, efetue o pagamento da dívida, contados a partir da citação (art. 829 e 231 §3º do NCPC), ou, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, opor embargos à execução, independentemente de penhora, depósito ou caução, observando-se o disposto no artigo 827, §1º e §2º, do NCPC.
3) Não efetuado o pagamento no prazo de 3 (três) dias úteis, munido da segunda via do mandado, o Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado, bem como intimando-o para comparecer na audiência de conciliação. Se houver pagamento ou acordo no prazo de três dias, a audiência e a penhora restam prejudicadas.
4) Na hipótese de serem penhorados bens imóveis e sendo a parte requerida casada, intimar o cônjuge.
5) O executado pode requerer a substituição da penhora no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato, desde que atendido os requisitos do art. 847 e ss do NCPC.
6) Feito o pedido de substituição o exequente deverá ser intimado a se manifestar em 5 (cinco) dias úteis.
7) Caso aceita a substituição, inclusive pela não manifestação no prazo de 3 dias, tome-se ela por termo (art. 853 e 849 do CPC).
8) No mesmo prazo dos embargos, a parte executada pode reconhecer o crédito do exequente, e requerer, desde que comprovado o depósito de 30% do valor da execução acrescidos de custas e honorários, o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas as subsequentes de correção monetária e juros de 1% de ao mês (art. 916 NCPC). Nesta hipótese, o credor deverá ser intimado para se manifestar quanto ao depósito e logo em seguida os autos virão conclusos para decisão.
9) Havendo a citação e não sendo localizados bens pelo oficial de justiça, a parte credora poderá requerer a pesquisa via sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, nesta ordem.
10) Restando infrutífera a tentativa de citação ou penhora de bens, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento.
11) Silenciando-se quanto ao impulsionamento do feito e indicação de bens passíveis a satisfação da obrigação, o feito será extinto, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, III e §1º do NCPC.
12) Não promovendo a citação do requerido, o feito será extinto, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, IV do NCPC.
13) No mais, não sendo localizado bens do executado, o oficial o

intimará para que, no prazo de 5 (cinco) dias, indique quais são e onde se encontrando os bens sujeitos a penhora e seus respectivos valores, sob pena de multa de 10% sobre o saldo devedor, a ser revertido em proveito do credor (art. 774, V e parágrafo único do NCPC). A indicação far-se-á diretamente ao oficial e sendo positivo, proceda a respectiva penhora e avaliação.
SERVE COMO MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA:
REQUERENTE: JOANA CORALINA MIRANDA DA FONSECA & CIA LTDA - ME, AVENIDA CHIANCA 1692 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
REQUERIDO: ADISLAINE BRAVO CHURIPUY, AVENIDA JORGE TEIXEIRA 695 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques/RO, {{data.extenso}} .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7000503-98.2019.8.22.0016
Classe:Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: JOANA CORALINA MIRANDA DA FONSECA & CIA LTDA - ME
ADVOGADO DO REQUERENTE: EVILYN EMAELI ZANGRANDI SILVA OAB nº RO9248
REQUERIDO: LUCIMAR ILDA MARQUETTI
ADVOGADO DO REQUERIDO:
Valor da causa: R$453,51
DESPACHO
Vistos,
1) Intime-se a parte executada para comparecer em audiência de tentativa de conciliação, que se realizará no dia 26 de junho de 2019, às 08h30min., junto ao CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado nas dependências do Fórum Fórum Juíza Suzy Soares Silva Gomes, situado na Avenida Chianca, nº 1061, Centro, Costa Marques/RO, CEP: 76937-000 - Fone:(69) 3651-2316.
1.1)Consigno que, sendo o Exequente Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, devem ser representadas, inclusive em audiência, pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente, inteligência do Enunciado n. 141, do Fonaje.
2) Cite-se em execução para que, no prazo de três dias, efetue o pagamento da dívida, contados a partir da citação (art. 829 e 231 §3º do NCPC), ou, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, opor embargos à execução, independentemente de penhora, depósito ou caução, observando-se o disposto no artigo 827, §1º e §2º, do NCPC.
3) Não efetuado o pagamento no prazo de 3 (três) dias úteis, munido da segunda via do mandado, o Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado, bem como intimando-o para comparecer na audiência de conciliação. Se houver pagamento ou acordo no prazo de três dias, a audiência e a penhora restam prejudicadas.
4) Na hipótese de serem penhorados bens imóveis e sendo a parte requerida casada, intimar o cônjuge.
5) O executado pode requerer a substituição da penhora no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato, desde que atendido os requisitos do art. 847 e ss do NCPC.
6) Feito o pedido de substituição o exequente deverá ser intimado a se manifestar em 5 (cinco) dias úteis.
7) Caso aceita a substituição, inclusive pela não manifestação no prazo de 3 dias, tome-se ela por termo (art. 853 e 849 do CPC).
8) No mesmo prazo dos embargos, a parte executada pode reconhecer o crédito do exequente, e requerer, desde que comprovado o depósito de 30% do valor da execução acrescidos de custas e honorários, o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas as subsequentes de correção monetária e juros de 1% de ao mês (art. 916 NCPC). Nesta hipótese, o credor deverá ser intimado para se manifestar quanto ao depósito e logo em seguida os autos virão conclusos para decisão.
9) Havendo a citação e não sendo localizados bens pelo oficial de justiça, a parte credora poderá requerer a pesquisa via sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, nesta ordem.
10) Restando infrutífera a tentativa de citação ou penhora de bens, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento.
11) Silenciando-se quanto ao impulsionamento do feito e indicação de bens passíveis a satisfação da obrigação, o feito será extinto, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, III e §1º do NCPC.
12) Não promovendo a citação do requerido, o feito será extinto, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, IV do NCPC.
13) No mais, não sendo localizado bens do executado, o oficial o intimará para que, no prazo de 5 (cinco) dias, indique quais são e onde se encontrando os bens sujeitos a penhora e seus respectivos valores, sob pena de multa de 10% sobre o saldo devedor, a ser revertido em proveito do credor (art. 774, V e parágrafo único do NCPC). A indicação far-se-á diretamente ao oficial e sendo positivo, proceda a respectiva penhora e avaliação.
SERVE COMO MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA:
REQUERENTE: JOANA CORALINA MIRANDA DA FONSECA & CIA LTDA - ME, AVENIDA CHIANCA 1692 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
REQUERIDO: LUCIMAR ILDA MARQUETTI, AVENIDA 7 DE ABRIL 1559 SETOR 04 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques/RO, {{data.extenso}} .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7001470-51.2016.8.22.0016
Classe:Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: IVANILDO ARAUJO DOS SANTOS
ADVOGADO DO REQUERENTE: FABRICIA UCHAKI DA SILVA OAB nº RO3062
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Valor da causa: R$330,00
DESPACHO
Vistos.
Com efeito, o Executado comprovou nos autos a implantação do benefício de auxilio transporte. (ID's n. 26676492 e 26676493)
1) Assim, intime-se a parte Autora para apresentar a planilha de cálculo contendo retroativos do auxilio transporte e/ou requerer o que de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento do processo.
2) Não apresentada a planilha de cálculo contendo os valores retroativos do "Auxílio-Transporte" e/ou nada sendo requerido, arquive-se os autos.
Para tanto, autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA PRECATÓRIA/MANDADO de CITAÇÃO/INTIMAÇÃO e CARTA AR:
1)REQUERENTE: IVANILDO ARAUJO DOS SANTOS, AV. JOÃO SURIADAKIS 1625 SETOR 02 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
2)REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA, AC ESPLANADA DAS SECRETARIAS 2986, COMPLEXO ADMINISTRATIVO POLÍTICO PEDRINHAS - 76801-976 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Costa Marques/RO, {{data.extenso}} .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7000497-91.2019.8.22.0016
Classe:Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: ANDRESSA GOMES DE ARAUJO
ADVOGADO DO AUTOR:
REQUERIDO: FELIPE DOS SANTOS VICENTIN
ADVOGADO DO REQUERIDO:
Valor da causa: R$800,00
DESPACHO
Vistos.
1)Cite(m)-se a(s) parte(s) requerida(s) para tomar(em) conhecimento da presente ação, e, querendo, apresentar(em) contestação em audiência de tentativa de conciliação, que se realizará no dia 05 de junho de 2019, às 10 horas, junto ao CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado nas dependências do Fórum Juíza Susy Soares Silva Gomes, situado na Avenida Chianca, nº 1061, centro, em Costa Marques/RO, CEP: 76.937-000, sob pena de ser decretada a sua revelia.
1.1) A ausência injustificada da(s) parte(s) requerida(s) em audiência de conciliação, ou a não apresentação de contestação, acarretará a presunção de veracidade dos fatos articulados pela parte requerente. (Lei nº 9.099/95, art. 20).
2.2) Não havendo conciliação, após resposta(s) da(s) parte(s) requerida(s), franqueie-se à parte autora suficiente oportunidade de manifestação oral - em audiência - aos termos da(s) contestação(ões) então apresentada(s).
3) Em seguida, ainda em audiência, as partes deverão especificar as provas que pretendem produzir, justificando detalhadamente sua pertinência e relevância em relação ao desfecho da demanda, sob pena de indeferimento.
4) Após, tornem-se os autos conclusos para deliberação quanto às provas postuladas ou julgamento antecipado da lide.
Para tanto, autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do NCPC.
Aguarde-se a solenidade.
Expeça-se o necessário.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC.
SERVE COMO MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA:
AUTOR: ANDRESSA GOMES DE ARAUJO, AV: TIRADENTES 7876, SÃO DOMINGOS DO GUAPORÉ CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
REQUERIDO: FELIPE DOS SANTOS VICENTIN, RESIDENCIAL BRASIL 1793, CASA CENTRO - 76916-000 - PRESIDENTE MÉDICI - RONDÔNIA
Costa Marques/RO, {{data.extenso}} .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 0002025-95.2013.8.22.0016
Classe:Execução Fiscal
EXEQUENTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
EXECUTADOS: JANAV INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - EPP, CLAVESSAN MENDES DE SOUZA
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS:
Valor da causa: R$1.398,65
DESPACHO
Vistos.
1) Ante a resposta dos ofícios retro, intime-se o Exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias dar prosseguimento ao feito e requer o que de direito, sob pena de suspensão do feito, nos termos do art. 40, caput, da Lei n. 6.830/80.
2) Decorrido o prazo sem manifestação, certifique-se nos autos, em seguida, voltem-me conclusos.
Providenciem-se o necessário. Cumpra-se.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA PRECATÓRIA/MANDADO de CITAÇÃO/INTIMAÇÃO e CARTA AR:
1)EXEQUENTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA, AC SALGADO FILHO 271, AVENIDA NAÇÕES UNIDAS 284 NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS - 76804-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
2)EXECUTADOS: JANAV INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - EPP, BR 429, KM 58 - DISTRITO DE SÃO DOMINGOS s/n CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA, CLAVESSAN MENDES DE SOUZA, ROD BR 429 KM 58 S N SETOR INDUSTRIA - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques/RO, {{data.extenso}} .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7000347-81.2017.8.22.0016
Classe:Procedimento Comum
AUTOR: EDILEUZA BAPTISTA BLASER
ADVOGADO DO AUTOR: DANIELE DEMICIO OAB nº RO6302, MARCIA PASSAGLIA OAB nº RO1695
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Valor da causa: R$11.244,00
DESPACHO
Vistos.
Cuida-se de cumprimento de sentença.
Retifique-se a classe processual.
1) Considerando a apresentação dos cálculos pelo Exequente, intime-se o Executado para se manifestar, podendo impugnar a execução em 30 (trinta dias) (artigo 1-B da Lei n. 9494/97 c/c o artigo 535, e 910, ambos do CPC).
2) Se não o fizer, desde já fixo honorários na fase de cumprimento de sentença em 10%.
Intime-se o Exequente para atualizar os cálculos (cabe ao patrono apresentar planilha incluindo os honorários). Em seguida, determino seja expedido ofício requisitório de pagamento/ solicitação de Precatório ao órgão competente, referente aos valores apresentados.
3) Advirta-se, o Executado de que eventuais impugnações deverão ser opostas nos próprios autos, bem ainda delimitar e demonstrar especificamente os valores impugnados, bem como ser instruídos com os documentos que se fizerem necessário à demonstração do alegado, sob pena de preclusão e de imediato julgamento da impugnação.
4) Havendo impugnação, intime-se a parte impugnada para se manifestar no prazo legal.
Concordando a parte impugnada com os cálculos apresentados pelo INSS, expeça-se o necessário para o pagamento (RPV/ Precatório), sem necessidade de retorno dos autos à conclusão.
5) Com a informação de pagamento, desde já autorizo a expedição de alvará para levantamento do valor a ser depositado nos autos, devendo ser expedido em nome do autor e de seu patrono, respectivamente quanto ao saldo devedor e honorários advocatícios.
6) Não concordando a parte impugnada com os cálculos apresentados, remetam-se os autos à contadoria do juízo para apuração do valor devido.

7) Após, intimem-se às partes para manifestação.
Em seguida, voltem-me os conclusos.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA PRECATÓRIA/MANDADO de CITAÇÃO/INTIMAÇÃO e CARTA AR:
1)AUTOR: EDILEUZA BAPTISTA BLASER, LINHA 52, KM 21 S/N, ZONA RURAL GLEBA SÃO DOMINGOS - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
2)RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, AVENIDA MARECHAL RONDON 870 1 andar CENTRO - 76900-082 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Costa Marques/RO, {{data.extenso}} .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7000271-23.2018.8.22.0016
Classe:Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: MILTON RODRIGUES
ADVOGADO DO REQUERENTE: CHARLES KENNY LIMA DE BRITO OAB nº RO8341, GILSON VIEIRA LIMA OAB nº RO4216A, FABRICIO VIEIRA LIMA OAB nº RO8345
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
ADVOGADO DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB nº MS6835, ERICA CRISTINA CLAUDINO OAB nº RO6207, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB nº RO5462
Valor da causa: R$12.443,82
DESPACHO
Vistos.
Cuida-se de cumprimento de sentença.
RETIFIQUE-SE A CLASSE PROCESSUAL.
1) INTIME-SE a parte Devedora, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, satisfaça a obrigação, cujo valor está atualizado no patamar de R$ 12.468,37 (doze mil e quatrocentos e sessenta e oito reais e trinta e sete centavos), sob pena de multa de 10% (dez por cento) nos termos do art. 523, do CPC.
1.1) Observe-se o Patrono que não houve condenação em honorário, motivo pelo qual não cabe os honorários incluso nos cálculos do Autor.
2) Frise-se, por oportuno, que em sede de juizados especiais não incidem honorários advocatícios sucumbenciais em fase de cumprimento de sentença em razão do disposto no art. 55, da Lei 9.099/95.
3) Decorrido tal prazo, e não havendo a satisfação da obrigação, o que deverá ser certificado, remetam-se os autos novamente à contadoria e após, venham-me os autos conclusos para prosseguimento e demais deliberações, observando, inclusive, a ordem preferencial disposta no art. 835 do CPC.
Para tanto, autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC.
Expeça-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA PRECATÓRIA/MANDADO de CITAÇÃO/INTIMAÇÃO e CARTA AR:
1)REQUERENTE: MILTON RODRIGUES, SEM ENDEREÇO
2)REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, SEM ENDEREÇO
Costa Marques/RO, {{data.extenso}} .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

Processo: 7001274-13.2018.8.22.0016
Classe:Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: SOLANGE DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE:
REQUERIDO: ADRIANA ALEXANDRINA DE JESUS
ADVOGADO DO REQUERIDO:
Valor da causa: R$233,73
SENTENÇA
Vistos, etc.
Considerando a satisfação da obrigação, julgo extinto por sentença o feito, nos termos do art. 924, II, do Novo Código de Processo Civil.
Havendo valores pendentes de levantamento, expeça-se alvará de levantamento da quantia depositada nos autos.
O credor terá o prazo de 30 (trinta) dias para levantamento do alvará, sob pena de transferência dos valores para a conta centralizadora do Tribunal de Justiça.
Em caso de inércia, proceda-se a transferência do referido valor para conta judicial de titularidade do TJRO n. 01529904-5, operação 040, agência 2848, Caixa Econômica Federal, conforme provimento n. 016/2010-CG.
Proceda-se com a liberação da penhora e/ou de qualquer outra forma de constrição (se houver). (ID n. 23444725)
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
Após, arquivem-se.
SERVE COMO CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA/MANDADO DE INTIMAÇÃO:
REQUERENTE: SOLANGE DA SILVA, AVENIDA 10 DE ABRIL 1535 SETOR 02 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
REQUERIDO: ADRIANA ALEXANDRINA DE JESUS, AV. CHIANCA 2992 SETOR 05 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7000214-39.2017.8.22.0016
Classe:Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: SOLANGE TOLEDO JUVINO
ADVOGADO DO REQUERENTE: JOSE NEVES BANDEIRA OAB nº RO182, PAMELA CRISTINA DOS SANTOS NEVES OAB nº RO7531
REQUERIDOS: Caixa Econômica Federal, P. D. M. D. C. M.
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: PROCURADORIA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL/RO
Valor da causa: R$4.589,86
DESPACHO
Vistos.
1) Diante do acordo realizado entre a autora e a Caixa Econômica Federal, bem como do declínio de competência - ID nº 26768143, intime-se a requerente para dar andamento no feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.
2) Intime-se por meio de sua patrona.
3) Em seguida, voltem-me os autos conclusos.
Providenciem-se o necessário. Cumpra-se.
Costa Marques/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019 .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito
Processo: 7001420-54.2018.8.22.0016
Classe:Procedimento Comum
AUTOR: MARCOS ROGERIO GARCIA FRANCO
ADVOGADO DO AUTOR: MARCOS ROGERIO GARCIA FRANCO OAB nº SP268666
RÉU: BANCO DA AMAZONIA SA
ADVOGADO DO RÉU: MICHEL FERNANDES BARROS OAB nº RO1790
Valor da causa: R$16.883,18
SENTENÇA
Vistos, etc.
Considerando a satisfação da obrigação, julgo extinto por sentença o feito, nos termos do art. 924, II, do Novo Código de Processo

Civil.
Havendo valores pendentes de levantamento, expeça-se alvará de levantamento da quantia depositada nos autos.
O credor terá o prazo de 30 (trinta) dias para levantamento do alvará, sob pena de transferência dos valores para a conta centralizadora do Tribunal de Justiça.
Em caso de inércia, proceda-se a transferência do referido valor para conta judicial de titularidade do TJRO n. 01529904-5, operação 040, agência 2848, Caixa Econômica Federal, conforme provimento n. 016/2010-CG.
Proceda-se com a liberação da penhora e/ou de qualquer outra forma de constrição (se houver).
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
Após, arquivem-se.
SERVE COMO CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA/MANDADO DE INTIMAÇÃO:
AUTOR: MARCOS ROGERIO GARCIA FRANCO, AV. CHIANCA 2150 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
RÉU: BANCO DA AMAZONIA SA, AVENIDA TANCREDO NEVES 2040, RUA RIO MADEIRA SETOR INSTITUCIONAL - 76872-854 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Costa Marques/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7000596-40.2019.8.22.0023
Classe:Averiguação de Paternidade
REQUERENTE: R. V. R.
REQUERIDO: A. G. D. S.
Valor da causa: R$998,00
DECISÃO
Vistos.
Por ocasião do registro civil de ANNA LARYSSA RAMOS, a genitora declarante indicou, como sendo o suposto pai da menor, a pessoa de ALEX GOMES DE SOUSA, nos termos da Lei nº. 8.560/92, sendo, então, encaminhada a documentação, pela Serventia, a este juízo.
Deste modo, objetivando esclarecer se o requerido, de fato, é o genitor da menor, recebo a certidão de registro de nascimento e as informações a respeito do suposto pai, conforme indicação da mãe, nos termos do artigo 2º e parágrafos da Lei 8.560/92 e do Provimento 16/2012 do CNJ.
1) Autuem-se e distribua-se a presente como ação de averiguação de paternidade.
2) Processem-se os autos em segredo de justiça.
3) Notifique-se o suposto genitor para que se manifeste sobre a paternidade que lhe é atribuída, no prazo de 30 (trinta) dias.
Para tanto, SERVE A PRESENTE COMO MANDADO DE NOTIFICAÇÃO do requerido, a ser cumprido no seguinte endereço:
Nome: ALEX GOMES DE SOUSA
Endereço: Rua Dom Xavier Reiz, 2277, setor 03, em Costa Marques/RO. Telefone: (069)99308-6130.
4) Consigno que, em cumprimento ao provimento nº 003/2012-CG, o Oficial de Justiça deverá alertar o Requerido de que, não tendo condições de constituir advogado, o Estado lhe assegurará o direito através da Defensoria Pública. Para tanto, em havendo interesse, deverá comparecer, imediatamente e antes do decurso do prazo de 30 (trinta) dias, portando este documento e demais que o acompanham.
5) Com o decurso do prazo, havendo confirmação expressa acerca da paternidade, providencie a lavratura do termo de reconhecimento e, em seguida, providencie a remessa da certidão ao oficial do registro, para a devida averbação, conforme regramento contido no art. 2º, § 3º, da Lei 8.560/92.
6) Caso contrário, na hipótese de inércia pelo notificado, ou em caso de negativa quanto à paternidade alegada, encaminhem-se os autos ao representante do Ministério Público e/ou a Defensoria Pública para que, um deles, intente, havendo elementos suficientes, a ação de investigação de paternidade, nos moldes do § 4º, art. 2º, da lei em comento c/c Provimento 16 do CNJ).
7) Após, cumpridas as determinações impostas, com o reconhecimento espontâneo da paternidade e/ou eventual ajuizamento da ação ordinária para a investigação da paternidade do menor, venham-me os autos conclusos para demais providências e/ou extinção, se for o caso.
Pratique-se o necessário.
Intimem-se.
Cumpra-se com prioridade.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do NCPC.
Costa Marques/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019 .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7000455-42.2019.8.22.0016
Classe:Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: MANOEL GOMES DE AMORIM
ADVOGADO DO AUTOR:
REQUERIDO: MAXUEL NEVES OSOWSKI
ADVOGADO DO REQUERIDO:
Valor da causa: R$2.225,75
DESPACHO
Vistos.
1) Em atenção a certidão confeccionada pela escrivania, melhor entendimento é antecipar a audiência outrora designada para o dia 08 de maio de 2019, às 08h40min..
2) Consigno que na data designada a audiência, será analisado acerca do balcão câmara fria.
3) De outro lado, quanto a certidão e documentos anexados aos autos, sobre documento criado por Maxuel Neves Osowski, encaminhe-se cópia para Delegacia de Polícia e Ministério Público local, para as providência cabíveis.
Providenciem-se o necessário. Cumpra-se com urgência.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA PRECATÓRIA/MANDADO de CITAÇÃO/INTIMAÇÃO e CARTA AR/OFÍCIO:
1)AUTOR: MANOEL GOMES DE AMORIM, AV. JOÃO LOPES BEZERRA 1916, CASA CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
2)REQUERIDO: MAXUEL NEVES OSOWSKI, AV: CHIANCA 2015, LANCHONETE DA “VALQUIRIA” CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques/RO, {{data.extenso}} .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7001287-12.2018.8.22.0016
Classe:Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: RICARDO DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE: RILDO RODRIGUES SALOMAO OAB nº RO5335
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
ADVOGADO DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB nº MS6835
Valor da causa: R$7.861,70
DESPACHO

Vistos.
Em razão de os Embargos de Declaração manejados ao ID n. 26519700 serem dotados de efeitos infringentes, a fim de preservar o contraditório nos autos, intime-se a Embargada para se manifestar acerca do recurso interposto, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme o art. 1.023, §2º, do CPC.
Após, tornem-se os autos conclusos.
Intime-se.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA PRECATÓRIA/MANDADO de CITAÇÃO/INTIMAÇÃO e CARTA AR:
1)REQUERENTE: RICARDO DA SILVA, LINHA 10, KM 05 S/N ZONA RURAL - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
2)REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137 INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Costa Marques/RO, {{data.extenso}} .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7001196-19.2018.8.22.0016
Classe:Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: MARIA HELENA GULARTE
ADVOGADO DO REQUERENTE:
REQUERIDO: Franciele Tatiane Neimorg
ADVOGADO DO REQUERIDO:
Valor da causa: R$1.982,00
DESPACHO
Vistos.
Altere-se a classe processual para cumprimento de sentença.
1) Remetam-se os autos à Contadoria.
2) Após, intime-se o Executado para efetuar o pagamento do débito contido nestes autos, no prazo de 15 (quinze) dias.
3) Em sendo efetuado o pagamento no prazo legal, expeça-se alvará judicial em nome do exequente.
4) Após, arquivem-se os autos com as baixas de estilo.
5) Porém, não sendo efetuado o pagamento no prazo estabelecido, ou havendo pagamento parcial, expeça-se mandado de penhora e avaliação de tantos bens quantos bastem para satisfação do crédito, atentando-se quanto à impenhorabilidade sobre os bens de família, Lei n. 8.009/90.
Desde já, concedo a ordem de arrombamento e a requisição de força policial, caso haja óbice à penhora, devendo-se proceder na forma do art. 846 e seguintes do CPC.
6) Em sendo realizado penhora e avaliação, intime-se o executado, para apresentar impugnação/embargos no prazo de 15 (quinze) dias.
7) Após, intime-se o exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.
Pratique-se o necessário.
Caso necessário, depreque-se.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA PRECATÓRIA/MANDADO de CITAÇÃO/INTIMAÇÃO e CARTA AR:
1)REQUERENTE: MARIA HELENA GULARTE, MAMORE 2390 SETOR 04 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
2)REQUERIDO: Franciele Tatiane Neimorg, LINHA DO MACACO PRETO ZONA RURAL - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques/RO, {{data.extenso}} .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 0001592-57.2014.8.22.0016
Classe:Execução Fiscal
EXEQUENTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
EXECUTADO: Carlos Maximo Mesquita
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Valor da causa: R$10.008,13
DESPACHO
Vistos.
1) Intime-se a parte exequente para, no prazo impreterível de 15 (quinze) dias, se manifestar quanto ao prosseguimento da execução, indicando na oportunidade meio efetivo para satisfação da obrigação, sob pena de suspensão do feito, nos termos do artigo 40, da Lei 6.830/80.
a) Ressalto que a intimação deverá ser realizada nos termos do artigo 183 do CPC.
2) Nada sendo requerido, determino a suspensão do feito pelo prazo 01 (um) ano, período durante o qual poderá e deverá a parte exequente diligenciar em encontrar bens e ativos dos devedores e que sejam passíveis de penhora.
3) Decorrido o prazo de suspensão, arquivem-se os autos sem baixa, independentemente de nova intimação, a partir de quando começará a fluir o prazo prescricional intercorrente. 3)
Transcorrido o prazo da prescrição - cinco anos -, voltem estes conclusos para extinção do processo, nos termos do art. 40, § 4º da Lei 6.830/80.
4) Encontrados que sejam, a qualquer tempo, bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. Meramente indicados que sejam quaisquer possíveis bens à penhora, o juízo deliberará acerca da pertinência ou não de desarquivamento.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 do CPC e respectivos parágrafos (Lei 13.105/2015).
Providenciem-se o necessário. Cumpra-se.
SERVE COMO MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA:
EXEQUENTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA, AC SALGADO FILHO 271, AVENIDA NAÇÕES UNIDAS 284 NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS - 76804-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXECUTADO: Carlos Maximo Mesquita, RUA GUAPORÉ 6460 BEIRA RIO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
Costa Marques/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 0000804-09.2015.8.22.0016
Classe:Execução Fiscal
EXEQUENTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
EXECUTADO: LAMINADORA SAO JANUARIO IMP. E EXP. LTDA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Valor da causa: R$94.340,95
DESPACHO
Vistos,
1) Considerando que não foram localizados bens em nome da parte executada, determino a suspensão do feito pelo prazo 01 (um) ano, período durante o qual poderá e deverá a parte exequente diligenciar em encontrar bens e ativos dos devedores e que sejam passíveis de penhora.

2) Decorrido o prazo de suspensão, arquivem-se os autos sem baixa, independentemente de nova intimação, a partir de quando começará a fluir o prazo prescricional intercorrente.
3) Transcorrido o prazo da prescrição - cinco anos -, voltem estes conclusos para extinção do processo, nos termos do art. 40, § 4º da Lei 6.830/80.
4) Encontrados que sejam, a qualquer tempo, bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. Meramente indicados que sejam quaisquer possíveis bens à penhora, o juízo deliberará acerca da pertinência ou não de desarquivamento.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 do CPC e respectivos parágrafos (Lei 13.105/2015).
Providenciem-se o necessário. Cumpra-se.
SERVE COMO MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA:
EXEQUENTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA, AC SALGADO FILHO 271, AVENIDA NAÇÕES UNIDAS 284 NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS - 76804-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXECUTADO: LAMINADORA SAO JANUARIO IMP. E EXP. LTDA, AV. DEMETRIO MELLA, SN. (SAÍDA PARA SANTA FÉ), NÃO CONSTA SETOR 02 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7001234-31.2018.8.22.0016
Classe:Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: HELIO DE SOUZA FERNANDES
ADVOGADO DO REQUERENTE: EVILYN EMAELI ZANGRANDI SILVA OAB nº RO9248
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
ADVOGADO DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB nº MS6835
Valor da causa: R$14.327,00
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de Recurso interposto pela CERON. verifica-se que apesar da juntada de razões recursais não houve recolhimento do preparo e comprovação nos autos, o que impõe o reconhecimento de deserção.
Para fins de admissibilidade recursal incumbe a análise de alguns requisitos, notadamente a tempestividade, o interesse processual, legitimidade e o recolhimento devido do preparo, porquanto a ausência de qualquer deles importa na deserção do recurso.
Estabelece o artigo 42, § 1º, da Lei nº 9.099/95, que o preparo do recurso será feito, independentemente de intimação, nas quarenta e oito horas seguintes à interposição, sob pena de deserção. Assim, decorre da combinação do § 1º do art. 42 da Lei nº. 9.099/95 com o art. 132, § 4º, do CC/2002, que dispõe sua contagem minuto a minuto.
"Art. 42, § 1º, da Lei nº 9.099/95: O preparo será feito, independentemente de intimação, nas quarenta e oito horas seguintes à interposição, sob pena de deserção."
"Art. 132 do CC/2002: Salvo disposição legal ou convencional em contrário, computam-se os prazos, excluído o dia do começo, e incluído o do vencimento.
(...)
§ 4º Os prazos fixados por hora contar-se-ão de minuto a minuto."
Outrossim, eis o teor do Enunciado 80 do FONAJE "O recurso Inominado será julgado deserto quando não houver o recolhimento integral do preparo e sua respectiva comprovação pela parte, no prazo de 48 horas, não admitida a complementação intempestiva (art. 42, § 1º, da Lei 9.099/1995)". (Aprovado no XI Encontro, em Brasília-DF – Alteração aprovada no XII Encontro – Maceió-AL).
Considerando que no caso em tela a parte requerida apresentou o recurso, entretanto, não comprovou o recolhimento do preparo nas 48 horas seguintes à interposição. Assim, resta configurada a deserção do referido recurso inominado, cabendo o seu não recebimento.
Ante o exposto, não recebo o recurso e julgo-o deserto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
Pratique-se o necessário. Cumpra-se.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do NCPC.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA/ MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO:
1) REQUERENTE: HELIO DE SOUZA FERNANDES, BR 429, KM 69, DISTRITO SAO DOMINGOS DO GUAPORE ZONA RURAL - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
2)REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, AVENIDA DOS IMIGRANTES, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Costa Marques/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019 .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

Processo: 7000360-46.2018.8.22.0016
Classe:Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: R. B. DA SILVA MREGLAD EIRELI - ME
ADVOGADO DO EXEQUENTE:
EXECUTADO: VANESSA DOS SANTOS DA SILVA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Valor da causa: R$925,70
SENTENÇA
Vistos, etc.
R.B. DA SILVA MREGLAD EIRELI ME (RB NUTRIÇÃO ANIMAL E TRANSPORTADORA) ajuizou Ação de Cobrança, em desfavor de VANESSA DOS SANTOS DA SILVA, ambas já qualificadas, não tendo sido localizados bens e/ou créditos da Executada a satisfazer a pretensão da Exequente.
No caso em exame, mesmo depois de promovida as diligências executivas ao ID 12802597, não foram encontrados quaisquer bens e/ou ativos penhoráveis da Executada.
Ao propósito, a Lei 9.099/95, art. 53, § 4º assim dispõe:
§ 4º Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor.
Outrossim, entendo não se aplicar às Ações de Cobrança e aos cumprimentos de sentença - do âmbito dos Juizados Especiais Cíveis - o disposto no art. 774, V do CPC, que cuida da intimação do devedor para a indicação de bens sujeitos à penhora, porquanto providência incompatível com a celeridade e especifico procedimento legalmente disciplinado, bem assim com a extinção do feito preconizada no dispositivo legal específico acima transcrito, como consequência da ausência de bens aptos à penhora.
Por tais razões, EXTINGO O PRESENTE FEITO executivo sem resolução do mérito - medida mais acertada - visto que não localizados bens e/ou ativos penhoráveis da parte devedora, nos termos do art. 53, § 4º da Lei n. 9.099/95, e art. 485, IV do CPC, subsidiário.
Assim decreto.
Publique-se, registre-se, intimem-se e cumpra-se.
Intime-se a Exequente, pessoalmente, para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar se tem interesse na expedição das seguintes certidões: a) certidão de crédito a fim de viabilizar futura execução, (Enunciado FONAJE 75); b) certidão para fins de inscrição do nome da executada nos órgãos de proteção ao crédito, SPC/SERASA, (Enunciado FONAJE 76).
Requeridas pela Exequente as referidas certidões, determino, desde já, sua expedição e entrega.
Proceda-se com a liberação da penhora e/ou de qualquer outra

forma de constrição (ID n. 18128779).
Após, arquive-se.
SERVE COMO CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA/MANDADO DE INTIMAÇÃO:
EXEQUENTE: R. B. DA SILVA MREGLAD EIRELI - ME, BR 429 KM 58 8660 SAO DOMINGOS DO GUAPORE - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
EXECUTADO: VANESSA DOS SANTOS DA SILVA, AV DEP. LUIZ EDUARDO MAGALHAES 8194, DIS. DE SÃO DOMINGOS SÃO DOMINGOS - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Costa Marques - Vara Única
Av. Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76.937-000, Costa Marques, RO Processo: 7000508-23.2019.8.22.0016
Classe:Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: FRANCISCO MANOEL NASCIMENTO DE MENEZES
ADVOGADO DO AUTOR: ORLANDO GOMES CORDEIRO OAB nº RO8586
REQUERIDO: LATAM AIRLINES GROUP S/A
ADVOGADO DO REQUERIDO:
Valor da causa: R$12.000,00
DESPACHO
Vistos.
1)Cite(m)-se a(s) parte(s) requerida(s) para tomar(em) conhecimento da presente ação, e, querendo, apresentar(em) contestação em audiência de tentativa de conciliação, que se realizará no dia 26 de junho de 2019, às 10h30min, junto ao CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado nas dependências do Fórum Juíza Susy Soares Silva Gomes, situado na Avenida Chianca, nº 1061, centro, em Costa Marques/RO, CEP: 76.937-000, sob pena de ser decretada a sua revelia.
1.1) A ausência injustificada da(s) parte(s) requerida(s) em audiência de conciliação, ou a não apresentação de contestação, acarretará a presunção de veracidade dos fatos articulados pela parte requerente. (Lei nº 9.099/95, art. 20).
2.2) Não havendo conciliação, após resposta(s) da(s) parte(s) requerida(s), franqueie-se à parte autora suficiente oportunidade de manifestação oral - em audiência - aos termos da(s) contestação(ões) então apresentada(s).
3) Em seguida, ainda em audiência, as partes deverão especificar as provas que pretendem produzir, justificando detalhadamente sua pertinência e relevância em relação ao desfecho da demanda, sob pena de indeferimento.
4) Após, tornem-se os autos conclusos para deliberação quanto às provas postuladas ou julgamento antecipado da lide.
Para tanto, autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do NCPC.
Aguarde-se a solenidade.
Expeça-se o necessário.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC.
SERVE COMO MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA:
AUTOR: FRANCISCO MANOEL NASCIMENTO DE MENEZES, AVENIDA PRESIDENTE VARGAS 516 CENTRO - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
REQUERIDO: LATAM AIRLINES GROUP S/A, RUA VERBO DIVINO 2001, - DE 999/1000 AO FIM CHÁCARA SANTO ANTÔNIO (ZONA SUL) - 04719-002 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
Costa Marques/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019 .
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

Processo: 7001174-58.2018.8.22.0016
Classe:Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: N. R. COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA - ME
ADVOGADO DO REQUERENTE: EVILYN EMAELI ZANGRANDI SILVA OAB nº RO9248
REQUERIDO: SANDRO NICOLOSSI DOS SANTOS
ADVOGADO DO REQUERIDO:
Valor da causa: R$2.564,36
SENTENÇA
Vistos, etc.
N.R. COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMÊSTICOS LTDA-ME ajuizou Ação de Cobrança, em desfavor de SANDRO NICOLOSSI DOS SANTOS, ambas já qualificadas, não tendo sido localizados bens e/ou créditos da Executada a satisfazer a pretensão da Exequente.
No caso em exame, mesmo depois de promovida as diligências executivas, não foram encontrados quaisquer bens e/ou ativos penhoráveis da Executada.
Ademais, mesmo intimado o Exequente para dar andamento no feito, sob pena de extinção nos aludidos termos abaixo, nada fez. (ID n. 25269355)
Ao propósito, a Lei 9.099/95, art. 53, § 4º assim dispõe:
§ 4º Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor.
Outrossim, entendo não se aplicar às Ações de Cobrança e aos cumprimentos de sentença - do âmbito dos Juizados Especiais Cíveis - o disposto no art. 774, V do CPC, que cuida da intimação do devedor para a indicação de bens sujeitos à penhora, porquanto providência incompatível com a celeridade e especifico procedimento legalmente disciplinado, bem assim com a extinção do feito preconizada no dispositivo legal específico acima transcrito, como consequência da ausência de bens aptos à penhora.
Por tais razões, EXTINGO O PRESENTE FEITO executivo sem resolução do mérito - medida mais acertada - visto que não localizados bens e/ou ativos penhoráveis da parte devedora, nos termos do art. 53, § 4º da Lei n. 9.099/95, e art. 485, IV do CPC, subsidiário.
Assim decreto.
Publique-se, registre-se, intimem-se e cumpra-se.
Intime-se a Exequente, pessoalmente, para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar se tem interesse na expedição das seguintes certidões: a) certidão de crédito a fim de viabilizar futura execução, (Enunciado FONAJE 75); b) certidão para fins de inscrição do nome da executada nos órgãos de proteção ao crédito, SPC/SERASA, (Enunciado FONAJE 76).
Requeridas pela Exequente as referidas certidões, determino, desde já, sua expedição e entrega.
Após, arquive-se.
SERVE COMO CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA/MANDADO DE INTIMAÇÃO:
REQUERENTE: N. R. COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA - ME, AVENIDA COSTA MARQUES 9010, DISTRITO SAO DOMINGOS CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
REQUERIDO: SANDRO NICOLOSSI DOS SANTOS, BR 429, KM 65 S/N, LADO ESQUERDO ZONA RURAL - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

COMARCA DE MACHADINHO D´OESTE

1ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - Vara Única
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
Certidão
Processo nº 7001419-31.2016.8.22.0019
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: WILMAR FELIX DE SOUZA
Advogado: RAFAEL BURG OAB: RO4304 Endereço: desconhecido
EXECUTADO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Advogado: GABRIELA DE LIMA TORRES OAB: RO5714 Endereço: Avenida Canaã, 1966, - de 4170 a 4554 - lado par, Setor 02, Ariquemes - RO - CEP: 76873-278
DE: WILMAR FELIX DE SOUZA
Linha MA-59, Km 02, Lote 230, Gleba 03, s/n, PA Machadinho, Zona Rural, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
Certifico que, através desta, fica a parte acima mencionada devidamente intimada para retirar o alvará judicial em seu favor e promover o andamento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de ser presumida a total satisfação da obrigação e extinto o feito.
Machadinho D'Oeste, RO, 2 de maio de 2019.
PAULO LEANDRO FARIAS
Diretor de Secretaria
(Assinatura digital registrada abaixo)

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Machadinho do Oeste - Vara Única
Processo: 7000293-38.2019.8.22.0019
Classe: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261)
EXEQUENTE: BANCO DA AMAZONIA SA
Advogado do(a) EXEQUENTE: GILBERTO SILVA BOMFIM - RO1727
EXECUTADO: RARIOSVALDO SOUZA DE JESUS e outros
ATO ORDINATÓRIO
Manifeste-se a parte autora, no prazo de 10 dias úteis, para juntar nos autos recolhimento das custas do Edital, bem como retira-lo e divulgar em jornais de grande circulação. Datas dias 15/08/2019 e 10/09/2019, às 09;00hs horas, para realização da venda judicial do bem penhorado nos presentes autos.
Machadinho D'Oeste, 2 de maio de 2019
PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - Vara Única
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
Certidão

Processo nº 7003231-11.2016.8.22.0019
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: NATANAEL RAMOS INACIO
Advogado: FABRICIO MOURA FERREIRA OAB: RO3762 Endereço: desconhecido
REQUERIDO: BANCO ITAU VEICULOS S.A.
Advogado: WILSON BELCHIOR OAB: CE17314 Endereço: Avenida Santos Dumont, - de 3131/3132 a 5019/5020, Aldeota, Fortaleza - CE - CEP: 60150-162
DE: NATANAEL RAMOS INACIO
Rodovia 133, PST 406, zona rural, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
Certifico que, através desta, fica a parte acima mencionada devidamente intimada para retirar o alvará judicial em seu favor e promover o andamento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de ser presumida a total satisfação da obrigação e extinto o feito.
Machadinho D'Oeste, RO, 2 de maio de 2019.
PAULO LEANDRO FARIAS
Diretor de Secretaria
(Assinatura digital registrada abaixo)
PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - Vara Única
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
Certidão

Processo nº 7001373-42.2016.8.22.0019
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: ARIOSTO DE ALMEIDA SOUZA, ELIMARCIO ANTONUCCI
Advogado: RAFAEL BURG OAB: RO4304 Endereço: desconhecido
EXECUTADO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Advogado: GABRIELA DE LIMA TORRES OAB: RO5714 Endereço: Avenida Canaã, 1966, - de 4170 a 4554 - lado par, Setor 02, Ariquemes - RO - CEP: 76873-278
DE: ARIOSTO DE ALMEIDA SOUZA
Linha Pedra Redonda 03, Km 08, Lote 79, Gleba 03, s/n, Zona Rural, Vale do Anari - RO - CEP: 76867-000
ELIMARCIO ANTONUCCI
Certifico que, através desta, fica a parte acima mencionada devidamente intimada para retirar o alvará judicial em seu favor e promover o andamento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de ser presumida a total satisfação da obrigação e extinto o feito.
Machadinho D'Oeste, RO, 2 de maio de 2019.
PAULO LEANDRO FARIAS
Diretor de Secretaria
(Assinatura digital registrada abaixo)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - Vara Única
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
Certidão
Processo nº 7001350-33.2015.8.22.0019
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: MOACIR CAETANO
Advogado: RAFAEL BURG OAB: RO4304 Endereço: desconhecido
EXECUTADO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Advogado: GABRIELA DE LIMA TORRES OAB: RO5714 Endereço: Avenida Canaã, 1966, - de 4170 a 4554 - lado par, Setor 02, Ariquemes - RO - CEP: 76873-278 Advogado: MARCIO MELO NOGUEIRA OAB: RO2827 Endereço: AV LAURO SODRÉ, PEDRINHAS, Porto Velho - RO - CEP: 76900-000
DE: MOACIR CAETANO
Linha MA 16, Km 45, Lote 282, Gleba 01, s/n, Zona Rural, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
Certifico que, através desta, fica a parte acima mencionada devidamente intimada para retirar o alvará judicial em seu favor e promover o andamento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de ser presumida a total satisfação da obrigação e extinto o feito.
Machadinho D'Oeste, RO, 2 de maio de 2019.
PAULO LEANDRO FARIAS
Diretor de Secretaria
(Assinatura digital registrada abaixo)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - Vara Única
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000

Certidão
Processo nº 7001737-77.2017.8.22.0019
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: MATILDES NEVES BORGES
Advogado: WILSON NEVES DE MEDEIROS JUNIOR OAB: PB15553 Endereço: Rua Rio de Janeiro, 2877, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
REQUERIDO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: FLORIANO PEIXOTO, SN, ANTIGA GUASCOR, CENTRO, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
DE: MATILDES NEVES BORGES
Av. Rivelino Campos Amoedo, 2610, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
Certifico que, através desta, fica a parte acima mencionada devidamente intimada para atualizar os cálculos, no prazo de 05 (cinco) dias.
Machadinho D'Oeste, RO, 2 de maio de 2019.
PAULO LEANDRO FARIAS
Diretor de Secretaria
(Assinatura digital registrada abaixo)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - Vara Única
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76.868-000, Machadinho do Oeste, RO Processo n.: 7002188-68.2018.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum
Assunto:Alimentos, Guarda, Regulamentação de Visitas
AUTORES: EDUARDO MATOS SANTIAGO, SEM ENDEREÇO, ALINE DE MATOS SANTIAGO, SEM ENDEREÇO, PATRICIA OLIVEIRA MATOS, AVENIDA JOAO BATISTA FIGUEIREDO 3867 UNIÃO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
RÉU: ANTONIO BATISTA SANTIAGO, RODOVIA RO 133 KM 31 VILA I T SENTIDO 5 BEC CHACA ZONA RURAL - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: ROSANE DA CUNHA OAB nº RO6380
Valor da causa:R$3.276,41
SENTENÇA
Vistos,
HOMOLOGO o acordo celebrado entre as partes mov. ID. 26249181, o qual se regerá pelas condições ali expostas, para que produza seus legais e jurídicos efeitos e, em consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, com fulcro no art. 487, III, "b" do CPC e ORDENO seu arquivamento.
Sem custas. Certifique-se imediatamente o trânsito em julgado e após, arquive-se.
Intimem-se as partes.
Machadinho D'oeste-RO, 29 de abril de 2019 .
MUHAMMAD HIJAZI ZAGLOUT
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - Vara Única
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
Certidão
Processo nº 7001050-37.2016.8.22.0019
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: SEBASTIAO JOSE DA SILVA
Advogado: ALESSANDRO DE JESUS PERASSI PERES OAB: RO2383 Endereço: desconhecido
REQUERIDO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Avenida dos Imigrantes, 4137, - de 3601 a 4635 - lado ímpar, Industrial, Porto Velho - RO - CEP: 76821-063
DE: SEBASTIAO JOSE DA SILVA
LINHA RO 133 LT 296, GB 2, KM 14,, ZONA RURAL, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
Certifico que, através desta, fica a parte acima mencionada devidamente intimada para atualizar os cálculos, no prazo de 05 (cinco) dias.
Machadinho D'Oeste, RO, 2 de maio de 2019.
PAULO LEANDRO FARIAS
Diretor de Secretaria
(Assinatura digital registrada abaixo)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - Vara Única
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
Certidão
Processo nº 7003100-36.2016.8.22.0019
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: MARIA ELIZA DA SILVA
Advogado: MARCOS TOSHIRO ISHIDA OAB: RO4273 Endereço: desconhecido
REQUERIDO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Avenida dos Imigrantes, 2713, - de 3601 a 4635 - lado ímpar, Industrial, Porto Velho - RO - CEP: 76821-063
DE: MARIA ELIZA DA SILVA
Avenida Getulio Vargas, 4341, CENTRO, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
Certifico que, através desta, fica a parte acima mencionada devidamente intimada para atualizar os cálculos, no prazo de 05 (cinco) dias.
Machadinho D'Oeste, RO, 2 de maio de 2019.
PAULO LEANDRO FARIAS
Diretor de Secretaria
(Assinatura digital registrada abaixo)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - Vara Única
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76.868-000, Machadinho do Oeste, RO Processo n.: 0001138-34.2015.8.22.0019
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
Assunto:Fixação
EXEQUENTE: H. J. P. G., RUA AIRTON SENNA 3987 UNIÃO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
EXECUTADO: P. D. L. G., AV. BRASIL 2735, ANTES RUA RIVELINO CAMPOS AMOÊDO, 3495 OU AV. FLORIANO PEIXOTO, 3533, MDO. CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: KENIA FRANCIELI DOMBROSKI DOS SANTOS OAB nº RO9154, ROBSON ANTONIO DOS SANTOS MACHADO OAB nº RO7353
Valor da causa:R$1.998,00
DECISÃO
VISTOS,
Considerando o requerimento de mov. ID. 24853021, designo audiência de conciliação, a ser realizada na sede do CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS – CEJUSC, nesta Cidade de Machadinho D´Oeste/RO, para o dia 25 de junho de 2019, às 09h30min .
As partes deverão comparecer, pessoalmente ou por representante (procurador) dotado de poderes específicos para negociar e transigir, acompanhados dos respectivos advogados ou defensor público.
Vistas ao MP
Expeça-se o necessário para intimação das partes.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO.
Machadinho D'oeste-RO 04 de abril de 2019 .
MUHAMMAD HIJAZI ZAGLOUT
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - Vara Única
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
Certidão
Processo nº 7000428-21.2017.8.22.0019
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: OSMIRIA JESUS DOS SANTOS SIMOES
Advogado: NATALIA FERNANDA MORAES OAB: MT21109 Endereço: desconhecido
REQUERIDO: BANCO BRADESCO S.A.
Nome: BANCO BRADESCO S.A.
Endereço: Travessa L, 1731, Dom Bosco, Cuiabá - MT - CEP: 78050-500
DE: OSMIRIA JESUS DOS SANTOS SIMOES
Rua Falcão, 4191, Bom Futuro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
Certifico que, através desta, fica a parte acima mencionada devidamente intimada para atualizar os cálculos, no prazo de 05 (cinco) dias.
Machadinho D'Oeste, RO, 2 de maio de 2019.
PAULO LEANDRO FARIAS
Diretor de Secretaria
(Assinatura digital registrada abaixo)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - Vara Única
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
Certidão
Processo nº 7000468-66.2018.8.22.0019
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: ANTONIO DO CARMO GALVAO
Advogado: RAFAEL BURG OAB: RO4304 Endereço: desconhecido
REQUERIDO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Avenida Juscelino Kubitschek, 1966, - de 1560 a 1966 - lado par, Setor 02, Ariquemes - RO - CEP: 76873-238
DE: ANTONIO DO CARMO GALVAO
Km 16, Gleba 02, S/N, Zona Rural, Linha TB-14, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
Certifico que, através desta, fica a parte acima mencionada devidamente intimada para atualizar os cálculos, no prazo de 05 (cinco) dias.
Machadinho D'Oeste, RO, 2 de maio de 2019.
PAULO LEANDRO FARIAS
Diretor de Secretaria
(Assinatura digital registrada abaixo)

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Machadinho do Oeste - Vara Única
Processo: 0001095-97.2015.8.22.0019
Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116)
EXEQUENTE: DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL
EXECUTADO: ELMO DE CASSIO FERREIRA MENDES
Advogado(s) do reclamado: FLAVIO ANTONIO RAMOS
Advogado do(a) EXECUTADO: FLAVIO ANTONIO RAMOS - RO4564
ATO ORDINATÓRIO
FINALIDADE: Pela presente fica Vossa Senhoria devidamente intimado(a) para tomar conhecimento da DECISÃO proferida nos autos em epígrafe, em anexo, bem como para se manifestar no prazo legal.
Anexos: DECISÃO
Vistos,
Defiro o pedido de suspensão do feito pelo prazo de 180 dias, conforme petição retro acostada aos autos. Decorrido prazo intime-se a parte autora, com remessa dos autos, para requerer o que for de direito, sob pena de aplicação do Art. 40, § 2º da Lei 6830/80.
Após, façam os autos conclusos para deliberação.
Expeça-se o necessário.
Intime-se..
Machadinho D'Oeste, 2 de maio de 2019

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - Vara Única
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
Certidão
Processo nº 7002520-69.2017.8.22.0019
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: MILTON PEREIRA MAGALHAES
Advogado: ALEX SANDRO LONGO PIMENTA OAB: RO4075 Endereço: desconhecido
REQUERIDO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: AVENIDA TANCREDO NEVES, 2824, MACHADINHO, CENTRO, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
DE: MILTON PEREIRA MAGALHAES
Linha MA 43, KM 25, GLEBA 03, LOTE 530, SN, Linha MA 43, KM 25, GLEBA 03, LOTE 530, AREA RURAL, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
Certifico que, através desta, fica a parte acima mencionada devidamente intimada para atualizar os cálculos, no prazo de 05 (cinco) dias.
Machadinho D'Oeste, RO, 2 de maio de 2019.
PAULO LEANDRO FARIAS
Diretor de Secretaria
(Assinatura digital registrada abaixo)
PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - Vara Única
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
Intimação
Processo nº 7000645-93.2019.8.22.0019
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: GLENDA NATIELI DA SILVA NASCIMENTO
Advogado: CARINE MARIA BARELLA RAMOS OAB: RO6279 Endereço: desconhecido
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
DE: GLENDA NATIELI DA SILVA NASCIMENTO
RUA FALCÃO, 4446, BOM FUTURO, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
FINALIDADE: Pela presente fica Vossa Senhoria devidamente INTIMADO(A) para tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos autos em epígrafe, conforme cópia em anexo, bem como para recorrer, caso queira, no prazo de 15 (quinze) dias, através de advogado particular ou Defensoria Pública.
Anexo: DECISÃO
No caso de não oposição dos embargos, fica desde já homologado o cálculo apresentado pela parte autora, devendo ser expedida RPV ou Precatório, conforme o valor do crédito.
Para pronto pagamento fixo honorários no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, devendo igualmente ser expedida RPV ou Precatório para pagamento.
Intimem-se.
Expeça-se o necessário.
Machadinho D´Oeste/RO, 30 de abril de 2019.
Machadinho D'Oeste, RO, 2 de maio de 2019.
Diretor(a) de Secretaria

(Assinatura digital registrada abaixo)

1ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - Vara Única
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76.868-000, Machadinho do Oeste, RO Processo n.: 7001162-98.2019.8.22.0019
Classe: Mandado de Segurança Cível
Assunto: Contribuição / Taxa Assistencial, Contribuição Sindical, Representação Sindical, Abuso de Poder
IMPETRANTE: AGRIMARIO VILETE DE OLIVEIRA, AV 23 DE AGOSTO 4424, CASA CENTRO - 76867-000 - VALE DO ANARI - RONDÔNIA
ADVOGADO DO IMPETRANTE: JOAO DA CRUZ SILVA OAB nº RO5747
IMPETRADO: A. A., AVENIDA CAPITÃO SILVIO DE FARIAS 4575, PREDIO PUBLICO CENTRO - 76867-000 - VALE DO ANARI - RONDÔNIA
ADVOGADO DO IMPETRADO:
Valor da causa:R$1.000,00
DECISÃO
Vistos.
Versam os autos sobre mandado de segurança com pedido de liminar impetrado pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta do Município de Vale do Anari/RO – SINDSMUV contra o Prefeito Municipal de Vale do Anari/RO, Anildo Alberton. Narra a parte impetrante, em síntese, que foi surpreendida pela publicação da Portaria n.º 2072/2019, em 28 de março de 2019, a qual determina a suspensão do desconto/repasse para entidade sindical. Argumenta que não há motivação legal para a publicação do ato e que foi necessário protocolar requerimento para entender qual a justificativa. Afirma que o impetrado informou que a impetrante deve valores nos autos n.º 0000102-82.2018.5.14.0161, o qual ainda não transitou em julgado. Alega que tal ato constitui conduta antissindical, pois prejudica a administração sindical, e que a suspensão causará enorme gravame ao sindicato, enquanto que a continuação do desconto não acarreta qualquer consequência à administração. Requer seja concedida a liminar no intuito de determinar o imediato processamento do desconto em folha e o repasse para a entidade sindical e, no mérito, que seja concedida a segurança anulando o ato administrativo. Requer a gratuidade da justiça. Acostou documentos.
É o relatório. Fundamento e decido.
Inicialmente, indefiro o pedido de gratuidade judiciária, eis que a impetrante não é pobre na forma da lei, aliado ao fato de que atribuiu à causa o valor de apenas R$ 1.000,00 (mil reais).
Assim, concedo o prazo de cinco dias para juntada do comprovante de recolhimento das custas. Após, proceda-se conforme abaixo determinado.
A concessão de liminar em sede de mandado de segurança, resultante do concreto exercício do poder cautelar geral outorgado aos juízes, somente se justifica em face de situações que se ajustem aos pressupostos referidos no artigo 7º, inciso III, da Lei n.º 12.016/2009: a existência de plausibilidade jurídica (“fumus boni juris”), de um lado, e a possibilidade de lesão irreparável ou de difícil reparação (“periculum in mora”), de outro. Sem que concorram esses dois requisitos - que são necessários, essenciais e cumulativos, não se legitima a concessão da medida liminar.
A via eleita pela parte impetrante é apropriada, pois não há outro remédio constitucional apto a produzir o efeito pretendido. Nesse sentido, tem-se que o mandado de segurança é ação civil de caráter mandamental que tem por escopo “proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público” (artigo 5º, inciso LXIX, da Constituição Federal).
Os documentos acostados com a inicial fazem prova, ao menos em sede de cognição sumária, de que a parte impetrante percebia os repasses dos descontos realizados na folha de pagamento dos servidores públicos do município de Vale do Anari/RO, filiados ao sindicato, ora impetrante, previstos no artigo 8º, inciso IV, da Constituição Federal/88. Se não vejamos:
Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte: [...] IV - a assembléia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei; [...] (grifei).
Tais descontos, que serão suprimidos por ato do chefe do executivo municipal, conforme se denota da Portaria n.º 2072/2019, datada de 28 de março de 2019, acostada na exordial, informa a suspensão do repasse mensal descontado diretamente na folha de pagamento dos servidores da municipalidade filiados ao sindicato impetrante.
A justificativa apresentada na Portaria em questão, no sentido de apontar a necessidade de acautelamento de novas demandas judiciais e onerosos prejuízos ao erário municipal e servidores públicos, não se encontra em consonância com a legislação pátria. Como é cediço, os Decretos somente podem regular o que já foi previsto pela Lei Ordinária sem, jamais, dispor de maneira diversa ao que consta na Lei. Tal raciocínio se justifica para atender ao princípio da hierarquia das normas, já que um regulamento não pode, jamais, prever situação diretamente conflitante ou que vá além do que determina uma Lei Ordinária.
Esse é o entendimento manifestado por Hely Lopes Meirelles (Direito Administrativo Brasileiro. 34. atual. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 184): “Como ato inferior à lei, o regulamento não pode contrariá-la ou ir além do que ela permite. No que o regulamento infringir ou extravasar a lei, é írrito e nulo, por caracterizar situação de ilegalidade.”
Assim, a Portaria n.º 2072/2019, datada de 28 de março de 2019, não pode justificar a suspensão dos descontos/repasse mensal realizado ao sindicado impetrante, pois independente do seu teor, em nenhuma hipótese pode ser aplicada para justificar suspensão do desconto sindical pleiteado, pois se criada por Lei, só pode ser extinta por Lei, o que não ocorre no presente caso.
Nesse sentido é o entendimento jurisprudencial:
ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL. ARTIGO 8º DA CF/88 . SERVIDORES PÚBLICOS. REGIME ESTATUTÁRIO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL, MESMO APÓS A ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA EC nº 45/2004. LEGITIMIDADE ATIVA DO SINDICATO. REGISTRO DO SINDICATO JUNTO AO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. DESCONTOS MENSAIS EFETUADOS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS PELO ENTE PÚBLICO E, NÃO REPASSADOS AO SINDICATO. OBRIGATORIEDADE DO REPASSE DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL. REEXAME NECESSÁRIO. 1. Sindicato devidamente registrado, representando categoria profissional, com unicidade de representação, detém legitimidade ativa para impetrar mandado de segurança visando receber em repasse as contribuições sindicais da categoria que representa. 2. A Constituição Federal de 1988, ao vedar em seu art. 8º, inciso I, a exigência de autorização estatal para fundação de sindicato, ressalvou a obrigatoriedade de registro no Ministério do Trabalho e Emprego, nos termos do art. 558 , § 1º , da CLT , ainda que se trate de sindicato de servidores públicos regidos pela Lei 8.112 /90. 3. Induvidosa é a legitimidade ativa do SINDSERJ Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Jaguaquara, na medida em que os documentos de fls. 45 e 57 demonstram o registro do sindicato perante o Ministério do Trabalho e Emprego. 4. Resta claro o direito constitucional do Sindicato/Impetrante em receber a contribuição sindical que lhe é devida, mas retida pelo ente público, mesmo porque, além do registro no Ministério do Trabalho e Emprego, observa-se pelos documentos colacionados aos autos, a prévia filiação dos servidores a entidade sindical, além da comprovação dos descontos mensais efetuados dos servidores municipais, devidamente associados ao Sindicato, e, não repassados à Impetrante. SENTENÇA MANTIDA EM REEXAME NECESSÁRIO (TJ-BA - Reexame Necessário REEX

00001144920108050138 BA 0000114-49.2010.8.05.0138 (TJ-BA), Órgão Julgador: Segunda Câmara Cível, julgamento: 10/12/2013, publicado? 11/12/2013).
Da mesma forma, patente o periculum in mora, eis que a supressão de verba, que, para os sindicatos, é de natureza salarial, pois com ela mantém suas despesas administrativas, indubitavelmente, causa prejuízos aos servidores e à sua família, ainda mais quando o ato que o motivou é eivado de ilegalidade.
Dessa forma, diante das peculiaridades do caso em alude e estando evidente os requisitos legais, o deferimento da liminar é medida que se impõe.
Ante o exposto, presentes os requisitos legais, DEFIRO A LIMINAR pleiteada e determino a suspensão da Portaria n.º 2072/2019, datada de 28 de março de 2019, publicada pelo Prefeito do Município de Vale do Anari/RO, e, em consequência, DETERMINO que o impetrado proceda ao imediato processamento do desconto em folha e repasse para o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta do Município de Vale do Anari/RO – SINDSMUV, inserindo-os em folha de pagamento do mês de maio de 2019, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), limitada a R$ 15.000,00 (quinze mil reais) para o caso de descumprimento, sem prejuízo de futura majoração.
Expeça-se mandado para cumprimento da ordem somente após a comprovação do recolhimento das custas.
Intime-se.
Notifique a autoridade impetrada para prestar informações no prazo de 10 (dez) dias.
Do mesmo modo, dê ciência do feito ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, enviando-lhe cópia da inicial sem documentos, para que, querendo, ingresse no feito.
Vistas ao Ministério Público para manifestação.
Ultimadas as providências retro, tornem os autos conclusos.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
Machadinho D' Oeste/RO, 30 de abril de 2019.
Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Machadinho do Oeste - Vara Única
Processo: 7001184-30.2017.8.22.0019
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: RONIS SIPRIANO MARTINS e outros
Advogado do(a) AUTOR: SUELY LEITE VIANA VAN DAL - RO8185
Advogado do(a) AUTOR: SUELY LEITE VIANA VAN DAL - RO8185
RÉU: ANTONIO PEREIRA DA COSTA e outros (2)
Advogado(s) do reclamado: WILSON NEVES DE MEDEIROS JUNIOR
Advogado do(a) RÉU: WILSON NEVES DE MEDEIROS JUNIOR - PB15553
ATO ORDINATÓRIO
Manifeste-se a parte autora, no prazo de 5 dias úteis, sobre a Ofício 039.2019 de ID.26841007.
Machadinho D'Oeste, 30 de abril de 2019

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - Vara Única
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76.868-000, Machadinho do Oeste, RO Processo n.: 7001597-09.2018.8.22.0019
Classe: Arrolamento Comum
Assunto:Reconhecimento / Dissolução
REQUERENTE: LOCELINO COSTA MACHADO, RUA PARANA 3071, OFICINA CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MORRYS BARBOSA LIMA OAB nº PR79505
THAIS ALANA GALDINO CAYRES OAB nº RO9395
REQUERIDO: GUSTAVO DOS SANTOS MACHADO, PARANA 3071 CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Valor da causa:R$954,00
DECISÃO
Vistos,
Intimem-se as parte para especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, justificando-as e indicando sua finalidade, no prazo de 10 dias.
Decorrido prazo, com ou sem manifestação, façam os autos conclusos para deliberação.
Expeça-se o necessário.
Machadinho D'oeste-RO 12 de abril de 2019 ..
MUHAMMAD HIJAZI ZAGLOUT
Juiz de Direito
Certidão

Processo nº 7000087-29.2016.8.22.0019
Classe: CÍVEL - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
Advogado: NELSON PASCHOALOTTO OAB: SP108911 Endereço: desconhecido
RÉU: ERCIMAR PEREIRA DOS SANTOS
DE: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
Avenida Doutor Augusto de Toledo, 493/495, - até 589/590, Santa Paula, São Caetano do Sul - SP - CEP: 09541-520
Certifico que, através desta, ficam as partes acima mencionadas devidamente INTIMADAS, na pessoa de seu procurador(a) acerca da sentença proferida por este Juízo, conforme cópia em anexo.
Machadinho D'Oeste, RO, 30 de abril de 2019.
MAURICIO MIGUEL DA SILVA
Diretor de Secretaria
(Assinatura digital registrada abaixo)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - Vara Única
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76.868-000, Machadinho do Oeste, RO Processo n.: 7002768-98.2018.8.22.0019
Classe: Separação Consensual
Assunto:Reconhecimento / Dissolução, Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação
REQUERENTES: NEIVA LAURIANO DA SILVA, RUA TOCANTINS 3160 CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA, EDISON BACARJI, RUA TOCANTINS 3160 CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: CASSIA FRANCIELE DOS SANTOS OAB nº RO9503
ADVOGADOS DOS :
Valor da causa:R$65.000,00
SENTENÇA
VISTOS,
JULGO PROCEDENTE o pedido inicial mov. ID. 23573056, e consequentemente HOMOLOGO o acordo celebrado entre as partes mov. ID. 23573080, o qual se regerá pelas condições ali expostas, para que produza seus legais e jurídicos efeitos e, em consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, com fulcro no art. 487, III, "b" do CPC e ORDENO seu arquivamento.
Sem custas. Certifique-se imediatamente o trânsito em julgado e após, arquive-se.
Intimem-se as partes.
Machadinho D'oeste-RO, 28 de março de 2019 .
MUHAMMAD HIJAZI ZAGLOUT
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Machadinho do Oeste - Vara Única
Processo: 7000802-37.2017.8.22.0019
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ROSINELIA PEREIRA DE OLIVEIRA
Advogado(a): Defensoria Pública do Estado de Rondônia
RÉU: IZALTINO MALAQUIAS NUNES - VULGO PRETO
Advogado(s) do reclamado: ROBSON ANTONIO DOS SANTOS MACHADO
Advogado do(a) RÉU: ROBSON ANTONIO DOS SANTOS MACHADO - RO7353
DECISÃO: "...Considerando que o autor está residindo atualmente na rua Elenita Ferreira de Souza, 3236, Setor 07, BURITIS-RO, defiro o pedido de DECLINO DE COMPETÊNCIA requerido no mov. ID. 20639517, para julgar a presente demanda àquela Comarca. Intimem-se as partes".

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Machadinho do Oeste - Vara Única
Processo: 7001162-98.2019.8.22.0019
Classe: MANDADO DE SEGURANÇA (120)
IMPETRANTE: O SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA FUNDAÇÕES E AUTARQUIAS DO MUNICÍPIO DE VALE DO ANARI/RO - SINDSMUV
Advogado do(a) IMPETRANTE: JOAO DA CRUZ SILVA - RO5747
IMPETRADO: ANILDO ALBERTON
DECISÃO: "... DEFIRO A LIMINAR pleiteada e determino a suspensão da Portaria n.º 2072/2019, datada de 28 de março de 2019, publicada pelo Prefeito do Município de Vale do Anari/RO, e, em consequência, DETERMINO que o impetrado proceda ao imediato processamento do desconto em folha e repasse para o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta do Município de Vale do Anari/RO – SINDSMUV, inserindo-os em folha de pagamento do mês de maio de 2019, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), limitada a R$ 15.000,00 (quinze mil reais) para o caso de descumprimento, sem prejuízo de futura majoração.
Expeça-se mandado para cumprimento da ordem somente após a comprovação do recolhimento das custas.
Intime-se.
Notifique a autoridade impetrada para prestar informações no prazo de 10 (dez) dias.
Do mesmo modo, dê ciência do feito ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, enviando-lhe cópia da inicial sem documentos, para que, querendo, ingresse no feito.
Vistas ao Ministério Público para manifestação.
Ultimadas as providências retro, tornem os autos conclusos.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Machadinho do Oeste - Vara Única
Processo: 7002888-15.2016.8.22.0019
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: MARIA HELENA FRANCISCA
Advogados do(a) AUTOR: PABLO EDUARDO MOREIRA - RO6281, VIVIANE ANDRESSA MOREIRA - RO5525
RÉU: BANCO BMG CONSIGNADO S/A
Advogado(s) do reclamado: FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA
Advogado do(a) RÉU: FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA - MG109730
DECISÃO VISTOS, Intime-se a parte autora, por via de seu procurador para manifestar-se, no prazo de 05 dias, acerca do comprovante de pagamento apresentado pela parte requerida mov. ID. 25451008. Decorrido prazo, façam os autos conclusos para deliberação. Expeça-se o necessário.
Machadinho D'Oeste, 30 de abril de 2019

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - Vara Única
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76.868-000, Machadinho do Oeste, RO VARA CÍVEL
Processo n.: 7002263-10.2018.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Fixação
Valor da causa: R$3.436,80 (três mil, quatrocentos e trinta e seis reais e oitenta centavos)
Parte autora: ANDREIA MONTEIRO CRUZ, AVENIDA MARECHAL RONDON NUCLEO SÃO MARCOS - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, AVENIDA MARECHAL RONDON NUCLEO SÃO MARCOS - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
Parte requerida: JOEL FARIAS GOMES, AVENIDA FLORIANO PEIXOTO 5715 BOM FUTURO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU:
SENTENÇA
Vistos,
As partes postularam o pedido de alimentos.
Foi tentada a conciliação das partes, com êxito.
O Ministério Público opinou favorável à homologação do acordo.
É o relatório. DECIDO.
As partes acordaram sobre os alimentos em favor da menor. Posto isso, homologo o acordo celebrado entre as partes para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.
Em consequência, julgo extinto o processo com o exame do mérito, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea b, do Código de Processo Civil.
Sem custas e sem honorários.
Homologo ainda a renúncia ao prazo recursal e dou a sentença por transitada em julgado na presente data.
Após, observadas as formalidades legais, arquive-se os autos.
Sentença publicada em audiência e registrada automaticamente, saindo os presentes intimados
Machadinho do Oeste terça-feira, 30 de abril de 2019 às 17:16 .
Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Machadinho do Oeste - Vara Única
Processo: 7001418-12.2017.8.22.0019
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO RURAL E DOS EMPRESARIOS DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO
Advogado do(a) EXEQUENTE: RODRIGO TOTINO - RO6338
EXECUTADO: PAULO JOSE DA SILVA
Decisão VISTOS, Pois bem. Conforme é cediço, a citação por edital trata-se de medida excepcional, nos termos do art. 256 e 257 do CPC, e, no presente caso, não foram esgotadas todas as vias usuais para proceder a citação da parte requerida. Pelos argumentos acima expostos, INDEFIRO a citação por edital pleiteada. INTIME-SE a parte autora para que, em 5(cinco) dias úteis, aponte endereço válido para a citação da requerida ou, no mesmo prazo, requerer demais diligências necessária a sua obtenção, nos termos do art. 319, § 1º, do CPC. Ressalto que caso haja requerimento de medidas para obtenção de endereço válido da parte requerida, estas somente serão realizadas mediante o prévio recolhimento das custas de cada diligência, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016. Intime-se.
Machadinho D'Oeste, 30 de abril de 2019

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - Vara Única
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76.868-000, Machadinho do Oeste, RO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo n.: 7002648-55.2018.8.22.0019
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer
Valor da causa: R$954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais)
Parte autora: EDIMAR CARLOS DA SILVA, RUA TRAVESSA 19 DE NOVEMBRO 3500 CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE:
Parte requerida: MAICON DIONES TROMBINI, CASTELO BRANCO 515, CASA CENTRO - 76977-000 - SÃO FELIPE D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.
No curso da ação a parte autora manifestou-se pela desistência da ação.
Conforme o art. 485, VIII do CPC extingue-se o processo quando o autor desistir da ação.
Ante o exposto, e considerando a manifestação da parte autora, HOMOLOGO o pedido de desistência para que surta seus jurídicos e legais efeitos, na forma do art. 485, VIII do CPC.
Sentença publicada em audiência e registrada automaticamente. Sai a parte autora intimada.
Arquivem-se os autos.
Machadinhdo do Oeste, na data da assinatura no sistema
Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - Vara Única
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76.868-000, Machadinho do Oeste, RO Processo n.: 0000748-98.2014.8.22.0019
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto:Antecipação de Tutela / Tutela Específica, Obrigação de Fazer / Não Fazer, Adicional de Periculosidade, Pagamento Atrasado / Correção Monetária
EXEQUENTE: EDELSON ANESIO DOS SANTOS, RUA MINAS GERAIS 3592, DELEGACIA DE POLÍCIA DE MACHADINHO CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: CARINE MARIA BARELLA RAMOS OAB nº RO6279
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA, AVENIDA FARQUAR 2986, PALÁCIO RIO MADEIRA PEDRINHAS - 76801-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Valor da causa:R$43.440,00
DECISÃO
VISTOS,
Considerando que foi interposto embargos á execução nº 7000782-80.2016.8.22.0019, suspendo o presente feito até o julgamento dessa ação.
Aguarde-se a suspensão em cartório.
Com a juntada da sentença dos embargos á execução, façam os autos conclusos para deliberação.
Expeça-se o necessário.
Machadinho D'oeste-RO, 28 de março de 2019 .
MUHAMMAD HIJAZI ZAGLOUT
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - Vara Única
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
Certidão
Processo nº 7002995-25.2017.8.22.0019
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: SICUNDINO LISBOA FILHO
Advogado: SIDNEI DA SILVA OAB: RO3187 Endereço: desconhecido
REQUERIDO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: AVENIDA TANCREDO NEVES, 2824, CENTRO, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
DE: SICUNDINO LISBOA FILHO
LINHA 601, KM 0,5, ZONA RURAL, Theobroma - RO - CEP: 76866-000
Certifico que, através desta, fica a parte acima mencionada devidamente intimada para atualizar os cálculos, no prazo de 05 (cinco) dias.
Machadinho D'Oeste, RO, 30 de abril de 2019.
PAULO LEANDRO FARIAS
Diretor de Secretaria
(Assinatura digital registrada abaixo)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Machadinho do Oeste - Vara Única
Processo: 7002634-71.2018.8.22.0019
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: RAIMUNDA MARQUES RODRIGUES
Advogados do(a) AUTOR: PEDRO RIOLA DOS SANTOS JUNIOR - RO2640, FERNANDO MARTINS GONCALVES - RO834
RÉU: BANCO BMG CONSIGNADO S/A
ATO ORDINATÓRIO
Manifeste-se a parte autora/requerido, no prazo de 15 dias úteis, sobre a contestação de ID.26739283.
Machadinho D'Oeste, 30 de abril de 2019

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - Vara Única
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76.868-000, Machadinho do Oeste, RO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo n.: 7003564-60.2016.8.22.0019
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer
Valor da causa: R$615,43 (seiscentos e quinze reais e quarenta e três centavos)
Parte autora: JEANE VERONICA FERNANDES DUARTE, RUA PERNAMBUCO 3659 CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUCIANO DOUGLAS RIBEIRO DOS SANTOS SILVA OAB nº RO3091, AVENIDA RIO DE JANEIRO 3098, PREFEITURA MUNICIPAL CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
Parte requerida: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, AC MACHADINHO DO OESTE 2713, AV. TANCREDO NEVES CENTRO - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: GABRIELA DE LIMA TORRES OAB nº RO5714, AVENIDA CANAÃ 1966, - DE 4170 A 4554 - LADO PAR SETOR 02 - 76873-278 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos,
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.
A parte autora realizou o levantamento da importância, sem mais

nada requerer. Assim, verifico que o débito objeto da execução encontra-se devidamente satisfeito, razão pela qual, a extinção do feito pelo total adimplemento da obrigação é medida que se impõe.
Ante ao exposto, JULGO EXTINTA A PRESENTE AÇÃO DE EXECUÇÃO, considerando a satisfação do crédito, com fulcro nos art. 924, II c/c art. 925, ambos do Código de Processo Civil.
Após as formalidades legais, arquivem-se.
Sentença publicada e registrada automaticamente. Intimem-se.
Machadinho do Oeste/RO, na data da assinatura no sistema
Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Machadinho do Oeste - Vara Única
Processo: 7000864-77.2017.8.22.0019
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: EDNA TEIXEIRA LIMA
Advogados do(a) AUTOR: ALESSANDRO DE JESUS PERASSI PERES - RO2383, ALAN CESAR SILVA DA COSTA - RO7933
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ATO ORDINATÓRIO
Manifeste-se a parte autora, no prazo de 5 dias úteis, sobre a petição do requerido de ID.24939636.
Machadinho D'Oeste, 30 de abril de 2019

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Machadinho do Oeste - Vara Única
Processo: 7001568-61.2015.8.22.0019
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO RURAL E DOS EMPRESARIOS DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO
Advogado do(a) EXEQUENTE: RODRIGO TOTINO - RO6338
EXECUTADO: TARCISIO DELAVY
DECISÃO Vistos, Pois bem. Conforme é cediço, a citação por edital trata-se de medida excepcional, nos termos do art. 256 e 257 do CPC, e, no presente caso, não foram esgotadas todas as vias usuais para proceder a citação da parte requerida. Pelos argumentos acima expostos, INDEFIRO a citação por edital pleiteada. INTIME-SE a parte autora para que, em 5(cinco) dias úteis, aponte endereço válido para a citação da requerida ou, no mesmo prazo, requerer demais diligências necessária a sua obtenção, nos termos do art. 319, § 1º, do CPC. Ressalto que caso haja requerimento de medidas para obtenção de endereço válido da parte requerida, estas somente serão realizadas mediante o prévio recolhimento das custas de cada diligência, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016. Intime-se.
Machadinho D'oeste-RO, 30 de março de 2019 .

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - Vara Única
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
INTIMAÇÃO
Processo nº 7000350-90.2018.8.22.0019
REQUERENTE: ESAU DIAS DE CARVALHO
REQUERIDO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Advogado: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB: RO5462 Endereço: Avenida dos Imigrantes, 4137, - de 3601 a 4635 - lado ímpar, Industrial, Porto Velho - RO - CEP: 76821-063
DE: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
AC Machadinho do Oeste, 2713, Av. Tancredo Neves, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-970
Em cumprimento ao r. despacho deste Juízo, fica Vossa Senhoria , pela presente, INTIMADO(A) para tomar ciência e efetuar o pagamento da dívida, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (art. 523 do NCPC), nos autos do processo supra, sob pena de incorrer em multa de 10%(dez por cento) e, ainda, honorários advocatícios também de 10%(dez por cento) sobre o débito; ficando ciente que, decorrido o prazo acima mencionado, o que deverá ser certificado pela Escrivania, poderá ser expedido mandado de penhora e avaliação de tantos bens quantos bastem para integral quitação do débito, seguindo-se os atos de expropriação. Da mesma forma, independente da penhora ou nova intimação , decorrido o prazo supra, iniciar-se-á, automaticamente, o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado apresente, nos próprios autos, sua impugnação na forma do art. 525, NCPC, sob pena de preclusão.
Art. 523 do NCPC: No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15(quinze) dias, acrescido de custas, se houver.
Art. 525 do NCPC: Transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15(quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.
OBSERVAÇÃO: Transcorrido o prazo do art. 523 do NCPC, será observado o art. 525 do NCPC.
Machadinho D'Oeste, RO, 30 de abril de 2019.
Diretor(a) de Secretaria
(Assinatura digital registrada abaixo)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Machadinho do Oeste - Vara Única
Processo: 7003512-64.2016.8.22.0019
Classe: PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXIGIDAS (45)
AUTOR: ELMI DE PINHO
Advogado do(a) AUTOR: ILIZANDRA SUMECK CARMINATTI - RO3977
RÉU: OSVALDO PIRES BUENO
Advogado do(a) RÉU: ROBSON ANTONIO DOS SANTOS MACHADO - RO7353
SENTENÇA: "...JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados por ELMI DE PINHO em desfavor de OSVALDO PIRES BUENO, e, nos termos do CPC/2015, artigo 550 "caput" combinado com seu §5º, o faço para:
a) condenar a PARTE REQUERIDA ao dever de prestar contas no prazo de 15 dias, cujas contas devem ser apresentadas na forma adequada, especificando-se as receitas, a aplicação das despesas e suas atualizações e, se houver, a especificação das deduções, dos acréscimos, atentando-se para a indicação do valor líquido, na forma mercantil.
b) se a requerida não atender a sua obrigação prevista no item "a", sofrerá a penalidade de não lhe ser lícito impugnar as contas que a PARTE AUTORA apresentar nos 15 dias sucessivos (art. 550 §2º do CPC/2015). Neste caso, as contas deverão ser apresentadas de forma adequada, atentando-se para o comando previsto no §2º do art. 551 do CPC/2015, já instruídas com os documentos justificativos, especificando-se as receitas, a aplicação das despesas e os investimentos, se houver, bem como o respectivo saldo..."

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Machadinho do Oeste - Vara Única
Processo: 7002192-76.2016.8.22.0019
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: SILVANA PIMENTEL FELIX
Advogado do(a) AUTOR: ELIAS ESTEVAM PEREIRA FILHO - RO2726

RÉU: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogado(s) do reclamado: GABRIELA DE LIMA TORRES
Advogado do(a) RÉU: GABRIELA DE LIMA TORRES - RO5714
SENTENÇA: "... JULGO, por sentença com resolução do mérito, PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na inicial e, em consequência, RECONHEÇO a ilegitimidade do consumo faturado sob a rubrica "recuperação de consumo", DECLARANDO inexistente o débito constante da fatura acostada ao mov. 5760639, no valor de R$ 13.421,79 (treze mil quatrocentos e vinte e um reais e setenta e nove centavos).
CONFIRMO a liminar deferida em sede de antecipação de tutela (mov. 5189963), tornando-a definitiva.
CONDENO a parte requerida ao pagamento de indenização por danos morais, no importe de R$ 8.000,00 (oito mil reais).
CONDENO a requerida ao pagamento de honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, na forma do artigo 85, do Código de Processo Civil.
Por fim, de modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que , ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado.
Por consectário lógico, ficam as partes advertidas, desde logo, que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente infringente lhes sujeitará a imposição da multa prevista pelo artigo 1026, § 2º, do Código de Processo Civil.
Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (CPC, art. 1.010), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões.
Em caso de não interposição de recurso, certifique-se o trânsito em julgado da sentença.
Após, intime-se a parte executada, na pessoa do seu advogado, via Diário da Justiça (art. 513, § 2º, I, do CPC), para efetuar o pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, a partir de quando, caso não o efetue, passará a incidir sobre o montante da condenação, multa de 10% (dez por cento) e honorários de advogado de 10% (dez por cento), previstas no art. 523, § 1º, do CPC.
Em não havendo advogado constituído nos autos, intime-se por Carta com Aviso de Recebimento (art. 513, §2º, II, do CPC).
Caso efetue o pagamento através de depósito judicial, desde já autorizo a expedição de alvará/ofício em favor do exequente e do advogado, conforme consta na petição inicial.
Na sequência, façam os autos conclusos para extinção.
Contudo, sendo a parte executada intimada e quedando-se inerte, fica a parte exequente, desde já, intimada a trazer planilha do débito atualizada, com a aplicação da multa e honorários de advogado, para fins de penhora on line ou outros meios de expropriação.
Intime-se. Cumpra-se. Expeça-se o necessário.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - Vara Única
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76.868-000, Machadinho do Oeste, RO Processo n.: 7000236-20.2019.8.22.0019
Classe: Tutela
Assunto:Tutela e Curatela, Antecipação de Tutela / Tutela Específica, Conselhos tutelares
REQUERENTE: ALEXSANDRO VIEIRA KRAUSE, LINHA TRAVESSÃO C 70, KM 17, VALE DO ANARI ZONA RURAL - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REQUERIDO: MICHELE VIEIRA KRAUSE, LINHA TRAVESSÃO C70 KM 17 LOTE 82 GLEBA 02, VALE DO ANARI ZONA RURAL - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Valor da causa:R$998,00
DECISÃO
Vistos.
1. Versam os autos sobre ação de tutela.
1.1 Defiro, por ora, a gratuidade postulada.
1.2 Processe-se em segredo de justiça e com prioridade de tramitação.
2. Considerando a presença da probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, visto que o autor é irmão da requerida, cujos genitores já faleceram, tendo em vista, ainda, que ela não está recebendo o benefício da pensão por morte junto ao Instituto Nacional de Segurança Social – INSS, com fundamento no artigo 300 do Código de Processo Civil, DEFIRO a tutela de urgência pleiteada para conceder a tutela provisória de Michele Vieira Krause em favor do autor Alexsandro Vieira Krause, para UNICAMENTE conferir poderes de representação à parte autora a fim de praticar atos no interesse e benefício da requerida, representando-a perante órgãos públicos e privados, podendo formular requerimentos administrativos, interpor recursos e demais atos necessários à defesa da representada, sendo VEDADA a alienação de patrimônio ou a assunção de dívida.
3. Expeça-se ofício ao INSS para ciência acerca da tutela ora deferida.
4. Realize-se estudo psicossocial na residência das partes, devendo os autos serem encaminhados ao NUPS.
5. CITE-SE para, querendo, CONTESTAR o pedido em 15 dias, contados, segundo art. 335 e incisos do CPC, a partir: I – da audiência de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II – do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação pela parte ré, o qual deverá ser apresentado, em 10 dias contados da sua citação, advertindo-a que se não contestar o pedido, incidirão os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na inicial e prosseguindo-se o processo independentemente de sua intimação para os demais atos, propiciando o julgamento antecipado da lide.
6. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 dias úteis, apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em RÉPLICA, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais (art. 337, CPC); III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção).
7. Após, vistas ao Ministério Público.
8. Tornem-me conclusos para saneamento ou julgamento, nos termos do art. 347 do CPC.
9. Expeça-se termo de tutela provisória.
Expeça-se e pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Machadinho D' Oeste/RO, 30 de abril de 2019.
Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - Vara Única
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76.868-000, Machadinho do Oeste, RO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo n.: 7001277-61.2015.8.22.0019
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer
Valor da causa: R$788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)
Parte autora: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON,

FLORIANO PEIXOTO SN, ANTIGA GUASCOR CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: GABRIELA DE LIMA TORRES OAB nº RO5714, AVENIDA CANAÃ 1966, - DE 4170 A 4554 - LADO PAR SETOR 02 - 76873-278 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Parte requerida: FIDELCINO LOPES DA SILVA, LINHA 23, TRAVESSÃO 1, APROXIMADAMENTE 2 KM DA BR NÚCLEO TANCREDO NEVES - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ROBERTA SIGOLI OAB nº RO6936, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA LIBERDADE - 76803-895 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/98.
Intimada para se manifestar quanto ao prosseguimento do feito, a parte a quem caberia a execução dos honorários fixados em sede de recurso, requereu a extinção, não demonstrando interesse no recebimento do valor.
Assim, julgo extinto o feito, nos termos do art. 924, inciso IV c/c art. 924, ambos do Código de Processo Civil.
Após as formalidades legais, arquive-se. Intimem-se.
Machadinho do Oeste/RO, na data da assinatura no sistema
Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - Vara Única
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76.868-000, Machadinho do Oeste, RO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo n.: 7002412-06.2018.8.22.0019
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Indenização por Dano Moral
Valor da causa: R$21.774,31 (vinte e um mil, setecentos e setenta e quatro reais e trinta e um centavos)
Parte autora: JULIA BORGES BUSS, AV. DIOMEO MORAIS BORBA 3022 CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: FLAVIO ANTONIO RAMOS OAB nº RO4564, AV. DIOMERO DE MORAIS BORBA 2782 CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA, RONALDO DE OLIVEIRA COUTO OAB nº RO2761, SEM ENDEREÇO
Parte requerida: FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITORIOS MULTISEGMENTOS NPL IPANEMA II - NAO PADRONIZADO, RUA IGUATEMI 151, EDIFICIL SPAZIO FARIA LIMA, ANDAR 19 ITAIM BIBI - 01451-011 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REQUERIDO: ROSANE DA CUNHA OAB nº RO6380, AVENIDA RIVELINO CAMPOS AMOEDO 3145 CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA, CAUE TAUAN DE SOUZA YAEGASHI OAB nº SP357590, AVENIDA IPIRANGA 318, 15 ANDAR REPÚBLICA - 01046-010 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
SENTENÇA
Vistos, etc.
Trata-se de ação de indenização proposta por JULIA BORGES BUSS - CPF: 015.601.189-11 em face de FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITORIOS MULTISEGMENTOSNPL IPANEMA II - NAO PADRONIZADO - CNPJ: 14.109.346/0001-37.
Observa-se que a parte autora indicou no polo passivo a parte correta FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS NPL II, inscrito no CNPJ 29.292.312/0001-06, indicando endereço e CNPJ dinstintos, o que ocasionou a citação da parte que contestou no ID n. (26607310).
Assim, é evidente a ilegitimidade passiva da empresa FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITORIOS MULTISEGMENTOS NPL IPANEMA II - NAO PADRONIZADO - CNPJ: 14.109.346/0001-37, de modo que deve ela ser excluída da lide, razão pela qual, contra ela, julgo extinto o feito em seu desfavor, na forma do art. 485, VI, do CPC.
Sem custas e honorários. Proceda-se à correção do CNPJ da parte requerida no sistema.
CITE-SE e INTIME-SE a parte requerida correta FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS NPL II, inscrito no CNPJ 29.292.312/0001-06, situada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1195, Andar 4, CEP 04547-004, Vila Olímpia, São Paulo-SP, para CUMPRIMENTO DA TUTELA DE URGÊNCIA e da nova audiência de conciliação, que fica designada para o dia 07/06/2019 às 08:00 horas, no CEJUSC do Fórum da Comar de Machadinho D"Oeste-RO, saindo os presentes intimados.
P.R.I.
SERVE A PRESENTE ACOMPANHA DA DECISÃO DE ID. 24597009 E DA INICIAL, COMO MANDADO/CARTA DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO.
Machadinho do Oeste terça-feira, 30 de abril de 2019 às 18:15 .
Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - Vara Única
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76.868-000, Machadinho do Oeste, RO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo n.: 7000361-90.2016.8.22.0019
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Protesto Indevido de Título
Valor da causa: R$25.038,38 (vinte e cinco mil, trinta e oito reais e trinta e oito centavos)
Parte autora: VERONICA ANTONIA MENEZES CALDEIRA, LINHA 605, TRAVESSÃO 66, LOTE 45, BLEBA 18 45 ZONA RURAL - 76867-000 - VALE DO ANARI - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: RONALDO DE OLIVEIRA COUTO OAB nº RO2761, SEM ENDEREÇO, FLAVIO ANTONIO RAMOS OAB nº RO4564, AV. DIOMERO DE MORAIS BORBA 2782 CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
Parte requerida: Tim Celular, AVENIDA DAS AMÉRICAS 3434, - DE 2552 A 5150 - LADO PAR BARRA DA TIJUCA - 22640-102 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO
ADVOGADO DO REQUERIDO: ANDRE LUIS GONCALVES OAB nº RO1991, AVENIDA PORTO VELHO 2750 CENTRO - 76963-860 - CACOAL - RONDÔNIA, RONALDO CELANI HIPOLITO DO CARMO OAB nº SP195889, SEM ENDEREÇO
SENTENÇA
Vistos,
Considerando os poderes conferidos aos patronos da parte autora, conforme procuração juntada aos autos, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea b, do Código de Processo Civil, HOMOLOGO o acordo firmado entre as partes (petição de ID 26246873) para que produza seus efeitos legais e, consequentemente, JULGO EXTINTO o processo com resolução do mérito.
HOMOLOGO ainda a renúncia ao prazo recursal e dou a sentença por transitada em julgado na presente data.
Sem custas e sem honorários.
Sentença publicada em audiência e registrada automaticamente.
Intimem-se. Após, observadas as formalidades legais, arquive-se.
Machadinho do Oeste /RO, na data da assinatura no sistema
Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Machadinho do Oeste - Vara Única
Processo: 7000322-59.2017.8.22.0019
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: MARLENE MODESTO CUSTODIO MACHADO
RÉU: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt

Advogado do(a) RÉU: GABRIELA DE LIMA TORRES - RO5714
DECISÃO
Vistos,
Digam as partes se pretendem a produção de outras provas, especificando-as em dez dias, mesma oportunidade em que deverão manifestar interesse em eventual audiência de conciliação.
Intimem-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - Vara Única
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76.868-000, Machadinho do Oeste, RO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo n.: 7001986-91.2018.8.22.0019
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: DIREITO DO CONSUMIDOR, Telefonia
Valor da causa: R$954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais)
Parte autora: LEOMAR DE SOUZA DOS SANTOS, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO REQUERENTE:
Parte requerida: TELEFONICA BRASIL S.A., SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO REQUERIDO:
SENTENÇA
Vistos,
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/95.
Aduz a autora, em síntese, que contratou o plano "Vivo controle" no terminal n° (69) 99965-1629 e que, no mês de setembro de 2018, sem qualquer aviso prévio, a empresa ré bloqueou o seu telefone para realizar ou receber ligações. Que diversas foram as tentativas de solucionar o problema junto à requerida, todas sem sucesso. Requer que a empresa requerida restabeleça os serviços de seu telefone celular, na forma como eram oferecidos anteriormente. Não sendo possível o restabelecimento dos serviços no número (69) 99965-1629, requer o seu cancelamento sem qualquer ônus para si e ainda que a requerida disponibilize outro número, com o mesmo plano e vantagens daquele que anteriormente possuía. Requer ainda a condenação da requerida ao pagamento de indenização por danos morais que lhe foram causados, em valor a ser arbitrado por este Juízo.
Citada e intimada da tentativa de conciliação, a parte ré não compareceu para a audiência e não ofereceu defesa. Razão pela qual, supedaneado no artigo 20 da Lei 9.099/95, decreto-lhe a revelia, com todos os efeitos que lhe são inerentes, inclusive, confissão.
De par com estes argumentos, ante os efeitos inerentes à revelia, tenho que o presente litígio se encontra suficientemente equacionado, vertendo-se parcialmente favorável ao demandante.
Quantos aos alegados danos morais, não os tenho como existentes ou ocorrentes no caso em julgamento, sendo a hipótese de mero descumprimento contratual.
Trata-se de simples descumprimento contratual, que não caracteriza o chamado danum in re ipsa (ocorrente, v.g., nas hipóteses de restrição creditícia, desconto indevido em folha de pagamento de prestações não pactuadas, perda de um ente querido em decorrência de ilícito civil, etc...), devendo a parte comprovar que a quebra contratual gerou reflexos que vieram a retirar ou a abalar o equilíbrio psicológico do indivíduo, gerando outros reflexos (financeiros, laborais, familiares, psíquicos, etc...).
Desta forma, não há definitivamente nada nos autos que comprove a "tormenta" e o fato danoso, capazes de exigir a reparabilidade ou indenização a título de danos morais. Não deve a chamada "indústria do dano moral" vencer nos corredores do Judiciário, sob pena de se banalizar a ofensa à honra, atributo valiosíssimo da personalidade e, como tal, passível somente de abalos efetivamente demonstrados.
Isto posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL e condeno a requerida TELEFONICA BRASIL S.A. a restabelecer os serviços de telefone celular no número (69) 99965-1629, na forma (plano e condições) como eram oferecidos antes do informado no pedido inicial, no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado desta sentença.
Não sendo possível o restabelecimento dos serviços no número (69) 99965-1629, deverá a empresa requerida proceder ao cancelamento do mesmo, sem qualquer ônus para a parte autora, e ainda, disponibilizar outro número, com o mesmo plano e vantagens anteriormente ofertados, igualmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado desta sentença.
Extingo o feito com resolução de mérito, na forma do inciso I, art. 487 do Código de Processo Civil.
Sem custas ou honorários advocatícios, como dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95. Sentença publicada em audiência e registrada automaticamente, saindo os presentes intimados.
Desnecessária a intimação da parte requerida, vez que é revel. Após o trânsito em julgado, se nada for requerido, arquivem-se.
Machadinho do Oeste/RO, 26 de abril de 2019
Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - Vara Única
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76.868-000, Machadinho do Oeste, RO Processo n.: 7000656-59.2018.8.22.0019
Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Assunto:Alimentos
AUTOR: Y. R. S. M., LOTE 072 LINHA TB16 KM 40 GLEBA 04 ZONA RURAL ZONA RURAL - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: NAIRA DA ROCHA FREITAS OAB nº RO5202
RÉU: V. M., AVENIDA CANAÃ 2.987, - DE 2987 A 3239 - LADO ÍMPAR SETOR 03 - 76870-497 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU:
Valor da causa:R$5.684,40
SENTENÇA
VISTOS,
Trata-se de AÇÃO DE ALIMENTOS movida por YNGRID RAPHAELLA SILVA MARCIANO devidamente representada pelos avós paternos Aparecido José da Silva e Elizabete Cândida da Silva em face de VAULEI MARCIANO, consoante petição de id 17155321.
Decisão inaugural acostada ao mov. 18270237.
Ata de audiência de conciliação ao mov. 19526803.
O requerido foi devidamente citado (id 18627386), não tendo comparecido à audiência de conciliação (id 19526803), nem apresentado contestação, razão pela qual a parte autora pugnou pela revelia do requerido e julgamento antecipado da lide (id 20392479).
Manifestação do Ministério Público pela procedência do pedido inicial mov. ID.24428451.
É o relatório. Decido.
Conforme entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, "presentes às condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder". (STJ - 4ª Turma, Resp 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14.08.1990, e publicado no DJU em 17.09.90, p. 9.513).
O caso em apreço versa sobre alimentos, cuja questão diz respeito apenas à matéria de direito, não havendo necessidade de produção de outras provas a ser produzida em audiência, além do mais, a efetividade do processo, sua instrumentalidade, o seu caráter de meio para alcançar o justo, o princípio da razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação, razão pela qual passo ao julgamento antecipado da lide, na forma do art. 139, inciso II e art. 355, inciso I, ambos do CPC.
No caso ora em análise, a parte requerente alega ser filha do requerido, o que restou devidamente demonstrado através da certidão de nascimento acostada aos autos.
A ação de alimentos, subsiste o princípio da proporcionalidade

previsto no art. 1.694, §1, do Código Civil, pelo que o alimentado deve provar não só a necessidade de ser a pensão arbitrada no percentual por ele pretendido, como também que o alimentante tenha condições, sem prejuízos de seu sustento pessoal e familiar, de suportar a majoração alimentícia.
Desta forma, os alimentos visam atender às reais necessidades do alimentado proporcionais às possibilidades do alimentante, pois a lei não busca o perecimento do alimentado, muito menos requer o sacrifício do alimentante.
YUSSEF SAID CAHALI, ensina que os alimentos são "a contribuição periódica assegurada a alguém, por um título de direito, para exigi-la de outrem, como necessário à sua manutenção. (...) Desta forma, constituem os alimentos uma modalidade de assistência imposta por lei, de ministrar os recursos necessários à subsistência, à conservação da vida, tanto física como moral e social do indivíduo (...)". (Dos Alimentos. 5ª ed., São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2006. p.15/16).
Sabe-se que a obrigação alimentar, prevista no artigo 1695 e seguintes, do Código Civil, "não se altera diante da precariedade da condição econômica do genitor" (ob. cit. p. 349). O pai não pode eximir-se da obrigação de prestar alimentos sob a alegação de que não dispõe de meios para cumpri-la.
O parentesco restou comprovado, assim como a menoridade da criança e a necessidade dos alimentos.
Diante do exposto, considerando o que dos autos consta e especialmente visando o bem-estar do menor, bem como, o parecer do Ministério Público, com fulcro no art. 33 do Estatuto da Criança e do Adolescente e, ainda o art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO por sentença, com resolução do mérito, PROCEDENTE o pedido inicial, para o fim de:
CONDENAR requerido ao pagamento de alimentos no importe de 30% (trinta por cento) do salário mínimo vigente.
CONDENAR o requerido ao pagamento de 50% (cinqüenta por cento), das despesas médicas, escolares, odontológicas e vestimentas, entre outras.
Custas pelo requerido. Condeno o requerido no pagamento de honorários de sucumbência, estes que arbitro em R$ 1.000,00, verbas estas cuja exigibilidade fica suspensa em virtude da gratuidade da justiça.
Após o trânsito em julgado, se nada for requerido em 05 (cinco) dias, arquivem-se os autos.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Machadinho D'oeste-RO 03 de abril de 2019 .
MUHAMMAD HIJAZI ZAGLOUT
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - Vara Única
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76.868-000, Machadinho do Oeste, RO Processo n.: 0000346-17.2014.8.22.0019
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto:Cédula de Crédito Bancário
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S/A, SETOR BANCÁRIO SUL, QD. 4, BL.C, LT.32 EDIFÍCIO SEDE III - 70610-640 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RAFAEL SGANZERLA DURAND OAB nº MT12208A
EXECUTADOS: RENILTON PEREIRA, LINHA TB 10, LOTE 408 - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA, IVONE PASSAURA, LINHA TB 02, GLEBA 02,LOTE 118, PA TABAJARA 2 - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA, CARLOS DE ARAUJO, NÃO INFORMADO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA, MADALENA MARIA PEREIRA, NÃO INFORMADO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA, EDINALDO PEREIRA DOS SANTOS, LINHA TB-05, LOTE 61, GLEBA 2, KM 27 - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA, MARIA DE FATIMA COSTA SILVA, NÃO INFORMADO CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS:
Valor da causa:R$44.101,26
DECISÃO
VISTOS,
Para possibilitar o deferimento do pedido do exequente, concedo o prazo de 10 (dez) dias para que apresente nos autos comprovante de recolhimento das custas, nos termos do art. 17 da Lei n. 3.896/2016 (Regimento de Custas).
Art. 17. O requerimento de buscas de endereços, bloqueio de bens ou quebra de sigilo fiscal, telemático e assemelhados, ainda que por meio eletrônico, deverá ser instruído com comprovante do pagamento da diligência, no valor de R$15,00 (quinze reais) para cada uma delas.
Intimem-se.
Machadinho D'oeste-RO 02 de abril de 2019 .
MUHAMMAD HIJAZI ZAGLOUT
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - Vara Única
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76.868-000, Machadinho do Oeste, RO Processo n.: 7001708-90.2018.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum
Assunto:Indenização por Dano Moral, Antecipação de Tutela / Tutela Específica
AUTOR: MARIA DE FATIMA OLIVEIRA, RUA RIO BRANCO 3604 UNIAO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
RÉU: BANCO VOLKSWAGEN S.A., RUA VOLKSWAGEN 291, TEL 62-3946-2000 JABAQUARA - 04344-020 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO RÉU: CAMILA DE ANDRADE LIMA OAB nº BA1494
Valor da causa:R$3.000,00
DECISÃO
Vistos,
Intimem-se as parte para especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, justificando-as e indicando sua finalidade, no prazo de 10 dias.
Decorrido prazo, com ou sem manifestação, façam os autos conclusos para deliberação.
Expeça-se o necessário.
Machadinho D'oeste-RO 02 de abril de 2019 .
MUHAMMAD HIJAZI ZAGLOUT
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Machadinho do Oeste - Vara Única
Processo: 7003542-02.2016.8.22.0019
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: LUCIMAR DE LIMA PENA
Advogado do(a) AUTOR: PEDRO RIOLA DOS SANTOS JUNIOR - RO2640
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
SENTENÇA: "...com fulcro no art. 487, I, do CPC, JULGO, por sentença com resolução do mérito, PROCEDENTES os pedidos iniciais e CONDENO o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a implementar o benefício assistencial ao deficiente, em favor de LUCIMAR DE LIMA PENA, no valor de 01 (um) salário mínimo vigente, condenando o INSS a pagar os benefícios atrasados desde a data em que houve o indeferimento do pedido realizado pela via administrativa, ou seja, desde o dia 29.02.2016 (mov. 7653764), acrescido de juros e correção monetária na forma do Manual de Cálculos da Justiça Federal aplicável aos benefícios previdenciários. Condeno ainda o requerido, ao pagamento de

honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.
Não obstante o teor da Súmula n. 178 do STJ, isento o INSS do pagamento das custas e demais despesas processuais, haja vista o disposto no art. 3º da Lei Estadual n. 301/90.
Apesar de ilíquida a sentença, tendo em vista o período de cálculo do crédito retroativo e considerando o valor mínimo do benefício previdenciário concedido, dispensa o reexame necessário com fulcro no art. 496, § 3º, I do CPC, pois evidente que a condenação em 1º grau não ultrapassa o equivalente a 1000 (mil) salários mínimos. Além disso, o valor atribuído à causa, e que pode ser levado em conta para alçada recursal, não foi impugnado pela autarquia requerida, o que reforça a dispensa do recurso de ofício.
Oficie-se a APS/ADJ.PVH (email-apsdj26001200@inss.gov.br), COM URGÊNCIA.
Transitada em julgado e nada sendo requerido, arquivem-se os autos.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes".

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Machadinho do Oeste - Vara Única
Processo: 7000644-11.2019.8.22.0019
Classe: BUSCA E APREENSÃO (181)
REQUERENTE: BANCO ITAÚ
Advogado do(a) REQUERENTE: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI - SP248970
REQUERIDO: CLAUDIO ALVES PEREIRA
ATO ORDINATÓRIO
Manifeste-se a parte autora, comprovar em 10 (dez) dias o recolhimento das custas iniciais, sob pena de indeferimento do pedido, tendo em vista que foi realizado o pagamento de forma parcial (mov. 26023980).
Machadinho D'Oeste, 2 de maio de 2019

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - Vara Única
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76.868-000, Machadinho do Oeste, RO Processo n.: 7002658-02.2018.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum
Assunto:Abatimento proporcional do preço
AUTOR: ESPEDITA ROSA FERREIRA, PEDRO ALVARES CABRAL 3735 S/BAIRRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: FERNANDO MARTINS GONCALVES OAB nº AC834
PEDRO RIOLA DOS SANTOS JUNIOR OAB nº RO2640
RÉU: BANCO BMG CONSIGNADO S/A, AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA 3477, - DE 3253 AO FIM - LADO ÍMPAR ITAIM BIBI - 04538-133 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO RÉU:
Valor da causa:R$20.782,80
SENTENÇA
Vistos,
Indeferida a gratuidade da justiça, a parte requerente deixou fluir em branco o prazo para emenda.
Posto isso, indefiro a petição inicial e julgo extinto o processo sem julgamento do mérito, conforme determina o art. 485, I, do CPC.
Custas na forma da lei.
Libere-se eventual penhora existente nos autos.
Caso existam audiências pendentes no sistema, providencie-se a escrivania o seu cancelamento.
Após as formalidades legais, arquive-se os autos.
Sentença publicada e registrada automaticamente.
Intimem-se.
Machadinho D'oeste-RO 01 de abril de 2019 .
MUHAMMAD HIJAZI ZAGLOUT
Juiz de Direito
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Machadinho do Oeste - Vara Única
Processo: 0000700-13.2012.8.22.0019
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: BANCO DA AMAZONIA SA
Advogado do(a) EXEQUENTE: GILBERTO SILVA BOMFIM - RO1727
EXECUTADO: Patrício José do Nascimento e outros (2)
Decisão
Vistos,
Defiro o pedido de suspensão do feito pelo prazo de 60 dias. Decorrido prazo intime-se a parte autora por via de seu procurador, para requerer o que for de direito, sob pena de extinção e arquivamento.
Por fim, intime-se o banco/exequente para manifestar, se o caso dos autos enquadra-se às hipóteses da Lei 13.340/2016.
Expeça-se o necessário.
Intime-se.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Machadinho do Oeste - Vara Única
Processo: 7001902-90.2018.8.22.0019
Classe: INTERDITO PROIBITÓRIO (1709)
REQUERENTE: HELEM LOPES MOURA
Advogado do(a) REQUERENTE: CORINA FERNANDES PEREIRA - RO2074
REQUERIDO: SEBASTIÃO DE TAL (VULGO TIÃOZINHO) E OUTROS
DECISÃO
VISTOS,
Pois bem. Conforme é cediço, a citação por edital trata-se de medida excepcional, nos termos do art. 256 e 257 do CPC, e, no presente caso, não foram esgotadas todas as vias usuais para proceder a citação da parte requerida.
Pelos argumentos acima expostos, INDEFIRO a citação por edital pleiteada.
INTIME-SE a parte autora para que, em 5(cinco) dias úteis, aponte endereço válido para a citação da requerida ou, no mesmo prazo, requerer demais diligências necessária a sua obtenção, nos termos do art. 319, § 1º, do CPC.
Ressalto que caso haja requerimento de medidas para obtenção de endereço válido da parte requerida, estas somente serão realizadas mediante o prévio recolhimento das custas de cada diligência, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.
Intime-se.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Machadinho do Oeste - Vara Única
Processo: 7000613-88.2019.8.22.0019
Classe: BUSCA E APREENSÃO (181)
REQUERENTE: BANCO ITAÚ
Advogado do(a) REQUERENTE: CARLA CRISTINA LOPES

SCORTECCI - SP248970
REQUERIDO: CLAUDIO ALVES PEREIRA
ATO ORDINATÓRIO
Manifeste-se a parte autora, fim de comprovar em 10 (dez) dias o recolhimento das custas iniciais, sob pena de indeferimento do pedido.
Machadinho D'Oeste, 2 de maio de 2019

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Machadinho do Oeste - Vara Única
Processo: 7003615-71.2016.8.22.0019
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: NUBIA PIANA DE MELO
Advogado do(a) AUTOR: NUBIA PIANA DE MELO - RO5044
RÉU: OCEANAIR LINHAS AEREAS S/A e outros
Advogado(s) do reclamado: JAMYSON DE JESUS NASCIMENTO, FABIO RIVELLI
Advogado do(a) RÉU: JAMYSON DE JESUS NASCIMENTO - RO1646
Advogado do(a) RÉU: FABIO RIVELLI - SP297608
ATO ORDINATÓRIO
DE: OCEANAIR LINHAS AEREAS S/A
Avenida Washington Luís, 7059, - de 7003 ao fim - lado ímpar, Santo Amaro, São Paulo - SP - CEP: 04627-006
Finalidade: Proceder a INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, para para cumprir a obrigação que lhe fora imposta, no prazo de 15 dias, consistente em pagar o valor de R$ 6.050,00 (seis mil e cinquenta reais), sendo R$5.000,00 referente a indenização, mais 10% de honorários advocatícios (R$5.500,00), acrescidos de 10% de honorários advocatícios devido na fase de execução (R$5.500,00 + 10%), tudo sob pena de incidência de multa correspondente a 10% sobre o valor da condenação.
Machadinho D'Oeste, 2 de maio de 2019

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Machadinho do Oeste - Vara Única
Processo: 7002230-54.2017.8.22.0019
Classe: CÍVEL - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: BANCO VOLKSWAGEN S.A.
Advogados do(a) AUTOR: JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS - SP156187, ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO - SP192649
RÉU: SUELY EUGENIA DA PAZ MAGALHAES
SENTENÇA
Vistos,
Conforme certidão do mov. ID. 22518680, a parte autora abandonou a causa deixando de promover atos e diligências que lhe competiam.
Como transcorreu o prazo sem manifestação da parte requerente, impõe-se a extinção do feito.
Ante o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito, conforme determina o art. 485, inciso III, do CPC/2015.
Libere-se eventual penhora existente nos autos.
Caso existam audiências pendentes no sistema, providencie-se a escrivania o seu cancelamento.
Após as formalidades legais, arquivem-se os autos.
Sentença publicada e registrada automaticamente. Intimem-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - Vara Única
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76.868-000, Machadinho do Oeste, RO Processo n.: 7000557-55.2019.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum
Assunto:Aposentadoria por Invalidez, Auxílio-Doença Previdenciário
AUTOR: IZAIAS NASCIMENTO DE ALBUQUERQUE, AV. CASTELO BRANCO 4805, BAIRRO BOM FUTURO BOM FUTURO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ROSANE DA CUNHA OAB nº RO6380
RÉU: I. -. I. N. D. S. S., AC CENTRAL DE PORTO VELHO 3112, AVENIDA CAMPOS SALES, N 3132, BAIRRO OLARIA, CEP OLARIA - 78900-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Valor da causa:R$2.000,00
DECISÃO
Vistos,
Intime-se a parte autora, através de seu advogado, a fim de emendar a inicial para juntar aos autos os documentos que comprovem sua qualidade de segurado, tendo em vista que em sua inicial consta que o mesmo é profissional autônomo, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Após, conclusos para deliberação.
Expeça-se o necessário.
Machadinho D´Oeste/RO, 22 de abril de 2019.
MUHAMMAD HIJAZI ZAGLOUT Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - Vara Única
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
Certidão
Processo nº 7001317-72.2017.8.22.0019
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO RURAL E DOS EMPRESARIOS DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO
Advogado: RODRIGO TOTINO OAB: RO6338 Endereço: desconhecido
EXECUTADO: J & C PARAGOMINAS COMERCIO DE TINTAS EIRELI - ME, GILMAR ROSA, RENILDA DA CUNHA MOURA ROSA, AROLDO MARTINS JUNIOR, JOHN CRISTHIAN RENGEL MARTINS
DE: COOPERATIVA DE CREDITO RURAL E DOS EMPRESARIOS DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO
Rua José Eduardo Vieira, 1811, - de 1604/1605 a 1810/1811, Nova Brasília, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-404
Certifico que, através desta, fica a parte acima mencionada devidamente intimada através de seu representante legal para informar no processo o CEP, do endereço informado na petição id 14152657, Travessa Leonel Brizola, nº. 3.954, Ariquemes/RO, para cadastramento no sistema, bem como informar endereço do requerido Sr. John Cristhian Rengel Martins, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de prosseguimento do feito com relação ao requerido Aroldo Martins Junior.
Machadinho D'Oeste, RO, 2 de maio de 2019.
MAURICIO MIGUEL DA SILVA
Diretor de Secretaria
(Assinatura digital registrada abaixo)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - Vara Única
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76.868-000, Machadinho do Oeste, RO Processo n.: 7000218-96.2019.8.22.0019
Classe: Mandado de Segurança Cível
Assunto:Assistência Judiciária Gratuita, Violação aos Princípios Administrativos, Abuso de Poder, Regime Estatutário, Licenças / Afastamentos, Dirigente Sindical, Licença-Prêmio, Licença Prêmio
IMPETRANTE: S. D. F. P. M. D. M. D. -. E. D. R., AV.FLORIANO PEIXOTO 2385, CASA CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO IMPETRANTE: JOAO DA CRUZ SILVA OAB nº RO5747
IMPETRADO: P. D. M. D. O., RIO DE JANEIRO 3098, PREDIO PUBLICO CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO IMPETRADO:
Valor da causa:R$1.000,00
SENTENÇA
I. RELATÓRIO
Vistos.
O SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE MACHADINHO D' OESTE/RO – SINTRAM interpôs MANDADO DE SEGURANÇA em desfavor do CHEFE DO PODER EXECUTIVO LOCAL, sustentando, em síntese, que seu representante legal foi surpreendido com um comunicado impondo que goze de licença prêmio por assiduidade, por seis meses, durante o período em que goza de licença para mandato classista. Afirma que protocolou requerimento administrativo para reavaliação da decisão, contudo não obteve resposta, o que caracteriza silêncio administrativo, violação ao direto de petição, conduta antissindical e, por conseguinte, autoriza a discussão da matéria na via judicial. Requer a concessão de liminar para determinar ao impetrado que se abstenha de praticar atos que configurem coação ou cerceio à liberdade sindical. No mérito, pede a concessão da segurança a fim de anular o ato administrativo. Juntou documentos.
A liminar foi indeferida.
Notificado, o impetrado não juntou informações.
Vieram-me os autos conclusos.
É o relatório.
II. FUNDAMENTAÇÃO
Presentes estão as condições da ação mandamental e os pressupostos de constituição e desenvolvimento válidos do processo, sem nulidade a ser sanada.
Versam os autos sobre mandado de segurança impetrado para que este Juízo determine a anulação do ato administrativo que impôs que o representante do sindicato impetrante goze da licença prêmio referente a dois quinquênios ininterruptos de efetivo exercício.
Pois bem.
Ainda, nessa fase inicial, frise-se que o mandado de segurança é uma ação constitucional que visa a proteger direito líquido e certo, lesado ou ameaçado de lesão. Nesse sentido:
O mandado de segurança é uma ação constitucional, de natureza civil, cujo objeto é a proteção de direito líquido e certo, lesado ou ameaçado de lesão, por ato ou omissão de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público […] O cabimento do mandado de segurança, em regra, será contra todo ato comissivo ou omissivo de qualquer autoridade no âmbito dos Poderes de Estado e do Ministério Púbico (ALEXANDRE DE MORAES, Direito Constitucional, 20ª edição, Atlas, 2006, p.140).
Prevê o artigo 92 da Lei Municipal n.º 820/2007 que serão concedidas aos servidores, dentre outras, a licença para desempenho de mandato classista e de prêmio por assiduidade.
No mais, o artigo 95 da referida legislação dispõe que: "É assegurado ao servidor o direito à licença para desempenho de mandato em associação de classe, confederação, sindicato representativo da categoria ou entidade fiscalizadora da profissão com a remuneração do cargo efetivo, observado o disposto no art. 134, inciso X, letra "c".
Em primeiro plano, cumpre frisar que a licença prêmio é uma recompensa (ou motivação) de assiduidade conferida ao servidor público diante da implementação dos critérios que vêm definidos em lei, referente à esfera de poder a qual pertence – municipal, estadual ou federal.
No plano do município, o artigo 110 da Lei Municipal ensina que: "Após cada quinquênio interrupto de efetivo exercício o servidor fará jus à licença especial de 03 (três) meses, com remuneração integral".
Muito embora a Administração fique condicionada e vinculada aos requisitos legais no que concerne à licença prêmio, uma vez que cumpridos os requisitos, o servidor terá direito, há discricionariedade em relação ao período em que deve ser concedida a licença, já que a Administração, valendo-se dos critérios de conveniência e oportunidade, deve verificar a época mais adequadas para concessão, com base no seu interesse, seja financeiro ou administrativo.
É certo que não cabe ao Judiciário imiscuir-se em atos discricionários de competência do Poder Executivo, exceto quando estão eivados de ilegalidade.
No presente caso, observo uma situação de ilegalidade, uma vez que, muito embora seja da discricionariedade do município verificar a melhor época para concessão da licença prêmio ao servidor, não pode valer-se da sua discricionariedade para impor que o representante do impetrante goze de licença prêmio durante o período em que se encontra gozando de licença de mandato classista.
Nesse sentido, entendo que o impetrado está abusando da discricionariedade que lhe é concedida, devendo as partes pactuarem no sentido de definirem uma data para concessão de licença prêmio, findo o período em que o impetrante se encontra gozando de licença para exercício de mandato classista, respeitando os critérios de conveniência e oportunidade, assim como o melhor interesse do servidor público.
III. DISPOSITIVO
Ante o exposto, resolvendo o mérito, os termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, CONCEDO A SEGURANÇA para anular o ato administrativo consistente no comunicado de licença prêmio datado de 11 de dezembro de 2018, comunicado por Albertino Ferreira Dias, Secretário Municipal de Administração e Fazenda, o qual impôs o período para gozo de licença prêmio ao impetrante Edson Casarão da Silva, entre os dias 17.04.2019 a 16.07.2019, e 17.07.2019 a 16.10.2019, referente aos períodos aquisitivos dos anos 2009/2014 e 2014/2019.
No mais, determino que o impetrado se abstenha de praticar atos que configurem coação ou cerceio à liberdade sindical do sindicato impetrante, devendo as partes definirem uma data, findo o período em que o impetrante se encontra gozando de licença para exercício de mandato classista, para pactuarem sobre o período de gozo de licença prêmio, observados os critérios de conveniência e oportunidade, assim como o melhor interesse do servidor público.
Custas e despesas na forma da lei.
Sem condenação em honorários, descabida na espécie (Súmula n.º 105 do Superior Tribunal de Justiça).
Após, ao arquivo.
P.R.I.
Machadinho D' Oeste/RO, 30 de abril de 2019.
Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz de Direito

COMARCA DE NOVA BRASILÂNDIA D´OESTE

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
1ª Vara Cível da Comarca de Nova Brasilândia do Oeste-RO
e-mail: nbo1civel@tjro.jus.br
Juiz(a) Titular: Denise Pipino Figueiredo
Proc.: 0001855-48.2012.8.22.0020
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sandra Silva de Campos
Advogado:Delmir Balen (OAB/RO 3227)
Requerido:Banco do Brasil S/A
Advogado:Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB/PR 8123)
Retorno do TJ:
Manifeste a parte interessada,no prazo de 05 dias, sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça.
Simone Cristina Ciconha
Diretora de Cartório

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO 7001950-17.2016.8.22.0020
Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: MICAELI DINIZ FERREIRA ADVOGADO DO EXEQUENTE: ANDREIA FERNANDA BARBOSA DE MELLO OAB nº PR30373
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Ante a informação do recebimento do débito, declaro extinto o processo com lastro no art. 924, inciso II, do Novo Código de Processo Civil.
Sem Custas.
Ante a preclusão lógica, a presente SENTENÇA transita em julgado nesta data, feitas as intimações de praxe e cumpridos os atos ordinários, arquive-se imediatamente.
P. R. I. Cumpra-se.
Nova Brasilândia do Oeste RO quinta-feira, 2 de maio de 2019
Denise Pipino Figueiredo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO Processo n.:7000753-22.2019.8.22.00207000753-22.2019.8.22.0020
Classe:Procedimento ComumProcedimento Comum
Assunto:Pensão por Morte (Art. 74/9)
AUTORES: NICOLLY KAMILLY FERREIRA DE SOUZA, RUA DAS FLORES 5152 CENTRO - 76956-000 - NOVO HORIZONTE DO OESTE - RONDÔNIA, SANDRA MARIA FERREIRA DA SILVA, RUA DAS FLORES 5152 CENTRO - 76956-000 - NOVO HORIZONTE DO OESTE - RONDÔNIA
RÉU: I. -. I. N. D. S. S., RUA PRESIDENTE VARGAS 1024, - DE 904/905 A 1075/1076 CENTRO - 76900-038 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA

DESPACHO COM DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA
I - DA GRATUIDADE PROCESSUAL E TUTELA DE URGÊNCIA
Defiro a gratuidade processual.
No que tange à tutela de urgência, os elementos trazidos aos autos não permitem a CONCLUSÃO da verosimilhança das alegações aduzidas, uma vez que não há prova quanto á qualidade de segurado especial.
II - DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO
Prefacialmente deixo de designar a audiência preliminar, porquanto a autarquia não tem apresentado qualquer proposta de acordo, tampouco seus representantes comparecem ao ato, o que demonstra não apenas a desnecessidade do ato como grande prejuízo ao direito fundamental a razoável duração do processo.
Ademais, caso as partes manifestem-se em outra oportunidade quanto ao interesse na realização da solenidade, a mesma será designada o mais breve possível. Afinal, o magistrado deve primar pela autocomposição.
III - CITAÇÃO
Cite-se a parte requerida para querendo apresentar resposta no prazo de trinta dias(artigo 183 c/c 335, todos do CPC, observando-se que o prazo para resposta iniciar-se-á a partir dos termos assinalados no artigo 231 e incisos do Código de Processo Civil.
Na resposta, a autarquia deverá desde já especificar as provas que pretende produzir, justificando a pertinência das mesmas sob pena de indeferimento
IV - AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO
Designo, desde já, audiência de instrução e julgamento para o dia 11/07/2019 às 10h15min.
V - DEMAIS DELIBERAÇÕES
Somente será feito a abertura de vistas para réplica caso a requerida apresente preliminares ou junte algum documento. Se a defesa for apenas de MÉRITO, torna-se despiciendo o ato.
Outrossim, caso a parte autora também deseje a produção de provas desde a intimação da presente deverá especificá-las, inclusive, pretenda a prova testemunhal, desde já depositar o rol, sob pena também de indeferimento.
A presente serve como carta/MANDADO de citação/intimação/carta precatória
Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 2 de maio de 2019.
Denise Pipino Figueiredo
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO Processo n.: 7001633-82.2017.8.22.0020
Classe: Execução Fiscal
Assunto:Multas e demais Sanções
EXEQUENTE: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN-RO, RUA DOUTOR JOSÉ ADELINO 4477 COSTA E SILVA - 76803-592 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA AUTÁRQUICA DO DETRAN/RO
EXECUTADO: SIDNEI COSTA DE SOUZA, RUA SÃO PAULO 5688 SETOR 15 - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Valor da causa:R$574,61
DECISÃO
Trata-se de execução fiscal em desfavor de Sidnei Costa de Souza.
Determinada a citação, o executado não foi localizado para citação pessoal, e as diligências no intuito de localizar o endereço atual do executado restaram infrutíferas, ocasião em que foi determinada a citação por edital e nomeado curador especial.
Realizada a citação por edital, foi dado vista a DPE, na qualidade de curador especial, o qual apresentou contestação por negativa geral. Após o exequente apresentou manifestação nos autos.
Pois bem.
A peça de defesa adequada seria embargos à execução, no entanto por medida de economia processual, recebo a defesa apresentada

como se embargos fosse.
Considerando que não foi alegada nenhuma das hipóteses prevista no art. 917 do CPC, rejeito os embargos.
No mais, a parte exequente já atendeu o pedido da DPE ao juntar cópia do processo administrativo e do auto de infração.
Concedo o prazo de 10 dias, para que o exequente se manifeste em termos de prosseguimento.
I.C
Nova Brasilândia d´Oeste, 2 de maio de 2019.
Denise Pipino Figueiredo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO Processo n.: 7000749-82.2019.8.22.0020
Classe: Procedimento Comum
Assunto:Aposentadoria por Invalidez, Honorários Advocatícios, Antecipação de Tutela / Tutela Específica, Liminar
AUTOR: ITAMAR DEGASPERI, LINHA 118, KM 04, NORTE. ZONA RURAL - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: LIGIA VERONICA MARMITT OAB nº RO4195
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DESPACHO
Ante a declaração de insuficiência de recursos para pagamento das despesas processuais, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, mas caso fique comprovado durante a instrução processual que a parte autora possui condições financeiras para arcar com as custas processuais, sem prejuízo de seu sustento próprio, arcará com o pagamento do décuplo das custas e ainda ficará sujeita a multa por litigar de má-fé, sem olvidar-se da responsabilidade criminal por falsear a verdade.
Quanto ao pedido de tutela de urgência, esta resta indeferido, uma vez que não estão preenchidos todos seus requisitos, já que a verba, conforme entendimento recente do STJ, é irrepetível. Logo não há possibilidade de reversão.
Cite-se a requerida para querendo apresentar resposta, bem como as provas que deseja produzir, justificando a pertinência destas sob pena de indeferimento. Após, intime-se a parte autora para querendo apresentar impugnação no prazo legal, oportunidade em que poderá indicar as provas que pretende produzir.
Considerando que a matéria dos autos necessitam de prova pericial, eis que versa sobre invalidez, nomeio como perito judicial o Dra Gizeli Fabiana de Oliveira Lima, CRM 3771, com endereço na Avenida Transcontinental, nº 1196, Sala 310, Bairro Casa Preta, Ji-Paraná-RO, Fone (69) 3423-0216/ 3423-0246/ 99259-1131, que servirá escrupulosamente, independentemente de compromisso (artigo 422 do Código de Processo Civil).
Local de realização da perícia: Fórum Ministro José de Melo e Silva, sito à Rua Príncipe da Beira, 1500, Setor 13, Nova Brasilândia D'Oeste – RO, no dia 14.06.2019 a partir das 12h00min.
Intime-se o perito via e-mail: periciasmedicasemedicinadotraba@gmail.com acerca da nomeação, encaminhando-se os quesitos a serem apresentados pelas partes, bem como informando que o processo estará disponível para consulta (Processo Judicial Eletrônico – PJE) no site www.tjro.jus.br.
Intime-se a parte autora para, querendo, apresentar os quesitos, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, sob pena de preclusão - artigo 465, §1º, III do CPC/2015. Os quesitos do INSS já estão depositados em cartório.
Consigne-se que a parte Requerente deverá comparecer à perícia acima designada, munida de seus documentos e exames que entender pertinente, no afã de corroborar o seu quadro clínico - a fim de viabilizar o diagnóstico do Douto Perito e facilitar a resolução do litígio.
Sendo a perícia realizada concedo prazo de 30 (trinta) dias para que o perito a apresente em juízo o laudo (artigo 465, caput, CPC/2015).
Com a juntada do laudo, intimem-se as partes para se manifestar do laudo pericial e após tornem-me conclusos.
Atento aos parâmetros trazidos, a título de sugestão, pelas Resoluções nº 558/07 e 541/2007 do CJF, bem assim à ausência de maior complexidade da perícia, ao zelo a ser dispensado pelo profissional perito, às diligências que envolvem o ato, ao grau de especialização do perito e ao local de sua realização, aliado, finalmente, à época em que restou editada a citada resolução, ao indispensável critério de proporcionalidade a informar a DECISÃO judicial neste tocante - de maneira a preservar a justa remuneração do trabalho do profissional e evitar, de outra banda, gastos excessivos e desarrazoados ao poder público -, e, finalmente, às relevantes informações prestadas pelo juízo federal de 1ª instância, no que toca à questão orçamentária afeta ao tema, fixo os honorários periciais em R$ 400,00 (quatrocentos reais), a serem pagos na forma das referidas Resoluções, visto ser a parte Requerente beneficiária da assistência judiciária gratuita. Nesse sentido:
[…] Nos casos em que a parte Autora, a quem incumbe o pagamento dos honorários periciais, é beneficiária da justiça gratuita, não se pode exigir que a parte contrária assuma tal despesa, pois o ônus da assistência judiciária gratuita é do Estado. (TRF-5 - AG: 1915420144059999, Relator: Desembargador Federal Geraldo Apoliano, Data de Julgamento: 10/06/2014, Terceira Turma, Data de Publicação: 25/06/2014).
Por oportuno, consigno que, após manifestação das partes acerca do laudo médico, o que deverá ser devidamente certificado, a escrivania deverá encaminhar ofício ao Núcleo Judiciário da Justiça Federal em Porto Velho/RO, solicitando a efetivação do pagamento dos honorários periciais, à luz do expresso nos arts. 3º e 4º da Resolução n. 541/2007 do Conselho de Justiça Federal.
Providenciem-se o necessário.
Fica a parte autora intimada por meio de seu advogado para comparecer na perícia designada.
Serve a presente como MANDADO de citação/intimação e ofício.
Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 2 de maio de 2019.
Denise Pipino Figueiredo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO Processo n.: 7000098-84.2018.8.22.0020
Classe: Procedimento Comum
Assunto:Repetição de indébito, Defeito, nulidade ou anulação, Indenização por Dano Moral
AUTOR: MARIA DAS GRACAS DA SILVA, LINHA 130 km 6,5 LADO NORTE - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: EDSON VIEIRA DOS SANTOS OAB nº RO4373
JAKSON JUNIOR SERAFIM CAETANO OAB nº RO6956
RÉU: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A., CENTRO EMPRESARIAL ITAÚ CONCEIÇÃO N 100, 9 andar, ALFREDO EGYDIO DE SOUZA ARANHA PARQUE JABAQUARA - 04344-902 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO RÉU: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO OAB nº RJ60359
Valor da causa:R$24.480,00
DECISÃO
Cuida-se de embargos declaratórios opostos por BANCO ITAU

CONSIGNADO S.A, alegando, que houve omissão na SENTENÇA quanto a compensação de valores.
É o breve relatório. DECIDO.
Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, pertinente se mostra a oposição de embargos de declaração em face de DECISÃO judicial que se mostre omissa, contraditória e/ou obscura, a fim de elidir vícios dessa natureza, assegurando-lhe devido aperfeiçoamento.
Pois bem, analisando o quanto alegado, reconheço a existência da omissão apontada pela embargante. Explico.
Nota-se, que apesar de constar no DESPACHO de ID: 19067614 a não aceitação da tese de compensação, observa-se, que intimada a parte autora para depositar os valores recebido em juízo, esta manteve-se inerte.
Demais disso, o comando judicial condenou a requerente a devolver ao banco os valores recebidos em conta por força do contrato de empréstimo, posto que a própria requerente reconhece que os valores (R$2.038,69 e R$1.758,62) foram depositados em sua conta (ID: 20518696 p. 7 e ID: 18109473 p. 1).
Assim, razão assiste a embargante, posto que a compensação é o melhor caminho.
Posto isto, conheço dos embargos, e no MÉRITO lhe dou provimento, para autorizar a compensação no cumprimento de SENTENÇA do valor recebido pela autora (R$2.038,69 e R$1.758,62).
Mantenho íntegros os demais termos da SENTENÇA.
Retifique-se o registro da SENTENÇA, anotando-se.
Decorrido o prazo de 15 dias sem manifestação das partes, remetam-se os autos a instância superior para apreciação do recurso.
Int. Publique-se.
Nova Brasilândia d´Oeste, 2 de maio de 2019.
Denise Pipino Figueiredo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO Processo n.:7000703-93.2019.8.22.00207000703-93.2019.8.22.0020
Classe:Procedimento ComumProcedimento Comum
Assunto:Pensão por Morte (Art. 74/9)
AUTORES: JOAO MADEIRA DIAS, LINHA 144, KM 09, LADO NORTE, 00 RURAL - 76956-000 - NOVO HORIZONTE DO OESTE - RONDÔNIA, CILENA MADEIRA DIAS, LINHA 144, KM 09, LADO NORTE 00 RURAL - 76956-000 - NOVO HORIZONTE DO OESTE - RONDÔNIA
RÉU: I. -. I. N. D. S. S., RUA PRESIDENTE VARGAS 1024, - DE 904/905 A 1075/1076 CENTRO - 76900-038 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA

DESPACHO COM DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA
I - DA GRATUIDADE PROCESSUAL E TUTELA DE URGÊNCIA
Defiro a gratuidade processual.
No que tange à tutela de urgência, os elementos trazidos aos autos não permitem a CONCLUSÃO da verosimilhança das alegações aduzidas, uma vez que não há prova quanto á qualidade de segurado especial.
II - DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO
Prefacialmente deixo de designar a audiência preliminar, porquanto a autarquia não tem apresentado qualquer proposta de acordo, tampouco seus representantes comparecem ao ato, o que demonstra não apenas a desnecessidade do ato como grande prejuízo ao direito fundamental a razoável duração do processo.
Ademais, caso as partes manifestem-se em outra oportunidade quanto ao interesse na realização da solenidade, a mesma será designada o mais breve possível. Afinal, o magistrado deve primar pela autocomposição.
III - CITAÇÃO
Cite-se a parte requerida para querendo apresentar resposta no prazo de trinta dias(artigo 183 c/c 335, todos do CPC, observando-se que o prazo para resposta iniciar-se-á a partir dos termos assinalados no artigo 231 e incisos do Código de Processo Civil.
Na resposta, a autarquia deverá desde já especificar as provas que pretende produzir, justificando a pertinência das mesmas sob pena de indeferimento
IV - AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO
Designo, desde já, audiência de instrução e julgamento para o dia 11/07/2019 às 09h50min.
V - DEMAIS DELIBERAÇÕES
Somente será feito a abertura de vistas para réplica caso a requerida apresente preliminares ou junte algum documento. Se a defesa for apenas de MÉRITO, torna-se despiciendo o ato.
Outrossim, caso a parte autora também deseje a produção de provas desde a intimação da presente deverá especificá-las, inclusive, pretenda a prova testemunhal, desde já depositar o rol, sob pena também de indeferimento.
A presente serve como carta/MANDADO de citação/intimação/ carta precatória
Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 2 de maio de 2019.
Denise Pipino Figueiredo
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO 7001889-59.2016.8.22.0020
Escala de Salário-Base, Alteração do coeficiente de cálculo do benefício, Art. 144 da Lei 8.213/91 e/ou diferenças decorrentes, Abono da Lei 8.178/91
AUTOR: NATANAEL FIRMINO DOS SANTOS CPF nº 826.715.089-72, RUA GONÇALVES DIAS 2836 SETOR 13 - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: JURACI MARQUES JUNIOR OAB nº RO2056
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL CNPJ nº 29.979.036/0001-40, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos
NATANAEL FIRMINO DOS SANTOS promove ação de benefício previdenciário em face do INSS, ambos qualificados. Sustenta, em apertada síntese, que ao implantar o benefício previdenciário a autarquia levou em conta o valor de um salário mínimo e não o salário de contribuição efetivo.
Postulou pela revisão do valor de benefício, bem como o pagamento das diferenças retroativas.
Juntou documentos, deu valor à causa e protestou pela gratuidade processual.
Preliminares apontadas pela requerida foram rejeitadas. Posteriormente, apresentou pedido de intervenção, alegando coisa julgada.
É o que cumpria relatar. Decido.
Trata-se de ação de revisão de benefício previdenciário.
O feito comporta o julgamento no estado em que se encontra, porquanto desnecessária a dilação probatória, uma vez que para solução da demanda é suficiente a análise dos documentos juntados.
A preliminar de coisa julgada não merece prosperar, uma vez que o autor não pretende rediscutir matéria acobertada pelo manto da coisa juntada mas sim aventar eventual descumprimento do decisum, ao argumento de os valores pagos não estariam respeitando o comando judicial, tampouco os regramentos normativos.
Rejeitada a preliminar, passo ao MÉRITO.
O ponto nevrálgico da demanda reside na higidez ou não dos pagamentos efetuados pela autarquia.
O artigo 29 da Lei 8.213/91 estabelece quais os critérios para apuração do salário-de-benefício, estatuindo que quanto à aposentadoria por invalidez e auxílio-doença será utilizada a média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo. Destaca, ainda, o artigo 29-B, que os salários-de-contribuição devem ser atualizados mensalmente de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Por sua vez, o artigo 44 que o benefício de aposentadoria por invalidez será o equivalente a 100%(cem por cento) do salário-de-benefício.
Da leitura em conjunto dos referidos DISPOSITIVO s é possível vislumbra que p legislador diferenciou sala´rio de contribuição de salário de benefício, de modo que o segundo nem sempre há de ser equivalente ao primeiro. Esmiuçando as normativas em destaque, de fácil compreensão que o salário de contribuição refere-se ao valor constante no registro de dados do INSS e sobre o qual recai a base de cálculo para recolhimento das contribuição previdenciários. Já o salário de benefício para o auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, pontos sobre os quais se alicerça a demanda, são tidos a partir da média aritmética simples das maiores contribuições correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo.
Na mesma senda o Superior Tribunal de Justiça em sede de recurso repetitivo firmou o entendimento que a aposentadoria por invalidez há de corresponder ao valor equivalente a 100% do valor recebido a título de benefício sempre quando noa houver o retorno do segurado ao trabalho, ou seja, nas situações em que do auxílio-doença há a conversão em aposentadoria por invalidez
PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ DECORRENTE DE TRANSFORMAÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA. REVISÃO DA RMI. ART. 29, II E § 5º, DA LEI 8.213/91 ALTERADO PELA LEI 9.876/99. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE NA APURAÇÃO DO VALOR INICIAL DOS BENEFÍCIOS. EXIGÊNCIA DE SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO INTERCALADOS COM PERÍODOS DE AFASTAMENTO POR INCAPACIDADE. RECURSO DESPROVIDO. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal são unânimes em reconhecer a legalidade da apuração da renda mensal inicial – RMI dos benefícios de aposentadoria por invalidez oriundos de auxílio-doença. 2. Nos termos do disposto nos arts. 29, II e § 5º, e 55, II, da Lei 8.213/91, o cômputo dos salários-de-benefício como salários-de-contribuição somente será admissível se, no período básico de cálculo – PBC, houver afastamento intercalado com atividade laborativa, em que há recolhimento da contribuição previdenciária. 3. A aposentadoria por invalidez decorrente da conversão de auxílio-doença, sem retorno do segurado ao trabalho, será apurada na forma estabelecida no art. 36, § 7º, do Decreto 3.048/99, segundo o qual a renda mensal inicial - RMI da aposentadoria por invalidez oriunda de transformação de auxílio-doença será de cem por cento do salário-de-benefício que serviu de base para o cálculo da renda mensal inicial do auxílio-doença, reajustado pelos mesmos índices de correção dos benefícios em geral. 4. Recurso especial desprovido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC.(RECURSO ESPECIAL Nº 1.410.433 - MG (2013/0345225-1) RELATOR: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA)
Ainda, a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais (TNU) aduz que " renda Mensal Inicial (RMI) deve ser calculada com base em novo salário-de-benefício, diferente daquele que serviu como base para cálculo da RMI do auxílio-doença. Para tal fim, o salário-de-benefício do auxílio-doença, reajustado nos termos da lei, fará as vezes de salário-contribuição, nos meses que forem considerados no cálculo do salário-de-benefício da aposentadoria por invalidez, em que o segurado tiver recebido auxílio-doença."(Processo 2005.51.51.07.4035-9)
A par destes DISPOSITIVO s, fácil vislumbrar que no presente caso, a autarquia não observou os critérios legais para apuração do salário de benefício, inclusive tal assertiva abstraí-se dos próprios documentos produzidas pela requerida quando da provocação administrativa. Vejamos!
O relatório constante no ID Num. 11476225 - Pág. 2, consta informação do técnico administrativo a respeito da existência de diferenças não pagas. Na ocasião, o servidor asseverou que " após o requerimento da parte interessada, foi processada a revisão do benefício e apuradas as diferenças constantes no documento 2 em anexo". Ou seja, a própria autarquia reconheceu erro na fixação do salário de benefício, entrementes, não fez a retificação, tampouco providenciou o pagamento retroativo.
O cálculo judicial caminha no mesmo sentido do pleito autoral, demonstrado que de fato houve erro nos critérios de apuração do salário de benefício e de contribuição, o que resultou no importe a menor de R$64.073,13 (sessenta e quatro mil e setenta e três reais e treze centavos), atualizado até 04/12/2018.
Assim, não resta qualquer dúvida quanto ao erro na apuração do valor de benefício, não tendo a autarquia, ao reverso do por ela definido, observado os ditames legais.
Desse modo, evidenciado o erro para apuração do sala´rio de benefício, há de ser acolhida a pretensão inaugural.
Ante o exposto, com supedâneo no artigo 487,I, do Código de Processo Civil, julgo procedente os pedidos formulados na inicial a fim de determinar que a requerida proceda a revisão do salário de beneficio, observando-se os valores de contribuição aplicando de forma escorreita a legislação pertinente, cálculo do contador judicial, bem como as determinações contidas nos autos de n. 0001283-24.2014.8.22.0020, retificando a Renda Mensal Inicial (RMI) dos benefícios da pagos de forma errônea a parte autora, considerando todo o período de contribuição da mesma, conforme Extrato Previdenciário juntado nos autos nos termos da redação do art. 28 da lei 8.212/91; condeno, ainda, a requerida a proceder o pagamento da quantia de R$64.073,13 (sessenta e quatro mil e setenta e três reais e treze centavos), atualizado até 04/12/2018.
Quanto a correção monetária, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar as ADIs 4.357 e 4.425, declarou a inconstitucionalidade da correção monetária pela TR apenas quanto ao segundo período, isto é, quanto ao intervalo de tempo compreendido entre a inscrição do crédito em precatório e o efetivo pagamento. No que concerne a correção anterior a inscrição do precatório, a questão ainda estava pendente de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (RE 870947 RG/SE).
No dia 20/09/2017, ao concluir o julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 870947, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria dos ministros, seguiu o voto do relator, ministro Luiz Fux, segundo o qual foi afastado o uso da Taxa Referencial (TR) como índice de correção monetária dos débitos judiciais da Fazenda Pública, mesmo no período da dívida anterior à expedição do precatório. Em seu lugar, o índice de correção monetária adotado foi o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), considerado mais adequado para recompor a perda de poder de compra.
Desse modo, no sentido de cumprir com a DECISÃO do STF, determino sejam os cálculos realizados de acordo com os parâmetros utilizados no site: https://www.jfrs.jus.br/projefweb/ (Correção monetária - Diversos II => [...BTN - INPC (03/91) - UFIR (01/92) - IPCA-E (01/00)], tendo em vista que o programa está de acordo a DECISÃO citada quanto a correção monetária (IPCA-E) ou site https://www.jfrs.jus.br/jusprev2/ (Diversos III => [...BTN – INPC (03/91) - UFIR (01/92) – IPCA-E (01/00) - TR(07/09) – IPCA-E (26/03/15)] * desde que a parcela inicial seja a partir de 26.03.2015, considerando que antes dessa data o programa utiliza a TR entre outras.
Os juros de mora, por sua vez, são devidos no percentual de 1% (um por cento) ao mês, a contar da citação - (Súmula n. 204/STJ), até o advento da Lei n. 11.960/2009, a partir de quando incidirão à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês – ou outro índice de juros remuneratórios das cadernetas de poupança que eventualmente venha a ser estabelecido –, até a apuração definitiva dos cálculos de liquidação (TRF da 1ª Região – EDAMS 0028664-88.2001.4.01.3800/MG, Rel. Desembargadora Federal Neuza Maria Alves da Silva, Segunda Turma, e-DJF1 p. 26 de 06/05/2010).
Com relação aos honorários advocatícios, entendo que estes devem ser fixados no percentual de 10% (dez por cento) sobre as prestações vencidas até a prolação da SENTENÇA, nos termos do enunciado da Súmula n. 111 do STJ.
Sem custas a luz do disposto no art. 5º,I da Lei Estadual n. 3.896/2016.
A presente SENTENÇA não é ilíquida uma vez que os critérios par apuração do montante estão especificados na SENTENÇA, tratando-se, portanto, de mero calculo aritmético. Ademais, a razão de ser do reexame necessário é para apurar se o valor a ser pago ultrapassa o montante de mil salários mínimos hipótese essa que não se afigura na presente já que a parte antemão renuncia eventual valor superior ao teto.
Havendo Interposição de recurso de apelação, após cumpridas das formalidades previstas nos §§ 1º e 2º do art. 1.010 do Novo Código

de Processo Civil, DETERMINO remessa dos autos ao Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região com as homenagens deste Juízo.
No mais, o juiz deve primar pela celeridade processual, cabendo-lhe a adoção de práticas para atingir este fim. A praxe tem demonstrado que a autarquia não tem cumprido espontaneamente a obrigação de pagar quantia certa de pequeno valor, ensejando a instauração de uma nova fase após a SENTENÇA condenatória. Não rasas vezes, o executado discorda dos cálculos apresentados pelo exequente, seguindo a mesma trilha este último. Nestas situação esta magistrada, com intuito de espancar qualquer dúvida e apurar o quantum debeatur, tem se valido do contador judicial. Toda essa marcha processual consome tempo e gastos tornando o processo não só mais longo como também dispendioso.
Logo, sendo a atividade jurisdicional eivada da criatividade e sendo poder-dever do magistrado adaptar caminhos para a economia e celeridade processual, esta deve ser a bandeira do poder judiciário.
Por estas razões, transitado em julgado, encaminhe-se os autos ao INSS a fim de que inicie a execução invertida. Na hipótese, havendo concordância acerca dos cálculos elaborados, não serão devidos honorários da fase de execução, pois o direito aos honorários advocatícios na execução decorre da necessidade de remuneração do causídico que atua de forma diligente no sentido de propor a execução com a FINALIDADE de obrigar o ente público a cumprir a obrigação firmada no processo de conhecimento. Assim sendo, somente no caso de o credor der início a execução (com o pedido de citação da Fazenda Pública para opor embargos à execução) é que será cabível a condenação em honorários, hipótese na qual aplica-se o entendimento firmado pelo STF no RE 420.816/PR (REsp 1536555/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/06/2015, DJe 30/06/2015, grifei).
Ademais, a sistemática de pagamento prevista para execução em desfavor da fazenda pública, demanda, naturalmente, expedição de Requisição de Pequeno Valor ou Precatório; o que, por consequência lógica exige elaboração de cálculos e ciência dos litigantes.
Desse modo, sendo a execução inciada pelo INSS (execução invertida) ou diante da elaboração de cálculos pela contadoria com concordância das partes, não há falar em remuneração do causídico, considerando que somente foram realizadas diligências imprescindíveis para a expedição das requisições de pagamento.
Com o retorno, vistas as partes para manifestação ao prazo comum de 10 (dez) dias.Caso as partes concordem com o cálculo, expeça-se a RPV ou precatório, conforme o valor da verba.
Havendo discordância, deverão desde já apresentar o cálculo em que entendem correto e apontar o erro daquele elaborado pelo contador judicial. Com a juntada da impugnação, vistas a parte contrária para manifestação em 10 (dez) dias.
Após, ao contador judicial para esclarecimento e na sequência conclusos. “
Nova Brasilândia do Oeste 2 de maio de 2019
Denise Pipino Figueiredo
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO 7000759-29.2019.8.22.0020
Procedimento ComumAlimentos
AUTOR: MARTA BATISTA LOPESADVOGADO DO AUTOR: GABRIEL FELTZ OAB nº RO5656
RÉU: EMERICO ZACARIASADVOGADO DO RÉU:
DESPACHO
Defiro a gratuidade processual.
A execução de alimentos, por força do disposto no art. 528 do NCPC, deverá seguir o rito previsto para o CUMPRIMENTO DEFINITIVO DA SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA, previsto no art. 523 e seguintes, ambos do Novo Código de Processo Civil. Assim, INTIME-SE a (s) parte (s) executada (s) para que tome conhecimento do presente cumprimento de SENTENÇA e, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da intimação, sob pena de aplicação de multa de 10% (Art. 523 do NCPC) para que pague o valor atualizado de R$80.388,31oitenta mil, trezentos e oitenta e oito reais e trinta e um centavos, mais correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, custas (se houver) e honorários advocatícios, os quais ficam fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor total (principal mais multa, esta se for o caso), salvo em caso de impugnação, os quais poderão ser elevados.
Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem pagamento, venham os autos para penhora on-line ante a natureza alimentar da obrigação, sem prejuízo de expedir MANDADO de penhora.
Caso deseje opor embargos, a parte executada disporá do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da juntada aos autos do MANDADO de intimação, nos termos do art. 525 do NCPC.
Consigno ainda, que em cumprimento ao provimento nº 003/2012-CG o Oficial (a) de Justiça deverá alertar o Requerido que não tendo condições de constituir advogado, o Estado lhe assegurará o direito através da Defensoria Pública. Para tanto, em havendo interesse, deverá comparecer, imediatamente e antes do decurso do prazo de 15 (quinze) dias, portando este documento e demais que acompanham.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO /CP DE INTIMAÇÃO, para RÉU: EMERICO ZACARIAS CPF nº DESCONHECIDO, LINHA RO-010, KM 6.5, 6,5, PRÓXIMO A RESIDÊNCIA DA DONA PALMIRA, RURAL - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D’OESTE - RONDÔNIA
Para as diligências a serem cumpridas nessa Comarca, autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 do NCPC e respectivos parágrafos.
No mais, não encontrado o executado no endereço constante na exordial, intime-se a parte autora para fornecer o endereço correto. Vindas as informações, cite-se.
Em caso de pedido ou informação de desconhecimento do endereço, venham os autos concluso para pesquisa.
Nova Brasilândia do OesteROquinta-feira, 2 de maio de 2019
Denise Pipino Figueiredo
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO 7001322-57.2018.8.22.0020
Dissolução
Divórcio Litigioso
REQUERENTE: VALDEVINA APARECIDA FERMIANO
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REQUERIDO: MANOEL PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERIDO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
SENTENÇA
I. RELATÓRIO
REQUERENTE: VALDEVINA APARECIDA FERMIANO CPF nº 779.589.262-00, RUA PICO DE JACA 4786 SETOR 14 - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D’OESTE - RONDÔNIA promoveu Ação de Divórcio Direto Litigioso em desfavor de REQUERIDO: MANOEL PEREIRA DA SILVA CPF nº DESCONHECIDO, KM 12, LINHA 21 - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D’OESTE - RONDÔNIA, alegando, em síntese, que casou com o requerido em 15 de junho de 2016, conforme Certidão de Casamento anexa, sob o Regime de Comunhão Parcial de Bens.
Enfatiza, todavia, que está separada de fato a mais de um ano, por essa razão requer seja decretado o divórcio.
Do matrimônio não advieram filhos e nem adquiriram bens a serem partilhados.
Teceu comentários a respeito do seu direito.
Com a inicial, junta mandato e documentos.
Recebida a inicial Id. 19842961, determinando a citação por edital.
Citada por edital (Id. 22648925), a requerida, devidamente representada pela Defensoria Pública, apresenta contestação por negativa geral Id. 26591935, requerendo a improcedência do pedido.
É o relatório. DECIDO.
II. FUNDAMENTAÇÃO
Trata-se de ação de divórcio direto litigioso.
Não há preliminares a serem sanadas.
Inicialmente, cumpre anotar que o processo comporta julgamento antecipado da lide, eis que o presente caso não há necessidade de

produção de outras provas além das já existentes, conforme dispõe o artigo 355, I do Novo Código de Processo Civil.
O pedido deve ser acolhido, pois com a vigência da Emenda Constitucional n. 66/2010, que suprimiu o requisito de prévia separação judicial por mais de 1 (um) ano ou de comprovada separação de fato há mais de 2 (dois) anos, o único requisito exigido para a decretação do divórcio é a vontade livre das partes de dissolverem o vínculo conjugal.
Assim, não havendo filhos e nem bens passíveis de partilha, não há motivos pela intervenção do MPE ao feito, devendo o divórcio ser decretado.
III. DISPOSITIVO
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE os pedidos iniciais e DECRETO O DIVÓRCIO DO CASAL, com fundamento no artigo 226, §6º da Constituição Federal, declaro cessados todos os deveres inerentes ao casamento, inclusive o regime matrimonial de bens.
Por conseguinte, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM JULGAMENTO DO MÉRITO, ancorado no art. 487, I, do Código de Processo Civil.
A requerente voltará a usar o nome de solteira, Valdevina Aparecida Fermiano.
SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO DE AVERBAÇÃO DE DIVÓRCIO, após trânsito em julgado.
Custas de lei.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Oportunamente, arquivem-se os autos.
Nova Brasilândia do OesteRO02/05/2019
Denise Pipino Figueiredo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO Processo n.: 7000032-50.2017.8.22.0017
Classe: Procedimento Comum
Assunto:Verbas Rescisórias
AUTOR: SAMUEL SENHORINHO, AV AMAZONAS 4368 CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: JEFFERSON WILLIAN DALLA COSTA OAB nº RO6074
JEFERSON FABIANO DELFINO ROLIM OAB nº RO6593
RÉU: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE, AV ELZA VIEIRA LOPES SN, PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE CENTRO - 76956-000 - NOVO HORIZONTE DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
DESPACHO
Expedido a Requisição de pequeno valor – RPV, não houve o cumprimento, conforme petição, assim, nos termos do art. 13, § 1º da lei 12.153/09, defiro o requerimento de Id 25030749, por conseguinte, determino o sequestro nas contas da executada, conforme RPV de Id 21189346, cujo o valor deverá ser transferido para a conta de apresentada na petição de Id 18577640.
Expeça-se o necessário para cumprimento, dentro das formalidades legais.
C.
Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 2 de maio de 2019.
Denise Pipino Figueiredo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO Processo n.: 7000738-87.2018.8.22.0020
Classe: Procedimento Comum
Assunto:Rural (Art. 48/51)
AUTOR: DIMARCY FERREIRA DE SOUZA, LINHA 160 KM 25 ZONA RURAL - 76956-000 - NOVO HORIZONTE DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: CARLOS OLIVEIRA SPADONI OAB nº RO607A
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, RUA DUQUE DE CAIXIAS 1378 NOVA OURO PRETO - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DESPACHO
Trata-se de execução invertida, altere-se a classe processual.
Intimado, a parte exequente para manifestação, esta concordou com os cálculos apresentados pela executada.
Posto isso, HOMOLOGO os cálculos apresentados pela executada, por conseguinte, determino a expedição de Precatório ou RPVs, conforme o caso.
Após o pagamento, expeça-se alvará judicial para levantamento dos valores em nome da parte e/ou advogado, se procuração autorizar.
Confirmado o levantamento e não havendo outras pendências, tornem os autos conclusos para extinção.
I.C.
Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 2 de maio de 2019.
Denise Pipino Figueiredo
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única Processo nº: 7000770-58.2019.8.22.0020
Classe: Carta Precatória Cível
EXEQUENTE: SENEPOL BEEF - PECUARIA, COMERCIO, EXPORTACAO E IMPORTACAO S/A
ADVOGADO DO EXEQUENTE: SANDRO CESAR RAMOS BERTASSO OAB nº SP322034, SEVERINO JOSE PETERLE FILHO OAB nº RO437, PEDRO HENRIQUE GOMES PETERLE OAB nº RO6912
EXECUTADO: ALCINO PEDRO SOLIGO
ADVOGADO DO EXECUTADO:
DESPACHO
Vistos e examinados.
1. Cumpra-se, servindo esta como MANDADO, observando-se os poderes expressos do art. 212, § 2º, do CPC/2015, antes porém recolham as custas, salvo se de isenção se tratar
2. Após, devolva-se à origem com as nossas homenagens.
Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 2 de maio de 2019 .
Denise Pipino Figueiredo
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO
Cumprimento de SENTENÇA
7001398-81.2018.8.22.0020
EXEQUENTE: WILLANS OSMAR SOUZA JORGE ADVOGADO DO EXEQUENTE: ANDREIA FERNANDA BARBOSA DE MELLO OAB nº PR30373, SEM ENDEREÇO, JURACI MARQUES JUNIOR OAB nº RO2056, AV. JK 2921, ESCRITORIO CENTRO - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA, AVENIDA MARECHAL RONDON 870, SALA 114, ANDAR 1 CENTRO - 76900-082 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
SENTENÇA
Satisfeita a obrigação, extingo o processo nos termos do art. 924, inc. II c/c art. 925, do CPC/2015.
P.R.I.
Oportunamente, arquivem-se.
Nova Brasilândia do Oeste RO 2 de maio de 2019
Denise Pipino Figueiredo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO 7003430-30.2016.8.22.0020
Cumprimento de SENTENÇA
EXEQUENTE: ZINEIA APARECIDA FAVALESSA ADVOGADO DO EXEQUENTE: LIGIA VERONICA MARMITT OAB nº RO4195
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Ante a informação do recebimento do débito, declaro extinto o processo com lastro no art. 924, inciso II, do Novo Código de Processo Civil.
Sem Custas.
Ante a preclusão lógica, a presente SENTENÇA transita em julgado nesta data, feitas as intimações de praxe e cumpridos os atos ordinários, arquive-se imediatamente.
P. R. I. Cumpra-se.
Nova Brasilândia do Oeste RO quinta-feira, 2 de maio de 2019
Denise Pipino Figueiredo

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única Processo nº: 7000760-14.2019.8.22.0020
Classe: Carta Precatória Cível
EXEQUENTE: LOJAS TROPICAL E REFRIGERACAO LTDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: NEUMAYER PEREIRA DE SOUZA OAB nº RO1537
REQUERIDO: GILBERTO DOS SANTOS MARTINS
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DESPACHO
Vistos e examinados.
1. Cumpra-se, servindo esta como MANDADO, observando-se os poderes expressos do art. 212, § 2º, do CPC/2015.
2. Após, devolva-se à origem com as nossas homenagens.
Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 2 de maio de 2019 .
Denise Pipino Figueiredo
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Processo: 7002096-87.2018.8.22.0020
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: BANCO DA AMAZONIA SA
Advogado do(a) AUTOR: ARNALDO HENRIQUE ANDRADE DA SILVA - PA10176
RÉU: DAURO GOMES GERALDINO e outros
ATO ORDINATÓRIO
Manifeste-se a parte autora, no prazo de 05 dias úteis, sobre a Certidão do Oficial de Justiça (ID. 25778688), devendo informar, no mesmo prazo, se houve adimplemento da obrigação.
Nova Brasilândia D'Oeste, 2 de maio de 2019

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO 7000984-83.2018.8.22.0020
Cumprimento de SENTENÇA Indenização por Dano Material, Obrigação de Fazer / Não Fazer
EXEQUENTE: LENIR RAMOS OLIVEIRAADVOGADO DO EXEQUENTE: TIAGO SCHULTZ DE MORAIS OAB nº RO6951, SEM ENDEREÇO
EXECUTADO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERONADVOGADO DO EXECUTADO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB nº MS6835
SENTENÇA
Por se tratar de direito disponível e, sendo as partes capazes, HOMOLOGO o acordo de vontades entabulado, o qual será regido pelas cláusulas e condições indicadas anexa aos autos, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.
Por consequência, JULGO EXTINTO o processo, com fulcro no art. 487, inciso III, "b", do CPC/2015. Sem custas e sem honorários.
Ante a preclusão lógica, a presente SENTENÇA transita em julgado nesta data, feitas as intimações de praxe e cumpridos os atos ordinários, arquive-se imediatamente.
Pratique-se o necessário.
P. R. I. Cumpra-se.
Nova Brasilândia do OesteROquinta-feira, 2 de maio de 2019
Denise Pipino Figueiredo

Autos n.: 7001942-06.2017.8.22.0020
Classe/Assunto: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Promovente: ANTONIA JORGE DA SILVA LUIZ
Advogado do(a) REQUERENTE: TIAGO DOS SANTOS DE LIMA - RO7199
Promovido: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogado do(a) REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462
Parte(s) a ser(em) Intimada(s):
ANTONIA JORGE DA SILVA LUIZ
Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
FINALIDADE: INTIMAÇÃO das partes do retorno dos autos da Turma Recursal, para no prazo de 05 dias manifestarem quanto ao prosseguimento do feito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO Processo n.: 7000627-74.2016.8.22.0020
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto:Indenização por Dano Material
REQUERENTE: F. M. I., LINHA 130, KM 20, LADO NORTE ZONA RURAL - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: RODRIGO DE MATTOS FERRAZ OAB nº RO6958
REQUERIDO: N. B. D., SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA
DESPACHO
Diante da necessidade em se verificar a incapacidade da parte requerente, oficie-se o médico ortopedista Dr. Antônio Mauro Rossi, CRM/RO 1434, na Center Clínica, com endereço na Rua Mato Grosso, 1642, Casa Preta, Ji-Paraná/RO, para dizer se aceita o encargo e, aceitando informe a data, horário e local para realização da perícia.
Após, encaminhe-se ao perito os quesitos partes, que já foram apresentados nos autos, bem como informando que o processo estará disponível para consulta (Processo Judicial Eletrônico – PJE) no site www.tjro.jus.br.
Consigne-se que a parte Requerente deverá comparecer à perícia acima designada, munida de seus documentos e exames que entender pertinente, no afã de corroborar o seu quadro clínico - a fim de viabilizar o diagnóstico do Douto Perito e facilitar a resolução do litígio.
Sendo a perícia realizada concedo prazo de 30 (trinta) dias para que o perito a apresente em juízo o laudo (artigo 465, caput, CPC/2015).
Fica a parte autora intimada por meio de seu advogado para comparecer na perícia designada.
Fixo os honorários periciais em R$ 400,00 (quatrocentos reais), a serem pagos pelo Estado de Rondônia, posto que trata-se de beneficiário de gratuidade judiciária.
Intime-se o Estado de Rondônia para depositar o valor em juízo.

Com a juntada do Laudo médico, intime-se as partes para apresentarem manifestação.
Providenciem-se o necessário.
Int. C.
Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 2 de maio de 2019.
Denise Pipino Figueiredo
Juiz de Direito

Autos n.: 7000921-92.2017.8.22.0020
Classe/Assunto: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Promovente: EDISON PEREIRA BARBOSA
Advogado do(a) REQUERENTE: TIAGO SCHULTZ DE MORAIS - RO6951
Promovido: ROSIEL GOMES
Advogado do(a) REQUERIDO: ARISTIDES GONCALVES JUNIOR - RO4303
Parte(s) a ser(em) Intimada(s):
EDISON PEREIRA BARBOSA
ROSIEL GOMES
FINALIDADE: INTIMAÇÃO das partes do retorno dos autos da Turma Recursal, para no prazo de 05 dias manifestarem quanto ao prosseguimento do feito.

Autos n.: 7001228-12.2018.8.22.0020
Classe/Assunto: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Promovente: OSMARIO SIMPLICIO DOS SANTOS
Advogado do(a) REQUERENTE: GABRIEL FELTZ - RO5656
Promovido: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogados do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835, GABRIELA DE LIMA TORRES - RO5714
Parte(s) a ser(em) Intimada(s):
OSMARIO SIMPLICIO DOS SANTOS
Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
FINALIDADE: INTIMAÇÃO das partes do retorno dos autos da Turma Recursal, para no prazo de 05 dias manifestarem quanto ao prosseguimento do feito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO Processo n.: 7000697-86.2019.8.22.0020
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto:Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
REQUERENTE: PAULO SERGIO ROSSIM, NA LINHA 152, KM 7.5, LADO NORTE 00 RURAL - 76956-000 - NOVO HORIZONTE DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ADRIANA BEZERRA DOS SANTOS OAB nº RO5822
RÉU: CLUB MAIS ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA., ALAMEDA RIO NEGRO 503 ALPHAVILLE INDUSTRIAL - 06454-000 - BARUERI - SÃO PAULO
ADVOGADO DO RÉU:
DESPACHO
Considerando que não consta a negativação, deixo de analisar a tutela de urgência.
Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 30.07.2019 às 08 horas.
Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 2 de maio de 2019.
Denise Pipino Figueiredo
Juiz de Direito

Autos n.: 7001236-86.2018.8.22.0020
Classe/Assunto: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Promovente: FABIO MOREIRA FELTZ
Advogados do(a) REQUERENTE: TIAGO GOMES CANDIDO - RO7858, JAIRO REGES DE ALMEIDA - RO7882
Promovido: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogado do(a) REQUERIDO: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318
Parte(s) a ser(em) Intimada(s):
FABIO MOREIRA FELTZ
Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
FINALIDADE: INTIMAÇÃO das partes do retorno dos autos da Turma Recursal, para no prazo de 05 dias manifestarem quanto ao prosseguimento do feito.
Autos n.: 7001183-08.2018.8.22.0020
Classe/Assunto: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Promovente: ELIEZER ALVES DE JESUS
Advogados do(a) REQUERENTE: KARINA DA SILVA MENEZES MATTOS - RO7834, JOSE JAIR RODRIGUES VALIM - RO7868, RODRIGO DE MATTOS FERRAZ - RO6958
Promovido: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogado do(a) REQUERIDO: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318
Parte(s) a ser(em) Intimada(s):
ELIEZER ALVES DE JESUS
Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
FINALIDADE: INTIMAÇÃO das partes do retorno dos autos da Turma Recursal, para no prazo de 05 dias manifestarem quanto ao prosseguimento do feito.
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO Processo n.: 7001122-84.2017.8.22.0020
Classe: Procedimento Comum
Assunto:Aposentadoria por Invalidez, Auxílio-Doença Previdenciário
AUTOR: ROBSON KNAK ALMEIDA, NA LINHA 156 SUL, KM 05, 00 ZONA RURAL - 76956-000 - NOVO HORIZONTE DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ADRIANA BEZERRA DOS SANTOS OAB nº RO5822
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Valor da causa:R$11.244,00
DECISÃO
Conforme se verifica no extrato HISCREWEB, o INSS comprova que foi efetuado o pagamento do período de 23.01.2018 a 30.04.2018, ficando portanto, pendente o pagamento do valor do acordo e o 13° proporcional referente ao período de 23.01.2018 a 30.04.2018.
Assim, determino que os autos sejam encaminhados à contadoria para apuração dos valores devidos. Destaco que o início da incidência dos juros referente ao valor do acordo, é a data do inadimplemento, qual seja, 23.01.2018.
Vindo a conta, intime-se as partes para se manifestarem a respeito do cálculo.
Após, concluso.
Nova Brasilândia d´Oeste, 2 de maio de 2019.
Denise Pipino Figueiredo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO
Fone: 69 3442 8273 - rmm2civel@tjro.jus.brProcesso nº: 7000768-88.2019.8.22.0020
Requerente/Exequente: M. P. D. E. D. R.

Advogado: ADVOGADO DO EXEQUENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Requerido/Executado: EXECUTADO: EMERSON CAVALCANTE DE FREITAS, AV: DAS FLORES,S/N, (PREFEITURA MUNICIPAL), NÃO CONSTA NÃO INFORMADO - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
Advogado: ADVOGADO DO EXECUTADO:
DESPACHO
Vistos
Altere-se a classe para cumprimento de SENTENÇA
Intime-se o executado1 para que no prazo de 15(quinze) dias promova o pagamento do débito reclamado, sob pena de incidência de multa de 10%, bem como de honorários advocatícios também de 10%, nos termos do disposto no §1º do artigo 523 do CPC (Os honorários não incidirão nos feitos que tramitam sob o rito da Lei 9.099/95).
Transcorrido o prazo para pagamento voluntário poderá o executado apresentar impugnação, cujas matérias encontram-se elencadas n §1º do artigo 525 do CPC.
Ainda, decorrido o prazo sem pagamento, compete ao exequente, se assistido por advogado, apresentar o demonstrativo atualizado do débito, observando-se o disposto no §1º do artigo 523(Os honorários não incidirão nos feitos que tramitam sob o rito da Lei 9.099/95). Na mesma senda, se não litigar sob o pálio ad justiça gratuita, deverá, recolher as custas para fins de BACENJUD, RENAJUD ou outro pesquisa, alertando-o que para cada diligência/ executado dever ser recolhido o valor pertinente, sob pena de indeferimento.
Se a parte for representada pela Defensoria Pública, os autos deverão ser encaminhados ao contador judicial, cuja atualização do débito também há de observar o comando inserido no §1 do artigo 523 do CPC(Os honorários não incidirão nos feitos que tramitam sob o rito da Lei 9.099/95).
Cumpridos os itens 4/5 tornem-me conclusos para fins de pesquisa de ativos financeiros junto ao BACENJUD e RENAJUD.
A PRESENTE SERVE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO
Nova Brasilândia d´Oeste, quinta-feira, 2 de maio de 2019 às 12:04
Denise Pipino Figueiredo
Juíza de Direito
1art. 513. O cumprimento da SENTENÇA será feito segundo as regras deste Título, observando-se, no que couber e conforme a natureza da obrigação, o disposto no Livro II da Parte Especial deste Código.
§ 1o O cumprimento da SENTENÇA que reconhece o dever de pagar quantia, provisório ou definitivo, far-se-á a requerimento do exequente.
§ 2o O devedor será intimado para cumprir a SENTENÇA:
I - pelo Diário da Justiça, na pessoa de seu advogado constituído nos autos;
II - por carta com aviso de recebimento, quando representado pela Defensoria Pública ou quando não tiver procurador constituído nos autos, ressalvada a hipótese do inciso IV;
III - por meio eletrônico, quando, no caso do § 1o do art. 246, não tiver procurador constituído nos autos
IV - por edital, quando, citado na forma do art. 256, tiver sido revel na fase de conhecimento.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO 7000772-28.2019.8.22.0020
Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP ADVOGADO DO EXEQUENTE: ANA PAULA SANCHES MENEZES OAB nº RO9705, EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS OAB nº RO2930, NOEL NUNES DE ANDRADE OAB nº RO1586
EXECUTADOS: JANAINA SIQUEIRA GUIMARAES LOPES, LOURIVAL DA SILVA LOPES ADVOGADOS DOS EXECUTADOS:
DESPACHO
Intime-se a parte autora por meio de seu patrono para, no prazo de 15 (quinze) dias recolher as custas iniciais no valor de 2% da causa.
Se decorrido o prazo acima sem recolhimento tornem conclusos para deliberação.
Doutra banda, se recolhida as custas inicias, desde já determino seja providenciado o seguinte:
Nos termos do art. 829 do Código de Processo Civil/2015, CITEM-SE a(s) parte(s) executada(s) para que tome(m) conhecimento da presente execução e, no prazo de 3 (três) dias, a contar da citação, para que pague(m) o o valor da dívida acrescida de correção atualizada, monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, perfazendo o valor de R$136.585,44 cento e trinta e seis mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos , custas e honorários advocatícios, os quais ficam fixados em 10% (dez por cento) sobre o débito atualizado, salvo em caso de embargos, os quais poderão ser elevados.
Havendo o pagamento voluntário e total no prazo mencionado no parágrafo anterior, a parte devedora terá o benefício de redução da verba honorária para a metade da que ora é arbitrada. Todavia, decorrido o prazo sem pagamento, PROCEDA-SE A PENHORA E AVALIAÇÃO de tantos bens quanto bastem para garantir a satisfação do crédito e acessórios.
Caso deseje opor embargos, a parte executada disporá do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da juntada aos autos do MANDADO de citação - artigo 231 CPC/2015. Contudo, se nesse prazo de embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor da execução, inclusive custas e honorários advocatícios, poderá a parte executada requerer seja admitido a pagar o restante em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês na forma do artigo 916 CPC/2015.
Fica o executado advertido que a rejeição dos embargos, ou, ainda, inadimplemento das parcelas, poderá acarretar na elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da parte, além de outras penalidades previstas em lei.
No mais, consigne-se as seguintes observações:
a) Não sendo localizado bens do executado, o oficial o intimará para que, no prazo de 5 (cinco) dias, indique quais são e onde se encontrando os bens sujeitos a penhora e seus respectivos valores, sob pena de multa de 10% sobre o saldo devedor, a ser revertido em proveito do credor (art. 774, V e § único do NCPC). A indicação far-se-á diretamente ao oficial e sendo positivo, proceda a respectiva penhora e avaliação;
b) em havendo penhora/arresto ou não, o Sr. Oficial de Justiça, deverá intimar o patrono do exequente, se da comarca for, para impulsionar o feito no prazo de 05 (cinco) dias, independentemente de nova intimação, sob pena de extinção e arquivamento; e
c)na hipótese de serem penhorados bens imóveis e sendo a parte requerida casada, intimar o cônjuge.
d) Acaso o exequente, queira ficar como depositário dos bens, deverá acompanhar as diligências do Oficial de Justiça. Do contrário ficará o executado como fiel depositário de eventuais bens penhorados (840, § 2º do NCPC).
SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO
EXECUTADO: LOURIVAL DA SILVA LOPES e JANAINA SIQUEIRA GUIMARÃES LOPES, brasileiros, casados entre si, ele produtor agropecuário, portador da CI-RG n. 492182 SSP/RO, inscrito no CPF sob n. 479.300.202-15, ela do lar, portadora da CI-RG n. 1085151 SESDEC/RO, inscrita no CPF sob n. 832.665.772-72, domiciliados na Linha 164, KM 04, S/N, Zona Rural, na cidade de Novo Horizonte do Oeste – RO, CEP 76.956-000.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 do CPC/2015 e seguintes.
Int. Cumpra-se.
Nova Brasilândia do Oeste quinta-feira, 2 de maio de 2019
Denise Pipino Figueiredo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO Processo n.: 7000254-38.2019.8.22.0020

Classe: Procedimento Comum
Assunto:Salário-Maternidade (Art. 71/73), Honorários Advocatícios
AUTOR: MARCIANA DIAS FRANCA, LINHA 05, KM 25, KAPA 0, LADO NORTE ZONA RURAL - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: LIGIA VERONICA MARMITT OAB nº RO4195
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DESPACHO
Junte a autora cópia do requerimento administrativo prévio.
Após, conclusos para SENTENÇA.
Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 2 de maio de 2019.
Denise Pipino Figueiredo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO Cumprimento de SENTENÇA 7000771-43.2019.8.22.0020
EXEQUENTE: ELIZANGELA RODRIGUEIRO RAMOS ADVOGADO DO EXEQUENTE: RONALDO PARANHA DA SILVA OAB nº RO7609, SEM ENDEREÇO
EXECUTADO: ANA CLAUDIA CASTELO BRANCO WANISTIN ADVOGADO DO EXECUTADO:
DESPACHO
1- Emende-se a inicial a fim de juntar a SENTENÇA de homologação do acordo.
2- Cumprida a determinação acima, proceda-se a Execução nos termos do art. 52, IV da Lei 9.099/95 e art. 523 do CPC/2015. Expeça-se a intimação do devedor para que pague no prazo de 15 (quinze) dias, o principal e cominações legais, sob pena de incidir multa de 10% sobre o valor da condenação.
3- Decorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC/2015 sem quitação pelo devedor, proceda a atualização do débito com a inclusão da multa de 10%. Em seguida façam os autos conclusos para fins do disposto no art. 835, I do CPC/2015.
4- Serve o presente para intimação (Carta - MANDADO -Precatória)
Nova Brasilândia do Oeste RO quinta-feira, 2 de maio de 2019
Denise Pipino Figueiredo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO
Fone: 69 3442 8273 - rmm2civel@tjro.jus.brProcesso nº: 7000763-66.2019.8.22.0020
Requerente/Exequente: LUCAS PEREIRA NEVES
Advogado: ADVOGADO DO EXEQUENTE: POLIANE XAVIER DA SILVA OAB nº RO9848
Requerido/Executado: EXECUTADO: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, RUA SENADOR DANTAS 74 5ANDAR, - DE 58 AO FIM - LADO PAR CENTRO - 20031-205 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO
Advogado: ADVOGADO DO EXECUTADO:
DESPACHO
Vistos
Ao exequente para no prazo de 5 dias, juntar a certidão de transito em julgado.
Intime-se o executado1 para que no prazo de 15(quinze) dias promova o pagamento do débito reclamado, sob pena de incidência de multa de 10%, bem como de honorários advocatícios também de 10%, nos termos do disposto no §1º do artigo 523 do CPC (Os honorários não incidirão nos feitos que tramitam sob o rito da Lei 9.099/95).
Transcorrido o prazo para pagamento voluntário poderá o executado apresentar impugnação, cujas matérias encontram-se elencadas n §1º do artigo 525 do CPC.
Ainda, decorrido o prazo sem pagamento, compete ao exequente, se assistido por advogado, apresentar o demonstrativo atualizado do débito, observando-se o disposto no §1º do artigo 523(Os honorários não incidirão nos feitos que tramitam sob o rito da Lei 9.099/95). Na mesma senda, se não litigar sob o pálio ad justiça gratuita, deverá, recolher as custas para fins de BACENJUD, RENAJUD ou outro pesquisa, alertando-o que para cada diligência/ executado dever ser recolhido o valor pertinente, sob pena de indeferimento.
Se a parte for representada pela Defensoria Pública, os autos deverão ser encaminhados ao contador judicial, cuja atualização do débito também há de observar o comando inserido no §1 do artigo 523 do CPC(Os honorários não incidirão nos feitos que tramitam sob o rito da Lei 9.099/95).
Cumpridos os itens 4/5 tornem-me conclusos para fins de pesquisa de ativos financeiros junto ao BACENJUD e RENAJUD.
A PRESENTE SERVE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIO
Nova Brasilândia d´Oeste, quinta-feira, 2 de maio de 2019 às 11:57
Denise Pipino Figueiredo
Juíza de Direito
1art. 513. O cumprimento da SENTENÇA será feito segundo as regras deste Título, observando-se, no que couber e conforme a natureza da obrigação, o disposto no Livro II da Parte Especial deste Código.
§ 1o O cumprimento da SENTENÇA que reconhece o dever de pagar quantia, provisório ou definitivo, far-se-á a requerimento do exequente.
§ 2o O devedor será intimado para cumprir a SENTENÇA:
I - pelo Diário da Justiça, na pessoa de seu advogado constituído nos autos;
II - por carta com aviso de recebimento, quando representado pela Defensoria Pública ou quando não tiver procurador constituído nos autos, ressalvada a hipótese do inciso IV;
III - por meio eletrônico, quando, no caso do § 1o do art. 246, não tiver procurador constituído nos autos
IV - por edital, quando, citado na forma do art. 256, tiver sido revel na fase de conhecimento.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Processo: 7002595-08.2017.8.22.0020
Classe: MANDADO DE SEGURANÇA (120)
IMPETRANTE: MELQUISEDEQUE DA SILVA MONTEIRO
Advogado do(a) IMPETRANTE: MAYARA APARECIDA KALB - RO5043
IMPETRADO: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
ATO ORDINATÓRIO
Manifeste-se a parte autora, no prazo de 5 dias úteis, sobre o retorno dos autos do TJ/RO.
Nova Brasilândia D'Oeste, 2 de maio de 2019

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Processo: 7003205-10.2016.8.22.0020
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: JOSE FERNANDES DA COSTA
Advogados do(a) AUTOR: PATRICIA LUANA MACHADO - RO7571, MATHEUS DUQUES DA SILVA - RO6318
RÉU: BANCO CETELEM S.A.
Advogado(s) do reclamado: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES
Advogado do(a) RÉU: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES - RO6235-A
ATO ORDINATÓRIO
Manifeste-se a parte autora, no prazo de 5 dias úteis, sobre a petição de ID. 26563796.
Nova Brasilândia D'Oeste, 2 de maio de 2019

1ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO 7000082-33.2018.8.22.0020
Procedimento ComumAposentadoria por Invalidez
AUTOR: OLIRIA FIRMINO DOS SANTOSADVOGADO DO AUTOR: GABRIEL FELTZ OAB nº RO5656
RÉU: INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAL.ADVOGADO DO RÉU: BRUNO LEONARDO MOREIRA E VIEIRA PINTO OAB nº RO3583
DESPACHO
Altere-se a classe processual.
1.Intime-se a executada na forma do art. 535 do Novo Código de processo Civil, para, querendo, impugnar a execução, no prazo de 30 (trinta) dias.
2.Arbitro, nesta fase, em 10% (dez por cento) os honorários advocatícios.
3.Especificamente acerca dos honorários devidos em execução, faço contar que, conforme recente decisão do STJ (AREsp 630.235-RS) e STF (RE 501.340 e RE 472.194), restou sedimentado que nas execuções contra a Fazenda Pública, são devidos os honorários nos seguintes termos: a) se o pagamento for por precatório, somente são devidos os honorários dessa fase se houver impugnação e esta for rejeitada; b) se o pagamento for por RPV, são devidos os honorários dessa fase independentemente de impugnação c) Exceção: a Fazenda Pública não terá que pagar honorários advocatícios caso tenha sido adotada a chamada "execução invertida.
4.Decorrido o prazo sem impugnação aos cálculos, certifique-se nos autos e intime-se o exequente para atualização do débito, incluindo-se o valor dos honorários sucumbenciais desta fase, se houver. Após, expeça-se RPV/Precatório, conforme o caso. Havendo pagamento, expeça-se o competente alvará judicial em nome da parte e/ou advogado, se instrumento de procuração autorizar, para levantamento dos valores (em caso de execução invertida, indevido os honorários da fase de execução).
5.Havendo impugnação, intime-se o exequente para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias. Se concordar com os cálculos da parte executada, conclusos para homologação e consequentemente expedição de requisições de pagamento. Se não concordar, vistas dos autos a contadoria do Juízo para realização da conta. Vindo da contadoria, vistas as partes para manifestação em 05 (cinco) dias e conclusos.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO E OFÍCIO.
Intime-se. Cumpra-se.
Nova Brasilândia do OesteROterça-feira, 30 de abril de 2019
Denise Pipino Figueiredo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO
Cumprimento de sentença
7001578-68.2016.8.22.0020
EXEQUENTE: ROBERTO CESAR DA SILVA ADVOGADO DO EXEQUENTE: LIGIA VERONICA MARMITT OAB nº RO4195, SEM ENDEREÇO
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA, SEM ENDEREÇO
SENTENÇA
Satisfeita a obrigação, extingo o processo nos termos do art. 924, inc. II c/c art. 925, do CPC/2015.
P.R.I.
Oportunamente, arquivem-se.
Nova Brasilândia do Oeste RO 30 de abril de 2019
Denise Pipino Figueiredo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO
Procedimento Comum
7000327-44.2018.8.22.0020
AUTOR: VALDENIR MEDINA DE SOUZA ADVOGADO DO AUTOR: MATHEUS DUQUES DA SILVA OAB nº RO6318, AV. 13 DE MAIO 1616, CENTRO CENTRO - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, PATRICIA LUANA MACHADO OAB nº RO7571, SEM ENDEREÇO
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA, AVENIDA MARECHAL RONDON 870, SALA 114, 1 ANDAR CENTRO - 76900-082 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
SENTENÇA
Satisfeita a obrigação, extingo o processo nos termos do art. 924, inc. II c/c art. 925, do CPC/2015.
P.R.I.
Oportunamente, arquivem-se.
Nova Brasilândia do Oeste RO 30 de abril de 2019
Denise Pipino Figueiredo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO 7002190-06.2016.8.22.0020
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: GERALDO RODRIGUES MARTINS ADVOGADO DO EXEQUENTE: ANDREIA FERNANDA BARBOSA DE MELLO OAB nº PR30373
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Ante a informação do recebimento do débito, declaro extinto o processo com lastro no art. 924, inciso II, do Novo Código de Processo Civil.
Sem Custas.
Ante a preclusão lógica, a presente sentença transita em julgado nesta data, feitas as intimações de praxe e cumpridos os atos ordinários, arquive-se imediatamente.
P. R. I. Cumpra-se.
Nova Brasilândia do Oeste RO terça-feira, 30 de abril de 2019
Denise Pipino Figueiredo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO 7000853-45.2017.8.22.0020
Procedimento Comum Aposentadoria por Invalidez, Auxílio-Doença Previdenciário, Honorários Advocatícios
AUTOR: ROSILENE XAVIER DE OLIVEIRA ADVOGADO DO AUTOR: LIGIA VERONICA MARMITT OAB nº RO4195
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Ante a informação do recebimento do débito, declaro extinto o processo com lastro no art. 924, inciso II, do Novo Código de Processo Civil.
Sem Custas.
Ante a preclusão lógica, a presente sentença transita em julgado nesta data, feitas as intimações de praxe e cumpridos os atos ordinários, arquive-se imediatamente.
P. R. I. Cumpra-se.
Nova Brasilândia do Oeste RO terça-feira, 30 de abril de 2019
Denise Pipino Figueiredo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO 7000740-23.2019.8.22.0020
Aposentadoria por Invalidez, Auxílio-Doença Previdenciário
Procedimento Comum
AUTOR: ANTONIO PINTO DE ALMEIDAADVOGADO DO AUTOR: PATRICIA LUANA MACHADO OAB nº RO7571, MATHEUS DUQUES DA SILVA OAB nº RO6318
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Recebo a inicial.
Quanto ao pedido de tutela de urgência, esta resta indeferido, uma vez que não estão preenchidos todos seus requisitos, já que a verba, conforme entendimento recente do STJ, é irrepetível. Logo não há possibilidade de reversão.
Cite-se a requerida para querendo apresentar resposta, bem como as provas que deseja produzir, justificando a pertinência destas sob pena de indeferimento. Após, intime-se a parte autora para querendo apresentar impugnação no prazo legal, oportunidade em que poderá indicar as provas que pretende produzir.
Considerando que a matéria dos autos necessitam de prova pericial, eis que versa sobre invalidez, nomeio como perito judicial o Dra Gizeli Fabiana de Oliveira Lima, CRM 3771, com endereço na Avenida Transcontinental, nº 1196, Sala 310, Bairro Casa Preta, Ji-Paraná-RO, Fone (69) 3423-0216/ 3423-0246/ 99259-1131, que servirá escrupulosamente, independentemente de compromisso (artigo 422 do Código de Processo Civil).
Local de realização da perícia: Fórum Ministro José de Melo e Silva, sito à Rua Príncipe da Beira, 1500, Setor 13, Nova Brasilândia D'Oeste – RO, no dia 14.06.2019 a partir das 10h00min.
Intime-se o perito via e-mail: periciasmedicasemedicinadotraba@gmail.com acerca da nomeação, encaminhando-se os quesitos a serem apresentados pelas partes, bem como informando que o processo estará disponível para consulta (Processo Judicial Eletrônico – PJE) no site www.tjro.jus.br.
Fixo honorários periciais no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais). Os quais já se encontram depositados nos autos.
Intime-se a parte autora para, querendo, apresentar os quesitos, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, sob pena de preclusão - artigo 465, §1º, III do CPC/2015. Os quesitos do INSS já estão depositados em cartório.
Consigne-se que a parte Requerente deverá comparecer à perícia acima designada, munida de seus documentos e exames que entender pertinente, no afã de corroborar o seu quadro clínico - a fim de viabilizar o diagnóstico do Douto Perito e facilitar a resolução do litígio.
Sendo a perícia realizada concedo prazo de 30 (trinta) dias para que o perito a apresente em juízo o laudo (artigo 465, caput, CPC/2015).
Com a juntada do laudo, intimem-se as partes para se manifestar do laudo pericial e após tornem-me conclusos.
Após a manifestação das partes acerca do laudo, expeça-se alvará dos honorários periciais depositados em favor do perito, independente de nova decisão intimando-o para proceder o levantamento.
Providenciem-se o necessário.
Fica a parte autora intimada por meio de seu advogado para comparecer na perícia designada.
Serve a presente como mandado de citação/intimação e ofício.
Nova Brasilândia do OesteRO30/04/2019terça-feira, 30 de abril de 2019
Denise Pipino Figueiredo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO
Procedimento Comum
7000397-32.2016.8.22.0020
AUTOR: MARIA FRANCISCA PEIXOTO ADVOGADO DO AUTOR: LIGIA VERONICA MARMITT OAB nº RO4195, SEM ENDEREÇO
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA, SEM ENDEREÇO
SENTENÇA
Satisfeita a obrigação, extingo o processo nos termos do art. 924, inc. II c/c art. 925, do CPC/2015.
P.R.I.
Oportunamente, arquivem-se.
Nova Brasilândia do Oeste RO 30 de abril de 2019
Denise Pipino Figueiredo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO 7001000-71.2017.8.22.0020
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: MESSIAS JOSE DA SILVA ADVOGADO DO EXEQUENTE: ADRIANA BEZERRA DOS SANTOS OAB nº RO5822
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Ante a informação do recebimento do débito, declaro extinto o processo com lastro no art. 924, inciso II, do Novo Código de Processo Civil.
Sem Custas.
Ante a preclusão lógica, a presente sentença transita em julgado nesta data, feitas as intimações de praxe e cumpridos os atos ordinários, arquive-se imediatamente.
P. R. I. Cumpra-se.
Nova Brasilândia do Oeste RO terça-feira, 30 de abril de 2019
Denise Pipino Figueiredo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO Processo n.: 7000580-37.2015.8.22.0020
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto:Perdas e Danos, Adicional de Insalubridade
REQUERENTE: EUGENIA LAURENCIA RAMOS, LINHA 182 KM 02 LADO SUL s/n ZONA RURAL - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: SALVADOR LUIZ PALONI OAB nº RO299A
CATIANE DARTIBALE OAB nº RO6447
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Despacho
Nomeio como perito o DR. Lucimar Cruz PaVani, Avenida Mamoré, 3560, , Tancredo Neves - Porto Velho/RO, 76829-462, FONE: 69 99255-3195, E-mail: lucimarcruzpavani@hotmail.com , o qual dverá ter vistas dos autos para apresentação de proposta de honor´´arios e designação de data para a perícia.
Intime-se, via email
Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 1 de maio de 2019.
Denise Pipino Figueiredo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO Processo n.: 7001665-87.2017.8.22.0020
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto:Auxílio-transporte
REQUERENTE: WELLINGTON FERREIRA DE MORAIS, LINHA 05 KM 2 5 LADO SUL - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE:
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Despacho
1. Perlustrando os autos é de se ver que a parte exequente postulou pela expedição de alvará e extinção do feito, manifestando-se muito tempo depois a respeito do equivoco no pagamento ao argumento da não incidência de IRPF sob verba de natureza indenizatória.
2. Inegável que o microssistema dos juizados especiais é um dos mecanismos para fomentar o direito fundamentais de amplo acesso a justiça. para tanto, fora edificado sob os princípios da simplicidade, economia e celeridade.
3. Entrementes, a despeito de seu carácter singular e de ser mecanismo d efetivação dos direitos fundamentais, também é direito fundamental a razoável duração do processo, de modo que uma vez lançada a marcha processual o seu curso seja hígido e firme. A tempo para a prática de atos e uma praticados ou esgotado o termo legal ocorre fenômenos que a despeito de suas peculiaridades tendem a encerrar a respectiva fase. É dizer caminha-se avante e não para trás.
4. Desse modo, patente nos autos o fenômeno da coisa julgada, cuja adjetivação em formal ou material, há de ser feita em momento próprio que não o presente, pois se assim o fizer estar-se-ia a ferir preceitos que regem a atuação jurisdicional.
5. Assim, eventual discussão quanto à possibilidade ou não de cobrança, ou seja, se a verba enquadra-se ou não como indenizatória e seus consectários tributários não pode ser feita neste momento, porquanto, como já sublinhado, a sentença repousa sobre a coisa julgada.
6. Nada mais sendo requerido, arquive-se.
Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 1 de maio de 2019.
Denise Pipino Figueiredo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO Procedimento do Juizado Especial Cível
7000403-68.2018.8.22.0020
REQUERENTE: JOSE LUIZ DA CUNHAADVOGADO DO REQUERENTE: JAKSON JUNIOR SERAFIM CAETANO OAB nº RO6956, EDSON VIEIRA DOS SANTOS OAB nº RO4373
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERONADVOGADO DO REQUERIDO: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA OAB nº MG87318, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB nº RO5462, DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB nº MS6835
SENTENÇA
Em sede de cumprimento de sentença, aportou aos autos informação do cumprimento da obrigação, referente a condenação do requerido. Deste modo, considerando que houve o adimplemento total do débito, EXTINGO O PROCESSO nos termos do art. 924, inc. II, do Código de Processo Civil.
Sirva a presente de ALVARÁ JUDICIAL, para levantamento junto à Caixa Econômica Federal, do saldo disponível na Agência / Operação / Conta ID 24840806Despacho em favor de REQUERENTE: JOSE LUIZ DA CUNHA CPF nº 298.105.312-49 e/ou de seu(ua) procurador(a) ADVOGADO DO REQUERENTE: JAKSON JUNIOR SERAFIM CAETANO OAB nº RO6956, EDSON VIEIRA DOS SANTOS OAB nº RO4373.
Oportunamente, consigno que nos valores a serem levantados deverão estar inclusos os seus respectivos rendimentos, e não somente as importâncias ali descritas, a fim de evitar que eventual remanescente permaneça em conta judicial vinculada aos autos.
Fica a parte autora intimada para, no prazo de 48 horas dias, informar e/ou comprovar nos autos o levantamento total das quantias apuradas, ou, se for o caso, descrimine eventual remanescente. O seu silêncio importará em quitação.
Arquive-se imediatamente.
PRAZO DO ALVARÁ: 30 DIAS CONTADOS DA ASSINATURA DESTA DECISÃO.
Nova Brasilândia do OesteRO 1 de maio de 2019
Denise Pipino Figueiredo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO Processo n.: 7000295-39.2018.8.22.0020
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto:Duplicata
REQUERENTE: MOVEIS MARTINI LTDA - ME, AV. JK, ESQ. C/ A RUA PRINCIPE DA BEIRA 3048-D CENTRO - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: TIAGO SCHULTZ DE MORAIS OAB nº RO6951
REQUERIDO: ROSANE DE SOUZA ZULSKE, RUA NEGO LOPES 3571, ESQ. C/ A RUA PARANA SETOR 01 (13) - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
Despacho
Indefiro o pedido da exequente, porquanto em exercendo a requerente atividade comercial a mesma possui convênio com referidos órgaos. Logo, poderá fazer a inserção independente de ordem judicial
Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 1 de maio de 2019.
Denise Pipino Figueiredo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO 7000691-79.2019.8.22.0020
Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE:BRUNANAYARAOLIVEIRADASILVAADVOGADO DO REQUERENTE: ADERCIO DIAS SOBRINHO OAB nº RO3476A
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIAADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Em atenção aos princípios basilares do procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública, como o da simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade (art. 27 da L.12.153/09 c/c art. 2º da L.9.099/95), abstenho em designar audiência de conciliação, porque em todas as ações em trâmite nesta vara contra a fazenda pública a audiência restou frustrada pela alegação dos seus representantes de ausência de legislação especifica que regulamente a L.12.153/09, para fins de transação.
Considerando, ainda, que a matéria tratada nos autos é preponderantemente de direito, CITE-SE a parte requerida para responder a presente, apresentar sua defesa e todos os documentos de prova, no prazo de 30 dias contados da ciência, por aplicação

analógica e sistemática dos artigos 7º e 9º da L.12.153/09.
Havendo interesse da parte requerida em apresentar proposta de conciliação e/ou produzir prova testemunhal, deverá constar expressamente na contestação os termos e o rol, caso em que os autos deverão vir conclusos para apreciação. Com a juntada da defesa pelo requerido, intime-se a parte contrária para que se manifeste no prazo de 15 dias.
Caso a alegação do autor se baseie em Lei Estadual e/ou Municipal deverá trazer certidão comprovando a vigência da norma em que lastreia seu pleito.
Expeça-se o necessário.
Liberem-se a pauta de audiência.
Serve o presente despacho como citação/intimação da Fazenda Pública.
Nova Brasilândia do OesteRO 1 de maio de 2019
Denise Pipino Figueiredo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO Processo n.: 7001672-79.2017.8.22.0020
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto:Auxílio-transporte
REQUERENTE: EVALDO ROQUE DINIZ, RUA PRINCIPE DA BEIRA 2751, APARTAMENTO C SETOR 13 - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: EVALDO ROQUE DINIZ OAB nº RO10018
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Despacho
1. Perlustrando os autos é de se ver que a parte exequente postulou pela expedição de alvará e extinção do feito, manifestando-se muito tempo depois a respeito do equivoco no pagamento ao argumento da não incidência de IRPF sob verba de natureza indenizatória.
2. Inegável que o microssistema dos juizados especiais é um dos mecanismos para fomentar o direito fundamentais de amplo acesso a justiça. para tanto, fora edificado sob os princípios da simplicidade, economia e celeridade.
3. Entrementes, a despeito de seu carácter singular e de ser mecanismo d efetivação dos direitos fundamentais, também é direito fundamental a razoável duração do processo, de modo que uma vez lançada a marcha processual o seu curso seja hígido e firme. A tempo para a prática de atos e uma praticados ou esgotado o termo legal ocorre fenômenos que a despeito de suas peculiaridades tendem a encerrar a respectiva fase. É dizer caminha-se avante e não para trás.
4. Desse modo, patente nos autos o fenômeno da coisa julgada, cuja adjetivação em formal ou material, há de ser feita em momento próprio que não o presente, pois se assim o fizer estar-se-ia a ferir preceitos que regem a atuação jurisdicional.
5. Assim, eventual discussão quanto à possibilidade ou não de cobrança, ou seja, se a verba enquadra-se ou não como indenizatória e seus consectários tributários não pode ser feita neste momento, porquanto, como já sublinhado, a sentença repousa sobre a coisa julgada.
6. Nada mais sendo requerido, arquive-se.
Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 1 de maio de 2019.
Denise Pipino Figueiredo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO Procedimento do Juizado Especial Cível
7000952-15.2017.8.22.0020
REQUERENTE:ANGELICAMAIADASILVADEJESUSADVOGADO DO REQUERENTE: ISABELE LOBATO REIS OAB nº RO3216
REQUERIDO: NATURA COSMETICOS S/AADVOGADO DO REQUERIDO: FABIO RIVELLI OAB nº BA34908
SENTENÇA
Em sede de cumprimento de sentença, aportou aos autos informação do cumprimento da obrigação, referente a condenação do requerido. Deste modo, considerando que houve o adimplemento total do débito, EXTINGO O PROCESSO nos termos do art. 924, inc. II, do Código de Processo Civil.
Sirva a presente de ALVARÁ JUDICIAL, para levantamento junto à Caixa Econômica Federal, do saldo disponível na Agência / Operação / Conta 3577 040 01503960-4, em favor de REQUERENTE: ANGELICA MAIA DA SILVA DE JESUS CPF nº 006.499.942-48 e/ou de seu(ua) procurador(a) ADVOGADO DO REQUERENTE: ISABELE LOBATO REIS OAB nº RO3216.
Oportunamente, consigno que nos valores a serem levantados deverão estar inclusos os seus respectivos rendimentos, e não somente as importâncias ali descritas, a fim de evitar que eventual remanescente permaneça em conta judicial vinculada aos autos.
Fica a parte autora intimada para, no prazo de 48 horas dias, informar e/ou comprovar nos autos o levantamento total das quantias apuradas, ou, se for o caso, descrimine eventual remanescente. O seu silêncio importará em quitação.
Arquive-se imediatamente.
PRAZO DO ALVARÁ: 30 DIAS CONTADOS DA ASSINATURA DESTA DECISÃO.
Nova Brasilândia do OesteRO 1 de maio de 2019
Denise Pipino Figueiredo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO Processo n.: 7000338-73.2018.8.22.0020
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto:Indenização por Dano Material
EXEQUENTE: IRINEU APARECIDO MARQUES DE GODOY, LH 118, LT 63, KM 14,5 GLEBA 23 S/N, SITIO ZONA RURAL - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: GILSON VIEIRA LIMA OAB nº RO4216A
CHARLES KENNY LIMA DE BRITO OAB nº RO8341
FABRICIO VIEIRA LIMA OAB nº RO8345
EXECUTADO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, AVENIDA 13 DEMAIO 2027, NOVA BRASILANDIA CENTRO - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB nº RO5462, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA OAB nº MG87318, DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB nº MS6835
Despacho
Informe o exequente o CNPJ da requerida
Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 1 de maio de 2019.
Denise Pipino Figueiredo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO 7002094-54.2017.8.22.0020
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: AGRO-SOLO COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA - MEADVOGADO DO EXEQUENTE:

TIAGO SCHULTZ DE MORAIS OAB nº RO6951
EXECUTADO: RODRIGO WALIS DOMINGOS FERREIRAADVOGADO DO EXECUTADO:
DESPACHO
Defiro a remoção dos bens objeto de penhora em favor do exequente, ficando este na qualidade de fiel depositário. A persente serve como mandado de remoção.
O Código de Processo Civil prevê a possibilidade de realização de leilão judicial eletrônico ou presencial.
Assim, considerando que a praxe tem demonstrado que os leilões presenciais não tem surtido efeito desejado, somado ao maior alcance das hastas eletrônicas, determino que se proceda o leilão judicial eletrônico.
Nomeio a leiloeira Deonízia Kiratch (telefone 99991-8800, 98426-7887) para a realização dos atos de alienação.
A alienação deverá ser feita em até 80 dias da intimação, a publicidade deverá ser feita em jornal de grande circulação, bem como no sítio eletrônico da leiloeira.
No primeiro leilão o bem não poderá ser arrematado por preço inferior ao da avaliação. Já em segunda oportunidade, o bem não poderá ser arrematado por valor inferior a 50%.
Nova Brasilândia do OesteRO 1 de maio de 2019
Denise Pipino Figueiredo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO Processo n.: 7000202-13.2017.8.22.0020
Classe: Reclamação Pré-processual
Assunto:Auxílio-transporte
RECLAMANTE: DANIELA DA COSTA PEDRO, RUA DAS FLORES 3281, NOVO HORIZONTE DO OESTE CENTRO - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RECLAMANTE: AGNALDO JOSE DOS ANJOS OAB nº RO6314
RECLAMADO: ESTADO DE RONDÔNIA, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO RECLAMADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Despacho
Aguarde-se o pagamento.
Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 1 de maio de 2019.
Denise Pipino Figueiredo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO Processo n.: 7003333-30.2016.8.22.0020
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto:Nota Promissória
EXEQUENTE: KLEBER DA CUNHA DE SOUZA, RUA UIRAPURU 3394 SETOR 13 - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: EDSON VIEIRA DOS SANTOS OAB nº RO4373
EXECUTADO: PEDRO AUGUSTO SOARES DE SOUZA, RUA TRAVESSA RELIQUIA 4628 OLIMPIO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Despacho
Indefiro o pedido de hasta pública porquanto se trata de bem com alienação fiduciária.
Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 1 de maio de 2019.
Denise Pipino Figueiredo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO Processo n.: 7001739-44.2017.8.22.0020
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto:Auxílio-transporte
REQUERENTE: GUSTAVO APARECIDO DA SILVA, RUA DAS PALMEIRAS SETOR 13 - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE:
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Despacho
1. Perlustrando os autos é de se ver que a parte exequente postulou pela expedição de alvará e extinção do feito, manifestando-se muito tempo depois a respeito do equivoco no pagamento ao argumento da não incidência de IRPF sob verba de natureza indenizatória.
2. Inegável que o microssistema dos juizados especiais é um dos mecanismos para fomentar o direito fundamentais de amplo acesso a justiça. para tanto, fora edificado sob os princípios da simplicidade, economia e celeridade.
3. Entrementes, a despeito de seu carácter singular e de ser mecanismo d efetivação dos direitos fundamentais, também é direito fundamental a razoável duração do processo, de modo que uma vez lançada a marcha processual o seu curso seja hígido e firme. A tempo para a prática de atos e uma praticados ou esgotado o termo legal ocorre fenômenos que a despeito de suas peculiaridades tendem a encerrar a respectiva fase. É dizer caminha-se avante e não para trás.
4. Desse modo, patente nos autos o fenômeno da coisa julgada, cuja adjetivação em formal ou material, há de ser feita em momento próprio que não o presente, pois se assim o fizer estar-se-ia a ferir preceitos que regem a atuação jurisdicional.
5. Assim, eventual discussão quanto à possibilidade ou não de cobrança, ou seja, se a verba enquadra-se ou não como indenizatória e seus consectários tributários não pode ser feita neste momento, porquanto, como já sublinhado, a sentença repousa sobre a coisa julgada.
6. Nada mais sendo requerido, arquive-se.
Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 1 de maio de 2019.
Denise Pipino Figueiredo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO Processo n.: 7001699-62.2017.8.22.0020
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto:Adicional de Insalubridade
REQUERENTE: OSNI SCHNEIDER, RUA GONÇALVES DIAS 3521 SETOR 13 - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: EDSON VIEIRA DOS SANTOS OAB nº RO4373
REQUERIDO: NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE, RUA RIACHUELO 3284 SETOR 14 - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA
Despacho
A serventia para que intime o perito para em 48 horas manifestar-se quanto à nomeação.
N mais, indiquem as partes outro experto.
Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 1 de maio de 2019.
Denise Pipino Figueiredo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO Processo n.: 7000764-90.2015.8.22.0020
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto:Auxílio-transporte
EXEQUENTE: ROSA OSTROWSKI, RUA DAS FLORES 3185 DISTRITO DE MIGRANTINOPOLIS - 76956-000 - NOVO HORIZONTE DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR OAB nº RO2394
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA, PRAÇA GETÚLIO VARGAS S/N CENTRO - 76900-999 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Despacho
Manifetse-se o executado a respeito do noticiado pelo exequente
Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 1 de maio de 2019.
Denise Pipino Figueiredo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO
7001504-77.2017.8.22.0020
EXEQUENTE: ANGELICA MAIA DA SILVA DE JESUS CPF nº 006.499.942-48, RUA NEGO LOPES 1.570, SETOR 13 CENTRO - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ISABELE LOBATO REIS OAB nº RO3216
EXECUTADO: PERFITA PERFUMES E COSMETICOS LTDA CNPJ nº 06.152.514/0005-72, AVENIDA ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, - LADO ÍMPAR PARQUE BELA VISTA - 40280-000 - SALVADOR - BAHIA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
DESPACHO
Vistos
, Expeça-se mandado de penhora, avaliação e depósito de bens suficientes para garantia da execução. Quando do cumprimento da diligência, o meirinho deverá observar o disposto nos artigos 836 e seguintes. Não será levada a efeito a penhora quando ficar evidente que o produto da execução dos bens encontrados será totalmente absorvido pelo pagamento das custas da execução; quando não encontrar bens penhoráveis, independentemente de determinação judicial expressa, o oficial de justiça descreverá na certidão os bens que guarnecem a residência ou o estabelecimento do executado, quando este for pessoa jurídica; Elaborada a lista, o executado ou seu representante legal será nomeado depositário provisório de tais bens até ulterior determinação do juiz; Elaborada a lista, o executado será nomeado depositário provisório, pois será depositário infiel se o juiz determinar a penhora e este não o fizer.
4. Quanto ao depósito, deverá ser observado o disposto no artigo 840 do CPC
5. Com a juntada do mandado e eventual decurso de prazo/manifestação do executado, vistas ao exequente.
6. caso haja impugnação quanto ao cálculo, deverá ser encaminhado os autos ao contador para atualização e aberto vistas as partes para manifestação no prazo comum de cinco dias.
Na sequencia, tornem-me conclusos.
Endereço do executado: EXECUTADO: PERFITA PERFUMES E COSMETICOS LTDA, AVENIDA ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, - LADO ÍMPAR PARQUE BELA VISTA - 40280-000 - SALVADOR - BAHIA
SERVE A PRESENTE DE ALVARÁ/INITMAÇÃO/CITAÇÃO/MANDADO/PRECATÓRIA/OFÍCIO
Nova Brasilândia do Oeste 1 de maio de 2019
Denise Pipino Figueiredo
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO
Processo: 7002724-47.2016.8.22.0020
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Duplicata
EXEQUENTE: WASHINGTON DENIS DA SILVA
ADVOGADO DO EXEQUENTE:
EXECUTADO: ANA CLAUDIA CASTELO BRANCO WANISTIN
ADVOGADO DO EXECUTADO:
DECISÃO
No que concerne ao pedido formulado pela parte credora, de penhora sobre salário, necessário salientar que a segunda turma do Superior Tribunal de Justiça "no tocante à impenhorabilidade preconizada no art. 649, IV, do CPC/1973, pacificou o entendimento de que a referida impenhorabilidade comporta exceções, como a que permite a penhora nos casos de dívida alimentar, expressamente prevista no parágrafo 2º do mesmo artigo, ou nos casos de empréstimo consignado, limitando o bloqueio a 30% (trinta por cento) do valor percebido a título de vencimentos, soldos ou salários. Em situações excepcionais, admite-se a relativização da regra de impenhorabilidade das verbas salariais prevista no art. 649, IV, do CPC/73, a fim de alcançar parte da remuneração do devedor para a satisfação do crédito não alimentar, preservando-se o suficiente para garantir a sua subsistência digna e a de sua família". (RECURSO ESPECIAL Nº 1.741.001 - PR (2018/0112887-6) RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN). Neste sentido:
PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PENHORA DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA. RELATIVIZAÇÃO DA REGRA DA IMPENHORABILIDADE. 1. Ação de cobrança, em fase de cumprimento de sentença, de que foi extraído o presente recurso especial, interposto em 12/12/2012 e concluso ao Gabinete em 25/08/2016. 2. O propósito recursal é decidir sobre a possibilidade de penhora de 30% (trinta por cento) de verba recebida a título de aposentadoria para o pagamento de dívida de natureza não alimentar. 3. Quanto à interpretação do art. 649, IV, do CPC/73, tem-se que a regra da impenhorabilidade pode ser relativizada quando a hipótese concreta dos autos permitir que se bloqueie parte da verba remuneratória, preservando-se o suficiente para garantir a subsistência digna do devedor e de sua família. Precedentes. 4. Ausência no acórdão recorrido de elementos concretos suficientes que permitam afastar, neste momento, a impenhorabilidade de parte dos proventos de aposentadoria do recorrente. 5. Recurso especial conhecido e parcialmente provido. (REsp 1394985/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe 22/06/2017).
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DEFICIÊNCIA NA INSTRUÇÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. AFERIÇÃO QUANTO À ESSENCIALIDADE DO DOCUMENTO. REEXAME NECESSÁRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PENHORA DE PROVENTOS DE SALÁRIO. RELATIVIZAÇÃO DA REGRA DA IMPENHORABILIDADE. TRIBUNAL A QUO RECONHECEU QUE A CONSTRIÇÃO DE PERCENTUAL DE SALÁRIO VISA GARANTIR A EFETIVIDADE DA EXECUÇÃO E NÃO COMPROMETE A SUBSISTÊNCIA DIGNA DO RECORRENTE. ALTERAÇÃO DO JULGADO. SÚMULA 7/STJ.
1. O STJ também possui orientação no sentido de que o Agravo de Instrumento deve ser formado com as peças essenciais à compreensão da controvérsia, além das qualificadas como obrigatórias pela norma processual (art. 525 do CPC).

2. Contudo, a alteração do entendimento da instância ordinária quanto à necessidade da documentação não trasladada mostra-se inviável, ante o óbice da Súmula 7/STJ.
3. No mais, o propósito recursal é definir se, na hipótese, é possível a penhora de 30% (trinta por cento) do salário do recorrente para o pagamento de dívida de natureza não alimentar.
4. No tocante à impenhorabilidade preconizada no art. 649, IV, do CPC/1973, o STJ pacificou o entendimento de que a referida impenhorabilidade comporta exceções, como a que permite a penhora nos casos de dívida alimentar, expressamente prevista no parágrafo 2º do mesmo artigo, ou nos casos de empréstimo consignado, limitando o bloqueio a 30% (trinta por cento) do valor percebido a título de vencimentos, soldos ou salários.
5. Em situações excepcionais, admite-se a relativização da regra de impenhorabilidade das verbas salariais prevista no art. 649, IV, do CPC/73, a fim de alcançar parte da remuneração do devedor para a satisfação do crédito não alimentar, preservando-se o suficiente para garantir a sua subsistência digna e a de sua família.
6. Na espécie, em tendo a Corte local expressamente reconhecido que a constrição de percentual de salário do recorrente visa garantir a efetividade da execução e não compromete a sua subsistência digna, inviável mostra-se a alteração do julgado, uma vez que, para tal mister, seria necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, inviável ao STJ em virtude do óbice de sua Súmula 7.
7. Recurso Especial não conhecido.
(REsp 1741001/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/06/2018, DJe 26/11/2018)
O Egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia, seguindo o entendimento da jurisprudência da 2ª Turma do Eg. STJ, adota a posição de que a penhora mensal de salário é cabível, desde que ocorra em percentual que não comprometa o sustento do devedor e não implique em ofensa ao princípio constitucional da dignidade humana. Neste sentido, transcrevo trecho de julgado do TJ-RO, sob relatoria do Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia (Agravo de Instrumento 0005198-78.2013.8.22.0000, julgado em 27/06/2013, bem como Agravo de Instrumento n. 100.001.2004.007052-1.Rel. Des. Miguel Monico Neto):
"Ao tratar da penhora de valores de salário, esta Corte adotou a posição de que isso é possível desde que seja feito em percentual que não comprometa o sustento do devedor e não implique em ofensa ao princípio constitucional da dignidade humana."
AGRAVO DE INSTRUMENTO. SALÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO. IMPENHORABILIDADE. DIFERENÇAS PRETÉRITAS. PENHORA
PARCIAL. POSSIBILIDADE. Aplicação do princípio da razoabilidade. A regra da impenhorabilidade do salário visa a manutenção da sobrevivência digna da pessoa. Entretanto não há que se falar em impenhorabilidade de diferenças apuradas em verbas pretéritas, ainda que de natureza salarial, quando tais diferenças foram despiciendas para a mantença.Conquanto caracterizada a natureza salarial, em homenagem ao princípio da razoabilidade, pode-se admitir penhora parcial de valor substancial a ser recebido pelo devedor (servidor público federal) como diferenças pretéritas, desde que não prejudique sua sobrevivência e de sua família (Agravo de Instrumento n. 100.001.2004.007052-1.Rel. Des. Miguel Monico Neto). (…)
Acredito que o pensamento relativamente à penhora de percentual de salário do devedor precisa evoluir, notadamente, considerando as recentes alterações feitas no processo civil que prestigiam o direito do credor receber o que é seu por direito, e o consequente cumprimento das obrigações assumidas pelas pessoas buscando afastar o arrastamento por anos de ações de execução e cobrança. É preciso buscar o equilíbrio entre a possibilidade de subsistência da parte executada e, isocronicamente, dar efetividade à execução, garantindo, assim, a prestação da atividade jurisdicional e o direito da parte exequente.
Tanto é assim que a expressão utilizada nas disposições do artigo 833, IV, do CPC/2015, com a redação dada pela Lei n. 13.105/2015, trata de quantias "destinadas ao ", o que evidencia um entendimento sustento do devedor e sua família mais liberal acerca daquilo que, efetivamente, foge ao alcance da constrição judicial.
O objetivo primordial da função social do art. 833 do CPC é evitar a retenção salarial abusiva, pois tem o salário o escopo de garantir a sobrevivência digna do indivíduo. Assim, em homenagem ao princípio da dignidade da pessoa humana e em atenção à regra da impenhorabilidade pela função social, não se deve permitir descontos de valores que inviabilizem a sobrevivência digna do devedor.
Neste sentido são os seguintes julgados do Eg. TJ/RO: AI 0800151-51.2017.8.22.0000, rel. Des. Isaías Fonseca Moraes, julgado em 10/05/2017; AI 0800784-62.2017.8.22.0000, rel. Des. Kiyochi Mori, julgado em 25/05/2017; AI 0804039-62.2016.8.22.0000, rel. Juiz Carlos Augusto Teles Negreiros, julgado em 05/04/2017; AI 0803607-43.2016.8.22.0000, rel. Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, julgado em 07/12/2016; AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0801409-96.2017.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Raduan Miguel Filho, Data de julgamento: 06/09/2017
Ante o exposto, determino o bloqueio de 30% dos vencimentos líquidos da parte executada, até a satisfação total do crédito, qual seja, R$750,00, cujo valor deverá ser transferido para a conta poupança n. 3953-3, operação 013, agência 3577 em nome de WASHINGTON DENIS DA SILVA, brasileiro, solteiro, eletricista, inscrito no CPF sob n. 884.287.532-53, residente e domiciliado na Av. JK (ao lado do espaço alternativo), setor 13, em Nova Brasilândia D'Oeste/RO, telefone: (69) 98458-8368.
Após a transferência, a parte executada deverá ser intimada para manifestar-se quanto eventual interposição de embargos à execução ou formular pedido de audiência de conciliação. Prazo: 15 dias.
Decorrido o prazo in albis, expeça-se alvará de levantamento em favor da parte credora (exequente).
A presente serve como ofício
dados da executada:
ANA CLAUDIA CASTELO BRANCO WANISTIN, brasileira, casada, inscrita no CPF: 929.898.617-34, residente e domiciliado na Av. Tancredo Neves, 1447 - setor 14, em Nova Brasilândia do Oeste/RO;
Nova Brasilândia d´p oeste/RO, 1 de maio de 2019 .
Denise Pipino Figueiredo
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO 7002424-17.2018.8.22.0020
Indenização por Dano Material, Indenização por Dano Material
REQUERENTE: ADENILSON FERREIRA DO NASCIMENTO CPF nº 582.045.472-34, AGC MIGRANTINÓPOLIS 3062, RUA PINHEIROS CENTRO - 76956-971 - NOVO HORIZONTE DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE:
REQUERIDOS: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA CNPJ nº 02.036.483/0004-52, HILDA DEL NERO BISQUOLO 102, ANDAR 21 LOTE 01-A QUADRAE JARDIM FLORIDA - 13208-703 - JUNDIAÍ - SÃO PAULO, DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS RONDOBRAS LTDA CNPJ nº 34.748.137/0021-94, 25 DE AGOSTO 4710 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS:
SENTENÇA
Vistos.
Considerando a petição em que a parte autora requer a desistência

da ação, DECLARO EXTINTO o processo supra referido, nos termos do artigo 485, inciso VIII do Código de Processo Civil.
Sem custas, conforme o disposto no art. 8º, III da Lei Estadual nº 3.896/2016.
P.R.I.
A sentença transita em julgado nesta data ante a preclusão lógica.
Arquive-se imediatamente.
Nova Brasilândia do Oeste 1 de maio de 2019
Denise Pipino Figueiredo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO Processo n.: 7002631-50.2017.8.22.0020
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto:Indenização por Dano Moral, Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes, Antecipação de Tutela / Tutela Específica
EXEQUENTES: ROSIMAR APARECIDO MARTINI, RUA GONÇALVES DIAS 2969 SETOR 13 - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA, JAKSON JUNIOR SERAFIM CAETANO, RUA CANÃA 1640 SETOR 14 - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: EDSON VIEIRA DOS SANTOS OAB nº RO4373
EXECUTADO: SCN RECUPERACAO DE CREDITO E OPERACOES FINANCEIRAS LTDA - ME, AC EUNÁPOLIS 312, AVENIDA OCEANIA CENTRO - 45820-970 - EUNÁPOLIS - BAHIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: JORGE DOS SANTOS SANTANA OAB nº BA51725
Despacho
Ao executado para em 48 horas comprovar o efeito em que o agravo fora recebido.
Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 1 de maio de 2019.
Denise Pipino Figueiredo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO Processo n.: 7000737-05.2018.8.22.0020
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto:Abono de Permanência
EXEQUENTE: VILMA HOLANDA DE SOUZA, RUA PEROBAL 5093 CENTRO - 76956-000 - NOVO HORIZONTE DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: CAMILA NAYARA PEREIRA SANTOS OAB nº RO6779
CATIANE DARTIBALE OAB nº RO6447
EXECUTADO: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE, RUA ELZA VIEIRA LOPES 4803 CENTRO - 76956-000 - NOVO HORIZONTE DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
Despacho
Suspendo o curso do presente até a efetiva manifestação do exequente, porquanto o valor alçado ultrapassa a competência do juizado da fazenda.
Intime-se pessoalmente o exequente par dar regular andamento ao feito.
Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 1 de maio de 2019.
Denise Pipino Figueiredo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO 7000264-82.2019.8.22.0020
Procedimento do Juizado Especial Cível Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material, Empréstimo consignado
AUTOR: WILSON ALVES DE FARIAS ADVOGADO DO AUTOR: LIGIA VERONICA MARMITT OAB nº RO4195
RÉU: BANCO BMG CONSIGNADO S/A ADVOGADO DO RÉU: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA OAB nº MG63440, FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA OAB nº MG109730
SENTENÇA
Trata-se de ação de declaratória de inexistência de débito cumulada com danos morais.
O feito comporta julgamento antecipado, nos moldes do artigo 355,I do Código de Processo Civil, porquanto inexistem outras provas a serem produzidas além daquelas já existentes nos autos.
Ademais, o Superior Tribunal de Justiça, como corolário do princípio da razoável duração do processo entende não ser faculdade, mas dever do magistrado julgar antecipadamente o feito sempre que o caso assim o permitir.
"Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder". (STJ, 4a. Turma, RESp 2.833-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. em 14.08.90, DJU de 17.09.90, p. 9.513).
O ponto fulcral da questão consiste em apurar acerca da regularidade dos descontos perpetrados
Inicialmente, há de se salientar que, a despeito da lide questionar a validade de relação jurídica de consumo, mesmo que esta venha a ser declarada inexistente ou nula, incidem os termos da legislação consumerista, já que a ação visa aferir a regularidade em prestação de serviço realizada pelo requerido
Igual entendimento se denota da lição da Professora Cláudia Lima Marques:
Logo, basta ser vítima de um produto ou serviço para ser privilegiado com a posição de consumidor legalmente protegido pelas normas sobre responsabilidade objetiva pelo fato do produto (ou do serviço) presentes no CDC. (Contratos no Código de Defesa do Consumidor, 4ª ed. São Paulo: RT. p. 292)
Em outros termos, acaso declarada a insubsistência do negócio jurídico questionado nesta ação, ainda assim há de se considerar presente nexo consumerista interligando as partes desta demanda.
Feito este breve introito, tenho que o contexto probatório indica que não há causa jurídica a embasar a cobrança efetivada pelo requerido. Explico.
No caso dos autos, inexiste qualquer documento que demonstre que foi o autor quem solicitou a contratação dos serviços bancários relativos ao empréstimo.
Considerando não ser possível provar fato negativo e levando-se em conta a hipossuficiência da parte autora, caberia à requerida o ônus de comprovar a relação contratual subjacente, o que no caso não restou evidenciada.
Tratando-se, portanto, de relação de consumo, bem como preenchidos os requisitos legais, a inversão do ônus da prova é medida que se impõe, eis que deveria a instituição financeira apresentar os documentos que indicassem ter o autor realizado a contratação do produto.
Infere-se, assim, que a instituição financeira demandada não demonstrou satisfatoriamente a legitimidade do contrato, devendo arcar com as consequências processuais decorrentes, ou seja, o reconhecimento da veracidade dos fatos alegados pela autora, qual seja, a ausência de contratação.
Frente a este contexto, há de se notar que o comportamento da requerida não foi pautado pelo respeito e pela transparência devidos nas relações negociais e que houve evidente falha nos serviços prestados.
Dessa forma, se a instituição bancária não toma as cautelas

necessárias, agindo temerariamente na administração de seus negócios, deve arcar com os riscos de seu empreendimento, respondendo pelos prejuízos que seu ato ocasionou a outrem.
Nesse passo, a responsabilidade do banco, enquanto fornecedor de serviços, é objetiva, nos termos do artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor.
Logo, nessa hipótese, o dever de indenizar não exige a comprovação de culpa na prestação do serviço; basta que o lesado prove a existência do dano e o nexo de causalidade relacionando este e a atividade desempenhada pelo fornecedor.
Caberia à instituição bancária, se pretendesse afastar a sua responsabilidade, comprovar a inexistência de defeito na prestação de serviço ou a culpa exclusiva da vítima (artigo 14, §3º, II, do Código de Defesa do Consumidor), mas não logrou êxito.
No que tange aos danos morais, sabe-se que para que haja o dever de reparar o dano, mister que estejam presentes concomitantemente, a conduta, o nexo causal e o dano.
Da leitura do caderno processual, restou evidenciada a presença dos três elementos da responsabilidade civil, a qual por ser objetiva no caso em apreço, dispensa a apreciação de culpa ou dolo no agir do agente.
No caso em tela, restou configurado o dano moral em razão dos descontos indevidos.Portanto, devida a reparação dos danos morais, restando apenas a fixação do valor destes.
Sabe-se que é uma das tarefas mais árduas para o magistrado é tentar dar um valor ao sentimento humano, procurar estabelecer o quantum da dor psicológica, quando sequer é possível, na maioria das vezes, expressar o sentimento de perda em palavras.
Por outro lado, para quantificação dos danos morais também inexiste qualquer critério legal, devendo o julgador, a partir de sua experiência e também de modo a evitar de um lado o enriquecimento sem causa da parte pleiteante e de outro a fixação de valor irrisório, que desbalize as características punitivas e pedagógicas do instituto em questão.
Tenho que há de ser levada em conta a situação econômica do requerente, bem como o montante do prejuízo moral sofrido.
Também levo em consideração o fato de que a indenização não há de se tornar meio de enriquecimento por parte do requerente, eis que não se trata de loteria, mas sim de reparação por um dano sofrido.
Não olvidando este fator, acresço ainda às considerações o fato da indenização possuir caráter educativo e repressivo, eis que visa não somente ressarcir o dano, mas também evitar que o requerido dê azo a novos fatos similares.
É este o ensinamento que se abstrai da doutrina de Clayton Reis:
A compensação da vítima tem um sentido punitivo para o lesionador, que encara a pena pecuniária como uma diminuição do seu patrimônio material em decorrência de seu ato lesivo. Esse confronto de forças, de um lado a vítima que aplaca o seu sentimento de vingança pela compensação recebida e do outro o lesionador que punitivamente paga pelos seus atos inconseqüentes, é forma de o Estado agir para conseguir o equilíbrio de forças antagônicas
Há ainda de se sopesar a capacidade econômica do requerido, instituição bancária de vulto no sistema financeiro brasileiro, fator a ser correlacionado com o caráter repressivo anteriormente citado.
Levando-se em conta tais parâmetros, e que a indenização não há de ser pequena a ponto de menosprezar o dano sofrido nem grande a ponto de configurar enriquecimento ilícito, creio por justa a fixação da indenização em R$ 8.000,00 (oito mil reais).
Ante o exposto, com fundamento no artigo 487,I, do Código de Processo Civil, resolvo o mérito, julgando procedente o pedido formulado na inicial para o fim de:
a) Declarar a inexistência da relação jurídica impugnada
b) Condenar o requerido ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 8.000,00(oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir do arbitramento, cujo montante deve ser abatido quanto aos valores depositados indevidamente na conta do autor.
Proceder a devolução dos valores descontados indevidamente, com juros de mora de 1% ao mês a contar da citação e correção monetária a partir do desembolso.A devolução há de ser feita de forma simples.
Esclareço que a presente sentença não ´ilíquida, uma vez que basta a simples realização de cálculos aritméticos para a apuração do quantum debeatur.
Confirmo os efeitos da antecipação da tutela.
Em havendo recurso, intime-se a parte contrária para contrarrazões.
Em sendo recurso da parte requerida, esta deverá recolher as custas. Já a autora ficará isenta em virtude de ser beneficária da gratuidade processual.
Decorrido o prazo da sentença ou do trânsito do acórdão, começará automaticamente o prazo de 15 dias para pagamento voluntário da condenação, sob pena de incidência de multa de 10%.
Transcorrido o termo legal sem prova do pagamento e desde que haja manifestação do exequente, tornem-me os autos conclusos.
Na mesma senda, decorrido o prazo para pagamento voluntário e não havendo manifestação do exequente, arquive-se.
Para espancar qualquer dúvida, a presente serve de intimação tanto para o manejo de eventual recurso quanto para cumprimento voluntário da obrigação
Destaco, outrossim, que é possível a incidência da multa sem que haja nova manifestação, desde que a sentença, como a presente, contenha as advertências legais. Nesse sentido, já decidiu nossa E. Turma Recursal:
CIVIL E PROCESSO CIVIL. SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. MULTA DO ART. 475-J, CPC/73. ATUAL 523, §1º, CPC/15. INTIMAÇÃO POSTERIOR AO TRÂNSITO EM JULGADO. DESNECESSIDADE. Havendo intimação legal acerca da sentença a qual contém advertência dos efeitos do seu descumprimento, é desnecessária nova intimação para cumprimento do comando judicial, passando a incidir automaticamente multa de 10%, caso o devedor não efetue o pagamento da dívida no prazo de 15 dias do trânsito em julgado. (RECURSO INOMINADO 7000581-18.2016.822.0010, Rel. Juiz Jorge Luiz dos S. Leal, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: Turma Recursal - Porto Velho, julgado em 24/08/2017.)
Sem custas e honorários
Nova Brasilândia do Oeste RO quarta-feira, 1 de maio de 2019
Denise Pipino Figueiredo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO Processo n.: 7000673-92.2018.8.22.0020
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto:Indenização por Dano Material, Fornecimento de Energia Elétrica, Obrigação de Fazer / Não Fazer
REQUERENTE: AMANTINO ANASTACIO DE SOUZA, LINHA 118, KM 16, LADO NORTE ZONA RURAL - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JAKSON JUNIOR SERAFIM CAETANO OAB nº RO6956
EDSON VIEIRA DOS SANTOS OAB nº RO4373
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, AV. 13 DE MAIO CENTRO - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB nº RO5462, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA OAB nº MG87318, DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB nº MS6835
Despacho
Incabíveis honorários no cumprimento de sentença, mesmo quando o executado manejou na se de conhecimento recurso, porquanto para esta medida em específico a lei já prevê a incidência nos casos de improvimento. Incide apenas a multa de 10% quando não há o cumprimento voluntário do cumprimento de sentença.

As causas que tramitam no primeiro grau de jurisdição, estão regidas pelo artigo 55, o qual é expresso ao afirmar que n]ão haverá honrários nas sentenças de primeiro grau, somente em casos excepcionais, que não é o presente.
Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 1 de maio de 2019.
Denise Pipino Figueiredo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO 7000745-45.2019.8.22.0020
Cumprimento de sentençaHonorários Advocatícios, Correção Monetária
EXEQUENTE:JOSELEONIDASMOREIRADESOUZAADVOGADO DO EXEQUENTE: LIGIA VERONICA MARMITT OAB nº RO4195
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DESPACHO
Altere-se a classe processual.
1.Intime-se a executada na forma do art. 535 do Novo Código de processo Civil, para, querendo, impugnar a execução, no prazo de 30 (trinta) dias.
2.Arbitro, nesta fase, em 10% (dez por cento) os honorários advocatícios.
3.Especificamente acerca dos honorários devidos em execução, faço contar que, conforme recente decisão do STJ (AREsp 630.235-RS) e STF (RE 501.340 e RE 472.194), restou sedimentado que nas execuções contra a Fazenda Pública, são devidos os honorários nos seguintes termos: a) se o pagamento for por precatório, somente são devidos os honorários dessa fase se houver impugnação e esta for rejeitada; b) se o pagamento for por RPV, são devidos os honorários dessa fase independentemente de impugnação c) Exceção: a Fazenda Pública não terá que pagar honorários advocatícios caso tenha sido adotada a chamada “execução invertida.
4.Decorrido o prazo sem impugnação aos cálculos, certifique-se nos autos e intime-se o exequente para atualização do débito, incluindo-se o valor dos honorários sucumbenciais desta fase, se houver. Após, expeça-se RPV/Precatório, conforme o caso. Havendo pagamento, expeça-se o competente alvará judicial em nome da parte e/ou advogado, se instrumento de procuração autorizar, para levantamento dos valores (em caso de execução invertida, indevido os honorários da fase de execução).
5.Havendo impugnação, intime-se o exequente para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias. Se concordar com os cálculos do INSS, conclusos para homologação e consequentemente expedição de requisições de pagamento. Se não concordar, vistas dos autos a contadoria do Juízo para realização da conta. Vindo da contadoria, vistas as partes para manifestação em 05 (cinco) dias e conclusos.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO E OFÍCIO.
Intime-se. Cumpra-se.
Nova Brasilândia do OesteROquarta-feira, 1 de maio de 2019
Denise Pipino Figueiredo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO Processo: 7000735-98.2019.8.22.0020
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Assunto: Alienação Fiduciária
AUTOR: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
ADVOGADO DO AUTOR: ANTONIO BRAZ DA SILVA OAB nº AC6557
RÉU: VALDIVINO FABRICIO SIQUEIRA
ADVOGADO DO RÉU:
Decisão
1. Se as custas não forme recolhidas, a parte autora deverá fazê-lo em 48 horas.
Trata-se de Ação de Busca e Apreensão com pedido de liminar.
O requerente anexou o contrato de alienação fiduciária, demonstrou o cumprimento dos requisitos para a concessão da liminar
Portanto, defiro liminarmente a busca e apreensão do veículo descrito na inicial
Expeça-se mandado de busca e apreensão, depositando-se o bem, com o requerente, ou quem ele venha a indicar, mediante o compromisso.
Deverá constar no mandado, que 5 (cinco) dias após executada a liminar e intimado o réu, acaso não haja pagamento, consolidar-se-á a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário, ficando as às repartições competentes, autorizadas a expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou terceiro por ele indicado, livre de ônus da propriedade fiduciária (§ 1º, do art. 3º, Decreto-lei 911/69).
No mesmo prazo supra (5 dias), poderá o devedor fiduciante pagar a integralidade da dívida pendente, conforme valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus.
01. Cite-se a devedora fiduciante que poderá apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias.
02. Se houver a apreensão do bem, os autos deverão vir conclusos para a retirada da restrição, conforme o disposto no art. 3º, § 9º do Dec. Lei 911/69.
03. Se o bem alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, fica facultado ao credor, requerer, nestes autos, a conversão do pedido de busca e apreensão, em ação executiva(art. 4º, do Decreto-Lei n. 911/69).
Fica a parte autora advertida de que sendo julgada improcedente a presente ação, e tendo ocorrido alienação do bem descrito na inicial, o autor será condenado ao pagamento de multa, em favor do devedor fiduciante, equivalente a 50% do valor originalmente financiado, devidamente atualizado, conforme disposição do Art. 3º, §6º, do Decreto-Lei nº 911.
Cumpra-se.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO/ PRECATÓRIA/OFÍCIO.
RÉU: VALDIVINO FABRICIO SIQUEIRA, AVENIDA FORTALEZA 2757 SETOR 14 - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D’OESTE - RONDÔNIA
Porto Velho/RO, 1 de maio de 2019 .
Denise Pipino Figueiredo
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO 7000746-30.2019.8.22.0020
ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias
IMPETRANTE: LOURIVAL DA SILVA LOPES CPF nº 479.300.202-15, LINHA 164, KM 04, LADO NORTE 00 ZONA RURAL - 76956-000 - NOVO HORIZONTE DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO IMPETRANTE: ADRIANA BEZERRA DOS SANTOS OAB nº RO5822
IMPETRADOS: ESTADO DE RONDÔNIA CNPJ nº 00.394.585/0001-71, RUA DOM PEDRO II s/n CENTRO - 76801-066 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, RENATO FURLAN CPF nº DESCONHECIDO, AVENIDA LUIZ MAZIERO 4060 JARDIM AMÉRICA - 76980-723 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS IMPETRADOS: PROCURADORIA GERAL

DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Considerando a petição em que a parte autora requer a desistência da ação, DECLARO EXTINTO o processo supra referido, nos termos do artigo 485, inciso VIII do Código de Processo Civil.
Sem custas, conforme o disposto no art. 8º, III da Lei Estadual nº 3.896/2016.
P.R.I.
A sentença transita em julgado nesta data ante a preclusão lógica.
Arquive-se imediatamente.
Nova Brasilândia do Oeste 1 de maio de 2019
Denise Pipino Figueiredo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO Processo nº: 7000706-48.2019.8.22.0020
Classe: Divórcio Litigioso
REQUERENTE: R. P. D. C.
ADVOGADO DO REQUERENTE: LIGIA VERONICA MARMITT OAB nº RO4195
REQUERIDO: A. M. D. O.
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DESPACHO
Vistos e examinados.
Registre em segredo de justiça.
Indefiro a gratuidade processual, faculto o recolhimento das custas em até 4 parcelas iguais e consecutivas.
Presente os requisitos legais, ante o risco de dilapidação do patrimônio, defiro a titela de urgência a fim de promover o sequestro dos bens objeto de litígio, restringindo-lhes a alienação ou qualquer outro ato que importe em alteração da propriedade/posse.
Oficie-se ao DETRAN e IDARON a fim de que faça is bloqueios pertinnetes juntos aos veículos e semoventes registrados em nome do casal, servindo a presente como ofício. A autora deverá promover a entrega dos ofícios junto aos referidos órgaos, comprovando a entrega em até cinco dias
Por oportuno, determino a realização de audiência de conciliação, devendo a escrivania designar a data da audiência, conforme disponibilidade da Cejusc.
Cite-se a parte requerida para contestar, em 15 (quinze) dias, ficando ciente de que, não sendo contestada a ação, será decretada a revelia e serão presumidas como verdadeiras as alegações da parte autora, conforme as advertências do artigo 344 do CPC/2015.
Consigne-se, no ato de citação, as advertências dos artigos 341 e 344, do CPC/2015.
Apresentada a contestação, intime-se a parte requerente para manifestação em réplica, no prazo de 15 (quinze) dias.
Após, intimem-se ambas as partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando a pertinência e necessidade de produção, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 357 do CPC/2015).
Acaso desejem a produção de prova oral, no mesmo prazo apresentem o rol de testemunhas e observando a limitação do § 6º do artigo retro mencionado, mesmo que venham independente de intimação, sob pena de não serem admitidas (§ 4º do mesmo artigo).
Deverão, inclusive, observar o regramento do art. 455 do CPC/2015, se aplicável.
Havendo pleito de provas, voltem conclusos para saneamento e organização do processo. Do contrário, nada havendo a ser produzido como prova, venham os autos conclusos.
Em caso de não apresentação da contestação, na forma do art. 344 do CPC/2015, desde logo fica reconhecida a revelia da parte requerida e com os efeitos que lhe são inerentes, ressalvadas as hipóteses trazidas no art. 345 do mesmo Codex.
Em seguida, venham conclusos.
Até esta fase processual, deverá proceder com as intimações e remessas determinadas independente de conclusão dos autos, salvo se houver algum pedido das partes nesse sentido ou ocorrer outra situação não abarcada acima.
Cite-se e intime-se a parte requerida. SERVE ESTE DESPACHO COMO MANDADO/PRECATÓRIA.
Denise Pipino Figueiredo
Juiz de Direito
Autos n. : 7000569-03.2018.8.22.0020
Classe/Assunto: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Promovente : MAXWUEL CAETANO RIBEIRO
Advogado do(a) REQUERENTE: JAKSON JUNIOR SERAFIM CAETANO - RO6956
Promovido : Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Parte(s) a ser(em) Intimada(s):
MAXWUEL CAETANO RIBEIRO
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte favorecida para providenciar o resgate do alvará expedido. Bem como efetuado o levantamento, juntar o comprovante nos autos e desde já manifestar-se quanto a eventuais pendências ainda existentes.
Autos n. : 7002012-23.2017.8.22.0020
Classe/Assunto: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Promovente : FRANCISCO DE OLIVEIRA GOMES
Advogados do(a) EXEQUENTE: EDSON VIEIRA DOS SANTOS - RO4373, JAKSON JUNIOR SERAFIM CAETANO - RO6956
Promovido : Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogado do(a) EXECUTADO: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318
Parte(s) a ser(em) Intimada(s):
FRANCISCO DE OLIVEIRA GOMES
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte favorecida para providenciar o resgate do alvará expedido. Bem como efetuado o levantamento, juntar o comprovante nos autos e desde já manifestar-se quanto a eventuais pendências ainda existentes.
Autos n. : 7001489-74.2018.8.22.0020
Classe/Assunto: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Promovente : JULIANA PATRICIA GOUVEA e outros
Advogado do(a) REQUERENTE: ADRIANA BEZERRA DOS SANTOS - RO5822
Advogado do(a) REQUERENTE: ADRIANA BEZERRA DOS SANTOS - RO5822
Promovido : AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884
Parte(s) a ser(em) Intimada(s):
JULIANA PATRICIA GOUVEA e outros
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte favorecida para providenciar o resgate do alvará expedido. Bem como efetuado o levantamento, juntar o comprovante nos autos e desde já manifestar-se quanto a eventuais pendências ainda existentes.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO Processo n.: 7000764-51.2019.8.22.0020
Classe: Procedimento Comum
Valor da Causa:R$22.141,00
Última distribuição:30/04/2019
Autor: REINALDO BERGER CPF nº 189.914.677-68, RUA JOSE CARLOS BUENO 1882 SETOR 13 - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: KARINA DA SILVA MENEZES MATTOS OAB nº RO7834, RODRIGO DE MATTOS FERRAZ OAB nº RO6958, JOSE JAIR RODRIGUES VALIM OAB nº RO7868

Réu: DAIANA BERGER CPF nº DESCONHECIDO, AVENIDA CASTELO BRANCO 18156, DISTRIBUIDORA PIARARA CENTRO - 76965-868 - CACOAL - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Vistos, etc.
Cuida-se de pedido de busca e apreensão de veículo, no qual o autor alega que a requerida estaria indevidamente retento o bem que lhe pertence
Apesar dos documentos juntados aos autos, penso que há necessidade de justificação prévia para o convencimento do julgador, nos termos do artigo 300, §§ 2º e 3º, do CPC.
Diante do exposto e também aproveitando para os fins previstos no art. 695 do CPC, designo audiência de conciliação e, frustrada, justificação prévia para o dia 07/05/2019 às 11h30min.
Em razão da urgência alegada pela parte autora, deixo de atentar para prazo mínimo estabelecido pela legislação para realização da solenidade retro. Considera-se a parte autora intimada na pessoa de seu advogado, sem necessidade de intimação pessoal.
Cite-se e intime-se a parte ré para que compareça a audiência acima designada, devendo estar acompanhada, querendo, por advogado ou defensor público (art. 695, §4º do CPC), iniciando o prazo para contestar a partir da referida solenidade, caso frustrada a conciliação.
Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório e devem fazê-lo - para plena assistência jurídica - acompanhadas de seus respectivos advogados. A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento (02%) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa.
Servirá a presente, assinada digitalmente e devidamente instruída, MANDADO/CARTA/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO
ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Processo: 7005645-09.2016.8.22.0010
Classe: PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXIGIDAS (45)
AUTOR: ATILA JOSE CIVIDINI
Advogados do(a) AUTOR: CLAUDIA FERRARI - RO8099, JOAO CARLOS DA COSTA - RO1258, DANIEL REDIVO - RO3181
RÉU: ZENAIDE DIAS MEDRADO
Advogado(s) do reclamado: JURACI MARQUES JUNIOR, ANDREIA FERNANDA BARBOSA DE MELLO
Advogados do(a) RÉU: JURACI MARQUES JUNIOR - RO2056, ANDREIA FERNANDA BARBOSA DE MELLO - PR30373
ATO ORDINATÓRIO
Manifeste-se a parte requerida, no prazo de 5 dias úteis, sobre a petição de ID. 26836522.
Nova Brasilândia D'Oeste, 2 de maio de 2019
ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Processo: 7005645-09.2016.8.22.0010
Classe: PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXIGIDAS (45)
AUTOR: ATILA JOSE CIVIDINI
Advogados do(a) AUTOR: CLAUDIA FERRARI - RO8099, JOAO CARLOS DA COSTA - RO1258, DANIEL REDIVO - RO3181
RÉU: ZENAIDE DIAS MEDRADO
Advogado(s) do reclamado: JURACI MARQUES JUNIOR, ANDREIA FERNANDA BARBOSA DE MELLO
Advogados do(a) RÉU: JURACI MARQUES JUNIOR - RO2056, ANDREIA FERNANDA BARBOSA DE MELLO - PR30373
ATO ORDINATÓRIO
Manifeste-se a parte autora, no prazo de 5 dias úteis, sobre a petição de ID. 26836522.
Nova Brasilândia D'Oeste, 2 de maio de 2019

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO Processo n.: 7000006-72.2019.8.22.0020
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto:Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
REQUERENTE: ANTONIO DE ALMEIDA RODRIGUES, LINHA 17, KM 12, SUL. ZONA RURAL - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: SIMONE NEIMOG OAB nº RO8712
LIGIA VERONICA MARMITT OAB nº RO4195
REQUERIDO: BANCO BRADESCO S.A., BANCO BRADESCO S.A., RUA BENEDITO AMÉRICO DE OLIVEIRA, S/N VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ
ADVOGADO DO REQUERIDO: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB nº SP128341
Despacho
Recebo o recurso em seu efeito devolutivo
Subam os autos à Turma Recursal
Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 2 de maio de 2019.
Denise Pipino Figueiredo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO Procedimento Comum
7001955-39.2016.8.22.0020
AUTOR: JOAO LAMPIRADVOGADO DO AUTOR: GABRIEL FELTZ OAB nº RO5656
RÉU: BANCO BMG CONSIGNADOS S/AADVOGADO DO RÉU: FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA OAB nº MG109730
SENTENÇA
Em sede de cumprimento de sentença, aportou aos autos informação do cumprimento da obrigação, referente a condenação do requerido. Deste modo, considerando que houve o adimplemento total do débito, EXTINGO O PROCESSO nos termos do art. 924, inc. II, do Código de Processo Civil.
Sirva a presente de ALVARÁ JUDICIAL, para levantamento junto à Caixa Econômica Federal, do saldo disponível na Agência / Operação / Conta 3577 040 01503746, ID 049357700011901037 em favor de AUTOR: JOAO LAMPIR CPF nº 996.177.817-00 e/ou de seu(ua) procurador(a) ADVOGADO DO AUTOR: GABRIEL FELTZ OAB nº RO5656.
Oportunamente, consigno que nos valores a serem levantados deverão estar inclusos os seus respectivos rendimentos, e não somente as importâncias ali descritas, a fim de evitar que eventual remanescente permaneça em conta judicial vinculada aos autos.
Fica a parte autora intimada para, no prazo de 48 horas dias, informar e/ou comprovar nos autos o levantamento total das quantias apuradas, ou, se for o caso, descrimine eventual remanescente. O seu silêncio importará em quitação.
Após a confirmação do resgate do alvará, e não havendo pendências – arquive-se. Intimem-se.
PRAZO DO ALVARÁ: 30 DIAS CONTADOS DA ASSINATURA DESTA DECISÃO.
Nova Brasilândia do OesteRO 30 de abril de 2019
Denise Pipino Figueiredo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO Processo n.: 7000737-68.2019.8.22.0020

Classe: Procedimento Comum
Assunto:Auxílio-Doença Previdenciário
AUTOR: ANCELMO MACHADO MEIRELIS, LINHA 48 KM 26, ASSENTAMENTO PAULO FREIRE ZONA RURAL - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ELOIR CANDIOTO ROSA OAB nº RO4355
RÉU: I. -. I. N. D. S. S., RUA PRESIDENTE VARGAS 1024, - DE 904/905 A 1075/1076 CENTRO - 76900-038 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DESPACHO
Ante a declaração de insuficiência de recursos para pagamento das despesas processuais, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, mas caso fique comprovado durante a instrução processual que a parte autora possui condições financeiras para arcar com as custas processuais, sem prejuízo de seu sustento próprio, arcará com o pagamento do décuplo das custas e ainda ficará sujeita a multa por litigar de má-fé, sem olvidar-se da responsabilidade criminal por falsear a verdade.
Quanto ao pedido de tutela de urgência, esta resta indeferido, uma vez que não estão preenchidos todos seus requisitos, já que a verba, conforme entendimento recente do STJ, é irrepetível. Logo não há possibilidade de reversão.
Cite-se a requerida para querendo apresentar resposta, bem como as provas que deseja produzir, justificando a pertinência destas sob pena de indeferimento. Após, intime-se a parte autora para querendo apresentar impugnação no prazo legal, oportunidade em que poderá indicar as provas que pretende produzir.
Considerando que a matéria dos autos necessitam de prova pericial, eis que versa sobre invalidez, nomeio como perito judicial o Dra Gizeli Fabiana de Oliveira Lima, CRM 3771, com endereço na Avenida Transcontinental, nº 1196, Sala 310, Bairro Casa Preta, Ji-Paraná-RO, Fone (69) 3423-0216/ 3423-0246/ 99259-1131, que servirá escrupulosamente, independentemente de compromisso (artigo 422 do Código de Processo Civil).
Local de realização da perícia: Fórum Ministro José de Melo e Silva, sito à Rua Príncipe da Beira, 1500, Setor 13, Nova Brasilândia D'Oeste – RO, no dia 14.06.2019 a partir das 12h00min.
Intime-se o perito via e-mail: periciasmedicasemedicinadotraba@gmail.com acerca da nomeação, encaminhando-se os quesitos a serem apresentados pelas partes, bem como informando que o processo estará disponível para consulta (Processo Judicial Eletrônico – PJE) no site www.tjro.jus.br.
Intime-se a parte autora para, querendo, apresentar os quesitos, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, sob pena de preclusão - artigo 465, §1º, III do CPC/2015. Os quesitos do INSS já estão depositados em cartório.
Consigne-se que a parte Requerente deverá comparecer à perícia acima designada, munida de seus documentos e exames que entender pertinente, no afã de corroborar o seu quadro clínico - a fim de viabilizar o diagnóstico do Douto Perito e facilitar a resolução do litígio.
Sendo a perícia realizada concedo prazo de 30 (trinta) dias para que o perito a apresente em juízo o laudo (artigo 465, caput, CPC/2015).
Com a juntada do laudo, intimem-se as partes para se manifestar do laudo pericial e após tornem-me conclusos.
Atento aos parâmetros trazidos, a título de sugestão, pelas Resoluções nº 558/07 e 541/2007 do CJF, bem assim à ausência de maior complexidade da perícia, ao zelo a ser dispensado pelo profissional perito, às diligências que envolvem o ato, ao grau de especialização do perito e ao local de sua realização, aliado, finalmente, à época em que restou editada a citada resolução, ao indispensável critério de proporcionalidade a informar a decisão judicial neste tocante - de maneira a preservar a justa remuneração do trabalho do profissional e evitar, de outra banda, gastos excessivos e desarrazoados ao poder público -, e, finalmente, às relevantes informações prestadas pelo juízo federal de 1ª instância, no que toca à questão orçamentária afeta ao tema, fixo os honorários periciais em R$ 400,00 (quatrocentos reais), a serem pagos na forma das referidas Resoluções, visto ser a parte Requerente beneficiária da assistência judiciária gratuita. Nesse sentido:
[…] Nos casos em que a parte Autora, a quem incumbe o pagamento dos honorários periciais, é beneficiária da justiça gratuita, não se pode exigir que a parte contrária assuma tal despesa, pois o ônus da assistência judiciária gratuita é do Estado. (TRF-5 - AG: 1915420144059999, Relator: Desembargador Federal Geraldo Apoliano, Data de Julgamento: 10/06/2014, Terceira Turma, Data de Publicação: 25/06/2014).
Por oportuno, consigno que, após manifestação das partes acerca do laudo médico, o que deverá ser devidamente certificado, a escrivania deverá encaminhar ofício ao Núcleo Judiciário da Justiça Federal em Porto Velho/RO, solicitando a efetivação do pagamento dos honorários periciais, à luz do expresso nos arts. 3º e 4º da Resolução n. 541/2007 do Conselho de Justiça Federal.
Providenciem-se o necessário.
Fica a parte autora intimada por meio de seu advogado para comparecer na perícia designada.
Serve a presente como mandado de citação/intimação e ofício.
Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 30 de abril de 2019.
Denise Pipino Figueiredo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO 7000430-51.2018.8.22.0020
Procedimento ComumAuxílio-Doença Previdenciário
AUTOR: ADILSON FLORENCOADVOGADO DO AUTOR: GABRIEL FELTZ OAB nº RO5656
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DESPACHO
Expeça-se o competente alvará judicial em nome da parte e/ou advogado, se instrumento de procuração autorizar, para levantamento dos valores.
Pratique-se o necessário.
Nova Brasilândia do OesteROterça-feira, 30 de abril de 2019
Denise Pipino Figueiredo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO 7000242-58.2018.8.22.0020
Procedimento ComumAuxílio-Doença Previdenciário
AUTOR: SILVIO BERNARDO FERREIRAADVOGADO DO AUTOR: GABRIEL FELTZ OAB nº RO5656
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DESPACHO
Expeça-se o competente alvará judicial em nome da parte e/ou advogado, se instrumento de procuração autorizar, para levantamento dos valores.
Pratique-se o necessário.
Nova Brasilândia do OesteROterça-feira, 30 de abril de 2019
Denise Pipino Figueiredo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-

000, Nova Brasilândia do Oeste, RO Processo nº: 7000732-46.2019.8.22.0020
Classe: Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: M. P. D. E. D. R.
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADOS: NADELSON DE CARVALHO, EMERSON CAVALCANTE DE FREITAS
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS:
Sentença
Vistos e examinados.
Verifica-se a ocorrência de litispendência
O presente feito foi distribuído em duplicidade aos autos n. 7000728-09.2019.8.22.0020.
Desse modo, completamente incabível e impraticável o tramitar de ambos os feitos.
I.C.
Posto isso, RECONHEÇO A OCORRÊNCIA DE LITISPENDÊNCIA, razão pela qual, nos termos do artigo 485, V, do CPC/2015, EXTINGUE-SE O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO.
Sem custas.
Sentença transita em julgado nesta data, arquive-se imediatamente
Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 30 de abril de 2019.
Denise Pipino Figueiredo
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO
Cumprimento de sentença
7000587-24.2018.8.22.0020
EXEQUENTE: EDSON VIEIRA DOS SANTOS ADVOGADO DO EXEQUENTE: EDSON VIEIRA DOS SANTOS OAB nº RO4373, SEM ENDEREÇO
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA, AVENIDA MARECHAL RONDON 870 1 andar CENTRO - 76900-082 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
SENTENÇA
Satisfeita a obrigação, extingo o processo nos termos do art. 924, inc. II c/c art. 925, do CPC/2015.
P.R.I.
Oportunamente, arquivem-se.
Nova Brasilândia do Oeste RO 30 de abril de 2019
Denise Pipino Figueiredo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO 7002961-81.2016.8.22.0020
Procedimento Comum Aposentadoria por Invalidez, Auxílio-Doença Previdenciário, Honorários Advocatícios
AUTOR: JUAREZ MARTINS DA SILVA ADVOGADO DO AUTOR: LIGIA VERONICA MARMITT OAB nº RO4195
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Ante a informação do recebimento do débito, declaro extinto o processo com lastro no art. 924, inciso II, do Novo Código de Processo Civil.
Sem Custas.
Ante a preclusão lógica, a presente sentença transita em julgado nesta data, feitas as intimações de praxe e cumpridos os atos ordinários, arquive-se imediatamente.
P. R. I. Cumpra-se.
Nova Brasilândia do Oeste RO terça-feira, 30 de abril de 2019
Denise Pipino Figueiredo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO 7000241-73.2018.8.22.0020
Cumprimento de sentença Causas Supervenientes à Sentença
EXEQUENTE: CLAUDINEI APARECIDO WANDERLEI DA SILVA ADVOGADO DO EXEQUENTE: GABRIEL FELTZ OAB nº RO5656
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Ante a informação do recebimento do débito, declaro extinto o processo com lastro no art. 924, inciso II, do Novo Código de Processo Civil.
Sem Custas.
Ante a preclusão lógica, a presente sentença transita em julgado nesta data, feitas as intimações de praxe e cumpridos os atos ordinários, arquive-se imediatamente.
P. R. I. Cumpra-se.
Nova Brasilândia do Oeste RO terça-feira, 30 de abril de 2019
Denise Pipino Figueiredo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO
Cumprimento de sentença
7002927-09.2016.8.22.0020
EXEQUENTE: LUIZ CARLOS RODRIGUES RAMOS ADVOGADO DO EXEQUENTE: LIGIA VERONICA MARMITT OAB nº RO4195, SEM ENDEREÇO
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA, SEM ENDEREÇO
SENTENÇA
Satisfeita a obrigação, extingo o processo nos termos do art. 924, inc. II c/c art. 925, do CPC/2015.
P.R.I.
Oportunamente, arquivem-se.
Nova Brasilândia do Oeste RO 30 de abril de 2019
Denise Pipino Figueiredo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO
Procedimento Comum
7000088-74.2017.8.22.0020
AUTOR: VALDIR MOREIRA DO PRADO ADVOGADO DO AUTOR: GABRIEL FELTZ OAB nº RO5656, SEM ENDEREÇO
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA, SEM ENDEREÇO
SENTENÇA
Satisfeita a obrigação, extingo o processo nos termos do art. 924, inc. II c/c art. 925, do CPC/2015.
P.R.I.
Oportunamente, arquivem-se.
Nova Brasilândia do Oeste RO 30 de abril de 2019
Denise Pipino Figueiredo
Autos n. : 7000924-47.2017.8.22.0020
Classe/Assunto: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Promovente : HENRIQUE FERREIRA DA SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: TIAGO SCHULTZ DE MORAIS

- RO6951
Promovido : ROSIEL GOMES
Advogado do(a) REQUERIDO: ARISTIDES GONCALVES JUNIOR - RO4303
Parte(s) a ser(em) Intimada(s):
HENRIQUE FERREIRA DA SILVA
ROSIEL GOMES
Finalidade: INTIMAÇÃO das partes do retorno dos autos da Turma Recursal, para no prazo de 05 dias manifestarem quanto ao prosseguimento do feito.
Autos n. : 7001068-84.2018.8.22.0020
Classe/Assunto: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Promovente : MANOEL LUIZ DA SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: TIAGO DOS SANTOS DE LIMA - RO7199
Promovido : Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogados do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318
Parte(s) a ser(em) Intimada(s):
MANOEL LUIZ DA SILVA
Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Finalidade: INTIMAÇÃO das partes do retorno dos autos da Turma Recursal, para no prazo de 05 dias manifestarem quanto ao prosseguimento do feito.
Autos n. : 7001696-10.2017.8.22.0020
Classe/Assunto: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Promovente : LUIZA IRACEMA DA CONCEICAO SILVINO
Advogado do(a) EXEQUENTE: EDSON VIEIRA DOS SANTOS - RO4373
Promovido : Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogados do(a) EXECUTADO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318
Parte(s) a ser(em) Intimada(s):
LUIZA IRACEMA DA CONCEICAO SILVINO
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte favorecida para providenciar o resgate do alvará expedido. Bem como efetuado o levantamento, juntar o comprovante nos autos e desde já manifestar-se quanto a eventuais pendências ainda existentes.
Autos n. : 7000975-24.2018.8.22.0020
Classe/Assunto: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Promovente : IEDA DE OLIVEIRA CARLOS
Advogado do(a) REQUERENTE: LIGIA VERONICA MARMITT - RO4195
Promovido : Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogado do(a) REQUERIDO: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318
Parte(s) a ser(em) Intimada(s):
IEDA DE OLIVEIRA CARLOS
Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Finalidade: INTIMAÇÃO das partes do retorno dos autos da Turma Recursal, para no prazo de 05 dias manifestarem quanto ao prosseguimento do feito.
ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Processo: 7003441-59.2016.8.22.0020
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: JOSE TEIXEIRA DE MIRANDA
Advogado do(a) AUTOR: LIGIA VERONICA MARMITT - RO4195
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ATO ORDINATÓRIO
Fica a parte autora via seu advogado intimada a manifestar-se quanto aos cálculos apresentados pela contadoria judicial (id 26036644; 26038933).
Nova Brasilândia D'Oeste, 30 de abril de 2019
Autos n. : 7001690-03.2017.8.22.0020
Classe/Assunto: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Promovente : EZEQUIEL DOMINGOS DE CARVALHO
Advogado do(a) REQUERENTE: EDSON VIEIRA DOS SANTOS - RO4373
Promovido : Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogado do(a) REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462
Parte(s) a ser(em) Intimada(s):
EZEQUIEL DOMINGOS DE CARVALHO
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte favorecida para providenciar o resgate do alvará expedido. Bem como efetuado o levantamento, juntar o comprovante nos autos e desde já manifestar-se quanto a eventuais pendências ainda existentes.
ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Processo: 7000212-86.2019.8.22.0020
Classe: MONITÓRIA (40)
AUTOR: AMARILDO BARBOSA DE ARAUJO SILVA
Advogados do(a) AUTOR: DIEGO HENRIQUE NEVES ROSA - RO8483, LUCIARA BUENO SEMAN - RO7833
RÉU: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
ATO ORDINATÓRIO
Fica a parte autora, através de seu advogado, intimada a manifestar-se nos autos, tendo em vista a inércia da parte requerida.
Nova Brasilândia D'Oeste, 30 de abril de 2019
ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Processo: 7000024-93.2019.8.22.0020
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: JENISON ALVES PORTO
Advogado do(a) AUTOR: JONATAS DA SILVA ALVES - RO6882
RÉU: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado(s) do reclamado: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES
Advogado do(a) RÉU: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - RO5369
ATO ORDINATÓRIO
Fica a parte autora, através de seu advogado, intimada da contestação, bem como, caso queira, no prazo legal apresente impugnação.
Nova Brasilândia D'Oeste, 30 de abril de 2019
ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Processo: 7001355-47.2018.8.22.0020
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: WILSON HONORATO DA SILVA
Advogados do(a) AUTOR: EDSON VIEIRA DOS SANTOS - RO4373, JAKSON JUNIOR SERAFIM CAETANO - RO6956
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ATO ORDINATÓRIO
Fica a parte autora, através de seu advogado, intimada do recurso interposto, bem como, caso queira, no prazo legal apresente contrarrazões.
Nova Brasilândia D'Oeste, 30 de abril de 2019
ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Processo: 7000167-82.2019.8.22.0020
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: LUIZ CARLOS CUNHA
Advogados do(a) AUTOR: EDSON VIEIRA DOS SANTOS - RO4373, JAKSON JUNIOR SERAFIM CAETANO - RO6956
RÉU: EUCATUR-EMPRESA UNIAO CASCAVEL DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA
ATO ORDINATÓRIO
Fica a parte autora, através de seu advogado, intimada a manifestar-se nos autos, tendo em vista a inércia da parte requerida.
Nova Brasilândia D'Oeste, 30 de abril de 2019
ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Processo: 7002611-59.2017.8.22.0020
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: SIMONE ALONSO DOS SANTOS
Advogados do(a) AUTOR: ANDREIA FERNANDA BARBOSA DE MELLO - PR30373, JURACI MARQUES JUNIOR - RO2056
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ATO ORDINATÓRIO
Fica a parte autora via seu advogado intimada a manifestar-se quanto a certidão da contadoria judicial (id 26021638), devendo requerer o que entender de direito no prazo de 05 (cinco) dias.
Nova Brasilândia D'Oeste, 30 de abril de 2019
ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Processo: 7000701-60.2018.8.22.0020
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: JOSIEL PAULINO DE SOUZA
Advogado do(a) AUTOR: LIGIA VERONICA MARMITT - RO4195
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ATO ORDINATÓRIO
Fica a parte autora via seu advogado intimada quanto certidão da contadoria judicial (id 26050927), devendo requerer o que entender de direito no prazo de 05 (cinco) dias.
Nova Brasilândia D'Oeste, 30 de abril de 2019

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO 7003161-88.2016.8.22.0020
Procedimento Comum Aposentadoria por Invalidez, Auxílio-Doença Previdenciário
AUTOR: ISMAEL RIBEIRO GUIMARAES ADVOGADO DO AUTOR: ANDREIA FERNANDA BARBOSA DE MELLO OAB nº PR30373
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Ante a informação do recebimento do débito, declaro extinto o processo com lastro no art. 924, inciso II, do Novo Código de Processo Civil.
Sem Custas.
Ante a preclusão lógica, a presente sentença transita em julgado nesta data, feitas as intimações de praxe e cumpridos os atos ordinários, arquive-se imediatamente.
P. R. I. Cumpra-se.
Nova Brasilândia do Oeste RO terça-feira, 30 de abril de 2019
Denise Pipino Figueiredo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO 7002661-85.2017.8.22.0020
Procedimento Comum Aposentadoria por Invalidez, Auxílio-Acidente (Art. 86), Aposentadoria por Invalidez Acidentária
AUTOR: ADELMO GIBERTI ADVOGADO DO AUTOR: AGNALDO JOSE DOS ANJOS OAB nº RO6314
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
I - RELATÓRIO.
ADELMO GIBERTI, qualificado na inicial, ajuíza ação previdenciária, em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS, ali igualmente qualificado, aduzindo, em síntese, que é segurado especial. Enfatiza que sofreu um acidente de trabalho, tendo requerido junto ao INSS o benefício de auxílio-doença, o qual fora concedido.
Destaca que o benefício fora concedido até o dia 18/10/2017, quando foi submetido a perícia médica realizada por profissional do Instituto Réu, ocasião em que, embora tenha constatado a existência de sequela definitiva, condição que "reduz" a capacidade para o trabalho ou "impossibilita" o desempenho da atividade exercida a época do acidente, foi concedido o auxílio-acidente. Relata que esta totalmente incapaz para qualquer atividade laborativa.
Ao final pugna pela concessão de AJG e tutela antecipada, bem como julgado procedente o pedido de conversão do benefício de auxílio acidente em aposentadoria por invalidez.
Com a inicial junta mandato e documentos.
Os pedidos de assistência judiciária gratuita e tutela antecipada foram indeferidos.
Citado, o INSS não apresentou contestação.
Laudo pericial acostado nos autos.
Intimados, apenas requerente apresentou manifestação sobre laudo pericial.
É o relatório. Decido.
II – FUNDAMENTAÇÃO.
Trata-se de ação previdenciária ajuizada por Adelmo Giberti em desfavor do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, postulando a conversão do auxílio-acidente em aposentadoria por invalidez, sob o argumento de que se encontra incapacitado para o exercício de sua atividade laboral.
O processo comporta julgamento antecipado da lide, haja vista que depende da análise de prova documental e pericial, já nos autos, conforme preceitua o artigo 355, incisos I, do Código de Processo Civil.
Não há preliminares a serem apreciadas.
No mérito, cumpre dizer que a qualidade de segurado e a carência mínima exigida para concessão do benefício postulado restaram configuradas nos autos, a teor dos arts. 42 e 59, ambos da Lei nº 8.213/91.
A qualidade de segurado especial junto a Previdência está evidenciada, posto que o próprio INSS reconheceu administrativamente a qualidade de segurado do requerente, ao conceder o benefício de auxílio-doença ao requerente, pelo período de 04.11.2016 à 18.10.2017, bem como sua conversão em auxílio-acidente a partir da data de 19.10.2017, conforme documento no Id 18760863.
Impende dizer que, caso a parte requerente não fosse, realmente, contribuinte, em momento algum a Instituição requerida teria concedido o benefício supracitado. Ademais, é importante destacar que o INSS não apresentou qualquer irresignação neste tocante.
Assim sendo, considero que a qualidade de segurado da parte requerente está demonstrado. Resta, pois, averiguar a existência de incapacidade laboral que justifique a concessão dos benefícios de auxílio-doença e a sua conversão em aposentadoria por invalidez.
Com efeito, se é certo que à aposentadoria por invalidez e ao auxílio-

doença (arts. 42 e 59 da Lei 8.213/91) são comuns os requisitos de carência e qualidade de segurado, a nota distintiva entre eles é estabelecida pelo grau e duração da incapacidade afirmada pelo perito, sem embargo de que quando aquelas se combinarem, é dizer, a inaptidão laboral for parcial/definitiva ou total/temporária, o dado definidor da espécie do amparo advirá da possibilidade ou não da reabilitação do trabalhador, conforme a inteligência que se extrai do artigo 62 da Lei de Benefícios.

Desta feita, resta, pois, averiguar a existência de incapacidade laboral que justifique a conversão do auxilio acidente em aposentadoria por invalidez.

Na perícia oficial (id 23195328), o Expert relatou que a parte autora possui sequelas de fratura de coluna vertebral CID10 T91.1 e transtornos dos discos intervertebrais cervicais CID10 M50.1, lesões estas decorrentes de um acidente ocorrido no dia 02.09.2016, no qual o autor sofreu fratura na coluna cervical, lombar, costelas, bacia e nariz, sendo submetido a tratamento cirúrgico e conservador. O médico perito, declarou que no ato da pericia medica ficou constatado no exame físico que o periciando apresenta déficit para membro superior direito com perda de movimentos e força muscular, e atrofia em mãos, em membro inferior direito com diminuição de força muscular e dos e movimentos ativos, com instabilidade na deambulação. Concluindo que o periciando apresenta incapacidade total e permanente para realizar qualquer tipo de atividades laborativas desde junho de 2017.

Pois bem, o perito oficial confirmou a existência da lesão, e que o atual estado de saúde da parte requerente a torna incapaz para sua atividade profissional, bem como que a incapacidade é insuscetível de recuperação, não existindo a possibilidade de reabilitação. Assim, faz-se necessário concluir que o quadro clínico do(a) requerente não é susceptível de recuperação para a atividade profissional por este desenvolvida, restando comprovado que a parte requerente está incapacitado permanentemente para o trabalho.

Considerando que no laudo pericial ficou anotado que a consolidação das lesões incapacitantes se deu em junho de 2017, nesta data o autor faria jus ao benefício de aposentadoria por invalidez, e não o auxílio-acidente, no entanto, considerando que não houve prévio requerimento administrativo a partir da data da incapacidade do autor, o benefício de aposentadoria por invalidez pleiteado em juízo, conforme entendimento jurisprudencial, somente é devido a partir da data da juntada do laudo pericial em juízo.

Ademais, vale salientar que o INSS não se manifestou do laudo pericial, nada contestando acerca dos quesitos respondidos pelo perito.

De tal sorte, louvando-me em tais informação, bem como no fato de o Requerente estar atualmente com 51 (cinquenta e um) anos de idade – conforme documento de id 15290899, faz-se necessário concluir que este não conseguiria reabilitar-se em outra atividade laboral, sendo imperioso afirmar que a parte Requerente está incapacitado permanentemente para o trabalho, conforme resposta ao quesito 11.

Desta feita, não havendo controvérsia quanto a qualidade de segurado do Requerente, nem quanto ao preenchimento da carência necessária, muito menos sobre a incapacidade definitiva tenho como atendidos todos os requisitos necessários para a conversão do auxílio doença em aposentadoria por invalidez (artigos 42 e 59 da Lei n.º 8.213/91).

A conversão, nos termos do art. 62 da Lei n. 8.213/91, deverá ocorrer a partir da juntada do depósito – protocolo judicial (Id 23195328) – do exame pericial, que no caso ocorreu em 26.11.2018 . Conforme jurisprudência do STJ e do TRF/1.

No que pertine ao valor do benefício, aplica-se ao caso em tela o artigo 29, § 5º, da Lei n.º 8.213/91, que assim dispõe:

Art. 29. (...) § 5º Se, no período básico de cálculo, o segurado tiver recebido benefícios por incapacidade, sua duração será contada, considerando-se como salário-de-contribuição, no período, o salário-de-benefício que serviu de base para o cálculo da renda mensal, reajustado nas mesmas épocas e bases dos benefícios em geral, não podendo ser inferior ao valor de 1 (um) salário mínimo.

Deflui, do referido dispositivo, que o salário-de-benefício que serve de base para o cálculo da renda mensal inicial do auxílio-doença, devidamente reajustado, deve ser considerado como salário-de-contribuição, para a aposentadoria por invalidez.

No caso vertente, entendo que o mesmo deve ser correspondente a 100% (cem por cento) do salário-de-contribuição, com fulcro no art. 44 da Lei 8.213/91, observado o disposto na Seção III, principalmente no art. 33 da lei em comento.

III- DISPOSITIVO.

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE os pedidos iniciais da ação proposta por ADELMO GIBERTI para CONDENAR o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL a: 1) REALIZAR a conversão do benefício de auxílio acidente em aposentadoria por invalidez, com início de pagamento deferido para a data da juntada do laudo pericial em juízo, a saber, 26.11.2018 (Id 23195328), no valor da renda mensal do salário-de-contribuição, inclusive 13º salário.

Por conseguinte, RESOLVO O PROCESSO COM EXAME DO MÉRITO, na forma do artigo 487, inciso I, do CPC.

No mais, em atenção ao Ofício Circular n. 017/2012/GB/PR, a fim de atender o contido na Recomendação Conjunta n. 04, de 17/05/12, do Conselho Nacional de Justiça, cito as seguintes informações para a implantação do benefício:

Nome do Segurado: Adelmo Giberti;

Conversão do Benefício de Auxílio Acidente em Aposentadoria por invalidez: a partir de 26.11.2018 (Id 23195328);

Quanto à correção monetária, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar as ADIs 4.357 e 4.425, declarou a inconstitucionalidade da correção monetária pela TR apenas quanto ao segundo período, isto é, quanto ao intervalo de tempo compreendido entre a inscrição do crédito em precatório e o efetivo pagamento. No que concerne a correção anterior a inscrição do precatório, a questão ainda estava pendente de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (RE 870947 RG/SE). No dia 20/09/2017, ao concluir o julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 870947, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria dos ministros, seguiu o voto do relator, ministro Luiz Fux, segundo o qual foi afastado o uso da Taxa Referencial (TR) como índice de correção monetária dos débitos judiciais da Fazenda Pública, mesmo no período da dívida anterior à expedição do precatório. Em seu lugar, o índice de correção monetária adotado foi o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), considerado mais adequado para recompor a perda de poder de compra. Desse modo, no sentido de cumprir com a decisão do STF, determino sejam os cálculos realizados de acordo com os parâmetros utilizados no site: https://www.jfrs.jus.br/projefweb/ (Correção monetária - Diversos II => [...BTN - INPC (03/91) - UFIR (01/92) - IPCA-E (01/00)], tendo em vista que o programa está de acordo a decisão citada quanto a correção monetária (IPCA-E) ou site https://www.jfrs.jus.br/jusprev2/ (Diversos III => [...BTN – INPC (03/91) - UFIR (01/92) – IPCA-E (01/00) - TR(07/09) – IPCA-E (26/03/15)] * desde que a parcela inicial seja a partir de 26.03.2015, considerando que antes dessa data o programa utiliza a TR entre outras.

Os juros de mora, por sua vez, são devidos no percentual de 1% (um por cento) ao mês, a contar da citação - (Súmula n. 204/STJ), até o advento da Lei n. 11.960/2009, a partir de quando incidirão à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês – ou outro índice de juros remuneratórios das cadernetas de poupança que eventualmente venha a ser estabelecido –, até a apuração definitiva dos cálculos de liquidação (TRF da 1ª Região – EDAMS0028664-88.2001.4.01.3800/MG, Rel. Desembargadora Federal Neuza Maria Alves da Silva, Segunda Turma, e-DJF1 p. 26 de 06/05/2010).

Com relação aos honorários advocatícios, entendo que estes devem ser fixados no percentual de 10% (dez por cento) sobre as prestações vencidas até a prolação da sentença, nos termos do enunciado da Súmula n. 111 do STJ. Sem custas a luz do disposto no art. 5º,I da Lei Estadual n. 3.896/2016.

Sem reexame.

Havendo Interposição de recurso de apelação, após cumpridas das formalidades previstas nos §§ 1º e 2º do art. 1.010 do Novo Código

de Processo Civil, DETERMINO remessa dos autos ao Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região com as homenagens deste Juízo.

Implementação do benefício

O CPC no seu art. 300 estabelece que para concessão da tutela de urgência é necessário a demonstração do perigo da demora e verossimilhança das alegações da parte. No caso dos autos, a autora é portadora de enfermidade que a impede de exercer o seu labor, conforme conclusão do perito judicial. Na mesma senda, os documentos juntados e as testemunhas ouvidas nessa oportunidade apontam que a autora é segurada especial. Logo, preenchidos estão os requisitos da tutela de urgência razão pela qual defiro o pedido a fim de determinar que o INSS implante em 15 dias a contar da intimação da presente, o benefício em favor de 15/08/2018. A PRESENTE SERVE COMO OFÍCIO, COMPETINDO A PARTE AUTORA A ENTREGA DESTES DIRETAMENTE AO INSS, COMPROVANDO NOS AUTOS A RESPECTIVA ENTREGA EM ATÉ CINCO DIAS.

II – DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – REMESSA DOS AUTOS AO INSS PARA ELABORAÇÃO DO CÁLCULO

O juiz deve primar pela celeridade processual, cabendo-lhe a adoção de práticas para atingir este fim. A praxe tem demonstrado que a autarquia não tem cumprido espontaneamente a obrigação de pagar quantia certa de pequeno valor, ensejando a instauração de uma nova fase após a sentença condenatória. Não rasas vezes, o executado discorda dos cálculos apresentados pelo exequente, seguindo a mesma trilha este último. Nestas situação esta magistrada, com intuito de espancar qualquer dúvida e apurar o quantum debeatur, tem se valido do contador judicial. Toda essa marcha processual consome tempo e gastos tornando o processo não só mais longo como também dispendioso. Logo, sendo a atividade jurisdicional eivada da criatividade e sendo poder-dever do magistrado adaptar caminhos para a economia e celeridade processual, esta deve ser a bandeira do

PODER JUDICIÁRIO. Por estas razões, após o trânsito em julgado, encaminhe-se os autos ao INSS para elaboração do cálculo. Com o retorno, vistas ao autor para manifestação, sendo certo que não incidem honorários na fase de cumprimento de sentença em virtude de se tratar de execução invertida

Se houver concordância, expeça-se a RPV ou precatório, conforme o valor da verba. Havendo discordância, deverão desde já apresentar o cálculo em que entendem correto e apontar o erro daquele elaborado pelo contador judicial. Com a juntada da impugnação, vistas a parte contrária para manifestação em 10 (dez) dias. Após, ao contador judicial para esclarecimento e na sequência conclusos. Na hipótese, havendo concordância do INSS acerca dos cálculos elaborados pela contadoria do Juízo ou, havendo apontamento somente acerca de meros erros de cálculos, não serão devidos honorários da fase de execução, pois o direito aos honorários advocatícios na execução decorre da necessidade de remuneração do causídico que atua de forma diligente no sentido de propor a execução com a finalidade de obrigar o ente público a cumprir a obrigação firmada no processo de conhecimento. Assim sendo, somente no caso de o credor der início a execução (com o pedido de citação da Fazenda Pública para opor embargos à execução) é que será cabível a condenação em honorários, hipótese na qual aplica-se o entendimento firmado pelo STF no RE 420.816/PR (REsp 1536555/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/06/2015, DJe 30/06/2015, grifei).

Ademais, a sistemática de pagamento prevista para execução em desfavor da fazenda pública, demanda, naturalmente, expedição de Requisição de Pequeno Valor ou Precatório; o que, por consectário lógico exige elaboração de cálculos e ciência dos litigantes.

Desse modo, sendo a execução iniciada pelo INSS (execução invertida) ou diante da elaboração de cálculos pela contadoria com concordância das partes, não há falar em remuneração do causídico, considerando que somente foram realizadas diligências imprescindíveis para a expedição das requisições de pagamento.

A presente serve como mandado/carta precatória, carta de intimação/ofício.

Nova Brasilândia do Oeste RO terça-feira, 30 de abril de 2019

Denise Pipino Figueiredo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única

Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO 7001192-38.2016.8.22.0020

Procedimento Comum Aposentadoria por Invalidez, Auxílio-Doença Previdenciário

AUTOR: GILMAR AVANGELISTA DA SILVA ADVOGADO DO AUTOR: ANDREIA FERNANDA BARBOSA DE MELLO OAB nº PR30373

RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA

SENTENÇA

Ante a informação do recebimento do débito, declaro extinto o processo com lastro no art. 924, inciso II, do Novo Código de Processo Civil.

Sem Custas.

Ante a preclusão lógica, a presente sentença transita em julgado nesta data, feitas as intimações de praxe e cumpridos os atos ordinários, arquive-se imediatamente.

P. R. I. Cumpra-se.

Nova Brasilândia do Oeste RO terça-feira, 30 de abril de 2019

Denise Pipino Figueiredo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única

Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO Processo n.: 7000793-72.2017.8.22.0020

Classe: Cumprimento de sentença

Assunto:Aposentadoria por Invalidez, Auxílio-Doença Previdenciário

EXEQUENTE: IRENILDA FERREIRA DOS SANTOS KRAMMER, RUA GOIOERÊ 5526 CENTRO - 76956-000 - NOVO HORIZONTE DO OESTE - RONDÔNIA

ADVOGADO DO EXEQUENTE: ADRIANA BEZERRA DOS SANTOS OAB nº RO5822

EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, SEM ENDEREÇO

ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA

Valor da causa:0,00

DECISÃO

1- Trata-se de impugnação ao cumprimento de Sentença na forma do art. 535 do CPC. Intimados, a parte apresentou manifestação concordando com o cálculo apresentado pela Contadoria, por sua vez, o INSS concordou parcialmente, pugnando pela exclusão dos honorários da fase de execução.

2- .Especificamente acerca dos honorários devidos em execução, faço contar que, conforme recente decisão do STJ (AREsp 630.235-RS) e STF (RE 501.340 e RE 472.194), restou sedimentado que nas execuções contra a Fazenda Pública, são devidos os honorários nos seguintes termos: a) se o pagamento for por precatório, somente são devidos os honorários dessa fase se houver impugnação e esta for rejeitada; b) se o pagamento for por RPV, são devidos os honorários dessa fase independentemente de impugnação c) Exceção: a Fazenda Pública não terá que pagar honorários advocatícios caso tenha sido adotada a chamada "execução invertida. Posto isto, entendo que a parte exequente faz jus ao recebimento de honorários nesta fase.

3- Posto isso, HOMOLOGO os cálculos apresentados pela Contadoria e, por conseguinte, determino a expedição de Precatório ou RPVs, conforme o caso.

4- Após o pagamento, expeça-se alvará judicial para levantamento dos valores em nome da parte e/ou advogado, se procuração autorizar. Confirmado o levantamento e não havendo outras pendências, tornem os autos conclusos para extinção.

I.C.

Nova Brasilândia d´Oeste, 30 de abril de 2019.

Denise Pipino Figueiredo

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO 7000532-10.2017.8.22.0020
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: SEBASTIAO RUFINO DA SILVA ADVOGADO DO EXEQUENTE: ANDREIA FERNANDA BARBOSA DE MELLO OAB nº PR30373, JURACI MARQUES JUNIOR OAB nº RO2056
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Ante a informação do recebimento do débito, declaro extinto o processo com lastro no art. 924, inciso II, do Novo Código de Processo Civil.
Sem Custas.
Ante a preclusão lógica, a presente sentença transita em julgado nesta data, feitas as intimações de praxe e cumpridos os atos ordinários, arquive-se imediatamente.
P. R. I. Cumpra-se.
Nova Brasilândia do Oeste RO terça-feira, 30 de abril de 2019
Denise Pipino Figueiredo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO 7004728-19.2018.8.22.0010
Procedimento Comum Aposentadoria por Invalidez, Auxílio-Doença Previdenciário, Restabelecimento, Antecipação de Tutela / Tutela Específica
AUTOR: EDITE VIANA DE SOUZA ADVOGADO DO AUTOR: DILMA DE MELO GODINHO OAB nº RO6059
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
AUTOR: EDITE VIANA DE SOUZA, já qualificadas, ajuizou ação ordinária contra o Instituto Nacional do Seguro Social pleiteando a concessão de auxílio-doença e conversão em aposentadoria por invalidez.
Foi indeferida a gratuidade judiciária, e determinando a citação da autarquia e realização de perícia médica.
Juntada do laudo ID: 24897469.
Intimada acerca do laudo, a requerida apresentou proposta de acordo ID: 25488637.
Intimada a parte autora aceitou a proposta em ID: 26231503.
Deste modo, por estarem presentes os requisitos legais, HOMOLOGO por sentença, o acordo celebrado entre as partes, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.
Por conseguinte, RESOLVO O PROCESSO COM EXAME DO MÉRITO, nos termos do artigo 487, inciso III, do Novo Código de Processo Civil.
Nesse mesmo ato, determino o integral cumprimento do acordo suso citado, devendo, para isso, o Requerido, INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, implantar o benefício, no prazo acordado.
Expeça-se a RPV e, após o pagamento expeça-se alvará para levantamento.
Sem custas (art. 12, I, in fine, da Lei Estadual nº 3.896/2016 c/c art. 90, §3º, CPC).
Consigno, desde já, confirmado a implantação do benefício e o pagamento do retroativo, arquivem-se os autos.
Ante a preclusão lógica, a presente sentença transita em julgado nesta data.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Nova Brasilândia do Oeste RO terça-feira, 30 de abril de 2019
Denise Pipino Figueiredo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO Processo n.: 7000912-96.2018.8.22.0020
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto:Indenização por Dano Moral, Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
REQUERENTE: ESMAEL GONCALVES LOURENCO, RUA CANAÃ, n 1.150, SETOR 14 CENTRO - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ISABELE LOBATO REIS OAB nº RO3216
REQUERIDOS: DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS PIARARA LTDA, AVENIDA CASTELO BRANCO 18156, - DE 16914 A 18206 - LADO PAR INCRA - 76965-868 - CACOAL - RONDÔNIA, MESTRE CUCA ALIMENTOS LTDA - ME, AVENIDA ADALBERTO SIMÃO NADER 69, - ATÉ 345 - LADO ÍMPAR MATA DA PRAIA - 29066-370 - VITÓRIA - ESPÍRITO SANTO
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: CHARLES BACCAN JUNIOR OAB nº SP196702
Despacho
Rejeito os embargos de declaração, proquanto não houve qualquer prejuízo a requerida, sendo incontroverso que o produto vendido continha em seu teor quantidade inferior.
Assim, refazer o ato quando não apresentado prejuízo, já que os efeitos da revelia não acarretam na presunção de veracidade, em especial quanto aos danos morais, desnecessária a feitura do ato.
Intime-se para contrarrazões.
Após, subam os autos a E.Turma Recursal.
Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 30 de abril de 2019.
Denise Pipino Figueiredo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO Processo n.: 7002143-61.2018.8.22.0020
Classe: Procedimento Comum
Assunto:Aposentadoria por Invalidez, Auxílio-Doença Previdenciário, Honorários Advocatícios, Antecipação de Tutela / Tutela Específica, Liminar
AUTOR: FABIO OLIVEIRA DA ROCHA, LINHA 138 KM 13,5 LADO SUL sn ZONA RURAL - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: LIGIA VERONICA MARMITT OAB nº RO4195
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Despacho
Em atenção aos princípios elencados nos artigos 9º e 10 do CPC, oportunizo às partes prazo de 10 dias, para manifestarem-se acerca de eventual auxílio-doença com conversão em auxílio-acidente, considerando o teor do laudo pericial anexo.
Após conclusos.
Int.
Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 30 de abril de 2019.
Denise Pipino Figueiredo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-

000, Nova Brasilândia do Oeste, RO Processo n.: 7000231-63.2017.8.22.0020
Classe: Procedimento Comum
Assunto:Indenização por Dano Moral, Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes, Obrigação de Fazer / Não Fazer
AUTOR: MARCOS VERLY CARDOSO, RUA BARÃO DO RIO BRANCO 3586 SETOR 14 - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
RÉUS: SEGURADORA MAPFRE, AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS 14261, ALA A, 29 ANDAR BROOKLIN PAULISTA - 04578-000 - SÃO PAULO - SÃO PAULO, ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA, AVENIDA SENADOR ROBERTO SIMONSEN 304, - DE 251/252 A 1009/1010 SANTO ANTÔNIO - 09530-401 - SÃO CAETANO DO SUL - SÃO PAULO
ADVOGADOS DOS RÉUS: AILTON ALVES FERNANDES OAB nº DF16854
Despacho
Defiro o requerimento Id. 26530202, neste sentido, oficie-se a CEF para transferência dos valores conforme solicitado.
Intime-se a requerida quanto as custas.
Providencie o necessário.
Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 30 de abril de 2019.
Denise Pipino Figueiredo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO 7001821-41.2018.8.22.0020
Aposentadoria por Invalidez, Auxílio-Doença Previdenciário, Honorários Advocatícios, Antecipação de Tutela / Tutela Específica, Liminar
Procedimento Comum
AUTOR: JOSE REGGIANIADVOGADO DO AUTOR: LIGIA VERONICA MARMITT OAB nº RO4195
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
I – RELATÓRIO
AUTOR: JOSE REGGIANI, qualificada(o) na inicial, ajuíza ação previdenciária, pelo rito ordinário, em desfavor do RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, igualmente qualificada(o), aduzindo, em síntese, que sempre laborou na lida do campo, em regime de economia familiar e adimpliu todos os requisitos para o restabelecimento do auxilio doença e sua conversão em aposentadoria por invalidez. Pugnou pela produção de provas, gratuidade processual, tutela de urgência e ao final, a procedência do(s) pedido(s).
Citado o INSS apresentou resposta na forma de contestação, alegando que não há provas de que o autor adimpliu os requisitos para concessão da aposentadoria.
Laudo pericial juntado aos autos.
A parte autora apresentou manifestação pugnando pela conversão do auxilio acidente em aposentadoria por invalidez, acrescentado de 25% do valor da aposentadoria, ao autor.
É o breve relatório. Decido.
II – FUNDAMENTAÇÃO
Trata-se de ação previdenciária movida por AUTOR: JOSE REGGIANI, em desfavor do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, postulando o restabelecimento do benefício de auxílio-doença e sua conversão em aposentadoria por invalidez, sob o argumento de que se encontra incapacitada para o exercício de qualquer atividade em razão de problemas de saúde.
Primeiramente, saliento que não há necessidade da produção de outras provas, comportando o processo julgamento antecipado da lide, em decorrência de o mesmo versar, unicamente, de matéria de direito e de fato suscetível de prova apenas documental e pericial, à luz do disposto no art. 355 do CPC.
Não há preliminares a serem apreciadas, ao mérito, doravante.
QUALIDADE DE SEGURADO
Inicialmente, cumpre dizer que a qualidade de segurada e a carência mínima exigida para restabelecimento do benefício postulado restaram configuradas nos autos, a teor do art. 42 e 59, ambos da Lei nº 8.213/91.
Destaque-se, ainda, que o próprio INSS reconheceu administrativamente a qualidade de segurada do requerente, no momento em que concedeu o benefício de auxílio-doença, até 07.06.2018, conforme documento de id 20585608 p. 2.
Assim, considerando que o ajuizamento da ação se deu em 26.09.2018, e tendo a requerente recebido benefício de auxílio-doença até 07.06.2018, indubitavelmente a qualidade de segurado está demonstrada, a luz do previsto no artigo 15, incisos I e II, da lei 8.213/91, in verbis:
"Art. 15. Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições: I – sem limite de prazo, quem está em gozo de benefício; II – até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social ou estiver suspenso ou licenciado sem remuneração; (...)"
Ademais, é importante destacar que o INSS não apresentou qualquer irresignação neste tocante.
INCAPACIDADE
Desta feita, resta, pois, averiguar a existência de incapacidade laboral que justifique a concessão do benefício de auxílio-doença e sua conversão em aposentadoria por invalidez.
Na perícia oficial, o Expert relatou que a parte autora é portadora de doença mental crônica (esquizofrenia paranoide) de origem idiopática. No ato da perícia médica o(a) periciando(a) apresentou incapacidade laborativa. Concluindo que o(a) periciando(a) encontra-se incapacitado total e permanentemente desde junho de 2018.
Pois bem, o perito oficial confirmou a existência da lesão, e que o atual estado de saúde do requerente o torna incapaz para sua atividade profissional, bem como que a incapacidade é insuscetível de recuperação, não existindo a possibilidade de reabilitação. Assim, faz-se necessário concluir que o quadro clínico do(a) requerente não é susceptível de recuperação para a atividade profissional por este desenvolvida, restando comprovado que a parte requerente está incapacitado permanentemente para o trabalho.
Desta feita, não havendo controvérsia quanto a qualidade de segurado da parte requerente, muito menos sobre a incapacidade definitiva tenho como atendidos todos os requisitos necessários para o restabelecimento do auxílio-doença e sua conversão em aposentadoria por invalidez.
RESTABELECIMENTO E CONVERSÃO
Quanto ao restabelecimento do benefício de auxílio-doença, entendo que este deve se dá a partir da data que foi cessado, a saber, 07.06.2018 (id 20585608 p. 2), haja vista, que naquela época a autor já encontrava-se acometido pela mesma doença incapacitante, conforme constata-se no laudo pericial.
Por seu turno, a conversão, nos termos do art. 62 da Lei n. 8.213/91, deverá ocorrer a partir da juntada do laudo pericial em juízo (Id 24004614), que no caso ocorreu em 15.01.2019.
No mesmo sentido, a jurisprudência do STJ e deste TRF/1:
O termo inicial para a concessão da aposentadoria por invalidez é a data da apresentação do laudo pericial em juízo, caso não tenha sido reconhecida à incapacidade na esfera administrativa (REsp 475.388/ES, 6.ª Turma, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, in DJ de 0704.2003. No mesmo sentido: REsp 256.756/MS, 5.ª Turma, Rel. Ministro Gilson Dipp, in DJU de 08.10.2001).
A transformação de auxílio-doença em aposentadoria por invalidez será deferida ao segurado considerado, mediante perícia médica, incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, de acordo com o art. 42 da Lei

8.213/91. (AC 200033000085521, Segunda Turma, Desembargador Federal Tourinho Neto, DJ 25/04/03).
VALOR DO BENEFÍCIO
No que pertine ao valor do benefício, aplica-se ao caso em tela o artigo 29, § 5º, da Lei n.º 8.213/91, que assim dispõe:
Art. 29. (...) § 5º Se, no período básico de cálculo, o segurado tiver recebido benefícios por incapacidade, sua duração será contada, considerando-se como salário-de-contribuição, no período, o salário-de-benefício que serviu de base para o cálculo da renda mensal, reajustado nas mesmas épocas e bases dos benefícios em geral, não podendo ser inferior ao valor de 1 (um) salário mínimo.
Deflui, do referido dispositivo, que o salário-de-benefício que serve de base para o cálculo da renda mensal inicial do auxílio-doença, devidamente reajustado, deve ser considerado como salário-de-contribuição, para a aposentadoria por invalidez.
No caso vertente, entendo que o mesmo deve ser correspondente a 100% (cem por cento) do salário-de-contribuição, com fulcro no art. 44 da Lei 8.213/91, observado o disposto na Seção III, principalmente no art. 33 da lei em comento.
No mais, indefiro o requerimento do autor de concessão de acréscimo de 25% do valor da aposentadoria, posto que não restou comprovado nos autos que o requerente necessite de assistência permanente de outra pessoa, no laudo consta apenas que o autor necessita de tratamento especializado, e não de cuidados especiais.
III - DISPOSITIVO
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial da ação proposta por AUTOR: JOSE REGGIANI, para DETERMINAR ao INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL que RESTABELEÇA o benefício de auxílio-doença ao requerente, a partir de 07.06.2018, bem como PAGAR os valores retroativos referente ao período em que a parte Requerente deixou de receber o benefício de auxílio-doença, em virtude da cessação indevida; e REALIZAR a conversão do benefício do auxílio-doença em aposentadoria por invalidez, a partir de 15.01.2019, no valor da renda mensal do salário-de-contribuição, inclusive 13º salário.
Por conseguinte, RESOLVO O PROCESSO COM EXAME DO MÉRITO, na forma do artigo 487, inciso I, do CPC.
No mais, em atenção ao Ofício Circular n. 017/2012/GB/PR, a fim de atender o contido na Recomendação Conjunta n. 04, de 17/05/12, do Conselho Nacional de Justiça, cito as seguintes informações para a implantação do benefício:
Nome da Segurada:AUTOR: JOSE REGGIANI
Benefício Concedido/Data de Início do Benefício: Auxílio-doença a partir de 07.06.2018 (data da cessação do benefício); e CONVERSÃO em aposentadoria por invalidez a partir de 15.01.2019 (data da juntada do laudo pericial em juízo).
Quanto à correção monetária, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar as ADIs 4.357 e 4.425, declarou a inconstitucionalidade da correção monetária pela TR apenas quanto ao segundo período, isto é, quanto ao intervalo de tempo compreendido entre a inscrição do crédito em precatório e o efetivo pagamento. No que concerne a correção anterior a inscrição do precatório, a questão ainda estava pendente de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (RE 870947 RG/SE). No dia 20/09/2017, ao concluir o julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 870947, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria dos ministros, seguiu o voto do relator, ministro Luiz Fux, segundo o qual foi afastado o uso da Taxa Referencial (TR) como índice de correção monetária dos débitos judiciais da Fazenda Pública, mesmo no período da dívida anterior à expedição do precatório. Em seu lugar, o índice de correção monetária adotado foi o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), considerado mais adequado para recompor a perda de poder de compra. Desse modo, no sentido de cumprir com a decisão do STF, determino sejam os cálculos realizados de acordo com os parâmetros utilizados no site: https://www.jfrs.jus.br/projefweb/ (Correção monetária - Diversos II => [...BTN - INPC (03/91) - UFIR (01/92) - IPCA-E (01/00)], tendo em vista que o programa está de acordo a decisão citada quanto a correção monetária (IPCA-E) ou site https://www.jfrs.jus.br/jusprev2/ (Diversos III => [...BTN – INPC (03/91) - UFIR (01/92) – IPCA-E (01/00) - TR(07/09) – IPCA-E (26/03/15)] * desde que a parcela inicial seja a partir de 26.03.2015, considerando que antes dessa data o programa utiliza a TR entre outras.
Os juros de mora, por sua vez, são devidos no percentual de 1% (um por cento) ao mês, a contar da citação - (Súmula n. 204/STJ), até o advento da Lei n. 11.960/2009, a partir de quando incidirão à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês – ou outro índice de juros remuneratórios das cadernetas de poupança que eventualmente venha a ser estabelecido –, até a apuração definitiva dos cálculos de liquidação (TRF da 1ª Região – EDAMS0028664-88.2001.4.01.3800/MG, Rel. Desembargadora Federal Neuza Maria Alves da Silva, Segunda Turma, e-DJF1 p. 26 de 06/05/2010).
Com relação aos honorários advocatícios, entendo que estes devem ser fixados no percentual de 10% (dez por cento) sobre as prestações vencidas até a prolação da sentença, nos termos do enunciado da Súmula n. 111 do STJ. Sem custas a luz do disposto no art. 5º,I da Lei Estadual n. 3.896/2016.
Sem reexame.
Havendo Interposição de recurso de apelação, após cumpridas das formalidades previstas nos §§ 1º e 2º do art. 1.010 do Novo Código de Processo Civil, DETERMINO remessa dos autos ao Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região com as homenagens deste Juízo.
Implementação do benefício
O CPC no seu art. 300 estabelece que para concessão da tutela de urgência é necessário a demonstração do perigo da demora e verossimilhança das alegações da parte. No caso dos autos, a autora é portadora de enfermidade que a impede de exercer o seu labor, conforme conclusão do perito judicial. Na mesma senda, os documentos juntados e as testemunhas ouvidas nessa oportunidade apontam que a autora é segurada especial. Logo, preenchidos estão os requisitos da tutela de urgência razão pela qual defiro o pedido a fim de determinar que o INSS implante em 15 dias a contar da intimação da presente, o benefício em favor de 15/08/2018. A PRESENTE SERVE COMO OFÍCIO, COMPETINDO A PARTE AUTORA A ENTREGA DESTES DIRETAMENTE AO INSS, COMPROVANDO NOS AUTOS A RESPECTIVA ENTREGA EM ATÉ CINCO DIAS.
II – DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – REMESSA DOS AUTOS AO INSS PARA ELABORAÇÃO DO CÁLCULO
O juiz deve primar pela celeridade processual, cabendo-lhe a adoção de práticas para atingir este fim. A praxe tem demonstrado que a autarquia não tem cumprido espontaneamente a obrigação de pagar quantia certa de pequeno valor, ensejando a instauração de uma nova fase após a sentença condenatória. Não rasas vezes, o executado discorda dos cálculos apresentados pelo exequente, seguindo a mesma trilha este último. Nestas situação esta magistrada, com intuito de espancar qualquer dúvida e apurar o quantum debeatur, tem se valido do contador judicial. Toda essa marcha processual consome tempo e gastos tornando o processo não só mais longo como também dispendioso. Logo, sendo a atividade jurisdicional eivada da criatividade e sendo poder-dever do magistrado adaptar caminhos para a economia e celeridade processual, esta deve ser a bandeira do
PODER JUDICIÁRIO. Por estas razões, após o trânsito em julgado, encaminhe-se os autos ao INSS para elaboração do cálculo. Com o retorno, vistas ao autor para manifestação, sendo certo que não incidem honorários na fase de cumprimento de sentença em virtude de se tratar de execução invertida
Se houver concordância, expeça-se a RPV ou precatório, conforme o valor da verba. Havendo discordância, deverão desde já apresentar o cálculo em que entendem correto e apontar o erro daquele elaborado pelo contador judicial. Com a juntada da impugnação, vistas a parte contrária para manifestação em 10 (dez) dias. Após, ao contador judicial para esclarecimento e na sequência conclusos. Na hipótese, havendo concordância do INSS acerca dos cálculos elaborados pela contadoria do Juízo ou,

havendo apontamento somente acerca de meros erros de cálculos, não serão devidos honorários da fase de execução, pois o direito aos honorários advocatícios na execução decorre da necessidade de remuneração do causídico que atua de forma diligente no sentido de propor a execução com a finalidade de obrigar o ente público a cumprir a obrigação firmada no processo de conhecimento. Assim sendo, somente no caso de o credor der início a execução (com o pedido de citação da Fazenda Pública para opor embargos à execução) é que será cabível a condenação em honorários, hipótese na qual aplica-se o entendimento firmado pelo STF no RE 420.816/PR (REsp 1536555/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/06/2015, DJe 30/06/2015, grifei).
Ademais, a sistemática de pagamento prevista para execução em desfavor da fazenda pública, demanda, naturalmente, expedição de Requisição de Pequeno Valor ou Precatório; o que, por consectário lógico exige elaboração de cálculos e ciência dos litigantes.
Desse modo, sendo a execução iniciada pelo INSS (execução invertida) ou diante da elaboração de cálculos pela contadoria com concordância das partes, não há falar em remuneração do causídico, considerando que somente foram realizadas diligências imprescindíveis para a expedição das requisições de pagamento.
A presente serve como mandado/carta precatória, carta de intimação/ofício.
Nova Brasilândia do OesteRO 30 de abril de 2019
Denise Pipino Figueiredo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO Processo n.: 7000040-47.2019.8.22.0020
Classe: Guarda
Assunto:Alimentos, Exoneração, Fixação, Guarda
REQUERENTE: VANDO MACIEL MARTINS, LINHA 114 Km 20, LADO SUL ZONA RURAL - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REQUERIDO: VIVIANE RIBAS SIQUEIRA, AV. DOS BANDEIRANTES 292 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: JUCEMERI GEREMIA OAB nº RO6860, DEBORA CRISTINA MORAES OAB nº RO6049
Despacho
Em respeito ao Devido Processo Legal, intime-se o requerido, para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias, se concorda com a desistência e extinção do processo, conforme requerido ID. Num. 26514187.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, dê-se vistas ao MPE e conclusos.
Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 30 de abril de 2019.
Denise Pipino Figueiredo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO 7002537-68.2018.8.22.0020
Indenização por Dano Moral
REQUERENTE: JANDIRA ADAME CARVALHO CPF nº 592.767.892-00, LINHA 09 KM 13, NORTE RURAL - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: GABRIEL FELTZ OAB nº RO5656
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL SA CNPJ nº 00.000.000/4345-15, AV. JK 2870 CENTRO - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da lei 9.099/95.
Afirma a requerente que foi vítima de clonagem de cartão, sendo realizado empréstimo, transferências e saques de sua, razão pela qual requer seja declarada a inexistência do débito referente ao empréstimo e danos morais em razão do ocorrido.
A requerida não contestou, mas em manifestação simples sustenta que não praticou qualquer ato ensejar de responsabilidade civil.
Sem preliminares, passo ao mérito.
O ponto central consiste em apurar se houve responsabilidade do banco no evento ocorrido, bem como as consequências daí advindas.
Inicialmente, há de se salientar que, a despeito da lide questionar a validade de relação jurídica de consumo, mesmo que esta venha a ser declarada inexistente ou nula, incidem os termos da legislação consumerista, já que a ação visa aferir a regularidade em prestação de serviço realizada pelo requerido, razão pela qual deve ser invertido ônus da prova.
Igual entendimento se denota da lição da Professora Cláudia Lima Marques:
Logo, basta ser vítima de um produto ou serviço para ser privilegiado com a posição de consumidor legalmente protegido pelas normas sobre responsabilidade objetiva pelo fato do produto (ou do serviço) presentes no CDC. (Contratos no Código de Defesa do Consumidor, 4ª ed. São Paulo: RT. p. 292)
No caso dos autos, apesar da requerida ter se manifestado esclarecendo os fatos e ter sido citada, esta não aptesentou contestação.
Porém, em manifestação simples a própria requerida informa que houve a clonagem do cartão da requerente, bem como foram realizadas as transações em nome da mesma, mas qu eo banco já tomou as providênias para resolver a questão.
Dessa forma, se não tomou as cautelas necessárias, agindo temerariamente na administração de seus negócios, deve arcar com os riscos de seu empreendimento, respondendo pelos prejuízos que seus ato ocasionou a outrem.
Nesse passo, a responsabilidade da requerida enquanto fornecedora de serviços, é objetiva, nos termos do artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor.
Logo, nessa hipótese, o dever de indenizar não exige a comprovação de culpa na prestação do serviço; basta que o lesado prove a existência do dano e o nexo de causalidade relacionando este e a atividade desempenhada pelo fornecedor.
Caberia à requerida, se pretendesse afastar a sua responsabilidade, comprovar a inexistência de defeito na prestação de serviço ou a culpa exclusiva da vítima (artigo 14, §3º, II, do Código de Defesa do Consumidor), mas não logrou êxito, logo, deve pois ser declarado inexistente o empréstimo realizado na conta da requerente.
Quanto ao dano moral, é cediço que para sua configuração mister que estejam presentes, concomitantemente, a conduta, o nexo causal e o dano.
Com relação ao pedido de danos morais, razão também assiste ao autor, uma vez que patente a falha na prestação do serviço.
No direito brasileiro, para a caracterização da responsabilidade civil, é necessária a presença concomitante de três elementos: um dano, a culpa do agente e, o nexo de causalidade entre o dano e a culpa.
No caso em tela, é absolutamente indiscutível a presença dos três elementos, estando caracterizada a responsabilidade civil da requerida.
Todavia, a extensão do dano deve ser analisada de forma casuística e, no caso sub judice, percebe claramente que logo após a ocorrência dos fatos o banco demnadado tomou as medidas cabíveis para amenizar o dano causado a autora, agindo de boa-fé, devendo pois ser considerado este fato na quantificação do dano.
Quanto ao valor da indenização, considerando os elementos constantes nos autos a atitude do bando frente aos fatos, bem

como a condição econômica da autora, a repercussão do ocorrido, a culpa da requerida, fixo o dano moral em R$ 3.000,00 (três mil reais).
Os juros e a correção monetária devem incidir a partir desta data, uma vez que, no arbitramento, foi considerado valor já atualizado, conforme jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça (EDRESP 194.625/SP, publicado no DJU em 05.08.2002., p. 0325).
Dispositivo
Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, formulado por JANDIRA ACAME CARVALHO em desfavor de BANCO DO BRASIL S/A, para:
a) Declarar inexistente o empréstimo realizado na conta da requerente no dia 09.11.2018, no valor de R$ 5.957,00 em decorrência da clonagem; e
b) Condenar a requerida ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária a partir desta data, uma vez que na fixação do valor foi considerado montante atualizado.
Por conseguinte, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil.
Sem custas e sem honorários por se trata de decisão em primeiro grau de jurisdição, nos termos dos artigos 54 e 55 da Lei Federal 9.099/1.995.
Em havendo recurso, se tempestivo e pagas as custas (em caso de não ser beneficiário da gratuidade processual), recebo-o em seu efeito meramente devolutivo.
A parte contrária deverá ser intimada para contrarrazões.
Na sequencia, remetam os autos a Turma Recursal.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
Oportunamente arquivem-se.
Nova Brasilândia do Oeste 30 de abril de 2019
Denise Pipino Figueiredo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO 7000989-08.2018.8.22.0020
Procedimento Comum Aposentadoria por Invalidez, Auxílio-Doença Previdenciário, Honorários Advocatícios, Antecipação de Tutela / Tutela Específica
AUTOR: MARGARIDA SILVA GARCIA ADVOGADO DO AUTOR: LIGIA VERONICA MARMITT OAB nº RO4195
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
RELATÓRIO.
AUTOR: MARGARIDA SILVA GARCIA , qualificado(a) na inicial, ajuíza ação previdenciária em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS, ali igualmente qualificado, aduzindo, em síntese, que é segurado da Previdência Social.
Enfatiza que em razão de problemas de saúde requereu o benefício de auxílio-doença junto ao INSS, sendo o mesmo indeferido, sob o argumento de não constatação de incapacidade laborativa.
Elucida, contudo, ainda estar impossibilitada de desenvolver suas atividades, por essa razão, requer a concessão do benefício de auxílio-doença e, ao final, a sua conversão em aposentadoria por invalidez.
Tece comentários doutrinários a respeito do seu direito, fundamentando o seu pedido com base na Lei 8.742/93.
Laudo pericial acostado.
O INSS em sede de contestação alegou não estarem presentes os requisitos para concessão do pedido, tendo ainda impugnado o laudo pericial.
É o breve relatório. Decido.
II - FUNDAMENTAÇÃO
Trata-se de ação previdenciária ajuizada por AUTOR: MARGARIDA SILVA GARCIA em desfavor do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, postulando a concessão do benefício do auxílio-doenças e ao final sua conversão em aposentadoria por invalidez, sob o argumento de que se encontra incapacitada para o exercício de sua atividade laboral.
Preliminarmente rejeito a impugnação ao laudo pericial, porquanto não há nenhuma notícia nos autos que desabone a conduta do perito, não podendo portanto, desconsiderar a perícia realizada e a conclusão daí advinda.
No mérito, cumpre dizer que a qualidade de segurado e a carência mínima exigida para concessão do benefício postulado restaram configuradas nos autos, a teor dos arts. 42 e 59, ambos da Lei nº 8.213/91.
A qualidade de segurada restou demonstrada, eis que a autora recebeu benefício até 09.02.2018, tendo ajuizado a demanda ainda no período de graça.
Resta, pois, averiguar a existência de incapacidade laboral que justifique a concessão dos benefícios de auxílio-doença e a sua conversão em aposentadoria por invalidez.
Com efeito, se é certo que à aposentadoria por invalidez e ao auxílio-doença (arts. 42 e 59 da Lei 8.213/91) são comuns os requisitos de carência e qualidade de segurado, a nota distintiva entre eles é estabelecida pelo grau e duração da incapacidade afirmada pelo perito, sem embargo de que quando aquelas se combinarem, é dizer, a inaptidão laboral for parcial/definitiva ou total/temporária, o dado definidor da espécie do amparo advirá da possibilidade ou não da reabilitação do trabalhador, conforme a inteligência que se extrai do artigo 62 da Lei de Benefícios.
No caso vertente verifica-se a realidade dos fatos conforme laudos e exames médicos que demonstram que a parte Requerente possui moléstia que o(a) torna incapaz total e permanentemente.
Desta feita, não havendo controvérsia quanto a qualidade de segurado da parte Requerente, nem quanto ao preenchimento da carência necessária, muito menos sobre a incapacidade definitiva tenho como atendidos todos os requisitos necessários para a concessão do benefício de auxílio-doença e sua conversão em aposentadoria por invalidez (artigos 42 e 59 da Lei n.º 8.213/91).
Quanto ao período em que o Requerente deixou de receber o benefício, tendo a concessão valido se das condições pessoais do segurado para definir-se pela incapacidade total e definitiva, a implantação do benefício do auxílio-doença deve se dar a partir da data do requerimento administrativo, a saber em 09.02.2018, considerando que desde aquela época a mesma já estava acometido com a doença incapacitante.
Por seu turno, a conversão, nos termos do art. 62 da Lei n. 8.213/91, deverá ocorrer a partir da juntada do depósito em juízo do exame pericial, conquanto, ante a ausência do protocolo judicial, consigno que a conversão deve se dar a partir de 28.11.2018, data do depósito do laudo pericial em juízo.
No que pertine ao valor do benefício, aplica-se ao caso em tela o artigo 29, § 5º, da Lei n.º 8.213/91, que assim dispõe:
Art. 29. (...) § 5º Se, no período básico de cálculo, o segurado tiver recebido benefícios por incapacidade, sua duração será contada, considerando-se como salário-de-contribuição, no período, o salário de benefício que serviu de base para o cálculo da renda mensal, reajustado nas mesmas épocas e bases dos benefícios em geral, não podendo ser inferior ao valor de 1 (um) salário mínimo.
Deflui, do referido dispositivo, que o salário-de-benefício que serve de base para o cálculo da renda mensal inicial do auxílio-doença, devidamente reajustado, deve ser considerado como salário-de-contribuição, para a aposentadoria por invalidez.
No caso vertente, ante a ausência de extrato que comprove o salário-de-contribuição, consigno que o benefício deve ser correspondente a 91% (noventa e um por cento) do salário-de-benefício, com fulcro no art. 61 da Lei 8.213/91, não inferior a um salário-minímo.
III - DISPOSITIVO.
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE os pedidos iniciais da ação proposta por MARGARIDA SILVA GARCIA para CONDENAR o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL a: 1) CONCEDER

o benefício de auxílio-doença, a requerente, desde a data do requerimento administrativo, que se deu em 09.02.2018 e PAGAR valores retroativos referente ao período supracitado); 2) REALIZAR a conversão do benefício de auxílio-doença em aposentadoria por invalidez, com início de pagamento deferido para a data do depósito do laudo pericial em juízo, a saber 28.11.2018, no valor da renda mensal do auxílio-doença, inclusive 13º salário.

No mais, em atenção ao Ofício Circular n. 017/2012/GB/PR, a fim de atender o contido na Recomendação Conjunta n. 04, de 17/05/12, do Conselho Nacional de Justiça, cito as seguintes informações para a implantação do benefício:

Nome do Segurado: AUTOR: MARGARIDA SILVA GARCIA CPF nº 420.505.882-91

Benefício Concedido/Data de Início do Benefício: Auxílio-doença a partir de 09.02.2018;

Conversão do Benefício em Aposentadoria por invalidez: a partir de 28.11.2018 data do depósito do laudo pericial em juízo;

Quanto à correção monetária, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar as ADIs 4.357 e 4.425, declarou a inconstitucionalidade da correção monetária pela TR apenas quanto ao segundo período, isto é, quanto ao intervalo de tempo compreendido entre a inscrição do crédito em precatório e o efetivo pagamento. No que concerne a correção anterior a inscrição do precatório, a questão ainda estava pendente de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (RE 870947 RG/SE). No dia 20/09/2017, ao concluir o julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 870947, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria dos ministros, seguiu o voto do relator, ministro Luiz Fux, segundo o qual foi afastado o uso da Taxa Referencial (TR) como índice de correção monetária dos débitos judiciais da Fazenda Pública, mesmo no período da dívida anterior à expedição do precatório. Em seu lugar, o índice de correção monetária adotado foi o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), considerado mais adequado para recompor a perda de poder de compra. Desse modo, no sentido de cumprir com a decisão do STF, determino sejam os cálculos realizados de acordo com os parâmetros utilizados no site: https://www.jfrs.jus.br/projefweb/ (Correção monetária - Diversos II => [...BTN - INPC (03/91) - UFIR (01/92) - IPCA-E (01/00)], tendo em vista que o programa está de acordo a decisão citada quanto a correção monetária (IPCA-E) ou site https://www.jfrs.jus.br/jusprev2/ (Diversos III => [...BTN – INPC (03/91) - UFIR (01/92) – IPCA-E (01/00) - TR(07/09) – IPCA-E (26/03/15)] * desde que a parcela inicial seja a partir de 26.03.2015, considerando que antes dessa data o programa utiliza a TR entre outras.

Os juros de mora, por sua vez, são devidos no percentual de 1% (um por cento) ao mês, a contar da citação - (Súmula n. 204/STJ), até o advento da Lei n. 11.960/2009, a partir de quando incidirão à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês – ou outro índice de juros remuneratórios das cadernetas de poupança que eventualmente venha a ser estabelecido –, até a apuração definitiva dos cálculos de liquidação (TRF da 1ª Região – EDAMS0028664-88.2001.4.01.3800/MG, Rel. Desembargadora Federal Neuza Maria Alves da Silva, Segunda Turma, e-DJF1 p. 26 de 06/05/2010).

Com relação aos honorários advocatícios, entendo que estes devem ser fixados no percentual de 10% (dez por cento) sobre as prestações vencidas até a prolação da sentença, nos termos do enunciado da Súmula n. 111 do STJ. Sem custas a luz do disposto no art. 5º,I da Lei Estadual n. 3.896/2016.

A presente sentença não é ilíquida uma vez que os critérios par apuração do montante estão especificados na sentença, tratando-se, portanto, de mero calculo aritmético. Ademais, a razão de ser do reexame necessário é para apurar se o valor a ser pago ultrapassa o montante de mil salários mínimos hipótese essa que não se afigura na presente já que a parte antemão renuncia eventual valor superior ao teto. Sentença publicada em audiência com prazo recursal iniciando na presente data. Registre-se.

Havendo Interposição de recurso de apelação, após cumpridas das formalidades previstas nos §§ 1º e 2º do art. 1.010 do Novo Código de Processo Civil, DETERMINO remessa dos autos ao Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região com as homenagens deste Juízo.

Implementação do benefício

O CPC no seu art. 300 estabelece que para concessão da tutela de urgência é necessário a demonstração do perigo da demora e verossimilhança das alegações da parte. No caso dos autos, a autora é portadora de enfermidade que a impede de exercer o seu labor, conforme conclusão do perito judicial. Na mesma senda, os documentos juntados e as testemunhas ouvidas nessa oportunidade apontam que a autora é segurada especial. Logo, preenchidos estão os requisitos da tutela de urgência razão pela qual defiro o pedido a fim de determinar que o INSS implante em 30 dias a contar da intimação da presente. A PRESENTE SERVE COMO OFÍCIO PARA IMPLANTAÇÃO DO BENEFÍCIO.

II – DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – REMESSA DOS AUTOS AO INSS PARA ELABORAÇÃO DO CÁLCULO

O juiz deve primar pela celeridade processual, cabendo-lhe a adoção de práticas para atingir este fim. A praxe tem demonstrado que a autarquia não tem cumprido espontaneamente a obrigação de pagar quantia certa de pequeno valor, ensejando a instauração de uma nova fase após a sentença condenatória. Não rasas vezes, o executado discorda dos cálculos apresentados pelo exequente, seguindo a mesma trilha este último. Nestas situação esta magistrada, com intuito de espancar qualquer dúvida e apurar o quantum debeatur, tem se valido do contador judicial. Toda essa marcha processual consome tempo e gastos tornando o processo não só mais longo como também dispendioso. Logo, sendo a atividade jurisdicional eivada da criatividade e sendo poder-dever do magistrado adaptar caminhos para a economia e celeridade processual, esta deve ser a bandeira do

PODER JUDICIÁRIO. Por estas razões, após o trânsito em julgado, encaminhe-se os autos ao INSS para elaboração do cálculo. Com o retorno, vistas ao autor para manifestação, sendo certo que não incidem honorários na fase de cumprimento de sentença em virtude de se tratar de execução invertida

Se houver concordância, expeça-se a RPV ou precatório, conforme o valor da verba. Havendo discordância, deverão desde já apresentar o cálculo em que entendem correto e apontar o erro daquele elaborado pelo contador judicial. Com a juntada da impugnação, vistas a parte contrária para manifestação em 10 (dez) dias. Após, ao contador judicial para esclarecimento e na sequência conclusos. Na hipótese, havendo concordância do INSS acerca dos cálculos elaborados pela contadoria do Juízo ou, havendo apontamento somente acerca de meros erros de cálculos, não serão devidos honorários da fase de execução, pois o direito aos honorários advocatícios na execução decorre da necessidade de remuneração do causídico que atua de forma diligente no sentido de propor a execução com a finalidade de obrigar o ente público a cumprir a obrigação firmada no processo de conhecimento. Assim sendo, somente no caso de o credor der início a execução (com o pedido de citação da Fazenda Pública para opor embargos à execução) é que será cabível a condenação em honorários, hipótese na qual aplica-se o entendimento firmado pelo STF no RE 420.816/PR (REsp 1536555/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/06/2015, DJe 30/06/2015, grifei).

Ademais, a sistemática de pagamento prevista para execução em desfavor da fazenda pública, demanda, naturalmente, expedição de Requisição de Pequeno Valor ou Precatório; o que, por consectário lógico exige elaboração de cálculos e ciência dos litigantes.

Desse modo, sendo a execução iniciada pelo INSS (execução invertida) ou diante da elaboração de cálculos pela contadoria com concordância das partes, não há falar em remuneração do causídico, considerando que somente foram realizadas diligências imprescindíveis para a expedição das requisições de pagamento.

Nova Brasilândia do Oeste RO terça-feira, 30 de abril de 2019

Denise Pipino Figueiredo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO Processo n.: 7001864-12.2017.8.22.0020
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto:Correção Monetária de Diferenças Pagas em Atraso
EXEQUENTE: NACELSON RODRIGUES CARVALHO, AV 7 DE SETEMBRO 2557 CENTRO - 76956-000 - NOVO HORIZONTE DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LIGIA VERONICA MARMITT OAB nº RO4195
EXECUTADO: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
Despacho
Ao contador para atualização do débito.
Na sequencia, ciência as partes
Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 30 de abril de 2019.
Denise Pipino Figueiredo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO 7001911-49.2018.8.22.0020
Procedimento Comum Aposentadoria por Invalidez
AUTOR: NOEL ANTONIO DA SILVA ADVOGADO DO AUTOR: ADRIANA BEZERRA DOS SANTOS OAB nº RO5822
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
I- RELATÓRIO.
NOEL ANTÔNIO DA SILVA pretende seja o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS condenado a lhe restabelecer o benefício de aposentadoria por invalidez cessado após realização perícia médica revisional (id. 22062347).
Alega que a cessação é indevida pois é portador de artrose, discopatia degenerativa da coluna lombar L4 L5 e ruptura do ânulo fibroso L5 S1 (CID M15.4 M51.1 X2), e permanece incapacitada para exercício de qualquer trabalho que exija esforço físico.
Não concedida a antecipação dos efeitos da tutela, foi determinada, de plano, a realização de perícia médica (id. 22076088), aportando aos autos o laudo pericial de id. 23810611.
O INSS apresentou contestação, pugnando pela improcedência do pedido inicial. A parte autora apresentou impugnação à contestação.
É o relatório. Decido.
II- FUNDAMENTAÇÃO.
Para o deslinde da controvérsia aqui instaurada, desnecessária a designação de audiência, nos termos do art. 443, inc. II, do NCPC.
Pretende a autora obter o restabelecimento do benefício de aposentadoria por invalidez, argumentando que em virtude das patologias que apresenta, está impossibilitada de retornar à atividade laborativa.
Pois Bem. As regras para fruição do benefício estão contidas no art. 42 e seguintes da Lei 8.213/91:
Art. 42. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.
Observa-se, portanto, que para o êxito do requerimento deve estar presente a condição de segurado, cumprimento da carência exigida e incapacidade laborativa (total e permanente).
No caso em tela, restam incontroversos os pontos relativos à condição de segurada e cumprimento de carência.
É dos autos que a parte autora foi submetida a perícia revisional realizada em 24/9/2018 e naquela mesma data seu benefício foi cessado (id. 22062347).
Na fase instrutória, realizada a perícia médica judicial, atestou o Perito nomeado por este Juízo (id. 23810611), que o autor é portador de Transtornos dos discos intervertebrais lombares CID10 M51.1 e espondilose CID10 M47, que o incapacita total e permanentemente para o exercício de qualquer atividade laborativa, sendo o quadro irreversível e insuscetível de reabilitação.
Vislumbro, portanto, que o laudo pericial é prova bastante para demonstrar a ocorrência dos requisitos relativos a incapacidade: caráter total e permanente, fazendo a autora jus à concessão do pedido de restabelecimento de aposentadoria por invalidez.
Quanto ao início do pagamento do benefício, restando comprovada a indevida cessação, deve ser restabelecido desde aquela data, qual seja 24.09.2018.
III- DISPOSITIVO
Ante o exposto, com fulcro no art. 487, inc. I, do Novo Código de Processo Civil, julgo procedente o pedido inicial proposto por NOEL ANTÔNIO DA SILVA em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS e determino o restabelecimento do benefício de aposentadoria por invalidez, com efeitos financeiros a partir da cessação (24/09/2018 – id. 22062347).
No mais, em atenção ao Ofício Circular n. 017/2012/GB/PR, a fim de atender o contido na Recomendação Conjunta n. 04, de 17/05/12, do Conselho Nacional de Justiça, cito as seguintes informações para a implantação do benefício:
Nome do Segurado: Noel Antônio da Silva;
Restabelecimento da Aposentadoria por invalidez: a partir de 24/09/2018 – id. 22062347.
Quanto à correção monetária, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar as ADIs 4.357 e 4.425, declarou a inconstitucionalidade da correção monetária pela TR apenas quanto ao segundo período, isto é, quanto ao intervalo de tempo compreendido entre a inscrição do crédito em precatório e o efetivo pagamento. No que concerne a correção anterior a inscrição do precatório, a questão ainda estava pendente de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (RE 870947 RG/SE). No dia 20/09/2017, ao concluir o julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 870947, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria dos ministros, seguiu o voto do relator, ministro Luiz Fux, segundo o qual foi afastado o uso da Taxa Referencial (TR) como índice de correção monetária dos débitos judiciais da Fazenda Pública, mesmo no período da dívida anterior à expedição do precatório. Em seu lugar, o índice de correção monetária adotado foi o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), considerado mais adequado para recompor a perda de poder de compra. Desse modo, no sentido de cumprir com a decisão do STF, determino sejam os cálculos realizados de acordo com os parâmetros utilizados no site: https://www.jfrs.jus.br/projefweb/ (Correção monetária - Diversos II => [...BTN - INPC (03/91) - UFIR (01/92) - IPCA-E (01/00)], tendo em vista que o programa está de acordo a decisão citada quanto a correção monetária (IPCA-E) ou site https://www.jfrs.jus.br/jusprev2/ (Diversos III => [...BTN – INPC (03/91) - UFIR (01/92) – IPCA-E (01/00) - TR(07/09) – IPCA-E (26/03/15)] * desde que a parcela inicial seja a partir de 26.03.2015, considerando que antes dessa data o programa utiliza a TR entre outras.
Os juros de mora, por sua vez, são devidos no percentual de 1% (um por cento) ao mês, a contar da citação - (Súmula n. 204/STJ), até o advento da Lei n. 11.960/2009, a partir de quando incidirão à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês – ou outro índice de juros remuneratórios das cadernetas de poupança que eventualmente venha a ser estabelecido –, até a apuração definitiva dos cálculos de liquidação (TRF da 1ª Região – EDAMS0028664-88.2001.4.01.3800/MG, Rel. Desembargadora Federal Neuza Maria Alves da Silva, Segunda Turma, e-DJF1 p. 26 de 06/05/2010).
Com relação aos honorários advocatícios, entendo que estes devem ser fixados no percentual de 10% (dez por cento) sobre as

prestações vencidas até a prolação da sentença, nos termos do enunciado da Súmula n. 111 do STJ. Sem custas a luz do disposto no art. 5º,I da Lei Estadual n. 3.896/2016.
Sem reexame.
Havendo Interposição de recurso de apelação, após cumpridas das formalidades previstas nos §§ 1º e 2º do art. 1.010 do Novo Código de Processo Civil, DETERMINO remessa dos autos ao Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região com as homenagens deste Juízo.
Implementação do benefício
O CPC no seu art. 300 estabelece que para concessão da tutela de urgência é necessário a demonstração do perigo da demora e verossimilhança das alegações da parte. No caso dos autos, a autora é portadora de enfermidade que a impede de exercer o seu labor, conforme conclusão do perito judicial. Na mesma senda, os documentos juntados e as testemunhas ouvidas nessa oportunidade apontam que a autora é segurada especial. Logo, preenchidos estão os requisitos da tutela de urgência razão pela qual defiro o pedido a fim de determinar que o INSS implante em 15 dias a contar da intimação da presente, o benefício em favor de 15/08/2018. A PRESENTE SERVE COMO OFÍCIO, COMPETINDO A PARTE AUTORA A ENTREGA DESTES DIRETAMENTE AO INSS, COMPROVANDO NOS AUTOS A RESPECTIVA ENTREGA EM ATÉ CINCO DIAS.
II – DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – REMESSA DOS AUTOS AO INSS PARA ELABORAÇÃO DO CÁLCULO
O juiz deve primar pela celeridade processual, cabendo-lhe a adoção de práticas para atingir este fim. A praxe tem demonstrado que a autarquia não tem cumprido espontaneamente a obrigação de pagar quantia certa de pequeno valor, ensejando a instauração de uma nova fase após a sentença condenatória. Não rasas vezes, o executado discorda dos cálculos apresentados pelo exequente, seguindo a mesma trilha este último. Nestas situação esta magistrada, com intuito de espancar qualquer dúvida e apurar o quantum debeatur, tem se valido do contador judicial. Toda essa marcha processual consome tempo e gastos tornando o processo não só mais longo como também dispendioso. Logo, sendo a atividade jurisdicional eivada da criatividade e sendo poder-dever do magistrado adaptar caminhos para a economia e celeridade processual, esta deve ser a bandeira do
PODER JUDICIÁRIO. Por estas razões, após o trânsito em julgado, encaminhe-se os autos ao INSS para elaboração do cálculo. Com o retorno, vistas ao autor para manifestação, sendo certo que não incidem honorários na fase de cumprimento de sentença em virtude de se tratar de execução invertida.
Se houver concordância, expeça-se a RPV ou precatório, conforme o valor da verba. Havendo discordância, deverão desde já apresentar o cálculo em que entendem correto e apontar o erro daquele elaborado pelo contador judicial. Com a juntada da impugnação, vistas a parte contrária para manifestação em 10 (dez) dias. Após, ao contador judicial para esclarecimento e na sequência conclusos. Na hipótese, havendo concordância do INSS acerca dos cálculos elaborados pela contadoria do Juízo ou, havendo apontamento somente acerca de meros erros de cálculos, não serão devidos honorários da fase de execução, pois o direito aos honorários advocatícios na execução decorre da necessidade de remuneração do causídico que atua de forma diligente no sentido de propor a execução com a finalidade de obrigar o ente público a cumprir a obrigação firmada no processo de conhecimento. Assim sendo, somente no caso de o credor der início a execução (com o pedido de citação da Fazenda Pública para opor embargos à execução) é que será cabível a condenação em honorários, hipótese na qual aplica-se o entendimento firmado pelo STF no RE 420.816/PR (REsp 1536555/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/06/2015, DJe 30/06/2015, grifei).
Ademais, a sistemática de pagamento prevista para execução em desfavor da fazenda pública, demanda, naturalmente, expedição de Requisição de Pequeno Valor ou Precatório; o que, por consectário lógico exige elaboração de cálculos e ciência dos litigantes.
Desse modo, sendo a execução iniciada pelo INSS (execução invertida) ou diante da elaboração de cálculos pela contadoria com concordância das partes, não há falar em remuneração do causídico, considerando que somente foram realizadas diligências imprescindíveis para a expedição das requisições de pagamento.
A presente serve como mandado/carta precatória, carta de intimação/ofício.
Nova Brasilândia do Oeste RO terça-feira, 30 de abril de 2019
Denise Pipino Figueiredo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO 7003063-06.2016.8.22.0020
Procedimento Comum Aposentadoria por Invalidez, Auxílio-Doença Previdenciário
AUTOR: JOSIMARA DE OLIVEIRA DA SILVA ADVOGADO DO AUTOR: ANDREIA FERNANDA BARBOSA DE MELLO OAB nº PR30373
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Ante a informação do recebimento do débito, declaro extinto o processo com lastro no art. 924, inciso II, do Novo Código de Processo Civil.
Sem Custas.
Ante a preclusão lógica, a presente sentença transita em julgado nesta data, feitas as intimações de praxe e cumpridos os atos ordinários, arquive-se imediatamente.
P. R. I. Cumpra-se.
Nova Brasilândia do Oeste RO terça-feira, 30 de abril de 2019
Denise Pipino Figueiredo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO 7002213-15.2017.8.22.0020
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: JONAS GOMES DA LOMBA ADVOGADO DO EXEQUENTE: ISABELE LOBATO REIS OAB nº RO3216
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Ante a informação do recebimento do débito, declaro extinto o processo com lastro no art. 924, inciso II, do Novo Código de Processo Civil.
Sem Custas.
Ante a preclusão lógica, a presente sentença transita em julgado nesta data, feitas as intimações de praxe e cumpridos os atos ordinários, arquive-se imediatamente.
P. R. I. Cumpra-se.
Nova Brasilândia do Oeste RO terça-feira, 30 de abril de 2019
Denise Pipino Figueiredo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003 , CEP 76.958-000, Nova Brasilândia do Oeste, RO
Procedimento Comum
7003397-40.2016.8.22.0020
AUTOR: SINVAL ANTONIO DE OLIVEIRA ADVOGADO DO AUTOR: AGNALDO JOSE DOS ANJOS OAB nº RO6314, SEM ENDEREÇO
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA, SEM ENDEREÇO
SENTENÇA
Satisfeita a obrigação, extingo o processo nos termos do art. 924, inc. II c/c art. 925, do CPC/2015.
P.R.I.
Oportunamente, arquivem-se.
Nova Brasilândia do Oeste RO 30 de abril de 2019
Denise Pipino Figueiredo

COMARCA DE PRESIDENTE MÉDICI

1ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000 - Fone:(69)3471-2714/2655 Processo nº: 7001152-30.2018.8.22.0006
Classe: FAMÍLIA- DIVÓRCIO LITIGIOSO (99)
Assunto: [Dissolução, Reconhecimento / Dissolução, Indenização por Dano Moral, Liminar]
Parte Ativa: Nome: LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA
Endereço:, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Advogados do(a) REQUERENTE: LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA - RO1032, VALTAIR DE AGUIAR - RO5490
Parte Passiva: Nome: MARCIA REGINA GONCALVES
Endereço: Rua Independência, 2703, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Advogado do(a) REQUERIDO: LUCIANO DA SILVEIRA VIEIRA - RO1643
Valor da Causa: R$ 570.000,00
DECISÃO
Vistos em saneador.
No curso do processo foi decretado o divórcio das partes (id 20182642 e 20313272 - Pág. 1).
1. Fixo como pontos controvertidos da lide:
a) Quanto aos pedidos formulados pelo autor: danos morais em razão da alegada falta de fidelidade durante o matrimônio, pela requerida, sendo que, pede o autor indenização correspondente a sua eventual meação dos bens adquiridos na constância da união estável e do casamento; indica como período da união estável, início de 2006 a 29/07/2017; bens indicados pelo autor id 20174894.
b) Quanto aos pedidos formulados pela requerida: período da união estável, requerida alega que é de agosto/2005 a 29/07/2017 - id 20762774; bens amealhados pelo casal, indicados pela requerida 20762794 - Pág. 2; 20762794 - Pág. 3; 20762794 - Pág. 4; alegadas dívidas contraídas pelas partes, na constância do casamento; danos morais formulados a título de reconvenção, pela requerida, em razão dos comentários proferidos pelo autor no “facebook”, pede a requerida indenização equivalente a quantia de R$ 100.000,00 (cem mil reais); arbitramento de litigância de má-fé; imissão na posse do andar superior do imóvel residencial objeto da demanda, que diz se tratar de unidade autônoma da parte inferior; imissão na posse referente o veículo Fiat TORO, ano/modelo 2016/2017, cor branca, placa NCV-8681, que alega a requerida, ser de sua propriedade e na posse dos móveis e eletrodomésticos elencados em contestação.
O atual Código de Processo Civil adotou inteiramente a distribuição dinâmica do ônus da prova.
Diante do disposto nos art. 357, III, do CPC, distribuo o ônus da prova conforme previsto no artigo 373, incisos I e II, cabendo à parte autora comprovar a existência do fato constitutivo de seu direito e aos requeridos comprovarem a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.
Os meios de prova relevantes para o julgamento da lide são a documental e testemunhal, pelo que, nos termos do artigo 357, II, do CPC, admito a produção dessas provas. A prova documental já foi produzida, sendo facultado às partes juntarem documentos novos no decorrer da instrução. Defiro também a produção da prova oral, consistente na inquirição das testemunhas arroladas pela requerida, documento id 26707939. e, por consequência, designo audiência de instrução para o dia 17/07/2019, às 09h. No ato, também serão ouvidas pelo Juízo, o depoimento pessoal do autor e requerido.
2. Intimem-se as partes e seus advogados para que compareçam à solenidade.
Advirtam-se os advogados de que eles deverão se atentar à providência que lhes foi incumbida pelo artigo 455 do Código de Processo Civil.
Requisite-se ao chefe da repartição a presença deste, quanto às testemunhas arroladas que estejam lotadas em órgão público.
3. Com relação aos pedidos formulados pela requerida, em sede de contestação, pedindo antecipação de tutela para que seja deferida imissão na posse do andar superior do imóvel residencial objeto da demanda, que diz se tratar de unidade autônoma da parte inferior, INDEFIRO, pois conforme constou em DECISÃO id 20324277 - Pág. 1, muito embora os argumentos trazidos pela requerida, e diante do contexto fático probatório contido nos autos, mantenho a medida liminar por seus próprios fundamentos já que os fatos não se alteraram. Ademais, em caso de insurgência, deveria a requerida utilizar-se das vias próprias para querendo, impugnar a DECISÃO liminar, o que inclusive não fora feito até o momento, encontrando-se preclusa a DECISÃO inicial id 19941592.
3.1 Alternativamente, pediu a requerida, a imissão na posse, do veículo Fiat Toro, como forma de obter algum conforto dos bens que também alega lhe pertencerem.
Pois bem, conforme constou em DECISÃO id, 20324277 - Pág. 1, com relação ao veículo Fiat TORO, ano/modelo 2016/2017, cor branca, placa NCV-8681, que alega a requerida, ser de sua propriedade, eventual destinação/partilha deste será feita quando da prolação da SENTENÇA de MÉRITO, ou, caso demonstrado eventual dano irreparável, após a instrução, ainda a ser realizada.
Entretanto, considerando os pedidos da requerida, id’s 22409551; 25455037 e 26136045, INTIME-SE o autor para no prazo de 10 dias, comprovar o pagamento das parcelas de financiamento do veículo, impostos, taxas, etc., que incidam sobre o veículo em questão, posto que encontra-se em nome da requerida, sob pena deste Juízo determinar a inversão da posse do veículo, e a consequente busca e apreensão do veículo. Ou seja, o autor deverá comprovar que encontra-se em dias, com todas as obrigações provenientes do veículo em questão.
A requerida comprovou que constam débitos referente o veículo que estão registrados em seu nome, e causando-lhe prejuízos, conforme depreende-se dos documentos id’s 26136049 - Pág. 1 26137602 - Pág. 1 26136050 - Pág. 1 26136050 - Pág. 2.
3.2 Vindo aos autos manifestação, dê-se vistas à parte requerida.
4. No tocante ao pedido formulado pelo autor id 21567781 - pg.09, consistente na quebra de sigilo do aplicativo whatsapp do celular da requerida de nº (69) 99973-6440, de Vania Braz Soares Leonardeli nº (69) 9253-6282 e de Ronaldo Oliveira Pereira nº (69) 9964-7017, tendo alegado o autor tratar-se de pedido indispensável a busca da verdade real e ratificando as afirmações do alegado adultério e ainda para comprovar que a requerida mantém o caso extraconjugal desde o ano de 2017, INDEFIRO tal pedido, pois inexiste falta de justa causa e de suposta ilegalidade, que pudesse ensejar o deferimento do pleito, tratando-se de mero inconformismo do autor, diante do contexto fático objeto da demanda.
Desnecessária intervenção do Ministério Público,pois ausente interesse de incapaz.
(id 26184780 - Pág. 1) Intimadas as partes para querendo especificarem outras provas que pretendam produzir, somente a requerida se manifestou.
As testemunhas arroladas pela requerida constam na petição, documento id 26707939.
5. Esclareça-se às partes que elas têm o direito de pedir esclarecimentos ao Juízo ou solicitar ajustes na presente DECISÃO, por meio de simples petição sem caráter recursal, no prazo comum de 05 (cinco) dias, após o qual esta DECISÃO tornar-se-á estável, nos termos do art. 357, § 1º do CPC.
Declaro o feito saneado e organizado.
Solicitados esclarecimentos ou ajustes na presente DECISÃO saneadora, tornem-se os autos conclusos para as deliberações pertinentes.
Transcorrido o prazo de 05 (cinco) dias sem qualquer manifestação das partes, certifique a escrivania a estabilidade da presente

DECISÃO e dê-se cumprimento às determinações nela trazidas.
Intime-se
Pratique-se o necessário.
Presidente Médici/RO, (na data do movimento).
ELISÂNGELA FROTA ARAÚJO REIS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000 - Fone:(69)3471-2714/2655 Processo nº: 0002842-29.2012.8.22.0006
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Assunto: [Honorários Advocatícios]
Parte Ativa: Nome: MARIO FERREIRA DE OLIVEIRA
Endereço: Rua da Paz, 3193, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Advogado do(a) EXEQUENTE: ELISANGELA DE OLIVEIRA TEIXEIRA MIRANDA - RO1043
Parte Passiva: Nome: LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA
Endereço: Rua Jose Vidal, ao lado do cartorio do Hans, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Advogado do(a) EXECUTADO: LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA - RO1032
Valor da Causa: R$ 81.530,58
DECISÃO
Defiro o pedido de penhora e avaliação de 56,77m² da área da garagem e 12,83m² da área de serviço com um pequeno banheiro, observada a meação de Márcia Regina Gonçalves de Matos.
Quanto à impugnação da avaliação judicial pela executada, aduzindo que está em descompasso com o valor de mercado, requerendo nova avaliação pelo oficial de justiça de forma detalhada e justificada, verifico que tal pedido não merece acolhimento, pois a avaliação feita por oficial de justiça goza de fé pública, e o executado em nenhum momento demonstrou qualquer erro do avaliador que pudesse ensejar dúvidas quanto ao valor atribuído ao bem, razão pela qual deve ser indeferido o pedido.
Ademais, no auto de penhora e avaliação do id. 24900553, o avaliador informa pormenorizadamente o método utilizado para avaliação do bem, pois registra a parte inferior do imóvel de forma detalhada, inclusive constando qual é a parte da meação e retirando esta parte da penhora.
Ademais, não se vislumbra a presença de nenhuma das situações descritas no art. 873 do CPC, as quais, em tese, justificariam uma nova avaliação do imóvel.
Assim, a teor do exposto, INDEFIRO o pedido de nova avaliação.
Intime-se o exequente de que, cabe a ele providenciar a averbação da penhora na unidade de registro que for competente (Cartório de Registro de Imóveis), mediante apresentação de cópia do auto ou termo, independentemente de ordem judicial, para que haja absoluta presunção de conhecimento por terceiros (CPC, artigos 844 e 799, IX).
Em relação ao pedido de restrição via Renajud do veículo penhorado, intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, juntar aos autos cálculo atualizado do débito e efetuar o pagamento da diligência do Renajud, prevista nos termos do artigo 17 da Lei 3.896/2016 (Lei de Custas) qual prevê: "o requerimento de buscas de endereços, bloqueio de bens ou quebra de sigilo fiscal, telemático e assemelhados, ainda que por meio eletrônico, deverá ser instruído com comprovante do pagamento da diligência, no valor de R$15,00 (quinze reais) para cada uma delas."
Comprovado o pagamento, venham os autos conclusos.
Por fim, defiro a inclusão do nome do executado no cadastro de inadimplentes. Expeça-se o necessário.
No mais, intime-se Márcia Regina Gonçalves de Matos quanto às penhoras realizadas no id. 24900553.
Intimem-se.
Presidente Médici/RO, (na data do movimento).
ELISÂNGELA FROTA ARAÚJO REIS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000 - Fone:(69)3471-2714/2655 Processo - 7000368-87.2017.8.22.0006
Classe - Cumprimento de SENTENÇA
Credor - GILVAN DE CASTRO ARAUJO
Advogado - GILVAN DE CASTRO ARAUJO - RO4589
Devedor - ANTONIO DE PAULA FREITAS JUNIOR
Advogado - EXECUTADO: JOSE SEBASTIAO DA SILVA - RO1474
Ato Ordinatório - Intimação da parte credora para retirar o alvará judicial vinculada ao presente expediente, promover o saque do quantum depositado em Juízo, sob pena de transferência para a conta centralizadora do TJ/RO, bem como para pleitear o que mais entender de direito. PM. 30.04.2019. (a) Gilson Antunes Pereira, Escrivão Judicial.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000 - Fone:(69)3471-2714/Processo nº: 7000576-03.2019.8.22.0006
Classe: HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL (112)
Assunto: [Alimentos, Fixação, Guarda]
Parte Ativa: Nome: GEISIBEL FISCHER DA SILVA
Endereço: Av Macapá, 2166, Ernandes Gonçalves, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Nome: SANDRO DUARTE LOPES
Endereço: Rua Caucheiro, 777, - de 631 a 955 - lado ímpar, Cafezinho, Ji-Paraná - RO - CEP: 76913-123
Advogado do(a) REQUERENTE: NITIELE SOBRAL GENELHU DE ALMEIDA - RO9326
Advogado do(a) REQUERENTE: ALEXANDRE BARNEZE - RO2660
Parte Passiva:
Valor da Causa: R$ 8.165,71
DESPACHO
Recebo a ação para processamento.
Processe-se em segredo de justiça.
1. Intimem-se as partes para comprovarem o pagamento das custas processuais iniciais, pois ausentes elementos objetivos que amparem o deferimento do pleito, pois incompatível com as condições econômicas dos requerentes, demonstradas nos autos, sendo que, um possui a profissão de pedagoga e o outro, sendo aposentado.
Outrossim, a situação de indulgência que integra a definição do necessitado da gratuidade judiciária não pode ser invocada de forma generalizada, em extensão (indevida) do conceito, ou na acepção do termo, sob pena de implicar em desvirtuação do direcionamento da lei.
2. Cumprido o item 1, certifique-se a escrivania, o necessário. e cumpra-se o seguinte:
Trata-se de ação de homologação de acordo.
Considerando que as requerentes estão de acordo com os termos apresentados na exordial, desnecessária, portanto, a designação de Audiência de Conciliação/Mediação.
Considerando que trata-se de interesses de menor, dê-se vistas ao Ministério Público para manifestação.
Após, tornem os autos conclusos.
Presidente Médici/RO, (na data do movimento).
ELISANGELA FROTA ARAUJO REIS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000 - Fone:(69)3471-2714/2655 Processo nº: 7001642-52.2018.8.22.0006
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Assunto: [Inventário e Partilha, Valor da Execução / Cálculo / Atualização, Correção Monetária, Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens, Expropriação de Bens]
Parte Ativa: Nome: SIDINEI CHANFRIN MARTINS
Endereço: Linha 124, Lote 16, Gleba 03, s/n, Setor Leitão, zona rural, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Nome: RAFAEL GERMANO CHANFRIN MARTINS
Endereço: Linha 124, Setor Leitão, s/n, Lote 15, Gleba 03, Zona Rural, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Nome: LUCAS GERMANO CHANFRIN MARTINS
Endereço: Linha 124, Setor Leitão, s/n, Lote 15, Gleba 03, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Nome: CLAUCIA GOMES MARTINS
Endereço: Rua Minas Gerais, 2089, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Nome: CLOVES CHANFRIN MARTINS
Endereço: Margem da BR 429, KM 08, Setor Leitão, S/N, Lote 23, entrada da 2 Linha, Zona Rural, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Nome: CAROLINA CHANFRIM DA SILVA
Endereço: 5ª Linha, Gleba: Jaru Uaru, Setor Leitão, s/n, Lote 27- C, Zona Rural, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Nome: JOAO BATISTA MARTINS
Endereço: Linha 124, s/n, Setor Leitão, Zona Rural, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Nome: CLAUDIONOR GOMES MARTINS
Endereço: Rua Curitiba, 1455, - de 1265/1266 a 1680/1681, Nova Brasília, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-492
Advogados do(a) EXEQUENTE: ELISANGELA DE OLIVEIRA TEIXEIRA MIRANDA - RO1043, PEDRO FELIPE DE OLIVEIRA MIRANDA - RO9489
Advogados do(a) EXEQUENTE: ELISANGELA DE OLIVEIRA TEIXEIRA MIRANDA - RO1043, PEDRO FELIPE DE OLIVEIRA MIRANDA - RO9489
Advogados do(a) EXEQUENTE: ELISANGELA DE OLIVEIRA TEIXEIRA MIRANDA - RO1043, PEDRO FELIPE DE OLIVEIRA MIRANDA - RO9489
Advogados do(a) EXEQUENTE: ELISANGELA DE OLIVEIRA TEIXEIRA MIRANDA - RO1043, PEDRO FELIPE DE OLIVEIRA MIRANDA - RO9489
Advogados do(a) EXEQUENTE: ELISANGELA DE OLIVEIRA TEIXEIRA MIRANDA - RO1043, PEDRO FELIPE DE OLIVEIRA MIRANDA - RO9489
Advogados do(a) EXEQUENTE: ELISANGELA DE OLIVEIRA TEIXEIRA MIRANDA - RO1043, PEDRO FELIPE DE OLIVEIRA MIRANDA - RO9489
Advogados do(a) EXEQUENTE: ELISANGELA DE OLIVEIRA TEIXEIRA MIRANDA - RO1043, PEDRO FELIPE DE OLIVEIRA MIRANDA - RO9489
Advogados do(a) EXEQUENTE: ELISANGELA DE OLIVEIRA TEIXEIRA MIRANDA - RO1043, PEDRO FELIPE DE OLIVEIRA MIRANDA - RO9489
Parte Passiva: Nome: FRANCISCA ALDAMIR DE S MARTINS
Endereço: 5ª Linha, Gleba 10, Setor Leitão, s/n, Lotes 28 e 29, Zona Rural, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Advogados do(a) EXECUTADO: ALIADNE BEZERRA LIMA FELBERK DE ALMEIDA - RO3655, JAKSON FELBERK DE ALMEIDA - RO982, SYRNE LIMA FELBERK DE ALMEIDA - RO3186
Valor da Causa: R$ 1.426.428,07
DECISÃO
1. Considerando a petição id 25722578, e o disposto no artigo 513 do CPC: O cumprimento da SENTENÇA será feito segundo as regras deste Título, observando-se, no que couber e conforme a natureza da obrigação, o disposto no Livro II da Parte Especial deste Código § 1o O cumprimento da SENTENÇA que reconhece o dever de pagar quantia, provisório ou definitivo, far-se-á a requerimento do exequente.§ 2o O devedor será intimado para cumprir a SENTENÇA: I - pelo Diário da Justiça, na pessoa de seu advogado constituído nos autos; e não tendo a SENTENÇA objeto do presente cumprimento de SENTENÇA, transitado em julgado há mais de 01 (um) ano, conforme preconiza o § 4o do referido artigo: - Se o requerimento a que alude o § 1o for formulado após 1 (um) ano do trânsito em julgado da SENTENÇA, a intimação será feita na pessoa do devedor, por meio de carta com aviso de recebimento encaminhada ao endereço constante dos autos, observado o disposto no parágrafo único do art. 274 e no § 3o deste artigo -, razão pela qual, DEFIRO o pedido formulado pelos exequentes, quanto à penhora e avaliação dos bens imóveis - Lote 28, Gleba 10 - D'Jaru Uaru, PF/Jaru Ouro Preto, Setor Leitão da Gleba G, localizado na zona rural do município de Presidente Médici – RO, com área de 71,0095ha (setenta e um hectares, noventa e cinco centiares), conforme certidão de inteiro teor em anexo; e - Lote 29, Gleba 10 - D'Jaru Uaru, PF/Jaru Ouro Preto, Setor Leitão localizado na zona rural do município de Presidente Médici – RO, com área de 49,4243ha (quarenta e nove hectares, quarenta e dois ares e quarenta e três centiares), porquanto, intimada para efetuar o pagamento de forma voluntária, a executada deixou tal prazo transcorrer inerte, conforme certidão id 23533776.
EXPEÇA-SE o competente MANDADO de penhora e avaliação dos referidos imóveis acima mencionados, bem como de eventuais outros bens a serem localizados, de propriedade da executada, intimando-se o(a) executado(a) acerca do prazo para embargos.
Conste do MANDADO, para cientificação da parte executada que, havendo nomeação de eventuais outros bens pelo(a) devedor(a), esta deverá vir acompanhada de prova da propriedade e, em se tratando de bem imóvel ou veículo, também da respectiva certidão negativa de ônus (art. 774, V, CPC).
Ausente a impugnação, diligencie-se desde logo, para a venda judicial, designando-se inclusive a data.
Não realizada a penhora ou apresentados embargos, abra-se vista à exequente para manifestação.
Em caso de inércia do(a) executado(a), manifeste-se o(a) exequente em 5(cinco) dias, requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção/arquivamento.
Cumpra-se.
SERVE ESTE DESPACHO COMO MANDADO /OFÍCIO/CARTA.
2. Com relação ao pedido de indisponibilidade de bens dos referidos imóveis Lote 28, Gleba 10 - D'Jaru Uaru, PF/Jaru Ouro Preto, Setor Leitão da Gleba G, localizado na zona rural do município de Presidente Médici – RO, com área de 71,0095ha (setenta e um hectares, noventa e cinco centiares), conforme certidão de inteiro teor em anexo; e - Lote 29, Gleba 10 - D'Jaru Uaru, PF/Jaru Ouro Preto, Setor Leitão localizado na zona rural do município de Presidente Médici – RO, com área de 49,4243ha (quarenta e nove hectares, quarenta e dois ares e quarenta e três centiares), tendo os exequentes comprovado o pagamento para inserção de restrição de indisponibilidade dos referidos bens, junto ao portal Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB, DECRETO a indisponibilidade dos bens imóveis indicados. Para tanto, COM URGÊNCIA, é comunicada a ordem de indisponibilidade no sistema "indisponibilidade.org.br, sendo gerado o seguinte número de protocolo:
Número do Protocolo: 201904.1215.00771413-IA-061
Número do Processo: 70016425220188220006
Nome do Processo: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Data do Cadastramento: 12/04/2019 às 15:41:09
Emissor da Ordem: STF - Supremo Tribunal Federal - Superior Tribunal de Justiça - Rondônia - ELISANGELA FROTA ARAUJO REIS
Aprovado por: STF - Supremo Tribunal Federal - Superior Tribunal

de Justiça - Rondônia - ELISANGELA FROTA ARAUJO REIS
Dados da Indisponibilidade:
CPF: 340.446.632-20
Nome: FRANCISCA ALDAMIR DE S MARTINS
Aguarde-se o resultado da diligência.
3. Neste ato, em consulta ao sistema RENAJUD, em busca de veículos de propriedade da executada (CPF N. 340.446.632-20), a diligência restou frutífera, conforme planilha abaixo:
RENAJUD - Restrições Judiciais Sobre Veículos Automotores
Usuário: ELISANGELA FROTA ARAUJO
12/04/2019 - 15:32:58
Comprovante de Inclusão de Restrição Veicular Dados do Processo Tribunal TRIBUNAL DE JUSTICA DE RONDONIA Comarca/ Município PRESIDENTE MEDICI Juiz Inclusão ELISANGELA FROTA ARAUJO Órgão Judiciário VARA UNICA DA COMARCA DE PRESIDENTE MEDICI N° do Processo 70016425220188220006 Total de veículos: 1 PlacaPlaca AnteriorUFMarca/ ModeloProprietárioRestrição NBT2737 RO HONDA/C100 DREAM FRANCISCA ALDAMIR DE SOUZA MARTINS Transferência
4. Efetivada busca através do sistema Bacenjud, em busca de valores, em contas bancárias da executada, a pesquisa resultou em bloqueio irrisório (R$7,27), tendo sido procedido o desbloqueio.
Pratique-se o necessário. Intime-se.
Presidente Médici/RO, (na data do movimento).
ELISÂNGELA FROTA ARAÚJO REIS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000 - Fone:(69)3471-2714/2655 Processo nº: 7000516-30.2019.8.22.0006
Classe: FAMÍLIA- EXECUÇÃO DE ALIMENTOS (1112)
Assunto: [Alimentos]
Parte Ativa: Nome: JULIANA PONTES DA SILVA
Endereço: Av. Brasil, 1448, Cunha e Silva, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Advogado do(a) EXEQUENTE: SUELLEN SANTANA DE JESUS - RO5911
Parte Passiva: Nome: RITA DE CASSIA DA SILVA FILHA
Endereço: 7 de Setembro, 1448, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Valor da Causa: R$ 1.382,41
DECISÃO
1. O atual entendimento da jurisprudência, inclusive do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, é o de que não basta o pedido de assistência judiciária gratuita. A parte solicitante deverá trazer elementos objetivos que amparem o deferimento do pleito. Nesse sentido, decidiu o Superior Tribunal de Justiça:É relativa a presunção de hipossuficiência oriunda da declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita, sendo possível a exigência, pelo magistrado, da devida comprovação. (AgRg no AREsp n. 412.412. Rel. Min. Antônio Carlos Ferreira).
Salienta-se que deve o juízo agir com máxima cautela para não conceder a justiça gratuita a pessoas que, aos olhos da lei, não possam ser consideradas hipossuficientes. Seria irregular a concessão de benefício de assistência judiciária gratuita àqueles que não demonstram cabalmente a insuficiência financeira para o exercício do direito, embora com dificuldades (e dificuldade não é sinônimo de impossibilidade).
Dessa forma, emende-se a inicial, em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, extinção ou arquivamento, recolhendo-se as custas processuais ou, caso não possa fazê-lo, em razão da alegada dificuldade financeira, que traga elementos comprobatórios da situação de insuficiência econômica. Ademais, nos termos do art. 99, § 2º, parte final, do Código de Processo Civil, deverá apresentar cópia de sua última declaração de imposto de renda, carteira de trabalho legível e, sendo empregado (a), do último comprovante de salário.
Assim, intime-se para cumprimento da determinação supra.
2. Outrossim, a autora deverá emendar a inicial, para o fim de constar no polo passivo da demanda, somente a pessoa de Weslen da Silva Santos, pois não constam nos autos documentos que comprovem que a genitora do executado, possui poderes para representá-lo, especificamente, quanto a este processo. Além do mais, quando da homologação do acordo id 26142724, o próprio executado Weslen da Silva Lima, fora quem assinou a ata de homologação, e não a genitora/avó paterna, Rita de Cássia da Silva Filha. Indique o endereço no qual o executado poderá ser localizado naquele país.
Intime-se.
Cumpra-se, sob pena de indeferimento da inicial.
Presidente Médici/RO, (na data do movimento).
ELISÂNGELA FROTA ARAÚJO REIS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000 - Fone:(69)3471-2714/2655 Processo - 7000597-76.2019.8.22.0006
Classe - Carta Precatória
Requerente - Lourdes Marcelino da Silva Vieira
Advogada -- Cláudia Regina Luizeto (OAB/PR 40257)
Requerido - INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
Ato Ordinatório - Compulsando os autos, verifico que a Carta Precatória encontra-se desacompanhada do comprovante das custas referente o ato a ser realizado, os quais são requisitos essenciais da carta precatória. Por esta razão, intime-se o advogado da parte deprecante, para que apresente o comprovante de pagamento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena da presente deprecata ser devolvida sem o devido cumprimento, conforme determinação do art. 267, inciso I do CPC. Apresentado o comprovante de pagamento, voltem os autos conclusos para designação de audiência. Intime-se. Presidente Médici/RO, (na data do movimento). (a) Elisângela Frota Araújo Reis, Juíza de Direito.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000 - Fone:(69)3471-2714/2655 Processo nº: 0019637-18.2009.8.22.0006
Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116)
Assunto: [Dívida Ativa]
Parte Ativa: PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL DO ESTADO DE RONDONIA
Parte Passiva: Instituto de Pesquisa Phoenix e Associados
CERTIDÃO
Certifico que, de acordo com a resolução n. 037/2016-PR, procedi com a migração destes autos físicos para o sistema do Processo Judicial Eletrônico - PJe.
Presidente Médici/RO, 30 de abril de 2019.
Gilson Antunes Pereira - Escrivão Judicial
(assinado digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000 - Fone:(69)3471-2714/2655 Processo nº: 7000420-15.2019.8.22.0006
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Assunto: [Indenização por Dano Moral, Empréstimo consignado]

Parte Ativa: MARIA NEVES DE OLIVEIRA
Advogado do(a) AUTOR: EDSON CESAR CALIXTO JUNIOR - RO3897
Parte Passiva: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
ATO ORDINATÓRIO
Conforme previsto no Provimento da Corregedoria n. 026/2017 fica a parte autora, por meio de seu advogado, intimada para no prazo de 05 (cinco) dias manifestar acerca dos documentos juntados do inss
Processo nº: 0003171-07.2013.8.22.0006
Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116)
Assunto: [Dívida Ativa]
Parte Ativa: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MÉDICI
Parte Passiva: H. GHILARDI & CIA LTDA - ME
Advogados do(a) EXECUTADO: EDSON VIEIRA DOS SANTOS - RO4373, ELAINE VIEIRA DOS SANTOS DEMUNER - RO7311
Certidão
Certifico que procedo o translado da r. DECISÃO exarada nos autos de embargos n. 7000736-96.2017.8.22.0006.
Presidente Médici/RO, 30 de abril de 2019.
PABLO AUGUSTO MINOSSO FERREIRA
Chefe de Serviço de Cartório
(assinado digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000 - Fone:(69)3471-2714/2655 Processo nº: 7000066-87.2019.8.22.0006
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Assunto: [Duplicata]
Parte Ativa: Nome: CENTRAL PEC COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
Endereço: Rua São João, 780, - de 883/884 a 1224/1225, Casa Preta, Ji-Paraná - RO - CEP: 76907-626
Advogado do(a) EXEQUENTE: ALINE SILVA DE SOUZA - RO6058
Parte Passiva: Nome: T. DA SILVA CAVALCANTE & CIA LTDA - ME
Endereço: AVENIDA 30 DE JUNHO, 1142, CENTRO, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Valor da Causa: R$ 3.689,10
DECISÃO
1. Recebo parcialmente a emenda à inicial, tendo sido comprovado o pagamento das custas processuais iniciais id 24146294.
2. Outrossim, compulsando os autos verifico que a duplicata juntada (id 24084036) não preenche os requisitos de título executivo.
Conforme art. 2º, §1º da Lei 5.474/68, os requisitos chamados essenciais da duplicata, são:
A denominação “duplicata”, a data de sua emissão e o número de ordem;
O número da fatura;
A data certa do vencimento ou a declaração de ser a duplicata à vista;
O nome e domicílio do vendedor e do comprador;
A importância a pagar, em algarismos e por extenso;
A praça de pagamento;
A cláusula à ordem;
A declaração do reconhecimento de sua exatidão e da obrigação de pagá-la, a ser assinada
pelo comprador, como aceite, cambial;
A assinatura do emitente.
Verifica-se que a duplicata não preenche um dos requisitos legais contidos no artigo acima aduzido, qual seja, a declaração do reconhecimento da exatidão e da obrigação de pagar a duplicata, a ser assinada pelo comprador, como aceite, cambial.
Assim, a ausência desse pressuposto retirar a certeza da duplicata, característica essencial dos títulos de crédito extrajudicial, nos termos do artigo 783, do CPC, ao estabelecer que a execução para cobrança de crédito deverá ser requerida por título de obrigação certa, líquida e exigível.
Ademais, conforme aduz o artigo 15, inciso II, da Lei 5.474/68, somente poderá ser pleiteada a cobrança da duplicata não aceita, por meio da execução de títulos executivos extrajudiciais, quando preencher cumulativamente os seguintes requisitos:
Houver sido protestada;
Estiver acompanhada de documento hábil comprobatório da entrega e recebimento da mercadoria; e
O sacado não tenha, comprovadamente, recusado o aceite, no prazo, nas condições e pelos motivos previstos nos arts. 7º e 8º da referida Lei.
Posto isso, intime-se a exequente para no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial para que comprove os requisitos previstos no artigo 15, inciso II, da Lei 5.474/68.
Presidente Médici/RO, (na data do movimento).
ELISÂNGELA FROTA ARAÚJO REIS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000 - Fone:(69)3471-2714/2655 Processo nº: 7001255-37.2018.8.22.0006
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Assunto: [Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material]
Parte Ativa: Nome: SILVIA EDI CARVALHO
Endereço: Rua Antônio Mollon, 771, Vila Mollon IV, Santa Bárbara D’Oeste - SP - CEP: 13456-580
Nome: ADEMIR VILELA NOGUEIRA
Endereço: Rua Antônio Mollon, 771, Vila Mollon IV, Santa Bárbara D’Oeste - SP - CEP: 13456-580
Advogado do(a) REQUERENTE: JOYCE BORBA DEFENDI - RO4030
Advogado do(a) REQUERENTE: JOYCE BORBA DEFENDI - RO4030
Parte Passiva: Nome: EUCATUR-EMPRESA UNIAO CASCAVEL DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA
Endereço: Avenida Marechal Rondon, 2727, - de 2355 a 2727 - lado ímpar, Dois de Abril, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-881
Advogado do(a) REQUERIDO: GUSTAVO ATHAYDE NASCIMENTO - RO8736
Valor da Causa: R$ 20.804,88
DESPACHO
INTIMEM-SE as partes para que no prazo de 15 (quinze) dias, especifiquem as provas, justificando a conveniência e necessidade, ou caso não haja provas de interesse das partes a serem produzidas, requeiram o julgamento do feito no estado em que se encontra.
Transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, voltem conclusos para a fase do saneamento e organização do processo, ou se for o caso, prolação da SENTENÇA.
Presidente Médici-RO, (na data do movimento).
ELISÂNGELA FROTA ARAÚJO REIS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000 - Fone:(69)3471-2714/2655 Processo nº: 7002045-21.2018.8.22.0006
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [Aposentadoria por Invalidez, Auxílio-Doença Previdenciário]
Parte Ativa: Nome: JOSE DA SILVA LOPES

Endereço: Av Macapá, 624, Cunha e Silva, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Advogados do(a) AUTOR: REGIANE TEIXEIRA STRUCKEL - RO3874, CAMILA GHELLER - RO7738
Parte Passiva: Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Endereço: Avenida Marechal Rondon, 870, - de 870 a 1158 - lado par, Centro, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-082
Valor da Causa: R$ 11.448,00
DECISÃO
Considerando o comunicado de DECISÃO emitido pelo INSS id. 18145477, onde consta que o benefício de auxílio-doença foi concedido até 31/01/2018, após essa data, não vieram aos autos comprovante de pedido de prorrogação de benefício.
Nesse aspecto, em matéria previdenciária, torna-se desnecessário o prévio exaurimento da via administrativa, como condição de ajuizamento da ação. É bem verdade que o prévio requerimento administrativo é indispensável à caracterização do interesse processual de agir da parte autora. Uma questão é o esgotamento de todos os recursos administrativos e outra é a não formulação do pedido em sede administrativa.
No presente caso, faz-se necessário que o autor se submeta a nova perícia, pois sem a propositura de pedido administrativo recente, ato necessário para a análise pela justiça, evita-se o acúmulo de processos judiciais em caso de deferimento administrativo. Ademais, o requerimento administrativo deve condizer que o benefício pleiteado em sede judicial, a fim de verificar a presença do interesse de agir.
Posto isso, cumpra-se a DECISÃO do id. 23856936.
Decorrido o prazo da suspensão, retornem os autos conclusos.
Pratique-se o necessário.
Presidente Médici/RO, (na data do movimento).
ELISÂNGELA FROTA ARAÚJO REIS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000 - Fone:(69)3471-2714/2655 Processo nº: 7001095-17.2015.8.22.0006
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Assunto: [Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes, Obrigação de Fazer / Não Fazer]
Parte Ativa: IRENE PEREIRA PINHEIRO
Advogado do(a) REQUERENTE: ADEMIR MANOEL DE SOUZA - RO781
Parte Passiva: TELEFONICA BRASIL S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: ALAN ARAIS LOPES - RO1787
ATO ORDINATÓRIO
Conforme previsto no Provimento da Corregedoria n. 026/2017 ficam as partes intimadas para no prazo de 5 (cinco) dias se manifestarem do retorno dos autos da Turma Recursal.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000 - Fone:(69)3471-2714/2655 Processo nº: 7000916-15.2017.8.22.0006
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Assunto: [Obrigação de Fazer / Não Fazer, Auxílio-transporte]
Parte Ativa: JOSE MARCELINO DOS SANTOS JUNIOR
Advogados do(a) REQUERENTE: JOSE IZIDORO DOS SANTOS - RO4495, ROBISMAR PEREIRA DOS SANTOS - RO5502
Parte Passiva: ESTADO DE RONDÔNIA
ATO ORDINATÓRIO
Conforme previsto no Provimento da Corregedoria n. 026/2017 ficam as partes intimadas para no prazo de 5 (cinco) dias se manifestarem do retorno dos autos da Turma Recursal.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000 - Fone:(69)3471-2714/2655 Processo nº: 7000429-74.2019.8.22.0006
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Assunto: [Indenização por Dano Moral, Empréstimo consignado]
Parte Ativa: ANTONIA SILVA VICENTE
Advogado do(a) AUTOR: EDSON CESAR CALIXTO JUNIOR - RO3897
Parte Passiva: BANCO BONSUCESSO CONSIGNADO S/A
ATO ORDINATÓRIO
Conforme previsto no Provimento da Corregedoria n. 026/2017 fica a parte autora, por meio de seu advogado, intimada para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar acerca da juntada de Oficio 116/2019

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000 - Fone:(69)3471-2714/2655 Processo nº: 7000330-07.2019.8.22.0006
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Assunto: [Indenização por Dano Moral, Empréstimo consignado]
Parte Ativa: MARIA HELENA CHAGAS
Advogado do(a) AUTOR: EDSON CESAR CALIXTO JUNIOR - RO3897
Parte Passiva: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
ATO ORDINATÓRIO
Conforme previsto no Provimento da Corregedoria n. 026/2017 fica a parte autora, por meio de seu advogado, intimada para no prazo de 05 (cinco) dias manifestar acerca da juntada do documento 26844470

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000 - Fone:(69)3471-2714/2655 Processo - 0001107-53.2015.8.22.0006
Classe - Execução de Título Extrajudicial
Credor - Farma - Comércio, Importação e Exportação Ltda
Advogados - Marco Antônio Ribeiro de Menezes Lagos (OAB/RO 6140), Anaa Gabriela Rover (OAB/RO 5210) e Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Parte Passiva: OLIVIO GERMANO JUNIOR & CIA LTDA - ME
Ato Ordinatório - Intimação do credor a dar prosseguimento ao processo, pleiteando o que entender pertinente, sob pena de extinção e arquivamento. PM. 02.05.2019. (a) Gilson Antunes Pereira, Escrivão Judicial.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000 - Fone:(69)3471-2714/2655 Processo nº: 7001696-86.2016.8.22.0006
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Assunto: [Lei de Imprensa, Indenização por Dano Material]
Parte Ativa: ANGELINO GOMES PEREIRA
Advogado do(a) REQUERENTE: JEAN DE JESUS SILVA - RO2518
Parte Passiva: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogados do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E

MASCARENHAS BARBOSA - MS6835, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318, GABRIELA DE LIMA TORRES - RO5714
ATO ORDINATÓRIO
Conforme previsto no Provimento da Corregedoria n. 026/2017 fica a parte autora, por meio de seu advogado, intimada para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar acerca da petição de id. 26661782

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000 - Fone:(69)3471-2714/2655 Processo nº: 7000493-84.2019.8.22.0006
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Assunto: [Licença Prêmio]
Parte Ativa: Nome: MARIA RODRIGUES BARBOSA
Endereço: AV. JI-PARANÁ, 610, CENTRO, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Advogado do(a) REQUERENTE: VALTER CARNEIRO - RO2466
Parte Passiva: Nome: ESTADO DE RONDÔNIA
Endereço: desconhecido
Valor da Causa: R$ 14.187,69
DESPACHO
Tendo em vista os princípios que norteiam o procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública, como o da simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade (art. 27 da Lei 12.153/09 c/c art. 2º da Lei 9.099/95), deixo de designar audiência de conciliação, eis que é público e notório que em todas as ações em trâmite nesta vara contra a Fazenda Pública não é firmado acordo, o que redunda em desperdício de tempo e expediente da escrivaninha.
Ademais, em recente entendimento firmado no Encontro Estadual dos Juizados Especiais de Rondônia, estabeleceu a desnecessidade de audiência, quando se verificar, pela natureza da matéria, não haver nenhum prejuízo. Confira: "Prescindem da sessão de conciliação, que alude o art. 16 da lei 9.099/95, as ações de massa propostas perante o Juizado Especial Cível, sempre que a matéria nelas versada for essencialmente de direito e a composição entre as partes já se tenha revelado inócua em casos idênticos."
Referido enunciado está em perfeita harmonia com os princípios norteadores da Lei n. 9.099/95, quais sejam, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade (art. 2º), que também se aplicam ao Juizado Especial da Fazenda Pública por força do art. 27 da Lei n.12.153/2009.
CITE-SE a parte requerida para responder a presente, apresentar sua defesa e todos os documentos de prova que porventura possua, no prazo de 30 dias contados da ciência, por aplicação analógica e sistemática dos artigos 9º e 7º da L.12.153/09.
Caso haja interesse da parte requerida em apresentar proposta de conciliação deverá consignar expressamente na contestação.
Juntada a Contestação, somente se houver juntada de documentos ou alegações preliminares, intime-se a autora para apresentar impugnação, no prazo de 15 dias.
Caso não sejam arroladas testemunhas, ou tratar-se de matéria exclusivamente de direito, voltem conclusos para julgamento antecipado da lide.
Se a requerida queira ouvir testemunhas, deverá arrolá-las junto com a contestação, sob pena de preclusão.
Do mesmo modo, caso a autora queira ouvir testemunhas, deverá apresentar rol no prazo de 05 dias, a contar da intimação desta DECISÃO, caso não o tenha feito na inicial, sob pena de preclusão.
Se arroladas testemunhas, defiro, desde já a designação de audiência de instrução e julgamento, para oitiva de até 03 (três) testemunhas de cada parte, a qual terá data fixada pela secretaria judicial.
Cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do Juízo (art. 455, caput do CPC). Ainda, a intimação deverá ser realizada por carta com aviso de recebimento, cumprindo ao advogado juntar aos autos, com antecedência de pelo menos 3 (três) dias da data da audiência, cópia da correspondência de intimação e do comprovante de recebimento; a parte pode comprometer-se a levar a testemunha à audiência, independentemente da intimação de que trata o § 1º, presumindo-se, caso a testemunha não compareça, que a parte desistiu de sua inquirição e a inércia na realização da intimação a que se refere o § 1º importa desistência da inquirição da testemunha (parágrafos 1º, 2º e 3º do art. 455 do CPC). Em sendo a parte patrocinada pela defensoria pública ou se postula seu direito sem assistência de advogado, as testemunhas serão intimadas pelo Juízo.
SERVE A PRESENTE DE CARTA/CARTA PRECATÓRIA/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO E OFÍCIO.
Presidente Médici-RO, (na data do movimento).
ELISÂNGELA FROTA ARAÚJO REIS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000 - Fone:(69)3471-2714/2655 Processo nº: 7000320-60.2019.8.22.0006
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Assunto: [Indenização por Dano Moral, Empréstimo consignado]
Parte Ativa: JOSE CARDOSO DE MAGALHAES
Advogado do(a) AUTOR: EDSON CESAR CALIXTO JUNIOR - RO3897
Parte Passiva: BANCO BMG CONSIGNADO S/A
Advogado do(a) RÉU: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA - SP327026
ATO ORDINATÓRIO
Conforme previsto no Provimento da Corregedoria n. 026/2017 fica a parte autora, por meio de seu advogado, intimada para no prazo de 15 (quinze) dias, em querendo, impugnar a contestação de id. 26661782 .

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000 - Fone:(69)3471-2714/2655 Processo nº: 7000473-93.2019.8.22.0006
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Assunto: [Auxílio-transporte]
Parte Ativa: Nome: MARIA DE FATIMA RODRIGUES DAMASCENO
Endereço: RUA AGENOR RODRIGUES, SN, TERREO, CENTRO, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Advogado do(a) REQUERENTE: GERALDO PEREIRA DE ARAUJO - RO1483
Parte Passiva: Nome: ESTADO DE RONDÔNIA
Endereço: desconhecido
Valor da Causa: R$ 6.834,04
DESPACHO
Tendo em vista os princípios que norteiam o procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública, como o da simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade (art. 27 da Lei 12.153/09 c/c art. 2º da Lei 9.099/95), deixo de designar audiência de conciliação, eis que é público e notório que em todas as ações em trâmite nesta vara contra a Fazenda Pública não é firmado acordo, o que redunda em desperdício de tempo e expediente da escrivaninha.
Ademais, em recente entendimento firmado no Encontro Estadual

dos Juizados Especiais de Rondônia, estabeleceu a desnecessidade de audiência, quando se verificar, pela natureza da matéria, não haver nenhum prejuízo. Confira: "Prescindem da sessão de conciliação, que alude o art. 16 da lei 9.099/95, as ações de massa propostas perante o Juizado Especial Cível, sempre que a matéria nelas versada for essencialmente de direito e a composição entre as partes já se tenha revelado inócua em casos idênticos."
Referido enunciado está em perfeita harmonia com os princípios norteadores da Lei n. 9.099/95, quais sejam, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade (art. 2º), que também se aplicam ao Juizado Especial da Fazenda Pública por força do art. 27 da Lei n.12.153/2009.
CITE-SE a parte requerida para responder a presente, apresentar sua defesa e todos os documentos de prova que porventura possua, no prazo de 30 dias contados da ciência, por aplicação analógica e sistemática dos artigos 9º e 7º da L.12.153/09.
Caso haja interesse da parte requerida em apresentar proposta de conciliação deverá consignar expressamente na contestação.
Juntada a Contestação, somente se houver juntada de documentos ou alegações preliminares, intime-se a autora para apresentar impugnação, no prazo de 15 dias.
Caso não sejam arroladas testemunhas, ou tratar-se de matéria exclusivamente de direito, voltem conclusos para julgamento antecipado da lide.
Se a requerida queira ouvir testemunhas, deverá arrolá-las junto com a contestação, sob pena de preclusão.
Do mesmo modo, caso a autora queira ouvir testemunhas, deverá apresentar rol no prazo de 05 dias, a contar da intimação desta DECISÃO, caso não o tenha feito na inicial, sob pena de preclusão.
Se arroladas testemunhas, defiro, desde já a designação de audiência de instrução e julgamento, para oitiva de até 03 (três) testemunhas de cada parte, a qual terá data fixada pela secretaria judicial.
Cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do Juízo (art. 455, caput do CPC). Ainda, a intimação deverá ser realizada por carta com aviso de recebimento, cumprindo ao advogado juntar aos autos, com antecedência de pelo menos 3 (três) dias da data da audiência, cópia da correspondência de intimação e do comprovante de recebimento; a parte pode comprometer-se a levar a testemunha à audiência, independentemente da intimação de que trata o § 1º, presumindo-se, caso a testemunha não compareça, que a parte desistiu de sua inquirição e a inércia na realização da intimação a que se refere o § 1º importa desistência da inquirição da testemunha (parágrafos 1º, 2º e 3º do art. 455 do CPC). Em sendo a parte patrocinada pela defensoria pública ou se postula seu direito sem assistência de advogado, as testemunhas serão intimadas pelo Juízo.
SERVE A PRESENTE DE CARTA/CARTA PRECATÓRIA/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO E OFÍCIO.
Presidente Médici-RO, (na data do movimento).
ELISÂNGELA FROTA ARAÚJO REIS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000 - Fone:(69)3471-2714/2655 Processo nº: 7000683-81.2018.8.22.0006
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Assunto: [Indenização por Dano Material, Indenização por Dano Material, Fornecimento de Energia Elétrica]
Parte Ativa: Nome: WALDEMAR ILDEFONSO SIQUEIRA
Endereço: Linha 136, lote 52, gleba 04, Setor Muqui, distrit, lote 52, distrito de Estrela de Rondônia, zona rural, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Nome: MARIA APARECIDA ILDEFONSO
Endereço: Linha 136, lote 52, gleba 04, Setor Muqui, lote 52, distrito de Estrela de Rondônia, zona rural, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Nome: JOSE SIQUEIRA ILDEFONSO
Endereço: Linha 136, lote 52, gleba 04, Setor Muqui, lote 52, distrito de Estrela de Rondônia, zona rural, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Nome: JOAO ILDEFONSO SIQUEIRA
Endereço: Linha 136, lote 52, gleba 04, Setor Muqui, lote 52, distrito de Estrela de Rondônia, zona rural, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Nome: ANTONIO IDELFONSO SIQUEIRA
Endereço: Linha 136, lote 52, gleba 04, Setor Muqui, lote 52, Distrito de Estrela de Rondônia, zona rural, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Nome: AILTON ILDEFONSO SIQUEIRA
Endereço: Linha 136, lote 52, gleba 04, Setor Muqui, lote 52, Distrito de Estrela de Rondônia, zona rural, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Advogado do(a) REQUERENTE: JULIANO MENDONÇA GEDE - RO5391
Advogado do(a) REQUERENTE: JULIANO MENDONÇA GEDE - RO5391
Advogado do(a) REQUERENTE: JULIANO MENDONÇA GEDE - RO5391
Advogado do(a) REQUERENTE: JULIANO MENDONÇA GEDE - RO5391
Advogado do(a) REQUERENTE: JULIANO MENDONÇA GEDE - RO5391
Advogado do(a) REQUERENTE: JULIANO MENDONÇA GEDE - RO5391
Parte Passiva: Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Avenida dos Imigrantes, n4137, CERON, Industrial, Porto Velho - RO - CEP: 76821-063
Advogado do(a) REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462
Valor da Causa: R$ 15.816,00
DESPACHO
Converto julgamento em diligência.
Trata-se de ação de indenização para restituição de valores ajuizada em face de CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA - CERON, sob o fundamento de que a parte demandante construiu, com seus próprios recursos, uma subestação de eletrificação rural, situada em sua propriedade, localizada na zona rural desse município.
Pois bem. Registro inicialmente que centenas de ações desse jaez vem se aportando nesse juízo, resultando em condenações de consideráveis valores em desfavor da demandada, o que vem gerando incomensuráveis prejuízos à coletividade, vez que como cediço, os custos dessas condenações são rateados futuramente entre os consumidores de energia elétrica.
As obras que a parte demandante alega ter feito ocorreram há muitos anos e ainda que a Turma Recursal entenda que deva haver a restituição dos valores no caso de instalação de rede por particular, destaco a Comprovação dos gastos arcados pelo autor.
Os danos materiais conforme pacífica e reiterada jurisprudência, exigem a comprovação do quantum reclamado, posto que, ao contrário dos danos morais, não são presumíveis.
Para que haja a condenação da parte requerida é indispensável a comprovação efetiva da extensão dos prejuízos patrimoniais suportados pelo demandante.
Por tal motivo, como a construção da subestação foi realizada há vários anos e a parte autora juntou orçamentos com preços atuais por estimativa, realizado por empresas de outros municípios, sem nenhuma comprovação da efetiva utilização dos materiais lançados nos citados orçamentos, necessário se faz auferir a veracidade de tais informações, vez que, repito, trata-se de dinheiro coletivo, posto

que a demandante tem o poder público como acionista majoritário.
Registro que pelas razões acima invocadas, entendo que é necessária a comprovação pela demandante dos gastos efetivos para a construção da subestação, como a juntada de notas fiscais dos gastos feitos à época da construção, comprovando de fato o gasto realizado, não sendo suficientes os orçamentos fictícios colhidos em lojas de materiais de construção que não forneceram o material utilizado na obra e sequer sabem do local da localização da mesma.
Assim sendo, como os valores apresentados não refletem os valores efetivamente gastos, pautando-se em valores aproximados, sempre majorados, materializados em orçamentos fictícios, faz-se necessária uma melhor averiguação dos fatos.
DETERMINO ao Oficial de Justiça que:
a) Compareça no local da obra, verificando se está localizada nesta comarca.
b) Nomeio o Técnico em Eletrotécnica ANGELO MENEGUETTI NETO com REGISTRO CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS CFT: 2307532935, Telefone: (69) 3471-1948 ou (69) 98457-0807, para que possa acompanhar o oficial de justiça a fim de realizar inspeção e avaliar a subestação, apresentando orçamento expedido por empresa atuante no ramo nesta cidade/comarca. Fixo os honorários no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) que serão custeados pela parte Requerida.
c) Deverá o Oficial de Justiça contatar o experto para o cumprimento do MANDADO.
d) Junto com o MANDADO deve ser entregue ao Técnico nomeado cópia do Projeto Elétrico juntado no ID. 18186339.
e) Intime-se a requerida para que proceda o pagamento dos honorários no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) ao Técnico em Eletrotécnica ANGELO MENEGUETTI NETO com REGISTRO CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS CFT: 2307532935, em razão da vistoria realizada.
Serve a presente como MANDADO / Ofício.
Após, digam as partes e concluso.
Presidente Médici/RO, (na data do movimento).
ELISÂNGELA FROTA ARAÚJO REIS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000 - Fone:(69)3471-2714/2655 Processo nº: 7000034-87.2016.8.22.0006
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Assunto: [Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes, Fornecimento de Água, Obrigação de Fazer / Não Fazer]
Parte Ativa: Nome: REGINA FLOR DE OLIVEIRA FERNANDES
Endereço: JK, 2777, CASA, CENTRO, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Parte Passiva: Nome: COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOSTOS DE RONDÔNIA - CAERD
Endereço: RUA NOVA BRASÍLIA, 2606, CENTRO, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Advogado do(a) EXECUTADO: CLAYTON CONRAT KUSSLER - RO3861
Valor da Causa: R$ 463,50
DECISÃO
No ID, 22970461, a empresa executada apresenta impugnação de SENTENÇA, no mesmo teor da impugnação apresentada no ID. 12963059, julgada improcedente no ID. 19716452, pelo que houve a perda do objeto da citada impugnação, eis que já decidido.
Ademais no ID. 17798544 consta DECISÃO não conhecendo agravo de instrumento interposto pela executada.
Por fim, considerando ter sido positivo o bloqueio eletrônico de valores em nome do(a) executado(a), via Bacenjud, foi procedida a transferência da quantia à agência da CEF local.
Transf. de Valores
ID:072019000004363509
Instituição:CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Agência:3664
Tipo créd. jud.:Geral
Como a constrição independe da nomeação de depositário fiel, CONVERTO o bloqueio em PENHORA.
Intime-se o(a) executado(a) para apresentar embargos/impugnação no prazo legal.
Em caso de não apresentação de embargos/impugnação, expeça-se alvará para levantamento dos valores em favor do(a) exequente.
Após, diga o credor sobre eventual saldo remanescente, requerendo o que de direito em 5 (cinco) dias, sob pena de extinção/arquivamento.
Intimem-se.
Presidente Médici/RO, (na data do movimento).
ELISÂNGELA FROTA ARAÚJO REIS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000 - Fone:(69)3471-2714/2655 Processo nº: 7000683-81.2018.8.22.0006
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Assunto: [Indenização por Dano Material, Indenização por Dano Material, Fornecimento de Energia Elétrica]
Parte Ativa: Nome: WALDEMAR ILDEFONSO SIQUEIRA
Endereço: Linha 136, lote 52, gleba 04, Setor Muqui, distrit, lote 52, distrito de Estrela de Rondônia, zona rural, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Nome: MARIA APARECIDA ILDEFONSO
Endereço: Linha 136, lote 52, gleba 04, Setor Muqui, lote 52, distrito de Estrela de Rondônia, zona rural, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Nome: JOSE SIQUEIRA ILDEFONSO
Endereço: Linha 136, lote 52, gleba 04, Setor Muqui, lote 52, distrito de Estrela de Rondônia, zona rural, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Nome: JOAO ILDEFONSO SIQUEIRA
Endereço: Linha 136, lote 52, gleba 04, Setor Muqui, lote 52, distrito de Estrela de Rondônia, zona rural, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Nome: ANTONIO IDELFONSO SIQUEIRA
Endereço: Linha 136, lote 52, gleba 04, Setor Muqui, lote 52, Distrito de Estrela de Rondônia, zona rural, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Nome: AILTON ILDEFONSO SIQUEIRA
Endereço: Linha 136, lote 52, gleba 04, Setor Muqui, lote 52, Distrito de Estrela de Rondônia, zona rural, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Advogado do(a) REQUERENTE: JULIANO MENDONÇA GEDE - RO5391
Advogado do(a) REQUERENTE: JULIANO MENDONÇA GEDE - RO5391
Advogado do(a) REQUERENTE: JULIANO MENDONÇA GEDE - RO5391
Advogado do(a) REQUERENTE: JULIANO MENDONÇA GEDE - RO5391
Advogado do(a) REQUERENTE: JULIANO MENDONÇA GEDE - RO5391
Advogado do(a) REQUERENTE: JULIANO MENDONÇA GEDE - RO5391
Advogado do(a) REQUERENTE: JULIANO MENDONÇA GEDE - RO5391
Parte Passiva: Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Avenida dos Imigrantes, n4137, CERON, Industrial, Porto Velho - RO - CEP: 76821-063
Advogado do(a) REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS

PINHEIRO SARMENTO - RO5462
Valor da Causa: R$ 15.816,00
DESPACHO
Converto julgamento em diligência.
Trata-se de ação de indenização para restituição de valores ajuizada em face de CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA - CERON, sob o fundamento de que a parte demandante construiu, com seus próprios recursos, uma subestação de eletrificação rural, situada em sua propriedade, localizada na zona rural desse município.
Pois bem. Registro inicialmente que centenas de ações desse jaez vem se aportando nesse juízo, resultando em condenações de consideráveis valores em desfavor da demandada, o que vem gerando incomensuráveis prejuízos à coletividade, vez que como cediço, os custos dessas condenações são rateados futuramente entre os consumidores de energia elétrica.
As obras que a parte demandante alega ter feito ocorreram há muitos anos e ainda que a Turma Recursal entenda que deva haver a restituição dos valores no caso de instalação de rede por particular, destaco a Comprovação dos gastos arcados pelo autor.
Os danos materiais conforme pacífica e reiterada jurisprudência, exigem a comprovação do quantum reclamado, posto que, ao contrário dos danos morais, não são presumíveis.
Para que haja a condenação da parte requerida é indispensável a comprovação efetiva da extensão dos prejuízos patrimoniais suportados pelo demandante.
Por tal motivo, como a construção da subestação foi realizada há vários anos e a parte autora juntou orçamentos com preços atuais por estimativa, realizado por empresas de outros municípios, sem nenhuma comprovação da efetiva utilização dos materiais lançados nos citados orçamentos, necessário se faz auferir a veracidade de tais informações, vez que, repito, trata-se de dinheiro coletivo, posto que a demandante tem o poder público como acionista majoritário.
Registro que pelas razões acima invocadas, entendo que é necessária a comprovação pela demandante dos gastos efetivos para a construção da subestação, como a juntada de notas fiscais dos gastos feitos à época da construção, comprovando de fato o gasto realizado, não sendo suficientes os orçamentos fictícios colhidos em lojas de materiais de construção que não forneceram o material utilizado na obra e sequer sabem do local da localização da mesma.
Assim sendo, como os valores apresentados não refletem os valores efetivamente gastos, pautando-se em valores aproximados, sempre majorados, materializados em orçamentos fictícios, faz-se necessária uma melhor averiguação dos fatos.
DETERMINO ao Oficial de Justiça que:
a) Compareça no local da obra, verificando se está localizada nesta comarca.
b) Nomeio o Técnico em Eletrotécnica ANGELO MENEGUETTI NETO com REGISTRO CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS CFT: 2307532935, Telefone: (69) 3471-1948 ou (69) 98457-0807, para que possa acompanhar o oficial de justiça a fim de realizar inspeção e avaliar a subestação, apresentando orçamento expedido por empresa atuante no ramo nesta cidade/comarca. Fixo os honorários no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) que serão custeados pela parte Requerida.
c) Deverá o Oficial de Justiça contatar o experto para o cumprimento do MANDADO.
d) Junto com o MANDADO deve ser entregue ao Técnico nomeado cópia do Projeto Elétrico juntado no ID. 18186339.
e) Intime-se a requerida para que proceda o pagamento dos honorários no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) ao Técnico em Eletrotécnica ANGELO MENEGUETTI NETO com REGISTRO CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS CFT: 2307532935, em razão da vistoria realizada.
Serve a presente como MANDADO / Ofício.
Após, digam as partes e concluso.
Presidente Médici/RO, (na data do movimento).
ELISÂNGELA FROTA ARAÚJO REIS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000 - Fone:(69)3471-2714/2655 Processo nº: 7001093-42.2018.8.22.0006
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Assunto: [Indenização por Dano Material, Indenização por Dano Material, Fornecimento de Energia Elétrica]
Parte Ativa: Nome: DEUZENIR RABELO
Endereço: linha 114, lote 10, gleba 46, lote 10, linha 114, lote 10, gleba 46, zona rural, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Nome: JOELSON MANOEL RABELO
Endereço: linha 114, lote 10, gleba 46, lote 10, linha 114, lote 10, gleba 46, zona rural, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Nome: CLEUZINA MANOEL RABELO
Endereço: linha 114, lote 10, gleba 46, lote 10, linha 114, lote 10, gleba 46, zona rural, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Nome: CLEONICE MANOEL RABELO
Endereço: linha 114, lote 10, gleba 46, lote 10, linha 114, lote 10, gleba 46, zona rural, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Advogado do(a) REQUERENTE: JULIANO MENDONÇA GEDE - RO5391
Advogado do(a) REQUERENTE: JULIANO MENDONÇA GEDE - RO5391
Advogado do(a) REQUERENTE: JULIANO MENDONÇA GEDE - RO5391
Advogado do(a) REQUERENTE: JULIANO MENDONÇA GEDE - RO5391
Parte Passiva: Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Avenida dos Imigrantes, n4137, CERON, Industrial, Porto Velho - RO - CEP: 76821-063
Advogado do(a) REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462
Valor da Causa: R$ 10.643,50
DESPACHO
Converto julgamento em diligência.
Trata-se de ação de indenização para restituição de valores ajuizada em face de CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA - CERON, sob o fundamento de que a parte demandante construiu, com seus próprios recursos, uma subestação de eletrificação rural, situada em sua propriedade, localizada na zona rural desse município.
Pois bem. Registro inicialmente que centenas de ações desse jaez vem se aportando nesse juízo, resultando em condenações de consideráveis valores em desfavor da demandada, o que vem gerando incomensuráveis prejuízos à coletividade, vez que como cediço, os custos dessas condenações são rateados futuramente entre os consumidores de energia elétrica.
As obras que a parte demandante alega ter feito ocorreram há muitos anos e ainda que a Turma Recursal entenda que deva haver a restituição dos valores no caso de instalação de rede por particular, destaco a Comprovação dos gastos arcados pelo autor.
Os danos materiais conforme pacífica e reiterada jurisprudência, exigem a comprovação do quantum reclamado, posto que, ao contrário dos danos morais, não são presumíveis.
Para que haja a condenação da parte requerida é indispensável a comprovação efetiva da extensão dos prejuízos patrimoniais suportados pelo demandante.
Por tal motivo, como a construção da subestação foi realizada há vários anos e a parte autora juntou orçamentos com preços atuais por estimativa, realizado por empresas de outros municípios, sem nenhuma comprovação da efetiva utilização dos materiais lançados nos citados orçamentos, necessário se faz auferir a veracidade de tais informações, vez que, repito, trata-se de dinheiro coletivo, posto que a demandante tem o poder público como acionista majoritário.
Registro que pelas razões acima invocadas, entendo que é necessária a comprovação pela demandante dos gastos efetivos

para a construção da subestação, como a juntada de notas fiscais dos gastos feitos à época da construção, comprovando de fato o gasto realizado, não sendo suficientes os orçamentos fictícios colhidos em lojas de materiais de construção que não forneceram o material utilizado na obra e sequer sabem do local da localização da mesma.
Assim sendo, como os valores apresentados não refletem os valores efetivamente gastos, pautando-se em valores aproximados, sempre majorados, materializados em orçamentos fictícios, faz-se necessária uma melhor averiguação dos fatos.
DETERMINO ao Oficial de Justiça que:
a) Compareça no local da obra, verificando se está localizada nesta comarca.
b) Nomeio o Técnico em Eletrotécnica ANGELO MENEGUETTI NETO com REGISTRO CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS CFT: 2307532935, Telefone: (69) 3471-1948 ou (69) 98457-0807, para que possa acompanhar o oficial de justiça a fim de realizar inspeção e avaliar a subestação, apresentando orçamento expedido por empresa atuante no ramo nesta cidade/comarca. Fixo os honorários no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) que serão custeados pela parte Requerida.
c) Deverá o Oficial de Justiça contatar o experto para o cumprimento do MANDADO.
d) Junto com o MANDADO deve ser entregue ao Técnico nomeado cópia do Projeto Elétrico juntado no ID. 19644692.
e) Intime-se a requerida para que proceda o pagamento dos honorários no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) ao Técnico em Eletrotécnica ANGELO MENEGUETTI NETO com REGISTRO CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS CFT: 2307532935, em razão da vistoria realizada.
Serve a presente como MANDADO / Ofício.
Após, digam as partes e concluso.
Presidente Médici/RO, (na data do movimento).
ELISÂNGELA FROTA ARAÚJO REIS
Juíza de Direito
PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000 - Fone:(69)3471-2714/2655 Processo nº: 7001739-86.2017.8.22.0006
Classe: FAMÍLIA- DIVÓRCIO LITIGIOSO (99)
Assunto: [Alimentos, Fixação, Direito de Imagem, Honorários Advocatícios, Antecipação de Tutela / Tutela Específica]
Parte Ativa: Nome: ANGELITA ALECCHANDRA RIBEIRO DE ASSIS
Endereço: estrada boiadeiro, 149 lote, gleba piryneus, br 364, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Advogado do(a) REQUERENTE: NIZANGELA HETKOWSKI - RO5315
Parte Passiva: Nome: GILMARQUES ANTUNES DE ASSIS
Endereço: gleba piryneus, lote 149, estrada boiadeiro, br 364, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Advogado do(a) REQUERIDO: LUCIANO DA SILVEIRA VIEIRA - RO1643
Valor da Causa: R$ 7.300.000,00
DESPACHO
Vistos.
O saneamento do feito será feito em audiência, haja vista a complexidade da causa e excesso de informação.
Em atenção ao pedido de ID 18014063, defiro a produção de provas orais, no sentido de se colher os depoimentos das partes, bem como a oitiva de testemunhas, todavia limito a oitiva das testemunhas ao número de 03 (três) para cada parte.
Para tanto, designo audiência de tentativa de conciliação (Art. 139, V do NCPC), instrução e julgamento para o dia 04/07/2019 às 10h:30min.
As testemunhas devem ser intimadas pelos advogados das partes, comprovando-se nos autos com até 03 dias de antecedência da audiência, nos termos do art. 455, §1º do NCPC.
Excepcionalmente, caso haja necessidade de intimação das testemunhas pelo Juízo, a parte deverá justificar seu pedido no mesmo prazo de apresentação do rol (art. 455, §4º do NCPC).
Caso seja necessária a expedição de Carta Precatória para a oitiva de testemunhas, desde já autorizo.
Proceda-se com a intimação pessoal das partes (art. 385, §1º do NCPC).
Alerte-se quanto as consequências legais dos atos praticados ou deixados de praticar na solenidade. Consignem-se as advertências do art. 385 do NCPC. SERVE O PRESENTE COMO CARTA/MANDADO.
Pratique-se o necessário.
SERVE O PRESENTE DESPACHO DE CARTA PRECATÓRIA/MANDADO /CARTA/OFÍCIO.
Presidente Médici/RO, (na data do movimento).
FÁBIO BATISTA DA SILVA
Juiz Substituto

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000 - Fone:(69)3471-2714/2655 Processo nº: 7001034-54.2018.8.22.0006
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Assunto: [Indenização por Dano Material, Indenização por Dano Material, Fornecimento de Energia Elétrica]
Parte Ativa: Nome: JOSE CARLOS DE OLIVEIRA
Endereço: BR 364, lote 82-A, gleba pyrineos, lote 82-A, BR 364, lote 82-A, gleba pyrineos, zona rural, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Nome: ELIZETE HELENA DE OLIVEIRA
Endereço: Linha 128, lote 36, gleba 02, setor Muqui, lote 36, Linha 128, lote 36, gleba 02, setor Muqui, zona rural, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Nome: VALDECI MANUEL OLIVEIRA
Endereço: Rua José Nunes Ferreira, n° 722, n 722, distrito de Estrela de Rondônia, distrito de Estrela de Rondônia, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Advogado do(a) REQUERENTE: JULIANO MENDONÇA GEDE - RO5391
Advogado do(a) REQUERENTE: JULIANO MENDONÇA GEDE - RO5391
Advogado do(a) REQUERENTE: JULIANO MENDONÇA GEDE - RO5391
Parte Passiva: Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Avenida dos Imigrantes, n4137, CERON, Industrial, Porto Velho - RO - CEP: 76821-063
Advogado do(a) REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462
Valor da Causa: R$ 14.372,00
DESPACHO
Converto julgamento em diligência.
Trata-se de ação de indenização para restituição de valores ajuizada em face de CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA - CERON, sob o fundamento de que a parte demandante construiu, com seus próprios recursos, uma subestação de eletrificação rural, situada em sua propriedade, localizada na zona rural desse município.
Pois bem. Registro inicialmente que centenas de ações desse jaez vem se aportando nesse juízo, resultando em condenações de consideráveis valores em desfavor da demandada, o que vem gerando incomensuráveis prejuízos à coletividade, vez que como cediço, os custos dessas condenações são rateados futuramente entre os consumidores de energia elétrica.
As obras que a parte demandante alega ter feito ocorreram há muitos anos e ainda que a Turma Recursal entenda que deva

haver a restituição dos valores no caso de instalação de rede por particular, destaco a Comprovação dos gastos arcados pelo autor.
Os danos materiais conforme pacífica e reiterada jurisprudência, exigem a comprovação do quantum reclamado, posto que, ao contrário dos danos morais, não são presumíveis.
Para que haja a condenação da parte requerida é indispensável a comprovação efetiva da extensão dos prejuízos patrimoniais suportados pelo demandante.
Por tal motivo, como a construção da subestação foi realizada há vários anos e a parte autora juntou orçamentos com preços atuais por estimativa, realizado por empresas de outros municípios, sem nenhuma comprovação da efetiva utilização dos materiais lançados nos citados orçamentos, necessário se faz auferir a veracidade de tais informações, vez que, repito, trata-se de dinheiro coletivo, posto que a demandante tem o poder público como acionista majoritário.
Registro que pelas razões acima invocadas, entendo que é necessária a comprovação pela demandante dos gastos efetivos para a construção da subestação, como a juntada de notas fiscais dos gastos feitos à época da construção, comprovando de fato o gasto realizado, não sendo suficientes os orçamentos fictícios colhidos em lojas de materiais de construção que não forneceram o material utilizado na obra e sequer sabem do local da localização da mesma.
Assim sendo, como os valores apresentados não refletem os valores efetivamente gastos, pautando-se em valores aproximados, sempre majorados, materializados em orçamentos fictícios, faz-se necessária uma melhor averiguação dos fatos.
DETERMINO ao Oficial de Justiça que:
a) Compareça no local da obra, verificando se está localizada nesta comarca.
b) Nomeio o Técnico em Eletrotécnica ANGELO MENEGUETTI NETO com REGISTRO CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS CFT: 2307532935, Telefone: (69) 3471-1948 ou (69) 98457-0807, para que possa acompanhar o oficial de justiça a fim de realizar inspeção e avaliar a subestação, apresentando orçamento expedido por empresa atuante no ramo nesta cidade/comarca. Fixo os honorários no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) que serão custeados pela parte Requerida.
c) Deverá o Oficial de Justiça contatar o experto para o cumprimento do MANDADO.
d) Junto com o MANDADO deve ser entregue ao Técnico nomeado cópia do Projeto Elétrico juntado no ID. 19295285.
e) Intime-se a requerida para que proceda o pagamento dos honorários no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) ao Técnico em Eletrotécnica ANGELO MENEGUETTI NETO com REGISTRO CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS CFT: 2307532935, em razão da vistoria realizada.
Serve a presente como MANDADO / Ofício.
Após, digam as partes e concluso.
Presidente Médici/RO, (na data do movimento).
ELISÂNGELA FROTA ARAÚJO REIS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000 - Fone:(69)3471-2714/2655 Processo nº: 7000693-28.2018.8.22.0006
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Assunto: [Indenização por Dano Material, Indenização por Dano Material]
Parte Ativa: Nome: ANGELO NETO DA SILVA
Endereço: linha 132, lote 49, zona rural, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Nome: SEBASTIAO GOMES DOS SANTOS
Endereço: lt 44, linha 132, gleba 04, zona rural, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Nome: LUZIA BERNARDINO DOS SANTOS ALMEIDA
Endereço: linha 132, gleba 04, lote 49, zona rural, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Advogado do(a) REQUERENTE: JEAN DE JESUS SILVA - RO2518
Advogado do(a) REQUERENTE: JEAN DE JESUS SILVA - RO2518
Advogado do(a) REQUERENTE: JEAN DE JESUS SILVA - RO2518
Parte Passiva: Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Rua São João Batista, 1727, centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Advogado do(a) REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462
Valor da Causa: R$ 17.581,31
DESPACHO
Converto julgamento em diligência.
Trata-se de ação de indenização para restituição de valores ajuizada em face de CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA - CERON, sob o fundamento de que a parte demandante construiu, com seus próprios recursos, uma subestação de eletrificação rural, situada em sua propriedade, localizada na zona rural desse município.
Pois bem. Registro inicialmente que centenas de ações desse jaez vem se aportando nesse juízo, resultando em condenações de consideráveis valores em desfavor da demandada, o que vem gerando incomensuráveis prejuízos à coletividade, vez que como cediço, os custos dessas condenações são rateados futuramente entre os consumidores de energia elétrica.
As obras que a parte demandante alega ter feito ocorreram há muitos anos e ainda que a Turma Recursal entenda que deva haver a restituição dos valores no caso de instalação de rede por particular, destaco a Comprovação dos gastos arcados pelo autor.
Os danos materiais conforme pacífica e reiterada jurisprudência, exigem a comprovação do quantum reclamado, posto que, ao contrário dos danos morais, não são presumíveis.
Para que haja a condenação da parte requerida é indispensável a comprovação efetiva da extensão dos prejuízos patrimoniais suportados pelo demandante.
Por tal motivo, como a construção da subestação foi realizada há vários anos e a parte autora juntou orçamentos com preços atuais por estimativa, realizado por empresas de outros municípios, sem nenhuma comprovação da efetiva utilização dos materiais lançados nos citados orçamentos, necessário se faz auferir a veracidade de tais informações, vez que, repito, trata-se de dinheiro coletivo, posto que a demandante tem o poder público como acionista majoritário.
Registro que pelas razões acima invocadas, entendo que é necessária a comprovação pela demandante dos gastos efetivos para a construção da subestação, como a juntada de notas fiscais dos gastos feitos à época da construção, comprovando de fato o gasto realizado, não sendo suficientes os orçamentos fictícios colhidos em lojas de materiais de construção que não forneceram o material utilizado na obra e sequer sabem do local da localização da mesma.
Assim sendo, como os valores apresentados não refletem os valores efetivamente gastos, pautando-se em valores aproximados, sempre majorados, materializados em orçamentos fictícios, faz-se necessária uma melhor averiguação dos fatos.
DETERMINO ao Oficial de Justiça que:
a) Compareça no local da obra, verificando se está localizada nesta comarca.
b) Nomeio o Técnico em Eletrotécnica ANGELO MENEGUETTI NETO com REGISTRO CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS CFT: 2307532935, Telefone: (69) 3471-1948 ou (69) 98457-0807, para que possa acompanhar o oficial de justiça a fim de realizar inspeção e avaliar a subestação, apresentando orçamento expedido por empresa atuante no ramo nesta cidade/comarca. Fixo os honorários no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) que serão custeados pela parte Requerida.

c) Deverá o Oficial de Justiça contatar o experto para o cumprimento do MANDADO.
d) Junto com o MANDADO deve ser entregue ao Técnico nomeado cópia do Projeto Elétrico juntado no ID. 18207640.
e) Intime-se a requerida para que proceda o pagamento dos honorários no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) ao Técnico em Eletrotécnica ANGELO MENEGUETTI NETO com REGISTRO CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS CFT: 2307532935, em razão da vistoria realizada.
Serve a presente como MANDADO / Ofício.
Após, digam as partes e concluso.
Presidente Médici/RO, (na data do movimento).
ELISÂNGELA FROTA ARAÚJO REIS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000 - Fone:(69)3471-2714/2655 Processo nº: 7001054-45.2018.8.22.0006
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Assunto: [Indenização por Dano Material]
Parte Ativa: Nome: JOVENTINO BREDA
Endereço: LINHA GAUCHA, LOTE 19, GLEBA 02, SN, SÍTIO SÃO JOSÉ, ZONA RURAL, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Advogado do(a) REQUERENTE: MARCIO SUGAHARA AZEVEDO - RO4469
Parte Passiva: Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Avenida dos Imigrantes, 4137, - de 3601 a 4635 - lado ímpar, Industrial, Porto Velho - RO - CEP: 76821-063
Advogado do(a) REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462
Valor da Causa: R$ 19.996,52
SENTENÇA
Relatório dispensado, nos termos do art. 38, da Lei 9.099/95.
DO MÉRITO
Os fatos narrados na inicial, bem como as provas carreadas aos autos, dão ensejo suficiente para instrução do processo e prolação de SENTENÇA.
O direito à reparação decorre da construção particular da rede de energia elétrica na, zona rural, desta Comarca, conforme restou comprovado nos autos a partir dos documentos coligidos.
Alega o autor que teve despesas na construção de rede de energia elétrica em sua propriedade com materiais, mão de obra e contratação de engenheiro.
A indenização é devida porque a requerida passou a se apropriar das instalações elétricas causando prejuízo pelo investimento feito, sem a devida devolução a título de reparação do valor gasto, bem como, mantêm a referida rede.
Lado outro, a requerida aproveitou-se do sistema já construído, do material e de todo trabalho que foi custeado, sem ter arcado com a contraprestação nem os tendo ressarcido, o que gera enriquecimento ilícito.
O sistema construído está comprovado através dos documentos acostados aos autos, dos quais, destaca-se: notas fiscais de compra de materiais, projeto da subestação, pedido de aprovação do projeto protocolado na CERON, relação de materiais,etc.
A própria Resolução da ANEEL que rege a matéria, institui a obrigação da concessionária de incorporar, não podendo furtar-se de uma obrigação imposta por lei.
Vale destacar parte essencial do procedimento é o envio do contrato de adesão, que incumbe exclusivamente à requerida, conforme disposto na resolução 229/2006:
Art. 9º A concessionária ou permissionária de distribuição deverá incorporar ao Ativo Imobilizado em Serviço as redes particulares que não dispuserem do ato autorizativo e estejam em operação na respectiva área de concessão ou permissão, excetuando-se os ramais de entrada das unidades consumidoras, e respeitados os respectivos Plano e Programas anuais de incorporação.
§12. Para a incorporação, a concessionária ou permissionária de distribuição não poderá cobrar taxas de estudos, fiscalização ou vistoria, nem exigir a adequação das redes descritas no caput aos padrões técnicos por ela utilizados.
§13. A concessionária ou permissionária deverá enviar o contrato de adesão para cada proprietário de redes particulares, em consonância com os respectivos Programas Anuais de Incorporação, informando o valor do eventual ressarcimento, calculado nos termos deste artigo, objetivando resguardar os direitos e as obrigações recíprocas envolvidas, sendo que o pagamento deverá ocorrer em até 180 (cento e oitenta) dias após a efetiva incorporação dos bens expressos no contrato de adesão.
Mesmo nos casos em que não há contrato de adesão, a obrigação da concessionária em gradativamente realizar a incorporação é clara.
Nos demais casos em que particulares não tem toda documentação exigida pela referida Resolução, persiste a obrigação da requerida em apurar as condições do sistema de energia elétrica instalado para que, em consonância com o principio da boa-fé, assegure o ressarcimento:
Art. 9º (…) §7º: As instalações objeto da incorporação deverão ser unitizadas e cadastradas de acordo com a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, atualizada pela Resolução n015, de 24 de dezembro de 1997, e legislação superveniente.
§8º Caso não se disponha da documentação comprobatória da data de entrada em serviço das redes, a concessionária ou permissionária deverá adotar como referência a data de ligação da unidade consumidora constante do respectivo cadastro.
A Resolução 229/2006 de forma cristalina impõe a obrigação da concessionária apurar as circunstâncias fáticas dos particulares consumidores de energia, ainda que não tenham documentos comprobatórios, para fins de fiscalização da ANEEL. Vejamos:
Art. 12. A concessionária ou permissionária deverá manter disponíveis os documentos detalhados que compõem cada processo de incorporação, para fins de fiscalização da ANEEL. (Redação dada pela REN ANEEL 244 de 19.12.2006.)
Consigne-se que a parte autora, para fins de obter o ressarcimento, ainda que não tivesse todos os documentos, o essencial é ter comprovado as circunstâncias básicas da sua pretensão, com veracidade, bem delimitadas nos autos e que transmitam confiabilidade, a fim de trazer elementos que possam ser sopesados no convencimento do juízo.
No caso concreto, os documentos comprovam a construção da referida rede elétrica, bem como, que a requerida se apropriou da rede construída pelo autor, pois nos dias de hoje, mantém a rede por sua conta.
É dos autos que o autor juntou nota fiscal do valor gasto na construção da rede elétrica.
Porém, no projeto elétrico consta a relação de materiais, bem como, os orçamentos juntado pelo autor refere-se a gastos com materiais e mão de obra para construção de subestação igualmente à constante no projeto elétrico, o qual está em nome do autor e foi aprovado pela requerida.
As provas contidas nos autos não deixam dúvidas do dever de ressarcir o autor pelos valores efetivamente que investiu na aquisição, instalação, manutenção e as despesas que teve, pois a ré autorizou a construção da referida rede, e após, passou a prestar o serviço de distribuição de energia e manter a referida rede, mediante cobrança de tarifa, sem proceder à devida indenização ao autor.
DISPOSITIVO
Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial formulado por JOVENTINO BREDA, para condenar as CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA – CERON a proceder a incorporação da rede elétrica a seu patrimônio, bem como ressarcir ao autor o valor total gasto na construção da rede de energia elétrica, no montante inicial de R$ 19.996,52 (Dezenove mil novecentos e noventa e seis

reais e cinquenta e dois centavos), devendo computar-se ainda a correção monetária, por meio do índice de parâmetro do TJRO desde o ajuizamento da ação, e juros legais, a contar da citação.
Por fim, JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil.
Seguindo o Enunciado 5º do 1º Fojur de Rondônia, transitada em julgado esta DECISÃO, ficará a demandada automaticamente intimada para pagamento integral do quantum determinado (valor da condenação acrescido dos consectários legais determinados), em 15 (quinze) dias, nos moldes do art. 523, §1º, do NCPC, sob pena de acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o montante total líquido e certo.
Sem custas e sem honorários advocatícios nessa fase, conforme art. 55, caput, da Lei 9.099/95.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, não havendo pendências, arquive-se.
Presidente Médici/RO, (na data do movimento).
ELISÂNGELA FROTA ARAÚJO REIS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000 - Fone:(69)3471-2714/2655 Processo nº: 7000463-83.2018.8.22.0006
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Assunto: [Enriquecimento sem Causa]
Parte Ativa: Nome: ALZIRA DA CONCEICAO GENELHUD
Endereço: AV. JI-PARANÁ, 1053, CENTRO, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Advogado do(a) REQUERENTE: ELAINE VIEIRA DOS SANTOS DEMUNER - RO7311
Parte Passiva: Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Av. São João Batista, 1727, centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Advogado do(a) REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462
Valor da Causa: R$ 10.654,00
SENTENÇA
Relatório dispensado, nos termos do art. 38, da Lei 9.099/95.
DA PREJUDICIAL DE MÉRITO – PRESCRIÇÃO
Preliminarmente, a requerida alega que prescreveu o direito do autor de pleitear qualquer restituição de valores gastos na construção de rede de energia elétrica.
Em relação à prescrição, tem-se que o prazo prescricional no caso dos autos é de 5 (cinco) anos, contados após a efetiva incorporação da rede construída ao patrimônio da ré.
Ocorre que de uma leitura atenta dos autos, inexiste qualquer demonstração da data em que se deu a incorporação, assim, não há que se falar em início de contagem do prazo prescricional, razão pela qual não se operou a prescrição.
Por tais razões, não acolho a prejudicial suscitada e passo à análise do MÉRITO.
DO MÉRITO
Os fatos narrados na inicial, bem como as provas carreadas aos autos, dão ensejo suficiente para instrução do processo e prolação de SENTENÇA.
O direito à reparação decorre da construção particular da rede de energia elétrica na, zona rural, desta Comarca, conforme restou comprovado nos autos a partir dos documentos coligidos.
Alega o autor que teve despesas na construção de rede de energia elétrica em sua propriedade com materiais, mão de obra e contratação de engenheiro.
A indenização é devida porque a requerida passou a se apropriar das instalações elétricas causando prejuízo pelo investimento feito, sem a devida devolução a título de reparação do valor gasto, bem como, mantêm a referida rede.
Lado outro, a requerida aproveitou-se do sistema já construído, do material e de todo trabalho que foi custeado, sem ter arcado com a contraprestação nem os tendo ressarcido, o que gera enriquecimento ilícito.
O sistema construído está comprovado através dos documentos acostados aos autos, dos quais, destaca-se: notas fiscais de compra de materiais, projeto da subestação, pedido de aprovação do projeto protocolado na CERON, relação de materiais,etc.
A própria Resolução da ANEEL que rege a matéria, institui a obrigação da concessionária de incorporar, não podendo furtar-se de uma obrigação imposta por lei.
Vale destacar parte essencial do procedimento é o envio do contrato de adesão, que incumbe exclusivamente à requerida, conforme disposto na resolução 229/2006:
Art. 9º A concessionária ou permissionária de distribuição deverá incorporar ao Ativo Imobilizado em Serviço as redes particulares que não dispuserem do ato autorizativo e estejam em operação na respectiva área de concessão ou permissão, excetuando-se os ramais de entrada das unidades consumidoras, e respeitados os respectivos Plano e Programas anuais de incorporação.
§12. Para a incorporação, a concessionária ou permissionária de distribuição não poderá cobrar taxas de estudos, fiscalização ou vistoria, nem exigir a adequação das redes descritas no caput aos padrões técnicos por ela utilizados.
§13. A concessionária ou permissionária deverá enviar o contrato de adesão para cada proprietário de redes particulares, em consonância com os respectivos Programas Anuais de Incorporação, informando o valor do eventual ressarcimento, calculado nos termos deste artigo, objetivando resguardar os direitos e as obrigações recíprocas envolvidas, sendo que o pagamento deverá ocorrer em até 180 (cento e oitenta) dias após a efetiva incorporação dos bens expressos no contrato de adesão.
Mesmo nos casos em que não há contrato de adesão, a obrigação da concessionária em gradativamente realizar a incorporação é clara.
Nos demais casos em que particulares não tem toda documentação exigida pela referida Resolução, persiste a obrigação da requerida em apurar as condições do sistema de energia elétrica instalado para que, em consonância com o principio da boa-fé, assegure o ressarcimento:
Art. 9º (…) §7º: As instalações objeto da incorporação deverão ser unitizadas e cadastradas de acordo com a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, atualizada pela Resolução n015, de 24 de dezembro de 1997, e legislação superveniente.
§8º Caso não se disponha da documentação comprobatória da data de entrada em serviço das redes, a concessionária ou permissionária deverá adotar como referência a data de ligação da unidade consumidora constante do respectivo cadastro.
A Resolução 229/2006 de forma cristalina impõe a obrigação da concessionária apurar as circunstâncias fáticas dos particulares consumidores de energia, ainda que não tenham documentos comprobatórios, para fins de fiscalização da ANEEL. Vejamos:
Art. 12. A concessionária ou permissionária deverá manter disponíveis os documentos detalhados que compõem cada processo de incorporação, para fins de fiscalização da ANEEL. (Redação dada pela REN ANEEL 244 de 19.12.2006.)
Consigne-se que a parte autora, para fins de obter o ressarcimento, ainda que não tivesse todos os documentos, o essencial é ter comprovado as circunstâncias básicas da sua pretensão, com veracidade, bem delimitadas nos autos e que transmitam confiabilidade, a fim de trazer elementos que possam ser sopesados no convencimento do juízo.
No caso concreto, os documentos comprovam a construção da referida rede elétrica, bem como, que a requerida se apropriou da rede construída pelo autor, pois nos dias de hoje, mantém a rede por sua conta.
É dos autos que o autor não juntou nota fiscal do valor gasto na construção da rede elétrica.

Porém, no projeto elétrico consta a relação de materiais, bem como, o orçamento juntado pelo autor refere-se a gastos com materiais e mão de obra para construção de subestação igualmente à constante no projeto elétrico, o qual está em nome do autor e foi aprovado pela requerida.
Destaca-se que sobre a matéria aqui discutida, a Turma Recursal do Estado de Rondônia possui entendimento que, os gastos dispensados na construção de rede de energia elétrica podem ser comprovados através de orçamentos, vejamos:
ENERGIA ELÉTRICA. RELAÇÃO DE CONSUMO. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE VALORES. GASTOS COM EQUIPAMENTOS NA REDE DE ENERGIA. INCORPORAÇÃO CONFORME RESOLUÇÃO NORMATIVA N° 229 ANEEL. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. DEVER DE INDENIZAR. É devida a restituição dos valores pagos pelo particular referentes aos equipamentos utilizados na expansão da rede quando a concessionária de energia elétrica não comprova sua não incorporação, ou não diligência em demonstrar que já a indenizou, conforme dispõe a Resolução Normativa nº 229/2006 ANEEL. Recurso Inominado, Processo nº 1000149-27.2013.822.0004, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Ji-Paraná, Relator(a) do Acórdão: Juiz Marcos Alberto Oldakowski, Data de julgamento: 05/05/2014.
Colaciono ainda parte do voto do relator no julgamento supra referenciado:"... Ante o exposto, conheço do recurso, por ser próprio e tempestivo para dar-lhe provimento, reformando a SENTENÇA proferida em primeiro grau para, com fundamento no art. 269, I do Código de Processo Civil, JULGAR PROCEDENTE o pedido inicial para o fim de condenar a ré a restituir os valores gastos pela parte autora com a instalação da substação de energia elétrica no valor de R$ 4.753,13 (quatro mil setecentos e cinquenta e três reais e treze centavos), conforme orçamento anexo à inicial, corrigidos desde o ajuizamento da ação e com juros a partir da citação, extinguindo o feito com resolução de MÉRITO..." grifei (voto relatora Juíza Emy Karla Yamamoto Roque, RI 1000149-27.2013.822.0004).
Assim, seguindo o entendimento da instância superior, acolho o orçamento de menor valor juntado nos autos, como prova do valor a ser ressarcido ao autor.
As provas contidas nos autos não deixam dúvidas do dever de ressarcir o autor pelos valores efetivamente que investiu na aquisição, instalação, manutenção e as despesas que teve, pois a ré autorizou a construção da referida rede, e após, passou a prestar o serviço de distribuição de energia e manter a referida rede, mediante cobrança de tarifa, sem proceder à devida indenização ao autor.
DISPOSITIVO
Pelo exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial formulado por ALZIRA DA CONCEIÇÃO GENELHUD, para condenar as CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA – CERON a proceder a incorporação da rede elétrica a seu patrimônio, bem como ressarcir ao autor o valor total gasto na construção da rede de energia elétrica, no montante inicial de R$ 7.428,49 (sete mil, quatrocentos e vinte oito reais e quarenta e nove centavos), devendo computar-se ainda a correção monetária, por meio do índice de parâmetro do TJRO desde o ajuizamento da ação, e juros legais, a contar da citação.
Por fim, JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil.
Seguindo o Enunciado 5º do 1º Fojur de Rondônia, transitada em julgado esta DECISÃO, ficará a demandada automaticamente intimada para pagamento integral do quantum determinado (valor da condenação acrescido dos consectários legais determinados), em 15 (quinze) dias, nos moldes do art. 523, §1º, do NCPC, sob pena de acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o montante total líquido e certo.
Sem custas e sem honorários advocatícios nessa fase, conforme art. 55, caput, da Lei 9.099/95.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, não havendo pendências, arquive-se.
Presidente Médici/RO, (na data do movimento).
ELISÂNGELA FROTA ARAÚJO REIS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000 - Fone:(69)3471-2714/2655 Processo nº: 7001244-08.2018.8.22.0006
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Assunto: [Indenização por Dano Moral]
Parte Ativa: Nome: VALDETE ALVES DE SOUZA
Endereço: Linha 144, Lote 29, zona rural, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Advogados do(a) REQUERENTE: NADIA PINHEIRO COSTA - RO7035, ROSEANE MARIA VIEIRA TAVARES FONTANA - RO2209
Parte Passiva: Nome: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA-ELETROBRAS
Endereço: desconhecido
Advogado do(a) REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462
Valor da Causa: R$ 15.182,25
SENTENÇA
Da análise detida da inicial e documentos que a acompanham, observo que inexiste o projeto original que ensejou a construção da rede elétrica cuja indenização o autor busca receber.
Na tentativa de suprir a inexistência do projeto original, o autor providenciou um novo projeto que não foi referendado pela ré.
O Critério da Informalidade, um dos pilares do Juizado Especial, não chega ao ponto de dispensar prova documental segura, sendo que a correspondência entre o novo projeto apresentado pelo autor e o que efetivamente foi construído só poderia ser aferida mediante perícia in loco, o que descabe em nível de Juizado Especial, dada a complexidade da matéria.
Ademais, mesmo que a requerida esteja de posse do projeto elétrico. Destaco que a exibição de documentos, procedimento previsto no art. 396, do CPC e produção antecipada de provas não é compatível com o procedimento regente dos juizados especiais, pois os princípios basilares norteadores dos juizados são a celeridade e economia processual, assim, tal pleito é incompatível nos juizados especiais.
De acordo com o Enunciado 8 do Fonaje:ENUNCIADO 8 – As ações cíveis sujeitas aos procedimentos especiais não são admissíveis nos Juizados Especiais.
Porém, perfeitamente possível tal pedido no procedimento comum, desde que a parte comprove de maneira convincente que tal documento está em posse do réu, bem como impossível tal prova estiver com autor, podendo ser requerido antecipadamente ou incidentalmente.
Ainda que os presentes autos versem sobre relação de consumo, tenho que, nos termos do art. 373, I do CPC, competia a parte autora trazer prova mínima de seu direito, o que não o fez.
Anoto, por oportuno, que não há dúvida quanto à construção da rede elétrica, uma vez que a fatura de energia comprova que há ligação à rede. Todavia, como dito, a verificação entre o constante no novo projeto e o que de fato foi utilizado quando da construção exigirá levantamento pericial, vedado pela Lei dos Juizados.
Assim, nos termos do artigo 51, II, da Lei 9099/95, EXTINGO O FEITO, sem resolução do MÉRITO, ressalvando-se, assim, o ingresso da ação, por parte do autor, no juízo comum.
P.R.I.
Presidente Médici/RO, (na data do movimento).
ELISÂNGELA FROTA ARAÚJO REIS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000 - Fone:(69)3471-2714/2655 Processo nº: 7001534-

23.2018.8.22.0006
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Assunto: [Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública]
Parte Ativa: MARILENE RAIMUNDA CAMPOS
Advogado do(a) EXEQUENTE: MARILENE RAIMUNDA CAMPOS - RO9018
Parte Passiva: ESTADO DE RONDÔNIA
Intimação
Intimação da parte exequente para informar o recebimento dos valores constantes na Requisição de Pequeno Valor - RPV (id 23836387) ou requerer o que entender pertinente, sob pena de arquivamento do feito.
Presidente Médici/RO, 2 de maio de 2019.
MARIA APARECIDA PINTO
Técnica Judiciária
(assinado digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000 - Fone:(69)3471-2714/2655 Processo nº: 7001382-72.2018.8.22.0006
Classe: FAMÍLIA- DIVÓRCIO LITIGIOSO (99)
Assunto: [Dissolução]
Parte Ativa: Nome: LUWILSON SIQUEIRA SILVA
Endereço: Avenida 30 de Junho, 899, centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Advogado do(a) REQUERENTE: GILVAN DE CASTRO ARAUJO - RO4589
Parte Passiva: Nome: IVONILDA DE TOLEDO ARAUJO SILVA
Endereço: Rua 7 de Setembro, 979, centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Valor da Causa: R$ 1.000,00
SENTENÇA
LUWILSON SIQUEIRA SILVA ajuizou ação de divórcio litigioso, em face de IVONILDA DE TOLEDO ARAÚJO, ambos qualificados na inicial.
Alega o Requerente que, contraiu núpcias com a requerida dia 27/10/1984 (vinte e sete de Outubro de mil novecentos e oitenta e quatro), pelo regime legal de comunhão parcial de bens nos termos da cópia da certidão de casamento em anexo; desta união nasceram 3 (três) filhas, hoje maiores de idade; os mesmos se encontram separados de fato a mais de 20 (vinte) anos.
Relatou ainda que durante a constância do casamento não amealharam bens.
Juntou documentos.
A requerida, devidamente citada, deixou transcorrer inerte o prazo para apresentar contestação, motivo pelo qual decreto a sua revelia nos termos do art. 346, do CPC.
Vieram-me os autos conclusos.
É o relatório. DECIDO.
Considerando que a requerida, devidamente citada, deixou transcorrer inerte o prazo para apresentar contestação,decreto a sua revelia nos termos do art. 346, do CPC.
No mais, com o advento da EC/66, dando nova redação ao art. 226 da CF/88, não se faz mais necessário o lapso temporal para o divórcio, podendo, agora, qualquer pessoa, casada, ingressar com pedido de divórcio direto litigioso ou consensual, independentemente do tempo anteriormente previsto.
ANTE O EXPOSTO, com fundamento no artigo 487, inciso I, do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial e DECRETO o divórcio das partes, com fulcro na nova redação do artigo 226, § 6º da Constituição Federal.
Sirva a presente de MANDADO de averbação ao cartório de Registro Civil da comarca de Presidente Médici-RO, para proceder a averbação do divórcio do casal, referente a certidão de casamento, matrícula n. 096099 01 55 1984 2 00006 439 0001439 10.
Como não houve resistência ao pedido, deixo de condenar em custas e honorários de advogado.
Sem custas finais e honorários, porquanto não houve resistência da parte requerida quanto ao pedido formulado na inicial.
Havendo interposição de recurso de apelação, o serviço cartorário deverá intimar de pronto o apelado, para apresentação de contrarrazões, e caso esse, interpuser apelação adesiva, intime-se o apelante para apresentar contrarrazões.
Após, sejam os recursos remetidos ao Egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme determinação do artigo 1.010,§ 3º, do CPC.
Após o trânsito em julgado, nada sendo requerido no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se.
P.R.I.
Oportunamente, arquivem-se.
Presidente Médici/RO, (na data do movimento).
ELISÂNGELA FROTA ARAÚJO REIS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000 - Fone:(69)3471-2714/2655 Processo nº: 7000702-92.2015.8.22.0006
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Assunto: [Auxílio-transporte]
Parte Ativa: Nome: IRANESIO MIRO DA SILVA
Endereço: Rua Noé Inácio dos Santos, 2804, casa, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Advogado do(a) EXEQUENTE: DANNA BONFIM SEGOBIA - RO0007337
Parte Passiva: Nome: ESTADO DE RONDÔNIA
Endereço: desconhecido
Valor da Causa: R$ 13.728,00
DECISÃO
Diante da divergência nos cálculos apresentados pelas partes, fora determinado o encaminhamento dos autos ao contador judicial. Dado vistas às partes, apenas o executado se insurgiu, tendo a parte exequente concordado com os cálculos apresentados e via de consequência, pugnou pela expedição de RPV.
É o necessário relato.
DECIDO.
Com relação à manifestação do executado, de que não houve revogação do Decreto 4.451/89, tendo citado precedente do E. TJ/RO, consigno que a irresignação do executado não merece prosperar, isto porque, quando da prolação da SENTENÇA, fora determinado o desconto de 6%, outrora previsto no Decreto 4.451/1989, até que houvesse regulamentação específica do disposto no referido decreto.
In casu, o Decreto n. 21.299, de 10 de outubro de 2016, o qual fora desfeito por intermédio do Decreto em vigor n. 21.375, de 04 de novembro de 2016, houve a revogação propriamente dita, acerca do Decreto 21.299, tendo sido determinado a não incidência dos descontos, a partir de 1º de outubro de 2016, ou seja, houve regulamentação específica, por parte do Poder Executivo, quanto aos descontos.
Lado outro, extrai-se da notícia veiculada no sítio eletrônico deste Tribunal de Justiça de Rondônia na data de 05/05/2017 (https://www.tjro.jus.br/noticias/item/7580-turma-recursal-cumpre-pauta-tematica-sobre-auxilio-transporte-de-servidores-estaduais), que parte da DECISÃO inclusive enfatiza expressamente quanto a revogação do Decreto Estadual 4451/1989, no seguinte trecho: " A discussão foi dirimida com base no artigo 84, da Lei Complementar Estadual nº 68/1992, que prevê o direito dos servidores públicos civis do Estado de Rondônia (e das Autarquias e Fundações Públicas Estaduais) ao recebimento de auxílio-transporte em razão do deslocamento de ida e volta para o trabalho. A Turma Recursal reconheceu este direito em favor de todos os servidores públicos

civis estaduais, inclusive os profissionais da educação e os policiais civis. Antes da vigência do Decreto Estadual 21.299/2016 o auxílio-transporte previsto na LCE 68/92, era regulamentado pelo Decreto Estadual 4451/1989".
Desta feita, REJEITO a impugnação aos cálculos apresentada pela parte executada.
Por conseguinte, HOMOLOGO os cálculos apresentados pelo contador judicial. Transitada em julgado a presente DECISÃO, desde já, determino que expeça-se Requisição de Pequeno Valor RPV (devendo ser observado o teto máximo para expedição, qual seja, 10 (dez) salários mínimos) em face do executado, nos termos do artigo 13, I, da Lei 12.153/09 e Provimento 004/08-CG/RO, a ser cumprido no prazo máximo de 90 dias, após o seu recebimento, nos termos do artigo 4º § 2º, o qual dispõe que:
Art. 4º -O Juízo deverá aguardar o pagamento do crédito, via depósito na conta indicada, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da RPV no Órgão responsável pelo pagamento.
[...]
§ 2º –Tratando-se de crédito cujo responsável pelo pagamento seja o Estado de Rondônia, o Juízo deverá aguardar o pagamento, via depósito na conta indicada, pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento da RPV pela Procuradoria Geral do Estado.
Ainda, necessário que o ente público (executado), dentro do prazo aqui mencionado informe ao juízo o pagamento da respectiva requisição.
Por fim, aguardem os autos sobrestados em Cartório, nos termos do Provimento n. 004/2008-CG.
Informado o pagamento, voltem os autos conclusos para extinção da execução.
Intime-se.
Expeça-se o necessário. Cumpra-se.
Presidente Médici/RO, (na data do movimento).
ELISÂNGELA FROTA ARAÚJO REIS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000 - Fone:(69)3471-2714/2655 Processo nº: 7000982-58.2018.8.22.0006
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Assunto: [Indenização por Dano Material, Indenização por Dano Material, Fornecimento de Energia Elétrica]
Parte Ativa: Nome: JONACY PEDRONI
Endereço: linha 114, lote 25, gleba 46, lote 25, linha 114, lote 25, gleba 46, zona rural, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Advogado do(a) REQUERENTE: JULIANO MENDONÇA GEDE - RO5391
Parte Passiva: Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Avenida dos Imigrantes, n4137, CERON, Industrial, Porto Velho - RO - CEP: 76821-063
Advogado do(a) REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462
Valor da Causa: R$ 9.201,00
DESPACHO
Converto julgamento em diligência.
Trata-se de ação de indenização para restituição de valores ajuizada em face de CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA - CERON, sob o fundamento de que a parte demandante construiu, com seus próprios recursos, uma subestação de eletrificação rural, situada em sua propriedade, localizada na zona rural desse município.
Pois bem. Registro inicialmente que centenas de ações desse jaez vem se aportando nesse juízo, resultando em condenações de consideráveis valores em desfavor da demandada, o que vem gerando incomensuráveis prejuízos à coletividade, vez que como cediço, os custos dessas condenações são rateados futuramente entre os consumidores de energia elétrica.
As obras que a parte demandante alega ter feito ocorreram a muitos anos atrás e ainda que a Turma Recursal entenda que deva haver a restituição dos valores no caso de instalação de rede por particular, destaco a Comprovação dos gastos arcados pelo autor.
Os danos materiais conforme pacífica e reiterada jurisprudência, exigem a comprovação do quantum reclamado, posto que, ao contrário dos danos morais, não são presumíveis.
Para que haja a condenação da parte requerida é indispensável a comprovação efetiva da extensão dos prejuízos patrimoniais suportados pelo demandante.
Por tal motivo, como a construção da subestação foi realizada a vários anos e a parte autora juntou orçamentos com preços atuais por estimativa, realizado por empresas de outros municípios, sem nenhuma comprovação da efetiva utilização dos materiais lançados nos citados orçamentos, necessário se faz auferir a veracidade de tais informações, vez que, repito, trata-se de dinheiro coletivo, posto que a demandante tem o poder público como acionista majoritário.
Registro que pelas razões acima invocadas, entendo que é necessária a comprovação pela demandante dos gastos efetivos para a construção da subestação, como a juntada de notas fiscais dos gastos feitos à época da construção, comprovando de fato o gasto realizado, não sendo suficientes os orçamentos fictícios colhidos em lojas de materiais de construção que não forneceram o material utilizado na obra e sequer sabem do local da localização da mesma.
Assim sendo, como os valores apresentados não refletem os valores efetivamente gastos, pautando-se em valores aproximados, sempre majorados, materializados em orçamentos fictícios, faz-se necessária uma melhor averiguação dos fatos.
DETERMINO ao Oficial de Justiça que:
a) Compareça no local da obra, verificando se está localizada nesta comarca, e se houve construção da subestação.
b) Nomeio o Técnico em Eletrotécnica ANGELO MENEGUETTI NETO com REGISTRO CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS CFT: 2307532935, Telefone: (69) 3471-1948 ou (69) 98457-0807, para que possa acompanhar o oficial de justiça a fim de realizar inspeção e avaliar a subestação, apresentando orçamento expedido por empresa atuante no ramo nesta cidade/comarca. Fixo os honorários periciais no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) que serão custeados pela parte Requerida.
c) Deverá o Oficial de Justiça contatar o experto para o cumprimento do MANDADO.
d) Junto com o MANDADO deve ser entregue ao Técnico nomeado cópia do Projeto Elétrico juntado no ID. 19086404.
Serve a presente como MANDADO / Ofício.
Após, digam as partes e concluso.
Presidente Médici/RO, (na data do movimento).
ELISÂNGELA FROTA ARAÚJO REIS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000 - Fone:(69)3471-2714/2655 Processo nº: 7000812-86.2018.8.22.0006
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Assunto: [Indenização por Dano Material, Indenização por Dano Material, Fornecimento de Energia Elétrica]
Parte Ativa: Nome: JULIO DE CAMPOS
Endereço: Rodovia BR 364, Km 20, lote 24, gleba Pyrineos, lote 24, Rodovia BR 364, Km 20, lote 24, gleba Pyrineos, zona rural, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Advogado do(a) REQUERENTE: JULIANO MENDONÇA GEDE - RO5391

Parte Passiva: Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Avenida dos Imigrantes, n4137, CERON, Industrial, Porto Velho - RO - CEP: 76821-063
Advogado do(a) REQUERIDO: BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462
Valor da Causa: R$ 19.540,50
SENTENÇA
Relatório dispensado, nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/95.
Foi determinado ao autor que juntasse documentos comprobatórios, qual seja: orçamentos, projeto elétrico e ART, devidamente registrado no Crea-RO e aprovados pela requerida, sob pena de julgamento do feito.
Regularmente intimado através de seu patrono, o requerente manifestou justificando a impossibilidade de juntar o projeto original.
É o relatório.
DECIDO.
Diante do que consta dos autos, desnecessária uma fundamentação mais extensa.
O requerente foi intimado, através de seu patrono, a juntar os documentos, todavia, juntou deforma parcial.
A ART demonstra que houve o registro do projeto junto ao CREA, porém o mesmo não comprova que houve a aprovação por parte da cessionária de energia elétrica.
A apresentação do projeto elétrico devidamente assinado pela requerida não pode ser dispensada por este juízo, tendo em vista as regras estipuladas pela ANEEL/RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 414, DE 9 DE SETEMBRO DE 2010.
Dentre as exigências contidas na referida resolução, encontra-se a necessidade da aprovação prévia de projeto das instalações de entrada de energia da unidade consumidora e das demais obras de responsabilidade do interessado, vejamos:
Art 27. Efetivada a solicitação do interessado de fornecimento inicial, aumento ou redução de carga, alteração do nível de tensão, entre outras, a distribuidora deve cientificá-lo quanto à:
II – necessidade eventual de:
g) aprovação do projeto de extensão de rede, reforço ou modificação da rede existente antes do início das obras;
i) aprovação de projeto das instalações de entrada de energia, de acordo com as normas e padrões da distribuidora, observados os procedimentos e prazos estabelecidos nos incisos I e II do §1o do art. 27-B;
No mais, o autor informa que a requerida está de posse do projeto elétrico. Destaco que a exibição de documentos, procedimento previsto no art. 396, do CPC e produção antecipada de provas não é compatível com o procedimento regente dos juizados especiais, pois os princípios basilares norteadores dos juizados são a celeridade e economia processual, assim, tal pleito é incompatível nos juizados especiais.
De acordo com o Enunciado 8 do Fonaje:ENUNCIADO 8 – As ações cíveis sujeitas aos procedimentos especiais não são admissíveis nos Juizados Especiais.
Porém, perfeitamente possível tal pedido no procedimento comum, desde que a parte comprove de maneira convincente que tal documento está em posse do réu, bem como impossível tal prova estiver com autor, podendo ser requerido antecipadamente ou incidentalmente.
Ainda que os presentes autos versem sobre relação de consumo, tenho que, nos termos do art. 373, I do CPC, competia a parte autora trazer prova mínima de seu direito, o que não o fez.
Desta forma, a extinção sem MÉRITO é medida que se impõe, em razão da ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo.
Portanto, em atenção ao comando legal disposto no art. 485, IV, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o processo, sem julgamento do MÉRITO.
Presidente Médici/RO, (na data do movimento).
ELISÂNGELA FROTA ARAÚJO REIS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000 - Fone:(69)3471-2714/2655 Processo nº: 7000012-58.2018.8.22.0006
Classe: MANDADO DE SEGURANÇA (120)
Assunto: [Prova de Títulos]
Parte Ativa: Nome: SANDRA MARIA DOS SANTOS KUBATANI
Endereço: Avenida Dom Bosco, 1733, centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Advogado do(a) IMPETRANTE: BRENDA SABRINA NUNES ARRUDA - RO0007976
Parte Passiva: Nome: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MÉDICI
Endereço: desconhecido
Nome: EDILSON FERREIRA DE ALENCAR
Endereço: LINHA 5A LINHA, S N, FUNDIACAO, ZONA RURAL, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Valor da Causa: R$ 1.000,00
SENTENÇA
Trata-se de MANDADO de segurança na qual SANDRA MARIA DOS SANTOS KAUBATANI alega lesão a direito líquido e certo, praticado pelo Prefeito do Município de Presidente Médici-RO (Sr. Edilson Ferreira de Alencar), autoridade apontada como coatora, sendo que ambos foram devidamente qualificados na inicial.
Em suma, insurge-se aduzindo que: 1. Em 15/12/2017 a impetrante realizou sua inscrição no Processo Seletivo Simplificado –EDITAL Nº 0001/2017/ PM/RO para o Cargo de Enfermeira, promovido pelo Município de Presidente Médici, Estado de Rondônia, conforme Edital nº 001/2017/PM/RO (doc. 03); 2. Em 18/12/2017 foi publicado no site oficial do Município de Presidente Médici a homologação das inscrições do Processo Seletivo Simplificado; 3. Em 22/12/2017 foi publicado no site oficial do Município de Presidente Médici o resultado preliminar do Processo Seletivo Simplificado; 4. Com o resultado preliminar a impetrante constatou ter sido classificada em 14º lugar para o Cargo de Enfermeiro, alcançando 10 pontos na análise curricular. 5. Inconformada com o resultado, em 26/12/2017 protocolou recurso pugnando pela reavaliação do seu currículo, por entender que o somatório de seus pontos havia sido realizado de forma equivocada pela comissão avaliadora, responsável, pois o somatório correto seriam 11 PONTOS; 6.Em 28/12/2017 foi apresentada resposta ao recurso interposto pela Impetrante, não sendo provido, mantendo a pontuação da impetrante como sendo 10 pontos, ao invés dos 11 PONTOS; 7. No mesmo dia (28/12/2017) foi publicado no site oficial do Município de Presidente Médici o resultado final do Processo Seletivo Simplificado; 8. Em 29/12/2017 a impetrante protocolou junto a Secretaria Municipal de Administração “Pedido de Reconsideração da Análise do Recurso”, endereçado ao Exmo. Senhor Prefeito de Presidente Médici; sendo que em resposta a Autoridade Coatora alegou que a avaliação se deu dentro dos critérios estabelecido no edital.
Destaca que, em 03/01/2018, visando a solucionar a questão até esgotar as vias administrativas e com base no Item 19 do EDITAL Nº 0001/2017/ PM/RO que expressamente delega à Advocacia Geral do Município a competência para resolver os casos de omissão e situações não previstas no edital, foi protocolado “Pedido de Providências” endereçado ao Exmo. Senhor Procurador Geral do Município de Presidente Médici, estando o pedido pendente de manifestação.
Relata que, em 05/01/2017 foi publicado no site oficial do Município de Presidente Médici, Edital de Convocação de candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.
Pugnou, por fim, pela concessão da liminar, para determinar: 1. A suspensão do Processo Seletivo Simplificado – EDITAL Nº 0001/2017/ PM/RO para os cargos da SEMUSA, até ulterior deliberação, ou alternativamente, conceder LIMINAR para determinar a suspensão do Processo Seletivo Simplificado –EDITAL

Nº 0001/2017/ PM/RO para o cargo de enfermeiro até ulterior deliberação; 2. Conceder liminar para determinar ao Município de Presidente Médici, que se abstenha de convocar e dar posse aos candidatos selecionados Processo Seletivo Simplificado – EDITAL Nº 0001/2017/ PM/RO para os cargos da SEMUSA, até ulterior deliberação ou alternativamente, conceder liminar para determinar ao Município de Presidente Médici, que se abstenha de convocar e dar posse aos candidatos selecionados Processo Seletivo Simplificado – EDITAL Nº 0001/2017/ PM/RO para o cargo de enfermeiro; 3. Conceder liminar para determinar ao Município de Presidente Médici-RO, que se abstenha de dar posse aos candidatos selecionados Processo Seletivo Simplificado – EDITAL Nº 0001/2017/ PM/RO para os cargos da SEMUSA – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE e que já foram convocados através do EDITAL Nº 001/2017/SEMARF/PM/RO até ulterior deliberação ou alternativamente conceder liminar para determinar ao Município de Presidente Médici-RO que se abstenha de dar posse aos candidatos selecionados no Processo Seletivo Simplificado – EDITAL Nº 0001/2017/ PM/RO para o CARGO DE ENFERMEIRO e que já foram convocados através do EDITAL Nº 001/2017/SEMARF/ PM/RO; 4. Por fim, pediu a concessão de liminar, para determinar a revisão dos pontos da impetrante, devendo ser considerada a informação de experiências anteriores em atividades profissionais a qual concorre o cargo acima de (2) dois anos", equivalente a 02 pontos no somatório da pontuação, ficando a Impetrante com 11 PONTOS, devendo ser imediatamente estabelecida nova ordem de classificação de acordo com os critérios estabelecidos no EDITAL Nº 0001/2017/ PM/RO, e, no MÉRITO, pelo provimento do mandamus.
Ao final, pede a procedência dos pedidos formulados na inicial.
Juntou documentos.

DESPACHO inicial indeferindo o pedido de antecipação de tutela id 15524119.
A parte impetrante apresentou embargos de declaração tendo sido rejeitado.
Apresentada contestação (id 16121157), a autoridade impetrada aduziu que o edital de convocação 001/2017 prevê ser de inteira responsabilidade do candidato a prestação das informações, o que exime a Administração de qualquer ônus, conforme itens 1.7; 4.1; 4.4 do referido edital; que para atender o princípio da impessoalidade, foi atribuído a cada candidato, um número de inscrição, que sobremaneira possibilitou que os membros da comissão avaliadora analisassem apenas as informações prestadas pelos candidatos, e em especial as informações relativa a experiência profissional, conforme itens 4.11; 4.13 do edital, tendo tal medida sido adotada para impedir que os membros da referida comissão pudessem ser influenciados no momento das análises dos currículos em detrimento de influência de cunho pessoal. Destaca que houve desatenção por parte da impetrante, em preencher de forma pormenorizada as informações de cunho profissional. Pede a improcedência dos pedidos formulados na inicial.
O Ministério Público opinou pela denegação da segurança pleiteada id 18593233.
Vieram-me os autos conclusos.
É o breve relato.
DECIDO.
Da análise dos autos, verifico que os pedidos formulados pela impetrante não merecem prosperar.
Conforme destacado na DECISÃO que indeferiu o pedido liminar, constou no documento id 15480762, pedido formulado na via administrativa pela impetrante ao Prefeito do Município de Presidente Médici, tendo solicitado revisão/reconsideração do resultado provisório da análise curricular, para o fim de atribuir somatório dos pontos obtidos na Formação Profissional (Titulação), e experiências profissionais, a quantia de 11 (onze) pontos.
Em resposta ao referido requerimento (id 15480751 - pg 1), a comissão avaliadora, INDEFERIU tal pedido, sob argumento de que a impetrante não informou a função em todas as experiências profissionais para o cargo pretendido, apenas os locais trabalhados, podendo ter exercido qualquer função diferente ao cargo pleiteado. Ao final, considerando apenas a experiência em atividades profissionais em que a mesma informou a função exercida, foi pontuado o critério com menos de 2 (dois) anos pertinente ao cargo pleiteado
Por conseguinte, no documento (id 15484767), consta pedido de reconsideração da impetrante, quanto a DECISÃO da comissão avaliadora, tendo, novamente, sido indeferido pelo representante do Poder Executivo, ora autoridade coatora, sob fundamento em síntese, nos itens 4.8 e 7 do Edital 001/2017 (id 15484848), e demais razões ali expostas.
A inscrição da autora é de n.343 (id 15480751 - pg 01), e de acordo com o documento (id 15484764 - pg 16), o qual se refere ao resultado final da avaliação - Teste Seletivo Simplificado - Edital 001/2017, fora atribuída a classificação à impetrante, o 14º (décimo quarto) lugar, com atribuição de nota 10,00 (dez).
No documento (id 15484849 - pg 02), consta edital de convocação, referente aos 4 (quatro) primeiros candidatos classificados, não tendo a impetrante sido classificada, e concernente ao Edital n. 0001/2017/ PM/RO, consta que havia exatamente 04 (quatro) vagas, para o cargo pretendido de enfermeiro (id 15480711 - pg 09).
Pois bem. Em suma, a controvérsia reside na nova classificação da impetrante, estando ausente prova cabal do alegado direito líquido e certo, e, em especial o perigo de lesão grave, diante de sua reclassificação que lhe permita estar dentro do número de vagas previstas no edital de abertura (4 vagas), já que se classificou em 14º (décimo quarto) lugar, e que houve desistência por parte do candidato que se classificou-se em 4º lugar.
Saliento ainda, que a falta de indicação na hipótese de reclassificação implicaria na impossibilidade da formação de litisconsócio passivo necessário dos candidatos que poderiam ser afetados pela DECISÃO (arts. 114 e ss. do CPC).
Conforme bem fundamentado em DECISÃO que indeferiu o pedido liminar, diz-se isto porque o MANDADO de segurança é ação constitucional instituída para proteger direito líquido e certo, sempre que alguém sofrer violação ou houver receio de sofrer por ilegalidade ou abuso de poder, exigindo-se prova pré-constituída como condição essencial à verificação da aludida ilegalidade, não comportando a produção de prova documental e testemunhal.
No procedimento do referido "remédio constitucional" não há espaço para dilação probatória, ou seja, os fatos devem estar comprovados de plano, de forma documental, o que, repita-se, não ficou comprovado.
Acompanhando o parecer do Ministério Público, este destacou que passada em análise a ficha de inscrição da impetrante, observa-se que, no campo relativo às experiências profissionais, a interessada completou com informações relativas a períodos e locais em que trabalhou, não tendo especificado as funções/ atividades exercidas, fato este que tornou prejudicado o computo dos pontos relativos a essas experiências profissionais em favor da impetrante. E, ainda em sede de recurso administrativo, a comissão pontuou a necessidade das informações relativas às funções/ atividades exercidas para aferição se o candidato exerceu funções idênticas/análogas àquelas do cargo pleiteado, o que é razoável, sob pena de se admitir uma atendente de unidade de saúde para o cargo de enfermeiro de unidade de saúde, os quais possuem atribuições e responsabilidades distintas.
Outrossim, segundo as disposições editalícias contidas nos itens 1.7, 4.1 e 4.4 do edital do certame seletivo ao qual a impetrante se submeteu, é de inteira responsabilidade do candidato a prestação das informações, as quais, no caso em apreço, foram preenchidas de próprio punho pela interessada; as disposições editalícias contidas no item 4.8 do edital do certame, no sentido da inaceitabilidade de acréscimos ou alterações nas informações, após o envio da ficha de inscrição.
Continuando a fundamentação exposta pelo Ministério Público, tem-se que, não tendo a impetrante prestado adequadamente as informações relativas às suas experiências profissionais por

ocasião da inscrição, não se lhe revela lícito pretender acrescê-las em sede judicial, sob pena de burla à regra do certame, sem idêntica oportunização aos demais candidatos inscritos.
Por fim, registro por oportuno que, o julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a DECISÃO. O julgador possui o dever de enfrentar apenas as questões capazes de infirmar a CONCLUSÃO adotada na DECISÃO recorrida. Assim, mesmo após a vigência do CPC/2015, não cabem eventual embargos de declaração contra a DECISÃO que não se pronunciou sobre determinado argumento que era incapaz de infirmar a CONCLUSÃO adotada. STJ. 1ª eção. EDcl no MS 21.315-DF, Rel. Min. Diva Malerbi (Desembargadora convocada do RF da 3ª Região), julgado em 8/6/2016 (Info 585).
Posto isso, DENEGO A SEGURANÇA almejada, pelas razões acima expostas.
Custas na forma da lei. Não sendo pagas as custas finais pelo impetrante, se necessário, proceda-se a inscrição em dívida ativa e protesto. Prazo: 5 dias.
Sem honorários (Súmula 512 do STF).
Havendo interposição de recurso de apelação, o serviço cartorário deverá intimar de pronto o apelado, para apresentação de contrarrazões, e caso esse, interpuser apelação adesiva, intime-se o apelante para apresentar contrarrazões.
Após, sejam os recursos remetidos ao Egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme determinação do artigo 1.010,§ 3º, do CPC.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Transitada em julgado e nada mais sendo requerido, arquivem-se.
Presidente Médici/RO, (na data do movimento).
ELISÂNGELA FROTA ARAÚJO REIS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000 - Fone:(69)3471-2714/2655 Processo nº: 7000763-79.2017.8.22.0006
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Assunto: [Obrigação de Fazer / Não Fazer, Auxílio-transporte]
Parte Ativa: MARIANA PATRICIO GARCIA DE SOUZA
Advogados do(a) EXEQUENTE: JOSE IZIDORO DOS SANTOS - RO4495, ROBISMAR PEREIRA DOS SANTOS - RO5502
Parte Passiva: ESTADO DE RONDÔNIA
Intimação
Fica a parte autora intimada, através de seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, em querendo, manifestar-se da impugnação à execução (id's 26833530 e 26833870).
Presidente Médici/RO, 2 de maio de 2019.
MARIA APARECIDA PINTO
Técnica Judiciária
(assinado digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000 - Fone:(69)3471-2714/2655 Processo nº: 7000732-25.2018.8.22.0006
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Assunto: [Indenização por Dano Material, Obrigação de Fazer / Não Fazer]
Parte Ativa: Nome: JOSE RODRIGUES DA SILVA
Endereço: s/n, sn, Linha 03, Lote 95-C, Gleba 03, zona rural, Castanheiras - RO - CEP: 76948-000
Advogados do(a) REQUERENTE: FRANCIELI BARBIERI GOMES - RO7946, ELTON DIONATAN HAASE - RO8038, LARISSA RENATA PADILHA BARBOSA MAZZO - RO7978
Parte Passiva: Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Avenida São João Batista, 1727, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Advogado do(a) REQUERIDO: GABRIELA DE LIMA TORRES - RO5714
Valor da Causa: R$ 13.620,00
SENTENÇA
Relatório dispensado, nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/95.
Foi determinado ao autor que juntasse documentos comprobatórios, qual seja: orçamentos, projeto elétrico e ART, devidamente registrado no Crea-RO e aprovados pela requerida, sob pena de julgamento do feito.
Regularmente intimado através de seu patrono, o requerente manifestou, não apresentando o projeto aprovado pela requerida.
É o relatório.
DECIDO.
Diante do que consta dos autos, desnecessária uma fundamentação mais extensa.
O requerente foi intimado, através de seu patrono, a juntar os documentos, todavia, juntou deforma parcial.
A ART demonstra que houve o registro do projeto junto ao CREA, porém o mesmo não comprova que houve a aprovação por parte da cessionária de energia elétrica.
A apresentação do projeto elétrico devidamente assinado pela requerida não pode ser dispensada por este juízo, tendo em vista as regras estipuladas pela ANEEL/RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 414, DE 9 DE SETEMBRO DE 2010.
Dentre as exigências contidas na referida resolução, encontra-se a necessidade da aprovação prévia de projeto das instalações de entrada de energia da unidade consumidora e das demais obras de responsabilidade do interessado, vejamos:
Art 27. Efetivada a solicitação do interessado de fornecimento inicial, aumento ou redução de carga, alteração do nível de tensão, entre outras, a distribuidora deve cientificá-lo quanto à:
II – necessidade eventual de:
g) aprovação do projeto de extensão de rede, reforço ou modificação da rede existente antes do início das obras;
i) aprovação de projeto das instalações de entrada de energia, de acordo com as normas e padrões da distribuidora, observados os procedimentos e prazos estabelecidos nos incisos I e II do §1o do art. 27-B;
No mais, o autor informa que a requerida está de posse do projeto elétrico. Destaco que a exibição de documentos, procedimento previsto no art. 396, do CPC e produção antecipada de provas não é compatível com o procedimento regente dos juizados especiais, pois os princípios basilares norteadores dos juizados são a celeridade e economia processual, assim, tal pleito é incompatível nos juizados especiais.
De acordo com o Enunciado 8 do Fonaje:ENUNCIADO 8 – As ações cíveis sujeitas aos procedimentos especiais não são admissíveis nos Juizados Especiais.
Porém, perfeitamente possível tal pedido no procedimento comum, desde que a parte comprove de maneira convincente que tal documento está em posse do réu, bem como impossível tal prova estiver com autor, podendo ser requerido antecipadamente ou incidentalmente.
Ainda que os presentes autos versem sobre relação de consumo, tenho que, nos termos do art. 373, I do CPC, competia a parte autora trazer prova mínima de seu direito, o que não o fez.
Desta forma, a extinção sem MÉRITO é medida que se impõe, em razão da ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo.
Portanto, em atenção ao comando legal disposto no art. 485, IV, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o processo, sem julgamento do MÉRITO.
Presidente Médici/RO, (na data do movimento).
ELISÂNGELA FROTA ARAÚJO REIS
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000 - Fone:(69)3471-2714/2655 Processo nº: 7001240-73.2015.8.22.0006
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
Assunto: [DIREITO DO CONSUMIDOR, Indenização por Dano Moral, Protesto Indevido de Título, Indenização por Dano Material, Práticas Abusivas]
Parte Ativa: ROMA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA. - EPP
Advogado do(a) REQUERENTE: PAMELA EVANGELISTA DE ALMEIDA - RO7354
Parte Passiva: GL ELETRO-ELETRONICOS LTDA.
Advogado do(a) REQUERIDO: CARLOS FERNANDO DE SIQUEIRA CASTRO - RO5014-A
ATO ORDINATÓRIO
Conforme previsto no Provimento da Corregedoria n. 026/2017 ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas para manifestarem do retorno do autos do TJ-RO, devendo requererem no que forem direito, sob pena de arquivamento e extinção.

COMARCA DE SANTA LUZIA D´OESTE

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Proc.: 0000881-51.2011.8.22.0018
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (2020202020 2020202020)
Denunciado:Romeu Gomes Vieira, Raul Gomes Vieira, Selmar Reolon
Advogado:Daniel de Brito Ribeiro (OAB/RO 2630)
FINALIDADE: Intimar o advogado acima mencionado do DISPOSITIVO da SENTENÇA de exrtinção de punibilidade, como também, da expedição de carta precatória para a comarca de Pimenta Bueno/RO, para intimação dos denunciados.
Posto isso, reconheço a ocorrência da prescrição retroativa da pretensão punitiva do Estado, e declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE dos infratores Romeu Gomes Vieira e Raul Gomes Vieira, com fundamento no art. 109, V, c/c art. 107, IV, ambos do Código Penal. Intime-se.Ciência ao Ministério Público.SIRVA A PRESENTE DE MANDADO /CARTA/OFÍCIO N.____/2019.Santa Luzia D'Oeste-RO, quarta-feira, 17 de abril de 2019.Alencar das Neves Brilhante Juiz de Direito
Portaria nº – 003/GAB/ 2019/SLO
A Drª Larissa Pinho de Alencar Lima, MMª Juíza de Direito da Vara Criminal da Comarca de Santa Luzia do Oeste (RO), no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o disposto no Provimento n. 0008/2015-CG, que instituiu o regime Mutirão Carcerário, relativo a presos provisórios;
CONSIDERANDO a relevância da revisão constante nos processos de presos provisórios;
CONSIDERANDO os Princípios da Celeridade e Efetividade Processual.
R E S O L V E:
I -DESIGNAR, o dia 08 de maio de 2019, para realização do Mutirão Semestral de Presos Provisórios da Comarca de Santa Luzia d'Oeste/RO, nos termos determinados no Provimento n. 0008/2015-CG e Ofício Circular - CGJ n. 16/2019.
II -No dia 07 de maio de 2019, deverá ser feita a CONCLUSÃO de todos os processos atinentes a presos provisórios, que serão sejam analisados e deliberados.
III -Para envio dos dados Estatísticos assinalo o prazo de 05 (cinco) dias após a CONCLUSÃO do mutirão.
IV - Afixe-se cópia desta no átrio do Fórum para publicidade.
V- Encaminhem-se cópia à Corregedoria Geral de Justiça, Defensoria Pública, Ministério Público e Ordem dos Advogados do Brasil.
Publique-se.
Cumpra-se.
Santa Luzia do Oeste (RO), 30 de abril de 2049.
(a)Juíza, Larissa Pinho de Alencar Lima

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 15 (quinze) dias
Proc.: 1000515-82.2017.8.22.0018
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Réu: Leandro de Oliveira Wentz
Advogado: Não informado, eis que ainda não citado
FINALIDADE: Citar o réu Leandro de Oliveira Wentz, Brasileiro (a), Solteiro(a), empresario(a), CN 24881-F.266-L.A-24, RG 595,839, Nascido em 17/11/1980 12:00:00, no Município de Ji-Paraná-RO, filho(a) de Leomar Wentz e Maria do Socorro de Oliveira Wentz, que se encontra atualmente em lugar incerto e não sabido, a tomar conhecimento da ação impetrada neste Juízo pelo Ministério Público, bem como constestar referida ação no prazo de 10 dias, contados da data da publicação deste edital.Denúncia: "...No dia 12 de julho de 2017, em horário que não se pode precisar, mas certamente no período da manhã, na linha 184, Km 05, zona rural, Municipio de Sana Luzia D'Oeste/RO, o denunciado LEANDRO DE OLIVEIRA WENTZ, obteve para si, vantagem ilícita, em prejuizo alheio, induzindo as vítimas Elizangela Rodrigues Vieira e Lucidio José Cella em erro, mediante a utilização de um cheque falsificado, no valor de R$ 50.000.00, (cinquenta mil reais), em nome de Ezequiel Pericles dos Santos. Segundo restou apurado, o denunciado utilizando-se de um cheque de Ezequiel sem autorização deste, fraudulentamente o rubricou, no valor de R$ 50.000,00, como se tivesse emitido pelo correntista, com a FINALIDADE de simular o pgamento pela aquisição de mercadoria do tipo pedra brita comercializada pelas vítimas. É dos autos que, após a entrega da cártula às vítimas, estas precederam às verificações de praxe, não tendo sido cosntatadas quaisquer irregularidades. Assim sendo, LEANDRO retirou as mercadorias adiquiridas, antes do venciemnto do título de crédito. Ao ser depositado, o cheque não pode ser compensado, eis que tratava-se de cheque fraudado, emitido sem prévio controle ou responsabilidade do participante (cheque universal), ou com adulteração da praça sacada, ou com rasura no preenchimento, o que veioa ensejar a devolução da cártula, conforme envidenciado à fl.08. Após constatar ter sido vítima de fraude, Elizangela, compareceu à Delegacia de Policia Civil local e registrou ocorrência policial, adotando-se as providências de praxe", apresentou a seguinte CONCLUSÃO..[os grafismos apostos no averso da peça questionada, com execão dos lançamento existentes no campo destinado aos beneficiário: BRITAMAR EXTRAÇÃO DE PEDRAS, foram realizados pelo puho gráfico escritor do nacional "LENADRO DE OLIVEIRA WENTZ". Assim agindo, o nacional LENDRO DE OLIVEIRA WENTS, infirgiu e está incurso nas sanões punitivas do art. 171, caput, do CP, razão pela qual o Misntério Público do Estado de Rondônia, requer a isntauração da competente ação penal e, após recebimento e autuação, citação para que responda aos termos do processo, sob pena de revelia, até o julgamento final e CONDENAÇÃO. ADVERTÊNCIA: Na ausência de resposta, presumir-se-ão aceitos os fatos alegados na inicial.
LOCAL: Fórum Juiz Sebastião de Souza Moura, Rua Dom Pedro I, 2404, esquina c/ Tancredo Neves, Centro, Santa Luzia do Oeste-RO, 76950000 - Fax: (69)3434-2425 - Fone: (69)3434-2439 - Ramal: Santa Luzia D'Oeste, 2 de Maio de 2019.

EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 15 (quinze) dias
Proc.: 0001463-17.2012.8.22.0018
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Delegacia de Polícia Civil de Santa Luzia Doeste
Advogado:Delegado de Polícia
Indiciado:Gilberto Vagner Guimarães
Advogado: Não informado, eis que ainda não citado
FINALIDADE: Citar o réu Gilberto Vagner Guimarães, Brasileiro (a), Casado(a), DNI Nascido em 07/05/1967, no Município de Governador Valadares, filho(a) de Valter Chaves Guimarães e Lidia Voria Guimarães, que se encontra atualmente em lugar incerto e não sabido, a tomar conhecimento da ação impetrada neste Juízo pelo Ministério Público, bem como constestar referida ação no prazo de 10 dias, contados da data da publicação deste edital. Denúncia: "... Em datanão devidamente esclarecida nos autos, mas certamente entre os meses de janeiro e fevereio de 2010, no Município de Parecis/RO, o denunciado GILBERTO VAGNER GUIMARÃES obeteve para si, vantagem ilícita no importe de R$ 1.488.69 (mil e quatrocentos e oitenta reais e sessenta e nove centavos), em prejuízo ada vítim Francisco Apolinário Pereira, induzindo-o e mantendo-o em erro, mediante meio fraudulento. Conforme restou apurado, a vítima procurou o denunciado, então representante do Banco BMG, para constar um emprestimo, tendo sudo acertado que o valor total da operação seria R$ 5.000,00 (cinco mil reais), parcelados em sessenta meses, fixando-se o valor de cada parcela em aproximadamente R$ 153.00. É dos autos que, no dia seguinte ao da aludida contratação, chegou ao conhecimento da vítima que esta, na verdade, teria que pagar aproximadamente R$ 9.200.00(nove mil duzentos reais) pelo referido empréstimo, raão pela qual procurou o denunciado para cancelar a operação. Não obstante, passado alguns dias,os valores previdenciário percebidos pela vítima passaram a sofrer descontos. Assim, Francisco deslocou-se até o INSS para obetr maiores informações, oportunidade em que foi informado de que os descontos tratavam-se de um empréstimo no valor de R$ 1.488.69 (mil quatrocentos e oitenta e oito reais e sessentae nove centavos), conforme consta do Histórico de consgnação de fl. 05. Ato contínuo, a vítima procurou o denunciado, não tendo conseguido sequer ser pro ele atendido. No mais, os valores atinantes ao suposto empréstimo não foram depositados na conta da vítima de fraude, a vítima compareceu nesta Promotoria de Justiça, adotando-se as providências praxe. Segundo consta dos autos, à época dos fatos, a vítima já era idosa, uma vez que nasceu aos 11/07/1945". Assim agindo, o nacional GILBERTO VAGNER GUIMARÃES, infrigiu e está incurso nas sanções punitivas do Art. 171, § 4º, do CP, razão pela qual o Minstério Público do Estado de Rondônia, requer instauração da competente ação penal e, após recebimento e atuação, a citação do acusado para que responda aos termos do processo, sob pena de revelia, até final julgamento e CONDENAÇÃO.

1ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Rua Dom Pedro I, nº s/n, Bairro Centro, CEP 76.950-000, Santa Luzia do Oeste, RO Procedimento do Juizado Especial Cível
7000876-26.2019.8.22.0018
AUTOR: MOISES PEREIRA LOPES CPF nº 005.865.532-82, LINHA 45 km 04 ZONA RURAL - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ANGELICA ALVES DA SILVA OAB nº RO6061
RÉU: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CNPJ nº 05.914.650/0001-66, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: ADVOGADO DO RÉU:
Vistos.
Recebo a ação para processamento.
Deixo de apreciar o pedido de justiça gratuita para fazê-lo oportunamente, em razão de o acesso ao Juizado Especial independer, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas.
Considerando os princípios da celeridade e eficiência processual, penso que se uma das partes antecipadamente requer a dispensa da audiência de conciliação, a designação desta seria inócua e inefetiva. Nesta razão, em virtude dos princípios citados, o melhor caminho é deferir o pedido e dispensar a audiência conciliatória.
Deste modo, deixo de designar audiência de conciliação, em que pese a importância desta audiência, ante a notória inexistência de possibilidade de solução consensual de conflitos em ações desta natureza, dispenso a audiência de conciliação.
Ressalvo que a requerida poderá manifestar-se expressamente nos autos, caso tenha interesse em conciliar.
No que se refere ao pedido de inversão do ônus da prova, o Código de Defesa do Consumidor traz a presunção de hipossuficiência, possibilitando ao consumidor demandar em igualdade de condições frente às grandes empresas. E com base nesta norma protetiva dos interesses do consumidor, inverto o ônus da prova, ficando estabelecido que o ônus da prova incumbe à requerida.
Proceda-se a CITAÇÃO da requerida, de todos os termos da ação que tramita nesta vara, bem como, para CONTESTAR no prazo de 15 (quinze) dias, a contar a partir da citação. Advertindo-a que na hipótese de não produzir defesa reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados na petição inicial (Art. 20 da Lei 9.099/95), salvo se o contrário resultar de prova dos autos, proferindo o juiz, desde logo, a SENTENÇA.
Na mesma oportunidade, a parte requerida fica intimada para indicar as provas que pretende produzir, indicando a necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento e julgamento do feito no estado em que se encontra.
Se houver juntada de documentos novos ou arguição de preliminares, INTIME-SE a parte autora para, sendo o caso impugnar a contestação e indicar as provas que pretende produzir, justificando a necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento da prova e julgamento do feito no estado em que se encontra. Prazo cinco dias.
Advirtam-se as partes:
a) Conforme Lei Federal 9.099/95 e Portaria Conjunta do JECIV n° 001/2002, a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda, poderá fazer-se presente na audiência conciliatória através de preposto credenciado, exibindo, desde já, carta de preposto, sob pena de revelia, conforme arts. 9º, §4 e 20º, da referida lei.
a) As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a/o carta/MANDADO de intimação cumprido(a) no endereço constante dos autos (art. 19, § 2º, Lei 9.099/95).
SIRVA O PRESENTE COMO MANDADO /CARTA DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO.
Faculto, desde logo que a intimação seja realizada preferencialmente via telefone, em observância ao princípio da economia e celeridade processual.
CUMPRA-SE
Santa Luzia do Oeste, 30 de abril de 2019.
Larissa Pinho de Alencar Lima

Cumprimento de SENTENÇA
7002211-51.2017.8.22.0018
EXEQUENTE: J.C. AGROPECUARIA EIRELI - ME CNPJ nº 25.194.430/0001-12, AVENIDA TANCREDO DE ALMEIDA NEVES 3441 CENTRO - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE:

EXECUTADO: ROGERIO MARCOS DA COSTA KLIPEL CPF nº 031.050.062-14, LINHA P22, KM 4 ZONA RURAL - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Vistos.
Vistos.
Considerando a certidão do Oficial de Justiça, o qual diligenciou junto ao representante da exequente e informou o cumprimento da obrigação, JULGO EXTINTA a execução com fundamento no art. 924, II do CPC, ante a satisfação integral da obrigação.
Ante a preclusão lógica, antecipa-se o trânsito em julgado da presente SENTENÇA.
Arquivem-se os autos.
Intimem-se.
SIRVA A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Cumpra-se
Larissa Pinho de Alencar Lima
30/04/201911:57

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
7001726-51.2017.8.22.0018
Polo Ativo:
Nome: CARLITO FERREIRA DE ABREU
Endereço: Linha 184, Km 07, Lado sul, s/n, rural, Santa Luzia D'Oeste - RO - CEP: 76950-000
Advogado do(a) EXEQUENTE: JANTEL RODRIGUES NAMORATO - RO6430
Polo Passivo:
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: AV BRASIL, 2127, CENTRO, Santa Luzia D'Oeste - RO - CEP: 76950-000
Advogados do(a) EXECUTADO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835, ALEX CAVALCANTE DE SOUZA - RO1818, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318
Intimação
Por determinação judicial, fica Vossa Senhoria intimada da expedição de alvará judicial, devendo comprovar nos autos seu levantamento.
PRAZO: 05 DIAS
Santa Luzia D'Oeste, 30 de abril de 2019.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
7001739-50.2017.8.22.0018
Polo Ativo:
Nome: ANTONIO RICARDO CIDRAL
Endereço: Linha P-30, Km 05, S/N, RURAL, Alto Alegre Dos Parecis - RO - CEP: 76952-000
Advogado do(a) REQUERENTE: JANTEL RODRIGUES NAMORATO - RO6430
Polo Passivo:
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: AV BRASIL, 2127, CENTRO, Santa Luzia D'Oeste - RO - CEP: 76950-000
Advogados do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462
Intimação
Por determinação judicial, fica Vossa Senhoria intimada da expedição de alvará judicial, devendo comprovar nos autos seu levantamento.
PRAZO: 05 DIAS
Santa Luzia D'Oeste, 30 de abril de 2019.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
7000364-77.2018.8.22.0018
Polo Ativo:
Nome: ISAIAS BISPO FERREIRA
Endereço: LINHA 188 KM 04 LADO NORTE, ZONA RURAL, ZONA RURAL, Santa Luzia D'Oeste - RO - CEP: 76950-000
Advogado do(a) EXEQUENTE: OZIEL SOBREIRA LIMA - RO6053
Polo Passivo:
Nome: FRANCISCO JOSE BARBOSA
Endereço: LINHA 29,LOTE 42, KM 2.5, S/N, NOVO PARAISO, São Felipe D'Oeste - RO - CEP: 76977-000
Advogados do(a) EXECUTADO: DAIANE GLOWASKY - RO7953, EDER JUNIOR MATT - RO3660, AKAWHAN DYOGO ODORICO OLIVEIRA - RO8582
Intimação
Por determinação judicial, fica Vossa Senhoria intimada da expedição de alvará judicial, devendo comprovar nos autos seu levantamento.
PRAZO: 05 DIAS
Santa Luzia D'Oeste, 30 de abril de 2019.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
7001866-51.2018.8.22.0018
Polo Ativo:
Nome: JOSE ASSIS GONCALVES DE OLIVEIRA
Endereço: Linha CAPA 50, Km 03, S/N, Zona rural, Santa Luzia D'Oeste - RO - CEP: 76950-000
Advogados do(a) REQUERENTE: MARCELO BUENO MARQUES FERNANDES - RO8580, RILDO RODRIGUES SALOMAO - RO5335
Polo Passivo:
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Avenida Juscelino Kubitschek, 580, Centro, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000
Advogados do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462
Intimação
Por determinação judicial, fica Vossa Senhoria intimada da expedição de alvará judicial, devendo comprovar nos autos seu levantamento.
PRAZO: 05 DIAS
Santa Luzia D'Oeste, 30 de abril de 2019.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
7000703-36.2018.8.22.0018
Polo Ativo:
Nome: SAMUEL FOERSTE
Endereço: Linha P-26, Zona Rural, Km 20, Santa Luzia D'Oeste - RO - CEP: 76950-000
Advogados do(a) EXEQUENTE: RAFAEL BURG - RO4304, RODRIGO HENRIQUE MEZABARBA - RO3771
Polo Passivo:
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Avenida Brasil, 2127, Centro, Alto Alegre Dos Parecis - RO - CEP: 76952-000
Advogado do(a) EXECUTADO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835
Intimação
Por determinação judicial, fica Vossa Senhoria intimada da expedição de alvará judicial, devendo comprovar nos autos seu levantamento.
PRAZO: 05 DIAS
Santa Luzia D'Oeste, 30 de abril de 2019.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
7000898-21.2018.8.22.0018
Polo Ativo:
Nome: INDUSTRIA E COMERCIO DE ARGAMASSA ARGAMAZON LTDA - EPP
Endereço: Rua Tocantins, 2039, Novo Tempo, Parque Industrial, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
Advogado do(a) EXEQUENTE: LUIZ CARLOS STORCH - RO3903
Polo Passivo:
Nome: MARCIEL MESSIAS DE JESUS
Endereço: Av. Tancredo de Almeida Neves, 3559, Centro, Alto Alegre Dos Parecis - RO - CEP: 76952-000
Intimação
Por determinação judicial, fica Vossa Senhoria INTIMADO(A) para no prazo de 05(cinco) dias, comprovar nos autos o pagamento das custas de publicação do edital de venda judicial, conforme determinado no r. DESPACHO.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
7002397-40.2018.8.22.0018
Polo Ativo:
Nome: TORQUATO FERNANDES COTA
Endereço:, Santa Luzia D'Oeste - RO - CEP: 76950-000
Advogado do(a) EXEQUENTE: TORQUATO FERNANDES COTA - RO558-A
Polo Passivo:
Nome: ELIANE SIMONE MATT
Endereço: zona urbana, 90, Rua da Matriz, centro, Parecis - RO - CEP: 76979-000
Intimação
Por determinação judicial, fica Vossa Senhoria intimada da expedição de alvará judicial, devendo comprovar nos autos seu levantamento.
PRAZO: 05 DIAS
Santa Luzia D'Oeste, 30 de abril de 2019.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
0001459-72.2015.8.22.0018
Polo Ativo:
Nome: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A
Endereço: Rua Amador Bueno, 474, BL C - 1 andar, Santo Amaro, São Paulo - SP - CEP: 04752-901
Advogado do(a) AUTOR: FERNANDO SALIONI DE SOUSA - RO4077
Polo Passivo:
Nome: GUMERCINDO PINHEIRO SOBRINHO
Endereço: Av. Tiradentes, 3539, Centro, Alto Alegre Dos Parecis - RO - CEP: 76952-000
Intimação
Por determinação judicial, fica Vossa Senhoria INTIMADO(A) para querendo manifestar-se acerca da certidão do oficial de justiça.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
7000322-91.2019.8.22.0018
Polo Ativo:
Nome: JANDIR GOMES DINIZ
Endereço: Linha P 26 km 2,5, km 2,5, Zona Rural, Alto Alegre Dos Parecis - RO - CEP: 76952-000
Advogado do(a) AUTOR: EVALDO ROQUE DINIZ - RO10018
Polo Passivo:
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Rua Corumbiara, 0000, centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000
Advogado do(a) RÉU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835
Intimação
Por determinação judicial, fica Vossa Senhoria intimada para, sendo o caso, impugnar a contestação e indicar as provas que pretende produzir, justificando a necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento da prova e julgamento do feito no estado em que se encontra. Prazo cinco dias..
Santa Luzia D'Oeste, 30 de abril de 2019.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
7000007-97.2018.8.22.0018
Polo Ativo:
Nome: Marília Grigorio de Matos
Endereço: Avenida Tancredo Neves, 3940, Centro, Santa Luzia D'Oeste - RO - CEP: 76950-000
Advogados do(a) REQUERENTE: RODRIGO FERREIRA BARBOSA - RO8746, RONILSON WESLEY PELEGRINE BARBOSA - RO4688
Polo Passivo:
Nome: LOJAS RENNER S.A.
Endereço: Avenida Joaquim Porto Villanova, 401, 7 andar, Jardim do Salso, Porto Alegre - RS - CEP: 91410-400
Advogados do(a) REQUERIDO: JULIO CESAR GOULART LANES - RO4365, KLAUS GIACOBBO RIFFEL - RS75938
Intimação
Por determinação judicial, fica Vossa Senhoria intimada do retorno dos autos da Turma Recursal.
PRAZO: 5 DIAS
Santa Luzia D'Oeste, 30 de abril de 2019.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
7002146-56.2017.8.22.0018
Polo Ativo:
Nome: VALDEMAR CAZAGRANDE
Endereço: Zona Rural, LH P04 Km 4, Zona Rural, Parecis - RO - CEP: 76979-000
Advogado do(a) REQUERENTE: GELSON GUILHERME DA SILVA - RO8575
Polo Passivo:
Nome: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA-ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO RONDONIA S/A.
Endereço: AVENIDA BRASIL, 2127, CENTRO, Santa Luzia D'Oeste - RO - CEP: 76950-000
Advogado do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835
Intimação
Por determinação judicial, fica a parte requerida intimada do retorno dos autos da Turma Recursal.
PRAZO: 5 DIAS
Santa Luzia D'Oeste, 30 de abril de 2019.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
7002146-56.2017.8.22.0018
Polo Ativo:
Nome: VALDEMAR CAZAGRANDE
Endereço: Zona Rural, LH P04 Km 4, Zona Rural, Parecis - RO - CEP: 76979-000
Advogado do(a) REQUERENTE: GELSON GUILHERME DA SILVA - RO8575
Polo Passivo:
Nome: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA-ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO RONDONIA S/A.
Endereço: AVENIDA BRASIL, 2127, CENTRO, Santa Luzia D'Oeste - RO - CEP: 76950-000
Advogado do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E

MASCARENHAS BARBOSA - MS6835
Intimação
Por determinação judicial, fica a parte autora intimada do retorno dos autos da Turma Recursal, bem como para, no prazo de 15 dias, comprovar nos autos o recolhimento das custas (código 1013.2), nos termos do acórdão de ID 26832165, sob pena de envio para protesto e, posteriormente, inscrição em dívida ativa.
Santa Luzia D'Oeste, 30 de abril de 2019.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
7001233-40.2018.8.22.0018
Polo Ativo:
Nome: MAURO ROBERTO DA SILVA
Endereço: Zona Rural, LH P.14 KM 06, Zona Rural, Santa Luzia D'Oeste - RO - CEP: 76950-000
Advogado do(a) REQUERENTE: GELSON GUILHERME DA SILVA - RO8575
Polo Passivo:
Nome: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA-ELETROBRAS
Endereço: Avenida Brasil, 2127, Bairro Centro, Santa Luzia D'Oeste - RO - CEP: 76950-000
Advogados do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462
Intimação
Por determinação judicial, ficam as partes intimadas do retorno dos autos da Turma Recursal.
PRAZO: 5 DIAS
Santa Luzia D'Oeste, 2 de maio de 2019.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
7000609-54.2019.8.22.0018
Polo Ativo:
Nome: ALDAIR RAFAEL DA PAZ
Endereço: LINHA P04, KM 12, VILA BOSCO, RURAL, Alto Alegre Dos Parecis - RO - CEP: 76952-000
Advogado do(a) REQUERENTE: ITAMAR DE AZEVEDO - RO1898
Polo Passivo:
Nome: CERON CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA
Endereço: Avenida dos Imigrantes, 4137, ENERGISA, Industrial, Porto Velho - RO - CEP: 76821-063
Advogado do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835
Intimação
Por determinação judicial, fica a parte autora INTIMADO(A) para, sendo o caso impugnar a contestação e indicar as provas que pretende produzir, justificando a necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento da prova e julgamento do feito no estado em que se encontra. Prazo cinco dias.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
7000626-27.2018.8.22.0018
Polo Ativo:
Nome: MANOEL VIEIRA LEITE
Endereço: Km 1,5, Zona Rural, Linha P-34, Alto Alegre Dos Parecis - RO - CEP: 76952-000
Advogados do(a) REQUERENTE: RAFAEL BURG - RO4304, RODRIGO HENRIQUE MEZABARBA - RO3771
Polo Passivo:
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Avenida Brasil, 2127, Centro, Alto Alegre Dos Parecis - RO - CEP: 76952-000
Advogado do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.
Trata-se de Ação de Restituição de Valores Investidos na Construção de Rede Elétrica Rural ajuizado por MANOEL VIEIRA LEITE em face de CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA - CERON pretendendo o reembolso de valor despendido com a construção de rede elétrica em propriedade rural.
O feito foi extinto ante o reconhecimento da prescrição.
Porém, em grau de recurso determinou-se pela reforma da SENTENÇA pelo juízo de origem afastando a prescrição, bem como dar regular processamento ao feito para "seja verificado se realmente se deve pagar e o quantum, já que os danos materiais dependem de especificação e comprovação".
Pois bem.
O feito deve ser analisado à luz do Código de Defesa do Consumidor e aos princípios a ele inerentes, posto que a relação contratual que se estabeleceu entre os litigantes é de inegável consumo, competindo à empresa concessionária de energia elétrica o ônus de fazer prova contrária às alegações do autor.
Nesse azo, o Código de Processo Civil, em seu art. 373, dispõe que:
Art. 373. O ônus da prova incumbe:
I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;
II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. (grifei)
Assim, ainda que se analise a demanda sob a ótica consumerista e da inversão do ônus da prova, incumbe à parte autora demonstrar, ao menos, indícios do fato constitutivo do seu direito.
DA PRELIMINAR – DA PRESCRIÇÃO
Deixo de apreciá-la, pois já analisada em grau de recurso conforme acórdão alojado aos autos.
PASSO À ANÁLISE DO MERITUM CAUSAE.
Segundo consta na inicial, a parte autora é proprietária do imóvel rural localizado na Linha P-34, km 1,5, zona rural, município de Alto Alegre dos Parecis/RO. Aduz que é proprietário de uma rede elétrica de 10 kva construída no ano de 2008, que em razão de a CERON não realizar a eletrificação rural em sua propriedade, realizou a referida obra atendendo aos parâmetros e padrões técnicos definidos pela requerida. Alega que houve a incorporação fática da rede elétrica do autor, pois a requerida se apropriou e não restituiu o valor gasto. Alega que a requerida não realizou a eletrificação rural, mas, a partir do ano de 2006, por meio da Resolução 229/06 da ANEEL, ocorreu a incorporação da subestação ao patrimônio da requerida, pelo que requer a correspondente restituição dos valores gastos na construção da referida subestação.
Para comprovar o alegado, a parte autora juntou ART, projeto elétrico e orçamento.
A requerida apresentou contestação impugnando os orçamentos apresentados, requerendo a improcedência do pedido em razão da ausência de prova das alegações do autor. Defende que não houve a incorporação da subestação ao seu patrimônio, bem como que a parte requerente não constituiu provas capazes de sustentar o alegado dano material.
Pois bem.
De fato, não há provas suficientes a amparar o alegado direito do autor, visto que apresentou tão somente ART, projeto e o orçamento, que demonstram, por seu próprio conteúdo, apenas expectativa/objetivo de construção, não tendo o condão de comprovar real ônus para a realização da obra.
Soa com estranheza ao juízo o fato de o autor possuir documentos do ano de 2008 referente a suposta construção da subestação, porém não possuir as referidas notas fiscais, optando em juntar aos autos orçamento que é mais benéfico para si.
Entendo que a comprovação dos efetivos gastos se dá com notas fiscais e/ou recibos dos produtos e serviços realizados, conjugado com laudos, entre outros, que demonstrem a real construção da subestação e o efetivo desembolso.
No presente caso, não restou provado que os valores do orçamento juntado nos autos de fato correspondem ao real investimento. Por

oportuno, salienta-se que, se existissem tais provas, estas deveriam ter sido juntadas no momento processual correspondente. Todavia, não foram.
A respeito das provas, aliás, insta pontuar que no caso destes autos, é eminentemente documental, não havendo falar em prova testemunhal.
Destaque-se que a inversão do ônus da prova deferida nos autos, é medida prevista no Código de Defesa do Consumidor e não deve ser usada de forma absoluta, pois não exclui disposição do Código de Processo Civil segundo a qual a prova deve ser feita por quem faz a alegação.
Assim, o requerente não apresentou provas ou indícios mínimos de suas alegações.
Neste sentido:
"DECISÃO: a chamada inversão do ônus da prova não é automática. Ela depende de circunstâncias concretas...: "Mesmo em caso de relação de consumo, a inversão do ônus da prova não é automática, cabendo ao magistrado a apreciação dos aspectos de verossimilhança da alegação do consumidor ou de sua hipossuficiência, em conformidade estabelece o art. 6º, VIII, do referido diploma legal" (AgRg. no REsp. nº 1.216.562/SP, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino). No mesmo sentido: AgRg. no Ag. nº 1.263.401/RS, Rel. Min. Vasco 7 PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO 26ª CÂMARA AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2030711-32.2015.8.26.0000 Della Giustina (Desembargador convocado do TJ/RS). Na hipótese vertente, para efeito de inversão do ônus da prova, forçoso é convir que no atual estágio processual não há plena demonstração da verossimilhança das alegações da agravada, tampouco se vislumbrando situação de desequilíbrio de modo a dificultar ou mesmo inviabilizar a produção das provas deferidas pelo magistrado. A FINALIDADE da norma que prevê a inversão é a de facilitar a defesa dos direitos do consumidor, e não a de assegurar-lhe a vitória. Ante o exposto, dou provimento ao recurso, nos termos do acórdão, com observação. RENATO SARTORELLI Relator Assinatura Eletrônica... da inversão do ônus da prova prevista no Código de Defesa do Consumidor. Busca, por isso, a reforma do ato. (TJ-SP - Inteiro Teor. Agravo de Instrumento: AI 20307113220158260000 SP 2030711-32.2015.8.26.0000 Data de publicação: 15/04/2015). grifei
RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE QUANTIA PAGA C/C REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS. TELEFONIA. FALHA DE SINAL DA OPERADORA. AUSÊNCIA DE PROVA DOS FATOS ARGUIDOS. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA QUE DEPENDE DA ANÁLISE DE CADA CASO CONCRETO E NÃO AFASTA AUTOMATICAMENTE A INCIDÊNCIA DO ART. 333, INCISO I DO CPC. DANO MORAL NÃO COMPROVADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. RELATÓRIO Dispensado o relatório. 2. VOTO Satisfeitos os requisitos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade, o presente recurso merece ser conhecido. Compulsando os autos, observa-se que não assiste razão a recorrente. Em que pese todos os fatos narrados e os dados da ANATEL alegados na inicial, é irrefutável o entendimento de que incumbia à parte autora apresentar nos autos prova mínima capaz de constituir o seu direito (art. 333, inciso I do CPC), posto que os relatórios de fiscalização não são capazes de constituir o direito da parte autora. Assim, deveria o reclamante anexar documentos que comprovassem os gastos oriundos pela ineficiência da ré em prestar serviços, tais como relatórios da linha de telefone celular de sua propriedade que demonstrem os fatos aduzidos na exordial. Ora, a parte autora sequer indicou protocolos de atendimento do call center da ré, o que comprovaria a tentativa de resolver os problemas narrados por vias administrativas. Saliente-se, uma vez mais, o ônus da prova não é afastado pela simples inversão prevista no Código de Defesa do Consumidor, eis que o autor poderia ter feito prova mínima das alegações na exordial. Assim sendo, não há que se falar em cerceamento de defesa. Neste sentido, é o entendimento deste Órgão Julgador: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. PLANO TIM INFINITY PRÉ. CHAMADAS ILIMITADAS. CONSTANTES FALHAS DE SINAL QUE OCASIONAVAM SUCESSIVAS QUEDAS NAS LIGAÇÕES. NECESSIDADE DE REALIZAR NOVAS CHAMADAS. PEDIDO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. AUSÊNCIA DE PROVA DO DANO E DO NEXO CAUSAL. INVERSÃO DO ÔNUS".
Diante disso, tenho que os documentos juntados com a inicial não comprovam as circunstâncias em que a subestação foi construída e os reais gastos com a construção da mesma, tampouco comprovam que de fato houve a incorporação por parte da requerida, não tendo a parte autora conseguido comprovar o fato constitutivo de seu direito.
Assim, diante da ausência de provas nos autos, outro caminho não há senão a improcedência do pedido.
DISPOSITIVO.
Posto isso, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado por MANOEL VIEIRA LEITE em face de CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A – CERON, e declaro extinto o processo com resolução do MÉRITO, nos moldes do artigo 487, inciso I, do CPC.
Sem custas e sem honorários advocatícios na primeira instância dos Juizados Especiais Cíveis (art. 54, caput, e art. 55, caput, ambos da Lei n. 9.099/95).
SENTENÇA registrada e publicada automaticamente pelo PJe.
Intimem-se.
Após o trânsito em julgado, proceda-se com as baixas de praxe e arquivem-se os autos.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO /CARTA.
Cumpra-se.
Santa Luzia D'Oeste, 26 de fevereiro de 2019
Juiz(a) de Direito
Assinado eletronicamente por: LARISSA PINHO DE ALENCAR LIMA
26/02/2019 18:09:55
http://pje.tjro.jus.br:80/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
ID do documento: 24980518
190226180954373000000023395033Imprimir

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
7001918-81.2017.8.22.0018
Polo Ativo:
Nome: ROSALVO CRUZ DE OLIVEIRA
Endereço: Km 07, S/N, Zona Rural, Linha P - 36, Alto Alegre Dos Parecis - RO - CEP: 76952-000
Advogados do(a) REQUERENTE: RAFAEL BURG - RO4304, RODRIGO HENRIQUE MEZABARBA - RO3771
Polo Passivo:
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Avenida Brasil, 2127, Centro, Santa Luzia D'Oeste - RO - CEP: 76950-000
Advogados do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462
Intimação
Por determinação judicial, fica a parte autora INTIMADO(A) para atualização do débito, no prazo de 05 (cinco) dias. Ressalto que são incabíveis a condenação de honorários advocatícios em sede de Juizado Especial, ante a ausência das hipóteses legais do art. 55, da Lei 9.099/95.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
7000610-73.2018.8.22.0018
Polo Ativo:
Nome: ELISA PAULINO PESSOA
Endereço: Km 02, Zona Rural, Linha P-28, Alto Alegre Dos Parecis - RO - CEP: 76952-000

Advogados do(a) EXEQUENTE: RAFAEL BURG - RO4304, RODRIGO HENRIQUE MEZABARBA - RO3771
Polo Passivo:
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Avenida Brasil, 2127, Centro, Alto Alegre Dos Parecis - RO - CEP: 76952-000
Advogado do(a) EXECUTADO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835
Intimação
Por determinação judicial, fica a parte autora INTIMADO(A) para atualização do débito, no prazo de 05 (cinco) dias. Ressalto que são incabíveis a condenação de honorários advocatícios em sede de Juizado Especial, ante a ausência das hipóteses legais do art. 55, da Lei 9.099/95.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
7001384-06.2018.8.22.0018
Polo Ativo:
Nome: MINERVINA DE OLIVEIRA SANTANA
Endereço: LINHA 45KM 02 LD ESQ SAIDA P SAO FELIPE, EM FRENTE PEDRO LIMA, ZONA RURAL, Santa Luzia D'Oeste - RO - CEP: 76950-000
Advogado do(a) AUTOR: MARINEUZA DOS SANTOS LOPES - RO6214
Polo Passivo:
Nome: MARCIO DUARTE DOS SANTOS
Endereço: Rua Militão Dias de Oliveira, 632, (Jd das Mangueiras I) - até 956/957, Agenor de Carvalho, Porto Velho - RO - CEP: 76820-218
Intimação
Por determinação judicial, fica Vossa Senhoria INTIMADA a se manifestar quanto a petição juntada.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
7006084-83.2017.8.22.0010
Polo Ativo:
Nome: IVO SCHNEIDER
Endereço: zona rural, s/n, casa, linha 45 km 19 esquina c/ a linha 204 lado, Santa Luzia D'Oeste - RO - CEP: 76950-000
Advogados do(a) REQUERENTE: AKAWHAN DYOGO ODORICO OLIVEIRA - RO8582, EDER JUNIOR MATT - RO3660
Polo Passivo:
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: CENTRO, S/N, CERON, RUA CORUMBIARIA ESQUINA COM A RUA CURITIBA, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000
Advogados do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462
Vistos.
Intime-se o autor para comprovar o pagamento das custas, prazo 48h, sob pena de deserção do recurso.
Pratique o necessário.
Cumpra-se.
Santa Luzia D'Oeste/RO, data certificada.
Larissa Pinho de Alencar Lima
Juíza de direito
Assinado eletronicamente por: LARISSA PINHO DE ALENCAR LIMA
04/04/2019 12:11:13
http://pje.tjro.jus.br:80/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
ID do documento: 26067560
19040413312900000000024433632Imprimir

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
7002334-15.2018.8.22.0018
Polo Ativo:
Nome: ANTONIA NILZA DA SILVA SIQUEIRA
Endereço: RUA DA MATRIZ, 67- A, CENTRO, Parecis - RO - CEP: 76979-000
Advogado do(a) AUTOR: MARCIO SUGAHARA AZEVEDO - RO4469
Polo Passivo:
Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Endereço: desconhecido
Intimação
Por determinação judicial, fica Vossa Senhoria INTIMADO a se manifestar quanto a proposta de acordo apresentada pelo INSS, no prazo de 05 (cinco) dias.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
7001990-34.2018.8.22.0018
Polo Ativo:
Nome: AMARILDO ALVES BARBOSA
Endereço: Linha P-34 Km 4, Zona Rural, Alto Alegre Dos Parecis - RO - CEP: 76952-000
Advogados do(a) AUTOR: MARCIO ANTONIO PEREIRA - RO1615, NEIRELENE DA SILVA AZEVEDO - RO6119
Polo Passivo:
Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Endereço: Av. Brasil, 3374, centro, Alta Floresta D'Oeste - RO - CEP: 76954-000
Intimação
Por determinação judicial, fica Vossa Senhoria INTIMADO(A) acerca da proposta de acordo acostada no ID 26157323.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
7002495-25.2018.8.22.0018
Polo Ativo:
Nome: CONCEICAO RIBEIRO DA CRUZ SILVA
Endereço: LINHA 176, KM 3, LADO SUL, ZONA RURAL, Santa Luzia D'Oeste - RO - CEP: 76950-000
Advogado do(a) AUTOR: JOSCIANY CRISTINA SGARBI LOPES - RO3868
Polo Passivo:
Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Endereço: desconhecido
Intimação
Por determinação judicial, fica Vossa Senhoria INTIMADO(A) acerca da proposta de acordo, no prazo de 5 (cinco) dias.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
7000615-95.2018.8.22.0018
Polo Ativo:
Nome: GERSON FERREIRA DE ALMEIDA FILHO
Endereço: Km 30, Zona Rural, Linha P-44, Alto Alegre Dos Parecis - RO - CEP: 76952-000
Advogados do(a) REQUERENTE: RAFAEL BURG - RO4304, RODRIGO HENRIQUE MEZABARBA - RO3771
Polo Passivo:
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Avenida Brasil, 2127, Centro, Alto Alegre Dos Parecis - RO - CEP: 76952-000
Advogado do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835
DECISÃO
Vistos.
Recebo o recurso, por ser próprio e tempestivo.
Nos termos do art. 332, § 4º do CPC, CITE-SE o recorrido para, caso queira ofereça resposta escrita no prazo de dez dias.
Após, encaminhe-se os autos à Turma Recursal para apreciação, com as nossas sinceras homenagens.

Cumpra-se, expedindo o necessário.
Serve a presente como intimação.
Assinado eletronicamente por: LARISSA PINHO DE ALENCAR LIMA
28/03/2018 10:57:33
http://pje.tjro.jus.br:80/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
ID do documento: 17237640
18032810573333700000016052626Imprimir

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
7002496-10.2018.8.22.0018
Polo Ativo:
Nome: OSMAR MORAIS
Endereço: Linha P 30 - Kapa 28 Lote 01, S/N, ZONA RURAL, Parecis - RO - CEP: 76979-000
Advogado do(a) AUTOR: MARCIO SUGAHARA AZEVEDO - RO4469
Polo Passivo:
Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Endereço: desconhecido
Intimação
Por determinação judicial, fica Vossa Senhoria INTIMADO(A) para caso queira apresentar impugnação à contestação acostada ao ID 25186820.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
7001718-74.2017.8.22.0018
Polo Ativo:
Nome: ALAIDES SOARES DA SILVA
Endereço: RUA DOS IMIGRANTES, 39, CENTRO, Parecis - RO - CEP: 76979-000
Advogado do(a) REQUERENTE: PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR - RO2394
Polo Passivo:
Nome: ESTADO DE RONDÔNIA
Endereço: desconhecido
Intimação
Por determinação judicial, fica a parte autora INTIMADO(A) para, no prazo de 5 dias, manifestar acerca do documento juntado pelo requerido no ID 25332746.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Rua Dom Pedro I, nº s/n, Bairro Centro, CEP 76.950-000, Santa Luzia do Oeste, RO Execução de Título Extrajudicial
7000931-45.2017.8.22.0018
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA D OESTE
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA DO OESTE
EXECUTADO: MARLY LUCIA DO CARMO SILVA
ADVOGADO DO EXECUTADO: EDER JUNIOR MATT OAB nº RO3660
Vistos.
Intimem-se as partes para, no prazo e 05 (cinco) dias, manifestarem se o acordo de parcelamento da dívida substitui a penhora sobre o salário já deferida nos autos, sob pena de manutenção da mesma e preclusão das arguições.
Intime-se.
Pratique-se o necessário.
SIRVA-SE A PRESENTE DE MANDADO /CARTA/OFÍCIO N._____/2019.
Santa Luzia do Oeste, 30 de abril de 2019.
Larissa Pinho de Alencar Lima

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Rua Dom Pedro I, nº s/n, Bairro Centro, CEP 76.950-000, Santa Luzia do Oeste, RO Execução de Título Extrajudicial
7001940-08.2018.8.22.0018
EXEQUENTE: IMPLEMENTOS AGRICOLAS OLIVEIRA LTDA - EPP, AV BRASIL 4390 CENTRO - 76916-000 - PRESIDENTE MÉDICI - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DANIEL REDIVO OAB nº RO3181, KELLY CRISTINE BENEVIDES DE BARROS OAB nº RO3843, JOAO CARLOS DA COSTA OAB nº RO1258
EXECUTADO: JOSE CARLOS DA SILVA BARBOSA, RUA 7 SETEMBRO 499 CENTRO - 76979-000 - PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
Vistos.
Expeça-se alvará para levantamento da importância constante nos autos e atualizações em favor do exequente ou de seu advogado, desde que este possua poderes específicos para tanto, estando desde já autorizada a transferência, acaso seja informada conta bancária.
Após, arquivem-se os autos.
Intimem-se.
SIRVA ESTA DECISÃO COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Faculto, desde logo que a intimação seja realizada preferencialmente via telefone, em observância ao princípio da economia e celeridade processual.
Cumpra-se
Santa Luzia do Oeste, 2 de maio de 2019.
Larissa Pinho de Alencar Lima

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Rua Dom Pedro I, nº s/n, Bairro Centro, CEP 76.950-000, Santa Luzia do Oeste, RO Execução de Título Extrajudicial
7000830-37.2019.8.22.0018
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP CNPJ nº 02.015.588/0001-82, AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 775 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS OAB nº RO2930, RUA FLORIANO PEIXOTO 401 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, NOEL NUNES DE ANDRADE OAB nº RO1586, RUA FLORIANO PEIXOTO 401 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, GEISIELI DA SILVA ALVES OAB nº RO9343, SEM ENDEREÇO
EXECUTADOS: UEMERSON EVANGELISTA DA SILVA, SÍTIO LH KAPA 04 s/n ZONA RURAL - 76979-000 - PARECIS - RONDÔNIA, WESLEI EVANGELISTA DA SILVA, SÍTIO LH P 02 GB CORUMBIARA LOTE 35 s/n ZONA RURAL - 76979-000 - PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS:
Vistos.
Intime-se a parte exequente, por meio de seu advogado, via PJE.
CITEM-SE a parte executada para que tome conhecimento da presente execução e, no prazo de 3 (três) dias, a contar da citação, para que pague o valor da dívida atualizada acrescida de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, custas e honorários advocatícios, os quais ficam fixados em 10% (dez por cento) sobre o débito atualizado, salvo em caso de embargos, os quais poderão ser elevados (art. 829 do Código de Processo Civil/2015).
Havendo o pagamento voluntário e total no prazo mencionado no parágrafo anterior, a parte devedora terá o benefício de redução da verba honorária para a metade da que ora é arbitrada.
Todavia, decorrido o prazo sem pagamento, PROCEDA-SE A PENHORA E AVALIAÇÃO de tantos bens quanto bastem para garantir a satisfação do crédito e acessórios.

Caso deseje opor embargos, a parte executada disporá do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da juntada aos autos do MANDADO de citação (artigo 231 CPC/2015). Contudo, se nesse prazo de embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor da execução, inclusive custas e honorários advocatícios, poderá a parte executada requerer seja admitido a pagar o restante em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, na forma do artigo 916 CPC/2015.
Fica o executado advertido que a rejeição dos embargos, ou, ainda, inadimplemento das parcelas, poderá acarretar a elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da parte, além de outras penalidades previstas em lei.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 do CPC/2015 e seguintes.
Havendo penhora/arresto, intime-se a parte exequente, através do patrono constituído, para no prazo de 05 (cinco) dias informar se pretende a HASTA PÚBLICA, ADJUDICAÇÃO OU A LIBERAÇÃO DO BEM. Decorrido tal prazo, sem manifestação da exequente, renove-se a CONCLUSÃO.
Caso o exequente requeira a hasta pública, DESIGNE a escrivania datas para tanto, devendo a leiloeiro (a) proceder na forma do artigo 884 do Código de Processo Civil.
INTIME-SE o executado (art. 889, I, CPC/2015).
No mais, observe a escrivania o necessário para a publicação do edital de venda, nos moldes do art. 155, §§ 1º e 2º das DGJ e art. 886 e 887 do CPC/2015.
Na hipótese de serem penhorados bens imóveis e sendo a parte requerida casada, intime-se o cônjuge.
Caso a parte exequente requeira a busca por ativos financeiros via BACENJUD e de veículos via RENAJUD em nome do executado, sendo o caso, deverá comprovar o recolhimento das diligências requeridas, nos termos do artigo 17 da Lei 3.896/2016- Lei de Custas.
SIRVA A PRESENTE CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO.
Cumpra-se.
Santa Luzia do Oeste, 2 de maio de 2019
Larissa Pinho de Alencar Lima

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
7001982-57.2018.8.22.0018
Polo Ativo:
Nome: VILMA MARIA COSTA
Endereço: linha P34, Km 02, s/n, rural, Alto Alegre Dos Parecis - RO - CEP: 76952-000
Advogado do(a) REQUERENTE: JANTEL RODRIGUES NAMORATO - RO6430
Polo Passivo:
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: Rua Corumbiara esquina com a Avenida Curitiba, 2466, centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000
Advogados do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL - RO8217
Intimação
Por determinação judicial, fica Vossa Senhoria intimada da expedição de alvará judicial, devendo comprovar nos autos seu levantamento.
PRAZO: 05 DIAS
Santa Luzia D'Oeste, 2 de maio de 2019.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
7001626-62.2018.8.22.0018
Polo Ativo:
Nome: DIRLEI JOSE ORLANDIM
Endereço: Linha P-26, Km 15,, s/n, rural, Alto Alegre Dos Parecis - RO - CEP: 76952-000
Advogado do(a) REQUERENTE: JANTEL RODRIGUES NAMORATO - RO6430
Polo Passivo:
Nome: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Endereço: AV BRASIL, 2127, CENTRO, Santa Luzia D'Oeste - RO - CEP: 76950-000
Advogados do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL - RO8217
Intimação
Por determinação judicial, fica Vossa Senhoria intimada da expedição de alvará judicial, devendo comprovar nos autos seu levantamento.
PRAZO: 05 DIAS
Santa Luzia D'Oeste, 2 de maio de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Rua Dom Pedro I, nº s/n, Bairro Centro, CEP 76.950-000, Santa Luzia do Oeste, RO Procedimento Comum
7000849-43.2019.8.22.0018
AUTORES: LUANA ARNHOLZ BARROS, TATIANE ARNHOLZ BARROS
ADVOGADOS DOS AUTORES: EVALDO ROQUE DINIZ OAB nº RO10018
RÉU: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA DO OESTE, AV. NILO PEÇANHA, 4513 4513 CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA
Vistos.
A parte autora requer a gratuidade da justiça e para tanto, juntou declaração afirmando ser hipossuficiente. No entanto não há prova de que o pagamento das custas e despesas processuais possa trazer dificuldades financeiras para sua sobrevivência ou de sua família.
A Lei 1.060/50, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, trazia em seu art. 4º que a parte seria beneficiada com a assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não estaria em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família e ainda, que presumia-se pobre, até prova em contrário, quem afirmasse essa condição nos termos desta lei, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais.
No entanto, tal DISPOSITIVO foi revogado pela Lei n º 13.105 de 2015, novo Código de Processo Civil, o qual assim dispõe:
Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.
Art. 99. (...)
§ 2º. O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos. Destaquei.
§ 3o Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.
Em que pese o art. 99, § 3º estabelecer a presunção de insuficiência quando alegada em favor de pessoa natural, a parte final do § 2º, permite ao julgador determinar à parte interessada a comprovação dos requisitos para a concessão da gratuidade, sendo que somente poderá indeferir o pedido após esta oportunidade.
Tal regra coaduna-se à jurisprudência do STJ e de alguns tribunais

pátrios, que já possibilitava ao magistrado verificar, no caso concreto, a condição de hipossuficiência econômica da parte:
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA. 1. É relativa a presunção de hipossuficiência, oriunda da declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita, podendo o magistrado indeferir o pedido, caso encontre elementos que infirmem sua miserabilidade. 2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7/STJ. 3. No caso, o Tribunal de origem, com base nas provas coligidas aos autos, concluiu pela inexistência dos requisitos necessários à concessão da assistência judiciária gratuita. Alterar tal CONCLUSÃO demandaria o reexame de fatos e provas, inviável em recurso especial, a teor do disposto na mencionada súmula. 4. Agravo interno a que se nega provimento. AGINT NO AGRG NO ARESP 781985 / RS AGRAVO INTERNO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 2015/0232235-6 DJe 09/06/2016.
AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDATOS. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E MATERIAL CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE RENDA E PATRIMÔNIO COMPATÍVEIS COM O BENEFÍCIO. MATÉRIA DE FATO. CASO CONCRETO. Para a concessão do benefício da Assistência Judiciária Gratuita, mostra-se necessária prova da hipossuficiência econômica da parte, não bastando, para tanto, a mera declaração de pobreza. No caso, mesmo sendo os rendimentos do agravante inferiores ao patamar considerado por este Tribunal de Justiça para a concessão do benefício, deve ser mantida a DECISÃO agravada, uma vez que o patrimônio da recorrente é incompatível com a concessão do benefício. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. AGRAVO DE INSTRUMENTO DÉCIMA QUINTA CÂMARA CÍVEL Nº 70070272596 (Nº CNJ: 0237453-79.2016.8.21.7000).COMARCA DE PORTO ALEGRE JOAO ANTONIO GHISLENI, AGRAVANTE, MAURICIO DAL AGNOL, AGRAVADO.
Não bastasse isso, é possível determinar a comprovação da necessidade do pretenso beneficiário, tendo em vista o dever de cooperação de todos sujeitos do processo (art. 6º do C/2015PC) e ainda, a própria Constituição Federal estabelece, no artigo 5º, LXXIV, que a assistência jurídica integral e gratuita será concedida para aqueles que comprovarem insuficiência de recursos.
Após a entrada em vigor do CPC/2015 e notadamente, considerando a recente DECISÃO do STJ (09/06/2016), me rendo ao entendimento no sentido de ser necessária a prova da hipossuficiência.
Saliente-se que não basta somente a Declaração de Hipossuficiência.
Assim, a título de emenda da inicial, INTIME-SE a parte autora para comprovar sua hipossuficiência ou o pagamento das custas iniciais (1% do valor da causa), no prazo de quinze dias, sob pena de indeferimento.
SIRVA A PRESENTE DE MANDADO /CARTA.
Cumpra-se.
Santa Luzia do Oeste, 2 de maio de 2019.
Larissa Pinho de Alencar Lima

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
7000505-96.2018.8.22.0018
Polo Ativo:
Nome: GAROTINHO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA
Endereço: Rua Alcinda Ribeiro, 203, Centro, Pimenta Bueno - RO - CEP: 76970-000
Advogados do(a) EXEQUENTE: MAISA BERNACHI BAPTISTA - RO8247, MARILIA BERNACHI BAPTISTA - RO7028, MAICON HENRIQUE MORAES DA SILVA - RO5741
Polo Passivo:
Nome: RENATO XAVIER LEPPAUS
Endereço: Linha P06, Km 05, Parecis - RO - CEP: 76979-000
Nome: ALINE DE PAIVA SILVA LEPPAUS
Endereço: Linha P06, Km 05, Parecis - RO - CEP: 76979-000
Intimação
Por determinação judicial, fica Vossa Senhoria INTIMADO a se manifestar quanto a consulta efetuada junto ao sistema INFOJUD.

COMARCA DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

1ª VARA CRIMINAL

1ª Vara Criminal
1ª Vara Criminal
São Francisco do Guaporé
Juiz de Direito: Artur Augusto Leite Júnior
Diretor de Cartório: Edson Carlos Fernandes de Souza
E-mail do Cartório: sfg1criminal@tjro.jus.br
E-mail da Comarca: sfg@tjro.jus.br
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
Proc.: 0000162-73.2019.8.22.0023
Ação:Processo Administrativo
Requerente:Instituição Acolhedora Criança Feliz
DECISÃO:
DECISÃO Verifica-se que a Instituição Acolhedora Criança Feliz cumpriu o disposto no Edital n. 01/2019, publicado no DJE n. 030 de 14 de fevereiro de 2019, eis que apresentou os documentos necessários para o cadastramento da entidade, quais sejam:I – ficha de solicitação de cadastramento da entidade – fl. 09;II – cópia de documentos (CPF, RG e comprovante de endereço) do responsável pela entidade, bem como a apresentação do ato no qual tenha sido deliberado atribuição – fls. 25/26 e 61;III – comprovação de que atende a FINALIDADE social – fls. 27/33;IV – comprovante de endereço da instituição – fl. 24. Fica dispensada a apresentação do ato constitutivo e da conta corrente da instituição por se tratar de órgão da Administração Pública vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social;V – certidões da Coordenadora da instituição da Justiça Estadual e Federal e de que não ostenta ato de improbidade administrativa – fls. 19/22. Por se tratar de órgão da Administração Pública, fica dispensada a apresentação das certidões em nome da instituição; eVI – declaração de que os documentos correspondem com a atual situação da Instituição Acolhedora Criança Feliz. Ante o exposto, cumpridos os requisitos previstos Edital 01/2019, APROVO O CADASTRO da Instituição Acolhedora Criança Feliz. Passo à análise do projeto.Analisando o teor do projeto, constata-se que este foi realizado para aquisição de materiais permanentes para atender as necessidades da instituição.A compra dos materiais solicitados é de responsabilidade da Fazenda Pública do Município de São Francisco do Guaporé, não cabendo ao Poder Judiciário supres as deficiências do Município, que deixa de fornecer mobília em quantidade suficiente e adequada para as necessidades da instituição, pois estaríamos desvirtuando a era FINALIDADE da destinação dos valores oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária. Cabe ao responsável pela instituição solicitar a aquisição dos materiais e encaminhar para a Secretaria Municipal competente para que se inicie o procedimento licitatório adequado para a compra, ainda mais sabendo que neste momento não há nenhuma criança acolhida, o que facilita sobremaneira a adequação do espaço.A título exemplificativo, a instituição, caso

apresente projetos em novas oportunidades, deverá se atentar para a efetiva demonstração da FINALIDADE social, devendo sempre lembrar que a FINALIDADE social não se confunde com falta de investimento e destinação de recursos para a instituição. Problemas estruturais devem ser solucionados pela Administração Pública. Situação diferente seria caso houvesse a apresentação para a instalação de uma brinquedoteca, parquinho, algum projeto visando estimular a leitura das crianças/adolescentes, etc….Ante o exposto, reprovo o Projeto Mãos Dadas apresentado pela entidade. Consigno que havendo 2ª chamada, a instituição poderá apresentar novos projetos para análise.Cientifique-se a responsável pela instituição e o parquet.Após, arquive-se.Pratique-se o necessário. São Francisco do Guaporé-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019. Artur Augusto Leite Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0000166-13.2019.8.22.0023
Ação:Processo Administrativo
Requerente:Delegacia de Polícia de São Francisco do Guaporé
DECISÃO:
DECISÃO Constato que o Projeto atende os requisitos estabelecidos no Edital 01/2019, publicado no DJE n. 030 de 14/02/2019, porquanto é de extrema importância para a execução das atividades de segurança pública, APROVO O PROJETO apresentado.Consigno ainda que os objetos a serem adquiridos com os valores ora disponibilizados deverão ser utilizados, tão somente, em atividades de investigação presididas pelo Delegado Titular da Comarca de São Francisco do Guaporé/RO (ou seja, em investigações empregadas pela Delegacia de Polícia de São Francisco do Guaporé-RO somente, pois os recursos devem voltar em prol da comunidade que o geraram), estando proibida eventual doação destes em favor de terceiros. E ainda, havendo troca de Delegados, os equipamentos devem permanecer na Delegacia de São Francisco do Guaporé/RO.Após analisar os orçamentos e a justificativa apresentada, entendo que a ausência de assinaturas dos representantes das empresas, carimbos e datas está suprida, pois os orçamentos foram retirados de sites uma vez que se tratam de produtos eletrônicos, e a maior parte destes não são disponibilizados para venda no comércio local.Quanto ao valor necessário para pagamento do frete dos produtos, verifica-se que o frete do drone é grátis (fl. 96), do celular é de apenas R$ 67,30 (fl. 75), contudo, não há valor do frete necessário para a entrega da câmera.Assim, entendo que o valor de R$ 267,30 (duzentos e sessenta e sete reais e trinta centavos) é suficiente para arcar com a despesa do frete, sendo que depois haverá rpestaçaõ de contas com a restituição de eventual excedente.Além disso, os objetos poderão ser comprados com a disponibilização de 10.711,37 (dez mil setecentos e onze reais e trinta e sete centavos), fora a despesa com o frete, conforme orçamentos de menor valor.No mais, verifico que é possível realizar o projeto com a disponibilização de R$ 10.978,67 (dez mil novecentos e setenta e oito reais e sessenta e sete reais) – aquisição dos produtos com base nos orçamentos de menor valor e pagamento do frete.Assim, expeça-se Alvará de Levantamento dos valores em favor do responsável pela execução e saque do alvará, o qual terá o prazo de validade de 05 dias, cabendo a entidade provar nos presentes autos tal levantamento no mesmo prazo de 05 dias.Decorridos 30 (trinta) dias após o levantamento do valor mediante o alvará, a entidade beneficiada com o recurso deverá apresentar prestação de contas nos moldes determinados no edital n. 01/2019 V.Cr.SFG e havendo saldo remanescente, deverá depositar em conta judicial e juntar o respectivo comprovante no momento da apresentação da prestação de contas.Após: 1 – expeça-se MANDADO de constatação a fim de verificar a efetiva utilização do recurso como destacado no projeto.2 – remetam-se os autos à contadoria para análise das contas apresentadas; e3 – vista ao Ministério Público. Intime-se o representante da entidade, dando conhecimento da presente DECISÃO.Cientifique-se o órgão ministerial. Pratique-se o necessário.São Francisco do Guaporé-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.Artur Augusto Leite Júnior Juiz de Direito
Edson Carlos Fernandes de Souza

Diretor de Cartório

1ª VARA CÍVEL

1ª Vara Cível
1ª Vara Cível
São Francisco do Guaporé
Juiz de Direito: Artur Augusto Leite Junior
Diretor de Cartório: Aldeney Figueiredo Freire
E-mail do Cartório: sfg1civel@tjro.jus.br
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE OU CONTATE-NO VIA INTERNET.
E-mail da Comarca: sfg@tjro.jus.br
Proc.: 0006770-70.2003.8.22.0016
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Autor:Ministério Público de Costa Marques
Advogado:Promotor de Justiça (12345678)
Requerido:Nestor Valdir Saldanha, Norma Barros Lucena Machado
Advogado:Advogado não informado (0000000000000)
DESPACHO:
DESPACHO Cumpra-se o DESPACHO de fls. 339/340, encaminhando os autos ao contador para atualização da dívida, expedindo a certidão para fins de protesto, o qual somente poderá ter a duração máxima de 05 anos, devendo o nome ser retirado automativamente após, e,depois, arquivando os autos sem baixa na distribuição a fim de aguardar o transcurso do prazo prescricional ou a manifestação do credor indicando bens penhoráveis em nome do devedor.Pratique-se o necessário.São Francisco do Guaporé-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.Artur Augusto Leite Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0001151-60.2011.8.22.0023
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Luis Henrique Wildner
Advogado:Sebastião Quaresma Junior (OAB/RO 1372)
Requerido:Jucélia Lilian de Paula, Ronaldo Pereira Silva, Laércio Ferreira, Roberto Jorge Aur Júnior, Companhia Excelsior de Seguros
Advogado:Maria Gabriela de Assis Souza (OAB/RO 3981), José Edilson da Silva (OAB/RO 1554), Ezequiel Cruz de Souza (RO 1280), Karina Corradini Aur (OAB/SP 327.547), Sandra Regina de Oliveira Franco (OAB/SP 161660)
Fica a parte autora intimada, por via de seu advogado, para efetuar o pagamento das custas iniciais, as quais foram deferidas o recolhimento ao final do processo, no prazo de 15 dias, sob pena de protesto e posterior inscrição em dívida ativa.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Av. São Paulo, nº s/n, Bairro Centro, CEP 76.935-000, São Francisco do Guaporé, RO Procedimento do Juizado Especial Cível
Obrigação de Fazer / Não Fazer
7000642-29.2019.8.22.0023
REQUERENTE: JOSE CARLOS DA SILVA JUNIOR, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO REQUERENTE:
REQUERIDO: DIONNE DE SOUZA, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DESPACHO
Trata-se de ação de obrigação de fazer proposta por REQUERENTE: JOSE CARLOS DA SILVA JUNIORem face de REQUERIDO: DIONNE DE SOUZA.
Designo audiência de tentativa de CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO para o dia para o dia 13 de junho de 2019 às 08:00 hrs, a ser realizada pela CEJUSC, nas dependências do Fórum de São Francisco do Guaporé/RO, localizado na Av. São Paulo, nº 3932, Cidade Baixa, São Francisco, CEP: 76935-000, Fone: (069) 3621-2546.

Assim, determino a citação/intimação da parte demandada.
Fica desde já a parte demandada advertida de que, nos termos do artigo 20 da Lei 9.099/95, bem como do Enunciado 13 do Fórum Nacional dos Juizados Especiais:
"Não comparecendo o deMANDADO à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz." (Lei 9.099/95 - artigo 20).
"Os prazos processuais nos Juizados Especiais Cíveis, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo, e não da juntada do comprovante da intimação, observando se as regras de contagem do CPC ou do Código Civil, conforme o caso." (Enunciado 13 do Fonaje com a nova redação - XXI Encontro – Vitória/ES).
A contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas até o ato da audiência de conciliação.
Na mesma oportunidade, o(a) autor(a) deverá se manifestar, em até 10 (dez) minutos, sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados na(s) contestação(ões).
Ademais, nos termos do artigo 3º do provimento conjunto Presidência e Corregedoria nº 001/2017 (D.O.E. Nº 104 de 08/06/2017), ADVIRTO às partes que:
"(…)
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IV – a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
(...)
IX – deverão comparecer à audiência designada munidos de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
(...)
XII – não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (...)".
Do mesmo modo, fica a parte autora advertida de que sua ausência injustificada na solenidade de conciliação, acarretará a extinção do feito e condenação ao pagamento das custas e despesas processuais.
Desde já, determino:
No caso de não localização da parte demandada e não indicação de novo endereço pelo autor venham os autos conclusos.
Na hipótese de restar ausente a citação/intimação do deMANDADO, caso - após intimado o autor para fornecer novo endereço no prazo de 05 dias e esse o faça -, poderão se descortinar duas situações:
1-) Havendo prazo hábil para a citação/intimação no novo endereço indicado antes da audiência já designada, essa deve ser mantida, determinando-se que se intime as partes pelo cartório;
2-) Não havendo prazo hábil para a citação/intimação no novo endereço antes da audiência já designada, fica delegado ao CEJUSC a redesignação do ato por ser esse (fixação da data de audiência) mero ato ordinatório, uma vez que já tendo a realização dessa sido determinada pelo Juízo, sua estipulação pode ser realizada pelo CEJUSC; hipótese na qual as partes deverão ser intimadas pelo cartório, servido o termo de redesignação de carta/MANDADO de citação/intimação/carta precatória.
Obs.: a intimação realizada no mínimo 48 horas antes da audiência será considerada válida para efeitos de revelia.
Pratique-se o necessário.
SIRVA-SE O PRESENTE DE CARTA MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO
São Francisco do Guaporé-RO, data do registro.
Artur Augusto Leite Junior
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Av. São Paulo, nº s/n, Bairro Centro, CEP 76.935-000, São Francisco do Guaporé, RO Procedimento do Juizado Especial Cível
Indenização por Dano Material, Fornecimento de Energia Elétrica
7000626-75.2019.8.22.0023
REQUERENTE: ANGELO BIANCHI DOS SANTOS, LINHA 29 Km 9,5 ZONA RURAL - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MARIA CRISTINA BATISTA CHAVES OAB nº RO4539, ESCRITÓRIO 1366 CRISTO REI - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA, ADRIANE PARRON TEIXEIRA OAB nº RO7902, SEM ENDEREÇO
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DESPACHO
Trata-se de ação de Cobrança proposta por REQUERENTE: ANGELO BIANCHI DOS SANTOSem face de REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON.
Designo audiência de tentativa de CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO para o dia para o dia 13 de junho de 2019 às 08:40 hrs, a ser realizada pela CEJUSC, nas dependências do Fórum de São Francisco do Guaporé/RO, localizado na Av. São Paulo, nº 3932, Cidade Baixa, São Francisco, CEP: 76935-000, Fone: (069) 3621-2546.
Assim, determino a citação/intimação da parte demandada.
Fica a parte autora intimada.
Fica desde já a parte demandada advertida de que, nos termos do artigo 20 da Lei 9.099/95, bem como do Enunciado 13 do Fórum Nacional dos Juizados Especiais:
"Não comparecendo o deMANDADO à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz." (Lei 9.099/95 - artigo 20).
"Os prazos processuais nos Juizados Especiais Cíveis, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo, e não da juntada do comprovante da intimação, observando se as regras de contagem do CPC ou do Código Civil, conforme o caso." (Enunciado 13 do Fonaje com a nova redação - XXI Encontro – Vitória/ES).
A contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas até o ato da audiência de conciliação.
Na mesma oportunidade, o(a) autor(a) deverá se manifestar, em até 10 (dez) minutos, sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados na(s) contestação(ões).
Ademais, nos termos do artigo 3º do provimento conjunto Presidência e Corregedoria nº 001/2017 (D.O.E. Nº 104 de 08/06/2017), ADVIRTO às partes que:
"(…)
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução,

contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IV – a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
(...)
IX – deverão comparecer à audiência designada munidos de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
(...)
XII – não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (...)".
Do mesmo modo, fica a parte autora advertida de que sua ausência injustificada na solenidade de conciliação, acarretará a extinção do feito e condenação ao pagamento das custas e despesas processuais.
Desde já, determino:
No caso de não localização da parte demandada e não indicação de novo endereço pelo autor venham os autos conclusos.
Na hipótese de restar ausente a citação/intimação do deMANDADO, caso - após intimado o autor para fornecer novo endereço no prazo de 05 dias e esse o faça -, poderão se descortinar duas situações:
1-) Havendo prazo hábil para a citação/intimação no novo endereço indicado antes da audiência já designada, essa deve ser mantida, determinando-se que se intime as partes pelo cartório;
2-) Não havendo prazo hábil para a citação/intimação no novo endereço antes da audiência já designada, fica delegado ao CEJUSC a redesignação do ato por ser esse (fixação da data de audiência) mero ato ordinatório, uma vez que já tendo a realização dessa sido determinada pelo Juízo, sua estipulação pode ser realizada pelo CEJUSC; hipótese na qual as partes deverão ser intimadas pelo cartório, servido o termo de redesignação de carta/MANDADO de citação/intimação/carta precatória.
Obs.: a intimação realizada no mínimo 48 horas antes da audiência será considerada válida para efeitos de revelia.
Pratique-se o necessário.
SIRVA-SE O PRESENTE DE CARTA MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO
São Francisco do Guaporé-RO, data do registro.
Artur Augusto Leite Junior
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Av. São Paulo, nº s/n, Bairro Centro, CEP 76.935-000, São Francisco do Guaporé, RO Procedimento do Juizado Especial Cível
Indenização por Dano Material, Fornecimento de Energia Elétrica
7000625-90.2019.8.22.0023
REQUERENTE: JOAO BATISTA DE SOUZA, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO REQUERENTE: MARIA CRISTINA BATISTA CHAVES OAB nº RO4539, SEM ENDEREÇO, ADRIANE PARRON TEIXEIRA OAB nº RO7902, SEM ENDEREÇO
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DESPACHO
Trata-se de ação de Cobrança proposta por REQUERENTE: JOAO BATISTA DE SOUZA em face de REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON.
Designo audiência de tentativa de CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO para o dia para o dia 11 de junho de 2019 às 11:20 hrs , a ser realizada pela CEJUSC, nas dependências do Fórum de São Francisco do Guaporé/RO, localizado na Av. São Paulo, nº 3932, Cidade Baixa, São Francisco, CEP: 76935-000, Fone: (069) 3621-2546.
Assim, determino a citação e intimação da parte demandada, bem como a intimação da parte autora.
Fica desde já a parte demandada advertida de que, nos termos do artigo 20 da Lei 9.099/95, bem como do Enunciado 13 do Fórum Nacional dos Juizados Especiais:
"Não comparecendo o deMANDADO à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz." (Lei 9.099/95 - artigo 20).
"Os prazos processuais nos Juizados Especiais Cíveis, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo, e não da juntada do comprovante da intimação, observando se as regras de contagem do CPC ou do Código Civil, conforme o caso." (Enunciado 13 do Fonaje com a nova redação - XXI Encontro – Vitória/ES).
A contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas até o ato da audiência de conciliação.
Na mesma oportunidade, o(a) autor(a) deverá se manifestar, em até 10 (dez) minutos, sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados na(s) contestação(ões).
Ademais, nos termos do artigo 3º do provimento conjunto Presidência e Corregedoria nº 001/2017 (D.O.E. Nº 104 de 08/06/2017), ADVIRTO às partes que:
"(…)
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IV – a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
(...)
IX – deverão comparecer à audiência designada munidos de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
(...)
XII – não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (...)".
Do mesmo modo, fica a parte autora advertida de que sua ausência injustificada na solenidade de conciliação, acarretará a extinção

do feito e condenação ao pagamento das custas e despesas processuais.
Desde já, determino:
No caso de não localização da parte demandada e não indicação de novo endereço pelo autor venham os autos conclusos.
Na hipótese de restar ausente a citação/intimação do deMANDADO, caso - após intimado o autor para fornecer novo endereço no prazo de 05 dias e esse o faça -, poderão se descortinar duas situações:
1-) Havendo prazo hábil para a citação/intimação no novo endereço indicado antes da audiência já designada, essa deve ser mantida, determinando-se que se intime as partes pelo cartório;
2-) Não havendo prazo hábil para a citação/intimação no novo endereço antes da audiência já designada, fica delegado ao CEJUSC a redesignação do ato por ser esse (fixação da data de audiência) mero ato ordinatório, uma vez que já tendo a realização dessa sido determinada pelo Juízo, sua estipulação pode ser realizada pelo CEJUSC; hipótese na qual as partes deverão ser intimadas pelo cartório, servido o termo de redesignação de carta/MANDADO de citação/intimação/carta precatória.
Obs.: a intimação realizada no mínimo 48 horas antes da audiência será considerada válida para efeitos de revelia.
Pratique-se o necessário.
SIRVA-SE O PRESENTE DE CARTA MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO
São Francisco do Guaporé-RO, data do registro.
Artur Augusto Leite Junior
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, 3932, Cidade Baixa, São Francisco do Guaporé - RO - CEP: 76935-000 - Fone:(69) 36213028
PROCESSO Nº: 7000225-13.2018.8.22.0023
CLASSE: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: PAULO XAVIER
Advogado do(a) REQUERENTE: RILDO RODRIGUES SALOMAO - RO5335
REQUERIDO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Advogados do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL - RO8217
FINALIDADE: Fica a exequente intimada, por via de seu advogado, para retirar alvará de levantamento expedido, no prazo de 5 (cinco) dias.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, 3932, Cidade Baixa, São Francisco do Guaporé - RO - CEP: 76935-000 - Fone:(69) 36213028
PROCESSO Nº: 7001013-61.2017.8.22.0023
CLASSE: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: REGINA OLIVEIRA SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: JAIRO REGES DE ALMEIDA - RO7882
REQUERIDO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Advogados do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL - RO8217
FINALIDADE: Fica a exequente intimada, por via de seu advogado, para retirar alvará de levantamento expedido, no prazo de 5 (cinco) dias.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Processo: 7000617-16.2019.8.22.0023
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
AUTOR: ECOTURISMO & TRANSPORTES NOVA VIDA LTDA - ME
Advogado do(a) AUTOR: JUAREZ CORDEIRO DOS SANTOS - RO3262
RÉU: ATESITO DE AMORIM PATEZ
DESPACHO
Trata-se de ação de Cobrança proposta por AUTOR: ECOTURISMO & TRANSPORTES NOVA VIDA LTDA - MEem face de RÉU: ATESITO DE AMORIM PATEZ.
Designo audiência de tentativa de CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO para o dia para o dia 10 de junho de 2019 às 11:40 hrs , a ser realizada pela CEJUSC, nas dependências do Fórum de São Francisco do Guaporé/RO, localizado na Av. São Paulo, nº 3932, Cidade Baixa, São Francisco, CEP: 76935-000, Fone: (069) 3621-2546.
Assim, determino a citação e intimação da parte demandada, bem como a intimação da parte autora.
Fica desde já a parte demandada advertida de que, nos termos do artigo 20 da Lei 9.099/95, bem como do Enunciado 13 do Fórum Nacional dos Juizados Especiais:
"Não comparecendo o deMANDADO à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz." (Lei 9.099/95 - artigo 20).
"Os prazos processuais nos Juizados Especiais Cíveis, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo, e não da juntada do comprovante da intimação, observando se as regras de contagem do CPC ou do Código Civil, conforme o caso." (Enunciado 13 do Fonaje com a nova redação - XXI Encontro – Vitória/ES).
A contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas até o ato da audiência de conciliação.
Na mesma oportunidade, o(a) autor(a) deverá se manifestar, em até 10 (dez) minutos, sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados na(s) contestação(ões).
Ademais, nos termos do artigo 3º do provimento conjunto Presidência e Corregedoria nº 001/2017 (D.O.E. Nº 104 de 08/06/2017), ADVIRTO às partes que:
"(…)
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IV – a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
(...)
IX – deverão comparecer à audiência designada munidos de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;

(...)
XII – não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (...)".
Do mesmo modo, fica a parte autora advertida de que sua ausência injustificada na solenidade de conciliação, acarretará a extinção do feito e condenação ao pagamento das custas e despesas processuais.
Desde já, determino:
No caso de não localização da parte demandada e não indicação de novo endereço pelo autor venham os autos conclusos.
Na hipótese de restar ausente a citação/intimação do deMANDADO, caso - após intimado o autor para fornecer novo endereço no prazo de 05 dias e esse o faça -, poderão se descortinar duas situações:
1-) Havendo prazo hábil para a citação/intimação no novo endereço indicado antes da audiência já designada, essa deve ser mantida, determinando-se que se intime as partes pelo cartório;
2-) Não havendo prazo hábil para a citação/intimação no novo endereço antes da audiência já designada, fica delegado ao CEJUSC a redesignação do ato por ser esse (fixação da data de audiência) mero ato ordinatório, uma vez que já tendo a realização dessa sido determinada pelo Juízo, sua estipulação pode ser realizada pelo CEJUSC; hipótese na qual as partes deverão ser intimadas pelo cartório, servido o termo de redesignação de carta/MANDADO de citação/intimação/carta precatória.
Obs.: a intimação realizada no mínimo 48 horas antes da audiência será considerada válida para efeitos de revelia.
Pratique-se o necessário.
SIRVA-SE O PRESENTE DE CARTA MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO
São Francisco do Guaporé-RO, data do registro.
Artur Augusto Leite Junior
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, 3932, Cidade Baixa, São Francisco do Guaporé - RO - CEP: 76935-000 - Fone:(69) 36213028
PROCESSO Nº: 7000943-44.2017.8.22.0023
CLASSE: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: ROBERTO RIVELINO VALENDORFF
Advogado do(a) REQUERENTE: JAIRO REGES DE ALMEIDA - RO7882
REQUERIDO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Advogados do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL - RO8217
FINALIDADE: Fica a exequente intimada, por via de seu advogado, para retirar alvará de levantamento expedido, no prazo de 5 (cinco) dias.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, 3932, Cidade Baixa, São Francisco do Guaporé - RO - CEP: 76935-000 - Fone:(69) 36213028
PROCESSO Nº: 7001505-53.2017.8.22.0023
CLASSE: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: ANA MARIA TEREZA DOMANESCHI
Advogado do(a) REQUERENTE: JAIRO REGES DE ALMEIDA - RO7882
REQUERIDO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Advogados do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462
FINALIDADE: Fica a exequente intimada, por via de seu advogado, para retirar alvará de levantamento expedido, no prazo de 5 (cinco) dias.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Av. São Paulo, nº s/n, Bairro Centro, CEP 76.935-000, São Francisco do Guaporé, RO Procedimento do Juizado Especial Cível
Direitos / Deveres do Condômino
7000614-61.2019.8.22.0023
AUTOR: ECOTURISMO & TRANSPORTES NOVA VIDA LTDA - ME, LINHA 95, KM 47 ZONA RURAL - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: JUAREZ CORDEIRO DOS SANTOS OAB nº RO3262, SEM ENDEREÇO
RÉU: EDSON APARECIDO MORENO, RUA RIO SOLIMÕES 1186, - DE 1266/1267 AO FIM DOM BOSCO - 76907-738 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU:
DESPACHO
Trata-se de ação de Cobrança proposta por AUTOR: ECOTURISMO & TRANSPORTES NOVA VIDA LTDA - MEem face de RÉU: EDSON APARECIDO MORENO.
Designo audiência de tentativa de CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO para o dia para o dia 10 de junho de 2019 às 09:00 hrs , a ser realizada pela CEJUSC, nas dependências do Fórum de São Francisco do Guaporé/RO, localizado na Av. São Paulo, nº 3932, Cidade Baixa, São Francisco, CEP: 76935-000, Fone: (069) 3621-2546.
Assim, determino a citação e intimação da parte demandada, bem como a intimação da parte autora.
Fica desde já a parte demandada advertida de que, nos termos do artigo 20 da Lei 9.099/95, bem como do Enunciado 13 do Fórum Nacional dos Juizados Especiais:
"Não comparecendo o deMANDADO à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz." (Lei 9.099/95 - artigo 20).
"Os prazos processuais nos Juizados Especiais Cíveis, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo, e não da juntada do comprovante da intimação, observando se as regras de contagem do CPC ou do Código Civil, conforme o caso." (Enunciado 13 do Fonaje com a nova redação - XXI Encontro – Vitória/ES).
A contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas até o ato da audiência de conciliação.
Na mesma oportunidade, o(a) autor(a) deverá se manifestar, em até 10 (dez) minutos, sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados na(s) contestação(ões).
Ademais, nos termos do artigo 3º do provimento conjunto Presidência e Corregedoria nº 001/2017 (D.O.E. Nº 104 de 08/06/2017), ADVIRTO às partes que:
"(…)
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;

IV – a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
(...)
IX – deverão comparecer à audiência designada munidos de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
(...)
XII – não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (...)".
Do mesmo modo, fica a parte autora advertida de que sua ausência injustificada na solenidade de conciliação, acarretará a extinção do feito e condenação ao pagamento das custas e despesas processuais.
Desde já, determino:
No caso de não localização da parte demandada e não indicação de novo endereço pelo autor venham os autos conclusos.
Na hipótese de restar ausente a citação/intimação do deMANDADO, caso - após intimado o autor para fornecer novo endereço no prazo de 05 dias e esse o faça -, poderão se descortinar duas situações:
1-) Havendo prazo hábil para a citação/intimação no novo endereço indicado antes da audiência já designada, essa deve ser mantida, determinando-se que se intime as partes pelo cartório;
2-) Não havendo prazo hábil para a citação/intimação no novo endereço antes da audiência já designada, fica delegado ao CEJUSC a redesignação do ato por ser esse (fixação da data de audiência) mero ato ordinatório, uma vez que já tendo a realização dessa sido determinada pelo Juízo, sua estipulação pode ser realizada pelo CEJUSC; hipótese na qual as partes deverão ser intimadas pelo cartório, servido o termo de redesignação de carta/MANDADO de citação/intimação/carta precatória.
Obs.: a intimação realizada no mínimo 48 horas antes da audiência será considerada válida para efeitos de revelia.
Pratique-se o necessário.
SIRVA-SE O PRESENTE DE CARTA MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO
São Francisco do Guaporé-RO, data do registro.
Artur Augusto Leite Junior
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Av. São Paulo, nº s/n, Bairro Centro, CEP 76.935-000, São Francisco do Guaporé, RO Procedimento do Juizado Especial Cível
Despesas Condominiais
7000615-46.2019.8.22.0023
AUTOR: ECOTURISMO & TRANSPORTES NOVA VIDA LTDA - ME, LINHA: 95, KM 47 ZONA RURAL - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: JUAREZ CORDEIRO DOS SANTOS OAB nº RO3262, SEM ENDEREÇO
RÉU: AGUINALDO SIMÕES PRUDÊNCIO, RUA: SETE DE SETEMBRO 4000 CIDADE ALTA - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO RÉU:
DESPACHO
Trata-se de ação de Cobrança proposta por AUTOR: ECOTURISMO & TRANSPORTES NOVA VIDA LTDA - MEem face de RÉU: AGUINALDO SIMÕES PRUDÊNCIO.
Designo audiência de tentativa de CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO para o dia para o dia 10 de junho de 2019 às 10:20 hrs , a ser realizada pela CEJUSC, nas dependências do Fórum de São Francisco do Guaporé/RO, localizado na Av. São Paulo, nº 3932, Cidade Baixa, São Francisco, CEP: 76935-000, Fone: (069) 3621-2546.
Assim, determino a citação e intimação da parte demandada, bem como a intimação da parte autora.
Fica desde já a parte demandada advertida de que, nos termos do artigo 20 da Lei 9.099/95, bem como do Enunciado 13 do Fórum Nacional dos Juizados Especiais:
"Não comparecendo o deMANDADO à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz." (Lei 9.099/95 - artigo 20).
"Os prazos processuais nos Juizados Especiais Cíveis, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo, e não da juntada do comprovante da intimação, observando se as regras de contagem do CPC ou do Código Civil, conforme o caso." (Enunciado 13 do Fonaje com a nova redação - XXI Encontro – Vitória/ES).
A contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas até o ato da audiência de conciliação.
Na mesma oportunidade, o(a) autor(a) deverá se manifestar, em até 10 (dez) minutos, sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados na(s) contestação(ões).
Ademais, nos termos do artigo 3º do provimento conjunto Presidência e Corregedoria nº 001/2017 (D.O.E. Nº 104 de 08/06/2017), ADVIRTO às partes que:
"(…)
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IV – a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
(...)
IX – deverão comparecer à audiência designada munidos de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
(...)
XII – não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (...)".
Do mesmo modo, fica a parte autora advertida de que sua ausência injustificada na solenidade de conciliação, acarretará a extinção do feito e condenação ao pagamento das custas e despesas processuais.
Desde já, determino:
No caso de não localização da parte demandada e não indicação de novo endereço pelo autor venham os autos conclusos.
Na hipótese de restar ausente a citação/intimação do deMANDADO,

caso - após intimado o autor para fornecer novo endereço no prazo de 05 dias e esse o faça -, poderão se descortinar duas situações:
1-) Havendo prazo hábil para a citação/intimação no novo endereço indicado antes da audiência já designada, essa deve ser mantida, determinando-se que se intime as partes pelo cartório;
2-) Não havendo prazo hábil para a citação/intimação no novo endereço antes da audiência já designada, fica delegado ao CEJUSC a redesignação do ato por ser esse (fixação da data de audiência) mero ato ordinatório, uma vez que já tendo a realização dessa sido determinada pelo Juízo, sua estipulação pode ser realizada pelo CEJUSC; hipótese na qual as partes deverão ser intimadas pelo cartório, servido o termo de redesignação de carta/ MANDADO de citação/intimação/carta precatória.
Obs.: a intimação realizada no mínimo 48 horas antes da audiência será considerada válida para efeitos de revelia.
Pratique-se o necessário.
SIRVA-SE O PRESENTE DE CARTA MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO
São Francisco do Guaporé-RO, data do registro.
Artur Augusto Leite Junior
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Av. São Paulo, nº s/n, Bairro Centro, CEP 76.935-000, São Francisco do Guaporé, RO Procedimento do Juizado Especial Cível
Indenização por Dano Material, Fornecimento de Energia Elétrica
7000624-08.2019.8.22.0023
REQUERENTE: LUIZ ANTONIO DOS REIS, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO REQUERENTE: MARIA CRISTINA BATISTA CHAVES OAB nº RO4539, SEM ENDEREÇO, ADRIANE PARRON TEIXEIRA OAB nº RO7902, SEM ENDEREÇO
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DESPACHO
Trata-se de ação de Cobrança proposta por REQUERENTE: LUIZ ANTONIO DOS REIS em face de REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON.
Designo audiência de tentativa de CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO para o dia para o dia 11 de junho de 2019 às 10:40 hrs , a ser realizada pela CEJUSC, nas dependências do Fórum de São Francisco do Guaporé/RO, localizado na Av. São Paulo, nº 3932, Cidade Baixa, São Francisco, CEP: 76935-000, Fone: (069) 3621-2546.
Assim, determino a citação e intimação da parte demandada, bem como a intimação da parte autora.
Fica desde já a parte demandada advertida de que, nos termos do artigo 20 da Lei 9.099/95, bem como do Enunciado 13 do Fórum Nacional dos Juizados Especiais:
"Não comparecendo o deMANDADO à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz." (Lei 9.099/95 - artigo 20).
"Os prazos processuais nos Juizados Especiais Cíveis, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo, e não da juntada do comprovante da intimação, observando se as regras de contagem do CPC ou do Código Civil, conforme o caso." (Enunciado 13 do Fonaje com a nova redação - XXI Encontro – Vitória/ES).
A contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas até o ato da audiência de conciliação.
Na mesma oportunidade, o(a) autor(a) deverá se manifestar, em até 10 (dez) minutos, sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados na(s) contestação(ões).
Ademais, nos termos do artigo 3º do provimento conjunto Presidência e Corregedoria nº 001/2017 (D.O.E. Nº 104 de 08/06/2017), ADVIRTO às partes que:
"(…)
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IV – a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
(...)
IX – deverão comparecer à audiência designada munidos de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
(...)
XII – não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (...)".
Do mesmo modo, fica a parte autora advertida de que sua ausência injustificada na solenidade de conciliação, acarretará a extinção do feito e condenação ao pagamento das custas e despesas processuais.
Desde já, determino:
No caso de não localização da parte demandada e não indicação de novo endereço pelo autor venham os autos conclusos.
Na hipótese de restar ausente a citação/intimação do deMANDADO, caso - após intimado o autor para fornecer novo endereço no prazo de 05 dias e esse o faça -, poderão se descortinar duas situações:
1-) Havendo prazo hábil para a citação/intimação no novo endereço indicado antes da audiência já designada, essa deve ser mantida, determinando-se que se intime as partes pelo cartório;
2-) Não havendo prazo hábil para a citação/intimação no novo endereço antes da audiência já designada, fica delegado ao CEJUSC a redesignação do ato por ser esse (fixação da data de audiência) mero ato ordinatório, uma vez que já tendo a realização dessa sido determinada pelo Juízo, sua estipulação pode ser realizada pelo CEJUSC; hipótese na qual as partes deverão ser intimadas pelo cartório, servido o termo de redesignação de carta/ MANDADO de citação/intimação/carta precatória.
Obs.: a intimação realizada no mínimo 48 horas antes da audiência será considerada válida para efeitos de revelia.
Pratique-se o necessário.
SIRVA-SE O PRESENTE DE CARTA MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO
São Francisco do Guaporé-RO, data do registro.
Artur Augusto Leite Junior
Juiz de Direito

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Processo: 7000619-83.2019.8.22.0023
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
AUTOR: ECOTURISMO & TRANSPORTES NOVA VIDA LTDA -

ME
Advogado do(a) AUTOR: JUAREZ CORDEIRO DOS SANTOS - RO3262
RÉU: DIVONZIR ANTONIO THOMAZI
DESPACHO
Trata-se de ação de Cobrança proposta por AUTOR: ECOTURISMO & TRANSPORTES NOVA VIDA LTDA - MEem face de RÉU: DIVONZIR ANTONIO THOMAZI.
Designo audiência de tentativa de CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO para o dia para o dia 11 de junho de 2019 às 08:40 hrs , a ser realizada pela CEJUSC, nas dependências do Fórum de São Francisco do Guaporé/RO, localizado na Av. São Paulo, nº 3932, Cidade Baixa, São Francisco, CEP: 76935-000, Fone: (069) 3621-2546.
Assim, determino a citação e intimação da parte demandada, bem como a intimação da parte autora.
Fica desde já a parte demandada advertida de que, nos termos do artigo 20 da Lei 9.099/95, bem como do Enunciado 13 do Fórum Nacional dos Juizados Especiais:
"Não comparecendo o deMANDADO à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz." (Lei 9.099/95 - artigo 20).
"Os prazos processuais nos Juizados Especiais Cíveis, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo, e não da juntada do comprovante da intimação, observando se as regras de contagem do CPC ou do Código Civil, conforme o caso." (Enunciado 13 do Fonaje com a nova redação - XXI Encontro – Vitória/ES).
A contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas até o ato da audiência de conciliação.
Na mesma oportunidade, o(a) autor(a) deverá se manifestar, em até 10 (dez) minutos, sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados na(s) contestação(ões).
Ademais, nos termos do artigo 3º do provimento conjunto Presidência e Corregedoria nº 001/2017 (D.O.E. Nº 104 de 08/06/2017), ADVIRTO às partes que:
"(…)
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IV – a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
(...)
IX – deverão comparecer à audiência designada munidos de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
(...)
XII – não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (...)".
Do mesmo modo, fica a parte autora advertida de que sua ausência injustificada na solenidade de conciliação, acarretará a extinção do feito e condenação ao pagamento das custas e despesas processuais.
Desde já, determino:
No caso de não localização da parte demandada e não indicação de novo endereço pelo autor venham os autos conclusos.
Na hipótese de restar ausente a citação/intimação do deMANDADO, caso - após intimado o autor para fornecer novo endereço no prazo de 05 dias e esse o faça -, poderão se descortinar duas situações:
1-) Havendo prazo hábil para a citação/intimação no novo endereço indicado antes da audiência já designada, essa deve ser mantida, determinando-se que se intime as partes pelo cartório;
2-) Não havendo prazo hábil para a citação/intimação no novo endereço antes da audiência já designada, fica delegado ao CEJUSC a redesignação do ato por ser esse (fixação da data de audiência) mero ato ordinatório, uma vez que já tendo a realização dessa sido determinada pelo Juízo, sua estipulação pode ser realizada pelo CEJUSC; hipótese na qual as partes deverão ser intimadas pelo cartório, servido o termo de redesignação de carta/MANDADO de citação/intimação/carta precatória.
Obs.: a intimação realizada no mínimo 48 horas antes da audiência será considerada válida para efeitos de revelia.
Pratique-se o necessário.
SIRVA-SE O PRESENTE DE CARTA MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO
São Francisco do Guaporé-RO, data do registro.
Artur Augusto Leite Junior
Juiz de Direito

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Processo: 7000620-68.2019.8.22.0023
Classe: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
AUTOR: ECOTURISMO & TRANSPORTES NOVA VIDA LTDA - ME
Advogado do(a) AUTOR: JUAREZ CORDEIRO DOS SANTOS - RO3262
RÉU: DILIAM COSTA OLIVEIRA RIGON
DESPACHO
Trata-se de ação de Cobrança proposta por AUTOR: ECOTURISMO & TRANSPORTES NOVA VIDA LTDA - MEem face de RÉU: DILIAM COSTA OLIVEIRA RIGON.
Designo audiência de tentativa de CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO para o dia para o dia 11 de junho de 2019 às 09:20 hrs , a ser realizada pela CEJUSC, nas dependências do Fórum de São Francisco do Guaporé/RO, localizado na Av. São Paulo, nº 3932, Cidade Baixa, São Francisco, CEP: 76935-000, Fone: (069) 3621-2546.
Assim, determino a citação e intimação da parte demandada, bem como a intimação da parte autora.
Fica desde já a parte demandada advertida de que, nos termos do artigo 20 da Lei 9.099/95, bem como do Enunciado 13 do Fórum Nacional dos Juizados Especiais:
"Não comparecendo o deMANDADO à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz." (Lei 9.099/95 - artigo 20).
"Os prazos processuais nos Juizados Especiais Cíveis, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo, e não da juntada do comprovante da intimação, observando se as regras de contagem do CPC ou do Código Civil, conforme o caso." (Enunciado 13 do Fonaje com a nova redação - XXI Encontro – Vitória/ES).
A contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas até o ato da audiência de conciliação.

Na mesma oportunidade, o(a) autor(a) deverá se manifestar, em até 10 (dez) minutos, sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados na(s) contestação(ões).
Ademais, nos termos do artigo 3º do provimento conjunto Presidência e Corregedoria nº 001/2017 (D.O.E. Nº 104 de 08/06/2017), ADVIRTO às partes que:
"(…)
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IV – a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
(...)
IX – deverão comparecer à audiência designada munidos de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
(...)
XII – não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (...)".
Do mesmo modo, fica a parte autora advertida de que sua ausência injustificada na solenidade de conciliação, acarretará a extinção do feito e condenação ao pagamento das custas e despesas processuais.
Desde já, determino:
No caso de não localização da parte demandada e não indicação de novo endereço pelo autor venham os autos conclusos.
Na hipótese de restar ausente a citação/intimação do deMANDADO, caso - após intimado o autor para fornecer novo endereço no prazo de 05 dias e esse o faça -, poderão se descortinar duas situações:
1-) Havendo prazo hábil para a citação/intimação no novo endereço indicado antes da audiência já designada, essa deve ser mantida, determinando-se que se intime as partes pelo cartório;
2-) Não havendo prazo hábil para a citação/intimação no novo endereço antes da audiência já designada, fica delegado ao CEJUSC a redesignação do ato por ser esse (fixação da data de audiência) mero ato ordinatório, uma vez que já tendo a realização dessa sido determinada pelo Juízo, sua estipulação pode ser realizada pelo CEJUSC; hipótese na qual as partes deverão ser intimadas pelo cartório, servido o termo de redesignação de carta/MANDADO de citação/intimação/carta precatória.
Obs.: a intimação realizada no mínimo 48 horas antes da audiência será considerada válida para efeitos de revelia.
Pratique-se o necessário.
SIRVA-SE O PRESENTE DE CARTA MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO
São Francisco do Guaporé-RO, data do registro.
Artur Augusto Leite Junior
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Av. São Paulo, nº s/n, Bairro Centro, CEP 76.935-000, São Francisco do Guaporé, RO
Procedimento do Juizado Especial Cível
Indenização por Dano Material, Fornecimento de Energia Elétrica
7000622-38.2019.8.22.0023
REQUERENTE: JURACI HONORIO DA SILVA, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO REQUERENTE: MARIA CRISTINA BATISTA CHAVES OAB nº RO4539, SEM ENDEREÇO, ADRIANE PARRON TEIXEIRA OAB nº RO7902, SEM ENDEREÇO
REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, SEM ENDEREÇO
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DESPACHO
Trata-se de ação de Cobrança proposta por REQUERENTE: JURACI HONORIO DA SILVAem face de REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON.
Designo audiência de tentativa de CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO para o dia para o dia 11 de junho de 2019 às 10:00 hrs , a ser realizada pela CEJUSC, nas dependências do Fórum de São Francisco do Guaporé/RO, localizado na Av. São Paulo, nº 3932, Cidade Baixa, São Francisco, CEP: 76935-000, Fone: (069) 3621-2546.
Assim, determino a citação e intimação da parte demandada, bem como a intimação da parte autora.
Fica desde já a parte demandada advertida de que, nos termos do artigo 20 da Lei 9.099/95, bem como do Enunciado 13 do Fórum Nacional dos Juizados Especiais:
"Não comparecendo o deMANDADO à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz." (Lei 9.099/95 - artigo 20).
"Os prazos processuais nos Juizados Especiais Cíveis, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo, e não da juntada do comprovante da intimação, observando se as regras de contagem do CPC ou do Código Civil, conforme o caso." (Enunciado 13 do Fonaje com a nova redação - XXI Encontro – Vitória/ES).
A contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas até o ato da audiência de conciliação.
Na mesma oportunidade, o(a) autor(a) deverá se manifestar, em até 10 (dez) minutos, sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados na(s) contestação(ões).
Ademais, nos termos do artigo 3º do provimento conjunto Presidência e Corregedoria nº 001/2017 (D.O.E. Nº 104 de 08/06/2017), ADVIRTO às partes que:
"(…)
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o MANDADO de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IV – a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
(...)
IX – deverão comparecer à audiência designada munidos de

documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (...)
XII – não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (...)".
Do mesmo modo, fica a parte autora advertida de que sua ausência injustificada na solenidade de conciliação, acarretará a extinção do feito e condenação ao pagamento das custas e despesas processuais.
Desde já, determino:
No caso de não localização da parte demandada e não indicação de novo endereço pelo autor venham os autos conclusos.
Na hipótese de restar ausente a citação/intimação do deMANDADO, caso - após intimado o autor para fornecer novo endereço no prazo de 05 dias e esse o faça -, poderão se descortinar duas situações:
1-) Havendo prazo hábil para a citação/intimação no novo endereço indicado antes da audiência já designada, essa deve ser mantida, determinando-se que se intime as partes pelo cartório;
2-) Não havendo prazo hábil para a citação/intimação no novo endereço antes da audiência já designada, fica delegado ao CEJUSC a redesignação do ato por ser esse (fixação da data de audiência) mero ato ordinatório, uma vez que já tendo a realização dessa sido determinada pelo Juízo, sua estipulação pode ser realizada pelo CEJUSC; hipótese na qual as partes deverão ser intimadas pelo cartório, servido o termo de redesignação de carta/MANDADO de citação/intimação/carta precatória.
Obs.: a intimação realizada no mínimo 48 horas antes da audiência será considerada válida para efeitos de revelia.
Pratique-se o necessário.
SIRVA-SE O PRESENTE DE CARTA MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO
São Francisco do Guaporé-RO, data do registro.
Artur Augusto Leite Junior
Juiz de Direito

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Processo: 7000184-12.2019.8.22.0023
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS ENTRE RIOS -ASPRUER
Advogados do(a) AUTOR: MARIA CRISTINA BATISTA CHAVES - RO4539, ADRIANE PARRON TEIXEIRA - RO7902
RÉU: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogado(s) do reclamado: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA
Advogado do(a) RÉU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835
ATO ORDINATÓRIO
Fica a parte autora intimada, por via de seu advogado, para impugnar a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias.
São Francisco do Guaporé, 30 de Abril de 2019

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Processo: 7001570-48.2017.8.22.0023
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ELIANE ALVES DA SILVA
Advogados do(a) AUTOR: CARLOS ALBERTO VIEIRA DA ROCHA - RO4741, ANDREIA APARECIDA BESTER - RO8397
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ATO ORDINATÓRIO
Fica a exequente intimada, por via de seu advogado, para atualizar o débito, incluindo-se o valor dos honorários sucumbenciais desta fase, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de ser expedida a RPV sem a devida atualização.
São Francisco do Guaporé, 30 de Abril de 2019

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Processo: 7001554-94.2017.8.22.0023
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ONICE VITOR DE OLIVEIRA
Advogado do(a) AUTOR: LIGIA VERONICA MARMITT - RO4195
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ATO ORDINATÓRIO
Fica a exequente intimada, por via de seu advogado, para atualizar o débito, incluindo-se o valor dos honorários sucumbenciais desta fase, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de ser expedida a RPV sem a devida atualização.
São Francisco do Guaporé, 30 de Abril de 2019

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Av. São Paulo, nº s/n, Bairro Centro, CEP 76.935-000, São Francisco do Guaporé, RO PROCESSO: 7000447-44.2019.8.22.0023
REQUERENTES: CLEUNICE RODRIGUES DOS SANTOS CPF nº 723.036.462-00, JOAO AMERICO DE ASSIS JUNIOR CPF nº 001.193.312-76, FERNANDA DE CASTRO BARBOSA FONSECA CPF nº 894.349.781-49, JOAO CLEBER DE ASSIS CPF nº 838.812.551-68, HENRIQUE DE OLIVEIRA CPF nº 790.532.621-72, MARIA ELAINE DE ASSIS OLIVEIRA CPF nº 992.896.871-34, CLAUDIA WUNSCH TEIXEIRA CPF nº 015.387.392-24, LEONEL DE ASSIS CPF nº 579.719.192-04, GUILHERME DE SOUZA SGORLA CPF nº 654.646.800-04, CLAUDIA SIRLENE DE ASSIS CPF nº 577.967.341-15, ROSIANE MOCELIN GOIS CPF nº 355.700.752-91, LEONILTO JOSE DE ASSIS CPF nº 374.891.511-04, MARIVONE FATIMA DE ASSIS RODRIGUES CPF nº 423.341.281-04, EDSON AFONSO RODRIGUES CPF nº 301.509.221-91
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: MARIA GABRIELA DE ASSIS SOUZA OAB nº RO3981, JOSE EDILSON DA SILVA OAB nº RO1554
REQUERIDO: JOAO AMERICO DE ASSIS CPF nº 015.581.531-87
ADVOGADO DO REQUERIDO:
DECISÃO
Trata-se de pedido de abertura de inventário realizado por EDSON AFONSO RODRIGUES, em razão do óbito de JOÃO AMÉRICO DE ASSIS, falecido em 10/03/2019, conforme certidão de óbito acostada ao id n. 26115860.
Conforme informações apresentadas na petição inicial, o de cujus era casado sob regime de separação obrigatória de bens e deixou 07 (sete) filhos herdeiros, todos maiores, quais sejam: Leonilto José de Assis, Cláudia Sirlene de Assis, Leonel de Assis, Maria Elaine de Assis Oliveira, João Cléber de Assis e João Américo de Assis Júnior.
O de cujus deixou testamento (id n. 26115869), no qual deixou como testamentário o ora Requerente EDSON AFONSO RODRIGUES.
Nos termos do artigo 20 da lei n. 3.896/2016, fica o recolhimento das custas judiciais diferido para antes da adjudicação ou da homologação da partilha.
Nomeio como inventariante, com supedâneo no artigo 617, inciso V, o testamentário EDSON AFONSO RODRIGUES, o qual deverá prestar compromisso, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 617, parágrafo único, CPC – Lei 13.105/2015).

Dentro de 20 (vinte) dias contados da data em que prestou o compromisso, o requerente deverá apresentar as primeiras declarações (art. 620, CPC). Consigno que no mesmo prazo deverá juntar na íntegra os documentos de id n. 26116103, bem como as certidões negativas de débitos estaduais, municipais e da união, bem como recolher o imposto devido.
Intime-se o membro do Ministério Público (se houver interesse de menor) e os interessados não-representados, se for o caso, bem como a Fazenda (art. 626, CPC), manifestando-se ela sobre os valores, podendo, se deles discordar, juntar prova de cadastro, em 15 (quinze) dias (art. 629, CPC) ou atribuir valores, os quais poderão serem aceitos pelos interessados (art. 634, CPC), manifestando-se expressamente.
Havendo concordância, quanto às primeiras declarações e quanto aos valores iniciais ou atribuídos às últimas declarações digam as partes, no prazo comum de 15 (quinze) dias (arts. 628 e 637, CPC).
Se concordes aos cálculos, digam em 5 (cinco) dias (art. 638, CPC).
Intime-se.
Pratique o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO /OFÍCIO/ PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé/RO,terça-feira, 30 de abril de 2019
Artur Augusto Leite Júnior
Juiz de Direito

REQUERENTES: CLEUNICE RODRIGUES DOS SANTOS, RUA PROFESSORA MARIA LÚCIA DA SILVA MILLER 13, SETOR 6, QUADRA 03, LOTE 01, APTO 13 PARQUE ALVORADA - 76960-172 - CACOAL - RONDÔNIA, JOAO AMERICO DE ASSIS JUNIOR, RUA PARNAIBA 4748 INDUSTRIAL - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, FERNANDA DE CASTRO BARBOSA FONSECA, AVENIDA DO CONTORNO SUL c-07 PARQUE ANHANGÜERA - 74340-060 - GOIÂNIA - GOIÁS, JOAO CLEBER DE ASSIS, AVENIDA DO CONTORNO SUL c-07 PARQUE ANHANGÜERA - 74340-060 - GOIÂNIA - GOIÁS, HENRIQUE DE OLIVEIRA, RUA T 66 2703 SETOR BUENO - 74230-140 - GOIÂNIA - GOIÁS, MARIA ELAINE DE ASSIS OLIVEIRA, RUA T 66 2703 SETOR BUENO - 74230-140 - GOIÂNIA - GOIÁS, CLAUDIA WUNSCH TEIXEIRA, RODOVIA 429 km 69 ZONA RURAL - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA, LEONEL DE ASSIS, RODOVIA 429, km 69 ZONA RURAL - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA, GUILHERME DE SOUZA SGORLA, AVENIDA GUAPORÉ 2425, - DE 2357 A 2713 - LADO ÍMPAR CENTRO - 76963-795 - CACOAL - RONDÔNIA, CLAUDIA SIRLENE DE ASSIS, AVENIDA GUAPORÉ 2425, - DE 2357 A 2713 - LADO ÍMPAR CENTRO - 76963-795 - CACOAL - RONDÔNIA, ROSIANE MOCELIN GOIS, AVENIDA CUIABÁ 1884, - DE 1736 A 2052 - LADO PAR CENTRO - 76963-732 - CACOAL - RONDÔNIA, LEONILTO JOSE DE ASSIS, AVENIDA CUIABÁ 1884, - DE 1736 A 2052 - LADO PAR CENTRO - 76963-732 - CACOAL - RONDÔNIA, MARIVONE FATIMA DE ASSIS RODRIGUES, AVENIDA AMAZONAS 2740, - DE 2576 A 2880 - LADO PAR CENTRO - 76963-810 - CACOAL - RONDÔNIA, EDSON AFONSO RODRIGUES, AVENIDA AMAZONAS 2740, - DE 2576 A 2880 - LADO PAR CENTRO - 76963-810 - CACOAL - RONDÔNIA
REQUERIDO: JOAO AMERICO DE ASSIS, LINHA 25, KM 20 DA RODOVIA 429 KM 75 25 ZONA RURAL - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Av. São Paulo, nº s/n, Bairro Centro, CEP 76.935-000, São Francisco do Guaporé, RO PROCESSO: 7000305-40.2019.8.22.0023
REQUERENTES: D. B. B. CPF nº 952.444.332-53, D. B. B. CPF nº 872.849.102-59
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
INVENTARIADOS: D. B. B. CPF nº 872.849.102-59, D. B. B. CPF nº 952.444.332-53
ADVOGADOS DOS INVENTARIADOS:
DESPACHO
Tendo em vista o patrimônio deixado pelo de cujus em favor dos herdeiros, indefiro o pedido da gratuidade judiciária.
Defiro o recolhimento das custas judiciais antes da adjudicação ou da homologação da partilha, de acordo com o art. 20 da Lei n. 3.896/2016.
Nomeio como inventariante DIRCE BRITO BRANCA, o qual deverá prestar compromisso, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 617, parágrafo único, CPC – Lei 13.105/2015).
Determino a avaliação judicial do imóvel deixado pelo de cujus.
Dentro de 20 (vinte) dias contados da data em que prestou o compromisso, o requerente deverá apresentar as primeiras declarações (art. 620, CPC), na mesma oportunidade deverá apresentas as certidões negativas de débito e ainda comprovar o recolhimento do ITCD.
Intime-se o membro do Ministério Público (se houver interesse de menor) e os interessados não-representados, se for o caso, bem como a Fazenda (art. 626, CPC), manifestando-se ela sobre os valores, podendo, se deles discordar, juntar prova de cadastro, em 15 (quinze) dias (art. 629, CPC) ou atribuir valores, os quais poderão serem aceitos pelos interessados (art. 634, CPC), manifestando-se expressamente.
Havendo concordância, quanto às primeiras declarações e quanto aos valores iniciais ou atribuídos às últimas declarações digam as partes, no prazo comum de 15 (quinze) dias (arts. 628 e 637, CPC).
Se concordes aos cálculos, digam em 5 (cinco) dias (art. 638, CPC).
Intimem-se. Pratique-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA/MANDADO /OFÍCIO/ PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.
Artur Augusto Leite Júnior
Juiz de Direito

REQUERENTES: D. B. B., ZONA RURAL km 12, RUA LINHA 27, - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA, D. B. B., SÃO PAULO 2766 CIDADE BAIXA - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
INVENTARIADOS: D. B. B., SÃO PAULO 2766 CIDADE BAIXA - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA, D. B. B., ZONA RURAL km 12, RUA LINHA 27, - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Av. São Paulo, nº s/n, Bairro Centro, CEP 76.935-000, São Francisco do Guaporé, RO 7001560-67.2018.8.22.0023
Adicional por Tempo de Serviço
Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: LAMIR RODRIGUES DA SILVA CPF nº 509.148.472-87, DISTRITO DE PORTO MURTINHO S/N ZONA RURAL - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ADRIANE PARRON TEIXEIRA OAB nº RO7902, SEM ENDEREÇO
REQUERIDO: MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO GUAPORE, AV. GUAPORÉ 4557 CIDADE ALTA - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ
SENTENÇA
Trata-se de ação de cobrança c/c obrigação de fazer, ajuizada por LAMIR RODRIGUES DA SILVA, em face do MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, ambos qualificados na inicial.
O autor Sustenta que é servidor efetivo junto ao requerido, na

função de Guarda de Endemias, admitido em 09/03/2007. Ressalta que desde a posse não foi elevada a sua progressão, sendo que segundo a lei complementar 045/2015 o requerente, supostamente deveria estar enquadrado na referência “17 S” com vencimento básico de R$ 1.102,50,00. Sustenta que vem tendo perda significativa de salário, e para tanto pleiteia a elevação de sua progressão conforme destacado, bem como o pagamento retroativo do período em que o requerido supostamente não concedeu o seu direito, o que até o momento, soma a quantia de R$ 1.664,12;

Em contestação, o requerido ressaltou que a progressão do requerente foi totalmente concedida, não tendo, por tanto, amparo legal o pleito do autor.

O requerente apresentou impugnação.

Considerando que a matéria tratada é de direito e já constam dos autos documentos necessários ao julgamento, passo a conhecer diretamente do pedido, nos termos do art. 355, inciso I, do CPC.

É o breve relatório. DECIDO.

Da análise dos autos, constato que realmente há previsão legal para elevação da progressão funcional por parte do requerido. E nesse sentido, o artigo 10 da Lei Complementar 045/2015 diz o seguinte: “As progressões funcionais dar-se-ão de 02 (dois) em 02 (dois) anos de efetivo exercício no respectivo nível, observando os critérios de antiguidade e merecimento, num percentual de 2% (dois por cento)”.

Pois bem, verifica-se que realmente a progressão funcional é no percentual de 2% a cada 02 anos de efetivo exercício, e apesar de a norma ser posterior à posse do autor, esse deve ser amparado pela citada legislação desde a sua posse, uma vez que a expressão […] observando os critérios de antiguidade e merecimento […] da citada norma, acaba por abranger todo o período em que o autor está ligado aos quadros do requerido.

Contudo, para a percepção da progressão o requerente deve ser aprovado em critérios de antiguidade e merecimento; no entanto, o deMANDADO não comprovou ter submetido o autor aos critérios referidos, e tampouco comprovou ter fornecido a progressão. Com isso, o parágrafo 7º da norma em pauta, autoriza o autor, mediante requerimento administrativo, pleitear a progressão, o que foi efetivado pelo autor, conforme se observa dos autos.

Ressalte-se também, que analisando o termo de posse do requerente o mesmo iniciou no serviço público junto ao requerido na referência 12.

Além disso, conforme se observa do anexo I da Lei 045/2015, o autor realmente deveria ser enquadrado na referência “17 S”, com salário-base de R$ 1.102,50, já que o autor iniciou suas atividades com referência 12 e a partir de 2009 o deveria ter progredido a cada dois anos.

Com isso, não restam dúvidas de que o requerente deve ser enquadrado na referência “17 S” com vencimento de R$ 1.102,50, restando discutir os valores retroativos.

Pois bem, é sabido que os créditos contra a fazenda pública após 05 anos, ficam abrangidos pela prescrição. Assim, o autor faz jus aos retroativos somente dos últimos 05 anos, a contar da propositura da ação, e mais o período posterior à interposição da ação; sendo que os valores devem ser calculados de acordo com nível de progressão que deveria ter recebido a cada ano.

DISPOSITIVO

Isto posto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE EM PARTE os pedidos contidos na inicial para determinar ao requerido enquadrar o autor no Padrão “17 S”, com salário-base de R$ 1.102,50, e sem prejuízo de outras vantagens.

Condeno o requerido a fim de pagar ao autor os valores retroativos dos últimos 05 anos a título de diferença de progressão, mais o período posterior à propositura da ação, incluindo as diferenças sobre 13º salário, férias, e respectivo terço de férias; sendo que os valores devem ser calculados em consonância com o nível de progressão a que o demandante tem direito a cada dois anos, conforme Lei 045/2015.

Em consequência, com fulcro no artigo 487, inciso I do CPC, julgo extinto o feito com resolução de MÉRITO.

Sem custas e honorários (art. 27 da Lei nº 12.153/2009 e art. 55 da Lei nº 9099/95).

Publique-se, registre-se e intimem-se.

Após o trânsito em julgado, não havendo manifestação, arquivem-se.

SIRVA-SE A PRESENTE DE MANDADO INTIMAÇÃO

São Francisco do Guaporé, data do registro.

Artur Augusto Leite Junior

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

São Francisco do Guaporé - Vara Única

Av. São Paulo, nº s/n, Bairro Centro, CEP 76.935-000, São Francisco do Guaporé, RO

Processo: 7000200-63.2019.8.22.0023

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Assunto: Indenização por Dano Material, Indenização por Dano Material, Fornecimento de Energia Elétrica

REQUERENTE: ADELAR MACAGNAN

ADVOGADO DO REQUERENTE: TIAGO DOS SANTOS DE LIMA OAB nº RO7199

REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON

ADVOGADO DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB nº MS6835

SENTENÇA

Vistos, etc...

Trata-se de pretensão em que o autor postulou a desistência do feito.

Isto posto, homologo o pedido de desistência da ação, e julgo extinto o feito, sem resolução do MÉRITO, nos termos do art. 485, VIII, do Código de Processo Civil, determinando o seu consequente e imediato arquivamento, após as anotações e formalidades pertinentes.

Sem custas finais.

Antecipo o trânsito em julgado para esta data (art. 1.000 CPC)

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Francisco do Guaporé / RO , 30 de abril de 2019 .

ARTUR AUGUSTO LEITE JÚNIOR

Juiz de Direito

REQUERENTE: ADELAR MACAGNAN, LINHA 07 KM 26 POSTE 84 ZONA RURAL - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA

REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, CENTRO RUA CHICO MENDES, 4100 - - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

São Francisco do Guaporé - Vara Única

Av. São Paulo, nº s/n, Bairro Centro, CEP 76.935-000, São Francisco do Guaporé, RO Procedimento Comum

ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias

7000602-18.2017.8.22.0023

AUTOR: IEDA RAFFLER DA SILVA, SEM ENDEREÇO

ADVOGADO DO AUTOR: KAROLINE STRACK BENITES OAB nº RO7498

RÉU: ESTADO DE RONDÔNIA, SEM ENDEREÇO

ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

DESPACHO

Intime-se o Executado para que se manifeste sobre os cálculos apresentados no prazo de 30 (trinta) dias.

Caso o executado apresente a impugnação aos cálculos, traga-me os autos conclusos.

Havendo concordância por parte do executado em relação aos cálculos, ou permaneça inerte o requerido no prazo estabelecido, requisite-se o pagamento do valor atualizado do débito, nos termos

do art. 13 da Lei n. 12153/2009, advertindo-se que, desatendida a requisição judicial, será determinado o sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da DECISÃO, dispensada a audiência da Fazenda Pública.
Aguarde-se no arquivo a informação quanto ao pagamento do RPV/Precatório.
Com a informação, tornem os autos conclusos.
Cumpra-se. Expeça-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO
São Francisco do Guaporé-RO, data do registro.
Artur Augusto Leite Junior
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Av. São Paulo, nº s/n, Bairro Centro, CEP 76.935-000, São Francisco do Guaporé, RO PROCESSO: 7000590-04.2017.8.22.0023
REQUERENTES: J. A. D. R. CPF nº 936.217.012-49, C. R. V. CPF nº DESCONHECIDO
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: HEITOR FERNANDES PINHEIRO DA SILVA OAB nº RO7509, SEBASTIAO QUARESMA JUNIOR OAB nº RO1372, JOSE DO CARMO OAB nº RO6526
REQUERIDO: A. S. V. CPF nº 622.122.222-20
ADVOGADO DO REQUERIDO: MARCELO CANTARELLA DA SILVA OAB nº RO558, CRISTIANE XAVIER OAB nº RO1846
DESPACHO
Ao NUPS para realização de estudo a fim de que seja analisada qual a melhor espécie de guarda a ser adotada no caso em questão, visando sempre o melhor interesse da adolescente, no prazo de 30 (trinta) dias.
Com a juntada do relatório, intimem-se as partes para manifestação no prazo de 05 (cinco) dias.
Após, vista ao MP para manifestação em 05 (cinco) dias.
Em seguida, tornem conclusos.
Pratique-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA/MANDADO /OFÍCIO/ PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.
Artur Augusto Leite Júnior
Juiz de Direito
REQUERENTES: J. A. D. R., RUA MARECHAL RONDON 3458 BAIRRO CIDADE BAIXA - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA, C. R. V., RUA MARECHAL CANDIDO RONDON 3458 CIDADE BAIXA - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
REQUERIDO: A. S. V., RUA FLORIANO PEIXOTO 4758 CIDADE ALTA - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Av. São Paulo, nº s/n, Bairro Centro, CEP 76.935-000, São Francisco do Guaporé, RO PROCESSO: 7000608-54.2019.8.22.0023
AUTOR: BANCO BRADESCO S.A. CNPJ nº 60.746.948/0001-12
ADVOGADO DO AUTOR: EDSON ROSAS JUNIOR OAB nº AM1910
RÉU: RONAN FELIPE DE CARVALHO CPF nº 032.343.312-00
ADVOGADO DO RÉU:
DESPACHO
Fica a parte autora intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, recolher as custas processuais, em total observância ao disposto no art. 12, inciso I da Lei n. 3.896/2016, o qual afirma que as custas judiciais serão fixadas em 2% sobre o valor da causa, sob pena de indeferimento da exordial.
Ressalto que, em se tratando de ação de busca e apreensão, não há que se falar em recolhimento de 1%, após o transcurso de 05 (cinco) dias após a audiência de conciliação, caso esta reste infrutífera, haja vista que, a audiência prévia de conciliação só ocorrerá quando se tratar de procedimento comum, o que não é o caso.
Decorrido o prazo, tornem conclusos.
Intime-se.
Pratique-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA/MANDADO /OFÍCIO/ PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé/RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.
Artur Augusto Leite Júnior
Juiz de Direito
AUTOR: BANCO BRADESCO S.A., BANCO BRADESCO S.A. S/N, CIDADE DE DEUS VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ
RÉU: RONAN FELIPE DE CARVALHO, AVENIDA TANCREDO NEVES 3050 CENTRO - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Av. São Paulo, nº s/n, Bairro Centro, CEP 76.935-000, São Francisco do Guaporé, RO Autos: 7001606-56.2018.8.22.0023
Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: GILMAR APARECIDO BRANDAO, LINHA 04-B, SETOR PORTO MURTINHO, KM 04, POSTE 29 S/n ZONA RURAL - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JOSE DO CARMO OAB nº RO6526, SEM ENDEREÇO
REQUERIDO: ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA (CERON), AVENIDA TANCREDO NEVES 3710 CENTRO - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB nº MS6835, GOLDEN GATE 421 - 79032-340 - CAMPO GRANDE - MATO GROSSO DO SUL
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma da lei (art. 38 da Lei 9.099/95).
Trata-se de Ação de Cobrança dos valores gastos na construção de subestação de rede elétrica rural realizada como condição ao fornecimento de energia em propriedade particular.
Conforme entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, “presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder”. (STJ. 4ª Turma, Resp. 2832/RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, DJU 17/09/90, pag. 9513).
Assim, considerando que a matéria tratada é de direito e já constam dos autos documentos necessários ao julgamento, passo a conhecer diretamente do pedido, nos termos do art. 355, inciso I, do CPC.
Nos termos da Resolução nº 229 da ANEEL, de 8 de agosto de 2006, ao estabelecer condições gerais para a incorporação de redes particulares assim determina:
“Art. 9°. A concessionária ou permissionária de distribuição deverá incorporar ao Ativo Imobilizado em Serviço as redes particulares que não dispuserem do ato autorizativo e estejam em operação na respectiva área de concessão ou permissão, excetuando-se os ramais de entrada das unidades consumidoras, e respeitados os respectivos Plano e Programas anuais de incorporação.
(…)
§6° Excluem-se da obrigação do ressarcimento, os casos de transferência da rede por meio de instrumento de doação para a concessionária ou permissionária.”
Em defesa, o Requerido alegou, como ponto principal o Artigo 4º da referida resolução que trata das redes particulares, em qualquer tensão, localizadas integralmente em imóveis de seus proprietários não serão objeto de incorporação, ficando dispensadas, inclusive, da obtenção de ato autorizativo do Poder Concedente.
Ressalta-se, entretanto, que a restituição dos valores despendidos pelo consumidor com a instalação de rede elétrica em imóvel rural,

não está condicionado a nenhuma providência, seja da ANEEL ou da Eletrobrás.
Aplica-se ao caso as disposições do Código de Defesa do Consumidor, pois o simples fato de a concessionária ter autorizado o proprietário rural a construir a rede de energia em sua propriedade, não descaracteriza a relação de consumo existente entre eles.
A relação entre a concessionária e o usuário é de consumo, nos termos dos artigos 2º, 3º e 22 da lei 8.078/90, ante a destinação final do serviço público de energia elétrica. De outro prisma, a lei de concessões e permissões (lei 8.987/95), faz menção expressa à incidência do CDC, em seu art. 7º, não havendo o que falar em inaplicabilidade desta norma.
A relação jurídica estabelecida entre as partes é caracterizada como relação de consumo, uma vez que a parte é o destinatário final do fornecimento de energia elétrica prestado pela requerida, que somente foi possível após a edificação da rede de eletrificação rural por ela financiada. É devida a restituição dos valores gastos pelos proprietários rurais com a construção de redes de distribuição de energia elétrica em áreas rurais.
Conforme restou demonstrado pelos documentos juntados aos autos o requerimento do autor refere-se à prestação de serviço em ÁREA RURAL, portanto abrangido pelo plano nacional "LUZ PARA TODOS" de acordo com art. 3º do Decreto nº 4.873, assim, restou configurado a responsabilidade da concessionária CERON quanto à obrigação de incorporação dos bens (transformadores e rede), responsabilidade na manutenção, bem como na eventual obrigação de indenização material das despesas efetivamente comprovadas.
Outrossim, a Lei Federal n. 10.438/2002, o consumidor passou a ter a faculdade de antecipar a ligação das redes de distribuição de energia elétrica, participando financeiramente da obra, mas garantindo-se a restituição dos valores ao final do prazo equivalente ao que seria necessário à implantação exclusiva pela concessionária. A propósito:
Art. 14. No estabelecimento das metas de universalização do uso da energia elétrica, a ANEEL fixará, para cada concessionária e permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica:
I – áreas, progressivamente crescentes, em torno das redes de distribuição, no interior das quais a ligação ou aumento de carga de consumidores deverá ser atendida sem ônus de qualquer espécie para o solicitante; II – áreas, progressivamente decrescentes, no interior das quais a ligação de novos consumidores poderá ser diferida pela concessionária ou permissionária para horizontes temporais preestabelecidos pela ANEEL, quando os solicitantes do serviço serão então atendidos sem ônus de qualquer espécie.
§1º. Na regulamentação deste artigo, a ANEEL levará em conta, dentre outros fatores, a taxa de atendimento da concessionária ou permissionária, considerada no global e desagregada por Município, a capacidade técnica e econômica necessárias ao atendimento das metas de universalização, bem como, no aumento de carga de que trata o inciso I do caput, o prazo mínimo de contrato de fornecimento a ser celebrado entre consumidor e concessionária.
§2º. A ANEEL também estabelecerá procedimentos para que o consumidor localizado nas áreas referidas no inciso II do caput possa antecipar seu atendimento, financiando, em parte ou no todo, as obras necessárias, devendo esse valor lhe ser restituído pela concessionária ou permissionária após a carência de prazo igual ao que seria necessário para obter sua ligação sem ônus. §3º. O financiamento de que trata o §2o, quando realizado por órgãos públicos, inclusive da administração indireta, para a expansão de redes visando a universalização do serviço, serão igualmente restituídos pela concessionária ou permissionária, devendo a ANEEL disciplinar o prazo de carência quando a expansão da rede incluir áreas com prazos de deferimento distintos.
No caso em tela, observo que restou incontroverso o fato da requerida ter autorizado a parte autora a construir a rede de eletrificação em seu imóvel rural, conforme projeto acostado aos autos.
Também restou demonstrado que, custeada a rede de distribuição de energia pela requerente, a requerida incorporou ao seu patrimônio a referida rede de eletrificação, uma vez que a demandada não comprovou de forma categórica acerca da não incorporação da subestação, é o que prevê o art. 6º do código de defesa do consumidor que, nas relações de consumo, coloca a inversão do ônus da prova.
Ademais, não restou evidenciado pela ré a comprovação da existência de fato extintivo, impeditivo ou modificativo do direito da autora.
Outrossim, a incorporação da rede de distribuição de energia, custeada por particular, sem qualquer contrapartida financeira, é verdadeira afronta à legislação do consumidor, pois coloca a empresa concessionária em nítida vantagem perante esse (art. 51, IV, do CDC).
A propósito, são vários os julgados que determinam a restituição dos valores desembolsados na implantação da rede de eletrificação, inclusive com juros e atualizados monetariamente. Senão, vejamos:
"Restituição de valores. Rede elétrica rural. Construção. Recursos particulares. Apropriação pela concessionária. Prescrição quinquenal. Ação procedência. Valor. Reparação integral. É de cinco anos o prazo de prescrição para o ressarcimento de valores dispendidos na construção de rede particular de energia elétrica apropriada pela concessionária de serviço público para expansão de programa de eletrificação de propriedades rurais. É devido o ressarcimento dos valores gastos pelo particular para construção de rede rural particular de energia elétrica se ocorrer a incorporação desta pela concessionária pública do serviço de energia elétrica, cujo valor deve ser pago devidamente corrigido e com juros de mora, em função da vigência em nosso sistema do princípio da reparação integral. (TJ/RO. N. 01003969720088220007, Rel. Des. Marcos Alaor D. Grangeia, J. 19/10/2011)". Destaquei.
"Recurso. Preparo. Complementação. Deserção. Ausência. Legitimidade passiva. Concessionária de serviço público. Energia elétrica. Rede rural. Instalação. Consumidor. Pagamento. Ressarcimento devido. Sucumbência mínima. Sendo recolhido e comprovado tempestivamente o complemento do preparo recursal, inexiste deserção do apelo. A concessionária é parte legítima para figurar no polo passivo de ação de cobrança que visa ao ressarcimento de valores pagos pelo consumidor para instalação de rede elétrica rural, cuja responsabilidade pela instalação é da prestadora de serviço público, não havendo que se falar, neste caso, em ilegitimidade passiva ou de direito à denunciação da lide à União. Evidenciado que o consumidor arcou com os custos de instalação de rede elétrica rural, de responsabilidade da concessionária pública, é devida a restituição dos valores pagos, notadamente se contempla os exatos termos do projeto autorizado pela prestadora de serviço público. Decaindo o autor de parte mínima de seus pedidos, responde a parte requerida pelas verbas de sucumbência. (TJ/RO. 2ª Câmara Cível, N. 00040380220108220007, Rel. Des. Marcos Alaor D. Grangeia, J. 17/10/2012)." Destaquei.
"APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. INSTALAÇÃO DE REDE ELETRICA RURAL. ANTECIPAÇÃO CUSTEADA PELO CONSUMIDOR. RESTITUIÇÃO. POSSIBILIDADE. I – A instalação de energia elétrica na zona rural pode ser feita de forma antecipada pelo consumidor, a teor do que dispõe a Lei n.º 10.483/02 e a Resolução ANEEL n.º 223/03, estando garantida a restituição dos valores. II – Não existindo provas acerca da data em que a restituição deveria ocorrer, não há falar em prescrição. III – Comprovado nos autos que o autor aderiu ao programa e efetuou o pagamento a restituição do valor é devida. (TJ/MG. Apelação Cível 1.0071.11.000305-1/001, Relator(a): Des.(a) Peixoto Henriques, 7ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 23/04/2013, publicação da súmula em 26/04/2013)." Destaquei.
Assim, diante do exposto, entendo que a requerente faz jus à restituição do valor que desembolsou para instalação de rede de energia elétrica em seu imóvel rural, com correção monetária, juros de mora.
O orçamento apresentado pela parte requerente deve ser

considerado apto a indicar o montante a ser restituído, uma vez que a ré, em sua manifestação, sequer apresentou planilha com os valores que entende ser o correto, limitando-se, apenas, em contestar o juntado na inicial.
DISPOSITIVO.
Diante do exposto, com fulcro no artigo 487, I, do CPC, Julgo procedente em parte o pedido formulado por REQUERENTE: GILMAR APARECIDO BRANDAO em desfavor da Eletrobrás - Centrais elétricas de Rondônia S.A- CERON, para determinar que a Requerida incorpore em seu ativo imobiliário a subestação do Requerente, no prazo de 30 (trinta dias), contados do transito em julgado da SENTENÇA, bem como efetue o pagamento a título de ressarcimento pelas despesas com a construção da referida rede particular de energia elétrica, a importância de R$19.134,60 dezenove mil, cento e trinta e quatro reais e sessenta centavos .
A correção monetária deverá incidir a partir da propositura da ação, e os juros, no patamar de 1%, a partir da citação.
Seguindo o Enunciado 5º do 1º Fojur de Rondônia, transitada em julgado esta DECISÃO, ficará a demandada automaticamente intimada para pagamento integral do quantum determinado (valor da condenação acrescido dos consectários legais determinados), em 15 (quinze) dias, nos moldes do art. 523, §1º, do NCPC, sob pena de acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o montante total líquido e certo.
Sem custas processuais ou honorários advocatícios, nos termos do artigo 55 da Lei 9.099/95 c/c art. 27 da Lei 12.153/09.
Ficam as partes, com advogado cadastrado, intimadas. Sem patrono cadastrado intimem-se.
Com o trânsito em julgado, arquive-se.
SIRVA-SE A PRESENTE DE CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO
São Francisco do Guaporé-RO, data do registro.
Artur Augusto Leite Junior
Juiz de Direito

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Processo: 7001893-19.2018.8.22.0023
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: JUSCELINO DE SOUZA
Advogado do(a) AUTOR: LIGIA VERONICA MARMITT - RO4195
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ATO ORDINATÓRIO
Fica a parte Autora intimada, por via de seu(s) Advogado(s), da SENTENÇA proferida em audiência e para, querendo, interpor recurso, no prazo de 15 (quinze) dias
São Francisco do Guaporé, 2 de Maio de 2019

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Processo: 7000294-45.2018.8.22.0023
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ELZA PEREIRA DOS SANTOS SOUZA
Advogados do(a) AUTOR: JULIAN CUADAL SOARES - RO2597, ADRIANA DONDE MENDES - RO4785, MARIANA DONDE MARTINS - RO5406
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL e outros
ATO ORDINATÓRIO
Fica a parte Autora intimada, por via de seu(s) Advogado(s), da SENTENÇA proferida em audiência e para, querendo, interpor recurso, no prazo de 15 (quinze) dias.
São Francisco do Guaporé, 2 de Maio de 2019

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Processo: 7000524-87.2018.8.22.0023
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ANA LUCIA BENTO DE OLIVEIRA
Advogados do(a) AUTOR: MARCELO CANTARELLA DA SILVA - RO558, CRISTIANE XAVIER - RO1846
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ATO ORDINATÓRIO
Fica a parte Autora intimada, por via de seu(s) Advogado(s), da SENTENÇA proferida em audiência e para, querendo, interpor recurso, no prazo de 15 (quinze) dias
São Francisco do Guaporé, 2 de Maio de 2019

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Processo: 7000630-49.2018.8.22.0023
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: LAURINDO DA SILVA ALVES
Advogados do(a) AUTOR: JULIAN CUADAL SOARES - RO2597, ADRIANA DONDE MENDES - RO4785, MARIANA DONDE MARTINS - RO5406
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL e outros
ATO ORDINATÓRIO
Fica a parte Autora intimada, por via de seu(s) Advogado(s), da SENTENÇA proferida em audiência e para, querendo, interpor recurso, no prazo de 15 (quinze) dias.
São Francisco do Guaporé, 2 de Maio de 2019

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Processo: 7000840-03.2018.8.22.0023
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ANGELO POSSEBOM
Advogados do(a) AUTOR: JULIAN CUADAL SOARES - RO2597, MARIANA DONDE MARTINS - RO5406, ADRIANA DONDE MENDES - RO4785
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ATO ORDINATÓRIO
Fica a parte Autora intimada, por via de seu(s) Advogado(s), da SENTENÇA proferida em audiência e para, querendo, interpor recurso, no prazo de 15 (quinze) dias
São Francisco do Guaporé, 2 de Maio de 2019

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, 3932, Cidade Baixa, São Francisco do Guaporé - RO - CEP: 76935-000 - Fone:(69) 36213028
PROCESSO Nº: 7001095-92.2017.8.22.0023
CLASSE: JUIZADOS - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: JESUS ROSSOLI DOS SANTOS
Advogado do(a) REQUERENTE: JAIRO REGES DE ALMEIDA - RO7882
REQUERIDO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT
Advogados do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS6835, BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO - RO5462, VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL - RO8217
FINALIDADE: Fica a exequente intimada, por via de seu advogado, para retirar alvará de levantamento expedido, no prazo de 5 (cinco) dias.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Processo: 7001740-20.2017.8.22.0023
Classe: FAMÍLIA- SEPARAÇÃO LITIGIOSA (141)
AUTOR: MARCIA MARIA DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: GLENDA ESTELA SILVA DE ARAUJO - RO7487
RÉU: VITORIO RAMA
Advogado(s) do reclamado: FABRICIA UCHAKI DA SILVA
Advogado do(a) RÉU: FABRICIA UCHAKI DA SILVA - RO3062
ATO ORDINATÓRIO
Fica a parte autora intimada, por via de seu Advogado, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se quanto à petição id n. 25768176.
São Francisco do Guaporé, 2 de Maio de 2019

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, 3932, Cidade Baixa, São Francisco do Guaporé - RO - CEP: 76935-000 - Fone:(69) 36213028
Processo nº: 7001129-33.2018.8.22.0023
Classe: INF JUV CIV - EXECUÇÃO DE ALIMENTOS (1432)
EXEQUENTE: ISRAEL AUGUSTO DE OLIVEIRA COMPANHONI
EXECUTADO: CARLOS ALBERTO COMPANHONI
Intimação
Fica a parte autora intimada, por via de seu advogado, para manifestar-se nos autos, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias - dobro, face ao recibo juntado sob id n. 24958579.
São Francisco do Guaporé-RO, 2 de Maio de 2019.
CAMILA GRACE DINIZ BEZERRA
Técnico Judiciário - Cad. 205.684-4

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Av. São Paulo, nº s/n, Bairro Centro, CEP 76.935-000, São Francisco do Guaporé, RO PROCESSO: 7000027-94.2018.8.22.0016
REQUERENTE: NECI RODRIGUES BORGES MONTEIRO CPF nº 237.197.022-00
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REQUERIDO: CECILIA SOARES BORGES CPF nº 315.464.632-91
ADVOGADO DO REQUERIDO: FABRICIA UCHAKI DA SILVA OAB nº RO3062
SENTENÇA
NECI RODRIGUES BORGES MONTEIRO, ingressou com a presente ação de interdição e curatela de CECÍLIA SOARES BORGES. Em sede de inicial o Requerente sustenta ser filha da Requerida, a qual, possui incapacidade em razão de um acidente vascular cerebral, não podendo fazer os atos da vida civil, ante a falta de discernimento.
Instruiu a inicial com os documentos necessários.
DECISÃO de id n. 15643074, determinou a realização do estudo psicossocial na residência das partes.
Relatório psicossocial juntado ao id n. 17234274.
Audiência para entrevista da interditanda realizada em 19/07/2018.
Laudo médico pericial, juntado ao id n. 21879209, afirmando a incapacidade da interditanda.
Manifestação da Requerida e interditanda ao id n. 21970021, a qual se manifestou pela interdição e concessão da curatela em favor da Requerente, ante a CONCLUSÃO da perícia médica.
Manifestação da Requerente ao id n. 22155414, pugnando pela procedência do pedido.
Manifestação do Ministério Público ao id n. 22690202, parecer favorável.
Vieram os autos conclusos.
Relatados. Decido.
II – DOS FUNDAMENTOS
O pedido de interdição promovido pelo Requerente se funda, na doença mental apresentada pela Requerida/interditanda, a qual o incapacita para o exercício da vida civil, e todos os atos civis. Segundo, a petição inicial a interditanda foi vítima de um acidente vascular cerebral, que lhe deixou incapacitada para exercer os atos da vida civil.
Não houve a concessão de curatela provisória, tendo em vista que quando do protocolo da inicial, a Requerente não juntou laudo médico apto a ensejar a concessão da tutela. No decorrer da instrução processual, a Requerente procedeu a juntada do referido documento (id n. 19722954).
Em tempo, foi designada realização de perícia médica, para melhor análise da situação da interditanda, sendo os quesitos elaborados por todas as partes do processo. Na perícia realizada no dia 28 de setembro de 2018, o Perito concluiu pela incapacidade da interditanda (id n. 21879209):
A pericianda é portadora de demência senil e hipertensão arterial sistêmica, que dificulta a sua locomoção e outras atividades básicas do cotidiano. Conforme avaliação no ato pericial e durante a entrevista a interditada apresentava-se desorientada em tempo e espaço, algo agressiva. Concluo que a interditada necessita de cuidado permanente de terceiros para sobreviver. Encontra-se com incapacidade total e definitiva para realizar todos os atos da vida civil.
Além da CONCLUSÃO aferida pelo Perito, é de se destacar que ao responder os quesitos elaborados pelas partes, o mesmo afirma de forma categórica, que a interditanda carece de cuidados de terceiros de forma permanente, e é incapaz de exercer os atos da vida civil.
O Ministério Público exarou parecer ao id n. 22690202, pugnando pela procedência da inicial e a interdição da Requerida, nomeando como curadora a Requerente, para qual deverá recair o dever de cuidar da Requerida, bem como gerir seus bens patrimoniais.
Nos termos do artigo, 1.767, inciso I, do Código Civil, sujeitam-se a curatela, aqueles que, por causa transitória, ou permanente, não puderem exprimir sua vontade. No caso, a Requerida apresenta sequelas permanentes, o que impede o execício dos atos da vida civil.
Não há óbice para concessão da curatela em favor da Requerente, até porque, desde a ocorrência do Acidente Vascular Cerebral, Neci, têm cuidado da Requerida. No mais, o laudo psicossocial de id n. 17234274, atesta veemente que eventual concessão da curatela
Nos termos do artigo 747 do Código de Processo Civil, a interdição poderá ser promovida: (i) pelo cônjuge ou companheiro; (ii) pelos parentes ou tutores; (iii) pelo representante da entidade em que se encontra abrigado o interditando; e; (iv) - pelo Ministério Público. É legítimo portanto o pedido do Requerente, ainda que este seja padrasto do Requerido, devendo no caso ser reconhecido o parentesco por afinidade.
O grau de parentesco, encontra-se comprovado nos autos através do documento de id n. 15633840, o qual evidencia que a Requerente é filha da Requerida. Assim, entendo ser legítima a limitação da interdição, a qual alcançará somente os atos de natureza patrimonial e negocial, não atingindo para tanto atos de natureza existenciais.
A curatela será exercida pelo Requerente NECI, o qual reside com o interditando sendo capaz de exercer a curatela e administrar o patrimônio do Requerido/interditando.
Cabe ao curador exercer a curatela, protegendo e administrando o patrimônio do curatelado. O Código Civil estabelece a aplicação das disposições concernentes à tutela ao curador, sobretudo, em relação à administração do patrimônio do interditando. Assim, deverá o curador ser cientificado dos seus deveres como curador.
Consigno que a curatela alcançará somente os atos de natureza patrimonial e negocial, não atingindo os atos de natureza

existenciais – artigo 85, do Estatuto da Pessoa com Deficiência. No mais, "a definição da curatela não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao patrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto" - art. 85, § 2º, da Lei n. 13.146/2015.
III- DISPOSITIVO
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a demanda inicial e por consequência decreto INTERDIÇÃO de CECÍLIA SOARES BORGES, declarando-a incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do artigo 3º, inciso II, do atual Código Civil, e, nomeio-lhe Curadora NECI RODRIGUES BORGES MONTEIRO, o qual deverá ser cientificado das suas obrigações como curador e dos efeitos da curatela.
Inscreva-se no registro de pessoas naturais (art. 755, §3º, CPC).
A SENTENÇA de interdição será imediatamente publicada na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal a que estiver vinculado o juízo e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do interdito e do curador, a causa da interdição, os limites da curatela e, não sendo total a interdição, os atos que o interdito poderá praticar autonomamente (art. 755, §3º, CPC).
Expeça-se o competente termo. Intime o curador para prestar compromisso no prazo de 05 (cinco) dias, consoante artigo 759 do Código de Processo Civil.
Sem custas ou honorários.
Pratique o necessário.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO /OFÍCIO/ PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé/RO, data do registro.
ARTUR AUGUSTO LEITE JUNIOR
Juiz de Direito

REQUERENTE: NECI RODRIGUES BORGES MONTEIRO, T-20 1766 SETOR 04 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
REQUERIDO: CECILIA SOARES BORGES, T-20 1766 SETOR 04 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, 3932, Cidade Baixa, São Francisco do Guaporé - RO - CEP: 76935-000 - Fone:(69) 36213028
PROCESSO Nº: 7001616-03.2018.8.22.0023
CLASSE: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: ANA PAULA ALVES MOREIRA
Advogados do(a) AUTOR: ADRIANA DONDE MENDES - RO4785, JULIAN CUADAL SOARES - RO2597, MARIANA DONDE MARTINS - RO5406
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
FINALIDADE: Fica a parte autora intimada, por via de seu advogado, para impugnar a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias.

COMARCA DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Sugestões e reclamações, façam-nos pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet no endereço eletrônico smg1criminal@tjro.jus.br
Juíza: Ligiane Zigiotto Bender
Diretor do Cartório: Jerlis dos Passos Silva
Proc.: 0000251-02.2019.8.22.0022
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Processo:0000251-02.2019.8.22.0022
Classe: Ação Penal (Réu Preso)
Parte Autora: Ministério Público do Estado de Rondônia
Parte Ré: Glauber Lucas de Oliveira, brasileiro, solteiro, nascido aos 21/1/1987, natural de Belo Horizonte/MG, inscrito no CPF sob o n° 872.655.592-15, portador do RG n° 15582842, filho de João Batista de Oliveira e Nilza Lucas.
Capitulação: Art.129, §1°, II, §9° e 10º do Código Penal, nas formalidades da Lei 11.340/2006.
Advogado: Ricardo Marcelino Braga, OAB/RO 4159; Eduardo Tadeu Jabur OAB/RO 5070.
FINALIDADE: INTIMAR os advogados acima citados da DECISÃO, abaixo: (...) Passo a análise do requerimento de revogação da prisão preventiva A Defesa requer a revogação da prisão preventiva do acusado, ao argumento de que o réu possui residência fixa, trabalho lícito, não possui antecedentes criminais, não representa perigo à ordem púbica, pelo que não estão presentes os requisitos para a manutenção da prisão cautelar do réu. O Ministério Público manifestou-se nos autos pelo indeferimento do pedido de revogação da prisão preventiva. Decido. Conforme o artigo 316 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva rege-se pela cláusula rebus sic stantibus, ou seja, pode ser revista em caso de insubsistência dos motivos que a ensejaram ou superveniência de novas circunstâncias que posteriormente a justificam. Sobre o tema, veja-se: RHC 67.965/PR, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 05/05/2016, DJe 11/05/2016. In casu, não houve qualquer alteração no conjunto fático/probatório dos autos que enseje a alteração dos requisitos que justificaram a decretação da segregação cautelar, pelo que não há que se falar em revogação da mesma. Veja-se que se trata de prisão preventiva recentemente decretada (dia 16/04/2019), em que este juízo vislumbrou presentes os pressupostos e os requisitos da prisão preventiva, para garantia da ordem pública, tudo corroborado com os suficientes indícios de autoria e prova da materialidade do delito, em razão da prisão em flagrante, bem como não havendo qualquer ilegalidade da prisão, vê-se que a manutenção da prisão é medida que se impõe. Repisando os fundamentos da DECISÃO anterior, os quais uso como razão de decidir neste momento, os custodiados representam concretamente - não são suposições - risco à ordem pública, especialmente à integridade física da vítima, justificando-se, por ora, a manutenção da medida extrema. Ademais, a alegação de possuir trabalho lícito e residência fixa não é capaz de acautelar a integridade da vítima e tampouco, por si só, é fundamento para subsidiar a liberdade do acusado. Nesse sentido colaciono: PENAL. PROCESSUAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO TRIPLAMENTE QUALIFICADO. LEI MARIA DA PENHA. PRISÃO PREVENTIVA. MANUTENÇÃO. GRAVIDADE DO CRIME. PERICULOSIDADE DO RÉU. EXCESSO DE PRAZO. NÃO VERIFICAÇÃO. 1. Não se conhece da impetração, na parte em que demanda dilação probatória de todo incompatível com a estreita via do WRIT. 2. Manutenção de prisão preventiva que se apresenta devidamente fundamentada, apontando a existência de fortes indícios de autoria e materialidade, com fundamento, ademais, na garantia da ordem pública. 3. Hipótese em que a necessidade da custódia exsurge da própria gravidade do delito, conquanto expressão objetiva da periculosidade do acriminado. Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. 4. Os prazos processuais não podem ser tomados como mera soma aritmética, cumprindo considerar, no particular, as peculiaridades de cada caso. 5. Atraso na CONCLUSÃO do feito que não pode ser atribuída a eventual desídia do Judiciário, mas às próprias peculiaridades do caso concreto. 6. O simples fato de ser o paciente primário, de bons antecedentes e possuidor de residência fixa e ocupação lícita não impede, por si só, a manutenção da custódia, quando presentes os requisitos autorizadores respectivos. 7. HABEAS CORPUS parcialmente conhecido; Ordem nessa parte denegada. (TJ-MA HC 0265802015 MA 0004626-87.2015.8.10.0000, Terceira Câmara Criminal, Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos, 14/07/2015) Portanto, INDEFIRO o pedido formulado pela Defesa, mantendo

a prisão Glauber Lucas de Oliveira. Intimem-se as partes quanto à presente DECISÃO. Praitque-se o necessário. S. Miguel do Guaporé-RO, sexta-feira, 26 de abril de 2019. Fábio Batista da Silva Juiz de Direito.
Sede do Juízo: Fórum Juiz Anísio Garcia Martin, Av. São Paulo, 1395, bairro Cristo Rei, fone: (0xx69)3642-2660/2661, CEP.: 76.932-000, São Miguel do Guaporé-RO.
SMG/RO, 30 de abril de 2019.

Proc.: 0000270-08.2019.8.22.0022
Ação:Justificação Criminal
Autor:José Ferreira da Silva
Advogado:Ranielli de Freitas Alves (OAB - RO 8750)
DESPACHO:
Vistos.Trata-se de pedido de justificação criminal, proposto pelo condenado José Ferreira da Silva que pretende valer-se do presente instrumento para reunir provas que, em tese, demonstrariam não ser ele o autor dos fatos.Indicou as testemunhas que pretende ouvir.Decido.A presente ação cautelar já restou recebida, conforme DECISÃO retro, de modo que desnecessário novo enfrentamento da admissibilidade do procedimento pretendido pelo condenado. Nesse particular, importante pontuar que o procedimento de justificação criminal não é para analisar o MÉRITO da prova e sim assegurar a observância das formalidades legais na obtenção da prova, que tem por escopo o ajuizamento de revisão criminal.Visto isso, DEFIRO a produção da prova pretendida pelo condenado e para tanto designo audiência para 23 de julho de 2019, às 8h30min. Intime-se o justificante por meio de seu advogado.Intime-se as testemunhas arroladas.Ciência ao Ministério Público.Pratique-se o necessário.Serve a presente de Edital de Intimação para o advogado do justificante. Dr. Henrique Linhares (OAB-RO 9464).S. Miguel do Guaporé-RO, segunda-feira, 29 de abril de 2019.Fábio Batista da Silva Juiz de Direito

Proc.: 0000924-97.2016.8.22.0022
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (22 SMG)
Denunciado:Patrik Junior Soares
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos.O Ministério Público do Estado de Rondônia ofereceu denúncia em face de PATRICK JUNIO SOARES, imputando-lhe a prática do crime previsto no art. 155, §1º, do Código Penal, sob a seguinte acusação:Em 25 de dezembro de 2016, por volta das 00h57min, na Av;. Marechal Rondon, n. 1365, em São Miguel do Guaporé-RO, o denunciado agindo dolosamente, com evidente vontade de furtar e durante o repouso noturno, subtraiu para si uma motocicleta Honda, modelo CG Titan, Azul, placa NBR 8944, pertencente à vítima José Carlos Almeida, avaliada em R$ 2.321,00, conforme laudo de avaliação merceológica nos autos.A denúncia foi recebida em 20 de fevereiro de 2017 (fls. 64). O acusado citado (fl. 75), apresentou resposta à acusação por meio da Defensoria Pública (fl. 76).Mantido o recebimento da denúncia, o feito seguiu para a instrução (fl. 77). Durante a instrução foram ouvidas a vítima, duas testemunhas e o réu interrogado (fls. 95/97). Encerrada a instrução, as partes apresentaram alegações finais, tendo o Ministério Público postulado pela condenação do acusado nos estritos termos da denúncia, por entender provada a materialidade e autoria das infrações penais descrita na inicial (fls. 98/102).A Defesa, por sua vez, inicialmente postula pela absolvição do acusado, pautada na tese de atipicidade delitiva, por considerar que a conduta do acusado enquadra-se no chamado “furto de uso”. Subsidiariamente, ante a confissão espontânea do acusado, pugnou pelo reconhecimento da atenuante e da atenuante da menoridade relativa, aplicação da pena no mínimo legal, fixação do regime menos gravoso e substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito (fls. 103/105).É o relatório. DECIDO.II – FUNDAMENTAÇÃOTrata de processo-crime que tem como objetivo a apuração de fato criminoso imputado ao acusado PATRICK JUNIO SOARES, consistente no crime de furto circunstanciado, na forma narrada na denúncia formulada pelo Ministério Público.Não há questões processuais a serem analisadas, pelo que se passa à análise do MÉRITO.Induvidosa a materialidade, ante as provas coligidas aos autos, especialmente pelo auto de prisão em flagrante delito, registro de ocorrência policial, auto de apresentação e apreensão, termo de restituição, laudo de avaliação merceológica, tudo aliado aos depoimentos colacionados aos autos.A autoria relativa ao delito também restou induvidosa, através da confissão espontânea do acusado, tanto na fase investigativa (fl. 12) como na fase judicial, oportunidades em que declarou serem verdadeiros os fatos, na medida que subtraiu a motocicleta da vítima, na forma narrada na denúncia, tendo realizado ligação direta, rompendo os fios do painel do veículo, contudo, disse que sua intenção era apenas pilotar o veículo na cidade, dar umas empinadas e depois abandoná-la em algum terreno baldio, não tinha intenção de vender o veículo ou apossar-se dele. Disse que na época era usuário de drogas. Que foi localizado pela polícia na casa de um amigo e estava na posse da motocicleta.Por sua vez, a vítima José Carlos Almeida esclareceu que no dia dos fatos, já no período noturno, foi até uma festividade que acontecia no clube da terceira idade, estacionou sua motocicleta e entrou, sendo que cerca de uns dez minutos depois viu um rapaz passando correndo, empurrando uma motocicleta, ao que saiu e percebeu que se tratava de seu veículo, pois ela não mais estava estacionada onde havia deixado. Acredita que o algoz tenha feito ligação direta e estava dando tranco no veículo para ele funcionar. Disse que ligou para a polícia e cerca de quarenta minutos depois obteve notícia que o veículo tinha sido apreendido na posse do réu. Que a motocicleta lhe foi restituída e estava com o painel quebrado, em razão de que o algoz fez ligação direta. Reconhece o acusado presente na audiência como sendo a pessoa que viu empurrando sua motocicleta. Que gastou cerca de cento e oitenta reais para arrumar o painel do veículo.Corroborando, tem-se o testemunho dos policiais militares Paulo Cézar Garrido e Moises Ferreira Freire que em juízo confirmaram ter atendido a ocorrência policial e em conversa com a vítima essa disse que teria visto o algoz, informando as características dele, empurrando a motocicleta e indicou a direção, ao que saíram no encalço, logrando êxito em localizar a motocicleta da vítima estacionada na lateral da residência da pessoa de Cleuza Marçal. Lá estando constataram a presença de umas quatro pessoas, dentre elas Patrik, que possuía as características repassadas pela vítima e estava próximo a motocicleta, e em conversa ele confessou ter feito ligação direta no veículo.Pois bem, em que pese a confissão qualificada do acusado, que aduz ter se apossado da motocicleta apenas para dar umas voltas e que depois a abandonaria, e a tese da defesa sustentando que a conduta do acusado é atípica, pois não se revestiu de animus furandi, não encontra amparo nos autos, pois pelo conjunto fático probatório resta evidenciado que o acusado subtraiu veículo, retirando-o da esfera de posse e disponibilidade da vítima, com o animus de assenhoramento, fazendo uso do bem como se dono fosse, tanto é que foi encontrado na posse do veículo na casa de amigos, o que destoa de sua versão de que apenas pegou para uso.Ademais, a maneira como procedeu a subtração, por meio de ligação direta, é suficiente para evidenciar a presença do animus furandi.Pontue-se. Para que não existisse o delito em tela, havia a necessidade de que o sujeito devolvesse o objeto material nas mesmas condições em que se encontrava ao tempo da subtração. Dessa forma estaria caracterizado o furto de uso e afastado, portanto, o animus furandi, quando poderia deixar a conduta do acusado de ser considerada crime.Ocorre que, por uma apurada leitura dos autos, constata-se que o acusado aduz que sua intenção era abandonar o veículo, portanto, nem essa versão o beneficia, pois se desde o princípio não objetivava restituir a res furtiva a vítima, não há que se falar em furto de uso.Assim, não devolvendo o veículo no mesmo lugar em que foi subtraído e nas mesmas condições, e ainda, com a pretensão de abandono da motocicleta

em lugar diferente, resta tipificado o delito de furto, não sendo suficiente a alegação de que apenas pretenderiam usar o veículo. Damásio Evangelista de Jesus ensina que "O tipo de furto de uso tem elemento subjetivo e objetivo. O elemento subjetivo está no fim de uso momentâneo; o objetivo, na pronta restituição. Daí o furto de uso constituir um fato atípico diante da legislação penal." (in Direito Penal, vol2, 17ªed., pág. 276).O ilustre professor Heleno Cláudio Fragoso assevera que "Para que seja reconhecível o furto de uso, e não o furto comum, é necessário que a coisa seja restituída ao possuidor ou proprietário, de quem foi subtraída, isto é, que seja reposta no lugar em que o dono exerce seu poder de disposição sobre ela. Fora daí, a exclusão do 'animus furandi' dependerá de prova plena, a ser oferecida pelo agente." (in Lições de Direito Penal, Parte Especial 11ªed., pág. 202)Nesse sentido, colaciona-se jurisprudência:STF - "Furto. Subtração de veículo mediante fraude e seu abandono muitas horas depois em local diverso. Furto de uso não configurado. (...) Responde por furto o paciente que subtraiu o veículo mediante fraude, conservou-o em seu poder por cerca de 15 horas e o abandonou em outro local, sujeito a todos os azares." (RT 431/413)Afora isso, embora não tenha restado esclarecido o horário exato que o crime foi cometido, a certeza que se tem é que ocorreu durante a noite, uns 40 minutos antes da abordagem do acusado, que aconteceu depois da meia noute daquele dia, portanto, tendo sido praticado nesse ínterim, deve ser reconhecido que praticado durante o repouso noturno, a permitir a aplicação da causa de aumento de pena prevista no §1º, do art. 155, do CP.Nesse particular, esclareça-se que a incidência da causa especial de aumento de pena "repouso noturno" deve ser verificada pelo critério objetivo de cometimento do crime no horário de descanso noturno, independentemente do local em que foi praticado – se residência, comércio, veículo –, ou se neste havia pessoas, porquanto, no período da noite, a vigilância é menos eficiente, e o patrimônio, mais vulnerável, o que favorece a possibilidade de êxito na execução do delito.Dessa forma, o crime de furto praticado durante o repouso noturno se consumou, estando a autoria e a materialidade devidamente comprovadas e as provas carreadas no caderno investigatório e na instrução processual são suficientes e harmônicas para permitir a prolação do édito condenatório em face do acusado.Milita em favor do acusado as atenuantes da confissão espontânea e menoridade relativa.III – DISPOSITIVO Isso posto, JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal e, como consequência, CONDENO o réu PATRICK JUNIO SOARES, brasileiro, solteiro, filho de Geni Soares de Oliveira, natural de São Miguel do Guaporé/RO, nascido aos 17/12/1996, residente na Rua Cecília Pinheiro, casa popular n. 05, em São Miguel do Guaporé/RO, por haver infringido a norma descrita no artigo 155, §1º, do Código Penal.Passo a análise das circunstâncias judiciais, a fixar a pena e o regime carcerário ao sentenciado. Com relação a culpabilidade, o condenado não agiu com dolo que ultrapassasse os limites da norma penal, o que torna sua conduta inserida no próprio tipo legal. O sentenciado não registra antecedentes criminais. Não há elementos acerca da conduta social e personalidade. As consequências são próprias do delito. Os motivos do crime (desejo de obtenção de lucro fácil) são inerentes ao tipo incurso. As circunstâncias se encontram relatadas nos autos e demonstram a peculiar habilidade do acusado para a subtração da motocicleta, na medida em que se valeu de conhecimento específico para realizar ligação direta no veículo e dele se apossar. Não há maiores consequências a irradiar sobre os fatos. O comportamento da vítima em nada contribuiu para o crime. Considerando a preponderância de circunstâncias desfavoráveis (circunstâncias), fixo a pena-base acima do mínimo legal, 01 (um) ano, 04 (quatro) meses e 15 (quinze) dias de reclusão.Concorrem as circunstâncias atenuantes da menoridade relativa e da confissão espontânea, pelo que atenuo para 01 (um) ano de reclusão.Não concorrem circunstâncias agravantes.Na terceira fase, presente a causa de aumento prevista no §1º do art. 155 do Código Penal (repouso noturno), de modo que majoro a pena privativa de liberdade em 1/3 (um terço), perfazendo o total de 01 (um) ano e 04 (quatro) meses de reclusão, a qual torno definitiva, ante a ausência de causa de diminuição de pena a ser reconhecida.Condeno, ainda, ao pagamento de e 12 (doze) dias-multa, à razão de 1/30 do salário-mínimo vigente ao tempo do fato para cada dia-multa.A pena será cumprida em regime inicial aberto, a teor do art. 33, § 2º, c, do Código Penal.Presentes os requisitos legais do art. 44 e seu § 2º do Código Penal, substituo a pena privativa de liberdade cominada ao réu por 02 (duas) penas restritivas de direito, quais sejam: a) prestação de serviços à comunidade e/ou entidade assistencial a ser designada oportunamente, durante todo o período da pena (art.46 do CP); b) uma prestação pecuniária (art. 45, § 1º do CP) no valor de um salário-mínimo vigente (R$ 998,00), que será depositado em juízo e destinado a metade à vítima José Carlos de Almeida, que servirá para reparação do dano e a outra metade para o conselho da comunidade desta comarca.- Das últimas deliberações. Isento o réu do pagamento das custas processuais, já que foi defendido pela Defensoria Pública (art. 4º, II, § 1º, da Lei estadual n. 301/90), presumindo a lei, nesse caso, seja ele pobre e, portanto, beneficiário da gratuidade judiciária.Concedo ao sentenciado o direito de aguardar julgamento de eventual recurso em liberdade. Intimem-se o sentenciado, já qualificado acima, de que terá o prazo de 5 (cinco) dias para recorrer (art. 593, I, CPP).Intime-se ainda o sentenciado para que, caso não recorra da SENTENÇA, recolher as custas processuais conforme valor constante na certidão anexa, devendo comprovar o pagamento no Cartório da Vara Criminal deste Juízo, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de PROTESTO e INSCRIÇÃO NA DÍVIDA ATIVA DO ESTADO, o que desde já determino caso não haja pagamento no prazo legal; bem como para que comprove o pagamento da multa, no prazo de 10 (dez) dias, consistente no valor de R$ 352,00 (trezentos e cinquenta e dois reais), sob pena de INSCRIÇÃO NA DÍVIDA ATIVA DO ESTADO, o que desde já determino caso não haja pagamento no prazo legal.Transitada em julgado esta DECISÃO, proceda-se conforme previsto no art. 177 das Diretrizes Gerais Judiciais. SERVE A PRESENTE DECISÃO DE CARTA PRECATÓRIA/ MANDADO DE INTIMAÇÃO, devendo o Oficial de Justiça colher manifestação do réu quanto ao interesse em recorrer da SENTENÇA condenatória.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Nada mais havendo, arquive-se.S. Miguel do Guaporé-RO, terça-feira, 30 de abril de 2019.Fábio Batista da Silva Juiz de Direito
Jerlis dos Passos Silva

Diretor do Cartório Criminal

1ª VARA CÍVEL

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Processo: 7003015-70.2018.8.22.0022
Classe: MONITÓRIA (40)
AUTOR: OURO VERDE NUTRICAO ANIMAL LTDA - EPP
Advogado do(a) AUTOR: VIVIANI RAMIRES DA SILVA - RO1360
RÉU: ROSELI DOS SANTOS
ATO ORDINATÓRIO
Fica a parte autora, por meio de sua advogada, uma vez constituído de pleno direito o título executivo judicial, intimada para apresentar planilha de cálculos atualizada, conforme DESPACHO de Id 23913211, no prazo de 10 (dez) dias.
São Miguel do Guaporé, 30 de abril de 2019
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Processo: 7001919-20.2018.8.22.0022

Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: DANILO PITELKOW
Advogado do(a) AUTOR: LIGIA VERONICA MARMITT - RO4195
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do São Miguel do Guaporé - Vara Única, fica a parte autora, INTIMADO através de seus advogados(as), de todo o teor da SENTENÇA Prolatada em Audiência ID 27551270.
São Miguel do Guaporé, 30 de abril de 2019
Elizeu Leal
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av. São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76.932-000, São Miguel do Guaporé, RO PROCESSO: 7000841-54.2019.8.22.0022
CLASSE: Procedimento Comum
AUTORES: SEMILDA KRAEMER STOLL, ANUAR FERNANDES
ADVOGADOS DOS AUTORES: MARCOS UILLIAN GOMES RIBEIRO OAB nº RO8551
RÉU: ANA CLAUDIA MORAES DE ALMEIDA
DESPACHO
Acerca do pedido de gratuidade judiciária, muito se discute quanto a melhor interpretação do art. 98 e seguintes do CPC, visto a presença de antinomia jurídica entre a referida lei e a Carta Magna.
Isto porquê a lei prevê que a parte fará jus aos benefícios de assistência judiciária gratuitamente, mediante afirmação de que não está em condições de arcar com as custas do processo e honorários advocatícios (art. 98 do NCPC). Já a Constituição Federal, por sua vez, assegura o direito de assistência jurídica gratuita àqueles que comprovarem a insuficiência de recursos.
O novo CPC, em seu art. 99, §3º, diz presumir-se verdadeira a alegação de hipossuficiência quando deduzida por pessoa física. A leitura do aludido DISPOSITIVO, no entanto, deve ser feita em consonância com o texto da Carta Magna, sob pena de ser tido por inconstitucional.
Portanto, a única leitura possível do texto, é no sentido de que pode o magistrado exigir que o pretendente junte documentos que permitam a avaliação de sua incapacidade financeira, nos termos do art. 99, §2º do NCPC.
Logo, não basta dizer que é pobre nos termos da lei, deve-se trazer aos autos elementos mínimos a permitir que o magistrado avalie tal condição.
A jurisdição é atividade complexa e de alto custo para o Estado. A concessão indiscriminada dos benefícios da gratuidade tem potencial de tornar inviável o funcionamento da instituição, que tem toda a manutenção de sua estrutura (salvo folha de pagamento) custeado pela receita oriunda das custas judiciais e extrajudiciais.
Quanto mais se concede gratuidade, mais oneroso fica o Judiciário para o Estado. Como o Brasil tem uma das maiores cargas tributárias do mundo, salta aos olhos que o contribuinte já teve sua capacidade contributiva extrapolada, decorrendo daí não ser uma opção o simples aumento de impostos.
Sendo um dos Poderes da República, o custo de sua manutenção concorre com as demais atividades do Estado, de modo que mais recursos para o Poder Judiciário significa menos recursos para infraestrutura, segurança, educação, saúde.
Não é justo, portanto, que tendo condições de custear a demanda, o jurisdicionado imponha tal custo àquele que não está demandando.
Assim, pela nova leitura dos DISPOSITIVO s constitucionais e legais, o direito de assistência integral gratuita prevista nas normas infralegais não é absoluto. Ou seja: sendo pessoa física ou jurídica, há sim a necessidade de comprovação da impossibilidade de arcar com as despesas processuais sem prejuízo da própria existência.
Nesse sentido:
TJRO. AGRAVO INTERNO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. DITAMES CONSTITUCIONAIS. Tendo o agravo de instrumento o escopo de atacar DECISÃO que, diante dos documentos acostados aos autos, nega a concessão das benesses da gratuidade da justiça, deve a parte demonstrar a sua hipossuficiência financeira, não sendo suficiente a simples declaração de pobreza. (Agravo em Agravo de Instrumento n. 0008881-26.2013.8.22.0000, Rel. Des. Kiyochi Mori, J. 16/10/2013)
STJ. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. REVOGAÇÃO DE BENEFÍCIO, PARA POSTERIOR COMPROVAÇÃO DE NECESSIDADE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. POSSIBILIDADE. 1. A declaração de pobreza, para fins de obtenção da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa de veracidade, admitindo-se prova em contrário. 2. Quando da análise do pedido da justiça gratuita, o magistrado poderá investigar sobre a real condição econômico financeira do requerente, solicitando que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 329.910/AL, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/05/2014, DJe 13/05/2014)
CONSTITUCIONAL E PROCESSO CIVIL. JUIZ QUE INDEFERE PEDIDO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. NECESSIDADE DE COMPROVAR A HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESPROVIMENTO. I - A CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 5º,LXXIV) EXIGE DO INTERESSADO EM OBTER O BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA QUE COMPROVE A INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS, RESTANDO NÃO RECEPCIONADO, NESTE PONTO ESPECÍFICO, O DISPOSITIVO DO ART. 4º DA LEI Nº 1.060/50 QUE EXIGIA APENAS A MERA DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. II - A INICIATIVA DO MAGISTRADO EM VERIFICAR A COMPROVAÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÔMICA DO PRETENDENTE À GRATUIDADE DE JUSTIÇA TAMBÉM ESTÁ JUSTIFICADA PELO FATO DE QUE AS CUSTAS JUDICIAIS TÊM NATUREZA JURÍDICA DE TRIBUTO, CONFORME JÁ DECIDIU O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. III - SE OS DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS PELA AGRAVANTE NÃO SE COMPATIBILIZA COM A SITUAÇÃO DE POBREZA DECLARADA, O INDEFERIMENTO DO BENEFÍCIO PLEITEADO É MEDIDA QUE SE IMPÕE, NÃO PREVALECENDO, PORTANTO, A PRESUNÇÃO LEGAL DA SIMPLES DECLARAÇÃO (ART. 4º DA LEI Nº 1.060/50). (TJ-DF- AI: 31743620098070000 DF 0003174-36.2009.807.0000, Relator: NATANAEL CAETANO, Data de Julgamento: 06/05/2009, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: 18/05/2009, DJ-e Pág. 49).
Ademais, o Novo Código de Processo Civil em seu art. 99 §2º determina que não se convencendo o juiz de que a parte faz jus aos benefícios da gratuidade da justiça, deverá determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos, antes de indeferir o pedido.
Portanto, a simples afirmação da parte autora de que é pobre na forma da lei, não comprova a reduzida capacidade financeira.
Ademais, visando a análise do pedido de tutela de urgência, deverá a parte autora juntar mais documentos aptos a evidenciar o periculum in mora.
Isso posto, emende-se a inicial, no prazo de 15 dias úteis, para comprovar a alegação de incapacidade financeira, bem como juntar outros documentos relacionados ao pedido de tutela de urgência, sob pena de indeferimento.
Caso queira, no mesmo prazo, poderá comprovar o recolhimento das custas. Frise-se que o CPC e a Lei de Custas possibilitam, inclusive, o parcelamento das custas ou o diferimento do recolhimento das custas ao final do processo.
Pena de indeferimento da inicial em caso de não manifestação (art. 321 do CPC).
Intime-se.
SERVE O PRESENTE DE MANDADO /CARTA DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO.
Pratique-se o necessário.
São Miguel do Guaporé, segunda-feira, 29 de abril de 2019.
FÁBIO BATISTA DA SILVA
JUIZ DE DIREITO

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Processo: 7000611-46.2018.8.22.0022
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: JURACI PEREIRA DOS SANTOS
Advogado do(a) AUTOR: LIGIA VERONICA MARMITT - RO4195
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do São Miguel do Guaporé - Vara Única, fica a parte autora, intimado através de seus advogados (a), de todo o teor da SENTENÇA prolatada ID 26748971.
São Miguel do Guaporé, 30 de abril de 2019
Elizeu Leal

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Processo: 7000235-26.2019.8.22.0022
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: CLAUDIA FREDERICO BINOW
Advogados do(a) AUTOR: GERALDO DA MOTA VAZ JUNIOR - RO9824, RONALDO DA MOTA VAZ - RO4967
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ATO ORDINATÓRIO
Fica a parte autora, por meio de seus advogados,intimada para impugnar a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias.
São Miguel do Guaporé, 30 de abril de 2019
VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
Cumprimento de SENTENÇA
7001854-59.2017.8.22.0022
EXEQUENTE: BRUNO BUGE, LINHA 15 KM 08 NORTE KM 08 RURAL - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ITAMAR DE AZEVEDO OAB nº RO1898, SEM ENDEREÇO
EXECUTADO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137 INDUSTRIAL - 76821-060 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: VANESSA BARROS SILVA PIMENTEL OAB nº RO8217, FORTALEZA 431 SANTA LETICIA 2 - 76860-000 - CANDEIAS DO JAMARI - RONDÔNIA
DANIEL PENHA DE OLIVEIRA OAB nº MG87318, - 76804-120 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB nº MS6835, GOLDEN GATE 421 - 79032-340 - CAMPO GRANDE - MATO GROSSO DO SUL
DECISÃO
Vistos.
Compulsando os autos, verifica-se que a DECISÃO proferida transitou em julgado em 16.11.2018. Assim, após decurso do prazo de pagamento espontâneo, permanecendo a inércia da requerida, o autor pugnou pela continuidade do feito.
Após, foi realizado cálculo do quantum devido e penhorado ativos financeiros na conta da executada, tendo em vista que nenhuma comprovação de pagamento espontâneo consta nos autos.
Intimada da penhora frutífera, a executada apresentou impugnação ao cumprimento de SENTENÇA, ao argumento que não fora intimada para pagar o débito, alegando ainda a impossibilidade de aplicação da multa de 10%.
Pois bem.
Destaca-se que o presente feito tramita no Juizado Especial, qual possui regramento próprio, cujos princípios norteadores são a simplicidade, informalidade, celeridade, dentre outros.
Assim, iniciado a fase de Cumprimento de SENTENÇA, só é cabível Embargos à Execução sobre matéria constante no art. 52, IX, da Lei 9.099/95.
In casu, a ré sustenta que não fora intimada para pagar o débito em 15 dias, conforme art. 523, do NCPC, assim, via de consequência também inaplicável qualquer multa pelo não pagamento.
Cumpre esclarecer que, conforme ficou expresso na SENTENÇA, após o trânsito em julgado, ficaria a requerida intimada a proceder o pagamento da obrigação em 15 dias, sob pena da multa de 10% prevista no art. 523, do NCPC.
Ou seja, a ré estava ciente que, 15 dias após o trânsito em julgado da DECISÃO, não havendo pagamento, incidiria os consectários legais determinados.
Lado outro, tratando-se de procedimento do Juizado Especial Cível, não há necessidade de citação do Cumprimento de SENTENÇA, conforme inteligência do inciso IV, do art. 52, da Lei 9.099/95, in verbis:
"IV - não cumprida voluntariamente a SENTENÇA transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação";
Corroborando com entendimento supra, preceitua o ENUNCIADO CÍVEL 5, do Fórum Permanente dos Juizados Especiais de Rondônia – FOJUR:
"Enunciado 5 - Somente deverá ser intimada a parte para o pagamento voluntário da condenação, caso não tenha sido determinado na SENTENÇA ou no acórdão que o início do prazo para pagamento era automático e a contar do trânsito em julgado."
Todos as normas e procedimentos aqui elencados, estão em perfeita harmonia com o princípio da celeridade e economia processual, e havendo respaldo legal, resta sua aplicabilidade.
Assim, conclui-se que, estando determinado na SENTENÇA que o prazo para pagamento voluntário iniciaria quando do trânsito em julgado e, transcorrido mais de 15 dias sem a efetiva comprovação de pagamento, é devido a multa de 10% prevista no art. 523, do Código de Processo Civil de 2015.
Nestes termos, correto o cálculo realizado pelo autor.
Verifico ainda que o valor bloqueado está condizente com o cálculo realizado. Assim, não há que se falar em excesso de execução.
Noutro norte, sendo regular a penhora de ativos financeiros, caberia ao executado, apenas comprovar que as quantias indisponíveis são impenhoráveis ou há indisponibilidade excessiva de valores, no prazo de cinco dias da intimação de penhora.
Decorrido o prazo, nada sendo comprovado, resta a expedição de alvará judicial em nome do autor.
Nota-se que o petitório oposto pela ré, não apontou nenhuma das hipóteses do art. 52, IX, da Lei 9.099/95, bem como não comprovou nenhum fato ou irregularidade descrito no art. 854, §3º, do NCPC.
Pelo exposto, REJEITO/INDEFIRO o pedido apresentado ao id. 24272256.
Intime-se a ré desta DECISÃO.
No mais, Expeça-se de alvará judicial em favor da parte requerente ou seu patrono, para levantamento do valor bloqueado aos id. 24201196.
Após, não havendo pendência, determino o imediato arquivamento dos autos.
São Miguel do Guaporé, 30 de abril de 2019.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000 - Fone:(69) 36422660
VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
Cumprimento de SENTENÇA
7000672-38.2017.8.22.0022
EXEQUENTE: WALDEMAR ROGGE, LINHA 102, KM 15 LADO SUL S/N ZONA RURAL - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RILDO RODRIGUES SALOMAO

OAB nº RO5335, SEM ENDEREÇO
EXECUTADO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137 INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: GABRIELA DE LIMA TORRES OAB nº RO5714, - 76847-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
DANIEL PENHA DE OLIVEIRA OAB nº MG87318, - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB nº MS6835, GOLDEN GATE 421 - 79032-340 - CAMPO GRANDE - MATO GROSSO DO SUL
DECISÃO
Vistos.
Compulsando os autos, verifica-se que a DECISÃO proferida transitou em julgado em 12.11.2018. Assim, após decurso do prazo de pagamento espontâneo, permanecendo a inércia da requerida, o autor pugnou pela continuidade do feito.
Após, foi realizado cálculo do quantum devido e penhorado ativos financeiros na conta da executada, tendo em vista que nenhuma comprovação de pagamento espontâneo consta nos autos.
Intimada da penhora frutífera, a executada apresentou impugnação ao cumprimento de SENTENÇA, ao argumento que não fora intimada para pagar o débito, alegando ainda a impossibilidade de aplicação da multa de 10%.
Pois bem.
Destaca-se que o presente feito tramita no Juizado Especial, qual possui regramento próprio, cujos princípios norteadores são a simplicidade, informalidade, celeridade, dentre outros.
Assim, iniciado a fase de Cumprimento de SENTENÇA, só é cabível Embargos à Execução sobre matéria constante no art. 52, IX, da Lei 9.099/95.
In casu, a ré sustenta que não fora intimada para pagar o débito em 15 dias, conforme art. 523, do NCPC, assim, via de consequência também inaplicável qualquer multa pelo não pagamento.
Cumpre esclarecer que, conforme ficou expresso na SENTENÇA, após o trânsito em julgado, ficaria a requerida intimada a proceder o pagamento da obrigação em 15 dias, sob pena da multa de 10% prevista no art. 523, do NCPC.
Ou seja, a ré estava ciente que, 15 dias após o trânsito em julgado da DECISÃO, não havendo pagamento, incidiria os consectários legais determinados.
Lado outro, tratando-se de procedimento do Juizado Especial Cível, não há necessidade de citação do Cumprimento de SENTENÇA, conforme inteligência do inciso IV, do art. 52, da Lei 9.099/95, in verbis:
"IV - não cumprida voluntariamente a SENTENÇA transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação";
Corroborando com entendimento supra, preceitua o ENUNCIADO CÍVEL 5, do Fórum Permanente dos Juizados Especiais de Rondônia – FOJUR:
"Enunciado 5 - Somente deverá ser intimada a parte para o pagamento voluntário da condenação, caso não tenha sido determinado na SENTENÇA ou no acórdão que o início do prazo para pagamento era automático e a contar do trânsito em julgado."
Todos as normas e procedimentos aqui elencados, estão em perfeita harmonia com o princípio da celeridade e economia processual, e havendo respaldo legal, resta sua aplicabilidade.
Assim, conclui-se que, estando determinado na SENTENÇA que o prazo para pagamento voluntário iniciaria quando do trânsito em julgado e, transcorrido mais de 15 dias sem a efetiva comprovação de pagamento, é devido a multa de 10% prevista no art. 523, do Código de Processo Civil de 2015.
Nestes termos, correto o cálculo realizado pelo autor.
Verifico ainda que o valor bloqueado está condizente com o cálculo realizado. Assim, não há que se falar em excesso de execução.
Noutro norte, sendo regular a penhora de ativos financeiros, caberia ao executado, apenas comprovar que as quantias indisponíveis são impenhoráveis ou há indisponibilidade excessiva de valores, no prazo de cinco dias da intimação de penhora.
Decorrido o prazo, nada sendo comprovado, resta a expedição de alvará judicial em nome do autor.
Nota-se que o petitório oposto pela ré, não apontou nenhuma das hipóteses do art. 52, IX, da Lei 9.099/95, bem como não comprovou nenhum fato ou irregularidade descrito no art. 854, §3º, do NCPC.
Pelo exposto, REJEITO/INDEFIRO o pedido apresentado ao id. 24265691.
Intime-se a ré desta DECISÃO.
No mais, Expeça-se de alvará judicial em favor da parte requerente ou seu patrono, para levantamento do valor bloqueado aos id. 24200160.
Após, não havendo pendência, determino o imediato arquivamento dos autos.
São Miguel do Guaporé, 30 de abril de 2019.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000 - Fone:(69) 36422660
Processo nº 7000045-63.2019.8.22.0022
AUTOR: LAUDICEIA MACHADO DE SOUZA
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do São Miguel do Guaporé - Vara Única, ficam as partes, por meio de seus procuradores, intimadas a se manifestarem quanto ao interesse em produzir provas, justificando quanto a necessidade e utilidade, no prazo legal.
São Miguel do Guaporé, 01 de Maio de 2019
WALTER KRAUSE
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av. São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76.932-000, São Miguel do Guaporé, RO PROCESSO: 7000560-98.2019.8.22.0022
CLASSE: Procedimento Comum
AUTOR: MARIA NUNES ROSA
ADVOGADO DO AUTOR: TAISA TORRES HERMES OAB nº RO9745, MAICON ALBERTO DA SILVA PEREIRA OAB nº RO9472
RÉU: I. -. I. N. D. S. S.
DECISÃO
Vistos.
Defiro a gratuidade da justiça.
Excetuando-se à regra processual e levando em conta que as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do MÉRITO, incluída a atividade satisfativa, e com base no princípio da eficiência imprescindível por este Juízo, no presente caso não será designada audiência de conciliação. Isso porque, nos casos assemelhados e pela natureza da matéria, se sabe que a parte requerida não comparece à solenidade, tampouco realiza acordos, não havendo qualquer prejuízo, haja vista que as partes podem conciliar e formular autocomposição a qualquer momento do processo.
Deste modo, a não realização de audiência de conciliação não trará qualquer prejuízo às partes, tampouco, violará direito à ampla defesa ou contraditório, posto que o Novo Código de Processo Civil acentua marco para contagem do prazo para apresentação de defesa, deixo de designar audiência de conciliação.
Os benefícios pleiteados estão previstos nos artigos 42 e seguintes da Lei 8.213/91 (aposentadoria por invalidez) e 59 e seguintes do mesmo códex (auxílio-doença).
Tanto o auxílio-doença quanto a aposentadoria por invalidez pressupõem a existência de incapacidade laborativa, decorrente

da instalação de uma doença, sendo que a distinção entre tais benefícios reside na intensidade de risco social que acometeu o segurado, assim como a extensão do tempo pelo qual o benefício poderá ser mantido.
O auxílio-doença será concedido quando o segurado ficar incapacitado total e temporariamente para exercer suas atividades profissionais habituais, devendo-se entender como habitual a atividade para a qual o interessado está qualificado, sem necessidade de qualquer habilitação adicional.
A aposentadoria por invalidez, por sua vez, é devida quando o segurado ficar incapacitado total e definitivamente de desenvolver qualquer atividade laborativa e for insusceptível de reabilitação para o exercício de outra atividade que lhe garanta a subsistência, sendo que este benefício será pago enquanto permanecer nesta condição.
O auxílio-acidente é um benefício previdenciário que é pago mensalmente ao segurado acidentado como forma de indenização. Este benefício não tem caráter substitutivo do salário porque é pago ao segurado cumulativamente com este após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, desde que as sequelas impliquem redução da capacidade para o trabalho habitualmente desenvolvido. Para a obtenção do auxílio-acidente, benefício que independe de carência para a sua concessão (artigo 26, inciso I, Lei nº 8.213/91), deve o requerente comprovar o preenchimento dos seguintes requisitos: (i) qualidade de segurado e (ii) e redução da capacidade para o exercício da atividade habitual, após a consolidação de lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza.
Logo, a mera existência de uma doença, por si só, não gera o direito a benefício por incapacidade antecipadamente, havendo a necessidade de submeter a parte autora à realização de perícia médica, razão pela qual, postergo a análise do pedido de antecipação para após a vinda da contestação da autarquia requerida.
Quanto à prova técnica, diante da necessidade de bem instruir a presente demanda NOMEIO o Dr. LUCIMAR CRUZ PAVANI, CRM n. 4082/RO, fixando os honorários periciais no montante de R$400,00 (quatrocentos reais), os quais deverão ser custeados pela autarquia requerida dada a situação de hipossuficiência da parte autora.O Conselho da Justiça Federal, por meio da Resolução retro, dispõe sobre os procedimentos relativos aos pagamentos de honorários de advogados dativos e de peritos, em casos de assistência judiciária gratuita, no âmbito da jurisdição delegada prevista no art. 109, § 3º, da Constituição Federal de 1988.
É certo que o juiz está autorizado a ultrapassar em até três vezes o limite máximo, observando detidamente dois critérios, sendo um objetivo - grau de especialização do perito, a complexidade do exame, a natureza/importância da causa e ao local de sua realização/prestação do serviço e, outro subjetivo - consistente na avaliação do magistrado quanto aos aspectos regionais.
Justifico o valor arbitrado em montante superior ao teto máximo de R$248,53, estabelecido na Tabela II da referida Resolução nº 305, do Conselho da Justiça Federal, de 07/10/2014, com base no Artigo 28, parágrafo único, haja vista a ausência de profissional médico especialista nesta área na comarca, igualmente o número reduzido desses profissionais nas cidades circunvizinhas, aliado ao grau de especialização do perito e da natureza do exame, a necessidade das informações técnicas ao deslinde da questão, bem como a exigência de eventuais esclarecimentos complementares do médico perito. Logo, a quantia arbitrada tem respaldo em razão de não se encontrar, pelos parâmetros indicados pela Justiça Federal (resolução supra), profissionais que se habilitem a realizar perícias.
É consabido que a Comarca de São Miguel do Guaporé/RO, entre outras do interior do estado de Rondônia, possui poucos profissionais na área médica, sendo que a maioria deles recusam o encargo como perito judicial sob a justificativa dos baixos valores dos honorários e demora no recebimento destes. Dessa forma, sendo a prova pericial necessária para a instrução dos autos e a devida prestação da tutela jurisdicional, este juízo tem arbitrado os honorários periciais em valor superior aos limites fixados.
Cumpre mencionar que a Resolução nº 232 do Conselho Nacional de Justiça também traz uma tabela com o valor dos honorários para diferentes tipos de perícia, fixando inclusive limites, no entanto, estes limites podem ser ultrapassados em casos excepcionais, o que ocorre nesta Comarca pelas peculiaridades já mencionadas.
Ademais, a determinação está em consonância com o disposto na Resolução nº 541, do CJF, porquanto na Justiça Federal existe procedimento para pagamento dos honorários periciais, através de convênio com o INSS.
DEVERÁ O CARTÓRIO CONTATAR O PERITO NOMEADO E CERTIFICAR NOS AUTOS A DATA E HORÁRIO DA REALIZAÇÃO DO EXAME PARA POSTERIOR INTIMAÇÃO DAS PARTES, salientando que a parte autora deverá comparecer à perícia de posse de documentos pessoais com foto bem como de todos os exames e laudos que possuir, em especial os mais recentes.
Utilizando como parâmetro a recomendação conjunta 01 elaborada pelo CNJ no ano de 2015, foram adotados por este Juízo formulário e quesitos unificados, conforme anexo, sendo facultado às partes a apresentação de outros quesitos e indicação de assistentes técnicos, que poderão ser apresentados no prazo de 05 (cinco) dias contados da intimação/ciência desta DECISÃO.
Encaminhem-se ao perito os quesitos do Juízo para resposta e os eventuais apresentados pelas partes com as seguintes advertências as perito:
a) o laudo deverá ser apresentado em Juízo, no prazo de até 30(trinta) dias, a contar do início da perícia.
b) Caso o médico perito constate que a parte autora seja ou já tenha sido seu paciente, deverá se abster de realizar a perícia e informar este juízo sobre o impedimento;
c) Ainda, deverá o(a) Médico(a) Perito(a) ser advertido(a) de que, com a entrega do laudo, caso seja apresentado pedido de complementação ou esclarecimento, estes deverão ser devidamente confeccionados, visando dar integral cumprimento aos encargos aos quais fora atribuído(a), sob pena de multa e sanção disciplinar aplicável pelo órgão profissional competente, salvo justo motivo previsto em lei, consoante disciplina o art. 24 de Resolução supra.
Após a juntada do laudo médico, cite-se o INSS para, querendo, apresentar resposta no prazo legal, devendo, na oportunidade, informar se há possibilidade de acordo, indicando os seus termos.
Sem prejuízo das determinações retro, com a entrega do laudo, requisite-se o pagamento dos honorários periciais.
Ainda, com a entrega do laudo, encaminhe-se ofício requisitório ao sistema AJG da Justiça Federal, para realização do pagamento dos honorários periciais, nos termos da Resolução n. 305/2014, do CJF.
Faculto às partes a apresentação de declarações firmadas pelas testemunhas sendo que, posteriormente será designada audiência apenas para que as testemunhas ratifiquem o declarado. Observo que a medida visa dar celeridade ao processo, bem como antecipar à requerida o teor do depoimento que será prestado, garantindo assim de forma plena o contraditório, já que a autarquia não comparece às audiências. Ademais, além de otimizar o tempo com as audiências, possibilitará a liberação da pauta para atender melhor os jurisdicionados.
Friso que as declarações supra indicadas deverão, à medida do possível e conforme o conhecimento do declarante, englobar todos os requisitos exigidos para a concessão do benefício pleiteado tal como o tempo exercício de atividade rural; se é em regime de economia familiar ou não; tamanho da propriedade; se tem empregados; espécies cultivadas ou atividades rurícolas desenvolvidas; se sempre exerceu atividade rural; se já morou e/ou trabalhou na cidade; se a parte autora ajudava no serviço; se continua laborando ou não, entre outros.
SIRVA O PRESENTE DESPACHO COMO OFÍCIO PARA A PERITA MÉDICA, CITAÇÃO/INTIMAÇÃO E DEMAIS COMUNICAÇÕES.
Pratique-se o necessário.
São Miguel do Guaporé, segunda-feira, 29 de abril de 2019.
FÁBIO BATISTA DA SILVA
JUIZ DE DIREITO

ANEXO – QUESITOS UNIFICADOS
RECOMENDAÇÃO CONJUNTA 1, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015
FORMULÁRIO DE PERÍCIA
I - DADOS GERAIS DO PROCESSO
a) Número do processo
b) Juizado/Vara
II - DADOS GERAIS DO(A) PERICIANDO(A)
a) Nome do(a) autor(a)
b) Estado civil
c) Sexo
d) CPF
e) Data de nascimento
f) Escolaridade
g) Formação técnico-profissional
III - DADOS GERAIS DA PERÍCIA
a) Data do Exame
b) Perito Médico Judicial/Nome e CRM
c) Assistente Técnico do INSS/Nome, Matrícula e CRM (caso tenha acompanhado o exame)
d) Assistente Técnico do Autor/Nome e CRM (caso tenha acompanhado o exame)
IV - HISTÓRICO LABORAL DO(A) PERICIADO(A)
a) Profissão declarada
b) Tempo de profissão
c) Atividade declarada como exercida
d) Tempo de atividade
e) Descrição da atividade
f) Experiência laboral anterior
g) Data declarada de afastamento do trabalho, se tiver ocorrido
V - HIPÓTESES DE PEDIDO DE AUXILIO-DOENÇA OU DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ
a) Queixa que o(a) periciado(a) apresenta no ato da perícia.
b) Doença, lesão ou deficiência diagnosticada por ocasião da perícia (com CID).
c) Causa provável da(s) doença/moléstia(s)/incapacidade.
d) Doença/moléstia ou lesão decorrem do trabalho exercido Justifique indicando o agente de risco ou agente nocivo causador.
e) A doença/moléstia ou lesão decorrem de acidente de trabalho OU acidente qualquer natureza Em caso positivo, circunstanciar o fato, com data e local, bem como se reclamou assistência médica e/ou hospitalar. (Conforme dispõe o art. 19 da Lei nº 8.213/91, "acidente de trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho". Acidente de qualquer natureza é o acidente automobilístico por exemplo)
e.1) Caso positiva a resposta ao quesito anterior, indique o perito se a lesão está consolidada
e.2) A lesão incapacita o periciando para o trabalho habitual ou apenas dificulta o exercício (CASO APENAS DIFICULTE, DEVERÁ O PERITO RESPONDER OS QUESITOS RELACIONADOS AO AUXÍLIO ACIDENTE)
f) Doença/moléstia ou lesão torna o(a) periciado(a) incapacitado(a) para o exercício do último trabalho ou atividade habitual Justifique a resposta, descrevendo os elementos nos quais se baseou a CONCLUSÃO.
g) Sendo positiva a resposta ao quesito anterior, a incapacidade do(a) periciado(a) é de natureza permanente (irreversível) ou temporária (reversível) Parcial ou total (No primeiro caso – parcial – o segurado está incapacitado somente para o seu trabalho habitual ou para algumas atividades a ele inerentes. Já a incapacidade total ocorre quando o profissional se torna incapaz de desempenhar qualquer tipo de atividade laboral. Frise-se que, quando em decorrencia de sequela consolidada decorrente de acidente, for identificada não a incapacidade mas a diminuição da capacidade laborativa do segurado, ou seja, podendo este ainda exercer sua profissão mas com limitações, o benefício devido é o auxílio acidente e não auxílio doença. Nesse caso a incapacidade também é parcial mas não impede que o autor desempenhe sua função habitual. Nesse ultimo caso o perito deverá responder os quesitos específicos para auxílio acidente – item IV)
h) Data provável do início da(s) doença/lesão/moléstias(s) que acomete(m) o(a) periciado(a).
i) Data provável de início da incapacidade identificada. Justifique.
j) Incapacidade remonta à data de início da(s) doença/moléstia(s) ou decorre de progressão ou agravamento dessa patologia Justifique.
k) É possível afirmar se havia incapacidade entre a data do indeferimento ou da cessação do benefício administrativo e a data da realização da perícia judicial Se positivo, justificar apontando os elementos para esta CONCLUSÃO.
l) Caso se conclua pela incapacidade parcial e permanente, é possível afirmar se o(a) periciado(a) está apto para o exercício de outra atividade profissional ou para a reabilitação Qual atividade (Leve o perito em consideração a idade, escolaridade e tempo de profissão do periciando)
m) Sendo positiva a existência de incapacidade total e permanente, o(a) periciado(a) necessita de assistência permanente de outra pessoa para as atividades diárias A partir de quando (O anexo I do Decreto 3.048/99 traz as situações em que o segurado faz jus a assistência. Conforme inteligência do art. 45 do referido regulamento, são elas: 1 - Cegueira total; 2 - Perda de nove dedos das mãos ou superior a esta; 3 - Paralisia dos dois membros superiores ou inferiores; 4 - Perda dos membros inferiores, acima dos pés, quando a prótese for impossível; 5 - Perda de uma das mãos e de dois pés, ainda que a prótese seja possível; 6 - Perda de um membro superior e outro inferior, quando a prótese for impossível; 7 - Alteração das faculdades mentais com grave perturbação da vida orgânica e social; 8 - Doença que exija permanência contínua no leito; e 9 - Incapacidade permanente para as atividades da vida diária).
n) Qual ou quais são os exames clínicos, laudos ou elementos considerados para o presente ato médico pericial
o) O(a) periciado(a) está realizando tratamento Qual a previsão de duração do tratamento Há previsão ou foi realizado tratamento cirúrgico O tratamento é oferecido pelo SUS
p) É possível ESTIMAR qual o TEMPO e o eventual tratamento necessário para que o(a) periciado(a) se recupere e tenha condições de voltar a exercer seu trabalho ou atividade habitual ou outra atividade que lhe gere renda (data de cessação da incapacidade)
q) Preste o perito demais esclarecimentos que entenda serem pertinentes para melhor elucidação da causa.
r) Pode o perito afirmar se existe qualquer indício ou sinais de dissimulação ou de exacerbação de sintomas Responda apenas em caso afirmativo.
s) Consoante a previsão do novo § 8º no art. 60, trazido pela MP 739/2016 que alterou a Lei 8.213/91, esclareça o (a) senhor (a) perito (a) a data estimada em que o periciando estará curado da enfermidade (possível alta do segurado). FAZ-SE NECESSÁRIO APONTAR A DATA/PRAZO DE FORMA ESPECÍFICA PARA UM POSSÍVEL PROGNÓSTICO DE CURA ou PRAZO ESTIMADO PARA REAVALIAÇÃO DA CAPACIDADE.
VI - QUESITOS ESPECÍFICOS: AUXÍLIO-ACIDENTE
Quesitos específicos para as hipóteses de pedido de auxílio-acidente ou nos casos em que o autor já recebe auxílio-acidente e pretende o recebimento de auxílio-doença:
a) O (a) periciado(a) é portador de lesão ou perturbação funcional que implique redução de sua capacidade para o trabalho Qual
b) Se houver lesão ou perturbação funcional, decorre de acidente de trabalho ou de qualquer natureza Em caso positivo, indique o agente causador ou circunstancie o fato, com data e local, bem como indique se o(a) periciado(a) reclamou assistência médica e/ou hospitalar.
c) O(a) periciado(a) apresenta sequelas de acidente de qualquer natureza, que causam dispêndio de maior esforço na execução da

atividade habitual
d) Se positiva a resposta ao quesito anterior, quais são as dificuldades encontradas pelo(a) periciado(a) para continuar desempenhando suas funções habituais Tais sequelas são permanentes, ou seja, não passíveis de cura
e) Houve alguma perda anatômica Qual A força muscular está mantida
f) A mobilidade das articulações está preservada
h) Face à sequela, ou doença, o(a) periciado(a) está: a) com sua capacidade laborativa reduzida, porém, não impedido de exercer a mesma atividade; b) impedido de exercer a mesma atividade, mas não para outra; c) inválido para o exercício de qualquer atividade
VII - ASSISTENTE TÉCNICO DA PARTE AUTORA: EVENTUAIS DIVERGÊNCIAS (caso tenha acompanhado o exame)
VIII - ASSISTENTE TÉCNICO DO INSS: EVENTUAIS DIVERGÊNCIAS (caso tenha acompanhado o exame)
São Miguel do Guaporé/RO (data)
Assinatura do Perito Judicial
Assinatura do Assistente Técnico da Parte Autora (caso tenha acompanhado o exame)
Assinatura do Assistente Técnico do INSS (caso tenha acompanhado o exame)

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000 - Fone:(69) 36422660
Processo nº 7000771-71.2018.8.22.0022
AUTOR: IVANETE ALVES BARRETO DA SILVA
ADV: FERNANDA NASCIMENTO N. C. R. DE ALMEIDA, OABRO. 4738
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do São Miguel do Guaporé - Vara Única, fica V. Sa. intimada, por via de sua advogada, quanto a informação de implantação de benefício, conforme comprovante juntado aos autos em ID26866669.
São Miguel do Guaporé, 2 de maio de 2019

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000 - Fone:(69) 36422660
Processo nº 7002256-43.2017.8.22.0022
REQUERENTE: ANDRESSA AKINA LIMA MATSUI, JESSICA AKEMI MATSUI, ANDRE MANSANO MATSUI, EDSON HIROSHI LIMA MATSUI
Advogados do(a) REQUERENTE: EDSON HIROSHI LIMA MATSUI - MT21216/O, MARKO ADRIANO KREFTA - MT22427/O
INVENTARIADO: LUIZ MASSARO MATSUI
Intimação
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do São Miguel do Guaporé - Vara Única, fica V. Sa. intimada, por via de seus advogados, para se manifestar quanto a juntada de comprovante de pagamento das verbas rescisórias realizada pelo Município de São Miguel do Guaporé-RO, conforme ID26862396, bem como requeira o que entender de direito.
São Miguel do Guaporé, 2 de maio de 2019

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000 - Fone:(69) 36422660
Processo nº 7001603-07.2018.8.22.0022
REQUERENTE: MIKAEL PROCOPIO DA SILVA
Advogados do(a) REQUERENTE: DOUGLAS CAMILO RODRIGUES - RO6890, HEDYCASSIO CASSIANO - RO9540, ANA PAULA BRITO DE ALMEIDA - RO9539
REQUERIDO: YMPACTUS COMERCIAL S/A
Intimação
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do São Miguel do Guaporé - Vara Única, fica V. Sa. intimada, por via de seus advogados, para se manifestar quanto a juntada de AR negativo referente à tentativa de citação da parte requerida, bem como fica desde já intimado também para requerer o que entender de direito.
São Miguel do Guaporé, 2 de maio de 2019

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000 - Fone:(69) 36422660
Processo nº 7002356-32.2016.8.22.0022
REQUERENTE: DIOGO FELIX DA SILVA, LOURDES VIEIRA DA SILVA, MARCELO FELIX DA SILVA, RODRIGO FELIX DA SILVA, VALQUIRIA FELIX DA SILVA LOUZADA, LUCAS FELIX DA SILVA, KAINARA MESSIAS DA SILVA
ADV: GIOVANNI DILION SCHIAVI GOMES OAB nº RO4262
INVENTARIADO: LUIZ FELIX DA SILVA
Intimação
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do São Miguel do Guaporé - Vara Única, fica V. Sa. intimada, por via de seu advogado, para se manifestar quanto a juntada de resposta de ofício expedido nos autos, conforme juntada de ID26861441, bem como requeira o que entender de direito.
São Miguel do Guaporé, 2 de maio de 2019

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000 - Fone:(69) 36422660
Processo nº 7001479-92.2016.8.22.0022
AUTOR: MOACIR FERREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO: LIGIA VERONICA MAMITT, OAB/RO 4195.
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do São Miguel do Guaporé - Vara Única, fica V. Sa. intimada, por via de seu advogada, quanto ao retorno dos autos da instância superior, bem como requeira o que entender de direito.
São Miguel do Guaporé, 2 de maio de 2019

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av. São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76.932-000, São Miguel do Guaporé, RO Processo: 7001920-73.2016.8.22.0022
Classe: Execução Contra a Fazenda Pública
Assunto: Execução Previdenciária
Parte autora: CREUZA MARIA DA CRUZ DE PAULA
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO EXEQUENTE: EZILEI CIPRIANO VEIGA OAB nº RO3213
Parte requerida: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Constata-se dos autos que em razão de divergência nos cálculos apresentados pelas partes, o feito foi encaminhado à contadoria judicial, a qual apresentou novos cálculos (ID 23695632), discriminando os valores devidos, sendo R$ 19.727,55(dezenove mil, setecentos e vinte e sete reais e cinquenta e cinco centavos)

pertencentes à parte exequente e R$ 1.956,97(mil, novecentos e cinquenta e seis reais e noventa e sete centavos) pertencentes ao advogado, referente aos honorários sucumbenciais.
Intimados a se manifestarem quanto aos cálculos da contadoria (ID 18291135), o exequente apresentou petição com discordância ao valor apresentado (ID 24700133) e o executado não apresentou oposição (ID 20038079).
Assim, anoto que, em que pese o inconformismo da parte exequente, entendo que este não merece acolhida.
Explica-se. Inicialmente, o STF, apreciando o tema 810 da repercussão geral a partir do RE n. 870947, fixou as seguintes teses, nos termos do voto do Relator:
1) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina os juros moratórios aplicáveis a condenações da Fazenda Pública, é inconstitucional ao incidir sobre débitos oriundos de relação jurídico-tributária, aos quais devem ser aplicados os mesmos juros de mora pelos quais a Fazenda Pública remunera seu crédito tributário, em respeito ao princípio constitucional da isonomia (CRFB, art. 5º, caput); STF. Plenário. RE 870947/SE, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 20/9/2017 (repercussão geral)
2) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança, revela-se inconstitucional ao impor restrição desproporcional ao direito de propriedade (CRFB, art. 5º, XXII), uma vez que não se qualifica como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, sendo inidônea a promover os fins a que se destina. STF. Plenário. RE 870947/SE, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 20/9/2017 (repercussão geral)
Todavia, a DECISÃO do STF acima explicada traz os parâmetros gerais sobre as condenações envolvendo a Fazenda Pública e declara que a TR é inconstitucional. No entanto, vários temas não foram enfrentados pelo STF, razão pela qual o STJ teve que se debruçar sobre o tema.
É dizer. Analisando a aplicação do julgado do STF (RE 870947) aos casos concretos, o STJ julgou o RESP n. 1.492.221, onde firmou o posicionamento de que a interpretação mais adequada acerca da tese firmada pelo STF, quanto à correção monetária, é a de que as condenações impostas à Fazenda Pública de natureza previdenciária sujeitam-se à incidência do INPC.
O trabalho do STJ foi, então, o de esmiuçar quais os índices de correção monetária e taxas de juros deveriam ser aplicados em cada um dos assuntos. Ex: condenação envolvendo servidores públicos, desapropriação, matéria tributária etc. Isso porque o STF afirmou que a TR é inconstitucional, mas não forneceu mais detalhes sobre quais os índices deveriam substituí-la, apontando, em um trecho do voto do Min. Luiz Fux (RE 870947/SE), que seria o SELIC e o IPCA-E, mas sem que isso tenha constado expressamente na ementa.
Em razão disto, o STJ, em consonância com o STF, afirmou que, como a TR é inconstitucional, ela não poderá ser utilizada para nenhuma condenação envolvendo a Fazenda Pública, não importando a matéria discutida (previdenciário, tributário, administrativo, servidores públicos etc.).
Ou seja. O art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997 (com redação dada pela Lei nº 11.960/2009), para fins de correção monetária, não é aplicável nas condenações judiciais impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza. STJ. 1ª Seção. REsp 1.495.146-MG, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 22/02/2018 (recurso repetitivo).
Com isto, ficou estabelecido que as condenações impostas à Fazenda Pública de natureza previdenciária sujeitam-se à incidência do INPC, para fins de correção monetária, no que se refere ao período posterior à vigência da Lei nº 11.430/2006, que incluiu o art. 41-A na Lei nº 8.213/91. Quanto aos juros de mora, no período posterior à vigência da Lei nº 11.960/2009, incidem segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança. STJ. 1ª Seção. REsp 1.495.146-MG, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 22/02/2018.
No ponto, tendo sido o cálculo da contadoria judicial realizado consoante os índices oficiais de remuneração, os quais foram acertadamente aplicados pelo acórdão de ID 5703023.
Assim, ao analisar os cálculos apresentados pela contadoria, verifico que estes atendem aos ditames da SENTENÇA /acórdão quanto aos indexadores fixados, razão pela qual HOMOLOGO-OS para que produza seus jurídicos e legais efeitos.
INTIME-SE a parte exequente para que, no prazo de 5(cinco) dias, traga aos autos os dados necessários para expedição do RPV (nome ou razão social do beneficiário, o número de CPF ou CNPJ e os dados bancários do favorecido ou de procurador legalmente constituído e com poderes para receber e dar quitação).
Com sua juntada, EXPEÇA-SE Requisição de Pequeno Valor – RPV.
Após, INTIME-SE a parte executada para que, no prazo de 10(dez) dias, junte nos autos o respectivo comprovante de pagamento da RPV expedida.
Decorrendo o prazo, com ou sem manifestação, sem nova CONCLUSÃO, INTIME-SE novamente a parte exequente, através de seu advogado, via DJE, para, no prazo de 10(dez) dias, se manifestar nos autos, requerendo o que entender ser de direito, sob pena de extinção e arquivamento dos autos.
Cumpridas todas as diligências acima e o que mais for necessário, com o exaurimento da prestação jurisdicional, não havendo pendências, voltem conclusos para extinção, na forma do art. 924, II, do CPC.
Por fim, antes de remeter os autos conclusos, a escrivania deverá certificar-se da inexistência de saldo nas contas judiciais, para evitar DECISÃO de arquivamento do processo com valores ainda pendentes de levantamento.
Expeça-se o necessário.
SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO.
São Miguel do Guaporé/RO, 24 de abril de 2019.
Fábio Batista da Silva
Juiz Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av. São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76.932-000, São Miguel do Guaporé, RO 7000319-61.2018.8.22.0022
AUTOR: RUTH BARBOSA DA SILVA CANDIDO
ADVOGADO DO AUTOR: SONIA JACINTO CASTILHO OAB nº RO2617
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos e examinados.
Recebo os presentes autos e, por consequência, passo ao julgamento do mesmo.
RUTH BARBOSA DA SILVA CANDIDO ingressou com a presente ação contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, alegando, em síntese, que é segurada especial da Previdência e que preenche os requisitos necessários, pelo que faz jus ao recebimento de aposentadoria rural por idade. Afirma que pleiteou administrativamente pelo recebimento do benefício, contudo, teve seu pleito indeferido, pelo que manejou a presente ação. Pleiteou pela procedência da lide a fim de que o requerido seja condenado a lhe pagar o benefício. Juntou documentos (ID 16182599 a 161822611).
O pedido de assistência judiciária gratuita fora deferido (ID 18456282).
Devidamente citado, o requerido apresentou contestação (ID 19063435) alegando, em síntese, que a requerente não preenche os requisitos necessários para a concessão do benefício, eis que não juntou aos autos início de prova material de sua qualidade de segurada especial pelo período de carência exigido. Por fim,

pleiteou pela improcedência da ação.
Impugnação à contestação no ID 19322494.
Realizada audiência de instrução (ID 21482826), foram ouvidas as testemunhas arroladas.
É o breve relatório. DECIDO.
Para obtenção da aposentadoria por idade, o trabalhador rural referido no art. 11, VII, da Lei nº 8.213/91 precisa comprovar, além da idade mínima de 60(sessenta) anos (homem) e 55(cinquenta e cinco) anos (mulher), o efetivo exercício da atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício pretendido, nos termos do art. 39, I, da Lei nº 8.213/91, sendo que a comprovação poderá ser realizada por prova material plena ou por prova testemunhal baseada em início de prova documental.
No caso em tela, verifico que o requisito etário restou devidamente preenchido, eis que, conforme se verifica de seus documentos pessoais (ID 16182599 – Pág. 3), a autora já contava com 57(cinquenta e sete) anos quando pleiteou administrativamente pelo recebimento do benefício (ID 16182611 – Pág. 6).
Igualmente, anoto que os documentos colacionados com a inicial não deixam dúvidas quanto a qualidade de segurada especial pelo período de carência exigido, eis que a requerente juntou aos autos início de prova material (ID's 16182599 e 16182611), que foi corroborada pelas testemunhas ouvidas em Juízo (ID 23370682).
Ressalto, ainda, que, apesar de o início de prova material não ser robusto, ele foi complementado pela testemunha ouvida em Juízo, conforme já dito acima, a qual confirmou que a parte autora e seu esposo sempre laboraram em área rural, nunca tendo laborado em área urbana, visto que sempre exerceu atividade braçal.
Ademais, em casos como este, deve ser aplicado o princípio do in dubio pro misero, haja vista que o segurado especial nem sempre possui condições de comprovar materialmente o trabalho rural por todo o período necessário.
Deste modo, restando inequivocamente preenchidos os requisitos legais, a procedência da ação é medida que se impõe. E, tendo havido pedido administrativo, a data inicial para o recebimento do benefício será a de seu requerimento (ID 16182611 – Pág. 6), qual seja, 06/11/2017, nos termos do art. 49, II, da Lei nº 8.213/91.
Neste sentido, vejamos:
APELAÇÃO CÍVEL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR(A) RURAL. INDEFERIMENTO DA INICIAL E EXTINÇÃO DO PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. SENTENÇA ANULADA. JULGAMENTO DO MÉRITO. ART. 515, § 3º, DO CPC. ATIVIDADE RURAL COMPROVADA POR PROVA TESTEMUNHAL BASEADA EM INÍCIO DE PROVA MATERIAL. TERMO INICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CUSTAS. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. POSSIBILIDADE. REQUISITOS PREENCHIDOS. SENTENÇA ANULADA. PEDIDO PARCIALMENTE PROCEDENTE. [...] 4. Comprovada a qualidade de trabalhador(a) rural por provas testemunhal e material, na forma do § 3º do art. 55 da Lei 8.213/91, e a implementação dos requisitos carência e idade, o(a) segurado(a) tem direito à aposentadoria pretendida. 5. A concessão do benefício de aposentadoria por idade rural subsume-se ao quanto disposto no art. 142 da Lei 8.213/91. 6. O benefício previdenciário é devido a partir do requerimento administrativo, observada a prescrição qüinqüenal e, na sua ausência, a partir do ajuizamento da ação (art. 49, II, da Lei 8.213/91; STJ, 6ª Turma, AgRg no Resp 1057704/SC, Rel. Min. Nilson Naves, DJe 15.12.2008), vedada a reformatio in pejus e observados os estritos limites objetivos dos pedidos inicial e recursal. […]. (AC 0010408-45.2014.4.01.9199 / GO, Rel. DESEMBARGADORA FEDERAL ÂNGELA CATÃO, PRIMEIRA TURMA, e-DJF1 p.611 de 14/01/2015)(destaquei)
DISPOSITIVO
Ao teor do exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pleito inicial a fim de CONDENAR o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS a pagar à autora, RUTH BARBOSA DA SILVA CANDIDO, o benefício previdenciário de aposentadoria rural por idade, retroativamente à data do requerimento administrativo, ocorrido em 06/11/2017 (ID 1612211-Pág. 6), sendo devidamente observada a prescrição quinquenal.
Por consequência, RESOLVO o MÉRITO da causa, nos termos do art. 487, I, do CPC/15.
A correção monetária, aplicada desde a data em que cada parcela se tornou devida, deve ser feita com base nos índices do Manual de Cálculos da Justiça Federal, aplicando-se o INPC após a entrada em vigor da Lei nº 11.960/2009, tendo em vista a imprestabilidade da TR como índice de correção monetária de débitos judiciais, conforme fundamentos utilizados pelo STF no julgamento das ADI nº 493 e 4.357/DF, e ainda pelo STJ no julgamento do REsp nº 1.270.439/PR, pelo rito do art. 543-C do CPC.
Os juros de mora são devidos a partir da citação, segundo a remuneração da caderneta de poupança, na forma do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, a teor do decidido no RE n° 870.947/SE com repercussão geral reconhecida e no REsp 1.495.146-MG.
Indevida condenação em custas processuais. CONDENO o requerido ao pagamento de honorários advocatícios, no percentual de 10%(dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, §3º, I, do CPC/15, excluindo-se as parcelas vincendas nos termos da Súmula nº 111 do STJ.
Não é o caso de recurso de ofício, nos termos do art. 496, §3º, I, do CPC/15.
P. R. I.
Oportunamente, arquivem-se.
Pratique-se o necessário.
São Miguel do Guaporé, 24 de abril de 2019
Fábio Batista da Silva
JuizSubstituto

Processo: 7003016-89.2017.8.22.0022
Classe: Procedimento Comum
AUTORES: BENVINO SANTOS DA SILVA, ELENIR SIPRIANO DE NOVAES SILVA
ADVOGADOS DOS AUTORES: CLAUDIA DOS SANTOS CARDOSO MACEDO OAB nº RO8264
RÉUS: ANILUCI DE ARAUJO ABRANTES, MARCIO PEREIRA BARBOSA
ADVOGADOS DOS RÉUS: LUCIANO DA SILVEIRA VIEIRA OAB nº RO1643
R$640.000,00
DESPACHO
Vistos e examinados.
O feito se encontra em ordem. As partes são legítimas e estão bem representadas, inexistindo irregularidades a serem sanadas.
Presentes as condições da ação e o pedido é juridicamente possível, nada havendo para impedir a sua apreciação.
Portanto, presentes os pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, dou o feito por saneado.
Outrossim, ante a necessidade de bem instruir a presente demanda, defiro as provas testemunhais.
DESIGNO audiência de instrução e julgamento para o dia 09 de JULHO de 2019, às 09h00min.
Intimem-se as partes, no endereço declinado abaixo ou por seus Procuradores (se houver), com antecedência mínima de 20 (vinte) dias (CPC, art. 334, caput), a fim de comparecer na referida audiência, sob pena de multa, porquanto se trate se ato atentatório à dignidade da justiça (CPC, art. 334, § 8º).
Insta destacar que a intimação das testemunhas só será feita pela via judicial, quando a parte interessada requerer e demonstrar a devida necessidade, conforme previsto no art. 455, §4º, incisos do CPC, não sendo o caso, portanto, INDEFIRO O PLEITO.
Providenciem-se o necessário. Cumpra-se.
Autorizo o uso das prerrogativas do ADVOGADOS DOS AUTORES: CLAUDIA DOS SANTOS CARDOSO MACEDO OAB nº RO8264, AC SAO MIGUEL DO GUAPORE 2045, AVENIDA CAPITÃO SÍLVIO 301 CENTRO - 76932-970 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

- RONDÔNIAart. 212 e §§ do CPC.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA PRECATÓRIA/MANDADO de CITAÇÃO/INTIMAÇÃO e CARTA AR:
ADVOGADOS DOS AUTORES: CLAUDIA DOS SANTOS CARDOSO MACEDO OAB nº RO8264, AC SAO MIGUEL DO GUAPORE 2045, AVENIDA CAPITÃO SÍLVIO 301 CENTRO - 76932-970 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS RÉUS: LUCIANO DA SILVEIRA VIEIRA OAB nº RO1643, - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
24/04/2019, São Miguel do Guaporé.
Fábio Batista da Silva

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av. São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76.932-000, São Miguel do Guaporé, RO Processo: 7000228-39.2016.8.22.0022
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
Locação de Imóvel, Despejo para Uso Próprio, Cobrança de Aluguéis - Sem despejo, Despesas Condominiais
EXEQUENTE: AUTO POSTO TEIXEIRA LTDA - EPP
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RONALDO DA MOTA VAZ OAB nº RO4967
EXECUTADOS: MARINALVA TEOFILO MAGALHAES DA SILVA, UILSON JOSE DE SOUZA
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS:
DESPACHO
Vistos,
Foi diligenciado junto ao sistema bacenjud, para fins de localização de bens do executado, contudo, sem êxito, conforme espelho em anexo.
Intime-se a parte exequente, para manifestação, no prazo de 5 (cinco) dias.
Decorrido o prazo sem manifestação, suspenda-se o processo pelo prazo de 01 (um) ano, durante o qual se suspenderá a prescrição, nos termos do §1º, do art. 921, CPC/15.
Decorrido este, ordeno o arquivamento dos autos, sem baixa na distribuição, podendo ser desarquivamento a qualquer tempo se forem localizados bens penhoráveis, nos termos dos §§ 2º e 3º, do art. 921, CPC/15.
Pratique-se o necessário.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO / PRECATÓRIA/OFÍCIO.
EXEQUENTE: AUTO POSTO TEIXEIRA LTDA - EPP, LINHA 82 ZONA RURAL - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
EXECUTADOS: MARINALVA TEOFILO MAGALHAES DA SILVA CPF nº 419.386.822-20, AVENIDA DOUTOR PAULA NOBREGA DE ALMEIDA s/n, QUADRA 03 LOTE 11 PINHEIRO - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA, UILSON JOSE DE SOUZA CPF nº 617.460.102-15,, CASA CENTRO - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
São Miguel do Guaporé/RO, 24 de abril de 2019 .
Fábio Batista da Silva
Juiz (a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76.932-000, São Miguel do Guaporé, RO
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av. São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76.932-000, São Miguel do Guaporé, RO Processo: 7002430-18.2018.8.22.0022
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Concurso de Credores
EXEQUENTE: ASSOCIACAO DE CREDITO CIDADAO DE RONDONIA CNPJ nº 05.034.322/2000-17, RUA JOÃO GOULART 2182, - DE 1923/1924 A 2251/2252 SÃO CRISTÓVÃO - 76804-034 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: KARINA DA SILVA SANDRES OAB nº RO4594
EXECUTADOS: OZEIAS DE SOUZA CPF nº 486.204.752-15, AV. PIONEIROS s/n, BR 429 - ENF RONDOMI PLANALTO - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA, LUCINEIA CAVALINI DE SOUZA CPF nº 813.744.102-68, RUA CECILIA PINHEIRO ENT. SP E C. SILVIO S/N PLANALTO - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA, VANESSA DE SOUZA CPF nº 936.247.512-04, RUA CECILIA PINHEIRO 2185 PLANALTO - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS:
Vistos.
Compulsando aos autos, verifico que a executada aceitou a proposta de acordo ofertada pela exequente (id 25179039). Assim, intime-se a parte exequente para que no prazo de 10 (dez) dias, apresente aos autos cópia do acordo celebrado.
Após, retornem os autos conclusos para homologação e suspensão do feito.
Cumpra.
São Miguel do Guaporé/RO, 24 de abril de 2019
Fábio Batista da Silva
Juiz Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av. São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76.932-000, São Miguel do Guaporé, RO PROCESSO: 7002724-07.2017.8.22.0022
CLASSE: Procedimento Comum
AUTOR: J M RAMOS BRANDAO EIRELI CNPJ nº 02.774.738/0001-31, KM 429 KM 120 ZONA RURAL - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: RANIELLI DE FREITAS ALVES OAB nº RO8750, GLEYSON CARDOSO FIDELIS RAMOS OAB nº RO6891
RÉU: FRANCISCO PROCOPIO FREIRES CPF nº 726.066.652-87, RUA JOSÉ LOURENÇO s/n, FRENTE P IMÓVEL N. 2800, AO LADO DO IMÓVEL N. 2801 CENTRO - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
VALOR DA CAUSA: R$20.217,94 (vinte mil, duzentos e dezessete reais e noventa e quatro centavos)
DECISÃO
Vistos e examinados.
O feito se encontra em ordem, inexistindo irregularidades a serem sanadas neste momento, vez que a preliminar de ilegitimidade arguida, deverá ser analisada após a produção de prova testemunhal.
Restam evidenciadas as condições da ação e o pedido é juridicamente possível, nada havendo para impedir a sua apreciação.
Portanto, presentes os pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, dou o feito por saneado.

Outrossim, ante a necessidade de bem instruir a presente demanda, defiro as provas testemunhais.
DESIGNO audiência de instrução e julgamento para o dia 09 de Julho de 2019, às 09h45min.
Intimem-se as partes, no endereço indicado ou por seus Procuradores (se houver), com antecedência mínima de 20 (vinte) dias (CPC, art. 334, caput), a fim de comparecer na referida audiência, sob pena de multa, porquanto se trate se ato atentatório à dignidade da justiça (CPC, art. 334, § 8º).
Insta destacar que a intimação das testemunhas só será feita pela via judicial, quando a parte interessada requerer e demonstrar a devida necessidade, conforme previsto no art. 455, §4º, incisos do CPC, não sendo o caso, portanto, INDEFIRO O PLEITO.
Providenciem-se o necessário. Cumpra-se.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC.
Pratique-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA PRECATÓRIA/MANDADO de CITAÇÃO/INTIMAÇÃO e CARTA AR.
AUTOR: J M RAMOS BRANDAO EIRELI, KM 429 KM 120 ZONA RURAL - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
RÉU: FRANCISCO PROCOPIO FREIRES, RUA JOSÉ LOURENÇO s/n, FRENTE P IMÓVEL N. 2800, AO LADO DO IMÓVEL N. 2801 CENTRO - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
São Miguel do Guaporé, quarta-feira, 24 de abril de 2019.
FÁBIO BATISTA DA SILVA
JUIZ SUBSTITUTO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av. São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76.932-000, São Miguel do Guaporé, RO Processo: 7002311-57.2018.8.22.0022
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Cédula de Crédito Bancário
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO VALE DO MACHADO - CREDISIS JI-CRED
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ARTUR BAIA RAMOS OAB nº RO6721, MAXIMILLIAN PEREIRA DE SOUZA OAB nº RO6372, NEUMAYER PEREIRA DE SOUZA OAB nº RO1537
EXECUTADOS: MARIA APARECIDA ALVES DA CRUZ, ALVANDES ALVES DA CRUZ
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS:
DESPACHO
Vistos.
Antes de analisar o pedido de penhora online, intime-se a parte exequente para recolher o valor da diligência, conforme dispõe o art. 17, da Lei nº 3.896/2016.
Pratique-se o necessário.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO / PRECATÓRIA/OFÍCIO e demais comunicações, caso conveniente à escrivania.
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO VALE DO MACHADO - CREDISIS JI-CRED, RUA SEIS DE MAIO 1497 CENTRO - 76900-065 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
São Miguel do Guaporé/RO, 24 de abril de 2019 .
Fábio Batista da Silva
Juiz Substituto

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76.932-000, São Miguel do Guaporé, RO
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av. São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76.932-000, São Miguel do Guaporé, RO Execução de Título Extrajudicial
7000038-71.2019.8.22.0022
EXEQUENTE: PONTA ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA CNPJ nº 16.551.061/0001-87, QUADRA CRS 513 BLOCO A Lojas 05 e 06 ASA SUL - 70380-510 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PEDRO ROBERTO ROMAO OAB nº AM209551
EXECUTADO: CLAUDINEI LOPES FARIAS CPF nº 534.788.272-72, LINHA 12 KM 08 Km 08 BOM SUCESSO - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO:
SENTENÇA
Trata-se de execução de título extrajudicial que PONTA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA move em face de CLAUDINEI LOPES FARIAS.
Antes mesmo da citação da parte contrária, a Autora informou que houve o pagamento extrajudicial do débito e requereu a extinção do processo pela falta de interesse.
Sendo a parte autora a maior interessada, o pedido dever ser acolhido.
Dessa forma, EXTINGO o processo SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO nos termos do art. 485, VI do Código de Processo Civil.
Intime-se as partes.
Oportunamente, arquive-se.
São Miguel do Guaporé/RO, 24 de abril de 2019
Fábio Batista da Silva
Juiz Substituto
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av. São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76.932-000, São Miguel do Guaporé, RO Processo: 7001536-39.2018.8.22.0023
Classe: Monitória
Contratos Bancários
R$175.898,19cento e setenta e cinco mil, oitocentos e noventa e oito reais e dezenove centavos
ADVOGADO DO AUTOR: SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB nº AC6673
RÉUS: JOSE MARIA RAMOS BRANDAO, J M RAMOS BRANDAO EIRELI
ADVOGADOS DOS RÉUS:
DESPACHO
Vistos,
Recebo os autos no estado que se encontra.
Da análise dos autos, verifico que a parte requerente não recolheu as custas processuais.
Dessa forma, fica a parte autora intimada a, no prazo de 15 (quinze) dias, recolher as custas processuais, calculadas conforme o valor atribuído à causa (art. 12, I, Lei 3.896/2016), sob pena de indeferimento da inicial, com a consequente extinção do feito, sem nova intimação.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO / PRECATÓRIA/OFÍCIO.
AUTOR: BANCO DO BRASIL S/A, AC ALVORADA DO OESTE,

AV. MAL. RONDON, 5117, ROD.BR-429 CENTRO - 76930-970 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
RÉUS: JOSE MARIA RAMOS BRANDAO CPF nº 212.473.074-68, ROD BR 429, KM 120, GB 11, LT 13 AUTO POSTO PACATÃO - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA, J M RAMOS BRANDAO EIRELI CNPJ nº 02.774.738/0001-31, ROD BR 429, KM 120, GB 11, LT 13 AUTO POSTO PACATÃO - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
São Miguel do Guaporé/RO, 24 de abril de 2019 .
Fábio Batista da Silva
Juiz Substituto

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av. São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76.932-000, São Miguel do Guaporé, RO
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av. São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76.932-000, São Miguel do Guaporé, RO PROCESSO: 7001311-22.2018.8.22.0022
CLASSE: Procedimento Comum
AUTOR: VANILDO LUCIANO PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO DO AUTOR: JAIRO REGES DE ALMEIDA OAB nº RO7882, TIAGO GOMES CANDIDO OAB nº RO7858
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
DECISÃO
Vistos e examinados.
Trata-se de Ação Previdenciária ajuizada por VANILDO LUCIANO PEREIRA DOS SANTOS em face do INSS – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, com vistas à concessão do benefício de auxílio-doença c/c conversão em aposentadoria por invalidez, ambos qualificados nos autos.
Deferida a Gratuidade da Justiça e postergado a análise do pedido de antecipação de tutela, bem como determinada a realização da perícia médica.
Com a juntada do laudo pericial, a parte requerida apresentou proposta de acordo, a qual não foi aceita pelo requerente.
Não tendo sido apresentada ao juízo, para homologação, delimitação consensual das questões de fato e de direito a que alude o art. 357, §2º do CPC, e considerando que a presente causa não apresenta complexidade em matéria de fato ou de direito, deixo de designar audiência de saneamento em cooperação e passo ao saneamento e organização do feito em gabinete (CPC, art. 357, §§).
O requerido não apresentou qualquer matéria preliminar em sua defesa. As partes são legítimas e estão adequadamente representadas nos autos, inexistindo, por ora, outras questões processuais a serem abordadas.
Fixo como pontos controvertidos da lide: a) o direito de percepção do benefício de auxílio-doença e/ou aposentadoria por invalidez; b) a qualidade de segurado especial da parte requerente; c) o efetivo exercício da atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício pretendido, igual ao número de meses correspondentes à carência do benefício requerido, nos termos do artigo 39, I, da Lei n. 8.213/91.
Diante do disposto no art. 357, III, do CPC, distribuo o ônus da prova conforme previsto no art. 373, incisos I e II, cabendo à parte autora comprovar a existência do fato constitutivo de seu direito e ao réu comprovar a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.
Outrossim, nos termos do art. 385 do CPC: "Cabe à parte requerer o depoimento pessoal da outra, a fim de que esta seja interrogada na audiência de instrução e julgamento, sem prejuízo do poder do juiz de ordená-lo de ofício."
Desta feita, ordeno, de ofício, a oitiva de depoimento pessoal da parte autora. INTIME-A para comparecimento.
Os meios de prova relevantes para o julgamento da lide são a documental e testemunhal, pelo que, nos termos do art. 357, II, do CPC, admito a produção dessas provas. A prova documental já foi produzida, sendo facultado às partes juntarem documentos novos no decorrer da instrução.
INTIME-SE as partes para que especifiquem as provas que ainda pretendem produzir, justificando a pertinência e necessidade de produção, no prazo de 15(quinze) dias (art. 357 do CPC/2015).
Acaso desejem a produção de prova oral, no mesmo prazo, apresentem o rol de testemunhas e observando a limitação do §6º do artigo retro mencionado, mesmo que venham independente de intimação, sob pena de não serem admitidas (§4º do mesmo artigo).
A parte que eventualmente já tenha indicado prova oral nos autos, deverá ratificar o pedido e o rol respectivo, caso ainda deseje tal prova, sob pena de preclusão.
Deverão, inclusive, observar o regramento do art. 455 do CPC/2015, se aplicável.
Faculto, desde já, às partes a apresentação de declarações firmadas pelas testemunhas, sendo que a audiência designada servirá apenas para que as testemunhas ratifiquem o declarado.
Observo que a medida visa dar celeridade ao processo, bem como antecipar à requerida o teor do depoimento que será prestado, garantindo assim de forma plena o contraditório, já que a autarquia geralmente não comparece às solenidades.
As declarações supra indicadas deverão, à medida do possível e conforme o conhecimento do declarante, englobar todos os requisitos exigidos para a concessão do benefício pleiteado tal como o tempo exercício de atividade rural; se é em regime de economia familiar ou não; tamanho da propriedade; se tem empregados; espécies cultivadas ou atividades rurícolas desenvolvidas; se sempre exerceu atividade rural; se já morou e/ou trabalhou na cidade; se a parte autora ajuda/ajudava no serviço; se continua laborando ou não, se a subsistência da família provinha do trabalho no campo ou se havia outra fonte de renda, entre outros.
Com ou sem pleito de provas, voltem os autos conclusos para designação de audiência de instrução.
Esclareça-se às partes que elas têm o direito de pedir esclarecimentos ao Juízo ou solicitar ajustes na presente DECISÃO, por meio de simples petição sem caráter recursal, no prazo comum de 5(cinco) dias, após o qual esta DECISÃO tornar-se-á estável, nos termos do art. 357, § 1º do CPC.
DECLARO O FEITO SANEADO E ORGANIZADO.
Solicitados esclarecimentos ou ajustes na presente DECISÃO saneadora, tornem-se os autos conclusos para as deliberações pertinentes.
Transcorrido o prazo de 5(cinco) dias sem qualquer manifestação das partes, certifique a escrivania a estabilidade da presente DECISÃO e dê-se cumprimento às determinações nela trazidas.
Pratique-se o necessário.
Intime-se.
SIRVA A PRESENTE DE CARTA PRECATÓRIA/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO E DEMAIS COMUNICAÇÕES.
AUTOR: VANILDO LUCIANO PEREIRA DOS SANTOS, LINHA 78, KM 06, LADO SUL s/n ZONA RURAL - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, SEM ENDEREÇO
São Miguel do Guaporé, 16 de abril de 2019.
FÁBIO BATISTA DA SILVA
Juiz Substituto

SERVENTIAS DE REGISTROS CIVIS DAS PESSOAS NATURAIS DO ESTADO DE RONDÔNIA

PROCLAMAS

COMARCA DE PORTO VELHO

1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy - Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 049230 - Livro nº D-130 - Folha nº 38
Faço saber que pretendem se casar: GABRIEL BOTELHO BRAGADO, solteiro, brasileiro, autônomo, nascido em Porto Velho-RO, em 22 de Fevereiro de 1996, residente e domiciliado em Porto Velho-RO, filho de Antônio Marco Ribeiro Bragado - TI - naturalidade: Humaitá - Amazonas e Joseane Botelho do Carmo - do lar - naturalidade: Porto Velho - Rondônia -; pretendendo passar a assinar: GABRIEL BOTELHO PRATES BRAGADO; e JÉSSICA PRATES DE ARAÚJO, solteira, brasileira, estudante, nascida em Porto Velho-RO, em 17 de Março de 1995, residente e domiciliada em Porto Velho-RO, filha de Vandelson Ferreira de Araújo - autônomo - naturalidade: São Mamede - Paraíba e Adelice Cunha Prates - autônoma - naturalidade: Porto Alegre - Rio Grande do Sul -; pretendendo passar a assinar: JÉSSICA PRATES DE ARAÚJO BRAGADO; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 30 de Abril de 2019
Vinícius Alexandre Godoy
Tabelião e Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy - Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 049231 - Livro nº D-130 - Folha nº 39
Faço saber que pretendem se casar: JEAN DEON SCHVINDER DA SILVA RIBEIRO, solteiro, brasileiro, arquiteto e urbanista, nascido em Porto Velho-RO, em 12 de Julho de 1993, residente e domiciliado em Porto Velho-RO, filho de Antônio da Silva Ribeiro - técnico de refrigeração - naturalidade: Porto Velho - Rondônia e Julita Schvinder - operadora caixa - naturalidade: Marechal Cândido Rondon - Paraná -; pretendendo passar a assinar: JEAN DEON SCHVINDER DA SILVA RIBEIRO OLIVEIRA; e PÂMELA PEREIRA DE OLIVEIRA, solteira, brasileira, estudante, nascida em Porto Velho-RO, em 28 de Março de 1996, residente e domiciliada em Porto Velho-RO, filha de Lucival Pereira - agricultor - naturalidade: Porto Velho - Rondônia e Rosemar de Oliveira Pereira - naturalidade: Santa Helena - Paraná -; pretendendo passar a assinar: PÂMELA PEREIRA DE OLIVEIRA SCHVINDER; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 30 de Abril de 2019
Vinícius Alexandre Godoy
Tabelião e Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy - Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 049232 - Livro nº D-130 - Folha nº 40
Faço saber que pretendem se casar: FLÁVIO HENRIQUE TEIXEIRA ORLANDO, divorciado, brasileiro, advogado, nascido em Brasília-DF, em 6 de Dezembro de 1974, residente e domiciliado em Porto Velho-RO, filho de Francisco Orlando Filho - já falecido - naturalidade: Goiânia - Goiás e Jussara Teixeira Orlando - naturalidade: Varjão - Goiás -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e IVI PEREIRA ALMEIDA, solteira, brasileira, advogada, nascida em Porto Velho-RO, em 1 de Março de 1988, residente e domiciliada em Porto Velho-RO, filha de Rosualdo dos Santos Almeida - naturalidade: - Amazonas e Maria das Graças de Souza Pereira Almeida - naturalidade: - Amazonas -; pretendendo passar a assinar: IVI PEREIRA ALMEIDA ORLANDO; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 30 de Abril de 2019
Vinícius Alexandre Godoy
Tabelião e Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy - Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 049233 - Livro nº D-130 - Folha nº 41
Faço saber que pretendem se casar: BRUNO CANDEIA BRAÚNA, solteiro, brasileiro, gerente de vendas, nascido em Brasília-DF, em 23 de Abril de 1984, residente e domiciliado em Porto Velho-RO, filho de José Carneiro Braúna - técnico judiciário - naturalidade: Paracuru - Ceará e Valdete Candeia de Oliveira - do lar - naturalidade: Catingueira - Paraíba -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e KAMILLA APARECIDA GONDIM BARRETO, divorciada, brasileira, fisioterapeuta, nascida em Porto Velho-RO, em 12 de Junho de 1989, residente e domiciliada em Porto Velho-RO, filha de Jose Rubens Alves Barreto - comerciante - naturalidade: Bom Jesus - Piauí e Mariluce Gondim Barreto - comerciante - naturalidade: Cumari - Goiás -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 30 de Abril de 2019
Vinícius Alexandre Godoy
Tabelião e Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy - Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 049234 - Livro nº D-130 - Folha nº 42
Faço saber que pretendem se casar: JORGE PEREIRA LIMA JÚNIOR, solteiro, brasileiro, vigilante, nascido em Porto Velho-RO, em 4 de Dezembro de 1981, residente e domiciliado em Porto Velho-RO, filho de Jorge Pereira Lima - motorista - naturalidade: Santarém - Pará e Joana D'Arc da Conceição Picanço - já falecida - naturalidade: Santarém - Pará -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e FABIANA DE ARAUJO NASCIMENTO, solteira, brasileira, costureira, nascida em Rio Branco-AC, em 28 de Novembro de 1985, residente e domiciliada em Porto Velho-RO, filha de Marcilio Ferreira do Nascimento - naturalidade: - Acre e Luiza Cassimiro de Araujo - cozinheira - naturalidade: Rio Branco - Acre -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 30 de Abril de 2019
Vinícius Alexandre Godoy
Tabelião e Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy - Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 049235 - Livro nº D-130 - Folha nº 43
Faço saber que pretendem se casar: WAGNER VITOR GARCIA, solteiro, brasileiro, comerciante, nascido em São Paulo-SP, em 30 de Abril de 1972, residente e domiciliado em Porto Velho-RO, filho de Antonio Belarmino Garcia - já falecido - naturalidade: São Paulo - São Paulo e Irene de Paiva Garcia - aposentada - naturalidade: São Paulo - São Paulo -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e ROSILENE SANTOS HERCULANO, solteira, brasileira, comerciante, nascida em Porto Velho-RO, em 28 de Março de 1974, residente e domiciliada em Porto Velho-RO, filha de Manoel Aristoteles Herculano - aposentado - naturalidade: Rio Branco - Acre e Maria da Conceição Santos Herculano - aposentada - naturalidade: Rio Branco - Acre -; pretendendo passar a assinar: ROSILENE SANTOS HERCULANO GARCIA; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 30 de Abril de 2019
Vinícius Alexandre Godoy
Tabelião e Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy - Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 049227 - Livro nº D-130 - Folha nº 35
Faço saber que pretendem se casar: FÁBIO MOREIRA DE SOUSA SILVA, viúvo, brasileiro, padeiro, nascido em Porto Velho-RO, em 20 de Março de 1994, residente e domiciliado na Rua Infinito, 1722, Bairro Cascalheira, em Porto Velho-RO, filho de Manoel de Sousa Silva - naturalidade: - Minas Gerais - residência e domicílio: Rua Gonçalves Dias, 774, Bairro Inião, em Candeias do Jamari-RO e Lissandra Moreira Silva - naturalidade: Porto Velho - Rondônia - - residência e domicílio: Rua João Pessoa, 140, Bairro Santa Letícia II, em Candeias do Jamari-RO; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e WESLAINY BEATRIZ DE SOUZA ARAÚJO, solteira, brasileira, estudante, nascida em Ariquemes-RO, em 14 de Agosto de 1999, residente e domiciliada na Rua Infinito, 1722, Bairro Cascalheira, em Porto Velho-RO, filha de Wellington Leite Araújo - naturalidade: Sobral - Ceará - residência e domicílio: não informado e Selma Augustinha de Souza Barbosa Araújo - naturalidade: Ouro Preto do Oeste - Rondônia - - residência e domicílio: não informado; pretendendo passar a assinar: WESLAINY BEATRIZ DE SOUZA ARAÚJO MOREIRA; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 29 de Abril de 2019
Vinícius Alexandre Godoy
Tabelião e Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy - Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 049228 - Livro nº D-130 - Folha nº 36
Faço saber que pretendem se casar: LUCIVAL XAVIER, divorciado, brasileiro, representante comercial, nascido em Santarém-PA, em 2 de Maio de 1971, residente e domiciliado na Rua João Pedro da Rocha, 2680, Apartamento 5, Bairro Embratel, em Porto Velho-RO, filho de Raimunda Leonila Xavier - naturalidade: Santarém - Pará - - residência e domicílio: não informado; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e VALERIANA MOREIRA DO NASCIMENTO, solteira, brasileira, autônoma, nascida em Senador Guiomard-AC, em 4 de Janeiro de 1993, residente e domiciliada na Rua João Pedro da Rocha, 2680, Apartamento 5, Bairro Embratel, em Porto Velho-RO, filha de Raimundo Martins do Nascimento - naturalidade: Senador Guiomard - Acre - residência e domicílio: não informado e Jackcilene Gonçalves Moreira - naturalidade: Senador Guiomard - Acre - - residência e domicílio: não informado; pretendendo passar a assinar: VALERIANA MOREIRA DO NASCIMENTO XAVIER; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 29 de Abril de 2019
Vinícius Alexandre Godoy
Tabelião e Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy - Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 049229 - Livro nº D-130 - Folha nº 37
Faço saber que pretendem se casar: FERNANDO RASQUERI NOGUEIRA, solteiro, brasileiro, farmacêutico, nascido em Vilhena-RO, em 21 de Outubro de 1985, residente e domiciliado na Rua Afonso Pena, 1381, Apartamento 08, Bairro Nossa Senhora das Graças, em Porto Velho-RO, filho de Edson Soares Nogueira

- naturalidade: Santa Amélia - Paraná - residência e domicílio: não informado e Clarice Lopes Rasqueri Nogueira - naturalidade: Cafelândia - São Paulo - - residência e domicílio: não informado; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e JESSICA LUISA XAVIER, solteira, brasileira, advogada, nascida em Caxias do Sul-RS, em 24 de Janeiro de 1986, residente e domiciliada na Rua Afonso Pena, 1381, Apartamento 08, Bairro Nossa Senhora das Graças, em Porto Velho-RO, filha de Luiz Gonzaga Putti Xavier - naturalidade: Caxias do Sul - Rio Grande do Sul - residência e domicílio: não informado e Elisabete da Silva Rama - naturalidade: Caxias do Sul - Rio Grande do Sul - - residência e domicílio: não informado; pretendendo passar a assinar: JESSICA LUISA XAVIER NOGUEIRA; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 29 de Abril de 2019
Vinícius Alexandre Godoy
Tabelião e Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy - Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 049142 - Livro nº D-129 - Folha nº 250
Faço saber que pretendem se casar: FLÁVIO HENRIQUE SEPTIMIO ORLANDO, solteiro, brasileiro, estagiário, nascido em Goiânia-GO, em 10 de Julho de 1994, residente e domiciliado na Rua Matrinchã, 566, Bairro Lagoa, em Porto Velho-RO, filho de Flávio Henrique Teixeira Orlando - advogado - naturalidade: Brasília - Distrito Federal - residência e domicílio: não informado e Alessandra Septimio Silva - faxineira - naturalidade: Goiânia - Goiás - - residência e domicílio: não informado; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e MOEMA ALENCAR MOREIRA, solteira, brasileira, advogada, nascida em Porto Velho-RO, em 18 de Julho de 1990, residente e domiciliada na Rua Álvaro Paraguassu, 4159, Bairro São João Bosco, em Porto Velho-RO, filha de Júlio Nogueira Moreira - engenheiro agrônomo - naturalidade: Fortaleza - Ceará - residência e domicílio: Rua Álvaro Paraguassu, 4159, Bairro São João Bosco, neste Município e Josélia Maria Saraiva Moreira - engenheira agrônoma - naturalidade: Crato - Ceará - - residência e domicílio: Rua Álvaro Paraguassu, 4159, Bairro São João Bosco, neste Município; pretendendo passar a assinar: MOEMA ALENCAR MOREIRA ORLANDO; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 8 de Abril de 2019
Vinícius Alexandre Godoy
Tabelião e Registrador

3º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL

LIVRO D-042 FOLHA 161 TERMO 011503
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 11.503
095703 01 55 2019 6 00042 161 0011503 74
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: JOSÉ DA COSTA MIRANDA, de nacionalidade brasileiro, de profissão pedreiro, de estado civil divorciado, natural de Jaru-RO, onde nasceu no dia 30 de setembro de 1970, residente e domiciliado na Rua Miguel de Cervantes, s/n, Residencial Morar Melho II, em Porto Velho-RO, filho de BELMIRO MIRANDA DE OLIVEIRA e de MARIA DO SOCORRO DA COSTA; e DAIANE NOBRE FERREIRA de nacionalidade brasileira, de profissão operadora de caixa, de estado civil divorciada, natural de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia 29 de setembro de 1982, residente e domiciliada na Rua Miguel de Cervantes, s/n, Residencial Morar Melhor II, em Porto Velho-RO, filha de FRANCISCO CHAGAS FERREIRA JUNIOR e de MARIA ODETE NOBRE.
O Regime de bens a viger a partir do casamento é o da Comunhão Parcial de Bens. E que após o casamento, o contraente passou a adotar o nome de JOSE DA COSTA MIRANDA e a contraente continuou a adotar o nome de DAIANE NOBRE FERREIRA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.
Porto Velho-RO, 29 de abril de 2019.
José Gentil da Silva
Tabelião

LIVRO D-042 FOLHA 160 TERMO 011502
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 11.502
095703 01 55 2019 6 00042 160 0011502 76
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: WILSON RODRIGUES, de nacionalidade brasileiro, de profissão comerciante, de estado civil divorciado, natural de Yolanda-PR, onde nasceu no dia 13 de fevereiro de 1969, residente e domiciliado na Rua Abobora, 5572, Cohab, em Porto Velho-RO, filho de GERALDO HONORIO XAVIER RODRIGUES e de BENEDITA RAIMUNDA RODRIGUES; e ANA CLAUDIA SILVA LEITE de nacionalidade brasileira, de profissão professora, de estado civil divorciada, natural de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia 02 de agosto de 1980, residente e domiciliada na Rua Abobora, 5572, Cohab, em Porto Velho-RO, filha de CARLOS ALBERTO DA FONSECA LEITE e de RUTH MARIA TORRES DA SILVA.
O Regime de bens a viger a partir do casamento é o da Comunhão Parcial de Bens. E que após o casamento, o contraente continuou a adotar o nome de WILSON RODRIGUES e a contraente passou a adotar o nome de ANA CLAUDIA SILVA LEITE RODRIGUES.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.
Porto Velho-RO, 29 de abril de 2019.
José Gentil da Silva
Tabelião

LIVRO D-042 FOLHA 159 TERMO 011501
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 11.501
095703 01 55 2019 6 00042 159 0011501 42
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: GLEIDSON DE OLIVEIRA DOS SANTOS, de nacionalidade brasileiro, de profissão pintor, de estado civil solteiro, natural de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia 25 de dezembro de 1984, residente e domiciliado na Rua Plácido de Castro, 10154, Mariana, em Porto Velho-RO, filho de GABINO FERNANDES SANTOS e de ELENIRA RODRIGUES DE OLIVEIRA; e NILCILENE BARBOSA PEREIRA de nacionalidade brasileira, de profissão doméstica, de estado civil solteira, natural de Guajará-Mirim-RO, onde nasceu no dia 19 de dezembro de 1981, residente e domiciliada na Rua Plácido de Castro, 10154, Mariana, em Porto Velho-RO, filha de FRANCIMAR REIS PEREIRA e de FÁTIMA BARBOSA.
O Regime de bens a viger a partir do casamento é o da Comunhão Parcial de Bens. E que após o casamento, o contraente continuou a adotar o nome de GLEIDSON DE

OLIVEIRA DOS SANTOS e a contraente continuou a adotar o nome de NILCILENE BARBOSA PEREIRA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.
Porto Velho-RO, 29 de abril de 2019.
José Gentil da Silva
Tabelião

LIVRO D-042 FOLHA 158 TERMO 011500
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 11.500
095703 01 55 2019 6 00042 158 0011500 44
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: EDVAN LOBATO ALVES, de nacionalidade brasileiro, de profissão recepcionista, de estado civil solteiro, natural de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia 05 de janeiro de 1993, residente e domiciliado na Rua Simon, 3582, Lagoinha, em Porto Velho-RO, filho de ANTÔNIO ROBERTO ALVES e de MARIA ERIVALDA TORRES LOBATO; e THALIENE DE OLIVEIRA SANTOS de nacionalidade brasileira, de profissão recepcionista, de estado civil solteira, natural de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia 11 de julho de 1997, residente e domiciliada na Rua Simon Camelo, 3582, Lagoinha, em Porto Velho-RO, filha de MOACIR DE OLIVEIRA e de LUZENILDA LIMA DOS SANTOS OLIVEIRA.
O Regime de bens a viger a partir do casamento é o da Comunhão Parcial de Bens. E que após o casamento, o contraente continuou a adotar o nome de EDVAN LOBATO ALVES e a contraente continuou a adotar o nome de THALIENE DE OLIVEIRA SANTOS.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.
Porto Velho-RO, 26 de abril de 2019.
José Gentil da Silva
Tabelião

LIVRO D-042 FOLHA 157 TERMO 011499
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 11.499
095703 01 55 2019 6 00042 157 0011499 59
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ELUENO CALENO MOREIRA, de nacionalidade brasileiro, de profissão policial civil, de estado civil solteiro, natural de Xapuri-AC, onde nasceu no dia 18 de dezembro de 1993, residente e domiciliado na Rua do Sol, nº 352, Casa 04, Areal da Floresta, em Porto Velho-RO, filho de ELUANDA MARIA MOREIRA CARLOS; e ALINE PEREIRA DE SOUZA de nacionalidade brasileira, de profissão estudante, de estado civil solteira, natural de Pimenta Bueno-RO, onde nasceu no dia 27 de agosto de 1989, residente e domiciliada na Rua do Sol, nº 352, Casa 04, Areal da Floresta, em Porto Velho-RO, filha de MARINILDO PEREIRA DE SOUZA e de NELZA FRANCISCA DE PAULA.
O Regime de bens a viger a partir do casamento é o da Comunhão Parcial de Bens. E que após o casamento, o contraente continuou a adotar o nome de ELUENO CALENO MOREIRA e a contraente passou a adotar o nome de ALINE PEREIRA DE SOUZA CALENO.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.
Porto Velho-RO, 25 de abril de 2019.
José Gentil da Silva
Tabelião

LIVRO D-042 FOLHA 156 TERMO 011498
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 11.498
095703 01 55 2019 6 00042 156 0011498 50
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: WALMIR ROCHA LIMA, de nacionalidade brasileiro, de profissão Servidor Público, de estado civil divorciado, natural de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia 20 de julho de 1959, residente e domiciliado na Rua Tancredo Neves, 2804, Nova Floresta, em Porto Velho-RO, CEP: 78.900-000, filho de RAYMUNDO DE LIMA e de EDUWIRGES DE CASTRO ROCHA LIMA; e TÂNIA MARIA ARAÚJO DE MOURA LIMA de nacionalidade brasileira, de profissão Servidora Pública, de estado civil divorciada, natural de Xapurí-AC, onde nasceu no dia 06 de dezembro de 1962, residente e domiciliada na Rua Tancredo Neves, 2804, Nova Floresta, em Porto Velho-RO, CEP: 78.900-000, filha de RAIMUNDO FERREIRA DE MOURA e de AURISTELA ARAÚJO DE MOURA.
O Regime de bens a viger a partir do casamento é o da Comunhão Parcial de Bens. E que após o casamento, o contraente continuou a adotar o nome de WALMIR ROCHA LIMA e a contraente continuou a adotar o nome de TÂNIA MARIA ARAÚJO DE MOURA LIMA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.
Porto Velho-RO, 25 de abril de 2019.
José Gentil da Silva
Tabelião

4º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
COMARCA DE PORTO VELHO
4º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL
Oficiala Titular – Ivani Cardoso Cândido de Oliveira
Rua Dom Pedro II, 1039, Centro, CEP: 78900-010
Fone/ Fax: (69) 3224-6442 e 3224-6462
EDITAL DE PROCLAMAS
PROCESSO DE HABILITAÇÃO Nº 13275
Livro nº D-64 Fls. nº 185
Faz saber que pretendem casar-se, sob o regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, os noivos: JONATHAN DE SOUZA ALVES e PÂMELA CRISTINA ASSUNÇÃO BOTELHO. Ele é natural de Porto Velho-RO, nascido em 16 de novembro de 1995, solteiro, autônomo, residente e domiciliado na Rua Brasília nº 3636, bairro São João Bosco, nesta cidade, filho de ADAILTON ALVES e LUCICLEIDE MIRANDA DE SOUZA. Ela é natural de Porto Velho-RO, nascida em 04 de agosto de 1990, divorciada, manicure, residente e domiciliada na Rua Brasília nº 3636, bairro São João Bosco, nesta cidade, filha de EDÉLSON DA SILVA BOTELHO e IZABEL CRISTINA ASSUNÇÃO. E, que em virtude do casamento, os nubentes passarão a assinar JONATHAN DE SOUZA ALVES ASSUNÇÃO e PÂMELA CRISTINA ASSUNÇÃO BOTELHO SOUZA. Apresentaram os Documentos Exigidos no Artigo 1.525 do Código Civil Brasileiro. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser fixado no prazo legal, em Cartório e publicado no Diário Oficial. Porto Velho - RO, 25 de abril de 2019.
Ivani Cardoso Cândido de Oliveira
Tabeliã/Oficiala

EDITAL DE PROCLAMAS
PROCESSO DE HABILITAÇÃO Nº 13276
Livro nº D-64 Fls. nº 186
Faz saber que pretendem casar-se, sob o regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, os noivos: MAURO CELSO GOMES SILVA e FABIANA LEITE FLORES. Ele é natural de Rio Branco-AC, nascido em 22 de outubro de 1976, solteiro, comerciante, residente e domiciliado na Rua Percy Holder, 3513, Bairro Cidade do Lobo, nesta cidade, filho de CORBELIANO NOGUEIRA DA SILVA e RAIMUNDA GOMES DE ARAÚJO FILHA. Ela é natural de Porto Velho-RO, nascida em 09 de novembro de 1985, solteira, comerciante, residente e domiciliada na Rua Percy Holder, 3513, Bairro Cidade do Lobo, nesta cidade, filha de JOSIAS FLORES e OSTERIA ISTEVO LEITE. E, que em virtude do casamento, os nubentes passarão a assinar MAURO CELSO GOMES SILVA e FABIANA LEITE FLORES. Apresentaram os Documentos Exigidos no Artigo 1.525 do Código Civil Brasileiro. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser fixado no prazo legal, em Cartório e publicado no Diário Oficial. Porto Velho - RO, 26 de abril de 2019.
Valmara Rodrigues Reis
Escrevente Autorizada

EDITAL DE PROCLAMAS
PROCESSO DE HABILITAÇÃO Nº 13277
Livro nº D-64 Fls. nº 187
Faz saber que pretendem casar-se, sob o regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, os noivos: RONNE RAMOS SARAIVA e ROSANGELA DE SOUZA CASTRO. Ele é natural de Porto Velho-RO, nascido em 07 de junho de 1974, solteiro, pescador, residente e domiciliado na Rua Ataufo Alves nº 9238, bairro Mariana, nesta cidade, filho de SEBASTIÃO SARAIVA DOS SANTOS e MARIA DO ROSÁRIO RAMOS. Ela é natural de Angélica-MS, nascida em 19 de agosto de 1972, divorciada, do lar, residente e domiciliada na Rua Ataufo Alves nº 9238, bairro Mariana, nesta cidade, filha de SEBASTIÃO TEIXEIRA DE SOUZA e NAIR APARECIDA DE CASTRO SOUZA. E, que em virtude do casamento, os nubentes passarão a assinar RONNE RAMOS SARAIVA e ROSANGELA DE SOUZA CASTRO RAMOS. Apresentaram os Documentos Exigidos no Artigo 1.525 do Código Civil Brasileiro. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser fixado no prazo legal, em Cartório e publicado no Diário Oficial. Porto Velho - RO, 29 de abril de 2019.
Ivani Cardoso Cândido de Oliveira
Tabeliã/Oficiala

EDITAL DE PROCLAMAS
PROCESSO DE HABILITAÇÃO Nº 13278
Livro nº D-64 Fls. nº 188
Faz saber que pretendem casar-se, sob o regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, os noivos: MICHEL TOMAZ MOREIRA DE LIMA e MARIA KARLA DE OLIVEIRA MARINHO. Ele é natural de Porto Velho-RO, nascido em 23 de agosto de 1983, solteiro, vigilante, residente e domiciliado na Avenida Campos Sales, 1371, Bairro Areal, nesta cidade, filho de GODOFREDO TOMAZ DE LIMA FILHO e SUELY DA SILVA MOREIRA DE LIMA. Ela é natural de Porto Velho-RO, nascida em 26 de setembro de 1997, solteira, recepcionista, residente e domiciliada na Avenida Campos Sales, 1371, Bairro Areal, nesta cidade, filha de PAULO SERGIO MARINHO e MARIA RAIMUNDA DE OLIVEIRA MENEZES. E, que em virtude do casamento, os nubentes passarão a assinar MICHEL TOMAZ MOREIRA DE LIMA e MARIA KARLA DE OLIVEIRA MARINHO MOREIRA. Apresentaram os Documentos Exigidos no Artigo 1.525 do Código Civil Brasileiro. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser fixado no prazo legal, em Cartório e publicado no Diário Oficial. Porto Velho - RO, 29 de abril de 2019.
Ivani Cardoso Cândido de Oliveira
Tabeliã/Oficiala

EDITAL DE PROCLAMAS
PROCESSO DE HABILITAÇÃO Nº 13279
Livro nº D-64 Fls. nº 189
Faz saber que pretendem casar-se, sob o regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, os noivos: MARCOS ANTONIO VIEIRA DE SOUZA e ELLEM CRYSTHINA MATOS MAIA. Ele é natural de Ariquemes-RO, nascido em 29 de outubro de 1978, solteiro, ajudante de pedreiro, residente e domiciliado na Rua Jacobina n° 2048, bairro Marcos Freire, nesta cidade, filho de JOÃO DE SOUZA DA SILVA e MARIA DE FÁTIMA VIEIRA. Ela é natural de Sena Madureira-AC, nascida em 23 de abril de 1987, divorciada, do lar, residente e domiciliada na Rua Jacobina n° 2048, bairro Marcos Freire, nesta cidade, filha de EFRAIM DA COSTA MAIA e SHEILA CRISTINA CABRAL DE MATOS. E, que em virtude do casamento, os nubentes passarão a assinar MARCOS ANTONIO VIEIRA DE SOUZA e ELLEM CRYSTHINA MATOS MAIA. Apresentaram os Documentos Exigidos no Artigo 1.525 do Código Civil Brasileiro. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser fixado no prazo legal, em Cartório e publicado no Diário Oficial. Porto Velho - RO, 29 de abril de 2019.
Ivani Cardoso Cândido de Oliveira
Tabeliã/Oficiala

EDITAL DE PROCLAMAS
PROCESSO DE HABILITAÇÃO Nº 13280
Livro nº D-64 Fls. nº 190
Faz saber que pretendem casar-se, sob o regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, os noivos: JOSÉ AUGUSTO PEREIRA BERNARDO e JANETE LÍLIA ABIORANA DO NASCIMENTO. Ele é natural de Porto Velho-RO, nascido em 05 de setembro de 1974, divorciado, aposentado, residente e domiciliado na Rua Paissndy, 6208, Bairro Três Maria, nesta cidade, filho de ISAAC FERREIRA BERNARDO e LUCY PEREIRA TRINDADE. Ela é natural de Guajará-Mirim-RO, nascida em 07 de setembro de 1980, solteira, professora, residente e domiciliada na Rua Paulo Francis, 2482, Bairro Conceição, nesta cidade, filha de ELIAS CHAGAS DO NASCIMENTO e URIA ABIORANA DO NASCIMENTO. E, que em virtude do casamento, os nubentes passarão a assinar JOSÉ AUGUSTO PEREIRA BERNARDO e JANETE LÍLIA ABIORANA DO NASCIMENTO BERNARDO. Apresentaram os Documentos Exigidos no Artigo 1.525 do Código Civil Brasileiro. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser fixado no prazo legal, em Cartório e publicado no Diário Oficial. Porto Velho - RO, 30 de abril de 2019.
Ivani Cardoso Cândido de Oliveira
Tabeliã/Oficiala

EDITAL DE PROCLAMAS
PROCESSO DE HABILITAÇÃO Nº 13281
Livro nº D-64 Fls. nº 191
Faz saber que pretendem casar-se, sob o regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, os noivos: JORGE CLÊITON MESSIAS DE OLIVEIRA e CAROLINE BELLÓ CAVALHEIRO. Ele é natural de Porto Velho-RO, nascido em 19 de agosto de 1987, solteiro, auxiliar

administrativo, residente e domiciliado na Rua Petropolis n° 3131, bairro Novo Horizonte, nesta cidade, filho de JORGE MESSIAS DE OLIVEIRA e FLORIPES JOSÉ DE OLIVEIRA. Ela é natural de Rolim de Moura-RO, nascida em 06 de abril de 1990, solteira, do lar, residente e domiciliada na Rua Petropolis n° 3131, bairro Novo Horizonte, nesta cidade, filha de ELISEU BORBA CAVALHEIRO e ELIANE FÁTIMA BELLÓ CAVALHEIRO. E, que em virtude do casamento, os nubentes passarão a assinar JORGE CLÊITON MESSIAS DE OLIVEIRA e CAROLINE BELLÓ CAVALHEIRO. Apresentaram os Documentos Exigidos no Artigo 1.525 do Código Civil Brasileiro. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser fixado no prazo legal, em Cartório e publicado no Diário Oficial. Porto Velho - RO, 30 de abril de 2019.
Ivani Cardoso Cândido de Oliveira
Tabeliã/Oficiala

EDITAL DE PROCLAMAS
PROCESSO DE HABILITAÇÃO Nº 13282
Livro nº D-64 Fls. nº 192
Faz saber que pretendem casar-se, sob o regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, os noivos: RICHARDSON PRIETTO BALBINO e NILDA GONÇALVES DA SILVA. Ele é natural de Itaituba-PA, nascido em 05 de março de 1996, solteiro, instalador de som, residente e domiciliado na Rua Agda Muniz, 3669, Bairro Conceição, nesta cidade, filho de NELSON BALBINO e MARCIA CRISTINA PRIETTO BERNARDO. Ela é natural de Porto Velho-RO, nascida em 13 de janeiro de 1999, solteira, do lar, residente e domiciliada na Rua Agda Muniz, 3669, Bairro Conceição, nesta cidade, filha de RAIMUNDO DA SILVA NUNES e ROSALINA ROMERO GONÇALVES MARTINEZ. E, que em virtude do casamento, os nubentes passarão a assinar RICHARDSON PRIETTO BALBINO e NILDA GONÇALVES DA SILVA PRIETTO. Apresentaram os Documentos Exigidos no Artigo 1.525 do Código Civil Brasileiro. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser fixado no prazo legal, em Cartório e publicado no Diário Oficial. Porto Velho - RO, 30 de abril de 2019.
Ivani Cardoso Cândido de Oliveira
Tabeliã/Oficiala

EDITAL DE PROCLAMAS
PROCESSO DE HABILITAÇÃO Nº 13283
Livro nº D-64 Fls. nº 193
Faz saber que pretendem casar-se, sob o regime de COMUNHÃO DE BENS, os noivos: MARCELO DE CASTRO RIBEIRO e SANDIELI VIEIRA NEVES. Ele é natural de Novo Aripuanã-AM, nascido em 10 de junho de 1985, divorciado, serralheiro, residente e domiciliado na Rua Mclaren, 1, Bairro Mariana, nesta cidade, filho de GENARO RIBEIRO DE ALBUQUERQUE e MARIA CACILDA DE CASTRO. Ela é natural de Porto Velho-RO, nascida em 20 de novembro de 1992, divorciada, do lar, residente e domiciliada na Rua Mclaren, 1, Bairro Mariana, nesta cidade, filha de DOMINGOS GIMA NEVES e SUELY VIEIRA LIMA. E, que em virtude do casamento, os nubentes passarão a assinar MARCELO DE CASTRO RIBEIRO e SANDIELI VIEIRA NEVES CASTRO. Apresentaram os Documentos Exigidos no Artigo 1.525 do Código Civil Brasileiro. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser fixado no prazo legal, em Cartório e publicado no Diário Oficial. Porto Velho - RO, 30 de abril de 2019.
Ivani Cardoso Cândido de Oliveira
Tabeliã/Oficiala

EDITAL DE PROCLAMAS
PROCESSO DE HABILITAÇÃO Nº 13284
Livro nº D-64 Fls. nº 194
Faz saber que pretendem casar-se, sob o regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, os noivos: KLEVER AUGUSTO DA COSTA e RAIANNA EUNICE SILVEIRA GALDINO. Ele é natural de Ribeirão Preto-SP, nascido em 14 de abril de 1985, divorciado, empresário, residente e domiciliado na Rua dos Andrades, 8617, Bairro São Francisco, nesta cidade, filho de ANTÔNIO DA COSTA e CICERA APARECIDA DA SILVA COSTA. Ela é natural de porto velho-RO, nascida em 12 de novembro de 1994, solteira, autônoma, residente e domiciliada na Rua dos Andrades, 8617, Bairro São Francisco, nesta cidade, filha de RAIMUNDO GALDINO PEREIRA e ROSALI FERNANDES SILVEIRA. E, que em virtude do casamento, os nubentes passarão a assinar KLEVER AUGUSTO DA COSTA e RAIANNA EUNICE SILVEIRA GALDINO COSTA. Apresentaram os Documentos Exigidos no Artigo 1.525 do Código Civil Brasileiro. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser fixado no prazo legal, em Cartório e publicado no Diário Oficial. Porto Velho - RO, 30 de abril de 2019.
Valmara Rodrigues Reis
Escrevente Autorizada

EDITAL DE PROCLAMAS
PROCESSO DE HABILITAÇÃO Nº 13285
Livro nº D-64 Fls. nº 195
Faz saber que pretendem casar-se, sob o regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, os noivos: FRANCISCO MARQUES DA ROCHA e OCIVANDA RODRIGUES DE LIMA. Ele é natural de Seringal, Santo Antonio, Município de Rio Branco-AC, nascido em 03 de maio de 1977, solteiro, funcionário público estadual, residente e domiciliado na Rua Fernando de Noronha, 3327, Bairro Eletronorte, nesta cidade, filho de JOSÉ SANTANA DA ROCHA e JOSEFA MARQUES DA ROCHA. Ela é natural de Porto Velho-RO, nascida em 06 de janeiro de 1973, divorciada, funcionária pública estadual, residente e domiciliada na Rua Fernando de Noronha, 3327, Bairro Eletronorte, nesta cidade, filha de FRANCISCO RODRIGUES DE LIMA e MATILDE CARVALHO DE LIMA. E, que em virtude do casamento, os nubentes passarão a assinar FRANCISCO MARQUES DA ROCHA e OCIVANDA RODRIGUES DE LIMA. Apresentaram os Documentos Exigidos no Artigo 1.525 do Código Civil Brasileiro. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser fixado no prazo legal, em Cartório e publicado no Diário Oficial. Porto Velho - RO, 30 de abril de 2019.
Valmara Rodrigues Reis
Escrevente Autorizada

EDITAL DE PROCLAMAS
PROCESSO DE HABILITAÇÃO Nº 13286
Livro nº D-64 Fls. nº 196
Faz saber que pretendem casar-se, sob o regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, os noivos: ALEXANDRE SOARES DA SILVA e JÚLIA LINS DE OLIVEIRA. Ele é natural de Porto Velho-RO, nascido em 18 de dezembro de 1994, solteiro, auxiliar de mecânico, residente e domiciliado na Rua Larimar, 8955, Bairro Socialista, nesta cidade, filho de JOSÉ CARLOS DA SILVA e ROSEMARY SOARES. Ela é natural de Porto Velho-RO, nascida em 22 de fevereiro de 1998, solteira, vendedora, residente e domiciliada na Rua Larimar, 8955, Bairro Socialista, nesta cidade, filha de RICARDO ALVES DE OLIVEIRA e CÁTIA DA SILVA LINS. E, que em virtude do casamento, os nubentes passarão a assinar

ALEXANDRE SOARES DA SILVA e JÚLIA LINS DE OLIVEIRA SOARES. Apresentaram os Documentos Exigidos no Artigo 1.525 do Código Civil Brasileiro. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser fixado no prazo legal, em Cartório e publicado no Diário Oficial. Porto Velho - RO, 30 de abril de 2019.
Valmara Rodrigues Reis
Escrevente Autorizada

EDITAL DE PROCLAMAS
PROCESSO DE HABILITAÇÃO Nº 13287
Livro nº D-64 Fls. nº 197
Faz saber que pretendem casar-se, sob o regime de COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS, os noivos: DEIJESSON BATISTA FROES e SARA AMARA HERCULANO DA SILVA. Ele é natural de Porto Velho-RO, nascido em 14 de setembro de 1993, solteiro, autônomo, residente e domiciliado na Rua Fabia, 6812, APT 02, Bairro Igarapé, nesta cidade, filho de DJAILSON FROES CONCEIÇÃO e SIRENE JOSÉ BATISTA. Ela é natural de Porto Velho-RO, nascida em 05 de janeiro de 1999, solteira, beneficiária do inss, residente e domiciliada na Rua Fabia, 6812, APT 02, Bairro Igarapé, nesta cidade, filha de PEDRO HERCULANO DA SILVA e INÁCIA ALMEIDA DA SILVA. E, que em virtude do casamento, os nubentes passarão a assinar DEIJESSON BATISTA FORES e SARA AMARA HERCULANO DA SILVA. Apresentaram os Documentos Exigidos no Artigo 1.525 do Código Civil Brasileiro. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser fixado no prazo legal, em Cartório e publicado no Diário Oficial. Porto Velho - RO, 30 de abril de 2019.
Ivani Cardoso Cândido de Oliveira
Tabeliã/Oficiala

EXTREMA DE RONDÔNIA

O Tabelião do Oficio de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas do Distrito de Extrema, Município e Comarca de Porto Velho, Rondônia, Marcos Antônio Moreira Fidelis, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Art. 67, §1 da Lei 6.015/73 e Art. 642, §1° do Provimento n° 0018/2015 – CG; faço a publicação dos seguintes editais de proclamas:

LIVRO D-004 FOLHA 282 TERMO 000766 EDITAL DE PROCLAMAS Nº 766 Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ROZEVALDO DIAS DOS SANTOS, de nacionalidade brasileiro, agricultor, solteiro, natural de Itamaraju-BA, onde nasceu no dia 23 de julho de 1978, residente e domiciliado à Rua Duque de Caxias, 4323, Distrito de Extrema, em Porto Velho-RO, CEP: 76.847-000, filho de ROSALINO DIAS DOS SANTOS e de ADELICE FLORIANO DE BRITO; e LEDA MARIA DOS ANJOS FIGUEIREDO de nacionalidade brasileira, agricultora, solteira, natural de Ariquemes-RO, onde nasceu no dia 27 de fevereiro de 1981, residente e domiciliada à Rua Duque de Caxias, 432, Distrito de Extrema, em Porto Velho-RO, CEP: 76.847-000, filha de ALBERTO ALVES FIGUEIREDO e de NEIDE DOS ANJOS VALE. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça. Porto Velho-RO, 29 de abril de 2019.

LIVRO D-004 FOLHA 283 TERMO 000767 EDITAL DE PROCLAMAS Nº 767 Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ANDERSON CUZZUOL DA COSTA, de nacionalidade brasileiro, Agricultor, solteiro, natural de Vila Campinas, em Plácido de Castro-AC, onde nasceu no dia 13 de outubro de 1999, residente e domiciliado na Localidade Linha 05, s/nº, Zona Rural, em Porto Velho-RO, CEP: 76.847-000, filho de GERCI BICALHO DA COSTA FILHO e de VÂNIA MARIA DE SOUZA CUZZUOL DA COSTA; e ISADORA MORAIS DE OLIVEIRA de nacionalidade brasileira, estudante, solteira, natural de Rolim de Moura - RO, onde nasceu no dia 06 de março de 2001, residente e domiciliada na Localidade Linha 05, s/nº, Zona Rural, em Porto Velho-RO, CEP: 76.847-000, filha de DENIS JACKSON SOUZA DE OLIVEIRA e de JULIANA MARIA DE MORAIS. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça. Porto Velho-RO, 29 de abril de 2019.

LIVRO D-004 FOLHA 284 TERMO 000768 EDITAL DE PROCLAMAS Nº 768 Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: GERCINO PEDRO DA CUNHA FILHO, de nacionalidade brasileiro, lavrador, solteiro, natural de Itabirinha-MG, onde nasceu no dia 16 de dezembro de 1984, residente e domiciliado à Avenida Luiz Antonio Miotto, s/nº, Distrito Vista Alegre do Abunã, em Porto Velho-RO, CEP: 76.846-000, filho de GERCINO PEDRO DA CUNHA e de ALTAMIRA CUNHA DE FREITAS; e VERA LUCIA MARTINS MOROZINI de nacionalidade brasileira, agricultora, divorciada, natural de Rio Preto, em São Mateus-ES, onde nasceu no dia 21 de janeiro de 1979, residente e domiciliada à Avenida Luiz Antonio Miotto, s/nº, Distrito Vista Alegre do Abunã, em Porto Velho-RO, CEP: 76.846-000, filha de PEDRO PAULO MOROZINI e de MARLI MARTINS MOROZINI. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça. Porto Velho-RO, 29 de abril de 2019.

LIVRO D-004 FOLHA 285 TERMO 000769 EDITAL DE PROCLAMAS Nº 769 Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ADRIANO BARBOSA DA SILVA, de nacionalidade brasileiro, pedreiro, solteiro, natural de Distrito de Nova Califórnia, em Porto Velho-RO, onde nasceu no dia 23 de setembro de 1988, residente e domiciliado à Rua Santo Antonio, 995, Distrito de Extrema, em Porto Velho-RO, CEP: 76.847-000, filho de JOSÉ BATISTA DA SILVA FILHO e de MARINEISE DE ARAUJO BARBOSA; e MARINES COELHO CAMERA de nacionalidade brasileira, do lar, solteira, natural de Distrito de Extrema, em Porto Velho-RO, onde nasceu no dia 12 de setembro de 1990, residente e domiciliada à Rua Santo Antonio, 995, Distrito de Extrema, em Porto Velho-RO, CEP: 76.847-000, filha de MARIANO CAMERA e de MARIA DE JESUS COELHO CAMERA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça. Porto Velho-RO, 29 de abril de 2019.

ITAPUÃ DO OESTE

ESTADO DE RONDÔNIA
COMARCA DE PORTO VELHO
CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS
Rua Fernando de Noronha nº 1470 - Centro - Itapuã do Oeste - Fone: (69) 3231-2450
TABELIÃO E REGISTRADOR: JOSÉ DE ALENCAR NETO
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 1.190
095885 01 55 2019 6 00004 128 0001190 36
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: MAICON FERNANDES DA SILVA, de nacionalidade brasileiro, produtor rural, solteiro, natural de Ouro Preto do Oeste-RO, onde nasceu no dia 25 de agosto de 1998, residente e domiciliado na Linha 623, km 07, zona rural, em Itapuã do Oeste-RO, filho de LAUDEMIR APARECIDO DA SILVA e de MARILENI MENDES FERNANDES DA SILVA; e IZABELA SOTA DE OLIVEIRA de nacionalidade brasileira, estudante, solteira, natural de Buritis-RO, onde nasceu no dia 27 de agosto de 2001, residente e domiciliada à Rua Belo Horizonte, 1232, Centro, em Itapuã do Oeste-RO, CEP: 76.861-000, filha de ANTÔNIO DE OLIVEIRA e de SONIA SOTA DE SIQUEIRA. Regime escolhido pelos nubentes Comunhão Parcial de Bens. Passando a assinar-se após o casamento: MAICON FERNANDES DA SILVA OLIVEIRA e IZABELA SOTA DE OLIVEIRA SILVA
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Itapuã do Oeste-RO, 29 de abril de 2019.
Rute de Araújo Santos
Registradora Substituta

ESTADO DE RONDÔNIA
COMARCA DE PORTO VELHO
CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS
Rua Fernando de Noronha nº 1470 - Centro - Itapuã do Oeste - Fone: (69) 3231-2450
TABELIÃO E REGISTRADOR: JOSÉ DE ALENCAR NETO
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 1.188
095885 01 55 2019 6 00004 126 0001188 87
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: SAMUEL GOMES DA SILVA, de nacionalidade brasileiro, aposentado, viúvo, natural de Marília-SP, onde nasceu no dia 10 de maio de 1938, residente e domiciliado à Rua Matias Arcanjo Ribeiro, nº1869, Centro, em Itapuã do Oeste-RO, filho de JOSIEL GOMES DA SILVA e de MARIA OVENTINA DA SILVA; e IRACEMA BARBOSA DOS SANTOS de nacionalidade brasileira, aposentada, divorciada, natural de Governador Valadares-MG, onde nasceu no dia 25 de fevereiro de 1955, residente e domiciliada à Rua Matias Arcanjo Ribeiro, 1869, Centro, em Itapuã do Oeste-RO, filha de DOMINGOS FERNANDES DOS SANTOS e de MARIA FAUSTINA BARBOSA. Regime escolhido pelos nubentes Separação Legal de Bens, nos termos do artigo 1.641, inciso II do Código Civil Brasileiro. Passando a assinar-se após o casamento: sem alteração.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Itapuã do Oeste-RO, 25 de abril de 2019.
Rute de Araújo Santos
Registradora Substituta

ESTADO DE RONDÔNIA
COMARCA DE PORTO VELHO
CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS
Rua Fernando de Noronha nº 1470 - Centro - Itapuã do Oeste - Fone: (69) 3231-2450
TABELIÃO E REGISTRADOR: JOSÉ DE ALENCAR NETO
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 1.186
095885 01 55 2019 6 00004 124 0001186 80
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: JUCELINO SILVA DOS SANTOS, de nacionalidade brasileiro, funcionario público, divorciado, natural de Rondonópolis-MT, onde nasceu no dia 05 de outubro de 1959, residente e domiciliado à Linha 605 km 01, zona rural, em Itapuã do Oeste-RO, , filho de AUREA SILVA DOS SANTOS; e GRACINETE SANTOS DE SOUZA de nacionalidade brasileira, agricultora, solteira, natural de Pimenta Bueno-RO, onde nasceu no dia 19 de novembro de 1986, residente e domiciliada à LINHA 605 Km 01, zona rural, em Itapuã do Oeste-RO, , filha de JOSÉ AUGUSTO PINTO DE SOUZA e de ODETE PAULINO DOS SANTOS. Regime escolhido pelos nubentes Comunhão Parcial de Bens. Passando a assinar-se após o casamento: ELE – sem alteração; ELA - GRACINETE SANTOS DE SOUZA SILVA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Itapuã do Oeste-RO, 22 de abril de 2019.
Rute de Araújo Santos
Registradora Substituta

ESTADO DE RONDÔNIA
COMARCA DE PORTO VELHO
CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS
Rua Fernando de Noronha nº 1470 - Centro - Itapuã do Oeste - Fone: (69) 3231-2450
TABELIÃO E REGISTRADOR: JOSÉ DE ALENCAR NETO
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 1.184
095885 01 55 2019 6 00004 122 0001184 84
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: GENILSON ARAÚJO NASCIMENTO, de nacionalidade brasileiro, autonomo, divorciado, natural de Cruzeiro do Sul-AC, onde nasceu no dia 11 de março de 1975, residente e domiciliado à Rua Ayrton Senna s/nº, Centro, em Itapuã do Oeste-RO, filho de LEONILSON FERREIRA DO NASCIMENTO e de MARIA BARBOSA ARAÚJO NASCIMENTO; e TEREZA LUIZA DIAS de nacionalidade brasileira, agricultora, solteira, natural de Joeirana-Ecoporange-ES, onde nasceu no dia 16 de maio de 1966, residente e domiciliada na LINHA 120, KM 24, SÍTIO SÃO SEBASTIÃO, zona rural, em Itapuã do Oeste-RO, filha de SEBASTIÃO AUGUSTO DIAS e de EFIGENIA LUIZA DIAS. Regime escolhido pelos nubentes Comunhão Parcial de Bens.

Passando a assinar-se após o casamento: ambos sem alteração.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Itapuã do Oeste-RO, 16 de abril de 2019.
Rute de Araújo Santos
Registradora Substituta

ESTADO DE RONDÔNIA
COMARCA DE PORTO VELHO
CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS
Rua Fernando de Noronha nº 1470 - Centro - Itapuã do Oeste - Fone: (69) 3231-2450
TABELIÃO E REGISTRADOR: JOSÉ DE ALENCAR NETO
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 1.189
095885 01 55 2019 6 00004 127 0001189 85
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: LEANDRO DA SILVA COSTA, de nacionalidade brasileiro, soldador, divorciado, natural de Jaru-RO, onde nasceu no dia 15 de setembro de 1988, residente e domiciliado à Rua José Valdir Pereira Nº 1621, Centro, em Itapuã do Oeste-RO, filho de JURANDIR PIMENTEL COSTA e de DINORÁ DA SILVA COSTA; e POLIANA KEFFER BRUMADO de nacionalidade brasileira, cabeleireira, divorciada, natural de Alta Floresta D'Oeste-RO, onde nasceu no dia 17 de agosto de 1991, residente e domiciliada à Rua José Valdir Pereira, 1621, Centro, em Itapuã do Oeste-RO, filha de VALDIR BRUMADO e de LUCINÉIA LOHAS KEFFER. Regime escolhido pelos nubentes Comunhão Parcial de Bens. Passando a assinar-se após o casamento: LEANDRO DA SILVA COSTA KEFFER e POLIANA KEFFER BRUMADO COSTA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Itapuã do Oeste-RO, 25 de abril de 2019.
Rute de Araújo Santos
Registradora Substituta

ESTADO DE RONDÔNIA
COMARCA DE PORTO VELHO
CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS
Rua Fernando de Noronha nº 1470 - Centro - Itapuã do Oeste - Fone: (69) 3231-2450
TABELIÃO E REGISTRADOR: JOSÉ DE ALENCAR NETO
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 1.187
095885 01 55 2019 6 00004 125 0001187 89
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: NILSONLEI FARIAS DA SILVA PEREIRA, de nacionalidade brasileiro, empresário, solteiro, natural de Governador Valadares-MG, onde nasceu no dia 11 de outubro de 1982, residente e domiciliado à Rua Reginaldo Ferreira Borges nº 1456, Centro, em Itapuã do Oeste-RO, filho de JOAQUIM FALICIANO PEREIRA e de MARIA GOMES FARIAS; e POLIANA MOULAZ DE OLIVEIRA de nacionalidade brasileira, funcionária publica, solteira, natural de Jaru-RO, onde nasceu no dia 22 de agosto de 1989, residente e domiciliada à Rua Reginaldo Ferrreira nº 1456, Centro, em Itapuã do Oeste-RO, , filha de OURIVALDI DE SOUZA OLIVEIRA e de ELIZABETH MOULAZ DE OLIVEIRA. Regime escolhido pelos nubentes Comunhão Parcial de Bens. Passando a assinar-se após o casamento: ambos sem alteração-
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Itapuã do Oeste-RO, 22 de abril de 2019.
JOSÉ DE ALENCAR NETO
Tabelião/Registrador

ESTADO DE RONDÔNIA
COMARCA DE PORTO VELHO
CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS
Rua Fernando de Noronha nº 1470 - Centro - Itapuã do Oeste - Fone: (69) 3231-2450
TABELIÃO E REGISTRADOR: JOSÉ DE ALENCAR NETO
EDITAL DE PROCLAMAS Nº •1.191
•095885 01 55 2019 6 00004 129 0001191 34
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo •1.525, incisos •I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: •BRASILINO BENTO, de nacionalidade •brasileiro, •mecânico, •divorciado, natural •de Rondonópolis-MT, onde nasceu no dia •06 de fevereiro de 1954, residente e domiciliado •à Rua Recife nº 2221, Centro, em Itapuã do Oeste-RO, filho de •MANOEL BENTO e de ANICIA BENTO; e •ALCENIR VIEIRA LOPES de nacionalidade •brasileiro, •confeiteira, •divorciada, natural •de Catanduvas-PR, onde nasceu no dia •18 de dezembro de 1974, residente e domiciliada •à Rua Recife nº2221, CENTRO, em Itapuã do Oeste-RO, filha de •ADÃO VIEIRA LOPES e de ILDA DA COSTA LOPES. Regime escolhido pelos nubentes •Comunhão Parcial de Bens. Passando a assinar-se após o casamento: •BRASILINO BENTO LOPES e ALCENIR VIEIRA LOPES BENTO.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.•
•Itapuã do Oeste-•RO, •02 de maio de 2019.
Rute de Araújo Santos
Registradora Substituta

COMARCA DE JI-PARANÁ

1° OFÍCIO DE REGISTROS CIVIS

LIVRO D-053 FOLHA 169 vº
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 30.735
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: GREIVERSON REIS DA SILVA, de nacionalidade brasileira, repositor de supermercado, solteiro, natural de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia 20 de dezembro de 2000, residente e domiciliado à Rua Floresta, 1030, Novo Horizonte, em Ji-Paraná-RO, passou a adotar o nome de GREIVERSON REIS DA SILVA SANTOS, , filho de JUVENAL JOSÉ DA SILVA e de ISMERILDA DOS REIS DA SILVA; e PÂMELA SANTOS DE LIMA de nacionalidade brasileira, estudante, solteira, natural de Ariquemes-RO, onde nasceu no dia 04 de março de 2001, residente e domiciliada à Rua Floresta, 1030, Novo Horizonte, em Ji-Paraná-RO, passou a adotar no nome de PÂMELA SANTOS DE LIMA REIS, , filha de ANTONIO GOMES DE LIMA e de CONCEIÇÃO DE JESUS SANTOS. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Ji-Paraná-RO, 30 de abril de 2019.
Luzia Regly Muniz Corilaço
Oficiala

2° OFÍCIO DE REGISTROS CIVIS

2º OFICIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS
Rua Luiz Muzambinho (T-06), nº 1529, Nova Brasília – CEP. 76.908-414 – Fone:(69)3421-1765
Município e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondonia
Rodrigo Marcolino Bozelhe-OFICIAL E TABELIÃO
LIVRO D-008 FOLHA 256
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.711
MATRÍCULA 095810 01 55 2019 6 00008 256 0004711 31
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: DIEGO MANTOVANELLE FERREIRA, de nacionalidade brasileiro, lavrador, solteiro, portador da cédula de RG nº 1477441/SESDEC/RO - Expedido em 11/06/2015, inscrito no CPF/MF nº 046.194.682-31, natural de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia 07 de novembro de 1997, residente e domiciliado na Linha 90, Gleba 39 Projeto Riachuelo, s/n, Zona Rural, em Ji-Paraná-RO, continuou a adotar o nome de DIEGO MANTOVANELLE FERREIRA, , filho de NEIR FERREIRA e de ADRIANA MARIA MANTOVANELLE FERREIRA; e JAQUELINE BATISTA DE SOUZA de nacionalidade brasileira, lavradora, solteira, portadora da cédula de RG nº 1209833/SESDEC/RO - Expedido em 24/09/2010, inscrita no CPF/MF nº 020.797.262-18, natural de Sardoá-MG, onde nasceu no dia 07 de julho de 1991, residente e domiciliada na Linha 90, Gleba 39 Projeto Riachuelo, s/n, Zona Rural, em Ji-Paraná-RO, passou a adotar no nome de JAQUELINE BATISTA DE SOUZA MANTOVANELLE, , filha de ATAIRSON PINTO DE SOUZA e de ROSILENE BATISTA DOS SANTOS SOUZA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Ji-Paraná-RO, 30 de abril de 2019.
Rodrigo Marcolino Bozelhe
Oficial

2º OFICIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS
Rua Luiz Muzambinho (T-06), nº 1529, Nova Brasília – CEP. 76.908-414 – Fone:(69)3421-1765
Município e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondonia
Rodrigo Marcolino Bozelhe-OFICIAL E TABELIÃO
LIVRO D-008 FOLHA 255 vº
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.710
MATRÍCULA 095810 01 55 2019 6 00008 255 0004710 31
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: VALDIR MEIRA DE OLIVEIRA, de nacionalidade brasileira, motorista, solteiro, portador da cédula de RG nº 000693823/SSP/RO - Expedido em 14/10/1998, inscrito no CPF/MF nº 612.928.262-15, natural de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia 03 de novembro de 1976, residente e domiciliado à Rua Bem-te-vi, 1867, União II, em Ji-Paraná-RO, continuou a adotar o nome de VALDIR MEIRA DE OLIVEIRA, , filho de ALÍPIO MEIRA DE OLIVEIRA e de MARIA ALFREDO DE OLIVEIRA; e EDILENIA SILVA DE OLIVEIRA de nacionalidade brasileira, do lar, solteira, portadora da cédula de RG nº 1134699/SSP/RO, inscrita no CPF/MF nº 537.841.702-34, natural de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia 26 de setembro de 1986, residente e domiciliada à Rua Bem-te-vi, 1867, União II, em Ji-Paraná-RO, continuou a adotar no nome de EDILENIA SILVA DE OLIVEIRA, , filha de JOÃO RAMOS DE OLIVEIRA e de CONCEIÇÃO APARECIDA SILVA DE OLIVEIRA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Ji-Paraná-RO, 30 de abril de 2019.
Rodrigo Marcolino Bozelhe
Oficial

2º OFICIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS
Rua Luiz Muzambinho (T-06), nº 1529, Nova Brasília – CEP. 76.908-414 – Fone:(69)3421-1765
Município e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondonia
Rodrigo Marcolino Bozelhe-OFICIAL E TABELIÃO
LIVRO D-008 FOLHA 255
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.709
MATRÍCULA
095810 01 55 2019 6 00008 255 0004709 14
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: NILTON BISPO DE SOUZA, de nacionalidade brasileiro, pintor, divorciado, portador da cédula de RG nº 403558/SESDEC/RO, inscrito no CPF/MF nº 316.733.922-53, natural de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia 04 de dezembro de 1973, residente e domiciliado à Rua João Goulart, 764, Riachuelo, em Ji-Paraná-RO, CEP: 76.803-772, continuou a adotar o nome de NILTON BISPO DE SOUZA, , filho de EMIDIO BISPO DE SOUZA e de SUZETE VIEIRA RAMOS; e RAQUEL DE CARVALHO de nacionalidade brasileira, pedagoga, solteira, portadora da cédula de RG nº 548069/SSP/RO, inscrita no CPF/MF nº 422.713.042-53, natural de Peabiru-PR, onde nasceu no dia 02 de março de 1976, residente e domiciliada à Rua João Goulart, 764, Riachuelo, em Ji-Paraná-RO, CEP: 76.803-772, passou a adotar no nome de RAQUEL DE CARVALHO SOUZA, , filha de HELIO FERREIRA DE CARVALHO e de RICARDA SOARES DE CARVALHO. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Ji-Paraná-RO, 30 de abril de 2019.
Rodrigo Marcolino Bozelhe
Oficial

2º OFICIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS
Rua Luiz Muzambinho (T-06), nº 1529, Nova Brasília – CEP. 76.908-414 – Fone:(69)3421-1765
Município e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondonia
Rodrigo Marcolino Bozelhe-OFICIAL E TABELIÃO
LIVRO D-008 FOLHA 254 vº
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.708
MATRÍCULA
095810 01 55 2019 6 00008 254 0004708 16
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: CEZAR INACIO DA SILVA, de nacionalidade brasileira, motorista, divorciado, portador da cédula de RG nº 776727/SSP/RO, inscrito no CPF/MF nº 711.000.832-00, natural de Jaru-RO, onde nasceu no dia 19 de maio de 1982, residente e domiciliado à Rua Ipê, 101, Cafezinho, em Ji-Paraná-RO, continuou a adotar o nome de CEZAR INACIO DA SILVA, , filho de JOSE INACIO IRMAO e de MARTA FERREIRA DOS SANTOS; e ALICIA DA SILVA ALVES de nacionalidade brasileira, auxiliar de produção, divorciada, portadora da cédula de RG nº 721318/SSP/RO, inscrita no CPF/MF nº 692.251.332-00, natural de Jaru-RO, onde nasceu no dia 24 de agosto de 1978, residente e domiciliada à Rua Ipê, 101, Cafezinho, em Ji-Paraná-RO, continuou a adotar no nome de ALICIA DA SILVA ALVES, , filha de LUIZ FERREIRA ALVES e de ODILZA DA SILVA ALVES. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Ji-Paraná-RO, 30 de abril de 2019.
Rodrigo Marcolino Bozelhe
Oficial

2º OFICIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS
Rua Luiz Muzambinho (T-06), nº 1529, Nova Brasília – CEP. 76.908-414 – Fone:(69)3421-1765
Município e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondonia
Rodrigo Marcolino Bozelhe-OFICIAL E TABELIÃO
LIVRO D-008 FOLHA 254
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.707
MATRÍCULA
095810 01 55 2019 6 00008 254 0004707 19
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ELIEU ALVES PIMENTA ALVES, de nacionalidade brasileiro, marceneiro, solteiro, portador da cédula de RG nº 800924/SSP/ro, inscrito no CPF/MF nº 769.784.352-87, natural de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia 28 de fevereiro de 1984, residente e domiciliado à Rua dos Profetas, 568, Primavera, em Ji-Paraná-RO, continuou a adotar o nome de ELIEU ALVES PIMENTA ALVES, , filho de SEBATIÃO MARCIANO ALVES e de ANADIR ALVES PIMENTA; e HOSANA BRAGA DA SILVA de nacionalidade brasileira, encarregada de lavanderia, divorciada, portadora da cédula de RG nº 628798/SESDEC/RO - Expedido em 06/04/2009, inscrita no CPF/MF nº 612.739.962-91, natural de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia 02 de dezembro de 1976, residente e domiciliada à Rua dos Profetas, 568, Primavera, em Ji-Paraná-RO, continuou a adotar no nome de HOSANA BRAGA DA SILVA, , filha de AYRTON JACINTO e de ALDIVA BRAGA JACINTO. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Ji-Paraná-RO, 30 de abril de 2019.
Rodrigo Marcolino Bozelhe
Oficial

2º OFICIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS
Rua Luiz Muzambinho (T-06), nº 1529, Nova Brasília – CEP. 76.908-414 – Fone:(69)3421-1765
Município e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondonia
Rodrigo Marcolino Bozelhe-OFICIAL E TABELIÃO
LIVRO D-008 FOLHA 253 vº
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.706
MATRÍCULA
095810 01 55 2019 6 00008 253 0004706 10
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Universal de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: SUNDÁRIO JULIO SOARES, de nacionalidade brasileiro, agricultor, divorciado, portador da cédula de RG nº 184636/SESDEC/RO - Expedido em 28/08/2006, inscrito no CPF/MF nº 143.245.982-15, natural de Penápolis-SP, onde nasceu no dia 27 de junho de 1960, residente e domiciliado à Rua Cedro, 1701, Nova Brasília, em Ji-Paraná-RO, continuou a adotar o nome de SUNDÁRIO JULIO SOARES, , filho de CLEMENCIA SOARES MARTHA; e IVONETE VIEIRA DA SILVA de nacionalidade brasileira, costureira, solteira, portadora da cédula de RG nº 392928/SSP/RO - Expedido em 06/01/1989, inscrita no CPF/MF nº 286.172.822-15, natural de Douradina, em Dourados-MS, onde nasceu no dia 25 de junho de 1970, residente e domiciliada à Rua Cedro, 1701, Nova Brasília, em Ji-Paraná-RO, continuou a adotar no nome de IVONETE VIEIRA DA SILVA, , filha de SEVERINO CORDEIRO DA SILVA e de VALDECI VIEIRA DA SILVA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Ji-Paraná-RO, 30 de abril de 2019.
Rodrigo Marcolino Bozelhe
Oficial

2º OFICIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS
Rua Luiz Muzambinho (T-06), nº 1529, Nova Brasília – CEP. 76.908-414 – Fone:(69)3421-1765
Município e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondonia
Rodrigo Marcolino Bozelhe-OFICIAL E TABELIÃO
LIVRO D-008 FOLHA 253
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.705
MATRÍCULA
095810 01 55 2019 6 00008 253 0004705 31
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Separação de Bens Obrigatória, nos termos do artigo 1.641, inciso I do Código Civil Brasileiro e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: JOSÉ APARECIDO TEODORO, de nacionalidade brasileiro, agricultor, viúvo, portador da cédula de RG nº 581455/SSP/RO - Expedido em 11/05/1995, inscrito no CPF/MF nº 588.226.232-15, natural de Assis Chateaubriand-PR, onde nasceu no dia 30 de outubro de 1974, residente e domiciliado à Rua Valdete Vieira da Silva, 3243, Nossa Senhora de Fátima, em Ji-Paraná-RO, continuou a adotar o nome de JOSÉ APARECIDO TEODORO, , filho de BENEDITO TEODORO e de MARIA APARECIDA PIRES TEODORO; e VALDETE VIEIRA DA SILVA de nacionalidade brasileira, do lar, solteira, portadora da cédula de RG nº 460954/SSP/RO - Expedido em 10/05/1991, inscrita no CPF/MF nº 422.643.322-04, natural de Douradina, em Dourados-MS, onde nasceu no dia 06 de setembro de 1962, residente e domiciliada à Rua Valdete Vieira da Silva, 3243, Nossa Senhora de Fátima, em Ji-Paraná-RO, continuou a adotar no nome de VALDETE VIEIRA DA SILVA, , filha de SEVERINO CORDEIRO DA SILVA e de VALDECI VIEIRA DA SILVA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Ji-Paraná-RO, 30 de abril de 2019.
Rodrigo Marcolino Bozelhe
Oficial

COMARCA DE ARIQUEMES

ARIQUEMES

1º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS, INTERDIÇÕES E TUTELAS E TABELIONATO DE NOTAS DE ARIQUEMES
Alameda Brasília, nº 2305, Setor 03 – Ariquemes-RO – CEP: 76.870-510
Fone: (69) 3535.5547/3536.0943 - cartorioariquemes@gmail.com
Patrícia Ghisleri Freire – Registradora Interina
LIVRO D-055 TERMO 018086 FOLHA 056
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 18.086
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
ERICK DE OLIVEIRA SILVA, de nacionalidade brasileira, de profissão Assistente Administrativo, de estado civil solteiro, natural de São Paulo-SP, onde nasceu no dia 18 de agosto de 1995, residente e domiciliado na Triunfo, nº 4421, Setor 09, em Ariquemes-RO, filho de FRANCISCO EUDES DA SILVA e de NAZARÉ ALVES DE OLIVEIRA SILVA; e NATIELI PEREIRA SANTIAGO VARCO, de nacionalidade brasileira, de profissão Vendedora, de estado civil solteira, natural de Ariquemes-RO, onde nasceu no dia 27 de maio de 1998, residente e domiciliada na Triunfo, nº 4421, Setor 09, em Ariquemes-RO, filha de JOÃO SANTIAGO VARCO e de JOSEFA GENILDA PEREIRA.
O Regime de bens a ser adotado será: Comunhão Parcial de Bens.

QUE, APÓS o casamento, o declarante continuará a adotar o nome de ERICK DE OLIVEIRA SILVA.
QUE, APÓS o casamento, a declarante continuará a adotar o nome de NATIELI PEREIRA SANTIAGO VARCO.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia.
Ariquemes-RO, 25 de abril de 2019.
Cristiana Arantes Polo
Registradora Substituta

CUJUBIM

LIVRO D-005 FOLHA 167 TERMO 001167
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 1.167
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: SERIVALDO SOUZA CORREIA, de nacionalidade brasileira, de profissão vaqueiro, de estado civil solteiro, natural de Bom Conselho-PE, onde nasceu no dia 15 de dezembro de 1972, residente e domiciliado na Linha B-110, Lote 18, Gleba 4, Zona Rural, em Cujubim-RO, filho de JOSÉ CORREIA FILHO e de MARINALVA SANTOS DE SOUZA; e LUSIENE DE SOUZA LOPES de nacionalidade brasileira, de profissão agricultora, de estado civil solteira, natural de Ouro Preto do Oeste-RO, onde nasceu no dia 09 de junho de 1993, residente e domiciliada na Linha B-110, Lote 18, Gleba 4, Zona Rural, em Cujubim-RO, filha de JOSÉ SANTANA LOPES e de LUZINETE DUARTE DE SOUZA.
O regime de bens do casamento dos pretendentes será o de Comunhão Parcial de Bens e, após o casamento, o contraente, continuará a adotar o nome de SERIVALDO SOUZA CORREIA, e a contraente, continuará a adotar o nome de LUSIENE DE SOUZA LOPES.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pelo Diário da Justiça do Estado de Rondônia.
Cujubim-RO, 30 de abril de 2019.
Daiane Camile da Silva
Escrevente Autorizada

LIVRO D-005 FOLHA 166 TERMO 001166
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 1.166
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: LUÍS RODRIGUES DA SILVA, de nacionalidade brasileira, de profissão vigia, de estado civil solteiro, natural de São Domingos do Maranhão-MA, onde nasceu no dia 30 de abril de 1966, residente e domiciliado na Rua Periquitos, 1126, 1126, Setor 5, em Cujubim-RO, filho de JOSÉ RODRIGUES DA SILVA e de MARIA JOSÉ DA SILVA; e MARIA DE SOUSA DA SILVA de nacionalidade brasileira, de profissão do lar, de estado civil solteira, natural de Poção de Pedras-MA, onde nasceu no dia 21 de agosto de 1972, residente e domiciliada na Rua Periquitos, 1126, Setor 5, em Cujubim-RO, filha de LUIS SOARES DA SILVA e de ALTINA DE SOUSA DA SILVA.
O regime de bens do casamento dos pretendentes será o de Comunhão Parcial de Bens e, após o casamento, o contraente, continuará a adotar o nome de LUÍS RODRIGUES DA SILVA, e a contraente, passará a adotar o nome de MARIA DE SOUSA DA SILVA RODRIGUES.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pelo Diário da Justiça do Estado de Rondônia.
Cujubim-RO, 29 de abril de 2019.
Daiane Camile da Silva
Escrevente Autorizada

LIVRO D-005 FOLHA 165 TERMO 001165
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 1.165
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: RAIMUNDO NONATO ALEME DA SILVA, de nacionalidade brasileira, de profissão conferente, de estado civil solteiro, natural de São Sebastião do Uatumã-AM, onde nasceu no dia 20 de agosto de 1982, residente e domiciliado na Rua Jacamim, 2152, Setor 1, em Cujubim-RO, filho de JONAS ROMÃO DA SILVA e de MARIA DINELMA ALEME DA SILVA; e ELUISA RODRIGUES DA SILVA SANTOS de nacionalidade brasileira, de profissão do lar, de estado civil solteira, natural de Itamaraju-BA, onde nasceu no dia 14 de julho de 1980, residente e domiciliada na Rua Jacamim, 2152, Setor 1, em Cujubim-RO, filha de LUIZ PINTO DOS SANTOS e de AUDEIR RODRIGUES DA SILVA SANTOS.
O regime de bens do casamento dos pretendentes será o de Comunhão Parcial de Bens e, após o casamento, o contraente, continuará a adotar o nome de RAIMUNDO NONATO ALEME DA SILVA, e a contraente, continuará a adotar o nome de ELUISA RODRIGUES DA SILVA SANTOS.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pelo Diário da Justiça do Estado de Rondônia.
Cujubim-RO, 29 de abril de 2019.
Daiane Camile da Silva
Escrevente Autorizada

COMARCA DE CACOAL

2° OFÍCIO DE REGISTROS CIVIS

Estado de Rondônia
Município e Comarca de Cacoal
2º Cartório de Registro Civil e Tab. Notas de Cacoal
Rua dos Pioneiros, 2289 - Bairro Centro - (69)-3441-4269 - cartoriodavila@gmail.com
FRANCINETE LIMA D´AVILA
Oficial / Tabeliã
EDITAL DE PROCLAMAS
Matrícula 095794 01 55 2019 6 00019 285 0000085 36
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: VILSON MAMEDES DA SILVA, de nacionalidade brasileiro, madeireiro, divorciado, natural de Cacoal-RO, onde nasceu no dia 12 de outubro de 1968, portador do CPF 581.213.151-15, e do RG 1031054/SESDC/RO - Expedido em 07/08/2006, residente e domiciliado à Rua Prof Maria L. S. Miller, 3230, Parque Brizon, em Cacoal-RO, CEP: 76.960-970, passou a adotar o nome de VILSON MAMEDES DA SILVA SIQUEIRA, , filho de Benedita Francelina da Silva; e ELIZABETE SIQUEIRA, de nacionalidade Brasileira, auxiliar de enfermagem, divorciada, natural de Águia Branca-ES, onde nasceu no dia 15 de julho de 1964, portadora do CPF 207.726.102-15, e do RG 214743/SESDC/RO - Expedido em 12/03/2015, residente e domiciliada à Rua Prof Maria L. S. Miller, 3230, Parque Brizon, em Cacoal-RO, CEP: 76.960-970, passou a

adotar no nome de ELIZABETE SIQUEIRA MAMEDES, , filha de Manoel Siqueira Filho e de Filomena Almeida Siqueira. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente que será afixado nesta serventia e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br).

Estado de Rondônia
Município e Comarca de Cacoal
2º Cartório de Registro Civil e Tab. Notas de Cacoal
Rua dos Pioneiros, 2289 - Bairro Centro - (69)-3441-4269 - cartoriodavila@gmail.com
FRANCINETE LIMA D´AVILA
Oficial / Tabeliã
EDITAL DE PROCLAMAS
Matrícula 095794 01 55 2019 6 00019 286 0000086 34
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: WAGNER RODRIGUES CARDOSO, de nacionalidade brasileiro, auxiliarde funilaria e pintura, solteiro, natural de Cacoal-RO, onde nasceu no dia 27 de abril de 1991, portador do CPF 002.026.532-85, e do RG 1045220/SESDC/RO - Expedido em 05/12/2006, residente e domiciliado à Av. Flor do Maraca, 1452, Bairro Vista Alegre, em Cacoal-RO, continuou a adotar o nome de WAGNER RODRIGUES CARDOSO, , filho de Vanderlei Leite Cardoso e de Doralice Rodrigues; e KAMILLA DOS SANTOS, de nacionalidade brasileira, vendedora, solteira, natural de Rio Verde-GO, onde nasceu no dia 26 de dezembro de 1990, portadora do CPF 034.610.291-06, e do RG 2.751.624/SSP/DF - Expedido em 12/08/2005, residente e domiciliada à Rua Agata, 1714, Bairro Jardim Bandeirantes, em Cacoal-RO, continuou a adotar no nome de KAMILLA DOS SANTOS, filha de Leônidas Santos do Amor Divino e de Helena dos Santos do Amor Divino. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente que será afixado nesta serventia e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br).

Estado de Rondônia
Município e Comarca de Cacoal
2º Cartório de Registro Civil e Tab. Notas de Cacoal
Rua dos Pioneiros, 2289 - Bairro Centro - (69)-3441-4269 - cartoriodavila@gmail.com
FRANCINETE LIMA D´AVILA
Oficial / Tabeliã
EDITAL DE PROCLAMAS
Matrícula 095794 01 55 2019 6 00019 287 0000087 32
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: FLAVIO DOS SANTOS PASSOS, de nacionalidade brasileiro, promotor de vendas, solteiro, natural de Alvorada d'Oeste-RO, onde nasceu no dia 14 de setembro de 1994, portador do CPF 968.012.552-15, e do RG 1253374/SESDC/RO - Expedido em 02/05/2011, residente e domiciliado à Rua Pedro Spagnol, 3702, Ap 02, Teixeirão, em Cacoal-RO, CEP: 76.965-624, continuou a adotar o nome de FLAVIO DOS SANTOS PASSOS, , filho de Francisco dos Santos Passos e de Maria Jose dos Santos Passos; e LINDINALVA HAESE DA SILVA, de nacionalidade brasileira, do lar, solteira, natural de Cacoal-RO, onde nasceu no dia 26 de dezembro de 1994, portadora do CPF 030.014.062-24, e do RG 1303915/SESDC/RO - Expedido em 10/04/2012, residente e domiciliada à Rua Anita Garibaldi, 2958, Teixeirão, em Cacoal-RO, CEP: 76.965-636, passou a adotar no nome de LINDINALVA HAESE DA SILVA PASSOS, , filha de Pedro Alves da Silva e de Lindaura Haese. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente que será afixado nesta serventia e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br).

Estado de Rondônia
Município e Comarca de Cacoal
2º Cartório de Registro Civil e Tab. Notas de Cacoal
Rua dos Pioneiros, 2289 - Bairro Centro - (69)-3441-4269 - cartoriodavila@gmail.com
FRANCINETE LIMA D´AVILA
Oficial / Tabeliã
EDITAL DE PROCLAMAS
Matrícula 095794 01 55 2019 6 00019 288 0000088 30
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: PAUL ALAIN JEAN PIERRE TOUILLIER, de nacionalidade Francesa, segurança, solteiro, natural de Montmorency - FRANCA, onde nasceu no dia 11 de outubro de 1983, portador do CPF 706.728.922-00, e do RG 0.0000-000 XXX/XX - Expedido em 00/00/0000 (Não Cadastrado), residente e domiciliado à Rua Barrão de Lucena, 463, Bairro Nova Esperança, em Cacoal-RO, continuou a adotar o nome de PAUL ALAIN JEAN PIERRE TOUILLIER, filho de Pierre Jean Philippe Touiller e de Nicole Françoise Odile Trémeau; e ALICICRISTINA BISPO DE FREITAS, de nacionalidade brasileira, assessora parlamentar, solteira, natural de Cacoal-RO, onde nasceu no dia 25 de março de 1993, portadora do CPF 018.251.722-50, e do RG 1205547/SESDC/RO - Expedido em 03/09/2010, residente e domiciliada à Rua Barrão de Lucena, 463, Bairro Nova Esperança, em Cacoal-RO, passou a adotar no nome de ALICICRISTINA BISPO DE FREITAS TOUILLIER, filha de Adaltivo de Freitas e de Laurinda Bispo Ramos de Freitas. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente que será afixado nesta serventia e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br).

MINISTRO ANDREAZZA

LIVRO D-010 FOLHA 099
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 399
Matrícula 095976 01 55 2019 6 00010 099 0000399 12
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: VALDEMAR RODRIGUES COSTA, de nacionalidade Brasileiro, pedreiro, solteiro, natural de Barra de Sao Francisco-ES, onde nasceu no dia 25 de agosto de 1974, residente e domiciliado à Rua: A-02 Nº 6394, Centro, em Ministro Andreazza-RO, continuou a adotar o nome de VALDEMAR RODRIGUES COSTA, filho de Augusto Rodrigues Costa e de Maria Rodrigues de Souza; e POLIANA RODRIGUES CORDEIRO de nacionalidade Brasileira, Vendedora, solteira, natural de Cacoal-RO, onde nasceu no dia 14 de fevereiro de 1987, residente e domiciliada à Rua: A-02 Nº 6394, Centro, em Ministro Andreazza-RO, continuou a adotar no nome de POLIANA RODRIGUES CORDEIRO, filha de Lucas Rodrigues da Silva e de Vilma Cordeiro da Silva. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Ministro Andreazza-RO, 30 de abril de 2019.
Cleudineia Sardinha Kester
Tabeliã Interina

COMARCA DE CEREJEIRA

CORUMBIARA

SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS MUNICIPIO DE CORUMBIARA, COMARCA DE CEREJEIRAS – RONDÔNIA.
JOSE JOSIVALDO MESSIAS DOS SANTOS - TABELIÃO REGISTRADOR
CNPJ. 23.073.532/0001-54
Livro: D 3
Folha: 194 F
Termo:1327
MATRICULA 095752 01 55 2019 6 00003 194 0001327 21
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram documentos exigidos pelo Artigo 1.525, incisos I-II-III-IV do Código Civil Brasileiro, LEANDRO APARECIDO DA CRUZ e JEISIBEL SILVA DE OLIVEIRA.
Ele, de nacionalidade brasileira, natural de Colorado do Oeste - RO, nascido no dia 30 de agosto de 1998, com 20 anos de idade, solteiro, lavrador, residente e domiciliado na Linha 03, Km 5, da 3ª para a 4ª Eixo, Zona Rural, Corumbiara - RO. Filho de VANDERLEY APARECIDO DA CRUZ e de dona LEANDRA DE SOUZA ALMEIDA CRUZ, sendo que o contraente em virtude do casamento continuará a assinar LEANDRO APARECIDO DA CRUZ.
Ela, de nacionalidade brasileira, natural de Corumbiara - RO, nascida no dia 14 de outubro de 2001, com 17 anos de idade, solteira, lavradora, residente e domiciliada na Linha 02, Lote 181, Assentamento Zé Bentão, Zona Rural, Corumbiara - RO. Filha de JORDELINO PEREIRA DE OLIVEIRA e de dona ROSENILDA SILVA PEREIRA OLIVEIRA, sendo que a contraente em virtude do casamento continuará a assinar JEISIBEL SILVA DE OLIVEIRA.
Faço saber ainda que o regime adotado é o de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br).
CORUMBIARA - RO, 30 de abril de 2019.

COMARCA DE ESPIGÃO D´OESTE

ESPIGÃO D´OESTE

Notas, Protestos, Títulos e Documentos, Registro de Imóveis Pessoas Jurídicas e Naturais
MUNICIPIO E COMARCA DE ESPIGAO D OESTE – ESTADO DE RONDONIA
Bel. Helio Kobayashi – Notário e Registrador
Av. Sete de Setembro n° 2431 – CEP 76.974-000 – Espigão D Oeste – Rondônia – Fone/Fax: (69) 3481-2650
LIVRO D-026 FOLHA 142 TERMO 006331
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 6.331
Matricula nº 095778 01 55 2019 6 00026 142 0006331 24
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, II, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: WILLIAM MARTINS CÂNDIDO, de nacionalidade brasileira, de profissão auxiliar de serviços gerais, de estado civil solteiro, natural de Espigão D Oeste-RO, onde nasceu no dia 14 de setembro de 1998, residente e domiciliado na Rua Rio Branco, 294, Bairro São José, em Espigão D Oeste-RO, CEP: 76.974-000, filho de JOSÉ LUCENILSON RODRIGUES CÂNDIDO e de SUELY CORDEIRO MARTINS CÂNDIDO, o qual passou o nome de WILLIAM MARTINS CÂNDIDO LOPES; e VERÔNICA HAMER LOPES de nacionalidade brasileira, de profissão estudante, de estado civil solteira, natural de Espigão D Oeste-RO, onde nasceu no dia 12 de maio de 2002, residente e domiciliada na Rua Alagoas, 3659, Bairro Vista Alegre, em Espigão D Oeste-RO, CEP: 76.974-000, , filha de NILO CORRÊA LOPES e de VANILDA HAMER LOPES, a qual passou o nome de VERÔNICA HAMER LOPES MARTINS. O regime adotado pelos contraentes foi a Comunhão Parcial de Bens.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado nesta Serventia em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br).
Espigão D Oeste-RO, 26 de abril de 2019.
Bel. Hélio Kobayashi
Registrador

Notas, Protestos, Títulos e Documentos, Registro de Imóveis Pessoas Jurídicas e Naturais
MUNICIPIO E COMARCA DE ESPIGAO D OESTE – ESTADO DE RONDONIA
Bel. Helio Kobayashi – Notário e Registrador
Av. Sete de Setembro n° 2431 – CEP 76.974-000 – Espigão D Oeste – Rondônia – Fone/Fax: (69) 3481-2650
LIVRO D-026 FOLHA 143 TERMO 006332
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 6.332
Matricula nº 095778 01 55 2019 6 00026 143 0006332 22
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: DANILO DE OLIVEIRA RAMOS, de nacionalidade brasileira, de profissão autônomo, de estado civil solteiro, natural de Espigão D Oeste-RO, onde nasceu no dia 15 de março de 1995, residente e domiciliado na Rua Rio de Janeiro, 2136, em Espigão D Oeste-RO, CEP: 76.974-000, filho de GILMAR PEREIRA RAMOS e de ROZILDA SANTOS DE OLIVEIRA, o qual continuou o nome de DANILO DE OLIVEIRA RAMOS; e FERNANDA KLIPPEL WLIG de nacionalidade brasileira, de profissão operadora de caixa, de estado civil solteira, natural de Espigão D Oeste-RO, onde nasceu no dia 24 de maio de 2000, residente e domiciliada na Estrada Mato Grosso, km 52, Lote 24, Gleba 14, em Espigão D Oeste-RO, CEP: 76.974-000, , filha de EDILSON WLIG e de VANAIRA KLIPPEL WLIG, a qual passou o nome de FERNANDA KLIPPEL WLIG DE OLIVEIRA. O regime adotado pelos contraentes foi a Comunhão Parcial de Bens.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado nesta Serventia em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br).
Envio cópia ao Oficial do Registro Civil competente, para ser afixado no Ofício do domicílio e residência do contraente, para os efeitos do artigo 1.527 do Código Civil Brasileiro.
Espigão D Oeste-RO, 29 de abril de 2019.
Bel. Hélio Kobayashi
Registrador

Notas, Protestos, Títulos e Documentos, Registro de Imóveis Pessoas Jurídicas e Naturais
MUNICIPIO E COMARCA DE ESPIGAO D OESTE – ESTADO DE RONDONIA
Bel. Helio Kobayashi – Notário e Registrador
Av. Sete de Setembro n° 2431 – CEP 76.974-000 – Espigão D Oeste – Rondônia – Fone/Fax: (69) 3481-2650
LIVRO D-026 FOLHA 144 TERMO 006333
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 6.333
Matricula nº 095778 01 55 2019 6 00026 144 0006333 20
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: EDSON MESSIAS DO VALE, de nacionalidade brasileira, de profissão pedreiro, de estado civil divorciado, natural de Guaporema-PR, onde nasceu no dia 19 de agosto de 1962, residente e domiciliado na Rua Cinta Larga, 2469, Bairro SãoJosé, em Espigão D Oeste-RO, CEP: 76.974-000, filho de BELMIRO DO VALE FILHO e de MARIA JOSE LOPES DO VALE, o qual continuou o nome de EDSON MESSIAS DO VALE; e SONIA MARIA RODRIGUES HOMEM de nacionalidade brasileira, de profissão do lar, de estado civil solteira, natural de Alto Mutum Preto, em Baixo Guandu-ES, onde nasceu no dia 20 de julho de 1972, residente e domiciliada na Rua Rondônia, 1614, Bairro Bela Vista, em Espigão D Oeste-RO, CEP: 76.974-000, , filha de EURIDES RODRIGUES HOMEM e de DOLIRA RODRIGUES HOMEM, a qual continuou o nome de SONIA MARIA RODRIGUES HOMEM. O regime adotado pelos contraentes foi a Comunhão Parcial de Bens.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado nesta Serventia em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br).
Espigão D Oeste-RO, 29 de abril de 2019.
Bel. Hélio Kobayashi
Registrador

Notas, Protestos, Títulos e Documentos, Registro de Imóveis Pessoas Jurídicas e Naturais
MUNICIPIO E COMARCA DE ESPIGAO D OESTE – ESTADO DE RONDONIA
Bel. Helio Kobayashi – Notário e Registrador
Av. Sete de Setembro n° 2431 – CEP 76.974-000 – Espigão D Oeste – Rondônia – Fone/Fax: (69) 3481-2650
LIVRO D-026 FOLHA 145 TERMO 006334
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 6.334
Matricula nº 095778 01 55 2019 6 00026 145 0006334 29
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: WENDER SOUZA LEMKE, de nacionalidade brasileira, de profissão bancário, de estado civil solteiro, natural de Espigão D Oeste-RO, onde nasceu no dia 03 de maio de 1995, residente e domiciliado na Rua Tereza Meireles de Souza, 2480, Bairro Terra Nova, em Espigão D Oeste-RO, CEP: 76.974-000, filho de ADEMIRO LEMKE e de MARIA APARECIDA SOUZA LEMKE, o qual continuou o nome de WENDER SOUZA LEMKE; e EMILLY THAIS CLEMENTE de nacionalidade brasileira, de profissão advogada, de estado civil solteira, natural de Espigão D Oeste-RO, onde nasceu no dia 20 de agosto de 1994, residente e domiciliada na Rua Vale Formoso, 1525, Bairro Vista Alegre, em Espigão D Oeste-RO, CEP: 76.974-000, , filha de VICTOR CLEMENTE e de LUCILA WEBER, a qual passou o nome de EMILLY THAIS CLEMENTE LEMKE. O regime adotado pelos contraentes foi a Comunhão Parcial de Bens.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado nesta Serventia em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br).
Espigão D Oeste-RO, 29 de abril de 2019.
Bel. Hélio Kobayashi
Registrador

COMARCA DE JARU

JARU

LIVRO D-052 FOLHA 063 TERMO 017546
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 17.546
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ADRIANO GOMES DA SILVA, de nacionalidade brasileiro, Autônomo, solteiro, natural de Jaru-RO, onde nasceu no dia 15 de março de 1999, residente e domiciliado à Av. Rio Branco, 3267, Setor 05, em Jaru-RO, CEP: 76.890-000, , filho de IVANILTON DA SILVA e de MARLENE GOMES BISPO SILVA; e LUARA TEOTÔNIO COELHO de nacionalidade brasileira, Auxiliar de Laboratório, solteira, natural de Ouro Preto do Oeste-RO, onde nasceu no dia 10 de maio de 1999, residente e domiciliada à Av. Rio Branco, 3267, Setor 05, em Jaru-RO, CEP: 76.890-000, , filha de LUCAS CAMPOS COELHO e de MARLI RAIMUNDA TEOTÔNIO, determinando que o regime de bens a viger a partir do mesmo seja o de Comunhão Parcial de Bens.
Que após o casamento, o declarante, continuou a adotar o nome de ADRIANO GOMES DA SILVA.
Que após o casamento, a declarante, continuou a adotar o nome de LUARA TEOTÔNIO COELHO.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume deste Ofício e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (www.tjro.jus.br - Provimento 007/2011-CG).
Jaru-RO, 29 de abril de 2019.
Ledenice Pulga Milhomens
3ª Oficiala Tabeliã Substituta

LIVRO D-052 FOLHA 062 TERMO 017545
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 17.545
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: WELINGTON BASTOS DA SILVA, de nacionalidade brasileiro, Agricultor, divorciado, natural de Jaru-RO, onde nasceu no dia 19 de julho de 1990, residente e domiciliado à Rua Minas Gerais, 3523, em Jaru-RO, , filho de ROBERTO CORDEIRO DA SILVA e de ILSA TEIXEIRA BASTOS DA SILVA; e DANIELI SOUZA SILVA de nacionalidade brasileira, Agricultora, solteira, natural de Jaru-RO, onde nasceu no dia 20 de maio de 1993, residente e domiciliada à Rua Minas Gerais, 3523, em Jaru-RO, , filha de DERNIVAL DE JESUS SILVA e de ZENOLIA SOUZA SILVA, determinando que o regime de bens a viger a partir do mesmo seja o de Comunhão Parcial de Bens.

Que após o casamento, o declarante, continuou a adotar o nome de WELINGTON BASTOS DA SILVA.
Que após o casamento, a declarante, continuou a adotar o nome de DANIELI SOUZA SILVA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume deste Ofício e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (www.tjro.jus.br - Provimento 007/2011-CG).
Jaru-RO, 29 de abril de 2019.
Ledenice Pulga Milhomens
3ª Oficiala Tabeliã Substituta

LIVRO D-052 FOLHA 061 TERMO 017544
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 17.544
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: JADER TABORDA HIRT, de nacionalidade brasileiro, Autônomo, divorciado, natural de Ariquemes-RO, onde nasceu no dia 23 de outubro de 1993, residente e domiciliado à Rua Alberto Santos Dumont, 2911, Jardim dos Estados, em Jaru-RO, CEP: 76.890-000, , filho de JAIR HIRT e de APARECIDA PEREIRA TABORDA; e FRANCIELY SOUZA SANTOS de nacionalidade brasileira, Auxiliar Geral, solteira, natural de Ariquemes-RO, onde nasceu no dia 15 de outubro de 1998, residente e domiciliada à Rua Alberto Santos Dumont, 2911, Jardim dos Estados, em Jaru-RO, CEP: 76.890-000, , filha de PEDRO VALDIR DOS SANTOS e de MÔNICA DE ALMEIDA SOUZA, determinando que o regime de bens a viger a partir do mesmo seja o de Comunhão Parcial de Bens.
Que após o casamento, o declarante, continuou a adotar o nome de JADER TABORDA HIRT.
Que após o casamento, a declarante, passou a adotar o nome de FRANCIELY SOUZA SANTOS HIRT.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume deste Ofício e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (www.tjro.jus.br - Provimento 007/2011-CG).
Jaru-RO, 29 de abril de 2019.
Ledenice Pulga Milhomens
3ª Oficiala Tabeliã Substituta

COMARCA DE PIMENTA BUENO

PIMENTA BUENO

LIVRO D-027 FOLHA 036 TERMO 012226
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 12.226
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentesLUCAS DE ALBUQUERQUE SILVA, de nacionalidade brasileiro, de profissão apoio técnico, de estado civil solteiro, natural de Pimenta Bueno-RO, onde nasceu no dia 03 de maio de 1992, residente e domiciliado à Rua Dom Pedro II, n. 362, Jardim das Oliveiras, em Pimenta Bueno-RO, CEP: 76.970-000, , filho de RAIMUNDO SIMOES DA SILVA e de ANA LUCIA BRITO; e BIANCA GABRIELLY DE OLIVEIRA PEREIRA COSTA de nacionalidade brasileira, de profissão auxiliar de escrevente, de estado civil solteira, natural de Presidente Venceslau-SP, onde nasceu no dia 28 de março de 1996, residente e domiciliada à Rua Fagundes Varela, 446, Pioneiros, em Pimenta Bueno-RO, CEP: 76.970-000, , filha de JOSÉ ROBERTO DA COSTA e de FRANCEILDE DE OLIVEIRA PEREIRA COSTASe alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*
Pimenta Bueno-RO, 30 de abril de 2019.
Lenise Hentschke
Tabeliã e Oficiala

LIVRO D-004 FOLHA 133 TERMO 001033
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 1.033
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, II, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ADRIEL DE SOUZA BEZERRA, de nacionalidade brasileira, auxiliar de depósito, solteiro, natural de Colorado do Oeste-RO, onde nasceu no dia 17 de fevereiro de 1998, residente e domiciliado na Linha FA-01, Km 11, Zona Rural, em São Felipe D'Oeste-RO, portador da C.I. RG n. 1461074-SESDEC/RO – Expedida em 26/03/2015, inscrito no CPF/MF sob n. 021.116.812-29, filho de Celio Pedro Bezerra e de Noilda Dias de Souza Bezerra; e SABRINA TAUANY MACHADO GAVIOLI, de nacionalidade Brasileira, do lar, solteira, natural de Rolim de Moura-RO, onde nasceu no dia 10 de junho de 2002, residente e domiciliada na Linha FA-01, sentido Novo Paraíso, Zona Rural, em São Felipe D'Oeste-RO, portadora da C.I. RG n. 1218776-SESDEC/RO – Expedida em 29/09/2010, inscrita no CPF/MF sob n. 019.942.182-07, filha de Jeferson Gavioli e de Izabel Machado Gavioli. Certifico, ainda que o regime de bens do casamento dos pretendentes ser o de Comunhão Parcial de Bens e o contraente, continuará a adotar o nome de ADRIEL DE SOUZA BEZERRA e a contraente, passará a adotar o nome de SABRINA TAUANY MACHADO GAVIOLI BEZERRA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justica Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (www.tjro.jus.br - Provimento n. 007/2011-CG). São Felipe D'Oeste-RO, 30 de abril de 2019. Fernando Jânio Degam – Oficial.

COMARCA DE ROLIM DE MOURA

ROLIM DE MOURA

COMARCA DE ROLIM DE MOURA-RO
1ª VARA CÍVEL

-EDITAL DE PROCLAMAS DO CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE ROLIM DE MOURA- RO, NILSON FRANCISCO DA SILVA, Oficial.
Faz saber que pretende casar-se. Apresentam-se os documentos exigidos pelo Art. 180 do Código Civil Brasileiro.

Nº-17.643- JOSÉ AILTON DOS SANTOS com ROSANGELA FERREIRA DE ALENCAR.
Ele, divorciado, Pedreiro, natural de Fatima do Sul - MS.
Filho de JOÃO GALDINO DOS SANTOS, e dona MARIA FERREIRA DOS SANTOS.
Ela, divorciada, Chefe de Cozinha, natural de Dourados - MS.
Filho de ANTONIO FERREIRA DE ALENCAR, e dona LUZIA MARIA DE ALENCAR.
Residentes Neste Município.

Nº-17.644- VALDEMIR DA SILVA com MARIA ANTONIO DE SOUZA.
Ele, solteiro, Carpinteiro, natural de Arapiraca - AL.
Filho de SIVALDO DA SILVA, e dona MARIA APARECIDA DA SILVA.
Ela, divorciada, Secretaria do Lar, natural de Barra de Sao Francisco - ES.
Filho de MANOEL ANTONIO DE SOUZA, e dona EDITE FRANCISCA DE SOUZA.
Residentes Neste Município.

Nº-17.645- JAÚSTENI GOUVEIA DA SILVA com ADNICE BRUNO DA SILVA.
Ele, solteiro, Agricultor, natural de Cacu - GO.
Filho de SEBASTIÃO RAIMUNDO DA SILVA, e dona LACILDA GOUVEIA DA SILVA.
Ela, solteira, Do lar, natural de - MS.
Filho de JOSIAS BRUNO DA SILVA, e dona MARIA BRUNO DA SILVA.
Residentes Neste Município.

OBS. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da lei. Lavro o presente para ser afixado em cartório, no lugar de costume e publicado na imprensa local.

COMARCA DE VILHENA

CHUPINGUAIA

LIVRO D-003 FOLHA 016 TERMO 000616
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 616
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: Ele: JURANDIR DÉCIMO MONTANARI, divorciado, com cinquenta (50) anos de idade, de nacionalidade brasileiro, empresário, natural de Linha Palmital, em Jaborá-SC, onde nasceu no dia 10 de novembro de 1968, portador da CI.RG: 321.821/SESP/RO exp. 04/06/1987, inscrito no CPF/MF: 316.546.812-53, endereço eletrônico não informado, residente e domiciliado à Rua Silvana Gonçalves, 1494, quadra 49, lote 15, centro, em Chupinguaia-RO, CEP: 76.990-000, , filho de IRINEU MONTANARI e de DEOLINDA ROSA DO PRADO MONTANARI; Ela: SANDRA REGINA SILVA, solteira, com trinta e oito (38) anos de idade, de nacionalidade brasileira, do lar, natural de Nova Brasilândia-MT, onde nasceu no dia 24 de julho de 1980, portadora da CTPS: 74733 série 00014/MTPS/MT exp. 11/09/2000, inscrita no CPF/MF: 002.235.711-48, endereço eletrônico não informado, residente e domiciliada à Rua Silvana Gonçalves, 1494, quadra 49, lote 15, centro, em Chupinguaia-RO, CEP: 76.990-000, , filha de FRANCISCO EVANGELISTA DA SILVA e de MARIA APARECIDA SILVA. Determinando que o regime de bens a viger a partir do mesmo seja o de Comunhão Parcial de Bens. Que após o casamento, o declarante, continuou a adotar o nome de JURANDIR DÉCIMO MONTANARI. Que após o casamento, a declarante, continuou a adotar o nome de SANDRA REGINA SILVA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Chupinguaia-RO, 30 de abril de 2019.
Célia Costa Peres
Tabeliã Substituta

COMARCA DE MACHADINHO D´OESTE

MACHADINHO D´OESTE

LIVRO D-020 FOLHA 038 TERMO 005642
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 5.642
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, II, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: WILLIANS DOMINGUES DA ROCHA, de nacionalidade brasileira, de profissão agricultor, de estado civil solteiro, natural de Cacoal-RO, onde nasceu no dia 07 de julho de 1997, residente e domiciliado na Linha TB-16, Km 39, Gleba 04, Lote, 087, Zona Rural, em Machadinho D Oeste-RO, email: williansdom.ifro@gmail.com, filho de ALTAIR VENANCIO DA ROCHA e de SOLANGE PEIXOTO DOMINGUES DA ROCHA; e RAQUEL GOMES DA SILVA de nacionalidade brasileira, de profissão agricultora, de estado civil solteira, natural de Seringueiras-RO, email: raquelgomesilva2016@gmail.com, onde nasceu no dia 05 de junho de 2002, residente e domiciliada na RO-133, Km 40, GLeba 04, Lote, 048, Zona Rural, em Machadinho D Oeste-RO, filha de ROBSON FELIX DA SILVA e de GERALDA AUGUSTA GOMES DA SILVA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 24 de abril de 2019.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-020 FOLHA 039 TERMO 005643
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 5.643
Faço saber que pretendem CONVERTER A UNIÃO ESTÁVEL EM CASAMENTO e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: RAIMUNDO DA SILVA PINTO ARAÚJO, de nacionalidade brasileira, de profissão agricultor, de estado civil solteiro, natural de Humaitá-AM, onde nasceu no dia 17 de novembro de 1980, residente e domiciliado na Linha RO-133, Gleba 04, Rio Juruá, Zona Rural, em Machadinho D Oeste-RO, , filho de FRANCISCO MOTA ARAÚJO, ANTONIO GOMES PINTO e de MARIA MORAES DA SILVA; e LOIDE PINHEIRO GOMES, de nacionalidade brasileira, de profissão agricultora, de estado civil solteira, natural de Foz do Iguaçú-PR, onde nasceu no dia 09 de novembro de 1977, residente e domiciliada no mesmo endereço do contraente, em Machadinho D Oeste-RO, , filha de JOSÉ MARIA GOMES e de MARIA PINHEIRO GOMES. Os contraentes coabitam desde 20 de outubro de 2010, e pretendem continuar juntos, com firme vontade de constituírem família e legalizar sua situação. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 24 de abril de 2019.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-020 FOLHA 040 TERMO 005644
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 5.644
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: WAGNER APARECIDO MIRANDA PASSOS, de nacionalidade brasileira, de profissão funcionário público, de estado civil divorciado, natural de Bambui-MG, onde nasceu no dia 25 de janeiro de 1970, residente e domiciliado na RO 133, Km 25, Lote 64, Gleba 02, Zona Rural, em Machadinho D

Oeste-RO,email: não declarado, filho de JOSÉ ANDRADE PASSO e de ANA MARIA MIRANDA PASSOS; e DÉBORA TEODORO DE OLIVEIRA de nacionalidade brasileira, de profissão monitora escolar, de estado civil solteira, natural de Machadinho D Oeste-RO, email: deborateodoro400@gmail.com, onde nasceu no dia 08 de abril de 1994, residente e domiciliada no mesmo endereço do contraente, em Machadinho D Oeste-RO, filha de ARLINDO PINHEIRO DE OLIVEIRA e de MARTA HELENA TEODORO DE OLIVERA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 26 de abril de 2019.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-020 FOLHA 041 TERMO 005645
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 5.645
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: DIEGO BAVARESCO DA SILVA, de nacionalidade brasileira, de profissão médico veterinário, de estado civil solteiro, natural de Machadinho D' Oeste-RO, onde nasceu no dia 28 de outubro de 1988, residente e domiciliado na Rua Joaquim dos Santos Lebre, 3337, Loteamento Porto Feliz, em Machadinho D Oeste-RO, email: não declarado, filho de MANOEL PEDRO DA SILVA FILHO e de JANETE BAVARESCO DA SILVA; e CÁSSIA FRANCIELE DOS SANTOS de nacionalidade brasileira, de profissão advogada, de estado civil solteira, natural de Goiatuba-GO, email: não declarado, onde nasceu no dia 05 de fevereiro de 1987, residente e domiciliada no mesmo endereço do contraente, filha de NECISLENE MARIA DOS SANTOS. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 29 de abril de 2019.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-020 FOLHA 044 TERMO 005648
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 5.648
Faço saber que pretendem CONVERTER A UNIÃO ESTÁVEL EM CASAMENTO e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: EZEDEQUIAS DOS SANTOS, de nacionalidade brasileira, de profissão Lavrador, de estado civil solteiro, natural de Ribeirão Bonito-PR, onde nasceu no dia 24 de setembro de 1968, residente e domiciliado na Linha C-2, cedro Jequitibá, Zona Rural, em Machadinho D Oeste-RO, , filho de JOÃO ALVES DOS SANTOS e de ANTONIA MARIA DOS SANTOS; e MARIA JOSÉ RODRIGUES DA SILVA, de nacionalidade brasileira, de profissão lavradora, de estado civil solteira, natural de Monjolinho, em Município de Ortigueira-PR, onde nasceu no dia 25 de outubro de 1967, residente e domiciliada no mesmo endereço do contraente, em Machadinho D Oeste-RO, , filha de MANOEL RODRIGUES DA SILVA e de ROSA PORFIRIO RODRIGUES. Os contraentes coabitam desde 24 de fevereiro de 1988, e pretendem continuar juntos, com firme vontade de constituírem família e legalizar sua situação._
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume._
Machadinho D Oeste-RO, 30 de abril de 2019.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-020 FOLHA 042 TERMO 005646
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 5.646
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: MATEUS RODRIGUES DA SILVA, de nacionalidade brasileira, de profissão brigadista, de estado civil solteiro, natural de São Miguel do Guaporé-RO, onde nasceu no dia 07 de dezembro de 1999, residente e domiciliado na Avenida Tangará, 3820, Bairro União, em Machadinho D Oeste-RO,email: não declarado, filho de ARISTEU FERREIRA DA SILVA e de JOSIANE PATRICIA RODRIGUES MACIEL; e ANDRESSA MACIEL DA SILVA de nacionalidade brasileira, de profissão do lar, de estado civil solteira, natural de São Miguel do Guaporé-RO, email: não declarado, onde nasceu no dia 26 de janeiro de 2001, residente e domiciliada no mesmo endereço do contraente, em Machadinho D Oeste-RO, filha de JURACI PEREIRA DA SILVA e de GRACE KALI RODRIGUES MACIEL SILVA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 30 de abril de 2019.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-020 FOLHA 045 TERMO 005649
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 5.649
Faço saber que pretendem CONVERTER A UNIÃO ESTÁVEL EM CASAMENTO e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: WELITON CIRILO XAVIER, de nacionalidade brasileira, de profissão autônomo, de estado civil solteiro, natural de Barra de São Francisco-ES, onde nasceu no dia 26 de maio de 1993, residente e domiciliado na Avenida João Batista Figueiredo, 3018, Centro, em Machadinho D Oeste-RO, , filho de PAULO CEZAR XAVIER e de IRANI CIRILO DE PAULO XAVIER; e RUTILÉIA PEREIRA SOARES, de nacionalidade brasileira, de profissão autônoma, de estado civil solteira, natural de Ouro Preto do Oeste-RO, onde nasceu no dia 30 de agosto de 1993, residente e domiciliada no mesmo endereço do contraente, em Machadinho D Oeste-RO, , filha de DERALDO SOARES PEREIRA e de MARIA DALVA PEREIRA NETA SOARES. Os contraentes coabitam desde 29 de julho de 2016, e pretendem continuar juntos, com firme vontade de constituírem família e legalizar sua situação. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume._
Machadinho D Oeste-RO, 30 de abril de 2019.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-020 FOLHA 043 TERMO 005647
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 5.647
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: NEDSON QUINTILIANO DA SILVA, de nacionalidade brasileira, de profissão balconista, de estado civil solteiro, natural de Ariquemes-RO, onde nasceu no dia 13 de outubro de 1988, residente e domiciliado na Rua Rondônia, 3741, em Machadinho D Oeste-RO, email: nedsonquintiliano88@hotmail.com, filho de OSCAR BATISTA DA SILVA e de LIDIA QUINTILIANO OLIVEIRA; e PRISCILLA CRISTINA SAWCZUK MONTEIRO de nacionalidade brasileira, de profissão funcionária pública, de estado civil solteira, natural de Ariquemes-RO, email: priscillasawczuk@hotmail.com, onde nasceu no dia 29 de junho de 1994, residente e domiciliada no mesmo endereço do contraente, Centro, em Machadinho D Oeste-RO, filha de MANOEL MARTINS MONTEIRO e de SOLANGE APARECIDA SAWCZUK MONTEIRO. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 30 de abril de 2019.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

COMARCA DE PRESIDENTE MÉDICI

PRESIDENTE MÉDICI

LIVRO D-015 FOLHA 022 TERMO 007286
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 7.286
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ERIK EPITÁCIO PAIÃO DUTRA, de nacionalidade brasileiro, extensionista rural, solteiro, natural de Presidente Médici-RO, onde nasceu no dia 10 de outubro de 1984, residente e domiciliado à Av. 07 de Setembro, 1188, Centro, em Presidente Médici-RO, CEP: 76.916-000, , filho de JOSÉ RODRIGUES DUTRA e de MARIA DE FÁTIMA PAIÃO DUTRA; e MICHELI NIELSEM EZINHEIRO de nacionalidade brasileira, comerciante, solteira, natural de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia 25 de agosto de 1988, residente e domiciliada à Av. 07 de Setembro, 1188, Centro, em Presidente Médici-RO, CEP: 76.916-000, , filha de ANTONIO DE SOUZA EZENHEIRO e de TAMAR DA SILVA EZINHEIRO. Eles, após o casamento, passaram a usar os nomes: ERIK EPITÁCIO PAIÃO DUTRA e MICHELI NIELSEM EZINHEIRO. Pretendem adotar o regime da Comunhão Parcial de Bens.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Presidente Médici-RO, 30 de abril de 2019.
Hans Otto Winther
Oficial

COMARCA DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

LIVRO D-017 FOLHA 259 TERMO 004459
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.459
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ANDERSON FIGUEIRA, de nacionalidade brasileira, ritífica, solteiro, natural de Rolim de Moura-RO, onde nasceu no dia 29 de outubro de 1999, residente e domiciliado na Linha 25, Km 07, Zona Rural, em São Miguel do Guaporé-RO, filho de OSMAR FIGUEIRA SOBRINHO e de NILDA FIGUEIRA; e BETÂNIA ALVES SOUSA, de nacionalidade brasileira, do lar, solteira, natural de São Francisco do Guaporé-RO, onde nasceu no dia 20 de novembro de 2000, residente e domiciliada na Linha 04-A, Km 09, Zona Rural, em São Francisco do Guaporé-RO, filha de PEDRO SANTANA SILVA SOUSA e de DELCI ALVES DE SOUSA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em Cartório no lugar de costume, em local de fácil acesso e boa visibilidade, pelo prazo de 15 dias, a partir da publicação no Diário da Justiça do Estado de Rondônia.
O regime adotado é de Comunhão Parcial de Bens. Os Contraentes não alteraram seus nomes.
Documentos do contraente: ANDERSON FIGUEIRA, 1505920/ SESDEC/RO - Expedido em 07/01/2011, CPF: 049.875.102-35.
Documentos da contraente: BETÂNIA ALVES SOUSA, 1654774/ SESDEC/RO - Expedido em 15/05/2018, CPF: 054.618.172-46.
Apresentaram os documentos exigidos pela art. 1525 do Código Civil.
São Miguel do Guaporé, 30 de abril de 2019.
Núbia Alves Nogueira da Silva
Tabeliã Substituta

LIVRO D-017 FOLHA 258 TERMO 004458
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.458
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: IVANILDO MANOEL DA SILVA, de nacionalidade brasileira, desossador, divorciado, natural de Altonia-PR, onde nasceu no dia 28 de junho de 1967, residente e domiciliado à Rua Dom Pedro II, s/n, Bairro Aeroporto, em São Miguel do Guaporé-RO, filho de VALDELIPE MANOEL DA SILVA e de MARIA JOSE DA SILVA; e MARCELA DE OLIVEIRA SANTOS, de nacionalidade brasileira, funcionaria publica, divorciada, natural de Itaquera-SP, onde nasceu no dia 06 de dezembro de 1981, residente e domiciliada na Linha 82, Km 09, Sul, Zona Rural, em São Miguel do Guaporé-RO, filha de JOSÉ RIBEIRO DOS SANTOS e de ENY DE OLIVEIRA SANTOS.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em Cartório no lugar de costume, em local de fácil acesso e boa visibilidade, pelo prazo de 15 dias, a partir da publicação no Diário da Justiça do Estado de Rondônia.
O regime adotado é de Comunhão Parcial de Bens. Os Contraentes não alteraram seus nomes.
Documentos do contraente: IVANILDO MANOEL DA SILVA, 434355/SSP/RO, CPF: 316.812.472-91.
Documentos da contraente: MARCELA DE OLIVEIRA SANTOS, 1411076/SESDEC/RO - Expedido em 24/03/2014, CPF: 831.586.182-49.
Apresentaram os documentos exigidos pela art. 1525 do Código Civil.
São Miguel do Guaporé, 30 de abril de 2019.
Núbia Alves Nogueira da Silva
Tabeliã Substituta

LIVRO D-017 FOLHA 257 TERMO 004457
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.457
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: BRUNO ALVES FONSECA, de nacionalidade brasileira, autônomo, solteiro, natural de Rolim de Moura-RO, onde nasceu no dia 24 de outubro de 1996, residente e domiciliado à Avenida Aeroporto, 2623, Bairro Cristo Rei, em São Miguel do Guaporé-RO, filho de CLAUDEMIR BENTO FONSECA e de OSLAINE ALVES DA SILVA; e KATIA FERREIRA DA SILVA, de nacionalidade brasileira, do lar, solteira, natural de Rolim de Moura-RO, onde nasceu no dia 08 de março de 2000, residente e domiciliada na Linha 90, Km 18, Lado Sul, em São Miguel do Guaporé-RO, filha de RUBENS SIQUEIRA DA SILVA e de SIMONE DA SILVA FERREIRA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em Cartório no lugar de costume, em local de fácil acesso e boa visibilidade, pelo prazo de 15 dias, a partir da publicação no Diário da Justiça do Estado de Rondônia.
O regime adotado é de Comunhão Parcial de Bens. Os Contraentes não alteraram seus nomes.
Documentos do contraente: BRUNO ALVES FONSECA, 1332836/ SESDEC/RO - Expedido em 09/10/2012, CPF: 555.666.772-15.
Documentos da contraente: KATIA FERREIRA DA SILVA, 1590532/ SESDEC/RO - Expedido em 12/06/2017, CPF: 781.807.912-20.
Apresentaram os documentos exigidos pela art. 1525 do Código Civil.
São Miguel do Guaporé, 30 de abril de 2019.
Núbia Alves Nogueira da Silva
Tabeliã Substituta